ROLLO

1241

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO Nº 1241

(LS)

ACTA DE APERTURA DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 27 de Julio de 1993.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D.-CORRESPONDIENTES AL AÑO 1992.-

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. 2951 .-ASUNTO: RECORD DE EMPRESAS EN QUIEBRA.-

OPERARIO/S: Sdo.1ra. S.López y Sdo.1ra.G.Pose.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: / / / / / / / / / /

PREPARACION DOCUMENTAL: / / / / / / / / / / / / / /

CONTROL: Personal del A.G.I.I.-

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del acta, se procede a la iniciación de la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación S.O.M.

Juan Carlos Martínez

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

Cnel. Walter A. Mesa.

Documentos D.G.I.D.

Año 1992

Nº DOCUMENTO 9202951
TITULO Record de empresas en quiebra
LM 150015
8/3/92
10046
1161
11403

ENTRADO QQ
CRUZ DO QQ

Récord de empresas en quiebra

SAN PABLO. (Reuter). - Un récord de 951 empresas se presentaron en quiebra en febrero en la ciudad de San Pablo, el principal centro económico de Brasil, informó el diario Jornal do Brasil.

Las cifras muestran un incremento del 24,8 por ciento con relación a las quiebras de enero y un aumento del 54,1 por ciento con respecto a febrero de 1991, dijo el diario citando un informe de la Asociación de Comercio de San Pablo. Analistas dijeron que el incremento en las solicitudes de quiebra es un reflejo del frágil estado de la economía brasileña.

El país cayó en una recesión a mediados de 1990 como resultado de las duras políticas antiinflacionarias del Presidente Fernando Collor de Mello.

La inflación mensual se resiste a bajar de niveles de alrededor del 25 por ciento mensual y estimaciones preliminares cifran la de febrero entre [illegible] 24 por ciento.

01-01

9202951

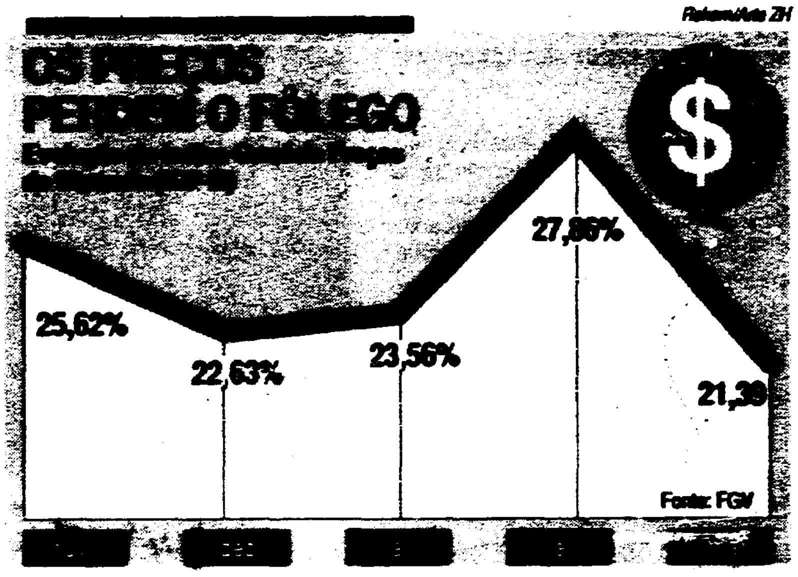
Inflación mantiene ritmo de baja
ZH
31/03/92
10046
11161
11300 (inf)

ENTRADO QQ
CRUZ DO QQ

Inflação mantém ritmo de baixa

□Primeiro índice fechado em março, o IGP-M ficou em 21,39 contra 27,86% de fevereiro. Abril pode ter alta com os preços das roupas de inverno

A inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas do Rio, caiu para 21,39% em março. Este é o primeiro índice sobre os aumentos de preços deste mês a ser divulgado. Em fevereiro, ela tinha sido de 27,86%. Esta redução já era esperada, como parte da tendência geral — medida pelas prévias de outros institutos — de inflação em queda a partir do mês passado. Os preços foram coletados entre o dia 21 do mês passado e o último dia 20. Assim, a pesquisa não coletou os preços das roupas de inverno, que começam a aparecer nas vitrines e que podem pressionar a inflação de abril.



De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, o Índice de Preços por Atacado (IPA), um dos três componentes do IGP-M, mostrou alta de 21,31%, com um recuo de 7,01 pontos percentuais em relação ao mês passado, quando a taxa foi de 28,32%. No IPA, os bens de consumo, com 19,34%, subiram menos que os bens de produção (22,6%).

[illegible] — [illegible] Consumidor [illegible] te do IGP-M [illegible] fevereiro, 2[illegible] por conta [illegible] preços dos [illegible] 26,65% [illegible] e [illegible] pessoais (22,82%) e da [illegible] (22,36%). Vestuário, [illegible] colocou-se como o grupo [illegible] com menor elevação dos [illegible] gistrando alta de 13,83%. A [illegible] ção, que segundo os técnicos da Fundação Getúlio Vargas [illegible] também provocar elevação do índice em abril, teve aumento de 19,1%.

O IPC da FGV reflete a inflação para as famílias que ganham de um a 33 salários mínimos, no Rio e em São Paulo. Dos componentes do IGP-M, o que menos subiu foi o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com alta de 23,47%. Esse índice tem influência mais diluída na formação da taxa final, pois seu peso no cálculo é de apenas 10%. (AE)

01-02

9202952

A inflação continua em baixa

☐Em Porto Alegre, o cesto básico sobe 19,13% contra 21% da prévia anterior. Em São Paulo, a previsão da FIPE indica um índice de 20,53% para este mês

A inflação voltou a cair em São Paulo e na Grande Porto Alegre. O Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (FIPE), da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, divulgou a prévia de março para o cesto básico, que ficou em 19,13%. Este é resultado de quatro semanas, fechadas no dia 15 de março, e que aponta uma redução de 1,87 ponto percentual sobre os 21% da quadrissemana anterior. Os aumentos do cesto vêm caindo desde fevereiro, quando o índice ficou em 21,34%.

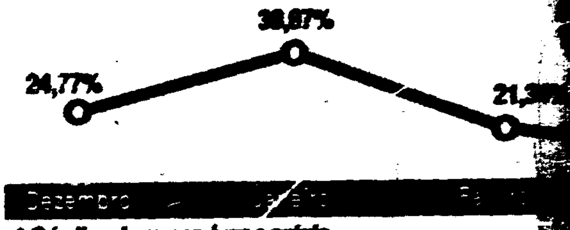
Já o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da Universidade de São Paulo (FIPE-USP), registrou uma variação de 20,53% na segunda quadrissemana do mês de março, também concluída dia 15. Essa taxa representa uma queda de 0,51 ponto percentual em comparação com os 21,04% do levantamento anterior. Em fevereiro, o IPC havia ficado em 21,57%.

ESTABILIZAÇÃO — A desaceleração nos reajustes de preços dos alimentos industrializados, dos artigos de higiene e beleza e dos produtos de limpeza influenciou a queda do IPC. Os alimentos industrializados subiram 24,49%, menos que os 28,22% da primeira quadrissemana; os artigos de higiene e beleza subiram 24,43% contra 27,85% e os produtos de limpeza, 24,21% contra 28,85%. Para o coordenador da FIPE, economista Heron do Carmo, a tendência para o fim de março é de estabilização das variações de preços de todos os itens que compõem o índice. A única preocupação é com os aluguéis e o vestuário.

O cesto do IEPE, após duas semanas consecutivas de aumentos bastante elevados, apresentou um aumento de 3,33% na semana passada. Este ano, o aumento acumulado chega a 82,83% e em 12 meses é de 676,53%. O cesto é composto por 49 produtos, que já estão custando Cr$ 380.759,76, e se baseia nos gastos de famílias com renda mensal entre um e 12 salários mínimos, residentes em nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre.

MARCÍLIO — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disse ontem que o comportamento da inflação está confirmando a correção do rumo tomado na busca da estabilidade financeira e monetária brasileira. Desde sexta-feira, Marcílio só tem recebido boas notícias sobre o resultado dos índices este mês. E, ontem, o bom humor foi reforçado quando chegou ao seu gabinete o fax da FIPE. Na sexta, Marcílio fora informado sobre a queda de quatro pontos percentuais no Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) situando-se em 22%.

EM RITMO DE QUEDA
Evolução do cesto do IEPE



* O índice de março é uma prévia



[illegible]: *Marcílio refez as contas e aposta na pol*

Logo depois, foi a vez de Julian Chacel, da Fundação Getúlio Vargas, também dar boas notícias: A queda em quatro pontos percentuais do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). N[illegible] março, o IGP[illegible] mento de prep[illegible] 21% apurados n[illegible] fevereiro.

920295 2

1/3 0589201

(DOBLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Montevideo, 22 de abril de 1992.-

Of.SEINT (R) Nro.058/22/IV/92.-

As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 98 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Navío (CG)
JEFE DE LA SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL

0589201 a 03.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha 24/4/92
Pasa a SDI
Nº. de Identificación 9202953

13 8 92

135

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 24 ABR. 1992
Pasa a Antecedentes
Nº. de Orden 9202953

001/3

22/04/92

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD	CED. IDENT.	CRED. CIV.	DOMICILIO
ALVAREZ CASTRO	LETICIA MARCELA	141067 MAL	2.587.857-2	DCF 1413	RUTA 9 KM. 96 EST. LAS FLORES
AMILIBIA GARCIA	PABLO FERNANDO	171273 LAVALLEJA	3617115-4	SBA 26247	SILVESTRE BLANCO 576
AMILIBIA GARCIA	EDGARDO ESBEL				
AMILIBIA GARCIA	VICTORIO WINGTHON				
AMILIBIA GARCIA	JACQUELINE ANA				
AMILIBIA GARCIA	JOSELIN DEL VERDUN				
AMILIBIA ROJAS	ESBAL FELIX		2637974-7	SBA 14997	SILVESTRE BLANCO 576
BAUTISTA FERNANDEZ	OSCAR JOSE	29 AÑOS EN 1992			
BLANCO MARGARITA	EMILIA ARRIONDA	260945 MDL.	2.953.846-0	DCA 7105	L. OLIVERA 562 (P. DE AZUCAR)
BONILLA	MIRIAM STELLA	031149 T. TRES	2.680.926-6	FAA 28837	SARANDI 1364 (T. TRES)
BRIAN CACERES	WALTER ALBERTO	110962 MDEO	1.947.940-0	BTA 14660	LA CARRETA 1728
BRIAN DIAZ	JUAN CARLOS				LA CARRETA 1728
BRIAN DIAZ	OSCAR FABIAN				LA CARRETA 1728
BUELA QUEJELLA	DORA ANTONIA	130672 MA.	4.234.618-1		OMBU 961 (P. DE AZUCAR)
BUELA QUEJELLA	ELIDO				
BUELA QUEJELLA	NELBA				
BUELA QUEJELLA	SUSANA				
BUELA QUEJELLA	NANCY				
BUELA QUEJELLA	NESTOR				
BUELA QUEJELLA	JULIO				
BUZO	GLADYS RAQUEL	030450 MAL	3.547.833-1	DCA 7642	SOLIS 1273 (P. DE AZUCAR)
CABALLERO MARTINEZ	MARIA CATALINA	300438 LAV.	2.644.239-5	SBA 12517	AROSTEGUI 420 (LAV.)
CABRERA RIOS	GRACIELA SOLEDAD	160263 COLONIA	3.693.351-8	NAB 14648	VIVIENDA L. 8. 9 3818 (COL.)
CONDE BUZO	SUSANA MAGEL	020572 MAL	3.811.080-3	DCA 11848	SOLIS 1273 P. DE AZUCAR
CONDE BUZO	RAQUEL				
CONDE BUZO	CARLOS RENZO				
CONDE SUAREZ	CARLOS DOMINIOSO	200543 C. LARGO	3.483.601-3		SOLIS 1273 (P. DE AZUCAR)
CUADRADO GANCIO	ERNESTO GIOVANI	280974	4.351.639-7		
CUADRADO GANCIO	PABLO JAVIER	020579			
CUADRADO GANSIO	PATRICIA KARINA	210373 MAL.	3.832.672-9	DCA 11344	6. DE ASENCIO 1009 (P DE AZUCAR)
DE LAS FLORES DEL RIO	MARIA	050835 FLORES			
DOMATO FONTES	GUSTAVO AMERICO	070763 S. JOSE	3.532.599-8	BUA 17917	PLAYA PASCUAL (S. JOSE)
ESTEVEZ REGALO	MARINA MERCEDES	090344 CAN.	1901639-9	CND 118	J. P. VARELA 7 (PASO CARRASCO)
FERNANDEZ SILVA	TONA ZOILA	210949 COL.			VIVIENDA L. 8. 9 3818 (COL.)
FERREIRA CABALLERO	WILLIANS BERNABE	050374 LAV.	2.802.199-1	SRA 26492	AROSTEGUI 420
FERREIRA CABALLERO	JESUS				AROSTEGUI 420
FERREIRA LARROSA	DOMINGO FUGENCIO				AROSTEGUI 420
GARCIA BENTANCOR	JACINTA MATILDE	010335 CAN.	3232788-0	SBA 18122	SILVESTRE BLANCO 576
GOMEZ MACHADO	CARLOS JAVIER	250371 MDEO	1882464-0	BTB 28966	FORTALEZA 3850
GOMEZ MACHADO	SILVANA LUCIA	030375	1882398-1		
GONZALEZ FERNANDEZ	OSIRIS MARCELO	041167 COL	3.130.125-9	NAB 16272	VIVIENDAS L. 8. 9 66 (COL.)
GONZALEZ FERNANDEZ	ALEJANDRO DAVID	26 AÑOS EN 1992			
GONZALEZ FERNANDEZ	FATIMA DANIELA	22 AÑOS EN 1992			
GONZALEZ FERNANDEZ	SIGRID PATRICIA	16 AÑOS EN 1992			
GONZALEZ FERNANDEZ	VANESA GABRIELA	14 AÑOS EN 1992			
GONZALEZ FERNANDEZ	NATALIA VALERIA				
GONZALEZ SILVA	AREOPAJITA	201245 MDL.	5080579-3	DCA 6827	
GONZALEZ TRINIDAD	MARIA ELENA	040739 MDEO.	1165584-6	DGA 59181	TTE. GALEANO 2983
HERNANDEZ DE LEON	EDUARDO SERGIO	040470 MAL.	2.678.689-9	DCA 10539	
KRISNAMURTE ALVES	JULIAN	300870 MDEO.	1967188-7	988 41146	MANUEL MELENDEZ 4044
KRISNAMURTE GONZALEZ	JULIAN	170147 TBO.			M. MELENDEZ 4012

002

020295

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD	CED. IDENT.	CRED. CIV.	DOMICILIO
MACHADO DOS SANTOS	MARIA TERESA	120943 RIVERA	1064102-8	AXB 10590	FORTALEZA [illegible]
MARTINEZ HERNANDEZ	SERGIO ROBERT	081269 MDEO	2017326-1	BUB 26348	FORTALEZA [illegible]
MERCADO BLANCO	MARIA NOEL	300171 MAL	2.954.139-6	DCA 10530	[illegible]
MERCADO MENDEZ	MATIAS HONORIO	121238 MAL	4.090.208-6	DAA 9540	
MONTICELLI SERRON	NACIANCENA RAMONA		3.525.194-9	DCA 2513	[illegible]
PAMPILLON	MARCO NILSON	300569 ROCHA		EFB 8309	
PAMPILLON	MONICA	230967			
PAMPILLON AGUERO	NILSON	49 AÑOS EN 1992			RUTA [illegible]
PIÑEIRO BARRIOS	CLARO GERONIMO	120812 T. TRES			[illegible]
PIÑEIRO SILVA	JORGE EDUARDO	170368 T. TRES	2.804.334-3	FEF 7203	[illegible]
QUEJELLA	JOSEFA	010831 MAL	3.763.959-7	DCA 4955	[illegible]
RAMIREZ FERNANDEZ	NERY WILSON	091268 T TRES	31724261	FEF 6426	[illegible]
RAMIREZ FERNANDEZ	MARIA ESTHER	080238 T TRES			
RAMIREZ FERNANDEZ	ARMANDO				
RAMIREZ FERNANDEZ	CARMEN				
RAMIREZ FERNANDEZ	NESTOR				
RAMIREZ FERNANDEZ	JULIO CESAR				
RAMIREZ FERREIRA	ELIBERTO DOMINGO	120536 T TRES			D. DIAZ [illegible]
RIVAS ESTEVEZ	MARIA DE LOS ANGELES				
RODRIGUEZ TECHERA	SAUL	180434 RIVERA	1036519-3	BNA 17145	[illegible]
RODRIGUEZ VAZQUEZ	KARIN	030170 MDEO	1984600-9	BOB 31561	[illegible]
[illegible]	[illegible]	280238 MAL	3582524-9	DCA 5135	[illegible]
[illegible]	[illegible]	181266 MAL	3475114-2	DCA 9844	[illegible]
ROMERO GONZALEZ	CARLOS ALBERTO				
ROMERO GONZALEZ	ANA LAURA				
ROMERO GONZALEZ	ALEXIS DANIEL				
ROMERO GONZALEZ	FEDERICO MARTIN				
SALSAMENDI ESTEVEZ	IGNACIO SEVERO	020675 MDEO	2827507-1	ALB 11111	[illegible]
SALSAMENDI ESTENEZ	MARTIN ANDRES				
SCHUCH	CARLOS RODOLFO	290174 MDEO	1905317-3	BVC 2393	[illegible]
SCHUCH	ANA MARIA	100152 MDEO			SAMUEL PRILIAC 5?? (CHUY)
SEGOVIA ACOSTA	NESTOR ELEUTERIO	180347 T TRES	32693728	PAA 24758	[illegible]
SEGOVIA BONILLA	WILSON ALBERTO	031070 T. TRES	37549861	PAA 41100	DARANDT [illegible]
SEGOVIA BONILLA	STELLA YANETT	24 AÑOS EN 1992			
SEGOVIA BONILLA	NESTOR RAUL				
SEGOVIA BONILLA	JOSE LUIS	20 AÑOS EN 1992			
SEGOVIA BONILLA	ALICIA CRISTINA				
SILVA	MARTA	011031			OFICIAL E. GOMEZ [illegible]
SILVA BAUTISTA	VIVIANA ROSARIO	140170 MDEO	2844036-1	BUB 25636	CAMANBU 4261
SOCA GONZALEZ	JOHN OLIVER	230274 MDEO	3029677-0	BDA 93968	TENIENTE GALEANO [illegible]
SOCA GONZALEZ	JUAN CARLOS				
SOCA RODRIGUEZ	JUAN REY	55 AÑOS EN 1992			TTE. GALEANO 2983
TAPIA CUADRADO	GERARDO FROILAN	190265 MAL	3870336-6	DCA 987	ITUZAINGO 527 (P. DE AZUCAR)
TEJERA BERRUETA	JORGE DANIEL	141173 LAV.	3.629.580-7	BAA 39972	E. DIAZ 1835 (MINAS)
TORRES	CESAR ALFREDO	051057 RIVERA			SAMUEL PRILIAC 599 (CHUY)
VAZQUEZ	MARIA MAGDALENA	080639 ESPAÑA	1257167-9	BNB 18471	A. [illegible]

0039

0202953

R.119.-

Montevideo, 23 de Abril de [illegible].-

1)- **INFORMACION GREMIAL**

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA: En el día de ayer a partir de la hora [illegible] 10.55 comenzó el paro, con la realización de una Asamblea a partir de la hora 14.30, la que finalizó a la hora 20.30, con una asistencia de unas 1?0 personas, habiéndose tratado en la misma; Nuevos estatutos- Fijar nueva fecha para que todos los gremios del transporte den respuesta a la propuesta de unificación en una sola federación (22/VI/92); - Elevar a la FOT la propuesta de un paro por 48 horas y declararse en pre-conflicto conjuntamente con el Sindicato Autónomo del Omnibus, con la realización de paros sorpresivos y Asambleas. El Servicio de Emergencia fué cubierto por 550 unidades normalizándose la situación con la salida de los nocturnos. Se destaca que no se registraron atentados a vehículos del transporte.

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

O.S.A.M.I.: Uruguayana y Rep. Francesa; Prosiguen las conversaciones en el MTSS por el reintegro de los operarios enviados al Seguro de Paro. Dicho reintegro se comenzó a llevar por parte de la patronal al tomar nuevamente todos los lunes de a dos de ellos, manteniéndose en actitud expectante.-

INDUSTRIA TEXTIL

M.U.S.A.: Santa Lucía y Marcelino Díaz; Para el 30/IV/ comenzará a operar como Cooperativa de obreros.-

U.N.T.M.R.A.

NIRO [illegible]: El 24/IV/ se llevará a cabo una reunión entre la Patronal y la UNTMRA para evitar posibles conflictos.-

SPILLER: Fué levantada la ocupación de dicha planta, reintegrándose a trabajar normalmente en el día de la fecha al llegar a un acuerdo.-

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.: El día 24/IV/ a la hora 19.00 se llevará a cabo un plenario de Delegados en el local sindical para fijar fecha de una Asamblea General y estudiar la marcha de los conflictos.-

OBRAS EN CONFLICTO

LANANO: Desde el ?/III/, las obras del Shopping Center se encuentran paralizadas, estando prevista para el día 28/IV/ una reunión Tripartita en el MTSS.-

AMPL. HOSP. PEREIRA ROSSELL: La situación permanece incambiada.-

ORGANIZACIONES GREMIALES Y SOCIALES

PIT-CNT: La Mesa Representativa se reunirá hoy a partir de la hora [illegible] en su local Central para estudiar las propuestas sobre los fogones y las marchas a realizarse el 1ro. de Mayo.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

MINISTERIO DE SALUD PUBLICA

FED. DE FUN. DE SALUD PUBLICA: Se prevee para el día de la fecha a partir de la hora 09.00 una nueva concentración con Asamblea abierta frente al [illegible] MSP, donde se dará a conocer las últimas actuaciones realizadas.-

C.O.F.E.: Reunida su Mesa Representativa en el día de ayer resolvió rechazar el ajuste salarial otorgado por el P.E., solicitando un 25% de aumento-partidas diferenciales para los sumergidos y para la alimentación, realizar asambleas en todos los gremios, trabajar a reglamento y huelga por tiempo indeterminado.-

ADES: Esta previsto para el día de la fecha realizar paro de 2 horas por turno en todos los liceos.-

Pesquisadores pedem fundo para investimento em ciência

☐ Grupo reunia-se com parlamentares e com os ministros da Educação e da Economia. Pesquisa no Brasil é um setor praticamente abandonado

Representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e de 25 sociedades científicas brasileiras sugeriram ao governo federal a criação de um fundo especial para investimento em ciência e tecnologia. O grupo esteve em Brasília neste final de semana e reuniu-se com parlamentares no Congresso Nacional, com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e com o da Educação, José Goldemberg, para reivindicar a liberação de recursos para o financiamento de projetos de ciência e tecnologia.

A proposta é que seja criado um fundo com recursos específicos, através de taxação na compra de pacotes tecnológicos do exterior. Outra idéia que está sendo discutida é a revitalização do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fndct), que nos últimos anos vem sofrendo uma crescente diminuição de recursos. O objetivo é evitar a constante instabilidade na liberação de dinheiro para o financiamento da ciência e tecnologia no País. A comunidade científica quer também que o Fipec, fundo para a ciência e tecnologia administrado pelo Banco do Brasil, seja reativado.



ministro José Goldemberg recebe pedido de cientistas

Durante os encontros com os dois ministros de Estado, os cientistas reivindicaram também a liberação de Cr$ 15,7 bilhões de recursos atrasados da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Cr$ 30 bilhões para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), referentes ao orçamento de 1991.

Através de carta, entregue ao presidente do Senado, Mauro Benevides, os cientistas cobraram do Congresso Nacional uma posição de apoio à pesquisa no País. Segundo eles, o contingenciamento de verbas desagrega e desativa grupos de pesquisa de padrão internacional, lotados nas universidades e outras instituições. (ABR)

N. 9202957

SECTOR [illegible]

J. DO BRASIL.

FECHA DE 28/3/92.

VINCULACION 10046 B.
11166 FT.

Informática vai ter mu[illegible]

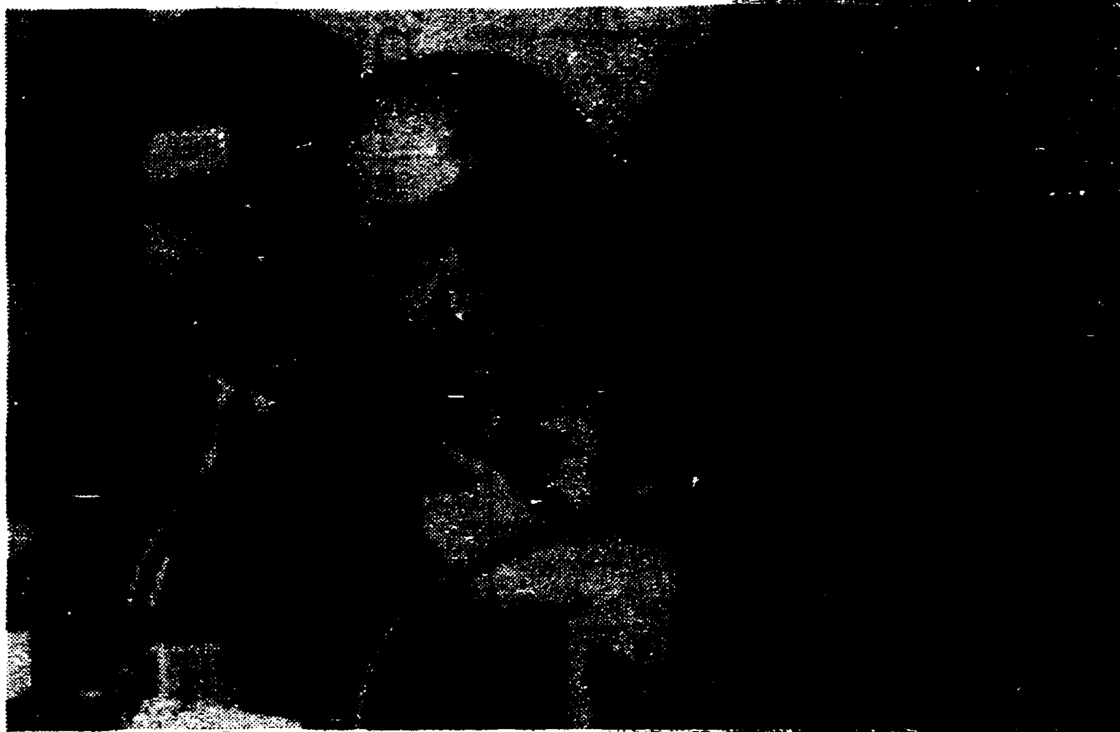
● *Governo incentivará incorporações e fusões também nos [illegible]*

BRASÍLIA — A secretária nacional de Economia, Dorothéa Werneck, anunciou ontem que o governo vai incentivar fusões e incorporações no setor eletroeletrônico e de informática, e baixará a zero o Imposto de Importação de todos os insumos que não tiverem similar nacional. Existe intenção até de se abrir uma linha de financiamento dos bancos oficiais para bancar as fusões. Depois do acordo de anteontem com o setor automobilístico, o eletroeletrônico será o próximo a negociar com governo e trabalhadores, no mês de abril, para discutir como modernizar e aumentar o nível tecnológico da indústria nacional.

Dorothéa revelou que, desde o fim da proibição de se importar equipamentos eletrônicos, no início do governo Collor, os preços dos produtos nacionais já caíram 52%, em termos reais. "O próprio setor está pedindo redução de tarifas de importação para alguns produtos. Foi uma surpresa para nós", afirmou. A secretária revelou que vem estudando a antecipação do fim da reserva de informática para vários itens (pela lei, a reserva vai até outubro próximo).

O Imposto de Importação de eletroeletrônicos é hoje de 65%, o mais elevado entre todos os setores. A partir de julho do ano que vem, contudo, a alíquota irá variar de 20% a 35%. A secretária se disse surpreendida com a rapidez com que o mercado se adaptou à abertura de importações.

O terceiro segmento a negociar com o governo um acordo de modernização tecnológica e de gestão será o têxtil, que na década de 70 foi um dos mais modernos e hoje encontra-se praticamente obsoleto e perdendo mercado externo. Nos primeiros contatos, já ficou claro que a área têxtil precisará de investimentos pesados para se modernizar.



Marcílio quer fazer acordos com os setores têxtil, [illegible]

Governo promove outras [illegible]

RECIFE — Satisfeito com o acordo fechado com o setor automobilístico, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, anunciou ontem, em Recife, que o governo federal convocará outros setores da indústria, com problemas de preços ou de produtividade, para novos entendimentos. "Esse acordo com o setor automobilístico, que não se resume ao problema de preços, poderá servir de paradigma para as negociações setoriais", observou Marcílio, ao informar que a secretária nacional da Economia, Dorothéa Werneck, por sua orientação, vai começar a convocar brevemente outros setores para que sejam feitos acordos semelhantes. "Em certas indústrias, o problema não é de preço, mas de baixa produtividade e de falta de [illegible] Para cada caso, será [illegible] solução que atenda a[illegible] consumidor, do empre[illegible] pregado", acrescentou e[illegible].

Entre os setores cita[illegible] nistro, estão o têxtil, o de [illegible] de higiene. "No setor têxtil, [illegible] ma não é de preços altos, [illegible] produtividade e necessidade [illegible] timento, uma vez que o seto[illegible] fábricas, desmobilizou equip[illegible] e agora precisa se recapitaliz[illegible] brigando se modernizar", afirmou. [illegible] acordo deverá ser assinado já na pr[illegible] xima semana, no Palácio do Pla[illegible] na presença do Presidente Fern[illegible] Collor.

Marcílio discorda que nesse entendimento apenas o governo tivesse ce-

01-01

9202957

Científicos de 4 naciones ofrecerán cursos este año

BRASILIA. (Reuter). - Científicos de Rusia, Polonia, China y Vietnam llegarán este año a Brasil para participar en cursos de posgrado y colaborar con investigaciones físicas, dijo ayer la agencia oficial Brasil.

El informe señaló que 15 científicos de los cuatro países del Este europeo y Oriente desarrollarán sus actividades en el Centro Internacional de Física de Materia Condensada (CIFMC), con sede en esta Capital.

Funcionarios del instituto, citados por la agencia, dijeron que los científicos cumplirán cursos de posgrado y colaborarán en investigaciones sobre física teórica.

"A pesar de no ser físicos de renombre internacional, los científicos extranjeros son estudiosos que enriquecerán mucho nuestros trabajos", dijo a la agencia el director del CIFMC, Alvaro Ferraz.

Funcionarios del instituto, considerado el más avanzado de América latina en el área, no pudieron ser localizados para otras consultas.

La agencia Brasil dijo que los 15 científicos llegarán a Brasil este año, sin especificar fechas, y agregó que percibirán "becas de investigación", cuyos montos no reveló.

Otro informe periodístico atribuyó esta semana al Ministro de Educación, José Goldemberg, el [illegible] de futuros contactos con otro grupo de científicos rusos para investigaciones en el Instituto Tecnológico Aeroespacial (ITA), el más importante del sector espacial en Brasil, con sede en el estado de San Pablo.

El diario Gazeta Mercantil agregó que los profesores rusos percibirán remuneraciones equivalentes a las de docentes titulares del ITA, de 1.500 dólares mensuales. Funcionarios consultados aquí en el Ministerio de Educación, que no desmintieron la versión, dijeron que Goldemberg informará en próximos días detalles sobre el tema.

Petrobrás investe em pesquisas

Cenpes pode ganhar programa para aprimorar a prospecção de petróleo

Verônica Couto

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás (Cenpes) está propondo a criação de um Programa de Inovação Tecnológica, com duração de cinco anos e investimentos estimados em US$ 60 milhões, destinado a viabilizar novos avanços na produção e industrialização de petróleo. O projeto, que começa a tramitar na próxima semana para aprovação na diretoria da Petrobrás, viria substituir o Procap (Programa de Capacitação Tecnológica), iniciado em 1986 e encerrado em dezembro último, após consolidar no país o conhecimento sobre exploração de petróleo em águas profundas. "Estamos capacitados para atuar até 1 mil metros de lâmina d'água (distância da superfície ao fundo). Agora, temos que dar um novo salto, da invenção", explicou o superintendente do Cenpes, Guilherme [illegible].

A [illegible] fase do Procap deveria estender a tecnologia nacional para [illegible]ração em até dois mil metros de lâmina d'água, além de aprimorar processos industriais. Para tanto, ressaltou Estrella, o programa contará com uma maior abertura ao intercâmbio internacional. Independente do programa, que não se limita ao Cenpes, envolvendo toda a Petrobrás, o órgão de pesquisa já conta hoje com mais de um projeto associado a instituições estrangeiras.

Com um orçamento anual de US$ 100 milhões, 60% aplicados a gastos com pessoal, metade dos seus 1.600 empregados com nível superior (50 doutores e 100 mestres) e 150 laboratórios, o Cenpes possui 300 projetos em andamento. Abrangem literalmente do poço ao posto, com recursos aplicados nas áreas de exploração/produção, industrial e engenharia básica; US$ 2 milhões investidos anualmente em universidades brasileiras e US$ 1 milhão em projetos externos; associações para desenvolvimento conjunto com o Instituto Francês de Petróleo, com a escocesa Weir e com a alemã Bornemann, entre outros.

Plataformas — Mas o estudo considerado de maior importância dentro do Cenpes, hoje, é a definição das especificações básicas para produção do Campo de Albacora, na Bacia de Campos, que deve gerar 200 mil barris/dia até 1995. O Departamento de Engenharia Básica responde pelas características técnicas das duas plataformas semi-submersíveis que ficarão a 900 metros de lâmina d'água, 100 metros a mais do que o recorde atual, além de uma plataforma fixa, para águas rasas. Um investimento de US$ 2 bilhões, em fase de [illegible].

Albacora produz hoje cerca de 40 [illegible] barris/dia, mas nos próximos três anos deverá [illegible] Campo de [illegible] de Campos) 40% [illegible] barris/dia. No [illegible] e [illegible] Cenpes [illegible] petróleo [illegible] aproveita-se [illegible] 9% a 40% [illegible].

"Um [illegible]

[illegible]

[illegible] US$ 250 [illegible] ainda não [illegible]. "A [illegible] decidiu [illegible] projeto está [illegible] permanentemente.

"Conseguimos uma metodologia para quantificar o retorno econômico proporcionado pela tecnologia. Em 1990, para nossa verba de US$ 100 milhões, geramos US$ 200 milhões, resultado excepcional", avalia Estrella. O Cenpes está finalizando, ainda, a venda para o governo chinês, através da companhia de engenharia finlandesa Yaako Poyry, do know-how para produção de eteno a partir do álcool. O orçamento do órgão representa cerca de 0,7% do seu faturamento bruto. Patamar compatível com empresas deste porte, como a Total, francesa, Mobil e Atlantic, dos EUA.



Centro possui moderna sala para microprocessação eletrônica



Estrella: investimentos são estimados em US$ 60 milhões

Promoción del Gral Agenor queda para julio
ZH 150029
25/3/92
10046
11163
11328

Alto comando do Exército deixa promoção de Agenor para julho

Se seguir a sugestão do alto comando do Exército, o presidente Fernando Collor promoverá o general Agenor Homem de Carvalho, chefe do Gabinete Militar da Presidência, em julho e não no dia 31 de março, como chegou a ser cogitado. Os 14 generais que elaboraram a lista de promoções votaram ontem pela manutenção da ordem de antigüidade do almanaque do Exército. Assim, Agenor manteve-se como o sexto da lista. Como só há quatro vagas para março e duas para julho, Agenor deverá ganhar sua terceira estrela em julho. A lista elaborada ontem será encaminhada a Collor em 27 de março pelo ministro do Exército, Carlos Tinoco.

O presidente Collor, em uma decisão política, poderá modificar a relação e promover o general Agenor agora. Esta seria a primeira vez, em dois anos de governo, que ele alteraria uma lista de escolha do alto comando do Exército. Caso tome essa decisão, o presidente poderá enfrentar problemas na força. Ele reconhece que essa é uma prerrogativa sua, mas entende que não há por que atropelar o processo, pois faltam menos de quatro meses para o seu assessor ser contemplado com a promoção. (AE)

01-01

no exterior

Deputado denuncia mordomia de milita[illegible]

Christiane Samarco

BRASÍLIA — Os adidos militares no exterior e os suboficiais nomeados como *auxiliares* custam à nação US$ 8 milhões ao ano, só com o pagamento de seus salários. Estarrecido com este volume de despesas, e certo de que a maioria dos postos militares no exterior são meros cabides de emprego que oneram os cofres públicos para favorecer apadrinhados, o ex-capitão do Exército, deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ), apresentará, na próxima semana, um requerimento de informação para saber quantos são os militares fora do país, que cargos ocupam e quantos dólares consomem.

A primeira investida do deputado contra o que considera "mordomia das Forças Armadas no exterior" gerou dados concretos no final do ano passado. Foi quando o deputado recebeu resposta ao requerimento de informações sobre os servidores militares em missões diplomáticas brasileiras. São 103 militares espalhados por 24 países. Os oficiais desempenham funções de adidos navais, aeronáuticos, do Exército ou das Forças Armadas, enquanto os suboficiais ficam como auxiliares dos adidos. Os 52 auxiliares recebem salários médios de US$ 4 mil mensais, enquanto os adidos ganham, em média, US$ 9 mil por mês.

"Não consigo compreender o que fazem cinco militares em Assunção e outros seis em Montevidéu, onde estão lotados adidos de cada uma das três Forças e três auxiliares. Em Buenos Aires, são mais três oficiais e quatro suboficiais", salienta o deputado, lembrando que esse contingente consome US$ 120 mil por mês só com o pagamento de seus salários. "Essa gente gasta a maior parte de seu tempo lendo jornais", dispara Bolsonaro, arriscando em seguida uma sugestão à cúpula militar: "Ficaria muito mais barato para a nação reduzir o número de militares fora do país e fazer a assinatura dos jornais estrangeiros que eles costumam ler por lá".



Brasília — Luiz Antonio

Bolsonaro: Adidos ganham, em média, US$ 9 mil mensais

Para comprovar que a missão no exterior não passa de um prêmio, na maioria dos casos, Bolsonaro cita o exemplo do general Werlon Coaracy de Roure. Ele garante que Roure ganhou prestígio junto à cúpula do Exército pelo serviço prestado como assessor parlamentar da Força na Assembléia Nacional Constituinte. "O coronel Roure de então foi tão festejado que ganhou a promoção a general, caroneando cerca de quatro dezenas de coronéis mais antigos do que ele", sustenta o deputado. Na avaliação do deputado, foi a singularidade da promoção, em que o coronel atropelou muitos companheiros de farda, que acabou lhe rendendo o prêmio de adido do Exército em Washington, um dos postos mais cobiçados. Bolsonaro diz que o general Roure teve que sair de cena porque acabou ganhando antipatia grande dos colegas de turma mais antigos, que ficaram para trás na promoção.

Em Washington, o general Roure encontrou um antigo companheiro de Constituinte. O assessor parlamentar da Marinha, comandante Luiz Paulo Aguiar Regaffe também levou sua promoção, foi a almirante e, de quebra, ganhou o posto de adido naval na capital norte-americana.

Bolsonaro conta que entrou com requerimento para saber quantos são os adidos, na ilusão de que estes seriam os únicos militares brasileiros em postos no exterior. Mas bastou uma simples folheada no *Noticiário do Exército*, um boletim mensal que traz as notícias da Força, para que o deputado descobrisse que há muito mais companheiros de farda fora do país do que o número de adidâncias poderia suportar. "Existem militares em cargos de adjuntos de comissões, como a Comissão do Exército Brasileiro em Washington; em representações, como na Junta Interamericana de Defesa; e em cargos estranhos como o de oficial de ligação junto à Escola de Comando e Estado Maior do Exército nos Estados Unidos", relata Bolsonaro.

Nos cálculos do deputado, os militares no exterior somam pelo menos 230. Faz sentido. Afinal, até há 15 dias o Brasil mantinha um general como representante seu no Grupo de Observadores das Nações Unidas na América Central, ao custo anual de Cr$ 1 bilhão, registrados no próprio Orçamento da União. O cargo foi extinto, mas o Tesouro ainda banca as despesas de um outro representante brasileiro na Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador.

Pensão de f[illegible] pode ser m[illegible]

BRASÍLIA — A [illegible] à pensão militar [illegible] de oficiais e [illegible] um gato que o [illegible] ao projeto [illegible] limitou o benefício [illegible] de idade, [illegible] à Câmara [illegible] voltar à apreciação do Congresso [illegible] no ano [illegible] mente na lei [illegible] Fernando Collor, [illegible] pensão, o [illegible] Mãe, Aurélio [illegible] uma ação direta [illegible] de no Supremo [illegible] propondo que [illegible] do pelo Legislativo.

Paralelamente [illegible] dor, o ex-capitão [illegible] Jair Bolsonaro [illegible] uma outra ação [illegible] a inconstitucio[illegible] sões militares. [illegible] tudo, que já [illegible] ciais da reserva [illegible] militares já [illegible] ta na forma [illegible] da a lei. O que [illegible] normas anteriores [illegible] não só às filhas [illegible] às casadas e [illegible] idade, o direito [illegible] são do pai militar [illegible]

"Minha ação [illegible] Associação das [illegible] fundamenta-se [illegible] cional do direito [illegible] ma, que será [illegible] próxima semana [illegible] mar Galvão, [illegible] STF. Ele [illegible] que já [illegible] contribuindo para o [illegible] na certeza de que suas filhas [illegible] direito à pensão. [illegible] muitas viúvas, com [illegible] maiores de idade, [illegible] contribuir, já que não [illegible] deixar sua pensão."

01-02

9202961

Oficiais querem soldo maior



Cerqueira (em pé) justificou encontro

Em um almoço inédito, no Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, localizado no bairro carioca do Rocha, 78 diretores dos seis clubes militares do Rio se reuniram para discutir a defasagem nos soldos e pensões militares. A escolha de um clube de oficiais com patentes inferiores — ao qual compareceram o diretor do Clube Militar, general Nilton Cerqueira, do Clube Naval, almirante Wandyr Siqueira das Neves, e do Clube da Aeronáutica, brigadeiro Otávio Araújo — foi feita para demonstrar a união das Forças Armadas em torno do mesmo objetivo.

O almirante Wandyr Siqueira destacou que "estamos chegando em fins de março com uma diferença de 5% do que recebíamos em dezembro, antes da correção que nos foi concedida, para ser paga em parcelas". Referindo-se à questão da seguridade social, sugeriu: "Espero que encontremos caminhos disciplinados, hierárquicos, que levem nossa palavra ao Poder Legislativo". Uma aproximação com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, foi apontada pelo almirante como uma das principais iniciativas a serem tomadas na tentativa de inverter o atual processo de perdas. "Vamos ainda ao Judiciário, ao Legislativo, prosseguir as conversas com os ministros militares e com o Emfa", garantiu.

Descartando a criação de partidos políticos, o almirante afirmou que estão sendo estudados "mecanismos apropriados, que não firam os estatutos dos clubes", para a indicação e apoio a candidatos a cargos políticos nas próximas eleições. Para o general Nilton Cerqueira, militares assumindo funções políticas "são um fenômeno absolutamente normal, devido à liderança natural que o militar exerce, sobretudo num momento em que os políticos estão tão desgastados". Comentando a suposta omissão do general Agenor Homem de Carvalho a respeito das denúncias contra o ex-ministro Antônio Rogério Magri, afirmou que "não é atribuição do chefe do Gabinete Militar ser fiscal de ministro".

Duas comissões (interclubes e comissão especial mista) foram formadas para encontrar soluções para "os problemas que atingem a família militar." Os pontos principais são, além da defasagem nos soldos e pensões, a isonomia salarial e as propostas de emenda à Constituição que atingem também os militares ao proporem a criação de um plano de seguridade social que não estende aos inativos e pensionistas vantagens concedidas aos oficiais da ativa. O movimento dos militares está sendo articulado nacionalmente, com a participação de oficiais de Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Salvador, São Paulo, Resende, Campinas, São João del Rei e Juiz de Fora.

9202961

[illegible]

Mtros Militares pasan a situación de retiro

J DO BRASIL

FE[illegible] 24/3/92

VINCULACI[illegible] 10046 - B

11163 - FM

13065

11302

[illegible] da Costa [illegible], [illegible] da Aero-náutica, e o general Carlos Tinoco [illegible], ministro do Exército, por te-rem completado o tempo de [illegible] [illegible], segundo as [illegible]

01-01

9202962

ORIGINAL

ARCHIVO

9202963

MENSAJE Nro. 920131/R.S.I/Fecha 24.04.92

I: ASUNTO: ACTIVIDAD SINDICAL

II: REFERENCIA: 718-H-I

III: EVALUACION:

IV: TEXTO:

MR DEL PIT/CNT REALIZADA EL DIA 23.04.92

MARCHA DE LOS OBREROS DE PLANTA "EL ESPINILLAR"

-En la MR realizada el día 23.4.92, se trató como primer tema la marcha que están realizando los obreros de la Planta "EL ESPINILLAR",hacia MONTEVIDEO.Esta marcha el día 23.4 se encontraba en el Departamento de FLORES,donde a la hora 1800 se realizaría un acto.
El día sábado tienen previsto el arribo al Departamento de SAN JOSE donde es factible que se unan a la columna de trabajadores de JUAN LACAZE.
El día martes,arribarán a la ciudad de CANELONES,donde se les unirán los obreros del Frigorífico AMEGLIO que están en conflicto.
El arribo a la ciudad de Montevideo,está previsto para el jueves 30, cuando se efectuará una concentración en horas de la mañana en la zona de PASO MOLINO.Es factible que quien haga uso de la palabra en nombre de la Central sea JORGE SILVANO(FOT-UTC-PCU)

PARO GENERAL PARCIAL DEL DIA 30.04.92

- Además de la concentración prevista para horas de la mañana en la zona del Paso Molino para recibir la marcha de los obreros de "EL ESPINILLAR" se prevee otra al Ministerio de Trabajo y Seguridad Social a la hora 1600.Esta movilización se planteó hacer,porque se considera que la del lero .de Mayo pueda contar con escasa concurrencia debido a que se trata de un día viernes,y mucha gente pueda aprovechar para irse al interior del País.

MOVILIZACIONES CONTRA LA LEY DE REFORMA DE LA SEGURIDAD SOCIAL

- SUSANA DALMAS (AUTE-PCU) planteó que cuando la Ley de Reforma de la Seguridad Social comience a ser discutida en la Cámara,se organicen concentraciones en los alrededores del Palacio Legislativo,para marcar presencia.

DELEGACION QUE ASISTIRA A CUBA A LOS ACTOS DEL l.ero. DE MAYO

- La delegación formada por JOSE MATTOS (Postales) y APARICIO GUZMAN (SAG-PCU) ya viajó para asistir a CUBA ,a los actos conmemorativos del lero. de Mayo.

ACTO lero. de MAYO

- El acto se efectuará en la Av. Libertador y Colonia a la hora 15.00
Se planteó la realización de fogones sindicales y concentración en

001147

9202963

DISTRIBUCION: **ORIGINAL:SEÑOR JEFE DEL DPTO.I.**

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(**a.z.**)

diferentes zonas(se adjunta plan de concentración y responsables).
Se planteó que los gremios deberán preveer la locomoción al finalizar el acto con el alquiler de camiones,los que deberán ser pagos por cada sindicato,no aportando ningún dinero la Central para este fin.
Los bonos colaboradores para la financiación del acto,ya fueron entregados a los sindicatos.Los oradores previsto para el acto son HUGO DE MELLO (FANCAP-PS) CARLOS CURBELO(AUTE-PS) y quien asista en representación de la CTC (Central de Trabajadores de CUBA).

*Se adjunta documentación referente a:

- Invitación del Instituto"CUESTAS-DUARTE a los gremios para asistir a la reunión del día jueves 23 a la hora 1800 en el local del PIT/CNT.
- Comunicado del PIT/CNT donde se ratifica la resolución de la Central Obrera referente a la Impugnación de la Ley de Empresas Públicas.
- Estudio de la Central referente a la nueva política salarial.
- Informe presentado por la terna electa para el BPS a consideración de la MR.
- documento elaborado por la FOEB respecto a la situación sindical.
-Nota de la ORGANIZACION DE FUNCIONARIOS DE PLUNA,donde se comunica que alcanzaron las firmas necesarias para la Impugnación total de la ley de Empresas Públicas,y solicitan se reconsidere la resolución de la Central del 09.DIC.91.
- Boletín Mayo 92 del Sindicato de FUNSA.
- Documento de la MR del 01.04.92 y 09.04.92.
- Plan de movilizaciones.
- Convocatoria para la MR Ampliada del 09.04.92.
- Nota de la Comisión de Relaciones Internacionales.
- Documento titulado algunas reflexiones y propuestas para un debate que es permanente.
- Plan de concentraciones para el 1ero. de Mayo.
- Invitación para el Seminario Nacional y regional sobre el MERCOSUR a realizarse en MONTEVIDEO,entre los días 23 al 26 de Mayo.
- Iniciativa sobre Seguridad Social.

INSTITUTO "CUESTA-DUARTE"

PIT-CNT PLENARIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES – CONVENCION NACIONAL DE TRABAJADOR

Montevideo,9 de abril de 1992.

Estimados compañeros de la

A nombre del Instituto"Cuesta-Duarte" y de la Comisiòn de Formaciòn de nuestra Central,nos dirigimos a Uds. a los efectos de solicitar que designen a un compañero de esa Organizaciòn para representarla en las actividades vinculadas con nuestro Instituto y la Comisiòn,vinculadas a la formaciòn sindical,profesional,la investigaciòn y la documentaciòn.

La primera reuniòn,donde informaremos de los proyectos de trabajo, y recibiremos las sugerencias de interès,que aporten los compañeros, la realizamos el pròximo jueves 23 de abril,a las 18 horas en el local del PIT/CNT,donde funcionamos,en la Avda.18 de Julio 2190

Es nuestro especial interès lograr un contacto y coordinaciòn permanente de nuestro trabajo con las organizaciones sindicales de todo el país.

A efectos de facilitar la concurrencia de compañeros del Interior, nos haremos cargo del costo del pasaje,ida y vuelta,de los mismos.

Es necesario,en nuestra opiniòn,que cada sindicato asuma las responsabilidades inherentes a la capacitaciòn de los compañeros que realizan la actividad sindical,a los problemas que en cada rama de la actividad productiva se producen en el actual proceso,a la necesaria investigaciòn,documentaciòn y publicaciones,para enriquecer el trabajo sindical.

Para todo esto los convocamos y ofrecemos nuestra humilde colaboraciòn,a partir de la primera reuniòn,donde reclamamos fraternalmente la presencia de ese Sindicato.

Atentamente.

18 DE JULIO 2190 ☎ 49 22 67 – 49 66 80 – 49 69 75 MONTEVIDEO – URUGUAY

PIT-CNT PLENARIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES — CONVENCION NACIONAL DE TRABAJADORES

Comunicado a los gremios

La Mesa Representativa del PIT-CNT, reunida el 9 de diciembre de 1991, resolvió aceptar la propuesta de consenso de los sectores políticos a los que convocamos para formar la Comisión de Defensa del Patrimonio, de impulsar el recurso de referendum, contra los artículos generales (1, 2 y 3), al capítulo de ANTEL, y simultáneamente presentar en ambas Cámaras el Proyecto alternativo del Sindicato de Pluna.

Las razones que llevaron a esto, fueron claras. El movimiento sindical siempre cuestionó la ley en su totalidad, pero llamó a otros sectores políticos para generar un movimiento tan amplio que permitiera efectivamente tener los votos suficientes (600.000) para pasar al plebiscito, y luego conseguir el 50 por ciento más uno de los habilitados para votar, para derogar el corazón de la ley.

En los tres primeros artículos se habilita al Poder Ejecutivo para privatizar indiscriminadamente cualquier servicio público. El capítulo de ANTEL fue el que suscitó más votos en contra (salió aprobado por un voto de diferencia en el Senado).

La Comisión así formada, lanzó un llamamiento a la ciudadanía el 20 de diciembre de 1991 y comenzó su campaña de firmas obteniendo 49.200 que se entregaron el 26 de marzo de 1992 y fueron validadas para pasar a la segunda instancia.

En febrero, la Organización de Funcionarios de Pluna, formó otra Comisión con algunos sectores políticos de izquierda y lanzó otro referendum por la impugnación total de la ley, que obtuvo 17.000 firmas, y ha sido también validada por la Corte Electoral.

Son dos recursos diferentes y la Corte opina que por ser asi, cada uno de ellos debe obtener 600.000 voluntades el 5 de julio próximo, para habilitar la decisión popular en el plebiscito de noviembre.

Será válido que un ciudadano vote por los dos recursos, pero está claro que si ambos pasaran a la instancia de noviembre, habría cuatro opciones:

1. Votar la derogación parcial
2. Votar la derogación total
3. Votar por mantener la ley
4. Votar en blanco.

No sería posible que la 1. o la 2. por separado obtuvieran el 50 por ciento más uno de los votos.

La Comisión Nacional convocada por el PIT-CNT resolvió hacer el llamamiento a la ciudadanía el 20 de diciembre en el marco de este acuerdo. Parece claro y razonable que el movimiento sindical ratifique la decisión de la Mesa Representativa del 9 de diciembre, que impulsó la movilización por las firmas de la impugnación parcial y la permanencia en la Comisión Nacional.

"Poco Legible"

005

920263

La nueva política salarial

La pauta presentada por el gobierno para la homologación de los próximos convenios salariales, busca, sin ninguna duda una rebaja de los salarios en el sector privado. Los criterios anunciados hace un tiempo para el ajuste salarial del sector público, implicarán, sin lugar a dudas, una reducción del poder adquisitivo de estos salarios, particularmente en las empresas públicas, aunque también en el gobierno central. Con las actuales pautas se completa, para el sector privado, lo anunciado por el gobierno en el sentido de que los salarios deben descender en 1992.

La nota entregada por el gobierno el martes 24 dice que el aumento salarial máximo a homologar en el período abril de 1992 a marzo de 1993 será del 35%, cifra que está determinada por las condiciones de competitividad del país. Al tiempo se informa que ésta cifra es la estimación que el gobierno realiza sobre la inflación en ese mismo período.

Si esta estimación se cumpliera, el aumento salarial equivaldría a la inflación, con lo que no se produciría una caída en los salarios. Sin embargo el gobierno no admite ninguna adaptación de esta pauta en caso que la inflación supere esa cifra. Con esto muestra que una inflexibilidad cuyo objetivo no puede ser otro que que la rebaja del salario real.

Nadie puede creer que en los próximos doce meses la inflación será del 35%. En 1991 fue del 81%, y la tendencia anualizada de los tres primeros meses de este año es de algo más del 60%. Es inimaginable, con los anuncios de política económica realizados hasta ahora, que la inflación se reduzca a esos niveles. O el gobierno prepara un shock recesivo como el aplicado en otros países latinoamericanos, cuyas consecuencias son una drástica caída en la ocupación y los niveles de ingreso o simplemente mantiene la actual política y se produce una caída en los salarios reales. Dentro de la filosofía expuesta por este equipo económico no existe otra alternativa y las dos anteriores son negativas para el nivel de vida de la población.

Asombra la falta de explicación de la propuesta y la cantidad de situaciones que la misma no contempla. El gobierno no explica, ni presentó hasta ahora en ningún ámbito, cuales son los estudios de competitividad que indican que el salario privado no debe crecer más que el 35% en los próximos doce meses. En la Comisión Sectorial del Mercosur, en la cual este tema se trata reiteradamente y en donde existen delegados de múltiples reparticiones del Estado, no se presentaron tales estudios y cuando el delegado de un Ministerio informó que "algo están haciendo" se trata de trabajos no concluidos y, por lo que se sabe, muy parciales.

En qué situación quedan los trabajadores cuyos convenios aún no concluyeron y que por lo tanto tendrán uno o dos aumentos más en este año, los cuales quizá alcancen a superar o estar cerca del 35%. ¿Se congelará su salario hasta marzo de 1993?

La pauta no impide aumentos salariales superiores al 35%, pero ellos sólo pueden ser acordados por empresarios y trabajadores a nivel de empresa (o a nivel de rama, pero que, al no ser homologados se limita a las empresas afiliadas a la cámara empresarial, lo cual es equivalente a un acuerdo de varias empresas, que no están obligadas a cumplir el resto de las empresas de la rama, como ocurría hasta ahora). En las ramas donde existe competencia efectiva, los acuerdos a nivel de empresa modifican los costos relativos de las empresas que firman y que no firman convenios salariales, favoreciendo a las que no lo firman. Es previsible entonces que haya aumentos superiores en empresas donde exista un fuerte sindicato, en las que las medidas de lucha amenacen cumplir compromisos de producción o exportaciones u otra situación similar.

Pero siempre será resultado de la lucha, con lo que la conflictividad aumentará. El gobierno no ha valorado lo suficiente qué influencia han tenido los convenios salariales firmados en la reducción de la inflación y en el crecimiento del producto, pero con la conflictividad prevista, es muy difícil que las metas inflacionarias anunciadas puedan cumplirse.

El anuncio efectuado no busca otra cosa que "flexibilizar" la fijación de los salarios, lo cual no es sino una forma original de referirse a la "rebaja" de los salarios, pues flexibilidad ya existía en la política anterior, como se demuestra en este informe. La decisión del gobierno se produce cuando una serie de analistas económicos, periodistas y autoridades de gobierno, incluido el Presidente, han afirmado que el salario debe bajar. Han fundamentado esta afirmación en una serie de argumentos rebatibles y han omitido algunos hechos que sin embargo son relevantes. En este informe se analizarán estos argumentos y se indicarán algunos hechos que permiten considerar la situación salarial de una óptica más realista. Finalmente se harán algunas consideraciones sobre uno de los temas de mayor relevancia para nuestro país, el de la competitividad. El

"POCO LEGIBLE"

mismo es el principal argumento para fundamentar la rebaja salarial. Sin embargo, se hace del mismo un tratamiento simplista, que en las condiciones de nuestro país, puede tener resultados contraproducentes, incluso para la propia competitividad.

1) El argumento del retraso cambiario

Distintos medios de difusión, analistas y ministros han dicho que el salario no puede crecer apoyándose en el siguiente argumento más o menos así: "el dólar ha caído en el último años, mientras el salario creció. Esto significa un aumento de costos mientras se reducen los ingresos. Aunque el dólar no tenga un nuevo retraso en 1992, la situación no puede mantenerse".

El argumento tiene un error básico: sólo es válido para los sectores que exportan el 100% de su producción. No hay ninguna rama industrial en esta situación. Es más, ninguna rama exporta más del 80%; solo dos exportan alrededor del 70% de su producción (vestimenta y cuero). Hay un grupo de ramas que exportan algo más o algo menos de la mitad (alimentos, textiles, calzado, productos de loza). Otro grupo exporta entre el 10 y el 30% (papel, químicas, caucho, minerales no metálicos). Muchas ramas exportan menos del 10% de lo que producen (bebidas, madera y muebles, imprentas, plásticos, metálicas básicas).

Hay una gran cantidad de trabajadores de la actividad privada, para los que este argumento no es aplicable porque trabajan enteramente para el mercado interno. Están en esta situación, el comercio, el transporte, la salud, la enseñanza, etcétera.

En conclusión el hecho que el dólar se haya retrasado con respecto a los precios no es razón para reducir el poder de compra de los trabajadores privados, porque se basa en un razonamiento que se aplica (y sólo en parte) a una ínfima minoría de trabajadores.

Porcentaje exportado por las ramas industriales

Menos del 10%	Bebidas, Madera, Muebles, Imprentas (?), Plasticos, Vidrio, Metalúgicas báricas
De 10 a 30%	Papel (11%), Química (29%), Caucho (15%) Minerales no metálicos (11%)
De 30 a 60%	Alimentos (36%), Textiles(41%), Calzado 43%), Objetos de loza y barro(45%)
De 60 a 90%	Cuero (70%), Vestimenta (69%)
Más de 90%	--

Fuente: Encuesta industrial de la Dirección General de Estadística y Censos

2) La productividad creció más que el salario

La productividad es una medida de la eficiencia del trabajo. Es decir, es una medida de cuánto produce el trabajador en una hora de trabajo. Un aumento de la productividad significa que con la misma cantidad de trabajo se obtuvo un producto mayor.

El gobierno dijo que para fijar el salario debía tenerse en cuenta la evolución de la productividad. Por alguna razón nadie habla de ello ahora.

Si en un año la productividad no creciera sino que se mantuviera constante, para que los trabajadores mantengan su participación en el producto, el salario debe mantener su poder adquisitivo. Si éste se reduce, entonces hay una redistribución de producto desde el trabajador a otro sector de la sociedad, habitualmente hacia el empresario (dependiendo de la evolución de los otros precios de la economía).

En los últimos dos años se verificó la siguiente evolución:

El salario real del sector privado se redujo 6% en 1990 y aumentó 6,2% en 1991. Por lo cual el nivel de 1991 es el mismo que el de 1989.

La productividad de la industria (único sector para el cual existen cifras) creció en 1990 casi 6% (5,85) y volvió a crecer en 1991 más de 6,5% (6,58). Es decir que en los dos años creció más del 12% (12,82).

Esto significa que la productividad fue en 1991 un 12% mayor que la de 1989, mientras el salario real está al mismo nivel. La conclusión es que si los salarios se hubieran ajustado por la productividad serían, en 1991, un 12% más elevados de lo que son.

3) La flexibilidad en las ramas de exportación

Los sectores exportadores, son los que podrían estar perjudicados por las políticas económica (de fijación del dólar y de salarios), ya que a ellos si puede aplicarsele el razonamiento del retraso cambiario visto anteriormente. Sin embargo ellos están en una situación particular. Los convenios salariales que se firmaron en la ronda de setiembre del 90 establecían cláusulas de salvaguardia según las cuales si el dólar se retrasaba en más de un cierto porcentaje el convenio caía. Como el dolar se retrazó, los convenios cayeron y el crecimiento del salario en estos sectores fue muy inferior a los otros, e incluso en algunos disminuyó, como en la marroquinería. Es decir que la flexibilidad que el gobierno pide para los sectores que pudieran tener problemas, en realidad, ya estaba incluida en la negociación salarial anterior.

4) En la industria no hubo una redistribución a favor de los trabajadores

A pesar de la suba del salario real, en 1991 no hubo una redistribución de ingreso de los empresarios hacia los trabajadores. Por el contrario, el ingreso real de los empresarios creció más que el de los trabajadores.

Si consideramos que el 80% de la producción industrial es vendido en el mercado interno, (y por lo tanto solo el 20% es exportado), para calcular los ingresos del sector debe tenerse en cuenta el valor del dólar, para el porcentaje exportado y los precios mayoristas del sector para las ventas en el mercado interno.

Los calculos para el total de la industria manufacturera indican que mientras en los dos últimos años el ingreso ponderado por la productividad se multiplicó por 4,28, el salario se multiplicó por 4,07. Estas cifras son indicativas de que no hubo una redistribución del ingreso industrial a favor del trabajador, a pesar que el salario real haya crecido en el último año.

Podría pensarse que la situación es totalmente diferente para las ramas que realizan importantes exportaciones, por el retraso cambiario. Sin embargo no es así. Por la cláusula de salvaguardia de los convenios salariales, los salarios crecieron poco o no crecieron, aunque la productividad creció, también en estos sectores.

Estos hechos indican sin dudas que la política salarial anterior era lo suficientemente flexible para no llevar a la quiebra a ningún sector industrial y que si éstos se encuentra hoy en dificultades no es por responsabilidad de los salarios.

5) Las cifras de los últimos años contradicen las afirmaciones oficiales

El gobierno dice temer un crecimiento de la desocupación y una disparada de la inflación si los salarios siguen creciendo. Debemos ser realistas sobre lo que efectivamente está ocurriendo. Por ello a este razonamiento deben hacérsele precisiones.

a) El salario real privado creció en 1991, pero sólo recuperó lo perdido en 1990. Hoy está al mismo nivel que en ese año.

b) Se escucha decir que si el salario crece se disparará la inflación. Sin embargo en 1990 el salario cayó y la inflación aumentó de 89% en 1989 a 129% en 1990. Mientras tanto en 1991, el salario real creció y la inflación bajó a 81%.

c) También se dice que si el salario sube habrá más desocupación. Sin embargo a pesar de la suba de salarios de 1991, en este año la desocupación se redujo.

1991 fue un año muy rebelde para los liberales ortodoxos. Hubo crecimiento del salario, pese a lo cual la inflación y la desocupación se redujeron y tampoco hubo recesión: el producto se estima tuvo un crecimiento que ronda un 3%.

6) Aumentar la competitividad es distinto de bajar indiscriminadamente los costos

Se habla que con la rebaja arancelaria y la política de apertura, los salarios tienen que llegar al nivel de los países vecinos, pues de otra forma no podremos competir.

Esta visión de lo que es la competitividad, debe reconocerse que es fácil de comprender, pero es absolutamente simplista. ¿Es que alguien puede ser tan ingenuo de creer que la reducción de los salarios al nivel de los países vecinos, o incluso de la energía, o de otro costo, va a alejar el efecto de las economías de escala que resultan del hecho que las fábricas brasileñas son decenas o centenares de veces mayores que las nuestras?

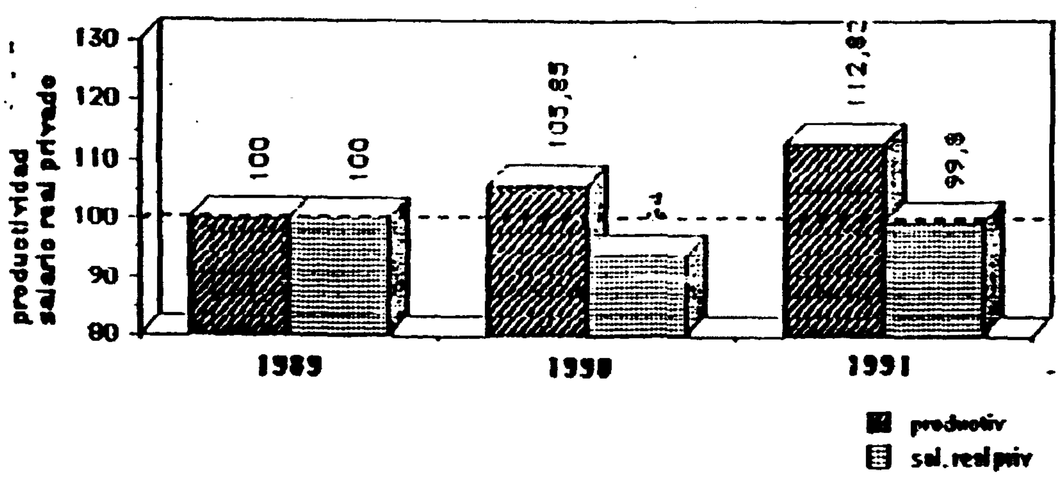
Un país como Uruguay no puede mejorar su competitividad por esta vía sino por el estudio de qué especialización o la utilización de qué segmento de mercado o qué nivel de calidad es el que permitirá la inserción y competitividad de nuestras fábricas. Esto supone estudios específicos de los sectores, de su reconversión posible, de qué nivel de capacitación del trabajador necesita, de qué tipo de tecnología, de la modernización de los sistemas de gestión.

Indudablemente esto es más difícil, pero no hay otro camino. El que intenta el gobierno reduciendo los salarios, es un camino falso, no es más corto, porque no va a ningún lado. No se aplica a países con las características del nuestro. En cambio, Uruguay tiene ventajas con respecto a los países vecinos, que podría acentuar y hacer de ellas sus ventajas competitivas. Pero ello exige definir una política específica y supone saber qué país es posible, qué ramas de la industria y el agro tienen posibilidades de crecimiento. No seríamos el primer país en la historia que intenta resolver estos grandes dilemas productivos convocando al conjunto de la sociedad, que es la mejor manera de hacerlo. Sin embargo es imprescindible una decisión política, que lleve a encarar la política económica como parte de una política de desarrollo, con la promoción y no desmantelamiento de la industria y el agro, siendo selectivo en la promoción y aportando el financiamiento necesario. Una visión de este tipo exigiría una política fiscal diferente de la actual. Hoy se intenta bajar el gasto en forma uniforme en todas las áreas. Nadie puede negar que es mejor un presupuesto equilibrado. Pero este objetivo debe resolverse en el marco de las metas del desarrollo, lo cual puede determinar que sea necesario aumentar y no disminuir algunos rubros del gasto.

El caso de la enseñanza parece estar fuera de discusión. Uruguay tiene ventajas para especializarse en rubros que exijan un trabajo de elevada capacitación, para lo cual tenemos mejores condiciones que los países vecinos. Pero ello supone una mejora de la enseñanza y no el desmantelamiento que se está dando actualmente, donde los profesores y maestros no pueden sobrevivir con sus míseros salarios y dejan la docencia. Este es solo un ejemplo y existen otros de cómo reducir el gasto en forma pareja, para lograr la meta del equilibrio fiscal es contraproducente con los objetivos de desarrollo y mejorar en la competitividad.

Este tema no puede discutirse a nivel de los consejos de salarios, pero existen distintos ámbitos donde sí puede hacerse, o puede crearse uno específico a estos efectos, que permita tratar todos los problemas vinculados a la reconversión de la producción y del trabajo. Sin embargo debería quedar claro que intentar rebajar el poder adquisitivo de los salarios para aumentar la competitividad no tiene ni un fundamento válido (dada nuestra estructura industrial), ni es una estrategia fundamentada en la experiencia de otros países que sí se reconvirtieron y elevaron su competitividad internacional.

productividad y salario privado (1990-91)



INFORME PRESENTADO POR LA TERNA ELECTA PARA EL BPS A CONSIDERACION DE LA MESA REPRESENTATIVA

Sobre los criterios de actuación de la Terna

1.
Se tratará de actuar colectivamente en todas las instancias posibles, tanto en el propio Directorio del BPS como en actividades previas y derivadas de la misma, implicando decisiones, opiniones, propuestas, apariciones públicas, etc.

2.
Definirá su actuación de acuerdo a los principios y programas del PIT-CNT, sus estatutos y las leyes nacionales pertinentes.

3.
Presenta su renuncia ante la Mesa Representativa del PIT-CNT sin fecha, a disposición de este organismo, reafirmando su carácter de representante de los trabajadores activos. El PIT-CNT estatutariamente es quien define los grandes lineamientos y la política del movimiento sindical en seguridad social, y dentro de dichos parámetros, la terna y su representante ante el Dtorio. del BPS tendrá la autonomía y flexibilidad de actuación necesarios para los hechos puntuales y cotidianos.
Deberán definirse orgánicamente los mecanismos de relación de la terna con la Mesa Representativa, su Secretariado Ejecutivo, la Comisión de Seguridad Social, las organizaciones sindicales en general y ATSS en particular.

4.
Promoverá la profundización de la moralidad administrativa y la transparencia y máxima comunicación en su accionar ante los trabajadores, sus organizaciones y la población. Promoverá la efectividad, cristalinidad, descentralización y democratización de la gestión de gobierno en esta área de la seguridad social. Insistirá en la lucha contra los privilegios, fraudes, evasiones, prontos-despachos, etc.

5.
El salario a percibir por el miembro de la terna que sea designado por el Poder Ejecutivo de acuerdo a la ley, será determinado por el PIT-CNT, así como de los otros representantes que eventualmente puedan ocupar responsabilidades a nombre del PIT-CNT.
Los miembros de la terna presentarán ante el PIT-CNT una declaración de bienes personales.

6.
De acuerdo a resoluciones del PIT-CNT, se convoca desde ya a todas las organizaciones sindicales así como de jubilados, empresarios, etc. interesados en la problemática de la seguridad social, para mantener reuniones, recibir opiniones y propuestas, coordinar acciones, etc., sobre la temática en general así como sobre el proyecto del gobierno actual, en particular. Este planteamiento es parte de la política de amplitud y relacionamiento de la central en general.

7.
Se entenderá la Seguridad Social en su globalidad: en relación con 3 millones de uruguayos y la situación económico-político-social del país, comprendiendo prestaciones a pasivos y activos.

1er. Informe de actividades de la Terna al 22.3.92

A partir de su designación por la Mesa Representativa el pasado 20.2.92, la terna como tal, ha realizado las siguientes actividades:

- 7 reuniones de la terna para considerar: criterios de actuación de la misma, siutación de la Seguridad Social y análisis del proyecto presentado por el gobierno como ley de urgencia. Se realizaron los días 24 y 25 de febrero, 5, 9, 11, 17 y 20 de marzo.

010

9202363

E8 6ƧUEC

4-10

Actividades que incluyen Plenario Nacional de Delegados de ATSS (7.3), reunión con el Presidente del BPS Dr. R. Saldain (10.3), con la ONAJPU (10.3), Conferencia de Prensa en el PIT CNT con criterios de actuación de la terna y respuesta preliminar al proyecto del gobierno (13.3) y 2 reuniones con el Frente Amplio (una preparatoria el 16.3 y otra con su Comisión de Seguridad Social el 19.3) para analizar el proyecto del gobierno; entrevista con la Comisión de Asuntos Laborales y Seguridad Social del Senado (27.3), entrevista con la Bancada del PGP (1/4).

- Informe primario a la Mesa Representativa el 10.3 sobre las primeras actividades y criterios de la terna.

En general coincidimos en que la terna ha comenzado intensamente su trabajo en forma colectiva, además de las actividades de cada uno de sus miembros (por ejemplo gira por el interiorpor ATSS del Cro. Bertoni del 16 al 21 de marzo), con buena presencia en sus sesiones salvo ausencias justificadas de algunos de sus miembros y con la participación periódica del Cro. D'Elia.

A la fecha se encuentran elaborados informes escritos sobre:

- Criterios de actuación de la terna
- Propuestas sobre plan de actividades
- Resumen de opiniones sobre el proyecto del gobierno
- Resumen de propuestas programáticas del mov. sindical sobre seguridad social.

PROPUESTA SOBRE PLAN DE ACTIVIDADES DEL PIT-CNT Y LA TERNA AL BPS SOBRE LA PROBLEMATICA DE LA SEGURIDAD SOCIAL

1)
Considerar posiciones a sumir por el PIT-CNT ante la designación por el P.E. del representante ante el Directorio del BPS.

- vencimiento del plazo legal el 9.3.92
- fecha de solicitud de personería jurídica por el PIT-CNT
- posibilidad de alteración del orden (titular y suplentes) resuelto por la Mesa Representativa
- condiciones, responsabilidades e incompatibilidades de los miembros de la terna, según leyes Orgánica y de Integración del BPS, y Constitución de la Rca. (se solicita informe jurídico sobre el tema).
- criterios de actuación de la terna (en base a informe respectivo)

2)
Creación de un archivo sobre Seguridad Social en el PIT-CNT, a disposición de la terna y la MR, asignando un lugar en su sede y conteniendo:

- selección calificada de artículos periodísticos, grabaciones, etc.
- documentación oficial: leyes decretos y proyectos de ley
- documentos sindicales: de la Comisión y Revista de la Seguridad Social, de ATSS, de la MR y SE, de organizaciones afines.
- documentos importantes de organizaciones políticas.
- documentos y boletines del BPS (de la Asesoría Económica y Actuarial, etc.)

3)
Plan de actividades y convocatorias propuesto: (ver punto 7)

- resolver sobre la posibilidad de nueva reunión con Dr. Saldain planteada por él mismo en ocasión de la efectuada el 10-3, incluso haciéndose presente en el PIT-CNT.

- solicitud de reuniones sobre proyecto de emergencia sobre pasividades y sobre proyectos de prestaciones en actividad (ej.: seguro de desempleo y asignaciones familiares) y en los temas de administración y gestión del BPS (ej. proyecto de empresa chileno-estadounidense SONDA y otros):
  - a organismos oficiales: MTSS, MEF, OPP, BPS
  - org. gremiales: ONAJPU, y otras de pasivos, Coord. Jubilados PIT-CNT y Com. Seg. Social PIT-CNT,

011 POCO LEGIBLE 9202963

ATSS

- organizaciones empresariales: CIU, ARU, FR, CEU
- sectores politicos, legisladores
- Comisiones parlamentarias sobre el tema
- Cajas paraestatales: bancaria, notarial y Prof. Universitarios
- Caja Militar y Policial

- Convocatoria urgente a la MRNA

- realizar gira por el interior del pais

- plan de asambleas por organizaciones sindicales

- actividades especificas por sectores particularmente involucrados: trabajadores entre 45 y 55 años de edad; de actividades insalubres; discapacitados; usuarios de servicios de asignaciones familiares; amparados en seguro de paro, etc. (a via de ejemplos).

- movilización conjunta con ONAJPU el 25-3 y siguientes; respuesta ante la entrada y consideración en el Parlamento del proyecto de urgencia y otros sobre prestaciones en actividad

- posibilidad de realizar un Congreso Nacional sobre Seguridad Social a mediano plazo o similar, propuesto por ATSS.

4)
Analizar posibilidades de otros tipos de financiamiento distintos a los tradicionales para las prestaciones a pasivos y/o activos de la seguridad social (ej. actividades productivas del BPS, impuestos directos redistributivos de la riqueza, etc).

5)
Relaciones internacionales sobre seguridad social: OIT, organizaciones sindicales y afines en paises del MERCOSUR, Congreso Iberoamericano de Seguridad Social, sub-comisión de Relaciones Laborales de la Comisión Intersectorial del MERCOSUR, etc.

6)
Considerar la necesidad de un equipo técnico asesor de la terna incluyendo un asesor económico en la problemática de la seguridad social, del cual carece el PIT-CNT.

7)
Considerar estrategia politico-sindical del PIT-CNT ante la problemática de la seguridad social con carácter inmediato:

- en su relación directa con la politica neoliberal y la integración a la región y al mundo;

- en la globalidad de la seguridad social para activos y pasivos comprendiendo a 3 millones de uruguayos: proyecto de urgencia sobre pasividades, proyecto sobre seguro de paro y asignaciones familiares, decreto sobre liberalización de cuotas mutuales, rebaja de cuota de DISSE a mutualistas y afiliados al BPS y decreto de registro de contribuyentes, empresas y afiliados al BPS (ya aprobados), ley de integración del Directorio por sectores sociales (ya aprobado);

- coincidencia de presentación dramática y urgente de reforma de la seguridad social con la aceptación de la integración al Directorio BPS de los trabajadores, pasivos y empresarios;

- carácter de urgencia y sus derivaciones: necesidad de 3/5 de votos para levantar ese carácter, imposibilidad de proyecto alternativo, actuación sobre Comisiones Parlamentarias.

- posiciones de los sectores politicos y de opinión pública: Jorge Batlle y el Orservador Económico en contra pero por no definirse totalmente el proyecto por la capitalización individual, contradicciones de Machiñena y otras en el P. Nacional (Zumarán, etc.)

- alianzas del movimiento sindical y de jubilados, considerando experiencias de las Comisiones Nacionales de vivienda y Referendum (Estado y Voto verde), experiencia de ONAJPU, etc.

Poco Legible

012

9202963

FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA
P.I.T. - C.N.T.

La Mesa Directiva Nacional de la Federacion de Obreros Y Empleados de la Bebida , rewunida el dia 1 de Abril de 1992,para analizar la situacion que vive nuestro Movimiento Sindical a resuelto elevar a la discusion de la Mesa Representativa las siguientes consideraciones =

La actual situacion de crisis que nuestro pais vive no es producto solamente de esta realidad coyuntural, sino la culminacion de un proceso de 30 anos de estancamiento productivo que en gran parte tiene que ver con Gobiernos que apoyaron a industriales y sectores productivos con poco ó ningun interes con el futuro del pais.
La nueva realidad internacional que enfrenta nuestro pais y latinoamerica obliga a los sectores comprometidos con el desarrollo futuro a repensar el papel que hasta el presente han jugado.
El Movimiento Sindical consiente de la realidad promovio en el ano 1990 la convocatoria al Debate Nacional, con la intencion no de generar solamente un lugar mas de reunion sino, con la finalidad de plantear, discutir y buscar puntos de acuerdo con el Gobierno y los empresarios sobre los temas trascendentes que debia enfrentar el pais en un futuro inmediato, como por ejemplo las politicas globales sobre empleo, salario,reconversion industrial, sociales,rol del Estado.
Si bien estos sectores concurrieron a la convocatoria del M.Sindical, su actitud no fue la de encontrar soluciones concretas a los temas planteados, en la actualidad algunos de ellos como la Camara de Industrias,por boca de su Presidente manifiestan su preocupacion por el futuro e intentan levantar banderas como la defensa de los puestos de trabajo,que mas que esta razon buscan defender sus propios interese de cualquier forma no hay duda que la politica economica del Gobierno afecta por igual a trabajadores, jubilados ,cooperativitas, productores agropecuarios e industriales .
Se intenta llevar al pais a situaciones de reconversion productiva innegablemente necesaria para ubicarlo en condiciones de competencia internacional, sin los acuerdos necesarios (tal como la experiencia lo demuestra) que permitan que esta se realice con el minimo costo social y repartiendo las responsabilidades entre los distintos actores sociales en funcion de su capacidad.

La Directiva de la F.O.E.B. en funcion de lo anteriormente analizado entiende necesario que el conjunto del Movimiento Sindical afronte la discusion tecnica y politica sobre el pais que queremos, tenemos la sensacion de que queremos cambiar algo negativo para el pais, pero no hemos podido encontrar con que sustituirlo.
Esta tarea supera las posibilidades de cualquier sector aislado,por eso creemos llegado el momento de hacer una convocatoria a industriales, productores agropecuarios , Universidad de la Republica,sectores politicos,cooperativistas,intelectuales,al propio Gobierno y todos aquellos sectores afectados, para la discusion concreta del tema reconversion productiva y su impacto social.
Entendemos por discusion concreta aceptar madura y realmente todos las partes que participen de la misma ,los cambios que inevitablemente sucederan y la busqueda practica de soluciones a los problemas que los mismos traeran.

1989 1990 1991

produotiv
sal.realpriv

Poco Legible

En lo referente al accionar del Movimiento Sindical proponemos =

1) encarar esta politica de discusion con los demas sectores sociales conjuntamente con la realizacion de movilizaciones que busquen difundir las propuesta que elabore la Central asi como conjuntar fuerzas para la concrecion de las mismas.

1.1.) participacion de los companeros dirigentes del secretariado en las asambleas en los lugares de trabajo.

1.2.) apoyo concreto de los gremios que no pasan por situacion de conflictos a aquellos que estan en lucha.(rodear las fabricas en conflicto,apoyo economico y propagandistico,etc.)

1.3.) encarar una campana publicitaria que difunda los problemas del empleo,salario y otros dirigida a aquellos sectores mas indiferentes y de mas dificil sindicalizacion.(juventud,trabajadores informales,interior.)

2) que la Mesa Representativa tome su verdadero rol de organo de discusion de las politicas de la Central y deje de ser un lugar donde solo proponemos movilizaciones.

3) la FOEB acompanara las medidas resueltas siempre que las mismas tiendan a encarar la solucion de objetivos previamente analizados, discutidos y resueltos.
La claridad de la definicion de los objetivos es hoy vital no solo para los trabajadores sindicalizados sino para el conjunto del pueblo, no podemos embarcarnos en hechos que no esten claramente entendidos por el conjunto de los uruguayos.

1 de Abril de 1993

MESA DIRECTIVA DE LA F.O.E.B.

"Poco Legible"

014

0000863

Organización Funcionarios de Pluna
(M.S.C. – PIT-CNT)

Montevideo, 1º de abril de 1992.-

COMPAÑEROS

MESA REPRESENTATIVA

GREMIOS FILIALES DEL PIT-CNT

Por la presente informamos a Uds. que nuestro gremio ha logrado las firmas necesarias (17 101) para la IMPUGNACION TOTAL DE LA LEY 16 211. De más está decir nuestro orgullo, alegría y satisfacción de haber logrado tamaña proeza, que no es por cierto la primera de nuestro gremio.
A modo de ejemplo nombramos:
- Huelga de cuarenta (40) días en el año 1961.
- Huelga general de 1973, siendo de los últimos gremios en levantarla.
- Huelga del 4 de marzo de 1985, que en sesenta y dos (62) horas logramos sacarnos las botas militares apenas reanudada la democracia.
- Por último, para nosotros el histórico 29 de marzo de 1992, la presentación de 17 101 firmas contra la Derogación Total de la Ley 16 211, en un movimiento exclusivo de trabajadores con un escaso apoyo a nivel gremial y político..

Creímos y seguimos creyendo en la inteligencia de nuestro pueblo, no en vano apostamos a ello.
Creímos y seguiremos creyendo hasta que no nos demuestren lo contrario que la lucha, la movilización , las convicciones y los principios son las herramientas válidas para llegar a esta y muchas otras proezas populares.

También seguimos creyendo que la decisión adoptada por el Secretariado Ejecutivo del PIT- CNT, fue equivocada al solo aceptar la derogación parcial de solamente cinco (5) artículos de una ley nefasta de treinta y dos (32) artículos con un apoyo político a nuestro juicio y entender insuficiente y carente de representatividad popular.

La decisión adoptada por la Mesa Representativa del 9 de diciembre de 1991, fue apresurada y sin el debido análisis, tomando en cuenta la enorme importancia del tema privatizaciones, que como todos sabemos es punto neurálgico e ideológico de la política neoliberal de este gobierno y por lo cual hemos luchado a brazo partido desde el nacimiento del nuevo período democrático.

Maldonado 1287 – MONTEVIDEO, URUGUAY

015

9202963

No obstante estas consideraciones y nuestra disconformidad con lo actuado seguimos respetando la resolución adoptada en ese entonces, apoyando también la impugnación parcial de la Ley de Empresas Públicas, decisión soberana de la mayoría de los gremios representados en esta Central.

Vale destacar además que nuestras críticas las hemos realizado en este ámbito, donde corresponde, y ni una sola expresión pública de atentado a la unidad de los trabajadores ha salido de nuestra parte a pesar de los esfuerzos que para ello han hecho los medios de prensa que todos ya conocemos.

Es en base a nuestro proceder recto, principista, sin fisuras y apostando al pueblo oriental que hoy solicitamos a esta Mesa Representativa:

1) reconsiderar la posición de la Mesa Representativa de fecha 9 de diciembre de 1991, apoyando todo el movimiento sindical la IMPUGNACION TOTAL DE LA LEY DE EMPRESAS PUBLICAS;

2) Repartir este documento en todos los gremios del país y adoptar una posición concreta de apoyo o no a nuestras movilizaciones.

Sin más, saludamos atentamente por OFP

Gerardo Gadea

Humberto Santangelo

A TODOS LOS SINDICATOS.

Los días 24 25 y 26 de mayo se realizará un seminario nacional y regional sobre el MERCOSUR.

El objetivo del seminario es triple :
a) avanzar en la discusión de la problemática y los desafíos que este proceso de transición al Mercado Común genera al movimiento sindical.
b) Definir una estructura organizativa por rama y por región del Interior con responsables por sindicato y por Plenario para la reforma de la Central en el tema de la Integración Regional.
c) Compartir con los temas de gran importancia como son las relaciones laborales frente al MERCOSUR, las experiencias y posiciones de los ... de las demás centrales de la región.

En función de lo anterior el primer día estará destinado a la discusión de un documento de base elaborado por la Comisión de MERCOSUR del PIT - CNT, sobre los ejes centrales de la problemática en el corto plazo.
El segundo día agrupados por sector de actividad o región se discutirán los efectos más visibles que ya se están dando en el lugar de trabajo derivados del MERCOSUR.
Para ello cada delegado sindical deberá elaborar una aproximación a un diagnóstico de como él y sus cros/as de sindicato ven las consecuencias que ya están operando en vías de operar en su rama de actividad o departamento.
Este diagnóstico debe hacerse por escrito.
El tercer día (primer día del seminario regional) se participará en las actividades generales del seminario regional sobre el tema de relaciones laborales.

PERFIL DE LOS DELEGADOS

Los delegados deberán ser los cros/as que cada sindicato designa (algunos ya están definidos) como responsables del tema MERCOSUR de aquí en adelante.
Serán la referencia para la central en este tema.
Además los delegados del interior deberán ser, en caso de que se defina la participación, los delegados a la Comisión Sectorial del Departamento.

Se pide a los sindicatos y a los Plenarios que envíen los nombres de los delegados antes del 15 de mayo a efectos de planificar el trabajo y enviarle, en caso de que sea posible, el documento de base del primer día.

COMISION DE INTEGRACION REGIONAL
PIT - CNT

Transcripción en foja 045

Doc. con partes ilegibles

INICIATIVA NACIONAL SOBRE SEGURIDAD SOCIAL

1.

EL PIT-CNT RECHAZA EL PROYECTO LLAMADO DE REFORMA JUBILATORIA A CONSIDERACION DEL PARLAMENTO CON CARACTER DE URGENCIA.
EN FUNCION DE LA SITUACION GENERADA EN EL PAIS, DE LA IMPORTANCIA DEL TEMA Y DE LA NECESIDAD DE ENCONTRAR CAMINOS AMPLIOS Y NACIONALES DE SOLUCION PARA UNA VERDADERA REFORMA DE LA SEGURIDAD SOCIAL, REALIZAMOS ESTA PROPUESTA, ABIERTA A LA CONSIDERACION DE TODOS LOS SECTORES SOCIALES Y POLITICOS DEL PAIS.
CONSIDERAMOS QUE LA SEGURIDAD SOCIAL ES UN PROBLEMA PARA LOS 3 MILLONES DE URUGUAYOS Y QUE DEBE CONSIDERARSE GLOBALMENTE, NO SEPARANDOSE LA REFORMA JUBILATORIA DE LAS PRESTACIONES A TRABAJADORES (SEGURO DE PARO, DE ENFERMEDAD, ASIGNACION FAMILIAR, ETC.). POR LO MISMO ALERTAMOS SOBRE EL PROYECTO JUBILATORIO PERO TAMBIEN SOBRE OTROS PROYECTOS PARALELOS SOBRE EL TEMA, ASI COMO ALGUNOS DECRETOS YA VIGENTES.

2. PROPUESTA

A. DEROGAR EL CARACTER DE URGENCIA CON EL COMPROMISO DE BUSCAR EN UN PLAZO DE 9 MESES, LA POSIBILIDAD DE ELABORAR UN NUEVO PROYECTO NACIONAL GLOBAL DE SEGURIDAD SOCIAL, CONSIDERANDO TODO LO ELABORADO HASTA EL MOMENTO Y LO QUE SE APORTE EN LOS PROXIMOS 3 MESES.

B. DURANTE ESTE PROCESO DE ELABORACION, PROCEDER A:
- INTEGRAR EL DIRECTORIO DEL BANCO DE PREVISION SOCIAL, CON EMPRESARIOS, JUBILADOS Y TRABAJADORES, PROFUNDIZANDO LA MEJORA DE SU GESTION.
- INTEGRAR DESDE YA COMISIONES ASESORAS PARA CADA AREA DEL BPS Y POR CADA CENTRO DEPARTAMENTAL.
- COMENZAR LA APLICACION DE LA LEY 16190 SOBRE REGISTRO OBLIGATORIO DE EMPRESAS CONTRIBUYENTES Y TRABAJADORES, E INCENTIVAR LA APLICACION DE LA LEY DE REFINANCIACION DE DEUDAS CON EL BPS (AMBAS APROBADAS POR UNANIMIDAD POR EL PARLAMENTO), DE MODO DE AVANZAR EN EL CONTROL Y FISCALIZACION, COMBATIENDO LA EVASION, JUNTO A OTROS MECANISMOS POSIBLES.
- ESTUDIAR SERIAMENTE LAS BASES ECONOMICAS Y FINANCIERAS DE TODO EL SISTEMA DE SEGURIDAD SOCIAL: PASIVOS, ACTIVOS Y GESTION ADMINISTRATIVA. PERSPECTIVAS A CORTO, MEDIANO Y LARGO PLAZO; COSTO Y FINANCIAMIENTO PARA CADA AREA, PRESTACION Y BENEFICIO, RESPETANDO LAS NORMAS CONSTITUCIONALES EN LO REFERENTE A TRABAJADORES Y EMPRESAS.

C. CONVOCAR UN AMPLIO FORO SOBRE SEGURIDAD SOCIAL EN UN AMBITO PLURAL (POR EJEMPLO UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA), INVITANDO A TODAS LAS ORGANIZACIONES SOCIALES, POLITICAS, EMPRESARIALES, ETC., QUE QUIERAN OPINAR SOBRE EL TEMA, DANDO LAS MAXIMAS GARANTIAS DE LIBERTAD DE EXPRESION, DISPONIENDO CADA REPRESENTANTE DE UN MISMO TIEMPO DE EXPOSICION Y SOLICITANDOSE UNA SISTESIS DE DIAGNOSTICO Y PROPUESTAS. ABIERTO A LA PRENSA ,CON LA MAXIMA DIFUSION Y CON EL OBJETIVO DE BUSCAR LOS CAMINOS PARA ELABORAR ESA

Transcripción en hoja 46

PROPU[illegible]ACIONAL SOBRE SEGURIDAD SOCIAL IMPRESCINDIBLE. SE PRO[illegible] INICIARLO EN LA PRIMERA SEMANA DE MAYO.

CONVOCAR [illegible]NA MOVILIZACION CONJUNTA DE LOS TRABAJADORES CON [illegible]RGANIZACIONES DE JUBILADOS Y OTROS SECTORES SOCIALES [illegible]POLITICOS, PARA LA PRIMERA O SEGUNDA SEMANA DE MAYO [illegible]NTEVIDEO, JUNTO AL PCIO. LEGISLATIVO, EN EL MARCO [illegible] DISCUSION PARLAMENTARIA ACTUAL. PARA LA MISMA SE PROPONE BUSCAR FORMAS CREATIVAS DE CONVOCATORIA Y PARTICIPACION, CONVOCANDO ESPECIALMENTE A SECTORES PARTICU[illegible]ENTE PERJUDICADOS EN CASO DE APROBARSE EL PROYEC[illegible]CIONADO. (MUJERES, TRABAJADORES MAYORES DE 40 AÑOS, [illegible]ALES, RURALES, DOMESTICOS, NIÑOS CON SUS PADRES[illegible]

ESTA [illegible]DA PODRIA REALIZARSE ENTRE LAS 10 Y 17 HORAS CON AC[illegible] CENTRAL POSIBLE, HACIA LAS 13 HORAS. LA PREPARA[illegible] DE LA MISMA SE INICIA DESDE YA INCENTIVANDOLA EN EL [illegible]ACTO DEL 1o. DE MAYO Y CON UN VOLANTE EXPLICATIVO DE ESTA INICIATIVA NACIONAL Y DE LAS RAZONES DEL RECHAZO AL PROYECTO.

JORNADAS [illegible] EL INTERIOR DEL PAIS EN LA TERCER SEMANA DE MAYO [illegible]RES A LA ANTERIOR ANTE JUNTAS DEPARTAMENTALES O LOCALES, CENTROS DEL BPS, REUNIONES CON DIPUTADOS (DE ACUERDO [illegible] LAS CARACTERISTICAS Y POSIBILIDADES DE CADA LOCALI[illegible]

CONTIN[illegible]CON LAS REUNIONES Y CONVOCATORIAS YA INICIADAS POR EL [illegible]-CNT SOBRE EL TEMA, PARTICULARIZANDO EN ESTA ETAPA [illegible] ORGANIZACIONES DE JUBILADOS; ORGANIZACIONES EMPRES[illegible]ES; SECTORES PARLAMENTARIOS.

Transcripción en foja 47

CONCENTRACIONES 1o. DE MAYO

1.
CURVA DE TAVAREZ
PZA. 25 DE MAYO DE LA TEJA
AGRACIADA Y FREIRE
Hugo De Mello

FANCAP, UOC, COT, OSAMI, STIQ, SUTEL, CUTIP, COT

2.
AGRACIADA Y GRAL. FLORES
Carlos Curbelo

AOEC, SUTEL, SUA, AUTE, SOIMA, FOL, SUTCRA, FOEMYA

3.
UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA
Rodriguez Reyes

SUNCA, AFUR, AEBU, SAG, UAOEGAS, ADEOM, FUS, FUM

4.
MILLAN Y CASTRO DESDE SAYAGO
PARQUE POSADAS
Antranic Adourian

FOEB

5.
8 DE OCTUBRE Y CURVA DE MARONAS
Luis Romero

F.CAUCHO, UNTMRA, UOC

6.
GRAL. FLORES E INDUSTRIA
LUIS A. DE HERRERA Y LARRANAGA
Luis De Muro

UNTMRA, FOT

7.
LA CRUZ DE CARRASCO
SUNCA

SUNCA, FOICA

8.
CIUDAD VIEJA
Castillos (SUANP)
SUTEL, SUANP, SUNTMA, GAS, AEBU

POCO LEGIBLE

BOLETIN MARZO '92

POR UN FUTURO DISTINTO LA LUCHA CONTINUA

Luego de 71 días de huelga, la Asamblea General del gremio, resolvió aceptar las bases del pre-Acuerdo firmado en el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, y levantar el conflicto.

Sin dudas fue una asamblea ejemplar; por el nivel de respeto y serenidad con que se analizó la situación, por la madurez y responsabilidad asumida para tomar una decisión muy difícil, muy dura y dolorosa para todos. Porque quedó claro, así lo expresaron todos quienes hablaron, que nadie quedó plenamente satisfecho con el Acuerdo alcanzado, ya que han quedado muchos compañeros fuera de la fábrica. En ese sentido, en cuanto al objetivo que teníamos planteado del reintegro de todos los compañeros, debemos admitir que no lo hemos alcanzado; esa es la realidad y así debemos entenderla; sin hacernos trampas a nosotros mismos, sin mentirnos. Pero al mismo tiempo, hubo conciencia clara de la asamblea, de que se hizo todo lo posible; se realizaron todos los esfuerzos y se agotaron todas las medidas y recursos que un sindicato tiene, para pelear por sus objetivos. Vale la pena, porque no todos lo saben, reseñar brevemente lo hecho.

71 DIAS DE LUCHA CONSTANTE

Seis días de ocupación, con desalojo violento de la planta, desde el 7 al 13 de enero. Durante su transcurso, se puso en marcha la fábrica para procesar cubiertas semielaboradas. El 17 de enero en PIT- CNT realizó un paro general de 24 horas, en rechazo al desalojo y represión policial en FUNSA.

Por tres veces entraron rompe-huelgas a la fábrica; las tres veces fueron echados por el sindicato. No hubo ni un sólo carnero; los jefes, supervisores y técnicos no realizaron tareas propias de afiliados al Sindicato. Durante 71 días paralizamos a FUNSA, productiva, comercial y financieramente; con la solidaridad de los gremios de los transportistas (SUTCRA), del Puerto (SUANP), de la estiba y de los bancarios (AEBU).

Los obreros de GEMO se negaron a armar vehículos con cubiertas que fueran sacadas por la fuerza con protección de la policía.

La lista sería muy larga. A ella habría que agregar la enorme solidaridad recibida en alimentos, propaganda y dinero por parte de todo el movimiento sindical; jubilados, organizaciones sociales y políticas de los barrios; la colaboración espontánea de gente de pueblo que se arrimó permanentemente a la Olla.

Durante 50 días mantuvimos un campamento frente a FUNSA, con la ayuda de los vecinos de Villa Española.

Impedimos así la salida de cubiertas, a pesar de que FUNSA solicitó protección policial para retirar todo su stock y quebrar con ello la huelga; y sólo se retiró una parte mínima de ese stock, con la autorización y acuerdo del Sindicato en acta firmada en el Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, como forma de evitar pérdida de mercados que perjudiquen nuestra fuente de trabajo.

Al tiempo que recibíamos solidaridad a otros gremios que estaban luchando. Así nos hicimos presentes en la ocupación de PHUASA; en Juan Lacaze con los trabajadores de CAMPOMAR; en Rosario con nuestros compañeros de FANAESA y FARGO. En otro plano, podemos afirmar que no hubo gestión posible que no se hiciera. Desde los Ministros de Trabajo, Interior y Finanzas; pasando por la Comisión de Legislación del Trabajo de la Cámara de Diputados; entrevistas a Senadores y Diputados de todos los partidos políticos; Ediles de la Junta Departamental; el Obispo de Montevideo, etc., etc.,.

A todos lados llevamos la palabra y la propuesta del Sindicato de FUNSA.

Y claro está, estuvimos 71 días con nuestra presencia en la mayoría de los barrios de Montevideo; haciendo conocer nuestro problema, recogiendo solidaridad.

Esto es brevemente, lo más importante de lo hecho.

¿Pero cuáles han sido los resultados? ¿Qué se alcanzó después de 71 días?

BALANCE PRIMARIO

Como ya dijimos, hay un objetivo -el reintegro de todos los compañeros- que no se alcanzó. Se pudo sí quebrar el concepto, que muchos consideraban inamovible, de que nadie volvería; lográndose reintegrar a seis compañeros, entre ellos tres integrantes de la Comisión Directiva.

Se habilitó además, el marco para negociar la constitución de la Cooperativa de calzado, tal cual los propios cooperativistas planteaban. En lo salarial, si bien no llegamos a recuperar todo lo perdido, se van a aumentar los ingresos en un 40% en un período corto.

Sin embargo, creemos que lo principal es el futuro. En ese sentido, los puntos que tienen que ver con el Convenio Colectivo, son sin duda los más trascendentes. Tenemos que hacer mención al restablecimiento de la Comisión Bipartita, con cometidos muy precisos; y al acuerdo en torno a mecanismos que permitan afrontar situaciones de baja del trabajo, como la reducción de horario y la rotación en el Seguro de Paro.

Al firmar estos acuerdos, hemos apostado a encontrar un camino distinto que mejore las relaciones laborales sobre la base de recuperar una confianza mutua en la negociación. Recomponer esta confianza será indispensable, aunque desde ya sabemos que no será fácil; por el contrario será un camino con muchas piedras a remover. Pero sobre todo pasa porque tanto la empresa como nosotros teníamos claro que enfrentar el desafío de mantener la fuente de trabajo de más de 900 familias, implica un esfuerzo conjunto y compartido, donde el recurso humano es el fundamental para asegurar condiciones de

POCO LEGIBLE

competitividad de lo que producimos, (por razones de costo, calidad y eficiencia", tal como dice el Acuerdo).

La situación económica mundial y del país, obliga a las empresas a reestructurarse para sobrevivir. Nuestra opinión es que esa restructura puede y debe alcanzarse de común acuerdo con los trabajadores [illegible]s, así será realmente eficaz.

El tiempo que viene nos demostrará si somos capaces o no, de que ello sea así; de nuestra parte pondremos la voluntad y la disposición para que la discusión, la negociación, el aporte de ideas para mejorar las condiciones de trabajo y la productividad sustituyan a la confrontación por la confrontación en sí misma.

Somos concientes de que no sólo de nosotros depende; pero el objetivo de mantener una fuente de trabajo, vale la pena como para apostar a un futuro distinto y mejor.

Por compartirlo totalmente transcribimos un párrafo de un artículo escrito por Juan Manuel Rodríguez (economista asesor del PIT-CNT) y publicado en BRECHA del 20 de marzo de 1992:

"Trabajadores y empresarios deberán enfrentar situaciones nuevas. De como lo hagan, de sus actitudes, de sus opciones, dependerá lo que les ocurra a nivel individual. Y también lo que ocurra a nivel nacional será consecuencia del conjunto de actitudes de empresarios, trabajadores, de lo que haga el gobierno, de lo que aporten los académicos y todos aquellos que se preocupen por el futuro de nuestro país. Muchos empresarios tendrán el destino de los dinosaurios, al igual que una parte de los puestos de trabajo. Cada vez que una empresa cierra sus puertas, escucharemos decir a los empresarios que el MERCOSUR tiene la culpa de todos nuestros males (aunque también lo dirán otros). Pero la semilla de ese destino ya habita en sus mentes, en la inflexibilidad de su pensamiento, en su comportamiento arrogante, en su desprecio por la búsqueda de acuerdos".

¡¡ ARRIBA LOS QUE LUCHAN!!

SINDICATO DE FUNSA

PIT - CNT

Asistencia a la Mesa Representativa 1/4/92

Sindicato	Llegó	Se retiró
ADEOM	18.00	
AEBU	18.00	
AFCC	18.45	
AFJU	18.00	
AFUR	18.00	
AFUTU	19.30	
AOEC	19.30	
APU	19.00	22.30
ATILPE	NO	
AUTE	18.00	
COFE	18.45	21.00
COT	21.00	
CUTIP	18.00	20.15
FANCAP	18.00	
F.CAUCHO	18.00	
FENAPES	18.40	
FENARU	NO	
EFOSE	18.00	
FOEB	18.00	
FOEMYA	NO	
FOICA	18.00	21.00
FOPCU	20.20	
FOL	18.00	21.00
FOT	18.00	
FUECI	18.00	
FUM	18.00	
FUS	18.00	
ONODRA	18.00	
SAG	18.00	
SAT	NO	
SIC	NO	
SIMA	18.00	
SNPA	18.30	
SOIMA	18.30	
STIQ	18.00	21.30
SUA	19.00	
SUANP	18.00	
SUGU	NO	
SUNCA	18.00	
SUNTMA	18.00	
SUTEL	18.00	
UAOEGAS	18.00	
UF	19.30	
UNTMRA	20.00	22.15
UOC	18.00	
UTHC	NO	
PL.ARTIGAS	NO	
PL.SALTO	NO	

También asistieron: OFP, UTC, PL.CANELONES, ONAJPU

evios

MESA REDONDA

Se informa por parte del Instituto Cuesta-Duarte, que en el día 2/4/92, se realizará una Mesa Redonda en la Biblioteca Nacional, a las 18.30, donde se realizarán exposiciones por parte de CINTERFOR, FORMACION DE LA EMPRESA DE UTU, COCAP, AFUTU E INSTITUTO DE DERECHO DEL TRABAJO DE LA UNIVERSIDAD, sobre el tema de Capacitación Profesional.

SOLIDARIDAD CON LA CRA. NORA CASTRO

Se realizó un llamado a la solidaridad por parte de los gremios, para la compañera Nora Castro de FUM, que perdió la visión en un vista y debe ser operada en Francia

PLANTEO OFP

Los cros. de OFP, informaron a la Mesa que la Comisión de Defensa de Pluna llegó al número de firmas requeridas para la realización de un referendum por la impugnación total de la ley de empresas públicas.
Asimismo presentaron un documento, solicitando que la Mesa Representativa discuta nuevamente la resolución adoptada en cuanto al referendum por la impugnación parcial de la ley.

Se plantea por parte de la Mesa que ante esta nueva etapa, el tema merecerá un análisis profundo por parte de la Mesa Representativa, para adoptar una posición clara sobre el mismo.

CRO. PANCHO ECHEVERRIA

Antes de comenzar las deliberaciones, la Mesa Representativa realizó un minuto de silencio en homenaje al Compañero Pancho Echeverría, militante de la UNTMRA, fallecido el día lunes 30 de marzo. Asimismo se resolvió hacer llegar un mensaje al Sindicato, por la pérdida del compañero.

FESTIVAL EN SOLIDARIDAD CON CUBA

Se informa que el día 10 de abril, a partir de las 19 horas, se realizará el Festival "DE PUEBLO A PUEBLO",en el Palacio Peñarol, organizado por la Coordinadora de Apoyo a la Revolución Cubana, integrada entre otros por el PIT-CNT. En el mismo actuarán varios artistas populares. El precio de la entrada es de N$ 10.000.
Se exhorta a todos los compañeros a participar, en apoyo al pueblo cubano.

LOS 9 DE LA SALSA EN EL CILINDRO POR EL REFERENDUM

Continuando con la Campaña por el Referendum por la Ley de Empresas Públicas, el día 5 de abril a partir de las 16 horas, se realizará un festival con las 9 mejores orquestas de Salsa, en el Cilindro Municipal.

9202963 025

Se informa que el próximo viernes 3 de abril, se realizará una reunión con el Presidente de la República, reunión que fuera programa para realizarse en Paysandú días atrás, y donde se plantearán los graves problemas por los que atraviesa el Departamento de Paysandú.

Orden del día

SEGURIDAD SOCIAL

Los compañeros de la terna electa para el BPS, presentan un informe (se adjunta) sobre las actividades realizadas desde que fuera electa, así como algunas propuestas sobre los lineamientos de trabajo a seguir. Asimismo, se presenta un análisis del proyecto de ley sobre Seg. Social presentado por el gobierno (se adjunta).

Luego del informe, se propone aprobar:

- Realización de una Mesa Representativa urgente, para la consideración del informe.

- Avalar a la terna para seguir actuando públicamente

APROBADO POR MAYORIA CON 1 ABSTENCION (AOEC)

PRENSA

Se pone a consideración la presencia de la prensa en la reunión.

AFIRMATIVA: 22
NEGATIVA: 7
ABSTENCIONES: 5

PLAN DE MOVILIZACIONES (SE ADJUNTA)

Se resolvió, pasar el plan de movilización a los gremios para su discusión y posterior consideración por parte de la Mesa Representativa.

Del plan presentado, se adoptó resolución sobre algunos de los puntos, así como sobre algunas propuestas complementarias presentadas por los gremios.

Punto 16 del Plan:
- Se propone que la reunión sea de la Mesa Representativa Nacional Ampliada (con participación de todos los Plenarios Departamentales).

UNANIMIDAD

- Se propone que la fecha de la Mesa (propuesta para el día 23

- Se propone que la fecha de la Mesa (propuesta para el día 23 de abril en el plan original) sea el 9 de abril, para la consideración del Plan. Se pusieron a votación las dos propuesta

Prop. 23/4: 9 votos
Prop. 9/4: 18 votos

SE APRUEBA LA REALIZACION DE LA MRNA EL DIA 9 DE ABRIL

Los sindicatos FENAPES, AEBU, ADEOM y FUS, dejan constancia que en esa fecha no estarían en condiciones de resolver sobre algunos aspectos del plan, por no cumplirse los plazos estatutarios de consulta.

Se pone a consideración otra moción que propone que en los documentos realizados por la Central, se incluyan elementos contundentes de caracterización del Poder Ejecutivo, denunciando su violencia.

UNANIMIDAD.

Se pone a consideración la propuesta de incluir en la Plataforma la necesidad de una política de empleo, una banca al servicio de la producción, y la inclusión en todos los materiales elaborados por los Sindicatos, del llamamiento a participar en el 1o. de Mayo.

UNANIMIDAD

Punto 4 del plan:
- Se pone a consideración la propuesta sobre la realización de una jornada conjunta por los problemas que se viven en diversos lugares del interior del país.

UNANIMIDAD

Punto 14 del Plan:
- Se pone a consideración la participación activa en la jornada convocada por el Plenario de Canelones para el VIERNES 3/4.

UNANIMIDAD

SE EXHORTA A TODOS LOS GREMIOS A REALIZAR LOS MAXIMOS ESFUERZOS PARA PARTICIPAR EN ESTA JORNADA

1o. de Mayo

Se convoca para el próximo Miércoles 8 a todos los gremios a participar en las reuniones de los siguientes frentes, que se realizarán en el local del PIT-CNT a partir de las 19.30 horas para considerar todo lo referente a la organización de la Jornada del 1o. de Mayo:

Organización
Propaganda
Finanzas

Comisión de Relaciones Laborales

Se convoca a todos los gremios para el próximo Miércoles 8 a las 18.00 horas a participar en la reunión de la Comisión de Relaciones Laborales

---

SE REITERA LA MOCION APROBADA POR LA MESA REPRESENTATIVA PARA EL FUNCIONAMIENTO DE LA MISMA:

1. Se resuelve que los gremios en conflicto traigan la información en forma escrita e impresa a las reuniones de la Mesa, para que sea repartida a los gremios. Asimismos se resuelve que los gremios en conflicto canalicen la información de los conflictos a través de las reuniones convocadas por la Comisión de Relaciones Laborales.

2. Se resuelve asignar media hora para la consideración de temas previos al Orden del día.

3. Se resuelve establecer 1 horas de tolerancia para el comienzo de las reuniones de la Mesa. Si pasada esta hora no se ha llegado al quorum suficiente para su funcionamiento, los presentes pasarán la Mesa a cuarto intermedio, fijando una nueva fecha para la reunión.

PROPUESTA DE PLAN DE MOVILIZACIONES

1.

Que la Mesa Representativa haga suyo el comunicado de Prensa del 27.3.92 y por lo tanto reafirmar:

a. **Que no vamos a aceptar la anunciada rebaja salarial para públicos y privados;**

b. **Que no vamos a aceptar la entrega del Patrimonio Nacional;**

c. **Que pretendemos acordar con otros sectores afectados, un sistema de salvaguardia de la actividad productiva (dumping, aranceles, subsidios, prácticas desleales de comercio, reconversión industrial, etc), para la defensa de la producción agropecuaria e industrial y consecuentemente las fuentes de empleo.**

d. **Que por ello nos seguiremos movilizando junto a un cada vez más vasto conjunto de fuerzas sociales.**

Por todo ello convocamos a todo el pueblo a la mayor unidad de acción posible a efectos de frenar esta orientación de tan nefastos resultados.

2.

Convocar a todos los sectores sociales a una JORNADA CIVICO NACIONAL en repudio a la <u>política salarial, reforma de la seguridad social</u>, y <u>la liquidación de las empresas estatales</u>, que pretende aplicar el gobierno (caceroleada, apagón, jornada del no pago, etc.).

Entendemos que la plataforma que convoque a estas acciones debería contener los siguientes puntos:

SALARIO
REDUCCION DEL IVA A LOS PRODUCTOS DE LA CANASTA
SEGURIDAD SOCIAL
VIVIENDA por un proyecto alternativo al llevado adelante por el gobierno (cuotas, indexación, etc.)
SALUD
DEFENSA DE LA ENSEÑANZA PUBLICA
PRODUCCION NACIONAL política de empleo, aranceles, una banca al servicio de la producción, etc.

3.

En preparación de la Jornada Cívica Nacional, instrumentar una instancia de discusión y pronunciamiento público de contenido programático (políticas de empleo, reconversión industrial, MERCOSUR, etc) con otros sectores sociales y políticos, a realizarse en el mes de mayo de 1992 en el Palacio Peñarol.

4.

Orientar los esfuerzos para la realización de una Jornada conjunta por <u>fuentes de trabajo</u> que apunte a nuclear la
situación que vive el litoral del país (Bella Unión, Salto Paysandú, Juan Lacaze) y los gremios en conflicto del resto del país (Esta propuesta ya fue aprobada por la MR)

5.

Realizar los esfuerzos necesarios para que la movilización resuelta por la Central tenga una presencia importante en los medios de comunicación masivos (radio y TV) sin que esto signifique dejar de lado los métodos tradicionales del movimiento sindical (pintadas, afiches, etc.).

6.

Encomendar a la Comisión de Organización para que, sobre la base de una distribución de la ciudad de Montevideo, cada gremio tenga una zona asignada para la realización de un puerta a puerta, en la que, sobre la base de un volante se convoque a comerciantes y a toda la ciudadanía a la adhesión a estas medidas.

7.

Designar una comisión del Secretariado o de la Mesa Representativa que tenga como objetivo la convocatoria a un Congreso del Pueblo, antes de la finalización de 1992.

8.

Reclamar en torno al tema salario:

a. Mantener como objetivo mediato la reivindicación de un salario digno sobre la base de la Canasta Familiar Básica, y promover la participación del PIT-CNT en la definición de la Canasta y del Indice del Precio al Consumo.

b. En la actual coyuntura y reafirmando los anteriores objetivos reivindicamos mecanismos de regulación salarial que mantengan el poder adquisitivo del ingreso y la recuperación salarial debida; en tal sentido, la Mesa Representativa recomienda a los gremios no proceder a la firma de convenios salariales, que, regidos por los lineamientos del Poder Ejecutivo, impliquen pérdida del poder adquisitivo de los trabajadores.

c. En el sector privado, reclamamos que el P. Ejecutivo promueva la realización de convenios y homologue todos los acuerdos surgidos entre trabajadores y empresarios, rechazando el "techo" del 35% que pretende imponer el gobierno.

d. Dar un nuevo impulso al requerimiento del PIT-CNT para que la Universidad realice un profundo y objetivo estudio sobre los índices reales de desocupación.

9.

Realización de asambleas en todos los lugares de trabajo para discutir las resoluciones adoptadas por la Mesa Representativa.

10.

Encomendar al Secretariado una ofensiva hacia los distintos sectores políticos representados en el Parlamento Nacional reclamando de estos, posición sobre todos estos temas y un pronunciamiento público sobre su adhesión a las medidas tomadas por la Central.

11.

Convocar a los sectores empresariales y políticos para explicitar el objetivo de las medidas propuestas, centrando en el Poder Ejecutivo la responsabilidad de la grave situación planteada actualmente.

12.

Ratificar nuestro máximo esfuerzo para la etapa que se avecina, luego de presentadas más de 40.000 firmas, para lograr la realización del referendum en defensa del patrimonio nacional y reforma del Estado.

13.

Proponer la realización de un paro de hasta 48 horas en un plazo compatible con la discusión necesaria de los gremios.

14.

Reafirmar la necesidad de participar activamente en la Jornada convocada por el Plenario de Canelones para el próximo 3/4[illegible], concibiéndola como una acción central, inscripta en el plan general de movilizaciones. (Ya aprobado por la Mesa Representativa).

15.

Convocar para el miércoles 29 de abril a un Plenario de Directivas Sindicales.

16.

Pasar a comisión intermedia la MR para el próximo jueves 9 de abril a los efectos de sintetizar la discusión que sobre la presente propuesta se desarrolle en los sindicatos, y tomar las resoluciones que ellos propongan.

Mesa Representativa Nacional

Ampliada

SE CONVOCA A TODOS LOS GREMIOS Y PLENARIOS DEL INTERIOR PARA LA MESA REPRESENTATIVA NACIONAL AMPLIADA QUE SE REALIZARA EL DIA 9 A LAS 17 HORAS EN EL LOCAL DE AEBU (Camacuá 575).

ORDEN DEL DIA

1. CONSIDERACION DEL INFORME SOBRE SEGURIDAD SOCIAL
2. CONSIDERACION DEL PLAN DE MOVILIZACION
   (Informe sobre las resoluciones adoptadas por el Encuentro de Plenarios del Interior del 4/4)

Exhortamos a todos los miembros de la Mesa a concurrir puntualmente, dada la extensión de los temas a considerar.

MESA REPRESENTATIVA - PIT-CNT

Montevideo, 1o. de abril de 1992

INFORME PRESENTADO POR LA TERNA ELECTA PARA EL BPS A CONSIDERACION DE LA MESA REPRESENTATIVA

Sobre los criterios de actuación de la Terna

1.
Se tratará de actuar colectivamente en todas las instancias posibles, tanto en el propio Directorio del BPS como en actividades previas y derivadas de la misma, implicando decisiones, opiniones, propuestas, apariciones públicas, etc.

2.
Definirá su actuación de acuerdo a los principios y programas del PIT-CNT, sus estatutos y las leyes nacionales pertinentes.

3.
Presenta su renuncia ante la Mesa Representativa del PIT-CNT sin fecha, a disposición de este organismo, reafirmando su carácter de representante de los trabajadores activos. El PIT-CNT estatutariamente es quien define los grandes lineamientos y la política del movimiento sindical en seguridad social, y dentro de dichos parámetros, la terna y su representante ante el Dtorio. del BPS tendrá la autonomía y flexibilidad de actuación necesarios para los hechos puntuales y cotidianos.
Deberán definirse orgánicamente los mecanismos de relación de la terna con la Mesa Representativa, su Secretariado Ejecutivo, la Comisión de Seguridad Social, las organizaciones sindicales en general y ATSS en particular.

4.
Promoverá la profundización de la moralidad administrativa y la transparencia y máxima comunicación en su accionar ante los trabajadores, sus organizaciones y la población. Promoverá la efectividad, cristalinidad, descentralización y democratización de la gestión de gobierno en esta área de la seguridad social. Insistirá en la lucha contra los privilegios, fraudes, evasiones, prontos-despachos, etc.

5.
El salario a percibir por el miembro de la terna que sea desginado por el Poder Ejecutivo de acuerdo a la ley, será determinado por el PIT-CNT, asi como de los otros representantes que eventualmente puedan ocupar responsabilidades a nombre del PIT-CNT.
Los miembros de la terna presentarán ante el PIT-CNT una declaración de bienes personales.

6.
De acuerdo a resoluciones del PIT-CNT, se convoca desde ya, a todas las organizaciones sindicales así como de jubilados, empresarios, etc. interesados en la problemática de la seguridad social, para mantener reuniones, recibir opiniones y propuestas, coordinar acciones, etc., sobre la temática en general así como sobre el proyecto del gobierno actual, en particular. Este planteamiento es parte de la política de amplitud y relacionamiento de la central en general.

7.
Se entenderá la Seguridad Social en su globalidad: en relación con 3 millones de uruguayos y la situación económico-político-social del país, comprendiendo prestaciones a pasivos y activos.

1er. Informe de actividades de la Terna al 30.3.92

A partir de su designación por la Mesa Representativa el pasado 20.2.92, la terna como tal, ha realizado las siguientes actividades:

- 7 reuniones de la terna para considerar: criterios de actuación de la misma, siutación de la Seguridad Social y análisis del proyecto presentado por el gobierno como ley de urgencia. Se realizaron los días 24 y 25 de febrero, 5, 9, 11, 17 y 20 de marzo.

- 6 actividades que incluyen:Plenario Nacional de Delegados de ATSS (7.3), reunión con el Presidente

- Cajas paraestatales: bancaria, notarial y Prof. Universitarios
- Caja Militar y Policial

- Convocatoria urgente a la MNNA (ya resuelto por la MR para el 9/4/92)

- realizar gira por el interior del país

- plan de asambleas por organizaciones sindicales

- actividades específicas por sectores particularmente involucrados: trabajadores entre 45 y 55 años de edad; de actividades insalubres; discapacitados; usuarios de servicios de asignaciones familiares; amparados en seguro de paro, etc (a vía de ejemplos).

- movilización conjunta con ONAJPU el 25-3 y siguientes; respuesta ante la entrada y consideración en el Parlamento del proyecto de urgencia y otros sobre prestaciones en actividad

- posibilidad de ralizar un Congreso Nacional sobre Seguridad Social a mediano plazo o similar, propuesto por ATSS.

4)
Analizar posibilidades de otros tipos de financiamiento distintos a los tradicionales para las prestaciones a pasivos y/o activos de la seguridad social (ej. actividades productivas del BPS, impuestos directos redistributivos de la riqueza, etc).

5)
Relaciones internacionales sobre seguridad social: OIT, organizaciones sindicales y afines en países del MERCOSUR, Congreso Iberoamericano de Seguridad Social, sub-comisión de Relaciones Laborales de la Comisión Intersectorial del MERCOSUR, etc.

6)
Considerar la necesidad de un equipo técnico asesor de la terna incluyendo un asesor económico en la problemática de la seguridad social, del cual carece el PIT-CNT.

7)
Considerar estrategia político-sindical del PIT-CNT ante la problemática de la seguridad social con carácter inmediato:

- en su relación directa con la política neoliberal y la integración a la región y al mundo;

- en la globalidad de la seguridad social para activos y pasivos comprendiendo a 3 millones de uruguayos: proyecto de urgencia sobre pasividades, proyecto sobre seguro de paro y asignaciones familiares, decreto sobre liberalización de cuotas mutuales, rebaja de cuota de DISSE a mutualistas y afiliados al BPS y decreto de registro de contribuyentes, empresas y afiliados al BPS (ya aprobados), ley de integración del Directorio por sectores sociales (ya aprobado);

- coincidencia de presentación dramática y urgente de reforma de la seguridad social con la aceptación de la integración al Directorio BPS de los trabajadores, pasivos y empresarios;

- carácter de urgencia y sus derivaciones: necesidad de 3/5 de votos para levantar ese carácter, imposibilidad de proyecto alternativo, actuación sobre Comisiones Parlamentarias.

- posiciones de los sectores políticos y de opinión pública: Jorge Batlle y el Orservador Económico en contra pero por no definirse totalmente el proyecto por la capitalización individual, contradicciones de Machiñena y otras en el P. Nacional (Zumarán, etc.)

- alianzas del movimiento sindical y de jubilados, considerando experiencias de las Comisiones Nacionales de vivienda y Referendum (Estado y Voto verde), experiencia de ONAJPU, etc.

del BPS Dr. R. Saldain (10.3), con la ONAJPU (10.3), Conferencia de Presnsa en el PIT-CNT con criterios de actuación de la terna y respuesta preliminar al proyecto del gobierno (13.3) y 2 reuniones con el Frente Amplio (una preparatoria el 16.3 y otra con su Comisión de Seguridad Social el 19.3) para analizar el proyecto del gobierno; entrevista con la Comisión de Asuntos Laborales y Seguridad Social del Senado (27.3), entrevista con la Bancada del PGP (1/4).

- Informe primario a la Mesa Representativa el 10.3 sobre las primeras actividades y criterios de la terna.

En general coincidimos en que la terna ha comenzado intensamente su trabajo en forma colectiva, además de las actividades de cada uno de sus miembros (por ejemplo gira por el interiorpor ATSS del Cro. Bertoni del 16 al 21 de marzo), con buena presencia en sus sesiones salvo ausencias justificadas de algunos de sus miembros y con la participación periódica del Cro. D'Elia.

A la fecha se encuentran elaborados informes escritos sobre:
- Criterios de actuación de la terna
- Propuestas sobre plan de actividades
- Resumen de opiniones sobre el proyecto del gobierno
- Resumen de propuestas programáticas del mov. sindical sobre seguridad social.

<u>PROPUESTA SOBRE PLAN DE ACTIVIDADES DEL PIT-CNT Y LA TERNA AL BPS SOBRE LA PROBLEMATICA DE LA SEGURIDAD SOCIAL</u>

1).
Considerar <u>posiciones a asumir por el PIT-CNT ante la desingación por el P.E.</u> del representante ante el Directorio del BPS.
- vencimiento del plazo legal el 9.3.92
- fecha de solicitud de personeria jurídica por el PIT-CNT
- posibilidad de alteración del orden (titular y suplentes) resuelto por la Mesa Representativa
- condiciones, responsabilidades e incompatibilidades de los miembros de la terna, según leyes Orgánica y de Integración del BPS, y Constitución de la Rca. (se solicita informe jurídico sobre el tema).
- criterios de actuación de la terna (en base a informe respectivo)

2)
Creación de un archivo sobre Seguridad Social en el PIT-CNT, a disposición de la terna y la MR, asignando un lugar en su sede y conteniendo:
- selección calificada de artículos periodísticos, grabaciones, etc.
- documentación oficial: leyes decretos y proyectos de ley
- documentos sindicales: de la Comisión y Revista de la Seguridad Social, de ATSS, de la MR y SE, de organizaciones afines.
- documentos importantes de organizaciones políticas
- documentos y boletines del BPS (de la Asesoria Económica y Actuarial, etc.)

3)
Plan de actividades y convocatorias propuesto: (véase punto 7)

- resolver sobre la posibilidad de nueva reunión con Dr. Saldain planteada por él mismo en ocasión de la efectuada el 10-3, incluso haciéndose presente en el PIT-CNT.

- solicitud de reuniones sobre proyecto de emergencia sobre pasividades y sobre proyectos de prestaciones en actividad (ej.: seguro de desempleo y asignaciones familiares) y en los temas de administración y gestión del BPS (ej. proyecto de empresa chileno-estadounidense SONDA y otros):
- a organismos oficiales: MTSS, MEF, OPP, BPS
- org. gremiales: ONAJPU, y otras de pasivos, Coord. Jubilados PIT-CNT y Com. Seg. Social PIT-CNT, ATSS
- organizaciones empresariales:CIU, ARU, FR, CEU
- sectores políticos, legisladores
- Comisiones parlamentarias sobre el tema

Asistencia a la Mesa
Representativa 9-4-92

Sindicato	Llegó	Se retiró
ADEOM	17.00	
AEBU	17.00	
AFCC	17.40	
AFJU	17.45	
AFUR	16.30	
APVJU	17.00	
AOEC	[illegible]	
APU	17.00	
ATILPE	NO	
AUTE	17.00	
COFE	17.00	20.30
COT	17.00	
CUTIP	NO	
DANCAP	17.00	
F.CARNICO	17.00	
FENAPES	18.30	20.30
FENASU	NO	
FFOSE	17.00	
FOEB	17.00	
FOEMYA	NO	
FOICA	17.45	20.00
FOPCU	18.00	
FOL	NO	
FOT	17.00	
FUECI	17.00	20.00
FUM	17.00	
FUS	17.00	
GREMCA	17.00	
MAG	18.30	
SAT	NO	
SOC	19.00	
SINA	18.30	
SUPA	19.00	
SDOMA	17.00	
SOIB	NO	
SMA	17.00	
SUNAP	17.00	
SUNU	17.00	
SUNCA	17.00	
SINTEMA	18.30	
SUTEL	18.30	
UNAMRAS	18.30	
UF	19.00	
UNTMRA	18.45	
UOC	18.50	
UNTC	NO	
PL.CANELONES	17	
PL. DURAZNO	17	21.30
PL. ARTIGAS	17	21.30
PL. CERRO LARGO	17	21.30
PL.PAYSANDU	17	
PL.JUAN LACAZE	17	21.00
PL.RIVERA	17	
PL.TACUAREMBO	17	

034 9202363

LOS CONVENIOS ANTERIORES, PLATAFORMA SALARIAL, DEFENSA DE LOS PUESTOS DE TRABAJO, NUEVAS TECNOLOGIAS, PRODUCTIVIDAD, ETC, E IDEAS SOBRE MOVILIZACION CONJUNTA.

1o. de Mayo

Se informa que se realizó una reunión conjunta de Organización, Propaganda y Finanzas, por el acto del 1o. de Mayo.

En la misma se consideraron algunas características del mismo, que fueron trasladadas a la Mesa Representativa.

- El lugar del mismo será Agraciada y Colonia, a las 15 horas.
- Se plantea la realización de Pegatinas en los Sindicatos y Concentraciones previas por zonas.
- Asimismo se plantea la realización de columnas zonales, a coordinar por los Sindicatos
- Se consideró trasladar a los gremios la necesidad de garantizar por parte de los mismos, la locomoción luego de finalizado el acto
- Se informa que los bonos para financiar el acto, ya están a disposición de los gremios.

Se plantea que los gremios adelanten el importe de los mismos, para facilitar el trabajo de propaganda e infraestructura del acto.

- En la semana posterior a Turismo, se realizará una Mesa Representativa, para considerar otros aspectos, como la consigna central, y aspectos organizativos.
- Se realizarán reuniones de Organización, Propaganda y Finanzas zonales para la preparación del acto.

****

Resoluciones

1. [illegible]

Se pone a consideración de la Mesa, una moción para reconsiderar la resolución adoptada por la Mesa Representativa, sobre el Referendum por la Ley de Empresas Públicas, adoptada en la Mesa Representativa el 9.12.91.

Afirmativa: 22 (COT, [illegible], [illegible], FOT, [illegible], [illegible], FL.TACUAREMBO, AFJU.UF, [illegible], SUNA, FL.[illegible], AFCC, [illegible], FL.C.LARGO, SINTEL, FL. ARTIGAS, FL. RIVERA, SUCT, [illegible], [illegible])

Negativa: 10 ([illegible], [illegible], [illegible], [illegible], [illegible], [illegible], [illegible], [illegible], [illegible], [illegible])

Abstenciones: 3 ([illegible], SIC, FL. CANELONES)

2. [illegible]

Se pone a consideración la ratificación de la resolución tomada por la Mesa sobre el apoyo al Referendum parcial por la Ley de Empresas públicas, adoptada el pasado 9.12.91.

Afirmativa: 27
Negativa: 5 ([illegible], FL.TACUAREMBO, [illegible], [illegible], AFCC)
Abstenc.: 4 ([illegible], AFJU, [illegible], [illegible])

3. COMUNICADO DE APOYO AL CRO. BIDEGARAY

Se pone a consideración una moción expresando el apoyo de la Mesa, con el cro. Ariel Bidegaray del Sindicato de Funsa, que fue agraviado desde un artículo publicado por el Semanario Mate Amargo. (Se adjunta el texto aprobado)

ASIMISMO ASISTIERON: SIND. HIPICA, FUCVAM, [illegible], S.POSTALES, UTC, AFINCO, OPP.

Previos

SRIA. RELACIONES INTERNACIONALES
Se informa nuevamente, por parte de la Sria. de RR.II. del Festival en solidaridad con Cuba, a realizarse el viernes 10 en el Palacio Peñarol, al cual se exhorta a concurrir a los miembros de la Mesa Representativa.

Asimismo, se informa sobre las últimas reuniones realizadas por la Comisión, sobre las cuales se adjunta un informe.

ENTREVISTA CON EL Mo. DE DEFENSA
Se informa por parte del Cro. Melgarejo, que según fue informado a la Mesa Representativa anterior, se mantuvo una entrevista con el Ministro de Defensa.
La entrevista fue realizada para plantear la preocupación, por algunas informaciones de prensa que hablaban sobre el trabajo de los servicios de inteligencia respecto a los Sindicatos.

Se transmite esta información a la Mesa, para aclarar algunos titulares de prensa que malinterpretaron la información y publicaron una información inexacta sobre la entrevista.

SINDICATO DE POSTALES
Se informa por parte del Sindicato de Postales, sobre el levantamiento del conflicto que duró 57 días, resuelto por la Asamblea. Informan que la formula, integrada por cinco punto fue aprobada por la asamblea.

PREVENCION DEL SIDA
La Unión de Trabajadores de CUCSA, invita a participar en el primer Encuentro Sindical de Acción contra el SIDA, a realizarse los días 15 y 16 de mayo.
Por información sobre este Encuentro y sobre la participación en el mismo, comunicarse con el gremio: tel. 23.07.56, de lunes a viernes en el horario de 13.00 a 19.30.

Se prevé la presencia de un delegado por cada gremio, así como de cada Plenario Departamental. En el caso de los compañeros de los Plenarios, se financiará un pasaje de ida y vuelta, así como una noche de alojamiento.

INSTITUTO CUESTA DUARTE
El Instituto Cuesta Duarte y la Comisión de Formación del PIT-CNT, solicita a los gremios designen un compañero para participar en las actividades de formación sindical, profesional, la investigación y documentación.

La primera reunión donde se informará de los proyectos y se recibirán las sugerencias que aporten los gremios, se realizará el próximo JUEVES 23 DE ABRIL A LAS 16.00 HORAS EN EL LOCAL DEL PIT-CNT.

A efectos de facilitar la concurrencia de compañeros del interior, se pagará un pasaje de ida y vuelta a cada Plenario.

MESA REDONDA DE LA [illegible]
La [illegible] invita a las organizaciones sindicales a participar en la Mesa Redonda que realizarán el 28 DE ABRIL A LAS 18.30 HRS. EN EL LOCAL SINDICAL, sobre el tema salarial. En la misma se tratarán: BALANCE DE

tanto se discuta en la próxima reunión de la Mesa Representativa el próximo jueves 23 de abril, a la cual los gremios deberán traer posición sobre la misma.

7.
Se propone ratificar, por parte de la Mesa, la declaración emitida por el Secretariado Ejecutivo a raíz del golpe de estado ocurrido en Perú.

UNANIMIDAD
8.
Se propone un texto de declaración sobre las declaraciones del Ministro de Defensa, la cual pasaría a la Gala de Abogados para su estudio.

UNANIMIDAD

Mesa Representativa

Comunicamos a todos los gremios, que la próxima reunión de la Mesa Representativa, se realizará el JUEVES 23 DE ABRIL, A LAS 18 HORAS, EN EL LOCAL DEL PIT-CNT

En la misma se considerará:

- Informe sobre Seguridad Social
- Plan de Movilizaciones
- 1o. de Mayo

Recordamos a todos la reglamentación aprobada, con respecto al horario de comienzo de la Mesa. En la misma se especifica que habrá una hora de tolerancia, pasada la cual los gremios presentes pasarán la Mesa a cuarto intermedio fijando una nueva fecha para su realización.

Asimismo recordamos a los gremios, que también fue aprobado que los gremios en conflicto lleven la información impresa a la reunión, para poder ser repartida a los gremios.

****

COMUNICADO DE PRENSA

[illegible] Mesa [illegible]entativa del PIT-CNT, reunida el 9 de abril de 1992, rech[illegible] enérgicamente los juicios que sobre el dirigente sindical [illegible] gremio de FUNSA, Ariel Bidegaray, se expresan en la nota publicada en el semanario Mate Amargo.

Dichos juicios, cuestionando la moral y conducta de un delegado de los trabajadores, los interpretamos como un ataque [illegible] conjunto del movimiento sindical.

[illegible]elando a[illegible] mecanismo de discusión y de polémica ajeno a los trabajadores, y a cualquier concepción de democracia sindical (por medio de la diatriba y el agravio personal) se intenta dirimir una discusión. Discusión, que por otra parte, resolvieron los trabajadores democráticamente en su asamblea general y [illegible] corresponde a otros enjuiciar.

Por lo tanto, la Mesa Representativa del PIT-CNT, a la vez que expresa su solidaridad con el compañero Bidegaray, resuelve enviar esta declaración de rechazo a la citada nota, a los efectos de su conocimiento y publicación.

Montevideo, [illegible] de abril de 1992

MESA REPRESENTATIVA NACIONAL AMPLIADA DEL PIT-CNT

Doc con partes ilegibles

Afirmativa: 34
Negativa: 2 (APCTU, APCC)

4.
Se propone por parte del COT, la realización de un documento Central sobre varios temas de la plataforma, para discutir en los centros de trabajo en el marco de un paro de 3 horas.

Afirmativa: 2
Negativa: 7
Abstenciones: 25

(no se aprueba)

5. MARCHA CROS. SALTO
Se propone aprobar la realización del recibimiento a la marcha de los compañeros de Salto (se adjunta información) e instrumentar las medidas a realizar, en la próxima Mesa Representativa.

UNANIMIDAD

6. PLAN DE MOVILIZACIONES
a.
Se propone aprobar el plan de movilizaciones en gral., exceptuando el paro gral. de hasta 48 horas propuesto en el mismo.

Afirmativa: mayoría
Abstenc.: 1 (FFOSE)

b
Se propone aprobar la inclusión del paro de hasta 48 horas en el plan de movilizaciones.

Afirmativa: 22
Negativa: 3 (ADEOM, AEBU, FFOSE)
Abstenciones: 11 (FUS, FTIL FOPCU, SOIMA, SUNTMA, RIVERA, APU, CANELONES, PAYSANDU, UF. AUTE)

c.
Se mociona, por parte del SIVA, para reconsiderar la votación, sobre este punto, considerando que la muchos gremios se abstienen por no haber tenido oportunidad de adoptar una posición al respecto.

Afirmativa: mayoría
Negativa: 5 (AEBU, PANCAP, SUNMP, APCC, FCANCHO)
Abstenc.: 3 (RIVERA, AUTE, FOT)

d.
Se presentan dos mociones contrapuestas sobre este punto:

1. Pasar la propuesta del paro de hasta 48 horas a discusión de la próxima Mesa Representativa, para dar oportunidad a los gremios a realizar una profunda discusión sobre el mismo.

   MAYORIA

2. Mantener la medida con características a determinar en la próxima mesa Representativa, y que los gremios discutan las características y extensión de la medida para la próxima reunión.

   8 VOTOS

Por tanto, esta propuesta incluida en el plan de movilización, sigue a consideración de los gremios, hasta

tanto se discuta en la próxima reunión de la Mesa Representativa el próximo lunes 27 de abril, a la cual

638 9202953

...ION DE LA COMISION DE RRII DEL DIA 27/3/92

Esta reunion fue convocada por nota a los Sind.y Fed.,atraves de la secretaría del PIT-CNT.

Estaban presentes los siguientes sind.:UNTMRA,SUANP,FFOSE,y nuestro representante ante el Comite de apoyo a la Revolucion Cubana,J.C.Pereira,,que hace un informe sobre dicha actividad.

-Se repartio "El posicionamiento del PIT-CNT a nivel Internacional", que por error no se hizo junto a la convocatoria a la reúnión,tal como era anunciada desde la propia convocatoria.

-Se aprueba sugerir que esta comisión debe estar mas relacionada con las siguientes comisiones:MERCOSUR E HIDROVIA,INSTITUTO CUESTA-DUARTE, y comision dePROYECTOS.

-Respecto a esta comision(Proyectos)el Sec. de RRII informa que a tenido una primera reunion con uno de los integrantes de la comisión el Cro.Manfrini.

-Se resuelve solicitar,en breve,una información resumida del trabajo de dichas comisiones si es posible por escrito,o con la presencia de alguno de sus integrantes,y en el futuro cercano estudiar la mejor forma de relacionarnos organicamente.

-Se hace notar la nesesidad de priorizar el trabajo sobre la solidaridad con CUBA,en lo inmediato el acto del 10 de Abril en el Pcio.Peñarol.E inmediatamente despues,hacia el 1ro.de Mayo,la campaña financiera y la presencia del comp.de la CTC de Cuba y su programa.

-Se informa de la existencia del archivo de RRII,que a pesar de ser, a entender de la comisión,insuficiente,esta a disposición de los sindicatos que quieran estudiar algun informe sobre tareas realizadas en lo Nal. y en el exterior.No es posible ante la cantidad de inf.recibidos,y su volumen ,hacer repartidos a los sindicatos sobre ellos,e incluso hay mas informes que estan en preparacion,asi como diversos documentos y otros materiales. LA IDEA ES HACER UN INDICE DE ESTOS, Y REPARTIRLOS.

-Quedaron muchos temas para tratar,Coord.del Cono Sur,inf.actualizado de las tres centrales int.rnacionales,en que estan,etc.yCPUSTAL.

-Se sugiere hacer una conf.de prensa llamando a participar al acto del 10 de Abril en el Pcio.Peñarol,que se quedo en instrumentar.

Marzo/92 OSCAR GROBA , RRII

"Poco Legible"

ALGUNAS REFLEXIONES Y PROPUESTAS PARA UN DEBATE QUE ES PERMANENTE

Asistimos a una situación que podríamos calificar como de ofensiva mundial del capitalismo y en especial de las concepciones más antipopulares del mismo, lo que en A. Latina denominamos genéricamente neoliberalismo. En este cuadro hay una serie de definiciones (estratégicas) que nos parece tienen total vigencia, definiciones que venimos reafirmando Congreso tras Congreso.

1.

El mov. sindical uruguayo se ha caracterizado por tener un carácter que va más allá de lo meramente reivindicativo. Sin desconocer que la lucha reivindicativa concreta es un componente esencial del mov. sindical, nos hemos caracterizado por intentar dar una respuesta global a la problemática del conjunto de la sociedad, y avanzar en propuestas que ayuden a superar la crisis estructural que padece desde hace décadas nuestro país, y que hoy se ve profundizada por las orientaciones fondomonetaristas aplicadas por el gobierno del Dr. Lacalle.

2.

Tenemos claros los alcances y los límites que tiene la acción sindical, y que somos uno de los componentes que desde el campo popular debemos contribuir a elaborar las propuestas de cambio, y somos uno de los componentes de la sociedad que lucharemos por ellos.

Por lo tanto el movimiento sindical ha jerarquizado siempre el desarrollo de una amplia política de relaciones. Política de relaciones en la que hemos distinguido a aquellos actores con los que tenemos objetivos similares de carácter permanente (jubilados, cooperativistas, organizaciones barriales, estudiantes); de aquellos sectores con los que podemos tener intereses circunstanciales coyunturales.

Con los primeros sectores los lazos son sólidos, permanentes, solidarios; con los segundos, dependiendo de la situación política del momento, se establecen relaciones, planteos comunes e incluso se puede llegar a movilizaciones que tienen por su naturaleza un carácter precario. Se da incluso el caso de que hoy sectores con los cuales en varios aspectos podemos estar enfrentados. Por ejemplo durante la última etapa de lucha antidictatorial el movimiento sindical desarrolló acciones en común, que nuclearon prácticamente todo el espectro político y social. En la lucha por la derogación de la ley de caducidad el movimiento sindical desplegó una alianza de carácter amplio, con sectores con los que incluso hoy nos vemos enfrentados por considerarlos cómplices de la actual política económica. Otro tanto puede ocurrir con los aliados que hoy tenemos en la lucha por derogar la ley de reforma del Estado.

Es la política de relaciones (o alianzas) un tema clave para el movimiento sindical, pero es también un problema complejo, sobre el cual muchas veces tenemos diferencias, que muchas veces no es comprendido o compartido por los compañeros en la fábricas y oficinas. Un tema sobre el que es necesario dar un debate a fondo tanto en esta caracterización estratégica que tiene el movimiento sindical, como en su caracterización práctica en la realidad de nuestro país.

3.

Otra definición que tenemos y que nace con la fundación de la Central (y anterior), es la de la independencia política y de clase del movimiento sindical uruguayo, lo que lo diferencia de otras centrales sindicales en el continente y el mundo. Y esto jamás lo hemos confundido con prescindencia en el relacionamiento y el pronunciamiento ante las actitudes o planteos de otros sectores políticos o sociales.

4.

El otro aspecto que en este trabajo queremos señalar es la visión internacionalista independiente, comprometida con los intereses de todos los trabajadores del mundo y en particular del continente que siempre ha tenido el mov. sindical uruguayo. Esta actitud la podemos resumir en nuestra independencia de las dos centrales internacionales, la brega constante por la unidad del mov. sindical internacional y la defensa de la autodeterminación de los pueblos.

Hemos elegido entre otras estas cuatro orientaciones de carácter general que tiene definida el mov. sindical y que pueden ser revisadas si los trabajadores (o un grupo de ellos) entiendan que no son correctas o que no se adecúan a los tiempos que vivimos, pero hoy por hoy están vigentes.

No hemos elegido estas por casualidad. Creemos que del desarrollo de una táctica adecuada sobre estos lineamientos depende mucho la posibilidad del movimiento sindical de incidir sobre los principales problemas que tenemos planteados nosotros y el país. Creemos también que es aquí donde surgirán los temas de divergencia al interior del mov. sindical y creemos por último que es sobre ellos que debemos centrar la mejoría para el debate interno y externo.

Como todo lo que es dialéctico (y pocas cosas tan dialécticas como la táctica) no existen fórmulas preconcebidas, e incidirán sobre ella elementos coyunturales y otros no tanto. Pero vayamos por partes y tratemos de analizar entonces, aspectos más cruciales de la táctica.

1)
El mov. sindical no tiene hoy actualizada su propuesta programática para el conjunto de la sociedad. Tiene dificultades incluso para resolver el contenido de los temas que constituyen su plataforma: por ejemplo en lo que respecta a fuentes de trabajo o salario. Tenemos enormes dificultades para encarar temas que hoy son de una urgencia absoluta como el de la reconversión industrial.

Dicho esto tenemos algunas precisiones a hacer.

a. que no tengamos definidos temas claves y que esto es una necesidad que nadie puede ignorar, no quiere decir que no se esten haciendo esfuerzos y que no haya incluso algunas propuestas en estas materias, pero indudablemente no han sido discutidas en el conjunto ni siquieres por las direcciones.

b. Ante esta circunstancia es que es necesario encarar a la brevedad una instancia que nos permita un debate a fondo (en principio a las propias directivas gremiales) de los temas planteados, para luego ampliar el debate al conjunto del mov. sindical, para que en el Congreso de la Central que debiera realizarse no más allá del mes de agosto, sintetizáramos una posición como mov. sindical. Naturalmente la etapa siguiente consistiría en trabajar hacia la realización de una Conferencia Nacional por Soluciones, de la que participarían otros sectores sociales y políticos.

Un componente esencial para el desarrollo de lo que denominamos Bloque Popular Alternativo es entonces la capacidad de __________ del propio movimiento sindical.

Una última reflexión que podemos hacer sobre este tema, se vincula a la importancia que le asignamos a la definición de la plataforma del mov. sindical. No debe quedarse solamente en nuestras reivindicaciones más sentidas que muchas veces decimos, son trabajo y salario. Hay otros temas que también son claves para los trabajadores, pero también para el conjunto de la sociedad, por ejemplo: salud, vivienda, enseñanza. Y queremos destacar en la actual coyutura muy especialmente el tema de la reforma del estado, definido como una de las claves por el mov. sindical, pero en el que no hemos actuado con la determinación, el compromiso que el tema merece.

2)
Un segundo aspecto de la táctica a analizar es el de la politica de alianzas o politica de relaciones. Son sus dificultades, pero no se puede negar que el mov. sindical ha avanzado en su política de relaciones con los sectores más cercanos. Fundamentalmente los cooperativistas nucleados en FUCVAM y los jubilados nucleados en ONAJPU. Falta en esta area una relación más estrecha de la Central y los Sindicatos con los barrios y sus instituciones. Esto solo se resolverá cuando desde el punto de vista organizativo estemos en condiciones de encarar algunos trabajos zonales. La experiencia de la __________ y otras no deben ser ignoradas.

También en este rubro es necesario alcanzar más presición en las caracteristicas de la coordinación y las tareas a llevar adelante con FUCVAM y ONAJPU. Esta no puede reducirse a coordinar la organización de un acto o una marcha. Hay que buscar también vincularse con sectores juveniles y estudiantiles.

Y todo esto no puede esperar, hay que hacerlo ya. Pero tal vez el aspecto más delicado de la politica de relaciones esté vinculado a la relación con sectores con los que solo tenemos coincidencias puntuales o momentáneas, y con los que en muchos casos podemos estar enfrentados la mayor parte del tiempo. Vamos a poner 2 ejemplos claros de los que estamos diciendo:

El tema de la rebaja de aranceles y la C. de Industrias. ________ podemos llegar a tener una coincidencia con los industriales, que está vinculado a que esta decisión del gobierno puede afectar aun mas y mas aceleradamente la desocupación en nuestro país.

b. El otro ejemplo es que estamos siendo protagonistas de una Com. de Defensa del Estado, que está trabajando para la ley de liquidación del mismo que aprobó el parlamento, entre otros con el Diputado Dr. Silva Tavarez. Este diputado fue clave para que la desmonopolización de alcoholes fuera aprobada en el Parlamento.

Las preguntas son ¿es justo establecer estas relaciones y actuar de conjunto ante temas específicos con sectores o personas que ayer y mañana (y tal vez hoy mismo) tengamos diferencias sustanciales en otros temas?

Creemos que sí, que es justo y necesario. Creemos que las ______________de cambios sociales no son rectos, no son lineales, impone concebir avances acumulando a veces para los mismos con sectores que no son afines a los trabajadores o al mov. popular en sus objetivos de largo aliento. Que hay que hacerlo teniendo claro el carácter de estas relaciones, totalmente de acuerdo, pero hay que hacerlo.

Pero hay los que no comparten esta visión y hay muchos compañeros trabajadores que no entienden hacia donde y hacia que apuntamos.

Y es responsabilidad nuestra dar el debate con los unos y tratar de aclarar que objetivos se tiene con los otros. Y este debate es clave para la estrategia de acumulación para los cambios que se ha fijado la inmensa mayoría del mov. popular. Pero no tendrá efectos, o peor tendrá efectos negativos sino es debatido y comprendido en el conjunto de los trabajadores.

Otro aspecto clave para el relacionamiento con otros sectores políticos y sociales, es el fortalecimiento de la Central y las estructuras sindicales. Fortalecimiento en lo organizativo, en la presencia pública y en la movilización. Ninguno de estos componentes es contradictorio con ninguna política de relaciones, y mucho menos la movilización.

Muy por el contrario un mov. sindical capaz de proponer, pero también de responder en el campo de la movilización y la denuncia a los embates de las políticas antipopulares, un mov. sindical con amplia capacidad de convocatoria, se convierte en un interlocutor válido y apetecido por todos aquellos que total o parcialmente se ven amenazados por el modelo conservador.

Es en ese cuadro que estamos reivindicando la necesidad de una movilización creciente de la organización sindical (tanto en lo general como en lo particular de los gremios). Y es también en ese cuadro que consideramos urgente el ancare de decisiones que permitan mejorar la muy pobre estructura organizativa que hoy tenemos.

3)
Un tercer aspecto importante para el desarrollo de la táctica a aplicar en estos momentos en la lucha por frenar el proyecto neoliberal del gobierno y sus cada vez más escasos aliados es el vinculado a la independencia política y de clase del mov. sindical.

Sin que aparezca contradictorio con todo lo dicho hasta aquí, sino por el contrario como elemento complementario, es preciso que el movimiento sindical en función de su independencia de clase desarrolle con mucho cuidado todos aquellos componentes que son inherentes a nuestra clase: la defensa de la dignidad, la solidaridad de los trabajadores, etc. Para tomar un ejemplo la solidaridad que es un componente esencial, y que mientras exista existirá movimiento obrero, es hoy atacada con mucha firmeza desde el gobierno y desde los sectores empresariales. Incluso en los convenios colectivos se pretende incluir cláusulas que atentan contra estos principios, y en las actuales condiciones: salarios mineros, desocupación, etc., las actitudes individualistas encuentran terreno fértil, y constituye un peligro del que no debemos creer que los trabajadores somos inmunes.

Asimismo, nos parece importante no confundir independencia política con ______________política. No solo, que nuestras posiciones inciden políticamente, se toman a partir de un análisis político, sino que también

es necesario que el mov. sindical se pronuncie con claridad, con nombre y apellido sobre todos los pronunciamientos políticos (de partidos o sectores) que afecten en un sentido o en otro intereses de nuestra clase. De igual manera creemos imprescindible que tengamos la misma vara para medir a todos, y también que el vínculo que se mantenga debe ser más estrecho y en ese cuadro político solicitar claros pronunciamientos sobre nuestros planteos y acciones.

4)
Por último sobre los lineamientos de acción que hacen a la táctica diaria, y que tienen vinculación con orientaciones históricas del movimiento sindical, queremos referirnos a las relaciones internacionales con los trabajadores de otros países.

No es este un tema secundario. No lo es por definiciones que son muy caras al mov. sindical. No lo es porque no olvidamos el papel que juega en nuestra lucha por recuperar la democracia y no lo es porque en un mundo cada día más interrelacionado y donde las políticas se vienen aplicando son bastante comunes y afecta fundamentalmente a los asalariados, sería algo más que torpe de nuestra parte no jerarquizar la política de relaciones con los trabajadores de otros países y sus organizaciones representativas.

Es en esta interpretación que se ha basado la acción de la Central fundamentalmente en los últimos tiempos en su acción vinculada a la Coor. Cono Sur con el apoyo de CIOSL-ORIT. Allí se está encarando fundamentalmente un tema que merece especialísima atención, la integración continental; en particular el MERCOSUR.

Esta y otras líneas de trabajo, que viene desarrollando la Central a nivel internacional (como la creación del Inst. Cuesta-Duarte) deben tener mucha mayor difusión y ser motivo de un análisis más ordenado y permanente de las direcciones sindicales, pero también del conjunto de los trabajadores. Sobre estos últimos lamentablemente en muchos de ellos se tiene la impresión que el tema de las relaciones internacionales es una excusa para tomarse más días de licencia tal o cual dirigente de la Central.

Otro aspecto preocupante y que para ______ está descolgado de la problemática general que vive el país, el mundo y por supuesto los trabajadores, es el de la autodeterminación de los pueblos. Tiene que ver con el rechazo de cualquier forma de intervención, ya sea la abierta que desplegó EE.UU en Granada y Panamá como la que se pretende desarrollar a través de los bloqueos económicos. Hoy el blanco principal es Cuba, y mañana podemos ser nosotros. Por eso nuestra actitud que ha sido siempre clara debe apuntar a ser cada día más contundente en este plano.

Compañeros:
Estas son algunas de las reflexiones que queríamos hacer como Secretariado del PIT-CNT trayendo a colación definiciones de carácter general y permanentes (hasta tanto no sean modificadas); las que llamamos estratégicas, y como concebimos en algunos aspectos su aplicación a la realidad actual.

Sobre algunas de ellas tal vez no hayamos ido más allá del diagnóstico, pero si en este cuerpo y en las propuestas que vayan a la discusión de los gremios se proponen mecanismos para ir avanzando sobre estos temas.

Esperamos que el material ayude a avanzar en la discusión colectiva, sobre tópicos que no es posible resolver de un plumazo y para siempre, sino que como dice el propio título son temas que estarán en debate permanente. Pero sobre los que necesario afirmar ahora, como forma de poder dar batallas muy concretas lo mejor armados posible.

Este debate hay que darlo acompañado de la movilización, no porque esta sea necesaria solo como respuesta, sino porque siempre ha sido la movilización un componente que ha facilitado la discusión y la definición de caminos.

...s bancarios tendrán su día

Por licencia del senador José Germán Araújo, ingresó ayer a la Cámara Alta Carlos Bouzas, quien luego de prestar el juramento de rigor, se vio rodeado y muy felicitado por legisladores de todos los sectores políticos. La sesión quedó en suspenso por un par de minutos.

El novel senador no pudo con su condición de dirigente bancario de toda la vida, y propició sin tardanza un proyecto de ley que declara el 5 de mayo, Día del Trabajador Bancario, el cual fue aprobado por unanimidad (24 en 24).

La tarde de ayer fue propicia para la renovación y los cambios de figuras, ya que ingresó Julián Olascoaga por licencia de Enrique C[illegible] Boix, ambos del Herrerismo; y Arturo Heber Füllgraff, del mismo sector, como suplente de Walter Santoro, quien pasó a ejercer la presidencia del Cuerpo al actuar Gonzalo Aguirre como Presidente interino de la República mientras dure el viaje del doctor Lacalle a España e Israel.

...s la
...ión "no
le debe,
...uenta de
"demora
o cuenta
...abajado-
...la uno de
...iaje por
...ó tareas,
...ando los

"no liga
...ones", y
...ntal, de

044

A TODOS LOS SINDICATOS.

Los días 24 25 y 26 de mayo se realizará un seminario nacional y regional sobre el MERCOSUR.

El objetivo del seminario es triple:

abanzar en la discusión de la problemática y los desafios que este proceso de transición al Mercado Común genera al movimiento sindical.

Definir una estructura organizativa por rama y por región del Interior con responsables por sindicato y por Plenario que sea la referencia de la Central en el rama de la integración Regional.

.............en un tema de gran importancia comos son las relaciones laborales frente al MERCOSUR, los experiencias y.............de los cros/as de las demás centrales de la región.

En función de lo anterior elp primer día estará destinado a la discusión de un documento de base elaborado por la Comisión de MERCOSUR de PIT-CNT sobre los ejes centrales de la problemática en el corto plazo.

El segundo día agrupados por sector de actividad o región se discutirán los efectos más visibles que ya se están dando en cada lugar de trabajo derivados del MERCOSUR.

Para ello cada delegado sindical deberá elaborar una aproximación a un diagnostico de como el y sus cros/as de sindicato ven las consecuencias que ya están operando en vias de operar en su rama de actividad o departamento.

Dicho diagnóstico debe hacerse por escrito.

El tercer día (Primer día del seminario regional) se participará en las actividades generales del seminario regional sobre el tema de relaciones laborales.

PERFIL DE LOS DELEGADOS

Los delegados deberán ser los cros/as que cada sindicato destina (algunos ya están definidos) como responsables del tema MERCOSUR de aquí en adelante.

.............la referencia para la céntral en este tema.

Además los delegados del interior deberán ser, en caso de que se defina la la participación, los delegados a la Comisión Sectorial del Departamento.

Se pide a los sindicatos y a los Plenario que envíen los nombres de los delegados antes del 15 de mayo a efectos de planificar el trabajo y enviarle en caso de que sea posible, el documento de base del primer día.

COMISION DE INTEGRACION REGIONAL
PIT-CNT.

045

9202963.

INICIATIVA NACIONAL SOBRE SEGURIDAD SOCIAL

1.

EL PIT-CNT RECHAZA EL PROYECTO LLAMADO DE REFORMA JUBILATORIA A CONSIDERACION DEL PARLAMENTO CON CARACTER DE URGENCIA.
EN FUNCION DE LA SITUACION GENERADA EN EL PAIS, DE LA IMPORTANCIA DEL TEMA Y DE LA NECESIDAD DE ENCONTRAR CAMINOS AMPLIOS Y NACIONALES DE SOLUCION PARA UNA VERDADERA REFORMA DE LA SEGURIDAD SOCIAL, REALIZAMOS ESTA PROPUESTA ABIERTA A LA CONSIDERACION DE TODOS LOS SECTORES SOCIALES Y POLITICOS DEL PAIS.
CONSIDERAMOS QUE LA SEGURIDAD SOCIAL ES UN PROBLEMA PARA LOS 3 MILLONES DE URUGUAYOS Y QUE DEBE CONSIDERARSE GLOBALMENTE, NO SEPARANDOSE LA REFORMA JUBILATORIA DE LAS PRESTACIONES A TRABAJADORES (SEGURO DE PARO, DE ENFERMEDAD, ASIGNACION FAMILIAR, ETC).
POR LO MISMO ALERTAMOS SOBRE EL PROYECTO JUBILATORIO PERO TAMBIEN SOBRE OTROS PROYECTOS PARALELOS SOBRE EL TEMA, ASI COMO ALGUNOS DECRETOS YA VIGENTES.

2. PROPUESTA

A. DEROGAR EL CARACTER DE URGENCIA CON EL COMPROMISO DE BUSCAR EN UN PLAZO DE 9 MESES, LA POSIBILIDAD DE ELABORAR UN NUEVO PROYECTO NACIONAL GLOBAL DE SEGURIDAD SOCIAL, CONSIDERANDO TODO LO ELABORADO HASTA EL MOMENTO Y LO QUE SE APORTE EN LOS PROXIMOS 3 MESES.

B. DURANTE ESTE PROCESO DE ELABORACION, PROCEDER A:
INTEGRAR EL DIRECTORIO DEL BANCO DE PREVISION SOCIAL, CON EMPRESARIOS, JUBILADOS Y TRABAJADORES, PROFUNDIZANDO LA MEJORA DE SU GESTION.
INTEGRAR DESDE YA COMISIONES ASESORAS PARA CADA AREA DEL BPS Y POR CADA CENTRO DEPARTAMENTAL.
COMENZAR LA APLICACIÓN DE LA LEY 15190 SOBRE REGISTRO OBLIGATORIO DE EMPRESAS CONTRIBUYENTES Y TRABAJADORES E INCENTIVAR LA APLICACION DE LA LEY DE REFINANCIACION DE DEUDAS CON EL BPS (AMBAS APROBADAS POR UNANIMIDAD POR EL PARLAMENTO), DE MODO DE AVANZAR EN EL CONTROL Y FISCALIZACION, COMBATIENDO LA EVASION, JUNTO A OTROS MECANISMOS POSIBLES.
ESTUDIAR SERIAMENTE LAS BASES ECONOMICAS Y FINANCIERAS DE TODO EL SISTEMA DE SEGURIDAD SOCIAL: PASIVOS, ACTIVOS Y GESTION ADMINISTRATIVA. PERSPECTIVAS A CORTO? MEDIANO Y LARGO PLAZO: COSTO Y FINANCIAMIENTO PARA CADA AREA, PRESTACION Y BENEFICIO: RESPETANDO LAS NORMAS CONSTITUCIONALES EN LO REFERENTE A TRABAJADORES Y EMPRESAS.

C. CONVOCAR UN AMPLIO FORO SOBRE SEGURIDAD SOCIAL EN UN AMBITO PLURAL (POR EJEMPLO UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA), INVITANDO A TODAS LAS ORGANIZACIONES SOCIALES, POLITICAS) EMPRESARIALES, ETC., QUE QUIERAN OPINAR SOBRE EL TEMA. DANDO LAS MAXIMAS GARANTIAS DE LIBERTAD DE EXPRESION, DISPONIENDO CADA REPRESENTANTE DE UN MISMO TIEMPO DE EXPOSICION Y SOLICITANDOSE UNA SISTESIS DE DIAGNOSTICO Y PROPUESTAS? ABIERTO A LA PRENSA, CON LA MAXIMA DIFUSION Y CON EL OBJETIVO DE BUSCAR LOS CAMINOS PARA ELABORAR ESA

PROPUESTA NACIONAL SOBRE SEGURIDAD SOCIAL IMPRESCINDIBLE.
SE PROPONE INICIARLO EN LA PRIMERA SEMANA DE MAYO.

D. CONVOCAR UNA MOVILIZACION CONJUNTA DE LOS TRABAJADORES CON LAS ORGANIZACIONES DE JUBILADOS Y OTROS SECTORES SOCIALES Y POLITICOS, PARA LA PRIMERA O SEGUNDA SEMANA DE MAYO EN MONTEVIDEO, JUNTO AL PCIO. LEGISLATIVO eN EL MARCO DE LA DISCUSION PARLAMENTARIA ACTUAL. PARA LA MISMA SE PROPONE BUSCAR FORMAS CREATIVAS DE CONVOCATORIA Y PARTICIPACION, CONVOCANDO ESPECIALMENTE A SECTORES PARTICULARMENTE PERJUDICADOS EN CASO DE APROBARSE EL PROYECTO MENCIONADO. (MUJERES, TRABAJADORES MAYORES DE 40 AÑOS, ZAFRALES, RURALES, DOMESTICOS, NIÑOS CON SUS PADRES.
ESTA JORNADA PODRIA REALIZARSE ENTRE LAS ½) Y ½ HORAS CON ACTO CENTRAL POSIBLE, HACIA LAS 13 HORAS. LA PREPARACION DE LA MISMA SE INICIA DESDE YA INCENTIVANDOLA EN EL ACTO DEL 1o. DE MAYO Y CON UN VOLANTE EXPLICATIVO DE ESTA INICIATIVA NACIONAL Y DE LAS RAZONES DEL RECHAZO AL PROYECTO.

E. JORNADAS EN EL INTERIOR DEL PAIS EN LA TERCER SEMANA DE MAYO SIMILARES A LA ANTERIOR ANTE JUNTAS DEPARTAMENTALES O LOCALES CENTROS DEL BPS, REUNIONES CON DIPUTADOS (DE ACUERDO A LAS CARACTERISTICAS Y POSIBILIDADES DE CADA LOCALIDAD).

F. CONTINUAR CON LAS REUIONES Y CONVOCATORIAS YA INICIADAS POR EL PIT-CNT SOBRE EL TEMA, PARTICULARIZANDO EN ESTA ETAPA CON ORGANIZACIONES DE JUBILADOS. ORGANIZACIONES EMPRESARIALES: SECTORES PARLAMENTARIOS.

9202963

047/47

Aeronáutica faz compra clan

Cleber Praxedes

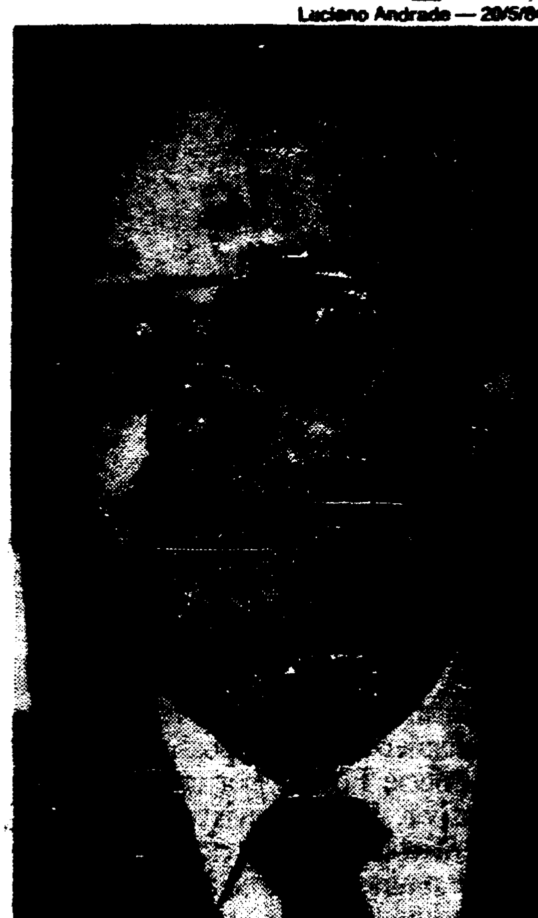
BRASÍLIA — Uma importação clandestina de equipamentos americanos de alta tecnologia pela Aeronáutica foi a saída encontrada pelo governo brasileiro para furar o bloqueio das grandes nações à compra de materiais de ponta pelo Brasil. O bloqueio, principalmente por parte dos Estados Unidos, vem impedindo que a Aeronáutica avance na pesquisa de enriquecimento de urânio com raio laser, o que os oficiais superiores da Força Aérea consideram ser o futuro da área nuclear.

Com as dificuldades para a compra de componentes muito sofisticados, por exemplo, para desenvolver pesquisas no Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), em São José dos Campos (SP), a Aeronáutica, com o conhecimento da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), conseguiu adquirir equipamentos nos Estados Unidos em nome de terceiros. Foi mandado um especialista americano para fazer as compras. Para o transporte, a Aeronáutica enviou um Hércules, avião de carga, alegando necessidade de manutenção da aeronave, que voltou com os equipamentos diretamente para São Paulo.

Em novembro de 1990, ao receber no CTA integrantes da CPI que investigou o programa nuclear, alguns brigadeiros, entre eles o ministro Sócrates Monteiro, não esconderam sua irritação com o bloqueio que as grandes nações impõem ao Brasil na área tecnológica. A Embraer também não consegue desenvolver projetos.

Um exemplo é o túnel de vento usado para testes de aerodinâmica das asas dos aviões que fabrica. A Embraer não tem túnel para teste, e precisa recorrer ao

Luciano Andrade — 29/5/84



Venturini: especialista faz compras

CTA, que planeja [illegible] mento de 300 km/h [illegible] caso não deixa o Brasil [illegible] poderíamos fazer [illegible] brigadeiro que [illegible]

O computador [illegible] 70. Enquanto não [illegible] mentos, a Aeronáutica [illegible] suas pesquisas aos E[illegible] cação dos aviões [illegible] cio com a Argentina [illegible] especialistas para 19 [illegible] túnel de vento — o [illegible] 600 km/h, faz testes [illegible] [illegible]

Na visita CTA, [illegible] vários testes, como [illegible] uma folha de [illegible] [illegible]

Nº: 9202965

TÍTULO: Remisión de fichas del DOPS a RJ.

FUENTE: ZERO HORA.

FECHA: 8/3/92

VINCULACIÓN: 10046 - B

11163 - FM

11337

110094

TUMA TRANSFERE FICHAS DO DOPS



Romeu Tuma

O diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, transferiu para o Governo do Rio de Janeiro os arquivos da antiga Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), com cerca de cinco mil fichas. As fichas, que estavam arquivadas em uma sala da Polícia Federal, contêm informações sobre presos políticos e atividades de espionagem na época da ditadura militar. A partir de agora, informou Tuma, caberá ao Governo do Estado do Rio a liberação das informações aos interessados. (ABR)

01.01

9202965

Nº DOCUM... 9202967

TITU... Guerrilla de Araguaia

P. FUEN... JB [illegible]

FECHA DE ... 22/3

VINCULACIONES ... 10040

11163

13065

11140

Um militar ...

... militar desenvolvida pelo ...

O ... documento, ...

01-08

9202967

a guerrilha

■ Continuação da 1ª página

Relatório mostra como Exército ven[illegible]

A relação dos presos da Guerrilha do Araguaia começa com Dower Cavalcanti, codinome [illegible], sobrevivente da prisão, atualmente [illegible] em Fortaleza, e Dagoberto Alves da Costa. A lista oficial de guerrilheiros mortos cita [illegible]ício Soares Aranha Filho, *Aparício*, e Maria Lúcia Petit da Silva, *Maria*.

Toda a ação dos militares foi realizada secretamente sem que a imprensa, sob censura, pudesse noticiar nada sobre a guerrilha, que se prolongou por dois anos nas matas do sul do Pará e norte de Goiás. O governo nunca reconheceu oficialmente a realização dessa operação, mesmo depois da redemocratização do país.

O ministro do Exército, general Carlos Tinoco, disse há duas semanas ao deputado Nilmário Miranda (PT-MG), da comissão da Câmara que investiga os desaparecidos durante o regime militar, que não poderia ajudar na localização dos guerrilheiros porque o Araguaia havia sido uma guerra irregular, sem documentos e relatórios oficiais. O ex-deputado Sebastião Curió que à época, como capitão, combateu no Araguaia, confirma a autenticidade dos relatórios oficiais obtidos pelo JORNAL DO BRASIL: "Nem tudo foi incinerado", acredita. Ele defende a abertura dos arquivos do CIE: "É preciso contar a verdadeira história do Araguaia, caso contrário teremos apenas uma única versão, a do PC do B", preocupa-se Curió.

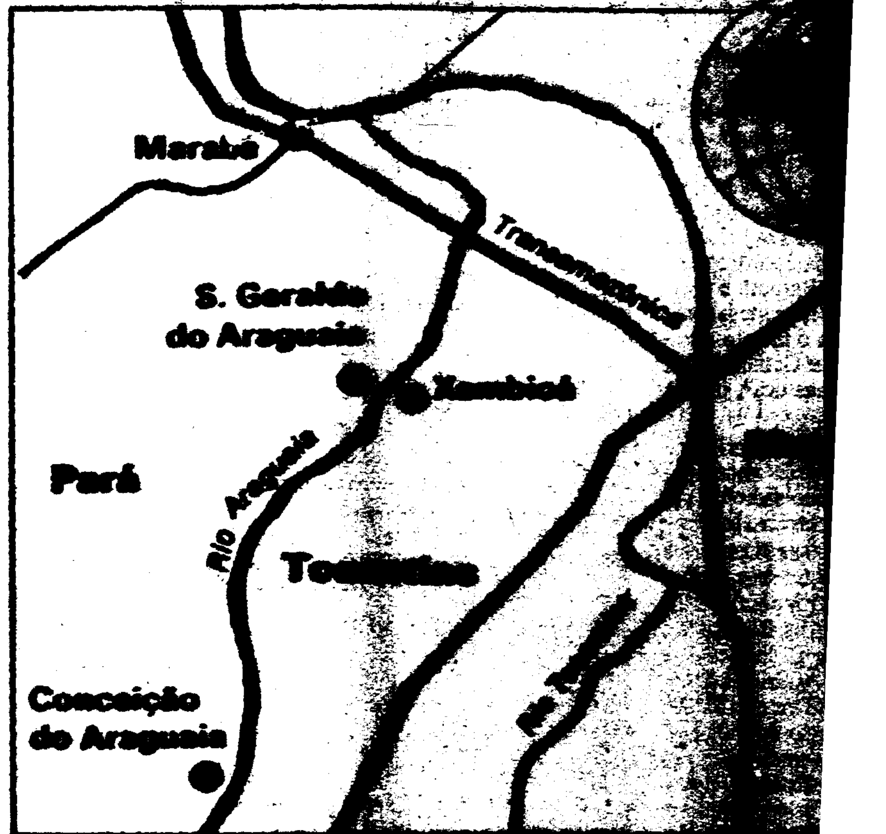
[illegible] oficial — O principal documento militar, em suas páginas iniciais, apresenta um relato conciso sobre a infiltração guerrilheira do PC do B na região do Araguaia — área hoje conhecida nacionalmente como *Bico do Papagaio* — e à época já recomendava ações de governo para evitar a revolta, como a implementação de uma reforma agrária de emergência, com o objetivo de angariar a simpatia das populações locais. Mostra também como as Forças Armadas conseguiram as primeiras informações que levaram o Exército a desenvolver operações anti-guerrilha na região. A prisão do estudante Pedro Albuquerque Neto no aeroporto de Fortaleza, Ceará, em 1971. Segundo o documento, Pedro Albuquerque e sua namorada, Ana Cristina, estavam sem documentos de identidade e foram detidos para averiguações por agentes da Polícia Federal.

Interrogados na sede do DPF em Fortaleza, os dois revelaram a existência de um foco guerrilheiro em implantação no Araguaia. Pedro Albuquerque, conforme o documento, confessou que [illegible] do Araguaia com sua namorada para [illegible] de uma exigência do *Regulamento Militar do PC do B*: Ana Cristina estava grávida e o comando da guerrilha determinava que abortasse. A partir dos depoimentos de Pedro Albuquerque, o Centro de Informações do Exército passou a coordenar as ações desencadeadas para aniquilar o foco guerrilheiro.

Foi organizada, então, a *Operação Axixá*, a primeira investida de combate à guerrilha, iniciada em fevereiro de 1972, segundo o Relatório Especial de Informações nº 2.12, protocolo 2.309, encaminhado pelo tenente-coronel Arnaldo Bastos de Carvalho Braga, em 20 de março de 1972, ao ministro do Exército, Orlando Geisel. O documento, que chegou às mãos do ministro-chefe do Gabinete Militar, general Hugo de Abreu e, enfim, ao presidente Emílio Médici, faz críticas à primeira ação contra a guerrilha e apresenta sugestões de como deveriam ser programadas as próximas operações.



Gal. Braga, autor do relatório



O informe não registra as razões do fracasso da primeira investida, mas um militar que participou da operação revela que o Exército chegou à região usando de violência indiscriminada contra a população nativa. Nessa altura, os guerrilheiros cativavam a simpatia dos caboclos. Davam atendimento médico, ajudavam em mutirões e ofereciam alimentos. Os guerrilheiros Ciro da Cunha Braum e Paulo Roberto Pereira Matos montaram uma farmácia num vilarejo chamado Palestina, onde davam assistência quase sempre gratuita. O PC do B tinha ainda como militantes Tobias Pereira Junior e Lúcia Maria de Souza, estudantes de medicina vindos do Rio, e a enfermeira Luiza Felipe Garlippe, do Hospital das Clínicas de São Paulo, que assistiam os lavradores.

Os guerrilheiros contavam com apoio da população local que, na primeira operação do Exército, resistiu a colaborar na localização dos acampamentos guerrilheiros. Os militares tentaram obter adesão à força, obrigando com violência que os mateiros servissem como guias. Eles, por vingança, enganavam os pelotões do Exército, levando-os a caminhar em círculos no meio da floresta por dias seguidos. A campanha resultou em fracasso: dezenas de soldados contraíram malária, leschimaniose, e muitos desertaram. Os guerrilheiros registraram suas primeiras vitórias.

Em Brasília, diante do insucesso da primeira investida militar, o general Milton Tavares, chefe do CIE, linha dura do Exército, convenceu o ministro Orlando Geisel a desencadear uma operação de guerra de grande porte, batizada de *Manobrão*. Os estrategistas militares decidiram adotar a tática da *bigorna e martelo*, ou seja: o grosso do efetivo cercava a região [illegible] pelotões invadiam a mata e [illegible] guerrilheiros em direção à tropa. Mas [illegible] não funcionou. Os chefes militares [illegible] as dimensões da área de atuação da [illegible] — maior do que a Itália. Esse [illegible] as Forças Armadas a promoverem uma [illegible] gigantesca de tropas.

O relatório secreto registra o envio de dois batalhões de infantaria de selva; uma companhia aero-transportada, um comando [illegible] de paraquedistas, uma companhia de fuzileiros navais e "comando [illegible]" da Força Aérea Brasileira (FAB). A central de operações foi instalada em Xambioá, com acampamentos, pistas de pouso, caminhões de transporte de tropas e suprimentos. A pequena cidade foi ocupada pelo Exército com sua tropa de 3.200 homens e toda aparelhagem militar, ao longo de 8 meses de campanha.

A Força Aérea Brasileira enviou para a região um grande aparato bélico: Quatro helicópteros UH, três aviões C-115 (Búfalo), um C-47, quatro aviões D-19, de reconhecimento, e outros quatro aviões T-6 - caças de combate. O relatório oficial registra a realização de operações aéreas na região, mas omite o lançamento de bombas sobre supostos alvos guerrilheiros, segundo o depoimento de militares. Estes bombardeios provocaram a morte de população civil.

Na página 1037 do documento do CIE, o tenente-coronel Arnaldo Braga apresenta um quadro com os resultados obtidos no combate aos focos guerrilheiros, nos municípios de Marabá e Conceição do Araguaia, no Pará, e Xambioá, em Goiás (hoje Tocantins), às margens do

Guerra clandestina — O relatório consta na página [illegible], contando que, naquela data, 9 de novembro de 1972, por decisão do Estado-Maior do Exército, sob a orientação do general Orlando Geisel, as tropas abandonaram as operações regulares de combate à guerrilha. Os militares, então, reconheceram que não haviam eliminado todos os focos de resistência comunista. O Alto Comando decidiu deixar em seu lugar, segundo o relatório, tropas das polícias militares do Pará, Goiás e Mato Grosso sob o comando da unidade do Exército sediada em Marabá.

Na verdade, a guerra suja, a partir daí, deixou de ser uma ação ostensiva para se transformar em clandestina, comandada pelo CIE. O ex-deputado Sebastião Curió, que cursou no Centro de Instrução de Guerra na Selva (Cigs), do Comando Militar da Amazônia, ex-lutador de boxe, foi enviado à região, com o codinome de Marco Antonio Luchini, engenheiro florestal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para montar uma operação de inteligência para combater os últimos focos da guerrilha do Araguaia.

Nessa fase, Curió montou uma rede de informantes em toda a região do Araguaia. Sua estratégia mais bem sucedida foi a montagem de *biroscas* para o fornecimento de alimentos e munição ao longo do rio Araguaia, onde obtinha informações dos caboclos. Mais de uma vez os agentes do CIE venderam munição sabendo que era destinada a guerrilheiros para angariar sua confiança. Assim, num trabalho lento, Curió conseguiu identificar um a um todos os acampamentos da guerrilha, que foram atacados por pelotões especialmente treinados para aquela ação. Sua operação mais destruidora aconteceu na manhã do Natal de 1973, quando surpreendeu Maurício Grabois e Paulo Mendes Rodrigues, principais chefes da guerrilha, no acampamento na Gameleira, próximo ao rio Araguaia, junto com Guilherme Lund, arquiteto, e Gilberto Olímpio, técnico industrial, genro de Grabois. Todos foram mortos.

O último comandante guerrilheiro a ser morto foi Osvaldo Orlando da Costa, o *Osvaldão*, mais temido e procurado dos militantes comunistas. Foi morto em abril de 1974. Ele topou de frente com uma patrulha do Exército. Levou o primeiro tiro de espingarda calibre 22 disparado por Mineiro, um *mateiro* - como eram conhecidos os guias recrutados pelo Exército. Caído, baleado na barriga, *Osvaldão* foi fuzilado pelos soldados. Seu corpo foi embrulhado em saco de lona e içado por um helicóptero. Segundo relato de um dos participantes da patrulha, a corda se rompeu no ar, a uma altura de 10 metros e, na queda, o corpo teve o tornozelo esquerdo fraturado. Como os outros combatentes mortos, *Osvaldão* foi enterrado em cemitério clandestino na própria região.

A operação do CIE, ao final dos combates, concluiu, em relatório enviado ao Conselho de Segurança Nacional, que a região continuava potencialmente explosiva, sujeita a surgimento de movimentos guerrilheiros porque faltava assistência governamental à população. O documento mencionava uma estrutura fundiária injusta, dominada por latifundiários e grileiros, [illegible] na implementação urgente da reforma agrária. O último documento do CIE sobre a guerrilha do Araguaia, assinado pelo capitão Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, alertava que, 15 meses depois de encerrada a guerrilha, apesar de todas as promessas oficiais, a região continuava abandonada pelo governo. (*[illegible] e Ronaldo Brasiliense*)

[illegible]

Guerrilha [illegible] Igreja e Governo em conflito agrário

Família de Grabois quer que Exército devolva corpo

Esevaldo Dias e
Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — A família de Maurício Grabois, com base na divulgação, pelo **JORNAL DO BRASIL**, de documentos secretos do Exército reconhecendo sua morte nos combates do Araguaia, vai ingressar com petição no Supremo Tribunal Federal (STF) para reabrir o processo no casos dos *desaparecidos* políticos durante a guerrilha do Araguaia. "O governo brasileiro tem o dever e a obrigação de devolver à família os corpos do meu marido, Maurício, de meu filho André e de meu genro Gilberto Olímpio", pondera dona Alzira da Costa Reis Grabois, a viúva de Maurício. O processo sobre os *desaparecidos* encontra-se arquivado no STF. São 22 parentes de guerrilheiros do PC do B, que há mais de 10 anos procuram resgatar os corpos de 25 *desaparecidos*, sepultados em cemitérios clandestinos na região do Araguaia.

Maurício Grabois nasceu em 2 de outubro de 1912 — faria 80 anos em outubro próximo — e foi um dos primeiros a chegar ao Araguaia. Como membro do Comitê Central do PC do B, Grabois defendia a implantação de um movimento guerrilheiro rural para derrubar os governos militares implantados a partir do golpe de 31 de março de 1964. "A última vez que vi o Maurício foi em janeiro de 1972", recorda dona Alzira da Costa Reis Grabois, 75 anos — que na Guerrilha do Araguaia, além do marido, perdeu um filho, André Grabois, e um genro, Gilberto Olímpio, casado com sua filha Vitória Grabois (hoje com 48 anos) e pai de seu neto, Igor, atualmente com 25 anos. "Desde 1966 Maurício fincou raízes no Araguaia, para implantar o movimento guerrilheiro, e se instalou na localidade Faveira, município de Marabá, em definitivo, nos primeiros meses de 1967", acrescenta a viúva do líder comunista.

Emoção — Dona Alzira, que reside no Rio de Janeiro, ficou emocionada na quarta-feira da semana passada ao reconhecer a foto de seu filho, André Grabois, morto em combate no Araguaia no dia 14 de outubro de 1973, recolhida nos arquivos do extinto Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) de São Paulo. Ela ainda chegou a receber informações sobre uma operação militar contra o acampamento de Maurício Grabois na localidade Faveira, no dia 12 de abril de 1973. "A casa da Faveira foi destruída com bombas e granadas", afirma. Grabois conseguiu escapar ileso.

Em meados de 1980, já na fase da *abertura* promovida pelo general João Figueiredo, então na Presidência, dona Alzira Grabois integrou uma caravana de parentes dos "desaparecidos" do Araguaia, percorrendo os municípios de Conceição do Araguaia, Marabá e Xambioá buscando descobrir cemitérios clandestinos. "Percorremos toda a região e não encontramos nada", lamenta dona Alzira Grabois — que todos os anos, dia 12 de abril, participa de atos públicos na Praça Tiradentes, no centro do Rio de Janeiro, cobrando do governo brasileiro providências para que os corpos dos guerrilheiros do Araguaia sejam resgatados dos cemitérios clandestinos onde foram sepultados.



Viúvas de Maurício, Alzira (E), e de Gilberto, Victoria: maridos [illegible]

Vitória Grabois, 45 anos, hoje residindo no Rio de Janeiro, quer que o Exército indique onde foram sepultados seus parentes. "Meu pai foi o deputado constituinte de 46 mais votado no então Distrito Federal (Rio de Janeiro), elegendo-se com 39 mil votos", lembra. Maurício Grabois, segundo Vitória, foi um dos primeiros dirigentes do PC do B a defender a implantação de um movimento guerrilheiro no sul do Pará. "A preparação da guerrilha começou ainda em 1966 e já em 1967 papai estava morando na Faveira", recorda.

Documentos - A morte de Gilberto Olímpio, segundo Vitória, foi reconhecida pela juíza da 4ª Vara de Sucessão e Órfãos do Rio de Janeiro a partir da solicitação de um atestado de ausência feita por Vitória Grabois com base na Lei da Anistia, de 1979. Na sentença, a juíza reconhece a morte de Gilberto no dia 25 de dezembro de 1973 com base em foto publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, onde aparece o corpo de Gil[illegible] cio Grabois e [illegible] departamento [illegible] ros do Araguaia [illegible] [illegible] José Genoino.

[illegible] localidade de [illegible] que retornara [illegible] 72, quando [illegible] zembro de 72, [illegible] Pelotão de Inve[illegible] (PIC) do Exército, [illegible] lho, João Carlos [illegible] Grabois, hoje [illegible] no hospital de [illegible]

Maurício, doente e cego, foi morto no Natal

Maurício Grabois, comandante militar da guerrilha do Araguaia, ex-deputado federal, líder da bancada do PC e membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados na Assembléia Constituinte de 1946, morreu, doente, praticamente estava cego, no dia de Natal de 1973. Em seu acampamento militar montado em plena selva amazônica na localidade Grotão dos Macacos, próxima ao rio Araguaia, na região hoje conhecida como Bico do Papagaio — onde se estabeleceu ainda em 1967 —, Maurício Grabois iniciava os preparativos para a festa natalina, numa reunião com integrantes das três colunas guerrilheiras que atuavam sob sua liderança. Os documentos secretos produzidos pelo Centro de Informação do Exército (CIE) descrevem a ação militar. O Exército conseguiu localizar Grabois depois de obter informações através da prisão de um dos guerrilheiros.

O ataque ao acampamento de Grabois no dia de Natal foi, talvez, a maior vitória militar das Forças Armadas durante a *guerra suja* do Araguaia: uma patrulha com 15 soldados armados com metralhadora e fuzis, liderada pelo capitão, Sebastião de Moura Rodrigues, o *Curió*, do Centro de Informações do Exército (CIE) conseguiu descobrir o local que Maurício Grabois havia escolhido para a confraternização natalina da guerrilha. O ataque somente não alcançou maior êxito porque, segundo relato de um militar que participou da operação, um dos soldados assustou-se com uma cobra surucucu pico-de-jaca, fez barulho e despertou atenção dos guerrilheiros. Mesmo assim, o objetivo da expedição foi alcançado. Centenas de tiros de metralhadora e fuzis foram disparados contra os guerrilheiros no meio da floresta. Grabois recebeu um tiro de fuzil no braço esquerdo, que com o impacto da bala quebrou. "Maurício Grabois estava completamente cego", atesta hoje um capitão do Exército que, à época, participou da ação. A falta de visão não permitiu que o líder militar dos guerrilheiros, então aos 61 anos de idade, escapasse. No ataque morreram ainda Paulo Mendes Rodrigues, chefe da Coluna B da guerrilha; Gilberto Olímpio, técnico industrial, casado com a filha de Grabois, e Guilherme Gomes Lund, estudante de arquitetura na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na clandestinidade desde 1968. "Perdemos o *Osvaldão*, que estava na festa natalina e conseguiu fugir embrenhando-se na mata", recorda o oficial que participou do ataque. "No meio de uma guerra suja [illegible] festejando o dia de Natal", [illegible] cial que presenciou o massacre.

Paulo Mendes Rodrigues, [illegible] ta até deslocar-se para a localidade Chi[illegible] no, no Araguaia, [illegible] las. Na mesma data, [illegible] de "desaparecidos" do Araguaia os seguintes guerrilheiros: Daniel [illegible] lado, Dina [illegible], Dinalva Oliveira [illegible], José [illegible] to Bronca, José Lima Piauhy Dourado, Libero Giancarlo Castiglia, Paulo [illegible] ra Marques e Vandick Reidner Pereira Coqueiro, cujos corpos foram enterrados em cemitérios clandestinos na própria região e nunca descobertos. O oficial que presenciou a morte de Grabois, porém, garante que houve somente quatro mortes no ataque do dia de Natal de 73.

92029G7

PC do B isenta Pedro de culpa

FORTALEZA — O PC do B isenta Pedro Albuquerque de culpa, informa o médico Dower Cavalcante, ex-guerrilheiro que está escrevendo dois livros sobre o conflito. A suspeição do partido pesa sobre a médica obstetra Lúcia Regina de Souza Martins, filha de militares. Ela engravidou e teve a gestação diagnosticada como de alto risco pelo médico e guerrilheiro, João Haas Sobrinho. Transferida para São Paulo, contou para a família onde estava durante o período vivido na clandestinidade e os pais alertaram os oficiais do Serviço de Inteligência do Exército. Hoje Lúcia Regina é odontóloga, formada em Minas Gerais.

O PC do B suspeita ainda de um fugitivo da última campanha da guerrilha, João Carlos Borgeth, estudante de Medicina, codinome *Paulo Paquetá*, atualmente médico no Rio de Janeiro, com o nome João Carlos Wisnesky. O Exército atacou primeiro os destacamentos A, onde morava João Carlos, e o C, a que pertenciam Pedro e Lúcia Regina. O Destacamento B ficou livre de ataques nos primeiros conflitos, disse Dower.

Em Fortaleza, Pedro Albuquerque ficou detido na Polícia Federal, depois no quartel do 5º Batalhão da Polícia Militar. Em seguida foi transferido para o DOI-Codi e PIC em Brasília e levado para Xambioá, na área da guerrilha. Segundo testemunha de um morador da área, Pedro Onça, que viu Albuquerque sendo conduzido pelo Exército em Xambioá, Pará da Lama e Pau Preto, "seu estado era lamentável, com sinais evidentes do massacre que lhe estava sendo imposto. Arrastado a vários lugares, ele era chutado, levado de barco, pendurado em helicóptero e tinha um ar de doido." Passou dois meses em Xambioá, torturado todo dia, numa cela sem sanitário.

Casal nega traição no Araguaia

O motivo para o estudante Pedro Albuquerque Neto e sua mulher, Teresa Cristina Albuquerque, grávida, deixarem o município de São Geraldo do Araguaia no final de 1971, se chama Isabela, hoje tem 20 anos e nasceu no dia 1º de março de 1972. Ela nasceu antes da eclosão do conflito armado com as Forças Armadas e 69 militantes do PC do B, de 12 de abril de 1972 a 1974. Apontado pelo relatório do Exército como autor da confissão que levou à operação antiguerrilha, o pai de Isabela contesta a versão oficial da história. Mas confirma que saiu do Araguaia por não fazer um aborto, condição imposta pelo PC do B para a permanência do casal na área.

[illegible], presidente do Instituto Equatorial, organização não governamental, Pedro Albuquerque aponta "mentiras" no relatório. Não foi preso no aeroporto, [illegible], que [illegible], nunca foi preso, e as informações arrancadas sob tortura não levaram à prisão de companheiros. Ele argumenta que não brigou com o partido, tanto que depois de sair do Araguaia cumpriu missões como organizador de militância urbana na Paraíba e Pernambuco.

"A versão oficial não é a história definitiva. A não ser que haja um militar digno e dissidente para contar", disse ele, de Manaus, por telefone na madrugada de ontem, antes de embarcar para São José da Costa Rica para participar da Conferência Mundial da Juventude, preparatória da Rio-92.

Tortura — Pedro Albuquerque foi preso cinco dias antes do nascimento da filha, na Secretaria de Segurança do Ceará, após tentativa de tirar a carteira de identidade. O PC do B tinha por norma reter toda a documentação dos participantes na área de preparação da guerrilha. Segundo ele, nas torturas físicas e psicológicas a que foi submetido, o policial Leudelino Coelho, seu interrogador, fazia referência à preparação da guerrilha, buscando confirmações do que já sabia. Numa ocasião tentou o suicídio, cortando as veias com cacos de um copo de vidro. Na prisão em Fortaleza, colocavam uma criança chorando ao lado de sua cela dizendo que era a sua filha, que ele sabia, já havia nascido.

Teresa Cristina era casada com Pedro desde 1970, quando foram juntos para o Araguaia. Ela havia sido presa em 1968 em Recife no movimento estudantil e trabalhava com o método de alfabetização Paulo Freire, antes de entrar na clandestinidade. Socióloga, hoje coordena o Centro de Apoio a Projetos Comunitários, entidade não governamental de assessoria a movimentos populares. O casal tem três filhos: Isabela, 20 anos, que começa este ano a estudar Medicina na Universidade Federal de Pernambuco, Joana, 17 anos e Bergson, 12 anos.

Partiu dela a resistência para ter a primeira filha, e de deixar o Araguaia, depois de sete meses de preparativos para a guerrilha: "Eu tinha consciência de que não podia engravidar no Araguaia, pelo motivo porque estava lá. Não abri mão de ter a criança, e saímos de canoa e caminhão para o Ceará, sem briga com o PC do B."

Para Teresa Cristina, "foi um choque" a publicação do relatório do Exército que aponta a confissão do seu marido como deflagradora da repressão à guerrilha. "Vindo do regime militar, eu não esperava outra coisa como a verdade deles", afirmou.

05

23-3-92

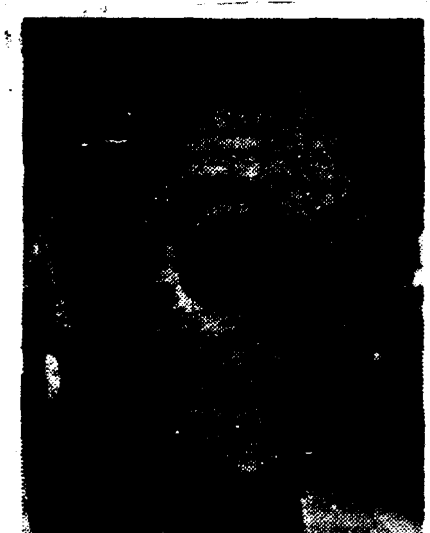
Exército atacou Igreja após vencer luta no Araguaia

Etevaldo Dias
Ronaldo Brasiliense

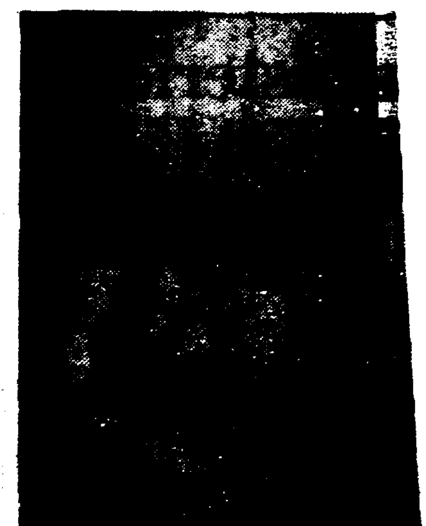
BRASÍLIA — Um dos relatórios secretos do Centro de Informações do Exército (CIE) aos quais o JORNAL DO BRASIL teve acesso registra que, em outubro de 1976, seus agentes ocuparam a agência dos Correios em Marabá, no Pará, e passaram a violar toda correspondência destinada a religiosos da região do Araguaia, em busca de vinculações da Igreja católica com a guerrilha do PC do B (Partido Comunista do Brasil). Foi deste modo, segundo informe do CIE, que o Exército obteve carta do bispo de Marabá, dom Alano Maria Pena, destinada a um membro da cúpula do partido, sob falso nome de João Ramalho, onde o bispo reconhece ter dado guarida na sede da prelazia a três terroristas que, em São Paulo, foram autores de atentado que resultou na morte de um soldado no quartel do II Exército. Na carta, dom Alano mostrava seu receio que os militares descobrissem a ação da Igreja, o que traria graves implicações.

Os relatórios dos agentes do CIE destacados para o sul do Pará acusavam padres e bispos da região de apoiar os guerrilheiros do PC do B e instigar conflitos entre posseiros e fazendeiros. Em 1974, com os guerrilheiros praticamente aniquilados, o Exército ainda ocupava a região do Araguaia em busca de remanescentes da guerrilha. Nessa época, em outubro, no início do governo Geisel, houve um choque entre posseiros e um pelotão da PM do Pará, na região de [illegible], ao sul do estado, resultando na morte de um sargento e um soldado. Agentes do CIE capturaram entre os posseiros um bilhete do padre Carlos Maboni que, segundo seus informes, era a prova concreta do envolvimento da Igreja nos conflitos da região.

[illegible] — O padre Maboni foi imediatamente preso. Este foi o início de uma das mais graves crises entre o Exército e a Igreja. O CIE recomendava prisão de padres e bispos em toda região. Segundo o informe enviado ao governo, o bilhete dizia: "Atirem para matar". O então presidente Ernesto Geisel intercedeu no episódio, mandando para a região um coronel de sua confiança para levantar a verdadeira extensão dos fatos. Era o ex-ministro Danilo Venturini, na época chefe do gabinete do general João Figueiredo, ministro-chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações). Ele foi a bordo de um avião Bandeirantes para Carolina, no Maranhão, e de lá seguiu para o local do conflito.



Venturini confirmou informe



D Carmine [illegible]

O general Venturini disse ontem ao JB ter constatado, logo de início, que os primeiros informes do CIE estavam certos: o bilhete capturado era autêntico. O padre reconhecia a sua autoria. Mas o texto, meia dúzia de linhas rabiscadas em papel branco, não era tão taxativo quanto alegava o Exército. O padre Maboni, preso em unidade militar, explicou ao general Venturini que não tinha intenção de incitar a violência, apenas recomendava aos posseiros que mantivessem em suas posições na mata. O general ficou convencido de que o padre Maboni realmente não era diretamente responsável pelo conflito. O padre concordou em assinar um documento dizendo que não tinha envolvimento algum com a questão.

Em Brasília, o coronel Venturini teve encontro, em nome do governo, com o núncio apostólico, dom Carmine Rocco, já falecido, que atuando junto aos religiosos da região ajudaria a evitar agravamento da crise. Mais tarde, dom Estevão Cardoso de Avelar, da Ordem dos Dominicanos, bispo de Marabá até 1970, foi transferido para Conceição do Araguaia. Esta cidade, por decisão da Santa Sé, passou a ser sede da prelazia, no que seria, segundo os militares, uma solução resultante da ação do governo junto ao núncio.

Em 1976, o papa Paulo VI criou nova prelazia em Marabá, nomeando no dia 28 de agosto dom Alano Maria Pena, também dominicano, como bispo prelado. Dom Alano até então era bispo auxiliar em Belém. Quando chegou à região do Araguaia, as forças do Exército já haviam aniquilado o foco guerrilheiro, mas mantinham o aparato de repressão. Dom Estevão Cardoso de Avelar dirige atualmente a diocese de Uberlândia, Minas Gerais. Para Conceição do Araguaia, a CNBB enviou um bispo irlandês, o redentorista Joseph Patrick Hanrahan — ainda hoje na região, integrando, porém, a ala progressista da Igreja Católica. À época, os bispos dominicanos Alano Pena, Estevão Cardoso, Pedro Casaldáliga e Tomás Balduíno disseram que a indicação de Hanrahan tinha sido feita diretamente pelo núncio Carmine Rocco.

O ex-deputado Sebastião Curió, que era o principal agente do CIE e colaborador do SNI na região do Araguaia, admitiu ao JB que foi autor de vários relatórios que acusavam religiosos de ajudar guerrilheiros e incitar posseiros. "Bispos, padres e agentes de pastoral trabalhavam abertamente em favor dos guerrilheiros do PC do B, garantindo estadia e proteção", assegura. Sebastião Curió, atualmente presidindo a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp), pretende escrever um livro sobre a Guerrilha do Araguaia, contando em detalhes os combates entre o Exército e os militantes do PC do B.

"O Exército não precisava in[illegible]tar nossa correspondência porqu[illegible]

06

920296,7

outros métodos: roubava", diz dom Alano Pena, bispo de Itapeva desde 1985, ouvido pelo JB sobre o envolvimento de seu nome em relatórios secretos do CIE. O bispo lembra que sua casa em Marabá e a de dom Estevão Cardoso de Avelar, em Conceição do Araguaia, foram arrombadas e invadidas por agentes federais e do Exército. "Eles (os agentes) levaram inclusive documentos confidenciais da Igreja e cartas de amigos e parentes", relata o bispo, que no dia da invasão de sua residência estava em Belém, participando de uma reunião da Regional Norte II da CNBB, à qual estava presente, também, dom Estevão Cardoso. "Na invasão, eles tiraram o que quiseram e nunca devolveram".

Transferência — Dom Alano Maria Pena nega também que o núncio apostólico Carmine Rocco tenha influenciado na sua transferência para São Paulo, ou que tenha aceitado pressões do governo. "A Santa Sé não negocia essas transferências e sempre recebemos todo apoio do núncio Carmine Rocco", garante. Dom Alano conta ainda que o núncio fez questão de participar da audiência que ele e dom Estevão Cardoso tiveram em 1976 com o general Golbery do Couto e Silva, que chefiava o Gabinete Civil do governo Geisel. "Estivemos com o general Golbery para denunciar a repressão militar que havia na região do Araguaia, mesmo depois do fim da guerrilha", recorda. "A violência contra lavradores no Araguaia persistiu após o fim da guerrilha e a situação só melhorou na região após a posse do general João Figueiredo na Presidência", reconhece.

"Esse relato sobre nossa participação na guerrilha do Araguaia é absolutamente falso. Nunca ninguém da Igreja deu guarida a guerrilheiros", afirma. Dom Alano Pena confirma que, ao lado de dom Estevão Cardoso, foi indiciado em processo militar por "colaboração com a guerrilha". "Respondemos a 23 horas de interrogatórios na sede da 8ª Região Militar, em Belém, quando o comandante era o general Euclides Figueiredo", conta. Ele diz que saiu de Marabá por vontade própria. "Fiz um pedido à Santa Sé para sair porque pretendia dar assistência à minha mãe, que estava gravemente enferma no Rio de Janeiro", disse. "O Santo Padre concordou com o meu pleito", acrescenta.

Cruz quer arquivos abertos

O general Newton Cruz, que foi chefe da agência central do extinto SNI e comandante militar do Planalto no governo Figueiredo, defendeu ontem a abertura dos arquivos do CIE sobre a Guerrilha do Araguaia. "Um dos grandes erros cometidos pelo Exército foi deixar de liberar documentos que não precisaria esconder", disse Cruz. Ele argumentou que a guerrilha do PC do B era ilegal e irregular e o Exército exercia sua função constitucional ao combatê-la.

"Todo mundo sabe que houve combates entre o Exército e a guerrilha do PC do B no Araguaia, com mortes de lado a lado, e esses fatos precisam ser colocados a público pelo Exército", disse Newton Cruz. "É claro que o Exército brasileiro tem a obrigação de contar essa parte da história do país. Não sei por que esse mistério todo".

O ex-deputado federal Sebastião Curió, coronel da reserva que participou da repressão à guerrilha desde o primeiro momento, em 1972, bate na mesma tecla. "Acho que chegou o momento oportuno para se colocar essa questão do Araguaia às claras, diante de tantas versões distorcidas que vêm sendo divulgadas", afirmou Curió, que continua atuando na região dos combates como presidente da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada. "Estou de pleno acordo com a posição do general Newton Cruz e disposto a contribuir para o esclarecimento dessa questão", acrescentou.

Curió, que confirmou a autenticidade da documentação secreta publicada pelo JORNAL DO BRASIL na edição de domingo, anunciou que está escrevendo um livro sobre a guerrilha do Araguaia, com farta documentação. Ele diz que contará tudo: como foram [illegible] todas as operações [illegible] atuação da Igreja em favor da guerrilha [illegible] o extermínio dos militantes do PC do B. "Tenho vivo na memória [illegible] arquivos o que se passou [illegible] Araguaia em todo o período [illegible] tes", afirma. "Colocarei [illegible] versão mostrando a realidade [illegible]". Segundo Curió, as versões publicadas por ex-militantes do PC do B [illegible] ciosas.

O chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general [illegible] firmou que o CIE [illegible] sobre a guerrilha do Araguaia [illegible] que o ministro do Exército, general Carlos Tinoco tenha dito a parlamentares que não há relatório sobre o Araguaia porque foi "uma guerra irregular".

A informação sobre a inexistência de registros da repressão à guerrilha do PC do B foi atribuída a Tinoco por parlamentares da comissão da Câmara que investiga o desaparecimento de presos políticos durante o regime militar, mas o general Nialdo assegurou: "Tudo o que o Exército faz tem relatório. [illegible] uma norma de conduta. Em tese, qualquer atividade do Exército, mesmo fugindo da normalidade, é registrada em relatórios".

Genoíno reclama os corpos

Para o deputado José Genoíno (PT-SP), que foi prisioneiro no Araguaia em abril de 1972, o Exército deve, agora, entregar os corpos das vítimas às famílias. "É a decorrência dos fatos", ponderou o deputado. Genoíno disse que ele e outros parlamentares membros da Comissão de Defesa Nacional da Câmara podem reiterar a solicitação de informações sobre os desaparecidos no país na época da ditadura, depois da revelação desse relatório secreto.



Genoíno

"O ministro do Exército, Carlos Tinoco, quando depôs na Comissão, admitiu atender essa solicitação já feita pela Câmara. Acredito que a divulgação do relatório vá facilitar a abertura dessas informações", disse Genoíno. Segundo ele, o Exército pode facilmente localizar os corpos. Na sua opinião, é possível que esses fragmentos da história brasileira venham à tona, decorridas duas décadas. "É uma contribuição importante para a democracia brasileira, pois a população precisa conhecer os fatos", afirmou.

07

920296 A

Câmara convoca militares para depor sobre Araguaia

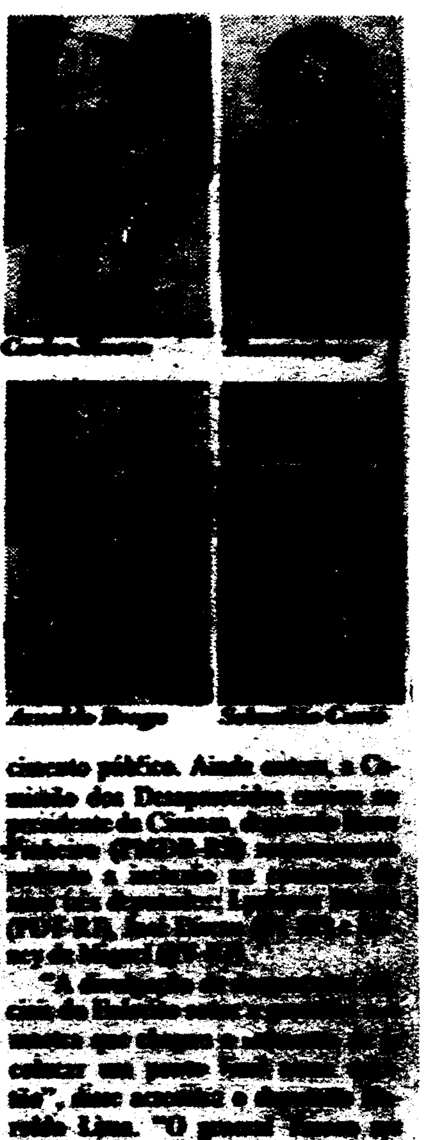
Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — A Comissão Externa da Câmara dos Deputados para os Desaparecidos Políticos do Brasil decidiu, ontem, convocar para depor sobre os desaparecidos na *guerra suja* do Araguaia — que opôs as Forças Armadas à guerrilha do PC do B em combates entre 1972 e 1974 —, três oficiais do Exército que tiveram participação ativa no episódio: o tenente-coronel Arnaldo de Carvalho Braga, o coronel da reserva Sebastião Curió Rodrigues de Moura e o general Thaumaturgo Sotero Vaz, ex-chefe do Estado Maior do Comando Militar da Amazônia (CMA) e ex-comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva (Cigs). Decidiu convidar, posteriormente, o ministro do Exército, general Carlos Tinoco, para dar explicações sobre o caso. "Vamos solicitar ao general Tinoco que abra para a Nação os arquivos do Exército sobre a guerrilha do Araguaia", afirmou o deputado federal Haroldo Lima (PC do B-BA).

O tenente-coronel Arnaldo Carvalho Braga, atualmente residindo em São Paulo onde atua no Departamento de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, assina os documentos secretos nº 804 e 02/12 como chefe do CIE/ADF divulgados pelo JORNAL DO BRASIL; Sebastião Curió participou ativamente dos combates contra a guerrilha do PC do B; e Thaumaturgo Sotero Vaz — que também esteve no Araguaia — pretende escrever um livro sobre o assunto. "Agora não tem mais jeito", afirmou o deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG): "Com a divulgação dos documentos pelo JB, o Exército vai ter que esclarecer para a Nação tudo sobre a guerrilha do Araguaia".

Os deputados que integram a comissão — Roberto Valadão (PMDB-ES), Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), Haroldo Lima (PC do B-BA), Roberto Franca (PSB-PE), Paulo Ramos (PDT-RJ) e Maurici Mariano (PRN-SP) — decidiram ainda apelar ao presidente Fernando Collor e ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, para que, numa decisão de governo, liberem os arquivos do Exército para o conhecimento público. Ainda ontem, a Comissão dos Desaparecidos [illegible] presidente da Câmara, [illegible] (PMDB-[illegible]) [illegible] (PDT-RJ), [illegible]

"A [illegible] do Exército [illegible] que [illegible] colocar um ponto [illegible]", disse [illegible] o deputado Haroldo Lima. "O general [illegible] disse que o Araguaia é uma página virada da história, mas as famílias dos *desaparecidos* têm o direito de sepultar seus mortos", acrescentou. Haroldo Lima revelou ainda que comunicou ao general Tinoco que possui algumas pistas concretas que poderão levar à descoberta de cemitérios", disse o deputado federal José Genoíno (PT-SP). "Os relatórios do Exército divulgados pelo JB tentam pegar os sobreviventes da guerrilha, como na acusação contra o Pedro Albuquerque — que pelo que sei nunca entregou a guerrilha —, é como se o processo de tortura continuasse até hoje."



Arnaldo Braga — Sebastião Curió

08-08

9202967

Hoja No. 2 de 6.-
Copia No. 3 .-
Grp.A.105mm.Nc.2
C. TRINIDAD .-
231300—Abr—92.
M A - 05

1/3

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No. 03/992.-

I.- EVALUACION: A - 1.-

II.- RESPONDE A: Información obtenida por esta Unidad.-

III.- T E X T O :

-El día 22 de los corrientes se tomó conocimiento de la llegada a esta Ciudad de un vehículo marca FIAT 128, 4 puertas, color Blanco, empadronado en Paysandú con el No.109.540 con 5 ocupantes NN masculinos, quienes luego de lanzar volantes se dirigieron a los estudios de CX 156 "Difusora Americana" y posteriormente de CX 217 "Emisora Flores", donde tres de los mismos participaron en los programas radiales "Radio-Revista" y "Como la Gente", respectivamente.-

-En las declaraciones realizadas en los mencionados programas se identificaron como Sergio MACEDO [S/A], Fernando GIL y Roberto SIRÉ, refiriéndose a la Marcha (de la cual formaban parte) de los Cañeros del Establecimiento Azucarero "El Espinillar" y de la Textil "PAYLANA", expresando que se encontraban acampados en el Km.205 de la Ruta 3, junto al Puente sobre el Arroyo Juncal, exhortando a los oyentes del programa que desearan colaborar con ayuda consistente en alimentos de primera necesidad (yerba, azúcar, etc.) para paliar la situación de aproximadamente 130 personas.-

-Aproximadamente a la hora 14.00 se constata el arribo a la Ciudad de cinco vehículos automotores, matriculados de la siguiente manera:

-2 Omnibus, uno empadronado en Salto No.20.062 y el restante empadronado en Montevideo No.233.660.
-1 Camión marca FORD empadronado en Salto No.30.602.
-1 Camioneta marca INTERNATIONAL empadronada en Salto No.50.374.
-1 Auto marca FIAT "128" empadronado en Paysandú No. 109.540.-

Nr. 0013

-Los mencionados vehículos trasladaban aproximadamente unas 40 personas (en su mayoría mujeres y niños) y materiales de campamento, dirigiéndose hacia el Estadio "Juan Antonio Lavalleja" (principal escenario deportivo de la Ciudad), donde posteriormente pernoctarían.-

-A la hora 14.20 son vistos ingresar a la Ciudad los componentes de la "Marcha del Trabajo", contando aproximadamente 90 personas que se dirigieron en primera instancia a la Plaza principal, donde colocaron una ofrenda floral al pié del Busto al Gral.Artigas, prosiguiendo luego hacia el Estadio "Lavalleja" para reunirse con el resto del contingente.-

-Durante la colocación de la ofrenda floral en la Plaza, se hicieron presentes los ciudadanos locales que a continuación se detalla:
Héctor GONZALEZ SOTELO (P.C.U.);
Mario DELISA MOYANO (F.Amplio);
José Pedro HARGUINDEGUY REYES (F.Amplio - Ind.);
Jhonny AGOSTO (F.Amplio);
Carlos Mario GIMENEZ (M.L.N.);
Esc.Fernando LONGO RONSALIAS (F.Amplio - 20-M);
Eduardo Liberto CHAVEZ BERMUDEZ (F.Amplio); para acompañar a los siguientes dirigentes de la Marcha:
Richard DE LOS SANTOS (M.L.N. - Coordinador de la Marcha);
Oscar Darío GARAVENTA OTORGUES (P.C.U. - Organizador);
Víctor Domingo GARAVENTA (P.C.U. - Ayudante de Organizador);
Fernando GIL (M.L.N. - Coordinador de la Marcha); este último informe obtenido a través de la División Investigaciones de la Policía local.-

-A raíz de la intensa lluvia reinante se postergó la Misa que se había programado realizar en el Parque Centenario, prevista la misma para la hora 17.00. En horas de la tarde concurrieron a visitar al mencionado contingente, los siguientes ciudadanos:
Maestra Olga María SILVA de RODRIGUEZ (F.Amplio - V.A.);
Salvador Mamerto PELAEZ LARREA (P.Nacional - M.N.R.);
Miriam Celina MODERNELL MAÑAN (F.Amplio - V.A.);
Maestro Blás Alberto JELFO SOULAGE (F.Amplio);
Dra.Anne Marie FONSECA de TAJAM (F.Amplio - P.C.U.);
Atanasildo Tomás MODERNELL FRAYGOLA (F.Amplio-M.L.N.);

Martín PEDREIRA GONZALEZ (F.Amplio);
Mario LARRAURI CABALLERO (P.Nacional - P.L.P.);
Laura BARRIOS ESPINOSA (P.Colorado - B.Unido);
Luis Alberto ECHEVERRYA SUAREZ (P.Nacional - P.L.P.);
Sergio CURBELO MOREIRA (P.Nacional - Herr.);
Omar HERNANDEZ CARRATO (F.Amplio - 20-M);-

-A la hora 19.45 son detectados en la vereda de la Junta Departamental el Esc.Fernando LONGO — FONSALIAS (Edil) en compañía de tres dirigentes de la Marcha a efectos de participar, a partir de la hora 20.30, en la sesión de la Junta, previa presentación del Edil Fernando LONGO, constatándose la presencia en ese momento en apoyo a los visitantes de referencia, de los siguientes ciudadanos:

José Pedro HARGUINDEGUY REYES (F.Amplio - Ind.);
Olga SILVA de RODRIGUEZ (F.Amplio - V.A.);
Ricardo JAUREGUY TARDE (F.Amplio);
Sara SUAREZ CUEVAS (F.Amplio - 20-M);
Waldemar CAMAÑO BIDEGAIN (F.Amplio - P.S.);
Atanasildo MODERNELL FRAYSOLA (F,Amplio - M.L.N.);
Martha PAOLINO de MODERNELL (F,Amplio - M.L.N.);
Jesús Humberto ESTEVEZ (F.Amplio);
Eduardo CHAVEZ BERMUDEZ (F.Amplio).-

-En el día de la fecha a partir de la hora 07.30, los integrantes de la Marcha comenzaron a cargar los implementos del campamento en los vehículos antes mencionados a los efectos de continuar la marcha, de acuerdo a lo manifestado a la prensa local; a la hora 0815 los Coordinadores Richard DE LOS SANTOS y Fernando GIL (megáfono mediante), exhortan a los componentes a que vayan tomando ubicación y a la hora 08.30 se constata que parte la — Marcha tomando por calle 25 de Mayo hasta el empalme con — Ruta 3 y por ésta con rumbo a C.San José.-

IV.-SINTESIS:
Fecha: 22 y 23 de Abril de 1992.-
Resumen: Pasaje por C.Trinidad de la "Marcha del Trabajo" integrada por cañeros del Establecimiento "El Espinillar" y Textil "PAYLANA".
Lugar geográfico: Departamento de Flores.-

FECHA 25 / 11 / 92 INICIAL [illegible]

9202968

003/3

Bn. Ing. Cbte. No. 2
C. F L O R I D A
20 0920 ABR 992.

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No. [illegible]

I.- EVALUACION: A - 1.-

II.- [illegible]: A.- Información obtenida por esta Unidad.-

III.- H E C H O S.- El Juez Letrado de 3er. Turno de Florida, fué denunciado por el Colegio de Abogados de Florida, resolución unánime de sus miembros, al pasado 23 de Febrero.-

El día viernes 03 de Abril de 1992 arribó a la Ciudad de Florida un Ministro de Tribunales y su Secretario, quienes convocaron a varios Abogados al Juzgado, dando inicio de esta forma a la acción judicial hacia al Dr. Gustavo CASSOLA PERZUTTI por entender que el mismo no cumplia debidamente con sus funciones administrativas de Justicia, fuentes confiables indicaron que el Dr. CASSOLA cometió irregularidades en su gestión, siendo parcial en fallos con su posición como Juez Letrado obteniendo por ello sumas de dinero ("coimas").-

IV.- ACCION TOMADA: Confección del presente Parte.-

V.- DISTRIBUCION:

Original.......................D.E.II.-

Copia No.1.....................Dpto. II C.G.E.-

Copia No.2.....................Archivo.-

El Jefe del Bn. Ing. Cbte. No. 2.-

Tte. Cnel.

EDUARDO A. FERRO.-

BATALLON DE INGENIEROS de COMBATE No 2 - S. R. del Uruguay

FECHA 09/04/92 INICIAL (RA)

Recibido a Sistema ...

OBSERVACIONES

RESERVADO

POCO LEGIBLE ... 001/1 "DOC. OSCURO"

ARCHIVO

=BRIGADA DE INFANTERIA Nro.2.=

=BATALLON DE INFANTERIA Nro.6.= =SECCION 2=

=NOMINA DE LAS PERSONAS QUE INTEGRAN MARCHA DE OBREROS DEL "ESPINILLAR"

Miguel	Acosta	Diego	Menori	Darwin	Leguisamo
Miguel	Solis	Jorge Luis	Sosa	Omar	De Souza
Ernesto	Cámara	Ramón	Acosta	Carlos	Muñoz
Carlos	Proenza	Javier	Mendez	Marcelo	Souto
Florencio	Chacharo	Victor	Carlozo	Luis	Ramirez
María A.	Acosta	Atanasildo	Barrios	Orlando	Jorochin
Abel	Ramirez	Armando	Padrón	Jorge De	María
Ramón	Rodríguez	Gustavo	Tarrech	Miguel	Celada
José	Marín Giles	Mirna	Iturto	Graciela	Aramburo
Matilde	Souto	Edgardo	Ferreira	Auristela S	de Souto
Raúl	Benítez	Juan L.	Somaz	Gustavo	La Fuente
Juan	Gonzalez	Julio	Benítez	Hugo	Requelme
Iván	Reyna	Edgardo	Aguilar	Gebar	Alfonzo
		Marcos	Acosta	Ramón Elder	Díaz
Juan	Ramirez.	Ventura	García	Humberto	Albín
Alejandro	Leguisamo	Roberto	Maralcaschi	Luis	Benítez
Anastacio	Acosta	Daniel	Santos	Victor	Garavenza
Eduardo	Gligiermone	Isabelino	Guerra	José Luis	Igarzabal
Luis	Gularte	César	Fernández	Richard	de los Santos.
Fernando	Gil	Ali	Grisolia	Jorge	Silveira
José Luis	Escobar	Javier	Capillera	Oscar	Chiappa
Juan	Guedes	Omar	Porciancula	Luis	Severo
Arnoldo	Fontes	Omar	Franco	Fabián	Gomez
Jorge	Gomez	Ariel	Aguirre	Sergio	Sansberro
Julio	Cunha	Rodolfo	Correa	Roberto	López
Artigas	Villegas	Julio	Correa	Cirino	Figueroa
Jorge	Damacena	Ramón	Moreira	Carlos	Aramburu
Richard	Rijo	Miguel	Albornoz	Ramón	Marquez
Daniel	Aquino	José Luis	Saldaña	Cequial	Echague
Nelsón	Pastirono	Hayde L.de	Rodríguez	Ramiro	Leguisamo
Zulma E.de	Requelme	Erick	Zunini		
Luis	Aramburu	Marcos	Galvan	José	Pereira das
Carlos	Broli	Luis A.	Silva	Ricardo	Scelzi
Heracio	Acosta	Washington	Acosta	Fernando	Scelzi
Luis	Cerban	Wilson	Ferreira	Ramón	Erburu
Ramón	Gomez	Erelin	Arambarri	Albert	Arrua
Alicia	Rodríguez	Walter	Gonzalez	Orepimo	Bandera
Carlos	Santana	Rosana	Gallo	Charito	Estefanell
Mario	Torres	Mercedes	May	Juan José	Bentancor
Walter	Brasil.				

00 1/1

ORIGINAL

1/114

9208971

920132

MEMORANDUM R.E.I. Fecha

I: ASUNTO: INFORMACION GRAL .DEL MLN

II: REFERENCIA: 951-B-I

III: EVALUACION: B-2

IV: TEXTO:

INFORMACION CONCERNIENTE A REUNION DE RESPONSABLES POLITICOS DEL ZONAL III

- Se ha tomado conocimiento que el día lunes 20 del corriente mes se llamó a un Plenario de militantes para hacer un Bálance por las irregulariedades ocurridas ultimamente en el Zonal III.
Este llamado fue suspendido y se sitó a una reunión de REsponsables Políticos para tratar dos temas importantes:el acto de Aniversario de la muerte de RAUL SENDIC y en segundo lugar un problema de finanzas.este último,debido a que el lunes 13 del corriente,llegó un telegrama del Bco.Hipotecario al Zonal III,comunicando la situación en que éste local se encontraba,lo que motivaría que fuera rematado.LA Dirección de éste ZONAL ante éstas circunstancias concurrió a hablar con la Dirección del MLN y la misma manifestó que no tenía dindero y que ese problema lo tenía que solúcionar el mismo ZONAL.DEbido a que este Zonal no posee el dinero suficiente para hacerlo,en dicho Plenario surgieron varios proyectos y uno de ellos fue el de vender ropa económica descartándolo pot "utópico". DAdo los inconvenientes que han venido surgiendo con los cheques sin fondos,el MLN se encuentrs con que sus prestamisnas le han cortado la credibilidad para otorgarles préstamos. Fue entonces que HUGO GARCIA TORRES (a) "EL CURA" MLN propuso solicitar un préstamo con COFAC.Como COFAC no otorga préstamos "unilaterales" la solución que se planteó fue que entre éste último MLN y el MLN LUIS ALONSO concurrieran a dicha Cooperativa a los efectos de asesorarse e iniciar los trámites para que uno de los dos reciba la plata mientras que el otro saldría de garantia ,siempre y cuando COFAC acpete como reppaldo económico la hipoteca del Local del Zonal III.
Posteriormente por comentarios realizados por un NN PEDRO (MLN) se planteó laduda si el Zonal III pdría cubrir mensualmente el monto de la cuota que oxilaría aproximadamente entre 100 y 150 mil pesos.Ante tal circunstancias el MLN ALONSO,no estaría en condiciones de asumir dicha responsabilidad ya que de no poder cumplir con los pagos de las mismas sería pasado al Clering por moroso,con la prohibición que enun futuro pueda acceder a los prestamos para vivienda otorgados por el Bco.Hipotecario.
- Luego se trató un informe que supuestamente se está manejando dentro de la coalisión F.A.,donde en gral. las fuerzas de la coalisión se encuentran divididas,por una lado se encuentra CARLOS PITA(CPN) y por otro lado la conflictividad del Partido Comunista entre Conservadores y Renovadores.Según JAIME PEREZ(PC) el PVP y el MLN dentro de la coalisión serían una traba para ganar las próximas elecciones.
Dicho informe trataría la formación por parte de CARLOS PITA(CPN) de un supuesto FRENTE GRANDE,el mismo aglutinaría militantes de todos los Partidos Políticos ya sean de izquierda o de Centro.

001/114

Paralelamente a todo esto se encuentra el Senador GARGANO(PS) que está tratando de ampliar el espectro político [illegible]rro del PS con militantes tanto de izquierda como de Centro que acompañen los proyect[illegible] fre[illegible]amplistas.Parat tal fin se encuentran delineando un plan Global de Trabajo rel[illegible]nado a la conflictividad tanto dentro del los gremios como en la parte social.[illegible]e propondría unificación en la conflictividad como por ejemplo el Referendum ,la Marcha delos Cañeros,etc, y proyectar de esa forma mayor conflictividdd para el resto del año.

Al parecer ya le habría manifestado a TABARE VAZQUEZ a modo de recomendación ,que sus obras,los arreglos, o mejoras realizadas por la Intendencia se concreten en hechos tangibles y palpables al la mano y a la vista de la población. Todo esto con miras a no desprestiguiarse para las próximaselecciones.

Otro de los aspectos que éste plan contemplaría sería el acercamiento a los militares con la finalidad de que éstos se integren a éstafue[illegible]o a este Frente Grande para que si en un futuro el Frente Amplio es gobierno,las FF[illegible] no adopten una posición opositora.

* Se adjunta documentación referentea: - Libro titulado EL Viraje de las Grandes Masas"
" 15 preguntas sobre la Perestroika
" ¿ Porque un Frnte Grande?

002 9202971

DISTRIBUCION: **ORIGINAL: SEÑOR JEFE DEL DPTO.I.**

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(**A.Z.**)


FAPU
EL VIRAJE DE LAS GRANDES MASAS
SHAFIK JORGE HANDAL

SHAFIK JORGE HANDAL

EL VIRAJE DE LAS GRANDES MASAS

SECRETARIO GENERAL DEL PARTIDO COMUNISTA DE EL SALVADOR —PCS— COMANDANTE EN JEFE DE LAS FUERZAS ARMADAS DE LIBERACION —FAL— Y MIEMBRO DE LA COMANDANCIA GENERAL DEL FRENTE FARABUNDO MARTI PARA LA LIBERACION NACIONAL —FMLN—

CONSIDERACIONES ACERCA DEL VIRAJE DEL PARTIDO HACIA LA LUCHA ARMADA, LAS RELACIONES ENTRE LAS FORMAS DE LUCHA ARMADA Y LUCHA POLITICA Y LA ORGANIZACION DE LA LUCHA ARMADA, DEL EJERCITO REVOLUCIONARIO Y DEL PARTIDO DENTRO DE LAS FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS.

ACERCA DE LA CONDICION PRINCIPAL Y DETERMINANTE QUE IMPULSO EL VIRAJE DEL PARTIDO HACIA LA LUCHA ARMADA: AGOTAMIENTO OBJETIVO DE LAS POSIBILIDADES DE LA LUCHA ELECTORAL Y EL VIRAJE DE LAS GRANDES MASAS HACIA EL APOYO A LA LUCHA ARMADA.

Consideramos conveniente, antes de abordar el tema, referirnos brevemente a algunos antecedentes

que están a la base de la explicación del viraje del Partido hacia la lucha armada, aun a riesgo de caer en la repetición de ciertos aspectos que ya hemos tratado en otras ocasiones. (1)

A partir de 1964, después de las reformas a la Ley Electoral, que permitieron la representación de las minorías en la Asamblea Legislativa, se abrió un período continuado de sucesivas elecciones que duró 13 años. En el comienzo de ese período, la lucha electoral llegó a tener un atractivo fuerte para el pueblo salvadoreño, especialmente después de que diputados de la oposición pudieron llegar a la Asamblea Legislativa y de que una considerable cantidad de Alcaldías y Consejos Municipales pasaron al control de la oposición por medio de las urnas. Se generó así un movimiento electoral fuerte: en él precisamente, creció el Partido Demócrata Cristiano; éste se había fundado en el año 1960 y se hizo partido con alta votación a partir de las reformas a la Ley Electoral y de su participación en las elecciones. Nosotros entramos en 1966 al proceso electoral, ante todo y sobre todo, para impedir que las masas fueran influidas profundamente por la burguesía, y para abrirle espacio en el terreno legal a la divulgación de nuestra línea por la Revolución Democrática Anti-Imperialista. En 1966-67, postulamos un candidato presidencial junto con otras fuerzas que conformaban —no orgánicamente pero sí de hecho— un frente democrático progresista antiimperialista. Puesto que el PCS había sido condenado a la ilegalidad y la persecución desde 1932, para tomar parte en las elecciones nos cubrimos, por decirlo así, con la legalidad de un partido que tenía un

registro antiguo, pero que rara vez funcionaba o funcionaba muy débilmente; llegamos a acuerdos con los dirigentes de ese partido (el Partido Acción Renovadora –PAR–) y nos arropamos con su legalidad. Ese partido postuló como candidato presidencial al Dr. Fabio Castillo Figueroa, que hasta ese momento era Rector de la Universidad de El Salvador.

Efectivamente, la participación en la campaña electoral nos mostró que ello tenía virtudes: pudimos alcanzar una vinculación bastante activa con las masas de la ciudad y el campo, logramos el rescate de la clase obrera de San Salvador, Santa Ana y otras ciudades que en las elecciones de 1964, las primeras que se realizaron bajo el signo de la reforma electoral, había sido arrastrada por el encendido discurso de la "Revolución de los Pobres" al que entonces apelaba el Partido Demócrata Cristiano. Aquella gran movilización política fomentó la lucha reivindicativa de los trabajadores (obreros, maestros y otros), se desplegó el movimiento huelguístico (ausente desde 1964 por la represión). Así, la decisión que adoptó el PCS confirmaba su acierto en la práctica.

Inmediatamente después de aquellas elecciones presidenciales fue ilegalizado el PAR, pero nuestro Partido apoyándose en la voluntad de las masas congregadas por la campaña electoral reciente, encontró la manera de quedar presente en el terreno de la política legal: no disolvió los Comités del PAR que habían sido organizados en todo el país, mantuvo sus locales abiertos, siguió haciendo su trabajo e intentó varias veces legalizar otro partido. Estos intentos fueron rechazados, pero finalmente, en 1971 llegamos a

un acuerdo con los dirigentes de un partido de nuevo registro llamado Unión Democrática Nacionalista (UDN) y volvimos a encontrar una cobertura legal, no sólo para nosotros sino también para algunos grupos y personalidades democráticas. A partir de allí fue posible la creación de la Unión Nacional Opositora (UNO), mediante un pacto político con el Partido Demócrata Cristiano y con el Movimiento Nacional Revolucionario (MNR), que es el partido que ya desde aquel tiempo encabeza el Dr. Guillermo Manuel Ungo, actualmente Presidente del Frente Democrático Revolucionario (FDR).

La dictadura militar alarmada por los resultados de las elecciones presidenciales de 1967 y por el creciente movimiento huelguístico, volvió a las prácticas represivas, comenzando así a rasgarse la imagen democrática que estrenó con la reforma electoral. Las confrontaciones de las masas con las fuerzas represivas se volvieron frecuentes y cada vez más graves; el fraude en las elecciones se hizo más y más descarado. Esta situación influyó en el PDC; sus bases se fueron radicalizando, no pocas veces comunistas y democristianos sufrimos juntos la persecución y la represión. Se produjo así el surgimiento de una corriente hacia la izquierda en la base y parte de los dirigentes del Partido Demócrata Cristiano, y sobre todo en su organización juvenil, de donde se promovieron algunos cuadros a la dirección del Partido. Todo esto en definitiva impuso la alianza con el PCS a pesar de que una parte de la dirección democristiana se oponía.

La formación de la UNO le dio al movimiento

electoral popular una enorme envergadura, alcanzó la mayoría ya en febrero de 1972 en su primera participación electoral (las elecciones presidenciales de ese año), pero vino un burdo fraude en el escrutinio de los votos, contestado por un levantamiento fallido de un grupo de militares demócratas (25 de marzo). Se decretó el Estado de Sitio y por medio de la represión fue impuesto por la fuerza el candidato oficial. Sin embargo, continuamos participando en las elecciones: en las parlamentarias y municipales del año 1974, en las del mismo tipo el año 1976, pero a última hora nos retiramos de éstas porque los preparativos del fraude eran ya muy descarados y evidentes; a pesar de ello seguimos con la agitación y la propaganda hasta el último momento, denunciando esos manejos y, sobre todo, alertando al pueblo acerca del proceso de fascistización de la dictadura militar, el cual habiéndose iniciado a fines de 1974, entonces se profundizaba y aceleraba. La dictadura estaba prácticamente en un callejón con una sola salida: si respetaba de alguna manera las consultas electorales, perdería el control de la Asamblea Legislativa, del gobierno y de algunos otros escalones del poder. De esa manera, mantenerse en pie sólo le era posible incrementando ilimitadamente la represión y reorganizando el aparato estatal, deviniendo en dictadura fascista; y como el mando militar no podía deshacerse de un tajo del procedimiento electoral, éste necesariamente debía ser corrompido, convertido del todo en una grotesca simulación. Así exactamente ocurrió: la represión tomó más y más el carácter de matanza, los asesinatos políticos proliferaron, las capturas ilegales

y los desaparecidos se convirtieron en hechos cotidianos. La UNO decidió participar en las elecciones presidenciales de febrero de 1977; la campaña comenzó en los últimos meses de 1976 y esta vez su candidato fue un militar demócrata retirado. La UNO obtuvo una victoria más rotunda que la del año 72 y de nuevo la dictadura manoseó los resultados.

Nosotros sabíamos que las elecciones no podían ser una vía al poder para las fuerzas democráticas y mucho menos para las fuerzas revolucionarias, antiimperialistas y eso era lo que predicábamos a las masas durante las campañas electorales, principalmente en aquella última; las alertábamos a no ilusionarse con las elecciones, a estar conscientes de que este proceso iba a agotarse y que sería necesario pasar a formas de lucha superiores. Nos guiábamos así por la enseñanza leninista de llevar a las masas a hacer su propia experiencia: nosotros estábamos convencidos desde decenios atrás que este camino no conducía al poder, pero que había que convencer a las masas y las masas debían hacer para ello su propia experiencia, chocando con el aparato de la dictadura en el terreno electoral y en los otros terrenos de su lucha.

Las elecciones de 1977 trajeron en efecto el agotamiento real de las posibilidades del proceso electoral para las masas, es decir para las grandes masas trabajadoras de la ciudad y del campo y amplio sector de las capas medias. Tras este final del proceso electoral, tras este agotamiento, vino el viraje de las masas en gran escala al apoyo y la incorporación a la lucha armada. Digo al apoyo, porque desde 1970 ya existían algunas organizaciones armadas en el país, una

más que las otras había logrado ir conformando un movimiento de masas que ya a la altura de 1977 era grande, pero en general el movimiento armado no era todavía el movimiento que conducía a las grandes masas del pueblo, la UNO seguía siendo el frente tras el cual marchaban las mayorías; fue en febrero de 1977, cuando se agotó el proceso electoral y vino el viraje en gran escala de las amplias masas hacia la lucha armada. Ese momento lo habíamos previsto y cuando llegó, el PCS hizo un gran esfuerzo durante la semana siguiente a las elecciones (21 al 28 de febrero) para desarrollar la acción insurreccional de las masas: en San Salvador y en otras ciudades como Santa Ana –la segunda ciudad del país–, fueron realizadas por nosotros muchas acciones de lucha armada e insurreccionales que contaron con el apoyo de las masas. Decenas de miles de personas siguieron el llamamiento de la UNO de ocupar el centro de la ciudad, la Plaza Libertad; levantaron barricadas y llegaron a ocupar más o menos 16 manzanas durante varios días; permanecían allí, aunque había relevo espontáneo y constante; funcionaba una tribuna abierta permanente, desde la cual el propio candidato presidencial, el Coronel Claramount, los dirigentes de la UNO y oradores surgidos de la masa realizaban intervenciones continuas, cultivando la disposición combativa y orientando aquel movimiento. Mientras tanto, en el resto de la ciudad y en otras ciudades, pequeños grupos armados, fundamentalmente de la Juventud Comunista y del Partido, realizaban numerosas acciones armadas que contaron con un gran apoyo. La madrugada del 28 de febrero el ejército embistió el centro de la ciu-

dad con una gran fuerza, realizó una matanza y desalojó la Plaza Libertad, pero las masas habían llegado a un nivel bastante alto de combatividad y durante todo aquel día y parte del día siguiente, conducidas por militantes de nuestro Partido y nuestra Juventud, realizaron en la parte céntrica de la capital muchas acciones de violencia contra edificios y transportes del gobierno, contra los periódicos de la oligarquía. Fueron acciones insurreccionales y fuertes enfrentamientos con las tropas de la dictadura, pero no llegó a desatarse una insurrección general, entre otras causas, porque nosotros no pudimos organizarla.

Cuando se agotó la posibilidad de conducción concreta del Partido, aquel movimiento insurreccional empezó a declinar, pero había quedado abierta para las grandes masas una puerta muy ancha hacia la lucha armada: el viraje de las masas hacia la lucha armada era irreversible.

En esas condiciones, la Comisión Política del PCS acordó realizar el viraje del Partido hacia la lucha armada. Esas fueron las condiciones en las que se produce el acuerdo, no durante el VII Congreso en 1979 sino en abril de 1977.

II.-

ACERCA DE LA CONTRADICCION ENTRE LAS GRANDES EXIGENCIAS DE LA DECISION DEL VIRAJE, LAS PROFUNDAS DEBILIDADES IDEOLOGICAS Y ORGANICAS QUE RETRASARON

POR DOS VALIOSOS AÑOS EL VIRAJE.

Como ya se dijo, la Comisión Política adoptó el acuerdo de realizar el viraje en aquel momento, después de los enfrentamientos de febrero y marzo de 1977. Al hacerlo así, la Comisión Política estaba aplicando la línea general del Partido, aprobada por sucesivos Congresos, según la cual la toma del poder por la vía armada era la más probable en nuestro país. Sin embargo, no pudimos hacer este viraje rápidamente; el esfuerzo para realizarlo nos costó dos años, dos años muy valiosos que retrasaron la incorporación práctica del Partido a la lucha armada y afectaron el desarrollo mismo del Partido. Tuvimos que enfrentar una serie de obstáculos; las decisiones de la Dirección y el apoyo a esas decisiones fue unánime, absolutamente nadie les hizo oposición, todo el mundo recibió con entusiasmo lo que se había acordado y a pesar de eso no podíamos hacerlo realidad. Existían causas no conocidas que era necesario descubrir y la Dirección del Partido, desde la segunda mitad de 1978 en el proceso de la preparación del VII Congreso, realizó un gran esfuerzo para descubrirlas. Parecía que se trataba de simples faltas de eficacia, de descuido, etc. y así lo habíamos venido manejando; las orientaciones organizativas, como por ejemplo, la creación de los Grupos de Acción Revolucionaria (GAR) alrededor de las células del Partido y la Juventud, no caminó mucho durante aquellos dos años; nosotros pensamos que era falta de comprensión de las nuevas formas organizativas y que a eso se reducía todo. Pero en nuestra búsqueda descubrimos después un grupo de causas que

eran en realidad las que estaban obstaculizando el viraje.

Si bien el Partido había acertado en el enunciado, aunque muy general y simple, de su tesis sobre la vía armada de la revolución y tenía claro que el proceso electoral no conduciría al poder y lo estuvo predicando a las masas, también resultó que en el curso de los 11 años de participación electoral, el Partido adquirió ciertos rasgos ideológicos, ciertos hábitos, incluso cierto estilo que retrasaban la posibilidad de un viraje como el que debíamos realizar. Entre estos rasgos ideológicos habían no pocos ingredientes de reformismo. En el curso de estos 11 años más de una vez, tanto la Dirección del Partido, como la base nos ilusionamos sobre la posibilidad de alcanzar resultados mejores con el proceso electoral. Estos eran serios obstáculos ideológicos que debíamos remover.

En el marco de la UNO, el Partido jugó un papel muy importante en la elaboración de su programa, de su táctica y de la aplicación de la línea que se trazaba. En las campañas electorales el Partido desplegaba un gran dinamismo y como resultado de todo esto generamos no poca influencia en nuestros aliados, pero también –según lo demostraron los hechos– nuestros aliados habían generado influencia sobre nosotros.

Se habían ido configurando rasgos reformistas en el Partido, que se expresaron principalmente en el abandono durante esos 11 años, de los esfuerzos por parte de la Dirección del trabajo por desarrollar la violencia revolucionaria de las masas y en particular su autodefensa frente a la represión y la construcción de la fuerza armada del Partido. Esta conducta se tra-

-ó de justificar con el argumento de la "prevención contra las provocaciones". De hecho, éste era un frenaje del surgimiento y desarrollo de la violencia popular, más aún, de la violencia revolucionaria armada y también una atrofia en la formación de la militancia del Partido y de la Juventud que cultivó en su estilo la prudencia, la precaución, la no violencia. Nunca nuestro Partido llegó a condenar la lucha armada, siempre mantuvo formalmente su formulación sobre la vía de la revolución, pero estas otras ideas y estilo se fueron colando, nos fueron influyendo y dieron sus resultados prácticos en contra del desarrollo de su trabajo militar.

En años anteriores a nuestra participación en las elecciones, el Partido había realizado trabajo en el terreno militar; allá por los años 1961 a 1963 nos empeñamos en un esfuerzo notable por enrumbar hacia la lucha armada. Esa orientación contó con gran apoyo de masas, pero vino luego la corrección: el V Congreso del Partido, realizado en marzo de 1964, le puso fin a aquella línea de preparación para la lucha armada, enarbolando la bandera de que había que promover como prioritaria la "lucha de masas".

En aquel tiempo nosotros veíamos una contradicción entre lucha de masas y lucha armada. Hay que recordar que entonces en América Latina campeaba la concepción del "foco guerrillero" en la cual –por lo menos al inicio de las acciones guerrilleras– se prescindía de las masas y de las condiciones objetivas para la revolución, que se consideraban en lo fundamental maduras en casi toda América Latina y que en todo caso podían "crearse" por la actividad combativa del

grupo armado inicial en la montaña. Las condiciones subjetivas, con mayor facilidad aun serían también creadas por dicha actividad; después, en el proceso del desarrollo de la lucha armada, se multiplicarían las vinculaciones con las masas, la influencia sobre las masas, etc.

A pesar de que nuestro movimiento de aquel tiempo estaba verdaderamente arraigado en las masas trabajadoras más adelantadas, una parte de los cuadros responsables de nuestro trabajo sindical, apoyados por algunos compañeros de la Dirección, comenzaron a mirar la debilidad de los sindicatos –que en verdad tenía otras causas muy distintas y opuestas a ese alegato– como una consecuencia de la "perturbación" que provocaba entre las masas nuestra agitación por la lucha armada, promoviendo su falta de interés y de seguridad en los sindicatos, así como también a consecuencia de la "absorción" de la militancia partidaria en las tareas de preparación militar. Los que estamos por la lucha armada no comprendíamos entonces la compleja y profunda vinculación de ésta con la lucha política, la vinculación existente entre las diversas formas de la lucha no armada de las masas y su lucha armada; incurríamos en una relativa unilateralidad, de manera que aquellos alegatos terminaron convenciéndonos y el V Congreso de hecho realizó un viraje, aunque mantuvo en la letra de sus documentos que "hasta donde se alcanza a ver, la vía de la revolución más probable será la lucha armada", –[illegible] las palabras–. Esta formulación se completaba con las consabidas advertencias de "estar preparados para pasar de una a otras formas de lucha" y saber "combi-

...ar las distintas formas, etc.". La verdad es que después del V Congreso vino un período de viraje hacia el economismo y el abandono de la lucha política en todas sus formas durante casi cuatro años, hasta el inicio de nuestra participación electoral. Se priorizó casi absolutamente el enfrentamiento de clases en la esfera de las relaciones económicas obrero-patronales, el movimiento sindical pasó a ser el centro principal de nuestra actuación, con breves coyunturas en las que el movimiento por la reforma y democratización de la Universidad le disputaba la prioridad. En 1966-67, como ya se dijo, entramos a la lucha electoral y volvimos así a la lucha política contra la dictadura militar de la oligarquía y el imperialismo yanqui, lucha que asumió las características, limitaciones y consecuencias ya mencionadas.

Como puede verse, no era difícil que el Partido absorbiera de sus aliados electorales aquellas dosis de reformismo, puesto que venía de un período de claro economismo y, como se sabe, entre economismo y reformismo hay una esencia común.

Estos problemas ideológicos eran un obstáculo para el viraje hacia la lucha armada en 1977-78. Primero que todo fue necesario tomar conciencia de ello y más aún, tomar conciencia de la responsabilidad que le correspondía a la Dirección del Partido en esos errores. Fue la propia Dirección del Partido la que inició con su autocrítica la corrección ideológica, hecho que en forma determinante aseguró que este proceso de rectificación se realizara rápidamente, sin ningún fraccionamiento en el Partido ni en la Juventud Comunista.

Descubrimos también que en el terreno orgánico se alzaban otros obstáculos: el principal de ellos consistía en que los cuadros de Dirección Nacional e intermedia, los cuadros del partido en las organizaciones de masas, en fin, todo el conjunto de nuestros cuadros, excepto muy pocos, no tenían nociones, ni las más elementales, acerca de cómo organizar el paso a la lucha armada. No nos referimos tanto a nociones técnicas en el terreno militar sino a nociones de una concepción político-militar correcta y a nociones acerca de los pasos concretos que deben darse, de lo simple a lo complejo, para organizar la violencia armada de las masas y el viraje del Partido. De una u otra manera, por esta razón, seguía presente en el pensamiento de los cuadros, aunque no en forma expresa, la idea de la incompatibilidad de la lucha armada con las tareas de masas. Esto se expresaba, por ejemplo, en la resistencia de una parte de los cuadros para aceptar que fueran desplazados activistas y cuadros de distintos frentes de masas hacia la preparación para la lucha armada, alegando de que esto desmejoraba, "dejaba abandonada una tarea vital", etc. Estas opiniones se mantenían a pesar de que ya habíamos empezado a elaborar algunas ideas, si bien todavía elementales, pero correctas, acerca de cómo combinar unas formas de lucha con la otra, de cómo el Partido mismo debe participar, desde la base hasta la Dirección en la conducción de la lucha de masas, en organizar y orientar la combinación de unas y otras formas de la lucha armada y la lucha política.

Habia pues un problema en la formulación de los cuadros: no tenían formación para cumplir con las te-

is de Lenin, según la cual el Partido debe estar preparado para pasar ágilmente de unas formas de lucha a otras y combinarlas. Habíamos repetido tantas veces aquella lección que creíamos comprenderla, pero la vida mostró que en realidad no la comprendíamos, no estábamos en condiciones de realizarla. Precisamos que la responsabilidad por la formación de los cuadros comunistas es una responsabilidad de la Dirección del Partido respectivo, pero también del movimiento comunista internacional en conjunto. Esta formación unilateral de nuestros cuadros era el origen de diversos obstáculos que se oponían a nuestro viraje en el terreno orgánico. Así pues, está claro que la formación unilateral de los cuadros era una manifestación de reformismo y economismo en las ideas y la línea del Partido.

Otro aspecto de este mismo problema de los obstáculos orgánicos, consistía en que mantuvimos por mucho tiempo una débil Comisión Militar del Comité Central, la cual supuestamente debía encargarse de preparar el aparato militar del Partido. Esta Comisión recibía muy poco apoyo y su trabajo era en extremo diminuto. Además, la orientación con que trabajaba la Comisión Militar era equivocada; si la Comisión hubiera tenido un buen desempeño, quizá nos hubiera llevado al fraccionamiento del Partido en aquel marco de su situación general, porque hubiera puesto en contradicción flagrante sus esfuerzos por cumplir ese aspecto de la línea, con todo el curso del desarrollo de la lucha real del Partido, del estilo de sus costumbres, estando como estaba encajonado unilateralmente en el terreno de la lucha economista y la lu-

cha electoral, sobre todo en esta última. Tampoco era básicamente correcto el enfoque de que la preparación para la lucha armada y esta misma lucha son una tarea exclusiva de la Comisión Militar, en realidad es un problema de todo el Partido, desde su base hasta su dirección; si no se lo ve de ese modo no puede haber una conducción verdaderamente partidaria, verdaderamente leninista de esta forma de lucha, no se puede asegurar que el Partido promueva, organice y dirija la lucha armada, construya y dirija su propia fuerza armada, promueva y combine la lucha armada con la lucha política. Esto era otro problema orgánico que tenía connotaciones también ideológicas. Así pues, en el terreno orgánico cobraban vida también aquellas erróneas ideas del terreno teórico-ideológico. Para realizar el viraje era necesario resolver todos estos problemas y resolverlos de la mejor manera posible, conservando la unidad del Partido y cuidándonos de no dar un bandazo y salir de errores de derecha para caer en errores izquierdistas, en el sentido leninista.

Pudimos realizar el viraje porque pudimos resolver estos problemas, hicimos una corrección de nuestra línea, pusimos en la picota de la crítica y la autocrítica al reformismo, hicimos una corrección orgánica, llevamos a los cuadros los conocimientos militares y las concepciones político-militares victoriosas en la experiencia histórica internacional, incluyendo entre ellos cuadros de la Dirección misma. Algunos cuadros del Comité Central, de la Comisión Política del Partido y la Juventud Comunista recibieron incluso formación como oficiales; todo esto enriqueció

el pensamiento de la dirección, su capacidad para llevar hasta el final este complejo viraje y para asumir progresivamente la conducción de la lucha armada del Partido, la construcción de su fuerza armada, su participación en la lucha política y diplomática, en pocas palabras, la conducción de la participación en la Guerra Popular Revolucionaria que se libraba ya entonces en El Salvador, aunque todavía en fases iniciales en cuanto a envergadura y desarrollo.

III.-

ACERCA DE LOS PROBLEMAS TEORICOS Y LAS FORMAS PRACTICAS ADOPTADAS POR EL PARTIDO PARA LA ORGANIZACION DE LA LUCHA ARMADA: DE LAS PRIMERAS FORMAS DE LA LUCHA ARMADA A LA CONSTRUCCION Y ORGANIZACION DE LOS ORGANISMOS MILITARES MAS DESARROLLADOS.

A partir del VII Congreso (celebrado en la clandestinidad en abril de 1979), que le dio cima a todo aquel esfuerzo autocrítico y crítico y puso en marcha la corrección en el curso de dos años y medio, toda la Comisión Política y más de tres cuartas partes del Comité Central adquirieron un regular grado de conocimientos militares, unidos a una práctica creciente en la conducción de la guerra, y un importante conocimiento de las experiencias de la Guerra Popular Revolucionaria en otras latitudes. Poco a poco, la Dirección en conjunto fue entrando en el terreno de dirigir la involucración y participación del Partido en la

guerra de una manera concreta.

Cuando hablamos del involucramiento de todo el Partido en la guerra, no debe entenderse que todos los militantes del Partido pasan al aparato militar, o al revés, que no se necesite aparato militar, ejército, porque el Partido sustituye al ejército. No se trata de eso, la lucha armada es una expresión concreta de la violencia revolucionaria, la violencia revolucionaria es tal cuando es violencia de las masas mismas, dirigida contra los opresores y explotadores y en fin de cuentas, contra todo el sistema de la dominación imperialista sobre el país. La promoción, orientación y organización de la violencia de las masas es un asunto que corresponde al Partido en su conjunto, desde las células hasta la Dirección. Esto plantea el surgimiento de tareas diversas para todos los organismos.

Poco a poco el despliegue y la agudización de la lucha de clases conduce al momento en que aparecen o deben aparecer las primeras formas de la lucha armada, aunque todavía no aparece el ejército. Son por lo general formas de esta lucha que surgen en defensa de la lucha de masas en otros terrenos: por ejemplo en las condiciones de nuestro país, bajo la dictadura militar en trance de fascistización, llegó un momento en que los trabajadores no podían seguir adelante con sus luchas reivindicativas si no las defendían de la embestida de la represión cada vez más sangrienta; se planteó entonces la necesidad, comprendida por las masas, de la organización de formas nuevas de lucha, de formas armadas de la lucha. El Partido debía responder a esta necesidad organizando estas formas nuevas, armadas, de manera que las masas pudieran

realizar su auto-defensa. Nosotros lo hicimos, aunque bastante más tarde que otras organizaciones.

Para cumplir esta tarea el Partido se apoyó ante todo en sus células: ¿quién si no este organismo vivo que está organizado en el corazón de las masas, dentro de las fábricas, en los barrios y colonias de las ciudades, en los caseríos, en las haciendas, en las plantaciones; quién si no la célula es quien puede en el Partido cumplir esta tarea de organizar y conducir la auto-defensa de las masas? No necesita para ello convertirse la célula en una unidad militar, pero sí debía perfilarse como una unidad organizadora y conductora de la lucha político-militar. Aprendiendo de la experiencia internacional, orientamos a nuestras células a organizar alrededor suyo grupos secretos, eso que nosotros llamamos los GAR (Grupos de Acción Revolucionaria), compuestos por los mejores elementos que se van destacando de las masas, los más resueltos, los más combativos, los más honestos, aunque aun no estén maduros para ingresar a las filas de nuestro Partido. Los GAR no son unidades militares propiamente tales; han sido y son un primer escalón en la construcción de la fuerza armada del Partido. Realizan tareas políticas y tareas militares, sin separarse de las organizaciones de masas a la que pertenecen. Examinemos el surgimiento de las tareas de los GAR, pongamos como ejemplo, en los sindicatos. La célula del Partido trabaja por el fortalecimiento del sindicato, promueve sus luchas –las huelgas digamos– difunde las orientaciones que el Partido entrega a las masas, como también trabaja en la organización de la autodefensa, desde las formas más ele-

mentales de la autodefensa ocasional: cada vez que hay una huelga se organizan piquetes, cada vez que hay una manifestación se organiza una guardia para proteger la seguridad de las masas en la marcha o grupos de vigilancia para proteger las asambleas o las reuniones de la Directiva del sindicato, etc.; todas éstas son manifestaciones de la autodefensa ocasional que, dicho sea de paso, se practican en todos los países donde los sindicatos son instrumentos de la lucha de clase; pero al irse desarrollando la lucha, pronto queda en evidencia que no basta con la autodefensa ocasional, ya que el enemigo da una respuesta cada vez más contundente, persigue, atropella, asesina, utiliza la tortura, el crimen político, los "desaparecimientos", etc. Entonces se vuelve necesario formar órganos más especializados y con carácter permanente que dominen mejor los métodos de la autodefensa y que estén vinculados a las masas. Pasamos así a un escalón nuevo que es la autodefensa permanente: los GAR son esto. Desde el punto de vista de sus tareas armadas son una forma orgánica de la autodefensa permanente, deben adiestrarse para cumplir esta misión, pero el GAR no deja de ser un organismo político de las masas mismas, un organismo organizador en el que se apoya la célula del Partido para fortalecer al sindicato, cohesionar sus filas y su pensamiento político, para organizar cada vez mejor sus luchas. Al mismo tiempo, los GAR son centros de formación política revolucionaria de sus miembros, son un conducto para la difusión de la línea del Partido y una fuente de reclutamiento de nuevos militantes suyos. La célula organiza en su derredor cuantos GAR

pueda dirigir y debe por consiguiente aprender a dirigirlos política y militarmente, para lo cual debe recibir el adiestramiento en el nivel necesario. La célula aprende así a dominar los conocimientos militares y a dirigir política y militarmente, sin desnaturalizarse. El desarrollo de los acontecimientos conduce a la necesidad de ascender escalones superiores: surgen unidades guerrilleras que se dedican permanentemente al combate a las cuales es necesario darles una retaguardia, es decir un lugar en que puedan reagruparse, alimentarse, descansar, adiestrarse, curarse, prepararse, etc. y esa retaguardia (1) no puede existir si no es protegida por las masas, ni las guerrillas se pueden formar si no reciben el apoyo de las masas. Jamás tendrán suficientes combatientes si las masas no se los dan, no habrá reposición de los que caen si las masas no los aportan; las masas tienen que estar conscientes, convencidas de esta necesidad y estrechamente vinculadas a esta tarea. Esta es una obra que le corresponde realizar al Partido vinculándose estrechamente y profundamente con ellas.

Esta tarea de organizar los organismos militares más desarrollados en el siguiente escalón no clausura el anterior escalón de la organización amplia de la auto-defensa, tanto de la auto-defensa ocasional como de la auto-defensa permanente; al contrario, de ahí es de donde surge la posibilidad de crear un ejército verdaderamente vinculado con las masas, que surge del corazón de las masas, que incorpora a las masas y que mantiene la vinculación con las masas, un ejército formado por combatientes seleccionados que han venido probándose en las tareas simples. Hay que de-

cir por último, en relación con los GAR, que el desarrollo de la guerra les imprime un carácter cada vez más ofensivo y un nivel técnico-militar más alto; de modo que los GAR de hoy de hecho realizan tareas combativas similares a las de las guerrillas; son guerrillas secretas cuyos miembros combaten y trabajan, combaten y estudian, no se dedican pues a tiempo completo al combate y no necesitan territorios e infraestructuras urbanas complejas de retaguardia.

Como es sabido, nuestro Partido se incorporó a la lucha armada cuando ésta se encontraba en el umbral del despliegue de la guerra propiamente tal y cuando otras organizaciones revolucionarias habían avanzado considerablemente en la construcción de sus fuerzas armadas. A causa de ello tuvimos que andar a pasos largos y no siempre nos fue posible formar a nuestros combatientes siguiendo, uno a uno, los escalones que se han descrito. Una parte considerable de los combatientes, jefes y especialistas de las Fuerzas Armadas de Liberación, FAL, (brazo armado del Partido), salió directamente de las filas partidarias y de la Juventud Comunista, otra parte proviene de los GAR u otras modalidades de la organización miliciana (nombre más apropiado que autodefensa en el actual momento del desarrollo de la guerra), la cual nos esforzamos en construir en el campo y las ciudades.

Es oportuno decir que esta organización de autodefensa, debe armarse sola; no es que el Partido le entregue a cada uno de los miembros de estos grupos de autodefensa un arma, eso sería imposible; además

sería una lección inadecuada. Si nosotros queremos mantener fresca la posibilidad de que las masas asuman la lucha armada en gran escala, no puede hacerse depender esta posibilidad de la esperanza de que el Partido o alguna otra fuente arme a las grandes masas; el principio fundamental y clave a este respecto es el de que "la auto-defensa (o la milicia), se arma sola" y el Partido enseña a las masas a armarse solas, es decir, a transformar en arma prácticamente todo lo que está a su alrededor, a usar los conocimientos técnicos de los trabajadores y de las capas medias en todo lo que puede ponerse al servicio de armarse y de arrebatarle al enemigo sus armas. Esta orientación desata una gran iniciativa creadora, orientar a estos primeros núcleos político-militares de la auto-defensa (o la milicia), en la dirección política y militar correcta para su desarrollo.

La célula del Partido es su eslabón más directo con las masas. Puede verse con claridad que no se trata de que la célula se transforme en unidad del ejército, ya que dejaría de cumplir las tareas partidarias vitales, sino de conducirlas a cumplir su papel de vanguardia en la nueva situación, en el nuevo nivel de desarrollo de la lucha de clases. Puede verse con toda claridad, pues, que no hay contradicción entre la lucha de masas y la lucha armada, entre la lucha política y la guerra; todo lo contrario, no puede oponerse una a la otra. En el momento en que se oponga una a la otra, bajo distintas formas, ya sea bajo la concepción del "foco guerrillero" o, al revés, alegando que las células del Partido no pueden ni deben asumir tareas político-militares porque "se militarizan" o que

únicamente debe asumir estas tareas una parte y no todo el Partido; toda vez que se cometa este error, por vía izquierdista o por vía reformista, de derecha, entonces estaremos en presencia de la posibilidad de que surjan tendencias aventureras en el Partido, o de que los cuadros y organismos a los que se haya entregado la misión de organizar esta nueva forma de lucha, entren en conflicto con el resto del Partido con el riesgo del fraccionamiento; cosa que ha ocurrido en América Latina varias veces.

Tenemos que puntualizar que en estas experiencias se ha tenido en cuenta no únicamente la experiencia de nuestro Partido sino también la experiencia de otras organizaciones hermanas del FMLN; y que en muchos aspectos nosotros hemos aprendido de ellos. Estas experiencias claro está, no son comunes a todas las organizaciones hermanas, entre las que no había por cierto, una concepción absolutamente unánime, pero de una u otra manera, en unas más y en otras menos, ésta es la experiencia que se ha vivido.

IV

ACERCA DE LA COMBINACION DE LA LUCHA ARMADA DE LAS MASAS Y EL EJERCITO REVOLUCIONARIO: EL EJERCITO SURGE DE LAS MASAS, ES UNA ORGANIZACION DE MASAS Y MANTIENE ESTRECHOS Y SOLIDOS VINCULOS CON ELLAS.

En lo que se refiere a cómo se combina la lucha

armada de las masas con el Ejército Revolucionario una vez que éste existe ya, debemos decir que son varias las formas: La autodefensa y las milicias, que es una organización de masas, no se clausura, no se suprime cuando surge el ejército revolucionario; al contrario, debe hacerse más amplia, continuar ensanchándose, porque de ello depende el crecimiento, la selectividad y eficacia del ejército· Cuanto más grande es la organización miliciana mejor combate el ejército, crece y se desarrolla más rápidamente y mejor.

Esta sería, digamos, la primera forma de incorporación de las masas a la lucha armada. La segunda forma de incorporación es el ejército mismo; nosotros creemos que el Ejército Revolucionario hay que verlo como una organización de masas, no solo hay que ver su aspecto militar, sino también el hecho de que allí se reúne un destacamento avanzado, consciente, de las masas y cuanto más grande es el ejército más adquiere ese carácter de una organización de masas, sin referirnos al hecho más profundo de que el ejército ha surgido de las masas y que sigue teniendo vínculos estrechos y sólidos con ellas. El ejército realiza no solo tareas militares, aunque la cuota de las tareas militares en esta organización de masas que se llama el Ejército Revolucionario es su trabajo y su función principal. A tal grado crecen las tareas militares combativas que se volvió imposible que sus integrantes continuaran empleados en la producción o en las oficinas o su estudio en las aulas universitarias o secundarias; ellos ahora forman parte de unidades que tienen una existencia permanente y que viven bajo

una disciplina militar permanente, que tienen su retaguardia y dentro de ella sus propios campamentos militares o que en la ciudad, en las unidades de combate urbano que son más pequeñas, tienen también una existencia permanente como unidades militares, una infraestructura de retaguardia y sus miembros están permanentemente sujetos a estas actividades, a la disciplina y a las formas organizativas correspondientes. Pero todo esto no quiere decir que desaparezcan las tareas políticas para el ejército y sus componentes. El ejército es una organización de masas que realiza también tareas políticas: atiende la formación política de sus propios miembros, realiza con una orientación política y tras objetivos políticos sus relaciones con la población, tanto con las masas dentro de la retaguardia, como con las que habitan en otras zonas en las ciudades o en el campo, en el curso de sus desplazamientos o de los combates; el ejército realiza hacia las masas tareas de agitación y propaganda, tareas organizativas y, más todavía, el ejército también cumple aunque en menor escala, tareas de producción, con todo lo cual se vincula con las masas.

El Ejército Revolucionario no podría desarrollar su misión, no podría ni siquiera existir, si no se crean y desarrollan variados vínculos con las masas: las masas se incorporan a la guerra ayudando a su ejército con la producción de alimentos para su subsistencia; aunque el ejército realiza sus propias actividades productivas, el volumen principal de la producción corre a cargo de las masas no participantes en sus filas.

Las redes de información son tanto más sólidas

Cuanto más encubiertas estén y son tanto más encubiertas cuanto más estén integradas por las masas mismas, por aquellos que viven desde hace mucho tiempo en esos lugares, que trabajan allí y que pueden defender por tanto su legalidad frente al enemigo. Así se pueden crear redes muy ramificadas que lleguen hasta la puerta de los cuarteles enemigos y nos permiten conocer cada uno de sus movimientos, descubrir sus intenciones operativas.

Las masas ayudan a su ejército y participan activamente en la guerra cumpliendo tareas logísticas diversas: transportación de medios de guerra, adquisición y transportación de otros materiales necesarios, alojamiento temporal de combatientes y cuadros, etc. Estas tareas de información y logística son tareas combativas de las masas no incluidas en las filas del ejército; pero ellas participan también en otras tareas de combate más directas, sus armas elementales van desde un simple instrumento de trabajo hasta trampas y bombas fabricadas por ellas mismas, a lo cual les enseñan las milicias. Las milicias participan en los combates, en las batallas complejas del Ejército Revolucionario contra el enemigo, reciben misiones que van inscritas dentro del plan que elabora la jefatura militar para una acción o para toda una campaña y las milicias integran también misiones combativas a las masas fuera de sus filas; por ejemplo: un hombre solo, sin armas en el sentido técnico de la palabra, con un instrumento de trabajo como digamos un pico, puede cumplir una tarea combativa; si se lo convence de ello, puede durante la profundiad de la noche en el lugar indicado y conveniente, abrir una zanja en

la carretera que nos va a servir como parte de la preparación ingeniera para una acción contra el enemigo en una emboscada, o que nos va a servir como un obstáculo o una trampa para entretener a las fuerzas enemigas que se desplazarían por ese lugar, lo cual dará oportunidad de realizar un ataque más eficaz a las unidades milicianas o del ejército. Esto nos lleva a otro aspecto de este mismo asunto de la incorporación de las masas en guerra: cuando hablamos de las tareas combativas de las masas, no queremos decir que deban participar juntas muchas personas, ni siquiera es necesario en algunos casos que participen simultáneamente; el ejemplo del hombre con un pico podría multiplicarse; niños, jóvenes, adultos de uno u otro sexo, individualmente o en pequeños grupos, participan en tareas de información, desinformando a las tropas enemigas o influyendo convenientemente a su familiar que pertenece a esas tropas, etc. Estos ejemplos son expresión de la actividad que las masas en combate, sublevadas, realizan y desarrollan eficientemente con creatividad.

V.-

ACERCA DE LA LEY DE CONSTRUCCION Y DESARROLLO DEL EJERCITO REVOLUCIONARIO EN EL CURSO DE LA GUERRA Y LA CONSTRUCCION DE SU RETAGUARDIA EN LAS CONDICIONES DE EL SALVADOR.

En el curso mismo de la guerra y en dependencia de la modalidad operativa aplicada en el combate, el

Ejército revolucionario desarrolla vínculos indisolubles con las masas de manera muy concreta, que para la propia existencia del ejército son fundamentales. Desde el punto de vista de nuestra experiencia, resulta particularmente importante referirnos a los aspectos de fondo en cuanto a las etapas de la guerra, modalidades operativas y a las relaciones entre el ejército y las masas. El ejemplo de como hemos actuado frente a los operativos de limpieza del enemigo, que han venido cambiando en el curso de la guerra, podrá ilustrar acerca de las etapas de desarrollo de nuestro ejército y el papel de las masas en ese desarrollo a través de la construcción de su retaguardia.

En cuanto a la modalidad operativa que nosotros adoptamos ante los operativos de limpieza que el enemigo nos lanzaba inicialmente, han estado determinados por dos aspectos estratégicos: el primero de ellos tiene que ver con el hecho de si debemos o no aplicar una táctica operativa de la guerra de posiciones, si debemos defender a toda costa una posición en una etapa de la guerra en la cual el enemigo tiene superioridad sobre las fuerzas revolucionarias.

La respuesta es la misma en todas partes: no debemos hacer guerra de posiciones en tal situación y nosotros no la hemos hecho. La defensa de nuestras bases de apoyo o de nuestros frentes, se ha realizado en una línea operativa distinta. Cuando se intentó en algún caso seguir una línea operativa de defensa de posiciones se recibieron algunos reveses; pronto se aprendió. Los grandes cercos enemigos no se desmontaron manteniendo posiciones fijas, sino rompién-

dolos, saliéndose de nuestro campamento, que destruyera nuestra infraestructura, sacando junto de nuestras fuerzas a la población que nos apoya, etc. Este último aspecto es una experiencia nuestra poco conocida, que está determinada por las características de nuestro país, por las fuertes vinculaciones de nuestras fuerzas armadas con la población, que son vinculaciones incluso familiares; por la densidad de población del país, por las condiciones geográficas, etc.; por todo eso hemos tenido que romper los cercos evacuando al mismo tiempo a gran cantidad de población, nuestros combatientes han tenido que maniobrar contra los cercos del enemigo y conducir al mismo tiempo a veces hasta más de diez mil personas entre adultos, ancianos, niños, con todas sus humildes pertenencias, incluyendo perros y otros animales domésticos. Entonces lo que se ha venido aplicando ha sido una línea táctica muy móvil que desgasta al enemigo y que no le permite quedarse en nuestra base porque si se va quedando en todas partes en donde lanza operativos, su tropa de operaciones la va convirtiendo en tropa de guarnición y con ello debilita su capacidad en las operaciones en los frentes de batalla. Al respecto, hay una ley general de toda guerra: la guerra la gana quien derrota las tropas de operaciones del enemigo, no a todo el ejército, sino a sus tropas de operaciones. Si el enemigo dejara tropas en todas partes, mientras nosotros nos movemos hacia otros puntos, entonces tales tropas van quedando fijadas en diferentes posiciones y muy dispersas, lo cual lógicamente no les favorece. De ahí [illegible] enemigo no ha procedido de esa manera; [illegible]

que ha hecho? En una primera etapa después de que nosotros rompíamos el cerco, lo eludíamos, nos trasladábamos a otro punto, le dábamos la vuelta, le aplicábamos acciones de hostigamiento, lo emboscábamos, etc.; entonces el enemigo trasladaba a los periodistas al lugar de los hechos a que constataran cómo habían "destruido" nuestros campamentos, lo que supuestamente nos recuperaban en armas, municiones y otros pertrechos de guerra y de esa manera construían la leyenda del supuesto triunfo obtenido sobre nuestras fuerzas; uno o dos días después iniciaba la retirada. Llegó a tal grado el dominio de parte nuestra de esta forma de operar del enemigo que ya a mediados de 1981 se daba el caso de que los combatientes no esperaban que el enemigo terminara de retirarse de las posiciones "tomadas", sino que simultáneamente, mientras el enemigo bajaba, retomaban a la base por otras rutas perfectamente conocidas solo por nosotros. Es decir que inmediatamente que el enemigo terminaba de retirarse, volvíamos a tomar posesión no solo del terreno, sino que retomábamos de nuevo con la población, se reconstruía todo, etc. No aplicábamos, entonces, una guerra de posiciones, no teníamos porqué aplicarla y no debíamos hacerlo.

El otro aspecto de la táctica operativa ha estado relacionado con el problema de la defensa, consolidación y desarrollo de las Bases de Apoyo de la Revolución; es decir con la defensa, consolidación y desarrollo de la Retaguardia de la Guerra Popular Revolucionaria. Bien sabido es que en toda guerra la retaguardia está a la cabeza de los factores permanentes que deciden la victoria, de ahí el carácter estratégico

de la construcción, defensa, consolidación y desarrollo de ella. La táctica operativa aplicada por nuestras fuerzas al enfrentarse a las invasiones del enemigo en nuestras zonas de control, ha ido cambiando según como se han ido desarrollando nuestras fuerzas y conforme a la respuesta a la necesidad estratégica de preservar a nuestra retaguardia. Por cierto tiempo estuvo predominando la siguiente modalidad operativa: el enemigo al dar inicio al cerco sobre uno de nuestros frentes empezaba concentrando fuerzas con todo el respaldo logístico en puntos aledaños o cercanos a nuestra base; luego de la preparación del fuego y distribución de las fuerzas, daba paso a la etapa del ablandamiento con fuego de artillería y de la aviación y hasta entonces iniciaba el avance de la infantería. Nosotros que ya contamos con fuerzas más grandes, más desarrolladas, con más capacidad de combate, podemos dejar una parte de las fuerzas en el campamento mientras otra parte de ellas se despliega a atacar al enemigo cuando está empezando a establecer sus posiciones, y entonces lo colocamos a la defensiva desde el inicio del operativo. Por eso es que las ofensivas enemigas las hemos podido convertir en contraofensivas nuestras; es decir que según es el grado de desarrollo de nuestras fuerzas, de su volumen de fuego, de su capacidad operativa, etc., se van desarrollando también las modalidades operativas que cada vez son más eficaces.

Pero ¿por qué defendemos con un método operativo o con otro las Bases de Apoyo de la Revolución? Las defendemos porque son nuestra retaguardia y en el caso de nuestra experiencia, estas pue-

...emas tenemos que resolverlos en el curso mismo de la guerra popular. Al problema de la retaguardia está unido indisolublemente el problema de construir el Ejército Revolucionario. Una de las leyes de toda Guerra Popular Revolucionaria es la de que el Ejército Revolucionario solo se puede construir en el transcurso del desarrollo de la guerra revolucionaria; ésta no es una ley de todas las guerras en general. Los ejércitos en las guerras entre Estados responden a otra ley; se forman fuera de la guerra y tienen asegurada desde el punto de partida la retaguardia; la retaguardia es el territorio de su país, su economía, su población, etc. El Ejército Revolucionario en cambio, tiene que formarse, construirse en el curso de la guerra revolucionaria por etapas que expresan en forma concreta esa ley. Comienzan con pequeñas unidades de combate, que por lo general están integradas casi totalmente por combatientes que todavía están incorporados a la producción, al estudio, etc., entonces su retaguardia es el lugar de trabajo, de empleo, de estudio, etc.; combaten y trabajan, combaten y estudian. Estas no son todavía fuerzas militares, están en un estadio de desarrollo que podríamos llamar paramilitar; pero la dinámica de la guerra impone que surja otra etapa, ya que el mismo enemigo empuja a no quedarse en ese nivel. Entonces llega el momento en el que es necesario contar con unidades de combate integradas con combatientes dedicados a tiempo completo a las tareas militares. Desde el momento en que eso ocurre, como ya se mencionó, habrá que asegurarle a la unidad militar: comida, un lugar donde descansar, la salud de los combatientes, información

permanente sobre el estado de la guerra y otro tipo de servicios de apoyo; entonces queda planteada la necesidad estratégica de la construcción de la retaguardia.

Algunos movimientos revolucionarios que han tenido que librar una guerra revolucionaria lo han hecho en un contexto internacional en el cual han podido construir su retaguardia en un país vecino con un gobierno progresista o revolucionario, tal como ha ocurrido con cierta frecuencia en Africa. En Centroamérica se tuvo el caso de Costa Rica que, por lo menos en la fase final de la lucha, desempeñó el papel de retaguardia de la Revolución Popular Sandinista. En el caso nuestro, la situación se parece más bien a otras guerras; nosotros hemos tenido que construir nuestra retaguardia dentro de nuestro pequeño país; sin retaguardia no es posible avanzar en los siguientes pasos de la construcción del ejército revolucionario. La respuesta al problema de la construcción de las Bases de Apoyo de la Revolución, tiene que ser una respuesta popular-militar integral.

¿Qué es una Base de Apoyo de la Revolución? Es un territorio que reúne ciertas características topográficas que son útiles para el combate, aunque no sea esto lo decisivo; en donde se concentra parte de la población ganada para la revolución y en cuyo seno, en el interior de ese territorio se instalan campamentos con sus servicios indispensables para los combatientes; en donde se incorpora a la población a las tareas de apoyo al desarrollo de la guerra revolucionaria; en donde, en parte, la población nutre al ejército de combatientes para su crecimiento. Desde el

punto de vista militar entonces, las Bases de Apoyo de la Revolución constituyen la retaguardia de la Guerra Popular Revolucionaria.

Ahora bien, en una primera etapa del desarrollo de la guerra popular nuestras unidades de combate no pueden retirarse mucho de las bases de apoyo, porque después de su perímetro, en cuanto más retirado, más fuerte es el dominio del enemigo en la zona; entonces nuestras unidades se ven obligadas a combatir en territorios muy cercanos a la base o incluso dentro de la base misma. Las unidades de combate tienen un cordón invisible que los ata a ese territorio; por ello no es casual que en lenguaje común de la guerra revolucionaria se le llama a esos territorios, no bases de apoyo ni retaguardia, sino frentes. En realidad, desde el punto de vista militar, retaguardia es una cosa y frente es otra; el frente es donde se combate, donde está el teatro de combates, y la retaguardia es el lugar donde la tropa descansa, donde tiene sus cuarteles, etc. En el período inicial de la guerra, por las razones ya expuestas, el frente se confunde con la retaguardia, está allí mismo donde está la retaguardia y allí llega el enemigo a imponerle el combate a nuestras tropas y éstas no pueden salir a buscarlo lejos, porque al retirarse de su base de apoyo no tienen comida, no tienen información, el territorio está dominado por unidades del enemigo que lo conocen mejor y que las pueden entrampar y aniquilar. Resulta entonces que, en el espacio y en el tiempo, coincide por algún período más o menos largo, el frente con la retaguardia; por eso es que nosotros le hemos llamado a los frentes el Frente Sur, el Frente Suroriental, el Frente Morazán.

A estas alturas es inapropiado mantener esa caracterización, en el tiempo y el espacio, por el desarrollo de la guerra, ambos aspectos están claramente diferenciados. El desarrollo del ejército se expresa en el hecho de que sus operativos se realizan lejos del perímetro de la retaguardia. Por ejemplo, las fuerzas de Jucuarán, Morazán, Chalatenango, se han desplazado con frecuencia a combatir por varios días a distancia de más de 50 Kms. del perímetro de sus respectivas bases de apoyo, las unidades de combate se dislocan o desplazan a combatir hasta los frentes, distantes de las bases. La construcción de esas bases de apoyo, su ampliación y su multiplicación en el territorio nacional crea las condiciones para pasar a formar grandes unidades, ya no puramente guerrilleras, que pueden realizar una guerra móvil; ese ejército se puede mover de un punto a otro, ir a combatir lejos porque en todas partes donde llega hay comida, hay información, hay abastecimiento de todo tipo, hay sangre nueva de recambio, hay combatientes etc., y es entonces que se puede pasar a una etapa superior de desarrollo del ejército, a la fase de la guerra en movimiento. En algunos lugares más que en otros, empiezan a predominar las modalidades de la guerra de movimiento, que es ya una fase estratégica decisiva de la Guerra Popular Revolucionaria.

VI.-

ACERCA DE LA ORGANIZACION PARTIDARIA EN SU FUERZA ARMADA: "EL PARTIDO [illegible]

...GE TOTAL Y ABSOLUTAMENTE A SU FUERZA ARMADA".

Por cierto que todo lo anteriormente mencionado, plantea otro tipo de tareas y de necesidades organizativas al Partido: los combatientes de las FAL no son todos miembros del PCS, la mayoría no lo son y queremos que esta relación se acreciente; pero en cada pelotón hay una célula del Partido que orienta, recluta y contribuye a asegurar la dirección de éste sobre su fuerza armada. Hemos organizado también Comités intermedios de Dirección del Partido a nivel de campamento y de las unidades mayores, supeditados a los Comités Regionales, a la Comisión Política y al Comité Central. Ha surgido así una nueva rama del PCS: la organización partidaria en su fuerza armada.

Ahora bien, lo anterior no quiere decir que por ejemplo, la célula del Partido es la que dirige al jefe militar en cada nivel de la estructura del ejército. Eso no puede ser puesto que en el ejército hay una disciplina distinta a la del Partido, en el ejército hay Mando Unico, individual y una disciplina vertical que no se puede romper sin afectar la naturaleza misma del ejército y su eficacia; pero no entra en contradicción una cosa con la otra. El Partido dirige a la fuerza armada también en los escalones de las jefaturas militares y crea estructuras de relación entre la Dirección del Partido a todo nivel, con los correspondientes niveles de la jerarquía militar, los jefes son militantes del Partido. El Partido elabora la concepción político-militar de la guerra concreta que libra, elabora las

ideas militares estratégicas, la orientación táctica fundamental para su ejército, incluso aprueba en sus líneas generales los planes de las campañas y de las acciones de guerra más importantes; los Comités Regionales hacen lo mismo en su nivel. Una vez que estas decisiones salen de la esfera del Partido y entran en la esfera del ejército, su ejecución no puede ser detenida por nadie, en el marco de la verticalidad y el mando único. La célula del Partido en el pelotón, cuando se reúne no está sujeta a la disciplina militar, sino a la partidaria; durante sus reuniones puede criticarse incluso a los jefes, que también forman aparte de las células, aunque desde luego no deben convertirse en obstáculos para el ejercicio del mando militar, en clubs de discusiones que atrofian el carácter combativo del ejército. Las células en las FAL se esmeran por mejorar, elevar la calidad política y militar de sus unidades militares respectivas.

Durante los últimos meses han comenzado a realizarse, por decisión de la Comisión Política, asambleas de combatientes en las que participan todos, miembros y no miembros del Partido y los jefes militares respectivos. Estas asambleas no tienen periodicidad fija, se convocan cada vez que se considera necesario, especialmente para hacer el balance de acciones combativas importantes y en ellas está permitido expresar opiniones críticas.

En la estructura de las FAL existen también los Comisarios Políticos a nivel de todas las unidades, de la más pequeña hasta la más grande. Los Comisarios pertenecen a la estructura militar y no a la del Partido; los Comisarios son miembros del Partido. El Co-

…sariado Político se apoya en la actividad de la célula, las células se apoyan en la actividad de los Comisarios y todos ellos aplican la línea y las orientaciones que traza el Partido. Los Jefes militares de las FAL son miembros del Partido y por lo general miembros de sus organismos dirigentes al nivel correspondiente.

Así se aplica en nuestras condiciones el principio de que "el Partido dirige directa, total y absolutamente a su fuerza armada".

VII.

ACERCA DEL ASPECTO ESTRATEGICO MAS FUNDAMENTAL DE LA GUERRA POPULAR REVOLUCIONARIA: LA COMBINACION DE LA LUCHA ARMADA Y LA LUCHA POLITICA O FORMAS NO ARMADAS QUE SE COORDINAN EN EL PROCESO UNICO DE LA LUCHA POR LA REVOLUCION.

Hemos hablado de la incorporación de las masas a la lucha armada, pero las masas apoyan esta lucha no solo incorporándose directamente a ella, sino también participando en las formas de lucha no armada que pueden promoverse aprovechando todas las posibilidades. La estrategia de la guerra popular revolucionaria, si se le quiere reducir al aspecto estratégico

más fundamental, es la combinación de la lucha armada y de la lucha política entendiendo por ésta todas las formas no armadas que se coordinan con él en el proceso único de la lucha por la revolución aunque su matiz político no se haga evidente. Los grados de esta combinación cambian según las condiciones concretas en que se desarrolla la guerra en cada una de las áreas del país: hay zonas en donde el enemigo ejerce un fuerte control y allí la lucha no armada de las masas, sin matiz político hasta la lucha política propiamente tal, deben impulsarse prioritariamente, mientras la lucha armada tiene una cuota menor a cargo de unidades secretas de combate urbano; la organización del Partido debe ser muy clandestina y no hacer evidente su vinculación con las organizaciones de masas. Los errores en cada uno de estos aspectos nos han costado la vida de valiosos cuadros, insustituibles a corto plazo. En las zonas donde dominamos nosotros, las masas participan de un modo más abierto, se incorporan a la creación y desarrollo de los órganos emergentes de Poder Popular; una vez destruido el viejo poder en esas áreas, aunque sean pequeñas, surgen tareas que nosotros tenemos que asumir con las masas: tiene que administrarse justicia, tiene que guardarse el orden público (la delincuencia tiende a crecer cuando hay vacío de poder), tiene que atenderse la educación y la cultura de las masas (campaña alfabetizadora fundamentalmente, promoción del arte popular y divulgación cultural); se tiene que atender la salud pública, debe organizarse y aumentarse la producción agropecuaria, de vestuario, etc. y lo que es

decisivo y principal, debe asegurarse la defensa de la zona, tarea en la cual toman parte las masas mismas. Pero hay otras zonas que podriamos llamar intermedias, son las áreas en disputa entre el enemigo y nosotros. Allí también la lucha de masas adquiere diversas modalidades que guardan rigurosamente la legalidad frente al enemigo incluso aparentándole lealtad si ello fuera necesario, mientras existe clandestinamente la organización revolucionaria secreta de las masas, es decir las redes de información, los apoyos logísticos e incluso, en muchos casos, las guerrillas secretas (forma especial de las milicias). Como puede verse, la lucha de masas se hace mucho más compleja; pudiera creerse que la guerra ahoga la lucha de masas; y hay quienes piensan de que en la lucha de nuestro partido ha desaparecido la lucha de masas, absorvida por la lucha militar. Esto no es cierto; lo que sí ha ocurrido es que hicieron crisis viejas formas, viejos métodos de la lucha de masas y debieron sustituirse por nuevos, en el curso de un proceso muy difícil y riesgoso, esta mutación aun no puede considerarse realizada, ni mucho menos y enfrentamos en ello no pocas dificultades.

Hay que enfatizar que este problema de la caída vertical del nivel de una forma de la lucha de masas se vivió no en todo el país, sino sobre todo en la capital y en otras ciudades importantes donde había un movimiento de masas intenso hasta 1980, pero está en marcha con éxito su reorganización; hay un proceso de adaptación y el movimiento de masas ha empezado a desarrollarse de nuevo. A tal grado han llegado las cosas, que el Partido ARENA, que es el par-

tido de la gran burguesía que encabeza D'Aubuisson y que tiene toda la configuración de un partido fascista, ideológica y organizativamente, se ha visto en la necesidad de intentar la formación de sus propias organizaciones de masas, después de llegar a la conclusión de que es imposible suprimirlas. ARENA intenta sin éxito hasta hoy, crear su propia central de sindicatos, una organización juvenil y otra de mujeres. Nuestra posición frente a este trabajo organizativo de los fascistas es obstruir su progreso; [illegible] las organizaciones o movimientos de masas que [illegible] ellos crear, porque las masas son las masas [illegible], su espíritu clasista se mantiene en el fondo y [illegible] por impedir que caigan bajo el control [illegible] político de la burguesía, bajo cualquier [illegible] ción político-ideológica de la burguesía, [illegible] fascismo, es un deber irrenunciable de los [illegible]

Si fuera cierto que la lucha de masas [illegible] en El Salvador, ¿cómo se puede [illegible] país de 20.000 Kms. cuadrados, con 5 [illegible] dio de habitantes, donde hay [illegible] 27[illegible] por Km. cuadrado, donde hay [illegible] ciones y caseríos, donde no hay [illegible] das ni selvas, exista esa tremenda [illegible] volucionaria? ¿que allí mismo [illegible] plias zonas de control [illegible] viertan en zonas liberadas; una [illegible] bastante segura en el norte y en [illegible] el oriente y, aunque menos [illegible] bases en el occidente? Su existencia y [illegible] imposible sin el concurso de las masas, [illegible] tra guerra sea la guerra de las masas, [illegible]

[illegible]ular revolucionaria", que no es una lucha en nom-[illegible]re de las masas, en representación del pueblo, sino una lucha del pueblo mismo para alcanzar su victoria contra la dictadura, liberarse y abrir paso a la democracia y al progreso social.

VIII.-

ACERCA DE LA DIALECTICA ENTRE GUERRA POPULAR REVOLUCIONARIA E INSURRECCIONAL GENERAL ARMADA COMO VIA OPTIMA DE LA REVOLUCION.

En relación con este problema de la relación entre la lucha armada y la lucha política, ha surgido la preocupación acerca de la relación entre Guerra Popular Revolucionaria e Insurrección General Armada, y de si adoptar la Guerra Popular Revolucionaria significa abandonar la Insurrección General Armada como la vía más probable de la revolución.

Primero que todo hay que señalar que, en general, el movimiento comunista, particularmente el movimiento comunista latinoamericano, ha sido insurreccionalista; casi todos los partidos que hemos definido la vía armada como vía de la revolución, hemos identificado esa orientación, expresa o tácitamente, con la insurrección armada general. En esto, a nuestro juicio, actúa la influencia por lo menos de dos factores: uno es el ejemplo imperecedero de la Gran Revolución de Octubre; aunque claro está que aquella fue una insurrección realizada en determinadas condiciones históricas concretas y, según lo demuestra la experiencia internacional desde entonces, la insurrección de aquel

[illegible]po no tiene el carácter de una ley objetiva de validez universal. Junto con éste, creemos también juega otro factor: hemos venido apreciando la insurrección —de modo expreso o tácito— como una puerta abierta a la participación de la clase obrera como tal, como clase, mientras que supuestamente la guerra no lo es, o no lo es tanto, teniendo en cuenta que el teatro de su desarrollo está prioritariamente en el campo y la clase obrera industrial se concentra en las ciudades. La mayoría de los partidos comunistas latinoamericanos, hemos adolecido de considerable debilidad entre las masas del campo, lo que acentúa nuestras [illegible] respecto de la guerra popular revolucionaria. [illegible] desde la óptica de nuestras preocupaciones [illegible] del pasado, nos hemos extendido bastante [illegible] cómo nosotros vemos y realizamos hoy la incorporación de las masas a la guerra, incluidas [illegible] masas obreras.

A este respecto conviene tener en [illegible] cuestiones importantes: Primera: el hecho de que el teatro de la guerra sea principalmente el [illegible] significa que ello excluye o minimiza la [illegible] de la clase obrera, como tampoco de [illegible] pas urbanas. La experiencia de [illegible] lar es otra: en los frentes hay no pocos [illegible] diantes, maestros, oficinistas, técnicos y [illegible] les en general. La proporción de los [illegible] frentes está determinada por el [illegible] de las organizaciones revolucionarias en [illegible] ra y, por otra parte, los obreros [illegible] por lo general cuadros más desarrollados [illegible] proceden de las filas campesinas y [illegible]

influencia muy grande, aunque no sean la mayoría de las unidades militares. Asegurar esta calidad es asunto del Partido y de toda la organización revolucionaria comprometida con el socialismo. Esta sin duda es una expresión concreta de la alianza obrero-campesina y forma parte de los esfuerzos por convertir al proletario en clase dirigente de la revolución.

Segunda: La mayoría de los países no capitalistas dependientes de América Latina, son países agrarios con una industria débilmente desarrollada. En la agricultura hay importantes ramas donde dominan las relaciones capitalistas de producción (cultivos de exportación, ganadería en muchos casos, etc.) y donde existe un desarrollo no despreciable de los instrumentos de trabajo, de la técnica y de las fuerzas productivas en general. En este sector capitalista de la agricultura hay un proletariado muy numeroso y, junto a él, una gran masa de campesinos pobres semi-proletarios que forman la mayoría de los trabajadores de temporada (siembras, cosechas, etc.). En nuestro país el proletariado y los campesinos semiproletarios son la inmensa mayoría de la población rural y ellos forman también la mayoría de los integrantes de las fuerzas armadas de las cinco organizaciones miembros del FMLN, incluida desde luego las FAL del PCS.

Esta es una realidad a la que no puede darse la espalda; en este país se desarrolla nuestra revolución y el papel dirigente del proletariado no puede afianzarse sólo por los obreros de la industria, sino también, y sin falta, con la participación de las masas asalariadas del campo. Nuestro deber está en cultivar la conciencia revolucionaria de clase de este proletaria-

-do nuestro, tal como él es, y sería un [illegible] ramos todo esto a partir de un enfoque [illegible] ses de mayor desarrollo capitalista.

Los comunistas no debemos perder de vista las posibilidades de desatar la insurrección y siempre que las condiciones objetivas se den, nuestro deber es organizar y encabezarla. Pero aun en el caso de la Revolución de Octubre el ajuste de cuentas al problema del poder no concluyó con el triunfo de la insurrección. Vinieron casi inmediatamente tres años de [illegible] la contrarrevolución por restaurar el viejo [illegible] derribar el poder que estaba en manos del [illegible] do y su partido, y esos tres años de [illegible] Rusia fueron a nuestro juicio parte [illegible] ceso de la lucha por el poder y defensa del [illegible] son dos caras de la misma moneda.

Hay casos como el de Nicaragua [illegible] curso del desarrollo de la guerra [illegible] ria surgieron, y maduraron las con[illegible] surrección y se combinó la guerra con [illegible] de manera óptima. No se puede [illegible] de la Revolución Popular Sandinista [illegible] en cuenta las insurrecciones de [illegible] ya, y de varias otras ciudades. T[illegible] sar en el triunfo de la Revolución [illegible] tiene en cuenta la guerra de [illegible] guerra en el Frente Sur [illegible] la dictadura. Sin el Frente Sur [illegible] guardia somocista se hubieran [illegible] dades y quizá hubieran podido [illegible] ción.

Entre guerra e insurrección [illegible]

sis, pero en modo alguno insurrección y guerra están contrapuestas; el error del insurreccionalismo consiste en que absolutiza la insurrección y eso puede conducir al retraso de la revolución. Como es también un error absolutizar como vía la guerra y excluir por principio la insurrección, como se sostuvo por algún tiempo por una parte de los revolucionarios latinoamericanos. La Revolución Popular Sandinista es la superación práctica de esa larga discusión teórica entre insurreccionalismo y guerra popular, pero tampoco su lección consiste en deducir la tesis de que "la guerra no puede alcanzar la victoria sin combinarse con la insurrección general."

Este problema debe resolverse en concreto en cada caso, tomando rigurosamente en cuenta las condiciones en que una guerra popular determinada se desarrolla, sin prejuicios ni dogmas de ninguna clase.

Hay en efecto, casos en que la guerra se desarrolla y llega a la victoria sin que pueda combinarse con la insurrección. Nosotros apuntaríamos como ejemplo la Revolución Cubana, en donde la guerra triunfó sin que hubiera una insurrección armada; lo que hubo en Cuba, al final, fue una huelga de apoyo al llamamiento de Fidel desde la Sierra Maestra, para no permitir que se consolidara el llamado "gobierno provisional" que intentó organizar en las horas siguientes a la huída de Batista, encabezado por un coronel y que pretendía frustrar la victoria de la revolución; vino la huelga general y junto con ella la marcha triunfal del Ejército Rebelde. Muy difícilmente podía haberse desatado en aquel momento una insurrección armada en La Habana y otras ciudades importantes;

[Ha]y que recordar que apenas en [illegible] 53 se habían realizado, bajo Batista, [illegible] generales con una alta concurrencia; las [illegible] podían pasar de esto rápidamente, en poco [illegible] mes, a la insurrección armada; [illegible] a la huelga política general —hecho sin duda [illegible]—, bajo el entusiasmo fomentado por los [illegible] el Ejército Rebelde propinó, de una manera [illegible], sobre el ejército batistiano. [illegible] meses atrás, en abril de 1958, cuando [illegible] filaba la victoria militar [illegible] do la convocatoria a una huelga general. [illegible] sodios en la historia de la [illegible] altamente significativos, que [illegible] la dialéctica de guerra popular e [illegible].

La estrategia óptima de la [illegible] desarrolla ya la guerra popular, es la [illegible] la guerra con la insurrección, y [illegible] ción tiene distintas [illegible] subievaciones en que no [illegible] radas manifestaciones que [illegible] enemigo en una pequeña población, [illegible] insurrecciones locales o parciales y la [illegible] mada general. Todas esas [illegible] rrección pueden y deben combinarse con [illegible], siempre, cuando y donde sea posible.

Nosotros ciertamente [illegible] insurreccionalista unilateral; [illegible] sis del VII Congreso —que es el [illegible]— al diseñar la concepción del Partido [illegible] revolución, se habla de la insurrección y [illegible] las posibilidades de la guerra popular. [illegible]

muestra, a tres años y medio de realizado el Congreso, nos dice que debemos modificar esa tesis: ya no se trata de una simple especulación teórica, se trata de que han transcurrido tres años en los que el Partido ha estado participando en la guerra y durante los cuales el FMLN ha intentado sin éxito desatar la insurrección en por lo menos dos oportunidades: el 10 de enero de 1981, junto con la ofensiva militar, el FMLN llamó a la huelga general política y a la insurrección armada general, pero no pudo realizarse. En marzo de 1982 también intentamos promover la insurrección de los barrios periféricos de San Salvador, frente a las elecciones a que convocó la Junta Militar democristiana, sin tampoco lograrlo. Para promover la insurrección llevamos allí, desde el cerro del Guazapa, columnas guerrilleras conjuntas de varias organizaciones, entre las cuales se incluía un destacamento de las FAL.

Es que la insurrección tiene sus propias leyes, la primera de ellas es la de que sólo puede desatarse en una situación revolucionaria madura, cuando la actividad de las masas es muy alta y sólo puede realizarse con éxito la insurrección si se apoya en el movimiento ascensional de las masas, particularmente de los trabajadores y en la actividad intensa, multiplicada, de la vanguardia. Estas son las enseñanzas de Lenin.

En El Salvador hay una situación revolucionaria, pero este aspecto suyo, el movimiento ascensional de las masas, entró en mengua, aunque ahora, como ya se dijo, comienza a reponerse. Hubo un momento en el que desde el punto de vista de la plena madurez de las condiciones objetivas, hubiera podido reali-

zarse la insurrección. Esto ocurrió en los primeros meses de 1980, que fue cuando se produjeron las grandes manifestaciones de masas, los puntos pico del movimiento huelguístico de la clase obrera y los trabajadores del Estado en la capital y las principales ciudades, que se combinaba con el punto pico del movimiento del proletariado agropecuario por reivindicaciones económico-sociales y políticas, las tomas de tierra por las masas campesinas, sin contar otros movimientos de masas como el de los pobladores de tugurios, que ocupaban predios para levantar sus viviendas o resistían los desalojos. Todavía en junio de 1980 pudimos realizar una huelga general exitosa, pero ya la ola de masas decrecía bajo los golpes sanguinarios de la represión: se sucedía una matanza tras otra. Pero entonces falló el factor subjetivo: la unidad de las fuerzas revolucionarias se había comenzado a lograr solo en diciembre de 1979 y abarcaba únicamente a tres de las cinco organizaciones que hoy forman el FMLN. Las líneas de estas tres organizaciones no eran todavía coincidentes en cuestiones fundamentales, como ésta de la insurrección. Así pues, la vanguardia no tenía las posibilidades de promover y dirigir la insurrección, pasó el momento sin que lo hiciéramos.

¿Qué papel tendrá la insurrección en nuestra victoria? Nosotros no dejamos de imprimir una perspectiva insurreccional a nuestro trabajo de masas, tenemos bien abiertos los ojos ante la posibilidad de que surjan condiciones para combinar la insurrección general con la guerra y aprovechemos toda posibilidad favorable; creemos que tal posibilidad puede sur-

gir como consecuencia de grandes victorias militares que debilitaría mortalmente al enemigo y elevaría el entusiasmo combativo de las masas en la ciudad. Por lo demás las masas que están incorporadas a la guerra en los frentes y en las zonas en disputa, están ya insurreccionadas contra la dictadura fascista, se juegan la vida en esta lucha. Hoy el FMLN tiene más capacidad y experiencia para organizar la insurrección en las ciudades y conducirlas, pero lo que no puede cambiarse es el hecho de que la Guerra Popular Revolucionaria es ya la vía de la revolución en El Salvador, lo que habría que modificar es la tesis del Partido a este respecto.

Por otra parte, está claro para nosotros que la guerra popular revolucionaria, que combina la lucha armada con la lucha política y la lucha diplomática, alcanzará la victoria; incluso si no surgiera la posibilidad de desatar la insurrección general la victoria se demoraría, pero sería alcanzada.

Después de la experiencia de las elecciones de marzo de 1982 ha habido una reelaboración de todas las organizaciones del FMLN en distintos aspectos tácticos y estratégicos en el terreno militar y lo mismo en distintos otros aspectos de la concepción revolucionaria general y uno de los problemas sometidos a nuevos análisis en cada organización ha sido éste del papel de la insurrección.

Para terminar este tema de la dialéctica de la insurrección y la guerra popular, queremos plantear algunas ideas, a manera de conclusión de lo que ya se ha dicho.

Toda la lucha por la revolución, vista de conjun-

to en su función histórica, es un proceso ofensivo en continuo ascenso, y la esencia de este proceso es el desarrollo de la violencia revolucionaria. La violencia revolucionaria ofensiva es el contenido de todos los pasos hacia la revolución, desde las primeras reuniones pequeñas para fundar la vanguardia y las primeras organizaciones de masas bajo la conducción de ésta, –aunque formalmente esas reuniones son muy pacíficas–, hasta las grandes acciones para tomar el poder por las fuerzas revolucionarias, porque su objetivo es, en fin de cuentas, derribar el poder de los explotadores y el dominio del imperialismo y abrir paso al socialismo. Este proceso de lucha por la revolución es expresión de la lucha de clases y avanza con el despliegue y la agudización de la lucha de clases. La violencia revolucionaria se acrecienta en respuesta a la violencia reaccionaria y llega el momento en que la violencia, que ha estado en el fondo desde el principio emerge como tal, como violencia de las masas y sobrepasa el lindero hacia la violencia armada. ¿Qué hacer en ese momento? ¿detener el ascenso de la lucha de clases a un nivel superior, negarse a organizar la violencia armada, en espera de que madure la situación revolucionaria para realizar la insurrección armada o avanzar paso a paso por el camino de la lucha armada, de la organización de la Fuerza Armada del Partido y llevar conscientemente la conducción de este proceso, incluso sabiendo que desembocará en el despliegue de la Guerra Popular Revolucionaria y disponiéndonos a combinar con ella la insurrección, en dependencia de las condiciones concretas?

Nosotros estamos a favor de esta última respuesta; estamos convencidos que la primera, la de esperar a que sea posible la insurrección, aplaza indefinidamente la lucha por la toma del poder por vía revolucionaria, desgasta la autoridad del Partido, lo desnaturaliza, corroe su vanguardialidad y lo empuja en el reformismo.

Por otra parte, es profundamente equivocada la idea de que mientras no llega la posibilidad de insurrección nos preparemos para ella, formando nuestra fuerza armada; como ya lo dijimos, es ley objetiva inviolable que la fuerza armada revolucionaria sólo puede construirse en el curso de la Guerra Popular Revolucionaria. Esta es una de las específicas de esta clase de guerra, a diferencia de los ejércitos de los Estados, que se forman durante la paz.

(1) En nuestro artículo "El Poder, El Carácter y la vía de la Revolución y la Unidad de la Izquierda", aparecido en el No. 4 de la Revista Fundamentos y Perspectivas, abordamos tales aspectos.

Impresora Latinoamericana

Depósito Legal 225.714/87

CONSIDERACIONES ACERCA DEL VIRAJE DEL PARTIDO HACIA LA LUCHA ARMADA, LAS RELACIONES ENTRE LAS FORMAS DE LUCHA ARMADA Y LUCHA POLITICA Y LA ORGANIZACION DE LA LUCHA ARMADA, DEL EJERCITO REVOLUCIONARIO Y DEL PARTIDO DENTRO DE LAS FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS.



MLN-TUPAMAROS

15 preguntas sobre la perestroika

062 9202971

Cronología de la perestroika

Enero de 1984. Nuevo sistema de gestión de las empresas estatales, decidido durante el gobierno de Andropov del 14 de julio de 1983, que se aplicó en cinco sectores -ministerios- que abarcaban el 5% de la producción industrial. En las empresas soviéticas, tanto la producción como algunas veces la retribución de los trabajadores, es evaluada por lo que se llaman "índices". A partir de estas reformas se bajan algunos de estos y se eleva la participación en la suma total de los índices "producción realmente vendida", "rentabilidad" y "calidad".

Enero de 1985. Extensión de este nuevo sistema de gestión a 21 ministerios -12% de la producción industrial.

11 de marzo de 1985. Muere Chernenco y es elegido Gorbachov como secretario general del Partido Comunista de la Unión Soviética (PCUS).

23 de abril de 1985. Pleno de Abril del Comité Central del PCUS. Se aprueba la "aceleración" del desarrollo económico y técnico, lo que se conocerá más tarde como la "reestructura" (perestroika). Se empieza a hablar de cambios en las condiciones de vida material y espiritual y se convoca al 27º Congreso.

11 de mayo de 1985. Gorbachov a los cuadros del PCUS: darles chance a los que quieran comprender los cambios; los otros, *"que salgan del camino"*.

11 de junio de 1985. Comité Central: acelerar los cambios económicos. Crítica a los ministerios. Nueva política para la inversión y los progresos técnicos.

[illegible]e julio de 1985. Gromiko abandona el Ministerio de Relaciones Exteriores y es nombrado jefe del Estado soviético. Se inicia la nueva política internacional de la URSS.

12 de julio de 1985. Reunión del Comité Central y del Consejo de Ministros: ampliación del nuevo sistema de gestión de empresas. Indices (estimación económica): 1º) por cumplimiento de contratos celebrados con esas empresas -por parte de estas; 2º) por la calidad y 3º) por la innovación.

23 de noviembre de 1985. Creación de **Gosagroprom**, Comité Estatal del Complejo Agroindustrial (APK) que remplaza cinco ministerios y servicios técnicos agrícolas. Los complejos agroindustriales se establecieron en el Pleno del Comité Central de mayo de 1982; combinaron una unión por rama y por territorio y eliminaron varios ministerios. Allí entran, dentro de una región, todos los relacionados por su producción: koljos, sovjos, organi[illegible]iones intereconómicas, otras empresas agrícolas, las de servicios para las mismas y las que procesan industrialmente su producción.

Enero de 1986. Extensión del nuevo sistema de gestión al 50% de la industria.

27 de febrero al 6 de marzo de 1986. 27º Congreso del PCUS.

29 de marzo de 1986. Reunión del Comité Central y del Consejo de Ministros. Se atenúa la planificación central para los complejos agroindustriales y en general. Se fomenta la expansión de pequeños equipos autogestionarios: las brigadas. Liberación del comercio para los campesinos. Se refuerza el apoyo al productor individual.

26 de abril de 1986. Accidente de la central nuclear de Chernobyl, que manifiesta la nueva política de la "transparencia" (**glasnost**): no ocultar nada.

1[illegible] de diciembre de 1986. Son liberados 200 presos disidentes y el científico Shajarov también es liberado de su exilio en Gorki.

Enero de 1987. El nuevo sistema de gestión de las empresas es aplicado en el 100% de la industria manufacturera y de la construcción.

5 de mayo de 1987. Se autorizan empresas individuales para aquellos bienes o servicios que las empresas estatales no cubren -desde herrerías hasta decoración de pasteles. Precios determinados por el mercado. Hay que pagar una "licencia" anual equivalente a 900 dólares para explotar un taxi o de 755 por año para pequeña empresa de construcción. Además, un impuesto progresivo que llega hasta el 65% del ingreso a partir de un mínimo de 9.600 dólares anuales (6.000 rublos). Podría dar entre el 1 y el 3% del ingreso estatal.

30 de mayo de 1987. Como consecuencia del aterrizaje del alemán Rus[illegible]n la Plaza Roja, el minis[illegible] de Defensa es separado del cargo. Se inicia la perestroika en el ejército rojo.

27 y 28 de junio de 1987. El Plenario del Comité Central resuelve que los secretarios regionales del PCUS serán elegidos por voto secreto y se admitirá la competencia entre varios candidatos. Además nuevas reformas económicas se desarrollarán a partir de 1988. Iakovlev, uno de los más importantes ideólogos de la perestroika, es elegido miembro titular del Politburó.

21 de octubre de 1987. Eltsin jefe del PCUS en Moscú pierde su puesto al lanzarse a una viva polémica con Ligatchev el "número dos" del Partido Comunista.

2 de noviembre de 1987. En un informe destinado a conmemorar los 70 años de la Revolución, Gorbachov rehabilita parcialmente a Nicolás Bujarin y a Nikita Kruschev.

[illegible] de febrero de 1988. Manifestaciones en Karabach, para solicitar la reincorporación de sus territorios a Armenia.

27 de junio al 1° de julio de 1988. Conferencia Nacional del Partido Comunista: perestroika política. El jefe de Estado es elegido por el Parlamento -y no ya por el Comité Central del PCUS, a partir de 1989- con el cargo de presidente. En todas las repúblicas la elección de autoridades se desplaza de los órganos del PCUS a los Soviets. En noviembre de 1988 se creará un nuevo Parlamento federal -el Congreso de Diputados- cuya elección tendrá lugar a principios del '89 y su primera reunión será en abril de ese año. Un tercio de los diputados a ese Congreso serán elegidos por las organizaciones profesionales y sociales, lo cual asegura un buen número de intelectuales partidarios de las reformas. El Congreso elegirá de su seno un Soviet Supremo, un Presidium de ese Soviet y un presidente de ese Presidium que tendrá el rango de jefe de Estado. En esta Con[illegible]ncia se resolvió un monumento a las víctimas del estalinismo, lo cual marcó una ruptura total con ese pasado.

30 de julio de 1988. Pleno del Comité Central del PCUS. Sigue la democratización del partido y su separación de la economía y del Estado. Para elegir dirigentes de comités del partido propone: amplia discusión de los candidatos, más candidatos que cargos y voto secreto. Para los puestos de dirección superiores: las organizaciones de base pueden proponer candidatos y nadie puede ser elegido por más de dos mandatos de cinco años. Los dirigentes pueden ser sustituidos en cualquier tiempo y se recomienda elegir cuadros jóvenes. Se reduce el personal del Comité Central y el excedente pasa al Estado y a la economía. Comités del PCUS deben reforzar su trabajo político y combatir métodos como el de "ordeno y mando" y el tecnocratismo. Se insistió en dar impulso al plan de alimentación, vivienda y servicios.

[illegible]s cambios. Hasta fines de 1986 el 40% de los miembros del Comité Central, el 50% de los responsables del PCUS en repúblicas y regiones y el 70% de los ministros fueron sustituidos. Las empresas adquieren una autonomía contable (**hozrasciot**) y son responsables financieramente; se les exige autofinanciamiento. Se impulsa la creación de brigadas que contratan con la dirección de las empresas. Se les da asesoramiento tecnológico y se les paga por producción terminada. La autogestión incluye determinar las remuneraciones y lo que corresponde al patrimonio colectivo. Cada brigada elige su Consejo de Dirección. Se busca más democracia económica, más participación, más autodisciplina. Se alienta el taller individual o de brigada para reparar radios, televisores, etcétera. Se permite el arrendamiento de tierras estatales para crear pequeñas granjas. Se exhorta a los habitantes de ciudades a crear huertos familiares. Las parcelas privadas que hay desde antaño en koljos y demás -son pequeñas y funcionan como huertos familiares- dan el 25% de la producción agrícola, pero el 90% de ese 25% se destina al autoconsumo.



1. ¿Qué es la "perestroika"?

El concepto de **perestroika** significa reestructuración económica, social y política. En realidad, este concepto debe ser asociado a otros dos, claves de la estrategia puesta en marcha por la administración de Gorbachov: el de aceleración **(ouskorenie)** y el de transparencia **(glasnost)**. Así, reestructuración, aceleración y transparencia son los conceptos que expresan la nueva estrategia económica de desarrollo impulsada por el plenario del Partido Comunista de la Unión Soviética en abril de 1985.

En efecto, entre 1981 y 1985 el crecimiento de la economía soviética fue nulo, confirmando la crisis que se anunciaba ya en el período 1979-1982. Según las estadísticas oficiales, durante esos años la producción industrial disminuyó un 40%, la producción agrícola se encuentra a niveles similares a los alcanzados en 1978, la productividad del trabajo no aumentó y el rendimiento de las inversiones se ha deteriorado enormemente. En medio de la actual revolución tecnológica en el mundo, la Unión Soviética se encuentra con una base productiva obsoleta e inapropiada para mantener su participación en los flujos productivos, comerciales y geopolíticos que se estructuran en la división mundial del trabajo.

Para aceptar el desafío de la revolución técnico-científica e ingresar en buenas condiciones en el siglo 21, es que se pone en marcha la perestroika. La reestructura implica el pasaje de lo que se llama el crecimiento extensivo a un crecimiento intensivo.

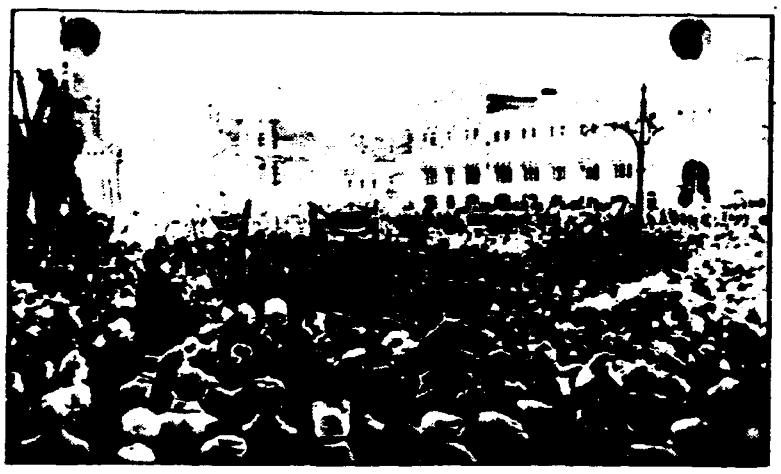
2. ¿Qué significa el crecimiento intensivo?

Implica una estrategia de desarrollo que tiene por objetivo aumentar más la calidad y el contenido de los bienes y servicios productos que su cantidad. Actualmente en la economía soviética, las industrias extractivas y la producción agrícola ocupan un lugar importante en la planificación económica, en desmedro de las industrias de transformación de materias primas y de las manufactureras. Por otra parte el sector terciario es insuficiente e ineficaz, por lo cual el conjunto de productos y servicios ofrecidos no corresponde a las necesidades sociales de los consumidores soviéticos; las empresas que están destinadas a satisfacer las demandas sociales -vivienda, salud, recreación-, manifiestan indudables insuficiencias. Es a esta estructura productiva avejentada a quien la aceleración va a tratar de reestructurar.

Para ello se debe producir no solamente en mayor cantidad sino también con mejor calidad. Se van a reducir las industrias extractivas y se estimularán las industrias mecánicas con alto contenido tecnológico, sobre todo incorporando la robótica en el proceso de trabajo. En esta estrategia de desarrollo intensivo el progreso técnico y científico se transforma en el motor del nuevo modo de desarrollo actualmente en marcha. La perestroika está delineada como una estrategia de largo aliento -30 a 40 años- y sus ejes fundamentales son -a más de la aceleración- aumentar y mejorar la calidad de la vida de los ciudadanos, reformar radicalmente la gestión y la administración de los mecanismos económicos y, finalmente, la democratización de la sociedad soviética.

3. ¿Qué contenido tiene la prioridad de mejorar el bienestar del pueblo soviético?

En estos últimos 15 años de estancamiento económico, los recursos afectados a mantener y desarrollar el área social de la economía soviética no han cesado de disminuir. Las inversiones destinadas a la construcción de viviendas pasaron del 23% en 1960 al 15% en 1981-1985; las de la enseñanza descendieron de 10% del ingreso nacional en 1950 a 7% en 1985; mientras en los otros países occidentales entre un 8 y un 12% del ingreso nacional es destinado a la enseñanza, en la Unión Soviética ese porcen-



taje es del 4%.

La nueva política económica que pone en marcha el desarrollo intensivo, tendrá como objetivo la búsqueda de un desarrollo industrial compatible con el mejoramiento del bienestar de la población soviética; para ello hay que modificar radicalmente las prioridades de la inversión. Estas serán: la creación de viviendas -está prevista la construcción de 40 millones de apartamentos y casas individuales hasta el año 2000- y el reequipamiento de la enseñanza y de la salud. Se estima que hasta el año 2000 la tasa de crecimiento de la producción de servicios debe ser tres o cuatro veces superior para poder satisfacer las demandas de bienestar de la población. Por otro lado, es necesario modernizar la agricultura para aumentar y mejorar el aprovisionamiento de productos de base, insuficientes actualmente. Una nueva mecanización y una calificación del trabajo agrícola, deben poder proveer los mercados de carnes, productos lácteos y cereales. Entre 1986 y 1990 es necesario aumentar la producción agrícola en un 14%, así como el consumo de los productos alimenticios. De 62 kg de carne anuales consumidos actualmente por los soviéticos, se debe pasar a

70 kg en 1990; y de 325 kg de productos lácteos se deberá llegar a 340 kg en la misma fecha.

Esta prioridad otorgada a la producción en masa de bienes de consumo, será acompañada por una reestructura de la industria pesada, mediante la innovación tecnológica y la automatización del proceso de trabajo. Esto permitirá que si actualmente, el 50% de los trabajadores realizan trabajos manuales, en el año 2000 este porcentaje se reducirá a un 20 por mil.

Los cambios en la organización de la producción y en el trabajo conllevan mejorar la condición de vida de los jubilados; se descenderá la edad de jubilación -actualmente de 55 años para las mujeres y 60 años para los hombres- reduciéndose en cinco y diez años respectivamente.

La aceleración implica también la modernización del sistema educativo. La enseñanza -obligatoria desde los seis años de edad- será en el futuro combinada con el aprendizaje de tareas técnicas en base a la incorporación de la informática y la utilización de computadoras en todos los centros de educación.

4. ¿Cuáles son las mutaciones previstas en la gestión del mecanismo económico?

Este es el eje fundamental de los éxitos de la perestroika. La reformulación del sistema de gestión y de dirección económica actualmente vigentes ya no son los más apropiados para impulsar el desarrollo intensivo propuesto por Gorbachov. En efecto, el método de centralización y jerarquización de las decisiones económicas propias de la industrialización forzada de los años 30, bloquea enormemente el pasaje al desarrollo intensivo de la economía soviética.

Como es sabido, la industrialización extensiva fue posible por la transferencia de recursos del sector agrícola, del sector industrial productor de bienes de consumo y del sector terciario. Desde los años 30, la Unión Soviética se lanzó vertiginosamente en el desa-

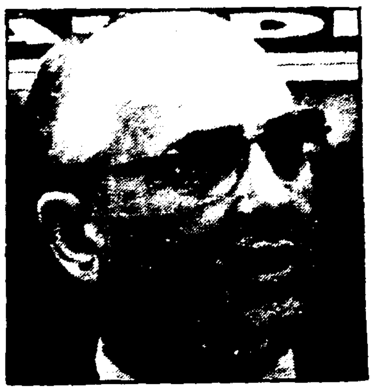
rrollo de las llamadas industrias pesadas -metalúrgica, química, electrónica, energética, construcción de bienes de capital, aeronáutica y defensa estratégica. La producción y el trabajo en las empresas estaba determinado por los objetivos definidos por la centralizada y burocrática planificación estatal; y esos objetivos había que alcanzarlos imperativamente. La calidad de los productos elaborados no era un requisito de la producción y los precios no constituían un indicador de la misma; si estos eran inferiores al de los costos de producción, el déficit de las empresas era cubierto por las subvenciones estatales. Los métodos administrativos dominaban la política de designación de cuadros y de trabajadores. La evaluación de la calidad y de la productividad se hacía en función del cumplimiento o no de los objetivos del plan.

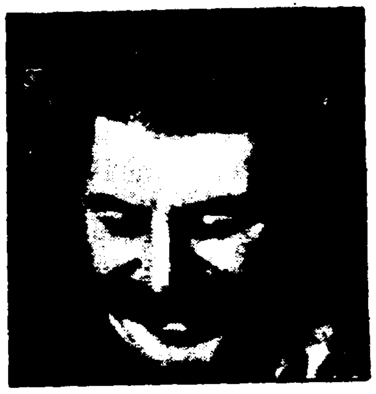
La perestroika busca eliminar estos cánones de referencia económica, otorgando autonomía direccional en la conducción de las empresas, incentivando la creatividad de los trabajadores, estimulando la autogestión de los mismos en la definición de las estrategias industriales y haciendo de la calidad y de la eficacia económica, los únicos criterios válidos para sancionar y reconocer socialmente el trabajo realizado. En este contexto, los niveles salariales tendrán como referencia la cantidad y la calidad del trabajo, dejándose de lado el criterio hasta ahora en curso, según el cual, el salario dependía del resultado final obtenido por el conjunto de los trabajadores.

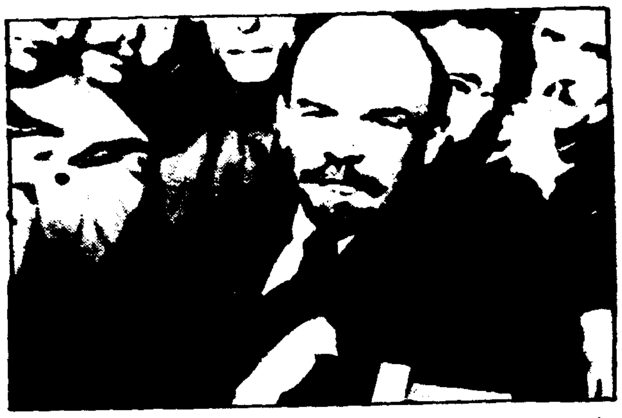
Desde 1986, se ha establecido una división del trabajo en el interior de las empresas, estimulándose la diferenciación de las remuneraciones, en función de la calificación de la mano de obra. Se promueve la creatividad de los trabajadores, incitando la iniciativa individual en el marco de los sindicatos, teniendo estos un mayor margen de autonomía en la administración de su empresa. Se espera así renovar la base material de la economía soviética, para sustentar las demandas sociales por más y mejores bienes de consumo, objetivo principal de la perestroika.

5. ¿Cómo se expresa la idea de la democratización de la sociedad soviética?

La democratización de la sociedad y el desarrollo de la transparencia son factores importantes de la perestroika. En el terreno económico, la transparencia y la reestructuración significan aumentar el rol de la autonomía y autogestión de los trabajadores en el funcionamiento de la empresa. Ac-







tualmente se ha puesto en marcha la autonomía contable en las empresas, se ha valorizado el requisito del autofinanciamiento y la organización del trabajo. Los puestos de dirección son discutidos por los trabajadores, quienes deben elegir -en el sindicato- a sus directores y capataces.

Pero para que la perestroika obtenga resultados satisfactorios, la transparencia debe expandirse al conjunto de la vida social. Como escribió Marx, *"las ideas se transforman en una fuerza material, cuando ellas invaden la sociedad"*. Por eso la perestroika exige crítica, autocrítica y verdad: no solo hay que modificar la estructura económica sino también la ideología. Actualmente, los medios de comunicación, los intelectuales, los cineastas, analizan y juzgan con mayor libertad el pasado reciente y son llamados a participar plenamente en la realización del futuro de la Unión Soviética.

También se están dando pasos importantes para la elección más democrática de las autoridades del PCUS. Puede haber varias listas de candidatos; estos pueden ser valorados y discutidos en las asambleas, pero se eligen por voto secreto. Se limita a dos períodos el tiempo máximo de permanencia de los dirigentes, sin perjuicio de que pueden ser removidos en cualquier tiempo; esto es un golpe a la gerontocracia en los organismos de dirección, en la cual había demasiados octogenarios. Al mismo tiempo hubo una remoción grande de dirigentes de todos los niveles y se recomendó a los votantes elegir cuadros jóvenes.

Pero lo más importante -aparte de la democratización del PCUS y el remozamiento de sus órganos de dirección- fue darle más participación al pueblo en la elección de los cargos máximos de gobierno. A partir del año 1989 funcionará el Congreso de Diputados elegido -de acuerdo a las nuevas normas participativas- por todo el pueblo y de él saldrá un jefe de Estado -no seleccionado por el aparato del PC- y tampoco puede ser depuesto por éste. El Congreso elige al Soviet Supremo, al Presidium y a su Presidente; esto parece resguardar a los reformadores de cualquier cambio dentro del PCUS.

Todas estas medidas significan quitarle protagonismo al Partido Comunista Soviético en la dirección del Estado, como ya antes se le había quitado en la dirección de la economía.

6. ¿Cuál era el rol del Plan Central antes y cuál es ahora?

Antes era imperativo; descendía del Gosplan -organismo rector de la economía- por intermedio de los ministerios, a las empresas. Respondía a objetivos fijados por el aparato administrativo en función de intereses predominantemente estatales y muy secundariamente, de los consumidores. Hoy la reforma prevee que el Gosplan debe ocuparse únicamente de las grandes líneas, de las grandes opciones económicas, de la estrategia. Los ministerios sectoriales deben abandonar las funciones de decidir y controlar para transformarse en un Estado Mayor de científicos y técnicos especializados. El número de estos ministerios está siendo restringido -en el caso de la agricultura siete ministerios han dado nacimiento a un solo organismo, el Agroplan- y su personal fue reducido a la mitad.

La planificación está pasando de imperativa a indicativa, incitativa. Ya no hay más normas e índices -sobre producción, inversión, empleo, salarios- bajados de los ministerios a las empresas. Tampoco concentrarán el control de recursos humanos, equipos y finanzas. Ahora el Plan *"canal de orientación de las grandes opciones económicas del Estado"* fijará un cierto número de normas generales sobre salarios, condiciones de trabajo, reducción de empleos, precios, controles de calidad, condiciones de acceso a mercados exteriores, participación de capitales extranjeros, quiebras, pequeñas empresas privadas, cooperativas, etcétera.

Para proveer las necesidades del Estado los ministerios pasan a actuar como

clientes de las empresas, p[illegible] no ya un cliente privilegiado como antes.

7. ¿Cuáles son los cambios en el funcionamiento de las empresas industriales?

Este tipo de empresas pasa de instrumento servil en la ejecución del Plan a un centro autónomo de decisión, de organización, de gestión. Su nueva autonomía contable la vuelve dueña de su gestión, de sus gastos, de la reinversión de sus ganancias. De menor de edad -asistida-, pasa a adquirir la mayoría de edad y, con ella, la independencia. El Estado no interviene más en la elección de su producción; le pide que sea redituable aumentando su productividad. De esa ganancia, una parte irá al Estado en forma de impuestos. Lo demás -ahora según sus propias decisiones- irá a inversión para modernizar, para agrandarse, a fondos sociales colectivos -alojamientos, salud, etcétera- o a primas a su personal.

Para financiarse dispondrá no solo de [illegible] beneficios sino que también podrá obtener créditos en una red bancaria remodelada; se puso fin al monopolio de una banca del Estado para crear bancos industriales y comerciales autónomos.

8. ¿Cuál es la intervención de los trabajadores en esa nueva autonomía de gestión que se le da a las empresas?

El colectivo de los trabajadores elige al director de la empresa -aunque esta designación requiere un acuerdo posterior del ministerio- y a los cuadros intermedios. Además interviene en las condiciones de realización del plan de producción y de la utilización de las ganancias.

9. ¿Cómo afectan las reformas a las grandes granjas cooperativas, los llamados "koljos"?

En un Congreso de los mismos celebrado en Moscú en 1987 se subrayó: *"si los koljos no han podido hasta el pres[illegible]e alimentar correctamente al país no es debido a un defecto de la idea, sino a su desfiguración, porque por decenios ellos han sido integrados literalmente por la fuerza al Estado, comandados, sin que su autonomía fuera reconocida"*.

Hoy esa autonomía se les ha reconocido. Autogestionarios y autofinanciados, ellos podrán elegir a sus dirigentes, elegir su producción y las condiciones de venta de la misma, hacer contratos con los clientes que quieran, con organismos del Estado pero también con restaurantes, etcétera, o en mercados koljosianos. También podrán contraer créditos y resolver sobre reinversiones de sus ganancias. Pueden, incluso, arrendar parte de sus tierras a cooperativas pequeñas o aun a particulares. Los "contratos familiares" han proliferado.

Como contrapartida, a partir de 1989, si no se autofinancian o utilizan mal la tierra pueden ser privados de ella.

10. ¿Se fomentarán también cooperativ[illegible] en otros sectores de la economía?

Sí, en la pequeña producción industrial de bienes de consumo, en las artesanías y en los servicios. Pagan patente e impuestos, pero deben ser ayudadas por la administración central y local. Las dificultades para montar estas cooperativas son grandes, en especial para el aprovisionamiento de equipos; pero es con ellas que se cuenta para superar los retrasos en industria ligera y en servicios en pequeños pueblos y en el medio rural.

11. ¿También se fomenta ahora la pequeña empresa privada?

La ley de mayo de 1987 reglamenta las "actividades individuales" en el dominio de las artesanías, de la agricultura, de los servicios, de los oficios y de otras profesiones fundadas exclusivamente en el trabajo individual de los ciudadanos y miembros de su familia. Se trata así también de legalizar

un[?]ctividad que ya se venía realizando clandestinamente. Estas empresas privadas no dejan de hacer su aporte a la colectividad a través de patentes e impuestos –igual que las cooperativas– y cubren actividades que difícilmente pueden abarcar las empresas estatales.

Con todo, su desarrollo en la URSS es muy inferior al que han tenido en otros países del Este europeo, como Hungría y RDA.

12. ¿Se puede decir que la perestroika ha restablecido las leyes del mercado en la URSS?

No, en el sentido capitalista, en el cual los bienes y servicios se comercian en el libre juego de la oferta y la demanda. Se está instalando un "mercado encuadrado", sobre todo para los productos agrícolas. Pero también para algunos productos de pequeñas empresas industriales o de servicios, se establece un mercado que debe respetar ciertas normas en cuanto a tipos y cantidades de producción, precios, calidad y [?]alización. Hasta ahora involucra a actividades individuales y cooperativas, a los koljoses y, progresivamente hasta 1990, a las empresas industriales.

Este último paso que llevaría al mercado el grueso de los medios de producción –equipos, productos en procesamiento, energía, materias primas, etcétera–, sí sería un cambio trascendente; porque esto hoy lo hace el Estado a través de un organismo llamado Gosnab –Comité del Estado para el Aprovisionamiento.

13. ¿En qué consisten las "brigadas"?

Tuvieron su origen sobre todo en la construcción y existen desde antes de la perestroika. Son pequeños grupos de trabajadores que contratan colectivamente sus servicios a las empresas. Eligen a su propio Consejo de Dirección y cobran por producción terminada, teniendo plena automomía respecto a distribución de sus recursos y elaboración de planes de trabajo. Son orga[?]ciones autogestionarias parecidas a una cooperativa salvo que pueden crearse para una tarea específica y luego seguir o no; también tienen amplia libertad para cambiar su integración.

14. La perestroika, la glasnost y la democratización política en la URSS ¿significan un avance del socialismo a nivel mundial?

Estas medidas –y alguna tan significativa como que hoy se tenga que hacer un monumento a las víctimas del estalinismo en la URSS– constituyen un paso adelante, pero a la vez explican muchas cosas. Por ejemplo, porqué la Revolución de Octubre de 1918 en lugar de acelerar el proceso en otros países donde había condiciones parecidas o mejores, lo retrasó por decenios. Las desviaciones que hoy se condenan –al igual que otras desviaciones– dividieron al socialismo mundial por varias décadas y lo dividen todavía: por un lado, los que las vieron cuando se produjeron, y por otro los q[?] las descubren 70, 60 ó 50 años después.

15. ¿Se puede decir que estas medidas constituyen una receta de lo que debe ser una verdadera sociedad socialista?

Por ahora son rectificaciones muy condicionadas por el sistema que se intenta reformar. Si se buscara un común denominador a todos estos cambios se podría decir que es el de darle más protagonismo, más participación al hombre, tanto en la política como en la economía. Desde luego esto es lo más primario en el socialismo. Por otro lado, las reformas permiten ver que economía planificada no significa necesariamente economía centralizada –como la que existía en la URSS– con todos los resortes controlados por un Estado que a su vez es controlado por el aparato del PCUS. Si así fuera, Marx no hubiera propiciado una desaparición paulatina del Estado en su "Crítica al Programa de Gotha".

Todo lo que podemos de-

cir[illegible] los cambios a esta altura del proceso es que las medidas son profundas, que no solo involucran al sistema sino también a hombres que ocupaban cargos de jerarquía y que una vez que empiecen a dar sus frutos servirán de aliento al movimiento revolucionario mundial.

El socialismo –[illegible] ya ha demostrado su superioridad sobre el capitalismo en lo que a justicia social se refiere–, tiene grandes posibilidades de mostrar también su superioridad en la eficiencia y en la creatividad cuando millones de hombres sean partícipes en la construcción.

Se terminó de imprimir en el mes de octubre de 1988 en Impresora Unión SRL Joanicó 3961.
Edición amparada en la ley Nº 13345, art. 72.
DL 236296

¿POR QUE UN FRENTE GRANDE?



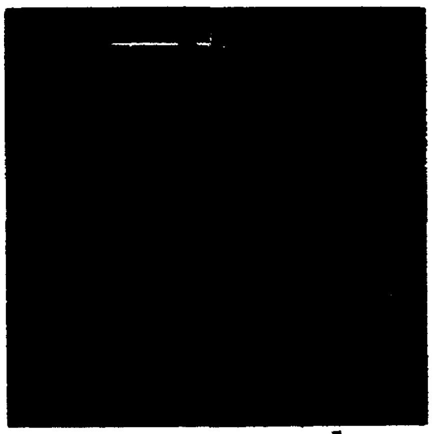
Acto del MLN Tupamaros en el Estadio Franzini el 19/12/87

082

José Mujica
Fernández Huidobro
Raúl Sendic

¿POR QUE UN FRENTE GRANDE?

José Mujica Cordano



Compañeros y amigos: es inevitable que en estas ocasiones, a un hombre un poco veterano le atropellen los recuerdos. Esas cosas del viejo rostro de la lucha. No de la lucha de los tupamaros solamente sino, en definitiva, de esa legión de pueblo oriental que, de un modo u otro, olfateó que en este país las contradicciones económicas y sociales nos llevaban, como de la mano, hacia el fascismo. Y, equivocados o no, madrugaron y estuvieron y siguen estando muchos años después. Y, repasando en los recuerdos, uno encuentra vacíos y tantos nombres que se quedaron en el camino del tiempo. Todo esto para reconquistar una democracia; una democracia frente a la cual no estamos en la mitad del camino; ya muchas veces lo hemos dicho, pero hay que martillar para la cabeza de la gente joven, una democracia mentirosa y mitigada por el enorme saldo de injusticia social que encierra una democracia bastante coartada, como escondiendo aquí y allá, en el "veremos" de un señor ministro, la amenaza del garrote. Y uno se pregunta: ¿hasta cuándo? ¿Hasta cuándo ese juguete, cuando [illegible] dos cosas trascendentes? ¿Hasta cuándo no comprenderán [illegible] postura de los luchadores [illegible] son capaces de tragarse todo por una cuestión de patria o por una cuestión nacional? Y, en vez de hacer [illegible] con los gringos que nos chupan desde afue-

083 1 9202971

ra, ¡andan con el garrote en la mano **amenazando al pobrerío!**

Estas son cuestiones que nos obligan, permanentemente, a permanecer alerta desde el punto de vista político. Porque hay que luchar contra dos opuestos: el tremendismo que pueda flotar en el cerebro de la gente joven, y, lo otro, el irse al mazo, el querer ocultar tremendas realidades haciendo como el gato, tapando los graves problemas nacionales que tenemos en el horizonte.

TENEMOS LA PETULANCIA DE MANTENER EL CEREBRO INDEPENDIENTE

Y, es por esto, compañeros, que organizaciones populares como el MLN y como tantas otras que de un modo u otro están acá en un abrazo fraternal, apretado, mirando desde su ángulo, estableciendo una mirada hacia una visión pluripartidista abierta, donde nos criticamos y nos damos con el caño pero sabiendo de qué lado del pueblo estamos, y sabiendo que también, somos en conjunto, un desafío y también una esperanza.

Este MLN tiene un mensaje viejo, permanente, de razones válidas, pero tiene también un conjunto de trazos nuevos y un conjunto de decisiones. Nosotros tenemos que cumplir con nuestro pequeño trabajo aquí, compañeros, dando los puntos de vista de una organización que quiere ser de cuadros y de militantes, pero que sabe que no hay ninguna transformación posible, en esta y en cualquier parte de la tierra, sin la participación del hombre del pueblo, del hombre común y corriente.

Uniendo todo esto, tenemos que empezar por reconocer este hecho capital: como organización, económicamente estamos pobres, tremendamente pobres. Porque las multinacionales que estuvieron ayer presentes en esta cancha **(Mujica se refiere a un acto partidario de la15)** no pueden estar presentes en la cancha de los tupamaros. Y porque creemos que las transformaciones, en cualquier parte de la tierra, pasan en primera instancia por el cerebro de los hombre que allí nacieron **y porque tenemos en este mundo, si se quiere hasta la petulancia, que mantener el cerebro independiente y ser amigos de todos en el campo internacional pero dependientes de nadie.**

Anudamos nuestra pobreza, y no tenemos otra fuente de recursos que el aporte servidor de los compañeros; y, ese aporte económico, pequeño, gota a gota, en un país en crisis, es también un mensaje político, de apoyo, para continuar nuestra lucha. Está de más decir compañeros, que con este círculo, por tener la oligarquía enfrente, por tener el imperialismo enfrente, por tener independencia, estamos condenados, lujosamente condenados, a ser pobres y a luchar contra esta pobreza. Porque precisamente, en esta pobreza está nuestro mayor orgullo.

NO ADMITIMOS, NO PODEMOS ADMITIR, EL *"¿DESPUES QUE?"*

Queremos recordar hoy, con la palabra de los compañeros de la Comisión Nacional Pro Referéndum, que ha luchado contra todo el oficialismo, un hecho conocido: que las firmas están prontas. El señor presidente ya está juzgando, desde su puesto de presidente, que más del 20% de las firmas no servirán y por tal no habrá referéndum. El señor Wilson se permite el lujo de contestarle a un periodista: *"¿En qué país vive usted, en qué planeta?"*,amenazando como el *"veremos"* de Medina, puesto precisamente en ese lugar en esta coyuntura. ¿Qué respuesta, compañeros? La única que cabe: movilización, movilización y movilización. Están las firmas, pero ahora hay que defender precisamente una expresión política de voluntad popular.

Y –tómese esto como una declaración política lisa y llana– el MLN, como organización y como conjunto, va a respetar de cabo a rabo cualquiera sea la decisión que se dé ese pueblo, pero no admitimos, no podemos admitir, respuestas de un señor omnipotente como



la de Wilson, desde Playa Pascual, cuando nos espeta, él, presunto paladín de la democracia liberal: *"Si triunfa el plebiscito, ¿después qué?"*. Nosotros tenemos la respuesta. Si todas estas instituciones, si toda esta democracia que nos plantean como el escalón superior de la organización humana son mentiras, si en el fondo son una farsa, porque vivimos en un país en el cual somos todos rehenes, porque es posible burlarse de la voluntad popular expresamente establecida, si todo eso es mentira, nosotros creemos que no tenemos que ocultárnoslo a nosotros mismos. Si eso es así, todos vamos a aprender, todos, de cabo a rabo, lo que es la idea de poder, dónde está el poder, dónde está la garantía del verdadero poder, y vamos a aprender en la práctica de la historia que la garantía de ese poder no corresponde a la mayoría de la voluntad popular.

Saldremos cuando menos, con una tremenda lección política, que vale más que cien mil cursos de formación en cualquier comité. Pero mientras tanto, organización y movilización. Porque ese conjunto de firmas no tiene colores partidarios pero tiene sí color político en el sentido trascendente, porque encierra en su respuesta un mensaje del nuevo país. Hay sí una cuestión de justicia. Hay sí una cuestión de verdad. Hay sí, compañeros, más profundo, una cuestión de oficializar una verdad que sirva como un elemento de docencia para las generaciones que vienen. Y esta es una lección política, que vale para izquierda, derecha y centro. Vale para todos los orientales. Hay cosas que no se deben hacer, porque pisotean al hombre en el sentido superior que tiene.

A NINGUNA FUERZA POLITICA LE DA LA NAFTA PARA CAMBIAR ESTA SITUACION CON SU SOLA FUERZA.

Vamos compañeros de la mano, reconociendo en los temas de la hora, y entrando un poco en ellos, que atrás de todo esto no vamos a responsabilizar a la masa de gente que ayer de noche, en este mismo Estadio, salía con una bandejita de aquí y de allá. No...en última instancia, muchos de los que pisaban esta gramilla no son más que parte de nuestro propio pueblo, y nuestra lucha es no de odio sino por rescatarlos, por incorporarlos a una columna liberadora. Y vamos, compañeros, a no creer que ayer en esa fiesta del Partido Colorado lo importante eran las tradiciones del Partido Colorado; lo más importante estaba atrás del escenario: la posesión ubérrima de todos los poderes por parte de una oligarquía que ocupa la segunda fila, que domina los grandes partidos tradicionales, que tiene influencia ideológica, que reina en este país, que, precisamente, viene procesando un sistema de engorde, donde engorda ella arruinando el país, donde su preocupación central no es el incremento de la producción sino, más bien, oficiar como una capatacía hacia el "gran gordo" de afuera que nos chupa. Y vamos objetivamente a reconocer, en el dilema político planteado en nuestro tiempo presente, con este dibujo en tercios que puede amenazar en el horizonte con permanecer años: **a ninguna fuerza política, en el mejor de los casos, le da la nafta para poder cambiar esa situación con su sola fuerza.**

Y este es un mensaje de encrucijada nacional, de reconocimiento objetivo de cuál es la situación. Y si revolucionarios ayer, hoy y mañana, nosotros tupamaros, con las patas bien en el suelo, dispuestos a correr para poner cualquier parche que signifique un poco más de alivio a los problemas concretos que tiene el hombre de todos los días, no tenemos ninguna clase de asco en materia de principios, de señalar que **para poder topar con esa oligarquía, hay que levantar un programa mínimo de salvación nacional, que lo puedan suscribir enormes contingentes del pueblo, porque la verdadera contradicción no es entre blancos, colorados y frenteamplistas, sino que la verdadera contradicción del presente es oligarquía-pueblo.** Y todo es poco para

polarizar este país, en un enfrentamiento que plantee el país que quiere cambios importantes, frente al país reaccionario mamando de los privilegios.

Esto, compañeros, no es, no ha sido nunca desde que salimos de la cana, el planteo de una "nueva organización política". Es una tesis política, es un camino de alianzas que empieza por reconocer que el primer horcón del medio de la situación nacional es un enfrentamiento con todo contra esa oligarquía; elemento objetivo, elemento de salvación nacional. Porque si no somos capaces de dar respuesta a problemas dramáticos puntuales, inaplazables, ¿cuál será el futuro de esta democracia en un país donde se están muriendo de hambre cuatro gurises por día, donde están "achatando" setenta orientales por día (y de estos, cincuenta son muchachos jóvenes), en un país, además, donde hay pueblos que se están transformando en pueblos fantasmas, en un país donde lo único que crece es la chirca, el desierto y las colonias de emigrados, en un país que promete demagógicamente por quienes lo gobiernan pagar lo imposible para 1990, en un país donde se está debiendo al gringo más de lo que vale, a precio de mercado, toda la tierra nacional, en un país donde se olvida el salario, donde se olvida la salud, donde se está privilegiando solo una línea: exportar más a un mundo ancho y ajeno que ni nos mira, que tiene sus contradicciones, que tal vez esté plantado frente a una crisis de recesión incalculable y donde se apuesta todo a taponear la economía nacional vendiendo más para afuera y sacrificando el salario, es decir, sacrificando la tripa de nuestros compañeros trabajadores? Esos compañeros trabajadores que, organizados como han podido a la salida de la dictadura, han sido la insinuación del único gesto positivo de enfrentamiento con todo para tratar de cambiar el derrotero de una política económica que precisamente está sirviendo a esa oligarquía. Una oligarquía que fundiendo al país se permite esta contradicción: fundir bancos manteniendo prósperos a propietarios de esos bancos.

HAY UNA VOLUNTAD DE CAMBIO QUE TRASCIENDE CUALQUIER FORMULA POLITICA

Todo eso, compañeros, que ustedes saben, y sobre lo cual podríamos hablar una noche entera, sirve como dato objetivo para levantar la cabeza por encima de los problemas de hoy, de nuestros respectivos conventillos políticos y decir: los orientales no somos capaces de encontrar fórmulas que le den viabilidad a expresar esa fuerza potencial de cambio, que objetivamente tenemos que reconocer que si bien es masiva en las huestes que luchan en el Frente Amplio y en la izquierda en su sentido más amplio, campea también en los ranchos, en los galpones, en los tugurios, en todo el resto del pobrerío, en toda la gente decente que se da cuenta que este país no puede seguir así y que cualquiera sea su color partidario, abajo, en la gramilla, en el trabajo, se da cuenta que esto tiene que cambiar. **Hay una voluntad de cambio que trasciende cualquier fórmula política.** Y la primera sabiduría política es reconocer y poder viabilizar ese hecho, para que esa fuerza se pueda corporizar en un puño tremendo que pueda sí, enfrentar el desafío como nación que nos mete la oligarquía.

Esta tesis política, que de algún modo había que llamarla a la salida de la cárcel, la llamamos *frente grande*. Nunca la llamamos *nuevo partido político*, nunca dijimos *autoridades*, *comités*, *disputa electoral*, *banderas*, *número*, sino que expresábamos una cualidad distinta, una categoría distinta, que surge del análisis objetivo del drama nacional. En estas cosas no se puede piliar, no somos tan aprendices. Nosotros no planteamos esta idea como alternativa a ninguna organización política y mucho menos a esa organización que por esfuerzo y sacrificio del pueblo uruguayo en un largo proceso y con muchos chorros de nuestra sangre se gestó, que se llama Frente Amplio. No. Planteamos una tesis política que necesitaba análisis, que necesitaba participación y

discusión, que necesitaba trille, aporte. Pero una idea de la cual no éramos propietarios.

SIN PARTICIPACION DEL PUEBLO: NADA

Porque aquí, en la política nacional, no existen genios, sino que la única cuestión importante es la participación activa de las masas, porque solo ellas tienen la fuerza potencial de transformar las cosas. Nosotros no reconocemos que una vanguardia pueda por sí tener autoridad para representar a esas masas; esas masas no tienen representación, son ellas por sí mismas. Y es precisamente nuestro modo de concebir eso que llamamos poder popular, puntería central de un pensar político hijo de nuestra derrota. Porque somos tremendamente autocríticos; pero no hacemos autocríticas a pedido, sino de nuestra propia sangre, con nuestra propia carne en la parrilla. Hemos dicho tajantemente que, en determinado momento, tal vez empañados por el éxito y el exceso de juventud, no tuvimos sabiduría para combinar todas las formas de lucha. Sin despreciarlas, de una forma u otra, no le dimos participación a las masas. A esa lección la tenemos incrustada, la hemos aprendido y hoy estamos en la arena de la política nacional para decir: sin participación del pueblo nada, lo demás es joda. Y cuando hablamos de **frente grande es porque estamos pensando que para una topada con la oligarquía hay que poner pueblada, calor de pueblo, que es el que puede decidir la cuestión.** Y este es el gesto trascendente. Y este es el gesto importante.

Pero si seguimos fosilizados mirando nuestros gallineros y pensando en términos de votos, nos olvidamos del drama nacional. Precisamente la credibilidad de las instituciones se va a afirmar si tenemos capacidad de dar respuesta a los problemas que están atenazando a la gente. Y esta tesis política parte de un principio gaucho, de un principio viejo: *"No le pidas nunca, nunca a la gente, lo que la gente no te puede dar".* No pidas, así como así, que una inmensa legión de pueblo pueda renunciar a tales y cuales tradiciones y valores. No se lo pidas a la gente, porque si le querés imponer de repente semejante precio no tenés lo principal: sus brazos, sus manos, su cerebro, su calor, su sudor.

La idea de frente grande empieza por reconocer que cada cual, esté donde esté, puede aglutinarse por un programa mínimo, común, de salvación nacional que nos lleve de la mano a un gran enfrentamiento con esa oligarquía. Que cada cual luche en su espacio, con su lengua, sus banderas y sus tradiciones. No le pidamos que venga adonde no puede venir. Pidámosle sí, que participe en esa lucha. Tengamos un gesto de apertura; no pretendamos cobrar al contado en el precio de hoy, porque la cuestión es lo de mañana, el porvenir.

LA TRAMPA DE LA LEY DE LEMAS

Se necesitará, naturalmente, enfrentar y cambiar las leyes del juego: este sistema electoral tramposo, esta ley de lemas que es una burla, que es como un reaseguro de la oligarquía. Esta tiene por un lado, la posesión mayoritaria del pensar de los partidos tradicionales, y como un segundo seguro, la ley de lemas para hacerle trampa a la voluntad popular y permitir que –desde hace más de medio siglo– los partidos tradicionales funcionen, de hecho, como un gran frente, con una izquierda, una derecha y un centro, y presenten ese pastel confusionista al pueblo. Y tienen, todavía más, a retaguardia: la garantía de su poder en un presupuesto militar acuartelado.

Más claro: ninguna reforma constitucional en este mundo le ha solucionado los problemas importantes a la gente. Nos mentiríamos a nosotros mismos si cultiváramos tamaña idea. Esta idea

pudo ser posible en el siglo XVIII pero no hoy, compañeros. Ha corrido casi un siglo de estafa a cualquier esperanza constitucional. **Pero precisamos cambiar las leyes del juego para que sea posible viabilizar en un gesto de futuro un sistema de alianza que permita llevar gobiernos de corte popular, con tono pluripartidista y ancha base popular movilizadora que pueda topar con el horcón del medio, que es precisamente la oligarquía. Esto sencillamente, era y es la idea de frente grande que, además, por no pertenecernos, por ser una cosa viva, va a sufrir en el correr del tiempo tremendas transformaciones y que no está techada sino abierta al pensar y a la participación de la gente.**

Es inadmisible que se le dé pelota a los dichos de *"El Día"* por parte de alguna fuerza progresista. ¡Cómo es posible que lean en *"El Día"* y cuando tienen dudas no llamen a hablar a hombres que, equivocados o no, llevan casi un cuarto de siglo al servicio de sus ideas! Entendemos que es una falta de respeto, compañeros. Pero no estamos para cobrar errores, estamos para procurar entendernos en un lenguaje sencillo y claro que, entendiéndose en la Universidad, se tiene que entender principalmente en los ranchos. Y estamos además, suscribiendo que esta idea no es alternativa a la visión de Frente Amplio, no es alternativa, no significa una disputa en el hoy concreto sino que parte de este principio elemental: **en las filas del Frente Amplio está el núcleo masivo más importante de gente que combate y lucha, de un modo u otro, por la transformación positiva; y también, el signo progresista de esta nación.** ¡Cómo íbamos a plantear una cosa que sería un trazo de desunión, precisamente nosotros, hijos de una larga peripecia de lucha y de búsqueda, de reconocimiento en ese largo mensaje de unidad de la izquierda que ha costado tanto! **Las carencias y las limitaciones que puede tener el Frente son parte de nuestra propia carencia. O ¡qué se han creído, ¿que somos harina de otro costal por una cuestión de requisito?!** ¡Nuestras críticas son críticas con una conciencia muy nítida de lo que es izquierda y derecha! No estamos para dividir las filas del pueblo. Si otros hoy se equivocan, ¡vaya a saber porqué!, que el futuro los interrogue. Por más que nos den cualquier puerta en el hocico, nosotros no estamos para dividir a la izquierda nacional.

NO HAY ILUMINADOS, NO HAY PARTIDOS DE VANGUARDIA QUE REGALEN LAS TRANSFORMACIONES SOCIALES, SOLO HAY MASAS

Luchamos por una concepción estratégica que empieza por reconocer que somos una partecita, que no somos el ombligo transformador, y como tal, reconocemos que en esta parte de América, y tal vez en todo el mundo pobre –según lo está confirmando la historia de las grandes transformaciones–, los grandes cambios tienen un sello frentista, porque son muchos los sectores que hay que unir para el gran embate contra las oligarquías criollas entreguistas y el gran gendarme, en el telón de fondo, que es el imperialismo. Que no hay liberación nacional sin una política de alianzas que nos una a todos y, si esta cuestión es estratégica, tenemos que poner al lado de esto lo que hoy pensamos los tupamaros, nítidamente desde el punto de vista teórico, sobre dónde está la raíz de toda transformación.

Ya un poco lo borroneábamos al principio. Lo aprendimos de analizar nuestra propia derrota. **No hay iluminados, no hay partidos de vanguardia que regalen las transformaciones sociales, solo hay masas y hay grandes cambios si las masas tienen fuerza para darlos.**

Esta posición establece hoy una nítida y categórica diferencia en cómo ha de ser nuestra conducta en todo lo que es trabajo de

masas. Más claro: cuando vamos como miembros de la Organización a un sindicato, cuando vamos a cualquier tipo de asamblea popular, todo tupamaro, y cada día más, tiene que tener incrustado en la mente que no vamos a aparatear a la gente, a imponerle nuestras decisiones políticas; vamos a dar nuestra posición, vamos a aportar elementos que sirvan para el análisis, en la conciencia de la masa, pero es la masa la que tiene que decidir; y cuando decide en contra de nosotros, aguantemos, respetemos y caminemos con esas decisiones.

Porque precisamente, la fuerza real está en que ese pueblo vaya paso a paso tomando gobierno de sí mismo. Y, en ese gobierno, en ese primer establecimiento de un poder popular, en cada rincón de la sociedad, aprenda por la práctica la fuerza que tiene su participación, hasta dónde llega la fuerza, cuándo se organiza, los límites de esa fuerza, objetivice los obstáculos que tiene enfrente, y, en ese lento aprendizaje, dónde está la semilla transformadora de la sociedad. Porque al fin y al cabo, no luchamos por una sociedad para más dirigentes sino que estamos luchando por un hombre nuevo con capacidad de dirigirse. Y esta diferencia esencial en trazo es precisamente, compañeros, como la piedra angular, como el cangrejo que está debajo de la piedra, que, desde un ángulo ortodoxo de una izquierda tradicional, nos está cerrando la puerta a un lugar que nos pertenece: la participación en el Frente Amplio.

Y no estamos para insultar a nadie. Estamos para debatir en el campo de las ideas, para aprender unos de otros, porque esta lección no es nuestra sino que es hija de haber contemplado, en la soledad de los calabozos, porqué el pueblo oriental fue derrotado y a la hora de la verdad se quedó sin dirigentes, cuando se nucleaba para resistir en las fábricas, frente al malón fascista. **Con esa visión autocrítica que en nombre de los tupamaros hacemos para el conjunto de la izquierda nacional, decimos: tenemos todos que aprender una lección sobre cuál ha de ser la metodología para trabajar con el pueblo.**

VAMOS A PARTICIPAR ACTIVAMENTE EN EL FENOMENO ELECTORAL

Y vamos, compañeros –porque se nos va la hora–, a definir categóricamente la política electoral, hasta donde la tenemos clara y decidida hoy, para que no haya equívocos. En primer término, **vamos a participar activamente en toda la campaña electoral;** porque más allá o más acá de entrar en garganteos de principios, la inmensidad del pueblo va a estar en una morsa política, y toda la cuestión nacional va a estar en el tapete y el hombre de la calle va a ser bombardeado con programas, con propuestas, y todos tenemos que aprender en ese debate.

Tenemos nosotros también que aprender, reformular, indagar. Y aprender de la sabiduría popular. Tenemos que participar en ese debate, tratando de aportar nuestra pequeña visión, buscando enriquecer la cabeza, procurando enriquecer la conciencia de la gente, porque es ella el elemento transformador de futuro. Y si puede haber una cuestión de trazo o de contabilizar votos, nosotros queremos contabilizar, a largo plazo, por las transformaciones nacionales, el grado de conciencia y organización de este pueblo. Y vamos por ello a participar activamente en un fenómeno que, quieras que sí o que no, es un fenómeno de la nación y allí va a estar el pueblo.

Lo segundo a definir, nítida y categóricamente: nuestro pedido de ingreso al Frente está allí. Sigue estando allí. Ese paso lo dimos, pensado y rumiado, por una razón permanente que anotábamos al principio: el reconocimiento objetivo de que allí está el conjunto más importante en esta nación de hombres que se baten por el cambio. **Y no hay ningún cambio posible sin cultivar una política humilde de ocupar cada cual nuestro lugar y tener la sabiduría de caminar en un conjunto vasto, pluripartidista, democrático y que respete la participación de la gente. Por esto, que es un trazo estratégico, sigue permaneciendo nuestro pedido de ingreso.** Por encima de los dimes y diretes –que no son otra cosa que dimes y diretes.

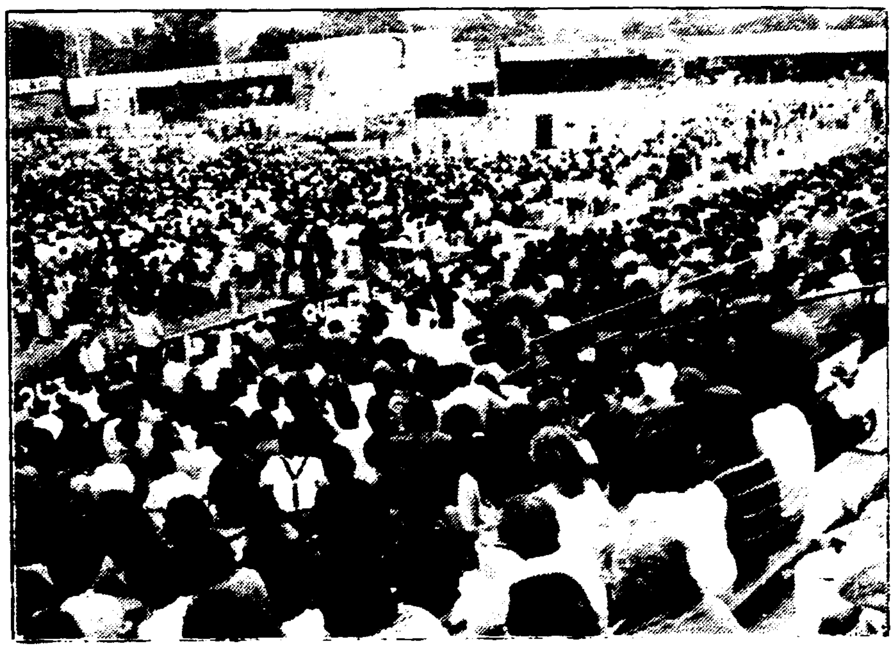
PORQUE EN ESTE PAIS, MENOS EL PUEBLO, TODOS NOS HEMOS EQUIVOCADO

Lo tercero a definir, que tiene que quedar también categóricamente explícito: cuando llegue la hora, en la medida que el panorama se aclare, vamos sí, como un gesto político de reconocimiento objetivo de la coyuntura política por la cual atraviesa la nación, a decir con nítida claridad cuál es nuestro compromiso electoral. Lo vamos a hacer porque hoy estamos precisamente a la luz pública, hoy no somos, en parte, una organización perseguida como antaño. Vamos a reconocer públicamente hacia dónde orientamos nuestro apoyo. Pero vamos también, compañeros, todos a reconocer que, luchadores en el medio del hoy concreto, estamos dispuestos a pelear por un puñadito de soluciones que signifiquen algo, algo que puede estar muy lejos de un programa final, para gente que en última instancia ayer y hoy y mañana lucha por una sociedad donde lo mío y lo tuyo no la dividan en clases antagónicas, por un tipo de sociedad donde solo sean privilegiados los niños, los ancianos y los débiles, por un tipo de sociedad donde el hombre pueda ser verdaderamente solidario. Tenemos que transitar en este hoy concreto pensando en el hombre nuevo del mañana, pero tratando de mejorar este real que tenemos hoy, y sobre todo que no se nos muera de hambre. Porque con éste, con todas sus mataduras, con éste, vamos a hacer las transformaciones.

Con ese realismo, tenemos bien claro que hay mucha gente desencantada, los estafados de *"Mi compromiso con Ud."*, los muchos estafados por ese batllismo que ha muerto, que han matado al fosilizar lo permanente del mensaje de don "Pepe" Batlle. Y que hay otra hueste de gente independiente desparramada, convocada por lo mucho que tiene de movimiento el Frente Amplio, que no se siente aquí y allá representada. **Pero unos y otros tienen un gesto de cambio, con una visión socialista. Sí, socialista y nacional, pensada con nuestras cabezas, en nuestro propio escenario, hija de nuestra historia y de nuestras contradicciones.**

Todo ese conjunto de voluntades, de gente de por aquí y allá, estamos lo viejos luchadores del MLN esperando que se convoquen, que se junten en un gesto político que viabilice una forma de expresión política, estableciendo un matiz que tiene hondas raíces históricas, en los 25 años de historia que han pasado; y tiene raíces mucho más hondas en la Patria Vieja. Estamos esperando un gesto convocatorio, un gesto de acercamiento entre toda esa falange, para establecer un matiz de unidad y un combate, donde fuere, por la *unidad sin exclusiones*, para intentar avanzar hacia formas más vastas de unidad popular, lo más vastas posibles sin por ello, en la entraña de esa vastedad, dejar perder el trazo de un socialismo nacional: pluripartidista, democrático, participativo, que nos dé cabida a todos y que nos dé también cabida al esfuerzo de los que pensamos, por definición de fondo, de carácter ideológico, que nunca podemos poner el precio de una organización política, para andar cobrando al contado o diferido. Porque por razones estratégicas del modo de concebir el poder popular, tenemos que apostar a que florezca la independencia en la cabeza de la gente, el antidogmatismo, el antiautoritarismo; porque en este país, menos el pueblo, todos nos hemos equivocado.

Muchas gracias, compañeros.





Eleuterio Fernández Huidobro



Nuestro saludo compañeros, en primer lugar a la visita fraternal de las organizaciones amigas, de todos los compañeros amigos integrantes de otras organizaciones que están aquí presentes.

Aunque nos hubiera gustado como siempre hablar del superior gobierno, no vamos a tener más remedio en esta oportunidad –pero prometemos para otra dedicarnos exclusivamente a él, porque no tiene desperdicio– que referirnos a algunas otras cuestiones que han sido puestas sobre el tapete por la fuerza de los hechos, en los últimos días.

COMO SURGE EN EL MLN LA IDEA DE FRENTE GRANDE

Vamos a hablar compañeros, para empezar, del frente grande. Para nosotros esta idea nació aproximadamente por aquella noche que no pudimos vivir junto a ustedes pero que vivimos en los calabozos de los cuarteles del interior de la República, como rehenes de la tiranía, un último domingo de noviembre, allá por 1980. Cuando ustedes en sus casas y nosotros en los calabozos comenzamos a oír los resultados de aquel glorioso e inmenso NO que le puso el pueblo uruguayo en la trompa a la dictadura militar. Allí comenzó a germinar esta idea.

Ustedes mejor que nosotros conocen todo lo que sucedió después. Todo lo que floreció en las bocas del canto popular, como incipiente de protesta contra el autoritarismo y la tiranía. Todo lo que floreció en las cooperativas de vivienda de ayuda mutua como forma de resistencia. Todo lo que floreció en las primeras reuniones clandestinas que dieron origen a la gloriosa ASCEEP. Todo lo que floreció en las primeras reuniones que dieron origen al glorioso PIT bajo la dictadura, en la clandestinidad, en la resistencia. Todo lo que floreció generado espontáneamente por nuestro pueblo –cuando otros estábamos encadenados– en las ollas populares, en los caceroleos, en las iglesias y en las parroquias que abrieron sus puertas fraternales para la labor clandestina de la resistencia, en las cárceles y en los exilios: un gigantesco frente grande del pueblo uruguayo contra la tiranía y contra la dictadura, contra el fascismo, contra el autoritarismo, por la democracia, por los derechos humanos, contra el entreguismo, contra la gigantesca pobreza que se cernía y que caía monolíticamente sobre las espaldas de este pueblo.

De alguna manera, quienes peinamos canas, sabemos que en los orígenes del Frente Amplio, allá por 1968, 1969, 1970, hubo una gigantesca movilización popular también contra estas mismas cosas y por estas mismas cosas, que fue la base que dio origen al florecimiento de la realidad política que en 1971 amaneció en nuestro país como el Frente Amplio. Parece como que la historia se repitiera. Nosotros tenemos que comprender que, paradojalmente, los años de la tiranía dejaron detrás de sí algo positivo: esa gigantesca moviliza-

ción popular. Ese es uno de los saldos positivos. Eso es lo que dio en sí la crisis institucional, económica, moral, política.

EL MLN Y EL FRENTE GRANDE

Ahora, hoy en día, nosotros podemos impulsar eso, o podemos olvidarlo. Podemos potenciarlo hacia el futuro, o podemos volver al pasado. Podemos renovarnos, podemos volver a ser jóvenes, podemos pensar con frescura y proponerle al pueblo uruguayo algo nuevo, o podemos intentar tozudamente volver hacia el pasado.

En el pozo más hondo de los calabozos de la dictadura, nosotros pudimos percibir, a pesar de la incomunicación, que el pueblo uruguayo había dado algo que nosotros, por no tener otra manera de definirlo, se nos ocurrió llamar un "gran frente grande". Tratamos de expresarlo de alguna manera cuando salimos de la cárcel. En los primeros documentos hechos públicos por el MLN, en su reconstrucción, allá por marzo de 1985, decíamos: *"Queremos tender una invitación y una mano fraterna a todos los que sufren, a todos lo que luchan, estén donde estén y piensen lo que piensen, para llegar a un acuerdo por encima de banderías, en torno a un plan y tareas concretas proyectadas hacia una patria para todos. No se puede esperar más. Nosotros lanzamos esta invitación y esperamos fervientemente que tras ella se abran mil flores".*

Muchísimos reportajes, charlas abiertas, públicas, actos, mateadas, fueron oportunidad para nosotros de poder desarrollar esta idea. Documentos cuya cita les ahorro, compañeros, en beneficio de la brevedad y de la síntesis. Desde el pique, esta idea fue atacada. Paradojalmente, desde tiendas que nosotros no podíamos esperar. Por haber planteado esta idea fuimos acusados de "*divisionismo*", compañeros, ¡porque no pedíamos el ingreso al Frente Amplio! Acá tengo un reportaje del semanario "*Asamblea*" del 25 de abril, donde el compañero Rodney Arismendi dice: *"(...) por lo que yo sé, y he leído – y conste que no estoy pasándome de vivo– por lo que yo sé, actúan dentro del MLN varias tendencias. Unas que afirman su voluntad de ser frenteamplistas, otra, la de los dirigentes del MLN que acaban de salir de la cárcel, que trata en el mismo pie al Partido Nacional, al Partido Colorado y al Frente Amplio. Plantean no entrar al Frente Amplio sino un llamado 'frente más grande', del Partido Nacional, del Partido Colorado, el MLN y el FA. Se sitúan fuera del Frente".*

Fuimos condenados en aquel entonces, 25 de abril de 1985, por no pedir el ingreso al FA y acusados de "divisionistas", al mismo tiempo que se fundaba un segundo sindicato en Bella Unión contra UTAA, para instalar el divisionismo en la clase obrera uruguaya.

La III Convención del MLN, reunida en diciembre del '85, apenas nueve meses después de haber sido liberado –el tiempo que una mujer necesita para construir un hijo en sus entrañas–, declaraba: *"Alertamos al pueblo, en el sentido de que hay fuerzas reaccionarias que esperan su oportunidad. Si la agresión de dichas fuerzas violentas y armadas vuelve a descargarse sobre las espaldas del pueblo, será necesario que este se encuentre unido, por encima de las actuales diferencias políticas, tal como lo estuvimos en las movilizaciones destinadas a desplazar a la dictadura, o tal como lo estuvimos el día que pusimos en las urnas aquel NO glorioso de 1980".* Esto lo decía el compañero Julio Marenales, en la calle Cebollatí, en un acto público informando al pueblo las resoluciones de la III Convención Nacional, y decía más adelante: *"(...) que ni las batallas electorales, ni las peleas políticas o por otros motivos, sean causa suficiente para dividir ese gran frente antidictatorial del pueblo, ante la posibilidad del retorno fascista amenazante en el horizonte".* Es a este frente, esencialmente antidictatorial, al que nosotros, tras nuestras declaraciones públicas, hemos denominado frente grande.

UN FRENTE GRANDE CONTRA EL CAPITAL FINANCIERO

Decía la III Convención Nacional: *"El frente grande será el reflejo en lo social y en lo político de la lucha contra el capital financiero y por la democracia".* En el mismo documento en que se decía esto, la III Convención Nacional, y no una minoría de treinta militantes como dijo alguna radio muy frenteamplista, resolvía incorporarse al Frente Amplio y facultar a su dirección para pedir el ingreso en cualquier momento. La IV Convención Nacional, reunida hace pocos meses, reafirmó estas dos resoluciones.

Múltiples reportajes y mateadas – que puede leer el que quiera y sepa leer en este país de alto grado de alfabetización– sirvieron para que el MLN definiera con toda claridad, cristalina y meridiana claridad, que su idea de frente grande no era una idea incompatible ni contradictoria con la idea del Frente Amplio y con su pedido de ingreso al Frente Amplio. Pero es más, compañeros, es más. Todos sabemos que los compañeros del PDC y de la 99 durante 1986 y 1987 iniciaron conversaciones con otras organizaciones, la Unión Cívica, la FENAPODE, fuerzas del Partido Nacional, para una reforma constitucional, e incluso para la creación de un proyecto denominado "bloque de centro-izquierda". En su último Congreso incluso – Congreso realizado hace pocos días–, el Partido por el Gobierno del Pueblo dice: *"Es bueno puntualizar que cuando hablamos de las fuerzas de cambio no estamos limitando nuestro pensamiento al Frente Amplio, o a los sectores políticos que se proclaman de izquierda. Las fuerzas de cambio están constituidas por ciudadanos que electoralmente pueden definirse como blancos, colorados, cívicos, independientes o frenteamplistas, pero que tienen en común la cabal convicción de que nuestro futuro como colectividad nacional necesariamente tiene que pasar tanto por la ratificación de nuestra convicción democrática, como por cambios sustanciales en nuestra mentalidad, en las formas de concebir los medios de producción, en la reivindicación de una justicia social hoy olvidada, en la firmeza para defender nuestra soberanía y nuestros intereses en un marcado protagonismo de nuestra sociedad civil".* Partido por el Gobierno del Pueblo, fuerza frenteamplista, lista 99 hablando de una cosa muy parecida, sino idéntica, al frente grande, hace pocos días, pero que se arrastra desde 1986 y 1987.

EL PCU, EL FA Y LA UNIDAD MAS GRANDE

El mismo Partido Comunista, a través de la voz de su secretario general, Rodney Arismendi, en su festejo, en el festejo de su cumpleaños, el 3 de octubre, acto central, luego de un viraje de 180 grados en torno a esta idea decía: *"Con todas estas fuerzas llegando al campo que ya despierta y al interior que se mueve, tenemos que construir un gran bloque del pueblo y no solo de partidos. Es decir, podemos crear un gran bloque del pueblo. Si lo pudimos hacer en torno al referéndum, ¿cómo no podemos pensar en ir construyéndolo como gran alternativa para la República en torno a este hecho histórico que es el Frente Amplio, cada vez más fuerte, más en el pueblo, cada vez más unido y más consciente de su destino histórico"?*

Más adelante, refiriéndose a la reforma constitucional, decía: *"El Frente ha agregado a sus grandes planteamientos, un proyecto de reforma constitucional, votado en general por unanimidad. Ustedes lo conocen: separar las elecciones presidenciales y municipales, prohibir la acumulación por lemas para la Presidencia, levantar el valor del Parlamento frente a un presidencialismo rabioso que en última instancia, en lo grosero establece los vetos e inunda todos los destinos de la República".* Y refiriéndose a aquella idea de bloque de centro-izquierda, decía: *"Este es un proyecto, hoy del Frente Amplio, de todo el Frente Amplio, y por lo tanto, es el fracaso de quienes pensaron maniobrar, creyendo que el Frente Amplio podría divi-*

dirse con unos y dejar otros en la palmera, como dice el criollo".

En aquella oportunidad, era el Partido Comunista el que corría el riesgo *"de quedar en la palmera"*. Por eso mismo continúa: *"Se agiganta una vez más el papel del Frente Amplio y por eso es tan feroz la campaña por dividirlo".*

EL PARTIDO SOCIALISTA, EL FA Y EL "BLOQUE ALTERNATIVO"

El Partido Socialista en su 39º Congreso realizado en el mes pasado, tiene una resolución que se titula *"El Bloque del Poder Alternativo Popular y Democrático"*, que textualmente dice: *"Frente al bloque conservador y perjudicadas por este, tenemos a las mayo-rías sociales que constituyen el espacio potencialmente nacional y popular. Se trata de articular las mayorías sociales en un Bloque Popular Alternativo que tenga como objetivo estratégico la consolidación y profundización de la democracia. La lucha entre ambos bloques es fundamentalmente política-social, ya que se enfrentan dos proyectos antagónicos en lo que está en juego la sobrevivencia de nuestra patria. En la actual coyuntura, la lucha política tiene un paralelo intenso y altamente determinado por el desarrollo de la lucha ideológica que se está caracterizando por su intensidad y por su importancia"*. Y sigue un largo desarrollo en torno a este Bloque de Poder Alternativo Popular y Democrático.

El compañero López Balestra, del Partido Nacional, ha sacado un folleto que se titula *"Hacia un Frente Popular"*, en base a un reportaje que le realizara el semanario *"Búsqueda"* el 24 de setiembre de 1987, y en él dice: *"Tiene que haber un gran frente popular que llegue al gobierno para que los más gobiernen sobre los menos, no como ahora que es al revés. Tenemos que rescatar el estilo de vida del uruguayo y tratar que en el país predomine una nueva fuerza política, no para cobrar cuentas, pero sí para recobrar a esa clase media no aburguesada, consciente de sus metas, sin el materialismo ni las grandes novelerías de la época moderna"*. Más adelante dice: *"(...) que después ese Frente deberá tratar de llegar al gobierno, con una gran propuesta coincidente y creíble. Creíble por sus términos y por los hombres que la propongan. Hay un gran descreimiento y no todos los políticos pueden proponer cosas en las cuales la gente confíe".*

EL FA Y LAS ALIANZAS CON OTROS SECTORES POLITICOS

El compañero Seregni, en su intervención en el reciente Congreso del Frente Amplio decía: *"En la medida que entre los 620.000 firmantes hay personas de muy diferentes ideas y afiliaciones políticas, queda esbozado un universo de gente que así como pudo aglutinarse para la anulación de la Ley de Caducidad, mucho más podría hacerlo para encarar y tratar de resolver los problemas económicos y sociales que hoy tanto afectan al Uruguay. En otras palabras, creemos que queda abierto un espacio fermental. Pienso esperanzado que se trata de un espacio de grandes perspectivas políticas"*. Y más adelante: *"Con la máxima amplitud de mira, debemos procurar definir un proyecto de país que sea el punto común de la gran mayoría de ciudadanos que anhelan los cambios, que no aceptan el programa continuista y conservador que el actual gobierno nos está imponiendo. El proyecto de país no tiene porqué ser un proyecto exclusivamente frenteamplista. Es un proyecto nacional, popular y democrático".*

Y el Frente Amplio mismo, en las conclusiones y resoluciones de su reciente Congreso establece en su punto 10: *"Estar dispuestos a desarrollar alianzas con los sectores y fuerzas sociales y acuerdos con todos aquellos sectores políticos con los cuales podamos alcanzar coincidencias programáticas. Para ello es necesario profundizar nuestra unidad interna, confiar en la movilización popular y apelar a un amplio apoyo social".*

El plan pastoral de la iglesia católica para 1986 y hasta 1989, establece, sin

ningún lugar a dudas, que se avecinan horas negras para el Uruguay si no se levanta una alternativa de cambios sustancial.

El referéndum compañeros, como hecho concreto hoy de movilización popular victoriosa, que acaba de presentar más de 630.000 firmas a la Corte Electoral, es un ejemplo puntual y concreto de frente grande funcionando en la calle, en las manos mismas del pueblo, en torno a un objetivo concreto. Las movilizaciones del pueblo de Mercedes por la reivindicación de la planta de Arinsa como fuente de trabajo, es otro ejemplo concreto nacido de las entrañas del pueblo, de un frente grande plantado y movilizado en las calles. Y las recientes movilizaciones del pueblo de Las Piedras en defensa de la fuente de trabajo de COMARGEN, son otro ejemplo concreto de que el pueblo tiene las cosas mucho más claras de lo que creemos en torno a la necesidad de aglutinar fuerzas en la lucha contra la oligarquía.

Podríamos citar muchísimos ejemplos más. En suma, importantes organizaciones y hombres del Frente Amplio, mismo en las resoluciones de su Congreso, y algún sector del Partido Nacional se han expresado, con uno u otro nombre, con uno u otro matiz en el contenido en torno a una misma idea que nosotros denominamos, pero que se la puede denominar como quieran, frente grande.

PRESTAMOS A HECTOR LORENZO RIOS NUESTRA VOZ VIVA PARA QUE SIGA DENUNCIANDO

El pueblo también en sus mejores jornadas de lucha, se ha expresado en el mismo sentido. Sin embargo, sin embargo, compañeros, el MLN, nada más que el MLN, es atacado por haberlo dicho, ¡y por seguir diciéndolo!

Pero sigamos más adelante. Examinemos algunos de los grandes peligros que se ciernen en un futuro y que están ya plantados frente a nosotros en el presente. Vamos a citar a Héctor Lorenzo Ríos, lamentablemente fallecido hace poco tiempo. Decía Héctor Lorenzo Ríos, el 8 de marzo de 1985, en oportunidad en que todos ustedes y él también estaban luchando por la amnistía general e irrestricta en el Parlamento: *"Y hoy, a 72 horas de haberse pronunciado el Parlamento clarísimamente a favor de una amnistía general e irrestricta, debemos volver sobre el tema porque se han puesto en puja dos normas constitucionales. Por un lado, tenemos el artículo 85 numeral 14 de la Constitución de la República que reserva para el Parlamento nacional la posibilidad de acordar amnistía en casos extraordinarios y que requiere solamente la mayoría absoluta de los votos de los componentes de cada Cámara. En colición con dicha norma encontramos el art. 138 que reserva para el Poder Ejecutivo la posibilidad de veto, en cuyo caso el Parlamento deberá tener 3/5 de votos para levantarlo. El velado anuncio del ejercicio de esa facultad constitucional con la finalidad de frenar o desviar el pronunciamiento del Parlamento* (escuchen compañeros lo que decía Héctor Lorenzo Ríos) *ha impedido que se apruebe la ley de amnistía general e irrestricta. Esto hay que denunciarlo a fin de que quede constancia para la historia".*

Y nosotros, los tupamaros, estamos dejando constancia para la historia. La minoría presidencial pretendió desviar o *"frenar"*, repito decía Héctor Lorenzo Ríos, el pronunciamiento de una de las Cámaras del Parlamento, y esto hay que denunciarlo con vigor. Prestamos a Héctor Lorenzo Ríos nuestra voz viva para que esto se siga denunciando.

Decía más adelante: *"Espero que esta sea la única vez que se pretenda usar esta colisión de dos formas jurídicas del mismo rasgo constitucional para hacernos pensar que cuando se restaure la democracia ella se expresará en el futuro a través de las minorías y no de las mayorías nacionales. La democracia ha sido, es y deberá ser siempre, el gobierno de las mayorías, y el Parlamento debe pronunciarse autónomo y no heterónomamente. Debe poder expresar su voluntad con total independencia y no ser sometido a presiones*

por parte de los otros poderes del Estado. Entiendo que debemos rescatar el uso pleno de nuestros fueros, a fin de defender el Parlamento. Para ello contamos con el régimen de tripartición de poderes que es la esencia de la democracia consagrada por el padre de la patria, José Artigas, en las Instrucciones de 1813. Hay que tener cuidado en el futuro, de que esta minoría presidencial que representa 2/5 de la voluntad electoral del país, pretenda seguir gobernándonos por medio de este juego de las cosas". Así, compañeros, nació la "vetocracia". En oportunidad de discutir en el Parlamento, recién estrenado, recién inaugurado, la primera gran ley, la ley de amnistía general e irrestricta. Así nació la "vetocracia". Y ustedes han escuchado ahora, como campanazos que vienen del pasado, la voz de Héctor Lorenzo Ríos, y sabrán discernir si sus denuncias, si sus sospechas, si sus temores, se confirmaron o no. Nació la "vetocracia" que es la que hoy nos rige.

Esto que yo les acabo de leer es del 8 de marzo de 1985. Hacía siete días que se había instalado Sanguinetti y ya estaba implantando la "vetocracia", en oportunidad de discutir la libertad de los presos políticos.

La historia hasta hoy, ustedes la conocen tan bien como nosotros. No fue la única vez, es el mecanismo de gobierno. Cada vez que ha habido alguna gran discusión parlamentaria, cada vez que ha habido un gran tema, este fascistizante y vocacionalmente fascistizante Partido Colorado ha instalado el mecanismo del veto para seguir gobernando en nombre de una minoría contra las grandes mayorías nacionales.

Cuando se discutió el problema de los jubilados, cuando se discutió la Rendición de Cuentas, el problema de los salarios, el problema de la salud, el problema de la enseñanza, el problema de la tierra, el problema de la banca, en el caso puntual del Banco Comercial, y el problema de la impunidad de los asesinos y de los torturadores, siempre la **misma historia.**

LEY DE LEMAS: GRAN MENTIRA INSTALADA EN LA CONSTITUCION

Tenemos un país políticamente dividido por tres, y un Parlamento dividido por tres, y ¡es necesario que las fuerzas progresistas de nuestro país le anuncien al pueblo que más allá incluso de 1989, vamos a tener esa realidad política instalada como un cuello de botella contra los cambios de este país! **La Ley de Lemas es la gigantesca estafa y la gran mentira instalada en la Constitución de la República, que le permite a la oligarquía, ya sea a través del Partido Colorado, ya sea a veces a través de "los blancos baratos", gobernar como minoría contra una gran mayoría.**

Dan ganas de recordar aquella famosa anécdota del Siglo XIX cuando aquel comisario del Partido Colorado, creo que de Mercedes, le anunciaba por telegrama al gobierno, *"al Superior Gobierno"*, que *"en una desigual lucha electoral contra el Partido Nacional de 5 contra 2, logramos triunfar"*

Dan ganas de parafrasearlo, porque esto es lo mismo compañeros. Hay una flor de trampa contra el país instalada en las instituciones. No solo las soluciones de fondo sino las soluciones urgentes, las dramáticas, urgentes soluciones que este país necesita están trancadas por un mecanismo político obsoleto y tramposo, inventado por esta oligarquía para trampear la voluntad popular, y que le permite a la oligarquía, como minoría antihistórica, seguir gobernando contra la opinión de la inmensa mayoría.

Hay que ver lo que gana un jubilado, compañeros. Hay que grabárselo a fuego en la conciencia de cada uno. Hay que ver el problema de la marginación y los enormes y desparramados cantegriles de Montevideo y de los collares suburbanos del interior. Hay que ver el problema de la emigración, hay que ver el derrumbe del sistema de salud uruguayo, hay que ver el problema dramático de la niñez para darse cuenta, compañeros, que no solo para las cuestiones de fondo sino para cuestiones dramáticamente urgentes en este país hay dos grandes partidos: uno, el partido que está de acuerdo con los grandes cambios y con las soluciones urgentes a estos problemas, y otro, el partido minoritario de la oligarquía, y cada vez más minoritario, instalado hoy en el gobierno que está contra los cambios. Está instalado en el gobierno y tiene además el respaldo del Ejército y de las Fuerzas Armadas. Para ellos, para esa minoría, es vital la división.

UN GRAN FRENTE CONTRA EL CAPITAL EXTRANJERO

Nosotros, contra este fenómeno, peligrosísimo, es que levantamos desde 1985 la idea del frente grande. Como un frente antifascista desde que la amenaza fascista, incluso recordada en nuestros oídos ayer mismo, por la palabra de Medina cuando le preguntaron qué pasaría si triunfaba el plebiscito y él dijo *"veremos"*.

Mientras la amenaza fascista esté en el horizonte es necesario levantar la bandera de un gran frente antifascista. Pero además, un gran frente contra el capital extranjero, por defensa de la soberanía nacional, por el desarrollo nacional, por la defensa de las libertades públicas.

Pueden haber muchos más temas puntuales, como el problema de la deuda, como el problema de la tierra, como el problema de las empresas endeudadas y la reivindicación de su capitalización a favor de la nación y no del extranjero. Pueden haber otros temas, como el problema del salario, del trabajo, todos aquellos que implican cambios urgentes a esta horrible pobreza en que se está hundiendo Uruguay. También cambios de fondo que sin embargo no cuestionan la esencia del sistema capitalista.

Nuestra idea de frente grande busca acumular fuerzas para los cambios urgentes, para enfrentar la crisis y para la resistencia al fascismo. Para la creación también de mayores niveles de conciencia. Constituye un avance nuevo en el proceso de unidad popular que no lo entendemos paralizado, ni lo queremos paralizar. No es de ninguna manera, nunca lo fue, antagónico con el Frente Amplio, ¡todo lo contrario! Nosotros somos partidarios de que el Frente Amplio sea la vanguardia en la postulación de esta idea, y trataríamos por todos los medios de convencer a los compañeros del Frente Amplio que deben tomar y enarbolar ellos, en bloque, esta bandera. Es una denuncia también activa y una alternativa contra todo hegemonismo, contra el sectarismo y contra la demagogia. La demagogia de aquellos que levantaron programas de cambio, solamente con fines electorales. Pongámoslos entre la espada y la pared. Exijámosles, a través de propuestas concretas que lleven a la práctica los programas que levantaron, y no les permitamos que sigan de garrón levantando demagógicamente esos programas para rastrillar votos electorales.

El frente grande puede tener o no en nuestra idea y en nuestra concepción una estructura permanente. Puede tener o no, en nuestra concepción, un carácter electoral. Este frente grande que nosotros postulamos, se apoya en una unidad social que hoy existe objetivamente en todos los sindicatos, donde los trabajadores blancos, colorados y frenteamplistas cuando llega la hora de enfrentar al patrón y de enfrentar al gobierno, se unen sin ningún problema.

Existe en una unidad social expresada concretamente, sin lugar a dudas, en las firmas que se presentaron en la Corte Electoral. Y esa unidad social es potenciable, es más amplia que la que actualmente está reflejada a nivel político en el Frente Amplio, y no tiene por el momento, hoy, expresión política organizada.

Ese frente grande se apoya en la existencia del apoyo explícito en mi-

tancia y votos a programas similares de cambio que reflejan el carácter que nosotros adjudicamos al frente grande. **Así como en el '70, en el '69, en el '68 fue necesario un gran movimiento de masas para culminar en la creación del Frente Amplio, será necesario a nuestro juicio lo mismo, para que llegue la hora en que un gran movimiento de masas de pueblo se plasme en un frente grande que se enfrente vertical y decididamente contra la oligarquía y el imperialismo.**

Sería bueno, muy bueno a nuestro juicio, y es una opinión que puede estar equivocada, no lo negamos, que el frente grande tuviera una expresión electoral, para lo cual resultaría imprescindible modificar la actual tramposa Ley de Lemas. Pero estamos dispuestos a discutir con todos los compañeros esta idea, y exigimos y pedimos que se nos dé un lugar donde poder discutirla, porque hasta hoy nos tienen "a la intemperie" y no tenemos ningún otro lugar en donde discutir esta idea que aquí, ante el pueblo uruguayo, abierta y francamente.

Idea, compañeros, que será buena o mala, ofensiva o inofensiva, será compartida o no con otros sectores, pero es esa, sencillamente esa, sencillita como una paloma. Sin embargo, ha sido agredida y ha sido agredida cuando la hemos levantado nosotros, no cuando la han levantado otros.

LOS DICHOS DE *"EL DIA"*

"El Día", nuestro conocido diario *"El Día"*, levantó durante el mes de noviembre una campaña tramposa, propia de *"El Día"*, intrínsicamente propia de *"El Día"*, consustancialmente propia de *"El Día"*. Dijo que íbamos a retirar el pedido de ingreso al FA, dijo *"El Día"* que íbamos a formar *"otro frente"* contra el Frente Amplio, dijo *"El Día"* que le íbamos a sacar la Intendencia al Frente Amplio, nosotros los tupamaros. Le faltó decir que le íbamos a sacar los nenitos a los frenteamplistas y mandarlos para Rusia. Dijo *"El Día"*, que íbamos a pedir ingreso al Movimiento de Rocha, dijo *"El Día"*. ¡Hay que admirarlos! ¡Hay que reconocerles que son buenos alumnos de Goebbels, aquel que dijo que *"una mentira repetida mil veces se transforma en verdad"*! ¡Hay que admirarlos compañeros! Hay que admirarlos porque el propio Carlos Julio Pereyra salió a desmentir a la prensa que él no iba a aceptar el ingreso del MLN al Movimiento de Rocha. Y hasta la Presidencia del Frente Amplio salió a decir que había un desafío contra el Frente Amplio lanzado desde el MLN contra la Intendencia, en base a lo que decía *"El Día"*. ¡Hay que admirar a *"El Día"*, compañeros!. *"El Día"*, sus buscapiés, encontraron eco. Fíjense que esa prensa hasta está diciendo que nosotros participamos en el secuestro del coronel chileno –¡aplaudido y glorioso secuestro hecho por los compañeros del Frente Patriótico Manuel Rodríguez! con el cual estamos totalmente de acuerdo. Dijeron que nosotros participamos en el secuestro, y al decir de un compañero –que hizo algún secuestro–: ¡Este nos salió tan, pero tan bien, pero tan redondo, que ni nosotros mismos nos enteramos!

Ahora *"El Día"* dice, hoy mismo dijo compañeros, que han sido detenidos cinco militantes del MLN *"portando cachiporras y... gas paralizante"*. A pesar de los acuerdos de Gorbachov y Reagan, el MLN está desarrollando la guerra química contra quienes nos quieren tapar las pegatinas! ¡Nos van a tener que llamar a la cumbre! ¡Si supieran la cantidad de gas paralizante que tenemos escondida! ¡Si supiera *"El Día"* la cantidad de armas secretas que estamos inventando contra él! Si supiera... Es como para no hacerse responsable, incluso oficialmente, de las consecuencias que pueda tener para el mundo la utilización de las armas que el MLN está inventando.

Les adelanto además, compañeros, la próxima primicia de *"El Día"*, se las adelanto, se las anticipo y tal vez acá haya periodistas de *"El Día"*: nosotros somos, o vamos a ser, según *"El Día"*, narcotraficantes. Ya lo ha aprobado el gral. Medina, ministro blanco del gabi-

nete de Sanguinetti, en la reunión a la cual concurrieron los mandos del ejército uruguayo con los ejércitos de América Latina. La vinculación entre ¡los terroristas, los subversivos y los narcotraficantes! Esta es la próxima: *faloperos*, importamos *voladora*, de la buena, para vender en Punta de Este a los alcahuetes de *"El Día"*, que es donde más la consumen.

LO QUE DICE Y DECIA EL PDC

Y el periódico *"La Hora"* también atacó, por otros motivos, la idea de frente grande, recibiendo incluso aplausos de *"El Día"*. Lamentablemente, compañeros, el PDC, por *CX 16 Radio Carve*, el sábado pasado a la hora 21, dijo que estaba totalmente de acuerdo con la idea del frente grande, pero como la había planteado el MLN, entonces, esa idea, lamentablemente no iba a caminar. Y fíjense compañeros, eso fue dicho por un alto dirigente del PDC por *Radio Carve*. Entonces, cuando nosotros lo escuchamos, nos vino el recuerdo de algo que habíamos leído en algún órgano de prensa del PDC. Lo tenemos aquí, es del 6 de enero de 1987, poquitos días después de aprobada la ley de impunidad. Decía el PDC, escuchen bien compañeros: *"El otro medio legal para luchar contra la ley de impunidad es el del referéndum, destinado a derogar la ley en aplicación del artículo 79, inciso 6, de la Constitución. En ese aspecto nuestro Partido ha opinado que mejor que el mero referéndum, como recurso para la derogación es preferible el esquema de iniciativa, esto es, la presentación de un proyecto alternativo. Quiere decir que de prosperar el referéndum de mera derogación, la situación volvería al caso previo a la Ley que comentamos, situación de la que el Partido Colorado no quiere salir y el Partido Nacional no sabe cómo salir. De modo que es mejor aprovechar la opción del recurso de iniciativa con el que se lograría simultáneamente, la derogación y la sanción de una nueva solución"*. *"Por lo demás*, el 6 de enero, día de Reyes de 1987, decía el PDC, *en el primer caso, o sea en el referéndum, se ha pla[...] do la iniciativa del Comité de Fami[...] y del MLN, iniciativa por supuesto [...] lutamente respetable, pero que p[...] circunscribirse excesivamente al a[...] de los sectores de la izquierda, inhi[...] do a muchos blancos, e incluso co[...] dos que, en otras condiciones, apo[...] an una derogación"*. Por lo tanto, co[...] el proyecto este del referéndum se[...] el PDC había sido planteado por el M[...] y el Comité de Familiares ¡no iba a ca[...] nar!, ¡de la misma manera que no v[...] caminar el frente grande!

El 20 de enero decía: *"Deben pe[...] sar* –los que están juntando firmas, [...] del referéndum, decía el PDC– *que [...] Partido Nacional, aun de sus sector[...] antiimperialistas, no habrá de venir ap[...] yo orgánico al referéndum y que este s[...] concretará al individual de sus adepto[...] que suelen padecer de fragilidad de me[...] moria, deben calibrar que un procedi[...] miento jugado a la movilización perma[...] nente a través de todo un año no tiene[...] grandes posibilidades de éxito total, y en esto, especialmente la izquierda, debe poner mucho cuidado porque suele jugarse a la movilización más que a la reflexión, y sería hora de determinar si ese procedimiento, tomado como regla y no como excepción, es bueno o no. Todas estas consideraciones deben ser tenidas en cuenta si no se desea que el asunto devenga en un búmeran que al final beneficie a los sectores más funestos de nuestra vida política. Creemos que estas verdades deben ser manifestadas, aun a riesgo de parecer unos pesimistas, por lo menos para quedar libres de responsabilidad en el momento de un hipotético y no deseado fracaso"*.

Bueno, se han presentado las 630.000 firmas, ¡el PDC queda librado de toda responsabilidad! ¡No hubo fracaso, hubo una victoria! Por supuesto que no tiene mucha responsabilidad tampoco en la victoria, de acuerdo a lo que decía en enero de 1987. Y nosotros, los eternos equivocados, a veces también podemos tener razón. Y no hay que ser dogmáticos compañeros, a pesar de que se hable mucho del pluralismo. Y hay cosas, que a pesar de que las plantee el MLN –que no es de ninguna ma-

nera el dueño de esta iniciativa, ni el padre de esta iniciativa–, hay cosas que caminan también a pesar de que las plantee el MLN y a pesar de lo que opinen los compañeros del PDC.

EL MLN VA A OPINAR. EL MLN VA A PLANTEAR INICIATIVAS

En suma: si la idea de frente grande la plantea el MLN ¡no camina! ¡Entonces, el MLN tiene que sentarse en un rincón, los pies juntitos, las manitos sobre las rodillas... y portarse bien, ser muy buenito, y ¡no decir nada!, ¡no lanzar una sola idea!, ¡no tener opinión, para que las cosas caminen! Esa es la propuesta que se nos está haciendo. Y el MLN no se va a quedar callado. ¡El MLN va a opinar! ¡El MLN va a plantear iniciativas! Y si a alguno le preocupa los cargos que le pueda robar el MLN, ¡que no **se aflija!: no pensamos ocupar ningún cargo, como no ocupamos ninguno en el Frente Amplio y somos frenteamplistas, como no ocupamos ninguno en la Comisión Nacional Pro Referéndum y la apoyamos. No pensamos pasar por la ventanilla a cobrar cargos en el frente grande, ¡que no se aflijan!, ¡que nunca hemos pedido cargos! ¡Si es por eso, que no tengan *miedo*!**

Hemos sido claros además, compañeros, meridianamente claros con el Frente Amplio. ¡Meridianamente claros! Y se ha querido presentar nuestra idea de frente grande como una oposición al Frente Amplio. Se nos ha acusado de divisionistas, otra vez. Divisionistas dentro del Frente Amplio, que queremos dividir a las direcciones de las bases, que atacamos a Seregni, y por ende al Frente Amplio. Que somos unos "*iluminados*", unos "*eternos equivocados*". Y con burla, se ha dicho, que somos "*mariscales de la derrota*".

Nosotros apoyamos al Frente Amplio en 1970 desde la clandestinidad. Como jefes guerrilleros presos, en la cárcel de Punta Carretas le pedimos a la dirección del MLN que apoyara al Frente Amplio. Y a todos los abogados que nos iban a visitar a la cárcel, dirigentes de muchas organizaciones políticas, les dijimos: *"Hay que apoyar esta propuesta naciente"*, en 1970.

Con el glorioso y viejo 26 de Marzo expresamos objetiva, concreta y masivamente nuestro apoyo y nuestra presencia combativa y militante, en todos los comités del Frente Amplio, cuando nació. ¡Ojo, el único, el verdadero 26 de Marzo! **Ningún militante de la izquierda uruguaya ignoraba que allí estaba el MLN. A nadie llamamos a engaño. *Lo sabían desde* su cúpula hasta su base. Y sería estúpido, que nosotros, guerrilla llamada MLN, en aquel entonces perseguida y clandestina, operáramos en el Frente Amplio con nuestro nombre.** ¡Vaya!, que otro remedio teníamos, que utilizar otro nombre... Parece que hay gente que descubrió recién ahora que el 26 de Marzo en aquella época era el MLN... Pero, ¡¿en qué país vivían compañeros?! o ¡¿a quién le quieren vender ahora, hoy, ese verso?!

Como ya dijimos, en la III Convención Nacional de diciembre se decidió nuestra incorporación al Frente Amplio. Se decidió también nuestra fusión con el 26 de Marzo en el Uruguay, única continuidad histórica que tuvo el viejo 26 de Marzo, que no se disfrazó de 26 de Marzo sino que era la continuidad legítima e histórica del 26 de Marzo. Y el 11 de abril de 1986, en un Palacio Peñarol lleno de gente, pedimos el ingreso, pública y oficialmente al Frente Amplio en un acto, que una radio "muy frenteamplista" ¡no quiso trasmitir!, ¡ni siquiera pagando!... *Esa misma radio que hoy* trasmite ataques al MLN sin ofrecerle la posibilidad de defensa.

TREINTA DIAS DE ARRESTO A RIGOR POR HACER FLAMEAR ESA BANDERA

Les voy a contar, compañeros, además, para hacer una pausa, les voy a

contar un cuento. Este es un cuento a modo de parábola. Hace muchos años ya, en la cárcel de Punta de Rieles, allá por 1983-1984, las compañeras presas comenzaron a fabricar clandestinamente banderas del Frente Amplio. El color rojo estaba prohibido en Punta de Rieles y las compañeras escondían y rescataban colores rojos para fabricar la bandera del Frente Amplio. Cada bandera del Frente Amplio encontrada por las milicas costaba 30 días de calabozo. Cada vez que la visita llegaba a Punta de Rieles, las compañeras sacaban la bandera del Frente Amplio por la ventana, aun cuando muchos frenteamplistas todavía *no estaban organizados en* los comités de base. Y ese flamear de esa bandera costaba, por lo menos 30 días de calabozo. Muchas banderas y muchas compañeras "cayeron presas", ¡en Punta de Rieles!, ¡que paradoja!, **con 30 días de arresto a rigor por hacer flamear esa bandera.**

Cuando ustedes nos comenzaron a liberar, compañeros, cuando las presas se fueron yendo y también cuando las banderas fueron cayendo en manos de la represión, las últimas banderas del Frente Amplio en Punta de Rieles fueron quedando en manos de las últimas compañeras presas. Cuando las últimas compañeras presas fueron llevadas a la Jefatura, escondida, junto a su vientre, fue llevada la última bandera del Frente Amplio también a Jefatura de Policía. De la misma Jefatura de Policía se fueron yendo como ustedes saben, lentamente en libertad, gracias a vuestra lucha, las compañeras. Y la bandera se fue quedando. Porque el acuerdo era que se quedara hasta que saliera la última compañera. El 14 de marzo de 1985 fuimos liberados los últimos presos políticos. Quedaban cinco compañeras en Jefatura. Con ellas, el 14 de marzo de 1985, en el vientre de nuestra compañera Alba Antúnez, miembro titular del Comité Ejecutivo del MLN, fue llevada, sacada a la calle, en secreto, aquella bandera del Frente Amplio. Y apenas la camioneta de la Policía salió a la calle, fue sacada por la ventana, en libertad también, aquella bandera frenteamplista.

Pues bien, compañeros, el cuento no termina, esta parábola real no termina. El acuerdo con las compañeras de varias organizaciones políticas era que en el primer gran acto que hiciera el FA se iba a hacer entrega de aquella bandera. Nuestra compañera –portadora por haber sido la última, señalada por el dedo por los milicos y por la represión, no por nadie, que se llevó la bandera y que la tenía– se puso al habla con las demás compañeras y fueron a la dirección del Frente Amplio a proponerle que en aquel gran acto que se hizo en el Cilindro en 1985 se iba a hacer entrega de aquella gloriosa, de aquella remendada bandera, que tanto calabozo y tanto palo había costado hacer flamear. Y se nos contestó, se le contestó con entusiasmo que sí, que era la mejor oportunidad, en un gran acto de masas. Pero vean, compañeros, que el mismo día del acto fue llamada nuestra compañera por una alta autoridad del Frente Amplio y se le dijo ¡que no!, ¡que la presencia de una tupamara, y concretamente del MLN en la entrega simbólica de aquella bandera en *un acto de masas* del Frente Amplio perjudicaba la estrategia y la imagen del FA! Y se ofreció, a cambio, la posibilidad de entregarla "discretamente" en el despacho del gral. Seregni. Y entonces nosotros dijimos ¡que no!, que más "berretines" para la bandera ¡no!, que esa bandera había costado demasiado sacrificio como para tener que seguir escondiéndola. ¡Que la íbamos a guardar, y que se la entregaríamos *al Frente Amplio en un* gran acto de masas de **unidad sin exclusiones** el día que el Frente Amplio quisiera "amnistiar" esa bandera!

La podíamos haber traído hoy y mostrarla desde esta tribuna, pero nos pareció poco ético porque no nos pertenece a nosotros, les pertenece a todas las compañeras frenteamplistas que sufrieron en esa cárcel. No la quisimos traer para mostrarla. Pero la tenemos, es de ellas, y cuando se dé la oportunidad de la "amnistía" de esa bandera, presa, todavía presa, la vamos a entregar. Decimos esta parábola porque creemos que ejemplifica la situación actual de la izquierda nacional. Y la decimos porque

se nos ha reprochado desde ciertos lugares *"que no hemos hecho ningún gesto frenteamplista"*. Que cada cual se ponga el sayo.

DOS AÑOS DE PROFUNDO SILENCIO OFICIAL SOBRE NUESTRO PEDIDO DE INGRESO AL FRENTE AMPLIO

El 11 de abril de 1986 pedimos ingreso al Frente Amplio. Se van a cumplir dos años de profundo silencio oficial sobre nuestro pedido de ingreso... Profundo silencio oficial... Nos hemos enterado a través de la prensa, incluso a veces a través de la prensa de derecha, de cómo está el trámite de ese asunto. **Hasta ahora, y durante ese tiempo, se ha ido instalando lenta y solapadamente en la izquierda nacional el crimen político de *la unidad con exclusiones*.** Respetamos la frontal, honesta postura del PDC, que aún antes de que pidiéramos el ingreso nos dijo cuál iba a ser su posición. Discrepamos con ella, pero la respetamos. Pero tenemos que criticar la actitud ambigua de la dirección del Partido Comunista, que en torno a este tema no ha dicho "ni que sí ni que no". Ha dicho que "sí, si hubiera consenso", y no ha tenido una posición de principio bien clara y neta en torno a este problema. Porque el famoso "consenso" que se exige como condición para nuestro ingreso, tanto va para un lado como para el otro. Porque si bien no hay consenso para nuestro ingreso, es evidente que tampoco lo hay para nuestro no-ingreso. El problema es ver con cuál de los consensos se está de acuerdo.

Además, compañeros, en la reestructura del Frente Amplio se votó una modificación estatutaria prácticamente con nombre y apellido. Este reciente Congreso del Frente Amplio decidió ser partidario de la *unidad sin exclusiones*, como un principio, estratégico, de la izquierda uruguaya. Al otro día, y durante el transcurso mismo del Congreso, hubo dirigentes frenteamplistas, concretamente del PDC y del PCU, que desacataron la resolución, públicamente de dicho Congreso diciendo que el MLN ¡no iba a entrar al Frente Amplio!

Pero todo esto, compañeros, es anécdota, todo esto sirve nada más que para entrar en las cuestiones de fondo. A nuestro juicio, entrando en las cuestiones de fondo, que están más allá de la anécdota –porque nosotros somos una organización muy acostumbrada a vivir en la intemperie–, **se prepara, compañeros, el terreno para hacerle tragar a la izquierda uruguaya el remedio amargo de la *unidad con exclusiones*. La derecha, por supuesto, está festejando un triunfo político, por supuesto.** De ese lado no podíamos, de ninguna manera, esperar otra cosa. Están en la de ellos. Y algunas fuerzas de izquierda, por otros motivos.

Nosotros no estamos polemizando con el FA, como se ha querido decir. Eso es un error. No estamos polemizando ni con la mayoría de sus fuerzas ni con la mayoría de sus militantes. Estamos polemizando con ciertos criterios y con ciertos dirigentes. Nada más. **Se quiere preparar el terreno para la *unidad con exclusiones* y eso es lo que explica los desaforados ataques de que hemos sido víctimas en los últimos días.** Se han hecho durante el transcurso de estos días y se han escrito acusaciones que por la negativa configuran todo un programa...

LA CRITICA ES UN DEBER DE LOS REVOLUCIONARIOS

Se ha dicho que quien ataca a Seregni ataca al Frente Amplio. Esa frase contiene por lo menos, dos grandes mentiras. Es un sofisma por petición de principios. En primer lugar, se confunde la crítica con el ataque. Nosotros no hemos atacado a nadie, alguna vez hemos criticado a alguno. Y no aceptamos que se confunda crítica con ataque. En segundo lugar, se quiere decir que criticando –o atacando, según ellos– atacamos a todo el FA, y esa, a nuestro juicio, es otra falsedad, o en todo caso, una

afirmación contra la que estamos totalmente en desacuerdo por razones ideológicas, básicas y de principio.

Nosotros entendemos que quien critica a Seregni critica a Seregni. Porque entendemos que la crítica es un deber de los revolucionarios, y que no hay nadie que pueda estar exento de la crítica; ni los dirigentes ni la base. La crítica, si es crítica, siempre es fraternal. De ninguna manera compartimos la ideología que entiende que *"quien critica a un dirigente ataca"*. **Quienes son portadores de esa ideología entienden que en lugar de dirigentes deben tener mitos, fetiches, ídolos. Que deben "venderle" ese ídolo y esos mitos "a las masas atrasadas, que no están en condiciones de comprender" que los hombres son de carne y hueso... Y se equivocan. En todo caso, en una ideología que necesita de una disciplina tajante y neta, inapelable, y que por lo tanto necesita de esos mitos y de esos fetiches, cada crítica que se le haga a alguno de esos dirigentes amenaza toda la estructura ideológica. Solo los sumos sacerdotes, ciertos hombres que integran los cónclaves más reservados, están en condiciones de criticar a los dirigentes. Y no debe saberse además, cuáles son las críticas que se les hacen. Nosotros estamos totalmente en contra de eso, y la sociedad por la que luchamos es una sociedad totalmente en contra de eso.** Entendemos que las críticas deben hacerse a campo abierto, y que el pueblo debe enterarse de todo lo que se cocine en las alturas; para que el pueblo informado pueda estar en condiciones de participar en las decisiones políticas.

Se ha dicho que nosotros, con nuestras actitudes, dividimos a las direcciones de las bases, porque criticamos a las direcciones. Se está estableciendo entonces la existencia de dos castas: la base y los dirigentes. ¿A quién vamos a criticar nosotros cuando tenemos que criticar una postura política de una organización política? A sus dirigentes, ¿a quiénes otros? Pues bien, parece que está prohibido, según "alguna iglesia" de carácter dogmático e ideológico, criticar a los dirigentes porque se les divide de las bases! Parece ser que la única manera de que los dirigentes estén unidos a sus bases es que a los dirigentes jamás se les pueda reprochar un error. De otra manera, *"no están unidos a sus bases"*. Y se considera un ataque, toda crítica a un dirigente.

Pues bien, nosotros entendemos que no hay ni debe haber dos castas de hombres en el mundo; unos a los que se les puede criticar: las bases, y otros a los que no se les debe criticar: los dirigentes. Entendemos que nadie es más que nadie, que todos somos iguales, y más que en ningún otro lugar, en la izquierda, todos estamos dispuestos a hacer y a aceptar las críticas que se nos quieran hacer.

Se ha dicho que nosotros somos "unos iluminados". Podíamos haber contestado con otras cosas. Estamos contestando afirmaciones de orden ideológico, a nuestro juicio. Vamos a contestar con una encuesta realizada por el periódico "*Izvestia*" de la Unión Soviética: el director del *Sovjos Nazarovski* de Siberia Oriental contesta en "*Izvestia*" una encuesta y dice lo siguiente: *"Nosotros en cambio, inclusive por la fuerza, alentamos durante años la sumisión, la puntualidad mecánica. También era una labor. A la gente se le exigía que no piense y que solo acepte lo que había dicho una persona de mayor jerarquía. El pueblo definió con certeza ese principio: 'Si tu eres jefe yo soy tonto, pero si yo soy jefe, el tonto eres tú'. Este principio, que excluye toda dignidad humana, destruye la personalidad y cultiva la hipocresía. ¡Cuántas veces vimos a personas que en los pasillos hablaban sin temor y con mucha sensatez pero que al subir a una tribuna se transformaban y decían cosas que a uno se le caía la cara de vergüenza! Y es que cuando uno no compartía lo escrito en el informe, inmediatamente era tildado de 'listo', de que se creía más inteligente que los demás, o le sucedía algo peor"*.

Contestamos a la acusación que se nos ha hecho de *"iluminados"* desde ciertas tiendas, con esta encuesta del

periódico "*Izvestia*", donde parece ya se conocían estas acusaciones contra quienes adoptaban ciertas actitudes. Parece que este es un vicio viejo y muy ascendrado en ciertos lugares.

LOS MARISCALES DE VICTORIAS

Se ha dicho, con burla, que nosotros somos "*mariscales de derrotas*". Esta frase es mía, la dije en Conventuales en la primera conferencia de prensa que hizo el MLN, recién liberado el 14 de marzo de 1985, y la vuelvo a repetir con orgullo. Nosotros los viejos dirigentes del MLN somos mariscales de derrotas, y ustedes tienen que saberlo, no los vamos a engañar. Hay quienes solo son "mariscales de victorias". Quienes quieren hacer creer al pueblo que solo han conducido "grandes victorias populares" y nunca se han equivocado. Quienes son campeones "*in-eternum*", parece que por la gracia de Dios. Siempre llaman "al festejo". Cuando el festejo es real y grande, "a ganar la calle para festejar"; cuando el festejo es algo o más que dudoso, a "ganar por lo menos la vereda"; y cuando lo que se quiere pedir que se festeje es una flagrante derrota, se pide que por lo menos "se ganen los zaguanes". De cualquier modo, siempre hay que festejar, porque siempre se han obtenido "grandes victorias populares".

Esto merece también algunas reflexiones. Hace pocos días, casi dos o tres, decía el PDC a través de uno de sus editoriales: "*En cuanto a las resoluciones que aprobó el Congreso, frente al hecho positivo de contar con un amplio consenso, se contrapone la falta de propuestas y definiciones nuevas. El discurso continúa cargado de tinte contestatario, de eslogan, y de frases míticas augurando el futuro gobierno del FA. Lamentablemente, en estas instancias, sigue primando el viejo estilo de la izquierda donde predominan las frases hechas y un triunfalismo que busca contagiar de optimismo, y una militancia que responde casi automáticamente. El problema no radica en emitir juicios positivos sino en confundir un congreso con un festival de canto popular, donde todo parece centrado en el objetivo de que los participantes se vayan contentos*".

Si esto lo hubiera dicho el MLN, ¡hermano!, ¡las críticas que el MLN hubiera recibido por haber dicho una cosa de esta pocos días después del Congreso del FA! No hemos visto ningún editorial "airado" de repudio a estas manifestaciones. ¡Y en esta misma columna, pocas frases después, se nos critica a nosotros por haber hecho críticas! Este es el pluralismo que algunos, en nombre de la Democracia Cristiana, incluso internacional, están proponiendo.

ESTA CONCEPCION IDEOLOGICA NO FORMA PARTE DE LA SOCIEDAD POR LA QUE EL MLN DIO TANTA SANGRE Y SIGUE LUCHANDO

Otro gran argumento es que las críticas no deben hacerse "*porque le dan armas al enemigo*". Nosotros tendríamos la tentación de contestar este argumento nada más que con los materiales que vienen de allá, de lejanas tierras de la "*perestroika*", de la Unión Soviética. Podemos aquí citar a ustedes publicaciones, pero nos vamos a ahorrar todo eso. Solamente les aconsejamos que si quieren obtener respuestas a este argumento, vayan a la Secretaría de Prensa de la Embajada Soviética, que queda aquí en Pocitos, o se suscriban al semanario "*Novedades de Moscú*", y van a tener bien contestada esta argumentación "*de que la crítica le da armas al enemigo*", porque los soviéticos, hoy, en el marco de la "*perestroika*" y de su "*glasnot*" entienden que este argumento inventado por el estalinismo fue el que frenó el desarrollo teórico y el descubrimiento de gravísimos errores cometidos por la Unión Soviética, que le han costado tan caro al pueblo soviético.

Como hemos leído bastante sobre el tema, vamos a apelar a un símil soviético. Dice el pueblo soviético en un aforismo que tienen: "*Cuando alguien redacta, bien redactado, un árbol, por lo

general resulta un poste*". O dicho de otra manera: un poste no es más que un árbol bien redactado. Según este criterio de "*quien critica le da armas al enemigo*", nosotros, y todos, tendríamos que redactar, por ejemplo, un Frente Amplio "tan bien redactado" que lo más probable, compañeros, es que renunciando a la vida y a las imperfecciones de la vida, terminemos presentándole al pueblo uruguayo, en lugar de un Frente Amplio rico, vivo, bullente... ¡un poste!

Esta idea, sí, idea en el mejor sentido de la palabra, **esta reivindicación ideológica de "*quien critica le da armas al enemigo*" es antipopular, porque amordaza y porque tapa oídos, engaña, desinforma. Le quita al pueblo la posibilidad de manejar todos los elementos para poder participar en toda su estatura en las decisiones de las cuestiones políticas. Niega la información. Las críticas –según ellos– deben hacerse lejos, "en susurro". Esta o estas concepciones ideológicas, no forman parte de la sociedad por la cual el MLN dio tanta sangre y sigue luchando.** Las contestaciones a estas afirmaciones de carácter ideológico, sí forman parte del programa final, y actual, que el MLN y otras organizaciones populares levantamos cuando estamos hablando de propuesta en torno a una sociedad de futuro.

Estas ideas no son exclusivamente nuestras. Ni tampoco son todas las que tenemos. Están, como ustedes comprenderán, mal pergeñadas en la improvisación de un discurso.

AQUELLAS MEMORIAS NOS ESTAN CONVOCANDO A TODOS

Nos vienen a nosotros, los tupamaros, de una lejana herencia todas estas ideas. **Nos vienen desde el "Viejo" Artigas, nuestro "Viejo" Artigas, el de las masas desposeídas y de la reivindicación social, traicionada y olvidada. Nos vienen del gaucho y del indio libertarios, del "*naides es más que naides*", de las patriadas multitudinarias. Nos vienen de los viejos anarquistas y de los viejos socialistas pioneros para poner en pie, aquí, a fines del siglo pasado y principios de este, a la clase obrera uruguaya; clase que fue, desde que se puso en pie y desde que existió como tal, la vanguardia indiscutida de la lucha de clases en el Uruguay, hasta hoy. Y por lo tanto, estas ideas son también, además de independientes, además de nacionales, socialistas. Nos vienen del "Viejo" Erro, y nos vienen de Zelmar. Nos vienen del "Toba". Porque no podían dejar de venirnos estas ideas a nosotros y a otros.** Donde gente oriunda de los partidos blanco y colorado, donde alentaron Grauert y donde alentó Carnelli. Nos vienen también de Gerardo Gatti, de León Duarte y del "Perro" Pérez. Nos vienen de Hugo Méndez y de todos los compañeros mártires del GAU. Nos vienen del sacerdote Indalecio Olivera, mártir del MLN, y del pastor Jurado, mártir también del pueblo uruguayo, religiosos que murieron con las armas en la mano. Nos vienen de tantos mártires que han quedado por el camino. Y nos vienen también de aquel gran mártir gigantesco, el Che Guevara.

Estas ideas, que reitero, no son solo nuestras, nos vienen del viejo 26 de Marzo, pero nos vienen también de la Tendencia Combativa y nos vienen de "la Corriente" que funcionó en el Frente Amplio. **Aquellas memorias, compañeros, nos están convocando a todos con un formidable desafío histórico; desde el pasado, y también desde el silencio. También la juventud y el futuro nos está llamando.**

Todas las fuerzas que integraron esta poderosa corriente de la cual recibimos esta herencia histórica, nosotros, los tupamaros, como unos más, tenemos que reconstruir ese espacio histórico porque ese es el desafío que nos está planteando el pasado y que nos está formulando el futuro. Y

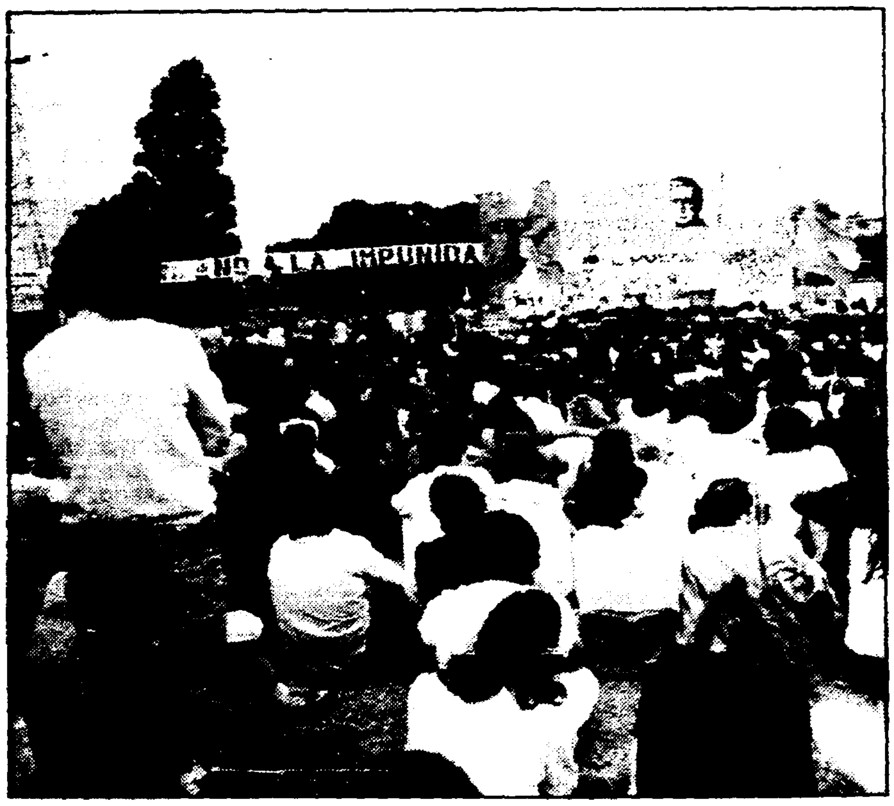
que por culpa de nuestros propios errores está hoy disperso. Y está pidiendo a gritos hoy, ser aglutinado.

A nadie puede escapar que la mayoría de los convocables para ello son frenteamplistas, partidarios de la unidad sin exclusiones, en el Frente Amplio, y que todos ellos apuntan a formas más vastas, las más vastas posibles de unidad popular para poder enfrentar a la oligarquía.

El MLN, por mi boca y en este acto, se ofrece, acepta ese desafío histórico del pasado y del futuro, llama y convoca a todos nuestros fraternales compañeros del pasado, hermanados con nosotros en muchas cosas, a cumplir esa tarea histórica.

Tres entonces son nuestras propuestas, compañeros: el frente grande; el Frente Amplio; y un movimiento político que exprese a quienes hoy –viejos y jóvenes, organizaciones o militantes independientes– estamos por el poder popular, pleno, plural, libre, participativo, sin hegemonismos, sin aparateos, solidario, por la unidad sin exclusiones, contra las burocracias, los autoritarismos, los dogmas, independiente, que tenga, de ser posible, también una expresión electoral concreta a la que vamos a apoyar, porque vamos a participar activamente en las elecciones, y que sea revolucionario, que luche sin ningún lugar a dudas por la liberación nacional y por el socialismo.

¡Habrá patria para todos, compañeros!



Raúl Sendic



Compañeros: Hace un año hablábamos en esta tribuna y compartíamos problemas y salidas, o soluciones. Fuimos a los problemas, a las raíces de los mismos, y los radicamos en el problema de la tierra, en el problema de la banca, en el problema de la deuda externa y en el problema del salario, como los elementos básicos que hay que modificar para que este pueblo pueda salir adelante.

Allí pusimos, en particular, el acento en la estafa que es la deuda externa. Esa deuda contraída por la dictadura para comprar incluso vehículos y armas para atacar al pueblo, y que ahora se pretende que este pueblo la vaya a pagar.

Nuestra propuesta desde el principio fue rotunda: el rechazo al pago liso y llano de esa deuda. Pareció cuando la hicimos por primera vez, en marzo del '85, como una pretensión desubicada, extemporánea. Pero después vino aquel llamado de Fidel, y muchas fuerzas en América Latina se sumaron a la iniciativa y hoy día el consenso alrededor de esta salida es general. Y hace pocos días, una reunión de centrales sindicales de Latinoamérica se pronunció también por el no pago de la deuda externa. Hay países importantes que han dejado de pagarla, y lamentamos que en el terreno político, en el Uruguay no hayamos todavía logrado un consenso unánime, por lo menos de los sectores de izquierda, en un repudio total a la deuda y una salida de no pago.

Propiciamos también esa solución de frente grande que tanto ha mencionado en los últimos días la prensa, y nuestra propaganda, y en cierto modo los discursos de Mujica y de Eleuterio, han aclarado bien el alcance que tendría ese frente.

El hecho de que estamos buscándolo por el lado de las cúpulas políticas, no nos impide buscarlo así mismo por abajo, en la unidad del pueblo, en sindicatos, grupos sociales, cooperativas, etc. Es el trabajo de hormigas que tenemos que hacer en los barrios, en el campo, donde conviven enfrentando problemas comunes, hombres y mujeres de distintas tendencias, que ya están formando un frente grande para contrarrestar sus problemas. Allí están los más sufridos y relegados de la sociedad, como se da en los barrios suburbanos y en nuestro campo, al cual hace un año nos comprometimos en esta tribuna, a darle prioridad a través del movimiento en favor del trabajador rural, que no tiene voz ni tampoco tiene portavoces en la medida que tiene muy pocos votos. Hay que denunciar cómo se le estafa cuando este trabajador pide tierras y estas se venden al extranjero a través de embajadas en vez de entregarlas a Colonización. Cómo se le estafa en los salarios, en los pesos, si es un pequeño agricultor. Y hoy ya hay un Movimiento por la Tierra que está en marcha en forma plural y participativa, como se debe buscar la verdadera unidad del pueblo.

Luego hubo que trabajar codo con codo junto a otros hombres de distintas tendencias en las comisiones pro refe-

réndum, cuando se aprobó la ley de impunidad y hubo que hacer esa campaña de firmas para derogarla. Fue ahí que la prensa de derecha dijo que no se iban a conseguir las firmas porque el referéndum lo habíamos propuesto los tupamaros, pero parece que al pueblo uruguayo no lo asustan agitando nuestra imagen y firmó hasta con demasía.

Podríamos decir que las comisiones pro referéndum triufaron en su convocatoria al pueblo porque nadie quiso coparlas. La táctica de copar aparatos se viene practicando desde que nosotros estamos militando y desde mucho antes. En nuestro país, el resultado siempre es el mismo: se copan sindicatos, se copa *un frente* y *se quedan con* la cáscara vacía, porque los marginados se retiran silenciosamente. Copás y copás y siempre estás en el mismo sitio sin avanzar un milímetro.

Trabajamos pues, en esos organismos plurales que son las comisiones pro referéndum sin tener ningún puesto en la Comisión Nacional, donde están representados todos los partidos.

Ya lo dijo Mujica, cuando **propinemos un frente grande que incluya al Frente Amplio y a otros sectores progresistas, no es para que nos den un lugar en su dirección sino para tener un lugar donde volcar nuestro trabajo.** Lo mismo sucede con el Frente Amplio. Ni siquiera se nos ha dado el ingreso y eso no impide que nuestros militantes vayan a sus comités de base, porque nosotros apoyamos todos los esfuerzos de unidad popular. Nosotros apoyamos esa unidad real en el Frente Amplio y no haremos nada por destruirla, aunque aspiremos a una unidad mayor que además sea nacional y no solo montevideana.

CONSTRUIR LA UNIDAD DESDE ABAJO

Deploramos que sobre una estafa descomunal como la deuda externa, no hubiera salido en el último Congreso del Frente Amplio una rotunda posición de no pago como salió en la reunión de centrales sindicales, sino una moderada y contemporizadora rebaja de intereses y demás, que no cuestiona a la deuda *en sí*.

Por otro lado, confirmamos nuestro apoyo a otras resoluciones del Congreso del Frente Amplio como la de no admitir ninguna negociación o salida política *para el referéndum*.

Hoy, *la unidad sin exclusiones*, que fue tan importante resolución del Congreso, se desvirtuó en pocos días por al*gunos de sus propios dirigentes;* pero queda ahí como un anhelo que compartimos todos.

En definitiva, estamos por la unidad, por *la unidad sin exclusiones*. Pero no reunirnos para transar, para contemporizar con el gobierno. Tampoco estamos para transar con el que transa. Como se ve, somos bastante "imbancables" compañeros.

Hoy día, dada la situación como se ha ido desenvolviendo, unir a las cúpulas políticas puede ser bastante dificultoso. Algunos dirigentes del Partido Nacional que han adoptado posiciones progresistas, incluso respecto al referéndum, han encontrado, una vez hechos sus cálculos políticos, que estos les aconseja *mantenerse en el lema*.

Hoy, el Frente Amplio ya ha resuelto, digamos, su versión de frente grande, o sea una alianza con sectores políticos con los cuales pueda tener una coincidencia programática. Pero tendrán muchas dificultades para llevarlo a cabo. El Partido Nacional, que se había fermentado en sectores enfrentados cuando el voto a la ley de impunidad, ya se está recomponiendo y ofrece un frente interno bastante consolidado. La estrategia de su directorio es tener una sucursal a la derecha y otra a la izquierda y recolectar votos de todos lados. Así los disidentes no solo no son mal vistos sino que son bienvenidos.

Hoy día tendría que haber un gran empuje del pueblo, una expresión de deseo de unidad, como aquella del

Obelisco del '83, para obligar a las cúpulas políticas a modificar sus cálculos. Hoy es, **sobre todo el votante del Partido Nacional, el que debe pedir cuentas a sus dirigentes.** [illegible] Partido Na*cional* que tenía una posición frontal contra los militares golpistas, al punto que su principal dirigente estaba preso. *El votó contra la banca extranjerizada*, y por una reforma del campo a través de aquel programa que se le planteó como *"Nuestro compromiso con Ud."*. El compromiso no se cumplió y ahora los sectores que más o menos se mantuvieron fieles a él, parece que van a sumar sus votos con los que lo traicionaron, por conveniencia electoral. Era un compromiso con usted y usted tiene derecho a pedir cuentas.

Frente a este panorama tenemos que construir la unidad desde abajo. Tal vez lo que los dirigentes políticos no consigan, lo logremos trabajando desde abajo, *pacientemente*, codo a codo, con hombres y mujeres de distintas tendencias. Tal vez los desengañados de algunos políticos no estén tan desarmados. Tal vez todos los condenados a *vivir a la intemperie* podamos unirnos. Tal vez, incluso, logremos una fórmula electoral, como lo decía Mujica más detalladamente, entre las tantas que ofrece la legislación, que nos permita juntar a los desengañados de algunas dirigencias políticas y llevarlos al gran cauce de la unidad popular.

Pero aún están lejos las elecciones y sería aventurado hacer definiciones cuando no se han dibujado los entes electorales, y tampoco quienes reflejen en ellos el compromiso de la transformación de fondo del sistema, el cambio verdaderamente revolucionario del mismo, con quienes queremos marchar juntos.

NINGUN GOBIERNO HABIA LLEGADO TAN LEJOS EN LA ENAJENACION DEL PAIS

Es posible que *muchos* se pregunten porqué hay tanta urgencia en ese frente grande. Es que nos están entregando el país al extranjero impunemente, compañe-[illegible] gobierno, nunca, había llegado a tanta audacia en la enajenación del país. [illegible] militar le dio un gran impulso a la venta del país –de los elementos fundamentales de su economía– al extranjero. Recibieron un país con un 2% de la tierra en manos de extranjeros y lo devolvieron, en medio de un discurso patriótico, con un 8% del territorio –que habían jurado defender– en manos del capital extranjero. Y recibieron un país con un sistema bancario bastante extranjerizado, con un 46% del capital bancario en manos del extranjero, y lo devolvieron con un 83% de capital en esas manos foráneas.

Lejos de rescatar este patrimonio vendido al extranjero por los militares, el gobierno civil que se eligió en el '85 llevó más lejos aun la venta del país. Este gobierno dio un paso que ni los militares se habían atrevido para la extranjerización del país: la aprobación de la Ley de Zonas Francas. Zona franca significa ceder un pedazo de territorio para que las empresas extranjeras puedan instalarse allí, libres de acatar buena parte de las leyes nacionales.

La urgencia de una unidad opositora, la urgencia de un frente grande, *hoy es para detener esta extranjerización.* Extranjerización al capital financiero internacional a través de la venta de tierras en el exterior por las embajadas. Extranjerización por las zonas francas, extranjerización al acatar la política económica decretada por el Fondo Monetario –es el Ejecutivo acatando las directivas de ese Fondo que impide el alza de los salarios, a veces yendo más lejos que las propias patronales. Extranjerización a ese sistema financiero mundial que *hoy* tambalea en una enorme caída que ha tenido la Bolsa en los principales países capitalistas, y también el dólar respecto a las monedas estables de Europa y Japón.

Frente al derrumbe del sistema financiero y el dólar, gobiernos como el

del Uruguay, que han apostado a ello, se perjudican. Uruguay es uno de los pocos países en el mundo que ha suprimido el uso forzoso de su propia moneda, el peso, para transformar el dólar en la moneda fuerte del país, y ahora se perjudica. Ya está perdiendo, porque vendemos todos los productos en dólares al exterior; y con esa moneda, que ha bajado un 15% en los últimos meses respecto a las monedas estables de Europa y Japón, podemos comprar un 15% menos. Por eso la urgencia de un frente opositor.

ESE FRENTE GRANDE DEBE TENER UN PROGRAMA, UNA PROPUESTA

Ese frente grande no es una mera conjunción de fuerzas. Ese frente grande debe tener también un programa, una propuesta. Y ahí viene el programa que hemos agitado desde hace más de dos años y medio, como les decía, con soluciones para la tierra, la banca, la deuda externa y el salario. Una y otra vez han saltado al tapete de la opinión pública, en los últimos tiempos, estos problemas. Por ejemplo, la demanda de que las tierras embargadas por la banca del Estado pasen a los aspirantes a colonos saltó con motivo del remate de algunas de esas tierras del Banco Central en Tacuarembó, hace unos meses cuando este banco se las devolvió al gran latifundio. Hoy día hay más de medio millón de hectáreas en poder de la banca estatal. Y tenemos la desgracia de tener un gobierno partidario de la privatización, un gobierno que hasta si pudiera vendería el puerto de Montevideo. Al cual le caen como peludo de regalo, estos latifundios y estas empresas embargadas por los bancos estatales. **Y este gobierno extranjerizante sigue demorando el pasaje de estas tierras y estas empresas a manos de los que las pueden trabajar. Espera mes a mes que venga algún capitalista extranjero que las compre y se quede con ellas.**

Ahora ha saltado al tapete el problema de las empresas sobreendeudadas, sobre las que venimos proponiendo, desde hace más de dos años, que deben pasar a poder de los trabajadores. Ha saltado al tapete a raíz de una marcha de los vecinos de Las Piedras, para que el Estado se haga cargo del frigorífico Comargen y lo haga funcionar. Y ante una movilización de los vecinos de Mercedes por la rehabilitación de otra planta industrial, la de Arinsa.

Véase que estas propuestas que parecían utópicas cuando se enunciaron, se van abriendo camino por impulso del propio pueblo. Comargen debe más de 24 millones de dólares a los bancos del Estado y ¿qué espera el Estado para hacerse cargo de Comargen? ¿Qué espera el gobierno para hacer lo mismo con cientos de grandes empresas que, como Comargen, deben a los bancos del Estado mucho más que su capital en máquinas e inmuebles? ¿Tendremos que hacer una marcha por cada una como lo hizo el pueblo de Mercedes o el de Las Piedras?

Otra cosa que debe integrar un programa de frente grande es terminar con la sangría del pago de la deuda externa. También esta idea se ha ido imponiendo, y hoy hasta algunos líderes importantes del Partido Nacional han sostenido que la deuda contraída por la dictadura –casi toda la deuda externa– no se debe pagar porque es tan ilegal como el gobierno que la contrajo.

QUE CADA CUAL ASUMA SUS RESPONSABILIDADES

Todo esto, lo mismo que la idea del frente grande, lo venimos agitando desde hace más de dos años, y el consenso alrededor de esos problemas básicos, para enfrentar la extranjerización, se ha demorado demasiado. Decimos esto para que cada cual asuma sus responsabilidades. Si el país sigue así, ya se sabe lo que viene. Los militares golpistas están ahí, protegidos por algunos políticos, esperando que este intento de

democracia fracase, y de hecho ya está fracasando por no elever el nivel de vida del pueblo. Y si no hay soluciones, otro golpe militar puede venir más tarde o más temprano. **Entonces, que cada cual asuma sus responsabilidades:**

-Los que entregaron el país al extranjero y los que reciben directivas del mismo, hasta sobre qué aumento de salarios tienen que dar.

-Los que pueden impedirlo, uniéndose para detener la extranjerización y prefieren atender sus conveniencias políticas individuales.

-Los que ya tienen mayoría parlamentaria para sacar algunas leyes y no lo hacen.

-Los que pudieron depurar a las Fuerzas Armadas de oficiales golpistas y no lo hicieron.

-Los que están contemporizando con el retorno de un golpista al ministerio que maneja a todas las Fuerzas Armadas.

Que cada cual asuma sus responsabilidades y después no descarguen la culpa sobre los combatientes del pueblo otra vez.

CONSTRUIR CON LOS HOMBRES MILLONES DE COLUMNAS DONDE SE PUEDA ASENTAR UNA SOCIEDAD SOCIALISTA

Mientras tanto tenemos que continuar y profundizar nuestra lucha en los barrios, en los sindicatos y en el campo, para buscar salidas a los problemas inmediatos, que son muy elementales, pero que no pueden esperar, porque esos problemas son de alimento, son de salud, de vivienda, de trabajo. Hoy ya hemos colaborado en muchas policlínicas, ollas populares, cooperativas de vivienda, cooperativas rurales, pequeñas industrias cooperativas, sindicatos, movimientos sociales como el Movimiento por la Tierra y los frentes contra la pobreza –uno de los cuales inaugura un comedor infantil en Bella Unión en estos días. El trabajo en todos estos frentes nos une al pueblo, y lo consideramos prioritario.

Compañeros, en este año 1987 hemos conmemorado en todo el mundo el 20º aniversario de la muerte del Che Guevara y hemos tratado de rescatar lo más permanente de sus mensaje. En el mundo de los '80 en donde el gran enemigo se llama capitalismo pero que incluye muchas secuelas, desmoralización, droga, alcoholismo, etc., tenemos que hacer un esfuerzo gigante para rescatar al hombre, impedir que la juventud caiga en todo esto por falta de horizonte, impedir que las otras generaciones hagan lo mismo.

Ya hemos desarrollado este tema en otros lados. Debemos buscar salidas colectivas para los marginados, entre los cuales parece estar casi toda una generación de jóvenes que llega tarde al mercado de trabajo; una salida colectiva, de conjunto, para la clase obrera y para los desocupados; una salida colectiva para los que el sistema lanza a la economía informal: vendedores callejeros y demás. Rememorar aquella etapa gloriosa del pueblo uruguayo en los últimos años de la dictadura. Había mucha solidaridad en aquella época, compañeros, que ahora no se da.

Pronto iniciaremos un nuevo año, y sería bueno que nos comprometiéramos a dar un salto en el sentido humano y solidario. Un avance hacia ese hombre nuevo del Che, siendo más [illegible], más generosos, más solidarios. Volver a la unión del pueblo por abajo y profundizar esa conciencia solidaria y socialista que permitió salir colectivamente de la dictadura y de la miseria que nos trajo. Construir en los hombres

millones de columnas donde se pueda asentar una sociedad socialista.

Para terminar, compañeros, nuestros frentes de lucha están ahí:

-Distribución de la tierra y mejoras para el trabajador rural.

-Terminar con la banca privada en manos de extranjeros.

-Terminar con la sangría del pago de la deuda externa.

-Volcar esos recursos y lo quitado a los especuladores, para un aumento general del salario que traiga el consiguiente ensanchamiento del mercado interno.

-Que las industrias y comercios endeudados con la banca pasen a los trabajadores.

-Que se haga un gran frente que se comprometa con estas soluciones.

-Que dentro del mismo nos unamos las fuerzas afines para darle un impulso a esta salida y a otras más profundas.

Por la tierra, por el trabajo, contra la pobreza, y con el compromiso de siempre, ¡habrá patria para todos!, compañeros.



ARCHIVO

1/2

RESERVADO

M. D. N. SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DEPARTAMENTO II 24ABR92	HOJA:
	PEDIDO DE INFORMES: 13/92	

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 30ABR92

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION:

B - TEXTO

- Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.

FECHA 17.6.92 INICIAL 44

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA SECRETARIA 2 Nº de entrada 9202972

136

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION: D.G.I.D.
Dpto.II E.M.E.
D.E.I

FIRMA: El Jefe del Departamento II (Inf.) E.M. S.S.FF.AA.
Coronel
Julio W. Fernández.

SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS ESTADO MAYOR DEPARTAMENTO II REPUBLICA O. DEL URUGUAY

RESERVADO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada: 28 ABR. 1992
Paso a: antecedentes
Nº de Orden 9202972

00 1/2

Montevideo, 23 de abril de 1992.-

ASPIRANTES A INGRESO AL SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS.-

1 - PIPPO DE LEON, EDUARDO MARCELO.- Auxiliar de Servicios.-

Fecha y lugar de nacimiento: 03-10- 1968 Montevideo.-

C.I. 3.015.002.3.-

C.C.

Domicilio actual: Aure 2424

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Eduardo Pippo Vacarezza.-

Nombre de la madre: Luisa Ester De León Silvera

Nombre del cónyuge:

2 .- QUINTANA MARCET, DILVA MARINA.- Auxiliar de Servicios.-

Fecha y lugar de nacimiento: 3-9-1965 Montevideo.-

C.I. 1.924.419-0

C.C. BDA 77.381.-

Domicilio actual: Cno. Maldonado Km. 23.200

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Dacio Quintana.-

Nombre de la madre: Mabel Marcet.-

Nombre del cónyuge:

3 .- PEREIRA MIER Edwin Aldrin. - Mecánico.

Fecha y lugar de nacimiento: 1/2/72 Montevideo.

C.I. 3.756.580-5

C.C.

Domicilio actual: Morelli N°3927

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Belquis Pereira Gómez

Nombre de la madre: María Elena Mier García.

Nombre del cónyuge:

9202972

002/2

RESERVADO ARCHIVO 1/8

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MEMORANDUM Nº 07/92

CAMBODIA

Montevideo, 24 de abril de 1992.-

0018

RESERVADO

9202975

R E S E R V A D O

MEMORANDUM Nº 07/92

C A M B O D I A

I.- INTRODUCCION

El 14 de noviembre del año próximo pasado, el Príncipe NORODOM SIHANOUK regresó a este país luego de un exilio de 13 años, para desempeñarse como Presidente de un Gobierno provisional que conducirá a esta nación hasta las elecciones de 1993, las que serán supervisadas por la O.N.U. y en las que parece ser un firme candidato. El objetivo declarado de SIHANOUK es implantar un sistema pluripartidista y de una economía de mercado.

Si bien el pueblo camboyano aspira a que finalmente finalice el conflicto, no confía plenamente en esta paz que incluye el retorno al escenario político de los KHMER ROUGES. Los mencionados son acusados de la muerte de casi un millón de personas durante sus cuatro años de Gobierno que finalizaron con su derrocamiento a manos del Ejército vietnamita en 1978. A pesar de los acuerdos de paz del 23 de octubre pasado, las autoridades han asegurado que en algunas partes del país continúa la guerra civil.

II.- ANTECEDENTES INMEDIATOS DEL PROCESO DE PACIFICACION

A mediados del año pasado se reunieron en TAILANDIA el Gobierno de PHNOM PENH (pro-vietnamita y respaldado por los soviéticos en sus inicios) y los dirigentes de las tres facciones guerrilleras operantes en CAMBODIA: el KHMER ROUGE liderado por KHIEU SAMPHAN y respaldado por CHINA, el FRENTE DE LIBERACION NACIONAL DEL PUEBLO KHMER (K.P.N.L.F.) dirigido por SOM SANN y respaldado por los ESTADOS UNIDOS y el FRENTE UNIDO DE LIBERACION NACIONAL PARA UNA CAMBODIA NEUTRAL, PACIFICA, INDEPENDIENTE Y COOPERATIVA (F.U.N.C.I.N.P.E.C) encabezada por el Príncipe NORODOM SIHANOUK y respaldada por CHINA. Los mismos acordaron un cese al fuego por tiempo indefinido, la suspensión de toda ayuda militar extranjera y la supervisión por parte de las NACIONES UNIDAS del cumplimiento de dichos acuerdos.

Los permanentes esfuerzos de la O.N.U. para poner fin a la lucha en CAMBODIA, fueron decisivos para que en el mes de

R E S E R V A D O

octubre de 1991 todas las partes firmaran en PARIS, en presencia del entonces Secretario General de las NACIONES UNIDAS, JAVIER - PEREZ DE CUELLAR y de representantes de 16 países garantes (entre ellos ESTADOS UNIDOS y la UNION SOVIETICA) un Tratado de Pacificación para lograr una estabilidad definitiva en la región.

Al mes siguiente de celebrada esta reunión y en lo que constituyó un trascendental paso de la Administración norteamericana luego de 16 años de ruptura diplomática, arribó a PHNOM PENH una delegación estadounidense encabezada por el Encargado de Negocios, CHARLES TWINING. Pese a que WASHINGTON hizo saber que la visita no implica el restablecimiento de las relaciones diplomáticas, hecho que no ocurrirá antes de las elecciones cambodianas de 1993, TWINING calificó que la misma era "un acontecimiento histórico", asegurando su apoyo a SIHANOUK.

El primer paso para llevar adelante el plan de paz de la O.N.U., fue el retorno a CAMBODIA del Príncipe SIHANOUK, para hacerse cargo del CONSEJO NACIONAL SUPREMO (C.N.S.) que conducirá al país en este período de transición hasta 1993, bajo - administración especial de las NACIONES UNIDAS. El C.N.S. está integrado por doce representantes: seis del Gobierno de PHNOM - PENH y seis de la coalición opositora que reúne a los KHMER ROUGES, la guerrilla anticomunista y los partidarios de SIHANOUK. Este reparto de bancadas permitió el retorno al país de KHIEU - SAMPHAN y de SON SEN, los que ocuparán dos escaños por el KHMER ROUGE. Una multitud enfurecida intentó linchar a SAMPHAN, considerado como el ideólogo de las acciones genocidas de POL POT.

Los líderes de los grupos opositores al Gobierno comunista de PHNOM PENH, ya se están preparando para iniciar en los próximos meses una campaña electoral con vistas a las elecciones generales del 93. SIHANOUK ya ha proclamado su candidatura y ha hecho saber que volvería a ser Rey si todas las facciones cambodianas así se lo piden.

En los mencionados comicios, que podrían tener lugar - en mayo del año próximo, se elegirá a un Presidente y a una - Asamblea representativa que se abocará de inmediato a la elaboración de una nueva Constitución. Naciones como ESTADOS UNIDOS

y JAPON están comenzando a enviar delegados a CAMBODIA a fin de que sus Gobiernos comiencen a tener representación ante el C.N.S. y más que nada como una manera de apoyar el actual proceso de paz.

El Gobierno de PHNOM PENH, liderado por el Primer Ministro HUN SEN, va relegando cada vez más funciones en el C.N.S.

III.- PRINCIPALES FIGURAS DEL ACTUAL GOBIERNO

- HUN SEN: Es el Primer Ministro de CAMBODIA desde que los vietnamitas implantaron un Gobierno pro-soviético en el país. Tiene amplia experiencia combativa y política. Colaboró con los KHMER ROUGES hasta que perseguido por POL POT se vio obligado a huir a HANOI. Allí estableció estrecho contacto con dirigentes vietnamitas, lo que le sirvió para acceder al cargo que actualmente ocupa.

- NORODOM SIHANOUK: El ex-Monarca, que en otras épocas gobernó en forma absolutista, es la pieza clave en el proceso de paz. Figura señera de la resistencia antivietnamita, supo ganarse el apoyo de CHINA, de OCCIDENTE, e incluso de la ex-UNION SOVIETICA. Exiliado en PARIS, PEKIN y PYONGYANG desde que en 1970 lo derrocara un golpe de derecha apoyado por WASHINGTON, SIHANOUK jugará un rol decisivo en el actual Gobierno de transición.

- KHIEU SAMPHAN: Representante de los KHMER ROUGES, la fuerza guerrillera más importante de CAMBODIA, es el artífice de la gran eficacia de las pequeñas unidades que combatieron según la modalidad de guerra de guerrillas contra los invasores vietnamitas. Constituye el mayor obstáculo para la unidad camboidiana.

- SOM SANN: Mantiene una estrecha amistad con SIHANOUK y se opone en forma tajante al comunismo.

IV.- LA O.N.U. ENVIA FUERZA DE PAZ

Con el voto unánime de sus quince miembros, el Consejo de Seguridad del organismo mundial autorizó el envío a CAMBODIA de aproximadamente 15.900 militares, 3.600 policías y 2.400 funcionarios civiles, por un período de 18 meses. La misión de la

U.N.C.T.A.D. (UNITED NATIONS TRANSITIONAL AUTHORITY IN CAMBODIA - AUTORIDAD TRANSITORIA DE LA O.N.U. EN CAMBODIA) la más difícil y costosa emprendida por el organismo internacional (unos 2.000 millones de dólares) tendrá como objetivo hacer respetar el cese al fuego, desmovilizar a los combatientes, impedir que los mismos sean reaprovisionados con armas, desactivar las minas colocadas por los distintos grupos durante la guerra, verificar el total retiro de las tropas extranjeras, organizar la repatriación de unos 350.000 refugiados en TAILANDIA, controlar las fronteras y supervisar las elecciones de 1993, desde la inscripción de los votantes hasta la campaña electoral y el escrutinio.

Para la formación de esta fuerza de paz, la O.N.U. se dirigió formalmente a todos los países miembros solicitando su participación. De todos los Estados que respondieron a la solicitud fueron oficialmente requeridos ALEMANIA, ARGELIA, ARGENTINA, AUSTRALIA, BELGICA, CANADA, CHILE, ESTADOS UNIDOS, FRANCIA, GHANA, INDIA, INDONESIA, IRLANDA, MALASIA, NUEVA ZELANDA, PAKISTAN, POLONIA, REINO UNIDO, SENEGAL, TUNEZ, C.E.I. y URUGUAY.

Nuestro país, al igual que CHILE, NUEVA ZELANDA y REINO UNIDO, tendrá a su cargo la supervisión de las unidades navales, las bases fluviales y las oceánicas de la Marina de CAMBODIA. También participaría un Batallón de Infantería compuesto por 850 efectivos, organizados en base a un Comando, cinco Compañías de Fusileros y una Compañía de Apoyo (logística, comunicaciones, mantenimiento, ingenieros, etc.). A pesar de que los efectivos serían mayoritariamente de Infantería, se incluirían algunos de Caballería, Artillería, Ingenieros, Comunicaciones y Fuerza Aérea.

La O.N.U. se hace cargo de todos los gastos de traslado y mantenimiento de los efectivos de todos los países que participan en la misión, pero el dinero para la misma, un 30% del cual procede de los ESTADOS UNIDOS, aún no ha sido retirado a sus miembros, junto con un financiamiento inicial de 200 millones de dólares.

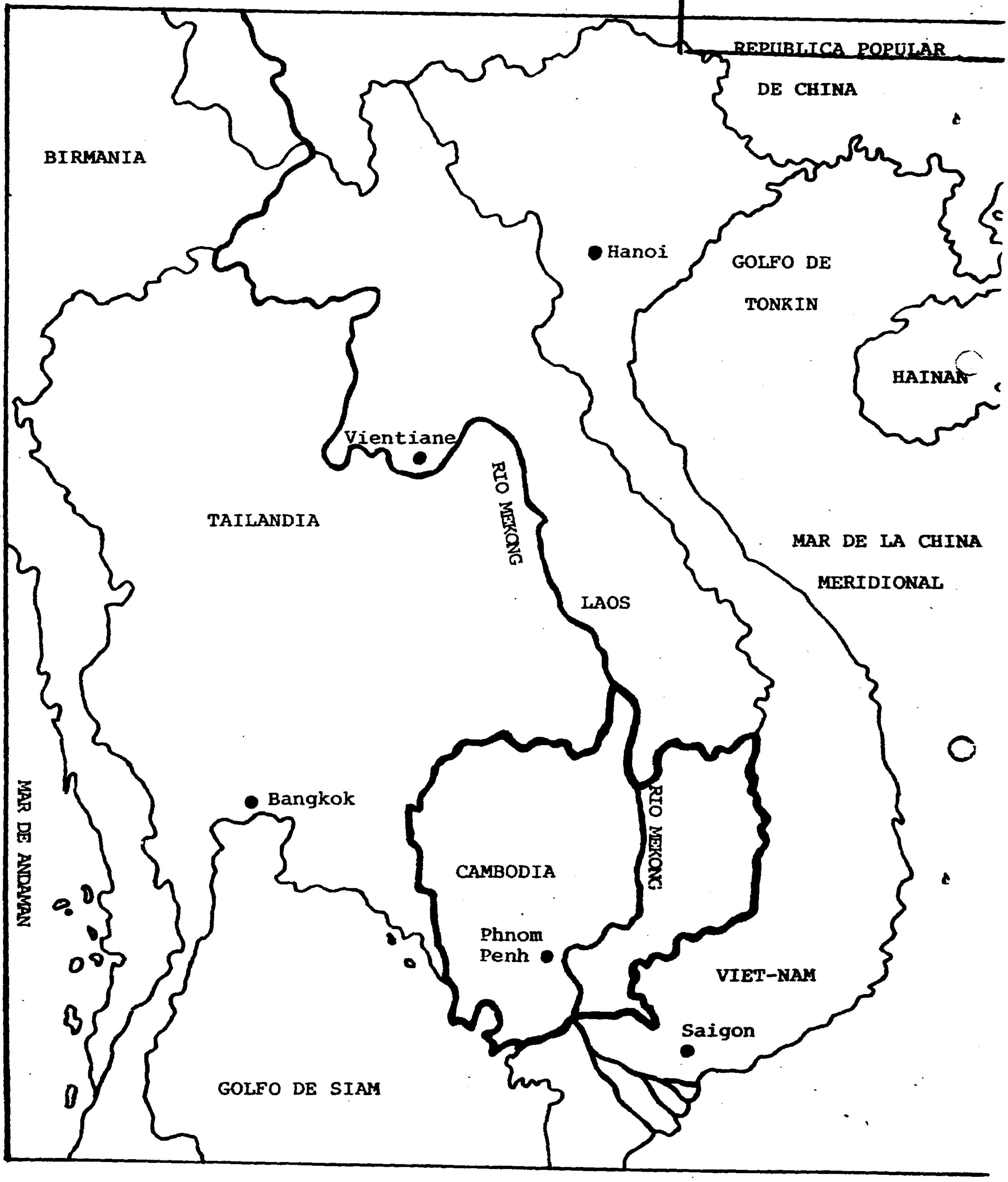
A mediados del pasado mes de marzo, llegó a CAMBODIA el primer contingente de 230 "cascos azules" indonesios.

V.- CONCLUSIONES

- La situación en general se caracteriza por una profunda inestabilidad derivada de la diversidad de factores internos y externos que inciden en el conflicto.

- Los grupos que pugnan por el poder, tradicionalmente incompatibles, harán difícil concretar una transición viable para todas las partes. De esto se deduce que nuestra misión podría encontrar serias dificultades para cumplir con su cometido.

ANEXO "ALFA"


REPUBLICA POPULAR
DE CHINA
BIRMANIA
Hanoi
GOLFO DE
TONKIN
HAINAN
Vientiane
RIO MEKONG
TAILANDIA
MAR DE LA CHINA
MERIDIONAL
LAOS
Bangkok
MAR DE ANDAMAN
RIO MEKONG
CAMBODIA
Phnom
Penh
VIET-NAM
Saigon
GOLFO DE SIAM

ANEXO "BETA"

C A M B O D I A

COPIA Nº 74

—GENERALIDADES (a):

—Población: 8.344.200.

	13-17	18-22	23-32
—Hombres:	299.000	399.000	789.600
—Mujeres:	301.900	392.300	765.600

—PMN Est: 917,84 millones de dólares.

—Crecimiento PMN Est: O% (1.989).

—Inflación Est: 13,5% (1.989), 105% (1.990).

—Deuda en millones de dólares Est: 1.000 (1.989).

—TOTAL FUERZAS ARMADAS:

—Constituidas: unos 112.000, incluidas las fuerzas de provincias y de las Regiones Militares (RM).

Periodo de servicio: obligatorio, 5 años entre 18 y 35 años. Las milicias sirven 3 a 6 años con las fuerzas permanentes.

—EJERCITO DE TIERRA:

—Total: unos 55.000; 5 RM.

—6 Div Inf.

—3 RI independientes.

—1 RC.

—4 Bón carros.

—Algunas U independientes tipo Bón, de Cab (Reco), Art y DA.

—Material:

—CCM: 60 T-54/-55.

—CCL: 10 PT-76.

—TOA: 170 BTR-60/-152, M-113.

—Art remolcada: unos 350, entre M-1942 de 76 mm; M-1938, D-30 de 122 mm; Tipo 59 de 130 mm.

—LCM: Tipo-63 de 107 mm; 8 BM-21 de 122 mm; BM-13-16 de 132 mm; 20 BM-14-16 de 140 mm.

—M: M-37 de 82 mm; M-43 de 120 mm; M-160 de 160 mm.

—CSR: B-10 de 82 mm; B-11 de 107 mm.

—Cñ AA: ZPU 1/-2/-4 de 14,5 mm; M-1939 de 37 mm; S-60 de 57 mm.

—SAM: SA-7.

—ARMADA:

—Total: Est 1.000.

—10 buques de combate y vigilancia costera (b):

—2 PHT Turya soviéticos.

—2 PFI Stenka soviéticos, 6 Lig.

—FUERZA AEREA:

—Total: Est 500; 17 Avo de combate, ningún H armado.

—Caza: 17 MiG-21.

—Tp: 3 An-24, Tu-134.

—H: 11 Mi-8/-17.

—Fuerzas provinciales:

Unos 22.500: se tienen noticias sobre la existencia de a menos 1 RI por provincia, con un número variable d BI dotados con armas ligeras.

—Fuerzas de Distrito:

Unos 32.500; noticias de al menos 1 BI por distrito dotados únicamente con armas ligeras.

—Fuerzas Paramilitares:

Unos 50.000 de Fuerzas Locales, organizados co base en las aldeas en núcleos que se estiman de 10-2 para la defensa local de cada una de ellas.

—Fuerzas en la oposición:

—Gobierno de coalición de Camboya democráti (CGDK): Ejército nacional de Kampuchea democrá tica (Khmer Rouge) con hasta 30.000 organizados e 20 «Bri» y quizá otros 15.000 para apoyo y servicio logísticos.

—Fuerzas armadas de liberación nacional del Puebl de Kampuchea (KPNLAF): unos 10.000-12.000 orga nizados en Est 30 «Bri» que parece actuan en sectores operativos.

—Ejército nacional Sihanoukiste (ANS): quizá 15.000 18.000 organizados en 7 «Bri», 6 «Rg» que parec actuan en 5 sectores operativos.

—Material: según las noticias recibidas cuentan co armas ligeras entre las que se incluyen ametralladora de 12,7 mm; M de 60 y 82 mm; LC RPG-7; M DK d 75 mm; CSR; SAM SA-7.

—Fuerzas extranjeras:

—En Vietnam: Est 3.000 asesores militares.

Nº DOCUMENTO 9202976
TITULO Actividades Arabes en Brasil.
PROC. ENLACE BRASIL
F. 25-03-92.
V. SERVICIO BRASIL
Rev. Islamica (11212)
OLP (500868)

CONFIDENCIAL

1/9

INUR Nº 0179.10/250392

ASSUNTO: ATIVIDADES ÁRABES NO BRASIL.

1. INTRODUÇÃO

A presença árabe no BRASIL teve início no fim do século passado, quando ocorreu o primeiro fluxo migratório, principalmente de sírios. Esse grupo espalhou-se por todo o País, estabelecendo-se, em sua maioria, como comerciantes.

A colônia árabe acha-se, de uma maneira geral, inserida na sociedade brasileira e muitos de seus membros ocupam posições de destaque nas atividades industriais, comerciais e políticas, bem como na área científica e cultural e nas atividades liberais.

Congregam-se em clubes, associações, e centros culturais, espalhados por todo o território, com o objetivo precípuo de preservar os costumes, o idioma e a religião, não se envolvendo em atividades de apoio à política de seus países de origem. Muitos já não falam o árabe. São cristãos, em sua maioria, e não têm sentimentos nacionalistas.

Em virtude das peculiaridades da área, merecem atenção especial as colônias fixadas no Sul do País, nos Estados limítrofes com a ARGENTINA, URUGUAI e PARAGUAI, principalmente nas cidades de VILA DO CHUÍ/RS e FOZ DO IGUAÇÚ/PR.

Essas cidades oferecem características favoráveis como: facilidades de trânsito entre os países; dificuldades de controle, pelo intenso comércio entre as cidades limítrofes; apoio dos palestinos alí fixados aos recém-chegados; facilidades de se obter falsa documentação; grande circulação de dólares na "zona franca" de CIUDAD DEL ESTE; e facilidades cambiais.

De uma maneira geral, os palestinos dessas áreas são poderosos financeiramente e procuram, atualmente, obter o poder político, através de candidaturas a cargos eletivos, tanto no CHUÍ como em FOZ DO IGUAÇÚ. Outras colônias estão em URUGUAIANA/RS, SANTANA DO LIVRAMENTO/RS, QUARAÍ/RS, PORTO ALEGRE/RS e CURITIBA/PR.

Durante os acontecimentos que culminaram com o conflito no Golfo Pérsico, ocorreram manifestações públicas de apoio ao IRAQUE e de repúdio à política norte-americana naquela

região, porém ficaram restritas a atos políticos não-violentos.

De uma maneria geral, as lideranças decepcionaram-se pela pouca resistência oferecida por SADDAM HUSSEIN, e consideraram que SADDAM perdeu a oportunidade de sair do conflito como líder do mundo árabe, por não ter desocupado o KUWAIT após o "ultimatum" dos EUA.

2. ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP).

a. ATUAÇÃO DE SEUS REPRESENTANTES

As atividades da OLP tiveram início em 1971, com a chegada de seu primeiro representante, RIBIM HALLOUM, lotado sob a cobertura de Conselheiro da Embaixada da ARGÉLIA. Sua missão foi a de fazer propaganda da Organização, cadastrar a colônia árabe e arrecadar fundos para a OLP.

Em 1972 deixou o BRASIL, após ser detido no aeroporto de AMSTERDÃ/HOLANDA e posteriormente no aeroporto do RIO DE JANEIRO, transportando armas, munição e farto material de propaganda da AL-FATAH.

SALAH ZAWAWI, à época Chefe do setor de recrutamento da OLP, chegou ao BRASIL em 1976, para substituir HALLOUM. Dentre suas missões, estavam a de incentivar a criação de uma imprensa árabe, recrutar membros para os quadros da OLP e tentar oficializar o Escritório da Organização no País.

Foi substituído, em 1979, por FARID SUWAN, que permaneceu na função até 1989.

Durante sua gestão, SUWAN procurou projetar a OLP e a "causa palestina" junto ao público brasileiro, através da grande imprensa e da imprensa alternativa. Buscou o apoio de líderes da esquerda radical; participou de congressos estundatis e sindicais; atuou junto ao clero progressista; incentivou a criação de movimentos de solidariedade à causa palestina, com o apoio de grupos de esquerda; manteve contatos com políticos e parlamentares em todos os níveis, muitos dos quais apoiou financeiramente; conseguiu fazer com que fosse criada a Liga Parlamentar Árabe-Brasileira de Amizade, grupo formado por parlamentares brasileiros com o principal objetivo de pressionar o governo a reconhecer o Escritório da OLP e elevá-lo à categoria de Embaixada; criou as Associações SANDAÚD, de jovens árabes; proferiu inúmeras palestras em universidades e sindicatos; arrecadou fundos para a OLP junto à colônia palestina; expandiu as Sociedades Árabe-Palestino-Brasileiras de Cultura; participou de diversos debates públicos; e realizou diversos atos públicos de apoio à causa palestina e contra a política norte-

americana para o Oriente Médio. Foi, por diversas vezes, admoestado pelo MRE por interferir em assuntos internos brasileiros.

Após deixar a função, esteve na TUNÍSIA, servindo à OLP, mas vinha constantemente ao BRASIL para visitar a esposa, médica brasileira, e o filho.

Em fins de 1991, FARID SUWAN e HASSAN SAAD MAHMUD ERAQ, funcionário do Escritório, desentenderam-se com o representante da OLP, AHMED SOBEH, e afastaram-se da Organização. Em Fev 92 SUWAN e ERAQ apoiaram a facção da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), na eleição para a diretoria do Clube Árabe-Palestino de Brasília, que venceu a chapa apoiada por SOBEH.

Atualmente, SUWAN está gerenciando uma firma de exportação de produtos alimentícios, que está sediada em BRASÍLIA.

Em Ago 89 FARID SUWAN foi substituído por AHMAD (AHMED) SOBEH, que não tem demonstrado a mesma desenvoltura e dinamismo de seu antecessor.

SOBEH tem visitado cidades onde a comunidade palestina é atuante. Tem participado de comemorações e eventos significativos para os palestinos, proferido palestras em universidades e participado de congressos estudantis e sindicais, na mesma linha de atuação de SUWAN. Seu trabalho, todavia, não tem tido a mesma repercussão.

Com a invasão do KUWAIT, em Ago 90, SOBEH concedeu diversas entrevistas à imprensa brasileira, manifestando o apoio da OLP ao IRAQUE.

Em reunião no Clube Árabe-Palestino de BRASÍLIA/DF, em Jan 90, SOBEH acenou com a possibilidade da retomada de ações terroristas pela OLP, tendo como alvo aeronaves procedentes da URSS, que transportavam imigrantes judeus para serem assentados na CISJORDÂNIA e na FAIXA DE GAZA.

b. ENTIDADES VINCULADAS À OLP

A OLP é apoiada pelas seguintes entidades: Sociedades Árabe-Palestina-Brasileiras de Cultura, instaladas em quase todas as capitais brasileiras e em muitas cidades do interior do país; Associações SANAÚD; Federações de Entidades Árabes (FEARAB); e a Confederação Palestina para a América-Latina e o Caribe (COPLAC), órgão coordenador das entidades árabes para a América Latina e Caribe. A COPLAC transferiu-se do CHILE para o BRASIL e sua sede está instalada em NATAL/RN. É dirigida pelo Prof. HANNA YOUSSEF

EMILLE SAFIEH, brasileiro naturalizado, radicado em NATAL/RN, onde é professor universitário.

c. O Escritório da OLP não possui "status" diplomático. Administrativamente está inserido na representação da LIGA DOS ESTADOS ÁRABES (LEA), mas funciona em sede independente da LEA. Seus representantes trabalham com a cobertura de diplomatas da LEA, normalmente nas funções de Conselheiro ou Secretário. A exceção foi RIBHI HALLOUM, cuja cobertura foi a de Conselheiro da Embaixada da ARGÉLIA.

d. Funcionários do Escritório da OLP no BRASIL.

AHMED SOBEH	- Representante
IBRAHIM EL ZEHEN	- Vice-Representante
MOHAMED ALI EL KHATIB	- Assessor de Comunicações e Cultura
RAJEH OTHMAN SAADEH	- Encarregado Administrativo
HAMDALLA KHALIL ORABI	- Funcionário Administrativo

3. ATUAÇÃO DA FRENTE POPULAR PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA/FPLP

A FPLP não tem atuação destacada no BRASIL. Existem militantes e simpatizantes em BRASÍLIA/DF, PARANÁ, SANTA CATARINA e RIO GRANDE DO SUL.

Ainda não foi possível detectar as diretrizes da Organização para o BRASIL e nem trabalhos coordenados por seus membros, a nível nacional.

O grupo mais atuante é o de BRASÍLIA/DF, liderado por YOUSSEF LOFTI IBRAHIM KARAJA.

Há dados de que KARAJA, em 1989, foi contratado pelo BPL para fazer um levantamento de empresas israelenses instaladas no BRASIL. KARAJA teria entregue a relação solicitada e um informe sobre a presença de trinta e dois mercenários israelenses, que estariam recebendo treinamento paramilitar em uma fazenda próxima a CORUMBÁ/MT. Esse grupo seria empregado nas regiões de guerrilha e do narcotráfico na COLÔMBIA e na BOLÍVIA.

MOHAMAD ABDEL JABER MEIDRI, militante da FPLP que residiu em BRASÍLIA/DF e mudou-se para AMAN/JORDÂNIA, seria uma das pessoas que faria o transporte de dólares para a Organização. Em Jun 91, MEIDRI esteve no BRASIL e teria levado cem mil dólares para o Oriente Médio (dado não confirmado).

4. ATUAÇÃO DO BUREAU POPULAR DA LÍBIA/BPL

a. A atuação da LÍBIA no BRASIL teve início em Nov 79, com a chegada de ABDULATIF KALIFA BUCKER, primeiro representante do BPL no País, apesar das relações diplomáticas entre os dois países terem sido estabelecidas em 1974. De imediato, procurou travar contato com a colônia árabe, divulgar os princípios da revolução líbia e unir a colônia sob o pensamento de MUAMAR KADHAFFI.

Utilizou-se de estratégia semelhante à usada por FARID SUWAN, da OLP. Manteve contatos com grupos radicais de esquerda, principalmente estudantes e sindicalistas, e convidou vários deles a visitar a LÍBIA, com todas as despesas pagas pelo seu governo. Distribuiu material de propaganda em escolas e universidades e levou professores à LÍBIA. Manteve contatos com políticos de diversos níveis, muitos dos quais foram a TRÍPOLI. Fez insistente trabalho de doutrinação junto à colônia árabe, criou os Congressos Populares de Base, gerou antagonismos entre árabes e judeus e disputou espaço com a OLP, pela liderança da colônia.

Com seu trabalho, BUCKER conseguiu criar Congressos Populares de Base, ou dominar as Sociedades Árabes Brasileiras de Cultura, em SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, AMAZONAS, PARÁ, PIAUÍ, GOIÁS e PARANÁ.

Em Out 84 BUCKER foi substituído por FARAG MOHAMED SAIETI.

b. Com SAIETI, vieram para o BRASIL: MOHAMED ABDALLA AKASHA,como Cônsul; BASHIR SULEIMAN KERWAD, Adido Cultural e membro do AL MATHABA; FADEL KAMIL ASSIM BURSHAN, representante da "ISLAMIC CALL SOCIETY"; e OTMAN AHMAD ALI OMAR.

BURSHAN, suspeito Oficial de Inteligência, ficou no País até Fev 89. Sua função oficial era a de Adido para Assuntos Islâmicos. Apesar de estar acreditado em BRASÍLIA, morava em SÃO PAULO/SP, onde procurava influenciar a colônia local através de suas ações na SOCIEDADE DIVULGADORA DO ISLAMISMO. Instado pelo ITAMARATI, FADEL BURSHAN assumiu suas funções em BRASÍLIA e desenvolveu intenso trabalho junto à Universidade de Brasília, com o objetivo de aumentar a presença de estudantes líbios no BRASIL.

MOHAMED ABDALLA AKASHA abandonou a carreira diplomática em Jun 91 e foi contratado pela empresa C. R. ALMEIDA S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, que tem interesses na LÍBIA. Há suspeitas de que AKASHA esteja trabalhando no sentido de transferir, ilegalmente, tecnologia brasileira para a LÍBIA.

c. O MATHABA tem, pelo menos, dois representantes identificados no BRASIL: o Adido Cultural do BPL BASHUR SULEIMAN KERWAD e o estudnate de Química da Universidade do Paraná, KHALIFA ABDALLA GHANAI, que por orientação do BPL, dirige, controla e apoia financeiramente os estudantes líbios no BRASIL. Edita o jornal "MARCHA VERDE" em CURITIBA/PR, órgão divulgador das teorias do "LIVRO VERDE" de KADHAFFI.

d. Em FOZ DO IGUAÇÚ/PR existe um razoável número de adeptos da revolução líbia, liderados por MOHAMED IBRAHIM BARAKAT, líder do Centro Cultural Árabe-Brasileiro.

e. Corpo diplomático líbio.

ALI SULEIMAN AL AUJALI	- Embaixador
MOHAMED AL HAMDY	- Cônsul
MOHAMED ABEID ABDALLA	- Adido Financeiro
ABDUSSALAM AMARA MADANI	- Adido Administrativo
SAID ABUDAKER SAIETI	- Conselheiro Político
MOHAMED MUSTAFA ALI	- Conselheiro

5. ATUAÇÃO DA EMBAIXADA DO IRAQUE

a. As atividades dos diplomatas iraquianos passaram a receber maiores atenções a partir da invasão do KWAIT pelo IRAQUE, em Ago 90, e foi possível classificar os diplomatas NABIL KHALIL NASSER e JAFFAR ALI HUSSEIN como Suspeitos Oficiais de Inteligência.

b. NABIL KHALIL NASSER chegou ao BRASIL em Abr 88, como Conselheiro para Assuntos de Imprensa da Embaixada do IRAQUE em BRASÍLIA/DF. Em 15 Jan 91, a Embaixada comunicou ao MRE a aposentadoria de NABIL que, no entanto, continuou a usar seu visto diplomático, válido até 30 Mar 92. NABIL teria deixado suas funções por discordar da política de SADDAN HUSSEIN (não confirmado).

NASSER mantinha contatos no Congresso Nacional, até deixar sua função. Desde então, não procurou mais tais contatos.

Em Jan 91, viajou para o CHILE e também à VENEZUELA. Neste último país manteve contato com CHACKER EL KHATIB - venezuelano, Adido da Imprensa da Embaixada do IRAQUE em CARACAS -, que seria o elo de ligação entre a Embaixada iraquiana e a liderança do grupo radical "TERCER CAMINO". NABIL teria obtido recursos para financiar as atividades e treinamento de terroristas dessa organização. CHAKER EL KHATIB foi preso, em CARACAS, em 16 Jan 91.

c. JAFFAR ALI HUSSEIN chegou ao BRASIL em Ago 88, como 3o. Secretário da Embaixada do IRAQUE, em BRASÍLIA/DF, e a partir de Dez 90 passou a exercer as funções de NABIL KHALIL NASSER.

Em Dez 90, por intermédio do MOSSAD, detectou-se que JAFFAR mantinha controle sobre um informante brasileiro, ao qual teria declarado que viera ao BRASIL com a missão de montar uma "rede de inteligência".

O principal interesse demonstrado por JAFFAR, até Dez 90, foi sobre as atividades de israelenses e norte-americanos no BRASIL.

Atualmente, não tem mantido contato com o informante e não tem realizado ações suspeitas perceptíveis.

d. Existem suspeitas sobre o envolvimento do 3o. Secretário WAAD MOHAMED e do Adido Comercial Adjunto AHMAD ABD AL SATTAR, com a Inteligência iraquiana.

e. Diplomatas e funcionários da Embaixada

QAIS TAWFIX AL MUKHTAR	- Embaixador
TARIK A. AHMED LATIF AL SIBOURI	- Conselheiro
SABAH OMER AL ALI	- Conselheiro
SAAD HAZA OMAR	- Adido
MUAID MAHMOUD M. AL AMI	- Adido Civil
MUNTHIR AHMED DIRA	- Adido Civil
HUSSEIN O. H. ALOU	- Adido Civil
AKRAM A. MORAMEMED	- Adido Civil
AHMED A. ABDUL SATTAR	- Adido Comercial
FARIS A. M. ALL SHOKER	- 2o. Secretário
JAFFAR ALI HUSSEIN	- 3o. Secretário
WAAD A. MOHAMMED	- 3o. Secretário
NAJEN A. LAFTA	- Func. Administ.
RAAD M. A. IBRAHIM	- Func.Administ.
FARHAN N. BANDER AL MOHAMMAD AWY	- Func.Administ.
HADI ALWAN SHAMKHI	- Func.Administ.

6. A COMUNIDADE SÍRIA

a. A formação da comunidade síria no BRASIL teve início por volta de 1882. A intenção inicial dos imigrantes era a de retornar ao Oriente Médio, mas a grande maioria decidiu se fixar no BRASIL.

Outros fluxos migratórios ocorreram entre 1920 e 1939 e no período de 1949 e 1951, estimulados por seus parentes aqui estabelecidos, já que a instabilidade política na

SÍRIA, com sucessivos golpes militares, levava insegurança à população.

Cristãos, em sua maioria, os imigrantes sírios estabeleceram-se como comerciantes e industriais. Espalharam-se por todo o território brasileiro e hoje algumas famílias ocupam posição de destaque na sociedade e na política nacional.

Totalmente inseridos na sociedade, não se pode afirmar que haja uma "colônia síria" no BRASIL, visto que as atuais gerações de descendentes perderam o vínculo com suas origens. Muitos não falam árabe e não possuem nenhum sentimento nacionalista, racial ou político em relação à SÍRIA.

Embora existam muitas entidades organizadas por sírios e seus descendentes, estas dedicam-se apenas ao lazer e a práticas esportivas.

b. Corpo Diplomático

GHASSAOUB RIFAI	- Embaixador
NADIM JABER	- Ministro
HIKMAT TUFFAHA	- Conselheiro
MOHAMED ZIADEH	- Adido
MOHAMED KHEIR DAGMISTANI	- Adido

7. ATIVIDADES DE GRUPOS XIITAS

a. Embora seja significativo o número de árabes e seus descendentes radicados no BRASIL, muitos deles professando a fé islâmica, não existem conflitos religiosos entre muçulmanos sunitas, xiitas e outros, dentro das diversas colônias árabes.

b. O principal fatos envolvendo xiitas ocorreu entre 1983 e 1986, quando esteve no País o sacerdote xiita iraniano MOHAMED TAGHI (ou TAKI) TABATABAIE EINAKI, com a finalidade declarada de fiscalizar o abate de frangos exportados do BRASIL para o IRÃ.

Dizendo-se enviado do AIATOLÁ KHOMEINI, TABATABAIE envolveu-se em atividades políticas, incompatíveis com sua situação de estrangeiro.

Sua influência junto aos árabes do PARANÁ, notadamente de CURITIBA e FOZ DO IGUAÇÚ, chegou a provocar atritos entre

 9202976

muçulmanos sunitas e xiitas, afetando a harmonia até então existente.

TABATABAIE foi acusado, pelos embaixadores do IRAQUE e da ARÁBIA SAUDITA, de estar no BRASIL para mobilizar os xiitas em SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO e PARANÁ, conseguir mais adeptos para o islamismo, obter recursos financeiros para a compra de armamentos e tentar formar esquadrões terroristas.

Foi comprovada outra acusação, a de aliciamento de menores adolescentes, para realizarem cursos, inclusive com treinamento militar, no IRÃ. Em conseqüência, o Ministério das Relações Exteriores negou a prorrogação de seu visto de permanência no BRASIL. Tal fato não foi obstáculo para TABATABAIE, que retornou ao BRASIL em Fev 86, ilegalmente, por FOZ DO IGUAÇÚ/PR, e voltou a participar de manifestações de caráter político e disseminar a discórdia entre xiitas e sunitas.

Em Jun 86 foi detido pela Polícia Federal e deportado.

c. Tem-se observado uma crescente presença de xiitas na fronteira do BRASIL com o PARAGUAI, região de FOZ DO IGUAÇÚ e CIUDAD DEL ESTE, em sua maioria libaneses e iranianos, muitos deles com idade entre 18 e 23 anos. Esses jovens, que normalmente trabalham em atividades subalternas, tais como estafetas, entregadores de lojas e outras, enquanto aguardam uma forma de legalizar sua situação no BRASIL ou PARAGUAI, não escondem sua antipatia pelos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, ISRAEL e INGLATERRA. Mostram-se insatisfeitos com a monotonia da paz e expressam a vontade de um dia retornar a sua terra natal.

* * *

DOCUMENTO 9202977
TITULO CHILE: RELACIONES CIVIL-MILITAR-DESDOBLAMIENTO
PROCEDENCIA Enlsce BRASIL
FECHA DE PROCEDENCIA 12/3/92
VINCULACIONES SERVICIO BRASIL. 20362
65709
11164
13065

ENTRADO /
CRUZ DO YCL

INUR No 149.21/120392

CHILE

- Relação civil-militar. Desdobramentos.

O anúncio feito pelo Ministro da Defesa chileno, PATRÍCIO ROJAS, de que o Governo apresentará, ainda esse ano uma emenda constitucional para restituir ao Presidente da República a faculdade de nomear e afastar os comandantes-em-chefe das Forças Armadas, provocou inquietação entre os militares, segundo o General PINOCHET.

Vale ressaltar que o Ministro anunciou as medidas em entrevista coletiva à imprensa, com a presença do Secretário de Defesa dos EUA, RICHARD CHENEY - em visita ao CHILE depois de giro pela AMÉRICA LATINA -, na qual foi mencionada a ausência do General PINOCHET, que se encontrava em viagem de serviço a instalações militares no Norte do país.

O Secretário norte-americano disse que foi ao CHILE para demonstrar o apoio que os EUA dão ao esforço bem-sucedido do Presidente PATRÍCIO AYLWIN e ao compromisso de seu Governo com a democracia. Ademais, anunciou que a colaboração militar entre os dois países seria reiniciada com a entrega de um avião de transporte militar e de um navio petroleiro para a Armada chilena.

Saliente-se que as relações entre o CHILE e os EUA foram frias durante o regime militar chefiado pelo General PINOCHET, tendo sido, inclusive, aplicada a "Emenda KENNEDY", que suspendeu a venda de armas norte-americanas ao Governo chileno. Esta foi suspensa pelo Presidente GEORGE BUSH, em 90.

Ressalte-se que a permanência do General PINOCHET à frente do Exército, garantida constitucionalmente até 98, é questão relevante na conjuntura chilena, por gerar constante fonte de atritos entre o poder civil e o militar.

Vale lembrar que, em Dez 90, quando se veiculou uma suposta intenção de o Presidente AYLWIN pedir a renúncia do General PINOCHET, este utilizou o Exército - alegando posteriormente que se tratava apenas de uma manobra militar normal -, o que levou a um desmentido do Governo.

[illegible] medida, na presença [illegible] demonstrar ao [illegible] completo [illegible] aprovada a [illegible] enfrentamentos entre [illegible] General [illegible]

[illegible]

9202977

provável, uma vez que o Senado chileno é composto majoritariamente por elementos da oposição, que tendem a preservar as instituições consolidadas no regime militar.

* * *

02-02

9202977

DOCUMENTO 9202978
TIPO: Bolivia: Incremento de crisis interna.-
PROC.: Enlace Brazil
FECHA: 30/3/92
VINCULACIONES: SERVICIO BRASIL 20362
10043
11164
11140
13065.

ENTRADO ✓
CRUZADO MCL.

INUR Nº 184.21/300392

BOLÍVIA

Incremento da crise interna.

(23 Mar 92)

[illegible] certa periodicidade, [illegible] LA PAZ, [illegible] estudantes universitários [illegible] as universidades [illegible] efetuar marchas de protesto, [illegible] fixado pelo [illegible] em LA PAZ, em [illegible] universitários [illegible] "Marines" dos EUA, [illegible]

[illegible] manifestações públicas, [illegible] "Movimento Militar Bolivariano", "Vermelho Vivo", "Dez Estrelas" e "Comando de Renovação e Mudanças", [illegible] a renúncia do [illegible] JAIME PAZ ZAMORA [illegible] e antecipação das eleições presidenciais, [illegible] descontentamento nas [illegible]

[illegible] Forças Armadas, General [illegible] Inteligência vem [illegible] autores de [illegible] clima de [illegible] o Governo e [illegible]

[illegible]

9202978

[illegible] Presidente PAZ ZAMORA [illegible] "Acordo Patriótico", [illegible] gestão, entre o "Movimento de Esquerda Revolucionária" [illegible] a "Ação Democrática Nacionalista" [illegible] "Partido Democrata Cristão" (PDC) e a [illegible] "Consciência da Pátria" (CONDEPA).

[illegible] político a PAZ ZAMORA [illegible] populares e [illegible] comprometer a [illegible].

Nº DOCUMENTO 9202979
Colombia: Gobierno decreta estado de emergencia: desdoblamiento político. –
PROCEDENCIA Enlace Brasil
FECHA 12/3/92
VINCULACIONES Servicio Brasil 20362.
65592.
11164
11302.
13065

ENTRADO
CRUZADO MCL. X

INUR No 148.21/120392

COLÔMBIA

– Governo decreta estado de emergência social. Desdobramentos políticos.

O Governo do Presidente CÉSAR GAVIRIA, diante de um crescente clima de inconformismo entre as Forças Armadas pelos baixos salários, utilizou-se do recurso constitucional da Emergência Social para reajustar os soldos dos militares em mais de 40%.

O Estado de Emergência Social, decretado em 24 Fev 92, durou apenas doze horas e teve como pretexto deter uma onda de protestos nos sindicatos e nas Forças Armadas e a violência da guerrilha na COLÔMBIA.

Certamente, o incremento das ações terroristas praticadas pela guerrilha serviu apenas como pretexto para a decretação do Estado de Emergência, de vez que o alto nível de violência no país não sofreu, recentemente, alteração que consubstancie fator determinante para a tomada de tal medida. Além disso, as manifestações trabalhistas, em alguns setores da economia – em prol de aumentos salariais, estabilidade no emprego e outras prerrogativas –, embora despertem certa preocupação, não se configuram em uma real ameaça à ordem econômica do país.

Na realidade, em alguns quartéis da Polícia Metropolitana de BOGOTÁ, circularam panfletos incitando a uma greve geral, no dia 26 Fev, para pressionar uma tomada de decisão, uma vez que este ano os militares não haviam recebido reajuste.

O Congresso deveria ter aprovado, na semana passada, o projeto do governo – enviado com uma mensagem de urgência – referente a salários de servidores públicos. Porém, o Parlamento decidiu entrar em recesso até após as eleições municipais de 8 Mar, ignorando a mensagem de urgência e adiando, assim, a aprovação do projeto governamental, o que forçou GAVIRIA a decretar o Estado de Emergência.

[illegible] Executivo e Legislativo [illegible] parlamentares, [illegible] governamental.

[illegible] "quarteladas" [illegible]

9202979

são passíveis de se transmitir em cadeia e influenciar o estamento castrense do país. Com isso, conserva-se a unidade das Forças de Segurança, imprescindível para a concecução da política de pacificação nacional e de combate ao narcotráfico.

* * *

Nº DOCUMENTO 9202980
TITULO Colombia: Cuadro Interno - Perspectivas. -
PROCEDENCIA ENLACE BRASIL
FECHA DE PROCEDENCIA 31/3/92
VINCULACIONES SERVICIO BRASIL. 20362.
65592.
1164
11302.
1134

ENTRADO /
CRUZ-DO MCL /

INUR Nº 189.21/310392

COLÔMBIA

- Quadro interno. Perspectivas.

A COLÔMBIA vem atravessando um período de intensa agitação política e social o que cria expectativas sobre a evolução do processo político-partidário e dos problemas de ordem pública que assolam o país.

Em primeiro lugar, registra-se o desfecho das eleições, em 08 Mar 92, para Prefeitos, Vereadores e Deputados Estaduais - marcadas pelo alto índice de abstenção, cerca de 70%. O Partido Liberal (PL), governista, manteve-se na liderança das principais cidades do país - seguido do Partido Social Conservador (PSC) -, o que vem a consolidar seu predomínio político em todo o país. A grande surpresa ficou por conta da baixa votação da Aliança Democrática Movimento 19 de Abril (AD/M-19), cujos resultados foram bem aquém dos obtidos em pleitos anteriores.

Em segundo lugar, afiguram-se as reações contrárias dos parlamentares quanto à decretação do Estado de Emergência Social para aumentar os salários dos funcionários públicos. O conflito criado entre o governo e o legislativo poderá comprometer as iniciativas legislativas do governo no Congresso. Está pendente, entre outras, o desmonte dos privilégios sindicais, proposto pelo governo, mas duramente questionado no Parlamento. A manutenção da atual estrutura sindical colombiana implicaria um duro golpe ao processo de privatização e abertura econômica do país. Por outro lado, vários congressistas do Partido Liberal não se sentem representados no gabinete do Presidente GAVÍRIA e defendem uma reestruturação ministerial.

Em terceiro lugar, persistem os fatores de tensão social que se projetam, atualmente, em três vertentes: agitação social, guerrilha e narcotráfico.

O Presidente GAVÍRIA enfrenta uma onda de protestos de trabalhadores sindicalizados, que vêm promovendo greves em vários setores da economia, particularmente nos bancos, nas empresas de energia elétrica e nos portos. As greves acontecem, basicamente, em defesa de melhores salários, estabilidade no emprego e outras prerrogativas trabalhistas.

Nesse contexto, insere-se o incremento da delinqüência comum e os incessantes atentados terroristas da guerrilha que, esta semana, reiniciou os diálogos de paz com o governo na cidade mexicana de TLAXCALA. A Coordenadoria Nacional Guerrilheira Simón Bolívar pretende discutir, à mesa de conversações, temas relacionados à política econômica do governo

CI.02 9202980

e seus efeitos na população. Os guerilheiros descartam, como ponto de partida, o cessar-fogo, e ratificam que "**a luta armada está em plena vigência nas condições atuais da COLÔMBIA**".

Quanto ao narcotráfico, o Governo colombiano enfrenta o crescente aumento do cultivo da papoula, em grande parte no seu território. O Estado não dispõe de recursos humanos e técnicos suficientes para combater a proliferação das plantações e, em vista disso, começou a adotar o recurso da fumigação de produtos químicos, como o glifosfato, despertando reações da oposição e de ecologistas.

Em síntese, os problemas do Governo colombiano tenderão a aumentar caso o Presidente GAVÍRIA não obtenha êxito em formar uma base de sustentação política efetiva com o Partido Liberal, a fim de dar suporte à sua política de governo. Ressalta-se que o país enfrenta um crítico quadro sócio-econômico e uma crise político-institucional, constituindo um cenário ideal para ocorrência de manifestações populares.

* * *

Nº. DOCUMENTO 9202981
TITULO Colombia: Suspensión de diálogos de Paz - Perspectivas
PROCEDENCIA Enlace Brasil
FECHA DE PROCEDENCIA 6/4/92
VINCULACIONES Servicio Brasil - 20362
13065
11140
11302
65592

ENTRADO /
CRUZADO X M.C.L.

INUR Nº 206.21/060492

COLÔMBIA

- Suspensão dos diálogos de paz. Perspectivas.

(27 MAR 92)

O fracasso do processo de negociação de paz, entre o Governo e a Coordenadoria Nacional Guerrilheira Simón Bolívar (CNGSB), e as reformas que estão sendo introduzidas nas Forças Armadas criam novas perspectivas quanto à situação da ordem interna e a real capacidade das forças de segurança em assegurar a estabilidade do regime na COLÔMBIA.

O diálogo de paz, que o governo vinha desenvolvendo com a guerrilha, no MÉXICO, foi suspenso devido à morte de um ex-ministro colombiano, seqüestrado pelo Exército Popular de Libertação (EPL). O anúncio da morte provocou reações das autoridades governamentais, que passaram a admitir a necessidade de "fortalecer as ações das Forças Armadas" . Tais atitudes vão ao encontro da posição castrense de que o governo não deve transigir no trato com os guerrilheiros. Os militares vêem com ceticismo o processo de diálogo com a guerrilha e defendem uma maior ofensiva contra as forças rebeldes.

Dentro desse contexto, destacam-se as medidas adotadas pelo governo, contidas no Plano Qüinqüenal, para as forças de segurança, com modificações substanciais no manejo do orçamento das Forças Armadas, ampliando a capacidade operacional e elevando o moral da tropa.

Assim, o fato de o governo persistir na busca de uma saída negociada para o conflito armado não solucionarão o problema. Trata-se apenas de uma manifestação de vontade direcionada a minimizar a escalada da violência e a promover a operacionalidade das Forças Armadas contra a guerrilha. Sabe o governo que o movimento guerrilheiro sempre se utilizou do expediente da negociação apenas para fortalecer-se. É nesse sentido que as Forças Armadas não pretendem dar tréguas e negociar com a guerrilha, visto que isso sempre veio em prejuízo do combate à violência. Nessas circunstâncias, dificilmente a questão deverá ser resolvida mediante o diálogo. Na realidade, o objetivo militar consiste em debilitar a guerrilha ao extremo, forçando os guerrilheiros a abandonarem em definitivo as armas, sem o artifício do diálogo.

* * *

INUR Nº 196.21/310392

PERU

- Violência política.

(20 MAR 92)

O "Partido Comunista del Perú - Sendero Luminoso" (PCP/SL) - principal organização guerrilheiro-terrorista atuante no PERU - vem intensificando uma prática comum no processo revolucionário senderista: o assassinato de lideranças políticas e comunitárias.

No início desta semana, uma coluna do PCP/SL incursionou por um povoado do Distrito de SORAYA, no Departamento de APURIMAC, e, após reunir população e autoridades na praça local, executou o Prefeito do Distrito, oito dirigentes municipais e dois líderes comunitários, todos considerados, por um **"julgamento popular"** sumário, **"traidores da causa revolucionária"**. A esses assassinatos somam-se os de dois outros dirigentes do povoado de AUQUIMARCA, no Departamento de JUNIN, e o do Prefeito do Distrito de TOTOS, Província de CANGALLO, no Departamento de AYACUCHO.

Saliente-se que, em quase doze anos de luta armada, foram assassinados 1.780 líderes políticos e comunitários no país. Em conseqüência, 39 províncias e 1.110 distritos se encontram sem autoridades constituídas, por terem sido assassinadas ou por inexistirem postulantes ao provimento daqueles cargos.

Note-se que tais execuções se inserem na tática senderista de estabelecer **"vazios de poder"**, o que criaria as condições propícias para a imposição do domínio político local daquela organização. Ademais, o PCP/PL utiliza-se desses **"justiçamentos"** para demonstrar que ingressou na fase do **"equilíbrio estratégico"** -, etapa intermediária da **"revolução peruana"**, que começaria, de acordo com ABIMAEL GUZMÁN - líder e ideólogo do **"Partido"** -, quando a organização adquirisse maturidade política, capacidade militar e apoio popular suficientes para produzir ações de envergadura no contexto do que intitula de **"luta popular revolucionária"**.

Tais fatos ganham contornos mais preocupantes considerando-se a notória incapacidade de o Estado opor-se à evolução do processo revolucionário senderista; as sucessivas demonstrações que aquela organização vem dando de seu poder operacional, materializadas por intermédio de ações cada vez mais ousadas e violentas; e a aproximação das eleições municipais peruanas, previstas para novembro próximo.

Dessa forma, é factível supor que os recentes assassinatos são o início de um processo de recrudescimento de ações de igual natureza, que deverão se incrementar, substancialmente, nos próximos meses.

* * *

DOCUMENTO 9202983
Ecuador: Situación socio-política
PROCEDENCIA 06/4/92
FECHA DE PROCEDENCIA ENLACE BRASIL
VINCULACIONES SERVICIO BRASIL 0362
65838
11164
11165

ENTRADO
CRUZADO HCL

INUR Nº 207.21/060492

EQUADOR

- Situação sócio-política.

(27 MAR 92)

O EQUADOR vive uma etapa pré-eleitoral, em meio a uma aguda crise sócio-econômica. As eleições para a Presidência da República, os governos das províncias e os legislativos nacional e provinciais serão realizadas em 17 Mai 92. O país encontra-se praticamente paralisado, inclusive em nível internacional, com as negociações da dívida externa e o contencioso fronteiriço com o PERU aguardando o novo Presidente.

No campo econômico, o Governo de RODRIGO BORJA conseguiu alguns sucessos no caminho da negociação da dívida externa. Obteve um acordo "stand-by" com o FMI, de US$ 105 milhões, e renegociou a dívida de US$ 400 milhões com o Clube de Paris. Com os bancos privados, as negociações prosseguem. Com relação aos juros da dívida externa, o governo está pagando 30%, enquanto os credores exigem que o montante seja elevado para 50%. Aguarda-se que as negociações sejam concluídas nos primeiros meses do próximo governo.

A situação sócio-econômica da maioria do povo equatoriano deteriorou-se consideravelmente. A taxa de desemprego de 6%, em 1980, supera, hoje, 15%. Além disso, 50% da população sobrevive em subempregos; o salário-mínimo, que, na mesma época, era de US$ 160, hoje, equivale a apenas US$ 70. As duras condições econômicas conduzem a maioria da população à realização de constantes greves, com vistas a recuperar o poder aquisitivo. Enquanto isso, há um crescimento acentuado da delinqüência, causando intranqüilidade e afetando os benefícios que poderiam ser obtidos com o turismo. A população ressente-se, também, das precárias condições sanitárias, enfrentando uma epidemia da cólera e deficiências, de toda ordem, nos serviços médicos oferecidos pelo Estado.

No meio militar, não há intranqüilidade visível. A pendência com o PERU, por questões de limites, é o problema mais preocupante para a esfera castrense.

No campo político, as últimas pesquisas eleitorais mostram que os candidatos conservadores de oposição - SIXTO DURÁN BALLÉN, do Partido Unidade Republicana (PUR), e JAIME NEBOT SAADI, do Partido Social Cristão (PSC) - são os favoritos, com mais de 60% da preferência popular. Em terceiro lugar, com [illegible] constante em torno de 10%, encontra-se o candidato populista, [illegible] ABDALÁ BUCARAM, do Partido Roldosista Equatoriano (PRE).

9202983

Cabe ressaltar a tentativa do candidato FRANK VARGAS PAZZOS, da Ação Popular Revolucionária (APRE) - posicionado com um índice fraquíssimo de 4,6% -, de tentar influenciar os militares. A mensagem de VARGAS é que "**a diminuição do nível de vida na AMÉRICA LATINA poderia levar à intervenção militar**", acentuando que a esfera castrense sofre as mesmas dificuldades que o povo em geral.

Não obstante as sérias dificuldades na área sócio-econômica e a impopularidade do Presidente, não se observam manifestações de rebeldia por parte da população nem do estamento militar. Assim, o momento vivido pelo EQUADOR é de expectativa pelas próximas eleições gerais - que sinalizam uma mudança de governo, com ampla margem de favoritismo para os candidatos oposicionistas - o que torna improvável uma tentativa de desestabilização do regime.

* * *

Nº DOCUMENTO 9202984

TITULO Suriname: Crisis entre Gobierno civil y los Militares.-

PROCEDENCIA Enlace BRASIL 20.362

FECHA DE PROCEDENCIA 18/3/92

VINCULACIONES Servicio Brasil. - 20362

10084

11302

13065

ENTRADO

CRUZADO MCL

1/2

INUR No 166.21/180392

SURINAME

Crise entre o Governo civil e os militares.

Falta... [illegible]

(10 Mar 92)

[illegible] as relações entre o Governo e as Forças Armadas vêm experimentando dificuldades. O ponto de [illegible] a forma como o Governo [illegible] SURINAME com a HOLANDA e a [illegible] Defesa Civil, SIEGFRIED GILDS.

A chegada [illegible] PARAMARIBO, para [illegible] Defesa suriname̊s, [illegible] autoridades civis e militares. Em 05 Mar 92, o Comandante da Marinha, GRAS MIJNALS, membro da Autoridade Militar (AM) – órgão de cúpula das Forças Armadas [illegible] tornou público que o Presidente RONALD VENETIAAN, de acordo com o Ministro da Defesa, [illegible] contato que a [illegible] missão militar holandesa, em visita ao SURINAME, manteria com a [illegible] visita da missão [illegible] negócios holandeses [illegible] internos do SURINAME [illegible]

Em 06 Mar, o Presidente VENETIAAN, sob pressão da Assembléia Nacional (AN) [illegible] Defesa e o Chefe das Forças Armadas [illegible] MIJNALS.

[illegible]

9202984

[illegible] Forças Armadas [illegible] que [illegible] da classe [illegible] atividades [illegible] da tropa.

A possibilidade de [illegible] da AM [illegible] o Ministro da Defesa [illegible] Forças Armadas, que terá como principal [illegible] do Poder de BOUTERSE e seus aliados.

[illegible] que a crise existente entre [illegible] agravar-se, [illegible] que poderá atingir, principalmente [illegible] real de [illegible] aos fatos.

* * *

DOCUMENTO 9202985
TITULO CUBA: Busca de aliança con países árabes e IRÃ
PROCEDENCIA Enlace BRASIL
FECHA DE PROCEDENCIA 31/3/92
VINCULACIONES Servicio Brasil. 20362.
65677
113979
11169

ENTRADO
CRUZADO MCC

INUR Nº 199.21/310392

CUBA

- Busca de aliança com países árabes e IRÃ.

(13 MAR 92)

Com o fim do comunismo no LESTE EUROPEU, o Governo cubano viu desaparecer os abundantes subsídios que durante 30 anos permitiram-lhe burlar o embargo norte-americano.

Objetivando conquistar novos aliados, o Governo cubano vem desenvolvendo intensas gestões diplomáticas, buscando alianças políticas com um grupo de países árabes - entre os quais LÍBIA, SÍRIA e TUNÍSIA - e o IRÃ, além da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Ressalte-se que o Vice-Presidente cubano, JOSÉ RAMÓN FERNANDES, concluiu, recentemente, uma viagem de duas semanas a esses países, quando entregou uma mensagem pessoal de FIDEL CASTRO a cada mandatário. Apesar de desconhecido o conteúdo do documento, JOSÉ RAMÓN declarou que os Estados árabes visitados concordam com CUBA da necessidade de coordenar políticas para resistir ao domínio norte-americano.

No campo econômico, CUBA tem mantido relações vantajosas com os países árabes e o IRÃ e sua balança comercial demonstra um superávit nessa região.

Destaque-se que os laços mais sólidos estão sendo construídos com o IRÃ. Em 91, foi firmado um acordo bilateral de colaboração no campo da energia nuclear. Recentemente, um acordo foi concluído entre CUBA, IRÃ e UCRÂNIA, pelo qual CUBA completará a cota de açúcar que a UCRÂNIA necessita para exportar ao IRÃ, recebendo, em troca, petróleo iraniano. Além disso, está prevista uma reunião, este mês, em TEERÃ, com o objetivo de revisar os meios e métodos para lograr maior expansão nas relações bilaterais, nos campos da agricultura, desportos, saúde e indústria.

Ressalte-se que os vínculos dos países árabes e IRÃ com CUBA são facilitados, devido ao interesse comum em se contraporem à hegemonia norte-americana.

Apesar do otimismo de FIDEL CASTRO, os vínculos com o mundo árabe e IRÃ não deverão alcançar níveis capazes de substituir a ajuda da ex-URSS e não se constituirão em solução para enfrentar o bloqueio norte-americano.

* * *

Nº DOCUMENTO 9202986
TITULO EE.UU. Implicaciones político-economico de reducción de gastos militares.-
PROCEDENCIA ENLACE BRASIL
FECHA DE PROCEDENCIA 12/3/92
VINCULACIONES SERVICIO BRASIL. - 20362.
65890
11163
11332.

ENTRADO / /
CRUZADO M.C.L.

INUR No 152.21/120392

EUA

- Implicações político-econômicas da redução dos gastos militares.

Estudo efetuado pelo "Office of Technology Assessment - OTA", do Congresso dos EUA, intitulado "Após a Guerra Fria: Vivendo com Menores Gastos com Defesa", concluiu que trabalhadores, empresas e comunidades norte-americanas altamente dependentes dos dispêndios governamentais com a defesa deverão ser severamente afetados pela transição do país para uma economia pós-Guerra Fria.

O referido estudo estima que, no período 1991-2001, os gastos voltados para o setor de defesa deverão atingir o mais baixo nível dos últimos 40 anos e que, dos atuais 6 milhões de empregos relacionados com o setor, cerca de 2,5 milhões deverão ser extintos. Essa redução média anual de 250 mil empregos, apesar de significativa, representaria apenas 0,2% da população empregada em 91, que foi de 119 milhões.

O OTA concluiu, todavia, que os impactos na economia dos EUA nos últimos 50 anos não estiveram relacionados com cortes em gastos com a defesa, mas, principalmente, a mudanças estruturais na economia civil.

Enquanto os políticos republicanos tendem a enfatizar os impactos negativos setoriais advindos de uma redução nos gastos com a defesa e a ponderar a necessidade de que as reduções nos dispêndios sejam graduais e suaves, os democratas destacam que os cortes poderiam ser mais acentuados que os atualmente propostos, de forma a possibilitar maiores gastos em outros setores da economia, como forma de agilizar a desejada recuperação [illegible].

Apesar de a redução na parcela do orçamento destinado à defesa significar, na prática, uma perda de "status" ou poder político do Departamento da Defesa dos EUA, o Executivo norte-americano [illegible] enfatizando a necessidade de tais alterações, principalmente num momento pré-eleitoral, onde [illegible] defesa são associadas à [illegible] Também por razões [illegible]

01.01 9202986

INUR Nº 198.21/310392

SUDÃO
- Possível base de sustentação do terrorismo internacional.

(20 MAR 92)

O Departamento de Estado norte-americano anunciou, recentemente, que poderá incluir o SUDÃO na lista de países que prestam apoio ao terrorismo internacional, ao lado da CORÉIA DO NORTE, CUBA , IRÃ, IRAQUE, LÍBIA e SÍRIA. Tais nações são impedidas de receber ajuda dos EUA e de acessar os organismos financeiros internacionais.

O Governo do SUDÃO, após adotar e aplicar os preceitos da lei islâmica ("sharia"), a partir de Mar 91, vem sendo acusado de converter-se no novo centro de homizio de militantes de grupos fundamentalistas islâmicos. Esses movimentos receberiam proteção e assistência do atual regime do General OMAR HASSAN AL-BASHIR, que vem procurando emprestar ao seu governo um caráter, de certa forma, teocrático, com o intuito adicional de angariar o apoio do clero islâmico local e também de garantir maior sustentação popular.

Coerente com a nova feição islâmica do regime, no plano político externo há indícios de que o Governo do General HASSAN estaria inclinado a emprestar apoio a movimentos fundamentalistas em países do MAHGREB e seus vizinhos africanos. Suspeita-se, nesse sentido, que o SUDÃO estaria se utilizando da influência advinda da aproximação com o regime fundamentalista do IRÃ, principalmente nas áreas de defesa e de Inteligência. Uma evidência do posicionamento de KARTUM, em relação ao Ocidente, foi o apoio ao IRAQUE durante a guerra do GOLFO PÉRSICO e o estreitamento das relações com a LÍBIA.

Alguns Serviços de Inteligência ocidentais têm afirmado que o Governo sudanês estaria propiciando treinamento operacional a militantes fundamentalistas de vários países, em especial do EGITO, da LÍBIA e do AFEGANISTÃO, em campos de adestramento situados ao norte do SUDÃO. Ademais, aquele país estaria servindo também como uma base de apoio para organizações que praticam o terrorismo internacional e para o trânsito de terroristas egípcios e palestinos que se dirigem para a EUROPA e ÁSIA. Enquadrar-se-iam, nesse contexto, os grupos fundamentalistas HAMAS e o HIZBALLAH, que disporiam de bases de treinamento em território sudanês.

* * *

Nº 9202983
CEI: SITUACIÓN EN ALTO KARABAKH preocupa a Occidente
PROCEDENCIA Enlace Brasil
FECHA DE PROCEDENCIA 31/3/92
VINCULACIONES SERVICIO BRASIL.
CEI (907293)
Armenia (10194)
Azerbaiyán (10207)

INUR Nº 192.21/310392

CEI

- Situação no Alto KARABAKH preocupa o Ocidente.

(13 MAR 92)

O conflito pelo controle sobre o enclave de NAGORNO-KARABAKH no AZERBAIJÃO dominou os debates da segunda reunião do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (CCAN), realizada em BRUXELAS, onde membros da OTAN e do extinto Pacto de VARSÓVIA apoiaram as diferentes iniciativas de mediação e evocaram a idéia de utilizar a Organização como instrumento para a manutenção da paz na EUROPA. Segundo as resoluções aprovadas, esses esforços poderão ser encabeçados pela Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE) ou pela ONU, em especial visando ao fim das hostilidades entre armênios e azeris.

De outra feita, no intuito de preservar os contingentes da Comunidade de Estados Independentes (CEI) e dar segurança ao material bélico e equipamento militar na área e, em especial, em face da decisão do AZERBAIJÃO de constituir seu próprio Exército, as unidades militares da CEI deixaram a região onde o confronto já produziu milhares de mortes, desde o início das hostilidades. Não obstante essa medida, a trégua que vinha sendo estabelecida desde o início da retirada das tropas tem sido, sistematicamente, rompida em vários pontos da linha de frente do território disputado, causando preocupação à Comunidade Internacional e estimulando a interferência de países limítrofes que mantêm interesses históricos sobre a área conflituosa.

Nesse sentido, o IRÃ, que já havia tentado uma mediação, manifestou-se disposto em dar continuidade aos esforços de paz para evitar que os combates possam provocar uma intervenção estrangeira na região. Da mesma forma, a TURQUIA - cujos gestores da política externa promoveram um giro por sete Repúblicas da CEI - mostra-se favorável ao desenvolvimento dos esforços diplomáticos para a solução da crise, sem, contudo, deixar de adotar medidas de caráter intimidatório nas proximidades da fronteira e de reforçar suas forças militares na Província de KARS, perto da ARMÊNIA, com quem também guarda diferenças históricas.

Tanto a TURQUIA quanto o IRÃ têm externado sua preocupação com a luta e vêm tentando conseguir um acordo entre as partes, mas as perspectivas de um envolvimento desses países muçulmanos no conflito de vizinhos aumenta à medida em que se vê agravada a disputa entre armênios cristãos e azerbaijanos

muçulmanos. Esses países poderiam desempenhar um papel relevante na busca de uma solução pacífica para a questão, entretanto algumas nações ocidentais se mostram apreensivas com a possibilidade de uma intervenção externa, pois preferem que a RÚSSIA e o CAZAQUISTÃO atuem como mediadores na qualidade de membros da CEI.

Por outro lado, a retirada das tropas do antigo Exército Vermelho do enclave de NAGORNO-KARABAKH afigura constituir um claro reconhecimento - por parte da CEI - de sua impotência, deixando antever que a Comunidade não mais pretende influenciar o conflito. Assim, a situação não parece se encaminhar para uma solução pacífica e, não obstante o diferendo vir de longa data, a escalada das ações, no momento, compromete seriamente a paz na região, além de representar uma grave ameaça a toda a área do CÁUCASO, com previsíveis reflexos sobre o ORIENTE MÉDIO.

* * *

INUR Nº 187.21/310392

ECONOMIA INTERNACIONAL

- Críticas à atuação comercial dos EUA.

Autoridades da Comunidade Econômica Européia (CEE) vêm expressando seguidas e crescentes queixas quanto aos acordos celebrados pelos ESTADOS UNIDOS e o JAPÃO durante a visita do Presidente GEORGE BUSH àquele país, em Jan 92, visando amenizar as tensões comerciais entre ambos. Conforme o ministro francês da economia, PIERRE BEREGOVOY, o acordo de autopeças assinado pelos dois países implica numa prática comercial desleal que discrimina os produtos europeus do setor. Por sua vez, o ministro alemão IVERGEN MOELLEMAN qualificou-o de um desserviço ao livre comércio e disse que os aumentos administrativamente arranjados de importações dos EUA vão contra a competitividade e diminuem as chances de mercado para os produtos alemães e europeus.

A posição da CEE se aproxima da apontada por um relatório divulgado pelo GATT, em 11 Mar 92, demonstrando preocupação com a tendência dos EUA para a formação de acordos regionais, a exemplo dos efetuados com o CANADÁ e MÉXICO, e com o inserido no programa "Iniciativa para as Américas". Tanto os acordos regionais quanto os bilaterais são passíveis de gerar o comércio desleal, sendo, portanto, complicadores adicionais das negociações no âmbito daquele organismo.

Apesar dessas preocupações, na prática os acordos com o MÉXICO e o CANADÁ não atravessam uma fase favorável. Os EUA vêm sendo acusados pelos dois países de postegar decisões que viabilizem a aceleração dos acordos, devido a questões políticas e pressões internas, bem como pelas proibições de importação de atum mexicano e pela tarifa de 14,5% imposta à madeira canadense. Em ambos os países, as reações foram exacerbadas, sendo que em relação ao CANADÁ as pressões têm sido maiores no sentido da adoção de medidas retaliatórias.

Quanto ao acordo assinado com o JAPÃO, as perspectivas de curto prazo não favorecem quaisquer resultados mais consistentes aos interesses comerciais norte-americanos, pois as mudanças estruturais no consumo demandariam tempo mais longo. O efeito maior procurado seria apenas político, tendo em vista as eleições presidenciais deste ano.

Todavia, essas críticas dificilmente reverterão a estratégia norte-americana, que tem como algumas justificativas a consciência das dificuldades de sucesso de um acordo multilateral de comércio a partir do GATT, a busca de influência em áreas onde tem interesses bem definidos, e capacidade de competitividade e a necessidade de atenuar seus elevados déficits comerciais. Em contrapartida, a CEE deverá manter-se cada vez mais inflexível em assumir compromissos comerciais mais

amplos.

- **Proposta alteração na Lei Antitruste nos ESTADOS UNIDOS.**

O Procurador-Geral dos EUA, WILLIAM BARR, afirmou que espera, para o mais breve possível, mudanças na legislação antitruste dos EUA no sentido de coibir a atuação dos cartéis que prejudicam as exportações norte-americanas.

A proposta acarretou protestos do Vice-Presidente, DAN QUAYLE, e do Departamento de Estado, enquanto a porta-voz do Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR), PAT NORMAN, informou que o órgão não se opõe à proposta, sem contudo afirmar que apoiará as mudanças.

BARR não explicou como os EUA poderiam aplicar a nova legislação em outros países, fazendo questão de ressaltar que a idéia é dotar os EUA de um poderoso instrumento de coercibilidade contra as práticas de grandes grupos contrários aos interesses comerciais do país.

A posição adotada por altas autoridades norte-americanas - veementemente contrárias à proposta - encontra respaldo na estratégia dos EUA de tentar viabilizar um estreitamento nos acordos comerciais bilaterais, como forma, inclusive, de se antecipar a um possível fracasso nas conversações no âmbito do GATT.

Assim, a aprovação de uma legislação desse teor tenderia a dificultar a implementação dessa estratégia, especialmente em relação ao JAPÃO, país com o qual os EUA vêm buscando intensificar uma aproximação mais efetiva. Ademais, poderiam haver represálias de outras nações desenvolvidas, e mesmo de países em desenvolvimento de interesse norte-americano, colocando o país em uma situação delicada no cenário internacional, com reflexos negativos aos esforços do governo de tentar reverter o quadro recessivo.

* * *

INUR Nº 204.21/060492

ECONOMIA INTERNACIONAL

- Asiáticos reagem favoravelmente à iniciativa dos EUA para o incremento das relações econômicas

(27 MAR 92)

Uma comissão integrada por diplomatas, consultores comerciais norte-americanos e embaixadores de cinco países integrantes da "Association of Southeast Asian Nations" (ASEAN) - MALÁSIA, SINGAPURA, TAILÂNDIA, INDONÉSIA e FILIPINAS - iniciou, em 20 Mar 92, uma viagem por diversas cidades dos EUA. O evento é uma conseqüência da visita do Presidente BUSH àquela região, em janeiro passado, e visa estreitar os negócios bilaterais, inclusive nas áreas de tecnologia e de competitividade, no sentido de abrir melhores expectativas e facilitar o acesso de empresas norte-americanas àquele mercado.

O Sudeste asiático é a área de mais rápido crescimento, em âmbito mundial, e o terceiro maior mercado para as exportações dos ESTADOS UNIDOS, atrás apenas da Comunidade Européia e do JAPÃO.

Nas cidades visitadas, serão realizados seminários destacando as oportunidades práticas para negócios, com ênfase para os programas de assistência governamental daqueles países. Ademais, serão prestados esclarecimentos e divulgadas diversas informações sobre como acessar e implementar as relações comerciais e de investimentos com a região.

A iniciativa do governo BUSH reforça a preocupação no sentido de aumentar o nível de competitividade e de investimento em pesquisas nas empresas domésticas, fator essencial para a manutenção da hegemonia do país na produção de um considerável número de produtos agregadores de tecnologias de ponta. Além disso, esse maior intercâmbio coloca os EUA diante de um mercado com excelentes disponibilidades financeiras, o que tende a determinar melhores condições para que o país supere o processo recessivo que sua economia atravessa. Por outro lado, a disposição dos países asiáticos demonstra a procedência de uma ação mais arrojada, visando o incremento nas relações comerciais e financeiras internacionais, conforme a realizada pelos EUA.

* * *

Nº PROTOCOLO 9202992
TÍTULO: Ciencia y Tecnologia: Jordania demuestra interes en adquirir aviones de combate producidos en Chile.-
PROC.: Enlace Brasil
FECHA: 31/3/92
VINC.: Servicio BRASIL.
Jordania (10111)
F. Chile (11163)
Relacion (11331)
F. Tec (11166)

INUR Nº 195.21/310392

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- Jordânia demonstra interesse em adquirir aviões de combate produzidos no CHILE.

(20 MAR 92)

O interesse jordaniano em adquirir aviões a jato de combate "**T-36 FALCON**", produzidos no CHILE, surgiu, segundo declarações do Ministro da Defesa chileno, com a visita do príncipe herdeiro FAISAL AL HUSSEIN à "**Feira de Aeronáutica e Espaço**", realizada em SANTIAGO/CHILE nesta semana. A JORDÂNIA deseja utilizar tal equipamento no treinamento de pilotos e em operações de ataque ao solo.

A aeronave subsônica T-36 foi projetada pela fábrica espanhola "**Construcciones Aeronauticas S.A.**" (CASA), que já encerrou a produção desse modelo. Contudo, ainda é produzida no CHILE, do tipo "**biplace**" e com um motor mais potente, que lhe permite alcançar velocidades próximas a 800 km/h e melhorar suas características de vôo, particularmente em missões de combate.

No aspecto referente ao comércio de material bélico, será apresentado ao Congresso chileno um projeto de lei que visa regulamentar a venda de armas ao exterior, uma vez que, em Nov 91, descobriu-se um contrabando de armas para a CROÁCIA, destinado a grupos ultradireitistas, no momento em que vigorava um embargo da ONU.

O interesse da JORDÂNIA pelos aviões chilenos deriva, possivelmente, da necessidade que aquele país tem de buscar mercados alternativos, em função de suas limitações econômico-financeiras e, ainda, de reduzir sua dependência de equipamentos bélicos produzidos pelos EUA e REINO UNIDO, de custo e manutenção mais elevados.

Dentro da conjuntura bélica, é oportuno ressaltar que o CHILE estaria adquirindo uma tecnologia de última geração, ainda de origem não identificada, que poderá proporcionar-lhe, por exemplo, a localização da esquadra argentina ou de outras forças militares dos países vizinhos.

* * *

9202992

INUR Nº 205.21/060492

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

– <u>Governo dos EUA permite exportação de equipamentos de alta tecnologia para a ex-URSS</u>

O Governo dos EUA, em acordo com o setor privado nacional, decidiu permitir a exportação de equipamentos de telecomunicações de alta tecnologia para as recém-independentes repúblicas da ex-URSS.

Até o momento, os norte-americanos opunham-se a tal liberação, uma vez que os Serviços de Inteligência daquele país e do REINO UNIDO argumentavam que a permissão de exportação de fibras óticas para as referidas repúblicas interferiria em sua capacidade de interceptação.

Durante uma reunião informal entre delegados de alguns países-membros do "Comitê de Coordenação para Controles Multilaterais de Exportação" (COCOM), ocorrida em 04 mar 92, em PARIS/FRANÇA, o representante do Departamento de Comércio norte-americano informou que as fibras óticas estão inclusas na relação proposta para o relaxamento dos controles de exportação, além dos sistemas telefônicos e equipamentos de rádio microonda digital. Segundo o mesmo representante, uma estrutura geral foi acordada, visando expandir a disponibilidade do sistema de telecomunicações naqueles países.

A imprensa norte-americana noticiou que as propostas propiciariam às ex-repúblicas soviéticas a compra de sistemas de telecomunicações avançados e de média velocidade, para transmissão de sons, dados e, possivelmente, imagens, via vídeo, entre cidades.

Acredita-se que na próxima reunião, prevista para Jun 92, em PARIS, os 17 países que compõem o COCOM (AUSTRÁLIA, JAPÃO e os países da OTAN, à exceção da ISLÂNDIA) deverão aprovar a retirada das restrições de exportações de equipamentos de telecomunicações para a ex-URSS, haja vista que as novas tecnologias estão tornando obsoletas as atuais listas de itens sob o controle daquele Comitê.

A mudança de postura do Governo dos EUA, com relação aos controles de transferência de tecnologia, demonstra uma maior flexibilidade no que tange à exportação de produtos considerados fundamentais para a segurança norte-americana e européia.

* * *

Nº. DOCUMENTO 9202994

TITULO VENEZUELA: SITUACIÓN ACTUAL - EVALUACIÓN de perspectivas de UN NUEVO LEVANTE MILITAR.-

PROCEDENCIA ENLACE BRASIL

FECHA DE PROCEDENCIA 12/3/92

VINCULACIONES SERVICIO BRASIL. 20362.

67390

11302

13065

11163

ENTRADO /

CRUZADO HCL

INUR No 146.21/120392

VENEZUELA

Situação Atual. Avaliação da perspectiva de um novo levante militar.

(25 Fev 92)

O levante militar na VENEZUELA, no dia 04 Fev 92 - conduzido por oficiais do Exército e apoiado por elementos da Força Aérea e da Guarda Nacional -, teve como principais motivadores a difícil situação sócio-econômica da população, o alto nível de corrupção da elite dirigente, a insegurança devido ao aumento da violência social urbana e a injusta distribuição de riquezas.

Com efeito, este quadro agravou-se muito a partir da eleição do Presidente CARLOS ANDRÉS PÉREZ para o atual mandato. Ao encontrar o país mergulhado em uma séria crise econômica, PÉREZ lançou um austero programa neoliberal, sob os auspícios do FMI. Não obstante os rigores do plano de reestruturação, a economia venezuelana prosperou, apresentando um crescimento de 9,2% do PIB, no último ano, principalmente em função das altas cotações dos preços do petróleo observadas no início da década de 90. Persistiu, todavia, a injusta distribuição de riquezas, posto que tal prosperidade não alcançou 80% da população, que vivem em diferentes graus de pobreza.

Assim, a incapacidade de o Governo atender às necessidades mais prementes da população criou um clima propício à **"quartelada"** do dia 04 Fev 92. Ressalta-se que o movimento golpista não apresentou qualquer vínculo de caráter ideológico. Foi promovido com o objetivo de corrigir unicamente as disparidades sociais.

A derrota dos militares golpistas não significa, todavia, que estão afastadas as possibilidades de reedição de episódios similares. Há indícios, inclusive, de que o número de insatisfeitos seria bem maior do que aquele que aderiu à sedição. Ademais, deve ser considerado que a **"quartelada"** não é inteiramente inédita na História recente do país.

[illegible] fortalecer-se internamente [illegible] à ocorrida, adotou várias [illegible] do Poder Nacional.

[illegible]

9202994

políticas, em virtude da polarização que se observa para as campanhas eleitorais de 92 e 93.

No campo econômico, a VENEZUELA – usualmente moderada em suas demandas – solicitou aos países membros da OPEP que reduzam as suas cotas de exportação. Esta redução possibilitaria o fortalecimento da cotação do produto e amenizaria o déficit que se prenuncia no orçamento nacional deste ano. Porém, é pouco provável que haja uma redução substancial na oferta do produto a ponto de restaurar os preços praticados no início da década de 90.

No campo militar, observamos o início do julgamento dos líderes do levante. Ademais, respaldado pelas Forças Armadas, ANDRÉS PÉREZ efetuou um remanejamento dos comandos militares. Observa-se a tendência de expurgos na oficialidade considerada de nível médio – sem Estado-Maior – que deu sustentação ao movimento golpista.

Para enfrentar a causa principal do levante – a difícil situação social –, o Presidente venezuelano anunciou o início da execução de um projeto que representará a fase definitiva e permanente do programa social do Governo. O projeto prevê a utilização de recursos do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da privatização de estatais. A inversão anual será de US$ 2 bilhões, que se somarão aos US$ 3 bilhões, normalmente previstos no orçamento nacional para o setor. Os recursos financeiros se destinam a resolver problemas básicos nas áreas de educação, saúde e serviços públicos. Entretanto, o projeto – que deverá encontrar dificuldades de aprovação no Parlamento – não é suficiente para atender as demandas sociais, que estão a exigir a adoção de uma política social efetiva de longo prazo, baseada certamente no crescimento sustentado da economia.

Verifica-se, assim, que o problema é de difícil solução, pois o Presidente ANDRÉS PÉREZ não poderá adotar medidas sociais profundas que alterem o seu plano econômico. Em conseqüência, as perspectivas são de que a inquietação e as manifestações ainda persistam a curto e médio prazos.

As depurações na cúpula militar poderão desbaratar uma possível rede conspiratória porventura organizada, mas não impedirão, certamente, que surjam outros focos de instabilidade, porquanto estes se alimentam essencialmente do processo de crise integral em que se insere a VENEZUELA.

Não obstante ter PÉREZ adotado várias medidas após a tentativa de golpe contra o seu governo, ainda persistem, sobretudo nos meios políticos, rumores e inquietações relacionadas à perspectiva de um novo movimento insurreicional.

No âmbito das FFAA, há evidências de que a forte ação disciplinar exercida pelo Presidente da República não conseguiu debelar por inteiro os focos de insatisfação e mesmo de contestação ao governo constituído.

Nesse contexto, há de fato possibilidade de que venha a repetir-se novo ato atentatório ao Governo PÉREZ, com raízes nas FFAA, porém sem que isso possa ser caracterizado como de ocorrência imediata, na medida em que, ainda, persistem esperanças de que as providências emergenciais adotadas, principalmente, nas áreas econômica e social gerem rapidamente efeitos que possam atenuar ou esvaziar o atual quadro de tensão reinante no país.

* * *

Nº DOCUMENTO 9202995
[illegible] VENEZUELA: Cambio EN GABINETE MINISTERIAL.
PROCEDENCIA Enlace BRASIL
FECHA DE PROCEDENCIA 12/3/92
VINCULACIONES SERVICIO BRASIL. 20362.
67390
11164
11302

ENTRADO /
CRUZADO MCL

INUR No 151.21/120392

VENEZUELA

- Mudanças no Gabinete Ministerial.

Com o objetivo de ampliar e consolidar uma forte base de sustentação política ao Governo de CARLOS ANDRÉS PÉREZ, o partido situacionista, a Ação Democrática (AD), propôs a participação de políticos oposicionistas e de outras personalidades, sem filiação partidária, no Gabinete Ministerial.

A tentativa da AD não obteve resultados satisfatórios, posto que o líder do Comitê Político Eleitoral Independente (COPEI), EDUARDO FERNANDEZ, repudiou a participação em um gabinete de conciliação, preferindo permanecer na oposição. Por sua vez, o Secretário-Geral do esquerdista Movimento ao Socialismo, segundo maior partido oposicionista, exigiu mudanças na política econômica e a substituição de seus principais condutores.

A possibilidade de formação de um sólido bloco político, para sair da crise que afetou o sistema democrático venezuelano com o levante de 04 Fev 92, esvaiu-se com a falta de respaldo dos partidos oposicionistas. A AD assegurou seu apoio a CARLOS ANDRÉS PÉREZ e permitiu-lhe anunciar, em 25 Fev 92, modificações no Gabinete ministerial, com a nomeação de seis novos ministros: Energia e Minas; Justiça; Secretaria da Presidência; Coordenação e Planejamento; Interior; e Escritório Central de Informações.

Ao dirigir-se à Nação, no dia 26 Fev 92, ANDRÉS PEREZ reconheceu que seu Governo teve que adotar medidas econômicas rigorosas em Fev 89, mas prometeu que "nos próximos dias serão adotadas correções que tornem mais suportável o processo de ajuste".

A análise inicial das medidas já tomadas e das prometidas demonstra que não haverá modificações substanciais na política macroeconômica, somente pela designação do ex-Ministro de Coordenação e Planejamento, MIGUEL RODRIGUEZ, para a Presidência do Banco [illegible]. MIGUEL RODRIGUEZ é considerado o [illegible] de CARLOS ANDRÉS PÉREZ [illegible]

9202995

[illegible] Cabe ressaltar que embora [illegible] o Governo deverá [illegible] pressão no déficit [illegible] guerra do [illegible] do petróleo no mercado internacional.

As [illegible] em efetuar mudanças substanciais em seu plano [illegible], a impopularidade de 81% que cobria e a crise social [illegible] que CARLOS ANDRÉS PÉREZ continua [illegible] e uma ação desestabilizadora de grupos insatisfeitos e explicam as razões dos partidos oposicionistas negarem-se a participar de um amplo governo de conciliação.

Quanto aos militares, permanece o sentimento latente de [illegible], tanto nos médios quanto nos altos postos, contra a [illegible] e a situação econômica, o que indica a possibilidade real de uma [illegible] tentativa contra as instituições do país.

* * *

02/02

9202995

Nº DOCUMENTO 9202996
TÍTULO VENEZUELA: CAMBIOS PARA ENFRENTAR LA CRISIS.-
PROCEDENCIA ENLACE BRASIL
FECHA DE PROCEDENCIA 31/3/92
VINCULACIONES SERVICIO BRASIL . 20362 -
67390
11164
11302

ENTRADO /
CRUZADO MCL

INUR Nº 186.21/310392

VENEZUELA

- Mudanças para enfrentar a crise.

(06 MAR 92)

Com o objetivo de contornar a grave crise que vem enfrentando, o Presidente CARLOS ANDRÉS PÉREZ anunciou, em 05 Mar 92, uma profunda reforma de natureza política, econômica e judicial.

No setor político, foi anunciada a redução do Gabinete ministerial com a criação de um Ministério de "união nacional", com apenas nove ministros, em substituição aos atuais 27, e a realização de um "referendum", onde será decidida uma reforma constitucional, que permita a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte e a criação do cargo de primeiro-ministro.

Como medidas econômicas imediatas, ANDRÉS PÉREZ congelou as tarifas de telefone e energia elétrica e o preço da gasolina. Ademais, prometeu estabelecer um teto para os preços de uma cesta básica de alimentos e remédios. O Presidente anunciou, também, planos para facilitar o acesso da classe média e dos militares à casa própria.

O Governo pretende enviar ao Congresso, urgentemente, um projeto de modernização do Poder Judiciário, que inclua a demissão dos juízes corruptos. Os planos prevêem, também, reformas nas estruturas da polícia e no regime penitenciário.

As medidas tomadas foram recomendadas pelo Conselho Consultivo Presidencial, órgão de assessoramento criado após a tentativa de golpe militar de 04 Fev 92 e integrado por políticos de várias filiações partidárias, economistas e outras personalidades destacadas no país.

Verifica-se que, no campo político, a decisão de PÉREZ visa fortalecê-lo no Congresso Nacional e reverter o quadro de absoluta impopularidade que ostenta no momento. Por sua vez, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte objetiva transferir ao povo a solução global da crise.

A reforma no Poder Judiciário, há muito exigida, é apontada como fundamental para combater a corrupção que grassa no país.

Todavia, é no campo econômico que a atual reforma

9202996

terá um maior impacto. O Presidente ANDRÉS PÉREZ enviou aos EUA o Presidente do Banco Central, ex-Ministro da Coordenação e Planejamento e responsável pelas reformas neoliberais do Governo, para assegurar que a VENEZUELA quer manter o processo de abertura econômica. Apesar dessa tentativa de apaziguar a comunidade internacional, o plano de reestruturação econômica de CARLOS ANDRÉS PÉREZ, que vinha apresentando bons resultados macroeconômicos, está realmente comprometido. O congelamento das tarifas, dos preços dos combustíveis e da cesta básica de alimentos e remédios contraria o acordo assinado com o FMI. Por sua vez, o congelamento das tarifas de telefone compromete o plano de privatização, rompendo um compromisso assumido por ocasião da venda da Companhia Nacional de Telefones (CANTV) a um consórcio com participação majoritária do capital estrangeiro.

As medidas tomadas na economia podem não ser suficientes para acalmar a situação, por não incluírem um reajuste salarial, mas atendem, em parte, aos reclamos da maioria da população, severamente atingida pela austeridade econômica, e aos militares inconformados.

* * *

Nº DOCUMENTO 9202997
TEMA VENEZUELA: AGRAVAMIENTO EN CRISIS POLITICA
PROCEDENCIA ENLACE BRASIL
FECHA DE PROCEDENCIA 31/3/92
VINCULACIONES SERVICIO BRASIL 20362
67390
11164
11302

ENTRADO /
CRUZADO HCL

INUR Nº 191.21/310392

VENEZUELA

- Acirramento da crise política.

(13 MAR 92)

Nesta semana, agravou-se a crise política venezuelana, quando um "**panelaço**", em estilo chileno, irrompeu na noite de 10 Fev 92, acompanhado do apagar de luzes das residências. Os manifestantes exigiram a renúncia do Presidente CARLOS ANDRÉS PÉREZ e saudaram os líderes da frustrada tentativa de Golpe de Estado de 04 Fev 92. Os protestos foram desencadeados em CARACAS e em mais vinte cidades do interior, sendo que, durante o dia, ocorreram incidentes com a polícia, com saldo de presos e feridos.

Os protestos, em 10 Mar, que se somam às cerca de mil manifestações contra o Governo, durante os anos de 91/92, foram convocados por organizações civis de bairros e associações estudantis. Contudo, não receberam apoio dos partidos políticos e das organizações sindicais.

Tentando fortalecer-se politicamente, ANDRÉS PÉREZ organizou o novo gabinete ministerial com dois membros do maior partido da oposição, o Comitê Político Eleitoral Independente (COPEI). Mesmo tratando-se de um gabinete de "**união nacional**", o COPEI deixou claro que não aderia ao Governo e mantinha-se na oposição, obviamente para evitar "**contaminar-se**" com a impopularidade de ANDRÉS PÉREZ. Isso se deve à proximidade das eleições deste ano para governadores e prefeitos, e de 1993, para a presidência e o legislativo.

As demonstrações contra o Governo denotam claramente que o Presidente da República encontra-se em uma situação extremamente delicada. CARLOS ANDRÉS PÉREZ acha-se totalmente incompatibilizado com a opinião pública. O apoio que recebe das forças políticas é condicional. Isso se verifica tanto em seu partido, a Ação Democrática (AD), que sempre apoiou com ressalvas seu plano de reestruturação econômica, quanto na oposição, que "**empresta**" seus membros para o Gabinete de "**união nacional**", mas sem comprometer-se com uma coligação.

Sensibilizadas pela insatisfação popular, premidas pela austeridade do plano econômico e revoltadas contra a corrupção que grassa no país, inclusive em sua alta cúpula, as Forças Armadas venezuelanas são o sustentáculo de um regime que se desmorona.

9202997

Fica cada vez mais evidente que se estreita rapidamente o poder de manobra de CARLOS ANDRÉS PÉREZ. As medidas tomadas pelo Presidente da República, sob a orientação do Conselho Consultivo da República, não vêm obtendo credibilidade e aceitação necessárias por parte da população.

A continuarem as manifestações populares espontâneas, não se descarta a possibilidade de renúncia ou deposição do Presidente PÉREZ.

* * *

Nº DOCUMENTO 9202998
TEMA: VENEZUELA: DIFICULTADES DEL PRESIDENTE CARLOS ANDRES PEREZ EN MANTENERSE EN EL PODER.-
PROCEDENCIA Em/2cc Brasil
FECHA DE PROCEDENCIA 31/3/92
VINCULACIONES SERVICIO BRASIL. 20362.
67390
11164
11302.

ENTRADO /
CRUZADO MCL

INUR Nº 197.21/310392

VENEZUELA

- <u>Dificuldades do Presidente CARLOS ANDRÉS PÉREZ em manter-se no Poder.</u>

(20 MAR 92)

Apesar da resistência em renunciar, CARLOS ANDRÉS PÉREZ encontra-se submetido a crescentes pressões políticas para deixar o Governo.

O Conselho Consultivo Presidencial, nomeado pelo Presidente para assessorá-lo na presente crise, sugeriu amplas reformas constitucionais, que poderiam levar à renúncia coletiva de todos os mandatários eleitos, inclusive do próprio ANDRÉS PÉREZ.

A oposição, cuja maior representatividade encontra-se no Comitê Político Eleitoral Independente (COPEI), tem em seus quadros o político mais popular do país, RAFAEL CALDERA, que vem exigindo a renúncia de PÉREZ.

O próprio partido governista, a Ação Democrática (AD), já admite a possibilidade de encurtar o atual mandato presidencial. Ao ameaçar renunciar, em 18 Mar 92, PÉREZ obrigou a AD a desistir de apoiar, no Congresso Nacional, a proposta da oposição de reduzir o seu mandato.

Em 19 Mar 92, várias Universidades entraram em greve e realizaram uma grande marcha de protesto. A marcha, declarada **"ilegal e subversiva"** pelo Governo, pedia a renúncia de PÉREZ e o indulto de CHAVEZ e dos outros chefes militares rebeldes, a quem as organizações consideram **"patriotas bolivarianos"**. A manifestação foi violentamente reprimida pelas forças de segurança, resultando em vários presos e feridos. Horas depois da marcha, à noite, houve uma onda espontânea de protestos com batidas de caçarolas, em estilo chileno.

Crescem os rumores de que um novo movimento para depor o Presidente estaria para ser desencadeado no início de abril, com a participação de estudantes e militares.

A perspectiva de um novo levante contra CARLOS ANDRÉS PÉREZ é real. O seu desencadeamento dependerá da evolução das medidas políticas em curso no Congresso Nacional. Os meios militares continuam intranqüilos. Prevê-se que um novo levante será apoiado por expressiva parcela da população, mormente a estudantil. Isso foi demonstrado em inúmeras manifestações realizadas contra o Governo. É sintomática a solicitação de anistia para os **"golpistas"** feita pelos universitários.

* * *

INUR Nº 208.21/060492

VENEZUELA

- Advertência do Ministro da Defesa de que os militares não reprimirão outro levante social.

(27 MAR 92)

O Ministro da Defesa, General FERNANDO OCHOA ANTICH, declarou, em 23 Mar 92, que, se não forem realizadas profundas mudanças na sociedade venezuelana, haverá violência e, nesse caso, "os militares não reprimirão o povo".

A VENEZUELA enfrenta uma espiral de violência, com manifestações constantes contra o Governo de CARLOS ANDRÉS PÉREZ. FERNANDO ANTICH julga ser necessário reordenar o Poder existente e acabar com os privilégios. Argumentou que "se os dirigentes nacionais negarem essa possibilidade, haverá violência".

A possibilidade de ser encontrada uma solução pacífica esvaiu-se com a decisão da Comissão Bicameral do Congresso de confiar ao Parlamento Nacional a adoção de medidas que permitam diminuir o mandato presidencial, negando a oportunidade de uma manifestação popular, através de um referendo sobre o mandato de CARLOS ANDRÉS PÉREZ.

A decisão foi uma conseqüência da oposição de representantes da Ação Democrática (AD), o partido de ANDRÉS PÉREZ. Os parlamentares situacionistas, inicialmente indecisos quanto à posição a adotar, foram pressionados pelo Presidente da República, que ameaçou renunciar, se fosse aprovado o referendo, argumentando que seu afastamento deixaria um vazio de Poder, que, certamente, conduziria a uma ditadura militar.

Afastada a possibilidade de uma manifestação pacífica dos eleitores sobre o mandato de CARLOS ANDRÉS PÉREZ, crescem as tensões e a probabilidade de um levante popular isolado, ou apoiado pelos militares. Esse levante se insinuou no protesto de 19 Mar 92, quando a repressão policial deixou um saldo de 30 feridos. Há notícias de que organizações populares vêm convocando o povo para uma greve e manifestações no país em 08 Abr 92.

A probabilidade de uma comoção social é real, e o Governo não contará com o apoio dos militares para reprimir os manifestantes. É preciso levar em conta que as Forças Armadas vêem-se como garantidoras do processo constitucional. Contudo, boa parte da oficialidade já demonstrou, em 04 Fev 92, e, agora, também o generalato - para evitar ser superado - que admite que a perda do apoio popular sofrida por CARLOS ANDRÉS PÉREZ - que abalou a sua legitimidade - faz com que o mandatário venezuelano possa perder, também, o Poder que lhe é outorgado pela Constituição.

Nº. DOCUM...

TITU... Brigada terá reajuste diferenciado

P...

FECH...

VINCUL...

10196

CRUZ...

Brigada terá reajuste diferenciado

□A promessa foi feita pelo governador Collares à associação das mulheres dos brigadianos que fizeram manifestação de protesto diante do Piratini



Manifestação: *mulheres de brigadianos pedem, diante do Piratini, aumento maior para os maridos*

O governador Alceu Collares prometeu ontem conceder um reajuste diferenciado à Brigada Militar, contemplando a faixa salarial que vai dos soldados aos tenentes — 70% da corporação — com índices maiores ainda neste mês. Na audiência que teve com a diretoria da Associação das Mulheres dos Praças e Cabos da BM, no Palácio Piratini, Collares também anunciou que providenciará material escolar para os filhos dos soldados. O índice do reajuste diferenciado será examinado pela Secretaria da Fazenda.

No começo da tarde, a frente do Palácio Piratini ficou tomada de mulheres. Num lado estavam as esposas dos praças da Brigada Militar, protestando contra os baixos salários, e no outro se al[illegible]avam cerca de 20 policiais militares femininas, realizando o policiamento da área. Apesar do Comando Geral ter anunciado que não haveria reforço no policiamento e nem alteração no trânsito, as brigadianas foram chamadas para evitar tumultos, e os veículos que trafegavam na área foram obrigados a contornar a Praça da Matriz.

Collares decidiu receber as esposas dos brigadianos a pedido do comandante-geral da BM, coronel Antônio Carlos Maciel Rodrigues. E foi o próprio comandante Maciel quem propôs um reajuste maior aos soldados e tenentes. Embora o governador não tenha antecipado o índice, as manifestantes saíram satisfeitas da audiência. A presidente da associação, Maria Cristina Flores Ramos, a vice, Maria Antônia Penz, e a conselheira Maria Ângela da Rosa Corrêa, assinalaram que um soldado está recebendo apenas Cr$ 82 mil mensais de salário básico. Com o adicional de risco de vida, o soldo bruto chega a Cr$ 170 mil.

A audiência começou um pouco tensa. Quando as esposas dos brigadianos pediram reajuste, Collares argumentou que o Estado estava sem recursos. Então, Maria Cristina perguntou por que o governo gastou tanto na reforma dos banheiros do Palácio Piratini. Collares considerou a observação impertinente, mas os ânimos se acalmaram.

O Sindicato dos Servidores da Polícia Civil (Servipol) pedirá que o prometido "reajuste diferenciado" seja aplicado no adicional de risco de vida. Atualmente, brigadianos e policiais civis recebem 150% de risco de vida. O Servipol e a União Gaúcha dos Escrivães, Inspetores e Investigadores da Polícia (Ugeirm) querem um adicional de 222%.

GREVE — A diretoria da Associação dos Cabos e Soldados da BM continua a greve de fome iniciada na manhã de terça-feira, em protesto contra os baixos vencimentos. Ontem, o presidente da associação, soldado José Gomes da Silva Júnior, 34 anos, voltou a ser detido, por volta das 10h, por alguns agentes da PM 2 — o serviço secreto da Brigada. Esses agentes queriam fazer algumas perguntas a Gomes, que trabalhou normalmente no 11º Batalhão de Polícia Militar, apesar da greve de fome.

O comandante do Comando de Policiamento da Capital (CPC) da Brigada, coronel José Roberto Rodrigues, garantiu que Gomes não será preso em função do protesto diante do Palácio Piratini. No entanto, Gomes poderá responder a inquérito militar, porque quebrou a disciplina ao se manifestar contra os baixos vencimentos. Se for condenado, pode sofrer punições que vão da simples advertência à expulsão da Brigada. A greve de fome está sendo feita na sede da Associação dos Cabos e Soldados, na Avenida Júlio de Castilhos, 596, sétimo andar.

Termina a greve de fome dos brigadianos

Paulo Franken

☐Eles decidiram atender apelo das lideranças sindicais que temiam uma tragédia. Ontem, a BM distribuiu vales de compras aos soldados

Terminou ontem à noite a greve de fome dos dez brigadianos em protesto contra os baixos salários da categoria. A decisão pelo fim do jejum, que durou oito dias, foi tomada pelos grevistas após diversos apelos de lideranças sindicais do funcionalismo público, temendo que a manifestação terminasse numa tragédia.

O médico Marcelo Costa, que atendeu o grupo desde o início do protesto à meia-noite de terça-feira da semana passada, fez, no meio da tarde de ontem, uma avaliação do estado de saúde dos PMs e das duas mulheres que acompanharam a greve de fome. Segundo o médico, o estado de saúde do grupo era bastante delicado e em especial o de Claudete Vilau, de 31 anos, que enfrentou problemas devido a uma úlcera estomacal, que lhe provocou fortes dores.

Outro manifestante chegou a apresentar problemas cardíacos, que poderiam ser agravados caso a greve não fosse interrompida. A situação de saúde do soldado PM José Gomes da Silva, presidente da Associação de Cabos e Soldados, também era delicada. Ele permaneceu os últimos dias do movimento internado no Hospital da Brigada Militar, na Zona Sul da cidade, com uma dieta de soro e água. Ontem, foi o primeiro a receber uma alimentação especial para adaptar o estômago, após uma semana sem alimentação sólida.

VITÓRIA — O secretário da Acasol, Jorge Suriz, disse que o movimento foi vitorioso. Ele lembrou que a defasagem salarial da categoria é superior a 750% e que a greve de fome atingiu o seu objetivo, que era o de chamar a atenção da opinião pública sobre os baixos salários dos policiais militares.

O movimento registrado junto ao Supermercado da Brigada Militar, que funciona na Aparício Borges, mostrou ontem as dificuldades financeiras dos policiais militares. Os PMs receberam os vales de compra no estabelecimento e a disputa pelos mantimentos com preços subsidiados chegou a gerar uma pequena confusão e longas filas durante todo o dia.

EDUCAÇÃO

O grande desafio do Governo do Estado inegavelmente se constitui na área da educação. Por quê?

— Desde 1979 o magistério somou 372 dias paralisados;
— Precariedade de mais de 42% dos prédios escolares;
— Denúncias de aproximadamente 300 mil alunos excedentes;
— Falta de professores em sala de aula e mais de 40 mil professores em desvio de função;
— Salário defasado;
— Falta de equipamentos e material para o desenvolvimento do processo educacional de qualidade.

Tratar a educação com seriedade e honestidade, acreditando que só este trabalho contribuirá para a operacionalização do Plano de Governo, são metas perseguidas com medidas que efetivamente mexeram nas estruturas, nos privilégios e na acomodação.

— Em 1989 o Governo do Estado nomeou 16.000 professores.
— Em 1990, 14.000 professores.
— Em 1991, como resultado de um enxugamento executado através de remanejos, reduziu-se a necessidade de 13.135 professores (segundo relatório do Governo anterior), somados a 7.000 Licenças Interesse e 2.000 exonerações, o que totalizaria uma necessidade de 22.000, reduzida para 2.800 nomeações.
— O Projeto Mutirão possibilitou a realização de obras em 1.496 prédios escolares, entre construções, ampliações, reconstruções e prédios recuperados, num total de 42,05%.
— O início do Repasse Trimestral trouxe à Rede Escolar a garantia da manutenção, com mais de 5 bilhões de cruzeiros repassados às escolas nos 2 trimestres últimos de 91 — atendimento ao artigo 202 da Constituição Estadual.
— Implantação do Calendário Rotativo, bem como a melhoria das condições dos prédios escolares, possibilitando a absorção dos alunos excedentes.
— Consideramos, em relação a salário, que este é um dos aspectos fundamentais para a garantia da qualidade. Proposta já está na Assembléia desde o final de 91.

SAÚDE

A principal tarefa foi a municipalização, com o objetivo de descentralizar, racionalizar recursos e agilizar o atendimento na área da saúde.

A primeira etapa, abrangendo todos os departamentos da Secretaria da Saúde, em conjunto com os municípios, já está concluída.

No programa Sulvacina foram distribuídas 7 milhões de doses em todo o Estado.

No ano anterior o universo atingido foi de 68%.

Na gestão do atual Governo, subiu para 82%.

No setor de obras, recuperamos muitos postos de [illegible] pitais, além de serem construídos, nestes 12 meses, [illegible] 2.444 módulos sanitários.

Implantação do sistema de água — Prosan — [illegible] municípios.

JUSTIÇA E CIDADANIA

Inaugurada a Casa da Cidadania, onde foi instalado o [illegible] (Sistema Estadual de Defesa do Consumidor), hoje atendendo [illegible] de 1.200 consultas mensais.

Foi reformado o complexo da Febem, dando mais condições [illegible] atendimento a 3.500 jovens.

Construção de seis novas unidades residenciais [illegible] transformação e adaptação de outras para dar atendimento [illegible] lizado a 150 crianças.

Abertura de arquivos contendo informações políticas [illegible] dãos, do SOPS (Serviço de Ordem Política e Social, [illegible] e da PM-2, da Brigada Militar, de forma pioneira no país.

Criado o Comando de Obras, formado por presidiários, [illegible] listas em eletric[illegible] pedreiros, que [illegible] lham em ob[illegible]

Inc[illegible]

cha está [illegible]

01/03

9203001.

AGRICULTURA

Foram assentadas 568 famílias em 10 mil hectares, já há levantamento de mais 72 mil hectares para o mesmo fim.

Com a implantação de 70 condomínios rurais, estamos revolucionando o setor rural, num sistema cooperativado.

No programa troca-troca foram distribuídos 5 milhões de quilos de sementes de feijão e milho, que serão pagos em produtos.

OBRAS

Está em andamento o Projeto Sulfronteiras, que beneficiará cerca de 70 municípios, com projetos de infra-estrutura e saneamento.

Com investimentos de Cr$ 8,1 bilhões, a CORSAN concluiu obras de porte para saneamento básico em 16 localidades.

A capacidade de produção de água foi aumentada em 1.303 litros por segundo.

Implantação da tarifa popular pela CORSAN.

Com a renegociação de suas dívidas, a COHAB retomará os investimentos em habitação popular no Estado. Com recursos de Cr$ 334 bilhões serão construídas 38 mil moradias, beneficiando 150 mil pessoas. Estão sendo entregues núcleos habitacionais em Caxias do Sul e Horizontina.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Estado investiu 2,3 bilhões de cruzeiros no fomento à pesquisa, sendo 1 bilhão no Programa de Interação das Universidades e Institutos com o setor produtivo. Pólos tecnológicos estão sendo implantados em diferentes regiões. Bolsas da Fapergs evitam a evasão de cérebros e atraem cientistas de outros países. O mais moderno laboratório de eletrônica embarcado da América Latina teve seus investimentos concluídos e já funciona na Cientec para qualificar nossa indústria.

Houve ainda uma fórmula para beneficiar os frigoríficos, já qu[illegible] o Confaz não aprovou a isenção. A solução foi obtida e solucionou [illegible] problema de desemprego e recessão econômica do setor.

Com a implantação do caixa único, conseguimos uma poupan[illegible]ça de 17,4 bilhões de cruzeiros.

MINAS E ENERGIA

O programa POUPE ENERGIA, que atendeu a mais de 2 mil [illegible] licitações, resultou em uma redução de consumo de 3,5%.

Lançado o Edital de Licitação para Usina Dona Francisca. Cri[illegible]da a SULGÁS, que vai tratar de implantar o gasoduto, com particip[illegible]ção do Estado, da PETROBRÁS DISTRIBUIDORA e da iniciativa p[illegible]vada, através da FIERGS.

A CRT implantou nada menos de 62 Centrais Automáticas n[illegible]tes 12 meses e instalou 67.448 terminais telefônicos, beneficiando [illegible] forma direta 210 localidades gaúchas.

Como destaques em comunicações, temos a telefonia celular [illegible] a mudança para os sete dígitos em Porto Alegre e mais 25 cidades [illegible]zinhas, abrangendo 290 mil telefones.

A implantação de 4.000 telefones celulares está prevista para de[illegible]zembro deste ano, atendendo usuários de Porto Alegre, região metro[illegible]politana e litoral norte.

CONSELHOS REGIONAIS

Além da instalação do Conselho Estadual de Desenvolvimento foram implantados 19 Conselhos Regionais, cujas prioridades são os pólos tecnológicos, asfaltamento de estradas e conservação do solo. O Conselho Estadual promoveu alterações no Fundopem e implantou o programa de financiamento na área de Ciência e Tecnologia, estabelecendo intercâmbio tecnológico com a Rússia. E houve ainda a implantação do primeiro banco de dados de petroquímica.

TRANSPORTES

Nesta área houve a transferência da direção do DEPREC para Rio Grande.

Foram recuperados os aeroportos de Passo Fundo, Caxias do Sul e Santo Ângelo.

Foram reativadas obras em rodovias e está sendo inaugurada a ligação de duas pistas entre Gramado e Canela.

Aplicou-se 6 bilhões de cruzeiros na Operação Tapa-buracos.

Estão em vias de implantação vários postos de cobrança do pedágio, começando por um posto entre Passo Fundo e Erexim.

Implantação de 200 km de asfalto em rodovias estaduais.

Recuperação de 700 km de estradas vicinais.

Construção de 100 km de estradas intermunicipais, pela Cintea.

FAZENDA

Com a rolagem da dívida, garantimos mais investimentos para o Rio Grande do Sul. Apesar da recessão, foi incrementada a arrecadação do ICMS, com a prisão de sonegadores. Pela primeira vez na história do Rio Grande, empresários foram presos por fraudar o fisco. Com a guerra à sonegação, a arrecadação aumentou 15,5%. Houve 30 prisões decretadas e uma condenação a 4 anos.

Colocamos em prática uma política de isenções, beneficiando deficientes físicos, motoristas de táxis, eletrificação rural, obras de arte, máquinas para agro-indústria, e diferimento de alguns insumos, adubos e fertilizantes, rações, sementes.

PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃ

Implantação do Plano Plurianual e a elaboração do Pr... gime Jurídico Único para o funcionalismo.

Projeto de demissão voluntária, visando o enxugamento da m... quina administrativa.

Lei do Lixo e Resíduos Sólidos que será encaminhad... Assembléia.

Projeto Pró-Guaíba, que já teve liberados mais de 300 milhões... dólares e que beneficiará 70 municípios gaúchos.

Implantação da Reforma Administrativa. Estão se realizando a... ditorias pela CAGE em várias Secretarias de Estado e órgãos vincul... dos. E já estão em processo de licitação as auditorias externas ... rias estatais.

SEGURANCA

Aquisição de viaturas, equipamentos de radiocomunicação, transceptores veiculares e transceptores portáteis, para a Polícia Civ... e a Brigada Militar.

A Brigada Militar implantou novo plano de descentralização d... serviços de policiamento ostensivo, e estão em construção vários ... dulos policiais militares.

A Polícia Civil instalou três novas Delegacias nas cidades de S... Sepé, Parobé e Cambará do Sul.

GOVERNO DO RIO GRAND DO SUL

A FORÇA QUE VEM DO

03-05

9203001.

COLLARES DEFINE JEFE DE CASA CIVIL -
ZH
31/03/92
10046
10196 (RGS)
211303

ENT
CRUZADO

Collares define chefe da Casa Civil

O governador Alceu Collares escolheu o economista Políbio Braga para substituir Mathias Nagelstein na chefia da Casa Civil

O economista e jornalista Políbio Braga será o novo Chefe da Casa Civil do Palácio Piratini. O anúncio oficial deve ser feito nas próximas horas pelo governador, que confirmou a nomeação de Mathias Nagelstein para a Justiça Militar do Estado. Collares fez o convite a Braga na última sexta-feira, mas preferiu aguardar mais alguns dias para anunciar publicamente sua nomeação. Políbio Braga foi um dos principais auxiliares de Alceu Collares na prefeitura de Porto Alegre, onde ocupou várias funções de primeiro escalão, antes de ser nomeado secretário da Fazenda.

Como administrador, o virtual novo Chefe da Casa Civil possui experiência na área empresarial, onde inclusive dirigiu uma editora. Braga também atuou na área de assessoramento empresarial e na cobertura de assuntos econômicos para vários órgãos da imprensa gaúcha. Na política, o jornalista disputou uma cadeira de deputado federal, tendo feito cerca de 25 mil votos, ficando como suplente. Políbio já respondeu positivamente ao convite que recebeu na semana passada, depois de um encontro com o governador.



Mudança: *Collares convidou Braga a ingressar no governo semana passada*

9203002

Missão gaúcha inicia viagem a países europeus

Uma comissão de empresários, políticos e representantes do poder público embarcaram ontem à noite em São Paulo para uma viagem de dez dias à Suécia, Itália e Alemanha. Chefiado pelo presidente da Assembléia Legislativa, Cézar Schirmer (PMDB), por delegação do governador Alceu Collares (PDT), o grupo visitará o estado de Jämtland, ao norte de Estocolmo, que mantém convênio de estado-irmão do Rio Grande do Sul desde janeiro do ano passado, a exemplo de Indiana (Estados Unidos) e Shiga (Japão).

A comitiva de políticos e empresários gaúchos também vai examinar problemas causados por casos históricos de contaminação ambiental, como a nuvem tóxica que atingiu Seveso, na Itália, em 1976, causando a morte de 50 mil animais, o que levou o Vaticano a autorizar que 2 mil mulheres fizessem aborto. Em Rastatt, nas proximidades de Berlim, na Alemanha, vão discutir as soluções à poluição causada por uma fábrica de celulose do porte da Riocell, depois da ampliação da sua planta industrial.

Na Suécia os gaúchos analisam projetos de convênios de troca de experiências e tecnologia nas áreas de informática, telecomunicações, moveleira, reflorestamento e construção civil. Entre os interesses está a possibilidade de montar nas áreas rurais do Estado estações informatizadas que permitem desde consultas médicas até operação direta nas bolsas de comércio agrícola.

Além de Schirmer, participam do grupo o deputado Marcos Rolim (PT), o presidente da CRT, Milton Zuanazzi, o presidente da Farsul, Hugo Giudice Paz, os vice-presidentes da Fiergs, André Cirne Lima e Álvaro Alves Sobrinho, e o vice-presidente da Federasul, Nilton Scarpin. Schirmer esteve ontem pela manhã com Collares, no Palácio Piratini e acenou com a pacificação das relações entre os dois poderes de Estado. Renovou o apelo para não vetar o projeto que isenta as microempresas do ICMS no ano-base de 1991.

ZERO HORA
15/3/92

Gaúchos dão nota 5 para C[...]

□Um ano depois de assumir o governo, Collares é avaliado como regular. Média da nota dada aos serviços prestados pelo Estado fica em 5,1%

O governo Collares, um ano depois da posse, é regular na avaliação da maioria (47%) das pessoas ouvidas pelo Ibope. Os que destinam conceitos positivos — ótimo e bom — à atual administração são 26%, distribuídos em 4% que acham o desempenho do governo estadual ótimo, e 22% que consideram bom. Na soma dos conceitos negativos o percentual chega a 23% — 9% avaliam a administração como ruim, e 14% como péssima. Dos mil entrevistados em todo o Rio Grande do Sul, 5% responderam que não sabiam avaliar ou simplesmente não opinaram.

Perguntados sobre em qual área o governador Alceu Collares vem tendo uma atuação melhor, 30% dos gaúchos entrevistados assinalaram a educação. Outras áreas vistas como bem atendidas pelo atual governo são a saúde (17%), transporte e estradas (12%), agricultura e reforma agrária (11%), segurança pública e reforma administrativa (10%). Entre as pessoas ouvidas, 18% disseram "nenhuma destas" quando o Ibope perguntou em quais destas áreas — agricultura e reforma agrária, saúde, educação, segurança pública, transporte e estradas, desemprego, reforma administrativa, meio ambiente, rede de água e esgotos, turismo, energia elétrica, menor abandonado e telecomunicações — o governador Alceu Collares vem tendo uma atuação melhor. 11% preferiram não opinar.

MÉDIAS — O Ibope também pediu aos entrevistados que dessem notas de zero a 10 para cada um dos serviços citados acima. A melhor média ficou com a área de energia e telecomunicações (5,7%), seguida da educação (5,6%) e reforma administrativa (5,2%). As piores médias ficam com as áreas de agricultura e reforma agrária (5%), segurança pública e saúde (4,9%), e estradas (4,7%). A média geral é de 5,1%.

O maior índice de notas zero foi destinado à Secretaria de Transportes (15%), e à Secretaria da Saúde (14%). Quem mais ganhou notas 10 foram a Secretaria de Educação (9%) e a Secretaria de Energia e Telecomunicações (9%).

METODOLOGIA — O Ibope ouviu mil eleitores no Rio Grande do Sul, entre os dias 5 e 10 de março. Foram 501 homens e 499 mulheres, distribuídos pela Capital (15%), Interior (70%) e periferia (16%). A amostra é representativa do eleitorado da área em estudo e também leva em conta variáveis como faixa etária e grau de instrução. Foram 222 entrevistados entre 16 e 24 anos, 386 entre 25 e 39 anos e 392 com mais de 40 anos.

A maioria possui até o curso primário completo (43%), seguidos por quem concluiu até o 1° grau (31%). Os pesquisados que pelo menos iniciaram o 2° grau, incluindo os que terminaram o curso superior, somaram 26%. A pesquisa foi realizada através de questionários, aplicados por agentes entrevistadores do Ibope devidamente treinados para a abordagem deste tipo de público.

Líderes da oposição confirmam conceito regular e criticam

Os líderes da oposição no Estado concordaram com o conceito de regularidade do primeiro ano do governo Alceu Collares, apontado pela pesquisa Ibope/ZH. O presidente regional do PT, Selvino Heck, explicou que é normal as pessoas não verem o primeiro ano da administração estadual como bom ou como ruim "até porque o governo ainda está em processo de definição".

Para o presidente do PT, isso é normal em qualquer administração. "No primeiro ano, o governo se apresenta à sociedade", disse. Mesmo assim, Selvino acredita que a popularidade de Collares esteja caindo. E justificou: Quando o Collares venceu a eleição tinha índices superiores a estes" O dirigente petista diz ter convicção que esta queda de popularidade vem ocorrendo devido aos conflitos que o governador tem estabelecido com o funcionalismo e magistério.

CONFRONTOS — Os mesmos conflitos foram lembrados pelo líder partidário do PMDB na Assembléia Legislativa, José Ivo Sartori. "Foram confrontos totalmente desnecessários", observou. De positivo, Sartori destacou a reforma administrativa do Estado.

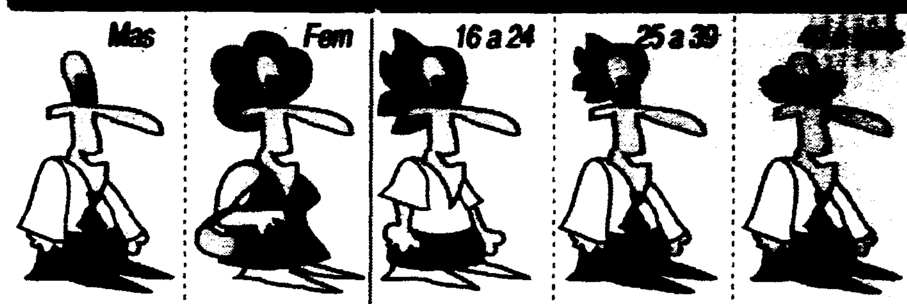
O líder da bancada peemedebista, Mendes Ribeiro Filho, foi outro a citar os "confrontos desnecessários". Ressaltou, ainda, que um ano é pouco tempo para se analisar um governo. O que não o impediu de relacionar os problemas da administração: "Funcionalismo e magistério empobrecidos, intransigências na área educacional, dificuldades na máquina administrativa, e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento utilizados como instrumento apenas do governo e não da sociedade". Mendes elogiou apenas o anúncio da reforma no sistema financeiro e a possibilidade de se continuarem as obras do governo Simon/Guazzelli.

Na página 10, a análise do governador

Nº. DOCU...
TITU...
PR...
FECHA...
VINCUL...

☐ **Como o (a) sr (a) classifica a administração do governador Alceu Collares até o momento? O (a) sr (a) diria que ela está sendo:** [illegible] %



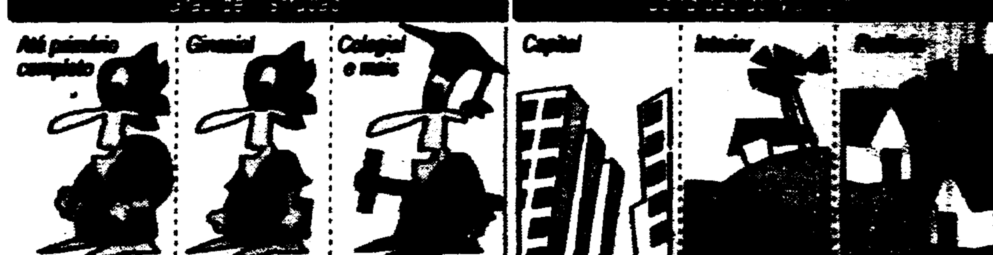


Resposta	Total	Sexo: Mas	Sexo: Fem	Idade: 16 a 24	Idade: 25 a 39	Idade: [illegible]
Base	1000	501	499	222	366	3[illegible]
Ótima	4	5	4	4	3	5
Boa	22	25	19	21	21	[illegible]
Regular	47	48	45	52	48	[illegible]
Ruim	9	7	10	5	10	[illegible]
Péssima	14	11	17	12	14	[illegible]
Não sabe/ não opinou	5	3	6	6	4	[illegible]

Fonte: IBOPE

Pilé e F.Gonda/Arte ZH

☐ **Como o (a) sr (a) classifica a administração do governador Alceu Collares até o momento? O (a) sr (a) diria que ela está sendo:** [illegible] %



Resposta	Total	Grau de instrução: Até primário completo	Grau de instrução: Ginasial	Grau de instrução: Colegial e mais	Condição do município: Capital	Condição do município: Interior	Condição do município: [illegible]
Base	1000	400	1[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ótima	4	5	5	3	7	4	[illegible]
Boa	22	24	20	21	24	22	[illegible]
Regular	47	41	51	51	44	40	[illegible]
Ruim	9	10	6	10	8	9	[illegible]
Péssima	14	15	14	12	15	13	[illegible]
Não sabe/ não opinou	5	5	5	4	3	4	[illegible]

Fonte: IBOPE

☐ **Que nota de 0 a 10 o (a) sr. (a) daria para cada um dos seguintes serviços existentes no RS:** [illegible]

Resposta	Total	Total	Total	Total	Total	Total	[illegible]
Base	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Nota média	57	47	50	52	49	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Nota 0	9	15	10	7	13	[illegible]	[illegible]
Nota 1	2	2	2	1	3	2	[illegible]
Nota 2	5	7	5	4	7	3	[illegible]
Nota 3	5	7	7	5	8	6	[illegible]
Nota 4	6	7	8	7	8	8	[illegible]
Nota 5	14	16	19	19	19	23	18
Nota 6	11	10	9	10	7	9	[illegible]
Nota 7	11	9	9	8	9	11	[illegible]
Nota 8	15	10	9	9	10	14	10
Nota 9	6	3	3	4	3	4	3
Nota 10	9	6	5	4	8	9	7
Não sabe/ não opinou	8	8	14	22	5	4	8

02

9203004

Fonte: IBOPE

4

ZERO HORA
21/3/92.

Estado ganha 93 novos municípios

☐Collares sancionou ontem, em cerimônia festiva, os projetos de emancipação de novas localidades. O Rio Grande tem agora 426 cidades

O governador Alceu Collares deu mais um passo em direção à reaproximação com o Legislativo ontem à tarde, ao atribuir à Assembléia os méritos pela criação dos 93 municípios emancipados ano passado (vetou apenas o de Mato Castelhano, de Passo Fundo). "Se as emancipações estão acontecendo, os senhores devem muito mais à Assembléia Legislativa do que ao Executivo", disse o governador às dezenas de integrantes de comissões emancipacionistas reunidos em frente ao portão de entrada do Centro Administrativo, na cerimônia de sanção desses projetos. Com isso, o Estado passou a ter 427 municípios.

Collares admitiu que era contra as emancipações. "Mas, depois da aprovação dos eleitores dos distritos e da Assembléia, voltei atrás", emendou. O presidente da Assembléia Cézar Schirmer elogiou a "sensibilidade e o espírito democrático" de Collares, reconhecendo que o gesto aproximou o Executivo do Legislativo.

Na próxima terça-feira, Collares reúne-se com deputados para tentar resolver o impasse do reajuste salarial do magistério. Uma das soluções é mudar o plano de carreira sem eliminar o nível 4, aumentando a distância entre os níveis.

Além dos deputados estad deputados federais Carrion Carlos Cardinal também co ram à cerimônia. Carrion ne seja pré-candidato à prefei Porto Alegre. "Meu candid Araújo e vou votar nele na ção", esclareceu. Araújo que não se considera abala críticas que sua candidatura frendo no partido.

92-3004

Rombo de Cr$ 15 bi nas estatais gaúch[as]

Este é o primeiro saldo dos balanços de 91. Até agora, só oito empresas conseguiram b[ons resultados]

MARIA ISABEL HAMMES
Editoria de Economia/ZH

A maior parte das 45 estatais gaúchas teve prejuízos em 91. Já fecharam seus balanços 32 delas e 24 tiveram resultados negativos que somaram Cr$ 15,519 bilhões. Extraoficialmente, sabe-se que também a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) contabilizou um déficit, em 91, de Cr$ 38 bilhões (US$ 20 milhões).

Depois da CRT, o maior prejuízo foi o do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) — Cr$ 6,45 bilhões. Seguem-se os da Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (Corlac) — Cr$ 2,83 bilhões; o da Distribuidora de Valores Mobiliários do Estado (Divergs) — Cr$ 1,78 bilhão, e o da Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (Procergs) — Cr$ 520,52 bilhões.

LUCROS — Só oito estatais tiveram lucro que, somado, chegou a Cr$ 9,528 bilhões. Quase 80% desse resultado deve-se a apenas duas delas. O maior lucro foi obtido por uma autarquia: o Instituto de Previdência do Estado (IPE) — Cr$ 4,42 bilhões. Depois, vem o Banrisul, com Cr$ 3,117 bilhões e, em terceiro, a Fundação de Apoio à Pesquisa, com Cr$ 1,02 bilhão.

Das 45 empresas da administração indireta, 23 são classificadas como de economia mista (têm participação do Estado e da iniciativa privada), 17 fundações e cinco autarquias, controladas por 12 secretarias de Estado. As cinco maiores estatais, por patrimônio líquido, são a Companhia Estadual de Energia Elétrica, a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Companhia Riograndense de Mineração, a Companhia Riograndense de Saneamento e a Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos.

As estatais custam caro aos contribuintes gaúchos: só para custear a folha de pagamento das fundações (que não têm renda própria) e das autarquias, o Estado liberou, em janeiro passado, Cr$ 12,7 bilhões. Mas o custo delas é bem mais salgado. Somente para gastos com pessoal, o orçamento do governo (elaborado com valores de setembro de 91 e que deve ser corrigido monetariamente) prevê a destinação de Cr$ 105,8 bilhões, enquanto a manutenção da máquina levará pouco menos: Cr$ 89,2 bilhões.

AMORTIZAÇÃO — Além da folha de pagamento normal, há outra questão preocupante. Só em ações trabalhistas, por exemplo, as estatais já perderam processos no valor de Cr$ 200 bilhões, conforme dados divulgados pela Procuradoria Geral do Estado. Isso equivale a quase uma arrecadação mensal completa do Tesouro gaúcho, dinheiro utilizado para o pagamento da folha, custeio da máquina, investimentos públicos e amortização da dívida.

Com base em dados de 31 de dezembro passado, o contingente das 45 estatais empregava 41.888 funcionários nas de economia mista, 13.372 nas autarquias e 4.839 nas fundações, totalizando 60.099. A administração direta tem mais 145.626 funcionários, com o que se chega ao total de 206.625 servidores públicos estaduais.

A CEEE é uma das que têm mais funcionários: cerca de 11 mil, quase o mesmo número do Banrisul. Já a CRT tem 6 mil empregados e a Caixa Estadual, a maior autarquia, 4 mil.

Entre as 23 empresas de economia mista, quatro são do sistema financeiro estadual — o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a Companhia União de Seguros Gerais, o Banco de Desenvolvimento do Estado (Badesul) e a Distribuidora de Valores Mobiliários do Rio Grande do Sul (Divergs). Estas duas últimas foram incorporadas ao Banrisul, conforme decisão anunciada na semana passada pelo governador Alceu Collares.

Arquivo/ZH

Em 1920 surgiu a primeira

Como nasceram as estatais gaúchas, cujo poder é inquestionável e cobiçado por políticos e empresários, entre outros? Alguns cargos, como as presidências e diretorias da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), por exemplo, chegam a ser tão badalados quanto os dos secretários de Estado. A primeira estatal gaúcha foi o Banco Pelotense, que teve seu controle acionário assumido pelo governo na década de 20, uma instituição financeira forte naquela época e que, depois, juntamente com dois outros bancos, deu origem ao antigo Sulbrasileiro. A última empresa a entrar no cronograma do Estado foi a Sulgás, que está em processo de constituição e se responsabilizará pela distribuição de gás no Estado.

Na Sulgás, o governo terá cerca de 28% do capital total, ficando o restante com a Petrobrás Distribuidora e empresas privadas. Embora ainda em processo de constituição, a Sulgás já tem presidente e diretor definidos. São Ademar Blum e Antônio Carlos Contursi, exonerados da CEEE, juntamente com o restante da antiga [illegible], quando estourou o caso do superfaturamento das contas de luz, em janeiro passado.

Ao longo das últimas décadas, foi espantoso o crescimento do número de estatais no Rio Grande do Sul. Enquanto na década de 20 havia apenas o Banco Pelotense, na de 30 já havia quatro, subindo para 30 estatais na década de 60. Nos anos 70, com a visão do Estado empresário, em plena época do chamado *milagre econômico*, o número de estatais saltou para 50, aumentando em mais três na década de 80, conforme levantamento do Departamento de Avaliação do Desempenho das Estatais da Junta Financeira. Hoje, estão reduzidas a 45.



[illegible] *na Sulgás*

Principais resultados

Fonte: órgãos públicos

Autarquias	Superávit	Déficit
DAE	—	184.979.685,87
DAER	—	6.450.956.231,02
IPE	4.424.692.920,32	—
IRGA	—	79.699.647,69
Total	**4.434.016.106,33**	**[illegible]**
Fundações		
Fapergs	1.021.529.134,85	—
FEE	—	318.030.925,52
Febem	—	966.948.827,67
FGT	—	288.085.341,16
Metroplan	159.078.278,55	—
Fundasul	—	608.208.378,44
FRTF	—	350.771.950,94
FZB	—	223.755.159,31
Fepam	—	244.707.249,96
Total	**1.180.607.413,40**	**3.367.227.857,59**
Soc. Econ. Mista		
Badesul (lucro)	145.831.000,00	—
Banrisul (lucro)	3.117.701.000,00	—
Banrisul Armazéns Gerais (lucro)	639.555.585,61	—
Procergs (prejuízo)	—	520.525.538,41
Corlac (prejuízo)	—	2.831.145.106,78
CRTUR (prejuízo)	—	144.908.161,59
Divergs (prejuízo)	—	1.789.131.000,00

9203005

O ESTADO EMPRESÁRIO

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
Empregados nas fundações	[illegible]
Repasse do Estado para à folha das estatais	Cr$ 12,7 bilhões (por mês)
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

Zoff & PR / Arte ZH



Modelo de gestão gera desperdício

Os resultados negativos das estatais gaúchas são explicados pelo modelo de gestão ineficiente, que favorece o desperdício de recursos por falta de controle e de orientação planejada. O diagnóstico é do Departamento de Avaliação do Desempenho das Estatais, da Junta Financeira do Estado. Há nove anos acompanhando a atuação de 20 estatais do setor produtivo, o departamento concluiu, em seu último relatório, que o Estado não conseguiu estabelecer uma rota de orientação segura que leve essas empresas a melhorar seus serviços e resultados.

Na avaliação do último relatório, de 1990, só sete empresas tiveram desempenho econômico favorável: Banrisul Processamento de Dados, Procergs, Corsan, Companhia Riograndense de Artes Gráficas, Companhia Riograndense de Turismo, Companhia de Indústrias Eletro-Químicas e CRT. Quatro apresentaram patrimônio líquido ajustado negativo: Cohab, Cintea, Agasa e Progasa.

[illegible] — O desempenho das empresas é avaliado através de quatro indicadores básicos: grau de endividamento, taxa de retorno do investimento e do capital próprio e taxa de juros. Apenas a Banrisul Processamento de Dados foi classificada de "excelente"; seis tiveram o conceito "bom" (Corsan, Procergs, CRTUR, Bagergs, Corag e CIEL), duas foram consideradas de "razoável" para menos (CRT e Cedic), enquanto [illegible] e CRM foram qualificadas de "sofríveis" e Cortac, Cesa, Ferrovia e Vinosul como "péssimas". Em "estado crítico", diz o Departamento, estão Cohab, Cintea, Agasa e Progasa.

Para o diretor do departamento, Paulo Nardis, as estatais devem gerar lucro e mostrar eficiência. "Não o lucro espoliativo, mas o suficiente para a expansão de seus investimentos. Um lucro que as torne auto-sustentáveis, sem isso sua existência não se justifica." Assim, [illegible] não seriam mais necessários [illegible] dos contribuintes para tapar os [illegible]cos.

[illegible] — Nardis acredita que o Estado, ao criar as estatais, [illegible] o engano de supor que [illegible] ser gerenciadas como as repartições públicas. Não houve a preocupação de formar gerentes, assinalou, defendendo urgência na correção do engano. "Até porque os relatórios estão aí, ano após ano, [illegible] que este modelo de gestão não funciona."

Ele defende a constituição de um conselho de gestão das estatais. E a política de contratos de gestão através dos quais seriam definidas as metas e os indicadores de desempenho para cada empresa, que seriam acompanhadas e cobradas pelo conselho.

MAGISTÉRIO

Governo muda projeto salarial

□ Durante uma reunião com líderes da Assembléia, Collares apresentou duas novas alternativas. Uma delas mantém o nível 4 do plano de carreira



Diálogo: *Collares deu opções. Se não forem aprovadas, haverá abono*

O governo do Estado apresentou ontem às lideranças de bancadas da Assembléia Legislativa duas novas alternativas de reajuste salarial para o magistério estadual. A primeira mantém a eliminação do nível 4, reduz de 100% para 80% a diferença entre o mais baixo e o mais alto salário. A segunda proposta mantém o nível 4, mas reduz para 73% esta diferença. Os deputados estaduais devem votar a matéria entre hoje e amanhã. Se as duas alternativas foremrejeitadas, o governo recria o abono salarial.

A primeira proposta foi alinhavada na manhã de ontem, quando líderes do Legislativo se encontraram com o governador Alceu Collares (PDT). No projeto enviado na última semana pelo governador ao Legislativo — e depois retirado —, a diferença entre o maior e o menor salário do magistério era reduzida dos atuais 100% para 75%. Collares aceitou ontem a sugestão do deputado Germano Bonow, líder do PFL, de fixar em 80% esta diferença. A proposta define em 20% a vantagem salarial do nível 2 em relação ao nível 1; em 40% a vantagem do nível 3; e em 60% a do nível 4. Com a eliminação do atual nível 4, os professores que hoje estão no nível 5 passam a integrar o 4, e os do nível 6 mudam para o nível 5, que será o salário mais alto. O vencimento básico do nível 1 fica em Cr$ 192 mil.

A outra alternativa apresentada ontem à tarde por Collares não elimina o nível 4, mantendo assim — de forma teórica — o atual plano de carreira. A proposta eleva em um nível os professores que hoje estão nos níveis 1, 2 e 3, mantendo os professores dos níveis 4, 5 e 6 como estão. O nível 1, com um vencimento básico de Cr$ 166 mil, será mantido apenas para cálculo da diferença de níveis e vantagens de unidocência e difícil acesso. Assim, o nível 6 vai receber 100% a mais que o nível 1, mas na prática estará recebendo apenas 73% a mais que o salário mais baixo, que será de Cr$ 192 mil para o nível 2. A diferença atual de 100% entre o nível 1 e 6 é mantida, mas ela irá representar uma diferença real de 73% entre os salários mais altos e mais baixos, pois nenhum professor receberá mais o vencimento básico do nível 1, que pela proposta passa a Cr$ 166 mil.

PREFERÊNCIAS — "As duas propostas, do ponto de vista da Fazenda, não fazem diferença", diz o secretário da Fazenda Orion Cabral, argumentando que o valor total da folha do magistério será o mesmo independente da alternativa. "A esta altura, não tenho preferências sobre as duas propostas", desconversou Collares. Mas os deputados têm. "A segunda proposta é menos ruim", avalia Mendes Ribeiro Filho líder do PMDB. "Em princípio, a gente opta pela manutenção dos níveis", diz Sérgio Zambiasi (PTB), também mais simpático à segunda proposta.

"Vamos votar contra as duas propostas", garante Flávio Koutzii, líder do PT, posição endossada por Beto Albuquerque, do PSB. "Em princípio, somos contra as duas", concorda José Otávio Germano, líder do PDS. O projeto só será enviado hoje para a Assembléia Legislativa.

[illegible] — Se tivesse chegado ontem, os dois projetos seriam publicados hoje no diário da Assembléia e deveriam ser votados esta tarde. Vargas ainda vai tentar um acordo com líderes para votação sem publicação no diário. A bancada do PMDB não descarta a hipótese de adiar a votação para depois da assembléia dos professores, marcada para a próxima sexta-feira.

O reajuste aprovado para o magistério será pago em folha suplementar, confirma o secretário Cabral. Já Collares adianta que, se os dois projetos forem rejeitados, o Governo repetirá a proposta com o mesmo abono pago até o mês passado, que vai de Cr$ 100 mil para contratos de 20 horas até Cr$ 300 mil para 40 horas. O Centro dos Professores do Estado não quis se manifestar sobre as duas propostas.

As opções

□ Proposta 1 — Elimina o nível 4 e reduz de 100% para 80% a diferença entre o salário mais alto e o mais baixo do magistério, alterando também as diferenças entre os níveis intermediários. O piso do nível 1 é Cr$ 192 mil.

□ Proposta 2 — Mantém o nível 4 e promove em um nível os professores dos atuais níveis 1, 2 e 3. O nível 1 passa a valer apenas para cálculo de vantagens e da diferença dos níveis. Na prática, o nível 6 — o mais alto — terá um vencimento 100% superior ao nível 1, mas apenas 73% superior ao salário mais baixo, que será do nível 2. O piso do nível 1 é Cr$ 166 mil e do nível 2, Cr$ 192 mil.

MAGISTÉRIO

Collares admite renegociar com Cpers

☐O governador pediu que a entidade reflita sobre o atual impasse. E disse que poderá rever a proposta que diminuiu os índices do atual plano de carreira

O governador Alceu Collares admitiu ontem que poderá negociar os índices referenciais entre os vários níveis do plano de carreira do magistério no projeto que enviou para a Assembléia Legislativa e que deverá ser votado amanhã. Collares disse que está aberto à negociação com os parlamentares. O governador afirmou que o diálogo entre governo e magistério poderá ser restabelecido desde que o Centro dos Professores do Rio Grande do Sul (Cpers/Sindicato) faça uma reflexão sobre o impasse. Pelo projeto, a diferença salarial do primeiro para o último nível, que hoje é de 100%, passará para 75%.

Em comemoração ao aniversário de um ano de governo, Collares, juntamente com a secretária da Educação, Neuza Canabarro, esteve visitando escolas que passaram por reformas, em Porto Alegre. A primeira a ser visitada foi a Paula Soares, atrás do Palácio. O prédio é tombado pelo patrimônio histórico e as obras de reformas haviam começado ainda no governo passado, mas foram interrompidas.



Visita de aniversário: *governador foi recebido no Paula Soares com aplausos e vaias e não perdeu o bom humor*

Nesta escola, o governador e a secretária foram recepcionados pela direção e pelos alunos, entre aplausos e vaias. Depois Collares e Neuza Canabarro não foram até o Colégio Protásio Alves. Nesta escola, um grupo de alunos do Inácio Montanha preparava uma manifestação, que não saiu já que o governador não apareceu. Pela manhã, o governador e a secretária foram ao interior do Estado — Caxias, Camaquã e São Leopoldo —, quando fizeram a entrega de novos prédios.

O governador, assim como a secretária de Educação, não descartam a possibilidade do retorno do diálogo entre governo e magistério. Mas os dois entendem que deve haver uma mudança no comportamento do Cpers. Neuza Canabarro afirmou que o projeto do magistério foi todo estudado por uma comissão paritária, e que a categoria nem levou à votação nas suas assembléias.

REJEIÇÃO — A presid[illegible] Cpers-Sindicato, Maria [illegible] Feldman, garantiu ontem [illegible] todas as assembléias realiz[illegible] maio até agora, a categoria [illegible] qualquer alteração no [illegible] que determina a diferença [illegible] entre os níveis do plano de [illegible] do magistério.

Maria Augusta ressaltou [illegible] questão salarial da categoria [illegible] te um reajuste emergencial [illegible] brou que hoje o salário é [illegible] cional, sendo que o básico [illegible] 48% do valor do salário [illegible]. Este reajuste emergencial [illegible] tido na próxima assembléia [illegible] geral, no próximo dia 27, [illegible] tinho, a partir das 14h. Maria Augusta Feldmann ressaltou que [illegible] fazem do magistério [illegible] 50%.

Ontem, os ex-presidentes [illegible] entregaram um manifesto [illegible] atual direção da entidade [illegible] Civil, e também ao presid[illegible] Assembléia Legislativa, [illegible] César Schirmer. A ex-presid[illegible] entidade, professora Zilda [illegible] salientou o apoio "[illegible] como este que o magistério [illegible] mado". Ela disse que [illegible] tes entendem que o governo [illegible] subjugar pela miséria [illegible] que é operosa e altiva [illegible] quer destruir, por [illegible] entidade democrática [illegible] luta.

Magistério pode ter piso de dois mínimos



☐A oferta foi feita pelo governador e é válida para uma jornada de 20 horas semanais. A proposta só será posta em prática se a Assembléia Legislativa aprovar mudanças no plano de carreira

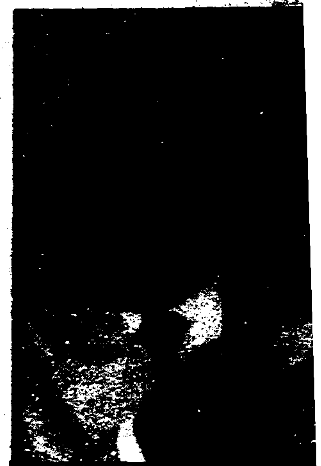
O governador Alceu Collares anunciou ontem que pagará um piso de dois salários mínimos aos professores, por uma jornada de 20 horas semanais, se a Assembléia Legislativa do Estado mudar o plano de carreira do magistério. Para os que trabalham 40 horas, o piso seria de quatro salários. Collares garantiu que esses pisos transformam o magistério gaúcho no mais bem pago de todo o País.

Na terça-feira, o governador enviou mensagem retificativa à Assembléia Legislativa, extinguindo o nível quatro e alterando o plano de carreira. Na mensagem retificativa, os coeficientes dos níveis um (1,00), dois (1,15) e três (1,30) permanecem como estão. No entanto, são reduzidos os coeficientes dos níveis cinco (de 1,85 para 1,60) e seis (de 2,00 para 1,75).

A diretoria do Centro dos Professores do Estado (Cpers-Sindicato) não gostou, argumentando que as mudanças causarão um arrocho de 30% a 40%. Ontem, Collares acenou com a proposta do piso de dois salários. Mas antecipou que só enviará o projeto de reajuste se a Assembléia aprovar as alterações no plano de carreira.

A proposta de Collares eleva os vencimentos dos professores com jornada de 20 horas, no nível um, para Cr$ 192 mil mensais. O maior vencimento, no nível cinco, com regime de 20 horas, ficaria em Cr$ 504 mil. Para o regime de 40 horas, os vencimentos iriam de Cr$ 384 mil a Cr$ 1 milhão. "Dois salários, para 20 horas semanais, que são a metade da jornada de trabalho, são a melhor remuneração do Brasil", destacou o governador.

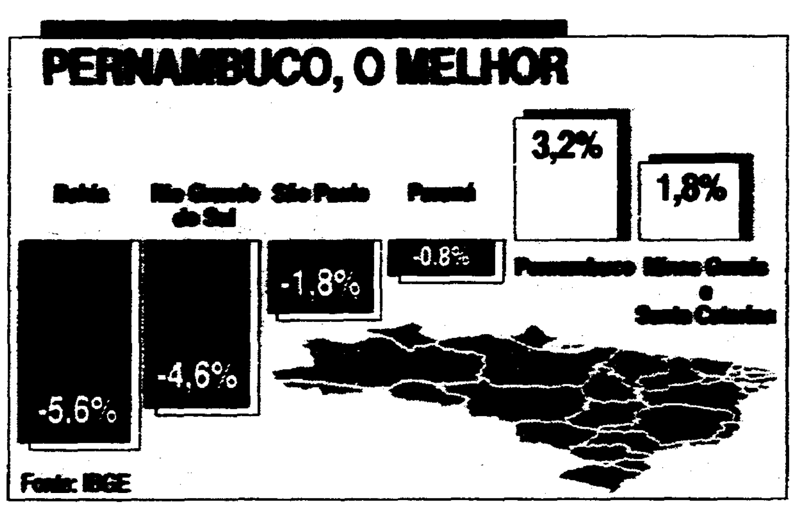
A tramitação da mensagem retificativa ao Projeto 25/92 continua indefinida na Assembléia Legislativa. O PDT quer costurar um acordo de lideranças para votar o projeto rapidamente. Parte da oposição, no entanto, está aliada ao Cpers, que não aceita alterações no plano de carreira. Por enquanto, o projeto está seguindo a tramitação normal. Ontem, foi entregue às comissões de Constituição e Justiça, Educação e Serviço Público da Assembléia.



Collares: mais bem pagos

Indústria gaúcha pára de crescer

□O Rio Grande teve o segundo pior desempenho do país em 91, depois da Bahia. Para o IBGE queda vem do fraco investimento nas atividades agrícolas



Seis de dez regiões pesquisadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentaram desempenho industrial negativo ou nulo no ano passado, conforme dados acumulados da pesquisa industrial mensal divulgada ontem pelo instituto. A Bahia foi a que registrou pior resultado, um decréscimo de 5,6%, conseqüência sobretudo da queda na produção de derivados de petróleo, que afetou o desempenho do setor químico (queda de 9p%). O Rio Grande do Sul teve o segundo pior desempenho, com 4,6%, seguido de São Paulo (-1,8%) e Paraná (-0,8%).

A atividade industrial na Região Sul ficou estagnada (variação nula em relação ao ano anterior). Com resultados positivos ficaram os estados de Pernambuco (3,2%), Minas Gerais, Santa Catarina (1,8% cada um) e Rio de Janeiro (1,6%). O acumulado janeiro/dezembro de 1991 registrou queda de 0,5% para o Brasil como um todo. São Paulo, principal parque industrial do país, teve seu resultado negativo fortemente influenciado pela fraca performance do complexo metal-mecânico.

O segmento de mecânica, por exemplo, registrou queda de 14,7%, constituindo-se no principal impacto negativo; o de metalúrgica, redução de 7,1%; e o de material elétrico e de comunicações, declínio de 8,2%. O setor de química, que cresceu 5,5% em São Paulo, foi o que mais contribuiu para que a queda geral não fosse ainda mais acentuada. Nos últimos cinco anos, a indústria paulista já acumula queda de 14,6%, uma taxa que é bem inferior à média do país no mesmo período, de redução de 10,6%

SAFRA — Quanto à indústria gaúcha, a fraca performance pode ser atribuída principalmente à redução dos investimentos agrícolas, somada à quebra da safra de soja 90/91. O segmento que registrou maior impacto negativo foi o de mecânica, com queda de 16,8%.

Pernambuco foi o maior destaque positivo regional. Seu crescimento de 3,2% foi conseqüência, principalmente, do bom desempenho do setor químico (crescimento de 21,8%, fortemente influenciado pelo aumento de produção de fibras de poliéster e polibutadieno) e da metalurgia (13,7%, com destaques para produção de laminados planos de alumínio e fio-máquina de aço comum).

Indústria gaúcha aposta tudo na modernização

□ Uma pesquisa da Arthur Andersen revela que 62,6% dos entrevistados investirá na linha de produção. A expectativa é uma inflação anual não superior a 500%

Adriana Franciosi/ZH



Roberto Strohschoen de Lacerda

Uma economia oscilando entre a recessão e o crescimento, a esperança de que o faturamento da iniciativa privada aumente 21,32%, e a torcida para que a taxa inflacionária situe-se nos mesmos patamares de 1991, não ultrapassando a casa dos 500%. Esta é uma radiografia da economia brasileira feita para este ano por 192 empresas gaúchas de vários segmentos, com um faturamento médio anual acima de US$ 1 milhão.

As tendências estão reunidas na pesquisa "Retrato do Rio Grande do Sul: expectativas do setor privado para 92", da Arthur Andersen — que atua na área de auditoria e consultoria —, realizada durante o mês de janeiro e divulgadas ontem. A grande maioria (62,60%) confessou: pretende investir em modernização e racionalização dos seus negócios.

As grandes preocupações dos empresários concentram-se na política tributária, taxas de juros e a inflação. Para reduzir a escalada inflacionária, estas são as saídas: 63,30% querem a redução do déficit público; 25,90% alteração no pagamento da dívida externa; 10,10% a elevação das taxas de juros, e 0,70% o congelamento de salários. Na previsão de 80% dos entrevistados, a inflação oscilará entre 101% a 500% em 92.

RETOMADA — "A recessão, que obrigou a iniciativa privada a um completo e penoso ajuste no ano passado, ainda produzirá seus reflexos em 1992, mas será um trampolim para a retomada do crescimento a partir de 1993". A previsão, feita pelo sócio-diretor da Arthur Andersen, Roberto Strohschoen de Lacerda, mostra que os industriais gaúchos não mostram muitos planos de investimentos para este ano. A pesquisa revela que 62,60% pretendem deslocar recursos para investimentos em modernização e racionalização do parque industrial. "Não é o momento de expansão", arrisca Lacerda.

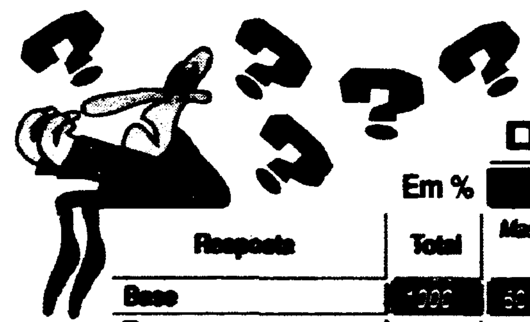
Isso é comprovado pelas respostas de 51,90%, onde fica definida a preferência pela manutenção da capacidade instalada, enquanto 45% planejam algum tipo de expansão, e apenas 3,10% apostam na redução. Para 1992, a expectativa da iniciativa privada gaúcha é operar com 70% da capacidade produtiva.

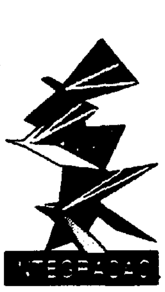
02-02.

Gaúchos ainda desconhecem o Mercosul

□ Pesquisa Ibope/ZH mostra que 64% da população não sabe o que é o Mercado Comum. Mas quem conhece espera que ele traga benefícios

HAMILTON ALMEIDA
Editoria de Economia/ZH





□ O (A) sr. (a) tem conhecimento ou não do que é Mercosul?

Em %

Resposta	Total	Sexo: Mas	Sexo: Fem	Idade: 16 a 24	Idade: 25 a 39	Idade: 40 e mais	Grau de instrução: Até primário completo	Grau de instrução: Ginasial	Grau de instrução: Colegial e mais	Concentração: Capital	Concentração: Interior	Concentração: Periferia
Base	1000	501	499	222	386	392	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Tem	35	41	30	34	38	33	19	34	64	50	32	[illegible]
Não tem	64	58	70	65	62	66	81	65	35	50	67	[illegible]
Não sabe/ não opinou	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1	[illegible]

Fonte: IBOPE

□ Na sua opinião o Mercosul irá trazer mais benefícios ou mais prejuízos para o Rio Grande do Sul?

Em %

Resposta	Total	Sexo: Mas	Sexo: Fem	Idade: 16 a 24	Idade: 25 a 39	Idade: 40 e mais	Grau de instrução: Até primário completo	Grau de instrução: Ginasial	Grau de instrução: Colegial e mais	Concentração: Capital	Concentração: Interior	Concentração: Periferia
Base	352	204	148	76	145	131	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Mais benefícios	78	78	77	88	74	76	73	73	83	82	77	[illegible]
Mais prejuízos	12	13	11	7	13	14	14	16	9	8	12	[illegible]
Benefícios e prejuízos na mesma proporção (espontânea)	7	6	8	4	7	8	7	7	7	8	7	[illegible]
Não sabe/não opinou	4	3	4	1	6	2	6	5	2	1	4	[illegible]

Fonte: IBOPE

A maioria da população gaúcha (64%) não tem conhecimento do que é o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Os que sabem o significado da integração econômica de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai consideram, entretanto, que a iniciativa trará benefícios (78%). Esse é o resultado geral da pesquisa Ibope/ZH realizada recentemente (de 5 a 10 de março) no Rio Grande do Sul e que envolveu mil entrevistas.

A pesquisa revelou também que, quanto maior o grau de instrução, maior o conhecimento do que é o Mercosul. A população da Capital (50%) é mais bem informada sobre o assunto do que a da periferia (35%) que, por sua vez, supera a do interior (32%). A idade dos entrevistados não despontou como um fator determinante no grau de informação. Mas é maior o número de homens (41%) do que o de mulheres (30%) que sabe da formação desse novo bloco econômico.

Das 352 pessoas que declararam ter algum conhecimento sobre o Mercosul, 204 são homens e 148 mulheres. Destes, 145 concentram-se na idade entre 25 a 39 anos, 131 têm 40 e mais anos e 76 estão entre 16 e 24 anos. É do interior (225), contudo, o maior número dos que responderam afirmativamente à pergunta se o Mercosul trará mais benefícios ou mais prejuízos para o Estado. Na capital, 73. Na periferia, 54.

O grupo de idade entre 16 a 24 anos apresentou, relativamente, o maior percentual de opinião favorável ao Mercosul (88%), contra 76% do grupo de 40 e mais anos e 74% dos que estão entre 25 e 39 anos. Mais benefícios com o Mercosul estão na expectativa de 83% dos entrevistados com grau de instrução equivalente ao colegial e mais. Para os que possuem o primário completo ou cursaram o ginasial, 73% engrossam a fileira do "mais benefícios". E é da Capital o maior percentual (82%) que crê que o Mercosul virá para o bem geral, enquanto o interior aparece com 77% e a periferia com 74%.

Brasil faz críticas aos EUA no Gatt

● *País acusa americanos de não colocarem em prática no comércio o [illegible]*

Marlise Ilhesca

GENEBRA — Para o Brasil, o discurso de liberalização comercial do presidente Bush não está sendo praticado pelos Estados Unidos. Além disso, o país teme que os americanos continuem aplicando sua legislação comercial, que permite punições unilaterais. Esta foi a posição brasileira sobre os dois últimos anos da política comercial dos EUA, analisada ontem pelos 102 países membros do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), organização responsável pela regulamentação do comércio internacional.

"A liderança tem seus benefícios, mas também seu preço", disse na reunião do Gatt o embaixador Celso Amorim, representante do Brasil em Genebra, alertando sobre a responsabilidade dos EUA, maior produtor de bens e serviços do mundo, de dar o exemplo. "Infelizmente — continuou —, muito ao contrário das palavras do presidente Bush ao lançar a iniciativa para as Américas em junho de 1990, o que verificamos, com frustração, é que as propostas de redução profunda das barreiras comerciais têm sido ilusórias. Temos sido confrontados com teorias diferentes do princípio da liberalização do Gatt." Falando com "a autoridade de um país que está realizando profundas mudanças para abrir sua economia", Celso Amorim afirmou que tem sido muito em razão dessas reformas a queda do superávit comercial do Brasil com os EUA (de US$ 5,5 bilhões em 1988 para US$ 1 bilhão no ano passado). No mesmo período, as exportações dos EUA para o Brasil aumentaram 16%.

Ainda que a média das tarifas de importação dos EUA seja relativamente baixa, em torno de 7%, apresenta taxas elevadas, como a de 96% no caso do fumo em folha, produto de especial interesse para o Brasil. O mesmo ocorre em relação ao suco de laranja, que para entrar nos EUA deve pagar US$ 492 por tonelada. Citando dados do Banco Mundial, Amorim alertou que a prática de tarifas altas pelos americanos afeta mais de 30% das exportações brasileiras e 20% são prejudicadas por barreiras não-tarifárias, como cotas e acordos de preço.

Atualmente o Brasil está submetido a cotas de exportação para o açúcar, têxteis e aço. No caso dos têxteis, o embaixador brasileiro lembrou que as restrições impostas pelos americanos são especialmente injustas, já que, enquanto o Brasil foi responsável por 3,4% das importações de têxteis dos EUA em 1989, os países da CEE, que estão livres de cotas, responderam por 26% no mesmo período embolsando US$ 1,5 bilhões.

"Os Estados Unidos dispõem de uma bomba atômica no arsenal de armas comerciais", disse ainda o embaixador brasileiro. A "bomba" a que se refere é a famosa seção 301 da legislação comercial dos EUA que permite punições unilaterais para abrir mercados às suas exportações, como já sentiu na pele o Brasil, em 1989. Naquela oportunidade, para pressionar o governo brasileiro a reconhecer as patentes farmacêuticas, os EUA elevaram as tarifas de importação de produtos brasileiros como o papel, eletrônicos e químicos, o que representou a perda de US$ 120 milhões para os exportadores.

Outra fonte de instabilidade nas relações comerciais dos EUA com seus parceiros é a aplicação exagerada de medidas antidumping e direitos compensatórios, como as adotadas contra os calçados e o aço brasileiros.

01.01 9203009

¿Boicot contra la Eco '92?

RIO DE JANEIRO. (EFE).- El intento de secuestro del Cónsul de EE.UU., Jeffrey Gordon, fue pensado, probablemente, para boicotear la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo (Rio 92), que se desarrollará en Rio de Janeiro entre el 1° y el 12 de junio, informó ayer el diario "O Dia".

El periódico público parte de un informe policial sobre el intento de secuestro de Gordon, el pasado 3 de febrero, en el que se afirma que esa acción tuvo "connotaciones políticas".

La policía dijo que un "grupo de mercenarios saboteadores" quiso desprestigiar a la ciudad que deberá recibir a delegaciones de 170 países, de las que, por lo menos 50, estarán encabezadas por sus jefes de Estado.

El diplomático fue abordado por un individuo que se identificó como policía cuando salía de un Club de Tiro de la [illegible] de Tijuca, en la zona oeste de la ciudad.

El su[illegible]to quiso saber el origen de unas pistolas que Gordon llevaba y lo esposó para llevarlo a la comisaría por no tener permiso para portar armas.

El individuo engañó también a dos policías que se acercaron para averiguar lo que sucedía, pero finalmente liberó al diplomático.

Según el documento al que accedió "O Dia", el detective Paulo Cesar Da Silva, que está preso como probable autor del plan, forma parte de un grupo de matones que estuvieron vinculados al Partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), que gobernó Rio de Janeiro entre 1987 y 1991.

Ese grupo causó varios incidentes en las campañas electorales y uno de sus integrantes fue condenado por haber participado en el secuestro de un poderoso empresario brasileño en 1988.

Governo libera Cr$ 105 bi para a Rio-92

O governo federal vai liberar na segunda-feira Cr$ 105 bilhões e 922 milhões para evitar atrasos na organização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

Flávio Perri, secretário-executivo do Grupo de Trabalho Nacional (GTN) que organiza a conferência, disse que já está confirmada até agora a presença de 53 chefes de Estado, 23 manifestaram intenção ainda não oficializada de comparecer à reunião e há indicações de que outros 16 governantes irão ao Rio de Janeiro a partir de pedidos de reservas feitos por consulados.

Está prevista a participação de [illegible] delegações de países e 50 representações de organizações não-governamentais. (AE)

Goldemberg vai aos EUA para negociar os acordos da Rio-92

BRASÍLIA — O ministro da Educação e secretário de Meio Ambiente, José Goldemberg, disse ontem que a Rio-92 "corre risco de esvaziamento" se não forem assinados acordos vitais para a sobrevivência do planeta: a estabilização das emissões de dióxido de carbono nos níveis de 1990 pelos países industrializados e a criação de um fundo para ajudar os países em desenvolvimento em projetos de proteção ambiental. Goldemberg, que embarca hoje à noite para Nova Iorque com o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, para participar das últimas negociações de preparação da Rio-92, avalia: "Se isso acontecer a conferência será um sucesso".

"Se conseguirmos esse acordos substantivos, acredito que presidentes e primeiros ministros ficarão menos desestimulados à idéia de vir", completou, numa referência à incerteza sobre a vinda do presidente americano, George Bush, que, na sua opinião, atrairia a chegada de outros chefes de estado. "Daí o esforço, di-[illegible] gumes de última hora, que até os ministros brasileiros como ministros de outros países farão agora nesta próxima semana, em Nova Iorque", afirmou.

Goldemberg informou que, até agora, os países da Comunidade Européia são favoráveis à taxação de um dólar por barril de petróleo ou seu equivalente em carvão. O Japão está cauteloso, e os Estados Unidos têm dado indicações [illegible] modestamente. "[illegible] não querem [illegible] porque [illegible] eles ficariam em condições de competir no mercado", disse.

Se não [illegible] dólar para [illegible] ticos, advertiu Goldemberg, [illegible] 205 e pobres [illegible].

Disposto a [illegible] dólares prometidos [illegible] tos em meio ambiente, Goldemberg viaja na terça-feira para Washington, onde irá ao Banco Mundial e ao BID. "Existem empréstimos em negociação no valor aproximado de 500 milhões de dólares. Essas discussões se prolongam há dois anos e nós não enxergamos a cor dos dólares", reclamou. "Os empréstimos já estão aprovados e é por isso que vou visitar os bancos".

Irregularidades — Goldemberg confirmou o convite feito ao delegado da Polícia Federal, Aparecido [illegible], para comandar o departamento de Fiscalização do Ibama logo após a conclusão do inquérito do caso Magri. Ontem, o Tribunal de Contas da União deu um prazo de 15 dias para que o Ibama forneça informações detalhadas e consistentes sobre irregularidades praticadas na superintendência do Rio de Janeiro. Entre as medidas solicitadas encontra-se a tomada de contas especial do Diretor do Parque Nacional da Tijuca, em relação aos valores arrecadados como pedágio e não recolhidos aos cofres da autarquia, conforme inspeção extraordinária realizada pelo Tribunal. O TCU também quer explicações sobre compra de terras, além de pagamentos efetuados de forma irregular.

Brasília — [illegible]



Goldemberg viaja para tentar preservar a Rio-92

Rezek vê nos EUA preparativos para a Rio-92

O chanceler Francisco Rezek irá a Nova Iorque no dia 29 deste mês para acompanhar a última semana de negociações do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Prepcom). Rezek espera uma avaliação das primeiras semanas de discussão para ver os temas em que ele próprio precisará "dar o recado com mais firmeza, para chegarmos a decisões de maior impacto".

Rezek será informado do desenrolar das discussões pelo embaixador Ronaldo Sardemberg, representante do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo chefe da divisão de meio ambiente do Itamaraty, ministro Luís Felipe Macedo Soares. As reuniões do Prepcom começaram ontem, em Nova Iorque, mas há dias uma outra vem mobilizando os negociadores de todos os países — a discussão a respeito da convenção sobre alterações climáticas, um dos documentos que a Rio-92 produzirá.

CHICO MENDES — O ministro Rezek não acredita que a decisão de levar o assassino de Chico Mendes, o fazendeiro Darli Alves da Silva, a novo julgamento, terá repercussões na reunião do Prepcom. Na sua opinião, esta decisão, que não é definitiva, não pode levar a um boicote da Rio-92 porque nem o Brasil, nem a ONU, podem ser responsabilizados pelo esquema judiciário. [illegible] "este é um problema interno [illegible]". Rezek comentou ainda [illegible] vergências entre as [illegible] maraty e as do secretário [illegible] Ambiente, José Lutzenberger, [illegible] Prepcom. Ele disse que a [illegible] sua com quem [illegible] no é o secretário do Meio Ambiente. O chanceler admitiu apenas [illegible] ças naturais de [illegible] que "as [illegible]".

[illegible] — O [illegible] Relações Exteriores, Francisco Rezek, [illegible] o embaixador do Brasil em Portugal, Luís [illegible] peia, para que [illegible] governo português que [illegible] dos dentistas está [illegible] ao governo brasileiro. [illegible] Rezek, não se trata de [illegible] mento da posição brasileira, [illegible] uma negociação [illegible] Brasil está apenas [illegible] mento do acordo [illegible] ses.

A paciência, de acordo com o chanceler, existe, [illegible] da. Ele acredita que [illegible] dizer que seja [illegible] maraty perder o [illegible] problema, concluiu, é que [illegible] momento em que o [illegible] penoso. (AE)

Bush impõe condições para vir ao Brasil

O presidente George Bush reiterou ontem que só participará da Rio-92 "se tiver certeza de que a conferência estará de acordo com os melhores interesses dos Estados Unidos". Essa informação foi confirmada pelo seu coordenador de política interna, Clayton Yeutter, que excluiu qualquer promessa norte-americana em relação ao calendário proposto pelos representantes europeus sobre controle das emissões de dióxido de carbono (CO_2), responsáveis pelo efeito estufa.

A posição do governo norte-americana se constitui em sério obstáculo a resultados práticos, visto que essa questão será um dos temas principais da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ser realizada no Rio de Janeiro em junho próximo. Acontece que os Estados Unidos são a maior fonte poluidora por esse agente.

PREJUÍZOS- Para Yeutter, caso pareça improvável que o encontro resulte positivo, sob essa condição, não haverá razão alguma para que o presidente Bush participe. Por resultados positivos, ele entende que são os que se atrelam "aos melhores interesses dos Estados Unidos", que não aceitam controles desse tipo, por temor de prejuízos em suas atividades econômicas, agravando ainda mais a crise que está prejudicando a campanha do candidato republicano à reeleição.

—Creio que realizaremos um péssimo serviço ao país se adotarmos compromissos que custarão bilhões de dólares baseados apenas em premissas científicas duvidosas, sustenta com referência à posição dos europeus(apoiados pelo Japão), que exigem um compromisso internacional para limitar as emissões de dióxido de carbono aos mesmos níveis de 1990 até o ano 2000. Bush acha a proposta 'inadequada' e defende a adoção de planos de ação nacionais.

O próprio presidente Fernando Collor telefonou a Bush para afirmar que a sua presenca era decisiva para o sucesso da conferência e pedir-lhe que aceitasse um calendário de redução global do dióxido de carbono. Mesmo assim, Yeutter revelou ontem que a decisão de Bush dependerá dos resultados das negociações preliminares em andamento sobre a Rio-92.

03/03

920010

Goldemberg muda projeto dos Ciacs

Mauren Rojahn

BRASÍLIA — Há menos de um mês no Ministério da Educação, o projeto dos Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs) passou por uma faxina completa, com mudanças que vão desde a forma arquitetônica até a ampliação do direito de gestão a entidades filantrópicas. Mas a primeira providência não diz respeito a nenhum assunto educacional ou ligado à construção civil, e sim à corrupção, uma marca incômoda legada pelo Ministério da Saúde, que controlava o programa no início. Serão abertas novas licitações para a construção de fábricas de Ciacs, em substituição às concorrências regidas pelo ex-ministro Alceni Guerra e que foram consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Além disso, prevê-se agora um melhor aproveitamento do espaço das novas escolas, com maior número de salas de aula, e o barateamento do custo de construção.

Os novos Ciacs que serão construídos na administração do ministro José Goldemberg terão biblioteca menor — o tamanho original de 400 metros quadrados foi considerado exagerado —, enquanto o número de salas de aulas passa dos 12 do projeto original para 24. A cobertura dos ginásios, que continuam a fazer parte de cada Ciac, não será mais de cimento e sim de material metálico, com redução de custos de 30%.

O ministro Goldemberg, que não esconde a satisfação de ter o controle do projeto em sua pasta, é objetivo quando resume a repercussão da transferência. "Houve um certo alívio", afirma, referindo-se ao fato de que o projeto é basicamente educacional. Seu argumento é de que a situação anterior, em que o Ministério da Saúde concentrava o poder de decisão sobre o destino do principal projeto social do governo Collor, deslocava o projeto de sua vocação natural, que é a educação. Sobre as diferenças que o separam do ex-ministro da Saúde, Goldemberg prefere usar uma frase de efeito. "O mensageiro é a mensagem", reafirmando a credibilidade que julga merecer.

As mudanças programadas pelo Ministério da Educação prevêem a adaptação do projeto às condições de cada região. Para diminuir os gastos com deslocamento de material de uma região para outra, os Ciacs serão construídos com matérias-primas características de cada área. Os Ciacs da Região Amazônica, por exemplo, terão menos argamassa armada e mais madeira e tijolos, materiais produzidos no local. A diminuição do espaço reservado às bibliotecas justifica-se pela constatação de que se tratava de uma alteração radical em relação à situação atual, quando a maioria das escolas não tem qualquer espaço para leitura. Optou-se assim, como explica o ministro, pelo meio-termo.

A substituição da cobertura de argamassa dos ginásios por estrutura metálica foi motivada por uma pesquisa realizada pelo grupo executivo criado há duas semanas pelo Ministério da Educação para assumir o projeto do Ciacs. Os técnicos identificaram a existência de um cartel entre os fornecedores de coberturas de cimento, o que elevava o preço do material em 30%. Pelos cálculos dos engenheiros, o uso de coberturas metálicas proporcionará uma economia de US$ 50 mil por cada Ciac. O governo assinou convênio com a Companhia Siderúrgica Nacional para fornecer o material para a construção de novos prédios.

A troca de mãos pela qual passou o projeto não alterou a disposição do governo em sustentá-lo com prioridade desconhecida em outras áreas sociais. A ambição de Goldemberg é nada menos que dobrar os gastos atuais do país no ensino fundamental. Atualmente, o governo brasileiro gasta apenas US$ 300 por ano para custear os estudos de cada aluno na rede pública. Os US$ 600 que o ministro pretende alcançar ainda estão longe de colocar o estudante brasileiro em condições de igualdade com as crianças dos países desenvolvidos, onde se gasta pelo menos US$ 2 mil a US$ 3 mil anualmente por aluno.

A rigor, Goldemberg é uma espécie de primo rico no governo Collor, amarrado por um rigoroso orçamento governamental limitado pelo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele fala em quantias medidas em dólares com a tranqüilidade de quem executa um projeto que conta com o empenho pessoal do presidente Collor. Para este ano, por exemplo, já estão garantidos os recursos para a construção de 610 Ciacs. Outros US$ 200 milhões estão garantidos para a manutenção e ampliação da rede de escolas públicas existentes. ... passarão por um processo ... chamado de "ceaquização", ou ... reformadas para se adaptarem ... no ... escolas de tempo integral ... justamente a existência d... para reforma das escolas anti... ministro considera argumento ... para rebater as críticas de que ... estão sendo feitos em detrimento ... tradicional de ensino. "As es... gas atendem à universalização ... mas não à educação integral. ... ficam amontoados em três t... escolar", diz Goldemberg. Os C... único caminho, segundo ele, p... a evasão escolar que atinge ... alunos da rede pública. "Os ri... cam seus filhos em escolas ... integral, só que por um preço ... elevado. Queremos estender t... direito aos pobres."

Resistência ao programa diminui

Devido ao mar de denúncias que estigmatizou o projeto dos Ciacs na gestão de Alceni Guerra no Ministério da Saúde, o início da construção das escolas de tempo integral foi apenas simbólico. O esforço do ministro José Goldemberg é de demonstrar que agora o projeto sairá do papel. O ministro comemora, por exemplo, a manifestação de interesse pelos Ciacs do secretário de Cultura de São Paulo, Fernando Moraes, com quem conversou na semana passada. O prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, do PT, deu sinal verde ao governo federal para instalar a primeira fábrica que construirá 200 Ciacs no Rio Grande do Sul. Em Vitória, o prefeito Vitor Buaiz, também petista, não colocou qualquer objeção à instalação de uma fábrica.

Goldemberg conta também com o apoio de entidades filantrópicas, fundações, e clubes nos moldes do Lyons e do Rotary, como alternativa para gerenciar os Ciacs. A única preocupação do ministro é que alguma prefeitura alegue falta de recursos para a manutenção das escolas, que têm custos calculados hoje em torno de Cr$ 400 milhões ao ano.

"Contamos com a comunidade local", diz o ministro, confiando na divisão de responsabilidades entre o governo federal e os municípios na fiscalização e administração dos Ciacs. "Não vão virar ruína", assegura, ao ser perguntado sobre o processo de deterioração que aconteceu com os Cieps no Rio de Janeiro, na administração do governador Moreira Franco. Goldemberg, aliás, evita a identificação do projeto dos Ciacs com o do governador do Rio, Leonel Brizola. "O projeto tem a face do educador Anísio Teixeira", avisa.

No dia 9, começa em Brasília o primeiro curso de gerência de Ciac, refletindo preocupação do Ministério da Educação com a escassez de profissionais qualificados nessa área. Durante dois meses, 20 pessoas aprenderão como gerenciar uma escola de tempo integral. Esse curso será futuramente ministrado em todo os estados do país, a partir da experiência-piloto de Brasília. Com tudo isso, a expectativa do ministro é de jogar por terra, de uma vez por todas, as resistências contra o projeto dos Ciacs. "Ficar contra os Ciacs é como não aceitar a Santíssima Trindade."

Nº. DOCUMENTO
TIT
PE
FE
VINCU

Ciacs não seguirão mais modelo único

MANAUS — O ministro da Educação, José Goldemberg, admitiu ontem para os sete governadores da Região Norte que o "modelo único dos Ciacs é um tanto quanto simplista e precisa ser adaptado às peculiaridades regionais da Amazônia".

Com 350 unidades projetadas para serem construídas na região nos próximos quatro anos, os Ciacs devem ganhar telhados mais apropriados para proteção contra as chuvas [illegible] a utilização parcial de madeira regional, [illegible] no barateamento de seus custos.

As duas alterações foram [illegible] pelo ministro [illegible], [illegible] tribuiu Cr$ 57 bilhões da União para o ensino de 7 a 14 anos [illegible]. Goldemberg disse que há uma "revolução silenciosa" no país, pois 90% das crianças nesta faixa etária freqüentam atualmente a escola.

02/02

9203011

Nº 9203012

TITULO: Crisis en la Salud Pública

PROC: REC P 150090

FECHA: 30/3

VINCULA: 10046 / 11165 / 13101 (SP)

ENTRADO: 00

CRUZ: 00

Brasil es Paciente en Estado Grave y Necesita Atención

BRASILIA, 11 (AP).— La grave crisis de la salud pública brasileña fue denunciada hoy por los médicos del país, para quienes esta nación es un "paciente" en estado grave y necesitado de atenciones especiales.

La Asociación Médica Brasileña, la Federación Nacional de Médicos (FNM) y el Consejo Federal de Medicina, que dicen representar a más de 2[illegible] médicos en todo Brasil, divulgaron un informe pormenorizado que denuncia el "caos" de la atención sanitaria en el país.

[illegible], desigual distribución de la renta, falta de [illegible], educación deficiente y alto índice de desempleo son [illegible] como las causas del [illegible] de enfermedades, algunas de las cuales ya fueron [illegible] en el resto del continente.

Según el informe, Brasil registra un millón de casos de malaria, [illegible] de lepra, 10 millones de enfermos de esquistosomiasis, 6 millones de personas [illegible] el mal de Chagas y un [illegible] caso de tuberculosis cada media hora.

[illegible] por cientos de sus [illegible] millones de abortos por año.

"La responsabilidad es de la [illegible] de los gobiernos, y del actual en particular", dijo en conferencia de prensa [illegible] Carvalho, presidente de la FNM.

El [illegible] de un "[illegible] pública" [illegible] de la red de asistencia de salud y afirma que el gobierno gasta [illegible] dólares por la asistencia médica de cada persona en Brasil, cuando la Organización Mundial de la Salud recomienda un mínimo de 500 dólares.

Brasil gasta entre 2,5 y 3 por ciento de su producto bruto interno en salud, mientras que Argentina dedica 5,6 por ciento, Estados Unidos 12 por ciento, y Francia, Inglaterra y Canadá, 8 por ciento.

Entre los países latinoamericanos, el gobierno brasileño es el que menos invierte en salud, con 4,1 por ciento del presupuesto, después de Chile (9 por ciento), Bolivia (10,3) y Perú (5,6).

Junto a la divulgación del informe, los médicos anunciaron una campaña nacional en defensa de la salud pública y de la "buena calidad y dignidad" de sus profesionales.

Carvalho dijo que el gobierno del presidente Ferando Collor de Mello ha responsabilizado a los médicos por la situación de "calamidad" de los hospitales públicos y despidió a 9.000 profesionales.

Dijo que el primer ministro de Salud del gobierno, Alceni Guerra, "predicó una [illegible] revolución" en el área de la salud, pero "el [illegible] cuadro de abandono encontrado en el comienzo de su gestión es hoy más dramático".

Guerra, que fue destituido a mediados de enero, "dejó el Ministerio acusado de [illegible] negociados y corrupción", agregó.

01102

9203012

Crise da saúde

Carlos Scherr *

A primeira vista, a crise da saúde no Rio — mais grave e mais [illegible] do que se pode imaginar — parece sem solução. São muitos os fatores que [illegible] desestímulo da medicina, desde os baixos [illegible] de muitos [illegible], criados por interesses políticos, com profissionais que [illegible] em fim de [illegible].

De um modo geral, e pelos mais variados motivos, a formação médica deixa muito a desejar. O solução pode ser uma boa residência ou um [illegible] de pós-graduação. Mas [illegible] de vagas são [illegible], e poucos alunos têm condições econômicas de realizá-los. O que existe é a residência médica, com maior número de vagas, onde, ao invés de pagar, o médico é remunerado. É o grande filão para corrigir deformações e desinformações da formação médica.

A residência médica, no entanto, está perdendo, já há algum tempo, as características da sua função pedagógica. Alguns recém-formados têm nesta instituição o primeiro emprego, para aliviar o [illegible] financeiro após seis anos de faculdade, e outros fazem da residência um bico até que consigam plantões em clínicas de subúrbio. Há ainda os que procuram [illegible] profissão um emprego que lhes garanta sustento após a especialização. Ora, a residência médica é — e deve ser — um período precioso (talvez a última oportunidade) para definir a [illegible] profissional. É quando o médico [illegible] supervisão superior, recebe informações técnicas que não se encontram nos livros didáticos, desenvolve o seu perfil técnico e ético, [illegible] mente a essa função.

O espírito da residência vem [illegible] [illegible] [illegible] a [illegible] de vagas [illegible] [illegible], nem todos os serviços credenciados têm [illegible] para [illegible] à formação profissional e, em alguns locais, os residentes [illegible] e são [illegible].

Os que [illegible] da residência médica [illegible] conhecimento e experiência com o maior empenho. Os que a consideram ponto definitivo no seu currículo buscam pelos melhores lugares, submetendo-se em alguns casos às suas regras e [illegible], sem receber qualquer tipo de remuneração. É por essa via que se chega ao médico, já formado e que, precisando sobreviver, protagoniza duas [illegible]: no começo, a peregrinação diária por vários empregos, com salários [illegible] para um nível minimamente razoável de vida. Isto o impede de ter um só emprego e desenvolver, no mesmo local de trabalho, tanto a atividade assistencial quanto uma educação médica continuada. A segunda é conseqüência: os livros e revistas são, na sua quase totalidade, assim como as revistas importadas (o que pressupõe algum domínio ao menos de uma língua estrangeira, inglês, francês ou espanhol), e caros. O material médico é caro e, em conseqüência, a informação atualizada acaba restringida.

O Rio foi ficando cada vez mais para trás. Cidades menores, sem tradição médica, já ultrapassaram a ex-capital da República em qualidade. Os focos de resistência existem e não são poucos, mas situam-se no mesmo nível de qualquer cidade em qualquer país. Alguns fatos, porém, são

[illegible]

não estiverem [illegible], [illegible] médico sem condições mínimas de atendimento. Existem leitos à espera de condições de serem ativados. Há excelentes profissionais, a grande maioria consciente do seu papel.

* *Membro do American College of Cardiology, diretor de Pesquisas e Recursos Humanos do Hospital de Cardiologia de Laranjeiras (SUS - RJ)*

02-02 9203012

Desemprego atinge 10 milhões

□Governo Collor fecha o segundo ano numa crise pior do que a recessão de 29. A inflação supera os 20%, o PIB mantém a queda e o salário cai 27%

CARLOS THOMPSON
Editoria de Economia/ZH



O segundo aniversário do governo Collor e da política econômica recessiva, dia 15 próximo, será comemorado com inflação mensal acima de 20%, 10 milhões de desempregados e uma queda de 27% na massa salarial. Esses números se somam ao índice médio de ocupação da indústria paulista, em janeiro deste ano: 66,5%, comparado a 80% no segundo semestre do governo Sarney, acrescenta o professor de Política Econômica da Universidade de Brasília, Dercio Garcia Munhoz. "A pior recessão é a inútil", sentencia o chefe do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pedro Cezar Dutra da Fonseca.

A recessão não foi criada pela equipe econômica do presidente Fernando Collor, pois desde a década de 80 que o país não cresce, concede Fonseca. Mas salienta que o Brasil enfrenta, agora, uma situação pior do que a depressão de 1929. "A depressão foi aguda e rápida; a atual crise é prolongada." Munhoz considera que a política econômica da ex-ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e a do ministro Marcílio Marques Moreira, destroçaram o mercado interno brasileiro.

O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), Anton Karl Biedermann, não vê efeitos que justifiquem o peso da recessão. "Há um processo de grande sofrimento da população sem resultado algum." O empresário criticou a equipe da ex-ministra: "O que foi feito por Zélia na agricultura foi de uma burrice à toda prova". Ele poupa Marcílio, pois, na sua opinião, ao menos vem cumprindo a promessa de não editar pacotes econômicos.

ESTRUTURA — Na indústria, as análises são menos contundentes. O coordenador do Conselho de Economia (Consec) da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) — que indica as tendências econômicas para as indústrias gaúchas —, Roger Ian Wright, afirma que o sacrifício não será perdido se o governo resolver a questão da Previdência Social e fizer um bom ajuste fiscal. Enquanto o governo não acerta seus gastos, [illegible] Wright, o setor privado e os trabalhadores pagam por erros que não cometeram. O vice-presidente da Fiergs, Francisco Renan Proença, entende que toda mudança estrutural é demorada. Por isso, postula que se dê um maior prazo ao governo Collor.

"Chegamos ao fundo do poço", arrisca Proença. Ele projeta que o Brasil, a partir de agora, "deixe de piorar". O [illegible] da administração Collor, enfatiza, é a mudança de [illegible] no Brasil. "[illegible] co empresa[illegible] tividade por [illegible] das condiçõe[illegible]" [illegible] de Proença, o Plano Collor [illegible] teve o mérito de fazer [illegible] refletir sobre [illegible] biam.

Há, contudo, um longo caminho a trilhar, adverte o vice-presidente da Fiergs. Proença [illegible] brasileira, est[illegible] toneladas — [illegible] ça, um país 16 vezes menor [illegible] Brasil. Ou o nível da indústria de Taiwan, com [illegible] que a brasile[illegible] farpa para a [illegible] Zélia: "O Plano Collor [illegible] algo que ne[illegible] Nicolo Ma[illegible] que sugeriu, [illegible] cas políticas [illegible] o poder.

Para o Dieese, o custo de vida encareceu 3.2[illegible]

No escritório gaúcho do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) — órgão que assessora os sindicatos de trabalhadores em seus dissídios —, situado na Usina do Gasômetro, os números brigam com a política recessiva. "A taxa média de inflação subiu de 15,7%, de abril de 1990 a março de 1991, para 16,9%, entre abril de 91 a janeiro de 92", analisa o supervisor-técnico do Dieese-RS, Ricardo Franzói. Com os índices de fevereiro e março, tudo indica que a taxa média se encaminhe para 18%, acrescenta.

Os dados só são favoráveis para o governo Collor na comparação entre o aumento do salário mínimo, de março de 1990 a fevereiro de 92 (2.660%), enquanto a ração essencial do Dieese encareceu, no período, 2.208%. O Índice do Custo de Vida (ICV) da entidade, contudo, foi de 3.283% de março/90 a fevereiro/92. Até o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão governamental, aponta inflação de 2.738%, acima do reajuste do salário mínimo, portanto.

O desemprego medido pelo Dieese subiu alguns degraus: em março de 90, era de 9,3%, atingindo 11,3% em janeiro passado. O salário médio real teve uma queda de 26% sob os comandos de Zélia Cardoso de Mello e de Marcílio Marques Moreira na economia do país. A massa salarial caiu 27%. O período avaliado vai de março de 1990 a dezembro de 91. Franzói se apóia nesses dados, e pergunta: "O tamanho da desorganização e destruição da economia com a recessão vale a pena?"

Não satisfeito, o supervisor do Dieese tamb[illegible] base social [illegible] mento do Br[illegible] também, o [illegible] livre funcio[illegible] mercado eq[illegible] tornou um [illegible] Argentina e[illegible] tra." Ele re[illegible] média do go[illegible] deravelmente [illegible] no Sarney. [illegible] são seja o úni[illegible] a inflação e também [illegible] social.

Desemprego bate nível recorde

Fevereiro registra 980 mil desocupados e a perda de 186 mil postos de trabalho



Sérgio Mendonça

SÃO PAULO — O [illegible] de fevereiro bateu [illegible] tristes recordes nos [illegible] oito anos em que [illegible] a pesquisa de emprego e desemprego da [Fun]dação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos na Grande São Paulo: ocorreu a maior re[dução] mensal no nível de ocupação, com a eliminação de 186 mil postos de trabalho, e o maior [aum]ento no número de desempregados, que já [são] 980.000 (128 mil pessoas a mais do que em [jane]iro). Ocorreram também recordes em relação [aos] resultados registrados nos meses de fevereiro [de] outros anos (de 1985 para cá). A taxa de [desem]prego, 13,1% da População Economicamente Ativa (PEA), é a maior registrada em um [mês] de fevereiro: a taxa de desemprego aberto [(aqu]ele em que o pesquisado está procurando [emp]rego nos últimos 30 dias) é a mais alta para o [refer]ido mês (8,4%); e também foi constatado que, em fevereiro, nunca tinham sido desempregados tantos chefes de família como neste ano (15,5%).

A pesquisa Seade/Dieese, na verdade, está remodelada com os resultados preliminares do Censo Demográfico do IBGE e modificou sua série de resultados anteriores. "O saldo migratório negativo, ou seja, a quantidade de pessoas que possivelmente deixaram a Grande São Paulo é maior do que estimávamos", explicou o diretor de Estudos da População da Seade, Eugênio Carvalho Ferreira, referindo-se a um saldo de -433 mil pessoas de 1980 a 1991. Dessa maneira, a pesquisa divulgada hoje já traz os cálculos pela nova amostra populacional para fevereiro: 980 mil desempregados (852 mil em janeiro), 6.501.000 ocupados e PEA de 7.480.000. Pelos cálculos antigos, o número de desempregados em fevereiro seria de 1.146 (em janeiro foi divulgado um exército de 996 mil), os ocupados, 7.603.000 e a PEA, 8.749.000.

"Não há nenhuma dúvida sobre o agravamento do desemprego", analisou o diretor técnico do Dieese, Sérgio Mendonça, lembrando que o fato de a pesquisa registrar um saldo positivo de 15 mil postos novos gerados pela indústria pode ser explicado pela utilização de uma metodologia diferente da adotada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que está registrando queda no nível de emprego há vários meses. "O problema é o total de pessoas empregadas na indústria: em fevereiro de 1992 são 1.794.000, em fevereiro de 1985 eram 1.807.000." No comércio, 78 mil postos foram reduzidos e nos serviços, outros 98 mil postos foram cortados. A pesquisa também detectou outros 26 mil cortes localizados basicamente na queda do emprego doméstico. A jornada semanal média cresceu de 40 para 44 horas.

Mendonça também destacou a gravidade da perda de postos de trabalho de autônomos, de trabalhares com carteira assinada e também sem carteira assinada. "Eram setores que estavam absorvendo parte dos desempregados. Não quer dizer que eles pararam de absorver, mas que já há sinais de que este movimento poderá ser alterado", acrescentou o diretor do Dieese. Os dados sobre salário, referentes ao mês de janeiro, mostram que o rendimento médio dos ocupados caiu 4,3% em relação a dezembro — para uma média igual a 100 em 1985, o rendimento de janeiro de 1992 equivale a um índice de 54,6. Os salários do grupo composto pelos 25% mais ricos dos assalariados, cujo rendimento médio era de Cr$ 975.081,00 em janeiro, apresentaram um crescimento de 5,4% em janeiro.

Participação no PIB

O Rio de Janeiro e Minas Gerais, que disputam o segundo lugar em participação no Produto Interno Bruto (PIB), superaram a média nacional de aumento da produtividade industrial em 1991. O parque industrial [illegible] teve uma produtividade por trabalhador 14,33% maior do que em 1990, e o Rio de Janeiro, uma taxa de 12,9%. Os dados [illegible] divulgados hoje pelo IBGE, junto com a produção industrial de fevereiro, e [illegible] divisão da variação da produção física pela variação do número de pessoas ocupadas [illegible] este conceito, a média do país atingiu o [illegible] de 10,8%, contra -3,7% em 1991. Para o resultado geral, pesou mais a redução no nível de emprego, de cerca de 10,2%, do que o desempenho da produção física, 0,5% menor do [que] no ano anterior. Em Minas Gerais, o quadro [se] altera ligeiramente, pois a subida da produção em 1,8% se combinou a uma redação no nível de emprego próxima à média nacional ([illegible] contra 10,2%).

02-02

9203013

Nº. DOCUMENTO 9203014

TITULO Fue firmado el decreto que desapropia 102,4 hás.

PROCEDE ZH 150029

FECHA DE 25/01/92

VINCULACION 10046

10195

11303

ENTRADO

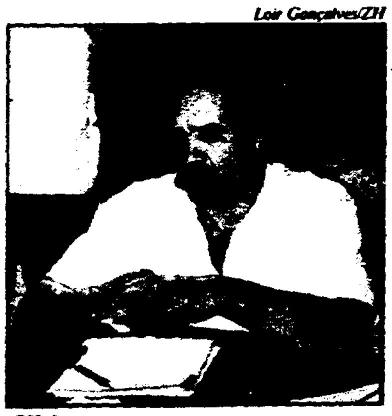
CRUZADO

Aumenta a Reserva do Lami

□Foi assinado ontem o decreto que desapropria 102 hectares. Agora a Prefeitura tenta acordo com o proprietário, pois hectare vale Cr$ 1 milhão

O prefeito Olívio Dutra assinou ontem decreto de desapropriação de 102,48 hectares da área localizada no extremo sul do município, composta 80% de banhados, com matas nativas na Ponta do Cego e morros não devastados e junto à Reserva Biológica do Lami, que deverá ser ampliada. A área tem grande importância do ponto de vista ecológico, já que mantém interrelação com outros ecossistemas regionais como o Banhado do Taim (área de preservação sob responsabilidade federal) e o Parque Estadual de Itapuã, sob o controle da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA).

Loir Gonçalves/ZH



Olívio: *novos planos*

O prefeito Olívio Dutra explicou que a área desapropriada vale cerca de Cr$ 1 milhão por hectare e que o município, através da Secretaria Municipal da Fazenda, vai tentar uma permuta com o proprietário, o fazendeiro Romeo Adegas. Já o secretário municipal do Meio Ambiente, Caio Lustosa, informou que a área é possivel de ser visitada por colegiais. As professoras interessadas em levar os alunos lá devem entrar em contato com a administradora da área ou a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

No local, segundo Caio Lustosa, é possivel conhecer espécies de flora e fauna originárias da região e remanescentes das margens do Rio Guaíba. Existem ali animais em extinção como a lontra, o jacaré-de-papo-amarelo, graxaim e mão-pelada. O local é pouso de aves como o gavião-caramujeiro, o tarrã e o maçarico-de-cara-pelada que vêm da Lagoa dos Patos para o Delta do Jacuí, ao norte de Porto Alegre. Já estão catalogadas pela SMAM e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul 115 espécies nativas da região.

Ibase demonstra que meninos do Rio que vivem na rua são só mil

Eliane Bardanachvili

O tamanho do problema dos meninos e meninas que dormem, trabalham e perambulam pelas ruas é menor do que se imagina. Levantamento coordenado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), dentro do projeto *Se essa rua fosse minha*, nas noites de 20 e 26 de fevereiro, revelou que são cerca de mil, no Grande Rio, Niterói e São Gonçalo, as crianças e adolescentes que fazem da rua sua *casa*. Mais de 80% estão no município do Rio.

"O número encontrado revelou que, das crianças vistas diariamente nas calçadas, poucas não possuem referências familiares, sendo, como se costuma afirmar, *abandonadas*". A pesquisa fez uma diferença entre as crianças *na* rua, isto é, que não têm para onde ir, e as crianças *de* rua, que passam o dia nas calçadas, mas têm família.

A pesquisa é a reedição de um trabalho semelhante, feito pelo Ibase em 1986. Naquele ano, foram encontradas, nos mesmos municípios pesquisados agora, 499 crianças na rua. "Houve um crescimento razoavelmente pequeno nesses últimos anos", interpreta o diretor do Ibase, Herbert de Souza, o Betinho.

Realizada nos municípios do Rio (dia 20), Nova Iguaçu, Nilópolis, Caxias, Meriti, Niterói e São Gonçalo (dia 26), com dois turnos de visitas aos mesmos locais, às 23h e às 4h, a pesquisa encontrou no segundo turno um número menor de crianças. Isso revela que nem todos os que perambulam pelas ruas de dia fazem dela o seu quarto de dormir.

"Esse número de crianças é totalmente administrável, até por uma prefeitura falida", observa Betinho, ressaltando que o objetivo da pesquisa não foi o de minimizar o problema, mas delimitá-lo. "As autoridades dizem que não podem fazer nada porque existem milhares de crianças dormindo nas ruas. Não é assim. É claro que o número de crianças que estão nas ruas durante o dia é maior. Mas elas trabalham, vendem coisas e ajudam suas famílias, levam dinheiro para casa, têm uma referência. Hoje, o mais grave são as crianças que não têm lugar para dormir quando o dia termina", analisa.

O Rio, com 1.099 crianças encontradas nas visitas das 23h, e 692 nas de 4h, é o município de maior concentração por ser o de maior área entre os pesquisados e reunir mais atividades comerciais.

Na Baixada Fluminense, foram encontradas 59 crianças no primeiro turno e 24 no segundo. Em Niterói e São Gonçalo, o número de crianças ficou em 92, às 23h, e em 81, às 4h. Copacabana e Centro, na área da Avenida Presidente Vargas, são os pontos preferidos desses pequenos sem-teto. Juntos, esses pontos reúnem 423 crianças. Já nos municípios de Caxias e Nova Iguaçu foram encontradas apenas 33 crianças, na visita das 4h. Em São João de Meriti e Nilópolis, nenhuma criança foi encontrada pelos pesquisadores. Na Baixada, onde a insegurança da população faz o movimento noturno diminuir, as crianças também não têm estímulo para permanecer na rua.

O levantamento envolveu 100 pessoas, entre pesquisadores, motoristas e um responsável pelo preenchimento das fichas com informações sobre as crianças. Foi realizado durante a noite porque seria mais fácil detectar os que moram na rua, sem perigo de confundi-los com os que apenas trabalham na rua durante o dia.

Somando-se as crianças encontradas às 4h, 797, tem-se o número das que, de fato, não têm para onde ir à noite. O diretor do Ibase explica que, para descontar uma possível margem de erro, arredondou-se este número para 1.000. "Com certeza, não passa disso", afirma ele. Para Betinho, os resultados mostram que o desafio pode ser enfrentado.

À procura de companhia

Como qualquer criança, as que habitam as ruas querem companhia e segurança na hora de dormir. No município do Rio, das 551 crianças que foram encontradas dormindo, às 4h, apenas 78 estavam desacompanhadas, enquanto 192 dormiam em grupos de crianças. A maioria delas, no entanto, 281, estava acompanhada de adultos — o que demonstra que, além de crianças abandonadas, há famílias inteiras abandonadas. "A noite é perigosa", resume Betinho. Os pesquisadores constataram, ainda, que as meninas procuram mais companhia do que os meninos. Quase todas dormiam acompanhadas de adultos.

Há mais meninos do que meninas nas ruas. Mesmo entre a população carente, há espaço para uma dose de machismo e lugar de menina ainda parece ser dentro de casa. Embora não tenha sido possível detectar só pela observação o sexo de todas as crianças encontradas, o número de meninos foi superior ao de meninas. No Rio, entre 57% e 68% das crianças e adolescentes encontrados às 23h e às 4h eram do sexo masculino. Na Baixada, Niterói e São Gonçalo, este índice aumenta ainda mais: entre 74% e 83%. "Faz parte da cultura brasileira as meninas estarem mais protegidas que os meninos", interpreta Betinho. "Este é o único caso em que o machismo serve para proteger as mulheres", brinca.

Betinho ressalta que esses índices combinam, por exemplo, com os índices de evasão escolar [illegible] os meninos do que [illegible]. "Menino vai para a rua [illegible] mais rápido", diz.

Em compensação, as meninas que estão nas ruas [illegible] como ganha-pão, a [illegible]. Em sua busca, os pesquisadores [illegible] ram as crianças [illegible] des de trabalho, [illegible] vendedores ambulantes, [illegible] de carro. Quase todas as [illegible] tradas em atividade [illegible] lhando como [illegible]

'Se essa rua fosse minha'

O levantamento sobre meninas e meninos nas ruas do Rio de Janeiro foi a primeira de uma série de pesquisas que orientarão o projeto *Se essa rua fosse minha*, criado em outubro do ano passado pelo Ibase, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), o Instituto de Ação Cultural (Idac) e o Instituto de Estudos da Religião (Iser). O objetivo do projeto é "mobilizar o governo e a população do Rio de Janeiro", em defesa das crianças que vivem nas ruas.

Para atingir esse objetivo, o projeto atua em várias frentes. A "sensibilização e mobilização da sociedade", que começou com a gravação em disco, no ano passado, da música *A luz do mundo*, com cantores brasileiros, sobre os [illegible] de pesquisa como [illegible], para traçar [illegible] e atividades [illegible] dimento [illegible] escolar e profissional, [illegible]

Essas [illegible] cadas em [illegible] das neste [illegible] serão [illegible] levadas à [illegible] de trabalho [illegible] por educadores de rua, [illegible] e assistentes sociais. O pro[illegible] US$ 300 mil [illegible] doações [illegible] agências de desenvolvimento [illegible] das Nações Unidas, co[illegible] Unicef, e empresas. A duração [illegible] *fosse minha* [illegible]

01-02

9203015

Sexo	Rio	Baixada	Niterói
Masculino	744	49	70
Feminino	295	9	17
Sem informação	60	1	5
Total	1.099	59	92

Sexo	Rio	Baixada	Niterói
Masculino	397	20	60
Feminino	179	3	15
Sem informação	116	1	6
Total	692	24	81

	Rio	Baixada	Niterói
Só	78	4	5
Em grupo de crianças	192	7	4
Com adulto	281	4	15
Total	551	15	24

Copacabana	229
Central, Presidente Vargas, Leopoldina	184
Leblon, Ipanema	94
Zona Oeste	80
Rodoviária, Praça Mauá, Cais do Porto	76
Tijuca, Rio Comprido	62
Largo da Carioca, Cinelândia, Passeio	46
Jardim Botânico, Humaitá, Botafogo	45
Glória, Lapa, Bairro de Fátima	45
Largo São Francisco, Campo de Santana, Praça Tiradentes	38

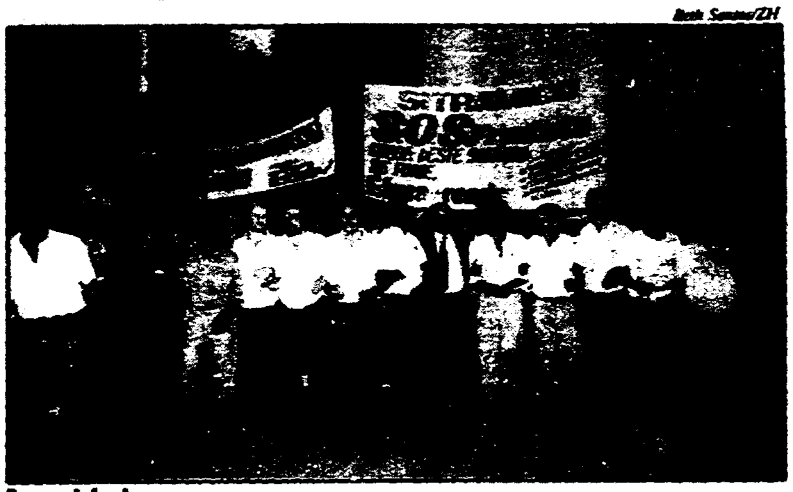
	Rio	Baixada	Niterói
Trabalhavam	310	19	40
Esmolavam	105	12	2
Dormiam	247	3	16
Outras situações	437	25	34
Total	1.099	59	92

9203015

02-02

Lula e Mindlin participam da vigília contra recessão

O protesto, realizado pelo Fórum Contra o Desemprego, também teve as presenças de Roberto Freire, Olívio Dutra e dirigentes sindicais



A caminhada: *a manifestação começou com um passeata na Prefeitura*

Uma vigília de protesto realizada ontem, em Porto Alegre, foi a maneira que o Fórum Contra a Recessão e o Desemprego encontrou para marcar o segundo aniversário do governo Collor. O movimento, criado em maio de 1991 pela prefeitura de Porto Alegre, sindicatos e representantes de parte do empresariado gaúcho, convidou políticos e líderes empresariais de expressão nacional para discutir alternativas para a retomada do crescimento econômico, ainda em 1992.

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva, o senador Pedro Simon (PMDB/RS), o deputado Roberto Freire (PCB/PE), o empresário paulista Sérgio Mindlin, do Pensamento Nacional de Bases Empresariais (PNBE), e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, José Vicente da Silva, o Vicentinho, foram os convidados especiais da manifestação — com debates e shows — que também teve a presença do prefeito Olívio Dutra, do vice-prefeito Tarso Genro, líderes sindicais e empresários.

EM CONJUNTO — A vigília foi saudada pelo presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva, como uma etapa importante no avanço nas relações entre patrões e empregados, para encontrar soluções conjuntas para sair da crise. Não há preocupações com resultados imediatos, conforme salientou o deputado Roberto Freire, acompanhado de sinais positivos de Vicentinho e Midlin.

A manifestação iniciou às 17hs, em frente a prefeitura de Porto Alegre. Sérgio Midlin e Roberto Freire, braços dados, ocuparam o centro do cordão que marcou o ritmo da caminhada dos três mil manifestantes (segundo a Brigada Militar) até o Araújo Viana, onde aconteceram dois painéis de dicussões sobre a conjuntura nacional. A imagem definiu o objetivo da vigília, resumido pelo presidente do PT: "Vamos caminhar juntos, nos espaços em que houver condições, para sair dessa juntos".

Sergio Midlin criticou o intervencionismo oficial que, segundo disse, marcaram os primeiros meses do presidente Fernando Collor no Palácio do Planalto. Lula defendeu uma investigação, pelas entidades civis — entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) —, dos atos do atual governo. "Os Cr$ 30 milhões do Magri são troco", disse, referindo-se as denúncias que envolvem o ex-ministro Rogério Magri. "O Magri já era gangster antes de ser ministro e o Collor sabia".

Nº 0203017
TÍTULO: La CUT recibió en 1991 U$S 1.600.000
FUENTE: JT 1?0023
FECHA: 17/3/92
VÍNCULOS: 10040
11160
500094 (sum.)

ENT. ...
CRUZ ...

Brasil: la CUT recibió en 1991 U$S 1,6 mi[illegible]

San Pablo (ANSA)

■ La Central Unica de Trabajadores (CUT), una de las dos grandes centrales sindicales del Brasil, informó que durante 1991 recibió del exterior un total de 1,6 millones de dólares en concepto de donaciones de veinte entidades no gubernamentales de nueve países diferentes.

La CUT, que en el ámbito político apoya al Partido de los Trabajadores (PT) del ex sindicalista y actual diputado nacional Luiz Inacio "Lula" da Silva, siempre trató con discreción el tema de las donaciones del exterior.

Sin embargo, decidió "abrir la boca" como precaución después del "caso Magri", que involucró al ex ministro del Trabajo de extracción sindical, Antonio Rogerio Magri, en denuncias sobre corrupción administrativa.

El tesorero de la CUT, [illegible] Soares de C[illegible] caso Magri, [illegible] nio haya [illegible] del sindicalismo, [illegible] credibilidad del [illegible] cal".

01-01

9203017

Igreja dedica campanha aos jovens

BRASÍLIA — Com pronunciamentos em cadeia nacional de rádio e televisão, o papa João Paulo II e o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, abriram ontem à noite, oficialmente, a Campanha da Fraternidade 92. A campanha deste ano tem como o tema *Juventude — Caminho Aberto*. "A campanha de 92 se propõe a abrir um debate nacional sobre a situação da juventude e suas propostas para a sociedade", anunciou ontem o padre Florisvaldo Saurin Orlando, assessor nacional da Pastoral da Juventude da Igreja Católica. "Temos que saber o que os jovens têm a dizer para a Igreja e a sociedade", destacou.

O secretário nacional da Pastoral da Juventude, Daniel Seidel, revelou ainda que a definição do tema da Campanha da Fraternidade deste ano foi feita há dois anos, quando foram recolhidas em todo o país 457 mil assinaturas de jovens católicos, pedindo à CNBB que a juventude fosse lembrada no tema da Campanha da Fraternidade de 92. "Pretendemos discutir a situação da juventude brasileira de hoje, que é dramática", lembrou Daniel Seidel, mostrando que 47% dos jovens brasileiros trabalham atualmente sem carteira assinada.

[illegible] — O padre Florisvaldo Saurin reconheceu a preocupação da CNBB com a evangelização dos jovens brasileiros, que representam um grande potencial da sociedade. "A campanha é um chamamento à igreja e à sociedade no sentido que leve a juventude a sério, debatendo sua situação. É um chamado para que a juventude ocupe seus espaços, fale o que pensa, discuta seus problemas", destacou Saurin.

Na mensagem de abertura oficial da campanha, o papa João Paulo II cita trechos da homilia que fez em Cuiabá, Mato Grosso, em 16 de outubro do ano passado, quando esteve em visita oficial ao Brasil. "Ofereçam a Jesus seus corações abertos de par em par. Abram confiadamente as almas aos tesouros da verdade cristã. Busquem com empenho uma formação que leve ao amadurecimento da fé", alerta o Santo Padre, revelando que a Igreja fez uma opção preferencial pelos jovens de todas as condições sociais, especialmente "pelos que sofrem porque desconhecem a verdade e caminham desorientados pelas estradas da vida".

Já o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, em sua mensagem, convoca os jovens a "remover os obstáculos da violência e da corrupção, da injustiça, do egoísmo e do pecado" e pede o empenho de todos para uma verdadeira transformação da sociedade.



Dom Paulo disse que o extermínio de meninos de rua é um "pecado social"

D. Paulo defende Estatuto da Criança

SÃO PAULO — Os militantes da Pastoral da Juventude — que reúne cerca de 1 milhão de jovens em 60 mil grupos espalhados por todo o país — decidiram assumir a defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente, como ação prática da Campanha da Fraternidade, lançada ontem pela Igreja Católica no início da Quaresma. *Juventude — Caminho aberto* é o lema da campanha deste ano.

"O estatuto, que foi promulgado em outubro de 1990, em substituição ao Código do Menor, será discutido nas paróquias e nas escolas, para que as crianças e os adolescentes conheçam seus direitos e saibam como reivindicá-los", anuncia a irmã Maria do Rosário Leite Cintra, coordenadora da Pastoral do Menor. Ela foi a freira que relatou a João Paulo II, em sua visita a Salvador, em outubro, a situação dos meninos de rua no Brasil.

Também o cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, demonstrou preocupação com a violência contra crianças. Na entrevista coletiva que ele convocou para falar sobre a Campanha da Fraternidade, o cardeal apontou o extermínio de meninos de rua como um pecado social que deveria escandalizar e envergonhar os brasileiros.

"Acabo de ser informado de que representantes dos três principais partidos britânicos (o Conservador, o Liberal e o Trabalhista) manifestaram seu repúdio à violência contra os menores no Brasil e na Guatemala", disse Dom Paulo Evaristo. O cardeal convidou a sociedade a refletir sobre o problema que, segundo ele, é apenas um exemplo dos vários tipos de atentados que crianças e adolescentes sofrem no país.

Cercado por dois coordenadores da Pastoral da Juventude, Dom Paulo Evaristo afirmou que a Igreja aceita o desafio de transferir a palavra aos jovens, "mesmo correndo o risco de enfrentar conflitos de opiniões — pois essa é a única maneira de avançar [illegible] res". [illegible] aborto.

[illegible] e propõe, como alternativa, [illegible] de se optar por outras [illegible] servir à nação. "Os jovens [illegible] ter a opção de trabalhar em [illegible] e em postos [illegible] as crianças e os marginalizados".

"A [illegible] sa questão é a [illegible] da República", [illegible] Dom Paulo Evaristo, [illegible] que "o Brasil precisa de gente para servi-lo em diversos campos". O cardeal ressalvou que essa é uma opinião pessoal, pois a Igreja não tem posição oficial sobre o assunto.

Igreja enfrenta desafio de atrair jovens

José Maria Mayrink

SÃO PAULO — O espírito de contestação dos jovens e a alta rotatividade da juventude nas paróquias são um desafio para a Igreja Católica, que não quer perder essa parcela de seu rebanho — um potencial de 27 milhões de brasileiros, de 15 a 24 anos de idade —, mas não consegue mantê-la fiel à sua doutrina. Padres e religiosos que se dedicam à assessoria da Pastoral da Juventude se defrontam, cada dia mais, com embaraçosas situações de conflito, porque suas respostas não satisfazem os questionamentos que os jovens levantam. As questões mais espinhosas são a sexualidade e o uso de drogas.

"A Igreja precisa rever sua posição com relação aos jovens", propõe Karen Simões Monteiro, 22 anos, da coordenação estadual da Pastoral da Juventude, em São Paulo. Se não houver essa revisão, prevê, a conseqüência será a rebeldia tácita dos jovens, que tendem a seguir sua própria moral. Segundo Veronika Paulics, 24 anos, assessora de comunicação, já se observa, na prática, uma ética dupla. "Os bispos ensinam uma coisa e a gente faz outra", constata a assessora.

Não se pode dizer que há contestação, porque muitos jovens simplesmente ignoram a posição oficial da Igreja. "Se eles disserem o que fazem, os padres vão mandá-los confessar", brinca Veronika, referindo-se à vida sexual de moças e rapazes católicos antes do casamento. Os coordenadores da Pastoral da Juventude — leigos e solteiros — argumentam que os jovens vivem uma realidade muito diferente da enfrentada pelas gerações passadas. Antigamente, observam, as pessoas se casavam antes dos 20 anos de idade, enquanto hoje a juventude se prolonga até depois dos 28 anos.

Diálogo — Se fosse responder de acordo com as normas da moral católica, qualquer padre diria que não há outra saída, porque a Igreja não admite sexo fora do casamento. "O caminho é o diálogo, porque os jovens somem ou simplesmente não levam em conta o que se prega, se a gente agir com autoridade", afirma o padre Sérgio Eduardo Castriani, assessor da Pastoral da Juventude na Arquidiocese de São Paulo. O padre apela para o direito à vida, quando conversa com rapazes e moças a respeito de questões como sexo, aborto, Aids e drogas. "Os jovens têm um admirável senso de responsabilidade e muito respeito pela vida."

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que adotou o lema *Juventude, caminho aberto* para a Campanha da Fraternidade deste ano, admite essa dificuldade e até bate no peito, ao fazer um exame de consciência sobre o relacionamento da Igreja com os jovens. O texto-base da campanha admite que os jovens não têm espaço próprio, mas se sentem "tarefeiros, a serviço dos adultos e dos padres".

"Infelizmente, muitos destes jovens acabam se afastando da vida eclesial, por falta de autocrítica e por falta de acolhimento e de espaço na própria Igreja", reconhece o texto — por sinal, redigido e aprovado pela cúpula da CNBB e não pelos jovens, como eles reivindicavam. "Conseguimos coletar 457 mil assinaturas em todo o país para impor a juventude como tema de reflexão, mas não pudemos escrever o que pretendíamos", queixam-se os coordenadores da Pastoral da Juventude.

São Paulo — Luiz [illegible]



Na paróquia de San Genaro, jovens se reúnem aos sábados para ler a Bíblia, rezar e se divertir

Grupos são instáveis e procuram o lazer

A participação dos jovens na vida da Igreja enfrenta outra dificuldade crônica — a instabilidade dos grupos e movimentos, que se formam e desaparecem com muita rapidez. "A média de perseverança é de um ano e meio", calcula Antônio Luiz Fernandes, 23 anos, que se engajou numa paróquia de Campinas para o curso de crisma e acabou se tornando representante estadual na Coordenação Nacional da Pastoral da Juventude.

"A rotatividade é normal, porque os jovens deixam de ser jovens", observa o padre Sérgio Castriani, otimista com a presença da juventude na vida da Igreja — cerca de 60 mil grupos, com mais de um milhão de integrantes, em todo o país. Os mais perseverantes são aqueles que participam dos cursos de eucaristia e crisma. A grande maioria, porém, chega atraída por chamarizes menos consistentes. "Eu mesma vim por causa de um baile", confessa Karen Monteiro, que das festinhas de fim de semana passou às reuniões da pastoral.

Na paróquia de San Genaro, em São Paulo, adolescentes e jovens se reúnem, aos sábados, para ler a Bíblia, rezar e se divertir. "A gente faz esportes, vai à missa e trabalha com crianças carentes", diz Adriana Vaz Abrão, 14 anos, que chegou para fazer a primeira comunhão e integrou-se ao grupo da pastoral. Nos bairros de periferia, é comum rapazes e moças aderirem aos movimentos simplesmente por falta de opção.

Mesmo que os movimentos não resistam, padre Castriani acha que vale a pena investir nos jovens. "Os grupos democratizam a palavra, ensinam solidariedade e [illegible]", [illegible] convencido de que a [illegible] papel se conseguir [illegible] cidadania, como fez a [illegible] Católica (JUC), 30 [illegible] mesmo — a Igreja [illegible] gar-agir, da Ação Católica [illegible] outros. "Os jovens de hoje [illegible] zar grupos, mas [illegible] dões", informa Karen Monteiro. A [illegible] Juventude vetou idéia de fazer uma [illegible] no Centro de São Paulo para mobilizar a população para a Campanha da Fraternidade. [illegible] os coordenadores não sabem [illegible] 100 mil pessoas numa praça, "a não ser que se contratasse a *Legião Urbana* para [illegible] co". A sugestão será discutida.

CNBB desencadeia campanha contra corrupção no governo

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — A Igreja Católica pretende desencandear uma campanha nacional para denunciar o recrudescimento da corrupção no Brasil. Os principais dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) condenam a corrupção crescente — envolvendo inclusive ex-ministros de Estado — e a impunidade dos crimes de *colarinho branco*. "Quando penso nessas coisas, a corrupção dos homens públicos, tenho vergonha de ser brasileiro", resume o arcebispo de São Luís, Dom Paulo Ponte. "A corrupção, como o próprio nome diz, destrói o tecido social", completa o presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, bispo de Mariana (MG). "Os casos concretos de corrupção no governo devem ser rigorosamente apurados, com punição exemplar para os culpados."

Evitando comparações entre os casos de corrupção detectados no governo José Sarney e os do governo Fernando Collor, Dom Luciano ensina que o ganho fácil, sem nenhuma exigência ética, prejudica toda a sociedade, principalmente a juventude. "O governo deve dar exemplo de combate à corrupção não apenas em seu próprio seio, mas também na área de contratos comerciais, fixação de preços e licitações que tratam da aplicação de recursos públicos. "O combate à corrupção deve se estender também ao campo do Judiciário e do Legislativo", prega o presidente da CNBB.

A impunidade no Brasil — onde pouquíssimas pessoas envolvidas em casos de corrupção vão para a cadeia — tem colaborado para que haja um aumento da corrupção em todos os níveis, segundo Dom Luciano. O presidente da CNBB exemplifica com os assassinatos em conflitos pela posse da terra para mostrar que a impunidade de pistoleiros e mandantes acaba incentivando novas mortes. "Em 1.600 assassinatos no campo, só 26 processos foram levados a júri e houve apenas 13 condenações", assegura.

O secretário-geral da CNBB, Dom Celso Queiroz, bate na mesma tecla. Segundo ele, o Brasil vive hoje "um festival da impunidade". "Atualmente, considera-se normal que os bicheiros sejam donos de escolas de samba e daqui a pouco começará a ser normal ter droga em casa", adverte Dom Celso Queiroz, lembrando que no governo José Sarney a Igreja denunciava a corrupção e o presidente devolvia com uma cobrança: "Então digam quem são os corruptos." "Isso



Dom Celso: "Fundamental é que culpados [illegible]"

não levava ao esclarecimento dos fatos", lembra o secretário da CNBB. Na opinião de Dom Celso, as denúncias de corrupção se tornaram tão corriqueiras nos meios de comunicação que o público já começa a achar que tudo não passa de *fofoca*. "O fundamental é que os culpados sejam punidos", afirma.

Tradição — "A corrupção infelizmente já é uma constante no panorama nacional, visto quase que uma tradição [illegible]", lamenta Dom Augusto Rocha, bispo de [illegible], presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Dom Augusto vê no próprio sistema [illegible] elemento que facilita a corrupção. "Criticam esse modelo adotado pelo Brasil há muito tempo, em que poucos se apropriam indevidamente daquilo que é de todos e sem a punição compatível", critica. "Infelizmente, a lógica desse sistema é 'quem for pobre que se quebre', para os pobres não há projetos, só migalhas."

O envolvimento dos ex-ministros Alceni Guerra, da Saúde, e Antônio Rogério Magri, do Trabalho, em casos de corrupção alcançaram repercussão internacional e isso pôde ser constatado por Dom Paulo Ponte [illegible] Alemanha. [illegible] é [illegible], como é [illegible]. "Para mim, [illegible] do Brasil é a falta de [illegible] dos homens públicos", [illegible]. Dom Paulo Ponte [illegible] que os homens públicos brasileiros [illegible] da *Lei de Gérson*, [illegible] em tudo. "Os criminosos de colarinho branco não vão para a cadeia", [illegible] Dom Paulo Ponte. "No Brasil, [illegible] [illegible]".

Os bispos Luciano de Almeida, Augusto Rocha e Paulo Ponte não acreditam que a corrupção tenha aumentado no atual governo em relação aos anteriores. "O que existe hoje é uma divulgação maior dos casos de corrupção pelos meios de comunicação, mas infelizmente isso não implica punições exemplares para os que desviam o dinheiro do povo em benefício próprio", sentencia Dom Augusto Rocha.

Garimpo de Morro Cristal atrai mais caçadores de pedras

□A possível existência de pedras semipreciosas dobrou número de novos garimpeiros e, com eles, surgiram vendedores de lanches e refrigerantes

Uma intensa movimentação de pessoas, engarrafamento no trânsito, comerciantes de pedras preciosas, vendedores de cachorro-quente e refrigerantes, gente oriunda dos mais diversos lugares. Este é o quadro visto, nos últimos três dias, pela localidade de Morro Cristal, distrito da Terceira Légua, no interior de Caxias do Sul. Tudo porque, no início da semana, um noticiário de televisão revelou a existência de pedras semipreciosas no local. Nem mesmo a informação posterior de que as pedras teriam pouco valor comercial diminuiu o ânimo dos garimpeiros, que surgiram de todos os lugares.

A confusão é tamanha na área, que o prefeito de Caxias do Sul, Mansueto Serafini, mandou paralisar, na sexta-feira, as obras que eram feitas em uma estrada da localidade, ponto de partida para o improvisado garimpo. Com o movimento intenso no local, os operários não conseguiam dar continuidade ao seu trabalho, que envolve os preparativos para asfaltamento da estrada.

Mauro Vieira/ZH



Curiosidade: *crianças acompanham os pais na busca das desejadas pedras*

O número de pessoas que acorreu a Morro Cristal, na manhã de ontem, em busca de ametistas, ágatas e topázios, era no mínimo duas vezes maior que o observado no dia anterior. Os moradores de Morro Cristal, cuja tranqüilidade foi perdida com o garimpo na área, não escondem sua revolta.

A Brigada Militar aumentou o policiamento no local, com a presença de um pelotão de 30 homens. "É um policiamento que visa garantir, sobretudo, a preservação das propriedades privadas no local", salienta o tenente PM Élcio Carvalho. Otimista, o tenente diz que já era esperado o aumento no número de pessoas em Morro Cristal, tendo em vista o final de semana, mas que, já amanhã, o movimento no local deve diminuir ou até mesmo extinguir-se. "Felizmente, muitas pessoas já estão retornando aos seus locais de origem, por verem que as pedras não têm maior valor", declara.

01/03

Reforçada fronteira com Venezuela

Os incidentes fronteiriços com a Venezuela, provocados por garimpeiros brasileiros, podem ser uma página virada na História a partir da transferência determinada pelo Ministério do Exército do 1º Batalhão de Infantaria de Selva de Petrópolis, no Rio de Janeiro, para o Estado de Roraima, onde coordenará toda a vigilância das fronteiras internacionais do Norte do País.

A transferência, decidida logo após o último incidente protagonizado pelos garimpeiros, em janeiro passado, quando um avião foi abatido pela Guarda Nacional da Venezuela, só foi anunciada ontem pelo comandante militar da Amazônia, general Aníbal Pacheco. O batalhão foi implantado ainda no mês de fevereiro. Com 600 soldados e comandado pelo general de brigada Francisco Pinto de Souza Filho, 54 anos, há três anos nessa patente, a unidade iniciou suas operações no início deste mês, cobrindo toda a fronteira do Brasil com a Venezuela e Guiana.

Tendo o apoio da brigada de helicópteros que está ainda sendo implantada, a nova unidade é a primeira com status de batalhão e comandada diretamente por um general. (AJB)

Nº DOCUM

TITULO

PROCEDE

FECHA DE

VINCULACI

Garimpeiros ocupam Câmara em Rondônia

☐ Três mil garimpeiros estão ocupando as dependências da Câmara Municipal de Ariquemes. É um protesto contra o fechamento de jazida

Aproximadamente três mil garimpeiros ocuparam o prédio da Câmara Municipal de Ariquemes, em Rondônia, em protesto contra o fechamento do garimpo "Bom Futuro", considerado uma das maiores jazidas de cassiterita do mundo. Desde julho do ano passado, os garimpeiros vêm extraindo o minério de forma clandestina, já que o governador de Rondônia, Osvaldo Piana, decretou o fechamento da jazida.

Na manhã de sábado, os garimpeiros foram retirados pela Polícia da BR-364, que liga Cuiabá, no Mato Grosso, a Porto Velho, onde haviam pernoitado, interrompendo o tráfego na altura de Ariquemes. Cento e cinqüenta policiais do batalhão de choque da Polícia Militar de Rondônia foram deslocados para Ariquemes, a 200 km de Porto Velho, para desimpedir a estrada. Os garimpeiros resolveram, então, invadir e manter sob cerco a Câmara Municipal daquela cidade.

O garimpeiro Paulo Amâncio, um dos líderes lo movimento, acusou o governador de Rondônia de protelar a reabertura do garimpo para defender os interesses de empresas mineradoras.

O líder do movimento calculou em 12 mil o número dos garimpeiros que ainda estão em "Bom Futuro". Disse que até 40 mil garimpeiros já trabalharam na jazida, antes do decreto do governador Piana. Paulo Amâncio informou que a cooperativa dos garimpeios pagou Cr$ 65 milhões pela realização do Relatório de Impacto Ambiental (Rima), exigido pelo governo estadual. O relatório foi considerado "insuficiente" pelo governo de Rondônia.

"Eles não estão deixando ninguém entrar nem sair", disse, por telefone, o vereador Joel Nunes (PFL), um dos sitiados na Câmara.

"Nós estamos desesperados", reclamou o líder garimpeiro Paulo Amâncio, proprietário de uma lavra há quatro anos. "Vamos ficar aqui até conseguirmos uma solução", prometeu. (AG-AJB)

03.03

9203020

CASO CHICO MENDES

Novo júri repercute no exterior

Hoje inicia o último encontro preparatório para a Rio-92, em Nova Iorque. Decisão do Tribunal de Justiça do Acre deve ser condenada



Arquivo/ZH

Repercussão: *o caso Chico Mendes sofre reviravolta*

As primeiras reações da opinião pública internacional à anulação do julgamento do caso Chico Mendes poderão ser constatadas nesta segunda-feira, em Nova Iorque, na abertura do 4° Prepcom, o último encontro preparatório para a Rio-92. O encontro deverá reunir representantes de 170 países e centenas de Organizações Não-Governamentais (ONGs).

A previsão é do cientista político Tony Gross, coordenador do Fórum Global 92 (a série de eventos paralelos à Rio-92) e autor do livro *Fight for the Forest: Chico Mendes in his own words* (Luta pela Floresta: Chico Mendes com suas próprias palavras), que contém uma longa entrevista do líder seringueiro, feita 20 dias antes de sua morte, no Natal de 1988.

"A anulação do julgamento às vésperas do Prepcom foi uma coincidência lamentável", disse Tony Gross. Ele acha que o resultado da sessão realizada no dia 28 de fevereiro pela Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Acre, que invalidou, por dois votos a um, a condenação do fazendeiro Darli Alves da Silva a 19 anos de prisão como o mandante da morte do líder sindical Chico Mendes, vai "cair como uma bomba em Nova Iorque".

REPERCUSSÃO — Como qualquer outra conferência organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Rio-92 está tendo um processo preparatório comparável ao da tramitação de um projeto de lei num parlamento internacional.

As comissões técnicas que examinam e discutem um projeto antes de levá-lo ao plenário têm o seu equivalente no "Prepcom" ou Comitê Preparatório da Rio-92. Já foram realizadas três jornadas do Prepcom, uma em Nairóbi (Quênia) e duas em Genebra (Suíça).

Tony Gross disse que no dia seguinte à anulação do julgamento falou ao telefone com a norte-americana Barbra Bramble, diretora do Fundo Nacional da Vida Silvestre, a maior entidade ambientalista dos EUA, com mais de 6 milhões de militantes.

"Ela está chocada com a decisão", revelou. Barbra foi responsável por uma grande campanha realizada nos Estados Unidos, poucos dias depois da morte de Chico Mendes, ocorrida em dezembro de 1988, para a arrecadação de recursos destinados a projetos comunitários no Acre.

CONDENAÇÃO — "O sentimento da maioria das pessoas com quem falei é de que retorna ao cenário internacional um problema que aparentemente o Brasil já havia resolvido", disse Tony Gross, referindo-se à condenação do fazendeiro Darli e de seu filho, Darci Alves da Silva, autor confesso dos disparos que mataram Chico Mendes.

"A imagem que as ONGs tinham sobre o caso era de que, pela primeira vez, a Justiça brasileira conseguira condenar o mandante de um crime no campo", disse o cientista político, temendo que a anulação "reabra a temporada de caça aos líderes camponeses". (AE)

65% população rechaça o governo — JB

31/03/92
10046
11105
11323
11302

Gallup indica que 65% rejeitam o governo de Collor

O presidente Fernando Collor festeja hoje dois anos de mandato com uma preocupação: 65% dos brasileiros desaprovam o governo e 72% rejeitam sua política econômica. Comemoram o aniversário solidários com o presidente apenas 16% da população, segundo constatou a 12ª Pesquisa Nacional Gallup, realizada entre 5 e 25 de fevereiro, em 177 cidades nos 23 estados, com 2.826 entrevistados.

Nesses dois anos, o Gallup fez pesquisas nacionais sucessivas para acompanhar a evolução da popularidade do governo Collor e o julgamento dos brasileiros sobre a condução da política econômica, primeiro sob o comando de Zélia Cardoso de Mello, e hoje, de Marcílio Marques Moreira. Mas a mudança de maestro não ajudou muito. Na primeira pesquisa Gallup, em abril de 90 — um mês após a posse de Collor —, 87% dos entrevistados aprovavam a política econômica. Em maio de 91, quando Zélia saiu, esse índice já caíra para 34,3%. Em julho, dois meses depois da nomeação de Marcílio, a aprovação era de 34,2%. A partir daí, só desceu: 23,8% em outubro de 91, 21,6% em dezembro e 21,1% em fevereiro de 92, a 12ª pesquisa.

Na fase inicial do governo — pesquisa de abril de 90 —, a aprovação à política econômica (87%) era maior do que a aprovação ao presidente Collor (69%). Atualmente, os dois índices estão muito próximos: 16,3% aprovam o presidente e 21,1% aprovam sua política econômica.

A desaprovação ao presidente é maior nas capitais e nas cidades com mais de 100 mil habitantes — 68.1% e 67,7%, num total de 1.771 entrevistas. O menor índice — 57% — se abriga nas cidades pequenas, de até 10 mil habitantes, onde foram entrevistados pelo Gallup 287 brasileiros. Aprovam o presidente apenas 14% dos habitantes das capitais e das grandes cidades. Esse índice cresce para 20,5% nas pequenas cidades, especialmente na Região Nordeste — a que menos rejeita Fernando Collor.

Os fluminenses, que em 89 votaram maciçamente no candidato do PT à Presidência, Luís Inácio Lula da Silva, continuam avessos a Fernando Collor, apesar do estreitamento das relações entre o governador Leonel Brizola e o Palácio do Planalto: o maior índice de rejeição ao presidente — 72,5% — foi registrado no estado do Rio, que desaprova em massa — 77,2% — a política econômica.

A desaprovação ao governo é mais acentuada entre os brasileiros jovens. Na média nacional, apenas 16,3% aprovam o governo, contra 64,8% que desaprovam. À pergunta "o presidente Collor está sendo um ótimo presidente, um bom presidente, um presidente ruim ou um péssimo presidente?", os homens jovens — entre 18 e 29 anos — foram mais generosos do que as mulheres jovens: a pesquisa registrou 17,9% de aprovação masculina, contra 14,6% da feminina. A proporção se repete na desaprovação: 63,8% dos jovens acham Collor um presidente "ruim" ou "péssimo", contra um índice de 65,8% entre as jovens.

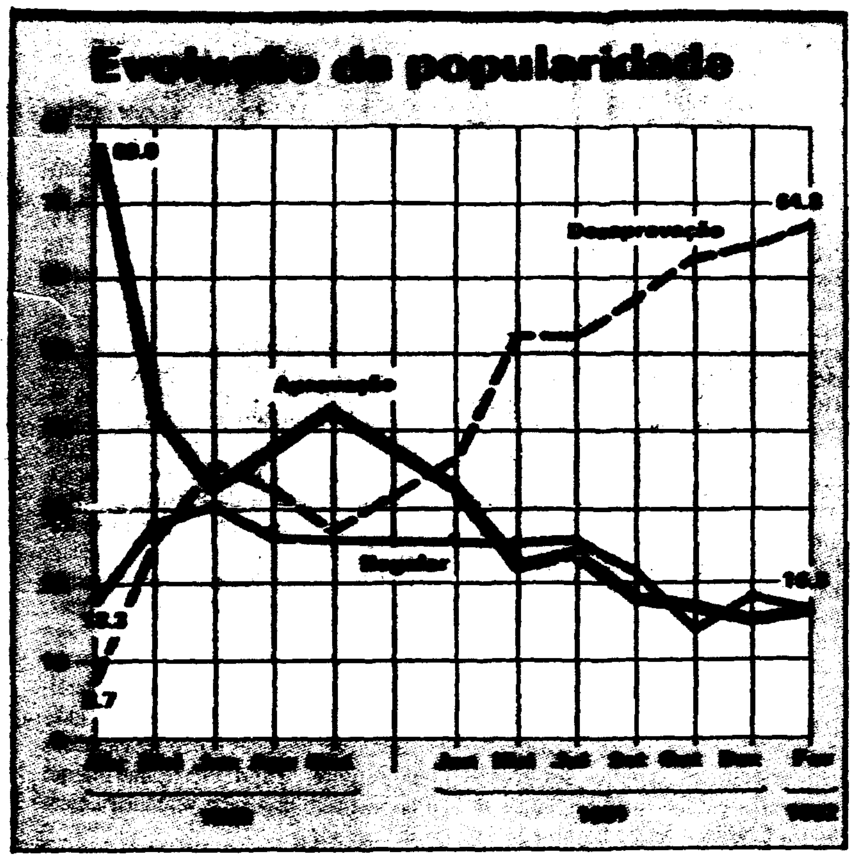
Os jovens de maior renda estão mais satisfeitos com o presidente: 21,2% o aprovam, contra 14,3% na classe D/E, a menos favorecida. Mas a classe A quase empata com a classe D/E na desaprovação: 64,8% a 64,2%. Os mais instruídos gostam mais do governo: Collor tem aprovação de 20,5% dos que têm curso superior e 15,3% dos que completaram o primário. Na desaprovação ao presidente, os que têm curso primário são 63,1% contra 67% dos que fizeram curso superior.

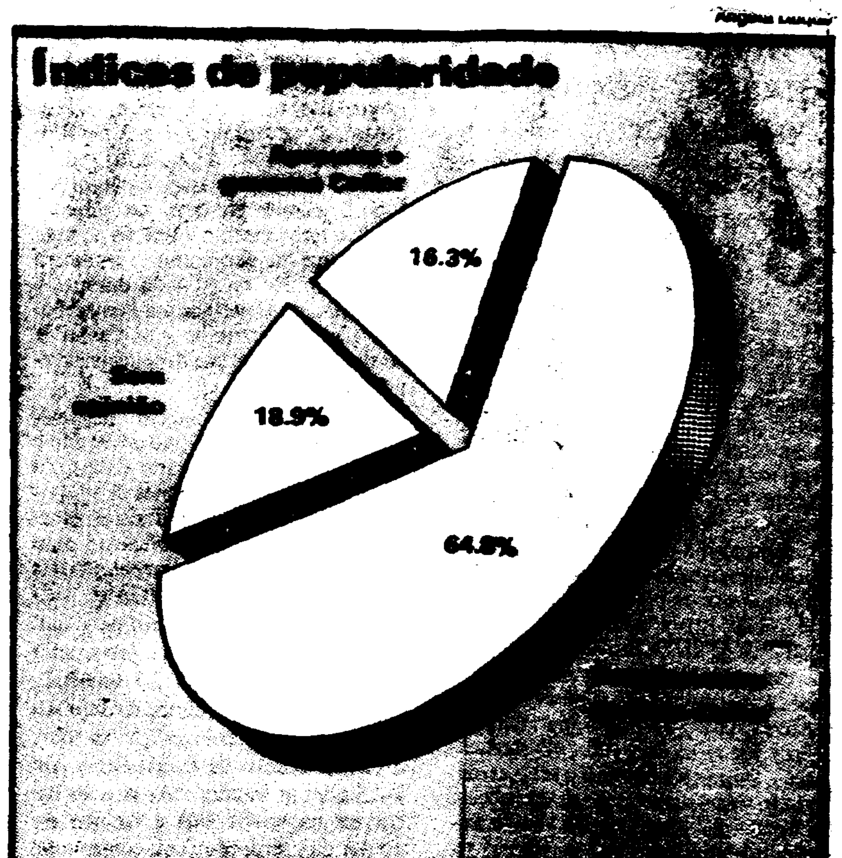
Aldori Silva — 21/11/91



Collor: popularidade em queda

O Instituto Gallup aferiu a popularidade do presidente Collor em abril, maio, junho, agosto e outubro de 1990, em janeiro, maio, julho, setembro, outubro e dezembro de 91 e em fevereiro de 92 — ao todo, 12 pesquisas nacionais, feitas entre brasileiros em idade adulta, de ambos os sexos e de classes sociais e níveis de instrução diversos, em cidades de todos os tamanhos. Em abril de 90, Collor estava no auge de sua popularidade: 69% dos entrevistados disseram que o presidente era "ótimo" ou "bom". Apenas 8,7% achavam o presidente "ruim" ou "péssimo". Em maio de 91 — o mês da queda da ministra Zélia —, 21.1% aprovavam o presidente, contra 52.5% que desaprovavam. Hoje, 16.3% desaprovam Collor, enquanto 64,8% o reprovam.





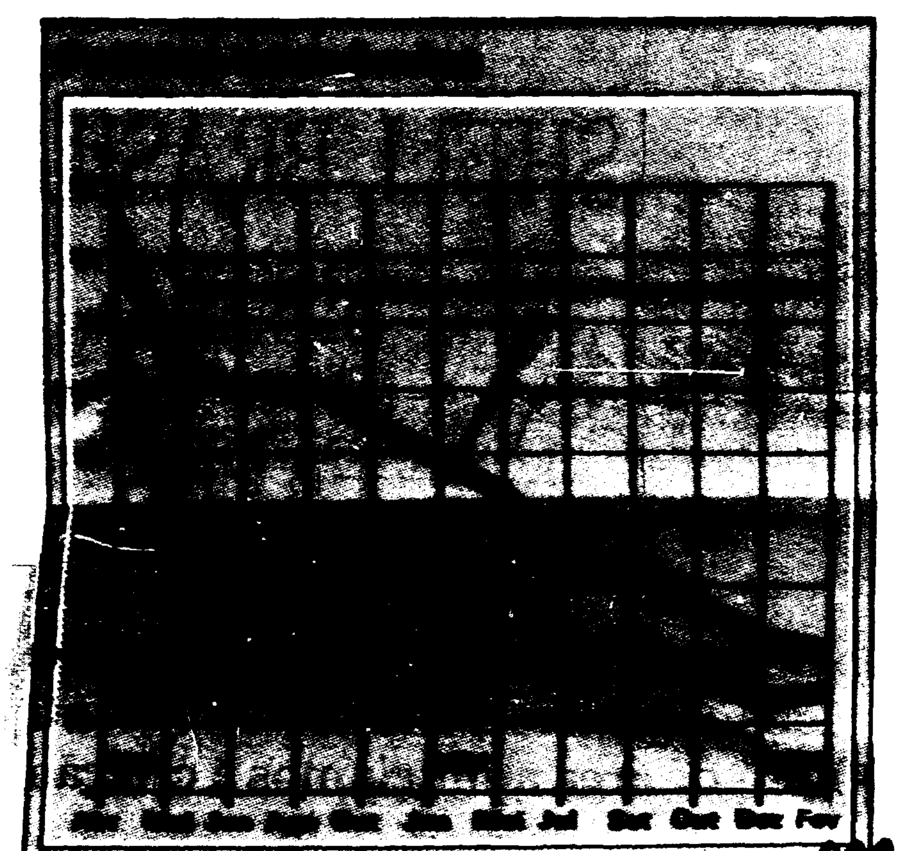
Nordestinos são os menos insatisfeitos do país

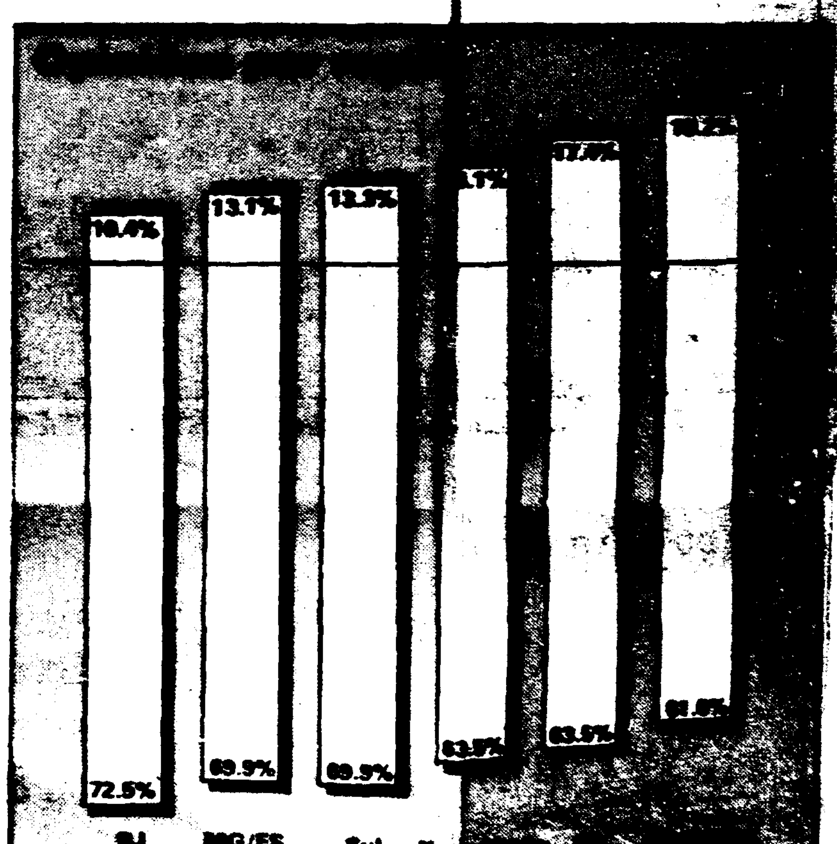
O Nordeste se esforça para permanecer fiel a Fernando Collor. Os estados nordestinos presentearam o presidente, na festa de aniversário de seu governo, com o maior índice de aprovação do país: 19.2% dos entrevistados pelo Gallup aplaudiram o desempenho do presidente. A rejeição também é a menor do Brasil: 61.6% desaprovam o governo. Embora alto, o índice é bem mais complacente que o do Estado do Rio, de 72.5%.

O julgamento da política econômica do governo só não encontrou no Nordeste a sentença mais benevolente porque os estados de Minas e do Espírito Santo foram mais generosos. À pergunta "De um modo geral, o senhor aprova ou desaprova o modo como o governo Collor está conduzindo a economia do país? Totalmente ou só em parte?", 24,6% dos mineiros e capixabas disseram que aprovam "totalmente" ou "em parte" as medidas econômicas. Nos estados nordestinos, a aprovação foi de 23,2%. Nada comparável aos modestos 16,7% de aprovação concedidos pelo Estado do Rio — abaixo dos 20% de votos que Collor conquistou entre os fluminenses na eleição presidencial.

Os estados do Sul do país contribuíram muito para a queda da popularidade do presidente, com 69,9% de rejeição, o mesmo índice imposto por Minas Gerais e Espírito Santo. Os entrevistados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul só ficaram atrás do Rio na desaprovação à política econômica do governo Collor: 75,6% estão insatisfeitos.

São Paulo ficou dividido: 20% dos entrevistados do interior — onde fica a chamada Califórnia brasileira, região de agricultura próspera — consideram Collor um "ótimo" ou "bom" presidente. Na capital, 17,4% aplaudem o presidente. Mas, ao opinarem sobre a condução da política econômica, 63,5% dos paulistanos [illegible]am sua aprovação, contra apenas 59,3% no interior.





Nº ...
Tí...
F... ZH ...
FE...H... 14/3/92
VI...U... 10...
11...
11323 (E.C)

IBOPE/ZH

Collor é reprovado por 63% dos gaúchos

□ Às vésperas de começar o terceiro ano de governo, o presidente continua com baixos índices de popularidade. Só 8% dos pesquisados fazem elogios

A administração do presidente Fernando Collor foi novamente considerada ruim/péssima pela maioria das pessoas ouvidas pelo Ibope (63%). Apenas 8% dos entrevistados avaliaram o desempenho do presidente como ótimo/bom e 28% deles consideraram-no regular. Dos mil entrevistados no Rio Grande do Sul, 1% não soube ou não quis opinar.

Na última pesquisa do Ibope publicada em Zero Hora, em 24 de novembro do ano passado, que entrevistou eleitores da Grande Porto Alegre, a popularidade de Collor estava ainda mais baixa: 69% dos entrevistados avaliaram a administração àquela época como péssima/ruim; 26% consideraram-na regular e apenas 4% ótima/boa. Desta vez o Ibope ouviu moradores da Capital, do Interior e da periferia.

Perguntados sobre em qual área o presidente vem tendo uma atuação melhor, 15% dos gaúchos entrevistados assinalaram a educação. Outras áreas destacadas como merecedoras da atenção do governo federal foram o meio ambiente (13%), o menor abandonado (11%) e a agricultura e reforma agrária (10%).

A maioria dos pesquisados (34%), porém, preferiu responder "nenhuma destas" quando o Ibope perguntou em quais destas áreas — agricultura e reforma agrária, saúde, educação, habitação, segurança pública, transporte e estradas, desemprego, reforma administrativa, meio ambiente, rede de água e esgotos, turismo, energia elétrica, menor abandonado e telecomunicações — o presidente vem tendo uma atuação melhor.

FALTAM EMPREGOS — O pior desempenho de Collor está no combate ao desemprego, de acordo com 58% dos entrevistados, e na área da saúde, segundo 34% das pessoas ouvidas pela pesquisa. No questionário sobre pior e melhor atuação, as respostas eram múltiplas, e portanto a soma das percentagens ultrapassa 100%. Assim, 21% afirmaram que o presidente tem a pior atuação no cuidado com os menores abandonados, 20% na área da educação, 18% na agricultura e reforma agrária, 17% na habitação e 16% na segurança pública.

Para os jovens de 16 a 24 anos, o melhor desempenho de Collor é na educação, coincidindo com opinião da maioria dos entrevistados. Já as pessoas com mais de 40 anos preferem destacar a agricultura e reforma agrária como as áreas onde o governo federal melhor tem atuado.

Em relação ao grau de instrução, a maioria dos entrevistados que pelo menos iniciaram o 2º grau não destaca nem a educação nem a agricultura, e sim o meio ambiente como área de bom desempenho do presidente. O cuidado com o meio ambiente também é apontado como a melhor atuação do governo pelos moradores da Capital do Estado. No Interior e na periferia, a educação foi destacada.

Quem mais apontou o combate ao desemprego como pior desempenho de Collor, com índices que ultrapassam os 58% da média, foram os jovens e moradores da periferia. E as críticas mais duras ao tratamento dispensado à saúde partiram das mulheres, pessoas entre 25 e 39 anos, que pelo menos iniciaram o 2º grau e moradores da periferia.

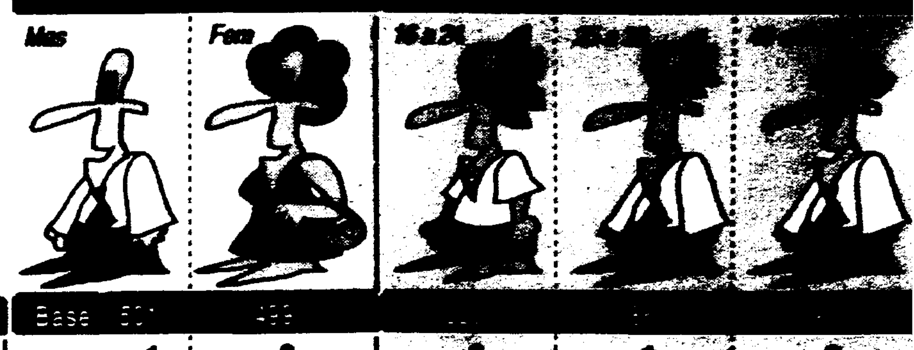
METODOLOGIA — O Ibope ouviu mil eleitores no Rio Grande do Sul, entre os dias 5 e 10 de março. Foram 501 homens e 499 mulheres, distribuídos pela Capital (15%), Interior (70%) e periferia (16%). A amostra é representativa do eleitorado da área em estudo e também leva em conta variáveis como faixa etária e grau de instrução. Foram 222 entrevistados entre 16 e 24 anos, 386 entre 25 e 39 anos e 392 com mais de 40 anos.

A maioria possui até o curso primário completo (43%), seguidos por quem concluiu até o 1º grau (31%). Os pesquisados que pelo menos iniciaram o 2º grau, incluindo os que terminaram o curso superior, somaram 26%. A pesquisa foi realizada através de questionários, aplicados por agentes entrevistadores do Ibope devidamente treinados para a abordagem deste tipo de público.

□ Como o (a) sr (a) classifica a administração do presidente Fernando Collor até o momento? O (a) sr (a) diria que ela está sendo:

Em %





Resposta	Total	Sexo: Mas	Sexo: Fem	Idade: 16 a 24	Idade: 25 a 39	Idade: 40 e mais
Base		501	499	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ótima	1	1	2	0	1	2
Boa	7	7	6	8	6	[illegible]
Regular	28	30	25	25	27	[illegible]
Ruim	18	18	17	18	22	[illegible]
Péssima	45	43	47	48	44	[illegible]
Não sabe/ não opinou	1	0	1	0	0	[illegible]

Fonte: IBOPE

□ Como o (a) sr (a) classifica a administração do presidente Fernando Collor até o momento? O (a) sr (a) diria que ela está sendo:



Resposta	Total	Grau de instrução: Até primário completo	Ginasial	Colegial e mais	[illegible]	[illegible]
Base	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ótima	1	2	1	1	2	[illegible]
Boa	7	6	6	8	7	[illegible]
Regular	28	28	29	25	[illegible]	[illegible]
Ruim	18	16	15	25	[illegible]	[illegible]
Péssima	45	47	48	39	[illegible]	[illegible]
Não sabe/ não opinou	1	1	0	1	0	[illegible]

Fonte: IBOPE

9203022

□ Qual é sua expectativa em relação à administração do presidente Fernando Collor para os próximos dois anos? O (a) sr (a) acha que será:

Em %

Resposta	TOTAL	Sexo: Mas	Sexo: Fem	Condição do município: Capital	Interior	Periferia
Base	1000	501	499	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ótima	4	3	5	7	3	4
Boa	21	23	19	14	24	15
Regular	24	26	22	22	24	26
Ruim	17	18	15	12	19	10
Péssima	29	27	31	42	25	38
Não sabe/não opinou	5	3	7	3	6	6

03/03

Fonte: IBOPE

Diminui desmatamento na Amazônia

Os dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisas Espaciais apontam uma tendência de diminuição na devastação da região

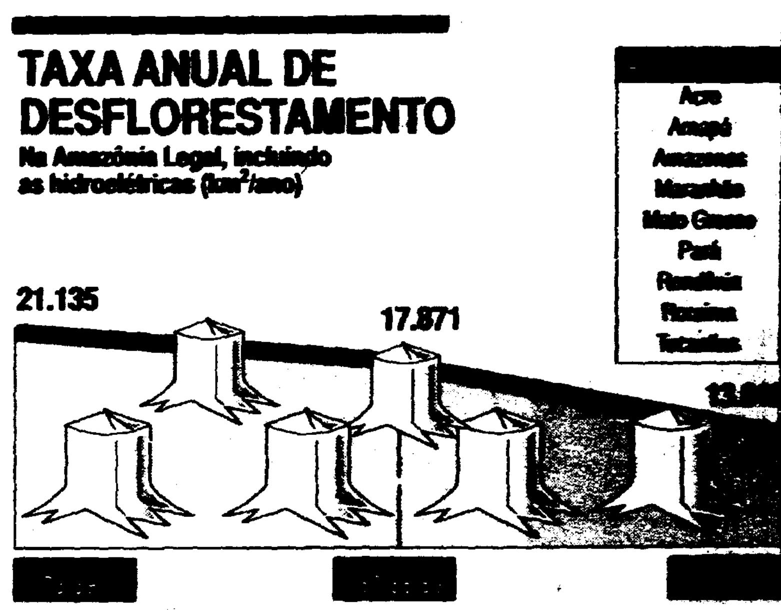
Os cálculos do desmatamento na Amazônia realizados anualmente pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) apontam uma taxa anual de desmatamento na última década de cerca de 2,1 milhões de hectares, com tendência a diminuir. Os números foram enviados ao *World Resources Institute* (Instituto de Recursos Mundiais, o WRI) em 1991, e já constam no relatório produzido anualmente pela entidade.

O WRI é um organismo internacional criado em 1982, em Washington, Estados Unidos, para ajudar governos e indústrias a crescerem sem destruir os recursos naturais. Seus relatórios servem de base para as discussões sobre redução de emissões de gases, assim como os relatórios da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO).

De acordo com a FAO, a taxa anual de desmatamento em todas as florestas tropicais do mundo é de 17 milhões de hectares. Assessorado por cientistas brasileiros, o Itamaraty pediu formalmente o desdobramento desse número por país — para verificar qual a taxa atribuída ao Brasil.

Apesar deste ser o *quarto* ano em que o INPE faz o levantamento dos números da Amazônia, mantém-se ainda a confusão entre queimada e desmatamento. Desmatamento é quando se derruba a floresta e se inicia o avanço da fronteira agrícola ou de exploração predatória da floresta. Queimada é quando se põe fogo propositalmente em restos de vegetação, natural ou cultivada.

REDUÇÃO — O desmatamento na Amazônia Legal vem sendo reduzido em média em 20% ao ano, conforme conclusão do Instituto de Pesquisas Especiais (INPE), de São José dos Campos (SP), com base nos levantamentos feitos por satélite. Ontem, foi divulgado o relatório através do secretário de Ciência e Tecnologia, Édson Machado: em 1991 foram desmatados 11 mil e 100 quilômetros quadrados, ou seja, diminuição de 20% em relação ao ano anterior, quando foram cortados 13.818 quilômetros quadrados.



A mudança é considerada positiva à imagem do Brasil no exterior, e quando o País está às vésperas da Rio-92.

Apesar do anúncio da queda no desmatamento, o chamado "desflorestamento histórico" chega a 8,7% da cobertura vegetal da Amazônia, o equivalente a 426.388 quilômetros quadrados.

Édson Machado ressaltou, porém, que, desde 1989, vêm se registrando índices decrescentes de desmatamento na região amazônica. De acordo com o secretário nacional de Ciência e Tecnologia, os principais responsáveis pelos resultados detectados pelo INPE são o fim dos incentivos fiscais para desmatamentos e a ação fiscalizadora na região. (AE-Brasília/ZH-AJB)

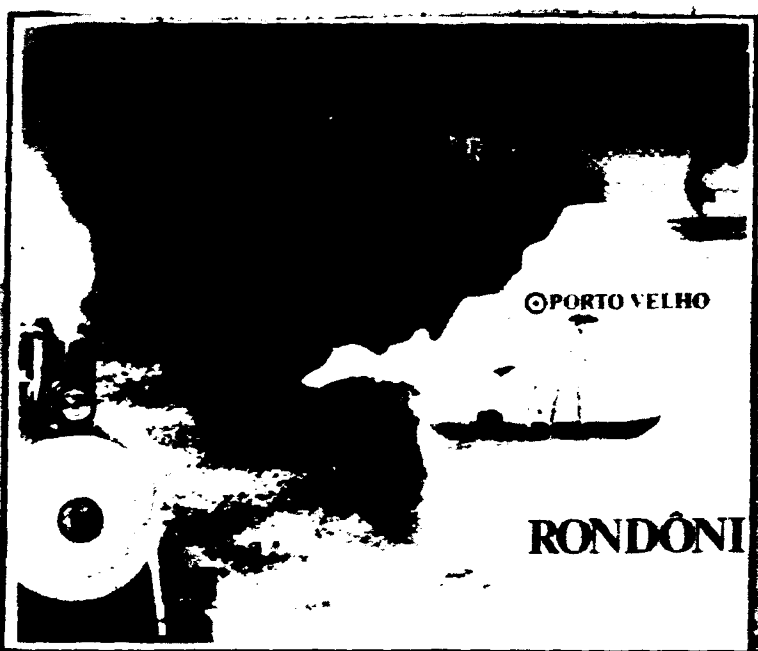
FECHA DE 10/3/92

VINCULACI 10046

11165

11295 (m.a)

Causa alarma ecológica nueva presa en Amazonia



02/02

9203023

Atividad del MST en março
ZH

31/03/92
10046
11165
12771 (MST)

ENTRADO ....
CRUZ 00 ....

Colonos mantêm disposição de resistir

□Em Não-Me-Toque, os acampados continuam seus preparativos para manter área ocupada há 19 dias. Federais e brigadianos permanecem de prontidão

CARLOS WAGNER
Editoria Local/ZH

Foi um dia tenso no acampamento dos 600 camponeses do Movimento dos Sem-Terra (MST), no Posto Agropecuário do Ministério da Agricultura, em Não-Me-Toque. Eles invadiram a área há 19 dias, e há expectativa quanto ao cumprimento da ordem de despejo do juiz federal de Passo Fundo, Nylson Paim Abreu. No domingo, os oficiais da Justiça Federal, Cláudio Segóbia e Álcio Brum, acertaram que hoje os colonos sairiam da área de qualquer maneira. Em Passo Fundo, os dados indicam a presença de 400 brigadianos e 70 policiais federais em prontidão.

No início da manhã de ontem, era grande a expectativa dos acampados de que o governador Alceu Collares (PDT) conseguisse negociar com o ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antônio Cabrera, o assentamento deles. No início da tarde, chegou a notícia de que Cabrera caíra, e ficou a frustração entre os sem-terra. Logo eles reiniciaram o reforço da segurança da área.

Foram colocadas mais 14 caixas de abelhas ao redor do acampamento, que se somaram às oito preparadas no dia anterior. Também foram colocados mais postos de vigilância.



Foto: [illegible]/ZH

Apreensão: *colonos acompanharam pelo rádio as mudanças no governo federal, preocupados com acampamento*

"Não queremos derramamento de sangue, mas não podemos sair daqui sem lugar para onde ir", afirmou a colono Juleine Tonin. Estes camponeses estavam acampados numa pequena área da Febem, em Palmeira das Missões, a 100 quilômetros ao norte de Não-Me-Toque.

ORDENS — O pensamento de Juleine Tonin reflete uma média dos acampados. Durante todo o dia, as famílias ficavam por perto dos seus barracos ouvindo rádio. As notícias falavam da troca de ministros. "Até parece que esqueceram do nosso problema", reclamou o colono Júlio de Oliveira Zanette. Não tinha esquecido. Em Passo Fundo, a diretora da secretaria da Vara Federal, Miriam Marques, informava que a ordem de despejo do juiz continuava valendo.

Na cidade de Não-Me-Toque crescia o receio de um confronto entre brigadianos e camponeses. Nas emissoras de rádio da região o prefeito Herry Erpen (PMDB) reclamou dos gastos que o município vinha tendo com a assistência dos colonos e suas famílias. E o granjeiro Armando Ross, diretor regional da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), dizia que aconteceria uma reunião da entidade em Passo Fundo para analisar a questão dos colonos.

Entre os soldados da Brigada Militar, a reclamação era de que estavam em prontidão há mais de 15 dias. "Quando eu chegar em casa, a minha mulher não vai me conhecer", fez graça um soldado. No início da noite de ontem, as notícias de Brasília ainda eram confusas. Soldados e colonos, no entanto, continuavam se preparando para o dia de hoje.

[...]A ENTREGA [...]A BÁSICA

[...]s colonos assentados [...] Capela de Santana re[...]eram ontem alimentos [...]iados pelo Instituto Na[...]nal de Colonização e [...]forma Agrária (Incra). A [...]ração dos alimentos pa[...]s 200 famílias assenta[...] em áreas do Estado foi [...]ergencial, explicou o su[...]intendente regional do [...]ra, Adelar Cunha. A [...]a básica que está sendo [...]tribuída suprirá as ne[...]sidades dos agricultores [...]ante um mês, de acordo [...] a previsão do Incra. [...], será a vez dos [...]-terra de Montenegro [...]eberem alimentos. De[...]is, os mantimentos serão [...]iados a São Borja, San[...]Maria e Santana do Li[...]mento. Já receberam a [...]ta básica do Incra os co[...] assentados no IRGA, [...] Fimasor e fazen[...] do Instituto de Previ[...]cia do Estado (IPE).

[...]delar Cunha explica [...] a cesta básica contém [...]carrão, açúcar, óleo, fa[...]ha, sal, arroz e feijão. "A [...]ração foi de emergên[...]", ressaltou ele. Lem[...] que o órgão não pode [...]is criar projetos de as[...]tamentos e que cabe [...] Estado repassar as [...] para o Incra, objeti[...]do ao desenvolvimento [...]balho em cada assen[...]tamento.

Um patrimônio esquecido pelo governo

O Posto Agrocupecuário de Não-Me-Toque já foi a área de pesquisa agrícola mais importante do Brasil. Hoje, mais de 50% da sua estrutura é ociosa. Equipamentos e prédios estão sendo corroídos pelo tempo, desperdiçando o dinheiro público. Foi construído com ajuda do governo norte-americano nos anos 50. A missão era difundir as técnicas modernas da agricultura na região, que tinha a sua economia estruturada na exploração das matas nativas e pecuária extensiva.

Hoje, a região é essencialmente agrícola. Não-Me-Toque faz parte da região de Carazinho, um conjunto de 15 municípios que produz mais de 12 milhões de sacas de soja por ano. Também é o lugar no Brasil onde existe o mais alto índice de mecanização na lavoura. O que restou do antigo posto são 50% das 11 casas feitas para os funcionários abandonadas; o prédio de um cinema, alojamento e restaurante, onde há equipamentos de uma cozinha industrial apodrecendo; nove galpões usados para laboratórios, que transformaram-se em depósitos de feno e milho; e um parque de máquinas aos pedaços, espalhados pelos 385 hectares da área.

TEMPOS MODERNOS — Os tempos são outros no posto, lembrou um antigo funcionário. Hoje, há uma rebanho de 400 bovinos e 140 porcos, que é usado para testar vacinas



Arquivo/ZH

Descaso: *patrimônio do posto agropecuário está se deteriorando*

feitas por laboratórios particulares e governamentais. Numa parte dos campos é produzida a alimentação dos animais. O administrador do posto, veterinário Caio Belmonte, defende a idéia de que toda a estrutura é necessária às pesquisas. Os colonos do MST, que há 19 dias ocuparam a área, defendem a idéia de que as pesquisas podem ser feitas numa pequena parte da gleba. E que o restante deve ser usado para assentamento.

O preço do hectare na região é um dos mais altos do Brasil, devido a infra-estrutura e a produtividade das terras. Os sindicalistas da região de fendem a idéia de que uma comissão governamental deva estudar uma reformulação na utilização destes postos de pesquisa, a exemplo do que aconteceu com as estações experimentais do governo do Estado.

Os postos de pesquisa foram erguidos na época em que a iniciativa privada rural era frágil. Hoje, as agroindústrias estão por toda a parte com os seus projetos avançados de pesquisa. O Posto Agropecuário de Não-Me-Toque teve até curso de piloto agrícola, e mais de 80 funcionários. Hoje, são sete trabalhadores vivendo numa caríssima infra-estrutura que está apodrecendo.

Collares consegue adiar despejo em Não-Me-Toque

A demissão coletiva dos ministros e secretários do governo federal beneficiou os 600 camponeses sem-terra que há duas semanas ocupam o posto agropecuário de Não-Me-Toque. Ontem à tarde, o governador Alceu Collares recebeu uma comissão do MST e, em duas rápidas conversas por telefone com a chefia da Polícia Federal, em Porto Alegre, e com o comando da Brigada Militar, adiou a retirada das famílias do local. "Vamos esperar até que seja superado esse momento de dificuldades do governo federal", disse o secretário da Agricultura, Aldo Pinto, que participou da reunião no Piratini.

Aldo Pinto espera que a queda do ministro Antônio Cabrera, da Agricultura, não atrase ainda mais o programa de reforma agrária no Estado. Pinto já tinha passagem marcada a Brasília para amanhã, quando conversaria com Cabrera sobre a compra de três áreas na região Noroeste do Estado, destinada a assentamentos de colonos.

A compra das propriedades foi cobrada pelos sem-terra no encontro de ontem. Os colonos também anunciaram que pretendiam resistir ao despejo, decretado pelo juiz federal Nylson [...], de Passo Fundo. Além de fabricarem [...] e lanças artesanais de madeira, eles também estavam dispostos a [...] contra os soldados da Brigada Militar e agentes da Polícia Federal.

9203024

Sem-terras invadem quatro áreas no Estado

☐Situadas em Sarandi e Não-Me-Toque áreas foram ocupadas ontem por grupos de sem-terra. Aconteceram invasões também em Pelotas e Santa Maria, e manifestações em Palmeira das Missões

O procurador da República no Estado, Hector Furlong, ingressa hoje, na Vara da Justiça Federal de Passo Fundo, com pedido de reintegração de posse dos postos agropecuários do Ministério da Agricultura instalados em Sarandi e Não-Me-Toque. As duas áreas da União foram invadidas por famílias de colonos sem-terra, na madrugada de ontem, horas antes do presidente Fernando Collor e o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, chegarem ao Estado para a abertura oficial da safra de 1992. "Foi um protesto dos agricultores sem-terra, pela morosidade de implantação do Programa Terra Brasil", destaca Jandir Bueno, um dos líderes dos acampados em Não-Me-Toque.

Nas duas áreas, estão cerca de 800 acampados. Nos postos são realizados testes de campo e experimentos de vacinas em animais. Os grupos de invasores aguardavam assentamento nas áreas da Fazenda Annoni e da Febem, em Palmeira das Missões. O posto de Não-Me-Toque, com 380 hectares, abriga o Laboratório Regional de Apoio Animal, o único da América Latina de controle da vacina contra a febre aftosa. No local existem 400 cabeças de gado, sendo esperado ainda para esta semana a chegada de mais 170 bovinos e 107 suínos para testes.

A assistente jurídica da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura no Estado, Sandra Reis, explicou que a presença dos acampados pode acarretar prejuízos e riscos ao trabalho de pesquisa que é realizada. Este item e o direito de propriedade das terras deve embasar o pedido de reintegração encaminhado à Justiça Federal.

ACESSO — Distante 10 quilômetros do centro de Sarandi, na localidade de Beira do Campo, o antigo posto agropecuário foi ocupado inicialmente por cerca de cem colonos. Durante a tarde, chegaram mais famílias para se instalar nos 220 hectares de terras, onde já funcionou uma estação experimental, hoje desativada. Atualmente, apenas um funcionário do Ministério da Agricultura atua no local. As antigas instalações da estação são formadas por seis residências de funcionários e administração central.

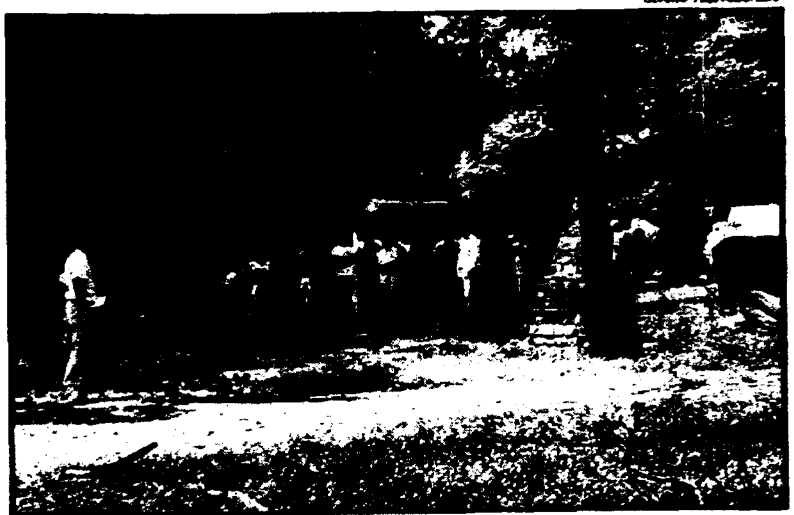
Os colonos começaram a chegar em dois caminhões, por volta de 3h30min, informou o tenente PM Peruffo, comandante da Unidade da Brigada Militar em Sarandi, que disse não haver resistência à ocupação. O policial explicou que o acesso de novos colonos ao local não foi impedido, já que não existia, até a tarde de ontem, nenhuma orientação.

CONVÍVIO — Em Não-Me-Toque, são cerca de 500 os sem-terra que ocuparam a área, distante sete quilômetros da cidade. O grupo é oriundo de Palmeira das Missões. O líder dos acampados, Jandir Bueno, disse que a escolha das terras da União foi estratégica, para mostrar ao governo federal a insatisfação com o encaminhamento dado a questão da terra.

O diretor do posto, Caio Belmonte, explica que o local abriga 50 potreiros, e plantações de milho e sorgo. Existem ainda hectares de pastagem cultivada para alimentação dos animais em teste. Além das instalações do escritório, há as casas dos sete funcionários e do diretor.

No primeiro dia de ocupação, não houve problema de convivência entre acampados e moradores. Belmonte instalou um cano para puxar água para os colonos e cedeu o banheiro dos fundos de sua casa para que as 30 mulheres acampadas possam usar. Cerca de 30 soldados da BM e da Polícia Rodoviária Estadual estão no local. A segurança está sendo feita na estrada de acesso ao posto. Ônibus, caminhões e automóveis com mais de um ocupante estão sendo interceptados pelos policiais rodoviários. Reforço policial e uma viatura para auxiliar no trabalho de fiscalização e segurança foram enviados de Cruz Alta.

Sereno Azevedo/ZH



Não-Me-Toque: *área da União é ocupada por sem terras*

DAER garante melhorias nas estradas de Bagé

Os 300 colonos assentados no distrito de Tupi Silveira, que ocupavam a Praça da Estação, em frente ao Centro Administrativo de Bagé, levantaram acampamento ontem à tarde. A decisão foi tomada após a chegada das primeiras máquinas do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), que farão a recuperação dos acessos aos assentamentos da localidade. A mobilização teve como objetivo pressionar as autoridades municipais e estaduais e garantir o escoamento da safra dos agricultores da região, estimada em 148 mil sacas de milho e 60 mil de arroz.

De acordo com o coordenador da 8ª Unidade de Conservação do DAER, Afrânio Fernandes, a reconstrução da estrada contará com 12 caminhões, seis tratores e carregadores, três motoniveladoras e uma equipe de artes, pertencentes a diversas outras capatazias do Estado. Também participarão da obra, equipamentos pertencentes a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (Cintea) e a prefeitura de Bagé vai colaborar com dois mil litros de combustível por semana.

Fernandes explica que será feita a reposição mecânica de aterro, revestimento primário e execução de obras de arte, o que garantirá um período prolongado de vida útil para a estrada, que tem cerca de 27 quilômetros de extensão. Durante a permanência em Bagé, os assentados reivindicaram, também, a contratação de professores e melhores condições de saúde. Os assentados querem a implantação da 7ª série na Escola Conquista da Fronteira.

Duca Lessa/ZH



Pelotas: *em terras da UFPel, agricultores armam precárias barracas*

UFPel quer diálogo com acampados

Na manhã de ontem, 150 famílias de colonos ocuparam 1.250 hectares da Fazenda da Palma, pertencente à **Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**. Os agricultores — entre eles, 50 crianças e 70 mulheres — chegaram às 6h e, em poucos minutos, 20 barracas foram montadas próximas à BR-116. Os membros do Movimento Sem-Terra (MTS) prometem permanecer na área até que o governo cumpra a promessa de assentamento.

"A maioria não suportava mais continuar passando fome em Bagé, comendo alimentos deteriorados à espera de que o discurso saísse do papel", comenta Dionilson Marcon, um dos organizadores da ocupação. A situação no acampamento é precária. A alimentação, fornecida por sindicatos da região, poderá terminar a qualquer momento. Não há médicos, nem remédios para atender os doentes. Um bebê de dois meses e sua mãe estão anêmicos. A mãe conta que, durante a gravidez em Bagé, chegou a ficar três dias sem comer.

DIÁLOGO — A Fazenda da Palma possui 1.250 hectares de terra, 22 casas residenciais, um prédio da administração, instalações de oficinas, onde são desenvolvidas pesquisas. Em oito casas moram 27 estudantes, mas o número de pesquisadores é bem maior.

O reitor da UFPel, Amilcar Gigante, disse que não vai entrar com pedido de reintegração de posse das terras. Gigante diz que o fato deve ser considerado como grave, por se tratar de um problema amplo de utilização da terra. "Por isso, ouviremos os agricultores e suas propostas", destaca. "Todas as nossas ações seguirão a linha geral de avaliar o problema que não fica em dimensões da Universidade", diz Gigante. O reitor ressalta que a solução para o problema passará pelo diálogo e avaliação das expectativas dos próprios agricultores.

Colonos ocupam terras da Cedic

As 33 famílias que estavam acampadas na área da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Cedic), em Santa Maria, ocuparam ontem, no início da manhã, uma granja próxima, com 451 hectares, hoje sob a responsabilidade do 4° Grupamento de Incêndios. Os colonos alegam que possuem um documento do chefe da Casa Civil do Estado, Mathias Nagelstein, destinando o local para assentamento. A invasão, conforme a Coordenação da Pró-Central de Movimentos Populares do Rio Grande do Sul, foi reprimida pela Brigada Militar. No final da manhã, os sem-terra voltaram para a Cedic.

As informações sobre a invasão envolveram muitas contradições durante o dia de ontem. No início da tarde, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, a quem está ligada a Cedic, assegurava que os colonos tinham sido transferidos para outro local, com autorização do governo do Estado. A assessoria de imprensa explicou que os sem-terra ficariam na área ao lado da Cedic, provisoriamente, até o assentamento em terras ainda não definidas. O órgão, no entanto, não manteve contato com a Brigada Militar de Santa Maria para comunicar a decisão. O sargento PM Altair Pires do Amaral diz que os colonos "teimavam em ficar", mas por volta das 11h retiraram-se pacificamente.

DESPEJO — O integrante da Pastoral da Terra, João Rodolfo Damian, porém, acusa a Brigada Militar de promover um "despejo violento". "Deram pontapés, empurrões, derrubaram as barracas e ainda não devolveram", conta. A BM recolheu várias foices e machados dos colonos e reforçou o policiamento na localidade, onde funciona o distrito industrial de Santa Maria.

O grupo faz parte dos sem-terra que invadiram a Fazenda São Pedro, em Bagé, no ano passado. No dia 8 de dezembro, 33 famílias chegaram em Santa Maria com a promessa de assentamento no município. Depois de ficarem um dia retidos no quartel da Brigada Militar, os colonos ocuparam a área da Cedic, pois encontraram o local original de destino ocupado pela BM e Corpo de Bombeiros.

ESPERA — Começou, então, uma série de contatos com órgãos do governo e, inclusive, com o governador Alceu Collares. O governador acreditava que uma decisão sobre o assunto deveria passar pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede). O Conselho aprovou a permanência dos sem-terra no município, mas a decisão não foi respaldada por Collares, conforme Damian. Depois de esperar por uma solução, agravada com a morte de uma criança de três meses no domingo passado, por subnutrição, os colonos resolveram ocupar a área que dizem ser destinada a eles.

O grupo de apoio ao Movimento dos Sem-Terra no município, após a invasão, teve duas reuniões com o bispo de Santa Maria, dom Ivo Lorscheister. As lideranças dos colonos, por outro lado, garantem que voltarão a invadir a área se não houver uma solução nos próximos dias.

Incra propõe comprar áreas do Estado para assentamentos

As áreas de assentamento para os colonos sem terra, de propriedade do Governo do Estado, poderão ser adquiridas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Esta foi, pelo menos, a proposta discutida na sexta-feira, a portas fechadas, na sede da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, pelo coordenador de Projetos do Incra, Francisco Fernandes Netto, e pelo superintendente regional do instituto, Adelar Cunha. Participaram também da reunião o secretário executivo do Funterra, Severino Gréchi, o presidente da Emater, Celso Bins, e o secretário Aldo Pinto.

Cunha disse que com a atual lei de assentamentos — n° 9.411 de 5 de novembro de 1991, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado e que tem caráter temporário — não há garantias de começar um trabalho a longo prazo. "Como podemos fazer investimentos em áreas provisórias?", questionou ele, levando em conta que as mudanças de prioridades, após os períodos eleitorais, podem botar por água abaixo os projetos assumidos anteriormente com as famílias de colonos.

Essa possibilidade, no entanto, é contestada por [illegible], integrante da coordenação do Movimento dos Sem Terra (MST), quando diz que os governos regionais têm que cumprir o Plano Terra Brasil, editado pelo governo federal para acelerar os assentamentos. De acordo com Cunha, a aquisição das glebas por parte do Incra facilitaria as obras de infra-estrutura.

Colonos aguardam área para assentamento

As 33 famílias de colonos de Santa Maria prometeram, ontem, não invadir novamente a área de 451 hectares, sob a responsabilidade do 4° Grupamento de Incêndios, antes da reunião que o bispo dom Ivo Lorscheister, junto com representantes de várias entidades, terão com o governador Alceu Collares na próxima semana. Os sem-terras, acampados na área da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Cedic), na manhã de quinta-feira tentaram ocupar as terras próximas, mas foram despejados pela Brigada Militar.

Os colonos chegaram na área em 8 de dezembro passado, procedentes de Bagé, com um documento do chefe da Casa Civil, Mathias Nagelstein, que assegurava a área para assentamento do grupo. O local, porém, está sendo ocupado pelo Grupamento de Bombeiros, em regime de comodato firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social e Brigada Militar. O vereador Valdeci Oliveira (PT) lembra que ninguém em Santa Maria tinha conhecimento da chegada dos colonos. A partir daí, conta o vereador, começou uma mobilização da classe empresarial para que eles não permanecessem na cidade.

[illegible] — O Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) aprovou o assentamento em Santa Maria, mas a decisão não foi acatada pelo governador Alceu Collares. Com a demora de uma solução, os colonos resolveram invadir a área ao lado da Cedic. A movimentação dos sem-terra, no entanto, ainda não foi esclarecida pela Secretaria. A assessoria de imprensa do órgão garante que houve apenas uma transferência de local entre os colonos, com conhecimento do governo do Estado. Mas a Secretaria não comunicou a decisão à Brigada Militar e soube que o movimento foi reprimido pelos policiais pela imprensa.

A situação no acampamento ontem era tranqüila. Agora, os colonos armaram os barracos na divisa da área da Cedic com a que pretendem ocupar. Há 53 crianças no local, que sobrevivem em condições precárias. "A invasão ocorreu porque as pessoas estão desesperadas", diz Oliveira. O vereador acrescenta que a pressão será para que a decisão sobre o assunto não recaia sobre o Corede. "O Collares não pode transferir responsabilidades", completa.

União tenta recuperar áreas invadidas

☐Pedido de reintegração de posse foi apresentado à Justiça Federal em Passo Fundo e objetiva preservar os postos de Não-Me-Toque e Sarandi

O juiz Nylson Paim de Abreu, da Vara Federal de Passo Fundo, recebeu ontem o pedido de reintegração de posse das duas áreas do Ministério da Agricultura (MA), ocupadas na madrugada de quinta-feira por colonos sem-terra. No início da semana ele deverá emitir parecer relativo a liminar pedida na ação movida pela Procuradoria da República no Estado. O juiz considerou necessário um estudo aprofundado sobre o assunto. Oriundos da Fazenda Annoni e de terras da Febem, em Palmeira das Missões, os cerca de 800 colonos, que aguardam assentamento definitivo, acamparam na localidade de Beira do Campo, em Sarandi, e em Não-Me-Toque, onde funcionam postos agropecuários do MA.

O grupo de 80 colonos, que chegou na noite de quinta-feira no posto de Não-Me-Toque, relatou maus tratos por soldados da Brigada Militar. Conforme o agricultor Aldair Betan, o incidente ocorreu na cidade da Chapada, quando um dos caminhões que conduzia os retardatários quebrou e os soldados impediram que outro veículo fosse utilizado pelos sem-terra. O líder dos acampados relatou que os brigadianos jogaram roupas e alimentos dos colonos no chão.

Com medo de maior violência, os 80 colonos decidiram seguir em caminhada por 50 quilômetros até o posto de Não-Me-Toque, juntando-se aos cerca de 500 colonos que já tinham acampado no local na madrugada de quinta-feira. A maior preocupação dos acampados é com a alimentação que está terminando, pois o estoque só deve durar mais dois dias.



Improviso: *em velhos colchões, mulheres e crianças esperam a decisão da Justiça*

SEGURANÇA — O ambiente no posto do MA é de calma. Na manhã de ontem, quatro líderes do movimento estiveram reunidos com o prefeito Harri Erpen (PMDB), quatro vereadores e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Não-Me-Toque. O prefeito prometeu dar assistência na área da saúde, mas considerou impossível fornecer alimentos, alegando que o município tem carentes que necessitam do auxílio da prefeitura. Lideranças dos acampados garantiram que o patrimônio do MA não será atingido.

Cerca de 30 soldados da Brigada Militar mantêm a segurança na estrada que dá acesso ao posto. Os automóveis estão sendo interceptados e a fiscalização é feita com rigor. Foi pedido reforço policial para Santa Cruz do Sul. Caio Belmonte, diretor do posto do MA, disse não existir atrito e os agricultores continuam usando água puxada de sua residência, além de ter sido cedido um banheiro para que mulheres e crianças possam utilizá-lo.

O posto tem 380 hectares e abriga o Laboratório Regional de Apoio Animal, único na América Latina de controle de vacina contra a febre aftosa. No local existem 400 cabeças de gado, que são submetidas a experimentos. Os colonos armaram barracas de lonas [illegible] distante do local [illegible] os animais [illegible] cias.

SARANDI — [illegible] agropecuário [illegible] por colonos [illegible] Annoni, também [illegible] gada Militar [illegible] evitar que [illegible] área de 220 [illegible] funcionou [illegible] tal, mas hoje há [illegible] nário do Ministério [illegible] O Movimento dos Sem-Terra [illegible] conforme o [illegible] entidade, [illegible] pera agora o início [illegible] com o governo [illegible] cra.

Colonos falam com Cabrera

□ Comissão da Annoni pede ao ministro que libere área de 3.300 hectares para assentamento. O assunto será levado à Brasília para discussão



Colonos: *ministro promete discutir em Brasília a compra de terras*

O diretor da Polícia Federal na região das Missões, Renato Porciúncula, garantiu ontem que agentes federais chegam hoje aos acampamentos de Sarandi e Não-Me-Toque para providenciar a retirada dos colonos que estão nos postos agropecuários do Ministério da Agricultura. Enquanto isso, uma comissão de colonos que representam as 306 famílias acampadas na fazenda Annoni conseguiram um encontro com o ministro da Agricultura Antonio Cabrera que esteve, no sábado, na abertura da safra do milho, em Santo Ângelo. Os colonos reivindicaram assentamento em uma área de 3.300 hectares próximo à fazenda Annoni, cujo proprietário teria interesse em vender a terra. O ministro prometeu levar o assunto à Brasília para tentar alguma solução.

O Movimento Sem Terra também tentava uma audiência, para buscar reverter a decisão do Incra em não enviar alimentos aos colonos. Enquanto uma comissão buscava agilizar o encontro com Cabrera, os líderes do MST asseguravam não haver intenção de invasão de novas áreas, uma vez que ainda há possibilidades de negociação. Ademir Levi, no entanto, chamou a atenção para a falta de alimentos nos acampamentos e não descartou a realização de abates de animais pelos colonos. "Não dá para segurar a fome deste pessoal", disse.

Em Sarandi e Não-Me-Toque o clima também era de expectativa entre os colonos. Com a falta de alimentos os grupos ameaçam podem matar animais usados para experimentos de vacina contra a febre aftosa e submetidos a testes com insiminação artificial.

A Brigada Militar continua com barreiras nas estradas que dão acesso aos acampamentos, sendo que, em Não-Me-Toque 120 hectares de terras estão sendo preparados para a plantação de pastagem do gado. As lideranças dos acampados acreditam que não serão retirados do local.

Na Fazenda da Palma, em Pelotas, que pertence à Universidade Federal, os colonos contam agora com o apoio dos professores que, em assembléia geral, decidiram dar sustentação ao grupo oriundo de Bagé. Já na Fazenda do Ipê, em Guaíba, o clima de tranqüilidade voltou depois que 11 colonos foram postos em liberdade. Responsabilizados pelo abate de um rês os sem-terra foram levados para o Presídio Municipal e soltos 15 minutos após. Os colonos e um diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, também denunciado pelo fazendeiro Gastão Leon, obtiveram mandado judicial.

SEM-TERRA

Governo vai intermediar negociações

□Promessa foi feita pelo governador do Estado em encontro com lideranças dos colonos. UFPel tem projeto de assentamento em terras da União

O governador Alceu Collares vai intermediar as negociações entre os colonos gaúchos e o governo federal sobre as áreas invadidas em Sarandi, Não-Me-Toque e Pelotas. A promessa foi feita ontem ao Movimento dos Sem-Terra (MST), em audiência no Palácio Piratini. Collares também vai se reunir, ainda esta semana, com a comissão que faz levantamento das terras para assentamento no Estado, para que depois, em novo encontro com o MST, possa discutir a liberação de áreas em Passo Fundo, Santana do Livramento, Bagé, São Luiz Gonzaga, Santa Maria e Nova Prata.

Ontem, o MST entregou a Collares documento em que entidades de Sarandi e prefeituras da região aprovam o assentamento do grupo que está acampado no posto agropecuário do Ministério da Agricultura (MA). O governador assegurou que vai enviar o documento ao ministro Antônio Cabrera, além de pedir que o governo federal libere a área ocupada em Não-Me-Toque ou transfira os colonos para outro local.

O MST tentará agora uma reunião com o presidente nacional do Incra, Renato Simplício, para pedir a liberação de mais recursos para os colonos acampados em áreas da União. Ontem, as lideranças dos sem-terra foram comunicados pela Polícia Federal de que a retirada das famílias dos postos agropecuários será feita até amanhã. O integrante da direção estadual do MST, Dionilson Marcon, diz que os colonos não pretendem sair de Sarandi, onde recebem o apoio da comunidade, mas aceitam negociar uma nova área pela de Não-Me-Toque.

Leir Gonçalves/ZH



Promessa: *governador disse aos colonos que vai gestionar assentamentos em áreas da União*

FRIO — A chuva que está caindo no Estado e a queda da temperatura aumentaram as dificuldades nos três acampamentos, onde cerca de mil colonos permanecem esperando assentamento definitivo. Além da falta de alimentos, os grupos têm que deixar as barracas para buscar abrigo nos galpões. As lonas das barracas são antigas e a maioria está furada, o que facilita a passagem da chuva.

Ainda assim, até ontem à tarde, nenhuma residência de estudantes, em Pelotas, ou dos funcionários do MA, nos postos, havia sido ocupada. Em Não-Me-Toque, Caio Belmonte, diretor do posto, informou que todos estão na expectativa de uma posição do governo à respeito. Em Sarandi também não aconteceu a ocupação de prédios.

PROJETO — O ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, mostrou-se favorável ao projeto da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), de transformar a área da Fazenda da Palma, próxima a BR-116, entre Pelotas e Jaguarão, em terras disponíveis para assentamento. Em audiência com o reitor Amilcar Gigante, o ministro afirmou ter recursos à disposição e garantiu que o governo estaria de acordo com o projeto Terra Brasil, que prevê assentamentos em áreas da União.

O ministro sugeriu um convênio envolvendo os ministérios da Agricultura e da Educação, com a UFPel e o governo estadual. A partir de agora, a UFPel que já tem um grupo temático sobre o problema da terra trabalhando com os colonos assentados em Bagé e Dom Pedrito, começa a organizar o projeto de utilização da Palma. Depois de pronta, a minuta terá que ser aprovada pelas instâncias superiores da instituição e encaminhada ao Ministério da Agricultura (MA).

Durante a semana passada, Gigante aproveitou um encontro de reitores em Aracajú, que teve a presença do ministro da Educação, José Goldemberg, para apresentar um documento da UFPel comunicando a ocupação da Fazenda da Palma. Goldemberg afirmou que o assunto é de responsabilidade do MA, uma vez que o MEC não tem recursos para projetos desta natureza. A Universidade não tem previsto o tempo que será necessário para elaboração do projeto de assentamento.

Colonos receberão alimentos do Incra

Os colonos assentados em terras do governo estadual receberão, até a próxima segunda-feira, Cr$ 40 milhões em alimentos. O anúncio foi feito ontem pelo superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Adelar Cunha, explicando que as verbas já foram liberadas e, nesta semana, será aberta a licitação para as empresas fornecedoras. Os colonos receberão produtos da cesta básica, como massa, feijão, arroz, óleo de soja e farinha, suficientes para cerca de 30 dias.

A remessa de alimentos, ressaltou Cunha, é uma resposta ao pedido especial feito pelo governador Alceu Collares. "Na realidade, nós não tínhamos o dinheiro, pois os recursos orçamentários deste ano ainda nem foram definidos", disse Cunha, salientando que trata-se de um esquema emergencial. Os acampamentos que receberão os alimentos serão Capela Santana, com 15 famílias; Montenegro, 20; São Borja, 15; Tupanciretã, 30; Livramento, 28; Guaíba, com 36 famílias na Fazenda do Ipê; e Eldorado, com 80 famílias assentadas nas terras do Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA) e 13 no Instituto Desidério Finamor.

Federais despejam colonos em Sarandi

O posto agropecuário foi desocupado sem reação pelas famílias que ali chegaram há 15 dias. Em Não-Me-Toque, a intenção é resistir ao despejo

CARLOS WAGNER
Editoria Local/ZH

Os 190 camponeses sem-terra, que há 15 dias ocuparam o posto agropecuário de Sarandi, foram despejados na tarde de ontem por 73 policiais federais. O despejo foi pacífico, e os colonos acamparam no barranco da estrada de chão batido, a poucos metros da cerca. A Brigada Militar não interferiu na operação, mas foi acusada de omissão pelo delegado federal de Santo Ângelo, Renato Porciúncula, coordenador do despejo. Esta foi uma das maiores operações da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, no cumprimento da ordem de despejo do juiz federal de Passo Fundo, Nylson Paim.

A presença dos federais decorre do fato da área invadida ser da União. Na verdade, ontem os 600 sem-terra que invadiram o posto agropecuário em Não-Me-Toque, uma simpática cidadezinha de colonização holandesa, a 60 quilômetros ao sul, também deveriam ter sido despejados. Os dois contigentes de colonos são militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST).

Na noite anterior, o delegado Porciúncula e o comandante da Brigada Militar na região, tenente-coronel Teodoro Prola, haviam acertado a retirada dos colonos. Além disso, o capitão Pedro Lima, de Carazinho, telefonou para a secretária da Administração de Não-Me-Toque, Noimar Oliveira, dizendo que os sem-terra seriam retirados à força e que precisava de oito caminhões para transportá-los. Oliveira explicou que, às 2h, tinha telefonado novamente dizendo que havia recebido ordens superiores para cancelar a operação.

O delegado Porciúncula só ficou sabendo que a retirada tinha sido cancelada por volta das 10h30min. O policial ficou indignado: "A Brigada roeu a corda, nos deixou sozinhos". O tenente-coronel Prola não revelou de quem recebeu a ordem para cancelar a operação. Também não aceitou a acusação de omissão: "Nós tínhamos um pelotão à disposição da PF se fosse necessário. Acreditamos que o despejo de Não-Me-Toque deva sair neste fim de semana ou na segunda-feira".



Fotos Adriana Franciosi/ZH

Ordem: *colonos ouvem leitura da decisão do juiz federal*

DESPEJO — Politicamente, o delegado aceitou as explicações do tenente-coronel. Pela manhã, Porciúncula, junto com mais 72 policiais bem armados, acompanhou os oficiais de justiça federais de Porto Alegre, Cláudio Segóbia e Álcio Brum, na porteira do posto de Sarandi. Muito nervoso, Segóbia leu a ordem de despejo para os colonos. O camponês Celito Luiz Luca conseguiu negociar com o delegado Porciúncula, para que os colonos saíssem da área às 14h e acampassem no barranco da estrada que passa na frente.

O policial e os oficiais de justiça concordaram. O posto agropecuário tem 280 hectares, onde são feitos testes de vacinas para o gado. Nestes 15 dias, os colonos mataram cinco cabeças das 40 de bovinos que estavam no local. O delegado Porciúncula revela que um perito deverá fazer uma análise dos danos provocados na área. O administrador do posto, Cláudio Pezzini, adianta que os colonos não o molestaram.

MOSCAS — "Nós vamos sair daqui para tudo isto ficar às moscas", reclamou a camponesa Rossilda Fortes, 24. Ela faz parte de um contigente de 270 colonos que estão há sete anos acampados na Fazenda Annoni, próxima dali, à espera de assentamento. Neste tempo, Rossilda, sua filha, Jocelaine, e o marido Olair, participaram de umas 30 invasões de propriedade alheia e centenas de atos pela reforma agrária. Agora, estão acampados no barranco perto do posto, local para onde esperam retornar assim que a Polícia Federal retirar-se da área.

Conforme o delegado federal, os policiais deverão ficar alguns dias no posto. Na hora de sair, os colonos cantaram músicas de protesto. Porciúncula afirmou que foram indiciados, por "apologia de fato criminoso", em Sarandi, todos os vereadores, o vice-prefeito Reinaldo Nicoli (PDT), o pároco Alcides Angonezze e outras autoridades de municípios vizinhos, que assinaram documentos dando apoio político e material aos colonos.

NÃO-ME-TOQUE

Movimento Sem-terra prepara resistência

Os 600 camponeses sem-terra que invadiram o posto agropecuário de Não-Me-Toque estão se preparando para defenderem-se de uma ação de despejo da Polícia Federal, aliada com a Brigada Militar. A notícia dada pelas emissoras de rádio da região, de que os 190 colonos do posto agropecuário de Sarandi haviam sido despejados colocou em alerta os sem-terra de Não-Me-Toque. Eles tinham como certa a permanência no local até segunda-feira, quando têm uma audiência com o governador Alceu Collares (PDT). A proposta deles é só sair da área se houver uma outra gleba para montar o acampamento. "Sem isto, só nos tiram daqui no pau", ameaçou o colono Aldair Bertan, o *Jacaré*.

Não vai ser fácil retirar os colonos. Nisto concordavam, ontem à tarde, o tenente-coronel Teodoro Prola, comandante da Brigada Militar na região, e o delegado federal de Santo Ângelo, Renato Porciúncula, encarregado da ação de despejo. Segundo um levantamento da Brigada, há 300 homens adultos entre os 600 colonos. O delegado disse que há "muitos infiltrados". O colono Bertan retrucou, dizendo que "todos aqui são cadastrados no Incra".

[illegible] — "Nós não vamos nos meter neste episódio. A nossa participação será fornecer os caminhões para o despejo e a assistência médica aos colonos", posicionou-se o secretário Municipal da Administração, Normar Oliveira. O prefeito Harry Erpen (PMDB) está em Brasília. Este grupo de colonos é oriundo de Palmeira das Missões, 100 quilômetros ao Norte, onde no ano passado invadiram a Fazenda Boa Vista, e depois montaram acampamento na gleba da Febem.



Mobilização: *mais de 70 federais foram reunidos em Sarandi*

Trata-se do contigente mais jovem de colonos na história do Movimento dos Sem-Terra (MST). São filhos de pequenos proprietários, que conseguiram capitalizar-se para comprar terra. "Eles não conseguiram emprego na cidade devido à recessão econômica, e não têm nada a perder. Isto os torna perigosos", comentou um oficial da Brigada.

Hoje, os colonos fazem uma grande assembléia para analisar a situação. Há falta de comida e, ontem, eles abriram um açude do posto à procura de peixes, mas só conseguiram 18 carpas. O administrador do posto, veterinário Caio Belmonte, disse que não foi ameaçado pelos colonos e criticou a lentidão da Polícia Federal para tirá-los da área.

08-08

Pelotas: polícia ouve envolvidos na pancadaria

Mais de dez pessoas foram ouvidas no inquérito aberto pelo titular da 1ª Delegacia de Polícia de Pelotas, Albino Hepp, para apurar quem iniciou o confronto de quinta-feira, entre policiais militares e estudantes que discutiam a distribuição de cargos na sede da União Pelotense de Estudantes Secundaristas (UPES). O vereador Milton Martins (PT), que havia comparecido ao local a pedido dos estudantes, na maioria com 16 anos, levou uma cacetada na testa, quebrando em três partes o nariz.

De acordo com o delegado Albino Hepp, existem muitas versões para o fato. Enquanto os estudantes e o vereador acusam a Brigada de ter iniciado a pancadaria, os policiais dizem que foram agredidos primeiro. Até ontem à tarde, somente dois policiais, dos 15 envolvidos, haviam comparecido à DP, apresentando lesões leves.

Hepp espera encerrar o inquérito em 30 dias e promete ser rigoroso nos critérios de avaliação. "Não temos condições, ainda, de apontar quem começou o tumulto, mas a comunidade pode ficar certa de que iremos punir os responsáveis", garantiu o delegado. O tenente-coronel Milton Moreira, do 4º BPM, instaurou inquérito na Corporação para apurar se houve excesso na ação dos policiais.

92030.04

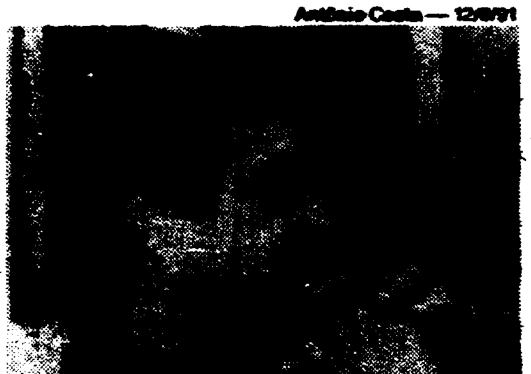
Requião faz novos inimigos no Paraná

Martha Feldens e Marisa Valério

CURITIBA — Isolado no seu partido - o **PMDB** -, pouco relacionado com o governo federal e cheio de inimigos no seu próprio estado, o governador do Paraná, Roberto Requião, nem por isso concluiu seu primeiro ano de mandato em desgraça. Com a confiança de 69% da população, conforme a última pesquisa do Ibope, terceiro entre os governadores de todo o país, Requião segue fiel ao seu estilo agressivo e imprevisível. Depois de um ano de surpreendente harmonia com a Assembléia Legislativa, ele provocou um atrito que sugere um futuro conflituoso com os deputados: vetou a criação de novos municípios e, com o veto derrubado, ingressou na Justiça para manter sua decisão.

A ação judicial pegou os deputados de surpresa. O presidente da Assembléia, Aníbal Khury, dá uma

Antônio Costa — 12/8/91



Requião: agora, sem a Assembléia

pista de como está o espírito dos parlamentares agora. "Tivemos uma convivência pacífica, mas o que ele fez desagradou a todos, inclusive aos deputados do PMDB", diz. Descontente, Khury, que chegou a comandar [illegible] [illegible] [illegible], dá a entender que o balanço do primeiro ano de governo de Requião é ruim. "Se ele fracassou, não foi por falta de apoio da Assembléia. Ele teve tudo o que pediu."

Requião, porém, faz um balanço positivo e reconhece que a Assembléia o ajudou. O episódio dos novos municípios, acredita ele, foi uma manifestação "de desespero pela sobrevivência política, uma atitude, do ponto de vista cívico, errada da parte dos deputados". Mas, segundo ele, a ida à Justiça foi uma medida tomada [illegible] desaforos", que não deve mudar o relacionamento com o Legislativo.

O apoio dos deputados ao governador no seu primeiro ano foi tão expressivo que lhe valeu o apoio da classe empresarial, que trabalhou ostensivamente pelo seu adversário em 90, o ex-deputado José Carlos Martinez, do PRN. Uma das medidas que motivaram a mudança no comportamento dos empresários foi a lei que autorizou a redução do ICMS incidente sobre 27 produtos incluídos na cesta básica. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os deputados negaram ao governador Alceu Collares (PDT) medida semelhante. O presidente da Associação Comercial do Paraná, Werner Egon Schrappe, aprova a administração Requião e comemora o atendimento a outra histórica reivindicação dos empresários: a isenção do ICMS sobre vendas a prazo, cujo resultado imediato é a equiparação de pequenas e médias empresas aos grandes magazines nessa transação.

Medidas como estas, que barateiam o preço do produto para o consumidor, são, no entendimento do governador, razões da popularidade de seu governo. Embora se tenha [illegible] inicialmente com uma pesquisa que apontava que a grande maioria da população não se lembra de nenhuma grande obra de seu governo, Requião acabou incorporando este dado a seu discurso. "Claro que a população não pode se lembrar. Eu não faço grandes obras. Tomo medidas que melhoram as condições de vida do povo. Ele sente isto no bolso", diz.

Da área agrícola vem a maioria das medidas [illegible] pelo governador. [illegible] [illegible] da produção, uma das plataformas de campanha do candidato à presidência pelo PT, Luís Inácio Lula da Silva. O valor do empréstimo é transformado no equivalente em produtos, e é esta quantia a ser paga em prazos dilatados e com um ano de carência. O presidente da Cooperativa Agrícola de Campo Mourão, a maior do país, com 31 mil associados, José Aroldo Gallassini, elogia os programas rurais e diz que são eles que provam que o governo Requião "está no caminho certo e atendendo à expectativa do produtor".

Governo destina verbas para o saneamento no Nordeste

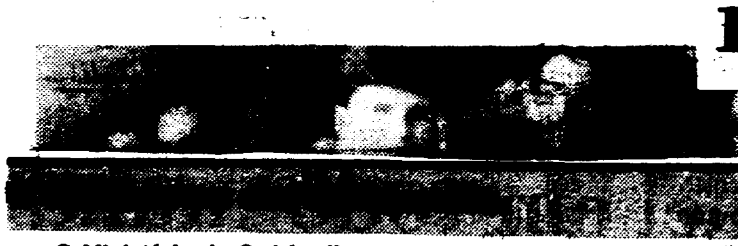
RECIFE — O governo federal se mobiliza pelo Nordeste. Na reunião da Sudene, ontem, que teve a presença até do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, o ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, anunciou a liberação de Cr$ 135 bilhões para um programa de emergência para o saneamento básico, e o da Saúde, Adib Jatene, informou que do orçamento de Cr$ 821 bilhões para saneamento, mais de 50% serão destinados à região, atingida por uma epidemia de cólera, com 20 Óbitos até ontem.

O programa de emergência anunciado por Fiúza está em fase final de elaboração e deverá atingir inicialmente 289 dos 1.552 municípios nordestinos, dos quais apenas 4% contam com tratamento de esgoto, segundo Jatene. O ministro da Saúde fez um discurso emocionado na reunião: "A principal lição que extraímos dessa epidemia de cólera é que ficou absolutamente patenteada a deficiência de saneamento em toda a região", disse, prometendo uma ação vigorosa de seu ministério, em conjunto com o da Ação Social.

Jatene lembrou que no Nordeste, onde 99% do lixo é deixado a céu aberto, sem tratamento, as autoridades vinham até perdendo a sensibilidade para uma situação secular de fome, miséria e falta de saúde: "Foi preciso aparecer uma epidemia para esse quadro começar a mudar".

O ministro da Saúde citou estatísticas da Organização Pan-americana de Saúde, segundo as quais cerca de 100 mil crianças de até cinco anos deixaram de morrer de diarréia na América Latina, por conta de cuidados só agora adotados com mais freqüência, como a cloração da água e o tratamento mais cuidadoso e fiscalizado daqueles que acorrem aos hospitais, mesmo que tenham simples diarréias. No Nordeste, pelo menos 54 mil 750 crianças com até cinco anos morrem de diarréia anualmente. Agora, por conta da cólera, está havendo maior cuidado com os pacientes aos primeiros sinais de distúrbios intestinais e conscientização da população, que passou a procurar mais os médicos.

01-01




...emergência para o saneamento básico

O Ministério da Saúde divulgou boletim confirmando 2.837 casos de cólera e 13.922 suspeitos em todo o país. Na região Norte, o Pará tem 1.211 confirmados, 3.272 suspeitos e 18 óbitos; o Amazonas, 346 casos confirmados, 3.655 suspeitos e nove mortos; o Amapá, 118 confirmados, 778 suspeitos e dois mortos; Rondônia, 12 casos confirmados e 776 suspeitos; Maranhão, 208 casos confirmados, 1.411 suspeitos e quatro óbitos. No Nordeste, o quadro é o seguinte:

Estado	Casos segundo as secretarias	Óbitos
Pernambuco	444	7
Paraíba	426	5
Maranhão	210	3
R.G.Norte	194	2
Alagoas	76	2
Piauí	4	0
Ceará	3	0
Bahia	1	0
Sergipe	0	0
TOTAL	1.358	20

Cólera expôs as carências

O ministro Jatene não exagerou nas informaçoes sobre a deficiência de saneamento básico no Nordeste. O estado que é melhor servido em abastecimento de água e sistema de esgotos é Sergipe, não por coincidência o único que ainda não registrou um só caso de cólera. Segundo o governador João Alves (PFL) cerca de 80% das cidades sergipanas têm água com tratamento. "Mas tratamento de esgoto, só tem em Aracaju, e assim mesmo só atende a 30%%", admitiu Alves.

No Piauí, segundo o governador Freitas Neto (PFL) só em Teresina há tratamento de esgoto, assim mesmo para apenas 10% da população. Na Paraíba, só 3% da população urbana tem acesso a água encanada, de acordo com o governador Ronaldo Cunha Lima (PMDB). Em João Pessoa, os esgotos cobrem só 18% das necessidades. Em Alagoas, a situação não é muito melhor: só 16% da população de Maceió contam com esgotos.

Greve — Nos últimos dez dias, dobrou o número de casos em Alagoas onde, desde ontem, 1.500 dos 2.800 trabalhadores do setor de saúde paralisaram os serviços reivindicando aumento de 128%, prometido pelo governador Gerlado Bulhões (PSC).

A Secretaria de Saúde confirmou a ocorrência de mais 17 casos, elevando para 76 o número de pessoas contaminadas pelo vibrião que, até o momento, causou três óbitos, inclusive o de uma criança de nove meses e de um mendigo encontrado morto perto do Mercado Municipal.

Com sanitaristas, epidemiologistas, assistentes sociais e agentes de saúde em greve, apenas os médicos (que aguardam uma resposta até segunda-feira) estão cuidando dos doentes de cólera.

920302b

Governo não vai acabar o SOS Criança

O SOS Criança não será extinto. Pelo contrário, deverá ser reforçado pelo secretário da Justiça, Geraldo Gama. Confessando-se surpreso com a repercussão das notícias sobre a diminuição de funcionários no programa, o secretário fez questão de ressaltar que nunca pensou na possibilidade de acabar com um trabalho tão importante. "Isso nunca nos passou pela cabeça", garantiu Gama.

Durante os próximos 30 dias, o SOS Criança funcionará com 32 pessoas, cinco a menos do que possuía até então. "Mas isso não comprometerá o trabalho", acrescentou o secretário. Os funcionários cedidos — cinco da Febem, 13 da Fundação Gaúcha do Trabalho, um da Febem de São Paulo — já retornaram ao seu local de origem, permanecendo no projeto apenas cinco pessoas da própria secretaria e 13 estagiários. Estes últimos, anunciou Gama, ao fim do prazo serão substituídos por novos assistentes sociais a serem contratados futuramente.

Na análise de Gama, ao invés de perder suas funções o programa será reforçado, principalmente agora no inverno, "quando os problemas relacionados aos menores são ainda mais freqüentes". Sem anunciar um projeto definitivo, o secretário adiantou apenas que haverá uma reformulação completa. "Precisamos acabar com esta colcha de retalhos que é o Estado", analisou, referindo-se aos problemas de cedências entre as instituições.

PREOCUPAÇÕES — Além de não poupar elogios ao trabalho, o secretário ressaltou a importância de reforçá-lo ainda mais. "Nós estávamos com poucos técnicos especializados, mas isso será resolvido em breve", observou. Apesar da aparente tranqüilidade de Gama, as notícias da extinção do programa circularam durante toda a semana. A própria diretora técnica Lia Lazzaroni lembrou o pedido de remanejamento de novos técnicos a fim de não comprometer a continuidade de programa.

Esta preocupação foi reforçada pela presidente do Conselho Municipal da Criança, Judith Dutra. "O programa não pode ser extinto e deveria ser criado em outros estados brasileiros", sugeriu. A presidente da Associação do Campo da Tuca e integrante do Conselho Municipal, Leci Matos, acrescentou a preocupação de não desmantelar o programa, principalmente antes da criação dos Conselhos Tutelares, no próximo dia 17, "pois ocorreria um vácuo até lá", previu, elogiando o trabalho feito até agora.

Governo vê extermínio de crianças

ZH 15/3

O assassinato de menores de rua — fato que tem prejudicado a imagem externa do Brasil — será discutido nesta terça-feira (17), em reunião setorial presidida pelo presidente Fernando Collor, no Palácio do Planalto. No encontro, serão discutidas as ações que o governo adotará para tentar solucionar o problema. O chanceler Francisco Rezek também participa da reunião, uma vez que deverão ser igualmente discutidos os meios de divulgação, no exterior, das medidas que o País vem tomando nessa área, nas esferas municipal, estadual e federal.

No âmbito do Itamaraty, a ação será centralizada na divulgação, pelas embaixadas no exterior, das medidas já adotadas. Várias missões diplomáticas do País têm sido instadas por governos e cidadãos estrangeiros a esclarecer o problema do extermínio, prostituição e violência contra as crianças brasileiras.

Segundo Rezek, o governo pretende dar "o máximo de transparência" ao problema, sem escondê-lo, mas quer permitir que no exterior haja uma informação correta a este respeito. O governo também está aberto à cooperação com organismos oficiais e não-oficiais.

ESTRATÉGIA — O Itamaraty já fez esse tipo de trabalho no começo do atual governo, explicando a diferentes setores do exterior a política que o País vinha tomando na área de meio ambiente e de proteção às populações indígenas. Com as medidas adotadas — tal como a demarcação da reserva ianomâmi — e sua divulgação detalhada, as críticas ao Brasil diminuíram. A estratégia do Itamaraty é mostrar que tanto o governo como a sociedade brasileira querem solucionar problemas como os das crianças pobres do País.

No caso dos menores de rua, estuda-se a possibilidade de realização de seminários e visitas de autoridades estrangeiras ao Brasil, o que servirá para evidenciar até a abertura do País à cooperação internacional. Há pouco, por exemplo, um diplomata da embaixada brasileira em Londres participou de solenidade de criação de um grupo para as crianças de rua, que é integrado por parlamentares britânicos. (ABR)

01/01

Procuradoria Geral ganha espa
e se firma como poder autônom

☐ Aristides Junqueira fez em 1968 uma tese sobre a imprensa como o quarto poder da República. Hoje, ele contribui para que este posto fique com a PGR

IVONE BELÉM
Brasília/ZH

Na sexta-feira, o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, sentou-se à mesa com cinco parlamentares, o presidente do Tribunal de Contas da União, Carlos Átila, e a juíza Selene de Almeida, encarregada do caso de superfaturamento na compra de bicicletas para a Fundação Nacional de Saúde. "Estão presentes aqui os quatro poderes da República", afirmou Aristides Junqueira antes do almoço organizado pela Rede Manchete. "Quando o senhor falou em quarto poder, pensei que fosse o Ministério Público", comentou o senador Maurício Correa (PDT-DF), sugerindo que, em grau de importância, a função exercida por Aristides na Procuradoria Geral República (PGR) superou o papel da imprensa.

Nesta segunda-feira, quando anunciar seu parecer sobre o pedido para que seja oferecida denúncia contra o ex-ministro da Saúde Alceni Guerra, o procurador-geral da República poderá contribuir decisivamente para subverter de vez a tese que ele mesmo escreveu, em 1968, num curso de especialização da Universidade Federal de Minas Gerais, onde se formou: "Imprensa, o quarto poder da República"

MAIS FORÇA — Com 1.094 funcionários e com atribuições que vão da decisão sobre o futuro dos ex-ministros Alceni Guerra e Antônio Rogério Magri (Trabalho e Previdência) à autorização para que menores possam dirigir carros na Bahia, o Ministério Público, comandado por Aristides Junqueira, começou a ganhar força com o fim do regime militar e tomou ares de poder autônomo com a Constituição de 1988. De acordo com os artigos 128 e 129, o procurador-geral não tem vínculos com o Executivo e só pode ser demitido, durante os dois anos de mandato, a pedido do presidente, após concordância da maioria absoluta dos senadores.

"Primeiro, a Procuradoria Geral da República virou um canal entre o interesse da sociedade e o Poder Judiciário", lembra o subprocurador Cláudio Fonteles, incumbido de acompanhar o caso Magri. "Hoje, a procuradoria trata de temas como a defesa do meio-ambiente, o patrimônio histórico e serve ainda de instrumento para que parlamentares fiscalizem o governo", acrescenta.

SEM CONTROLE — A intensidade dos atos da procuradoria se transformou em queixa na quarta-feira, no gabinete do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Na véspera, o delegado Romeu Tuma declarara que nem o ministro da Justiça nem o general Agenor Homem de Carvalho, chefe do Gabinete Militar, estavam envolvidos no caso Magri. No dia seguinte, Aristides contestou Tuma, dizendo que ninguém estava isento de responsabilidade até a apuração da procuradoria.

— Quem controla a procuradoria? — indagou Passarinho numa conversa com amigos.



Poderoso: *pareceres de Junqueira afetam a vida do governo e ...*

— Ninguém controla a procuradoria — responde o deputado Nélson Jobim (PMDB-RS), uma das maiores autoridades jurídicas da Câmara. De acordo com Jobim, a Constituição de 1988 deveria ter criado um conselho nacional de justiça, que ... regado de fiscalizar a... pelos procuradores. A ... num dos anteprojetos, ... antes de ser aprovado pelo ... "Só a reforma constitucional ... corrigir isto", afirma Jobim.

Quércia monta seu ministério paralelo

Ex-governador joga com bancada do PMDB para conquistar o Planalto

Jorgemar Felix



Françoise Imbroisi — 4/10/91

Quércia assume causa dos aposentados para fortalecer sua candidatura

SÃO PAULO — Ora longe do governo Collor, ora bem dentro dele. Tem sido esta a estratégia do presidente do PMDB, Orestes Quércia. Segundo seus adversários, "quase um [illegible]". Sentado sobre a maior bancada do Congresso Nacional — 102 deputados e 25 senadores —, ele se faz às vezes de oposição. E em outras, aceita com boa disposição sentar-se à mesa com o governo para impor condições ao seu bel-prazer. Sem muito alarde, desde sua saída do governo de São Paulo, em 1991, Quércia foi construindo um verdadeiro governo paralelo, com palácio, presidente, ministros e obras. Nessa empreitada política, sempre que se depara com um julgamento, Orestes Quércia — como seu homônimo grego da tragédia de Ésquilo — mesmo criminoso, é absolvido.

Ninguém vê o presidente desse governo correr aos domingos ou praticar esportes. Mas Quércia é bom de drible. Seu poder consegue driblar até o passado que lhe bate à porta. Nenhuma gota da enxurrada de denúncias de corrupção que inundam sua passagem pelo Palácio Bandeirantes (1987-1991) cai sobre ele. Sequer uma faísca de um trovão chamado Alfredo de Almeida Junior, ex-presidente da Sabesp e da Eletropaulo — primo do ex-governador e afastado do governo, no ano que passou, sob acusação de enriquecimento ilícito — queimou Quércia. Nada disso existe para ele. Essas denúncias constrangem muito mais seu afilhado Luiz Antônio Fleury Filho, atual governador, do que ele mesmo.

Até uma semana atrás, o palácio de Quércia era uma casa na Rua Argentina, nº 508, nos Jardins, região nobre da capital de São Paulo, onde ocorriam as reuniões do ministério. Agora, o novo palácio é em outra casa numa rua próxima, Gabriel Monteiro da Silva, nº 479. No dia 11, "em cerimônia simples", como divulgou a assessoria de imprensa de Quércia, apenas com a presença de funcionários, monsenhor José Machado Couto, de Campinas, terra natal do presidente abençoou o novo palácio.

Com a bênção dos céus, talvez seja mais fácil para o *presidente* Quércia tocar seus projetos até 1994, quando o país elegerá um novo presidente de verdade. Como só o poder divino não basta, ele trata de montar seu ministério paralelo. Existem mais nomes desse ministério na cabeça do presidente do que nomeados oficialmente. Por enquanto, apenas o embaixador Paulo Nogueira Batista garantiu seu cargo. Economista, Nogueira Batista, ex-presidente do Conselho de Segurança da ONU, ex-assessor do ministro Dilson Funaro e professor da Fundação Getúlio Vargas, é coordenador do grupo de promoção e exportação do Fórum de Desenvolvimento de São Paulo.

No governo paralelo do PMDB, Batista será o principal ministro para assuntos econômicos e políticos. É ele o responsável pelas conversas com empresários. Hoje é um dos mais próximos assessores de Quércia — ao lado da secretária-particular, Ana Tebar, e do assessor de imprensa, Chico Lins. Além deles, o ministério está mais próximo de um esqueleto de equipe econômica. O grupo é formado pelo deputado federal César Maia (RJ), o economista Carlos Lessa (ex-PSDB), o cientista político Luis Werneck Viana (do Iuperj), ex-ministros João Sayad e Nelson Ribeiro e o pernambucano Jorge Jatobá. Atualmente, a equipe está debruçada sobre o novo programa do PMDB.

Por coincidência, o prazo para conclusão do projeto é final de 1993, quando o partido realizará um congresso nacional. Nas quatro reuniões da equipe já ocorridas — duas em Brasília e duas em São Paulo —, ficou estabelecido o perfil do programa: mais "liberal", sem nacionalismos exacerbados e pregando o desenvolvimento econômico com preocupação social. O perfil é quase o oposto à estratégica posição do PMDB, hoje, no Congresso, onde tem sido o obstáculo intransponível às reformas constitucionais de abertura econômica reivindicada pelo governo Collor. Com o programa debaixo do braço, o candidato do PMDB a presidente da República, em 1994, deslanchará sua campanha.

> *O governador comanda um time que lhe dará um programa dentro do figurino liberal, para ser anunciado ao país no final de 93*

Mesmo sem programa concluído, o governo paralelo do PMDB já tem obras para mostrar. E obras de arte política. O autor é, lógico, Orestes Quércia. Com habilidade de um PSD, o presidente do partido obrigou o [illegible] a fechar um acordo para aprovar a tão almejada reforma fiscal que derrubaria a [illegible]. Conseguiu, em troca, a rolagem da dívida [illegible], beneficiando os governadores do [illegible], principalmente Fleury. Evitou [illegible] o governo federal impusesse as [illegible] dos para o pagamento das dívidas.

Meses depois, mesmo com o [illegible] Guimarães no calcanhar, elegeu o [illegible] cada de sua preferência, o deputado [illegible] Genebaldo Correia. "Ele não [illegible] comigo, se fechasse eu ganharia [illegible] maior", desmente Genebaldo, [illegible] três votos. Agora, Quércia dá as [illegible] acordo e ameaça obstruir todas as [illegible] Congresso, até que se vote o [illegible] 147,06% dos aposentados. "Ele só [illegible] cer seu poder pelo partido, é [illegible] Genebaldo.

Na terça-feira, dia 10, Quércia [illegible] próximo alvo do poder do seu gov[illegible]. Apesar de estar no mesmo partido [illegible] Guimarães, o mascate do parl[illegible] Quércia, presidencialista, tentará, [illegible] forças, esvaziar a campanha pela [illegible] sistema de governo. Nessa hora, ele apela ao discurso de oposição ferrenha: "O governo está propondo o sistema para desviar a opinião pública de questões mais prementes como inflação, corrupção, recessão, que não consegue resolver". Quércia atacará o parlamentarismo com a proposta de um presidencialismo modelo americano, com voto distrital. O plebiscito é o próximo julgamento de Orestes Quércia. E ele já começou a rezar para a Deusa da Razão, que absolveu seu homônimo criminoso na tragédia grega.

Simon reconhece que o PMDB já não é mais o partido de seus sonhos

☐Os rumos tomados pelo antigo MDB deixam o senador descontente. Mas ele insiste na oposição a Collor e nega a saída do partido

DIOGO OLIVIER
Editoria Política/ZH

As viagens, comícios, discursos e reuniões partidárias que viraram sinônimo do nome Pedro Simon desde os tempos da resistência democrática ao regime militar cederam espaço para bucólicas caminhadas matinais entre as árvores do parque Marinha do Brasil, em Porto Alegre, durante o recesso parlamentar. Foi nesta fase de "menopausa política" — como definiu certa vez um de seus melhores amigos, o deputado Ulysses Guimarães (SP), proclamando-se "doutor em Pedro Simon" — que o senador resolveu deixar de lado as evasivas, habituais desde a eleição ao Senado, para reconhecer: "O PMDB de hoje não é progressista como eu gostaria que fosse, não é o partido à esquerda que eu gostaria que fosse."

Dos dias nervosos no Palácio Piratini, restou apenas a lembrança dos cinco maços de cigarros cuja fumaça despejava diariamente dentro dos pulmões e do som monocórdico das sinetas dos professores grevistas na Praça da Matriz. As minguadas três horas diárias de sono, frutos de uma disfunção orgânica que lhe acompanha desde pequeno e que lhe fez ler *A Comédia Humana* de Honorè de Balzac ainda menino, para passar o tempo, nunca atrapalharam Simon. Tranqüilo, mais econômico nos gestos e perturbado apenas pelo barulho do motor do Santana azul que o trouxe da casa de praia em Rainha do Mar a Porto Alegre na última segunda-feira, Simon completou: "Mas o PMDB também não é nenhum PDS ou PFL e precisa fazer oposição ao Collor. E o Genebaldo Correia vai ter que seguir esta linha."



Loir Gonçalves/ZH

Nostalgia: *Simon sente saudades do tempo em que o partido era a oposição*

DE VOLTA — Apesar do descontentamento com o rumo que tomou o antigo MDB, Simon é taxativo ao negar a sua saída do partido. "Estou velho demais para isso", justifica o senador, hoje com 62 anos. Mas se o rosto ganhou algumas rugas a mais, o tradicional bigode ralo e a correntinha com a imagem de Nossa Senhora da Conceição, um presente do comitê de mulheres ganho durante campanha a governo do Estado, continuam intactos. Assim como a vontade de ver o velho MDB [illegible] conta do PMDB de hoje. A [illegible], tanto para Simon como para Ulysses, é recolocar os históricos no comando do partido. Sem alarde, os dois estão se mexendo.

"O Ulysses fez até boca de urna em favor do Odacir Klein, o que eu nunca tinha visto ele fazer", comenta. "E eu estou [illegible] o meu caminho depois da [illegible] resistência democrática", [illegible] Simon. A derrota que os [illegible] à grande referência do PMDB, Ulysses Guimarães, na eleição presidencial, foi o começo da perda de espaço dos históricos dentro do partido. A ascensão de Orestes Quércia, que [illegible] mão da candidatura em favor do deputado se[illegible]tica, na opinião de [illegible] o líder que se [illegible] o PMDB ante a [illegible]nha do Ulysses", [illegible] pedir um copo d'água [illegible]rável namorada Ivete, [illegible]nhou durante o [illegible] Alegre, onde se submeteu a [illegible] de vesícula.

Nº. DOCUMENTO ....
TITULO Brasil no manda tropa a Jugoslavia
PROCEDENCIA ZH
FECHA DE E 07/03/92
VINCULACIONES 10046
11164
11302
11305 (M.ORG.)
12565
12553
674770

ENTRADO ....
CRUZ DE ....

Brasil não manda tropa à Iugoslávia

□O pedido da ONU foi rejeitado pelo governo. A decisão surgiu após relato de militares brasileiros que visitaram a região

O governo brasileiro comunicou às Nações Unidas que não vai enviar tropas para participar da força de paz que vai fiscalizar o cessar-fogo entre sérvios e croatas, na Iugoslávia, dentro de apaoximadamente um mês. Segundo informou ontem, em Brasília, o porta-voz do Itamaraty, ministro Luis Fernando Benedini, a decisão foi tomada com base no relato de uma missão militar brasileira que esteve há dez dias na Iugoslávia. A missão foi avaliar as condições de participação do Brasil na força de "capacetes azuis" da ONU e concluiu que ainda não há condições adequadas para o País participar da iniciativa, sem o risco de envolvimento em conflitos que ainda perduram entre sérvios e croatas.

O comunicado brasileiro foi enviado à ONU no último dia 2. As Nações Unidas já enviaram à Iugoslávia uma missão observadora composta de 250 oficiais, comandados pelo Conselho de Segurança, entre eles oficiais brasileiros que já estiveram a serviço da ONU em Angola, para fiscalizar a retirada das tropas cubanas.

O Ministério do Exército não recebeu qualquer orientação para o envio de forças de paz. Mas, conforme o Centro de Comunicação Social do Exército (Cecomcex), há contigente preparado para a tarefa.

DECISÃO — A presença de um batalhão no território da antiga Iugoslávia, no entanto, não está descartada. "Quando o Brasil achar que é o momento certo, voltará a conversar com a ONU", disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores.

A decisão sobre o envio do Brasil deve partir do próprio presidente Fernando Collor. A partir do pedido formal da ONU [illegible] Itamaraty, Collor [illegible] ministros militares e [illegible] dem [illegible] cito, para o [illegible] (ABR-Brasília/ZH)

9203032

Nº. DOCU... 9203033

TITULO... Militantes del PCB ~~ofrecen~~ pueden recurrir al PSB en elecciones

PROCED... ZH

FECHA... 25/03/92

VINCULACI... 10046

1116A

11304

ENTIDAD: 22

CRUZ DO: 22

ARRAES OFERECE PSB A MILITANTES DO PCB

Arquivo/ZH



Miguel Arraes

O deputado federal Miguel Arraes cederá a sigla do PSB para os militantes do antigo PCB que não migraram para o Partido Popular Socialista (PPS) disputarem cargos eletivos em Pernambuco nas próximas eleições municipais. A informação foi confirmada ontem pelo neto do ex-governador, deputado estadual Eduardo Campos. Ele disse que Arraes fez uma visita ao escritor pernambucano Paulo Cavalcanti, militante do *Partidão* há 50 anos, que pretende ser vereador em Recife combatendo o ex-correligionário e presidente nacional do PPS, deputado Roberto Freire (PE). (AG)

9203033

01-01

92032?
Collor não aceita duplo comportamento de bancada
ZH
FECHA: 15/03/92
VINCULAÇÃO: 10046
11164
11302

ENT: ...
CRUZ ...

Collor

O presidente Fernando Collor não vai mais aceitar duplo comportamento nas relações com as bancadas que apóiam seu governo. Isto é, não vai admitir que um deputado do PDS faça na tribuna um discurso crítico ao governo e, por baixo dos panos, peça recursos para atender determinado interesse de sua área. O recado foi dado ao líder do PDS José Luis Maia, durante audiência com o próprio Collor ontem.

001/01 9203034

Visita de Violeta Chamorro

(RD) 15.0090

25/3/92

10045

11164

11399

66603

Nicarágua não pode pagar dívida

ABR/ZH



Problema: *Violeta Chamorro explica resultados da visita ao Brasil*

□A presidente Violeta Chamorro admite que o problema da dívida de seu país com o Brasil foi a parte mais difícil de sua visita

A presidente da Nicarágua, Violeta Chamorro, em entrevista concedida à Imprensa no Itamaraty, disse ontem que, durante os três dias em que esteve no Brasil, a parte mais "dura" das conversações entre os dois governos foi a negociação da dívida de US$ 81 milhões que seu país tem com o Brasil. "Avançamos numa parte dolorosa. Não temos condições de pagar, mas vamos pagar dentro das possibilidades de nosso país", afirmou. "Espero que não me levem para a cadeia", brincou.

Na véspera, o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, informou que o Brasil ofereceu à Nicarágua as mesmas condições que tem pedido a seus credores na negociação de sua dívida externa. Quando um jornalista insistiu com a pergunta sobre a dívida, Violeta respondeu: "Estou muito satisfeita. Não posso pedir mais do que o Brasil pode dar".

De *tailleur* vermelho e acompanhada por cinco ministros, Violeta fez um balanço positivo da sua visita. "Foram firmados vários convênios, principalmente na área de telecomunicações, agropecuária, e o governo me ofereceu ajuda muito grande na parte cultural, com bolsas de estudos", contou.

NO CONGRESSO — A presidente da Nicarágua foi homenageada ontem em sessão solene do Congresso Nacional, uma hora antes de partir para São Paulo, no final da tarde. Com o plenário do Senado cheio de parlamentares e membros do corpo diplomático estrangeiro em Brasília, o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), elogiou o espírito democrático e conciliador de Violeta Chamorro. Ele também ressaltou as conquistas do governo da Nicarágua desde que Violeta assumiu o cargo, em abril de 1990, tais como queda da inflação, mudanças estruturais na economia e acordos com os credores externos, o que permitiu àquele país receber novos fluxos de capital estrangeiro.

Ontem à noite, em São Paulo, Violeta Chamorro foi homenageada com um jantar pelo governador Luís Antônio Fleury. Hoje, ela segue para Buenos Aires, num avião da Força Aérea Brasileira (FAB) cedido pelo governo.

ELOGIOS — Violeta Chamorro não poupou elogios ao programa dos CIACs do governo federal. Ela visitou o CIAC da Vila Paranoá, em Brasília, e ontem disse ter ficado com uma ótima impressão do tratamento do presidente Fernando Collor às crianças brasileiras: "É uma coisa realmente importantíssima. No meu país, devastado pela guerra, não dá para comparar. Falta muita coisa, como universidades". (AJB-ABR-Brasília/ZH)

01/03 9203035

Collor recebe Violeta Chamorro e negocia dívida da Nicarágua

BRASÍLIA — O Brasil não vai perdoar a dívida de US$ [illegible] milhões da Nicarágua, mas oferecerá as mesmas condições de pagamento que pedia a seus credores. O assunto foi discutido ontem pela manhã, no Palácio do Planalto, na audiência da presidente da Nicarágua, Violeta Chamorro, com o presidente Fernando Collor, informou o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek. "O Brasil tenciona oferecer à Nicarágua, como metodologia de pagamento, pelo menos o mínimo que ele, como devedor, já terá pedido no passado aos seus credores", explicou.

Segundo o ministro das Relações Exteriores, nas semanas que precederam a chegada de Violeta Chamorro a equipe econômica discutiu a dívida com autoridades da Nicarágua, que figura na lista de países dos quais o Brasil é credor de US$ 9 bilhões. Pelas previsões de Rezek, o acordo não deve sair nos próximos dias. "Isso reclama um pouco mais de trabalho", disse.



Brasília — Aldeni Silva

Collor levou Violeta Chamorro ao Ciac da Vila Paranoá

Collor e Chamorro também debateram o incremento do comércio entre os dois países que, de acordo com Rezek, "tem algumas características que nos penalizam". O chanceler informou que a Nicarágua não tem oferecido produtos para venda mas, em contrapartida, o Brasil vende pouco para lá. De US$ 17 milhões em vendas brasileiras à Nicarágua há quatro anos, o comércio baixou para US$ 4,2 milhões, em 1990, e pouco mais de US$ 3 milhões, em 1991.

Depois da audiência no Palácio do Planalto, Collor levou a presidente da Nicarágua para conhecer o Ciac da Vila Paranoá. Chamorro foi o quarto chefe de Estado que visitou o Ciac. Antes dela, estiveram lá o chanceler da Alemanha, Helmut Kohl; o presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez; e, na semana passada, a primeira-ministra da Noruega, Gro Brutland.

Um funcionário do Ciac da Vila Paranoá reclamou das visitas, que segundo afirmou ocorrem sempre na hora do almoço das crianças e atrapalha as atividades escolares. Ontem, a turma da terceira série ficou na biblioteca à espera de Violeta Chamorro. A dentista Kátia Kalume dos Reis foi instalada em uma sala de aula junto com duas crianças, para mostrar como ensina os alunos do Ciac a cuidar da higiene bucal.

Ao despedir-se de uma sala de aula com um "até um dia", Collor recebeu como resposta "até o dia de *São Nunca*" de Liliana Chaves, de 12 anos, aluna da terceira série. "Foi de brincadeira", disse depois Liliana.

Ao invés de realizar a assinatura de atos no Palácio do Planalto, como ocorre normalmente após a visita de um chefe de Estado, o cerimonial da Presidência programou a solenidade para o Itamarati, antes do jantar oferecido por Collor a Violeta Chamorro. São dois acordos relacionados com o Itamarati — um abre vaga para bolsistas da Nicarágua no Instituto Rio Branco e outro prevê ajuda brasileira para reorganização do serviço diplomático nicaragüense — e dois de cooperação técnica com a Embrapa e Telebrás.

02

9203035

Violeta Chamorro inicia visita

Hoje, a presidente da Nicarágua será recebida por Collor. Em seu único dia no Rio, visitou um CIEP e almoçou com o governador Brizola

Em seu primeiro e único dia no Rio de Janeiro, a presidente da Nicarágua, Violeta Chamorro, acompanhada do governador Leonel Brizola, visitou, ontem, o CIEP Nação Rubro Negra, no bairro da Gávea, sobrevoou a cidade de helicóptero e acabou a programação almoçando no Palácio Laranjeiras. Elegantemente vestida em um *tailleur* de seda verde e branco, Violeta disse que está no Brasil "em busca de cooperação e para conhecer todas as maravilhas do País". Ainda no CIEP, quando questionada sobre o socialismo, a presidente da Nicarágua respondeu com risos: "Está fora de moda".

É a primeira vez que Violeta Chamorro vem ao Brasil. Ontem à noite, a presidente da Nicarágua, que venceu há dois anos nas eleições o ex-presidente sandinista Daniel Ortega, seguiu do Hotel Copacabana Palace para Brasília, onde será recebida oficialmente pelo presidente Fernando Collor.



AG/ZH

Diálogo e sorrisos: *Brizola recepciona Violeta Chamorro*

Violeta chegou ao CIEP às 12h40min. Após apresentar, em espanhol, o projeto dos Centros Integrados de Educação Pública, o governador Leonel Brizola lhe mostrou as instalações do CIEP Nação Rubro Negra, considerado modelo pelo Estado. A visita começou no refeitório e se estendeu à biblioteca e ao pátio.

MENINOS DE RUA — Durante a visita, Brizola disse estar muito satisfeito com o resultado da pesquisa do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), que contou 797 meninos de rua sem abrigo na cidade do Rio: "É uma boa notícia. Temos um desafio nas mãos: dar assistência a esses menores. Pelo visto, o problema é menor do que imaginávamos e poderemos resolvê-lo a curto prazo. Não adianta planejar muito. Agora temos é que agir", disse o governador, sem falar sobre as estratégias que serão utilizadas para dar assistência a essas crianças de rua.

Para Brizola, o projeto do CIEP pode ser facilmente adaptável à realidade política da Nicarágua. "Pelo que senti, a presidente, se conseguir financiamentos, estudará projetos semelhantes", disse ele. No entanto, Violeta Chamorro, ao citar os setores do Brasil que lhe interessavam, não fez qualquer referência à área educacional: "A minha pátria necessita de muita coisa. Queremos conhecer principalmente a indústria e a agricultura do Brasil", disse Violeta. (AJB)

TITU Visita de 1ª Mtra do Noruega
P 18/3/92
FECHA DE 18/3/92
VINCULACION 10046
11164
11399
10137

Primeira-ministra da Noruega chega na segunda-feira

□Gro Brundtland vem retribuir a visita que Collor fez ao país no ano passado. Na agenda, a Rio-92 e assuntos ecológicos

A Noruega poderá fornecer ao Brasil um pacote de tecnologias para despoluição marítima, especialmente as utilizadas em acidentes que envolvem derramamento de petróleo. As negociações para a venda dessas tecnologias estão sendo conduzidas entre a empresa Etesco, de São Paulo, e a Norpol, uma empresa norueguesa especializada no ramo, que, entre outros, participou dos recentes trabalhos de despoluição do Golfo Pérsico.

A cooperação entre os dois países nessa área é um dos assuntos incluídos na agenda da primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, em sua visita a Brasília, nestas segunda e terça-feira (16 e 17). Dia 16, a primeira-ministra Gro será recebida pelo présidente Fernando Collor. No encontro, os dois chefes de governo tratarão de assuntos relacionados a meio ambiente, sobretudo a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), e de temas multilaterais.

Gro Brundtland retribuirá a visita que o presidente Collor fez a seu país, em junho de 1991, dando continuidade a entendimentos que permitam uma intensificação do relacionamento econômico-comercial entre os dois países, considerado por ambos os governos como muito abaixo das potencialidades.

Em 1990, por exemplo, o comércio nos dois sentidos foi de apenas US$ 153 milhões, embora o comércio exterior da Noruega chegue a mais de US$ 50 bilhões anuais.



Gro Brundtland: *ecológica*

Um dos setores promissores, de acordo com o Itamaraty, é o marítimo, já que a Noruega detém a quinta maior frota mercante do mundo. Empresários noruegueses estão dispostos a participar de programas de treinamento de pessoal, modernização dos portos do Brasil e de outras atividades.

CRIANÇAS — Durante sua visita, Gro Brundtland poderá anunciar a possibilidade de seu país efetuar contribuições financeiras a entidades que atuam no apoio aos menores de rua. O próprio chanceler norueguês, Thorvald Stoltenberg, já afirmou que o governo de seu país compartilha as preocupações do governo brasileiro com o assunto e está a ponto de aumentar suas contribuições financeiras para ajudar a solucionar o problema.

Nesta segunda-feira, Gro Brundtland vai visitar o Centro Integrado de Apoio à Criança (CIAC) de Vila Paranoá, no Distrito Federal, para ver de perto um dos projetos do governo em apoio às crianças pobres. (ABR)

01-03

9203036

Noruega vai ajudar meninos de rua

☐ A primeira-ministra Gro Brundtland propôs apoio financeiro para resolver o problema. Ainda na agenda, um diálogo sobre a Rio-92

A primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, propôs, ontem, em Brasília, ao presidente Fernando Collor a ajuda financeira de seu país para resolver a problemática da criança pobre no Brasil. "A primeira-ministra disse que não gostaria que as preocupações norueguesas com esse problema ficassem no terreno do discurso", relatou o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, que também participou da audiência.

Rezek esclareceu que o presidente Fernando Collor e Gro Brundtland não entraram em detalhes sobre esta colaboração e lembrou que o Brasil não possui um fundo que canalize o recebimento de recursos como estes. O ministro disse que este fundo poderá ser facilmente desenvolvido com a colaboração do Unicef, órgão da ONU. Na audiência de uma hora e dez minutos de duração, Gro Brundtland também discutiu com Collor a transferência de tecnologia na área do desenvolvimento sustentado. Segundo Rezek, a transferência dessa tecnologia que possibilite a preservação do meio ambiente, sem impedir o desenvolvimento, poderá ocorrer através de acordos de cooperação, a preços subsidiados. Rezek informou que a Noruega emprega 1,15% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em várias formas de solidariedade internacional.

ABR/ZH



À vontade: *a líder da Noruega, Gro Brundtland, conversa com Collor*

SIMPÁTICA — Gro Brundtland chegou ontem a Brasília para discutir, entre outros assuntos, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Simpática e bastante à vontade, ela foi recebida por Collor na descida da rampa do Palácio do Planalto, com salva de 21 tiros e os hinos nacionais dos dois países. Obedecendo o protocolo, ela cumprimentou ministros e visitou o CIAC da Vila Paranoá — o primeiro inaugurado no País.

Na visita, o presidente Collor, um adepto declarado do parlamentarismo, tentou explicar para as 39 crianças que estavam na biblioteca do CIAC quem era Gro. "Ela é a presidente, vamos dizer assim, da Noruega. Lá, é primeira-ministra", explicou.

POLÊMICA — Sobre o meio ambiente, Gro Brundtland concorda com a tese brasileira de que não adianta a maioria dos países em desenvolvimento ter uma posição, se os quatro ou cinco maiores países forem contra. A força ainda continua com estes países, especialmente na liberação de recursos ou transferência de tecnologia.

No jantar que Collor ofereceu à primeira-ministra da Noruega, ele lembrou a importância da relação comercial entre os dois países. O Brasil, segundo Collor, tem interesse em contar com a colaboração da Noruega na área de prospecção e exploração de petróleo em águas profundas. Também nos setores de transportes marítimos, administração portuária e projetos de engenharia em terceiros países existe muito interesse para acordos, concluiu Collor. (AJB-Brasília/ZH)

9203036

Noruega apóia teses brasileiras

□A primeira-ministra Gro Brundtland defende as mesmas idéias sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. Meninos de rua também preocupam

O governo brasileiro acredita que teve suas teses com relação ao meio ambiente e desenvolvimento fortalecidas com o apoio da primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Em especial a necessidade de envio de recursos adicionais dos países ricos para os países em desenvolvimento. "A expansão das fontes de financiamento é necessária para o desenvolvimento sustentável", diz o comunicado conjunto divulgado por Gro Brundtland e o presidente Fernando Collor.

O ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, disse que os dois países concordam que é preciso enfrentar com inteligência o binômio meio ambiente e desenvolvimento — e agir com urgência.

Na entrevista que concedeu, ontem, no Itamaraty, a primeira-ministra afirmou que a questão dos recursos é uma grande preocupação da Noruega e enfatizou que, com relação à Rio-92, há muita coincidência com as posições brasileiras.

MENINOS DE RUA — Gro Brundtland disse que não considera irreal o gasto de US$ 125 bilhões (Cr$ 225 trilhões) anuais até o ano 2000 para promover o desenvolvimento sustentável. O valor foi estimado pela ONU (Organização das Nações Unidas). Se todos os países ricos dessem a mesma contribuição da Noruega, que é de 1,1% do seu Produto Interno Bruto (PIB), este valor seria ultrapassado, afirmou Gro.

A primeira-ministra Gro Brundtland aproveitou para acrescentar que a questão das crianças de rua do Brasil tocou profundamente os noruegueses e que ela tratou do assunto com o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e com o presidente Collor. Por isso a decisão de seu governo de aumentar os recursos, da ordem de US$ 600 mil (Cr$ 1,07 bilhão), para apoiar atividades que evitem que este problema se alastre. Ontem mesmo, a primeira-ministra seguiu para Manaus.

Fotos ABR/ZH



Emocionada: *Gro Brundtland preocupada com as crianças brasileiras*

ELOGIOS — Ao comentar as críticas feitas ao Brasil por sua política ambiental, a primeira-ministra norueguesa salientou, durante a entrevista coletiva, que na questão ambiental o Brasil se apresenta hoje mais aberto e disposto a resolver a questão do que em 1985, quando esteve no País para uma reunião em São Paulo. "Não quer dizer que a questão de fundo já foi resolvida, mas percebemos uma abertura e disposição maior", disse Gro.

Ao lado de Gro Brundtland, o ministro das Relações Exteriores afirmou, durante a entrevista, que o maior problema do Brasil na área de política externa não é mais a devastação da Amazônia, mas os meninos de rua. "Sentimos uma pressão gigantesca sobre a definição de políticas na Amazônia. Agora, nossa maior preocupação é o problema dos meninos de rua", comentou. Segundo Rezek, todos os governos e entidades civis de outros países sabem o que o governo brasileiro já fez para proteger o meio ambiente e defender as comunidades indígenas.

Na véspera, a primeira-ministra da Noruega propôs ajuda financeira ao Brasil para tentar amenizar a questão dos menores de rua. Segundo Rezek, Brundtland informou que existem recursos disponíveis para este fim na Noruega. Na avaliação do ministro das Relações Exteriores, a visita da primeira-ministra da Noruega [illegible] a posição brasileira [illegible] mais recursos para o [illegible] desenvolvimento [illegible] AJB

03-03 9203036

9203037
Dívidas de embaixadas do US$ 30
ZH 150029
24/3/92
10046
11164
11302

ENTRADA 02
CRUZADO 02

Dívida das embaixadas é de US$ 30 milhões

Com os pagamentos de aluguel, luz, água e telefone suspensos desde janeiro, as dívidas das embaixadas brasileiras no exterior já chegam a US$ 30 milhões, segundo revelou, ontem, o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek. Desde janeiro, as contas das embaixadas brasileiras não são pagas por falta de recursos. De acordo com Rezek, o atraso nos pagamentos poderá prejudicar a imagem do Brasil no exterior. O chanceler, no entanto, considerou que a dívida representa "uma pequena parcela" do orçamento de seu ministério.

As despesas não estão sendo pagas porque a liberação dos recursos depende de uma portaria do Ministério da Economia para chegar ao Itamaraty.

Ontem, Rezek apresentou o problema ao presidente Fernando Collor, que determinou ao ministro Marcílio Marques Moreira uma atenção especial para a liberação dos recursos às embaixadas.

Para Rezek, os atrasos podem repercutir muito mal junto aos outros países. (AG)

01/01 9203037

Situação dos dentistas em Portugal preocupa

O presidente Fernando Collor telefonou ao primeiro-ministro português Cavaco e Silva, reafirmando em tom incisivo a preocupação do governo com a situação dos dentistas brasileiros que estão trabalhando em Portugal, mas cujos diplomas não são reconhecidos pelas autoridades portuguesas.

Esse contencioso diplomático está chegando ao seu clímax, conforme uma alta autoridade do Ministério das Relações Exteriores, que informa que os profissionais brasileiros estão sofrendo perseguições e humilhações em Portugal. Collor tem viagem marcada para Lisboa em abril. Se até lá o problema dos dentistas brasileiros não estiver resolvido, a viagem poderá ser adiada ou simplesmente cancelada.

O Ministério das Relações Exteriores foi informado pela Imprensa de que três dentistas portugueses teriam chegado ao Brasil, com o objetivo de comprar diplomas de odontólogos em faculdades particulares. Se conseguirem isso, fariam a desmoralização dos cursos de odontologia brasileiros.

O ministro Francisco Rezek, que admitiu existir na área diplomática brasileira uma alta dose de irritação em relação a este assunto, disse que, se confirmada a informação, "essas pessoas terão o tratamento que merecem". (Brasília/ZH)

Dentistas brasileiros aceitam proposta portuguesa

Norma Couri
Correspondente

LISBOA — Terminou com choradeira e muita emoção a novela dos dentistas brasileiros em Portugal. No começo da noite de ontem, a direção da Associação Brasileira de Odontologia reunida durante todo o dia na Embaixada do Brasil deu parecer favorável à segunda proposta do governo português. Os dentistas receberam a proposta pela manhã mas aguardaram a chegada de alguns documentos do Brasil, o que só aconteceu no fim da tarde. A leitura dos documentos foi importante porque este é o primeiro caso de "transfusão jurídica" da história dos dois países, ou seja, a nova portaria criada para regulamentar os dentistas em Portugal inclui *integralmente duas leis* e um decreto brasileiros.

Como não sabiam o teor das leis 4324 de abril de 64, 5081 de agosto de 66 e do decreto 68 704 de 1971, os dentistas até às 17h30 estavam firmes no propósito de recusar a proposta. Eles julgavam que, por estar impedidos de se integrar à Ordem Portuguesa de Medicina Dentária, viveriam num gueto. Com 40 minutos de leitura, deu para perceber que, respaldados pelas leis brasileiras, poderão criar sua própria ordem, sem se sentir inferiorizados pelo status de [illegible] [illegible]

pode até haver guerra com os dentistas portugueses mas ela será feita em pé de igualdade. "Agora", disse, "não serão eles que não nos terão na Ordem de Medicina Dentária deles, e sim nós que não os teremos na nossa."

Carta-aberta — A prova de que a nova categoria terá uma posição privilegiada foi a carta aberta dos médicos-dentistas portugueses dirigida ontem ao primeiro-ministro Cavaco Silva. Nela, a APMD acusa Brasília de utilizar "baixa política de pressão" junto à opinião pública brasileira e portuguesa, chamando os colegas emigrados de "agitadores". Os dentistas portugueses afirmam que o Brasil está exercendo uma "tentativa de colonização" em Portugal porque "não sabe o que fazer com seus quadros profissionais" e ameaçam recorrer ao Tribunal Europeu, segundo eles, com o apoio da Comunidade Européia, avessa ao aumento de imigração nos 12 países da CE. "Ficará muito mal aos dirigentes do nosso país receber com honras o presidente de um país que dá cobertura a esse tipo de comportamento", escreveram os portugueses, referindo-se à visita de Fernando Collor a Portugal, confirmada para o dia 6 de abril.

Cavaco Silva reuniu-se quatro vezes ontem no assunto dos dentistas durante um almoço para 60 [illegible] [illegible]

Rezek elogia solução

BRASÍLIA — Após confirmar a visita do presidente Fernando Collor a Portugal nos dias 7 e 8 de abril, o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, disse ontem que a nova proposta portuguesa, criando a categoria de cirurgião-dentista específica para os 320 profissionais brasileiros residentes naquele país, honra os compromissos existentes com o Brasil. "Parece que do ponto de vista legal não comporta nenhuma crítica. A proposta está dando aos dentistas exatamente os que eles têm no Brasil", afirmou o ministro. Pela nova proposta do governo português, os dois países se comprometem a cancelar os artigos do acordo cultural que reconheciam para efeito do exercício de profissão, diplomas e títulos expedidos por instituições de ensino.

Segundo Rezek, a nova proposta sobre o trabalho dos dentistas brasileiros exigirá apenas alguns esclarecimentos. O Itamaraty está em dúvida quanto ao item 6, por essa razão, resolveu designar um diplomata que irá pedir esclarecimentos ao Conselho Federal de Odontologia, que tem sede no Rio de Janeiro. O item [illegible]

reconhece a atividade de cirurgião dentistas de acordo com as leis brasileiras que regulamenta a profissão. Depois de examinada pelo departamento jurídico da entidade, João Hildon concluiu ontem que a nova proposta atende as exigências dos dentistas brasileiros. "O único problema é que, a partir desse novo acordo, nenhum brasileiro conseguirá mais o reconhecimento de sua profissão em Portugal", observou João Hildon.

Pela nova proposta, Brasil e Portugal se comprometem a cancelar os artigos do acordo cultural que, em ambos os países, reconheciam para efeito de exercício de profissão, diplomas e títulos expedidos por instituições de ensino. A nova proposta acaba também com a equivalência de estudos em estabelecimentos de ensino. No acordo cultural, tanto os estudantes brasileiros como portugueses têm, por exemplo, o direito de serem transferidos das universidades de um país para o outro sem precisar prestar vestibular.

Assessores do ministro Rezek asseguraram ontem que já existe entendimento entre os dois governos de romperem essa parte do acordo. Para [illegible] o novo acordo será [illegible]

Collor pode cancelar ida a Lisboa

"A viagem é duvidosa", diz o chanceler Rezek. O problema é a polêmica em torno dos dentistas brasileiros, impedidos de exercer sua profissão

O ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, disse, ontem, em Brasília, que a viagem do presidente Fernando Collor a Portugal, prevista para o próximo dia 7 de abril, depende ainda de entendimentos sobre o problema de legalização da atividade de dentistas brasileiros naquele país. "A viagem é duvidosa", observou o chanceler.

Rezek descartou a continuidade do impasse até o início de abril. A seu ver, a solução deverá ser encontrada logo. Mas advertiu: "Só vejo o presidente em Lisboa com a página dos dentistas virada". O encerramento deste episódio não deve tardar, previu o chanceler, já que o governo estimava uma conclusão para fins de fevereiro.

O caso dos dentistas não vai constar da agenda de trabalho que o presidente Collor manterá com o primeiro-ministro português, Cavaco e Silva, explicou Rezek. Segundo ele, na pauta estão relacionados apenas grandes temas, como o acordo de cooperação econômica de terceira geração entre os dois países. O tratado vai colocar o Brasil num grau máximo de proximidade que um país não-integrante da Comunidade Econômica Européia (CEE) possa ter com aquela comunidade.

A expectativa é de que o acordo de terceira geração seja assinado até 30 de junho, quando se encerra o mandato do primeiro-ministro Cavaco e Silva. Nesse contexto, a viagem de Collor é extremamente importante, ressaltou Rezek, porque deverá acelerar as conversas relativas à matéria.

Rezek, porém, defendeu a necessidade de uma solução com Portugal sobre a questão dos dentistas. Ele lembrou que isso será tratado pelas chancelarias dos dois países no âmbito da revisão do acordo, pedida pelo governo português. Este tema, porém, não fará parte dos temas a serem discutidos pelo presidente Collor com Cavaco e Silva. Segundo o chanceler Rezek, trata-se de tema que ocupará a pauta de reuniões de técnicos dos dois países no decorrer deste ano.

DESFAVORÁVEL — O ministro das Relações Exteriores admitiu que o governo brasileiro teve que concordar com o pedido de revisão do acordo cultural firmado com Portugal em 1966, e em vigor desde 68, sob pena de ver denunciado o tratado. Isto significaria que, depois de um ano do anúncio da decisão, a opção de exercer atividade profissional de nível superior nos respectivos países não seria mais possível. A denúncia do tratado, porém, não prejudicaria os casos anteriores, mas somente os novos, solicitados depois de o tratado denunciado.

Apesar deste cenário desfavorável para o Brasil, Rezek lembrou que a maior beneficiada nesta relação foi a comunidade portuguesa no Brasil. Esta é a primeira vez que o governo brasileiro menciona o acordo. "A regra deverá nos ajudar agora, depois que ajudou os portugueses, antes", declarou. Para o ministro, o Brasil tirou pouco proveito do acordo.



Polêmica: *Rezek propõe condições para viagem de Collor*

OUTRAS VIAGENS — A viagem a Portugal servirá, caso ocorra, para a realização da segunda reunião de consultas políticas com o primeiro-ministro português, Cavaco e Silva, conforme acordo estabelecido pelos dois governos em 1991. Além de Portugal, o presidente [illegible] Collor deverá visitar, neste ano, a Argentina, Estados Unidos, Chile, Uruguai e Espanha. Além disso, o presidente pretende visitar [illegible] públicas da Comunidade dos [illegible] Independentes (CEI), que [illegible] ex-União Soviética.

Na Argentina, Collor [illegible] encontro com os representantes [illegible] países que integram o [illegible] Comum do Cone Sul [illegible] viagem está marcada [illegible] em junho deste ano. [illegible] lia/ZH)

PHILIP VISITA ANAVILHANAS

O príncipe Philip, da Inglaterra, começará sua viagem ao País neste domingo, dia 15, por um local pouco conhecido pelos brasileiros: o arquipélago de Anavilhanas, situado no Rio Negro, no Amazonas. Anavilhanas é o maior arquipélago fluvial do mundo, com mais de 100 mil hectares, e apesar estar a 40 quilômetros de Manaus e de ser uma estação ecológica desde 1981, ainda foi pouco estudado por pesquisadores. O príncipe Philip, presidente do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), passará uma noite no arquipélago. (ABR)

PRÍNCIPE PHILIP INICIA VISITA

O príncipe Philip, duque de Edimburgo e marido da rainha Elizabeth II da Inglaterra, chegou ontem a Manaus em um avião da frota real britânica, desembarcando na base aérea às 13 horas. Ele foi recebido pelo governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, pelo prefeito de Manaus, Artur Virgílio Neto e pelo embaixador da Grã-Bretanha, Michael Newington. O príncipe Philip está no Brasil na qualidade de presidente do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), entidade ambientalista internacional. Ele partiu, no iate Tetiaroa, para o arquipélago de Anavilhanas, uma das reservas ecológicas que irá conhecer. Anavilhanas é o maior arquipélago fluvial do mundo, composto de 200 ilhas, ricas em espécies vegetais e animais. (ABR)

Amazônia impressiona príncipe



Philip: *fascinado*

□O marido da rainha da Inglaterra, príncipe Philip, gostou muito de sua visita ao maior arquipélago de água doce em todo o mundo

"Uma experiência fascinante". Com estas palavras, o príncipe Philip, duque de Edimburgo e marido da rainha Elizabeth II, da Inglaterra, encerrou, ontem, sua visita a Manaus e ao maior arquipélago de água doce do mundo — Anavilhanas, no Rio Negro.

O príncipe Philip está no Brasil pela terceira vez, agora na qualidade de presidente do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), uma entidade ambientalista internacional com sede na Suíça, fundada em 1961. A atual visita tem caráter privado e permitirá ao príncipe conhecer o trabalho do WWF no Brasil e acompanhar o movimento ecológico.

O arquipélago de Anavilhanas, no Rio Negro, a 40 quilômetros de Manaus, foi a primeira reserva ecológica a ser visitada pelo príncipe. Ele conhecerá, ainda, o parque estadual de Carlos Botelho, no município de São Miguel do Arcanjo, em São Paulo, e o santuário Vagafogo, em Goiás. Anavilhanas reúne 200 ilhas que formam grande número de lagoas dentro do rio.

ANAVILHANAS — Uma área de 350 mil hectares, que inclui o arquipélago e parte de terra firme, forma a estação ecológica de Anavilhanas, uma unidade de conservação do Ibama. O conjunto formado pelo arquipélago e pelas lagoas tem grande importância científica, não apenas pelas características geológicas que formam a bacia do Rio Negro, mas também em função do ciclo biológico sujeito a inundações anuais.

Ao desembarcar do iate Tetiaroa, no pier do Hotel Tropical, às 12h55min — horário local —; Philip foi recebido pelo governador em exercício, Francisco Garcia, e pelo cônsul honorário da Grã-Bretanha, George Clarke. Resumindo em poucas palavras sua visita a Anavilhanas, o príncipe disse que teve a oportunidade de participar de captura de jacarés para pesquisas e de observar os pássaros regionais. Ele não entrou em maiores detalhes, dizendo apenas que tudo foi "muito bonito" e que ele "gostou muito". (ABR)

Príncipe diz que verbas não caem na mão de corruptos

O príncipe Philip da Inglaterra, presidente internacional do Fundo Mundial pela Natureza (WWF), disse ontem em Brasília que sua organização sempre tem preocupação com o destino dos recursos que arrecada e investe em países como o Brasil. Indagado a respeito de declarações do secretário Nacional de Meio Ambiente, José Lutzenberger, que teme que os recursos internacionais para projetos ambientais no Brasil fiquem nas mãos de corruptos, o príncipe disse que, depois de 30 anos de existência, o WWF já tem experiência para lidar com dinheiro. "Não somos otários, precisamos nos assegurar de que o dinheiro não caia em mãos erradas", disse.

O diretor-executivo do WWF Internacional, Henner Ehringhaus, acrescentou que o maior capital da entidade não é o dinheiro, mas a credibilidade. Um escândalo financeiro, disse ele, seria o fim da existência da organização, uma das mais respeitadas do mundo e que, somente no Brasil, investe US$ 1,5 milhão (Cr$ 2,7 bilhões), com previsão de dobrar nos próximos anos.

O príncipe Philip foi comedido ao responder sobre políticas ambientais governamentais, sobre os conflitos entre países ricos e pobres a respeito de novos recursos para o desenvolvimento sustentado, ou mesmo sobre as decisões da Rio-92. Ele disse que não é tarefa do WWF pressionar governos para, por exemplo, criar um imposto sobre a poluição. Sua linha de ação, explicou, é pressionar por projetos que tenham resultados imediatos, como a despoluição do Rio Tietê, em São Paulo. Philip defendeu a conversão da dívida externa em projetos ambientais, argumentando que isso pode deixar os governos mais aliviados para investir em outras prioridades.

GAFE — O príncipe chegou pontualmente às 13h ao Palácio da Alvorada, para o almoço em sua homenagem oferecido pelo presidente Fernando Collor. Após ser apresentado a autoridades do governo e demais convidados para o almoço, Philip errou de lugar e sentou-se na cadeira destinada ao presidente, que, por sua vez, ocupou o lugar do empresário Roberto Marinho, da Rede Globo.

A gafe foi percebida por ele mesmo em questão de minutos, ao ver o lugar de cada um dos presentes no desenho da mesa. Bem humorado, Philip pediu desculpas ao presidente e se levantou para lhe ceder o lugar. (AE)

Construçao de ponte é motivo de encontro internacional

Autoridades brasileiras e argentinas estiveram reunidas sexta-feira, em San Javier, na Argentina, para discutir, mais uma vez, o projeto de construção da ponte internacional ligando o Brasil ao vizinho país. A informação é do prefeito em exercício de Porto Xavier, Armin Hopner (PDS), que esteve no encontro, juntamente com autoridades e empresários de outros municípios das Missões.

Para Armin Hopner, embora alguns considerem o projeto polêmico, ele é de grande importância para a integração efetiva do Cone Sul. Hopner salientou que o projeto se desenvolveu dentro de um cronograma pré-estabelecido ela Associação dos Municípios das Missões, com assessoramento técnico de professores da Fundação Regional Integrada de Santo Ângelo (FURI). O prefeito salientou que a realização da obra "é um interessante objetivo missioneiro, gaúcho e brasileiro".

VIÁVEL — Armin Hopner observou que, se for levado em conta o crescimento do movimento do porto local, o projeto é mais que viável, uma vez que, em 1990, em importações e exportações, foram movimentados US$ 2 milhões e, em 1991, o valor chegou a US$ 15,5 milhões. O significativo aumento, ressaltou, tem muito a ver com a dimensão que ganhou o Mercosul e com as relações ampliadas no contexto do comércio Brasil-Argentina. Hopner destacou que uma das autoridades mais entusiasmadas com o projeto é o governador de Misiones, tendo o legislativo daquela província aprovado como obra prioritária do governo.

Foi definido, também, que vai ser agilizado um encontro entre os governadores do Rio Grande do Sul e de Misiones, em abril ou maio, para que o assunto ultrapasse a esfera regional e passe a ser tratado em nível de governos. Hopner revela que o projeto está orçado em US$ 20 milhões, "recursos que serão facilmente recuperados entre dez a 15 anos, com o pagamento de pedágio e o faturamento em termos de importação e exportação. "O projeto não irá beneficiar somente Porto Xavier, mas sim a integração entre os dois países e desenvolver ainda mais o comércio binacional", conclui Armin Hopner.

Brasil quer atrair turistas da Alemanha

WILLIAM WAACK

De AE/Berlim

Brasil e Alemanha vão investir US$ 2 milhões em uma campanha para tentar recuperar a imagem brasileira no mercado turístico alemão, um dos mais importantes do mundo. Ambos os países formaram ontem, durante a Bolsa Internacional de Turismo, o maior evento internacional do gênero, em Berlim, uma comissão conjunta integrada por representantes dos governos, dos operadores turísticos particulares e das linhas aéreas Varig e Lufthansa.

A tarefa é das mais difíceis: no espaço de apenas cinco anos, entre 1986 e 1990, o movimento de turistas em direção ao Brasil caiu pela metade. A Alemanha detém o recorde mundial de turismo, mas apenas 60 mil alemães estiveram no Brasil no ano passado, um número irrisório diante dos 16 milhões de alemães que passam férias fora de suas fronteiras todo ano.

Os especialistas em turismo apontam como principal causa para o péssimo desempenho brasileiro a praticamente inesgotável capacidade do País de gerar más notícias. Por mais que o governo Collor se esforce em apresentar uma imagem moderna e empreendedora, o Brasil é conhecido na imprensa européia sobretudo como um país de epidemias incontroláveis (AIDS e cólera), violência (incluindo tráfico de drogas) e contrastes sociais intoleráveis.

"Não vamos bater de frente nisso tudo, e sim procurar conseguir matérias jornalísticas e reportagens nos principais jornais alemães mostrando que o País tem agora uma política ecológica responsável e que as autoridades estão tentando controlar o problema da violência", disse ontem Ronaldo Monte Rosa, o presidente da Embratur.

Gaúcho assume presidência do IBGE

O presidente Fernando Collor assinou, ontem, decreto nomeando o economista Eurico de Andrade Neves Borba para exercer a presidência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele substitui Eduardo Augusto de Almeida Guimarães, exonerado pelo presidente também através de decreto.

Gaúcho de Sanata Maria, 51 anos, casado e com duas filhas, ocupando o cargo de vice-reitor da PUC do Rio de Janeiro, Eurico de Andrade Neves Borba participou da comissão que elaborou o plano de governo do ex-presidente Tancredo Neves. Na campanha presidencial de 1989, Borba foi coordenador-adjunto do candidato do PSDB, Mário Covas.

Borba substitui Eduardo Guimarães, que deixa o IBGE [illegible] com as críticas ao Censo, [illegible] cessivas greves dos fun[illegible] órgão e a queda de cre[illegible] Instituti. (ABR-AE)

Lançamento da candidatura de Fleury
JB 150028
20/03/92
10046
1164
11302
11303

Empresários lançam candidatura de Fleury em visita ao Uruguai

Jorgemar Félix

MONTEVIDÉU — A visita do governador Luiz Antônio Fleury Filho ao Uruguai é de negócios. Mas negócios políticos. Com a desculpa de provocar discussões sobre o Mercosul, Fleury reuniu em torno de si boa parte do PIB brasileiro e cerca de 40 cabos eleitorais de grande potencial. Pose, discurso e recepção de estadista completaram a festa. "Não confundam estadista com candidato. Vocês estão fazendo muita interpretação", desconversou. Acompanhado por empresários como Olacyr de Moraes (Grupo Itamaraty), Sebastião Camargo (Camargo Corrêa), Amaral Gurgel, Roberto Amaral (Andrade Gutierrez), entre outros, Fleury chegou a Montevidéu, ontem às 11h, onde encontrou-se com empresários, ministros de Estado e com o presidente Luiz Alberto Lacalle.

"Ele tem todas as condições para ser candidato a presidente", anunciou Olacyr de Moraes, o *Rei da Soja*, depois de ouvir o discurso de Fleury na Câmara Industrial do Uruguai. "Ele tem idéias modernas voltadas para o desenvolvimento", completou Olacyr. O empresário garantiu que nunca conversou sobre a eleição de 1994 com Fleury, mas emendou: "Isso nem precisa ser dito".



Fleury: pose de estadista

O presidente da Gurgel foi mais além, em sua investida a favor da candidatura do governador de São Paulo. "Tem que ser uma associação norte-sul. Fleury e Tasso Jereissati (presidente do PSDB) ou Ciro (governador do Ceará)", lançou Gurgel. "Só vai depender do acordo com o ex-governador Orestes Quércia", ressalvou.

Fleury abriu o discurso destacando o caráter oficial de sua visita e o convite "direto" do presidente Lacalle. Em seguida, "para dar o tom da visita", disse que "fez questão de trazer como convidados especiais um grupo de importantes homens de empresa". Depois Fleury partiu para um [illegible], discutido apenas por [illegible] e Mercosul. "[illegible] que o processo seja de fato [illegible], de forma [illegible] e capaz de [illegible] a sua irreversibilidade", [illegible] Fleury [illegible] uma tarifa de [illegible] para as indústrias de cada país. "Esse mercado não pode [illegible] as indústrias nacionais", disse Fleury.

O discurso e [illegible] dor abordaram temas tão [illegible] que, em certo momento, Fleury [illegible] a esclarecer as coisas. Um [illegible] uruguaio [illegible] a [illegible] agrícola do governo federal e os subsídios ao setor. "Espera, este assunto é do governo federal do Brasil", interrompeu Fleury. Mais tarde, o governador tentou explicar: "De forma [illegible] falei como chefe de Estado. [illegible] metade do PIB nacional e é [illegible] legítimo o discurso que fiz".

9203043

BRASIL NOS SEGUIRA COMPRANDO GRANOS

"En Brasil no se piensa en interrumpir las compras de granos a los exportadores tradicionales y en particular no al Uruguay," afirmó ayer a LA MAÑANA el Gobernador del estado de San Pablo, Luis Antonio Fleury, en diálogo telefónico.

Fleury, que visitó Uruguay la semana pasada, reconoció que los anuncios del Presidente Fernando Collor en la ciudad fronteriza de Yaguarón sobre facilidades a los productores de granos básicos para lograr el autoabastecimiento causaron *"alarma entre los uruguayos, fundamentalmente los arroceros. Sólo el Presidente Luis Alberto Lacalle no me planteó la cuestión directamente"*, reconoció.

"Los tres días pasados en Uruguay sirvieron para alejar la sospecha de que Brasil esté practicando una política de subsidios agrícolas, totalmene contraria a los propósitos del Mercosur", afirmó el Gobernador del estado más industrializado del país norteño.

Pese a que Fleury aclaró que no podía hablar más que a título personal y en representación de su Estado, el jerarca brasileño expresó que *"hubo un error de información"* al difundirse los anuncios del Presidente Collor, agregando que el objetivo perseguido por el Gobierno nacional de su país era *"evitar la invasión de productos de otras regiones. Llegamos a importar arroz de Vietnam"*, explicó.

COMPARACIONES

"Los impuestos cobrados en Brasil para la zafra agrícola son del 9% anual, además de la Tasa Referencial, lo que representa más de lo que se cobra en Uruguay, cuyas tasas son del 7% sobre la corrección del dólar", expresó Fleury al analizar el sentido de las medidas de fomento a la producción de arroz y trigo -fundamentalmente- en Brasil: *"Además, nuestro país le cobra a los productores en impuestos más de lo que les ofrece como financiamiento"*, agregó, comparando esto a Uruguay, *"donde los productores rurales no pagan IVA"*.

"Lo que el propio gobierno federal no hizo me ocupó un largo espacio en mi agenda" en Uruguay, afirmó el Gobernador de San Pablo, atribuyendo las medidas para el agro en su país fundamentalmente a la cercanía de las elecciones.

"La política agrícola de Brasil no amenaza los intereses de los productores de los demás países del Mercosur", enfatizó.

U$S 180: ANUALES

Solamente el Estado de San Pablo absorbe el 25% del comercio bilateral entre Uruguay y Brasil, en cifras que este año alcanzaron los U$S 180 millones y que, en opinión del Gobernador Fleury, podrían ser incrementadas en 1992.

La referencia estuvo centrada básicamente en las importaciones de ómnibus que se harían para reforzar el transporte público, tanto capitalino como interdepartamental. De las cinco empresas que se presentaron a la licitación del MTOP, tres de ellas (Mafersa, Mercedes y Caio) tienen su matriz en San Pablo.

Entre la treintena de empresarios paulistas que acompañaron a Fleury durante su visita a Uruguay se registró la presencia de cinco vinculados a la construcción, asociándose esto a las posibilidades de intervenir en las obras de saneamiento de Maldonado, cuyo costo está estimado en alrededor de U$S 97 millones.



Gobernador de San Pablo, Luis Antonio Fleury

Los empresarios paulistas no descartan la posibilidad de participar con capitales en varias de los principales proyectos que están a estudio en el país, como el abastecimiento de equipamientos telefónicos, el remodelado de la ruta 1, la construcción de un nuevo aeropuerto en Pu[...] Este, y el puente Colonia-[...] Aires. Las estimaciones de la [...]ción norteña ubican en 1.500 [...]nes de dólares para llevar a todas las iniciativas menci[...] anteriormente.

02/02 R1

9203043

9203044
Maciel ameaça deixar governo
ZH

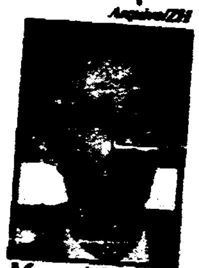
FECHA: 10/03/92

VINCULACIÓN: 10046
11164
11302

ENT DO: 120
CRUZ DO: 122

MACIEL AMEAÇA DEIXAR O GOVERNO

Arquivo/ZH



Marco Maciel

O líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), ameaçou ontem deixar o cargo, caso o governo se engaje na defesa do sistema parlamentarista. Foi o primeiro sinal de que a defesa da mudança do sistema de governo adotada pelo presidente Fernando Collor poderá implodir o atual esquema de articulação política. Cinco meses atrás, a proposta de antecipação do plebiscito sobre sistema de governo foi derrotada no plenário do Senado numa operação encabeçada por Maciel e o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, ambos defensores do presidencialismo. O futuro ministro da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, disse, porém, que a antecipação do plebiscito para abril do próximo ano conta com o apoio do presidente Collor há pelo menos dois meses. (AE)

01/01

9203044

[illegible] QUEREM ANTECIPAÇÃO

A antecipação do plebiscito de 7 de setembro para 21 de abril do próximo ano pode não ser aprovada no segundo turno de votação na Câmara dos Deputados. O líder do PDT, Éden Pedroso, e o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) começam nesta semana uma campanha junto aos parlamentares para que o projeto de emenda constitucional antecipando o plebiscito seja rejeitado. (ABR)

Câmara aprova antecipação do plebiscito para abril de 1993

☐O resultado precisa ser confirmado em outro turno na Casa. Depois, Senado vota a emenda duas vezes. Houve 348 votos a favor, 73 contra e 5 abstenções



AE/ZH

Tempo: *Ibsen presidiu a votação, que consumiu três horas em negociações*

Os deputados aprovaram ontem à noite a proposta de emenda à Constituição que antecipa para 21 de abril do ano que vem o plebiscito sobre o sistema de governo. A disputa, polarizada entre parlamentaristas e presidencialistas, revelou 348 votos a favor, 73 contra e cinco abstenções.

Os defensores da emenda chegaram a pensar em adiar a votação para a semana que vem quando o quórum começou a se reduzir, no final da tarde. Por volta das 20h, com 400 deputados em plenário, decidiram concluir a votação. Para entrar em vigor, a emenda precisa de mais uma rodada de votação na Câmara e outras duas no Senado, sempre com o voto de 3/5 de cada Casa.

TODOS LÁ — Um príncipe, monarquistas de diferentes linhas, parlamentaristas e presidencialistas disputaram espaço no Congresso para acompanhar a votação. Em plenário, os defensores do sistema de gabinete se revezavam na mobilização da matéria.

O *mascate do parlamentarismo*, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), recontou os prováveis votos favoráveis à emenda e ainda confiava na vitória, mesmo depois da "turma do Sarney" ter retirado sua adesão à antecipação. Afinal, se o filho do ex-presidente, José Sarney Filho, e pelo menos dois membros de sua bancada, Reinaldo Tavares e Vicente Fialho, não iriam mais votar a favor da emenda, a filha Roseane ainda era voto certo.

CONTRA E A FAVOR — "Estão discutindo o sexo dos anjos", ironizou o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), [illegible] contrário à antecipação. "[illegible] o plebiscito é desviar as atenções do País de questões prioritárias para a Nação", advertiu o líder do PDT, deputado Éden Pedroso (RS).

A mobilização contra a emenda contou com a interferência do príncipe Bertrand de Orleans e Bragança, que entregou ao presidente do Congresso, senador Mauro [illegible] (PMDB-CE), 35 mil petições contrárias à proposta. Também [illegible] a emenda, o monarquista e deputado Cunha Bueno (PDS-SP), de linha diferente da de Bertrand, declarou-se em obstrução na votação, em protesto contra o desenrolar da [illegible]ção.

Os parlamentaristas, que [illegible] todo o processo de encaminhamento da emenda [illegible] de [illegible] que a antecipação não era matéria restrita à causa parlamentarista, levaram Ulysses para a tribuna. De acordo com o mascate do parlamentarismo, a aprovação da antecipação vai possibilitar a discussão do plebiscito, que será feito pelo Congresso Nacional e pelo Tribunal Superior Eleitoral, e colocar em [illegible] uma campanha de esclarecimento da população sobre as diferentes formas e sistemas de governo. ([illegible])

Plebiscito coloca o Congresso [illegible]

Christiane Samarco

BRASÍLIA — Os 348 deputados que disseram sim à antecipação do plebiscito sobre sistema de governo, na noite de quarta-feira, precipitaram um debate que põe o Congresso Nacional no banco dos réus. "O povo não entende a nossa inércia. Temos que produzir", propõe o deputado Israel Pinheiro Filho (PRS-MG). Parlamentarista de primeira hora, Israel deixa de lado o entusiasmo com o primeiro resultado favorável, obtido na Câmara, para expressar o que resume a maior preocupação de seu grupo: a falta de credibilidade e a paralisia do Legislativo. "O grande desafio dos parlamentaristas não é antecipar para 21 de abril de 1993 o plebiscito previsto para setembro daquele ano, mas tornar o Congresso eficiente aos olhos críticos do povo", admite.

A estratégia que o grupo parlamentarista imagina para vencer o obstáculo da falta de credibilidade do Legislativo passa pela criação de uma frente de notáveis. Será esta frente, encabeçada pelo coordenador do grupo, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que tratará de passar a imagem de seriedade, honestidade e competência do Congresso à sociedade. A tarefa de mostrar uma nova cara da instituição, que dirigirá o país no novo sistema de governo, levará ao palanque o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, o governador do Ceará, Ciro Gomes, os senadores Mário Covas (PSDB-SP) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), e o deputado Roberto Freire (PCB-PE), entre outros nomes de penetração nacional. A participação do presidente Fernando Collor, na avaliação de Ulysses, deve se restringir a uma declaração de voto: "Ao presidente cabe apenas marcar posição, e não entrar em campanha".

Os parlamentaristas reconhecem que a adoção de um novo sistema de governo pressupõe alterações na legislação partidária e eleitoral, que se impõem como pré-condições. "Hoje, a grande maioria dos partidos não tem inserção na sociedade e se tornou mero cartório de registro de candidaturas", dispara o deputado Paulo Hartung (PSDB-ES). Aliado a isto, ele próprio aponta o problema da distância entre a casa de representação do povo e seus representados, agravada pelo excesso de parlamentares. "A Câmara tornou-se uma Casa inchada, o que leva à ineficiência e ao congestionamento do trabalho", garante.

Presidencialista, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) garante que o número de 503 deputados é uma herança do regime militar, que aumentou as bancadas dos grotões pobres do Norte e Nordeste do país para conter o avanço da democracia nos grandes centros urbanos. Com isto, a bancada de São Paulo acabou tornando-se proporcionalmente menor do que a de Pernambuco, por exemplo, se considerarmos a população que representam. "No parlamentarismo, isto terá que ser obrigatoriamente corrigido e é aí que vai morrer a possibilidade da mudança de regime. Ninguém vai fazer haraquiri", desafia Maurílio, garantindo ser o único que aceita diminuir o número de deputados de seu estado.

O parlamentarista Jayme Santana (PSDB-MA) teme que Maurílio tenha razão. "Eu voto para reduzir a bancada maranhense de 18 para oito deputados, mas reconheço que é fácil para mim, porque não sou candidato à reeleição", diz Santana, para quem os deputados terão grande dificuldade em aprovar medidas que diminuam suas chances eleitorais.

"[illegible] posição"

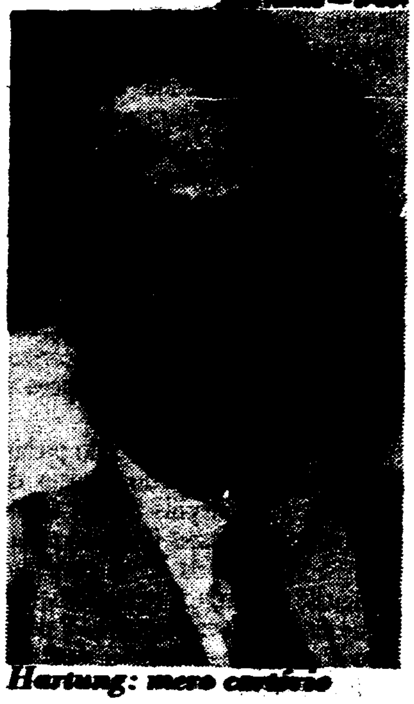
Ulysses Guimarães

Parlamentarista dos tempos de Constituinte, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) acabou votando contra a antecipação do plebiscito, que ainda vai a exame no Senado, devido à desorganização que predomi- [illegible] com o fisiologismo e [illegible] de algumas bancadas", justifica.

Marcos Viana — 13/1/92



Miro: plenarinho poderoso



Hartung: mero cartório

9203045

Parlamentaristas preparam ida às ruas

□A aprovação da emenda que antecipa o plebiscito vai definir o começo da campanha. Para barrar a antecipação, o PDT tenta se aliar a alas do PMDB

MARRA FURTADO
Brasília/ZH

Os parlamentaristas esperam a aprovação da emenda constitucional que antecipa o plebiscito do sistema de governo para irem às ruas esclarecer sobre o modelo do regime de gabinete que pretendem para o Brasil. O palanque inicial dessa campanha será o mesmo utilizado para a eleição municipal, oportunidade para os presidencialistas também testarem seu nível de aceitação. Até chegar esse momento, os dois grupos disputam na Câmara e no Senado a aprovação da emenda.

Os entendimentos políticos desenvolvidos em torno da questão são uma indicação dos possíveis acordos para o futuro. Se as conversas progredirem, o eleitor terá nas ruas uma campanha atípica, em que não haverá constrangimentos de nenhum dos dois grupos para a junção de diferentes cores partidárias.

Essa diversidade, por enquanto, vem empurrando a decisão sobre a emenda cada vez para mais longe. As últimas previsões apontam que a antecipação do plebiscito só estará definida no final do semestre, quando finalmente os parlamentares poderão programar suas campanhas sabendo se o plebiscito será em 21 de abril ou em 7 de setembro do ano que vem.



Contra: *os presidenciáveis Leonel Brizola e Orestes Quércia não querem a antecipação do plebiscito. Poderão trabalhar juntos contra a emenda*

REFORMA — Na próxima quarta-feira, a votação da matéria será retomada na Câmara, que ainda não encerrou o primeiro turno de votações. O relator da emenda, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), não prevê o resultado das votações que estão para se realizar, pois não ignora as articulações do PDT para derrubar a emenda.

O ex-líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa (RJ), orientado pelo presidente do partido, Leonel Brizola, procurou o presidente do PMDB, Orestes Quércia, que, como Brizola, aposta no presidencialismo como oportunidade para levá-lo ao Palácio do Planalto. Vivaldo e o líder Éden Pedroso (PDT-RS) vão partir esta semana para o corpo-a-corpo, sonhando em reverter o voto de deputados que aprovaram a emenda.

ARTICULAÇÃO — Para conseguir reverter o quadro "perigoso", como diz Éden, ele Vivaldo contam com a ajuda de dois peemedebistas, os deputados Manoel Moreira (SP) e José Luis Clerot (PB). Eles foram "emprestados" por Quércia ao PDT para o trabalho de convencimento pedetista. A aproximação dos dois presidencialistas, no entanto, não é bem vista pela bancada do PMDB.

Sem descartar a hipótese de que Quércia e Brizola subam no mesmo palanque para defender o presidencialismo, peemedebistas próximos de Quércia não acreditam que o presidente do partido irá mudar de idéia sobre a antecipação. "Se ele já liberou a bancada, quando todos sabem de sua posição presidencialista, não tem por que mudar de atitude", afirma um deputado do grupo. "As notícias que apontam uma articulação presidencialista para derrubar a emenda no Congresso devem ter sido plantadas pelo PDT", diz o parlamentar.

Mais sobre a emenda de antecipação do plebiscito na página 8

Discurso presidencial - 2do ano de Governo
ZH
14/03/92
10046
11164
11302

Os 13 pontos principais do discurso presidencial



☐ **Corrupção**

"Mais uma vez recomendo fortemente aos ministros de Estado e secretários de governo que observem, nas suas áreas de atribuição, estrita e absoluta vigilância na administração do bem público. Não tolerarei desvios, nem darei guarida, jamais, aos faltosos."

☐ **Justiça**

"Devemo-nos precaver, porém, e agir com isenção, sobriedade e serenidade no julgamento das denúncias que têm vindo à luz nos últimos meses. É imperativo que as autoridades públicas busquem o equilíbrio, não prejulguem, agindo sempre nos limites de suas funções."

☐ **Ação do governo**

"Se isso (falta de providências em casos de desvios) ocorreu no passado, no presente momento estão sendo duramente combatidos, e os resultados são visíveis."

☐ **Mudanças na equipe**

"Foi com o espírito de aperfeiçoar o diálogo com a classe política, de buscar permanentemente o entendimento e o consenso que trouxe para o primeiro escalão do governo congressistas de larga experiência e homens de profundo conhecimento em suas respectivas áreas de atuação."

☐ **Relação com Congresso**

"A renovação da equipe ministerial deve assegurar uma relação mais fluida e equilibrada com o Congresso Nacional, pois julgo absolutamente prioritário que o Legislativo reconheça a importância dos projetos de modernização sob seu exame e acelere sua tramitação ainda no primeiro semestre desse ano."

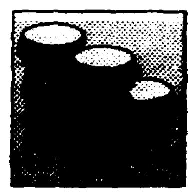
☐ **Emendão**

"As propostas de iniciativa do governo espelham uma cristalina e legítima vontade coletiva de mudança. Entre elas, ressalto o conjunto de emendas à Constituição, fundamentais para dar continuidade à reforma do Estado, à modernização e à estabilização da economia."

☐ **Metas para os próximos três anos**

1 — "Fortalecimento da democracia e aperfeiçoamento institucional do País. Democratização do acesso de todos aos bens sociais, aos frutos do progresso e da riqueza, com a consolidação da democracia política."

2 — "Formação básica dos brasileiros. Democracia, doença e ignorância são incompatíveis. Cumpre-nos promover profundas reformas estruturais tanto na saúde como na previdência."



☐ **Ajuste econômico**

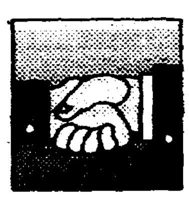
"Não tive receio de adotar medidas duras porque sabia que eram necessárias e se tornariam benéficas para o conjunto da população. Por isso vale insistir num ponto: o ajuste econômico que estamos empreendendo não pode ser afrouxado agora. Estamos muito próximos do porto seguro para mudar o timão. Falta muito pouco para recolocarmos o Brasil novamente na trilha do crescimento."

☐ **Balanço**

"Os dois anos de mandato que completamos mudaram a história do Brasil. Ninguém pode negar que um novo eixo orienta a agenda do debate nacional."

☐ **Modernização econômica**

"Os resultados alcançados dão margem ao otimismo. Aí está a safra agrícola que promete quebrar todos os recordes. Os investimentos estrangeiros estão voltando para o Brasil, foram fechado acordos com o Fundo Monetário Internacional e o Clube de Paris, a privatização é um êxito confirmado pelos próprios operários, que pedem mais privatização já. Estamos consolidando também projetos de apoio à pequena, média e micro empresas."



☐ **Entendimento**

"É chegada a hora de aprofundarmos o debate nacional e de consolidarmos o entendimento."

☐ **Rio-92**

"A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, será uma oportunidade ímpar para pôr em prática o nosso espírito de liderança na definição de um novo modelo de desenvolvimento sustentável em que o homem possa agir em harmonia com a natureza.

☐ **Desafios**

"Lembrem-se: as dificuldades ensinam e fortalecem, enquanto as facilidades iludem e enfraquecem. Nenhuma dificuldade, nenhum desafio haverá de diminuir nossa esperança e determinação de construirmos um futuro justo e próspero para nossa gente." (AG)

COLLOR YA VISLUMBRA EL HORIZONTE CLARO

***A**L cumplir su segundo año de gobierno, anticipó que el país entrará en breve en el camino del crecimiento económico*



Collor promete crecimiento al cumplirse dos años de Gobierno

BRASILIA. (EFE).- El Presidente de Brasil, Fernando Collor, afirmó que en breve el país entrará en el camino del crecimiento económico, al conmemorar ayer el segundo aniversario de su llegada al poder.

"Ya se vislumbra el horizonte claro: falta muy poco para recolocar nuevamente a Brasil en el sendero del crecimiento saludable", dijo Collor en un discurso pronunciado ante el gabinete ministerial reunido en el Palacio presidencial de Planalto.

El mandatario reconoció la dureza de las medidas económicas aplicadas en sus dos años de gobierno y justificó que las mismas han conseguido contener la amenaza de la hiperinflación y hacer frente a otros factores nocivos como los monopolios, la baja productividad y los abusivos márgenes de beneficios.

Sin embargo, señaló que con la finalidad de mantener la estabilidad monetaria, el Gobierno no pretende por el momento relajar ni moderar los ajustes del programa de reformas al sistema económico.

Progresos y compromisos

Collor, quien asumió el poder el 15 de marzo de 1990 tras las primeras elecciones libres celebradas en el país desde 1960, dijo que 1992 es un año decisivo para fortalecer el proceso de modernización de la nación y definir las estrategias que aseguren el regreso al crecimiento económico.

Como progresos en el área económica, Collor, de 42 años, citó la cosecha agrícola de este año, calculada en 70 millones de toneladas, y el incremento de las inversiones extranjeras, que el año pasado superaron los 11.000 millones de dólares.

Además, destacó la normalización de las relaciones con la comunidad financiera internacional mediante los recientes acuerdos con el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Club de París.

Con el FMI, Brasil se comprometió en enero pasado, a través de una "carta de intenciones", a contener la inflación de manera gradual hasta situarla en el 250 por ciento este año, un índice significativo si es comparado con el 460 por ciento de 1991.

"Presenciamos un cambio en las expectativas económicas: modernizamos la política industrial, desarrollamos la apertura del comercio, estamos incentivando programas de calidad y productividad y dimos un impulso a las investigaciones en las áreas de la ciencia y la tecnología", manifestó el gobernante brasileño.

Añadió que, además de la modernización de la economía, son prioridades de su Gobierno el fortalecimiento de las libertades democráticas, el rescate de la deuda social mediante el desarrollo de programas para los sectores pobres, especialmente los niños, y la lucha contra la corrupción.

El Presidente brasileño instó al Parlamento a que acelere la tramitación de proyectos de ley enviados por el Ejecutivo, especialmente el conjunto de cinco enmiendas a la Constitución de 1988, que buscan ampliar la apertura de los capitales extranjeros y otros aspectos de la reforma económica.

Indicó que la remodelación en enero pasado del gabinete ministerial, con veteranos políticos de filiación conservadora, pretende garantizar "una relación más fluida y equilibrada con el Congreso Nacional", donde ningún partido ni bloque cuenta con mayoría.

"Los dos años de mandato que completamos cambiaron la historia de Brasil: nadie puede negar que un nuevo eje orienta la agenda del debate nacional", dijo Collor.

En este sentido, citó las reformas económicas -privatización y apertura al comercio internacional, entre otras-, la reducción del papel del Estado, la protección ambiental, la política indigenista y la educación de los niños. ■

ao Planalto

PCB deixa de existir seis dias antes de completar 70 anos

Augusto Fonseca



BRASÍLIA — Seis dias antes de completar 70 anos, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) deixa de existir. Na noite de quinta-feira, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deferiu o pedido de registro do Partido Popular Socialista (PPS), o sucessor do PCB. A imagem da substituição do PCB pelo PPS será mostrada segunda-feira, em cadeia de televisão, quando, no programa do partido, uma pomba branca [illegible] a foice e o martelo que simbolizavam o [illegible] surgirá na tela a sigla PPS circundada por um [illegible] protegido por um arco-íris.

Longe das lamentações, os antigos comunistas estão comemorando. Afinal, a troca de sigla [illegible] ao um crescimento inesperado. Desde a convenção que decidiu pela substituição do PCB pelo PPS, o partido dobrou o número de vereadores em todo o país — hoje tem 50 —, ganhou um prefeito — em [illegible] (SP) —, tem dez vezes o número de candidatos a vereador que lançou em 1988 e [illegible] lançou candidaturas a prefeito de duas capitais: Sérgio Grando, em Florianópolis, e [illegible], em Teresina. Além disso, prepara o lançamento de outros três nomes nas capitais: [illegible], no Rio, Roberto Freire, em Recife, e [illegible], em São Paulo.

Volta por cima — "A mudança [illegible] já é vitoriosa", comemora o presidente do PPS, deputado Roberto Freire. "[illegible] de que o PPS é um projeto político [illegible]. O PCB dá a volta por cima". O crescimento [illegible] meses após a convenção surpreende Freire, [illegible] de que se fosse mantida a sigla PCB o partido estaria "operando defecções". E resume: "Conseguimos a ruptura possível na continuidade necessária da luta pelo socialismo".

"O partido é novo, mas já tem 70 anos", brinca Roberto Freire, que no próximo dia 25, quando o PCB completaria aniversário, lança a pedra fundamental da sede do partido, um edifício em terreno cedido pelo governo do Distrito Federal, que abrigará, também, o Instituto Cultural Astrogildo Pereira, homenagem a um comunista histórico que chegou a ser expulso do *partidão* na década de 40 e readmitido mais tarde.

Freire deixa comunista indignado

Gaúchos ameaçam com processo por difamação

PORTO ALEGRE — Os líderes do extinto Partido Comunista Brasileiro no Rio Grande do Sul enviaram telegrama ao líder do novo Partido Popular Socialista (nome atual do antigo PCB), deputado Roberto Freire, exigindo que desminta declarações feitas na capital gaúcha, sob pena de ser processado por injúria e difamação. Freire disse a jornais locais, no fim de semana passado, que a opção de grande parte dos comunistas gaúchos pelo PT decorreu do fato de que já eram funcionários da administração petista do prefeito Olívio Dutra.

"Foram declarações despolitizadas, desqualificadas, desrespeitosas, inverídicas, infamantes e injuriosas, sugerindo fisiologismo da nossa parte, o que é inaceitável", reagiu Domingos Tódero, ex-presidente do PCB regional. "Sofremos perseguições políticas durante 10, 15, 20 anos por pertencermos ao PCB e agora, a ser verdadeira, esta declaração do deputado Roberto Freire visa desqualificar nossa motivação política e atinge a nossa credibilidade e a honra."

Também ex-integrante da Executiva Nacional do PCB, Tódero foi um dos autores do telegrama que os ex-comunistas que aderiram ao PT enviaram a Roberto Freire. O telegrama, assinado também pelo ex-presidente municipal do PCB de Porto Alegre, Jairo Ferreira, e pelo ex-coordenador nacional da Juventude Comunista, Luciano Fedozzi, eles advertem que, na ausência de desmentido, vão processar Freire por calúnia e difamação.

Tódero, Jairo e Luciano fazem parte de um grupo de 44 comunistas do PCB que se recusaram a entrar no PPS de Freire e no PC recriado pela linha ortodoxa, preferindo o PT. A filiação deles ocorrerá numa cerimônia marcada para as 18h de sexta-feira, no Plenarinho da Assembléia Legislativa gaúcha. "Fizemos a opção pelo PT por acreditarmos ser a saída verdadeira do socialismo democrático de massas", justificou Tódero.

Genoíno busca apoio gaúcho para formar oposição a Collor

A articulação nacional de um bloco de oposição ao governo Collor no Congresso e de uma aliança para a disputa das eleições municipais deste ano — com o olho na sucessão presidencial em 94 — foi o objetivo do encontro que o ex-líder do PT na Câmara José Genoíno (SP) teve ontem em Porto Alegre com o prefeito Olívio Dutra e o vice-prefeito Tarso Genro. Genoíno quer aglutinar no Congresso parlamentares do PT, PSDB, PSB, PC do B e PPS (ex-PCB), e ainda conquistar votos de segmentos do PDT e do PMDB.

O deputado petista espera reunir 145 votos no bloco de oposição, o suficiente para "alterar o poder na Câmara Federal, que se congelou numa relação de compadrismo do PMDB e PFL, dividindo entre si as principais comissões". A mesma composição permitiria alianças na disputa a prefeituras, além de compor "uma alternativa para este País" em 94 e, até mesmo, para enfrentar a crise política e econômica.

O deputado considera difícil que o PT componha com o PDT pelo "namoro" que o governador pedetista Leonel Brizola vem mantendo com o presidente Collor. No PMDB quercista, critica a "política de tapas e beijos", ora oposição e ora situação, além de acusar Quércia: "pretende ser uma alternativa para aglutinar as forças de direita na sucessão de Collor".

CONFISSÃO — A grave situação do País, para o ex-líder do PT, exige mais ação do Congresso. Genoíno acha que o presidente da Câmara Ibsen Pinheiro deveria ser mais ágil e decidido, assumindo politicamente a convocação dos ministros Jarbas Passarinho e Agenor Homem de Carvalho. "A fita gravada é uma confissão de Magri", interpreta o petista, para quem o episódio demonstra um crime de responsabilidade no governo. Genoíno acha válida uma CPI, mas defende medidas mais rápidas e efetivas, como formar uma comissão externa que acompanhe as investigações da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República.

Aos deputados que estariam incluídos em uma caixinha no Ministério da Saúde, bem como aos acusados de votar no plenário em nome de outros colegas durante a apreciação da rolagem da dívida dos estados e municípios, o petista defende um tratamento tão rigoroso quanto o que foi dispensado a Jabes Rabelo, cassado por envolvimento com o narcotráfico.

PT DECIDE SOBRE FORMAÇÃO DE BLOCO

A bancada do PT decide hoje se incentiva ou não a formação de um bloco de oposição no Congresso. A proposta foi apresentada na sexta-feira em Porto Alegre pelo deputado José Genoíno (SP), mas é rebatida pelo seu colega gaúcho José Fortunati. Para o deputado, o combate ao fisiologismo e política recessiva do governo Collor deve ser costurado diariamente pelo PT, PSDB, PDT, PPS, PSB e PC do B, mas não através de um bloco, que descaracterizaria as atuações de cada programa partidário.

[illegible]

O governo está [illegible] do [illegible] PMDB [illegible] tro votos que o [illegible] maioria absoluta na Câmara — 252 deputados. Sem [illegible], os articuladores do Palácio do Planalto vêm [illegible] os votos [illegible] soma das bancadas [illegible] (PFL, PRN, PDC, PTR, PDS, PL e PTB) e [illegible] para que [illegible] tas [illegible] seu partido e [illegible] nessas legendas. No momento, os governistas estão de olho no deputado [illegible] Braz (GO), que deixou o PMDB e deverá ir para o PFL nos próximos dias, e têm esperança de conseguir tirar do [illegible] a deputada Lúcia [illegible] que também [illegible] PFL. Com esses dois possíveis votos, e mais a adesão do deputado [illegible] Caiado ao PFL, o Palácio do Planalto contabilizaria 250 votos e só precisaria de mais dois para chegar à maioria absoluta. (AG)

Candidatura de Ibsen mobiliza PMDB nacional

O presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), passou o dia de ontem recebendo pressões de dois lados para uma definição de sua candidatura à Prefeitura de Porto Alegre. Do PMDB nacional, Ibsen ouviu, em almoço na sua casa, um enfático apelo do líder na Câmara, Genebaldo Correia (BA), para que permaneça na presidência da Casa. O presidente do partido, Orestes Quércia, manifestou uma opinião evasiva. Ainda que a direção regional, representada por seu presidente André Forster e pelo senador José Fogaça, estivesse querendo uma decisão pró-candidatura, Ibsen parecia tranqüilo e satisfeito com o prazo até 25 deste mês para apresentar a sua posição.

Foi a primeira reunião oficial com a presidência nacional do PMDB e com o líder na Câmara para discutir a candidatura. Genebaldo não escondeu sua pressa na definição:

— Do ponto de vista do interesse nacional do partido, é importante a presença do nome de Ibsen Pinheiro à frente da Câmara, principalmente num ano que antecede às grandes decisões nacionais — explicou Genebaldo, referindo-se ao plebiscito sobre forma e sistema de governo e à reforma constitucional, programados para o próximo ano.

Genebaldo evitou comentar o temor que possui o PMDB de que a ausência de Ibsen possa significar o enfraquecimento do partido. Isso porque o substituto de Ibsen na presidência seria Genésio Bernardino (MG). Dentro do PMDB, Bernardino é considerado fraco para assumir as polêmicas que se apresentam no Congresso, como a falta de decoro parlamentar. (Brasília/ZH)

Convenção do PSC aprova candidaturas

O Partido Social Cristão (PSC) homologou ontem, em convenção municipal, o nome de João Carlos Signorini para concorrer a prefeito de Porto Alegre, já sabendo que será uma "zebra" para tentar vencer as eleições municipais. Para reforçar essa imagem de opção de voto, o PSC constituiu uma chapa de pessoas "não comprometidas com o poder", como explica Signorini, 37 anos, advogado e dono de uma empresa de consultoria.

Uma das formas de o partido marcar esse estilo será por meio das coligações. Ontem, a convenção municipal aprovou que o PSC só aceitará formar alianças com partidos pequenos, excluindo as grandes agremiações. Para isso, poderá negociar a indicação de vice-prefeito, hoje ocupada por Jaires da Silva Maciel.

Sobre a atual prefeitura, Signorini considera que a Administração [...] pular "foi aquém do nome que [...] propôs a fazer". Em [...] pretende lançar um [...] plano de governo para [...] cidade. O PSC foi a primeira [...] minação partidária na Capital a [...] lizar seu candidato à prefeitura [...]

Aliança une PDT e PMDB em Canoas

O PDT e o PMDB irão concorrer coligados à prefeitura de Canoas. O candidato a prefeito será o vereador pedetista Luiz Antônio Possebon e o vice ficará entre os peemedebistas Jurandir Bonacina e Jurandir Maciel, também vereadores. Os ponteiros entre os dois partidos estão tão ajustados que até a participação no governo, em caso de vitória, já está definida. O PMDB assumirá o comando de três secretarias, ficando o restante para os pedetistas.

"Vamos fazer uma campanha de porta em porta, na periferia", disse ontem à tarde o mais novo candidato a prefeito de Canoas, Luiz Antônio Possebon. Preocupado com os altos custos da campanha eleitoral, a idéia é gastar muita sola de sapato andando pelas zonas mais pobres de Canoas. Dos 278.997 habitantes [...] trados pelo último censo do [...] Possebon diz que a metade [...] periferia. Deste total, ele cal[cula] 50 mil o número de pessoas [que] moram irregularmente em á[reas] invadidas.

PL QUER CANDIDATAR AFIF EM CURITIBA

Arquivo/ZH



Afif Domingos

O Partido Liberal quer o ex-candidato à Presidência da República Guilherme Afif Domingos (PL) na disputa pela prefeitura de Curitiba (PR). Na próxima semana, Afif irá à cidade para discutir com lideranças locais do partido a possibilidade de lançar sua candidatura. Afif foi o candidato preferido dos curitibanos no primeiro turno da eleição presidencial e fez mais de 300 mil votos na cidade. (AE)

PMDB e PTB negociam coligação para a Prefeitura

O presidente da Câmara Ibsen Pinheiro (PMDB) e o deputado estadual Valdir Fraga (PTB) marcaram para amanhã um contato por telefone para iniciar as negociações a fim de coligar o PMDB e o PTB nas eleições de outubro. Os dois pré-candidatos a prefeito de Porto Alegre estabeleceram a primeira conversa na terça-feira da semana passada. Ibsen ligou para Fraga e combinou uma reunião para o final de semana. Mas eles acabaram se desencontrando e o presidente da Câmara voltou a telefonar na segunda-feira. Pediu desculpas e marcou nova conversa para amanhã.

Fraga ficou entusiasmado com a aproximação de Ibsen. Chegou a dizer, ontem à tarde, que aceita negociar a cabeça-de-chapa, embora sua [...]

PMDB e PDS em fase de desespero

A cada dia que passa, aumentam as indefinições no PMDB e PDS na sucessão em Porto Alegre. No PMDB, a ser confirmada a decisão que Ibsen Pinheiro anunciará no fim de semana, o partido terá de encontrar outra alternativa. Os indícios da negativa de Ibsen (provocada pela necessidade de permanecer em Brasília) já estão sendo dados pelo próprio partido, que ainda na semana passada começou a consultar. O PDS desestimulou a candidatura de João Dib para apostar em Guilherme Villela. Mas a estratégia foi aplicada ao inverso, pois a desestabilização de Dib foi feita antes da consulta a Villela. Como conseqüência, ao procurar Villela, o PDS ouviu um solene "não" e acabou ficando sem candidato. Para agravar a situação desses partidos, ambos enfrentam dificuldades para encontrar quem aceite concorrer. Na última eleição municipal, o PDS ficou em terceiro lugar e o PMDB em quarto. O PMDB conseguiu a façanha de perder até para os votos em branco.

Regina Gordilho abandona o PDT

A disputa pela prefeitura do Rio fez ontem mais uma baixa na bancada federal do PDT. A deputada Regina Gordilho resolveu deixar o partido e concorrer à eleição por outra legenda, que ela não disse qual é. "Não tenho nenhum partido, não recebi convite, ninguém pode dizer que conversou comigo sobre isso", garantiu Regina à saída do encontro em que comunicou ao governador Leonel Brizola, no apartamento dele, na Avenida Atlântica, que sairia do PDT.

"Deu a louca na Dona Regina. Tentei ponderar, acolhi-a generosamente em minha casa, mas ela me comunicou que vai deixar nosso partido e disputar a prefeitura por um pequeno partido. Fiquei perplexo", disse Brizola, na portaria do edifício. O governador disse que pedirá de volta o mandato da deputada federal — "pertence ao partido" — e que só disputará as próximas eleições pelo PDT quem jurar fidelidade absoluta. "Só concorre gente com cruz na testa", disse Brizola.

Brizola pediu aos repórteres que falassem primeiro com a deputada. "Depois eu falo com vocês." Quando o governador estava dando a entrevista, os fotógrafos pediram à deputada que ficasse ao lado dele. "Posso ficar a seu lado, governador? Está tudo bem, não é?", indagou a deputada. "Não pode, não, Dona Regina, nosso assunto já está resolvido", respondeu Brizola, que não permitiu a aproximação da deputada.

À saída do encontro, Regina chegou a chorar. "Fiquei magoada porque o governador disse que abusei da hospitalidade dele." Brizola reconheceu que Regina há tempos está descontente no PDT. "Ela queria ser secretária de estado. Como não deu, ficou por conta. Dona Regina não tem paciência para ir à sede do partido conversar", queixou-se Brizola. "Pior foi a saída do César Maia, uma figura de expressão, muito [illegible] por nós. Mas a direita teve mais sorte e ficou com ele." Bem-humorado, apesar de se dizer febril, Brizola previu "dissabores" no futuro político da deputada.

A deputada vinha tentando explicar a Brizola que não aceitaria disputar a convenção do PDT, por não ter esquema político. "Numa convenção, só têm chance os políticos tradicionais, com diretórios e delegados. Tenho só três anos de política." Por isso, Regina queria uma pesquisa de opinião que orientasse a escolha do candidato do PDT. Ela não pretende devolver o mandato. "Só devolveria se o governador não recebesse o mandato dos que trocam outros partidos pelo PDT."

Fotos de Olavo Rufino



Regina quer disputar prefeitura do Rio



Brizola: pior foi a saída de César Maia

Uma carreira em busca de cargos executivos

A baiana Regina Helena Costa Gordilho, 55 anos, entrou para a vida pública em 1987, quando se tornou conhecida pela luta para condenar os soldados da PM que torturaram e assassinaram seu filho Marcellus, em 17 de março de 1987, na Cidade de Deus. Foi esse o bairro que ela escolheu para sua base eleitoral, quando abraçou a militância partidária, filiando-se ao PDT. Elegeu-se vereadora com 9.989 votos.

Em 1989, assumiu a presidência da Câmara Municipal do Rio, tendo seu nome escolhido pela cúpula do PDT pelo fato de ter-se identificado rapidamente com os postulados do partido. Na nova função, iniciou a luta pela moralização da Casa, levando a discussão sobre antigos hábitos além do campo político: entrou no terreno da ética. Por sua ação contundente, foi bombardeada por todos os lados.

Quando se elegeu deputada federal, em 1990, Regina Gordilho esperava ocupar uma secretaria no segundo governo Brizola, mas não foi chamada. A deputada acha que tem mais qualidades executivas do que legislativas. Em maio do ano passado, magoada com a direção partidária, já anunciava sua disposição de deixar o PDT, caso não conseguisse se candidatar à sucessão do prefeito Marcello Alencar. "Se eu sentir que não vou ter espaço dentro do partido, é porque o partido não me quer. Aí eu tenho que arrumar outro partido para mim", desabafou.

PMN dificilmente dará legenda para deputada

A saída de Regina Gordilho do PDT [illegible] candidatos a candidatos a prefeito do Rio, mas não deverá tornar menos disputada a convenção que em 14 de [illegible] indicará o candidato pedetista à sucessão de Marcello Alencar. Sem influência na máquina do partido, Regina teria poucas chances de sair vitoriosa numa convenção em que [illegible] quatro nomes — os deputados federais [illegible] e [illegible] Campos e os secretários de Obras [illegible] e Luis Paulo Correia da Rocha (municipal) — [illegible] forças e delegados.

No entanto, para Regina, nem no PDT, [illegible] deputada dificilmente conseguirá se candidatar [illegible] Mobilização Nacional (PMN), com o qual [illegible] aproximação: É que o PMN negocia [illegible] PDT. "A possibilidade de Dona Regina [illegible] é de improvável a impossível", afirmou o secretário-geral do PMN, Magno Rogério. Segundo ele, Regina procurou o presidente nacional do PMN, Celso Brant, que vive em Belo Horizonte. "Mas ele não influencia os diretórios regionais, que têm total liberdade para escolher seus candidatos", garantiu Rogério.

"Não somos uma legenda de aventura. O que ela quer é sair candidata a prefeita, reeleger-se deputada federal em 94 e depois voltar ao PDT, pondo a culpa no PMN. É o que todos querem fazer", explicou Magno Rogério.

Prefeitos no poder fazem PT mudar

Ricardo Kotscho

[illegible] que a chegada ao poder [illegible] de administrar [illegible] importantes mostraram que [illegible] um partido só governar o [illegible] defende hoje uma política de [illegible] aos diferentes segmentos da sociedade, já de olho na [illegible] presidencial em 1994.

[illegible] encontradas na vida [illegible] administração de três importantes capitais (São Paulo, Porto Alegre e Vitória) e mais três dezenas de municípios, a partir de 1989, acabaram gerando uma nova prática política no PT, que começou pelos prefeitos e atingiu quase todas as estruturas do partido. Quem poderia imaginar, há apenas três anos, que o prefeito Vítor Buaiz, de Vitória, por exemplo, chegaria ao final de sua administração com o apoio dos empreiteiros da construção civil? "Nós criamos um novo tipo de relacionamento com os empresários, sem clientelismo e sem caixinhas, e agora eles não querem que o PT saia mais da administração, dando apoio irrestrito ao candidato que o partido indicar", explica Buaiz.

Alternativa — "Mostramos uma coisa à sociedade: que é possível um projeto político-estratégico de afirmação do solidário e coletivo", diz em Porto Alegre Olívio Dutra, que sustenta sua militância e se recusa a ver nos prefeitos petistas um grupo à parte ou uma instância partidária a ser consultada pelos demais setores do partido. "[illegible] que o PT é uma real alternativa de poder e que governar não é exclusividade da burguesia, de técnicos ou de militares."

Se, de um lado, o PT conseguiu desmistificar a imagem de sectarismo cultivada por setores empresariais, de outro gerou frustrações em suas próprias bases e eleitores. "No imaginário de muitas pessoas que votaram no PT, pensava-se que todos os problemas seriam resolvidos de um dia para o outro, [illegible]



[illegible]: fim da caixinha



Erundina: nova teoria



Olívio: gestão coletiva

[illegible] se um partido sozinho fosse capaz [illegible]", admite Lula. "Quando se assume o governo, há um choque entre a teoria e a prática. Nem tudo que se fala num discurso é possível executar depois, por falta de recursos ou porque a sociedade ainda não está tão politizada como se imaginava."

Paraibana de Uiraúna, líder sindical, vereadora e deputada estadual, sempre na oposição, a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, talvez tenha sido no PT quem mais sofreu na própria carne ao passar para o outro lado do balcão. "A gente não tinha consciência dos limites de quem está no poder", diz Erundina, que garante ter aprendido até novas formas de fazer oposição, "mais conseqüentes do que antes". A experiência de administrar os conflitos de uma metrópole de 11 milhões de habitantes deu a Erundina a certeza de que o jogo político exige flexibilidade e diálogo. A prefeita só lamenta não ter montado mais cedo um governo de coalizão com PDT, PSDB e PSB, com quem passou a administrar a partir do início do ano passado.

Harmonia — Conciliar o discurso de campanha com um plano de governo objetivo e realista, "deixando bem claro o que é possível fazer", foi outra constatação que Erundina acha fundamental para o PT no futuro. "Sem deixar de lado nossos princípios estratégicos, é preciso levar em conta a realidade da relação de forças na sociedade e no Legislativo." Erundina dá um exemplo: "Defendíamos a estatização dos transportes e imaginávamos que bastaria levar o povo até a Câmara para pressionar os vereadores, mas descobrimos que numa cidade com a complexidade de São Paulo a organização dos movimentos populares ainda está muito aquém do ideal e é preciso ter paciência." Em vez de estatizar, Erundina municipalizou o transporte, em harmonia com os empresários do setor.

Em Vitória, Vítor Buaiz teve uma experiência semelhante, deixando de lado as estatizantes bandeiras de luta da campanha para colocar-se como um intermediário entre o poder público e a sociedade civil. "Em vez de criar uma empresa pública de transportes coletivos, algo absolutamente fora de propósito, porque alguém teria que bancar os subsídios, nós criamos o Conselho Municipal de Transportes, com a participação de todos os setores envolvidos (CUT, estudantes, sindicatos de motoristas, empresários e secretários municipais), que controla o reajuste de tarifas", explica. Desde a posse, Buaiz definiu como prioritária a área de educação, que consome 40% do orçamento e, por isso, diz, não poderia subsidiar transportes coletivos.

As ocupações de terrenos urbanos, sempre defendidas pelo PT nos tempos de oposição, constituíram outra fonte de discussões entre os dirigentes do partido e as administrações municipais. "A população tem direito a moradia, mas a ocupação não pode ser feita de forma indiscriminada, atingindo encostas e manguezais, com prejuízos para o meio ambiente", diz Vítor Buaiz. Segundo ele, os prefeitos do PT se diferenciam dos outros ao atuarem também em instâncias fora do poder público municipal, como os comitês de defesa das estatais e contra a violência ou o Movimento Nacional de Defesa dos Portos, por exemplo. Inversão de prioridades passou a ser o lema das administrações petistas. "Nossos prefeitos investiram o pouco que tinham em benefício dos muitos que não têm nada", afirma o presidente nacional do PT, entusiasmado com a contribuição que eles poderão dar ao partido depois que terminarem seus mandatos.

Para quem imaginava que os conflitos entre o partido e os prefeitos deixaria seqüelas no seu relacionamento, as articulações para a renovação dos dirigentes [illegible] exatamente o contrário. O nome mais cotado para assumir o posto de Lula na presidência nacional é o do prefeito Olívio Dutra, e a prefeita de Santos, Telma de Souza, tem apoio quase unânime no partido para dirigir o PT de São Paulo. Os dois, porém, enfrentam o mesmo problema: [illegible] não poderiam [illegible] cargos executivos com a direção partidária.

Da mesma forma, Erundina só não [illegible] de direção se não quiser. "Não tenho muito gosto por disputas dentro do partido, prefiro brigar [illegible] do que com companheiros", diz [illegible] coordenadora geral do Fórum Nacional de Prefeitos.

Aposentadoria — [illegible] teria direito a se [illegible] tente social da Prefeitura [illegible] isso depois de [illegible] acumular salários [illegible] garantida pelo [illegible] uma vida modesta e [illegible] mentozinho próprio" [illegible] tende se dedicar a [illegible] "auxiliando prefeitos [illegible] para a frente".

Vítor Buaiz voltará [illegible] mo médico do [illegible] sor de Clínica Médica [illegible] Federal do Espírito [illegible] mente às suas [illegible] "Pretendo [illegible] do, dando [illegible] construção partidária [illegible] tal para a [illegible] democrático brasileiro" [illegible] ças, ele diz que [illegible] setores médios da sociedade [illegible] safio para que o PT [illegible] para o governo, não só [illegible] cipal, em 92, mas no [illegible] dois anos depois.

As mudanças [illegible] ria dependem da aprovação da [illegible] Lei dos Partidos, que deverá ser votada ainda este semestre pelo Congresso Nacional. A partir daí, cada [illegible] poderá se organizar como quiser — e o PT quer mudar tudo. "Nossas [illegible] des absolutas não eram as mesmas da sociedade e isso exige uma nova articulação política com outras forças", reconhece Lula, que se dedica no momento a costurar alianças para as próximas eleições e a convencer seus companheiros das vantagens dessa nova política.

PFL ABRE ESPAÇOS PARA PERNAMBUCO

O presidente nacional do PFL, senador Hugo Napoleão, passou a sexta-feira em Recife, onde inaugurou a nova sede regional do partido e assumiu o compromisso de preencher com políticos pernambucanos as duas vagas que estão abertas na executiva nacional. Uma das vagas é a de vice-presidente, que pertencia ao deputado Ricardo Fiúza antes dele assumir o Ministério da Ação Social. Agora, deverá ser ocupada pelo secretário da Fazenda de Pernambuco, Gustavo Krause. (AJB)

ZH 21/3

PT articula aliança com PMDB

Convicto de que irá para o segundo turno na disputa pela prefeitura de Porto Alegre, o PT iniciou durante o período de carnaval contatos com o PMDB, tentando viabilizar uma ampla aliança para o segundo turno das eleições. Com esses contatos os petistas esperam obter a base para um acordo eleitoral que reúna também o PSDB, mesmo que o candidato petista se defronte com o do PDT — integrante da Frente Progressista Gaúcha junto com os *tucanos* e o PC do B. Para abrir esta possibilidade, o presidente regional do PT Selvino Heck conversou com André Forster, presidente regional do PMDB. Durante o carnaval, o vice-prefeito e pré-candidato petista Tarso Genro visitou o senador Pedro Simon em Rainha do Mar com o mesmo objetivo.

Tarso prevê uma polarização no segundo turno com os partidos de centro-esquerda se defrontando com o PFL e o PDS. A hipótese de um confronto entre PT e PDT fica em segundo plano. Mesmo assim, o vice-prefeito admite que está preocupado em evitar que o PMDB venha a apoiar o candidato trabalhista no segundo turno. O PT já tem o apoio de siglas menores, como PPS (ex-PCB), PSB e PV e descarta uma aliança com o PTB, pelo apoio que sua cúpula nacional vem dando ao governo Collor.

No lado peemedebista, André Forster acha muito provável que o PT e o PMDB se confrontem no segundo turno, mas não descarta a possibilidade de o seu partido se aliar aos petistas contra o PDT, uma decisão que teria que ser aprovada pelos diretórios zonais da Capital. O presidente regional esclarece que, no Rio Grande do Sul, a distância que separa os peemedebistas do PT é muitas vezes menor do que a existente em relação ao PDT. Na conversa com Heck, Forster concordou com a importância de uma aliança e, independente dos partidos que alcançarem o segundo turno, defende a manutenção de uma aproximação na abordagem dos problemas da cidade.

Mendes Filho propõe Forster para vice do PMDB

O líder da bancada do PMDB, Mendes Ribeiro Filho, único representante do eleitorado de Porto Alegre na Assembléia Legislativa pelo seu partido, lançou ontem o nome do presidente regional do PMDB, André Forster, para vice-prefeito na chapa que deseja ver liderada pelo presidente da Câmara Federal, Ibsen Pinheiro. Entende que a questão das coligações deve ser tratada num segundo momento, e o PMDB, com a chapa fechada, terá um poder maior de negociação. "A primeira credencial é ter bons candidatos a prefeito e a vice".

Ribeiro é vice-presidente do Conselho Metropolitano do PMDB e foi o deputado mais votado nas 10 zonais do PMDB. Destaca que o presidente regional André Forster foi ex-presidente da Câmara de Vereadores, na época eleito com uma votação histórica na cidade. "Não tenho dúvida de que, com a chapa Ibsen Pinheiro-André Forster, o PMDB vai se transformar em ponto de referência das diversas correntes do eleitorado".

O deputado federal Luiz Roberto Ponte concorda com a tese do líder da bancada estadual de que André forster é o nome natural à vice de Ibsen. Mas pondera que o lançamento do seu nome deve ter o cuidado de não afastar alianças do PMDB, onde o nome do vice poderia ser negociado. Ponte foi um dos participantes da reunião com Ibsen Pinheiro na última sexta-feira e saiu com a convicção de que o presidente da Câmara, o virtual candidato do PMDB à prefeitura. "Já estamos na fase de discutir os apoios de outros partidos ao nosso candidato".

JB

8/3/92

10096

11164

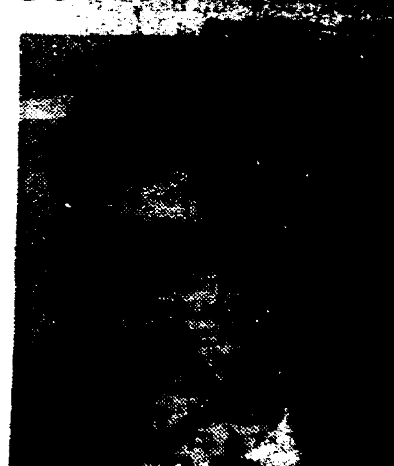
Amato disputará a prefeitura de São Paulo

O empresário Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), filia-se ao minúsculo Partido Cívico de Desenvolvimento Nacional (PCDN) dia 1° de abril para ser candidato à prefeitura paulistana. A confirmação da filiação de Amato foi feita ontem pelo empresário Herbert Levy, presidente do PCDN, que, no entanto, prefere negar que o presidente da Fiesp esteja confirmado como candidato do partido à sucessão da prefeita Luíza Erundina.

Na Fiesp, o convite para Amato se candidatar foi confirmado. "Apesar da data — 1° de abril, dia da mentira — a filiação de Amato é verdadeira e muito séria, pois ele vai assumir a presidência do Diretório do PCDN em São Paulo", confirmou Levy. As eleições municipais de outubro surgem em bom momento para Amato, que no final de setembro deixa a Fiesp, depois de seis anos na presidência da entidade que congrega 121 sindicatos. É com a força e com o dinheiro da federação e desses sindicatos que Amato conta para sua campanha à Prefeitura, já que o partido terá apenas o tempo mínimo de propaganda eleitoral na televisão. Amato viajou ontem para o Uruguai, a fim de se incorporar ao grupo de empresários que acompanha o governador Luís Antônio Fleury Filho, e só volta ao Brasil na noite de domingo. (AJB)

Fleury aconselha Sílvio a não seguir Brizola

SÃO PAULO — [illegible]



Luiz Antônio Fleury

PSDB: um partido com duas faces?

Amanhã a Executiva regional e as zonais do PSDB decidem a estratégia do partido para a sucessão municipal de Porto Alegre em reunião convocada pelo presidente Hermes Zanetti, quando será definida a opção definitiva dentro das três propostas já formuladas. A primeira é concorrer à Prefeitura com candidato próprio, que no caso seria o próprio Zanetti ou o deputado Adroaldo Streck. A segunda proposta é concorrer coligado apoiando candidato de outro partido a ser selecionado através de conversações até o final do mês. A terceira opção é aprovar imediatamente uma aliança com o PT, tese que tem forte respaldo nas zonais e em áreas da própria direção do partido. Se esta posição for adotada, o PSDB patrocinará um fato insólito: estará aliado ao mais contundente opositor do governo Collares, do qual faz parte, e será parceiro do governo municipal, o alvo central da crítica do candidato de Collares à sucessão de Olívio...

César Maia convida Zélia para se tornar vereadora carioca

A ex-ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello está estudando o convite do PMDB para se candidatar à vereadora do Rio de Janeiro. A informação é do pré-candidato do partido a prefeito, deputado César Maia. A ex-ministra dará sua resposta assim que retornar da Europa. Maia acredita que Zélia aceitará: "Ela se mostrou receptiva nas conversas preliminares." A ex-ministra tem passado boa parte de seu tempo no Rio depois que anunciou sua união com o humorista Chico Anysio, de quem está grávida.

Zélia chega hoje a Paris, devendo ficar hospedada num hotel da Rive Gauche, em companhia do humorista Chico Anysio. Amanhã, a ex-ministra deve participar de uma reunião fechada, ao lado de outros dez economistas brasileiros, integrantes de um ciclo de seminários na Maison Sciences de Lhomme. Na semana passada, ela se encontrou com economistas suecos no Instituto de Economia de Estocolmo.

PASSEIO — A reunião de Paris está sendo organizada pelo professor Ignacy Sachs, diretor do centro de estudos brasileiros da Maison de Sciences de Lhomme. Ele informou que não houve nenhum convite especial para a ex-ministra. Como Zélia estava em Estocolmo, surgiu a idéia de incluí-la no programa. Para Sachs, não deixa de ser interessante contar com a presença de alguém que recentemente era a principal responsável pelos rumos da economia do País.

Zélia deverá permanecer em Paris cerca de uma semana, numa viagem mais de recreio do que de trabalho. Nem um jantar está previsto na embaixada brasileira, mesmo porque o embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa passa férias no Brasil. A última vez que Zélia passou pela capital francesa estava em companhia do ex-ministro da Justiça, Bernardo Cabral, por quem foi abandonada num hotel da Rive Gauche, sob pretexto de uma hora marcada no dentista, em Brasília, fato que ela própria revela no livro *Zélia, uma Paixão*. (AE)

Sílvio Santos filia-se ao PFL

□ Terceiro colocado na disputa pela Prefeitura paulistana, o empresário quer viver uma nova vida, dedicando-se à política. Maluf não gostou da idéia

Dois anos e quatro meses depois de uma frustrada candidatura à Presidência da República, o empresário e animador de tevê Sílvio Santos está de volta à política, desta vez de olho na Prefeitura de São Paulo. Ontem Sílvio filiou-se ao PFL, numa solenidade em Brasília que não teve a presença de um único líder governista. A filiação provocou reação imediata do presidente do PDS, Paulo Maluf, que ameaçou retirar o apoio do partido à votação do projeto que cria a Secretaria de Governo. Surpreso, Maluf atribuiu a filiação a uma "ação indevida" de Jorge Bornhausen, nome indicado para ocupar a secretaria.

Na realidade, quem teve a idéia de filiar Sílvio Santos foi o ex-senador Marcondes Gadelha (PB) e o presidente do PFL, Hugo Napoleão (PI). Na cúpula do PFL, atribui-se o descontentamento de Maluf ao fato de ele ser realmente candidato à Prefeitura de São Paulo e ter planejado só divulgar essa decisão no último momento, para evitar desgastes. O líder do PFL no Senado, Marco Maciel (PE), acredita que a filiação de Sílvio Santos deve beneficiar o governo a longo prazo, formando uma base pefelista em São Paulo.

NOVELA — O enredo da filiação é digno dos melhores dramalhões mexicanos exibidos pela emissora que Sílvio Santos preside, o SBT. Tudo começou com uma carta deixada há cerca de seis anos na janela da casa dele, aconselhando-o a se dedicar à política. Sílvio disse que a carta mudou alguma coisa dentro dele e a partir daí a mulher, Íris, os executivos da empresa e até o dentista notavam que seus olhos brilhavam sempre que o assunto era política.



Mudança de ramo: *Hugo Napoleão planejou a filiação de Sílvio Santos*

Na segunda-feira, ao saber que Sílvio estava de malas prontas para o PFL, o presidente da holding que controla as empresas dele, Luís Sandoval, procurou-o para desaconselhar a mudança de ramo. Mas Íris disse a Sílvio que nessa fase da vida ele tinha o direito de decidir fazer aquilo pelo qual sentia prazer. "Não sirvo mais para animador e empresário, quero viver uma nova vida", declarou Sílvio Santos. "Não vou ver os acontecimentos passarem, vou viver os acontecimentos e ajudar a mudá-los", decidiu o dono do SBT, que hoje ocupa o terceiro lugar nas pesquisas de opinião sobre a intenção de voto do eleitorado paulistano à Prefeitura. (AE)

PMDB de São Paulo tem 4 pré-candidatos

SÃO PAULO — O [illegible] final entre os candidatos a candidato do PMDB à prefeitura de São Paulo está marcado para as 10h de quarta-feira, 1º de abril, na sede do diretório municipal, na Rua Atlântica, [illegible] Jardins. No [illegible], os quatro [illegible] — João Leiva, Luiz Carlos Santos, Arnaldo Jardim e [illegible] Marco Antônio — [illegible] Luiz Antônio Fleury Filho e o presidente nacional do partido, Orestes Quércia, que darão as [illegible]. Os dois [illegible] do partido [illegible] à [illegible] definição do nome, que já [illegible] o vice-governador Aloysio Nunes [illegible] Leiva, para trocar o PDT pelo PMDB e mudar-se para São Paulo.

Fleury [illegible] "Um dos quatro pré-candidatos será o nome do PMDB", [illegible]. Fleury [illegible] que a [illegible] de Aloysio Nunes [illegible] Quércia. "Não fui eu, o Quércia ou o próprio Aloysio [illegible]. Fleury [illegible] Leiva, [illegible] "[illegible] um grande nome para o PMDB [illegible]

Março decide quadro para as eleições na Capital

☐ PMDB
Candidato: Ibsen Pinheiro
Prazo: até o final de março responde se aceita a candidatura

☐ PDT
Candidatos: Carlos Araújo e Jorge Debiagi
Prazo: em 9 de março fixa data e forma de escolha, em convenção ou pré-convenção

☐ PFL
Candidato: Jair Soares
Prazo: na semana posterior ao Carnaval responde se aceita candidatura

☐ PSDB
Candidatos: Hermes Zaneti, Adroaldo Streck, Yeda Crusius e Regis Gonzaga
Prazo: em 9 de março decide se coliga ou lança candidatura (e qual)

☐ PDS
Candidato: João Dib
Prazo: Convenção dia 29 de março homologa e escolhe vice

☐ PTB
Candidato: Valdir Fraga
Prazo: seminário dia 14 define data da convenção

☐ PT
Candidatos: Tarso Genro, José Alvarenga e Clóvis Ilgenfritz
Prazo: até 20 de março define se haverá convenção ou disputa em prévias

☐ PSC
Candidato: João Signorini, que pode ser substituído devido à crise no partido
Prazo: convenção em 15 de março para homologar a candidatura e escolher o vice

☐ PL
Candidatos: Ônix Lorenzoni e Wilson Santos
Prazo: fixa em março convenção para escolha do candidato

☐ PC DO B
Candidatos: Édson Silva, Jussara Cony e Raul Carrion
Prazo: até o final de março decide se lança candidato ou coliga

☐ PST
Candidato: João Rocha
Prazo: não fixou data para escolha do vice

☐ PRN
Busca nome para concorrer
Não fixou prazo

PFL lança Bonow para prefeitura

A executiva regional e as zonais do PFL lançaram ontem o nome do presidente estadual e deputado Germano Bonow para concorrer à prefeitura de Porto Alegre. Bonow se dispõe a avaliar o assunto após o dia 2 de abril, data final para a filiação partidária de candidatos a prefeito e vereador. "Estamos com os prazos estourados para o fechamento de muitas metas que contemplam nominatas fortes em municípios importantes", justifica o deputado.

Após o esvaziamento da reunião ontem, Bonow fez um esforço para trazer os seus companheiros à realidade. Revelou não ter condições de participar de uma eleição de dois turnos com a atual estrutura da Frente Liberal, que reúne 5 mil filiados na cidade. Destacou que, além da vinculação [illegible] com os [illegible] da, o PFL [illegible] governo [illegible] aliança [illegible] partidos [illegible] reduz o impacto [illegible] que [illegible] ex-ministro Carlos [illegible] governo federal [illegible] dois [illegible] "fritura" do Palácio [illegible]

Para piorar, o PFL [illegible] der o seu [illegible] PDT. Artur Zanella [illegible] cia da candidatura [illegible] Jair Soares [illegible] representação [illegible] Jair [illegible] sacrifício [illegible]

[illegible]

11

Cidinha dispara no Rio com 38%

Se as eleições para a Prefeitura do Rio fossem hoje e a deputada federal Cidinha Campos disputasse a vaga pelo PDT, estariam claros os resultados: Cidinha venceria, com 38% dos votos, contra 13% dos segundos colocados, os deputados Amaral Neto (PDS) e Albano Reis (PTR). Os dados são de pesquisa realizada pelo Ibope entre 12 e 15 de março, a primeira encomendada por Cidinha Campos. A deputada aumentou em 18% seu índice de votos, em relação à última pesquisa, realizada em fevereiro, a pedido do deputado Sérgio Cabral Filho (PSDB).

Cidinha aparece vitoriosa tanto em relação aos candidatos dos partidos adversários quanto aos concorrentes do PDT. Para os entrevistados, ela é a que melhor representaria o PDT nas eleições para a Prefeitura, recebendo 45% dos votos, seguida de Miro Teixeira, com 14%, Jaime Lerner (7%) e Luís Alfredo Salomão, Luís Paulo Correa da Rocha e Bocayuva Cunha, com 1% cada um. O Ibope entrevistou 500 pessoas de ambos os sexos, a partir de 16 anos. Destas, 111 se declararam favoráveis ao PDT e ao governador Leonel Brizola.


Maria José Lessa? — 8/10/90
Cidinha: [illegible]

Seja entre os eleitores simpatizantes ao PDT, seja entre os não simpatizantes, Cidinha aparece sempre na cabeça. Disputando a prefeitura pelo PDT, ela ganha 55% dos votos dos pedetistas e 34% dos não favoráveis ao partido. Qualquer um dos outros prefeitáveis disputando a eleição pelo PDT, no lugar dela, é rejeitado pelos pedetistas, que, nesse caso, preferem ficar com Amaral Neto ou Albano Reis — eles receberam entre 20% e 23% dos votos dos pedetistas.

Os números não surpreenderam Cidinha. "Não fiquei na expectativa deste ou daquele resultado, mas achava que estava bem. A gente percebe isso pela receptividade das pessoas. Se até baiano vem me cumprimentar, o Rio, que me elegeu, não seria diferente", disse Cidinha, referindo-se aos cumprimentos que recebera quinta-feira, no aeroporto de Brasília, de jogadores de futebol baianos. Ela explica que encomendou a pesquisa para avaliar seu desempenho, como vários candidatos.

Para definir se o sucesso obtido pela deputada entre os eleitores estava ou não associado ao caso Magri, no qual ela teve participação decisiva, o levantamento do Ibope incluiu duas perguntas sobre o assunto. Oitenta por cento dos entrevistados afirmaram ter tomado conhecimento do caso Magri. Mas, destes, quase mais da metade declarou saber da

Candidatos à prefeitura do [illegible]

Candidatos
- Nilo Batista
- Jaime Lerner
- Luís Alfredo Salomão
- Luís Paulo Corrêa da Rocha
- Cidinha Campos
- Miro Teixeira
- Bocayuva Cunha
- Outros
- Nenhum/branco/nulo
- Não sabe/Não opinou

Candidatos à prefeitura do Rio por [illegible]

Candidatos
- Cidinha Campos
- Amaral Neto
- César Maia
- Francisco Dornelles
- Benedita da Silva
- Albano Reis
- Nenhum/branco/nulo
- Não sabe/Não opinou

Fonte: Ibope

Nº. DOC.
TITULO
PROCED. JB 150028
FECHA 13/03/92
VINCULACI 10046
11164

Amaral Netto é 1º candidato a prefeito no Rio

O deputado federal Amaral Netto (PDS) torna-se hoje o primeiro candidato à prefeitura do Rio a lançar campanha. Em convenção do partido, no Hotel Glória, ele exibirá sua ira contra o governador Brizola, maior adversário político. "Adversário, não. Inimigo, mesmo", corrige o deputado, lembrando que a briga com o governador completará 30 anos: em 1962, Brizola foi o deputado federal mais votado e Amaral ficou em segundo lugar. Os dois se elegeram no antigo Estado da Guanabara pela primeira vez.

No folheto da campanha, Amaral Netto reproduz seus discursos contra Brizola pronunciados há quase 30 anos. Se os episódios não são muito antigos? "Com isso eu provo que ele sempre foi assim", afirma. Indagado se a candidatura não é uma maneira de garantir popularidade para uma reeleição ao Congresso, o deputado responde com tranqüilidade: "Isso acontece com todos".

Amaral Netto acha que lançar a campanha antes dos outros candidatos lhe dará oportunidade de ganhar mais espaço na mídia. Para hoje, ele promete "um discurso político". Demonstrará sua indignação com a situação da cidade, usando afirmação do próprio Brizola de que no Rio se mata mais do que na Coréia, no Líbano e no Vietnã. "O maior problema do Rio é a insegurança", diz o deputado, para quem violência se combate com autoridade.

Inscrito — "Não vou ter plataforma antes de maio", avisa, mais preocupado em combater o "inimigo". O projeto Rio-Orla, por exemplo, é um insulto à seu lema, "Dignidade, autoridade, seriedade e prioridade". "Os hospitais do município estão caindo aos pedaços, mas fazem ciclovia", diz. Famoso, na década de 70, por causa de um programa de TV em que mostrava a beleza natural do país, Amaral acha que "ecologista, em geral, é um sujeito débil mental".

Hoje, Amaral é mais famoso pela campanha pela pena de morte que, acredita, não será prejudicada pela candidatura. "Vou dar força moral e, antes de 93, essa emenda não será votada", diz, conformado com a demora imposta pela reforma constitucional.

920 3049

'Araponga' da SAE vigia cubano

Dora Kramer

BRASÍLIA — O Departamento de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), sucessor do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), está mantendo desde o ano passado estreita vigilância sobre a Embaixada de Cuba no Brasil. Relatório produzido nos gabinetes da SAE no Palácio do Planalto, que está em poder do JORNAL DO BRASIL, aponta o conselheiro da embaixada Sergio Julio Cervantes Padilla, principal responsável pela articulação que resultou no reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e Cuba, em 86, como espião do governo de Fidel Castro. A SAE, comandada por Pedro Paulo Leoni Ramos, não considerou que o presidente Fernando Collor tem manifestado publicamente opiniões favoráveis a Cuba.

"Espionar diplomatas cubanos não é uma idéia inteligente", comentou o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, que logo no início do governo recebeu queixas do embaixador cubano, Jorge Bolanõs, de que diplomatas de seu país eram constantemente seguidos, e mandou suspender a vigilância. "Não acredito que esses constrangimentos continuem, porque nunca mais recebi reclamações da Embaixada de Cuba", disse Rezek. O ministro tomou conhecimento do relatório, já encaminhou o assunto ao presidente Fernando Collor, mas ainda hesita em reconhecer o documento como oficial. A mesma posição assumem o conselheiro Cervantes e o embaixador Bolanõs que, para não criar atrito diplomático, recusam-se a se manifestar oficialmente sobre o assunto.

"Estou investigando para saber se há algo por trás disso, mas desconfio que não, porque os dois paises têm as melhores relações e não há necessidade de haver um espião cubano no país", disse o ministro, dois dias depois de conversar a respeito com o deputado Paulo Delgado (PT-MG). Delgado é integrante da Comissão de Defesa da Câmara e recebeu informações seguras de que a SAE há tempos tentava vazar a notícia de que

Gilberto Alves — 22/10/91



Leoni: contrariando Collor

havia identificado em Cervantes um espião.

O objetivo, que chegou a ser admitido por assessores graduados da SAE ao JORNAL DO BRASIL, seria o de mostrar serviço para influir no Congresso, onde tramita projeto de lei que regulamenta as atividades de inteligência no Brasil e cria o adido de inteligência no exterior. No Artigo 2º, uma das atividades do Departamento de Inteligência é assim definida: "Identificação, avaliação e neutralização da espionagem promovida por serviços de inteligência ou outros organismos estrangeiros." Nada melhor do que a descoberta de um espião para reforçar a argumentação da SAE — que enfrenta a má vontade do Itamarati, do Exército e da Polícia Federal — entre os parlamentares.

"Os métodos que [illegible] recrutamento eram típicos [illegible] de inteligência", diz o relatório [illegible] do na SAE, referindo-se às [illegible] Cervantes, alto funcionário [illegible] cia cubana, que [illegible] quando em viagem. [illegible] mantém residência fixa [illegible] visita desde 77. No esforço [illegible] mento de relações de seu país com o Brasil — rompidas em 64 —, [illegible] tos com deputados, jornalistas, [illegible] tas, escritores e até com o [illegible] no no Senado, Marco Maciel [illegible].

No ano passado, depois que o jornal brasileiro *ESP* publicou reportagem [illegible] suspeitas sobre a atuação de Cervantes, citando como fonte uma publicação argentina, o diplomata [illegible] ser seguido por cinco carros, que [illegible]. Seus amigos contam que [illegible] vez em São Paulo, quando não [illegible] va mais o constrangimento, Cervantes, negro de 55 anos, [illegible] disse que sabia de suas atividades, que era um diplomata e não admitia ser submetido a um cerco.

Americanos — "Vivemos [illegible] fio da navalha da legalidade, [illegible] nos preparar para o [illegible] e nos legitimar junto à sociedade. Por isso, necessitamos mostrar eficiência", justifica um dos agentes do Departamento de Inteligência. Ele não explica, porém, que tipo de informações um espião cubano poderia dar sobre o Brasil a seus chefes em Havana. Mas admite que para a manutenção de um bom relacionamento entre Brasil e Estados Unidos seria importante obter informações sigilosas que permitissem à SAE saber qual o futuro de Cuba e que tipo de serviço de inteligência terá o país. Segundo a SAE, o regime de Fidel não se sustenta por muito tempo.

A posição de Collor, favorável a Cuba, leva a diplomacia cubana a preferir considerar a ofensiva da SAE sobre Cervantes como ação isolada, e não governamental. Há quem desconfie da interferência americana, que tentaria estremecer as relações entre Brasil e Cuba.

01-01

920 0...

Eleitos nas comissões

Estes são os presidentes e vice-presidentes de cada uma das 13 comissões técnicas da Câmara dos Deputados

Bloco — Finanças Francisco Dornelles (RJ)	Manoel Castro: 1° Vice — Bloco Basílio Villani: 2ª Vice — PDS Fernando Coelho: 3° Vice — PMDB
PMDB — Justiça José Luiz Clerot (SP)	João Rosa: 1° Vice — PMDB Vital do Rego: 2° Vice — PDT Ciro Nogueira: 3° Vice — Bloco
Bloco — Economia Gilson Machado (PE)	Osório Adriano: 1° Vice — Bloco Jacques Wagner: 2° Vice — PT João Colaço: 3° Vice — PTR
PMDB — Seguridade Euler Ribeiro (AM)	Jorge Mudalem: 1° Vice — PMDB Elias Murad: 2° Vice — PSDB Renato Johnsson: 3° Vice — Bloco
Bloco — Agricultura Vadão Gomes (SP)	Otto Cunha: 1° Vice — Bloco Hélio Rosas: 2° Vice — PMDB Romero Filho: 3° Vice — PST
PDT — Trabalho Carlos Alberto Campista (RJ)	Amaury Müller: 1° Vice — PDT Délio Braz: 2° Vice — Bloco José C. Sabóia: 3° Vice — PSB
PDS — Educação Celso Bernardi (RS)	Maria Valadão: 1° Vice — PDS Adelaide Neri: 2° Vice — PMDB Costa Ferreira: 3° Vice — PTR
PSDB — Meio Ambiente Tuga Angerami (SP)	Marco Penaforte: 1° Vice — PSDB Marilu Guimarães: 2° Vice — Bloco Sidney de Miguel: 3° Vice — PV
PT — Ciência e Tecnologia Irma Passoni (SP)	Lourival Freitas: 1° Vice — PT Fausto Rocha: 2° Vice — Bloco Pinheiro Landim: 3° Vice — PMDB
PTB — Transportes Paulo de Almeida (RJ)	Onaireves Moura: 1° Vice — PTB Nicias Ribeiro: 2° Vice — PMDB Augusto Carvalho: 3° Vice — PCB
PMDB — Minas e Energia Eduardo Moreira (SC)	Marcelo Barbieri: 1° Vice — PMDB Avenir Rosa : 2° Vice — PDC José Ulisses Oliveira: 3° Vice — PRS
PDC — Relações Exteriores Pauderney Avelino (AM)	Diogo Nomura: 1° Vice — PL Francisco Coelho: 2° Vice — PDC Eduardo S. Campos: 3° Vice — PDC
PL — Defesa Nacional José Augusto Curvo (MT)	Nélson Bornier: 1° Vice — PL Aldir Cabral: 2° Vice — PTB Álvaro Ribeiro: 3° Vice — PSB

Passarinho mandou investigar Romeu Tuma

Fotos Arquivo/ZH





Justificativa: *Tuma atribui denúncia a tentativas de intrigá-lo com o ministro Passarinho*

☐O ministro da Justiça confirma que recebeu denúncia anônima contra o delegado da Polícia Federal, apontado como conivente com contrabando

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, admitiu ontem que pediu o auxílio do ministro do Exército, Carlos Tinoco, para investigar denúncias envolvendo o secretário nacional de Polícia Federal (PF), Romeu Tuma, com o contrabando de café em Foz do Iguaçu. Passarinho, no entanto, negou ter utilizado o Centro de Informações do Exército (CIEX), conforme matéria publicada ontem no *Jornal do Brasil*. "Só pedi ao meu amigo, general Tinoco, que destacasse uma pessoa de sua confiança para investigar a denúncia, porque eu não poderia pedir isso à Polícia Federal", argumentou o ministro, que garantiu não saber quem fez esta apuração.

O ministro Passarinho confirmou que, em fevereiro do ano passado, recebeu uma denúncia anônima envolvendo o delegado Romeu Tuma e o atual secretário de Segurança Pública de Alagoas, Wilson Alfredo Perpétuo, que na época era diretor da PF em Foz do Iguaçu. Segundo a denúncia, Tuma teria sido pelo menos conivente com a atuação de Perpétuo, acusado de facilitar o contrabando de café quando trabalhava em Uruguaiana (RS). As investigações feitas pela pessoa da confiança do ministro do Exército, explicou Passarinho, inocentaram Tuma, mas deixavam dúvidas em relação a Perpétuo.

MUDANÇA — Passarinho, que semana passada disse que não costuma levar em consideração as denúncias anônimas encaminhadas a ele, revelou ontem o motivo da súbita mudança de comportamento. Ontem ele explicou que esta denúncia anônima era especial, porque, antes de mandar a carta, o denunciante lhe telefonou para dizer do que se tratava "com muita riqueza de detalhes".

A carta, com quatro laudas, detalhava a atuação de agentes federais e do delegado Perpétuo no contrabando de café, e apresentava provas para sustentar a tese de que o delegado Romeu Tuma encobria a ação. "Eu tinha que investigar, era uma denúncia muito forte", justificou Passarinho.

BRIGA — O ministro da Justiça negou que tenha iniciado estas investigações com o objetivo de afastar Tuma da Polícia Federal. "São absurdas as versões de que eu e o Tuma não nos entendemos", garantiu Passarinho. Só que a insistência do ministro em tentar desmentir estas versões é atropelada por informações de importantes funcionários do Ministério da Justiça. Um deles conta que Passarinho "não engole o Tuma, porque o delegado tem um método próprio de atuação, o que, para o ministro, é insubordinação".

Para ter mais controle sobre o chefe da PF, Passarinho teria atuado politicamente para [illegible] Collor do [illegible] Federal, do [illegible] "Só [illegible]" [illegible] que [illegible] do ministro [illegible]

Assessor teria facilitado fuga de mafioso italiano

O possível envolvimento do delegado Romeu Tuma com o contrabando de café não é a primeira nem a única denúncia encaminhada ao ministro da Justiça Jarbas Passarinho contra integrantes da Polícia Federal. Desde setembro o ministro está tentando checar uma grave denúncia contra o chefe de gabinete de Tuma, delegado Mauro Spósito. Ele é acusado de ter sido omisso em relação à fuga do mafioso italiano Umberto Ammaturo das dependências da superintendência da Polícia Federal em Brasília. A deputada Raquel Cândido (PRN-RO) garante estar finalizando um dossiê sobre o envolvimento de agentes e "importantes funcionários" da PF com o narcotráfico.

As denúncias contra Spósito foram levadas a Passarinho pelo ex-diretor da Vasp, Luís Carlos Andreacci, ligado aos traficantes dos cartéis de Cáli e Medelin. Esta investigação está sendo cobrada pela deputada Cidinha Campos (PDT-RJ), que teve acesso às provas documentais. No final do ano passado, Cidinha chegou a cobrar de Passarinho os resultados das investigações sobre "aquela denúncia". Como estavam numa comissão da Câmara, o ministro respondeu: "É um assunto muito delicado e complexo, mas tenho meios próprios para esta investigação".

[illegible] — Numa audiência com o ministro, Andreacci garantiu que Spósito sabia antecipadamente que, em novembro de 1990, o mafioso fugiria da cela em que estava preso na superintendência da PF em Brasília. Brasileiro naturalizado americano, Andreacci detalhou que soube da fuga de Ammaturo e que autoridades teriam facilitado a execução do plano.

Fugitivo de uma prisão dos Estados Unidos, onde cumpria pena por tráfico de drogas, Andreacci foi detido em agosto do ano passado em São Paulo. Foi transferido para a PF de Brasília, onde aguardava que o Supremo Tribunal Federal examinasse o pedido de extradição para os Estados Unidos, feito pelo governo americano. Antes de conseguir falar com o ministro, Andreacci enviou sua denúncia a diversos parlamentares.

No dossiê contra Spósito, que está em poder do ministro Passarinho, Andreacci conta que acompanhou, da cela da PF, todo o plano de fuga de Ammaturo, um perigoso mafioso italiano ligado à Camorra, a máfia napolitana, que escapou da prisão junto com o traficante israelense Reuven Tenammee. Andreacci diz que foi inclusive convidado a fugir, mas não aceitou. (AE)

Passarinho confirma pedido a Tinoco

Celson Franco e
Luis Roberto Marinho

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, confirmou ontem que usou o Exército para investigar a denúncia de que o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, estaria envolvido com o contrabando de café em Foz do Iguaçu. Passarinho pediu mesmo ajuda ao ministro do Exército, general Antônio Carlos Tinoco, que enviou um homem de sua confiança para conversar com o juiz Edgar Lippmann Júnior, responsável pelo processo em que o principal suspeito é o atual secretário de Segurança Pública de Alagoas, Wilson Alfredo Perpétuo. O envolvimento de Tuma não foi comprovado. "Pela minha própria formação militar, se persistisse alguma dúvida sobre um subordinado meu, ou ele seria demitido ou me exoneraria eu", declarou Passarinho ontem.

Ele assinalou que fez tudo da maneira mais normal possível: solicitou ao ministro Tinoco, a quem conhece desde a época em que era tenente na Academia Militar e Tinoco cadete, que mandasse um homem de sua confiança para fazer contato com o juiz, em Curitiba. Um telefonema anônimo para Passarinho, em sua casa, em fevereiro, que originou sua decisão de mandar investigar o suposto envolvimento de Tuma, dissera que Lippmann só conversaria sobre o processo do contrabando com uma pessoa credenciada. Foi por isso, explicou o ministro da Justiça, que pediu ao ministro do Exército para acionar um de seus homens. Passarinho assegura que não sabe quem o ministro do Exército designou para a missão, arriscando que "talvez até seja um militar de Curitiba." No último dia 18, Lippmann enviou uma carta a Passarinho, com dois anexos, em que confirma o envolvimento de Perpétuo em denúncias de contrabando, mas não faz qualquer referência a Romeu Tuma.

O envio de um militar do Exército ao juiz Lippmann, a pedido do ministro da Justiça, foi feito a partir de um documento apócrifo recebido por Passarinho em sua casa, e que lhe havia sido prometido no telefonema anônimo. Ele disse que mandou investigar a denúncia porque o nome do juiz Lippmann estava citado no documento e porque o seu autor, embora anônimo, demonstrava grande conhecimento do que ocorria em Foz do Iguaçu. O documento não chegou a ser enviado à Polícia Federal, que mandara abrir sindicância e depois, por determinação do procurador Edgar Katzwinkel, instaurou inquérito para apurar a participação de Perpétuo no contrabando.

Passarinho disse ontem que "a matéria publicada pelo JORNAL DO BRASIL está perfeita", fazendo uma ressalva em seguida. "O único reparo que eu faço na matéria é de que o documento [illegible] sido produzido pelo CIEx. [illegible] uma desinteligência [illegible]", observou. Passarinho [illegible] Centro de Informações do Exército tenha atuado no caso. "Eu não [illegible] deria ter-lhe dito isso, [illegible] não sabia, não sabia nem o [illegible] da pessoa que conversou [illegible] juiz", afirmou.

O documento que originou a investigação sobre o suposto envolvimento de Tuma foi entregue em sua casa, e informava que Romeu Tuma e seu filho, Robson Tuma, eleito deputado federal pelo PL de São Paulo, viajavam constantemente a Foz do Iguaçu, hospedando-se no Hotel Cariná, próximo ao qual um helicóptero levava contrabando do Paraguai para Tuma. O diretor-geral da Polícia Federal esteve lá dia 20 último. E, segundo informação de uma recepcionista do Hotel Cariná, "a freqüência do doutor Tuma aqui, é de três a quatro vezes por mês." A carta diz que Romeu Tuma seria, no mínimo, conivente com a situação do delegado Perpétuo, suspeito de contrabando.

Conversação — O diretor [illegible] da Polícia Federal, delegado [illegible] ro Spínola, disse ontem que a denúncia não [illegible] "Nós vamos [illegible] do isso, não [illegible] [illegible] do JORNAL DO BRASIL [illegible] "Quero [illegible] está conversa" [illegible] que não foi o [illegible] Federal quem indicou [illegible] a Secretaria de Segurança [illegible] de Alagoas, [illegible] nado, o [illegible] Polícia, Oscar [illegible] gundo Spínola, [illegible] aprovação do ministro Passarinho.



Passarinho: 'Se dúvida persistisse, ele seria demitido'

Tuma, na França, nega envolvimento

Any Bourrier
Correspondente

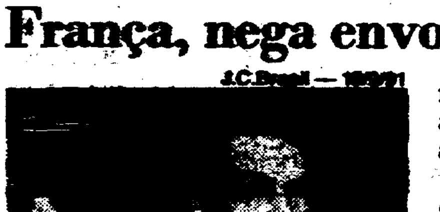
PARIS — Romeu Tuma não acredita nas denúncias de que estaria envolvido em contrabando de café no estado do Paraná. E de Lyon, onde participa de uma reunião da Interpol, rebate as acusações dizendo que acha "estranho" o que foi publicado a seu respeito. Nega qualquer envolvimento com Wilson Alfredo Perpétuo e garante que "só foi a Foz do Iguaçu uma única vez este ano, para assistir à posse de um delegado".

Tuma insistiu no fato de que é amigo do ministro Jarbas Passarinho há 15 anos e que existe "muito respeito" entre eles. Disse que só vai comentar as acusações sobre seu envolvimento no contrabando "depois de conversar com o ministro, para esclarecimentos".

Quanto à nomeação do Perpétuo para a Secretaria de Segurança de Alagoas, ele concorda apenas que "foi consultado pelo governador Geraldo Bulhões". Mas faz questão de explicar que o ministro Jarbas Passarinho "também estava informado das sindicâncias contra Perpétuo".

Tuma assegura que "antes da nomeação do ex-delegado de Foz do Iguaçú para o cargo, em Maceió", enviou a Bulhões um relatório sobre as suspeitas de que estivesse envolvido em contrabando de café. Ele insiste no fato de que as sindicâncias não foram concluídas mas que Jarbas Passarinho foi consultado previamente pelos juízes do Paraná, tendo argumentado da mesma maneira que a Polícia Federal.

Considerando que tudo não passa de intriga ou de manobras para criar inimizade entre ele e o ministro da Justiça, Tuma prefere contestar as acusações, mesmo que seu autor seja o amigo Passarinho.



Tuma: amizade de 15 anos

☐ **O chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general Nialdo Neves de Oliveira Bastos, divulgou ontem nota informando que o Centro de Informações do Exército "é um orgão de informações cuja missão é manter o ministro do Exército informado sobre os assuntos de interesse da Força. As informações que produz destinam-se exclusivamente ao Exército, carecendo pois de fundamento as notícias objeto de reportagens, publicadas pelo JORNAL DO BRASIL e pela revista *Veja*, de que tenha realizado qualquer tipo de investigação envolvendo pessoas ou órgãos alheios à instituição." A *Veja* desta semana menciona uma investigação do CIEx sobre atuação de Pedro Paulo Leoni Ramos na Petrobrás.**

TITU
P
ZH
FECHA 20/03/92
VINCULACIONES 10046
11164

■ 16 de setembro — O Ministro Magri assina a portaria que reajusta os benefícios dos aposentados que recebem mais que um salário-mínimo, em 54,06%. Milhares de pessoas recorrem à Justiça.

■ 2 de dezembro — O Ministro Hélio Mosimann, do Superior Tribunal de Justiça, suspende os efeitos das medidas liminares em todo o país, determinando o pagamento dos 147% aos aposentados.

■ 17 de dezembro — Ao julgar os recursos impetrados contra a decisão do ministro Mosimann, o STJ dá ganho de causa aos aposentados, por sete votos a um.

■ 23 de dezembro — O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Sydney Sanches, suspende os efeitos do julgamento do STJ, a pedido do INSS. Em alguns estados, entre eles o Rio, as decisões dos juízes de primeira instância continuam valendo por causa de detalhes jurídicos descobertos pelos advogados dos aposentados e o pagamento é realizado no início de janeiro.

■ 14 de janeiro — O Congresso rejeita o pacote sobre a Previdência enviado pelo governo. O Tribunal de Contas da União afirma que o ministério tem superávit e pode pagar os 147% a todos os aposentados.

■ 17 de janeiro — O governo edita o Decreto 430, que adia o pagamento do reajuste para 1993. Os ministros Magri, do Trabalho, e Margarida Procópio, da Ação Social, são substituídos por Reinhold Stephanes e Ricardo Fiúza.

■ 30 de janeiro — Acontece a primeira prisão de um dirigente do INSS, por determinação judicial, que desencadeia uma série de outras detenções em todo o país. É o superintendente regional do Instituto em Natal, Paulo Américo dos Santos.

■ 4 de fevereiro — A juíza da 7ª Vara Federal do Rio, Salete Maccalóz, é afastada do julgamento de uma das ações pelos 147% no estado.

■ 11 de fevereiro — O juiz da 2ª Vara Federal de Niterói, Sérgio Schwaitzer, manda bloquear as contas do INSS em todo o Estado do Rio.

■ 19 de fevereiro — O Tribunal Regional Federal do Rio acata pedido do INSS, desbloqueando as contas.

■ 28 de fevereiro — O presidente do INSS, César Gasparin, é preso no Aeroporto de Brasília, por determinação de juízes dos estados do Rio, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, acusado de não cumprir ordens judiciais. Ele é libertado dois dias depois e o governo anuncia que entrará na justiça contra os próprios juízes, por abuso de autoridade.

SENADO FORMALIZA CPI DA CORRUPÇÃO

O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), formalizou ontem requerimento de criação de CPI para apurar denúncias de corrupção contra o ex-ministro do Trabalho e Previdência Social Antônio Rogério Magri. O documento foi assinado por 55 senadores do PRN, PFL, PDC, PTB e PMDB. Em 120 dias, a CPI vai investigar o envolvimento de autoridades em recebimento de suborno para parcelar débitos junto à Previdência e deve ouvir todas as pessoas envolvidas na denúncia. Serão pedidas cópias do inquérito da Polícia Federal e da fita cassete em que o ministro confessa o recebimento de US$ 30 mil de uma empresa em débito com o INSS. (Brasília/ZH-AE)

DEPUTADOS VOTAM LEI ANTICORRUPÇÃO

A Câmara dos Deputados deve votar esta semana a Lei Anticorrupção, que pune os servidores públicos em caso de enriquecimento ilícito no exercício de função pública. Já aprovado no Senado, o substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ampliou os casos de improbidade administrativa previstos no projeto original do governo. O novo texto abrange desde a administração direta, indireta e fundações, até as estatais vinculadas à União, aos estados e municípios. (ABR)

GENERAL ATRIBUI OMISSÃO A COLLOR

Arquivo/ZH



Nílton Cerqueira

O presidente do Clube Militar, general Nílton Cerqueira, acredita que, se existe omissão no caso Magri, o presidente Fernando Collor pode ser acusado como qualquer outra pessoa. "Quem escolhe, nomeia e demite ministro é o presidente da República", justificou o general. Para ele, o chefe do Gabinete Militar, general Agenor Homem de Carvalho, não tem culpa no episódio porque não foi nomeado fiscal da honestidade de ministro. O general analisou que os casos de corrupção que vêm sendo denunciados mostram a fragilidade da moralidade pública nacional. "Os padrões morais precisam ser restabelecidos, a começar na Presidência da República." (AE)

ZH 21/3

c4

9203052

Nº

TÍTULO

FUENTE RP 150090

FECHA 28/3

VINCULACIÓN 10046

11164

Secretário é acusado de corrupção

O secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, pode ser o mais novo envolvido em escândalos de corrupção dentro do governo Collor, conforme denúncia do jornal *O Estado de S. Paulo* do último domingo. Leoni comandaria um cuidadoso esquema montado junto à Petrobrás, através de três empresas privadas, para intermediar operações de venda superfaturadas de derivados de petróleo.

O advogado João Muniz de Oliveira Alves teria sido designado por Leoni para cooptar funcionários da Petrobrás para o esquema PP — como ficou conhecido entre as empresas que vendem petróleo para a estatal. Alves teria recebido US$ 500 mil da empresa Concic Engenharia para que esta tivesse o aval de parte da diretoria da Petrobrás a uma obra de construção civil na unidade U-32 da Refinaria de Mataripe, na Bahia.

A denúncia foi feita ontem por engenheiros do corpo técnico da Petrobrás, depois que ficaram sabendo da ingerência do secretário nos assuntos da empresa. Esses funcionários contaram que a Concic venceu legalmente a concorrência para obras de construção civil no valor de US$ 10 milhões, na Refinaria de Mataripe. Apesar disso, a direção da Petrobrás demorou a aprovar o início da obra, até a entrada em ação do advogado, que pediu 6% de comissão para apressar os trâmites legais.

FLANELINHAS — Alves recebeu "apenas" 5%, depois que a direção da Concic regateou o pagamento da intermediação. Para os engenheiros, essa prática, de tão normal dentro da Petrobrás, já foi apelidada de "pedágio". Os que recebem o suborno são chamados de "flanelinhas" — guardadores de carro.

O Estado de S. Paulo denunciou que um esquema com três empresas instaladas no luxuoso prédio da torre do Shopping Rio-Sul (Edubra do Brasil, Pollo Petróleo e Tecnape) e alguns funcionários-chaves na direção da Petrobrás vem sendo cuidadosamente montado por Leoni para sustentar operações que beneficiam empresas. Um importante executivo do esquema PP foi afastado do cargo em dezembro depois que o então diretor comercial, Maurício Alvarenga, denunciou operações comerciais conduzidas como "no mínimo, duvidosas".

O secretário-geral da Presidência, Marcos Coimbra, afirmou ontem que desconhece as denúncias. "Não li a matéria, mas ponho em dúvida o seu conteúdo", disse.

O embaixador lembrou a orientação do presidente Fernando Collor para que os responsáveis por áreas acusadas abram investigações, mas ressalvou que a situação de Leoni "é um pouco mais complicada", pois ele é subordinado diretamente ao presidente, embora seja coordenado por Coimbra, e a denúncia se refere a problemas na Petrobrás. O ministro da área (Infra-Estrutura) é João Santana.

9203052

Collor não aceita

Leoni põe o cargo à disposição, mas

BRASÍLIA — O secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, colocou o cargo à disposição, mas o presidente Fernando Collor não aceitou, reiterando seu apoio ao assessor. Irritado com a série de denúncias que envolvem seu nome, Leoni Ramos reuniu-se com o presidente no início da tarde e, à noite, leu nota criticando o que classificou de campanha difamatória. "Chegando hoje [ontem] de missão ao exterior, manifesto minha mais profunda indignação e repulsa pela campanha difamatória, lançada covardemente contra minha pessoa durante minha ausência do país", disse.

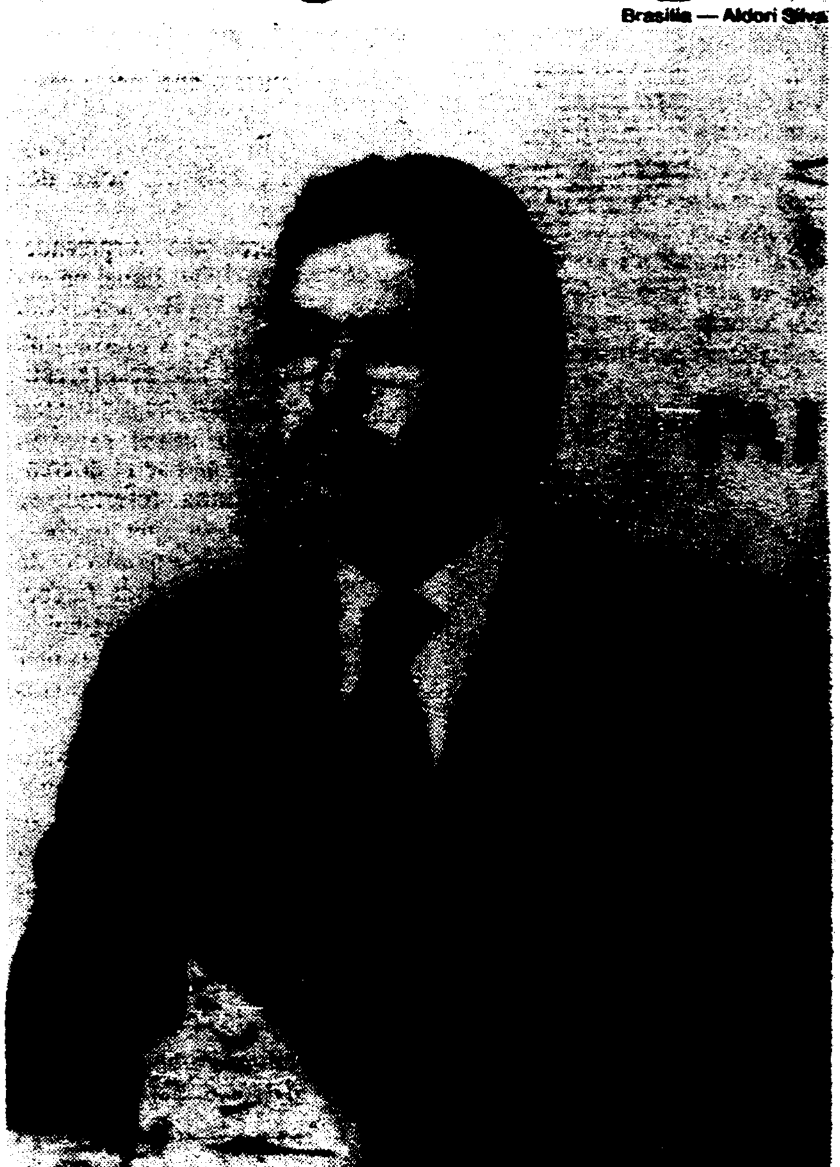
Antes do anúncio de Leoni Ramos, foi a vez de o secretário-geral da Presidência, Marcos Coimbra, ler nota em apoio ao secretário de Assuntos Estratégicos. "O senhor presidente da República reiterou a confiança que deposita em suas ações, bem como a certeza de que todas as acusações que ora lhe são dirigidas serão cabalmente respondidas."

Leoni Ramos passou toda a semana em Madri, onde participou de uma conferência de ministros, enquanto no Brasil denúncias publicadas na imprensa o apontavam como participante de um esquema irregular de licitações na Petrobrás. Na segunda-feira, o secretário divulgou nota negando as acusações, prometendo processar jornalistas responsáveis pelas denúncias e assegurando que não seria a "bola da vez."

Na mesma semana, segundo denúncia do **JORNAL DO BRASIL**, a Secretaria de Assuntos Estratégicos foi acusada de manter vigilância permanente sobre um diplomata cubano — considerado em relatório "espião de Fidel Castro" — a pretexto de reforçar a importância do departamento que substituiu o extinto SNI.

O secretário reuniu-se no começo da tarde com o presidente Collor, disposto a deixar o governo. Depois de recusar a demissão do secretário, Collor determinou a elaboração de notas para esclarecer a posição da Presidência da República e da SAE.

Brasília — Aldori Silva



Leoni: "Vou mostrar à sociedade a verdade dos fatos"

Leoni Ramos passou toda a tarde no Palácio do Planalto redigindo a nota. Depois de uma tarde inteira de expectativa, quando sequer era confirmada sua presença no Planalto, ele desceu à sala de imprensa, no 2º andar, com Marcos Coimbra, quando leram as notas, sem responder a perguntas.

Marcos Coimbra, que [illegible] anunciando a posição da Presidência da República, [illegible] Leoni Ramos com Collor. [illegible] em vista o noticiário [illegible] imprensa nos últimos dias [illegible] tenção de responder [illegible] lhe foram dirigidas, o [illegible] Leoni Ramos colocou à disposição o cargo que ocupa no governo [illegible] presidente não aceitou o [illegible] exoneração."

Com [illegible] Ramos [illegible] ficando [illegible] "os que, [illegible] conceito de [illegible] vêm adotando [illegible] tos para [illegible] secretário [illegible] dos os [illegible] trar à sociedade [illegible] os verdadeiros [illegible] mente comprovadas."

Pouco depois, o [illegible] prensa, Pedro Luís [illegible] sccor que a [illegible] Petrobrás pelo [illegible] trutura, João Santana, [illegible] apenas os fatos [illegible] Rodrigues afirmou [illegible] nunciantes e [illegible] das denúncias. O [illegible] Coimbra foi [illegible] tado sobre as [illegible] por Santana para [illegible] cas: "Perguntem a ele."

06

9203052

Acusados já foram sócios

Apesar de garantirem que não se conhecem e que jamais participaram de negócios juntos, o empresário Sérgio Rocha, acionista da Edubra Comércio Internacional, os proprietários da Tecnape, Drilmar Monteiro e Sérgio Lage, e o advogado João Muniz de Oliveira foram acionistas-fundadores da Tecnape em 1990. A Edubra, a Tecnape e o advogado são acusados de comporem o chamado *Esquema PP*, que teria sido montado pelo secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, para realizar operações ilícitas com a Petrobrás.

Walmir Pereira, proprietário da Edubra com Sérgio Rocha, e Marco Aurélio Troia, atual diretor da Tecnape, garantiram no começo da semana que sequer se conhecem. Porém, uma alteração contratual da Tecnape, registrada na Junta Comercial do Rio, comprova a ligação entre os principais acusados de participarem do *Esquema PP*. De acordo com a primeira alteração contratual, datada de 24/1/91, Sérgio Rocha e João Oliveira deixaram a Tecnape em dezembro de 1990, dois meses após sua criação, cedendo suas cotas a Drilmar Monteiro e Sérgio Lage.

A Tecnape — Serviços e Equipamentos de Prospecção de Petróleo Ltda. Foi registrada na Junta Comercial em 24/10/90 com os seguintes acionistas: Consolidada Participações, Empreendimentos e Comércio Ltda. (representada pelo sócio-gerente Sérgio Lage), Endurance Participações, Empreendimentos e Comércio Ltda. (representada por Drilmar Jacy Monteiro), Operacional Empreendimentos e Participações Ltda. (por Sérgio Rocha) e Potencial Planejamento e Gerenciamento Ltda. (João Muniz de Oliveira).

O principal acionista era Sérgio Rocha, com 400 mil quotas do total das 800 mil da empresa. João Oliveira era o segundo maior acionista, com 160 mil, e os demais tinham 120 mil cada. Inicialmente instalada na Rua do Ouvidor, três meses depois de sua criação sofreu a primeira reforma, com a saída de Rocha e Oliveira. No mesmo ano surgia a Edubra, comandada por Sérgio Rocha. As duas empresas, Tecnape e Edubra, junto com a Pollo Petróleo (também acusada de participar do esquema), passaram a ocupar o mesmo local: a Torre Rio Sul. A Tecnape e a Pollo dividem o mesmo conjunto de salas, no 30º andar.

Segundo o diretor da Tecnape, Marco Aurélio Troia, a empresa vive basicamente dos negócios com a Petrobrás, o que confirma que ela foi criada somente para operar com a estatal. Seu faturamento anual, pelos dados de [illegible] mento financeiro, é de US$ [illegible] milhões, relativos a vendas. A Tecnape tem cerca de [illegible] funcionários, ocupando quatro salas no 43º andar da Torre Rio Sul. Conjugadas estão as salas da Pollo Petróleo. A Endubra, com 18 funcionários, ocupa o 43º andar.

Angra dos Reis, RJ — [illegible]

C7

9203052

Ministro dá 10 dias para Petrobrás apurar denúncias

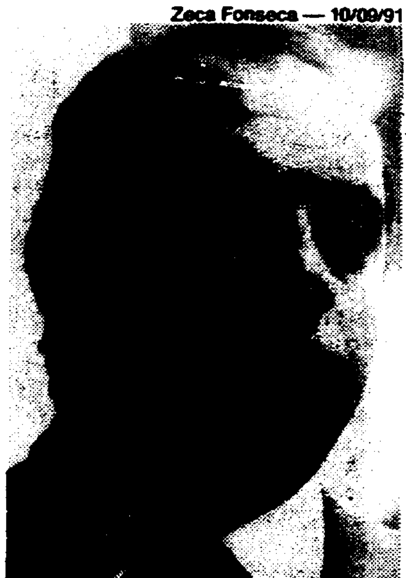
BRASÍLIA — O ministro da Infra-Estrutura, João Santana, determinou ontem ao presidente da Petrobrás, Ernesto Weber, que reduza de trinta para dez dias o prazo para que sejam apresentados os resultados das sindicâncias abertas para apurar as denúncias de irregularidades em operações realizadas pela Petrobrás. Santana quer os relatórios com as conclusões das sindicâncias até o próximo dia 3. O ministro, que no dia anterior não havia fixado o prazo da sindicância, deixou claro que demitirá imediatamente os funcionários da Petrobrás, sob controle do seu Ministério, que tenham comprovada participação em negócios irregulares ou favorecimento na contratação de empresas privadas que intermediam compra de petróleo e derivados.

As duas sindicâncias abertas sobre o caso devem identificar com segurança, segundo a orientação do ministro João Santana, os responsáveis pelas operações denunciadas como irregulares e os autores das ordens de realização dos negócios. O secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, não é o objeto da sindicância aberta pelo Ministério da Infra-Estrutura, cujo alvo são as operações da Petrobrás. Santana quer saber também se as relações mantidas pela Petrobrás com as empresas envolvidas nas denúncias podem ou não ser consideradas privilegiadas. "É preciso saber em que termos se enquadram essas relações", adiantou o ministro. Ele reiterou que caso se comprovem as irregularidades, os responsáveis serão imediatamente demitidos e terão os nomes encaminhados à Polícia Federal para a abertura de inquérito.

A decisão de Santana de reduzir o prazo dado à sindicância conduzida pela Petrobrás foi tomada à tarde, quando o ministro comunicou a Ernesto Weber que o governo quer urgência na apuração. Pela manhã, Santana havia se encontrado com o presidente da Petrobrás em reunião sobre o lançamento da gasolina Super — com maior teor de pureza que a gasolina comum —, mas nada recomendou a Weber, que saiu do Ministério da Infra-estrutura sem dar entrevista.

Segundo denúncias publicadas pela imprensa, o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, teria atuado para favorecer as empresas Edubra, Pollo Petróleo e Tecnape, além da multinacional Marc Rich, em negócios com a Petrobrás. Uma das comissões de sindicância investiga operações de compra de petróleo que teriam sido intermediadas pela Pollo. A segunda comissão vai apurar a denúncia de que a empresa baiana Concic Engenharia teria pago US$ 500 mil ao advogado João Muniz de Oliveira Alves para aprovação de uma obra civil na refinaria de Mataripe, na Bahia. São apontados como responsáveis pelas irregularidades os diretores da Petrobrás Izeusse Braga, Armando Vieira Neto e Raul Mosman.

Zeca Fonseca — 10/09/91



Santana: demissão sumária

João Cerqueira



Marco Aurélio: Petrobrás garante 99% do faturamento

Como opera o 'esquema PP'

Esquema PP. Assim é conhecido, na Petrobrás, o procedimento coordenado pelo secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Pedro Paulo Leoni Ramos, com o objetivo de intermediar negócios pouco *ortodoxos*, desde operações no mercado externo de petróleo até favorecimento em concorrências. Para tanto, são colocadas pessoas em postos-chave na empresa, enquanto os funcionários que se recusam a entrar no esquema acabam afastados de seus cargos.

Pelas mãos de Leoni entraram na Petrobrás os diretores Izeusse Braga Filho (comercial) e Armando Vieira (financeiro). O secretário recuperava assim a perda de Hamilton Albertazzi, superintendente comercial, afastado em dezembro pelo então diretor comercial, Maurício Alvarenga, que descobrira "operações duvidosas" no setor. A denúncia, no entanto, custou o cargo ao próprio Alvarenga, que deixou a empresa após 30 anos de casa.

Para ativar o *Esquema PP*, o advogado João Muniz de Oliveira Alves pressionou diretores e altos funcionários, chegando a ameaçá-los de demissão. Dos funcionários *entrevistados*, dois são hoje diretores: José Brito de Oliveira (engenharia) e Raul Mosmann (exploração e produção), além do diretor da Braspetro, Márcio Weber, e Wagner Freire, à frente do escritório da Petrobrás no Texas, Estados Unidos.

Para intermediar as negociações, foram acionadas as empresas Edubra do Brasil, Pollo Petróleo e Tecnape — todas instaladas na Torre do Riosul — que montaram o esquema de exportações de derivados de petróleo incluindo um sobrepreço. A interferência do advogado João Alves também ocorreu no processo de licitação para as obras civis na refinaria de Mataripe, no Bahia, no valor de US$ 10 milhões. A empresa de engenharia Concic só ganhou a concorrência depois de pagar US$ 500 mil ao advogado, conforme denúncia de técnicos da estatal.

Por tudo isso, o presidente da Petrobrás, Ernesto Weber, instalou duas comissões de sindicância para apurar as denúncias de irregularidades. Se for comprovado o envolvimento dos funcionários da estatal, será aberto um inquérito policial, assegurou ele, lembrando que recentemente um funcionário da empresa em Manaus agiu incorretamente em relação ao ICMS e acabou preso.

Empresas são interligadas

Os representantes das empresas Edubra Comércio Internacional, Pollo Petróleo e Tecnape garantiram ontem no Rio que não efetuam transações ilícitas com a Petrobrás e que sequer se conhecem. Mas não faltam evidências de ligações entre elas — todas instaladas na Torre do Rio Sul — e também com o secretário Leoni Ramos. Ele teria o hábito de freqüentar a casa de Sérgio Rocha, um dos sócios da Edubra, em Angra dos Reis (RJ). O telefone da Pollo consta na lista como do advogado João Muniz de Oliveira Alves, um intermediador junto à estatal.

João Muniz está sendo acusado de ter recebido US$ 500 mil (Cr$ 945 milhões, no paralelo) de outra empresa, a Concic Engenharia, para ganhar concorrência na refinaria de Mataripe (BA). O JB tentou falar com o advogado, mas ninguém atende mais o telefone. A Pollo tem ligação pelo menos comercial com a Tecnape: funciona no mesmo conjunto de salas (43º da Torre do Rio Sul). Para o diretor da Tecnape, trata-se de um "simples contrato de sublocação". Marco Aurélio Trotta, diretor da Tecnape, afirmou não conhecer ninguém na outra empresa, da mesma forma que os acionistas Sérgio Lage e Drilmar Monteiro não teriam relação com Leoni. Segundo ele, a empresa trabalha há mais de 10 anos para a estatal. "É praticamente nosso único cliente nesse período, respondendo por 99% do faturamento."

Assim, o conjunto de salas de um dos [illegible] caros do Rio e seus oito funcionários são sustentados pelas concorrências da estatal: "Mas não ganhamos todas. Há muito tempo que não ganhamos", disse. Então, como a empresa se sustentava, se há muito não vencia uma concorrência, foi a pergunta seguinte. "Há muito tempo não, quer dizer, há pouco tempo, ainda não nos [illegible]", remendou o diretor.

Funcionários da Edubra e da Pollo informaram que Marco Antônio Marangoni, acionista da Pollo e ex-chefe do escritório da Interbrás em Nova Iorque, fez estágio na Edubra. Ontem, por ordem da Edubra, o acesso ao 36º andar da Torre Rio Sul — onde funciona — foi proibido.

Técnicos explicam negócios

As negociações de petróleo e derivados no mercado internacional, antes do governo Collor, sempre foram negociadas diretamente pela Petrobrás junto às empresas estatais ou governos dos países fornecedores, como no caso dos árabes, ou com as tradings internacionais que atuam no mercado externo, sem passar por qualquer intermediação de trading nacional, garantiu um ex-funcionário da empresa. Até mesmo os representantes das tradings internacionais com escritórios no Brasil, como é o caso da Marc Rich, eram proibidos de negociar com a Petrobrás.

Parte das importações de petróleo é realizada através de contratos de longo prazo, para garantir o abastecimento, e outra parte é adquirida no mercado spot, em operação direta entre a Petrobrás e as tradings estrangeiras, valendo a mesma política para as exportações de derivados. A Pollo, revelou o ex-funcionário, chegou a tentar exportar óleo diesel e nafta com contrato de longo prazo, mas foi impedida pelos técnicos da estatal.

Fundação desmente denúncia

O diretor financeiro da Fundação dos Funcionários da Companhia Vale do Rio Doce (Valia), Adir Pereira Keddi, negou com veemência que a entidade venha aplicando o seu dinheiro de acordo com orientações do secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni. "Nunca mantivemos qualquer tipo de contato com Leoni. Todos os nossos recursos são aplicados depois de uma análise do departamento técnico da Valia, sempre procurando as melhores oportunidades de retorno. As notícias sobre uma possível ligação do secretário com a Valia nos pegou de surpresa e são totalmente infundadas", frisou.

Keddi revelou que o patrimônio líquido da Valia é da ordem de US$ 200 milhões, dos quais 15% estão aplicados em imóveis, 41% em renda fixa e 40% em ações. Segundo ele, a rentabilidade dos investimentos da fundação ficou em 50,25% no ano passado, quando descontada a variação do custo de vida medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ao longo de 1991. "Esse é um retorno muito significativo, se for levado em consideração que a lei obriga aos fundos de pensão um retorno mínimo de 6% ao ano acima da inflação, em seus investimentos. Se tivéssemos seguido qualquer interesse de Leoni, certamente não teríamos alcançado tal rentabilidade", frisou.

Na Fundação dos Funcionários da Petrobrás (Petros), cujo patrimônio é de US$ 1,3 bilhão, apenas um diretor se dispôs a falar sobre a possível ligação do secretário de Assuntos Estratégicos com a entidade, desde que sua identidade fosse mantida sob sigilo. "As denúncias de ligação entre a diretoria da Petros e o secretário Leoni não são verdadeiras. No comando da fundação estão funcionários da Petrobrás e da BR distribuidora, que devem zelar pela melhor administração possível dos recursos da instituição. Pelo que sei, é isto que tem sido feito. Todos os dias, o departamento técnico da Petros colhe informações junto a 50 bancos, para chegar às melhores taxas de investimento. E nada se faz sem o aval da diretoria. Tanto que as nossas aplicações tiveram um ganho real de 36% no ano passado, frente ao Índice Geral de Preços (IGP)", frisou o diretor da Petros.

Apesar dos desmentidos das fundações sobre qualquer ligação com Pedro Paulo Leoni, as suspeitas caíram como verdadeira bomba nas bolsas de valores. É que os fundos — com patrimônio estimado em US$ 20 bilhões — são considerados uns dos maiores parceiros do mercado de ações, respondendo, atualmente, por mais de 20% dos negócios fechados em bolsas de valores. Além da Valia e da Petros, as denúncias apontaram que Leoni vinha controlando as aplicações de fundações de diversas empresas da área de siderurgia.

Exaltado, Leoni nega tudo

Clarissa Rossi
Correspondente

MADRI — Exaltado, o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, negou, como fizera em nota oficial divulgada anteontem, envolvimento em operações irregulares de compra e venda de petróleo e em contratações de obras na Petrobrás, conforme denúncias publicadas pelo jornal *O Estado de S.Paulo*. Leoni nega relações com "a maior parte" dos executivos das empresas envolvidas nas denúncias e omite os nomes dos que são seus conhecidos. Para o secretário, com a divulgação da nota oficial, agora quem deve esclarecimentos não é ele, mas o jornal que veiculou as notícias. Quando voltar ao Brasil — ele está em Madri participando da 8ª Conferência de Ministros da América Latina e Caribe —, provavelmente amanhã, Leoni prometeu esclarecer as dúvidas que restam. Ontem, num intervalo da conferência, o secretário falou ao JORNAL DO BRASIL. Estava exaltado, suas respostas foram quase sempre evasivas — o tom de voz às vezes subia, a ponto de chamar a atenção dos demais conferencistas — e várias vezes tentou interromper a entrevista.

— Na sua nota oficial, restam algumas dúvidas. Qual o seu relacionamento com o advogado João Muniz de Oliveira Alves [o qual, aliado a Leoni, estaria intermediando a venda de petróleo para a Petrobrás com sobrepreço]?

— Eu protesto veementemente contra as notícias veiculadas e lamento que no processo de abertura, de democracia, de liberdade em que nós vivemos não seja entendido que deve haver liberdade com responsabilidade. As notícias são absurdas e muito sérias e, portanto, eu me resguardo o direito de proceder e cobrá-las na Justiça. É tudo o que eu declaro (neste momento, o secretário entra na sala onde era proibido o acesso a jornalistas).

Mas secretário, qual seu relacionamento com os executivos citados?

— Eu disse e deixei claro na nota, que eu não tenho rigorosamente nenhuma relação e não exerço nenhuma outra atividade que não a de secretário de Assuntos Estratégicos. Essa é a única [illegible] que eu exerço.

— Então, o senhor reconhece que [illegible] uma relação com o advogado O[illegible] Alves, com Sérgio Rocha (da [illegible]) [illegible] Dilson Duarte (da Polo Trading) e [illegible] citados nas denúncias?

— Encerrei minha entrevista.

— E a prometida transparência do governo? Posso entender que essa transparência é pura retórica?

— Não é retórica. Eu dei uma nota dizendo que não tenho nenhuma, rigorosamente nenhuma atividade, a não ser a que eu desenvolvo na condição de secretário de Assuntos Estratégicos.

— Mas, fora da secretaria, o senhor mantém relacionamento com essas pessoas?

— Não.

— Não conhece?

— Não. A maior parte das pessoas citadas na reportagem eu não conheço.

— E o Sérgio Rocha, da Eldorado, que teria dado o nome da empresa em homenagem à sua filha Eduarda, de 2 anos?

— Esse é um enlace que eu vejo até de forma engraçada, pois é uma suposição que eu acho até folclórica.

— O sr. tinha acesso a informações sobre a Petrobrás?

— Não, eu não gerencio a Petrobrás.

— Mas eu pergunto se o senhor tinha conhecimento sobre operações da Petrobrás?

— Não. Nenhum.

— A partir do momento que seu nome pessoal chega a público envolvido em denúncias, o senhor tem a obrigação de esclarecer.

— Eu é que estou pedindo esclarecimento ao jornal. Eu é que vou pedir esclarecimento. Acho que o direito, a liberdade de levantar histórias e teses e fantasias deve ser acompanhado do ônus da prova. Eu acho irresponsabilidade um jornal ou a imprensa levantarem suspeitas que não sejam suficientemente comprovadas. Portanto, eu (diz "eu" enfaticamente) é que exigirei. Eu é que peço esclarecimentos dessa história absurda. Encerrei minha entrevista.

Collor exige empenho contra corrupção

□Na reunião ministerial que marcou os dois anos de governo, o presidente fez apelos à equipe e a líderes governistas e revelou metas para o restante do mandato

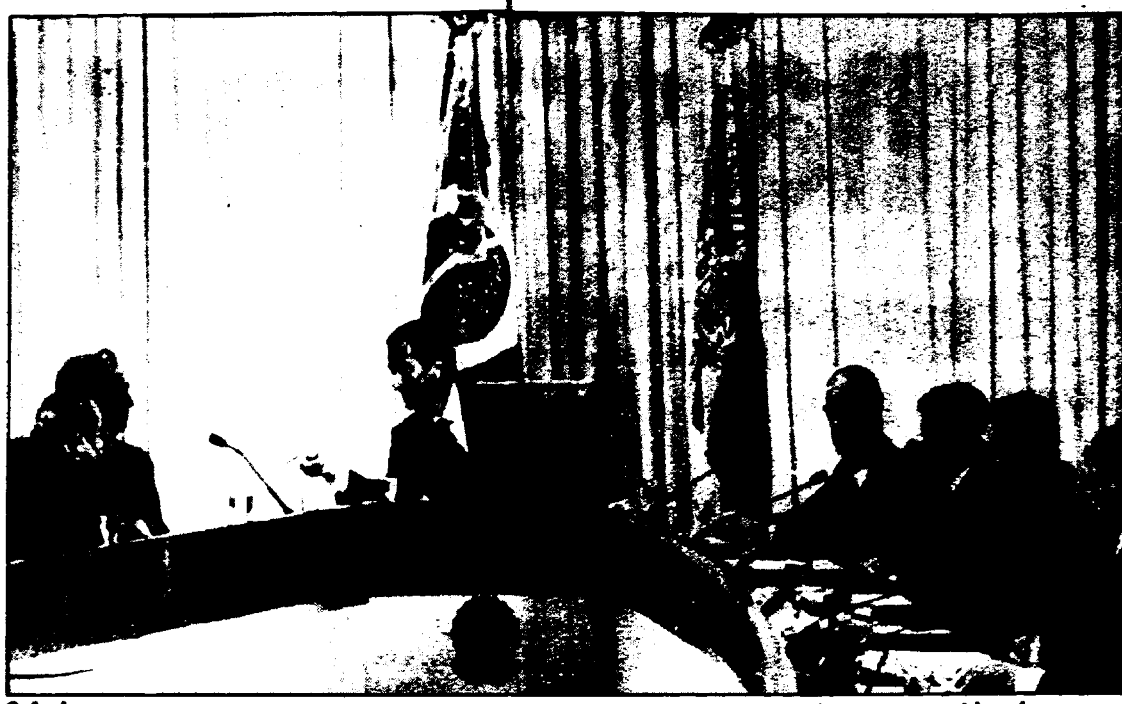
O presidente Fernando Collor exigiu o empenho de todos os seus auxiliares no combate à corrupção no discurso durante a 13ª reunião ministerial, que durou seis horas e cinco minutos. Collor avisou que não vai tolerar desvios, nem dará guarida, "jamais", aos faltosos. Mostrou ressentimento com as autoridades públicas envolvidas nas investigações. Alertou para os riscos de que estas autoridades façam julgamentos apressados e pediu "isenção, sobriedade e serenidade" nos julgamentos. O presidente anunciou que, a partir de agora, o governo se concentrará em quatro prioridades: fortalecimento da democracia, resgate da dívida social, modernização econômica e moralização do Estado.

O presidente cobrou das lideranças do governo presentes à reunião uma ação decisiva para a votação, ainda no primeiro semestre, do conjunto de emendas à Constituição para a modernização da economia. Collor chamou a atenção também para a aprovação dos projetos da reforma portuária, da lei de propriedade industrial e da concessão de serviços e obras públicas, os incentivos fiscais para capacitação tecnológica e a negociação coletiva de trabalho.

Das reuniões ministeriais, esta foi a mais concorrida e longa. Estavam presentes 82 representantes dos três escalões do governo federal, sendo 12 ministros. A reunião começou às 9h05min, cinco minutos depois do horário previsto, atrasada pelo presidente, que demorou a chegar à sala de reuniões. Às 15h10min, o presidente encerrou o encontro. Após o discurso, quando as portas se fecharam, cada um dos ministros apresentou um balanço de sua área nos dois anos do governo Collor.

PARA A NAÇÃO — No pronunciamento de 28 minutos transmitido em cadeia de rádio e televisão antes do início da reunião, Collor disse que seu governo é o único que combateu a corrupção e fez um balanço otimista dos dois primeiros anos de governo. Reafirmou algumas metas para o resto do seu mandato, entre elas o fortalecimento da democracia, o acesso da população carente à saúde e educação, com a máxima prioridade para a criança, e a modernização da economia nacional, com a continuidade de programas como o da privatização.

Collor disse que a melhoria das relações com a classe política e o Congresso Nacional o levaram a fazer a reforma ministerial. Com a reforma, ele disse ter procurado dar maior densidade à equipe. Cobrou rapidez do Congresso Nacional para aprovação de projetos do Executivo, especialmente o Emendão. (AE-AG)



Seis horas: *Collor falou para 82 integrantes do governo na reunião ministerial mais concorrida e longa*

Escândalos são vistos como traição de ideais

O presidente Fernando Collor considerou as denúncias envolvendo os ex-ministros Antônio Rogério Magri, do Trabalho e Previdência, e Alceni Guerra, da Saúde, "a traição dos sonhos do governo e dos ideais de uma geração". Durante a reunião a portas fechadas com a equipe ministerial, Collor mostrou-se magoado com Magri e Alceni, mas procurou isentar de culpa no caso Magri o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e o chefe do Gabinete Militar, general Agenor Homem de Carvalho. Para isentar os dois assessores, Collor lembrou fatos de suas vidas e qualidades pessoais e afirmou que eles agiram corretamente ao transferir ao ministro Reinhold Stephanes a responsabilidade pela apuração das denúncias contra o ex-ministro. Collor não poupou o ex-diretor do INSS Volnei Ávila, autor das denúncias contra Magri: "Um desclassificado, que faz denúncias sem ter provas."

O presidente se manifestou surpreso com a onda de corrupção registrada em alguns ministérios. "Como isso pôde acontecer?", perguntou Collor, que se mostrou magoado com a imprensa, que, para ele, dá mais ênfase aos fatos negativos que as coisas positivas feitas pelo governo.

CONSTRANGIDOS — Collor foi ouvido por uma platéia atenta e por alguns auxiliares constrangidos, como o general Agenor, envolvido no caso Magri, e os secretários Pedro Paulo Leoni Ramos, de Assuntos Estratégicos, Egberto Batista, de Assuntos Regionais, o ministro João Santana, da Infra-Estrutura, e o secretário particular Cláudio Vieira, que tiveram seus nomes citados na imprensa como os próximos a serem expurgados do governo. Para tranquilizá-los, Collor disse que as notícias são mentirosas e que todos gozam de sua confiança. Participantes da reunião revelaram que outra figura que se manteve retraida foi o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, que vem tendo demonstrações freqüentes de desprestígio no governo.

O secretário de imprensa, Cláudio Humberto Rosa e Silva, nomeado adido cultural do Brasil em Portugal, participou pela última vez como porta-voz de uma reunião como esta. A partir de agora a função será exercida pelo jornalista Pedro Luís Rodrigues, nomeado oficialmente para o cargo ontem.

A reunião durou seis horas e cinco minutos, e os participantes tiveram que se contentar apenas com uma rodada de cafezinho e vários copos de água. "Pelo menos não desidratamos", disse em tom de brincadeira um dos presentes. (AE)

TITU...

PROC... ZU

FECHA DE ... 09/03/92

VINCULACIONES ... 10046

11164

Repercussão externa de casos de corrupção preocupa Collor

O presidente teme que as denúncias prejudiquem a Rio-92 e a economia. Na reunião ministerial, Collor deve anunciar novo modo de tratar as acusações

O presidente Fernando Collor está preocupado com as constantes denúncias de corrupção em seu governo, especialmente com seus reflexos no exterior, capazes de desestimular a vinda de autoridades estrangeiras para a Rio-92. O presidente teme ainda que os investidores estrangeiros desistam de aplicar no Brasil, já que as constantes denúncias estariam evidenciando a fragilidade das regras impostas pelos dirigentes brasileiros e colocando em risco a sua credibilidade. Assessores do Palácio do Planalto informaram que, na reunião ministerial de sexta-feira, marcada para registrar os dois anos de Collor no poder, o presidente fará um apelo aos seus ministros para que combatam com dureza os casos de corrupção.

Um dos assessores de Collor antecipou que ele pretende oficializar no discurso que fará na reunião um novo modo de governar, sem mais se deixar envolver pessoalmente nas acusações feitas contra seus auxiliares. "O presidente vinha aceitando as alegações apresentadas pelos ex-ministros acusados de irregularidades, ao invés de afastá-los para preservar a imagem do governo", comentou. Collor deverá fazer uma espécie de *mea culpa*, reconhecendo que ele não agiu com o rigor que devia ao tomar conhecimento das denúncias sobre seus ex-ministros.

Collor agiu dessa forma com relação aos três ex-ministros acusados de envolvimento em irregularidades: Zelia Cardoso de Mello, da Economia, que teria favorecido amigos ao suspender os registros de exportação de café no ano passado; Alceni Güerra, suspeito de ter prevaricado nas fraudes de superfaturamentos de preços na Fundação Nacional de Saúde; e Antônio Rogério Magri, do Trabalho e Previdência Social, flagrado enquanto passeava com duas amigas em Genebra, em maio do ano passado, ao invés de assistir à abertura do congresso da Organização Internacional do Trabalho na condição de representante do governo brasileiro.

O assessor do presidente revelou que Collor teria manifestado a vontade de evidenciar no discurso seus sentimentos diante da desmoralização pública que não poupou nem mesmo a primeira-dama Rosane Collor, que ainda corre o risco de ser chamada a depor nos inquéritos para apurar irregularidades na sua gestão à frente da Legião Brasileira de Assistência.

NA DINDA — O presidente passou o dia de ontem na Casa da Dinda. É o terceiro domingo consecutivo em que Collor não sai para o seu habitual cooper pelos bosques próximos.

Por volta das 11h, um dos filhos de Collor, Joaquim Pedro, saiu por uma hora para um passeio de barco no Lago Paranoá. Ao meio-dia, a Polícia Militar chegou a organizar o esquema de segurança para a corrida nos arredores da Casa da Dinda, mas, 40 minutos depois, um funcionário da Casa dispensou o esquema policial. (AE)

Polêmica causa demissão de Lutzenber[g]

☐Também foi demitido o o presidente do Ibama. Marcos Coimbra explicou que o Planalto não aceita divergências na política de proteção ao meio ambiente

O secretário-geral da Presidência da República, Marcos Coimbra, anunciou ao meio-dia de sábado que o presidente Fernando Collor decidiu demitir o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, e o presidente do Ibama, Eduardo Martins, porque não aceita divergências na política brasileira de proteção ao meio ambiente. Assume interinamente a Secretaria do Meio Ambiente, até a Rio 92, o ministro da Educação, José Goldemberg, que terá como missão principal tornar um sucesso a conferência mundial, em junho.

A decisão de demitir Lutzenberger e Martins foi tomada na sexta-feira à noite, após uma reunião entre Coimbra, o chefe do Gabinete Militar da Presidência, Agenor Homem de Carvalho, e o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni. Os três concluíram que a situação provocada pelas recentes declarações do secretário — de que havia corrupção no Ibama — era insustentável. Às 7h de sábado, Lutzenberger foi contatado pelo secretário de Imprensa da Presidência, Pedro Luís Rodrigues, e às 8h coube ao embaixador Coimbra comunicar a demissão ao próprio Lutzenberger e convocá-lo ao Palácio do Planalto.

Coimbra leu um comunicado afirmando que "a substituição tem o sentido de assegurar que há no governo um só pensamento e ação na área da proteção ao meio ambiente, e que a política governamental nesse terreno se traduzirá efetivamente em realizações concretas, na mesma linha que vem sendo expressada pelo presidente Collor deste o início do seu mandato".

DENÚNCIAS — Goldemberg tomará posse na segunda-feira e ainda não tem idéia de quem colocará como presidente do Ibama. Ele vai primeiro conversar com líderes ambientalistas e disse que, mesmo antes de indicar os novos dirigentes, vai começar os trabalhos de apuração das denúncias que foram feitas e colocar em prática as inúmeras medidas de proteção ao meio ambiente com vistas à Rio 92.

O secretário interino também vai acelerar os contatos com o Banco Mundial para a liberação dos US$ 167 milhões para diversos projetos no Ibama e demarcação das terras indígenas e também dos US$ 1,5 bilhão que os sete países mais ricos prometeram ao Brasil. Deste total, está sendo liberado uma primeira parcela de US$ 250 milhões. (Brasília/ZH-AE)



Anúncio: *Goldemberg, o novo secretário de Meio Ambiente, ao lado de Coimbra, que comunicou as mudanças*

"Curinga" Goldemberg entra em ação

O professor e físico nuclear José Goldemberg está se constituindo no curinga do governo Fernando Collor, ao qual integrou-se inicialmente como secretário nacional de Ciência e Tecnologia. Vinculado informalmente ao PSDB, mas considerado mais técnico que político, Goldemberg, que atualmente ocupa o Ministério da Educação, desde sábado é também o titular da Secretaria de Meio Ambiente (Semam). Antes, Goldemberg foi usado como curinga no Ministério da Saúde, no intervalo entre a queda de Alceni Guerra e a nomeação de Adib Jatene.

Goldemberg na Secretaria de Ciência e Tecnologia dava ao presidente Fernando Collor o mesmo que ele esperava de Lutzenberger no Meio Ambiente: qualificação e representatividade. A diferença é o estilo. Goldemberg é discreto, Lutzenberger, espalhafatoso.

O exagero que caracteriza as observações de Lutzenberger começou a atrapalhar o governo, principalmente agora, que proliferam denúncias de irregularidades. Ao acusar o Ibama de antro de corrupção, o ex-secretário expôs o governo mais uma vez e expôs-se a si mesmo, já que o instituto estava subordinado a ele. Se sabia de irregularidades e não as coibiu, Lutzenberger incorreu num erro que o Planalto já avisou que não vai admitir: a omissão.

Arquivo/ZH



Lutzenberger: *declarações irritaram o Planalto e estimularam a demissão*

CONTRÁRIO — Goldemberg reconheceu que Lutzenberger sempre avançou, na área ambiental, com posição contrária à do governo, o que irritava o presidente Fernando Collor. A gota d'água foram as manifestações que o ex-secretário fez em Nova Iorque contra a tese do desenvolvimento sustentado, veementemente defendida por Collor. O secretário interino tem as mesmas idéias do presidente: "O governo brasileiro não abre mão do desenvolvimento."

O governo também deseja retomar o diálogo com os líderes ambientalistas brasileiros de Organismos Não Governamentais (ONGs) que o ex-secretário sempre menosprezou. As atitudes de Lutzenberger estavam prejudicando as negociações do Itamaraty e até do governo com o Congresso Nacional. Problemas que ficam para Goldemberg resolver agora. (Brasília/ZH)

Secretário impediu Martins de se demitir

O ex-secretário [illegible] do Meio Ambiente, José Lutzenberger, foi demitido e não pediu demissão, como chegaram a afirmar [illegible] a ele. Lutzenberger só admite falar sobre o assunto depois de receber oficialmente o comunicado de sua exoneração. Já o ex-presidente do Ibama, Eduardo Martins, divulgou ontem uma carta de demissão datada de 18 de [illegible] que deveria ter sido entregue ao presidente Fernando Collor no [illegible], quando ele presidiu uma reunião [illegible] do meio ambiente. "[illegible] carta não foi entregue ao presidente da República porque o secretário não quis", revelou Martins ontem, logo após o anúncio da sua exoneração.

Na sexta-feira, Martins levou a mesma carta ao secretário Marcos Coimbra, que a [illegible] a Collor sábado pela manhã na Casa da Dinda. Martins disse que conversou com Lutzenberger na quinta e sexta-feira, mas sua decisão de deixar o Ibama era irreversível diante da acusação genérica de corrupção no Instituto, feita pelo secretário.

O ex-presidente do Ibama explicou que foram constatadas diversas irregularidades em 65 inquéritos administrativos e foram apontadas como necessárias oito demissões de funcionários, em correspondência encaminhada ao secretário que, segundo ele, não tomou qualquer providência.

Martins acusa Lutzenberger de [illegible], mas reconhece que ele é [illegible] homem de grandes idéias e [illegible] política, embora de difícil [illegible]mento. Diferente de seu antecessor no Ibama, Tânia Munhoz, [illegible] não pretende mover ação [illegible] contra o ex-secretário.

[illegible] — Apesar [illegible] problemas, o Ibama [illegible] vendo "um trabalho [illegible]" [illegible] tação do ex-presidente [illegible] tem divulgado [illegible] no anos de sua gestão [illegible] das leis ambientais, o [illegible] das ações executivas, a [illegible] programas ambientais [illegible] da Rio-92 junto ao [illegible] alteração do modelo de [illegible]ca, administrativa e operacional [illegible] Ibama. Ele também [illegible] nhuma suspeita de [illegible] cou sem apuração. "Foram [illegible] dicâncias e 17 inquéritos [illegible] em 1992, e 15 sindicâncias e 65 [illegible] quéritos em 1991".

A demissão de Martins não se [illegible] tende aos 27 superintendentes regi[illegible] nais do Ibama, com quem ele de[illegible] reunir-se nos próximos dias. O e[illegible] presidente considera positiva a [illegible] cação de Goldemberg para a Secret[illegible] ria, interinamente, "porque ele te[illegible] grande capacidade de mobilizar [illegible] quadros funcionais", disse. (Brasília/ZH)

Goldemberg anuncia demissões no Ibama e acusa Lutzenberger

□Os cinco demitidos são acusados de corrupção. O secretário disse que seu antecessor foi negligente no caso e empossou Maria Teresa Pádua no instituto



Posse: *Maria Teresa anuncia metas; Goldemberg, viagem ao exterior para buscar recursos*

O secretário interino do Meio Ambiente, José Goldemberg, que empossou ontem a nova presidente do Ibama, Maria Teresa Pádua, anunciou a demissão de cinco funcionários do instituto envolvidos em corrupção. Os decretos com os nomes dos demitidos serão liberados hoje. Alguns processos estavam concluídos desde novembro, e Goldemberg foi informado dos casos pelo ex-presidente do Ibama Eduardo Martins. O secretário garantiu que não houve omissão do Ibama, mas negligência de Lutzenberger, pois era dele a palavra final para as demissões. Os demitidos são acusados de favorecimento a madeireiras, com permissão de desmatamento em locais proibidos e uso de guias adulteradas.

A cerimônia da posse de Maria Teresa foi prestigiada por cinco ex-presidentes do Ibama, entre eles o último, Eduardo Martins. A nova presidente do Ibama anunciou a criação do Parque da Serra Geral, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que servirá para a proteção da Mata Atlântica. Maria Teresa garantiu que a área ambiental do País será administrada pelo Ibama junto com as organizações não-governamentais (ONGs), que, disse ela, quase não foram ouvidas na gestão de Lutzenberger. Está prevista a reativação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e de todos os demais extintos por Lutzenberger.

Outra prioridade são os trabalhos da comissão de sindicância que apura denúncias de irregularidades. Goldemberg reafirmou que a comissão terá 15 dias para apresentar as conclusões. Também garantiu que as nove sindicâncias realizadas no Ibama e outras nove na Secretaria do Meio Ambiente serão levadas às últimas conseqüências.

Cabrera desmente denúncias de irregularidades

O ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, desmentiu ontem duas denúncias de irregularidades no seu ministério: o favorecimento à empreiteira OAS, que teria em Nélson Baeta Neves, assessor do ministro, apenas um assessor informal, e o aluguel de aviões do próprio Cabrera para o Ministério. Foram as primeiras denúncias em dois anos de gestão completados hoje. Cabrera interpelou a *Folha de S. Paulo*, que publicou as denúncias e se comprometeu a desmenti-las hoje. Ele explicou que até mesmo uma sindicância interna deverá ser aberta no jornal para apurar a autoria de uma das matérias, já que o jornalista que a assina, Paulo Ferraz, nega que a tenha escrito. Cabrera conversou com um dos diretores da *Folha*, Matinas Suzuki, pedindo explicações e colocando à disposição do jornal todos os documentos que quisessem.

[illegible] — Cabrera disse que tudo é totalmente infundado. Quanto à denúncia mais grave — o avião de sua família estaria registrado em nome da TAM numa manobra para que fosse fretado pelo Ministério para viagens do ministro —, ele garantiu que nunca os aviões da família foram alugados para qualquer pessoa física ou jurídica. Cabrera disse que viaja no seu avião para cima e para baixo e não seria idiota de alugá-lo ao ministério que dirige.

O ministro negou que tenha havido superfaturamento numa das obras a cargo da OAS. Ele garantiu, ao con[illegible]rio do que afirma a matéria, que a obra recebeu pareceres favoráveis das diretorias de Planejamento e Financeira do Ministério e assegurou que os preços oferecidos pela empreiteira para a construção de 600 quilômetros de estrada no Pará eram menores que os levantados pelo Ministério do Exército junto ao DER, ao DNER e a quatro entidades independentes. (AE)

LBA é foco de corrupção

Desde 13 de agosto de 1991, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) vem sendo presença constante no noticiário da imprensa nacional por casos de fraude e corrupção. Naquela data, a LBA tinha 294 toneladas de alimentos em estoque mas, mesmo assim, adquiria milhares de cestas básicas alegando que havia risco de fome em algumas regiões do País. Dois dias depois, o juiz da 19ª vara federal de São Paulo afasta oito dos diretores da LBA no estado, acusando-os de terem comprado 6.960 cestas básicas sem licitação. As acusações contra a LBA, presidida à época pela primeira-dama Rosane Collor, ganham repercussão.

A então ministra da Ação Social, Margarida Procópio, confirmou que a LBA distribuiu cestas básicas para um em cada dois eleitores de 39 municípios de Alagoas às vésperas do segundo turno das eleições para o governo do estado. Rosane Collor apóia Geraldo Bulhões contra Renan Calheiros. Apenas o fio da meada de um dos maiores escândalos do governo Collor, que resultou, posteriormente, na substituição dos superintendentes da LBA nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas, Bahia, Roraima, Paraíba, Paraná e Piauí.

O *JORNAL DO BRASIL* publicou uma série de denúncias de irregularidades cometidas pela LBA em Alagoas. A Locadora Neto, que funciona em Canapi — terra da família Malta — recebeu CR$ 41 milhões em março de 91 para distribuir água às populações afetadas pela seca. A empresa, do irmão de Rosane Collor, não possui sequer um carro-pipa. A Construtora Malta, de Esmeralda Malta Brandão, prima do pai de Rosane, recebeu CR$ 15,3 milhões para o fornecimento de água aos flagelados mas, segundo seus estatutos, está apta a trabalhar apenas com construção civil. A Associação Pró-Carente de Canapi recebeu CR$ 100 milhões para obras de promoção social. Ninguém conhece a entidade na cidade.

Foram constatadas irregularidades na LBA também no Rio de Janeiro e São Paulo. Rosane Collor deixa a LBA, após seguidas crises de choro, e é substituída por Paulo Sotero. "A comissão de sindicância instaurada para esclarecer irregularidades em Alagoas concluiu seus trabalhos, enunciou os culpados e encaminhou o processo ao Ministério Público Federal para determinar a instauração da ação penal e cível cabível", revela o presidente da LBA, Paulo Sotero, mostrando que as penalidades administrativas, no âmbito do poder Executivo, deverão ser anunciadas tão logo seja concluído o processo disciplinar.



Rosane: escândalos na LBA

Quanto às irregularidades detectadas na LBA em São Paulo, Sotero garante que já foram impostas penalidades administrativas: o ex-superintendente José Herculino Alcântara de Carvalho, o assistente Hygino Antonio Bonn Neto e o ex-gerente de administração Ivo Antonio Areias foram destituídos dos cargos, não mais poderão exercer função pública no âmbito federal e poderão ter seus bens sequestrados e colocados em disponibilidade para ressarcir o erário público.

A LBA mantém em andamento ainda sindicâncias nas superintendências da LBA nos estados do Amapá, Tocantins e Minas Gerais, e desenvolve processo disciplinar na Superintendência do Rio de Janeiro. "Todas as denúncias apresentadas têm sido investigadas através de auditorias, sindicâncias e processos disciplinares e, sempre que forem constatadas irregularidades, os processos serão encaminhados ao Ministério Público, à Polícia Federal e ao Tribunal de Contas da União", conclui Paulo Sotero.(R.B.)

Deputada depõe e diz que ministros sabiam do superfaturamento no Acre



□Célia Mendes afirmou à CPI do FGTS que Passarinho e Margarida foram avisados das irregularidades. A ex-ministra argumentou que não poderia intervir na questão, de âmbito estadual

A ex-ministra da Ação Social Margarida Procópio, o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Álvaro Mendonça, e o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, sabiam que as obras de canalização e saneamento em Rio Branco estavam sendo superfaturadas. A informação é da deputada Célia Mendes, do PDS do Acre, que disse ter avisado os três sobre a irregularidade em setembro do ano passado. Além disso, Célia alertou-os de que a licitação favorecia a construtora Norberto Odebrecht.

A deputada e a ex-ministra prestaram depoimento ontem à comissão parlamentar de inquérito sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Margarida admitiu ter sido avisada várias vezes pela parlamentar, mas alegou que nada poderia fazer para impedir as obras. "Se há irregularidade, que não se as leve para o Ministério da Ação Social, mas para a Caixa Econômica Federal, se há problema na concorrência, a responsabilidade é do estado", disse a ex-ministra.

Margarida afirmou que não poderia intervir no Acre a menos que a Justiça determinasse. Célia lembrou que antes da licitação, em 18 de setembro, os jornais *O Rio Branco* e *A Gazeta do Acre*, ambos de Rio Branco, começaram a publicar frases cifradas — ou não — que davam a Norberto Oderbrecht como vencedora da concorrência. As empresas do Acre, segundo a deputada, foram impedidas de participar da concorrência para a canalização do Igarapé da Maternidade e para o tratamento de água em Rio Branco.

ESPERANÇA — As duas obras tiveram financiamento do FGTS, totalizando, em valores de hoje, Cr$ 34,6 bilhões. A deputada disse que procurou Margarida em 9 de setembro e pediu a ela que não deixasse ocorrer a licitação. No dia 10, falou com o presidente da CEF, e Mendonça lhe garantiu que só liberaria o dinheiro se não houvesse irregularidade. No dia 18, Célia foi ao ministro Passarinho. O ministro pediu esclarecimentos a Margarida que, em 31 de outubro, respondeu prometendo fiscalizar as obras.

Depois de percorrer todos os canais de que tinha conhecimento e de não ver nada resolvido, Célia desistiu. "Tinha perdido as esperanças, quando surgiu essa gravação que envolve o ex-ministro Antônio Rogério Magri, que admite ter recebido US$ 30 mil para liberar o dinheiro do FGTS para obras no Acre", disse a deputada. (AE)

ABR/ZH



Margarida: *confirmou que foi avisada, mas disse que não podia fazer ...*

Governador do Acre pretende desfazer suspeita

O governador do Acre, Edmundo Pinto (PDS), pretende desfazer as suspeitas de ligação entre seu governo e a denúncia de suborno envolvendo o ex-ministro Antônio Rogério Magri. Edmundo Pinto disse que o superfaturamento de obras realizadas pela construtora Norberto Odebrecht no Acre é uma invenção e pretende provar também que as decisões do governo são legais, morais e impessoais.

Enquanto aguardava o embarque dos auditores, o governador concedeu entrevista coletiva. Ele não respondeu a pergunta, feita seis vezes pelo correspondente da Agência Estado, se o Acre teria ou não capacidade de endividamento para contratar as obras.

— Eu vou responder apenas aos jornalistas que tenham credenciais morais perante mim. O correspondente da Agência Estado é um mentiroso.

— Mentiroso é o governo que disse existir cólera no estado para justificar a obra — devolveu o repórter.

Edmundo Pinto viajou ontem para Brasília no mesmo avião que os auditores da CEF e do Tribunal de Contas da União que estiveram no Acre em busca de dados sobre a denúncia de superfaturamento. Hoje, o governador depõe no Congresso, na CPI que apura irregularidades na aplicação de verbas do FGTS. (AE)

EM CANOAS

'eira confirma denúncia na Polícia



José Doval/ZH

sconde ao sair da sala onde depôs

□ As acusações contra os quatro vereadores envolvidos no escândalo foram confirmadas. Cópia do cheque agora está com o delegado Ivair Maynart

Sumido desde a última segunda-feira, quando explodiram as denúncias sobre corrupção na Câmara de Canoas, o ex-representante da Transportes Balbinot, Álvaro Ferreira, apresentou-se ontem na Delegacia Regional confirmando, em depoimento de cinco horas, todas as denúncias que fizera a nove vereadores na sexta-feira da semana passada. Ferreira voltou a acusar o vereador Celso Pitol de ter recebido suborno para aprovar uma emenda que favorecia à transportadora.

Assustado com as repercussões do que contou aos vereadores, pois não sabia que o encontro era gravado por Jurandir Maciel (PMDB) e nem previa que as denúncias viriam a público, Ferreira disse ter recebido ameaças — "quiseram me dar um tiro ontem (quinta-feira) no Centro de Canoas" — e pediu proteção à polícia. O delegado Ivair Mainart, em resposta, ordenou a montagem de um dispositivo de segurança para a família do denunciante.

REVELAÇÕES — Em confronto com depoimentos e declarações de dirigentes da Transportes Balbinot, Ferreira contou que o proprietário não só fornecia o dinheiro para os pagamentos, como participou das negociações com o vereador Celso Pitol, tendo se reunido com ele por mais de uma vez para acertar os valores do suborno. No depoimento, Ferreira demonstrou ter mais que um relacionamento profissional e de freteiro com Balbinot. Era amigo e homem de confiança, tendo sido inclusive fiador do empresário.

Como se relacionava bem com Pitol, contou que, num encontro tido com o vereador em Tramandaí no verão de 1991, relatou as dificuldades provocadas pela lei de autoria do vereador, que prometeu estudar o assunto. Procurado ao final das férias por Pitol, Ferreira o levou a um engenheiro para que juntos estudassem um novo projeto. O vereador pediu Cr$ 3,5 milhões para garantir a aprovação na Câmara. Como a proposta era para uma garagem comercial, Balbinot não a aceitou. Um mês depois, Pitol assinou um outro projeto para liberar a empresa, cobrando por ele Cr$ 6 milhões, valor que prometeu distribuir entre outros vereadores, que não enumerou. O vereador almoçou com o empresário, que prometeu pagar, mas só após a aprovação do projeto, que acabou sendo derrotado.

INFLAÇÃO — Quando a transportadora já pretendia se mudar, Pitol voltou à carga pedindo Cr$ 9 milhões — acréscimo atribuído à inflação —, prometendo um "esquema firme para aprovação". Desta vez, o projeto foi aprovado. Logo após a sanção, em início de janeiro, Ferreira procurou os vereadores Sérgio Potrich (PTB), Iran Maciel (PDS) e Ney Calixto (PDT) e pagou Cr$ 1 milhão a cada um em cheques que depois foram trocados por dinheiro. Depois esteve com Pitol, a quem entregou US$ 2,7 mil e relatou o "presente" dado aos seus colegas. O fato desagradou Pitol, que pretendia ser o único intermediário. Pitol ainda queria mais Cr$ 6 milhões, que, se não fossem pagos, levariam o vereador a prejudicar a empresa "através de pressões do deputado Jorge Uequed".

Em 91, corrupção cresceu 20% em relação a 90

Vindas de diversas esferas do setor público, cerca de 150 denúncias de corrupção por mês deram entrada na Procuradoria Geral da República em 1991. A média é de cinco denúncias por dia e supera em 20% os números do ano anterior, de acordo com os dados da Coordenadoria de Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos. A lista de irregularidades descobertas em órgãos como o Ministério da Saúde e a Legião Brasileira de Assistência contribuíram decisivamente para que no ano passado o governo federal despontasse como o maior responsável pelo aumento nas estatísticas de corrupção no País.

Data de julho de 1990, apenas quatro meses após a posse do novo presidente da República, a primeira suspeita de má utilização do dinheiro público no governo Collor. Foi no setor de transportes. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) abriu licitação simplificando a contratação de empreiteiras e apresentou como justificativa a agilização do programa SOS Rodovias, para recuperar estradas federais esburacadas.

A denúncia de corrupção no DNER resultou na primeira demissão motivada por escândalo. O então secretário nacional de Transportes, Marcelo Ribeiro, inaugurou uma lista mais tarde ilustrada com os nomes de Adolfo Schüller, presidente da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Marcos Candau, do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), Fátima Borges, do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) e Rosane Collor, da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

O poderoso Ministério da Economia não ficou imune às suspeitas, e seus integrantes protagonizaram pelo menos dois casos rumorosos, em março e maio de 1991: o vazamento de informações de que o Brasil se retiraria do Acordo Internacional do Café, que privilegiou empresários e amigos da ex-ministra Zélia Cardoso de Melo, e o pagamento de US$ 85,9 bilhões quitando uma dívida de usineiros alagoanos com bancos credores internacionais. Um inquérito investiga a possibilidade de integrantes da equipe econômica terem recebido propina para ignorar o deságio de 65% oferecido pelos credores.

Também o Exército se curvou às determinações do Tribunal de Contas da União e reavalou uma concorrência superfaturada para compra de fardamento dos recrutas. Na esfera civil, a corrupção no governo Collor acabou criando a figura do anti-herói. "Não serei outro Alceni", declarou na sexta-feira o ex-ministro Antônio Rogério Magri, acusado de suborno, referindo-se ao indiciamento do ex-ministro da Saúde Alceni Guerra pela Polícia Federal.

19

Polícia Federal denuncia Alceni ao Supremo por prevaricação

☐O relatório será levado ao STF amanhã. Caberá ao procurador-geral oferecer a denúncia. A PF obteve ordem para seqüestrar bens de ex-diretores da FNS

O delegado Nício Lacorte, da Polícia Federal, que comanda as investigações sobre as irregularidades na Fundação Nacional de Saúde, encaminha amanhã ao Supremo Tribunal Federal (STF) um relatório pedindo o enquadramento do ex-ministro da Saúde Alceni Guerra por crime de prevaricação. Conforme o artigo 319 do Código Penal, prevaricação consiste em retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa da lei para satisfazer interesse próprio ou de terceiros. A pena é prisão de três meses a um ano, além de pagamento de multa.

Assim que chegar ao STF, o relatório deve ser remetido ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira. Caberá a Junqueira apresentar denúncia ao STF para que o ex-ministro seja processado. Lacorte explicou que o procurador poderá trilhar três caminhos na apreciação do caso. O primeiro é a oferta da denúncia nos moldes da sua sugestão, pedindo que o ex-ministro seja julgado por prevaricação. O segundo é a modificação do enquadramento, decidindo por outros artigos do Código Penal. "O procurador-geral pode entender que o ministro simplesmente acobertou seus subalternos, incorrendo em condescendência criminosa, ou pedir o enquadramento baseado em dispositivo mais grave, como co-autoria dolosa", exemplificou Lacorte.

A última possibilidade é o arquivamento do processo por insuficiência de provas. Lacorte, que esteve ontem no gabinete da juíza da 4ª Vara Federal de Brasília, Selene de Almeida, afirma que já reuniu elementos suficientes contra Alceni, comprovando que ele estava ciente das compras irregulares de material pela FNS e não tomou qualquer providência.

SEQÜESTRO — Lacorte conseguiu ontem a emissão de ordem judicial para seqüestro de um automóvel Kadett de propriedade da namorada de Nélson Marques, ex-vice-presidente da FNS, Adriana Franco, que foi apreendido pela PF em Curitiba na semana passada, e de dois imóveis (uma casa e um terreno no balneário catarinense de Camboriú) de propriedade do sogro do ex-diretor administrativo da fundação Carlos Pastro, Antônio Pilatti. Os três bens estão avaliados em cerca de US$ 150 mil.

Marques recebeu o Kadett de presente da firma ICI do Brasil em troca de favorecimentos ilícitos na compra de material superfaturado. Para comprovar que os imóveis pertencem a Pastro, foi desenvolvida minuciosa investigação. No exame dos extratos das contas telefônicas de Pastro, o delegado Lacorte descobriu que ele ligou para uma corretora de Camboriú para fechar o negócio. A corretora revelou que o dinheiro utilizado por Pilatti fora enviado de Brasília pela mulher de Pastro, Sônia Maria. (AE-AJB)



Pena: *Alceni pode pegar de três meses a um ano de prisão e ...*

Agenor, a eminência parda se expõe

Dora Kramer e Luiz Cláudio Cunha

BRASÍLIA — Com um talento para ocupar espaços só comparável à sua habilidade para manter-se longe da cena principal, o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Agenor Homem de Carvalho, cometeu, na semana passada, um pecado mortal para quem assumiu o cargo com projeto de ser uma poderosa eminência parda. No episódio da denúncia de corrupção contra o ex-ministro Antônio Rogério Magri, a eminência veio à luz. O general se expôs por inteiro, bateu boca com o ministro Jarbas Passarinho pela imprensa, irritou o presidente Fernando Collor ao negar para ele, um dia antes do escândalo explodir nos jornais, que tivesse conhecimento de qualquer denúncia e, agora, corre o risco de se tornar o principal alvo do governo nesse tiroteio.

Magri prepara uma pesada artilharia para atingir em cheio o general. A linha de defesa que assumirá no inquérito da Polícia Federal será a de acusar Agenor Homem de Carvalho. Orientado por seus advogados, o ex-ministro dirá que todos os homens-chave do INSS, à exceção do presidente José Arnaldo Rossi, eram pessoas de confiança do general. Falará mais. Que tinha notícias vagas de que havia problemas de corrupção dentro do INSS, mas que evitava apurar com firmeza porque considerava que era "área do general Agenor". Contra o general, Magri coleciona ainda fatos que aparentemente nada têm a ver com o caso em si, mas que servem para levantar suspeição sobre ele. Por exemplo, foi o general quem indicou a mulher do filho de Chacrinha Leleco Barbosa, Maninha Barbosa, para a superintendência regional da LBA no Rio. Maninha foi afastada por conta de irregularidades.

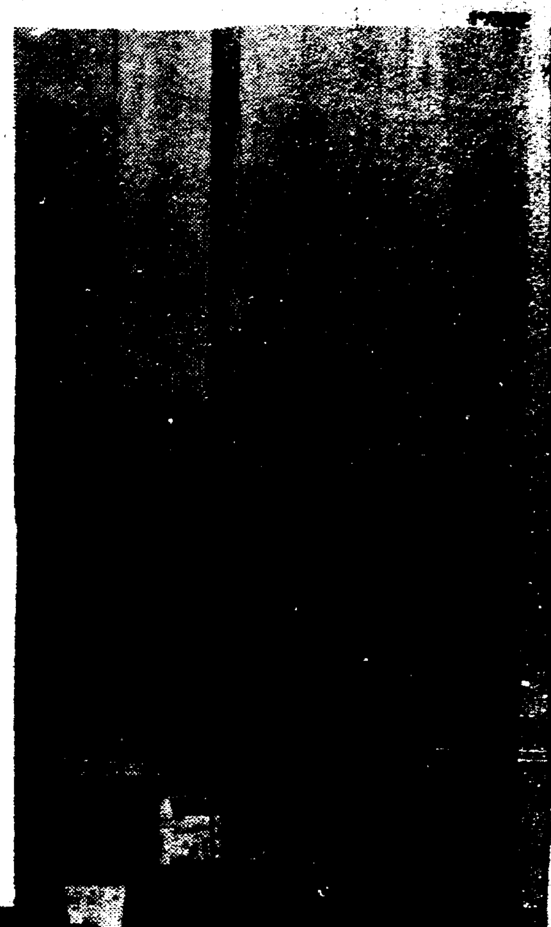
Os embates do general Agenor com a área da Previdência vêm desde o início do governo, e são apenas um exemplo de como esse oficial conseguiu transformar-se num dos homens mais fortes do Palácio do Planalto, hoje em incontestável declínio. Agenor tentou fazer de seu amigo Teixeira Neto, maçom como ele e candidato derrotado a deputado pelo PRN do Rio, presidente do INSS. Não conseguiu e, por isso, não perdia oportunidade de criar dificuldades para a equipe de Magri.

O homem de maior confiança do ex-ministro, Aluízio Azevedo, bateu de frente diversas vezes com o general, assim como José Arnaldo Rossi, que não esconde seu horror a ele. Na época da divulgação da lista dos marajás da Previdência, que acabou desencadeando todo o escândalo das fraudes no INSS, no ano passado, atribuiu-se a divulgação dessa lista — por sinal, falsa — a uma atuação de bastidore bem engendrada pelo general. Depois desse episódio, Agenor conseguiu nomear o amigo Teixeira para a Procuradoria-Geral do INSS e ainda foi o responsável pela indicação de Volnei Ávila para a diretoria de Arrecadação e Fiscalização.

Mas não foi só sobre o ministério de Magri que Agenor expandiu seu poder. No Palácio do Planalto, conseguiu mudar completamente o perfil original do Gabinete Militar, que sempre cuidou exclusivamente das viagens presidenciais, da segurança pessoal do presidente e do relacionamento da Presidência com as Forças Armadas. Agenor cresceu no vácuo da impotência política do embaixador Marcos Coimbra, secretário-geral da Presidência. Organizado, disciplinado, começou a interferir cada vez mais na agenda do presidente. Hoje, a agenda de Collor é montada e distribuída pelo Gabinete Militar, e não pela Secretaria Geral. Na reunião das 9h, o próprio Collor se dirige ao general para determinar ou cancelar uma audiência.

Ligado ao PRN fluminense — apesar de estar servindo na Brigada Mecanizada em Campinas (SP), antes de se transferir para Brasília, indicado pelo general Carlos Tinoco, ministro do Exército —, Agenor gosta de dar seus palpites em política. Só que os políticos não gostam dele. Não é bem visto no Congresso, onde tem um único amigo: o deputado Arnaldo Faria de Sá (SP), ex-líder do PRN e hoje no PFL. Sempre discreto, o líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), não resiste à piada e apelidou o Agenor de *senador de Realengo*, por causa de suas tentativas de fazer política. Foi brizolista e, mais que Alceni Guerra, foi peça-chave na aproximação de Collor e Brizola, mediando telefonemas e enviando emissários ao Rio.

Dentro do palácio mesmo, ele tem seus inimigos. Já trombou com Cláudio Humberto, com o próprio embaixador Marcos Coimbra e, mais recentemente, com o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos. Articulado com os ministros militares, Agenor trabalhou para obstruir um projeto da SAE que diminuía os serviços de inteligência do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e concentrava essa operação na secretaria. Pedro Paulo não gostou, até porque Agenor formou uma espécie de SNI paralelo, espalhando agentes inativos do serviço por áreas do governo. A estratégia não deu certo, porque esse trabalho não conseguiu produzir nenhuma grande informação e degenerou para o campo da futrica funcional. Collor registrou o deslize e desmoralizou a travessura.



Um talento especial para no[illegible]

O general Agenor Homem de Carvalho tem uma história de erros e acertos no governo. No episódio da aproximação de Brizola com Collor, ganhou pontos com o presidente ao prestar outros favores como, por exemplo, a ponte que fez entre o Planalto e o prefeito de Campinas, hoje no PDT, Jacó Bittar — uma amizade consolidada na época em que o general servia na cidade do interior paulista. O primeiro erro foi logo no início do governo, quando Collor, pela primeira vez depois de empossado, foi fazer o cooper dominical.

Na segunda-feira, um coronel da ativa telefonou a um amigo do presidente e informou que o homem que aparecia nas fotos do cooper ao lado de Fernando Collor, identificado como chefe da segurança presidencial, era um brizolista fanático que tinha horror a Collor. Ele deu nome e endereço para confirmação. O Planalto checou os dados, confirmou a denúncia e trocou o chefe da segurança imediatamente. O funcionário era indicação de Agenor. O general perdeu agora também, com a substituição da mulher do ex-ministro da Aeronáutica brigadeiro Octávio Moreira Lima, Ana Moreira Lima, no cargo de adido cultural em Lisboa. Ana era outra indicação do general Agenor.

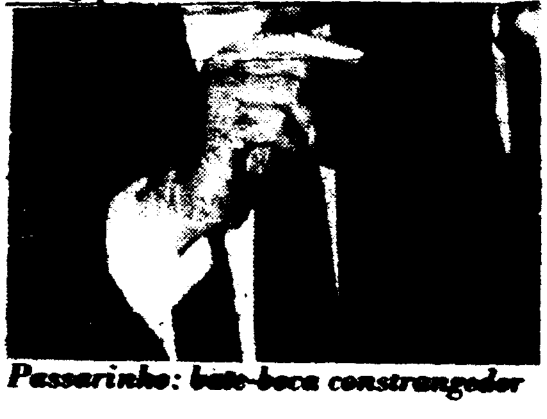
Mas, em outra ocasião, ele venceu um parente presidencial. O primo de Collor, Euclides Mello, deputado federal pelo PRN paulista, queria fazer uma nomeação no DNER em São Paulo, mas o general conseguiu colocar no lugar o filho de um militar da reserva, seu amigo. Euclides até hoje não perdoa o

general. Agenor Home[illegible] [illegible] lho José [illegible] Agenor mostrou, [illegible] talento especial para [illegible] [illegible]

Na [illegible] meses atrás, uma [illegible] te Militar, para [illegible] ria de Marcos Coimbra. A idéia acabou não [illegible] erro de Agenor que [illegible] te foi a doação de um [illegible] te do presidente Co[illegible] operação foi divulga[illegible] thias Machline, do[illegible] doação, montada e [illegible] sentiu-se usado e não [illegible]

O futuro do ge[illegible] antecipar abertamen[illegible] como certa em vários [illegible] dos Ministérios e até [illegible] Mas, se ficar, seu [illegible] Até porque, com a [illegible] a um profissional do [illegible] ral deverá cuidar [illegible] prevê a agenda do Pla[illegible] deverá mais ser sua [illegible]

21



Passarinho: bate-boca constrangedor



Magri: artilharia [illegible]

Magri nega suborno e questiona fita



☐No depoimento à CPI, o ex-ministro garantiu que nunca ficou mais de 15 minutos com Volnei Ávila e que jamais falou sobre propina. Irônico, disse que todos ouviram a fita, menos ele

O ex-ministro do Trabalho e Previdência Antônio Rogério Magri negou que tenha dito ao ex-diretor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Volnei Ávila que recebeu US$ 30 mil para liberar verbas para obras de saneamento básico no Acre. O ex-ministro depôs ontem na comissão parlamentar de inquérito sobre irregularidades no uso de verbas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e, ao contrário das declarações anteriores, não mencionou o "teste de honestidade" que teria aplicado em Volnei.

Magri iniciou o depoimento às 17h14min. Antes, durante quase duas horas, ouviu a transcrição da fita gravada por Volnei. "Nunca fiquei mais de 15 minutos na presença do doutor Volnei. Esta fita tem mais de 45 minutos de conversa", observou Magri. O ex-ministro questionou o conteúdo da fita: "Como é possível que haja três interlocutores na sala — o doutor Volnei, o assessor Jorge Hajnal e eu —, e, de repente, um deles vai embora sem se despedir, e entra no lugar uma voz feminina sem se anunciar?"

Às vezes levando a mão ao novo par de óculos ou rindo com ironia, de cabelo engomado e com terno bege, Magri reclamou ser a única pessoa que ainda não ouviu a fita: "A Polícia Federal a tem, a TV Globo, a imprensa. Todo mundo a tem. Eu sou o único e o maior interessado que ainda não pôde ouvir a fita."

No caso do FGTS, Magri sustentou que não poderia ser responsabilizado pelo envio de Cr$ 34,6 bilhões ao Acre porque quem controlava as verbas do FGTS eram o Ministério da Ação Social e a Caixa Econômica Federal (CEF): "Como eu poderia receber propina se não tinha poder para mandar o dinheiro?" O ex-ministro garantiu que não participou da liberação da verba e não votou na reunião do conselho curador do fundo que decidiu repassar o dinheiro.

VÍTIMA — O ex-ministro demonstrou ter assimilado bem as orientações do advogado Dalambert Jaccoud: apresentou-se como um operário, vítima das armações de um funcionário, e a todo momento repetiu que o ex-diretor do INSS Volnei Ávila jamais foi homem de sua confiança. Disse que Ávila foi posto no cargo de diretor de Arrecadação e Fiscalização do INSS por pressões políticas.

Quando perguntado quem foi o responsável pela nomeação de Volnei, respondeu: "Eu nunca falei em Elliot Ness. Quem disse que o Palácio do Planalto estava nomeando um Elliot Ness (referência ao fiscal norte-americano que conseguiu descobrir as fraudes do mafioso Al Capone) foi o jornalista Alexandre Garcia."

Magri só demonstrou nervosismo — seus olhos começaram a piscar — quando a deputada Cidinha Campos (PDT-RJ), autora da denúncia do suborno, o acusou de perjúrio. Ela lembrou que, no dia 4 de novembro, Magri declarou à Comissão de Seguridade da Câmara que se sentia prestigiado pelo presidente Fernando Collor porque havia indicado todos os seus diretores. "Quando ocorreu a mentira?", quis saber a deputada. Cidinha e o deputado Nilmário Miranda (PT-MG) foram dos poucos parlamentares que questionaram o ex-ministro e confrontaram suas declarações com documentos. (AE-AG)



Versão: *Magri negou todas as acusações e reclamou de como é*

Magri é acusado de receber subor[no]

□Governo determinou a abertura de inquérito pela manhã. O ex-diretor do INSS depôs na PF e acusou o ex-ministro de tentar corrompê-lo

— Aquele lance que ele disse que tinha recebido naquele dia US$ 30 mil... aquele lance já chegava para ele sair —, quis saber o procurador aposentado do INSS Edgard Seráphico de Souza Filho, numa conversa por telefone com o ex-diretor de Arrecadação e Fiscalização do INSS Volnei Abreu Ávila. O diálogo, gravado por Ávila no dia 19 de janeiro, revela que, menos de dois meses antes, o então ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, teria aceito US$ 30 mil para parcelar a dívida de uma empresa com a Previdência — o que seria o motivo real da sua demissão.

— Claro, lógico — confirmou Ávila, na gravação.

— Se o Collor ouvisse...Ele ouviu aquilo?

— Não, ninguém ouviu, a não ser nós dois.

— Então como é que você diz que ele saiu por causa da gravação?

— Porque eu falei que tinha um documento para provar que ele era ladrão — respondeu Volnei.

— Dizem que ele vai ser ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

— Não vai, não.

— Eu não deixava esse cara ir para lá porque esse cara é podre.

— Esse cara tem que ir é preso — reagiu Volnei.

Com base nesse diálogo, revelado pela deputada Cidinha Campos (PDT-RJ), que teve acesso à fita, Ávila passou a ser ontem a principal peça de acusação num processo que pode levar o ex-ministro do Trabalho e da Previdência à condenação. Assim que tomou conhecimento da denúncia, na manhã de ontem, o presidente Fernando Collor determinou ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, a abertura de inquérito policial para apurar o episódio.

Na tarde de ontem, em depoimento informal prestado na Polícia Federal, o ex-diretor Volnei Ávila confirmou que o ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social Antônio Rogério Magri tentou, efetivamente, corrompê-lo.

ALICIAMENTO — "Não vou me transformar num outro Alceni", reagiu ontem o ex-ministro numa referência ao seu colega da Saúde, indiciado pela Polícia Federal por prevaricação. Magri confirma a conversa com o ex-diretor de Arrecadação do INSS, mas alega, em sua defesa, que estava fazendo um teste para aferir a honestidade de Volnei Ávila, seu desafeto dentro do Ministério.

De acordo com Volnei, o ex-ministro lhe dizia: "vamos sair daqui com dinheiro". Volnei conta que Magri vinha tentando aliciá-lo desde outubro do ano passado, "querendo auferir vantagens em dinheiro para facilitar as dívidas de empresas com o INSS". Numa demonstração do empenho do governo em esclarecer o fato, Volnei começou a depor oficialmente ainda na tarde de ontem, com a perspectiva de contar sua versão à Polícia Federal até a madrugada.

O inquérito policial, instaurado ontem e presidido pelo delegado Aparecido Feltrin, da Divisão de Polícia Fazendária (DPFAZ), prevê ainda a tomada dos depoimentos de Magri, do procurador aposentado do INSS do Rio de Janeiro Edgard Seráphico de Souza Filho, da deputada Cidinha Campos (PDT-RJ), e da esposa do ex-ministro, Isabel. O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, recomendou a Romeu Tuma o envio do inquérito, após sua conclusão, para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Nº DOCUM

TITULO

P

FECHA

VINCULACI

Delegado pede quebra de sigilo nas contas bancárias de Magri



☐Feltrin quer que o STF autorize o fornecimento de informações sobre os saldos de Magri e sua mulher. Um trecho da fita decifrado ontem detecta tráfico de influência

O delegado Aparecido Feltrin, que preside o inquérito sobre o caso Magri, pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal uma autorização para que sejam fornecidas informações, em juízo, sobre a existência de contas bancárias e os saldos em cruzeiros do ex-ministro do Trabalho Antônio Rogério Magri e de sua esposa, Isabel. Se existirem estas contas, o delegado quer saber quantas são nas agências do banco Bamerindus. A especificação do banco refere-se às notícias publicadas nos jornais sobre as cintas de dinheiro encontradas na cesta de lixo da casa do ex-ministro, no Lago Sul de Brasília. Essas cintas, pertencentes às agências 1591 e 1595 do Bamerindus, das cidades-satélite do Gama e Ceilândia, são usadas para prender dinheiro nos valores de Cr$ 5 milhões e Cr$ 1 milhão.

De acordo com as explicações fornecidas na secretaria-geral do STF, a petição do delegado Feltrin é rara. Na prática, o pedido visa a quebra do sigilo bancário por necessidade da autoridade policial investigar o eventual enriquecimento ilícito do ex-ministro. O presidente do Supremo, Sydney Sanches, decidiu que hoje mesmo será indicado um ministro para relatar a matéria, que, antes de emitir seu parecer, pedirá uma manifestação do procurador-geral da República, Aristides Junqueira. O ministro Sanches poderia ter dado um despacho pessoal acatando ou não a petição de Feltrin. Acontece que, segundo advogados com conhecimento dentro do STF, Sanches achou mais prudente obter um parecer abalisado sobre o caso, devido às implicações jurídicas e até mesmo políticas que o caso apresenta.

NOVO CRIME — Os peritos do Instituto de Criminalística decifraram ontem um trecho da fita gravada com a voz de Magri que implica em crime de tráfico de influência. O ex-ministro diz ter ajudado a liberar verbas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para a realização de obras de saneamento no Acre. Segundo uma fonte do INC, Magri afirma: "Outro dia, recebi uma proposta e achei a coisa mais simples do mundo. peguei. Era um negócio do FGTS. Agora, a empresa está trabalhando na obra de esgoto no Acre". E conclui com a frase já conhecida: "Depois, o cara veio aqui e me deu os 30 mil dólares (51,99 milhões de cruzeiros ao câmbio comercial de hoje). Caiu do céu."

Essa frase consta do laudo que foi preparado pelos peritos Aristeu Alves de Lima e Paulo César Fortes Pires Pedrosa, que terminaram ontem a checagem da degravação da fita. O laudo será entregue hoje a Feltrin pelo diretor do INC, Maurício Cunha. Ontem, o delegado informou que não sabe ainda quando ouvirá o general Agenor Homem de Carvalho, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, e a lobista Sheila Wanderley, cuja voz provavelmente é a que consta de uma das três fitas gravadas entregues à PF pela deputada federal Cidinha Campos (PDT-RJ). Essas fitas já estão em poder do INC, que deve começar hoje o trabalho de análise e decupagem. (AE)

9203052

Margarida diz que Magri é culpado

□Defendendo-se das acusações de irregularidades na aprovação de verbas do FGTS, a ex-ministra da Ação Social culpou o ex-ministro Magri e garantiu estar tranqüila



Acusadora: *Margarida Procópio, sorrindo, deixa a missa em comemoração aos dois anos de Governo* [illegible]

A ex-ministra da Ação Social, Margarida Procópio, isentou ontem seu ministério de qualquer irregularidade na aprovação de verbas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em obras de saneamento nos estados do Acre e Pará. Essas verbas foram entregues à Construtora Norberto Odebrecht, que teria pago a propina de US$ 30 mil ao ex-ministro do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri. Margarida jogou toda a responsabilidade no ex-ministro Magri e no Conselho Curador do FGTS, que foi quem aprovou a verba. "Não temo ser indiciada, minha declaração do Imposto de Renda está aberta para quem quiser ver", afirmou.

Encoberta por uma coluna da catedral metropolitana, durante a missa pelos dois anos do governo Collor a ex-ministra afirmou: "Não vou admitir que qualquer pessoa, no governo ou fora dele, venha denegrir a imagem dessa ministra". Sempre se referindo como se ainda ocupasse a pasta da Ação Social, a ex-ministra prosseguiu: "Sou uma mulher que sempre pautou sua vida por uma conduta ilibada". E afirmou enfática: "Essas mãos jamais se sujarão, nunca precisei disso". Ao lado do marido, Januário, que está deixando a diretoria administrativa da Radiobrás esta semana, Margarida disse estar à disposição da Polícia Federal e do Congresso para esclarecer qualquer dúvida. Afirmou que a sua ida à CPI do Senado sobre o FGTS vai se dar na ocasião oportuna para o esclarecimento de todos os fatos.

RELATO — Margarida disse que ninguém conhece mais do que ela o episódio sobre a liberação de verbas para o Acre e Pará. "O governador do Acre me solicitou em maio a transferência do percentual estabelecido para a infra-estrutura para a área de saneamento básico", contou a ex-ministra. Segundo ela, tanto o governador Edmundo Pinto (PDS) como parlamentares que a procuraram no ministério insistiram na necessidade de priorizar o saneamento do Canal da Maternidade, um esgoto a céu aberto na capital, Rio Branco. O motivo para a realocação dos recursos era a chegada da cólera, naquela altura já bem próxima das fronteiras do Brasil com o Peru.

A ex-ministra admitiu que a Caixa Econômica Federal (CEF) apresentou o voto de transferência dos recursos com o apoio integral do Ministério da Ação Social. "Fizemos um procedimento legal, normal e o conselho curador do FGTS aprovou por unanimidade", afirmou Margarida, lembrando que o conselho é formado por três representantes dos trabalhadores, três dos empregadores e cinco do governo. "Se o conselho aprovou, por que então a ministra Margarida tem alguma coisa a ver com isso?", indagou.

Sobre o envolvimento da Construtora Odebrecht no episódio, a ex-ministra preferiu economizar as palavras. "Cabe ao ministério aprovar, previamente, o projeto que a CEF, por sua vez, já definiu como perfeito", procurou explicar. "Nós só priorizamos", afirmou. A ex-ministra disse que o projeto entra na superintendência da CEF, é aprovado sob o ponto de vista técnico, jurídico e financeiro. "Ao Ministério da Ação Social cabe definir a obra [illegible]te", disse. Na sua opinião, [illegible] núncias de corrupção que [illegible] tourando em diversos [illegible] verno tem como principal [illegible] atingir o presidente Collor. E [illegible] que não quer fazer pré-[illegible] "Para julgar as pessoas até Deus [illegible] pera que elas morram primeiro", [illegible]mou. (AE)

Tesouro dos EUA investigará existência de contas de Magri

19/3



☐Romeu Tuma solicitou a investigação aos norte-americanos e espera ter acesso às contas, caso elas existam. Sobre o trabalho da Interpol na Suíça, ele disse que é só conferência de endereços

O secretário da Polícia Federal, Romeu Tuma, pediu auxílio do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos para investigar se o ex-ministro do Trabalho e Previdência Antônio Rogério Magri tem conta em alguma instituição financeira do país. Tuma explicou que a PF terá facilidade para obter as informações pedidas aos Estados Unidos porque está desenvolvendo um trabalho conjunto com o governo norte-americano para combater o narcotráfico e o contrabando. "Acredito que teremos acesso às contas, caso elas existam", disse.

O secretário não demonstrou o mesmo otimismo em relação às investigações da Interpol. Ele disse que, preliminarmente, foram solicitadas informações sobre a existência de cinco instituições financeiras no edifício número 21 do Quai Mont Blanc, em Genebra, prédio visitado por Magri no ano passado. Só depois disso poderá ser feito um trabalho de convencimento das autoridades suíças para que sejam dadas informações sobre a existência de conta em nome do ex-ministro. Até agora, a Interpol não enviou nenhum relatório ao Brasil.

[illegible] — O ex-ministro Magri terá que explicar como obteve a placa personalizada para seu carro em Curitiba (PR). O delegado Luís Carlos Teixeira vai instaurar inquérito ainda esta semana e pretende ouvir Magri e os demais envolvidos no emplacamento, como a concessionária Jorlan, de Brasília, e o despachante Ereno Neroni.

O delegado informou que os responsáveis pelo fornecimento de endereço falso do ex-ministro em Curitiba podem ser enquadrados no artigo 299 do Código Penal, por terem alterado a verdade em documento público e por isso cometido crime de falsidade ideológica, cuja pena é de um a cinco anos de reclusão. Ele também investiga a possibilidade de envolvimento de funcionários do Detran de Curitiba. (AE-AJB)

Procurador não autoriza quebra de sigilo nas contas de Magri



□ Junqueira quer provas concretas da movimentação bancária do ex-ministro para permitir uma devassa nas contas. As cintas de dinheiro encontradas no lixo de Magri não foram suficientes

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, deu parecer contrário à imediata quebra do sigilo bancário nas contas do ex-ministro Antônio Rogério Magri. O pedido partiu do delegado que apura o envolvimento de Magri em corrupção, Aparecido Feltrin, logo após tomar conhecimento que duas cintas das agências 1591 e 1595 do banco Bamerindus em Brasília, utilizadas para prender as quantias de Cr$ 5 milhões e Cr$ 1 milhão, foram encontradas no lixo da casa do ex-ministro. Junqueira, no entanto, admitiu rever a decisão que nega a quebra do sigilo ao final do inquérito que apura as responsabilidades no escândalo Magri.

A revelação da existência das cintas pela imprensa não foi suficiente para que a Procuradoria solicitasse a autorização judicial do banco. "É certo que há inquérito policial instaurado para apurar crime contra a administração pública, cuja autoria é atribuída ao ex-ministro, mas a digna autoridade policial não instruiu o pedido com os elementos de prova mínimos de autoria de delito, aptos a justificar a autorização judicial pretendente", diz Junqueira no seu parecer.

O requerimento de Feltrin também pedia a quebra de sigilo bancário na conta da mulher do ex-ministro, Isabel, relativa aos anos de 1991 e 1992. Aristides Junqueira afirmou, no entanto, que a sua negativa não impede uma futura autorização de quebra de sigilo, "desde que seja baseada em provas concretas".

Depois de ter anunciado que só daria declarações à imprensa em maio, o procurador afirmou laconicamente ontem que está esperando o inquérito da Polícia Federal para se manifestar sobre o caso Magri. Na semana passada, Junqueira afirmou que a fita seria prova suficiente para enquadrar Magri por corrupção. (Brasília/ZH)



Parecer: *negativa não impede futura qu...*

27-27

920305 2

Procurador não autoriza quebra de sigilo nas contas de Magri



□ **Junqueira quer provas concretas da movimentação bancária do ex-ministro para permitir uma devassa nas contas. As cintas de dinheiro encontradas no lixo de Magri não foram suficientes**



Parecer: *negativa não impede futura autorização, diz Junqueira*

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, deu parecer contrário à imediata quebra do sigilo bancário nas contas do ex-ministro Antônio Rogério Magri. O pedido partiu do delegado que apura o envolvimento de Magri em corrupção, Aparecido Feltrin, logo após tomar conhecimento que duas cintas das agências 1591 e 1595 do banco Bamerindus em Brasília, utilizadas para prender as quantias de Cr$ 5 milhões e Cr$ 1 milhão, foram encontradas no lixo da casa do ex-ministro. Junqueira, no entanto, admitiu rever a decisão que nega a quebra do sigilo ao final do inquérito que apura as responsabilidades no escândalo Magri.

A revelação da existência das cintas pela imprensa não foi suficiente para que a Procuradoria solicitasse a autorização judicial do banco. "É certo que há inquérito policial instaurado para apurar crime contra a administração pública, cuja autoria é atribuída ao ex-ministro, mas a digna autoridade policial não instruiu o pedido com os elementos de prova mínimos de autoria de delito, aptos a justificar a autorização judicial pretendente", diz Junqueira no seu parecer.

O requerimento de Feltrin também pedia a quebra de sigilo bancário na conta da mulher do ex-ministro, Isabel, relativa aos anos de 1991 e 1992. Aristides Junqueira afirmou, no entanto, que a sua negativa não impede uma futura autorização de quebra de sigilo, "desde que seja baseada em provas concretas".

Depois de ter anunciado que só daria declarações à imprensa em maio, o procurador afirmou laconicamente ontem que está esperando o inquérito da Polícia Federal para se manifestar sobre o caso Magri. Na semana passada, Junqueira afirmou que a fita seria prova suficiente para enquadrar Magri por corrupção. (Brasília/ZH)

27-27

9203052

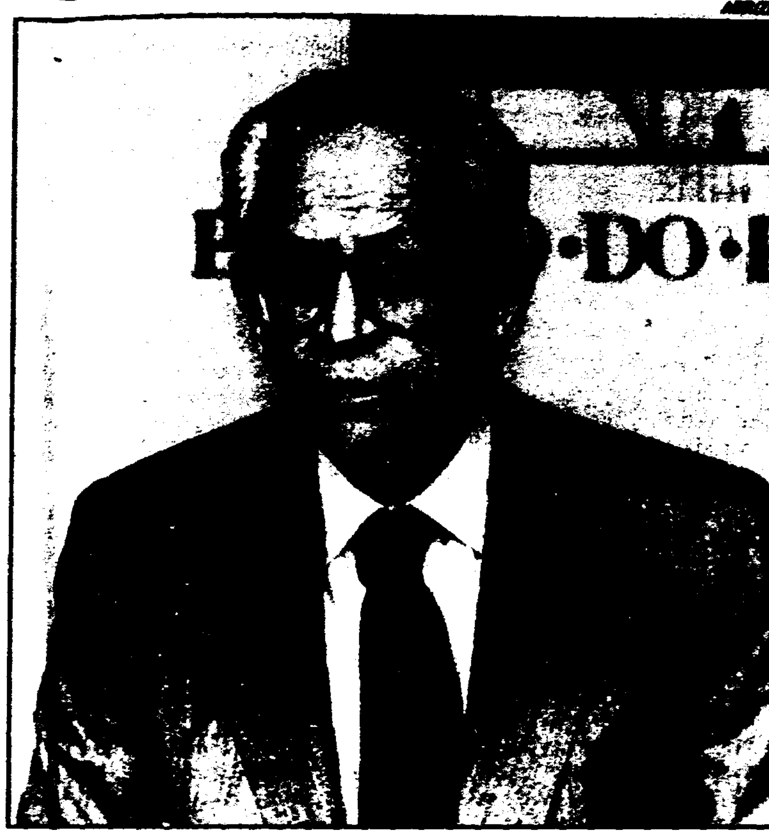
coletiva muda o governo Collor

**da Justiça sugeriu ao
enúncia coletiva do
ram confirmados nos
Jatene, Marcílio,
os ministros militares**

or Célio Borja, presidente do Tribu-
al Superior Eleitoral —, a mano-
ra política engendrada pelo presi-
ente Collor inclui recados explícitos
sinais em código que apontam para
undas alterações na face do gover-
o. Ao preservar liminarmente ape-
as três ministros civis, Collor insti-
uiu a divisão do primeiro escalão em
uxiliares de primeira e de segunda
lasse: uns são considerados indis-
ensáveis; outros, nem tanto. Minis-
ros como Antônio Cabrera, da Agri-
ultura, ou Ricardo Fiúza, da Ação
ocial, agora sabem que não figuram
a mesma categoria na qual se en-
uadra, por exemplo, Adib Jatene.

AMIGOS — Ao não confirmar de
mediato no cargo nenhum secretá-
io, Collor incluiu na relação dos
ecnicamente dispensáveis os inte-
rantes do grupo de amigos e asses-
ores que o acompanham desde a campanha eleitoral. Entraram na linha de tiro, assim, o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, o secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista, e o chefe do Gabinete Militar, Agenor Homem de Carvalho. Com tal gesto, Collor fez uma clara advertência: para assegurar a credibilidade do governo, não hesitará em demitir homens que supostamente integram o círculo íntimo do presidente.

A iniciativa do presidente resultou, essencialmente, de dois focos de preocupação: a renitente dificuldade do governo em obter maioria no Congresso e as seguidas acusações de corrupção envolvendo ministros e secretários. No domingo, por exemplo, Collor teria ficado especialmente contrariado ao ler o clipping da Presidência — uma seleção diária das principais notícias publicadas nos jornais mais importantes do País —, repleto de denúncias contra integrantes do governo. "A reforma também vai ajudar a acabar com este nhém-nhém-nhém", argumenta o secretário demissionário de Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista.



Comunicador: *Coimbra, também demissionário, fez os avisos*

omada rapidamente

NO EXTERIOR — O chanceler
rancisco Rezek, único civil que so-
evivera à última onda de mudan-
s ministeriais, foi alcançado pela
ensagem em Nova Iorque. Rezek
veria permanecer nos Estados
nidos até quinta-feira. Depois do
efonema de Coimbra, julgou mais
sato regressar imediatamente. O
-secretário de Ciência e Tecnologia
lson Machado foi localizado em
ar Del Plata, na Argentina, onde
rticipa de um seminário. Concor-
u em subscrever a carta depois que
imbra leu seus termos pelo DDI.
noite, o Planalto informou que
chado seria substituído pelo cien-
a político Hélio Jaguaribe.
)s ministros e secretários que esta-
n em Brasília receberam o texto
ginal pelas mãos de um mensagei-
da Presidência. Alguns integran-
do primeiro escalão só assinaram
rta no período da tarde, mais de
s horas depois do anúncio oficial
demissão coletiva.

NO CONGRESSO — Responsável pela articulação com o Congresso, coube ao novo ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, antecipar a reforma aos líderes dos partidos. Uma hora e meia antes do anúncio oficial, Bornhausen iniciou sua missão:

— O presidente decidiu fazer mudanças no governo, e o ministério assinou uma carta de demissão coletiva — informou Bornhausen ao líder do PDC na Câmara, Eduardo Siqueira Campos.

— Há algum motivo? — indagou o deputado.

— De jeito nenhum. Foi um gesto da equipe para permitir ao presidente realinhar diretrizes — disse Bornhausen.

— Como fica sua situação? — quis saber o parlamentar.

— Da minha parte, como não havia sido nomeado, não tive oportunidade de renunciar — disse o ministro. Bornhausen deverá tomar posse na quinta-feira.

Mudanças apontam tentativa de formar governo de coalizão

A radical mudança promovida pelo presidente Fernando Collor pode abrir caminho para um governo de coalizão, com a atração de novas forças políticas que dêem sustentação aos projetos de interesse do Executivo no Congresso. Este acerto começou a ser costurado ontem à noite, quando Collor recebeu separadamente os governadores de São Paulo, Luís Antônio Fleury Filho (PMDB), Ceará, Ciro Gomes (PSDB), Santa Catarina, Vilson Kleinübing (PFL), Paraná, Roberto Requião (PMDB), Pernambuco, Joaquim Francisco Cavalcanti (PFL), e Sergipe, João Alves Filho (PFL). Collor também falou por telefone com o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL), que está em Londres.

"Nos últimos dias, havia uma clima de desordem administrativa que desagradava muito ao presidente", disse uma fonte do governo. A gota d'água para a decisão de Collor, que pegou todo mundo de surpresa, foi a divulgação de uma investigação que o ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho mandou fazer sobre as atividades do secretário da Polícia Federal, Romeu Tuma.

Na opinião de uma fonte do governo que participou da campanha de Collor à Presidência e que até ontem ocupava um alto cargo, o presidente sabe que esta é a última reforma que pode fazer no governo para que, nos próximos três anos, seu projeto seja vitorioso: "Collor colocou todos no mesmo saco para se livrar principalmente dos amigos, que lhe causaram as maiores dores de cabeça até aqui." Na avaliação dessa fonte, o envolvimento de Leoni Ramos em denúncias de corrupção que em última análise atingiam o Planalto foi demais para Collor.

SINAIS — O presidente teve o cuidado de sinalizar para a opinião pública que tipo de mudança está fazendo. A primeira comunicação oficial deixava claro que em três frentes o governo vai manter as posições conquistadas até aqui. Com a confirmação de Marcílio Marques Moreira no Ministério da Economia, Collor avisa que a política econômica continuará a mesma, tranqüilizando os credores externos. A manutenção de Adib Jatene na Saúde mostra o empenho em combater a epidemia de cólera que avança no Nordeste. A confirmação de José Goldemberg foi importante porque, no momento em que as mudanças eram anunciadas em Brasília, o ministro da Educação falava em nome do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), defendendo as posições do governo sobre meio ambiente.

Com a presença de Marcílio na Economia e o início de um processo de sustentação política no Congresso, obtido com a nomeação de ministros ligados ao PFL, Collor havia dado um passo para contentar dois setores que foram motivos de constantes preocupações em seus dois anos de governo. Agora as mudanças devem ser completadas com a adesão de outras forças políticas. "Não se espante se o PSDB vier a fazer parte do governo", dizia ontem um assessor com trânsito no palácio. A entrada dos *tucanos* no governo seria viabilizada pelo afastamento de pessoas ligadas ao esquema do empresário Paulo César Farias, o PC, e a Leopoldo Collor, irmão do presidente, como o secretário demissionário de Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista. (AE)

Leia na página 2 o editorial
"Um voto de confiança"

o no presidencialismo

parlamentarista, era comum a
da do ministério. Um deles che-
a durar apenas três dias. Dez
inetes formaram-se nos últimos
e anos do reinado de Pedro II
30-1889). No intervalo parla-
ntarista de 1961-1963, sucede-
-se os gabinetes de Tancredo
es, Hermes Lima e Brochado
Rocha.

crise ministerial que mais se
ximou de uma renúncia coletiva ocorreu com o primeiro ministério republicano, em 1891. Em conseqüência dos conflitos entre republicanos históricos e grupos militares, que culminaram no incidente de Porto das Torres, Rui Barbosa pediu demissão, no que foi acompanhado pelos colegas. Não é, no entanto, característica de nossa história política a renúncia coletiva. Mais comum é a "fritura" dos ministros quando a coisa vai mal. (Pesquisa/ZH)

O TROCA-TROCA DOS MIN

QUEM SAIU:
☐ **JUSTIÇA:** Jarbas Passarinho
Órgãos subordinados:
- Secretaria Executiva
- Secretaria do Ministério Públic

QUEM ESTÁ DEMISSIONÁ
☐ **AGRICULTURA:** Antônio C
Órgãos subordinados:
- Secretaria Nacional de Irrigação
- Secretaria Nacional de Reforma
- Secretaria Nacional de Produção
- Embrapa
- Embrater
☐ **AÇÃO SOCIAL:** Ricardo Fiúz
Órgãos subordinados:
- LBA
- Funabem
- Coordenação de Deficientes
- Secretaria de Promoção Social
- Secretaria Nacional de Habitaçã
- Secretaria Nacional de Saneamen
☐ **TRABALHO E PREVIDÊNC**
Órgãos subordinados:

- Secretaria Executiva
- Secretaria Nacional do Trabalho
- Secretaria Nacional de Previdência
- Instituto Nacional de Seguridade Social

☐ INFRA-ESTRUTURA: João Santana
Órgãos subordinados:
- Secretaria Executiva
- Secretaria de Comunicações
- Secretaria de Transportes
- Secretaria de Minas e Metalurgia
- Secretaria de Energia
- Petrobrás

☐ RELAÇÕES EXTERIORES: Francisco Rezek
Órgãos subordinados:
- Chefia de Gabinete
- Secretaria Executiva de Política Externa
- Secretaria Executiva de Controle Interno

QUEM FICA:

☐ ECONOMIA: Marcílio Marques Moreira
Órgãos subordinados:
- Chefia de Gabinete
- Secretaria de Comunicação
- Secretaria Executiva
- Assessoria de Política Econômica
- Secretaria de Planejamento
- Secretaria da Fazenda
- Secretaria da Receita Federal
- Banco Central
- Diretoria de Política Monetária do BC
- Diretoria da Área Externa do BC
- Diretoria de Normas do BC
- Caixa Econômica Federal
- Banco do Brasil

☐ EDUCAÇÃO: José Goldemberg
Órgãos subordinados:
- Secretaria de Educação Fundamental
- Secretaria de Educação Superior

☐ SAÚDE: Adib Jatene
Órgãos subordinados:
- Secretaria Executiva
- Secretaria Nacional da Saúde
- Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária

☐ EXÉRCITO: Carlos Tinoco

☐ MARINHA: Mário César Flores

☐ AERONÁUTICA: Sócrates Monteiro

FONTE: Pesquisa/ZH

ária

old Stephanes

c2 9203053

ZH

10(
1116
113

Mi
per

Os três
do Fiúza
Stephane
cia, e Jo
nistro-ch
no — de
pectivos
nisterial
Collor. D
res da bas
especialm
são em m
camente
governo,
Mauro Be
dita que
prestígio
de nomes
ciedade.

O líder
mara, L
(PFL-BA)
tenção do
Ontem, en
do Execu
rios, o fu
lhava tra
missão a
Congresso
comunica

ros pefelistas devem
necer nos cargos

do PFL — Ricar-
Social, Reinhold
alho e Previdên-
ausen, futuro mi-
retaria de Gover-
nuar em seus res-
nova reforma mi-
dente Fernando
com parlamenta-
ta no Congresso,
efelistas, a demis-
evelar que politi-
teressante para o
te do Congresso,
PMDB-CE), acre-
sca ampliar seu
partir da escolha
tivos junto à so-

overnista na Câ-
rdo Magalhães
victo da manu-
s no Ministério.
outros membros
ram demissioná-
stro-chefe traba-
a notícia da de-
partidários do
e encarregou de
ides e ao presi-

dente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que estava em Recife, o pedido de demissão coletiva.

MUITA CONVERSA — Ao mesmo tempo em que o ato era oficializado, os pefelistas se reuniam na residência de Bornhausen para já traçar uma forma de atuação conjunta. Os líderes dos blocos na Câmara, Luís Eduardo, e no Senado, Marco Maciel, almoçaram com Fiúza na casa do futuro ministro e saíram de lá aparentando muita tranqüilidade. Luís Eduardo destaca que a nova reforma ministerial vai ser efetivada a partir de muita conversa, que já começou na noite de ontem entre Collor e os governadores.

"O Fiúza não é ministro de segunda época", advertiu ontem um deputado pefelista sobre a característica de Ricardo Fiúza de não voltar ao local por onde passou. Um senador, no entanto, apostava no contrário: "O presidente Collor sabe que não pode ficar sem estes nomes", confidenciou, referindo-se a Fiúza e Stephanes.(Brasília/ZH)

EDUCAÇÃO:

☐ Carlos Chiarelli, ex-ministro da Edu
em sua administração, surgiram várias
cias na área de irregularidades na distri
de livros didáticos e na compra de m
escolar pela Fundação de Assistência ao
dante (FAE) e no salário-educação, admi
do pelo Fundo Nacional de Desenvolv
da Educação.



Alceni Guerra

SAÚDE

☐ Alceni Guerra, ex-ministro da Saú
mapa de corrupção, o ex-ministro ocu
dos primeiros lugares, devido às denún
malversação de recursos, concorrências f
lentas, desvio de dinheiro público, prevar
favorecimento de grupos e outras irregu
des, na compra de bicicletas, mochilas, ta
água.



Antônio Magri

TRABALHO

☐ Antônio Rogério Magri, ex-ministro
balho e da Previdência Social: apontad
omisso nas fraudes ocorridas no INSS e
do peplo ex-diretor do instituto Volnei Á
receber US$ 30 mil para facilitar liber
recursos do FGTS para obras no Acre,
beneficiar grandes empresas com parcel
de dívidas com o INSS.



Jarbas Passarinho

JUSTIÇA

☐ Jarbas Passarinho, ex-ministro da
seu nome foi envolvido no caso do ex-
Antônio Rogério Magri, por omitir-se a
conhecimento das denúncias levantad
ex-diretor do INSS Volnei Ávila. No d
o **JORNAL DO BRASIL** publicou rep
mostrando que Passarinho tomou a p
decisão de pedir investigações ao Ce
Informações do Exército (CIEx) sobre
tor-geral da Polícia Federal, Romeu Tu
por sua vez, teria protegido o delegado
Perpétuo, que estaria envolvido em co
do de armas e café.



Antônio Cabrera

MEIO AMBIENTE

☐ José Lutzenberger, ex-secretário d
Ambiente: acusou Ibama de ser uma suc
madeireiras, beneficiando corruptos. Pa
verno, o ex-secretário omitiu-se ao nã
providências.

AGRICULTURA

☐ Antônio Cabrera, ministro da Agr
seu nome aparece no escândalo do
avião Citation 500, prefixo PT-IQL, pe
te a sua família, pelo Ministério da Ag
e da Reforma Agrária. O ministro neg
aeronave tenha sido fretado pelo minist

...teiro das denúncias

...esde que o presidente Fernando Collor assumiu o go-...nô, em março de 90, foram registradas na Procuradoria ...al da República 150 denúncias de corrupção por mês. A ...inistração federal reuniu o maior número de casos. Até ...ulher do presidente, Rosane Collor, foi envolvida em ...gularidades, quando presidiu a LBA.



...i Ramos

PALÁCIO DO PLANALTO

☐ Pedro Paulo Leoni Ramos, secretário de Assuntos Estratégicos: teve seu nome envolvido em denúncia sobre interferência nas operações da Petrobrás, em que favoreceria um grupo de amigos.

☐ General Agenor Homem de Carvalho, chefe do Gabinete Militar: teve seu nome envolvido no caso do ex-ministro Antônio Magri, ao omitir-se na apuração do caso Magri.



...berto Baptista

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

☐ Egberto Baptista, secretário de Desenvolvimento Regional: publicou portaria dando à Superintendência da Zona Franca de Manaus autonomia para expedir guias de importações. A ministra Zélia e sua equipe interpretaram a iniciativa como favorecimento do irmão do secretário, o empresário Gilberto Miranda Baptista.

AÇÃO SOCIAL

☐ Margarida Procópio, ex-ministra da Ação Social: também envolvida no caso Magri, por liberar recursos do FGTS para obras no Acre, beneficiando a construtora Norberto Odebrecht, sua administração foi marcada pelas irregularidades na LBA, então presidida por Rosane Collor, que teria beneficiado sua família. Há processos contra a LBA em cinco estados — Alagoas, Rio, São Paulo, Amazonas e Rio Grande do Norte.



...rlos Tinoco

EXÉRCITO

☐ Carlos Tinoco, ministro do Exército: o ministro teve sua administração abalada com a denúncia de concorrência a preços superfaturados para compra de fardamento e material de recrutas.

AERONÁUTICA

☐ Brigadeiro Sócrates Monteiro, ministro da Aeronáutica: o nome do brigadeiro foi envolvido na aplicação de Cr$ 200 milhões para reforma e compra de mobília para sua residência oficial. Outra irregularidade estaria na contratação da empresa, sem licitação, para a compra da mobília e reforma da casa, localizada no lago sul de Brasília.



...enor Carvalho

ECONOMIA

☐ Zélia Cardoso de Mello, ex-ministra da Economia: teve seu nome envolvido no chamado escândalo do café. Um de seus subordinados, o ex-diretor do Departamento de Abastecimento e Preços, Ricardo Mesquita, foi indiciado por violar sigilo funcional, antecipando a um grupo de empresários informações sobre a suspensão das exportações brasileiras de café, em março de 91. Lucro de milhões de dólares foi obtido pelo grupo com especulações na Bolsa de Café de Nova Iorque.

Os três ministros militares são na verdade os grandes campeões de permanência do governo Collor. Tinoco, Flores e Sócrates acompanham Collor desde o primeiro dia de governo, ou seja, há 745 dias. Caso o Francisco Rezek seja confirmado nas Relações Exteriores ou em outra pasta, ele fica com o mesmo número de...

Ministros	
Carlos Tinoco	Exérci...
Mário César Flores	Marinh...
Sócrates Monteiro	Aeron...
Francisco Rezek	Relaçõ...
Marcos Coimbra	Secret...
Agenor Homem de Carvalho	Gabine...
Antônio Cabrera	Agricu...
Alceni Guerra	Saúde
Antônio Rogério Magri	Previd...
Margarida Procópio	Ação S...
Jarbas Passarinho	Justiça
Carlos Chiarelli	Educaç...
Zélia Cardoso de Mello	Econo...
Ozires Teixeira	Infra-es...
Marcílio Marques Moreira	Econo...
João Santana	Infra-e...
José Goldemberg	Educaç...
[illegible]	Justiça
[illegible]	Saúde
[illegible]	Ação S...
Reinhold Stephanes	Previd...
Eduardo Teixeira	Infra-e...
Joaquim Roriz	Agricul...

05

JB 31/03/92
10046
11164
11302

MARCÍLIO MARQUES MOREIRA

Os dividendos da credi

Como seu mestre e guia San Thiago Dantas, de quem foi assessor no Ministério da Fazenda nos idos de 1963, Marcílio Marques Moreira, 60 anos completados em novembro passado, tem o perfil múltiplo de economista, empresário, advogado, diplomata e intelectual. Ao contrário do guru, que deixou fama de loquaz e extrovertido, Marcílio é tímido e reservado. Carioca que estudou na Áustria, na Hungria e na Suíça, formou-se em Diplomacia em 1954 e em Direito em 1957. Nesse ano foi servir na Embaixada do Brasil em Washington, como secretário, assessor de outra personalidade de grande influência em sua trajetória, o então embaixador Walter Moreira Salles.

Foi a convite de Salles que Marcílio se licenciou do serviço público, onde durante algum tempo foi auxiliar do governador Negrão de Lima no então Estado da Guanabara, para assumir, em 1968, a vice-presidência do Unibanco. Voltaria à diplomacia e a Washington, agora como embaixador. Ao chegar à Presidência, Collor o encontrou nesse posto e decidiu confirmá-lo, por estar informado de seu bom trânsito junto ao governo norte-americano e aos meios financeiros.

006(A)

9203053

9203053

dade

[illegible]

JOSÉ GOLDEMBERG

A capacidade de [illegible]

Gaúcho de Santo Ângelo, 63 anos, físico de renome internacional, ex-reitor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), José Goldemberg tem revelado na vida pública grande habilidade política e rara capacidade de ocupar espaços.

Nos anos da ditadura militar, combateu, com a autoridade de acatado especialista na área, o programa nuclear brasileiro e esteve na primeira fila dos movimentos da sociedade civil pela redemocratização. Integrado à vida paulista desde 1946, presidiu, de 1983 a 1985, no governo de Franco Montoro, a Companhia Energética de São Paulo (Cesp). No governo de Orestes Quércia, foi secretário de Educação.

O governo Collor o teve inicialmente como secretário de Ciência e Tecnologia. Em agosto do ano passado ele assumiu o Ministério da Educação. Numa crítica velada a seu antecessor na Pasta, Carlos Chiarelli, disse que não seria no cargo apenas um mero fiscal de mensalidades escolares. De fato, ampliou dia a dia sua influência na administração e para muito além dos limites do seu ministério. Teve atuação decisiva, por exemplo, no fim da reserva de mercado para a informática e na

006(B)

[illegible] TINOCO

Ex-aluno de [illegible]inho

[illegible] Campos, o general Carlos [illegible] Gomes, 64 anos, torce [illegible], não perde corrida de Fórmula [illegible] joga vôlei. Foi cadete no [illegible] o ex-ministro da Justiça Jarbas [illegible] era instrutor da Academia Militar. Fez todos os cursos com aproveitamento [illegible] primeiro aspirante da [illegible] a general de Exército. [illegible] uma de suas [illegible] tem sido o descon[illegible] com os salários de[illegible] problema foi o episó[illegible]mento na compra de uniformes para a tropa, no qual acabou por acatar as recomendações do Tribunal de Contas da União.

SÓCRATES MONTEIRO

Um técnico no comando da FAB

O tenente-brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro, 62 anos, foi escolhido para o Ministério da Aeronáutica após ter ocupado, no governo Sarney, o Comando Geral do Ar, um setor eminentemente técnico. Com essa credencial, definiu como sua principal diretriz a modernização e o reequipamento da Força Aérea Brasileira (FAB).

A contenção de gastos públicos imposta pela crise econômica paralisou o programa de reaparelhamento da FAB. No início do ano, a reforma da residência do ministro flagrou a Aeronáutica em um festival de mordomias, que eram dadas como extintas desde que o governo decidira desfazer-se das mansões de Brasília. Dias depois, Sócrates anunciava a venda da casa.

MÁRIO CÉSAR FLORES

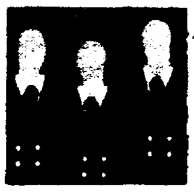
Um brizolista não-fanático

Ao ser escolhido para ministro da Marinha do governo Collor, o almirante Mário César Flores era identificado por muitos como um brizolista não-fanático, o que não impediu o presidente de convidá-lo para compor o Ministério. Em entrevista concedida em meados do ano passado, defendeu o presidencialismo como forma ideal de governo para o Brasil. "O parlamentarismo é teoricamente melhor, mas é preciso que ele seja suportado por partidos políticos sadios e por um sistema de serviço público também sadio", refletia. Para o ingresso do Brasil no Primeiro Mundo, "uma meta que deve ser cultivada", em sua opinião, "o primeiro problema que se impõe é dar instrução e saúde ao povo".

ZH

31/03/92
10040
11164 (FP)
11302

Equipe econômica não sofre alterações



O ministro Marcílio foi confirmado no cargo logo no início da tarde, o que evitou reações negativas no mercado. Com isso, governo deixou claro que política econômica não muda

A decisão do presidente Fernando Collor de manter Marcílio Marques Moreira no Ministério da Economia é um sinal claro da intenção do governo de continuar com o atual programa de ajuste econômico negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Não muda nada, fica tudo igual", afirmou o secretário-executivo do ministério, Luís Antônio Gonçalves, após o almoço com investidores estrangeiros, quando Marcílio recebeu o apoio de dirigentes de multinacionais. No final da tarde, o representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka, também reafirmava que não haverá mudanças no programa econômico. "Está tudo calmo", comentou.

Marcílio confirmou sua permanência no cargo após ter assinado a carta de pedido coletivo de demissão do ministério. "Fui chamado pelo presidente para permanecer no cargo, o que aconteceu foi um gesto coletivo do ministério a fim de pôr o presidente inteiramente à vontade para que, depois de dois anos de governo, pudesse reformular sua equipe e preparar seu governo para uma nova etapa", comentou o ministro.

ROTINA — No início da tarde de ontem, Collor recebeu Marcílio e confirmou sua permanência no cargo. Para evitar especulações com reflexos imediatos no sensível mercado financeiro, o Palácio do Planalto chegou a divulgar uma fotografia da audiência.

A movimentação em torno do pedido coletivo de demissão do ministério não alterou a rotina do Ministério da Economia. Pela manhã, Marcílio manteve sua agenda, que incluía um encontro com o governador de Sergipe, João Alves (PFL), e o almoço com os investidores estrangeiros. Depois do almoço foi direto ao Palácio do Planalto, atendendo a uma convocação do presidente. O secretário-executivo Luís Antônio Gonçalves, da mesma forma, cumpriu sua agenda e manteve uma reunião com dirigentes da Eletrobrás para discutir o programa de investimentos da empresa este ano.

ASSESSORES — No final da tarde, impossibilitado de retornar ao ministério, Marcílio desmarcou uma reunião com os seus principais assessores, transferida para hoje pela manhã. Os presidentes do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho, e da Caixa Econômica Federal, Álvaro Mendonça, estiveram ao ministério, mas se recusaram a fazer comentários sobre a permanência nos cargos. O porta-voz da Economia, Fernando Martins, esclareceu depois que o ministro assegurara que não haveria mudanças na equipe econômica.

O pedido de demissão coletiva movimentou o mercado financeiro. Os assessores do ministro, porém, se mantiveram tranqüilos. A cotação do dólar no paralelo chegou a Cr$ 1.995,00, mas sem fechamento de negócios. A queda das bolsas de valores, durante o período de pregão, também não foi motivo de preocupação. "Este movimento do mercado foi independente", explicaram os técnicos. Collor teve a preocupação de confirmar Marcílio para tranqüilizar os agentes econômicos. (AE)



Tranqüilo: *Marcílio colocou o cargo à disposição, mas ficou. Recado do governo é de que economia não muda*

Mercado financeiro tem reação positiva

O mercado financeiro reagiu positivamente às mudanças ocorridas ontem no ministério. Conjugaram-se, para tanto, dois fatores: a certeza de que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, seria mantido no cargo e a sensação de que, encerrada a dança das cadeiras, o rosto do governo se afiguraria ainda mais confiável. Nos últimos dias, o mercado acompanhou com desconforto a onda de denúncias sobre casos de corrupção, que poderia abalar a confiança dos investidores estrangeiros. Ontem, os especialistas da área concluíram que o presidente Collor conseguira afastar as ameaças que rondavam a estabilidade.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), que havia fechado a primeira metade do pregão, às 13h, em baixa de 1,6%, reagiu na segunda parte dia e terminou às 17h em alta de 2,6%. A Bolsa do Rio de Janeiro, que chegou a cair até 2,9%, começou a reagir após a confirmação do nome do ministro da Economia, fechando em alta de 1,5%.

"A permanência do ministro Marcílio é o principal motivo para o clima de tranqüilidade entre os produtores rurais", disse Pedro Camargo, da Sociedade Rural Brasileira. "O presidente Collor saiu fortalecido com a limpeza feita na casa", atestou João Basílio da Silva, presidente do Sindicato de Produtos de Higiene Pessoal.

Collor ligou ao ministro para antecipar planos

Em evidente sinal de ... Marcílio Marques Moreira ... meiro ministro a ... que o presidente ... queria a ... coletiva do ... à noite, Collor ... mento de ... tom de tranqüilid... pe, pois ... mudanças."

O gesto foi ... sores do ... rissimo de que ... gindo. ... ao manter ... va uma ... mento. Afinal, ... de confiança é ... que não usou ... combater a inflação. ...

920 3053

JB
31/03/92
10046

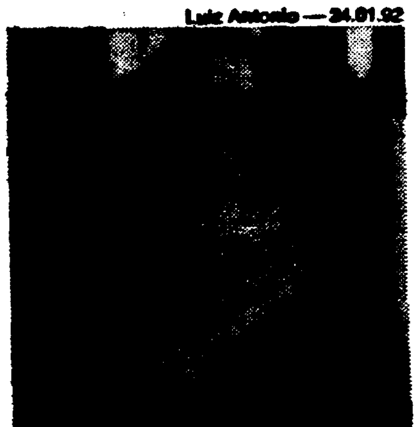
de Marcílio

Multinacionais aplaudem a permanência

BRASÍLIA — Os representan- [illegible] no país [illegible] Economia, Marcílio Marques Moreira, quando [illegible] dele a notícia [illegible] a equipe econômica sobrevive- [illegible] ministerial. O grupo [illegible] o ministro desde as 13h [illegible] com os principais asses- [illegible] Ministério da Economia, os [illegible] das mudanças no tratamento do capital estrangeiro. Após uma hora de atraso, Marcílio chegou para o almoço e esclareceu a notícia que já chegava truncada aos empresários. Segundo Marcílio, houve um gesto coletivo a fim de pôr o presidente à vontade para concluir seus dois anos de governo. "A decisão é para dar uma feição nova ao governo", analisou Marcílio.

O vice-presidente da Shell no Brasil, Omar Carneiro da Cunha, considerou a notícia trazida pelo ministro o principal ponto da reunião de ontem. "A regra básica para o investidor, seja ele nacional ou estrangeiro, é a permanência das regras do jogo. É de fundamental importância a permanência, para que tenhamos a estabilidade e o direcionamento da política em total congruência com aquilo que desejamos para o país", avaliou o empresário. Ele disse que o acordo fechado na semana passada com os trabalhadores e empresários da indústria automobilística mostra que a equipe vem dando certo e está trabalhando seriamente.

Luiz Antonio — 24.01.92



Marcílio confirmou que fica

O presidente da Fiat no Brasil, Silvano Valentino, considerou a demissão dos ministros uma verdadeira bomba, mas disse que, passada a surpresa, o que importa é que o presidente tenha liberdade de perseguir seus objetivos políticos. Ele também considerou fundamental a permanência da equipe econômica. "A equipe tem respondido aos anseios do país, e é importante que venha a complementar esta obra."

Na reunião de ontem, os investidores estrangeiros anunciaram que farão com o governo brasileiro uma campanha de divulgação da imagem do país no exterior. Segundo Omar Carneiro da Cunha, hoje já há um estoque de medidas concretas adotadas pelo governo brasileiro que podem ser informadas aos demais empresários estrangeiros, o que não acontecia há um ano. Entre as medidas estão a mudança na tributação da remessa de lucros e a nova postura brasileira "realista" na negociação da dívida externa. "Não vamos falar de histórias da carochinha nem do país do futuro, mas apenas relatar o que de concreto já foi feito pelo atual governo", esclareceu.

9203053

JORGE BORNHAUSEN

O estilo discreto do 'Alemão'

Vamos falar com o Alemão.

Não chega a ser um apelido, mas é assim que alguns dos amigos mais íntimos se referem na intimidade ao chefe da Secretaria de Governo, senador Jorge Bornhausen, o novo homem forte do governo de Fernando Collor de Mello. O Alemão é rigorosamente pontual, não faz rodeios nem usa meias palavras para dizer não quando é preciso, e é parcimonioso — quase lacônico — em suas entrevistas e declarações. Isso tudo temperado por uma fala amena, um estilo discreto e prudente, embora severo.

Talvez por isso mesmo é que o presidente Fernando Collor de Mello tenha ido buscá-lo no PFL para dar unidade, coesão política a um governo que parecia não conhecer os labirintos do Congresso. "Lá vem o nosso Thales", saudou certa vez o senador Guilherme Palmeira, ao ver Bornhausen aproximar-se de sua mesa num restaurante de Brasília. Palmeira, colega de Senado e de PFL, queria dizer que Bornhausen é mestre na arte da articulação política, em que brilhou o ex-secretário geral do MDB, o lendário deputado pernambucano Thales Ramalho, hoje aposentado, que passou anos a fio fazendo o meio de campo entre Tancredo Neves e Ulysses Guimarães. Bornhausen transita com invejável desenvoltura por diversas correntes políticas, mas tem sua turma em Brasília. Com sua ascensão ao posto de homem forte do governo, fortalecem-se os seus parceiros prediletos em vitoriosas manobras políticas no PFL: os senadores Marco Maciel, de Pernambuco; Guilherme Palmeira, de Alagoas; Hugo Napoleão, do Piauí; e o ex-presidente José Sarney, de quem, como Maciel, foi ministro da Educação.

O senador Jorge Bornhausen, carioca de 54 anos, que estudou no tradicional Colégio Santo Inácio e é formado em Direito pela PUC, pertence a uma família de intensa atuação política do estado de Santa Catarina, desde 1926. Filho do banqueiro e ex-governador de Santa Catarina, Irineu Bornhausen, começou sua carreira política filiando-se ao diretório da falecida UDN de Blumenau, em 1964. Foi fundador da Arena, do PDS e do PFL no estado.

Com 29 anos de idade chegou a [illegible] governador, mas só pôde [illegible] go graças a um engenhoso artifício político. Como a Constituição [illegible] gia a idade mínima de 30 anos para os ocupantes de cargos executivos escolhidos pelo voto popular, a solução foi mudá-la, pura e simplesmente. Foi governador de Santa Catarina de 197[illegible] a 1982, escolhido pelo regime [illegible] e ocupou também outros cargos, como a presidência do banco estadual e da Companhia de Desenvolvimento Estadual. Rompeu com o PDS através da Aliança Democrática, que levou Tancredo Neves à Presidência da República. Teve uma passagem turbulenta no Ministério da Educação, onde enfrentou uma forte onda de greves das universidades federais e criou um programa destinado a implantar [illegible] técnicas por todo o país.

O dedo de Bornhausen na mexida

Villas-Bôas Corrêa



O secretário de governo, Jorge Bornhausen, com a posse confirmada para quinta-feira, 2 de abril, mas no exercício de fato da função de articulador político desde 23 de janeiro, cumpriu neste final de semana um roteiro intrigante.

À tarde da última sexta-feira, Bornhausen chegou a Florianópolis, vindo diretamente de Brasília e mergulhou com o governador de Santa Catarina, Vilson Kleinubing, em longa reunião com lideranças estaduais para o exame da complicadíssima escolha de candidatos às prefeituras para as eleições municipais deste ano.

O encontro estava marcado com antecedência. Até aí, portanto, nada de estranhável. Mas, no dia seguinte, sábado, Bornhausen viajou cedo para Itajaí, almoçou em família com sua mãe e retornou a Brasília. Na maior moita.

Seus amigos catarinenses mais chegados e afeitos às baldas do ex-governador não têm dúvida que na mexida ministerial, urdida em lance fulminante e silencioso, "há dedo do Bornhausen".

Não se trata de avaliação inflada pela estima e pelo sentimento provinciano de valorização do conterrâneo que dispara como foguete no tempestuoso céu federal de governo chamuscado pelas denúncias, com a credibilidade esburacada e bracejando para sobreviver a qualquer custo. Inclusive com a expulsão do capiscchada da primeira hora e a queima dos alagoanos que resistiram às duas incompletas faxinas da fase de reforma por etapas.

A demissão coletiva é uma jogada de duro impacto e frequente no repertório do novo articulador do Planalto. Sem puxar pela memória, recorda-se que em fevereiro de 77, quando presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, Bornhausen sugeriu e encaminhou a renúncia do secretariado do governador Antônio Carlos Konder Reis. No exato modelo de agora: de surpresa, em costura discretíssima e combinado, por baixo do pano, com o governador.

A outra tentativa não deu certo. Mas não por culpa dele. Quando o governo do presidente José Sarney entrou no parafuso da crise de popularidade, o então ministro da Educação, Jorge Bornhausen, entendeu-se com os outros ministros do PFL para provocar a renúncia coletiva do ministério. A fórmula clássica e reincidente para a tentativa heróica de furar o tumor e injetar ânimo novo no governo enfermo. Os pefelistas não se acertaram e Bornhausen acabou saindo sozinho. [illegible] ministério de [illegible] lítico em [illegible] não chegou a ser [illegible].

Claro que a [illegible] ministros e secretários [illegible] em decisão pessoal [illegible] presidente da República. O [illegible] ainda mais [illegible] e temperamento [illegible] e violento como [illegible].

O instante em que [illegible] gestões e palpites [illegible] da reflexão e [illegible] é sempre solitário [illegible] tos de solidão.

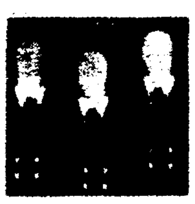
Para se libertar [illegible] morto que [illegible] mo cansaça à [illegible] não necessitava de [illegible].

Mas, a coincidência justifica o registro da mudança de estilo do governo sob a influência crescente do novo articulador político, hábil em operar à sombra, arrumando as peças no tabuleiro para o presidente aparecer executando os grandes lances decisivos.

No caso, com duplo objetivo: a operação de limpeza deverá ser complementada com a cooptação de novos aliados que consolidem o esquema de apoio ao governo. No Congresso e na defesa da imagem, [illegible] exigir urgentes [illegible].

Se as intenções são visíveis, resta esperar pelos resultados. O governo ainda não tem o que celebrar, além do alívio da carga que atirou no lixo.

Bornhausen é o novo articulador político



□Partiu do futuro ministro-chefe da Secretaria de Governo a idéia de reunir ontem mesmo os governadores em Brasília. Ele conversou com líderes governistas e esboça a nova sustentação



Jorge Bornhausen

O ex-senador Jorge Bornhausen, que toma posse quinta-feira na Secretaria de Governo, é de fato o novo articulador político do governo. Embora não tenha participado da decisão que levou à renúncia coletiva, coube a ele realizar todo o trabalho de costura política junto a lideranças partidárias e governadores.

Foi de Bornhausen a iniciativa de convidar diversos governadores para que fossem a Brasília, numa manobra política que fortalecesse a posição do presidente Fernando Collor. O próprio ministro Jarbas Passarinho, ao anunciar sua saída do governo, disse que o caminho estava livre para que Bornhausen assumisse as funções de articulador político.

Inteiramente à vontade na função, apesar da verdadeira crise provocada pela renúncia, Bornhausen passou todo o dia no Palácio do Planalto comandando o processo de consultas e de montagem da nova sustentação governista. Uma das principais tarefas foi a de apagar o fogo que ameaçava tomar conta de seu próprio partido, o PFL, tomado de pânico ontem com a perda dos cargos cerca de um mês depois de ter tomado posse em dois ministérios.

Para explicar as intenções do presidente ao aceitar a proposta de renúncia e pedir apoio político nesta hora difícil, Bornhausen almoçou com os ex-ministros Ricardo Fiúza e Reinhold Stephanes, os líderes do governo na Câmara, Humberto Souto (MG), no Senado, Marco Maciel (PE), e o líder do PFL na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (BA), filho do governador baiano Antônio Carlos Magalhães. (Brasília/ZH)

9 2 0 3 0 5 3

ZH
31/03/92
10046
11164

Medeiros convidado para o Trabalho

...ssessor do líder sindical ...e que ele aceitaria ...ar o ministério, mas em ...a pasta. Presidente da ...ça Sindical vai "deixar ...oisas acontecerem"

O presidente da Força Sindical, Luís Antônio Medeiros, foi convidado ontem pelo futuro ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, para ser o novo ministro do Trabalho, cargo que seria criado a partir do desmembramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Medeiros teria, a princípio, recusado o convite, mas admitiu que deixou uma porta aberta ao governo. "Vamos deixar as coisas acontecerem", disse. Um dos assessores do líder sindical, presente ao encontro, revelou que Medeiros aceitaria o convite desde que fosse para assumir um outro ministério, que não seja o do trabalho.

Medeiros recebeu, na manhã de ontem, um telefonema de Bornhausen, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, convidando-o para um encontro reservado em Brasília. Depois da conversa com o ministro-chefe, ocorrida às 14h, Medeiros regressou a São Paulo, embarcando às 17h no aeroporto do Distrito Federal. "O País precisa de credibilidade e moralidade, estava na hora de mudar, agora é a hora da virada", disse o presidente da Força Sindical.

POLICIAL — O líder sindical criticou a onda de denúncias de corrupção envolvendo ministros do governo. "Todo dia tinha um ministro na página policial, a demissão destes ministros é saudável", afirmou. Assegurando que as mudanças anunciadas não representavam um perigo à democracia, Medeiros disse que o governo precisava realizar essas substituições. "O governo deve nomear homens com credibilidade pública, moral inatacável, como o Adib (Adib Jatene, ministro da Saúde) e o Goldemberg (José Goldemberg, ministro da Educação)", disse.

Sem deixar dúvidas em nenhum momento sobre a existência do convite para ser o ministro do Trabalho, Medeiros ainda disse, antes de se dirigir para o portão de embarque: "Acho que ainda sou mais útil na direção do sindicato. Lá serei mais importante para o governo. Mas vou deixar rolar". Ele insistiu que todos devem dar apoio irrestrito ao presidente Fernando Collor. "Estas mudanças contam com o meu suporte", defendeu, acrescentando que a partir de agora há [illegible] um programa de governo de união nacional.

O sindicalista, 48 anos, ex-exilado político no Chile, França e Cuba, acusado de envolvimento com a guerrilha urbana, foi responsável pela formação sindical do ex-ministro do Trabalho e Previdência, Antônio Rogério Magri. Em 1984, Magri, que está sendo acusado de receber US$ 30 mil de propina, era um simples eletricitário da Eletropaulo. Medeiros foi um dos presidentes da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) na época em que Magri ocupava um cargo de direção na entidade. Depois fundou a Força Sindical. (AE)

Lula diz que as investigações não podem parar

A renúncia coletiva do ministério não surpreendeu o presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva. "Este governo chegou a tal ponto, envolvido em denúncias de corrupção, que a saída do ministério não chega a ser uma surpresa", disse Lula. "Ninguém mais confiava em ninguém, basta ver que o ministro Passarinho mandou investigar o delegado Romeu Tuma, o xerife que deveria prender os corruptos." A renúncia dos ministros, alerta Lula, não deve servir de pretexto para que se pare de investigar as denúncias de corrupção.

O presidente do PT espera que o novo ministério não seja tão conservador quanto o anterior. "Esperamos que o novo ministério aponte outro tipo de política de desenvolvimento que possa causar na sociedade expectativas de criação de empregos e distribuição de renda". (AE)

Tuma antecipa volta e pede demissão

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Romeu Tuma, confirmou a seus principais auxiliares que vai colocar o cargo à disposição do presidente da República e do novo ministro da Justiça. Perturbado com a informação — publicada com exclusividade pelo JORNAL DO BRASIL na edição de domingo — de que estava sendo investigado pelo Exército, a pedido do ministro demissionário Jarbas Passarinho, Tuma antecipou para amanhã sua volta ao Brasil e se irá direto para o Palácio do Planalto. Vice-presidente eleito da Interpol, ele preside, desde ontem, reunião extraordinária da entidade em Lyon, na França. É a primeira vez que um representante brasileiro preside uma reunião da Interpol.

O cargo que Tuma exerce, embora seja uma secretaria nacional cuja escolha depende de aprovação do presidente da República, não é diretamente ligado ao gabinete de Collor, como, por exemplo, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, ou a de Administração Federal, cujos titulares se demitiram ontem. No organograma de governo, a Secretaria da Polícia Federal está hierarquicamente subordinada ao Ministério da Justiça, assim como as secretarias nacionais do Ministério da Infra-Estrutura (Transportes, Minas e Metalurgia, Energia e Comunicações), devem subordinação ao ministro da pasta. "Mesmo não estando administrativamente obrigado a pedir demissão, o Romeu Tuma deverá entregar o cargo, até por se tratar de uma praxe quando há troca de ministros, a fim de que o novo titular fique à vontade para nomear seus auxiliares", disse o delegado [illegible] Mauro Spósito, com quem o diretor do DPF vem mantendo contatos telefônicos desde domingo.



Gustavo Miranda — 20/7/89

Tuma: abalado pela suspeita

Constrangimento — Tuma pretendia usar a reunião da Interpol para encaminhar junto aos representantes dos demais países [illegible] da entidade o pedido de investigação sobre possíveis contas bancárias de brasileiros no exterior, [illegible] ex-ministro Antônio Rogério [illegible] alvo de inquérito na Polícia Federal. A notícia de que Tuma [illegible] objeto de investigação [illegible] suspeita de envolvimento com contrabando, causou constrangimento na reunião e, segundo fontes do DPF, atrapalhou em parte [illegible] são. As mesmas fontes [illegible] Tuma não sabia que [illegible] investigado e a notícia [illegible] fundamente magoado. [illegible] traição do ministro Passarinho [illegible] mentou um delegado, que não quis se identificar.

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, [illegible] tar a investigação [illegible] Passarinho, mas a [illegible] procuradoria é de que [illegible] nada o impedia de acionar o [illegible] para esse fim. O simples fato de suspeitar de contrabando [illegible] justificaria, para [illegible] o uso dos órgãos de [illegible] Forças Armadas. Também [illegible] sentido acionar a Polícia Federal para investigar o próprio chefe. Caso a Procuradoria Geral da República fosse acionada, ela também teria, [illegible] de utilizar o [illegible] Polícia Federal.

EJERCITO NACIONAL
COMANDO GENERAL DEL EJERCITO
ESTADO MAYOR DEL EJERCITO
DEPARTAMENTO II(INT) DEL EME
M O N T E V I D E O
25 - 1000 - MARZO - 992

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro. 003/B/DE/992.

I.- EVALUACION:

II.- RESPONDE A: Información proporcionada por el Señor Agregado Militar, Naval y Aeronáutico a la Embajada del Uruguay en Venezuela.

III.- T E X T O:

- Adjunto al presente se remite fotocopia del P.E.I. Nro. 006/992 de Venezuela.

IV.- DISTRIBUCION:

1.- D.G.I.D.
2.- Archivo.

V.- ACCION TOMADA:

- Confección del presente Parte.

El Jefe del Departamento II del E.M.E.
Coronel
GILBERTO VAZQUEZ.

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO DEPARTAMENTO II INTELIGENCIA REPUBLICA O. DEL URUGUAY

9203054

ARCHIVO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 28 ABR. 1992
Pase a ANTECEDENTES.
Nº. de 9203064

DIRECCION NACIONAL DE POLICIA CAMINERA.

MINISTERIO DEL INTERIOR - DIRECCION NAL DE POLICIA CAMINERA

Montevideo, 6 de abril de 1992.

DEPARTAMENTO DE PERSONAL _ OFICIO Nº 255 - AA/egd.

Señor Director del Servicio de Información de Defensa.

Señor Director:

De acuerdo con lo establecido en Circular Nº 110/74 del Ministerio del Interior, solicito a usted se sirva disponer lo conveniente para que por donde corresponda, se informe a esta Dirección sobre antecedentes que puedan poseer en ese Servicio, las personas que se detallan a continuación, quienes gestionan ingreso a esta Policía en calidad de Agentes de 2da.

Juan Edgardo DREYER SANCHEZ.

Nació en el Departamento de Artigas el 18/5/973, Cédula de Identidad Nº 3.699.719/4, Credencial Cívica Serie: I.C.D. Nº 16.522. Se domicilia en Asencio 1266 esq. Atilio Ferrandiz perteneciente a la Secc. 7ma. de Artigas.

Eduardo Raúl IBARGUREN COLOMBATTO.

Nació en el Departamento de Soriano el 16/4/63, Cédula de Identidad Nº 3,566.359/0, Credencial Cívica Serie: M.C.A. Nro. 22.721. Se domicilia en Varela s/n esq. Nueva Palmira perteneciente a la Secc. 5ta. de Soriano.

Gabriel Omar WANSEELE PACIELO.

Nació en el Departamento de Montevideo el 29/11/60, Cédula de Identidad Nº 1.674.923/8, Credencial Cívica Serie: B.A.B. Nº 40.265. Se domicilia en Stania 2650 casi Tres Gracias perteneciente a la Secc. 18va. de Mdeo.

Saluda a usted atentamente.

EL DIRECTOR NACIONAL DE POLICIA CAMINERA

Insp. Gral. [illegible] CORRALES

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
29/4/92
S/DINT
Nº. de Identificación 9203064

001/1

9203064

S E C R E T O

S.T.S.FF.AA.
Hoja 1 de 1
C-2
Montevideo
270800ABR92
PJ.15

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 001/92.

EVALUACION: A-1

TEXTO

Referente: A llamado telefónico recibido en este Servicio referente a la existencia de un artefacto explosivo en el edificio.

En el día de la fecha, siendo la [illegible] se recibió una llamada por el [illegible] perteneciente a la sede del Servicio. Una vez mencionado el nombre de la Institución, se escuchó una voz de tono grave (probablemente forzada) [illegible] que "dentro de breves instantes va a estallar [illegible]; tengan cuidado", cortando inmediatamente la comunicación. Posteriormente se dispuso que se inspeccionara el edificio, así como que se interrogara a la guardia sobre si se había advertido algún hecho fuera de lo normal. Ni la inspección ni lo informado por la guardia reveló nada con referencia a la llamada recibida. Finalmente se mantuvo atención sobre las llamadas ingresadas al aparato telefónico mencionado, constatándose que en dos oportunidades al ser atendido el teléfono cortaban la comunicación sin hablar y en una tercera atendido por una funcionaria de éste una [illegible] (presumiblemente la misma) expresó una frase que no se alcanzó a comprender cortando la comunicación en forma abrupta.

DISTRIBUCION: Original Archivo.
1 Copia Dirección General de los Servicios.
1 Copia Dirección General de Información de Defensa.

El Director del S.T.S.FF.AA.
Cnel.
Félix A. Tornoni.

Auténtica
El Jefe C-2 del S.T.S.FF.AA.
Tte.Cnel.
Pedro A. Jordán.

S E C R E T O

001/1

9203070

0729201

(DOBLE PAPEL TIMBRE NUMERADO)

Montevideo, 24 de abril de 1992.-

Of.SEINT (R) Nro.072/24/IV/92.- SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION

As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES" DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 95 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

Saluda a Usted atentamente.-

0729201 a 03.-

Capitán de Navío (CG) ... SERCIANOS
JEFE DE LA SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL

20 10 92 44-

148

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 28 ABR. 1992
Pase a ANTECEDENTES.
Nº de 9203072

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
28/4/92
S/O INT.
Nº de 9203072

0013

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD		CED.IDENT.	CRED.CIV	DOMICILIO
ALMEIDA CARRASCO	ANA					J.B.AMORIN 1669
ANDREOLI DELGADO	ELIDA JUSTINA	141042	ROCHA	1.271.094-3	BZA 25555	F.ALVAREZ 278
ARISPE MARTINEZ	MARY ISABEL	030270	MDEO	2.963.004-0	BUA 36566	AGUSTIN MUNOZ 4353
ARISPE MARTINEZ	JORGE EDUARDO					AGUSTIN MUNOZ 4353
ARISPE MARTINEZ	ANDREA ADRIANA					AGUSTIN MUNOZ 4353
ARISPE TAIRONE	JORGE	190344	MDEO	1.388.226-2	BTB 18579	AGUSTIN MUNOZ 4353
ARRUA	ELSA	281034	ROCHA	3.028.728-3		FCO.DE LOS SANTOS S/N(ROCHA)
BALDUVINO ARIAS	ROSALIO	270724		3.741.721-0	EAA 43185	FCO.DE LOS SANTOS S/N(ROCHA)
BALDUVINO ARRUA	LUZ BRENDA	310757	ROCHA	2.738.740-9	DAA 36353	FCO.DE LOS SANTOS S/N(ROCHA)
BARAZA	SUSANA CRISTINA	281252	MDEO	1.465.757-4	BDA 6774	[illegible] 1602
BASSO COPPOLA	ENRIQUE	100840	MDEO		BCC 47804	E.LOPEZ 4919
BASSO D'ANGELO	MAURICIO					E.LOPEZ 4919
BASSO D'ANGELO	KARINA	270571	MDEO	1.677.515-6	BCC 4744	E.LOPEZ 4919
BRAVAS MARTINEZ	WALTER MIGUEL	310556	ROCHA	3.150.188-8	ECG 1968	FCO.DE LOS SANTOS S/N[illegible]
CARAVALLO ESCANI	MARCELO	090667	CAN.			
COLLAZO FERREIRA	FIORELLA ANDELIT					BERGAMO 3712
COLLAZO FERREIRA	JULIO RICHARD					BERGAMO 3712
COLLAZO FERREIRA	ANA KARINA	230274	MDEO	2.735.600-8		BERGAMO 3712
COLLAZO FERREIRA	RUBEN MIGUEL ANGEL					BERGAMO 3712
COLLAZO FERREIRA	ISABEL					BERGAMO 3712
COLLAZO GUTIERREZ	RUBEN FELIPE	160434	MDEO		BDA 26691	BERGAMO 3712
CROSSA MARTINEZ	ROSA AMANDA	250545	DURAZNO		BDA 4610	
CHAGAS PORRAS	NELSA	210937	TBO	1.065.012-6	BRA 35681	RUTA 9 KM 24 [illegible]
DA SILVA DOS SANTOS	EVARISTA FELICIA			3.750.543-7	REE 1205	
DIAZ DA SILVA	DINORA					J.PAULLIER 2570
DIAZ DA SILVA	NURY BEATRIZ	030463	DUR	3.528.390-2	REE 3040	J.PAULLIER 2570
DIAZ DA SILVA	DARWIN					J.PAULLIER 2570
D'ANGELO DEMARCO	MARIA CRISTINA	230447	MDEO	1.026.482-4	NAA 5452	E.LOPEZ 4919
FERNANDEZ ARTEGOITIA	DINA INAIR	170945	SALTO		QAA 46008	AV.LAS AMERICAS 7057
FERNANDEZ CROSSA	SANDRA	010670	MDEO	1.885.708-3	BOA 15284	
FERNANDEZ PENA	JOSE	011238			BUB 19565	
FERRARI PEREZ	OLGA KINTINA	170248	T.TRES	1.188.485-0	BZB 35441	M.MATANZ [illegible]
FERREIRA BENTANCOURT	ELBIO MIGUEL	210447	SALTO	1.220.024-8	CDA 66523	
FERREIRA ECHEVARRIA	POMPELLA ESTHER	200139	MDEO		BDA 45	BERGAMO 3712
FERREIRA ECHEVARRIA						BERGAMO 3712
FERREIRA PINTOS	CLAUDIA VERONICA	210170	MDEO	1.984.956-2	CDA 74744	DURAZNO 967
FRANCO GARCIA	HUGO ALBERTO					18 DE JULIO 1058(S.JOSE)
FRANCO GARCIA	TERESITA ROSARIO					18 DE JULIO 1058(S.JOSE)
FRANCO GARCIA	ROGER DANIEL					18 DE JULIO 1058(S.JOSE)
FRANCO GARCIA	TERESITA	200942	CAN.	4.073.141-3	OAD 6147	18 DE JULIO 1058(S.JOSE)
GARCIA FERNANDEZ	SANDRA PATRICIA	150468	MDEO	1.700.144-1	AGA 6513	AV.LAS AMERICAS 7057
GARCIA FERNANDEZ	CLAUDIA VERONICA					AV.LAS AMERICAS 7057
GARCIA FRANCO	HECTOR	101260	MDEO		BMB 16301	AV.LAS AMERICAS 7057
GEREZ BORGUEZ	JORGE ORLANDO	210939	SALTO	3.651.856-6	MBD 2549	RIBAS 202(MERCEDES)
GEREZ SOSA	FERNANDO					
GEREZ SOSA	HUGO					
GEREZ SOSA	JORGE					RIBAS 202(MERCEDES)
GEREZ SOSA	CESAR					
GEREZ SOSA	ANGELA					RIBAS 202(MERCEDES)
GEREZ SOSA	DIEGO					
GEREZ SOSA	SUSANA					

"Doc. Poco Legible"

[illegible]	NOMBRES	LFON — EDAD	CED.IDENT.	CRED.CIV	DOMICILIO
GEREZ SOSA	ESMERALDA	110766 SORIANO	4.075.623-9	MAA 53994	[illegible] 202(MERCEDES)
IGLESIAS QUINTANA	FERNANDO VICENTE	090271 MDEO.	1.873.867-6		DIEGO LAMAS [illegible]
JUAREZ SILVA	ZULMA	280948	1.877.473-4		
LARROSA PEREZ	NORMA LILL		3.514.458-2	FAA 24941	
MARINO FERRARI	JORGE WILLINGTON				[illegible]
MARINO FERRARI	SILVIA LEONOR				[illegible]
MARINO FERRARI	ANA MARIA	140471 MDEO.	1.914.698-6	BZB 59600	[illegible]
MARINO FERRARI	SANDRA JIMENA				[illegible]
MARINO FERRARI	WILSON DANIEL				[illegible]
MARINO GOMEZ	HOMERO	110441 MDEO	1.021.643-5	BZB 28299	[illegible]
MARTINEZ DE RRAMA	ISABEL MARGOT				[illegible]
MARTINEZ ECHEVERRIA	HUGO AMARANTO	120447 SAN JOSE	2.976.966-1	OAD 6244	[illegible]
MARTINEZ FRANCO	SERRANA SUCELY	181066 SAN JOSE	3.533.500-4	OAD 6499	[illegible]
MOLINARI DIAZ	BETINA	290873 MDEO.	1.751.301-6	CDA 76741	[illegible]
OVIEDO JUAREZ	ZULMA				[illegible]
OVIEDO JUAREZ	FABIANA				[illegible]
OVIEDO JUAREZ	CELMAR				[illegible]
OVIEDO JUAREZ	SILVIA LILIAN	0912 69 MDEO	1.877.508-9	CDB 11014	[illegible]
OVIEDO JUAREZ	MARISOL				[illegible]
PEREIRA OLIVERA	MARIA TERESA	46005			[illegible]
PINTOS SILVA	LIDIS NICASIA	010550 T. TRES	1.297.644-5	QOA 62780	[illegible]
PIVOTO ANDREOLI	CARLOS DAMIAN				[illegible]
PIVOTO ANDREOLI	MILKO				[illegible]
PIVOTO ANDREOLI	MYRIAM ELIDA	010763 MDEO	1.886.214-5	BZA 3154	[illegible]
PIVOTO PESSINLI	CARLOS	120935 CAN.			[illegible]
ROSA MARTINEZ	DORBALINO	141139 C LARGO	1.262.050-3		[illegible]
ROSA PEREYRA	YAHIR				[illegible]
ROSA PEREYRA	DIEGO ALEJANDRO				[illegible]
ROSA PEREYRA	NESTOR ALBERTO				[illegible]
ROSA PEREYRA	TERESITA BEATRIZ	061064 MDEO	1.493.040-7	BNA 42790	[illegible]
SCHIAVO BARAZA	WASHINGTON ALEJANDRO				[illegible]
SCHIAVO BARAZA	NORMA ANDREA	121272 [illegible]	3.133.880-8		[illegible]
SCHIAVO TECHERA	JULIO CESAR	260253 MDEO.	1.349.744-6	BAB 35641	[illegible]
SILVEIRA	CARLOS HUMBERTO	251044 TBO	1.187.697-5		[illegible]
SILVEIRA CHAGAS	CARLOS				[illegible]
SILVEIRA CHAGAS	LILIAN				[illegible]
SILVEIRA CHAGAS	MIRIAN ELENA	240671	3.124.122-3	CHE 4992	[illegible]
SILVEIRA MATTOS	LUIS ENRIQUE	031160 C. LARGO	1.688.657-5	AXA 22605	[illegible]
SOSA FERNANDEZ	CARMEN SATURNINA	141028 SORIANO	3.129.991 1	MAA 19240	[illegible]
SOSA LARROSA	ENRIQUE MARCELO				[illegible]
SOSA LARROSA	ALICIA CRISTINA	171071 T. TRES	3.265.914-0	FAA 40438	[illegible]
SOSA RAMIREZ	GERMAN ENRIQUE		1.236.260-4	FAA 21702	[illegible]
TRINIDAD ALMEIDA	MARIA DEL ROSARIO	040265 TBO.	4.234.773-7	TCA 3516	[illegible]
TRINIDAD SILVA	MARCOS				[illegible]

DOC. POCO LEGIBLE

P.112.- ARCHIVO

Montevideo, 25 de Abril de 1992.-

//

1)- **INFORMACION GENERAL**

[illegible] DEL TRANSPORTE

F.O.E.B.: el Plenario realizado en [illegible] el día de ayer se resolvió [illegible] de las movilizaciones previstas para el 30/IV/ y el 1ro de [illegible] propuestas por el PIT-CNT, y pasar a un cuarto intermedio hasta el [illegible] en que se reunirán con el Sindicato del Transporte donde se reunirán todos los gremios del transporte, para estudiar un paro de 48 horas.-

[illegible]

[illegible]

[illegible]: La situación permanece incambiada.-

[illegible]: La situación permanece incambiada al no llegar a un acuerdo en la reunión tripartita realizada ayer en el [illegible].-

[illegible]

[illegible] y [illegible]: se mantiene la situación, continúa la [illegible] sindical.-

ORGANIZACIONES GREMIALES Y SOCIALES

PIT-CNT: la reunión de su Mesa Representativa se resolvió [illegible] el día 30/IV/ de 10.00 a 16.00 horas un paro general parcial con concentraciones a la hora 10.00 en [illegible] y [illegible] y a la hora 16.00 en el [illegible]. Para el día 12/5/92 fue decretada la realización de un paro general de 36 horas que comenzará a la hora 12.00 y finalizará el 13/V/a la hora 24.00.-

//

2)- **INFORMACION ESPECIAL**

S I N N O V E D A D

//
//////////////////////////

//////////////////////

//////////////////////

[illegible] CENTRAL DE INFORMACION DE DEFENSA
S E C R E T A R I A
Fecha de Entrada: 28/4/92
Pase a: SID I
Nº de Identificación: 92 03074

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada: 28 ABR. 1992
Pase a: Archivo [illegible]
Nº. de Orden: 9203074

001/1

ARCHIVO

1/1

P.111.-

Montevideo, 24 de Abril de 1992.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

F.O.T.: Esta prevista para el día de la fecha una reunión del Plenario de Delegados, para tratar la situación del transporte.-

UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA: Reunida el 22/IV/ en Asamblea se resolvió declararse en [illegible] pre-conflicto.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

O.S.A.M.I: Uruguayana y Rep. Francesa; Continuan las conversaciones con el MTSS a fin de que reintegre la Patronal a los operarios que se encuentran en el Seguro de Paro.-

INDUSTRIA TEXTIL

M.U.S.A: Santa Lucía y Marcelino Díaz; Está previsto que para el día 30/IV/ comienze a funcionar como cooperativa.-

U.N.T.M.R.A.

NIBO PLAST: CONSTANCIA: Por manifestaciones de un dirigente del Cté. de Base, se tomó conocimiento que la Empresa adelantó un posible cierre de la Planta, por lo que la Gremial aguardará lo que surja con el Seguro de Paro manteniendo la misma producción.-

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A: Está prevista para el día de la fecha a partir de la hora 19.00 en su local sindical un Plenario de Delegados, a fin de analizar los actuales conflictos en el gremio y fijar la fecha para una Asamblea "General".

OBRA AMP. HOSP. PEREIRA ROSSEL: La situación permanece incambiada.-

SUPERMERCADOS

MACRO MERCADO: San Martín y Fomento; Desde el 24/III/80 operarios de un total de 300 se encuentran realizando paro con cobro de peaje en la puerta del local. Se hace constar que en la actualidad funciona una "olla sindical", en una carpa ubicada en San Martín y Peñalini. La atención al público es normal.-

ORGANIZACIONES GREMIALES Y SOCIALES

PIT-CNT: Quedó aprobado el plan del movimiento de columnas para el acto Central del 1ro de Mayo de acuerdo al siguiente detalle; 1) Reunion en Curva de Tabarez-Plaza 25 de Mayo (La Teja) y Avda Agraciada y C.Ma. Ramirez; 2) Reunión en Agraciada (Circunvalación) por Gral. Flores; 3) Frente la Universidad; 4) Reunión frente a Millan y Castro; 5) Reunión en 8 de Octubre (Frente al Sindicato de Funsa); 6) Reunión en Larrañaga y Gral. Flores; 7) Reunión en Cruz de Carrasco. En dichos puntos de reunión se encenderán fogones a la hora 10.00 dirigiendose al acto a pié. Se realizaran pegatinas en todo el país con leyendas alusivas al 1ro. de Mayo.-

2) INFORMACION ESTATAL

MINISTERIO DE SALUD PUBLICA

FED. DE FUN. DE SALUD PUBLICA: Como estaba previsto a la hora 09.00 se comienzan a reunir frente al MSP, unas 30 personas que repartían volantes arribando más tarde un camión que transportaba unas 30 personas más que portaban una pancarta que decía; "DIJO EL SR. PRESIDENTE: LOS EMPLEADOS PUBLICOS HACEN QUE TRABAJAN Y YO HAGO QUE LES PAGO; ANTE ESTO NOSOTROS LES CONTESTAMOS UD. SR. PRESIDENTE HACE QUE ES GOBIERNO, Y EN REALIDAD HACE LO QUE EL F.M.I. LE ORDENA EN CONTRA EL PUEBLO. FFSP. COFE. A las 10.40 las personas reunidas se dirigen al interior del Ministerio subiendo al 2do. Piso realizando golpeteos de palmas y [illegible] durante 20 minutos. Posteriormente se trasladan a 18 de Julio cortando el transito por espacio 30 minutos retirandose en forma pacífica.-

FED. URUGUAYA DE MAGISTERIO: En el día de ayer estaba prevista una Asamblea a partir de la hora 18.30 en el Teatro Anfimal, con el fin de estudiar futuras movilizaciones.- Se estableció que asistieron 70 personas, tratándose los nuevos Reglamentos de 1992.-

ARCHIVO

P.113/-

Montevideo, 26 de Abril de 1992.-

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

ORGANIZACIONES GREMIALES Y SOCIALES

PIT-CNT: En adhesión a los trabajadores del Espinillar que arribarán el día 30/IV/ los trabajadores nucleados en esta organización gremial realizarán un paro desde la hora 10.00 a la hora 13.00, efectuándose un mitin en Agraciada y Freire. A la hora 19.00 está prevista una concentración frente al MTSS.-

INDUSTRIA TEXTIL

M.N.S.A: Sta. Lucía y Marcelino Díaz; está previsto que para el día 30/IV/ comience a funcionar como una cooperativa de obreros.-

INDUSTRIA DE LA CONSTRUCCION

OBRA AMPLIACION HOSPITAL PEREIRA ROSSELL: La situación permanece incambiada.

LAMARO: No se llegó a un acuerdo en la reunión tripartita realizada el día 24/IV/ en el MTSS, por lo que la situación permanece incambiada.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: Debido a una diferencia en el ajuste salarial los obreros de este sector realizarán un paro de cinco horas el 30/IV/.-

SUPERMERCADOS

MACRO MERCADO: Desde el 24/III/80 de un total de 300 operarios se encuentran realizando paro y peajes en la puerta del Local. Encontrándose una carpa en San María y Pañalini donde funciona una olla sindical.-

COOPERATIVAS DE VIVIENDAS

CONSTANCIA: Continúan ocupado el terreno propiedad del Ministerio de Defensa Nacional ubicado en el Barrio Casabó.-

TERRENO OCUPADO

En el Predio sito en Enrique Castro y Chiflet, a una cuadra de Aparicio Saravia viven unas 50 familias las que en su mayoría son recolectores de basura; Carecen de luz y agua corriente sacando esta de un caño subterráneo conectado a una manguera.-

//

2)- **INFORMACION ESTATAL**

S I N N O V E D A D

//

E.114.- ARCHIVO

Montevideo, 27 de Abril de 1992.-

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA TEXTIL

M.U.S.A.: Sta. Lucía y Marcelino Díaz; Continua ocupada. A partir del día 30/IV/ comenzará a funcionar como una cooperativa de obreros.-

CONSTRUCCION

OBRA AMPL. HOSP. PEREIRA ROSSELL: Se encuentra en conflicto al solicitar a la patronal una mesa de negociación y esta no aceptaría.

LAMARO: En la reunión tripartita realizada el 24/IV/ en el MTSS no se llegó a un acuerdo.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A.: Los obreros de este sector debido a una diferencia en el ajuste salarial, realizarán un paro de cinco horas para el día 30/IV/.-

SUPERMERCADOS

MACRO MERCADO: 80 de un total de 300 empleados, se encontraban efectuando paro desde el 24/III/. En San Martín y Peñalosa se encuentra una carpa donde funciona una célula sindical.-

ORGANIZACIONES GREMIALES Y SOCIALES

PIT-CNT: En apoyo a la marcha de los obreros del Espinillar, los trabajadores nucleados a esta Central Obrera el próximo 30/IV/ concretarán un paro General parcial entre las 10.00 y las 13.00 horas, con mitín en Avda. Agraciada y Freire. En tanto que en la tarde entre las 16.00 e las 19.00 se concentrarán frente al MTSS. Con respecto al paro de 36 horas el mismo dará comienzo a la hora 12.00 del 12/IV/ finalizando a las 24 del 13/IV/, bajo la consigna, "Por seguridad social, salarios y vivienda".-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

FED. OBREROS DEL TRANSPORTE: En el Plenario llevado a cabo el día 24/IV/ se resolvió: Participar de las movilizaciones propuestas por el PIT-CNT para el día 30/IV/ y el 1ero. de Mayo, pasando a cuarto intermedio hasta el día 6/V/ a la hora 16.00 donde elevarán a todos los gremios una propuesta de un paro de 48 horas.-

TERRENOS OCUPADOS

BARRIO CASABO: La situación permanece incambiada en este terreno propiedad del Ministerio de Defensa Nacional.-

ENRIQUE CASTRO Y CHIFLET: En este predio viven unas 50 familias los que en su mayoría son recolectores de basura. Los mismos serán desalojados en el día de la fecha.-

//

2)- **INFORMACION ESTATAL**

FED. FUN. ANCAP: Está previsto el arribo de la Marcha del Espinillar para el 30/IV/ a la hora 10.00. Por otra parte a la hora 16.00 una delegación de la misma realizaría una entrevista con el Sr Ministro de Trabajo. Se prevee la instalación de fogones, de igual manera el 30/IV/ partirán desde la Ciudad de Salto 15 omnibus para asistir a los actos del 1ro. de Mayo, los integrantes de dicha caravana serán alojados en los Locales sindicales de la FOEB, FFANCAP, AUTE.-

//
//////////////////////////
//////////////////////////
//////////////////////////

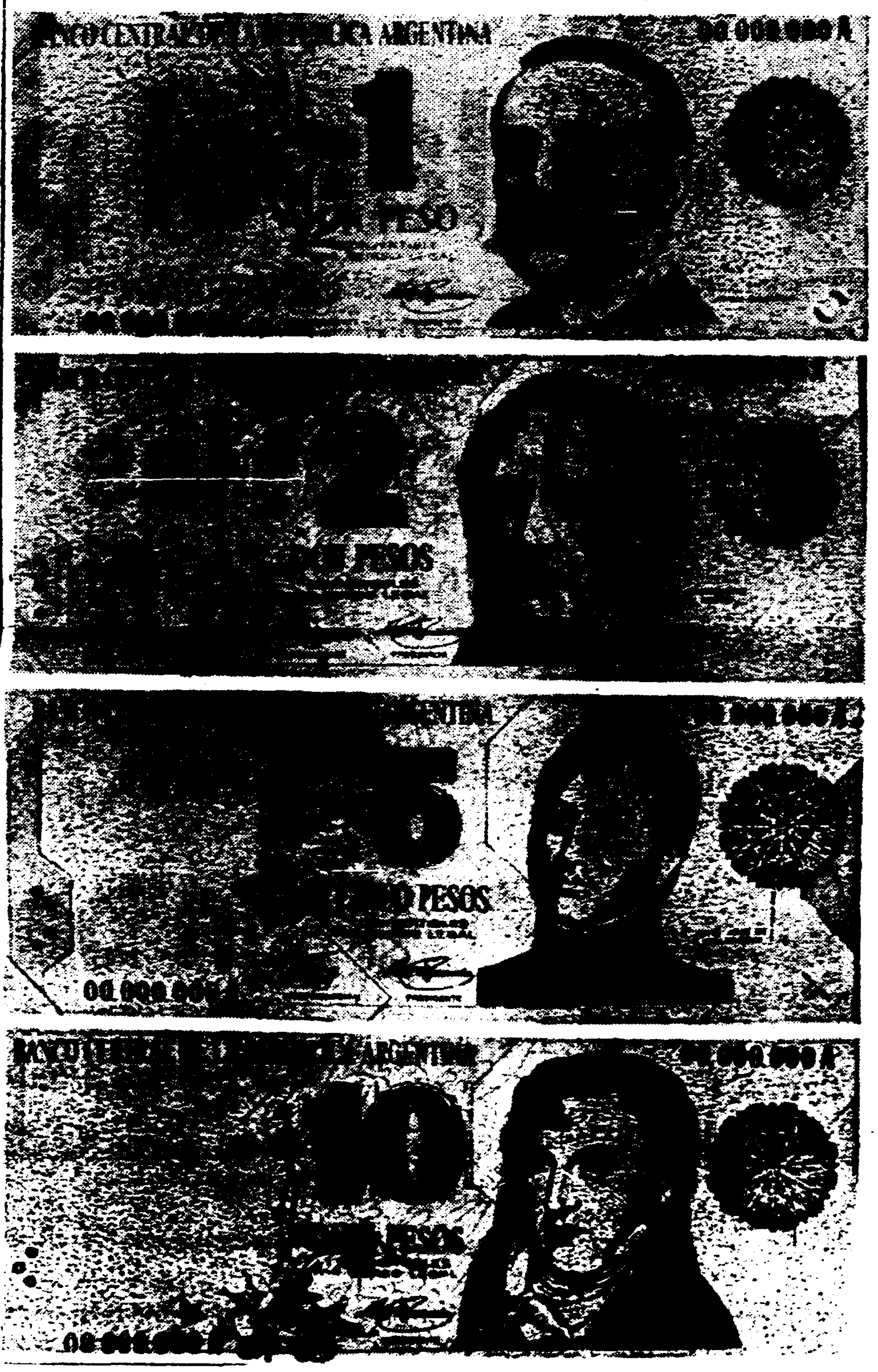
001/1

Buenos Aires, jueves 2 de enero de 1992 ★ CLARIN

LOS CAMBIOS ECONOMICOS

Ya circula el

Con la llegada de 1992, el Gobierno instrumentó varios cambios económicos. El que más repercusión tendrá en el público común es el debut del peso, que comienza a circular con una relación 1 a 1 con el dólar y 1 a 10.000 con el austral. El recambio monetario será muy lento: por ahora hay impresos solo dos billetes nuevos por persona. Pero más allá del cambio de moneda, los empresarios y los comerciantes deberán enfrentar un más estricto régimen de facturación. También hay nuevas reglas de juego en los nomencladores de comercio exterior, para importar autos y se concreta la desregulación de los seguros.



Luego de una corta vida de casi seis años y medio, desde ayer comenzó a retirarse el viejo austral y entró en circulación el nuevo "peso".

La nueva moneda, que se denomina peso a secas, tiene una relación de uno a uno con el dólar e implica en la práctica la eliminación de cuatro ceros en los antiguos australes.

De todos modos, tanto el peso como el austral coexistirán durante un largo tiempo en la economía argentina. En otras palabras, en principio, ambas monedas tendrán validez para las compras y ventas de los próximos meses.

El doble curso legal evita aglomeraciones en los bancos, porque la población no está obligada a canjear los billetes viejos en forma inmediata.

También el Banco Central dispuso permitir el cobro de los cheques (posdatados) emitidos en australes antes de fin del año pasado. Ello facilitará el accionar de los comerciantes, que se financiaron a través de la emisión de cheques.

Ese "lento" recambio evitará una drástica aparición del peso, aunque las modificaciones se percibirán en los negocios: los comerciantes están obligados a establecer en las vidrieras y en los escaparates sus precios en pesos.

Existe temor por el posible "efecto [illegible]" que pueden experimentar los precios durante el [illegible]. Al no existir una moneda inferior al centavo de peso (equivalente a 100 australes), la fracción [illegible] centavo se redondeará hacia arriba y hasta medio centavo (50 australes) hacia abajo. Se cree que, aprovechando los números chicos, puede haber abusos en la transformación de algunos precios (el cospel telefónico, por ejemplo, está en la mira de los más desconfiados).

♦ **Hoy hay bancos**

A pesar de que se esperan algunos trastornos, los bancos operarán hoy normalmente. El feriado bancario que habían solicitado las entidades para efectuar el cambio de moneda en forma más tranquila, quedó totalmente descartado por el ministro Domingo Cavallo.

Las casas bancarias líderes empezaron a recibir anteayer por la tarde los primeros fajos con los nuevos billetes y el procedimiento continuará durante hoy y mañana. Puede ser que algunos bancos abran sus puertas sin ejemplares del nuevo signo monetario.

La emisión para remplazar la cantidad de australes alcanza hasta ahora a unos 450 millones de billetes con la nueva denominación. De este total en los próximos días se lanzarán a la plaza unos 100 millones: solo el 22 por ciento del total.

La cifra que se tiene que remplazar equivale a unos 6.987 millones de dólares, pero hasta ahora solo hay impresos dos billetes nuevos por habitante.

♦ **Siete billetes**

Los nuevos billetes son siete:

92.03078

01 - 03

Para tener en cuenta

El billete de 1 peso, azul oscuro, tiene a Pellegrini en el frente y el Congreso Nacional en el dorso. El de 2 pesos, azul celeste, a *Mitre* y el *Museo Mitre*. El de 5, verde, a *San Martín* y el *Cerro de la Gloria*. Y el de 10, marrón, a *Belgrano* y el monumento a la Bandera.

Los principales elementos que hay que tener en cuenta por el recambio del austral por el peso son los siguientes:

- A partir de ayer entró en vigencia el nuevo peso. La relación es uno a uno con el dólar. Se le quitaron cuatro ceros al austral.
- Junto con el peso, se mantiene la vigencia legal del austral. La relación entre ambos es de 1 a 10.000.
- El doble curso legal no tiene fecha de extinción. Eso lo fijará próximamente el BCRA.
- No es necesario ir desde hoy a los bancos para canjear los billetes. El cambio se hará en forma gradual.
- Los cheques (posdatados) ya emitidos en australes pero fechados en 1992 podrán cobrarse sin problemas hasta nuevo aviso.
- Se pueden emitir cheques con viejas chequeras. Se debe proceder de esta manera: tachar la palabra impresa "australes" y reemplazarla de puño y letra con la palabra "pesos".
- Igual procedimiento se realiza con el signo austral: se tacha el signo ₳ y se lo reemplaza por el signo $.
- Los valores de las cotizaciones de acciones y fondos comunes de inversión no sufrirán cambios porque se harán corresponder a 10.000 unidades.
- Como no existe fracción de un centavo de peso, se redondea de esta manera: la fracción superior a medio centavo de peso hacia arriba y la inferior hacia abajo.

02-

9203078

peso, pero hay pocos billetes











El billete de 20 pesos, rojo, tiene a Rosas en el frente y al Combate de la Vuelta de Obligado en el dorso. El de 50, negro rojo, a Sarmiento y a la Casa de Gobierno. El de 100, violeta, a Roca y a la Campaña del Desierto.

- El de un peso, que es equivalente a un dólar y a 10.000 australes, posee la figura de Carlos Pellegrini.
- El de dos pesos, equivalente a 20.000 australes, tiene el retrato de Bartolomé Mitre.
- El de cinco pesos, equivalente a 50.000 australes, tiene la figura de José de San Martín.
- El de diez pesos, equivalente a 100.000 australes, llega con la imagen de Manuel Belgrano.
- El de veinte pesos, por 200.000 australes, posee el retrato de Juan Manuel de Rosas.
- El de cincuenta pesos, por 500.000 australes, aparece con el rostro de Domingo F. Sarmiento.
- El de cien pesos, equivalente a 1.000.000 de australes, llega con la figura de Julio Argentino Roca.

En principio no estaba previsto el billete de dos pesos, pero la presión de los seguidores de Mitre lo hicieron posible. Plantearon a la Casa Rosada que no era posible que saliera un billete con la imagen de Rosas y no hubiera alguno con la figura de Mitre.

También entraron en circulación ayer las monedas de 1, 5, 10, 25 y 50 centavos de peso. Aunque debe advertirse que la acuñación de las de 1 y 5 centavos está aún en trámite, lo cual puede complicar el problema del cambio y puede facilitar el redondeo.

Salvo una moderada campaña institucional, el Gobierno no avanzó en una acción publicitaria que apunte a aclarar a la gente cómo funcionará el canje de la moneda.

Además de lo consignado, hay algunos puntos a tener en cuenta en el manejo del nuevo peso. No hay resellado de los actuales billetes de la línea austral. La desaparición del austral será en forma progresiva, primero los de menor valor y luego los siguientes. Se calcula que todo el proceso de cambio de la moneda durará cerca de un semestre.

03-03

La importancia de las influencias

La decisión anunciada desde Washington por el ministro de Defensa, al permitir que se privaticen totalmente los servicios prestados en los aeropuertos y en los que participaba la Fuerza Aérea, es un viejo reclamo del gobierno de los Estados Unidos.

La proyectada venta de la participación accionaria de la Fuerza Aérea en las empresas Edcadassa —encargada de los depósitos fiscales en Ezeiza—, Intercargo —servicio de rampa— e Interbaires —free shops de Aeroparque y Ezeiza—, privará de una fuente de ingresos permanente al arma aeronáutica. En el caso de Edcadassa, la Fuerza Aérea participa con el 55% de la empresa, en tanto que controla el 20% de las otras dos sociedades. Hasta ahora la Fuerza Aérea percibe un canon del orden de los 700.000 dólares mensuales por Edcadassa, de 500.000 por Interbaires y de 300.000 por Intercargo. En total año 1,5 millones por mes.

Pero además de este aspecto que hace perder poder al arma aeronáutica, la decisión probablemente allane el camino hacia la obtención del crédito por 300 millones de dólares que la Argentina está gestionando ante el Banco Mundial para la reestructuración de los em[illegible] del área de Defensa.

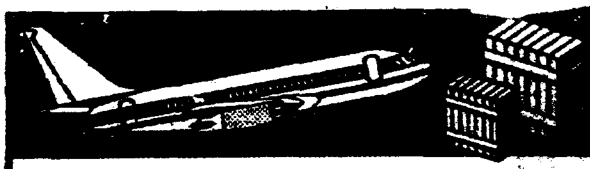
[illegible]s presiones norteamericanas ejercidas en la Argentina tenían como líder a Federal Express, pero todas las compañías norteamericanas de aviación que operan en el país —American Airlines, Pan American (hasta que quebró), Arrow Air y Florida West— apoyaban activamente este reclamo.

La Embajada de los Estados Unidos ya en junio del año pasado envió un fax a la Fuerza Aérea donde solicitó discutir la abolición de los monopolios de los servicios del aeropuerto de Ezeiza. En ese fax se planteaba como objetivo eliminar los monopolios y otorgarles a las empresas de transporte aéreo estadounidenses el derecho a construir sus propios depósitos y manejar sus propios servicios de rampa.

Entre los empresarios que aterrizaron en la Argentina el año pasado, con motivo de la visita que realizó el vicepresidente de los Estados Unidos, Dan Quayle, se encontraba el máximo responsable de la Federal Express, John Smith. En la reunión protocolar que sostuvieron con el presidente Carlos Menem, David Rockfeller lo presentó como su amigo de la Federal Express, al que conocía como un ex combatiente de Vietnam, que de la nada llegó a manejar una gran empresa. En esa oportunidad, el representante de Federal Express enfatizó que valoraba los cambios operados en la economía argentina y que, en tal sentido, la empresa estaba dispuesta a realizar inversiones en el país, pero solo si se desmonopolizaba el servicio de rampa. La respuesta de las autoridades argentinas fue afirmativa al pedido de la empresa norteamericana.

El tema volvió al tapete con el decreto de desregulación por el que, entre otras cuestiones, se contempló la desmonopolización de los depósitos fiscales, los servicios de rampa y el free shop de los aeropuertos.

01-03



LAS EMPRESAS DE EZEIZA

EMPRESA	CAPITAL SOCIAL	% CONSTITUCIÓN SOCIETARIA	COMPOSICIÓN SOCIETARIA
EDCADASSA (Depósitos fiscales)	u$s 20.000	55% Fuerza Aérea 45% Villalonga Furlong	[illegible]
INTERBAIRES (Servicio de free shop)	u$s 20	20% Fuerza Aérea 79,2% Inversiones y Servicios S.A. 0,8% Hugo [illegible]	Abril del '90: firman [illegible] por la Fuerza Aérea [illegible] Inversiones S.A. [illegible] integrantes del di[illegible] Manzoni, Pinto, [illegible] Rodríguez.
INTERCARGO (Servicio de rampa)	u$s 100	20% Fuerza Aérea 79,2% Inversiones y Servicios S.A. 0,8% Félix Go[illegible]	Abril '90: firman [illegible] por la Fuerza Aé[illegible] Gigena y Garga. [illegible] Pubis, Rodríguez, [illegible] Pinto y Alvarez E[illegible]

001/3

DEFENSA PRIVATIZARÁ

Fuerza Aérea

El ministro de Defensa, Antonio Erman González, anunció desde Washington que, cuando regrese, mañana, elevará a la firma del presidente Menem el decreto por el que las tres Armas transferirán a su cartera las acciones que tienen en sociedades mixtas. El ministro destacó que esa participación será privatizada, especialmente en las empresas donde la Fuerza Aérea está asociada con firmas privadas que prestan servicios en el Aeropuerto Internacional de Ezeiza.

El gobierno nacional, en la última reunión de gabinete antes del viaje a los Estados Unidos del ministro de Defensa, Antonio Erman González, adoptó una decisión drástica para desactivar un problema que complica la relación con la Casa Blanca.

El Ministerio de Defensa tiene listo un decreto —será elevado a la firma del presidente Carlos Menem cuando mañana retorne González— por el cual se apropia de la participación accionaria de las tres armas en las sociedades mixtas que explotan, entre otras cosas, el conflictivo depósito fiscal del Aeropuerto de Ezeiza, donde la Fuerza Aérea controla su operación en sociedad con una empresa privada.

Los paquetes accionarios en poder de los brigadieres, desde la época del ex jefe aeronáutico Ernesto Crespo, pasarían en su conjunto a la cartera a cargo de Antonio Erman González.

Como consecuencia, la decisión implica que la Fuerza Aérea ceda a la cartera de Defensa la participación que ostenta en la controvertida Empresa de Cargas del Atlántico Sud S.A. (Edcadassa), en donde los brigadieres controlan el 55 por ciento del paquete accionario.

Edcadassa es una sociedad en donde participa como socia privada la influyente compañía Villalonga Furlong. A partir de un contrato directo celebrado en diciembre de 1988 con la cúpula de la Fuerza Aérea de entonces, empezó a controlar desde mediados de 1989 el estratégico depósito fiscal de Ezeiza.

El programa [illegible] en el Gobierno implica que también la Aeronáutica tendrá que ceder al Ministerio de Defensa las acciones que tiene en las empresas que manejan el free shop (Interbaires) y el servicio de rampa ([illegible]) de Ezeiza. En ambos casos, la Fuerza Aérea está asociada con las [illegible] as de correo privado [illegible] y OCASA, que forman parte del mismo grupo económico al que también pertenece Villalonga Furlong.

La decisión fue adoptada en el gabinete nacional en donde el ministro de Defensa, Antonio Erman González, informó al resto del Gobierno, poco antes de su partida, el [illegible]. Nadie se opuso, por el momento.

En comunicación desde Washington, el propio

02-

92020379

TAMBIEN EL FREESHOP Y LA RAMPA

dejará los depósitos de Ezeiza

González le confirmó ayer a Clarín la medida: "Hemos resuelto que todos los paquetes accionarios de la Fuerza Aérea en empresas mixtas, como Edcadassa, pasen a poder del Ministerio de Defensa." La cuestión habría estado presente anoche en la reunión programada en Washington de González con el embajador de los Estados Unidos, Terence Todman, y en otra prevista con el subsecretario de Asuntos Latinoamericanos del Departamento de Estado, Bernard Aronson. González gestiona en Washington un crédito por 300 millones de dólares, el pago de las indemnizaciones de quienes acepten el retiro voluntario en las empresas de su cartera.

Una vez concretado el traslado de los paquetes accionarios, el Gobierno tendría decidido un segundo paso: "Privatizar de inmediato una parte de las compañías que quedarán en poder del Ministerio de Defensa".

El conjunto de la operación sería el resultado de una negociación política, en donde participó el Gobierno, funcionarios de la Embajada de los Estados Unidos, miembros de la DEA (Drug Enforcement Administration, organismo norteamericano encargado de combatir el narcotráfico), representantes del grupo privado que hoy es socio de la Fuerza Aérea y los propios jefes aeronáuticos.

En el último otoño, el embajador Terence Todman ejerció una fuerte presión sobre la administración menemista, para hacer más transparente el manejo del depósito fiscal de Ezeiza.

En ese momento, Todman mantuvo una reunión reservada con varios ministros en el edificio de la Cancillería y un par de días después el presidente Carlos Menem anunció drásticas medidas en un mensaje al país. Entre ellas la autorización para que la DEA realice operativos conjuntos para ubicar supuestas pistas clandestinas de aterrizaje, que pudiera utilizar el narcotráfico, e instruyó al procurador de la Nación para iniciar una investigación sobre lo ocurrido en los depósitos fiscales de Ezeiza.

La intención estadounidense sería que, en la futura privatización se presente, como potencial socio de las compañías que operan en Ezeiza, la empresa norteamericana Federal Express.

En caso de que avance el proyecto posterior de privatización las nuevas sociedades quedarían integradas por estos accionistas:

- El actual socio de la Fuerza Aérea, el grupo Villalonga Furlong-OCA-OCASA.
- Una nueva empresa privada. Podría ser Federal Express en caso de ganar la licitación.
- Una participación minoritaria en manos del Estado para ejercer, por lo menos, un mínimo control sobre las estratégicas operaciones del depósito fiscal.

El decreto que establece el traspaso de los paquetes acionarios está elaborado y su redacción se evaluó ya en la Secretaría Legal y Técnica de la Presidencia.

En uno de los considerandos menciona la necesidad de extremar medidas para la lucha antidroga, lo cual habría motivado que en la Casa Rosada se considere la conveniencia de que el secretario de Prevención de la Drogadicción y Lucha contra el Narcotráfico, Alberto Lestelle, examine la redacción del decreto. Esto demoraría algunos días la presentación del texto para su aprobación.

Pero esto no trabará la decisión política ya tomada: Erman González elevará el decreto a la firma de Carlos Menem, apenas regrese de los Estados Unidos.

Marcelo Bonelli



Los depósitos fiscales de Edcadassa, la empresa donde la Fuerza Aérea retenía el 55% del paquete accionario.

003/03 9203079

...opuesta oficial para refinanciar la deuda. El problema es cómo se pagan los intereses atrasados

...propuesta ...cos para ...a. Es muy ... a no pa- ...s bancos ...es que se ...intereses atrasados. Pero seguramente en este punto habrá marchas y contramarchas, y se llegará a un acuerdo intermedio, porque los bancos piden como mínimo u$s 1500 millones "cash" para empezar a conversar. Lo novedoso es que el Ministerio de Economía trabaja para diseñar un bono ligado a las privatizaciones, que quieren dar a los bancos como parte de la garantía necesaria en una refinanciación de deuda del estilo plan Brady. Con ese bono sería menor la necesidad de fondos, dado que lo tradicional es garantizar todo el acuerdo comprando bonos cupón cero del gobierno americano. Ese costaría unos 3000 millones de dólares, y Cavallo quiere aliviar un poco ese compromiso.

Cavallo ofrece a los bancos un bono de privatizaciones

COMO EMPIEZA LA NEGOCIACION DE LA DEUDA

Capítulo	Qué ofrece la Argentina	Qué piden los bancos
Intereses atrasados por más de u$s 8000	Refinanciar ese compromiso a través de un Bono a 15 años con 6 de gracia, pagando una tasa equivalente a Libor más 0,8125% anual.	Un pago cash entre u$s 1500 y u$s 2000 millones para empezar la negociación.
Capital principal estimado en u$s 40.000	Solicita una quita de 40%.	Ofrecen una reducción de 30%.
Garantía para el futuro	Combinar la garantía de los bonos cupón cero del gobierno americano, con otros avales que ofrece el gobierno argentino en función de las futuras privatizaciones.	Suscribir Bonos cero cupón del gobierno americano a 10% del valor nominal de la deuda refinanciada. Significa pagar cash 10% de la deuda actual menos la quita, o sea u$s 2800 millones.
Plazo de la refinanciación	30 años	30 años
Tasa de la refinanciación	3% anual con una cláusula gatillo ante la posibilidad de un aumento de las tasas a nivel internacional.	5% anual con un resguardo ante aumento de tasas a nivel internacional.
Capitalización de los papeles de la deuda	Reducir la proporción que se aceptó para las licitaciones de Entel y Aerolíneas, combinando la capitalización con los instrumentos para garantizar el pago del capital principal de la deuda refinanciada.	Mantener la proporción aceptada en Entel y Aerolíneas para Segba, Obras Sanitarias, Gas del Estado y otras. Desvincular el tema de la capitalización con la refinanciación de la deuda.

...ra ese papel con el cual se ...pira a pagar los intereses. ...esta u$s 2400 que deberían ...garse cash, y la Argentina ...pira a no pagar más de u$s ...0 al año, adicionales a los ...s 700 millones que ya se es...n pagando.

Escribe
Guillermo Kohan

Este último tema de los bonos argentinos seguramente estará vinculado con otro capítulo de la negociación que para la Argentina es fundamental incorporar: los parámetros para la continuidad del esquema de capitalización de papeles de la deuda externa en las privatizaciones. Obviamente, el comité de bancos que pilotea William Rhodes en Nueva York quiere desvincular la refinanciación de la deuda del tema capitalización. Pero para los negociadores argentinos ambas cuestiones caminan juntas, y en eso Cavallo promete la mayor de las firmezas. La idea sería lograr un beneficio adicional en la negociación, en caso de mantener para las futuras privatizaciones la proporción que se aceptó de capitalización en el pago para Entel y Aerolíneas.

El último punto tiene que ver con la tasa de interés que se pactará para la refinanciación de la deuda. Los bancos presionaron para incluir una suerte de cláusula gatillo, de modo de permitir variaciones en esa tasa en caso de modificaciones sustanciales en el mercado. Es obvio que buscan un resguardo porque actualmente las tasas en el mercado internacional están muy deprimidas. Pero podrían aparecer problemas también en este punto, dado que los bancos parten como mínimo de una tasa de 5% anual, que actualmente aparece como muy elevada.

Por eso el propio equipo negociador de la Argentina modificó su propuesta original y llevará para los primeros aprontes de la negociación una tasa de 3%, aceptando sí la cláusula gatillo que quieren los bancos por si en el futuro los intereses suben en el mercado internacional.

Puestas así ambas posiciones, y a poco de comenzar las tratativas, tanto entre los voceros de los bancos en la Argentina como entre los funcionarios económicos con alguna experiencia en la negociación externa, se coincide en que las primeras reuniones tendrán magros resultados.

que evidentemente es lógica en este tipo de negociaciones.

• A la brasileña

Pero fuera de la mesa formal de conversaciones, tanto el gobierno como los banqueros **saben que se llegará a una solución intermedia.** En el equipo económico hablan ahora **de un acuerdo a la brasileña** para resolver el problema de los intereses atrasados, que es el **capítulo más difícil en la negociación. Argentina** adeuda **más de u$s 8000 millones**, y actualmente paga unos u$s 720 **millones al año** en cuotas de u$s 60 **millones mensuales.**

Esta solución a la brasileña significaría dividir los intereses atrasados para pagar 70% en bonos y 30% cash. Implicaría esto una refinanciación por casi 6000 millones por intereses a través de un bono a 15 años con 6 de gracia, pagando una tasa equivalente a LIBOR más 0,8125% anual. Al menos ésas son las características que solicitará el gobierno argentino a los bancos

El resto de la negociación **involucra temas trascendentes, pero no de la envergadura del problema de los intereses atrasados en lo inmediato.** Sin duda el monto que finalmente se acordará para la quita del capital principal que se debe es un capítulo mayor. **La propuesta oficial del gobierno sería solicitar 40% de reducción, a lo que los bancos responderían con 30 por ciento. El plazo de la refinanciación es un punto en el que no existirían mayores desacuerdos,** porque **se considera que 30 años es el** tiempo tradicional que se ha **aceptado para los esquemas de refinanciación de deuda en** otros **países que lograron el plan Brady. Ese plazo de 30 años, coincide con el período de amortización de los bonos cero cupón que deben comprarse al gobierno americano. Claro que si Cavallo busca gastar menos en bonos americanos ofreciendo para compensar bonos argentinos vinculados a las privatizaciones, habrá que estirar la amortización de los bonos de acuerdo al plazo de amortización.**

02-02

9203080

Provincias

ONTRATADOS, RECORTAN

s, con el

s gobernadores están implementando la ...ntratados, varían y controlan el horario ...ros. Sienten la presión del Ministerio de ...rsos. Además de achicar el gasto deben ...ducación que la Nación les transferirá.

...[illegible] pasarán a disponibilidad y ...rán reubicados. Pero, quienes luego de ...n año no tengan nuevas funciones po...rán ser declarados prescindibles.

De acuerdo con Duhalde, se eliminarán 30 mil cargos de maestros suplentes. ...ice que el ahorro permitirá pagar mejo...s sueldos a los docentes. No parece mala ...ea: una maestra sin antigüedad cobra ...escasos 180 pesos. También en Santa Fe el ...ersonal podrá ser reubicado y el gobier...o anuló los nombramientos y ascensos ...ectuados durante todo el año pasado. ...rlos Reutemann emprendió una cruza...a contra los "ñoquis". En un ambiente ...nrarecido por los numerosos nombra...ientos de último momento dispuestos ...r la anterior gestión peronista, propició ...a ley que castiga no sólo a los emple...dos que no trabajan sino también a los ...fes que los cubren.

En Córdoba, Eduardo Angeloz se deci...ó por nuevas experiencias. Por primera ...z hay licencia para todos los agentes ...urante enero, aunque se mantienen ...uardias mínimas. Se calcula que la me...da permitirá ahorrar un millón de dó...res en gastos corrientes.

Una medida similar dispuso Vicente ...ga en Formosa, aunque por dos meses ...enero y febrero— tal como ocurrió el ...o pasado, con éxito.

En cambio, en Entre Ríos se [illegible] ...ecreto administrativo que regía duran...la primera semana del año. Además, el ...bernador Mario Moine [illegible] los ...censos otorgados con posterioridad al ... de agosto y rechazó el uso de automóvi...s oficiales. En Mendoza, Rodolfo Ga...belli dispuso la discontinuidad de los ...rarios de todas las oficinas públicas.

Hay más

"Y... ¿cuánta plata hay?" preguntó an...oso Rolando Tauguinas, flamante go...rnador del Chaco por Acción Provin...al, horas después de asumir. "Ni un peso ...ro debemos 60 millones de dólares", le ...ntestó uno de sus hombres de confianza. ...uguinas apeló entonces a un fuerte ...uste: echó a los contratados que no te...an un año de antigüedad —dos mil

VIATICOS Y CONGELAN VACAN...

menú de C...



Eduardo Duhalde puso en disponibilidad a los 250 mil e... geloz otorgó licencia a los agentes cordobeses durante... pulsó la sanción de la "ley c...

agentes—, suspendió el pago a los proveedores hasta febrero, salvo en seguridad y salud, y firmó un pacto de gobernabilidad con justicialistas y radicales para pasar la tormenta.

En Salta, Roberto Ulloa anunció que quedarán afuera del Estado todos los empleados que entraron por cuestiones políticas.

"Menem dio en la tecla; esta vez el peronismo o el menemismo acertó y Catamarca se someterá a la política de ajuste nacional." La frase es de Arnoldo Castillo, un radical atípico, que a poco de asumir destacó, entre otras medidas, que los contratados seguirán trabajando hasta fin de mes, cuando "analizaremos cada caso en particular." En las últimas horas saltó una perlita: Catamarca debe al Canal 12 de Córdoba el equivalente a todo un mes de fondos por coparticipación.

También en San Juan cesantearán a los agentes que no tengan por lo menos seis meses de antigüedad y se revisarán los nombramientos y ascensos efectuados

02-02

desde en... ciones o...

En T... impleme... ral. La ... bierno d... rial que... control ... ejemplo,... gunos a... provoca... rios del ...

♦ Los ...

Hay ... desajust... emplead... bra desd... Cruz no... dos y jul... aguinald... haber dij... provinci... de sus r...

Hay que resolver problemas estructurales que adem...

Trabas en Comercio Argentino-Brasileño

AF 9-1

Escribe
Jorge Todesca
Economista

Si bien los crecientes desequilibrios de la economía brasileña han acentuado las dificultades en el intercambio con dicho país, los problemas van más allá del corto plazo.

Desde comienzos de este año hasta agosto pasado la relación cambiaria entre ambos países se mantuvo relativamente estable, con relación a los precios de los bienes manufacturados. Sin embargo, en el período enero-junio el saldo favorable del intercambio para la Argentina se redujo a la mitad del correspondiente a 1990, como resultado de un aumento de más de 60% en las importaciones, parcialmente compensado por una expansión de 10% en las exportaciones.

Este deterioro en el comercio ha ocurrido a un nivel de la paridad cambiaria que no es abismalmente distinto del que predominó en períodos de relativa "normalidad" de ambas economías. Existen por lo tanto, problemas estructurales en el intercambio, agravados sin duda por el umbral hiperinflacionario en que se encuentra la economía brasileña.

Si se examina la historia reciente, esta conclusión se fortalece. Entre 1985 y 1988 la relación cambiaria entre la Argentina y Brasil permaneció casi sin variantes y pese a que el tipo de cambio real argentino fue en general alto, el comercio exterior con Brasil acumuló un saldo negativo de 750 millones de dólares.

En los dos años siguientes —1989 y 1990— el panorama cambió por completo. Las exportaciones argentinas aumentaron a más del doble y la balanza comercial acumuló un saldo positivo de 1100 millones de dólares. Pero este excelente desempeño comercial fue fruto de la combinación de dos circunstancias excepcionales: un elevado tipo de cambio real del lado argentino, hasta marzo de 1990, y un importante atraso cambiario en Brasil. Así, la paridad cambiaria fue en esos dos años 80% más favorable a la Argentina que en el trienio anterior, pese a lo cual las importaciones desde Brasil no declinaron significativamente.

- **Revaluación**

Hoy la situación es diferente, dado que el nivel de nuestro tipo de cambio parece haber llegado para quedarse, se requeriría que el cruceiro se revaluara en 33% para recuperar la relación del trienio 1985-88 y si se aspira a un comercio equilibrado, tal magnitud seguramente debería ser del orden de 50%, habida cuenta que —además— en el camino, la Argentina ha efectuado por voluntad propia una mayor reducción arancelaria que Brasil.

Con este panorama por delante, no puede dejar de advertirse que los problemas comerciales con nuestro principal socio en el Mercosur son más que coyunturales, además de apremiantes.

Aunque, desde luego, cabe la posibilidad de que Brasil ingrese en algún momento en una política de atraso cambiario, esto no parece inminente y, en todo caso, la magnitud de la corrección necesaria difería en el tiempo sus efectos sobre el comercio con nuestro país.

Así las cosas, los industriales argentinos parecen tener por delante una larga y dura competencia con sus colegas brasileños, tanto para mantener su presencia en el mercado local, como para acceder al más apetecible mercado ampliado.

En particular, la búsqueda de oportunidades comerciales requerirá mayores esfuerzos que en los dos últimos años y un seguimiento más cercano de los mercados específicos en Brasil.

Junto con ello, muchos empresarios deberán revisar cuidadosamente tanto sus costos, como sus políticas

001/1

La Argentina inicia hoy sus gestiones definitivas para lograr el apoyo del Fondo Monetario Internacional que necesita para el plan Brady. Viajó anoche a Washington Juan José Llach, con una estrategia muy precisa para presentar a Michel Camdessus. La Argentina quiere negociar el crédito de facilidades extendidas por 3000 millones de dólares, al estilo de los acuerdos que se vienen pactando por cada tramo trimestral de los préstamos tipo "stand-by". Conviene mantener ese ritmo de negociación, que a la Argentina le viene dando buenos resultados.

Buscan negociar como si fuera un "stand-by"

AF 10-1

Pasadas las 23, partió ayer el avión que llevó al subsecretario de Programación Económica, **Juan José Llach**, a los Estados Unidos. El alfil de **Domingo Cavallo** para sus relaciones con el Fondo Monetario, llegará hoy a Washington **donde rápidamente tomará nota de las gestiones que ya comenzó hace 24 horas Osvaldo Cotañi, lugarteniente de Llach en la negociación por el crédito de facilidades extendidas.**



Michel Camdessus

El delegado de Cavallo buscó ayer descomprimir la atención por este viaje, **pero el mismo significa el primer escollo que la Argentina tendrá que sortear en busca de la refinanciación global de la deuda externa.** Ningún acuerdo puede comenzar a visualizarse en la medida en que el organismo que controla **Michel Camdessus** no asegure el otorgamiento de este apoyo extraordinario por 3000 millones de dólares a largo plazo.

La estrategia Argentina con el FMI apuntará a **dos frentes.** Como primer paso, **se buscará reducir la ansiedad de los hombres de Washington en función de las demoras que aparecen en el cronograma de privatizaciones, y también asegurarles que el paquete impositivo, y la reforma previsional transitarán sin mayores problemas por el Congreso para comenzar a regir desde el 1° de abril próximo.** Simultáneamente, Llach **buscará mantener la modalidad de trabajo que viene caracterizando la relación de la Argentina con el Fondo, en función de los distintos exámenes que se vienen aprobando por los créditos "stand-by", para trasladarla al monitoreo de números que requiere este acuerdo de mayor trascendencia.** Por eso los números comprometidos para el EFF (Extended Fund Facility) no están lejos de aquellos que se pautaron para los anteriores tramos del "stand-by". Por ejemplo, **la meta de superávit operativo para este año es igual a la del segundo semestre de 1991, es decir u$s 600 millones por trimestre.**

La misión que lidera Llach ante el Fondo estará, asimismo, respaldada con el aporte de 10 **técnicos que partieron provenientes del Banco Central, Presupuesto, Ingresos Públicos y Seguridad Social.**

01-01

POR LA DEMORADA PRIVATIZACION DE LAS REDES MILITARES Y DE PRESIDENCIA

Gestión de la Embajada de los EE.UU. por una empresa de comunicaciones

James Walsh, el número dos de la Embajada norteamericana en Buenos Aires, estuvo ayer en la Cancillería para expresar el interés de su gobierno en el demorado proceso de privatización de las redes de comunicaciones de las Fuerzas Armadas y de la Presidencia, para el que resultó precalificada en primer término la empresa estadounidense GTE. Del mismo tema había hablado el ministro de Defensa, Antonio Erman González, el miércoles en Washington con altos funcionarios del gobierno del presidente George Bush.



James Walsh, [illegible]

La Embajada de los Estados Unidos realizó ayer una **gestión formal ante la Cancillería**, referida a las denuncias de **interferencias** en la licitación reservada **de un Sistema de Telecomunicaciones para Defensa, suspendida** el sábado pasado, y en la que la empresa norteamericana **GTE había sido precalificada primera.**

James Walsh, segundo en jerarquía dentro de la Embajada y temporalmente a cargo hasta el regreso de **Terence Todman**, estuvo ayer en la Cancillería. Tras la visita, trascendió que no habría por el momento una nota formal del gobierno norteamericano, sino que la GTE presentará sus observaciones y reclamos ante la Embajada.

Pocas horas después, anoche en Casa de Gobierno, el canciller **Guido Di Tella** se entrevistó por tercera vez en el día con el secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá**, quien había determinado el [illegible] el proceso licitatorio que [illegible] del pliego el sistema de comunicaciones de la Presidencia.

Antes de partir hacia los Estados Unidos a gestionar un crédito del Banco Mundial, el pasado fin de semana, el ministro de Defensa, **Erman González**, suspendió la licitación sin abrir los sobres de ofertas económicas, lo cual aceleró las protestas del gobierno norteamericano.

El miércoles pasado el ministro se reunió en Washington con el embajador Todman y con el secretario adjunto de Asuntos Interamericanos, **Bernard Aronson**, entre otros altos funcionarios de la administración norteamericana, justamente para analizar esta cuestión.

La fallida licitación —se admite en la Casa de Gobierno— entraña una **disputa entre Bauzá y González.**

La GTE es la mayor empresa de telecomunicaciones en cuanto a tecnología en los Estados Unidos y ya ha participado en varios proyectos de seguridad de ese gobierno.

♦ Desde Washington

Un despacho de la agencia Associated Press (AP) fechado ayer en Washington y firmado por el periodista Ary Moleon, dio constancia de lo que dijo Erman González ante Aronson y Todman, durante la reunión que duró una hora y media: **"Les aclaré las diversas instancias administrativas que se han seguido y se convino en que se referirá la información a la GTE con nuestros puntos de vista para que la propia GTE pueda hacer formalmente las observaciones que considere pertinentes".**

Sin embargo, el despacho de AP señaló que **"esa declaración fue la salida que se le dio"** al ministro, **"después de serle presentados los hechos"** en la reunión.

Los hechos serían la información que posee la administración norteamericana respecto de **qué funcionarios y por qué** trabaron la licitación. La agencia noticiosa recordó que **hace un año, una nota entregada por la Embajada norteamericana en Buenos Aires precipitó el llamado "Swiftgate"**, donde se denunció que funcionarios del gobierno argentino habían pedido "coimas" a esa empresa norteamericana para agilizar un pedido de eximición de impuestos.

"Las autoridades argentinas desestimaron rápidamente la cuestión como una intriga local hasta que el Departamento de Estado emitió una declaración respaldando la gestión de Todman", señaló Moleon, recordando aquel episodio.

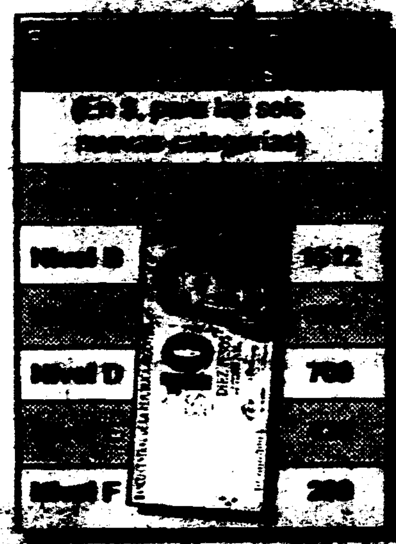
Fuentes norteamericanas citadas por AP informaron que la nota que supuestamente presentaría la Embajada **"indica que las persistentes intromisiones en las actividades de las empresas privadas son contrarias a la esencia misma de la libertad empresarial que se procura".**

Tras destacar el apoyo que el gobierno de **George Bush** dio a la desregulación, la apertura económica y las privatizaciones, impulsadas por el gobierno de **Carlos Menem**, las mismas fuentes, citadas por Associated Press, habrían expresado su temor de que **"un clima generalizado de corrupción y la falta de castigos para esos hechos por parte del Gobierno, podrían comprometer a la larga la continuidad de esas [illegible] [illegible] de mercado".**

Ello es [illegible] —agregó [illegible] estadounidenses— debido al [illegible] so de Washington de "[illegible] mente con el ministro [illegible] mingo Cavallo [illegible] considera [illegible] a la economía [illegible] rasmo".

Aumento de sueldos para agentes estatales

Reestructuración: los empleados públicos serán reubicados en seis nuevas categorías básicas, y por esa reestructuración sus ingresos aumentarán entre el 20 y el 30 % en promedio; la aplicación de los incrementos será gradual.



Los salarios de los empleados estatales experimentarán este año un aumento de entre el 20 y el 30 % en promedio, con la aplicación de un nuevo sistema de recategorización de funciones.

Consultado por LA NACION, el ministro de [illegible] que los [illegible] que [illegible] una mayor [illegible] el [illegible] del personal significa [illegible] se ha [illegible], la reducción el número de [illegible] y disminución [illegible] de direcciones y [illegible].

[illegible]

Seis niveles

Esta reestructuración comprende la [illegible] fun[illegible] [illegible], la [illegible] y la [illegible] [illegible] el [illegible] se [illegible] los actuales 24 [illegible] de la administración pública [illegible] en 6 niveles básicos, cada uno de ellos con entre 2 y [illegible].

Este cambio de categorías es [illegible] [illegible].

Funcionarios de la cartera económica [illegible] que el reencasi[illegible] [illegible] no será automático [illegible] decir que un categoría [illegible] necesariamente reubicado [illegible] categoría A 2, la máxima [illegible] sistema. Todo dependerá de las funciones que cumpla y [illegible].

Un ejemplo concreto [illegible] o un ordenanza que hoy figura en la categoría [illegible] no será [illegible] en los nuevos niveles [illegible], sino en los más bajos. [illegible] así, su remuneración [illegible] pero el incremento no será significativo.

En cambio, en las categorías altas la mejora será sustancial. En algunos casos, estimaron fuentes de [illegible] por ciento.

[illegible] por decreto del Poder Ejecutivo, se denomina Sistema Nacional de Profesión Administrativa (Sinapa) y cuenta con el apoyo de la Unión del Personal Civil de la Nación.

Primero Salud

Trascendió que el Ministerio de Salud y Acción Social ya concluyó su reestructuración y está en condiciones de pagar los nuevos salarios, lo cual ocurrirá con retroactividad a diciembre.

En el Ministerio de Economía el proceso estará terminado este mes. También muestran avances [illegible] los ministerios de Trabajo y del Interior.

Menos empleados cobrarán más

Los aumentos [illegible] los empleados [illegible] como consecuencia de la aplicación del nuevo Sistema Nacional de Profesión Administrativa (Sinapa) están previstos en las correspondientes partidas presupuestarias, según afirmó a LA NACION el ministro Domingo Cavallo.

En rigor, las partidas de sueldos no se [illegible], pero se previó un fondo [illegible] que alcanza los 100 millones de dólares para aplicar este año el nuevo esquema, dijeron [illegible] de Hacienda.

Los ajustes llegan tras un extenso período durante el cual los sueldos estatales estuvieron congelados en niveles extremadamente bajos. Hoy, un profesional con categoría 22 y 10 años de antigüedad no supera los cinco millones de australes.

La [illegible] dente de [illegible]. Para mayo [illegible] nado la administración pública unos 135.000 empleados.

Comienza ahora una nueva etapa: la instrumentación de cargos ejecutivos por concurso en el Estado.

01/01

92030085

POR LA SUSPENDIDA LICITACION DE UN SISTEMA DE COMUNICACIONES PARA LAS FUERZAS ARMADAS

Di Tella negó presiones de EE. UU.

El gobierno norteamericano no presionó ni protestó al argentino por la suspensión de una licitación para la adjudicación de una red de telecomunicaciones que técnicamente había ganado una empresa privada de ese país, afirmó ayer el canciller Guido Di Tella. Su colega de Defensa, Antonio Erman González, quien había admitido la existencia de esas presiones, rehuyó ayer todo contacto con la prensa, al regresar a Buenos Aires.

Como es habitual en estos casos, el canciller Guido Di Tella negó categóricamente ayer que el gobierno norteamericano hubiera presionado al argentino por la suspendida licitación de un sistema de telecomunicaciones para las Fuerzas Armadas.

Di Tella tomó esa actitud pese a que otro ministro, el de Defensa, Antonio Erman González, había admitido el jueves en Washington que el secretario de Estado adjunto para Asuntos Hemisféricos, Bernard Aronson, le planteó el problema. La preocupación de la diplomacia norteamericana se entiende: la empresa norteamericana GTE (General Telephone and Electronics) había ganado la evaluación técnica de ese proyecto por unos 50 millones de dólares.

El proyecto ya había creado otra disidencia interna en el Gobierno, entre González y el secretario general de la presidencia, Eduardo Bauzá.

En realidad, el proyectado nuevo sistema nunca pasó de la etapa de la evaluación técnica. El pedido a la GTE y a otras empresas lo formuló el Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas, en busca de lo que definió como un nuevo sistema de comunicaciones "seguro y eficiente" tras la privatización de la ENTel.

El proyecto inicial incluía en la reforma el área presidencial, pero Bauzá le pidió por nota a González que excluyera a la Presidencia. Al suspender González finalmente el concurso, algunas versiones adjudicaron a Bauzá esa resolución, lo cual él negó categóricamente.

♦ ¿Sobreprecios?

"Si la idea de las empresas es venderle provisiones al Estado cobrándole carísimo para que el Estado haga proyectos que no tiene por qué hacer, esos empresarios están confundidos respecto a las nuevas reglas de juego argentinas", dijo Di Tella en alusión al supuesto [illegible] precio que presentaron las siete empresas concursantes. En realidad el tema de los costos es aún un misterio porque se abrieron los sobres de las ofertas técnicas, pero no el de las económicas.

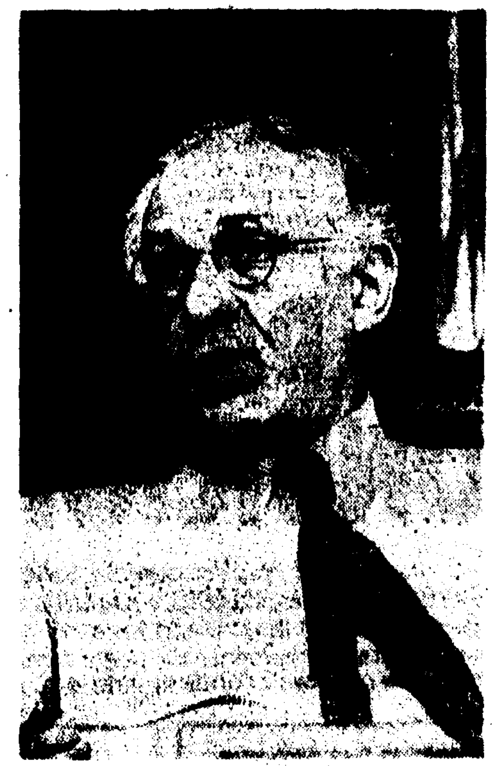
"Se está haciendo una gran fantasía. No he tenido en ningún momento ninguna queja, ningún reclamo, nada de nada", agregó, y disparó —enojado— contra los medios de comunicación: "Los periodistas —dijo— son todos iguales. Los de aquí y los de Washington".

El canciller aceptó haberse reunido el jueves en Buenos Aires con el número dos de la Embajada norteamericana, James Walsh, y con los encargados de negocios de las representaciones de Francia y Gran Bretaña.

Pero aclaró que "solo se habló" del apoyo argentino a la condena a Libia, que esos países promueven para la semana que viene en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas por negarse a extraditar a dos terroristas culpados de haber volado el avión de Pan Am que hace dos años estalló sobre la localidad escocesa de Lockerby.

Si bien la Embajada norteamericana se rehusó ayer a dar información al respecto, en medios oficiales Clarín confirmó que Di Tella trató también informalmente el caso GTE con Walsh, quien remplaza al embajador Terence Todman, que se encuentra de vacaciones hasta mediados de este mes.

González también anunció en la capital norteamericana, adonde viajó fundamentalmente por un crédito de [illegible] millones de dólares para pagar indemnizaciones a empleados que acepten el retiro en las empresas de Defensa, que el [illegible] de febrero el secretario de Defensa, Dick Cheney, visitará Buenos Aires. Al regresar ayer a Buenos Aires, González rehuyó todo contacto con los periodistas y se llamó a silencio, como una prueba de la decisión [illegible] Gobierno de bajar el perfil al tema, que todavía [illegible] abierto.



Para el canciller Guido Di Tella no hubo presiones de los Estados Unidos por la suspensión de la licitación, a pesar de que su colega de Defensa, Erman Gonzalez, las admitió.

La misma actitud tomó el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, quien en abril pasado había pedido a González que separara el área presidencial del proyecto, tras viajar a Mendoza, su provincia natal.

Bauzá habría conseguido financiación española para la re[illegible]esidencial, si ésta se licita en forma separada de la mi[illegible]ar, aunque con sistemas compatibles entre sí.

Números a la medida del FMI

I. - Buena letra

Con el comienzo del año, la negociación de la deuda externa ingresa en una instancia decisiva. Los números que llevó el secretario de Programación, Juan Llach, a Washington se encuadran cómodamente dentro de los compromisos asumidos por la Argentina ante el Fondo Monetario Internacional.

Durante el último trimestre del año que acaba de concluir la Argentina hizo buena letra en sus deberes con el Fondo. Superó en unos 400 millones de dólares la cifra prometida al FMI de superávit fiscal, según señalan fuentes del Palacio de Hacienda, lo que deja planteada la duda de por qué el Gobierno difirió el pago del medio aguinaldo para los jubilados.

Esto no quiere decir que las cifras vayan a convencer totalmente a los directivos del Fondo, ya que presumiblemente —y como es tradicional— los técnicos del organismo, que para eso les pagan, objetarán lo que ellos consideran algunos "dibujos", como los diferimientos en los pagos de los sueldos o el otorgamiento de créditos por parte de la banca oficial a las empresas públicas para que puedan pagar los impuestos.

Algo que seguramente no dirán, en cambio, los técnicos del Fondo es que el superávit también se logra postergar lo gastos mínimos en infraestructura para el desarrollo o en asistencia social, fallas que se hacen más notorias cuando se producen desgracias como el aluvión que devastó al pueblo de San Carlos Minas en Córdoba.

De todas formas, la magnitud del esfuerzo realizado por la sociedad argentina en términos del ajuste de sus cuentas fiscales es lo suficientemente importante como para perfilar un avance sin grandes dificultades hacia el otorgamiento de un crédito de facilidades extendidas del FMI, por más de 3.000 millones de dólares. Los funcionarios confían en que hacia fin de mes el Fondo dé su visto bueno a los números presentados por Argentina y que hacia fines de marzo se apruebe formalmente el préstamo.

Paralelamente, y por espacio de dos semanas, negociadores argentinos explicarán el programa económico a banqueros de los Estados Unidos, Europa y el Japón, como aperitivo de las negociaciones que hacia fin de mes se iniciarán con los acreedores externos.

Aquí también habrá dificultades para llegar a un acuerdo, más allá de que todo mundo quiere arreglar. La posición que sustenta, al menos en el comienzo, el gobierno argentino pasa por no efectuar ningún pago inicial por los intereses atrasados [illegible] [illegible]

[illegible]

de deuda externa traería un significativo aumento en el flujo de capitales al país.

II. - El Presidente apura

Para la conducción económica la tranquilidad política es un punto importante a fin de avanzar sin dificultades en la negociación externa. El tema algún cosquilleo debe haber provocado en las más altas esferas de poder, al menos según resulta de la respuesta del presidente Menem a una pregunta sobre la supuesta molestia del ministro de Economía por la interna del gabinete. El primer mandatario contestó —irónicamente—: "No sé si Cavallo se lo habrá dicho a la almohada y ésta la transmitió."

No son nuevas las versiones sobre diferencias entre el Presidente y el ministro de Economía. No solo en aspectos como el gastronómico (habitualmente en la quinta de Olivos se sirve pizza, lo que obliga a Cavallo a salir de su régimen permanente de comidas), sino también en otras cuestiones de interés económico como son las privatizaciones. En la reunión del gabinete nacional del jueves el Presidente le planteó al jefe del Palacio de Hacienda la necesidad de un ritmo más vigoroso en el proceso de privatización.

Pero el Presidente no solo empuja al ministro de Economía: también le da instrumentos como la decisión de vetar la participación del Congreso en la privatización de SEGBA y de Gas del Estado.

Cavallo recogió rápido la iniciativa e intentó corregir las demoras en esta materia anunciando el mismo jueves que en abril o mayo pasarán a manos privadas las dos centrales de la empresa SEGBA. En la oportunidad también señaló que las tarifas domiciliarias tienen un aumento del 2,5 al 5%.

La noticia no solo afectó a los consumidores residenciales; también generó nuevas inquietudes en los medios industriales, que siguen temiendo por que el proceso de privatización derive en un nuevo aumento de los costos energéticos. De ser así se desdibujarían aún más las posibilidades de competir de la producción nacional.

III. - Tensiones

La suba en las tarifas eléctricas, que sigue a los ajustes en las telefónicas, junto con otros incrementos como los registrados en el pan o los medicamentos, genera tensiones en el plano de la inflación.

Las primeras mediciones privadas proyectaban una suba de solo el [illegible] para el costo de vida del mes, pero en medios oficiales se teme que el registro sea mayor precisamente por esta secuencia de ajustes.

[illegible]

Yacyretá comenzará a dar energía en 1994



Alieto Guadagni

Finalmente, tras más de 20 años de haberse iniciado los proyectos, y casi 10 desde el inicio de la obra, Argentina y Paraguay llegaron a un acuerdo para finalizar la represa hidroeléctrica de Yacyretá, que ya supera holgadamente los u$s 3000 millones de inversión.

*Con las tres cartas reversales suscriptas la semana pasada por el canciller argentino, **Guido Di Tella**, y el embajador de Paraguay, **Florentín Bogado**, ambas naciones finalizaron una larga negociación de **más de 10 meses por la cual se adoptarán "las acciones necesarias para concluir las obras en un marco de austeridad, racionalización** y eficiencia".*

*De acuerdo con la nueva pauta, Yacyretá **comenzará a generar energía en setiembre de 1994** con la puesta en marcha de la primera turbina, a la que se le irán agregando las 19 restantes, a razón de una cada 72 días hasta completar las 20 proyectadas, lo que representará un volumen de energía de aproximadamente **60% del consumo actual de la Argentina.***

*La trascendencia de la negociación, que destrabó finalmente las postergadas obras, reside en la magnitud del recorte en los gastos, así como en la fijación de la **tarifa a la que se venderá la energía que se ubicó en 30** mils (milésimas) de dólar por kilowat-hora (estaba en 70).*

*Esto, a su vez, permite retomar la negociación por los **u$s 600 millones** en créditos externos que restan para concluir la obra, así como la renegociación de u$s 200 millones anuales en créditos caídos.*

*En tal sentido, el secretario de Relaciones Internacionales de la Cancillería, **Alieto Guadagni**, aseguró que "la negociación entre Paraguay y Argentina habilita el financiamiento comprometido por el **Banco Interamericano de Desarrollo** (BID) y el **Banco Mundial**", que ya participaron en otro tramo de la obra. Para el desarrollo futuro de **Argentina**, la energía que proveerá Yacyretá es fundamental, pero también lo era asegurar que el precio de la misma (se calcula que Paraguay no la usará, por lo menos, por 16 años) fuera al nivel del mercado, ya que en un sistema de generación privatizada como el que se prevé, la tarifa anterior era impagable, o elevaria desmesuradamente los costos industriales de Argentina.*

- **Austeridad**

AF 13/1

*La negociación se basó prácticamente en tres capítulos: **reorganización, obra y tarifa**. Los siguientes son los puntos más trascendentes de lo acordado y que rige desde la firma del acuerdo:*

- ***Se reestructurará totalmente el Ente Binacional concentrando todas las reparticiones ahora dispersas en Buenos Aires, Asunción, Ayolas, Ituzaingó y Posadas, en la isla de Yacyretá. Allí funcionará la administración, la comisión técnica y el comité ejecutivo.***
- *El personal, ahora superior a 1000 personas, no podrá exceder los 360 agentes a fin de febrero.*
- ***Se deberá bajar el costo administrativo de u$s 3-4 millones mensuales a u$s 1 millón.***
- *Se adecuarán los pagos a la consultora CIDY al tiempo estimado hasta la finalización de la obra, ya que se le había seguido aportando a esta empresa a pesar de la postergación del proyecto.*
- ***Se convino realizar los trabajos a una cota inicial de 76 metros sobre nivel del mar (originalmente era de 84), pues se concluyó que el ahorro por menor cantidad de obras es superior a la pérdida de energía inicial que se produce. Posteriormente se pasará a 78 metros, y recién en 4-5 años a 84.***
- *Se posterga la mayoría de obras de relocalización de poblaciones que iban a demandar más de u$s 500 millones.*
- ***La tarifa fijada en 30 mils de dólar regirá por 50 años, hasta el 2048.***

01/01

COMIENZA LA RENEGOCIACION EN WASHINGTON Y EN NUEVA YORK

CLARIN 13/1

Deuda: se busca una reducción

A partir de hoy, el Gobierno comienza cruciales gestiones para refinanciar la deuda externa a 30 años y obtener una quita del 37% en el capital. La propuesta, que a fin de enero será presentada a los bancos acreedores, no incluye inicialmente pagos por intereses atrasados. No obstante, se prevé un pago máximo de 500 millones de dólares dentro de la negociación. Gestionarán un escalonamiento de tasas de interés.

Hoy se inicia, en forma simultánea en Nueva York y en Washington, el decisivo proceso de renegociación de la deuda externa argentina, que llevará al Gobierno a pedir una quita del 40% (y buscar cerrar trato con una reducción del 37%) en el marco del esquema del Plan Brady.

En Nueva York, el subsecretario de Financiamiento, Horacio Liendo, empezará a sondear el austero plan de pagos de las obligaciones externas que, en los circuitos bancarios y en el propio Gobierno, se anticipa que provocará una confrontación inicial con los bancos acreedores.

Paralelamente, en Washington, el secretario de Programación Juan Llach, presentará una solicitud ante el Fondo Monetario Internacional (FMI) para que el organismo no vuelva a monitorear el cumplimiento de las metas del actual préstamo "stand by", como paso previo a negociar en firme un crédito de facilidades extendidas por no menos de 3.000 millones de dólares, con compromisos a tres años.

Al cumplirse las metas fiscales del cuarto trimestre del año pasado con postergaciones de pagos (sueldos y aguinaldos de jubilados y empleados públicos), y dejar un "arrastre" para el período enero-marzo, la estrategia de Cavallo sería evitar la presencia en Buenos Aires de la misión del Fondo durante febrero, que se perfila como potencialmente conflictiva por las presiones que podrían ejercer los bancos acreedores, al descontarse que no quedarán satisfechos por la oferta del Gobierno.

En consecuencia, **Llach tiene precisas instrucciones para solicitar al Fondo que las metas propuestas para el actual trimestre, que incluyen un superávit operativo de 600 millones de dólares (a razón de 200 por mes) se tomen como parte del primer tramo del crédito de facilidades extendidas.**

Así, al solicitarse que el futuro préstamo tenga vigencia desde el 1º de enero, se postergaría cualquier monitoreo del Fondo sobre la marcha de la economía hasta agosto o setiembre, aunque ello requeriría que antes de marzo el Parlamento sancione dos leyes claves: las reformas tributaria y del sistema jubilatorio (ver recuadro).

Funcionarios del FMI consultados por Clarín indicaron el viernes que será sumamente difícil que el organismo acepte la idea del equipo económico. **"Hay buena voluntad para tratar el caso argentino. Pero seremos inflexibles en la necesidad de que cumplan todos los compromisos y pasen todos los monitoreos previstos"**, se dijo desde Washington.

La intransigencia del staff del FMI activó la semana pasada los contactos del ministro Cavallo con representantes de la Embajada de los Estados Unidos en Buenos Aires y con funcionarios del propio Departamento de Estado.

La propuesta final que elevará el gobierno menemista a los bancos no está cerrada y depende mucho de la opinión que se obtenga en estas semanas de los banqueros en forma individual. Incluso hay dudas sobre la tasa de interés que la Argentina obtendrá, **porque puede resultar de la negociación que admita una tasa financiera el doble a la actualmente vigente.**

Hasta el momento, las autoridades económicas fijaron **como monto máximo a desembolsar unos 4.000 millones de dólares. En consecuencia, a partir de esa "masa crítica"** debe armarse todo el menú.

La **masa crítica** surgiría de aportes del FMI, el BID, el Banco Mundial y el Japón, de manera de no alterar la regla básica del plan de convertibilidad.

La intención es destinar la masa crítica a pagar unos 2.500 millones de dólares para adquirir los "zero coupon" (bonos sin amortizaciones ni servicios parciales) del Tesoro de los Estados Unidos, que garantizan toda la renegociación. Otros 1.000 millones de dólares se utilizarán para garantizar el pago de interés a los bancos durante el primer año de vigencia del convenio. Los 500 millones restantes, finalmente, serán usados para cancelar parte de los atrasos en el pago de los intereses externos, que acumulan unos 8.000 millones de dólares.

Desde esta definición básica, los parámetros principales de la propuesta, de acuerdo con una investigación realizada por Clarín, son los siguientes:

- **Reducción de la deuda: la meta es lograr una quita real de las obligaciones del 37%.** Exactamente dos puntos más que lo logrado por México. Se empezará la negociación exigiendo una baja del 40 por ciento, pero la Argentina está dispuesta a ceder 3 puntos.

- **Pago de los atrasos: el giro máximo que se ofrecerá será de 500 millones de dólares.** El planteo inicial será más duro y consiste en anunciar que el Banco Central no puede hacer ningún desembolso al exterior. El margen de [illegible] por el Palacio de Hacienda establece abonar al contado esos 500 millones de dólares. Para no afectar el nivel de reservas, se colocarían nuevas series de títulos de deuda en el exterior por un monto equivalente, o se emitiría una nueva serie de Bonex.

- **Plazo de refinanciación:** en el caso de incluir el remanente de los atrasos (serían 7.500/8.000 millones de dólares) como deuda de capital, **el plazo de renegociación será para el conjunto de las obligaciones de 30 años.**

Si se acuerda un trato diferente para la deuda de capital y los intereses atrasados, **habría dos plazos.** Uno de 30 años para el stock de capital y otro de 20 años para los intereses refinanciados.

- **Garantía de pago de los intereses por un año:** el acuerdo requiere que la Argentina garantice los futuros pagos de interés. El monto garantizado debe ser equivalente a los pagos al exterior correspondientes al primer año de vigencia del acuerdo, que se calculan en un total de 2.500 millones de dólares.

Solo para garantizar ese dinero, se pretende entregar un **"bono de privatizaciones", un nuevo papel que se aceptará para comprar empresas del Estado. Este bono no está diseñado para el conjunto de los intereses atrasados por 8.000/8.500 millones de dólares. Les otorgaría un papel primordial a los banqueros en el proceso de privatizaciones de este año.**

- **Tasas de interés:** es uno de los principales problemas políticos que aún no tiene resuelto el Palacio de Hacienda. La tasa que debe negociar la Argentina se basa en la de mediano plazo de los Estados Unidos, que es sustancialmente superior a la que paga en la actualidad.

En estos meses, a la Argentina se le devengan intereses del 3,5 por ciento (los cuales se pagan parcialmente), por su deuda comercial de unos [illegible] millones de dólares. [illegible] la tasa de mediano plazo que debe aceptar en el mercado en el 7,5 por ciento. Para la Argentina (al calcular su sobrecosto por riesgo-país) se ubica en el 8,5 por ciento.

El inconveniente político que tiene el equipo Cavallo es ver cómo presenta a la sociedad argentina y al presidente Carlos Menem la decisión de tener que aceptar un aumento en la tasa de interés. Precisamente cuando se promociona desde medios vinculados al Gobierno que la rebaja actual de tasas internacionales beneficia al país.

La propuesta que se presentará a los banqueros para solucionar el llamado "par bond" es la siguiente: pagar durante el primer año del acuerdo la tasa actual de mercado del 3,5%.

A partir de allí se propondría un compromiso de elevar gradualmente la tasa hasta ubicarla en dos años entre el 5,70 y el 6 por ciento. En consecuencia, la Argentina pedirá una reducción en la tasa actual de mediano plazo, también, del orden del 37%.

Cavallo tiene decidido tener una comunicación permanente y diaria con la dupla Liendo y Llach. A su juicio aquí se juega el destino definitivo del programa de convertibilidad. Por eso resolvió poner todas sus fichas y atención en el frente externo.

Marcelo Bonelli

01-02

001/2 9203089

del 37%

LA PROPUESTA ARGENTINA

- Fusionar el crédito "stand by" del FMI con el acuerdo de facilidades ampliadas a tres años.
- Obtener del FMI, el Banco Mundial, el BID y el gobierno de Japón, una "masa crítica" de 4.[illegible] millones de dólares, que se destinarán a garantizar la refinanciación total de la deuda, el pago de los intereses del primer año y eventualmente cancelar parte de los intereses atrasados.
- La meta es obtener una quita del [illegible] del monto de la deuda externa con los banco privados.
- Habrá un pago mínimo de [illegible] millones de dólares para saldar parte de los intereses atrasados.
- El plazo de amortización del capital refinanciado será de 3[illegible] años.
- Para los intereses atrasados habrá un plazo diferencial de 2[illegible] años.
- El pago de intereses del primer año del acuerdo (2.5[illegible] millones de dólares) se garantizará con un "bono de privatizaciones" que se aceptará para comprar empresas estatales.
- Se propondrá el pago de una tasa fija de interés del 3,5% anual en el primer año y un compromiso para elevarla gradualmente al 5,76% en los dos años posteriores.

Infografía / CLARIN

El dilema de las tasas fijas

El posible ingreso argentino al Plan Brady sería conveniente en un momento en que las tasas internacionales de interés están muy bajas. Lo que ocurre es que los países que ingresaron al Plan Brady de reducción de deuda, como México y Venezuela, tienen que pagar tasas de interés fijas, no flotantes. En el caso mexicano, es el 6% anual. De tal modo, para la Argentina una tasa fija al 3,5% anual para su deuda con los bancos comerciales implicaría una ventaja, dado que es muy probable que las tasas mundiales, luego de esta coyuntura de baja excepcional determinada por la necesidad de combatir la recesión norteamericana, vuelvan a subir. Por eso mismo, también es difícil que los bancos acepten pactar una tasa tan reducida para un acuerdo a largo plazo.

En el caso argentino, todos los acuerdos de refinanciación suscriptos hasta ahora lo han sido por tasas flotantes, es decir que el país se beneficia cuando las tasas bajan pero se perjudica cuando suben. Obviamente, es preferible entrar al plan con una tasa fija, pero baja.

02/92

9203089

Nº DOCUMENTO ....

TITULO Negociaciones para reducir deuda externa.

PROCED. 150007

FECHA 14/1/92

VINCULADO 10033

11161

11314

ARGENTINA INICIA NEGOCIACIONES PARA REDUCIR SU DEUDA EXTERNA

El País 14/1/92

BUENOS AIRES, 13 (DYN).— La Argentina iniciará desde hoy [illegible] negociaciones en Estados Unidos para [illegible] su deuda externa a 30 años y obtener una quita del capital de entre el 35 y un 40 por ciento, [illegible] bancos acreedores.

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, se mostró confiado [illegible] 500 millones de dólares en concepto de intereses atrasados.

[illegible] a partir del cierre de la negociación, podremos pagar más de lo que estamos pagando [illegible]", dijo al ser consultado por radio América. El inicio de las negociaciones también [illegible] la Asociación de Bancos de la República Argentina, [illegible], Emilio Cárdenas, aseguró creer que "las partes se van a poner de acuerdo dentro de los esquemas más o menos convencionales".

"Nunca hemos tenido un escenario más favorable que el actual para empezar a conversar sobre endeudamiento externo, desde [illegible]", dijo Cárdenas a radio Mitre. Por su parte, el presidente del Banco Central, Roque Fernández, también [illegible] "no está negociando [illegible] negociación".

"Lo que se discute ahora [illegible] pago", según comentó a radio Mitre.

La negociación está liderada en Nueva York [illegible] de financiamiento, Horacio Liendo, y en Washington por el secretario de Programación, Juan Llach.

Una meta que se baraja es lograr una quita de capital del 35% [illegible] los bancos privados, con un plazo de amortización de capital de 30 años y para los intereses de 20 años. Al ser consultado sobre el tema, el ministro Cavallo dijo que la búsqueda de una quita del 35% [illegible] las posibilidades" y recordó que en la negociación de los bancos con el Brasil no había llegado a un 40 o 35%.

"Entonces, un 35% es una cifra que, como resultado de la negociación, puede ser razonable, [illegible] a los bancos", precisó.

9203090

ENTRADO
FIZ OU

a/a

Se cumplió la meta fiscal

LN 19/1

[illegible] un informe del Ministerio de [illegible] revela que en el [illegible] trimestre de 1991 se [illegible] un resultado [illegible] de 1735 [illegible] de dólares; se [illegible] las pautas [illegible] el stand-by [illegible] con el FMI

La [illegible] con las [illegible] ante el Fondo [illegible] internacional [illegible] de 1991, [illegible] LA NACION.

[illegible]

[illegible] octubre y diciembre, se registró un superávit primario de 1735 millones e dólares, que incluye el resultado favorable del sector público no financiero y los ingresos por privatizaciones.

Sin privatizaciones

En términos operativos, es decir, sin incluir las privatizaciones, se obtuvo un superávit de 1100 millones de dólares, mientras que la meta que había sido pactada con el FMI en el acuerdo stand-by ascendía a 906 millones de dólares.

"Estuvimos casi 200 millones de dólares por encima de la pauta y esto representa un paso importante para las negociaciones que se llevan adelante por el préstamo de facilidades extendidas", afirmó una alta fuente de la cartera económica.



Ejecución fiscal - II semestre 1991 (en millones de U$S)		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Superávit primario	900	1735
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ingreso por privatizaciones	620	635

Los ingresos por privatizaciones recibidos en el último trimestre de 1991 ascendieron a 635 millones de dólares, mientras que la meta que se fijó en la carta de intención fue de 515 millones de dólares.

La comparación mensual permite advertir que en octubre el superávit aproximado fue de 283 millones de dólares; en noviembre de 419 millones y en diciembre, de 438 millones.

El tercer trimestre

En el tercer trimestre, el resultado fiscal no fue tan generoso. El superávit primario fue de 900 millones de dólares, de los cuales sólo 300 millones correspondieron al excedente "puro" y 600 millones a privatizaciones.

De todos modos, también se cumplieron las metas en ese período, que se extendió entre julio y septiembre. Las metas del FMI indicaban un superávit primario de 838 millones de dólares y resultado operativo de 354 millones.

Las cuentas del último semestre serán tomadas como base por el equipo económico para negociar los compromisos con el FMI para los próximos tres años. El ministro Domingo Cavallo afirmó que no será posible firmar un acuerdo que incluya una meta de superávit mensual que exceda en mucho los 200 millones de dólares.

(Más información en la Pág. 18)

Comenzó la negociación con el FMI

WASHINGTON [illegible] La Argentina solicitó [illegible] préstamo de [illegible] dólares al Fondo [illegible] cional, que el país [illegible] para iniciar [illegible] ducción de deuda [illegible] acreedores.

El secretario de [illegible] Económica, Juan [illegible] FMI las metas [illegible] trienio 1992-1994, [illegible] meta resultan [illegible].

Paralelamente, [illegible] financiero [illegible] y el subsecretario [illegible] terna, [illegible] una gira por las [illegible] Europa y Japón [illegible] adicionales que [illegible] ciación con los bancos.

Antes de viajar, [illegible] se espera ayuda [illegible] Eximbank de Japón y de [illegible] nismos multilaterales.

Por su parte, los banqueros [illegible] nan que la Argentina tiene [illegible] sibilidad de obtener una reducción de su deuda comercial. "La buena voluntad prevalecerá en las reuniones y podemos esperar [illegible] tantes progresos", dijo [illegible] son, director de [illegible] tales del Chase Manhattan Bank.

ENT[illegible]

9203091

Buenos Aires, miércoles 15 de enero de 1992, Ambito Financiero

Se aspira a un superávit de u$s 200 millones mensuales

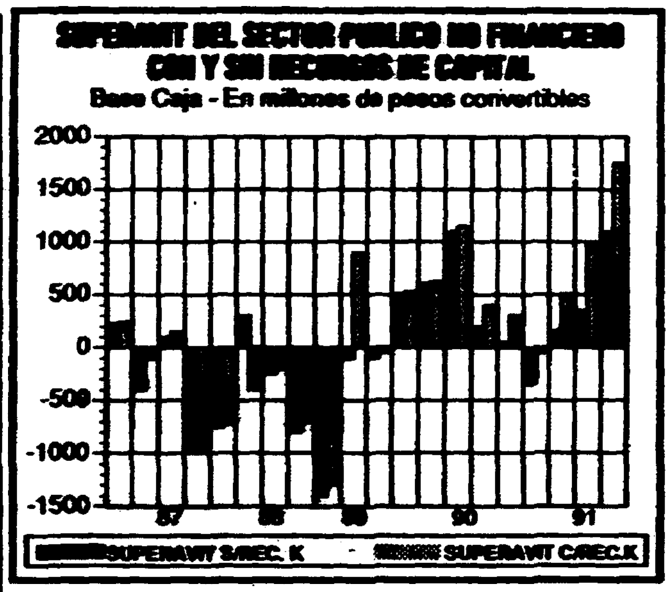
El ministro Cavallo confirmó lo anticipado por Ambito Financiero de que el superávit operativo que se pretende fijar como meta para negociar con el FMI, es de u$s 200 millones mensuales, o sea prácticamente el que se obtuvo en el último trimestre de 1991. También señaló que en el diseño del plan Brady más importante que la quita es aprovechar las bajas tasas de interés actuales para fijar un tipo de interés de referencia que tenga en cuenta los que rigen hoy a los mercados. El Ministerio de Economía se puso al día con las cifras correspondientes a las cuentas públicas durante el último lustro donde se destaca la mejora en la situación fiscal.

Modestas metas para negociar con el FMI

El ministro Cavallo confirmó ayer que la meta fiscal sobre la cual se está negociando en estos días el crédito de facilidades ampliadas es del orden de los u$s 200 millones mensuales, obtenida por el país, según las cuentas oficiales, durante el segundo semestre del año pasado.

Ello surge de las declaraciones efectuadas por Cavallo al dar a conocer un detallado informe sobre la evolución de las cuentas públicas que venía prometiendo desde hace ya varios meses.

Cavallo afirmó que ese superávit operativo de u$s 200 millones es el sostenible para la Argentina en el largo plazo. Los números presentados constituyen una puesta al día en materia de información fiscal luego de un prolongado vacío que impedía conocer la evolución de las cuentas públicas. Lo único que se conocía con atraso a través de las publicaciones del Banco Central era la evolución del Tesoro, pero los resultados dependen fundamentalmente no del Tesoro sino de las Cuentas Especiales, organismos descentralizados, empresas y el sistema de seguridad social. Por supuesto que aun las cifras proporcionadas son discutibles por la imputación de privatizaciones como pagos de atrasos previsionales de empresas públicas y otros "enjuagues", bien conocidos por los analistas fiscales. Pero de todas formas por lo menos ahora se brinda una base completa.



Cavallo informó también que viajará a Washington a fines de este mes y posteriormente a Davos, Suiza, donde se realiza una reunión anual de personalidades económicas y políticas de Occidente para concretar gestiones que se asocian a la renegociación de la deuda externa.

• Plan Brady

En materia del plan Brady subrayó que para la estrategia en marcha más importante que la quita que pudiera obtenerse es fijar una tasa de interés en referencia con los reducidos niveles que actualmente tiene.

El análisis de la situación fiscal entre los años 1987 y 1991 pone en evidencia los resultados alcanzados durante la

Cont. en pág. 9

Viene de pág. 8

política de estabilización seguida durante el actual gobierno y particularmente en el transcurso del plan de convertibilidad.

Luego de pronunciados déficit de caja registrados hasta el tercer trimestre del '89 las cuentas comienzan a mostrar resultados positivos que, sin embargo, se van diluyendo en la segunda mitad del '90 para tornarse negativos en el primer trimestre del '91.

A partir del allí los superávit crecen sustancialmente, Cavallo señaló que para los organismos internacionales lo que interesa más es el superávit operativo, o sea el resultado antes del producido de las privatizaciones, ya que sólo ése puede sostenerse en el tiempo.

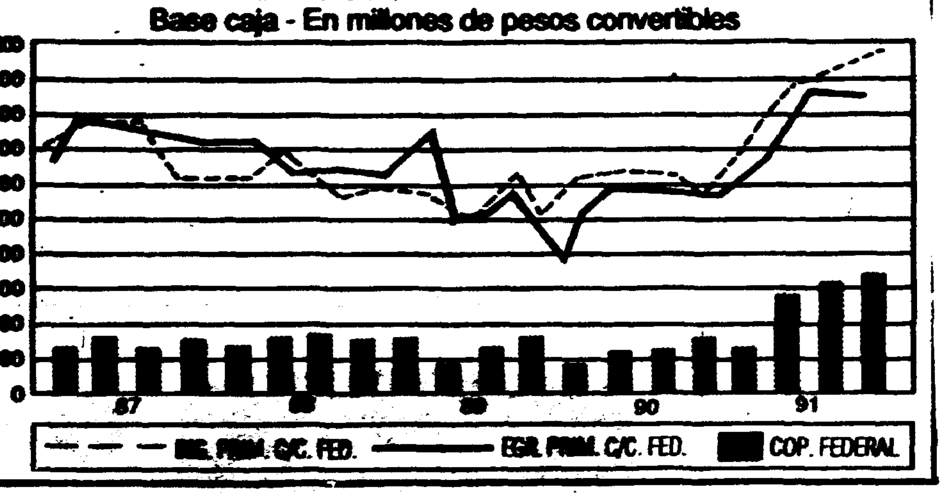
El resultado primario que incluye las privatizaciones pasó de ser negativo en el primer trimestre a u$s 560 millones en el segundo, u$s 989 millones en el tercero y u$s 1734 millones en el cuarto. Pero el resultado operativo es sustancialmente menor.

Si se restan del superávit primario mencionado los ingresos de capital que alcanzaron a u$s 295 millones en el primer trimestre, u$s 338 millones en el segundo, u$s 629,8 millones en el tercero y u$s 635,2 en el cuarto, se arriba al resultado operativo que fue de u$s 1470 en el segundo semestre del año.

Puede advertirse que estas cifras disimulan el verdadero monto de las privatizaciones, no se incluyen totalmente los u$s 840 millones de la venta de Telefónica en el cuarto trimestre por el recurso de asignarlas a pagos de atrasos previsionales u otros ingresos corrientes.

INGRESOS Y EGRESOS DEL SECTOR PUBLICO NO FINANCIERO INCLUYENDO COPARTICIPACION FEDERAL

Base caja - En millones de pesos convertibles

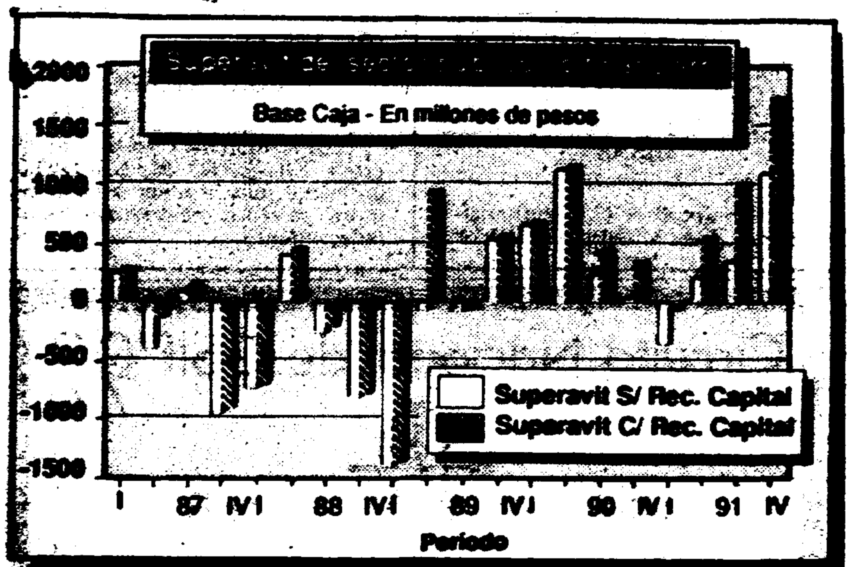


SECTOR PUBLICO NO FINANCIERO BASE CAJA AÑO 1991

Esquema Ahorro - Inversión - Financiamiento

(En millones de pesos)

Concepto	I Trim.	II Trim.	III Trim.	IV Trim.	Total
I Recursos Corrientes	5.498,0	6.738,9	8.071,0	8.763,4	29.071,2
- Tributarios	4.912,2	6.201,1	7.420,5	7.830,2	26.364,1
- No Tributarios	392,2	430,2	636,2	870,4	2.328,9
- Superávit Cte. Empresas Púb.	193,6	107,7	14,2	62,8	378,2
II Erogaciones Corrientes	6.076,4	6.816,2	7.851,8	8.135,6	28.879,9
- Personal	1.068,7	1.097,5	1.254,6	1.323,4	4.744,2
- Bienes y Serv. no pers.	315,7	331,0	420,1	398,7	1.465,5
- Intereses de deudas	674,6	765,6	715,9	860,6	3.016,7
. Internos	94,3	128,4	247,9	137,1	607,7
. Externos propios	580,3	637,2	468,0	723,5	2.409,0
. Externos a cargo del Tesoro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
- Otras Erogaciones Corrientes	39,0	44,5	60,9	56,9	201,3
- Transf. Ctes. y de Capital	3.929,4	4.538,5	5.434,9	5.436,2	19.339,0
. Provincias y MCBA	1.803,2	2.286,0	2.457,1	2.715,9	9.262,2
. Recursos coparticipados	1.272,6	1.858,3	2.132,5	2.427,0	7.690,3
. Resto	530,6	429,8	324,6	288,9	1.574,0
- Pasividades	1.957,5	2.070,2	2.593,7	2.508,2	9.129,6
- Enseñanza Privada	51,4	56,1	84,4	74,5	266,4
. Otras	117,2	126,2	299,8	137,6	680,8
- Déficit Cte. de Empresas Púb.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
- Erogaciones Extrapresup. netas	48,9	39,0	—34,6	59,8	113,2
III Ahorro (I-II)	—578,4	—77,2	219,2	627,8	191,3
IV Recursos de Capital	295,3	338,0	629,8	635,2	1.898,2
V Erogaciones de Capital	465,6	469,1	580,9	395,3	1.910,9
- Inversión Real	423,1	382,5	511,9	365,3	1.682,8
. Bienes de Capital	134,6	142,7	163,7	126,5	567,5
. Construcciones	288,4	239,9	328,2	238,8	1.095,3
- Inversión en Bienes Preexist.	1,6	2,4	2,6	2,3	8,9
- Inversión Financiera	40,9	84,2	66,5	27,7	219,3
VI Remanentes ejercicios anteriores	4,2	2,9	4,3	4,8	16,1
VII Financ. por Emergencia Económica	5,5	0,8	0,8	1,2	8,3
VIII Recursos antes de contribuciones	5.802,9	7.080,5	8.705,9	9.404,6	30.993,9
IX Egresos antes de contribuciones	6.542,0	7.285,2	8.432,7	8.531,0	30.790,9
X Necesidad financ. antes contribuc.	739,1	204,7	—273,2	—873,6	—203,0
XI Financiamiento por contribuciones	707,0	667,4	804,5	747,8	2.926,7
- De la Administración Central	635,3	529,8	660,0	678,8	2.503,9
- De Cuentas Especiales	69,3	135,2	142,0	66,6	413,1
- De Organismos Descentralizados	2,4	2,4	2,4	2,5	9,7
- De Empresas y Entes Binacional.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
- Del Sistema de Seguridad Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
XII Erogaciones para contribuciones	707,0	667,4	804,5	747,8	2.926,7
XIII Ingresos primarios después contrib.	6.510,0	7.747,9	9.510,3	10.152,3	33.920,5
XIV Egresos primarios después contrib.	6.574,4	7.187,0	8.521,3	8.418,1	30.700,8
XV Superávit primario (XIII-XIV)	—64,4	560,9	989,0	1.734,2	3.219,7
XVI Erogac. totales después contrib.	7.249,0	7.952,6	9.237,2	9.278,7	33.717,5
XVII Necesidad de financ. (XVI-XIII)	739,1	204,7	—273,2	—873,6	—203,0
XVIII Financiamiento Neto	—729,7	271,0	—14,9	109,2	—364,4
1 - Uso Neto del Crédito	—728,2	272,5	—13,4	110,8	—358,5
a) Interno	—396,2	—127,4	—297,8	—353,1	—1.174,5
. Uso Bruto del Crédito	27,5	44,1	1.108,5	718,7	1.898,8
. Amortización	423,7	171,5	1.404,3	1.071,8	3.071,3
b) Externo	—332,0	399,9	284,4	463,9	816,1
. Uso Bruto del Crédito	335,4	760,8	568,0	882,4	2.546,5
. Amortización	667,4	360,9	283,7	418,5	1.730,4
2 - Uso Neto de los Adelantos	—1,5	—1,4	—1,5	—1,6	—5,9
a) Prov. y Cont. Ejerc. Ant.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
b) Prov. y Contratistas	1,5	1,4	1,5	1,6	5,9
XIX Resultado (XVIII-XVII)	—1.468,8	66,3	258,2	982,8	—161,4
1 - BCRA (Var. Dep. M.E.)	118,8	—316,0	—5,9	—171,6	—374,7
2 - Disminución Dep. BNA	22,6	23,4	—161,8	—75,9	—191,8
3 - Dif. Inter. Ext. y Gas Bolivia	41,6	220,8	38,6	263,2	564,1
a. Dif. Intereses Externos	41,6	220,8	38,6	263,2	564,1
. Intereses Exter. Devengados	580,3	637,2	468,0	723,5	2.409,0
. Intereses Exter. Pagados	538,7	416,4	429,4	460,4	1.844,9
. Devoluciones	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
b. Dif. Gas Bolivia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
. Devengado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
. Pagado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Aumento Pasiv. Finan. Netos	1.285,8	5,6	—129,1	—998,5	163,8



Cayó el gasto público entre 1987 y 1991

LN 15/1

Se transfirieron mayores recursos a las provincias; hubo menor inversión estatal

El gasto total del sector público no financiero se redujo [illegible] entre 1987 y 1991, informó el Ministerio de Economía.

En 1987, las erogaciones habían ascendido a 41.804,3 millones de pesos, mientras que en 1991 fueron de 38.717,5 millones de pesos.

Entre los aspectos principales del informe fiscal difundido ayer por la cartera económica pueden destacarse los siguientes:

- Crecieron los recursos transferidos a las provincias, de 8628,3 millones de pesos a 9282,2 millones.
- Pero bajaron las erogaciones de capital, lo cual revela que la inversión pública se redujo en ese período. En 1987 sumó 5214,2 millones de pesos, mientras que en 1991 fue de 1908,9 millones de pesos.
- En cuanto al superávit, la variación fue sustancial. En [illegible] se registró un déficit primario de [illegible],3 millones de pesos y en 1991 hubo un superávit de 3219,7 millones de pesos.
- Las erogaciones de personal se mantuvieron estables, pero crecieron entre 1990 y 1991. En este último año representaron 4744,2 millones de pesos. El secretario de Hacienda, Ricardo Gutiérrez, afirmó que ello obedeció a la influencia de las indemnizaciones que se pagaron al personal que abandonó el sector público.
- El superávit corriente de las empresas públicas disminuyó de 1324,9 millones de pesos en 1987 a 378,2 millones de pesos en 1991. Según Cavallo, ello ocurrió porque el año último se emplazó a las empresas a pagar los impuestos.
- En 1991, la evolución fiscal fue mejorando a lo largo de los cuatro trimestres. En el primero hubo un déficit de 64,4 millones de pesos. En

[illegible]

el segundo trimestre, se registró un superávit primario de [illegible] millones de pesos. En el tercero, el superávit llegó a [illegible] millones y en el cuarto, de [illegible] millones.

Salarios estatales

Gutiérrez reveló que en el presupuesto de 1992 hay dos partidas destinadas a mejorar los salarios de la administración pública. Una de ellas, de 100 millones de dólares, se afectará a atender los mayores sueldos, que derivarán de la reubicación de los empleados en las nuevas categorías.

Como anticipó LA NACION, los aumentos en promedio oscilarán entre el 20 y el 30 por ciento.

La otra partida es de 70 millones de dólares y está dirigida a financiar los cargos gerenciales que se concursarán en el Estado.

01-01

Nº. DOCUMENTO
TITULO Cambio de moneda.
PROCEDENCIA /50024
FECHA DE PROCESO 15/1/92
VINCULACIONES /0033
/1161
/1392

El redondeo por cambio de moneda no es lo que parece

Una compulsa de precios efectuada por **Clarín** entre el 17 de diciembre y el 8 de enero, es decir, antes y después de las fiestas, y teniendo en cuenta el redondeo por el cambio de moneda, permitió comprobar que buena parte de los productos de consumo masivo no tuvieron aumentos. La recorrida por distintas bocas de expendio arrojó también las siguientes conclusiones:

- En la mayoría de los casos hubo un "redondeo correcto", es decir, no se aprovechó el cambio del austral al peso para elevar especulativamente el valor de los productos.
- Sin embargo, no faltaron algunos ejemplos de aprovechamiento del nuevo marco monetario para inflar. Se puede hablar de aumentos encubiertos.
- A raíz del fuerte aumento producido en la harina, que se espera siga, se está notando una sustitución de primeras marcas por otras "de batalla".
- En el caso de las carnes, si bien hubo aumentos y después bajas equivalentes, hubo también casos de sustitución de primeras por segundas calidades.

La recorrida abarcó supermercados de distintos barrios y una feria municipal.

No fue posible, en cambio, completar la captación de precios en la sucursal Once de supermercados Coto, donde insólitamente se impidió a Clarín tomar nota de los precios en exhibición. Ello pese a la existencia en estos días de una campaña televisiva del Gobierno que recomienda a la población comparar precios para decidir sus compras.

♦ **Productos básicos**

Como se puede ver en el cuadro, los precios de productos básicos como aceite, fideos, tomate al natural, café, yerba, vino común, gaseosas, leche, queso fresco, manteca, no han aumentado pero sienten un pequeño efecto por el redondeo, que en casi todos los casos se hizo para arriba. Por ejemplo, la yerba que costaba 19.350 australes pasó a 1,94 pesos. Las salchichas que se vendían a 8.500 australes pasaron a 86 centavos y la gaseosa que estaba a 7.590 se fue a 76 centavos.

Hubo, sin embargo, incrementos de importancia en el arroz, de hasta el 20%, así como también en los pollos, las salchichas y en la soda. En este caso, del 10%.

Clarín 15/1

LOS PRECIOS EN PESOS



Producto	Disco Córdoba y Larrea 17-12*	Disco Córdoba y Larrea 8-1	Feria Brasil 1100 17-12*	Feria Brasil 1100 8-1
Arroz (1 kg)	1,49	—	—	1,66
Harina (1 kg)	0,40	0,41	0,50	—
Fideos (1 kg)	1,12	1,13	0,99	0,99
Asado (1 kg)	2,69	2,69	3,40	3,80
Pollo (1 kg)	3,57	3,88	2,69	3,00
Jamón cocido (1 kg)	8,90	9,90	8,00	8,00
Aceite mezcla (1 l)	1,51	1,51	1,49	1,49
Leche entera (sachet)	—	—	0,39	0,40
Queso fresco (1 kg)	3,23	3,24	3,89	3,89
Manteca (220 grs.)	0,90	0,90	0,80	0,88
Huevos (x 6)	0,39	0,40	0,50	0,80
Tomates (lata 380 g)	0,41	0,31	0,40	—
Azúcar (1 kg)	0,49	—	0,50	0,50
Café (1/2 kg)	2,77	2,77	2,90	2,78
Yerba mate (1 kg)	1,93	1,94	2,20	2,05
Gaseosa (1 l)	0,75	0,76	1,20	1,20
Vino común (1 l)	—	—	1,20	1,20

* Los precios fueron captados en australes y convertidos a pesos para facilitar la comparación.
Fuente: Clarín

Infografía/CLARIN

9203094

01/01

Nº DOCUMENTO

TITULO Se cumplen metas fijadas con el FMI

PROCEDE 150024

FECHA 15/1/92

VINCULO 10033

01161

01392

Economía cumplió lo prometido al FMI

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, anunció que durante el último trimestre del año pasado la Tesorería obtuvo un superávit primario equivalente a los 1.733 millones de pesos.

El titular del Palacio de Hacienda precisó que durante los últimos meses este fue el resultado positivo de las cuentas estatales: en octubre 235 millones de pesos, en noviembre 403 millones de pesos y en diciembre el equivalente a 1.095 millones de pesos.

Estas cifras permiten **cumplir con las metas fijadas con el Fondo Monetario Internacional para el período octubre-diciembre.**

El fuerte superávit operativo de diciembre es fruto de haber trasladado el pago del medio aguinaldo de jubilados y estatales a los primeros días de enero.

La erogación que contablemente se registrará en las cuentas de este mes por el atraso de esos pagos equivale a unos 580 millones de pesos. Este gasto no entró en la Tesorería de diciembre, mejorando sustancialmente su performance.

El subsecretario de Hacienda, **Ricardo Gutiérrez** sostuvo que **"el pago en enero de los medio aguinaldos, ya estaba acordado en la fijación de metas que se realizó con el Fondo Monetario Internacional."**

Gutiérrez precisó: **"Igual durante enero el mayor gasto no será igual a 580 millones de dólares, porque las cajas de jubilados recibirán como ingresos los aportes que surgen del pago del aguinaldo en el sector privado."**

Cavallo entregó un voluminoso trabajo con toda la información fiscal actualizada hasta diciembre pasado. Desde su asunción en febrero pasado, el ministro no había suministrado datos concretos y precisos de la Tesorería.

El ministro sostuvo que a partir de ahora **"el Gobierno entregará un amplio informe del comportamiento de caja de la Tesorería a mediado de cada mes."**

CLARIN 15-1

9203095

01/01

ENT...

CRI...

Buenos Aires, miércoles 15 de enero de 1992 ★ CLARIN

HAY CINCO DIAS PARA IMPUGNAR LA DECISION

Preadjudican el Mitre al grupo encabezado por Aceitera Gral. Deheza

Domingo Cavallo anunció anoche la preadjudicación de la línea del Ferrocarril Mitre al consorcio encabezado por Aceitera Deheza. En el camino quedó Sideco Americana —grupo Macri— que también pujaba por la concesión de la línea. El grupo perdedor tiene cinco días desde la notificación para impugnar la decisión, previo depósito de u$s 2.000.000. El ganador se compromete a invertir u$s 422.000.000 en 15 años y le pagará al Estado un canon de casi u$s 50.000.000. De los trabajadores de la línea, solo 2.000 pasarán a la nueva empresa, mientras que el resto deberá acogerse al retiro voluntario.

El consorcio **Nuevo Central Argentino (NCA)** que lidera la firma **Aceitera General Deheza (AGD)** obtuvo ayer la preadjudicación de la red general del Ferrocarril **Mitre** que se extiende por las provincias de **Buenos Aires, Santa Fe, Córdoba, Santiago del Estero y Tucumán.**

La propuesta económica del consorcio NCA **superó a la oferta presentada por el grupo Macri a través de la firma Sideco Americana, con lo cual ganó el derecho a explotar por 30 años los casi 5.100 kilómetros de vías que tiene la línea Mitre, excluidos los tramos urbanos.**

La resolución oficial sobre el resultado de la licitación fue dada a conocer ayer por el ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, y el secretario de Transporte, **Edmundo del Valle Soria**, en una conferencia de prensa realizada en el **Palacio de Hacienda.**

Tras la preadjudicación y en caso de que no se registren impugnaciones del grupo perdedor, el contrato de transferencia de la red ferroviaria se **firmará aproximadamente en 40 días, corriendo a partir de allí un plazo de seis meses para la transferencia definitiva.**

Si bien Cavallo y Soria destacaron que en esta licitación **compitieron dos buenos grupos empresarios, el titular de Transporte precisó que NCA superó a su adversario en todos los rubros que fueron evaluados para la calificación final.**

Soria **detalló que la comisión de privatización ferroviaria otorgó 768,9 puntos a NCA y 621,6 a la UTE (Grupo Macri)** en tanto que el grupo de técnicos convocados para auditar la evaluación oficial calificó con **763** puntos a NCA y con **636** a la UTE.

El funcionario explicó que a raíz de las numerosas observaciones e impugnaciones que se intercambiaron los dos grupos, se decidió someter a consideración de un grupo de especialistas de Ferrocarriles Argentinos el dictamen evaluatorio que había preparado la comisión privatizadora. "Los resultados fueron exactamente los mismos —indicó Soria— en los dos casos primero fue calificado NCA y con apenas una diferencia de 10 **puntos** sobre el puntaje máximo superior a los 750 puntos".

Al detallar el contenido de la oferta de NCA, Soria señaló los siguientes aspectos:

- El programa de inversiones acumuladas para los primeros 15 años llega a **410 millones de dólares** más inversiones adicionales por un total de 12,5 millones de dólares.
- En los primeros 15 años de la concesión, NCA le pagará al Estado en concepto de canon **49,1 millones de dólares**, lo cual representa un pago mensual de **273.000 dólares.**
- Para la primera mitad de la concesión (15 años), el peaje que deberá pagar Ferrocarriles Argentinos o el concesionario que se encargue de brindar los servicios de pasajeros actuales será de **148 millones de dólares.**
- El total de personal que incorporará el concesionario será de **1.810 agentes.**

Con respecto a la cantidad de trabajadores que se verán afectados se registró una marcada diferencia entre los anuncios de Cavallo y los números que figuran en el pliego de bases y condiciones. En el pliego aparece consignado que la totalidad de agentes de la línea a concesionar es de **13.270**; mientras que el ministro sostuvo que llegan a **6.000**. De todas formas el nuevo operador privado tomará menos de **2.000**, con lo cual los restantes agentes **deberán acogerse a los beneficios del retiro voluntario.**

Cabe recordar que si el grupo perdedor desea impugnar la decisión oficial tiene **cinco días de plazo**; pero para formalizar la presentación deberá depositar alrededor de **2 millones de dólares**, los cuales serán perdidos si no prospera el reclamo.

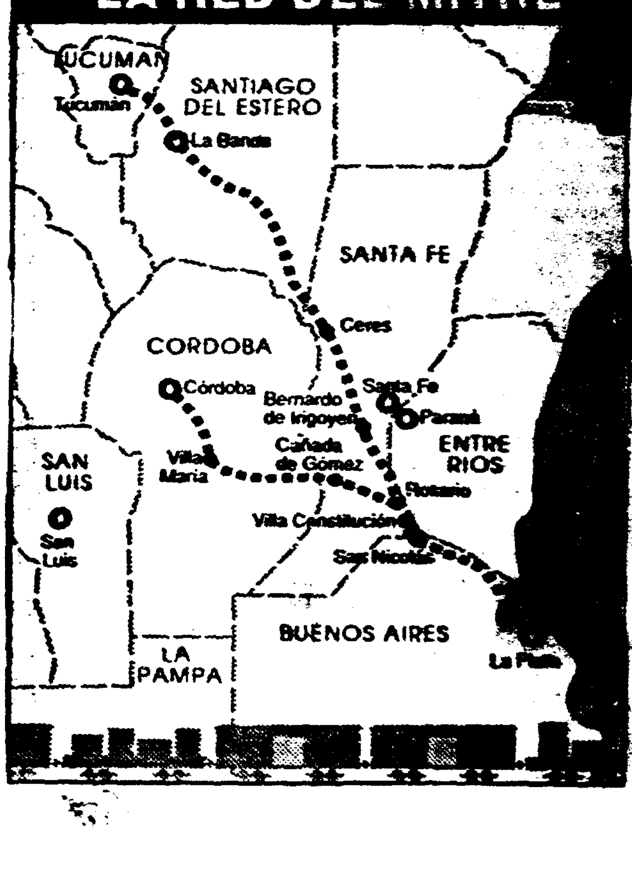
EL GRUPO GANADOR

Consorcio Nuevo Central Argentino (NCA)

	Participación (%)
—Aceitera General Deheza	61,5
—Banco Francés del Río de la Plata	17,5
—Román Marítima	12,5
—Asociación de Cooperativas Argentinas (ACA)	8,5

Operador ferroviarios: a) Montana Rail Link; b) Anacostia and Pacific, y c) RBC Asociates.

LA RED DEL MITRE



Nº. DOCUMENTO
TITULO Normalización de las finanzas externas
PROCEDENCIA 150025
FECHA ... 16/1/92
Nº. DE ... 10033
11161
11319

La normalización de las finanzas externas

LN 16/1

La solicitud formal de un acuerdo de facilidades extendidas al Fondo Monetario Internacional (FMI) y la labor informativa iniciada en distintas capitales financieras como prólogo al comienzo de conversaciones formales con la banca comercial acreedora, previsto a fines de este mes, constituyen la etapa inicial de una nueva renegociación amplia del elevado endeudamiento externo contraído por nuestro país durante los últimos años.

Aunque incluye capítulos y gestiones diferentes, la empresa así empezada busca llegar a una situación equivalente a la que tendría cualquier deudor que necesita acordar con sus distintos acreedores un plan de cumplimiento de sus obligaciones acorde con su estado patrimonial y posibilidades reales de pago.

Consecuentemente, su principal objetivo es restablecer la aptitud para realizar operaciones de giro y de crédito ordinarias.

Por cierto, las gestiones en curso tienen como precedente un acuerdo de refinanciamiento amplio que, pese a haber sido celebrado pública y privadamente en su oportunidad como un logro significativo, fue incumplido poco tiempo después.

"La carga por intereses ha sido reducida al nivel mínimo que se puede pretender en la actualidad y representa un ahorro anual calculado de 300 millones de dólares siendo, además, el único pago que se ha de reclamar durante los siete años del período de gracia; el capital se amortizará entre 1992 y 2005, un tiempo en el que se supone que la Argentina debiera obtener un superávit sustancialmente importante en su balanza comercial", se anotaba entonces en esta columna al resumir las principales características de aquel pacto.

Pero el recrudecimiento de la crisis económica intestina produjo la interrupción de los pagos convenidos, que nuestro país sólo reanudó bajo la gestión de las autoridades actuales, aunque por montos inferiores a los pactados.

El atraso incurrido superaría hoy con largueza los siete mil millones de dólares, suma parecida, aunque no equivalente, a la reducción del capital adeudado que el Estado logró hasta ahora a través de una política de privatizaciones que incorporó mecanismos de capitalización de títulos de la deuda externa.

Aunque importantes bancos acreedores participaron en las licitaciones respectivas y accedieron, por lo tanto, a canjear sus acreencias por activos accionarios, el incumplido acuerdo de 1987 se hizo sentir en esos trámites: por ejemplo, el sistema de garantías que acompañó aquel convenio de refinanciamiento hizo necesario que las entidades de crédito manifestaran su acuerdo con las ventas efectuadas.

Quedaron subsistentes, de tal manera, varios de los compromisos contraídos, sin que, en cambio, el Estado local alcanzara virtualmente a aprovechar sus beneficios.

Se trata, entonces, de lograr que un nuevo convenio reproduzca una normalización que tuvo entonces duración efímera, pero esta vez incorporando a ese instrumento mecanismos que reconozcan o permitan una reducción del capital adeudado y un servicio acorde con la capacidad de pago del erario local, que el ministro de Economía ya ha cifrado en cierto modo al mencionar como máximo superávit operativo sostenible un monto de doscientos millones de dólares mensuales.

Por cierto, ese nivel de disponibilidades marca un punto de partida ajustado. Señala tácitamente que el Estado podría girar al exterior un importe inferior al resultante de una tasa más baja que la actual y reducida libor.

Hay que recordar, también, que parte de esa deuda total reconoce hoy por acreedores a organismos de crédito multilaterales –FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desarrollo– o Estados extranjeros (Club de París) que tienen poco margen para hacer quitas o rebajar sus tasas en extremo, y que sólo un poco más de la mitad de la deuda externa local –alrededor de treinta y siete mil millones de dólares– es mantenido con la banca privada internacional.

Dichos organismos multilaterales podrían cumplir, en cambio, un papel importante en el proceso de refinanciamiento, proporcionando parte de los fondos necesarios para la recompra de títulos de deuda a precios inferiores a su valor nominal, produciéndose así la quita o disminución del capital adeudado, acelerándose la recuperación de parte de sus préstamos a los acreedores privados, y perfilándose una reducción sensible del monto anual de intereses correspondiente a los deudores privados.

Es, en definitiva, el mecanismo esencial del modelo de reducción de deuda conocido con el nombre del actual secretario del Tesoro norteamericano, Nicholas Brady, cuya puesta en acción es el objetivo último del trámite que acaba de iniciarse.

Del resultado de esa gestión y las que luego se lleven a cabo ante otras entidades de crédito capaces de ayudar a conformar el capital líquido necesario para financiar la primera reducción –llamado comúnmente "masa crítica"– depende, pues, el desenlace final de la negociación.

Entretanto, pública o veladamente comienzan a discutirse los términos del acuerdo futuro con la banca privada.

Al mismo tiempo, las circunstancias económico-financieras internacionales y locales permiten adelantar una primera conclusión: Está en el interés de todas las partes en juego que se alcance una completa normalización de las relaciones de crédito de nuestro país con el exterior.

Aunque la renegociación requiera a la administración local un esfuerzo de pagos mayor, serán también mayores sus probabilidades de que éste se atenúe progresivamente por efecto de una economía que se desenvolverá mejor con una asistencia financiera externa normal.

La banca acreedora, con situaciones complicadas en algunos casos y con una fuerte reducción de las tasas pagadas por el gran mercado norteamericano, tiene por delante una oportunidad de mejorar el perfil de sus balances.

Por fin, los organismos multilaterales sólo estarán cumpliendo la misión de resguardo de la estabilidad económico-financiera para la que fueron creados.

01-01 92...

Mtro González gestiona préstamo por U$S 300: para racionalización

150035

16/1/92

10033

1116[illegible]

11328

González: fondos para racionalizar

LN 16/1

El ministro de Defensa, Antonio Ermán González, dijo que durante su estada en los Estados Unidos se avanzó en las gestiones ante el Banco Mundial para obtener un préstamo por 300 millones de dólares que será destinado a la racionalización y venta de las empresas de su cartera.

Con esa suma, y otra similar que podría aportar en forma asociada el Banco Central del Japón, se pagarán los retiros del personal de Somisa, Hipasam, Altos Hornos Zapla y otras y se hará frente a los gastos de consultoras que intervendrán en los pliegos de ventas y ayudarán en la búsqueda de oferentes.

Dijo que la Corporación Financiera Internacional, un apéndice del Banco Mundial, elaboró los pliegos de Altos Hornos Zapla y que la apertura de los pliegos está prevista para el 31 del actual.

Otras empresas que seguirán en las privatizaciones dispuestas son Eca, Tolueno y Acido Sulfúrico.

Anunció que se iniciaron gestiones ante el Banco Interamericano de Desarrollo para poder acceder a un préstamo del fondo para las Américas, con un [illegible] social.

El [illegible]

[illegible] de repuestos para las Fuerzas Armadas.

9203098

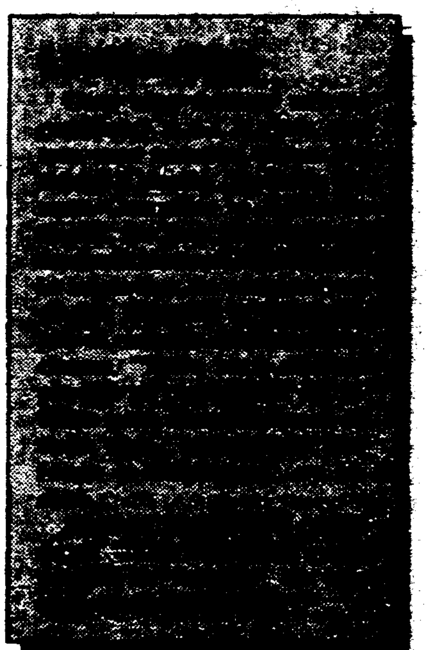
01-01

N°. DOC.:
TÍTULO: Definición favorable a GTE por las comunicaciones.-
PROC.: 150025
FECHA: 16/1/92
VINCULADOS: 10033
11161
11411

Según el senador Richard Lugar LN 16/1

Habría una definición favorable a GTE por las comunicaciones

Sugerencia: el legislador se mostró interesado en que una comisión de parlamentarios de su país presencie la destrucción de la parte no reciclable del misil Cóndor II.



El senador norteamericano Richard Lugar, al dejar el despacho presidencial, dijo ayer que la Argentina "tiene el derecho de poner cualquier regulación sobre cualquier licitación que el Gobierno quiera" y agregó que "lo importante para nosotros es que todas las reglas sean claras y públicas para todas las compañías que quieran invertir".

De esta manera, el legislador republicano por Indiana, que visita nuestro país en una gira por la subregión, respondió a la pregunta sobre la licitación del sistema de telecomunicaciones para el Ministerio de Defensa [illegible]

[illegible] Lugar [illegible] este tema que Cavallo le había [illegible] que habrá un único sistema de comunicaciones en el área mencionada, con una definición en favor de la GTE.

Sobre la visita al jefe del Estado, [illegible]

Le expresó que se siente "admirado por los cambios políticos económicos" [illegible] en el país y que [illegible] el impresionante cambio de [illegible] que se observa en la Argentina".

A su turno Menem –siempre de acuerdo con la información oficial– le dijo que existe pleno convencimiento sobre el rumbo adoptado "y lo vamos a mantener con firmeza", aunque, con la ayuda de Maquiavelo, le recordó a su interlocutor que "los que están ligados al viejo orden no quieren perder sus privilegios y, para impedir el cambio, [illegible]".

[illegible] falta de transparencia".

Con la prensa

El senador [illegible] de la GTE la [illegible] sistema de comunicaciones [illegible].

Durante una conferencia de prensa, el legislador [illegible] que el ministro de Economía, Domingo Cavallo, [illegible] respecto al proceso de privatización.

Lugar aclaró que una de estas [illegible] era, por ejemplo, la diferencia de opiniones entre los ministros del gabinete nacional sobre el sistema de comunicaciones, que se habría definido en favor de la GTE, es decir, un único sistema.

Según Lugar, Cavallo aseguró que predominará el criterio de un único sistema de comunicaciones para el área de Defensa [illegible]

[illegible]

[illegible] Kanich, especialista [illegible], quien dijo haber [illegible] al Presidente por [illegible] programa de construcción del [illegible] misil.

ESTUDIO: [illegible]
CIRCULACIÓN: [illegible]

92030999

AHORA LOS VECINOS INVIERTEN EN ARGENTINA

Arroz brasileño se planta en Corrientes

Una "invasión" silenciosa está teniendo lugar desde hace unos dos años. Productores brasileños de arroz están cruzando el río Uruguay y trabajando de este lado de la frontera.

El fenómeno, que abarca a toda la zona arrocera argentina —Entre Ríos, Santa Fe, Chaco y Formosa— tiene como epicentro, sin embargo a Corrientes. En esta provincia, se ha detectado fuertes grupos inversores en localidades como Alvear (allí hay una explotación de productores "cariocas" de unas 4000 hectáreas). Paso de los Libres (2500 hectáreas) y Mercedes (3500 hectáreas).

Entre enojados y resignados, los productores argentinos (cuya explotación promedio no supera las 200 hectáreas) explican que sus colegas brasileños han cruzado el río porque de aquel lado de la frontera han llegado a su techo de producción.

Brasil necesita unos 3 millones de toneladas anuales, pero hace ya dos temporadas que por cuestiones climáticas no llega a satisfacer sus requerimientos y está condenado a importar. La Argentina es uno de sus proveedores habituales (gran parte de su excedente exportable de 200.000 toneladas van a Brasil) y recientemente se conoció una compra de unas 400.000 toneladas a Estados Unidos, subsidios mediante.

Sin embargo, las posibilidades de producir en tierra argentina parecen ser muy tentadoras, por el valor de acceso a la tierra y junto con los créditos que se ofrecen a los productores brasileños (aún cuando crucen la frontera) y algunas ventajas comparativas importantes como el precio del gasoil.

• **Crédito**

• *A pesar de los problemas económicos y financieros por los que atraviesa el Brasil, hace unos 60 días, a los productores se les dio acceso a una línea de crédito para reequipamiento.*

• *En el Brasil, el precio de arrendamiento de tierra es entre 15 y 20% superior al de la Argentina. De aquel lado del río Uruguay, el precio por hectárea no baja de los 2000 dólares, mientras que de este lado, ronda los 300 a 400.*

• *El gasoil, que es 42% del precio, es más barato en el Brasil y los productores de aquel país lo trasladan de este lado de la frontera para sus explotaciones.*

Esta situación también tiene su impacto en la industria molinera ya que por la diferencia de costos de elaboración, conviene más procesar en el Brasil. Es así como algunos molinos grandes de la Argentina llevan arroz cáscara a San Pablo y lo industrializan allí, para transformarlos en integral o blanco.

Interés chileno en usinas eléctricas

La "**Atracción fatal**" que las empresas argentinas parecen ejercer sobre los **inversores chilenos ahora abarcan a las compañías estatales. Empresarios chilenos están interesados** en participar de **la próxima privatización de las dos centrales de Puerto Nuevo y Nuevo Puerto (Costanera).**

Según cifras del Banco Central de Chile, en este año, los **empresarios chilenos invirtieron en el extranjero un total de 101 millones de dólares, de los cuales 37 millones cruzaron para este lado de la Cordillera.**

El primer desembarco de inversiones chilenas se produjo hace ya un año, cuando capitales de ese país comenzaron a operar en la **Bolsa** local. Luego, vino la compra de empresas, en rubros tan dispares como la alimentación, maquinaria agrícola y tubos de acero, entre otros.

Muchas de las inversiones también se han destinado a la construcción de viviendas, financiamiento de representaciones comerciales y hasta forestación.

La intención de invertir en las empresas de energía —las dos centrales de Segba son las primeras en el nuevo cronograma de privatizaciones del gobierno— es diversificar el capital de las empresas chilenas que ya operan en este sector y que abastecen de electricidad en Santiago y en Valparaíso. Los interesados están trabajando en la constitución de una sociedad para participar de la licitación.

Las inversiones chilenas en el exterior también incluyen otros países de la región como **Brasil, Bolivia, Perú, Uruguay y Venezuela**, pero en montos muy inferiores a los destinados hacia la Argentina.

Buenos Aires, jueves 16 de enero de 1992 ★ CLARIN

LA TOMA DE POSESION SERA EL 1º DE ABRIL

Cuenta regresiva venta de dos centrales

Las autoridades económicas buscan superar escollos a fin de concretar el 1º de abril la entrega de las centrales energéticas Puerto Nuevo y Nuevo Puerto a manos privadas. Las deudas de algunas provincias y el montaje de los organismos regulatorios son las principales dificultades. Los pasos se aceleran porque se piensa que a mediados de año puede haber una crisis energética si no se aumenta el nivel de generación.

Una carrera contra reloj en tres niveles tendrá que enfrentar el equipo económico para poder cumplir con los plazos que se autoimpuso para concretar el primer acto de la privatización del sector eléctrico: la venta de las centrales térmicas Puerto Nuevo y Nuevo Puerto.

Hasta el 1º de abril, fecha fijada para la transferencia de las dos centrales de SEGBA a los futuros operadores privados, las autoridades energéticas deberán llevar adelante las siguientes tareas:

- El desarrollo y cumplimiento estricto del proceso licitatorio que evite caer en demoras (el cronograma es tan minucioso que se fijaron dos etapas para un mismo día con una diferencia de apenas tres horas).
- La solución de la situación creada con siete provincias que están en mora con el pago de la energía adquirida en el mercado eléctrico mayorista (MEM).
- El montaje de los organismos que prevé el marco regulatorio para el nuevo funcionamiento del sistema eléctrico.

Licitación y pliegos

Tras la promulgación de la ley del marco regulatorio —con el veto a la "participación especial" que se le había asignado a la Comisión Bicameral en todo el proceso licitatorio—, los funcionarios del área de Energía concentraron sus esfuerzos en la definición de los pliegos para la venta de las dos primeras centrales térmicas. El mecanismo elegido para la selección del ganador de la licitación consta de dos sobres: el número uno reunirá los antecedentes técnico-empresario-económicos y será eliminatorio; el número 2, tendrá la propuesta económica, donde el dato más saliente será el valor ofrecido por las centrales.

A igualdad de condiciones en materia de antecedentes, se quedará con las usinas aquel grupo que haga la oferta más elevada para acceder al 51 % del paquete accionario de la unidad de negocios denominada Central Puerto S.A.

Según los cálculos manejados en el sector, los ingresos para el Estado podrían rondar los 60 millones de dólares, los cuales tienen que depositarse unos días antes del 1º de abril.

El 39 % del paquete accionario quedará en manos del Estado hasta que se determine cuándo es el momento más conveniente para colocarlo en el mercado de valores. Los trabajadores de SEGBA que pasen a la órbita de la nueva sociedad encargada de las centrales tendrán el 10 % de las acciones a través del Programa de Propiedad Participada (PPP).

La obligación principal del operador privado será llevar las centrales al 80 % de disponibilidad en junio, julio y agosto. Para ese período se espera una crisis de generación por el aumento que viene registrando la demanda, la cual será paliada —según las fuentes oficiales— por el mayor aporte que hagan los generadores privados.

El precio que recibirán los nuevos operadores será el que fije el Mercado Eléctrico Mayorista, el cual se calcula periódicamente según el costo marginal del sistema eléctrico. Lo que aún resta definir es la vigencia que tendrá el contrato de compra de energía que SEGBA suscribirá con los nuevos dueños de las centrales. En un primer momento se dijo que la compra de energía generada se iba a extender por el plazo de ocho años, pero el secretario de Energía, Carlos Bastos, deslizó en la última semana que ese contrato de "compra asegurada" podría ser anulado o modificado por los futuros operadores de las dos zonas en que se dividirá el área de distribución de SEGBA.

Como este aspecto es uno de los principales atractivos que tiene la venta de las centrales, la decisión final que se adopte en este terreno no será un dato menor a la

para la [illegible] de SEGBA

hora de decidir la participacion de las empresas interesadas en acceder al negocio energético.

Las firmas locales que sean de la partida en la licitación tendrán que buscar como socios a operadores internacionales que reúnan los siguientes requisitos: haber operado una central de vapor, convencional o nuclear de una potencia superior al 40% del total de los equipos en venta durante cinco años consecutivos; y haber mantenido, en ese período, un nivel de disponibilidad de las centrales de 70%.

♦ **Deudas provinciales**

Otra de las tareas que tienen por delante los funcionarios energéticos es la cobranza de las facturas impagas que acumulan siete provincias por la energía comprada en el MEM.

Las deudas que tienen Mendoza, Neuquén, Río Negro, La Rioja, Salta, Corrientes y Chaco rondan en torno de los 16 millones de dólares. Las autoridades de Energía ya advirtieron a los mandatarios que si no se ponen al día en el corto plazo se aplicarán las sanciones que prevé la resolución 38/91, las cuales pueden llegar hasta el corte de suministro.

Para el equipo económico, tener "en caja" el funcionamiento del MEM es un requisito clave para asegurar la inserción de los primeros operadores privados en el sistema eléctrico; si éstos se incorporan sin estar las cuentas al día podría tambalear todo el esquema de privatizaciones que diseñó el Gobierno para este año. Pero, en este aspecto, no se descarta que la intención de las autoridades nacionales choque con las dificultades financieras de algunas provincias y termine por agrandarse la lista de morosos en vez de achicarse.

♦ **Ente y Fondo**

Menos urgente que la cobranza, la otra tarea que debe realizar la Secretaría de Energía es estructurar la Sociedad [illegible] Nacional de Cargas. Esta organización se hará cargo de las funciones del Organismo Encargado de Despacho (OED) antes del 1º de mayo y concentrará todas las compras de energía a los generadores y todas las ventas a los distribuidores.

También está en camino la conformación del ente regulador [illegible] de la [illegible] de los [illegible] y del control de los operadores [illegible]. Se integrará con cinco miembros [illegible] y estará en funcionamiento antes que [illegible].

Junto con esto comenzará a regir el [illegible] de la Energía Eléctrica [illegible] por el nuevo [illegible], el cual [illegible] de una tasa que pagarán los generadores [illegible] por KWh. Por año, juntará alrededor de 100 millones de dólares para ser destinados a compensaciones tarifarias regionales y al desarrollo eléctrico del interior.

[illegible]

LA PRIVATIZACION DE SEGBA

Cronograma para la venta de las centrales Puerto Nuevo y Nuevo Puerto

segba

Iniciación del llamado a concurso	15/1/92
Cierre de presentación de los sobres Nº 1 y Nº 2	28/2/92
Acto de admisión y notificación	10/3/92
Aperturas de las ofertas económicas (Sobre Nº 2)	10/3/92
Propuesta de adjudicación y fijación de fecha de firma de documentación	11/3/92
Firma de la totalidad de la documentación	20/3/92
Elevación al Poder Ejecutivo	20/3/92
Firma del Decreto	25/3/92
Pago	27/3/92
Toma de posesión	1/4/92

16/1/92 Clarín

02.02 9203101

EJERCITO NACIONAL.
E. M. E.
DEPARTAMENTO E.II.
CA. C/INF.
M O N TE VI D E O.
201400 -ABR- 1992.

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.058/MIR/92.

I-EVALUACION:B-1

II-RESPONDE A:Información proporcionada por ABEL.

III-T E X T O:

-Se eleva CORREO SOCIALISTA, publicación del Partido Socialista del Uruguay correspondiente al mes de Abril de 1992.

IV-ACCION TOMADA:La confección del presente parte.

V-DISTRIBUCION: Original — Jefe del Dpto.II del E.M.E.

Copia No.2 — Archivo.

El Jefe de la Ca.C/Inf.de Ejército.

Mayor

EDUARDO DA CUNHA.-

E.M.E. Fecha 24/4/92

06/10/92

Ge.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 05 MAYO 1992
Pasa a BIOGRAFICO F.A.
Nº. de Orden 9203102

001/21

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
28/4/92
S/D I
Nº de ... 9203102

9203102

correo socialista

Abril 1992

Edil José Tognola:

"LA OPOSICION SE EQUIVOCA EN EL TEMA DEL TRANSPORTE COMO ANTES LO HIZO CON EL AMBULANTISMO"

El edil socialista José Tognola vaticinó que, a partir de ahora, "la derecha va a utilizar todos sus medios para atacar al gobierno frenteamplista de la Intendencia Municipal de Montevideo". Entiende que la destitución del contador Ariel Alvarez como delegado del Tribunal de Cuentas es un anticipo de lo que ocurrirá, y considera que todos los sectores de oposición en la Junta Departamental, incluido el PGP, han actuado como un bloque liderado ideológicamente por el diario El País.

—Parece estar llegando a sus últimos estertores la polémica en torno al transporte capitalino.

—Nuevamente la oposición ha enfrentado al gobierno municipal con adjetivos, insinuaciones sobre corrupción, mala utilización o malversación de dineros públicos, amenazas de juicio político... La misma batería pesada que en ocasión de resolverse el tema de la venta callejera, siempre a partir de los titulares del diario El País, que es una especie de líder ideológico de estas campañas, el que provee los argumentos que luego repite la oposición en la Junta.

Pero yo creo que la oposición se está equivocando seriamente. Todas esas campañas, esas declaraciones, esa adjetivación, parten del menosprecio por la capacidad de la gente, que estará más o menos descreída o apática pero no es tonta.

Se está viviendo un proceso de descreimiento en el sistema político, principalmente porque los problemas, en lugar de resolverse, van empeorando. No hablo de los grandes temas, los económicos o salariales, sino además de todas las seguridades, los respaldos que el individuo tenía a través del Estado (la salud, la educación, la vivienda). Eso se traduce en una progresiva inseguridad de la familia y genera esta visión negativa que las encuestas reflejan en relación al sistema político, que vive de la polémica y el enfrentamiento en lugar de solucionar los problemas con los que la gente debe luchar todos los días.

Pero creo que se mantienen las expectativas respecto a lo que puede realizar el gobierno municipal del Frente Amplio que, a diferencia del gobierno nacional, va directamente a los problemas cotidianos de la gente, y los va resolviendo.

En el tema del ambulantismo, la oposición sufrió una derrota absoluta, ilevantable, pero además quedó en la gente una conclusión: aún en situaciones tan complejas como esa, con intereses aparentemente inconciliables, fue posible encontrar soluciones dialogando, trabajando en conjunto con los sectores directamente involucrados. Quedó claro para la población que, en medio de tanta gritería, tanta adjetivación, el gobierno municipal de Tabaré Vázquez pudo solucionar un problema de varias décadas que no hacía más que agravarse en el tiempo.

Con el transporte ocurre lo mismo. La oposición se dedicó a golpear a la Intendencia en un tema sensible y complejo, pero va quedando claro que, aun sin haber logrado la solución a que aspira el Frente, existen avances para la gente. ¿O vamos a obviar la importancia de que los gurises puedan ir gratis al liceo, y también los domingos? Eso incide en el presupuesto de la familia, e incide más cuanto más humilde sea. También las líneas directas (ahora al Cerro y otras en el futuro) solucionan aspectos cotidianos.

La gente comprueba que el gobierno municipal está trabajando en serio para mejorar el transporte, cuidando que ese servicio no sea otro problema agregado a los que ya tiene cotidianamente, y advierte que este nuevo ataque de la oposición no contribuye a solucionar ningún problema, y que es un circo armado para desprestigiar la imagen de Tabaré Vázquez y su gobierno municipal.

Porque algo ha quedado claro: ni en la Junta, ni en los medios de difusión, ni en ningún ámbito, pudimos discutir una propuesta distinta de ningún sector de la oposición. Sólo acusaciones de cualquier calibre contra el gobierno municipal, insinuaciones de corrupción, insultos, pero absolutamente ninguna propuesta.



—Cuando hablas de la oposición en bloque, ¿dices que toda ella actuó igual?

—Sí. Aunque algún sector pueda hacer un discurso aparentemente más político, y me refiero concretamente al Partido por el Gobierno del Pueblo, lista 99, en la práctica la oposición es una sola y participa de una estrategia conjunta cuya única finalidad es golpear a Tabaré y al gobierno municipal.

Uno mira con extrañeza la actitud del PGP. Cualquier adherente del PGP ha podido comprobar que éste ha sido mucho más duro e intransigente en su relación con el gobierno progresista de Tabaré que con el gobierno de derechas de Lacalle. No tengo dudas de que sus adherentes progresistas se estarán preguntando si es posible la equidistancia entre el estilo de Lacalle y el de Tabaré. Y, sin duda, estarán echando en falta las propuestas concretas del PGP para solucionar los problemas de la gente, en lugar de sumarse pasivamente a las posiciones que en la Junta lideran los pachequistas y herreristas.

—¿A qué aludes cuando mencionas el estilo de Lacalle y el de Tabaré Vázquez?

—Creo que la gente percibe claramente que la forma de encarar los problemas por parte del gobierno municipal con Tabaré a la cabeza, la forma de relacionarse con la gente, es totalmente contradictoria con la del gobierno nacional. Creo que uno de los motivos centrales del descreimiento está en que ya se tiene asumido que por parte del gobierno de Lacalle no habrá ninguna solución a ninguno de sus problemas. En cambio, sigue vigente la esperanza en que a través del gobierno municipal algunos de esos problemas sí se pueden resolver, por la manera de actuar, las prioridades que Tabaré Vázquez y el Frente Amplio se fijan para la Intendencia. La gente ve que en las zonas con mayores carencias se han resuelto problemas serios.

—¿Terminará aquí el enfrentamiento, o continuará en el futuro?

—En el tema del transporte la derecha utilizó todos los recursos que tiene, incluso generando presiones políti-

(Continúa en la página 2)

Una nueva forma de hacer política

EL APORTE FEMENINO

Podemos comenzar a discutir el tema ***mujer*** desde tantas puntas... Pero lo importante es que lo estamos haciendo, que desde el congreso hacia acá, a favor o en contra, con argumentos lógicos o con pasionales prejuicios, los socialistas nos hemos habituado a hablar de la mujer.

Nuestro núcleo vivió el tema desde bastante tiempo antes. La aprobación de nuestro criterio nos alegró mucho, y ahora nos hemos comprometido a un trabajo más intenso, hacia dentro y hacia fuera, que permita una discusión profunda. Vemos con satisfacción cómo se va creando dentro del partido un ámbito de discusión sobre el tema, que sin duda se enriquecerá con el aporte de todos los compañeros.

En el congreso precedimos nuestra moción de un análisis histórico. Allí decíamos que, "**a partir de la resistencia a la dictadura, al bloquearse los espacios públicos de poder, la mujer en la búsqueda (...) de formas de expresión a la resistencia (caceroleadas, apagones) jerarquiza el espacio privado, proyectándolo al ámbito público. Con la apertura democrática y la vuelta a los espacios tradicionales de poder, la mujer es desplazada a ocupar lugares de segundo orden en la estructura política (...). A la hora de confeccionar las listas para ocupar los cargos, estas mujeres no son visualizadas y no se las incluye (...). Ocurre que el discurso de las mujeres, desde su lenguaje cotidiano, con su carga de afectividad, subjetividad y pragmatismo, no es respetado en el espacio público, dado que las reglas de juego son por y para hombres**".



El poder político de las mujeres se transforma en exclusivamente electoral, ya que su presencia en las listas es mínima y además en los últimos lugares. Y si no, ¿cómo podemos entender que en noventa y nueve diputados sólo nueve sean mujeres y en el Senado cero? No es porque a las mujeres no nos interese la política, sino porque participamos con una modalidad diferente, descalificada justamente por transgresora.

Hemos visto a nivel internacional que las mujeres que han llegado al poder en forma aislada (Golda Meir, Indira Gandhi, Margaret Thatcher, etcétera) han ocupado el terreno de los hombres, con los que se midieron por *años, llegando por ser la mejor opción.* Por lo tanto no han sido nunca verdaderas representantes, con el hacer político de las mujeres.

El núcleo aspira a que en nuestro partido las mujeres trabajen junto a los hombres con igual oportunidad, conservando cada uno su identidad. De aquí la necesidad de la cuotificación, que planteamos como medida transitoria y desigual que apunta a compensar una desigualdad de partida. Por lo tanto, una medida que provoque ese cambio se convierte en el *impulso* inicial hacia una liberación auténtica.

Proponíamos iniciar la cuotificación con un 30% de los cargos, lo que -aunque no reflejara la realidad absoluta- constituiría el primer paso hacia la igualdad entre los socialistas y sería, al fin, la democratización desde dentro del partido hacia toda la sociedad. El 21o. Congreso coincidió en "que, sin ser la mejor solución, la cuotificación es la única que tenemos como opción concreta e inmediata".

Como bien lo expresa la frase de Fourier: "el grado de desarrollo de la sociedad se mide por el grado de la participación en ella de la mujer".

Núcleo Malvín 3 del PS

TRANSPORTE

(Viene de la página 1)

co partidarias sobre el Tribunal de Cuentas. Uno se pregunta cómo ese organismo que tiene la responsabilidad constitucional de fiscalizar los movimientos financieros y contables del Estado, puede tener una integración estricta y exclusivamente partidaria, y sólo de dos de los cuatro partidos con representación parlamentaria, excluyendo al 35% de la ciudadanía.

No dudo que la destitución del contador Ariel Alvarez como delegado del Tribunal de Cuentas es pura y exclusivamente una actitud político partidaria. El Tribunal de Cuentas realiza permanentemente innumerables observaciones de muchísima mayor gravedad al gobierno central, a las intendencias, a los ministerios, a los organismos descentralizados. Me refiero a faltantes de dinero o a ilegalidades que ni han tenido las repercusiones que este caso ni han sido tapa de los diarios.

Y con todas esas irregularidades que el Tribunal de Cuentas observa permanentemente, destituye al contador Alvarez no por manejo indebido, no por licitaciones desprolijas, no por faltante de dinero, sino por declarar que se enteró por la prensa de la observación de Tribunal, y que mientras eso ocurría él estaba llegando a un acuerdo para viabilizar el gasto en discusión con el presidente y los técnicos del propio Tribunal. No pongo en duda la honorabilidad individual de sus integrantes, pero es evidente que es un organismo sometido a presiones político partidarias.

Y queda claro que el gobierno municipal se puede equivocar, que sus propuestas pueden o no ser compartidas, pero también que actúa con absoluta transparencia y honradez, y la gente percibe que también en ese aspecto el Frente Amplio es confiable, que promueve la participación y la fiscalización pública de sus medidas. ¿Alguien se imagina al Presidente Lacalle o al ministro de Posadas explicando entre la gente el ajuste fiscal, la *privatización* de ANTEL o la reforma de la seguridad social?

-¿Cómo sale la Intendencia de esta guerra?

-Creo que para la derecha es vital impedir que se fortalezca la confianza de la gente, y que la relacione con la posibilidad de un gobierno frenteamplista. Desde ahora los ataques van a ser cada vez más duros y utilizando todos los medios, y en consecuencia el Frente Amplio tendrá que actuar en dos planos: por un lado, firmeza en el enfrentamiento a la derecha y la defensa de la gestión municipal; por el otro, que la Intendencia sea cada vez más eficiente para responder a las demandas de la gente por la solución de sus problemas. Si actuamos así, no tengo dudas de que el Frente va a salir fortalecido.

correo
socialista

Publicación del Partido Socialista

Casa del Pueblo
Soriano 1218, Montevideo, Uruguay

Inscripto en el MEC. Tomo VII, Folio 223. Comisión del Papel. Edición amparada en el art. 79 ley 13349. Impreso en Acuarela, Ituzaingó 1527. D.L. 252047

Redactor responsable.
Guillermo Fraga. S. Gadea 3326
Consejo de redacción:
Roberto Conde, Alvaro Esnaguer, Fernando López, Daniel Rossi.

Los resultados de las encuestas vaticinan un factible triunfo electoral nacional del Frente Amplio en 1994.

Los sectores conservadores advierten claramente el peligro, y apelan sin pudor a recursos tramposos para desacreditar al Frente ante la opinión pública, y estorbar así su desarrollo. En especial, la ofensiva más reciente ha sido dirigida contra el gobierno frenteamplista de Montevideo, que nuestro partido ha denunciado como parte de un operativo político destinado a entorpecer la gestión municipal.

La perspectiva de un triunfo electoral "a la vista" nos llama a responsabilidad a todos, pero nos alienta para avanzar en la inmensa tarea de formular un programa de respuesta al "no país" del modelo conservador, y marchar resueltamente hacia una "política de alianzas en el sentido de construir un gobierno de mayorías", como fuera resuelto en el Segundo Congreso de nuestro Frente Amplio.

Debemos transformar los obstáculos externos, los factores adversos de la situación y las zancadillas de los adversarios, en acicate que estimule nuestra combatividad política.

Editorial

GOBIERNO Y PODER EN LA PERSPECTIVA DEL FRENTE AMPLIO

Hoy queremos reflexionar acerca de algunas inquietudes y preocupaciones que la perspectiva que se anuncia ha estimulado dentro de nuestras líneas. Es decir que los anuncios no sólo inquietan a los sectores conservadores, sino que también agitan y conmueven a los agrupamientos populares, sumergidos en el marasmo de una larga frustración nacional.

En el cúmulo de dudas y preocupaciones legítimas observamos algunas que pueden -si son sobrevaloradas- tener efectos paralizantes en la acción política. Trataremos de explicarnos haciendo referencia a dos de esas preocupaciones.

Por un lado, el temor que asalta a algunos compañeros en el sentido de que se "rebaje el programa frenteamplista" para alcanzar acuerdos con otras fuerzas y operar así como alternativa, lo que según esa visión haría que el Frente terminara por parecerse a los llamados partidos tradicionales.

Pensamos que si el Frente Amplio realmente quiere ser una alternativa no debe asimilarse a los partidos "tradicionales". Nuestra voluntad de "concertar esfuerzos mediante un acuerdo político" (Declaración Constitutiva del Frente Amplio) no debe desligarse de los fundamentos esenciales del Frente. Por el contrario, la respuesta es una práctica de adaptación activa a la realidad. Estamos convencidos de que una organización política robusta y plena de salud organizativa e ideológica es aquella que tiene capacidad para esa adaptación activa para, por ese camino, cambiar esa realidad..

Por el contrario, puede constituir una grave "patología política" tanto el desconocimiento de la realidad como factor no determinante pero sí condicionante de la acción política, mero voluntarismo, como también una adaptación pasiva a la realidad, que se transforma en meros pragmatismo y posibilismo.

Otro tipo de preocupación es la que señalan algunos compañeros en el sentido de que es posible llegar al gobierno pero no tendremos el poder. Es correcta y válida la observación, haciendo necesario que toda fuerza política analice el tema del poder. Pero nos preocupa que una valoración incorrecta del tema nos pueda llevar a pensar o sentir que no podemos hacer nada desde el gobierno, que no vale la pena ganar las elecciones, o incluso a la falsa contradicción de que los votos que no están respaldados por una conciencia militante no sirven. Esto generaría una especie de resistencia subconsciente con efectos paralizantes para la organización.

Es necesario reflexionar en profundidad y sin preconceptos sobre estos temas para despejar el campo, ubicando los problemas en su justo lugar. No vamos a extendernos aquí: sólo señalaremos dos precisiones breves que estimamos válidas para abrir la marcha hacia una provechosa reflexión.

Primero que nada, destacamos que el poder, en las condiciones históricas y coyunturales del Uruguay, es para una fuerza política de izquierda una estructura que se construye día tras día y nace de la voluntad y conciencia de cada individuo hasta hacerse conciencia colectiva.

Es una tarea política de largo aliento, destinada a esclarecer y concientizar potenciando la voluntad legítima del pueblo. Las tareas de largo aliento, con perspectiva estratégica, no se deben contraponer necesariamente con otras tareas políticas importantes para seguir creciendo y acumulando o sumando fuerzas.

Para la otra observación recurriremos a una expresión muy gráfica del compañero Korzeniak: "Si tenemos el gobierno estaremos más cerca del poder". Por ejemplo, subordinar las estructuras burocráticas (apoyatura del viejo orden conservador) al servicio de los ciudadanos no es tarea que se pueda cumplir por un acto de gobierno, tal el caso de la Intendencia Municipal de Montevideo. Pero es imposible encarar la democratización sin acceder al gobierno.

Lejos de paralizarnos, ese desafío —que se multiplicará en un escenario nacional— debe acicatearnos a profundizar el análisis. Porque eso es, precisamente, hacer política. Y para conquistar el gobierno y el poder que nos permitan efectuar los cambios, es imprescindible una adaptación activa a la realidad en la cual y sobre la cual nos toca actuar.

Pedro Montañez
(Integrante del Comité Ejecutivo Nacional del PS)

Los jóvenes y la política:

UN SILENCIO DECISIVO

"Los jóvenes no están para nada". "Los jóvenes son apáticos". "Los jóvenes no están ni ahí con la política". Frases como estas forman parte a esta altura de un sentido común instalado en la sociedad uruguaya.

La intención de estas líneas es la de ver hasta qué punto estas afirmaciones son ciertas. Con este fin se hará una breve caracterización de la juventud uruguaya para pasar luego estrictamente al tema nos ocupa, que es la relación de los jóvenes de los '90 con la política.

Por último habremos de analizar la votación juvenil del PS, y las tareas partidarias que a nuestro entender se desprenden en función del objetivo de ganar jóvenes para el proyecto socialista en sus dos variantes: la capitalización electoral y el aumento de la participación en la estructura partidaria.

LOS JOVENES EN EL URUGUAY DE LOS '90

Uruguay es un pais envejecido, ya que sólo el 16% de su población está constituida por jóvenes de entre 15 y 24 años. Si tomamos en cuenta el tramo de edad que va de los 15 a 29 años el porcentaje asciende a un 22.8%.

Junto a Argentina es el pais con menor población juvenil de América Latina. Las implicancias de esta realidad no son sólo de carácter demográfico, sino que como veremos más adelante tiene una gran influencia en el comportamiento de los jóvenes en relación a las generaciones adultas.

En cuanto a la distribución geográfica, la población juvenil esta dividida por mitades entre Montevideo e Interior. En el medio rural sólo viven 97 mil que constituyen el 14% de la población juvenil.

Caractericemos en primer lugar la situación material de los jóvenes uruguayos.

Los jóvenes conforman el 20% de la Población Económicamente Activa del país. Durante los últimos 10 años se ha dado un proceso masivo de entrada de jóvenes al mundo del trabajo, y particularmente importante ha sido el ingreso de las mujeres jóvenes.

Ahora bien, si una de cada cinco personas en condiciones de trabajar es un joven, en cambio uno de cada dos desocupados es joven: el desempleo juvenil cuadruplica al desempleo adulto.

A lo anterior habria que agregar las cifras de subempleo, ya que la gran mayoria de los subempleados son jóvenes, por lo que salta a las claras la difícil situación laboral por la que atraviesan.

En términos de su inserción en el sistema educativo, ha ocurrido una explosión de los niveles de la matricula en todos los niveles de la enseñanza, particularmente en la secundaria y la universitaria.

Pero paradojalmente, un tercio de los jóvenes de este país sólo cuentan con un nivel de primaria, lo que da cuenta de la capacidad expulsora del sistema educativo. Según análisis de la CEPAL, desertan a nivel del ciclo básico de secundaria otro tercio de jóvenes, y sólo un tercio tiene posibilidades de acceso a la enseñanza superior. A esto hay que agregar que existe un alto porcentaje de deserción de estudiantes universitarios.

Los datos anteriores rompen con uno de los mitos más fuertemente instalados en la sociedad uruguaya como lo era el de una educación extendida y democratizada.

En síntesis, existen 68 mil jóvenes de entre 15 y 29 años que han sido excluidos del sistema educativo, y que además no han podido ingresar o han sido expulsados del mercado de trabajo. Crecen por lo tanto en una situación de marginalidad cultural, social y económica.

Si a lo anterior agregamos que un 40% de los nacimientos que se registran en el pais corresponden a madres -en general jóvenes- que viven en condiciones por debajo de la linea de pobreza, nos encontramos en una situación que, en proyección, podria estar generando una "bolivianización" de la sociedad uruguaya en los próximos 20 años, de no suceder cambios radicales en la conducción del país.

Hasta aqui una apretada sintesis para contextualizar a los jóvenes uruguayos.

¿CRISIS DE LA POLITICA O DE UNA FORMA DE HACERLA?

Mucho se habla de la crisis de la politica, particularmente en relación a los jóvenes. La primer pregunta a hacerse es si existe una crisis de la política como tal, o en verdad hay una forma de la política que efectivamente ha entrado en crisis. Los partidos políticos han tenido históricamente una importancia central, ya que prácticamente son anteriores en su gestación a la conformación misma de Uruguay como estado independiente.

Fueron los partidos tradicionales, y en particular el Partido Colorado a través del batllismo, los que dieron forma a un proyecto de pais que se consolida en las primeras décadas de este siglo.

La crisis de la politica está asociada por una parte a la incapacidad del sistema político para resolver los problemas de la gente. Por otra parte se la explica trilladamente por la "crisis de los paradigmas" o de los "referentes totalizadores".

Desde nuestro punto de vista, si bien estas cuestiones pueden explicar parte de la situación, en el fondo hay una razón mucho más importante, que es la profunda mutación de la cultura a escala mundial y la fragmentación social producto del desarrollo de las fuerzas productivas, revolución tecnológica mediante.

El fenómeno de internacionalización de la cultura a través de los medios masivos de comunicación ha tenido como consecuencia, entre otras, una especie de "juvenilización" en las pautas de consumo masivo de la sociedad. Esta ampliación de las pautas de consumo no se corresponde con una situación material que hace imposible la satisfacción de las mismas.

Por otra parte, la caída del mal llamado "socialismo real" ha contribuido de manera particular en los jóvenes a ver cada vez más lejana la posibilidad de apostar a proyectos colectivos de cambio.

La fragmentación social, fruto de la ampliación de la división del trabajo a escala internacional, ha generado una multiplicación de intereses sociales y consecuentemente la contitución de actores sociales nunca imaginados a principios de siglo.

Sumemos a esto la importante crisis de participación y representación que han sufrido los movimientos sociales tradicionales.

Este cuadro plantea que probablemente las formas de relacionamiento de la sociedad política con la sociedad han variado sustancialmente, lo que nos lleva a pensar que lo que realmente está en crisis es la forma de la politica tradicional, que consistia en la existencia de un marco de negociación de los intereses sociales que cada uno de los partidos representaba.

El retorno de la gente a la solución de sus necesidades cotidianas como prioridad



y la crisis de los movimientos sociales han provocado carencias desde la sociedad en la generación de propuestas colectivas.

El sistema político ha sido a todas luces incapaz de incorporar la multiplidad de intereses.

DIFERENTES CONTEXTOS DE SOCIALIZACION POLÍTICA

Para poder entender cuáles son las **conductas políticas de los jóvenes y cómo** éstas se manifiestan (o no), nos parece importante dar cuenta de que dicho comportamiento está signado por los contextos en que éstos efectuaron su socialización política.

En base a ello pueden distinguirse claramente dos generaciones marcadas en forma diferente.

Por un lado la llamada generación de la dictadura (a la que pertenezco). Esta generación se socializó en un contexto donde los valores fundamentales eran los del antiautoritarismo, el valor trascendente de la democracia, la justicia y los derechos humanos. Durante ese período las organizaciones políticas eran clandestinas y existió una fuerte politización de la sociedad civil a través de viejos y nuevos movimientos sociales, que hicieron punta en la batalla por la reconquista de la democracia.

Como veremos más adelante, ese espíritu democrático y antiautoritario se expresó electoralmente en una masiva apuesta de los jóvenes al Frente Amplio y en parte al "wilsonismo", que representaron políticamente dichos valores.

En síntesis, más que la lealtad o definición clara por un partido, primó en la **decisión del voto la identificación de cuáles eran los partidos que portaban sus valores.**

Restablecida la democracia y pasados ya ocho años, ha entrado en escena una nueva generación, la de la democracia. Estos jóvenes han efectuado una fuerte crítica al sistema político y en definiva a la democracia, no en términos del valor que ésta representa, sino en la capacidad de responder a los problemas que sufren cotidianamente.



Pero la crítica también se ha extendido a una forma de la militancia política que no les permite dar cabida, además de a los posibles proyectos colectivos, a sus esperanzas y deseos de realización individual.

Nuestra opinión es que los partidos de izquierda, y dentro de ellos el Partido Socialista, funcionan con una organización interna que corresponde a un período y a una cultura política que han dejado en gran parte de existir. Ello genera una crisis de participación que conspira contra el objetivo estratégico de tener no sólo un partido presente en la opinión pública, **sino también organizado y profundamente** arraigado en la sociedad.



Las soluciones no vienen por arte de magia, pero identificar correctamente el problema es quizás tener el 50% de su resolución.

Hemos caracterizado dos generaciones claramente diferenciadas, una más militante (en el sentido tradicional del término) y otra más desconforme, **pero que no necesariamente deja de interesarse por la política ni de tener una fuerte vocación de cambio.** En todo caso la política ocupa un lugar diferente en sus vidas, no es una cuestión central sino una importante junto a otras del mismo tenor.

La ausencia de la participación política organizada está dando cuenta de que juzgan que las formas para la participación no permiten compatibilizar sus intereses y necesidades vitales.

El análisis de la votación de los jóvenes en el Plebiscito del '89 y en las últimas elecciones nacionales creemos tiende a corroborar estas afirmaciones.

COMO VOTARON LOS JOVENES

El análisis de la votación está basado en un trabajo acotado a Montevideo. [1]

Veamos primero la votación de los jóvenes montevideanos en el Plebiscito de 1989.

El análisis de los datos arroja una aplastante victoria del voto verde entre los jóvenes de 18 a 25 años. Los porcentajes de votación oscilan entre un mínimo del 65% y un máximo del 75%, cuando el voto se discrimina en zonas conformadas de acuerdo al mapa de pobreza de la CEPAL.

Esta votación contundente y homogénea reafirma la idea de que lo que decidió el voto juvenil, antes que la condición económica o pertenencia de clase, fue el que compartieran generacionalmente los valores de justicia, antiautoritarismo y defensa de los derechos humanos, por lo que hay un fuerte componente ético en la votación.

Si pasamos al análisis de la votación juvenil montevideana en las elecciones nacionales, que es la que más nos interesa, el resultado no es menos contundente.

En el tramo de edad de 18 a 26 años, el Frente Amplio tiene una votación aplastante que asciende al 42% del electorado juvenil.

Si observamos la votación tomando a los jóvenes de entre 18 a 22 y 23 a 26 años, los porcentajes del electorado captados por el FA son del 41.6% y 42.7% respectivamente. La primera conclusión importante es que los **más jóvenes votan igual que los "jóvenes viejos".**

Si además se suma a los votos del FA los del Nuevo Espacio, se obtiene la friolera de que un 55.2% de los jóvenes de 18 a 26 años votan a los lemas autoidentificados como de izquierda.

Entre los datos que arroja la Encuesta Nacional de Juventud aparecida recientemente, un 80% de los jóvenes entre 15 y 29 años cree que en el país deben haber grandes cambios, y sólo un 0.6% cree que no debe haberlos.

Estos datos reafirman que los jóvenes (y no sólo los de la generación militante) quieren cambios, y lo más importante según la votación, es que los identifican en el FA.

Cabría a esta altura hacerse una pregunta: ¿los resultados hablan de que los jóvenes son de izquierda? Nuestra opinión es que **el hecho de que los jóvenes voten izquierda no signifca que este sea un electorado cautivo de la izquierda.** Más bien tendemos a pensar que la dimensión fundamental está centrada en la voluntad de cambio, por lo que retener el electorado juvenil y ampliarlo va a depender de que el FA y el PS puedan sean capaces de presentar una propuesta de gobierno concreta y creíble para los jóvenes.

¿UN PARTIDO COMO LA SOCIEDAD [illegible]

Para finalizar veamos cuál fue el peso de la votación juvenil en la votación del PS en Montevideo. Votaron al PS 17 mil 833 jóvenes de 18 a 26 años.

El peso de los jóvenes en la votación del PS es del 29.2%, **siendo menor al que tienen los jóvenes en la Vertiente Artiguista, 26 de Marzo, Movimiento de Participación Popular y Democracia Avanzada.**

Llama a reflexión que en el '84 el PS tuvo el mayor peso juvenil entre los de izquierda, situación que se revirtió por completo en 1989.

Estos datos finales marcan la necesidad de definir con claridad una política hacia los jóvenes, que a nuestro entender no pasa exclusivamente por un fortalecimiento imprescindible de la JSU, sino además porque se asuma la cuestión juvenil tanto en el discurso como en la práctica, en todos los niveles de militancia, en el interior y en Montevideo.

Julio Bango

(El autor es sociólogo, integrante del comité central del PS y dirigente de la JSU)

[1] La investigación mencionada fue recogida en el libro "En tránsito... Realidades y actitudes de los jóvenes uruguayos", en coautoría con María Elena Laurnaga y Juliana Martínez. Su publicación es inminente.

El militante, entre la omnipotencia y la impotencia

TU, YO... ¿NOSOTROS?

Ser militante sindical es, sin duda, ocupar uno de los lugares más difíciles. El compañero o la compañera que asume esa función se transforma en el depositario de las más diversas demandas, y es el permanente blanco de las críticas de sus iguales y de los no tanto.

Está permanentemente expuesto, prácticamente a la intemperie. No hay nadie que pueda llegar más rápidamente de la gloria al desastre; del aplauso cerrado en la asamblea, de la palmadita en el hombro, a la mirada desconfiada y de fastidio, a la soledad.

No sólo ese es el problema. También debe enfrentarse a una realidad social, económica y política cada vez más compleja, para la cual se necesitan elementos técnicos de análisis no siempre a nuestro alcance. Hoy no basta con ser un buen orador de barricada: es necesario comprender -estar ampliamente informado-, poder pensar y tener respuestas para las nuevas y complejas realidades. Porque nadie corre detrás de zanahorias.

Muchas veces un militante sindical navega entre la omnipotencia y la impotencia. Acostumbrados a creer que se puede asumirlo todo —las más de las veces se siente como un deber—, perdemos los límites de nuestro propio poder. Dándonos de cara contra la realidad, sentimos campear la impotencia y todo comienza a tornarse imposible, ingrato, difícil.

Por momentos parecería necesario ser Superman para ocupar esos lugares. Pero los cambios deben hacerlos los hombres y mujeres, con todos sus defectos y virtudes, con todos sus límites y posibilidades. Tal vez es tiempo de asumir las tareas con mayor humildad y reconocer nuestras carencias, buscando espacios que nos permitan irlas superando.

Muchas veces he sentido decir que "a militar se aprende en la práctica", que "sólo la experiencia te va formando". Pero estas afirmaciones sólo contienen parte de la verdad. Por supuesto que la práctica, la vida, las experiencias nos van aportando miles de elementos de gran riqueza. Pero si no nos hemos dado espacios para reflexionar a partir de esa práctica y poder sistematizarla, ¿dónde queda el aprendizaje? ¿Qué cambio se produce en nosotros que dé cuenta de ese aprendizaje? ¿Por qué apostar al camino del continuo ensayo y error, de la continua improvisación? ¿Por qué mantener la idea de que la letra con sangre entra?

No se trata tampoco de que un extraño "iluminado" venga a "cantarme la justa", porque "la justa" no la tiene nadie: se construye entre todos. Pero para ello es imprescindible reconocerse como sujeto de necesidades, compartir y exponer aciertos, errores, dudas, miedos, confiar en los otros y romper definitivamente con esa idea que nos han venido vendiendo desde la escuela



de ser "el uno", el mejor, el primero, cueste lo que cueste.

Existen caminos de formación que son enormemente más gratos, más económicos en tiempo y esfuerzo, más positivos y necesarios, que es imprescindible comenzar a recorrer.

Tenemos que revalorizar el espacio que la formación tiene en nuestra vida de militantes, y asumirla como una responsabilidad más que nos va a permitir ser mejores, más eficaces, más seguros, más humanos. Entre otras cosas, porque nos va a posibilitar comprender más y mejor al otro con quien queremos trabajar, porque vamos a comprender mejor el espacio y el tiempo en que nos ha tocado vivir, y eso nos hará más sencillo el logro de nuestros objetivos. Y por ello seremos más felices trabajando en pos de los mismos.

Estando Paulo Freire en Casa del Maestro, se le preguntó si para él era importante que los niños de los sectores populares aprendieran el lenguaje de la clase dominante. Y Freire, con esa sencilla bondad que lo caracteriza, contestó: es necesario respetar su lenguaje propio, pero es imprescindible que comprendan el lenguaje de la clase dominante para mejor liberarse.

Daisy Tourné

(Educadora, integrante del Centro de Apoyo y Asesoramiento Sindical, integrante del Comité Central del PS)

Quince años le costó al país sustituir las importaciones de aguardientes de caña y materias primas alcoholígenas, y treinta años debió luchar contra los intereses privados para cumplir su cometido.

En 1937 ANCAP inició las primeras plantaciones de caña de azúcar con variedades procedentes de la Provincia de Tucumán. En función de los resultados obtenidos, el ente adquirió en 1946 un predio de 10 mil hectáreas en la zona de "El Espinillar", en la confluencia de los ríos Uruguay y Arapey, en el Departamento de Salto. En 1949, ANCAP convocó a una licitación pública con el objetivo de instalar un ingenio para la industrialización integral de la caña de azúcar.

Finalmente, en 1952 el ingenio fue puesto en marcha, vendiendo el azúcar blanco obtenido a la Comisión Nacional de Subsistencias. Pese a ello, ANCAP no obtuvo la autorización legal que le permitiera impulsar la ampliación planificada. Incluso debió disminuir su producción de azúcar y materias primas alcoholígenas, viendo limitada su producción promedio histórica a un 50% de la capacidad instalada y a un 25% de la proyectada.

PRESIONES Y HACHAZO AL MEDIO

De esta forma, cediendo a las presiones de ciertos intereses, se terminó por transformar en deficitario a un complejo agroindustrial energéticamente autosuficiente y económicamente viable, comprometiendo las posibilidades de consolidación de un auténtico polo de desarrollo para la región.

En la década de los 70, y por vía de decretos de duración limitada, el establecimiento comenzó a producir a pleno azúcar blanco (única forma de obtener el necesario equilibrio económico), manteniendo su tradicional papel de proveedor de materias primas alcoholígenas. Los resultados obtenidos alentaron las inversiones de cinco millones de dólares efectuadas en los años 1981 y 1982, que colocaron al ingenio en condiciones de producir azúcar blanco de primera calidad.

En la actualidad, El Espinillar cuenta con cuatro mil 635 hectáreas, luego que el embalse de la represa de Salto Grande anegara más de cinco mil hectáreas pertenecientes al establecimiento (entre ellas las áreas de mayor nivel de producción) y reduciendo el área cultivable bajo riego a dos mil 400 hectáreas. En tanto, mil 265 hectáreas corresponden a infraestructura de producción, caminos, canales, etcétera, y 970 hectáreas están destinadas a otros fines productivos (actividad pecuaria, forestación, etcétera).

La revaluación extracontable de la indemnización que debe realizar el complejo binacional a ANCAP por los efectos del embalse ubica a esta deuda, aún impaga, en una cifra superior a los cinco millones de dólares.

En virtud de este hecho, absolutamente determinante en el resultado final de la gestión de la planta, se impulsó una política de aliento a los productores privados de la zona de influencia del establecimiento. Estos respondieron rápida y eficazmente al llamado del ingenio, superando las expectativas primarias al lograr 574 hectáreas de caña plantada en 1985 (contra 183 hectáreas en 1976), con promedios muy satisfactorios de tonelada por hectárea de producción.

... Y MAS PRESIONES

El 3 de julio de 1985 el Ministerio de Industria y Energía envió al Parlamento un proyecto de ley (impulsado por el directorio de ANCAP) mediante el cual se autorizaba a El Espinillar a comercializar hasta 12 mil toneladas de azúcar blanco, tanto en el

EL ESPINILLAR EN LA MIRA DE LOS PRIVATIZADORES

Después de luchar durante décadas, ANCAP no sólo logró producir azúcar para abastecer al mercado interno, en desiguales condiciones de competencia (entre otras, los beneficios que recibe toda la población), sino que su presencia en la zona sostiene la existencia de las dos localidades más importantes del departamento, al cual vierte cinco millones de dólares anuales. Pero el dedo privatizador dictaminó: El Espinillar debe desaparecer. Y, como de costumbre, las consecuencias de esa decisión no son tema que preocupe al gobierno.

mercado interno como en el internacional, especificando con total claridad que ANCAP no solicitaba privilegios de índole alguna.

La fuerte presión ejercida por el Centro de Industriales Azucareros pronto rendiría sus frutos: el proyecto no fue aprobado, y finalmente el propio Ministerio de Industria decidió retirar a El Espinillar del mercado azucarero, no renovando los contratos con los productores privados. Pese a ello, la situación climática de los años siguientes, que provocó una disminución en la producción de CALNU y el cierre definitivo de RAUSA, posibilitaron que ANCAP siguiera vendiendo azúcar en el mercado interno, a efectos de satisfacer las exigencias del consumo.

EFICIENCIA PESE A TODO

No obstante las dificultades reseñadas (a las que debe añadirse la disminución del área sembrada por los particulares, de 574 hectáreas en 1985 a 207 hectáreas en 1989, consecuencia directa de la incerti- ...dumbre generada por la no renovación de los



contratos), **resultan por demás significativos los crecientes niveles de eficiencia con que ha venido operando el establecimiento en los últimos años.**

Entre 1974 y 1989 el área sembrada se incrementó en un 23%, en tanto la cantidad de azúcar producida lo hizo en un 380% (en 1974 había mil 385 hectáreas sembradas y se producían dos mil 960 toneladas de azúcar; en 1989 las hectáreas sembradas eran mil 704 y se obtenían once mil 279 toneladas de azúcar).

En ese mismo lapso también se verificó un notable crecimiento en los niveles de eficiencia agrícola: mientras que en 1974 se cosechaban 28 toneladas de caña de azúcar por hectárea, en 1989 esa relación se situaba en 63 toneladas por hectárea.

Los esfuerzos por mejorar los aspectos productivos y de eficiencia también se han visto reflejados en el proceso industrial, donde la retención real de azúcar en el ingenio se incrementó desde un 77,50% en 1974 a un 85,88% en 1989.

LA PIQUETA FATAL DE CHICAGO

Pese a estos indiscutibles avances, la nueva administración resuelve liquidar el establecimiento, comenzando por una sensible reducción del área a sembrar para reposición de cultivos, y culminando con las recientes manifestaciones públicas de las máximas autoridades del Ente respecto a la inminente venta de El Espinillar a la Corporación Nacional para el Desarrollo, con el objetivo de la posterior privatización y reconversión del complejo.

Respecto a los actuales funcionarios de El Espinillar, existe la intención de redistribuir en otras áreas del estado al personal efectivo (alrededor de 500 trabajadores), en tanto que los estrictamente zafrales (algo más de 400) "deberán buscar una solución con los nuevos propietarios del establecimiento".

Una vez más, se dice en el mejor de los casos una parte de la verdad pero se omite el resto.

1) Cuando se esgrime el argumento del déficit del establecimiento como justificación de los intentos privatizadores, deliberadamente se está **omitiendo que la capacidad de producción del ingenio es de 14 mil toneladas anuales** de azúcar blanco, pero **siempre se le obligó a producir por debajo de las 10 mil,** pese a que su participación promedio en el mercado constituye tan solo un 10% del total comercializado.

2) Tal como fue dicho, El Espinillar **perdió más de la mitad de sus mejores tierras** por efecto del embalse de la represa de Salto Grande, sin haber recibido indemnización alguna.

3) El establecimiento tiene costos de insumos y maquinarias que en algunos casos superan a los de las compañías azucareras privadas, en cuanto **ANCAP como ente público no puede beneficiarse de la denominada "economía de frontera".**

4) La problemática de El Espinillar está directamente vinculada a la de la producción azucarera nacional, la *más importante* actividad agroindustrial del país, **tanto desde** el punto de vista empresarial como de la captación de mano de obra. Se trata de una actividad "protegida", por lo que es natural que afronte dificultades al liberalizarse el mercado interno del azúcar al mercado internacional. Pero en realidad no hay un mercado libre del azúcar a nivel internacional, ya que **en todos los países existe una fuerte protección interna de la producción azucarera, de forma que sólo se exportan excedentes a precios muy variables y normalmente subsidiados.**

¿COSTO SOCIAL, *DICE*?

5) Cuando se habla fríamente de un déficit que supuestamente justificaría la no permanencia en el mercado de un establecimiento de las características de El Espinillar, no está presentes en la consideración de los impulsores de esta trascendente decisión que:

—El Espinillar posee más de dos mil hectáreas bajo regadío en condiciones óptimas para el cultivo de caña de azúcar, un ingenio azucarero en excelentes condiciones de producir un azúcar blanco de primera calidad, talleres con equipamiento para atender todos los aspectos técnicos requeridos por el complejo, núcleos habitacionales para el personal técnico y trabajadores eventuales con comodidad para más de 300 personas, un comedor con capacidad para todo el personal, una policlínica que brinda servicio médico y odontológico a funcionarios y jubilados, y una escuela a la que asisten los niños residentes en el establecimiento y vecinos de la zona.

—Según el informe elaborado por un actual director de ANCAP, puede estimarse en **siete mil los trabajadores vinculados al establecimiento** (personal permanente, accesorio, transportistas, cultivadores particulares, etcétera). También de acuerdo a ese informe, **El Espinillar da ocupación al 30% de la población activa masculina del pueblo Belén y al 64% de la de Villa Constitución** (las localidades más importantes del departamento luego de la ciudad capital); representando de un 10 a un 12% de los trabajadores rurales del departamento de Salto.

—De acuerdo al informe de una comisión especial designada por el directorio de ANCAP para el análisis de la problemática del complejo, **la edad promedio del personal permanente del establecimiento es de 45 años, con un 58% de trabajadores mayores de 46 años (sólo un 8% tiene menos de 30 años).** Tal como lo establece el informe mencionado, **ni en Belén ni en Constitución existen dependencias de organismos públicos que permitan una redistribución de funcionarios dentro de la órbita estatal.** Cabe interrogarse sobre el futuro de personas que, en la situación actual del mercado laboral, difícilmente accederán a nuevas fuentes de trabajo. En realidad, la interrogante se abre respecto al futuro de ambas localidades, que deben su existencia a la presencia de El Espinillar.

—Considerando las remuneraciones personales, cargas legales, beneficios sociales, así como los pagos a otras empresas vinculadas al funcionamiento del establecimiento, puede establecerse que **anualmente El Espinillar vuelca más de cinco millones de dólares al mercado salteño, lo que lo hace el principal agente dinamizador de la zona.**

Prescindir de un complejo de estas características (hasta el momento no se ha ofrecido ninguna alternativa de funcionamiento) supondría convertir a un establecimiento modelo en una estancia cimarrona. Y todo en nombre de la modernización.

La otra cara de la flexibilización

EL DERECHO LABORAL Y LAS NUEVAS REALIDADES

Dentro del marco flexibilizador a que hicimos mención en apretada síntesis (correo, marzo), no queremos pasar por alto los empujes doctrinarios, ambientados también desde filas del poder político, acerca de formas restrictivas en las modalidades atípicas de la huelga. Es así como surgieron teorías que refieren a la proporcionalidad de los perjuicios, o que —so pretexto de garantizar el orden público, la paz social o el derecho de propiedad de los empresarios— han puesto en tela de juicio el "paro perlado" o la ocupación de lugares de trabajo, por señalar sólo dos de ellas.

Visto lo que antecede, y dentro de un tipo de relaciones industriales que podríamos definir como de "tregua armada", ¿cuáles son los roles de los actores sociales? Quizá debamos partir de algunos supuestos de hecho:

1) Las empresas consideran a la organización sindical como un mal necesario en la sociedad industrial.

2) Existe un claro sentimiento de que los objetivos sindicales y empresariales están en claro conflicto, y que el ámbito de los intereses comunes está comprendido en una zona por demás restringida.

3) Las partes tienen clara conciencia de que todo acuerdo se negocia desde posiciones de poder.

4) Hay una extendida concepción empresarial de reservar para el ámbito interno de su dirección temas tales como planificación, introducción de tecnologías, etcétera, todo ello a fin de evitar "la interferencia del sindicato en el manejo del negocio". (1)

5) Dos premisas son manejadas como desprendimiento de lo anterior: a) toda responsabilidad compartida atentará contra la eficiencia; b) las organizaciones sindicales no están preparadas para el comanejo de determinadas áreas.

6) Las organizaciones sindicales perciben al Estado, también, como un mal necesario. El Estado, entienden, no es neutral ni imparcial y, en la misma medida que tiende a reducir su papel en el manejo de la economía en beneficio de la iniciativa privada, traspasando a otros su responsabilidad en la creación de fuentes de trabajo o en el mantenimiento de las existentes, se ha hecho más vulnerable a las presiones empresariales. (2)

7) El creciente peso de la opinión pública opera asimismo sobre la actuación de los sindicatos, empresas y Estado. Las medidas de lucha sindicales son evaluadas para no provocar acentuadas resistencias, atento a que en muchos casos son los demás trabajadores los directamente perjudicados. Por su parte, el Estado —ante el reclamo de la opinión pública— tiende, ahora sí, a asumir el rol de guardián del orden, la seguridad y la continuidad en la prestación de los servicios.

UN NUEVO RELACIONAMIENTO

Sobre la base de estos supuestos de hecho, veremos ahora algunas ideas-desafío, que tiendan a un nuevo sistema de relaciones laborales.

A) Debemos apuntar a un nuevo concepto de empresa, superando la concepción tradicionalista basada en conceptos civilistas o privatistas.



Américo Plá Rodríguez (3) señalaba tres elementos a tomar en cuenta para la formulación de este concepto:

A.1) La solidaridad entre los integrantes de la empresa "para bien o para mal". Se está refiriendo —obviamente, creemos— a cierta solidaridad económica que inevitablemente existe, dado que tanto el capital como el trabajo requieren cierta "armonía" para que su conjunción rinda frutos.

A.2) La sensación de pertenencia, que se trasunta en la idea de "mi empresa" que los trabajadores tienen de aquella en que trabajan.

A.3) La continuación de la empresa más allá de quienes sean sus titulares, y —podemos agregar— sus trabajadores, lo que hace que la misma sea un ente distinto de sus componentes y que, en definitiva, diluye el concepto de propiedad absoluta que tiene el propietario sobre la empresa.

A los ya señalados nosotros agregamos:

A.4) La creciente participación de la sociedad para la "creación de condiciones para la producción".

A.5) La intervención del Estado para paliar los desequilibrios económicos de las empresas, lo que Minervini llamaba "la privatización de los beneficios y la socialización de las pérdidas".

A.6) Por último —aunque obviamente podríamos seguir con la lista— la extensión de los seguros de desempleo y prestaciones de la seguridad social ha hecho minimizar el riesgo del empleador ante los ciclos económicos.

B) Se debe alentar las iniciativas, ya sean legislativas o a nivel de negociación colectiva, que posibiliten formas de participación de los trabajadores en el seno de la empresa. Dichas formas de participación, sobre todo en materia de cambios tecnológicos o en formas de reestructuración de la empresa, deberán establecer la obligación de negociar, "bajo pena de considerar a quien no lo hiciera incurso en práctica desleal".

Lo antedicho implica necesariamente el establecimiento de "formas de difusión y circulación obligatoria entre las partes de la información de todo orden sobre la empresa".

C) Se deberá tener en cuenta la creciente tendencia a la negociación —formal o informal— por parte de los trabajadores, a través de los comités de empresa, donde se atienda a la solución de las situaciones nuevas que se plantean en el seno de la empresa.

Es por demás evidente que el trabajador se siente más identificado en aquellos niveles "donde ve y siente que puede actuar y modificar de manera tangible su situación laboral". Ives Lichtenberg señala que "la empresa deviene un actor de primer plano, y que esto constituye una característica original y durable en el paisaje que se prepara".

D) Concluiremos señalando que debemos ir a un nuevo sistema de negociaciones colectivas que permita, a través de presiones recíprocas entre los actores sociales, adecuada la información sobre la marcha y el futuro de la empresa, la participación de los trabajadores en la organización y gestión de la empresa.

Jorge Ubaldo Seré
(Abogado laboralista, profesor de Derecho Laboral en la Facultad de Derecho)

NOTAS

(1) Metas y Estrategias en el Contrato Colectivo. F. Harbison y J. Coleman, pág. 23.
(2) La Razón de Estado y la Justicia Social. N. de Buen. Revista de Derecho Laboral No. 161.
(3) y (4) El Derecho de Huelga en América Latina y Europa. J. Seré, pág. 151 y sigtes.

Suplemento especial de correo socialista

Otra vez, quienes la fundieron le pasan la cuenta a los más débiles

SEGURIDAD SOCIAL:

¿CRISIS O INCOMPETENCIA?

¿REFORMAR O LIQUIDAR?

Ya durante el pachecato se intentó hacer pagar a los trabajadores el costo de una pésima gestión de los institutos de seguridad social (en realidad, ya antes la dictadura de Terra había eliminado la representación de los trabajadores y los jubilados del directorio del entonces Instituto de Jubilaciones, siguiendo la receta de los sectores empresariales unidos en el llamado "Comité del Vintén"). El nuevo intento fue el Proyecto Kesler, frenado por el Parlamento.

Durante la dictadura, "en la serenidad del gabinete", a salvo de la protesta popular, el Acto Institucional No. 9 hizo lo que la misión Kesler no pudo.

La administración Sanguinetti intentó una nueva rebaja de la previsión social. Pero bien lo había advertido el Banco Mundial: esas cosas hay que hacerlas en el primer año de gobierno, lejos de las elecciones y confiando en la escasa memoria de la gente.

En 1989, Lacalle y Jorge Batlle competían sobre quién era más amigo de José Piñera, ex ministro de Pinochet que traía la salvación para la seguridad social: eliminarla, que cada uno ahorre lo que pueda mientras pueda, y cuando la vejez, la enfermedad o la muerte le impidan seguir trabajando, que él y su familia se las arreglen como puedan.

"¡La seguridad social está fundiendo al país!" claman quienes creen que el país no es la gente sino las cuentas, el superavit para pagar puntualmente a los acreedores internacionales de crédito y los ¿malos? negocios de los bancos privados fundidos.

En realidad, la seguridad social no es más que el espejo del país: allí se expresan la desocupación, el envejecimiento de la población (producto, entre otras causas, de la emigración), la evasión de aportes, y una vez más la pésima gestión de los mismos que ahora responsabilizan a las víctimas.

No es cierto que el Estado esté fundido por culpa de los jubilados: si hay un gran evasor del Banco de Previsión Social, ese es el Estado. Si alguien ha sacado dinero del BPS, ese ha sido el Estado.

Además, como acaba de advertirlo el actual ministro de Economía chileno, no es cierto que las finanzas del Estado se alivien privatizando la seguridad social. El sistema impuesto por Pinochet sólo ha dado pérdidas, desde que el Estado no recauda aportes de los actuales trabajadores pero debe seguir pagando a los jubilados del sistema anterior; y ya están pensando que, cuando los actuales cotizantes del sistema privado comiencen a jubilarse, el Estado tendrá que seguir ocupándose de ellos para asegurarles un retiro mínimamente digno. ¿Quién ganó con la privatización? Pregúntenle a los seguros privados chilenos, veinte de los cuales quebraron (uno de ellos, el de Piñera). ¿Quién se hará cargo de esa quiebra? El Estado.

Pero aquí hay quien sigue negándose a estudiar seriamente el problema y opta por la "solución" más sencilla: desconocer los derechos de los más desprotegidos, y arréglese cada cual como pueda. ¿Y los que no puedan? Toda la sociedad (incluso quienes se creen a salvo) deberá hacerse cargo de ellos.

El Poder Ejecutivo [illegible] pulsa una reforma de la seguridad social. Una vez más, esto no es sólo "asunto de los jubilados", ya que alcanzará a todos los trabajadores dependientes o no dependientes, públicos y privados, que hoy están amparados al Banco de Previsión Social. (No es aplicable a los afiliados a los Servicios de Retiros Policiales y Militares, ni a los amparados por las cajas paraestatales: Bancaria, Notarial y de Profesionales Universitarios).

El BPS tiene hoy 836 mil afiliados cotizantes (662 mil dependientes y 174 mil patrones). Incluyendo a quienes no cotizan, son casi un millón 200 mil puestos de trabajo incluidos en el BPS, por lo que esta reforma afecta a la inmensa mayoría de los trabajadores del país.

ADIVINEN DE QUIEN ES LA CULPA

El gobierno ha dramatizado la asistencia financiera a la seguridad social, con especial énfasis en el BPS. Pero, según cifras del propio gobierno, no es esa toda la verdad.

En primer lugar, si consideramos las obligaciones del Estado que éste no ha vertido al BPS, puede afirmarse que, al contrario, ha sido el BPS el que asistió al Estado. (Sobre ello volveremos después).

El Banco de Previsión Social recibió 36.3 millones de dólares en 1990, y 87.3 millones en 1991. Mientras tanto, los Servicios de Retiros Militares y Policiales recibieron 74.4 millones de dólares en 1990, y 64.7 millones en 1991. Es decir que, en los dos últimos años, el BPS recibió 122.6 millones, y las cajas Policial y Militar sumaron 140.1 millones de dólares.

Es muy desigual la asistencia en relación a la cantidad de [illegible] cada sistema.

El Banco de Previsión Social atiende 695 mil pasividades (jubilaciones, pensiones y pensiones a la vejez), y los beneficios del Seguro de Enfermedad a 567 mil activos. Por lo tanto, el BPS atiende a un millón 262 mil beneficiarios, sin contar las 400 mil asignaciones familiares.

Mientras, tanto, los Servicios de Retiros Policial y Militar suman 70 mil beneficiarios.

En consecuencia, dividiendo la "asistencia" pre-

Mundialmente se considera que la seguridad social debe tener claridad y cualquier trabajador debe estar en condiciones de saber qué puede esperar del sistema: cuánto va a cobrar cuando su edad o salud no le permitan trabajar, cuánto le corresponde a su familia en caso de fallecimiento. El sistema proyectado, en cambio, es un enigma.

tada a cada sistema el resultado es que, en 1990, cada beneficiario del BPS recibió 29,4 (veintinueve) dólares, y en 1991 72,7 (casi setenta y tres) dólares. Al mismo tiempo, cada beneficiario de los Servicios Militares y Policiales recibió 1.062 (mil) dólares, y en 1991 924 (novecientos veinticuatro) dólares.

La asistencia por beneficiario fue 36 veces más en 1990, y 12 veces más en 1991 en los Servicios de Retiros Militares y Policiales.

Si "la tragedia nacional" para el gobierno es la asistencia a la seguridad social, el diagnóstico y las reformas deberían abarcar a todo el sistema estatal, incluidos los Servicios de Retiros Militares y Policiales.

COMO AFECTA LA REFORMA A LOS BENEFICIARIOS DEL BPS

a) Exigencia de cotización efectiva. Mientras el régimen actual exige un mínimo de **30 años** de trabajo para alcanzar la jubilación, la reforma del gobierno exige un mínimo de **20 años de cotización efectiva. Esta nueva exigencia limita gravemente las posibilidades de quienes más necesitan de la seguridad social** y quienes más problemas tienen ahora para jubilarse: los grupos de trabajadores más modestos (rurales, zafrales, destajistas, domésticas, etcétera). Estos, a lo largo de su vida, han cambiado innumerables veces de patrón, tienen una labor discontinua y crecientes dificultades para probar la regularidad de su situación.

b) Se elimina la jubilación por edad avanzada. Este tipo de jubilación actualmente ampara a quien sólo pudo reconocer 10 años de trabajos, al cumplir 65 años de edad si es mujer, o 70 si es hombre. Unido a la exigencia de cotización mencionada anteriormente, **esta supresión dejará sin amparo a vastos sectores de trabajadores, que tendrán que recurrir a la Pensión a la Vejez (que además sólo se otorga si ni el trabajador ni su familia tienen medios propios para mantenerlo).**

Con esto el gobierno busca sustituir derechos mayores (jubilación) por una asistencia mínima, agravando el actual panorama en que más del 70 por ciento de las pasividades se encuentran por debajo de dos Salarios Mínimos Nacionales (390 mil pesos). Además, al fallecimiento de un jubilado, su viuda y algunos hijos que dependían económicamente de él -por razones de edad o enfermedad- pueden cobrar una pensión que amortigüe en algo la disminución de ingresos del núcleo familiar. Pero la Pensión a la Vejez no genera ningún otro derecho después de la muerte del beneficiario.

c) Los aumentos a las Pensiones a la Vejez quedan sujetos a la discrecionalidad del Poder Ejecutivo. Hoy los ajustes de las Pensiones a la Vejez se realizan, como el resto de las pasividades, de acuerdo a la variación del Indice Medio de Salarios. En el proyecto del Poder Ejecutivo será éste el que fije el porcentaje, sin ningún mínimo al que deba ceñirse.

En síntesis, por estas tres vías se busca rebajar los montos, llegando a un sistema de pasividades mínimas.

LOS DESAMPARADOS POR LA INCAPACIDAD Y LA MUERTE TAMBIEN SON CASTIGADOS

Los riesgos por incapacidad y muerte también son afectados. ¿Será porque la gente enferma y se muere para perjudicar a Rentas Generales?

1) El riesgo biológico de incapacidad, actualmente amparado por una jubilación por cinco años cuando aquélla no es absoluta y permanente para todo trabajo, en el proyecto del Poder Ejecutivo se limita a tres años. Pero además se exige cinco años de cotización efectiva, tres de los cuales deberán ser necesariamente dentro de los últimos cinco años anteriores a la incapacidad o el cese. Esto agrava la situación de quienes sufren una situación tan grave como la incapacidad (incluso en un accidente de trabajo).

2) Las viudas también sufren los efectos de la reforma.

-Actualmente el derecho a pensión por muerte del trabajador se otorga aunque el fallecimiento sobrevenga después de 12 meses del cese en la actividad (para ello influyó la dificultad en probar los servicios). Se exigirá, en cambio, que el fallecido haya cotizado efectivamente al menos durante tres años, dentro de los cinco años anteriores al fallecimiento.

-Se rebaja el monto de la pensión, que del actual 70% del promedio actualizado de los últimos **tres años pasará al 60% del promedio actualizado de los últimos diez años.**

-Se limita a cinco años el período de vigencia de la pensión a quienes enviuden con menos de 45 años de edad. (Si una **mujer,** con hijos a su cuidado, enviuda a los 44 años de edad, deberá salir a buscar empleo... ¡a los 49 años!).

¿Y A MI CUANTO ME TOCA?

El monto de las jubilaciones se reduce por varias vías.

a) Se reduce la base salarial sobre la cual se calculan las pasividades, actualmente de los últimos tres años, llevándola a los últimos diez para las jubilaciones por invalidez y las pensiones, y a lo ganado en toda vida para los demás casos.

b) Se rebajan sustancialmente los coeficientes de reemplazo (porcentaje que se aplica a la base salarial) desalentando la jubilación y supeditando la aplicación de porcentajes similares a los actuales al cumplimiento de mayor edad. Es decir: **para jubilarse con los actuales porcentajes del promedio de sueldos, habrá que trabajar muchos más años que en la actualidad** (ver los cuadros en la página 6, que hablan solos).

c) Se genera una gran incertidumbre sobre el monto inicial de las pasividades, ya que para el futuro estarán determinadas por el saldo acumulado en la cuenta personal durante toda la vida activa, **dependiendo de un interés y de las tablas de mortalidad vigentes a la fecha en que el trabajador se ampare.**

Si nos permiten un poco de humor negro, la situación sería más o menos así: ***"Tengo para usted una noticia mala y otra buena. La mala es que estadísticamente usted casi no tiene expectativas de vida. La buena es que, por eso mismo, lo que tiene ahorrado, dividido lo poco que le queda por vivir, le da una jubilación más alta que si fuera a vivir un año más".***

El primer requisito de la seguridad social es la claridad en cuanto a los beneficios que otorga. Un Comité de Expertos en Seguridad Social de la Organización Internacional del Trabajo, OIT (organismo de las Naciones Unidas), en un trabajo **denominado "La seguridad social en la perspectiva del año 2.000", señalan como aspecto principal que cada persona tiene derecho a saber:**

-¿A cuánto asciende el beneficio que recibiré si me jubilo?

-¿Cuánto recibirán la viuda y los hijos en caso de que fallezca?

-¿Qué recibiré si no me recupero de la invalidez?

El proyecto de reforma del gobierno carece de esa claridad requerida por los expertos de la OIT en cuanto a las prestaciones que debe servir la seguridad social, convirtiéndolas en un misterio o, en el mejor de los casos, en un enigma para ser develado por un especialista.

Se pasa de la seguridad a la inseguridad, ya que se promediará toda la vida laboral y los resultados dependerán de variables [illegible] como una tasa de interés no fijada en el proyecto. Y cuando se la fije, ¿cuántas veces deberá modificarse la ley para adecuar esa tasa a los cambios que se producen en el escenario económico y financiero?

Pero la pasividad [illegible] también dependerá de lo que digan las tablas completas de mortalidad al momento del cese o del fallecimiento del trabajador.

Por otra parte, el **promedio de las remuneraciones de toda la vida laboral supone de por sí una rebaja, ya que no refleja la movilidad salarial que el trabajador logra generalmente al fin de su carrera (ascensos, mayores niveles de responsabilidad jerárquica, compensaciones, etcétera).**

¿Y LO APORTADO HASTA AHORA?

La contribución al sistema realizada por los actuales trabajadores incidirá en el monto del futuro beneficio, ya que se promedia toda la vida activa.

PARTES POCO LEGIBLES

Una cosa sí se sabe: el nuevo sistema exige mas años de aportación (lo que no siempre depende del trabajador, sino muchas veces del patrón), el cálculo para la jubilación se hará sobre un período más largo (neutralizando los beneficios que suelen obtenerse al final de la vida activa), y el porcentaje para el sueldo jubilatorio será menor que ahora.

Pero la prueba de la contribución deberá ser documentada por certificados de todas las empresas en que ha trabajado, los que deberán contener información de cuánto ganó, cuánto pagó, etcétera.

Pensemos en un obrero de la construcción, en un trabajador rural, una trabajadora doméstica, que han transitado por numerosos patrones, o uno que ha trabajado en una empresa que cerró hace diez o quince años, o en una ciudad de donde se mudó. **El sentido común indica que una enorme cantidad de ellos no podrán obtener esos certificados.**

Pero aún consiguiéndolos, para el reconocimiento de los aportes anteriores se promediará los tres años anteriores a junio de 1992, y se aplicará un factor de corrección contenido en una tabla que ni siquiera fue adjuntada al proyecto, aunque forma parte de la ley. **Este mecanismo tan dependiente de una cifra todavía no conocida es el que determinará el reconocimiento de aportes realizados durante toda la vida de trabajo hasta junio de 1992, y se aplicará a todos los trabajadores que no pueden ampararse al régimen hoy vigente, aunque hayan aportado durante casi 40 años.**

Falta de claridad y de realismo son cualidades también demostradas en el proyecto del gobierno. Junto a las rebajas de los beneficios, completan el diagnóstico de un proyecto que significa un retroceso histórico de nuestra seguridad social.

Además, y dando la tónica de la seriedad de la iniciativa, el régimen de contribución proyectado por el Poder Ejecutivo omitió la contribución patronal del Estado. ¿Deliberado o simple olvido?

Por otra parte, se establece un peligroso mecanismo de aporte del trabajador [illegible]endiente cuando el patrón se incumplidor. Hasta ahora, el empleador es responsable de descontar y verter los aportes, pero la reforma crea un sistema por medio del cual el BPS recibirá el pago directamente del trabajador. **Resulta poco probable que el trabajador de bajos y medianos ingresos pueda cumplir mensualmente el ahorro forzoso que significa pagar a la seguridad social, urgido por otras necesidades vitales a las que no puede**

ARREGLEME LA CUENTITA, PATRON

El gobierno y sus aliados repiten incansablemente que el Estado debe hacer un inmenso sacrificio para auxiliar al Banco de Previsión Social. Sin embargo, según cifras aportadas por la Asesoría Actuarial del propio BPS, la realidad es bien distinta.

Superavit	U$S 22:899.000
Asistencia neta	U$S 19:362.000
Transferencia del BPS al Estado	U$S 3:537.000

Descontando de la asistencia del Estado lo que éste debió pagar al BPS y no pagó, la asistencia neta que el BPS realizó en favor del Estado fue de más de tres y medio millones de dólares.

Algún dinerillo no ha llegado a destino. Esta es la recaudación que debió percibir, y no percibió, la Caja Civil.

1988	U$S 16:231.000
1989	U$S 29:724.000
1990	U$S 25:947.000

El promedio es de 23 millones 937 mil dólares por año.

Otro problema congénito del BPS es la evasión. Esta fue la del año 1990:

Sub-declarada	U$S 120:000.000
No declarada	U$S 173:000.000
Total	**U$S 290:000.000**

Trescientos millones de dólares en un año no es cifra de despreciar. ¿No será preferible comenzar por cobrar a los evasores antes que rebajar las jubilaciones?

9203102

La eliminación de causales jubilatorias y la exigencia de acreditar documentalmente la aportación (no los años de trabajo) buscan sustituir los beneficios mayores (jubilaciones) por beneficios menores (pensiones a la vejez), que no estarán sujetas a mínimos y no generan derechos para las familias desamparadas por la muerte del pasivo.

atender. La divisibilidad de la obligación de pagar es un factor que operará debilitando el interés del trabajador.

El proyecto del gobierno transita hacia los seguros comerciales, tanto por los factores conceptuales antes descriptos, como por la denominación de las prestaciones ("renta vitalicia").

Y bien: ¿es esa la respuesta a la situación de la seguridad social, que todos reconocemos como crítica?

¿QUE SIGNIFICA LA SEGURIDAD SOCIAL?

Luego de la Segunda Guerra mundial, la entonces Sociedad de las Naciones proclamó a la seguridad social como el objetivo primordial del tiempo futuro. Ya que opera naturalmente dentro de las formas democráticas de gobierno, es una alternativa insustituible para equilibrar los valores de libertad y seguridad al que todo ser humano aspira, y como tales deben ser asumidos por toda la comunidad.

Para nosotros y para los expertos mundiales (no así para el gobierno ni para la mayoría colorada), la seguridad social es uno de los más poderosos instrumentos de la comunidad para lograr el desarrollo, el cambio y la justicia social. Por tanto, se la considera uno de los fines esenciales del Estado; sus alcances deben ser preservados, mejorados y fortalecidos, para lograr una mejor calidad de vida de los integrantes de la sociedad.

Justicia social

Los objetivos de la seguridad social trascienden a las generaciones presentes, y representan una de las metas más importantes a lograr en el futuro. Ella atiende los estados de necesidad de los seres humanos en las distintas contingencias que les depara la vida (salud, familia, desocupación, incapacidad, vejez, etcétera). Para hacerlo, parte del **principio de solidaridad** que debe operar entre los que integran el mismo grupo (el trabajador sano aporta para la prestación del trabajador enfermo), y entre quienes tienen más y quienes tienen menos (mediante una tributación racional y justa que logre esos fines). Es esencialmente un poderoso **mecanismo de redistribución de la riqueza para la obtención de la justicia social.**

Defensa de toda la sociedad

Un sistema fuerte y desarrollado de seguridad social no debe verse sólo en función de las personas individualmente consideradas, ya que opera en favor de toda la sociedad. **Al sistema aportan con más intensidad quienes se ven protegidos de las contingencias del futuro, mediante los mecanismos de coberturas específicas.**

Los efectos de la seguridad social en la economía quedaron demostrados en cómo reaccionaron las sociedades en las dos crisis más importantes del mundo capitalista en este siglo.

Son conocidos los efectos desvastadores de la crisis de 1929, que se propagaron rápidamente por todo el mundo con una gravísima secuela de quiebras de empresas y, consecuentemente, desocupación y miseria. En un círculo vicioso, la pérdida de toda capacidad de compra por parte de los desocupados se trasladaba a las empresas, ya que éstas perdían compradores aceleradamente. En consecuencia eran arrastradas a la quiebra, lo que multiplicaba el número de desocupados, y ello a su vez provocaba nuevas quiebras.

En 1955, el sistema capitalista mundial se enfrentó a una crisis aún más grave y profunda. Sin embargo, sus efectos fueron amortiguados y en lugar de una crisis fulminante se produjo un período más prolongado de recesión, lo que permitió sortear las dificultades.

La diferencia entre las crisis de 1929 y 1955 fue que, en este último período, la seguridad social se había extendido. Y los primeros desocupados, en lugar de quedar en la miseria absoluta junto a sus familias, pudieron mantener un poder adquisitivo que, aunque fuera menor al de los trabajadores en actividad, era capaz de sostener la vida económica de la sociedad. **Cuando los trabajadores ocupados aportaban para los desocupados, en realidad estaban asegurándose de no quedar ellos mismos desocupados.**

Por eso, preservar y desarrollar la seguridad social es una opción a favor del mejoramiento de toda la comunidad, fortaleciendo el sentimiento de seguridad que en este momento se encuentra gravemente comprometido. Asimismo, dotando al hombre de ventajas comparativas para afrontar el desafío de fuerte competitividad que plantea el Mercosur.

[illegible] LOS PROBLEMAS DE LA SEGURIDAD SOCIAL

Este y el anterior gobierno han propuesto rebajar los montos de las pasividades, y así se han comprometido a hacerlo ante los organismos internacionales de crédito.

Los dos últimos gobiernos han argumentado que el déficit fiscal obliga a rebajar las prestaciones de la seguridad social. Sin embargo, hoy las cuentas del gobierno central arrojan superávit pero igual se pretende recortar el gasto. *El objetivo* **es aumentar el superávit, para saldar el déficit que mantiene el Banco Central por el pago de intereses de la deuda externa y la compra de carteras bancarias.**

Conjuntamente se viene señalando el relativo envejecimiento de nuestra sociedad, lo que es atendible pero no justifica el señalamiento a los pasivos como responsables del problema, ni su dramatización.

Consideramos imprescindible enfrentar los problemas de la seguridad social como uno de los temas nacionales, independientemente del partido que gobierne. Pero eso no es coherente con la urgencia con que el Poder Ejecutivo pretende reformar el sistema, y menos aún sin acordar sobre los verdaderos ejes de la discusión. Porque hay demasiados supuestos que se dan por probados, y demasiadas realidades que son ignoradas en este tema.

El fin de una maniobra, el comienzo de una injusticia

La política de los últimos gobiernos (incluida la dictadura) consistió en controlar los egresos de la seguridad social, principalmente deteriorando las pasividades. Es decir, mantuvieron los elementos [illegible] para fijar el monto de las pasividades iniciales, pero luego les aplicaron menores aumentos que los producidos en el costo de vida y en los salarios.

Esta manipulación indirecta a costa de las prestaciones fue erradicada definitivamente por la reforma constitucional aprobada durante las últimas elecciones. Desde su vigencia, los egresos comenzaron un significativo crecimiento que no hace más que confirmar la injusticia que se practicaba con los índices de [illegible] mente. Ahora, como el gobierno no puede utilizar el mecanismo de rebaja de las pasividades vigentes, pretende reducir drásticamente las futuras pasividades, y con ello disminuir los egresos totales.

No aceptamos que el motivo fundamental de la convocatoria realizada por el gobierno fuera, como se propagandeó, la búsqueda de una fórmula para neutralizar las consecuencias del nuevo sistema de revaluación. Por lo tanto, no acompañaremos ninguna iniciativa para privar a las jubilaciones futuras del nivel equivalente al de las pasividades actuales.

Por otra parte, alertamos que las restricciones propuestas pueden afectar también a las pasividades ya vigentes. A pesar de la protección constitucional, ese objetivo puede lograrse mediante otros métodos indirectos como [illegible] sividades o el descenso del salario real promedio de los trabajadores.

Sin desconocer el problema, fundamentalmente demográfico y de largo plazo, no admitimos que se oculte la verdadera significación del problema que motiva la urgencia del gobierno.

¿Hay verdaderamente una crisis del sistema?

Estrictamente, sólo se puede hablar de crisis de una institución cuando los principios básicos que determinaron su surgimiento y su evolución son desechados y surgen otros para el futuro.

En este caso, la solidaridad y la fraternidad entre los componentes del cuerpo social no sólo deben considerarse valores vigentes, sino que deben ser ampliados y profundizados, [illegible] mejorar las [illegible] vida, como expresamos anteriormente.

La crisis, pues, alude a dificultades de financia-

La realidad social impuso al patrón la obligación y la responsabilidad de retener los aportes de sus trabajadores y verterlos al BPS. Ahora esa obligación será compartida: el trabajador deberá vigilar que la empresa pague, y de lo contrario sacar de su presupuesto familiar (que no suele ser holgado) el dinero para cubrir ahora su vejez o una futura incapacidad.

LA SEGURIDAD SOCIAL SEGUN PINOCHET, Y LO QUE DICEN LOS CHILENOS

Ya antes de las últimas elecciones, tanto el entonces senador herrerista Luis Alberto Lacalle como su colega Jorge Batlle, ambos candidatos a la Presidencia de la República por sus respectivos partidos, y ambos entusiastas promotores de la privatización de la seguridad social, pusieron como ejemplo de eficiencia el sistema impuesto en Chile por la dictadura de Augusto Pinochet. Tanto entusiasmo pusieron, que los dos se disputaban el honor de haber traído al Uruguay al ex ministro José Piñera, quien entre otras cosas opinaba que Pinochet era «el único demócrata chileno».

El señor Piñera hizo mucha propaganda a favor de la privatización, como por ejemplo que el 80% de los chilenos había optado por las cajas privadas, pero se le olvidó decir que el pasaje al área privada fue obligatorio para todos los afiliados a la seguridad social, con la única excepción de la policía y los militares. Tampoco recordó que las jubilaciones bajaron un 40% respecto a 1971 (aunque las de los policías y militares subieron un 17%). Y tampoco mencionó (lo que es explicable, porque él mismo integraba la Colocadora Nacional de Valores, una de las tantísimas empresas en esa situación) que en 1981 quebraron ocho de las cajas privadas, y en 1983 ocurrió otro tanto con cinco bancos vinculados al sistema, tres "cajas" fueron liquidadas y otras dos pasaron a ser gestionadas por el Estado, como consecuencia de su insolvencia. Las cajas quebradas comprendían al 80 por ciento de los afiliados, y todavía no se ha encontrado la solución para esa bola de nieve. (Dicho sea en homenaje a Piñera, Chile no es la excepción: también en Estados Unidos los fondos privados de previsión social quebraron en cadena, arruinando a cientos de miles de afiliados).

Gracias a la pinochetización de la seguriad social, la población cubierta por el sistema (todos aquellos cuya actividad está comprendida) bajó del 79% al 62%, y los cotizantes efectivos descendieron del 61% al 47%. Recientemente un dirigente del Batllismo Radical admitió que, para su sector, los únicos que pueden tener la protección de la seguridad social son los que cotizan. En el modelo pinochetista, que el Batllismo Radical proclama que es el suyo, más de la mitad de la población queda fuera.

En su reciente visita a Montevideo, el actual ministro de Economía, Carlos Ominami, advirtió (con mucha diplomacia) que el modelo chileno no debería ser copiado. "Contrariamente a lo que muchos sostienen" —dijo al programa En Perspectiva, CX14, el 23 de marzo— ese sistema supone un gasto fiscal de gran envergadura: dos o tres puntos del Producto Bruto Interno". "Lo que hace el sector privado es recibir los aportes de los activos que no están en edad de jubilarse, mientras el sector público debe atender los compromisos asumidos por el sistema tradicional. Yo llamo la atención sobre este hecho, porque me parece que existe una visión un tanto ingenua respecto a estas experiencias de privatización, que sólo ve la parte positiva del tema (...). Además creo que los sistemas previsionales sólo pueden ser juzgados en períodos muy largos de tiempo. En el caso del sistema chileno, éste lleva todavía un período relativamente corto y no sabemos cómo va a operar cuando se tenga que hacer cargo de las jubilaciones de la mayoría de los cotizantes".

El ministro consideró que el nuevo sistema puede haber sido "exitoso en cuanto a generar condiciones de eficiencia", ya que "el sistema tradicional había entrado en una situación de colapso"; pero enfatizó que "la crisis fiscal en relación al sistema previsional no necesariamente se soluciona por la vía de la privatización, porque ésta implica un gasto fiscal adicional muy importante durante un período largo". A pesar de su tono diplomático, insistió en que "no es cuestión de copiar experiencias que se han realizado en otros países y que también han tenido sus costos".

Agregó que, en la medida en que haya sectores de bajos ingresos que comiencen a jubilarse por el nuevo sistema, "también van a tener jubilaciones muy bajas porque no tenemos aquí los sistemas correctivos propios de los sistemas de reparto. La gente tiene una jubilación de acuerdo a lo que ha podido cotizar durante su vida activa, y si ha tenido la desgracia de cotizar en los niveles más bajos, va a tener también una jubilación muy baja: comparativamente mucho más baja que la persona que pudo aportar por un sueldo mayor, porque al haber capitalización individual se va produciendo una diferencia que es más que proporcional: la persona de ingresos bajos tiene una rentabilidad mucho menor que la de ingresos altos". Y eso plantea un problema: cuando esas personas comiencen a jubilarse, probablemente el gobierno tenga que volver a prestarles asistencia para asegurarles un ingreso digno. En consecuencia el estado no ganó nada con el cambio de sistema. "Por eso me pareció importante poner una nota de cautela sobre los pro y los contra de un sistema como el que se practicó en Chile".

Para ser declaraciones formuladas en tono diplomático por un gobernante de visita, parecen bastante claras.

miento del sistema. Esto, que para la política económica neoliberal del gobierno y sus aliados es definitivo, para otras concepciones puede ser perfectamente asumido.

En países que, como el Uruguay, sufren un envejecimiento de la población asociada a un prolongado estancamiento productivo, los sistemas de seguridad social atraviesan problemas de financiamiento salvo que, en el pasado, una prolija y seria administración hubiera aplicado el producido de las reservas para compensar los futuros desequilibrios.

No es el caso del Uruguay, cuya seguridad social ha tenido históricamente una administración desastrosa, tanto en la gestión como en la utilización para fines ajenos de los importantes superávit que existieron hasta la década de los 50.

La morosidad del Estado en el pago de sus contribuciones ha sido de tal magnitud, que durante el ejercicio 1990, si se computa lo no percibido por ese concepto, el sistema de seguridad social en su conjunto no sólo arrojó superávit sino que contribuyó a financiar al Estado. A modo de ejemplo: hasta ese año, la política del BPS fue aceptar el no pago de los aportes patronales por parte de los gobiernos departamentales, y —hasta marzo de 1990— no cobrar intereses ni recargos a los organismos públicos deudores. Sumado a ello, a grandes trazos la evasión ha sido calculada en unos 300 millones de dólares anuales, es decir unos tres puntos del Producto Bruto Interno. Así las cosas, los desequilibrios financieros son inevitables.

En esta etapa, lo que corresponde es realizar un diagnóstico genuino de la potencialidad natural de la seguridad social, a efectos de no proyectar al futuro el resultado de todas las incorrecciones de gestión acumulados. Este análisis permitirá proponer las medidas necesarias para garantizar una correcta gestión de la seguridad social por el BPS, y las medidas legislativas que luego se entienda necesarias.

Si estas etapas no se recorren, cualquier sistema futuro que se pretenda implantar repetirá las deficiencias anotadas, y volverán a reproducirse los problemas que se pretende solucionar.

[PARTE POCO LEGIBLE]

La seguridad social, defendiendo a los más desprotegidos es también un amortiguador de las crisis sociales: si los más humildes quedan fuera del mercado (como ocurrió durante la crisis de 1929 y puede volver a ocurrir en una reconversión salvaje) arrastran a toda la economía.

LA CUESTION ES PAGAR MENOS

El sistema proyectado, además de elevar el mínimo de edad y servicios reconocidos para tener derecho a la jubilación, contiene una rebaja en los montos de las jubilaciones finalmente otorgadas.
El sueldo inicial de pasividad será calculado ya no sobre el promedio de los últimos tres años sino sobre el de los últimos diez años.

Pero además, será calculado sobre un porcentaje inferior al actual.
Los siguientes cuadros muestran qué porcentaje del promedio se toma actualmente para el cálculo del sueldo jubilatorio inicial, y qué porcentaje podría tomarse con el nuevo régimen, en función del interés aplicado al ahorro individual de cada trabajador.
En todos los casos se toma como base de cálculo un trabajador que aporta desde los 20 años el 13% sobre sus sueldos de actividad.
En la primera columna se establece la edad del trabajador que va a jubilarse, en la segunda (TASA ACTUAL) el porcentaje del promedio de actividad con que hoy se fija el sueldo inicial de jubilación, y en las siguientes el porcentaje futuro de acuerdo al interés que se fije sobre las cotizaciones de los trabajadores.

Por ejemplo: una mujer de 55 años de edad, que demuestre haber cotizado desde los 20 años de edad, actualmente recibe una jubilación equivalente al 70% del promedio del sueldo por el que aportó durante los últimos tres años. Por el régimen proyectado, si su cuenta personal recibe un interés del 2% se jubilará con el 50% del promedio de los últimos diez años, si el interés fuera del 2,5% se jubilará con un 50%, si el interés fuera de un 3% se jubilará con un 50%, y si el interés fuera del 4% se jubilará con un 56,73% del promedio).

MUJERES

EDAD	TASA ACTUAL	PROMEDIO JUBILATORIO PARA UN INTERES DEL			
		2%	2,5%	3%	4%
55	70	50	50	50	56,73
56	70	50	50	50	61,21
57	70	50	50	50	66,02
58	70	50	50	52,47	71,21
59	70	50	50	56,37	76,81
60	75	50	51,82	60,58	82,88
61	75	50	55,62	65,13	87,00
62	75	50,93	59,70	70,05	87,00
63	75	54,62	64,14	75,38	87,00
64	75	58,60	68,92	81,14	87,00
65	80	62,89	74,08	87,00	87,00
66	80	67,52	79,66	87,00	87,00
67	80	72,52	85,70	87,00	87,00
68	80	77,95	87,00	87,00	87,00
69	80	83,85	87,00	87,00	87,00
70	80	87,00	87,00	87,00	87,00

HOMBRES

EDAD	TASA ACTUAL	PROMEDIO JUBILATORIO PARA UN INTERES DEL			
		2%	2,5%	3%	4%
60	70	50	50	51,30	69,65
61	70	50	50	55,12	75,12
62	70	50	50,65	59,25	81,07
63	70	50	54,29	63,60	87,00
64	70	50	58,19	68,32	87,00
65	75	53,12	62,42	73,39	87,00
66	75	56,91	66,98	78,89	87,00
67	75	61,02	71,92	84,87	87,00
68	75	65,46	77,27	87,00	87,00

Coincidimos con el diputado herrerista Jorge Machiñena: para cobrar una jubilación decente, habrá que sacar a la gente del cementerio.

Es otra demostración de pereza intelectual e ideologismo hablar de crisis de la seguridad social. Tampoco en este tema se ha profundizado el análisis sobre las causas de la situación ni las posibilidades de una reestructura en serio. También aquí se soslaya la pésima gestión de varias décadas, y el gobierno prefiere desentenderse del problema en lugar de encarar una reforma verdadera. ¿Algún día se podrá encarar algún tema con responsabilidad?

ELEMENTOS BASICOS PARA UNA PROPUESTA ALTERNATIVA

1. Los recursos del sistema deben provenir del **financiamiento colectivo**, único idóneo para que actúe el principio de solidaridad, y que permite niveles razonables de redistribución entre los componentes de los grupos involucrados.

Lo anterior no impide la existencia de **sistemas paralelos complementarios**, pero que tengan estrictamente ese carácter; es decir, que no surjan como compensación obligada por la rebaja del régimen general. (Este último deberá mantener su carácter sustitutivo de los ingresos del trabajador, con mecanismos de adecuación suficientes a la cobertura de las necesidades reales a las que se aplique).

2. **Esencialmente** se operará con el **mecanismo de "reparto"**, único posible en los regímenes maduros de seguridad social (aquellos en que el número de beneficiarios ha equiparado al de quienes aportan). Las cotizaciones deberán ser calculadas para períodos de corto o mediano plazo para crear fondos de reserva, evitando tener que alterar los niveles de aportación ante situaciones coyunturales.

3. La contribución de la comunidad, conjuntamente con la de los beneficiarios, es básica y esencial, insustituible para algunos de sus programas, y es el principal elemento que hace de la seguridad social un sistema de redistribución de la riqueza. A esos efectos, debe incluirse la aplicación de **impuestos directos**, preferentemente a la renta, al patrimonio y a la herencia, que contribuyan a esa finalidad de justicia social.

4. Deben introducirse **profundos cambios en la organización administrativa y de gestión**. El directorio del BPS (integrado tal como lo indica la Constitución) debe abocarse estrictamente al cumplimiento de sus funciones básicas: organizar la seguridad social —todos los sistemas del país— y coordinar los servicios estatales de Previsión Social (artículo 195 de la Constitución de la República). Es decir, formular políticas generales y diseñar los programas correspondientes, en lugar de dedicarse, como básica de que, por tratarse de problemas de largo plazo, es perfectamente posible plantear etapas de una cierta extensión temporal, que garanticen un análisis serio y una base sólida para el planteo de soluciones futuras.

En **dos etapas diferenciables y bien definidas**, una tiene que ver con la **actuación específica sobre el BPS** durante el tiempo necesario para analizar seriamente las complejas cuestiones a abordar, y la otra refiere a la **formulación de propuestas legislativas**, apoyadas en los rigurosos análisis antes mencionados.

Sobre las imprescindibles medidas relativas al BPS no es necesario abundar, cuando los hechos de pública notoriedad desnudan no ya una gestión ineficiente, sino una verdadera trama de fraudes. Pensar en un nuevo sistema legal sin reformar este BPS es sencillamente imposible.

Estamos de acuerdo en reformar el sistema de seguridad social. Porque:

1) el actual régimen cobija aspectos no solidarios, contiene alarmantes disparidades entre sectores, y ha ido acumulando fallas producto de la improvisación y el desorden administrativo;

2) el país debe adoptar medidas en esa área si pretende abordar la problemática de la desocupación y de la inserción en el Mercosur;

3) el sistema actual ambienta y tolera la evasión, que entraña desfinanciamiento, distorsión y desigualdad.

La reforma debe salvaguardar principios muy arraigados, que tienen plena vigencia. Porque:

1) Lo inquietante no es que se gaste mucho en seguridad social sino la tendencia al desfinanciamiento. Si hay razones estructurales, como el envejecimiento de la población, es preciso asumir que el gasto sea alto a menos que aceptemos la injusticia y la marginación. No es admisible ver el gasto social exclusivamente con la óptica fiscalista que olvida el capital más preciado: el capital humano.

2) No puede haber reforma auténtica sin abordar el conjunto del sistema. Consideramos peligroso dividir al sistema en compartimientos estancos. Asimismo, el sistema no puede considerarse aislado de los demás sistemas. La ahora, a la atención de problemas coyunturales y de carácter operativo.

5. Para esa nueva forma de actuación, es imprescindible que el directorio del BPS esté integrado por quienes acrediten una idoneidad específica, acorde con la trascendencia de las tareas.

En un mismo orden de prioridades, la especialización de los integrantes y la descentralización administrativa serán los elementos cardinales del cambio.

6. La descentralización no debe ser un mero aspecto de técnica administrativa, sino un medio para democratizar a los institutos de gestión y colocarlos en condiciones de resolver sus reales necesidades.

Actualmente, la administración de la enorme magnitud de recursos humanos y tecnológicos hace que se diluyan las responsabilidades, lo que atrasa las respuestas a los problemas concretos e impide establecer indicadores de eficiencia de las distintas áreas de gestión. Para superarlo, la descentralización deberá acompañarse de un sistema de información y control permanente, con participación de todos los actores sociales involucrados para planificar la actividad y evaluar correctamente los resultados.

7. No sólo debe separarse la gestión financiera de las prestaciones de pasividades y de actividad, sino propiciarse la existencia de órganos específicos con suficiente autonomía decisoria y técnica, responsables por la gestión de cada uno de los programas, cuya composición necesariamente debe ser tripartita. Obviamente, también quienes estén a cargo de estos órganos deben acreditar idoneidad específica: actualmente ese no es un requisito para integrar el directorio del BPS ni los llamados "consejos desconcentrados" (órganos absolutamente innecesarios en la actual estructura).

DESARROLLO DE LA PROPUESTA

La propuesta alternativa supone el desarrollo de la metodología antes señalada (en especial, el auténtico diagnóstico de la seguridad social que aún las autoridades no han realizado), y la conclusión comunidad tiene derecho a optar por un financiamiento no exclusivo de los afiliados al sistema de seguridad social.

3) Debe mantenerse la solidaridad intergeneracional que implica el "sistema de reparto".

4) Reivindicamos el profundo sentido de la seguridad social, inconfundible y muy por encima de lo que puede ser un seguro individual. La reforma debe estar imbuida de estos principios, sin perjuicio del principio de la equidad individual.

5) No compartimos la reducción de prestaciones a activos ni revertir las garantías constitucionales recientemente logradas. Las urgencias fiscales nunca pueden ser el único argumento para justificar rebajas de las pasividades, postergación de la edad de retiro y desprotección de la salud del trabajador.

6) El cambio debe realizarse a fondo con amplia participación y garantía a los sectores involucrados.

Es imprescindible agotar esfuerzos para lograr el mayor grado posible de consenso para dicha reforma. Lamentamos la actitud del Poder Ejecutivo que, mediante decretos e iniciativas remitidas al Parlamento, ignoró por completo el trabajo realizado por la Comisión Interpartidaria.

Asimismo sorprende la orientación contradictoria y el trámite de urgencia que se pretende para la reforma, apresuramiento y desprolijidad que truncan las posibilidades de un acuerdo. Es responsabilidad del Poder Ejecutivo la ruptura del diálogo, precisamente cuando se había logrado un buen clima de trabajo para estudiar con el debido detenimiento los lineamientos generales y particulares de un nuevo sistema.

(Este trabajo fue preparado por la Comisión de Programa del Partido Socialista, y sintetizado por nosotros para su publicación)

PARTES POCO LEGIBLE

016

9203102

Suplemento especial de correo socialista
Abril de 1992

Publicación del Partido Socialista
Casa del Pueblo, Soriano 1218, Montevideo, Uruguay
Impreso en Acuarela, Ituzaingó 1527. D.L. 2[illegible]

CONCEPCIONES IDEOLOGICAS Y SEGURIDAD SOCIAL

Entre los problemas planteados hoy en forma coyuntural sobre la seguridad social y los verdaderos principios que la regulan, media una distancia muy considerable. Para dar una idea de la verdadera magnitud de esta diferencia, podríamos recordar que en la denominada "Carta del Atlántico", suscrita por los aliados el 14 de agosto de 1941 mientras se desarrollaba el último conflicto bélico mundial, en su punto 5o. se señalaba a la seguridad social como uno de los objetivos sustanciales en el mundo futuro. Los países americanos adhirieron a esa Carta a través de una resolución votada en Chapultepec (¹). Y en la 26ta. reunión de la Conferencia Internacional del Trabajo, en Filadelfia, se estableció la obligación solemne de la OIT de consagrarse a poner en ejecución programas de extensión de la seguridad social (²).

La trascendencia de la seguridad social en el mundo moderno es de tal magnitud, que un autor de renombre tal como el académico francés Paul Durand llegó a afirmar que el fenómeno jurídico más trascendente en este siglo es el advenimiento de la seguridad social. Y el eminente laboralista Deveali no vaciló en proclamar que la seguridad social "es el único aporte definitivo dado al campo del derecho por nuestra civilización actual" (³).

Frente a este avance en el plano de las ideas, que marca el progreso del hombre viviendo en sociedad, se ha levantado en los últimos tiempos una concepción doctrinaria, de corte netamente restrictivo, derivada de la ideología neoliberal. Al respecto, lo que es necesario tener claro es que, dentro de lo que podríamos denominar *soluciones clásicas del liberalismo*, las prestaciones de los seguros sociales, es decir las pasividades, los seguros de enfermedad, las asignaciones que se pagan por desempleo, etcétera, son consideradas técnicamente como un gasto.

[illegible] cionea paulatinamente crecientes, que se vuelven imposibles de ser asumidas por la comunidad; en tanto suponen un crecimiento importante del gasto público hacen peligrar el equilibrio presupuestal (que para ellos es una base esencial de sus planteos), y con ello ocasionan el alza de los tipos de interés y la disminución de las inversiones. Ese costo excesivo, para esta teoría, da impulso a la inflación, a la vez que los mayores aportes que son necesarios para el sistema dejan a la gente con menores ingresos para subvenir a sus necesidades, lo que hace que se reclamen mayores salarios, y estos también serían factores desencadenantes de la inflación.

Agregan aún que la transferencia de las cotizaciones patronales al costo de los productos opera en éstos un incremento artificial, que coloca al país de que se trate en condiciones no competitivas para el mercado internacional.

El lector advertirá claramente que, de aquellos principios a los que aludíamos al comenzar la nota, a los postulados de lo que se ha denominado "la nueva derecha", media una enorme distancia, que en [illegible] [illegible] Es que para la lenta formulación histórica de las bases de la seguridad social, ésta se mueve básicamente en la zona de la protección de la vida humana, y por lo tanto a partir de los derechos absolutos que no pueden entrar en colisión con otros de mera naturaleza económica. Mientras, para la concepción neoliberal el problema de la propia vida humana es algo relativo, y aparece confundida con los "objetivos económicos" con los cuales entra como un elemento más en el conflicto en que esta zona se desarrolla. Y, entonces, si la prioridad en la política fiscal, a ésta deben sacrificarse los montos de las prestaciones de la seguridad social.



DOS VISIONES

Bajo este [illegible] teo, categóricamente podemos afirmar que el modelo neoliberal es absolutamente inconciliable con la permanencia de un sistema de seguridad social. Especialistas del mayor nivel internacional han afirmado que "El modelo de sociedad que postula la Escuela de Chicago y la seguridad social son ideológicamente incompatibles" (⁴).

El punto medular en el cual estas dos concepciones se enfrentan deriva simplemente de que todo sistema de seguridad social tiende en definitiva a producir, en el país en que se aplica, el fortalecimiento del valor de solidaridad entre los hombres, operando como un mecanismo de redistribución de la riqueza.

Estos dos pilares son obviamente antagónicos con las nuevas concepciones férreamente individualistas. La mayor cantidad de personas que reclaman los servicios de la seguridad social (en nuestro caso podría ser un ejemplo de ello el mayor número de gente de más edad), y el creciente costo de la salud a la par que de las prestaciones por desempleo, llevan inexorablemente a que toda la comunidad participe en el financiamiento de estos servicios, y para que este auxilio no sea regresivo, [illegible] en definitiva [illegible] sobre la riqueza [illegible] herencias de modo que los que más tienen contribuyan a paliar los infortunios sociales de los que menos poseen.

Así, en reciente [illegible] sarse la solidad [illegible] ciones, puesto que "la [illegible] o sustitución de los sistemas de seguridad social, además de poner en riesgo las garantías [illegible] cansados, limitan la capacidad del desarrollo y de la redistribución de la riqueza" (⁵).

Estamos, pues, enfrentados a un peligroso retroceso histórico. Las prestaciones de la seguridad social, en el enfoque genuino, deben verse como una inversión de la comunidad, mediante la cual se amplía el poder adquisitivo de los sujetos abarcados en el sistema, se propende a un aumento de la demanda interna, y se opera de esta forma como un poderoso multiplicador económico con capacidad propia para generar cambios en la demanda de bienes y servicios, y en definitiva para mejorar la calidad de vida de los integrantes de la sociedad.

Simplificando los conceptos, es obvio que la solidaridad y la redistribución de la riqueza son principios antagónicos al planteo del esquema neoliberal. Es entonces la hora definitiva de tomar radical partido en orden a la defensa de estos principios, defendiendo a la seguridad social de los fortísimos ataques que se solventan hoy a través de los tecnócratas de turno. Como lo expresara hace algún tiempo nada menos que el presidente de la Asociación Internacional de la Seguridad Social, "Hay que continuar recordando que los programas de [illegible] [illegible] [illegible] seres humanos, y que las prestaciones de la seguridad social tienen sentido al contribuir a la satisfacción de las necesidades sociales y a la salvaguardia de los valores humanos" (⁶).

Dr. Hugo de los Campos

NOTAS:

(¹) Resolución del 3 de marzo de 1945.

(²) Esta declaración fue, en definitiva, la Carta o Estatuto de la Organización Internacional del Trabajo [illegible] de la citada Declaración.

(³) Citado por Américo Plá Rodríguez. "La seguridad social en el Uruguay", FCU, pág. 3.

(⁴) [illegible] afirmación [illegible] Asesor Actuarial de la [illegible]

(⁵) Punto 3) de la Declaración de Principios de la Conferencia Interamericana de Seguridad Social celebrada en México, [illegible] de 1988.

(⁶) Jacomo Dejardo en la revista "Estudios de la Seguridad Social", No. 66, año 1988, pág. 6.

Por qué impugnar la ley de privatización y extranjerización de las empresas públicas

SI EL ESTADO ES UN ELEFANTE GRIS

LOS MONOPOLIOS PRIVADOS Y EXTRANJEROS ¿QUE SON?

La ofensiva privatizadora lanzada desde los países desarrollados —y recogida en nuestro país por la derecha neoconservadora— se ha basado en una serie de afirmaciones que no se condicen con la realidad.

Es cierto que el Estado uruguayo no es eficiente. Pero los mismos privatizadores de hoy lo han utilizado durante toda su historia (y todavía lo siguen haciendo) como premio consuelo para políticos fracasados, a quienes se les ha encomendado su dirección, como medio para premiar con cargos y ascensos a sus "correligionarios", y aún como elemento de presión para la sociedad: durante décadas nadie podía aspirar a jubilarse, obtener un teléfono o la famosa "tarjeta de leche" si no contaba con la "recomendación para el pronto despacho". Y para tener la "recomendación" había que trabajar en el "club" del caudillo.

Ahora, ellos mismos dicen que el Estado es "demasiado grande", que "su peso asfixia a la economía privada", que los monopolios oficiales atentan contra la libertad del usuario, y anuncian que las privatizaciones traerán una rebaja en las tarifas, una disminución en los gastos del Estado... En fin: que nos sacaremos de encima el peso de ese enorme elefante gris.

Sin embargo, los países desarrollados tienen un Estado tanto o más grande que el uruguayo. Las tarifas de las empresas públicas uruguayas se han mantenido estables, y en cambio en los países en que fueron privatizadas —escándalos y negociados al margen— las tarifas se multiplicaron. Y los usuarios siguieron atados a monopolios, pero esta vez las ganancias no van a financiar las actividades sociales (educación, salud, vivienda, infraestructura productiva) sino a engrosar las ganancias de las empresas extranjeras que se quedaron con el patrimonio nacional.

Las actuales empresas públicas uruguayas no son como las queremos (descentralizadas, despartidizadas, autogestionadas por la sociedad que es en definitiva su dueña). Pero si venden estas empresas públicas no habrá desarrollo posible para un gobierno que quiera cambiar el país.

"Me siento como el gerente de una gran estancia, cuyo directorio está en Londres", opinaba Julio Herrera y Obes, presidente de la República de 1890 a 1894. Fueron años de consolidación de un estado débil y dependiente, jaqueado por la sobrevivencia de poderes locales y regionales, carente de medios técnicos y de control sobre sectores estratégicos de la economía.

Recién en las primeras décadas de este siglo, en particular a partir de 1910, comenzaría a implementarse una política deliberada de expansión del área pública, tendiente al desarrollo de las fuerzas productivas nacionales, procurando alentar la inversión privada, profundizando el proceso de industrialización y consolidación del mercado interno.

TAPANDO AGUJEROS DEL SECTOR PRIVADO

Así, en 1911 se crea el Banco de Seguros del Estado, procurando retener en el país el importante flujo de divisas que genera esta actividad, hasta entonces monopolizada por capitales extranjeros.

En 1912 tiene lugar el proceso fundacional de UTE, otorgándosele el monopolio de la distribución de energía eléctrica en todo el país.

En 1915 se sanciona la ley orgánica del Banco Hipotecario del Uruguay, apuntando a una política social de vivienda. El Banco Hipotecario ya había sido creado en 1897, tras la quiebra de capitales privados asociados al Banco Nacional (que era de capital [illegible]).

Situación parecida a la del Banco de la República, también surgido tras la caída del Banco Nacional. La creación y consolidación del BROU constituirá un trascendente y decisivo paso adelante al actuar como sostén del desarrollo industrial, posibilitando el acceso al crédito que alentara la inversión productiva del capital privado nacional.

UNA POLITICA DE EXPANSION

Recién a partir de los años veinte el Estado impulsaría una política deliberada

No se trata de "defender a los funcionarios públicos". Las privatizaciones perjudicarán también a los trabajadores y a los pequeños y medianos empresarios del sector privado. El encarecimiento de las tarifas en las empresas privatizadas marginará de los servicios a los sectores más carenciados.

de expansión, ya que hasta entonces el sector público se había limitado a intervenir en aquellas áreas donde el sector privado daba quiebra o no demostraba interés en participar.

En 1916 se crea la Administración Nacional de Puertos, que algunos años después tendrá el monopolio de todos los puertos nacionales.

En 1931 se crea ANCAP, con el cometido de "explotar y administrar el monopolio del alcohol y carburante nacional y de importar, rectificar y vender petróleo y sus derivados, y de fabricar portland".

En 1944 el Estado participa en la navegación aérea junto a una empresa privada con dificultades financieras, hasta que en 1951 adquiere el control total de dicha empresa, creando PLUNA.

En 1948 se crea el Instituto Nacional de Colonización, para promover la colonización y el desarrollo de cooperativas agrarias.

En 1949 el Estado adquiere los ferrocarriles, para finalmente crear AFE en 1952. También en 1952 se integra OSE al sector público, como servicio descentralizado dependiente del Ministerio de Obras Públicas.

En 1967 se crea el Banco Central, tomando a su cargo el Departamento de Emisión del Banco de la República. En ese año también se funda el Banco de Previsión Social, "con el cometido de coordinar los servicios estatales de previsión social y organizar la seguridad social".

En 1974 se crea ANTEL, cuyas responsabilidades abarcan los sistemas de telecomunicaciones del país, que hasta entonces atendía UTE.

Finalmente, en 1976 el Servicio Oceanográfico y de Pesca, SOYP, (creado en 1945) es transformado en Industrias Loberas y Pesqueras del Estado, ILPE.

El proceso de formación del sector público iniciado a principios de siglo permitió revertir la situación a que se refería Herrera y Obes: el país obtuvo el control de sectores estratégicos de la economía, comenzó un importante proceso de desarrollo y organizó el mercado de trabajo mediante una avanzada legislación laboral.

INFLUENCIA DEL ESTADO EN EL CRECIMIENTO DEL PAIS

Al influjo de condiciones externas favorables, pero con el firme soporte de un sector público que estuvo en condiciones de proporcionar al aparato productivo los insumos estratégicos necesarios (créditos, energía, transporte, telecomunicaciones), nuestro país vio crecer la producción, la inversión, el empleo y el consumo. Este proceso tuvo su punto más alto durante el período conocido como "ciclo industrial sustitutivo de importaciones", durante el cuarto de siglo que siguió a la crisis mundial de 1930.

Entre 1930 y 1955, la importación de bienes de capital (equipos y maquinarias) se incrementó del 4% al 31% del total de importaciones, y la de bienes intermedios (materias primas y combustibles) del 32% al 56%. Ello es demostrativo del importante crecimiento experimentado por el sector industrial en este período. Por su parte, entre 1945 y 1955 la magnitud del intercambio comercial creció a una tasa anual promedio del 7,7%, llegándose a operar por valores que cuadruplicaban a los registrados a comienzos de los treinta.

Difícilmente podría comprenderse este proceso de crecimiento (aún con las limitaciones que pudo tener) si no se tiene muy presente el papel jugado por el sector público en todo este período, asistiendo al capital privado, proporcionando la infraestructura necesaria para el crecimiento del aparato productivo, promoviendo una política de expansión del gasto social y de equidad en la distribución del ingreso.

LA CRISIS DEL MODELO

A mediados de los cincuenta se inicia un período de signo opuesto al anterior. La perpetuación de una estructura de exportaciones básicamente agropecuaria, en un contexto de producción estancada con baja de los precios internacionales, se traduce en un menor ingreso de divisas, incapaz de satisfacer las demandas de importación de la industria ya existente. En esas condiciones se va produciendo una retracción del intercambio comercial, a la vez que se va acumulando una creciente deuda externa.

Los déficit en las relaciones comerciales y de pago con el exterior, la emigración de capitales, el endeudamiento creciente, la agudización de la dependencia, el uso de la represión para hacer pagar el costo de la crisis al sector asalariado -mientras se mantiene una actitud permisiva frente a los grandes deudores (concretada en una asistencia masiva a los bancos y la gran empresa)- son, en muy apretada síntesis, algunas de las características más salientes del proceso de transnacionalización económica seguido por nuestro país en las últimas tres décadas.

En este período, el Estado mantuvo y acrecentó su tradicional asistencia al sector privado. Rediseñó su actividad en el marco de una política tendiente a concentrar los medios de producción y los ingresos, con el objetivo de beneficiar al sector exportador y al gran capital, y mantuvo un estricto acatamiento a las imposiciones provenientes del exterior.

¿VOLVER A LA ESTANCIA?

El nuevo rol asignado al sector público en la distribución del ingreso puede visualizarse en la creciente preponderancia de los impuestos indirectos en el total de ingresos del Estado (en perjuicio directo de los sectores más carenciados), así como en la disminución del gasto público en salud, educación y salarios, en tanto aumenta el destinado al pago de intereses, defensa y asistencia del gran capital.

Apuntando a consolidar y profundizar este proceso, en la actualidad el proyecto neo-conservador plantea una drástica reducción de la participación económico-social del Estado, preservando solamente sus funciones de control y reasignación del ingreso.

Se trata de imponer un modelo estrechamente conectado a las imposiciones de la banca acreedora internacional, donde sólo interesa retener dentro de la órbita estatal ciertas áreas necesarias para el desarrollo del proyecto. No importa que ello implique prescindir de otras consideraciones fundamentales o estratégicas por su finalidad social o su vinculación con el aparato productivo.

La mal llamada ley "de reforma" del Estado constituye una pieza clave en esta estrategia del neoliberalismo criollo, al posibilitar la desarticulación y entrega del área empresarial del sector público.

¿Y QUIEN PAGA?

El costo social derivado de la aplicación de esta ley seguramente ha de ser muy elevado. Implica el riesgo cierto de una pérdida de control por nuestro país en áreas estratégicas, mediante la extranjerización del patrimonio público, a la par que una amenaza directa a las actividades con alto contenido social que hoy desarrolla el Estado.

El proceso privatizador en curso no sólo compromete la estabilidad y situación laboral del trabajador público. También compromete al sector privado, ya sea por un incremento de la desocupación que incidirá en el abaratamiento de la mano de obra y la pérdida de la capacidad de consumo, o por las dificultades que pueda afrontar un aparato productivo tradicionalmente respaldado en la actividad estatal (situación que puede tornarse crítica en la perspectiva de un proceso de integración regional).

Por otra parte, existen sobrados ejemplos a nivel internacional respecto al encarecimiento de las tarifas públicas luego de producidas las privatizaciones. Ello provocará un acceso diferenciado a los servicios, con exclusión de los sectores de menores recursos.

Para comenzar a revertir esta situación es necesario derogar los aspectos más negativos de esta ley, como primer paso de un proceso que conduzca a una auténtica reforma del Estado. Deberá superarse sus actuales insuficiencias, producto de décadas de mala administración y clientelismo, promover la eficiencia y la descentralización, desterrar la burocracia y las prácticas políticas deformantes, defender el interés general y la soberanía.

Sólo una adecuada gestión estatal puede otorgar un carácter verdaderamente nacional a las políticas de in-

La diferencia entre desarrollo y subdesarrollo no está sólo en cuánto gasta el Estado, sino también en cómo lo gasta.
En el Uruguay, se destina sólo un 24,3% a enseñanza, cultura y salud, mientras que un 26% de los recursos del Estado se gastan en defensa e intereses de la deuda externa

URUGUAY Y EL MUNDO

RELACION GASTO PUBLICO - PBI
COMPARACION INTERNACIONAL - AÑO 1989

PAIS	RELACION GASTO PUBLICO - PBI EN PORCENTAJES
ESTADOS UNIDOS	23,0
CANADA	23,1
URUGUAY	25,8
ALEMANIA	29,0
FINLANDIA	29,3
BRASIL	30,6
CHILE	32,5
ESPAÑA	34,3
REINO UNIDO	34,6
AUSTRIA	39,3
SUECIA	40,6
DINAMARCA	41,8
FRANCIA	42,6
NORUEGA	42,7
NUEVA ZELANDIA	45,9
ITALIA	47,9
BELGICA	50,7
HOLANDA	54,5

RELACION INGRESOS CORRIENTES DEL GOBIERNO CENTRAL - PBI
COMPARACION INTERNACIONAL AÑO 1989

PAIS	RELACION INGRESOS CORRIENTES - PBI EN PORCENTAJES
ESTADOS UNIDOS	20,1
CANADA	20,2
URUGUAY	24,3
ALEMANIA	29,0
ESPAÑA	29,4
CHILE	30,8
FINLANDIA	31,1
AUSTRIA	34,9
REINO UNIDO	35,6
ITALIA	38,2
FRANCIA	40,9
BRASIL	42,0
DINAMARCA	42,3
NORUEGA	43,3
NUEVA ZELANDIA	43,5
BELGICA	43,7
SUECIA	44,4
HOLANDA	49,0

FUENTE: "WORLD DEVELOPMENT REPORT 1991", PUBLICACION DEL FONDO MONETARIO INTERNACIONAL

Suplemento especial de [illegible] socialista,
sobre un trabajo del Departamento de Programa
Febrero de [illegible]

Publicación del Partido Socialista
Casa del Pueblo - Soriano 1218 - Montevideo, Uruguay
Impreso en Acuarela, Ituzaingó 1527. D.L. [illegible]

¿DIRAN QUE SON SLOGANS?

ANALISIS DEL GASTO GLOBAL - DISTRIBUCION POR INCISOS

Inciso	%
1. PODER LEGISLATIVO	1,7%
2. PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA	1,3%
3. MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	**13,1%**
4. MINISTERIO DEL INTERIOR	**7,2%**
5. MINISTERIO DE ECONOMIA Y FINANZAS	2,5%
6. MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES	2,0%
7. MINISTERIO DE GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA	1,7%
8. MINISTERIO DE INDUSTRIA Y ENERGIA	0,3%
9. MINISTERIO DE TURISMO	0,2%
10. MINISTERIO DE TRANSPORTE Y OBRAS PUBLICAS	8,2%
11. MINISTERIO DE EDUCACION Y CULTURA	**2,3%**
12. MINISTERIO DE SALUD PUBLICA	**7,2%**
13. MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL	0,9%
14. MINISTERIO DE VIVIENDA	0,0%
16. PODER JUDICIAL	1,6%
17. TRIBUNAL DE CUENTAS	0,2%
18. CORTE ELECTORAL	0,4%
19. TRIBUNAL DE LO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO	0,0%
25. ADM. NACIONAL DE LA ENSEÑANZA PUBLICA (ANEP)	**11,2%**
26. UNIVERSIDAD	**3,6%**
27 INSTITUTO NACIONAL DEL MENOR (INAME)	1,6%
TRANSFERENCIAS	19,7%
INTERESES Y COMISIONES DE LA DEUDA EXTERNA	**13,1%**
TOTAL	100,0%

¿DE DONDE OBTIENE RECURSOS?

En lo referente a los ingresos se destaca la fuerte incidencia del IVA (38,2% del total), IMESI (17,1%), recargos a las importaciones (9,1%) e impuesto a las retribuciones personales (8,3%). En conjunto, **estos cuatro gravámenes que afectan muy duramente a la producción y al consumo representaron el 72,7% del total de recursos del Estado.**

Finalmente, cabe consignar que en 1990 el déficit fiscal del sector público representó un 1,6% del PBI, menos de un tercio del porcentaje correspondiente a 1989, en que se situó en un 5,1% del PBI. Esta drástica reducción del déficit se logró mediante una importante contracción del gasto del sector público, cuya participación en el PBI en 1990 se situó en un 18,8% (casi 4 puntos menos que en 1989), consecuencia directa de la rígida aplicación de una política restrictiva del gasto público social, fuertemente condicionada por imposiciones externas.

Todas estas variaciones en la estructura del gasto público registradas en los últimos tiempos no hacen más que reflejar el nuevo rol asignado al Estado en la distribución de los recursos: un claro retroceso que compromete los ingresos y las condiciones de vida de nuestro pueblo.

Pese a ello, sigue siendo privilegiado el papel distributivo jugado por el gasto público social, asignando una porporción mayor de los recursos a los sectores de menores ingresos.

Un trabajo elaborado por el Centro de Investigaciones Económicas, CINVE, permite visualizar la incidencia de la actividad estatal en la distribución del ingreso, a través de un estudio sobre los servicios que absorben la mayor parte del gasto público social (educación, salud, agua potable y alcantarillado y seguridad social).

La investigación mencionada apunta a determinar el beneficio obtenido por las familias receptoras de esos servicios en el año 1982, ordenando a las familias en función del ingreso per cápita. Para la cuantificación del beneficio percibido por cada núcleo familiar se consideró el número de integrantes que concurrían a centros de enseñanza, el número de prestaciones de salud recibidas, el agua consumida y la cobertura del servicio de alcantarillado, y el monto percibido por concepto de seguridad social.

La distribución del ingreso familiar per cápita en 1982 indicaba que el 20% de las familias de menores recursos absorbían sólo un 7,2% del ingreso total, mientras que el 20% más pudiente recibía el 46,3%.

En contraste con esta situación, la distribución del beneficio percibido en materia de educación establecía que el 20% de las familias más pobres recibían un 31,4% del gasto público en educación, mientras el 20% de mayores recursos captaban un 13,4%. De esta forma, el sector más carenciado lograba que su participación en el gasto en educación cuadruplicara a la correspondiente en el ingreso total, mientras que los sectores más ricos reducían la suya en más de un 70%.

En salud, el 20% más pobre recibía un 34% del gasto, y el 20% más rico recibía un 11,8%, con lo que el sector de menores recursos lograba casi quintuplicar su participación en el ingreso total.

En agua potable y alcantarillado el 20% más carenciado percibía un 18% del beneficio (dos veces y media su participación en el ingreso), y el 20% de mayores recursos un 21,2%.

Por último, en seguridad social el sector más pobre recibía 10,3% del beneficio (43% más que su participación en el ingreso), y el sector más rico un 31% (33% menos que en el ingreso). En este caso la distribución del beneficio resulta menos positiva que en los analizados precedentemente, a causa de la reducción sufrida por las pasividades y de la relación que guardan estas últimas con los ingresos durante el período de actividad. Pese a ello, es más equitativa que la distribución del ingreso, y tiene una importante incidencia sobre su total, al manejar un volumen relativamente alto de recursos.

De todas estas consideraciones pueden extraerse algunas conclusiones. Pese a la readecuación del aparato estatal verificada en las últimas tres décadas, el efecto distributivo del gasto público social sigue siendo muy importante, contrarrestando el carácter profundamente regresivo de la distribución del ingreso total.

La actividad estatal en áreas de vital importancia contribuyó decisivamente a la implementación de políticas tendientes a una asignación de recursos más justa, posibilitando una mejora en las condiciones de vida de gran parte de nuestra población.

En este marco, la concreción de la actual ofensiva privatizadora representa, lisa y llanamente, una drástica reducción del gasto público social, con las consecuencias previsibles de una mayor concentración del ingreso y una agudización de los problemas que hoy angustian a múltiples sectores sociales.

AUMENTOS EN LAS EXPORTACIONES E IMPORTACIONES

El plan a tres años para el FMI

El programa económico de Domingo Cavallo, presentado al Fondo Monetario para conseguir el préstamo que abra las puertas al Plan Brady, anticipa que desde el '94 no habrá más ingresos por privatizaciones. Sin embargo, el proyectado incremento en la recaudación tributaria compensaría la existencia de ventas estatales, según los cálculos de Economía. De esas cifras se desprende también que no se prevén déficit comerciales en los próximos 36 meses.

LA ECONOMIA QUE VIENE

[illegible]

[illegible]	1991 II semestre anualizado	1992	1993	[illegible]
Superávit operativo	2.306	2.371	2.685	[illegible]
Privatizaciones	3.052	1.985	350	[illegible]
Superávit primario	5.358	4.356	3.035	[illegible]

Infografía CLARIN

Las proyecciones económicas sobre el futuro de la economía argentina en los próximos tres años, presentadas al Fondo Monetario Internacional (FMI) por el secretario de Programación Juan José Llach, prevén que los superávit operativos (diferencia entre recursos y gastos del sector público) serán de U$S 2.371 millones en este año, U$S 2.685 millones en 1993 y U$S 2.729 millones en 1994. Pero también comprometen un aumento de las exportaciones —de U$S 12.000 millones en este año a U$S 14.000 millones en el '94— y de las importaciones —de U$S 9.000 a 13.000 millones—, en el mismo período.

Como ya lo anticipó Clarín, el propósito de Domingo Cavallo sería que el préstamo de facilidades ampliadas, solicitado al Fondo tras la presentación de las mencionadas proyecciones, tenga vigencia desde el 1º de enero, aprovechando los buenos números de ejecución fiscal (incluyendo privatizaciones) del cuarto trimestre de 1991. De esta manera, se propondrá usar las cifras del stand by comprometidas para el primer trimestre de 1992 como base del acuerdo, aunque extendidas hasta junio, abarcando un semestre.

Ello se debe a que el superávit acordado de 600 millones de dólares para este trimestre es difícil de cumplir, dado que hay que pagar los aguinaldos, que fueron "pateados" a fines de diciembre, junto con los salarios también postergados. Por lo tanto, en enero habrá déficit operativo por alrededor de 200 millones de dólares o más.

Estas cifras y comentarios aparecen en el segundo informe de 1992 publicado por M&S Consultores (Carlos Melconian y Rodolfo Santángelo).

Al tener en cuenta el resultado operativo del segundo semestre, que ascendió a 1.153 millones de dólares (anualizado significan 2.306 millones, es decir, alrededor de 200 millones mensuales), el Gobierno prometió al FMI una sucesión de superávit operativos similares: 2.371 millones en 1992, 2.685 millones en 1993 y 2.729 millones en 1994.

Pero con ello se consigue algo más importante: el superávit primario merma, por irse acabando las privatizaciones (es decir, se terminan las "joyas de la abuela"), pero igualmente "no pasa nada, no es gravoso", afirman los autores del trabajo. De tal manera, y paulatinamente, solo con el superávit operativo alcanzaría para honrar normalmente los vencimientos netos de deuda interna y externa.

Aun así, eso se notará recién en 1993 y 1994, ya que 1992 será todavía un año de fuertes ingresos por privatizaciones: 1.985 millones de dólares que, sumados a los 2.371 de superávit operativo, arrojan un superávit primario de 4.356 millones. Pero en 1993 los ingresos previstos por privatizaciones bajan a 350 millones y en 1994 llegan a cero, con lo que el superávit operativo previsto para ese año (2.729 millones) es idéntico al primario.

Brady: necesitarán u$s 3.900 millones

La proyección que efectuó el Palacio de Hacienda para ingresar al Plan Brady parte de la necesidad de reunir un "paquete" de 3.900 millones de dólares para establecer garantías apropiadas. De ese monto, 500 millones podrán salir de las reservas del Banco Central (aunque Cavallo lo desmintió) y 3.400 millones se conseguirán de financiamiento extraordinario de organismos internacionales.

De tal manera, habrá que afrontar vencimientos externos netos por 5.800 millones de dólares, de los que se podrá conseguir financiamiento ordinario por 1.800 millones, de modo que el esfuerzo neto será de U$S 4.000 millones. A ello hay que agregar el pago de 1.300 millones para atender la deuda interna. De ahí la necesidad de obtener un superávit fiscal de 4.356 millones, que está contemplado para 1992, quedando un remanente de 900 millones que provendrán de la colocación de deuda y emisión de nuevos bonos.

♦ Privatizaciones

El estudio también avanza en el detalle de las grandes privatizaciones de 1992, que importan en realidad más de 2.800 millones de dólares, pero el 30% de esa suma se destina al sistema de seguridad social. [illegible] tanto quedan 1.985 millones para [illegible] fiscales.

● Petróleo: se obtendrán U$S [illegible] venta de las [illegible]

● Energía: el ingreso llegará a [illegible] venta de centrales de [illegible] y [illegible]

● Transporte y distribución de Gas [illegible] portará U$S 600 millones.

● Bancos, líneas marítimas y [illegible] otros: los bienes de esa empresa estatal [illegible] millones. La licitación de [illegible] que aportará un ingreso de U$S [illegible] otros conceptos, entre ellos Banco Hipotecario [illegible] y venta de inmuebles, otros 100 millones [illegible]

En anteriores proyecciones oficiales se [illegible] caudar por Gas del Estado 1.200 millones, [illegible] ahora a 600 millones, pero a cambio toma [illegible] tancia relativa la venta de [illegible] por [illegible] nes. En el caso del Banco Hipotecario, se [illegible] rar préstamos por 100 millones, y la venta [illegible] Telecom es neta de la devolución del [illegible] 300 millones y de comisiones pagadas, [illegible] yen ingresos por la venta del 10% [illegible] los empleados de las empresas a precio [illegible]

♦ Tipo de cambio e inflación

Según las planillas que llevó Llach y que [illegible] M&S, se prevé mantener el tipo de cambio [illegible] peso igual a un dólar, durante los próximos [illegible] que la tasa de inflación por precios [illegible] minoristas y 50 mayoristas) oscile entre 8 y [illegible] crecimiento del PBI se proyecta al 6,0% [illegible] uno de los tres años y también se calcula [illegible] de las exportaciones, de 12 mil millones [illegible] 1992 a 14 mil millones en el '94, como [illegible] importaciones, de 9 mil a 13 mil millones.

El programa centra su acción en el [illegible] recaudación fiscal, a pesar de que hay [illegible] puestos que se reducen o eliminan, [illegible] los débitos que cae del actual 1,2% a [illegible] 1993 y desaparecerá en junio, y la [illegible] de aportes patronales y el [illegible] nancieros (Granos). También [illegible] los sellos en 1993 y el 1,5% [illegible] nos agrícolas para el INTA.

A cambio, se instituye el [illegible] dente Primario de las [illegible] recaudará 5.357 millones de [illegible] 1992 (pues entraría en vigencia en [illegible] aprueba), en 1993, en todo el año, [illegible] millones en el '94.

Por su lado, finalmente, el IVA [illegible] millones de dólares en 1992, incluyendo [illegible] destina al Sistema Único de Seguridad [illegible] pero trepando a 14.386 millones de dólares [illegible]

Como consecuencia directa de la desregulación

Tendencia de fuerte crecimiento de la producción petrolera

La Nac. 17/1/92

Producción petrolera nacional (en metros cúbicos)		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total YPF	20.624.610	24.883.831
[illegible]		
Metros cúbicos diarios	77.866	78.765
[illegible]		
Total YPF	1.507.085	1.738.716
[illegible]		
Metros cúbicos diarios	81.947	88.741

La producción petrolera nacional registra un nivel de actividad en la extracción de crudo que alcanzó, en noviembre último, a 81.947 metros cúbicos diarios, [illegible] a los 20 [illegible].

[illegible] de [illegible] del Instituto [illegible] del Petróleo atribuyen [illegible] desregulación aplicada en el [illegible], se superará por primera vez el récord de producción obtenido en 1981, con 28.852.000 metros cúbicos.

Una de las facetas más interesantes del cambio producido por la desregulación, según opinión del ingeniero [illegible] Jorge Bocchi, [illegible] [illegible] extraído en todo el país, en tanto las compañías privadas generan el porcentaje restante.

Al analizarse la evolución que registra la actividad de esa industria se puede apreciar, por ejemplo, que en octubre de 1989 YPF el promedio diario de la producción [illegible] de 78.765 metros cúbicos, mientras que en noviembre último superó los 81.900 metros cúbicos.

Especialmente en los meses que transcurren desde mediados de año la extracción de crudo supera en un 6 por ciento promedio los niveles registrados el año anterior. 01-01

Próxima licitación

La próxima licitación del área petrolera Tierra del Fuego, [illegible] las reservas de la cuenca Austral, podría ahora tener un [illegible] de eventuales interesados.

Cabe recordar que en esa [illegible] YPF fijó en 152.721.000 de dólares el monto mínimo que debía superarse para adjudicarse la posesión de esas reservas.

Entre las ofertas [illegible] ofreció pagar [illegible] Total [illegible] Tecpetrol [illegible] en [illegible] 70 % de las reservas del área Tierra del Fuego.

[illegible] el fracaso de esa convocatoria, [illegible] se acordó licitar [illegible] las áreas Tierra del Fuego y Santa Cruz II, mientras que Santa Cruz I pasó a ser propiedad de la Compañía General de Combustibles.

La prosecución de la licitación de la cuenca Austral acentuará el papel que desempeña el capital privado en la actividad petrolera, por cuanto acrecentará el volumen de crudo de libre disponibilidad.

Ernesto De Paola

19203104

Nº DOCUMENTO

TITULO Postergan para enero pago de aguinaldo a pasivos y estatales.

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE [illegible] 17/12/91

VINCULACION 10033
11161
11392

ENTR. [illegible]
CRUZ [illegible]

Buenos Aires, martes 17 de diciembre de 1991

LA MEDIDA AFECTA A CASI 4 MILLONES DE PERSONAS

Postergan a enero el aguinaldo para jubilados y estatales

Jubilados, pensionados y trabajadores de la administración pública recién cobrarán el aguinaldo en los primeros días de enero. Hasta ahora, lo percibían antes de fin de año. La noticia fue difundida ayer por el ministro Cavallo, en una conferencia de prensa que había sido convocada para informar sobre la exitosa licitación en las acciones telefónicas.



En una medida extrema el Gobierno decidió que todos los jubilados y pensionados cobrarán el aguinaldo en los primeros días de enero. Igual suerte correrán todos los trabajadores de la administración pública.

La resolución rompe con una tradición en la Argentina de las últimas décadas que consiste en que el aguinaldo se pague antes de fin de año.

♦ **Anuncios**

El anuncio lo realizó anoche el ministro de Economía, Domingo Cavallo, quien también precisó los alcances en los cambios [illegible] de los [illegible] públicos y los haberes la clase pasiva.

• Una parte de los trabajadores estatales percibirán su salario como corresponde el último día hábil de diciembre, es decir el próximo 29, dado que el 30, por lo general, hay feriado administrativo.

Pero no todos los empleados públicos tienen garantizado cobrar antes de fin de año. El propio ministro Cavallo lo dijo: "Pagaremos en fecha en la medida que podamos. Aquellos que no cobren, percibirán su salario en los primeros días de enero".

• Los jubilados y pensionados cobrarán su haber de diciembre entre el 3 y el 4 de enero. Los plazos de cobro se achican entre dos y tres días, porque ahora las cajas extendían los pagos hasta el 16 o el 17 de cada mes.

• Tanto los trabajadores estatales como la clase pasiva [illegible]cional en el cuarto trimestre del año.

Cavallo intenta recomponer el desequilibrio con cuatro medidas:

• Esta postergación en el pago de aguinaldos a jubilados y empleados estatales.

• Traslado de buena parte de pago de sueldos para enero. Se calcula que la erogación por aguinaldos que contablemente pasa a enero es de 350 millones de dólares, y por salarios unos 200 millones de dólares.

• Ingresos por la venta de acciones de Telefónica. El Gobierno tuvo éxito y recibió más fondos que los [illegible] utilizados para cancelar rojos del Sistema de Seguridad Social (véase pág. 2).

• Ingresos por venta de áreas petroleras. Se calculaban más de 400 millones de dólares, y en la licitación de ayer solo se obtuvieron 55 (véase información en páginas 4 y 5).

♦ **Preguntas**

En un momento de la reunión con los periodistas, el ministro, respondió una serie de preguntas realizadas por Clarín y fue entonces cuando detalló los alcances de la drástica decisión.

Cavallo había dicho que parte de los fondos de la venta de acciones telefónicas van a permitir "acortar los plazos de pago a los jubilados y pensionados". "No puedo avanzar porque no está con nosotros el subsecretario de Seguridad Social Walter Schulthess", dijo.

gramas de pago a los jubilados".

"Bueno... yo les voy a decir". Allí precisó cada uno de los anuncios, sin consultar a Schulthess. Intentó darle un argumento positivo a la severa medida que implica una postergación de pagos.

Pero todo se desvaneció rápido. Los hiperactivos periodistas de las agencias y las radios saltaron de su silla, mientras un colega preguntaba: "Usted dice que esta medida beneficia a los jubilados. ¿Pero si hasta ahora siempre cobraban el aguinaldo antes de la Navidad?"

9203105

01 - 02

sión cobrarían el aguinaldo a partir del 3 de enero. Algunas cajas pagarán el aguinaldo hasta el 14 de enero.

• La clase pasiva cobrará sueldos y aguinaldo juntos en enero. La mayoría percibe 150 dólares de sueldo y 75 dólares de medio aguinaldo, un total de 225 dólares.

Los afectados por la medida del Gobierno se acercan a 4 millones de personas, entre jubilados y personal estatal en actividad.

La drástica decisión pone en evidencia graves problemas en las cuentas de la Tesorería.

El comportamiento fiscal completo no es suministrado desde hace tiempo por el Palacio de Hacienda, lo cual hace imposible conocer la exacta situación fiscal. Pero una [illegible]

El ministro siguió con las colocaciones de ENTel. En un momento Schulthess ingresó al recinto donde se hacía la conferencia de prensa y fue el director del Banco Central, Pedro Pou, quien le cedió el asiento en la cabecera.

—Ministro. Ahora que está Schulthess, ¿puede detallar cómo se amortizarán los planes, [illegible]

Cavallo dudó. Hubo un silencio. Lo miró a Schulthess y dijo: "Bueno... [illegible]".

El [illegible] volvió a su [illegible]. [illegible]

02-02

9203105

Buenos Aires, martes 17 de diciembre de 1991 ★ CLARIN

Contra todas las previsiones, no pudieron ser privatizadas ayer dos de las tres áreas petroleras de YPF en la Cuenca Austral. De los seis grupos que presentaron ofertas para adquirir el 70% de las reservas de petróleo y gas, sólo uno superó la base fijada por YPF. Se trata del consorcio Quintana Petroleum-Marc Rich-CGC, que ofertó 55 millones de dólares por la zona Santa Cruz I. El Ministerio de Economía aspiraba a ingresar entre 400 y 600 millones de dólares por estas áreas. El fracaso de la venta complica ahora las metas pactadas con el FMI.

FUE ADJUDICADO

Fracasó la venta

CUENCA AUSTRAL

La venta de dos de las tres áreas de la cuenca petrolera Austral quedó ayer desierta porque ninguno de los seis consorcios que se presentaron superaron el precio base fijado por el directorio de YPF para la venta del 70 % de las reser-

LAS OFERTAS PRESENTADAS

En dólares	Santa Cruz I	Santa Cruz II	Tierra del Fuego	3 áreas en conjunto
PEREZ COMPANC	—	70.012.120	108.021.210	267.121.000
BRIDAS	27.000.000	40.000.000	65.000.000	132.000.000
ASTRA	—	—	—	264.500.000
TECPETROL	54.900.007	106.900.007	96.900.007	—
QUINTANA -CGC- M.R.	55.011.055(*)	—	—	—
TOTAL AUSTRAL-SHELL	—	—	50.500.000	—

Infografía CLARIN

UN SOLO YACIMIENTO

de dos áreas petroleras

vas de crudo y gas. Del paquete en danza, únicamente se adjudicó la zona Santa Cruz I por 55.011.055 dólares al consorcio Quintana Petroleum Corporation, Marc Rich y Compañía General de Combustibles.

El resultado del concurso petrolero da por tierra con las previsiones fiscales del Ministerio de Economía, según las cuales 356 millones de dólares como mínimo iban a estar disponibles antes de fin de año. Ese era el piso de ofertas que YPF estaba dispuesta a aceptar. La falta de ingreso de estos montos complica ahora el pago de aguinaldos en el Estado y las metas fiscales pactadas con el FMI.

"Todos aprenderemos de esta experiencia", dijo después de casi 10 horas de accidentado trámite licitatorio, el presidente de YPF, José Estenssoro. Acababa de terminar en un fracaso el cuarto intermedio de cuatro horas delineado para que los oferentes mejoraran su apuesta inicial (véase página 7). Ninguno trajo el "sobre nuevo" para equiparar las cifras fijadas por YPF (véase cuadro).

El asesor del directorio, Ricardo Zinn, invitó a los grupos que estaban en condiciones de participar del "ballottage" a entregar las nuevas ofertas. "Si algún consorcio no mejorara su propuesta anterior, les rogamos que no repitan la oferta". Cuando mencionó a Pérez Companc, directivos de la compañía dijeron que no tenían nada nuevo que agregar. Lo mismo pasó en el consorcio Total Austral-Shell, con Tecpetrol y Astra. Cuando llegó el turno de Bridas, uno de sus representantes entregó otro sobre: solamente repetían la primera oferta, sin modificación alguna. "Hablé en castellano", se enojó Zinn. "Fue innecesario y lamento que esto hubiera ocurrido", dijo Estenssoro a los representantes de Bridas con quienes mantiene una disputa por un yacimiento cercano a Tierra del Fuego. Ese litigio técnico tuvo su influencia a la hora de ponerle precio a las tres áreas.

Pero el desinterés privado —patente en la instancia del "ballottage"— tuvo otras motivaciones, como estas:

- El contrato que debían firmar en el momento de la adjudicación, tal cual lo escribió YPF.
- El compromiso de inversión en nuevos pozos.
- La ausencia del marco regulatorio para el gas a extraer.
- Las carencias de infraestructura de transporte.
- La celeridad del cronograma de venta.
- La fijación de un piso mínimo de oferta.

Oscar Vicente, de Pérez Companc, comentaba al final del acto que "este mecanismo no va". Zinn señalaba que no se aplicará un trámite similar para vender el 70 % de las reservas de la cuenca Noroeste.

Los opositores que Estenssoro tiene en el Gobierno comentaron sobre el "enojo" de Cavallo. Mencionaron como elemento de prueba la ausencia del subsecretario de Combustibles, Raúl Eduardo García.

9203106

02-02

UNA DEUDA DE 27 MILLONES DE DOLARES

Clarín 18/1.

Por falta de pago, la Argentina se queda sin votar en la ONU

A principios de mes la Argentina ingresó, por primera vez en su historia, a una lista negra de las Naciones Unidas: **la de los deudores morosos que pierden su derecho a voto por dos años.**

Por tener una deuda acumulada de 27 millones de dólares en el pago de sus aportes figuró, junto a otros **24 países**, en una lista pública y oficial de sancionados debido a ese motivo, revelaron a **Clarín** fuentes diplomáticas. Allí la Argentina aparece junto a algunos de los países más pobres del mundo como **Burkina Faso, Haití, Sierra Leona, Vietnam y Gambia.**

El embajador argentino ante la ONU, **Jorge Vázquez**, confirmó anoche a **Clarín** la noticia y responsabilizó del hecho a **"funcionarios de menor rango que creen que la Patria termina en el borde de sus escritorios"**, a quienes no identificó.

Aclaró que la partida presupuestaria para ese pago "había sido aprobada" hace tres meses por el **presidente Carlos Menem**, y los ministros de Relaciones Exteriores **Guido Di Tella**, y de Economía, **Domingo Cavallo**, pero se impidió su giro al exterior **"en un nivel burocrático intermedio"** del Gobierno.

El diplomático también se preocupó por destacar que el subsecretario técnico-administrativo de la cancillería, **Jorge Telerman**, también **"dio todos los pasos necesarios para que se concrete el pago"**, que hasta ayer seguía trabado en algún vericueto de la administración pública.

Según el artículo 19 de la carta de la ONU y las resoluciones que reglamentan el pago de las cuotas de los países miembros, la Argentina **podría volver a votar en los próximos meses temporalmente si, por lo menos, gira en forma inmediata unos 2.700.000 dólares.**

Esta deuda, que se suma a las que la Argentina tiene con otros organismos internacionales, comenzó a originarse a fines de la década del '70 cuando el país empezó a tener problemas en su balanza de pagos. Hasta ahora era común este tipo de atrasos, pero **nunca se había llegado al extremo de perder el derecho a voto en el más importante de los foros internacionales.**

La sanción tendrá consecuencias inmediatas. Por ejemplo, la delegación argentina *no* podrá votar el 4 de febrero en la elección de los nuevos miembros del Comité de la Mujer para respaldar a su candidata, la senadora **Liliana Gurdulich de Correa.**

Y también tiene sus paradojas: la realidad puso al país en el mismo nivel que otras **naciones en vías de desarrollo con problemas financieros**, más allá de la decisión del Gobierno de retirar a nuestro país del Movimiento de No Alineados, proclamando la intención de ingresar al Primer Mundo.



Jorge Vázquez, embajador en Naciones Unidas, y el canciller Guido Di Tella. La deuda con la ONU impide votar por dos años.

Daniel Santoro



Aprobó el FMI las metas fiscales

El Fondo Monetario Internacional (FMI) aprobó la gestión [illegible] el primer [illegible] en materia fiscal durante el último trimestre, [illegible].

Con la luz verde del FMI, la Argentina se hizo acreedora a un nuevo desembolso que, esta vez, se incluirá dentro del acuerdo de facilidades extendidas que actualmente negocia una misión de la cartera económica en Washington.

Un funcionario que participa en las conversaciones con el organismo internacional afirmó que "no hubo objeciones" al programa ejecutado en el cuarto trimestre de 1991 y que el acuerdo de facilidades ampliadas tendrá una "fecha valor" desde el 1º de enero de este año.

Según trascendió, la delegación que encabeza el secretario de Programación Económica, Juan Llach, logró "avances sustanciales" en las gestiones ante el FMI que quedarían concluidas en su faz técnica a principios de febrero.

Llach regresará mañana al país para informar al ministro Cavallo y luego partirá nuevamente a Washington para cerrar la negociación. Lo acompañarán el presidente del Banco Central, Roque Fernández, y el secretario de Hacienda, Ricardo Gutiérrez.

(Más información en la Pág. 12)

[illegible]	[illegible]
Superávit primario	[illegible]
Superávit operativo	[illegible]
Ingresos por privatizaciones	[illegible]

Habría en marzo un desembolso del FMI

Facilidades ampliadas: fuentes del equipo económico destacaron que el 7 de febrero próximo estaría concluido el borrador de la carta de intención.

La Argentina recibiría un desembolso del FMI a fin de marzo próximo, inmediatamente después de que se apruebe el acuerdo de facilidades extendidas.

Así lo afirmó una alta fuente de la cartera económica, al destacar que las negociaciones que encabeza en Washington el secretario de Programación Económica, Juan Llach, registraron un avance sustancial.

Tras más de una semana de discusiones técnicas, los enviados del Ministerio de Economía alcanzaron tres objetivos precisos, según informó un alto funcionario oficial:

- El FMI aprobó lo actuado en el cuarto trimestre de 1991. Según las cifras oficiales, se sobrepasaron las metas fiscales.
- El organismo internacional no opuso objeciones al planteo argentino de que las facilidades extendidas tengan como fecha de aplicación el 1º de enero de este año.
- No viajará una misión del FMI a la Argentina para monitorear el cumplimiento de las metas o para discutir *in situ* el programa para las facilidades extendidas.

Demoras

Si bien se agotó la discusión sobre las metas del último trimestre, algunos hechos imprevistos demoraron el debate sobre el acuerdo de facilidades extendidas, sobre el cual aún hay tela por cortar.

Las demoras, en rigor, obedecieron a hechos extraeconómicos: el fallecimiento de la madre de Ted Beza, el responsable del área latinoamericana del FMI, y una sorpresiva operación a la que debió ser sometido Armando Linde, el funcionario encargado de la negociación con la Argentina.

De todos modos, [illegible] la misión argentina en Washington [illegible] hasta que [illegible], para una [illegible].

Las fuentes [illegible] ran que el programa [illegible] cuenta la Argentina [illegible] tres años se [illegible] [illegible] [illegible] [illegible].

[illegible]

el secretario de Hacienda, [illegible] Gutiérrez, [illegible] de la carta de intención.

El 7 de febrero [illegible] FMI. Para marzo se espera [illegible] vención del directorio [illegible] aprobación hacia fines de [illegible].

Con los bancos

[illegible] viajará a los Estados Unidos para participar de la primera reunión [illegible] ya [illegible].

Para ese entonces, el [illegible] Horacio Liendo [illegible] [illegible] [illegible] la [illegible].

Con miras a los [illegible] con la banca, Llach y [illegible] ran las gestiones con los organismos internacionales para [illegible] la masa crítica de recursos que [illegible] zará el acuerdo de [illegible].

Se espera que el FMI aporte entre 1000 y 1200 millones de dólares, mientras que el Banco Mundial y el BID prestarían unos 400 millones.

El Japón quedará para una instancia posterior, porque su gobierno espera, antes que nada, un acuerdo con el FMI.

Eduardo De Simone

Los jubilados frente a la consolidación de deudas previsionales

Cuatro opciones financieras para dos millones de pasivos

[illegible] pesos, dólares o bonos son los ingredientes que ocuparán buena parte del tiempo de quienes están en la tercera edad.

[illegible] los jubilados y pensionados que se enfrentan a cuatro [illegible] para cobrar lo que el Estado les adeuda. A la [illegible] convertirse en [illegible] para hacer su elección.

Cerca de dos millones de pasivos se [illegible] con la noticia junto con el último cobro de haberes. En [illegible] la consolidación de deudas previsionales y por los próximos diez años concentrará la [illegible] de la clase pasiva.

Pago en pesos, mitad en pesos y otra parte en bonos de valor pesos, [illegible] en bonos en pesos o en bonos valor dólar son los ingredientes de un menú que desde hace una semana [illegible] las charlas de los jubilados [illegible].

[illegible] que mutilará a los [illegible] de la clase pasiva es simple: [illegible] ¿Si se opta por [illegible], el beneficiario [illegible] un 20 por ciento más de lo que se ofrece en dólares.

"Sí, claro que es más. Pero quién sabe qué va a pasar con el peso en los próximos diez años. Creo que el dólar ofrece más seguridad", fue la conclusión de una pensionada del barrio de Flores al analizar las opciones.

[illegible] marzo, cuando jubilados y pensionados hayan hecho su elección, podrá conocerse el nivel de adhesiones que recibió la nueva moneda entre los pasivos, admiten los funcionarios de Seguridad Social.

Para quienes la deuda reconocida sea inferior a los 100 pesos y la edad supere los 65 años al 31 de marzo del año último, el pago en efectivo se realizará durante el año actual, más los intereses desde abril de 1991.

A la espera de los pesos

Los que elijan el pago en pesos comenzarán a reunirse con los fondos según las asignaciones presupuestarias que realice el Congreso año tras año. En la práctica, nadie conoce con exactitud cuándo cobrará el total adeudado.

Hay un dato para tener en cuenta. Contra una deuda total de 7000 millones de pesos, los legisladores aprobaron en el presupuesto de 1992 una masa de fondos de 120 millones de pesos para destinar a los jubilados.

De todos modos, primero recibirán el pago quienes tengan deudas menores a los 1500 pesos; dentro de ese rango, los que tengan más edad y se les adeude los montos más bajos.

Por encima de los 1500 pesos, los jubilados deberán esperar un nuevo turno e igual sistema de prioridades que en el caso anterior. Primero, los de mayor edad y de menor deuda y así sucesivamente.

Para este segmento, se reconocerán intereses desde el 1º de abril del 91 hasta la fecha del último pago y la tasa sería equivalente a la de una caja de ahorro común.

El bono que viene

La segunda chance es cobrar una parte en pesos (1500 como máximo) y el resto en bonos de valor pesos, que se entregarán no más allá de abril próximo. Las prioridades de cobro en efectivo son iguales: según lo aprobado por el Congreso y luego por edad y monto adeudado.

Los bonos en pesos o en dólares son las dos últimas oportunidades que ofrece la iniciativa de consolidación de deudas previsionales.

En ambos casos, tienen diez años de plazo y devengan intereses. En pesos, es igual al de los depósitos en caja de ahorro común que publique el Banco Central y en dólares, al de Libor para los depósitos a 30 días.

Ayer, las tasas se situaron en un 8,7 por ciento y un 4,3 por ciento anual, respectivamente.

La entrega de bonos será similar a lo ocurrido con las acciones de Telefónica de Argentina. Al ser escriturales, el suscriptor recibirá una confirmación del banco en el que habitualmente cobra sus haberes en la que constará el monto.

Los Bonos de Consolidación de Deudas Previsionales cotizarán en las bolsas y mercados de valores del país y el poseedor podrá venderlos al precio que fije el mercado.

Para los especialistas, lo que en la jerga se denominan *Jubibonos* arrancarán cerca del piso y con el tiempo ganarán posiciones. Los bonos podrán utilizarse para pagar deudas con el sistema previsional o compras de empresas en privatización.

Para quien los conserve, en los primeros seis años a contar desde el 1º de abril de 1991 no podrá cobrar los intereses, pero se agregarán a su tenencia.

De no mediar cambios, el 1º de mayo de 1997 quienes apostaron a los bonos comenzarán a cobrar sus deudas en 48 cuotas mensuales y consecutivas.

Opciones f[illegible] para la t[illegible]

Una parte en pesos y una parte en bonos (valor $) | Recibirán 1500 pesos [illegible] tarios que [illegible] celado con [illegible] marzo y abril [illegible]

En [illegible] de jubilados y pensionados [illegible] rán elegir entre cuatro opciones financieras para cobrar deudas de unos 7000 millones de pesos que el Estado mantiene con los integrantes de la tercera edad desde tiempo atrás.

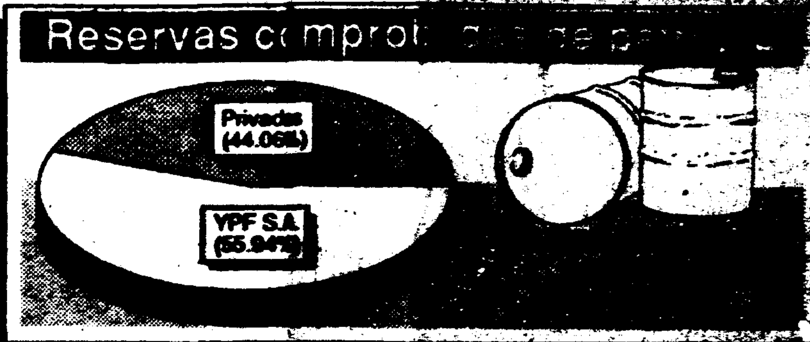
Pago en pesos, parte en efectivo [illegible]

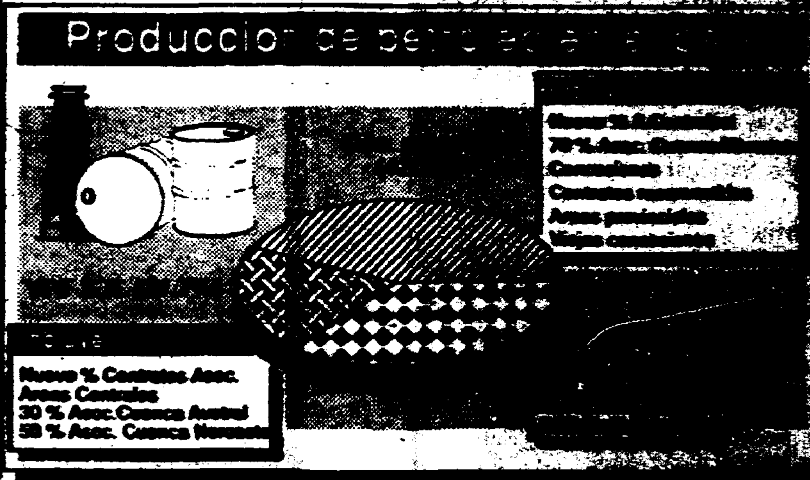
Petróleo: los cambios se notarán más este año

LN 19/1

Produccion petrolera
(En metros cúbicos)

Propietarios áreas centrales	1.109.738
Viejas concesiones	626.275
Areas cedidas a provincias	46.194
YPF (por administración)	12.771.414
YPF (contratos de riesgo)	1.878.401
Participación de YPF en contratos reconvertidos	308.568
Total general del país (once meses de 1991)	28.[illegible].916





Producción tras la desregulación, la actividad extractiva cobró un fuerte incremento e YPF mantiene todavía una participación que le permite incidir en el mercado...

Pese a los temores que inicialmente alentó sobre la industria petrolera el conflicto del Golfo Pérsico, el Gobierno aplicó desde comienzos del año pasado una audaz política de desregulación que puso fin a casi [illegible] estatal [illegible].

[illegible] ese largo período, YPF apareció ejerciendo un papel mono[illegible] aunque en la realidad [illegible] ya que nunca pudo fijar adecuadamente sus precios, además de haber sido instrumento de políticas macroeconómicas ajenas a su desenvolvimiento.

El lanzamiento de la desregulación apuntó simultáneamente a producir un alineamiento de la actividad local con el mercado mundial y a devolver [illegible] como la [illegible].

[illegible]

[illegible] durante 1991 el grueso de las inversiones se enfocaron básicamente hacia la adquisición de reservas de áreas secundarias y centrales desarrolladas por YPF, cobro que le permitió al Estado recaudar por ese concepto casi 1300 millones de dólares; las compañías se lanzaron asimismo a un vasto plan de expansión en el área de la comercialización.

Por ejemplo, la Compañía General de Combustibles comenzó la construcción de 60 estaciones de servicio duales (para el expendio de combustibles líquidos y gas natural comprimido), en tanto otras prosiguieron activamente con sus planes de exploración, como la Petrolera San Jorge y Occidental Petroleum.

Según el presidente del Instituto Argentino del Petróleo, ingeniero Eduardo Jorge Rocchi, luego de varios meses de lanzado el proceso de apertura se comenzó a registrar un fuerte incremento en la producción de hidrocarburos, cuyo ritmo actual supera los 82.000 metros cúbicos diarios, cifra que anualizada dará un volumen superior a los 30.000.000 de metros cúbicos.

-En cuanto a los beneficios esperados de la desregulación, ¿qué aspectos quedaron todavía inconclusos?

Falta el marco regulatorio para el sector gasífero. Esperamos que con la convocatoria a sesiones extraordinarias efectuada el viernes último por el Poder Ejecutivo [illegible] un [illegible] parlamentario.

Pero, lo más importante es que la desregulación permitirá mejorar la performance de rendimiento de los yacimientos, tendencia que ya lo demuestran las cifras de la producción.

En ese aspecto en el país queda todavía mucho por hacer. En los Estados Unidos las compañías extraen alrededor del 40 % del petróleo in situ, en tanto aquí apenas se logra recuperar entre el 18 y el 20 % de las reservas.

No obstante, en la Argentina existen ejemplos de adecuada explotación, tal como es el caso del Cerro Bandera que opera Bridas para YPF, o La Ventana que trabaja Occidental, también para la petrolera estatal.

Si el país logra obtener los índices de recuperación secundaria o asistida que se alcanzan en los Estados Unidos podría llegar a extraerse tanto crudo como el que se produjo desde el descubrimiento de Comodoro Rivadavia, allá por 1907, lo cual quitaría dramaticidad al tema de la falta de un adecuado horizonte de reservas.

Función de YPF

- En todo este panorama de cambios, ¿cuál será el papel de YPF?

La desregulación [illegible] un cambio tremendo pero YPF, con una participación del orden del 30 % en la producción de crudo, dispone de una capacidad importante para incidir en el mercado.

Además, últimamente adquirió una mayor fuerza profesional.

-¿La dotación de su personal no parece [illegible] con su actual [illegible]?

-En octubre de 1990 YPF tenía 37.[illegible] agentes. En igual fecha de 1991 bajó a 24.7[illegible] agentes, lo cual significa una reducción de [illegible] personas.

-¿Qué factores retrasan la sanción de la ley de transformación de YPF en sociedad anónima?

El principal obstáculo es la composición societaria de YPF. Además, el problema está asociado con los litigios que mantienen las provincias petroleras con el Estado nacional por la liquidación de las regalías. Son acreedores [illegible] por [illegible] dadas [illegible] por las [illegible] YPF.

-¿La [illegible] algún [illegible]?

Sí, existen [illegible] lado del transporte. La [illegible] bilidad supone [illegible] der disponer del [illegible] posibilidad de que [illegible] barquen en tiempo [illegible] cuando el crudo no [illegible] libre disponibilidad [illegible] letra muerta.

Ya es hora de que las [illegible] miencen a planificar [illegible] nuevas obras en Caleta [illegible] o Caleta Olivia, para evitar que todo cuello de botella en el transporte se traslade aguas arriba en el área de la producción.

- El autoabastecimiento fue en la práctica sinónimo de escasez, ¿la desregulación qué reportó en definitiva?

Es cierto, el autoabastecimiento se tradujo en escasez. En cambio, la desregulación [illegible] todos [illegible] concretas y [illegible].

Además, la [illegible] más de la [illegible] fue [illegible].

Según [illegible] Energía en 1992 el consumo mundial aumentará un 1 por ciento, y el valor del crudo de referencia (West Texas Intermedio) oscilará entre 20 y 22 dólares, lo cual permite descartar mayores sorpresas en los precios.

Ernesto De Pa[illegible]

9201 3110

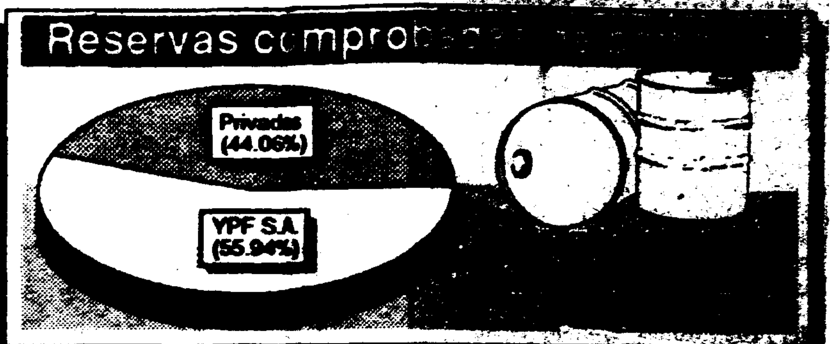
Petróleo: los cambios se notarán más este año

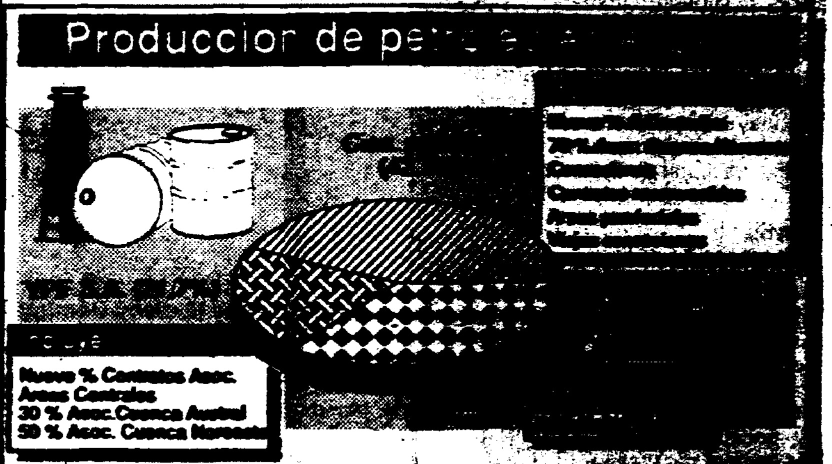
LN 19/1

Produccion petrolera

(En metros cúbicos)

[illegible]	
Propietarios áreas centrales	1.109.738
[illegible]	[illegible]
Viejas concesiones	628.275
[illegible]	[illegible]
Areas cedidas a provincias	46.194
[illegible]	[illegible]
YPF (por administración)	12.771.414
[illegible]	[illegible]
YPF (contratos de riesgo)	1.878.401
[illegible]	[illegible]
Participación de YPF en contratos reconvertidos	308.568
[illegible]	[illegible]
Total general del país (once meses de 1991)	26.693.916





Producción tras la desregulación, la actividad extractiva cobró un fuerte incremento e YPF mantiene todavía una participación que le permite incidir en el mercado.

Pese a los temores que inicialmente alentó sobre la industria petrolera el conflicto del Golfo Pérsico, el Gobierno aplicó desde comienzos del año pasado una audaz política de desregulación que puso fin a casi seis décadas de rígido control estatal.

Durante ese vasto período, YPF apareció ejerciendo un papel monopólico, aunque en la realidad actuó ya que nunca pudo fijar adecuadamente sus precios, además de haber sido instrumento de políticas macroeconómicas ajenas a su desenvolvimiento.

El lanzamiento de la desregulación apuntó simultáneamente a producir un alineamiento de la actividad local con el mercado mundial y a devolver al capital privado un papel central en el esfuerzo inversor que exige una industria de riesgo como la petrolera.

Comercialización

Si bien durante 1991 el grueso de las inversiones se enfocaron básicamente hacia la adquisición de reservas de áreas secundarias y centrales desarrolladas por YPF –rubro que le permitió al Estado recaudar por ese concepto casi 1300 millones de dólares–, las compañías se lanzaron asimismo a un vasto plan de expansión en el área de la comercialización.

Por ejemplo, la Compañía General de Combustibles comenzó la construcción de 60 estaciones de servicio duales (para el expendio de combustibles líquidos y gas natural comprimido), en tanto otras prosiguieron activamente con sus planes de exploración, como la Petrolera San Jorge y Occidental Petroleum.

Según el presidente del Instituto Argentino del Petróleo, ingeniero Eduardo Jorge Rocchi, luego de varios meses de lanzado el proceso de apertura se comenzó a registrar un fuerte incremento en la producción de hidrocarburos, cuyo ritmo actual supera los 82.000 metros cúbicos diarios, cifra que anualizada dará un volumen superior a los 30.000.000 de metros cúbicos.

–En cuanto a los beneficios esperados de la desregulación, ¿qué aspectos quedaron todavía inconclusos?

Falta el marco regulatorio para el sector gasífero. Esperamos que con la convocatoria a sesiones extraordinarias efectuada el viernes último por el Poder Ejecutivo ese tema reciba un preferente tratamiento parlamentario.

Pero, lo más importante es que la desregulación permitirá mejorar la performance de rendimiento de los yacimientos, tendencia que ya lo demuestran las cifras de la producción.

En ese aspecto en el país queda todavía mucho por hacer. En los Estados Unidos las compañías extraen alrededor del 40 % del petróleo in situ, en tanto aquí apenas se logra recuperar entre el 18 y el 20 % de las reservas.

No obstante, en la Argentina existen ejemplos de adecuada explotación, tal como es el caso del Cerro Bandera que opera Bridas para YPF, o La Ventana que trabaja Occidental, también para la petrolera estatal.

Si el país logra obtener los índices de recuperación secundaria o asistida que se alcanzan en los Estados Unidos podría llegar a extraerse tanto crudo como el que se produjo desde el descubrimiento de Comodoro Rivadavia, allá por 1907, lo cual quitaría dramaticidad al tema de la falta de un adecuado horizonte de reservas.

Función de YPF

- En todo este panorama de cambios, ¿cuál será el papel de YPF?

La desregulación impuso un cambio tremendo para YPF, con una participación del orden del 30 % en la producción de crudo, dispone de una capacidad importante para incidir en el mercado.

Además, últimamente adquirió una mayor fuerza profesional.

–¿La dotación de su personal no parece desproporcionada con su actual producción?

–En octubre de 1990 YPF tenía 37.132 agentes. En igual mes de 1991 bajó a 24.774 agentes, lo cual significa una reducción de 12.358 personas.

–¿Qué factores retrasan la sanción de la ley de transformación de YPF en sociedad anónima?

El principal obstáculo es la composición societaria de YPF. Además, el problema está asociado con los litigios que mantienen las provincias petroleras con el Estado nacional por la liquidación de las regalías. Son [illegible]

[illegible] YPF.

–¿La desregulación [illegible]

Sí, [illegible] todo el [illegible]

[illegible] Cañadón Seco, [illegible] cambio de botella en el transporte [illegible] traslado aguas arriba en el área de la producción.

– El autoabastecimiento fue en la práctica sinónimo de escasez, ¿la desregulación que aportó en definitiva?

Es cierto, el autoabastecimiento se tradujo en escasez. En cambio, la desregulación funcionó y trajo los resultados esperados. Las inversiones son concretas y muy relevantes.

Además, la producción aumentó más de lo inicialmente esperado. Inclusive la evolución de los precios fue satisfactoria.

Según la Agencia Internacional de Energía en 1992 el consumo mundial aumentará un 1 por ciento, y el valor del crudo de referencia (West Texas Intermedio) oscilará entre 18 y 22 dólares, lo cual permite descartar mayores sorpresas en los precios.

Ernesto De Paola

Cuadro de situación en fabricaciones militares

150025

19/1/92

10033

11161

11312

● Personal: 7226 agentes

Alto déficit en las fábricas militares

9203111

ENTRADO

CRUZADO

01/01

06

ARCHIVO

C.G.E.
E.M.E.

HOJA DE TRAMITE No. 29/IAA/92

Destino: SEÑOR JEFE DEL DPTO. II DEL E.M.E

Fecha: 23 de abril de 1992

Origen: INSPECCION DEL ARMA DE ARTILLERIA

Oficio: .... **Matrícula No.** .... **Carpeta No.** ....

Texto

Adjunto a la presente, remito a usted, información Publicada en Revista - Tribuna Alemana de fecha 27 de enero de 1992.-

(CC) 07/5/92

0013

Saluda a usted atentamente.-

El Insp. del Arma de Artillería
Coronel
WALTER R. CIBILS.

Sello

Iniciales

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 06 MAYO 1992
Pasa a BIOGRAFICO-SICOLOGIA
Nº de Orden 9203112

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha de Entrada 28/4/92
Pasa a SIDI
Nº de identificación 9203112

DEFENSA

Nuevas tareas en la Alianza para la Bundeswehr y nuevos amigos en el Este

La Bundeswehr alemana fue desde un principio un ejército de la Alianza — sólidamente enraizado en la estructura militar integrada de la OTAN. Ahora, cuando la Alianza modifica fundamentalmente estrategia y estructura, el ejército federal alemán tiene que hallar asimismo un nuevo lugar entre sus aliados — independientemente de si la seguridad de Alemania es o no amenazada. Desde que los aliados no tienen que estar preparados para una rápida ayuda a Alemania en caso de un ataque militar por parte del Este, la Bundeswehr se halla por primera vez en una situación en la que posiblemente se espere de ella ayuda para otros aliados. Muchos se percatan paulatinamente de que la Alianza no tiene como finalidad única la protección del centro de Europa, esto es primordialmente de los alemanes. Ahora pasa a un primer plano el sur de Europa y, en especial, Turquía y las regiones vecinas.

La Bundeswehr comienza a prepararse para poder enviar algunas unidades a otros países miembros de la Alianza. Es cierto que la organización del proyectado cuerpo de intervención rápida de la OTAN se halla en sus comienzos. Pero ya se sabe que para acciones del cuerpo del ejército de la OTAN tienen que ponerse a disposición seis de las siete brigadas restantes, cinco de diez escuadrillas del ejército del aire y la mitad aproximadamente de las unidades marítimas. En un principio, aquí se trata exclusivamente, en consonancia con el tratado de la OTAN, de acciones en el territorio de la Alianza. Pero en el futuro se abolirá una limitación regional, por ejemplo, de las actividades marítimas.

Las unidades del ejército tienen que ser más flexibles, permitiendo su traslado más fácilmente a grandes distancias. Esto no será tan fácil en el caso de las tres brigadas de unidades blindadas y de sus soldados, debido al material pesado que ... que transportar. Pero se incluye en para cualquier eventualidad. Ante los "desafíos globales" definidos el pasado noviembre en Roma por los jefes de Estado y de Gobierno de la OTAN, el inspector general de la Bundeswehr, Klaus Naumann, está convencido de que aumentará la dimensión marítima futura en la política de seguridad. Y el ejército del aire exige ya mayores capacidades de transporte. Ningún país europeo de la OTAN podrá permitirse la enorme flota de transporte aéreo que necesitará la Alianza, ésta sólo podrá surgir con el esfuerzo común, europeo, se comenta en el ministerio federal de Defensa en Bonn.

En este contexto vuelve a encenderse la discusión sobre si los soldados alemanes pueden y deben actuar fuera del territorio de la República Federal de Alemania. Porque ninguno de los aliados más potentes, esto es Gran Bretaña o Francia, estarán dispuestos a renunciar a transportar a otras regiones a sus propios soldados en aviones de la flota aérea conjunta. Una reserva alemana contra tal aprovechamiento acabaría siendo ignorada o impediría desde un principio una solución conjunta.

Esto es aplicable en mayor medida todavía al proyectado cuerpo militar germano-francés de la Unión Europea Occidental (UEO), que en opinión de sus planificadores no sólo deberá materializar la "indentidad de seguridad europea" en mayor medida que el cuerpo de la OTAN, en el que también participan sólo europeos. Deberá permitir acciones fuera del territorio de la OTAN — una tarea que no podría realizarse con la participación alemana según la interpretación oficial vigente por el momento en Alemania. En este cuerpo del ejército deberán actuar las mismas brigadas previstas para las actividades del de la OTAN. Pero también aquí acaban de iniciarse las discusiones al respecto. En realidad, todo apunta en este caso al objetivo de que la Bundeswehr sólo podrá ser un colaborador pleno si se renuncia a las limitaciones imperantes hasta ahora sobre sus posibilidades de participación.

Junto a una nueva definiciókn del papel internacional, cuya contribución se compararía siempre con la de los aliados franceses y británicos, la Bundeswehr está estableciendo también contactos con los ejércitos de los antiguos enemigos. En el Consejo de Cooperación del Atlántico Norte se practica el diálogo político con los antiguos miembros del Pacto de Varsovia. Las fuerzas armadas consideran que sobre ellas recae la labor, igualmente importante, de fomentar la confianza. Altos oficiales de Europa central y oriental son visita frecuente en Bonn y Bruselas para aprender la esencia de las fuerzas armadas democráticas.

Militares y expertos en armamento deben controlar el desarme convenido. Simultáneamente, en todo el Este se abrigan temores latentes de que se produzcan nuevas explosiones de violencia — por ejemplo, las inquietudes de los polacos a causa de los 1,5 millones de soldados que Ucrania ha reunido ya bajo su bandera, o en el caso de los húngaros, que desconfían de los generales serbios. Cuanto más estrecho es el contacto con los nuevos amigos en el Este, tanto más acuciante su deseo de ser protegidos por una Alianza occidental que funcione lo más perfectamente posible.

Por lo demás, la Bundeswehr realiza ya una cierta actividad internacional: algunos soldados alemanes se encuentran actualmente en el Irak como "experts on mission", para la destrucción de los cohetes "Scud" por encargo y en uniforme de la OTAN. Un puñado de pilotos en uniforme de la Bundeswehr manejan los helicópteros de la ONU que trasladan a expertos. Y médicos de la Bundeswehr, también en uniforme y por encargo de las Naciones Unidas, ayudan en Cambodia. Los jefes de la Bundeswehr creen que podría producirse un aislamiento si sus efectivos no pueden colaborar en la ampliación de las tareas militares. El Gobierno federal en Bonn trata de despojarse paulatinamente del pesado corsé de la autolimitación impuesta en el pasado.

Detlef Puhl

(Stuttgarter Zeitung, 11.1.1992)

La Bundeswehr reducirá sus efectivos, aumentando su flexibilidad y profesionalidad

A partir de 1993 y hasta el año 2005 se gastarán 43 700 millones de marcos [illegible] en sistemas de armamentos para la Bundeswehr (ejército federal alemán) de lo previsto en un principio. [illegible]

Doc. Poco Legible

002

92031 12

...unidades del ejército tienen que ... flexibles, permitiendo su traslada... más fácilmente a grandes distancias. ...o no será tan fácil en el caso de las tres ...adas de unidades blindadas y de sus ...dados, debido al material pesado que ... que transportar. Pero se incluye en ... cálculos para acciones a corto plazo ...a de Alemania a las dos brigadas res... ...tes de tropas aerotransportadas y la de ...adores alpinos. Según los conceptos ...entes en la actualidad, el Gobierno na...nal decidirá en cada caso cuáles de es... brigadas integrarán el cuerpo de la ...TAN. En general deberán realizar ma...bras conjuntas para estar preparados

La Bundeswehr reducirá sus efectivos, aumentando su flexibilidad y profesionalidad

A partir de 1993 y hasta el año 2005 se gastarán 43 700 millones de marcos menos en sistemas de armamentos para la Bundeswehr (ejército federal alemán) de lo previsto en un principio. La causa de esta medida es la abolición de la confrontación Este-Oeste y la escasez de recursos económicos.

La orden del día con motivo del Nuevo Año del ministro federal de Defensa, Gerhard Stoltenberg, ha evidenciado los objetivos de la Bundeswehr. Los efectivos militares alemanes, reducidos a 370 000 hombres, dejarán de ser un ejército activo para convertirse en mayor medida en uno de adiestramiento y de movilización. Sólo sobre un pequeño y selectivo número recaerá la máxima presencia y flexibilidad posibles, además de disponer del equipo más moderno para satisfacer las crecientes responsabilidades alemanas en el marco de la OTAN y de la ONU como parte integrante de las unidades multinacionales para la superación de crisis internacionales.

Ello implica que, en vista de la modificación de la situación estratégica, se sacrificarán grandes proyectos armamenticios. A cambio, se necesitarán otros. La Bundeswehr no será mucho más barata, pero la supresión de los índices de crecimiento viene a ser a largo plazo una reducción a la mitad de los gastos de defensa.

En la próxima primavera se decidirá sobre el discutido "Caza 90". Sin embargo ya comienzan a perfilarse los valores básicos de la nueva planificación de la estructura y las adquisiciones, la mayor reforma en la historia de la Bundeswehr. El denominador común: el ejército federal deberá profesionalizarse. Con ello, es el primer ejército de la Alianza Atlántica que pone *en práctica* la nueva estrategia de la OTAN.

Se modifica la estructura de efectivos: además de 220 000 soldados temporales y profesionales habrán sólo 150 000 hombres sujetos al servicio militar obligatorio. Se fusionan el ejército territorial y las fuerzas de combate. Finalmente sólo quedarán tres cuerpos con los cuarteles generales en Múnich, norte, en Potsdam, este, y Ulm, sur. Las fuerzas parciales abarcarán 255 000 hombres del ejército de tierra, 82 4000 del aire y 23 200 de la marina. En lo que concierne a los efectivos para la reacción en caso de crisis", una parte estará en disposición de actuar en un plazo de dos días y, el resto, en el de dos semanas.

En vista de las experiencias realizadas en la guerra en el Golfo, por el momento no se sabe con certeza hasta qué punto se mantendrá la reducción de las unidades flotantes de la marina. En cualquier caso es seguro que los efectivos de máxima presencia en casos de crisis podrán utilizar no sólo el Alpha Jet, sino también los aparatos aéreos más modernos. También se considera imprescindible que el ejército del aire disponga para finales de siglo de un nuevo y efectivo caza que releve al Phantom, incluso aunque éste no sea el "Caza 90".

Por lo demás, las nuevas directrices económicas que implican el mantenimiento del prespuesto defensivo por debajo de los 50 000 millones de marcos — también debido a la disolución del ejército de la antigua RDA y la supresión de la ayuda al Este — repercutirán decisivamente sobre la nueva estructura de la Bundeswehr. Ello hará muy difícil la coronación del proyecto "Caza 90", presupuestado en 25 000 millones de marcos — al menos en la forma prevista.

Una presencia máxima y encuadramientos exigen más soldados que sirvan a largo plazo. Mecanización, flexibilidad y sistemas modernos incrementan las exigencias. Los atractivos de la profesión militar no dependerá en el futuro sólo de las tareas y de la motivación, sino también de las retribuciones. El inteligente ciudadano en uniforme es más necesitado que nunca.

Además, la directiva militar se propone reorganizar en consecuencia, junto a la creación de cuadros de ataque de máxima presencia y altamente flexibles, el servicio sanitario para estar preparados para actividades humanitarias "out of area", siempre que el Parlamento dé luz verde para ello.

Rudi Kilgus

(Allgemeine Zeitung, Mainz, 10.1.1992)

Reorientación del ejército federal alemán

Las profundas modificaciones que se han producido en Europa oriental han repercutido de manera doble para la Bundeswehr (ejército federal alemán): puede reducir sus efectivos y tiene que reorientarse. La reducción es una oportunidad. Donde no existen amenazas, puede economizarse en los gastos para armamento. Esto es el dividendo de la paz, un concepto surgido cuando los convenios con Gorbachov sobre desarme despertaron enormes expectativas.

En la actualidad, dividendo de paz lleva ... resabio de una esperanza decepcionada. Ni siquiera el anuncio del ministro de Defensa, Gerhard Stoltenberg, de que se economizará en los gastos de armamento es capaz de desvanecer este mal sabor de boca. Es cierto que el ministro de Defensa ha tachado anualmente 3 000 millones de la lista de deseos de los militares. Pero esta lista era ya grotescamente exagerada en ... tiempos en que se producía el hundimiento del Pacto de Varsovia. Queda el hecho de que el presupuesto defensivo no ... [illegible]

Aunque se reducen los efectivos militares del ejército federal — tiene que hacerse forzosamente — el aferramiento a pozos sin fondo como el "Caza 90" demuestra cuánto cuesta reducir tan enérgicamente como permiten los acontecimientos políticos.

Por otra parte, Europa sigue estando en peligro, peligra la paz, pese a que se haya suprimido la gran amenaza atómica. Con simples ahorros no puede contestarse a la modificación de la situación. No sólo la Bundeswehr tiene que reorientarse, sino toda la OTAN. Hasta ahora, el objetivo consistió en impedir una exterminadora guerra atómica entre dos alianzas enemigas. De lo que se trata hoy es de impedir, limitar o finalizar confrontaciones armadas en muchos focos menores.

Para ello se necesitarían también sin lugar a dudas tropas con la máxima flexibilidad, como las que proyecta ahora la Bundeswehr. Pero sería funesto que estos soldados, que bajo la amenaza atómica ayudaron a salvaguardar la paz, fuesen enviados como bomberos a un número creciente de fuegos. Asegurar la paz es más necesario que nunca. Y ésta es una tarea política. Sería espantoso un mundo en el que los soldados alemanes tuvieran que pagar con su sangre los fracasos de los políticos.

Rainer Bonhorst

(Westdeutsche Allgemeine, Essen, 13.1.1992)

Doc. Poco Legible

0031/3

9203112

EFECTOS DE LA RECESION NORTEAMERICANA

Cómo impactará a la Argentina

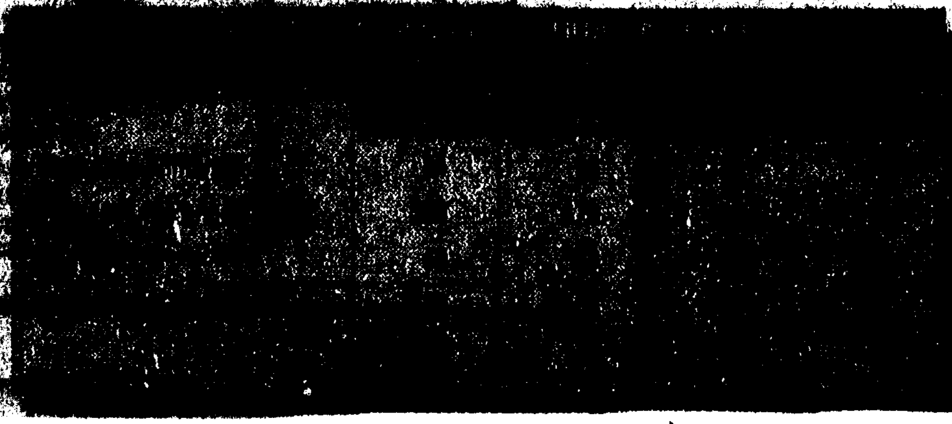
La recesión en Estados Unidos llevó a las autoridades de ese país a disminuir la tasa de descuento. Por eso, [illegible] los intereses de la deuda [illegible] disminuirán [illegible] millones de dólares en el curso de [illegible] advierta [illegible] exportaciones [illegible] proteccionismo [illegible] país del Norte [illegible] afectará [illegible]

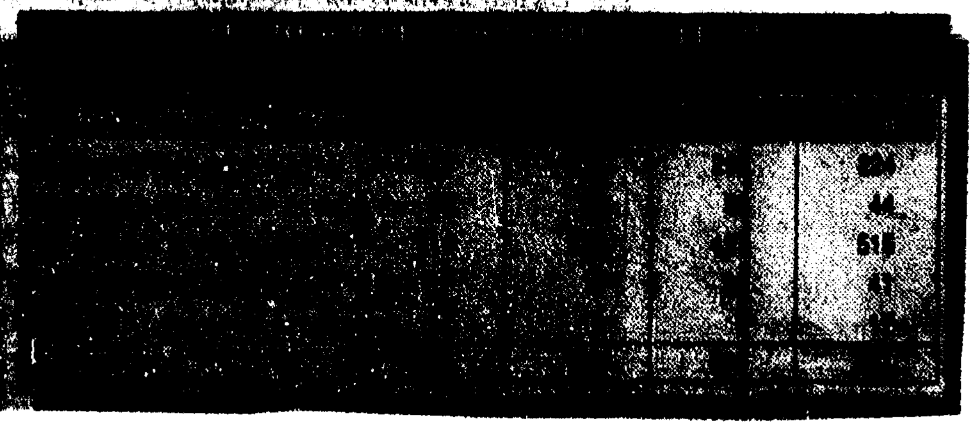
La recesión norteamericana tiene efectos [illegible] [illegible] Federal [illegible] oportunidades sucesivas, la tasa de descuento con el propósito de inducir una caída de la tasa de interés y, de este modo, estimular el consumo y el crédito. En octubre de 1990, la tasa de descuento [illegible] en el 7% anual y fue descendiendo hasta [illegible] del año pasado.

[illegible] comercial con los EE.UU. [illegible] luego que en 1990 fue ampliamente [illegible] para la Argentina, en [illegible] millones de dólares. Claro está que este cambio de tendencia [illegible] mayores importaciones [illegible] reactivación económica que se inició desde la vigencia del plan de convertibilidad.

Al mismo tiempo la Comisión Económica para América Latina (CEPAL) estimó que el servicio de la deuda [illegible] millones de dólares [illegible] de interés.

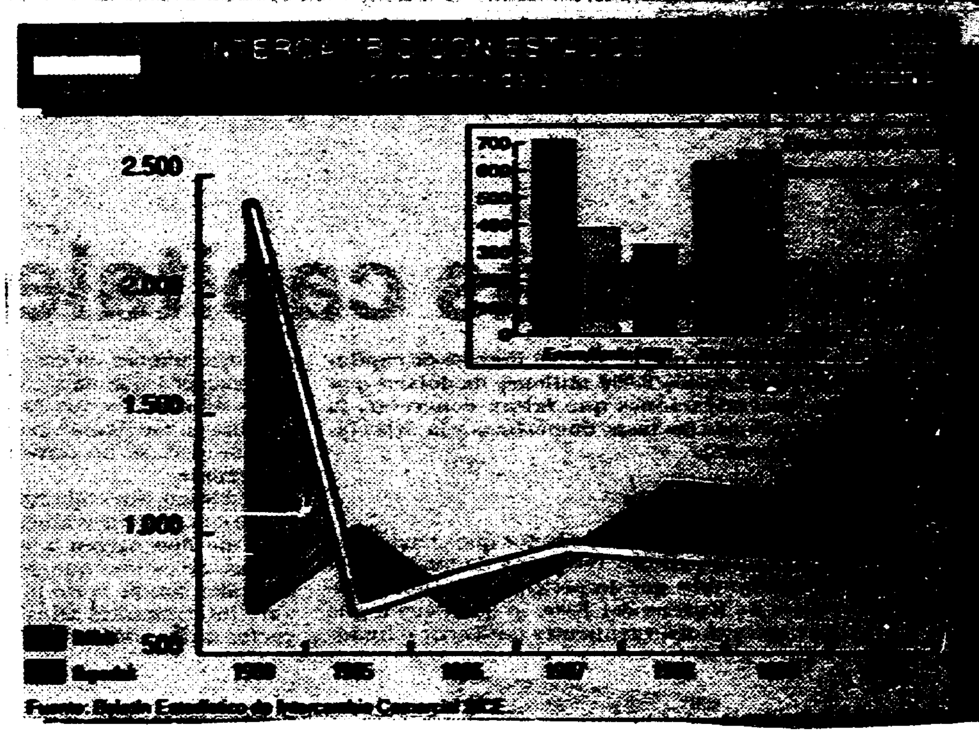
[illegible] también, por el mismo motivo, capitales norteamericanos o depositados en los EE.UU. se dirigieron [illegible] en busca de rendimientos financieros [illegible] Una de esas plazas fue la Argentina, [illegible] inflacionaria, [illegible] y altos beneficios bursátiles. La CEPAL [illegible] de capitales en 1991 fue de [illegible] más de tres veces el registrado [illegible] en gran parte [illegible] del país del Norte.



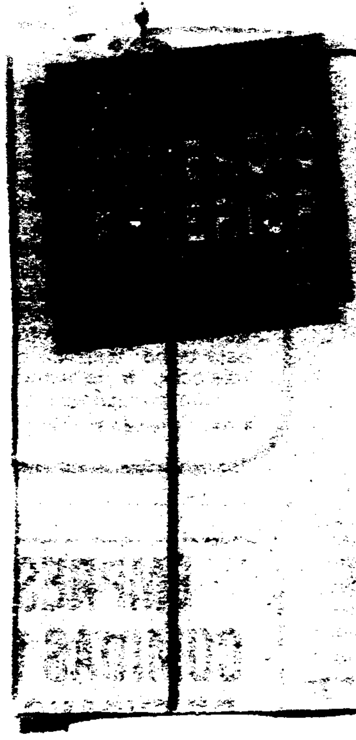


01-04

9203113



02- 9 203113



Mayores dificultades para la exportación

Las exportaciones a los EE.UU. tropezarían con mayores dificultades como consecuencia de la recesión en ese país, al tiempo que habrá una mayor presión norteamericana para que la Argentina incremente sus volúmenes de importación.

El intercambio comercial de la Argentina con los EE.UU. ha sido, tradicionalmente, superavitario para el país del Norte. La razón es sencilla. La Argentina tiene una gran dependencia de ciertos insumos y bienes de capital producidos en los EE.UU., mientras que en el terreno de las exportaciones las economías son competitivas, especialmente en el sector primario. No obstante, la Argentina tuvo superávit con los EE.UU. en los años 1985, 1988, 1989 y 1990, básicamente porque se mantuvieron retraídas las importaciones, por la recesión interna, y porque se exportaron mayores volúmenes, en especial de combustibles.

La Argentina participa solamente con el 0,3% en el comercio exterior estadounidense, pero, en cambio, sus exportaciones a ese país representan un 12% del total. Por este motivo, la repercusión de la demanda norteamericana sobre las ventas argentinas puede ser de peso. En el caso de las importaciones, se repite este fenómeno, pues del lado argentino las importaciones de los EE.UU. abarcan el 20% del total.

Según datos de la Secretaría de Industria y Comercio Exterior, en el primer semestre de 1991, las importaciones de los EE.UU. aumentaron un 72,4% en relación a igual período de 1990, mientras cayeron un 11,8% las exportaciones. Se estima que para todo 1991, el saldo comercial sería negativo para la Argentina en 200 millones de dólares, cuando en 1990 fue superavitario en 800 mi- [illegible]

Los rubros que registraron mayores volúmenes de importación fueron materiales, máquinas y equipos eléctricos, materias plásticas y productos químicos, productos farmacéuticos, aparatos ópticos y fertilizantes.

En cambio, Argentina podría incrementar sus ventas externas hacia Europa porque el tipo de cambio en términos de las monedas del viejo continente tuvo una mejora del 10% desde el inicio de la convertibilidad. Ello es así porque el dólar se desvalorizó respecto del marco y el yen, arrastrando al peso.

Proteccionismo

La recesión está provocando, además, un mayor proteccionismo en los EE.UU., bajo la forma de gravámenes a la importación, alegando precios de "dumping", y de mayores derechos específicos, lo cual afecta especialmente a las exportaciones textiles y de cueros argentinos. En el primer semestre de 1991, las exportaciones argentinas de cuero disminuyeron un 40% respecto de 1990, y en el caso del rubro textil y confecciones, la caída fue del 90 por ciento.

Otro efecto de la recesión norteamericana es la caída de los precios internacionales de muchos productos de exportación argentinos, tales como siderurgia, petróleo y petroquímica. En el caso del petróleo, la normalización de la producción mundial, luego del conflicto del golfo Pérsico, lo llevó a una caída de [illegible]

precios [illegible] demanda [illegible] por la [illegible] ses europeos. [illegible] na exportó a los [illegible] en 1990 [illegible] nes de [illegible] bustibles y [illegible] habría [illegible] ca de las [illegible] dificultades [illegible] mayor [illegible] [illegible]

03.

920313

DEUDA EXTERNA

Disminuyen pagos por intereses

La Reserva Federal de los Estados Unidos disminuyó a lo largo de 1991, en varias oportunidades, la tasa de descuento hasta situarla en el 3,5% anual, lo que provocó rebajas proporcionales en las tasas de interés del mercado financiero. Si se tiene presente que a fines de 1990 la tasa de descuento estaba en el 7% anual, una caída en los intereses del orden del 50% benefició a los países endeudados, entre ellos la Argentina.

El informe preliminar de la CEPAL (Comisión Económica para América Latina) del año 1991 señala que el servicio de la deuda externa de América latina y países del Caribe fue de 29.300 millones de dólares, unos 5.300 millones menos que el valor de 1990. Esa reducción se debió a la caída de la tasa de interés porque gran parte de la deuda está contraída en tasas fluctuantes. Según la CEPAL, la Argentina se benefició en u$s 900 millones.

♦ Desvalorización del dólar

Otro efecto de la reducción de la tasa de descuento ha sido una desvalorización del dólar, en especial respecto del yen y el marco alemán, porque capitales estadounidenses o de extranjeros depositados en los EE.UU. prefirieron adquirir otras monedas que ofrecen tasas de interés muy superiores. Mientras la tasa de descuento en los EE.UU. está en el 3,5% anual, su par alemán supera el 9% anual. En promedio, el dólar se devaluó desde mediados de junio de 1990 un 12% respecto del marco y el yen. De esta manera, los países endeudados han tenido un beneficio adicional porque gran parte de sus deudas están contraídas en dólares estadounidenses, ahora desvalorizados.

♦ Mejora del tipo de cambio

En el caso argentino, la desvalorización del dólar tiene efectos positivos en el orden comercial, porque una gran parte de su comercio exterior se dirige a Europa. Como el peso está "anclado" al dólar, por la ley de convertibilidad, la desvalorización de la divisa norteamericana ha significado una devaluación de la propia moneda nacional. Es así que el marco alemán que a principios de abril de 1991 cotizaba a $ 0,56, esta semana rondó los $ 0,61 y el yen de $ 0,67 trepó a $ 0,77, en igual lapso. El tipo de cambio en términos de las monedas europeas y el yen mejoró en promedio un poco más del 10%.

04-04 9203113

La Argentina comienza hoy a pagar su deuda con la UN

La Nación 21/1/92

Por Julio Crespo

(Corresponsal de LA NACION en Washington)

EL MINISTERIO DE DEFENSA TOMO LA DECISION

Liquidarán Hierro Patagónico

Por considerar "inviable" el desenvolvimiento de la empresa, el Ministerio de Defensa anunció anoche que dispuso la liquidación de Hierro Patagónico de Sierra Grande (Hipasam). La planta de mineral de hierro, paralizada desde junio pasado, era la principal fuente de trabajo de esa población rionegrina, de 12.000 habitantes.





La planta de Sierra Grande paralizó su actividad en junio de 1991.

Anoche el ministro de Defensa, **Antonio Erman González**, junto con el secretario de Planeamiento de esa cartera, **Jorge Pereyra de Olazábal**, anunciaron que han definido la **liquidación de la empresa Hipasam** (Hierro Patagónico de Sierra Grande) para el **próximo fin de semana.**

El ministerio informó que se llegó a la "**adopción de la lamentable decisión**", después de una serie de extensas conversaciones con las **representaciones sindicales** y a causa de la "**inviabilidad**" de la empresa, acordándose la **designación de un liquidador.**

El comunicado agrega que quien sea nombrado para esa función iniciará su labor **apenas estén disponibles los fondos** para el pago de **retiros voluntarios del personal de esa empresa.**

Defensa dejó constancia de que está en conocimiento de que el sábado pasado, **dirigentes gremiales reunidos en asamblea** "aceptaron la **inevitable decisión** que este ministerio llevará adelante".

Hipasam tiene actualmente **750 empleados** que no desarrollan **actividad productiva. 500 obreros** ya adhirieron al **retiro voluntario.** Desde junio de 1991 el **yacimiento y planta de Sierra Grande,** provincia de Río Negro, paralizó su actividad. Anteriormente, su ritmo de producción era de **650.000 toneladas anuales** de pellets de mineral de hierro.

Pero en realidad, dependen de esa fuente de trabajo unas **12.000 personas que son los que forman la población de Sierra Grande,** sobre el océano Atlántico, aunque en los últimos meses **se registró una creciente emigración** a causa de que ya se percibía la inevitabilidad del cierre.

En los meses de noviembre y diciembre la cartera de Defensa **estudió una solución** basada en que **Somisa le asegurara a Hipasam** una compra mensual de **25 mil toneladas de mineral de hierro,** pero no prosperó. Un esquema posible era que los trabajadores **aportaran parte de su retiro voluntario** y que la provincia rionegrina también hiciera su aporte de capital a través de **bonos de consolidación** que el Estado nacional le daría como **acreditación de la deuda en concepto de regalías petroleras.**

Otra salida que se barajó en un momento fue la posibilidad de **separar la planta industrial de pelletización** y el puerto (provincializado) del destino de la mina de hierro, que se consideraba la parte del complejo de **más improbable reactivación.** En ese sentido, se proponía utilizar, como **materia prima, mineral de hierro chileno** provisto por la trasandina **Compañía Minera del Pacífico.**

Para la población, se pensaba como solución **desarrollar pequeños talleres, artesanías y cultivos** como alternativa a esa única fuente de trabajo.

Sin embargo, **ninguna de esas propuestas** alcanzó **viabilidad económico-financiera,** porque implicarían sustanciales **aportes del Estado nacional,** en momentos en que la empresa debe **más de 300 millones de dólares y destina unos 300.000 dólares mensuales** a atender exclusivamente **pago de salarios** al personal.

Siderurgia, sin reactivar

La producción siderúrgica sufrió en 1991 una brusca disminución respecto de 1990, con lo cual la reactivación industrial del año pasado no alcanzó a este sector industrial.

Según cifras proporcionadas por el Centro de Industriales Siderometalúrgicos (CIS), en todos los rubros hubo una declinación de la producción. Especialmente esto se verificó en **arrabio** —SOMISA es su único productor—, que disminuyó en un 29,2 por ciento como consecuencia de la desactivación de un alto horno. Por otra parte, las exportaciones llegaron a 1.250.000 toneladas.

La caída de los índices se contrapone con un aumento del 38 por ciento en el consumo aparente de acero (incluye importaciones y reciclaje) medido por habitante, que llegó el año pasado a los 68 kilogramos. Esta cifra, de todos modos es muy inferior al pico de 1975, cuando se alcanzó el nivel récord de 183 kilogramos per cápita, aunque debe tenerse en cuenta que las cifras no dejan de reflejar una tendencia mundial respecto de la gradual disminución del consumo de acero en diversos sectores de la industria, que gradualmente fueron remplazándolo por otros materiales.

N° DOCUMENTO
TITULO Reducción de Producción de trigo.
PROCEDENCIA 150025
FECHA 21/1/92
N° DE ... 10033
11161
11402

ENTRADO
CRUZADO

Cayó a 8,4 millones de toneladas la producción de trigo

LO 21/1/92

[illegible] los últimos datos indican que sólo se habría recolectado entre un [illegible] y un 45% del área triguera, que representaría una producción total para la campaña 1991/92 de 8,4 millones de toneladas, contra los 11,1 de la anterior.

La producción final de trigo de la presente campaña sería de 8,3 a 8,4 millones de toneladas, según una estimación dada a conocer por el ingeniero Arturo Santamarina, técnico del departamento de Economía de la Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola (Aacrea).

Señala el informe que las condiciones climáticas han atrasado la recolección. La información disponible refleja que hacia fines del año último sólo se habría cosechado entre el 40 y el 45 por ciento del área triguera.

A este atraso y a los deterioros climáticos ocurridos, se les suma un valor significativo de partidas de granos "panza blanca", caracterizados por un menor tenor de gluten.

Sin embargo, aún falta trillar parcialmente el centro y sud/sudoeste de la provincia de Buenos Aires, cuyas cosechas serán definitorias en el volumen y la calidad de la producción nacional.

Ante estas perspectivas, la expectativa de cosecha se ha reducido, como se ha dicho, a entre 8,3 y 8,4 millones de toneladas que, sumadas a un saldo de la campaña previa de 400.000 a 600.000 toneladas, determinarían una oferta que oscilaría entre los 8,7 y los 9,1 millones de toneladas. Este volumen representaría un saldo exportable de grano y de harina equivalente a entre 4,2 y 4,6 millones de toneladas.

Precios y mercados

Respecto de los precios, la escasa afluencia de mercadería a puerto determina un mercado firme. Las cotizaciones en los mercados a término también se mantienen firmes y reflejan un incremento mensual superior a la tasa de interés.

Acerca de los mercados externos, el departamento de Economía de Aacrea considera que la crítica situación alimentaria de la ex Unión Soviética, derivada de una muy mala producción de granos en general, y la escasez de trigo para molienda en China, debido al deterioro por inundaciones de una fracción muy importante de su cosecha, han [illegible] a [illegible] el [illegible] mundial del grano.



Arturo [illegible]

En la campaña 1991/1992 la producción mundial disminuyó un 3,4 por ciento. Tuvo como característica haber mermado un 11,2 por ciento en el conjunto de los cinco principales exportadores (los Estados Unidos, la Comunidad Económica Europea, Australia, Canadá y la Argentina).

La disminución en la ex URSS fue del 25 por ciento, con una significativa baja de calidad en China. Ambos mercados son los principales adquirentes mundiales de trigo.

Mayor demanda

En consecuencia, los requerimientos soviéticos de importación han aumentado de 14,4 millones de toneladas a 21 millones y China en esta campaña está demandando 5,3 millones de toneladas adicionales.

01/01

9203116

E . M . DE . III

D - II

T A C U A R E M B O

211500ABR992

PW - 11

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.13/D-II/92.

I.-EVALUACION: A - 1 y B - 1.

II.-RESPONDE A: P.E.I.Nos.13/S2/92 del Reg.C.10 y 21/92 del Bn.I.8.

III.-T E X T O :

A - 1 : -Desde el 22 Mar.92 se encuentran en C.Paysandú la Sra.María del Cármen BORRAS (Coordinadora de AMULP) y el Prof.Dietger MARTUS,danés,integrante de un equipo de pedagogos perteneciente a la organización danesa semi-estatal "ORMUS" Coordinadora entre los Pueblos del Tercer Mundo.
El mismo es el coordinador de un grupo de jóvenes daneses que estarán por un lapso de un mes aproximadamente colaborando con la atención de Guarderías del Centro Lourdes Pintos, desempeñando sus tareas en forma honoraria. Destacando el / Prof.MARTUS que estas experiencias se vienen realizando no / solo en latinoamérica sino también en la India y en Africa y el objetivo es profundizar el conocimiento de la realidad de los países del Tercer Mundo y a la vez colaborar ayudando a diversos organismos no gubernamentales.

B - 1 : -Cabe agregar que también estuvieron en C.Bella Unión y que / la organización "ORMUS" habría contribuído con fondos para / la adquisición del local No.20 de AMULP inaugurado el día 2 de Mayo de 1991 en C.Bella Unión. (Inf.en P.E.I.No.30/S2/91 del Reg.C.10).
-Se adjunta recorte Periódico "El Telégrafo" de C.Paysandú.

IV.-SINTESIS:
-Visita realizada a C.Paysandú y C.Bella Unión por el Sr.Dietger MARTUS / de la Organización "ORMUS" y la Sra.María del Cármen BARROS Coordinadora de AMULP.

V.-DISTRIBUCION:
-Dpto.E-II E.M.E.
-Archivo D-II/DE.III.

Por el Comandante División Ejército III.
El Jefe de Estado Mayor.
Coronel Raúl M. Saravia.-

RB/amp.

DIVISION DE EJERCITO III

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 05 MAYO 1992
Pase a Biográfico Militar
Nº 9203117

001/2

28/4/92
S/D I
Nº de identificación 9203115

DIARIO "EL TELEGRAFO" 23 MAR-92 C.PAYSANDU

AMULP: La solidaridad internacional





Grupo de jóvenes danesas recientemente llegadas como cooperantes de AMULP, en febrero, captadas en su llegada al aeropuerto de Carrasco.

23 MAR 92

Un número importante de niños son atendidos a diario en la guardería que funciona en el Centro Lourdes Pintos Nro. 4 de Paysandú.

En estos momentos en que [illegible] individualismo [illegible] dominar al [illegible], ¿hay cabida para la solidaridad? Esta puede [illegible] de las interrogantes que tal vez un día Ud. se pudo haber planteado. La respuesta, sin duda, debe buscarse a nuestro alrededor, en ejemplos, en hechos y acciones. Y aunque no abundan, [illegible]los hay.

Estuvieron en nuestra casa periodística las Sras. María del Carmen Borrás, coordinadora de AMULP (Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos), Juana Ruiz (por el Centro Lourdes Pintos de Paysandú) y el Prof. Dietger Martus, danés, integrante de un equipo de pedagogos perteneciente a la organización "Colaboración entre Pueblos".

El Prof. Martus, quien en otra ocasión ya estuvo durante cinco meses en nuestro país, estará en Paysandú durante un mes y es el coordinador de un grupo de jóvenes daneses (algunas aú[illegible]ado el bachillerato), que durante este lapso se integrarán a nuestra sociedad, colaborando en la atención de guarderías del Centro Lourdes Pintos, [illegible]

[illegible] destacar que estas jóvenes desempeñarán sus tareas en forma absolutamente honoraria y que incluso han debido trabajar para costearse sus respectivos pasajes para llegar hasta este rincón del globo terráqueo.

Destacaba Martus que "Colaboración entre Pueblos" es una organización semi estatal que lleva a cabo una serie de programas y experiencias profesionales coordinadas por el gobierno danés, y que vincula a 15 profesionales de distintas nacionalidades, que operan en distintos países.

El objetivo principal de estas experiencias que se vienen realizando no sólo en latinoamérica sino también en la India y en Africa [illegible] profundizar el conocimiento de la realidad de los países del Tercer Mundo y a la vez colaborar [illegible] a diversos organismos no guberna[illegible]

"En este momento —decía Martus— en distintos países europeos se ha generado la tendencia de cerrar las puertas no sólo a la emigración, sino de rechazar a los no europeos, en una especie de racismo o discriminación".

El programa de Colaboración entre Pueblos apunta a una defensa del Tercer Mundo, a conocer su realidad y a la participación a través del trabajo solidario, en el marco de este trabajo de intercambio de solidaridad internacional.

La coordinadora de AMUL para el interior, destacaba el agradecimiento de esta asociación para con el gobierno danés y su equipo de profesionales y colaboradores de los cuales reciben un permanente apoyo, que en definitiva es un importante granito de arena para la tarea de cada día en las dieciocho guarderías, que a partir de 1985 funcionan en los Centros Lourdes de todo el país.

[illegible] es nuestro deber y nuestro derecho intervenir activamente en país que diariamente construimos.

"Con ese objetivo nos organizamos en 1983. Plenamente convencidas de que unidas y organizadas podríamos ir planteando respuestas concretas a los problemas que tenemos, uniendo nuestra lucha a las reivindicaciones más justas de nuestro pueblo. La solidaridad es uno de nuestros principios, sobre esa base nos relacionamos con mujeres de nuestro país y de todo el mundo, apoyándolas y recibiendo su apoyo, intercambiando experiencias".

Por su parte, la Sra. Juana Ruiz del Centro Lourdes de Paysandú, quiere agradecer por este medio a todos aquellos que hicieron posible la fiesta realizada en Plaza Colón el sábado 14 del corriente. Informa además que la guardería comedor del Centro Lourdes Madrid Nro. 4 recibe [illegible]

Empresarios visitan la Argentina

Interés árabe en alimentos

DF. 21/1/92

Una selecta delegación empresaria de Arabia Saudita llegó ayer a Buenos Aires. El primer contacto lo tuvieron con los industriales de la alimentación, el sector que viene avanzando más en los negocios privados con Medio Oriente. Por la noche, la delegación liderada por el príncipe Turki Bin Al Saud, mantuvo una cena con las autoridades de la UIA, y en las próximas horas se entrevistarán con el ministro Cavallo y el presidente Menem. La agenda de negocios debutó ayer en un desayuno de trabajo mantenido en la Coordinadora de Productores de la Alimentación (COPAL). Durante el encuentro con los hombres de Alberto Alvarez Gaiani, los empresarios saudíes contaron sus contactos mantenidos en Chile, revelando un interés particular en la producción de fruta. En el caso argentino manifestaron voluntad de ampliar las importaciones de productos alimenticios a Medio Oriente. Como dato de color, los empresarios árabes tuvieron la oportunidad de probar el mate para el desayuno, ya que entre las ofertas que les presentaron los hombres de COPAL figuró la yerba mate. El problema es que había que darles la infusión en saquitos, porque en la central alimentaria faltaba una bombilla. Al instante, Alvarez Gaiani ordenó la compra de tal telúrico artefacto y finalmente el príncipe y sus empresarios pudieron disfrutar del mate con bombilla.

Nº DOCUMENTO
TITULO Reunión Cavallo-Todman por deuda externa
PROCESO 150025
FECHA 22/1/92
VINCULACION 10033
11161
11319

EL MINISTRO VIAJARA A WASHINGTON

Cavallo se reunió con Todman por la deuda

El encuentro de ayer entre el embajador norteamericano y el ministro de Economía estuvo relacionado con la negociación que lleva adelante la Argentina ante el Fondo Monetario. La necesidad de superar los últimos desacuerdos con los técnicos del organismo internacional parecen haber motivado tanto la reunión con Todman como el viaje de Cavallo, el próximo fin de semana, rumbo a la capital norteamericana.

El Gobierno **intentará forzar** una decisión a favor del programa económico por parte del Fondo Monetario Internacional para utilizar esa definición como aval frente a los bancos acreedores cuando la Argentina presente en una semana más la propuesta de renegociación de la deuda externa a los banqueros. En ese sentido se inscribe la prolongada reunión que mantuvo ayer el ministro **Domingo Cavallo** con el embajador norteamericano **Terence Todman**, en el Palacio de Hacienda.

Con ese objetivo viajará este fin de semana a Washington el ministro de Economía, **Domingo Cavallo. Su intención es resolver algunos cuestionamientos pendientes (precisamente por ser los últimos —el 5% de diferencias que mencionó Llach— tienen un rol decisivo en la negociación) que realizan desde el Fondo Monetario a las proyecciones para el futuro préstamo de facilidades ampliadas.**

Entre estas cuestiones se incluyen:

- **Diferencias sobre la forma de financiar el desequilibrio del Sistema de Seguridad Social.**
- Los técnicos del FMI todavía tienen algunas **dudas** sobre el pronóstico oficial que prevé **ingresos muy superiores a los actuales por la instrumentación del Impuesto al Excedente Primario de Empresas (IEPE). También tendrían algunos reparos a la perspectiva de un sistema previsional sin rojo para este año.**
- **Existen serias dudas** en Washington sobre el comportamiento fiscal de las provincias previsto en las proyecciones que llevó el secretario de Programación Económica, **Juan José Llach.**
- Están de acuerdo con la evolución fiscal prometida de la administración central, pero hay **observaciones** en el caso de las empresas públicas.

Cavallo aspira a presionar a los técnicos del Fondo, para superar estas objeciones y lograr un acuerdo preliminar con la conducción del Fondo **a más tardar el miércoles de la semana próxima, en vísperas de la reunión con los banqueros.**

El ministro espera tener para esta gestión el apoyo de la administración Bush, para lo cual mantuvo una prolongada entrevista —durante una hora, ayer por la mañana— con el embajador de los Estados Unidos en Buenos Aires.

Terence Todman habría manifestado su deseo de avalar las negociaciones argentinas, pero en la entrevista también habría remarcado al ministro Cavallo **la preocupación que existe en Washington sobre las denuncias de corrupción que envuelven a la administración menemista.**

La adhesión del Departamento de Estado y del Tesoro a la gestión argentina que encabezará Cavallo se considera **crucial**. Esos avales podrían derrumbar las posiciones más intransigentes de los técnicos del FMI.

Cavallo acelerará la **negociación** a partir del domingo, día en que tiene previsto reunirse con los negociadores argentinos. El subsecretario de Financiamiento, **Horacio Liendo**, y el representante financiero ante los Estados Unidos, **Daniel Marx**, concluirán mañana en Tokio su gira y el fin de semana entregarán un informe completo al ministro sobre la posición de los banqueros.

Hasta el momento se conoce que hay bancos con actitudes **duras**, como los de los Estados Unidos y los japoneses, en tanto que los europeos —salvo los ingleses— y los americanos de inversión tienen una actitud más conciliadora hacia la propuesta Argentina.

Un plan de pago que comenzará a cerrarse el lunes en Washington, pero que ya reconoce una cosa: la Argentina estudia la posibilidad de ofrecer un pago mínimo al contado (se insiste en unos 500 millones de dólares) por los intereses atrasados.

Marcelo Bonelli



Terence Todman, embajador norteamericano, y Domingo Cavallo, jefe de la cartera económica.

01-01

9203119

LAS ESTIMACIONES PRIVADAS LLEGAN HASTA EL 2,4%

Piso del 1,5% para la inflación

Los especialistas coinciden en que la inflación de enero será notablemente superior a la de diciembre. Trascendidos del Palacio de Hacienda indican que la estimación oficial para los precios al consumidor se ubica en 1,7 o 1,8 por ciento. Fuerte presión alcista sobre los precios del pan.

No se ponen de acuerdo los analistas de precios sobre la cifra inflacionaria de enero, aunque todos coinciden en que será notablemente superior a la de diciembre, confirmando los pronósticos del ministro de Economía, Domingo Cavallo, en su discurso del lunes por la noche.

El más pesimista en sus apreciaciones es Evangelina Gómez (actual consultor y ex funcionario de la administración radical) a quien la inflación de enero a nivel de precios al consumidor le da un alarmante 2,42% y en precios mayoristas, 1,72%. Esto, como resultado fundamentalmente de los aumentos de precios agrícolas y de los servicios. En cambio, Tendencias Económicas tiene proyecciones más moderadas: 1,5% para precios al consumidor y 0,7% mayoristas, en este último caso después de dos meses de deflación, o sea variaciones negativas. Sus técnicos desestiman la influencia del aguinaldo en el aumento de precios y dicen que se debe, más que nada, a factores estacionales. Por su parte, la consultora [illegible] y Asociados coinciden en 1,5% para los precios al consumidor y vaticinan que la tendencia se revertirá en febrero.

Por otra parte, trascendidos originados en el Palacio de Hacienda indican que la estimación oficial para los precios minoristas se ubica este mes entre 1,7 y 1,8 por ciento.

Mientras tanto, dispares repercusiones arrojó el discurso del ministro Domingo Cavallo, pronunciado anteanoche por la cadena nacional de radio y televisión. A algunos les gustó y a otros más o menos.

♦ Repercusiones

El gobernador de Cordoba, Eduardo Angeloz, definió el mensaje como "una justificación ante lo que puede escapársele en materia inflacionaria". Recomendó al ministro Cavallo "no ponerse nervioso ni alterarse", y "seguir ajustando todos los resortes que permitan proyectar la estabilidad alcanzada".

El titular de la Federación Agraria Argentina, Humberto Volando, ironizó que "si no se pagara ningún sueldo y los jubilados no cobraran, no se producirían estas alzas" (aludiendo a la imputación de Cavallo de que el aguinaldo es responsable del alza en los precios de enero).

La dirigente de la Liga de Amas de Casa, Lita de Lazzari, apoyó el consejo del ministro de que se luche contra el redondeo que trae el nuevo peso, y se regateen los precios que ofrecen los comerciantes.

El presidente de la UIA, Israel Mahler, precisó que en la mayoría de los casos hubo deflación de precios. Sin embargo, admitió la existencia de una disparada en el sector servicios, especialmente en turismo, y advirtió que "la estabilidad puede admitir remezones como el que hemos tenido en enero, sin por eso caer en el error de creer que se trata del recrudecimiento de la inflación".

El titular de la Cámara de Exportadores, Daniel Brunella, avaló el mensaje del ministro y le deseó que continúe la línea económica trazada. Sin embargo, reclamó el cumplimiento de la promesa oficial de devolver los impuestos al exportador. Con respecto a la reforma impositiva que se propone, basada en el IEPE (impuesto al excedente primario de las empresas) dijo que tiene un "lamentable sesgo antiexportador".

El directivo de la Cámara Argentina de la Indumentaria, Jesús María Faveiro, aprobó los logros del Gobierno en materia económi[illegible] pero enfatizó que "más que los a[illegible]ses es importante que se deje operar a la economía real en un marco de estabilidad política".

Egidio Iannella, ex presidente del Banco Central y titular de Visa, fue entusiasta: "Los resultados obtenidos desde la vigencia del plan de convertibilidad son colosales". No obstante exhortó a Cavallo a "hacer docencia en lugar de enojarse" con algunos sectores.

Fedecámaras manifestó su "firme apoyo al coraje del equipo económico en seguir adelante con la lucha para terminar los comportamientos monopólicos que atentan contra la estabilidad", refiriéndose a la decisión de recetar drogas genéricas.

01-10

9203120

B. C. 10.
S. 2.
Artigas,
07 Abr. 92

-PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No. 17/S2/92.-

I.-EVALUACION:

A - 1

II.-RESPONDE A: Información Obtenida por ésta Agencia.-

III.-T E X T O :

-Ampliando lo informado en PEI No. 05/S2/92, ésta Agencia tomó conocimiento que comenzó a funcionar en forma oficial el Local y la Policlínica de UTAA ubicados en Pueblo Las Piedras de la ciudad de Bella Unión.-

La Policlínica funciona de 0800 a 1200 y de 1500 a 2400 horas, atendiendo en Medicina General la Dra.Rosita ROBALES (S/A) y en Odontología el Dr.Antolín PERALTA (S/A).-

IV.-SINTESIS:

UTAA

Dra.Rosita ROBALES -Sin Antecedentes

Dr.Antolín PERALTA - id.

Bella Unión (Pueblo Las Piedras)

Funcionamiento de un local de reuniones y la Policlínica de UTAA.-

V.-DISTRIBUCION:

3 Ejemp. a la BC.1.-

1 Ejemp. archivo./jb

VI.-ACCION TOMADA:

Confección del presente Parte.-

-El Jefe del Reg.de C.No.10.-
Tte.Cnel. Eduardo Franco.-

E. M. B. C. No. 1.
S = 2.
PASO DE CASTRO.
ELEVADO A D.E.III.
DOC.S.033/S2/992.
=100500 ABR992=

El Comandante Brigada de Caballería No.1.
Coronel
Francisco J. Wins.-

27 07 92

Fecha 24/4/92 Hora 1200

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ... de Defensa
Fecha 06 MAYO 1992
Pase BIOGRAFICO SINDICAL
Nº 9203121

SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha 28/4/92
SIDI
Nº 9203121

CC 111

DOCUMENTO
[…]ULO Intercambio comercial de Argentina con integrantes del Mercosur.
[…]CEDENC[…] 150027
[…]H[…] DE F[…] 22/1/92
[…]ULACI[…] 10033
11161
11409

CRECE EL INTERCAMBIO ARGENTINO CON BRASIL, URUGUAY Y PARAGUAY

Fuerte aumento de 40% del comercio regional

Buenos Aires, miércoles 22 de enero de 1992, Ambito Financiero

Un significativo incremento de 39% durante los ocho primeros meses de 1991 se registró en el comercio total de la Argentina con el resto de los países integrantes del Mercosur.

Las exportaciones en ese período llegaron a 1209 millones de dólares, de las que 76% fueron a Brasil, 16% a Uruguay y 8% restante a Paraguay. Los principales rubros vendidos fueron las manufacturas de origen industrial, especialmente las máquinas y aparatos, material eléctrico y productos químicos.

En lo que se refiere a las importaciones, ellas fueron superiores en 93% con respecto a igual período de 1990, y al igual que las exportaciones la principal contraparte fue Brasil al que se le compró 83% del total, seguidas de Uruguay con 15%. En este caso fueron los bienes intermedios los que concentraron la mayor parte del mercado, aunque también se registraron alzas significativas en las importaciones de vehículos automotores de pasajeros y en bienes de consumo.

Como dato final el informe del Instituto Nacional de Estadística y Censos señala que el saldo de la balanza comercial con los países firmantes del Acta de Asunción fue positivo y alcanzó los 266,1 millones de dólares.

Los especialistas aseguran que en la última parte del año se mantuvo esta tendencia motivada en parte por la reactivación del mercado interno. Asimismo, las opiniones coinciden en señalar que los problemas económicos registrados en Brasil, el principal socio del Mercosur, durante 1991 retrasaron el crecimiento. "Cuando Brasil ordene sus cuentas el Mercosur registrará un nuevo y fuerte impulso", dicen.

EXPORTACION
(millones de dólares)

Período	Mercosur		Brasil		Paraguay		Uruguay	
	Total	Negoc.	Total	Negoc.	Total	Negoc.	Total	Negoc.
Año 1980	1.136,7	618,3	760,0	533,7	188,4	40,0	182,3	45,6
Año 1981	882,4	368,6	591,1	302,4	168,2	27,8	128,1	38,4
Año 1982	828,3	367,5	567,7	318,9	145,1	17,7	115,5	30,9
Año 1983	522,4	285,5	358,3	258,0	87,3	9,7	76,8	17,8
Año 1984	655,5	394,4	478,2	363,3	94,4	7,3	82,9	23,8
Año 1985	667,5	380,4	496,3	345,8	72,2	4,9	98,0	29,7
Año 1986	894,8	585,0	698,1	538,3	67,4	7,0	129,3	38,7
Año 1987	768,6	433,8	539,3	372,0	60,9	6,5	168,4	55,3
Año 1988	875,2	411,1	607,9	346,5	79,9	8,4	187,4	56,2
Año 1989	1.428,0	724,8	1.124,0	655,8	96,3	10,8	287,7	57,4
Año 1990	1.832,7	862,6	1.422,7	785,7	147,4	12,8	262,6	64,1
Primeros ocho meses 1991*	1.208,0	575,2	914,9	514,8	102,6	10,8	191,5	48,6

IMPORTACION
(millones de dólares)

Período	Mercosur		Brasil		Paraguay		Uruguay	
	Total	Negoc.	Total	Negoc.	Total	Negoc.	Total	Negoc.
Año 1980	1.304,7	636,6	1072,3	473,8	94,5	91,0	[illegible]	[illegible]
Año 1981	1.165,9	555,1	883,3	378,5	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Año 1982	827,0	464,2	607,7	344,6	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Año 1983	794,5	454,2	[illegible]	345,1	38,7	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Año 1984	979,7	541,6	832,2	442,9	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Año 1985	887,6	385,7	611,5	338,5	28,1	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Año 1986	891,7	538,1	691,3	487,5	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Año 1987	1.003,3	578,4	848,2	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Año 1988	1.183,9	[illegible]	971,4	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Año 1989	888,1	526,8	724,4	488,2	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Año 1990	875,6	488,1	717,9	382,6	44,6	28,3	[illegible]	[illegible]
Primeros ocho meses 1991*	942,9	508,4	785,8	[illegible]	24,7	[illegible]	[illegible]	[illegible]

*Cifras provisorias.

9203122

ENTRADO
CRUZ[…]

01-01

[illegible] pérdidas por u$s 700 millones [illegible]

Clarín 22/1/92

[illegible] la [illegible] ral de Fabricaciones Militares [illegible] que [illegible] u$s 700 millones. [illegible] tifican las razones por las que el ministro de Economía, Domingo Cavallo quiere apresurar las privatizaciones del área.

El ministro Domingo Cavallo tiene verdadera urgencia en acelerar las privatizaciones de las empresas de Defensa y la razón está a la vista: por la grieta de Fabricaciones Militares se le esfumaron del presupuesto de 1991 nada menos que 202 millones de dólares que [illegible] el Tesoro Nacional. En un año, el complejo industrial militar gastó el equivalente al 72 por ciento del crédito que el ministro Antonio Erman González negoció trabajosamente con el Banco Mundial para financiar la reestructuración y privatización de las empresas del área.

Los 202 millones corresponden al efectivo que tuvo que salir del Tesoro para [illegible] las empresas, [illegible] 700 millones [illegible]

[illegible] ra de Olivos [illegible] al ministro Erman González corresponde exclusivamente a la gestión de las 16 [illegible] empresas (12 fábricas y 4 oficinas sin incidencia en la producción) que integran el complejo de la Dirección General de Fabricaciones Militares.

Los [illegible] no incluyen los de SOMISA ni del resto de empresas que también están bajo la jurisdicción de Defensa [illegible] de Fabricaciones Militares y que, en su mayoría, [illegible]

[illegible]

que integran la nómina salarial. Fabricaciones Militares [illegible] un proceso de reestructuración que separará las líneas de producción civil de las militares, con vistas a la privatización de las primeras y la reestructuración o liquidación de las segundas.

El apuro [illegible] para reducir la planilla tiene su explicación. Los salarios [illegible] 100 millones de dólares, una cifra ligeramente inferior al total facturado por la empresa. Pero, de todos modos, no se esperan [illegible] en el área. Ni siquiera en Altos Hornos Zapla, donde el 31 de enero se abrirán los sobres con las ofertas para su venta.

[illegible]

Los cambios deben ser aprobados por los cuatro compradores de los pliegos: Citibank con Pérez y Duprat; el Banco Santander [illegible]; [illegible] y [illegible] Minera del Pacífico de Chile.

Hasta el momento, nada se dijo sobre el tema en forma oficial, pero los representantes de las empresas interesadas [illegible] ellos obligaría a una postergación de por lo menos quince días [illegible]

Nº DOCUMENTO
TITULO Banco Central prevé que Argentina crecerá 7% en 1992.
PROCEDENCIA 150015
FECHA 22/1/92
VINCULACION 10033
11161
11320

ENTRADO
CRUZADO

BANCO CENTRAL PREVE QUE ARGENTINA CRECERA UN 7 POR CIENTO EN 1992

La Nación 22/1/92

AFIRMAN que la tasa de desempleo podría caer por debajo del 6% debido a la creciente actividad económica

MIAMI (Reuter).- Argentina crecerá un siete por ciento en 1992 y la tasa oficial de desempleo será inferior al seis por ciento, dijo el lunes Roque Fernández, presidente del Banco Central argentino.

Fernández declaró también que viajará a Washington esta semana para mantener conversaciones con el Fondo Monetario Internacional sobre un acuerdo de línea de crédito extendida.

Argentina intentará solucionar su problema de la deuda y realizará el mes próximo negociaciones con los bancos acreedores, dijo.

El país posee una deuda de 41.000 millones de dólares con los bancos comerciales.

Fernández viajó a Miami a fin de exponer en una conferencia en el Centro Norte-Sur sobre la deuda de América latina y asuntos económicos.

Tasa de desempleo

"Pensamos que la tasa de desempleo podría caer en Argentina por debajo del seis por ciento en 1992, porque la actividad económica está creciendo. Existe una elevada demanda de mano de obra actualmente, en especial en la industria de la construcción, afirmó Fernández.

La tasa de desempleo oficial anunciada por el Gobierno promediaba alrededor del siete por ciento el año pasado, indicó.

El crecimiento económico osciló en torno al cinco por ciento en 1991, y deberá incrementarse a un proyectado siete por ciento este año, dijo Fernández.

Argentina es observada como modelo económico por el resto de América latina, luego de que controlara una inflación desbocada de más del 60 por ciento mensual, reducida ahora a una tasa de alrededor del uno por ciento por mes.

El país ha privatizado extensamente sus empresas estatales en las áreas de ferrocarriles, petróleos y teléfonos, y eliminó muchos subsidios estatales a productos.

"Estamos haciendo buenos progresos con las reformas destinadas a hacer de la Argentina una economía de mercado", aseguró Fernández.

Las economía de México, Venezuela, Chile y Colombia están también en auge, mientras que Brasil y Perú continúan estancados, señalaron economistas en la reunión.

Crecimiento

George Folsom, Subsecretario asistente para las políticas internacionales de la deuda, del Departamento del Tesoro de los Estados Unidos, pronosticó que el crecimiento económico para toda América latina promediará entre 2,2 y 3,5 por ciento en 1992.

Folsom dijo en la conferencia que la Iniciativa para las Américas propuesta por el gobierno del Presidente George Bush, un plan de cooperación comercial para el hemisferio, podría promover un mayor avance.

El año pasado, el intercambio comercial entre los Estados Unidos y América latina ascendió a 236.000 millones de dólares, sostuvo, y se espera en 1992 un incremento de dos dígitos, agregó.

"América latina y el Caribe son el mercado regional de más rápido crecimiento para productos y exportaciones de los Estados Unidos", dijo Folsom, y mencionó autopartes, productos electrónicos y bienes manufacturados.

La inflación en América latina tocó un pico de alrededor del 1.200 por ciento en 1989, y podría descender a menos del 35 por ciento este año, expresó.

Sin embargo la región continúa sosteniendo la carga de una deuda pública y privada que totaliza unos 130.000 millones de dólares, una falta de inversión en educación y la imposibilidad de canalizar capitales privados a inversiones fuera del rubro bienes raíces, manifestaron economistas en la reunión.

9203124

DOCUMENTO
TITULO Negociaciones para ingreso al Brady.
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE REFERENCIA 23/1/92
VINCULACIONES 10033
11161
11412
11314

La negociación por la deuda externa con los bancos acreedores se iniciará el jueves 30, en Nueva York, según confirmó ayer William Rhodes, ... del Citicorp. A la reunión asistirá el ministro Domingo Cavallo, quien presentará la propuesta argentina ... Juan José Llach retornó en la víspera a Washington para continuar con las gestiones ...

El 30 de este mes, en Nueva York, Domingo Cavallo se reunirá por primera vez con el comité de bancos acreedores, al que presentará la propuesta argentina para incorporar a la Argentina en la nómina de países que ingresaron al Plan Brady, de reducción de deuda externa.

La información fue proporcionada ayer en Nueva York por William Rhodes, vicepresidente de Citicorp y presidente del comité de bancos acreedores de la Argentina, quien de ese modo confirmó la fecha adelantada el lunes a Clarín por Ricardo Mauldey, titular del mismo banco para América Latina.

El banquero norteamericano expresó su convicción de que en el transcurso del año "Buenos Aires y los bancos lleguen a un acuerdo sobre el futuro de la deuda externa".

Rhodes admitió que existirán diferencias en el ... de las negociaciones, ...

con destino a Washington para ... con las negociaciones ... con el Fondo Monetario Internacional, ... Domingo Cavallo ... el 30 a Nueva York ... encuentro con los bancos acreedores ...

... irá acompañado por el subsecretario de Financiamiento, Horacio Tomás Liendo, y el representante financiero, Daniel Marx. Posteriormente, el ministro se reunirá con los directivos del FMI.

... los temas más urticantes de la negociación pasa por la cancelación de los atrasos de los intereses. Sobre el tema, Rhodes dijo que ése será un punto importante dentro de las negociaciones, ... en mayores detalles.

Doc. Poco Legible

9203125

01 01

ENTRADO
CRUZ DJ

Yacyretá funcionará a pleno para 1997

La dirección de Yacyretá aseguró que cuando funcionen a pleno las 20 turbinas del complejo hidroeléctrico, aparentemente en 1997, su potencia podrá reemplazar 70% de la energía térmica actual, con una economía de 5 millones y medio de toneladas anuales de petróleo.

A través de un informe, el Ente Binacional Yacyretá (dirigido por el economista Jorge Domínguez) asegura que en sólo 3 años de venta de energía, a partir de la puesta en marcha de la primera turbina, en 1994, podrá recuperarse la inversión necesaria para la terminación de las obras.

Aunque el cálculo pueda pecar de optimista al basarse en lo que hace tiempo definió el presidente Carlos Menem como "monumento a la corrupción", por la multiplicación geométrica de los costos originales, el EBY aseguró que el monto faltante a financiar es de sólo u$s 400 millones.

En cifras se empleará en relocalizaciones urbanas y rurales, modificación de trazas de caminos y líneas ferroviarias y otras obras de preservación del medio ambiente. No se cuentan los u$s 325 millones concedidos por el Eximbank para la compra de turbinas.

Al momento, las obras civiles están avanzadas en 80%, las electromecánicas en 25% y las relocalizaciones en apenas 15%. Pese a la sucesiva mora en que cayeron las diversas administraciones, ahora se prevé que el complejo comenzará a generar energía entre marzo y setiembre de 1994.

Yacyretá debería proveer 30,5% más que el total de la energía hidráulica generada en conjunto por Salto Grande, El Chocón, Planicie Banderita, Alicurá, Arroyito y las ubicadas en el Centro y Cuyo.

YACYRETA
CUADRO DE INVERSIONES
PERIODO 1992-1994
(en millones de dólares)

Inversiones	1992	1993	1994	1992-1994
Costo directo proy. obra civil	139,6	127,2	100,7	367,5
Turbinas	53,4	53,1	34,2	140,7
Generadores	46,0	37,1	22,4	105,5
Equipo electromec.	98,3	53,0	50,9	202,2
Expropiaciones	0,0	5,0	6,0	11,0
Relocalizaciones	8,0	10,0	13,0	31,0
Medio ambiente	3,0	5,1	5,1	13,2
Arroyos	0,0	0,0	9,0	9,0
Subtotal	348,3	290,5	241,3	880,1
Ingen. y dirección	13,0	10,1	7,1	30,2
Gastos de funcionamiento	28,0	23,0	19,0	70,0
Total inversiones	389,3	323,6	267,4	980,3

Fuente: EBY.

• **Producción**

A pleno, Yacyretá debería producir 20.000 gigavatios-año, que no alcanzarían a cubrir las necesidades energéticas del país en el siglo XXI, de encarrilarse su crecimiento económico.

En la actualidad, la indisponibilidad del parque térmico (centrales a vapor, gas y diésel) alcanza a 35%, mientras que el sistema termonuclear sufre una merma de 15%.

El informe técnico de Yacyretá considera que el complejo podrá cubrir el "bache existente" en la provisión de energía, pero no será suficiente para abastecer la demanda prevista. Para el 2000 sería necesario contar con una red de 75.500 gigavatios-año, 50% más que las primeras previsiones. Para el 2005, las previsiones son más optimistas, al hablar de 101.000 gigavatios-año.

Para los próximos ejercicios, la perspectiva es invertir 980,3 millones de dólares, distribuidos de la siguiente manera: 389,3 en 1992; 323,6 en 1993 y 267,4 en 1994. La mayor parte de la inversión en el trienio está en los proyectos de obras civiles, con 367,5 millones de dólares, seguido por el rubro de equipos electromecánicos de 202,2 millones.

Tras años de marchas y contramarchas y cambios continuos en los equipos de dirección, acompañados de serias denuncias sobre el manejo del EBY (emprendimiento conjunto con Paraguay), el informe intenta trazar límites cercanos en el tiempo, como modo de aventar los negativos antecedentes de la obra.

9-01

920326

Hay ahora convertibilidad plena del peso con respaldo total dólar

Por primera vez desde la puesta en práctica de la convertibilidad no hay BONEX en las reservas que sustentan la Base Monetaria. Así lo informó el BCRA ayer a través de un comunidado de prensa. Esto implica, lisa y llanamente, que ahora sí el peso es convertible en 100% porque en el hipotético caso de que el público le demande dólares al BCRA éste ya no debería salir a colocar BONEX en el mercado.

Las reservas en divisas liquidas (sin incluir las de ALADI) llegan casi a los u$s 6000 millones, cifra que triplica el promedio de reservas de la década del '70 y llega a los niveles de la era Martínez de Hoz, cuando las reservas alcanzaban a ese monto pero a expensas de un fuerte flujo de endeudamiento en el exterior. El hecho de que se eliminen los BONEX de las reservas que respaldan la convertibilidad disminuye el riesgo de estos títulos, dado que se evitan futuras posibles manipulaciones con esos títulos públicos.

ACTIVOS EN MONEDA EXTRANJERA Y PASIVOS MONETARIOS DEL BCRA
—En millones de dólares—

ΔF 24/1/92

Conceptos	Valor mercado 30.11.91 (B)	Valor nominal 23.12.91 (C)	Valor mercado 23.12.91 (D)	Variac. (E)= (D) — (B)
I. Res. Ley 23.928	**7.220,8**	**7.628**	**7.628**	**407,2**
1. Oro	1.493,8	1.465,2	1.465,2	—28,6
2. Billetes	8,5	23,5	23,5	15
3. Dep. Cta. Cte.	380,5	355,3	355,3	—25,2
4. Col. a la vta.	118,9	122,4	122,4	3,5
5. Col. a plazo	4.132,4	5.332	5.332	1.199,6
6. ALADI neto	472,3	329,6	329,6	—142,7
7. Oblig. del gobierno en cartera	414,4	0	0	—414,4
BONEX '89	158,4	0	0	—158,4
BONEX '87	255,6	0	0	—225,6
BONEX '84	0,3	0	0	—0,3
BONEX '82	0,1	0	0	—0,1
8. Otros	200	0	0	—200
II. Res. excedentes	**685,6**	**1.588,6**	**1.281,8**	**596,2**
1. Oro	0	0	0	0
2. Billetes	0	0	0	0
3. Dep. Cta. Cte.	0	0	0	0
4. Col. a la vta.	0	0	0	0
5. Col. a plazo	0	0	0	0
6. ALADI neto	0	178,5	178,5	178,5
7. Oblig. del gobierno en cartera	646,9	1.340,1	1.064,4	417,5
BONEX '89	646,9	1.041,8	810,5	163,6
BONEX '87	0	297,6	253,5	253,5
BONEX '84	0	0,3	0,3	0,3
BONEX '82	0	0,1	0,1	0,1
8. Otros	38,7	50	38,9	0,2
III. Otros activos	**1.981,8**	**3.661,4**	**2.001,5**	**9,7**
1. Letras de Exp.	512,4	507,8	513,7	1,3
2. Líneas de créd. país-país	416,9	1.759,4	417,7	0,8
3. Créd. mon. ext. al Sist. Fciero.	228,3	245,4	235,9	7,6
4. Act. ALADI pend. compensación	0	253,6	0	0
5. Res. Afect. Esp.	834,2	834,2	834,2	0
IV. Pasivos monet.	**7.220,8**	**7.628**	**7.628**	**407,2**
1. Circ. monetaria	5.752,8	6.096,2	6.096,2	343,4
2. Dep. Cta. Cte.	1.496,5	1.147,3	1.147,3	—349,2
3. Dep. Ctas. Ctes. especiales	15,5	13,8	13,8	—1,7
4. Contrapartida de Oper. de pase	—44	—229,3	—229,3	—185,3

01-01

9203127

RESERVADO

Montevideo, Viernes 17 de Abril de 1992.

01/06

1/5

MEMORANDUM Nº 009/SD/92.

REFERENTE A: AMPLIACION MEMORANDUM Nº008/SD/92.

TEXTO:

- En la fecha se pudo establecer que se ha incrementado el número de asentamientos en dichos terrenos, discriminándose de la siguiente/ manera: en la parte Norte existen 36 terrenos marcados de los cua-/ les 6 estan ocupados con construcciones precarias y ya con fami-// lias adentro; en la parte Sur existen aproximadamente 251 terrenos marcados de los cuales en 59 existen construcciones y carpas.
- Se supo además que el día Miércoles 15/4 se realizó una Asamblea// en el CLUB ABASTO a la hora 2000, habiendo participado ambas comi- ciones y en la cuál resolvieron concurrir el día Lunes a solicitar la instalación de agua y luz en el predio, reiterando además su in tención de seguir adelante con la ocupación.-
- Se tomó conocimiento a través del Oficial S-2 del Grpo.A.Nº1 que / el Jefe de dicha Unidad se había reunido con integrantes de las // comisiones de ocupación, las cuales estaban representadas por la / Abogada Patricia PEREZ ABELLA (MLN-T), quien estaría vinculada /// sentimentalmente con R. ZABALZA (MLN-T).-

ACCION TOMADA; Confección del Presente Memorandum.

DISTRIBUCION:

Original y Copia Nº1. Dpto. E-II del E.M.E.

Copia Nº2 Archivo.

Saluda a usted atentamente.

El Jefe de la Ca.E/Inf. de Ejército.

Tte.Cnel.

EDGARDO DA CUNHA.

E.M.E. Dpto. II (Secc. Arch.) Fecha 24/4/92

3 11 92

ED/vm.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha: 06 MAYO 1992
Pasa a: Biográfico-Militar
Nº de orden 9203128

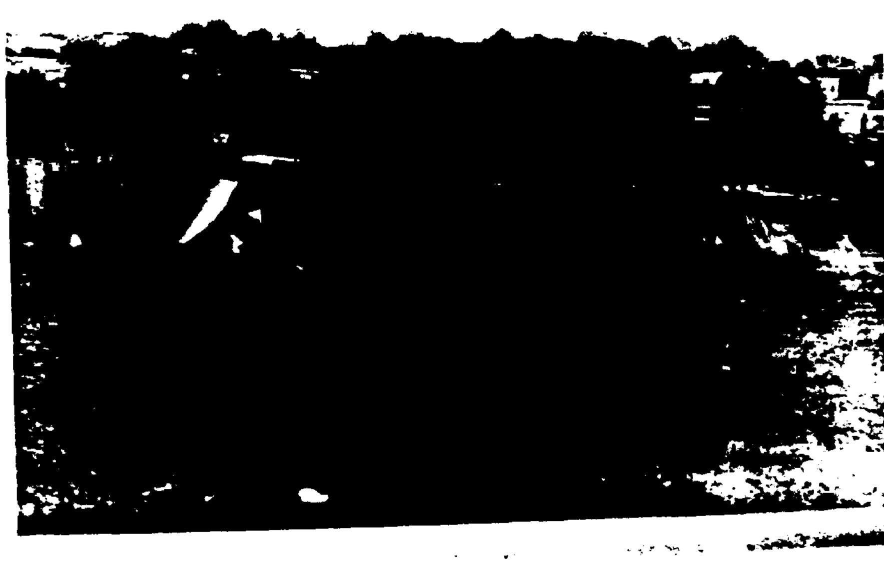
0015

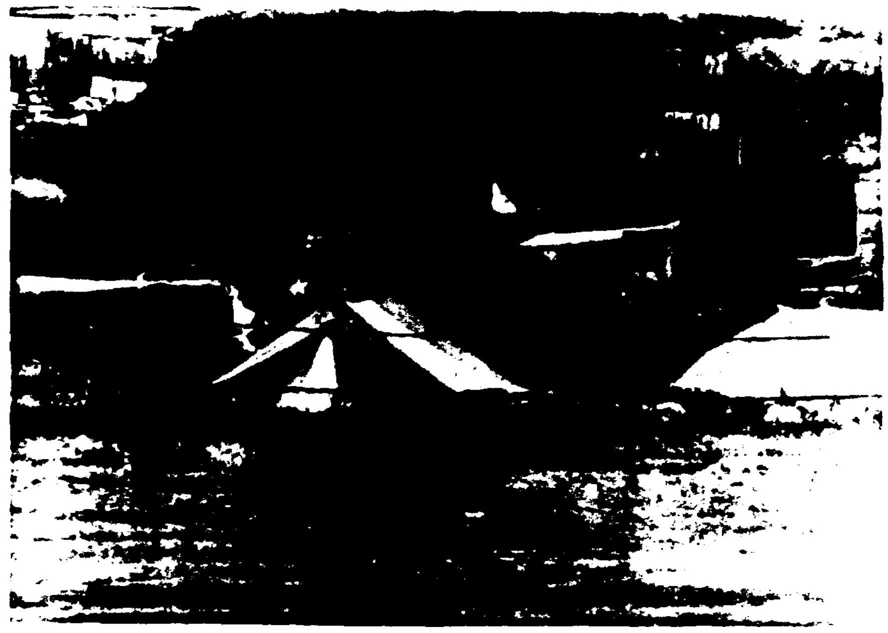
RESERVADO

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
28/4/92
SID I
Nº de identificación 9203128













003

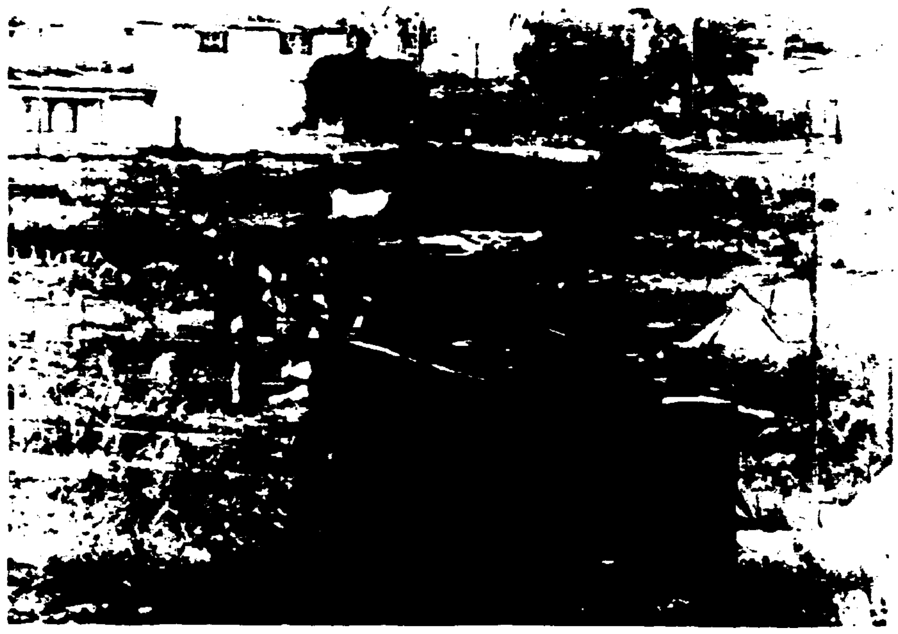
92031 28











005/5

92031 28

N°. DOCUMENTO

TITULO: Saldo favorable a la Argentina en el comercio con Brasil.

PROCEDENCIA: 150025

FECHA DE RECEPCION: 26/12/91

VINCULACIONES: 10033
11161
11409

Entre enero y julio, U$S 120 millones

Saldo favorable a la Argentina en el comercio con Brasil

Un superávit de [illegible] millones de dólares para nuestro país registró la balanza comercial argentino-brasileña en los primeros siete meses de este año, de acuerdo con los registros que llevó el Instituto Nacional de Estadística y Censos (Indec).

Las exportaciones aumentaron un 17,8 % con respecto a igual período de [illegible], y de los 701,7 [illegible] lares exportados por [illegible] 206,7 millones correspondieron a cereales; 64,8 millones a animales vivos y productos del reino animal; [illegible] llones a productos químicos; [illegible] llones a calderas y aparatos mecánicos; 50,3 millones a frutas comestibles; 46,4 millones a pieles [illegible]

[illegible]

9203129

01-01

ENTRADO
CRUZADO

DOCUMENTO
[illegible] Liquidación de Hipasam
[illegible] 15605
[illegible] 26/1/92
[illegible] 10033
11161
11312

ENTRADO [illegible]

La Nación 26/1/92

La liquidación de Hipasam

EL Ministerio de Defensa ha dispuesto finalmente la liquidación de la empresa minera estatal Hipasam (Hierro Patagónico Sierra Grande), sin que esta vez la medida despertara protestas siquiera equiparables a las que respondieron a otras disposiciones anteriores dirigidas a suspender la actividad de ese establecimiento.

Tanto la decisión como sus ecos parecen demostrar que las autoridades y la sociedad, en su conjunto, están resueltas a [illegible] y reaccionar adecuadamente a la hora de poner fin a emprendimientos cuya manifiesta inviabilidad económica no sólo torna estéril la inversión original sino que los convierte además en una pesada carga para el erario.

Desde cualquier punto de vista, el caso de Hipasam constituye un ejemplo digno de ser [illegible].

Según estimaciones oficiales de carácter global, el montaje de la estructura de extracción, transporte, pelletización y embarque del mineral extraído habría requerido la inversión de medio millar de millones de dólares [illegible], cifra que crecería aún más si el precio total pagado por ese conjunto de instalaciones fuera recalculado a dólares constantes.

A su vez, los altos costos operativos de la empresa, históricamente incompatibles con el valor real y [illegible] un monto de recursos de la Tesorería que se estima hoy en el orden de los setecientos [illegible].

Sin ir más lejos [illegible] los mismos cálculos, la [illegible] consumido recursos [illegible] de noventa millones de dólares durante el ejercicio fiscal anterior, cifra parangonable, por ejemplo, al producto de un mes del impuesto a los débitos bancarios.

Para tener idea clara de la completa dependencia de la operatoria Hipasam de los giros del fisco, bastaría mencionar que las autoridades indican que dispusieron su liquidación tras llegar a la conclusión de que sólo veintisiete centavos de cada peso gastado por la empresa provenían de sus [illegible] setenta y tres centavos [illegible] del Tesoro.

No puede [illegible], entonces, que la deuda total acumulada por ese establecimiento estatal fuera, en septiembre del año último, de trescientos millones de dólares, ni que hayan transcurrido los últimos cuatro años sin balance, ni que el resultado de los ejercicios previos haya sido reiteradamente observado por la Sindicatura General de Empresas Públicas (SIGEP).

Tampoco es ocioso recordar que Hipasam empleó recurrentemente [illegible] de personal que excedían en alrededor del cuarenta por ciento el número de agentes previsto en principio, o que el cliente principal y obligatorio de la firma haya sido otra empresa que atravesó un poblado conjunto de problemas y hoy se encuentra en vías de privatización: la acería estatal Somisa (Sociedad Mixta Siderúrgica Argentina), cuyo traspaso a manos particulares obliga a cada paso a [illegible] y dejará seguramente como rastro –al igual que Hipasam, pero en mayor escala– situaciones [illegible] conflictivas.

Indudablemente, el costo de [illegible] siderúrgico estatal [illegible] con el pacto fiscal [illegible] un más amplio [illegible] sobredimensionado.

Ninguna [illegible] que tuviera [illegible] de hierro y acero propios [illegible] cuando el mineral [illegible] en explotaciones [illegible] y [illegible] del mundo.

Con decenas de [illegible] la mina de Sierra Grande [illegible] rales raros o preciosos [illegible] contratados en su [illegible] con la [illegible]

La [illegible]

La [illegible] lítica.

Como en otras partes del mundo, el abandono de esas creencias y los defectos de la estructura montada bajo su influencia han conducido al único desenlace razonable. Sólo queda como beneficio la amarga lección de que es un mal negocio involucrar al Estado en políticas prometedoras de objetivos de potencialidad y grandeza tan lejanos e irreales como discursivos. Y, lo que es peor, extremadamente caros.

01-01

9203130

Buenos Aires, viernes 27 de diciembre de 1991, Ámbito Financiero

EL GOBIERNO COMPLETA LA DESREGULACIÓN

El nuevo decreto que prepara el gobierno para completar la desregulación significa asegurar una mejora sensible del tipo de cambio para el año próximo. Esto representa una enorme tranquilidad para el equipo económico, ya que se descomprime mucho las presiones por el eventual atraso cambiario. De modo que este nuevo decreto, que completa la gran liberación de la economía que dispuso el gobierno a fin de octubre, puede implicar una suerte de seguro contra la devaluación en 1992. Las grandes empresas exportadoras confían en que podrá haber un aumento de hasta 10% en el dólar para exportaciones, sumando los beneficios de este nuevo paquete de medidas con lo que ya se comenzó a implementar desde octubre. Se confirmó que el centro de esta nueva desregulación apunta a simplificar al máximo y a reducir los costos del comercio exterior, en particular las exportaciones. No habrá que hacer trámites ni pedir permisos especiales para exportar. Se realizó una encuesta entre empresarios de primera línea para que opinen sobre el decreto.

Grandes empresas superan mejora de 10% en dólar real

Escribe Guillermo Kohan

Las grandes empresas confían en que habrá una mejora de por lo menos 10% en el tipo de cambio real durante el año próximo. Ayer se celebraba en los directorios la primicia de este diario sobre la desregulación del comercio exterior, y los primeros números que manejaba el **Club de Exportadores (Acíndar, PASA Petroquímica, Pérez Companc, Techint, Aluar y Alpargatas)** revelaban que el efecto de estas medidas contribuirá por lo menos en 4% para la mejora del dólar de exportación en 1992. Según estos industriales, que actualmente controlan buena parte de los pasos que da la UIA, con el decreto que prepara el gobierno prácticamente se cumplen todos los reclamos que se venían formulando para reducir el denominado "costo argentino" en términos de transporte, funcionamiento de puertos y principalmente la excesiva burocracia que viene dominando hace años el comercio exterior en la Argentina. Queda solamente pendiente la pelea crucial que se definirá en las próximas semanas, relacionada con el nivel al cual quedarán las tarifas energéticas en función de los marcos para la privatización de Segba y Gas del Estado.

Pero solamente este nuevo esquema que prepara el gobierno significa un enorme alivio burocrático para todos las operaciones ya que se derogará una cantidad impresionante de leyes que traban el comercio exterior (ver cuadro). A la eliminación de todos los trámites que resultaban necesarios para exportar (ver página 3), se sumará la simplificación de la cantidad de [illegible] Aduana. Por ejemplo, actualmente un despacho de exportación debe [illegible] plia. En [illegible] hay [illegible]

Continúa página 3

ras al exportador, al despachante de Aduana y la Aduana.

La simplificación de los trámites en la Aduana será la médula de este nuevo decreto en el cual precisamente han trabajado hombres de esa entidad al mando de Carlos Bongiovani. El armado del decreto estuvo nuevamente bajo la responsabilidad de **Héctor Domeniconi** con la asistencia de **Pablo Rojo.**

- **Seguro**

Entre los hombres de **Domingo Cavallo**, en tanto, se habla de este nuevo decreto como una suerte de seguro contra la devaluación en todo 1992. Es que suponen que la mejora del tipo de cambio para exportadores el año próximo superará 15% (los industriales hablan de 10 puntos), lo cual permitirá descomprimir las presiones por el problema del atraso cambiario comparando la estabilidad del dólar con la evolución de precios y salarios desde abril de este año.

TODAS LAS LEYES BUROCRATICAS QUE SE ELIMINAN

Gran división	División	Ley, decreto, estatuto, modificaciones, etc.	Contenido
1. Agricultura, caza, silvicultura y pesca	1.1. (Agricultura y caza)	Ley 19.990	Algodón, precios mínimos y fondo de mínimo
		Decreto 2438/[illegible]	Banano
		Decreto 7470/72	Aceituna
		Ley [illegible] (prov. de Bs. As.)	Mango, chirimoya, papaya
		Decreto [illegible]/71	Horticultura
		Decreto [illegible]	Chinchillas
		Ley 20.[illegible] y Dec. [illegible]	[illegible] de capital extranjero) *
		Dec. [illegible]	Frutas
		Dec. [illegible]/72	Té
		Ley 12.[illegible]	Yerba mate
			Silos de campaña: 75% de la carga a los FF.CC. privatizados
			Necesidad de implementar mercados de futuro genuinos (en lugar de [illegible])
			Exigir la [illegible] de org. intermedias con facultades [illegible] a la Junta Nacional de Granos (Registro Nac. de Exportadores)
1. Agricultura, caza, silvicultura y pesca	1.1.	Dec. [illegible]	Avicultura
		Dec. 3162/[illegible]	Fomento producción avícola
		Dec. [illegible]/76	Plan Nac. Avícola
		Dec. [illegible]/51	Fomento crianza chinchillas
		Dec. [illegible]/64	Carnes
		Dec. [illegible]	Lanas
		Ley 18.905	Política vitivinícola nacional *
	1.2. Silvicultura y pesca	Ley 19.995	Defensa de la riqueza forestal *
		Ley 17.500	Ley de Pesca *
			Régimen de promoción económica a la actividad pesquera *
2. Explotación de minas y canteras	2.1.	Código Minero	Modificarlo
			Privatizar, provincializar o liquidar YCF, Yacimientos Mineros, Aguas de Dionisio
3. Industrias manufactureras	3.1 Productos alimenticios, bebidas y tabaco	Ley 18.284	Código Alimentario
		Ley 18.[illegible]	Lo modifica
		Ley 21.[illegible]	Vitivinicultura, [illegible] de los despachos al consumo de mosto *
		Ley 21.[illegible]	Idem *
		Dec. [illegible]/71	Promoción sector vitivinícola *
		Ley 18.905	Política vitivinícola nacional *
		Dec. [illegible]/84	Plan reconversión industria frigorífica
	3.2	Dec. 2882 y 28[illegible]	Subsidio a pulverizadores patagónicas **
	Textiles	Ley 19.[illegible]	Industrialización del algodón - Fondo Algodonero Nacional
		Ley 23.107	Cargas sociales en función de la unidad [illegible] y no de gente involucrada
		Dec. 4[illegible]/73	Promoción industria textil del algodón
			Excesiva información a la Secretaría de Industria y Comercio
			Doble aduana en países limítrofes
			Falta desregular la exportación de cueros crudos
			Necesidad de una ley antidumping efectiva
		Dec. 313[illegible]	Calzado económico (régimen de promoción) **
Industrias manufactureras	3.3 Industria de la madera y productos de la madera, incluidos muebles	Dec. 7211/[illegible]	Madera terciada (interés Nacional) **
	3.4 Fabricación de papel y productos de papel, imprentas y editoriales	Res. SICE 53/85	Impide importar libros de autores argentinos editados en el exterior *
	3.6 Productos minerales no metálicos (excepto petróleo y carbón)	Dec. 1940/52	Tierras filtrantes (interés Nacional) *
	3.7 Industrias metálicas básicas	Dec. 1945/52	Metales en polvo (interés Nacional) **
		Dec. 3035/83	Auxilio a Hipasam *
		Leyes 18.[illegible] y 23.216	Privilegios fiscales Hipasam *
	3.8	Dec. 21.773/53	Caños sin costura (interés Nacional) **
	Fabricación de productos metálicos, maquinaria y equipo	Dec. [illegible]/52	Cojinetes de rodamientos (interés Nacional) **
		Dec. 5[illegible]/54	Aparatos de refrigeración (interés Nacional) **
		Dec. 12.177/54	Motores eléctricos (interés Nacional) **
		Ley 15.[illegible]/57	Tractores (interés Nacional) **
		Dec. [illegible]/53	Cristales ópticos (interés Nacional) **
		Dec. 574/[illegible]	Material fotográfico (interés Nacional) **
		Dec. 12.[illegible]/46	Pilas secas (Régimen de Promoción) **
		Dec. 12.[illegible]/54	Bicicletas (Régimen de Promoción) **
		Dec. [illegible]/54	Motonetas (Régimen de Promoción) **
		Ley 21.932	Reconversión automotriz
		Ley 19.640	Régimen especial de Tierra del Fuego
		Dec. 2[illegible]/78	Fabricación aeroespacial controlada por Fuerza Aérea
6. Comercio al por mayor y menor, restaurantes y hoteles	61 Comercio al por mayor		Ley de Puertos
		Ley 19.[illegible]	Algodón
		Dec. 737/64	Importación de planeadores *
		Dec. 2241/71; 3250/73 y 4585/73	Importación equipo navegación aérea regulada por Fuerza Aérea *
		Dec. 1675/74	Exportación de carne (planta adecuada)
		Res. M.E. [illegible]/83	Exportación por puertos patagónicos
		Res. M. E. [illegible] y [illegible]/85; Capitanía de Puertos, disp. 10/77; 13/78 y Res. 241/[illegible]	Exportación por Antofagasta Estibaje *
			Necesidades: —[illegible] —Mecanismo antidumping efectivo —Rapidez para obtener el Certificado de Exención de pago de gravámenes (Form. 73[illegible]) —[illegible] que se superponen
6. Comercio al por mayor y menor, restaurantes y hoteles	62 Comercio al por menor	O.R. [illegible]	[illegible]
		Dec. 20[illegible] y Ley 12.[illegible]	[illegible]
		M.T. [illegible]	[illegible]
		Ley 18.[illegible]	[illegible]
		Ley 18.[illegible]	[illegible]
		Ley 18.[illegible]	[illegible]
7 Transportes, almacenamiento y comunicaciones	71 Transporte y almacenamiento	Ley 17.285	Código Aeronáutico
		Ley 18.[illegible]	[illegible]
		Ley 19.[illegible]	[illegible]
		Ley 18.[illegible]	[illegible]
		Ley 19.[illegible]	[illegible]
		Dec. [illegible]/71	[illegible]
		Dec. [illegible]/71	[illegible]
		Ley 18.[illegible]	[illegible]
		Ley 18.[illegible]	FF.CC.
		Ley 21.[illegible]	[illegible]
		Ley 21.[illegible]	[illegible]
		Ley 12.[illegible] de 19[illegible]	[illegible]
		Ley 20.447	[illegible]
		Ley 21.[illegible]	[illegible]
		Ley 21.[illegible]	[illegible]
		Orden Minist. 1974	[illegible]
8. Establecimientos financieros, seguros, bienes inmuebles y servicios prestados a las empresas	81 Establec. financieros	Ley 17.[illegible]	[illegible]
		Ley 18.715	[illegible]
		Ley 18.[illegible]	[illegible]
		Ley 18.[illegible]	[illegible]
		Ley 17.[illegible]	[illegible]
		Ley 18.[illegible]	[illegible]
		Ley 18.[illegible]	[illegible]
		Ley 20.[illegible]	[illegible]
		Ley 21.[illegible]	[illegible]
		Ley 21.[illegible]	[illegible]
		Decreto [illegible]	[illegible]
		Decreto [illegible]	[illegible]
		Decreto [illegible]	[illegible]
		Decreto [illegible]	[illegible]
		Decreto [illegible]	[illegible]
7 Transportes, almacenamiento y comunicaciones	71 Transporte y almacenamiento	Ley de Navegación	[illegible]
		[illegible] y [illegible]/71	[illegible]
		Leyes y Decretos [illegible]	[illegible]
		Ley 21.[illegible]	[illegible]

INTERES DE CINCO EMPRESAS EUROPEAS Y UNA DE EE.UU.

Comienza la licitación de subtes y trenes suburbanos

Con la apertura, el viernes 31, del sobre con los antecedentes de las empresas oferentes, se pondrá en marcha el proceso licitatorio para dar en concesión seis líneas ferroviarias y cinco de subterráneos, aunque en la primera etapa se conocerán las condiciones para el Mitre, el Sarmiento, el Urquiza y los subtes. La presentación de las ofertas económicas por este "paquete" vencerá el 20 de abril.

Para el último día de enero, los grupos empresariales interesados en quedarse con la explotación de las **seis líneas ferroviarias metropolitanas y la red de subterráneos deberán cumplir con el primer paso del proceso licitatorio:** la presentación del denominado **sobre número 1.**

Los consorcios oferentes tendrán que arrimar a la Secretaría de Transporte los antecedentes y los datos que describan su "capacidad técnico-operativa, empresarial y económico-financiera".

Esta instancia **no será descalificatoria,** ya que las autoridades podrán reclamar cualquier tipo de aclaración y modificación de los grupos para dar cumplimiento a las condiciones del pliego.

El 31 de enero también se darán a conocer las **"Condiciones particulares"** que regirán para la concesión de las líneas **Mitre y Sarmiento,** por un lado; y de la línea Urquiza y la red de subtes, por otro lado. Los que estén interesados en estos **dos "paquetes" de líneas tendrán tiempo hasta el 20 de abril para elaborar la propuesta económica,** la cual deberá presentarse por medio de dos sobres: **el sobre 2 A:** llevará el **"plan empresario",** donde se expondrá cómo se utilizarán los recursos y cómo se cumplirá con la concesión.

● **El sobre 2 B contendrá** la **propuesta financiera** y el **valor del subsidio solicitado** para la explotación de los servicios.

Hasta el momento, las cinco líneas de subterráneos (que se dan en concesión junto con el ferrocarril Urquiza) son las que despertaron **mayor interés entre los operadores extranjeros.** A juzgar por los pasos registrados en las últimas semanas, en la pugna por los subtes participarían dos firmas italianas (**Intermetro de Roma y la Metropolitana Milanesa**), una española (**Metro Ibérica**), una alemana, **Metro Berlín**), una inglesa (**London Transport**) y una norteamericana (**Burlington Northern**).

◆ **Particularidades**

A diferencia de las restantes privatizaciones encaradas por el gobierno nacional, la proyectada para los subterráneos y los ferrocarriles metropolitanos **le tiene asignado al Estado un papel preponderante antes y después del traspaso de los servicios a los operadores privados.**

El complejo y original mecanismo diseñado para la privatización ferroviaria determinó la existencia de un pliego que consta de tres partes: **las Bases, las Condiciones generales y las Condiciones particulares.** Las dos primeras partes son comunes a todos los servicios que se dan en concesión en tanto que, para cada línea, se definirán las obligaciones y exigencias específicas que deberán cumplir los concesionarios.

La licitación para la concesión de los subtes y trenes urbanos se puso en marcha a principios de diciembre con la venta de las **Bases** y las **Condiciones generales** del pliego. En ellas quedaron establecidos, por un lado, los pasos que tienen que dar los oferentes en la primera etapa de la licitación y, por otro lado, se fijó el papel que desempeñará el Estado dentro del nuevo panorama ferroviario.

De acuerdo con lo definido en los tramos que se conocieron del pliego, el Estado deberá promover con antelación al traspaso de las líneas una serie de medidas que apunten a **"crear condiciones favorables"** para las concesiones.

◆ **Subsidios**

Una vez que se transfiera a manos privadas la explotación de los servicios, **el Estado tendrá una presencia permanente a lo largo de las concesiones, ya que deberá brindar subsidio todos los meses a los operadores ferroviarios.**

La modalidad adoptada para esta privatización determina que el Estado da en concesión la explotación económica y técnica de los distintos servicios, pero con el establecimiento de un régimen de subsidios destinado a [illegible] sionarios. Los [illegible] estatales se [illegible] brir la [illegible] del [illegible] tener los [illegible] y solventar [illegible] en [illegible] vación de la [illegible] ra vial.

Dentro de este [illegible], todas las [illegible] en vías, obras y material [illegible] que [illegible] concesionario [illegible] das por el Estado.

Si se [illegible] el nivel de aportes que [illegible] ciendo el Tesoro [illegible] timos años, para [illegible] en funcionamiento [illegible] nes y subtes, [illegible] res privados [illegible] anualmente [illegible] de 200 millones de [illegible].

En lo que [illegible] a las tarifas —la otra fuente de ingresos que [illegible] los concesionarios— [illegible] so poner en [illegible] un sistema de [illegible] según el cual los [illegible] que presten servicios de mejor calidad podrán aplicar valores superiores a los aprobados por la autoridad regulatoria.

Antonio Rossi

TRENES Y SUBTES QUE SE LICITAN

TRANSPORTE DE PASAJEROS

LINEAS METROPOLITANAS DE TRENES

- Mitre
- Urquiza
- San Martín
- Belgrano
- Roca

LINEAS DE SUBTES

- A: Plaza de Mayo-Primera Junta
- B: Federico Lacroze-Leandro N. Alem
- C: Retiro-Constitución
- D: Catedral-Carranza
- E: Bolívar-Plaza de los Virreyes (…



Los subterráneos fueron los que más interés han despertado entre los oferentes

01-01

9203132

PETROQUIMICA

La promesa que no fue

En una economía exportadora, la petroquímica se perfilaba hasta hace poco como una de las grandes esperanzas. Los empresarios hablaron de inversiones por 3.000 millones de dólares. Nada de eso se ha concretado y hoy la petroquímica argentina muestra un considerable atraso tecnológico que la deja fuera de buena parte del mercado internacional. La importación —apertura mediante— es un peligro cierto. Para los industriales parece haber llegado la hora de remozar viejos proyectos y servirse de las nuevas condiciones: desregulación, flexibilización laboral, Mercosur y privatizaciones.



Investigación y notas de Adriana Lauro.

La apertura económica obliga a los empresarios que todavía se mantienen en pie a hacer un "mea culpa". En un sector como el petroquímico que mueve más de 1.800 millones de dólares al año, reconocen que la falta de inversión de los últimos 15 años es un boomerang que hoy solo pueden esquivar con severos ajustes y resignando ganancias.

El futuro de grandeza para el que se preparaban los industriales petroquímicos hace alrededor de cuatro años, cuando hablaban de inversiones del orden de los 3.000 millones de dólares, ha quedado reducido a un proceso de reestructuración, nuevas asociaciones, búsqueda de competitividad y pequeñas inversiones que salen con fórceps.

La Argentina en los años '60 inauguró y lideró la producción petroquímica latinoamericana. Pero su maduración posterior no fue suficiente para mantener ese lugar de privilegio: hoy ocupa el tercer puesto detrás de México y Brasil.

Es que mientras en el país se desmantelaba la industria nacional y se postergaban los proyectos productivos, en el mundo descruzaban los brazos. Los países árabes y del sudeste asiático —tradicionales importadores de productos petroquímicos— construyeron sus propias plantas o, en algunos casos, cerraron el círculo de la integración fabril. Y cuando la oferta internacional se hacía más abundante, los precios bajaban al mismo ritmo, ante la competencia de la tecnología más moderna.

◆ **Producir es más caro**

En el país los costos internos (combustibles, electricidad, salarios, entre otros) no hicieron más que aumentar. La materia prima por excelencia, el combustible, dejó de tener precios diferenciales (40% más bajos que los internacionales) y hacia 1986 se pusieron a tono con los valores del mundo. Hoy el resultado de la ecuación es: todo alrededor de 30% más caro.

Además los aranceles de importación que protegían a la actividad se fueron reduciendo en los últimos cuatro años, hasta ubicarse al comienzo del Plan Cavallo entre cero y 11% (previéndose su eliminación total hacia 1995).

Quienes están acostumbrados a exportar cerca del 40% de su producción, tendrán este año marcado a fuego en su memoria: fue uno de los peores en ventas al exterior. Los volúmenes los conformaron, pero a la hora de contar las ganancias en divisas, la caída de los precios internacionales entre 20 y 40% y el alza de los costos internos les jugaron en contra. Los industriales se muestran embretados: les cuesta más producir y les pagan menos por sus exportaciones.

"Todavía las condiciones son más favorables para importar que para exportar", reconoce Manuel Herrera, directivo de Petroquímica Argentina S.A. Y ense- cuesta cerca de 4.000 millones de dólares y para ese desembolso no hay interesados a la vista. Pero aunque las grandes inversiones hayan quedado archivadas en el último cajón, una inyección de tecnología de última generación podría aportar mucho al imprescindible abaratamiento de costos y se conseguiría ganar posiciones en el mundo. Los hombres de negocios no se cansan de repetir: "La financiación sigue siendo cara".

Por ahora los dólares que recalaron en el sector se orientaron a ampliar complejos y, en general, a obras poco significativas —entre 5 y 10 millones de dólares—. Solo abandonó esa coherencia sectorial la firma Petroken —asociación entre Ipako 51% y Shell 49%— que comenzará en unas semanas a operar una planta productora de polipropileno (material para paragolpes de autos, fibras para telas, bolsitas de embalaje) por la que desembolsó cerca de 180 millones de dólares.

◆ **Ahora el Mercosur**

La inminencia de los efectos del mercado común entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay está generando movimientos en varias piezas del tablero petroquímico. Por delante hay un grupo de 200 millones de clientes en disputa. En el país las fusiones, asociaciones y cambios del esquema empresarial están presentes en todas las charlas del sector. Por ahora cerca de una decena de grupos económicos tienen a su cargo alrededor de 16 empresas.

El competidor en serio al que habrá que hacer frente es Brasil, que vende más barato y tiene una producción cinco veces superior a la local.

Algunos de los directivos de Ipako, que ya hicieron varios viajes para ver cómo se las componen con sus colegas brasileños para respetarse y compartir clientes, (los actuales y los nuevos). Ellos confían en la ductilidad de las plantas vernáculas para reaccionar a pedidos de volúmenes chicos, ganando así posiciones en los nichos que no podrían cubrir las industrias vecinas.

Y casi como relamiéndose por el futuro de [illegible] protección que se cierne sobre la industria [illegible] brasileña, los empresarios argentinos [illegible] haga efectiva la racionalización y desregulación [illegible] se experimenta de este lado de las fronteras.

"Por ahora ellos cuentan con una producción subsidiada y nosotros recién estamos saliendo [illegible] de desregulación y apertura. No es buen [illegible] para comparar", se quejan algunos empresarios.

Para Herrera la clave es el cambio de [illegible] macroeconómicas argentinas, [illegible] industrial —sostiene— [illegible] dad de condiciones.

Pero aunque la industria nacional [illegible] en la contienda comercial que se [illegible] acuerdos del Mercosur, la exportación de materias primas con escaso valor agregado se dejará de [illegible] forma de quemar recursos a cambio de un [illegible] cada vez más chico de dólares.

"Es preferible salir a ofrecer al mundo [illegible] res o vasitos descartables antes de que se [illegible] capital de profesionales bien formados que existe en el país y se pierdan las posibilidades de crecer para siempre", enfatiza un consultor privado.

Poner el acento en la exportación de productos terminados es una idea compartida por todos los hombres de la industria. Para ello —opina Herrera— la recomposición del tejido productivo es insoslayable y en ese proceso las pequeñas y medianas empresas cumplen un papel preponderante. "Son nuestros clientes y si ellos no se recuperan no habrá quien dinamice el mercado interno". El repunte que este año tuvieron las ventas —entre 30 y 35%— no termina de conformar a los empresarios.

Sin embargo, mientras se reciben del exterior paraguas plásticos, juguetes, teléfonos, cubiertas y toda clase de manufacturas que contienen insumos de origen petroquímico, las pequeñas y medianas empresas tratan de mantenerse a fuerza de abastecer el mercado interno, con maquinaria obsoleta y sin posibilidades de financiamiento.

guida aclara: "Esa es la foto del presente. Pero la tendencia es, en general, muy positiva. Las condiciones ya son mucho más favorables que hace 6 meses". Entre los logros obtenidos suma el decreto de desregulación, la ley de accidentes de trabajo, los cambios impositivos, la inminente reestructuración de la Aduana, los acuerdos por el Mercosur y su complemento, la Iniciativa para las Américas.

◆ **Desempolvando proyectos**

Pero aunque se ven ya los primeros indicios de nuevas inversiones y se desempolvan viejos proyectos, los dólares necesarios para que los empresarios le den la bienvenida sin temores a la apertura económica todavía no llegaron.

"La industria ahora está pagando el precio por no haber destinado capitales a la integración de su producción. Hoy las plantas más importantes —Polo Petroquímico de Bahía Blanca, PASA y Petroquímica General Mosconi— ya son antiguas y poco competitivas a nivel internacional. Uno solo de los complejos brasileños es suficiente para superar la capacidad de producción argentina", critica un consultor de la industria.

El juego está casi parado. Algunos entendidos afirman que construir un complejo de envergadura hoy

El Estado ya no será el proveedor de básicos

Como era de esperar en el sector petroquímico la política de privatizaciones también se hace notar. Las dos empresas líderes en la elaboración de productos básicos están a la espera de sus nuevos dueños.

El complejo que Petroquímica General Mosconi (PGM) tiene en Ensenada (Buenos Aires) es totalmente estatal. En cambio en Petroquímica Bahía Blanca, ubicada en la localidad homónima del sur de la provincia de Buenos Aires, el Estado tiene una participación accionaria de 51% y el resto se lo reparten capitales privados.

Los dos polos son los principales abastecedores de productos básicos. Ambas empresas cubren más de la mitad de la producción nacional de ese eslabón primario de la cadena industrial y se hacen cargo de casi la cuarta parte de la demanda del conjunto de bienes petroquímicos. Su lugar en el [illegible] del sector es mucho más [illegible] tégico, es un espacio de poder casi absoluto.

El proyecto de PBB nació [illegible] 1977 y comenzó su funcionamiento efectivo en 1981. La [illegible] sación que se le hace [illegible] integración. Los [illegible] de que los valores [illegible] que las [illegible] rante una década [illegible] por debajo y las [illegible] ron.

Más antiguo es el [illegible] que se inició [illegible] boración de [illegible] y de [illegible] producción [illegible] conecte a la [illegible] desfasado [illegible] vinos, derivados [illegible] puesta en marcha [illegible] olefinas, ya supera los [illegible] de dólares.

02-02

9203133

Buenos Aires, martes 28 de enero de 1992, Ambito Financiero

Argentina intentará negociar u$s 31.000 millones a través del plan Brady

Cavallo pedirá un descuento de 38% para la deuda externa

*Washington DC (enviado especial) — Los hombres del Ministerio de Economía ya están obsesionados con la negociación con los bancos que comienza el jueves en Nueva York. Apenas llegó **Domingo Cavallo** a Washington el domingo último, pidió un informe a **Daniel Marx** y a **Horacio Liendo** a propósito de la gira que ambos mantuvieron la semana pasada por Europa y Japón. Prácticamente a los gritos, porque los detalles se los dieron a **Cavallo** en un restaurante donde a todo volumen estaban transmitiendo los avances de la final del Superbowl (el torneo de la Liga Nacional de fútbol americano) que se jugaba por la noche, **Marx y Liendo confesaron noticias no del todo favorables. Se confirmó la dureza de los banqueros de Oriente, que ya adelantaron que no están interesados en las privatizaciones.** Les basta que haya entusiasmo entre sus colegas norteamericanos, porque ellos ahora tienen en su poder la mayoría de los papeles de la deuda argentina, y prefieren hacer el negocio de esperar para vendérselos a los norteamericanos. Para balancear esa mala noticia, sólo se mencionó que el gobierno japonés, a través del Eximbank, **estaría dispuesto a apoyar financieramente a la Argentina en la masa crítica necesaria para el plan Brady, siempre y cuando primero desembolsen el Banco Mundial y el Fondo Monetario.***

*De la negociación con los bancos también se ocupó ayer **Cavallo** durante una breve conferencia de prensa con los periodistas acreditados ante el FMI y el Banco Mundial. Habló media hora, antes de partir sobre las 18 a un encuentro con el vicepresidente del Banco Mundial, **Sahib Hussein**. Entre los comentarios del ministro, caben destacar los siguientes:*

- ***Argentina necesita de aquí a setiembre u$s 3500 millones para garantizar el ingreso al plan Brady. Vamos a ver si lo conseguimos con el apoyo del Fondo, el Banco Mundial y el Eximbank de Japón.***
- *Con los bancos vamos a hacer una propuesta totalmente flexible. Lo único que no podemos conceder es violar la Ley de Convertibilidad.*
- ***No descartamos un aumento en los pagos mensuales a los bancos, siempre que podamos cubrirlo con superávit fiscal. El problema de la Argentina es conseguir superávit fiscal. Esa es la restricción con los bancos. Pero si nos alcanza el superávit para pagarles, les vamos a pagar con los instrumentos financieros que ellos prefieran.***
- *Queremos ofrecerles un menú de alternativas sencillo, con instrumentos que sean bien conocidos en el mercado internacional. No queremos ingresar en una discusión larga, con mecanismos complicados y cálculos financieros difíciles.*
- ***No nos gusta atarnos ni a una tasa fija ni a una flotante. Hay que buscar un mecanismo intermedio.***
- *El problema de la capitalización de la deuda lo queremos tratar perpendicularmente. Les vamos a ofrecer a los bancos un mecanismo que permita que aquellos que quieran apostar a una mejor valuación de los bienes que hay en la Argentina, tengan que hacerlo ahora.*

• Bono

*Como se ve, no resultó preciso el ministro al hablar de la propuesta que se elevará a los bancos. Pero algunos detalles técnicos comienzan a confesar en el máximo secreto quienes lo acompañan en esta gira. **Lo evidente es que avanza la idea de ofrecer un bono vinculado con las privatizaciones, y eso se desprende del último punto mencionado por Cavallo en la conferencia de prensa. A propósito, dijo que la recaudación en las tres primeras semanas de enero viene 8,4% por encima de lo proyectado, en tanto que el IVA estaba 18% arriba de los pronósticos.***

*Otro punto interesante es conocer cómo se va a analizar el tema de la quita en el capital de la deuda. Con los bancos, no se pacta un porcentaje fijo. Surge de la reclasificación de los papeles actualmente en circulación (promissory notes y GRA). Fundamentalmente se utilizan dos tipos de nuevos bonos, cada uno generando un descuento sobre el capital principal. Se **llaman Discount Bonds y Par Bonds. Los primeros se emiten con un descuento directo, que todavía no está definido en la propuesta oficial pero que se ubicaría en torno de 38%. Los segundos tienen un descuento sobre la tasa de interés, que en este caso sería LIBOR menos 40%.** Además el plan Brady con los bancos exige un depósito en garantía por los intereses que devengan esos bonos, que se llama "revolving".*

Los cálculos de la misión argentina aquí son que el país tiene que acordar el Brady por u$s 31.000 millones. Los intereses suman u$s 8000 millones, en tanto que el capital principal llega a u$s 23.000 millones.

DOCUMENTO

TITULO Desregulación marítima para bajar costos portuarios

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE [illegible] 28/12/91

VINCULACIONES 10033

11161

11392

LA DESREGULACION MARITIMA

Clarín 28/12

Cómo bajar costos portuarios

El Poder Ejecutivo prepara un decreto que completa la desregulación en la actividad marítima y que permitirá reducir los costos de explotación del área, mediante la creación de los denominados segundos registros.

Esta medida profundizará los ajustes sobre toda la actividad portuaria y los servicios anexos y llenará el vacío que dejó el decreto Nº 1772/91, que inició el proceso de equilibrio de costos.

La Secretaría de Transporte es el organismo encargado de preparar este decreto, varias veces reclamado por el sector armador.

En las últimas semanas se sucedieron reclamos de desregulación de parte de la Asociación Naviera Argentina (ANA), una entidad conformada por las 20 empresas armadoras más importantes del país y que cuenta con una capacidad de casi 2 millones de toneladas de porte bruto.

El presidente de la ANA y vicepresidente de YPF, Juan Tonso, dijo a Clarín que "el objetivo del reclamo del sector armador argentino es colocar a la marina mercante nacional en un pie de igualdad con el mercado internacional".

Tonso agregó: "Es necesario suprimir todas las trabas que hacen al encarecimiento de la operatoria marítima, permitiendo que se compita en el mercado mundial de fletes, simplificando los registros de buques, estableciendo un tratamiento impositivo favorable y liberalizando su régimen laboral".



El objetivo es colocar a la marina mercante nacional en pie de igualdad con el mercado internacional.

Entre las disposiciones que incluirá el mencionado decreto se encuentran:

- Eliminación del actual sistema de practicaje. En lo sucesivo se permitirá la libre contratación de los prácticos (conductores de la embarcación dentro de puerto) por parte de las empresas armadoras.
- Desregulación de la tarifa de gasoil. En la actualidad los armadores tienen que comprar el combustible a un precio superior al del mercado internacional.
- Desregulación de la contratación de seguros. En adelante los armadores podrán tomar sus pólizas indistintamente en el país o en el exterior.
- Creación de un segundo registro de buques. Esto permite que los buques de bandera nacional que pidieron el "cese de bandera" puedan anotarse en un segundo registro totalmente desregulado y eviten inscribirse bajo otra bandera.

Proyecto de los armadores

Los armadores agrupados en la ANA presentaron a la Secretaría de Transporte un proyecto por el cual se contemplaban todas estas disposiciones. Además de ello, el decreto será más específico que el 1772/91 en materia de contratación de personal y equiparará las condiciones de la tripulación a lo que ocurre en el mercado internacional.

Al margen de lo estrictamente naviero, el Poder Ejecutivo está preparando también medidas similares que provoquen una fuerte disminución de los costos para los exportadores.

En este sentido, las autoridades del Palacio de Hacienda están apurando la toma de decisiones puesto que el tipo de cambio está verificando un atraso que en el mejor de los casos rondaría el 15% (aunque hay que tener en cuenta que como el dólar se devaluó cerca del 25% respecto de la canasta de principales monedas del mundo en los últimos meses, la moneda argentina también tuvo su ajuste y no sería el atraso que se reclama).

Los medidas concretamente apuntan a:

- [illegible] despachos de [illegible]. Con ello el Gobierno [illegible] disminuir los costos [illegible] de los exportadores e importadores, para luego [illegible] a exigir una [illegible] de precios.
- [illegible] régimen laboral de [illegible] bajadores portuarios. Esto permitirá agilizar las operaciones de carga y descarga en los puertos.
- [illegible]

[illegible] guido por [illegible] mejora del [illegible] una disminución [illegible] de explotación y un [illegible] censo en los precios [illegible] les.

Miguel Angel [illegible]

01-01

9203135

D.b. Nº 047678 ARCHIVO

D.b. Nº 047678

io Nº.066/M/92 -Rivera, Paso de Castro, 8 de abril de 1992.-

SEÑOR COMANDANTE DE LA DIVISION DE EJERCITO III.-

A los fines que estime convenientes, adjunto al presente elevo a Usted la Nota recibida de la Asociación de Comercio de Free Shop Rivera, conteniendo el tema considerado en la primera Reunión de la Comisión de Turismo, información ésta ratificada por demás integrantes de la Comisión en forma genérica, no pudiendo asegurar el valor del monto cobrado; sin embargo el resto del informe refleja la realidad de los hechos ocurridos.-

TC: Elev. Nota .Free Shop.- NO/-edlp-

Saluda a Usted atentamente.-

El Comandante Brigada de Caballería Nº.I.-

Coronel Francisco J. Wins.-

EXPTE.No.04/D-II/92. Tacuarembó, Abril 21 de 1992.

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO II DEL ESTADO MAYOR DEL EJERCITO.

-Se eleva para su conocimiento y demás efectos el Oficio precedente de la Brigada de Caballería No.1, adjuntan do Nota recibida de la Asociación de Comercio de Free Shop Rivera.

Saluda a usted atentamente.

Por el Comandante División Ejército III.

El Jefe de Estado Mayor.

Coronel Raúl M. Saravia.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 05 MAYO 1992
Pase a Archivo-Q. Económico
Nº. de 9203136

28/4/92
S/D I
Nº de 9203136

00.1/6

ACION DE COMERCIO DE
FREE SHOP RIVERA
(EN FORMACION)
Monseñor Vera 1119 - Teléf. (0622) 3370
RIVERA - - URUGUAY
C.P. 40.000

El 30 de Noviembre de 1991, el Señor Ministro de Turismo, Don José Villar, inauguró nuestra Terminal Turística, lo que constituyó un acontecimiento de singular importancia para la ciudad de Rivera, teniendo en cuenta los múltiples beneficios que de ese centro de servicios esperaba la comunidad. Empresarios, trabajadores, las distintas Oficinas involucradas directamente, y en suma el mismo Estado, serían beneficiados por el simple hecho de instalar en Rivera un punto donde se concentran todos los trámites que deben realizar los turistas que por este punto de frontera decidan ingresar o egresar.

Simultáneamente con el comienzo del funcionamiento efectivo de la Terminal, todos quienes tenemos alguna relación con el movimiento de turistas pudimos escuchar elogiosos comentarios y aún felicitaciones de sus usuarios, al haber cambiado una larga estadía para engorrosos y a veces molestos trámites, por una gestión de escasos diez minutos, pudiéndose disponer, en consecuencia, del tiempo suficiente como para, entre otras actividades, hacer compras en los comercios de nuestra ciudad.

Pero surgen al mismo tiempo aspectos negativos que también son resaltados por quienes se detienen en Rivera. El principal, y que nos ocupa en esta oportunidad, se refiere a la creación de un grupo formado por un centenar de personas que, aprovechando el pasaje de un muy numeroso contingente de turistas argentinos, creó un sistema que significó la detención obligatoria de cada automóvil procedente de la República Argentina y el cobro compulsivo de un valor no menor a U$S 30 para su pasaje, supuestamente a cambio del servicio de "guía" hasta la Terminal Turística.

El hecho en sí, representa una situación de gravísimas características, que son agravadas por el posterior "desvío" proposital de automóviles hacia rutas secundarias, haciendo que el mismo transite kilómetros hasta darse cuenta del engaño a que fue sometido. El cobro de la "tasa" se efectuó en varios pun-

ACION DE COMERCIO DE
FREE SHOP RIVERA
(EN FORMACION)
Monseñor Vera 1119 - Teléf. (0622) 3370
RIVERA URUGUAY
C.P. 40.000

tos situados a la entrada a Rivera: Destacamento de la Policía Caminera, Balanza, Cruce de Rutas 27 y 5, Control Aduanero y Policial de Paso de Castro, etc.. En algunos casos, la detención del automóvil se realizó a la vista y con conocimiento de los funcionarios públicos que prestan funciones en cada uno de los puntos citados. En algún caso específico (Balanza), funcionarios allí destacados alternaron su trabajo con el del cobro a turistas, usando barreras y señales de PARE supuestamente pertenecientes al Ministerio de Transportes y Obras Públicas para ayudarse en su tarea.

Los empresarios locales han realizado esfuerzos muy grandes tendientes a la formación de una imagen de ciudad de turismo, la que felizmente hoy comienza a cristalizarse. Lo ocurrido en estos meses de verano con los turistas argentinos, es un retroceso muy importante en esa tarea, pues sin duda, los 21.625 ciudadanos argentinos que decidieron tomar otra ruta de regreso, más segura que la de Rivera, se convertirán en multiplicadores negativos de una mala imagen dada por nuestra ciudad. Seguramente para futuros viajes a Brasil, esos turistas optarán por otras rutas, dejando los beneficios de su pasaje en otros países.

A los efectos de poder cuantificar debidamente lo ocurrido durante los meses de DIC/91 y ENE/FEB-92, en relación al pasaje de turistas argentinos por nuestra ciudad, analizaremos algunas cifras. Los cuadros 1 al 5 que se adjuntan, son suficientemente demostrativos del perjuicio causado al país por un grupo de inescrupulosos. Guardamos la esperanza de que la contundencia de este informe permita a las distintas Autoridades que tienen directa relación con este tema, la adopción de drásticas medidas que eviten definitivamente la repetición de estas actividades delictivas.

ASOCIACION DE COMERCIO DE
FREE SHOP RIVERA
(EN FORMACION)
Monseñor Vera 1119 - Teléf. (0622) 3370
RIVERA — URUGUAY
C.P. 40.000

Entrada
Fecha 07/Abr/92
1600

Rivera, Abril 7 de 1992.

Señor
Cnel. Francisco Wins
Brigada de Caballería Nº 1
RIVERA

De nuestra mayor consideración:

La actividad de los comercios de Rivera en general, y en particular los que integran el sistema de Free Shops, se vió seriamente resentida en los meses de verano, debido a la acción organizada de un grupo de personas formado aparentemente por uruguayos y brasileños que, usando en su provecho el desconocimiento o el temor del ciudadano extranjero que llegó hasta nuestra ciudad, y valiéndose del ofrecimiento de un supuesto servicio de "guía" turístico, cobró por tan dudosa como innecesaria tarea, la cifra de U$S 30 (treinta dólares americanos) por automóvil.

Las consecuencias de esa vergonzosa actitud, son analizadas en el informe que adjuntamos.

Hacemos propicia la oportunidad para reiterarle nuestra mejor disposición a la búsqueda de soluciones definitivas a tan grave situación.

Atentamente,

DANIEL CHIRICO NAVARRO
Presidente

JUAN JOSE RIERA
Secretario

004

920336

ACION DE COMERCIO DE
FREE SHOP RIVERA
(EN FORMACION)
Monsenor Vera 1119 - Telef. (0622) 3370
RIVERA URUGUAY
C.P. 40.000

CUADRO 1

PASAJE DE TURISTAS POR LA TERMINAL DE RIVERA. PERIODO DIC/91 - FEB/92.
ANALISIS DE CIFRAS

	DIC/91	ENE/92	FEB/92	TOTALES
Egresos	11.898	21.435	18.295	51.628
Ingresos	3.302	10.577	17.040	30.919
	15.200	32.012	35.335	82.547

CUADRO 2

- Total de turistas registrados en la Terminal Turística de Rivera en el período DIC/91 - FEB/92: 82.547
- Diferencia entre turistas egresados e ingresados al país por Rivera: 20.709
- Del total de turistas registrados en el período analizado (82.547), el 86,96 % son de origen argentino (71.783), y de otras nacionalidades el 13,04 % (10.764).

CUADRO 3

- Turistas argentinos egresados en el período DIC/91 - FEB/92:	46.704
- Turistas argentinos ingresados en el período DIC/91 - FEB/92:	25.079
- DIFERENCIA:	21.625

21.625 TURISTAS ARGENTINOS QUE PASARON EN EL PERIODO ANALIZADO HACIA BRASIL, PREFIRIERON RETORNAR A SU PAIS POR OTRA RUTA. ELLO REPRESENTA EL 46,3 % DEL TOTAL.

ACIACION DE COMERCIO DE
FREE SHOP RIVERA
(EN FORMACION)
Monseñor Vera 1119 - Teléf. (0622) 3370
RIVERA - URUGUAY
C.P. 40.000

CUADRO 4

ESTIMACION DE GASTOS POR TURISTA

• Hotel	- 1 día x 4 personas	U$S 70
• Comidas	- 1 día x 4 personas	U$S 60
• Nafta	- 27 Lts. x automóvil promedio (1)	U$S 20
• Compras	- U$S 100 p/persona x 4	U$S 400
TOTAL DE GASTOS POR DIA Y POR AUTOMOVIL:		U$S 550

(1) - Se estima que cada automóvil transporta 4 personas.

$\frac{21.625}{4}$ = 5.406 automóviles

CONSIDERANDO QUE CADA AUTOMOVIL SE DETIENE 1 DIA A SU REGRESO DE BRASIL, LA PERDIDA PUEDE ESTIMARSE EN U$S 2:973.300, O SEA EL RESULTADO DE MULTIPLICAR LOS U$S 550 ESTIMADOS DE GASTO DIARIO POR LA CANTIDAD DE AUTOMOVILES (5.406).

CUADRO 5

ESTIMACION DE LA GANANCIA OBTENIDA POR LOS "GUIAS" TURISTICOS. Se toman en cuenta unicamente los turistas que se dirigen hacia Brasil, sin considerarse los que regresan hacia Argentina.

$\frac{51.628 \text{ turistas registrados}}{4}$ = 12.907 automóviles

- Si el valor mínimo cobrado por automóvil fue de U$S 30, el cobro por servicios de "guía" representó la cantidad de U$S 387.210.

- Mientras los U$S 2:973.300 referidos en el Cuadro 4 representan pérdida para todas las actividades y el Estado, pues ese valor se refleja en la ocupación permanente de puestos de trabajo, aportes a la Seguridad Social, IVA, IRIC, etc., etc., los U$S 387.210 que percibió un grupo de personas por una actividad delictiva, no tiene los mismos beneficios que los que brinda el trabajo legalmente realizado.

Miércoles 29 de enero de 1992

Se comprometerán no menos de U$S 250 millones por mes

El FMI exige un mayor superávit fiscal

Superávit: el equipo económico deberá lograr un resultado fiscal positivo superior a los 3000 millones de dólares anuales para obtener el crédito de facilidades extendidas.

La Argentina deberá comprometerse a lograr un mayor superávit fiscal en los próximos tres años, para obtener el crédito de facilidades extendidas del Fondo Monetario Internacional (FMI).

Altas fuentes del equipo económico consultadas por LA NACION en Washington admitieron que han reformulado las metas fiscales presentadas al organismo internacional.

La Argentina había fijado, diez días atrás, un objetivo de 200 millones de dólares mensuales de superávit fiscal operativo. Tras las reuniones mantenidas en los últimos días entre los funcionarios del Ministerio de Economía y los técnicos del FMI, se acordó aumentar esa meta a 250 millones de dólares mensuales como mínimo.

En consecuencia, el Gobierno deberá redoblar el ajuste para acumular un resultado fiscal favorable de 3000 o 3300 millones de dólares anuales.

El ministro Domingo Cavallo estuvo reunido ayer con el titular del FMI, Michel Camdessus, en dos turnos. En el primero participaron los principales colaboradores del jefe del Palacio de Hacienda. En el segundo, la discusión fue a solas.

Allí, Cavallo planteó la necesidad de contar con una señal contundente del FMI que permita a los bancos acreedores demostrar una predisposición más cordial hacia la Argentina cuando mañana se comience a renegociar la deuda externa.

"Sentimos el apoyo de Camdessus", afirmó ayer Cavallo tras el encuentro de casi cinco horas con el mandamás del FMI.

El comunicado emitido ayer por el organismo internacional es la señal que el equipo económico esperaba para sentarse con menos nervios ante la banca acreedora.

Por otra parte, la reunión formal con el Comité de Bancos tendrá algunos invitados especiales: Ted Beza, del FMI; Shahid Husein, del Banco Mundial, y algún funcionario del Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Los tres explicarán las razones del apoyo que le prevén otorgar al gobierno de Menem.

No habrá nuevos impuestos

El secretario de Programación Económica, Juan Llach, quien encabeza en Washington el equipo negociador argentino, dijo a LA NACION que el mayor superávit fiscal que se comprometerá ante el FMI provendrá del crecimiento de la recaudación que se prevé.

Llach indicó que los recursos impositivos están aumentando por encima de lo previsto, lo cual permite suponer que no habrá especiales dificultades para obtener un superávit más abultado.

Por otra parte, Llach afirmó que "no habrá medidas contingentes en el acuerdo con el FMI: no hay que esperar nuevos impuestos o aumentos de tarifas".

El funcionario destacó que la carta de intención que se elevará al directorio del Fondo Monetario quedará redactada esta semana, para su posterior envío a la conducción del organismo.

Los técnicos del Ministerio de Economía trabajaban anoche a toda prisa para terminar la reformulación de las metas del programa de mediano plazo.

Este replanteo no sólo alcanzaría a los objetivos fiscales. También a las proyecciones de crecimiento del PBI, y de inflación, vinculadas con el nivel de ingresos y de gasto público.

Tira y afloja

Otro aspecto que es motivo de una intensa negociación es el monto del préstamo de facilidades extendidas. Una alta fuente oficial aclaró que la cifra de 3000 millones de dólares "nunca se comunicó oficialmente" y admitió que la aspiración argentina es sustancialmente superior.

Sin embargo, los negociadores del Gobierno advirtieron una escasa predisposición del FMI a la generosidad, por lo cual ahora esperan que, al menos, el crédito no resulte finalmente inferior a los 3000 millones de dólares.

Entre las razones esgrimidas por el Fondo para retacear los recursos figuran las siguientes, según trascendió:

- La Argentina es un "prolonged user" del financiamiento del FMI. En otras palabras, ha recurrido con asiduidad a los préstamos stand-by y para muchos directores del organismo, esos aportes deben ser la excepción y no la regla.
- El ingreso de los países de Europa del Este al FMI disminuye la disponibilidad de recursos. Para algunos funcionarios internacionales, éstos tienen hoy mayor prioridad que la región latinoamericana.
- La Argentina debe remontar una empinada cuesta, porque sus antecedentes de cumplimiento de dos trimestres consecutivos de un stand-by son verdaderamente escasos.

En definitiva, este tira y afloja por el monto de las facilidades ampliadas será resuelto por el director del FMI. "El tiene facultades para proponer la magnitud del crédito", afirmó una fuente de la delegación argentina.

Pero más allá de estos contratiempos, Cavallo se declaró satisfecho con el último párrafo del comunicado de Camdessus. Allí se habla, concretamente, de la necesidad de que los bancos acepten una reducción de la deuda externa.

Eduardo De Simone

TODO

Doc. POCO LEGIBLE

DOCUMENTO
TITULO: Banco de Río Negro vuelve al Clearing.
150024
29/1/92
10033
11161
11403

Clearing: vuelve el Río Negro

Hoy entrará en la cámara compensadora nacional el Banco de la Provincia de Río Negro. Así lo anunció ayer el interventor de la entidad, Federico Polak, luego de alcanzarse un acuerdo con el Banco Central. De esa forma la entidad provincial volverá a normalizar su funcionamiento, luego de haber permanecido fuera del clearing bancario desde el 6 de junio de [illegible] hasta ahora.

Polak dijo que esto significa "la recuperación del patrimonio que [illegible] en garantía de la institución bancaria nacional, una serie de franquicias y avanzar decididamente en el proceso de privatización, que estaría concluido el 31 de junio próximo".

Destacó que "es un récord estar fuera de clearing siete meses y mantenerse" e instó a los empleados y clientes del banco "a no resarcir su dinero en un solo día, porque si bien tenemos fondos queremos seguir así siempre, para pasar de ser tomadores a colocadores de dinero".

Clarín 29/1/92

01-01

9203138
ENTRADO ...
CRUZADO ...

PAN Y CARNE, CAROS

Los precios, inquietos

clarín 29/1/92

...a fuerte influencia ...ejercen los alimentos ...en el índice inflacio... preocupa a las au...toridades. Mientras pare... [illegible] el frente de ... creado por los ...mentos en la cadena ...go-harina-pan, que ...gó a parapetarse al ...isterio de Industria y ...mercio la semana pa...da, asoman nuevos con... de año presión que ...rece el horizonte.

Hay dos razones funda...mentales que gobiernan ...cuestión de los precios ...los alimentos: la con...tancia de la demanda ...y variación estacional ...la producción. Ambos ...tores son los determi...antes en un marco ca...racterizado por la impo...sibilidad de un rápido aumento de la oferta, cuyo nivel se había adaptado al clima depresivo vigente hasta hace pocos meses.

En un escenario dominado por la reactivación y expectativas optimistas —tal como lo revelan las encuestas— el consumo tiende a expandirse, y eso se percibe claramente en lo sucedido desde mediados del 1991 con los precios de la carne y los lácteos. Ambos alcanzaron niveles muy elevados en términos históricos, y lo mismo sucedió con el pan.

El caso del pan permite ver cómo se mueven las cosas en esta coyuntura. Normalmente, el pan vale tres veces y media más que su mismo peso en harina. Pero a partir de mitad del año pasado, la harina empezó a bajar y el pan siguió subiendo, hasta duplicar esa relación. Sucedían dos cosas simultáneamente: los panaderos veían que sus clientes seguían comprando mientras en la otra punta los molinos seguían elaborando todavía el trigo que habían comprado en enero anterior a precios bajísimos.

Con grandes stocks de harina y subproductos, no encontraron una vía de escape en la exportación —esperaron ansiosamente un negocio muy meneado con Brasil— y terminaron transfiriendo su buen negocio de compra de trigo, a los panaderos. Mientras tanto, el subproducto barato (afrechillo) ayudaba a mantener rentable a la producción tambera, que aprendió a utilizarlo para suplemento de las vacas en lactancia.

Cuando se avecinaba la nueva cosecha, los molinos comenzaron a mermar su actividad para disminuir sus stocks. Quizás esperando una nueva caída de los precios al iniciarse la recolección, no manifiestan urgencia en adquirir el grano. Y allí suceden dos cosas: los precios internacionales, abruptamente, se disparan, como consecuencia de pérdidas en las cosechas de los principales productores e importadores. Y además, en quince días se pierde un 15% de la cosecha argentina por granizadas y lluvias persistentes. El trigo sube de golpe y los molinos —ya sin stock— aplican aumentos de hasta el 60% en las harinas. Los panaderos intentan pasar el aumento a sus clientes, pero el secretario Schiaretti les recuerda que la relación histórica es 3,5:1 y los sosiega.





OSVALDO ESTEVAO

♦ La carne

Con la carne, en tanto, ocurre un proceso mucho más cristalino y clásico. La firmeza de la demanda en un alimento que se consume sea cual fuere el precio, se pone de manifiesto a partir de setiembre, cuando desde el presidente Menem hasta el titular de la Sociedad Rural Argentina señalaban que la relación de un dólar un kilo podría mantenerse. Fue así, pero cayeron mucho menos de lo que se esperaba. Y ahora el Merfox (mercado de hacienda a término) indica que se mantendrá en el dólar hasta julio.

La carne vacuna es un bien "no transado", es decir que su precio no está influido por la cotización internacional y que tampoco puede alterarse vía importaciones, pues —salvo alguna jaula de novillos uruguayos— en general no hay alternativa económica para ello. Lo que sucede con su precio dependerá del abastecimiento diario. Los observadores indican que en febrero habrá algo menos de oferta y cierta alza en los precios que se compensará con mayores volúmenes en otoño. La tendencia será alcista desde entonces.

En el caso del pan el acuerdo celebrado entre Schiaretti, molineros y panaderos deja ligados los precios relativos al del trigo, y este está en alza en todas las posiciones futuras.

Pan y carne, dos productos esenciales, seguirán desvelando al gabinete económico, ya que sus precios no parecen tranquilizarse en el corto plazo.

9203139

DOCUMENTO ....
Transfieren a Defensa todas las empresas de las FF.AA.
15CC24
29/1/92
10C23
11161
11312

Buenos Aires, miércoles 29 de enero de 1992 ★ Clarín

BUSCAN AGILIZAR LAS PRIVATIZACIONES DEL SECTOR

Transfieren a Defensa todas las empresas de las FF.AA.

El Boletín Oficial publicó ayer el decreto que transfiere al Ministerio de Defensa las acciones de todas las empresas que las Fuerzas Armadas tienen en su poder.

Sin entrar en precisiones, la medida está destinada a transferir al Ministerio de Defensa la totalidad del capital accionario propiedad del Estado nacional correspondiente a sociedades anónimas con participación estatal mayoritaria, sociedades anónimas, sociedades del Estado y sociedades de economía mixta, cuya titularidad, posesión o tenencia invistan actualmente las Fuerzas Armadas y los organismos o reparticiones bajo jurisdicción de dicho ministerio.

De este modo, tal como adelantó Clarín hace dos semanas, con este decreto se quita de la Fuerza Aérea la conducción de Edcadassa, Interbaires e Intercargo, que operan en el Aeropuerto Internacional de Ezeiza.

Si bien el ministro de Defensa, Antonio Erman González, dijo ayer que el próximo paso es el llamado a licitación para la venta del paquete accionario que el Estado tiene en cada una de ellas (55%, 20% y 20% respectivamente), en la cartera nadie se anima a hablar del cronograma de la privatización, ni de cuándo se pone en marcha.

Edcadassa es la responsable de los depósitos fiscales de las importaciones que se realizan por esa terminal aérea. Interbaires es la que se ocupa del servicio de free-shop. Intercargo es la responsable de las rampas del Aeropuerto. En las tres empresas la Fuerza Aérea está asociada con el grupo empresarial que integran las empresas Oca, Ocasa y Villalonga Furlong.

La decisión de llevar adelante la transferencia al ministerio y su posterior privatización fue adoptada en una reunión del gabinete nacional durante los primeros días del año. La decisión fue adoptada y comunicada por el ministro González antes de su partida a los Estados Unidos, donde debía reunirse con funcionarios del Departamento de Estado y, al mismo tiempo, negociar los detalles de un crédito de 300 millones de dólares que aportará el Banco Mundial para financiar la reestructuración de todo el complejo militar-industrial.

La vinculación de un hecho con otro parte de las presiones que empresas norteamericanas ejercieron en la Argentina. La Federal Express, junto a un grupo de compañías de aviación que operan en el país como American Airline, Arrow Air y Florida West, [illegible] la liberación y la [illegible] de los [illegible] que poseían esas empresas que hoy pasan al Ministerio de Defensa.

Sin que todavía [illegible] can los detalles de la privatización, [illegible] deberán [illegible] nos [illegible] les y [illegible] mente con la Fuerza Aérea, que [illegible] de las [illegible] que el [illegible] un [illegible] ra [illegible] los [illegible] les de las [illegible] y [illegible] nuevos [illegible] guno [illegible] del paquete [illegible]

Mientras [illegible] tario de [illegible] Ministerio [illegible] de [illegible] su [illegible] el [illegible] de [illegible] nes [illegible] las [illegible] por [illegible] nos Zapla.

01 - 01

9203140

ENTRADO ....
CRUZADO ....

Nº DOCUMENTO

TITULO FMI acompaña a Argentina en reunion con la banca.

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE ... 29/1/92

VI... DE CL... 10033

11161

11412

Cavallo: el FMI estará acompañándonos en la reunión con la banca

9203141

01-01

ENTRADO

CRUZADO

Inflación en enero sería entre 1,7 y 2,5%

150024
30/1/92
10033
11161
11300

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 30 de enero de 1992

La inflación del mes se ubicaría entre 1,7 y 2,5%

El índice de precios al consumidor de enero aceleró su ascenso en los últimos días del mes, ubicándose entre el 1,7 por ciento para los más optimistas y [illegible] 2,5 por ciento para aquellos que ven las cosas con un tinte más oscuro.

Si bien el margen entre un extremo y otro de las estimaciones es amplio, nadie duda de que enero va a resultar mucho más caro que diciembre.

Según estimaciones privadas, los precios mayoristas subirían alrededor del 1 por ciento, con lo que quedaría en evidencia una vez más la preocupación de los hombres de Economía por el despegue inexorable entre los precios de venta al público y los que rigen para el sector productivo.

Con estos valores, los integrantes del gabinete económico deberán realizar muchos esfuerzos para llegar a fin de año con el 7 por ciento prometido a las autoridades del Fondo Monetario Internacional. De aquí en adelante la inflación mensual debería mantenerse "sí o sí" muy por debajo del 1%.

Pese a esa aspiración, las fuertes subas registradas en los productos frescos, especialmente carne y pescado, más el consabido aumento del trigo y sus derivados, siguen empujando los números hacia arriba.

El problema ya no es solo el índice definitivo de enero. El último aumento [illegible] 42 por ciento en la tarifa de gas domiciliario no se hará notar demasiado este mes por haberse producido en la última semana, pero deja una "acción residual" que influirá decisivamente en los números de febrero.

[illegible] para el mes próximo está tan cerca del [illegible] por ciento, que pocos analistas confían en que durante las semanas siguientes las cosas mejoren sustancialmente.

Los analistas consultados por Clarín coinciden en que las tres patas sobre [illegible] que se apoya el índice de enero son los alimentos, [illegible] y las tarifas [illegible]. Los cereales y sus derivados, con aumentos del [illegible], se convirtieron en el principal problema de los consumidores. Las frutas y verduras [illegible] un poco más el panorama, con subas que rondaron en promedio el [illegible] por ciento. Hacia fines de mes la carne —su[illegible] por ciento en [illegible] la semana— empujó un [illegible] hacia arriba el [illegible], aunque —como en [illegible] del gas— ese incremento recién se hará sentir en febrero.

La temporada veraniega ayudó a que muchos servicios [illegible] ajustaran sus [illegible] a la mayor demanda —[illegible] hotelería— y demostraron ser inmunes a la competencia que se le hacía desde los centros turísticos del exterior.

El Estado contribuyó con las subas producidas en el impuesto inmobiliario y en la patente automotriz —ambos en la Capital Federal—, electricidad y gas natural. Si bien [illegible] dos a los hogares, es habitual que algunos prestadores de servicios trasladen el aumento.

De todas maneras no todos los analistas de precios encuentran los mismos números. Un comunicado distribuido por la **Liga Acción del Consumidor** (Adelco) detectó que el costo de la canasta básica nutricional bajó el 1,23 por ciento en lo que va del mes, **y el 5,4 por ciento en los últimos quince días. La canasta que elabora Adelco se conforma con una serie de alimentos necesarios y suficientes para una dieta adecuada.**

"Doc. Poco LEGIBLE"

9203142

C1-C1

SECRETO

01/06 ARCHIVO

EJERCITO NACIONAL.
E. M. E.
DEPARTAMENTO E.II.
CA. C/INF.
MONTEVIDEO.
221800 -ABR- 1992.

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.060/MIR/92

I-EVALUACION:B-3

II-RESPONDE A: Información proporcionada por GERARDO.

III-T E X T O :

-Se tomó conocimiento que el siguiente grupo de personas apoyaría y se iría con Esteban VALENTI.

-Aldo LISTA.
-Victor VILA.
-Daniel PAZOS.
-Felipe MARTIN.
-Wiliam MASDEU.
-Julio QUINTEROS.
-Alcides LANZA.

-Los que estarían indecisos son:

Carmen BERAMENDI, Marcos CARAMBULA, Ramón CABRERA e ICHIRIGOITI.

-Los principales propuestos para el cargo de 1er. Secretario son León LEV, Marina ARISMENDI y podría haber una 3ra. candidatura no nombrado todavía de una línea - mediadora.

IV-ACCION TOMADA: La confección del presente parte.

V-DISTRIBUCION: Original — Jefe del Dpto.II del E.M.E.
Copia No.2 — Archivo.

El Jefe de la Ca.C/Inf.de Ejército.
Mayor
EDGARDO D. [illegible]

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada: 29 ABR. 1992
Pase a: Bioer Militar
Nº de Orden: 9203143

0011

SECRETO

28/4/92
SIDI
Nº de 9203143

Buenos Aires, lunes 30 de diciembre de 1991, Ambito Financiero

Con el plan Brady los títulos de la deuda llegarían a 51%

En un verano en el que no habría que esperar sorpresas ni sobresaltos, la atención en lo económica estará centrada en **la negociación de la deuda externa**, que se inicia formalmente el 15 de enero. El **ingreso al plan Brady** —que ya es un hecho, al menos en lo político— tendrá un impacto indiscutible sobre los **títulos de la deuda externa**, y ya hay quienes están haciendo las cuentas en función de los distintos escenarios.

La **paridad de los títulos** —que en el caso de los GRA (con intereses) se ubicaba por estos días en 37,2% **podría subir hasta 51,5%, si la Argentina consigue condiciones similares a las de México y que los intereses atrasados se pagan del mismo modo acordado con el Brasil.** Si, en cambio, la Argentina obtiene condiciones más favorables que las otorgadas a los demás países, la paridad se ubicaría entre 43 y 44%. Claro está, que **todo esto depende del momento de ingreso al Brady** —si se demorase de junio a diciembre la paridad con intereses caería alrededor de 2 puntos— y de la alternativa de canje que se elija.

Todas estas alternativas fueron analizadas por **Mario Vicens** y **Juan Sommer**, junto a **Roberto Zorgno** y **Gabriel Lopetegui**, de "Macroeconómica" en un estudio sobre la influencia del plan Brady sobre los títulos de la deuda externa argentina, a la luz de los acuerdos ya alcanzados por países como México y Venezuela y teniendo en cuenta que es muy poco probable que las reglas del juego, ya aceptadas internacionalmente en este terreno, se modifiquen.

De todos modos, **el flujo del futuro ingreso que pueden esperar los tenedores de títulos de la deuda es incierto, ya que actualmente se está pagando una muy pequeña parte de los intereses y todavía no se ha definido en qué condiciones el gobierno recibirá estos papeles en las privatizaciones que se vienen.**

LOS PRECIOS DE LOS TITULOS DE LA DEUDA

	Discount bond 50%		Discount bond 100%	
	sin Buy Back	con Buy Back	sin Buy Back	con Buy Back
TDEA con intereses				
Escenario I	43,0	43,7	40,5	41,3
Escenario II	51,5	50,1	47,0	46,2
TDEA sin intereses				
Escenario I	40,3	42,2	35,4	38,0
Escenario II	44,4	45,6	38,2	40,3
Con demora de 6 meses en el acuerdo TDEA con intereses				
Escenario I	41,1	41,7	38,8	39,6
Escenario II	49,5	48,1	45,3	44,5

Tasa de retorno: 14%.

• Acuerdo

El estudio de "Macroeconómica" indica —basándose en la experiencia internacional— que un posible acuerdo dentro del esquema Brady para la Argentina puede comprender un **amplio menú de opciones**, incluyendo la recompra de la deuda y el intercambio de los títulos actuales por bonos de distintos tipos como "Discount Bonds" y "Par Bonds". **(El monto total en juego sería de 29.046 millones de dólares a fin de junio de 1992.)**

Con respecto a la recompra de deuda, es difícil que el descuento sea superior al del caso venezolano (55%). En cuanto al descuento para el intercambio con bonos (a tasa LIBOR más "spread") no sería mayor al acordado a México, es decir 35%. Si el intercambio por bonos fuese a **tasa fija**, la estimación es más compleja y es posible que en los primeros 2 o 3 años la tasa se ubique en torno de 5% anual y aumente **medio punto** para los 2 o 3 años siguientes, hasta llegar a 6,25%. Seguramente se establecerán **garantías del Tesoro norteamericano** a través de **bonos cupón cero a 30 años**, pero por los antecedentes del país —léase de **incumplimiento**— es probable que se solicite una **garantía rotativa** sobre el pago de por lo **menos 1 año de intereses**. Sobre el pago de **intereses atrasados** (unos 8000 millones de dólares) es **probable** que se acuerde un desembolso al contado de 1000 millones y que el resto —intereses sobre intereses— se **intercambie** por un bono al portador sin descuento a un plazo y período de gracia algo superior al BONEX '89 y con tasa LIBOR más un "spread".

Sobre este esquema básico, el informe plantea **dos escenarios** en función de los cuales se determinan los recursos necesarios y el valor de los títulos de la deuda.

En el **escenario I** se plantea una refinanciación a 30 años del principal de la deuda a través de "Par Bonds" a tasa fija anual de 5% y de "Discount Bonds" a tasa LIBOR más 13/16% anual, con una quita de 40% en partes iguales. Esto garantizado por un bono del Tesoro norteamericano (cupón cero, a 8%) más 6% de tasa para la garantía de los intereses. Para los **atrasos** (no se consideran los intereses devengados), también refinanciados a 30 años, habría un **pago al contado de 1000 millones de dólares** y el resto se refinanciaría en 50% en "Par Bonds" a tasa fija de 5% anual y otro 50% en bonos a tasa LIBOR más 13/16.

Para este escenario, los **recursos iniciales, "up front"** necesarios alcanzarían a **3590 millones** si no se efectúan compras de deuda y de **5397 millones** con recompras de deuda por un valor **nominal** de 3000 millones más sus **intereses**.

• Refinanciación

El segundo escenario, planteado por el informe, también incluye una refinanciación del principal a 30 años, con 50% en "Par Bonds" a tasas de 5% por año, 5,5% los siguientes 2 años, 6% por otros 2 y 6,25% hasta el final de los bonos. El restante 50% en "Discount Bonds" a tasa LIBOR más 13/16 anual con una quita de 35%. Las garantías son similares a las del primer escenario y la **refinanciación de los** atrasos (incluso los **intereses** devengados) **incluye un pago** al contado de 1200 **millones y un bono a 12 años por el resto** con 4 años de gracia y pagos semestrales a **LIBOR más** 13/16 anual sin **garantía**.

Para este escenario, **los fondos requeridos llegarían a 3877 millones de dólares sin recompra y a 5771 millones con recompra de deuda.**

Las necesidades de **fondos** "up front" bajarían **significativamente** si el acuerdo **de la** Argentina incluyera **sólo la opción de "Discount Bonds"**.

ALTERNATIVAS PARA UN PLAN BRADY ARGENTINO

ESCENARIO I:
I — REFINANCIACION DEL PRINCIPAL A 30 AÑOS.
50% en Par Bonds a tasa fija de 5% anual.
50% en Discount Bonds a tasa Libor más 13/16 anual con quita de 40 por ciento.
Garantía del capital con un Bono del Tesoro Americano.
Con garantía de los intereses por 12 meses rotativa.
Tasa de interés del cero cupón: 8% anual.
Tasa de interés de la garantía de intereses: 6% anual.
II — REFINANCIACION DE LOS ATRASOS A 30 AÑOS.
No se consideran los intereses devengados sobre los atrasos PAGO AL CONTADO de u$s 1000 m (14,8% del total).
Por el resto de los atrasos:
50% en Par Bonds a tasa fija de 5% anual.
50% en Bonos a tasa Libor más 13/16.

ESCENARIO II:
I — REFINANCIACION DEL PRINCIPAL A 30 AÑOS.
50% en Par Bonds a tasas anuales de
5,0% por 2 años
5,5% los siguientes 2 años
6,0% los siguientes 2 años
6,25% hasta el final de los bonos
50% en Discount Bonds a tasa Libor más 13/16 anual con quita de 35 por ciento.
Garantía del capital con un Bono del Tesoro Americano.
Con garantía de los intereses por 12 meses rotativa.
Tasa de interés del cero cupón: 8% anual.
Tasa de interés de la garantía de intereses: 6% anual.
II — REFINANCIACION DE LOS ATRASOS.
Se incluyen los intereses devengados sobre los atrasos PAGO AL CONTADO u$s 1200 m (15% del total).
Por el resto de los atrasos, se instrumenta un bono a 12 años de plazo, con cuatro de gracia, y con pagos semestrales de interés a tasa Libor + 13/16% anual sin garantía.

El **ahorro** en la compra de las garantías por el capital y los intereses sería de 515 **millones** para el primer escenario y de 430 para el segundo.

A partir de estos dos escenarios, se estimaron las paridades de los títulos en el mercado secundario, en función de distintas tasas de retorno. **Para este cálculo, el informe** supuso como fecha de aplicación del Brady el **30 de junio de 1992** y se tomó **una tasa de retorno de 14% anual.** Esta cifra refleja el riesgo en el cobro de los flujos de ingreso no garantizados, ya que las garantías, una vez constituidas, no representan riesgo argentino. El plazo promedio de los flujos no es superio al del BONEX '89.

La paridad del título con intereses, para el caso en que se canjeen "Discount Bonds" y "Par Bonds" por partes iguales se ubica entre 43 y 44% para el primer escenario y entre 50 y 51% para el segundo. Si sólo se emitieran "Discount Bonds", la paridad sería de 40,5 a 41,3% y de 46 a 47%, respectivamente.

En todos los casos —concluye el informe— **las paridades estimadas resultan superiores a los precios actuales del mercado, salvo en el primer caso y en la hipótesis de que toda la deuda se canjea por "Discount Bonds".**

02-02 9203144

1/1-

El Observador 13/nov/91

Javier De Haedo asume con la venia del Senado

La Cámara de Senadores aprobó ayer en sesión secreta la venia que el Poder Ejecutivo solicitó para designar al economista Javier De Haedo como director del Banco Central, dijeron fuentes confiables a *El Observador*. La designación había sido postergada la semana pasada a pedido del senador herrerista Ignacio de Posadas, porque no se habían logrado los 3/5 de votos necesarios, es decir, 18 senadores.

Según una compulsa previa a la sesión secreta, realizada por *El Observador*, votaron en contra el senador nacionalista Alberto Zumarán, el Partido por el Gobierno del Pueblo (2), el Frente Amplio [illegible] Cruzada 94 (2), lo que totaliza [illegible] votos.

Con la venia del Senado, el economista Javier De Haedo asumirá la vicepresidencia del Banco Central del Uruguay, en sustitución de Agustín de Urtubey, tras abandonar a su vez la subsecretaría de Economía y Finanzas.

001/1

"DOC. POCO LEGIBLE"

Nº DOCUMENTO ....
TITULO María J. Alsogaray asume en SOMISA.
PROCEDENCIA Clarín
FECHA 30/12/91
VINCULADO 10033
11161
11312

"DOC. POCO LEGIBLE"

ENTRADO [illegible]
CRUZADO [illegible]

LA JUSTICIA INVESTIGA EL PRECIO DE COMPRA DE LAS OFICINAS EN CATALINAS

Asume hoy María Julia en SOMISA

Asume hoy la intervención de SOMISA, María Julia Alsogaray. Menem le fijó un plazo de tres meses para terminar con la privatización de la empresa siderúrgica. La Justicia investiga ahora el precio al que la anterior administración compró las cuestionadas oficinas en Catalinas Norte: se cree que se pagó por ellas un precio superior al que regía en plaza en octubre pasado. Triaca declarará esta semana ante el juez Martín Irurzun.

María Julia Alsogaray asumirá hoy como interventora en SOMISA, en remplazo de Jorge Triaca, procesado por la Justicia bajo la acusación de presunta administración fraudulenta —doblemente agravada por perjudicar al Estado y por ser funcionario público—, y por abuso de autoridad reiterado.

El presidente Carlos Menem fijó en tres meses el plazo otorgado a la flamante interventora (que retiene su cargo de secretaria de Recursos Naturales y Ambiente Humano) para la privatización total de la empresa siderúrgica, según lo que el propio Menem anticipó en un reportaje exclusivo a Clarín, en Punta del Este.

Mientras se produce el cambio de autoridades en SOMISA, la Justicia continúa investigando el accionar de Triaca al frente de la empresa. Se espera que para esta semana, probablemente entre mañana y pasado, el juez federal Martín Irurzun llame a declarar al ex interventor, cuestionado primero por la SIGEP (el organismo que dentro del Estado fiscaliza a los funcionarios) y acusado luego por el fiscal federal Gustavo [illegible], por la compra directa en cinco millones de dólares de cuatro pisos de oficinas en Madero 1020, en la zona de Catalinas Norte, una de las más caras de Buenos Aires.

[illegible] nes de adelantar [illegible] lo hizo con la investigación judicial que se le hacía a Triaca y con el cobro de "comisiones extras" en la operación de compra de las oficinas, que la Justicia investiga ahora el precio al que fueron [illegible] esas oficinas. Parte de la documentación secuestrada por el juez Irurzun en las inmobiliarias R. R. Franchine y Fernando [illegible] y Asociados S.R.L. revelan que [illegible] [illegible] un precio [illegible] al pagado por SOMISA en octubre, antes del [illegible] aumento que hubo en la cotización de los inmuebles.

Cuando Triaca hizo la compra, la empresa que administraba atravesaba una drástica [illegible] gastos, que incluyó la reducción de su producción a la mitad, el apagado de uno de sus dos altos hornos de la planta de San Nicolás y el despido de entre seis y ocho mil trabajadores.

Triaca regresó [illegible] damente el jueves pasado de un crucero de placer por la costa atlántica de la Argentina y Brasil [illegible] [illegible]

La señora Alsogaray se encargó de lo que [illegible] puede llamarse la [illegible] privatización [illegible] empresas del Estado [illegible]

PUGNA ENTRE GRUPOS ECONOMICOS POR LA PRIVATIZACION

La otra pulseada

La difusión de la compra de oficinas en la zona de Catalinas sorprendió al entonces interventor de SOMISA, Jorge Triaca, en un crucero por el sur del Mar Argentino. No había sido éste su único viaje en los últimos días. Antes había viajado a Italia. Allí se encontró con las autoridades de la empresa privada ILVA y con la estatal Iritecnia para interiorizarse sobre la voluntad de ambas en participar del proceso de privatización de SOMISA.

Los de ILVA pasarían por escrito su interés en una carta que Triaca se encargó de publicitar en todos los medios de difusión.

ILVA, del grupo Italimpianti que obsequió al presidente Carlos Menem la Ferrari testa rossa, es el único grupo extranjero que comprometió su participación en el proceso de licitación. El resto de los que mostraron interés son la estatal francesa Usinor Sacilor —a través del embajador— y Techint, cliente y proveedor de SOMISA. Además, se sabe del interés de empresas japonesas y, posiblemente, de inversores brasileños.

Pero si el listado de interesados concretos en la privatización se limita a ILVA, son muchos los políticos y empresarios locales que aspiraron a conducirla. Un dato que lo demuestra y que, a la vez, es revelador de las tensiones que genera su administración, es que María Julia Alsogaray será la cuarta interventora de la empresa. Estas son algunas de las razones que explican el ajetreo:

• Factura mil millones de dólares anuales y el 50 por ciento proviene de la exportación.

• Es la patria grande del gremio metalúrgico y en ella se libraron importantes batallas salariales que fueron el principio del fin de muchos planes económicos.

• Tiene en la actualidad 6.000 empleados a los que debe dar vestimenta de trabajo, alimentar en su horario laboral, asegurar y transportar.

• Genera un excedente de chatarra que debe ser vendido a las pocas empresas que comandan el negocio en el país.

• SOMISA es cliente y proveedora de los principales grupos económicos.

Y como si no alcanzara, [illegible] minando la calidad y el [illegible] ductos que tengan a cargo [illegible] su [illegible] tos, electro[illegible] etc.)

• [illegible]

[illegible]

9203196

01-01

SECRETO

ARCHIVO

EJERCITO NACIONAL.
E. M. E.
DEPARTAMENTO E-II.
CA. C/INF.
M O N TEV I D E O.
200800 -ABR- 1992.

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro.055/MIR/992:

I) EVALUACION: B-3

II) RESPONDE A: Información proporcionada por Gerardo.

III) T E X T O :

- Se estan formando dos Seccionales con la anuencia del Comité Central.
- Estas no se encuentran encuadradas en ninguna de las dos tendencias.
- Uno responde al UNTMRA y el otro a los trabajadores de la Salud.
- Los mismos no van a contar con dirigentes de renombre.

IV) ACCION TOMADA: La confección del presente parte.

V) DISTRIBUCION: Original y copia — Jefe Dpto.II del E.M.E.
Copia Nro.2 — Archivo

El Jefe de la Ca.C/Inf. de Ejército
Mayor
EDGARDO DA CUNHA.

E.M.E. Dpto. II (Secc. ...)
Fecha 24/IV/92 Hora 1000

001/1

Buenos Aires, jueves 30 de enero de 1992 ★ CLARIN

PRIMERA REUNION CON LA BANCA ACREEDORA

La Argentina pedirá una

LA RENEGOCIACION DE LA DEUDA

La Argentina comenzará a debatir hoy en Nueva York los mecanismos para reducir su deuda externa. Según pudo saber *Clarín*, Cavallo presentará una posición de máxima: una quita de 39% sobre el stock de deuda de u$s 36.000 millones; no habrá ningún pago en efectivo por los atrasos de los intereses y se pedirá una tasa de interés de 3,5% para los primeros tres años del acuerdo. El aval personal del titular del FMI, Michel Camdessus, en la víspera, creó el suficiente optimismo a la delegación como para arrancar con una posición de máxima. La verdadera intención argentina es lograr un 37% de quita, cifra superior en dos puntos a la obtenida por México.

El equipo económico exigirá hoy a los bancos acreedores que realicen **una quita importante a la deuda externa equivalente al 39% sobre los u$s 36.000 millones que se les adeudan, y pedirá un nuevo plazo de pago de 30 años para el monto reajustado.**

Anoche en Nueva York continuaban las deliberaciones del equipo de negociadores argentinos presidida por el ministro **Domingo Cavallo**, en la que se procuraban definir los últimos detalles de la presentación que se hará hoy a los banqueros.

La idea inicial —sujeta a una última consulta con el ministro **Cavallo**— es la de elevar a los bancos **una propuesta de máxima, pero lógica**, para iniciar un regateo con el **steering committee.**

Clarín tuvo acceso a los puntos principales de la propuesta que se analizaban en una reunión en la propia suite que ocupa el titular del Palacio de Hacienda en un hotel en pleno centro de Manhattan.

Los parámetros centrales de la estrategia argentina son:

- **Se pedirá de entrada una quita de la deuda del 39%.** Todos coincidían, pese a la discusión de algunos detalles, que lo adecuado era ubicarse entre un mínimo del 37% y un máximo del 39%.
- **La Argentina no hará ningún pago inmediato al contado para cancelar parte de los atrasos, como exigen los bancos.**
- **Propondrá refinanciar esos 8.000 millones de dólares con una suerte de bono garantizado con el producto de las privatizaciones.**
- **Se pedirá una tasa de interés igual a la actual de mercado para los tres años del acuerdo. Hoy está en el orden del 3,5%.**

El plan podría sufrir algunos retoques de último momento y apuntaría a forzar una negociación con los bancos para acordar un programa cuyas líneas generales adelantó **Clarín** hace dos semanas.

El objetivo que busca el equipo de Domingo Cavallo es, en realidad, el de **acordar una quita de la deuda externa de 37%.** Unos dos puntos superior a lo obtenido por México.

Cavallo conoce que los bancos acreedores ofrecerán como máximo una rebaja tope similar a la otorgada a aquel país: 35%.

La posición de **máxima** de los acreedores y el respaldo obtenido en el Fondo Monetario hicieron que en el equipo argentino se generara el optimismo necesario como para pedir de entrada una reducción en la deuda externa cercana al 40%.

Se aspira, en realidad, a que al final del tira y afloja con los bancos **se acepte partir la diferencia y lograr el esperado 37% de rebaja.**

Algo similar se busca con el fuerte planteo inicial de rechazar cualquier pago inmediato y al contado de los intereses caídos. Hay que recordar que esta es la principal preocupación y reclamo de los banqueros: **7 de los 13 bancos que integran el comité de acreedores piden un pago inmediato y en efectivo de 1.500 millones de dólares.**

En este caso, la estrategia es obvia: el **equipo negociador quiere partir de cero, para negociar un pago de entre 500 a 700 millones de dólares como máximo. Los fondos saldrían de privatizaciones.**

En relación con la tasa de interés, la intención oficial es intentar que se pueda comenzar a pagar 3,5%, que es la actual tasa de mercado, para alcanzar en tres años la tasa de mediano plazo de la economía de los Estados Unidos. Con una quita, ese valor se ubicaría en el 6 por ciento.

Cavallo estuvo ayer en la Universidad de Harvard, en la ciudad de Boston. A la tarde se trasladó a Manhattan, para iniciar la cumbre del equipo económico.

El ministro tendrá hoy una agenda nutrida. Temprano tiene una entrevista con los directivos de los principales bancos acreedores en la sede de la Reserva Federal. ★

★ Los banqueros esperan tener detalles del plan de pago y los argumentos que llevan a la Argentina a proponer el programa. El encuentro es al más alto nivel.

Unas horas después, el **steering committee** lo espera en el edificio del Citicorp. La presentación de la propuesta se dividirá en dos partes.

A partir de las 11 y hasta el mediodía Cavallo expondrá los lineamientos del plan argentino. También se escucharán los informes sobre la Argentina de **Ted Beza del Fondo Monetario y de Shahid Husein del Banco Mundial.**

Un **break** preparará el ambiente y la tensión necesaria para que a partir de la tarde los banqueros escuchen formalmente la propuesta argentina. La presentación tendrá un dato llamativo: **Cavallo no estará presente en ese momento.**

La excusa para no ver la reacción de los banqueros es su programado viaje a Davos, Suiza. En realidad obedece a la decisión política de evitarle al ministro un desgaste innecesario al

quita del 39%



HORACIO FIDEL CARDO

Marlon Brando, en su recordada interpretación de Don Corleone, en "El padrino", con Domingo Cavallo.

RESUMEN DE LA PROPUESTA
hipótesis [illegible]

Quita sobre el capital	Se solicitará una [illegible] sobre el stock de deuda [illegible] comerciales que [illegible] millones.
Pago de los atrasos en concepto de intereses	Se deben u$s 8.000 [illegible] no se pagará nada al contado, [illegible] por medio de un bono.
Tasa de interés sobre el nuevo monto de la deuda	Se mantendrá la tasa [illegible] equivalente a 3,5%.

comienzo de la negociación.

Se espera que los banqueros opinen sobre el menú de pago que ofrecerá la Argentina. **Lo habitual es que la primera reacción de los financistas sea extremadamente dura hacia los países deudores.**

Un integrante de la delegación confesó ayer a Clarín: "Nos daríamos por contentos si al término de la reunión el comité de bancos emite un comunicado en el cual se diga que la propuesta argentina establece las bases para la negociación".

El encargado de exponer el plan de amortización será el subsecretario de Financiamiento, **Horacio Liendo**. Estará secundado por el titular del Banco Central, **Roque Fernández**, así como los negociadores **Daniel Marx y Rafael Iniesta. Martín Redrado** no estará en esa parte de la reunión porque es el único integrante del equipo que acompañará a Cavallo en su periplo europeo.

Los términos del encuentro se pactaron ayer en una reunión preliminar con la mano derecha de **Williams Rhodes**, el titular del comité acreedor. La ejecutiva del Citicorp, la india **Rima Ayas almorzó en la casa matriz del banco con una parte de la delegación argentina.**

La intransigente Ayas, cuya dureza con los negociadores de los países endeudados es proverbial, pidió precisiones sobre el bono de privatizaciones que ofrecería la Argentina. El Citicorp está interesado en este tipo de papeles, ya que piensa seguir invirtiendo en ese negocio en la Argentina.

Todos trabajaron contra reloj ayer en Nueva York. Pero pendientes de lo que sucedía en Washington. Aún están elaborando los detalles técnicos de un plan fiscal severo: **el superávit pactado con el FMI para este año es 660 millones de dólares superior al inicial, porque se ubicó al final en 3.060 millones**

Marcelo Bonelli

Clarín 1992

LA RENEGOCIACION DE LA DEUDA

CAVALLO PIDIO A LOS BANCOS UNA QUITA DEL 40%

Aumentarán los pagos

Una reducción de la deuda externa del 40 por ciento y un incremento del 50 por ciento en los giros mensuales por intereses fue la propuesta que ayer realizó la Argentina a los bancos acreedores. Cavallo aseguró que quienes confíen en la recuperación económica de la Argentina podrán recuperar hasta el 100 por ciento de sus acreencias. Los banqueros recibieron la propuesta con frialdad y prometieron contestar en dos o tres semanas. A juicio de los negociadores argentinos, el mayor compromiso de pago a los bancos tendrá sus ventajas.

La Argentina propuso ayer a los bancos una quita del 40% en su deuda externa a través de un variado menú de opciones y ofreció incrementar en un 50% los giros mensuales en concepto de intereses.

El ministro de Economía, Domingo Felipe Cavallo, presentó al Comité de Bancos Acreedores una disminución en el monto de la deuda argentina, con una propuesta sustentada en tres puntos básicos:

- Una quita del 40% sobre el stock de la deuda.
- Pagos de 1.100 millones de dólares anuales en concepto de intereses.
- La entrega de un bono que en los hechos implica un giro de unos 400 millones de dólares para cancelar parte de los intereses atrasados.

Una intensa actividad mantuvo ayer el ministro de Economía en Nueva York. La jornada comenzó bien temprano con una reunión del jefe del Palacio de Hacienda con los representantes de las principales entidades acreedoras de los Estados Unidos y el jefe de la [illegible] Nueva York.

Cavallo, acompañado por [illegible] [illegible]

LOS PRINCIPALES [illegible]

- Quita del 40% en el monto total de la deuda.
- Aumento de los giros mensuales de 60 millones de dólares a 92 millones de dólares, lo que implica un desembolso anual de unos 1.100 millones de dólares.
- Los intereses atrasados —unos 8.000 millones de dólares— se cancelarán de la siguiente manera:
  - I) El 90% —unos 7.200 millones de dólares— a través de un bono a 15 años con una tasa fija de interés del 4,5%.
  - II) El 10% restante —800 millones de dólares— mediante otro bono garantizado con tasa de interés fija, aún no determinada.
- La deuda no vencida se refinancia mediante un bono de consolidación (BOCON) a 16 años, con 6 de gracia, ajustado por tasa LIBOR que servirá para canjearlo en las privatizaciones. Este bono tendrá un cupo de 5.000 millones de dólares.
- Para el resto de la deuda, quienes no opten por el BOCON, podrán elegir entre estas variantes:
  - I) Bono de descuento de capital: a 30 años, ajustable por LIBOR más 13/16, con capital garantizado en un 100% por un bono cupón cero(*), 6 meses de garantía de los intereses y con una quita del capital del 40%.
  - II) Bono a la par: a 30 años, con capital garantizado en un 100% por un bono cupón cero (*), 6 meses de garantía de los intereses calculados por la LIBOR más 13/16, y con una quita del 60% sobre el monto de los intereses.
  - III) Bono interés variable: a 25 años, con tasa de interés creciente del 2,5% hasta un máximo del 5,5% anual.
  - IV) Reestructuración mediante un contrato de la deuda global, que puede convenir a algunos bancos por cuestiones impositivas.
- La Argentina destinará al pago de su deuda externa e interna un máximo de 3.000 millones de dólares en 1992, 3.400 millones de dólares en 1993 y 3.600 millones de dólares en 1994.

(*) Es un bono que se cancela a su vencimiento, sin amortizaciones parciales.

A dónde [illegible]

La propuesta lanzada ayer por la Argentina es mucho más completa y realista que lo que esperaban inicialmente los bancos acreedores.

Incluye el pedido de quita de las obligaciones externas del 40% (aunque busca en realidad acordar un 37%) y prevé un complejo mecanismo para abonar 400 millones de dólares de inmediato y en efectivo a través de la emisión de un bono.

Un elemento novedoso que hasta el momento no se había barajado es que compromete a la Argentina a realizar un aumento sustancial en los pagos al exterior: poco más del 50%.

Hasta ahora, y desde hace dos años, el país abona en forma mensual unos 60 millones de dólares a los bancos acreedores [illegible] grama de D[illegible] llo establece [illegible] ros al exterior [illegible] 92 millones de [illegible]

Este incre[illegible] ofreció la [illegible] nómica como [illegible] clave de la [illegible] volucra un [illegible] de exactamente [illegible] nes de dólares [illegible] encaja con los [illegible] compromisos [illegible] con el Fondo [illegible] Internacional [illegible] de superávit [illegible]

La Argentina [illegible] sugerencia de [illegible] Camdessus de [illegible] superávit fiscal. [illegible] do sellado el [illegible] a la Tesorería a [illegible] excedente un 25% [illegible] al previsto en la [illegible] inicial del Palacio de Hacienda.

[illegible]

por intereses

[illegible] la deuda externa (ver más información en el cuadro de puntos principales).

El ministro consideró que "la oferta argentina es transparente y realista y las propuestas de pago a los bancos son perfectamente compatibles con una proyección de crecimiento económico del 6,5% anual".

La oferta a la banca internacional incluye la consolidación de toda la deuda al 31 de diciembre pasado, mientras que para la refinanciación de los intereses atrasados se propone la cancelación mediante dos bonos.

La Argentina dejó de pagar intereses en abril de 1988 y acumula atrasos por casi 8.000 millones de dólares. De este monto, el 90% se pagaría con un bono a 15 años con una tasa de interés fija del 4,5%. El 10% restante con otro bono que en los hechos implica un pago de unos 400 millones de dólares en lo inmediato.

Cavallo dijo que "con estos bonos los bancos que confíen en la recuperación económica de la Argentina podrían recuperar hasta el 100% de sus acreencias".

El ministro agregó que "la propuesta argentina es flexible y que las únicas limitaciones son las que impone la ley de convertibilidad del peso sobre las reservas y la preservación del equilibrio presupuestario".

La oferta argentina incluye el giro de unos 1.100 millones de dólares anuales a los bancos comerciales. Esto implica en los hechos elevar las remesas al Comité de Bancos de los 60 millones de dólares mensuales a unos 92 millones de dólares.

Los banqueros recibieron la propuesta con absoluta frialdad, sin emitir comentario alguno, y solo se comprometieron a estudiarla y en unas dos o tres semanas emitir una contestación.

Días pasados, el ministro Cavallo recibió un explícito apoyo de la administración Bush, cuando el secretario y el subsecretario del Tesoro de los Estados Unidos, Nicholas Brady y David Mulford, avalaron la presentación de la propuesta.

superávit

1994. Estas metas fueron presentadas ayer por el ministro Cavallo a los bancos acreedores (ver cuadro).

A juicio de los negociadores argentinos, el mayor compromiso de pago a los bancos tendrá sus ventajas. Lo explican de este modo:

- Solo se hará en la medida que haya un acuerdo global de la deuda. No se elevan los giros de 60 a 92 millones de dólares hasta que se cierre la renegociación. Es decir que por ahora se continúa con pagos de 60 millones de dólares mensuales.
- El acuerdo global implica mayores desembolsos, pero permitirá algo importante para el país: reinsertarse en los centros financieros internacionales.

"Esto permitirá al país salir de su posición de deudor moroso, dejar de ser discriminado en los mercados de capital y tener pleno acceso a las corrientes inversoras reales y financieras", es el argumento incluido en el dossier que ayer se repartió en la reunión de gabinete nacional para justificar las concesiones.

Un plan que no tiene mucho para negociar y que corrobora una cosa: que el Plan Brady es un programa para pagar y que esto tiene un efecto inmediato mayor al de las quitas que puedan obtenerse de la negociación.

02-02

920349

El FMI es pesimista

El Fondo Monetario Internacional incrementó su pesimismo sobre la marcha de las economías para 1992 de los siete países mas industrializados del mundo. La institución ahora cree que solo crecerán el 2 por ciento, contra el 2,9 nueve que había proyectado cuatro meses atrás.

La preocupación entre los expertos del FMI se funda en la situación de los países europeos (Reino Unido, Alemania, Francia e Italia), para los cuales la tasa de crecimiento de PIB sería de solo 1 por ciento.

En cambio, respecto de la economía de los Estados Unidos, el Fondo supera el optimismo del propio George Bush y proyecta 2,1 por ciento contra una estimación del 1,5 del mandatario de ese país.

Las estimaciones del Fondo fueron presentadas la semana pasada por el director gerente, Michel Camdessus.

DOCUMENTO
...O Acuerdo por la deuda de IBERIA.
...DENCIA 15007
...H. DE PROCESO 31/12/91
...ULACIONES 10033
11160
11312

martes 31 de diciembre de 1991, Ámbito Financiero

Hubo acuerdo por la deuda de Iberia

El gobierno argentino aceptó cancelar, mediante un aumento del capital a cargo del Estado y del personal de la empresa, 10,5 millones de dólares —sobre un total de 43 millones— de la deuda de Iberia por la compra de Aerolíneas Argentinas.

Según informó el secretario de Transporte, **Edmundo Soria**, el consorcio aceptó además cancelar el resto de la deuda en tres pagos semestrales, a partir de junio próximo, en tanto que se comprometió a presentar el 8 de enero el plan de inversiones 1991/92, que de ser aceptado por el gobierno allanaría el camino para el acuerdo definitivo por Aerolíneas.

En octubre último, los socios del consorcio decidieron un aumento del capital de Aerolíneas que obligaba al Estado a aportar 10,5 millones de dólares, o resignar parte de las acciones que quedaban en su poder y las del personal.

De este modo, el aumento de capital fue resuelto utilizando parte de los 43 **millones de dólares que el consorcio adeudaba por la compra de Aerolíneas, en tanto que el resto se liquidará en tres cuotas semestrales a partir de junio próximo.**

Soria informó además que el Banco Central (BCRA) ha formulado observaciones sobre algunos títulos de la deuda externa presentados por el consorcio en parte de pago, por lo cual se solicitó a los miembros del consorcio que formulen las correcciones técnicas del caso.

• "Observaciones"

El funcionario aclaró que se trata de "observaciones técnicas", como ubicación de endoso y otras formalidades, y aclaró que no afectan a todos los títulos si no a una parte de ellos.

Aclaró que subsanados estos detalles, el gobierno levantará el embargo sobre el paquete accionario de Aerolíneas, pero en cambio mantendrá la prohibición de venta o leasing de las aeronaves.

Destacó que el consorcio aceptó entregar pagarés refrendados por Iberia comprometiendo los tres pagos del resto de la deuda que se efectivizaría en tres cuotas semestrales a partir del 15 de junio del año próximo.

Asimismo indicó que el grupo adjudicatario aceptó completar en los próximos 120 días el estudio de las deudas cruzadas que aún quedan pendientes.

9203150

01-01

ENTRADO
...

SECRETO

01-06

ARCHIVO

Hoja No. 1 de 1
Copia No. 1 de 3
D. E. - I I .-
C. SAN JOSE .-
Ø81230ABR92 .-
J.O. 16 .-

-PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.023/D-2/92.-/

I.-EVALUACION: B - 2.-

II.-RESPONDE A:-Información recabada.-

III.-T E X T O :

-En el mes de MAR92 tomó posesión del cargo como Juez Letrado Departamental de Primera Instancia(Suplente) en el Dpto.de FLORIDA, Xenia MARTINEZ MARTINEZ de DIAZ,Oriental,casada,de 45 años de edad,hija de Ruben y Nélida,C.I. No.1.061.564-2 -Posee el alias de "VICTORIA".-

ANOTACIONES:-05JUN972:-Es detenida,en virtud de constatarse en su domicilio una reunión de integrantes del Movimiento "26 DE MARZO"(MLN-T),en la ocasión negó ser integrante del Movimiento y que dicha reunión se realizó a solicitud de un amigo, alias "HECTOR".-

-23JUL973:-Se decreta su procesamiento por "Asociación para Delinquir",permaneciendo recluída en el Establecimiento de Punta de Rieles hasta el 02OCT97[illegible]

-Año 1989:-Presunta firmante del Referéndum por la Ley 15.848.-

-Año 1990:-Juez Ltdo.Dptal.de 1ra.Instancia en el Dpto. de TREINTA Y TRES.-

IV.-SINTESIS:-Fecha:-MAR92.-
-Organización:- . -
-Nombre:-Xenia MARTINEZ MARTINEZ de DIAZ.-
-Lugar:-C.FLORIDA.-
-Resumen:-Antecedentes de quien se desempeña como Juez Ltdo. Dptal.de 1ra.Instancia(Suplente) en el Dpto.de FLORIDA.-

V.-DISTRIBUCION:
-Ejemp.- 01 -Archivo.-
-Ejemp.- 02, 03 y 04.-Dpto.II.E.M.E.-

VI.-ACCION TOMADA:-Confección del presente Parte.-

Por el Cte.DE-II.y por su orden:
El Jefe del E. M. / DE-II.
Coronel
Juan C. COUTURE.-

120
06/5/92

E.M.E. Dpto. II (Secc. Archivo)
Fecha 30 ABR 92 Hora 1100

Preo [illegible]

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General [illegible] Defensa
Fecha 29 ABR. 1992
Pase a DIGEF-MILITAR
No. 9203151

0011

SECRETO

28/4/92
SIDI
9203151

EJERCITO NACIONAL.
E. M. E.
DEPARTAMENTO E-II.
CA. C/INF.
MONTEVIDEO.
090940 -ABR- 1992.

ARCHIVO

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro.:053/MIR/1992

I - EVALUACION: B-3

II - RESPONDE A: Información proporcionada por Gerardo.

III - T E X T O :

- Se realizó una reunión con caracter de urgente de las Agrupaciones "SUR" y "CIUDAD VIEJA". En las mismas se trató el tema de la renuncia de Jaime PEREZ.

  Se dijo que son 472 los afiliados que se han desafiliado, por lo tanto en Montevideo la militancia cada dia es menor.

  Pese a ser todos ortodoxos se plantearon tres tendencias.

  1°) Esta sostiene que la división entre ortodoxos y renovadores a partir del 22 Congreso produjo la desaparición del Partido.

  2°) Que el desmoronamiento del P.C.U.estaba orquestado y atentaba contra la realización del Congreso. Y se ve la posibilidad de que el Socialismo pueda incrementar sus filas con los disidentes.

  3°) Mantener el Partido por encima de todo, logrando alianzas.

- Por lo expresado se estima que la realización del Congreso puede peligrar.

IV - ACCION TOMADA: La confección del presente parte.

V - DISTRIBUCION: Original Jefe del Dpto.II del E.M.E.
Copia Nro.2 Archivo.

El Jefe de la Ca.C/Inf. de Ejército
Mayor
EDGARDO DA CUNHA.

CONTRAINFORMACION DEL EJERCITO — EJERCITO NACIONAL — REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO ... NACIONAL
Dirección General ...
Fecha ... 29 ABR. 1992
Pase a BIOGR. MILITAR.
N° ... 9203152

28/4/92
S/DI
9203152

Fecha 29/4/92 Hora 1100

0011

1/1-

Constituyen dos nuevos grupos afines a Sanguinetti dentro y afuera del Foro

DOS SECTORES AFINES al ex presidente Julio Sanguinetti, dentro y fuera del Foro Batllista, quedarán constituidos entre el mes próximo y comienzos del año que viene, revelaron a *El Observador* fuentes coloradas.

En los primeros días de diciembre se realizará la presentación en sociedad de un denominado "espacio de trabajo, horizontal y participativo" dentro del Foro Batllista que impulsan el ex diputado y ex subsecretario de Educación y Cultura, Julio Aguiar, el ex director de Turismo de la Intendencia de Montevideo, Julio César Medica, y ex director del Instituto Nacional del Libro, Claudio Rama.

En su lanzamiento, el grupo difundirá un documento-presentación, donde se establecerá lo que este espacio "pretende ser", y su opinión respecto al Foro Batllista, confirmó a *El Observador* un integrante del sector que solicitó no ser identificado. "La idea no es formar una cosa de caciques, sino un espacio de trabajo bien abierto. En eso estamos trabajando" indicó la fuente, quien precisó que el grupo "por ahora" no tiene una denominación que lo identifique.

El principal objetivo del grupo es "llegar la gente, a los barrios, lo cual creemos que ha sido la principal carencia del Partido Colorado en los últimos años" indicó la fuente, agregando que se pretende salir a la opinión pública "mostrando que somos distintos y que queremos actuar de una manera diferente a la tradicional".

Proclives al espacio sanguinettista

Por su parte ex dirigentes de la Corriente Batllista Batllista (CBI), escindidos de ese sector poco después de las últimas elecciones, "proclives al espacio sanguinettista, pero claramente fuera del Foro Batllista", planifican formar un grupo político en los primeros meses del año próximo, confirmó a *El Observador*, Diego Martínez, uno de sus impulsores.

Este grupo, integrado entre otros por Juan José Norbis, Rafael Mora ex dirigente de la CBI y funcionario de Comercio Exterior y algún otro ex jerarca de la administración municipal de Julio Iglesias viene organizando reuniones semanales con técnicos sectoriales, en tanto que cada 15 días promueven encuentros en distintos barrios de Montevideo. El último de estos encuentros congregó a dirigentes colorados del Cerro, Capurro y Punta Espinillo, el domingo 27 de octubre.

El grupo "no tiene todavía ningún criterio organizativo ni institucional" aclaró por su parte Juan José Norbis, otro de los impulsores del movimiento.

"No estamos en un tiempo de movilizaciones amplias ni organizadas, pero ajustados al tiempo político que vivimos, hacemos lo que creemos que corresponde", agregó Norbis ante la consulta de *El Observador*.

En una mesa redonda realizada semanas atrás sobre la nueva realidad del Partido Colorado, Martínez presentó un documento titulado "El ocaso de la lógica sectorial en el Partido Colorado", que reflejó los puntos de vistas del grupo. El documento "no supone cuestionar la existencia de sectores, sino el hecho de que algunos dirigentes hagan predominar intereses sectoriales por encima de los partidarios".

Martínez, ex secretario de organización de la CBI, dijo a *El Observador* que el grupo "tiene una valoración muy positiva de quien (Julio Sanguinetti) siendo Secretario General del Partido, logró que éste funcionara como una soberanía de correligionarios, y como una federación de sectores, que es lo que actualmente sucede con el Foro Batllista". Agregó además que Sanguinetti "cuando tuvo a su cargo el gobierno, supo ser muy buen administrador de los equilibrios sectoriales".

Este grupo de dirigentes que el año próximo piensa impulsar la constitución de un sector, realizó a fines de 1990 una cena de despedida del año que congregó en el Palacio Sud America a cerca de un millar de personas.

Otra "tendencia"

El director de la Corporación Nacional para el Desarrollo (CND), Washington Abdala, confirmó el nacimiento de "una tendencia" dentro del Foro Batllista, "de gente que se empieza a nuclear en torno a valores comunes, y que empieza a trabajar sobre un proyecto específico, como es el proyecto ideológico".

Abdala, junto a Fernando Scrigna, Julio Luis Sanguinetti, Carlos Baston, Gerardo Tovagliari, Enrique Bello y Matías Rodríguez, entre otros jóvenes dirigentes batllistas de distintos grupos colorados, conformaron esta tendencia que actuará dentro del Foro Batllista (ver *El Observador* Nº 10).

La idea "es dotar al Foro de algunos niveles de definición importantes que hasta ahora nos parecía que no estaban presentes" desde el punto de vista ideológico, dijo Abdala en declaraciones realizadas el miércoles 6 [illegible] ■

— 10

EJERCITO NACIONAL.
E. M. E.
DEPARTAMENTO E-II.
ARCHIVO CA. C/INF.
M O N TEV I D E O.
200830- ABR -1992.

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro.057/MIR/992:

I - EVALUACION: B-4

II - RESPONDE A: Información proporcionada por Palacios.

III - T E X T O :

- Proximamente el M.L.N.(T) recibirá del exterior U$S 120.000 (ciento veinte mil Dólares), que serán enviados por militantes radicados fuera del país. La mencionada cifra se desglosa de la siguiente manera: U$S 40.000 de Australia, U$S 40.000 de Canadá y U$S 40.000 de Méjico.
- Es intención del Movimiento mejorar la situación de CX 44 Radio Panamericana y para lograr financiarla van a optar por no editar uno de sus medios escritos "MATE AMARGO" o "TUPAMAROS".
- Según manifestaciones de un integrante de dicho movimiento, los militantes tupamaros aportan un 3% de sus ingresos para el movimiento y un 1% para apoyar a Cuba.

cc 06/5/92

IV - ACCION TOMADA: La confección del presente parte.

V - DISTRIBUCION: Original y copia Jefe del Dpto.II del E.M.E.
Copia Nro.2 Archivo

El Jefe de la Ca.C/Inf.de Ejército
Mayor
EDGARDO D. Da CUNHA

RESERVADO

Dpto.II.E.M.E.-

Hoja No. 1 de 1
Copia No. 2 de 3
D. E. - I I .-
C. SAN JOSE .-
061230ABR92 .-
J.O. 14 .-

ARCHIVO

-PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.021/D-2/92.-/

I.-EVALUACION:-B - 2 .-

II.-RESPONDE A:-Ampliación P.E.I.No.018/D-2/92 de la D.E.II.-

III.-T E X T O :

-El día 25MAR92,reanudó sus actividades laborales la fábrica textil CAMPOMAR Y SOULAS de C.JUAN LACAZE.-
-Dicha fábrica,que sufre una grave crisis económico-financiera(adeudos al Personal obrero y otros beneficios sociales por aproximadamente 750.000 dólares),estuvo paralizada por 52 días.-
-La fórmula aprobada(tras largas negociaciones con el MTSS. y el Sindicato AOT.),se encuentra basada en lo siguiente:
-La Empresa pagará N$400 millones en el momento que el Personal se reintegre a la fábrica,distribuídos:-N$320 millones al Personal obrero,N$20 millones al Personal administrativo y N$60 millones al Personal directivo.-
-Luego habrá una segunda cuota(al 21ABR92) de monto similar a la primera,distribuída: ...% destinado al Seguro de Enfermedad,49% para el Personal obrero,7% para el Personal administrativo y 27% para el Personal directivo.-La Empresa se compromete a que los jornales generados de aquí en más se pagarán en fecha.-
-Posteriormente habrá una tercera cuota de N$200 millones (al 30ABR92) y luego N$200 millones cada 15 días hasta saldar totalmente las deudas.-
-Sindicalistas de la AOT.,manifestaron:-"que dentro de la fábrica no habría ninguna medida de fuerza,pero que fuera de la misma proseguirían con sus movilizaciones".-
-Los 1.270 obreros con que cuenta la fábrica,han sido reincorporados a la misma paulatinamente desde que ésta reanudó sus actividades,estimándose que la totalidad de ellos ya se encuentren trabajando en los primeros días del corriente // mes.-

IV.-SINTESIS:-Fecha:-25MAR92.-
-Organización:-Industrial.-
-Nombre:-Textil CAMPOMAR Y SOULAS de C.JUAN LACAZE.-
-Lugar:-C.JUAN LACAZE.-(Dpto.de COLONIA).-
-Resumen:-Reiniciación laboral de la Textil CAMPOMAR Y SOULAS luego de 52 días de paralización.-

V.-DISTRIBUCION:

-Ejemp.- 01 -Archivo.-
-Ejemp.- 02, 03 y 04.-Dpto.II.E.M.E.-

VI.-ACCION TOMADA:-Confección del presente Parte.-

Por el Cte.DE-II.y por su orden:
El Jefe del E. M. / DE-II.-
Coronel
Juan ... COUTURE.-

DIVISION DE EJERCITO ... REPUBLICA O. DEL URUGUAY

E.M.E. Dpto. II (Secc. Adm.)
ENTRADA 2/01
MATRICULA N°
Fecha 24/04/92 Hora 1100

07/5/92

POCO LEGIBLE

RESERVADO

MINISTERIO ... CRIMINAL
Dirección ...
Fecha ... 1992

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
28/4/92
S/D I
... 99 03155

0011 - 0203155

1/1

P I T - CNT.

PIT-CNT nombró comisión

J[illegible] D'Elia, junto a [illegible], [illegible] y [illegible], fueron designados ayer por el Secretariado Ejecutivo del PIT CNT para integrar la comisión de Defensa y Transformación del Estado.

La dirección cotidiana de la central sindical ha priorizado el trabajo en este organismo el cual por primera vez se reunirá el jueves próximo en la sede del PIT-CNT.

Se habló también de las cuatro zonales que están funcionando en forma irregular, amén de significar que los trabajadores se encuentran analizando un extenso informe sobre salarios. ■

— HISTORIAL

La República 2/4/91

POCO LEGIBLE

Biográfico

0011/1

Asunto:

PIT-CNT

Comisión de Defensa y Transformación del ESTADO

RESERVADO

Dpto.II.E.M.E.-

Hoja No. 1 de 1
Copia No. 1 d 3
D. E. - I Y .-
C. MAN 3C8E
961230ABR92 .-
J.D. 15.-

01/05/06

ARCHIVO

-PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.022/D-2/92.-/

I.-EVALUACION:-B - 2.-

II.-RESPONDE A:-Información recabada.-

III.-T E X T O :

-El día 25MAR92, visitaron C.TRINIDAD(Dpto.de FLORES), integrantes de la Cruz Roja Internacional y de nuestro País, manteniendo contactos con el Comité Delegado Dptal.de FLORES.-

-La Delegación de Visitantes estuvo integrada por:-Margareta WAHLSTROM, Coordinadora del Departamento de Operaciones Internacionales de Cruz Roja Internacional(nacionalidad:-SUECA); Gustavo RAMIREZ, Director General del Departamento de Cruz Roja Internacional para América Latina con Sede en GINEBRA(nacionalidad:-CHILENO) y la Dra.Yolanda CAMERA, Consejera de Comisiones Departamentales de MONTEVIDEO.-

-En el transcurso de su visita [illegible] las obras del Centro de Casarrollo que se vienen [illegible] en un barrio de C. TRINIDAD(Policlínica).-

-Posteriormente mantuvieron contacto con el Intendente Mpal. de FLORES, Sr.Walter ECHEVERRIA GARCIA, entrevistándose seguidamente en la Sede de la Jefatura de Policía de FLORES con / su Titular, Insp.May.(R) Gualberto ZAUGG VILLA.-

-A la H.1410 del [illegible], solicitaron al Jefe del Grupo de / Artillería 105 mm. No.2, ser recibidos a efectos de presentar saludos y agradecimiento por el apoyo que brinda la Unidad a la obra antes referida; en la oportunidad las ya antes nombradas fueron acompañadas por la Presidenta de Cruz Roja Dptal. Dra.Carlota LOPEZ de ALBISU, la Secretaria Gladys GUTIERREZ / de MOREIRA y las Sras.:-Susana CLIVIO de FREIRE, Haylen MACARICURI de DE LA FUENTE, Emilia KOCH de MAGERL y María Elena CAMIROTTI de CHEBLE, también integrantes de Cruz Roja Dptal. de FLORES.-

IV.-SINTESIS:-Fecha:-25MAR92.-
-Organización:-Salud.-
-Nombre:-Cruz Roja Internacional, Nacional y Dptal.de FLORES.-
-Lugar:-C.TRINIDAD(Dpto.de FLORES).-
-Resumen:-Visita a C.TRINIDAD de Autoridades de Cruz Roja Internacional y Nacional, incluyendo en su Agenda una visita al Gpo.A.105 mm.No.2.-

V.-DISTRIBUCION:

-Ejemp.- 01 -Archivo.-
-Ejemp.- 02, 03 y 04.-Dpto.II.E.M.E.-

VI.-ACCION TOMADA:-Confección del presente Parte.-

Por el Cte.DE-II.y por su orden:
El Jefe del E. M. / DE-II.-
Coronel
Juan C. COUTURE.-

DIVISION DE EJERCITO II - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

POCO LEGIBLE

100 07/5/92

E.M.E. Dpto. II (Secc. Adm.) Fecha 24 ABR 92 Hora 1800

RESERVADO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha 29 ABR 1992
Biog. nacional Dpto II
9203158

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha 28/4/92
Pasa a SID I
Nº de identificación 9203158

001/1

1/1

EJERCITO NACIONAL.
E. M. E.
DEPARTAMENTO E-II.
CA. C/INF.
M O N TEV I D E O.
200800 -ABR- 1992.

ARCHIVO

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro.056/MIR/992:

I - EVALUACION: B-6

II - RESPONDE A: Información proporcionada por Gerardo.

III - T E X T O :

- Se tomó conocimiento que ILDO PEREZ (A) "Negro" del M.R.O. viajó a Tacuarembó a contactarse con TORIBIO (P.C.U.) por sus declaraciones sobre la lucha armada. La reunión terminó con una disensión ideológica y no se arribó a nada.

IV - ACCION TOMADA: La confección del presente parte.

V - DISTRIBUCION: Original y copia Jefe Dpto.II del E.M.E.
Copia Nro.2 Archivo

El Jefe de la Ca.C/Inf. de Ejército
Mayor
EDGARDO DA CUNHA.

E.M.E. Dpto. (Secr. Adm.)
Fecha 24/3/92 Hora 1800

26 06 92 INICIAL R.E.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de entrada 29 ABR. 1992
Pasa a Grupo Militar
Nº. de 9203159

001/1

GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
ARIA
28/4/92
SIDI
9203159

SECRETO

ARCHIVO 1/2

C.G.E.

Hoja 1 de 1.
Copia No. [illegible]
D/II/EM/D.E.I
MONTEVIDEO
200800/ABR/99

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.038/D-2/992.- HR - 038

I.- EVALUACION: A - 1.-

II.- RESPONDE A: Información existente en este Comando.-

III.- TEXTO: Se adjunta.-

IV.- SINTESIS: Se adjunta.-

V.- ACCION TOMADA: Confección del presente Parte.-

VI.- DISTRIBUCION: ORIGINAL C.G.E.-
Copia ARCHIVO.-

El Jefe del Estado Mayor de la D.E.I.-
Coronel
MIGUEL RODRIGUEZ.-

GY/hr.

E.M.E. Dpto. II (Secc. Adm.)
ENTRADA
MATRICULA N°
Fecha 24.03.92 Hora 12.00

26.6.92. (cc).

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 05 MAYO 1992
Pase a BIOGRAFICO-MILITAR
Nº de 9203160

001/2

SECRETO

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha de Entrada 28/4/92
Pase a SIDI
Nº de Identificación 9203160

01/06

Se tomó conocimiento que el día 27 de Marzo se reunieron en Ciudad de Las.- Piedras, dirigentes del interior del país y afiliados al P.C.U. del Dpto de Canelones.-

La misma se llevó a cabo en la fonoplatea de Radio Cristal, sita en calle Treinta y Tres esquina Gral. Artigas de dicha Ciudad, a la hora 20.30, con una concurrencia aproximada de 40 personas, y finalizó próximo a las 23.45, desconociéndose los temas tratados.-

Posteriormente, parte de los concurrentes se reunieron en el Bar "CARLITOS" ubicado en la calle Dr. Pouey esquina Gral. Flores, identificándose entre los concurrentes a Rafael Sanseviero.-

SINTESIS:

Reunión de Dirigentes del interior del País y afiliados al P.C.U. del Dpto. de Canelones, llevada a cabo en la C. Las Piedras el día 27/03/92, con una concurrencia aproximada de 40 personas.-

VI.- **DISTRIBUCION:**

ORIGINAL C.G.E.-
Copia ARCHIVO.-

El Jefe del Estado Mayor de la D.E.I.-
Coronel
MIGUEL RODRIGUEZ.-

GY/hr.

E.M.E. Dpto. II (Secc. Adm.)
ENTRADA ... 1.
MATRICULA N° ...
Fecha ... Hora 1200

BIOGRAFICO 26.6.92 (cc) Conocimiento

... 002/2 9203160

SECRETO

... GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
...RETARIA
Fecha de Entrada ...
Pasa a ...
N° de Identificación ...

SECRETO

1842 Arsenal de Guerra 1992 Servicio de Material y Armamento SESQUICENTENARIO

EJERCITO NACIONAL.-
S. M. A.-
MONTEVIDEO
20-0900-ABRIL-1992.-

01.06

247144-E

P. E. I. 008/92.-

I) **EVALUACION :**
A-1

II) **RESPONDE A :**
Información en poder de este servicio.-

III) **T E X T O :**

-Se presentó ante la Oficina S-2 de este Servicio el Sdo.1ra. CARLOS ARIEL GONZALEZ SILVA, que presta servicios en ésta, manifestando que ante la sugerencia de una vecina suya, vive en el barrio Casabó, de que se estaba ocupando un predio frente al Cementerio del Cerro por parte de varias personas y que invitaban a ello, y que ante esta invitación concurrió al citado predio, el cual es conocido en la zona por los terrenos de los "polvorines", y procedió a ocupar un sector del mismo.

-Que se han organizado grupos comandados por "la directiva", uno de los responsables de sector se llama FREDY LIMA. Además se han organizado"olla popular". Tienen una bandera roja y negra que es la da"la comisión", y que también tienen el Pabellon Nacional.

-Que la Policía citó a todos los ocupantes tomándoles los datos filiatorios. Que hay "una Abogada" trabajando para "la comisión".

-Que estuvo el señor Jefe del Grupo de Artillería Nº 1, explicando a todos los presentes en el predio en ese momento sobre la situación del predio. El soldado dice que el estar distante no escuchó con exactitud lo dicho.

-Que posteriormente escucho a unos ocupantes que decían " vino a explicar la situación, es correcto". Posteriormente miembros de "la comisión" en otra reunión posterior dijeron " este Oficial vino a amenazarnos".-

-También que pudo observar entre los ocupantes al Sdo.(R) NELIDO BRUM FONTOURA, ex integrante de este Servicio.-

IV) **SINTESIS :**
Soldado de este Servicio ocupó un predio en terrenos del ex Polvorin del Cerro, cuando ya estaban siendo ocupados. Que se ha instaurado una "comisión" que organizó en sectores los grupos de ocupantes. Uno de los que dirigen los grupos se llama FREDY LIMA, y un Sdo(R) de este Servicio se encuentra entre los ocupantes.-

V) **DISTRIBUCION :**
Original y copia al C.G.A.
Copia archivo.-

El Director General del S.M.A.
CORONEL
GROVER H. BURGUEÑO

SECRETO

Cnel."GRAL.FRUCTUOSO RIVERA" de Reg. C. Nº. 3.-
S - 2.-
R I V E R A.-
060800ABR92.-
WZ-23/

PARTE ESPECIAL DE INFORMACIONES Nº. 23/92.-

I.-EVALUACION: A - 1.-

II.-RESPONDE A: Oficio Nº.005/91 de la O.C.1 y P.E.I.Nº.128/91 (WZ-129) de esta Agencia.-

III.-T E X T O :

E. E. I. -I T E M 03 (ACTIVIDADES DE PROPAGANDA)

03.-¿Se amntienen los mismos espacios radiales ?

-El día 05 de los corrientes comenzó a transmitirse por Radio Internacional un programa Político denominado "FRENTEAMPLISTAS POR EL FRENTE".-

El mismo es emitido los días Domingos de // 1115 a 1130 horas.-

04.-¿Quienes hablan ?

-Pablo Emilio CARRIO ELCARTE (PCU)
-María Rosa RINALDI LUCICH (PCU)
-Julio CAIRELLO PIRIZ (MLN-T)
-María MATCHIN DE CAIRELLO (PS)
-Agar SIMOES (PS).-
-Eber Olivio MATEOS ROSA (PCU).-
-Julio Cesar BACCI (PCU).-
-José Luis PROTTI REY (PCU).-

IV.-SINTESIS: -E. E. I.-

-Pablo E. CARRIO (Ficha elevada por PEI.Nº.06/91.-
-María R. Rinaldi(Ficha elevada por PEI.Nº.25/91.-
-Julio CAIRELLO (Ficha elevada por PEI.Nº.06/91.-
-María MATCHIN (Ficha elevada por PEI. Nº. 38/91.-
-Agar SIMOES (Ficha elevadq por PEI.76/91.-
-Ebar O. MATEOS ROSA(Ficha elevada por PEI.Nº.06/91.-
-Julio C. BACCI (Ficha elevada por PEI.Nº.06/91.-
-José Luis PROTTI (Ficha elevada por PEI.Nº.06/91.-

V.-DISTRIBUCION:

3 Ej.a la O.C.1.-
1 Ej.archivo S-2 RC3.-

VI.-ACCION TOMADA:Confección del presente Parte.-

El Jefe Reg. C. 3.-
Tte.Cnel. Darling Colina

28 07 92

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 09 ABR 1992
Pasa a BIOGRAFICO - T A - ...
Nº. de Orden 92-3162

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETO
Fecha Entrada 28/4/92
SIDI
Nº. de Clasificación 9203162

FOTO LEGIBLE

001/1

SECRETO

ARCHIVO

REG. C. MEC. Nº 5.-

TACUAREMBO

=26-1030-MAR-992=

L L = 003

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 003/S-2/992.-

I.- EVALUACION: A - 1.

II.- REFERENCIA: E.E.I.Locales de Funcionamiento en Zona Responsabilidad (Item.01).

III.- T E X T O:

=A los efectos de mantener actualizados los E.E.I. y acorde lo dispuesto en Radio Nº 20/S-2/992 de ese Cdo.de Brigada, esta Agencia esta en condiciones de informar: que dejó de funcionar el local partidario del Mov. 26 de Marzo, sito en Sarandí Nº 114 de esta ciudad.-

IV.- SINTESIS: Elev.Inf.sobre cierre local partidario del Mov.26 de Marzo.

V.- DISTRIBUCION:

3.-Ej.Sr.Cte.B.C.Nº 1.

1.-Ej.Al archivo S-2 RC.Mec.5.

VI.- ACCION TOMADA: Confección del Presente Parte, actualización de E.E.I.

REGIMIENTO DE CABALLERIA MECANIZADO 5 República O. del Uruguay

El Jefe del Reg.C.Mec.Nº 5.-
Tte.Cnel.
Raúl C. Ramírez.-

E. M. B. C. No. 1.
S - 2.
PASO DE CONTRO
ELEVADO A DPN.III.
DOC.S.028/S2/992.
=090745.ABR992=

El Comandante Brigada de Caballería No.1.
Coronel
Francisco J. Wins.-

Fecha 24/4/92 Hora 1200

06/5/92

001/1

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 29 ABR. 1992
Pase a BIOGR. MILITAR
Nº de Orden 9203163

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
28/9/92
SIDE
Nº de clasificación 9203163

SECRETO

SECRETO

ARCHIVO

EJERCITO NACIONAL
E. M. E.
DEPARTAMENTO E.-II
Cía. C/INF.
MONTEVIDEO
21.1805 ABR. 1992
RF-eb.

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No. 307|SOCI|992:

I.-EVALUACION: B-2

II.-REFERENCIA: Información obtenida por esta Agencia.

III.-TEXTO: Se ha obtenido información que el Corredor de la Empresa SAGRIN S.A. ante el S.S.FF.AA. manifestó que el Servicio que es el comprador número uno de la firma y que solo se igualan como clientes La Española y Casa de Galicia, pero que se mantiene una deuda importante con la firma por la compra anual de algodón. Que concurrió varias veces a hablar por el tema y que en realidad no habría inconveniente dado que la Empresa cubre perfectamente el atraso de pagos del Servicio en base a las compras que efectuan las Mutualistas que son al contado y a un precio mayor al ser menores cantidades. Pero la última oportunidad que concurrió a la dependencia correspondiente tuvo un mal trato por parte de un Funcionario quien le habría manifestado de muy malas maneras que el Servicio no le iba a pagar, que no necesitaba de la firma y que no volviera más. Ante esto, el Corredor le manifestó a una fuente confidencial que si él quería dejaba todo quieto, pero que ante este destrato hablaría con la Directiva para que cesen los entregas de algodón al Servicio.

IV.-ACCION TOMADA: -La confección del presente Parte.

V.-DISTRIBUCION: -Original y copia No.1 -Dpto.2-II del E.M.E.
-Copia No.2 -Archivo.

-El Jefe de la Cía. C/Inf. de Ejército.

Tte. Cnel. EDGARDO DA CUNHA

06/5/92

Poco legible

001/1

SECRETO

E. M. E.
DEPARTAMENTO E-II.
CA. C/INF.
231130 -ABR- 1992.

ARCHIVO

1/29

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº. 059/MIR/992.

I.- EVALUACION: B-1

II.- RESPONDE A: M26M. Información proporcionada por Abel.

III.- TEXTO:

-Se eleva Carta Semanal del Movimiento 26 de Marzo correspondiente al período 30 de Marzo al 6 de Abril de 1992 y del 6 de Abril al 12 de Abril de 1992.

IV.- ACCION TOMADA: La confección del presente parte.

V.- DISTRIBUCION : Original J. Dpto. E-II del E.M.E.
Copia Nº.2 Archivo.

El Jefe de la Ca. C/Inf. de Ejército.
Tte.Cnel. EDGARDO DA CUNHA.

EJERCITO NACIONAL - ESTADO MAYOR - COMPAÑIA CONTRAINFORMACION DE EJERCITO - REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

ESTE DOC. TIENE PARTES ILEGIBLES, POR SER FOTOCOPIA

001|29

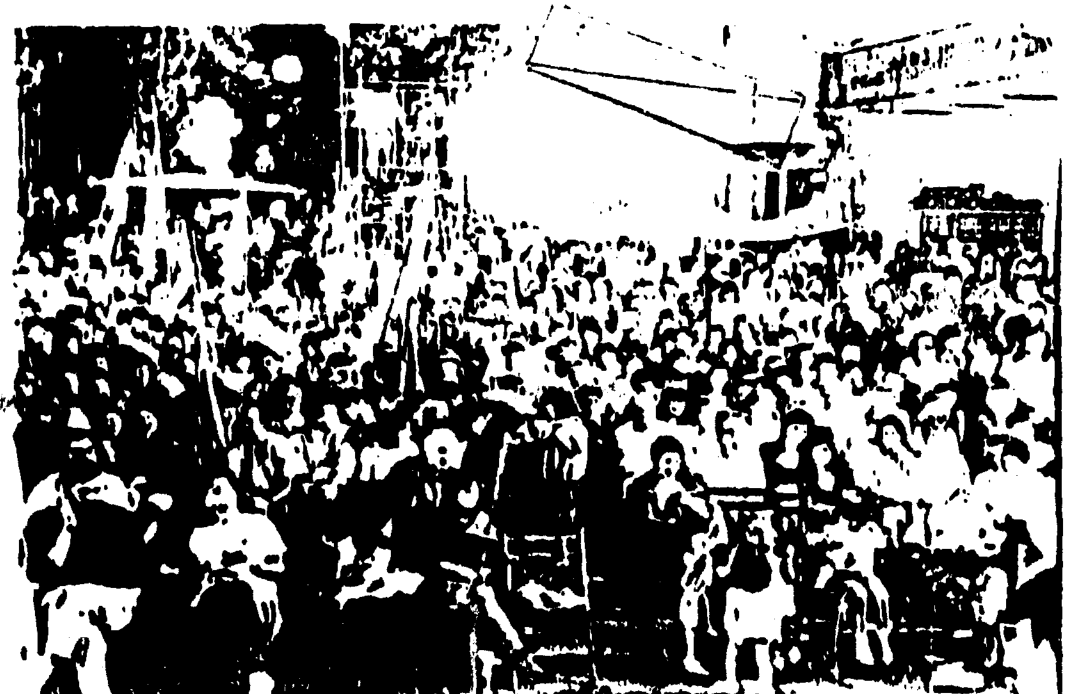
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha: 29 ABR. 1992
Pa: ARCHIVO
Nº. de orden: 9203165

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha: 28/4/92
Pasa a: SDI
Nº. de identificación: 9203165

Doc. con partes ilegibles

CARTA

DEL 5 DE ABRIL AL 12 DE ABRIL DE 1992



002

9203165

"Lo más preciado que posee el hombre es la vida. Se le otorga una sola vez, y hay que vivirla de forma que no se sienta un dolor torturante por los años pasados en vano, para que no queme la vergüenza por el pasado vil y mezquino, y para que al morir se pueda exclamar: ¡toda la vida y todas las fuerzas han sido entregadas a lo más hermoso del mundo, a la lucha por la liberación de la humanidad! Y hay que apresurarse a vivir. Pues una enfermedad estúpida o cualquier casualidad trágica pueden cortar el hilo de la existencia".

Nikolai Ostrovski

Doc. con partes ilegibles

[illegible] DE LA SEMANA

Esta semana correspondió al acto Aniversario y por consiguiente, la mayor parte de los esfuerzos estuvieron dirigidos, precisamente a la preparación de esa actividad central.

El balance de la actividad fue altamente positivo, teniendo en cuenta el momento actual y los escasos recursos que se emplearon. Es sabido que no [illegible] organización política de izquierda en este momento que se atreva a realizar un acto en la calle. [illegible] nivel de movilización es objetivamente bajo, [illegible] anterior recordábamos que un acto [illegible] por el Referendum donde estaría Aston [illegible] juntar más que 27 personas. Que debido a [illegible] dificultades económicas por las que atravesamos [illegible] imposible disponer de recursos para trasladar compañeros del interior. A pesar de estas razones, se tuvo una concurrencia numerosa y muy importante para el momento que se vive.

De la misma manera que recibimos la presencia de otras fuerzas frenteamplistas tales como Guillermo Álvarez, Diputado por el Partido Socialista, Germán Araújo, CUF; Sergio Previtale, Pregón; Enrique [illegible] Rossi, MRO; FIDEL, Movimiento Socialista, etc. Posiblemente lo más destacado correspondió a la fuerte presencia obrera y de sindicalistas. A muchos militantes intermedios del Partido Comunista y [illegible] jóvenes del MPP, especialmente del MLN.

Estuvo en el estrado, el dirigente de la Central de Trabajadores de Melo, también estuvo Félix González. Se contó con la presencia de trabajadores de FUNSA, Clínicas el presidente de Conaprole, el Sunca, UNTPA, AFUR, FOICA, ATSS, 4 trabajadores de Cerámicas del Sur de Libertad, SAG y trabajadores de [illegible] Lacase y del hotel 5 estrellas. Un acto combativo, con un discurso vivido por todos los presentes y muy aplaudido. Una actividad realmente importante que finalizó con un baile en la calle y la presencia artística de varios conjuntos e intérpretes. Al mismo tiempo que se realizaba la actividad política, los daneses entretenían a los niños con un espectáculo artístico, de excelente nivel que han preparado y lo han animado en varios lugares del país.

También fueron oradores en esta oportunidad, dos representantes de los obreros, uno correspondiente a la textil CSAMI y un trabajador del 5 estrellas. Contamos en esta oportunidad con varios ómnibus gratis que nos brindó la empresa CUTCSA.

Los compañeros del Chuy se costearon como agrupación un transporte, otro tanto hicieron los cros. de Libertad, mientras que se envió un ómnibus hasta Rivera y Tacuarembó, que trasladó cros. de ambas agrupaciones. En cuanto a las finanzas podemos decir que el acto se autofinanció y si no hubiera sido por la rotura del ómnibus, podríamos haber ganado algún dinero. En total se vendieron 2 millones en la cantina con lo que obtuvimos una ganancia de [illegible] millones; por venta de ropa usada se [illegible] 300 mil pesos, por concepto de materiales, libros, 100 mil, tortas fritas 80 mil y de venta de gorros, hicieron los cros. de Colón, 40 mil.

Compañeros y amigos de la organización, festejamos un nuevo aniversario como corresponde, con la confianza y la alegría de estar avanzando y creciendo junto al pueblo, forjando la nueva alternativa popular. Debemos destacar la presencia de la cra. Nelca, todo un signo de dignidad y firmeza, un ejemplo que nos ilumina y nos compromete cada día más con la lucha.

También en el correr de la semana, la organización continuó con las actividades fundamentales en relación al trabajo de cada uno de los frentes. En esta etapa donde le asignamos a partir de las reuniones de fin de año, principalísima importancia al trabajo de los barrios, interior y trabajadores, muchas de las actividades se dirigieron hacia esos sectores.

El cro. Eduardo visitó Canelones, acompañado por nuestro cro. y Edil por ese departamento De Giovanángelo. Una serie de visitas a gremios y trabajadores en conflicto, entrevistas de prensa y una charla final en el local de la organización fueron el eje central de esta visita. Trabajadores de Alur (metalúrgicos), construcción, Frigorífico Amegilo; Municipales conversaron y expusieron la problemática actual de esa ciudad; donde en este momento hay más de mil obreros parados por situaciones de conflictos o despidos. Durante la actividad en el local, la presencia de los jóvenes fue lo más destacado, de la misma manera que sorprendió al cro. de la DN la alta estima con que se le considera a nuestro cro. Edil por parte de los trabajadores y jóvenes de esa ciudad. Esto nos dice una vez más la importancia que tiene para la organización contar con hombres públicos y sobre todo de conducta y actitud revolucionaria.

Pero esta semana también hubieron entrevistas con otros trabajadores en conflicto, que demuestran el acierto de nuestra organización en priorizar la atención y dedicación principal de nuestro esfuerzo hacia los trabajadores y los barrios. Primero nos visitaron varias veces los obreros de Payiana —en conflicto— quienes almorzaron repetidas veces en nuestro comedor central. Participamos en una asamblea del sindicato del hotel 5 estrellas, donde los obreros nos solicitaron que hiciéramos uso de la palabra y luego, enviaron una carta de agradecimiento por la solidaridad recibida por parte del 26 como saludo al Aniversario. Y por último, recibimos en central, una delegación del sindicato de ALPASA Agromercado, que están en huelga. Esta gente nos aclaró que pertenecían a distintos partidos del FA, pero que todo el mundo había coincidido que para encontrar respaldo a su lucha de manera concreta e inmediata, buscaran a la gente del 26. Muchos de ellos conocen a nuestros compañeros de los supermercados, donde evidentemente nuestros cros. han realizado su trabajo político en medio de las tareas económicas. Estamos en el camino correcto, la vinculación con la gente, ser servidores del pueblo. Un día una maestra se viene desde Cerro Pelado, a buscar leche en polvo para un liceo de campaña porque una señora de Florida le dijo: "esto te lo pueden resolver los muchachos del 26"; esta semana los trabajadores de un gran almacén, vienen buscando apoyo aclarando que ellos son de otros partidos, pero han coincidido que para su lucha, es el 26 quien les puede dar respaldo. Allí están los pobladores de los barrios 19 de Abril, 12 de Diciembre, o las cooperativas del Cerro, o ahora los Bulevares de Montevideo, donde el cro. Eduardo acaba de tener una muy buena reunión con vecinos del barrio. Esta es la tarea, por ahí vamos creciendo y nos vamos encontrando con la gente que queremos caminar juntos, por donde queremos crecer y pelear. Con los trabajadores, con los pobres y humildes, con el pueblo.

Los cros. de Italia, enviaron hace un buen tiempo una nueva consola para la radio, la cual ya está instalada, para alegría y mejoramiento de la emisora. Cuanto vale este aporte, por supuesto que no los dólares que salió comprarla, que sin duda son varios; vale el esfuerzo y vale el estímulo que llega a los cros. y no cros. que trabajan allí y que ven de esta manera que nos empezamos a preocupar por mejorar cada vez más la transmisión y la parte técnica de la emisora.

El cro. Walter de cultura estuvo en Porto Alegre donde los cros. de aquella agrupación sostienen una muy buena actividad a través del Instituto Artigas, organismo cultural similar a nuestra casa Uruguay-Suecia. Diferentes cursos en este instituto permiten ingresar importantes cifras de dinero recaudadas mediante la inscripción y cuotas mensuales de los alumnos. Durante este mes, ingresaron 700 dólares los cuales se comparten con el cuerpo de profesores que trabajan en dicho instituto. Esta actividad nos relaciona y nos prestigia enormemente en dicha ciudad, dando la oportunidad de trabajo a varios profesores. En relación a la cultura, se está imprimiendo la nueva revista cultural y está previsto que el próximo martes siete de abril, la misma sea presentada en la Galería del Correo Viejo. Este es un nuevo esfuerzo en la tarea creativa de los cros. de cultura y de nuestra imprenta. Semana a semana el cro. Héctor se ha estado reuniendo con no menos de 15 personas, todas ellas no pertenecientes a nuestra organización, quienes están plenamente identificados con este esfuerzo. Vemos esta experiencia como altamente positiva, pues nos permite avanzar por terrenos donde antes nos era imposible, contribuir a nuestros objetivos a partir de la colaboración y trabajo de otras personas, que no necesariamente pertenecen al 26; esto nos da mayores fuerzas que las propias, nos permite influir y crecer también. La revista será un nuevo éxito que lo veremos echar vuelo la próxima semana cuando se presente por primera vez al público.

Recibimos también esta semana, mil dólares enviados por cros. de Italia; que bien vienen en estos momentos y que nos permiten solucionar montones de problemas. Finanzas terminó de pagar esta semana el campo de San José; este ha sido otro esfuerzo importante y un gran estímulo para los cros. de finanzas ya que los recursos en su totalidad, fueron logrados por el esfuerzo de los cros. de los super, la Tasca y demás. Este campo, de 100 cuadras como se recordará se adquirió con la entrega de diez mil dólares y el resto, o sea otros diez mil, en cuotas mensuales. En principio, se solicitó un préstamo de diez mil a la familia de un cro. el cual ya se devolvió y posteriormente se pagaron las cuotas mensuales. Al pago de esta última cuota, el fisco nos tasó este campo que nos costó 20 mil dólares, en más de 112 millones de pesos, es decir, unos 40 mil dólares. Esta semana vendimos 50 toneladas de leña, treinta de las cuales fue en una licitación, y las otras 20 a particulares. Tal volumen nos exige la existencia de una cuadrilla de monteadores, además de nuestro esfuerzo de fin de semana. Estamos terminando la construcción de manera de poder instalar un casero permanente y durante el correr del año, comenzar a llevar algunos animales a este establecimiento. Otro de los buenos logros de la organización de los últimos tiempos, y el estímulo del esfuerzo de los cros. de finanzas que han hecho posible que la organización cuente hoy con esta nueva fuente de recursos.

Pioneros realizó dos bailes, uno en el local central y el otro en La Teja. También vimos a muchos Pioneros jóvenes trabajando alegremente para el acto central. Corresponde señalar que el sector de trabajadores participó activamente repartiendo invitaciones y haciendo pegatinas para este aniversario, en gran medida el éxito de la asistencia de delegaciones al acto se debió a su trabajo y esfuerzo. Durante el correr de la semana continuaron los arreglos y el esfuerzo de los cros. de la imprenta por convertirla en un fuerte polo de desarrollo y crecimiento de la organización.

A las pinturas de la semana anterior se le sumó el arreglo del "Ferro", vieja máquina que sigue prestando tantos servicios a la organización; posiblemente si hubiéramos tenido que pagar a mecánicos de afuera los arreglos, hubiéramos tenido que invertir no menos de mil quinientos a dos mil dólares, sin embargo todos los trabajos se realizaron con nuestros cros. del taller de la imprenta y otros cros. de la agrupación.

Hemos tenido ofertas para trabajar todo el año en la confección de bolsas para supermercados. El esfuerzo de los cros. de la imprenta sigue dando buenos ingresos estos siempre están en aumento y sin duda, cuanto tengamos la posibilidad de invertir deberemos mirar hacia ese sector que es tan altamente eficiente. Allí nos reunimos esta semana para evaluar la marcha del semanario y la posibilidad de continuar introduciendo mejoras con el fin de superarnos. Hoy el semanario está en su nivel más alto en la

Doc. con partes ilegibles

historia de nuestro esfuerzo de prensa partidaria.

Nos visitó en Libertad, el Obispo de San José, José Galimberti; el mismo estuvo por espacio de dos horas recorriendo las instalaciones de la chacra y conversando con nuestros cros. acerca de los fines y propositos de nuestro trabajo. Otra muestra del crecimiento y del avance de la organización en esta etapa.

ACTIVIDADES PRINCIPALES
DEL MES DE ABRIL

Durante el mes de abril, tendrán lugar una serie de actividades impulsadas por los distintos frentes y sectores de trabajo. Las que aquí reseñamos son las principales y de las que hemos tenido conocimiento hasta el día de hoy, nos se descarta las que se puedan agregar o existan sin que las conozcamos. El conocerlas por adelantado, nos permite impulsarlas y contribuir a su éxito.

JUEVES 9:

Inauguración de la Revista Cultural, IMAGEN. Esta actividad constará de dos partes. Por la mañana, una conferencia para la prensa en la Tasca del Puno y por la tarde, una presentación más amplia para cros., amigos e intelectuales en la Galería del Correo Viejo.

SABADO 4:

Acto aniversario en la ciudad de Durazno

SABADO 11:

Acto aniversario en la ciudad de Buenos Aires.

10,11,12 de ABRIL:

Curso político en Montevideo. Participarán entre 20 y 25 cros. pertenecientes a todos los frentes y sectores de trabajo.

17,18,19 de ABRIL:

Curso político similar al anterior, para un nuevo grupo de compañeros.

13,14,15 de ABRIL:

Encuentro de jóvenes Guías de Pioneros en Playa Pascual.

16, a 19 de ABRIL:

Seminario de FALCON (Alcones) en la ciudad de Buenos Aires, donde participarán cros. de Pioneros.

25 y 26 de ABRIL

Encuentro con gente que quedó vinculada a Pioneros en actividades de campamentos y Olimpíadas.

17, 18 de ABRIL

Festival de la carne de Chuy.

MIERCOLES 22 DE ABRIL:

Fiesta aniversario de AMULP. Esta programado en la Plaza del Entrevero

Durante este mes:

Aparicion de la Revista Palomo, organo propagandistico de la Asociacion de Mujeres.

Durante el MES DE ABRIL:

Inauguración del Policlinico del Chuy con la presencia de las mujeres del Center Parti, organizacion que facilitó los recursos para este policlinico.

24,25,26 de ABRIL:

Encuentro cultural, debate político sobre los 500 años, desempleo, Mercosur, marginación y participación. Organizado por los jóvenes con participacion del movimiento estudiantil.

24 y 25 de ABRIL:

Encuentro de trabajadores, invitando a compañeros del interior y de Montevideo.

DURANTE EL MES DE ABRIL:

Se editará un nuevo Cuaderno del 26.

Es conveniente recordar, que casi todas estas actividades significan una preparación previa. Un buen nivel de organizacion interna y de trabajo hacia afuera. Significa pensar en varias cosas a la vez; por un lado obtención de recursos, invitaciones y trabajo de propaganda. Se debe trabajar con los medios de prensa, varios días antes. Tener prontos los afiches, las invitaciones, así como los aspectos centrales de "discursos" folletos y materiales en general. Estas actividades merecen que cada vez se piense más en relación de qué para qué las hacemos. ¿A quién le queremos llegar? ¿Con qué le queremos llegar? ¿De qué manera le vamos a llegar?. Se trata no de repetir lo de todos los años anteriores, se trata de tener imaginación, creatividad, de superarnos. Tenemos que preparar con tiempo y con dedicación todos estos actos, de manera de cumplir los objetivos previstos tan conversados durante las reuniones de fin de año. Hoy tenemos condiciones excelentes para nuestro trabajo hacia afuera. Esto no quiere decir que no debamos trabajar con mayor impulso y más esfuerzo por superar nuestra actividad corriente. Abril será un mes de mucho trabajo y de grandes actividades, contamos con poco tiempo, es importante pensar de qué manera conseguiremos mayor exito en las tareas centrales de este mes. A cada uno de los frentes de trabajo le corresponde dedicarle tiempo y planificación a sus actividades.

EL COMPAÑERO MIGUEL

Hace unos años, cuando la organización desarrollaba su infraestructura economica en Brasil, necesitó de cros. y allí se fue un día para el otro partieron para Pto. Alegre, Noeli y sus hijos, Miguel con Nelba. Ahora tenemos la desgracia de perder a este compañero que todos apreciábamos y queríamos tanto. Miguel fallece víctima de un accidente carretero, mientras manejaba una camioneta el desti-

Doc. con partes legibles

3

005 9203165

4 La Política — sábado 31 de marzo de 1992 — La República

El dirigente Fernando Vázquez reafirmó el perfil independiente de la izquierda: "Más vale andar solo que mal acompañado"

El 26M fustigó a "renovadores" del FA: "Cuando se tiene vergüenza se milita"

- Recordó que su sector votó contra el Mercosur y dijo a quienes lo apoyan, que "es de sabios rectificar rumbos"
- "Hablar hoy a los jóvenes de Lenin y del Che es una falta de respeto saludable a los híbridos ideológicos generadores de frustraciones", aseguró

Fernando Vázquez, dirigente del Movimiento 26 de Marzo, realizó el pasado sábado un discurso crítico. Todas sus palabras tuvieron destinatario, por lo menos para los iniciados en la interna del Frente Amplio. Lo que sigue es un resumen de sus palabras, brindadas con motivo de los festejos del 21 aniversario de esa organización.

EL 26M SE COMPROMETE CON EL REFERENDUM

LA REESTRUCTURA DEL FA Y LOS QUE MILITAN

Doc. con partes legibles



006

9203165

AMULP: La solidaridad internacional



Grupo de jóvenes danesas recientemente llegadas como cooperantes de AMULP, en febrero, captadas en su llegada al aeropuerto de Carrasco.



Un numero importante de niños son atendidos a diario en la guardería que funciona en el Centro Lourdes Pintos Nro. 4 de Paysandú.

EL TELEGRAFO
Paysandú, lunes 23 de marzo de 1992

En estos momentos en que la cultura materialista e individualista parece dominar al mundo, ¿hay cabida para la solidaridad? Esta puede ser una de las interrogantes que tal vez un dia Ud. se puede haber planteado. La respuesta, sin duda, debe buscarse a nuestro alrededor, en ejemplos, en hechos y acciones. Y aunque no abundan, si los hay.

Estuvieron en nuestra casa periodística las Sras. María de. Carmen Borras, coordinadora de AMULP (Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos), Juana Ruiz, por el Centro Lourdes Pintos de Paysandú) y el Prof. Dieter Martus, danés, integrante de un equipo de pedagogos perteneciente a la organización "Colaboración entre Pueblos".

El Prof. Martus, quien en otra ocasion ya estuvo durante cinco meses en nuestro país, estará en Paysandú durante un mes y es el coordinador de un grupo de jovenes danesas (algunas aun no han finalizado el bachillerato), que durante este lapso se integrarán a nuestra sociedad, colaborando en la atención de guarderías del Centro Lourdes Pintos.

Es importante destacar que estas jovenes desempeñaran sus tareas en forma absolutamente honoraria y que incluso han debido trabajar para costearse sus respectivos pasajes para llegar hasta este rincón del globo terráqueo.

Destacaba Martus que "Colaboración entre Pueblos es una organización semi estatal, que lleva a cabo una serie de programas y experiencias profesionales coordinadas por el gobierno danés, y que vincula a 15 profesionales de distintas nacionalidades, que operan en distintos países.

El objetivo principal de estas experiencias que se vienen realizando no solo en Latinoamérica sino también en la India y en Africa, es profundizar el conocimiento de la realidad de los países del Tercer Mundo y a la vez colaborar ayudando a diversos organismos no gubernamentales de esos países.

En este momento —decía Martus—, en distintos países europeos se ha generado la tendencia de cerrar las puertas no solo a la emigración, sino de rechazar a los no europeos, en una especie de racismo o discriminación".

El programa de Cooperación entre Pueblos apunta a una defensa del Tercer Mundo, a conocer su realidad y a la participación a través del trabajo solidario, en el marco de este trabajo de intercambio de solidaridad internacional".

La coordinadora de AMUL para el interior, destacaba el agradecimiento de esta asociación para con el gobierno danés y su equipo de profesionales y colaboradores de los cuales reciben un permanente apoyo, que en definitiva es un importante granito de arena para la tarea de cada día en las dieciocho guarderías, que a partir de 1985 funcionan en los Centros Lourdes de todo el país.

"Sabemos que las mujeres tenemos mucho para dar, una enorme fuerza que debemos aportar y creemos que es nuestro deber y nuestro derecho, intervenir activamente en país que diariamente construimos.

Con ese objetivo nos organizamos en 1983. Firmemente convencidas de que unidas y organizadas [illegible] planteando respuestas concretas a los problemas que tenemos, uniendo nuestra lucha a las reivindicaciones más justas de nuestro pueblo. La solidaridad es una de nuestros principios, sobre esa base nos relacionamos con mujeres de nuestro país y de todo el mundo, apoyándolas y recibiendo su apoyo, intercambiando experiencias".

Por su parte, la Sra. Juana Ruiz del Centro Lourdes de Paysandú, quiere agradecer por este medio a todos aquellos que hicieron posible la fiesta realizada en Plaza [illegible] el sábado 14 del corriente. Informa además que la guardería comedor del Centro Lourdes Madrid Nro. 4 recibe inscripciones para niños de dos a cinco años en [illegible] de Uruguay 1020 de 8 a 18 horas.

Doc con partes ilegibles

Doc con partes ilegibles

Preocupación en sectores del Frente por actitudes del PS

EL OBSERVADOR ECONÓMICO — JUEVES 9 DE ABRIL DE 1998

por Gerardo Bleier
de la redacción de *El Observador*

"El Partido Socialista inicia contactos fuera del Frente Amplio y asume un rol protagónico por encima de la dirección de la coalición cuando pocas horas antes Tabaré Vazquez había dado un ejemplo de frenteamplismo" en su respuesta a "los coqueteos de Julio María Sanguinetti" manifestó ayer, ofuscado, un calificado dirigente frentista que solicitó el anonimato.

Las expresiones de ese dirigente coinciden con "una cierta preocupación" expuesta en varios sectores [illegible] de la coalición, por lo que, insisten, "se parece demasiado a una intención hegemónica".

Fue el día de ayer, el senador José Germán Araújo planteó directamente el tema a la dirección socialista en el contexto de una reunión bilateral entre la Corriente de Unidad Frenteamplista y el PS.

Dirigentes consultados en las últimas horas por *El Observador*, criticaron declaraciones recientes de Luis Mardones, integrante del Ejecutivo del PS que, al comentar la ronda de contactos con todos los sectores de la coalición y con fuerzas políticas ajenas al Frente Amplio, sostuvo que las entrevistas formaban parte de las primeras conversaciones para construir "un gobierno de mayorías nacionales".

El debate sobre "cultura de gobierno y las alianzas programáticas" divide al Frente Amplio, como ya adelantó *El Observador*, y constituye un punto de permanente polarización, aunque esos lineamientos ya fueron aprobados en un congreso el año pasado.

Dirigentes del MLN y el 26 de Marzo han cuestionado permanentemente en los dos últimos meses, lo que consideran una "excesiva flexibilización del programa frentista" con el objeto de facilitar alianzas con sectores de los partidos tradicionales.

En ese contexto ha tenido lugar además, en los últimos días, una fuerte controversia respecto al referéndum contra la ley de empresas públicas que la coalición en forma mayoritaria decidió impugnar parcialmente para facilitar alianzas con dirigentes afines al "Polo Progresista" y sectores colorados.

El Movimiento de Participación Popular y el 26 de Marzo respaldaron ese referendum, pero al mismo tiempo pusieron todas sus fuerzas para apoyar el que promovió el Sindicato de PLUNA propulsando la impugnación total de la ley.

En un discurso durante un acto de celebración de su 21° aniversario, el dirigente Fernando Vazquez del 26 de Marzo aseguró la semana pasada que "más vale andar sólo que mal acompañado" y tras admitir la necesidad de que el Frente Amplio adquiera una cultura de gobierno añadió que la misma debía alcanzarse "avanzando con la gente por la izquierda, y no por el centro".

El diputado socialista Guillermo Alvarez por su parte, volvió a insistir ayer en que el Partido Socialista "no tiene ningún afán de protagonismo ni intenta aparecer como una fuerza hegemónica sino todo lo contrario" y adelantó que en las reuniones bilaterales con los demás grupos frentistas planteará el tema para "esclarecerlo definitivamente". ■

Doc. con partes ilegibles

---

no decidió que se le atravesara un camión y le quitara la vida. Mientras tanto, la organización todo lo mantendrá en esa memoria colectiva como compañero y revolucionario que seguirá siendo para todos nosotros. A su valiente compañera y a las dos hijitas la seguridad de que siempre estaremos a su lado y que Miguel entra en la historia del 26 de Marzo y del pueblo uruguayo.

ACTIVIDAD INTERNACIONAL EL DOMINGO 29

Aprovechando la presencia de delegaciones extranjeras, el domingo 29 pasado se realizó una actividad política en el local de la Casa Cultural con la presencia del Gral. Víctor Licandro, del cro. Gusmán Díaz y de los cros. representantes de los distintos frentes de trabajo. En primer lugar, el Gral. Licandro se refirió al tema militar en América Latina y en segundo lugar, el cro. Gusman desarrolló el tema del Mercosur. Luego los representantes extranjeros hicieron numerosas preguntas, lo que llevó la reunión a un clima de interés altísimo. Estuvieron presentes representantes del PC argentino, del Partido Intransigente, del grupo Propuesta Política de los Trabajadores, del Movimiento Patria Libre de Paraguay, del PC do B de Brasil, de la Liga por los Derechos y Liberación de los Pueblos de Italia.

NUESTRO PROPIO PERIODO ESPECIAL

En una etapa tan positiva, de tantas concreciones y avances; cuando más nos consolidamos como organización y más presencia tenemos en el panorama político; en medio de tantas realizaciones ciertos retrasos en el panorama económico nos preocupan y nos dificultan mayores logros. Cierto es que han habido grandes avances también en el frente de las finanzas y que los distintos sectores han hecho esfuerzos por lograr autofinanciarse. Pero nada es posible hacer contra el incremento natural de los gastos que acompañan el crecimiento político.

Producimos más y gastamos más, ese es nuestro realidad actual. Podremos superar este fenómeno solamente con un gran avance en lo económico. Dedicando tiempo, esfuerzo y nuevas y mayores inversiones económicas en lo inmediato. Es imperioso instrumentar nuevas políticas económicas que nos den "aire" y nos liberen de las ataduras que la realidad económica hoy nos impone. Podríamos avanzar más rápido, podríamos obtener nuevos logros, dispondríamos de mayor tiempo útil para el trabajo político y social, si no tuviéramos que dedicarle una buena parte de nuestro tiempo a los "problemas económicos", a aquellos que resultan derivados de ellos. Nos parece necesario a esta altura hacer algunos comentarios en relación a ciertas dificultades más comunes en relación a la situación económica. Estas se

expresan en una gran preocupación generalizada en cuanto una situación que se pensaba como transitoria, se extiende en el tiempo y parece como definitiva. En una organización donde una cantidad importante de familias están dedicadas a tiempo completo y reciben una ayuda económica más que limitada, los retrasos, la entrega parcelada, termina generando tensiones y perjuicios importantes. Influye tanto en el ánimo, las relaciones y el espíritu del conjunto [illegible] cual a las tensiones y problemáticas generales, se suma esta otra humana y razonable. Este nos parece ser el mayor problema y la mayor responsabilidad que hoy tenemos en relación a las dificultades económicas.

Otra problemática importante se nos crea en relación a los compromisos contraídos con proveedores, inmobiliarias y garantías, muchas de las cuales son también cros. o familiares de cros. Muchos alquileres vencidos, juicios o desalojos cercanos [illegible] lones, y amenazas de todo tipo bombardean a nuestros cros. de finanzas. Un buen número de iniciativas y planes quedan por el camino o encuentran respuestas negativas por parte de los cros. de finanzas [illegible] son generadoras también de más tensiones y discordias [illegible]. Somos todos concientes que en medio de [illegible] condiciones favorables actuales; si tuviéramos un poco de dinero para esto o lo otro, avanzaríamos mucho más. A veces parece increíble que no exista dinero para tal o cual cosa y la protesta se generaliza. Compañeros, si hay un momento donde debemos actuar con calma y ser comprensibles es este. Si hay un momento donde debemos confiar en la capacidad de la organización de encontrar los caminos también en lo económico, es este. No existe otra política que no sea la de tratar de cumplir con todos los compromisos contraídos semana a semana, mes a mes. Tanto para con los compañeros como para con aquellos que nos han dado señales de prestigio frente a los demás. Nos consta que los cros. de finanzas hacen lo posible y lo imposible, que deben manejarse con los recursos que vamos logrando, haciéndolos estirar lo más y mejor posible. [illegible] de la seguridad que los ingresos son distribuidos [illegible] medio de estas necesidades de manera similar [illegible]. Todos estamos interesados y consagrados a resolver de manera definitiva el problema económico [illegible] lograremos de esto no hay dudas, podrá llevarnos más o menos tiempo pero encontraremos la manera de resolver el tema de los recursos. No será fácil y nos demandará su tiempo, porque debemos pasar de un determinado régimen a otro nuevo pero más temprano que tarde estaremos dando solución como se ha hecho en otras épocas, cada vez que fue necesario conseguir más y nuevos recursos.

Doc. con partes ilegibles

NUEVOS PLANES ECONOMICOS

Ya estamos en camino a nuevos planes económicos. Algunos de ellos todavía están en borrador, otros ya han sido puestos en marcha. En todos estos planes deberemos tener paciencia y como se dice vulgarmente: "pagar derecho de piso". En cuanto a las finanzas profesionales, ha llegado la hora de pasar de tener cinco supermercados a tratar de concretar mas en uno superior, más grande y de mayor rendimiento económico. Panadería, restaurante, será necesario lograr un salto en la calidad del trabajo y rendimiento. Deberemos desarrollar al más alto nivel posible las tareas de importación, exportación a partir de nuestras propias necesidades actuales. Tenemos que "modernizar", un poco la imprenta que trabaja con maquinaria perteneciente a 30 y 50 años atrás, que debe doblar a mano cada hoja del periódico y de cada trabajo que realiza para afuera. Deberemos lograr los recursos necesarios para explotar totalmente con carácter empresarial las cien hectáreas de tierra inmejorable que tenemos en Libertad. Trabajaremos en turismo, instalaremos nuevos negocios, diversificaremos nuestra producción y las tareas productivas. Aumentaremos los ingresos por concepto de tareas partidarias, se dedicará más tiempo a la producción de recursos, etc. A pesar de la realidad actual, el 26 de Marzo es un ejemplo para las demás organizaciones y lo seguirá siendo. Ahora demostremos una vez más la capacidad de superarnos y de seguir desarrollando una política de autosuficiencia económica. Como siempre el esfuerzo, la inteligencia, los planes y el trabajo saldrá de las manos y las espaldas de todos los compañeros.

NUEVOS PROYECTOS SOCIALES Y PRODUCTIVOS

En esta realidad hemos tenido que invertir, no pocos recursos en inversiones y proyectos políticos sociales. No tanto ahora, pero sí hace algún tiempo estas inversiones fueron motivo y todavía pueden serlo, de discusión e incomprensión. Es entendible cuando la organización atraviesa por un período de austeridad económica y de dificultades financieras. Tanto inversiones, como desarrollo de los proyectos sociales y productivos no han sido en vano. Una organización que tiene futuro no puede descuidar las inversiones si no quiere comerse ese futuro. Concientemente de los esfuerzos que tenemos que realizar hoy es que necesitamos por un lado, invertir necesariamente en proyectos productivos que nos garanticen la subsistencia y el desarrollo futuro. En cuanto al cumplimiento de los proyectos sociales ocurre otro tanto. El policlínico de Tacuarembó, el del Chuy, la compra del terreno para la construcción del gimnasio del Chuy, el Centro Lourdes de Bella Unión así como la compra de varios centros más, nos garantizan nuevos apoyos económicos para el futuro. Nuestra organización está prestigiada como una organización seria, que cumple con lo que promete, que lleva adelante los acuerdos y que no es un "fantasma" como otras organizaciones.

Este año mismo han venido representantes de organismos internacionales que los cros. han recibido en distintos lugares, algunos a controlar nuestros trabajos políticos-sociales otros a realizar evaluaciones conjuntas y el resultado en todos los casos ha sido siempre altamente positivo. Ni los organismos internacionales ni nosotros mismos, podemos sentirnos en deuda o en falta. Lo decimos en relación a lo que son nuestras medidas, si lo hiciéramos en relación al resto de la gente que tiene proyectos, ahí todavía las distancias serían mayores. Han venido a observar proyectos a nuestro país donde no solo no han encontrado al proyecto, a veces no han ubicado ni a la gente del proyecto, pero ese es otro lío. Nosotros continuaremos en el camino correcto de cumplir con lo acordado y de esa manera, tener las puertas abiertas como hasta ahora. Recientemente nos visitó una delegación de un organismo internacional y luego de los controles y evaluaciones correspondientes, se acordó que este organismo respaldaría un nuevo proyecto por un monto importante de dólares

VENTA DEL TERRENO DE DURAZNO

Lamentablemente deberemos vender el terreno de Durazno (tablado). La situación económica actual así nos lo exige. La alegría que fue un terreno que adquirimos en un precio y hoy le estaremos ganando la suma de treinta mil dólares. Con parte de este dinero, pensamos salir de las urgencias actuales, donde debemos varios alquileres, terminaremos de pagar la casa de Mercedes y a la vez, realizaremos [illegible] inversiones inmobiliarias.

COMPRA DEL TERRENO Y CASA DE LA TEJA

El quince de mayo se ce[illegible] la compra defini[illegible]va del terreno de La Teja, para la construcción de viviendas para cros. de la organización. En ese sentido, tenemos varios proyectos presentados en Europa, pero mientras no salgan, trataremos de resolver con los medios disponibles ya que es una necesidad de las sentidas por los compañeros. El segundo pago se realizará el 30 de junio y a partir de la fecha, podremos tomar posesión de la casa y de los tres solares para comenzar la construcción de las primeras viviendas.

EL OMNIBUS POLICLINICO

Otro gran éxito se está teniendo con el trabajo de los cros. junto a médicos de la IMM en el ómnibus policlínico por los barrios de Montevideo. Aquí se juntan los esfuerzos de los cros. de Italia, la solidaridad internacional que hicieron posible [illegible] hoy el policlínico, la lucha que costó para [illegible] del puerto, el convenio con la IMM y el esfuerzo de

Doc. con partes ilegibles

[illegible] de la organización. Tres veces por semana a partir del corriente y una cuarta vez atendido por cuenta de los CASA la zona de la Aguada, el policlínico movil viene cumpliendo un trabajo de asistencia odontológica y medica con gran exito. Todos estos adelantos significan estímulos importantes para todos los compañeros a pesar del período especial que nos toca vivir. En este mismo momento estamos terminando la construcción del policlínico del Chuy, el cual inauguraremos en este mes, terminamos la construcción del campo de San José, vendimos 50 mil kilogramos de leña; inauguraremos una nueva revista, celebramos nuestro aniversario tenemos el policlínico recomendado los ramos, cada día mas presencia política, mayor incidencia entre los trabajadores, estamos logrando los objetivos planteados. Estamos forjando la alternativa popular.

INFORME DE AMULP

CL Nro. 3:

Se hizo una jornada de arreglo del local. Se pintaron mesitas y bancos, las paredes hasta la mitad. Se arregló el frente. El 8 de abril se hace una [illegible] en el Centro Lourdes a las 17:30. La da la pediatra de la policlínica de la IMM de la zona. Las cras. ofrecieron el garage del centro al CCZ para que puedan funcionar distintos talleres (plastica, etc.) que el CCZ tiene planteados.

CL Nro. 1:

Recibieron donaciones del Fondo de Empleados del Banco Sudameris: 20 k fideos, [illegible] aceite; 6 k azúcar; 9 k arroz; 3 de lenteja; [illegible] conserva. El miércoles pasado actuó el circo danes. Participaron 70 niños (CL 1; 5 y 9) A partir del 30/3 el centro tiene 35 niños.

CL Nro.3:

Se formó una comision de padres. El viernes 3 se hace reunión de padres. 11 de abril fiesta de [illegible]. En abril comienzan a participar los niños del CL en el taller de expresión del CCZ.

CL Nro. 4:

Tuvieron donación de hojas de dibujo y temperas. Están haciendo una rifa para el 10 de abril

CL Nro. 14:

Hicieron una jornada de pintura y arreglo del Centro. Se pintó todo el frente. Consiguieron pintura donada para el resto de la casa. Se hizo pedido de material escolar al Club de Golf. Se entregaron las fichas de los niños al INDA para la donación de alimentos secos.

CL Nro. 17:

Recibieron la visita del cura de la iglesia Santa Trinidad, que les ofreció enviar a alquien para cortar el pasto del fondo. Se contacto un grupo de mujeres de Jardines del Hipódromo.

CL Nro. 19:

Hicieron la semana pasada, un paseo a Gruta del Lourdes. Visitaron al cura párroco, se le pidió la donación de materiales para el Centro.

En estos dos Centros —17 y 19— estan participando las españolas Mancarmen y Nico, con las que se está impulsando el trabajo de mejorar ambos Centros.

CANTIDAD DE NIÑOS EN LOS CL DE MDEO:

CL 1: 35: Nro.3: 23; Nro.5: 22; Nro.8: 20; Nro. 9: 28; Nro. 17: 16; Nro. 18: 17; Nro. 19: 12.—

EN EL INTERIOR:
Chuy: 20; Pdú: 16; Libertad: 16; Tbo: 29; B. Unión & Toledo: 10; San José de Carrasco: 15; N. Helvesia 15 niños.

El martes 24 se hizo en la casa de AMULP la despedida a Hans Heiss, con participación de cras. de los centros y de sectores del 26.

ACTO ANIVERSARIO:

Hicimos una feria de pulgas. Se entregaron a central N$ 41.000

Las cras. de Colón imprimieron viseras con el logo, se recaudaron en el acto N$ 41.000 y se entregaron a finanzas las que quedaron por vender.

Se vendieron 182 tortas fritas (recaudamos N$ 91.000).

Nos entrevistamos con un grupo de Mujeres Manos Unidas —de barrio de Jardines del Hipódromo) que habían visitado al CL de Bella Italia. Desde el 89 organizan un merendero y tienen trabajo colectivo en manualidades, pero sin continuidad. Nos pidieron ayuda para organizarse y superar las dificultades que tienen. Van a empezar a participar en nuestros cursos mensuales de Educación para Preescolares.

El viernes 27 se hizo el curso de Ed. Preescolar Participaron cras. de Libertad, Nueva Helvecia, Toledo, S. J. de Carrasco, CL nros. 1; 5; 8; 17 y 19.

Hoy a las 16:30 tenemos una entrevista en CX 30 en el programa de Juan Graña. Enviamos una carta de solidaridad a Madres de Plaza de Mayo por la condena a 5 meses de prisión de su Presidenta.

CL Nueva Helvesia: Los daneses actuaron con el circo. Se hizo una actividad en la calle con 60 niños y 40 adultos. Se logró una muy buena colaboración de los vecinos en la preparación de la actividad, se consiguieron colchones prestados para los daneses. Es de las actividades más grandes que se ha hecho en ese lugar.

La casa de la cultura, y el taller de video, presentaron el martes 31, en una sala de la IMM, un video realizado en coproducción con el grupo "Cine Documento", que dirige Alberto Miller, un hombre que fuera pionero del cine documental en nuestro país. Asistieron unas 120 personas, asociaciones de la Cultura Negra, vecinos, docentes del barrio y vecinos en general. Para organizar esta actividad, contamos con el total apoyo del CCZ 1. Ahora siguen

41

Doc con partes ilegibles

una serie de proyecciones callejeras. La primera sera el sábado 11 de abril en la Plaza Carlos Gardel, a las 19 horas.

ZONAL MAURICE BISHOP DE LA TEJA, ha estado acompañando en todo su conflicto a Resiplast, fábrica perteneciente a la química.

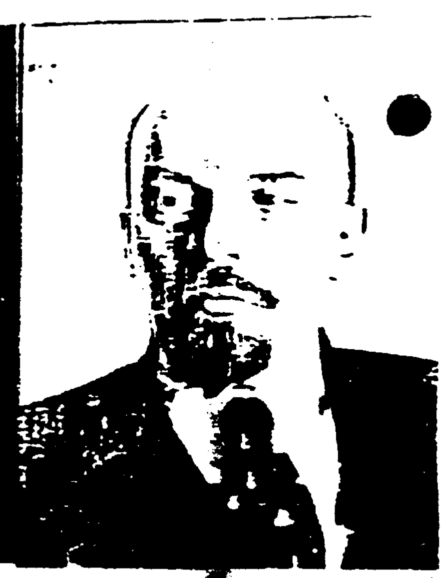
También estuvimos con los cros. de la Dirección del Sindicato BAO Osorio y CArusiaga a los que una cra. del semanario charló con ellos sobre la actualidad y futuro funcionamiento de dicha fábrica. El jueves 12, Pioneros José Artigas Palacio Nro. 9 concurrió a la Asociación Cristiana de Jóvenes de La Teja para integrarse a la comisión de Administración y Mantenimiento del Parque Tejano junto a otras organizaciones sociales de la zona ya que dicho parque ha pasado a ser del barrio.

También en dicha reunión se fijó la fecha de iniciación de un campeonato de fútbol y manchado en el cual participará el Palacio Nro. 9, en categoría varones en fútbol y manchado en niñas.

El jueves 19 se realizó la primera actividad de Pioneros y la ASC de J de la Teja en conjunto, realizando una charla sobre el Alcoholismo en la sociedad, con presencia de 30 jóvenes y mayores. El sábado 21, se realizó un baile infantil, organizado por la comisión de finanzas del Palacio Nro 9, en la ACJ de la Teja con la concurrencia de alrededor de 80 niñas del barrio, algunos acompañados por sus padres. Con ésta se inicia la integración de Pioneros a las actividades sociales de La Teja.

Doc. con partes ilegibles





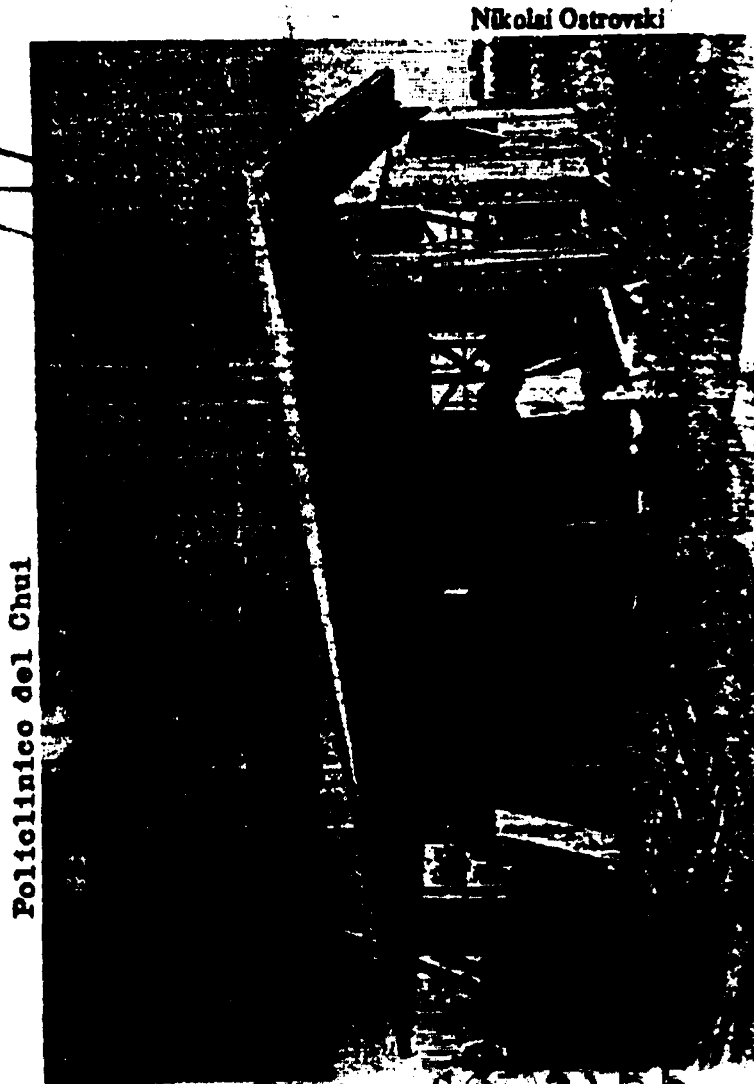


V.I. LENIN C. MARX F. ENGELS

MONTEVIDEO, 30 de Marzo al 6 de Abril de 1992.-

"Lo más preciado que posee el hombre es la vida. Se le otorga una sola vez, y hay que vivirla de forma que no se sienta un dolor torturante por los años pasados en vano, para que no queme la vergüenza por el ayer vil y mezquino, y para que al morir se pueda exclamar: ¡toda la vida y todas las fuerzas han sido entregadas a lo más hermoso del mundo, a la lucha por la liberación de la humanidad! Y hay que apresurarse a vivir. Pues una enfermedad estúpida o cualquier casualidad trágica pueden cortar el hilo de la existencia".

Nikolai Ostrovski



Policlinico del Chui

INFORME CORRESPONDIENTE A LA GIRA DE AMULP DEL 13 AL 14 DE FEBRERO

Lugares: Cebollatí, Lascano; Rocha y Maldonado. Compañeras: Pety, Claudia, Yolanda, Mariucha.

CEBOLLATI:

Visitamos el Hospital. Charlamos con la asistente social mandará material para la Paloma sobre salud bucal y partos. Quedó como colaboradora. Nos relató la desastroza situación sanitaria de la zona. También visitamos otras familias entre las que se encuentra una maestra rural que contó la situación de las niñas adolescentes en la Escuela, las maestras rurales, la locomoción, etc. y también quedó como colaboradora de Paloma y nos enviará material sobre estos temas.

LASCANO:

Visitamos unas 5 familias entre ellas una trabajadora del BPS (es del PS) y está dispuesta a colaborar con AMULP; también la cra. Yolanda Rivero que está muy entusiasmada con la AMULP nos acompañó a la Radio y a un salón comunal de una cooperativa de vivienda (MEVIR) quedó como encargada del trabajo de AMULP en Lascano. Planificó y realizó actividades con motivo del 8 de Marzo, contactando gente y difundiendo la labor de AMULP

En radio CW 159, regional de Lascano, nos hicieron una entrevista de 15 minutos, y a su vez nos recibió su directora —la mujer del ex Intendente Puñales— que ofreció la radio ...

En este lugar, tenemos muchas posibilidades de un trabajo continuo en diversos aspectos; se planificaron charlas, pasajes de videos, etc. Las cras. del Chuy continúan la atención de la zona.

SAN CARLOS:

Visitamos una cra. que participó en AMULP en Montevideo y continuará su trabajo nuevamente.

ROCHA:

Se visitaron varias familias. En Bienestar Social, estuvimos con la secretaria que nos dio los datos estadísticos de todo el Chuy —datos extraídos de una encuesta en la que participaron las compañeras, junto a la Universidad y la Intendencia de Rocha—. Un material muy valioso para todo nuestro trabajo con datos de todo tipo —población, salud, alimentación, vivienda, educación, etc.— A su vez, esta mujer tiene una audición radial los sábados a la que podremos asistir en la próxima gira.

En Radio Fortaleza nos hicieron un reportaje de 15 minutos sobre AMULP-Chuy, Casa del Chuy y el Día Internacional de la Mujer. La reportera nos había contactado antes por SOEPA (sindicato de la pesca), pues querían poner una guardería y pedían asesoramiento de AMULP. En próximas giras debemos continuar los contactos con las mujeres de SOEPA, tenemos varios nombres para continuar el intercambio.

MALDONADO:

No estaban los contactos a visitar, pero de todas formas sal'mos en la radio CW 51 en dos programas. Uno en directo de 15 minutos y también en el informativo; ellos mismos nos dieron otros contactos con la prensa, sobre programas más afines a nuestras actividades en distintos horarios.

RESULTADOS DE LA GIRA:

En primer lugar, consolidamos parte del grupo de trabajo que está saliendo al interior. Se lograron nuevas relaciones con familias, instituciones, medios de prensa, y en todos los lugares dimos a conocer el trabajo de AMULP; esto le dio más impulso al silencioso trabajo que vienen desarrollando las compañeras del Este, desde el Chuy, o desde los distintos pueblos y ciudades en este frente de trabajo. En definitiva, difundimos y crecimos un poco más.—

015

Doc con partes ilegibles

VERANO DE LOS NIÑOS



Los días [illegible] de febrero se realizarán los campamentos de verano, en la colonia Paraná Guazú de Playa Pascual.

Los mismos son organizados por los grupos de Pioneros José Artigas de Rincón de la Bolsa y Libertad.

En dicho campamento está previsto que las actividades a llevarse a cabo serán variadas, desde fogones, juegos de playa, bailes, convivencia, etc., etc.

Todos aquellos que estén interesados en participar tienen tiempo de inscribirse hasta el 1° de febrero en Palacio N° 5, Yaro y Zapicán, Ruta 1 Km. 24.500.

Doc con partes ilegibles

016

0203165

Preparan actos para el Día Internacional de la Mujer

Con motivo de celebrarse el próximo 8 de marzo el DIA INTERNACIONAL DE LA MUJER, la filial Tacuarembó de la Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos (AMULP) está tratando de organizar una serie de actos a fin de conmemorar la fecha.

En tal sentido convoca a organizaciones de mujeres, integrantes de Comisiones de Barrios, trabajadoras, jubiladas, amas de casa, y por ende a todas las mujeres de Tacuarembó para reuniones que se realizan todos los viernes a partir de las 20 horas en Dr. Ivo Ferreira Nº 242.

Inauguración de Policlínico

En el marco de [illegible] del DIA INTERNACIONAL DE LA MUJER, el [illegible] de marzo a las 19 horas A.M.U.L.P. Tacuarembó inaugura [illegible] Policlínico Médico Odontológico, que cuenta con dos salas para atención médica, una sala para odontología [illegible] en farmacia [illegible] y una sala de recepción, cuyos servicios estarán al alcance de toda la población.

El acto de inauguración contará con la presencia de dirigentes nacionales de la Asociación y autoridades departamentales, desarrollándose en la sede misma del policlínico en calle 25 de Agosto Nº [illegible] casi J.P. Varela.

Doc. con partes ilegibles

017

9203165

ATIENDE NIÑOS DE 2 A 6 AÑOS Y FUNCIONA EN LA CALLE VIACABA DESDE HACE 6 AÑOS

Una visita al Centro Lourdes Nº 1

MYRIAM MARCONA

En La calle Viacaba 1733, entre Grecia y Chile, se encuentra actualmente el local de este centro que funciona ininterrumpidamente desde hace ya seis años.

Pertenece a la Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos (AMULP), y fue el primero en fundarse de los siete que existen en Montevideo.

Las actividades que desarrollan son diversas, pero es básicamente una guardería comedor, que atiende niños de dos a seis años en el horario de 8 a 18.

Su creación y funcionamiento están pensados para dar respuesta a las necesidades de las familias del barrio, pues "cada vez es mayor la cantidad de mujeres que estamos muchas horas fuera de la casa", nos dice Patricia Vazquez, una de las personas encargadas de la atención de los niños.

El máximo de niños que admiten es alrededor de 35. Actualmente están abiertas las inscripciones. Funcionan todo el año, salvo los últimos 15 días de diciembre. La cuota por el horario completo es de N$ 22.000. Este importe no cubre ni siquiera la comida del niño durante una semana. El centro se mantiene con el esfuerzo de vecinos y padres vinculados a la institución, quienes le dedican unas horas de trabajo mensuales, por ejemplo colaboran en la higiene del local, organizan festivales, etc. Las tres personas a cargo del mismo pertenecen a AMULP y desarrollan su labor honorariamente. Aparte de la ya mencionada, colabora con la atención de los niños Marta Silva, y la encargada de la cocina es Evangelina Bertolini, más conocida en el barrio como "Chicha". Reciben además ayuda de organizaciones internacionales, tanto en materiales como en personas que viajan hasta nuestro país para ofrecer horas de trabajo.



Patricia Vásquez, una de las encargadas del Centro Lourdes Nº 1, junto a algunos de los chicos que asisten al mismo.

Por lo general, los niños que asisten hacen horario completo, salvo aquellos que luego del almuerzo van a jardinera.

El menú es planificado por una dietista.

OTRAS ACTIVIDADES QUE DESARROLLA EL CENTRO Nº 1

Charlas de interés para la familia impartidas por una doctora todos los penúltimos días de cada mes.

Gimnasia para mujeres a partir de mediados de marzo. Las inscripciones están abiertas, y la cuota será de alrededor de N$ 10.000 mensuales.

Tienen además planificado elaborar dulce de leche y envasar pulpa de tomates, en principio para consumo interno del centro, pero con la perspectiva de incrementar la producción para poder comercializarlo como forma de autofinanciación.

Para culminar cerramos esta nota con palabras textuales de Patricia: "Además de dar alimentación y educación adecuada a niños cuyas madres trabajan muchas horas fuera del hogar, somos una institución que lleva adelante actividades culturales, charlas, talleres, etc. En ellas puede participar todo el barrio. Por eso hacemos un llamado a todas aquellas mujeres que tengan inquietudes y que quieran participar haciendo su aporte, que sin duda será de gran valor. Las puertas de nuestra casa están abiertas".

Agrega que el local ofrece muchas posibilidades, pues es espacioso y confortable, cosa que hemos constatado, y hace saber por este medio a otras instituciones, que está disponible para actividades de tipo cultural.



Niños de entre dos a seis años reciben una atención por demás completa en la institución de la calle Viacaba





Ellas llegaron en un camión, justo a tiempo para sumarse a la concentración que arrancaba la marcha. "De Libertad venimos", aclararon con orgullo.



Antes de la marcha, integrantes de la Comisión Organizadora se reunieron con la Comisión de la Condición de la Mujer de la Cámara de Diputados. Intercambiaron ideas acerca de los proyectos a estudio y la urgencia de elevarlos a votación.

Domingo 15 de marzo de 1992 La República

Marcha por 18



El lunes 9 la marcha convocada por AMULP, UMU, Comisión de Mujeres del PIT-CNT, organizaciones sindicales y sociales recorrió 18 de Julio desde la explanada municipal hasta Plaza Libertad. Vivienda, trabajo, salud, guarderías, basta de violencia, fueron algunas de las reivindicaciones más transitadas por nuestra principal avenida. En las aceras, [illegible] transeúntes miraban: algunos con simpatía; en general, todos con menos sorpresa.



Las mujeres que portaban las pancartas exigiendo guarderías eran muy jóvenes. Alguien comentó: "Está bien que empiecen ahora, así tal vez para [illegible] ellas tengan hijos..."

Doc. con partes ilegibles

E. RUBIO: O SE ROMPE CON EL FMI O SE TERMINA COMO LACALLE

EL dirigente del 26 de Marzo afirmó que "el FA no ha cambiado en absoluto, ha profundizado su propuesta"



Eduardo Rubio, delegado del 26 de Marzo ante la Mesa Política del FA.

"O rompemos con el FMI y el imperialismo o se terminará, en el país, con lo que ha sido la política del doctor Lacalle", afirmó Eduardo Rubio, dirigente del Movimiento 26 de Marzo (26M). Esta organización, que hoy cumple 21 años de existencia, realizará un acto público en la calle Durazno y Paraguay (frente a su sede central) el próximo sábado, a las 19 horas, buscando además reactivar la militancia del Frente Amplio. Rubio conversó con LA MAÑANA sobre la posición de ese sector sobre la realidad nacional y la interna de la coalición de izquierdas.

La militancia del FA debe [illegible] actualmente en los niveles más bajos de su historia, contradiciendo el crecimiento que la coalición tiene en las encuestas. ¿Cómo analizan ustedes ese fenómeno?

Para nosotros esto refleja un fenómeno que no es contradictorio: el crecimiento se debe a muchas cosas, empezando por la política de este Gobierno, que genera un descontento y una necesidad de cambio. En esa situación, el FA aparece como la única fuerza real de cambio. Al mismo tiempo, el FA es Gobierno en Montevideo. La derecha especuló mucho tiempo con que en esta situación llegaría el caos y el desastre, pero más allá de que hay que mejorar muchas cosas, la izquierda está demostrando que Gobierna, y que puede hacerlo con la gente.

El tema de la militancia tiene otras múltiples causas. No podemos concebir una actividad social que mantenga una línea recta a construir, siempre hay variaciones, no siempre la gente está igualmente motivada para participar en la vida política. A nivel mundial, por otro lado, hubo crisis en la izquierda que afectó a amplios sectores en el país, generando en muchos compañeros desencanto, y la derecha apuesta a eso. Han s[illegible], incluso desde el seno [illegible] fuerzas populares, ideas que dejan de lado la movilización y participación de la gente como uno de los pilares fundamentales de la acción política.

Da la sensación que el FA lo está dejando.

No todo el Frente Amplio. Tal vez hay compañeros que sí opinan que ha terminado el tiempo de la militancia; se teoriza sobre la potencia y el papel de los medios de comunicación como sustituto de la acción de la militancia organizada. Es real que la sociedad y la propaganda del sistema, en general, apuntan a desmovilizar, a separar a la gente, a hacerla cada vez más individualista, así como la propia crisis económica, que hace que la gente tenga que trabajar 14 horas por día; todo eso tiende a alejar a la gente de la participación.

Ante eso, tenemos que impulsar, crear los canales, habilitar los mayores campos de participación organizada y consciente de la gente. Para el 26M este es el gran desafío, porque no concebimos los grandes cambios sin esto.

Pero parecería que el FA está en camino a transformarse en un partido de opinión.

Existen esas señales. A veces hay opiniones que nos hacen pensar que compañeros o sectores dentro del FA hacen una [illegible] tación de la realidad que los lleva a plantear esa perspectiva. Nosotros y creemos que la inmensa mayoría de los frenteamplistas no lo vemos así, y creemos que, en todo caso, la situación que vivimos debemos urgentemente revertirla.

El FA está abocado ahora a su reestructura. En esta etapa primaria se han escuchado críticas muy duras al funcionamiento de la Mesa Política. ¿Es ineficiente? ¿Traba las posibilidades de incrementar la presencia de la coalición?

El FA tiene problemas de funcionamiento. En una organización tan compleja, con una estructura de base tan grande no es extraño que existan estos problemas. De ninguna manera pensamos, no obstante, que esa ineficiencia pueda achacarse a la Mesa Política, y menos a que se trate de un órgano muy numeroso. Cuando se tarda en tomar decisiones es porque hay diferencias políticas, y éstas siempre van a existir, tenga la Mesa 7, 9 o 15 miembros.

"NO HAY CAMINO DEL MEDIO"

En este país, sumido en una crisis profunda, con un pueblo pauperizado, el camino del medio no tiene cabida: o se está con la oligarquía y el imperialismo, o se está con el pueblo. No hay tres ni cuatro proyectos: está el proyecto popular, que defiende el FA, y el de la derecha, encarnado por el doctor Lacalle y la Coincidencia. Y en el medio hay matices, que no pueden cristalizar porque no tienen fuerzas propias para establecer el camino del medio.

O rompemos con el Fondo Monetario y el imperialismo, y buscamos un desarrollo independiente con justicia social, o cualquier otra política terminará, antes o después, en lo que ha sido la política del doctor Lacalle. La experiencia socialdemócrata en América latina tiene hoy en Venezuela un ejemplo dantesco.

El FA aparece con posibilidades muy ciertas de ganar las elecciones de 1994. Ante los cambios del mundo, ¿hay una modificación en el discurso, en los planteos del FA?

De ninguna manera los cambios en el mundo llevan a una revisión de nuestras posturas respecto al imperialismo. La lucha del FA es esencialmente antiimperialista, y eso está en las bases políticas del Frente.

A partir de que el comunismo cayó en parte del planeta, ¿han cambiado las condiciones de vida en el capitalismo?; por el contrario, se han agravado, al hacerse peor la dependencia. Esto no significa que tengamos una posición hostil ante un país, cualquiera que sea. Un Gobierno del FA debe apostar a mantener relaciones correctas e igualitarias con todo el mundo, y si el Gobierno de EE.UU. no se nos quiere imponer con presiones económicas o militares, no tenemos ningún problema.

Pero también mencionó la ruptura con el FMI.

Por supuesto que hablamos de eso, y de la ruptura de toda relación de dependencia. El FMI nos ha sometido a la más cruel dependencia a través de sus cartas de intención, sus préstamos (que más que eso son robos), determina nuestras políticas, como este ahul privatizador que impulsa el doctor Lacalle. Entonces, ¿cómo [illegible] "sopleta" el [illegible] este país sin romper con el FMI?

PROFUNDIZACION

Los cambios acelerados en el mundo han llevado a la izquierda a replantearse muchas cosas. También el FA ha modificado su discurso, su forma de presentarse a la ciudadanía. ¿Esto es para el 26M una "rebaja" en la propuesta del FA? Por otra parte, ¿cómo inciden estos elementos en el 26 de Marzo?

El II Congreso del FA reafirmó plenamente el contenido histórico de su programa y de sus bases programáticas, en el entendido, no de que nos petrifiquemos, ni que no incorporemos los avances técnicos y científicos, sino a lo definiciones fundamentales, como oponernos, dependientes del imperialismo. La situación, lejos de modificarse, se ha agudizado, y el FA es una fuerza de clase contraoligárquica, antioligárquica y antiimperialista.

En este sentido el FA no ha cambiado en absoluto, ha profundizado su propuesta, porque hoy estamos más convencidos que nunca que si queremos cambiar la estructura del país tenemos que romper radicalmente lo que ha sido hasta ahora la política dominante. Yo diría que los cambios en el mundo nos ponen ante el desafío mayor de profundizar en esto.

Hay planteos que surgen, diferentes ópticas, la necesidad de ser creíbles, de mostrar una cultura de Gobierno... Nosotros comprendemos que hoy se tiene una responsabilidad mucho mayor por el peso que tiene. Ante esto, creemos que el FA debe profundizar en sus conceptos, y si no debe ser creíble ante alguien, es justamente ante el pueblo; no conseguiremos cambiar este país por ser creíbles ante los políticos de derecha ni los representantes del imperialismo.

Reafirmando lo que son ideas fundamentales y fundacionales, también el 26M cambió, hemos ido apostando hasta transformarnos en una fuerza que hoy se reconoce con presencia nacional, en el campo de lo social, en el terreno político, vinculándola más a las necesidades de la gente. Hoy estamos viviendo una etapa [illegible] un tirón [illegible], y [illegible] nos apostando al FA en su conjunto, humildemente, no como una gran fuerza.

Los cambios en el mundo no nos afectaron, nos llevaron a reafirmarnos más aún en nuestras ideas originales. ■

Relacionamiento con la IMM

"HAY una esfera que corresponde al Gobierno departamental, pero hay otra parte de este juego que le corresponde a la organización política el planteado, y el FA tuvo, en un primer momento, una idea errónea en cuanto a la necesidad de separar absolutamente lo que es Gobierno departamental de la organización política, con el argumento de la no 'estatización'", expresó Rubio, agregando que "creemos que no hay ninguna fuerza política que haya politizado menos un Gobierno que el FA".

En referencia a los vínculos entre la coalición de izquierdas y el Gobierno municipal de Montevideo, el delegado del 26M a la Mesa Política del FA señaló: "Hay un programa planteado, hay un Gobierno popular que tenemos que defender, y para eso precisamos una organización ahorado, funcionando en todo el departamento, que activemos, con propuestas, para reactivar esa parte esencial del FA. Y mirando al futuro, imaginando un Gobierno nacional del FA, ya no nos vamos a proponer iluminar las calles o impulsar la descentralización, sino cambiar este país, modificar su estructura económica, vamos a tener que afectar intereses económicos muy poderosos. ¿Cómo hacemos eso sin una organización política nacional comprometida del programa, de las transformaciones, que pueda defender en cada caso lo que será una presión permanente de la derecha y los medios de comunicación que no estén en manos del FA, sin una militancia que todos los días defienda los intereses del FA?"

Del análisis que hace sobre la relación FA IMM, ¿está diciendo que la estructura política "se quedó" en lo que debió haber sido su acompañamiento al Gobierno departamental?

No tengo dudas. Creo que fue uno de los hechos que el Congreso constató, y por eso decidió impulsar una Agrupación de Gobierno Departamental.

¿Hoy el FA está pensando políticamente en el Gobierno de Montevideo, está cargando las baterías hacia eso?

Se han dado pasos en ese sentido. Creemos que son los primeros, y que hay que intensificar mucho más la actividad de los frenteamplistas en relación con el Gobierno departamental. Diría que estamos lejos de los niveles que deberíamos tener. ■

EL OBSERVADOR ECONOMICO

Aniversario del 26 de Marzo

El Movimiento 26 de Marzo del Frente Amplio celebrará mañana su 21° aniversario proponiéndose pasar a ser una organización de masas, según confirmó a *El Observador* el dirigente del sector Fernando Vázquez.

El 26 de Marzo es un movimiento surgido tras una división del MLN -tupamaros- y en los años del régimen militar actuó fundamentalmente en el exterior estructurando una organización de muy pocos militantes pero poderosos recursos económicos.

Durante la administración Sanguinetti, el 26 de Marzo fue admitido como miembro pleno de la coalición y en los últimos años ha incrementado su peso político, sobre la base de una posición política de defensa radical del programa con la cual surgió el Frente Amplio en 1971. Por primera vez en su historia, el 26 de Marzo, marcó respaldo electoral en la última encuesta de Equipos Consultores publicada por *El Observador*. Según el sondeo, el 2% de los simpatizantes frenteamplistas se identifica con esa organización. El acto se realizará frente al local central del 26 de Marzo en Durazno y Paraguay a partir de la hora 19.

921 920316

Sábado 28 de Marzo de 1992

El Movimiento 26 de Marzo conmemora hoy sus 21 años de existencia con un acto

EL Movimiento 26 de Marzo celebrará hoy su 21 aniversario. El acto tendrá lugar a las 19 horas en la calle Durazno esquina Paraguay, frente al local central del Movimiento.

La oratoria estará a cargo de Fernando Vázquez, miembro de la dirección nacional y se contará con la presencia de varias delegaciones de gremios de trabajadores en conflicto que han sido invitados a intervenir en la oratoria.

El acto culminará con una parte cultural, para la que se anuncian varios conjuntos de carnaval que han obtenido primeros premios y representantes del canto popular.

Asimismo, han confirmado su presencia diversas delegaciones representantes de partidos políticos de América latina.

En el marco de la celebración del 21 Aniversario del Movimiento 26 de Marzo, y aprovechando la presencia de dichas delegaciones extranjeras, mañana se llevará a cabo un encuentro para intercambiar puntos de vista sobre temas de interés común, como "procesos de integración, la lucha antiimperialista, la solidaridad con la Revolución Cubana".

Mañana el sector festeja su 21er aniversario

Rubio (26M): "Si el FA pierde su perfil, no será gobierno"

El dirigente del 26 de Marzo Eduardo Rubio, advirtió que el Frente Amplio debe cuidarse de no perder su perfil histórico porque, en caso de hacerlo, corre el riesgo de dejar de crecer y ver alejada la posibilidad de ser gobierno.

"El Frente tiene que afirmar un perfil claramente opositor y retomar el contenido histórico, levantando una alternativa auténticamente popular".

Admitió que ante la posibilidad clara de que la coalición de izquierda sea gobierno en el 94 "hay diferentes opiniones de cómo se debe encarar esta realidad" pero precisó que el 26 de Marzo —que festeja su 21 aniversario el sábado venidero en el cruce de Durazno y Paraguay— opina que "se deben reafirmar los principios históricos del Frente Amplio y levantar una propuesta claramente popular, antioligárquica y antiimperialista que ofrezca a la población cambios reales y profundos que nos permitan salir de esta situación y abrir un nuevo panorama para el futuro del país".

Dijo que "el Frente viene creciendo porque la población está haciendo conciencia de que la oferta política de los partidos tradicionales está llevando al Uruguay a una situación cada día más grave y nos está viendo como una fuerza de cambio".

"Si ante la perspectiva de seguir avanzando el Frente Amplio desdibuja su perfil, lejos de crecer vamos a perder, porque la gente quiere una respuesta clara y radical de cambio", concluyó.

La República Viernes 27 de marzo de 1992

022 920316

Un policlínico para el pueblo

La filial Tacuarembó de la Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos (AMULP) ha adquirido recientemente en propiedad una casa que será acondicionada para la instalación de un completo policlínico, y el espacio sobrante será utilizado como sede del Centro Lourdes "Roma".

Desde hace un tiempo, AMULP [illegible] [illegible] sala de atención primaria de salud, [illegible] una completa [illegible] materiales sanitarios y medicamentos al Hospital local. [illegible]

[illegible]

con este complejísimo servicio de atención primaria de la salud. Un servicio orientado a toda la población, sin exclusiones, al alcance de todos, pues el fin último es la aspiración de esta organización que basa su accionar en la solidaridad (palabra que rechina en los oídos de algunas personas que no pueden entender que alguien haga algo sin pretender recompensas). Los fondos con que se cuenta para encarar la obra son escasos, por eso se está solicitando toda la colaboración posible de los pobladores de Tacuarembó.

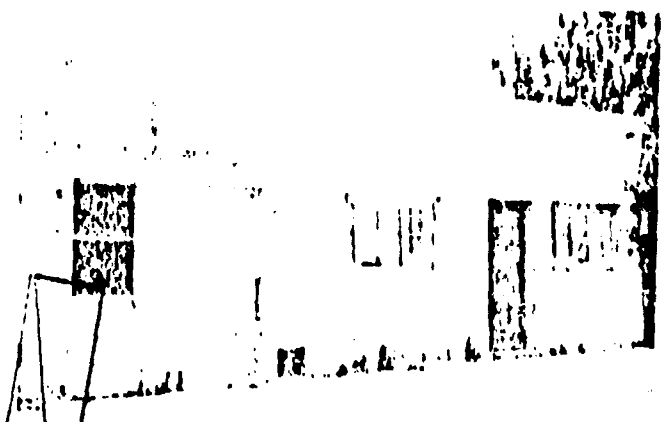
Desde hace varios años AMULP ha encarado la atención de la salud materno-infantil (ha. [illegible] extendido a todo el núcleo familiar), comenzando con controles sanitarios a los niños que concurren a los Centros Lourdes (guarderías) [illegible] [illegible]

[illegible]

listas, ecógrafos, camillas, múltiples instrumentos de la profesión y medicamentos, incluso se recibió de los sindicatos y organismos italianos la donación de un Policlínico Móvil, único en el país, con todas las instalaciones para un buen servicio médico y odontológico.

En marcha ya el proyecto de salud, se cuenta con seis Centros de Asistencia Solidaria de Amulp (C.A.S.A.), siendo el de Tacuarembó el Nº 6, dos de ellos están en Montevideo y los tres restantes en Toledo, Libertad y Chuy.

Como este nuevo local tiene construcciones que sobrepasan lo exigido por la fundación alemana, se piensa aprovechar ese sobrante para la instalación del Centro Lourdes, la guardería que atiende a 33 niños, para lo cual se contaría con tres piezas, faltando un baño y la construcción de un parque de juegos en el amplio terreno que rodea el inmueble. Además de la colaboración requerida a la población, también se necesitan médicos, enfermeras, farmacéuticos, estudiantes, que brinden unas horas semanales de trabajo voluntario en favor de la gente, como ya lo hacen varios profesionales tacuaremboenses.



Con la ayuda de todos, estas ruinas pronto serán un completo policlínico.

Doc. poco Legible

026 5203165 5

Visitantes suizas elogian labor de AMULP

Una delegación compuesta por la coordinadora de la Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos (AMULP), María Carmen Borrás, dos cooperantes suizas, Christine Meyerhans y Carine Tivolier, e Inés Riccio visitaron el Centro Lourdes "Norma" y el policlínico que se construye en Tacuarembó, además del merendero de Tambores, en el marco de asistencia y cooperación con las subsedes del Interior.

Christine y Carine son dos jóvenes suizas oriundas de Ginebra, que pertenecen a una organización no gubernamental (ONG) que apoya técnica y financieramente proyectos de AMULP. El motivo de la presencia en nuestro país de estas dos chicas: [illegible] Carine es la tercera vez que viene a Uruguay, mientras que Christine lo hace por primera vez y es el de recorrer los distintos lugares donde la Asociación desarrolla tareas, al tiempo que realizan una evaluación de las obras planificadas.

Carine, que domina el español, explicó que el trabajo que realiza AMULP es muy significativo, ya que el mismo está principalmente dirigido a la población infantil [illegible] principalmente en las áreas de salud y alimentación, sin descuidar [illegible] el aspecto educativo y cultural. Dijo que este tipo de iniciativas surgidas en países latinoamericanos son muy bien vistas en su país, Suiza, despertando en sus compatriotas sumo interés en el impulso de las mismas. Reconoció que lo primero que le sorprendió al visitar Uruguay y contemplar las tareas que se desarrollan en los Centros Lourdes fue la "participación del pueblo" ya que las personas que se mueven y llevan adelante una [illegible] son fieles representantes de [illegible]

uruguaya.

Por su parte Christine es la primera vez que viene al Uruguay; a través de la traducción efectuada por su compañera, explicó que hace poco más de un año que integra la organización suiza que brinda asesoramiento a AMULP y que [illegible] investir pudo realizar este viaje pues "tenía gran interés de ver un trabajo del que tenía tan buenas referencias", al tiempo que expresó su conformidad y sorpresa por lo visto lo que le da "más ganas de seguir en el impulso del proyecto". "Ahora será más fácil explicar a mis compatriotas por qué se debe colaborar con Uruguay", aseguró.

Carine dijo que al principio era dificultoso conseguir fondos para colaborar con las obras de Centros Lourdes y los Centros Asistenciales, ya que en su país -como en toda Europa- "se sabe más de la situación de Etiopía, por ejemplo, que de las necesidades de los países latinoamericanos". Entonces la tarea de explicar dónde estaba Uruguay, cuáles eran las dificultades que debían enfrentar sus pobladores y cuáles son sus necesidades fue una tarea paciente y perseverante que con el tiempo fue afianzándose y logrando resultados sumamente positivos. "Es que esta obra es una necesidad del Uruguay", remarcó al [illegible] que explicaba que en su país el nivel de vida es tal que prácticamente no se pasan necesidades, pero no se conforman con ello y en vez de aspirar a más, su intención es que aquellos que tienen carencias puedan llegar un día a vivir de la misma forma que se vive en Suiza, en una muestra más que significativa de un noble sentimiento de solidaridad.

Por su parte, Carmen Borrás dio sus impresiones de la visita al Merendero que funciona en Tambores, diciendo que se retira muy conforme con la marcha del mismo. En este merendero se atiende a 32 niños brindándoles alimentación, y que se piensa [illegible] de atención a los mismos a fin de brindarles también actividades recreativas y juegos. Dijo también que se lleva una muy buena impresión del avance de las obras de acondicionamiento del nuevo local para el Policlínico, que contará con dos salas para atención médica, una para atención odontológica, una sala para farmacia y una recepción, que en principio entraría a funcionar a partir del próximo mes de febrero (ver BATOVI Nº 163).

Margot Rodríguez, representante de AMULP e incansable trabajadora por el Centro Lourdes Nº 11 de Tacuarembó, dijo que las obras van avanzando a paso lento pero firme y que se llegará perfectamente a la fecha establecida por la fundación alemana que financió la compra del inmueble y su posterior acondicionamiento; de todas maneras, recordó, "aun se necesita el apoyo de nuestro pueblo" pues esta obra estará al alcance y al servicio de todos, sin excepciones.

Doc. poco Legible

[illegible] de marzo se inaugura policlínico médico-odontológico

[illegible]

VERANO DE LOS NIÑOS

Los días 6-7-8-9 de febrero se realizarán los campamentos de verano, en la colonia Paraná Guazú de Playa Pascual.

Los mismos son organizados por los grupos de Pioneros José Artigas de Rincón de la Bolsa y Libertad.

En dicho campamento está previsto que las actividades a llevarse a cabo serán variadas, desde fogones, juegos de playa, bailes, convivencia, etc., etc.



Todos aquellos que estén interesados en participar tienen tiempo de inscribirse hasta el 1º de febrero en Palacio Nº 5, Yaro y Zapicán, Ruta 1 Km. 24.500.

Doc con partes legibles

LA SEMANA DE TURISMO, EL 26 PONE UN STAND EN LA CRIOLLA DEL ROOSVEL

LOS COMPAÑEROS QUE QUIERAN DAR UNA MANO PARA ATENDERLO, ANOTARSE CON DELIA EN FINANZAS

PLENARIO MENSUAL DEL 26 DE MARZO

DOMINGO 26 DE ABRIL, 10 HORAS

HABRA FÉRIA DE PULGAS PARA LOS COMPAÑEROS, CON ROPA DE INVIERNO A PRECIOS ESPECIALES !!!



V.I. LENIN　　C. MARX　　F. ENGELS

9203167

ORIGINAL

1/10

MEMORANDO Nº 920135 R.E.I/Fecha 28.4.92

I: ASUNTO: INFORMACION SINDICAL

II: REFERENCIA: OP.BALIN

III: EVALUACION:

IV: TEXTO:

Se adjunta documentación referente a : -Folleto LA CARRA (FOT)
Nº 3 PIT.CNT
- Folleto de AUTE.

000002

FECHA 15/2/93 INICIAL 93

Procesado a Sistema D?K

OBSERVACIONES ASUNTO.

001/10

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 28 ABR. 1992
Pase a BIOGRAFICO SINDICAL
Nº de Orden 9203167

DISTRIBUCION: ORIGINAL: SENOR JEFF DEL DPTO.I

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(S.Z.)


AUTE


NO TE QUEDES
PARADO


Entrá a la

Compañera/o:

El Congreso Nacional de Delegados realizado en Rocha decidió impulsar un plan de trabajo que ordene la actividad del gremio y que marque los objetivos del año 92.

Ordenadas en 3 áreas, podrás encontrar las distintas actividades que juntos en pocos días, intentaremos hacer realidad.

En esta área [illegible] modalidad [illegible] conjunto [illegible] ordena[illegible] grup[illegible] período [illegible] nuestro salarial y controlar el cumplimiento de nuestros planteos.

A) Salario

Es preciso determinar caminos claros que nos permitan detener la caída salarial y establecer un proceso de recuperación en nuestro poder adquisitivo.

En UTE existen muchas posibilidades de mejorar sustancialmente nuestros salarios, el Directorio y el Gobierno deben responder.

Se habla de reducir l[illegible] el 50% de los ahorros con los [illegible]. Los trabajadores de UTE [illegible] a discutir seriamente los gastos [illegible] día a día

[illegible] en UTE (promoción, [illegible] contratados, etc.).

[illegible] de productividad. Hace años que en UTE se viene incrementando la producción y venta de energía eléctrica, y cada vez son menos los trabajadores ocupados en UTE. Tenemos derecho a ser retribuidos por este incremento en la productividad.

Es posible entonces encontrar mecanismos de ajuste salarial que incorporen estos y otros conceptos para poder establecer [illegible] regule el salario en el largo plazo [illegible] mecanismo [illegible] UTE, de tener un conflicto cada [illegible] cada ajuste salarial.

Esto nos permitirá [illegible] más amplia del salario [illegible]

B) [illegible]

1- Escala salarial.

Entendemos imprescindible que [illegible] escala salarial actual, [illegible] oportunidad de acceso a los grados [illegible] se encuentran la inmensa mayoría de los trabajadores.

2- Valoración.

La aplicación de criterios que nunca fueron planteados al gremio, han [illegible] nuestra opinión, no ajustarse a la [illegible] los sectores y muchos menos a la [illegible] de los trabajadores. Este tema debe ser reconsiderado y por su [illegible] su inclusión en un acuerdo del [illegible] colectivo.

3- Ascensos.

[illegible] del histórico planteo de UTE en [illegible] la aplicación de C[illegible]os, es [illegible] tomar posición s[illegible] método co[illegible]

004 9[illegible]3167

que se asciende dentro de cada grado.

Sin profundizar en el tema, entendemos que la formación debe ser un factor determinante, confeccionando series de cursos en cada grado, que habiliten el ascenso [illegible] se van aprobando. [illegible] encontrar [illegible]

[illegible]

[illegible] ocupacional

No han sido pocos los logros obtenidos por AUTE en esta materia a partir del trabajo de la Comisión Central de Seguridad Industrial.

Sin embargo resta mucho por lograr y hay espacio en UTE para dar cabida a una serie de importantes reivindicaciones en la materia.

Por nombrar sólo algunas, digamos que se deben realizar en toda la UTE análisis médicos [illegible] que se ajusten a las características de cada función.

Se debe tener una historia clínica de cada uno y un seguimiento de los problemas vinculados a la salud ocupacional.

[illegible]

La construcción de un Centro de Capacitación con todos los recursos [illegible]

La ley de [illegible] compromiso de UTE y [illegible] llevar adelante.

[illegible] propuestas para evitar [illegible], o lo que es peor, [illegible] inmóviles mientras nos cambian aspectos esenciales del Ente en particular y del País en general.

A) Reestructura

En UTE hemos [illegible] la preocupación que hoy acosa a la inmensa mayoría de los trabajadores del país [illegible] venio, [illegible] modelos [illegible]

Criterios como el del [illegible] todos los sectores, respeto a los derechos del trabajador, defensa del usuario, seguirán siendo bandera que exprese con claridad qué UTE queremos los trabajadores.

B) Defensa de las empresas públicas

En pleno ataque privatizador, quizás como nunca este tema nos obliga a la mayor atención y esfuerzo.

[illegible] ello, la campaña pro referéndum [illegible] por la Comisión de Defensa del [illegible] y [illegible] Estado, es la [illegible] todos los [illegible] del [illegible] también nos [illegible] de UTE, aún [illegible] el Convenio.

C) Defensa del Parque de Vacaciones

La amenaza de privatización [illegible] mala administración del Parque de [illegible], ponen en riesgo una enorme con[illegible] como lo es sin duda el Parque de Va[illegible]. La seguridad de que el mismo se ma[illegible] y se desarrolle es una tarea de todos. La [illegible]sparencia necesaria en las adjudicaciones y la eliminación de la politiquería, son temas importantes que [illegible] abordar.

La presupuestación de los tra[illegible] Parque, si es preciso med[illegible] plena vigencia dent[illegible]

Siempre h[illegible]nsado que UTE puede y debe des[illegible]ar una política social, ayudand[illegible] a que los trabajadores [illegible] acceso a actividades recreativas [illegible] día se alejan más de nuest[illegible]

La unidad en torno al [illegible] y las ventajas que [illegible] proble[illegible], no sólo [illegible] reiv[illegible] de[illegible]

[illegible]

[illegible] de [illegible]das de AU[illegible] [illegible]rectorio en [illegible] de

terrenos, herramientas, [illegible], así como el proyecto de casas [illegible] encarado por los compañeros de Forestales.

b) [illegible] con UTE [illegible]mo para que los hijos de los funcionarios del Interior puedan [illegible] en Montevideo [illegible] Hogar Estudiantil o mediante [illegible]

c) [illegible]llar en plenitud el acceso a guardería para todos aquellos funcionarios que [illegible] de este servicio para sus hijos.

d) Pero también nos plant[illegible] ambicioso.

Desde hace a[illegible] construcci[illegible] que permit[illegible]ividad y de[illegible]ra en benefic[illegible] de los trabajadores de UTE.

[illegible]iciones de avanzar hac[illegible] este proyecto, s[illegible]ándonos [illegible] hermanos permitiendo de [illegible] forma que se haga realidad. Compl[illegible] este proyecto, con la implantaci[illegible] filiales en el interior (donde [illegible] como promoviendo con[illegible] organizaciones cult[illegible] lugar, es natural[illegible] que todos los [illegible] encontr[illegible] nuestro nivel de vida.

[illegible]

En la próxima [illegible] "[illegible]" [illegible]emos en [illegible] de informar mu[illegible] más en detalle acerca del proyecto.

La Carpa

Año I - Nº 3

¿Cuánto le cuesta a la clase obrera el acuerdo Stand-by con el Fondo Monetario acordado ayer, el gobierno sigue condenando al hambre al pueblo trabajador en aras de la defensa de la casta capitalista?

NUESTRA OPINION

Una vez más quedó demostrado que en nuestro gremio hay un vacío de poder, lo que hoy es voluntarismo que pueda llegar a ser peligroso para nuestro gremio y esto se da debido al distanciamiento que hay entre la Mesa Ejecutiva y las bases produciendo esto en determinado momento, (si no se corrige) el aislamiento total de nuestros dirigentes y los trabajadores, llevando a los primeros a tomar decisiones (como ya ha pasado) que no van con el sentir y las necesidades de los últimos.

Por eso nuestra opinión es que tenemos que llevar adelante la práctica del "poder de las bases" teniendo estos en manos las grandes decisiones y así demostrar que los trabajadores no conciliamos con la patronal. No podemos ver ni permitir más que nos sigan llevando cada vez más a un callejón sin salida, tampoco podemos permitir más a los famosos levantar manos de todas las asambleas, que no crean los dirigentes que somos un rebaño que se nos lleva de las narices, no compañeros, los trabajadores pensamos, los trabajadores queremos la *independencia* de clase y esto compañeros quiere decir que los trabajadores queremos los dirigentes no ante pongan sus intereses políticos partidarios a los intereses de los trabajadores, que queremos disentir fraternalmente todos los temas.

Hoy los sindicatos están vacíos ya que la gente no cree en sus dirigentes, que los desmoviliza y así colabora con las patronales y ahora hay que agregarle un ingrediente más, la burocracia entreguista, un "portarse bien patoteril", un "ordenar" y "estabilizar" las bases, nada de luchar, hacer buena letra y demostrar así que estos dirigentes son capaces de dirigir y que son los interlocutores válidos frente a los patrones y al gobierno de turno, hay que hacer buena letras para que en el '94 los milicos y los patrones les permita ser gobierno, pero tengan claro que como dijo Artigas "no venderemos nuestro rico patrimonio al bajo precio de la necesidad" porque los trabajadores seguiremos luchando, por salud, vivienda, educación para nuestros hijos, porque queremos comer decentemente y que todo esto no sean artículos de lujo para los trabajadores.

Hoy se reprime en las fábricas pero no se busca seguridad para los trabajadores del Taxi, porque hoy tiene más privilegios un burgues extranjero o un cipoyo nativo en Punta del Este que un trabajador en todo Uruguay, como si el mismo no tuviera dignidad alguna.

Estos son los temas que queremos discutir porque hoy preguntamos que pasa con la estabilidad laboral, que cada más hay compañeros desmontados que pasa con la bolsa de trabajo que también cada vez más hay gente que pertenece a los cuadros militares, retirados y en actividad que no respetan en lo más mínimo las medidas gremiales con alguna excepción y con esto compañeros no decimos que queremos cortarles las fuentes de trabajo a nadie pero sí queremos decirle a la patronal que queremos ser respetados en todo sentido.

BALANCEANDO

Una hora cincuenta minutos duro el balance que nos brindó la Mesa Ejecutiva de un (1) año de actuación y dentro de esa languida hora y 50' se dijeron verdades, verdades a medias y se faltó a la verdad, sobró la demagogia utilizando para ello como rehén a un compañero que más adelante nos detendremos para hablar del tema.

Pero ahora analicemos un poco y demos nuestra propia opinión, democráticamente, cosa que el absurdo reglamento de asamblea no nos permitió hacer.

VERDADES Y VERDADES A MEDIAS Y ETC...

Es justo reconocer que es mucho más factible el diálogo y los acuerdos con esta administración (?) de la I.M.M que con los anteriores máxime cuando existe afinidad política entre el Director de Tránsito y Transporte y nuestra Mesa Ejecutiva (llamese, radio obligatoria, cinturón, multas, etc.) pero también debemos decir que el Director de Tránsito prometió para la primavera próxima pasada ('91) se iba a realizar el sorteo de chapas para cooperativas de asalariados en la cual no iban a participar carneros.

Hoy entramos en el otoño del '92 y todavía no se realizó dicho sorteo y pero aún, todo parece indicar que un gran número de carneros participarán de él, y como decíamos, lo pero es que la mesa ejecutiva ha defendido esta postura, como quien dice avalando a esta gente.

Y siguiendo con las verdades a medias y con cosas que la mesa no quiere decir (desconocemos las razones por la cual se oculta) es que con las chapas del '92, más allá de pomposo nombre que se le puso como "azar o frente" y su respectivo responsable, nosotros nos cabe preguntarnos ¿la mesa no estuvo "enterada" de que el proyecto enviado a la junta era del 10% de 80 chapas para las cooperativas?

¿Tampoco sabía la mesa que un grupo de compañeros de la agrupación "la carpa" fueron los que pelearon en la Junta Departamental para que fueran el 50% de 160 chapas para las cooperativas?

Que quede claro porque tampoco se dijo en el balance que las coordinadoras de cooperativas pro chapas nació y se formó del impulso de nuestros compañeros y a la cual la Mesa Ejecutiva del SUATT le dió la espalda durante muchos meses, sin embargo, dicha coordinadora funcionó independientemente de esta situación de una forma participativa, ejemplar llegando de esta forma a nuclear cerca de 50 cooperativas de 10 integrantes cada uno.

Y así llegamos de los etc. y decimos así porque no sabemos que es verdad y lo que no lo es ya que no tenemos información oficial sino que trascendidos, pero más allá entendemos que como trabajadores organizados merecemos y exigimos la verdad de nuestros dirigentes sin que se nos oculte absolutamente nada.

Por trascendidos sabemos que el alquiler del local es de U$S 750 por mes, pero si esto es así ¿por qué se decidió el alquiler de dicho local? ¿Hubo la posibilidad de alquilar otro? ¿En qué condiciones se retiraron los anteriores arrendatarios? ¿No existió el ofrecimiento de arrendar por U$S 100 o U$S 200 el local sindical del S.U.O. (Sindicato de ONDA)? ¿Quien oficia de garantía en nuestro contrato? ¿Cuál es su duración? ¿EXiste alguna relación entre esta garantía y los de los anteriores arrendatarios? ¿Se tomaron las previsiones necesarias, que garantizaran el cumplimiento de dicho contrato? y para terminar por el momento porque hoy, haremos dos preguntas más la primera y más importante es ¿Por qué no se consultó al gremio? y ¿de dónde sale esa cantidad de dinero para poder pagar el alquiler? No se olviden compañeros que aquí y en ninguna parte se juega con el dinero de los trabajadores.

LAMENTABLE I

Al principio decíamos que había sobrado demagogia, utilizando para ello como rehén a un compañero y a su familia, y lo decimos porque no nos parece de buen gusto que se tome el sentimentalismo de un niño enfermo como una reivindicación lograda, esto compañeros se hace porque hay un compromiso moral con cada uno de nuestros compañeros y con cada trabajador para que esta que lamentablemente le pasó al compañero se solucione, compromiso moral de estar siempre al lado del más necesitado, porque hoy hay que acumular fuerzas pero también que quede claro que crecemos en la unidad y que queremos la unidad pero también sepan que unir no es amontonar.

LAMENTABLE II

Durante mucho tiempo (podemos decir 3 ó 4 años) se ha querido desplazar al compañero Dr. Helios Sarthou de nuestro sindicato, se le reconoce como el número 1 en leyes laborales, se dice que es el "maestro" en estos temas, etc., pero lo que no se dice es que no cuenta con la confianza política de la Mesa Ejecutiva del SUATT, como si los intereses político-partidarios fueran más importantes que los intereses de los trabajadores y todo por aquel anacrónico principio si no está afiliado a lo mio, no es de mi confianza para tratar los temas laborales en la que nos encontramos embarcados, y por lo tanto se le desplaza, se llama sí a otro abogado esta si con las "condiciones requeridas" y no hablamos de su capacidad que no negamos pueda tener y que no es el caso, pero si hablamos de afinidad política, y como todo es inexplicable y con fundamentos sumamente débiles y si todo esto se hace sin consultar y a espalda del gremio que podemos esperar más adelante cuando hay debilidad ideológica para decir las cosas como son, sin pelos en la lengua.

Nuestro abogado gremial fue, es y seguirá siendo el Cro. Sarthou, por su entrega, por su lucha, por su compromiso social con los trabajadores y por su honestidad que siempre tuvo y no han tenido para con él.

COQUETEAR DIJO?

Se reafirmó "orgullosamente" que se tomó "escoces" (léase whisky) con la patronal y también se dijo que se volvería hacer porque hay que "relacionarse" (¿para qué?).

Les recordamos a los cros. que mientras se relacionan con la patronal se distancian de la F.O.T. y por consiguiente de los trabajadores, y al decir de la Mesa Ejecutiva (es por problemas de brazos (sic) y tiempo), mientras que a falta de argumentos porque no los tienen, se dedican a tirar "caca", injurias y mentiras a cros., se "relacionan" al mismo tiempo con aquellos que son culpables de decenas de despidos a fines de Octubre del '90, con los inventores de los papeles en blanco, con aquellos que al amparo de la dictadura y en convivencia con ella, llevaron nuestro salario al 10.7%, con los que mancillan la memoria de nuestros números.

En una palabra compañeros esta forma de "relacionarse" quiere decir coquetear pero cuidado, porque no sea cosa que terminen entregándose.

CONCIENCIA DE CLASE

Y llegamos al paro de 24 horas de Federación Obrera del Transporte (F.O.T.) y tampoco allí se dijo la verdad se mintió descaradamente como así también a F.O.T. y a la clase trabajadora, se pretendió que el árbol no posibilitara ver el bosque, se quiso hacer hincapié en la espontaneidad y no en la conciencia de clase que tenían los compañeros que no querían carnerear, poniendo esto a la altura de un motín, cuando lo único que se pretendió fue en primera instancia acompañar una medida que nuestra Federación planteaba, segundo reclamar que se nos diera más participación que las cosas como estas no se decidieran entre cuatro paredes

y entre tres compañeros, la participación es un derecho que exigimos por sobre todas las cosas. Estos derechos no pertenecen solo aquellos que son dirigentes y que porque tienen problemas internos en su partido político y que por ambiciones personales, se nos corta nuestras posibilidades de decisión en los grandes temas.

En la madrugada del martes (víspera del paro) en la puerta de nuestro sindicato y con la presencia de tres (3) compañeros de la Mesa Ejecutiva los trabajadores (en Asamblea, órgano soberano de cualquier organización social, sindical o política) del Taxi, acompañar el [illegible]ro de la F.O.T. y el llamado a Asamblea general en 36 horas.

LA GRAN CONTRADICCION

...Sin embargo lo que sucedió durante el día del paro no coincidía con lo resuelto en la Asamblea del día anterior, pero repasemos que fue lo que pasó: mientras que Cortizas -xx Organización- decía públicamente por TV (Canal 5) y Radio Panamericana que la Mesa Ejecutiva del SUATT avalaba el paro decidido por las bases, pero muy otra era la información que daba Cortizas a compañeros o mejor dicho la orden (textual de varios compañeros) y era de abrir las paradas, que había que trabajar le dijo a compañeros de Celeritas y también a patrones que lo fueran a consultar a pedido de sus choferes y ahí es donde nosotros marcamos la contradicción de un dirigente de un gremio clasista y lo peligroso de esta actitud nos hace tomar la resolución del retiro de confianza a la persona de [illegible].

Por último a la hora 16 y 30 del martes se confirma el despido de la compañera [illegible] de Radio Taxi Celeritas, después de haber estado detenida 5 horas y haber soportado el manoseo y bajeza de una falsa acusación. Desde el primer momento no tuvimos dudas que esta conjura no era casualidad. Largos años de intento de quebrar en Celeritas la adhesión de sus trabajadores al SUATT, su participación (la de la Cra. Carmen) encabezando una de las listas en las últimas elecciones sindicales y no es casualidad que sea la lista más intransigente en la lucha la más reprimida por la patronal y entonces se aprovecha el día del paro según es evaluación: El SUATT no acompaña a la FOT, están hechos pelotas o están con grandes discrepancias, los agarramos sin comunicación y desarticulados o solos. Por eso entendimos y así se lo manifestaron compañeros por teléfono a Cortizas que nuestra respuesta debía ser inmediata, con el retiro de todos los compañeros del lugar de trabajo, por la sencilla razón que asumir esta actitud iba a revertir la evaluación de la patronal y nos dejaba en inmejorables condiciones para la lucha, pero en la Asamblea General del otro día nos encontramos con las trabas burocráticas de que el tema lo tiene el compañero [illegible] y dónde está? preguntamos, en la casa se nos dijo, allí cuando llamamos no se encontraba y dejamos dicho que se comunicara con nosotros a la brevedad, por que este tema es de todo el gremio y no solo de Celeritas, pensamos que así iba a suceder pero lamentablemente hasta el momento no ocurrió. En la Asamblea General mocionamos mandatar al SUATT dar respuesta inmediata y exigir a Celeritas el reintegro al puesto de trabajo a la compañera y defender por sobre todas las cosas su integridad laboral. Habría también que contestar algunas cosas que la verdad son de Ripley, dichas en el informe, como que Cortizas necesitó un mes de licencia de González para que haciendo sus tareas en el [illegible], darse cuenta que en el Taxi se violan todas las leyes laborales y convenios de trabajo!!, pero dónde se encuentra este compañero todos estos años!!

Esta es nuestra evaluación, que quede claro que no la vamos a servir a nadie de anca para que trepe políticamente, menos vamos a avalar con nuestro silencio la mentira y la deshonestidad y de hoy en más exigimos, pues ya hemos sido demasiado cautos en pos de los principios de la unidad que otros se cansan de mancillar, que quieren quebrar el gremio, quebrar a los trabajadores? No lo van a lograr porque siempre va a haber compañeros con conciencia de clase y fortalecidos ideológicamente, para luchar contra los enemigos de clase.

No a la conciliación, sí a la lucha clasista por una sociedad sin explotados ni explotadores.

PARTICIPACION Y LUCHA — SUATT - FOT - PIT-CNT

01/05

ARCHIVO

Bn. Ing. Cbte. No 2
C. FLORIDA
05120ABR92

1/1.

PTE P.E.I. No 02/92.-

I.-EVALUACION: A - 1

II.-RESPONDE A: Información obtenida por la Secc.2 de esta Unidad.

III.-TEXTO: -Se tomó conocimiento, que entre el 15 y 20 de Marzo ppdo. tomó su posesión del cargo como Juéz Letrado Dptal.de 1ra.Instancia (Suplente) en C.Florida: XENIA MARTINEZ MARTINEZ de DIAZ, oriental, casada, de 45 años de edad, hija de Ruben y Nelida. C.I.1.061.564 2.-

-Posee el alias de "Victoria".-

-05-06-72.- Es detenida en virtud de constatarse en su domicilio una reunión de integrantes del MOV.26 DE MARZO(M.L.N.) en la ocasión negó ser integrante del movimiento y dicha reunión se realizó a solicitud de un amigo alias "Héctor".-

-23-7-72.-Se decreta su procesamiento por Asociación para Delinquir permaneciendo recluida en Establecimiento de Punta de Rieles hasta el 02-10-74

Mes 7/988:-Presunta firmante del Referéndum.-

-Mes 3/990:-Juez Letrado Dptal. de 1ra.Instancia en el Dpto.de T.y Tres, se posee información que durante su ejercicio procesó a un Ofl. Ppal.y dos Agentes.- [redacted] por lesiones personales

IV.-ACCION TOMADA: Confección del presente Parte Especial de Información

V.-DISTRIBUCION: Original .... DTo/II.-

Copia No.1.......
Copia No.2....Archivo ....-

El Jefe del Bn.Ing.Cbte.No.2.-
Tte.Cnel. ... PERDO.-

Doc. poco Legible

(cc) 06/5/92

E.M.E. Dpto. II ... Fecha 20/04/92

001/1

EUAL A-2 Sgto. Vieira

1/3

1) FASANO MARTENS Federico Mario
2) LUNA MONDINO Héctor Osvaldo
3) NICOLINI Leonardo (Asesor de Programación de CX-36 -Ejerce la Secretaria de la Bancada Parlamentaria del F.A)
4) VILLAGRAN Gustavo (AFUDEM -Asoc. Fraternidad)
5) CHAMORRO Victor (Empleado de CX-40)
6) CANCELA MACCHIAVELLO Daniel Hebert
7) MOZERLE Renato
8) PRADA José

Staff directriz de CX-30 Radio Nacional

-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-

FECHA 06/01/92 INICIAL (Ac)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

001|3

NUEVAS INCORPORACIONES EN CX30 "RADIO NACIONAL"

- María de los Ángeles Hernández - S/A.
- Fany Puyeski - PGP.
- Laura Vanoli - S/A.
- Washington Benavides - S/A.
- Juan Graña - PCU - FR.
- Jorge Juliani (FR - DET. H.P.S.)
- Fernando Butazzoni - 26 de Marzo.

002 9203169

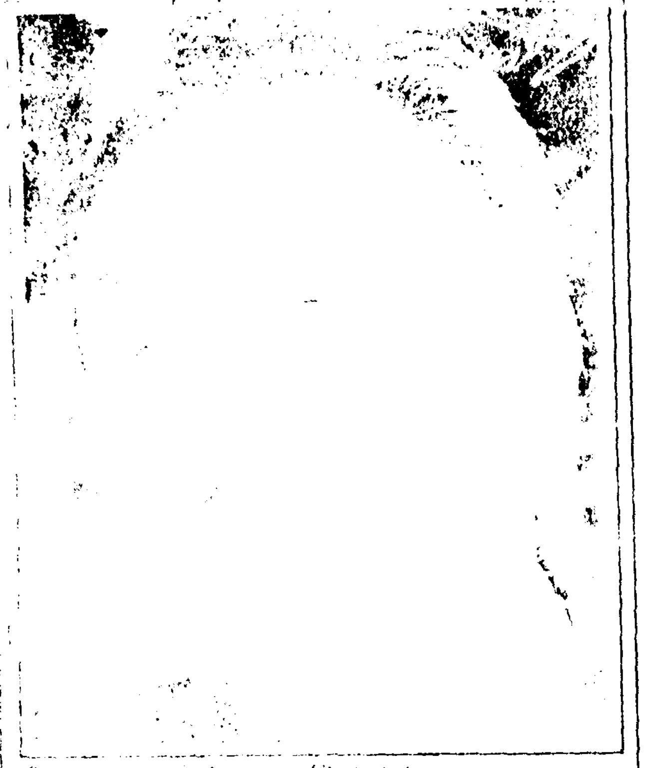
06/08/92 - No procesar aclaraciones sobre ideología o tendencia

Sgto. VIEIRA

FECHA 06 08 92 (Ao)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES



Seregni: "… proyecto con … limitaciones."

…na tributaria, las preocupaciones del senador no disminuyeron. "Es un proyecto insignificante, que toca puntos menores y laterales, dando la impresión que para este gobierno el actual sistema tributario es bueno", añadió.

"EL SISTEMA TRIBUTARIO ESTA BASADO EN LA PEOR CLASE DE IMPUESTOS"

Sin poder ocultar su desazón sobre el contenido del escrito gubernamental, Danilo Astori recordó que en los meses de verano, cuando se produjo la crisis gubernamental, el Poder Ejecutivo anunció "medidas importantes", pero el proyecto de ley "es insignificante", reafirmó.

Sobre el actual sistema, que no sería modificado sustancialmente por el Poder Ejecutivo, dijo que está basado "en la peor clase de impuestos". Los tributos indirectos —acotó Astori— representan el 88% de la recaudación fiscal, mientras que el IVA y el Impuesto a los Combustibles (Imesi) son el 80% de ese total. "De esta forma se

Levi: "Vázquez me alienta"

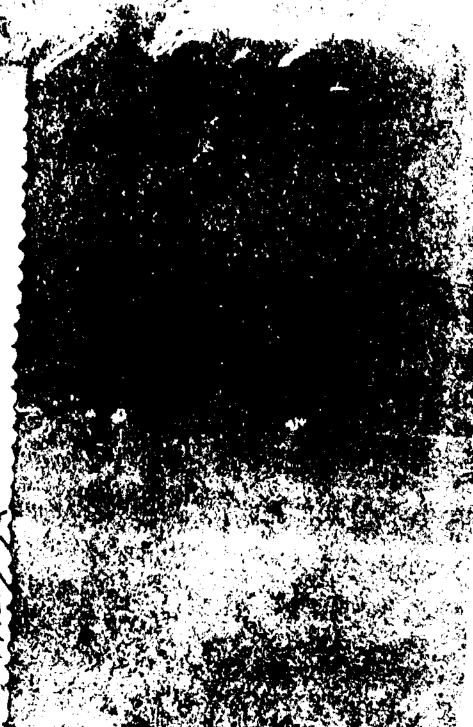
… Semana de Turismo, se comunicó con el general Líber Seregni para anunciarle que estaba dispuesto a informarle a la Mesa Política de los contactos que había mantenido con legisladores del PGP.

En segundo lugar señaló que sus primeros contactos no fueron con Yamandú Fau, sino que con el legislador se hicieron a través de la prensa. Puntualizó que "nunca tomé contacto en representación del Frente Amplio, sino que siempre lo hice a título personal". Por último de… [illegible]



Nuevas incorporaciones en CX 30 "Radio Nacional"

El director general de CX 30 Radio Nacional, Federico Fasano Mertens, su director ejecutivo Leonardo Nicolini, y su gerente general José Prada, en momentos de formalizar anoche las incorporaciones a la nueva programación de "La onda plural" de María de los Angeles Hernández, Fany Puyeski, Laura Vanoli, Washington Benavides, Juan Graña, Jorge Yuliani y Fernando Butazzoni.



92

República 24/IV/92

María de los Angeles Hernández
Fany Puyeski
Laura Vanoli
Washington Benavides
Juan Graña
Jorge Yuliani
Fernando Butazzoni

[Partes poco legibles]

003/3

9203169

DOCUMENTO Respuesta andina sobre narcóticos para Am. Latina. Enero/Feb.

PROCEDENCIA CIA

4/2/92.-

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

DOCUMENTO EN SU TOTALIDAD ES POCO LEGIBLE.

01 / 17

9203170

Horario - Calendario

9203170

cuánto anualmente en R.R.G. entre 20000 kg. ?

CORRECCIÓN

hacer fotocopia de PLEGUEZUELO y otros.

9203170

07

VERMELHO (ROJO)

08

9203170

RUTA
DE
TRAFICO

92031710

09

Lavado de dolares en Colom-bia

9203170

11

9203170

El parque de la Heroina

920317

9203170

9203170

15

9203170

9203170

17/17 9203170

Cuba

9203171

ESTE DOC. EN SU TOTALIDAD ES POCO LEGIBLE

ENTRADO H.C.L

65671
65690
11245
11302

01-08

9203171

02 9L03171

03

92 03171

04

92 031/71

05

92031?1

06

92 03171

07 9203171

08-08 9203171

La Mañana 7-7-91. 1/1.

Primera respuesta a nuevo documento firmado por comunistas

Departamental de Montevideo del PCU reiteró adhesión al marxismo leninismo

Núñez: "Ratificamos principios del XXII Congreso"

La reafirmación del marxismo-leninismo, la vigencia del centralismo democrático y de la lucha de clases, y el objetivo final del socialismo para la sociedad uruguaya fueron ratificados por la dirección departamental de Montevideo del Partido Comunista del Uruguay, en un comunicado difundido ayer.

SEGUN explicó a LA MAÑANA el secretario general de esa departamental, Esteban Núñez, el documento se enmarca en las resoluciones del XXII Congreso de ese partido, realizado a fines del año pasado, en respuesta a declaraciones y actitudes de algunos dirigentes comunistas realizadas en los últimos días.

"Muchas cosas que se están diciendo y escribiendo no reflejan la realidad interna del Partido Comunista", explicó a LA MAÑANA el secretario de la Departamental, Esteban Núñez.

Pese a la reticencia para aclarar los motivos exactos que determinaron el pronunciamiento público, Núñez explicó que "es una respuesta a algunos trascendidos públicos ocurridos en los últimos días". Uno de estos hechos habría sido, de acuerdo a las informaciones recogidas, la presentación de un documento alternativo para el II Congreso del Frente Amplio por parte de varios dirigentes políticos de distintos sectores, entre ellos varios comunistas, como Esteban Valenti y Rafael Sansevieго.

"No queremos personalizar -aclaró Núñez-, porque se desvirtuaría el sentido del comunicado, pero han existido distintas valoraciones que no responden a las resoluciones del último Congreso".

Entre otras cosas, la principal Departamental del PCU ratifica su adhesión al marxismo-leninismo, la vigencia de la lucha de clases, el papel de vanguardia de la clase obrera, la vigencia del centralismo democrático para el funcionamiento del partido, y el camino democrático hacia el socialismo.

El texto completo de la declaración es el siguiente:

"El Ejecutivo Departamental de Montevideo del PCU expresa su total respaldo a las resoluciones del XXII Congreso:

1) La profundización de la democracia, hacia una Democracia Avanzada.

2) El camino democrático hacia el socialismo.

3) La renovación del Partido como elemento vital para abordar los desafíos planteados.

4) La vigencia del marxismo-leninismo en su real concepción de búsqueda permanente en la interpretación y transformación de la realidad.

5) La lucha por el Socialismo, concretado en un cambio de clases en el poder, donde la clase obrera se realice como Fuerza Fundamental, dirigiendo en forma consensual un bloque de fuerzas pluralistas y pluripartidistas.

Apoyamos la lucha de los trabajadores por salario, fuentes de trabajo, vivienda, salud, enseña[nza] y en defensa del patrimo[nio] nacional.

La movilización de los [es]tudiantes por el Hospital de Cl[íni]cas.

Por un presupuesto justo para [la] Universidad.

Por concretar el proyecto p[olí]tico y social de los cambios de c[ara] al gobierno popular con el FA [en] 1994; para hacer realidad los s[ue]ños de los trabajadores, los ju[bi]lados y los sectores más pobres [de] la ciudad y el campo; de los jóve[nes] y de las mujeres. Por un g[ran] Partido Comunista, fuerte y or[ga]nizado para contribuir mejor [al] fortalecimiento del FA.

Nos planteamos desarrollar [y] poner en práctica el Plan [de] Emergencia del FA, y fortalece[r el] trabajo del Partido de Montevi[deo] en todas sus metas".

1/1

Vázquez en Bruselas

BRUSELAS, (EFE) — El intendente de Montevideo, Tabaré Vázquez, presentó ayer a responsables de la Comunidad Europea (CE) diversos proyectos de cooperación para la gestión de la municipalidad y mejora del medio ambiente, entre otros.

Vázquez se reunió con el vicepresidente de la CE y comisario europeo de pesca, el español Manuel Marín, y con otros responsables de la Comisión Europea en el área de las Relaciones con América Latina.

El intendente de Montevideo se comprometió a enviar en próximas fechas varios proyectos para su estudio por la Comisión Europea, señalaron fuentes comunitarias.

Entre estos, figura uno de asesoramiento para la gestión de la municipalidad y otro proyecto piloto de medio ambiente para un importante barrio de Montevideo, añadieron las mismas fuentes.

Asimismo, Tabaré pidió el apoyo comunitario para un proyecto de ayuda a la microempresa, que permitirá crear nuevos puestos de trabajo.

El País
[illegible]

BI 001/1

15095

La Mañana 10-7-91.

1/1

Víctor Rossi renunció al P. Comunista, no a su cargo

LA renuncia de Víctor Rossi al Comité Central del Partido Comunista, no afectaría que el mismo continuase al frente del Departamento de Tránsito y Transporte de la Intendencia de Montevideo. Fuentes allegadas a la Departamental del Frente Amplio hicieron saber que Víctor Rossi posee el apoyo de varios grupos políticos de la coalición incluso el respaldo del propio doctor Tabaré Vázquez.

Las fuentes consultadas por LA MAÑANA informaron que no se debe confundir una renuncia a una estructura partidaria con una renuncia a un cargo en el gobierno departamental.

La renuncia de Rossi, precisaron las fuentes, es ajena al funcionamiento de la Intendencia su dimisión al Comité Central del Partido Comunista es un problema de él con el mencionado partido. Víctor Rossi goza del apoyo de varios grupos del Frente Amplio del Intendente de Montevideo y de varios dirigentes de su partido.

Las fuentes concluyeron diciendo que la administración Vázquez no se puede dar el lujo de perder por motivos ajenos a la Intendencia de Montevideo, a uno de los mejores directores que posee el gabinete municipal. ■

La gota que derramó el vaso

"La aparición del documento no fue más que la gota que derramó el vaso, y provocó la renuncia de Rossi al Comité Central del PCU", afirmó ayer el diputado comunista León Lev.

Relativizando la importancia de este hecho en la interna partidaria, Lev explicó que las responsabilidades en el gobierno departamental estaban pesando demasiado en Rossi, y comenzaban a ser incompatibles con la dirección partidaria: *"Hacía tiempo que él quería salir (del CC), para concentrarse totalmente en la Intendencia"*, expresó.

Lev declinó formular declaraciones sobre el material firmado por varios dirigentes importantes del PCU y de la Vertiente, señalando apenas que "si no hubiera sido por la prensa, que salió detrás, no hubiera pasado nada".

"Los hechos políticos, en este país, se consumen a una velocidad vertiginosa. Antes que nada quiero dejar un poco de tiempo, para ver las consecuencias reales y el verdadero impacto que esto tiene".

La reunión realizada la noche del lunes por el Comité Ejecutivo del PCU fue calificada como "muy amistosa y fraterna" por Lev y, de acuerdo a lo señalado, resolvió correctamente cualquier diferencia interna que pudiera haber. ■

Doc. POCO LEGIBLE

03 08 92 AK

Biográfico

001|1

1/2

Dr. Vázquez visita Francia

EL Intendente de Montevideo, Dr. Tabaré Vázquez, se reunió ayer en París con el Presidente de la Asamblea Nacional (Cámara de Diputados) de Francia, Laurent Fabius.

En su segundo día de visita en ese país, el Dr. Tabaré Vázquez se entrevistó también con el Primer Secretario del Partido Socialista, Pierre Mauroy; el Secretario Internacional del PS, Pierre Guidoni y el Ministro de Regiones, Departamentos y Municipios, Jean Pierre Sueur. También se hizo presente en la sede del Partido Comunista Francés.

En la víspera, el Intendente fue recibido por el Director General Adjunto de la UNESCO, Eduardo Portella. Mañana, en Bruselas, el Dr. Vázquez mantendrá conversaciones con autoridades de la Comunidad Económica Europea.

POCO LEGIBLE

La Mañana 26/1/91

001/1

Vázquez acordó proyectos con Alcalde de Viena

Cooperación ambiental entre Uruguay y Austria

Estudian factibilidad para recuperar arroyo Miguelete

El Intendente de Montevideo, Dr. Tabaré Vázquez, encauzó en Viena dos proyectos ambientales y uno financiero, con la Alcaldía de esa ciudad, la Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo Industrial (ONUDI), la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) y empresa privadas austríacas.

EN rueda de prensa celebrada ayer en Viena, el Intendente calificó de "muy fructífera" su visita de dos días a esa capital. Relevó que la Alcaldía de Viena se ofreció como coordinadora y promotora entre las partes cooperantes con sede en la ciudad.

Arroyo Miguelete

La empresa nacional austríaca de ingeniería, Simmering Graz-Pauker (SGP), se encargará de elaborar un estudio de factibilidad para la recuperación del arroyo Miguelete. El estudio incluirá el saneamiento de los asentamientos precarios ubicados en las márgenes del arroyo.

Un técnico de la ONUDI estudiará asimismo las afluentes contaminantes generadas por la industria de curtiembres.

Con el Fondo de Asistencia de la OPEP, el Intendente dialogó sobre la posibilidad de colaboración para la recuperación del arroyo Miguelete y la renovación de la flota de ómnibus capitalina.

"Girozentrale" una de las mayores casas bancarias de Austria, se mostró interesada en un estudio de factibilidad para la creación de un "Banco de Fomento Municipal", tanto para Montevideo como para otros municipios.

Mayor acción comunal

El Intendente Vázquez reclamó una mayor participación de los municipios en el proceso de integración latinoamericana.

Señaló que "es a nivel del Gobierno comunal donde se da el contacto más auténtico con las poblaciones", agregando que esa autenticidad tendría que tener participación directa en las instituciones de integración.

Indicó que primero habría que lograr la integración de los gobiernos locales de cada país, para posteriormente jerarquizar el papel de las Comunas a nivel regional.

El Dr. Tabaré Vázquez finalizó ayer su vista de dos días a Viena, donde mantuvo contactos con autoridades locales y representantes de organizaciones internacionales.

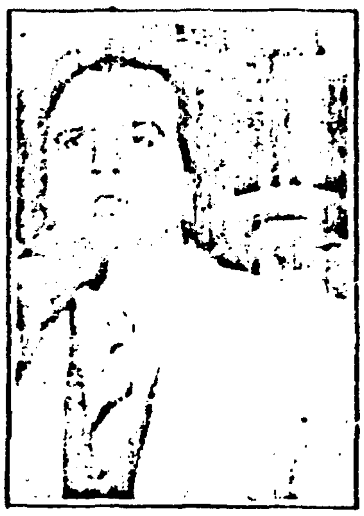
Es así que en la víspera se entrevistó con el Dr. Heisler, Technical Director SGP-VA Energie und Umwelttechnick Gesmbh. Posteriormente participó en un almuerzo de trabajo ofrecido por Hebert Lugmayr, Director General del banco Girozentrale de Viena.

Por la tarde, el Dr. Vázquez brindó una conferencia de prensa y luego viajó con destino a Roma.

El Intendente se entrevistó también con el Vicealcalde de Viena, Hans Mayr, y con el Consejero para el Medioambiente de esa ciudad, Michael Haupl.

Asimismo dialogó con el Secretario General de la Sección Internacional del Partido Socialista de Austria, Karl Schramek, y con el Secretario de Estado para la Integración y Colaboración, Peter Jankowitsch.

El Intendente se entrevistó con el Director General de la Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo Industrial, Domingo Siazón, y con el Director para America Latina y el Caribe del Fondo de Asistencia de la OPEP, Luis Vargas. ■



Dr. Tabaré Vázquez

UD Hasiana 6/7/91

Vázquez pidió ayuda en distintos frentes

ROMA. (ANSA).- El Intendente Municipal de Montevideo, Tabaré Vázquez, se reunió ayer aquí con dirigentes de organizaciones no gubernamentales (ONG), de cooperación y dirigentes políticos italianos, en procura de concertar programas de ayuda para la capital capital del Uruguay.

Vázquez se reunió con directores de varias ONG italianas, con quienes individualizó diversas áreas de interés para poner en ejecución los acuerdos de cooperación entre Italia y Uruguay. En particular, se señaló la posibilidad de encaminar proyectos de protección del ambiente y de mejoramiento de la calidad de la vida de la población de Montevideo.

Asimismo, con el Gerente para América latina de la ONG italiana "Publitecnica", Armando Tarullo, examinó un proyecto para la utilización del biogás.

También tuvo una larga y amistosa reunión con el Secretario de Relaciones Internacionales del Partido Democrático de la Izquierda (PDS), Piero Fassino, y con dirigentes de la democracia cristiana y del Partido Socialista Italiano.

En la reunión entre Vázquez y Fassino se analizó la situación de ambos países, así como el panorama internacional.

Por su parte, el Vicepresidente de la Junta Departamental de Montevideo, Jorge Mazzarovich, viajó ayer a Reggio Emilia, invitado especialmente por el Alcalde del Municipio de Reggio Emilia, Antonella Spaggiari, y por el Consejo Comunal de esa ciudad, capital de la provincia del mismo nombre, para participar en una serie de actos y promover el acercamiento con los organismos análogos de Montevideo.

El representante de la Junta Departamental montevideana indicó que aprovechará su estancia de dos días en Reggio Emilia para agradecer a quienes en esa ciudad le dieron su solidaridad durante los años del régimen militar en Uruguay.

Asimismo, Mazzarovich recogerá la ciudadanía honoraria de Reggio Emilia, que le fuera conferida años atrás, cuando estaba recluido en las cárceles del régimen militar, y se reunirá con los miembros del comité que reclamó con insistencia su libertad. ■

- Denver Vaz Ferreira

Recibió el Papa al titular de la IMM

ROMA. (ANSA).- El Papa Juan Pablo II recibió ayer en audiencia privada en el Vaticano al Intendente Municipal de Montevideo, Tabaré Vázquez, con quien departió sobre los problemas de América latina y, en particular, de Uruguay.

El Papa manifestó al jefe comunal montevideano su preocupación por la actual situación internacional, en especial en los Balcanes y el Este europeo en general.

El Pontífice lamentó que los preocupantes hechos en Europa hagan perder de vista a muchos gobernantes y observadores lo que ocurre en América latina, apremiada por profundos problemas económico sociales, que hacen peligrar los avances democráticos.

Por otro lado, señaló que quizás porque la situación es más difícil en otros países latinoamericanos vecinos de Uruguay, en general se menciona poco la necesidad de colaboración de parte de las naciones industrializadas que tiene su país.

Asimismo, Juan Pablo II puso énfasis en la necesidad de hacer más justas y humanizar las relaciones entre los miembros de la comunidad internacional.

Vázquez, dirigente del Partido Socialista Uruguayo (PSU), organización que integra la coalición de fuerzas de izquierda y progresistas Frente Amplio, concurrió a la audiencia con el Papa acompañado por su hijo, futuro sacerdote católico.

Miembros de la delegación señalaron que la entrevista de Vázquez con Juan Pablo II puede considerarse histórica.

"Hace tiempo que el Papa no recibía en audiencia privada a una importante figura política uruguaya, y además, en este caso, se trató, por primera vez, de un dirigente de izquierda que está al frente del gobierno de Montevideo, ciudad que tiene casi la mitad de la población del país", dijo un portavoz de la delegación.

Poco antes de ser recibido en el Vaticano, Vázquez presentó su saludo a la Presidenta de la Cámara de Diputados, Nilde Iotti, con quien dialogó durante media hora.

El encuentro transcurrió en un clima amistoso y la interesante conversación giró en torno de la situación en el Cono Sur de América latina y en especial en Uruguay, se informó a ANSA.

La Mañana 22-5-91 - ARCHIVO

Jaime Pérez visita Cuba, China y Unión Soviética



Jaime Pérez

EL Senador Jaime Pérez inició el lunes una extensa gira por China, Unión Soviética y Cuba.

En los tres países, el legislador y principal dirigente comunista uruguayo se reunirá con dirigentes políticos y estatales, así como especialistas de la realidad de América latina, se informó en su sector.

Pérez se propone interiorizarse de las realidades políticas que están viviendo las tres naciones, así como dar a conocer los nuevos procesos de América latina, en especial el de Uruguay, en relación a su integración al Mercado Común del Sur (MERCOSUR), se especificó.

Posibles instancias de diálogo y cooperación entre estas realidades con América latina, y más globalmente las relaciones norte-sur y sur-sur, serán temas centrales de las agendas.

Esta será la primera visita oficial de un Secretario Comunista uruguayo a China en los últimos decenios.

Al final de la gira, Pérez se trasladará a Ciudad de México, para participar en la reunión de Partidos Democráticos y Progresistas de América Latina, organizado por el Partido de la Revolución Democrática (PRD) que lidera Cuautemoc Cárdenas.

A su salida de Uruguay, fue despedido por los Embajadores de China, Unión Soviética y Cuba, así como dirigentes de su colectividad política.

96.692 (cc)

Biográfico

001|1

Rodríguez Camusso rechazó el "contra poder popular"

EL Diputado Francisco Rodríguez Camusso entendió que la propuesta lanzada desde páginas del quincenario tupamaro Mate Amargo es "anárquica, inconducente y troglodita", recordando que el MLN forma parte del Frente Amplio justamente por haber "renunciado a procedimientos que utilizó en el pasado".

En primer término, el diputado del MPF indicó en nota concedida a CX 36 que esa propuesta "me parece una opinión disparatada, que no tiene nada que ver con lo que ocurre en el país y es una tendencia que solamente representa destrucción, pobreza y a veces muerte, que no conduce a nada. El mundo entero lo ha demostrado y por suerte la casi totalidad del Frente Amplio está en otra cosa".

Agregó que esa aspiración vertida en el quincenario Mate Amargo es "anárquica e inconducente", estimando que también merecía el término de "troglodita".

Si bien entendió que el grupo del MLN continuaba dentro del Frente Amplio "hasta el momento, la organización política que edita el quincenario no ha hecho manifestaciones comparables con lo que ha salido en la última página bajo firma. Tengo derecho a pensar que es una opinión personal, pero si la organización política que edita el quincenario plantea una fórmula favorable al contrapoder popular, la consideraremos, aunque tengo la certeza que el Frente Amplio, por abrumadora mayoría, la rechazará categóricamente".

Consultado sobre si compartía los términos que indican que la coalición de izquierda estaba desmovilizada, Rodríguez Camusso manifestó que "eso depende a qué se le llame movilización".

"Los soñadores que siguen creyendo en manifestaciones permanentes todos los días en las calles, pueden considerar que hay desmovilización".

"Los que creemos que los medios de comunicación y los procesos políticos actuales hacen que la gente se informe de otra manera, pensamos distinto", agregó.

"Yo tengo el convencimiento absoluto que si hoy hubiera elecciones, el Frente Amplio tendría muchos más votos que los que tuvo en noviembre de 1989".

Biografico

001/1

P. S.

Sdo. FERNANDEZ

FA inició descentralización

EL Frente Amplio resolvió crear la Mesa Representativa del Interior, reuniendo a los principales dirigentes [illegible] en cinco regionales: [illegible], [illegible], centro, este, y Canelones.

"Este nuevo funcionamiento nos permitirá trabajar más descentralizados, y dinamizar la discusión política interna y la posibilidad de [illegible] en todo el país" explicó a LA MAÑANA el delegado del PS a la Mesa Manuel Núñez.

La iniciativa se concretó en la reunión del órgano ejecutivo de la coalición de ayer, cuando se recibió una numerosa delegación de dirigentes de distintos puntos del país.

Foros sobre Mercosur para más adelante

Pese a que el movimiento 26 de Marzo -principal impulsor de la iniciativa-, junto con el representante del MLN pretendieron acelerar la organización de foros regionales con organizaciones políticas sobre el Mercosur, el tema quedó pendiente para ser tratado la semana entrante, y las posiciones mayoritarias postergarían la iniciativa para después del congreso de la coalición, en agosto próximo.

"Hay consenso en la importancia de impulsar -aunque no organizar- este tipo de foros" señaló Núñez, explicando que las actividades podrían abarcar incluso a organizaciones sociales y sindicales, además de políticas de los cuatro países integrantes del Mercosur.

La Mesa Política de ayer escuchó también el informe del coordinador de la bancada de Diputados, el vertientista Alberto Couriel, quien detalló lo ocurrido en la comisión general que recibió a los Ministros Braga y Cat, y recibió un informe escrito del coordinador del Senado, Leopoldo Bruera, quien no pudo estar presente por la convocatoria a una comisión de la Cámara que integra.

La Mañana 1/Jun/91

001/1

= Manuel NUÑEZ = Delegado del P. S. ante la Mesa Política del Frente Amplio..,

(PARTES ILEGIBLES

ORIGINAL
Hoja 1 de 1
Copia - de -
r.z.

920 3185

Montevideo, 28 de Abril de 1992.-

M E M O R A N D U M Nº 920137/S.O.E.

I.- ASUNTO: HOMENAJE A SENDIC - TEATRO STELLA

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O :

EVAL = A-1

En el día de la fecha se realizó el homenaje a SENDIC convocado por la Comisión de homenaje que es presidida por el Diputado Guillermo CHIFFLET (PSU). Habiéndose concurrido a la zona, se obtuvo la siguiente información:

- el acto se llevó a cabo en el Teatro Stella.

- en la puerta del mismo se detectó un grupo de cinco NNM, de 35 a 40 años, controlando el ingreso y un pasacalle que / lucía la siguiente leyenda: POR LA TIERRA Y CON SENDIC, MOVIMIENTO POR LA TIERRA-COMITE CANELON CHICO.

- se estima que la concurrencia era de unas 600 personas.

- en el interior se detectaron tres NNF, de 40 a 45 años, realizando finanzas con la venta de bibliografía del MLN y de Raúl SENDIC.

- siendo las 2100 horas aproximadamente, hacía uso de la palabra un integrante de la UTAA en representación de los trabajadores que marchan desde EL ESPINILLAR, Salto. A continuación comenzaron a pasar imágenes de SENDIC, anunciándose para la finalización del acto la participación del Diputado Guillermo CHIFFLET (PSU).

- se detectó la presencia del Diputado Hugo CORES /// (MPP), en la esquina de Mercedes y Tristán Narvaja, dialogando / con un NNM.

- en la Sede Central del Movimiento se observó la presencia de personas en su interior y la moto mat. 83.158 estacionada frente a la misma.

- el acto finalizó a las 2150 horas aproximadamente.

En las inmediaciones al teatro se detectaron las siguientes matrículas: 223.466 - 209.282 - 276.563 - 212.476 - 216.792 - 229.221 - 255.003 - 203.621 - 535.410 - 508.731 - 526.352 - 254.278 - 240.797 - 281.875 - B7-8686 (Piriápolis) y 145.953, ésta última con autoadhesivos del F.A. y lista 609.

Se adjuntan volantes recogidos en el lugar.

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL - JEFE DEL DEPARTAMENTO I 9203185/92
COPIA I - JEFE DEL DEPARTAMENTO III(OP)-ARCHIVO

001/6

ORIGINAL

Hoja 7 de

Copia - de -

r.z.

1/6

920 3185

Montevideo, 28 de Abril de 1992.-

M E M O R A N D U M Nª 920137/S.O.E.

I.- ASUNTO: HOMENAJE A SENDIC - TEATRO STELLA

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O :

EVAL = A-1

En el día de la fecha se realizó el homenaje a SENDIC convocado por la Comisión de homenaje que es presidida por el Diputado Guillermo CHIFFLET (PSU). Habiéndose concurrido a la zona, se obtuvo la siguiente información:

- el acto se llevó a cabo en el Teatro Stella.

- en la puerta del mismo se detectó un grupo de cinco NNM, de 35 a 40 años, controlando el ingreso y un pasacalle que / lucía la siguiente leyenda: POR LA TIERRA Y CON SENDIC, MOVIMIENTO POR LA TIERRA-COMITE CANELON CHICO.

- se estima que la concurrencia era de unas 600 personas.

- en el interior se detectaron tres NNF, de 40 a 45 años, realizando finanzas con la venta de bibliografía del MLN y de Raúl SENDIC.

- siendo las 2100 horas aproximadamente, hacía uso de la palabra un integrante de la UTAA en representación de los trabajadores que marchan desde EL ESPINILLAR, Salto. A continuación comenzaron a pasar imágenes de SENDIC, anunciándose para la finalización del acto la participación del Diputado Guillermo CHIFFLET (PSU).

- se detectó la presencia del Diputado Hugo CORES /// (MPP), en la esquina de Mercedes y Tristán Narvaja, dialogando / con un NNM.

- en la Sede Central del Movimiento se observó la presencia de personas en su interior y la moto mat. 83.158 estacionada frente a la misma.

- el acto finalizó a las 2150 horas aproximadamente.

En las inmediaciones al teatro se detectaron las siguientes matrículas: 223.466 - 209.282 - 276.563 - 212.476 - 216.792 - 229.221 - 255.003 - 203.621 - 535.410 - 508.731 - 526.352 - 254.278 - 240.797 - 281.875 - B7-8686 (Piriápolis) y 145.953, ésta última con autoadhesivos del F.A. y lista 609.

Se adjuntan volantes recogidos en el lugar.

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL - JEFE DEL DEPARTAMENTO I 9203185/92

COPIA I - JEFE DEL DEPARTAMENTO III(OP)-ARCHIVO

001/6

002

No hay mejor teoría revolucionaria que la, que surge de las revoluciones hechas.

RAUL SENDIC

LOS POBRES, LOS OBREROS, ESTUDIANTES, TRABAJADORES RURALES, TE TENDRAN QUE HOMENAJEAR LUCHANDO.

SENDIC:

Vos empuñaste las armas contra los enemigos del pueblo.

Fuiste consecuente con tus ideas y con los de abajo.

Tu lucha no ha sido en vano, porque mas tarde o mas tempra-no el pueblo seguira tu camino.

Hasta la victoria compañero RAUL

Revolucionario Siempre ¡¡

SENDIC:

Vos empuñaste las armas contra los enemigos del pueblo.

Fuiste consecuente con tus ideas y con los de abajo.

Tu lucha no ha sido en vano, porque mas tarde o mas temprano el pueblo seguira tu camino.

Hasta la victoria compañero RAUL

Revolucionario Siempre ¡¡

005 9203185

No hay mejor teoría revolucionaria que la que surge de las revoluciones hechas.

RAUL SENDIC

LOS POBRES, LOS OBREROS, ESTUDIANTES, TRABAJADORES RURALES, TE TENDRAN QUE HOMENAJEAR LUCHANDO.

Repetido

006/6 920318

ORIGINAL 1/2

9203186

920138 29-04-92

I: ASUNTO: M.L.N.

II: REFERENCIA: 603-B-II

III: EVALUACION: C-3

IV: TEXTO:

- ELEUTERIO FERNANDEZ HUIDOBRO (MLN- C/A) -

- Se ha podido saber que mencionada persona se estaría reuniendo asiduamente en la casa del Dr. SERVIERI cuya dirección es Marti a la altura del 3200.-
Durante éstas reuniones se tratarían diferentes temas, entre ellos se destaca: la importancia de la ocupación de fincas y terrenos por parte del Movimiento como fines desestabilizadores al Gobierno.- Para dicha tarea fueron designados entre otros, Enrique VARELA (MLN-C/A; sobrino de E.F.HUIDOBRO) y su esposa Valentina JAUREGUI (MLN-C/A- quien trabajaría en la guardería del Club Bohemios).-

- VIAJE A BUENOS AIRES -

- Se ha tomado conocimiento que el mencionado viaja regularmente a BS.AS. yendo y volviendo en el día.- Hasta el momento se desconoce medio de viaje y lugar de residencia en la vecina orilla.-

- CIUDAD DE RIVERA -

- SE ha podido saber que el mencionado (E.F. HUIDOBRO) estaría viajando en forma periódica a dicha ciudad; se desconocen los motivos.-

- ALEMANES-

- Se ha tomado conocimiento que E.F.HUIDOBRO (MLN- C/A) mantuvo hace aprox 15 días contactos con alemanes y suecos.-
Para tal fin éste realizó diferentes reuniones, una de ellas en en su casa particular. No obstante a ésto, el mencionado viajó junto a éstos a Bs. As. hace aprox. 10 días.-

000002

FECHA 21 8 92 INICIAL

001/2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha 29 ABR. 1992
Pase BIOGRAFICO-MILITAR
Nº 9203186

Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 29-4-92
Dpto I
Nº 92225

DISTRIBUCION: **ORIGINAL : SUB- DIRECCION**

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(**r.o.**)

4

900 3975028

00426

9203186

ORIGINAL

1/3-

9203187

920139 : 29-04-92

I: INFORMACION GENERAL

II: 600-IE-II

III: EVALUACION: B-3

IV: TEXTO:

- CENTRAL BATLLE -

- Se ha tomado conocimiento de la situación gremial dentro de la mencionada Central continúa incambiada, no esperándose ningún tipo de manifestaciones gremiales.-

- FRENTE SINDICAL 1ERO. DE MAYO-

- Se ha podido saber que durante sus reuniones tratan los siguientes temas sindicales:

  - Salario,
  - Privatización,
  - Crisis Social.

- Debido a su escasa militancia, las resoluciones tomadas luego de las mismas no pesan en el contexto general de las decisiones del gremio (AUTE).-

- M:L.N. (CENTRAL BATLLE)-

- Se ha tomado conocimiento que mencionado Movimiento continúa realizando trabajos sobre las masas,a los efectos de ganar adherentes.- Las personas más destacadas en ésta área serían G. TAGLIAFERRO (MLN-C/A) y W. LEYTON (MLN- C/A).-

- P.C. (CENTRAL BATLLE).-

- Se ha podido saber que en este momento mencionado Partido está dedicado por intermedio de P. PASSARINI (P.C.-C/A) y E. VENTAVERRY (P.C.-C/A) a "ponerles paños tibios " al problema gremial-social aduciendo que el P.C. en éstos momentos pasa por una transición, y no es hora de tomar posiciones radicales frente a diferentes temas o asuntos del quehacer

nacional.

Se ha podido saber que a tales palabras de la mayoría de los obreros y empleados de la Central se oponen pero no de forma muy categórica, ya que el jornal y los beneficios de UTE para ellos son muy buenos, comparándolos con otros empleos públicos.-

- P.T.-

- Se ha tomado conocimiento que el número de militantes de dicho Partido no excedería de las 30 personas (aprox.).-

- P.C. -

- Se ha podido saber que el mencionado Partido luego del Congreso se dividiría en dos direcciones, una dirigida por E. VALENTI (PC -C/A), el cuál formará a sus militantes hacia un Partido Demócrata Socialista ,y la otra estaría representada por [illegible] (P.C.-C/A).-, el cual pregonaría un Partido con ideas ortodoxas, pero éstas analizadas desde un enfoque renovador, sin teñir las mismas de democráticas socialistas.-

DISTRIBUCION: ORIGINAL: SEÑOR JEFE DEL DPTO. I

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
r.o.

102

Exclusiva de LA MAÑANA promovió rotundo rechazo del sindicato

Trabajadores de PLUNA paralizarán tareas si confirman al Cnel. Uría

La medida abarcará servicios en el aeropuerto de Carrasco

Rotundo fue el rechazo de la Comisión de Conflicto de la Organización de Funcionarios de PLUNA (AFPLUNA) hacia la resolución por la cual el Directorio del organismo designará al Coronel Julio Uría como Subgerente General de la compañía. Esta información fue brindada en la edición de ayer, en forma exclusiva, por LA MAÑANA. El sindicato sostiene, además, que de confirmarse esta información los trabajadores paralizarán, de forma inmediata, las tareas del Aeropuerto Internacional de Carrasco".

ESTA resolución gremial podría afectar a toda la región si la OFPLUNA solicita el apoyo de la Federación Latinoamericana, organismo que nuclea a todos los trabajadores de los aeropuertos de la región. Voceros sindicales informaron que en principio se le comunicará a la Federación Regional, la resolución adoptada por la OFPLUNA y que las medidas solidarias serán solicitadas cuando se confirme la designación del Coronel Uría.

Doc. Poco Legible

El primero punto de la resolución adoptada por la gremial establece: "su total rechazo, de confirmarse la información en forma oficial, a la designación del Coronel Julio Uría". La fundamentación de esta actitud se basa en los antecedentes que Uría dejó cuando desarrolló "su gestión al frente de la Dirección General de Operaciones de PLUNA durante la dictadura".

El comunicado de la Comisión de Conflicto de la OFPLUNA (que está firmado por personal del servicio a terceros y de abordo, de operaciones y de mantenimiento) comienza afirmando que, "Ante la versión periodística, publicada por el diario LA MAÑANA de fecha 27 de julio de 1991, en la cual se informa que el Directorio de PLUNA habría designado al Coronel Julio Uría en el cargo de Sub Gerente General -resolución que los trabajadores no hemos tomado conocimiento hasta esta fecha- se informa:

1) Su total rechazo -de confirmarse la información en formar oficial- a la designación del Coronel Julio Uría, fundamentado en los antecedentes del citado señor durante su gestión al frente de la Dirección General de Operaciones de PLUNA, durante la dictadura militar;

2) Que, oportunamente brindaremos a la prensa información de lo acaecido durante la gestión del Coronel Uría en PLUNA;

3) De ser correcta la información aparecida en la prensa, los trabajadores paralizaremos las tarea del Aeropuerto Internacional de Carrasco.

4) Independientemente de poner en conocimiento de esta resolución a todos los interesados -el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social (MTSS), Ministerio de Transporte y Obras Públicas (MTOP), Comisiones Laborales del Senado y Diputados, JURCO, OAC, etcétera- los trabajadores deslindamos totalmente responsabilidades por la situación conflictiva generada;

5) Ya se ha designado una Comisión de Conflicto, la cual está integrada por todos los sectores de trabajadores de PLUNA del Aeropuerto Internacional de Carrasco;

6) Se citará a conferencia de prensa en las próximas horas.

7) Se solicitará una reunión, de carácter grave y urgente, con el Directorio de PLUNA, a los efectos de confirmar la designación del Coronel Uría. De ser ésta designación confirmada se pondrá en conocimiento del Directorio las medidas de paralización previstas por la OFPLUNA.

8) Informar de (esta) situación a todas las organizaciones nacionales e internacionales".

El comunicado está firmado por Luis Rivero y Milton Morlino del Servicio a Terceros; Rubén Rodríguez y Daniel Barr[illegible] del Servicio de Abo[illegible] Omar Díaz Deschamps [illegible] Operaciones; Javier Ga[illegible] Daniel Martínez y A[illegible] Ferrari, Juan Lovrich[illegible] Humberto Santagelo, Mantenimiento.

LA MAÑANA 28/jul/91

ORIGINAL

9203190

MEMORANDUM Nº 920141 Fecha 29.04.92

I: ASUNTO: INFORMACION GENERAL DEL MLN

II: REFERENCIA: 951-B-I

III: EVALUACION: B-2

IV: TEXTO:

INFORMACION CONCERNIENTE AL M.R.O.

- Se tomó conocimiento que el día viernes 24 se realizó en horas de la noche un acto organizado por el MRO, ~~en su sede Central~~ en el teatro Astral. Del MLN solo se pudo detectar la presencia de los MLN VIÑAS y LAFERRANDERIE. Este último conjuntamente con el MLN JULIO MARENALES habían sido los MLN que firmaron la adhesión enviada por dicho movimento al mencionado acto. La concurrencia de público fue muy baja, pudièndose detectar banderas de diferentes Organizaciones Revolucionarias Internacionales las cuales se encontraban en exibición. Entre ellas se encontraban las del MIR, el ERP, el Farabundo Martí, Frente Sandinista, el Movimiento de los Sin TIerra y detrás de Mario ROSSI (MRO), se encontraba ubicada la bandera de Sendero Luminoso del Perú, como queriéndole dar cierta importancia frente a todas las demás. La misma es toda roja con la hoz y el martillo en amarillo ubicado en el ángulo superior izquierdo y en el Centro tiene las iniciales del Partido Comunista Peruano(P.C.P.) y debajo las iniciales de Sendero Luminozo (S.L.) en color negro. También estaban las banderas de algunas organizaciones nacionales como ser la del P.T., el MLN, el MPP, y la FAU. Con respecto al discurso el mismo fue catalogado como algo agresivo donde realizó primero una crítica del panorama internacional, enfatizando ésto principalmente "a los yankis". Luego habló de Cuba y su actual posición, de los países de América del Sur para entrar a continuación en una crítica al Gobierno Nacional, al F.A., a la Intendencia y al MPP. Por último terminó haciendo una autocrítica a su movimiento. Manifestando que no se sabe aún la suerte que éste correrá en un futuro, debido a que aún están a la espera de la resolución adoptada por la comisión que estudia la separación del F.A. de dicho movimiento Con respecto a éste punto en particular, se pudo saber que el MLN está dispuesto a votar en contra de la separación del MRO, pero aparentememente éste dependía mucho del discurso que el MRO realizara y del comportamiento que adoptara no solo en el acto, sino también cuando fuera llamado por la Comisión del F.A. para declarar.

Según se pudo saber cuando fue llamado a declarar por la Comisión, éste realizó las mismas preguntas que tiempo atrás habría realizado en términos generales, el Juez que llamó a declarar a algunos integrantes del MRO cuando un integrante de éste Movimiento José M. MANEIRO (a) "EL GALLEGO", realizara un robo. Al término del discurso MARIO ROSSI (MRO) habría manifestado su despreocupación por la posible separación del MRO del F.A., resaltando que éste movimiento lleva ya casi 30 años en la lucha. Habría agregado además la necesidad de crear un movimiento con la denominación del Movimiento Artiguista Revolucionario, como así también la necesidad de tener que enfilar la lucha hacia éste movimiento De las indagaciones realizadas con respecto a la creación de éste posible movimiento habría llegado a la conclusión que puede verse integrado por pequeños grupos tales cmo, COnvergencia Socialista, la FAU y alguna otra fracción como ser el PCR. Se pudo detectar en las inmediaciones de AVDA. Italia y Veracierto, algunos afiches llamando al acto del 1ro. de Mayo firmados por el "Movimiento Artiguista Revolucionario". Estos eran de fabricación precaria en papel blanco de unos 50 cm y con le-

FECHA 20/8/92 INICIAL (RT)
Procesado a Sistema
OBSERVACIONES:

000062

DISTRIBUCION: **ORIGINAL - SR. JEFE DEL DPTO.I**

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(**r.m.**)

tras rojas.

INFORMACION CONCERNIENTE AL ACTO DEL ANIVERSARIO DE SENDIC REALIZADO POR EL MLN

- Como ya se informara anteriormente el día 29 se llevará a cabo el acto del tercer Aniversario por la muerte de Sendic, frente al local Ctral.. Como en un principio éste coincidía con la hora del acto que realizaría la FAU en el T. NUEVO STELLA, el MLN creyó conveniente solicitar a la FAU que atrasara la hora de iniciación del mismo, proponiendo a éste de que fuera CX 44 quien voluntariamente comunicara el cambio de hora. Ofrecieron la Radio para colaborar con la FAU ya que éstos accedieron a dicha petición con la finalidad de que las horas de iniciación de ambos actos no se superpusieran. Con respecto al acto en particular se pudo saber que allegados al Local Ctral. preguntaron en varias oportunidades a que se debía que se realizarán dos acto por SENDIC. Ante tal interrogante el MLN respondió que el que se llevó a cabo el día 28 no era organizado exclusivamente por el MLN sinó que por el contrario lo hacia la Comisión de Notables la cual está integrada por personalidades de diferentes organizaciones y grupos políticos como ser el caso de CARLOS PIT (CP) y GUILLERMO CHIFFLET (PS). En virtud de que el MLN quería realizar un discurso con un orador integrante de dicho movimiento y transmitir una propuesta que identificara plenamente a éste se decidió realizar un acto totalmente aislado del que dicha comisión realizaría, barajando la posibilidad de que quizás dicho discurso o dicha propuesta no fueran coincidentes con el resto de los oradores o de las otras organizaciones. Existía además cierto malestar dentro del movimiento debido a que en el acto realizado en 1991 el MLN no tuvo ningún orador que lo representara. Conjuntamente con todas éstas razones se hacía presente el hecho de que el MLN no estaba muy de acuerdo tampoco, con la consigna que se utlizaría en el acto del día 28.

INFORMACION CONCERNIENTE AL ZONAL III DEL MLN

- En la última reunión de Responsables Políticos de dicho Zonal, se tomó conocimiento que se continuaron tratando las gestiones que se vienen realizando para salvar el Local de dicho ZONAL. Recientemente se habría acordado en forma definitiva solicitar a COFAC el préstamo antes ya mencionado. Aparentemente se habría hecho un arreglo entre la Dcción. del MLN y dicha Coop. para que el mismo fuera otorgado a un conjunto de integrantes de dicho ZONAL, que oscilaría entre 8 y 9 militantes. Dicho préstamo al parecer sería de aproximadamente de un millón y medio, que por otra parte sería el dinero que el ZONAL necesita ya que de aumentar éste la cuota sería más grande. De todas formas el MLN aún se encuentra a la espera de recibir el dinero, consistente en 20 mil dólares que hace ya varios meses aguarda su arribo de Europa. En ésta reunión se trató brevemente un proyecto, que consiste en formar dentro del ZONAL, solamente cuatro grandes Grupos de Base, ya que como se habría manifestado en la misma son sólo unos 25 o 30 militantes activos del ZONAL, es decir los que se movilizan, trabajan y aportan activamente para éste. El resto de los militantes que nada hacen por la supervivencia del ZONAL, que no van a las reuniones, que no se interiorizan por las actividades ni de éste, ni del movimiento y que muchas veces hasta es difícil cobrarles la cotización o los diarios quedarían fuera de ésta nueva organización siendo considerados periféricos. Con respecto a ése tema nada se pudo resolver quedando para ser tratado en próximas reuniones.

INFORMACION CONCERNIENTE A MEDIOS DE PRENSA DEL MLN

- Se tomó conocimiento que CX 44 estaría dejando al MLN una pérdida mensual que oscilaría entre 8.000 y 8.500 dólares. Según la fuente existiría un "rumor" de que los funcionarios de La Radio, tendrían intensiones de desentenderse o desvincularse del MLN para hacerse cargo totalmente de dicha radio. También se estaría manejando la posibilidad a nivel Dirección de que el Quincenario MATE AMARGO comience a ser publicado al igual que el Tupamaros una vez al mes, es decir que uno se publicaría dentro de los primeros 15 días del mes y el otro dentro de los últimos 15 días del mismo. De ésta forma ambos pasarían de ser Quincenarios a ser Publicaciones mensuales, todo con la finalidad de abaratar los costos.

INFORMACION CONCERNIENTE A ACTIVIDADES PARA EL 1RO. DE MAYO

- Con respecto a la marcha que vienen realizando los funcionarios del "Espinillar" (ANCAP) se pudo establecer que la misma llegará el día 30, que inicialmente ésta se integraría por 50 participantes a los que se le fueron adhiriendo integrantes de otras organizaciones durante el transcurso de la misma como por ejemplo PAY CUEROS y otros.
Se cree posible que ésta se vea integrada con aproximadamente 100 participantes dentro de los cuales se encuentran mujeres y algunos niños. Como ya se adelantara una vez de su arribo a La Teja, esperarán el inicio de las actividades del día 1ro., donde a partir del mediodía comenzarán su desplazamiento hacia el lugar de los actos centrales de la calle Agraciada. Se tomó conocimiento de que a la hora 12.00 aproximadamente partirá del Cerro una marcha organizada por un pequeño grupo de integrantes de esa zona Montevideana, que según comentarios "serían unos desalineados del PIT/CNT". Al parecer éstos integran una serie de Federaciones o Agrupaciones de Trabajadores del Cerro que tienen ciertas discrepancias con el PIT/CNT. Estaría previsto para la hora 13.00 el arribo de ésta marcha a la Plaza Lafone donde una vez de unidos con los integrantes de la "Marcha del Espinillar" se desplazarían al lugar de los actos centrales. Aparentemente se comenta a nivel MLN que está previsto que uno de los integrantes de "la Marcha del Espinillar" haga uso de la palabra durante aproximadamente 10 minutos, una vez de comenzar el Acto Central. Con respecto a ésto habrían quienes no están de acuerdo, ya que al parecer pretenden que sean dos los oradores y que inclusive ésta se realize sin tiempo fijo.

INFORMACION CONCERNIENTE A FEDERICO FASSANO

- Se pudo saber por comentarios de Julio César PIÑEYRO (a) PIPO (MLN) que en los corrillos de la República se rumorea que F. FASSANO tendría en mente para las próximas elecciones nacionales integrar alguna lista política o formar algún Mov. político o Partido Político. Se desconoce hasta el momento cuales sean exactamente sus intensiones al respecto como así también cual será el movimiento o partido que éste pretendería integrar o formar.

INFORMACION GENERAL

- Con respecto a unos cargos que la Corte Electoral tenía disponible para algunos militantes, más precisamente los cargos que al F.A. le correspondían, habrían sido prácticamente todos ocupados por integrantes del PS. Cuando surgieron éstos cargos dentro del FA se hizo una distribución correspondiéndole al MLN tres o cuatro puestos. Aparentemente ésta distribución no habría sido respetada ya que dichos cargos fueron ocupados por militantes del F.A. que se dedican pura y exclusivamente a la militancia en sí y que además son integrantes del P.S..

INFORMACION CONCERNIENTE A INTEGRANTES DEL MLN

- RAUL DE LA IGLESIA (a) "NIÑO" - teléfono de su domicilio es 57.40.46
- MANITO HERNANDEZ - Teléfono de su domicilio es 58.98.28
- Teléfono de su trabajo es 94.20.22 y el mismo puede ser una Distribuidora de papel.

NOTA: SE ADJUNTA: Volante de la "Marcha del Espinillar"

CONSULTADA GUIA INVERSA EL TEL: 94.20.22 PERTENECE A LA FIRMA "ICAU LTDA" - DIRECCION - PARDO BAZAN, EMILIA 2300

SGTO. [firma]
DERVI VIEIRA.

FECHA 21/8/92 INICIAL [rúbrica]
Procesado
OBSERVACIONES

SI AL ESPINILLAR

"El Espinillar" tiene casi 5.000 hectáreas ¿se imagina lo que son 5.000 manzanas de una ciudad?; y trabajamos alrededor de 1.000 personas entre hombres y mujeres.

Cuenta además con 75 Kms. de canales para regar 2.400 hectáreas y más de 100 Kms. de caminería interna.

Hemos llegado a producir más de 11 millones de quilos de azúcar... y podríamos si nos dejaran, llegar a los 15 millones, para alimentar a 450 mil uruguayos por año.

Todos los habitantes de Constitución y Belén viven, trabajan y sueñan, desde hace más de 40 años porque "El Espinillar" lo hace posible.

Hoy, luego de haber boicoteado durante años el funcionamiento del Establecimiento pretenden cerrarlo.

CERRARLO significa condenar a la desaparición a Constitución y Belén.

CERRARLO significa despreciar un capital varias veces millonario en dólares y varias generaciones de experiencia agrícola de centenares de trabajadores.

005 020390

CERRARLO significa forzar la emigración de cientos de familias de los Pueblos que fundaron sus padres y nacieron sus hijos.

La problemática que hoy vive El Espinillar no es aislada, corren serio riesgo de desocupación miles de trabajadores de Bella Unión, Paysandú, Juan Lacaze, Rosario, San José, Canelones, Montevideo y la casi totalidad de los Departamentos del país que ven cerrar día a día centros fabriles.

Mientras el Gobierno nos pide confianza en el futuro, mientras nos anuncia estadísticas oficiales en que los índices de desocupación son cada vez menores, la realidad que vivimos los trabajadores es cada día peor. Se nos quiere condenar no ya a ganar salarios que no alcanzan para alimentar a nuestros hijos, sino que se nos intenta marginar de la posibilidad al trabajo.

Cientos de trabajadores, en el marco de las medidas aprobadas por el PIT - CNT, realizan una Marcha a Pie de 500 quilómetros hasta Montevideo, para intentar sensibilizar al Gobierno sobre este tema.

Su apoyo, solidaridad y difusión de esta Marcha es una obligación con la causa de miles de trabajadores de todo el país.

FEDERACION ANCAP / PIT - CNT - M. S. C.

ORIGINAL 1/48

MEMORANDUM No. 920143- REI - 30.04.92

ASUNTO : SINDICAL - PUBLICACIONES

EVALUACION:

REFERENCIA: OP. "BALIN"

TEXTO :

- Se adjuntan la siguiente documentación sindical:

* - Lista No.11 de ADEOM
* - Lista No. 9 de ADEOM
* - Diario "EL MUNICIPAL" - Organo Oficial de ADEOM No.80
* - Revista "VOZ" - Organo de Prensa AUTE No. 15

FECHA 28 / 07 / 92

30-4-92
Dpto I
92.240

001/48

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 11 MAYO 1992
Pase a Biográfico-Sindical
203191

DESTRIBUCION: ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

IDENTIFICACION DEL AGENTE
(j-f)

A.D.E.O.M. — LISTA 11

Asociación de Empleados y Obreros Municipales de Montevideo

LEMA:

POR UN GREMIO FUERTE Y UNIDO

VOTO POR LA PRESENTE LISTA Y SUS RESPECTIVOS CANDIDATOS PARA INTEGRAR LAS SIGUIENTES AUTORIDADES DE LA ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES PARA EL PERIODO 1992-1993

CONSEJO EJECUTIVO
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) Eduardo Platero
2) Horacio Lindner
3) Luis Zeballos
4) ...tor Melo
5) ...ulino Porras
6) ...berto Tuala
7) ...ernando Martínez
8) Eduardo Arbes
9) José Segovia
10) Rogelio Braga
11) Luis Greca
12) Raúl Longo
13) Miguel Orges
14) Sandra Tuya
15) Juan Lanza
16) Sergio Espinosa
17) Alfredo González
18) José R...
Ernesto Coi...
Juan Al...
Luis Rodríguez
Jorge Joaquín
Walter Nob...
24) Carlos Pereira
25) Roberto Sánch...
26) Alberto Gómez
27) Julio Garc...
28) Dora Lorenzo
29) Norma A...s
30) Bismar...

COMISION FISCAL
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) Roland Pereira
2) Eduardo ...urbide
3) Ana Cea
4) Gloria M. de Codari
5) Oscar Oviedo
6) ...a G...z
7) Nélida ...ovas
8) J... de la Fuente
9) ...al Maneiro
10) Carlos Machado

COMISION ELECTORAL
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) Víctor Silva
2) Gustavo Seré
3) Liliana Bonfrisco
4) Raúl Medina
5) Luis Nilson
6) Washington Rondan
7) José Hernández
8) Leonel Varela
9) Francisco Nieves
10) Gloria Demassi

PIT-CNT

DPTO. DE MONTEVIDEO
29 DE ABRIL DE 1992

LISTA 9

LEMA

«UNIDAD EN ADEOM»

VOTO POR LOS SIGUIENTES CANDIDATOS PARA INTEGRAR EL CONSEJO EJECUTIVO DE ADEOM DURANTE EL PERIODO 1992-1993
(Sistema Preferencial de Suplentes)

TITULARES

1) WILSON BARLA
2) JUAN CASAL
3) SARA NOGUEIRA
4) LUIS BATISTA
5) GUILLERMO MOSCONI
6) VICTOR ZANARDO
7) HUGO BURGUEÑO
8) LIBER BURGOS
9) WASHINGTON MOLKE
10) NELSON TRUJILLO
11) HUGO POSE
12) TERISITA del R. MONTAÑO
13) CARLOS RIVAS
14) ALVARO MILAN
15) RAUL PORTELA
16) EUGENIO UGOLINI
17) GRACIELA ORTUÑO
18) ARIEL GERONA
19) HEBER FERNANDEZ
20) EDUARDO ELIZALDE
21) WASHINGTON CLAVIJO
22) WALTER APARICIO
23) MARIA SILVIA ALAGUICH
24) GERARDO GONZALEZ
25) OSCAR OMAR BRAZEIRO
26) WASHINGTON FIGARES
27) WALTER DE FREITAS
28) JAIME ESQUIVEL
29) RICARDO MOSCONI
30) JORGE PEREIRA

VOTO POR LOS SIGUIENTES CANDIDATOS PARA INTEGRAR LA COMISION FISCAL DE ADEOM DURANTE EL PERIODO 1992-1993
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) SERGIO HERNANDEZ COTELO
2) RAUL MAÑAN
3) GUSTAVO CORDEIRO
4) SANTIAGO TRICANICO
5) VICTOR GARCIA
6) STELLA SAMPAIO
7) JACINTO CANTOS
8) NESTOR COLAMONICI
9) SUSANA MARTIN
10) JOSE RODRIGUEZ

VOTO POR LOS SIGUIENTES CANDIDATOS PARA INTEGRAR LA COMISION ELECTORAL DE ADEOM DURANTE EL PERIODO 1992-1993
(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) HAYDEE BENTANCOR
2) CARLOS ALZAGA
3) WASHINGTON CARMONA
4) PABLO CAMBON
5) MARIA CRISTINA RODRIGUEZ
6) MILAGROS PORRAS
7) SERGIO PERSA
8) SUSANA SILVA
9) LUIS CORDERO
10) MONICA LIBOVICH

ADEOM

MONTEVIDEO
29 DE ABRIL DE 1992

REVISTA

VOZ

AÑO 5 - Nº 15
SEGUNDA EPOCA

ORGANO DE PRENSA DE AUTE
FILIAL PIT-CNT

UNIDAD SOLIDARIDAD
Y LUCHA

1º DE MAYO



Fujimori dictador

Ante los sucesos de Perú

Ante la quiebra institucional ocurrida en la República hermana del Perú, promovido por el Presidente Fujimori y con apoyo de los mandos militares, el PIT-CNT manifiesta su más enérgico rechazo a tal desenlace y convoca junto a todas las fuerzas democráticas del continente, a la más amplia solidaridad con los trabajadores y el pueblo peruano contra quienes va dirigido, a fin de cuentas, este atentado.

Demasiado conocemos los pueblos del continente el estado de necesidad y de injusticia social en que nos encontramos, así como los períodos e intentos de salvación mediante golpes de estado como el que hoy nos ocupa. Golpes que invariablemente han agudizado la crisis y el drama social que prometía conjurar.

Más allá de las argumentaciones ocasionales que se esgriman para ocultar las verdaderas intenciones, estamos ante la consecuencia natural y directa de las políticas neoliberales destinadas al pago de la deuda externa y a profundizar, consecuentemente, la dependencia económica y política de nuestros países. Estas orientaciones requieren arrasar tarde o temprano con el sistema democrático institucional a las fuerzas que se oponen a su proyecto.



Ayer Venezuela, hoy Perú, mañana... no sabemos.

Pensamos que no solo corresponde el rechazo sino una profunda reflexión ante las graves consecuencias que estas políticas generan.

Más que la formal declaración que podamos realizar, corresponde mejorar la forma y contenidos del quehacer democrático institucional de tal modo que dé respuesta y solución a los problemas de la gente. Este es el único camino posible para impedir que intereses ajenos y contrarios a los pueblos, una vez más, sometan a los mismos y profundicen su situación de dependencia.

Montevideo,
6 de abril de 1992.

Secretariado Ejecutivo
PIT-CNT

SUMARIO

REVISTA VOZ — Año 5 - Nº 15 — Segunda época
Órgano de prensa de AUTE Filial PIT-CNT
Unidad, solidaridad y lucha

Impreso en los Talleres Gráficos del diario "LA REPÚBLICA" - [illegible] S.A. [illegible] Dep. Legal [illegible]

Reglamentación viáticos especiales por enfermedad de familiar de funcionario

Montevideo, 18 de diciembre de 1991.-

R 91.-3904

VISTO: el expediente 187.488/5, en el que la Gerencia de División Recursos Humanos, eleva un proyecto de reglamentación de viáticos especiales por enfermedad de familiar de funcionario, atendiendo a que en diversas oportunidades se reciben en esta Gerencia Divisional o a través de sus dependencias, solicitudes de funcionarios de traslados o pago de viáticos con motivo de enfermedades de familiares que requieren tratamientos especiales en lugares diferentes al de residencia de los mismos; y

CONSIDERANDO: que la propuesta cuenta con la aprobación de la línea jerárquica

1º - **Aprobar** la reglamentación de viáticos especiales por enfermedad de familiar del funcionario en los términos propuestos y adjuntos a esta resolución.

2º - **Publíquese** en Boletín de Resoluciones

Tome en cuenta la Secretaría General a los fines dispuestos por el numeral 2º; hecho, vuelva a la Gerencia de la División Recursos Humanos.

/np.D08 Exp. Nº 187.488/5

Dr. Alberto Volonté Berro
Presidente
Héctor González Introini
Secretario General

Reglamentación viáticos especiales por enfermedad de familiar de funcionario

1- Podrán ser beneficiarios de este subsidio todos aquellos funcionarios de UTE con más de un año de antigüedad siempre que se cumplan las condiciones que se dirán en los siguientes artículos:

2- Se producirá el hecho generador cuando a la esposa o hijos, padres o personas que judicialmente se encuentren bajo su guardia, tenencia, tutela o curatela, se encuentren en tratamiento o internados en centro asistencial de salud geográfico dentro del país distinto de su lugar de residencia y la presencia del funcionario sea imprescindible en dicho lugar en el período del trámite.

3- Producida la situación, el funcionario deberá efectuar la solicitud personalmente y acreditar documentalmente los hechos invocados.

4- La solicitud deberá ser presentada en su sección de origen, quien la remitirá informada a su Gerencia en el plazo de 3 días, remitiéndola a la Gerencia de la División Recursos Humanos quien analizará la petición teniendo discrecionalidad para aconsejar su rechazo y/o aceptación total, parcial, condicionada o con plazo, elevándola a Directorio quien decidirá en definitiva.

5- Si se accediere a la solicitud del funcionario, este será trasladado provisoriamente a cumplir tareas en el lugar en que se encuentra internado, y/o en tratamiento la persona indicada en le numeral 2º, por períodos sucesivos y renovables no superiores a los 2 meses cada uno hasta un máximo de 6 meses.

6- Se entiende por viático el equivalente al fijado para traslados fuera de la localidad y de concedérsele el beneficio este será el límite del monto máximo pero podrá ser disminuido según lo estime la División Recursos Humanos.

7- Quedan excluidos de esta reglamentación los casos de enfermedad que requieren traslados al exterior.

8- Las legitimaciones expuestas en el numeral 2 son a título taxativo.

Agradecimiento

La Comisión de Deportes de la agrupación U.T.E. agradece al Sr. Raúl Mesa de CAUTE-ANTEL, a los Sres. Angel Martinelli, Antonio Marquesano, Coco Fraigola y Anselmo Gómez de la empresa Rogelio Martinelli por la colaboración prestada durante los días 29 de febrero, 1 y 2 de marzo, en la prueba ciclista 200 Millas Juveniles con la presencia de una ambulancia acompañando la caravana los referidos días, colaborando no sólo con los competidores de A.U.T.E. sino también con la caravana misma.

Comisión de Deportes
Sub Comisión de Ciclismo
AUTE - PIT-CNT

LOS ENTES SON EL URUGUAY Y SU GENTE

EDITORIAL

UN NUEVO SACRIFICIO, ¿DE QUIÉN?

Luego de idas y venidas de propuestas y contrapropuestas, de renuncias y designaciones, el Dr. Lacalle conformó su nuevo gabinete.

La luna de miel con el Dr. Jorge Batlle parece haber culminado porque, según el líder del Batllismo Radical, el gobierno va "lento" en las reformas (las que sugiere el FMI).

Por otro lado, buscando nuevas alianzas se frustró la posibilidad de que el Dr. Hugo Batalla integrara el gabinete ministerial debido a una serie de diferencias. La más significativa de ellas fue la no aceptación por parte del Dr. Lacalle a comprometerse a mantener los actuales niveles salariales, dicho de otra manera, el Dr. Lacalle no se compromete ya no a mejorar el nivel de vida de los trabajadores sino que por lo contrario ni siquiera se compromete a mantenerlo.

Acorde a este panorama, el nuevo ministro de Economía, un hombre mucho más político que Braga, por cierto, plantea como salida a la crisis angustiante que vive la mayoría de los uruguayos, un nuevo sacrificio. Vale la pena entonces plantear la interrogante: ¿a quién le pide un sacrificio? La contestación no es demasiado difícil, se volverá a sacrificar al trabajador, al jubilado, al presupuesto del Estado, es decir, a la enseñanza, la educación, la vivienda, los sueldos de los funcionarios públicos, etc.

En definitiva, no se cambia de fondo, el planteo es siempre el mismo, volver a pedirle un sacrificio a "los de abajo" para que unos pocos sigan enriqueciéndose. Otras voces se han sumado para pedir sacrificios, el representante del FMI, Alejandro Vegh Villegas visiblemente molesto por las pocas privatizaciones y el "exagerado" aumento a los trabajadores públicos.

También hizo sus planteos el ex Sub Secretario [illegible]

el despido del 15% de los trabajadores públicos, un nuevo ajuste fiscal, pagarle en diferido a los jubilados de modo tal que cobren 11 jubilaciones por año y otras soluciones por el estilo. No fue necesario volver a atacar a la industria nacional ya que por tal motivo el Dr. Lacalle lo retiró del equipo económico.

En esta difícil coyuntura, el gobierno (o lo que queda de él) tiene dos caminos posibles para recorrer.

Uno de ellos es aflojar la soga al cuello de la inmensa mayoría de los uruguayos y emprender un conjunto impostergable de mejoras en el salario, las fuentes de trabajo, las jubilaciones, la vivienda, la salud y la educación. El otro, el que no queremos, es aceptar las exigencias del FMI y proceder a aplicar las propuestas de los Vegh Villegas, de Haedo y Ramón Díaz.

Los anuncios hechos por el gobierno acerca de la reforma de la Seguridad Social, la privatización del puerto, un 35% de aumento salarial por año, etc., confirman cuál camino se ha elegido.

Los trabajadores, los jubilados, los jóvenes, los industriales, los comerciantes, etc. reclaman soluciones.

Hay que ensayar todos los caminos posibles para encontrar una respuesta popular, sobre la base de un plan de emergencia nacional.

En AUTE podemos trabajar en este sentido.

Nuestra experiencia nos muestra que sólo con la movilización, la lucha, la protesta y por supuesto la búsqueda colectiva de caminos alternativos a este modelo de país que nos quieren imponer contra viento y marea, podemos cambiar el panorama.

El Sr. Presidente de la República [illegible]

Seguimos avanzando

Con la lucha, con perseverancia, a veces con paciencia, se van logrando importantes reivindicaciones. Hoy "Voz" publica 2 resoluciones muy importanes: una de ellas se refiere al Quebranto de Caja. Esta resolución contempla a todos los trabajadores del país que manejan dinero por diferentes vías. La otra resolución atiende a un aspecto social muy importante vinculado a los trabajadores del Interior que por enfermedad de un familiar deben trasladarse temporalmente a Montevideo, publicada en la página 2 de esta revista.

Montevideo, 22 de enero de 1992

R 92.- 209

VISTO el presente proyecto de Quebranto de Caja elaborado por el Grupo de Trabajo dispuesto por RR 91.- 2791 de 21 y 28 de agosto de 1991 respectivamente,

CONSIDERANDO las informaciones producidas sobre el particular por las Gerencias de División Recursos Humanos y Asesoría Letrada,

EL DIRECTORIO DE LA UTE RESUELVE:

1º) **Derogar** las RR 85.-2502 de 29.7.85 y 90.-685 de 7.3.90 y demás normas establecidas al respecto.

2º) **Aprobar** a partir del 1º.7.91, el Reglamento de Quebranto de Caja que luce anexo a la presente resolución.

3º) **Publíquese** en el Boletín de Resoluciones.

A los efectos que correspondan pase a la Gerencia de División Recursos Humanos.

9801c107/11.-1 P

Dr. Alberto Volonté Berro
Presidente
Dr. Jorge J. Fachola
Pro Secretario General

Reglamento de Quebranto de Caja

Artículo 1º.- El Quebranto de Caja es la partida destinada a cubrir los eventuales faltantes de dinero que puedan sufrir los funcionarios que manejan dinero o valores asimilables por su naturaleza a efectivo: cheques bancarios o letras de cambio de las cooperativas de ahorro y crédito.

Artículo 2º - Tendrán derecho a percibir la prima por Quebranto de Caja, los funcionarios del Organismo que tengan por actividad permanente o temporal la de entregar y/o recibir en valores superiores a 50 UR mensuales dinero en efectivo o valores asimilables según lo definido en el Art. 1º, y que por el desempeño de esa actividad corran el riesgo de padecer un faltante de fondos.

Artículo 3º - Las asignaciones para Quebrantos no se devengarán en los períodos de tiempo no trabajados por los funcionarios por licencia extraordinaria, separación del cargo o suspensión por sanción.

Artículo 4º - Cuando la actividad descrita en le Artículo 2º no tenga continuidad, la prima se proporcionará a los días en que se cumpla misma, bajo la responsabilidad del jerarca inmediato superior al funcionario en cuestión.

Artículo 5º - A los efectos de liquidar la compensación de que se trata, se establecen las siguientes categorías, que comprende a los puestos de trabajo en cada caso indicados:

CATEGORIA I

A) - Cajeros (SGC)
- Auxiliares Contables (Cajeros) del Dpto. de Tesorería
- Encargados Cajeros del Dpto. de Cobranzas, que también desempeñan tareas de Cajero
- Remeseros (Puesto de no modelo)
- Jefe del Dpto. de Tesorería
- Supervisor del Dpto. de Tesorería (Recaudación)

B) - Encargados Cajeros del Departamento de Cobranzas que no desempeñen tareas de Cajero.

CATEGORIA II

- Gestores (SGC), cuya actividad principal consista en cobrar o pagar cuentas.
- Auxiliares Contables (Procesadores de Cheques)
- Auxiliares Contables del Dpto. de Tesorería
- Jefe de Compras Directas
- Compradores de Compras Directas
- Administrativos de Centrales Hidroeléctricas, amparados en R.85-2502.
- *Jefes Oficinas Comerciales (Montevideo e Interior)*

Artículo 6º - Los funcionarios que perteneciendo a alguna de las categorías definidas en el artículo anterior, desempeñen temporalmente tareas de un puesto de trabajo incluido en una Categoría superior, cobrarán la prima correspondiente a esta última, en proporción a los días trabajados en ese puesto de trabajo, bajo la responsabilidad del jerarca inmediato superior.

Artículo 7º - Se establece que el monto de la compensación por Quebranto será:

Categoría I:	A)	- 10 UR anuales
	B)	- 80 UR anuales
Categoría II:		- 50 UR anuales
Categoría III:		- 20 UR anuales

Artículo 8º - Las liquidaciones se realizarán al 30 de junio y al 31 de diciembre, tomando el valor de la UR vigente al último día hábil del semestre que se liquida.

Artículo 9º - Efectuada la liquidación semestral, el 50% de la asignación correspondiente será abonada al funcionario dentro de los 30 días siguientes al cierre del semestre, conjuntamente con le pago de sus haberes mensuales.

El 50% restante se depositará en una Cuenta Caja de Ahorros abierta a tales efectos en el BHU, en OHR, a nombre del funcionario y a la orden de UTE. En dichas Cuentas se acumularán los importes depositados semestralmente y generarán el interés corriente para ese tipo de colocación.

A fin de la liquidación de las partidas por concepto de Quebranto de Caja, cada Unidad será responsable de comunicar al Dpto. de Retribuciones y Beneficios Sociales la situación de cada funcionario dentro de los 10 primeros días de cada mes.

Artículo 10º - Al funcionario que permanezca desempeñando sus funciones por un plazo de 15 meses a partir del inicio del sistema de Cuentas Personales en el BHU, se le retirará el saldo que tuviera disponible al final del primer semestre. Sucesivamente, en los meses de abril y octubre de cada año, se abonará conjuntamente con los haberes el monto liberado en le semestre correspondiente, de modo tal que el importe que permanezca en cuenta en el Banco sea igual a la asignación semestral de la prima.

Artículo 11º - en caso de producirse el cese en las funciones que originaron el derecho a la prima, se liquidará y abonará al funcionario la totalidad del saldo de su Cuenta Caja de Ahorros dentro de los 90 días de dicho cese.

En caso de fallecimiento, el pago se efectuará a los causa-habientes del funcionario.

***Artículo 12º** - En caso de producirse* un faltante de fondos, previa verificación del mismo, se exigirá su reposición dentro de las 48 hs. hábiles, iniciándose la investigación correspondiente y reteniéndose el pago del Quebranto hasta la sustanciación de la misma.

Si en dicho plazo no se efectiviza la reposición, sin perjuicio de la sanción pertinente, la Administración efectuará el retiro de la Caja de Ahorros abierta a nombre del funcionario, por el importe del faltante. Si el saldo de la cuenta no cubriera dicho importe, el resto será deducido, en primera instancia del importe devengado en el semestre corriente por concepto de asignaciones para Quebrantos.

Si agotado el monto mencionado, no quedara cubierto el faltante, el resto deberá ser cancelado por el funcionario responsable dentro de las 48 hs. de la comunicación de esa eventualidad.

Artículo 13. - En caso de constatarse en el semestre más de seis quebrantos y/o faltantes de dinero que excedan el 50% del total del monto semestral asignado, se procederá a iniciar una Investigación Administrativa, de conformidad con el Art. 61 del Estatuto del Funcionario de UTE, a efectos de determinar el cumplimiento de las normas legales y reglamentarias en el desempeño de la función y la conveniencia o no de continuar desempeñando dichas tareas.

Artículo 14º. - En caso de producirse sobrantes de fondos, debe ser denunciada esta circunstancia por el funcionario responsable el día en que ocurren, y serán mantenidos en tal carácter por el término de 48 hs. hábiles. Vencido dicho plazo y no individualizado su titular, se procederá a su depósito en la Tesorería de la Institución.

Artículo 15º. - La integración de las categorías que gozan de las asignaciones de que se trata, es taxativa y excluyente, no pudiéndose interpretar por analogía en ningún caso y en ningún otro ámbito.

Arquitectura, solo pide transparencia

Montevideo, 20 de marzo de 1992.

Sr. Gerente de Area
de Explotación Industrial
Ing. Jorge Croce
PRESENTE.

Dando cumplimiento a lo solicitado, se reiteran los planteos vertidos el 13 de los corrientes; solicitándole a su vez que culminado el tratamiento quiera tener a bien responder por esta vía lo siguiente:

1 - Metodología o reglamento aplicado para ocupar el cargo del Jefe de Proyectos, aún en forma transitoria al Arq. Roberto CANTON, pese a existir dos Jefes de Departamento Adjto. con anterioridad y profesionales con mayor antigüedad dentro de la Administración.

Se solicita precisar el sistema de evaluación de niveles de capacidad empleado entre Profesionales Universitarios.

2 - Causas del desconocimiento funcional hacia el Jefe Dpto. Adjto. Arq. Héctor REZZANO por parte de Arq. Amelia CATALDI.

'Desconocimiento de cometidos hacia la Mesa Técnica Sanitaria por parte de Arq. Roberto CANTON.

4 - Motivaciones de existencia de personal sin ocupación y con limitación de tareas.

5 - Determinación y responsabilidades por el cual las obras por Administración directa no tienen la adecuada y prolija programación y control que permita a la Institución conocer y manejar con certeza los costos reales.

6 - Situaciones de hecho que fomenta la jefatura, permitiendo el desborde de tareas específicas y formación de Grupos selectos que provocan un desequilibrio funcional y administrativo.

7 - Qué objetivo persigue la disuasión progresivamente acelerada del Grupo, Mantenimiento de predios y estaciones y la marcada superposición de tareas con empresas privadas.

Señalar motivaciones que impiden la restauración de su parque de herramientas, destino de su amortización, como también a qué obedece que no se les permite trabajar en forma coordinada y programada.

8 - Si histórica y contemporáneamente las escaleras realizadas en UTE son económica y cualitativamente convenientes con respecto a las licitadas, no se entiende cómo al Sector Escaleras se les limitó a realizar sólo reparaciones.

9 - Definición de responsabilidades de obras mal recepcionadas.

10 - Definición del concepto y marco de desarrollo de los Dptos. de Proyectos y Obras y Conservación.

Ante lo expuesto y en virtud de las responsabilidades que le confiere la Administración por las características de su rango, es oportuno manifestarle que nuestro sector no pretende obstaculizar ni alterar el rumbo de transformación de la empresa.

No obstante señala enfáticamente que estas situaciones impregnadas de vicios lesionan los derechos concebidos constitucionalmente al funcionario público, le quita transparencia y credibilidad a la gestión empresarial, se apartan del modelo propuesto y además no se corresponden con los preceptos del espíritu que consolidaran un CONVENIO entre UTE y AUTE donde objetivamente la Institución se comprometía a explotar plena y racionalmente sus propios recursos.

Asimismo y a menos, que se demuestre lo contrario, el funcionamiento actual de Arquitectura es paradójico a los diversos programas impulsados por el Poder Ejecutivo con relación a la reducción del gasto público.

A la espera de respuesta, lo saludan atentamente.

Justo Pedro Altez
Sec. Gral. de AUTE

¿Qué *no* pasó en José Pedro Varela?

Lo que los trabajadores de José Pedro Varela y AUTE no dejaron pasar, fue una de replay.

Habiendo un llamado a concurso para el cargo de jefe de Centro de Atención, alguien o algunos, pretendieron hacer de las suyas trasladando a un funcionario de otra localidad, poniéndolo de Jefe interino y suspendiendo el concurso: todo esto cuando faltaban 2 días para la realización del mismo.

Esta situación indignó a los compañeros que se pusieron en contacto inmediato con la mesa Directiva. Luego de gestiones realizadas urgentemente se logró frenar este atropello. Esta forma de actuar de los trabajadores y la Mesa Directiva dio como resultado que se fijara la fecha para el concurso inmediatamente después de Turismo.

Lo de replay es que el funcionario que se pretendía trasladar, estaba anotado para dar el concurso, por lo que no entendemos cómo hay gente en UTE que quiere complicar la cosas al santo botón: la cuestión se arreglaba (como se va a hacer al final), tomando el concurso y punto.

Un saludo a los compañeros de José Pedro Varela y adelante, siempre así.

Transmisión

Cobro de horas extras atrasadas.

Al fin se resolvió el pago de las horas extras de la bolsa; que en mayor o menor grado prácticamente todo el sector tenía; se paga en 10 cuotas de 50 horas por mes; y 10 cuotas de 100 horas, eso se supone que en este plan se pagan 1500 hs.

Hay compañeros que pasan ese monto; y en esos casos pasado este plan se estudiará la forma de pago. ¿Cómo se generaron esas horas? Muy sencillo, la sección no cuenta con gente suficiente, y por lo tanto se cubre con horas extras esa falta; pero con un agravante, se puso un tope de horas a cobrar que nunca cubren la cantidad de horas que la gente está obligada a hacer porque siempre es por razones de servicio que se hacen esas horas. Entonces los que no somos responsables de que se forme esta situación somos los trabajadores. Esta solución es hacer justicia y aspiramos que no se vuelva a suscitar esta situación. Creemos que tenemos que valorar la forma que conseguimos que se reconociera y que se pagara sin costo de jornal perdido, porque no tuvimos que hacer paros u otras medidas para que se reconociera; y esto vale para las dos partes: para nosotros como trabajadores y para el Ente porque ante nuestros planteamientos tanto las autoridades de la gerencia como las autoridades de UTE reconocieron las razones de nuestros planteamientos aunque no con la ligereza con que nosotros quisiéramos de cualquier manera nos parece valorarlo en sus justos términos.

Montevideo, 17 de enero de 1992

Sres. integrantes de AUTE

De mi mayor consideración:

Por intermedio de la presente, me dirijo a Uds. para realizar algunas aclaraciones, referentes a mi actividad en el Parque de Vacaciones, debido a que en el periódico VOZ, se publican versiones falsas sobre el particular, las que paso a detallar:

1- Referente a que mi puesto de trabajo limita las oportunidades laborales a los compañeros foguistas, debió aclarar que mi cargo es de Asesor Técnico, y por lo tanto, no pertenezco al escalafón laboral de los funcionarios del Parque de Vacaciones, por lo que mi actividad no significa un freno a la carrera laboral del personal de Calderas, siendo mi contrato semestral, renovándose o no, de acuerdo a los informes de mi actividad que elaboran el Ing. Mironenko y el Jefe del Depto. de Talleres.

2- En el año 1986 se llamó a concurso entre los foguistas y se presentó uno sólo, el Sr. Chappe.

En el año 1986, en que hubo concurso para ascender a foguistas, no se presentó ningún funcionario del Parque de Vacaciones.

Nunca hubo, por otra parte, una solicitud formal del personal de Calderas, pidiendo concurso para la distribución de cargos y niveles laborales.

Es por todos estos motivos que considero injusto y falso, tanto como trabajador como en cuanto a ser humano, el ítem 4 del artículo "¿Por qué luchamos los funcionarios del Parque de Vacaciones?" que se publicó en la Revista Voz, Nº 14, 2da. época, y que por lo tanto, exijo se publique el desmentido del mismo por parte de quien lo firma.

Sin más les saluda atte.

Aparicio Santos

Parque de Vacaciones

A pedido del Sr. Aparicio Santos como lo hacemos con todos los funcionarios de la UTE y del Parque hacer los descargos o desmentidos que crean convenientes, pero también aclaramos unos cuantos puntos que presenta este Sr.:

1- Nosotros no decimos que este señor está como funcionario poniendo freno a la carrera funcional de nadie.

Lo que sí decimos es que propone a un compañero del correo para el cargo de Jefe de Sección de Calderas.

2- En el año 1986 como dice este señor se hizo un concurso para el cargo de Supervisor de Calderas al cual nos presentamos cuatro (4) personas y no una (1) sola como lo manifiesta este señor.

Pero volviendo al primer punto decimos que el compañero de correo vino a verme conversando en forma muy cordial. Me manifestó 3 o 4 veces que él quería pasar a prestar servicios al Parque como un foguista más y no con ningún cargo, que incluso si hubiera un concurso por respeto a los compañeros del Parque no se presentaría a darlo.

Me manifestó también que si alguien lo hubiera propuesto como *jefe* él no va a aceptar tal proposición y que si lograba entrar al Parque, enseguida se iba a afiliar al sindicato, como lo hizo con la Asociación de Funcionarios Postales, cuando se reinstauró la democracia.

Justo Pedro Altez

Evaluación del paro del Parque de Vacaciones

En esta oportunidad nos sentamos a escribir con la inmensa alegría de ver y saber que los compañeros están tomando conciencia de la política que está llevando adelante este gobierno.

Una política neoliberal que atenta directamente contra los intereses de los trabajadores.

Tratando de apretar a fondo el acelerador en las privatizaciones. Cosa que los trabajadores organizados de este país con todas las carencias que podemos tener le hemos ido poniendo freno.

Este gobierno que ya ha roto un Convenio Salarial que nos permitía una recuperación a largo plazo. Hoy tampoco quieren que existan los Consejos de Salarios. En este año tenemos el ajuste fiscal, con el cual intentarán hacerle un recorte a los salarios de los trabajadores.

En la UTE se está discutiendo un posible Convenio Salarial entre UTE y AUTE, en el cual vamos hacer todos los esfuerzos por incluir al Parque de Vacaciones.

Todos los trabajadores tendremos que aportar nuestras ideas y defenderlas, para esas instancias vamos a tener asambleas en todo el país, Congresos Nacionales y posiblemente asambleas generales por Gerencias o una Asamblea General.

Aparte de todo esto, los trabajadores del P.V. tenemos nuestros propios problemas; por ejemplo, como nos vamos a dar el ámbito para discutir una propuesta de mejor funcionamiento del P.V., ¿formaremos comisiones? ¿seguiremos delegando funciones a los delegados gremiales? ¿o no propondremos nada, que todo siga como va aunque en algunas cosas nos vaya la vida

El 27/1/92 estuvimos en una entrevista con la Comisión Pro-Fomento del Parque de Vacaciones, la cual fue muy buena y se aclararon unas cuantas cosas.

Están de acuerdo con que todos los trabajos se realicen con los trabajadores del P.V., si fuera posible dentro del horario de trabajo, no que se encuentren con un montón de dificultades cada vez que van a realizar algo.

Los trabajadores del Parque vamos a tener que aunar esfuerzos para un mejor funcionamiento de la institución. ¿Qué participación le vamos a dar a la Comisión Pro-Fomento? ¿Cómo vamos a aportarle ideas para que las erogaciones económicas que la Comisión hace sean donde la institución más lo necesita?

¿Nos daremos la instancia para que halla un funcionario del Parque de Vacaciones en el Consejo Directivo?

Por eso decimos que todos juntos tenemos por delante una muy difícil y dura batalla a la cual todos los trabajadores tendremos que aportar y enfrentar con unidad y con toda nuestra energía.

Vemos que los trabajadores del Parque van tomando conciencia.

En el último paro hubieron una cantidad de compañeros que se adhirieron, tranquilamente podemos decir que fue casi el 50% de los compañeros del Parque, esto quiere decir que se va retomando paulatinamente la confianza en el gremio y sus dirigentes.

Confianza que se había perdido a consecuencia de una dictadura que dejó como secuela el temor en una gran parte de los trabajadores, los que hoy empiezan a ver que su sindicato hace propuestas, está siempre presente ante las injusticias e inquietudes de los compañeros, que tiene una actitud de grandeza siempre.

Hoy vemos que los trabajadores respondemos a las injusticias de este gobierno, que cuando no tiene propuestas y quiere imponerse lo hace a la fuerza (como en el puerto) o a palos (como en FUNSA), ajusta siempre inferior a la inflación un 12% de aumento.

Por eso hacemos la evaluación del paro en el Parque de Vacaciones como muy buena, invitamos a los compañeros a meditar y a participar en tu sindicato, porque juntos podemos ganar y vivir mejor.

Informe Comisión de Vivienda a Mesa Directiva de AUTE

Montevideo, 18 de febrero de 1992.

Por el presente esta Comisión les comunica los adelantos obtenidos hasta el presente.

1º Se iniciaron los trámites para la concreción de la compra de terrenos para las cooperativas que nos han hecho llegar su Personería Jurídica conjuntamente con las notas en las cuales las mencionadas Cooperativas plantean sus preferencias por determinados terrenos.

Dichas Cooperativas son:

- Carmelo (COFUCAR) Exp. Nº 367.163/32
- Minas (COVIAUTEM) Exp. Nº 367.163/33
- Montevideo (COVIAUTE III) Exp. Nº 367.163/34
- Palmar Exp. Nº 367.163/35
- Salto Exp. Nº 367.163/36

2º Tratativas realizadas ante la Facultad de Arquitectura. El compañero Edgardo GUERRERO ha tenido contactos con la mencionada Facultad por intermedio del Arq. Gastón ELIZALDE, el cual nos ha facilitado un informe, que adjuntamos, en el mismo se especifica la duración, la calidad, el mantenimiento y el costo de las viviendas prefabricadas.

Lo cual consideramos muy interesante debido al bajo costo y a la rapidez con la que veríamos realizado nuestro gran sueño que es "Construir nuestra casa". El citado informe se refiere a las viviendas de una sola planta, destacando que quedaría pendiente la entrega de un informe complementario sobre viviendas duplex.

Ponemos en vuestro conocimiento que está dentro de nuestros planes contactamos con el Ministerio de Vivienda a los efectos de plantear la viabilidad de construir Cooperativas de Ayuda Mutua mediante este sistema de construcción y por lo cual ya hemos solicitado la entrevista, que se llevará a cabo la segunda semana de marzo.

3º Visitas al interior. Esta Comisión se ha trasladado al interior para asesorar a las Cooperativas en formación, en la finalización del Estatuto para que las mismas obtengan a la mayor brevedad posible la Personería Jurídica. A esos efectos hemos visitado Canelones, Paysandú, Salto, Fray Bentos y Mercedes.

Por Comisión de Vivienda

La Vivienda y las próximas metas

AUTE por intermedio de su COMISION DE VIVIENDA viene logrando importantes avances. A la concreción del terreno de Paso de los Toros, debemos agregar la casi inmediata concreción de los terrenos de Carmelo, Dolores, Mercedes, Salto, Durazno, Minas, Florida, Montevideo, debiéndose sumar también el predio de San José.

Hemos planteado la utilización del predio Nº 360, propiedad de UTE y ofrecido por el Directorio a la gremial, padrón situado en Minas de Corrales Dto. de Rivera, localidad que fuera también visitada por la Comisión de Vivienda, donde tres compañeros de esa lejana y olvidada localidad, plantearon la posibilidad de utilizar el referido terreno para solucionar sus necesidades habitacionales.

Aparte de lo que significa la solución de ese problema para los referidos compañeros, marcamos la presencia de AUTE en un lugar que como el de Minas de Corrales, que por su escasa cantidad de trabajadores y su posición geográfica, se hace difícil llegar a ellos, pero que sin ninguna duda también forman parte del Uruguay con sus mismos derechos. Sin embargo la VOZ de AUTE está presente en defensa de sus afiliados en todos los rincones del país, una verdadera integración a nivel nacional. Pensamos que estamos en condiciones ya de pasar a otra etapa como lo es la del Banco de Materiales.

Próximo están los resultados que darán la fabricación de ladrillos por parte de los compañeros de Baygorria, una experiencia por demás importante, que debemos aprovechar. Otro aspecto que debemos de tener muy en cuenta es la utilización del aserradero San Gregorio contando para ello con la inmensa reserva forestal de UTE en el Lago del Rincón del Bonete. Pinos Nacionales de muy buena calidad, tratados en la planta de UTE pueden ser utilizados en la fabricación de las puertas, ventanas y pisos, como así también en las tablas para el encofrado, puntales, varejones y alfajías.

Pretendemos abaratar al máximo los costos y a tales efectos se han iniciado conversaciones con los compañeros de la Federación ANCAP.

Los trabajadores de ANCAP, tienen un convenio con el Directorio, por el cual éste aporte 400 bolsas de Portland para viviendas a sus funcionarios; hemos iniciado las gestiones para que ese convenio pueda ser extensivo con UTE. No se trata de que nos regalen el Portland, pero sí obtener mejores precios y facilidades en su financiación. En ese aspecto la formación de una Coordinadora de la Vivienda en los entes públicos podrá marcar un avance significativo que por otra parte fuera resuelto en el encuentro por la vivienda realizado en el mes de setiembre.

Queda además el tema de los préstamos respectivos por parte del B.H.U. o en su defecto (todavía no está bien definido) con el Ministerio de Vivienda.

Planteado esto ante el Directorio de UTE la formación de un fondo para la vivienda con lo recaudado con la venta de terrenos rurales que hoy por hoy UTE tiene abandonado y en muchos casos utilizados "gratuitamente" por particulares que lo están usando en su provecho, es el ca[illegible] varios establecimientos de campo, es[illegible] cias que están dispuestas a comprar[illegible] según lo ya manifestado a esta Comisión de Vivienda.

Para el logro de todas estas conquistas, es necesario el sacrificio y la unión de todos. El estrechar filas junto a nuestro sindicato significará el triunfo de todos.

Porque se puede, vale la pena luchar

Comisión de Vivienda de AUTE

Gracias papá y mamá por luchar



El día 27 de febrero fuimos a **Juan Lacaze** a participar de un Plenario Departamental y luego a una marcha en defensa de **Campomar** una de las textiles más importantes de nuestro país.

Dicha empresa ha cerrado sus puertas y tiene a sus trabajadores en el seguro de paro; dicha situación se viene agravando día a día. Estos trabajadores ven que no hay una respuesta satisfactoria a sus intenciones de mantener su fuente de trabajo.

A esto se le agrega ahora el ingrediente que el Banco República le niega el préstamo para su reapertura.

Participamos de un plenario en el cual se discutió sobre la situación general de todos los trabajadores del país y sobre el SALARIO, LEY DE EMPRESAS PUBLICAS.

También participamos de una gran concentración y marcha con más de 5000 personas en la calle, sin contar los cientos de personas que se arrimaban a las esquinas a saludar y alentar la marcha.

La adhesión de todos absolutamente, todos los comerciantes fue muy buena cerrando sus comercios y volcándose a la calle a saludar la manifestación; colocando carteles en los comercios en los cuales por ejemplo decía: **Nos vamos a las 18 en adhesión a los trabajadores de Campomar**, y otra cosa que nos llamó poderosamente la atención y nos llenó de emoción fue ver a un centenar de niño portando un pasacalle que decía ¡**Gracias papá y mamá por luchar!**.



Con una sonrisa en la cara

Esta es la forma que vimos a cientos de niños el día sábado 4/1/92 después de haber disfrutado de un tour por casi todo Montevideo y de un muy buen espectáculo en la COOPERATIVA UTE-ANTEL.

Niños de varios puntos del interior madrugaron al local de AUTE aproximadamente a las 09:30 horas, entre dormidos y despiertos, pero en ellos se veía una carita de expectativa e imaginación por lo que podrían descubrir en esta ciudad.

A la hora 10:00 partieron a la aventura 5 ómnibus cargados de niños; cada ómnibus con una gentil y muy amable guía turística de la IMM, las cuales hicieron gala de su muy buen conocimiento de la ciudad y de la dedicación plena a su trabajo.

Estos niños regresaron a AUTE aproximadamente a la hora 17:00 y desde allí se dirigieron al Parque Rodó a hacer un entretiempo de descanso y luego ir al frente de la COOPERATIVA a disfrutar del espectáculo de CACHO BOCHINCHE, donde también hubo un reparto de refrescos y panchos para todos los niños.

Terminado todo esto nos arrimamos a los niños y a los compañeros que mostraban una gran satisfacción por todo lo vivido ese día.

En este momento estamos abocados a la realización de un nuevo espectáculo con motivo del día del niño.

También tenemos la intención de que todos los compañeros tengan la oportunidad de realizar este tour.

Como meta social nos hemos propuesto que las obras que auspicia la IMM puedan ir al interior y sus visitas gratuitamente por todos los funcionarios de UTE.

Todo esto tiene un aporte económico y de militancia muy importante para AUTE, también para esta tarea necesitamos muchas manos y pedimos a los compañeros que colaboren con nuestro sindicato arrimándose a sus delegados.

Queremos ver a todos los trabajadores de la UTE y sus hijos con una sonrisa en la cara.

Seguridad Social: Trabajar más años y jubilarse con menos sueldo



El Poder Ejecutivo envió al Parlamento un proyecto de reforma de la Seguridad Social con carácter de "ley de urgencia". Por lo tanto, si en un plazo no mayor a los **90 días**, el Parlamento no se expide a favor, en contra, o aprueba modificaciones, el mismo **queda aprobado tal cual lo envió el Poder Ejecutivo**.

En este número de "Voz" señalaremos algunos aspectos que ayudarán a todos nosotros a comprender cabalmente la importancia y la gravedad de este asunto de interés nacional.

1) La cuenta personal.

Creemos que la Cuenta Personal no es buena ni mala en sí. Todo depende de cómo se instrumente y bajo qué condiciones se aplica.

¿Qué es la cuenta personal en este proyecto?

Es el saldo acumulado de los aportes personales del trabajador durante toda su vida, aporte que se fija en N$ 10.000 y se ajusta mensualmente de acuerdo al Indice Medio de Salarios.

El BPS otorgará el derecho a las prestaciones que administra **exclusivamente** en base a la información de la cuenta personal. Rige entonces un nuevo concepto: aunque se haya trabajado pero si no se ha cotizado, no habrá prestaciones jubilatorias.

Otro tema sumamente grave es el referido a la PRUEBA DE SERVICIOS. Actualmente existe la prueba mediante documentos y se permite la testimonial. El decreto 143/82 regulaba **esta situación**. Con la reforma proyectada **se establece que la prueba de servicios anteriores será documental (se elimina la testimonial)**. En un país con **empresas desaparecidas**, quebradas, fusionadas, etc. será muy difícil para el trabajador probar los servicios anteriores. De esta forma se incide notoriamente en la Cuenta Personal y por lo tanto en el monto final de la jubilación.

La tasa de interés

La jubilación se calcula en base a la cuenta personal, la expectativa de vida y la tasa de interés.

Hagamos números:

Se parte de la base de que el uruguayo medio vive 75 años.

Si comienza a los dieciocho años, a los 60 habrá trabajado 42 años, o sea, 504 meses. A los 70 años habrá trabajado 624 meses.

Si se jubila a los 60 años se presume que va a cobrar 15 años de jubilación (180 meses) y percibirá un 50% del sueldo que percibía. Es decir trabajó 504 meses y cobrará 90.

Si se jubila a los 70 años trabajó 624 meses y cobrará 60 de jubilación.

El trabajador aporta un 13% de su sueldo y el patrón 16.5%. Entonces, mientras el trabajador lleva el 87%, el BPS lleva el 29.5% de su sueldo lo que equivale al 34.5% de lo que efectivamente cobra el trabajador. Como el trabajador aporta durante 13 meses por año, el trabajador aporta 4.48 sueldos por año.

Haciendo cálculos concluimos que si se jubila a los 60 **aportó 188 sueldos** al BPS y **va a cobrar** 188 sueldos al 50%, es decir, **90 sueldos**.

Si se jubila a los 70 años aportó 233 sueldos y se jubila con **60 sueldos íntegros**.

Por lo tanto el proyecto del PE castiga duramente a quienes más trabajan.

¿Por qué todo esto?

El gobierno sostiene la necesidad de esta reforma entre otras cosas por el desfinanciamiento. Ahora bien, ¿qué dicen los números?

• que en el año 1990 la asistencia del Estado a la Seguridad Social fue al BPS 29,4 dólares por beneficiario.

-al Servicio Policial y militar 100,2 dólares por beneficiario.

Sin embargo nos encontramos que los Servicios Militares y Policiales **quedan fuera de la reforma**.

No debemos dejar de tener en cuenta los condicionamientos externos. Para demostrarlo basta con leer el punto 18 de la carta remitida al Banco Mundial el 10/6/91.

"El gobierno se propone continuar urgiendo al Parlamento para la aprobación de legislación correctora. En una primera fase esta apunta a la reducción de los beneficios a quienes se retiran antes de los 65 años, a implementar incentivos para inducir una jubilación más tardía y la reducción de la base salarial sobre la cual son calculadas las [illegible]laciones.

Con este artículo hemos intentado aclarar algunos de los aspectos contenidos en la reforma proyectada. Nuestro objetivo es sensibilizarse todos con este problema para oponernos a esta reforma y discutir mecanismos más justos para **mejorar** y no **empeorar** la Seguridad social de nuestro país.

Largas colas a la intemperie para pagar UTE



Una lectora de EL TELEGRAFO tuvo la deferencia de avisarnos en la víspera —a la vez que solicitó nuestra intervención para efectivizar su protesta— de la extensa y lenta cola que se forma en las oficinas de UTE, a donde concurren los usuario con la finalidad de pagar sus recibos. La señora no relató que tenía tres días de plazo para hacer efectivo su pago, siendo el último de ellos el de ayer, y en los tres casos debió volver sin poder pagar.

¿Las razones? muy conocidas aquí: la cola, además de muy larga y de lentísimo trámite se hace al sol, tornándose en una peripecia nada fácil de sortear el permanecer parado tantas horas, soportando toda la inclemencia de la canícula que reina en estos días, además de padecer "la bronca" por entender que se trata de una situación injusta. A todo esto se agrega que no todos los usuarios gozan de excelente estado de salud —que es justamente lo que se requeriría— y muchos de ellos son personas mayores, todo lo que empeora esta desconsideración.

Pero hay más: primero se había dicho que se cobraría hasta la hora 17, pero posteriormente —según lo relata nuestra informante— se cambió este horario restringiéndolo sólo hasta las 16. Los que no pudieron llegar a la ventanillas de esa hora, deberán volver a soportar todo una vez más.

Mientras tanto, todos sabemos que en Montevideo este mismo trámite se hace en los supermercados. El ciudadano capitalino va de compras y de paso paga su factura de UTE. ¡Qué diferencial, ¿no? Por aquí, por el momento, sólo hay promesas. Pero mientras tanto nos asiste el derecho al pataleo.

Anécdotas para no perderse

La primera: nuestra lectora, al ver que el último día de plazo había pasado y quedaba su cuenta vencida, llamó por teléfono a la sección de reclamos de UTE. ¿Qué le pudieron contestar?: pues que lo mejor que podía hacer era llamar a EL TELEGRAFO, "así vienen, sacan una foto y muestran lo que está pasando".

La idea parece que era compartida, puesto que cuando nuestro fotógrafo llegó, fue aplaudido por gente que allí permanecía haciendo cola, que agradeció la oportunidad de, al menos, canalizar su protesta ante la situación que estaban soportando.

Los usuarios de Paysandú siguen esperando, ¿hasta cuándo?

Como recordarán nuestros compañeros, en números anteriores denunciábamos las carencias y dificultades en Paysandú.

Claro, es muy lindo ir a las conferencias de prensa y decir que todo está bien, que estamos mejorando; sobre todo si después no se tiene que poner la cara para recibir las cachetadas.

Porque es así, después la cara visible del Ente somos nosotros, los que le tenemos que explicar al usuario, que lo que se dijo por los medios de prensa es el ideal pero que de lo ideal a lo real hay una buena distancia.

Cómo le hacemos entender a los usuarios que "Estamos mejorando para Ud." si la factura no le llega diez días antes del vencimiento, si cuando va a pagar debe hacer cola a la intemperie (soportando temperaturas cercanas a los 40°, si llueve, bajo la lluvia). Ya se han registrado desmayos y descomposturas de clientes, además si quiere pasar al baño debe proveerse de máscaras antigás.

Entonces la gente no puede entender (y nos lo dice), para qué se gastó tanto dinero en campañas publicitarias, si la realidad es otra muy distinta.

Para nosotros, no es fácil que nos entiendan y estamos destinados a recibir todo tipo de críticas y adjetivos no muy agradables para nuestros oídos.

Por ahora, han sido nada más que eso, malas palabras, pero no queremos que suceda lo que le ocurrió al compañero de Montevideo, no queremos llegar a la violencia física, pero la bronca de nuestra población es tan grande que no sabemos cuánto puede pasar sin que haga explosión.

Estamos seguro, eso sí, y muy firmes pues sabemos que la razón está de nuestro lado.

Lo denunciado al ex director regional, hoy gerente, hace un par de años atrás (sí, un par de años atrás), lo contenido en el memorándum que entregáramos al Directorio en su visita a nuestra ciudad en junio del año pasado avala nuestra firmeza.

Sin lugar a dudas nuestras denuncias, adelantaban lo que hoy está sucediendo, pero todo parece indicar que quienes tienen que resolver y solucionar estos problemas no se sensibilizan por nada.

Nosotros seguiremos bregando para que nuestros planteos y la voz de la población sean escuchados y algún día le podamos decir a los usuarios de Paysandú que realmente "Estamos mejorando para Ud."

RESOLUCIONES DEL CONGRESO DE DELEGADOS

Paro de 48 horas

El PIT-CNT estuvo discutiendo junto a estas resoluciones la realización de un paro de 48 horas. La decisión se postergó para más adelante para permitir una mejor discusión de los sindicatos mientras se cumplen las medidas anteriormente detalladas.
La siguiente fue la propuesta de AUTE:

Moción Nº 1
Aprobada por el CND

Moción de la MD para la movilización del PIT-CNT.

Antes de llegar al paro de 48 horas propuesto es necesario recorrer una serie de instancias previas, es decir, la polarización y aislamiento tiene que ser del gobierno y no del PIT-CNT.

Con un momento de repunte en el movimiento sindical y un lento pero positivo relacionamiento con otros sectores sociales del país, el paro propuesto debe ser tomado por amplias capas sociales, de lo contrario el aislamiento del movimiento sindical es algo más que probable.

Por lo tanto es preciso instrumentar y llevar adelante una serie de medidas propuestas por la mesa Representativa y dejan en suspenso la propuesta de 48 horas de paro.

Plan de movilizaciones del PIT-CNT

1. La Mesa Representativa reafirma:

a. Que no vamos a aceptar la anunciada rebaja salarial para públicos y privados;
b. Que no vamos a aceptar la entrega del Patrimonio Nacional;
c. Que pretendemos acordar con otros sectores afectados, un sistema de salvaguardia de la actividad productiva (dumping, aranceles, subsidios, prácticas desleales de comercio, reconversión industrial, etc.), para la defensa de la producción agropecuaria e industrial y consecuentemente las fuentes de empleo.
d. Que por ello nos seguiremos movilizando junto a un cada vez más vasto conjunto de fuerzas sociales.

Por todo ello convocamos a todo el pueblo a la mayor unidad de acción posible a efectos de frenar esta orientación de tan nefastos resultados.

2. Convocar a todos los sectores sociales a una JORNADA CIVICO NACIONAL en repudio a la **política salarial, reforma de la seguridad social, y la liquidación de las empresas estatales**, que pretende aplicar el gobierno (caceroleada, apagón, jornada del no pago, etc.).

Entendemos que la plataforma que convoque a estas acciones debería contener los siguientes puntos:

Salario
Reducción del IVA a los productos de la canasta
Seguridad Social
Vivienda por un proyecto alternativo al llevado adelante por el gobierno (cuotas, indexación, etc.).
Salud
Defensa de la Enseñanza Pública
Producción Nacional política de empleo, aranceles, una banca al servicio de la producción, etc.

3. En preparación de la Jornada Cívica nacional, instrumentar una instancia de discusión y pronunciamiento público de contenido programático (políticas de empleo, reconversión industrial, MERCOSUR, etc.) con otros sectores sociales y políticos, a realizarse en el mes de mayo de 1992 en el Palacio Peñarol.

4. Orientar los esfuerzos para la realización de una Jornada conjunta por fuentes de trabajo que apunte a nuclear la situación que vive el litoral del país (bella Unión, Salto, Paysandú, Juan Lacaze) y los gremios en conflicto del resto del país (Esta propuesta ya fue aprobada por la MR).

5. Realizar los esfuerzos necesario para que la movilización resuelta por la Central tenga una presencia importante en los medios de comunicación masivos (radio y TV) sin que esto signifique dejar de lado los métodos tradicionales del movimiento sindical (pintadas, afiches, etc.).

6. Encomendar a la Comisión de Organización para que, sobre la base de una distribución de la ciudad de Montevideo, cada gremio tenga una zona asignada para la realización de un puerta a puerta, en la que, sobre la base de un volante se convoque a comerciantes y a toda la ciudadanía a la adhesión a estas medidas.

7. Designar una comisión del Secretariado o de la Mesa Representativa que tenga como objetivo la convocatoria a un Congreso del Pueblo, antes de la finalización de 1992.

8. Reclamar en torno al tema salario:

a. Mantener como objetivo mediato la reivindicación de un salario digno sobre la base de la Canasta Familiar Básica, y promover la participación del PIT-CNT en la definición de la Canasta y del Indice del Precio al Consumo.
b. En la actual coyuntura y reafirmando los anteriores objetivos reivindicamos mecanismos de regulación salarial que mantengan el poder adquisitivo del ingreso y la recuperación salarial debida; en tal sentido, la mesa Representativa recomienda a los gremios no proceder a la firma de convenios salariales, que, regidos por los lineamientos del Poder Ejecutivo, impliquen pérdida del poder adquisitivo de los trabajadores.
c. En el sector privado, reclamamos que el Poder Ejecutivo promueva la realización de convenios y homologue todos los acuerdos surgidos entre trabajadores y empresarios, rechazando el "techo" del 35% que pretende imponer el gobierno.
d. Dar un nuevo impulso al requerimiento del PIT-CNT para que la Universidad realice un profundo y objetivo estudio sobre los índices reales de desocupación.

9. Realización de asambleas en todos los lugares de trabajo para discutir las resoluciones adoptadas por la Mesa Representativa.

10. Encomendar al Secretariado una ofensiva hacia los distintos sectores políticos representados en el Parlamento nacional reclamando de éstos, posición sobre todos estos temas y un pronunciamiento público sobre su adhesión a las medidas tomadas por la Central.

11. Convocar a los sectores empresariales y políticos para explicitar el objetivo de las medidas propuestas, centrando en el Poder Ejecutivo la responsabilidad de la grave situación planteada actualmente.

12. Ratificar nuestro máximo esfuerzo para la etapa que se avecina, luego de presentadas más de 49.000 firmas, para lograr la realización del referéndum en defensa del patrimonio nacional y reforma del Estado.

13. Convocar para el miércoles 29 de abril a un Plenario de Directivas sindicales.

14. Pasar a cuarto intermedio la MR para el próximo jueves 23 de abril a los efectos de sintetizar la discusión que sobre la presente propuesta se desarrolle en los sindicatos, y tomar las resoluciones que estos propongan.

Plan de trabajo

Nuestro gremio en un esfuerzo muy grande elaboró una propuesta para impulsar nuestras reivindicaciones. Se imprimió un folleto para que cada compañero tenga claro los objetivos centrales de todo el gremio, por los que todos debemos luchar.

Con este material creemos que estamos en condiciones de debatir profundamente en toda la UTE los distintos caminos que hagan posible la conquista de nuestras reivindicaciones.

Con esta propuesta nos trazamos un desafío. A pesar de la dureza del gobierno a pesar de los pesimistas de siempre, debemos desarrollar nuestras acciones sindicales.

Si nos unimos todos podremos lograrlo, o al menos intentarlo. Está en marcha esta iniciativa, no hay que quedarse parado, ¿no te parece?

Resoluciones del CND

Plan del CND

1) Asambleas en todo el país para discutir el plan propuesto.
2) Campaña de prensa y propaganda —interna y pública— acerca de la propuesta de los trabajadores.
3) Solicitar ante el MTSS y ante el Directorio un ámbito de discusión real para las reivindicaciones de los trabajadores de los Entes y de UTE en particular.
4) Informar al gremio de las respuestas que se obtengan tanto con boletines, Revista "Voz", etc. así como en concentraciones en el Palacio de la Luz, Asambleas Regionales, etc.
5) Asamblea General en Mayo (fecha a fijar en un próximo CND) para definir acerca del Convenio.

Moción complementaria de Rivera

Visto que el plan de trabajo en lo social y cultural es un plan a largo plazo, proponemos para el interior que los coordinadores elaboren lineamientos generales para que sean discutidos y enriquecidos por las diferentes localidades.

Entrá a la AUTE 92

PLAN DE TRABAJO

Compañera/o:
El Congreso Nacional de Delegados realizado en Rocha decidió impulsar un plan de trabajo que ordene la actividad del gremio y que marque los objetivos del año 92. Ordenadas en 3 áreas, podrás encontrar las distintas actividades que juntos en pocos días, intentaremos hacer realidad.

Area reivindicativa

En esta área de trabajo pretendemos incorporar la modalidad de Convenio Colectivo para el conjunto de trabajadores de UTE y el Parque, ordenando nuestras reivindicaciones en 5 grandes grupos que sean acordados para aplicarse en un período determinado, permitiendo concentrar nuestra actividad y controlar el cumplimiento de nuestros planteos.

A) SALARIO

Es preciso encontrar caminos claros que nos permitan detener la caída salarial y establecer un proceso de recuperación en nuestro poder adquisitivo.

En UTE existen muchas posibilidades de mejorar sustancialmente nuestros salarios, el Directorio y el Gobierno deben responder.

Se habla de reducir los gastos y repartir el 50% de los ahorros con los trabajadores. Los trabajadores de UTE estamos dispuestos a discutir seriamente los gastos innecesarios que día a día suceden en UTE (locomoción, empresas contratadas, etc.).

Se habla de productividad. Hace años que en UTE se viene incrementando la producción y venta de energía eléctrica, y cada vez son menos los trabajadores ocupados en UTE. Tenemos derecho a ser retribuidos por este incremento en la productividad.

Es posible entonces encontrar mecanismos de ajuste salarial que incorporen estos y otros conceptos para poder establecer un convenio que regule el salario en el largo plazo y evitar así, el mecanismo nada favorable para nosotros ni para UTE, de tener un conflicto cada 4 meses ante cada ajuste salarial.

Esto nos permitiría poder discutir una concepción más amplia del salario, incorporando temas como compensaciones, horas extras, cuota médica, etc.

B) CARRERA FUNCIONAL

Este punto lo dividimos en 3 partes:

1- Escala retributiva.

Entendemos imprescindible que se modifique la escala retributiva actual, permitiendo mayor oportunidad de accesos a los grados en donde se encuentran la inmensa mayoría de los trabajadores.

2- Valoración.

La aplicación de criterios que nunca fueron planteados al gremio, han demostrado, en nuestra opinión, no ajustarse a la realidad de los sectores y muchos menos a la expectativa de los trabajadores. Este tema debe ser reconsiderado y por su carácter, es importante su inclusión en un acuerdo del estilo convenio colectivo.

3- Ascensos.

Además del histórico planteo de AUTE en cuanto a la aplicación de Concursos, es necesario tomar posición sobre el método con que se asciende dentro de cada grado.

Sin profundizar en el tema, entendemos que la formación debe ser un factor determinante, confeccionando series de cursos en cada grado, que habiliten el ascenso a medida que se van aprobando. También será necesario encontrar los mecanismos idóneos para valorar el desempeño del trabajador, ... tando que todo se preparar y salvar concursos, pi... do la participación de delegados del personal, mecanismos de impugnación, etc. La experiencia y otros criteri... deben ser incorporados, buscando, en todo momento, retribuir de manera justa el esfuerzo del trabajador.

C) FORMACIÓN PROFESIONAL

La capacitación de los trabajadores debe transformarse en una de las actividades prioritarias de UTE.

Si lo que realmente se bu... es eficiencia y buena gestión, en es... debe demostrarse la voluntad de... tuar con mucho más dinamismo.

Para ello deben integrarse Recursos humanos y materiales.

Para ello debe integrarse a la representación de AUTE tal cual lo establece la R. 1121 que lleva dos años sin aplicarse.

De cómo encaremos este tema, y de sus resultados, dependerá en gran medida el desarrollo funcional de los trabajadores dentro de la empresa, la seguridad en el trabajo y sin lugar a dudas la calidad del servicio.

AUTE pondrá, por ello, todo su esfuerzo y decisión para que esta reivindicación permanente tenga una concreción en UTE acorde a lo que la realidad reclama.

D) SALUD OCUPACIONAL

No han sido pocos los logros obtenidos por AUTE en esta materia a partir del trabajo de la Comisión Central de Seguridad Industrial.

Sin embargo resta mucho por lograr y hay espacio en UTE para dar cabida a una serie de importantes reivindicaciones en la materia.

Por nombrar sólo algunas, digamos que se deben realizar en toda la UTE análisis médicos periódicos que se ajusten a las características de cada fun...ión.

Se debe tener una historia clínica de cada uno y un seguimiento de los problemas vinculados a la salud ocupacional.

Se tiene que concretar sin más demoras la aprobación de un Reglamento de Ropa de Trabajo que asegure la entrega periódica de ropa a todos los trabajadores de UTE.

La construcción de un Centro de Capacitación con todos los recursos necesarios para garantizar un correcto aprendizaje de los procedimientos de trabajo que eviten futuros accidentes.

La ley de jubilaciones especiales (3 x 4) es un compromiso de UTE y del MTSS que se debe llevar adelante.

Area programatica

El área programática atiende los temas de carácter más profundo, que se definen a mediano y largo plazo.

L... importancia de esta actividad no... ige profundizar en estudios y propuestas para evitar caer en improvisaciones, o lo que es peor, permanecer inmóviles mientras nos cambian aspectos esenciales del Ente en particular y del País en general.

A) REESTRUCTURA

En UTE hemos superado la preocupación que hoy acosa a la inmensa mayoría de los trabajadores del país, y que se resume en la duda de ¿tendré o no tendré trabajo?. Aun así el desarrollo de la reestructura de UTE, la aplicación del Convenio, en cuanto a los puestos de trabajo y los modelos de los sectores, debe mantenerse como preocupación prioritaria del Gremio...

...terios como el del mantenimiento de todos los sectores, respeto a los derechos del trabajador, defensa del usuario, seguirán siendo bandera que exprese con claridad qué UTE queremos los trabajadores.

B) DEFENSA DE LAS EMPRESAS PÚBLICAS

En pleno ataque privatizador, quizás como nunca este tema nos obliga a la mayor atención y esfuerzo. Para ello, la campaña pro-referéndum encabezada por la Comisión de Defensa del Patrimonio Estatal y Reforma del Estado, es la tarea en la que estamos embarcados los trabajadores públicos y el conjunto del Movimiento Sindical. En esta batalla también nos jugamos el pellejo los trabajadores de UTE, aún con la tranquilidad que nos da el Convenio.

C) DEFENSA DEL PARQUE DE VACACIONES

La amenaza de privatización de ANTEL y la mala administración del Parque de Vacaciones, ponen en riesgo una enorme conquista social como lo es sin duda el Parque de Vacaciones. La seguridad de que el mismo se mantenga y se desarrolle es una tarea de todos. La transparencia necesaria en las adjudicaciones y la eliminación de la politiquería, son temas importantes que debemos abordar.

La presupuestación de los trabajadores del Parque, si es preciso mediante una ley, mantiene plena vigencia dentro de los objetivos del gremio.

Area social

Siempre hemos pensado que UTE puede y debe desarrollar una política social, ayudando a que los trabajadores tengamos acceso a actividades recreativas que cada día se alejan más de nuestras posibilidades.

La unidad en torno al sindicato, la fuerza y las ventajas que nos da encarar los problemas **juntos** y no individualmente, no sólo debe aprovecharse para conseguir reivindicaciones o para defender nuestros derechos.

También es posible que juntos y a través del sindicato podamos hacer y conseguir otras cosas.

Por ejemplo, nos planteamos en el Convenio, dentro de los aspectos sociales:

a) Profundizar en la concreción de la política de Cooperativas de Viviendas de AUTE. Esto implica el apoyo del Directorio en materia de terrenos, herramientas, materiales, así como el proyecto de casas prefabricadas ya encarado por los compañeros de Forestales.

b) Acordar con UTE un mecanismo para que los hijos de los funcionarios del Interior puedan continuar sus estudios en Montevideo (puede ser encarado un Hogar Estudiantil o mediante becas, etc.)

c) Desarrollar en plenitud el acceso a guarderías para todos aquellos funcionarios que requieran de este servicio para sus hijos.

d) Pero también nos planteamos un objetivo más ambicioso.

Desde hace años venimos pensando en la construcción de un Complejo Sindical que permita al gremio potenciar su actividad y desarrollar el deporte y la cultura en beneficio de los trabajadores de UTE.

Hoy estamos en condiciones de avanzar hacia la concreción de este proyecto, sumándonos a otros gremios hermanos permitiendo de esa forma que se haga realidad. Complementar este proyecto, con la implantación de locales filiales en el interior (donde ya no existan), así como promoviendo convenios con organizaciones culturales y deportivas del lugar, es naturalmente nuestro objetivo para que todos los trabajadores de UTE encontremos así una forma de mejorar nuestro nivel de vida.

Este proyecto, será sin duda uno de los más ambiciosos planes que nos hayamos trazado en muchos años, requiriendo del esfuerzo de todos y también en nuestra opinión, del compromiso del Ente para concretar su apoyo.

En la próxima revista "Voz" estaremos en condiciones de informar mucho más en detalle acerca del proyecto.

Comisión del Interior informa

El día 13/1/92 se inicia una serie de giras por el interior del país, giras que llevan a informar a los compañeros de tierra adentro, en que está nuestro sindicato (AUTE). Las mismas se realizaron por las cuatro gerencias que está dividida UTE (Gcias. Norte, Oeste, Centro y Este), esta última por motivos ajenos a nuestra voluntad no se realizó, como tampoco en las represas.

En las gerencias que se visitaron, lo hicieron compañeros encargados, integrantes de la Mesa Directiva y un compañero de SUTEL. Los temas encarados fueron los que concierne a todos los trabajadores, más a los funcionarios públicos, como salario y ley de empresas públicas. La gira que me tocó realizar junto al encargado W. Pérez, secretario P. Altez y el compañero de SUTEL Luongo, abarcó la Gerencia Oeste: los departamentos de Florida, Durazno, Flores, Colonia y San José. Se realizaron asambleas en los lugares mencionados, donde se discutió con los compañeros de dichas ciudades, la posición del gobierno con respecto al obrero donde cada aumento salarial origina pérdidas.

Con respecto a la Ley de Empresas Públicas, donde la información la dio el compañero de SUTEL, también a los compañeros le quedó claro y en los lugares se nombró a dos responsables que junto a los de SUTEL van a impulsar la Comisión Pro Referéndum.

También se habló de temas varios, como por ejemplo: correlación de puestos de trabajo, ropa, carencias de materiales y alguna denuncia de abuso de funciones de algunos jefes, donde se toman represalias con los funcionarios y los obligan hasta hacer reclamos a pie, aduciendo recorte del gasto general de UTE, donde sabemos que los gastos vienen por otro rubro y no por el trabajo de los funcionarios.

Otro tema tomado es que, por ejemplo, en Colonia no hay materiales para realizar trabajos, donde muestra la UTE que el modelo no funciona como ellos han pregonado a todos los vientos y el perjudicado es el usuario.

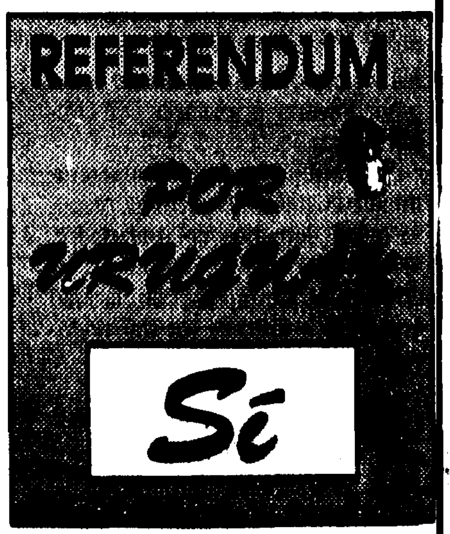
Con respecto a la correlación de puestos de trabajo hay preocupación en los compañeros del interior para que se definan de una vez.

Estos son algunos de los innumerables temas planteados por los compañeros de la Gerencia Oeste. Algunos están en vías de solucionarse, otros requerirán del esfuerzo de todo el gremio para revertir la dureza de la política económica y social. También se llevó a cabo una entrevista con el Sr. Gerente Casavieja, donde quedó de manifiesto de parte de él, de que se solucionarán la problemática de las localidades donde se manifestaron inquietudes.

A los compañeros del Interior les solicitamos aunar esfuerzos en nuestra lucha por las reivindicaciones que nos pertenecen, nos hagan llegar sus inquietudes para hacer una AUTE más fuerte.

Debemos mencionar y agradecer la utilización de la prensa oral, escrita y televisiva en varias localidades.

Por la Comisión del Interior saludan: Wilmer Pérez (encargado Gerencia Oeste), Héctor Martínez (encargado del Interior), Pedro Altez (Secretario General)



El interior también se viste

Las disposiciones vigentes en UTE en estos momentos dicen que a todos los funcionarios se les debe proporcionar ropa de trabajo de acuerdo a la estación (Verano-Invierno), hay resoluciones expresas que así lo indican, pero del dicho al hecho hay un gran trecho.

Esto no se está cumpliendo en la Gerencia Norte y si se cumple es a medias o mal.

En casi todos los sectores, concretamente el Departamento de OBRAS no se recibe ropa de trabajo hace dos años, se han hecho las reclamaciones correspondientes ante el Gerente del Sector Norte y el mismo manifiesta, primero que desconoce la situación, segundo que la responsabilidad es de Montevideo y mientras se aclara de quién es la responsabilidad el tiempo sigue pasando y los compañeros siguen trabajando mal y por supuesto desconformes, faltan herramientas de trabajo en todos los sectores y esto repercute en le trabajo que se realiza, los responsables de esta situación se pasan la pelota lavándose las manos rehuyendo a la responsabilidad que el cargo les exige, pero el sueldo lo cobran a fin de mes como si la función fuera bien realizada.

Lo que se pretende es que la ropa venga cuando tiene que ser sin necesidad de tener que reclamarla una y mil veces, cuando se la entrega en Montevideo ya se tendría que saber que para el interior también, sin embargo parece que los compañeros del interior no la gastaran y que no se rompiera, los encargados de mandarla se hacen los sotas como si la falta fuera a pasar desapercibida.

En el interior los compañeros no se visten con plumas, si queda alguien que así lo crea tendríamos que traerlo (con viático, por supuesto) para demostrárselo, funcionarios somos todos, los de Montevideo y los del interior.



Cuando un compañero no realiza bien le trabajo encomendado es observado y también sancionado y de acuerdo a la gravedad puede ser sumariado.

Yo pregunto, qué es lo que está pasando ARRIBA cuando no se cumplen las disposiciones, cuando por incapacidad de alguien la situación laboral se hace insostenible y las soluciones no aparecen.

Hay funcionarios en UTE con apetitos voraces de cargos (TREPADORES) pero cuando lo consiguen o se los regalan se olvidan que ese cargo es por desempeñar una función y desempeñarla bien, en una maquinaria cuando una pieza no funciona, la máquina se resiente y no cumple la función, cuando eso sucede esa pieza se arregla o se la cambia por otra que esté en condiciones.

Nosotros estamos viendo en estos momentos en UTE que hay PIEZAS que no están trabajando bien y no vemos que las arreglen, las estamos viendo todos los funcionarios y son piezas importantes, creo que está llegado el momento en que vamos a tener que darles nombres y apellidos y reclamar que se CAMBIEN esas piezas por el bien de la máquina, que en este caso es la UTE.

Estamos dispuestos a asumir las responsabilidades que el cargo o la situación exija, pero que sean TODOS que la asuman, del primer al último grado.

Las anormalidades existen, y no vemos las soluciones, tratemos de que esto no se prolongue más, sacudámonos la modorra y empecemos a hablar entre nosotros y plantear los problemas y a DENUNCIAR los mismos exigiendo soluciones y también a los responsables, ante quien corresponda, no nos olvidemos que tenemos a AUTE que nos respalda cuando la razón nos asiste.

Pablo A. Vega
Delegado ante el CND

Zona Este

A raíz de un problema que sucedió en José Batlle y Ordóñez donde AUTE por intermedio de sus representantes Aníbal Sosa delegado local, Héctor Martínez encargado del Interior y Pedro Altez Pro Secretario, luego de dos asambleas se llegó a feliz término ante un hecho que podía llegar a originar un conflicto muy duro.

Debemos decir que en la última asamblea realizada el día 9/1/92, se contó con la participación del Sr. Jefe de distrito Osvaldo Machado, Sr. Hugo Blanco por Oficina Comercial de Treinta y Tres, F. Duarte, J. Pereira y por Centro de Atención de Batlle, Sra. Cristina Juré, más los funcionarios de dicho Centro. Luego de aclarar ciertos puntos latentes y de discusión donde tanto AUTE como la Gerencia del distrito buscaban solución al problema, se acuerda la formación de dos grupos de trabajo, una dependiente del Centro de Atención y otro del Distrito, los cuales deberán coordinar las tareas a realizar y prestarse el apoyo necesario.

Se acordó también que la Sra. Jefe de Batlle y Ordóñez y el delegado de dicho lugar en representación de AUTE, realicen reuniones periódicas a fin de tratar temas que interesen el buen funcionamiento del Centro de Atención y su personal.

Ante la buena disposición de solucionar el problema de parte de la jerarquía, como también de AUTE, saludamos la solución alcanzada, donde el dialogo y discusión sana llegan a feliz término. Debemos aclarar el poco informe de la zona Este pero debido a problemas ajenos a mi voluntad, como encargado de la misma el informe es mínimo, pero les debemos la visita, que se realizará en breve lapso. Agradecemos a los compañeros de Batlle por la recepción que nos hicieron en todas las oportunidades que los visitamos principalmente en la última oportunidad.

Por Zona Este
Héctor Martínez





Aprendamos algo sobre FE.M.I.

Lo que tratará de expresarles a los compañeros del Interior por este medio son algunos de los artículos del contrato que tiene UTE con la Federación Médica del Interior.

En su Art. sexto dice: "El valor del Timbre profesional será absorbido por el usuario (funcionario) de acuerdo a la Ley.

El usuario, además deberá pagar exclusivamente el ticket moderador por medicamentos, excluyéndose de pago todos los demás, cualquiera sea la denominación que se asigne."

Art. vigésimo-quinto dice: "El pase a un técnico especializado no radicado será otorgado en todos los casos por el médico tratante, el que indicará las particularidades del caso y el día, hora y fecha en que será consultado."

[illegible]

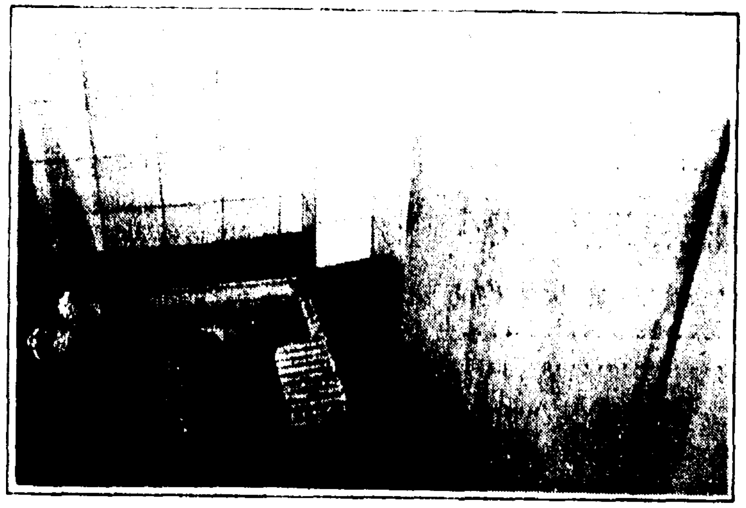
Cólera

Higiene general

- Lavarse las manos antes de manipular y consumir alimentos
- Lavarse las manos después de hacer uso de los servicios higiénicos
- Lavar los artefactos higiénicos con hipoclorito
- Lavar la vajilla con agua e hipoclorito
- No saque a la calle la basura cuando no hay recolección o con demasiada anticipación al pasaje del recolector
- Controlar el estado de las instalaciones sanitarios no dejando desbordar las cámaras ni pozos

El cólera es la enfermedad de las manos sucias

Comisión de Salud Ocupacional



Alimentos

No consuma alimentos sin cumplir con los siguientes requisitos:

- Lave las frutas y verduras que no van a ser cocidas
- Cocine los alimentos y consúmalos mientras se mantienen calientes
- No consuma alimentos en la calle
- Evite el consumo de alimentos frescos o congelados provenientes de países afectados por el cólera

Lavado	Cómo hacerlo
• Manos	con agua y jabón
• Vajilla	1 cucharadita de té de hipoclorito* por litro de agua.
• Artefactos sanitarios	4 cucharadas de hipoclorito* por litro de agua. (Dejar esta solución en contacto durante 30 minutos)
• Agua para tomar	una gota de hipoclorito de sodio por litro de agua.

No consuma alimentos sin cumplir con los siguientes requisitos:

• Frutas y verduras que no van a ser cocidas — 1 cucharadita de hipoclorito* por litro de agua (Dejar sumergidas durante 30 minutos)

Ejemplo de Hipoclorito: Solución Cristal, Agua Jane, Agua Limpiatodo Manzanares, Lavandina Sello Rojo, u otra solución de Hipoclorito con 40 gramos de Cloro Activo por litro.

La prevención también está en tus manos

Intendencia Municipal de Montevideo

AUTE apoya la campaña contra el cólera en todo el país y se congratula con la campaña que UTE realiza a través de la Sub Gerencia de Seguridad Industrial. Esperamos que la campaña no sea solo una necesaria difusión del tema, sino también el contar con instalaciones sanitarias acordes a esta situación.

MUJER

Cuando llegue a nuestras manos este número de nuestra revista VOZ, ya el 8 de marzo, habrá pasado. Pero igualmente creemos importante recordar, revivir en nuestras mentes y corazones el DIA INTERNACIONAL DE LA MUJER.

Pretendemos iniciar a través de VOZ una comunicación fluída con ustedes, mujeres (por supuesto si lo quieren hacer los cros. hombres ¡¡aleluya!!).

Sentimos necesario comenzar a discutir, a intercambiar ideas, a reflexionar la problemática de las mujeres. De todos esos "pequeños problemas cotidianos" que en realidad hacen un "todo" muy importante para nuestras vidas como seres humanos.

Y también, por supuesto, pensamos en un homenaje humilde, pero con la fe y la fuerza de que llegaremos a aportar cosas que valen para el gremio, y para una comprensión del tema.

Rescatemos entonces a una de nuestras más brillantes poetisas, bastante olvidada, mujer íntegra que supo vivir como lo eligió ella: Delmira Agustini.

Y basta de palabras introductorias, vayamos a Eduardo Galeano que escribió esto sobre ella en una pequeña semblanza, que sin lugar a dudas, significa mucho para nosotros. Y no lo olvides, esperamos tu opinión en nuestro rinconcito de la MUJER para la revista VOZ.

Celia Ruiz

* * * * *

1914 - Montevideo

DELMIRA

En esta pieza de alquiler fue citada por el hombre que había sido su marido; y queriendo tenerla, queriendo quedársela, él la amó y la mató y se mató.

Publican los diarios uruguayos la foto del cuerpo que yace tumbado junto a la cama. Delmira abatida por dos tiros de revólver, desnuda como sus poemas, las medias caídas, toda desvestida de rojo:

-Vamos más lejos en la noche, vamos...

Delmira Agustini escribía en trance. Había cantado a las fiebres del amor sin pacatos disimulos, y había sido condenada por quienes castigan en las mujeres lo que en los hombres aplauden, porque la castidad es un deber femenino y el deseo, como la razón, un privilegio masculino. En el Uruguay marchan las leyes por delante de la gente, que todavía separa el alma del cuerpo como si fueran la Bella y la Bestia. De modo que ante el cadáver de Delmira se derraman lágrimas y frases a propósito de tan sensible pérdida de las letras nacionales, pero en el fondo los dolientes suspiran con alivio: la muerta muerta está, y más vale así.

Pero, ¿muerta está? ¿No serán sombra de su voz y eco de su cuerpo todos los amantes que en las noches del mundo arden? ¿No le harán un lugarcito en las noches del mundo, para que cante su boca desatada y dancen sus pies resplandecientes?

(De "Memoria del fuego (III)", 1986)

Los mejores pensamientos, al igual que los mejores momentos, deben compartirse...

Si pudiera vivir nuevamente mi vida, en la próxima trataría de cometer más errores. No intentaría ser tan perfecto, me relajaría más. Sería más tonto de lo que he sido, de hecho, tomaría muy pocas cosas con seriedad. Sería menos higiénico, correría más riesgos, haría más viajes, contemplaría más atardeceres, subiría más montañas, nadaría más ríos. Iría a más lugares donde nunca he ido, comería más helado y menos habas, tendría más problemas reales y menos imaginarios.

Yo fui una de esas personas que vivió sensata y prolíficamente cada minuto de mi vida; claro que tuve momentos de alegría. Pero si pudiera volver atrás trataría de tener solamente buenos momentos. Por si no lo saben de eso está hecha la vida, solo de momentos; no te pierdas el ahora.

Yo era uno de esos que nunca iba a ninguna parte sin un termómetro, una bolsa de agua caliente, un paraguas y un paracaídas; si pudiera volver a vivir, viajaría más liviano. Si pudiera volver a vivir, comenzaría a andar descalzo a principios de la primavera y seguiría así hasta concluir el otoño. Daría más vueltas en calesita, contemplaría más amaneceres, y jugaría con más niños, si tuviera otra vez la vida por delante.

Pero ya ven, tengo 85 años y sé que me estoy muriendo.

Jorge Luis Borges

AUTE en el deporte

Compañeros, si bien en números anteriores de la Revista Voz, hemos informado de la actividad deportiva de los funcionarios de la UTE en la mayor parte del país (esperamos tener más información para seguir dando noticias a los compañeros), algunas cosas se nos ha quedado en le tintero (desearíamos tener un suplemento de la Revista), y hoy trataremos que de que lleguen a Uds.

Como Uds. sabrán, en nuestro local sindical se llevan a cabo prácticas de Artes Marciales (veríamos con agrado que donde hubiere un local de AUTE se llevaran a cabo estas u otras actividades deportivas). En Taekwon-Do, entre funcionarios de UTE, familiares y vecinos, están realizando estas prácticas más de 40 alumnos. En Karate-Do la cifra es menor pero alcanza a más de 10 alumnos.

En nuestro local y durante los meses de octubre y noviembre del año próximo pasado se realizó un Campeonato de Fútbol de Salón, con la participación de 13 equipos de funcionarios del Ente. Este Campeonato se realizó bajo la fiscalización de árbitros oficiales y hubo un solo expulsado, lo que demuestra lo correcto de su desarrollo.



Arquitectura: Campeón de Fútbol de Salón

En este campeonato, luego de las series de clasificación, disputaron las fases semifinal y final 4 equipos, Arquitectura, Campeón; Líneas Aéreas, Vicecampeón; Sub-GerMan (Subgerencia de Mantenimiento), Tercero y Red Nacional, cuarto.

En otro de los deportes que practica AUTE (ciclismo), durante el mes de diciembre pasado, se intervino en pruebas domingueras con resultados diversos, pero a partir de la intervención en la 14 Vuelta del Uruguay de la Juventud, es donde empieza a destacarse AUTE, Erik AGUIAR, corredor cedido por el Club General Hornos, pone en el tramo contra reloj un tiempo de 1'35" más que el ganador de la prueba. Comienzan 6 corredores y terminan 3 de ellos clasificándose por equipos en el lugar 21.

Luego de la Vuelta se incorporan al Equipo Jonny MARTINEZ, Ricardo MARTINEZ y Javier SOSA que junto a Luis DIAZ (3ª Categoría), Javier KUOLAS y Esteban de LEON (Novicios) son los competidores que domingo a domingo intervienen bajo la Dirección Técnica de Willan SOSA.

Las últimas actuaciones de los ciclistas de AUTE al momento de escribir este artículo fue la siguiente:

DOMINGO 2/2 -
Circuito de Cruz del Sur
Juveniles 1º Jonny MARTINEZ

DOMINGO 9/2
Circuito Paso de la Arena
Juveniles 1º Jonny MARTINEZ
3º Javier SOSA
2da. y 3ra. 2º Javier KUOLAS (Novicio)

DOMINGO 16/2
Circuito Amanecer
Juveniles 2º Jonny MARTINEZ
Novicios 1º Javier KUOLAS

DOMINGO 23/2
Circuito Cruz del Sur
Juveniles 2º Jonny MARTINEZ
6º Ricardo MARTINEZ

Como verán el nombre de AUTE, representado por sus defensores, ha figurado en los primeros puestos.

Próxima actuación 200 Millas Juveniles 29/2, 1/3, 2/3 y 4/3.

Resultados: 200 millas

De aproximadamente 200 competidores los ciclistas Javier Kuolas y Luis Díaz ubicaron los colores de AUTE en el 34 y 36 puesto.

Semana de Turismo - Dolores - Categoría Veteranos:

1º) José Pérez de AUTE (ganó 4 de las 5 etapas).

Categoría Juvenil:

2º) Ricardo Martínez

6º) Gabriel Pérez de AUTE.

Como información complementaria: Posibles afiliaciones Rivera-Fútbol, Montevideo-Pelota y Atletismo.

Queremos salvar un error involuntario que cometimos y que hace que lo que manifestamos con relación al equipo de ciclismo de la Represa de Palmar, sea una falsedad. Lo verdadero es que hace un tiempo se creó un Club de ciclismo (Uruguay Palmar), que no tuvo participación oficial en competencias, pero también es cierto que algunos funcionarios de la Represa participan en competencias de veteranos y que algún hijo de funcionarios domingo a domingo interviene en pruebas de juveniles como libre en forma departamental.

Hasta la próxima Revista Voz se despide AUTE deportes.

MERCOSUR

Mucho se habla y muchos hablan hoy día de la integración regional y en particular del Mercosur. Eso es bueno, no hay peor cosa que un pueblo al margen o despreocupado por la orientación y el destino de su país. Aún así todos tenemos la sensación de que ya fuera suficientes declaraciones, y que es hora de hechos, de acciones, de políticas para encarar este proceso. Con esa óptica, los trabajadores, a través de nuestra Central, el PIT-CNT, estamos impulsando una serie de propuestas que no sólo atienden los derechos y reivindicaciones de los trabajadores, sino además, nos garanticen un futuro de desarrollo social y económico para el conjunto de nuestro pueblo. También en AUTE estamos tomando el tema en particular, puesto que la integración eléctrica será sin duda un aspecto determinante de este proceso, así como las políticas que el ente resuelva en materia energética. ¿Cómo nos afectará a los trabajadores? ¿Qué actitud tomar? ¿Cuáles son nuestras propuestas? Son preguntas que juntos debemos resolver. Nos parece un buen comienzo brindar información, por ello, a partir de ahora, se reserva a la revista Voz un espacio permanente sobre el tema Mercosur. Como primer aporte publicamos en estas páginas, el documento elaborado por las centrales sindicales de los cuatro países y presentado a los ministros de trabajo del Mercosur. La importancia del mismo por tratarse de una posición en común de todas las Centrales Sindicales y de fuerza que ello representa, hace que se transforme en el primer contacto en este camino que hoy iniciamos de información y aporte

Documento para los ministros de Trabajo de las repúblicas integrantes del MERCOSUR

Señores Ministros:

Las Centrales y Confederaciones Sindicales integrantes de la COORDINADORA DE CENTRALES SINDICALES DEL CONO SUR, se dirigen a los Señores Ministros de Trabajo y, por su intermedio, a los Presidentes de las Repúblicas integrantes del MERCOSUR, a fin de expresar cuanto sigue:

Comenzamos por señalar la importancia que esta COORDINADORA DE CENTRALES SINDICALES DEL CONO SUR con el apoyo de CIOSL-ORIT otorga a esta reunión con la OIT y los Ministros de Trabajo de los países integrantes del MERCOSUR.

Estamos convencidos de que para que la iniciativa pueda desarrollarse en el máximo de su potencialidad, es necesario que todos los sectores que en un sentido u otro jugaremos un papel protagónico, encontremos instancias que nos permitan intercambiar opiniones y propuestas.

A partir de esta premisa, jerarquizamos esta primera reunión tripartita en el marco del MERCOSUR y hacemos votos para que la misma se transforme en una práctica habitual entre todos los sectores involucrados.

En la oportunidad incorporaremos una serie de reflexiones, que estimamos necesario sean tenidas en cuenta.

Desde el 29 de noviembre pasado ha comenzado a correr el tiempo hacia la meta que el Tratado de Asunción se fijó para el 31 de diciembre de 1994.

Esta exiguidad de tiempo exige, desde luego, la inmediata incorporación de componentes sociales al proceso de integración, so pena de que se comprometa irremediablemente la viabilidad del MERCOSUR como factor de desarrollo de nuestros pueblos.

La adopción de una postura crítica hacia la perspectiva de la integración que hoy predomina, reafirma nuestra autonomía como organizaciones sindicales y nuestro derecho a plantear alternativas de resolución de la crisis económica y social, diferentes a las que provienen de sectores gubernamentales y empresarios.

El compromiso sindical con la integración existe, a condición de que aquella sea real, en el sentido de que se garantice una protección social, política y cultural, y que la transformación de la estructura productiva no se desarrolle en perjuicio de los trabajadores y del conjunto de los sectores populares.

Es necesario prevenir los factores de disgregación social presentes en nuestros países y que seguramente serán potencializados por la integración.

En este sentido, los compromisos democráticos de nuestros gobiernos exigen una clara opción por la promoción de instrumentos de participación social de nuestros pueblos.

Por otro lado, hay que resolver los graves problemas recurrentes de los diferentes niveles de desarrollo que presentan nuestras economías, tanto en el ámbito regional de cada país como a nivel nacional.

En este particular, debe alertarse que las facilidades previstas para la libre circulación de mano de obra, podrán traer como consecuencia una gran competencia entre los trabajadores del Mercosur, lo cual, por cierto, contribuirá a una mayor precarización de las relaciones laborales y, al mismo tiempo, a la constitución de factores de disgregación social de consecuencias imprevisibles.

Independientemente de cualquier clasificación ideológica, las políticas que ahora sujetan a nuestros pueblos se están caracterizando por efectos negativos para los trabajadores y la mayoría de la población, de los cuales destacamos:

1 - La competencia empresarial está dando lugar a la desaparición de muchas empresas, o a su reconversión productiva, lo que está originando la pérdida de numerosos puestos de trabajo.

2 - Para reducir los costos comparados y reestructurar los mercados, algunos gobiernos y los empresarios intentan profundizar los modelos de flexibilización laboral absoluta, reduciendo salarios, cargas sociales y derechos consolidados a lo largo de la historia del movimiento sindical.

3 - En algunos países se acentúan las presiones para la privatización indiscriminada de las empresas estatales, y se intenta anular o reducir sustancialmente la intervención del Estado en sectores vitales como los sistemas de seguridad social.

4 - Se fomenta la negociación colectiva por empresa y se tiende a vincularla exclusivamente con factores como rentabilidad y productividad de la empresa, buscándose romper la cadena de solidaridad de los trabajadores por rama de actividad, regiones y en nivel nacional.

5 - La búsqueda de competitividad, lleva a la gestión empresaria a reforzar su autoridad, reduciendo o impidiendo las diversas formas de participación de los trabajadores en la empresa.

6 - Los sectores de la pequeña producción urbana y rural se ven catapultados a la pobreza, por falta de acceso a los instrumentos tecnológicos y a créditos que les permita alcanzar niveles de competitividad adecuados al mantenimiento de sus propiedades y producción.

En este cuadro, lo que se verifica cotidianamente en nuestros países es el agravamiento del desempleo, una mayor concentración de la renta, el crecimiento del sector informal y de la marginalidad, la desestructuración de las relaciones laborales, la subversión de los principios sociales y el debilitamiento de los más elementales derechos de los ciudadanos.

Es por lo tanto necesario pensar en un proyecto alternativo que apunte a la superación de los graves problemas arriba expuestos.

La creación de un mercado ampliado en el Cono Sur debe ser un ámbito en el cual, al promoverse el desarrollo económico de los países participantes, también se facilite la modernización integrada de base social amplia de cada uno de ellos. Estos deben ser aspectos de un mismo proceso de crecimiento económico de consolidación de la democracia y de mejores condiciones de vida y trabajo para los pueblos involucrados. Con ello se tiende a obtener un proceso progresivo de crecimiento económico con equidad social.

En este sentido, sería necesario implementar de inmediato las siguientes medidas:

1 - El grupo del MERCOSUR debe reconocer a la COORDINADORA DE CENTRALES SINDICALES DEL CONO SUR como la instancia dada por las propias Centrales de esos países para debatir y adoptar estrategias de acción en el campo de la integración.

2 - El desarrollo de una estrategia productiva que incorpore al consumo a los sectores marginados de la sociedad, como objetivo fundamental para mejorar la calidad de vida de la población en general y la creación de un número mayor de puestos de trabajo.

3 - Una política laboral tendiente a garantizar la efectiva protección laboral y social de los trabajadores, a partir de un mínimo inderogable por el cual se busque la igualación con las mejores condiciones y derechos sociales existentes. De esta forma se reducirían las asimetrías laborales y se evitaría una injusticia social irreparable que puede comprometer el destino de la integración. Para ello, resulta fundamental la referencia al conjunto de convenios de la OIT que sean relevantes para este propósito.

4 - Ratificación de la plena vigencia de los derechos humanos (políticos, sociales y económicos), como establece la Carta Universal de los Derechos Humanos y pactos concordantes.

5 - La sanción y puesta en marcha urgente del subgrupo, el que incorpore la problemática específica de las políticas sociales.

6 - La incorporación y participación plena de las organizaciones sindicales nacionales en los distintos subgrupos.

7 - Creación de instrumentos tripartitos en cada uno de los países en forma global y por sectores, dirigidos a incidir en este plano, previo a las decisiones en los mecanismos de integración.

8 - La creación de fondos estructurales de carácter social para atender a las personas, grupos o regiones, que no se benefician con la integración y disminuir las asimetrías que se verifican.

9 - La solución de los problemas específicos que agravan de forma más drástica la condición social de determinados grupos como las mujeres, los niños, los minusválidos, jubilados y pensionados.

10 - La aproximación de legislaciones tributarias y la eficiencia de las administraciones tributarias, para evitar que los mismos productos tengan diferentes costos fiscales según sea la región donde se elaboren, buscando a la vez equidad y justicia mediante gravámenes a la renta y a los patrimonios como manifestación de riquezas y capacidad contributiva y no primordialmente en base a impuestos indirectos que graven el consumo con mayor incidencia en los que menos tienen.

11 - El mecanismo de la integración debe crear un Comité Tripartito Económico y Social dentro del diseño orgánico funcional que adopte el Tratado de Asunción. El Comité debería no solo incidir en la normativa laboral global del Tratado, sino también en los componentes sociales y laborales específicos de las políticas macroeconómicas. El Comité deberá ser permanentemente informado de las decisiones macroeconómicas que los gobiernos proyectan adoptar en el ámbito del Tratado y a nivel nacional, para prever sus consecuencias laborales y sociales y permitirle plantear sus criterios.

12 - Es necesario reforzar el papel de los Ministerios de Trabajo y fortalecer los instrumentos de administración del trabajo para una incidencia real de esas instituciones gubernamentales en los sistemas de gestión del Mercosur.

La Coordinadora también eleva a conocimiento de las autoridades que, en el marco del tripartismo, solicitará a la OIT que se involucre en las acciones orientadas a garantizar el cumplimiento de los convenios internacionales, mediante reuniones tripartitas que faciliten el diálogo entre los actores sociales, a nivel nacional que preste apoyo técnico para el diseño de normas laborales específicas a las necesidades del sistema de relaciones laborales que el MERCOSUR generará en su desarrollo que dé asistencia técnica de otro carácter mediante servicios especiales y centros regionales, incluyendo programas especiales de formación (CINTERFOR, PREALC, CIAT, SERVICIO DE EDUCACION OBRERA). Brasil debería también contar con un servicio especial de la OIT que se encargue de cumplir con iniciativas de este tipo.

Finalmente, queremos expresar que el Mercosur no puede ser el habitat para operaciones de grandes grupos económicos que agraven las asimetrías productivas, ni conducir a nuevas formas de dependencia de los países desarrollados, ni profundizar los males endémicos que sufren nuestros países.

Sí por el contrario, debe convertirse en una alternativa real de desarrollo económico, político, social y cultural de los países que lo componen. Ese es el objetivo del movimiento sindical y estamos dispuestos a aportar para ello.

Foz do Iguaçu,
12 de diciembre de 1991

EL ALUMBRADO

Han pasado sólo 197 años desde el 2 de junio de 1795 fecha en el que el Cabildo de Montevideo recibía la primera propuesta para iluminar las calles de la capital de la República.

Allí se decía "Que me obligo a iluminarla las noches oscuras desde las 19 hs. hasta las 04 hs. de la mañana y por consiguiente las que oscurecen temprano hasta que salga la luna; desde las 07 hs.hasta las 10 hs., no deberá aquella noche haber farol".

El 21 de octubre del mismo año se dejó constancia de que: "Con esta fecha y a las puertas de la casa capitular, Mande dar, y se dio p.o. el **Negro Mateo Cuello el pregón veinte y uno** de la iluminación de la ciudad: póngolo por dilix.a - p.a.q.e.Conte".

La energía eléctrica

En 1887, impulsada por **Don Marcelino Díaz y García**, creador de la industria eléctrica en el país, empieza la generación de la Usina de la Calle Yerbal.

La electricidad había nacido como actividad industrial para el Mundo en la Exposición Internacional de París en 1881, presentada por **Tomás Alva Edison**.

Saltamos hasta el 21 de octubre de 1912 en que la Ley establece la **estatización de la energía**. En ese momento existían en el país, 12 **compañías particulares** que atendían a las Ciudades de **Minas, Salto, Paysandú, San José, Rivera, Florida, Durazno, Melo, Trinidad, Carmelo, Mercedes y Rocha.**

Caso curioso el de Fray Bentos, donde dominaba la Industria Frigorífica del Anglo (*compañía inglesa*) la empresa eléctrica era municipal.

En 1929 se inauguran las primeras Usinas ultraeconómicas en Pan de Azúcar, Solís, Aiguá, Cardona, Batlle y Ordóñez, Bella Unión y Olimar.

Pocos años más tarde, en 1937, en los 50 años de la instalación de la energía en el País, se discutía en el Senado la Gestión del Ente y se daban estos informes demostrativos de lo actuado en los últimos cinco años.

"Se han inaugurado usinas en Atlántida, Fraile Muerto, Empalme Olmos, San Antonio, Carmelo, Colorado, Tranqueras, Joaquín Suárez, Castro, La Paloma, 25 de Mayo y Mariscala, y están muchas de ellas de acuerdo con la ley que determinó la inversión de $ 150.000,00 para ese fin, cantidad que todavía tendrá que ser reforzada por UTE porque deben llevarse usinas a La Floresta, Aguas Corrientes, Isla Mala, La Puebla, Minas de Corrales, Tomás Gomensoro, Belén, La Cruz, Lazcano, Tupambaé, Tambores, Cardal, Los Cerrillos, Sauce del Yí, Ecilda Paullier, Achar, S. Catalina, Drable, Soca, Míguez, Velázquez, 19 de Abril, Punta Ballena, N. Berlín, etc. que a medida que sean requeridas, tendrán que irse construyendo aun cuando es notorio que casi todas estas usinas en su inicio rep. pérdidas."

En 1947, se completa, con la expropiación de la Usina de Melo el monopolio de los servicios eléctricos en toda la República.

Pero todo esto ya está incorporado al quehacer diario de cientos de miles de Funcionarios de la UTE: que han sabido orientar, dirigir y construir, con capacidad, creación y entusiasmo el crecimiento constante de la Empresa, que sigue extendiendo sus líneas por las que corre la energía vital que impulsan el progreso del País.

Estos Funcionarios, los actuales y los que no están ya con nosotros han sido testigos y protagonistas de esos hechos y otros.

En todos lados corresponde destacar el rol fundamental que le corresponde al factor humano en el proceso que va de su creación y desarrollo hasta su aplicación y consumo.

Los cambios actuales tienen otro ritmo. La cultura, la ciencia y la tecnología imponen una nueva dinámica.

Estamos dispuestos a avanzar con ellos, decididos a enfrentar el desafío del cambio.

Acompañamos con decisión la búsqueda permanente de nuevas fuerzas y caminos que permitan al hombre alcanzar su plena capacidad, elevando sus niveles culturales y con ellos sus condiciones de vida y de trabajo.

Así afirmamos que el valor fundamental de nuestras vidas está en sostener la dignidad del funcionario como supremo valor de la existencia. **Esa es la razón y el fin de nuestro compromiso con los entes, con el país, con nuestra conciencia, por eso luchamos por lo que crearon nuestros mayores, lo que continuamos creando nosotros y continuarán nuestros hijos.**

Por esto y por mucho más NO A LA PRIVATIZACION.

El Orejano
Carlos La Barca



De la larga noche de los 11 años

El naufragio

Nunca supe exactamente si fue real, si fue un sueño, si fue una pesadilla, si me pasó a mí precisamente, o si me lo contaron, o si lo sentí en algo.

No estoy seguro si venía un barco, pero tenía la impresión de que se avecinaba una tormenta muy brava, oscuros, turbios nubarrones amenazaban la apacible belleza del Uruguay Río, del Uruguay País.

Una oscuridad presagiaba una noche larga y tenebrosa, añoraba la tranquilidad del hogar, de los amigos, del trabajo, me sentía como preso en una situación que yo no había creado, de una situación que tenía otras fuentes de generación. extrañas al Uruguaya, extrañas a mí mismo.

El viento arreciaba en forma huracanada, no se podía prever de donde venía por lo tanto tampoco se podían tomar precauciones. El asunto era cómo salir de esa situación, pero no era fácil.

Tal vez un bandazo me tiró con tal fuerza con lo que me pareció la cabina, que sentí dolores por todos lados. Fui a caer de cabeza dentro de un medio tanque lleno de agua sucia, no sé cuánto estuve dentro de ese tacho con la cabeza dentro del agua, lo que sí sé que me parecía (o fue cierto) que recibía unos golpes eléctricos en la cintura, en la espalda, en todas partes... seguir en esa posición me llevaba irremediablemente a la muerte por asfixia, pero estaba como atado a una tabla que fuerzas extrañas manejaban, me saltaban chispas en la cabeza, llegué a pensar que se llegaba mi fin, pero no, las mismas fuerzas extrañas que me mantenían sumergido haciendo las veces de submarino, me sacaban y me volvían a sumergir una y otra vez y fue otro bandazo que vino de babor que me hizo rodar por la cubierta y otra vez la misma historia, las mismas fuerzas extrañas que me tenían como atado a una tabla y en una especie de sube y baja me metían de cabeza en el agua con estiércol, parecía que me aplicaban corriente eléctrica que me sacudía todo el cuerpo, trataba de soportar pero las chispas y estrellitas rosas, azules, deformes, seguían saltando sobre mi cabeza.

De seguro no podía soportar más, no cabía otra cosa, era el fin, era la muerte. Trataba de pensar, es increíble lo que se puede pensar en una fracción de segundos. Me acordaba del rancho donde nací allá a dos leguas de Dolores por el viejo camino de la Escuela de Belén, pasando el Cerro El Espinillo antes de cruzar el arroyo, por ahí mismo donde los 33 orientales tuvieron su primer enfrentamiento armado, de mi padre y de mi madre... no pude pensar más, seguramente debería estar muerto, pero no, las mismas fuerzas extrañas me volvieron a sacar.

Pero mi barco pegaba bandazos de un lado a otro, ya no sabía si flotaba o estaba hundido, porque no hay cosa más triste que se hunda un barco, es lo mismo que se hunda la Patria, es perder los seres queridos, es algo así como si algo extraño a nuestra propia manera de ser se apoderara de uno mismo, es algo raro y maligno que no puede suceder, hay que evitarlo, por eso uno lo defiende, se aferra a él, se transforma en él mismo y sacando fuerzas que nadie sabe de dónde, se incorpora y lucha, pero nota que está atado y el agua y el viento lo hacen parecer que uno no ve, que está como encapuchado, pero instintivamente busca a tientas la salvación del barco, la salvación de uno mismo, pero que al barco hay que salvarlo pues si se hunde el barco nos hundimos todos, mis amigos los que no lo son, los conocidos y los que conocemos, el País entero, al barco hay que salvarlo.

Y en ese ir y venir de cosas que pasaban y entre los bandazos que pegaba el barco, caía de un lado a otro y hasta me parecía que el agua no era agua y el viento no era viento, que eran libros los que caían sobre mi cabeza, sobre mi cuerpo, sentía frío y calor, chuchos de toda especie, seguramente tenía fiebre y en ese delirio me parecía sentir que varios hombres me golpeaban todos a la vez y por todos lados, me preguntaban cosas y me seguían golpeando, realmente no podía ser real, seguramente la misma fiebre me hacía imaginar esos disparates, no, de ninguna manera podían existir seres que golpearan todos a la vez y a alguien que no veía y parecía estar atado, indefenso.

Me asombraba cómo podía resistir semejante cosa y otra vez a pensar y en una fracción de segundos a pensar toda una vida. Miraba a mi hija en manos de monstruos, a mi hijo contemplando atónito la situación, a mi mujer sin entender nada, a mi madre llorando, seguramente nada era verdad, la fiebre me hacía figurar todas esas cosas, no podía ser verdad.

El agua y el viento seguían arreciando, los golpes continuaban, yo ya no podía sostenerme. No quedaba otro camino, el barco se hundía y con él todos mis sueños, todas las ilusiones de una vida mejor para todos. Tenía que tratar de salvar el barco, tenía que seguir luchando.

Una especie de remolino me dejó como a caballo en la baranda, no había otra, me caería al agua, me ahogaría, se hundiría el barco o todo sería un mal sueño, yo ya no estaría o tal vez estaría, pero el barco volvería a navegar, la tormenta pasaría y los intrépidos, valientes y militantes marineros con su social carga de sueños y esperanzas guiaría la nave hacia el puerto de la felicidad.

Sin embargo no me caía, las mismas fuerzas extrañas me sostenían y la baranda parecía un caño de 2 pulgadas que bellaqueaba como un potro y yo saltaba y caía de peso sobre el caño. Mis testículos seguramente estaban reventados, sentí enormes dolores y otra vez a pensar. No sé de dónde recordé a Yules Fukic, un revolucionario checoeslovaco torturado por los nazis durante la segunda guerra mundial en su libro "Reportaje al pie del patíbulo", dice que en una situación límite de esa clase hay que liberar todo el cuerpo y hacer funcionar el cerebro. El cerebro controla todo, hasta las respuestas y los dolores. Y fue así nomás, pues aunque seguía rebotando sobre mis testículos y seguramente terminaría partido en dos, no sentía dolores.

La tormenta debe de haber durado años, los golpes ya no tenían lugar en el cuerpo y por lo tanto tampoco había lugar para que me dolieran.

De golpe vino una calma y el agua me tiró sobre la playa, el agua del Río me acariciaba mis pies, debo de haber estado meses en esa posición, comencé a reaccionar, entonces ¡no estaba muerto!, pero dónde estaba, no era una playa, el piso de unas baldosas viejas, lo del agua había sido un sueño, el lugar era pequeño y allá arriba una ventana con rejas, sería un calabozo, seguramente seguiría con fiebre

* * *

Tiempo después cruzaba la Plaza Artigas de Mercedes caminando con los pasos perdidos como hombre después de un naufragio.

Al cruzar junto al prócer miré su estampa, ese mismo monumento al que yo cuando niño contribuí a levantar juntando bronces y cuanto material servía para fundir la estatua del gran Artigas... Me di cuenta, no había sido un naufragio, por lo tanto tampoco el Barco se había hundido.

Aurelio Piccone

LOS OBJETIVOS DEL '92

* Salario
* Carrera funcional
* Formación
* Salud ocupacional
* Defensa de las Empresas Públicas
* Defensa del Parque de Vacaciones
* Hogar Estudiantil
* Vivienda
* Guarderías
* Complejo sindical

AUTE



El Municipal



El Municipal

ORGANO OFICIAL DE A.D.E.O.M.

Asociación de Empleados y Obreros Municipales

Fundado el 27/7/47 con personería jurídica desde el 18/4/51 filial de la Federación de Asociaciones de Empleados y Obreros Municipales del Uruguay, filial del PIT- CNT, filial de la C.L.A.T.E. y filial de la U.I.S. de la función pública.

CANELONES 1330 Tel. 91 92 73 /74 FAX. 91 92 72

Impreso en talleres gráficos del diario LA REPUBLICA (REG. S.A.) Garibaldi 2579 Dep. Leg. 252.164

REDACTORES RESPONSABLES
EDUARDO PLATERO
ROBERTO TUALA

DIBUJOS
ESNAL
N. LISTA

CUERPO DE REDACCION
E. PLATERO
H. MELO
E. QUINTEROS

MOV. JUBILADOS
A.SALOM

TUR. SOCIAL
R. TUALA
F. MARTINEZ
E. ARBES

VIVIENDA
A. GOMEZ

BCO. SANGRE
M. BENASAR

CULTURA
L. ZEBALLOS

Editorial

¡NO PUEDE SER!

El Municipal" correspondiente a este mes es sensiblemente más chico que sus números hermanos; la razón es tan sencilla como desgraciada: **¡no sabíamos en qué "tono" salir!.**

Hasta el lunes 21 de Abril, vencido largamente la fecha de cierre de nuestro periódico, no sabíamos si estaríamos o no en conflicto con la Intendencia, y por lo tanto, tampoco sabíamos si el tono general del mismo sería "de guerra" o "de paz".

No es la primera vez que esto nos sucede; recordamos que en una oportunidad editamos el periódico (que debe llegar indefectiblemente para el día de pago) mientras esperabamos una contestación de la anterior Administración Municipal de la cual dependería todo.

Ibamos a una Asamblea General en la cual, según fuese la respuesta del Intendente, decretaríamos severas medidas de lucha o normalizaríamos la situación.

Es increíble que casi 5 años después, con los radicales cambios de orientación que ha habido en la conducción de la Intendencia, nos viésemos ahora enfrentados a una situación tan parecida.

Y es reconfortante sentir, que como entonces, el Gremio estaba pendiente de la voz de su Sindicato. Expectante, tenso y pronto para lo que fuese necesario; pero con la serena convicción de que sería informado puntualmente a través de los canales oficiales de ADEOM y que, en caso de ser necesario: **¡decidiríamos en Asamblea!**

SON AÑOS DE LUCHA Y EXPERIENCIA

¡En ADEOM no hay novatos!. Hemos pasado por tantas instancias de lucha; hemos tenido que enfrentar tantas situaciones del 84 a la fecha que nadie puede decir: "Yo soy nuevo".

Bueno, algunos nuevos hay y bien que nos alegramos de que nos hayan venido a rejuvenecer; pero, aún estos compañeros recién ingresados cuentan con la ventaja de haberlo hecho a sectores con experiencia y organizados.

¡Difícil era en el 84 cuando casi no nos conocíamos entre nosotros y muy pocos eran los que tenían experiencia de los años anteriores al 73!

De entonces, cuando hasta la existencia misma de ADEOM estaba en discusión, a la fecha ha corrido mucha agua y nos conocemos.



¡Confiamos los unos en los otros, tenemos una organización permanente que llega rápidamente a todos los sectores (sobre todo en momentos de crisis) y contamos con medios permanentes de información propios!

Condición indispensable para no ser objeto de manipulación por parte de los medios masivos y ajenos de comunicación.

Que por ser ajenos persiguen objetivos no siempre coincidentes con los del sindicato.

Sin que les estemos negando responsabiliad y objetividad, ni estemos cuestionando al periodismo y los periodistas.

¡Todo lo contrario! Simplemente estamos delimitando los campos.

El interés general de información que intenta satisfacer un medio masivo no tiene por qué ser coincidente con la demanda particular y específica de información y orientación que tiene un sindicato.

Unos son "prensa de información", nosotros somos "prensa de opinión". ¡La voz oficial de ADEOM!

Un Sindicato, para ser de veras independiente (para poder de veras "confiar en nosotros mismos") tiene que darse sus medios propios y particulares de información y orientación.

"El Municipal"; la audición diaria en CX40 y los "ADEOM Informa" llevados de la mano del conjunto de militantes que forman los cuadros organizativos del Sindicato.

Son años de experiencia acumulada, procesada y sintetizada.

Que nos dan tranquilidad y solidez.

PERO, ES UNA PENA

Es una pena, una verdadera pena que esa experiencia y esa solidez del Sindicato estén siendo sometidos a prueba tan a menudo por lo que no vacilamos en llamar: **Un Gobierno Municipal del cual no nos sentimos enemigos.**

En general, no nos sentimos "enemigos" de nadie. A lo sumo de la política de gobierno que ese alguien lleva adelante.

Pero, en lo que hace a esta Administración Municipal presidida por el Dr. Tabaré Vázquez lo hemos dicho hasta el cansancio: es la que registra un mayor nivel de coincidencia programáticas con ADEOM.

Ni ADEOM copió a Tabaré, ni Tabaré copió a la ADEOM.

Por caminos diferentes; en tiempos diferentes y en campos diferentes llegamos a conclusiones programáticas similares.

Es un hecho objetivo y no hay que andar buscando misterios en esto.

Como durante la Huelga General del 73 nos resultaba prácticamente imposible hacernos entender por algunos militares "gorilas" que se creían que porque ADEOM tenía una bandera tricolor y se organizaba en Comités de Base no era una dependencia del Frente Amplio.

Sin importar que la tricolor de ADEOM fuese creada en el año 1947 y la del Frente Amplio en el 71 al igual que sus Comités de Base mientras los del Sindicato habían nacido inmediatamente después de la Huelga de 1960.

Es que... ¡cuando no se quiere entender!

La cuestión es que resulta un verdadero pecado que compartiendo la mayoría de los postulados programáticos no podamos entendernos ágilmente en la concreta.

ADEOM lucha por la dignidad moral y material de los trabajadores municipales y de los trabajadores en general.

Tabaré Vázquez se dirigió por primera vez a los *municipales* como Intendente para decir lo mismo. Y, además, lo hace.

Las diferencias *que* tenemos son en cuanto a cómo hacerlo mejor. Pero, el IPC, es el mínimo del cual hablamos en cada cuatrimestre mientras la orientación del Gobierno Nacional es la que sufrimos nosotros en el período pasado.

¡Rebajar y rebajar en salario!

ADEOM lucha por defender los Servicios Municipales y **todos sabemos que si no hubiese ganado el Dr. Vázquez por lo menos la Limpieza estaba privatizada.**

¿O no?

ADEOM, cuando salió al frente a luchar por defender la Intendencia dijo que "A Montevideo unicamente lo podía "levantar" un fluído diálogo entre la Intendencia, los vecinos y los funcionarios".

Tabaré dice que su gestión se apoya en tres pilares: la Administración; los Vecinos y los Funcionarios.

¿Cómo, entonces, es que vivimos en un constante rozamiento?

¿Cómo es que somos permanentemente el sobresalto de los Vecinos que quieren que todos juntos nos pongamos a arreglar Montevideo?

EXPLICACIONES HAY MUCHAS

Explicaciones hay muchas pero, más que explicaciones **lo que estamos necesitando es soluciones.**

¿Falta de experiencia de Gobierno del elenco político?...

¡Concedido! Cierto, es la primera vez que acceden al Gobierno. Pero, entramos en el tercer ejercicio y no queda demasiado tiempo para hacer pruebas.

¿Ausencia de una verdadera jerarquía de mandos medios y superiores de Carrera que asuman y resuelvan la mayoría de los problemas que hoy se "elevan a la Bipartita" haciendo inacabables el trabajo de ésta?

¡Concedido! Pero hemos avanzado poco en la formación de esos cuadros medios y superiores y no alcanza con la mera voluntad o los buenos deseos. No se crea Estructura de la noche a la mañana. ¡Ni por Decreto!

Rachetti destrozó la Carrera Funcional y con la "barrida" de los viejos Directores se rompió una tradición formativa que sería tal vez rutinaria y poco afecta a los cambios pero que era mejor que nada.

Y, en general: se hacía cargo de su área de trabajo. Cómo decimos ahora: ¡Encaraba!.

No hemos puesto suficiente atención a lo que hace a la formación de los cuadros de Carrera (de Capataz y Jefe a Director Genral de Servicio) y no hay tantos.

¿La normativa es vieja, está desordenada, tiene contradicciones y nadie la conoce?

¡Concedido! La Intendencia es un caos de disposiciones, tradiciones y prácticas que uno no sabe bien cómo nacieron a que obedecen. Pero, ¿estamos haciendo todos los esfuerzos para desenredar ese caos?

Finalmente: Cómo es el primer gobierno del Frente Amplio ahora le "buscan el pelo al huevo" y magnifican todos los desencuentros y errores que se cometen.

¡Concedido también! ¡Si lo sabremos nosotros, que vivimos solicitados por quienes antes ni se ocupaban de los múnicipales.

Pero, eso mismo debería hacernos más prudentes en las decisiones y en las declaraciones. Si no queremos ser "manipulados", más nos vale que seamos prudentes y midamos tres veces antes de cortar la tela.

Y que contemos hasta ochocientos ochenta y ocho mil ochocientos ochenta y ocho antes de formular declaraciones agresivas o de forzar decisiones que ponen a ADEOM en la dolorosa disyuntiva de pelear o dejarse llevar por delante. Porque no somos de "morir con los ojos abiertos".

Las grandes coincidencias programáticas son una cosa y el estar al servicio otra.

¡Muy otra!

ENTREMOS A LA "SOLUCIONATICA"

Al final de esta mini crisis el Intendente volvió a insistir en su interés por un convenio a largo plazo que regulara las relaciones Sindicato/Intendencia en los principales rubros.

No únicamente el salarial, sino también el Estatutario: la no eludida por ADEOM: cuestión de la "productividad"; los aspectos disciplinarios y de regulación de derechos, deberes, obligaciones y garantías y la reorganización de los Servicios.

¡Totalmente de acuerdo!

Empezando por la cuestión salarial para no andar de tironeo cada cuatro meses y porque es terriblemente injusto el régimen actual.

Por obra de muchas administraciones desde antes de la Dictadura y de la cual, **esta Administración tampoco está libre de pecado.**

Porque también "desemparejó" con la misma "pauta de desviación" que las anteriores: el "paternalismo" respecto a los sectores más próximos o que se creen clave; el "asegurarse" a tales o cuales funcionarios y el ver con ojos más benevolentes a lo que cada cual tiene alrededor.

"A igual tarea, igual remuneración" es una meta a alcanzar. No una realidad actual.

¡Con dificultades y por etapas! Porque no queremos "emparejar" bajando sino "subiendo". Y eso cuesta.

Pero, **¡seamos sinceros! Nadie, absolutamente nadie, puede tachar a ADEOM de haber propiciado compensaciones sectoriales (como no fuesen justamente para "emparejar") luego que entró esta Administración.**

No porque fuera la del Dr. Tabaré Vázquez sino porque se intentaba rebajarnos el salario que tenía como referencia el IPC.

Cuando se terminaron en la Intendencia las "Pautas Salariales Nacionales" que nos rebajaban el Salario se terminaron los reclamos sectoriales empujados por ADEOM.

Así que... de este caso no somos de los que más autocrítica tenemos que hacernos.

Y si todos tenemos claro que hay que empezar por aclarar el tema del Salario para poder simplificar el mapa actual de la Intendencia y darle a la misma una mayor posibilidad de emplear sus recursos humanos y a sus funcionarios una mayor posibilidad de progresar por sus méritos y su contracción al trabajo... ¡todo chiche!

ADEOM está dispuesta a empezar mañana.

Y nada cambiará pese a que [illegible] elecciones en el Sindicato [illegible] no es política de lista sino [illegible] del Sindicato.

[illegible] al Funcionario - Defender al Servicio - Defender al [illegible]

[illegible]! ¡Qué el tiempo no [illegible] y la tarea sí!

Eduardo Platero.

A.D.E.O.M. INFORMA

LLAMADO A ELECCIONES
(Art. 67 de los Estatutos)

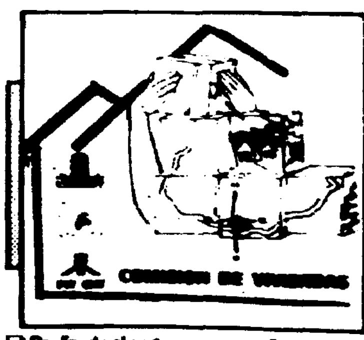
La Comisión Electoral de ADEOM comunica a todos sus asociados que el día 29 (día de cobro) de abril del corriente año, se llevarán a cabo las elecciones de autoridades de nuestro Gremio.
Dichas elecciones se realizarán en los locales y horarios de votación siguientes:

1) Limpieza Central - Gonzalo Ramírez Nº 1250	de 6 a 15 horas
2) Cantón 1 - Gobernador Viana Nº 2685	de 8 a 15 horas
3) Cantón 2 - Dr. Carlos María Pena Nº 4579	de 8 a 15 horas
4) Mant. Vial Depósito Cerrito - Gral. Flores 3840	de 7 a 17 horas
5) Saneamiento - Lucas Piriz Nº 2359	de 7 a 15 horas
6) Paseos Talleres - Agraciada Nº 2570	de 7 a 15 horas
7) Zoológico - Avda. Rivera Nº 3245	de 9 a14 horas
8) Teatro Solís - Bartolomé Mitre Nº 1268	de 7 a 14 horas
9) Mantenimiento y Reparaciones de Vehículos Joaquín Requena Nº 1711	de 7 a 14 horas
10) Parque Hotel - Rbla. Wilson s/n	de 9 a 20 horas
ADEOM - Canelones 1330	de 7 a 20 hs.

El escrutinio se realizará en ADEOM, todos los circuitos al mismo tiempo.
Será necesario que cada socio, para ejercer su derecho al voto, exhiba ante la Mesa Receptora su documento de identidad policial, como así también un sobre de cobro que permita comprobar su número de Padrón.

Montevideo, 10 de abril de 1992.

Victor Silva Gustavo Seré



VIVIENDA

❑ Realizado el sorteo correspondiente al Bono Colaboración de la Comisión de Vivienda de ADEOM, el día 19 de abril pasado correspondiente al mes de abril, resultaron favorecidos los siguientes números:

9512 - 1º Premio - Lavarropas automático
5005 - 2º Premio - Cocina Super gas, 2 hornallas
1661 - 3º Premio - Refrigerador

Los compañeros: Sergio Saldías y Ana María C[illegible] que resultaron poseedores de números sorteados deben participar de la próxima Asamblea de Vivienda a realizarse el día 17 de mayo venidero.

❑ En otro orden de cosas la Asamblea General de Vivienda, viendo la problemática actual y la falta de [illegible] por parte de [illegible] continuación con solicitud de entrevista al [illegible] Municipal Dr. Tabaré Vázquez, [illegible] el de carácter obligatorio para todos los afiliados, quedando la Dirección facultada a definir la fecha, lugar y hora de realización al cierre de "El Municipal" no se resolvía todavía esos detalles por lo que pedimos a los compañeros que estén atentos a los materiales que publicará la Comisión de Vivienda al respecto.

¡ALAMBRAMOS PUNTA ESPINILLO!!

❑ Cumpliendo una resolución tomada por la Comisión Bi[illegible] para el Parque Vacacional destinado a funcionarios municipales en Punta Espinillo, esta Semana de Turismo A[illegible] Punta Espinillo.

La Intendencia puso los materiales y ADEOM los mil[illegible] que realizaron el trabajo de alambrar el perímetro de las cercas de 9 hectáreas de la zona reservada para los mu[illegible] en "Calavera Grande".

Nos quedaron 22 postes para colocar terminando de [illegible] perímetro y un nuevo y gran paso hacia la concreción de nuestra colonia vacacional se habrá completado.

Quedan por intaler los Servicios de Agua, Luz y Sa[illegible] y luego ¡empezar a construir cabañitas!

Ah... y a pesar de que no tenemos más que reconocim[illegible] para la diligencia y buena voluntad de la Intendencia en lo que a nuestro Parque Vacacional se refiere: no nos ve[illegible] que la cesión se hiciese con todas las de la Ley.

Descontamos que no habrá porblemas, ni a nivel de In[illegible], ni a nivel de Junta porque siempre nuestro clásico Pic Nic dejó de estar acompañado por representantes del Ejecutivo Comunal y ediles de todos los sectores.

¡Otro pasito, compañeros!! ¡Otro pasito!!

ANTE EL PROYECTO DE REFORMA JUBILATORIA

A LOS LEGISLADORES Y AL PUEBLO

□ La Organización Nacional de Asociaciones de Jubilados y Pensionistas del Uruguay, Declara:

Que se opone enérgicamente al Proyecto de Gobierno sobre Reforma Jubilatoria elevado al Parlamento Nacional y alerta a los jubilados, pensionistas, trabajadores y pueblo en general, exhortándo a movilizarse para rechazarlo, por las siguiente razones:

1.- Porque ninguna de la reivindicaciones formuladas por el Delegado de ésta Organización Nacional -compañero Luis A. Colotuzzo- ante la Comisión Intersocial, que funcionó irregularmente en el ámbito del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, fueron consideradas. Como la inclusión de los jubilados y pensionistas en DISEE o pago de la cuota mutual; recuperación progresiva de 436.250 jubilaciones y pensiones, que al 1.12.91 deben considerarse por debajo de la línea de pobreza (72.29% del total), desde que están por debajo de dos Salarios Mínimos Nacionales líquidos, o sea, de N$ 400.200. y que en promedio según datos oficiales del B.P.S., apenas exceden los doscientos mil pesos de asignación mensual; Viviendas, Prima igualitaria por edad y otros.

Con el agravante de que el Proyecto de Ley del Gobierno deroga la jubilación por edad avanzada a que los jubilados actuales tienen derecho -después de cumplir determinados requisitos- y faculta al Poder Ejecutivo a rebajar los aportes patronales, cuando haya superavit de recursos.

2.- Porque la deshumanización de la política económica del Gobierno todo lo reduce a un frío cálculo de costo de producción y reproducción de mercaderías, incluyendo los derechos sociales y humanos en esa rígida concepción materialista, vulgar, magnificada con la aventura del MERCOSUR. Este materialismo sin piedad conduce a voceros oficiales a decir que el proyecto de Ley, no afecta los derechos adquiridos de los actuales jubilados y pensionistas. Sin embargo, nada es más falto de verdad e inadmisible, en relación a éste proyecto especialmente privatizador, en última instancia, que nos colocará a los más viejos en la terrible incertidumbre de no saber quien pagará por nosotros cuando su art. 4 se aplique plenamente y el dinero de la cuenta personal del afiliado se deposite a interés para garantizar el saldo de reemplazo del futuro jubilado.

3.- La transición de un sistema a otro, en la nebulosa de ciertas disposiciones del proyecto del Gobierno, con sonda mediante, y otras formas de privatización que se agregarán al sistema estratégico trazado, abren muchas interrogntes. Menos con el carácter de urgencia que se le ha dado a un proyecto de ley de tanta trascendencia y difícil consideración, por las materia tan complejas de que se trate. El carácter de urgente consideración parlamentaria y sus efectos es improcedente. Carece de fundamentación consistente, desde que si hay una crisis notoria en el sistema que se quiere reformar, ella es de gestión y no de financiamiento, como se ha argüido. Lo que sí está claro y fuera de toda duda en el contexto del proyecto del Gobierno, es que más del 80% de los jubilados que ingresrán al nuevo sistema -si éste se aprobara- cobrarían asignaciones inferiores a la mitad de las que ahora estamos cobrando. O con un poder adquisitivo o de compra inferior al 80% de lo que se puede comprar con las jubilaciones y pensiones vigentes. Esto representaría un castigo brutal y una penuria insoportable para las nuevas generaciones, que serían condenadas a la más extrema miseria.

Si ello es así, ¿cómo es posible que haya algún jubilado que diga que el proyecto de ley del Gobierno a él no le toca?. Acaso lo que más importe a nuestra edad, ya no sean las dificultades que nos quedan por padecer. Más bien se trata de la violencia moral, provocada por el dolor que nos causa el destino amargo que se pretende imponer a nuestros hijos y nietos, a la familia de cada uno de nosotros.

4.- Porque, esencialmente, se ha introducido una nueva concepción regresiva del Banco de Previsión Social -en especial de las jubilaciones y pensiones- que la transforman en un simple seguro mercantil, violatorio de los principios tradicionales de la Seguridad Social en el país, como el de Solidaridad y reparto, que informaron el nacimiento y desarrollo de las leyes jubilatorias. De ahí que se instituye una forma parcial de Privatización, abriendo el caminó para la total privatización a que conducen sus mecanismos (Artículo 4 y concordantes del proyecto).

5.- Porque las normas con que se pretenda innovar radicalmente, se determinaría el monto de las jubilaciones futuras, y por "el saldo acumulado de la cuenta personal del afiliado durante toda la vida activa" y "la expectativa de vida de la persona en el momento de su retiro", más otro factor, colocando la naturaleza jurídica del sistema proyectado más bien en una póliza corriente de seguro, que en el campo de la Seguridad Social contemporánea. Esto es más grave todavía, si se tiene en cuenta que ya está previsto por el Directorio del B.P.S., que una empresa multinacional -SONDA- se haga cargo de la recaudación y del cálculo de todas la prestaciones.

6.- Porque si de la filosofía aplicada al Proyecto, pasamos al análisis del conjunto de sus disposiciones, debe concluirse que el mismo es inconstitucional, por más de un concepto. Además de sustituirse el hecho básico de trabajo, previsto en nuestro ordenamiento jurídico -como condición esencial para generar la causal jubilatoria y otros beneficios por el cálculo de los aportes mínimos que efectivamente se hayan realizado. Para desembocar en el mayor aniquilamiento de la Seguridad Social y provocar más pobreza de la que determina la crisis de la estructura económica de la sociedad. O sea, multiplicando la injusticia social y desalentando el financiamiento del sistema a todos los niveles. Este se vería comprometido de inmediato, por lo menos, con 50.000 nuevos postulantes de jubilación que están trabajando pero que ya no les valdría la pena hacerlo en caso de que el nuevo proyecto fuere aprobado.

En las sesiones del 31 de marzo y 7 de abril de los corrientes, en la Comisión de la Seguridad Social de la Cámara de Representantes, el Presidente del Directorio del B.P.S. documentó al desquicio histórico de la gestión del organismo y su incapacidad administrativa (derivada del clientelismo político tradicional) para cumplir sus cometidos específicos. Claro que al extremo en que la crisis y la corrupción han llegado, sirve para justificar el contrato con la empresa extranjera SONDA, que se está tramitando mucho más rápido de lo que demore en salir una jubilación. Y sin cumplir con el requisito de la licitación pública.

7.- Porque la gran injusticia que pretende perpetrar el Gobierno, resulta de que más de 100.000 trabajadores perderían su derecho adquirido a jubilación en el mediano plazo o algo más, si al 1/7/92 no alcanzan a cumplir 58 años los hombres y 53 las mujeres. Porque todos los que cayeron dentro del nuevo régimen verían reducidas a la mitad o más las asignaciones que les pagaría el B.P.S., en relación a las ya paupérrimas que rigen actualmente. Sin descontar la dolorosa y triste suerte que correrían otros tantos miles de trabajadores -quizás más de cien mil- que cumplen actividades zafrales o que no tienen estabilidad en el trabajo, como los de la industria de la construcción, de la bebida, de las curtiembres, de la lana, de los frigoríficos y tantas otras. Incluso los conductores de los transportes colectivos y de cargas, que al llegar a los 60 años o antes, no le sellan la libreta profesional.

8.- Porque para colmo, el incumplimiento de sus cometidos legales y constitucionales por reiterados directorios del B.P.S., hace que el Ente no cuente con ninguna registración acerca del nombre y apellido de los trabajadores que han prestado servicios en las empresas pues éstas pagan por cantidades globales innominadas, sin especificar los aportes que corresponden a cada uno, ni los salarios percibidos. **Asombroso!!.** Como lo es que el Presidente del Directorio del B.P.S. dijera el 31 de marzo en una Comisión parlamentaria, que durante los siete años que ha ejercido un cargo en la conducción del Ente, no conoció ningún deudor que haya sido ejecutado, a pesar de que está probado que sólo durante el año 1990, tuvo lugar una evasión del orden de los 300 millones de dólares.

El Art. 49 del proyecto dice textualmente: "Los mínimos establecidos en los dos artículos precedentes se aplicarán a los hombres mayores de 60 años y a las mujeres de 55 años siempre que registren un mínimo de 30 años de "Cotización efectiva". Parece increíble, pero obsérvese que no se trata del requisito de haber cumplido 30 años de trabajo sino de "Cotización efectiva". ¿Qué trabajador podría lograr este milagro, habida cuenta del desorden del B.P.S., de que la empresa o las empresas en que prestó servicio ya no existen o las que existen no le vertieron los aportes o ni están registradas en el B.P.S. o no se les ocurre certificar por escrito que han cumplido actividades laborales en ellas?.

Adviértase, además, lo que dice el Art. 26. Es evidente que la dictadura militar que nos despojó de tantos derechos por los Actos Institucionales 9 y 13, quede "a la altura de un felpudo" y que el Gobierno, en su proyecto inaudito, va más lejos que el Banco Mundial, cuanto en el informe de 12 de Agosto de 1986, demandó: "Unicamente una solución a largo plazo como la de equiparar las prestaciones al nivel de un salario mínimo nacional, pueden servir para que la sociedad cobre conciencia de que la situación ha cambiado sustancialmente".

Desde luego que el Proyecto del Gobierno no toca las jubilaciones privilegiadas que se encuentran entre cinco y diez millones de pesos mensuales y que se llevan alrededor del 15% de los egresos del B.P.S. También se sigue ocultando lo que debe el Estado al Banco de Previsión Social, con lo que no sabemos si a partir de 1990 el Tesoro Nacional asistió financieramente al B.P.S. o éste a aquel. Sí sabemos que la Contaduría General de la Nación dijo haber pagado en concepto de asistencia financiera en 1990 al B.P.S. -con 592.388 pasivos - 41.327 millones de Nuevos Pesos (el 32%), mientras que asistió a la Caja Militar por la suma de 59.468 millones de Nuevos Pesos y a la Caja Policial por 27.627 millones de Nuevos Pesos (ambas por el 68%) y con menos de 50.000 afiliados entre las dos. Desde luego que la Caja Militar y la Caja Policial no están comprendidas en el régimen proyectado por el Gobierno.

Montevideo, 21 de Abril de 1992.

Ademar Fernández — Presidente

Luis Alberto Colotusso — Presidente

ASAMBLEA DE MEMORIA Y BALANCE ANUAL

El día 31 de marzo se llevó a cabo en tercera citación, tal cual estaba previsto, la Asamblea de memoria y balance anual.
La misma se desarrolló con total normalidad y calma, como ya es costumbre en nuestro Sindicato. La asistencia anduvo alrededor de los 100 compañeros (como casi todos los años) número que seguimos considerando escaso para la importancia del tema que se trata.
La Asamblea comenzó con un informe del compañero Platero que giró en torno a lo realizado durante el año pasado y perspectivas para el año que transcurre. Posteriormente Fernando Martínez (Tesorero), realizó un informe "traduciendo" a los compañeros los informes contables que se les entrega al ingresar a sala.
Aquí surgieron datos que aclararon dudas a la concurrencia.
Como ejemplo podemos marcar que se desmenzó toda la parte referida a disminuciones patrimoniales indicando el porque y el cuanto de cada rubro.
También se aclaró que se señó camioneta que adquirió la ADEOM y se tenía como saldo al 31/12/91 la suma de 16.765,72 U$S cifra nada despreciable.
Supimos cuanto se gasta en Reyes, en Punta Espinillo, en libros para la Biblioteca; en fin, se aclararon todos los aspectos que los compañeros desearon y eso se reflejó en que no se vertieron opiniones discordantes con el informe.
Puesta en votación la Moción que pedía aprobar lo actuado en el período comprendido entre el 1/1/91 y el 31/12/91 la misma resultó mayoritaria con dos votos en contra.

ESTADO DE SITUACION PATRIMONIAL AL 31.12.91

1.- ACTIVO

1.1.- ACTIVO CORRIENTE

1.1.1.- DISPONIBILIDADES		
Caja m/e	N$ 3:588.458.-	
Caja m/n	N$ 2:145.408	
Banco m/n cta. cte	N$ (1:570.616)	
Banco m/e caja ah.	N$ 38:360.572	N$ 42:504.822
1.1.2.- CREDITOS		
Cuotas soc. a cobrar	N$ 61:183.047	
Deudores varios	N$ 3:832.258	
Pagos adelantados	N$ 2:480.000	N$ 67:495.305
1.1.3.- BIENES DE CAMBIO		
Reyes	N$ 20:000.000	
Otros bienes	N$ 593.620	N$ 20:593.620
TOTAL ACTIVO CORRIENTE		N$ 130:593.747

1.2.- ACTIVO NO CORRIENTE

1.2.1.- BIENES DE USO		
Inmueble	N$ 212:333.278	
Amort. ac. inmueble	N$ (16:986.664)	N$ 195:345.614
Muebles, útiles, inst.	N$ 67:689.326	
Amort. ac. M.U.I.	N$ (16:021.710)	N$ 51:667.616
TOTAL ACTIVO NO CORRIENTE		N$ 247:014.230
TOTAL ACTIVO		N$ 377:607.977

2.- PASIVO

2.1.- PASIVO CORRIENTE

2.1.1.- DEUDAS COMERCIALES		
Prov., Ac. carg. soc.	N$ 17:440.367.	
2.1.2.- DEUDAS FINANCIERAS		
Bco. Cta. cheques dif.	N$ 1:310.000	
TOTAL PASIVO CORRIENTE		N$ 18:750.367
TOTAL PASIVO		N$ 18:750.367

3.- PATRIMONIO		
Patrimonio social	N$ 79:954.015	
Fdo. rev. ac. fijo	N$ 215:596.262	
Res. ejercicio	N$ 63:307.333	
TOTAL PATRIMONIO		N$ 358:857.610
TOTAL PASIVO Y PATRIMONIO		N$ 377:607.977

Héctor Melo — *Sec. de Finanzas*
Fernando Martínez — *Tesorero*

ESTADOS DE AUMENTOS Y DISMINUCIONES PATRIMONIAL

Ejercicio del 1.1.91 al 31.12.91

AUMENTOS		
I.M.M. Cuotas sociales	N$ 427:794.057	
Cuotas individuales	N$ 433.430	
Donaciones	N$ 10.000	
Intereses	N$ 2.326	
Otros ingresos	N$ 1:042.665	
TOTAL AUMENTOS		N$ 429:282.478

DISMINUCIONES	
Sec. Finanzas	N$ 79:522.8750
Sec. Organización	N$ 44:006.416
Sec. Prensa y Radio	N$ 67:2314.602
Sec. Propaganda	N$ 839.378
Sec. Local y Fomento	N$ 9:198.360
Sec. Cultura	N$ 25:491.366
Deportes	N$ 2:789.900
Sec. Relaciones	N$ 42:652.602
Sec. Asuntos Sociales	N$ 1:944.082
Turismo Social	N$ 9:229.285
Reyes	N$ 29:688.888
Comida	N$ 16:069.286
Amortizaciones	N$ 8:983.714
Elecciones	N$ 7:458.951
Pic-Nic	N$ 4:160.433
Seg. Laboral	N$ 430.220
Asambleas	N$ 2:660.401
Gastos jubilados	N$ 1:611.218
Banco de sangre	N$ 239.580
Jornadas especiales	N$ 10:059.940
Viajes exterior	N$ 784.000
Gastos varios	N$ 939.673
TOTAL DISMINUCIONES	N$ 365:975.145
RESULTADO NETO DEL EJERCICIO	N$ 63:307.333

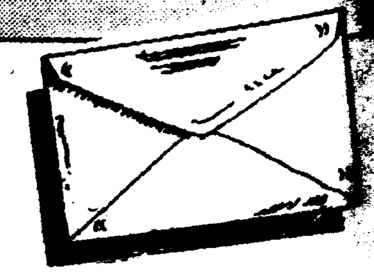
DEUDAS COMERCIALES		
Proveedores y acreedores por cargas sociales		
BPS (dic. y 1/2 aguinaldo)	N$ 1:271.576	
Envíos doc. y encomiendas	N$ 1:744.700	
Jueces campeonatos fútbol	N$ 470.000	
Gastos Reyes	N$ 1:510.550	
SIPRO (recortes periodísticos)		N$ 322.000
Sueldo abogado	N$ 408.700	
Impresión "El Municipal"	N$ 3:200.000	
PIT-CNT (cuota diciembre)	N$ 1:502.200	
Arreglo azotea	N$ 300.000	
O.S.E.	N$ 62.900	
Diarios	N$ 637.100	
Transporte	N$ 782.200	
Boletos y taxis	N$ 63.520	
Electro Sistemas	N$ 16.520	
ANTEL	N$ 242.900	
Cía del Gas	N$ 98.950	
Corporación Gráfica (impresos vs)		N$ 402.000
FNM	N$ 3:570.903	
IMM (impuestos)	N$ 14.100	
El Heraldo Publicidad	N$ 341.000	
TOTAL DEUDAS		N$ 17:440.367

CREDITOS		
Deudores varios		
FNM	N$ 3:632.258	
Préstamo funcionario	N$ 200.000	
TOTAL DEUDORES		N$ 3:832.258

ANEXO: INFORME DOLARES		
Saldo inicial al 1.1.91		U$S 12:[illegible]
Ingresos U$S		
Compra U$S	U$S 17:[illegible]	
Turismo Social	U$S 4.[illegible]	
Intereses	U$S 378.20	
Devoluciones	U$S 2.[illegible]	
Otros ingresos	U$S [illegible]	
TOTAL INGRESOS		[illegible]
Egresos U$S		
Turismo Social	U$S 1.[illegible]	
Préstamos	U$S [illegible]	
Seña auto	U$S 1.[illegible]	
Dif. compra fax	U$S 477.[illegible]	
Viajes al ext.	U$S [illegible]	
FNM aportes	U$S 2.[illegible]	
Venta U$S	U$S 13.[illegible]	
TOTAL EGRESOS	(U$S 20.[illegible])	
SALDO FINAL AL 31.12.91		[illegible]

NOTA A LOS ESTADOS CONTABLES

1.- Los estados contables han sido confeccionados siguiendo el principio de lo devengado.
2.- La cuenta Caja m/e (Caja en moneda extranjera) representa el saldo en caja de U$S 888.00. La cuenta Banco m/e caja ah (Banco moneda extranjera caja de ahorros) representa el saldo en BROU de la cuenta en dólares Nº 808.024 con U$S 15.877,72.
La cuenta Banco m/n cta. cte. (Banco moneda nacional cuenta corriente) presenta un saldo acreedor debido a que se encontraba en trámite bancario el respaldo de fondos desde la cuenta Banco m/e caja de ahorros con motivo de la fiesta de Reyes.
3.- Los activos y pasivos en moneda extranjera han sido ajustado al tipo de cambio de cierre (comprador interbancario billete N$ 2.416 por cada dolar.
4.- Bienes de cambio representa el total de bienes (juguetes) comprados para la fiesta de Reyes.
En otros bienes se contabiliza el [illegible] no adjudicado en la Rifa Pro Local del año 1987.
Este bien fue revaluado según el IPM (Indice de Precios Mayoristas).
5.- El inmueble fue revaluado según el IPM al 31.12.91, y amortizado al 2% anual, siguiendo los criterios aprobados por Consejo Ejecutivo.
6.- Muebles, útiles e instalaciones se revaluan de acuerdo al IPM y se amortizan al 10% anual. El criterio utilizado es no revaluar ni amortizar en el año de adquisición.
7.- Se anexa a la presente, el detalle de las deudas comerciales y de los deudores [illegible] FNM [illegible] dicha Federación con ADEOM al 31.12.91.
8.- La cuenta cheques diferidos [illegible] cheque [illegible] para el pago [illegible] a Delta Impresora.
9.- La cuenta pagos adelantados corresponde a la seña entregada a la empresa FIANCAR S.A. por la compra del auto (N$ 2:450.000) y N$ 30.000 entregados como adelanto de cuotas enero y febrero a Coordinadora de Jubilados.
10.- En disminuciones patrimoniales rubro Sec. Cultura representa [illegible] la compra de libros.
11.- Como [illegible] en dólares a efectos de [illegible] variaciones en moneda extranjera.



Recibimos y publicamos

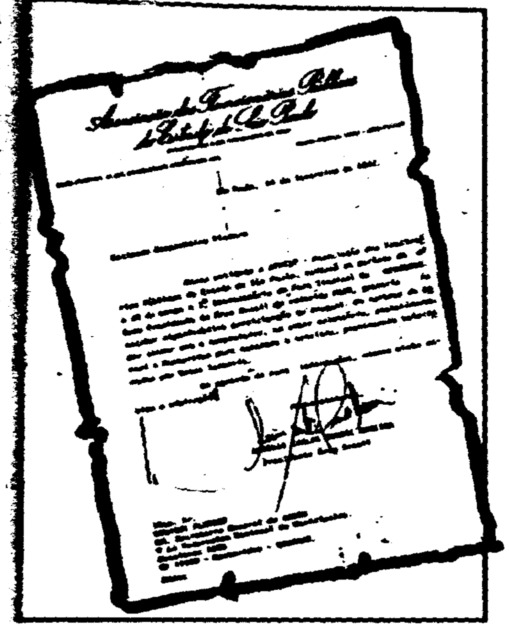
INVITACION QUE NOS HONRA

Lamentablemente con atraso, debido a la lucha de los compañeros del Correo, recibimos la invitación cuya copia publicamos.

La misma nos honra como Sindicato y compromete los esfuerzos de ADEOM y la F.N.M. en la tarea de estrechar vínculos con nuestros compañeros funcionarios públicos de América Latina y especialmente de aquellos incluídos en el Mercosur.

Frente a la generalización de la políticas desestatizantes y contrarias a los intereses de los Funcionarios Públicos, hoy más que nunca debemos reafirmar el contenido internacional de la lucha de los trabajadores.

En este caso, el marco es el MERCOSUR y de lo que se trata es de sí: siguiendo las recomendaciones del FMI los Gobiernos nos emparejan a la peor de las situaciones o si imponemos con nuestra lucha coordinada la igualación a la situación más favorable para el trabajador.



DE$DE MERCADOS Y FERIAS:

Los compañeros Inspectores de Mercados y Ferias nos acercan la nota que transcribimos a continuación:

Nuevamente, luego de un silencio confiado, bien intencionado, luego de haber realizado propuestas concretas, nos vemos en la obligación moral de relatar hechos puntuales que suceden en nuestro diezmado Servicio.

En los últimos meses hemos escuchado rumores en la Intendencia muy variados: desde que íbamos a ser absorbidos por el Servicio de Inspección General hasta que seríamos redistribuídos en una de las tantas reparticiones municipales con la consiguiente inquietud de los compañeros Inspectores, ya que en su inmensa mayoría para subsistir en este sistema donde impera la injusticia debemos trabajar en otro lugar además de la Intendencia, y las esposas hacer limpiezas porque la plata no alcanza (sabemos que no es problema de la Intendencia pero es bueno recordarlo, ya que es una realidad).

Supuestamente en nuestro Servicio existe corrupción...

Pero atrás Uds. compañeros:

- que hemos elevado ya varias propuestas de trabajo que en su base fundamental pedían la regularización urgente de todas las ferias;

- que necesitamos con un servicio de 222 en las ferias;

- que somos el único Servicio dentro de Higiene que a pesar de nuestra lucha no tenemos participación en las rentas.

- que todas nuestra propuestas fueron serias, formales, y elevadas a través de expedientes como corresponde al Sr. Intendente, a Descentralización, al Sr. Director del Dpto. de Higiene y a ADEOM y aún hoy no hemos obtenido respuesta. ¿Es esto participación? ¿Es esto el respeto por el funcionario, por el ser humano?.

El día 30/3/92 pedimos una entrevista con el Sr. Encargado de la Dirección Profesional, Ing. Agr. Luis Hernández (Grado 1 Categoría Profesional), en la cual sostuvo que no nos tenía confianza..., a ninguno de los funcionarios del Servicio, a consecuencia de un relevamiento sorpresa realizado en la calle Obligado en setiembre del 90 del cual los únicos que estaban enterados eran el propio Hernández y otros dos funcionarios; que supuestamente esto habría sido una infidencia, nosotros no entendemos nada, juzguen Uds. mismos.

Que en la misma entrevista antes mencionada, mantuvimos la premisa de que si el Servicio estaba desmantelado y no ofrecía nada a la población, no era culpa nuestra, pero que de todas formas estabamos para trabajar, pero en serio.

Que el caos es tan grande y llega a tal punto que cuando solicitamos directivas de trabajo, se nos ordena verbalmente (ya que por escrito muy pocas veces se nos ordena) que nos limitemos a marcar presencia en la Feria.

¿Cuál es realmente la tarea que debemos desempeñar?

De hecho Inspección General realiza los mismos controles que nosotros superponiendo las tareas y con apoyo que siempre reclamamos: guardia policial, vehículos, equipos de trasmisión, etc.

En definitiva compañeros a través de esta comunicación con Uds. queremos que se conozca la verdad de como se ha desarmado un Servicio útil a la comunidad, con unidades de mando, con conocimiento administrativo de lo que son Mercados y Ferias.

1º DE MAYO: LA NECESARIA UNIDAD SOLIDARIDAD Y LUCHA

La Historia del Uruguay es joven por muy rica en principios legados de la lucha por la Emancipación y sintetizados por la gesta Heroica de nuestro Pueblo junto a José G. Artigas.

El ya advertía en el oficio enviado el 20 de Mayo de 1811 a Javier de Elío: "La Causa de los Pueblos no admite la menor demora".

No se cerró con nuestra Independencia esa causa de Liberaicón y Justicia por la que se lucha hasta nuestros días.

Otros Hombres y otros Pueblos aportaron con sus experiencias las enseñanzas que confirman la certeza de nuestro Origen Libertario sustentado en la Igualdad y Soberanía.

La conmemoraicón del 1º de Mayo no es ajena a nuestra Historia y a la de los demás Pueblos.

En Honor y reconocimiento a la gran columna de Mártires que se simboliza en los de Chicago, es necesario revitalizar en nuestra conciencia y la de todos los Trabajadores, el afán de lucha por conquistar el Derecho al Trabajo, a Jubilaciones Dignas, a la Salud, a la Vivienda y adecuada Alimentación, como la misma cuasa por la que se luchó por la Independencia.

Hoy los acontecimientos internacionales no pueden confundirnos y quienes se resisten a admitir los Justos Reclamos Populares, procuran generar el desconcierto con la desinformación, en favor de sus privilegios, cada vez mayores.

La vigencia de los postulados por los que lucharon y murieron nuestros Mártires, a más de 100 Años, habla de que los principales problemas que sufría la Humanidad no han sido resueltos, a pesar de que pretendan confundirnos.

La actual Política Económica que asfixia a la inmensa mayoría de los Trabajadores, condenándolos a la desocupación o a sueldos de Hambre, confirman la validez del Pensamiento Artiguista en cuánto a que seremos auténticamente Libres si afirmamos en nuestra lucha la Unidad y Solidaridad sin fronteras, necesarias para detener y rechazar las apetencias de los que, desde dentro y fuera de nuestra Patria, insisten en desconocer tan importante legado Histórico.

Por todo esto, este 1º de Mayo tenemos la responsabilidad de participar con la voluntad de revertir ésta regresiva Política Económica que se intenta consolidar en favor de los intereses que solo responden a los Centros de Poder.

Centros de Poder Económicos que se unen eliminando Fronteras, y en nombre de la "Democracia" pretenden decidir el destino de los Pueblos que, como el de Cuba, lucha por preservar su Libertad de determinar con voluntad Soberana, el País que desea construir.

Consideramos que, más allá de que se pueda compartir o nó el sistema que en Cuba se aplica, nuestro respeto por la autodeterminación de los Pueblos está implícito en las raíces mismas de nuestra Historia.

Las propias Naciones Unidas decidieron el Derecho a la autodeterminación de los Pueblos señalando lo significativo de tal resolución.

Los Trabajadores Uruguayos que sufrimos la Dictadura, como casi todos los Países de Latinoamérica, sabemos muy bien cuales fueron las formas directas o indirectas de ingerencia de los Estados Unidos en los asuntos internos de la Naciones, violando sus Soberanías.

El mismo país que se proclama apóstol en al defensa de la Democracia pretendiendo imponer normas de conducta para Cuba, fué el invasor de indefensos Países como Granada y Panamá en sus últimos antecedentes y protector de siniestras Dictaduras como las de Stroessner, Duvalier, Somoza, Pinochet y la nuestra, por mencionar sólo algunas.

Por todas estas razones es que llamamos a suscribir la iniciativa de Solidaridad con Cuba propuesta por el PIT-CNT para el 1º de Mayo, reafirmando nuestro compromiso en ésta causa como Trabajadores Municipales, aportando en lo económico dentro de nuestras posibiliades y manteniendo la debida información sobre la realidad que vive este Pueblo que, a pesar del Brutal bloqueo económico que se le impone, hace todos los esfuerzos posibles para atender con Dignidad y Coherencia La Salud, la Enseñanza, el Trabajo y la Alimentación de su gente.

Viva la Solidaridad con todos los Pueblos que Luchan contra toda acción Imperialista!

Viva la Unidad para derrotarlos!

Siguen firmas.

N. de R.: Razones de espacio y diagramación no nos permite publicar los nombres de los compañeros firmantes.

Compartiendo totalmente el llamado a suscribirse a dicha iniciativa proponemos que la misma sea discutida en el Ejecutivo para que ADEOM la haga suya oficialmente.

TABLA DE SUELD[illegible] AL 1ro. DE ABRIL DE 1[illegible]

(20% de aumento sobre sueldo de DICIEMB[illegible])

CATEGORIA DOCENTE (CAT. 20)	GRADO	
Director	5	1.684.527
Sub-Director	4	1.536.459
Coordinador	3	1.323.458
Docente especializado	2	1.242.397
Docente	1	993.912

CATEGORIA PROFESIONAL "A" (CAT. 22)	GRADO	4 HORAS	6 HORAS
Director Profesional Dpto.	8	2.501.780	3.752.570
Director Profesional	7	2.238.141	3.357.211
Sub-Director	6	2.019.531	3.029.297
Asesor	5	1.800.988	2.701.480
Jefe Profesional	4	1.691.828	2.537.741
Sub-Jefe Profesional	3	1.582.583	2.373.874
Profesional I	2	1.441.043	2.161.564
Profesional II	1	1.314.590	1.971.885

CATEGORIA TECNICA (CAT. 23)	GRADO	
Jefe Técnico	5	755.870
Sub-Jefe Técnico	4	678.059
Oficial Técnico	3	638.189
Oficial Técnico	2	613.253
Auxiliar Técnico	1	536.217

CATEGORIA ADMINISTRATIVA (CAT. 24)	GRADO	
Director de Departamento	9	1.313.531
Director	8	1.089.282
Sub-Director	7	1.014.564
Secretario	6	934.931
Jefe	5	798.656
Sub-Jefe	4	726.049
Oficial	3	685.012
Oficial	2	653.445
Auxiliar	1	574.526

CATEGORIA 76 OBREROS Y OFICIOS (C/30% ASIDUIDAD) GRADO	
7	846.039
6	776.876
5	725.541
4	629.004
3	604.757
2	580.482
1	531.969

30% ASIDUIDAD - CATEGORIA OBRERA Y DE OFICIOS- 30% 6o. DIA GRADO	
7	253.811
6	233.062
5	217.663
4	188.699
3	181.427
2	174.144
1	159.588

CATEGORIA 75 - SERVICIOS AUXILIARES (C/30% ASIDUIDAD) GRADO	
6	853.776
5	754.261
4	720.658
3	610.677
2	587.144
1	542.300

30% - ASIDUIDAD CATEGORIA SERVICIOS AUXILIARES - 30% 6o. DIA	
6	250.732
5	226.271
4	216.200
3	183.204
2	176.144
1	162.680

CATEGORIA SERVICIOS AUXILIARES (CAT. 25)	GRADO	
Capatáz General	6	848.345
Capatáz	5	765.586
Sub-Capatáz	4	731.499
Oficial de 1a.	3	619.861
Oficial de 2da.	2	595.974
Operario	1	550.458

CATEGORIA OBRERA Y DE OFICIOS (CAT. 26)	GRADO	
Capatáz General	7	858.766
Capatáz	6	788.555
Sub-Capatáz	5	736.453
Oficial de 1a.	4	638.463
Oficial de 2a.	3	613.852
Medio Oficial	2	589.218
Peón o Peón práctico	1	539.961

CATEGORIA PROFESIONAL "B" (CAT. 32)	GRADO	
Jefe Profesional	4	1.344.472
Sub-Jefe Profesional	3	1.195.698
Profesional I	2	1.110.815
Profesional II	1	1.009.688

CATEGORIA ESPECIALIZADA (CAT. 33)	GRADO	
Jefe Especializado	5	755.870
Sub-Jefe Especializado	4	678.059
Oficial Especializado	3	638.189
Oficial Especializado	2	613.202
Auxiliar Especializado	1	536.217

CATEGORIA "ALTOS EJECUTIVOS" (CAT. 30)	GRADO	
	1	2.238.144

CATEGORIA 76 - OBRERA Y DE OFICIOS - (C/30% ASIDUIDAD) 15% -CON OFICIO- GRADO	
7	126.908
6	116.532
5	108.831
4	94.352
3	90.711
2	87.073
1	79.796

25% -CON OFICIO- (MAQ. PESADA) GRADO	
7	211.511
6	194.218
5	181.386
4	157.189
3	151.189
2	145.118
1	132.993

CODIGO 029 - 25% ESPECIALIZADO GRADO	
5	188.969
4	169.517
3	159.544
2	153.298
1	134.053

CODIGO 028 - 35% TECNICO GRADO	
5	264.558
4	237.324
3	223.368
2	214.640
1	187.674

CODIGO 032 - 15% OBRERA CON OFICIO (26) GRADO	
7	128.813
6	118.283
5	110.470
4	95.771
3	92.075
2	88.382
1	80.994

CODIGO [illegible] % ADMINISTRATIVA GRADO	%	
9	[illegible]	[illegible]
8	[illegible]	[illegible]
7	[illegible]	[illegible]
6	[illegible]	[illegible]

CODIGO 0-31 25% [illegible] CON OFICIO (26) GRADO	
7	[illegible]
6	[illegible]
5	[illegible]
4	[illegible]
3	[illegible]
2	[illegible]
1	[illegible]

CODIGO 037 30% SEXTO DIA CATEGORIA OBRERA Y DE OFICIOS (CAT. 26) GRADO	
7	[illegible]
6	[illegible]
5	[illegible]
4	[illegible]
3	[illegible]
2	[illegible]
1	[illegible]

CENTRO DE COMPUTACION	
Director	[illegible]
Jefe de Sistema	[illegible]
Sub-Jefe de Sistema	[illegible]
Técnico Computación Nivel 6	[illegible]
Técnico Computación Nivel 5	[illegible]
Técnico Computación Nivel 4	[illegible]
Técnico Computación Nivel 3	[illegible]
Técnico Computación Nivel 2	[illegible]
Técnico Computación Nivel 1	[illegible]

CODIGO 037 30% SEXTO DIA CATEG. SERV. AUXILIARES (CAT. 25) GRADO	
6	[illegible]
5	[illegible]
4	[illegible]
3	[illegible]
2	[illegible]
1	[illegible]

TABLA DE SUELDOS DEL DEPARTA[illegible] DE HOTELES, CASINOS Y TURISMO AL 1o. DE ABR[illegible] (20% de aumento sobre sueldo de Dic[illegible])

Las categorías Administrativas de las Divis[illegible] Servicios Generales (57); [illegible] Turismo (47); de la Dirección General (67); [illegible] (27); [illegible] cia (28); Técnicos Profesionales (29); y Reca[illegible]ción de Sala de Juego [illegible] tico importe que la Categoría 24.
La Categoría Profesional "A" (42) tiene idéntico importe que la Categoría 22.
La Categoría Obrera y de Oficios (36) [illegible]ntico importe que la Categoría 26.
La Categoría Técnica (43) idéntico importe [illegible] Categoría 23.
Las Categorías Servicios Auxiliares (45) y [illegible] idéntico a la 25.
La Categoría Profesional "B" (52) idéntico i[illegible]te a la 32.
La Categoría Especializada (53) idéntico im[illegible]e a la 33.

SERVICIOS AUXILIARES (CATEGORIA 3[illegible])	GRADO	
Capatáz General	6	835.776
Capatáz	5	754.261
Sub-Capatáz	4	720.658
Oficial de 1ra.	3	610.677
Oficial de 2da.	2	587.144
Operario	1	542.300

039

9203191

Noticias de la Federación

EN EL DIA DE LOS MUNICIPALES

En el año 1956 se celebró en Montevideo el "II Congreso Hispano - Luso-Americano de Municipios" y dentro de sus resoluciones adoptó una que nos atañe directamente: Declarar el 24 de Abril como **"El día de los Municipios de América"**

Montevideo, institución anfitriona, y con poca diferencias todas la Intendencias del país, lo declararon **"Feriado Municipal"** y con el tiempo, lo que fue el día de los Municipios, pasó a ser **EL DIA DE LOS MUNICIPALES**

Fue un proceso como tantos que tienen por protagonistas a las masas populares. Nadie puede considerarse el "padre de la criatura" pero, la cuestión es que los municipales, celebrando de una u otra manera nuestro feriado, **"nos fuimos haciendo dueños del día."**

Incluso, los que por razones que tenían que ver con nuestro rechazo a los representantes de la ocupación yanqui en Puerto Rico y nuestra solidaridad con la nación boricúa, terminamos rindiéndonos ante la evidencia de que **los municipales habíamos asumido el 24 de Abril como nuestro día.**

Y lo reclamamos hasta reconquistarlo en aquellas Intendencias en que se había perdido durante el proceso de la Dictadura.

DE LOS MUNICIPALES Y DE LOS MUNICIPIOS

No porque lo hayamos aceptado, adoptado e impuesto como "nuestro día", como el día de los funcionarios municipales, pretendemos excluir a los Gobiernos Departamentales.

¡Nadie como nosotros, sus funcionarios, conoce la importantísima y multifacética labor de los Gobiernos Departamentales!

Hemos reclamado del Gobierno Nacional que a las Intendencias se les atienda como lo *que son*: la parte más humana y humanizada de la Administración Estatal.

El primer nivel de contacto y el lugar a donde todos acuden en demanda de soluciones cuando los desastres naturales (o la política económica fondo-monetarias, que es más continuada y cruel) se abate sobre el pueblo.

El mas efectivo gestor del desarrollo económico y social de cada región en la medida en que es quien más próximo está de la "micro-economía" y más lejos se conserva de las políticas "macro" tan despiadadas como ineficientes.

Por eso no sólo nos saludamos mutuamente entre trabajadores municipales; también saludamos a nuestros gobernantes, Intendente y Juntas, en la medida que nos sentimos responsables por lo que suceda en cada uno de nuestros departamentos.

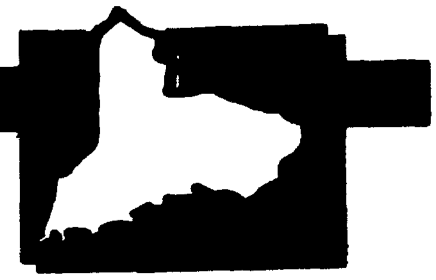
¡Nadie tan pueblo como un municipal! Estamos en todos lados, desde la capital hasta el más remoto centro poblado.

Acompañamos al ciudadano desde la policlínica en donde su madre se hace los controles pre-natales hasta la fosa del Cementerio en donde sus deudos lo despiden.

¡Feliz día compañeros!

Señores Gobernantes Municipales, siempre que sea para bien de los trabajadores y del pueblo: 'para lo que gusten mandar!

TACUAREMBO



Tacuarembó, 28 de marzo de 1992

El 18 de marzo en el local de ADEOMT se reunió el Zonal Ruta 5 de la Federación Nacional de Municipales de acuerdo a lo solicitado por la Mesa Ejecutiva Nacional Ampliada como preparación para el Consejo Federal.

Asistieron la ADEOM de Rivera, Florida, Canelones, Paso de los Toros, Montevideo, Tesorero, Secretario General de la Mesa de la Federación y la Asociación Anfitriona.

Con la participación, en este caso, de Delegados de las Juntas de San Gregorio de Polanco y Caraguatá, la Comisión Directiva y militantes.

En representación de la Intendencia Municipal de Tacuarembó, imposibilitado de asistir el Intendente Municipal en razón de tareas de su cargo, asistió el Sr. Nelson Rodríguez.

Por el Plenario Local del PIT-CNT asistió una delegación integrada por Juan Carlos Rodríguez de la Carne y Eduardo Silveira de Judiciales.

Durante el desarrollo de la reunión, se debatió en torno al Informe General y los informes de cada Asociación.

Como resolución general se aprobó:

1.- No aceptar la pauta salarial del 35% como tope de la corrección del 92/93 (de abril a abril), cuando se sabe que la inflación será entre el doble y el triple de dicha cifra.

2.- Urgir a las Asociaciones a definir sus plataformas y planes de movilización en el marco de los lineamientos generales de la Federación y sobre todo, en sus posibilidades locales.

3.- Preparar el trabajo organizativo de la Regional como primer e inmediato nivel de elaboración de trabajo en común y asistencia a las Asociaciones en caso de necesitarla.

4.- Expresar la preocupación del Regional por el crecimiento en el número de funcionarios designados con violación de las limitaciones aceptadas por los Gobiernos Departamentales que hicieron uso de la Ley de Funcionarios Públicos y sin que lo justifiquen el incremento de las tareas.

5.- Insistir en el reclamo general de la Presupuestación del funcionariado; el ordenamiento de los Servicios; y Escalafones y el respeto de las normas estatutarias y la Seguridad e Higiene Laboral.

6.- Mantener y profundizar el análisis de la situación progresivamente agravada lo que hace a los Seguros de Asistencia Médica en búsqueda de soluciones razonables en el proceso de encarecimientos y deterioro que *pone en riesgo la continuidad del Sistema.*

7.- Rechazar los traslados de Dirigentes Sindicales ocurridos en la Intendencia de Maldonado, expresándole la solidaridad del Regional con ADEOMM y con los compañeros involucrados.

8.- Agradecer la hospitalidad de los compañeros de ADEOMT, felicitándolos por las mejoras realizadas en su sede.

9.- Programar para después del 6 de mayo una nueva reunión del Regional en Rivera.

10.- Agradecer la participación de los Diputados Nereo F. Latuelade y Eber Da Rosa, en activa participación con la reunión del Regional.

11.- Expresar la solidaridad del Regional con los trabajadores de la Carne reclamando que no se le tome de rehenes de la lucha de los sectores económicos ajenos a sus reales necesidades, así como a las de los consumidores y el país.

Encomendar a ADEOM Canelones que trasmita directamente la solidaridad del Regional con la lucha de los compañeros de ALUR y SUNCA.

12.- Actualizar la información en materia de beneficios no salariales de cada departamento para el Consejo Federal.

MALDONADO



Maldonado, 3 de Abril de 1992.

Señor Intendente
Municipal de Maldonado
Don:
Domingo BURGUEÑO MIGUEL
Presente

De nuestra mayor consideración, tenemos el agrado de dirigirnos a Ud., a los efectos de buscar más amplios caminos de entendimientos entre quienes, en nuestras respectivas actividades, tenemos responsabilidades concretas.

Concurrimos a ésta Ciudad, con el propósito de dialogar y encontrar propuestas que satisfagan tanto al funcionariado como a la Intendencia Municipal, lo que seguramente redundará en beneficio de toda la ciudadanía.

Es por ello que nos permitimos sugerir al Señor Intendente, considere el siguiente planteamiento, que a nombre del Zonal Litoral, de la Federación Nacional de Municipales pasamos a exponer:

1.- Entendemos se debe dejar establecido por Resolución Interna, y posterior inclusión en la próxima Ampliación Presupuestal, que todo traslado de los funcionarios dentro de su grupo ocupacional sea fundado, que el mismo tenga la oportunidad de un plazo de 72 horas, para prestar su conformidad o su descargo en contra del traslado.

2.- De lo expresado anteriormente surge, a nuestro entender, que se debe dejar claramente establecido que el traslado de JOSE CABAÑA, Secretario General de ADEOM Maldonado, no significará aumento salarial o ascenso sin la previa intervención de la Comisión de Ascenso y Presupuesto.

3.- Que la Comisión antes mencionada, comenzará a trabajar inmediatamente después de Semana de Turismo.

4.- Que para futuras entrevistas que se acuerden entre el Ejecutivo Comunal y ADEOM, se deja a cargo de la Organización Gremial la representación que concurrirá.

5.- Que solicitamos al Señor Intendente la autorización para comenzar las gestiones de intercambio turístico, de los funcionarios Municipales y sus familias, para lo cual dejamos descontada la colaboración que valoraremos en toda su dimensión.

Saluda a Usted atte.

JOSE MUTTI
ADEOMS Salto
ENRIQUE GARCIA
ADEOM Río Negro
JOSE L. VARIÑA
ADEOM Paysandú

ESPEREMOS QUE QUEDE POR ESTA

La Intendencia Municipal de Maldonado realizó una sucesión de traslados que afectaban justamente a los principales dirigentes del Gremio y motivó la movilización de los compañeros de ADEOM de Maldonado y la alarma del resto de la FNM.

El tema fue tratado en el encuentro del Regional Ruta 5; motivó la presencia en Maldonado de los compañeros del Regional Litoral y diversas gestiones de la Mesa ante el Intendente Burgueño.

Afortunadamente y por la vía del encuentro directo de ADEOM Maldonado y el Intendente se encontró una solución que sin ser satisfactoria totalmente por lo menos nos deja en claro las cuestiones de principio, así como la voluntad del Intendente de no efectuar persecusiones por motivos sindicales.

El tiempo dirá si se normaliza totalmente las relaciones; confiamos en que sí porque ni la FNM ni ADEOM Maldonado está en disposición de aceptar persecusiones abitrarias.

Por eso lo del título: esperemos que quede por esta.

SORIANO

UNA NUEVA EXPERIENCIA



El pasado 5 de abril se llevó a cabo en ADEOM Soriano la Asamblea Anual Estatutaria que tenía como cometido efectuar las Elecciones del Gremio. Si se presenta una sola lista se vota en el momento, si son varias, se pasa a elecciones.

La directiva saliente se presentaba -como lo había aclarado en Asamblea anterior- a renunciar en pleno y entregar el mandato a la lista que se presentara si era aprobada.

La Directiva saliente eleva los Informes Anuales de Tesorería que es aprobado por unanimidad, el Informe de la Comisión Fiscal, que también se aprueba.

Se pasa al tercer punto de la Asamblea que era la Elección de Autoridades. El Presidente de la Comisión Electoral da lectura a la lista presentada. Se pide un voto de aplauso para la Directiva saliente. Se sugiere por parte del compañero presentante de la nueva lista, que la Directiva saliente reconsidere su posición de no presentarse a la Elección y él mocionaría para retirar la lista.

La Directiva solicita un cuarto intermedio y luego presentan ante la Asamblea varios puntos a aprobar para seguir trabajando: 1) apoyo y acompañamiento, 2) dos funcionarios rentados, 3) instalación de teléfono en la Sede, 4) fijación de reunión de la Directiva, 5) horario y formas de atención a los socios; los puntos planteados fueron todos aprobados.

La compañera Presidente de ADEOM Soriano da lectura al mensaje final de la Directiva saliente:

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES DE SORIANO MENSAJE FINAL

La Directiva de ADEOMS quiere dejar un breve mensaje a todos los compañeros municipales.

Ha pasado un año desde que asumimos como Comisión y fue un año duro de trabajo y de lucha. Trabajamos juntos para tratar de dignificar la tarea del compañero municipal y por salvar la fuente de trabajo de 1.600 familias municipales que corrían serio peligro. Luchamos contra muchas cosas, unas veces contra el "no se puede" de las autoridades, y otras contra la indiferencia de nuestros compañeros socios que no entendían la importancia de nuestra misión.

Hoy hay que seguir luchando y trabajando pues la batalla no ha terminado.

Queda por delante mantener lo obtenido por esta Directiva: el IPC, el Salario Vacacional en mayor porcentaje, las primas por matrimonio y nacimiento también en mayor porcentaje, el beneficio por minoridad, pues nos hallamos en el umbral de una nueva Ampliación Presupuestal es por ello que no podemos perder tiempo y debemos seguir trabajando para conservar lo que hemos obtenido.

Mayor aún es la importancia de seguir batallando por la conservación de la fuente laboral de los 300 compañeros que estuvieron amenzados para ser despedidos y esta Directiva con el diálogo abierto logró que esto no se efectivizara.

Hoy nos alejamos pero de nuestros lugares como dirigentes, no de nuestro gremio al que ayudaremos cada vez que se nos necesite.

Es nuestro deber dejar un profundo agradecimiento a todos los compañeros delegados de la Juntas Locales y en su nombre a todos los socios de sus Juntas, pues han sido fuertes pilares junto a esta Directiva no faltando nunca a las Asambleas, haciendo kilómetros para venir a las reuniones de delegados que se tuvieron que dejar de realizar porque de Mercedes concurrían sólo 2 ó 3 delegados a quienes agradecemos por su compañerismo.

Vaya también nuestro agradecimiento para los Presidentes y Secretarios de la Juntas Locales que siempre apoyaron y fomentaron la labor del delegado.

Esta Comisión demostró que trabajando duro se puede lograr mucho en materia salarial y en el aspecto humano. Tuvimos aciertos y errores, éstos últimos pudieron ser por nuestra poca experiencia o muchas veces por el cansancio agotador de trabajar cada uno en su lugar y venir luego a la Sede para planificar la tarea gremial muchas veces hasta la media noche y luego volver a nuestros hogares y seguir trabajando. Pero también carecimos de sugerencias aportadas por nuestros socios. Muchas veces fuimos criticados y cuestionados por querer desterrar el vicio y el abuso en todos los niveles del municipio, pero si no tomamos conciencia y no cambiamos nuestra mentalidad no lograremos nunca dignificar nuestra tarea. NO OLVIDAR: LA CRITICA NO CONSTRUYE, SOLO DESTRUYE.

Por lo tanto para no desgastarnos más nos retiráramos a tiempo y dejamos que otros compañeros continúen en la tarea emprendida por nosotros o den otro giro según ellos crean conveniente. Agradecemos a los compañeros de las Juntas de Rodó y de Egaña que el día jueves 2 de abril llegaron a Mercedes en delegación para solicitarnos que no nos retiráramos. Gestos como este nos colman de alegría pues quiere decir que lo que hemos realizado no ha sido en vano para algunos compañeros.

Sólo les decimos a todos los compañeros y a sus respectivas familias, que demostramos que cuando se quieren hacer las cosas con voluntad, trabajo y honestidad se pueden hacer. Lo único que sí lamentamos es no haber podido ver las Asambleas numerosas como debe de ser (de 1030 socios sólo éramos siempre los mismos 50).

No logramos que nuestros compañeros comprendieran la tarea que con honestidad y responsabilidad cumplíamos y que tan sólo cuando se les requería para hacer acto de presencia vinieran a colaborar, por eso le pedimos a todos que de aquí en más acompañemos a los nuevos dirigentes, pues ellos también van a necesitar de nuestro respaldo para luchar por nosotros.

Por último un profundo agradecimiento a la FEDERACION NACIONAL DE MUNICIPALES que con su ayuda sacamos de las cenizas a este gremio y logramos respeto y dignidad a nivel local y nacional.

El apoyo primordial de la prensa fue pilar de nuestro trabajo, con ella fue realidad nuestro accionar. A la Prensa Oral y Escrita MUCHAS GRACIAS.

Y para terminar el más grande reconocimiento de esta Directiva para la Empresa KLUVER que nos apoyó cuantas veces lo necesitamos y en el día de hoy podemos recibir los útiles escolares gracias a que esta empresa colaboró y los transportó en forma gratuita desde Montevideo. Señores de Empr. Kluver ¡MIL GRACIAS!!! Y a ustedes compañeros que hoy deben de secundarnos Mucha Suerte y en lo que humildemente podamos ayudar seguiremos estando presente.

Muchas gracias.

COMISION DIRECTIVA
05.04.92

Finalmente el Presidente de la Comisión Electoral recibe por parte del delegado de la lista presentada el retiro de la misma y frente a los argumentos expuestos los asambleístas aceptan, el retiro, votándose los compañeros de la anterior Directiva por unanimidad.

Los compañeros elegidos en esta peculiar asamblea son los siguientes:

Presidente
Alejandra Nevis de Acosta
Vice Presidente
Mirtha Pino de Botto
Secretaria
Gloria Izaguirre de Rocca
Pro Secretario
Juan Icardi
Tesorero
Amparo Olen de Ortiz
Pro Tesorero
Roque Bado
1er. Vocal ***Carlos Cano***
2do. Vocal ***Carlos Silva***
3er. Vocal ***Abel Valdez***

Evidentemente, una muy buena y nueva experiencia. ¡FELICITACIONES!!

SOBRE ADEOM SORIANO

Como integrante de la Mesa Ejecutiva de la Federación no queremos dejar pasar como un suceso más lo que sucedió en Soriano. Hechos como éste, a lo largo de los años, han permitido a la Federación ocupar un importante papel en defensa de los trabajadores municipales y en celosos guardianes de las Intendencias y del papel de las mismas al servicio de la comunidad.

No vamos a relatar aquí como los compañeros han logrado el sitial que hoy ocupan en la Federación, porque es de todos conocidos cómo empezaron y lo que han logrado.

Simplemente destacamos una frase de su mensaje final: -**"sacamos de las cenizas a este Gremio y logramos respeto y dignidad a nivel local y nacional"**-.

Lo de Soriano es un reconfortante ejemplo a seguir y la Presidencia, que sabe de las dificultades de la lucha de los municipales, quiere destacar esta "madura" que nos reconforta de algunas "verdes".

ADELANTE COMPAÑEROS!

Honorio Lindner.

NOTA

Por razones de fecha de "cierre" de la presente edición nos resulta absolutamente imposible dar información de los distintos festejos que han tenido lugar en las asociaciones hermanas con motivo de "EL DIA DEL MUNICIPAL"; puntualmente, en la medida que los compañeros nos envíen sus noticias las publicaremos en el próximo número.

AGRADECIMIENTO

Quien suscribe, Lelis Ferreira, perteneciente al Servicio de Conservación de Saneamiento agradece por este intermedio a los compañeros de ADEYOM PAYSANDU, la colaboración y hospitalidad recibida durante la estadía en esa ciudad.

Quedando a sus órdenes y esperando poder retribuirles de la misma manera, les saluda fraternalmente.

Lelis Ferreira
Saneamiento

Turismo Social

DEPARTAMENTO DE TURISMO SOCIAL ADEOM

FLORIANOPOLIS CON ADEOM

ADEOM ha inaugurado sus viajes al Exterior disfrutando de la Semana de Turismo en Florianópolis. El pasado domingo 12 a las 16.00 horas partíamos en medio de una algarabía y espectativa sobre lo que nos depararía el viaje.

A pesar que, desde el Chuy en adelante, la lluvia arreciaba, llegamos al balneario de Torres con cielo nublado. De ahí en adelante, el sol nos acompañó en todos nuestros paseos. Caminamos por las callejas coloniales de Florianópolis, recorrimos su Mercado Municipal, la Plaza XV de Noviembre con su histórico higuerón donde muchas solteras de la excursión dieron las vueltas indicadas para conseguir novio. Luego paseamos por las playas oceánicas de Joaquina, Canasvieiras o Campeche donde nos hospedamos en el hotel residencial San Sebastian Da Praia. También llegamos a Itapema, Camboriu y Blumenau.

Pero más elocuentes que las palabras son las imágenes que acompañan esta nota.

A todos los pasajeros les agradecemos su buena disposición y alegría que aseguraron la felicidad del viaje al mismo tiempo que el haber confiado en nosotros.

A la empresa Sierrama que, bajo la reprsentación de sus choferes Luis Píriz y José D'Alessandro nos brindaron la seguridad y buena disposición para todo lo necesario, debiendo destacar el traslado de un pasajero enfermo a un centro asistencia en la madrugada previa a nuestro regreso.

A todos, Turismo Social agradece su cuota parte de voluntad para haber llegado a feliz término y renovar las fuerzas para seguir adelante.

PROXIMAS EXCURSIONES

MAYO 15 a 18 EL LITORAL Y TERMAS. Salto Visita de Ciudad. Represa de Salto grande. Estadía en Termas de Arapey. Visita a Termas de Guaviyú y Ciudd de Paysandú. Restan 20 lugares.

JUNIO 7 - Excursión de un día a Minas y Villa Serrana.

JUNIO 18 a 21 PORTO ALEGRE - Sierras Gauchas; Gramado. Canela y Caxias. Informes en Turismo Social. Lunes, Miércole sy Viernes de 13 a 15 horas.



Domingo 12: salida de ADEOM



Vista parcial del Hotel San Sabastián da Praia. Campeche, Florianópolis.



Comedor del Hotel San sebastián da Praia



Cena Show en Hotel Praiatur en Playa de los Ingleses. Florianópolis



Sala de juegos del Hotel San Sebastián da Praia



Grupo de viaje en el Morro de las 7 vueltas

ABRIL EN COLONIA



El pasado domingo 5 de abril un grupo organizado por Turismo Social visitó la ciudad de Colonia del Sacramento realizando un viaje a nuestros orígenes. Allí conocimos pequeños cetis de vida diferente como Colonia Valdense o Colonia Suiza con costumbres, formas de pensary de vivir muy típicos. Visitamos el Museo Valdense donde vimos la máquina segadora inventada por un artesano local y que en su ingenuidad nunca patentó y que fue robada por una compañía norteamericana. Visitamos el Hotel Nirvana y llegamos a la ciudad de Colonia donde el compañero Perez Ferrare nos estaba esperando junto a su esposa. Almorzamos y salimos a recorrer el barrio colonial acompañados de una guía de la Dirección de Turismo de Colonia.co Valdense donde vimos la máquina segadora inventada por un artesano local y que en su ingenuidad nunca patentó y que fue robada por una compañía norteamericana. Visitamos el Hotel Nirvana y llegamos a la ci d d de Colonia donde el compañero Perez Ferrare nos estaba esperando junto a su esposa. Almorzamos y salimos a recorrer el barrio colonial acompañados de una guía de la Dirección de Turismo de Colonia.

RESOLUCION SOBRE...

SERVICIOS Y UNIDADES DE LAS NUEVAS REPARTICIONES MUNICIPALES

Montevideo, 6 de abril de 1992

VISTO: la Resolución Nº 852/92, de 9 de marzo de 1992, por la que se estableció la nueva estructura orgánico-administrativa de la Intendencia Municipal de Montevideo, de conformidad con el artículo 64º del Presupuesto Quinquenal (Decreto Nº 24.754)

RESULTANDO: 1º) Que por la resolución mencionada se determinó la existencia de los Departamentos de Actividades Descentralizadas, de Actividades Productivas y Comerciales, de Obras y Servicios a la Comunidad y de Recursos Humanos y Materiales, del Area de Administración de Recursos Financieros, de la Unidad Ejecutiva y de la Unidad Central de Planificación Municipal, así como de sus dependencias inmediatas;

2º) que la nueva estructura orgánica-administrativa debe complementarse con la determinación de los Servicios y Unidades integrantes de cada una de las nuevas reparticiones municipales;

CONSIDERANDO: *que corresponde dictar resolución contemplando los aspectos señalados;*

**EL INTENDENTE MUNICIPAL
DE MONTEVIDEO
RESUELVE:**

1º) Integrarán la Unidad Ejecutiva, en dependencia directa de la Secretaría General:

- la Prosecretaría General y los servicios:
- de Relaciones Públicas y Cooperació[illegible],
- de Prensa, Difusión y Comunicaciones,
- de Acuerdo, Taquígrafos e Interior,
- de Actas,
- de Comisiones,
- de Entrada, Tránsito y Expedición.

El Instituto de Estudios Municipales está subordinado jerárquicamente a la Secretaría General, manteniendo en lo demás, su actual estructura administrativa.

2º) El Departamento de Actividades Descentralizadas está integrado por las Divisiones Comisiones Especiales y Servicios Descentralizados.

Dependerán de las División Comisiones Especiales las Comisiones que a continuación se mencionan:

- de Educación Física, Deporte y Recreación,
- de Juventud,
- Especial Ejecutiva para el Area de la Mujer,
- para Discapacitados,
- para la Tercera Edad.

Dependerá también de la División mencionada la Unidad de Promoción y Desarrollo Rural.

Dependerán de la División Servicios Descentralizados el Servicio de Biblioteca y Casas de Cultura y los Centros Comunales Zonales, incluyendo el mantenimiento de áreas verdes por administración.

Las Unidades de Animación Cultural y de Teatros de barrio, dependerán directamente de la Dirección General del Departamento.

3º) Las Divisiones del Departamento de Obras y Servicios a la Comunidad se integrarán con los Servicios que a continuación se mencionan:

A) DIVISION VIALIDAD Y ALUMBRADO PUBLICO

Servicios:
- de Mantenimiento Vial,
- de Construcciones Viales,
- de Alumbrado Público,
- de Estudios y Proyectos Viales.

B) DIVISION CULTURA

Servicios:
- de Divulgación Científica,
- de Teatros,
- de Música,
- de Letras y Artes Visuales,
- de Museos.

C) DIVISION TURISMO Y RECREACION

Servicios de Festejos y Espectáculos.

D) DIVISION TRANSITO Y TRANSPORTE

Servicios:
- de Contralor de Vehículos,
- de Contralor de Conductores,
- de Transporte,
- de Registro de Vehículos,
- de Ingeniería de Tránsito,
- de Vigilancia

E) DIVISION ESPACIOS PUBLICOS Y EDIFICACIONES

Servicios:
- de Contralor de Edificaciones,
- de Tierras y Vivienda,
- de Areas Verdes,
- de Diseño y Dirección de Obras,
- de Obras por Administración.

F) DIVISION ASISTENCIA SOCIAL

Servicios:
- de Atención a la Salud,
- Médico,
- de Epidemiología,
- de Bienestar Social,
- Fúnebre,
- de Necrópolis
- de Salubridad Pública,
- de Laboratorios Municipales,
- de Regulación Alimentaria.

El Servicio de Instalaciones Mecánicas y Eléctricas dependerá directamente de la Dirección General del Departamento.

4o.- Las Divisiones del Departamento de Recursos Humanos Materiales se integrarán con los Servicios que a continuación se mencionan:

A) DIVISION ADMINISTRACION DE PERSONAL

Servicios:
- de Recursos Humanos incluyendo Certificaciones Médicas,
- de Beneficios Funcionales,
- de Oficinas de Personal Delegadas.

La Unidad de Participación (UNI.PA), la Unidad Auditoría de Personal, y el Equipo Multidisciplinario de Protección al Trabajo dependerán directamente de la Dirección de la División.

B) DIVISION COMPRAS Y SUMINISTROS

Servicios:
- Central de Almacenes,
- de Compras y Arrendamientos,
- de Documentación y Archivo,
- de Imprenta.

C) DIVISION SERVICIOS GENERALES

Servicios:
- Central de Locomoción,
- de Bienes Muebles,
- de Conservación del Palacio,
- de Inspección General,
- de Servicios Internos del Palacio.

D) DIVISION SERVICIOS JURIDICOS

Servicios:
- de Actividades Contenciosas,
- de Escribanía,
- de Registro Civil.

Las Unidades Asesoría y Sumarios dependerán directamente de la Dirección de la División.

5o.- El Departamento de Actividades Productivas y Comerciales está integrado por las Divisiones Casinos y Hoteles.

Dependerán directamente de la Dirección General del Departamento los Servicios y Oficinas que a continuación se mencionan:

Servicios:
- de Tesorería.
- Médico.

Oficinas:
- de Contaduría,
- de Compras,
- de Almacenes,
- de Locomoción,
- de Personal y Contralor de Servicios,
- de Conservación, Mantenimiento y Control de Ejecución de Obras.

Dependerán igualmente de la Dirección General del Departamento, en línea asesora, la Asesoría Profesional y la Unidad de Racionalización Administrativa.

Los cometidos de naturaleza comercial y productiva no asignados específicamente a las Divisiones Casinos y Hoteles, se ejecutarán bajo la subordinación jerárquica directa a la Dirección General del Departamento.

6o.- La División Administración Fiscal del Area de Administración de Recursos Financieros se integrará con los Servicios que a continuación se mencionan:

Servicios:
- de Ingresos Territoriales,
- de Ingresos Vehiculares,
- de Ingresos Domiciliarios,
- de Ingresos Comerciales y de la Propiedad Municipal,
- de Catastro y Avalúo,
- Procuraduría Fiscal y Administración.

Las Oficinas Sectoriales de Presupuesto dependerán de la División Planeamiento Presupuestal.

El Servicio de Pagaduría, el Servicio de Tesorería y el Centro de Cómputos dependerán directamente del Coordinador del Area de Administración de Recursos Financieros.

7o.- La Unidad Central de Planificación Municipal está integrada por los Servicios, Unidades y Comisiones que a continuación se establecen:

A) Servicios:
- de Estudios Territoriales,
- de Regulación Territorial,
- de Fotogrametría,
- de Estudios y Proyectos de Saneamiento,
- de Conservación de Saneamiento,
- de Obras de Saneamiento,
- de Instalaciones Sanitarias Internas, de Operación y Mantenimiento de Saneamiento (Sistema Costero).

B) Unidades:
- Ejecutora de Saneamiento,
- de Normas Técnicas, Urbanísticas y Edilicias,
- de Actualización Normativa,
- de Biblioteca Jurídica.

C) Comisiones:
- *Técnica Ambiental,*
- del Plan Director de Saneamiento.

8o.- Los [illegible]rectores Generales de cada Departamento, el C[illegible]dinador del Area de Administración de Recursos [illegible]ncieros y el Director General de la Unidad Centra[illegible] Planificación Municipal quedan facultados para [illegible]structurar el funcionamiento de las Secciones [illegible]idades de nivel inferior al de Servicios, determina[illegible] tareas a *cumplir* en cada una de ellas y establec[illegible] línea de subordinación jerárquica correspondi[illegible].

9o.- El [illegible]tor General de la Unidad Central de Planificac[illegible]icipal queda igualmente facultado para asig[illegible] responsabilidad del funcionamiento de los Se[illegible]nidades y Comisiones integrantes de la mis[illegible] Directores cometidos a dicha Unidad, de c[illegible]d con el numeral 4o. de la Resolución Nº [illegible]

10o.- [illegible]ciones que se adopten en cumplimiento [illegible]blecido en los numerales [illegible] que antec[illegible]rán comunicarse [illegible] te al Inten[illegible]icipal, y serán objeto de amplia difusión.

11o.- Est[illegible] que los Servicios de Disposición Final de Res[illegible] y de Mantenimiento de Vehículos e Instalacion[illegible]rán comprendidos en el numeral 1o. de la Re[illegible]n Nº 632/92, de 12/2/92, por la cual, se dis[illegible]ntervención de los Servicios de Barrido y Li[illegible] y de Recolección de Residuos.

Asimis[illegible]plica a la Intervención de los Servicios refer[illegible] seguimiento del Conrato Nº 1.215.

12o.- Co[illegible]ese a la Junta Departamental de Montevideo, a[illegible]nal de Cuentas de la República, a todos los D[illegible]amentos, a la Unidad Central de Planificación[illegible]ipal, al Area de Administración de Recursos F[illegible]os, a la Contaduría General, al Instituto de E[illegible] Municipales y téngase presente.

(Fdo). Dr. TABA[illegible] VAZQUEZ,
Inten[illegible] Municipal;
AZUCENA BERRUTTI,
Secretaría General.

Desde es

Aún sin estar en zonas visibles...

EXISTIMOS

A pesar que a la cuadrilla de Mantenimiento Vial se nos designan tareas en zonas sub-urbanas y rurales del departamento de Montevideo. ¡EXISTIMOS!

Más allá de las empresas privadas que trabajan para el servicio y que practicamente tienen a su cargo las obras sobre pavimentos y sus derivados en zonas "visibles" de la capital... ¡EXISTIMOS!

El tema de esta nota es mostrar con testimonios gráficos, algunos de los trabajos que los municipales hacemos en el servicio diariamente.

El objetivo es demostrar el esfuerzo que realizan nuestros compañeros, cada vez que se les da la oportunidad, por mantener un servicio cuya falta de personal es ¡alarmante!

Cada vez hay menos peones en el servicio que cada vez tiene más profesionales.

Y para que nadie se ofenda ésto último lo decimos como forma de ejemplarizar que: cada vez hay más técnicos para planificar, lo que después por falta de personal no se puede ejecutar.

La planificación puede ser excelente pero si no tenemos quién la ejecute...

Además la presente nota, de una serie de ellas que pensamos difundir, apunta a hacer conocer tareas positivas, obras de envergadura realizadas por funcionarios municipales, no siempre teniendo todos los implementos necesarios para trabajar debiendo resolver a experiencia las carencias que hay, incluso trayendo herramientas propias para trabajar.

Porque las acciones de los buenos funcionarios hacia la comunidad no se difunden, nadie se entera.

No ocupan ni un centímetro cuadrado de ningún diario ni se dedican siquiera dos palabras en ningún noticiero radial o televisivo. Lamentablemente lo que está bien no es noticia, no vende, no crea escándalo, en fin, parece no importarle a nadie.

Las notas gráficas nos muestran el muro de contención que se está realizando en la calle Bremen y Salónica (barrio Peñarol), de mts. 50 de largo por mts. 3 de alto, con una base inferior de mts. 1.10 y una superior de mts. 0.40.

Se llevan utilizados 50 metros cúbicos de hormigón (realizados ¡a pala! por supuesto) y 2.500 adoquines.

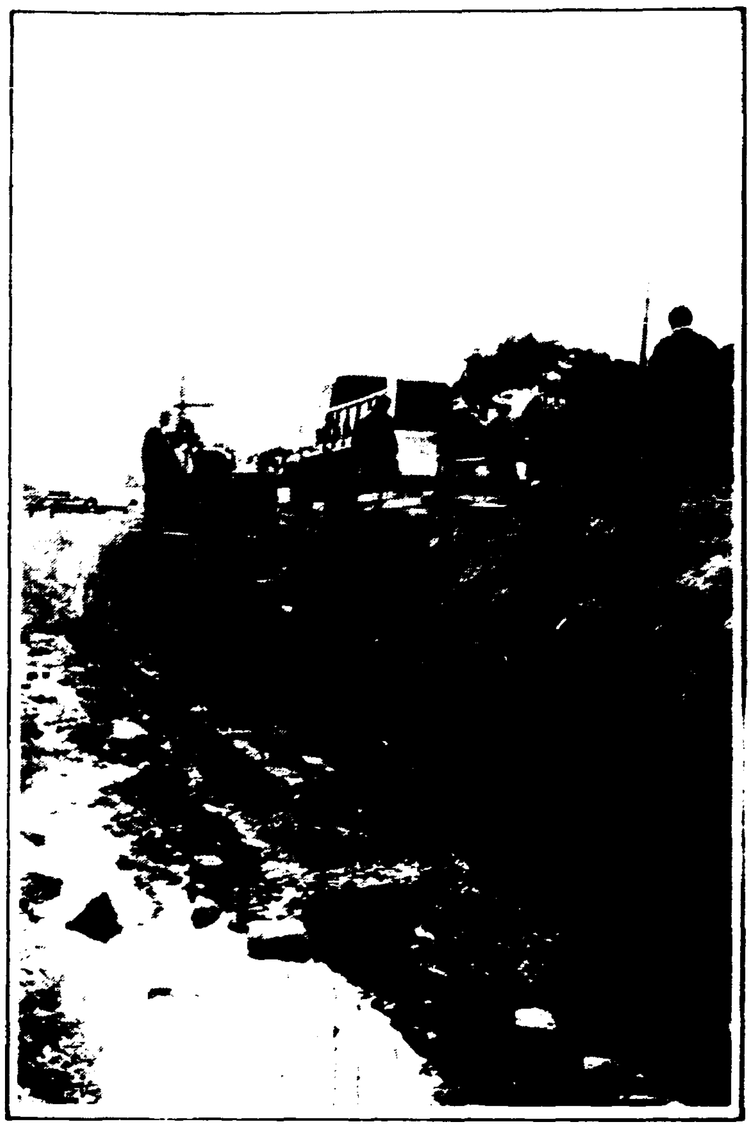
Los funcionarios afectados a dicha obra son en total: **8 peones, grado 1** a cargo de un Capatáz Interino, también con grado 1. Exceptuando la Capatáz que cobra la diferencia de sueldo por el cargo que ejerce (Interinato) el resto realiza funciones de Oficial pero cobran como peones.

Dicha obra que detendrá el desmoronamiento de la calle, ya que apenas si le quedaban dos o tres metros para la circulación, ha sido realizada en dos meses.

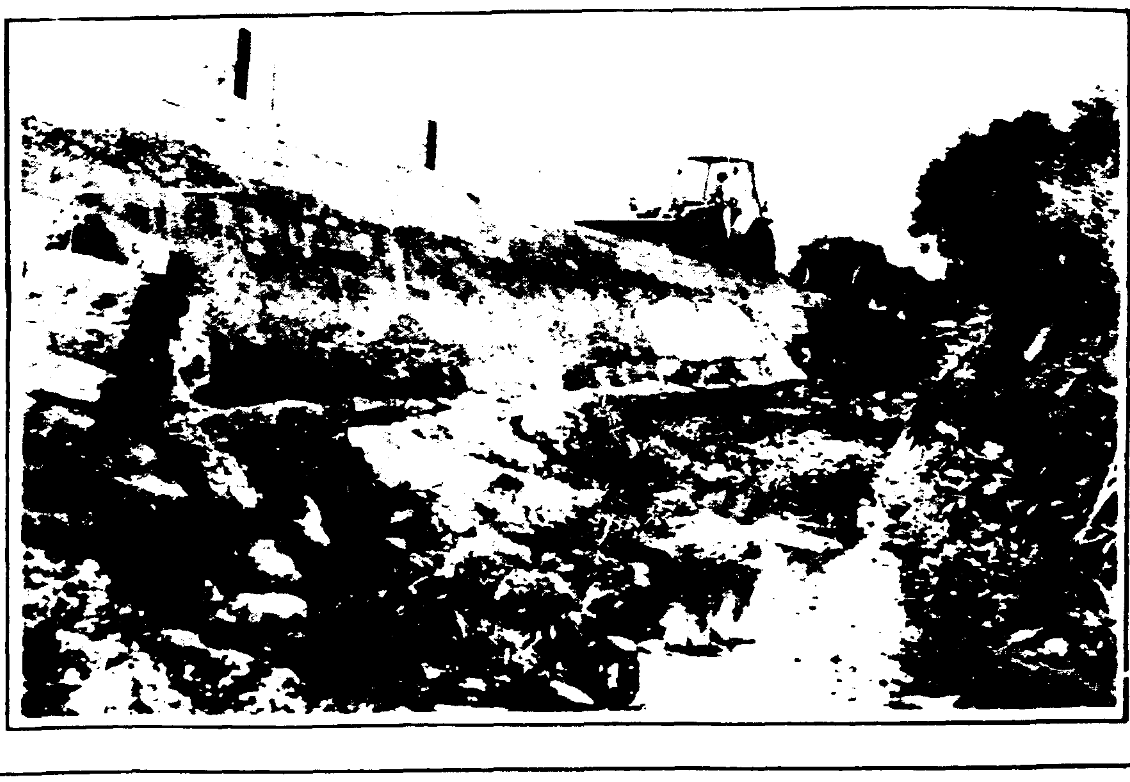
Descontando los fines de semana y feriados que hubo no resulta muy difícil, viendo las fotos, imaginar el ritmo de trabajo impuesto por los compañeros.

El Plenario de Delegados del Servicio de Mantenimiento Vial saluda a los compañeros de la Cuadrilla 17 y se siente orgulloso de ser sus representantes.

Seguiremos luchando por el reconocimiento a su esfuerzo.







LA COSA PASA POR AQUI

El 5 de julio, dentro de poco más de tres meses, un 25% de los ciudadanos de los ciudadanos inscriptos en el padrón electoral deberán pronunciarse afirmativamente en la consulta electoral de ese día.

Se trata nada más, ni nada menos, de que tengamos los 582.000 votos necesarios para que en noviembre la ciudadanía sea convocada (esta vez con voto obligatorio) para votar por SI o por NO la ley 16.211 llamada por los trabajadores "De Privatización".

Como se ve, las cosas para el Pueblo son mucho más difíciles ahora que cuando el Voto Verde ya que son necesaria dos consultas electorales.

La primera, sin voto obligatorio es la que se realizará el 5 de julio y en la cual el 25% del Cuerpo Electoral (582.000 votos) deberá pronunciarse efectivamente. Y la segunda que sería recién en noviembre en la cual sólo se podrá llegar si se consiguen los 582.000 votos favorables el 5 de julio.

EL SILENCIO COMO RECURSO

La táctica del Gobierno ha sido el silencio.

Espera que la no agitación del tema por parte de la mayoría de los medios masivos de información haga que los ciudadanos de este país nos olvidemos de que se nos quiere vender el patrimonio que generaciones enteras de uruguayos construyeron; al precio vil de la entrega.

Es la aplicación en el Uruguay de las recetas que el Fondo Monetario Internacional ordena para todos los países del sur.

No importa si con ello provoca asonadas militares y turbulencias populares como en Venezuela y Golpes de Estado a lo Bordaberry como en Perú; no importa si los bienes del Estado se malbaratan o regalan en un festival de corrupción como la Argentina o si, como en el Brasil, millones de niños nacen, viven y mueren a la intemperie y en la más espantosa de las miserias.

Pero nosotros somos el Uruguay. Acá desde principios de siglo hemos ido ensanchando "el rico patrimonio de los Orientales" con el desarrollo de un pujante sector bancario, industrial y comercial del Estado que asegura la soberanía de nuestra bandera con la soberanía económica.

En estos Entes del Estado creció un Movimiento Sindical clasista que se integró al sector privado para formar la CTU, luego la CNT y finalmente el PIT-CNT; expresiones todas de la histórica unidad de los trabajadores uruguayos.

Aquí hubo un Congreso del Pueblo, un Encuentro Nacional por Soluciones, una Resistencia contra la Dictadura, una Concertación Nacional Programática e innumerables instancias de encuentro entre el proyecto de los trabajadores y el proyecto general de Pueblo uruguayo.

La más alta expresión de ello fue el Voto Verde derrotado en los números, pero moralmente fundador de un "espacio verde" que ya nada puede borrar de la vida nacional.

NO SERA FACIL...

No nos será fácil a los trabajadores que 582.000 ciudadanos; 582.000 conciencias libres concurran el 5 de julio a votar para que haya Referendum en noviembre, pero: ¡TENEMOS QUE HACERLO!.

En la lucha para derogar la Ley de Empresas Públicas se anudan todas las luchas particulares de los Gremios. Porque ella es la pieza maestra de toda la política neoliberal que quiere imponer el FMI.

Derrotar la política del Fondo en esta cruzada cívica es quebrar sus planes de entregar nuestra economía a las transnacionales.

Por eso tratan de ahogarnos en silencio; por eso temen, por eso tratan de ensordecer al Pueblo con otras cosas y de desviar al Movimiento Sindical con cuestiones circunstanciales.

La tarea que resume todas las tareas del Movimiento Sindical uruguayo es que 582.000 ciudadanos libres de este país voten el 5 de julio.

A ella nos entregamos con todas nuestras fuerzas; del resultado de esta batalla dependen muchas cosas como para darnos el lujo de mantenernos al margen.

RECIBIMOS Y VALORAMOS...

MENSAJE DEL INTENDENTE SOBRE EL "DIA DE LOS MUNICIPIOS DE AMERICA"

El próximo viernes, como todos los 24 de abril, se celebra el Día de los Municipios de América, fecha establecida hace ya casi cuatro décadas por Intendentes y Alcaldes de América Latina y el Caribe reunidos precisamente en Montevideo, para destacar la significación de las administraciones locales en el marco de los gobiernos nacionales y su aporte al pleno desarrollo de la sociedad.

Por tal motivo, y compartiendo la norma que desde aquel entonces aplican todos los Municipios del país, la Intendencia Municipal de Montevideo no abrirá sus puertas ese día, aunque como es habitual en feriados de este tipo, ha previsto guardias de emergencia para garantizar el normal funcionamiento de servicios indispensables tales como necrópolis, recolección de residuos hospitalarios, etc.

Pero más allá del feriado municipal esta fecha es propicia para que gobernantes y funcionarios municipales y ciudadanos en general, reflexionemos en torno a la significaicón de la institución municipal en América y traduzcamos esa reflexión en compromiso de trabajo para, sin despreciar el pasado, encarar el presente y el futuro de estas administraciones que por su proximidad a la gente constituyen verdadero ámbitos democráticos y democratizadores.

Creo que ello es especialmente válido en este 1992, año del quinto centenario de la revelación de la Humanidad a sí misma, de la llegada de los europeos a un continente que luego se llamaría América y con el cual la historia no ha sido generosa.



En efecto, quinientos años han pasado desde entonces y hoy, en los umbrales del siglo XXI, mientras otras regiones avanzan hacia los nuevos horizontes que le abre una espectacular revolución científico/técnica, este continente sigue golpeado por la pobreza y la intolerancia.

Latinoamérica enfrenta una situación de crisis económica y deterioro social caracterizada por una deuda externa de alrededor de 400.000 millones de dólares, por un aumento de los niveles de pobreza que azota ya a más del 40% de los latinoamericanos, y por circunstancias nacionales que van desde el lento crecimiento de las economías hasta problemáticas de agudo desequilibrio económico, social y político.

En los orígenes de estos problema están las profundas diferencias de grado de desarrollo existentes entre las grandes potencias industriales de América, Europa y Asia y nuestros países latinoamericanos. Como producto de las desiguales relaciones de intercambio, de la disparidad tecnológica y de la excesiva carga financiera, parte importante de nuestros recursos emigran al extranjero contribuyendo a acentuar la situaciones de crisis económicas, retraso social e inestabilidad política. Teniendo en cuenta estas realidades, los municipios latinoamericanos deben contribuir a la movilización de sus pueblos para propugnar una mayor unidad latinoamericana que facilite la integración económica sobre bases de soberanía, democracia y solidaridad.

Tal como lo establece la Declaración de Quito, suscrita en 1988 por gobernantes locales de toda América reunidos en aquella ciudad, "...expresión evidente del retraso acumulado son los rasgos concentradores y excluyentes de los estilos de desarrollo prevalecientes en la mayor parte de los países de la región. Si bien durante ciertos períodos de la historia de nuestros países pareció necesario el robustecimiento de los gobiernos centrales para asegurar la conformación y consolidación de los estados nacionales, la tendencia concentradora del poder político y los recursos en el núcleo central de las administraciones públicas ha llegado a su agotamiento. Para sortear la crisis es indispensable la modernización del Estado y la superación de los esquemas centralizadores en boga. Frente a las propuestas de simple desmantelamiento del aparato público se encuentra la alternativa de la descentralización y el fortalecimiento de los gobiernos locales.

Gobiernos locales en los que ya en 1835 Alexis de Tocqueville afirmaba que "... los americanos citan su porvenir, se ejercitan para gobernar la sociedad y, en fin, adquieren ideas claras y prácticas firmes sobre la naturaleza de sus deberes y la amplitud de sus derechos".

Quienes creemos en esta alternativa y la impulsamos desde las responsabilidades que la ciudadanía nos ha confiado, consideramos que este Día de los Municipios de América es una ocasión adecuada para reafirmar el carácter de esta institución, tan vieja y al mismo tiempo tan joven, como lugar de encuentro para aunar esfuerzos *que nos acerquen a* la realidad de paz, democracia, desarrollo, justicia y solidaridad que los americanos anhelamos y, ¿por qué no decirlo?, merecemos.

Dr. Tabaré Vázquez.
Intendente Municipal de Montevideo

CARTELERA del militante

¡DOS PROBLEMAS MENOS!

DOS EJEMPLOS DEL TRABAJO DE LA BIPARTITA

En el Acuerdo del Lunes 21 de abril, llevados por el Departamento de Recursos Humanos y Materiales, se dictaron sendas resoluciones que ponen punto final a un largo proceso de discusión en la BIPARTITA.

Transcribimos a las dos porque tienen importancia y son de aplicación permanente por lo cual conviene que se ponga en las distintas carteleras sindicales de los Sectores y que los compañeros delegados las conserven.

EL SALARIO VACACIONAL

La diccusión se arrastraba desde que una redacción defectuosa del artículo correspondiente de la disposición presupuestal abrió camino a dos inerpretaciones absolutamente contrapuestas.

La redacción modificada involuntariamente por el art. 48 del Dto. No. 22.226 daba pié para que algunos interpretaran que: del Vacacional se deducían los jornales no trabajados por enfermedad o accidente de trabajo.

Lo cual nos parecía una cosa fuera de sentido ya que, como terminó por reconocerse, los beneficios únicamente pueden ser recortados por disposición expresa y no por interpretación de la norma.

En el Derecho Laboral (como en el Penal) uno de los principios fundamentales es que lo que perjudica debe decirse a texto expreso; la duda favorece a la parte más débil (es decir: al trabajador).

Finalmente: si el verdadero nombre del Beneficio es "Compensación para el Mejor Goce de la Licencia" y no se pagaba más cuando uno, por cualquier razón, tenía más de los 20 días de Licencia Anual Reglamentaria, tampoco correspondía pagar menos a causa de ausencias justificadas.

La discusión, que llegó a ser irritante por lo llevada y traída y por lo que se demoró en resolver es un buen ejemplo de lo desgastante que puede llegar a ser un tema menor cuando no se le da solución rápida.

Y también, un ejemplo de cómo, a la larga terminamos por entendernos.

Desde el 21 de abril de 1992 la cuestión quedó laudada por Resolución del Intendente y del Vacacional no se deducen las ausencias por médico y/o accidente de trabajo.

Al que se le pagó mal debe reclamar por medio de los Abogados de ADEOM.

DE LA APLICACION DE LAS SUSPENSIONES

Este, realmente, fue un ejemplo de cómo del lado menos esperado "salta la liebre" o, para decirlo de otra manera, de como un mando medio puede complicarse la vida y complicársela a la Intendencia o a la ADEOM.

Los protagonistas no importan, no queremos personalizar, pero la cuestión fue que a un funcionario (que se la merecería o no, eso no estuvo nunca en discusión en la Bipartita porque para los reclamos está el Abogado) le aplicaron 4 días de suspensión y se los hicieron cumplir Sábado-Domingo-Lunes y Martes de Carnaval. Es decir, en sus días de descanso.

Ignorando que ese tema ya había estado en discusión cuando la Huelga del 89 y que lo que había impedido que se hicieran efectivas la sanciones por "Servicio Esencial" era la existencia de principios jurídicos y disposiciones que ADEOM hizo respetar.

El primero: que las sanciones son indivisibles.

El segundo: que si todos habían "delinquido" el mismo día, debían cumplir la sanción los mismos días. El juez no espera que haya lugar en la cárcel para enviar al reo, dijimos entonces. Así que a todos los que "pecaron" juntos, se los sanciona juntos y sin dividirles la sanción.

El tercero: que buscar expresamente que la sanción recaiga en los días de descanso es burlar la Ley de Descanso Semanal Obligatorio. Una cosa es que en una sanción "larga" caigan los días de descanso, que en ese caso se cuentan porque favorece al trabajador el que así sea, y otra es que se hubique las sanciones "cortas" de forma tal que caigan justo en el descanso.

Eso quedó laudado luego de la huelga del 89, cuando "forcejeamos" con la Intendencia de Iglesias e impusimos el respeto de los principios a los que hacemos mención.

Pero, como dicen, "nunca falta un real para yerba", y el asunto se volvió a plantear en un Servicio que se mantuvo en sus trece hasta que toda la discusión "se elevó a la Bipartita".

Como no podía ser de otra manera, el Intendente que como ciudadano acompañó nuestro conflicto y que como gobernante mandó que se nos devolviera el importe de la sanciones aplicadas (muy poco, pero ya que estamos, aún no libraron Orden de Pago) no podía opinar distinto ahora.

La Resolución 1508 de 21 de abril de 1992 deja claras la cosas ampliando el artículo R. 217, Volúmen III del Digesto Municipal al incorporar el siguiente inciso: **"Toda suspensión por menos de siete días se aplicará a partir del primer día hábil de la semana".**

Con esto se mantiene la indivisibilidad de la sanción y se termina con los "garrones" de fin de semana.

Otro tema, que para nada está contemplado aquí y que deberemos ver con cuidado es **la acumulación de sanciones** que se han producido en algunos Servicios por falta de personal.

Ese "bolsón" viene creciendo demasiado y debemos hacer un relevamiento de cómo está a los efectos de buscarle una solución que no violente el principio de autoridad: no lo desgaste con sanciones decretadas que nunca se cumplen y no tengan a los compañeros con esa espada de Damocles sobre su cabeza.

Pero, eso es otro tema, y veremos como lo resolvemos de la mejor manera posible.

SOBRE LAS SUSPENCIONES

Montevideo,

VISTO: lo dispuesto en el art. R. 217, Volumen III del Digesto Municipal;
RESULTANDO: que se ha detectado un importante desfasaje entre la aplicación de las sanciones y la efectiva imposición de las mismas a los funcionarios infractores, siendo necesario ampliar el artículo ya indicado, a efectos de optimizar los mecanismos existentes, habiéndose elaborado por parte de la División Servicios jurídicos una propuesta que apunta a solucionar los problemas existente, contando con la plena conformidad de la División Administración de Personal;
CONSIDERANDO: que la Dirección General del Departamento de Recursos Humanos y Materiales estima procedente el dictado de resolución en el sentido ya indicado;

EL INTENDENTE MUNICIPAL DE MONTEVIDEO RESUELVE:

1o.- Ampliar el artículo R. 217, Volumen III del Digesto Municipal, incorporando el siguiente inciso:
"Toda suspensión por menos de siete días se aplicará a partir del primer día hábil de la semana".
2o.- Comuníquese a la Secretaría General, para su conocimiento, y a fin de cursar nota a la Asociación de Empleados y Obreros Municipales (ADEOM); Contaduría General, Sección Retribuciones Personales; a todas la dependencias municipales; y pase al Servicio de Recursos Humanos a sus efectos.

Dr. TABARE VAZQUEZ, Intendente Municipal.
AZUCENA BERRUTTI, Secretaria General.

EL SALARIO VACACIONAL

Montevideo,

VISTO: La Resolución No. 5.718/91, de fecha 7 de octubre de 1991;
RESULTANDO: 1o.) que esa disposición reglamentó determinados aspectos de la retribución especial denominada "salario vacacional", a la que se refiere el artículo 48 del Decreto No. 25.226 de la Junta Departamental de Montevideo;
2o.) que se han suscitado dudas acerca de las consecuencias que pueden tener, respecto del beneficio aludido, las ausencias del trabajo por enfermedad;
CONSIDERANDO: que en ausencia de disposición legislativa expresa que establezca la reducción del beneficio, no procede imponerle mermas como consecuencia de las ausencias por enfermedad, estimando en consecuencias la Dirección General del Departamento de Recursos Humanos y Materiales que corresponde el dictado de resolución en tal sentido;

EL INTENDENTE MUNICIPAL DE MONTEVIDEO RESUELVE:

1o.- El beneficio denominado "salario vacacional", al que se refiere el artículo 48 del Decreto No. 25.226, de la Junta Departamental, no se reducirá por efecto de los períodos en que el funcionario haya dejado de prestar servicios por enfermedad o accidentes de trabajo.
2o.- Las Oficinas de Personal Delegadas y las Oficinas Sectoriales de Presupuesto, como así también la Sección Retribuciones Personales de la Contaduría General, tomarán especial consideración de lo resuelto precedentemente, a fin de proceder en la forma indicada en lo referente a la liquidación del beneficio denominado "salario vacacional".
3o.- Comuníquese a todas las dependencias municipales; a la Secretaría General a fin de librar nota a la Asociación de Empleados y Obreros Municipales (A.D.E.O.M.), a la Contaduría General y pase por su orden al Servicio de Oficinas de Personal Delegadas para su conocimiento, y al Servicio de Recursos Humanos a sus efectos.

Dr. TABARE VAZQUEZ, Intendente Municipal.
AZUCENA BERRUTTI, Secretaria General.

HUMOR DE CABEZA

EL TESORO DE "EL PRECIADO" ES MUY APRECIADO

AVISOS CLASIFICADOS

COMPRO "Patas de rana" y tanques de oxígeno al por mayor.
Tratar en el Ministerio de Economía.
Preguntar por: De Posadas.

NECESITO "Buzos" profesionales de color... negro.
Jóvenes y con aspiraciones de pasar a la historia.
Buen trato.
Dirigirse al Bco. República con el Presidente.

URGENTE Necesito profesor de natación para aprendizaje rápido.
Tratar con el Sr. Ramón Díaz

EN LA PLAYA "LA MULATA" "NO TODO LO QUE BRILLA ES ORO TAMBIEN HAY MONEDAS DE PLATA"



-QUE TE PARECE RAMON, ESTA PARA LA DEUDA EXTERNA; ESTA PARA MI, ESTA PARA LA DEUDA EXTERNA ESTA PARA MI...

-¡PARA ENRIQUE! ¡POR LO MENOS ESPERA QUE LLEGEMOS AL BANCO CENTRAL!

ULTIMO MOMENTO

El Gobierno español reclamaría parte de lo sustraído en nuestras aguas, por haber sido "sustraído" por ellos anteriormente. En caso contrario reclamarán la devolución de los "espejitos" y collares de colores.

EL FEFO



BLOOPER



0
Av. Del Libertador
y Colonia
Hora 15.
PIT-CNT
DE
MAYO
NA RESPUESTA

I.- A

II.- R

III.- T

ORIGINAL

Hoja 1 de 2
Copia — de —

ARCHIVO

Montevideo, 29 de Abril de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920142/SO

TO: CONFERENCIA SOBRE LA SEGURIDAD SOCIAL
RENCIA: SORIANO 1218
X T O :

En el día de la fecha se concurre a realizar la cober- del acto público realizado en la CASA DEL PUEBLO, (Soriano /), que con el slogan "LA SEGURIDAD SOCIAL PAGA LOS PLATOS RO- , la Agrupación "Dr. Mario A. CASSINONI" convocaba para las / hs. donde el Dr. Hugo DE LOS CAMPOS (C/A), informaría sobre royecto del Poder Ejecutivo para reformar el sistema de SEGU- D Y ASISTENCIA SOCIAL. (Se adjunta volante).

El acto dió comienzo a las 1935 hs. aproximadamente // iendo en ese momento unas diez personas. Se estima que final e, al promediar la conferencia, se congregaron en el lugar // 35 personas, en su mayoría hombres. La edad de los concurren oscilaba entre 65 y 75 años.

Durante su disertación el invitado hizo referencia a / siguientes conceptos:

- reseña histórica del sistema de Seguridad Social, a- ando los conceptos fundamentales que dieron origen a su imple ación, particularmente en Alemania y Estados Unidos desde 1880 fecha.
- critica al proyecto del Poder Ejecutivo por conside o un instrumento de la política económica neoliberal impuesta pautas de organismos prestatarios internacionales.
- critica al Presidente del BPS, Rodolfo SALDAIN, refe e a declaraciones que éste realizara en torno al proyecto de ıridad Social.
- critica a los Actos Institucionales Nro. 9 y Nro.13.
- relación del proyecto con el modelo chileno propues- or el Economista José Piñeira (Chile) a quien atribuyó la res abilidad de su redacción con la participación de Jorge BATLLE Presidente LACALLE.
- brindó detalles técnicos sobre la inconveniencia de ey.
- mencionó la necesidad de la creación de impuestos que ren los altos ingresos como una forma más equitativa de la re- ribución de la riqueza.
- manifestó haber concurrido a la Comisión de Seguridad ial del Parlamento, especialmente invitado por el Senador Fede- BOUZA (Foro Batllista), como asesor en el plano jurídico-cons icional.
- instó a la movilización de las distintas organizacio- de jubilados para expresar el rechazo al proyecto reforma de la ıridad Social.

001|3 9203192

y la escasa
invitacione

servicios d

Dr. Hugo DE
285.947.

IV.- DISTRIBUCION

ORIGINAL

Hoja 2 de 2
Copia - de -
r.z.

destaca el malestar por la ausencia de la prensa
:urrencia a pesar de haberse realizado numerosas
egún comentarios.

r otra parte en ningún momento se refirió a los /
:iros Policiales y Militares.

acto finalizó a las 2100 hs., detectándose que el
CAMPOS se retiró solo en el vehículo matrícula //

RIGINAL - JEFE DEL DEPARTAMENTO I
)PIA I - JEFE DEL DEPARTAMENTO III(OP)-ARCHIVO

002 — 20 1 92

Para
dran
Soci
la a
prev
Sin e
régir
Aden
• La a
da l
actu
nue
• Si s
Prev
el Es
que
apor
es el
ble e
• Si se
de P
Milita
cada
demá
Para d
es una
activida
concur

Especia
tivo para
CIAL, el

003/3

SEGURIDAD SOCIAL
A LOS PLATOS ROTOS

la reforma de la seguridad social, el Poder Ejecutivo
e la situación financiera del Banco de la Previsión
rgumenta que el país no puede sobrellevar la carga de
nanciera necesaria para pagar los beneficios de la
L

las empresas deudoras se les acaba de fijar el tercer
lidades de pago en este período.

cifras del propio Poder Ejecutivo:

ión entre cotizantes y pasivos se mantendrá incambia-
o 2015, aún sin cambiar la ineficiente administración
co de la Previsión Social (BPS) que, **de cada tres
que debe recaudar, sólo cobra dos.**

an las deudas que el Estado no pagó al Banco de la
l (BPS), por aportes de los funcionarios públicos que
ontó de sus sueldos y no aportó, así como los aportes
r como empleador o patrono. Si se suman esos
a a la conclusión que el Banco de la Previsión Social
financieramente al Estado y por lo cual es responsa-
cutivo.

sistencia que el Poder Ejecutivo dice prestar al Banco
cial (BPS) y a los servicios de Retiros Policiales y
s beneficiarios de cada régimen, entre 1991 y 1992,
icial o militar recibió 24 veces más asistencia que los
rios.

intereses del Banco de Previsión Social (BPS), que
defender los derechos de los trabajadores en
JUBILADOS y PENSIONISTAS, le invitamos a
úblico que se realizará el

MIERCOLES 29
A LAS 19 HORAS
en la calle SORIANO Nº 1218

tado, informará sobre el proyecto del Poder Ejecu-
el sistema de SEGURIDAD y ASISTENCIA SO-

DR. HUGO DE LOS CAMPOS
Agrupación "Dr. Mario A. Cassinoni"
cretaría: Calle Soriano Nº 1218

9203192

P.1

Mon

//////////////////////////
1)-INFORMACION GENERAL
INDUSTRIA TEX

R.U.S.A.:Santa Lucía y Man
comenzará a funcionar con
ORGANIZACIONES
UNION DE TRABAJADORES DE
resolvieron retrasar las
donde se resolvió efectu
señalar que esta medida
Cabe señalar que con res
reintegrarse al servicio
FED.OBRERA DEL TRANSPORT
COMPAÑIA:En asamblea se
los actos del 30/IV/ y t
se va a efectuar.-
CONSTRUCCION
S.U.N.C.A.:El 30/IV/ de 09
una delegación a Agrupaci
llas.También está previst
I.A.S.A.-
OBRA AMPL.PEREIRA ROSSEL
LAGARO:La situación perma
INDUSTRIA META
U.N.T.M.R.A.:Está previsto
a una diferencia en el aj
SUPERMERCADOS
MACRO MERCADO:Desde el 24
tyan realizando paro.Los
ta del local,funcionando
TERRENOS OCUPAD
BARRIO CASABO:La situació
ENRIQUE CASTRO Y CHIFLE
serían desalojadas en el
F.U.N.S.A.
Este sindicato se adhiere
30/IV/deteniendo sus tare

//////////////////////////
INFORMACION DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO DE CANELONE
MARCHA DEL REPINILLAR:A l
nes se realizó un acto al
te lo realizaron en la su
Tienen previsto arribar el
a "Mal Sendio el día 30/I
uso de la palabra un diri
mo día se concentrarán fr
junto con otros gremios
tre de Mayo organizados p
//////////////////////////

ARCHIVO 1/2.

...,28 de Abril de 1992.-

//

... Días; Prosigue ocupada. A partir del 30/IV/ ... perativa de obreros.-

TRANSPORTE

...: En el día de ayer los agremiados a UTU ... en 10 minutos, efectuando una Asamblea ... paro entre las 10.00 y las 11.00 horas. ... en forma parcial.-

... al paro del día 30/IV/hoy ... de la hora 16.00.-

... se comprobó la participación del gremio, en ... mayo, aunque no se informó de que manera ...

... 12.00 se realizará un paro ... en adhesión a los obreros del ... el 20/V/ una Asamblea en el local de la ...

... situación permanece incambiada.-

... incambiada.-

... el día 30/IV/un paro de cinco horas, debido ... salarial.-

...0 operarios de un total de 300 se ... se encuentran realizando ... en San Martín y Peñalini ...

... terreno permanece incambiado.-

... predio viven unas 50 familias, las que ... ayer, no realizándose el mismo.-

... convocado por el PIT-CNT para el día ... el horario de 10.00 a 16.00.-

//

... 17.40 en la Plaza principal Joaquín ... finalizó a las ... 18.15 horas. El ... Prado junto a la ruta Nro.5 ... 19 a Montevideo, para asistir al homenaje ... realizarse en Agraciada y Prado donde ... del ... y uno del PIT-CNT. ... Ministerio de Trabajo y Seguridad Social ... acompañaron, asistiendo a los festejos del PIT-CNT.-

//

POCO LEGIBLE

//////////

//////////////////////////////////////

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

P.I.T.-C.N.T.: Fue presentada ante la ... sobre corte de tránsito para el ... 09.00' en la intersección de la AVDA. ... para levantamiento del estrado.

FORMEOS Y CONCENTRACIONES PREVIAS AL ...

A partir de la hora 10.00' se ... gremios:

1)- CURVA DE TABAREZ - Plaza ... y Prado los gremios de ... SUTEL y CUTIP.-

2)- Avda. Agraciada y Avda. ... AOEC; SUTEL; SUA; AUTE; ...

3)-UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA ...

4)-AVDA. MILLAN y CASTRO, ...

5)-AVDA 8 DE OCTUBRE (Curva ... de FED. ...; UNTMRA y U...

6)-Avda. GRAL. FLORES -JOSE S... UNTMRA y FOE.-

7)-... LA CRUZ DE CARRASCO, ... y FOICA.-

8)-CIUDAD VIEJA, con los grem... ... y ANEP.-

Próximo a la hora 14.00' se ... tística, para posteriormente a la hora ... durante el Acto se procederá a la venta ... con el fin de enviar petroleo a CUBA, ... trabajadores del Uruguay.

//

2)- **INFORMACION ...**

FED. URUGUAYA DE ...: El 30/IV/ ... horas, en reclamo de mayor aumento salar...

ASOCIACION DE TRABAJADORES DE LA SEGURIDAD ... llevarán a cabo las elecciones de autori... la fecha, se dará a conocer los detalles...

FED. DE FUNC. DE SALUD PUBLICA: El 29/IV/ ... 10.00' se reunirá la Comisión Tripartita ... blemas del sector.-

//

////////////////////////////

//////////////

D. POCO LEGIBLE

9203209

30/4/92

S/DT

9203209

N.116.-

Montevideo,29 de Abril de

1)- INFORMACION GENERAL

INDUSTRIA TEXTIL

Santa Lucía y Marcelino Díaz;Continua ... comenzará a funcionar como una cooperativa.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

FED.OBREROS DEL TRANSPORTE:No se ha resuelto ... de los actos del 30/IV/ y el 1/V/.

UNION DE TRAB.DE CUTCSA: ... a fin de estudiar las movilizaciones del ... paro el mismo afectaría la concurrencia de...

CONSTRUCCION

El jueves 30/IV/se realizará un paro ... una delegación a Agraciada y Freire en ...

LANASUR:La reunión tripartita realizada el 23/I... a un acuerdo por lo que la situación permanece

INDUSTRIA METALURGICA

Está previsto para el día 30/IV/un

PLASMOLIT:Daniel Muñoz 1994;Ante el despido de ... resolvieron efectuar media hora de paro desde ... manteniendo la situación incambiada.-

NEBO PLAST:El Sub-Grupo 29(Plasticos),se adhie... del día 30/IV/efectuando paro de 16.00 a 19.00 ...

SUPERMERCADOS

MACRO MERCADO:80 operarios de un total de 300 ... paro desde el 24/III/ realizando además ...

TERRENOS OCUPADOS

BARRIO CASABO Y CASTRO Y CHIFLET:La situación ... nece incambiada.-

F.U.N.S.A.

Dicho sindicato se adherirá a las movilizacio... CNT para el día 30/IV/parando en el horario de

BANCA PRIVADA

A.E.B.U.(Sector Privado y Oficial);para el día ... guientes movilizaciones;En la zona Ciudad Vie... parará de 16.00 a 17.00 horas con corte de ... hasta Arenal Grande efectuarán paro de ... a la hora 15.00.-

2)- INFORMACION ESTATAL

Está previsto para ... 24 horas en reclamo de un aumento mayor de ... por el Poder Ejecutivo.-

ASOC.DE TRAB.DE ... SOCIAL:Se llevaran a cabo ... ciones de autoridades.-

FED.DE FUN.DE SALUD PUBLICA:El 29/IV/a partir ... Comisión ... a fin de tratar los

A.D.E.O.M.:En el día de la fecha se realizarán ...

BIBLIOTECA NACIONAL:Los funcionario se encuent... 09.00 a 12.00 en reclamo de hab... el conflicto se encuentra en vías de so...

CONSTANCIA DE NAVE SINIESTRADA EN PUERTO DE M...

Ante versiones periodísticas que inf... de Montevideo se estaría hundiendo un Buque ... "IBERIA" el mismo se produjo por ...

DOC. POCO LEGIBLE

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION DE DEFENSA

ESTADO MAYOR PERSONAL (NARCOTRAFICO)

S U M A R I O D E I N F O R M A C I O N

Período: Del 14MAR92 al 29ABR92

T E M A R I O

I.- AMERICA DEL NORTE

A.- ESTADOS UNIDOS

- La DEA afirmó que existe una "conexión soviética" en la venta mayorista de heroína en Nueva York, al finalizar una investigación que duró un año y en la que fueron arrestadas 9 personas emigradas a EE.UU. desde la ex URSS. La heroína la estarían importando del Sudeste asiático, usando POLONIA como escala de tránsito. Los cargamentos de drogas son cedidos a la mafia italo-norteamericana que actúa como mediadora entre los vendedores mayoristas y distribuidores al detalle (portorriqueños, negros, dominicanos).

II.- AMERICA CENTRAL

A.- COSTA RICA

- En la población de Guajinquil de Guanacaste, en COSTA RICA, fue encontrado el 20 de marzo un cargamento de 704 kilos de cocaína, cuyo valor en el mercado internacional es superior a 80 millones de dólares. Con este cargamento, en el mes de marzo, se han encontrado más de 1.000 kgs. de esa droga en esta zona.

B.- CUBA

- El 15 de abril culminó un juicio contra 28 personas por tráfico de cocaína y cultivo y venta de marihuana, de los cuales 22 recibieron sentencia entre 7 y 11 años y los restantes entre 10 meses y 5 años. Esta constituye la tercera red delictiva juzgada y condenada este año en Camagüey.

III.- AMERICA DEL SUR

A.- ARGENTINA

- En varias provincias argentinas las fuerzas de seguridad han realizado en los últimos 30 días distintos operativos antidrogas.

En Buenos Aires:

-Fue desbaratada una red de narcotraficantes que provenía del norte del país, fueron arrestadas 11 personas, se secuestraron 10 kgs. de cocaína y 100.000 dólares y se descubrieron tres laboratorios para elaborar droga.

-En otro procedimiento fueron arrestadas tres presuntos narcotraficantes brasileros y un paraguayo con 23 kgs. de marihuana y 2 kgs. de cocaína, que fue introducido al país, desde BRASIL por el paso fronterizo en Puerto de Iguazú.

-También fueron detenidos 2 menores con 10 kgs. de cocaína.

En Salta:

-En un operativo conjunto entre la Gendarmería y la Policía de BOLIVIA se incautaron 30 kgs. de cocaína.

-Fue arrestado FERNANDO BARRIENTOS ANTEZANA, considerado el principal narcotraficante de BOLIVIA, uno de los delincuentes más buscados del mundo y acusado por EE.UU. de haber introducido allí más de 20.000 kgs. de cocaína.

En Concepción del Uruguay:

-Fueron incautados 24 kgs. de cocaína pura y detenidos 4 narcotraficantes bolivianos.

- El Jefe del Comando Sur del Ejército de los EE.UU., Gral. GEORGE JOULWAN, estuvo en visita oficial de 3 días. En la ocasión se definió públicamente la posición del Ejército de los EE.UU. y de las FF.AA. argentinas con respecto a la participación en la lucha contra el narcotráfico. El Gral. JOULWAN expresó "que su país no busca la militarización de la lucha contra el narcotráfico en AMERICA LATINA y dijo que esa tarea la deben llevar adelante las fuerzas policiales con el apoyo logístico de las Fuerzas Armadas". Las autoridades argentinas, por su parte, sostuvieron que si bien la lucha contra el narcotráfico es importante, todavía resulta un objetivo secundario a los fines de la defensa nacional, agregándose que "los militares no deben involucrarse directamente en acciones contra los carteles de la droga" y que la tarea debe ser resorte exclusivo de las fuerzas policiales.

B.- BRASIL

- El 31 de marzo el diputado MORONI TORGAN entregó un informe al Presidente del Senado, senador MARIO BENAVIDEZ, con el nombre de 11 sospechosos de estar involucrados en el

tráfico de drogas en el Congreso Nacional, cuatro de los cuales son funcionarios del Legislativo. Este informe se basa en las declaraciones realizadas por el narcotraficante JULIO CESAR FIALHO. Asimismo, una comisión legislativa comprobó en la última semana de marzo, que los narcotraficantes utilizan un teléfono del Senado para cerrar negociaciones de distribución de cocaína en Brasilia.

- El diputado TORGAN informó que según un informe del Departamento del Tesoro de EE.UU., BRASIL es responsable del lavado del 17% de los 120.000 millones de dólares que el narcotráfico inyecta anualmente en el mercado internacional, un poco más de 20.000 millones de dólares.

- La CPI del narcotráfico concluyó en su informe final, que la prioridad absoluta que el gobierno de EE.UU. dió al combate del narcotráfico, dentro y fuera de sus fronteras, llevó a las redes internacionales a buscar mercados alternativos para su producto. Esto provocó un aumento del consumo de cocaína en BRASIL, actualmente, aproximadamente un 5% de la población brasileña consume habitualmente cocaína (unos 5 millones de personas). En contrapartida, la Policía Federal no posee recursos financieros ni la organización suficiente como para enfrentar adecuadamente a los narcotraficantes.

- La División de Represión de Estupefacientes (DRE) ha realizado importantes operativos en los Cerros de Mineira, Mangueira y Andaraí, incautándose importante cantidad de cocaína, marihuana, armamento y artículos con la sigla del Comando Vermelho y fueron arrestados 13 importantes jefes del narcotráfico.

C.- <u>BOLIVIA</u>

- La Fuerza Especial de Lucha contra el Narcotráfico (FELCN) y la Policía boliviana, con el apoyo de la DEA, montó a fines de marzo varios operativos antidrogas en la región del Chapare, en los que fueron detenidas más de 100 personas y destruídas 12 fábricas de cocaína.

- El 11 de abril, fuerzas combinadas de la Fuerza

Aérea , la Armada y la Unidad Móvil de Patrullaje Rural (UMOPAR), destruyeron una fábrica de cocaína en el departamento del Beni, en la Amazonia boliviana. Se incautaron 150 kgs. de cocaína y 8.000 proyectiles de fusiles M-16. Se presume que la cocaína fabricada en esta planta era transportada hacia Cali, COLOMBIA, y las fuerzas antidrogas tienen la certeza que existen bandas de narcotraficantes colombianos que operan en territorio boliviano.

- El Congreso boliviano despojó el 22 de abril de su inmunidad diplomática al ex Ministro del Interior y diputado del MNR FERNANDO BARTHELEMY, por presunto encubrimiento al narcotráfico durante las investigaciones realizadas sobre el "Caso Huanchaca", en el que él se desempeñaba como Ministro del Interior. Dentro de esta misma causa, son acusados 2 ex comandantes de la policía nacional, los Generales JULIO VARGAS SOTO y DAVID HINOJOSA, además de otros jefes de esa misma institución. Por otra parte el Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) solicitó a la ONU que investigue la presunta vinculación de algunos políticos de ese país con el narcotrafico, entre ellos el Presidente PAZ ZAMORA y el candidato para los comicios de 1993, HUGO BANZER SUAREZ, lo que ha suscitado una "lucha política" y que la prensa ha denominado "Narcogate boliviano".

D.- CHILE

- La policía chilena arrestó a 4 chilenos de origen aimará, quienes poseían un cargamento de 24 kgs. de cocaína de alta pureza, por un valor de 2 millones de dólares en el mercado internacional. Estos declararon baber introducido la droga desde BOLIVIA.

E.- COLOMBIA

- En un operativo realizado a fines de abril, la policía boliviana arrestó al narcotraficante IVAN UDRINOLA, acusado de encabezar el más importante cartel colombiano de la heroína.

F.- PERU

- El gobierno peruano inició el 10 de abril una ofensiva contra los productores de droga y narcotraficantes en la zona del valle del río Huallaga, en la zona amazónica del norte

del PERU. Los aeropuertos de la zona fueron declarados en emergencia y su vigilancia estará en manos de la policía y los militares. También la Fuerza Aérea participará destruyendo aeropuertos clandestinos e interceptando aviones nacionales y extranjeros para su identificación.

G.- URUGUAY

- El Jefe de la Brigada de Narcóticos del Departamento de Soriano manifestó el 6 de abril que existe preocupación en dicho departamento por la existencia de indicios de consumo de droga, así como que Soriano es lugar de paso de droga hacia otros puntos del país. La marihuana procede de PARAGUAY y de BRASIL, en tanto la cocaína llega de COLOMBIA por el Puente de Fray Bentos y por el Puerto de Colonia. En los dos últimos meses se han realizado 10 procedimientos que han dado como resultado la detención de varias personas:

-19 mayores y un menor por consumo de marihuana.

-6 mayores y 5 menores por inhalación de pegamentos.

-2 mayores por consumo ilegal de sicofármacos.

-1 mayor por posesión de hojas de coca.

- En el Aeropuerto Internacional de Carrasco fue detenido un ciudadano boliviano que pretendía ingresar a nuestro país 1 kg. de cocaína pura, por un valor superior a 30.000 dólares. Este ingresó al país el 19 de abril en el vuelo internacional LLOYD AEROBOLIVIANO, procedente de Santa Cruz de la Sierra, BOLIVIA.

H.- VENEZUELA

- La Policía Técnica Judicial (PTJ), en el mes de abril, detuvo cerca de una docena de personas e incautó más de 80.000 calcomanías y cromos impregnados de ácido lisérgico (LSD). También al sudoeste de Caracas tres niños se intoxicaron tras consumir chocolate marca "JET", procedente de COLOMBIA, que contenía esta droga.

- La policía investiga el posible tráfico de drogas en prendas de vestir importadas de CHINA, que se venden en tiendas locales y cuyas etiquetas señalan que están hechas con genuina fibra de marihuana. Estas prendas contienen un 45% de

algodón y un 55% de marihuana son realizadas por la empresa Jaint Venture Inc.

IV.- EUROPA OCCIDENTAL

A.- BELGICA

- En el Puerto de Amberes se realizaron dos importantes procedimientos antidrogas, por parte de las fuerzas de seguridad en el mes de marzo:

-Se incautaron 272 kgs. de cocaína de un barco colombiano "Isla de la Plata".

-Se incautaron 650 kgs. de cocaína, por un valor aproximado de 205 millones de dólares, de un barco alemán, el "German Senator", procedente de PANAMA y con destino a ISRAEL.

B.- ESPAÑA

- La policía española incautó más de 6 toneladas de hachís en un barco griego, el "Paravollas 2", en el puerto de Barcelona, y fueron detenidos 5 españoles. La policía precisó que la droga proviene probablemente del LIBANO y que tiene un valor de 4 millones de dólares aproximadamente, y que esta incautación es una de las más importantes realizadas en ESPAÑA.

C.- INGLATERRA

- En el Puerto de Felixtowe (sudeste de INGLATERRA), la policía británica incautó en un barco procedente de VENEZUELA, 900 kgs. de cocaína, por un valor de 250 millones de dólares. Autoridades británicas anunciaron que fueron detenidas 9 personas y que esta incautación es la mayor realizada en el Reino Unido.

D.- ITALIA

- PIETRO CUSIMANO, conocido mafioso acusado varias veces por tráfico de estupefacientes, fue asesinado junto con su hijo, mientras viajaba en automóvil.

- La policía tributaria realizó un vasto operativo en Calabria y Apuglia para desarticular una organización que traficaba con heroína y cocaína. Alrededor de 35 personas fueron detenidas, incluyendo el desmantelamiento de la base opera-

tiva de la organización.

- Fue capturado el "capo" del Clan Meriani, considerado el "rey" del tráfico de estupefacientes y de la usura en un vasto territorio dominado por las organizaciones camorristas. Su captura fue realizada junto con la de su principal lugarteniente.

E.- SUIZA

- En una operación realizada en marzo frente a la sede de las Naciones Unidas, la policía local decomisó 10 kgs. de heroína y fueron detenidos 8 yugoslavos, uno de ellos conserje del organismo internacional.

V.- CONCLUSIONES

- El narcotráfico continúa siendo noticia permanente y factor que gravita decisivamente en la vida interna y en las relaciones entre los países del sistema interamericano, y la de éstos con el resto de la comunidad internacional, a través de sus secuelas de consumo, corrupción , violencia, lavado de dinero, etc.

AMERICA

1. Continúa verificándose un intenso tráfico de cocaína producida en COLOMBIA y BOLIVIA, con destino a Norteamérica y Europa, así como también para consumo en los países americanos.

2. El tráfico para consumo interno es particularmente intenso en ARGENTINA y BRASIL, destacándose el alto porcentaje de consumidores habituales de cocaína que se verifica en el último de los mencionados.

3. Continúan surgiendo informaciones que señalan a BRASIL como importante centro para el lavado de activos provenientes del narcotráfico.

4. En el período abarcado, se percibe una mayor intensidad en las acciones contra el narcotráfico en BOLIVIA y PERU.

EUROPA

1. Las cantidades de cocaína aprehendida en Europa

continúan poniendo de manifiesto que ese Continente es un creciente mercado para dicha sustancia.

2. Los procedimientos han puesto en evidencia, por otra parte, la preferencia que los traficantes dan al transporte de drogas por medios marítimos.

URUGUAY

Aunque poco frecuentemente, la vía aérea SANTA CRUZ DE LA SIERRA-MONTEVIDEO continúa siendo una ruta para el ingreso de cocaína mediante correos individuales.

ORIGINAL

920145 / D.E.I / Fecha: 30.04.92

I: ASUNTO: INFORMACION SINDICAL

II: REFERENCIA: 710-H-III

III: EVALUACION:

IV: TEXTO:

920 3213

MARCHA DEL ESPINILLAR

- Se ha tomado conocimiento que el total de personas que se desplazaron durante todo el recorrido fue de aproximada - mente 150 personas y se agregaron a la misma algunas personas de BELLA UNION y otra gente de PAYLANA, pero no más de 4 o 5.-

De la evaluación que se pudo hacer de la misma, se desprende:

-Que fue una marcha de carácter político-partidario ya que el número de empleados del ESPINILLAR es de 700 personas y solamente se desplazaron 150 personas y en su mayoría son del M.L.N..-

- Dicha marcha fue gestada y organizada por RICHARD DE LOS SANTOS (FANCAP-EL ESPINILLAR-MLN) y algunos cuadros de menor importancia subordinados al mismo.-
- Fue una marcha que no fue impulsada por la Federación ANCAP, sino que estos partieron hacia MONTEVIDEO sin coordinación, lo que obligó a la FANCAP a apoyarlos y a su vez le motivó a la misma un costo económico muy elevado.
- Que durante el recorrido de la marcha en todo momento y en cada una de las asambleas que se llevaron a cabo,hubo una crítica permanente contra la Dirección de la Central colocándolos a estos como dialoguistas y no como defensores de la problemática de los obreros (siempre con un til de ultra).
- Que el propósito de la misma no era solo para sensibilizar a la gente sobre la problemática del Espinillar, sino para dejar en claro la problemática de trabajo que existe actualmente en el país, y a su vez poder tener la oportunidad de que un dirigente del Espinillar marcara presencia en el acto del 1o. de Mayo (teniendo un espacio para realizar un discurso).-
- A través de esta marcha, la gente del Espinillar busca poder elevar a un mismo nivel nacional a RICHARD DE LOS SANTOS (FANCAP-EL ESPINILLAR-MLN) con HUGO DE MELLO (FANCAP-PS) dentro de la dirigencia de la FANCAP.-

0018

...///

DISTRIBUCION: ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(j-f)

-Además del apoyo económico que se recibió de parte de la FANCAP, existió el apoyo de comercios de SALTO, CONSTITUCION y BELEN; así como también el de integrantes del MLN que en cada uno de los lugares que la marcha pasaba les proporcionaban comestibles.

-Como elementos de apoyo, durante la marcha, tuvieron 2 ómnibus, una camioneta y un camión.
En los ómnibus traían el depósito de comestibles y ropa, la camioneta la usaban para realizar las compras y juntar las mercaderías que les proveían durante el camino, como así también las compras de leche y pan.
El camión lo utilizaban para adelantar gente que se encargaba de organizar la comida y campamento.-

NOTA : Se adjunta: RESOLUCIONES DE LA MR DEL PIT/CNT reunida el 23 de abril en el local de la Central.-

003 9203213

RESOLUCIONES DE LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT REUNIDA EL 23 DE ABRIL EN EL LOCAL DE LA CENTRAL

LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT REUNIDA A LOS EFECTOS DE ANALIZAR PUNTOS DE ESPECIAL IMPORTANCIA EN EL PLANO SOCIAL Y ECONOMICO, TEMAS QUE ENTENDEMOS PREOCUPAN A LOS TRABAJADORES Y A LA SOCIEDAD TODA, HA TOMADO RESOLUCIONES DE CUYOS ALCANCES SOMOS ABSOLUTAMENTE CONCIENTES.

SIN DUDA ESTAMOS EN EL PUNTO MAS ALTO DE LA OFENSIVA DEL GOBIERNO QUE APLICA UNA POLITICA CLARAMENTE CONDICIONADA POR EL FONDO MONETARIO INTERNACIONAL. ELLO SE EXPRESA EN LA BRUTAL REBAJA SALARIAL PARA P BLICOS Y PRIVADOS, EN LA ABSOLUTA DESPROTECCION A LA INDUSTRIA Y LA PRODUCCION NACIONAL. Y POR ESTOS DIAS EN UN CLARO INTENTO DE ARRASAR CON LA SEGURIDAD SOCIAL, A TRAVES DE UN MANEJO ARTERO Y ANTIDEMOCRATICO, APROBANDO UNA "LEY DE URGENCIA", SIN LA ADECUADA DISCUSION DE TODOS LOS INVOLUCRADOS.

EL PIT-CNT AL IGUAL QUE OTROS SECTORES, LA ABSOLUTA MAYORIA DEL PUEBLO, NOS OPONEMOS A TALES DESIGNIOS, Y NO ACEPTAMOS EL CUENTO QUE PARA MEJORAR ALGUN DIA, EL PRECIO ES QUE ESTEN CADA DIA PEOR QUIENES SIEMPRE ESTUVIERON MAL.

LAS MEDIDAS APROBADAS POR FUENTE DE TRABAJO EL DIA 30, RECIBIENDO A LOS COMPAÑEROS DE EL ESPINILLAR, EL PROPIO 1o. DE MAYO, SON PARTE DE NUESTRA RESPUESTA. Y EL PARO DE 36 HORAS SERA TAMBIEN UNA JORNADA DE TODO EL PUEBLO PORQUE SABEMOS BIEN, QUE CUANDO DECIMOS SALARIO O DECIMOS TRABAJO, ESTAMOS DICIENDO PRODUCCION, REACTIVACION DEL MERCADO INTERNO, PREVISION Y SEGURIDAD SOCIAL, ETC., PUES SIN LO PRIMERO, TODO LO OTROS NO EXISTE.

RESOLUCIONES

1.

SE APRUEBA LA REALIZACION DE UNA JORNADA DE MOVILIZACION CON PARO PARCIAL EL DIA 30 DE ABRIL, PARA RECIBIR LA MARCHA DE LOS TRABAJADORES DEL ESPINILLAR, QUE VIENEN DESDE LA CIUDAD DE SALTO, JUNTO CON TRABAJADORES DE OTROS GREMIOS DEL INTERIOR, EN RECLAMO POR FUENTES DE TRABAJO.

SE REALIZARAN DOS CONCENTRACIONES:
- A LAS 10.00 HORAS EN AGRACIADA Y FREIRE
- A LAS 16.00 HORAS FRENTE AL MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL.

CADA GREMIO RESOLVERA EL HORARIO DEL PARO PARA PARTICIPAR EN UNA DE LAS DOS CONCENTRACIONES.

VOTACION: AFIRMATIVA 24
ABSTENCIONES 5 (UNTMRA, SOIMA, APU, AEBU, CANELONES)

2.

EN EL MARCO DEL PLAN DE MOVILIZACIONES, SE APRUEBA LA REALIZACION DE UN PARO GENERAL DE 36 HORAS A PARTIR DE LAS 12 HORAS DEL DIA 12 DE MAYO HASTA LAS 24.00 HORAS DEL DIA 13, POR LA PLATAFORMA YA APROBADA:

- TRABAJO
- SALARIO
- SEGURIDAD SOCIAL
- VIVIENDA
- CONTRA LAS PRIVATIZACIONES Y POR LA REFORMA DEL ESTADO

Doc. Poco LEGIBLE

Asistencia a la Mesa

Representativa 23-4-92

Sindicato	Llegó	Se retiró
ADEOM	NO	
AEBU	19.00	
AFCC	19.00	
AFJU	19.00	
AFUR	19.00	
AFUTU	18.00	
AOEC	18.00	
APU	19.30	
ATILPE	NO	
AUTE	18.00	
COFE	18.00	
COT	19.30	
CUTIP	NO	
FANCAP	18.30	
F.CAUCHO	18.00	
FENAPES	19.30	22.30
FENARU	NO	
FFOSE	NO	
FOEB	18.00	
FOEMYA	NO	
FOICA	18.30	22.00
FOPCU	19.15	
FOL	NO	
FOT	18.00	
FUECI	18.00	20.00
FUM	18.00	
FUS	18.00	
ONODRA	18.00	23.00
SAG	19.30	
SAT	NO	
SIC	NO	
SIMA	18.00	
SNPA	18.00	
SOIMA	18.30	
STIQ	18.00	00.40
SUA	18.00	22.00
SUANP	18.00	
SUGU	NO	
SUNCA	18.00	
SUNTMA	NO	
SUTEL	18.00	
UAOEGAS	18.00	
UF	19.30	
UNTMRA	18.00	
UOC	18.00	
UTHC	NO	
CANELONES	18.00	
PAYSANDU	19.40	SI

Doc. Poco LEGIBLE

005

9203213

INICIATIVA NACIONAL SOBRE SEGURIDAD SOCIAL

1.

EL PIT-CNT RECHAZA EL PROYECTO LLAMADO DE REFORMA JUBILATORIA A CONSIDERACION DEL PARLAMENTO CON CARACTER DE URGENCIA. EN FUNCION DE LA SITUACION GENERADA EN EL PAIS, DE LA IMPORTANCIA DEL TEMA Y DE LA NECESIDAD DE ENCONTRAR CAMINOS AMPLIOS Y NACIONALES DE SOLUCION PARA UNA VERDADERA REFORMA DE LA SEGURIDAD SOCIAL, REALIZAMOS ESTA PROPUESTA ABIERTA A LA CONSIDERACION DE TODOS LOS SECTORES SOCIALES Y POLITICOS DEL PAIS.

CONSIDERAMOS QUE LA SEGURIDAD SOCIAL ES UN PROBLEMA PARA LOS 3 MILLONES DE URUGUAYOS Y QUE DEBE CONSIDERARSE GLOBALMENTE, NO SEPARANDOSE LA REFORMA JUBILATORIA DE LAS PRESTACIONES A TRABAJADORES (SEGURO DE PARO, DE ENFERMEDAD, ASIGNACION FAMILIAR, ETC.) NI DE LA GESTION Y ADMINISTRACION DEL BPS. POR LO MISMO ALERTAMOS SOBRE EL PROYECTO JUBILATORIO PERO TAMBIEN SOBRE OTROS PROYECTOS PARALELOS SOBRE EL TEMA, ASI COMO ALGUNOS DECRETOS YA VIGENTES.

2. PROPUESTA

A. DEROGAR EL CARACTER DE URGENCIA CON EL COMPROMISO DE BUSCAR EN UN PLAZO DE 9 MESES, LA POSIBILIDAD DE ELABORAR UN NUEVO PROYECTO NACIONAL GLOBAL DE SEGURIDAD SOCIAL, CONSIDERANDO TODO LO ELABORADO HASTA EL MOMENTO Y LO QUE SE APORTE EN LOS PROXIMOS 3 MESES.

B. DURANTE ESTE PROCESO DE ELABORACION, PROCEDER A:
- INTEGRAR EL DIRECTORIO DEL BANCO DE PREVISION SOCIAL, CON EMPRESARIOS, JUBILADOS Y TRABAJADORES, PROFUNDIZANDO LA MEJORA DE SU GESTION.
- INTEGRAR DESDE YA COMISIONES ASESORAS PARA CADA AREA DEL BPS Y POR CADA CENTRO DEPARTAMENTAL.
- COMENZAR LA APLICACION DE LA LEY 16190 SOBRE REGISTRO OBLIGATORIO DE EMPRESAS CONTRIBUYENTES Y TRABAJADORES, E INCENTIVAR LA APLICACION DE LA LEY DE REFINANCIACION DE DEUDAS CON EL BPS (AMBAS APROBADAS POR UNANIMIDAD POR EL PARLAMENTO), DE MODO DE AVANZAR EN EL CONTROL Y FISCALIZACION, COMBATIENDO LA EVASION, JUNTO A OTROS MECANISMOS POSIBLES.
- ESTUDIAR SERIAMENTE LAS BASES ECONOMICAS Y FINANCIERAS DE TODO EL SISTEMA DE SEGURIDAD SOCIAL: PASIVOS, ACTIVOS Y GESTION ADMINISTRATIVA. PERSPECTIVAS A CORTO, MEDIANO Y LARGO PLAZO; COSTO Y FINANCIAMIENTO PARA CADA AREA, PRESTACION Y BENEFICIO; RESPETANDO LAS NORMAS CONSTITUCIONALES EN LO REFERENTE A TRABAJADORES Y EMPRESAS.

C. CONVOCAR UN AMPLIO FORO SOBRE SEGURIDAD SOCIAL EN UN AMBITO PLURAL (POR EJEMPLO UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA), INVITANDO A TODAS LAS ORGANIZACIONES SOCIALES, POLITICAS, EMPRESARIALES, ETC., QUE QUIERAN OPINAR SOBRE EL TEMA, DANDO LAS MAXIMAS GARANTIAS DE LIBERTAD DE EXPRESION, DISPONIENDO CADA REPRESENTANTE DE UN MISMO TIEMPO DE EXPOSICION Y SOLICITANDOSE UNA SINTESIS DE DIAGNOSTICO Y PROPUESTAS, ABIERTO A LA PRENSA ,CON LA MAXIMA DIFUSION Y CON EL OBJETIVO DE BUSCAR LOS CAMINOS PARA ELABORAR ESA PROPUESTA NACIONAL SOBRE SEGURIDAD SOCIAL IMPRESCINDIBLE. SE PROPONE INICIARLO EN LA PRIMERA SEMANA DE MAYO.

D. CONVOCAR UNA MOVILIZACION CONJUNTA DE LOS TRABAJADORES CON LAS ORGANIZACIONES DE JUBILADOS Y OTROS SECTORES SOCIALES Y POLITICOS, PARA LA PRIMERA O SEGUNDA SEMANA DE MAYO EN MONTEVIDEO, JUNTO AL PCIO. LEGISLATIVO, EN EL MARCO DE LA DISCUSION PARLAMENTARIA ACTUAL. PARA LA MISMA SE PROPONE BUSCAR FORMAS CREATIVAS DE CONVOCATORIA Y PARTICIPACION, CONVOCANDO ESPECIALMENTE A SECTORES PARTICULARMENTE PERJUDICADOS EN CASO DE APROBARSE EL PROYECTO MENCIONADO. (MUJERES, TRABAJADORES MAYORES DE 40 AÑOS, ZAFRALES, RURALES, DOMESTICOS, NIÑOS CON SUS PADRES.
ESTA JORNADA SE REALIZARA EL 12 DE MAYO CON UN ACTO LA PREPARACION DE LA MISMA SE INICIA DESDE YA INCENTIVANDOLA EN EL ACTO DEL 1o. DE MAYO Y CON UN VOLANTE EXPLICATIVO DE ESTA INICIATIVA NACIONAL Y DE LAS RAZONES DEL RECHAZO AL PROYECTO.

E. JORNADAS EN EL INTERIOR DEL PAIS EN LA TERCER SEMANA DE MAYO SIMILARES A LA ANTERIOR ANTE JUNTAS DEPARTAMENTALES O LOCALES, CENTROS DEL BPS, REUNIONES CON DIPUTADOS (DE ACUERDO A LAS CARACTERISTICAS Y POSIBILIDADES DE CADA LOCALIDAD).

F. CONTINUAR CON LAS REUNIONES Y CONVOCATORIAS YA INICIADAS POR EL PIT-CNT SOBRE EL TEMA, PARTICULARIZANDO EN ESTA ETAPA CON: ORGANIZACIONES DE JUBILADOS; ORGANIZACIONES EMPRESARIALES; SECTORES PARLAMENTARIOS.

Partes poco legible

MONTEVIDEO, 23 DE ABRIL DE 1992

DOC. POCO LEGIBLE 0061

CONCENTRACIONES 1o. DE MAYO

1.
CURVA DE TAVAREZ
PZA. 25 DE MAYO DE LA TEJA
AGRACIADA Y FREIRE
Responsable: Hugo De Mello

FANCAP, UOC, COT, OSAMI, STIQ, SUTEL, CUTIP, COT

2.
AGRACIADA Y GRAL. FLORES
Responsable: Carlos Curbelo

AOEC, SUTEL, SUA, AUTE, SOIMA, FOL, SUTCRA, FOEMYA

3.
UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA
Responsable: Rodriguez Reyes

SUNCA, AFUR, AEBU, SAG, UAOEGAS, ADEOM, FUS, FUM

4.
MILLAN Y CASTRO DESDE SAYAGO
PARQUE POSADAS
Responsable: Antranic Adourian

FOEB

5.
8 DE OCTUBRE Y CURVA DE MARONAS
Responsable: Luis Romero

F.CAUCHO, UNTMRA, UOC

6.
GRAL. FLORES E INDUSTRIA
LUIS A. DE HERRERA Y LARRANAGA
Responsable: Luis De Muro

UNTMRA, FOT

7.
LA CRUZ DE CARRASCO
Responsable SUNCA

SUNCA, FUCVAM, FOICA

Parcialmente legible

EL DIA 13 SE REALIZARAN JORNADAS BARRIALES CON VOLANTEADA, LLAMANDO A LOS VECINOS A APOYAR LAS PROPUESTAS SOBRE ESTOS TEMAS REALIZADAS POR EL MOVIMIENTO SINDICAL.

VOTACION: AFIRMATIVA 24
NEGATIVA 2 (AEOC, FUS)
ABSTENCIONES 3 (AEBU, FUM, FOPCU)

4.
SE APRUEBA EL LANZAMIENTO DE LA INICIATIVA NACIONAL RESPECTO A LA SEGURIDAD SOCIAL (SE ADJUNTA).

UNANIMIDAD

ASIMISMO, SE APRUEBA, DENTRO DE ESTA PROPUESTA, LA REALIZACION DE UNA JORNADA EL DIA 12 DE MAYO, CON UNA CONCENTRACION FRENTE AL PALACIO LEGISLATIVO, EN RECHAZO AL PROYECTO DE SEGURIDAD SOCIAL PRESENTADO POR EL GOBIERNO, CUYAS CARACTERISTICAS SE COORDINARAN EN CONJUNTO CON OTRAS ORGANIZACIONES SOCIALES CONVOCANTES.

VOTACION IGUAL QUE EL PUNTO 3

4.
SE APRUEBA EL LANZAMIENTO DE UNA INICIATIVA NACIONAL RESPECTO A LA SEGURIDAD SOCIAL (SE ADJUNTA)

UNANIMIDAD

5.
SE RESUELVE QUE LA ORATORIA DEL ACTO EN CONMEMORACION DEL 1o. DE MAYO, SE REALIZARA POR PARTE DE LOS COMPAÑEROS HUGO DE MELLO Y CARLOS CURBELO, MIEMBROS DEL SECRETARIADO EJECUTIVO DEL PIT-CNT, EL DELEGADO DE LA C.T.C. DE CUBA Y UN INTEGRANTE DE LA INTERSOCIAL.

VOTACION: AFIRMATIVA 22
NEGATIVA 3 (AFUR, UAOEGAS, AFUTU)
ABSTENCIONES 4 (AOEC, FANCAP, SIMA, UNTMRA)

6.
SE APRUEBA LA CONFECCION DEL ESTRADO DONDE FIGUREN TODOS LOS PUNTOS DE LA PLATAFORMA

UNANIMIDAD

7.
SE APRUEBA LA REALIZACION DE BONOS DE VALOR N$ 3.000 EN SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO CUBANO

UNANIMIDAD

SE ADJUNTA:

- INICIATIVA NACIONAL SOBRE SEGURIDAD SOCIAL
- MATERIAL SOBRE SEMINARIO MERCOSUR
- PUNTOS DE CONCENTRACION PREVIOS PARA EL 1o. DE MAYO

Partes poco legibles

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA DPTO I (INT)

Montevideo, 27 de Marzo de 1992.-

M E M O R A N D U M

ASUNTO: Entrevista a Milton Antonio RAMIREZ ROMERO (M26M)

EVALUACION: A-1.

ORIGEN: Campo Militar. Dpto I (Int).

TEXTO: Entrevista efectuada por esta agencia a Milton Antonio RAMIREZ ROMERO integrante del Movimiento 26 de Marzo, en su domicilio sito en la Calle Mariano Soler Nº 3679.-

DISTRIBUCION: Original - Archivo

Copia - Campo Militar

El Jefe del Dpto I (Int)

Tte. Cnel.

Tomás Casella

FECHA 4/9/92 INICIAL

0015

MINISTERIO ... DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada ... MAYO 1992
Pase a Campo Militar
Nº de ... 203215

Descripción de la casa

Dimensiones aproximadas: 7 metros de ancho por 13 mts. de largo.

- La casa está revestida de Piedra Laja lustrada , la misma es de una planta.
- Al costado izquierdo de la casa hay una puerta de chapa numerada con el Nº 3677 por la que se accede a un corredor paralelo a la casa que desemboca directamente en el fondo de la casa.
- En el patio trasero existe un galpón (no se pudo acceder) de dimensiones regulares.
- En el patio hay un perro el cual permanece atado en horas diurnas.

LIVING

Se encuentra la puerta principal de acceso a la casa (de madera) , la que tiene: 2 cerraduras tipo YALE , 1 cerradura tipo STAR , y una cadena . En horas diurnas se utiliza solamente una cerradura YALE a modo de pasador.

El marco de la puerta es de madera.

- La ventana que tiene el living es de aprox. 1,50 X 1,00 mts. con reja de hierro.

La ventana es de dos hojas de madera, que da hacia la calle Mariano Soler.

- En el living hay una mesa comedor con 6 sillas y un modular.
- Al mismo desemboca la puerta del dormitorio principal y una arcada que da al estar.

DORMITORIO (1)

Es el dormitorio de la pareja, y en la que por el momento duerme la hija de aprox. 1 año.

- Posee una ventana de aprox. 1.50 X 1.00 mts. que da hacia el porch.

DORMITORIO (2)

Es un cuarto interior no teniendo ventanas.

- Tiene una cama de una plaza en la que duerme un hijo de aprox. 3 años.

DORMITORIO (3)

El mismo está ubicado a los fondos de la casa, posee una cama de una plaza, un ropero, y una cómoda.

- Aparentemente no está siendo utilizado .
- Posee: A) Una ventana de aprox. 1.50 X 1.00 mts con reja de hierro que da al patio trasero.

  B) Una banderola vertical (por manifestaciones de los ocupantes va a ser eliminada) de aproximadamente 0,40 X 0,60, que da también al patio trasero. Vidrios fijos.

  C) Una banderola vertical de 2 hojas con un vidrio revatible de aprox. 0,40 X 0,60 que da hacia el corredor lateral a la casa.
- La puerta de acceso da al corredor que comunica a la cocina, al baño y al estar de la casa.

ESTAR

Tiene una ventana que da hacia el costado de la casa (corredor lateral) con rejas de hierro con unas dimensiones aprox. 2 m X 1 m.

- Hay una biblioteca (B) ubicada según croquis, en la misma está el equipo de música y abundante bibliografía.
- En el mismo se encuentra el Tel. con el Nº 203809 a nombre de Dionisio RAMIREZ.

PUERTA DE ACCESO AL CORREDOR LATERAL (Nº 3677)

Es la puerta de hierro, el muro en la que está empotrada va desde la casa hasta un muro lateral. Es fácilmente vulnerable al poder pasar por arriba ya que la viga superior está a 2 m siendo abierto hacia arriba.

- El corredor no tiene luz.
- También al corredor se puede acceder por una puerta que tiene la casa ubicada en el corredor que une el Dormitorio (3) , el baño y la cocina. Esta puerta es ideal para ingresar a la casa ya que tiene una cerradura vieja y en mal estado, la puerta es de hierro con vidrios .

RUTINA DETECTADA DE LA FAMILIA

- Milton Antonio Ramírez Montero, trabaja toda la noche.
- La mujer de él no trabaja.
- Los fines de semana es común que toda la familia se ausente, concurriendo a su domicilio en horas de la noche.

VEHICULOS DETECTADOS:

- Moto Honda 70 cc Matrícula 76.247 Montevideo.
- 1 bicicleta rodado 28 de Mujer.

NOTA: El causante en un futuro próximo pondría una alarma en la casa.

DATOS FILIATORIOS:

- Estado Civil: Casado con dos hijos.
- Lugar de Trabajo: U.T.E

ANEXO Nº 1

- Plano y descripción de la casa.

004 203215

FECHA 4 / 9 / 92 INICIAL (00)

Procesado a ...

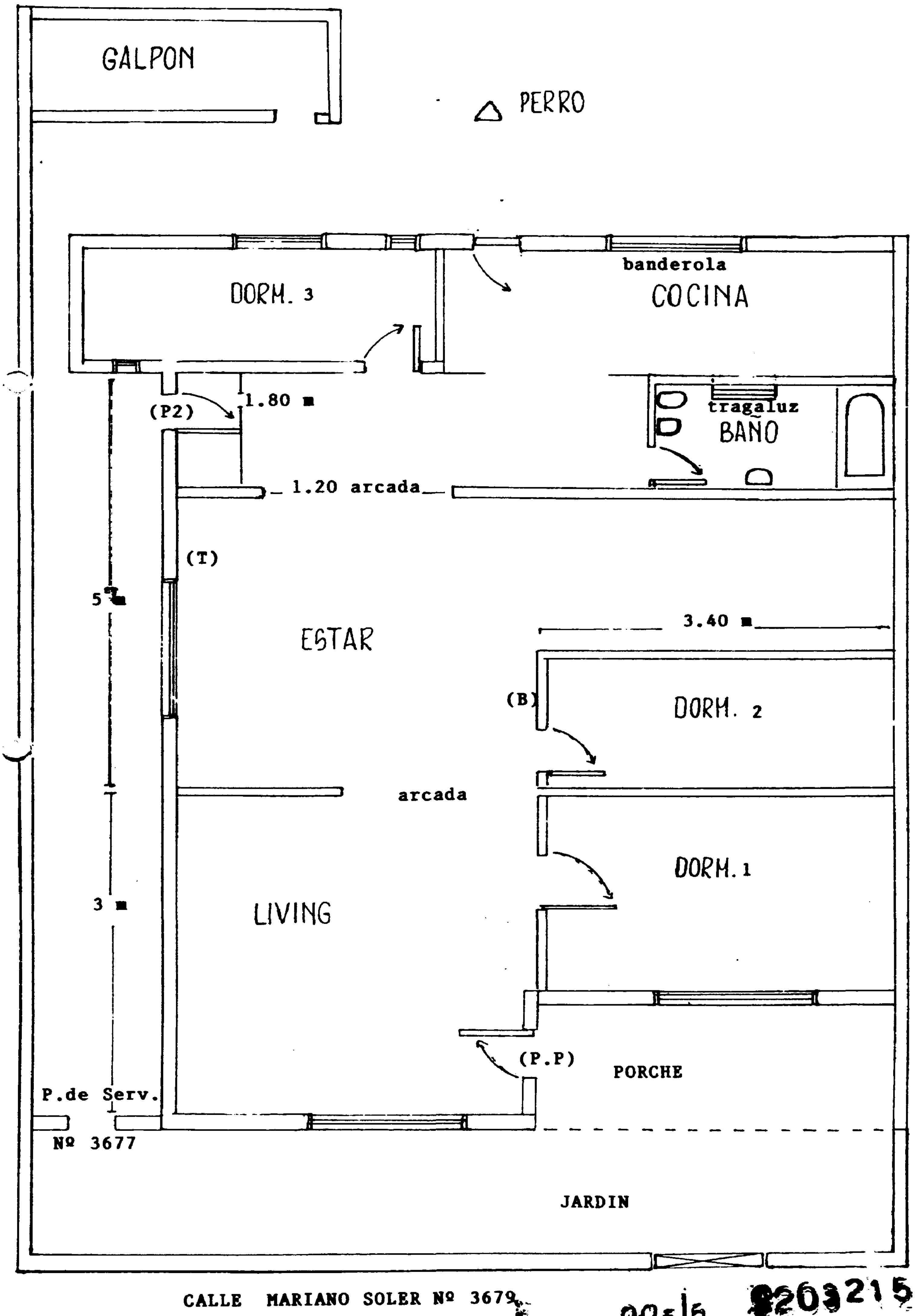
OBSERVACIO...

(T) Teléfono.

(B) Biblioteca.

(PP) Puerta Principal

(P2) Puerta Auxiliar.



0055 8203215

RESERVADO

MEMORANDUM Nº 005/92

ASUNTO: ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE LAS FF.AA. DE AMERICA DEL SUR.-

TEXTO:

Los sucesos registados, en orden cronológico, primero en VENEZUELA y posteriormente en PERU, además de otros hechos de diversa índole que se manifiestan en otros países de la región, permiten formular el siguiente análisis de la situación.

Actualmente, los regímenes democráticos de la región se podrían considerar frágiles, básicamente por las consecuencias derivadas del subdesarrollo y de la crisis económica. A partir de ésto algunos Gobiernos enfrentan una serie de problemas que, de alguna forma, han potenciado situaciones desestabilizadoras. Un repaso particular de cada país, da como resultado la siguiente problemática, que en algunos casos presenta problemas desestabilizadores y en otros de orden institucional.

VENEZUELA

En este país se manifiesta una importante crisis social, una corrupción oficial generalizada y un conflicto entre los poderes del Estado, elementos que han erosionado la credibilidad y estabilidad del Gobierno. Además existe una fractura horizontal en las FF.AA., lo que ha provocado el pronunciamiento encabezado por el Teniente Coronel CHAVEZ.

BOLIVIA

Aquí se manifiesta también una fractura horizontal en las FF.AA., particularmente en el Ejército y la Armada, con la existencia de grupos subversivos en las mismas, que desponden tanto a tendencias de derecha como de izquierda. Además han existido pronunciamientos militares contrarios al Gobierno. En el orden político, hay un importante bloqueo institucional por el conflicto entre el Poder Ejecutivo y el Poder Legislativo. Asimismo, existe una guerrilla incipiente y casos de corrupción, crisis social y narcotráfico, que si bien tienen un relativa incidencia, se conjugan para crear condiciones políticas inestables.

RESERVADO

001/4

9203216

BRASIL

En este país, las FF.AA. tienen incidencia en el panorama político a través de tres Ministros militares y por un nuevo Gabinete que está formado por figuras del anterior proceso militar y los problemas se han limitado a reclamaciones de carácter salarial, que de cierta forma el Gobierno ha atendido. Hay una importante crisis social derivada de la problemática económica del país y algunos hechos de corrupción oficial. Potencialmente el mayor problema que se presenta es el del narcotráfico, que ha cobrado una gran dimensión en el país norteño.

ARGENTINA

Las FF.AA. presentan una crisis moral, profesional y económica de importancia, que sumado a la falta de una misión definida, está provocando una seria desprofesionalización y fracturas entre la cúpula y los mando medios y entre éstos y el personal subalterno. El Gobierno realiza esfuerzos para elevar la imagen del Jefe del Estado Mayor del Ejército, General MARTIN BALZA, a efectos de evitar un mayor deterioro dentro el Arma que ha presentado la situación más conflictiva, y ha otorgado un aumento de sueldos relativamente importante, que ha sido interpretado por varios observadores como buscando jerarquizar nuevamente la profesión militar.

Existen hechos de corrupción oficial, pero se han atemperado debido a que la actual administración ha encarado medidas -anti-corrupción.

COLOMBIA

La problemática se circunscribe, aunque de real importancia, a la guerrilla y al narcotráfico.

PERU

En este país opera el grupo guerrillero más importante -de AMERICA LATINA, y las vinculaciones con el narcotráfico dan una dimensión superlativa a este problema. Había un importante bloqueo institucional, que se convirtió en el argumento del Presidente FUJIMORI para el golpe de Estado. Subsiste una gran crisis social.

CHILE

En CHILE la incidencia de las FF.AA. en la política está prevista constitucionalmente, por lo que el sector militar tiene un protagonismo muy importante en el quehacer nacional. Ultimamente se

han producido fricciones entre el Poder Ejecutivo y el General PI-NOCHET. Además se ha dado a publicidad hechos de corrupción oficial y presenta problemas de guerrilla y narcotráfico, éste último incipiente.

PARAGUAY

Si bien no presenta síntomas desestabilizantes, las FF.AA. por su rol histórico en la política del país, procuran un aval constitucional como partícipes en la vida política nacional.

ECUADOR

Existen problemas de guerrilla y narcotráfico, derivados fundamentalmente de su situación fronteriza con COLOMBIA. Aunque en menor medida, también surge un enfrentamiento entre el Poder Ejecutivo y el Poder Legislativo.

CONCLUSIONES

- En algunos países de la región, las FF.AA. tienen un rol bastante protagónico en la vida política, ya sea por la tradición en tal sentido o por previsiones constitucionales al respecto.

(CHILE, PARAGUAY, BRASIL)

- En otros países, dichas Fuerzas vienen cobrando protagonismo debido a su participación en la lucha contra el terrorismo y el narcotráfico, así como debido a las previsiones que ciertos gobiernos tienen con respecto a su empleo, en el actual contexto de crisis social, inoperancia política y corrupción. PERU es el ejemplo más contundente al respecto.

(COLOMBIA, ECUADOR, PERU, ARGENTINA, BRASIL)

- En otro grupo de países, se viene dando una desmoralización y consiguiente indisciplina por causas esencialmente salariales, que agitan a la institución militar y repercute en la vida institucional del país. El empobrecimiento de los miembros de las FF.AA. por otro lado, los hace identificarse con las reivindicaciones de tipo similar de las grandes mayorías sociales, llevándoles a adoptar posiciones que en algunos lugares viene llamándose "populistas". La inoperancia política y la corrupción en esos círculos, pueden potenciar una situación que por sí sola ya puede ser desestabilizadora.

(VENEZUELA, BOLIVIA, ARGENTINA, BRASIL)

- Los hechos expuestos en segundo y tercer término pueden actuar como factores desestabilizadores de las frágiles democracias de la región. En este sentido, podrían situarse actualmente países

R E S E R V A D O

COPIA Nº 74 - 2

como VENEZUELA en primer término y BOLIVIA en segundo término. Y en ese panorama, tampoco puede descartarse al ~~BRASIL, si el Gobier~~no no logra encontrar soluciones al problema salarial de las FF.AA.

0004\4

R E S E R V A D O

9203216

R E S E R V A D O

ARCHIVO 1/12

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

S U M A R I O D E I N F O R M A C I O N

Período: Del 27ABR92 al 03MAY92

T E M A R I O

I.- AMERICA DEL SUR

A.- ARGENTINA

B.- BRASIL

C.- COLOMBIA

D.- PERU

II.- A S I A

A.- AFGANISTAN

III.- ORGANISMOS INTERNACIONALES

A.- G A T T

001|12

9203217

COPIA Nº 74

I. AMERICA DEL SUR

A.- ARGENTINA

1.- FACTOR POLITICO

a.- GIRA DEL PRESIDENTE MENEM POR MEDIO ORIENTE

- Se ha anunciado que el Presidente MENEM iniciará una gira por MEDIO ORIENTE, visitando ARABIA SAUDITA, KUWAIT, TURQUIA y EGIPTO. Originariamente, el Gobierno argentino pretendió que esta gira por países árabes, se realizara inmediatamente después de la visita a ISRAEL (octubre de 1991), pero los hipotéticos anfitriones no estuvieron dispuestos a recibir al mandatario argentino, luego de su escala en el Estado judío.

Ahora la Cancillería aconsejó no postergar el viaje, previsto con mucha antelación al atentado contra la Embajada de ISRAEL en BUENOS AIRES, por dos motivos:

* Evitar aparecer como cediendo ante el terrorismo islámico.
* Equilibrar la posición argentina en la región, después de la visita a ISRAEL.

La gira será de un total de nueve días y su punto más importante será la visita de tres días a TURQUIA, ya que MENEM será el primer Presidente latinoamericano en visitar este país miembro de la OTAN.

b.- ANALISIS Y CONCLUSIONES

- Teniendo en cuenta básicamente los siguientes hechos:

a) Alineamiento argentino con los intereses norteamericanos en el mundo.

b) Visita a ISRAEL y atentado a la Embajada de ISRAEL en BUENOS AIRES.

Se puede considerar que la visita del Presidente MENEM a países árabes, implica en esta oportunidad un riesgo. No se puede descartar que grupos árabes radicalizados puedan producir algún atentado contra la vida del mandatario argentino. Además, dado los antecedentes reseñados, al margen de la visita a TURQUIA, en los demás países no se obtendrían beneficios políticos y económicos de significación.

2.- FACTOR MILITAR

a.- DECLARACIONES DEL CORONEL SEINELDIN

En declaraciones efectuadas a un órgano de prensa, el Co

ronel SEINELDIN manifestó que cree que se está gestando una "Internacional Carapintada" que no existe en la formalidad pero sí en el sentimiento. La gravedad cultural, política, económica y militar del Subcontinente hace que hombres de honor y dignos nos entendamos "a la distancia". Dijo identificarse plenamente con las causas y motivaciones de los Tenientes Coroneles CHAVEZ FARIAS y ARIAS CARDENAS, las que fueron y son apoyadas por la mayoría del pueblo venezolano. SEINELDIN agregó que no es partidario de los golpes militares, pero que "la necesidad tiene cara de hereje" y cuando una democracia se prostituye y traiciona el mandato popular, es el pueblo el que "abre el espacio", que es lo que naturalmente se está dando en AMERICA LATINA en estos momentos. Manifestó que no se equivocó en las motivaciones que lo impulsaron al levantamiento militar del 3 de diciembre de 1990. El error cometido fue no haber difundido previamente a la opinión pública nuestros ideales y objetivos.

b.- <u>ANALISIS Y CONCLUSIONES</u>

Las declaraciones efectuadas por el Coronel SEINELDIN ratificarían de cierta manera el hecho de que en la región se está gestando un movimiento populista-nacionalista en sectores de las FUERZAS ARMADAS, que puede tener repercusiones en la vida institucional de los países afectados.

B.- BRASIL

1.- FACTOR MILITAR

a.- MANIFESTACIONES DE INTEGRANTES DE LAS FUERZAS ARMADAS CONTRA LOS BAJOS SALARIOS

- El día 25 próximo pasado, 80 esposas de integrantes de la Policía Militar efectuaron una manifestación en protesta contra los bajos salarios de sus esposos, en la plaza central de TAGUATINGA, en las cercanías de BRASILIA. Algunos policías se hicieron presentes, en la misma, para reclamar por la apatía del Comando de la Institución en relación a los bajos salarios y se adhirieron a la marcha del día 27.

El Diputado Federal por el PARTIDO DEMOCRATA CRISTIANO y Capitán retirado del Ejército, JAIR BOLSONARO, participó de la misma y efectuó una severa crítica al Ministro de Ejército, Gral. CARLOS TINOCO RIBEIRO, referente a "su falta de interés en tratar de solucionar el problema salarial de la tropa".

- El 27 pasado, se llevó a cabo la marcha "Por la Dignidad de là Familia Militar", en BRASILIA. La misma fue organizada por BOLSONARO y congregó aproximadamente 1.200 personas. La mayor parte de los manifestantes fueron esposas de Oficiales, Sargentos y Cabos de las tres Fuerzas y de efectivos del Cuerpo de Bomberos y de la Policía Federal del DISTRITO FEDERAL.

Las manifestantes portaban los quepis de sus esposos, cacerolas y pancartas, algunas de las cuales lucían las siguientes leyendas: "disciplina en los cuarteles con barrigas vacías no es compatible", "militar con hambre, seguridad amenazada" y "salario queremos con fervor, el hambre causa dolor".

Se realizaron en SAN PABLO y FORTALEZA (CEARA) manifestaciones similares y está prevista una nueva marcha por BRASILIA para la semana entrante.

- El Ministro de Ejército entablaría una acción judicial contra JAIR BOLSONARO, en respuesta a las críticas vertidas por el antes mencionado contra los Ministros Militares y el Comandante del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas e insultos contra su persona, durante la Marcha efectuada el pasado día 27.

b.- REUNIONES MANTENIDAS POR EL EQUIPO ECONOMICO DE GOBIERNO CON LOS MINISTROS MILITARES

- El Equipo Económico de Gobierno ha mantenido una serie de encuentros con los Ministros Militares y Oficiales de alto rango de las 3 Armas, para discutir sobre la política salarial del gobierno. Esta misión encomendada por el Presidente COLLOR y denominada "operación aspirina" pretende calmar el creciente descontento existente en los cuarteles.

De los primeros contactos mantenidos surgió el reajuste en los salarios de un 80% tanto para funcionarios civiles como para militares.

- Después de la reunión realizada en el Ministerio de Aeronaútica,el Brigadier SOCRATES DA COSTA MONTEIRO emitió un comunicado a los jefes militares del Arma, alertando sobre "los riesgos de la ruptura de los mecanismos de control de la tropa" y resaltando sus responsabilidades de comando y de mantenimiento de la disciplina. Aclaró que los problemas del país son muy grandes para que la gente pierda tiempo con "cuartelazos" y que el problema salarial dejó de ser un detalle accesorio para transformarse en un asunto de vital importancia para la armonía de los cuarteles.

- El Vice Almirante SERGIO TASSO VASQUES DE AQUINO del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas manifestó que la tropa está inquieta y puede haber problemas disciplinarios; defendió una mayor rapidez en la implantación de la isonomía salarial como forma de evitar un mayor descontento en los hombres añadiendo que el reajuste del 80% concedido no es suficiente para calmar los ánimos.

2.- ANALISIS Y CONCLUSIONES

- Las demostraciones de descontento que se vienen realizando por integrantes de las Fuerzas Armadas así como también por familiares de los mismos, unido a las conversaciones sostenidas por el Equipo Económico de gobierno con los Ministros Militares y Oficiales de alto rango de las tres Armas muestran que el riesgo de posibles rebeliones militares es más alto de lo que tal vez la población piense. Esto puede ser medido por el comunicado emitido por el Ministro de Aeronaútica a sus subordinados inmediatos en el cual alerta sobre "los riesgos de ruptura de los mecanismos de control de la tropa". Otro indicio es la reedición de ordenanzas que prohíben realizar demos

traciones políticas en áreas militares, como se informara en SUMARIO del período anterior.

- Desde hace aproximadamente un mes, JAIR --- BOLSONARO ha vertido reiteradamente críticas e insultos contra las más altas jerarquías castrenses, es por ello que el Ministro de Ejército, Gral. CARLOS TINOCO RIBEIRO habría decidido iniciar una acción judicial contra él, ante la imposibilidad de aplicar el Reglamento Disciplinario de Ejército, dado que no se puede aplicar dicho reglamento contra un parlamentario.

C.- COLOMBIA

1.- FACTOR MILITAR

DESCONTENTO EN LAS FUERZAS DE SEGURIDAD

Ante la aparición de conflictos en algunos cuarteles de la policía metropolitana y a un creciente clima de disconformidad en filas militares como consecuencia de los bajos salarios, el Presidente GAVIRIA utilizó un recurso coonstitucional de Emergencia Social, para incrementar el sueldo de los militares en un 40%. El Estado de Emergencia social decretado por el Gobierno, tuvo una duración de 12 horas teniendo como objetivo la detención de una ola de protestas dentro de las filas militares.

2.- ANALISIS Y CONCLUSIONES

Ante la creciente disconformidad existente en las FF.AA. por razones salariales, algunos analistas internacionales consideran que la medida del Presidente GAVIRIA, fue un pretexto para poder otorgar un aumento al sector militar.

D.- PERU

1.- FACTOR POLITICO

CAMBIOS MINISTERIALES

El día 24 próximo pasado, asumieron los nuevos Ministros designados por el Presidente FUJIMORI. De ésta manera, el nuevo Canciller es OSCAR DE LA PUENTE, mientras que la Cartera de Industria, Comercio, Turismo e Integración, será ocupada por el empresario JORGE CAMET. Ambos Ministros, sustituyen a los renunciantes AUGUSTO BLACKER MILLER y VICTOR JOY WAI respectivamente. Asimismo, finalmente no se concretó la renuncia del Ministro de Economía y Finanzas CARLOS BOLOÑA quien condicionó su permanencia como Ministro, a la renuncia de BLACKER MILLER y JOY WAY y a la designación de CAMET en el equipo de Gobierno. Por otra parte el Presidente FUJIMORI destituyó al Director del Banco Central, JORGE CHAVEZ designando en su lugar a GERMAN SUAREZ.

2.- FACTOR MILITAR

ATAQUE A AVION DE EE.UU.

El día sábado 25 del corriente, un avión HERCULES (C-130) de EE.UU. , con 16 tripulantes fue atacado por aparatos peruanos, a 90 Kms. de la costa Norte del PERU, con un saldo de un muerto y tres heridos. Ambos países han evidenciado diferencias en su respectivas

versiones sobre el hecho. La Fuerza Aérea Peruana (FAC) informó que el avión C-130, afectado a la lucha contra el narcotráfico, fue atacado por un caza peruano en aguas territoriales. Sin embargo, un comunicado del Pentágono indica que el avión de EE.UU. fue atacado por dos cazas SUKHOI-22 de fabricación soviética y un TUCANO de fabricación brasileña "en aguas internacionales, cuando había luz de día, buen tiempo y visibilidad ilimitada".

LAS FF.AA. CONTROLAN BASE DE D.E.A.

El día 15 del corriente el Presidente FUJIMORI emitió un decreto mediante el cual la base antidrogas de SANTA LUCIA ubicada en el valle del HUALLAGA pasó a ser controlada por las FF.AA. del PERU. En un comunicado oficial se señala que la FUERZA AEREA asumió el control de todos los aeropuertos de dicha zona.

ENFRENTAMIENTOS ENTRE CIVILES Y MILITARES

Se produjeron enfrentamientos entre civiles y militares en la población marginal de RANCANA, en la periferia de LIMA, con un saldo de un muerto y varios heridos, Este asentamiento, ha estado bajo control de SENDERO LUMINOSO, habiéndose edificado un muro perimetral y torres de observación para centinelas. El año pasado, el Gobierno instaló un puesto militar de 20 hombres en RANCANA, el cual habría sido atacado por un grupo de civiles instigados por dirigentes de SENDERO LUMINOSO, algunos de los cuales fueron arrestados.

3.- ANALISIS Y CONCLUSIONES

La reestructura ministerial del Presidente FUJIMORI, refleja, principalmente la incidencia de la conducción económica dentro del actual gobierno. Estas modificaciones han fortalecido la influencia del titular de Economía, CARLOS BOLOÑA considerado "hombre clave" del Gobierno.

Es de destacar además que hasta el momento el cambio en la titularidad del Ministerio de Relaciones Exteriores no ha alterado las Relaciones Internacionales del Gobierno, aunque no es descartable que, la nueva situación pueda, generar algunas dificultades con la Comunidad Internacional.

En lo referente al enfrentamiento entre efectivos militares y grupos de civiles, en una zona periférica de LIMA, corresponde puntualizar que se evidencia una mayor presión del Gobierno, contra los grupos subversivos.

.- ASIA

A.- AFGANISTAN

1.-FACTOR POLITICO

- REBELDES TOMAN KABUL

- Guerrilleros "Mujaidines" (Combatientes Sagrados Islámicos) del JAMIAT-E-ISLAMI, liderado por AHMED SHAN MASSUD y del --- HEZB-E-ISLAMI, dirigidos por GULBUDIN HEKMATYAR, tomaron la capital, KABUL. Esto tuvo lugar a los pocos días del derrocamiento del Presidente MOHAMED NAJIBULLAH, el que encabezaba el régimen comunista apoyado por la ex-U.R.S.S. en su momento. Los grupos rebeldes de MASSUD y HEKMATYAR, que aspiran a consolidarse en el poder, se enfrentan -- aún en algunos puntos de la capital. A pesar de la intervención de la O.N.U., a través de un enviado especial del Secretario General - del organismo, BOUTROS GHALI, las hostilidades no han cesado. En medio de esta conflictiva situación asumió un Consejo de Transición, - que gobernará al país por dos meses, durante los cuales intentará -- restablecer la paz, para posteriormente organizar las elecciones para un nuevo Gobierno constitucional. Dicho Consejo está compuesto -- por 51 miembros y es presidido por SIBGATULA MAJADIDI, considerado como un moderado. Respecto al destino del Primer Mandatario depuesto MOHAMED NAJIBULLAH, el mismo permanece refugiado en las oficinas de las NACIONES UNIDAS en KABUL. Tanto en el aspecto político como en - el militar, el JAMIAT-E-ISLAMI de MASSUD, con el respaldo de las --- FUERZAS ARMADAS, estaría controlando la situación.

2.- ANALISIS Y CONCLUSIONES

- El retiro soviético de AFGANISTAN en 1989, no solamente dejó a esta nación económicamente devastada y con una enorme cantidad de sus habitantes dispersos en centros de refugiados en países como PAQUISTAN e IRAN, sino que también la enfrentó a un futuro político incierto. Desde el derrocamiento de NAJIBULLAH, MASSUS y HEKMATYAR se constituyeron en figuras claves para definir la situación afgana. El primero ejerce una influencia sobre la minoría étnica TAD-- JIK que se extiende al Norte y al Oeste del país. El segundo, tiene preponderancia sobre la mayoría étnica PASHTUN en las regiones Sur y

Este. El objetivo de ambos es establecer en AFGANISTAN una República Islámica, pero mientras MASSUD es un musulmán moderado, HEKMATYAR se presenta como un integrista radical. El único punto en común de los líderes guerrilleros era expulsar a los soviéticos y al régimen "títere" de NAJIBULLAH, pero si bien sus numerosas facciones se organizaron con tal motivo en el campo de batalla, no lograron forjar un frente político unido para ofrecer una alternativa viable de Gobierno. Las divisiones existentes, incluso étnicas, entre los grupos rebeldes constituyen el principal obstáculo para la pacificación del país. Se considera improbable que ambos jefes "Mujaidines" puedan llegar finalmente a algún tipo de acuerdo por lo que no se vislumbra un final real para la guerra civil.

III.- ORGANISMOS INTERNACIONALES

A.- ACUERDO GENERAL DE ARANCELES Y COMERCIO

G.A.T.T.

Entre el 22 y 23 de abril se realizó la reunión Cumbre entre el Presidente de Estados Unidos, GEORGE BUSH, el Primer Ministro de Portugal, ANIBAL CAVACO SILVA (quien preside este semestre el Consejo Europeo) y JACQUES DELORS, titular de la Comisión Europea.

Las conversaciones, llevadas a cabo en Washington, no lograron concretar avances en las diferencias existentes entre Estados Unidos y la Comunidad Europea sobre subsidios agrícolas, limitándose los negociadores a firmar un compromiso de "continuar el proceso de diálogo".

Por su parte, los Ministros de Comercio de Estados Unidos, Canadá, Japón y la Comunidad Europea realizaron, entre el 24 y 26 del presente mes, su reunión anual cuadrilátera en Tokio (Japón). Tampoco durante esta reunión se lograron progresos sobre el tema de los subsidios agrícolas, que es el tema que bloquea la Ronda Uruguay del GATT.

ANALISIS Y CONCLUSIONES

El GATT lanzó la Ronda Uruguay en 1986 en un ambicioso esfuerzo por liberalizar el comercio, incluyendo nuevas áreas integras como los subsidios agrícolas y el comercio de servicios bajo los controles del organismo. Pero las negociaciones se han visto una y otra vez bloqueadas.

Es así que durante los primeros meses del año 1991, hubo un muy importante acercamiento entre las partes y rápidamente pareció que la posibilidad de acuerdo estaba cercana, e incluso las negociaciones se llevaron a cabo a nivel político, fuera de Ginebra y solamente entre Representantes de la Comunidad Económica Europea y los Estados Unidos.

En las últimas semanas de diciembre del año pasado, se intensificaron mucho las negociaciones, haciéndose un gran esfuerzo de solución; el 20 de diciembre, el Director General del GATT, ARTHUR DUNKEL presentó un documento que incluye una propuesta de solución en el tema agrícola (compromiso de reducir los soportes internos a la producción, mejorar el acceso a los mercados y por último la reducción de los subsidios a las exportaciones), proyecto que aún está siendo analizado.

Este estancamiento es debido a la posición proteccionista en materia

textil y de subsidios a la agricultura mantenida por los países desarro llados, sobre todo algunos miembros de la Comunidad Europea (es el caso de Francia) y Japón.

Hay que tener en cuenta que durante 1990, los 24 países agrupados en la OCDE destinaron alrededor de U$S 300.000 millones de dólares para pro teger al sector agrícola, cifra superior en un 18% a lo entregado en 1989. De esa cantidad, U$S 176.000 millones de dólares corresponden a subsidios directos, mientras que el resto se imputa al impuesto implícito que pagan los consumidores a través de los mayores precios de productos alimenticios.

La Comunidad Europea destina anualmente por lo menos 40.000 millones de dólares para subvencionar sus productos agrícolas, en 1989 la subvención del trigo fue superior a los 3.000 millones de dólares.

Los hechos muestran que las crecientes dificultades para superar y llegar a un final positivo de la Ronda Uruguay vienen determinando acciones de ciertos países aprobando la formación de grupos donde se garantice el libre comercio (es el caso por ejemplo de Estados Unidos-Canadá).

Las dificultades para concretar un acuerdo que establezca mejores condiciones en las relaciones de comercio internacional, tienden a acele rar los acuerdos bilaterales de grupos de países en el sentido de salvaguardar la zona de libre comercio.

La retracción de la economía mundial sería paliada si se lograra dar un mayor impulso al intercambio comercial mundial, pero esto no se logrará de no salir adelante la Ronda Uruguay, situación poco probable por lo menos a corto plazo, dado el nivel de estancamiento en que se en cuentran las negociaciones.

El fracaso en las negociaciones puede traer aparejado enormes per juicios sobre todo para los países en desarrollo, generando, lo que ya habíamos mencionado, bloques comerciales en torno a Estados Unidos, la Comunidad Económica Europea y Japón.

A los países en vías de desarrollo, el acceso restringido para la colocación de sus productos agrícolas en el mercado internacional, dis minuirá sus posibilidades de integración a la economía internacional y por ende conllevará un enlentecimiento a las reformas económicas inter nas.

Las consecuencias de un fracaso, son claramente conocidas por los países involucrados, es por ello que cabe esperar que las nuevas propues tas que están estudiando las partes, faciliten y destraven las conversaciones.

SECRETO

HIZBALLAH: MODUS OPERANDI FOR AN EXPANDING TERRORIST NETWORK

IRANIAN-BACKED HIZBALLAH--CURRENTLY THE MOST ACTIVE AND LETHAL MIDDLE EASTERN TERRORIST ORGANIZATION--IS EXPANDING ITS TERRORIST INFRASTRUCTURE WORLDWIDE, INCLUDING LATIN AMERICA. WE BELIEVE THE HIZBALLAH CARBOMBING IN BUENOS AIRES IS THE HARBINGER OF AN ACTIVE TERRORIST AGENDA INSIDE LEBANON AND ABROAD.

Nº DOCUMENTO ....

Hezballah: Modos operandi para una Expansión Terrorista Mundial.

CIA

C'

M. Oriente (10195)
Iran (10694)
America latina (11077)
F. Ruhtar (11163)
Subversion (11140)
Terrorismo Mundial (11213)
Argentina (10033)

SECRETO

01/12.

9203218

SECRETO

ORIGINS/IDEOLOGY

HIZBALLAH IS A MILITANT SHIA FUNDAMENTALIST, PRO-IRANIAN GROUP BASED IN LEBANON. IT IS DEDICATED TO ESTABLISHING AN ISLAMIC REPUBLIC IN LEBANON AND TO EXPELLING ALL FOREIGN INFLUENCES FROM THE AREA.

- O THE GROUP EMERGED IN THE EARLY 1980S, FOLLOWING THE IRANIAN REVOLUTION AND TEHRAN'S ATTEMPTS TO EXPORT ITS REVOLUTION IN LEBANON. IRAN SUCCESSFULLY MOBILIZED THE LOCAL SHIA MUSLIMS, THE DISPOSSESSED MAJORITY IN CHRISTIAN-DOMINATED LEBANON.

- O IN SUPPORT OF ITS GOALS, HIZBALLAH HAS CONDUCTED SUICIDE BOMBINGS, AIRCRAFT HIJACKINGS, KIDNAPPINGS, AND ARMED ATTACKS AGAINST A VARIETY OF WESTERN, ISRAELI, AND MODERATE ARAB TARGETS. ITS MOST SPECTACULAR OPERATIONS INCLUDE THE 1983 SUICIDE BOMBINGS OF THE US EMBASSY AND MARINE BARRACKS IN LEBANON, THE HIJACKING OF A US AND A KUWAITI AIRLINER IN 1985 AND 1988, AND THE KIDNAPPING OF SEVERAL WESTERNERS IN LEBANON.

ORGANIZATION

HIZBALLAH HAS BECOME A COMPLEX POLITICAL, PARAMILITARY, AND TERRORIST ORGANIZATION WITH SEVERAL THOUSAND MEMBERS IN LEBANON AND ABROAD. THE GROUP HAS A WELL-DEVELOPED POLITICAL-MILITARY STRUCTURE, BUT ITS TERRORIST CHAIN OF COMMAND IS COMPARTMENTED AND DIFFICULT TO TRACE.

- O THE LEADERSHIP COUNCIL IS THE HIGHEST GOVERNING BODY OF HIZBALLAH AND SETS THE BROAD POLITICAL-MILITARY AGENDA IN COORDINATION WITH TEHRAN. THE COUNCIL IS CURRENTLY HEADED BY SECRETARY GENERAL HASAN NASRALLAH, A CHARISMATIC RADICAL WHO HAS BEEN INVOLVED IN SEVERAL TERRORIST OPERATIONS. WE EXPECT AN ACTIVE TERRORIST AGENDA UNDER HIS LEADERSHIP.

- O HIZBALLAH--THE ONLY MILITIA IN LEBANON THAT HAS NOT BEEN DISARMED--IS CONTINUING ITS PARAMILITARY CAMPAIGN AGAINST THE ISRAELIS IN THE SOUTH. WE ESTIMATE THE GROUP HAS 2,300

SECRETO

- DISTANCED FROM THE GROUP'S LEADERSHIP COUNCIL BENEATH SEVERAL LAYERS OF BUREAUCRACY ARE SHADOWY SECURITY ORGANIZATIONS, WHICH WE BELIEVE ARE HIZBALLAH'S TERRORIST ARM.

- HIZBALLAH'S MOST SOPHISTICATED AND EXPERIENCED TERRORIST GROUP IS THE ISLAMIC JIHAD ORGANIZATION (IJO) HEADED BY IMAD MUGHNIYAH. THE IJO HAS MASTERMINDED HIZBALLAH'S MOST SPECTACULAR TERRORIST OPERATIONS, AND IT CLAIMED RESPONSIBILITY FOR THE CARBOMBING IN BUENOS AIRES.

IRANIAN SPONSORSHIP

HIZBALLAH WOULD NOT HAVE DEVELOPED INTO AN INTERNATIONAL TERRORIST ORGANIZATION WITHOUT IRANIAN ASSISTANCE.

- THE ISLAMIC REVOLUTIONARY GUARDS IN LEBANON TRAIN HIZBALLAH IN THE USE OF WEAPONS, EXPLOSIVES, AND CLANDESTINE COMMUNICATIONS.

- WE BELIEVE TEHRAN ALSO PROVIDES SEVERAL MILLION DOLLARS OF FINANCIAL SUPPORT TO HIZBALLAH ANNUALLY, WHICH PROBABLY INCLUDES PAYMENTS FOR HOSTAGE RELEASES.

- IRANIAN EMBASSIES AND CONSULATES ROUTINELY PROVIDE LOGISTIC SUPPORT TO HIZBALLAH CELLS OUTSIDE LEBANON, INCLUDING USING IRANIAN DIPLOMATIC POUCHES TO SMUGGLE MONEY, WEAPONS, AND FALSE DOCUMENTS.

INTERNATIONAL TERRORIST INFRASTRUCTURE

HIZBALLAH MAINTAINS TERRORIST CELLS WORLDWIDE THAT ARE STEADILY SUPPLIED WITH ARMS AND EXPLOSIVES TO ENSURE THEY CAN LAUNCH OPERATIONS ON SHORT NOTICE.

- THE GROUP MAINTAINS AN EXTENSIVE INFRASTRUCTURE IN THE MIDDLE EAST, EUROPE, AND WEST AFRICA. HIZBALLAH ARMS CACHES

HAVE BEEN DISCOVERED IN MEXICO, SPAIN, CYPRUS, AND THE IVORY COAST.

- THE GROUP HAS SENT SEVERAL DELEGATIONS TO SUDAN OVER THE PAST YEAR. WE BELIEVE A HIZBALLAH CELL IS EMERGING THERE.

- THE RECENT CARBOMBING IN BUENOS AIRES--HIZBALLAH'S FIRST OVERSEAS OPERATION SINCE 1988 AND ITS FIRST IN LATIN AMERICA--SUGGESTS THE GROUP ALSO HAS A CELL EITHER IN ARGENTINA OR IN ONE OR MORE OF THE SURROUNDING STATES. LOCAL CELLS ARE ALMOST ALWAYS IN PLACE BEFORE HIZBALLAH LAUNCHES AN ATTACK.

MODUS OPERANDI

THE INVESTIGATIONS OF PREVIOUS HIZBALLAH ARMS CACHES AND TERRORIST OPERATIONS REVEAL A MODUS OPERANDI THAT STRESSES LONG-TERM PLANNING AND TIGHT SECURITY WHEN THE GROUP ESTABLISHES CELLS OUTSIDE LEBANON.

ESTABLISHING THE CELLS

ESTABLISHING A CELL ABROAD BEGINS WITH THE ARRIVAL OF AN EXPERIENCED HIZBALLAH OPERATIVE--OFTEN LEBANESE--TO THE TARGET COUNTRY. THIS CELL LEADER IS SKILLED IN PARAMILITARY OPERATIONS AND IS RELIGIOUSLY AND IDEOLOGICALLY RELIABLE. HE SEEKS ASYLUM IN THE COUNTRY, OFTEN USING A VARIETY OF NAMES AND CLAIMING STUDENT STATUS. OFTEN, FAMILY MEMBERS IN THE TARGET COUNTRY--WHO MAY BE UNWITTING OF THE LEADER'S TERRORIST CONNECTIONS--PROVIDE ASSISTANCE.

RECRUITING CELL MEMBERS

THE CELL LEADER ATTEMPTS TO ENTRENCH HIMSELF AS DEEPLY AS POSSIBLE IN THE LOCAL COMMUNITY AS HE BEGINS TO SPOT AND TO ASSESS POTENTIAL RECRUITS. HE FINDS A JOB, USUALLY AS AN UNSKILLED LABORER, TO ESTABLISH COVER AND FOR OPERATIONAL PURPOSES. FOR EXAMPLE, HE MAY WORK IN A RESTAURANT FREQUENTED BY LOCAL MUSLIMS THAT IS CONVENIENT FOR CLANDESTINE MEETINGS AND SMUGGLING WEAPONS. LEADERS OFTEN MARRY LOCAL WOMEN TO BLEND WITH

9203218

THE COMMUNITY AND GAIN CITIZENSHIP. THE LEADER WILL SEEK RECRUITS IN LOCAL MOSQUES--ESPECIALLY THOSE WITH A POLITICALLY ACTIVE, SHIA ORIENTATION--UNIVERSITIES, IRANIAN CULTURAL CENTERS, AND OTHER SHIA ORGANIZATIONS.

THE CELL LEADER SELECTS RECRUITS WITH BOTH SECURITY AND UTILITY IN MIND: CANDIDATES MUST BE RELIGIOUSLY RELIABLE AND POSSESS A SKILL THE GROUP NEEDS. FOR EXAMPLE, THE CANDIDATE MAY HAVE ACCESS TO A CERTAIN FACILITY THE GROUP IS TARGETING, MAY OWN A SMALL BUSINESS CONVENIENT FOR SMUGGLING WEAPONS, OR MAY SPEAK THE LOCAL LANGUAGE. NON-LEBANESE MUSLIMS ARE USUALLY PREFERRED TO AVOID DRAWING THE ATTENTION OF LOCAL SECURITY SERVICES. HIZBALLAH REMAINS A SHIA ORGANIZATION, BUT THE GROUP RECENTLY HAS BEEN ATTEMPTING TO BROADEN ITS APPEAL IN THE MUSLIM WORLD AND MAY NOW ALSO ATTEMPT TO RECRUIT QUALIFIED SUNNI MUSLIMS.

MAINTAINING THE CELLS

LOCAL CELLS PROVIDE CRITICAL LOGISTIC SUPPORT FOR HIZBALLAH OPERATIONS OVERSEAS, SUCH AS PROVIDING SAFEHOUSES, FALSE DOCUMENTS, WEAPONS, AND EXPLOSIVES. THEY ARE ALMOST ALWAYS IN PLACE BEFORE THE GROUP LAUNCHES AN ATTACK. HIZBALLAH CELLS MAY LIE DORMANT FOR YEARS UNTIL ACTIVATED FOR AN OPERATION, BUT THEY ARE STEADILY SUPPLIED WITH ARMS AND EXPLOSIVES TO ENSURE THEY CAN CARRY OUT ATTACKS ON SHORT NOTICE. SOME CELLS FUNCTION SOLELY AS LOGISTIC SUPPORT GROUPS FOR OPERATIONS ELSEWHERE. CELLS IN WEST AFRICA, FOR EXAMPLE, HAVE SMUGGLED WEAPONS AND EXPLOSIVES DESTINED FOR OPERATIONS IN EUROPE.

THE CELLS ARE MAINTAINED THROUGH AN ELABORATE SMUGGLING NETWORK, OFTEN SUPPORTED BY THE LOCAL IRANIAN EMBASSY. LOCAL SMALL BUSINESSES OWNED BY HIZBALLAH SYMPATHIZERS--SUCH AS IMPORT-EXPORT COMPANIES AND RESTAURANTS--SMUGGLE WEAPONS AND EXPLOSIVES. THEY ALSO LAUNDER MONEY AND ACQUIRE SAFEHOUSES. WEAPONS ARE OFTEN CONCEALED IN FOODSTUFFS. IN THE HIZBALLAH ARMS CACHE DISCOVERED IN VALENCIA, SPAIN, IN 1989, FOR EXAMPLE, 185 KILOS OF TNT AND C-4 WERE UNCOVERED IN A SHIPMENT OF FRUIT JAM. THE LOCAL LEBANESE SHIA COMMUNITY--ESPECIALLY THE WEALTHY LEBANESE MERCHANTS IN WEST AFRICA--ARE OFTEN LUCRATIVE TARGETS FOR HIZBALLAH TO EXTORT MONEY TO FINANCE ITS CELLS.

OUTLOOK: MORE HIZBALLAH OPERATIONS LIKELY IN LATIN AMERICA

AS HIZBALLAH EXPANDS IN LATIN AMERICA, ITS SUCCESS IN ARGENTINA PROBABLY WILL BE REPEATED.

- THE ATTACK IN BUENOS AIRES PARTIALLY SETTLES THE SCORE WITH TEL AVIV FOR THE KILLING OF HIZBALLAH LEADER MUSAWI, BUT THE GROUP HOLDS THE US EQUALLY RESPONSIBLE AND IS PLANNING ADDITIONAL RETALIATORY ATTACKS.
- INCREASED SECURITY AT OFFICIAL WESTERN FACILITIES IN EUROPE AND THE MIDDLE EAST AND POLITICAL TURMOIL IN WEST AFRICA PROBABLY WILL FORCE HIZBALLAH TO FIND NEW VENUES FOR ITS TERRORIST ACTIVITIES.
- THE LARGE MUSLIM COMMUNITY, THE PLETHORA OF "SOFT" WESTERN, ISRAELI, AND JEWISH TARGETS, AND SECURITY FORCES UNACCUSTOMED TO COUNTERING MIDDLE EASTERN THREATS MAKE LATIN AMERICA AN IDEAL LOCATION FOR HIZBALLAH TO ESTABLISH CELLS AND TO STAGE TERRORIST ATTACKS.

HEZBOLLAH: MODUS OPERANDI DE UNA RED TERRORISTA EN EXPANCION

- El grupo terrorista HEZBOLLAH, actualmente el más activo y eficaz en el MEDIO ORIENTE, está expandiendo su infraestructura a nivel mundial, incluyendo LATINOAMERICA. Cuenta con un amplio apoyo iraní. Se cree que el atentado en BUENOS AIRES fue el procursor de una campaña terrorista a nivel internacional.

COMIENZO E IDEOLOGIAS

- Es un grupo fundamentalista shiíta (militante), de orientación pro iraní, con base en el LIBANO. Sus objetivos son establecer una República Islámica en el LIBANO y expulsar de la región toda influencia extranjera. Surgió como grupo constituído a principios de los '80, como consecuencia de la política iraní de "exportar" su Revolución Islámica. En apoyo de sus objetivos, ha organizado atentados suicidas, secuestros de aeronaves y ataques armados contra varios objetivos occidentales, árabes e israelíes.

ORGANIZACION

- Se ha transformado en una organización no solo terrorista, sino también política y paramilitar, con varios miles de integrantes, operantes en el LIBANO y en el exterior, Su cadena de mandos, en lo que concierne a la estructura terrorista, es muy dividida y difícil de conocer con certeza

- El Consejo Dierectivo es el órgano ejecutivo más alto y determina la agenda a seguir por la organización, en consulta con TEHERAN. Actualmente, el Consejo está liderado por el Secretario General HASAN NASRALLAH, radical carismático. Es de esperar una activa agenda terrorista bajo su liderazgo. Continúa su campaña paramilitar contra los israelíes en el sur del LIBANO.

- Dentro del HEZBOLLAH, el grupo con mayor experiencia terrorista es la organización JIHAD ISLAMICA, liderada por el Imán MUGHNIYAH. Este grupo reclamó la autoría del atentado en BUENOS AIRES.

RESPALDO IRANI

- Los guardias de la Revolución Islámica en el LIBANO entrenan militantes del HEZBOLLAH en el uso de explosivos y comunicaciones clandestinas Se cree que TEHERAN suministra ayuda financiera, estimada en varios millones de dólares por año.

- Embajadas y Consulados iraníes en el exterior provéen apoyo logístico regularmante a las células operantes fuera del LIBANO, incluyendo armas, documentación falsa, etc.

INFRAESTRUCTURA TERRORISTA INTERNACIONAL

- La organización mantiene células terroristas a nivel mundial. Principalmente mantiene infraestructuras terroristas en el Medio Oriente, Europa y Africa del Oeste. Depósitos de armas pertenecientes al HEZBOLLAH --

9203218

fueron encontrados en MEXICO, ESPAÑA, CHIPRE y COSTA DE MARFIL. Se cree - que en SUDAN está surgiendo asimismo una célula terrorista.

- El reciente atentado en BUENOS AIRES sugiere que una célula del - grupo opera en ARGENTINA o en algún Estado de la región.

MODUS OPERANDI

-Las investigaciones realizadas revelan un Modus Operandi que toman cada vez mayor importancia: Un planeamiento meticuloso para cada operación, muy anterior a la ejecución de ellas, en el mismo lugar donde el - grupo planea un atentado.

ESTABLECIMIENTO DE LAS CELULAS

- Establecer una célula en el exterior comienza con el arrivo de un miembro, terrorista, al país donde se encuentra el objetivo. Este miembro busca refugio en el país, usando a menudo nombres diversos y demostrando estatus estudiantil, a veces, familiares provéen ayuda en el país del objetivo.

RECLUTAMIENTO DE LAS CELULAS

- El líder de la célula trata de integrarse a la Comunidad Local, y comienza a vigilar potenciales reclutas. Por lo general, consigue un trabajo en lo posible relacionado en alguna forma a su objetivo, el conseguir reclutas. A menudo, los líderes contraen matrimonio con mujeres de - la localidad, para terminar de integrarse a la ciudadanía.

- Posibles centros de reclutamiento son: Mezquitas locales,Centros de cultura iraníes y otras organizaciones shiítas. Los candidatos deben - ser religiosamente confiables, y tener alguna aptitud o facilidad de acceso a determinados lugares o informaciones que el grupo pueda necesitar. - Son muy bien aceptados en el grupo los libaneses no musulmanes, porque -- éstos casi nunca llaman la atención de los servicios de seguridad locales Si bién HEZBOLLAH es una organización shiíta, actualmente extiende su reclutamiento a integrantes de todos los sectores musulmanes, aún a los moderados sunnitas.

PERSPECTIVA: OPERACIONES EN LATINOAMERICA

- El ataque en Buenos Aires vengó el asesinato por parte de ISRAEL del Jeque ABBAS MUSSAWI, anterior líder. No obstante, el grupo acusa asimismo a EE.UU. de ser responsable de esta operación. y con seguridad se encuentra planeando futuros ataques. El incremento de la seguridad en -- las sedes oficiales occidentales en EUROPA y MEDIO ORIENTE, probablemente llevará al HEZBOLLAH a buscar otras regiones para sus actividades terroristas.

- La gran comunidad islámica, los excesos del "débil occidente", - la abundancia de objetivos israelíes y sionistas y las fuerzas de seguri

dad poco acostumbradas a enfrentar amenazas procedentes del MEDIO ORIENTE, hacen de AMERICA LATINA un continente ideal para que la organización esta blezca células activas y comience por lo tanto una actividad terrorista - desconocida aún en la región.

HEZBOLLAH: MODUS OPERANDI DE UNA RED TERRORISTA EN EXPANCION

- El grupo terrorista HEZBOLLAH, actualmente el más activo y eficaz en el MEDIO ORIENTE, está expandiendo su infraestructura a nivel mundial, incluyendo LATINOAMERICA. Cuenta con un amplio apoyo iraní. Se cree que el atentado en BUENOS AIRES fue el procursor de una campaña terrorista a nivel internacional.

COMIENZO E IDEOLOGIAS

- Es un grupo fundamentalista shiíta (militante), de orientación pro iraní, con base en el LIBANO. Sus objetivos son establecer una República Islámica en el LIBANO y expulsar de la región toda influencia extranjera. Surgió como grupo constituído a principios de los '80, como consecuencia de la política iraní de "exportar" su Revolución Islámica. En apoyo de sus objetivos, ha organizado atentados suicidas, secuestros de aeronaves y ataques armados contra varios objetivos occidentales, árabes e israelíes.

ORGANIZACION

- Se ha transformado en una organización no solo terrorista, sino también política y paramilitar, con varios miles de integrantes, operantes en el LIBANO y en el exterior, Su cadena de mandos, en lo que concierne a la estructura terrorista, es muy dividida y difícil de conocer con certeza

- El Consejo Dierectivo es el órgano ejecutivo más alto y determina la agenda a seguir por la organización, en consulta con TEHERAN. Actualmente, el Consejo está liderado por el Secretario General HASAN NASRALLAH, radical carismático. Es de esperar una activa agenda terrorista bajo su liderazgo. Continúa su campaña paramilitar contra los israelíes en el sur del LIBANO.

- Dentro del HEZBOLLAH, el grupo con mayor experiencia terrorista es la organización JIHAD ISLAMICA, liderada por el Imán MUGHNIYAH. Este grupo reclamó la autoría del atentado en BUENOS AIRES.

RESPALDO IRANI

- Los guardias de la Revolución Islámica en el LIBANO entrenan militantes del HEZBOLLAH en el uso de explosivos y comunicaciones clandestinas Se cree que TEHERAN suministra ayuda financiera, estimada en varios millones de dólares por año.

- Embajadas y Consulados iraníes en el exterior provéen apoyo logístico regularmante a las células operantes fuera del LIBANO, incluyendo armas, documentación falsa, etc.

INFRAESTRUCTURA TERRORISTA INTERNACIONAL

- La organización mantiene células terroristas a nivel mundial. Principalmente mantiene infraestructuras terroristas en el Medio Oriente, Europa y Africa del Oeste. Depósitos de armas pertenecientes al HEZBOLLAH --

fueron encontrados en MEXICO, ESPAÑA, CHIPRE y COSTA DE MARFIL. Se cree - que en SUDAN está surgiendo asimismo una célula terrorista.

- El reciente atentado en BUENOS AIRES sugiere que una célula del - grupo opera en ARGENTINA o en algún Estado de la región.

MODUS OPERANDI

-Las investigaciones realizadas revelan un Modus Operandi que toman cada vez mayor importancia: Un planeamiento meticuloso para cada opera--- ción, muy anterior a la ejecución de ellas, en el mismo lugar donde el -- grupo planea un atentado.

ESTABLECIMIENTO DE LAS CELULAS

- Establecer una célula en el exterior comienza con el arrivo de un miembro, terrorista, al país donde se encuentra el objetivo. Este miembro busca refugio en el país, usando a menudo nombres diversos y demostrando estatus estudiantil, a veces, familiares provéen ayuda en el país del ob- jetivo.

RECLUTAMIENTO DE LAS CELULAS

- El líder de la célula trata de integrarse a la Comunidad Local, y comienza a vigilar potenciales reclutas. Por lo general, consigue un tra- bajo en lo posible relacionado en alguna forma a su objetivo, el conse--- guir reclutas. A menudo, los líderes contraen matrimonio con mujeres de - la localidad, para terminar de integrarse a la ciudadanía.

- Posibles centros de reclutamiento son: Mezquitas locales,Centros de cultura iraníes y otras organizaciones shiítas. Los candidatos deben - ser religiosamente confiables, y tener alguna aptitud o facilidad de acce so a determinados lugares o informaciones que el grupo pueda necesitar. - Son muy bien aceptados en el grupo los libaneses no musulmanes, porque -- éstos casi nunca llaman la atención de los servicios de seguridad locales Si bién HEZBOLLAH es una organización shiíta, actualmente extiende su re- clutamiento a integrantes de todos los sectores musulmanes, aún a los mo- derados sunnitas.

PERSPECTIVA: OPERACIONES EN LATINOAMERICA

- El ataque en Buenos Aires vengó el asesinato por parte de ISRAEL del Jeque ABBAS MUSSAWI, anterior líder. No obstante, el grupo acusa asi mismo a EE.UU. de ser responsable de esta operación. y con seguridad se encuentra planeando futuros ataques. El incremento de la seguridad en -- las sedes oficiales occidentales en EUROPA y MEDIO ORIENTE, probablemen- te llevará al HEZBOLLAH a buscar otras regiones para sus actividades te- rroristas.

- La gran comunidad islámica, los excesos del "débil occidente", - la abundancia de objetivos israelíes y sionistas y las fuerzas de seguri

dad poco acostumbradas a enfrentar amenazas procedentes del MEDIO ORIENTE, hacen de AMERICA LATINA un continente ideal para que la organización establezca células activas y comience por lo tanto una actividad terrorista desconocida aún en la región.

9203219.

DOC. EN SU TOTALIDAD ES POCO LEGIBLE.

ORIGINAL

Hoja 1 de 3

Copia — de —

r.z.

1/25

Montevideo, 30 de Abril de 1992.

M E M O R A N D U M Nro. 920148/SCE

I.- **ASUNTO** : MARCHA DE LOS TRABAJADORES DE "EL ESPINILLAR"

II.- **REFERENCIA**: ACTO EN AGRACIADA Y FREIRE

III.- T E X T O:

En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura de la marcha de los Trabajadores de EL ESPINILLAR. La convocatoria citaba a participar en los actos a realizarse durante la jornada, / a los distintos gremios en solidaridad con los trabajadores de Salto.

En horas de la mañana, la movilización se desplazó desde Colón hasta la intersección de Agraciada y Freire, donde siendo las 1045 hs. dió comienzo el acto previsto. Al arribo, los gremios reunidos recibieron a los "marchistas", formando un corredor hasta el estrado improvisado por una camioneta FORD mat. 515.060.

Se estima que la concurrencia era de 2.000 personas aproximadamente entre los distintos gremios allí concentrados y los manifestantes de EL ESPINILLAR. Se destaca que el SUNCA fue uno de / los gremios mayormente representados (aproximadamente 500 integrantes).

La parte oratoria se realizó enel siguiente orden: Miguel Angel BRITOS (cura párroco de la Iglesia de la Aguada), colaborador permanente con los trabajadores durante la marcha según manifestaciones en su presentación; Sergio MACEDO (Sindicato de PAYLANA) // "marchista"; NNM en representación de FANCAP y finalmente Oscar LOPEZ en representación del Secretariado Ejecutivo del PIT/CNT.

Se detectaron las siguientes banderas: SOAGE-SUNCA-FUNSA FFSP-FUS-AFCASMU-COA-SINDICATO DE TRABAJADORES DE PAYLANA-UNTMRA-ILDU-FANCAP-SINDICATO DEL GAS-FOEB-SINDICATO DE TRABAJADORES DE COCA COLA.-AUTE-COMISION PRO DEFENSA DE EL ESPINILLAR (CONSTITUCION) FEDERACION DE OBREROS EN LANA FSM.

Se observaron los siguientes pasacalles:

- NO A LAS PRIVATIZACIONES CUMPLIR CON LA LEY DE PRESUPUESTO DE LOS DIQUES DE ESTADO - ATCDE COFE PIT/CNT.
- NO A LA PRIVATIZACION, NO AL 35%, NO A LA LEY DE SEGURIDAD SOCIAL ASU, AGRUPACION METALURGICA 1ro de MAYO.

9203219

- RESISTIR LA PRIVATIZACION, POR TRABAJO Y SALARIO - SINDICATO DEL GAS.
- MAESTROS PRESENTES - ADEMU
- TRABAJADORES DEL LITORAL MARCHAN 500 Km. A PIE EN DEFENSA DE SU FUENTE DE TRABAJO - FANCAP PIT/CNT.

Se pudieron apreciar las siguientes pancartas:

- ESPINILLAR CONSTITUCION PRESENTE
- ESCUELA 101, ESPINILLAR PRESENTE
- NO PAGAR A LOS GRINGOS CON EL SALARIO DE LOS ORIENTALES - UFI PIT/CNT.
- NO REGALAR EL PATRIMONIO NACIONAL A LOS MALOS EXTRANJEROS - UFI
- NUESTRA DIGNIDAD NO SERA VENDIDA SEÑORES ... (sin agrupación)
- COMITE DE BASE BERKES - UNTMRA PIT/CNT - UIS DEL METAL.

La actitud de la concurrencia fue efervescente durante todo el acto, particularmente los integrantes del SUNCA, quienes se acompañaban de redoblantes, bombos y silbatos.

De acuerdo a la hora programada, el acto tuvo un atraso de 45 minutos aproximadamente.

No se registraron incidentes a pesar de observarse la ingestión de bebidas alcohólicas por parte de varios grupos de participantes del acto.

Entre los presentes se detectó al Diputado León LEV (PCU) y Yamandú GONZALEZ SIERRA (PVP).

Se realizó volanteada en el lugar (se adjuntan).

El acto finalizó a las 1150 horas aproximadamente, dispersándose los distintos gremios. La columna de trabajadores de EL ESPINILLAR acompañada por representantes de algunos gremios, se dirigió a la Plaza Lafone donde se había levantado un campamento con fogones. En el lugar se detectó eqs.de radio portátil SHINWA.

Durante la movilización se detectaron las siguientes matrículas: 233.660 - 524.471 - 515.867 - 101.295 (Tacuarembó) - 100.185 (Tacuarembó) - 20.078 (Salto) - 20.062 (Salto) - 30.602 (Salto)- 66.093 (Salto) - AB 62.080 - AB 62.189 - [illegible] 63.634 - AB 60.080 - AG 60.547 - AA 60.447 - AL 75.018 - AE 5415 - 526.655 - 539.567 - 1[illegible] (Móvil de prensa de CX 44). - AA 50.264 - 520.944 - 526.937.

Se tomó conocimiento a través de diálogo con algunos de los "marchistas", que la próxima actividad a realizarse sería el 1ro de Mayo, desconociendo los mismos que fuera a llevarse a cabo el acto

anunciado para las 1600 horas frente al Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.

Por otra parte las Organizaciones Sociales de la Teja a través de volantes esparcidos en la zona del acto, convocan para el día de la fecha a las 1900 Hs. en la Plaza Lafone donde se llevarán a cabo concentración, fogones y acampada .

Dada la experiencia en marchas y concentraciones anteriores, llama la atención la ausencia de efectivos de la Policía cumpliendo tareas de control y regulación del tránsito, observándose que dichas funciones estuvieron a cargo de los propios manifestantes quienes desviaban a los vehículos que convergían de Carlos María RAMIREZ, hacia la zona del acto.

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL - JEFE DEL DEPARTAMENTO I
COPIA I - JEFE DEL DEPARTAMENTO III (CP)-ARCHIVO

003 9203219

FECHA 1/8/92 PMJ
Procesado a Sistema

POCO LEGIBLE

Trabajadores de [illegible]ylana
en conflicto por

- [illegible]
(Despedidos por actividad gremial durante el conflicto que mantenemos desde diciembre de 1991)
- Vigencia del Convenio [illegible]
- Reintegro de Trabajado[illegible]
Seguro de Paro . mientras en Paylana se realizan horas extras en forma ilegal fuera de planilla
- Respeto al Gremio Derecho a Sindicalizarse
Derecho de Huelga Derecho a la Negociación colectiva

Sindicato de Trabajadores de Peylana (A L TRA.PAY.)
C D T [illegible] PIT / C.N.T

1º de MAYO de 1992
¿OTRO DIA MAS?

NO, HOY ES DIFERENTE

PORQUE nuestra propuesta hace eco.
PORQUE nos siguen hambreando y los brazos continúan cruzados.
PORQUE los conflictos se siguen vendiendo.
PORQUE el presupuesto para la enseñanza sigue siendo de mentira.
PORQUE los centros de estudio están superpoblados, mal organizados y con miles de carencias.

•POR ESTO los jóvenes con nuestra doble condición de obreros y estudiantes decimos B A S T A!!!
De qué forma? Creando agrupaciones estudiantiles, fomentando instancias de diálogo entre los jóvenes, canalizando sus inquietudes.
Haciendo NUESTRAS la lucha de los trabajadores que gestan una nueva corriente clasista y revolucionaria dentro de la Central.
¡BASTA DE TRAICIONES Y ENTREGAS!!
¡FUERA LA BUROCRACIA SINDICAL!!

AGRUP. ESTUDIANTIL FIN 19

POCO LEGIBLE

005 9203219

SOMOS 700 TRABAJADORES TEXTILES EN PAYLANA

Estamos en conflicto desde diciembre, este fue provocado por la empresa con la intención de destruir la organización sindical, una de las más importantes del departamento de Paysandú.

La represión no está fuera de la estrategia del gobierno de quebrar toda organización de clase que luche por sus derechos.

Hoy hay 150 compañeras/os en el Seguro de Paro y 39

despidos, estos últimos son militantes y dirigentes sindicales.

La empresa ha tomado nuevo personal durante el conflicto, además de los contratados antes de que este comenzara, lo que hace que el envío al Seguro de Paro sea ilegal y cuyo resultado es que el Estado le está financiando éste conflicto a Paylana.

Reclamamos y luchamos por una solución al atropello contra la organización sindical.

ALTRAPAY COT PIT-CNT

TODOS AL 1º de Mayo

POR: Salario
Trabajo
S.Social

Salimos del Sindicato h 13

U.O.C P.I.T C.N.T

SALUD COMPANEROS
ESPINILLAR y PAYLANA

JUEVES 30 hora 18

TODOS A

Agraciada y Freire

P.I.T

U.O.C

C.N.T

009 9203219

EN RESPUESTA A ESTA POLITICA
ECONOMICA Y LABORAL ANTIPOPULAR,
PARTICIPEMOS TODOS ESTE:

1º de MAYO

SINDICATO de OBREROS y EMPLEADOS de
FHUASA e IASA

C.O.T. P.I.T. C.N.T.

9203219

NO al proyecto retrógrado Del B.P.S.
por jubilaciones justas

NO a la privatización de empresas
publicas

NO ala pauta salarial hambreadora de
Un 35% anual

En SOLIDARIDAD con los obreros de
Paylana y el Espinillar

Por fuentes de trabajo para 210.000
desocupados y subocupados

POR UN 1º DE MAYO DE LUCHA

POR TRABAJO Y SALARIO

¡ARRIBA LOS QUE LUCHAN!

SINDICATO DEL GAS - PIT - CNT

SALUD COMPAÑEROS DE "EL ESPINILLAR"

SU LUCHA ES LA NUESTRA

SINDICATO DEL GAS - PIT - CNT

013 9203219

el derecho a la vida es el derecho al Trabajo
Solidaridad con nuestra Lucha

014 9203219

LA AURORA - MUSA
SADIL - PHUASA
LA MUNDIAL - CAMPOMAR

Trabajadores
Textiles
Luchan por la
fuente de Trabajo

9203219

COT. PIT. CNT



1º de MAYO

UNA RESPUESTA...:

- **DE LOS TRABAJADORES PRIVADOS**, acosados hoy por un salario cada vez más recortado y un puesto de trabajo cada vez menos seguro.

DE LOS TRABAJADORES PUBLICOS, que resultan hoy verdaderos rehenes del F.M.I., que es en verdad quien fija hoy sus salarios.

DE LOS JUBILADOS, convertidos ahora por decisión del Gobierno en una "carga" para la sociedad.

DEL COMUN DE LA GENTE, que no acepta la [illegible]

[illegible]

CERRARLO significa forzar la emigración de cientos de familias de los Pueblos que fundaron sus padres y nacieron sus hijos.

La problemática que hoy vive El Espinillar no es aislada, corren serio riesgo de desocupación miles de trabajadores de Bella Unión, Paysandú, Juan Lacaze, Rosario, San José, Canelones, Montevideo y la casi totalidad de los Departamentos del país que ven cerrar día a día centros fabriles.

Mientras el Gobierno nos pide confianza en el futuro, mientras nos anuncia estadísticas oficiales en que los índices de desocupación son cada vez menores, la realidad que vivimos los trabajadores es cada día peor. Se nos quiere condenar no ya a ganar salarios que no alcanzan para alimentar a nuestros hijos, sino que se nos intenta marginar de la posibilidad al trabajo.

Cientos de trabajadores, en el marco de las medidas aprobadas por el PIT - CNT, realizan una Marcha a Pie de 500 quilómetros hasta Montevideo, para intentar sensibilizar al Gobierno sobre este tema.

Su apoyo, solidaridad y difusión de esta Marcha es una obligación con la causa de miles de trabajadores de todo el país.

FEDERACION ANCAP / PIT - CNT - M. S. C.

SI AL ESPINILLAR

"El Espinillar" tiene casi 5.000 hectáreas ¿se imagina lo que son 5.000 manzanas de una ciudad?; y trabajamos alrededor de 1.000 personas entre hombres y mujeres.

Cuenta además con 75 Kms. de canales para regar 2.400 hectáreas y más de 100 Kms. de caminería interna.

Hemos llegado a producir más de 11 millones de quilos de azúcar... y podríamos si nos dejaran, llegar a los 15 millones, para alimentar a 450 mil uruguayos por año.

Todos los habitantes de Constitución y Belén viven, trabajan y sueñan, desde hace más de 40 años porque "El Espinillar" lo hace posible.

Hoy, luego de haber boicoteado durante años el funcionamiento del Establecimiento pretenden cerrarlo.

CERRARLO significa condenar a la desaparición a Constitución y Belén.

CERRARLO significa despreciar un capital varias veces millonario en dólares y varias generaciones de experiencia agrícola de centenares de trabajadores.

A REDOBLAR COMPAÑEROS!! NO BAJAR LOS BRAZOS!!

Hoy, como hace 30 años (en la década del '60), los trabajadores del Interior marchan hacia Montevideo.

Hoy como ayer son los cañeros del Norte, de Bella Unión, de Salto, de Constitución y Belén, del "Espinillar", que con dignidad luchan por su fuente de trabajo, como tantos otros que dan la pelea, a lo largo y ancho del país.

Hoy esta heroica marcha es la continuación de aquellas, que reclamaban tierra para quien la trabaja, que reclamaban "Que si la patria es rica que sea para todos".

Y es así porque el Uruguay de hoy no es distinto al de aquellos años, pues el hambre y la miseria siguen campeando abiertamente. La prepotencia y la represión de los de arriba sigue golpeando al pueblo trabajador, los ricos son aún más ricos y los pobres más pobres.

Los poderosos siguen utilizando el aparato del Estado para hacerse más ricos y explotarnos cada día mejor, para vender el país a los chupa sangre extranjeros.

Si los obreros luchamos y ellos ven amenazados sus intereses, utilizan la fuerza y la represión, que esta ahí pronta para salir a darnos palo.

Hoy todavía es peor, nos hablan de Mercosur, de privatizaciones, de Reforma del Estado y nosotros cada vez más en la lona.

EL PASADO NOS CONVOCA!!

Nos quieren hacer creer que si producimos más y nos portamos bien vamos a ser favorecidos, que podemos ser amigos, y mientras tanto despiden y reprimen a mansalva.

Esta no es la Patria por la que luchó Artigas, por la que dejaron sus vidas, Duarte, Gatti, Cuestas, Líber Arce, Susana Pintos, Michelini, Gutiérrez Ruiz, Sendic y tantos otros.

No podemos aceptar pasivamente esta farsa burguesa.

Hay un pasado de lucha y combate que nos convoca, que nos obliga a no traicionar a nuestros compañeros caídos, que nos obliga a redoblar, a no bajar los brazos.

Hoy como ayer debemos unirnos y **organizarnos, sin renunciar en nada** a los principios e intereses de la **clase obrera y el pueblo. Hoy como ayer,** hay que gritar **"Basta ya de dialogar, a la calle y a luchar".**

Hoy como ayer, todas las **formas de lucha son válidas,** y no **podemos** renunciar a ellas, porque **tenemos esa responsabilidad histórica todos,** viejos y nuevos militantes y luchadores.

Nosotros, obreros de **Agua Jane, un puñado de compañeros,** no hablamos por hablar, sabemos que la lucha es dura, **porque la hemos llevado adelante,** enfrentando a la patronal, a la **represión, a los rompe-huelgas,** al descreimiento, a los convenios conciliadores **que nos auto-reglamentan** la actividad sindical y **hemos salido victoriosos, sin un** compañero echado, sin un carnero, fortalecidos en **nuestra conciencia** y convencidos que la lucha paga. Por eso nos **creemos con el derecho,** como **tantos otros,** a **llamar hoy a al reflexión, porque no estamos** luchando bien, llamar a los compañeros a **mirar atrás para impulsarnos** hacia adelante todos juntos, en la **calle. Luchando, con dirigentes que** estén e las fábricas, con los de abajo, con **sindicatos que desarrollen** todo su potencial de lucha, con un **movimiento estudiantil combativo,** con organizaciones sociales y políticas **que sean verdaderas representan-tes y defensoras de los intereses populares.**

Para luchar y conquistar una patria justa y solidaria para todos.

ARRIBA COMPAÑEROS DEL [illegible]
VIVA LA CLASE OBRERA Y EL [illegible]
POR LA UNIDAD DE LOS [illegible]
VIVA EL 1º DE MAYO [illegible]
SÓLO SON VENCIDOS LOS QUE DE[illegible]
OBREROS DE [illegible]

STIQ - PIT-CNT

Por un 1° de Mayo Clasista:

Recibimos a la Marcha por Trabajo y contra las Privatizaciones de los Trabajadores del Interior del País.

[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
Plaza LAFONE

El 1° de Mayo a las 13:00 horas nos concentramos en Plaza LAFONE para esperar la columna del Cerro y todos juntos marchar rumbo al Acto Central del PIT-CNT

Organizaciones Sociales de La Teja

SI AL TRABAJO , SI AL ESPINILLAR.

Sabía Ud que:

"El Espinillar" tiene casi 5.000 hectáreas ¿se imagina lo que son 5.000 manzanas de una ciudad?, y trabajan en el alrededor de 1.000 personas entre hombres y mujeres.
Cuenta además con 75 Kms. de canales para regar 2.400 hectáreas y más de 100 Kms. de caminería interna.
Han llegado a producir más de 11 millones de quilos de azúcar... y podrían si los dejaran, llegar a los 15 millones, *para alimentar* a 450 mil uruguayos por año.
Todos los habitantes de Constitución y Belén viven, trabajan y sueñan, *desde hace más* de 40 años porque "El Espinillar" lo hace posible.
Hoy, luego de haber boicoteado durante años el funcionamiento del Establecimiento pretenden cerrarlo.

Y PORQUE CERRARLO:

- ✔ Significa condenar a la desaparición a los pueblos de Constitución y Belén.
- ✔ Significa despreciar un capital varias veces millonario en dólares y varias generaciones de experiencia agrícola de centenares de trabajadores.
- ✔ Significa forzar la emigración de cientos de familias de los Pueblos que fundaron sus padres y nacieron sus hijos

Hoy cientos de Trabajadores realizan una marcha a pie de 500 Km. hasta Montevideo, luchando por sus fuentes de trabajo. Su apoyo, solidaridad y difusión de esta Marcha es una obligación con la causa de miles de trabajadores de todo el País.

PROPONEMOS:

- RECHAZAR EL CARACTER DE URGENCIA DEL PROYECTO DE LEY Y DECLARAR A LA SEGURIDAD SOCIAL DE INTERES NACIONAL POR EL PARLAMENTO, LOS SINDICATOS Y TODAS LAS ORGANIZACIONES SOCIALES PARA QUE LA CIUDADANIA PARTICIPE, PROPONGA Y CONTROLE AL B.P.S.

- DESCONOCER EL 35% DE PAUTA PARA LOS AJUSTES SALARIALES DECRETADO POR EL GOBIERNO CON EL F.M.I. - UNIFICAR LA LUCHA POR SALARIOS, SUELDOS, JUBILACIONES Y PENSIONES EN BASE A LA TRIPLICACION DEL SALARIO MINIMO NACIONAL (PIT-CNT, 1.5.91) - ANULAR EL IMPUESTO A LAS RETRIBUCIONES.-

- CONVOCAR A UN CONGRESO DEL PUEBLO A TRAVES DEL PIT-CNT, COFE, ONAJPU CON TODA LA CIUDADANIA; COOPERATIVISTAS, GREMIALES DE LA CIUDAD Y DEL CAMPO, POLITICAS, PARLAMENTARIAS,RELIGIOSAS, MILITARES Y CULTURALES POR LA DEFENSA DE LA SOBERANIA, INMEDIATA REMOCION DEL EQUIPO ECONOMICO POR ANTINACIONAL Y ANTIPOPULAR, DE LOS MINISTROS DE POSADAS Y CARBONE.- RESOLVER NACIONALMENTE UNA PROGRAMACION ECONOMICA SOCIAL POR EL ESTADO Y SU SOBERANIA, SU AUTODETERMINACION Y UNA POLITICA IMPOSITIVA BASADA EN EL IMPUESTO A LA RENTA, EL PATRIMONIO Y LA INTERMEDIACION FINANCIERA.-

- ANULACION DEL PAGO DE LOS INTERESES DE LA DEUDA EXTERNA INVIRTIENDO LOS 2,5 MILLONES DE DOLARES DIARIOS, JUNTO CON LOS 600 MILLONES ,QUE RECIBIRIA EL ESTADO POR EL TESORO DE "EL PRECIADO" PARA FINANCIAR UN PLAN DE EMERGENCIA EN MEJORA DE LA SEGURIDAD SOCIAL, LA SALUD, LA VIVIENDA Y LA ENSEÑANZA CON LA PARTICIPACION DEL PARLAMENTO, EL PIT-CNT, LA ONAJPU Y LA FUCVAM.-

- SALUDAMOS Y APOYAMOS A LOS MARCHANTES DEL ESPINILLAR, DE ANCAP, CAÑEROS DE LA UTAA, OBREROS DE PAYLANA Y DE OTROS GREMIOS QUE VIENEN DESDE TODO EL LITORAL EN LUCHA POR EL TRABAJO, LA TIERRA, LOS DERECHOS OBREROS,Y LA SOBERANIA DEL PAIS. SU LUCHA, LOS 500 KMS. RECORRIDOS ES UN LLAMADO PATRIOTICO, DE FAMILIAS, DE NIÑOS, DE MADRES POR LOS CAMBIOS QUE LA DIGNIDAD Y RAZON HUMANA LOS IMPONDRAN - NUESTRO MAS MILITANTE ABRAZO SOLIDARIO.

EN ESTA [illegible] MARCHA, EN ESTE [illegible] DE MAYO VIVIREMOS [illegible] DESARROLLAREMOS [illegible] JORNADAS POR LA [illegible]ACION DEL REFERE[illegible] EN DEFENSA DEL PA[illegible] NACIONAL CONTRA [illegible]ATIZACION EXTRAN[illegible] Y POR LA REFORMA [illegible] ESTADO CON LA PARTI[illegible] CIUDADANA EN [illegible] MEJORA Y CONTROL [illegible] TODOS LOS ENTES A[illegible]OS Y DE LA SEGURIDAD SOCIAL.-

Asociación Nacional de Jubilados Ex-Funcionarios de la Seguridad Social - (BPS).
A.N.J.E.T.S.S. - P.I.T.-C.N.T.
O.N.A.J.P.U.

27 de Abril de 1992 - Fernández Crespo 1780

ASOCIACION NACIONAL DE JUBILADOS EX-TRABAJADORES DE LA SEGURIDAD SOCIAL (B.P.S.)

A LOS JUBILADOS Y PENSIONISTAS, A LOS TRABAJADORES, A LA CIUDADANIA

Ante el proyecto de "reforma" de la Seguridad Social, hoy a estudio del Parlamento

DECLARAMOS:

- Nuestro absoluto rechazo a este engendro antisocial y antinacional, impuesto por la banca extranjera (BID, BIRD, BM y FMI) en violación a los artículos 4, 7, 8, 67 y 195 de la Constitución de la República porque:

a) es una de las caras de la política privatizadora y extranjerizante, de este gobierno de blancos y colorados empeñados en la venta del país y de su soberanía social.-

b) Recorta brutalmente la protección a trabajadores y jubilados, entre otras cosas al rebajar menos de la mitad los porcentajes jubilatorios, al aumentar los cómputos de años de trabajo para percibir los beneficios, eliminando pensiones a la vejez y rebajando las pensiones por incapacidad o viudez, etc.-

c) cuestiona en el futuro el derecho de cualquier trabajador a jubilarse algún día.-

d) ANULA EL FUNDAMENTO DE LA SEGURIDAD SOCIAL UNIVERSAL, QUE ES LA SOLIDARIDAD GENERACIONAL A CARGO DEL ESTADO, sustituyéndolo por un sistema de "cuentas personales" que luego privatizará.-

e) Discrimina y enfrenta a sectores de la sociedad pues se aplica sólo a los civiles (92% de las pasividades con una asistencia estatal del N$ 41 mil millones) y deja sin incluir a militares y policías (8% de las pasividades con un subsidio de N$ 72 mil millones).-

f) Desconoce que la Caja de Industria y Comercio es ampliamente excedentaria (apesar de que le trampea recursos legítimos del 5% del IVA y permite la evasión privada de 300 millones de dólares), y que la Caja Civil es deficitaria porque el ESTADO ADEUDA 750 millones de dólares, descontado a sus empleados (apropiación indebida, delito punible).-

REIVINDICAMOS:

1) Ajuste cuatrimestral, que es Constitucional, de acuerdo al verdadero aumento del costo de vida.-

2) Aguinaldo semestral (que cuando el actual Presidente del B.P.S. era "oposición" decía que estaba financiado) - Cuota mutual base del Seguro de Salud - Prima por Edad.-

3) Actualización de la Asignación Familiar, Seguros de Enfermedad y de Paro (es decir, como cuando existía el régimen del Consejo de Asig. Familiares desmantelado por la Dictadura), extendiéndolo por DISEDE a 12 meses y los beneficios a la totalidad de los trabajadores de la ciudad y el campo.-

4) Re-estudiar el derecho y montos máximos de las pasividades privilegiadas y de las mayores de millón de nuevos pesos - que se llevan el 40% del monto total que se paga. (se descubren 40 pasividades "truchas" por mes y ya se han anulado por por N$ 300 mil millones!) y si aumentar jubilaciones y pensiones comenzando por las más sumergidas.-

5) Anular la intervención de la multinacional SONDA-DIGITAL-consultora del sistema privado jubilatorio de Chile - que a un costo de 15 millones de dólares está programando la reestructura privatizadora y extranjerizante del B.P.S., contra sus técnicos y funcionarios.-

ARCHIVO ORIGINAL Copia de r.z.

9903220

Montevideo, 30 de Abril de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920151/S.O.E.

I.- ASUNTO: MARCHA DE LOS TRABAJADORES DE EL ESPINILLAR

II.- REFERENCIA: ACTO EN MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL

III.- T E X T O :

Siendo las 1600 horas aproximadamente frente al Ministerio de Trabajo y Seguridad Social se concentraron alrededor de 1200 personas.

Los gremios que se encontraron presentes eran los mismos que en horas de la mañana, pero en menor número de representación.

La parte oratoria estuvo a cargo de **Sergio MACEDO** (Sindicato de PAYLANA) y **Jorge SILVANO** en representación del PIT/CNT.

Al promediar el acto se hizo presente en el lugar el Señor Intendente Municipal de Montevideo, **Tabaré VAZQUEZ** / quien les dió la bienvenida a la ciudad y su solidaridad con los reclamos. Fue recibido con ovaciones y aplausos.
El acto finalizó alrededor de las 1720 horas, dispersándose / los distintos gremios. Se destaca que los manifestantes llegaron al lugar marchando a pie y realizaron una demostración de las lesiones sufridas durante la marcha, particularmente las mujeres.

Habiéndose concurrido a la zona del Campamento, a las 1900 horas aproximadamente, se pudo constatar que en el / lugar se habían levantado carpas y los manifestantes se encontraban reunidos en grupos dialogando. Se detectó en el lugar el ómnibus policlínico de CASA-**[illegible]LP** y los 14 ómnibus de Salto que acompañaron la marcha trasladando a familiares, vecinos y amigos de los "marchistas", pertenecientes en su mayoría a COTAFE.

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL - JEFE DEL DEPARTAMENTO I
COPIA I - JEFE DEL DEPARTAMENTO III(OP)-ARCHIVO

001|1

Hoja / de 5
Copia — de —

920322/1

Montevideo, 01 de Mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920152/S.O.E.

I.- ASUNTO: ACTO 1ro. DE MAYO - DIA DE LOS TRABAJADORES

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O :

A.- En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura del Acto que fuera convocado por el PIT/CNT con motivo del DIA DE LOS TRABAJADORES.

1.- En horas de la mañana estaba previsto la realización de concentraciones de los gremios en varios puntos de la ciudad, desde los cuales marcharían al acto central.

Habiéndose efectuado el control de los puntos señalados, en el período de las 1000 a 1300 horas, en los mismos no se detectó actividad. No obstante pudo apreciarse que en la zona de La Teja, el público comenzaba a confluir hacia la Plaza Lafone donde se encontraba instalado el campamento de los trabajadores de EL ESPINILLAR.

En la sede de la UTC se detectaron varias unidades de la empresa CUTCSA con carteles en el parabrisas que decían: UTC-SAO, AL SERVICIO DE LOS TRABAJADORES; en el local de AUTE integrantes del gremio colocaban un equipo de amplificación sobre la acera; frente a la Plaza 25 de Mayo, en la Iglesia Nuestra Segrada Familia, un ómnibus de COTAFE (Salto) se encontraba levantando comida para los acampantes de la Plaza Lafone. Por otra parte, en este lugar se observó una carpa de Primeros Auxilios de FANCAP, equipo de amplificación del mismo gremio, el móvil de CX 44 mat. 277.135, red de parlantes emitiendo la programación de esta radio y al [illegible] (R) Julio CANO del Bn.I.Bldo.Nro.13 entre los presentes.

En la intersección de Gral. Flores y Serrato se detectó un ómnibus de la empresa CUTCSA que recogió seis personas y el vehículo PEUGEOT mat. 207.776 (San José) con cuatro ocupantes quienes informaron que a la zona concurriría un camión.

Se destaca que los gremios comenzaron a concentrarse a las 1400 hs. aproximadamene y comenzaron a marchar hacia el Palacio Legislativo.

2.- El acto central se llevó a cabo en la intersección de la Av. del Libertador y Colonia donde se levantó el estrado, a cargo de integrantes del SUNCA y AUTE.

a) A la hora programada para el comienzo (15 hs.), la concurrencia era de unas 4.000 personas. Siendo las 1600 hs. se estima que los asistentes alcanzaban las 6.000 personas (punto máximo, en momentos que dió comienzo el acto). Al finalizar, alrededor de un 50 % de los concurrentes comenzó a retirarse siendo las 1645 hs. aproximadamente, en momentos que Hugo DE MELLO (FANCAP) hacía uso de la palabra por segunda vez.

b) La parte oratoria estuvo a cargo de los siguientes dirigentes, en el orden que se detalla:

BXX

001/49

- **Leonel GONZALEZ** en representación de la Central de Trabajadores de Cuba (CTC)
- **Gustavo GONZALEZ** en representación de **FUCVAM**. Se destaca que su discurso, recibió la reprobación de grupos "anarcos" identificados con dos banderas fondos negro y las incripciones en blanco A y E respectivamente llamándole en determinado momento de "mentiroso".
- **Hugo DE MELLO (FANCAP) y Carlos CURBELO** (AUTE) quienes leyeron una proclama en representación del PIT/CNT.
- **Richard DE LOS SANTOS** en representación de los trabajadores de EL ESPINILLAR.

Finalizaron la parte oratoria Hugo DE MELLO (FANCAP) y Carlos CURBELO (AUTE), continuando con la proclama del PIT/CNT.

c) Se detectaron las siguientes banderas políticas:
- MOVIMIENTO DE PARTICIPACION POPULAR (MPP)
- **FRENTE AMPLIO** (F.A.)
- **PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY (PCU)**
- NUCLEO **DEL PARTIDO** COMUNISTA REVOLUCIONARIO (PCR)
- **MOVIMIENTO 26 DE MARZO (M26M)**
- **CONVERGENCIA SOCIALISTA (CS)**
- **PARTIDO POR LA VICTORIA DEL PUEBLO** (PVP)
- **JUVENTUD SOCIALISTA DEL URUGUAY** (JSU)
- **PARTIDO** DE LOS TRABAJADORES (PT)
- **MOVIMIENTO DE LIBERACION NACIONAL - TUPAMAROS (MLN-T)**

Se detectaron las siguientes banderas gremiales:
- AFUR - FUCVAM - AEBU - **ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES DEL URUGUAY** (COFE) - UNION FERROVIARIA - **FUNSA - MUSO - SIC - UNTMRA (Comité de base NIBO)** - AUTE - ASOCIACION DE **FUNCIONARIOS POSTALES** - COA (COOPERATIVA DE OBREROS LA AURORA) - COT - AODAMTOP (COFE) - **FEDERACION OBRERA DE LA LANA - SUTCRA - FOT - AFCGN (COFE)- AGREMIACION DE FUNCIONARIOS COOPERATIVAS DE CONSUMO** (AFCC).

Se detectaron banderas de otras entidades:
- **ESPARTACO**
- **MOVIMIENTO DE LOS TRABAJADORES SIN TIERRA** (inscripción en portugués bordeando el contorno del Brasil).
- **EMULACION FINANZAS 1906** (con distintivo del P.C. en el ángulo superior izquierdo)
- **CO.VI.NE.**
- CO.**VI.AFE.**
- **CO.VI.ECUADOR**
- **ZONA 6** (amarilla con letras negras)
- **COOPERATIVA DE VIVIENDA DEL CERRITO DE LA VICTORIA**
- **CO.VIT. (FUCVAM)**

d) Se identificaron los siguientes dirigentes:
- Senador Mariano **ARANA** (V.A.)
- Senador José **KORSENIAK** (PSU)
- Senador Danilo **ASTORI**

Doc. Poco Legible

- Liber SEREGNI (Presidente del F.A.)
- Tabaré VAZQUEZ (IMM)
- Senador Jaime PEREZ (PCU)
- Victor LICANDRO
- Diputado Héctor LESCANO (PDC)
- Victor VAILLANT (MRB)
- Carlos BARAIBAR (Sec. del F.A.)
- María ALMEIDA DE QUINTEROS (PVP)
- Diputado Thelman BORGES
- Diputado Armando DA SILVA TAVAREZ (FPC)
- Victor ROSSI (PCU)
- CROTOGGINI (PSU)
- Fernando VAZQUEZ (DNM26M)
- Diputado León LEV (PCU)
- Diputado Hugo CORES (MPP-PVP)
- Eduardo RUBIO VICO (DNM26M)
- Lucas PITALUGA (M20M), (acompañado por una NNF joven)
- Arturo DUBRA (MLN-T)
- Carlos COITIÑO CEBEY (PVP)
- Carlos CASARES (MLN-T)
- Walter DIAZ (M26M), (Esposo de Ma. de los Angeles BALPARDA)
- Jorge Daniel GONZALEZ CARDOZO (MLN-T, alias el "CHACRA", descendió con su familia del vehículo matrícula 290.001)
- Senador Reynaldo GARGANO (PSU)

En el estrado:

- José D'ELIA
- Oscar GROBA (UNTMRA)
- Hugo DE MELLO (FANCAP)
- Carlos CURBELO (AUTE)
- Jorge SILVANO (FOT)
- Gustavo GONZALEZ (FUCVAM)
- Richard DE LOS SANTOS (EL ESPINILLAR)
- Leonel GONZALEZ (CTC)
- Fernando SERRANO (CIOSL - ORIT)
- Cristina GONZALEZ (ADEMU)

PMJ
7/5/93

e) Se pudo apreciar alrededor de 40 personas brindando seguridad al estrado identificándose con dos tipos de tarjetas: una blanca con la inscripción de ORGANIZACION en letras negras y otra rosada con la inscripción PIT/CNT y el gremio al cual pertenecían, en letras negras. Es de hacer notar que el dispositivo fue estricto hasta el comienzo de la parte oratoria, permitiendo al público ubicado a ambos lados del estrado acercarse al mismo, lo que comparado con años anteriores indica menor control.

Por otra parte cuando los trabajadores de EL ESPINILLAR arribaron al acto, fueron escoltados por una "cadena" de hombres y mujeres.

Doc. Poco LEGIBLE

f) Pasacalles:

- FEDERACION ANCAP - PRESENTE
- EUSKALERRIA 92 - PRESENTE

- AQUI ESTAMOS, MAS URUGUAYOS, FRENTEAMPLISTAS Y COMUNISTAS JUNTO A LOS TRABAJADORES DE EL ESPINILLAR, PIT/CNT.
- POR UN SINDICALISMO CLASISTA Y COMBATIVO, COORDINACION POR TRABAJO PARA TODOS, PIT/CNT.
- GASTRONOMICOS, PRESENTES (SUGU - PIT/CNT)
- AQUI ESTAMOS JUNTO A LOS TRABAJADORES URUGUAYOS FRENTEAMPLISTAS, MAS COMUNISTAS QUE NUNCA - SECC. 11 FA - PCU.
- POR UN 1ro. DE MAYO Y POR FUENTES DE TRABAJO A.CHE.PA.M.
- EL F.A. ESPERA AL 94, EL PIT/CNT TAMBIEN, LOS TRABAJADORES NO, ¡LUCHEMOS HOY! - UTC AGRUPACION 17 DE AGOSTO.
- DIGALE SI AL ARTIGUISMO, OBREROS - MTOP - PIT/CNT
- AYUDEMOS A LOS COMPAÑEROS EN ESTA MARCHA, POR LA DIGNIDAD DE LA FUENTE DE TRABAJO - MTOP - PIT/CNT
- OCUPACION DE TIERRAS EN DEFENSA DE LA VIVIENDA POPULAR - CO.VI.SI.MA.
- LA SOBERANIA NO SE VENDE - PIT/CNT
- POR UNA SALUD MAS HUMANA Y ACCESIBLE - FUS.

g) Pancartas:
- DONDE ESTA LA LUCHA, ESTA SENDIC (con el rostro grabado de Raúl SENDIC en el centro).
- VIVIENDA: EMERGENCIA NACIONAL, FUCVAM.
- CARTERA DE TIERRAS A NIVEL NACIONAL, FUCVAM.
- AL 2 % PONGALE LA FIRMA - FUCVAM.

(SHJ) 4/5/93

h) Al comienzo del acto la actitud de la concurrencia fue pacífica, tornándose efervescente al promediar el mismo debido a la ingestión de bebidas alcohólicas (vino), por parte de varios grupos. Se pudo apreciar cierta discordia entre los gremios de tendencia MLN y Anarquistas, particularmente cuando se produjo el incidente por el discurso de Gustavo GONZALEZ (FUCVAM), mencionado anteriormente.

i) El inicio del acto tuvo una demora de una hora, de acuerdo a la hora programada.

B.- Como particularidades detectadas durante la realización del acto central, se destaca que:

- Los gremios más próximos al estrado fueron aquellos que responden a la Tendencia Combativa.
- Tanto Liber SEREGNI como Tabaré VAZQUEZ, llegaron al acto caminando entre el público rodeados de elementos de seguridad.
- Se dió lectura al saludo y adhesión del I.M. de Rocha, **Irineu RIET CORREA.**
- Se realizó la convocatoria para la jornada de 36 hs. para los días 12 y 13 de mayo por fuentes de trabajo, salario y reforma de la Seguridad Social.
- Se agradeció a la I.M.M. por la construcción de la Plaza de los Mártires de Chicago.
- Entre el público se detectaron elementos de finanzas para solventar el acto (bonos del PIT/CNT a N$ 2.000); de la Comisión de Defensa del Patrimonio Nacional y Reforma de Estado (bonos a N$ 2.000, autoadhesivos, distintivos e insignias); venta de bibliografía y bonos para la

campaña "POR EL DOLAR REVOLUCIONARIO" y petróleo para CUBA.
- Se dispuso transporte para trasladar al público, contándose con diez unidades dispuestas por la UTC, camiones y los ómnibus de EL ESPINILLAR.
- Se realizó un minuto de silencio por el reciente fallecimiento de tres dirigentes sindicales.
- Se detectaron dos unidades de UCAR a cargo del Servicio Sanitario.

C.- Se adjuntan volantes recogidos en el lugar y tomas fotográficas del acto central.

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL - JEFE DEL DEPARTAMENTO I
COPIA I - JEFE DEL DEPARTAMENTO III(OP)-ARCHIVO

005

9203221

- Por trabajo digno para ...
- Por una central que no sea la de unos pocos.
- Para que los dirigentes de la central no avalen los despidos y el hambre de los obreros.
- Por un sindicalismo auténticamente revolucionario.

COORDINADORA POR TRABAJO PARA TODOS

- Por trabajo digno para todos.

FUNCIONARIOS PUBLICOS CONTRA LA NUEVA REBAJA SALARIAL

✓ Por el 25% de Aumento al 1º de Mayo

✓ Por el pago de la Cuota Mutual íntegra

✓ Por Salario Vacacional

✕ Contra las Privatizaciones

1º de MAYO

Nos concentramos a la hora 15:00 en la Plazoleta del Bco. de Previsión Social.

C.O.F.E. **PIT - CNT**

A MANIFESTAR EL 1º DE MAYO

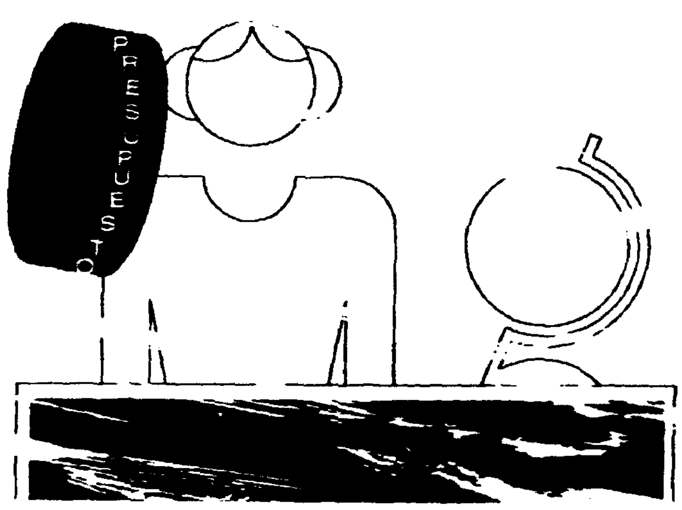
**CONCENTRACION PLAZOLETA
DEL BCO. DE PREVISION SOCIAL
15:00 hs.**

1º DE MAYO DE LUCHA

Convoca: COFE

C.O.F.E. **PIT - CNT**

LA GOMA QUE "BORRA" A LOS MAESTROS



✗ *Según el Ministro García Costa, no faltan maestros...*
Pero de los 30.000 maestros titulados, sólo 16.000 trabajan en Primaria.

✗ *Según el Ministro García Costa, el funcionamiento de las Escuelas es regular...*
Pero no hay maestros para hacer las suplencias que se generan y se habilita a los que trabajan, que lo hagan en doble turno (igual que en el época de la dictadura, cuando los destituidos eran miles).

✗ *Según el Ministro García Costa, todo marcha bien en los Institutos de Formación Docente...*
Pero el número de inscriptos se encuentra en los niveles más bajo de la historia; se reduce la carrera docente, para hacerla más atractiva y se estudia la posibilidad que estudiantes del último año trabajen de maestros.

El Poder Ejecutivo, Las Autoridades de la Enseñanza y El Parlamento son responsables que a causa del actual presupuesto de la enseñanza, el país se quede sin maestros, o que no esten capacitados.

Ademu	ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY	FUM - TEP CSEU PIT - CNT

QUE ES EL REFERENDUM

Ante la aprobación de la Ley de Empresas Públicas, que permite vender en forma indiscriminada nuestro patrimonio, un conjunto de fuerzas políticas y organizaciones sociales, han resuelto impugnar los aspectos más negativos de esta ley.

Mediante el Referéndum, hacemos un llamado a la ciudadanía para que manifieste su opinión sobre tan importante tema.

El Estado uruguayo es patrimonio de todos, por ende todos debemos decidir sobre su destino.

Dicen que nuestro Estado es grande, esto no es cierto, pues comparativamente es más pequeño que el de: Alemania, Brasil, Chile, España, Italia, Japón, Bélgica, etc.

Llaman a nuestro Estado ineficiente, que da pérdidas, nada de esto es cierto pues en el año 1991, las ganancias de las Empresas Públicas fue de 65 millones de dólares.
Como contrapartida de la "eficiencia" privada, 100 empresas no estatales, le deben al país mil doscientos millones de dólares.

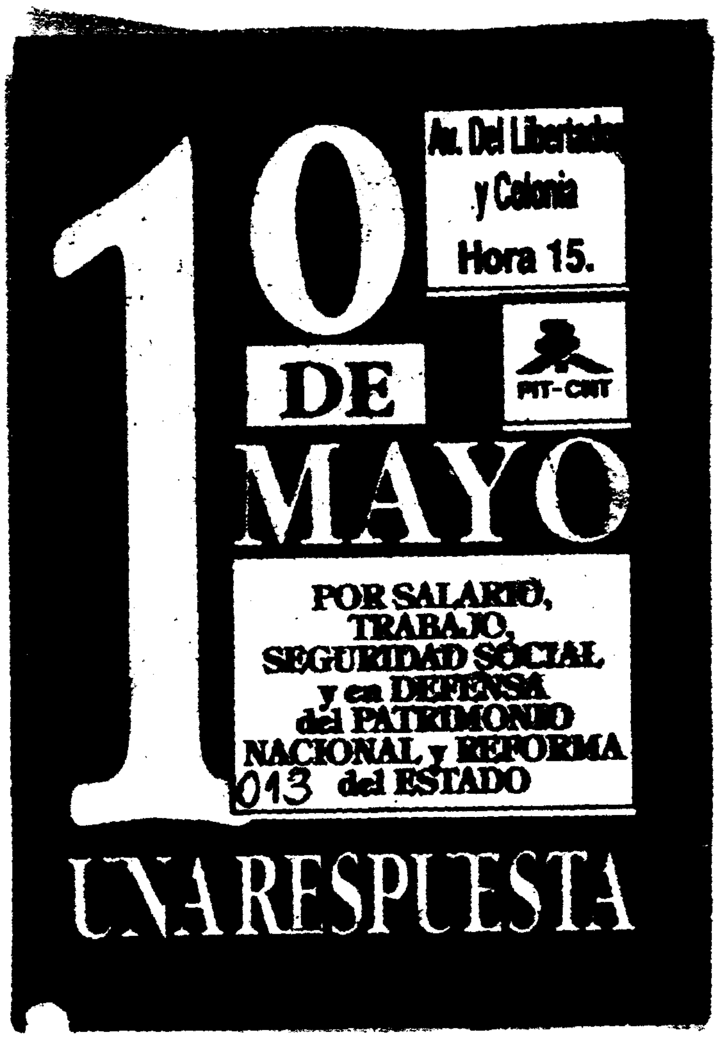
El camino de la venta de nuestras empresas es un camino sin retorno, lo que se venda, no se recupera.

Por estas y otras razones, es que llamamos a los uruguayos todos a expresar el 5 de junio nuestra voluntad de que se lleve a cabo la consulta popular, votando por el SI al Referéndum.

Comisión de Defensa del Patrimonio Nacional y Reforma del Estado

POR URUGUAY

Comisión de Defensa del Patrimonio Nacional
y
Reforma del Estado



1º de MAYO

UNA RESPUESTA...

DE LOS TRABAJADORES PRIVADOS, acosados hoy por un salario cada vez más recortado y un puesto de trabajo cada vez menos seguro.

DE LOS TRABAJADORES PUBLICOS, que resultan hoy verdaderos rehenes del F.M.I., que es en verdad quien fija hoy sus salarios.

DE LOS JUBILADOS, convertidos ahora por decisión del Gobierno en una "carga" para la sociedad.

DEL COMUN DE LA GENTE, que no acepta la entrega del patrimonio nacional y que resiste el empobrecimiento creciente de vastos sectores a cuenta de un lejano e ilusorio Mercosur.

PIT-CNT

... DE TODOS!!!

SE CONSTRUYE CON LUCHA Y DIGNIDAD Y NO CON LA ENTREGA AL EXTRANJERO

JUDICIALES CDFE

PIT-CNT

UN PAIS CON:

TRABAJO
SALARIO DIGNO
VIVIENDA
SALUD
JUBILACIONES...

MENSAJE DEL PRESIDENTE CUBANO FIDEL CASTRO AL PUEBLO URUGUAYO CON MOTIVO DEL FESTIVAL DE SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO CUBANO

Queridos hermanos uruguayos:

Permítanme, en nombre del pueblo de José Martí, transmitirle al generoso Pueblo de Artigas nuestro profundo agradecimiento por esta hermosa y fraterna muestra de solidaridad.

Más que nunca en esta hora de la dignidad, cuando nuestro pueblo libra la titánica batalla por salvar la obra que ha levantado con su sudor y su sangre, en el contexto de una grave situación internacional, expresiones como las de ustedes nos ratifican la justeza de nuestra lucha y nos comprometen a resistir y vencer sin claudicaciones, con todo el pueblo unido y de pie en ese empeño, que cuenta con la simpatía y el apoyo de los hombres honestos y de buena voluntad del mundo.

Fraternalmente

Fidel Castro Ruz
Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros de la República de Cuba

Núcleo del PartidoComunista Revolucionario del Uruguay

Abrir una perspectiva de victoria

La Clase Obrera y el Pueblo Uruguayo estamos viviendo horas amargas y por ello, al mismo tiempo que en este 1º de Mayo recordamos a los mártires de nuestra causa, debemos planteamos romper con esta situación, en la que día a día miles de trabajadores quedan en la calle, sin trabajo, sin posibilidad de alquilar ni de parar la olla. Esta cruda realidad, que se vive en el campo y en la ciudad.

Este Gobierno sin Patria viene a coronar la tarea que desde Pacheco, los Militares y Sanguinetti entrega el país al extranjero. Hoy se pretende venderles las empresas del Estado por papeles de deuda a los Monopolios Internacionales, ajustar a gusto y paladar del Fondo Monetario Internacional, la Seguridad Social, el aumento de Salarios, las Inversiones, etc.

El Mercosur y la Apertura al exterior, en base a una política de rebaja de aranceles a las importaciones, está profundizando el estancamiento de la Industria. Son claras las cifras que da el propio gobierno en este sentido y el incremento de las importaciones de productos que pueden ser elaborados en nuestro país. Esto unido a importantes importaciones de maquinaria, con tecnología avanzada, va a dejar en la calle a decenas de miles de obreros. En el Producto Bruto de 1991 es claro el camino de nuestra economía, se incrementan los servicios, la hotelería, los negocios financieros y el comercio, pero decae la industria. Nos plantea recientemente Lacalle que vamos a ser la puerta del Mercosur, y esto es inaceptable. Por esa puerta quieren vendernos la recesión que viven hoy en día los países imperialistas.

¿Y cómo rompemos esta situación? ¿Apostando al 94, al carisma de Tabare o aprendiendo a negociar como nos indican los reformistas de todo pelo que son cómplices de esta situación?

¿Qué hay de nuevo en esto, porque se autodenominan re-

novadores los que plantean esta táctica entreguista? , esto es viejo y podrido, no lleva más que a favorecer la perpetuación de la explotación de la Oligarquía y el Imperialismo en nuestro país.

El nuevo camino es el del combate, la lucha más decidida y radical, y el fortalecimiento de las herramientas que la Clase Obrera y el Pueblo necesitan para tal lucha.

Estas herramientas son los Sindicatos, las organizaciones barriales, las cooperativas de vivienda, las organizaciones estudiantiles, las de pequeños comerciantes y artesanos, las de los campesinos pobres, aptas para la organización y la obtención de mejoras. Pero además es necesario la reconstrucción del Partido Revolucionario de la Clase Obrera, que es una forma superior de organización y que permite salir del espontaneísmo de la lucha de resistencia a cada medida de las patronales y el gobierno para plantearnos no solo esto sino un cambio revolucionario que barra con la explotación latifundista, de la banca extranjera y los monopolios. Es necesario forjar un **Frente Unico** con todas las fuerzas populares y patrióticas contra el sector más reaccionario y vendido al extranjero, un **Frente Unico** que rompa con el FMI que impulse una reforma agraria y nacionalice la banca. Para que se abra una real perspectiva de Victoria es que convocamos a todos los que se sienten comunistas, a todos los revolucionarios a acompañarnos en la tarea que hoy entendemos la principal: la CONSTRUCCION DE UN FUERTE PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONARIO que una el marxismo-leninismo-maoísmo con la revolución Uruguaya.

Fortalecer los Sindicatos y demás organizaciones populares

Solidaridad con los Obreros del Espinillar y todos los gremios en conflicto.

¡Viva la lucha de la Clase Obrera Internacional y los Pueblos Oprimidos del Mundo!

¡Viva el 1º de Mayo!

Núcleo del Partido Comunista Revolucionario del Uruguay

NPCR

1º de Mayo de 1992

MARTES 5 DE MAYO

¡Homenajeadores del mundo, uníos!

A 174 años del nacimiento de
CARLOS MARX
capitalizaremos un post-moderno pero merecido homenaje.

HORA 20.30
CASA DEL PUEBLO
Soriano 1218

Serán homenajeadores principales:
REYNALDO GARGANO y LUIS MARDONES.

JUVENTUD SOCIALISTA



NUNCA IMAGINAMOS QUE LO IBAMOS A EXTRAÑAR TANTO !!

J.S.U. FA

1º DE MAYO

Compañero Trabajador:

Hoy, luchar por un aumento salarial, más que nunca es pelear con varios enemigos que, en realidad, son varias partes de una misma cara: los patrones, el gobierno, la prensa, la policía, el FMI, el MERCOSUR. Este monstruo de tantas cabezas se llama capitalismo.
El enemigo es fuerte, pero no es todo poderoso; es fuerte pero no lo será eternamente. Recordemos: la dictadura parecía omnipotente y frente al pueblo movilizado, pronto comenzó a ceder terreno.
Más allá de las actuales carencias de la izquierda y del movimiento popular, que tienen su relación con el movimiento sindical, nos parece que vale la pena remarcar algunos de los problemas acuciantes que hoy vive nuestro pueblo.

✔ La rebaja salarial, impuesta por el FMI, es una de las medidas fundamentales de esta política económica. ¿Esta es la libertad del neoliberalismo?.

✔ La falta de vivienda se torna una crisis explosiva gracias a la libertad de especulación con nuestras necesidades.

✔ La salud tiende a convertirse en derecho de unos pocos y en la desesperación de muchos.

✔ La desocupación cada vez es mayor. No hay esperanza para el desocupado. Nada que ofrecerle a la juventud.

solo amenaza de perder el empleo para los que aún trabajan. Pretenden hacernos creer que el Mercosur va a solucionar un problema que en realidad ya hoy está agravando.

- ✔ Lacalle y demás vendepatrias liquidan el país a precios de oferta.

- ✔ Son los mismos que organizan un malón contra el BPS, es decir, contra todos los trabajadores.

Hoy el M.P.P. no pretende cambiar esta situación con un volante más. Sólo puede plantear una vez más su disposición a estrechar filas para enfrentar a los explotadores en el único plano posible: LA LUCHA. La lucha organizada de los trabajadores en sus sindicatos, proponiendo acciones que frenen el impulso del avance neoliberal. A eso apuntan las iniciativas de impugnación de la ley de empresas públicas, la recolección de firmas para que el 2% del impuesto a los sueldos vaya para vivienda. Apoyamos estas iniciativas que ya hay acumulado decenas de miles de voluntades, como la sacrificada lucha de los compañeros de EL Espinillar y demás trabajadores del interior que en su marcha, dejando de lado la resignación que hoy quieren imponernos los defensores del Mercosur, no dicen que hoy es posible.

TODOS AL 1º DE MAYO
DE UNIDAD Y LUCHA POR TRABAJO
POR LA IMPUGNACION DE
LA LEY DE EMPRESAS PUBLICAS
QUE EL 2% DE IRP VAYA PARA VIVIENDA
CONTRA LA REBAJA SALARIAL DE
LA PAUTA DEL 35% ANUAL
CONTRA LA REFORMA DE LA SEGURIDAD SOCIAL

Plenario Sindical
Movimiento de Participacion Popular - FA

¡BASTA DE CONCILIACION! ¡NO MAS DERROTAS!

¡Abajo la burocracia sindical!
¡Abajo el gobierno hambreador!
¡Reconstruir el PIT para la lucha y
preparar la huelga general!

Este 1º de Mayo encuentra a los uruguayos soportando sobre sus espaldas la política antiobrera y antinacional del gobierno de Lacalle. Esto, a pesar de que se trata de un gobierno incapaz de disciplinar, no ya a los explotados, sino a la propia clase capitalista que representa.

Ninguno de los proyectos que el Ejecutivo presentó al Parlamento, fue aprobado en una primera instancia, por el contrario sufrieron una serie de recortes que lo único que denota es su extrema debilidad, y su necesidad de conciliar para viabilizar el mandato del amo imperialista.

Se trata entonces de un gobierno que sólo se mantiene porque la burguesía no encuentra una alternativa mejor, lo que no quiere decir que no se esté preparando para una política de represión abierta contra las masas (Lacalle está apuntalando a los mandos blancos dentro de las Fuerzas Armadas, pensando en una salida a lo Fujimori o a lo Bordaberry), y también por la política capituladora de la izquierda reformista y electorera que ha paralizado la acción de las organizaciones obreras y populares (FUCVAM, PIT y ASCEEP).

QUIENES NO RESISTEN SON LAS DIRECCIONES, NO LAS MASAS

Este apoyo al gobierno hambreador, por parte de la burocracia "de izquierda", se manifiesta, por ejemplo, frente a las privatizaciones, donde no ha encontrado otra via mejor para "oponerse", que el ya probado camino hacia la derrota de los referéndums, como lo puso en evidencia el famoso voto verde. En la misma linea de capitulación, se deben colocar los paros domingueros (4 en el presente año), cuyo objetivo no es otro que abrir una válvula de escape que disperse la presión popular y la tendencia a la huelga general, y al mismo tiempo

facilitar las negociaciones con el gobierno para seguir hambreando a los trabajadores y entregando el patrimonio nacional.

Quienes encubren su parálisis, con el argumento de que "las masas no dan", que "están en retroceso", que "tienen una conciencia burguesa", etc., se niegan a reconocer que las derrotas sufridas, han sido consecuencia de las traiciones y entregadas de la burocracia "de izquierda", y no de que las masas no han intentado resistir.

El gran problema que atraviesa el movimiento obrero y las masas populares, es que las luchas se dan aisladamente, lo que facilita el desangre a que son condenadas por la política del gobierno y sus lacayos "de izquierda".

Se trata entonces de unificar el combate de la nación oprimida, en un solo puño bajo la dirección de la clase obrera. Las tareas planteadas para lograr este objetivo son impostergables.

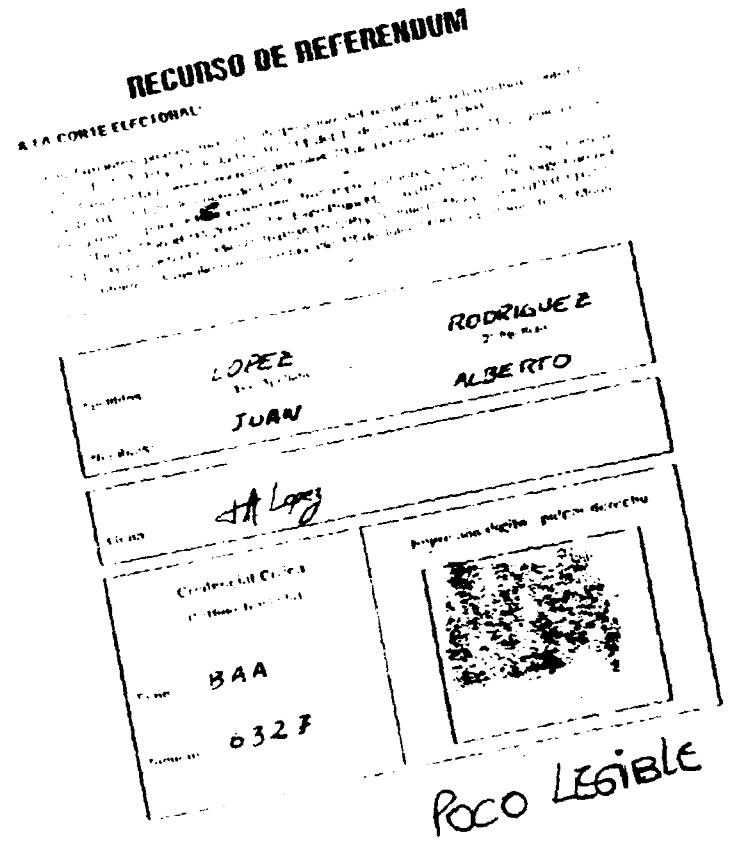
PROPONEMOS:

1.- Plataforma única nacional de reivindicaciones del conjunto de los oprimidos, que comience formulando un salario mínimo equivalente a la canasta familiar, con reajuste automático. (Teniéndose presente que, según el gobierno, la canasta familiar asciende a N$ 2:300.000, mientras que el salario mínimo se sitúa en N$ 280.000.-
2.- Contra la desocupación: reparto de las horas de trabajo sin merma salarial; plan de obras públicas financiado con los fondos que hoy se están llevando los usureros de la "deuda externa"; expropiación y control obrero de toda empresa que cierra o despida.
3.- Contra las privatizaciones: ocupación de los lugares de trabajo, e imponer el control obrero ante cualquier amenaza de privatización y desmonopolización.
4.- Contra los reajustes del B.H.U.: huelga de pagos; actualización de la Ley 14.105.

Esta reivindicaciones no podrán imponerse sino por la vía de la acción directa, de la movilización independiente de las masas y de una lucha que desemboque en la huelga general. Y esto es inviable, si no se expulsa a la burocracia entregada y se recuperan las organizaciones de masas como herramientas de lucha.

SOCIALISMO REVOLUCIONARIO **1º de MAYO de 1992**

LEA Y DIFUNDA **CAUSA OBRERA**



Poco LEGIBLE

Comisión de Defensa del Patrimonio Nacional y Reforma del Estado

Ciudadanos integrantes de distintos partidos políticos y organizaciones sociales, hemos coincidido en la necesidad de impulsar una profunda reforma de las Empresas del Estado, de manera que éstas brinden un servicio eficaz, convirtiéndose a la vez en una herramienta de cambio del país.

Como forma de lograr esto impulsaremos el recurso de Referéndum, según lo establece la Constitución, contra los artículos 1, 2, 3, 10 y 32 de la Ley 16.211 aprobada por el gobierno, llamada de "Empresas Públicas".

No debemos confundir la necesidad de un Estado que brinde servicios eficaces, con la propiedad de sus instituciones que son patrimonio del pueblo oriental.

Presentaremos, a la brevedad, un proyecto de ley, de carácter nacional y progresista, como única forma de lograr una auténtica reforma del Estado, que promueva la eficiencia, la descentralización, combata la burocracia, el clientelismo político y defienda la soberanía del país, salvaguardando los intereses de los uruguayos.

Los pasos a dar consisten en:

a) la presentación antes de fines de marzo de papeletas individuales en las cuales constarán: nombre, número y serie de Credencial, firma e impresión dígito-pulgar.

b) validadas por la Corte Electoral, ésta deberá convocar a fines de junio aproximadamente a la ciudadanía para que manifieste su voluntad, para que se realice el Referéndum es necesaria la presencia del 25% de los inscriptos quienes se presentarán ante las mesas receptoras instaladas por la Corte en el día que ésta lo establezca.

c) cumplida esta instancia se llamará a Plebiscito con voto obligatorio.

COMISION DE DEFENSA DEL PATRIMONIO
NACIONAL Y REFORMA DEL ESTADO

El 20 de noviembre un grupo de compañeros hacían un alerta y un llamado a los trabajadores, cuando acampaban en la Plaza de los 33, diciendo: "estamos viendo como la política económica y social que llevan a cabo los políticos, con el respaldo de empresarios, banqueros, latifundistas y burgueses de todos los pelajes, y mirada con simpatía por otros, nos está dejando un saldo devastador para los intereses de la clase obrera.

Los desocupados son "el espejo donde pueden mirarse los que aún quedan trabajando". Mañana ¿a quién le toca?. En ese espejo se miraban compañeros de: Aurora, el Puerto, Castro y Dobarro, Públicos, El Popular, Onda, AFE, ILPE, Bancarios, Estiba, Benas, Carmeta, Funsa, Tem, Inlasa, Resiplast, INAME, y aproximadamente 90000 trabajadores en el seguro de paro, miles de ellos hoy despedidos; es el saldo de la política de diálogo de la mayoría de la Central de trabajadores, a espaldas de éstos.

A este 1° de Mayo se le suman a muchos de aquellos, compañeros de: El Espinillar, Pluna, Paylana, Frigoríficos, cooperativas de transporte, la salud, ambulantes, etc.; y ya aproximadamente 122.000 trabajadores en el seguro de paro.

POR UN 1° DE MAYO CLASISTA Y COMBATIVO

Debemos recuperar el 1° de Mayo, como un día de lucha para los trabajadores, y no de un acto de saludo a la bandera. Los mártires de Chicago y todos aquellos que fueron víctimas de la represión de la clase dominante, no en vano han dejado su vida por las reivindicaciones del movimiento obrero, para que hoy quienes apuestan continuamente a ser laboratorio de prueba del gobierno de turno, pretendan lavar sus pecados y seguir mintiendo en el mismo altar.

Quienes pretendan en medio del desconcierto desvirtuar la historia de la lucha de los trabajadores, responsabilizando a los secto-

res más combativos de los propios luchadores sociales de la "debilidad" que hoy padece el movimiento sindical, y que ellos mismos con su práctica dialoguista y elitista han originado (reunión frustrada en el Sindicato de Funsa contra "ultras"), hoy quieren deformar la memoria colectiva de la clase obrera, para embarcarla en supuestos diálogos con los mismos que vuelven a rapiñar nuestros salarios (diálogo secreto), que destruyen la poca industria nacional que va quedando (política neoliberal), y que nos tecnifican para aumentar la gran riqueza de unos pocos y la miseria de la mayoría (Mercosur), consolidando la dependencia con el imperialismo (el 4+1) para todo lo cual mantienen bien aceitado e intacto el aparato represivo a su lado (desocupaciones violentas de fábricas, y vigilancia a militantes sindicales).

En un país que se descree del papel dirigente y revolucionario de la clase obrera, y de los trabajadores en contra del modelo de entrega total y de remate a cualquier precio, del patrimonio nacional (venta de oro, ley de privatización de empresas públicas, etc.); y en donde se pretende buscar en la profundización de la explotación del hombre por el hombre, la solución a sus problemas, se hace más necesario que nunca: reincorporar valores perdidos como la solidaridad, la honestidad y la modestia; que el movimiento sindical plantee cosas que todos los trabajadores entiendan, por la que estén dispuestos a pelear; será necesario volver a la fuente, a los orígenes, a las bases del movimiento sindical por la lucha de clases.

Los trabajadores desocupados organizados, estudiantes, y trabajadores activos que adhieren a esta proclama convocan a acompañar la marcha de los trabajadores del Espinillar.

NOS CONCENTRAMOS EL 1° DE MAYO EN MAGALLANES Y MADRID A LAS 13 HORAS

Coordinación Por Trabajo Para Todos

¡¡DEFENDAMOS EL REFERENDUM CONTRA LAS PRIVATIZACIONES!!

¡¡ABAJO EL FRAUDE DE LA CORTE ELECTORAL!!

El 29 de marzo de 1992, 17.101 ciudadanos presentamos un recurso contra la totalidad de la ley de privatizaciones (32 artículos), convocados por la Organización de Funcionarios de Pluna y sectores sociales y políticos integrantes de la **COMISION NACIONAL DE DEFENSA DE PLUNA Y CONTRA TODAS LAS PRIVATIZACIONES** (impugnación total). Este recurso fue la respuesta del pueblo a la entrega de la soberanía nacional, y a la exclusión del "referéndum parcial" de los artículos referidos a Pluna, Ilpe y UTE.

En una campaña relámpago y contra la desinformación de grandes sectores de pueblo y contra la hostilidad de sectores políticos, se conquistaron 17.101 voluntades contra TODAS las privatizaciones, ante lo cual la Corte Electoral no tuvo más remedio que reconocer que las firmas presentadas superaba ampliamente el mínimo requerido para presentar el recurso.

Cientos de miles de ciudadanos —de acuerdo a las encuestas— rechazan la entrega del patrimonio nacional. En nuestra movilización pudimos constatar que el pueblo rechaza TODAS las privatizaciones y que se niega a aceptar que una sola de las empresas estatales sea rematada en beneficio de las trasnacionales, para pagar la deuda externa. También constatamos que muchas personas tenían la intención de votar ambos referéndum, dado que si no triunfase la impugnación "total" tal vez podría anularse al menos "parcialmente" la ley privatizadora.

Sin embargo, algunos promotores del "referéndum parcial" lanzaron ataques constantes al referéndum total y dijeron que no lo votarían. Esta tozudez llama la atención ya que incluso los dirigentes que quieren privatizar Pluna o sectores de Ute y quieren derogar los 5 artículos que impugna la "parcial", deberían votar también la "impugnación total" ante el peligro de que la "parcial" no logre mayoría. ¿O acaso están tan empeñados en entregar Pluna, Ilpe y Ute que prefieren arriesgar que se privatice también Antel y sectores de los Entes estatales?

La Corte Electoral, designada por el mismo parlamento que votó las privatizaciones, ante la evidencia de que la mayoría de los que votarán el 5 de julio quieren votar los dos referéndum, resolvió declararlos "excluyentes". Es decir, la ciudadanía estaría obligada a "elegir" entre la impugnación "total" y la "parcial", y quien apoyase las dos vería su voto anulado.

Esta medida ilegal y antidemocrática es un fraude, que toda la ciudadanía debe enfrentar. ¡La Corte Electoral no tiene potestades para limitar las posibilidades de opción del electorado!

Existen grandes presiones para que quienes impulsamos el referéndum "total" demos marcha atrás con esta iniciativa y avalemos así la privatización de Pluna, Ilpe y sectores de la Ute. Señores, no se engañen. La bandera de la soberanía nacional la seguimos levantando bien en alto. La voluntad de 17.101 firmantes será defendida: el 5 de julio habrá referéndum total y vamos a votarlo.

Si hubiera que elegir por el "retiro" de alguno de los dos recursos, evidentemente el que debería dar un paso atrás es el "parcial", porque la impugnación total incluye los 5 artículos que impugna la "parcial", pero esta no impugna los 27 artículos restantes que son igualmente privatizadores. ¡Que el pueblo se pronuncie sobre toda la ley!

En lugar de presionarnos para que nos "retiremos", los partidarios de derogar algunas privatizaciones y de mantener otras ("impugnación parcial") deberían presionar a la Corte Electoral para que derogue esa decisión inconstitucional que prohibe acompañar las dos iniciativas. Llamamos a la Comisión Nacional que impulsa el "referéndum parcial", al PIT-CNT y a todos los partidos que se dicen democráticos y progresistas a repudiar la maniobra de la Corte Electoral y a lanzar una movilización de masas para que se retracte. También los convocamos a exigir la renuncia de los ministros de la Corte, ya que no dan ninguna garantía de "imparcialidad" quienes flechan la cancha en beneficio de los privatizadores.

Proponemos a los trabajadores y a todo el pueblo la constitución de COMITES DE LUCHA CONTRA TODAS LAS PRIVATIZACIONES en cada barrio, en cada centro de estudio, en cada lugar de trabajo. Saludamos la combativa marcha de los trabajadores de El Espinillar y de los pobladores de Belén, Constitución y Bella Unión. ¡Adelante con la lucha contra todas las privatizaciones!

- ABAJO TODAS LAS PRIVATIZACIONES!!
- POR UNA GIGANTESCA MARCHA HACIA LA CORTE ELECTORAL DESIGNADA POR LOS PRIVATIZADORES.
- ABAJO EL FRAUDE!!
- RENUNCIA DE LA CORTE ELECTORAL!!
- SOLIDARIDAD CON LOS TRABAJADORES EN LUCHA.

27 de abril de 1992

Comisión Nacional de Defensa de PLUNA
y contra todas las privatizaciones
(Impugnación total)

CONVOCAMOS A TODOS LOS CIUDADANOS QUE DESEEN SUMARSE A LA CAMPAÑA POR LA IMPUGNACION TOTAL DE LA LEY DE ENTREGA DE LAS EMPRESAS PUBLICAS, A UNA ASAMBLEA POPULAR CONTRA TODAS LAS PRIVATIZACIONES, EL DIA JUEVES 7/5 A LAS 19 HORAS, EN EL TEATRO NUEVO STELLA (Sala 2), MERCEDES Y TRISTAN NARVAJA.

[illegible]

[illegible] en una [illegible] el gobierno [illegible] se torna indispensable ver como un [illegible] la clase trabajadora.

La problemática de la vivienda no admite soluciones parciales. Somos concientes que para revertir esta situación será necesario un gran esfuerzo unitario y una acción conjunta de las organizaciones de masas, a través de la INTERSOCIAL.

Ho[illegible] de [illegible] del gobierno [illegible] el pueblo.

Para FUCVAM es fundamental sumar esfuerzos que nos preparen para la acción por el conjunto de las reivindicaciones.

No hay salida alguna en forma individual, retomar las herramientas genuinas de los trabajadores es la gran tarea de la etapa.

[illegible]

- ✓ CARTERA DE TIERRAS
- ✓ PRESTAMOS PARA LAS COOPERATIVAS
- ✓ CONTRA LOS REAJUSTES
- ✓ POR UN PLAN NACIONAL DE VIVIENDA [illegible]
- ✓ POR LA VIGENCIA DEL COOPERATIVISMO

FUCVAM

032

920923

1ero. de mayo

LOS

TRABAJADORES

POR EL

COOPERATIVISMO

Y LA

VIVIENDA POPULAR

FUCVAM

Asociación de Trabajadores de la Seguridad Social

Mayo de 1992

Sobre el Proyecto de Reforma de la Seguridad Social

CARTA ABIERTA A LOS URUGUAYOS

¿Que se desprende del Proyecto en General?

El proyecto dista mucho de ser una "Reforma de la Seguridad Social", entre otras cosas porque se refiere, principalmente, a las prestaciones de Pasividad y Recaudación.

Por otra parte no se hace referencia a, por ejemplo, las Cajas Militar y Policial.- NINGUN ARTICULO, salvo alguna excepción que en el contexto queda perdida, **MEJORA LAS ACTUALES PRESTACIONES DE SEGURIDAD SOCIAL**, por el contrario, **LO QUE SE HACE ES REBAJAR LOS MONTOS DE ALGUNAS** (jubilaciones, pensiones, asignaciones, etc.), **Y EN OTROS CASOS ELIMINA PRESTACIONES ACTUALES.-**

Sólo por citar algunos ejemplos:

- Los montos iniciales de jubilación son rebajados. Para sacar una jubilación como la actual los hombres deberán trabajar 4 o 5 años más y las mujeres 6 7 años más (la mujer es la más perjudicada en el proyecto, y es la mayoría de la población).
- Si una mujer queda viuda antes de los 45 años cobrará sólo por 5 años, a menos que tenga hijos menores, en cuyo caso cobrará hasta que estos cumplan la mayoría de edad. Si vuelve a casarse, también pierde la pensión.-
- Se elimina la causal de jubilación por edad avanzada.-
- Se establecen mayores requisitos para acceder a la jubilación por incapacidad total o parcial.-
- Se les quita la Asignación Familiar a aquellos beneficiarios que, entre el titular y su cónyuge, ganen más de 8 Salarios Mínimos Nacionales (al día de hoy N$ 1.840.000).

¿Cuando se tiene Causal Jubilatoria según el Proyecto?

Para jubilarse hoy se requieren 60 años de edad y 30 años de servicios (hombres); y 55 años y 30 de servicios (mujeres). En el proyecto se cambia el concepto de años de servicios y se fija el de **años efectivamente aportados (10 años)**, manteniéndose - "en la letra" - las edades.

Teniendo en cuenta que la responsabilidad del aporte **no es del trabajador**, sino de las empresas y del propio B.P.S., los actuales trabajadores, menores de 58 y 53 años (hombre o mujer), serían "castigados" por una omisión que no es suya.

Se puede afirmar que decenas de miles de trabajadores (en particular quienes tienen entre 43 y 53 años -mujeres- y entre 48 y 58 -hombres-) no podrán jubilarse antes del año 2003, suponiendo que el proyecto se apruebe este año.

¿Cómo se calcula la Jubilación inicial?

En la actualidad es el promedio actualizado de los sueldos ganados en los últimos tres años. Y de este promedio, se toman determinados porcentajes (las famosas "tasas de reemplazo").

Por el proyecto se pasaría a un sistema de cálculo que tomaría como base el "saldo de la cuenta personal". Esta se formaría con **los aportes personales** (no lo ganado, ni los aportes patronales) de cada trabajador, los que serían registrados mes a mes, en Unidades Jubilatorias.

Para el cálculo final del monto de jubilación se consideraría:

- el saldo de la cuenta personal
- la tasa de interés
- las tablas de mortalidad de Estadística y Censos.

Estos tres elementos nos merecen las siguientes consideraciones:

- el monto de la pasividad inicial sólo lo conoceremos el día que nos presentemos a jubilarnos, ya no se tendrá un indicador general pues se pasa a un sistema de corte estrictamente individual.

- la tasa de interés fijada tiene relación **únicamente** con el cálculo global de "gastos" del B.P.S. El 3,5% fijado asegura que el B.P.S. "gastará menos" que con el régimen actual.

- el tomar como factor determinante del monto inicial de pasividad la expectativa de vida, **DESHUMANIZA Y DESPOJA DEL MINIMO AMOR AL PROJIMO TODO EL PROYECTO**; según este factor se "calculará" cuanto se espera que viva el trabajador a jubilar y así saber "cuanto tiempo cobraría" la prestación.-

Véase que quienes **VIVAN MENOS AÑOS QUE LOS QUE DETERMINE LA ESTADISTICA**, "perderán" en su cobro, obviamente.-
Y aquellos que **TENGAN LA SUERTE DE VIVIR MAS AÑOS QUE LOS QUE DETERMINA LA ESTADISTICA**, cobrarán "un poco más".

No queremos ser agoreros, ni prejuzgar, pero del texto del proyecto se puede concluir que:
EN EL URUGUAY CONVIENE QUE SE REBAJE EL NIVEL DE VIDA DE TODA LA POBLACION, QUE EMPEORE LA SITUACION SANITARIA, QUE DISMINUYA LA ATENCION DE SALUD, ETC., de forma que la expectativa de vida sea menor, **PUES ASI SERIAN MAYORES LOS MONTOS DE JUBILACION. POR ESTO DECIMOS QUE EL PROYECTO ES INHUMANO Y ANTINACIONAL.-**

Comentario sobre la financiación a la Seguridad Social.

- Se eliminan del actual Fondo de Jubilaciones y Pensiones, los tributos establecidos por ley (porcentaje de I.V.A. 5% y otros) quitándosele recursos actualmente genuinos al B.P.S.-

- Se establece el aumento de los aportes patronales al Seguro por Enfermedad, lo que afectará especialmente a los pequeños y medianos empresarios.-

- Se establece el concepto de que los aportes obreros y patronales no son una unidad, sino que se pueden hacer separadamente.

- Que el B.P.S. pueda clausurar temporalmente empresas por ser malas pagadoras, no nos merece comentarios ni a favor ni en contra - salvo la constitucionalidad o no de la norma - pues el **Banco tiene en la actualidad una serie de facultades legales para "ejecutar" a las empresas que deben, y no lo hace por falta de voluntad política del Directorio.**

- Se establece que el B.P.S. podrá retirar el carácter de agente de retención a una empresa que no vierta los aportes obreros que retiene. En ese caso la empresa deberá pasar a pagarle al empleado el salario **NOMINAL** y el trabajador deberá aportar él directamente al B.P.S.. Nos preguntamos: ... con los bajos salarios que hay en nuestro País, si a un trabajador se le paga el nominal, y le faltan 25 o 30 años para jubilarse: ¿ hará el aporte al B.P.S. ?. Ni que hablar de las decenas de miles de trabajadores rurales, zafrales, de la construcción, etc., y las reales dificultades que tendrán para poder ir a un local del B.P.S., TODOS LOS MESES, a hacer efectivo su aporte personal. Se puede suponer que el trabajador verterá sus aportes. En este caso no existirían mayores problemas.

Pero creemos que, más razonablemente, quienes "lean" el País **real**, pueden concluir que no lo hará. En este caso cuando se "empiece" a preocupar por *su retiro*, dentro del sistema estatal, será tarde. ¿No se facilita asi, el desarrollo en nuestro País de sistemas privados de "seguros", en el mediano y largo plazo?

- Se eliminan **TODAS** las exoneraciones de aportes al sistema.

Toda la actividad socio-económica del País esta vinculada al sistema de tributaciones general. Esto afecta por ejemplo a todo el sistema cooperativo; las mutualistas; los sindicatos; las instituciones deportivas, de enseñanza, etc.

UN ULTIMO COMENTARIO...

En los hechos, las mujeres tendrán que trabajar hasta los 62 y los hombres hasta los 65 para cobrar jubilaciones parecidas a las actuales.
Quienes no reúnan las condiciones, tendrán que esperar HASTA LOS 70 AÑOS para poder cobrar la Pensión a la Vejez. Este Proyecto, verdaderamente de IN-SEGURIDAD SOCIAL, ademas no contempla ninguno de los reclamos fundamentales de los trabajadores activos, jubilados y pensionistas.
No tiene en cuenta a los jóvenes. Alienta al tercio de ellos que están pensando en irse del país a que lo haga. Frente a la falta de fuentes de trabajo, obliga a trabajar más años, dificultando seriamente el acceso de los jóvenes a puestos de trabajo.
Ciertamente, el Fondo Monetario o el Banco Mundial estarán conformes con el Proyecto.
Pero nosotros, los uruguayos que diariamente hacemos este país, no.
Por eso: **HAY QUE ENFRENTAR EL PROYECTO EN SU TOTALIDAD.**
El 24 de mayo vence el Plazo en Diputados. Todavía NO están los votos. Es necesario incidir a todos los niveles. Desarrollar un intenso trabajo hacia los diputados de cada departamento del llamado interior.

ESTAMOS A TIEMPO DE FRENARLO.
HAGAMOS TODO LO QUE ESTE A NUESTRO ALCANCE HACER.
Como escribiera Paco Espínola: ser solidario "es sentirse cada uno un poco todos, sin lo cual no hay nación, SINO TIERRA CON GENTE ENCIMA".
LOS URUGUAYOS, QUEREMOS SEGUIR SIENDO NACION.-

Adhesión de la Asociación de Trabajadores de la Seguridad Social AL PRIMERO DE MAYO (ATSS - COFE - PIT-CNT)

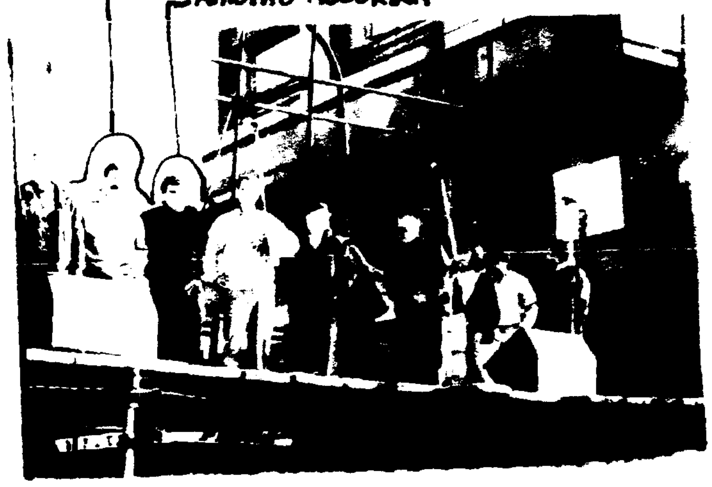
IMPRESORA PULACAYO SRL - E. ACEVEDO 1807 - TEL. 48 93 30

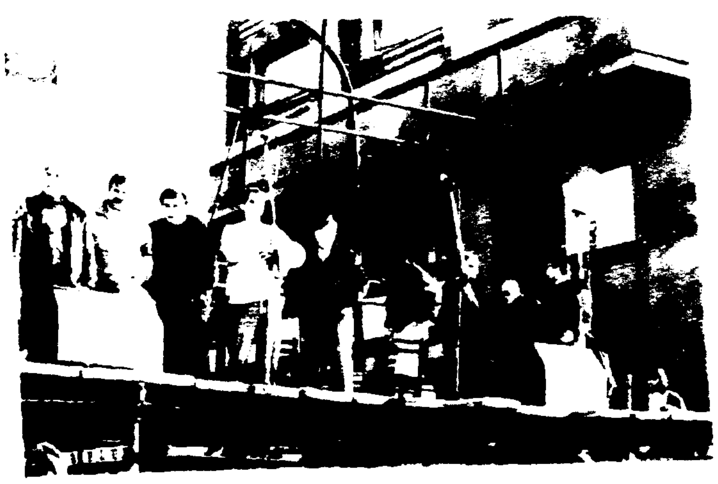
ASUNTO: ACTO 1º DE MAYO
REFERENCIA: TOMAS FOTOGRAFICAS
LUGAR: Av. Libertador y Colonia.

Hugo DE MELLO (FANCAP)
José D'ELIA
Cristina GONZALEZ (ADEMU)
Oscar GROBA (UNTMRA)



Leonel GONZALEZ (CTC)
Antonio ADOURIAN







NNM que acompañan a Leonel GONZALEZ (CTC)

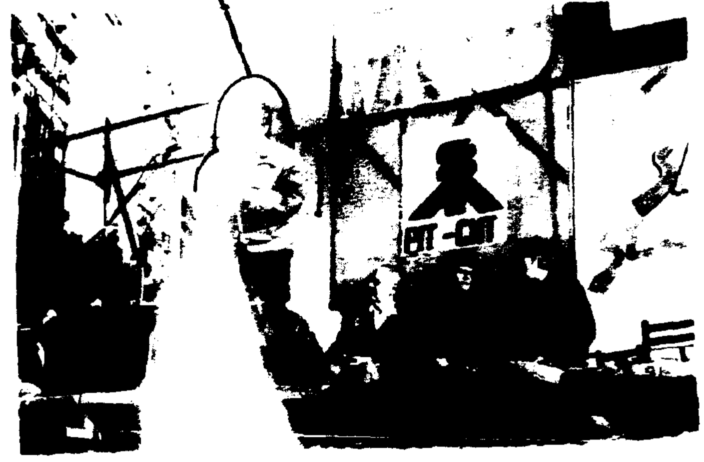




9203221.

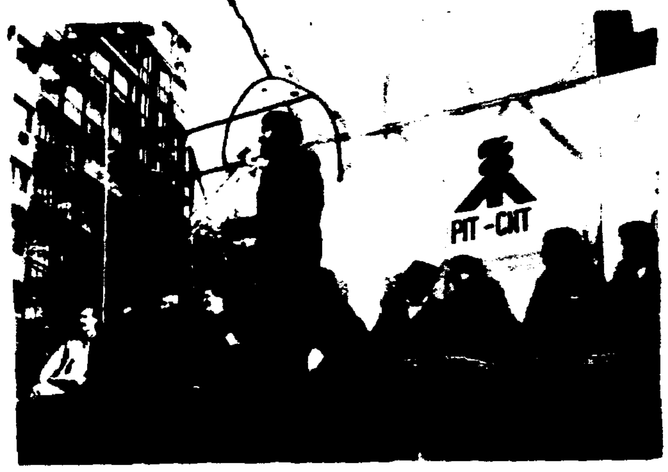
Leonel GONZALEZ (CTC)





Gustavo GONZALEZ (FUCVAM)





Hugo DE MELLO (FANCAP)



Richard DE LOS SANTOS (EL ESPINILLAR)




URUGUAY S
PIT-CNT


Fernando VAZQUEZ (DNM26M)


Thelman BORGES
Héctor LESCANO
Carlos PITA
Armando DA SILVA TAVARES
Victor VAILLANT
Carlos BARAIBAR
Danilo ASTORI
Victor LICANDRO
Tabaré VAZQUEZ
Jaime PEREZ


Thelman BORGES
Héctor LESCANO
Jaime PEREZ
Oscar GROBA


Victor VAILLANT
Tabaré VAZQUEZ



041

9203221

Víctor ROSSI



María ALMEIDA DE QUINTEROS (TOTA)



Reynaldo GORGONO



Mariano ARANA

José KORSENIAK











Elementos a cargo de construir el estrado pertenecientes al SUNCA y AUTE.-





Idem.

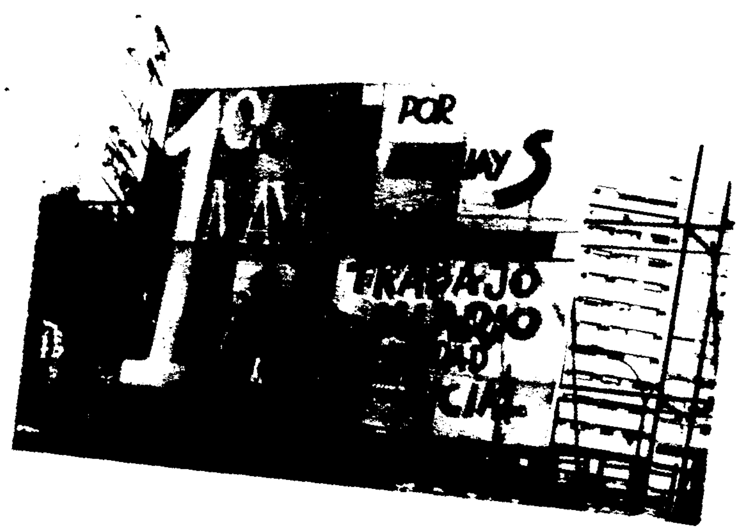




Idem









Elem. de seg.





044

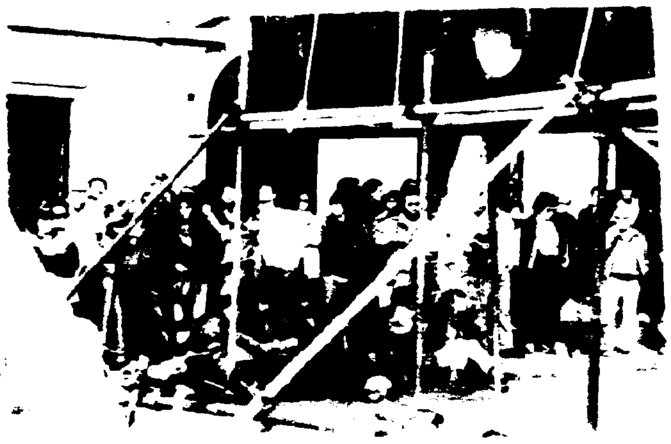
9203221













045

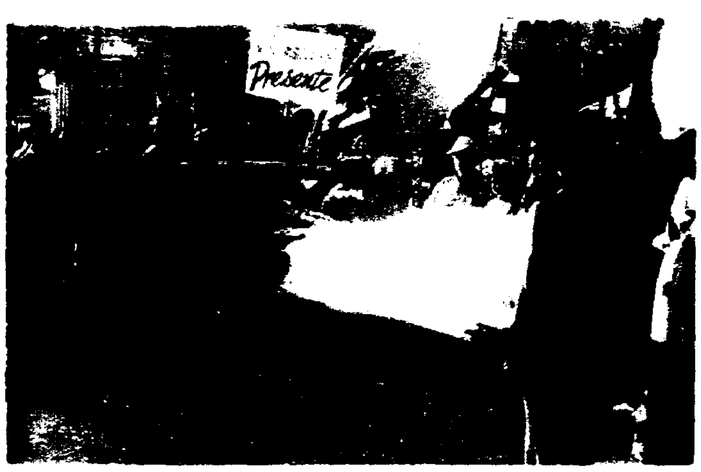
9203221



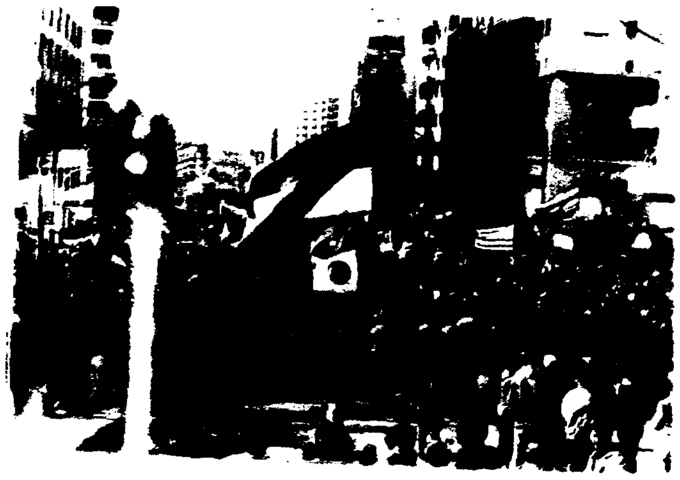

ENDA DIGNA






Presente









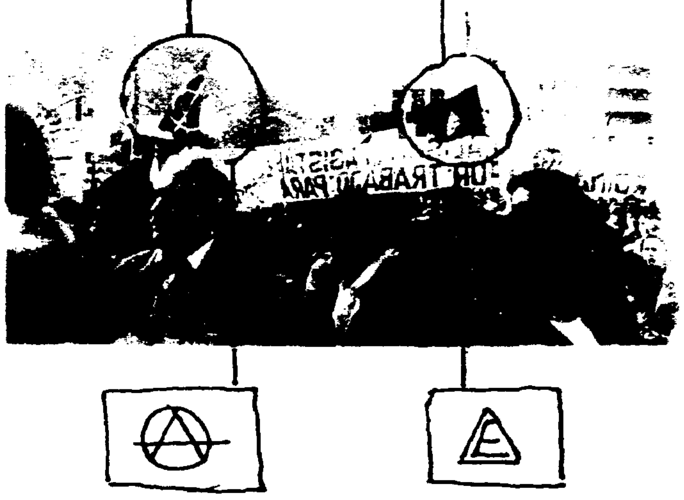

047

9203221

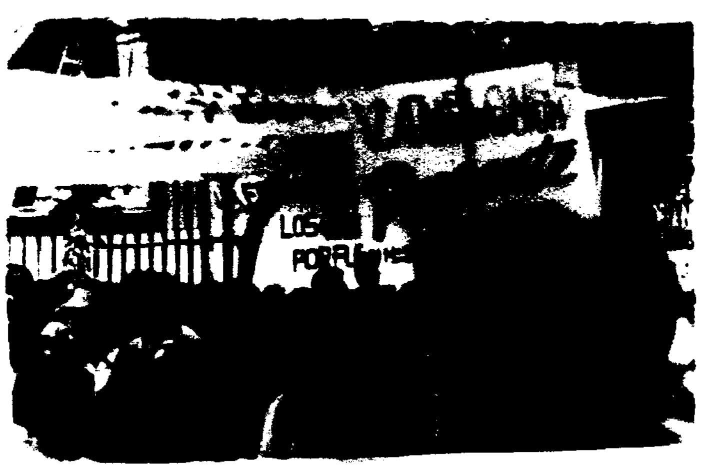




Banderas de grupos que reprobaron el discurso de Gustavo GONZALEZ (FUCVAM)



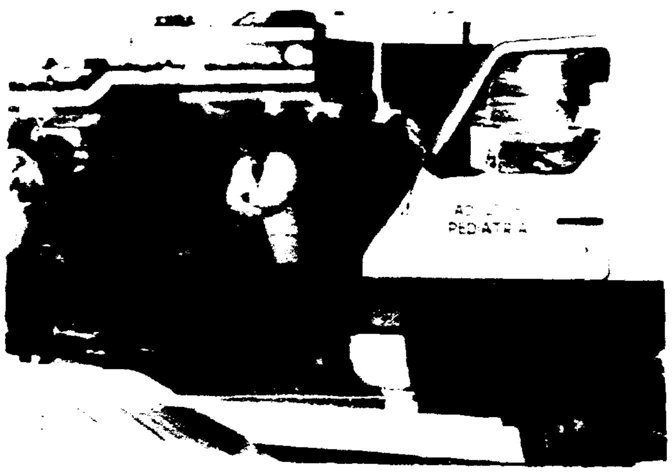

















Presente

Buenos Aires, sábado 1° de febrero de 1992 ★ CLARIN

CONFLICTOS SINDICALES

LOS CHOFERES NO ACATARON LA INTIMACION OFICIAL

Larga distancia: demoras en todo el fin de semana

Demoras de hasta siete horas en los micros de larga distancia se registraron ayer, como consecuencia del trabajo a reglamento que aplican los choferes. El gremio desoyó la intimación que hizo el Ministerio de Trabajo, después de fracasar largas negociaciones con los empresarios. Los inconvenientes continuarán todo el fin de semana y el lunes volverán a reunirse las partes.

El Gobierno intimó anoche a los choferes y a los empresarios de larga distancia a normalizar hoy los servicios, que registraron ayer demoras de hasta siete horas, luego que fracasó ayer una larga ronda de negociaciones convocada por el Ministerio de Trabajo.

Pese a esa advertencia oficial, que incluye la posibilidad de pedir la suspensión de la personería gremial de la Unión Tranviarios Automotor (UTA), **los conductores ratificaron que seguirán trabajando a reglamento hasta, por lo menos, el lunes**, lo que ocasiona serios inconvenientes a miles de usuarios en todo el país.

"Se pudrió todo" dijo sin eufemismos el dirigente de la UTA **Ricardo Cheik Alí** al abandonar la reunión por considerar **"deshonesta"** la propuesta del Ministerio de otorgar un aumento progresivo desde **enero hasta agosto**, que representará un **total del 14 por ciento**. El gremio había pedido el 20 para el trimestre octubre-diciembre y los empresarios ofrecido solo el 6 por ciento.

En conclusión, **durante este fin de semana [illegible] los choferes [illegible] francos en su lugar de residencia y descansando 12 horas después de cada viaje, lo que se denomina "trabajo a reglamento".**

En un intento por paliar los inconvenientes que la medida causa a miles de personas en las principales terminales de ómnibus, Ferrocarriles Argentinos reforzó sus servicios en los recorridos de mayor demanda. Así se habilitaron unos mil lugares más en las formaciones que viajan a Mar del Plata, Córdoba, Mendoza, San Juan y Santa Fe.

Luego de casi cuatro horas de negociaciones en la flamante sede del Ministerio de Trabajo, y ante la posición inflexible de ambas partes, **se fijó una nueva audiencia de conciliación para la UTA y la Federación Argentina del Autotransporte Automotor de Pasajeros (FATAP) para el lunes, a las 15 horas.**

Durante la reunión la UTA rechazó una extensa propuesta del subsecretario de Relaciones Laborales, **Anselmo Riva**, de aumentar el salario básico del chofer de larga distancia y que la FATAP se comprometiera a estudiar la iniciativa.

La resolución difundida por la cartera laboral tras el encuentro intima a ambas entidades a normalizar la prestación del servicio "para que el mismo sea prestado **en la forma y modalidad en que es normal y habitual**".

Amenaza con declarar ilegal "cualquier medida de acción directa que se materialice", en alusión al trabajo a reglamento, y a pedir a la Justicia el retiro de la personería gremial de la UTA en el marco de la ley que limita el derecho de huelga.

Esta posición —que provocó malestar en los sindicalistas— significa un cambio en la actitud del Gobierno ya que el mismo Riva había declarado ayer que no se podía intimar a la UTA desde el punto de vista legal, porque el trabajo a reglamento no constituye una medida de acción directa.

La cartera laboral también hizo público un proyecto de acta de compromiso en el que se proponen una serie de medidas:

—Eliminar "en forma sustantiva las tareas (de los choferes) vinculadas al expendio, cobranza y control de pasajes" en no menos de 90 días.

—Crear una carrera profesional para los conductores para jerarquizarlos en función de la antigüedad, la capacitación y el nivel de accidentes que hayan sufrido.

—Estructurar carriles y calles de uso prioritario para colectivos en el marco de una mejora de las condiciones de tránsito en las grandes ciudades.

Como broche de la amenaza oficial el secretario de Transporte, [illegible], volvió a amenazar con acelerar los estudios para desregular el transporte público, lo que significa un peligro para los actuales empresarios, que tienen una ventaja en la exclusividad de las concesiones que obtienen para dar sus servicios.



Eduardo Longoni

En la terminal de micros de *Mar del Plata*, los pasajeros soportaron ayer largas horas de espera para viajar. Una consecuencia del trabajo a reglamento de los choferes.

Panorama educativo

Los alumnos pobres de la Capital

Con la nueva renovación del gabinete del intendente Carlos Grosso, el secretario de Educación, Osvaldo Devries, pasó a ser uno de los dos únicos sobrevivientes de todos los cambios realizados desde el inicio de la gestión peronista. Devries inicia su tercer año coincidiendo este ciclo lectivo con el traspaso de escuelas de la Nación.

Devries, de profesión psicólogo, que hasta hace un año se identificaba en el peronismo porteño con la agrupación Encuentro, desde que ganó la interna en el Consejo de Profesionales Peronistas desembarcó primero en la conducción de la escuelas primarias porteñas, luego sumó el área de Cultura y ahora con su equipo se las tendrá que ver también con los colegios secundarios.

Primero con Ana [illegible] y después con [illegible] como subsecretario de Educación, la [illegible] educativa municipal [illegible] cas jurisdicciones, tuvo la ventaja de efectuar una transición ordenada, al suceder a la administración radical que manejó las escuelas entre 1984 y mediados del '89. Una de las pruebas de ese traspaso prolijo la da la permanencia de directores nombrados [illegible].

En la Capital, donde vive la mayor parte de la población con alto poder [illegible] la [illegible] de que una buena parte de los alumnos primarios, además de aprender a leer y escribir, va a la escuela porque le dan la comida.

La asistencia para hogares carecientes incluye un duro muestrario en las zonas más pobres y en los límites de la Capital, donde las escuelas porteñas tienen una buena cantidad [illegible] La [illegible] en el primer grado, donde el fracaso muchas veces se convierte en el abandono de la escuela. Siguiendo la experiencia del año anterior, en el próximo ciclo lectivo [illegible] parejas de maestros en los grados donde hay mayor número de [illegible].

Es que el docente de las escuelas porteñas, en menor medida que en el conurbano y que en las provincias más pobres, también enfrenta el llamado fracaso escolar cuando los chicos provienen de hogares desestructurados: la mayoría no cursa regularmente y, al no tener estímulos en su casa, rara vez consigue valorar a la escuela y al maestro.

Este delicado fenómeno, concentrado fundamentalmente en la escuela pública, ahora en la misma proporción quedará bajo la órbita comunal con el traspaso de 98 colegios secundarios.

Entretanto, algunos movimientos obligados que deberán dar las futuras escuelas municipales ya tienen nombre y apellido con la designación de la nueva directora de enseñanza secundaria, Inés Aguerrondo.

La funcionaria, que venía de desempeñarse en la cartera del ministro Antonio Salonia, es considerada una importante adquisición en el distrito porteño, debido a sus numerosos trabajos de investigación sobre la enseñanza en el secundario.

Otro probable nuevo funcionario de la Secretaría de Educación es Ignacio Hernaiz, actual director [illegible] Colegio Siglo XXI y ex [illegible] enseñanza media en el Palacio Sarmiento. Hernaiz tendría a su cargo la conducción de las escuelas [illegible]

[illegible] mo que los [illegible] ce pensar que habrá por lo menos [illegible] instancias para la transferencia [illegible] primero que abarcará la [illegible] pedagógico, y la siguiente [illegible] asuntos administrativos.

Aunque no es letra firme [illegible]

[illegible] tan sortear un primer [illegible] confusión sobre sus status, cuando [illegible]

El [illegible] primer encuentro del [illegible] y 21. Allí, se [illegible] para las autoridades [illegible] aprobaron la reimplantación del régimen de evaluación por [illegible] plazos perentorios, para aceptarlo o dejarlo.

Los ministros creen que [illegible] hay consenso para dejar el [illegible] diseño de los objetivos alcanzados [illegible] clave es el debate que quedó en el camino.

Cerca del ministro Salonia no [illegible] inquietan; simplemente argumentan que si el cambio tiene consenso para qué alargar algo que es de inmediata aplicación.

Otro tema que dará tela para cortar es el futuro vencimiento del impuesto destinado a los sueldos de los maestros. En marzo del año pasado, fue el conejo de la galera que sacaron en Economía para que empiecen las clases. Este año, si no se llega a renovar, es probable que hasta las escuelas municipales que pagan el plus con su recaudación, también se encuentren frente a una protesta desde el comienzo del ciclo escolar.



[illegible] Buenos Aires.

Eduardo Zukerníl

Pedido sindical a la OIT.
150024
13/2/92
10033
11165
500854

ENTRADO ... 28.
CRUZADO ... 29

Pedido sindical a la OIT

Clarín 13/2/92

El sindicalismo peronista agrupado en la Comisión del Movimiento Obrero reiteró ayer frente a los miembros de una misión de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), sus reparos a los proyectos que auspicia el Gobierno para reformar las leyes de asociaciones sindicales y de paritarias. Los expertos internacionales fueron convocados por el Gobierno para adecuar sus reformas a las normas internacionales.

- **Las preocupaciones**

Según Oscar Hernández —uno de los técnicos de la comisión de la OIT—, las inquietudes de los dirigentes sindicales serán tenidas en cuenta por ese organismo internacional a la hora de presentar su informe —previsto para mañana— a las autoridades del Ministerio de Trabajo. Con la reforma sindical, el Gobierno se propone producir cambios profundos en las estructuras gremiales. La negociación articulada, en cambio, es la principal variante [illegible] para la ley de paritarias.

"Gracias a ellos [illegible] enterarnos de [illegible] proyectos que el Gobierno [illegible] y [illegible] nuestros [illegible]", [illegible] el mercantil [illegible] tras la reunión con la [illegible] la OIT.

01-01.

9203224

Judiciales insisten con el aumento y estudian otro paro.
1500?4
13 12 92
10033
1116 5
500854

ENTRADO
CRUZADO

Buenos Aires, jueves 13 de febrero de 1992 ★ CLARIN

Los judiciales insisten con el aumento y estudian otro paro

La Unión de Empleados de la Justicia Nacional (UEJN) exhortó a la Corte Suprema a utilizar las facultades que le confiere la Ley de Autarquía y conceder los aumentos salariales que, desde mediados del año pasado, reclaman sin éxito sus afiliados.

En cambio, y tras un arduo debate de los delegados reunidos en plenario, el gremio resolvió esperar diez días más para adoptar medidas de fuerza y, si no tiene éxito su reclamo, realizar una jornada nacional de protesta el próximo martes 25.

Ambas decisiones son producto de la respuesta que anteayer dio a UEJN el presidente de la Corte Suprema, Ricardo Levene, como cabeza del Poder Judicial. Levene dijo a las autoridades de UEJN que en una reunión previa con el ministro de Economía, Domingo Cavallo, y ante el titular de Justicia, León Arslanián, Cavallo dijo que no habría aumentos salariales en la administración pública durante el primer trimestre de este año.

A la luz de lo dicho por Cavallo y de las dos decisiones que adoptó el gremio que nuclea a los empleados de la Justicia, la Corte en conjunto deberá ahora adoptar una decisión. No se trata sólo de hacer coincidir la política salarial con el plan Cavallo, sino también de la falta de recursos de la que adolece la Justicia.

En efecto, en 1991 el Poder Judicial recibió una participación menor del presupuesto nacional, a pesar de haberse [illegible] en enero de ese año la Ley de Autarquía Judicial. La ley fue dictada teóricamente para satisfacer las necesidades de la Justicia y para que ésta se pudiera manejar en forma autónoma.

♦ "No hace falta un aumento"

Levene pidió a Cavallo un aumento en la alícuota presupuestaria, para atender los reclamos de los empleados y solventar los servicios que presta la Justicia. La respuesta del ministro, según fuentes judiciales, fue que no había necesidad de ese aumento, porque se espera que la recaudación impositiva "se eleve geométricamente".

En setiembre pasado, una acordada de la Corte aumentó los sueldos de los empleados judiciales en un 25 por ciento. Pero el 3 de octubre debió anular esa acordada, después de que el Poder Ejecutivo anunció que no se le concederían los fondos necesarios.

La UEJN reclama ahora ese aumento no efectivizado y protesta por su anulación que sólo afectó a los empleados judiciales, ya que los jueces y funcionarios recibieron aumentos de entre 1.500 y 3.000 dólares.

01_01

9203225

Como si fueran un gremio, los policías también hacen huelgas

[illegible] durante los últimos seis años las instituciones policiales de todo el país realizaron 119 medidas de fuerza de distinto tipo; el año último se registró una sensible merma.

Como si se tratara de un sindicato o de cualquier otra agremiación, se acentuaron en los últimos años en nuestro país las medidas de fuerza llevadas adelante por la policía, de acuerdo con un trabajo elaborado por una institución privada.

Durante los últimos seis años se registraron en la Argentina 119 medidas de fuerza por parte de las policías de la Capital Federal y provinciales, según lo revela un trabajo elaborado por el Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría.

El estudio, que abarca desde el 1° de enero de 1986 hasta la misma fecha de este año, sostiene que en un 88,7 % de los casos el motivo de los reclamos fue por mejoras salariales y que el resto obedeció a cuestionamientos de otro tipo (por ejemplo, el relevamiento de jefes policiales).

Las provincias de Tucumán y Buenos Aires marchan a la cabeza de la estadística y entre ellas dos agrupan un 42 por ciento de las medidas de fuerza policiales, con 26 y 24 en cada caso, respectivamente.

Según el estudio, en 1986 se realizaron 19 medidas de fuerza policiales, 10 de las cuales fueron expresiones de malestar que se hicieron públicas, cinco autoacuartelamientos, dos llegaron a ser motines y dos fueron huelgas de hambre.

En 1987 hubo siete expresiones de malestar, ocho autoacuartelamientos y tres motines. Al año siguiente se registraron cuatro expresiones de malestar, [illegible] autoacuartelamientos [illegible]. En [illegible] se [illegible] 21 expresiones de malestar, un autoacuartelamiento y un motín. 1990 fue el año "récord" con 16 expresiones de malestar, 12 autoacuartelamientos y una huelga de hambre.

El año último se convirtió en "el más tranquilo" de los seis, ya que sólo hubo ocho expresiones de malestar, tres autoacuartelamientos y un motín.

"En síntesis, de las 119 medidas de fuerza policiales realizadas en los últimos 6 años, el 24,4 % tuvo lugar en 1990, mientras que nada más que el 10,1 % del total fue en 1991, mostrando así el fenómeno una tendencia decreciente", afirma el trabajo.



El [illegible] inspector Mario Ferreyra, [illegible] como el "[illegible]", lideró el levantamiento de la policía tucumana, en marzo de 1990

Luego de Tucumán y Buenos Aires siguen en el ordenamiento la Capital Federal con nueve medidas de fuerza policiales, Santa Fe con ocho, Salta con seis, Santiago del Estero, Chubut y Córdoba, con cinco; Santa Cruz y San Juan con cuatro; Neuquén, Mendoza y Río Negro con tres; Catamarca, San Luis, Chaco y La Pampa con dos y sólo una en Tierra del Fuego, Entre Ríos, Corrientes, Formosa, La Rioja y Jujuy. Misiones constituyó la excepción, ya que fue la única provincia donde no se registraron medidas de fuerza policiales.

Conclusiones

Las conclusiones del estudio señalan:

- Las medidas de fuerza policiales han constituido un fenómeno relevante en los últimos años.
- Pese a ello, 1991 muestra un descenso importante, ya que durante el año pasado se registró la menor cantidad anual de las [illegible] [illegible] de [illegible] [illegible] la conflictividad que [illegible] tró en las policías en los [illegible] años.
- La causa predominante de estas medidas de fuerza ha sido el reclamo salarial, lo cual demuestra que estas protestas se vinculan con la política de ajuste del Estado.
- Si bien en casi todas la provincias hubo medidas de este tipo, Tucumán y Buenos Aires concentran por sí solas el 42 % de las 119 huelgas policiales registradas en el período.

Raúl Amín (CGT-San Martín) declara ante Juez Federal de San Juan.

PROC. 150024
FE. 19/2/92
VI. 10033
11165
500854

ENTRADO ...
CRUZADO ...

Amín declararía hoy en San Juan

El juez federal de San Juan, **Julio Correa**, dijo tener la "**impresión**" de que **Raúl Amín, titular de la CGT-San Martín**, responderá hoy a **su citación y se presentará** a declarar en su juzgado por una causa que supuestamente lo implica en una compra de un aparato de hemodinamia realizado por la **Asociación de Obras Sociales (ADOS)** de esta provincia.

Al mismo tiempo el magistrado negó que el procesamiento de Amín responda a una campaña orquestada por el sector [illegible] del gobierno nacional, representado por el ministro del Interior **José Luis Manzano** y el secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bau[illegible]**, según lo denunciara el dirigente gastronómico **Luis Barrionuevo**.

El juez Correa aclaró que "se reunieron en forma muy dificultosa elementos suficientes para proceder a las detenciones y los llamados a declaración indagatoria. Esto desmiente que haya una campaña concreta en este momento", remarcó el magistrado.

En la tarde de ayer, Correa se reunió con los abogados del secretario general del gremio médico, **Manuel Borges y Héctor Jalife**.

El secretario general de la CGT-San Martín, será interrogado debido a una compra realizada por ADOS a **Medicina Integral Asociada**, de un aparato de hemodinamia por un total de 165 mil dólares, realizado con un subsidio del ANSSAL (administración Nacional del Seguro de Salud) cuando Raúl Amín era director del mismo.

El juez federal de San Juan excarceló ayer a [illegible] detenidos, pertenecientes todos ellos a la cúpula de la obra social intervenida. Pero debieron pagar fianzas que van de los 15.000 a los 40.000 dólares y siguen afectados a la causa.

Correa también indagó ayer al comerciante [illegible] Bernazza, quien fue detenido en Buenos Aires y trasladado a San Juan. Bernazza es el titular de la firma Medicina Integral Asociada, que tiene sede en un departamento de la avenida Callao al [illegible]00 de la Capital Federal.

Según fuentes del juzgado "existen indicios de que esa empresa fue creada al solo efecto de cobrar este tipo de subsidios del ANSSAL". Pero esta compra de instrumental médico es apenas una de las numerosas irregularidades que investiga el juzgado y que elevarían la defraudación a ADOS en 5 millones de dólares.

01-01 9203227

Proyecto de ley para cambiar sistema de salud en el país.

1500247

22/2/92

10033

11165

13101

FNT ... P8

CPLE ... P8

ARAOZ ENTREGO EL PROYECTO DEL GOBIERNO A LOS GREMIOS, QUE INCLUYE LA LIBRE

Cada trabajador podrá obra social y deberá pagar

El Gobierno se apresta a enviar al Congreso un proyecto de ley que cambia de raíz el sistema de salud en el país, estableciendo la libre afiliación. Dispone el control y centralización de los fondos y crea una cuota de aproximadamente 20 dólares que deberán aportar solidariamente los trabajadores. El ministro de Salud y Acción Social, Julio Aráoz, entregó ayer el proyecto a representantes sindicales quienes estrechan filas para resistirlo, en desacuerdo con la libertad de afiliación y el control de los 3.200 millones de dólares que suma el gasto anual de las Obras Sociales.

El ministro de Salud y Acción Social, Julio César Aráoz, entregó ayer a una delegación de sindicalistas, el proyecto oficial que reformula el sistema de salud en la Argentina estableciendo la libre afiliación.

Los trabajadores tendrán un plazo de nueve meses para elegir la obra social que crean conveniente, si no les satisface en la que están ahora obligatoriamente afiliados. Deberán, en cambio, esperar 18 meses si quieren optar por un prestador privado.

Esta iniciativa de 8 capítulos, 77 artículos y un anexo, que explica en qué consistirá el régimen de atención médica básica, implica un cambio histórico fundamental que se aleja de las banderas tradicionalmente levantadas por el gremialismo y el Partido Justicialista.

En el encuentro con el ministro estuvieron presentes Oscar Lescano (Luz y Fuerza), Armando Cavalieri (Comercio), Aníbal Martínez (UOM), Pedro Goyeneche (Textiles), Lesio Romero (Carne) y Andrés Rodríguez (UPCN).

La presencia de estos dirigentes gremiales, verdaderos peso pesado y protagonistas de las negociaciones de unidad en marcha, indica con claridad la importancia [illegible] que el sindicalismo otorga al asunto.

Al término de la reunión, el mercantil Cavalieri —que ofició de vocero— manifestó su satisfacción porque esta vez "no se enteraron por los diarios de un proyecto que nos compete".

Llegó a decir que era "apenas un borrador" y ratificó el desacuerdo de todo el sindicalismo con la libre afiliación y con el control por parte del Estado de los fondos de las obras sociales, los aportes [illegible] y los subsidios familiares, en el Sistema Unificado de Seguridad Social (véase aparte) (SUSS).

El 29 de octubre Aráoz finalizó su actuación como interventor federal en Tucumán. A los pocos días, ya se sabía que iba a ser el próximo ministro de Salud y Acción Social en diciembre o en marzo. Pero la intransigencia de Avelino Porto precipitó la mudanza.

Antes de su viaje a Europa, Aráoz encargó a dos de sus colaboradores, Horacio Esber —actual secretario general— y Diego García, que coordinaran a un equipo técnico para redactar un proyecto que "modificara de cuajo" el sistema de salud del país.

El proyecto estuvo listo a fines de enero y fue discutido en una larga reunión de gabinete. Entonces el Presidente se inclinó por la vía del decreto para poner en vigencia la nueva normativa con el propósito de eludir las obvias presiones sindicales.

El [illegible] de este decreto circuló [illegible] oficiosa, pero los días fueron pasando, llegaron algunas críticas por la [illegible] en la redacción de algunos artículos y [illegible] Carlos Menem aceptó [illegible] que una [illegible] en el Congreso.

Conocida la decisión oficial de [illegible] libre afiliación, un grupo de diputados [illegible] por Fernando de la Rúa, se apresuraron a presentar, la semana pasada, un proyecto de ley —véase cuadro comparativo— que también propone la libre afiliación y que en algunos aspectos (por ejemplo, dispone que el empleador deposite directamente el aporte del 9 por ciento al prestador de salud que elija el trabajador) es más liberal que la iniciativa oficial.

01-02

920228

AFILIACION

elegir su 20 dólares

La Argentina gasta en salud un 8 por ciento de su Producto Bruto (alrededor de 8.000 millones de dólares), Estados Unidos del 12 al 13 por ciento, Inglaterra y Japón el 6,5 por ciento.

Japón e Inglaterra tienen mejores indicadores sanitarios que la Argentina, que "gasta mucho y mal", según la opinión de todos los expertos y "Estados Unidos es un ejemplo que demuestra que en salud, la libertad de mercado no es eficiente porque una parte de su población no tiene buena cobertura".

De los aproximadamente 8.000 millones de dólares que se lleva la salud en el país, el 40 por ciento es gasto de las obras sociales (3.200 millones), otro 40 por ciento los gasta directamente el Estado y el 20 restante es gasto privado.

Con la libertad de afiliación se ponen en juego 3.200 millones de dólares que controlaban los sindicatos, la "caja", como sin eufemismos la calificó el titular del gremio de la carne, Lesio Romero. En el Ministerio de Salud afirman que solo el 30 por ciento de esos 3.200 millones de dólares se destina a salud. El resto va a turismo y a enormes gastos burocráticos.

Ventajas del cambio

- Aráoz y los funcionarios del área están convencidos de que la competencia mejorará la prestación de salud y que el control estatal de los fondos es imprescindible.
- Elogian la solidaridad del sistema vía el CUPAM, la cuota que socializa los aportes: los que más ganan aportan solidariamente para que los del menor salario también aporten alrededor de 20 dólares.
- Los fondos los va a manejar el Banco Nación.

Pero abundan también los interrogantes: por ejemplo, la nueva burocracia que se creará para controlar la desregulación; la suerte del hospital público, obligado a competir, pese a que debe hacerse cargo de la atención de los millones de marginados, y las dificultades objetivas que sobrevendrían para hacer efectiva [illegible] elección para que no se transformen [illegible] mediación, desnaturalizando la reforma.

LOS CAMBIOS QUE SE PROPONEN

	Sistema actual	Proyecto del Gobierno	Proyecto De la Rúa
Ambito de aplicación	Administración Nacional del Seguro de Salud (ANSSAL)	Organización Solidaria de Atención Médica (OSAM)	Sistema Libre y Solidario de Salud (SILSS)
Organo de control	ANSSAL	Secretaría de Coordinación y Administración de Salud	Controladuría nacional de prestaciones sociales
Beneficiarios	Trabajadores públicos y privados, INPS, autónomos Titulares por adhesión, grupo familiar primario. Jubilados: ley propia, PAMI autónomo	Idem PAMI, incluido al sistema	Idem PAMI autónomo
Prestadores	Hospital público Hospital privado Sanatorios, clínicas médicos privados	Idem	Idem
Afiliación	Es obligatoria desde la presidencia de Onganía (ley 18.610)	Libertad de afiliación	Libertad de afiliación
Régimen financiero	Aportes patronales del 6% para obras sociales, más el 5% para el PAMI. Se suma, además, el 3% del trabajador. En total cada trabajador aporta el 14% que el empleador deposita para Obras Sociales (9%) y para el PAMI (5%)	El aporte es igual, del 14%. Pero la ley crea el CUPAM, que es una cuota (alrededor de 20 dólares por afiliado), que aportan solidariamente todos los trabajadores. Recauda el SUSS (Sistema Unico de Seguridad Social) y hace un depósito mensual a los prestadores	El 9% se deposita [illegible] el prestador, [illegible] va al PAMI
Papel del hospital público	Se sostiene con aporte estatal. Es un prestador descentralizado	Habrá aporte estatal, pero se obligará al hospital a competir para la prestación de servicios	[illegible]
Régimen transitorio	El proyecto del Gobierno prevé un régimen de transición hasta alcanzar la libertad de afiliación, que tiene las siguientes características: las obras sociales podrán reagruparse en un plazo de [illegible] sus respectivos pasivos. Deben, además, racionalizarse. Los afiliados de las obras sociales [illegible] meses para optar por la obra social que crean conveniente. Pero recién después de 18 meses podrán [illegible] otra alternativa fuera del sistema de las obras sociales sindicales.		

02-02

9203228

JUBILACIONES

El régimen de jubilaciones se enfrenta a numerosas reformas. Cómo será el nuevo sistema de pagos. Cuánto cobrarán los mayores y los menores de 45 años. Aún hay cosas sin resolver: sigue el debate por los aportes ya efectuados.

La reforma que viene

El debate abierto por las declaraciones del secretario Schulthess en el Congreso sobre la reforma previsional, aceleró los tiempos de esta iniciativa, que se encontraba empantanada en el Ministerio de Trabajo.

El proyecto contempla un cambio drástico en el sistema de seguridad social, que dejará de ser oficial para transformarse en un sistema mixto.

Según este esquema, que se elabora ahora a toda máquina, el Estado garantizará a los que hoy tienen menos de 45 años solo un haber jubilatorio mínimo (se hablaba de 125 pesos) para el momento en que se integren a la clase pasiva. Ese haber será idéntico para todos, independientemente de cuánto se haya aportado; el Estado asegurará lo mismo a un trabajador que aportó 100 que a aquel que aportó 10.

Por lo que se sabe hasta ahora, de lo retenido a los asalariados menores de 45 años, se computará solo el tiempo aportado a los efectos de determinar el momento en que puedan acceder a la jubilación (es decir que continuará manteniéndose la exigencia de haber aportado durante 30 años). Pero de sumas pagadas en el pasado, todo parece indicar que serán tratadas como un impuesto no coparticipable, dado el elevado costo fiscal que significaría su acreditación a los trabajadores con relación de dependencia.

♦ Tratamiento opuesto

El tratamiento que se dispone dar el Gobierno a los aportantes argentinos es diametralmente opuesto al instrumentado en Chile (ver recuadro), donde se pasó de un régimen jubilatorio oficial a otro mixto (en parte oficial, en parte privado). De aplicarse ese procedimiento de reconocimiento de sumas aportadas, el diálogo que estaría teniendo el Gobierno sería el siguiente:

Voz oficial: —¿Cuánto tiempo aportó a las cajas argentinas?

Respuesta posible: —Diez años.

Voz: —¿Cuánto tiempo le falta para recibir el 82% móvil?

Rp.: —Veinte años.

Voz: —Entonces a usted, que aportó solo una tercera parte del tiempo necesario para jubilarse con el régimen actual, le corresponde un bono ajustable con tasas de mercado que se acreditará en su cuenta jubilatoria, por el equivalente al 33% de lo que cobraría con el sistema oficial actual.

El Gobierno planea algo distinto: tratar los aportes realizados por los trabajadores menores de 45 años como si fuera un impuesto no coparticipable. Y, en lugar de reconocerles la deuda por el sistema al que aportaron (82% móvil) se les otorgará una jubilación pública mínima cuyo monto se desconoce, pero que inicialmente había sido establecida en 125 pesos.

Solo los trabajadores con 45 años cumplidos, si lo desean, quedarán comprendidos en el sistema de jubilación exclusivamente oficial, que legalmente le asigna el 75% o el 82% móvil.

♦ El nuevo sistema

El sistema oficial de jubilaciones que analiza el Ministerio de Trabajo es mixto. Es decir, que una parte mínima de las jubilaciones será cubierta por el Gobierno con fondos del IEPE, y otra parte será pagada por empresas privadas. Este régimen será obligatorio para la mayoría de los trabajadores con relación de dependencia que al momento de la sanción de la ley tengan menos de 45 años de edad.

Los mayores de 45 años podrán optar entre ingresar en el nuevo régimen o mantenerse dentro del sistema actual, que les asigna el 75% o el 82% móvil, dependiendo de la edad de su retiro. Sus aportes serán depositados en cuentas del Estado, que los utilizará, junto con lo obtenido de la recaudación del IEPE, para pagar a los actuales y futuros jubilados del sistema oficial.

Los trabajadores de entre 18 y 44 años, en cambio, no tendrán opción alguna. Deberán ingresar obligatoriamente en el nuevo régimen mixto, basado en dos cosas: el beneficio mínimo público y un beneficio privado.

Todos sus aportes, del 11% de sus haberes futuros, irán a parar a empresas privadas. Una parte (mínima) irá a parar a compañías de seguros para contratarle un seguro por invalidez y otro por muerte del trabajador. Otra parte (entre el 1% y el 2,5%) de sus aportes estará destinada a pagarles comisiones a las empresas Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones (AFJP). Finalmente el resto, es decir entre 8 a 9 pesos aportados por cada 11, irá a integrar un fondo que comenzará a recuperar en pagos jubilatorios a lo largo de su vida pasiva.

♦ Administración

El fondo conformado con los aportes realizados desde la sanción de la ley estará a nombre de cada trabajador en una AFJP privada. Esta administradora se encargará de sacarles el jugo a los pesos aportados, distribuyendo las utilidades obtenidas sobre las inversiones entre los aportantes. Esto quiere decir que la renta de los aportes guardados no será una tasa de interés común, sino que será la tasa de utilidad que obtengan las AFJP en distintas inversiones.

La elección de las AFJP será voluntaria para cada trabajador. Si no lo satisface, podrá pedir la transferencia de sus aportes realizados hasta el momento en que toma la decisión a otra AFJP, donde continuará aportando desde ese momento en adelante. Para elegir se piensa que habrá una decena de empresas, pero todavía no está decidido cuál será el criterio que dispondrá el Gobierno para que la oferta de empresas sea limitada.

Una vez que el aportante llegue a los 65 años, entonces podrá elegir entre dos op-

NUEVO REGIMEN OFICIAL DE JUB[illegible]

	DE 18 A 44 AÑOS	[illegible]
PERSONAS INCLUIDAS	✔ Todos los trabajadores que no cumplieron los 45 años al momento de la aprobación de la nueva ley. ✔ Aquellos que opten por salir del sistema actual.	✔ Todos los [illegible] tengan 45 años [illegible] al momento de [illegible] la ley.
BENEFICIOS BASICOS	✔ Beneficio público: tentativamente $ 125 ✔ Beneficio privado obligatorio: más fondos aportados dan [illegible] a una mayor [illegible]	✔ 75% - 82% móvil, [illegible] mejor [illegible] de los [illegible] tres años.
[illegible]	✔ Jubilación para [illegible] ✔ Seguros de retiro [illegible] optativos.	[illegible]
[illegible]	✔ Beneficio público [illegible] ✔ Beneficio privado: aportes menos [illegible] de AFJP (*).	[illegible]
[illegible] JUBILARSE	✔ 30 años de apo[illegible]	[illegible]

CLARIN ★ Buenos Aires, sábado 22 de febrero de 1992

LOS GREMIOS PLANTEAN RECLAMOS SALARIALES Y SANITARIOS

Los ministros de Educación ratifican el calendario escolar

Los ministros y secretarios de Educación de todo el país ratificaron que las clases se iniciarán en las fechas previstas por cada provincia y resolvieron convertir a las escuelas en centros de prevención y detección del cólera.

El Consejo Federal de Cultura y Educación priorizó el tema sanitario durante el encuentro que concluyó ayer en el Palacio Pizzurno, estableciendo como única justificación para postergar el comienzo del ciclo lectivo la recomendación de las autoridades sanitarias, en coordinación con las educativas, en las regiones más afectadas por el brote de cólera.

Al mismo tiempo el tema era eje del plenario de secretarios generales de la CTERA, presidido por su titular, Mary Sánchez. Los dirigentes de la principal entidad docente exigieron a las autoridades que se mejoren las condiciones de las escuelas, al denunciar que muchas de ellas carecen de los servicios más elementales y podrían generar focos de transmisión del cólera u otras enfermedades "sobre todo en las zonas de riesgo, como Formosa, Salta, Jujuy y Chaco", según indicaron en un comunicado.

Previendo la posibilidad de afrontar conflictos gremiales, el ministro de Educación, Antonio Salonia, exhortó a los docentes a "no frustrar con sus huelgas este momento de transformación de la educación argentina", luego de ser reelecto como presidente del Consejo Federal.

La vicepresidencia del organismo pasó a manos de la ministra riojana Lilian Minno de Mercado, mientras que su par rionegrino Roberto Bulli ocupará la secretaría del Consejo. Las vocalías correspondieron a Margarita Ferré de Bartol, de San Juan; Orlando Aguirre, de Formosa, y Osvaldo Devries, de Capital Federal.

La elección del funcionario porteño, avalada por otros dos representantes de la zona centro del Consejo, los ministros de Santa Fe y Córdoba, generó la protesta de la directora de Escuelas bonaerense, Susana Farías de Castro, que pretendía el puesto. Protagonista de un duro enfrentamiento con los gremios de su provincia, Farías de Castro evitó ser interpelada por la Cámara de Diputados, ya que la mayoría justicialista votó el rechazo del proyecto presentado por el bloque radical.

El Consejo Federal formó una comisión que unificará los aspectos básicos de los programas de estudio en todo el país y analizó la marcha de la transferencia de los colegios nacionales —en su mayoría de nivel secundario— a las provincias. Después de confirmarse el traspaso en San Juan y la Capital Federal, las gestiones se encuentran avanzadas en Neuquén y Mendoza.

Otras de las recomendaciones aludieron a la necesidad de impulsar la capacitación y perfeccionamiento de la carrera docente, como parte de las transformaciones que se intentan aplicar en la escuela secundaria.

Los gremialistas comprometieron la asistencia a clase de los maestros en las provincias afectadas por el brote de cólera y advirtieron que por la situación salarial podrían adoptar medidas de fuerza en las [illegible]. La decisión quedó en manos del congreso nacional, que se reunirá el 5 de marzo en ATE. [illegible] impulsan el no inicio en la enseñanza secundaria.

Mañana, la Comisión del Movimiento Obrero citará a un congreso para el 26 de marzo en Parque Norte

SF. 24/12/92

La CGT convoca a una unidad que a sus afiliados no les interesa

Escribe Edgar Mainhard

¿A quién le importa hoy día el sindicalismo, las CGT y las 62 Organizaciones Peronistas? A casi nadie. Y son los propios gremialistas los responsables de su ocaso político-social. **Aceptaron, como canje, el perder representatividad a cambio de mantener sus privilegios individuales.** Resultado: no pueden convocar a una huelga multitudinaria, no consiguen movilizar a las masas de afiliados (ésa era su "**capacidad de fuego**") y desprestigiados y circunscriptos a sus plenarios de dirigentes —donde sueñan con pasados días de gloria—, **no saben cómo explicar que el Carlos Menem que hicieron presidente es el Carlos Menem que puede aniquilarlos.**

Este martes, la Comisión del Movimiento Obrero convocará al congreso de unidad de la CGT previsto para el 26 de marzo en el complejo deportivo Parque Norte que pertenece al gremio de los mercantiles, para elegir una conducción colegiada de coordinación rotativa. **Los sindicalistas interpretan que la recuperación de su rol político y de su poder social pasa por la unidad de acción. No perciben que su problema es que son generales sin ejército, que pueden recuperar protagonismo sólo si al plan económico le va muy mal y esto a sus propios afiliados no les interesa.** Pero, lo peor, las encuestas de opinión revelan que sus **afiliados son los que quieren libertad de elección de las obras sociales y son los que opinan que los sindicalistas no son administradores confiables de los recursos para asistencia médica.** En síntesis: lo que los sindicalistas deben intentar es recuperar prestigio frente a los suyos y el resto de la sociedad pero eso no pasa ya por una unidad de acción.


Luis Barrionuevo

- **Renovación**

Si los sindicalistas tuvieran devoción a la labor que realizan más allá de roles personales, es decir, si a los dirigentes gremiales realmente les importara la defensa de los derechos y condiciones de empleo de los trabajadores, estarían impulsando una sustitución de personajes, un relevo de hombres. Estarían dando un paso al costado en defensa de la corporación a la que todavía pertenecen. La dirigencia sindical necesita renovar sus ideas y 1992, con elecciones en casi todos los gremios, sería ideal para ello. Pero todo lo contrario: **se aferran a un modelo sindical que no tiene chance, es repudiado socialmente aun cuando muchas veces ese repudio no sea totalmente justo.**

La sociedad no percibe si Luis Barrionuevo fue víctima de una campaña de prensa "celeste" o no. Sabe que hace ostentación de su poder y que dijo, con excesiva sinceridad o una impunidad provocadora, que en la Argentina no se hace dinero trabajando. **Es imposible determinar si el Ministerio de Trabajo está interesado en procesar a Raúl** **Amín como es** [illegible] **ANSSAL, ahora que** [illegible] **discutir la nueva ley de** [illegible] **Sociales. Lo único que** [illegible] **be es que está siendo** [illegible] **gado por supuestas irreg**[illegible] **dades en la administració**[illegible] **las obras sociales, que** [illegible] **sospechan que es mal** [illegible] **do por los sindicalistas.** [illegible] **co sirve que Lorenzo M**[illegible]

Cont. en pág.

01-01

9203231

El nuevo sistema de salud.
150027
10/2/92
10033
11165
13101

Buenos Aires, lunes 10 de febrero de 1992, Ámbito Financiero

PROFUNDIZA EL GOBIERNO LA OFENSIVA CONTRA [illegible]

El gobierno profundizará esta semana su ofensiva contra los sindicalistas iniciada a comienzos de año. Hoy llegan al país técnicos de la OIT que revisarán los borradores de los proyectos de Asociaciones Profesionales y Negociación Colectiva, que modifican la vetusta legislación actual que protege a la burocracia sindical. Inesperadamente Obras Sociales recibe ahora críticas de los empresarios.

Obras Sociales: surgen dudas con el proyecto

Escribe
Fabián Doman

Inesperadamente cuando la mayoría de los promotores del anteproyecto de reforma de las Obras Sociales, dirigidos por **Julio César Aráoz** se encuentra en Salta por el cólera **empiezan a llover demasiadas críticas contra los primeros borradores que se conocen. Que las condenas surjan del sindicalismo no sólo está previsto, sino que hasta fue recibido con algarabía dentro del gobierno menemista, que disfruta de contar entre sus enemigos a un gremialismo revoltoso y de formas antiguas. Lo que no se esperaban es que los empresarios y distintas obras sociales** (especialmente las de nivel jerárquico) **hayan iniciado un preocupante alerta rojo sobre algunos aspectos del proyecto, que podrían tornar**



Julio César Aráoz

impracticable el nuevo esquema de salud y además provocaría un aumento en los costos laborales.

La semana pasada la discusión de las Obras Sociales estuvo enmarcada en el plano politicc. En el enfrentamiento con los sindicalistas al quejarse de que "**nos quieren meter la mano en la caja**", aquéllos no hicieron otra cosa que plantear públicamente el nada oculto objetivo del gobierno, **colocó en el centro del debate la cuestión de la libre afiliación. El gobierno a favor, los sindicalistas en contra.**

• Remedio

El otro tema que aún no está definido es si **finalmente la revolución del sistema de las Obras Sociales será por decreto o se enviará al Congreso.** Durante el fin de semana parece haber quedado en claro que el gobierno interpreta el envío del proyecto al Parlamento (hecho que no se ha producido todavía) como el punto de partida para un tiempo de espera. Si pasado ese lapso (**¿un mes, dos meses?**) **no hay novedades legislativas, el decreto será el remedio que alivie las urgencias de Carlos Menem.**

Así quedaron al margen las serias dudas que plantean los distintos borradores que deambulan por los escritorios oficiales y privados. El último viernes **Daniel Funes de Rioja**, el especialista laboral de la UIA, promovió una declaración de prensa de la entidad, en la que se plantean reservas sobre el proyecto. Para solucionarlas pidieron una reunión con **Domingo Cavallo y Julio César Aráoz** lo antes posible.

• Más críticas

A las críticas de la UIA se sumaron distintos cuestionamientos de algunas Obras Sociales del nivel jerárquico, que resultan seriamente dañadas por el proyecto. Y en el ambiente de la medicina, se pronostica que en los próximos días las principales empresas de medicina prepaga podrían sumarse a la ola de críticas que está empezando a despertar la iniciativa.

Las principales dudas que genera el proyecto, según los empresarios y las obras sociales de nivel gerencial (eliminando de esta lista a las conocidas y obvias críticas del sindicalismo y de sus respectivos aparatos médico-sociales) son:

01-02

EL NUEVO SISTEMA DE SAL[UD]

Remuneración mensual	360	500	750	1.000	1.500	2[illegible]	
Aporte a la obra social 9% inc. SAC.	35	49	73	97	146	195	
Capita $ 13 x Pers.							
Ej.: Matrimonio con 2 hijos							
Recibe	52	52	52	52	52	52	52
Gana / (Pierde)	17	3	(21)	(45)	(94)	(143)	(241)
% Remuneración	4,7%	0,6%	(2,8%)	(4,5%)	(6,3%)	(7,2%)	(8%)
Ej.: Matrimonio							
Recibe	26	26	26	26	26	26	26
Gana / (Pierde)	(9)	(23)	(47)	(71)	(120)	(169)	(267)
% Remuneración	(2,5%)	(4,7%)	(6,3%)	(7,1%)	(8%)	(8,5%)	(8,9%)
Ej.: Individual							
Recibe	13	13	13	13	13	13	13
Gana / (Pierde)	(22)	(36)	(60)	(84)	(133)	(182)	(280)
% Remuneración	(6%)	(7,2%)	(8%)	(8,4%)	(8,9%)	(9,1%)	(9,3%)
Capita $ 18 x Pers.							
Ej.: Matrimonio con 2 hijos	72	72	72	72	72	72	72
	37	23	1	(25)	(74)	(123)	(221)
	10%	4,6	0,1%	(2,5%)	(4,9%)	(6,2%)	(7,4%)
Ej.: Matrimonio	36	36	36	36	36	36	36
	1	(13)	(37)	(61)	(110)	(159)	(257)
	2,7	(2,6)	(4,9)	(6,1%)	(7,3%)	(8%)	(8,6%)
Ej.: Individual	18	18	18	18	18	18	18
	(17)	(31)	(55)	(79)	(128)	(177)	(275)
	(4,7%)	(6,2%)	(7,3%)	(7,9%)	(8,5%)	(8,9%)	(9,2%)

Fuente: Propia.

va cambiando según pasan los días. **Primero se dijo que era de 20 dólares por persona, después 22. Ahora deambula entre los 18 y 13 dólares.**

• La definición sobre esa tasa es clave: **el prestador elegido por cada trabajador recibirá tantos CUPAM como miembros del grupo familiar. Así de tratarse de un matrimonio con un hijo y la cuota resulta de 20 dólares, el prestador recibirá 60 dólares** (titular, cónyuge más hijo). **Y aquí viene el gran drama que altera por estas horas el sueño de los empresarios: cualquier empleado que gane mensualmente más de setecientos dólares perderá contra el sistema y la diferencia la deberá solucionar la empresa** (se supone). Es decir **aumento** del costo laboral.

• **¿Cómo surge el desfase?**: si se **aportan 63** dólares (9% de 700 **dólares**) y sólo se reintegran **desde el Estado** al prestador **elegido 60 dólares**, faltan **3 dólares**. En esta hipótesis **la diferencia** es despreciable, pero en casos de sueldos **más altos la cuestión** es realmente grave (**el ejemplo típico es el de un sueldo de 2000 dólares mensuales, que aporta 180 dólares al Estado recibiéndose a la obra social elegida sólo 60 dólares, que surgen de titular, cónyuge e hijo).**

• La eficiencia del Estado para recaudar también es puesta **en duda por los empresarios y toda la estructura actual de las** Obras Sociales. **Los sindicalistas agrandan las cifras y dicen que la ANSSAL recaudaría entre 250 y 300 millones de dólares. Sin embargo, desde el** Ministerio de Trabajo, este diario pudo saber **que el promedio de recaudación de la** ANSSAL **estuvo desde [illegible] del '91 a enero del '92 entre 125 millones de dólares mensuales y los 140, con algunos picos de 179 millones. Con todo este debate sobre la eficiencia en la recaudación tendrá un primer balance cuando en algunos meses se conozcan las primeras cifras de la caja de la actual SUSS.**

9203232

• **Es cierto que habrá libre elección del prestador** (ahora no la hay); **pero se mantiene la obligatoriedad de afiliación: es decir que habrá que seguir aportando 9% del salario.**

• Si bien todos continuarán entregando 9% del sueldo, ahora se prohibirá expresamente la posibilidad de doble afiliación. Esto quiere decir que en un matrimonio ambos aportan, pero podrán utilizar el servicio médico de uno solo de esos aportes.

• **Lo que más interrogantes plantea:** la tristemente célebre CUPAM o cuota de reembolso del Estado a cada uno de los prestadores de salud. **El valor de la CUPAM surgirá de dividir la cantidad de aportantes al sistema** (empleados activos, PAMI, autónomos) **por el dinero total que se recaude** (9% de la masa salarial). Extraoficialmente ese resultado

02-02

9203232

Proyecto del gobierno para reformar Ley de Asociaciones sindicales y paritarias.

/50024

9/2/92

/0033

/1164

/1302

ENTRADO

Doc. Poco Legible

Con la llegada al país de una misión de la OIT, el Gobierno concluirá esta semana los detalles de los proyectos para reformar la ley de asociaciones sindicales y de paritarias, que cuentan de antemano con el rechazo del gremialismo peronista. La reforma de la ley sindical apunta a profundizar la democratización interna de los gremios, eliminando trabas estatutarias para la presentación de listas opositoras y también requisitos para ser dirigente gremial. En cuanto a la ley de paritarias, el Gobierno quiere flexibilizar la actual metodología, incorporando la negociación por empresa.



Rodolfo Díaz, ministro de Trabajo: "Hay que privilegiar al sindicato más representativo".



Julio Godio, consejero regional de la OIT: Discutir los proyectos...



Armando Cavalleri, dirigente mercantil: Negociar los aumentos por rama de actividad.

LLEGAN ENVIADOS DE LA OIT PARA EVALUAR LAS REFORMAS

Ultiman los proyectos de ley sobre asociaciones sindicales y paritarias

Mientras la dirigencia sindical peronista termina de aglutinar... para resistir la desregulación de las obras sociales, el Gobierno tiene casi todo listo para una nueva ofensiva. Esta semana, con la llegada al país de una misión de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), quedará definido el proyecto para reformar la ley de asociaciones sindicales, que regula la vida interna de los sindicatos y fija las normas a las que deben adaptarse los comicios.

La declaración de guerra lanzada el miércoles pasado por la flamante Comisión del Movimiento Obrero a las modificaciones previstas en las estructuras gremiales —para disgusto de los caciques sindicales—, tiene compañía: junto a la reforma sindical, el Ministerio de Trabajo introducirá variantes en la ley de convenciones colectivas.

El Ejecutivo quiere introducir el esquema de negociación articulada, que consiste en flexibilizar la metodología vigente y, por otra parte, archivar el arbitraje obligatorio para la resolución de conflictos.

El Gobierno ya había hecho un avance sobre esta materia cuando en noviembre del año pasado lanzó la desregulación económica: en aquel decreto, Trabajo modernizó la reglamentación de la ley (14.250) de paritarias, que posibilita la negociación salarial por empresa, modalidad que pone los pelos de punta a los jefes de los grandes gremios.

Por rara paradoja, esa misma norma —que autoriza los convenios por empresa— fue defendida a capa y espada por el plenario de secretarios generales reunidos el miércoles pasado en la sede del SMATA.

Alrededor de la personería gremial

En relación con la ley gremial, el Gobierno aspira a mantener el actual sistema argentino, que privilegia al sindicato más representativo por rama de actividad con el otorgamiento de una sola personería gremial, que lo autoriza a representar a todos los trabajadores del sector, estén o no afiliados al sindicato.

Este sistema no tiene antecedentes en otras partes del mundo, donde hay tantos sindicatos como quieran los trabajadores. Para el ministro de Trabajo, Rodolfo Díaz, mantener en pie esta personería única resulta compatible con las normas internacionales de la OIT y con la libertad sindical "porque la teoría del sindicato más representativo está vigente en el mundo entero".

Sin embargo, aún está en veremos el mantenimiento de la personería para las entidades de segundo y tercer grado, federaciones y confederaciones. "Es un tema abierto a la técnica", responden los técnicos de la cartera laboral, prolongando el misterio sobre un punto que consideran que "no tiene mucha importancia". En caso de hacer propias las recomendaciones de la OIT, podría haber más de una CGT.

La reforma sindical auspicia también el reconocimiento para los gremios que agrupan al personal jerárquico y la autonomía de sindicatos locales y seccionales, garantizando no sólo la elección directa de sus dirigentes, sino también la facultad de manejo directo de los fondos en esos niveles. Se suprimirán, además, los artículos de la ley que condicionan la obtención de la personería gremial a los sindicatos de oficio.

A la hora de los cambios, uno de los platos fuertes apunta a la democratización... sindical... interna... del Gobierno... estatutos que son más restrictivos que la propia ley, que dejan fuera de pista a las listas opositoras... de empezar a correr. Junto a esa limpieza... eliminarán aquellos requisitos excesivos para acceder a la carrera dirigencial.

"No puede ser que cada elección gremial... que en un planteo ante el Ministerio o la Justicia", ... na Enrique Rodríguez, secretario de Trabajo e inspirador de la actual ley gremial (sancionada... propuesta del senador Oraldo Britos) y de las... en puerta.

"Pero no debemos ser injustos, el sindicalismo argentino es enormemente plural", considera el funcionario con números a la vista: en la actualidad hay... organizaciones sindicales, 200 federaciones y ... confederaciones, todas con personería gremial. Sólo en el Estado, cohabitan alrededor de ATE y UPCN, otros ... mios.

La negociación articulada

Uno de los objetivos de Trabajo al reformar la ley de paritarias apunta a "despegar" de su papel de árbitro en las negociaciones salariales entre cámaras empresariales y gremios, si bien quedará firme su potestad para dar el visto bueno de los convenios, a través de la ...

01-02

9203233

Mediadores entre gremios y Gobierno

Cuando el presidente **Carlos Menem** dio instrucciones para reformar las leyes gremiales y de paritarias, Gobierno y sindicalistas estuvieron de acuerdo en convocar a una misión de la **Organización Internacional del Trabajo (OIT)** para discutir los contenidos de las nuevas normas. En agosto del año pasado, la delegación —que permaneció 48 horas en la Argentina— mantuvo reuniones con funcionarios de la cartera laboral, empresarios y con las dos CGT.

Después de estudiar "in situ" las reformas que apadrinaba el Gobierno, la misión arribará nuevamente mañana al país para dejar sus conclusiones, que "no serán definitivas". La OIT recién estará en condiciones de emitir un pronunciamiento final cuando los proyectos queden definidos. De acuerdo con los tiempos que maneja el Ministerio de Trabajo, **las modificaciones serán presentadas al gabinete nacional** —dentro de diez días— **para su aprobación.**

"Si fuera por nosotros, enviaríamos los proyectos al Congreso cuanto antes, pero la sobrecarga de tarea que actualmente tienen los legisladores hace prácticamente imposible que las normas puedan ser tratadas en el período de sesiones extraordinarias", dijo a **Clarín** el jefe de Trabajo, **Rodolfo Díaz**, convencido de que las reformas deberán aguardar turno hasta el 1° de mayo, fecha de inicio de las sesiones ordinarias.

La misión de la OIT estará integrada por **Oscar Hermida Uriarte, Alberto Odero de Dios y Julio Godio.** Abogado uruguayo, Hermida es consejero regional de la OIT en Legislación del Trabajo y Relaciones Laborales para América Latina desde 1986. Odero de Dios es funcionario del Servicio de Libertad Sindical de la OIT-Ginebra. Experto en temas sindicales, el sociólogo Julio Godio es el Consejero Regional de Actividades de los Trabajadores, con sede en Lima, Perú.

En los siete días que permanecerán en la Argentina, los miembros de la delegación internacional realizarán entrevistas protocolares con las autoridades de la **Unión Industrial Argentina**, [illegible] las de la **Confederación General Económica** y con los principales referentes gremiales, ahora nucleados en la Comisión del Movimiento Obrero. La agenda de la OIT no incluye emitir sugerencias para el proyecto oficial de desregulación de obras sociales.

[illegible]ción.

La negociación **articulada quedará encuadrada dentro** de las diversas categorías: intersectorial, por una o varias ramas de actividad; por oficio o profesión; por empresa y aun por establecimientos. De acuerdo con el proyecto de Trabajo, serán las partes l[illegible] responsabilidad de establecer el nivel que [illegible] te a sus requirimientos económicos".

"Hoy día decir que toda la realidad [illegible] sector cabe en un convenio es una simplificación [illegible] decir que toda la negociación debe hacerse [illegible] establecimiento", repite Díaz para desmentir [illegible] que le endilgan una posición interesada [illegible] negociación por empresa. [illegible]

"Los empresarios [illegible] aconseja [illegible] también [illegible] amoldarse a la nueva realidad económica [illegible] cartera laboral no disimula su mal humor [illegible] cuerda la paritaria mercantil: Armando Cavalieri solicitó la desagregación por ramas para negociar [illegible] aumentos, propuesta que fue rechazada por [illegible] patronales de ese sector. [illegible]

En caso de discrepancia entre el [illegible] los sindicatos con personería gremial, está prevista [illegible] puesta en práctica de mecanismos de composición [illegible] incluyen la institución de la mediación. Para ello [illegible] adoptarán mediadores y arbitrajes privados [illegible] voluntarios—, para lo cual se eliminará el arbitraje obligatorio, hasta ahora a cargo del Estado.

"Quieren promover la atomización del movimiento obrero, para obtener un sindicalismo dócil y obediente", adelantan sus reparos los sindicalistas opuestos a las reformas, al tiempo que prometen confrontar con el Gobierno "si es necesario".

DOC. POCO LEGIBLE

02-02

0203283

Duras críticas y re[illegible] de una comisión sindical



[illegible]

[illegible] de libertad de las partes".

Productividad

Más delante, el texto de los sindicalistas apunta su mira hacia la cartera laboral, cuando dice que "el criterio de productividad, como elemento único en la negociación salarial, carece de experiencia en nuestro país, introduciéndose a través del Ministerio de Trabajo requisitos técnicos que ni siquiera pueden ser explicitados, careciendo las entidades de información que les permita su evaluación, dando ello como resultado exclusivo que el salario es una variable de ajuste".

Incluye también referencias y consideraciones sobre el estado y el fu[illegible] rios y [illegible] del [illegible] generador, ello previo al [illegible] y [illegible] de sus [illegible].

- Reformulación del sistema de recaudación impuesto por el decreto de desregulación a través del SUSS, por cuanto desquicia el sistema financiero de las obras sociales, además de que impide toda verificación y control de ingresos y pone en peligro el plan de convertibilidad, ya que ante la no recaudación obligará al Tesoro Nacional a hacer frente a los fondos faltantes.
- La abstención de cualquier intento de [illegible] sindical y el reclamo de la participación en la discusión de las políticas que afectan a los trabajadores y a sus organizaciones.
- La revisión del pago de la deuda a los compañeros jubilados, permitiendo, además, que los bonos sean aceptados para el pago de impuestos y gravámenes del propio Estado, para que de esa forma se conviertan en un bien hereditario, y solicitar al Parlamento la aprobación de una nueva partida destinada al pago de la deuda.

ANULARAN LOS CONVENIOS DEL CONURBANO. CON EL DE CAPITAL

El PAMI rescindió el [illegible] con la intermediaria

Matilde Menéndez firmó ayer la anulación de los cuestionados contratos del PAMI con la empresa ASERSA, dando cumplimiento a lo anunciado por el ministro Julio César Aráoz, tras la renuncia del ex interventor Nazur. En los próximos días se [illegible] los contratos con prestadores del Gran Buenos Aires. En Mendoza, el [illegible] Carlos Menem justificó la desregulación de las obras sociales indicando que "con o sin interventores le costaron al país 400 millones de dólares".

El directorio del PAMI rescindió ayer el polémico convenio firmado con la empresa intermediaria **ASERSA S.A.**, contratada por el ex interventor **Miguel Nazur** para la atención médica de más de quinientos mil jubilados de la Capital Federal.

En tanto, fuentes seguras de esa obra social dijeron anoche a **Clarín** que también será cancelado en los próximos días el contrato con **AEPPA-FECLIBA** (Asociación de Establecimientos Médicos Asistenciales Prestadores de PAMI y Federación de Clínicas de Buenos Aires), entidades también contratadas —en forma directa— por Nazur para atender a más de un millón de jubilados y pensionados del Gran Buenos Aires.

Los contratos firmados con esas empresas prestadoras de servicios fueron realizados por un **monto mensual de treinta millones de dólares**, lo que equivale al 25 por ciento del presupuesto del organismo. La anulación de dichos contratos fue pedida por el ministro de Salud, **Julio César Aráoz** a la interventora del PAMI, **Matilde Menéndez**, cuando esta fue puesta en funciones.

Ayer, en la misma reunión que se concretó la rescisión del contrato con la intermediaria ASERSA, la nueva conducción del PAMI firmó un contrato con las clínicas y sanatorios que nuclea la **Unión Transitoria de Empresas (UTE)**, con el propósito de mantener "la continuidad de los servicios" en la Capital Federal.

De acuerdo a los términos del nuevo convenio, este tendrá vigencia hasta el 29 de febrero, pero podrá ser prorrogado hasta dos meses más si el PAMI lo solicita. **La cancelación del contrato con ASERSA significó, en rigor, una revocatoria del mandato que tenía UTE con ASERSA.**

Nazur y ASERSA firmaron un contrato en octubre del año pasado en el que esa empresa figuraba como "mandataria" de una cantidad de establecimientos que se especificaban en un anexo. Se suponía que, entre las

Doc. Poco LEGIBLE

01/02

9203235

CLARIN ★ Buenos Aires, sábado 8 de febrero de 1992

SUMABAN U$S 30 MILLONES

contrato ASERSA

2/

empresas de las cuales era mandataria ASERSA, figuraba Metropolitano Sanatorio Privado S.A. y otros Unión Transitoria de Empresas (UTE), que recién aparece en el contrato final firmado el viernes 29 de noviembre del año pasado, último plazo para el acuerdo que entraba en vigencia el 1º de diciembre.

Sin embargo, para el 10 de octubre, fecha de la firma del contrato, esa unión transitoria de empresas no estaba conformada todavía: recién se constituyó el 6 de noviembre, como admitió en una carta enviada a Clarín, su representante **Alberto Pascuzzi**, también principal cabeza de ASERSA.

En sus últimos días al frente del PAMI, Nazur —la Justicia lo investiga por supuesta **administración fraudulenta**— calificaba a ASERSA como una empresa mandataria, pese a que **funcionaba virtualmente como una intermediaria entre el PAMI y las clínicas, lo cual está prohibido por la ley.**

La cancelación del contrato con ASERSA no fue, precisamente, una tarea sencilla: en las últimas dos semanas, las actuales autoridades del PAMI —junto a una legión de abogados— debieron desentrañar el modo de rescindir el contrato, sin afectar la continuidad de los servicios médicos.

Voceros del PAMI confiaron a **Clarín** que hasta ayer a la mañana, no se tenía real certeza sobre la postura que asumirían los responsables de ASERSA, quienes en un primer momento —ante la certeza de la cancelación— habían prometido una batalla judicial. Finalmente, la empresa intermediaria aceptó su propia disolución de común acuerdo con la obra social de los jubilados.

La rescisión del contrato y la firma del nuevo fueron avalados en dos dictámenes, uno a cargo de la asesoría jurídica del PAMI y el otro de los síndicos del Ministerio de Salud y Acción Social —adscriptos al PAMI—. La operación quedó certificada en un acta que realizó un escribano público.

Mientras, el directorio del PAMI ultima detalles para anular los contratos con AEPA-Fecliba, responsables de la atención médica en el conurbano bonaerense. "**Los forcejeos en los pasillos del instituto están a la orden del día**", retrataba un funcionario los momentos de tensión que genera por estos días el próximo epílogo con esas entidades.

Doc. Poco Legible

MENEM JUSTIFICO LA DESREGULACION

"Las obras sociales costaron 400 millones de dólares"

MENDOZA (De nuestra agencia).-El presidente **Carlos Menem**, dijo ayer que **las malas administraciones de las obras sociales, "con los interventores o sin ellos, le han costado al país 400 millones de dólares"**, al tiempo que ratificó el proyecto oficial para desregular esos entes.

Reveló que "hemos hecho una encuesta entre los afiliados de toda la República Argentina y el **92 por ciento está de acuerdo con este proyecto que elevamos para las sesiones extraordinarias del Parlamento nacional**".

El Presidente se preguntó "qué obligación tiene el resto de la comunidad que no está afiliada a las obras sociales de tener que estar subvencionando la ineficiencia y muchas veces la incapacidad de algunos de los administradores" y opinó que **"la gente, el pueblo quiere la libertad para elegir la obra social que más le convenga a sus intereses"**.

Menem hizo esta y otras declaraciones en la ciudad de Mendoza, donde presidió el traspaso de la represa Los Nihuiles, cuya acta fue firmada también por los gobernadores de Mendoza, **Rodolfo Gabrielli** y de La Pampa, **Rubén Marín**.

OBRAS SOC ALES **Por Landrú**



En directa res uesta a las acusacione hechas por dirigentes emiales al ministro de rabajo, **Rodolfo Díaz**, incipal operador del royecto para quitar el m nejo de los fondos de ob s sociales a los sindic os, Menen dijo que n **se trata de "una decisió autoritaria ni mucho enos; es una decisión e librada y se ponen las cosas en su justo térmim "**.

El proyecto espertó duras críticas los distintos sectores gremiales. El último miércoles, en un plenario realizado en la sede del SMATA, los secretarios generales de los sindicatos peronistas decidieron, entre otras cosas, reunificar a la CGT, como una forma de resistir a la desregulación de las obras sociales.

Por otra parte, **Menem** calificó de "necesario e irrenunciable" al proceso de transformación del país, "a partir de las pautas y del modelo que hemos podido instrumentar entre todos, para que la Argentina se convierta en un gran país, un país que tiene que ser y que nos merecemos los argentinos".

En alusión directa a la postura adoptada por los sindicatos, señaló que **"por más que nos digan cosas, por más que nos insulten o por más discursos de barricadas que pretendan llegar a provocar la sensibilidad de la gente y tocar la fibra de los hombres, no lo van a conseguir"**.

El primer mandatario expresó también que "estamos viviendo una economía plena en lo que hace a lo que es la libertad, la economía social o popular de mercado donde entra a jugar la competencia". Luego recordó la época en que la Argentina figuraba entre los diez mejores países del mundo y comentó que **"actualmente hemos descendido al lugar 85"**.

Finalmente agregó que **"hemos llegado a la conclusión de que los únicos responsables de esta decadencia somos los argentinos"** y aseguró que aspira a que **"estemos entre los veinte mejores países de la tierra y que frente al año 2000,** los futuros gobernantes la coloquen entre los diez mejores países".

Queda superado conflicto de auto-transporte de pasajeros.
150024
7-2-92
10033
11165
500854
11413

Clarín 7/2/92

SUBEN LOS SUELDOS 14 POR CIENTO DESDE ENERO

Acuerdo con los choferes

El conflicto del autotransporte de pasajeros de corta, media y larga distancia quedó definitivamente superado ayer al acordar choferes y empresarios del sector un aumento salarial del 4 por ciento sobre los sueldos básicos y un ajuste del 10 por ciento en concepto de presentismo, retroactivo al 1° de enero y hasta agosto.

En el caso del incremento por presentismo del 10 por ciento, será prorrateado a lo largo de los ocho meses.

Además, los dirigentes de la Unión Tranviarios Automotor (UTA) y de la Federación Argentina de Transportadores por Automotor de Pasajeros (FATAP) se comprometieron, dentro de los próximos 90 días, a volver a reunirse para buscar "perfeccionar el sistema de prestación de los servicios, para brindar mejoras sustanciales y calidad en los mismos".

◆ Acta de compromiso

Para ello se firmó un acta de compromiso, en el marco de la "comisión técnica arbitral" que conforman sindicalistas, empresarios y funcionarios del Ministerio de Trabajo.

Luego de varias semanas de sucesivos fracasos en las negociaciones salariales y tras una maratónica jornada de ocho horas de deliberaciones ininterrumpidas en la sede de la cartera laboral, las partes llegaron a un acuerdo que llevará tranquilidad a los usuarios y, especialmente, a los turistas que utilizan los servicios de larga distancia.

El salario conformado (básico, presentismo y boletera), para el chofer de corta y media distancia, será de 378,40 pesos. En cuanto a los ingresos para larga distancia, la UTA dijo que dará a conocer su monto.

01/01

9203237

Panorama religioso

Una realidad social que preocupa

La situación social global del país sigue motivando la preocupación de las autoridades eclesiásticas, que en el curso de la pasada semana aprovecharon incluso un encuentro con el presidente Carlos Menem para hacerle conocer su pensamiento sobre esa y otras materias de estricta y acuciante actualidad para la sociedad argentina.

Aún se recuerda la comentada visita de Menem a la Asamblea Plenaria de Obispos, que deliberó en San Miguel a comienzos de noviembre último y que generó comentarios disímiles en distintos ámbitos.

Lo concreto, más allá de las interpretaciones, es que en esa oportunidad el titular del Ejecutivo nacional se llevó una sensación precisa acerca de hasta qué punto las urgencias que padecen amplios sectores llegan plenamente a los dignatarios de la Iglesia, y de qué manera estos las testimonian ante quienes tienen la posibilidad de solucionarlas, cada uno dentro de su propio estilo y conforme a su particular sensibilidad.

La reunión con el presidente Menem se concretó el miércoles último y llevó hasta la residencia de Olivos a cinco obispos: ellos fueron los monseñores Rubén Di Monte (Avellaneda), presidente nacional de Caritas; Jorge Arturo Meinvielle (San Justo) y Mario Maulión (auxiliar de Rosario), titular y miembro, respectivamente, de la Comisión de Educación Católica del Episcopado; Emilio Ogñénovich (Mercedes-Luján), integrante de la Comisión de Pastoral Social, y José Tommasi (Nueve de Julio).

Además del dueño de casa, participaron en el almuerzo el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, y el presidente provisional del Senado, Eduardo Menem.

Bauzá informó posteriormente a la prensa que uno de los temas abordados durante el diálogo había sido el de la educación, en especial, la posibilidad de debatir en las próximas sesiones extraordinarias del Congreso el proyecto de ley federal que remitirá el Poder Ejecutivo, y la marcha de las transferencias de responsabilidades educativas desde la Nación a niveles institucionales inferiores.

Uno de los prelados caracterizó al encuentro como "cordial" y puntualizó que en su transcurso se habían comentado una serie de cuestiones propias de la coyuntura, sin pretensión de agotarlas, sino más bien "un recorrido a vuelo de pájaro". De todas maneras, los representantes de la Iglesia se remitieron a sus más recientes documentos y declaraciones públicas, en los que se dejó expresamente asentada la gravedad que exhibe la situación de las capas y sectores menos favorecidos de la comunidad nacional.

Precisamente uno de los concurrentes a la reunión de Olivos, monseñor Ogñénovich, difundió días atrás el contenido de su mensaje cuaresmal a los fieles de su diócesis, en el que convoca a "una comprometida reflexión sobre el destino universal de los bienes, anterior a cualquier forma concreta de propiedad privada y que debe [illegible] y [illegible]".

[illegible] tal principio, señala el dignatario, "[illegible] de la creación", con lo que repite textualmente un concepto que el papa [illegible] incluyó en su encíclica [illegible] de 1891.

Como muestra de la [illegible] que asigna a este tópico, el [illegible] de Mercedes-Luján convocó a [illegible] instituciones y fieles de su [illegible]ción a que "este sea el tema [illegible]vo en las homilías, retiros o [illegible]", y a que "los directores y rectores organizaran a sus alumnos para [illegible] esta mística de la solidaridad con los más pobres y necesitados" durante la Cuaresma.

Por su parte, el futuro obispo de Zárate-Campana —[illegible] marzo—, monseñor Rafael [illegible], aseguró que "la Iglesia está [illegible] por la situación de los más pobres", y que "la estabilidad que [illegible] sentir en algunos sectores no se [illegible] en otras partes".

[illegible]

En otro orden, lo que [illegible] en distintas circunstancias [illegible] designación formal [illegible], se convirtió en [illegible] tiva definición vaticana, [illegible] lar el último fin de semana [illegible] ció oficialmente, en Buenos Aires, el nombramiento de [illegible] como obispo [illegible] de Santa Rosa, la diócesis que [illegible] la totalidad de la provincia de La Pampa.

[illegible]

El comunicado de [illegible] dice informó que el Poder [illegible] provincial había rechazado un pedido de veto a la norma, al considerar "[illegible]" los principios que [illegible] ban dicha solicitud.

Tras calificarla de "[illegible]mente anticonstitucional", el [illegible] obispo sostiene en su carta [illegible] que la ley [illegible] trumenta el infanticidio y [illegible] tado a la salud de la mujer, [illegible] puede costarle la vida" y "[illegible] las campañas antinatalistas y [illegible]tistas perfectamente organizadas y convenientemente rentadas por organismos públicos y privados [illegible], motivadas por intereses [illegible]".

La iniciativa aprobada incluye información sobre métodos anticonceptivos, entre ellos, los de abstinencia periódica, los hormonales o químicos y los mecánicos o "de barrera" (con entrega gratuita de [illegible], diafragmas, condones y dispositivos intrauterinos). Este último medio [illegible] calificado de abortivo por la comunicación de Brollo, a quien [illegible] ron su crítica [illegible] [illegible] (la diócesis [illegible] la provincia [illegible] el obispo de Río Gallegos [illegible] Miguel Angel Alemán, [illegible] "[illegible]" de La Pampa.

Norberto Bokalich

01-01

La Razón — Martes 4 de febrero de 199[illegible]



El gremio aceptó la negociación por ramas para destrabar el conflicto que la semana última derivó en un paro por 24 horas. [illegible]

Retomó la UOM la discusión salarial

El consejo directivo de la Unión Obrera Metalúrgica (UOM) aceptó ayer la discusión [illegible] [illegible] a los [illegible].

El secretario general de la UOM, Lorenzo Miguel, [illegible] que [illegible] continuará el [illegible].

El líder metalúrgico [illegible] vinculados con la [illegible] salario.

Por encima de la inflación

Miguel agregó: "[illegible] para hacer negociaciones por rama, las que serán luego sometidas a la aprobación del consejo directivo" y que confirman el [illegible] de la pro-

[illegible] un plan de lucha.

Buenos Aires, lunes 3 de febrero de 1992, Ambito Financiero Pag. 10

Asume Matilde Menéndez la conducción del PAMI

*Con la asunción de **Matilde Menéndez** y de doce nuevos directores hoy quedará normalizado el **PAMI**, organismo del Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados que en los últimos tiempos vivió una caótica situación, que afectó sus servicios de manera notoria.*

*La gestión del renunciante ex interventor, **Miguel Nazur**, es investigada por el juez federal **Martín Irurzun** por el presunto delito de administración fraudulenta por la contratación directa de la empresa **Aversa** para las prestaciones médico-asistenciales, trascendiendo que poseía un capital social de sólo 500 dólares, cuando el contrato ascendía a millones de esa moneda.*

*El responsable del área, el ministro de Salud y Acción Social, **Julio César Aráoz**, señaló su esperanza de que "**comience una nueva etapa en la obra social con mayor transparencia, agilidad y prestaciones médicas eficientes que permitan a los jubilados encontrarse conformes con ésta que es su segunda casa**".*



- **Autoridades**

El acto de asunción se realizará a las 17, en Chacabuco 271, planta baja, y contará con la presencia de autoridades nacionales y provinciales, así como también de representantes de entidades de jubilados y pensionados.

*En el mismo acto asumirán los doce directores del instituto: **por los beneficiarios:** Telmo Torazza, Miguel Angel Trungelito, Francisco Miguel Tirelli y Evaristo Adolfo Buezas; **por los trabajadores activos:** Oscar Omar Flores y Juan Rachini; **en representación del Estado:** Raúl Fragueiro, Osvaldo Masprone, Mirta Scilini, Alejandro Sangenis, Danilo Ogneñovich y Enrique Gazzotti.*

01|01

9203240

DOCUMENTO

TITULO Paro de trabajadores metalúrgicos, adhesión del 90%.

PROCEDENCIA 150075

FECHA 1/2/92

VINCULACIÓN 10033

11165

11413

Acompañó el paro 90% de trabajadores metalúrgicos

BUENOS AIRES. (EFE). Los trabajadores de la Unión Obrera Metalúrgica (UOM) de Argentina ...

01-01

9203241

Reclamo docente en Santa Fe.
150025
19/12/92
10033
11165
11413

ENTRADO

La Nación 19/12

Reclamo docente en Santa Fe

Se adeudan haberes de diciembre y enero a los reemplazantes



Una más: Santa Fe se une a Buenos Aires, San Luis, Río Negro y Córdoba, donde los gremios ya anunciaron que difícilmente comiencen las clases en las fechas previstas de marzo. Crece el reclamo salarial en las provincias.

La Asociación del Magisterio de Santa Fe (Amsafe) expresó su preocupación por la "demora injustificada" en el pago de los haberes de diciembre y enero al personal docente reemplazante del sector.

En un comunicado, la entidad exige del gobernador Carlos Reutemann la efectivización salarial, al tiempo que sostiene que esa demora ha provocado malestar en la docencia provincial.

Protesta en San Luis

Sigue la protesta de los gremios docentes en San Luis por la imposición de 200 días de dictado de clases, con la inclusión de 25 sábados como días laborables.

Argumentan que "no se respeta el derecho de los maestros respecto del tiempo que le dedican a su grupo familiar".

Otra razón que adicionan la de que el cronograma "quita al docente el tiempo que necesita para cubrir sus necesidades de perfeccionamiento y recreación, que la escuela no brinda".

Los maestros aceptaron, por otra parte, las actividades previas y posteriores al año lectivo del 1º de febrero al 18 de diciembre.

El gobierno provincial, por su parte, ratificó la decisión anunciada de dictar clases desde el 2 de marzo hasta el 30 de noviembre y consideró que los 200 días de clases son innegociables.

La medida gubernamental tiende a "un mejoramiento sustancial de la calidad de la educación", según afirmó el titular de la cartera, Carlos Esquivel Espejo.

Ratificó, también, la decisión de "recuperar los días de clases no trabajados, durante los días inhábiles, en el receso invernal o prolongando el período lectivo".

Fondo Educativo

El gobierno de Mendoza espera recaudar de 4 a 5 millones de pesos al año que serán destinados al Fondo de Desarrollo Educativo, [illegible] mejorar el [illegible], proveer útiles escolares y [illegible] tecnológico de apoyo al [illegible] educativo.

Se anunció, además, el [illegible] "El Deporte en la [illegible]" [illegible] este año desde el [illegible] clases, en marzo, y [illegible] a 20.000 alumnos.

Participarán unos 700 escuelas, en las que estudian [illegible] niños, que se iniciarán en las diversas disciplinas deportivas, además de gozar de turismo social y recreación y montañismo. Se comenzará con escuelas [illegible] marginalidad.

9203242

La UBA analiza hoy su presupuesto

Tras el receso de verano, el Consejo Superior de la Universidad de Buenos Aires se reunirá hoy en sesión extraordinaria para tratar el presupuesto asignado y su distribución. En el orden del día no figura otro tema, pero no se descarta que el máximo gobierno de la UBA considere el pedido de la Facultad de Medicina de modificar el sistema de ingreso.

Se recordará que el consejo directivo de esa unidad académica presentó un anteproyecto de curso de ingreso, en reemplazo del Ciclo Básico Común. La posición tomada por la mayoría de los consejeros superiores, contraria a esa iniciativa, anticipa un arduo debate. Se presume que Medicina, a través de su decano, el doctor Luis Nicolás Ferreira, pondrá sobre la mesa la posibilidad de fijar un cupo para los estudios médicos de cerca de 700 vacantes por año, en caso de fracasar la propuesta del examen de ingreso.

La postura de la mayoría, en cierta medida expresada por el rector, Oscar Shuberoff, coincide en la necesidad de mejorar los estudios de medicina, pero sugiere para ello los caminos de la descentralización y la mejor administración de las unidades hospitalarias.

Apoyo de la Ucedé

El diputado nacional Ignacio García Cuerva (Ucedé) presentó un proyecto de declaración para que la Cámara "exhorte al rector Shuberoff a respetar lo prescripto por el Estatuto de la UBA y no ponga trabas a la legítima pretensión de la Facultad de Medicina de eliminar el CBC y establecer su propio sistema de ingreso".

[illegible] de las funciones más importantes del CBC es dar trabajo en su burocracia a notorios dirigentes de Franja Morada, donde es voz popular que cualquier trámite debe pasar [illegible] por la [illegible]".

Destaca García Cuerva que [illegible] la UCR defiende la vigencia del CBC más por lo que significa [illegible] que por sus [illegible], ya que, a las elecciones [illegible], es la quinta [illegible] del mapa electoral argentino".

Se apunta, además, que, en [illegible] masa de profesores del CBC, [illegible] en [illegible], el 3 % sólo ha sido elegido por concurso, y que en el presupuesto de la UBA representa el 22 %, o sea, casi un 20 % más que el de Medicina, que la duplica en [illegible] de recursos. Sólo el [illegible] 10 %, supera al CBC [illegible].

02.02

9203242

La Nación

Preocupa el deterioro salarial de los profesores universitarios

Buenos Aires, viernes 14 de febrero de 1992 ★ CLAR

EN RECHAZO A LAS REFORMAS DE DUHALDE

Docentes bonaerenses suspenden el diálogo

Los tres principales gremios docentes bonaerenses suspendieron las conversaciones con el gobierno provincial y reiteraron su oposición a la actual política educativa en el distrito. La FEB, el SUTEBA y el SADOP decidirán si aplican medidas de fuerza cuando realicen sus respectivos congresos el próximo 4 de marzo. Los sindicatos ratificaron su decisión de actuar en forma conjunta y efectuaron una denuncia contra la directora general, Susana Farías de Castro.



Hugo Yasky, de SUTEBA, María Ferrabosco, de la FEB y Juan Carlos Cuyás, de S
unidad contra el plan de reestructuración en la provincia de Buenos Aires.

Los tres gremios más representativos de los docentes bonaerenses ratificaron su oposición a la actual gestión educativa impulsada por el gobernador **Eduardo Duhalde** [illegible] la directora general de Escuelas de la [illegible]ovincia, **Susana Farías de Castro**, al [illegible]mpo que aseguraron que "han sido agraviados con la imposición de una política de hechos consumados".

En una conferencia de prensa brindada ayer por la tarde, las conducciones de los sindicatos confirmaron que el 4 de marzo, en forma simultánea, cada entidad realizará un congreso en el que se discutirá la posibilidad de aplicar medidas de fuerza y que finalizará con un acto en común de las tres agrupaciones.

La FEB, el SADOP y el SUTEBA se oponen a la supresión del actual régimen de licencias, a la modificación del estatuto del docente en el plazo de un mes y a la falta de convocatoria a paritarias. También están en desacuerdo con el pase a disponibilidad de los docentes, que permite al Ejecutivo provincial reubicarlos en otras funciones o jubilarlos, y con la eliminación de los tribunales de clasificación electos por los docentes para el ingreso al magisterio, que pasará a manos de los directores de escuelas.

María Huarte de Ferrabosco de la FEB, **Juan Carlos Cuyás**, de los privados del SADOP, y **Hugo Yasky**, del SUTEBA, anunciaron la "suspensión" de las conversaciones con el gobierno hasta que sean dejadas sin efecto las medidas adoptadas por este en forma unilateral y se constituya la comisión de cogestión que está estipulada en el estatuto del docente.

En un comunicado conjunto, los representantes gremiales coincidieron en señalar que los docentes "aparecen como chivos expiatorios de la crisis educativa" y agregaron que las autoridades "los han querido enlodar con la corrupción estructural cuando sus condiciones de trabajo son indignas".

♦ Crítica de gremialistas

Los sindicalistas lanzaron duras críticas contra la nueva reglamentación de las licencias, que tiene carácter provisional hasta que se promulgue la definitiva y que incluye **la supresión de licencias por maternidad para las maestras suplentes y una reducción de los permisos por enfermedad.** Al respecto aseguraron que "no solo se tiene un salario injusto y vergonzoso sino que bajo la bandera de contar con un régimen de licencias de privilegio, dictatorialmente imponen otro que lo denigra mucho más, y es aún más restrictivo que el impuesto por el gobierno militar".

En cuanto a la decisión oficial de que cada grado tenga un mínimo de 30 alumnos, los dirigentes dijeron que la cifra "atenta contra la salud del trabajador y contra el espíritu de la educación personalizada", al tiempo que aclararon que no se fijó un máximo de chicos por aula.

Por otra parte, los gremialistas reiteraron una denuncia contra Farías de Castro, que aún no fue desmentida por la funcionaria: afirmaron que fue "ñoqui" antes de asumir su actual cargo porque "cobraba como docente en comisión de servicios en la Legislatura provincial y al mismo tiempo se desempeñaba como titular de la Dirección Nacional de Educación del Adulto (DINEA)".

Los gremios sostuvieron que [illegible] "descalifica éticamente para lleva[illegible] lante una política contra la corr[illegible] como pretende el gobernador" y [illegible] ron que en los últimos meses se n[illegible] ron en el ámbito bonaerense "40.0[illegible] vos cargos docentes".

Yasky afirmó que en la provi[illegible] Buenos Aires **"con este caos n[illegible] empezar las clases el 9 de m[illegible] no va a haber docentes design[illegible] porteros, ya que a ellos aún no l[illegible] varon sus contratos, que vencier[illegible] nes del año pasado".**

Por último, los dirigentes cues[illegible] el posible traspaso de las salitas [illegible] años a la órbita municipal y ex[illegible] que ahora "la escuela primaria p[illegible] sus metas a la simple lectoescr[illegible] que en este sentido "se descon[illegible] avances de las ciencias de la educ[illegible]

04-01-92 17:12 060 P01

ARCHIVO

ANTECEDENTES SOLICITADOS DE NUEVO GRUPO EXTREMISTA

Con fecha 15 de Marzo del presente año, se da a conocer públicamente nuevo grupo de carácter terrorista de Ultraizquierda denominado "Coordinadora Subversiva por una Patria Popular" "C.S.P.P."

El objetivo inmediato que tiene éste grupo violentista de extrema izquierda es la alianza de la subversión y ataque al sistema gobernante.

' C.S.P.P. está integrado por:

- Movimiento Juvenil Lautaro (M.J.L.)
- Frente Manuel Rodríguez Autónomo (F.M.R.)
- Movimiento de Izquierda Revolucionario Fracción Militar (M.I.R.)
- Fuerzas Rebeldes y Popular Lautaro (F.R.P.L.)
- Ejército Guerrillero del Pueblo Patria Libre (E.G.P.-P.L.)

A la fecha, el C.S.P.P. han realizado una escalada de acciones terroristas de menor importancia, principalmente a Instalaciones Públicas.

FECHA : 01.ABR.992
HORA : 16:45 Hrs.

Recibido del Serv. Icia. Chileno
TeCnl.

ccw
12/5/92

60 1/1

Sindicato de Portuarios. [illegible]

Año 1991

Asunto: Sindicato de portuarios de Paysandú -

Apellidos	Nombres	Ced. Identidad	Domicilio
* Apecetche Camejo	Roque Gastón	2:395.368-9	F. Bicudo y Libertad - Pdú
Bonina Ruiz	José Bernardo	2:832.697-5	Exodo y Zorrilla - Pdú
Branca	Fernando Vicente	2:593.152-9	Quinta y Washington - Pdú
* Da Silva Laquintana	Carlos Ariel	3:483.041-7	F. Bicudo y Zorrilla - Pdú
Echeverría Marnise	William Alberto	4:015.400-5	Libertad y Río Negro - Pdú
Herrera Stockigt	Miguel Angel	2:573.032-7	Entre Ríos Nº 834 - Pdú
Hornos Espíndola	Alberto Leopoldo	2:562.979-8	Bolívar Nº 1161 y Queguay - Pdú
Inda Silva AFIL. al PCU	Ramón Francisco	4:109.086-2	Avda. Soriano Nº 2090 - Pdú
* Silva Upini	Manuel Jorge	3:679.947-9	Bat. de las Piedras y Libertad - Pdú
Urbano De León (ZURBANO)	Jorge Alfredo	2:639.700-3	Ituzaingó Nº 1181 - Pdú

TOMAS CASTELLI

001/1

9203246

ARCHIVO 1/2

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
040700/MAY/1992
(i)

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 10 /92

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DEL DPTO. II(INF) E.M.E.

COPIA 2: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 4: SR. 2do.COMANDANTE DE LA D.E. I.

COPIA 5: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

EL SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D. G. I. D.

Coronel
Hector H. Lluis

AUTENTICA:
EL JEFE DEL DPTO.I/D.G.I.D.
Tomás Casella

001/2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA - República O. del Uruguay - DPTO. I INTERIOR

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 04 MAYO 1992
Pase a Archivo
Nº de Orden 9203247

- GONZALEZ HERNANDEZ Gabriela Lilián
  C.I. N°4.008.984-2
  C.C. RBD N°19320
- GONZALEZ FAGUNDEZ Nelson
  C.I. N° 4.051.309-1
  C.C. TFD N° 16.386
- HERNANDEZ BLANCO Gladys Luz
  C.I. N° 2.574.404-7
  C.C. TFD N° 19593 (Traslado RAA N°5614)
- MORALES RODRIGUEZ Gabriel Enrique
  C.I. N°1.874.012-1
  C.C. BNA N°51.311
- RODRIGUEZ BOSCHI Maurilia Cristina
  C.I. N° 1.044.949-6
  C.C. ABA N° 3566
- MORALES RODRIGUEZ Fernando Sebastían
  C.I. N° 3.658.771-7
- RODRIGUEZ Juan Enrique
  C.I. N°1.000.834-5
  C.C. BMA N°15.924
- FAGET TORICEZ Silvana
  C.I. N°2.832.628-2
  C.C. CMD N°11.051
- FAGET NAVARRO Cesar Augusto
  C.I. N° 603.880-3
  C.C. CMD N°8623
- TORICEZ DE ARMAS Blanca Irene
  C.I. N°969.372-1
  C.C. CMD N°1885
- FAGET TORICEZ Moyra Cristina
  C.I. N°2.007.498-4
  C.C. APB N°10.111
- FAGET TORICEZ Oscar Diego
  C.I. N°2.542.181-1
  C.C. CMD N° 11.055
- FAGET TORICEZ Fernando Aquiles
  C.I. N° 3.434.354-7

  GONZALEZ PUGLIA Luis Andrés
  C.I. N°2.910.950-8
  C.C. CMD N°11.728
- RIENZI BERGALLI Humberto

9203247

S E C R E T O

Pedido de Informe Nro. 002/92	Ejemplar Nro.	Fecha: 16/3/92

Asunto: SOLICITUD DE ANTECEDENTES DE GONZALEZ TERRA, Leonardo Damián.-

TEXTO:

Se solicita a esa Agencia la mayor información referente a la persona GONZALEZ TERRA, Leonardo Damián, C.I. 1.891.318-4.

Motiva dicha solicitud,la persona mencionada se encuentra en nuestro país ofreciéndose en diversas Instituciones Civiles y Militares a efectos de impartir clases de artes marciales.Esta persona habría trabajado en Nicaragua, Cuba y Perú entrenando a extremistas Revolucionarios.

ENVIADO:

ARGENTINA - SIDE - CRIM

ALEMANIA

SUDAFRICA

GRAN BRETAÑA

BRASIL

CHILE

S E C R E T O

9203248

~~S E C R E T O~~
COPIA Nº

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO.II(EXT.)
280816Feb92
eb

PEDIDO DE INFORMES Nº 001/92

ASUNTO: PEDIDO DE ANTECEDENTES.-

TEXTO:

Se solicita a esa Agencia la mayor información sobre la siguiente persona:

- GARCES PADRON María del Lújan
- C.I.: Nº 2.608.682-8

Por El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.

Coronel

Luis Pedro Aranco

DISTRIBUCION:

Original: Archivo Sección Enlace

Copia Nº 30: D.N.I.I.

S E C R E T O

01|01

9203249

Pedido de Informe Nro. 003/92	Ejemplar Nro.	Fecha: 01/4/92

Asunto: PEDIDO DE INFORMACION:

TEXTO:

1.- Se solicita a esa Agencia toda la información disponible acerca de actividades SHIITA-PALESTINA en toda la frontera con nuestro país, así como en las fronteras con Argentina y Paraguay

2.- Todo otro tipo de actividades de grupos terroristas que pudieran actuar en las fronteras países mencionados en 1.-

01|01

9203250

02/4/92

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION N°001/92

ASUNTO: ANIVERSARIO DEL MOVIMIENTO 26 DE MARZO

EVALUACION: A-2

TEXTO: De fuentes confidenciales se tomo conocimiento que al cumplirse el " 21 Aniversario del Movimiento 26 de Marzo" participaron de los actos las siguientes personas: Luis ----- GANELLA Partido Comunista Argentino, Rene IRUSUM Partido Intrasigente Argentino, Luis VILVAO o GUILVAO de la Propuesta Politica de los Trabajadores. Dirigentes de la Propuesta Popular de los Trabajadores y la Dirección de la Revista Critica. Además enviaron adhesiones Carlos Da Silva Secretario del 7°Comité de la Capital Federal, por el Partido Comunista Argentino.

S E C R E T O

02/4/92

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION N°001/92

ASUNTO: ANIVERSARIO DEL MOVIMIENTO 26 DE MARZO

EVALUACION: A-2

TEXTO:

De fuentes confidenciales se tomo conocimiento que al cumplirse el " 21 Aniversario del Movimiento 26 de Marzo" participaron de los actos las siguientes personas: Héctor DA SILVA integrante de la Comisión Politica del Comité Central del Partido Comunista de Brasil, enviaron adhesiones el Directorio Nacional del Partido Comunista de Brasil y Marco Aurelio GARCIA Secretario de Relaciones Internacionales del Partido de Trabajadores de Brasil.

SECRETO

9203253

Hoja 1 de 4
Copia — de —
ARCHIVO

Montevideo,04 de MAYO de 1992.

M E M O R A N D U M Nro. 920154/ S.O.E. 1/5

I.- ASUNTO: ACTO SECCIONAL 20-PCU

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O:

Se adjunta informe del acto de la seccional 20 PCU proporcionado por T-2 de la D.E.I ,realizado el 24 de Abril de 1992 en Agraciada y Valentín Gómez.-

IV.- DISTRIBUCION : ORIGINAL - JEFE DEL DEPARTAMENTO I .-
COPIA I - JEFE DEL DEPARTAMENTO III (OP) ARCHIVO.-

001|5

FECHA 15 9 92 INICIAL [illegible]

SECRETO

9203253

Hoja 1 de 5
Copia — de —
ARCHIVO

Montevideo, 04 de MAYO de 1992.

MEMORANDUM Nro. 920154/ S.O.E. 1/5

I.- **ASUNTO:** ACTO SECCIONAL 20-PCU

II.- **REFERENCIA:**

III.- **TEXTO:**

Se adjunta informe del acto de la seccional 20 PCU proporcionado por T-2 de la D.E.I ,realizado el 24 de Abril de 1992 en Agraciada y Valentín Gómez.-

IV.- **DISTRIBUCION :** ORIGINAL - JEFE DEL DEPARTAMENTO I .-
COPIA I - JEFE DEL DEPARTAMENTO III (OP) ARCHIVO.-

001/5

T E X T O : - Con motivo de realizarse dicho acto en el Secc. 20 del PCU sito en Agraciada y Valentin Gome. concurre un equipo de esta Agencia con la finalidad de captar detalles del evento.

H.18:00 - Se puede observar que el estrado a sido construido en el medio de Agraciada dando frente hacia el Viaducto.
El mismo luce la leyenda "MIENTRAS HAYA CLASE OBRERA HABRA PARTIDO".

- El tránsito ha sido cortado entre las calles Valentin Gomez y Lozano, con tanques y barejones.

- Frente al estrado se dispusieron unas cuatro hileras de sillas, lugar asignado a los familiares de los mártires.

H.20:00 - Se observan en torno al estrado y principalmente detrás del mismo unos 10 elementos de seguridad los cuales eran comandados por ~~Jorge~~ Julio GEREZ MOREIRA (Ex.Cbo.F.A.U.) y el Elem.de Seg. Nº- 364 C.de Fotos.

- Cabe destacar que a medida que fue llegando el público otros elementos de Seguridad se incrementaron a esta función llegando en determinado momento a contabilizarse aprox. 20, los cuales mas adelante se detallarán.

- Se constata el arribo al acto de distintas personalidades partidarias entre las que se detallan.

Jaime PEREZ.
José Luis MASSERA } Estos dos elementos arriban juntos
León LEV } en el auto de LEV.
Ramón CABRERA CAMEJO.
Felix DIAZ.
Pedro TOLEDO.
Rafaél SANSEVIERO.
Benjamín LIBEROFF.
Thelman BORGES.
Leopoldo BRUERA.
Eduardo VIERA.
Felipe MARTIN
Federico MARTINEZ

//...

002

9203253

15 9 92 (SF) 63

...//

Luis **BOUZAS.**	Liber SEREGNI
Julio **QUINTEROS.**	Juan CROTTOGINI
Ruben **ABEIRO.**	Mariano ARANA.
Daniel **BALDASSARI**	
Raúl **VIÑAS REAL**	
Walter D. **BERRUTTI FERREIRA.**	

H.20:30 - Con una concurrencia de aprox. 1200 personas da comienzo el acto con la lectura de numerosas adhesiones al mismo por parte de organizaciones políticas de izquierda y de algunas organizaciones sociales.

- Posteriormente se entona el himno Nacional y La Internacional.
- También se lee una mención de rechazo a volantes aparecidos en la zona,mencionando que son de manos enemigas de los intereses populares. Detalla que las discrepancias internas se discutirán en el seno del partido.
- Posteriormente la obrera de la vestimenta **Nelba GAMA** hace lectura de una proclama la cual carece de trascendencia tanto política como ideológica, lo único sobresaliente es la reafirmación del carácter comunista del Partido.
- Hace una reseña de los hechos ocurridos hace veinte años, reseña la cual se repite año a año.
- Emite críticas al sistema neoliberal del gobierno y resalta la función social y política que desarrolla "La 20" a través del tiempo y trasmite el riesgo que se corre de perder el local partidario debido a los problemas financieros del Partido.
- Llama a redoblar los esfuerzos para llegar con mucha confianza al Congreso Extraordinario y con mas confianza aún reconstruir el Partido.
- Además resalta la necesidad de mantener una política de solidariedad con Cuba, la cual es la única nación que con dignidad sigue luchando por el Socialismo y que además es la bandera de la resistencia anti-imperialista.
- En algunos pasajes de la lectura el público interrumpe para emitir canticos tales como **"CUBA SI, YANKIS NO"** o **"PARTIDO, PARTIDO COMUNISTA".**
- Al finalizar la lectura de la proclama se pasó a la parte artística del acto en la cual actuaron en primera instencia el ~~cantante Yamandú PALACIOS y luego~~ Miguel Angel CABRERA.

...//

//..

- Por último como forma de realizar finanzas se pasó a rifar una torta hecha por una Cra. del Seccional.
- Las tareas de Finanzas además de lo anteriormente citado versaron en venta de escarapelas, literatura partidaria y donaciones a voluntad, todo ésto último desarrollándose a lo largo del acto.
- La finalización del evento se produjo aprox. a la H.22:00.
- Entre los concurrentes además de las personalidades ya mencionadas se detectó a - Raúl LEGNANI (Periodista).
  - Ariel FERRARI IBARRA.
  - Ramón EIROA RODRIGUEZ.
  - Jorge RIPOLI GLEIZER.
  - Juan ACOSTA.
  - Pedro TASENDE TASENDE.
  - José G. ANSELMI DEL PRATTO.
  - Lille Haydée CARUSSO LARRAINCI.
- Brindando Seguridad se constató a : - ~~Jorge~~ Julio GEREZ MOREIRA.
  - Edmundo ROSSANO CORREA.
  - Oscar BORRA.
  - Saúl MARTINEZ.
  - Adan PEREIRA CASAS.
  - Eduardo Cesar HERNANDEZ.
  - NNM Nº 68 C. de Fotos.
  - " Nº 71 C. de Fotos.
  - " Nº 126 C. de Fotos.
  - " " 150 " " " .
  - " " 233 C. de Fotos.
  - " " 320 C. de Fotos.
  - " " 364 " " " .
  - " " 387 C. de Fotos.

FECHA 15/8/92 INICIAL SF7
Procesado a Sistema DPI
OBSERVACIONES

Cabe destacar que la seguridad no contó con ningún despliegue en particular. Solo se efectuaron algunas recorridas entre el público por parte de Jorge GEREZ MOREIRA y el NNM Nº 68 C. de Fotos.
El resto permaneció en todo momento en las inmediaciones del Estrado y cerca de las Personalidades partidarias.

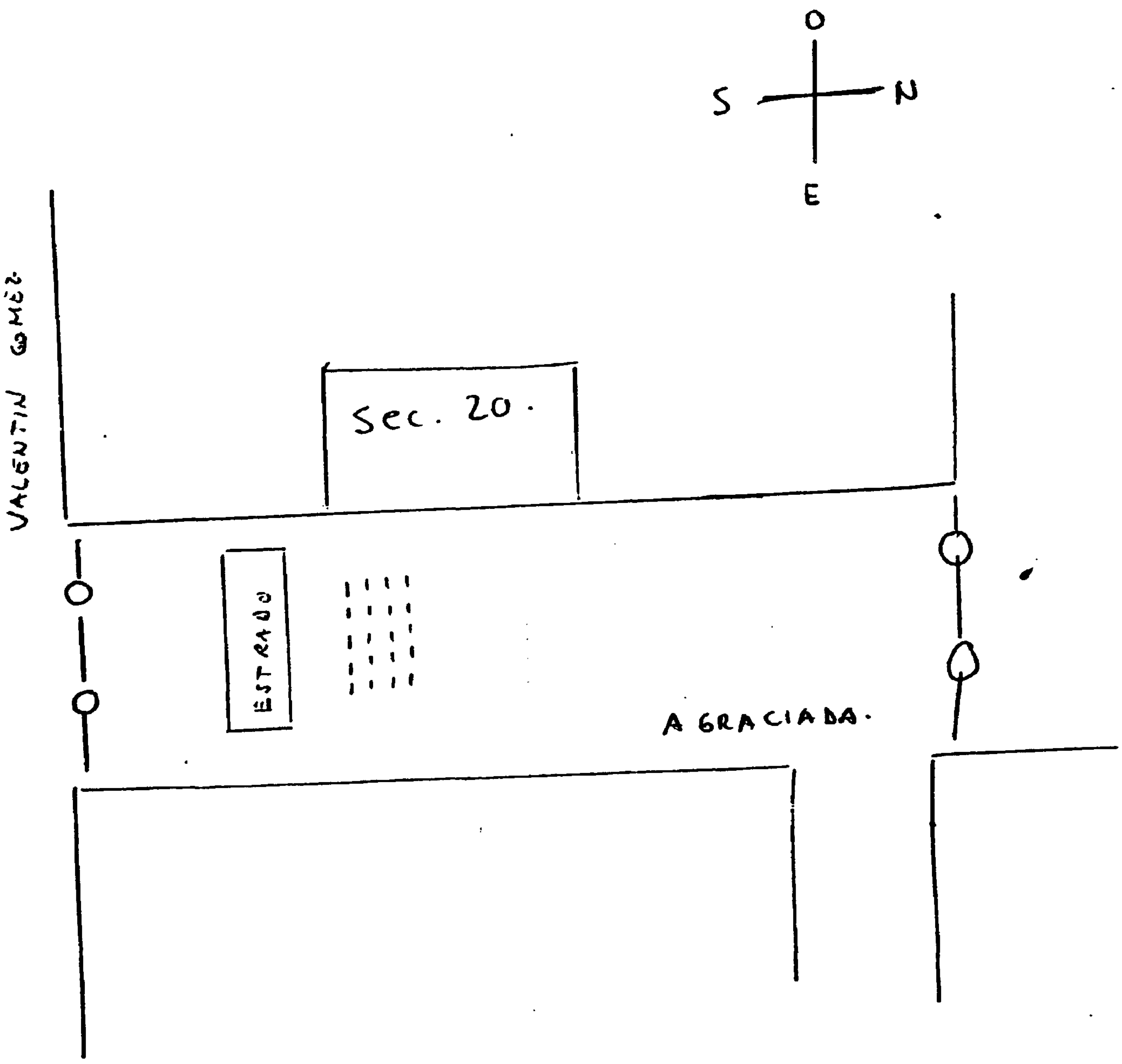
<u>Nota</u>: - Al finalizar el evento es enganchado el elemento de Seg. Nº 68 C.de Fotos arribando a la dirección <u>Rodriguez Mendez 5232</u> (Barrio la Paloma).
Cabe destacar que dicho elemento es considerado un elemento "pesado" dentro de la seg. del PCU por las oportunidades en las cuales a actuado y su comportamiento en las mismas.

...//

//...

- Además el mismo es uno de los que participó del incidente mencionado en el Inf. 614/88 en oportunidad de desarrollarse una Conferencia del PCU.

CROQUIS DEL ESTRADO.



9203253

005/5

ORIGINAL

Hoja 1 de 1

Copia — de —

ARCHIVO

Q203254

Montevideo, 04 de Mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920155/S.O.E

I.- ASUNTO: Ampliación Memorandum Nro. 920152

II.- REFERENCIA: Acto 1° de Mayo.- Matrículas detectadas

III.- T E X T O:

Durante la jornada del 1° de Mayo se detectaron las siguientes matrículas vinculadas a las actividades convocadas por el PIT-CNT con motivo de celebrarse el "Día de los trabajadores":

65156	60063	20080	63001	61492	70035
17412	13133	84147	68527	77094	85031
67632	64202	71830	70726	30475	45243
80180	505308	521306	243306	523863	182285
523146	230740	539329	142047	508731	117478
144546	199595	277306	173405	161618	82070
73419	222304	210669	516984	192645	161314
282250	163232	152558	227480	582480	582254
297774	149195	268754	208800	510996	107247
218773	284649	188519	189522	2455[illegible]	257310
168589	246428	209210	267209	23[illegible]779	148956
134915	134915	519206	139955	265928	281350
518760	539245	156194	131966	179413	220806
202803	137635	186149	132051	185181	170708
283058	252938	531013	218156	109916	170824
525836	213286	580574	240837	285769	171577
280174	219372	252422	168325	210358	540237
164150	178824	242142	256681	171706	142735
281053	200201	900812	290001	196160	534160

521609 140311, pertenecientes al departamento de Montevideo;

AA12194 AG90293 AD83474 AX2568 A041744 AH34210, pertenecientes al departamento de Canelones;

20073 50654 60063, pertenecientes al departamento de Salto;

101490 de Soriano; N-30886 de Flores; 90909 de Nueva Helvecia (Colonia)

B2-347471 B1-12060, pertenecientes al departamento de Maldonado; [illegible]40-286 de Cerro Largo; 400218 de Florida; CA9155 perteneciente al departamento de Rocha.

IV.- TAREAS PENDIENTES: Solicitud de registros de las mencionadas matrículas a Policía de Tránsito.-

V.- DISTRIBUCION: Original-Jefe del Departamento I.
Copia 1-Jefe del Departamento III(OP)-Archivo

000002

07/5/92

001/1

9203255

ORIGINAL

1/2

MEMORANDUM No. 920140 .R.E.I/Fecha 29/04/92

FECHA 4/9/92 INICIAL OO

I: ASUNTO: INFORMACION GENERAL

II: REFERENCIA: 607-I-HF

III: EVALUACION: B-3

IV: TEXTO: COORDINADORA "F"

- Se tomó conocimiento que el tema central tratado en la reunión realizada el día martes 21 del corriente mes fue el recibimiento de las personas que integran la "marcha del Espinillar".

OCUPACION DE TERRENO EN EL CERRO

- Se tomó conocimiento que los terrenos que se estarían ocupando en dicho barrio lo estarían haciendo integrantes del MLN como así también del MRO y PVP. Referente a éste tema el día miércoles concurrió a dicho lugar el Edil Ramón CABRERA (PC-C/A) el cual luego de una charla con integrantes de las diferentes carpas que ocupan dicho terreno, decidió hacer una nota a OSE y UTE para hacer las entradas correspondientes al agua corriente y la luz.

Consultado Rodriguez la anotación corresponde a ficha Nº 171 568-9 (00)

MATE AMARGO Y TUPAMARO

- Se ha podido saber que OSVALDO MAIDANA (MLN-C/A) comenzará a trabajar desde mayo en los Semanarios citados.

MARCHA DEL ESPINILLAR

- Hoy por hoy no se sabría donde y cuando llegará dicha marcha ya que entre sus adherentes se encuentran diferentes tendencia. Por un lado la Vertiente Artiguista quienes representa en cierta manera a la FANCAP y por otro militante del MLN y M26M. El asunto o problema es cuando, se hace llegar dicha marcha, si el 30 de abril o el 1ro. de Mayo, al comienzo del acto del PIT/CNT.
Esta última tésis la plantean los ultras mencionando que si se hace de éste modo el acto se "verá" muhco mas combativo. Por el contrario los Renovadores de la izquierda quieren o mantienen la hipótesis que la marcha debe llegar a Montevideo el día 30 a los efectos de coordinar con éstos el acto del 1ro. de Mayo.

MOVIMIENTO 26 DE MARZO

- El día viernes 24 y sábado 25 en el Local Central de dicho Movimiento se llevó a cabo un Encuentro Nacional de Trabajadores.

"LA REPUBLICA"

Finanzas

- Se pudo establecer que una de las tantas entradas de dinero para dicho periódico se recibiría de la "Social Democracia Francesa".
Esto se debió a que F. FASSANO trabajó y trabaja como escritor-columnista en el Semanario "Le Monde Diplomatique" (Aprox. 15 años).
Actualmente las personas que llevan adelante la parte Administrativa Contable a F.FASSANO serían Alejandro REGINESI y Horacio LORENTE asesorado por Néstor MOLINA DIAZ.
No obstante a ésto otra persona importante a nivel financiero es, Diego PORCELLI LOPEZ quien actualmente maneja fuertes sumas de dinero, a las cuales se les desconoce su remitente como así su destino.

9203255

001/2

FEDERICO FASSANO (Argentino - C/A)

- Se tomó conocimiento por parte de ésta Agencia que en su inicio laboral F. FASSANO comenzó a trabajar como periodista (siendo muy humilde económicamente). A través de su 1ra. esposa comenzó a trabajar en el Diario "YA" posteriormente en "EXTRA", luego en "DEMOCRACIA" y por último "DE FRENTE".
Su participación política fue en la Juventud Socialista. Debido a su profesionalismo comenzó una serie de relaciones las cuales lo elevarían personalmente y económicamente.
Durante el regimen civico-militar vivió en México donde muy habilmente se autodenominó exiliado a través de ésta denominación explotó su profesionalismo, escribiendo notas, exponiendo en Conferencias y elaborando un libro el cual luego le pondría como título "Paren las rotativas".
Durante su estancia en México comienza a escribir en "Le Monde Diplomatique" y a relacionarse con la Social Democracia Francesa como así tamibén con la Masonería.
Al llegar a Uruguay toma contacto con una serie de personas con la finalidad de editar un periódico. Dichos contactos se plasman posteriormente en El diario "La República". Se comenta que tuvo, y tiene actualmente mucha información concerniente al MLN, y como así también de aquellos Movimientos de Liberación en Latioamérica.
Debido a la muerte de unos de sus hijos, el cual se suicida arrojándose del Edificio "Rambla" luego de haber ingerido drogas, éste comienza a escribir escritos sobre la droga y sus vinculaciones. Para tal hecho le solicita a NN BARREIRO (Responsable de los Cuadernos de Marcha y del Tercer Mundo) su escritura y posterior corrección; pero éste libro jamás llega a editarse debido a presiones sobre la persona del citado, por parte de gente vinculada al narcotráfico.
Hoy por hoy mencionada persona se encuentra casado con Isabel VILLAR, de nacionalidad Argentina y de profesión abogada (se desempeña en el área laboral).
Pudiéndose establecer que dicha mujer es lesbiana y realiza notas ha determinadas editoriales sobre violencia a la mujer y lesbianismo.
Referente a su persona se pudo saber que es egocéntrico, de vida sexual asexuada (nunca se le vió con una mujer sin ser su esposa), se "dice" a nivel "lumpen" que es homosexual pero verdaderamente no se le ha podido detectar tal desviación.
Su familia estaría conformada:por su esposa, una hija (actualmente vive en Francia) y un hijo (el cual trabaja en "La República.)
Hasta el momento, ninguna persona allegada a él pudo determinar sus entradas de dinero como así también su conducta personal.
Se comenta a nivel periodístico que junto con N.MOLINA formarían una empresa de televisión por cable.
Se tomó conocimiento que F.FASSANO esta "MUY" comprometido con el MLN pero hasta el momento se desconoce el contexto de tal compromiso.

002/2

9203255

FECHA 6 / 9 / 92 INICIAL (00()

ARCHIVO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO I
(SS)

Montevideo , 1 de Mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M N°20/92.-

ASUNTO: Información obtenida de escucha de Audición Especial realizada el día 1 de Mayo de 1992, en CX 44 Radio Panamericana.

T E X T O: Una persona realiza una llamada a la Radio CX 44 , por la cual "saluda a los integrantes de la marcha de obreros del Espinillar diciéndoles que sigan adelante con su lucha", agregando que se trata de una maestra de nombre MIRIAM CARBALLO, que estuvo en Belen de 1972 a 1976 y que actual mente reside en el Euskal Erria 72.-

Agrega que participara en el acto del PIT/CNT, que se realizara en la fecha.-

EVAL: F-6.

El Jefe del Departamento I/D.G.I.D
Tte.Cnel.
Tomas Cassella

DPTO. I
05/5/92
PROC.

01 - 001/1

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 05 MAYO 1992
Pasa a Archivo
Nº. de Orden 9203261

SECRETO

EMBAJADA DE CHILE
AGREGADURIA MILITAR
URUGUAY

EJEMPLAR No 1/2 /HOJA No 1/1 /

A.M.UG.(S) No 2410/03 /

DEPTO II.Ext y Narc.

OBJ. : Remite información solicitada.

REF. : Pedido de Informe Nr.002/92 (S) de fecha 16.MAR.992.-

MONTEVIDEO, 22 ABR. 1992

DEL AGREGADO MILITAR A LA EMBAJADA DE CHILE EN URUGUAY

AL JEFE DEL DEPARTAMENTO II (EXTERIOR) EJTO. R.O.U.

1.- Por el documento citado en "Referencia", US., solicita información sobre el ciudadano Chileno LEONARDO DAMIAN GONZALEZ TERRA.

Al respecto se informa a US. que la persona consultada no registra a la fecha antecedentes negativos,

2.- Su conocimiento y fines.

Saluda a US.,

ALEJANDRO MARTIN JUNEMANN
Coronel
Agregado Militar

EMBAJADA DE CHILE - MONTEVIDEO - URUGUAY - Agregaduría Militar

DISTRIBUCION:
1.- DEPTO II.(EXTERIOR) EJTO. R.O.U.
2.- A.M.UG. Archivo/

01-01

9203262

D610

DIRECCION NACIONAL DE CARCELES PENITENCIARIAS Y CENTROS DE RECUPERACION.-

OFICIO Nº 306/92

OBJETO: S/ Sol. antecedentes.-

s.m.

Montevideo, abril 27 de 1992.-

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO Nº3 DE LA D.N.I.I.-

Por la presente solicito a Usted tenga a bien disponer lo pertinente a fin de que se informe a esta, si los ciudadanos que a continuación se detallan poseen antecedentes, en virtud que los mismos realizan trámite de ingreso en esta Unidad Ejecutora.-

1) Alicia Rossana SILVA GARIBALDI, C.I.Nº1.769.535-5, C.C. Serie B.N.B. Nº 47185, fecha de nacimiento 21/9/69, Dom: Juan J. Rousseau Nº 4509, Montevideo.-

2) Graciela Jacqueline SUAREZ MALDEZ, C.I. Nº3.636.303-4, C.C. Serie B.Z.C. Nº 5711, fecha de nacimiento 13/1/73, Dom: Camino Edison Nº 5172, Montevideo.-

3) Laura Silvana MONTEVERDE LIMA, C.I. Nº 1.945.965-9, C.C. Serie B.C.D. Nº 7450, fecha de nacimiento 28/1/72, Dom; Sepe Nº 1704, Montevideo.-

4) Genny Ann MARTINEZ GOMEZ, C.I. Nº 1.408.381-0, C.C. Serie B.P.A. Nº 13471, fecha de nacimiento 28/12/58, Dom:Gil Nº 815 Apto.127, Montevideo.-

5) Ruth TECHEIRA FLORES, C.I. Nº 2.565.027-4, C.C. Serie B.N.A. Nº 46029, fecha de nacimiento 11/8/67, Dom: ortiz de Zarate Nº3911, Montevideo.-

6) Eugenia BONILLA PINTOS, C.I. Nº2.801.493-4, C.C. Serie A.Z.A. Nº 35567, fecha de nacimiento 23/6/66, Dom: Ciudad de Bahía Nº 2145, Montevideo.-

7) Marta Susana NERON SANCHEZ, C.I. Nº 3.520.625-1, C.C. Serie O.E.A. Nro. 8.008, fecha de nacimiento 10/7/70, domicilio: Ruta 1, Kmt.50,500, Barrio Libertad, San José.-

155

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha de entrada 05 MAYO 1992
ANTECEDENTES
Nº 9203283

CC 1/4

///...8) Cheyenne Ricardo CARDOZO LOPEZ, C.I. N°2.758.042-7, C.C. Serie A.C.B. N° 10035, fecha de nacimiento 20/8/66, Dom: Hum N° 3573, esquina Juan Acosta, Sec.Pol.12, Montevideo.-

9) Jorge Carlos GONZALEZ MONTES, C.I. N° 3.212.797-7, C.C. Serie M.F.A. N° 11180, fecha de nacimiento 20/6/68, Dom; Oficial B. N° 3970 entre Paso de la Española y Calle A, Montevideo.-

10) Juan Carlos CUTURIA BURGOS, C.I. N° 3.442.582-0, C.C.Serie B.O.A. N° 15128, fecha de nacimiento 1/3/71, Dom: oficial 1 N° 4857, Sec.Pol. 17, Montevideo.-

11) Daniel Guillermo INCHAUSTI ANSELMI, C.I. N° 1.552.465-7, C.C. Serie B.M.A. N° 2830, fecha de nacimiento 17/3/66, Dom:Reyes N° 1345, esq. Millán, Sec.Pol. 12, MOntevideo.-

12) Mauricio Alberto ORONA GELVEZ, C.I. N° 3.071.018-6, C.C. Serie L.A.A. N° 35145, fecha de nacimiento27/7/72, Dom: Lavalleja N° 1962, Sec.POl. 2da.,Río Negro.-

13) Luis Ramón MAS IBAÑEZ, C.I. N° 3.422.607-4, C.C. Serie C.D.A. N° 79357, fecha de nacimiento 7/4/68, Dom: Simón del Pino N° 572,Sec. Pol. 2da,Rivera.-

14) Alexis BIANCHI CORREA, C.I. N° 1.930.201-7, C.C. Serie B.C.D. N° 7366, fecha de nacimiento 25/5/72, Dom: Carlos Racine N° 2495, Sec.Pol. 18, Canelones.-

15) Carlos Aníbal SILVEIRA DAVILA, C.I. N° 3.078.369-0, C.C. Serie H.B.A. N° 23462, fecha de nacimiento 3/10/72,Dom: Dionisio Chusoni N°834,Sec.Pol.3era. Rivera.-

16) Eduardo RICCI IMPERIAL, C.I. N° 1.459.119-4, C.C. Serie B.A.B. N° 38405, fecha de nacimiento 9/9/56, Dom: Rivera N° 2679 bis, Apto 4, Montevideo.-

17) Daniel José OROÑO CARRERAS, C.I. N° 2.960.040-5, C.C. Serie O.B.C. N° 6458, fecha de nacimiento 17/9/72, Dom: Lavalleja 874 Sec. Pol. 2da. de San José.-

18) Marcelo Adrián CARDOZO GARCIA, C.I.N° 1.989.002-2, C.C. Serie B.P.A. N° 19.583, fecha de nacimiento 15/3/68, Dom: Mariscal Foch 1020, Sec. Pol. 8va. de Montevideo.-

19) Gustavo PREBELA, C.I. Nº 1.902.233-0, C.C. Serie B.D.A. Nº 74.254, fecha de nacimiento 7/8/63, Dom: Juan J. Severino 7901 apto. 2, Sec.Pol. 18a. de Montevideo.-

20) Beatriz DEQUE, C.I. Nº 3.300.609-5, C.C. Serie B.Z.A. Nº 29764 Fecha de nacimiento 29/7/61, Dom: Capitán Basedas 532, Sec. Pol. 8a. de Montevideo.-

21) Hugo Daniel VIZCAINO ESTEBAN. C.I. Nº 1.274.440-0. C.C. Serie B.Z.B. Nº 37362, fecha de nacimiento 9/3/51, Dom: Isla de Gorriti 2015, Sec. Pol. 4a. de Montevideo.-

22) Ataídes Adán ACOSTA BANDERA, C.I.Nº 2.594.616-8, C.C. Serie H.A.B. Nº 39009, fecha de nacimiento 25/9/65, Dom: Gabriel Anolles 1187 Sec. Pol. 1a. de Rivera.-

23) Jorge Bernardo SILVA, C.I.Nº 3.504.922-3, C.C. Serie C.M.G. Nº 1391, fecha de nacimiento 15/10/62, Dom: Barrio Los Silos, Manzana B Solar 10 detrás de lechería de Broti, Sec. Pol. 3a. de Rivera.-

24) Hugo CASTRO GARCIA, C.I.Nº 1.580.687-1, C.C. Serie K.A.A. Nº 25042, fecha de nacimiento 21/8/56, Dom: Calle 1 S/N casi Avda Central, Sec.Pol.21a. de Canelones.-

25) Juan MELLO DUARTE, C.I.Nº 3.988.944-1, C.C. Serie B.R.A. Nº 40510, fecha de nacimiento 3/12/72, Dom: Fernando Men S/N entre Pororó y Garzón, Sec.Pol.21a. de Montevideo.-

26) Isabelino LEAL SILVA, C.I.Nro. 3.950.340-3, C.C. Serie C.D.A. Nro. 79457, fecha de nacimiento 19/10/73, Dom: Garibaldi 319, Sec.Pol. 4a. de Canelones.-

27) Francisco Jonhy ROSKOFF CARDOZO, C.I.Nro. 3.267.226-7, C.C. Serie H.A.B. Nro. 3884, fecha de nacimiento 1/11/65, Dom: José Pedro Varela 470, Sec.Pol.2da. de Rivera.-

28) Juan Marcelo TECHERA CANOSA, C.I. Nro. 3.471.679-2, C.C. Serie B.R.A. Nro. 40530, fecha de nacimiento 26/3/74, Dom: Carve 5716, Sec.Pol. 21a. de Montevideo.-

Saluda a usted atentamente.-

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO DE PERSONAL

Crio. NERY TECCO VIERA

003

9203263

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
S E C R E T A R I A

O F I C I O No.540/92.LEUD.lrr.
REFERENCIA: SILVA GARIBALDI:Alicia Rossana y Otros.
ANOTACIONES: que puedan registrar.

=S E S O L I C I T A=

Montevideo, 30 de abril de 1992.

SEÑOR DIRECTOR DE LA D.G.I.:

Por el presente y por donde corresponda solicito a Usted, tener a bien disponer lo pertinente a fin de que se informe a esta Dirección Nacional, las anotaciones que registren los ciudadanos que se mencionan en lista adjunta (Oficio No.306/92 de D/N Carceles)

Saluda a Usted atentamente

EL DIRECT[illegible]
INSPECT[illegible]
[illegible] CLAVERIA

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
Fecha: 05 ABR. 1992
Pase a: SDI
Nº. de identificación: 9203263

155

004/4 9203263

3 8 92 44

RESERVADO

7/3

M. D. N. SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	30ABR92				HORA:
		PEDIDO DE INFORMES: 24/92					

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 15MAY92

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION: B - TEXTO

- Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.

14 8 92 hh

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION ... DE DEFENSA SECRETARIA
Fecha de Entrada 05 ABR 1992
Pasa a SDI
Nº de Identificación 9203264

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION:
D.G.I.D.
Dpto.II E.M.E.
D.E.I

FIRMA: El Jefe del Departamento II (Inf.) E.M. S.S.FF.AA.
Coronel
Julio M. Fernández.

SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS - ESTADO MAYOR - DEPARTAMENTO II - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

156a

RESERVADO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 05 MAYO 1992
ANTECEDENTES
Nº 9203264

001/3

Montevideo, 30 de abril de 1992.-

ALTAS DE PERSONAL SUBALTERNO CON FECHA 1/4/92 AL S.S.FF.AA.

1.- FERNANDEZ RIVERO María Gabriela.

Fecha y lugar de nacimiento: 24/4/64 Montevideo.

C.I. 1.966.202-7

C.C. B.D.D. Nº 6229

Domicilio actual: Ruta 84 Km.0 Cno.del Andaluz S.6 M.7 S/N

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Sixto Aurelio FERNANDEZ SILVERA

Nombre de la madre: Gladys Rivero (Fallecida)

Nombre del cónyuge:

2.- GULARTE Isolina.

Fecha y lugar de nacimiento: 24/8/54 Montevideo.

C.I. 1.601.658-4

C.C.B.T.A. Nº 16.879

Domicilio actual: Calle 12 Nº 127 bis Barrio Villa Esperanza

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Leiva GULARTE GONZALEZ

Nombre de la madre: Doraci FERREIRA CAMEJO

Nombre del cónyuge: Rivera Antolino JUAYEK PEREZ

3.- SILVERA MARQUEZ Nidya Viviana.

Fecha y lugar de nacimiento: 5/1/68 Montevideo.

C.I. 2.734.476-2

C.C. B.D.A. Nº 86.363

Domicilio actual: Perseverancia Nº 5014

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Jorge SILVERA

Nombre de la madre: Zulema MARQUEZ (Fallecida)

Nombre del cónyuge: Gustavo GOMEZ

RESERVADO

002

9203264

RESERVADO

ALTAS DE PERSONAL SUBALTERNO CON FECHA 1/2/82 AL 3.3.FF.AA.

4.- QUINTAS MORAES María Carola.

Fecha y lugar de nacimiento: 21/5/69 Montevideo.

C.I. 1.713.695-3

C.C. A.U.A. Nº 19.409

Domicilio actual: Juan Ramón Gómez Nº 2968

Nombre del padre: Omar Edison QUINTAS PEON.

Nombre de la madre: María Cristina MORAES DE MIRANDA.

8203264

003|3

RESERVADO

I.122.-   ARCHIVO   1/1-5

Montevideo, 5 de Mayo de 1992.-

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A.: Está prevista para el día de mañana una reunión en el Consejo de Salarios. Se destaca que en la Asamblea realizada el día 30/IV/se resolvió facultar al ejecutivo para tomar las medidas que este crea conveniente.-

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.: El día 20/V/ se realizará una Asamblea en el local de la I.A.SAA. a fin de estudiar la situación del gremio.-

LANASO: La situación permanece incambiada.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

UNION DE TRABAJADORES DE [illegible]: Todavía no se ha resuelto respecto a las medidas a tomar con respecto a los paros convocados estando este a estudio.-

//

2)- **INFORMACION ESTATAL**

FED. DE FUN. DE SALUD PUBLICA: El 8/V/se levantará el cuarto intermedio.-

C.O.F.E.: Está previsto que para el día 6/V/ a la hora 18.00 se reuna la Mesa representativa en su local, para el día 7 se provean movilizaciones con volanteadas en los horarios de las 10.00 y las 11.00. Cabe destacar que la actividad en el día de ayer fué normal.-

//

Doc. Poco Legible

Nº. DOCUMENTO

TITULO Pluna negocia para establecer vuelos entre Mdeo y las Malvinas.

PROCEDENCIA 150024

FECHA 26-2-92

VI. ... 10033

12456

ENTRADO RS.

CRUZADO RS.

Pluna negocia para poder volar a Malvinas

Clarín 26/2/92

La empresa estatal de aviación uruguaya Pluna inició consultas ante el gobierno británico para establecer vuelos regulares entre Montevideo y las Malvinas sin pisar suelo argentino.

Antes de que Pluna tome una decisión final al respecto se necesitará aún más tiempo "por distintos motivos", según explicó ayer en la capital uruguaya el director de la empresa Juan Carlos Bugallo.

Pluna, que hoy iniciará un proceso de privatización parcial, una vez que consiga la autorización para volar estudiará la frecuencia en que podría ofrecer sus servicios y si, además de carga, transporta pasajeros.

El gobierno argentino "en principio" no ofrecería objeciones al proyecto, según afirmó el funcionario uruguayo.

El anuncio del proyecto [illegible] cionado con el interés de la [illegible] aumentar sus servicios y [illegible] mo paso previo a su privatización parcial, según admitieron fuentes de la firma estatal.

El proyecto reemplazará un primer intento de una pequeña empresa de aviación privada uruguaya de hacer el trayecto, que fue rechazado por los isleños porque debía hacer una escala técnica en suelo argentino.

Actualmente las Malvinas sólo recibe vuelos desde Punta Arenas, Chile, y los aviones de carga militares británicos que llegan desde Londres o la isla Ascensión.

01/01

9203266

El riesgo del estancamiento y la rutina en las conversaciones. El miércoles reinician ronda con Londres

Gran Bretaña sigue dilatando la negociación por Malvinas

Escribe
Federico Ruiz Guiñazú
Presidente del Centro Argentino de Estudios Geopolíticos

El canciller **Di Tella** en un artículo periodístico reciente, **"Nuestro desafío japonés"**, expresaba: **"Los países desarrollados han optado por privilegiar la eficacia, el crecimiento y la competitividad de las economías... antes que el prestigio político-militar y la retórica de cierta diplomacia antigua"**.

Tenemos plena conciencia de la importancia de la actividad económica en las relaciones internacionales, pero consideramos que los otros dos factores son igualmente decisivos. ¿Cómo ignorar que los Estados Unidos triunfaron en la Guerra del Golfo, y en la Guerra Fría por su potencialidad político militar y su capacidad de "disuasión" consecuencia de ella?

En cuanto a **"la retórica de cierta diplomacia antigua"**, advertimos que es la usada por el Reino Unido, hoy y desde siempre. **Salvador de Madariaga** decía que los ingleses son los maestros del circunloquio. **Pueden pasarse siglos negociando, sin llegar nunca a una solución definitiva, si no conviene a sus intereses.** Es el caso de **Gibraltar**, cuyas tratativas comenzaron con el Tratado de Utrecht en 1713, o es el caso de **Malvinas**, usurpadas desde hace más de un siglo y medio (1833).

Acertada fue la gestión inicial de este gobierno, al descongelar las relaciones interrumpidas con Inglaterra. Hoy las conversaciones recaen en el estancamiento y la rutina. Así lo demuestra la reciente visita del vicecanciller **Tristan Garel-Jones**.

Creemos que el señor Presidente cometió un error al autoinvitarse para visitar Inglaterra este año. No ha tenido experiencia diplomática en su trayectoria de hombre público, que en este caso no fue suplida por un inteligente asesorzmiento, indicándole que se trata de un país que hace un culto de las formas protocolares y con el cual nuestras relaciones están prendidas con alfileres.

El alto funcionario británico expresó amablemente, que el Presidente **sería muy bien recibido porque su visita "cerraría el capítulo del entendimiento"**, pero que estimaba, aunque no estaba muy al tanto del protocolo (¿el vicecanciller?), que hasta 1994 o 1995 estaban cubiertas las visitas de Estado en su país.

- **Convenios**

Antes de su venida también había anunciado nuestra Cancillería, que propondría someter el caso Malvinas a un arbitraje. Al no encontrar eco en su interlocutor, el canciller **Di Tella** anunció que esa eventual propuesta, sería sustituida por un **"menú de opciones"** a someter a Gran Bretaña.

El resultado práctico ha sido la firma de tres convenios: uno referente a la frecuencia de vuelos entre ambos países; otro sobre familiares de diplomáticos; el tercero sobre el sistema de visas para ciudadanos de Hong Kong. Los tres asuntos poco o nada tienen que ver con la cuestión de fondo. Por lo visto fue una conversación de sordos.



Guido Di Tella

La estrategia británica puede sintetizarse así:

1°.- Cumplir formalmente con las resoluciones de la ONU, impuestas tras apabullantes votaciones en la Asamblea General a favor de las tesis argentinas.

2°.- Tratar de quedar bien con la comisión de descolonización. A tal fin ha disuelto la FIC (Falkland Islands Company), virtual propietaria de la economía de las islas y ha transferido sus tierras a los kelpers.

3°.- Seguir la táctica empleada exitosamente en Gibraltar, consistente en colmar de beneficios a los residentes de la colonia, para que se opongan tenazmente a la devolución a su legítimo dueño. A los kelpers se los ha beneficiado con los cánones de pesca, lo cual ha elevado considerablemente el nivel de vida de quienes, su madre patria siempre había considerado "ciudadanos de segunda".

4°.- Dar largas al conflicto, guardando las formas, sin definirlo. Así lo expresó **Sir Geoffrey Howe**, ex canciller del reino, a su colega alemán, **Hans-Dietrich Genscher**, cuando éste le preguntó en cierta ocasión: **¿Qué hay de las reivindicaciones argentinas sobre las Malvinas?** Tenemos en la diplomacia inglesa un antiguo adagio, respondió sonriente, **"never say never" (nunca decir nunca).**

Qué lejanos parecen los hechos de la Segunda Guerra Mundial, cuando **Winston Churchill** responde a los requerimientos del secretario de Estado **Cordell Hull**: **"Lamento no poder acceder a su pedido, no podemos romper relaciones con la Argentina, porque el ejército inglés se quedaría sin alimentos".** Nuestro país era indispensable para Inglaterra. Hoy no lo es. Si queremos recuperar las Malvinas debemos volver a serlo.

Y dos cosas más. La primera, insistir sin descanso en la ONU sobre la falacia de mantener negociaciones insustanciales. La segunda, no declamar en cada coyuntura nuestro pensamiento diplomático en alta voz. Es algo que podemos aprender de los ingleses.

Nueva ronda d[...] conversacione[...]

El miércoles se reiniciará la ronda de negociaciones entre Argentina y Gran Bretaña a propósito de las islas [...]nas. *Tal como fuera previsto en el comunicado conjunto argentino-británico del 9 de diciembre del año pasado en Londres, se realizará en Buenos Aires entre el 26 y el [...] febrero la primera reunión del Grupo de Alto Nivel [...] cancillerías de ambos países.*

La delegación argentina será encabezada por el di[...] general de Política Exterior, embajador Fernando Pe[...] y será integrada, entre otros, por el consejero legal, [...]tro Alberto Daverede y el director de Malvinas, [...] Sur y Antártida, José María Otegui.

Tanto el Palacio San Martín como el Foreign Office [...]tarán de compatibilizar, en un análisis conjunto, los [...]ses en torno a la posibilidad de cooperar en la explo[...] de los recursos minerales y petroleros de la plataforma [con]tinental submarina que se prolonga y rodea el archipiélago malvinense. Influirán en ello las medidas [...] das por Argentina y Gran Bretaña a propósito de [...]chos soberanos sobre las islas. El tema de la soberanía [...] protegido por la salvaguarda de su "paraguas", [...] cual ambos países mantienen intactos sus reclamos [...]riales.

01-01

9263267

1/2/92

Fin de una polémica: José Juliá se retirará a fines de este mes

BUENOS AIRES. (EFE).- El jefe de la Fuerza Aérea Argentina (FAA), José Juliá, se retirará del servicio activo antes de finales de febrero tras año y medio de sucesivas polémicas con el Gobierno, entre ellas la cancelación del programa de misiles "Cóndor II", informaron fuentes gubernamentales.

El jefe militar se ha visto implicado desde setiembre de 1990 en varias polémicas públicas con funcionarios del gobierno del presidente argentino, Carlos Menem, y una denuncia por "mala administración" presentada a la Justicia por su anterior segundo, el brigadier Tomás Rodríguez.

Desde finales de 1990 Juliá sufrió las presiones de los Ministros de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella, y de Economía, Domingo Cavallo, quienes, a petición de Estados Unidos, le exigieron el desmantelamiento del programa de misiles "Cóndor II", financiado según Washington con fondos iraquíes.

El 17 de mayo de 1991 el brigadier Ernesto Crespo, antecesor de Juliá al frente de la aviación, consideró que si Argentina dejaba de fabricar el misil se convertiría "en un país bananero", tras lo cual pidió la baja en las filas de la institución.

El programa, a pesar de las críticas desde la Fuerza Aérea, fue cancelado "de manera irreversible" por el gobierno de Menem el 28 de mayo de 1991.

A primeros de agosto Juliá sancionó al brigadier Héctor Sambrizzi, agregado aeronáutico de Argentina en Estados Unidos, por haber ordenado la compra directa a una compañía noruega de un sistema de señalización de aeropuertos por 18 millones de dólares.

La operación, realizada en 1988, fue investigada por el brigadier Tomás Rodríguez, quien llegó a la conclusión de que había existido una irregularidad grave, por lo que reclamó a Juliá que Sambrizzi fuera destituido.

Juliá se inclinó por una sanción de 30 días de arresto, lo que garantizaba que a finales de año Sambrizzi debería pasar a retiro de forma obligatoria, pero su segundo entendió que la medida era insuficiente y amenazó al jefe del Arma con denunciarlo por complicidad.

El jefe de la aviación destituyó entonces a Rodríguez, quien de inmediato se dirigió al Palacio de los Tribunales para querellarse contra Juliá.

El fiscal federal Gustavo Bruzzone solicitó a finales de diciembre el procesamiento de Juliá y, aunque fuentes judiciales y asesores legales de la Fuerza Aérea dijeron que el brigadier "no es responsable de los delitos que se le imputan", allegados al militar admitieron que "el desgaste de estos dos años ha sido muy grande como para que continúe" en servicio.

Las mismas fuentes indicaron que la exigencia norteamericana de "destruir" la fábrica del "Cóndor II", en la localidad de Falda del Carmen, en Córdoba, "ha influido también en el ánimo de varios brigadieres en actividad, que no están dispuestos a seguir en activo si deben cumplir una orden semejante". ■

[illegible] ERA PARA LA RECONVERSION DE LOS MIRAGE III

Otra polémica en un precontrato

[illegible] entre los mandos de [illegible] Mirage III. El [illegible] chocó con su Estado [illegible] de ese cuerpo [illegible]. Los integrantes del organismo técnico del arma criticaron la celeridad con que se habría firmado el precontrato con una empresa, antes de haber estudiado la oferta. Uno de los brigadieres que integraba ese [illegible] fuertes [illegible] su conducción. El jefe [illegible] restó importancia al malestar.

Una nueva polémica envuelve al jefe de la Fuerza Aérea, José Juliá, esta vez por haber tramitado la adquisición, presuntamente irregular, de servicios y material para la reconversión de aviones Mirages III, según revelaron a *Clarín* fuentes de la propia fuerza.

Como se recordará, Juliá ya había sido cuestionado en junio pasado por el entonces subjefe del Estado Mayor, brigadier Tomás Rodríguez, quien denunció ante la Justicia a su superior acusándolo también de irregularidades en la compra de repuestos por valor de 18 millones de dólares.

El nuevo cuestionamiento a Juliá, que hasta ahora solo había sido materia de discusión interna, se agrega al pedido de procesamiento que por la denuncia de Rodríguez hizo el fiscal federal Gustavo [illegible].

En este caso se trata de un precontrato con la empresa española CESEL SA, una historia que comenzó en 1990 con la firma del Tratado de Cooperación Mutua celebrado con el gobierno de España. Por este convenio, el Ministerio de Defensa argentino accedía a un crédito por [illegible] de 300 millones de dólares destinado al mejoramiento y reequipamiento de las tres fuerzas armadas.

En aquella oportunidad, Defensa solicitó a los jefes del Estado Mayor que [illegible] sus [illegible] necesidades y que elevaran los requerimientos en función de ellas. La Fuerza Aérea consideró prioritaria la reconversión de sus aviones Mirage, lo que demandaría una porción considerable del total del crédito destinado a las tres armas, aproximadamente [illegible] millones de dólares.

Para aquella misma operación, la Armada solicitó un buque [illegible] una inversión de 98 millones de dólares, [illegible] millones [illegible] a Ejército.

[illegible] rio de Defensa [illegible] serían financiados por [illegible] brigadier Juliá firmó un [illegible] CESEL SA sin considerar [illegible]

LOS [illegible]

"Hasta el Presidente [illegible]

El brigadier José Juliá, titular de la Aeronáutica cuyo procesamiento fue pedido por un fiscal, en una entrevista concedida a Clarín, aseguró que se va a [illegible] que [illegible] y que [illegible] de los que [illegible] han creado un [illegible]". Admitió que pudo equivocarse al apresurar contrataciones para la compra de repuestos pero que no piensa irse de la conducción del arma a menos que se lo pida el Presidente.

El brigadier José [illegible] Mayor de la Fuerza Aérea [illegible] renuncia por lo menos [illegible] junio del año pasado, cuando [illegible] Tomás Rodríguez, subjefe del arma, [illegible] só, directamente ante la Justicia, por lo que [illegible] serias irregularidades en la compra directa, [illegible] sin licitación, de material [illegible] llones de dólares. "Se va a [illegible] desde luego, pero [illegible] no han creado un [illegible] esto y no lo [illegible]

—¿Cuánto tiempo va a [illegible] Fuerza?

—Si el Presidente me pide que me vaya [illegible] un segundo. Si no, puede ser que me [illegible] Ahora, ¿ustedes creen que yo puedo ser un [illegible] importante como para merecer tanto [illegible] medios periodísticos?

—Bueno, un jefe de Estado Mayor que pidieron procesado por irregularidades administrativas parece ser un caso al que se le brinda atención.

Ignacio [illegible]

PERO NO FUE APROBADO

Fuerza Aérea por [illegible] que firmó Juliá



El Mirage I, primera versión de la moderna [illegible]. La Fuerza Aérea Argentina busca reconvertir su flota de la serie III.

[illegible] con España, que otorga al gobierno español la prerrogativa de designar qué empresas intervendrán en los proyectos. Otra compañía española, CASA, dedicada al mismo rubro, disputaba con CESEL SA la posibilidad de convertirse en proveedora de la Fuerza Aérea argentina (véase el reportaje).

Juliá encargó al comodoro Jorge Caldarón, director de Abastecimiento, que redactara las cláusulas del precontrato que elevó a CESEL SA cuando, reglamentariamente, el encargado de esta tarea debería ser el jefe del Comando de Material, por entonces el brigadier Roberto Petrich.

La premura con la que actuó Juliá levantó una ola de críticas entre los técnicos de la fuerza, que no habían estudiado la oferta de la empresa española elegida por Juliá, tal como admite en el reportaje de Clarín. Allí, Juliá reconoció la existencia de un precontrato y que solo después de tramitarlo lo "bajó" a los organismos técnicos para su consideración, amparándose en la oportunidad que significaba poder acceder a créditos blandos, cuando esos créditos, en realidad, no dependían de la velocidad con que se los gestionara. Los organismos técnicos, finalmente, desaconsejaron la operación.

Pase a retiro y críticas

En esa comisión técnica participó el brigadier Manuel Villagrán como jefe de Planificación III (Logística), que fue pasado a retiro por Juliá en noviembre pasado.

Villagrán se despidió de la fuerza con duras críticas al jefe del Estado Mayor, reactualizando la crisis interna. Sostuvo que había que saber distinguir siempre el límite "entre la subordinación y la complacencia".

La cuestión se reactivó en junio de 1991, cuando una comisión oficial del Ministerio de Defensa viajó a España para firmar la carta de intención que ratificaba los créditos blandos otorgados por el gobierno español para el reequipamiento de las Fuerzas Armadas pero que, en rigor, no designaba empresa alguna.

En representación de la Fuerza Aérea firmó el abogado José Luis Entin, asesor legal del organismo de coordinación empresarial que preside el brigadier retirado Oscar Juliá (hermano del jefe del Estado Mayor). En ese momento se estableció que la prioridad de los créditos —300 millones de dólares— será asignada a la Fuerza Aérea, por la simple razón de que España estaba en mejores condiciones de ofrecer tecnología [illegible] barga, una [illegible] bre la [illegible] de [illegible] sa israelí [illegible] [illegible] a la [illegible] que la [illegible] versión [illegible] por [illegible] [illegible] aviones, la [illegible]

DEL JEFE DE LA AERONAUTICA

[illegible] se equivocó a veces, al firmar decretos

—[illegible] que hay un fiscal que pide mi procesamiento, y hay otro que pidió mi sobreseimiento. Por otra parte, las denuncias que me han hecho, no le han costado un peso al Estado. Esos contratos nunca se hicieron. De qué me acusan...

—En general, se lo acusa de ser tal vez demasiado expeditivo y de olvidarse de seguir los trámites administrativos correspondientes...

—Para eso existen en todos los organismos las comisiones de controles. No soy rápido, soy ejecutivo, y tengo una enorme confianza en los mandos que dependen de mí. Si yo no firmase nada, seguramente no estaría en la Justicia ni en los diarios. También la fuerza cuenta con su Secretaría Legal y Técnica, como la del Presidente. Y hasta el Presidente se equivocó, a veces, al firmar decretos...

—¿Cuál es el estado de situación del precontrato celebrado con la empresa española CESEL SA, por la reconversión de los aviones Mirage? Hay sectores del arma que lo están cuestionando también por este tema (ver aparte).

—No sé por qué lo harían...

—Porque, dicen, hay un apresuramiento sugestivo de su parte para cerrar el acuerdo con la empresa española, sin esperar los requerimientos técnicos.

—¿Apresuramiento? No, de ninguna manera. Este precontrato que hice tiene su origen en el Tratado de Cooperación de España y la Argentina, y viene de la época en que era ministro de Defensa Humberto Romero. El crédito de que se hablaba en esa época era del orden de los 300 millones de dólares. El Ministerio de Defensa nos solicitó que analizáramos nuestras prioridades. La nuestra era la reconversión de los aviones Mirage, y no la fijé yo, sino el Estado Mayor Conjunto. No fue invento mío, fue estudiado y evaluado por las distintas jefaturas, entre ellas la propia Jefatura III, que presidía el brigadier Manuel Villagrán.

—Justamente, llamó la atención que usted pasara a disponibilidad al brigadier Villagrán, uno de los que integraba la comisión técnica que desaconsejó el acuerdo con CESEL SA ...

—No, miren, son temas diferentes. Todos los años tengo que pasar a retiro a algunos brigadieres para que puedan ascender otros. Eso es normal.

—Pero no todos los años los brigadieres se quejan públicamente por su baja, como fue el caso de Villagrán...

—Pero eso creo que responde más a un problema de personalidad que a otra cosa. Volviendo al tema, en España una de las dos empresas que repara aviones Mirage es CESEL SA la otra es CASA, que nos dijo no estar en condiciones de cumplir con nuestros requerimientos, formulados por una comisión de la Fuerza Aérea integrada por oficiales de la Jefatura III (entre ellos el brigadier Villagrán), por oficiales de la unidad Mirage y del Comando de Operación. Yo no la integré.

—¿Y cuáles fueron las conclusiones?

—La comisión determinó los requerimientos y ese informe fue a CESEL SA, que nos hizo una contraoferta, muy parecida a la reconversión que habían empezado a realizar en los aviones españoles.

—¿Qué pasó con esa contrapropuesta?

—Fue analizada por el Estado Mayor General, donde se la estudió y hubo discrepancias internas.

—El informe de Villagrán...

—Sí. A raíz de esto, devolví los informes y les pedí que decidieran lo que realmente querían hacer, porque sería un crimen perder un crédito a 20 años, con 5 años de gracia y con un interés bajísimo. Sin embargo, vino otro requerimiento de la Jefatura III que prácticamente terminaba pidiendo un avión nuevo. El tema ahora está parado, si bien existe una comisión que está viendo qué pasa con los créditos. Si el crédito se aprueba, habrá que rever los contratos y ver lo que puede hacer CESEL S.A.

—Usted, brigadier, parece no estar en un buen momento. No es la primera vez que alguien cuestiona sus contratos. Su segundo en la fuerza, el brigadier Tomás Rodríguez, fue pasado a retiro después de que le cuestionó a usted la metodología para comprar repuestos por 18 millones de dólares. Después pasó a retiro a Villagrán.

—¡Pero no tiene nada que ver una cosa con la otra!

—Sin embargo, casi todos los integrantes de esa comisión fueron trasladados o cambiados en sus cargos.

—Es un error, solo 3 o 4 oficiales fueron trasladados a otras funciones.

—¿Y cuántos oficiales integraban la comisión?

—No me acuerdo. Y, en realidad, no sé por qué razón la prensa se la ha tomado conmigo.

—Porque usted ha sido muy cuestionado este año. Parece que no hay demasiada tranquilidad en el arma que usted conduce.

—Ustedes me han nombrado solo dos brigadieres hubo muchísimos brigadieres que se fueron durante mi gestión y ninguno hizo planteos.

—Pero uno de ellos era el segundo jefe del arma y además planteó el caso ante la Justicia civil...

—Sí, pero es como si Eduardo Duhalde, cuando era vicepresidente, lo hubiera mandado a la Justicia al presidente Menem en vez de decirle: "Mire, jefe, me parece que aquí se equivocó". Con Rodríguez éramos amigos, yo fui quien lo ascendió a brigadier mayor, le di la Inspección General de la Fuerza Aérea y el área ecónomica. Si yo quisiera robar no pondría a alguien que me controle.

—¿Y cómo explica que el brigadier Rodríguez haya tomado esta actitud, que le significó el corte de su carrera?

—Creo que él pensaba que su carrera se terminaba en julio.

—Pero, ¿por qué Rodríguez pensaba que se iría de la Fuerza?

—Porque habíamos tenido diferentes puntos de vista también había vuelto el brigadier Corino, que era más antiguo que Rodríguez, y no lo mandé a retiro. Realmente no sé cuál es la causa, pero el procedimiento de Rodríguez no fue demasiado leal.

—¿Usted considera que su posición es estable dentro de la Fuerza?

—Absolutamente. Las leyes argentinas establecen que hasta que no se haya demostrado la culpabilidad uno es inocente. Por lo tanto, hasta este momento, soy inocente. Si mañana me [illegible] entonces la [illegible]

—Si [illegible] por un fiscal [illegible]

—[illegible] una decisión [illegible] ción, y [illegible] el pase a retiro [illegible] declaran [illegible]

—[illegible]

—[illegible]

—Yo [illegible]

002-02

97 03269

PRECISIONES SOBRE EL REPORTAJE DE CLARIN

Lo que dijo está grabado

El brigadier José Antonio Juliá dijo ayer que "son absolutamente falsas y fuera de contexto" sus declaraciones cuando dice: "Hasta el Presidente se equivocó, a veces, al firmar decretos". Sostuvo, además, que formuló una aclaración a los periodistas de Clarín en el sentido de que se refería a un episodio del gobierno del ex presidente Raúl Alfonsín, cuando por error "en el gobierno anterior se había sacado un decreto poniendo en una lista gente para detener, cuyos nombres estaban equivocados y detuvieron a gente que no tenía nada que ver".

Se refirió, dijo a Radio América, al caso de un hijo del general Camps "que no tenía nada que ver; era el cadete y no el hijo mayor".

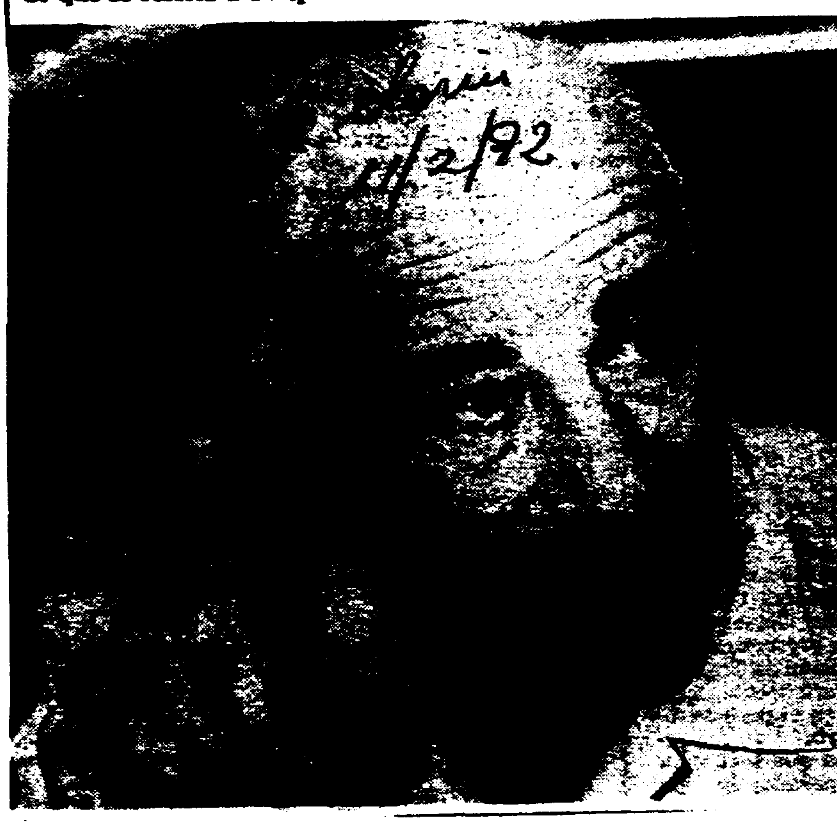
"Esta es la clara realidad, y está grabada", agregó.

Hasta allí lo que afirmó ayer el jefe aeronáutico. Pero la desgrabación textual de la casete con el reportaje a Juliá que está en poder de Clarín, dice:

"Yo tengo también mi secretaría legal y técnica como tiene el Presidente. Ustedes se acuerdan, hubo épocas en que el Presidente se ha firmado (se corrige), se ha equivocado en firmar decretos. ¿Se acuerdan cuando pusieron preso, no sé, al hermano del que ... (sigue una palabra, que es un murmullo) del Colegio Militar? Y para eso está la Secretaría Legal y Técnica, que le dice «jefe, se equivocó, esto no sirve, hay que hacerlo de nuevo»".

Si como dijo luego el brigadier, se estaba refiriendo a un episodio de 1985, nunca quedó explicitado durante la hora y quince minutos que duró la entrevista. Por otra parte, la alusión al Presidente es inequívoca, ya que Raúl Alfonsín dejó de serlo en julio de 1989, y cuando se alude a él se lo hace anteponiendo el prefijo "ex".

Respecto del precontrato que bajo su responsabilidad se firmó, el propio Juliá acepta su existencia al afirmar: "Si el crédito se aprueba, habrá que rever los contratos y ver qué puede hacer CESEL SA".



Brigadier José Juliá: aclaraciones y desmentidas sobre lo que efectivamente dijo.

SECUESTROS EXTORSIVOS

La familia y el abogado de Juan Carlos Bayarri, el detenido que [illegible] participación en cinco secuestros extorsivos, dieron a [illegible] el ex sargento primero de la Policía asegura que su confesión fue [illegible] y amenazas. El diputado nacional por la UCR Ricardo Felgueras [illegible] informes en el que solicita precisiones sobre la prohibición de [illegible] que fue objeto el comisario mayor Raúl González, detenido [illegible] por su supuesta participación en el secuestro de Mauricio Macri.

NO PUEDE HABLAR CON LA PRENSA

El comisario González dijo que lo censuran

El comisario mayor Raúl González detenido por su supuesta vinculación con la banda que secuestró a Mauricio Macri, denunció que "el pasado viernes se le comunicó que por órdenes superiores de la dirección carcelaria de Caseros se le prohíbe todo contacto con la prensa".

La denuncia del policía motivó un pedido de informes del diputado radical por La Pampa y vicepresidente primero de la Comisión de Comunicaciones, Ricardo Felgueras, que es asesorado legalmente por quien es el abogado que defiende a González, Marcos Anerrad.

González era el número dos de Comunicaciones de la Policía y se lo detuvo con la sospecha de que habría dado información a los secuestradores del empresario Mauricio Macri.

En los reportajes concedidos antes de la prohibición, González afirmó que escuchó los teléfonos de los Macri por órdenes superiores y culpó por su detención al jefe de la Policía Federal, comisario general Jorge Luis Passero, quien en declaraciones posteriores hechas al diario Río Negro calificó al detenido como "carapintada".

El legislador se dirigió al Poder Ejecutivo para que a través del Ministerio del Interior se informe, entre otras cosas:

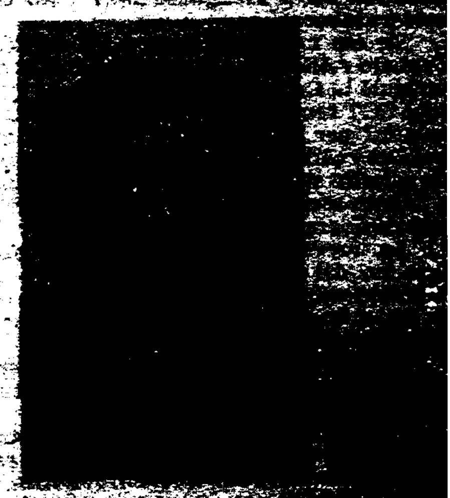
- Cuáles son los motivos y las causas que originaron el cese del derecho que tiene toda persona —detenida o no— de expresar libremente sus ideas.
- Por qué motivos se le impidió entrevistarse con diversos medios de prensa al comisario mayor Raúl González, a partir del día viernes 7 de febrero, detenido en la Unidad Penitenciaria 16, dependiente del Servicio Penitenciario
- Si la orden de la restricción fue emanada de organismos dependientes de Poder Ejecutivo Nacional o provino de la autoridad judicial competente.



Comisario González: desde el viernes no puede hablar con la prensa.

EN UNA CINTA GRABADA

Bayarri asegura que [illegible] torturado y amen[illegible]



El sargento primero retirado de la Policía Juan Carlos Bayarri, quien admitió ante el juez Nerio Bonifati su participación en cinco secuestros extorsivos, negó sus dichos y aseguró que su confesión fue producto de torturas y amenazas, según una declaración que difundieron ayer su esposa, su padre y su abogado en una conferencia de prensa.

Claudia De Marco, Juan José Bayarri e Ignacio Rodríguez Berdier, esposa, padre y abogado de "El Pelado" —como conocen al detenido—, dieron a conocer una casete en donde Bayarri asegura que fue secuestrado junto a su padre el 18 de noviembre, trasladado a un centro clandestino de detención —su abogado dice que fue "El Olimpo", lugar de detención y torturas durante el último régimen militar— y torturado por personas que dice poder reconocer, antes de llegar al Departamento de Policía.

En la misma grabación Bayarri afirma que todo lo que confesó se lo dijeron sus torturadores. Ante el juez Bonifati, se declaró partícipe de los secuestros de Karina Werthein, Baby Apstein, Julio Dudoc, Sergio Meller y Mauricio Macri, devolvió doscientos mil dólares que guardaba en su casa, pero no dijo que lo hubieran torturado.

Bayarri afirma que la casualidad [illegible]

DOCUMENTO
TITULO Seineldín relacionó a carapintadas con sublevados en Venezuela.
PROCEDENCIA 1500 241
FECHA DE ... 14-2-92
VINCULACIONES 10033
11328
11334

ENTRADO 08
... 08

[illegible] ★ Buenos Aires, viernes 14 de febrero de 1992

Seineldín con los golpistas

Relacionó a los carapintada con los sublevados en Venezuela

El ex coronel Mohamed Alí Seineldín, condenado a reclusión por tiempo indeterminado en el penal militar de Magdalena, justificó y relacionó el levantamiento de los militares venezolanos con la sublevación carapintada que él encabezó el 3 de diciembre de 1990. Casi inmediatamente, el Gobierno, a través del secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, salió al cruce de tales afirmaciones y dijo que "no existe ninguna vinculación" entre los dos alzamientos militares.

Bauzá afirmó que "lo único que hay en común es un propósito de atentar contra la democracia y la libertad de los pueblos". Los militares involucrados, afirmó el funcionario, "son delincuentes y como tal hay que tratarlos y juzgarlos".

En un pronunciamiento que tituló "El carapintadismo y la nueva gesta de emancipación americana", Seineldín asegura que "es imposible no encontrar una relación o un común denominador entre uno y otro hecho". Los dos alzamientos militares dejaron muertos en el camino y se produjeron contra gobiernos democráticos, como el de Carlos Menem en la Argentina y Carlos Andrés Pérez en Venezuela.

Seineldín sigue usando su grado militar pese a haber sido destituido por la Justicia. La carta está fechada el 12 de febrero y su lugar de origen es —tal como se lee más arriba que la acompaña— el pabellón del penal de Magdalena que Seineldín bautizó con el nombre de "Coronel Romero Mundani", en homenaje personal al carapintada que se suicidó dentro de un tanque durante el levantamiento de diciembre del '90.

En uno de los párrafos Seineldín compara las situaciones de la Argentina y de Venezuela: "Los que fuimos protagonistas del 3 de diciembre —dijo Seineldín— sabemos que en el fondo hay una causa aglutinante que no es más que la grandeza de nuestras respectivas patrias. Para ellos es Venezuela, para nosotros es la Argentina, pero para ambos es la causa de San Martín y Bolívar, es la causa de Latinoamérica tal cual lo soñaron nuestros próceres".

Seineldín aprovechó su carta para poner en duda la independencia del Poder Judicial: "El tiempo nos dirá —sentenció el militar— si todavía existe en Venezuela un Poder Judicial independiente, que se basará en la verdad para [illegible] como en la Argentina [illegible] simple y mero [illegible] to del poder político para asegurar sus [illegible]".

Seineldín fue condenado no sólo por la Cámara Federal sino también por el Consejo Supremo.

El militar condenado sostuvo que las rebeliones forman parte de la lucha por la [illegible] de un [illegible] Fondo Monetario Internacional, [illegible] nuestros pueblos a la [illegible] de las dependencias, la del hambre, la miseria y la cultura, [illegible] que han [illegible] poderes".

ENTRADO
CRUZ

01-01

9203272

La República
Sábado 15 de febrero de 1992

Apoyo "carapintada" para golpista venezolano

Seineldín se cree San Martín y alienta a Chávez

* Cumpliendo cadena perpetua emitió un documento desde el lugar de detención

■ El ex coronel Mohamed Seineldín, líder de una de las tendencias de militares "carapintadas" advirtió que en los países latinoamericanos donde se aplican las políticas de ajuste "que demanda el nuevo Orden Económico Mundial" se registrarán resistencias de los oficiales de las FFAA, con levantamientos contra los gobiernos constitucionales, como ocurrió hace pocos días en Venezuela.

La carta del coronel, que purga una condena a perpetuidad en el penal militar de Magdalena, constituye la primera reacción de un sector de la oficialidad con el levantamiento que encabezó el comandante Hugo Chávez.

Seineldín comparó a su levantamiento del 3 de diciembre de 1990 con el de Venezuela como "la nueva gesta de emancipación americana".

El lenguaje que utilizó el coronel fundamentalista constituye una plataforma. "Quienes sostenemos los valores tradicionales de nuestras patrias, quienes defendemos la esencia del ser nacional, también luchamos por la independencia, pero para resistirnos a un imperio anglo-sajón que, utilizando como instrumento al FMI, busca someter a nuestros pueblos. La misión principal de una política es procurar el bien común de los ciudadanos y éste jamás se logrará con el sacrificio de una parte del pueblo. Como lo señaló el Santo Padre en Brasil, no se puede pagar la deuda externa con el hambre del pueblo".

Seineldín, que rompió con otro "carapintada" de notoriedad, Aldo Rico, al elegir éste el camino político para acceder al poder, prevé que la "marcha de la resistencia que se inició en la Argentina el 3 de diciembre de 1990, llegó a Venezuela el 4 de febrero de 1992 y seguirá propagándose por

Especial para
LA REPUBLICA



todos aquellos países de Latinoamérica que se nieguen al ingreso a un nuevo orden que para ellos significa miseria, hambre y sometimiento".

Como el levantamiento venezolano se hizo en nombre de ideales bolivarianos, el coronel argentino supone que el suyo es la reencarnación de los ideales del libertador San Martín.

El documento de marras ha sido calificado por oficiales en actividad como "un acto de autoaliento" para quienes deberán pasar su vida en un penal, si antes el poder político no accede a un indulto, una variante que nadie desestima. Sin embargo, LA REPUBLICA pudo saber que una semana atrás fueron arrojados volantes en unidades militares de la guarnición de Campo de Mayo, refrendado por suboficiales "seineldinistas", atacando duramente el ajuste económico.

Expertos en cuestiones castrenses opinan que lo de Venezuela podría repetirse en otros países latinoamericanos, especialmente en Brasil.

La agregaduría militar argentina en Caracas informó a su superioridad que los rebeldes estaban influidos por el dirigente populista norteamericano de extrema derecha Lyndon Larouche, que suele reflejar la opinión del gran capital armamentista y se califica como "afiliado demócrata".

Oficiales del movimiento de Rico, han manifestado sus "simpatías" por el movimiento del comandante Chávez porque —sostienen— coinciden con su esquema sobre la imposibilidad de imponer el plan Brady sin represión. "Los oficiales venezolanos no quieren reprimir al pueblo", dicen. Con todo, ellos critican a Seineldín porque ha elegido el camino del levantamiento militar y no el trabajo político con la población.

La aplicación del modelo liberal que uniforma a casi todos los países del hemisferio, tiende a dejar fuera del mercado a millones de ex asalariados o a ex integrantes de las indefinidas capas medias que pueden ser seducidas por un programa formalmente antiajuste presentados por sectores militares.

La creciente interacción política, económica, social y militar en la región, parece orientarse a una prueba crucial al promediar esta década. Es que en la mayoría de los países, tendrían renovación presidencial entre 1993 y mediados de 1995, en Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay, Bolivia, Perú y Chile. En los próximos 18 meses pues se renovarán los ejecutivos sudamericanos

Es en este momento —sostiene el cientista Rosendo María Fraga, experto en cuestiones militares— "cuando se pondrá a prueba la consolidación del nuevo modelo que está en gestación en Latinoamérica en los primeros años de la década del 90".

DOCUMENTO

TITULO: Amenaza a unidad militar Los Talas.-

PROCEDENCIA: 150024

FECHA: 16-2-92

VINCULACIONES: 10033

11163

11140.

ENTRADO: [illegible]

CRUZADO: [illegible]

Buenos Aires, domingo 16 de febrero de

Otra amenaza a una unidad militar

A las cuatro de la mañana de ayer, un llamado telefónico anónimo advirtió sobre un posible copamiento del destacamento militar Los Talas, dependiente del Regimiento de Granaderos a Caballo.

El jefe de guardia del destacamento recibió un llamado intimidatorio en el que se le dijo que "iban a tomar el regimiento y sacarles las armas", informaron fuentes [illegible].

El destacamento, sito en El Palomar, tiene una dotación integrada apenas por un sargento primero y seis soldados desarmados y todo el armamento que había en el lugar era un fusil FAL, según se informó.

Luego del llamado intimidatorio, que no pasó de una falsa alarma, policías de la Unidad Regional de San Martín, rodearon el destacamento y además la guardia fue reforzada por efectivos del Regimiento de Granaderos a Caballo.

Este episodio se suma al registrado la semana que pasó, cuando un sujeto atravesó la verja que da sobre la avenida Santa Fe, en el Regimiento I Patricios, en horas de la noche y arrojó una caja con un ladrillo y un panfleto, hecho que el ministro de Defensa Erman González vinculó con sectores "carapintadas".

01 01

9203274

AF. 17-2-92

Irán tropas a Yugoslavia

Escribe
Victor Candi

Jorge Vázquez, embajador argentino ante las Naciones Unidas, arriba hoy a Buenos Aires con los detalles de la participación de la "Fuerza de Paz" que la Argentina enviará a Yugoslavia.

Alrededor de 450 efectivos, incluyendo 30 cuadros de la Gendarmería, serán parte de un ejército de cascos azules de la ONU encargados de preservar el frágil cese del fuego establecido entre serbios y croatas. Fue Carlos Menem quien, informado en Europa, dio su aprobación por vía telefónica.

Será ésta la segunda oportunidad en que los uniformados argentinos participen de una fuerza militar coordinada desde las Naciones Unidas. La anterior fue en ocasión de la Guerra del Golfo, donde efectivos navales embarcados en el destructor "Almirante Brown" y las corbetas "Spiro" y "Rosales", además del buque logístico "Cabo de Hornos", estuvieron a las órdenes del Estado Mayor de la ONU estacionado en Arabia Saudita. Lo mismo ocurrió con personal de la Fuerza Aérea que concurrió con aviones Hércules C-130.

En tanto que los efectivos de Gendarmería fueron escogidos debido a su experiencia en el control y supervisión de fronteras, el resto de los convocados provendrá de una unidad militar de Corrientes que aportará un batallón de infantería. Para los militares argentinos la novedad la constituye el número de cuadros, oficiales y suboficiales, que serán afectados a la misión de paz. En los últimos 20 años la Argentina ha integrado contingentes de cascos azules en el [illegible] en la frontera entre [illegible] e Israel; y en la de India [illegible]. Sobre el Pacífico, operan bajo control de la ONU, 3 lanchas rápidas de la Armada afectadas al control de la paz en Honduras.

La inminente llegada de los efectivos del ejército de la ONU ha generado un movimiento de capitales hacia la zona donde se [illegible], previendo la necesidad [illegible] de [illegible] de [illegible] y servicios. Se [illegible] que la operación de paz [illegible] [illegible]

Por su [illegible] y [illegible], esta acción [illegible] la emprendida por la ONU en 1961, cuando envió 20.000 cascos azules al Congo [illegible] [illegible] [illegible] 10.000 [illegible] [illegible] de 400 millones de [illegible].

La tarea básica de las fuerzas de la ONU será la de asegurar la paz en las regiones en conflicto y permitir el progreso de la negociación política para la solución de la crisis entre serbios y croatas después de [illegible] de 8 meses [illegible] Yugoslavia [illegible] 10.000 habitantes.

Corrientes con la ONU

Hasta que reciban la orden de alistamiento serán muchos los militares, que hoy se encuentran destinados en Corrientes, que harán números para imaginar cuánto les podrá reportar a las alicaídas economías familiares de cada uno el raid profesional a Yugoslavia.

Las comisiones al exterior son codiciadas entre los uniformados porque todo cuadro militar, naval o aeronáutico que viaja en misión de servicio fuera del país cobra un viático diario en dólares. Ocurre con quienes salen a perfeccionarse, con los agregados a las embajadas, y también a quienes les son encomendadas misiones de organismos internacionales.

Lo mismo ocurrió con los marinos que participaron de la Guerra del Golfo en el verano del '91. Ahora la suerte le tocó a los hombres del Ejército y particularmente a los 420 asentados en Corrientes, además de los 30 gendarmes.

Nº DOCUMENTO
Llegada de Cheney y diálogo militar con los EE.UU.
150024
17/2/92
10033
11164
11399
65870

ENTRADO
CRUZADO

Clarín ★ Buenos Aires, lunes 17 de febrero de 1992

La llegada de Cheney y el diálogo militar con los EE.UU.

El secretario de Defensa de los Estados Unidos, Richard Cheney, y altos mandos del Pentágono llegarán a la Argentina en los próximos días con el claro propósito de extender al terreno militar la nueva alianza estratégica entre el gobierno de Carlos Menem y la máxima potencia de Occidente.

Tanto en el Ministerio de Defensa como en los ámbitos militares locales se aguarda con expectativa la visita oficial que hará a Buenos Aires el próximo jueves "Dick" Cheney, ya que implica la posibilidad de financiar el reequipamiento de las Fuerzas Armadas y estrechar los vínculos con los altos mandos del poder militar norteamericano, resentidos la década pasada a raíz de la guerra de Malvinas.

También está previsto el arribo al país —dos días antes— del general del ejército de los Estados Unidos Bernard Loeffke, quien preside la Junta Interamericana de Defensa, el organismo multilateral de América encargado de discutir y definir acciones militares conjuntas en el continente.

♦ Un respaldo explícito

Para fin de mes también se anunció la llegada a Buenos Aires de otro jefe militar norteamericano, el general George Joulwan, jefe del Comando Sur del Ejército de los Estados Unidos.

Todas estas presencias implican un explícito respaldo de la administración de George Bush al gobierno menemista, después del "gesto" argentino de sumar unidades y efectivos militares a las operaciones de la guerra del Golfo Pérsico.

Con este intercambio y las perspectivas de acuerdos militares bilaterales y regionales en la denominada "era posguerra fría", se abre para los EE.UU. la posibilidad táctica de convertir a la Argentina y otros países afines de América latina en "socios plenos en la resolución pacífica de los conflictos, en el fortalecimiento y preservación de las democracias y en proveer al mundo un mayor grado de seguridad y estabilidad".

Estas expresiones sobre una sociedad "plena" están contenidas en un informe oficial de la Embajada de los EE.UU. en Buenos Aires, en el cual se asigna "importancia" a la Argentina para esta estrategia regional.

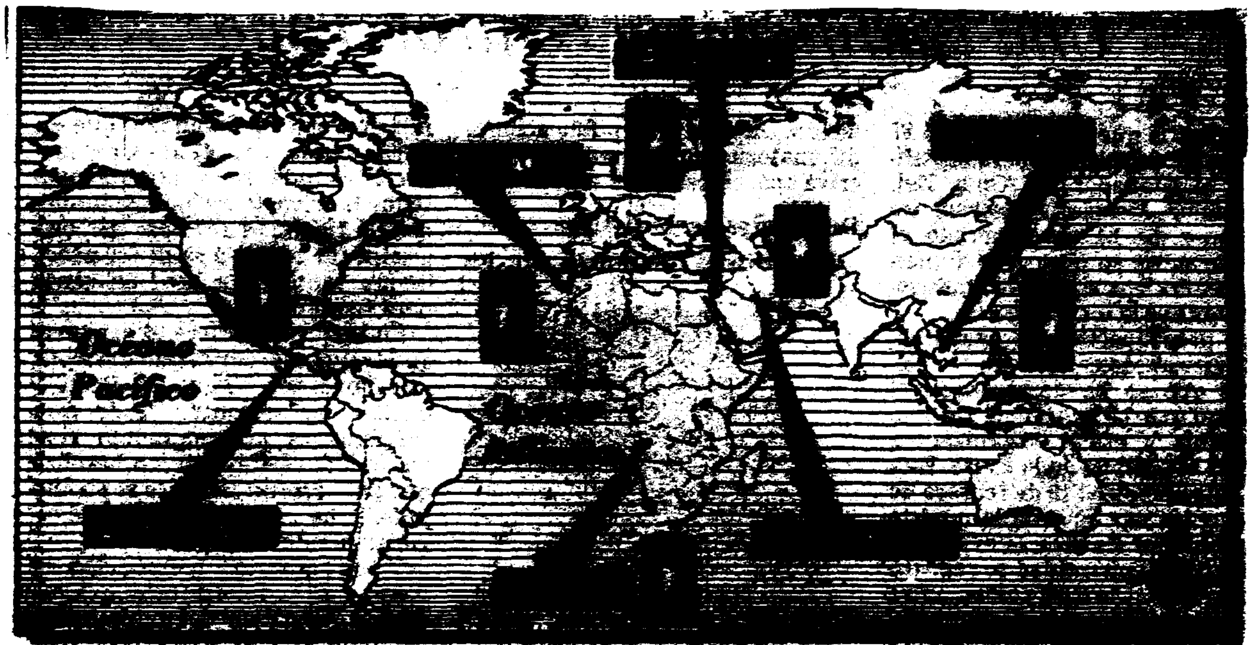
Para el Gobierno y los militares argentinos, se vislumbra, en cambio, una oportunidad de lograr donaciones, financiación y provisión de armas y equipos, en momentos en que los ya crónicos déficit presupuestarios impiden el acceso de las Fuerzas Armadas a tecnologías modernas, sin las cuales quedaría trunca las tantas veces anunciada reestructuración militar.

♦ Otras expectativas

Además de un nuevo respaldo político, las autoridades argentinas esperan de la visita de Cheney resultados concretos en lo material. Se anticipó que el visitante anunciará la provisión de un buque logístico, la donación de dos aviones de transporte C-130, y, entre otras, la firma de un acuerdo de provisión de repuestos para el Ejército.

01-01

9203276



Las Fuerzas Armadas argentinas en los frentes de paz de la UN

[illegible]

cional y que contestaron afirmativamente.

El secretario general de la UN, Butros Ghali, hizo saber a mediados de la semana anterior a la Argentina, Australia, Bangladesh, Bélgica, Brasil, Canadá, Colombia, Checoslovaquia, Dinamarca, Egipto, Finlandia, Francia, Ghana, Irlanda, Kenya, Luxemburgo, Malta, Nepal, Holanda, Nueva Zelanda, Nigeria, Noruega, Pakistán, Polonia, Portugal, Rusia, Singapur, Suecia, Suiza, Gran Bretaña y Venezuela "su intención de recomendar al Consejo de Seguridad, organismo que deberá disponerlo, el envío a Yugoslavia de unos 10 mil hombres".

Si se compara esta cifra con la anunciada por el jefe del Estado acaso habría que inclinarse por el número que se maneja en niveles diplomáticos y que hace llegar a [illegible] hombres, como máximo, la participación nacional, dado el lógico prorrateo que deberá efectuarse.

[illegible] de su desplazamiento lógicamente habrá que negociarlo.

Por otra parte, los sucesos que se están registrando diariamente en la zona, permiten vislumbrar un muy alto nivel de riesgo, por lo que deberán formularse serios análisis antes de la elección de los cuadros.

Los frentes de paz

La Argentina desde hace tiempo colabora en acciones de paz de la UN. Nuestras Fuerzas Armadas cuentan con excelente prestigio por su profesionalismo, adaptabilidad y alto grado de convivencia. Además -agregan en conversaciones privadas esos organismos- no generan situaciones conflictivas con las demás fuerzas.

Si se concreta lo de Yugoslavia serán siete los lugares del mundo donde la Argentina estará presente. Actualmente forma parte de las misiones en:

- Palestina. Desde [illegible] participan 6 oficiales del Ejército en la vi- [illegible]

[illegible] provienen del Ejército, [illegible] de la Marina y 3 de la Fuerza Aérea [illegible] 10 integrantes de la Gendarmería Nacional.

- América Central. La Argentina participó hasta fines de enero último con 29 miembros de la Armada y 4 lanchas rápidas, y una unidad sanitaria compuesta por cuatro oficiales médicos y cuatro enfermeros -35 hombres en total- en el Golfo de Fonseca para controlar la posibilidad de movimiento armamentista. Ahora, sólo quedó en la región la unidad sanitaria, que fue trasladada a El Salvador, donde acaba de firmarse el acuerdo con la guerrilla.
- Camboya. Están destacados desde el año pasado como [illegible] dores dos oficiales del Ejército y existe la posibilidad de que participe una unidad (entre [illegible] y [illegible] hombres) en las operaciones de paz de la UN.

[illegible]

Nº. DOCUMENTO
TITULO MENEM confirmó que su gob. está dispuesto a enviar buques de guerra al Golfo.-
PROCEDENCIA Clarín
FECHA 20/12/92
VINCULACION 10033
11164
11399
ONU 901889

ENTRADO
CRUZADO

EL PRESIDENTE DIJO QUE TODAVIA FALTA

Menem confirmó ... argentinas para

El presidente Menem ... ayer en París el ... exclusivo de Clarín sobre un nuevo envío de naves argentinas al Golfo para integrar ... Seguridad de la ONU emplazó ayer a Irak a eliminar ... participación ... Fuerzas Armadas.

PARIS (Enviado especial). — ... aquí que su gobierno está ... mente buques de guerra a la ... para hacer cumplir el ... contra Irak hace más de un año ... invadió Kuwait. Al igual que en ...

De acuerdo con fuentes de la ... prometió una visita a la Argentina para ... inauguración de la nueva sede de la Biblioteca ... y, con José Menem acordó un estudio ... posibilidad de elevar los niveles de la ...

9203278

01-01

RESOLVER EL FINANCIAMIENTO DE LA OPERACION

[illegible] el envío de naves [illegible] bloquear a Irak



EL VIAJE DE MENEM

tar entre los dos países que, desde los años del pasado régimen militar argentino, se encuentra en un nivel muy bajo.

La de Lang no es la única visita oficial francesa anunciada como inminente. El presidente François Mitterrand le anunció a Menem, en su segundo encuentro de la noche del martes, que el canciller Roland Dumas estará en Buenos Aires en poco tiempo más.

Destructor Almirante Brown, de la Armada Argentina, que participó en 1990 del bloqueo a Irak. Ayer, el presidente Menem confirmó el nuevo envío de buques a esa zona.

FUERZAS ARMADAS PARA EVITAR QUE HAYA GUER[illegible]

Un cambio en el rol [illegible]

PARIS (Enviado especial). — La sospecha de que Carlos Menem está dispuesto a comprometer otra vez fuerzas argentinas en el golfo Pérsico para ayudar a su amigo George Bush, cuyos problemas domésticos amenazan el nuevo período presidencial con el que [illegible] hasta en vigilia, está destinada a [illegible]r. La cabeza de Saddam Hussein [illegible] —a esta altura de su deterioro— [illegible] un excelente sucedáneo para las políticas domésticas exitosas que el norteamericano no parece poder concebir y mucho menos ejecutar.

Pero, en verdad, aceptar esto como única explicación sería no solo erróneo, sino también una subestimación del proyecto oficial que anida detrás de esa [illegible] y de las otras que podrían colocar, por mitades, mil soldados en los [illegible]es y en la frontera entre Israel y [illegible].

Lo que busca esta política que podría ser definida como de internacionalismo [illegible] es ubicar un norte para la futura reconversión militar argentina, que en poco tiempo más está destinada a adquirir una importancia y visibilidad por lo menos iguales a las que hoy goza el proceso de transformación estatal.

El tema no es, ni remotamente, nuevo. La posible recurrenca de la inestabilidad que trajo la historia de distorsión militar argentina —generales cuyo último grado era el de presidente, grandes unidades de batalla emplazadas en las ciudades para controlar el poder político y desarrollo de una industria bélica orientada a la represión interna— se convirtió en una de las pesadillas permanentes que se instalaron en el poder desde la restauración democrática

Pero hay algo más que el pasado; en verdad hay un nuevo contexto internacional que, para la Argentina, no surge solo de la extinción de la puja Este-Oeste. Aun antes que el colapso del mundo comunista, está la desactivación que los dos períodos de la democracia produjeron en los conflictos fronterizos —el Beagle en el 84 y los restantes con Chile en 1991 son el ejemplo más claro—; la reducción de la tensión en el Atlántico sur a partir de la normalización de relaciones con el Reino Unido y la transformación de viejas rivalidades (la del Brasil con la Argentina es un ejemplo) a través de los procesos de integración

Esta nueva realidad —en la que los militares han perdido hasta el eje aglutinador de la amenaza marxista— obliga a imaginar nuevas misiones que den a las fuerzas armadas una razón de ser que hoy parece escapárseles de la mano. El primer mundo deberá servir también para eso, piensan Menem y quienes lo secundan en el Gobierno. Un mes antes de que se desatara la crisis del Golfo, el entonces canciller Domingo Cavallo aseguró en una exposición en la Escuela Nacional de Guerra que "la hipótesis de conflicto regional estaba agotada".

Poco después, el mismo día en que el Gobierno anunció que contribuiría con dos unidades navales al bloqueo contra Irak, Cavallo admitió que un horizonte profesional para los oficiales y suboficiales argentinos sería el de participar en fuerzas punitivas multilaterales, creadas al amparo de la ONU y, quizá también, de la Organización de Estados Americanos (OEA) para preservar "el nuevo orden internacional".

"Las fuerzas armadas no están con actitud ofensiva en los países... en la mayoría de los países, sino con actitud defensiva. Están para evitar que haya guerras. Guerras que se desatan cuando alguien cree que impunemente puede emplear la fuerza para lograr un objetivo. De lo que se trata es que nuestras fuerzas armadas participen en la suerte de sistema de seguridad internacional que va a quedar conformado a partir de esta experiencia", afirmó.

Este criterio siguió predominando cuando Cavallo se trasladó a Economía y, para probarlo, apenas el año pasado, el actual canciller Guido Di Tella quiso aprovechar el derrocamiento de Jean Bertrand Aristide en Haití para impulsar en el seno de la OEA una reforma que diera al organismo facultades y potencial policiales para proteger la continuidad de la democracia en el subcontinente. Este proyecto no prosperó, pero apenas el mes pasado el intento de golpe en Venezuela les permitió a los argentinos reactualizar el debate en el seno del así llamado Grupo Río. Los nuevos espacios internacionales para los uniformados argentinos —y de otros países— parecen estar generándose.

Pero Menem escuchó anteayer a su colega francés mencionar sus dudas so[illegible]

[illegible] Mitterrand, y [illegible] Dumas, le transmitieron [illegible] profundas [illegible] suerte de la [illegible] [illegible] Yeltsin, [illegible] pital.

[illegible] los nuevos [illegible] cebidos por el [illegible] como [illegible] un mundo [illegible] nueva invasión de [illegible] Corea del Sur [illegible] la pesadilla [illegible] mía.

Dado este [illegible] estrategas [illegible] cierta debilidad [illegible] de repetir el [illegible] sumergir a las fuerzas armadas [illegible] flictos ajenos y distantes.

Oscar Raúl Ca[illegible]

PARA INTEGRAR LA FUERZA DE PAZ DE LAS NACIONES UNIDAS

Yugoslavia no acepta tropas argentinas

Como consecuencia del "rápido" reconocimiento que hizo la Argentina de Croacia y Eslovenia como estados libres e independientes, la ex federación yugoslava no aceptaría la presencia de tropas de nuestro país como integrantes de una fuerza multinacional de paz, encargada por la ONU. La decisión podría obligar a un replanteo en el envío de las tropas del Ejército argentino, que estaría integrada por unos 500 hombres.

La ex federación yugoslava no estaría dispuesta a aceptar la presencia de tropas argentinas en ese país, como parte integrante de la fuerza multinacional de paz de las Naciones Unidas, encargada de vigilar el cese del fuego entre serbios y croatas.

La decisión de la ex Yugoslavia, según una versión conocida ayer en Casa de Gobierno, que obligaría a replantear el envío de las tropas del Ejército, estaría basada en el "rápido" reconocimiento que la Argentina hizo de Croacia y Eslovenia, cuando estas dos ex regiones de la federación se escindieron de ese país y se proclamaron estados libres e independientes.

Las dos repúblicas están inmersas en una guerra que enfrenta a la guerrilla croata con el ejército federal yugoslavo, un conflicto que ya provocó más de un millar de víctimas.

Croacia y Eslovenia declararon su independencia el 25 de junio de 1991 y la Argentina las reconoció seis meses después, el pasado 16 de enero, según informó entonces el Ministerio de Relaciones Exteriores en un comunicado en el que señaló que "los aspectos vinculados con el posible establecimiento de relaciones diplomáticas con las repúblicas de Eslovenia y Croacia serán oportunamente resueltos conforme con la evolución de las circunstancias, así como la situación jurídica de los compromisos bilaterales que hubieran estado en vigencia con Yugoslavia."

♦ Un coronel al mando

Mientras tanto, y pese a las versiones, en fuentes militares se supo ayer que un coronel sería designado jefe de las tropas argentinas que, eventualmente, se integrarán a los cascos azules, la fuerza de Naciones Unidas integrada en esta oportunidad por catorce mil hombres, agrupados en 12 batallones pertenecientes a 31 naciones.

La misión argentina a Yugoslavia estaría integrada por cuatro compañías de infantería, una de comandos y servicios, una compañía de transporte, 14 vehículos VCTP de transporte de personal, todos con sus correspondientes servicios logísticos, de sanidad y equipo de [illegible].

Se calcula en [illegible] de hombres la fuerza [illegible] por la Argentina a [illegible] de Eslovenia [illegible] montañas donde [illegible] invierno europeo [illegible] ras cercanas a los [illegible] cero.

Además del coronel, [illegible] más antiguos del [illegible] misión, y del teniente [illegible] hará las veces de segundo jefe, las tropas argentinas estarían conformadas solamente por oficiales y suboficiales [illegible].

01 - 01

9203279

ANTES DE LA PARTIDA DE CHENEY [illegible]

Acordaron la ayu[illegible] militar norteameric[illegible]

El gobierno norteamericano entregó a la Armada de [illegible] otros dos aviones de transporte Hercules C-130. Así lo [illegible] Antonio Erman González, el [illegible] jueves durante la permanencia en [illegible] Estados Unidos, Richard Cheney [illegible] de Cheney, se [illegible] a Irak, hasta el traslado de tropas a Yugoslavia. De [illegible] viajó a Chile, no quedó en claro un pedido de [illegible] para helicópteros y [illegible]

Antes de partir en la mañana de ayer hacia Santiago de Chile, el secretario de Defensa norteamericano, Richard Cheney, acordó la entrega de dos buques de su país a la Armada argentina, así como otros dos aviones de transporte Hercules C-130, que se agregan a los dos [illegible] [illegible]

Fue el ministro argentino de Defensa, Antonio Erman González, quien hizo pública la información [illegible] [illegible] por los Estados Unidos [illegible] una de las naves llevará el peso de [illegible] operaciones, y la otra servirá para cumplir tareas de apoyo.

[illegible] ciera durante la guerra del Golfo.

El ministro reveló que, en el curso de las 20 horas que duró la visita de Cheney, había conversado con él [illegible] Irak [illegible]

[illegible]

[illegible] El esquema.

[illegible]

Nº DOCUMENTO

TITULO Dudas acerca del envío de una nave al Golfo Pérsico.-

PROCEDENCIA 150025

FECHA 24/2/92

VI. DE 10033

11163

11328

11584

ENTRADO

CRUZADO

Dudas acerca del envío de una nave al Golfo Pérsico

01/01

9203281

Nº DOCUMENTO Asalto dependencia militar (SIE) en Mar del Plata.
1500 24
25-2-92
10033
11163 11328.
11140

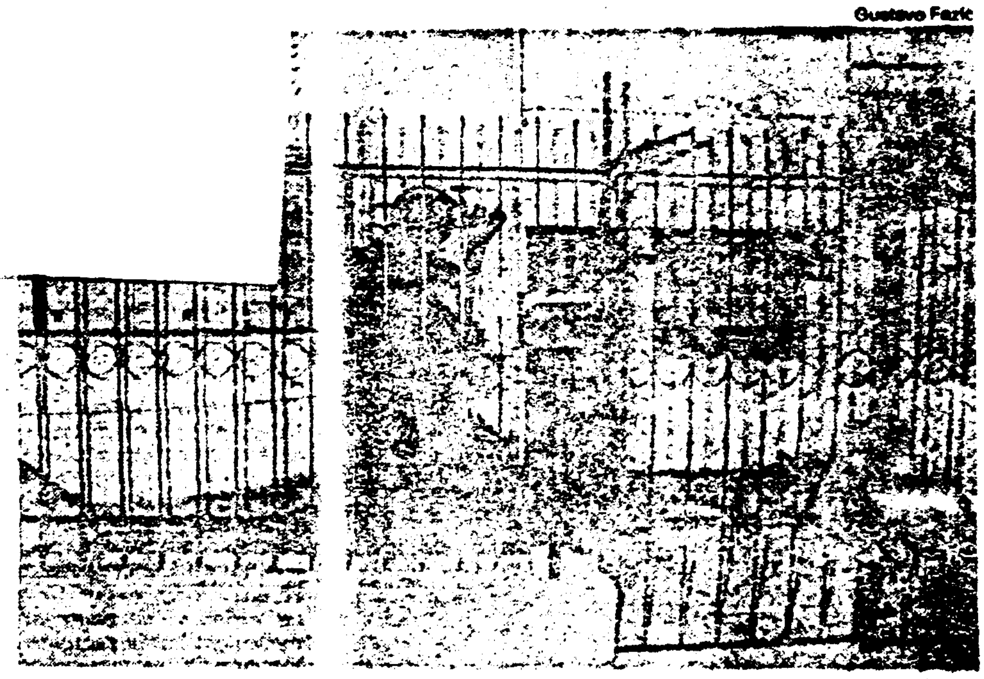
ENTRADO 08
CRUZ 08

[illegible]

ELIGENCIA DEL EJERCITO

cia militar

Gustavo Farc



Frente de la finca de Gc cón al 3000 en Mar del Plata, donde se produjo el asalto

El episodio tenía al cierre de esta edición aspectos confusos. Mientras fuentes del Gobierno indicaban a última hora que "no tenían información" y minimizaban el hecho, un escueto comunicado del jefe de la Guarnición Ejército de Mar del Plata, coronel Héctor Obeid, confirmó el asalto.

Según pudo averiguar *Clarín*, el domingo a la madrugada los asaltantes redujeron a dos agentes de inteligencia que montaban guardia, robaron armamento y equipos portátiles de comunicaciones sin disparar un solo tiro, y fugaron en un automóvil que los esperaba en la puerta de la unidad militar, ubicada en Gascón al 3000, en el macrocentro marplatense.

Se trata de un chalet típico de esta localidad, de dos plantas, con altas rejas que solo se abren mediante un portero eléctrico, desde adentro. Al parecer con un ardid, los asaltantes lograron que el personal de guardia —civiles armados— abriera la puerta, tras lo cual les quitaron el armamento y pasaron al interior. Los cuatro individuos iban provistos con armas largas.

Hay versiones diferentes sobre la cantidad de armas sustraídas. Mientras el comunicado oficial habla de las que portaban los dos agentes de guardia, sin agregar mayores características, fuentes seguras indicaron que también se llevaron otras que estaban depositadas en la caseta de guardia, incluyendo fusiles, ametralladoras del tipo FAL, proyectiles de distinto calibre y varios equipos "handy" de comunicaciones de banda ciudadana.

Los asaltantes huyeron en un vehículo que lo aguardaba frente a la puerta de la unidad, con un hombre al volante, rumbo al sur de la ciudad. Es en este tramo del episodio donde coinciden el comunicado del Ejército con los informantes.

El comunicado del Ejército no califica de ningún modo a los delincuentes, pero los informantes aseguran que se trataría de delincuentes comunes. Sin embargo, nadie pudo contestar el por qué delincuentes comunes se arriesgaron a asaltar una dependencia militar de inteligencia, si el objetivo era conseguir armas.

Esta central de inteligencia funciona en esta ciudad desde principios de la década del '70, cuando fue trasladada de la sede del Grupo de Artillería de Defensa Aérea (GADA) 601, en Camet, a Gascón al 3000.

Nunca trascendió la cantidad de efectivos, entre civiles y militares, que prestan servicios en esta unidad, aunque el personal había sufrido serias reducciones debido a restricciones presupuestarias.

De acuerdo con las fuentes, el asalto del domingo a la madrugada precipitaría una decisión tomada tiempo atrás: trasladar el SIE a su sede anterior, en Camet, o bien a mitad de camino entre Mar del Plata y Santa Clara del Mar.

Este confuso episodio se agrega a otro incidente ocurrido hace [illegible] los cuarteles que el Ejército posee en el barrio porteño de Palermo, cuando un [illegible]

DOC. POCO LEGIBLE

01 / 01

9203282

Nº DOCUMENTO Asaltan dependencia militar (SIE) en Mar del Plata

1500 24

25-2-92

10033

11163 11328.

11140

ENTRADO 08

CRUZ 08

Página

OLPE COMANDO EN MAR DEL PLATA CONTRA UNA BASE DE INTELIGENCIA DEL EJERCITO

Clarín 25/2/92.

Asaltan una dependencia militar

En una prolija operación tipo comando, cuatro individuos asaltaron la base de inteligencia que el Ejército tiene en Mar del Plata y se llevaron armas, municiones y equipos de comunicaciones. El episodio tiene varios costados todavía confusos.

MAR DEL PLATA (De nuestra agencia). — En un operativo tipo "comando", por lo menos cuatro hombres asaltaron la sede del **Servicio de Inteligencia del Ejército (SIE)** en esta ciudad y robaron armamentos, proyectiles y equipos de comunicaciones.

El episodio tenía al cierre de esta edición aspectos confusos. Mientras fuentes del Gobierno indicaban a última hora que "no tenían información" y minimizaban el hecho, un escueto comunicado del jefe de la Guarnición Ejército de Mar del Plata, coronel Héctor Obeid, confirmó el asalto.

Según pudo averiguar Clarín, el domingo a la madrugada los asaltantes redujeron a dos agentes de inteligencia que montaban guardia, robaron armamento y equipos portátiles de comunicaciones sin disparar un solo tiro, y fugaron en un automóvil que los esperaba en la puerta de la unidad militar, ubicada en Gascón al 3000, en el macrocentro marplatense.

Se trata de un chalet típico de esta localidad, de dos plantas, con altas rejas que solo se abren mediante un portero eléctrico, desde adentro. Al parecer con un ardid, los asaltantes lograron que el personal de guardia —civiles armados— abriera la puerta, tras lo cual les quitaron el armamento y pasaron al interior. Los cuatro individuos iban provistos con armas largas.

Hay versiones diferentes sobre la cantidad de armas sustraídas. Mientras el comunicado oficial habla de las que portaban los dos agentes de guardia, sin agregar mayores características, fuentes seguras indicaron que también se llevaron otras que estaban depositadas en la caseta de guardia, incluyendo fusiles, ametralladoras del tipo FAL, proyectiles de distinto calibre y varios equipos "handy" de comunicaciones de banda ciudadana.

Los asaltantes huyeron en un vehículo que los aguardaba frente a la puerta de la unidad, con un hombre al volante, rumbo al sur de la ciudad. Es en este tramo del episodio donde coinciden el comunicado del Ejército con los informantes.

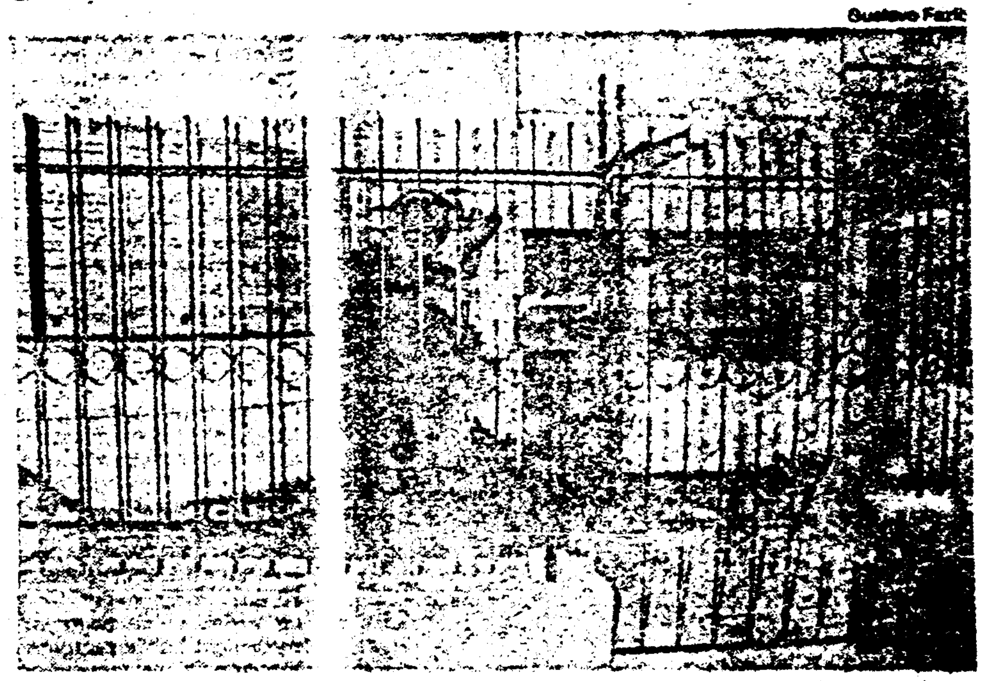
El comunicado del Ejército no califica de ningún modo a los delincuentes, pero los informantes aseguran que se trataría de delincuentes comunes. Sin embargo, nadie pudo contestar el por qué delincuentes comunes se arriesgaron a asaltar una dependencia militar de inteligencia, si el objetivo era conseguir armas.

Esta central de inteligencia funciona en esta ciudad desde principios de la década del '70, cuando fue trasladada de la sede del Grupo de Artillería de Defensa Aérea (GADA) 601, en Camet, a Gascón al 3000.

Nunca trascendió la cantidad de efectivos, entre civiles y militares, que prestan servicios en esta unidad, aunque el personal había sufrido serias reducciones debido a restricciones presupuestarias.

De acuerdo con las fuentes, el asalto del domingo a la madrugada precipitaría una decisión tomada tiempo atrás: trasladar el SIE a su sede anterior, en Camet, o bien a mitad de [illegible] entre Mar del [illegible] ta Clara del Mar. [illegible]

Este confuso episodio [illegible] agrega a otro incidente ocurrido hace [illegible] los cuarteles que el Ejército posee en el barrio porteño de Palermo, cuando un desconocido ingresó en la unidad, arrojó un bulto sospechoso y huyó sin que fuera reconocido ni, obviamente, [illegible].



Frente de la finca de Gascón al 3000 en Mar del Plata, donde se produjo el asalto.

Gustavo Fari[illegible]

DOC. POCO LEGIBLE

01 / 01

9203282

DOCUMENTO

NO Armada se retira del golfo de Fonseca.

150007

26/2/92

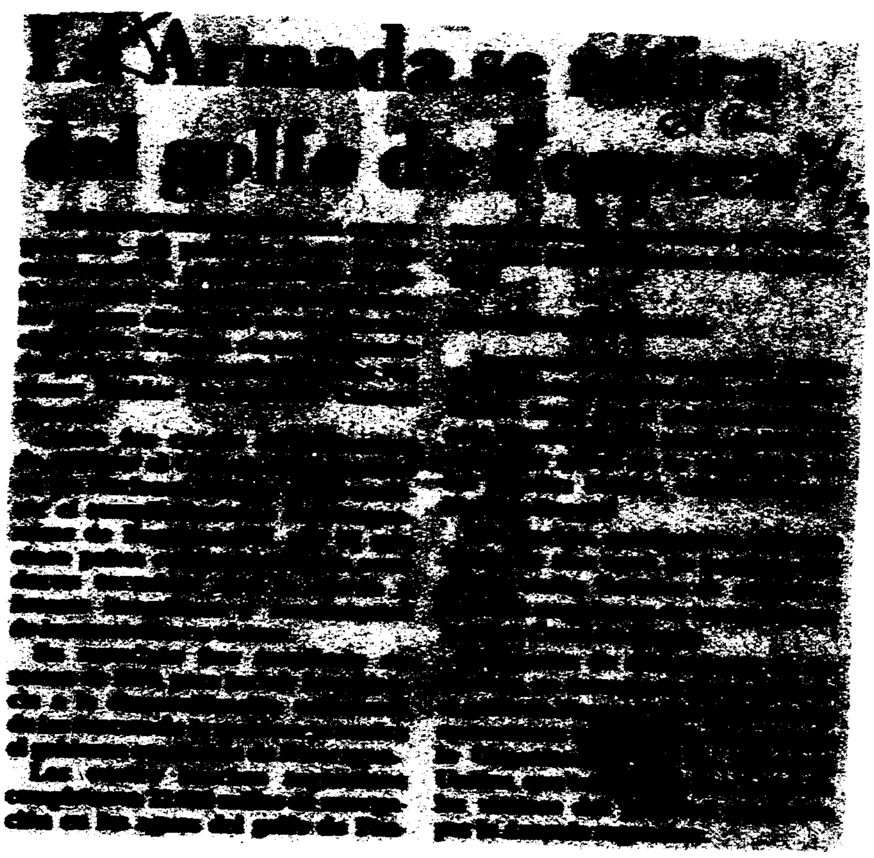
10033

11163

11329

ENTRADO 19

CRUZ 19



Armada

del golfo de

01-01

9203983

DOCUMENTO
TITULO Un general comandará las tropas en YUGOSLAVIA.
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE PUBLICACIÓN 26-2-92
VINCULACIONES 10033
11163
11584
67477

ENTRADO 08
[illegible] 08

clarín 26/2/92

Un general comandará las tropas en Yugoslavia

El actual jefe de la Escuela de Infantería de Campo de Mayo, coronel Luis Lagos, fue nombrado ayer jefe del Batallón de Infantería argentino que integrará la fuerza de paz de las Naciones Unidas que se enviará a la ex Yugoslavia. La ONU pedirá a la Argentina un general para comandar una de las secciones de la fuerza. En caso de que se concrete el pedido, la responsabilidad recaerá sobre el general Carlos Martín Zabala.

Las Naciones Unidas designarían a un general argentino como comandante de una de las secciones de la fuerza multinacional de paz que se instalará en territorio de la ex Yugoslavia, para evitar más choques entre serbios y croatas, según informaron a Clarín fuentes oficiales.

El Gobierno, en caso de que se concrete la designación, nombrará para este [illegible] al actual jefe de Planeamiento del Estado Mayor [illegible] Zabala.

Zabala, que entre otros cargos se desempeñó como comandante de la brigada de Infantería con asiento en Tucumán y realizó cursos de defensa en los Estados Unidos, integraría el Estado Mayor de esa fuerza de paz de la ONU.

Los 14 mil cascos azules que se enviarán para poner fin a la guerra civil yugoslava [illegible]

Por la [illegible]

[illegible] guerra del Golfo. También cumplió funciones en Panamá y Colombia.

La futura presencia de este batallón argentino en la ex Yugoslavia constituirá una nueva muestra de la participación de la Argentina en este tipo de operaciones de la ONU.

Actualmente cuatro lanchas rápidas de la Armada y su tripulación verifican en el golfo de Fonseca, [illegible] Nicaragua, los acuerdos de paz de América Central y un grupo de oficiales del Ejército integran la fuerza de observadores que controlan el fin de la guerra entre Irán e Irak.

Por pedido de la ONU militares argentinos también desempeñaron tareas de observación en Angola, Namibia, e Israel, entre otros países.

01-01

9203284

Buenos Aires, miércoles 26 de febrero de 1992 ★ CLARIN

MENEM LO INVITO A "CERRAR DEFINITIVAMENTE EL PICO"

Quince días de arresto para el general Lanusse

El teniente general (RE) Alejandro Agustín Lanusse fue sancionado ayer con quince días de arresto domiciliario por sus declaraciones a un semanario, consideradas como un acto de indisciplina por el modo en que se refirió al Presidente. Carlos Menem, por su parte, recomendó ayer al ex presidente que "cierre definitivamente el pico".



[illegible] 15 días de [illegible]

El teniente general (R) Alejandro Agustín Lanusse fue sancionado ayer con quince días de arresto domiciliario a raíz de sus recientes declaraciones periodísticas en las que sostuvo, entre otros conceptos, que "en la intimidad me cuesta creer que se pueda ser una persona decente y peronista al mismo tiempo" y que "me resulta muy difícil encontrarle una explicación racional y seria a las cosas que hace el señor (Carlos) Menem".

Ayer mismo, el presidente Menem replicó severamente al ex presidente de facto, sin nombrarlo, al señalar que "lo que más le convendría a aquellos hombres de las Fuerzas Armadas que fracasaron totalmente como militares y como políticos, y todavía se dedican a hacer comentarios sobre la República Argentina, es cerrar definitivamente el pico".

Lanusse, por su parte, consultado por Clarín, se preguntó si no deben incluir "en estos fracasos la restitución del cadáver de Eva Perón, el restablecimiento de los derechos políticos de Juan Domingo Perón y el llamado a elecciones que culminó con la entrega del poder a (Héctor) Cámpora".

La pena que fue impuesta a Lanusse llegó luego de que el militar ratificara en todos los términos sus declaraciones ante el general de división Mario Cándido Díaz, subjefe del Ejército a cargo del arma por la ausencia del jefe del Estado Mayor, Martín Balza.

En el despacho de Díaz, en el edificio Libertador, Lanusse expresó que las publicadas por el semanario Somos "son frases textuales, de una larga charla informal que mantuve con una periodista en mi domicilio particular".

Lanusse fue acusado de haber cometido un acto de indisciplina por referirse al presidente de la Nación en términos poco respetuosos.

La sanción fue aplicada por el general Balza tras un análisis efectuado por los asesores jurídicos del Ejército.

Los repudios a las expresiones del ex presidente se multiplicaron ayer entre los adherentes al partido oficial. El ministro del Interior, José Luis Manzano, por caso, señaló que Lanusse "[illegible] y voces del pasado" y afirmó que las críticas del militar a los dos últimos gobiernos democráticos "no sirven para nada".

El bloque de diputados peronistas, por su parte, dio a conocer ayer un "más enérgico repudio" a los conceptos vertidos por Lanusse y calificó las expresiones de "[illegible]".

El secretario de prensa del cuerpo, diputado Rodolfo Sacha, puntualizó que "sería bueno que Lanusse dejara de lado su pasado y se sumara al esfuerzo de consolidar la democracia y recuperar a la Argentina para el futuro, y para ello su papel debe ser el silencio".

01-01

920329ES

Fuerzas armadas, para hacer qué

Por Carlos H. Raimondi
(Para LA NACION)

En las modernas democracias pluralistas —los 18 países más desarrollados de Occidente—, las políticas de seguridad se encuentran en crisis. En el debate, que alcanza también a los países del Este, todo está en discusión: la preservación de la guerra, las políticas de seguridad, el mantenimiento de la paz, la [illegible] de las fuerzas armadas, y sus nuevos papeles.

Estas modernas democracias, caracterizadas por un alto grado de eficacia económica e integración interna, por políticas de poder descentralizado y alto grado de participación ciudadana, formaron hasta hoy ejércitos eficientes, abiertos a sus sociedades. [illegible] estimas por su alto grado de legitimación, alta motivación y [illegible] organización e integración de los aspectos militares y civiles en el nivel individual y nacional. Priorizaron en los últimos [illegible] los beneficios del comercio y la cooperación sobre la competencia militar y la expansión territorial; se observa hoy en ellas un fuerte impulso tendiente a la reducción de los gastos militares.

El debate incluyó la posibilidad de una máxima reducción y aun eliminación de las fuerzas armadas como tales o su transformación en fuerzas que tenían más características de policiales que militares. Pero los países líderes de Occidente y también del resto del mundo descreyeron de la [illegible] y reconocieron la necesidad política de sostener sus propios ejércitos.

Primera conclusión

Las naciones desean poseer sus propias fuerzas armadas y ninguna ha renunciado a ese derecho. Esta es una primera conclusión incontrastable que surge de la realidad política imperante a partir del fin de la guerra fría, los acuerdos de desarme, la desnuclearización, el nuevo papel activo de las Naciones Unidas y el resurgimiento de las nacionalidades.

En las democracias pluralistas ha crecido la movilidad social, la urbanización, la educación formal, la diferenciación y la especialización en lo profesional y laboral, la acumulación de conocimientos, la tecnología de punta y sobre todo el reconocimiento a la importancia de la sociedad mundial como referencia para la adopción de políticas locales y regionales. Dicho en otras palabras, que es conveniente y aun necesario, antes de adoptar decisiones sobre un tema, observar qué hace el resto del mundo y buscar consenso.

Modelo de evoluciones sociales posibles

[illegible]	[illegible]	[illegible] de la guerra	[illegible]
Organización militar	[illegible]	Ejército profesional	[illegible]
Mayor gasto en presupuesto de personal	[illegible]	Gasto de personal per cápita	[illegible]
Mayor gasto en presupuesto armamento	[illegible]	Armamento de alta tecnología	[illegible]
Sentido de pertenencia	[illegible]	Ocupacional	[illegible]
Tirantez organizativa	[illegible]	Luchas presupuestarias	[illegible]
Objetores de conciencia	[illegible]	Permitidos en tareas de rutina	[illegible]
Reclutamiento	[illegible] (sólo [illegible])	Estratificado por tareas (sólo militares)	[illegible] y civiles
Tipo de profesión dominante	Líder [illegible]	Técnico conductor	[illegible]
Actitud pública hacia lo militar	Apoyo	Apático	Escéptico
Actitud militar hacia el desarme	Hostil	Escéptico	Apático

[illegible]

Segunda conclusión

Por ello las naciones más adelantadas no fincan su seguridad solamente en sus propios ejércitos, sino que se apoyan en el concepto de seguridad colectiva, cuya consecuencia ha sido el aumento de la importancia de los Organismos Internacionales de Seguridad en general, y de las Fuerzas Multinacionales de Paz en particular. Esta es una *segunda conclusión* que emerge claramente del contexto internacional.

> **Las naciones desean poseer sus propias fuerzas armadas y ninguna ha renunciado a ese derecho**

Pero dijimos también que al mismo tiempo se observa en los países líderes un fuerte impulso tendiente a la reducción de los gastos militares. Es que los cambios sociales operados dieron lugar a la formación de una opinión pública crítica respecto de las cuestiones de seguridad, de la disminución de la percepción de amenaza, de una tendencia democratizadora y mayor injerencia civil en asuntos de defensa y control de las fuerzas armadas y de la búsqueda de alternativas para el servicio militar obligatorio. Todo ello acompañado de una cierta apatía hacia el funcionamiento de la protección militar, impopularidad de la disuasión nuclear y políticas de seguridad y emergencia de movimientos pacifistas.

La Guerra del Golfo recordó a las mismas sociedades, que entre 1945 y 1991 se produjeron 160 guerras o conflictos violentos. Por ello la reducción acordada de aproximadamente un 25 % en los presu-

[illegible] conservar los ejércitos nacionales, aunque [illegible] de acuerdo con [illegible]

Las naciones más adelantadas no fincan su seguridad solamente en sus propios ejércitos sino que se apoyan en el concepto de seguridad colectiva.

las necesidades particulares. [illegible]

Organización y misión

El contrapunto del debate [illegible] acerca de una nueva organización y misión para las FF. AA. [illegible] que las fuerzas del futuro deben corresponderse con las sociedades del futuro. Se delinean en general, según Charles Moskos (1), tres evoluciones posibles hacia

Se ha ratificado la decisión de conservar los ejércitos nacionales aunque [illegible] de acuerdo con las [illegible] particulares.

una sociedad [illegible] para la guerra, a otra [illegible] y por último a una sociedad sin guerra [illegible]. La primera se [illegible] la guerra [illegible] menos probable; la tercera con una [illegible] considerada como la más probable [illegible]

[illegible]

Fuerzas [illegible]

La [illegible]

02-02

9203286

La millonaria pérdida militar

Cuando el secretario de Planeamiento del Ministerio de Defensa anunció ayer que **Fabricaciones Militares pierde 500.000 dólares diarios**, no hubo muchos gestos de sorpresa. **El patrimonio del complejo industrial-militar ha disminuido entre 1985 y el año pasado en 940 millones de dólares**, algo que este diario durante la gestión de **Raúl Alfonsín** advirtió en varias oportunidades.

Jorge Pereyra de Olazábal, al cumplir 100 días al frente de la intervención de FF.MM. explicó ayer por qué **urge la privatización del ente, "que perjudica al Ejército en particular y a las Fuerzas Armadas en general"**.

El funcionario, a cargo de la privatización de las empresas del área de Defensa señaló que **"a cada argentino FF.MM. le cuesta 0,20 centavos de dólar por día"**. Agregó que **"con esta tendencia, Fabricaciones Militares desaparece antes de cinco años"**.

"Hoy hay plantas virtualmente paradas", afirmó, advirtiendo que **la pérdida total —operativa real— de 1991 fue de 202 millones de dólares**. Señaló que **"agilizar las privatizaciones asegura la vida de Fabricaciones Militares"**, apuntando que **"una carencia de políticas vendedoras fue lo que motivó una fuerte caída en las ventas"**. El secretario de Planeamiento e interventor de FF.MM. **obvió referirse a la gestión radical, donde influyó el actual diputado** y **entonces canciller Dante Caputo, que en nombre de una política "pacifista" impedía la venta de armas al exterior, salvo que fueran para desfilar**. Esto llevó, como afirmó ayer **Pereyra de Olazábal**, a que **"por cada 100 dólares que ingresan por ventas, FF.MM. gasta 180 dólares"**.

En tren de dar detalles de esas pérdidas, el funcionario aclaró que esos 180 dólares se distribuyen entre personal, 81 dólares; insumos, 72 dólares; y otros gastos que se llevan 27 dólares. Es obvia la incidencia de los gastos en personal.

El secretario de Planeamiento anticipó que **en marzo ya estarían listos los pliegos para la venta de ácido sulfúrico (en Ensenada) y la fábrica de tolueno sintético en Campana**. Para abril, informando del virtual fixture de privatizaciones, **Pereyra de Olazábal** dijo que **también estarían listas ECA (de vainas) y la fábrica militar de San Francisco (Córdoba) que produce discos de arado y boggies para ferrocarriles**, entre otros productos. **No descartó que SOMISA pueda ser privatizada un mes antes de lo previsto, es decir a fines de junio.**

Nº DOCUMENTO
TITULO Armada de EEUU entrega buque a Armada ARG.
15002 S
27/2/92
10033
11163
11329

ENTRADO 28
CRUZADO 29

Nuevos buques para la Armada

La armada de los Estados Unidos comunicó oficialmente a la Armada argentina la entrega de un buque tanque y de un aviso.

El titular de la fuerza, almirante Jorge Ferrer, informó ayer a sus subordinados que el gobierno de los Estados Unidos cumplió así con el compromiso contraído días atras por el secretario de Defensa, Richard Cheney, durante su visita al país.

Se trata de un buque de 30.000 toneladas de los denominados petroleros de flota y de un buque auxiliar, similar a los avisos que tiene hoy la Flota de Mar.

Ferrer hizo el anuncio al término de la ceremonia en la que asumió el nuevo contralor general naval, contralmirante Alberto César Oliver, quien reemplazó en esas funciones al contralmirante contador Neddo Ever Basterra.

El ministro de Defensa, Antonio Erman González, horas después, confirmó el anuncio de Ferrer.

González se había reunido por la mañana con el ministro de Economía, Domingo Cavallo, y con los jefes de los estados mayores de las Fuerzas Armadas para analizar la situación presupuestaria y los salarios del sector castrense.

Tropas a Yugoslavia

Durante la reunión también se analizó el tema de los recursos económicos para enviar las tropas del Ejército a Yugoslavia.

Si bien no se conocen detalles del buque tanque norteamericano, se pudo saber que se trataría de una nave con el casco reforzado, lo cual le permitiría navegar en aguas heladas.

Desde la Guerra de las Malvinas nuestra Armada adolecía la falta de un buque cisterna capaz de proveer de combustible en alta mar a sus buques de guerra.

El nuevo buque, con el casco reforzado, podrá cumplir tareas de abastecimiento de petróleo a las naves de guerra y servir también para el reaprovisionamiento de las bases del sector antártico.

La Nación 27/2/92



El buque tanque Punta Médanos, ra

De esta forma, la Armada resuelve el reemplazo del buque tanque Punta Médanos, radiado después de la Guerra de las Malvinas, y del Bahía Paraíso, que se hundió en el continente blanco cuando transportaba un grupo de turistas

El Bahía Paraíso era un buque relativamente nuevo y había sido construido en astilleros holandeses, en tanto que el Punta Médanos fue botado en 1950 en astilleros británicos.

En medios navales estiman que para fines del corriente año o a más

01-01

9203288

Nº DOCUMENTO

TITULO Ajuste fiscal prometido al FMI no aumentará tarifas ni creará impuestos.

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE [illegible] 1/2/92

VINCULACIONES 10033

11161

11512

11392

[illegible] RL

CRUZ [illegible] RL

CLARIN ★ Buenos Aires, sábado 1º de febrero de 1992

No subirán impuestos por pedido del FMI

El superávit que pide el Fondo Monetario se alcanzará sin mayores impuestos ni tarifas más altas. Horacio Liendo (h), subsecretario de Financiamiento, salió así al cruce de las opiniones de diferentes economistas que [illegible] una vuelta de tuerca al programa de ajuste económico. Queda, como ejercicio futuro, resolver si el menor gasto público y la lucha contra la evasión fiscal alcanzan para generar el superávit operativo que pide el Fondo.

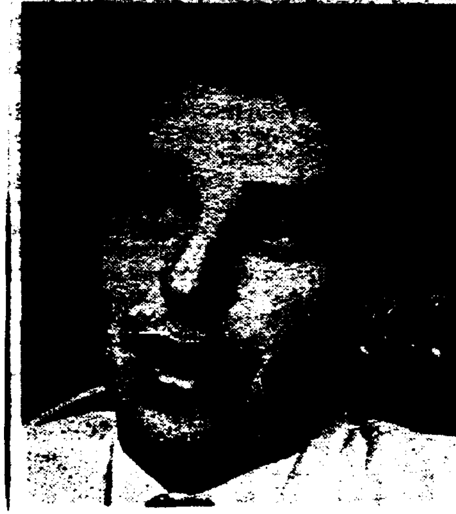
Horacio Liendo, uno de los principales negociadores de la deuda externa, afirmó ayer que el mayor ajuste fiscal comprometido con el Fondo Monetario Internacional "no provocará ningún aumento de las tarifas y tampoco el establecimiento de nuevos impuestos."

La razón que esgrimió es que "el mayor superávit lo vamos a obtener a través de un recorte en el gasto público y una mejora en la recaudación fiscal por efecto de la lucha contra la evasión."

La afirmación pretendió salir al cruce de distintas opiniones de economistas locales que esperan un mayor ajuste como consecuencia de lo pactado con el Fondo Monetario Internacional.

Una de las voces que más intranquilizó a la delegación argentina en los Estados Unidos fue la del diputado liberal Alvaro Alsogaray. El líder de la derecha sostuvo que el acuerdo alcanzado con el Fondo no tenía [illegible] y que [illegible] otro ajuste de [illegible] para la sociedad.

Contestando implícitamente esas declaraciones, el subsecretario de Financiamiento, Horacio Liendo (h), afirmó:



Daniel Marx, uno de los negociadores de la deuda externa.

"El equipo económico está [illegible] convencido de que la Argentina sin [illegible] va a lograr el [illegible]"

El funcionario [illegible] Daniel Marx y [illegible] reuniones con [illegible] del [illegible] Respondieron preguntas técnicas de los banqueros.

Liendo habló desde Nueva York para [illegible] de la propuesta argentina, sobre la cual [illegible] "Los mayores pagos [illegible] a los bancos acreedores sólo se harán en caso de que los banqueros acepten en su totalidad el plan de [illegible] por la Argentina."

[illegible]

[illegible] y hasta [illegible] en el [illegible] que se entregó a los banqueros."

Los mayores pagos propuestos a la banca acreedora sólo se harán en caso de que el comité de bancos acepte en su totalidad la propuesta de [illegible] realizada por la Argentina. [illegible] de no generar atrasos y de ponerse al día con lo que se debe es una forma de incentivar a los bancos a que acepten la propuesta de la Argentina. Hasta ahora, con el pago de 60 millones de dólares por mes, la Argentina realizó una suerte de gesto simbólico, mostrando que estaba dispuesta a no incurrir en mayores atrasos. La caída de las tasas de interés en el mercado internacional hizo que ese pago dejara de ser meramente simbólico, ya que pasó a representar un porcentaje nada despreciable sobre la deuda total.

01-01

9203289



Michel Camdessus, director gerente del Fondo Monetario Internacional.

En las discusiones con los bancos, el tema de las tasas de interés y de los desembolsos que debe hacer la Argentina en riguroso efectivo roba la mayoría de las horas. No es una discusión baladí. Si el total de la deuda queda en 20.000 millones de dólares, cada punto de la tasa de interés significa 200 millones de dólares en más o en menos por año. Y a 30 años, como está planteada la refinanciación, suman 6.000 millones.

Así lo ejemplificó otro de los protagonistas: **"Es una discusión entre fieras. Si estuviéramos dispuestos a aceptar una quita de la deuda de 39% en vez de 40% como solicitamos y si flexibilizamos nuestra posición con respecto a la tasa de interés, podríamos cerrar trato mañana"**. Pero esa no es la intención de Domingo Cavallo.

La Argentina pretende aprovechar este momento de bajas tasas de interés en la economía mundial y propone "techos", por si las cosas cambian. Pero los bancos se oponen.

Los negociadores, que no recibieron ayer señales concretas, mencionaron otras propuestas de trabajo y barajan ahora las siguientes alternativas:

- El pago extraordinario por los intereses atrasados con la banca, que alcanzan a 8.000 millones de dólares, podría hacerse dentro de 6 años y no dentro de 10 como se había planteado originalmente. Pero entonces no se pagará el 10% de los intereses pendientes —o sea 800 millones de dólares—, sino 7,6%.
- El bono para refinanciar los atrasos mantendrá una tasa fija de 4,5%, como desea la Argentina, en los primeros seis años. Pero esa tasa se hará flotante, como exigen los bancos, a partir del séptimo.
- Se podría emitir un título Bocón, apto para las privatizaciones, que tenga jurisdicción en Nueva York, como sugieren los banqueros, en vez de Buenos Aires.

ARGENTINA AUMENTARA EN UN 10% SU PRODUCCION DE PETROLEO ESTE AÑO

JUICIO optimista de Domingo Cavallo. También se anunció rebaja en el precio de la gasolina del orden del 4,97 por ciento

DAVOS (EFE).- La producción de petróleo de Argentina aumentará más de un diez por ciento en 1992, afirmó ayer su Ministro de Economía Domingo Cavallo. Paralelamente las autoridades en Argentina anunciaron una rebaja en el precio de la gasolina en un 4,97 por ciento.

Según manifestó Cavallo a la prensa, en el simposio anual del Foro Económico Mundial que se celebra en la localidad alpina suiza de Davos, el aumento del diez por ciento en 1991 (27 millones de metros cúbicos) frente a la producción de 1990, será superado en 1992.

El esperado incremento de la producción será consecuencia, en parte, del gran número de nuevas empresas conjuntas establecidas en 1991 en el sector, añadió Cavallo.

En 1993 se completará la privatización de la empresa petrolera estatal "Yacimientos Petrolíferos Fiscales S.A" (YPF), responsable de la producción, distribución y refinado de la mayor parte del petróleo argentino y que posee el 58 por ciento del mercado interno de gasolina y el 81 por ciento del de fuel oil, indicó el Ministro.

YPF es la mayor empresa de Argentina por volumen de ventas, con un total de 4.000 millones de dólares en 1991, dijo Cavallo.

El Ministro señaló que a finales de 1992 o principios de 1993 serán puestas a la venta, en los mercados internacionales, participaciones en la compañía.

En las próximas semanas se espera el establecimiento de nuevas empresas conjuntas para exploración, incluso en la región sureña de Santa Cruz.

En 1991, cinco zonas con reservas calculadas de 277 millones de barriles fueron explotadas por nuevas empresas conjuntas, entre ellas "Energía Santa Fe", en la que están la española Repsol y la francesa Total.

"No podemos vender las reservas. Otorgamos concesiones para exploración en 25 o 30 años, y si descubren petróleo recibirán una concesión para explotar", concluyó Cavallo.

Rebaja de precio

Entre tanto la empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) de Argentina anunció una rebaja en el precio de la gasolina del 4,97 por ciento, en general informaron portavoces de la compañía.

La gasolina común [illegible] bajada del precio de [illegible] ciento, mientras que la [illegible] "especial", con un [illegible] octanaje, bajará el 4,41 por [illegible].

El valor de la gasolina [illegible] desde hoy, será de 65 [illegible] peso (unos 60 centavos de [illegible] tanto que la [illegible] centavos [illegible] 30 [illegible] dólar.

Los bajos índices de [illegible] los últimos meses, [illegible] estabilidad de la economía y [illegible] mayor [illegible] de hidrocarburos, [illegible] razones que [illegible] bajada del precio de [illegible] tibles, en la [illegible] tipo en [illegible] [illegible] [illegible]

01-01

9203291

Nº DOCUMENTO

TITULO Negociaciones de Cavallo con Comité de Bancos acreedores.

PROCED. 150024

FECHA RECEP. 3/2/92

VINCUL. 10033

11161

11314

ENT. RS

RS

Buenos Aires, lunes 3 de febrero de 1992 ★ CLARIN

REUNION CON RHODES EN DAVOS

El presidente del comité de bancos acreedores, William Rhodes, anticipó ayer al ministro de Economía que la contraoferta de los acreedores le será presentada formalmente el próximo 12 de este mes.

Diferencias

Las entidades agrupadas en el comité de bancos acreedores no logran digerir la propuesta argentina para el pago de la deuda y presentarán su propio menú el miércoles 12. [illegible] lo hizo saber en un [illegible] castellano William [illegible]des, presidente del [illegible], vice del Citibank y [illegible] veterano en estas lides —[illegible] de hace 10 años negocia la deuda externa— durante la reunión que [illegible] ayer con Domingo Cavallo en Davos, en el corazón de los Alpes suizos.

"La oferta argentina es interesante, pero [illegible] diferencias que [illegible] puestas en blanco y negro el 12", saludó Rhodes, de riguroso sport, a Cavallo a las 12.30 —las 8 de la mañana en Buenos Aires— cuando llegó al [illegible] el hotel de [illegible] [illegible]rolesa, donde se [illegible] Cavallo.

En este primer [illegible] acerca de cómo los [illegible] los bancos la propuesta, que debatió la semana pasada en Nueva York, no se habló de cifras. Pero se [illegible]



Domingo Cavallo, ministro de Economía

La propuesta argentina en discusión

La propuesta para reducir la deuda externa que hizo pública el equipo económico el pasado jueves en Nueva York consiste en:

- Una quita de 40% sobre los 31.000 millones de dólares que se deben a la banca comercial.
- Llevar los giros a los bancos de los actuales 60 millones de dólares mensuales a 92: unos 1.100 millones al año.
- Argentina destinará para el pago de su deuda interna y externa un máximo de 2.800 millones de dólares en 1992, 3.400 millones en 1993 y 3.600 millones en 1994.
- Refinanciará a 15 años de plazo mediante un bono los intereses atrasados que suman 8.000 millones de dólares. El 90%, con un [illegible] a 15 años y una tasa fija de 4,[illegible] 10%, a 10 años con otro bono garantizado por el Tesoro estadounidense con tasa de interés fija, aún no determinada.
- La deuda no vencida se [illegible]nunciará con un bono de consolidación (Bocon) a 16 años, con [illegible] gracia, ajustado por la tasa [illegible] Libo y que podrá utilizarse en [illegible] privatizaciones.
- Y para quienes no opten por el Bocon se imaginaron otras alternativas: un bono de descuento de capital a 30 años, otro a la par también a 30 años, y un bono con interés variable a 25 años. Se ofrece, además, la reestructuración de la deuda mediante un contrato.

01-02

9203292

...de los bancos con Cava[illegible]

LA RENEGOCIACION DE LA DEUDA

...[illegible]que los 15 bancos socios del "steering committee" no aceptan por insuficiente, según su criterio, la forma de pago para cubrir aunque sea parcialmente los 9.000 millones de dólares de intereses atrasados.

El equipo económico ofreció refinanciar los atrasos con un bono a 15 años y se comprometió a un pago extraordinario de 800 millones de dólares. Claro que a realizar dentro de 10 años. Este pago estaría garantizado con bonos del Tesoro estadounidense, para cuya adquisición la Argentina debería desembolsar 400 millones de dólares. Los bancos, poco dispuestos a esperar, quieren, en cambio, un pago en efectivo.

Rhodes dijo: "Miramos con mucha atención el [illegible]

El sistema consiste en que los bancos truequen sus títulos de deuda, los GRA, por los bonos de consolidación, los Bocón, que serán los únicos aptos para participar en las privatizaciones.

Pero William "Bill" Rhodes alivió al ministro argentino: "Hay que acelerar la negociación y llegar a un acuerdo en los próximos 90 días", comentó mientras observaba desde los ventanales cómo el sol derretía la nieve, algo que no se sabe si ocurrirá en la gélida relación entre la Argentina y los bancos.

Rhodes, mano derecha del titular del Citicorp, el argentino-estadounidense John Reed, y cuyas opiniones son ley entre sus colegas, se despachó sobre las urgencias de los distintos bancos que integran el comité:

- Los bancos japoneses son los más inflexibles y los más apurados por cobrar. Con préstamos al sector inmobiliario de California pasarán a pérdida el próximo marzo una enorme masa de dinero: los precios de los inmuebles cayeron a la mitad y desde hace 12 meses no pueden cobrar.
- Los norteamericanos quieren que esta negociación concluya de una buena vez: pasaron a pérdida una porción de la deuda y desean tachar a la Argentina de su agenda para concentrarse en problemas más importantes. El crac inmobiliario les dejó huellas traumáticas y se las deben arreglar para no caer en el abismo.
- De los europeos, los bancos ingleses son los más duros. Y los franceses, que pasaron a pérdida un porcentaje de la deuda, son junto con los alemanes los más contemplativos.

Martín Redrado, presidente de la Comisión de Valores, y un alto funcionario del Citibank fueron los únicos participantes de la reunión.

El encuentro, que duró una hora, fue pedido por Rhodes, quien asistió al Foro Económico que se desarrolla en Davos y que este año, como en 1991, solo late por los países del Este europeo y la suerte que puede correr la ex URSS. Sin embargo, México y la Argentina se llevaron las palmas en sus intentos por captar capitales. Ambos realizaron presentaciones mostrando la principal hazaña de sus planes económicos: la estabilidad.

Tras la entrevista con Rhodes, Domingo Cavallo voló ayer hacia Milán, donde asistirá a un foro del Banco Interamericano de Desarrollo. Tiene prevista otra [illegible] ra disertar en [illegible] dad sobre su [illegible] forzando de [illegible] riedad [illegible]

N° DOCUMENTO
TITULO Costo de la energía en Argentina es mayor que en los demás países del Mercosur.
PROCEDENCIA 15.0027
FECHA DE PROCEDENCIA 9-2-92
VINCULACIONES 10033
11161
11404

ENTRADO RS
CRUZADO RS

La Argentina, con la energía más ca[...]

4/2/92

Los costos de la energía en la Argentina en los niveles actuales de combustibles líquidos y electricidad domiciliaria e industrial se ubican entre los más elevados de la región y duplican a los de los países socios del Mercosur.

Así lo revela la investigación realizada por la Organización Latinoamericana de Energía (OLADE), cuyo resultado le permite concluir que el país lidera en América latina en costos energéticos.

• **Combustibles**

El precio de los combustibles es quizás el que en mayor número de veces se toma como referencia para evaluar y comparar entre estados, y en este caso, salvo Uruguay, la Argentina es la que tiene el costo más alto tanto para la nafta súper como para la común. Claro que en este caso lo que hay que tener en cuenta es la composición impositiva que se aplica y si se trata de un país que se autoabastece o que necesariamente debe recurrir al mercado externo para satisfacer su consumo interno.

En el caso de la energía eléctrica para la cual recientemente se ha llamado a licitación luego de aprobarse el tantas veces modificado marco eléctrico existe la idea generalizada de que la tarifa definitiva será en alguna medida mayor que la existente, la que de por sí ya es alta en términos comparativos.

Para el caso del gas, en cambio, el precio que se cobra localmente para la industria se halla cerca del promedio de los países de la región, siendo el del consumo domiciliario un tanto más alto, especialmente si se tiene en cuenta el aumento de cuarenta y dos por ciento dispuesto hace pocos días por la cartera de Economía.

CUADRO TARIFARIO COMPARATI[...]

	Nafta común (1)	Nafta especial (1)	Diesel oil (1)	[illegible] (1)	Gas (LP) (2)	Electricidad (3)	
						Residencial	Comercial
Argentina	2,07	2,52	1,13	0,83	0,34	9,43	[illegible]
Brasil	1,57	—,—	0,79	0,79	0,21	5,13	[illegible]
México	0,89	1,25	0,71	0,71	0,14	5,19	[illegible]
Uruguay	2,86	3,08	1,62	1,18	0,72	[illegible]	[illegible]
Chile	1,39	1,48	1,25	1,04	0,55	11,11	[illegible]
Paraguay	1,97	2,17	1,37	1,32	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Venezuela	0,23	0,25	0,17	0,15	0,13	[illegible]	[illegible]
Bolivia	1,58	2,29	1,27	0,85	0,31	5,46	[illegible]
Colombia	0,58	0,72	0,58	0,58	0,17	2,52	[illegible]
Perú	1,75	2,35	0,79	0,85	0,33	4,74	[illegible]

(1) u$s/galón. (2) u$s/kg. (3) u$s cent/kWh.
Fuente: OLADE.

01-01

9203293

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 4 de febrero de 1992

Aplican hoy o mañana las rebajas en medicamentos

Las rebajas de los medicamentos, prometidas durante la semana pasada, todavía no llegaron a las farmacias. La "demora" obedeció a un hecho aparentemente trivial: los laboratorios recién ayer iniciaron el trámite de mandar a imprimir y distribuir las nuevas listas de precios, por lo que **el público podrá adquirir los remedios al mismo precio que tenían el 14 de diciembre recién a partir de hoy o mañana.**

La inesperada situación provocó que no pocos clientes se quejaran en los mostradores de las farmacias, donde se especificó que ningún proveedor había entregado el nuevo listado.

El acuerdo para rebajar los precios de unos 1.100 medicamentos surgió luego que la Secretaría de Industria y Comercio inició **sumarios** a veinte laboratorios por entender que las alzas eran injustificadas en un contexto de estabilidad económica. De todas maneras, nueve laboratorios sumariados se negaron a revertir su posición, por lo que deberán iniciar un proceso de negociación bilateral con Industria y Comercio que deberá concluir mañana. Si después de ese plazo deciden continuar con su postura, deberán dar las razones por las cuales aumentaron los precios de los específicos de su producción.

Los laboratorios que rebajaron sus precios deberán ahora acordar con las droguerías o con las farmacias grandes (que stockean algunos medicamentos) qué política van a seguir, ya que las distribuidoras cuentan con un stock que fue comprado a un precio mayor al que regirá a partir de hoy. Voceros de CAEME (laboratorios extranjeros) dijeron a Clarín que se estudian dos posibilidades: extender una nota de crédito por la diferencia surgida por mayores costos, o bien alargar por un tiempo los plazos de pago de las droguerías.



Los laboratorios resignaron aumentos a cambio de tener participación en la reglamentación de la comercialización de medicamentos. Una vez ganado ese espacio, avanzarán con la solicitud de un plan de reajuste de precios.

La decisión de rebajar los precios logró enfriar la relación entre los laboratorios y el Gobierno, que llegó a recalentarse cuando el ministro Cavallo acusó a los productores de fármacos de ejercer **una conducta monopólica y actuar como un "cartel".**

La concesión hecha por los laboratorios, sin embargo, no fue gratuita. La paz firmada trajo consigo una promesa del Gobierno para que los empresarios del sector tengan **representación a la hora de redactar la reglamentación** del decreto 150, por el cual se estableció el **sistema por genérico o monodroga para la prescripción y comercialización de medicamentos.**

Con el diálogo restablecido, algunos laboratorios presentarían un infor[illegible] Industria y Comercio en que supuestamente explicarán cómo variaron los costos de producción de ciertos específicos, y solicitarán la aprobación de un plan de reajuste de precios, pero extendido en el tiempo, con el fin de evitar los sobresaltos de las últimas semanas.

Repecto de esa posibilidad, voceros destacados de la cartera fabril dijeron que, de concretarse la presentación, **"será un cuadro de situación totalmente distinto a encontrarse con que de un día para otro se dispararon los precios en las farmacias".**

IMPORTACION, PROMOCION FABRIL, PANADERIAS Y ESTACIONES DE SERVICIO

Nuevo paquete de desregulaciones

El ministro de Economía Domingo Cavallo resolverá, cuando retorne mañana, el momento en que dará a conocer un conjunto de medidas de desregulación para contener el aumento en los precios. Entre las más significativas, se cuenta la eliminación de la tasa de estadística para la importación, y retenciones que aún pesan sobre la actividad agropecuaria, derogación de todos los regímenes de promoción industrial, las colegiaciones profesionales obligatorias, de restricciones para instalar negocios y para la comercialización de pan envasado.

El equipo económico prepara un paquete de medidas que profundizan la desregulación económica y que incluye normas como la eliminación de la tasa de estadística que pesa sobre las importaciones, las retenciones sobre las exportaciones de algunos productos agropecuarios y una flexibilización sobre algunos servicios privados. Será Domingo Cavallo —quien retorna mañana— el que decidirá el momento de lanzarlo.

En un claro intento por poner freno al alza de precios, el Gobierno apelará a la desregulación para facilitar la competencia que limite los aumentos en los servicios y a reducir la presión de algunos sectores vinculados con el comercio exterior que en los últimos tiempos reclamaban por una mejora en la paridad cambiaria.

La batería de medidas, a las que tuvo acceso Clarín, es la siguiente:

- **Eliminación de la tasa de estadística del 3% que pesa sobre las importaciones:** esto implica una mejora en la paridad para quienes importan mercaderías, aun a pesar del perjuicio fiscal que implica resignar estos ingresos.
- **Eliminación del régimen de despachantes de aduana:** al igual que en el ítem anterior se busca abrir aún más la economía y abaratar los costos para las importaciones.
- **Eliminación del 1,5% sobre algunas exportaciones agropecuarias:** esta tasa estaba destinada a financiar el presupuesto del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA). Con esto se busca mejorar el tipo de cambio efectivo para los exportadores y de hecho desaparecen todas las restricciones para las exportaciones rurales. En otros términos, se busca una **devaluación compensada** sin modificar los términos nominales.
- **Derogación de todos los regímenes de promoción industrial y los declarados de "interés nacional":** esto implica que se reducen los subsidios a producciones tales como caños sin costura, bicicletas, motonetas, aluminio, etcétera. Dentro de esta medida quedará incluida la reconversión del sector automotor, que prevé la disminución en la cantidad de modelos a producir y el aumento del cupo de vehículos importados.

Con estas medidas el Gobierno está buscando negociar con el sector empresarial un eventual apoyo a la reforma tributaria que incluye el polémico impuesto a los *excedentes* primarios de las empresas (IEPE) y la modificación al impuesto a las ganancias.

- **Resolución JNG Nº 1826:** apertura al sector financiero y asegurador para el otorgamiento de las garantías relacionadas con la entrega de cereales. Las garantías que antes concedía la Junta Nacional de Granos mediante las cuales aseguraba la entrega del cereal a los exportadores al momento del embarque podrán ser otorgadas por bancos y compañías de seguro.
- **Eliminación de colegiaciones profesionales:** quedarán sin efecto todas las limitaciones al ejercicio de las profesiones. Tal como ocurrió con el caso de los escribanos, el decreto prevé la **eliminación de todos los regímenes profesionales.**
- **Derogación de aportes profesionales compulsivos:** se eliminan los matriculaciones obligatorias que deben realizar algunos profesionales en registros nacionales, provinciales y municipales. Quedarán sin efecto los aportes a la caja de jubilaciones médica en la provincia de Buenos Aires y la afiliación a la Federación Médica de la provincia de Buenos Aires.
- **Libre comercialización del pan no envasado:** se derogan todas las restricciones que pesan sobre la comercialización de ese producto. Con esto se pretende desarticular los aumentos de precios "**concertados**" en un artículo de consumo masivo y muy sensible para la población.
- **Eliminación a las restricciones para instalar comercios:** a excepción de las normas de habilitación provincial o municipal, quedan sin efecto todas las limitaciones para instalar, por ejemplo, estaciones de servicio.

Miguel Angel Rouco



Ismael Gómez

Hombriento y sorprendido, un comensal busca destino momentos después que Comercio colocó la faja de clausura en el restaurante La Casona.

Qué viene después de la faja de clausura

La **faja de clausura** es el primer paso de un proceso mucho más amplio y de final incierto para el que no está al día con el pago de sus impuestos. Estampada por los inspectores de la Secretaría de Comercio cuando olfatean algún porblema formal —fallas en la facturación, falta de algún libro de contabilidad— la faja permanece entre 24 y 72 horas.

Los inspectores de Comercio son los únicos que pueden clausurar los negocios. Lo hacen bajo la figura legal de la ley de **Defensa de la Competencia**, que castiga a quienes no cumplen las reglas por "competencia desleal". Pero una vez extendida la faja termina su tarea y empieza la de los sabuesos de la DGI.

Así, *mientras* el negocio está cerrado al público, dos expertos de la *DGI* **revisan, sin precipitaciones, toda la contabilidad.**

Por la "falla" que justificó la **faja de clausura** se inicia un **sumario administrativo en la DGI**. El comerciante, infractor en la jerga de los sabuesos, **tiene un plazo determinado para corregir el defecto formal:** la falta de facturas, fallas en su caja registradora o la ausencia de libros de contabilidad, entre muchas otras. Si no lo hace en el plazo estipulado ro al juez por el cierre de 48 horas impuesto por la secretaría de Comercio. El juez hizo lugar y la faja se rompió de inmediato. Los sabuesos siguen, a pesar de todo, en el lugar revisando cada libro del negocio.

Sin embargo son muy pocos los infractores que terminaron en la cárcel. Para contarlos sobran los dedos de una mano. En la DGI juran que la [illegible] acumula un sinfín de procesos. Pero la cantidad de pruebas que exigen los jueces es de tal magnitud que, por ahora, los peces nadan libremente.

- **Los cierres de cada día**

01/02

9203295

do, la faja se renueva.

Pero si los sabuesos descubren una falta más grave, una simple evasión de impuestos, la historia termina en el juzgado: la DGI eleva una denuncia al juez bajo la figura de la ley penal tributaria. Y el infractor, incluso, puede terminar en la cárcel.

Muchas veces son los comerciantes quienes piden la participación judicial. Sucedió con el clausurado Café Victoria, ubicado en la exclusiva Recoleta. Presentó un recurso de ampa-

La DGI continuó ayer con su clásico rastrillo: clausuró 28 comercios en los barrios de Chacarita y Colegiales. Suman 39 si se contabiliza a los cerrados el domingo por la noche. En el listado figuran los céntricos y conocidos Las Cuartetas, Trattoría Il Gatto, La Casona y la heladería Saverio. También Mirlo-III, Kricher, y Blue Blue.

El rastrillo debutó ayer en Córdoba, donde se actuó en conjunto con la Secretaría de Comercio mediterránea, y en San Luis. Los operativos continuaron en Mar del Plata, Neuquén, Tucumán y Mendoza.

"No estamos persiguiendo a los comerciantes minoristas. Nuestro objetivo es controlar el cumplimiento de la nueva facturación y del IVA. En casi todas las clausuras se detectaron anomalías en la facturación", dijo ayer una fuente de la DGI.

Los intocables, su cuerpo de elite, se dedicó ayer de lleno a droguerías, laboratorios medicinales y frigoríficos.

02-02

9203295

LA MARCHA DE LA INFLACION

RUEDA DE PRENSA LUEGO DEL 3%

Cavallo amenaza los negocios

Como anticipándose a lo que ocurrirá desde el lunes, cuando la DGI iniciará un gran operativo de fiscalización —véase página 5—, el ministro de Economía advirtió que serán clausurados todos los comercios que sea necesario para detener el alza de los precios. Elípticamente, Cavallo aconsejó comprar en los supermercados.

El ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, lanzó una severa advertencia a los comerciantes: **"Vamos a clausurar todos los negocios que sea necesario y que no cumplan con el actual sistema de facturación"**.

En una conferencia de prensa en la que no abundaron los anuncios, el jefe del Palacio de Hacienda apeló a los largos razonamientos para referirse al repunte de la inflación y a la evolución del salario real.

El ministro estaba acompañado por el viceministro **Carlos Sánchez** y por el secretario de Programación Económica, **Juan José Llach**, que no pronunciaron palabra en toda la rueda de prensa.

Cavallo intentó hacer frente al adverso índice de precios de enero ensayando todas las explicaciones posibles y haciendo hincapié en el carácter estacional de los aumentos.

Los hombres de prensa trasladaron inmediatamente de comenzada la exposición del ministro, la preocupación de la sociedad sobre dos puntos centrales: precios y salarios.

Cavallo sostuvo que el aumento de los precios en enero era previsible y que él ya lo sabía desde la primera semana del mes pasado.

Para sorpresa de muchos, el ministro indicó que él había advertido a la población en su mensaje del 29 de enero sobre las proyecciones del INDEC de la primera semana de enero.

El ministro explicó los aumentos de precios de la siguiente manera:

- "Los incrementos fueron de carácter estacional y vamos a insistir para que no se den estos fenómenos de estacionalidad."
- "La defensa del valor de la moneda está en manos de los propios consumidores porque el Gobierno no es poco lo que puede hacer."
- "Vamos a hacer todo lo que esté al alcance para dar trasparencia a los mercados y se cumpla con las leyes impositivas."
- "Vamos a clausurar todos los negocios que sea necesario clausurar en la medida que constatemos fallas en la facturación y falta de cumplimiento en el pago de impuestos. Vamos a ser muy severos."

Cavallo centró sus críticas sobre los comerciantes de manera sistemática ya que en ningún momento mencionó medidas contra los sectores que concentran la oferta de bienes y servicios.

Mientras que amenazó con aplicar la Ley de Defensa de la Competencia cada vez que se advierta una unión de los oferentes contra los consumidores, solo se mostró esperanzado para que en 1992 haya más oferta del sector productivo.

Más adelante Cavallo exhortó a la población y

Menem para rato

Casi sobre el final de la conferencia de prensa, el ministro de Economía se mostró abiertamente en favor de la reelección del presidente de la República, **Carlos Menem**, con una eventual reforma constitucional.

"La reelección de Menem ayudaría a dar continuidad al proceso de profundos cambios que se están dando en el país, pero más allá de las opiniones personales será la gente quien evaluará los actos del Gobierno y decidirá si apoya o no una reforma constitucional y una nueva presidencia de Carlos Menem", dijo el ministro.

Cavallo destacó el liderazgo y el coraje de Menem para encarar las reformas en la economía y lanzó una expresión de deseos: **"Ojalá el presidente Menem pueda gobernar la Argentina por muchos años más"**.

01/02

9203296

clausurar todos que haga falta

elípticamente instó a no comprar en los comercios minoristas, sino en los supermercados, cuyos precios —dijo— se mueven mucho menos.

• "La gran defensa del valor del dinero la tienen que tener los consumidores".

• "En la primera semana de febrero a nivel de supermercados, mayoristas e industriales, no ha habido aumentos".

• "Sin embargo en almacenes de barrio y comercios minoristas de algunos lugares residenciales, se siguen produciendo aumentos".

• "Si la gente por comodidad va siempre al mismo lugar, no compara precios y sigue pagando más por un litro de leche, una gaseosa o un kilo de pan, es poco lo que el Gobierno puede hacer con esos comportamientos".

• "Exhortamos a la población a que no compre en el primer lugar que encuentra porque hay aumentos de precios que se dan en algunos comercios minoristas que no tienen origen en boca de fábrica o en el nivel mayorista".

Ante estas afirmaciones, el ministro deslindó responsabilidades por los aumentos de precios y dijo que el Gobierno se limitaba a mantener una disciplina fiscal y monetaria que garantice el plan de convertibilidad.

Cavallo dijo que "las metas fiscales de enero registraron un exceso de 50 millones de pesos". Luego admitió que a fines de diciembre y principios de enero se generó una gran expansión monetaria producto de las ventas de dólares para pagar los aguinaldos.

"Si bien se trata de un aumento de la demanda, se trata de un fenómeno puramente estacional, mejor que no se repitiera", enfatizó el ministro reeditando su viejo propósito de pagar el aguinaldo en forma escalonada.

Finalmente, el ministro dijo que va a insistir con la iniciativa sobre el escalonamiento del aguinaldo que cuenta con media sanción del Senado y también con la reforma impositiva para procurar sancionar el Impuesto a los Excedentes Primarios de la Empresa (IEPE).



Domingo Cavallo y Juan Llach, durante la conferencia de prensa de ayer: [illegible] fivos que anuncios.

"El salario real aumentó 30%"

Cavallo defendió a capa y espada las bondades del plan de convertibilidad, contra toda pretensión para conceder aumentos salariales que permitan paliar la caída del poder de compra.

Muy lejos de admitirlo, el ministro rechazó todas las preguntas sugerentes de los periodistas —trabajadores, al fin—, que señalaban una pérdida de poder adquisitivo.

Para Cavallo, "¿el poder de compra del salario aumentó 30% durante la convertibilidad?", aunque pronosticó que durante 1992 el crecimiento va a ser menor.

Para explicar el supuesto aumento del salario real, el ministro se valió de incrementos en la demanda de alimentos, comidas fuera del hogar, turismo y servicios en general.

Hubo que recordarle que, en innumerables oportunidades, fue él mismo quien instó a los empresarios a no conceder aumentos de salarios, y cuando se le preguntó cómo iban a crecer los salarios reales respondió escuetamente: "Con aumento de la productividad...".

—"A veces, es muy difícil medir el aumento de la productividad...", —interrumpió un periodista.

Cavallo volvió a la carga con un viejo proyecto del gobierno menemista: "No es muy difícil, si la negociación se realiza por empresa".

"No se da el tipo de aumento generalizado practicado por un sector en las épocas en que todo estaba indexado", agregó Cavallo para luego defender su programa: "El mejoramiento en el nivel de vida de la gente" (¿lo hay?) se da por un aumento de productividad y no por dar aumentos de salarios nominales bajo el argumento de indexar los ingresos en función de supuesta inflación pasada".

El ministro solapadamente también lanzó una advertencia al sector sindical y permitió entrever cuál será el esquema con el que se moverá el Gobierno en materia salarial: "Nosotros esperamos que las negociaciones salariales se hagan con responsabilidad por parte de los dirigentes sindicales y los empresarios y que sólo se otorguen aumentos en función de la productividad. Si esto no es posible, será aconsejable que la negociación se traslade a un establecimiento industrial superior o al nivel donde sea posible medir la productividad".

Consultado sobre una eventual arremetida sindical en demanda de un incremento de salarios, Cavallo salió al cruce tratando de diluirla: "Creemos que la dirigencia sindical ha aprendido las lecciones del pasado, y si no las ha aprendido, debe saber que los trabajadores las conocen muy bien. Esas actitudes demagógicas del pasado que le daban sustento a esos dirigentes pero perjudicaban a la gente, hoy ya no convienen. Hoy los ingresos de la familia han aumentado por un incremento de la productividad".

En pocas palabras, Cavallo dejó un mensaje en el aire para los sindicalistas, pero que pega también en el ánimo de todos los trabajadores: "Si quieren aumento, trabajen más".

Explicaciones que sembraron dudas

Fue una hora de largas, por momentos adormecedoras explicaciones, la que ayer consumió la conferencia de prensa del ministro Cavallo. Sin ningún acompañamiento estadístico —salvo algunas hojas que le acercaron al promediar la charla—, Cavallo estuvo flanqueado por el viceministro Carlos Sánchez y el secretario de Programación Económica, Juan Llach, pero solo habló él.

El ministro acababa de regresar de Europa; durante su ausencia se había conocido el inquietante 3% del costo de vida y había alguna expectativa entre la veintena de periodistas que ayer se instalaron en el salón de conferencias del Palacio de Hacienda. Por lo que se vio, los cronistas tenían dos ideas fijas, las mismas que preocupan al grueso de la población: saber qué iba a hacer el Gobierno con la inflación e inquirir por el deterioro del salario real implícito en el alza del costo de vida. Si se esperaban anuncios, no los hubo.

En el mismo arranque de la rueda de prensa pretendió quedarse con la primicia sobre el aumento del costo de vida de enero: dijo que en la primera semana del mes ya sabía cómo venía la inflación y que en un mensaje al país le había advertido a la población "que no se dejara robar la estabilidad".

Rastreando en los archivos, no se encuentra ningún alerta del ministro en esa primera semana, ni mucho menos acciones encaminadas a frenar un rebrote de los precios. Más aún, cuando el 16 de enero se los periodistas le preguntaron cómo venía la inflación, el ministro respondió: "Nadie, ni Mandrake puede saberlo". Para esa fecha, las primeras estimaciones del INDEC daban 1,6% para el costo de vida.

Y el mensaje por la cadena de radiodifusión del que Cavallo habló ayer fue, en realidad, del 20 de enero, cuando ya habían transcurrido tres semanas del mes. Entonces, como ahora, el ministro responsabilizó al aumento de la demanda derivada del medio aguinaldo y a los incrementos que se registraban en el comercio y en los servicios.

Luego de algunas otras explicaciones del ministro sobre el alza de los precios, los cronistas decidieron embestir con el deterioro del salario real que, a juicio de todos los que preguntaban, debería de haberse producido a causa del alza del 24,8% anotada en el costo de vida en lo que va del plan de convertibilidad.

La respuesta de Cavallo los dejó [illegible] que durante la [illegible] el salario real [illegible]. Por la [illegible] le dijo que no era el salario real, sino el poder de compra [illegible] lo que había crecido el 30%. Y Cavallo enmendó: "Sí, el poder adquisitivo creció el 30%". Aceptó que no había estadísticas que permitieran detectar este fenómeno, pero sentenció que eso no se podía ver en el aumento de la demanda.

Por la forma en que los periodistas insistían, era evidente que no creían que el salario [illegible] de compra [illegible] por ciento.

El ministro [illegible] más grande [illegible] ro [illegible] dos veces dijo [illegible] no creen —[illegible] plica el aumento de [illegible] [illegible] de compra." [illegible] ticas en la [illegible] del aumento de [illegible] [illegible] que la [illegible] demostraría mejor [illegible] indicadores [illegible] real.

Cuando la conferencia [illegible] concluyó, la [illegible] se había [illegible]

Los [illegible]

9203296

La Nación 9/2/92

Anuncian el pago a obreros de Hipasam

[illegible]

En los próximos cuatro meses se concretará simultáneamente la venta de las empresas públicas más grandes

Está empezando la etapa decisiva para concretar las privatizaciones de la época Cavallo. En cuatro o cinco meses deberán estar ya preadjudicados grandes monstruos como Segba, Obras Sanitarias, Ferrocarriles y ELMA. Hay demoras sobre el cronograma lanzado en noviembre y todavía se pueden esperar más postergaciones cuando los oferentes entren en competencia o haya que elaborar los contratos definitivos. Pujas políticas, razones económicas y también insolvencia de las ofertas en algunos casos, pueden conspirar contra el objetivo de que todo esté privatizado a fin de este año.

Con demoras empieza etapa decisiva en privatizaciones

El gobierno está entrando en la etapa decisiva de las privatizaciones de la época Cavallo. De aquí a junio se definirá el destino de empresas como Segba, Gas del Estado, ELMA, Ferrocarriles y Obras Sanitarias, que por su envergadura y por concretarse prácticamente al unísono, tienen un significado político y económico mucho más importante que el de la primera etapa de este gobierno cuando se transfirieron al sector privado Aerolíneas Argentinas, Entel y las principales rutas por el sistema de peaje.

Con relación al cronograma fijado el 12 de noviembre cuando el ministro Cavallo fue apremiado por el presidente Menem a acelerar las privatizaciones, hay demoras en general que en sí mismas no podrían considerarse significativas.

Sin embargo, si se recuerda que el período más complicado de cada privatización se registra cuando los oferentes ya están en competencia no parece fácil que se cumplan los plazos previstos.

En ese sentido, los cronogramas estrictos pueden tener efecto político positivo cuando se anuncian, pero después implican un corsé que puede restarle al Estado capacidad de negociación.

El gran interrogante de esta etapa que se abre ahora, y *posiblemente la clave para el* cumplimiento más o menos razonable de las fechas, es si existen capitales a nivel internacional capaces de producir en la Argentina el flujo de inversiones que requiere el enorme paquete que está en venta. También si las empresas nacionales de primera línea están en condiciones de seguir incorporando nuevas actividades y destinando capital a las áreas que el Estado abandona.

Los nombres de unas 10 empresas locales se repiten en casi todas las privatizaciones que el gobierno está haciendo, desde el petróleo hasta las concesiones viales, y al margen de las especulaciones que pueden hacerse sobre las posibilidades de crecimiento de esos grupos económicos, en una gran parte son ex proveedores del Es-

ESTADO DE LAS PRIVATIZACIONES

Empresa	Fecha prevista en cronograma oficial	Estado actual
YPF 3 áreas Cuenca Austral	Contratos 26/12/91	Se adjudicaron 2. Para la tercera se abren los sobres el 3/3/92
Areas Cuenca Noroeste	Llamar a licitación 30/1/92	Se postergaría 45 días
Activos de YPF (*refinerías, ductos, etc.*)	Pendientes de la sanción de la ley	Siguen pendientes de la sanción de la ley
Gas del Estado	Llamar a licitación 1/4/92	Depende de que el Congreso sancione el marco regulatorio
YCF	Elaborar en 60 días un plan de transformación	Se cumplió. El plan está en estudio
Obras Sanitarias	Preadjudicar 15/6/92	Se estudia postergar 2 meses
Ferrocarriles Mitre (cargas)	Preadjudicar 27/12/91	Se preadjudicó el 15/1/92 pero el consorcio oponente solicitó la nulidad
San Martín (cargas)	Llamar a 2ª licitación y preadjudicar 29/5/92	Se puede preadjudicar antes porque se continuó la 1ª licitación
Urquiza (cargas)	Se llamó a una 2ª licitación el 25/11/91	Los pliegos están en venta
Belgrano y Roca (cargas) Buenos Aires-M. del Plata	Vender pliegos 1/2/92	Se cumplió
Ferrocarriles Metropolitanos y subtes	Abrir sobres para preadjudicar el 31/1/92	Se cumplió
ELMA	Terminar el pliego 3/1/92	Se terminó el 5/2/92. Falta decreto para llamar a licitación
Sector eléctrico Segba Central Puerto Nuevo y Nuevo Puerto	Preadjudicar 28/2/92	Se preadjudicaría 16/3/92
Segba Costanera	Preadjudicar 31/3/92	Alrededor del 20/2/92 recién se llamaría a licitación
Centrales Dock Sud y Pedro de Mendoza (Segba) Luján de Cuyo y Güemes (Agua y Energía)	Preadjudicar 31/3/92	Hasta el momento no se cumplió ningún paso
Segba Distribución	Preadjudicar 30/5/92	Por ahora no hay cambios
Encotel	Presentación del informe del consultor 15/3/92	Se darían 15 días al consultor para elaborar marco regulatorio

Por ese motivo, la empresa *postergó por ahora el llamado* a licitación para la cuenca noroeste que estaba que estaba prevista para el 30 de enero y que ahora se produciría alrededor del 15 de marzo.

Están además en licitación las áreas de exploración del plan Argentina para las cuales ya se vendieron unos 20 pliegos, previéndose la apertura de sobres para marzo. Para el resto de los bienes de YPF que se quieren privatizar, desde refinerías hasta oleoductos, el Congreso debe sancionar primero la ley de privatización de la petrolera estatal que sigue trabada por falta de acuerdo en el propio bloque oficialista.

• Gas del Estado

El llamado a licitación para las redes troncales y las redes de distribución está previsto para el 1 de abril. **Pero esa fecha sólo podría cumplirse si en los primeros días de marzo el marco regulatorio del gas tiene sanción en el Parlamento, ya que por ahora sólo fue tratado en el Senado.**

La preadjudicación está fijada para el 15 de setiembre.

• YCF

El plan sobre lo que se hará con esta empresa fue presentado **por la Subsecretaría de Combustibles, con anterioridad a la fecha prevista en el** cronograma y está en estudio en el Ministerio de Economía.

• Obras Sanitarias

El 31 de enero se abrieron los sobres con los antecedentes de los oferentes presentándose cinco consorcios **(y uno fuera de horario cuya situación se estudia). Sin embargo, se evalúa una modificación de los plazos originales presuntamente a pedido de los que se presentaron. Según el cronograma inicial, la propuesta técnica debía presentarse el 15 de marzo y la propuesta tarifaria el 15 de mayo, preadjudicando el 15 de junio.**

En el nuevo esquema la propuesta técnica se abriría el 30 de mayo, la tarifaria el 31 de julio y la adjudicación se concretaría el 15 de agosto.

tado que en cada negociación ponen sobre la mesa, o descuentan de sus ofertas, lo que no pudieron cobrarle al Tesoro nacional.

Esas situaciones, las observaciones e impugnaciones que los grupos locales se lanzan entre sí con particular ensañamiento, y la falta, por ahora, de una participación significativa de otros capitales, es lo que demoró y complicó las privatizacio que se hicieron, y es la amenaza latente sobre los procesos en curso.

Caso por caso, las privatizaciones se encuentran hoy en el siguiente estado:

• YPF

La petrolera estatal privatizó 65 áreas secundarias y la mayoría accionaria de las cuatro áreas centrales más importantes. Sin embargo, tuvo dificultades al licitar las tres áreas de la cuenca austral en diciembre cuando sólo en un caso la oferta llegó a la base fijada. En enero se adjudicó la segunda y se postergó para el 3 de marzo la licitación de la tercera (Santa Cruz II).

• Ferrocarriles

Ferrocarril Mitre: El 15 de enero se apreadjudicó al consorcio Nuevo Central Argentino, liderado por Aceitera Deheza, pero el otro oferente que se presentó, liderado por SIDECO, impugnó el acto y solicitó la nulidad. El tema está en estudio de los asesores legales de Transporte. **Debía haberse preadjudicado el 27 de diciembre y firmado el contrato en febrero.**

Ferrocaril San Martín: Se estudian las ofertas de dos consorcios, uno liderado por Pescarmona y otro por Astramar. Ambos grupos se hicieron observaciones recíprocas que deben responderse antes

- Viene de pág. 6

de definir la preadjudicación. Acá hay un adelanto con respecto al cronograma porque al momento de éste la licitación se había anulado y dispuesto llamar a una nueva, posición que después se revió.

Ferrocarril Urquiza: Están en venta los pliegos desde el 25 de noviembre, luego de que la primera licitación no pudo concretarse por el desestimiento de la empresa española Renfe cuando ya se estaba por firmar el contrato.

Ferrocarril Belgrano, resto Roca carga y transporte de pasajeros Buenos Aires-Mar del Plata: Los pliegos se empezaron a vender la semana pasada cumpliendo la fecha prevista.

Ferrocarriles Metropolitanos y Subterráneos: En la fecha prevista, el 31 de enero, se abrieron los sobres con los antecedentes de los interesados. Se presentaron 8 consorcios.

• ELMA

El pliego de la licitación fue presentado la semana pasada al Poder Ejecutivo, un mes después del plazo original. En diez días está previsto iniciar la venta.

• Sector eléctrico

La demora para la sanción del marco regulatorio en el Parlamento postergó las fechas para la venta de las centrales de generación eléctrica. Por ahora sólo están en licitación Puerto Nuevo y Nuevo Puerto que se adjudicarán el 16 de marzo, lo que implica una demora de sólo 15 días con respecto al plazo original porque a pesar de haberse iniciado el proceso mucho más tarde se intenta acelerar los pasos de la selección. **A mediados de este mes se licitará la central Costanera, estando pendientes los procesos para Dock Sud y Pedro de Mendoza (de Segba como las mencionadas anteriormente) y para Luján de Cuyo y Güemes, de Agua y Energía que originalmente debían preadjudicarse el 31 de marzo.**

En Segba Distribución por ahora no se modificó la fecha del 3 de mayo para preadjudicar pero hay dudas, y en Agua y Energía el proceso de selección de los consultores y elaboración de los pliegos es más lento de lo esperado. (El pliego debe estar terminado el 30 de abril). Lo mismo ocurre en Hidronor.

• Encotel

Esta semana se abren los sobres para elegir a los consultores, pero mientras en el cronograma original el 15 de marzo los seleccionados debían presentar el informe para la privatización, ahora se le otorgarán 150 días para que elaboren el marco regulatorio de la actividad que deberá tener sanción del Parlamento.

Corredores viales y redes de acceso a ciudades: La Secretaría de Obras Públicas pidió una prórroga de 60 días para expedirse sobre la licitación para las redes de acceso a las grandes ciudades. Esta semana, además, la Dirección Nacional de Vialidad debe presentar un programa de concesión por peaje de las rutas que siguen a su cargo. No hay indicios sobre si se cumplirá con el plazo.

En Petroquímica Río Tercero se está terminando el contrato de transferencia. En Altos Hornos Zapla se abrieron los sobres (un solo oferente) el 31 de enero. En Forja, el adjudicatario no cumplió el compromiso de pago por lo que la licitación fue anulada.

En este mes deben definirse los pliegos de la licitación de otras 27 empresas del área, entre ellas SOMISA, Petroquímica Bahía Blanca y Petroquímica General Mosconi.

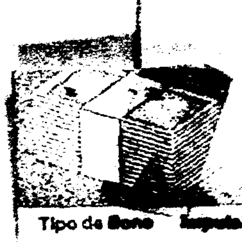
• Inmuebles del Estado

De un total de 2884 propiedades identificadas para vender, el Estado vendió hasta ahora 358 por un total de 89 millones de dólares.

• Otros

El 3 de febrero se abrieron los sobres de los que aspiran a la concesión del Mercado de Liniers.

El Poder Ejecutivo requerirá al Congreso que declare "sujeto a privatización" la Casa de Moneda y la Caja Nacional de Ahorro y Seguro.



Menú de opciones a la banca acreedora

Tipo de Bono	Imputable a:	Tasa de interés anual	Amortización en años	Garantías	Observac.
INTERES					
PDI * 90% 10% pago extra-ordinario	Atrasos por intereses vencidos	4,5% (pago semestral)	15 con 3 de gracia en el principal (pago semest.) neto del extra-ordinario. A los 10 años con gtía. cero cupón	Intereses por 6 meses con "cash" o inversiones permitidas	
CAPITAL E INTERESES					
Opción A BOCON	**Deuda elegible + PDI ***	**LIBOR a 30 días con 6 años de gracia (capitalización) Pago mensual**	16 con 6 de gracia en principal (pago mensual)	No	**Superada la suscripción se dará preferencia al PDI solo sin capital Es elegible para privatizaciones**
Opción B Bonos de descuento Con garantía del capital e intereses	Deuda elegible No PDI *	LIBOR + 13/16	30 en un pago al final	Principal con cero cupón Intereses por 12 meses por un monto equivalente	La tasa de interés supera 0,5% en ningún ajuste y hay un tope futuro del 9% anual
Opción C Par Bonos Con garantía de capital e intereses	Deuda elegible No PDI *	50% de la LIBOR + 13/16	30 en un pago al final	Principal con cero cupón, intereses por 6 meses por un monto equivalente	La tasa de interés no supera más de 0,5% en ningún ajuste y hay un tope futuro del 9% anual
Opción D Bonos para la reducción de la tasa de interés Garantía parcial en intereses	Deuda elegible No PDI	1º y 2º año: 2,5% anual fija 3º y 4º año: 3,5% 5º y 6º año: 4,5%. 7º en adelante 5,5% fija	25 con 15 de gracia Pago semestral	Sólo los intereses por 6 meses Si no hay default, se liberan las garantías al final del 6º año	

(*) Bono por atraso de intereses.

Fuente: M&S Consultores

Doc. Poco Legible

El cuadro muestra en detalle las distintas opciones de la propuesta argentina. De allí surge que el pago en bonos por los intereses atrasados es la alternativa más cuestionada por los bancos, que aspiran a percibir dinero en efectivo y no papeles.

Los bancos para tratar

Con diferencias entre sí, a raíz de que todos no enfrentan situaciones similares, a partir de hoy se reunirán los bancos acreedores para tratar la oferta de refinanciación de la deuda externa argentina. Están en discusión 31.000 millones de dólares, una quita del 40% y otras alternativas que son analizadas en estas páginas. El problema principal es que los bancos reclaman dinero en efectivo. Imprevisto viaje del titular del Banco Central, Roque Fernández.

Dos días antes de lo previsto, los bancos se reunirán hoy en Nueva York para tratar el tema del **ingreso de la Argentina al Plan Brady** y, probablemente antes de que finalice esta semana, se pondrán de acuerdo para emitir **su diagnóstico sobre la propuesta e informársela al Gobierno.**

La agenda se adelantó porque se postergó el tratamiento de refinanciación solicitado por el gobierno de Filipinas por los 13.000 millones de dólares adeudados a los bancos acreedores, por lo que los banqueros decidieron no modificar sus agendas y avanzar con el tratamiento del caso argentino. Por eso el titular del Banco Central, **Roque Fernández**, debió anticipar para hoy su viaje a los Estados Unidos para responder personalmente a las dudas que puedan aparecer con respecto al menú financiero presentado por el Gobierno para refinanciar su deuda con los bancos del exterior (ver cuadro).

A fines de enero el propio ministro Cavallo presentó un plan para poner al día unos **31.000 millones de dólares** adeudados a los bancos en el exterior: **23.000 millones de dólares de capital y 8.000 millones de dólares por atrasos en los pagos de intereses** (no se incluyen algunos "menores", como los créditos comerciales).

Para ponerse al día con los intereses, el Gobierno hizo una única propuesta: un bono argentino a 15 años por el 90% (unos 7.200 millones) y otro bono comprado a la Tesorería de los Estados Unidos a 10 años de plazo (llamado en el argot financiero "zero cupon").

En cambio para pagar el capital, cada uno de los aproximadamente 350 bancos acreedores (el número [illegible] se conocerá probablemente hasta después de junio) tendrá para elegir de un menú de cuatro bonos [illegible] las propuestas de este tipo. [illegible] "convertirse" un poco de cada plato,

[illegible]eedores se reúnen hoy [illegible] la propuesta argentina

Clarín 10/2/92



o elegir solo una de las opciones posibles, dependiendo de su paladar.

Dentro de esas cuatro opciones solo un bono podrá utilizarse para las privatizaciones futuras: el Bocon. Una segunda opción (llamada Discount Bonds) consistiría en perdonar al país el 40% del capital adeudado. La tercera (Par Bonds) consiste en recibir un bono por el 100% pero que incluye una cláusula de actualización del 50% de la tasa usual para este tipo de transacciones (LIBOR). La cuarta alternativa (Interest Rate Reduction Bonds también conocidos como bonos FLIRB) consiste en un bono con tasas fijas bajas que no se modificarían aunque aumenten los intereses internacionales.

♦ [illegible]

Los avatares entre los deudores y acreedores durante los últimos años derivaron en el esquema Brady que, como el presentado por Argentina, incluye bonos con "quitas" de algún tipo (sobre capital o intereses). Para otorgar este beneficio, tradicionalmente cada país debe cumplir con una serie de requisitos (acuerdo con el FMI, un pliego del Banco Mundial, etcétera) entre los cuales figura contar con la aprobación de su comité de bancos acreedores (llamado Steering Committee) que, en el caso argentino está liderado por el Citibank y se compone por otros 12 bancos miembros.

La experiencia de las negociaciones que derivaron en el acuerdo argentino de 1983, y las posteriores refinanciaciones de los años 1985 y 1987 resultan aleccionadoras. De hecho los entendidos coinciden en que la propuesta presentada por la Argentina esta vez es [illegible] y [illegible] (ver reportaje a Viviana Fridman, páginas 8/9), lo cual podría traducirse en una rápida negociación.

Hoy como ayer los bancos tienen algunas características comunes. Los norteamericanos (que tienen aproximadamente el 35% de los créditos otorgados a la Argentina) tienen contabilizados como pérdidas aproximadamente el 70% de los créditos otorgados al país.

Estos bancos son los más apremiados para terminar con el Brady argentino de una buena vez, porque tienen problemas más graves para atender con sus préstamos comerciales y los otorgados al sector inmobiliario, especialmente de Estados Unidos, Australia y Gran Bretaña. En este sentido, están en una situación similar a la de los bancos japoneses los que también apostaron muchas de sus fichas al problemático mercado inmobiliario (poseedores de aproximadamente el 18% de la deuda externa argentina). Sin embargo, dado que estos tienen previsionados "sólo" el 35% de las deudas argentinas (están autorizados a crear reservas por un monto que no supere el 10% de sus activos externos), podrían oponer más reparos a la propuesta argentina, especialmente teniendo en cuenta que esta no incluye ni un solo dólar para pagar en efectivo.

Los bancos ingleses y los alemanes probablemente adoptarán una actitud más contemplativa. Los primeros, sujetos a las regulaciones del Banking Act, tienen aproximadamente el 10% de la deuda argentina con pérdidas contabilizadas por el 80% de los pagarés del país. Los segundos, los alemanes (con el 8% de los créditos aproximadamente), en cuyo país son deducibles de impuestos los créditos de dudosa cobrabilidad, tienen como perdidos el 100% de los papeles argentinos.

♦ Apoyos y cuestionamientos

El apoyo del gobierno norteamericano de hecho influirá en la actitud de los bancos de Estados Unidos, temerosos de enfrentarlo precisamente en esta difícil coyuntura. Hay quienes creen que los europeos podrían intentar, silenciosamente, algún tipo de arreglo para que su apoyo a la Argentina y al Brasil se traduzca en ventajas concretas en la bulliciosa Europa del Este.

Muchos analistas sin embargo afirman que esta vez difícilmente habrá una postura homogénea entre los bancos, porque a diferencia de otros años cuando renegociaba la Argentina su deuda, serían pocas las coincidencias entre los bancos si se intenta agruparlos dependiendo de la ubicación de su casa matriz.

El menú propuesto por la Argentina difiere en muy pocas cosas frente a los casos considerados piloto, los de México y Venezuela. Probablemente la diferencia más sustancial es que en ambos casos no había atrasos para renegociar de la magnitud de los argentinos.

La cuestión de los atrasos seguramente hará sentir su presión en la mesa de las negociaciones. (el caso presentado como "modelo" sería Brasil que acordó pagar el 25% [illegible]

dólares contantes y sonantes) [illegible] tanto los norteamericanos como los japoneses necesitan recibir de cualquier modo dinero en efectivo.

La introducción de los Bocon [illegible] aspecto discutible, por tratarse de [illegible] para este tipo de renegociaciones y además porque podrán afectarse recién a las privatizaciones del año [illegible] cuando solo quede entre las grandes privatizaciones el 58% del mercado interno del gas oil y el 81% del fuel oil de YPF.

En cuanto a las opciones familiares para los bancos (Disconut Bonds, Par Bonds y FLIRB), las contraofertas son casi cantadas: un menor descuento en el capital (probablemente en línea con el 35% de México) y en los intereses (se habla del 70% de la LIBOR, en lugar del 50% con un máximo un punto superior al 9% propuesto por el Gobierno). Estos temas serán los que analizarán los bancos hoy.

Alejandro Matvejczuk

Doc. Poco LEGIBLE

02-02

9303299

DOCUMENTO

TITULO La marcha de la inflación (febrero entre 0,5 y 1,5 %)

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROCEDENCIA 10/2/92

VINCULACIONES 10033

11161

11300

ENT [illegible] R9

CRUZ [illegible] R5

LA MARCHA DE LA INFLACION

Las proyecciones de los principales estudios económicos indican que los precios de febrero tendrán una evaluación más calma. Los optimistas hablan de un piso del 0,5 por ciento, en tanto que los pesimistas estiran el índice minorista hasta el 1,5 por ciento. Las mayores variaciones pueden manifestarse en alimentos y bebidas. Ninguno de los analistas consultados por Clarín considera que el salto de enero ponga en peligro la fortaleza del plan económico. El índice mayorista se prevé muy por debajo del 1 por ciento.

Estudios privados: febrero más calmo, entre 0,5 y 1,5 %

El índice de precios al consumidor de enero fue el dolor de cabeza del mes del ministro Domingo Cavallo pero, de acuerdo con las proyecciones de algunos estudios económicos consultados por Clarín, febrero será más calmo, sin angustias.

Pero como los economistas proyectan y el mercado dispone, en rigor a la verdad vale aclarar que en los primeros días de enero ninguno de ellos esperaba que el índice trepara hasta el 3 por ciento, una cifra peligrosamente alejada del 0,6 de diciembre que colmó de alegría al ministro y alivió los bolsillos de los asalariados en un mes cargado de gastos.

♦ Optimistas y pesimistas

Para febrero, la proyección más pesimista alcanza el 1,5 por ciento y la más optimista espera que el índice del mes le devuelva la sonrisa al ministro, con el 0,5 o el 0,8 por ciento de incremento.

Después de un enero inesperado, los técnicos del IPES (Instituto de Política Económica y Social) que conduce el interventor en Yacyretá, Jorge Domínguez, [illegible] el [illegible] y por toda precisión expresan que el índice de febrero [illegible] entre el 1 y el 1,5 por ciento.

Para ellos, las mayores variaciones pueden manifestarse en el rubro de alimentos y bebidas, uno de los que "pateó el tablero" de enero. Sin peligros de subas de precios por estacionalidad de algunos rubros, creen que si algo sucede estará circunscripto a los alimentos y bebidas.

♦ Focos de peligro

No obstante ser el segmento que más impacta en el bolsillo del asalariado, ninguno de los consultados considera que el salto de enero ponga en peligro la fortaleza del plan económico.

Un ejemplo de eso es José Carlos Jaime. Considera que el índice de enero está influenciado por el rubro hotelería y turismo, "que solo tiene incidencia en la Capital Federal", además de lo sucedido con el trigo y los medicamentos.

Sus estimaciones para febrero señalan el 0,6 o el 0,8% y junto a el IPES es el único que prevé problemas en alimentos [illegible]

[illegible] de febrero. Explican, [illegible] que el programa económico podría [illegible] [illegible] yoristas [illegible]

♦ [illegible]

Y también [illegible] amplio margen de [illegible] [illegible] que los precios [illegible] de febrero [illegible] cer entre el 1 y el 1,5 por ciento, sin "problemas" particulares en ninguno de los rubros. Y como el mayorista lo estiman muy por debajo del 1 por ciento, afirman que febrero no será una amenaza para el equipo de la convertibilidad.

En Tendencias Económicas todavía no arriesgan ninguna cifra. Pero advierten que febrero se inicia con un arrastre de enero del 0,6 por ciento, aunque aclaran que no habría problemas con el precio del trigo y que febrero no es un mes con subas estacionales.

LA INFLACION EN CIFRAS

MAYORISTA NIVEL GENERAL	
2.076.774.348,8	
Bimestre	-0,6 %
Trimestre	-1,4 %
Semestre	-0,7 %
Año	43,9 %

COSTO DE VIDA NIVEL GENERAL	
[illegible]	
Bimestre	[illegible]
Trimestre	[illegible]
Semestre	8,8 %
Año	[illegible]

MAYORISTA NO AGROPECUARIO	
[illegible]	
Bimestre	-0,9 %
Trimestre	-1,1 %
Semestre	-0,7 %
Año	40,6 %

CONSTRUCCION NIVEL GENERAL	
[illegible]	
Bimestre	[illegible]
Trimestre	[illegible]
Semestre	4,3 %
Año	[illegible]

Fuente: CLARIN s/datos del INDEC

01/01

N° DOCUMENTO

TITULO La marcha de la inflación (febrero entre 0,5 y 1,5 %)

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROCEDENCIA 10/2/92

VINCULACIONES 10033

11161

11300

ENT 89

CRUZ R5

LA MARCHA DE LA INFLACION

Las proyecciones de los principales estudios económicos indican que los precios de febrero tendrán una evaluación más calma. Los optimistas hablan de un piso del 0,5 por ciento, en tanto que los pesimistas estiran el índice minorista hasta el 1,5 por ciento. Las mayores variaciones podrían manifestarse en alimentos y bebidas. Ninguno de los analistas consultados por Clarín considera que el salto de enero ponga en peligro la fortaleza del plan económico. El índice mayorista se prevé muy por debajo del 1 por ciento.

Estudios privados: febrero más calmo, entre 0,5 y 1,5 %

El índice de precios al consumidor de enero fue el dolor de cabeza del mes del ministro Domingo Cavallo pero, de acuerdo con las proyecciones de algunos estudios económicos consultados por Clarín, febrero será más calmo, sin angustias.

Pero como los economistas proyectan y el mercado dispone, en rigor a la verdad vale aclarar que en los primeros días de enero ninguno de ellos esperaba que el índice trepara hasta el 3 por ciento, una cifra peligrosamente alejada del 0,6 de diciembre que colmó de alegría al ministro y alivió los bolsillos de los asalariados en un mes cargado de gastos.

LA INFLACION EN CIFRAS

MAYORISTA NIVEL GENERAL	2.376.774.348,9
Bimestre	-0,6 %
Trimestre	-1,4 %
Semestre	-0,7 %
Año	43,8 %

COSTO DE VIDA NIVEL GENERAL	[illegible]
Bimestre	3,7 %
Trimestre	4,1 %
Semestre	8,5 %
Año	76,9 %

MAYORISTA NO AGROPECUARIO	2.103.793.594,4
Bimestre	-0,9 %
Trimestre	-1,1 %
Semestre	-0,7 %
Año	40,6 %

CONSTRUCCION NIVEL GENERAL	[illegible]
Bimestre	1,6 %
Trimestre	2,3 %
Semestre	4,3 %
Año	[illegible]

Fuente: CLARIN s/datos del INDEC

♦ Optimistas y pesimistas

Para febrero, la proyección más pesimista alcanza el 1,5 por ciento y la más optimista espera que el índice del mes le devuelva la sonrisa al ministro, con el 0,5 o el 0,8 por ciento de incremento.

Después de un enero inesperado, los técnicos del IPES (Instituto de Política Económica y Social) que conduce el interventor en Yacyretá, Jorge Domínguez, abaniean el abanico y por toda precisión expresan que el índice de febrero oscilará entre el 1 y el 1,5 por ciento.

Para ellos, las mayores variaciones pueden manifestarse en el rubro de alimentos y bebidas, uno de los que "pateó el tablero" de enero. Sin peligros de subas de precios por estacionalidad de algunos rubros, creen que si algo sucede estará circunscripto a los alimentos y bebidas.

♦ Fuera de peligro

No obstante ser el segmento que más impacta en el bolsillo del asalariado, ninguno de los consultados considera que el salto de enero ponga en peligro la fortaleza del plan económico.

Un ejemplo de eso es José Carlos Jaime. Considera que el índice de enero está influenciado por el rubro hotelería y turismo, "que sólo tiene incidencia en la Capital Federal", además de lo sucedido con el trigo y los medicamentos.

Sus estimaciones para febrero señalan el 0,6 o el 0,8% y junto a el IPES es el único que prevé problemas en alimentos, [illegible] en [illegible] verdura.

[illegible] Lorenzo Sigaut [illegible] con preocupación el comportamiento de los precios de febrero. Explican, sí, que el programa económico podría alterarse si el mix entre [illegible] superior [illegible].

♦ [illegible]

Y también se [illegible] amplio margen de [illegible]. Sus [illegible] [illegible] entre el 1 y el 1,5 por ciento, sin "problemas" particulares en ninguno de los rubros. Y como el mayorista lo estiman muy por debajo del 1 por ciento, afirman que febrero no será una amenaza para el esquema de la convertibilidad.

En Tendencias Económicas todavía no arriesgan ninguna cifra. Pero advierten que febrero se inicia con un arrastre de enero del 0,6 por ciento, aunque aclaran que no existirán problemas con el precio del trigo y que febrero no es un mes con subas estacionales.

01|01

9203300

EL MIERCOLES, CITA EN EL SAN MARTIN

Clarín 10/2/

Cavallo convoca a los empresarios

Domingo Cavallo volverá a llenar el Teatro San Martín: convocó a los empresarios este miércoles a las 18. Los que le conocen bien, que son pocos, dicen que el ministro prescinde de las cábalas. **Pero la reunión se realizará el mismo día y a la misma hora que el año pasado, cuando juntó a 400 empresarios para anunciar un régimen de premios y castigos. La iniciativa, poco después de conocerse el traumático 3 % de inflación de enero, apunta a apretar las clavijas a los formadores de precios. El padre de la idea fue su segundo, Carlos Sánchez, quien se apoyó en un "memo" de la Fundación Mediterránea en el que se analizaron los porqués del 3 %.**

En el equipo económico descartan nuevas medidas, como las que nacieron el año pasado regalando beneficios impositivos y tarifarios a quienes bajaran los precios. Claro que el cuadro era realmente otro: en febrero de 1991 la inflación fue de 27 %, superlativa frente al 1,2 % con que algunos proyectan la de este mes.

"Cavallo quiere dar su visión acerca de la actitud de los empresarios en este proceso de transformación económica", dijo **Juan Llach**, secretario de Programación Económica, a Clarín.

—¿Se trata de tomar el toro por las astas luego del 3 por ciento?

—Ese es un elemento presente pero va más allá. El cambio que se vive es muy grande y Cavallo quiere dar su opinión sobre el comportamiento de las empresas en cuanto a las relaciones laborales, planes de inversión, créditos. Quiere recibir opiniones y opinar sobre cómo repercute este proceso en el interior de las empresas.

Apenas conocido el 3% de enero en **las oficinas que tiene la Fundación Mediterránea en la calle Florida elaboraron un "memo" para el ministro. Allí se sostiene:**

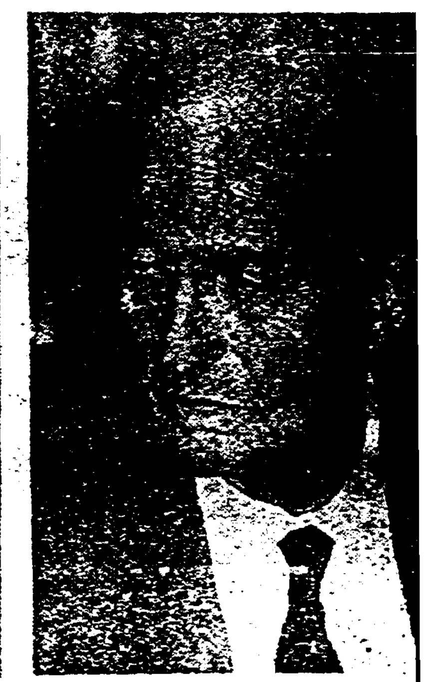
- El 3% revela una **falta de coordinación de políticas**. Debe haber una mayor comunicación entre el Ministerio de Trabajo por el tema **salarios**, la Secretaría de Comercio, para evitar **conductas monopólicas** de las empresas, y el Banco Central y el Nación por la **política monetaria**.
- Se debe comprender el doble rol que cumplen los empresarios en este proceso: como interlocutores ante los sindicalistas en las negociaciones salariales y en defensa de sus propios intereses como empresarios.
- El Gobierno debe hacer notar a los empresarios que tiene instrumentos de política económica para disciplinarlos en caso de que haya desbordes, que por ahora no se advierten. Los empresarios **deben ser conscientes de que hay medidas de desregulación que aún no fueron tomadas y que el Gobierno puede instrumentar un régimen de premios y castigos avanzando más lento o más rápido.**
- **La lección que deja el 3% es que hay que acelerar la desregulación, cuyo rigor no se ha hecho sentir en muchos sectores de la economía que están aún muy protegidos.**

Cavallo está seguro de que la inflación bajará. En su opinión no hay razones económicas que justifiquen el 3% de enero: hay superávit fiscal —las cuentas de enero arrojaron 50 millones de dólares por encima de las previsiones—. Y no hay desborde monetario ni emisión. El Banco Central compra dólares, fundamenta, porque alguien se los vende.

Sin embargo, el fatídico 3 % —aunque los precios mayoristas casi no se movieron— es sinónimo de mayores presiones salariales: la convertibilidad acumula 24,8 % de inflación. De allí que una de las recomendaciones centrales será —a viva voz el martes y miércoles o en telefonazos a las empresas líderes— no ceder a los pedidos de aumentos.

La opción que les da Cavallo a los empresarios es de hierro: el alza de los precios los debe preocupar porque comprimirá la demanda y achicará el mercado interno. Pero del lado de los empresarios se arguye que no aumentar sueldos tiene sus consecuencias: temen **caídas en sus ventas por el menor poder adquisitivo. Temen, en definitiva, la recesión.**

En la Unión Industrial y la Cámara de Comercio recibieron la invitación para la gran reunión el pasado viernes a última hora. Les sorprendió que no corriera por cuenta de la Subsecretaría de Industria. De la faena se encargó la secretaria privada de Cavallo: **"Nos anticiparon que se trataba de un repaso del plan y sugirieron que lleváramos al consejo directivo y a las cámaras asociadas"**, comentó a Clarín **Marcelo Heredia**, vice de la Cámara de Comercio. **Manuel Herrera**, secretario de la ULA, dio por hecho un lleno pleno: "Nadie querrá perderse este cara a cara con el ministro".

Carlos de la Vega, titular de la Cámara Argentina de Comercio, y Carlos Sánchez, viceministro de Economía. El miércoles hay cita en el Teatro General San Martín: la agenda, repasar la marcha del plan y prevenir a los empresarios sobre los [illegible] aumentos de [illegible] de salarios.

Doc. Poco LEGIBLE

9203301

Hoy, ante empresarios, en el Centro Cultural San Martín

Cavallo anunciará medidas para el sector financiero

La Nación 12/2/92.

[illegible]: el ministro de Economía dará a conocer hoy medidas para alentar a los empresarios a buscar financiamiento en el mercado de capitales, que también involucrarán a los bancos; Cavallo disertará ante 400 ejecutivos de empresas.

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, anunciará hoy medidas para dar mayor competitividad al sistema financiero, durante la reunión que mantendrá con unos 400 empresarios, banqueros y comerciantes.

Altas fuentes de la cartera económica dejaron trascender que Cavallo hará sólo un anuncio en el encuentro de hoy. "Será una señal para que los inversores y los productores acudan al mercado de capitales a buscar financiamiento".

El equipo económico buscará con estas medidas facilitar el acceso al crédito. Ayer, el Banco Central comenzó a trabajar en este sentido al anunciar que habrá mayores exigencias de capitales mínimos para los bancos que cobren altas tasas de interés.

Cavallo también dispondrá en los próximos días una reducción de encajes bancarios, para liberar capacidad prestable de las entidades.

Un espectáculo

Funcionarios del Palacio de Hacienda señalaron que la reunión con los empresarios "será un verdadero espectáculo", porque el ministro matizará sus explicaciones con proyección de diapositivas sobre gráficos que mostrarán la evolución de los indicadores económicos.

El encuentro se realizará a las 11 en el Centro Cultural San Martín y han sido invitados los ejecutivos de las principales empresas que operan en el país, así como autoridades de las cámaras y entidades sectoriales.

Cavallo estará acompañado por la totalidad de su equipo, que ocupará la primera fila del salón y no el estrado, porque el ministro necesitará ese espacio para exhibir las diapositivas.

La presentación será similar a la que realizó Cavallo en el Foro Internacional de Davos, días atrás, donde expuso los lineamientos centrales del programa de mediano plazo.

Pero a diferencia de entonces, el jefe de la cartera económica "hablará mucho de microeconomía", según dejó trascender uno de sus colaboradores.

La fuente precisó que Cavallo expondrá sus puntos de vista acerca de los aumentos de precios registrados en dos sectores que lideraron el índice de enero: los servicios y los alimentos frescos.

Advertirá que se [illegible] las actitudes monopólicas y que la Secretaría de Industria y Comercio será inflexible con las prácticas de competencia desleal.

La misma referencia será válida para los evasores. Cavallo insistirá en destacar la activa política de la DGI para controlar a aquellos comercios que no cumplan con las normas de facturación.

De todos modos, los asesores del ministro sostienen que la convocatoria a empresarios "no tiene nada que ver con el 3 % de inflación de enero". Los voceros aseguran que, cualquiera hubiera sido el índice, la invitación se habría instrumentado porque Cavallo deseaba mantener con los empresarios un contacto similar al que hubo el año último, cuando explicó su programa y anunció un sistema de incentivos para los que colaboraran en la lucha contra la inflación.

Sin embargo, otras fuentes admitieron que el incómodo índice de enero motivó que la reunión fuera anticipada, ya que originalmente se previó concretarla en [illegible].

Una vez tomada la decisión, los secretarios de Economía, Carlos Sánchez, y de Relaciones [illegible], Guillermo Seita, [illegible] los mecanismos para invitar a los empresarios.

El mediano plazo

Una parte del discurso que pronunciará Cavallo [illegible] preguntas de los empresarios [illegible] dedicado a [illegible] del programa de mediano plazo que se [illegible] con el Fondo Monetario Internacional.

Así, el ministro dirá que los ingresos públicos pasarán del [illegible] del PBI al 24 % entre este año y [illegible], mientras que en ese período se [illegible] del [illegible] de los [illegible] de la deuda.

[illegible] descenderían a los [illegible] de dólares en [illegible].

El ministro [illegible] crecimiento del [illegible] este año y la inflación [illegible] del 7 %, a la vez que [illegible] las exportaciones [illegible] en [illegible] mismo ritmo que [illegible].

Las exportaciones, [illegible], aumentarán con mayor [illegible], a partir de las [illegible] de profundización de la apertura económica.

Los ingresos por privatizaciones, anunciará Cavallo, [illegible] millones de dólares en [illegible] y [illegible] millones en [illegible].

Finalmente, el ministro [illegible] que se alcanzará un "arreglo [illegible]torio" con los bancos [illegible] los organismos [illegible] para refinanciar la deuda externa.

Nº. DOCUMENTO

TITULO Cavallo insiste en pagar aguinaldo escalonado.

PROCEDENCIA 150035

FECHA DE REFERENCIA 12/2/92

VINCULACIONES 10093

11161

11392

ENTRADO RS

CRUZADO RS

Cavallo insistió en el pago escalonado del aguinaldo

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, restó ayer importancia al índice inflacionario del 3 por ciento que se registró en enero, al brindar un extenso informe en el bloque de diputados justicialistas que continuaba al cierre de esta edición.

Por otra parte, el titular del Palacio de Hacienda insistió en la conveniencia de tratar nuevamente durante el presente año legislativo el proyecto de pago escalonado del aguinaldo, tal como lo adelantó LA NACION el domingo último.

Invitación

Cavallo fue invitado por el bloque del PJ la semana última para conversar sobre la marcha [illegible] mico en general y para [illegible] inquietudes de algunos [illegible] respecto de las privatizaciones.

Cavallo [illegible]

[illegible]

La Nación 12/2/92

01/01

9203303

M.D.N.
D.G.I.D.
SUB-DCCION
051600MAY92

SOLICITUD DE ANTECEDENTES Nro' 020/92

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I (INT):

Remito a usted a los efectos de que se tramite lo solicitado precedentemente .-

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director de Interior de la DGID

Coronel

L. LUIS

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA - SUB DIRECTOR - República O. del Uruguay

157

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 05 MAYO 1992
Pase a ANTECEDENTES
Nº de Orden 9203305

001|2

0203305

SOLICITUD DE ANTECEDENTES AL A.G.I.I. DPTO.III(

Nro. ...026......

Montevideo,...05..de .mayo........de 1980

SEÑOR JEFE DE A.G.I.I.:

Por la presente solicito a Usted antecedentes de las siguientes personas:

Héctor Victor CABRERA MALDONADO 2403917

Natalia SANTO GAMBA FQ

Walter ROSCONI 236.085 - 191 509

27 9 92 hn

002/2

SOLICITO POR: GERARDO

OPERACION :

EL JEFE DEL DPTO.III(OP)

TTE.CNEL

Dardo Perdomo

0203305

9203306

ORIGINAL

1/1

MEMORANDUM No. 922156/RRI - 05.05.92 ARCHIV

I.- ASUNTO : INFORMACION SINDICAL

II.- EVALUACION:

III.- REFERENCIA: 718-H-I

IV.- TEXTO:

ICU
07/5/92

SEMINARIO NACIONAL Y REGIONAL SOBRE MERCOSUR

- Se tomó conocimiento que los días 24,25 y 26 de Mayo se realizará un seminario Nacional y Regional sobre Mercosur.-

El objetivo del Seminario es:

- Poder progresar en la discusión de la problemática y los desafíos que el proceso de transición al Mercado común generan al movimiento sindical.-
- Poder definir una estructura organizativa por rama ypor región del interior, con responsables por sindicato y por Plenario, que sea la referencia de la Central en el tema de integración Regional.-
- Poder compartir experiencias y a su vez posiciones de integrantes de otras Centrales de la región, en lo que se refiere a las relaciones laborales frente al Mercosur.

Las actividades se llevarán a cabo:

- el primer día estará destinado a la discusión de un documento de base elaborado porla Comisión de Mercosur del PIT/CNT, sobre problemática a corto plazo.
- El segundo día ,se llevarán a cabo reuniones agrupados por sectores de actividad o región y se discutirán los efectos más visibles que ya se están dando en cada uno de los lugares de trabajo derivados del Mercosur.-
- El tercer día (o primer día del Seminario Regional) se participará en las actividades generales del seminario y sobre el tema relaciones laborales.-

Referente a los Delegados:

Los sindicatos y Plenarios deberán enviar los nombres de los delegados antes del 15 de Mayo a efectos de planificar el trabajo y a su vez enviarle a éstos ,por parte de la Central, en caso que les sea posible, el documento de base del primer día.

Estos delegados designados ,como así también otros que ya de antemano han sido definidos, serán responsables del tema Mercosur de aquí en adelante frente a la Central. Para todo esto, cada delegado sindical deberá elaborar un documento con los demás integrantes del sindicato con [illegible] [illegible]
[illegible]

001/2

9203306

000220

DISTRIBUCION: ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

IDENTIFICACION DEL AGENTE

(j-f)

002/2

9203306

D. N.
SERVICIO DE RETIROS Y PENSIONES DE LAS FUERZAS ARMADAS

AYUDANTIA 27 IV 92 HOJA: 1/4

PEDIDO DE INFORMES: 008/92

I. FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: URGENTE.--------------

II. INFORMACION CONOCIDA: A. EVALUACION:

B. TEXTO

Se solicitan antecedentes ideológicos y/o penales de los titulares y familiares mencionados en los 3 (tres) formularios de inscripción para aspirante a ingreso a este Servicio que se adjuntan.------------------------------

5 8 92 hh

III. INFORMACION SOLICITADA:

IV. ACCION TOMADA:

V. DISTRIBUCION: 1 ej. D.G.I.D.

1 ej. Dpto. II E.M.E.

1 ej. D.E.I.

FIRMA:

El Director Acc. del S.R.P.FF.AA.

Coronel

Mario C. Frachelle.-

Servicio de Retiros y Pensiones FF.AA. — DIRECTOR — Rep. O. del Uruguay

158a

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 05 MAYO 1992
Pasa a ANTECEDENTES
Nº. de Orden 9203307

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
5/5/92
SDI
9203307

00 1/4

FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO:

NOMBRES: . . Alejandro Nicolás .... APELLIDOS: ..... KORAHAIS DOMINGUEZ ......

EDAD: ..18... LUGAR Y FECHA DE NACIM. Montevideo-7.6.1973 ..... E/CIVIL: Soltero ...

CREDENCIAL CIVICA SERIE: BLA ...... NUMERO: 27785 .... TRASLADO: ....

CEDULA DE IDENTIDAD: 1.918.875-4 .... vence el 26.12.1995

DOMICILIO ACTUAL: ...Pedernal 1890 Apto.2 ....

ENTRE .....Porongos y Guaviyú ....

BARRIO: ......JACINTO VERA .... TELEFONO: ..20.83.35 ....

DOMICILIO ANTERIOR: Rocha 2546 Apto.2 ....

ESTUDIOS CURSADOS: Primaria - Secundaria- 1er.año Facultad De Ingeniería-..

....

....

....

FOTO

EXPERIENCIA ANTERIOR: ....

CARGO QUE ASPIRA: ....

OTROS DATOS: ....

PRESENTADO AL SERVICIO POR: Alf(JM)Proc. Luis Korahais Gómez .....

OBSERVACIONES: Lib.conducir: 1 A No.1.918.875-4 vence 4.6.1993 ....

NOMBRE DEL PADRE: ..Luis Francisco Korahais ...... NACIONALIDAD: ..oriental ......

PROFESION: ...Militar(Alf(JM) Luis Korahais ....

DOMICILIO: ..Pedernal 1890 Apto.2 ....

C.IDENTIDAD: ..1.136.878-2 ....

C.CIVICA SERIE: ACB ....Nro. ..7656.... TRASLADO: ....

NOMBRE DE LA MADRE: ..Alicia Domínguez ....

PROFESION: ... Empleada .... NACIONALIDAD: ....oriental ...

DOMICILIO: Pedernal 1890 Apto.2 ....

C.IDENTIDAD: 1.093.970-0 ....

C.CIVICA SERIE: BMB ...Nro.: 25278 TRASLADO: ....

NOMBRE DE HERMANOS: .... PROFESION: .... DOMICILIO: ....

1) Nicolás Korahais ..... Estudiante .... Pedernal 1890 Apto.2 ....

2) ....

3) ....

NOMBRE DEL CONYUGUE: .... NACIONALIDAD: ....

PROFESION: ....

DOMICILIO: ....

C.IDENTIDAD ....

C.C.SERIE: .... Nro. .... TRASLADO: ....

NOMBRE DE LOS HIJOS/AS: ...... PROFESION: .... NACIONALIDAD: .... EDAD: .....

1) ....

2) ....

3) ....

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES: ...Padre. Alf(JM) Luis Korahais (Supremo ....

.... Tribunal Militar) ....

TALLE TUNICA:

MONTEVIDEO, ...8 de abril de 1992.-

FIRMA: ....

CONTRAFIRMA:

Dpto.Adm. DLMP.

Doc. Poco Legible

FF - 012

920330

FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO:

NOMBRE ...María Cristina............ APELLIDOS:.....PICUN PIRIZ..............

EDAD: 31... LUGAR Y FECHA DE NACIM.: Montevideo-7.4.1961.....E/CIVIL: Casada.....

CREDENCIAL CIVICA SERIE: B.C.B.... NUMERO: ...32949.............TRASLADO:.........

CEDULA DE IDENTIDAD: ...1.699.918-0.....Vence el 9.9.1993

DOMICILIO ACTUAL:... Complejo Euskalería CH.71 Pasaje Vecinal 4541 A.T.-A1.32..

ENTRE ..Roberto Berro y Mallorca.............................Dpto.1004

BARRIO:......MALVIN ALTO..............TELEFONO: ....58.38.39.................

DOMICILIO ANTERIOR: Ayacucho 3558

ESTUDIOS CURSADOS: Primaria Secundaria 6to.año Científico.-Dactilografía....
Contabilidad-Curso de Radio Operadora en Comando..........
....
....

FOTO

EXPERIENCIA ANTERIOR: SEPAE 7 años.........................
CARGO/QUE ASPIRA: ....
OTROS DATOS: ....
RECOMENDADO AL SERVICIO POR: Tte.1ro Ruben Nuñez Rodriguez(Esposo)
OBSERVACIONES: Lib.conducir:...

NOMBRE DEL PADRE: ..Luis Alberto Blas Picun.......NACIONALIDAD: ...oriental......
PROFESION: ...Jubilado Caja Bancaria.....................
DOMICILIO: Complejo Euskalleria CH.71 P.Vecinal 4541 T.AI.32/1004
C.IDENTIDAD: ....
C.CIVICA SERIE: ....Nro. .... TRASLADO: ....

NOMBRE DE LA MADRE: ..Cecilia Piriz Fraga..................
PROFESION: Labores.................NACIONALIDAD:...oriental......
DOMICILIO: Complejo Euskalerria CH71 P.Vecinal 4541 T.AI32/1004
C.IDENTIDAD: ..1.699.910-2.................................
C.CIVICA SERIE:.........Nro.: .... TRASLADO: ....

NOMBRE DE HERMANOS:.......... PROFESION:........DOMICILIO: ....
1) ..---------..
2) ....
3) ....

NOMBRE DEL CONYUGUE: ..Ruben Nuñez Rodriguez.... NACIONALIDAD: ..oriental.....
PROFESION: ..Militar Tte.1o.(Cuartel Gral.-C.G.E.-...........
DOMICILIO: Complejo Euskalería CH 71 P.Vecinal 4541AT.AI32/1004
C.IDENTIDAD ..3.613.894-0..................................
C.C.SERIE: ..ZAZ..... Nro. ...30289.... TRASLADO: ....

NOMBRE DE LOS HIJOS/AS:	PROFESION:	NACIONALIDAD:	EDAD:
1) Pablo Germán	escolar	oriental	9
2) Mathias	pre-escolar	oriental	4
3) Natalia	------	oriental	2

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES: ..Esposo Tte.1ro) Cuartel Gral. C.G.E.-......
Ruben Nuñez.-

....

TALLE TUNICA:

MONTEVIDEO, ...23 de abril de 1992.-

FIRMA: [signature]

CONTRAFIRMA: [signature] Dpto.Adm. DI/MP.-

DOC. POCO LEGIBLE

003

2033

FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO:

NOMBRES: Marta Raquel APELLIDOS: SILVA SILVA

EDAD: 31 LUGAR Y FECHA DE NACIM.: Tacuarembó- 15.1.1961 E/CIVIL: Casada

CREDENCIAL CIVICA SERIE: TAA NUMERO: 41126 (Tacuarembó) TRASLADO:

CEDULA DE IDENTIDAD: 3.101.021-8

DOMICILIO ACTUAL: Yi 1162

ENTRE: Maldonado

BARRIO: CENTRO TELEFONO: 91.70.38

DOMICILIO ANTERIOR: Millán 3778 Apto.27

ESTUDIOS CURSADOS: Primaria - Secundaria - Escuela de Psicología(quedan 2 materias para recibirse)

EXPERIENCIA ANTERIOR: Comercio en Tacuarembó) 2 años

CARGO QUE ASPIRA:

OTROS DATOS:

FOTO

PRESENTADO AL SERVICIO POR: Capitán(Rva) Vicente Rosales

OBSERVACIONES: Lib.conducir.

NOMBRE DEL PADRE: Juan Antonio Silva(Fallecido) NACIONALIDAD: oriental

PROFESION:

DOMICILIO:

C.IDENTIDAD:

C.CIVICA SERIE: Nro. TRASLADO:

NOMBRE DE LA MADRE: Shirley Silva

PROFESION: Hacendada NACIONALIDAD: oriental

DOMICILIO: Sarandí 177 (Tacuarembó)

C.IDENTIDAD:

C.CIVICA SERIE: Nro.: TRASLADO:

NOMBRE DE HERMANOS:	PROFESION:	DOMICILIO:
1) Raul Silva FR	Empleado	Rivera 519(Rivera)
2) Felipe Silva	Estudiante	Yi 1162
3)		

NOMBRE DEL CONYUGUE: Javier Chiesa NACIONALIDAD: oriental

PROFESION: Militar(Tte. en Escuela de Armas y Servicios)

DOMICILIO: Yi 1162

C.IDENTIDAD 3.341.131-0

C.C.SERIE: BBB Nº 33449 TRASLADO:

NOMBRE DE LOS HIJOS/AS:	PROFESION:	NACIONALIDAD:	EDAD:
1) Natalia Chiesa		oriental	3
2)			
3)			

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES: Esposo - Tte.en Escuela de Armas y Servicios)

TALLE TUNICA:

MONTEVIDEO, 6 de abril de 1992.-

FIRMA: [firma]

CONTRAFIRMA:

Dpto.Ad

FR. SILVA SILVA, Raul Antonio TAA 40453

Doc. Poco Legible

F 004/4

9203307

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO
DEPARTAMENTO II - (INTELIGENCIA)
MONTEVIDEO - URUGUAY

NOTA NRO. 013/B/DE/92 Montevideo, 08 de abril de 1992.

S E Ñ O R

CORONEL DON LUIS P. ARANCO
P R E S E N T E

Adjunto a la presente se remiten los cuatro últimos Fax recibidos del Señor Agregado Militar de la República Argentina Coronel don Carlos Daners.

Saluda a usted atentamente.

El Sub Jefe del Departamento II (E-2) del E.M.E.
Coronel
Eduardo Caussi.

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO DEPARTAMENTO II INTELIGENCIA REPUBLICA O. DEL URUGUAY

ESTE DOC. EN SU TOTALIDAD POR SER FOTOCOPIA, SE ENCUENTRA POCO LEGIBLE.

001/14

9203316

FAX: 206843 7/IV/92

DE : CNEL. CARLOS G. DAVERS

PARA : CNEL. GILBERTO VAZQUEZ

TRANSCRIBO ARTÍCULOS DE CIERTO INTERES.-

PRESENCIA ESTADOUNIDENSE EN EL NORESTE ARGENTINO

Según fuentes militares, el traslado del Comando Sur del Ejército estadounidense al Brasil generará un movimiento periférico importante sobre las provincias argentinas de Jujuy, Salta, Formosa, Chaco y Misiones.

De acuerdo con los trascendidos, está previsto que los Estados Unidos instalen 16 estaciones de radioescucha, 7 puestos de radar [illegible] y numerosos centros de [illegible] para sus objetivos, en las provincias señaladas. Por otra parte, en Posadas tendría su sede una unidad de "Vigilancia Civil", integrada por 46 expertos en inteligencia norteamericana, que tendrían como misión recorrer y reunir información en todo el norte argentino, como así también en Paraguay y Bolivia.

Aparentemente, Paraguay se ha mostrado poco dispuesto a permitir la presencia permanente de militares y funcionarios de organismos de inteligencia del ejército norteamericano.

Por otra parte, informes procedentes de Washington, confirmaron que los Estados Unidos avanzan en su proyecto de crear una "Fuerza de Despliegue Rápido", comandada por oficiales del alto mando norteamericano e integrada principalmente por efectivos argentinos. Esta fuerza de despliegue encuadraría dentro de la propuesta difundida por el diario "The New York Times", que impulsó la creación "sin demora" de una fuerza militar en América Latina para "proteger a los gobiernos democráticos", tema que "PRENSA CONFIDENCIAL" informó en su Boletín 3007 del 26 de marzo último.

De acuerdo con los trascendidos, los Estados Unidos oficializarían la intervención armada con el apoyo de gobiernos aliados de la región, en cualquier lugar del país donde peligren los intereses económicos y los objetivos políticos estadounidenses. De todos modos esta segunda fase del proyecto de los Estados Unidos, podría todavía ser objeto de severas discusiones en los ámbitos diplomáticos de las naciones de América latina, situación que también se podría registrar en el gobierno argentino, ya que los niveles de compromiso y alineamiento podrían terminar creándole problemas a nuestro país con algunas naciones vecinas que se oponen a la ingerencia militar norteamericana en la región.

AGUDO ANALISIS SOBRE EL ATENTADO TERRORISTA

Un nuevo análisis vinculado con el atentado terrorista contra la embajada de Israel, provocó en medios castrenses especial atención y según los trascendidos, dicho informe que fue difundido por la revista "Conocimiento", una publicación de circulación en los medios militares, habría merecido general aprobación, principalmente por un párrafo que destaca que "el gobierno no había detectado ningún indicio que permitiera prever la posibilidad de un hecho terrorista. [illegible] se demuestra una vez más, [illegible].

Por otra parte y relacionado con el citado informe sobre el atentado, la publicación señala que "[illegible] toda la República, a partir de la errónea suposición de que la guerra sólo puede concebirse como la expresión de los niveles superiores de la violencia generalizada y concretada formalmente. La [illegible] de las Fuerzas Armadas y la [illegible] donde fijar límites geográficos es otorgar ventajas irrecuperables al adversario". Por su parte, el matutino "La Nueva Provincia" de Bahía Blanca, que también difundió dicho informe, señaló en su parte final, "hasta allí el escalpelo hundido por ese análisis en el atentado".

Doc. Poco LEGIBLE

9203316

2

ONGANIA, EL REGRESO DE UN INDESEABLE

La pretendida irrupción política del teniente general Juan Carlos Onganía, al amparo de una insignificante agrupación política, "Partido Nacionalista Constitucional, significa el retorno a nuestra sociedad de "los muertos vivos". Para la actual generación de jóvenes pasa inadvertida la gestión cumplida por este militar en el autodenominado "Proceso de la Revolución Argentina", que rigió los destinos del país desde 1966 a 1973. A Onganía le cupo ejercer la primera magistratura en la fase inicial de ese proceso que procuró hacer un lavado de cerebro a la sociedad política del país aspirando a que los ciudadanos transitaran un tiempo económico, un tiempo social y un tiempo político. Esta tesis de los tres tiempos pergeñába la ambición de Onganía por instaurarse en el poder por un lapso no menos de veinte años. Para alcanzar este propósito, acalló las voces de los partidos políticos, de las universidades, de la prensa y arremetió contra todo bastión desde donde se pudiera censurar su autoritarismo.

La gestión de Onganía no es apta para el recuerdo de los argentinos.

El fue el partero de la guerrilla en el país. En su afán por sincerar la economía desmanteló la actividad económica natural de Tucumán, eliminando los ingenios azucareros, dejando a millares de trabajadores sin ocupación y precisamente fue en este lugar donde se afincó la guerrilla rural con el ERP, en tanto él alimentaba la guerrilla urbana con el general Francisco Imaz quien desde el ministerio del Interior prohijaba a las futuras huestes de los Montoneros, con Abal Medina, Firmenich, Vaca Narvaja y otros dirigentes de la más sanguinaria organización terrorista vernácula. Onganía fue el responsable de manchar con sangre al nacionalismo argentino y de embarcarse en la operación más siniestra de la política cual fue el secuestro y el asesinato del teniente general Pedro Eugenio Aramburu, consentido por los más altos niveles de su gobierno.

Sobre las espaldas de Onganía no solo esta el [illegible] de Aramburu, sino también la rebelión popular del Cordobazo, el Rosariazo y [illegible] importantes provincias del país [illegible] a su tiempo económico y [illegible] en el que [illegible] su adhesión a la Constitución Nacional y por aquella pieza teatral [illegible] 150 "para que el pueblo pueda votar", no hizo otra cosa que demostrar su falta de honor y de dignidad. Gobernó con Estado de Sitio pese a que su amanuenco Marinno Grondona declarara a Clarín el 22 de diciembre de 1991 que Onganía "*de todas formas, se debe tener en cuenta que gobernó sin Estado de Sitio. De esto se olvida la gente*".

Precisamente, el director de "PRENSA CONFIDENCIAL", Jorge Vago fue detenido un 5 de julio de 1969 y alojado en una celda de castigo en el penal de Villa Devoto por obra y gracia del decreto 3702 del Poder Ejecutivo Nacional, mientras paralelamente se [illegible] "PRENSA CONFIDENCIAL" y se le [illegible] numerosos procesos por desacato. Otros centenares de ciudadanos corrieron suerte parecida. Mucho más puede escribirse sobre la nefasta gestión de gobierno del teniente general Juan Carlos Onganía, pero sería irritar la memoria de los ciudadanos que hoy asisten con estupor a la reaparición del más grande farsante contemporáneo, que al final resultó un elemento de utilería que debió cruzar a pié desde la Casa Rosada al edificio del Comando en Jefe del Ejército a entregar su renuncia cuando en el Palacio Presidencial le cortaron la luz, el teléfono y el agua.

INMINENTE EMBARQUE A YUGOSLAVIA

Trascendió en medios vinculados con la cartera de Defensa, que se consideraba inminente el demorado embarque de material bélico con destino a Yugoslavia.

Según las versiones, voceros de Defensa indicaron que a partir de hoy y durante el fin de semana, se pondrían fin a las tareas de alistamiento y embarque de los equipos bélicos, vehículos de transporte de tropas, camiones y jeeps, destinados al Batallón del Ejército Argentino, que se incorpora a las Fuerzas de Paz de las Naciones Unidas en Yugoslavia.

El embarque se iba a iniciar hace diez días, pero fue demorado por resoluciones de la UN.

El material embarcado en el buque "Cabo de Hornos" de la Armada, podría demorar en su travesía hasta Yugoslavia, unos veinte días. Mientras tanto, estará frenado el dispositivo de transporte a cargo de la Fuerza Aérea que tendrá que trasladar a los oficiales y suboficiales que integran el Batallón Argentino, ya que debe coincidir el arribo del equipo bélico con las tropas argentinas.

9203316

[illegible]

Las amenazas lanzadas el pasado fin de semana por grupos terroristas radicalizados, desde Beirut, de atentar con comandos suicidas contra las naciones occidentales que respal[illegible] la aplicación de sanciones contra Libia, puso nuevamente sobre el tapete el [illegible] escalada de violencia con atentados como el registrado en la embajada de Israel en Buenos Aires, como así también por la destrucción de la sede diplomática, de Venezuela en Trípoli y los ataques a otras sedes diplomáticas en Libia. Según se conoció, organismos de seguridad en nuestro país [illegible] la vigilancia sobre elementos y personalidades sospechadas de simpatizar con el gobierno de Khaddafi y organizaciones fundamentalistas musulmanas. Según opinan funcionarios del gobierno, este alerta tiene plena justificación, por cuando aún están abiertas en la sociedad argentina, las heridas causadas por el incalificable atentado terrorista a la embajada de Israel, temiéndose una agresividad recíproca.

ALSOGARAY PODRIA REEMPLAZAR EN DEFENSA A ERMAN GONZALEZ

Esta vez, insistentes versiones señalan que el ingeniero Alvaro Alsogaray estaría dispuesto a acceder la titularidad de la cartera de Defensa ante el eventual alejamiento de Antonio Erman González, nominación ésta que provocó estupor y reacciones diversas en ámbitos políticos. Se aprecia en distintos medios que la situación de Erman González en Defensa, se había tornado insostenible, no sólo por su enfrentamiento con el ministro Cavallo por defender la gestión de la empresa Edcadessa en los servicios del Aeropuerto de Ezeiza, sino también por sus cuestionamientos al avance en esas mismas áreas de la norteamericana Federal Express, impulsada por el propio embajador de los Estados Unidos, Terence Todman. González, también criticado desde el gobierno y en especial por Cavallo, por las demoras en la privatización de las empresas del área de Defensa, debió soportar en Río Gallegos manifestaciones hostiles durante el acto de homenaje por el 10º aniversario de la guerra de Malvinas. Su gestión en torno a la situación de las Fuerzas Armadas también ha merecido reiteradas objeciones en los medios castrenses que son de dominio público.

Sin embargo, las versiones sobre su eventual alejamiento, tuvieron epicentro en una nota firmada por el columnista Sergio Crivelli, en la edición del jueves pasado del matutino "La Nueva Provincia" de Bahía Blanca.

Según el matutino bahiense, Antonio Erman González, "después de su inquebrantable defensa de Edcadessa frente a los embates de Cavallo, está sentado al lado del teléfono esperando la llamada que lo autorice a abandonar el ministerio. Ya limpió sus cajones y es, en estas horas, el funcionario sobre el que converge la mayor parte de los trascendidos de la renuncia". Siempre se lo consideró un candidato a ocupar la cartera de Interior, en lugar del mil veces renunciado, José Luis Manzano, pero el mendocino sigue gozando de buena salud".

Respecto a la posibilidad de que Alsogaray reemplace a Erman González, el propio ingeniero, según los trascendidos, habría restado total credibilidad a estas especies.

Sin embargo, "La Nueva Provincia" en el artículo a que nos referimos insiste en señalar que "es la aspiración de Alvaro Alsogaray de ocupar el Ministerio de Defensa, en reemplazo de González. El lobby en pos de ese objetivo de su hija María Julia en el seno del gobierno es activísimo, hasta el punto que los nombres de otros candidatos promovidos desde los medios de comunicación -Rosendo Fraga, y otros- han dejado de sonar".

También se señala respecto a la probable incorporación del ingeniero Alsogaray al gabinete, que este reforzaría el incierto papel que está cumpliendo su hija al frente de la Secretaría de Medio Ambiente, que aún no cuenta ni con estructura ni fondos, convirtiéndose en la práctica de un organismo fantasma.

Esto sería consecuencia, no solo de la oposición del ministro Cavallo a presuntos avances de María Julia a través de su Secretaría sobre la cartera económica, sino que también habría provocado similares resquemores en los titulares de Salud y Acción Social, Defensa, Educación y en la Cancillería.

9203316

4

FF.AA. TOMARON EL PODER POLITICO EN EL PERU

Cuando el continente despertó ayer, el panorama político presentaba un cambio violento y enigmático para las democracias regionales.
Fueron pocos los analistas que lograban penetrar más allá de lo anecdótico, e interpretar el porqué de la clausura del Parlamento y de la intervención al Poder Judicial, con arrestos y amenazas a políticos y periodistas, así como efectuar una proyección sobre el resto de la América Latina.
Terrorismo marxista-leninista, en su variante maoísta, narcoactividad en todas sus etapas, corrupción, quiebra económica, y fractura geopolítica, junto con una dramática decadencia social, aparecen en la superficie como las causales más impactantes de la quiebra del orden constitucional en el Perú. La Iglesia Católica denunció severamente la mayoría de estos problemas, pero su voz, junto con la de otros calificados sectores de la sociedad peruana, retumbó sin efecto en el ámbito político.
Finalmente, tras un viaje al Japón, donde pudo haber obtenido promesas de ayuda para su destruido país, Fujimori incorporó al ejercicio práctico del poder, a las Fuerzas Armadas y de seguridad, desplazando a los depositarios del voto popular.
Si el caso se estuviera presentando en un continente calmo y organizado política, social y económicamente, en medio de la concordia interna de cada país, realmente lo anecdótico explicaría gran parte de lo ocurrido. Pero no es así.
En Haití, los militares tomaron el poder y no pudieron ser desalojados pese a la flota que el canciller argentino Guido Di Tella iba a enviar para reponer al Presidente constitucional.
En Venezuela, el teniente coronel Chávez fracasó en su asonada, pero logró fisurar al gobierno socialdemócrata, obligando a que el Presidente Carlos Andrés Pérez asociara a su gestión a los democristianos del COPEI, sin haber logrado acallar el apoyo de gran parte de los venezolanos al proyecto militar, ni aventar la amenaza de un golpe de Estado.
En la región meridional del subcontinente, una serie de viajes del general chileno Augusto Pinochet pusieron sobre ascuas a los gobiernos, algunos de ellos afectados por problemas similares a los que se ventilaban en el Perú, con la excepción del flagelo terrorista.
[illegible] para solo citar algunos casos. [illegible] de que [illegible]

[illegible].
Cabe transcribir aquí, la previsión hecha por "PRENSA CONFIDENCIAL" respecto de esto que acaba de ocurrir en Perú, en su Boletín Nº 3001 del 18 de marzo de 1992, bajo el título de "EL SINDROME VENEZUELA Y LA INQUIETUD MILITAR", en la que decíamos: "En Perú el recrudecimiento de la acción armada por parte de las dos fracciones terroristas senderistas que están llevando a cabo operaciones sangrientas, ha puesto sobre el tapete la [illegible] En este sentido, cabe recordarse que altos jefes militares del Perú realizaron visitas secretas a nuestro país para entrevistarse con jefes militares que tuvieron marcada actuación en la guerra antisubversiva. Al igual que en el resto de la región, los militares peruanos anidan resentimiento y desagrado contra los Estados Unidos, que los priva de armamentos en estos momentos que están librando combates [illegible] los senderistas".

FIN DE FAX

9203316

FROM URUBAIRES

F. M.E. Dpto. II 4 (Secc Adm.) 1-1992 13:19 02. 06' P. 1

FAX : 206843

…DA 8/eos

…CULA N°

…echa 0800/92 Hora 0800

31/III/92

DE : CNEL. CARLOS E. DANERS

PARA : CNEL. GILBERTO VAZQUEZ

TRANSCRIBO INFORMES DE INTERES DE VALOR RELATIVO.-

TEORIA MILITAR DEL DEPARTAMENTO DE ESTADO

Singular repercusión provocó en medios políticos y castrenses de nuestro país, la difusión de un editorial del *"The New York Times"*, que impulsa la formación *"sin demora"* de una fuerza militar en América latina, para *"proteger a los gobiernos democráticos"*. La violencia desatada en Perú, la explosiva situación en Venezuela, la crisis económica en Brasil y la creciente presión social que amenaza al gobierno del presidente Jaime Paz Zamora, en Bolivia, son elementos que se tienen para el análisis de este editorial.

Mientras tanto, la gira del jefe del Ejército chileno, sigue dando pie a distintas especulaciones, no descartándose que el general Augusto Pinochet esté intentando crear un movimiento de oposición de los militares latinoamericanos a la hegemonía que sobre los ejércitos de la región pretende imponer los Estados Unidos.

Pinochet visitó Ecuador y si bien su visita no fue vista con agrado por el gobierno del presidente Borja, sus contactos con sectores militares de ese país, fueron según las versiones, altamente positivos. Similar situación se planteó durante la escala de Pinochet en Brasil, donde visitó instalaciones de la empresa Avibrás y se mostró interesado por vehículos lanzacohetes tierra tierra. Tiene proyectado viajar a Uruguay y según los trascendidos, también extenderá su gira a Colombia y a la Argentina.

La misteriosa gira de Pinochet se inserta, según observadores diplomáticos, en el respaldo con que cuenta por parte del Ejército de su país, que se opone a la política hemisférica de los Estados Unidos y se hizo manifiesta durante la visita del secretario de Defensa de los Estados Unidos a Chile, Richard Cheney. Los analistas señalan que Pinochet, dueño de una gravitante cuota de poder que la Constitución de su país le otorga, no aceptará jamás la política de redimensionamiento de las fuerzas armadas al sur del Río Grande, que Washington viene desplegando y que, según los trascendidos, sería regulada por los fondos del Banco Mundial y del FMI, cortando la ayuda a todos aquellos países que no reduzcan los gastos de defensa.

La iniciativa desplegada por el editorial del *"The New York Times"*, de urgir la creación de una fuerza militar latinoamericana con la participación protagónica de los Estados Unidos, abre un nuevo frente polémico en sectores políticos y militares de la región.

Según *"The New York Times"* la situación en Perú es uno de los principales argumentos en favor de la creación de la fuerza latinoamericana. El editorial afirma que *"En ese país, la violenta insurrección de Sendero Luminoso sigue ganando terreno y el ejército regular, que es tristemente famoso por sus violaciones a los derechos humanos, no solo ha demostrado ser ineficaz, sino que además representa en sí mismo, un peligro para la democracia"*.

La teoría que maneja el Departamento de Estado, sobre el protagonismo militar de los Estados Unidos en la región, fue motivo de nuestra información publicada en el Boletín 2940 correspondiente al 17 de diciembre de 1991 y también analizada en la edición de enero último de nuestra revista, bajo el título "PLAN DE BUSH PARA ELIMINAR EJERCITOS LATINOAMERICANOS".

EL PENTAGONO ANALIZA OPERACIONES MILITARES

La hipótesis de una incursión militar estadounidense en Latinoamérica sigue vigente, según un informe elaborado por el Capitolio en 1975, con motivo de la crisis petrolera provocada por los miembros de la OPEP. La coyuntura actual es diferente de aquella derivada de la presión conjunta de los países petroleros que abastecen a los Estados Unidos, pero la tesis de que en determinados casos la incursión militar es la única salida, sigue alentando a los cerebros del Pentágono. En el informe parlamentario, los países señalados son Kuwait, Arabia Saudita, Nigeria y Venezuela.

La inclusión de esta Nación en la lista de probables territorios a ocupar militarmente, acredita la hipótesis de que la Casa Blanca observó entusiasmada la intentona militar del teniente coronel Chávez, pues la caída de Carlos Andrés Pérez hubiese sido un motivo válido para intervenir. Semanas atrás, el embajador norteamericano ante la OEA, Luigi Einaudi, avaló expresamente la tesis intervencionista frente al peligro de un movimiento militar sedicioso en Venezuela.

MAS SOBRE EL TERRORISMO

Las investigaciones sobre el atentado contra la embajada de Israel se profundizó en las últimas horas, ante la certeza de que elementos terroristas de nuestro país colaboraron con el grupo islámico que se adjudicó la autoría del grave hecho. Por otra parte, organismos de inteligencia trabajan activamente para localizar a los integrantes de la autodenominada Organización Revolucionaria del Pueblo (ORP), que se adjudicó la colocación de artefactos explosivos en la Capital Federal. "PRENSA CONFIDENCIAL", siguiendo con su línea de información sobre la conexión de grupos extremistas de nuestro país con la guerrilla islámica, reproduce hoy en página 3, lo publicado en su Boletín Nº 2709 correspondiente al jueves 17 de enero de 1991, en su página 1, titulado "SE EXTREMAN PRECAUCIONES EN EL PAIS, ANTE ESCALADA TERRORISTA PRO IRAKI".

¿ GIMNASIA REVOLUCIONARIA ?

Los recientes asaltos realizados por grupos comandos, que tuvieron como blancos al Hospital de San Isidro, a la Municipalidad de Moreno y contra un camión blindado de caudales en la zona de Don Torcuato, donde dieron muerte a uno de sus ocupantes y causaron heridas a los otros dos, han provocado especial preocupación en organismos de seguridad de la provincia de Buenos Aires, en tanto que voceros policiales destacaron la ferocidad evidenciada por los integrantes de esos grupos comandos, que exhibieron moderno y sofisticado armamento, como fusiles FAL, ametralladoras, municiones perforantes de alto poder destructivo, granadas y otros explosivos. El poder de fuego quedó demostrado al verificarse los numerosos impactos de bala que perforaron el camión blindado. No se descarta que en estos hechos hayan participado elementos recientemente incorporados a organizaciones terroristas, en una clara gimnasia revolucionaria.

9203316

FROM URUBAIRES F.M.E. Dpto. II 4. ... 1992 13:19 02. 06' P. 1

DA 8/[illegible]
[ICU]LA N° —
[F]echa 08ABR92 Hora 0800

FAX : 206843 31/III/92

DE : CNEL. CARLOS E. DANERS

PARA : CNEL. GILBERTO VAZQUEZ

TRANSCRIBO INFORMES DE INTERES DE VALOR RELATIVO.-

TEORIA MILITAR DEL DEPARTAMENTO DE ESTADO

Singular repercusión provocó en medios políticos y castrenses de nuestro país, la difusión de un editorial del "*The New York Times*", que impulsa la formación "*sin demora*" de una fuerza militar en América latina, para "*proteger a los gobiernos democráticos*". La violencia desatada en Perú, la explosiva situación en Venezuela, la crisis económica en Brasil y la creciente presión social que amenaza al gobierno del presidente Jaime Paz Zamora, en Bolivia, son elementos que se tienen para el análisis de esta editorial.

Mientras tanto, la gira del Jefe del Ejército chileno, sigue dando pie a distintas especulaciones, no descartándose que el general Augusto Pinochet esté intentando crear un movimiento de oposición de los militares latinoamericanos a la hegemonía que sobre los ejércitos de la región pretende imponer los Estados Unidos.

Pinochet visitó Ecuador y si bien su visita no fue vista con agrado por el gobierno del presidente Borja, sus contactos con sectores militares de ese país, fueron según las versiones, altamente positivos. Similar situación se planteó durante la escala de Pinochet en Brasil, donde visitó instalaciones de la empresa Avibrás y se mostró interesado por vehículos lanza cohetes tierra tierra. Tiene proyectado viajar a Uruguay y según los trascendidos, también extenderá su gira a Colombia y a la Argentina.

La misteriosa gira de Pinochet se inserta, según observadores diplomáticos, en el respaldo con que cuenta por parte del Ejército de su país, que se opone a la política hemisférica de los Estados Unidos y se hizo manifiesta durante la visita del secretario de Defensa de los Estados Unidos a Chile, Richard Cheney. Los analistas señalan que Pinochet, dueño de una gravitante cuota de poder que la C[onst]itución de su país le otorga, no aceptará jamás la política de redimensionamiento de las fuerzas armadas al sur del Río Grande, que Washington viene desplegando y que, según los trascendidos, sería regulada por los fondos del Banco Mundial y del FMI, cortando la ayuda a todos aquellos países que no reduzcan los gastos de defensa.

La iniciativa desplegada por el editorial del "*The New York Times*", de urgir la creación de una fuerza militar latinoamericana con la participación protagónica de los Estados Unidos, abre un nuevo frente polémico en sectores políticos y militares de la región.

Según "*The New York Times*" la situación en Perú es uno de los principales argumentos en favor de la creación de la fuerza latinoamericana. El editorial afirma que "*En ese país, la violenta insurrección de Sendero Luminoso sigue ganando terreno y el ejército regular, que es tristemente famoso por sus violaciones a los derechos humanos, no solo ha demostrado ser ineficaz, sino que además representa en sí mismo, un peligro para la democracia*".

La teoría que maneja el Departamento de Estado, sobre el protagonismo militar de los Estados Unidos en la región, fue motivo de nuestra información publicada en el Boletín 2940 correspondiente al 17 de diciembre de1991 y también analizada en la edición de enero último de nuestra revista, bajo el título "PLAN DE BUSH PARA ELIMINAR EJERCITOS LATINOAMERICANOS".

EL PENTAGONO ANALIZA OPERACIONES MILITARES

La hipótesis de una incursión militar estadounidense en Latinoamérica sigue vigente, según un informe elaborado por el Capitolio en 1975, con motivo de la crisis petrolera provocada por los miembros de la OPEP. La coyuntura actual es diferente de aquella derivada de la presión conjunta de los países petroleros que abastecen a los Estados Unidos, pero la tesis de que en determinados casos la incursión militar es la única salida, sigue alentando a los cerebros del Pentágono. En el informe parlamentario, los países señalados son Kuwait, Arabia Saudita, Nigeria y Venezuela.

La inclusión de esta Nación en la lista de probables territorios a ocupar militarmente, acredita la hipótesis de que la Casa Blanca observó entusiasmada la intentona militar del teniente coronel Chávez, pues la caída de Carlos Andrés Pérez hubiese sido un motivo válido para intervenir. Semanas atrás, el embajador norteamericano ante la OEA, Luigi Eunaidi, avaló expresamente la tesis intervencionista frente al peligro de un movimiento militar sedicioso en Venezuela.

MAS SOBRE EL TERRORISMO

Las investigaciones sobre el atentado contra la embajada de Israel se profundizó en las últimas horas, ante la certeza de que elementos terroristas de nuestro país colaboraron con el grupo islámico que se adjudicó la autoría del grave hecho. Por otra parte, organismos de inteligencia trabajan activamente para localizar a los integrantes de la autodenominada Organización Revolucionaria del Pueblo (ORP), que se adjudicó la colocación de artefactos explosivos en la Capital Federal. "PRENSA CONFIDENCIAL", siguiendo con su línea de información sobre la conexión de grupos extremistas de nuestro país con la guerrilla islámica, reproduce hoy en página 3, lo publicado en su Boletín Nº 2709 correspondiente al jueves 17 de enero de 1991, en su página 1, titulado "SE EXTREMAN PRECAUCIONES EN EL PAIS, ANTE ESCALADA TERRORISTA PRO-IRAKI".

¿ GIMNASIA REVOLUCIONARIA ?

Los recientes asaltos realizados por grupos comandos, que tuvieron como blancos al Hospital de San Isidro, a la Municipalidad de Moreno y contra un camión blindado de caudales en la zona de Don Torcuato, donde dieron muerte a uno de sus ocupantes y causaron heridas a los otros dos, han provocado especial preocupación en organismos de seguridad de la provincia de Buenos Aires, en tanto que voceros policiales destacaron la ferocidad evidenciada por los integrantes de esos grupos comandos, que exhibieron moderno y sofisticado armamento, como fusiles FAL, ametralladoras, municiones perforantes de alto poder destructivo, granadas y otros explosivos. El poder de fuego quedó demostrado al verificarse los numerosos impactos de bala que perforaron el camión blindado. No se descarta que en estos hechos hayan participado elementos recientemente incorporados a organizaciones terroristas, en una clara gimnasia revolucionaria.

9203316

PUNTOS CLAVES EN DISCUSION

Mientras la investigación oficial por el atentado terrorista contra la embajada de Israel, da por sentado que el epicentro del estallido fue la carga ubicada en un auto bomba, siguen vigentes nuevos elementos que dan por tierra con esta teoría.

Según las declaraciones de uno de los testigos que salió con vida del atentado, Enrique Fabián Cucarella, aseguró a los medios de prensa, que "dos minutos antes de la explosión no había ninguna camioneta estacionada al frente de la sede diplomática".

Por otra parte, este testimonio es coincidente con lo declarado por la señora Rosa Cantavenera, quien afirmó a la prensa, que "pasó por la puerta de la embajada unos segundos antes de que explotara la bomba. Saludé como lo hacía todos los días al policía que estaba de custodia en la garita de la embajada y a otro que estaba en la esquina

Los únicos autos que vi en toda la cuadra eran la limousine del embajador estacionada frente a la garita de seguridad

Ferrari blanca en la vereda de enfrente

señora Cantavenera resultó herida cuando se dirigía a la peluquería en que trabaja, en la esquina de Carlos Pellegrini y Arroyo.

Por otro lado, la inteligencia militar había elaborado las siguientes apreciaciones. Según se pudo conocer, "las Fuerzas Armadas están convencidas de que no hubo coche bomba, sino que la explosión en la embajada salió desde adentro". Según los trascendidos, dos oficiales de dos estados mayores distintos, coincidieron en señalar que "si hubiera sido un coche que explotó, el edificio de la embajada y el que está enfrente deberían haber sido afectados por partes iguales, porque el efecto de la onda expansiva produce un golpe hacia uno y otro lado". En consecuencia, agregan que eso no ocurrió. "La embajada se cayó encima de la vereda, del lado contrario de la onda expansiva de un supuesto coche bomba". Otro de los aspectos que

Anotan los expertos, lo constituye el hecho de que parte de los ventanales que están más cerca de la calle Suipacha, tendieron a salirse hacia el exterior. Si se hubiera tratado de un coche bomba, esos marcos deberían estar hundidos". También destacaron los especialistas que "las paredes que cayeron lo hicieron sobre la calle Arroyo, en contra de la lógica de los efectos de un estallido provocado por un auto-bomba, que tiende a llevar las cosas hacia el fondo". Otro experto militar se arriesga a afirmar que la carga que provocó la demolición del edificio no fue trotyl, por considerar que este explosivo no tiene la fuerza como para destruir la sólida edificación de la sede diplomática.

No duda que se usaron explosivos sofisticados, de última generación, desconocidos en el país, y que no están en los arsenales de las Fuerzas Armadas.

Otros análisis efectuados por los expertos militares abren paso hacia dos hipótesis sobre el origen del estallido y la forma en que se consumó el atentado. Una de las posibilidades, podría ser que un auto se introdujo en el edificio. La segunda es que "alguien metió las cargas en el interior del edificio".

Aquí aparece nuevamente sobre el tapete el polémico tema de la seguridad interna de la embajada, teniéndose presente que había obreros y personal ajeno a la representación diplomática, que se encontraban desde hace varios días, realizando trabajos de refacción en el edificio.

Otro indicio en el que se afirman las teorías de los técnicos militares, para sostener que no hubo un coche-bomba, es que "la enorme nube negra que se elevó después de la explosión, no es la normal de un estallido a cielo abierto, que alcanza a quemar todo el explosivo, sino que se trató de una deflagración que estalló en un espacio cerrado, un cuarto y que no logró quemar bien". Por otra parte, se señala que el hongo que levantó la explosión, no se habría producido si se tratara de un estallido en un auto-bomba.

El "efecto chimenea" que se formó tras la explosión, es la demostración más palpable de que no se trató de un coche bomba.

07

9203316

3

YUGOSLAVIA

SE CONFIRMA EL RIESGO PARA TROPAS ARGENTINAS

En el seno del Ejército y en medios diplomáticos y políticos, se evalúan informes recibidos desde Yugoslavia que confirman el alto riesgo que deben enfrentar las tropas argentinas que en misión de paz, se incorporan a los efectivos de las Naciones Unidas.

La revelación que hizo el general argentino Carlos Zavala, jefe del sector operativo en Eslovenia Occidental, en su calidad de integrante de las fuerzas de paz, luego de su visita a Durovar, confirmó que las fuerzas de los "cascos azules" se han convertido en el blanco preferido de la artillería federal y de los terroristas chetniks que combaten en esa región, una de las destinadas para la presencia de efectivos argentinos. El general Zavala fue contundente al afirmar que "*esto no es precisamente lo que nos habían contado*".

Según trascendidos, la comprobación de los riesgos que deberá soportar el contingente de la ONU, del que participan las tropas argentinas, ha generado una sorda polémica en sectores castrenses, que en muchos casos alimentó comentarios escépticos respecto a los resultados de la misión de paz.

Mientras se aguarda la demorada orden para la zarpada de las naves que deberán llevar los equipos de combate a Yugoslavia, se tienen presentes en los medios militares, las declaraciones que en su momento formuló el Jefe del Estado Mayor General del Ejército, teniente general Martín Balza, quien al referirse a la misión de paz de las tropas argentinas en Yugoslavia, sostuvo que tiene "*como en todo conflicto en evolución un desenlace incierto*". También el jefe de Inteligencia del Ejército, general Carlos Schilling, apreció en la oportunidad que "*la fuerza destacada tiene pocas probabilidades de verse involucrada en acciones de defensa*".

El informe del general Zavala, a la luz del agravamiento de la guerra civil en Yugoslavia, deja desactualizada la hipótesis del general Schilling, generando en los altos mandos de la fuerza una especial preocupación. Los observadores del contingente de los "cascos azules" en la región en conflicto, confirmaron que efectivos belgas, rusos, destinados en Eslovenia oriental y occidental, son blanco reiterado del fuego de artillería, comprobándose que el conflicto se ha extendido a las zonas en las que fueron desplazados los efectivos de la ONU.

Ante la situación planteada, se ha reavivado la polémica por el envío de tropas argentinas a Yugoslavia, tema del que "PRENSA CONFIDENCIAL" informó extensamente en su Boletín 2987 del 27 de febrero último, bajo el título "CASO YUGOSLAVIA", y que también fue motivo de análisis en una nota publicada en la última edición de nuestra revista, correspondiente al mes de marzo.

. Objeciones de la UN

DESINTELIGENCIAS EN LA CUPULA MILITAR

La postergación del viaje de los materiales de las Fuerzas Armadas rumbo a la ex Yugoslavia a bordo del transporte naval "Cabo de Hornos", ha sido un buen pretexto para que los jefes de las tres fuerzas, fortalezcan su posición ante el almirante Emilio Ossés, jefe del Estado Mayor Conjunto.

En efecto, la responsabilidad del transporte naval ha estado a cargo del organismo militar que preside Ossés, a la vez que la operación en sí misma y la preparación del presupuesto correspondiente está a cargo de un grupo de trabajo presidido por otro marino, el contraalmirante Rodríguez.

Las Naciones Unidas, por lo visto, objetaron el monto del presupuesto y el traslado del equipo bélico que deberá servir a los 950 efectivos argentinos en Croacia, que siguen en tierra argentina sin fecha de embarque.

Desde hace mucho tiempo, los jefes del Estado Mayor de Ejército, la Armada y la Fuerza Aérea, vienen objetando duramente la gestión del almirante Ossés. Según estos tres comandantes, Ossés debería cumplir las decisiones que ellos adoptan. Ossés por su lado, ante la existencia de un ministro de Defensa al cual consideran débil, cree que la conducción de la política militar en todos sus aspectos, debe estar en sus manos y solamente subordinada a las disposiciones del Presidente Menem.

Lo llamativo de esta situación, es que en la propia Armada, el jefe de la Fuerza, almirante Ferrer, no está diferenciado con sus pares de Ejército y Fuerza Aérea por cuanto estaría en desacuerdo con Ossés en aspectos que hacen a la conducción de su fuerza.

Finalmente, en la Fuerza Aérea, la difícil situación del brigadier José Juliá, encuentra su eco en el Estado Mayor Conjunto, donde altos oficiales de esa fuerza incluido el almirante Ossés buscarían impedir que en ocasión de su eventual retiro, su actual jefe de Estado Mayor pueda decidir quién será su sucesor. Juliá ha hecho todo lo posible para cerrarle el paso al brigadier Antonietti, y en cuenta al almirante Ossés, este habría establecido un buen diálogo con el mismo, a fin de consolidar hacia fines de año el dispositivo de las Fuerzas Armadas.

CE 9203316

4

TRASCENDENCIA DE UN JUSTO RECONOCIMIENTO

En la formación militar que las Fuerzas Armadas llevarán a cabo el próximo 2 de abril en Río Gallegos, para conmemorar el 10° aniversario del conflicto bélico por Malvinas, será condecorado un reducido grupo de oficiales que participaron en las acciones cumplidas en las islas y que en su momento no fueron distinguidos con estos merecimientos entregados a sus pares, por cuanto se encontraban procesados por la justicia militar. Esto se originó por la negativa de los oficiales a jurar por la Constitución, mientras cumplían funciones en unidades militares en Rostonpek. Como se recordará, esa orden de jurar por la Constitución fue impartida por el ex presidente Raúl Alfonsín. Hubo muchos oficiales que se negaron a acatarla por considerarla improcedente.
Lo relevante de la ceremonia a cumplirse en Río Gallegos, a la par del reconocimiento a esos oficiales, es el hecho de que con este acto que distingue el heroísmo, prácticamente el cien por ciento de todos los hombres que integraron la Compañía de Comandos 602, cuyo jefe era el teniente coronel Aldo Rico, fueron acreedores a esta condecoración.

YA ESTARIAN PREPARANDO ATENTADOS PARA OCTUBRE

Oficiales de Inteligencia franceses que investigan en Buenos Aires el sangriento ataque contra la embajada de Israel, informaron que una serie de atentados de gran envergadura están siendo preparados para el mes de octubre, con el fin de ensombrecer el rol de España y de la Iglesia católica en la conquista y evangelización.
El año 1974 es considerado como el período de la recreación del indigenismo con signo marxista leninista. En ese sentido, Sendero Luminoso estaría a la cabeza del programa de represalias antieuropeas, pese a que su verdadera central no se hallaría en Perú sino en Londres (Movimiento Revolucionario Internacionalista), o en París, encubiertamente relacionado con la Société des Americanistes. En relación con esta entidad, aseveran los investigadores galos, la misma se nutre de La Sorbona, de la que también procedió el salvaje movimiento revolucionario camboyano de los Khmer rouge, que al mando del Pol Pot asesinó a más de un tercio de sus compatriotas al llegar al poder, en 1975. Los elementos del Pol Pot a su vez, fueron favorecidos inicialmente por el príncipe Sihanok, pupilo de París y Washington.
Sendero Luminoso, según la inteligencia gala está en contacto en Méjico, Guatemala, Panamá, Venezuela, Colombia, Ecuador y Argentina para iniciar operaciones contra blancos de España, de la Iglesia, de empresas europeas y norteamericanas, etc. En la Argentina, los asociados al moyecto serían grupos terroristas en formación, "porque Sendero cree que todos los anteriores están infiltrados."

CLIMA MILITAR ENRARECIDO

Un clima de "enrarecimiento" de la situación militar, es analizado en sectores castrenses y del gobierno, como consecuencia de distintas repercusiones que el tema ha merecido en los matutinos "Ambito Financiero" en su edición de la víspera, en la columna "Charlas de Quincho II", como así también en un destacado recuadro publicado en la primera plana de "La Nueva Provincia" de Bahía Blanca, del domingo último.
Según este diario, "El Ministro del Interior, José Luis Manzano, se reunió el miércoles pasado con los mandos de las fuerzas de seguridad que dependen de su cartera y les advirtió que el gobierno espera algún tipo de expresión de descontento militar en estos días o en los primeros del próximo mes".
La información del citado matutino bahiense agrega que "Manzano no pudo precisar la forma concreta que podría adoptar esa expresión abierta de la protesta de distintos cuadros de las Fuerzas Armadas, pero de todas maneras puso en estado de alerta a los sistemas de seguridad".
Cabe destacar que este asunto fue analizado por PRENSA CONFIDENCIAL en su Boletín N° 3006 del miércoles 25 de marzo último, con el título "Vuelve sobre el tapete el tema militar"

NUEVO GIRO EN INVESTIGACION DEL ATENTADO TERRORISTA

En las últimas horas, se robustecieron las hipótesis que manejan los investigadores del atentado contra la embajada de Israel, sobre la existencia de un ex militar argentino vinculado con los autores materiales del grave suceso. Diferentes versiones periodísticas, dieron cuenta que se buscaba un ex militar argentino de apellido Bruno, sin embargo, se desconocían otros datos. Trascendidos registrados en la víspera, permitieron establecer que se trataría de un ex mayor del Ejército, de la promoción 99. De acuerdo con las mismas versiones, la esposa de Bruno sería representante de un importante grupo de banqueros árabes que operan en nuestro país. El matrimonio Bruno viaja permanentemente a los países del Medio Oriente y a Londres.
En consecuencia, las especies sobre la probable conexión de Bruno con los terroristas, carecería de valor para los investigadores, al quedar en claro las razones de sus viajes que no tienen otra justificación que la de sus actividades comerciales.
Sin embargo, lo que sí se mantiene en la mira de las pesquisas, es la convicción de que existe un militar retirado del ejército cuyo grado y promoción se desconoce, que estaría seriamente complicado por su vinculación con el atentado. De cualquier manera, las especulaciones y los trascendidos siguen a la orden del día, manejándose hipótesis que con el correr de las horas se desvanecen por su falta de seriedad, en tanto el hermetismo sigue siendo el factor común de la investigación.

9203316

ARTERO GOLPE CONTRA EL GENERAL MENENDEZ

5

A diez años de la guerra de Malvinas, Bernardo Neustadt, por Radio América, se comunicó con quien fuera gobernador y comandante de las fuerzas militares en las islas..

BN: General Mario Benjamín Menéndez, buen día.

MBM: Buenos días, Neustadt.

BN: Señor, vamos a reflexionar diez años después. Y voy a reflexionar con una anécdota, ¿no? En ese momento Mariano Grondona estaba al lado mío en Tiempo Nuevo y él estaba a favor de esta aventura audaz de ir a recuperar las islas Malvinas. Yo estaba en contra porque me pareció que íbamos a pagarlo muy caro, porque no estábamos en condiciones. Pero, en fin.. fueron dos posiciones así muy marcadas en la televisión, y me pareció adulto que así fuera. Y Mariano llegó al estudio con su ..? se acuerda su proclama? llegó tan emocionado, tan conmovido que la leyó en cámara. La proclama sobre cual iba a ser el balance y el final. Decía usted que iban a recuperar las Malvinas o saldrían sin vida. ¡ Y usted está hablando hoy conmigo!

MBM: ...(silencio tenso)... ¿Sabe que pasa, Neustadt? No recuerdo cuál es la proclama. No recuerdo en que día se dio. Estamos hablando en el día previo al 2 de abril y usted sabe que mi actuación en Malvinas se inicia con mi asunción como gobernador militar el día 7 de abril. Estoee... además, el hecho de...dene...de lo que yo pueda haber dicho... recuerdo, sí, una proclama inicial cuando creíamos que los ingleses iban a atacar directamente Puerto Argentino. Existen... yo diría... palabras o la arenga del de Mayo y otra procla luego, antes de los com tes finales. Me gustaría, todo caso, que usted aclare a cual se refiere, p que las circunstancias ca bian, ¿no le parece?

BN: No cabe duda. Yo qu ro decirle, general, que alegro verlo con vid Solamente me acuerdo q usted en esa procla terminaba diciendo: "Y si dejaremos la vida aquí".. Según el Diario Popular " pocas palabras, lo humi

PREOCUPACION POR ESCALADA DEL TERRORISMO EN CHILE Y BOLIVIA

a escalada terrorista desatada en Chile en s últimos días por una "Coordinadora ubversiva", que provocó más de una veina de atentados en Santiago y otras ipo_ tes ciudades chilenas, como así mbién el descubrimiento de las actividades e un nuevo y poderoso grupo guerrillero en olivia, han causado especial preocupación n los más altos niveles del gobierno argenno, disponiéndose un estado de alerta en s fronteras y el refuerzo de la vigilancia en s mismas.

os atentados registrados en Chile fueron evados a cabo por la "*Coordinadora Subversiva Insurgente por una Patria Popular*", ue estaría integrada por elementos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria MIR), el frente Patriótico Manuel Rodríguez y el grupo Lautaro, sumándose en stos graves hechos, la participación de ctivistas que en manifestaciones aisladas rovocaron enfrentamientos armados con uer_ policiales en la capital de Chile, con n saldo de heridos de bala y detenidos. El obierno adjudicó estos atentados a una 'Coordinadora de Fuerzas Populares".

Mientras tanto, en Bolivia se reveló que fue descubierto un nuevo y poderoso grupo guerrillero, desconocido hasta ahora y que se lo identificó como *Ejército Guerrillero Tupac Katari* (EGTK). Voceros del ministerio del interior de ese país, reconocieron que los organismos de seguridad no pudieron desbaratar la actividad de esta nueva organización, calificada como la más importante desde el surgimiento del Ejército de Liberación Nacional (ELN), que fue comandado hace veinte años atrás, por el argentino Ernesto "Che" Guevara.

Según los investigadores, el Ejercito Guerrillero Tupac Katari cuenta con más de 1.200 guerrilleros armados distribuidos en 300 células en todo Bolivia. Son los autores de espectaculares atentados registrados hace poco tiempo atrás en distintos puntos del país, atribuyéndoseles también la voladura de importantes torres de alta tensión en el altiplano boliviano. El descubrimiento de esta nueva organización terrorista fue confirmado por las autoridades, tras el arresto de un matrimonio integrante del grupo, que según las versiones tenían planeado asesinar a líderes políticos y empresarios de Bolivia.

No se descarta que estos terroristas te conexión con elementos pertenecien movimiento Tupac Amarú, que ope Perú, paralelamente con Sendero Lu so.

El recrudecimiento de este activismo versivo en Chile y Bolivia, confirman la mación publicada en la víspera por "P SA CONFIDENCIAL", en su primera p titulada "Ya Estarían Preparando Algo Para Octubre", en la que destacamo "en la Argentina, los asociados a est yectó serían grupos terroristas en form porque Sendero cree que todos los a res están infiltrados".

Estos hechos también fueron mot análisis en el marco de la reunión de tros del Interior, que se realiza en p país, con la participación además Argentina, de Chile, Perú, Bolivia, Ec Uruguay, Brasil y Paraguay, donde c tiva del gobierno argentino no se des realización de operativos conjunto enfrentar al terrorismo, con el "apoyo tico" de las Fuerzas Armadas argen

FIN DE FAX

9203316

FAX : 206843 25/III/92

DE : CNEL. CARLOS E. DANERS
PARA : CNEL. GILBERTO VAZQUEZ

TRANSCRIBO NUEVO DATO QUE DA INDICIOS SOBRE INQUIETUD MILITAR.- SE ESTIMA DE VALOR RELATIVO.—

VUELVE SOBRE EL TAPETE EL TEMA MILITAR

Mientras en la agenda de los preocupantes temas que aflijen al gobierno, sobresale por su relevancia el vandálico atentado a la embajada de Israel; la huelga ferroviaria; la negociación con la banca externa; la reforma de la Constitución; la elección del futuro senador por la Capital Federal; el cónclave sindicalista que en aras de la unidad habrá de concretarse el próximo 26 de marzo, otro preocupante ingrediente se ha incorporado a la mesa de trabajo: la situación militar. Si bien esta última nunca estuvo [illegible] por la evolución permanente de reclamos [illegible] [illegible] mejoras salariales, reequipamiento, [illegible] y otros aspectos atinentes a la [illegible] castrense, hoy puede afirmarse que ha cobrado un inusitado brío que [illegible] y a la vigilia del ministro de Defensa, Erman González.

[illegible] de la misión Yugoslavia, que generara una sorda polémica sobre la oportunidad, sus objetivos y sus posibilidades, [illegible] retomado firmeza el tema salarial y se espera que por esta causa ocurran manifestaciones que obliguen a que el [illegible] adopte medidas para paliar esta situación, que no se vislumbra ni cordial, ni conciliadora. Es así como ayer, un matutino se aventuró a examinar este caso y tituló su información diciendo *"El Fantasma Militar Reclama Por Salarios"*. En esta noticia se informa que: *"No se teme ni un golpe ni una manifestación: más bien comentan lo preocupante que podría ser que oficiales de baja graduación se rebelen de palabra, se encierren en un cuartel con la excusa de un ingreso más digno -por lo menos, en relación a jueces y diputados- y no haya capacidad de mando para hacerlos desistir. Si el caso no resulta serio, estiman que internacionalmente podría perjudicar al país"*.

En tanto, circula en medios castrenses un informe sobre la *"Situación en que se encuentra el Ejército Argentino a 10 años del conflicto malvinense"*. En este análisis, al referirse al Servicio Militar Obligatorio y a los soldados conscriptos, se destaca que *"la derrota de Malvinas y el cambio de mentalidad política experimentado a partir del '83, significaron la ausencia progresiva de soldados de los Cuarteles, de 500 hombres por regimiento en el '82 a los escasos 50 que cuentan actualmente las unidades. Esta realidad ha dado por tierra con el Ejército profesional. Así es como en el año 1917, con una población de 8,5 millones de habitantes teníamos 17.500 soldados, hoy, con 35 millones, apenas llegamos a 10.000. El retroceso es muy grande, de allí que sin duda a equivocarnos afirmemos que el Ejército carece de capacidad operacional, lo cual significa que nos encontremos en un total y absoluto estado de indefensión"*.

El documento, al referirse a *"la falta de capacidad operacional"*, señala que *"desde hace más de 15 años que no se mejora el armamento de infantería, fusiles y ametralladoras, granadas y lanza-cohetes. Tampoco se compraron armas de apoyo, de artillería livianas y pesadas y menos antiaéreas. Los medios de comunicaciones a nivel regimiento o Brigada no existen, menos aún medios para la guerra electrónica. Los vehículos de distintos tipos están en estado deplorable de mantenimiento. Para seleccionar los jeeps y camiones que se envían a Yugoslavia, se tuvo que hacer una minuciosa inspección recurriéndose a todas las unidades del Ejército, porque la mayoría estaba fuera de servicio. Nada más que para equipar a un regimiento de 800 hombres"*.

Más adelante, se destaca la *"falta de perspectiva profesionales"*, señalando que *"los subtenientes o cabos que egresan de los Institutos de Formación, no tienen futuro y lo que se les ofrece carece de seguridad y perspectivas profesionales. Se ha perdido el sentido heróico de la profesión. Hoy no triunfa el mejor soldado, sino el mejor amigo del General. La irresponsabilidad de que el Ejército esté así, es de afuera, por la persistente campaña anti-militar orquestada contra la Institución y sus integrantes"*.

En su parte final, el documento describe *"Otros de los problemas que contribuyen a la crisis del Ejercito Argentino"*, señalando la existencia de la *"inestabilidad laboral y profesional, por los cambios de órdenes, planes y organizaciones que se registran todos los años"*.

"De tanto repetir esos cambios, curiosamente se vuelven a dar organizaciones que habían sido eliminadas hace más de 20 años".

El documento plantea la *"necesidad de cambiar toda la doctrina militar en vigencia"*, teniendo en cuenta que *"lo único que tiene aplicación en la actualidad, es lo referido a algunas cuestiones protocolares o formaciones militares. El resto, se puede afirmar casi todo, ha sido superado por la situación actual de la Fuerza"*

//

FIN DE FAX

9203316

FROM URUBAIRES

FAX : 206843 — 24/III/92

DE : CNEL. CARLOS G. DANERI

PARA : CNEL. GILBERTO VAZQUEZ

TRANSCRIBO INFORMES DE RELATIVA CREDIBILIDAD.

NUEVAS REVELACIONES SOBRE EL ATENTADO A EMBAJADA ISRAELI

Provocó especial repercusión la difusión de un comunicado de una desconocida organización terrorista, identificada como "Ejército de Salvación", que se adjudicó ayer el atentado contra la embajada de Israel en Buenos Aires, según confirmaron despachos de agencias internacionales procedentes de Beirut.

Según la versión periodística, el comunicado del "Ejército de Salvación", fue publicado en los medios de prensa escritos en Beirut, señalando el grupo terrorista que el "Comando Ernesto Che Guevara", integrado por argentinos, fue el autor del atentado contra la sede diplomática israelí en nuestro país. Según el texto del comunicado, el ataque fue concretado en "represalia por la muerte del Che Guevara a manos de los servicios de inteligencia de los Estados Unidos y de Israel y por su permanente persecución de los líderes de los movimientos populares en América latina". En el mismo comunicado, el "Ejército de Salvación" formuló graves advertencias al gobierno argentino del presidente Menem, por "su actual política internacional y su hostilidad hacia la causa árabe".

Por otra parte, el embajador de Israel en la Argentina, Yitzhak Sheffi, afirmó ayer que "la Argentina ingresó en la lista del terrorismo internacional" y no descartó la posibilidad de que nuestro país sea escenario de nuevos atentados terroristas.

Mientras tanto, crece la polémica en torno a las investigaciones sobre el grave atentado. Según lo publicado en la víspera por el matutino "Ambito Financiero", el 18 de febrero pasado, la Secretaría de Inteligencia de Estado (SIDE), notificó al embajador en Buenos Aires, Yitzhak Sheffi, acerca de la "posibilidad de que se realizaran atentados contra la colectividad judía, señalándole que existía un inusual ingreso y egreso de árabes en al región".

Por otra parte, continuando con la reproducción de informaciones de "PRENSA CONFIDENCIAL" publicadas con sobrada anticipación a la fecha del atentado terrorista a la embajada

grupos de la extrema izquierda argentina con el terrorismo, cuyo epicentro está en Libia, Palestina, Irán e Irak. Esta relación ha sido confirmada por el comunicado difundido en Beirut por el "Ejército de Salvación", del que damos cuenta en esta información.

de Israel, hoy reproducimos en la página 3, textualmente lo publicado en la página 3 de nuestro Boletín 2729 correspondiente al 14 de febrero de 1991, con el título: "SERIA COORDINADO POR KHADDAFI EL NARCOTERRORISMO EN EL CONO SUR", de cuyo texto se desprende la relación de los

ESTE EJEMPLAR FUE ENVIADO OPORTUNAMENTE

12

9203316

1

2

COSAS EXTRAÑAS EN LA EMBAJADA DE RUMANIA

Diversos interrogantes han surgido en torno al rol de la embajada de Rumania, tras el atentado que destruyó a la sede diplomática de Israel. En efecto, separados por solo 30 metros ambos edificios, el de la representación rumana estaba llamativamente despoblado cuando se registró el atentado, pese a las 30 personas que integran su plantel, incluyendo familiares residentes en el lugar. El embajador explicó el extraño fenómeno, aduciendo que él se hallaba en otra embajada de un país comunista, en "visita protocolar".

Sin embargo, según los trascendidos, no podía efectuar visitas protocolares a esa sede, porque la misma desde hace un mes estaba a cargo de un segundo secretario, lo que obviamente impide tal contacto protocolar, especialmente con desplazamiento del embajador a la sede de menor categoría.

Otro hecho que sorprendió y que es motivo de análisis por los investigadores, lo constituyó el testimonio de vecinos del lugar, que vieron en la madrugada anterior, entre las 4 y las 5 horas, que desde la embajada rumana se retiraba una camioneta al menos con doce cajas de gran peso. En consecuencia, no se descarta que se hubiera tratado de documentación que debía desaparecer del lugar, previendo que un hecho como el que luego ocurrió, obligaría a franquear el ingreso al edificio de personas ajenas al mismo. Mientras tanto el pasado fin de semana la investigación apuntó hacia sectores que podrían haber servido de apoyo a los terroristas extranjeros en su breve paso por Buenos Aires.

SURGEN PROBLEMAS PARA PROYECTO DEL EJERCITO EN SIERRA GRANDE

Contrariando expectativas creadas por el gobernador de Rio Negro, Héctor Massaccesi, para atenuar la tensión en el comercio y la población de Sierra Grande por el cierre de Hipasam, la iniciativa de instalar en la región una unidad militar de tanques estaria próxima a ser abandonada. La decisión corresponde al Estado Mayor General del Ejército, atento al informe producido por el comandante de la Brigada de Caballería Blindada I, general Julio Veronelli, con la supervisión del comandante del V Cuerpo de Ejército, general Jorge Alperín. El informe de los altos jefes militares señala que las posibilidades son escasas para instalar esa unidad de tanques, porque se hacen necesarias inversiones para crear la infraestructura adecuada y por el tiempo a emplearse, que demandaría elevados costos para esos trabajos. Existen además problemas para la provisión de agua y de financiamiento para el suministro de energía eléctrica para la futura base. En el informe de los generales Veronelli y Alperín, se hace referencia a que en el hipotético caso de instalarse la unidad de tanques, ello no cubriría las expectativas generadas en la población de Sierra Grande de contar con nuevas fuentes de actividad para los civiles, para cubrir el vacío producido como consecuencia del cierre de la planta de Hipasam.

FIN DE FAX

9203316

prensa confidencial
servicio de informaciones
Nosotros le decimos al público en qué dirección salta el gato. El público se encargará entonces del gato
Director: JORGE VAGO Buenos Aires, Jueves 14 de febrero de 1991 V EPOCA - AÑO XXIV - Nº 2729

Sería coordinado por Khaddafi el narcoterrorismo en el Cono Sur

Se analiza en esferas gubernamentales una información publicada en su edición del martes último por el vespertino *"Extra"* la cual, cabe acotar, no registra firma de corresponsal ni siglas de agencia noticiosa alguna. La misma, que asegura estar basada en *"fuentes informativas pertenecientes a la inteligencia militar inglesa y a las investigaciones posteriores de servicios secretos de países latioamericanos"*, consigna que durante el último fin de semana tuvo lugar en Madrid una *"nueva"* reunión en la que participaron grupos insurreccionales, pertenecientes a países del Tercer Mundo.

De acuerdo a la información, el motivo central del encuentro radicó en la hipótesis de convertir la guerra en el Golfo Pérsico en un enfrentamiento Norte-Sur, para lo cual la izquierda subversiva decidió, en la capital española, *"sincronizar atentados terroristas contra los [illegible]nes y dirigentes de los países que integran la co[illegible]ción aliada contra Saddam Hussein"*. Según los informes, el control de las operaciones terroristas quedaría en manos del líder libio Muhammar Khaddafi. En el encuentro quedó delineado lo que se denomina *"Movimiento de Resistencia Internacional de Irak en el Tercer Mundo"*, y asistieron al mismo organizaciones de la Argentina, Bolivia, Chile, El Salvador, Nicaragua, Perú, Panamá, Colombia y Guatemala, entre otras.

Se señala que por la parte argentina participaron dirigentes del MTP, la UTR (Unión de Trabajadores Revolucionarios) -un *"brazo"* de aquél- y la Brigada Che Guevara. Por otra parte, la financiación necesaria provendría de *"negocios ligados al narcotráfico"*, controlados en parte por grupos guerrilleros de Colombia, Perú, Bolivia y la Argentina. Agrega la nota que estos movimientos ya financian sus actividades con dinero de ese origen y que habrían establecido su centro operativo en la provincia de Salta, en campos ubicados al norte del Parque Nacional El Baritú, cerca de la ciudad de Aguas Blancas, donde contarían con dos pistas de aterrizaje.

Asimismo, se consigna que la inteligencia de Khaddafi estableció que es conveniente centralizar esta actividad *"narcopolítica"* en la Argentina dado que *"los funcionarios que encabezan la lucha antidrogas se encuentran acorralados por denuncias, no siempre veraces, de estar complicados con delicuentes o de ser simplemente consumidores de drogas"*. Los libios determinaron también que en la Argentina la represión antidrogas es de *"escasa magnitud"* y que incluso la DEA norteamericana realiza una tarea de escasa significación, mientras la *"narcopolítica"*, por su parte, se ha convertido ya en un flagelo que amenaza con desestabilizar las democracias de la región.

En tanto, y como contrapartida, algunos medios de prensa han publicado recientemente, además del operativo *"Viento Norte"* detectado hace cinco días, otras acciones contra el narcotráfico desarrolladas en nuestro país desde el año 1987 hasta fines del año último.

NARCOTRÁFICO

14/2/91

9203316

ORIGINAL Hoja 1 de 1
Copia - de -

9203318

Montevideo, 05 de MAYO de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920160 / S.O.E.

EVAL: A-2

I.- ASUNTO: HOMENAJE A CARLOS MARX - JSU

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O:

En el día de la fecha se concurre a realizar cobertura del acto que se llevó a cabo en la casa del pueblo ,Soriano 1218 convocado por la juventud socialista del uruguay , con motivo de homenajear a Carlos MARX en el 174 aniversario de su nacimiento.

El comienzo se fijó para las 2030 horas, congregándose en ese momento unas 50 personas aproximadamente .

A las 2050 se inició el acto alcanzando los presentes la// cantidad de 120 personas aproximadamente, en la misma proporción de // hombres y mujeres.Se estima un 60% de personas mayores de 40 años.

Se dió lectura a las siguientes adhesiones:

- mensaje de Liber SEREGNI (Presidente del F.A.)
- José Pedro CARDOZO, Presidente del P.S. quien no se encontraba presente por encontrarse reunido con el Comité General por Nicaragua.
- de los integrantes del Comité Central del P.S., Pedro MONTAÑES y Manuel LAGUARDA.
- Robert MARTINEZ, ex-secretario general de la J.S.U quien por razones laborales se encontraba en Nueva Palmira.
- Senador José KORSENIAK, que se encontraba presente en la sala.
- de la Departamental de Montevideo del P.S. firmada por VILLAZAN DE LEON como Secretario Político.
- de Tabaré VAZQUEZ, quien se encontraba en un congreso médico en Asunción del Paraguay y envió una carta que fue leída.

Se hizo mención a la presencia de:

- miembros de la juventud del Movimiento 26 de Marzo.
- integrantes de la juventud del Partido por la Victoria del Pueblo.
- una representante de la juventud del Partido Demócrta Cristiano.

Seguidamente hizo uso de la palabra el Diputado Luis MARDONES por un espacio aproximado de 45 minutos, culminando la parte oratoria el Senador Reynaldo GARGANO hasta las 2145 horas aproximadamente.En general el discurso se centró en la biografía de Marx haciéndose enfásis en el aspecto humano de su personalidad. Quedó en claro que el P.S. interpreta al Marxismo como una forma crítica de ver la realidad y no como una forma // dogmática.

Entre los presentes se identificaron las siguientes personas:

- Gustavo BEMINI (~~Vice~~-Secretario Nacional Sindical del P.S.)
- Diputado Guillermo CHIFFLET
- Edil José TOGNOLA (P.S.)
- Javier BERTERRECHE (Secretario de Propaganda del P.S.)
- Javier CHA (Dirigente de la J.S.U.)
- Alvaro Ramiro SENDIC (M26M)
- Raúl Fernando SENDIC (M26M)

Luego de finalizada la parte oratoria se invitó a los presentes a permanecer en el local para participar en un brindis (vino y refrescos) acompañado de bocadillos. Se destaca que la sala estaba decorada con globos y guirnaldas.

Frente al local se detectaron estacionadas las siguientes matrículas: P3-1099 (Lavalleja) y 233.426 (Montevideo)

IV.- DISTRIBUCION: Original-Jefe del Departamento I.
Copia 1 -Jefe del Departamento III (OP)-Archivo

FECHA 09 09 92 Ao

001/1

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de entrada 06 MAYO 1992
Pase a Biográfico - Militar
9203318

ORIGINAL

ARCHIVO Hoja 1 de 2
Copia - de -
r.z.

Montevideo, 05 de Mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M Nº 920159/S.O.E.

I.- ASUNTO: 30 ANIVERSARIO DEL P.G.P.

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O :

A.- En el día de la fecha se concurre a efectuar la cobertura del acto realizado en conmemoración de los 30 años del Partido por el Gobierno del Pueblo. El mismo se llevó a cabo en Ejido 1480, (Sede Central).

A la hora de la convocatoria había una concurrencia de aproximadamente 60 personas dispersas por todo el local, donde predominaban personas mayores de 40 años. Mediando el acto la cantidad de asistentes ascendió a 120 personas; al finalizar el mismo siendo las 2245 hs. con una concurrencia de 80 personas aproximadamente, que permanecieron dialogando en grupos.

La parte oratoria estuvo a cargo del Secretario General del P.G.P., Senador Hugo BATALLA, el cual manifestó su agradecimiento a todos los presentes, no importando "su fracción política".

Entre los presentes se pudo identificar las siguientes personalidades:

- Liber SEREGNI (Presidente del Frente Amplio)
- Senador Pablo MILLOR (Cruzada 94)
- Senador Mariano ARANA (Vertiente Artiguista)
- Senador Jaime PEREZ (Partido Comunista del Uruguay)
- Senador Carlos CASSINA (Partido por el Gobierno del Pueblo)
- Jorge BATLLE (Batllismo Radical)
- Diputado Daniel GARCIA PINTOS (Cruzada 94)
- Diputado Hugo CORES (M.P.P.)
- Diputado Alberto COURIER (V.A.)
- Diputado Rafael MICHELINI (Nuevo Espacio)
- Diputado Francisco RODRIGUEZ CAMUSSO (M.P.F.)
- Diputado Gonzalo CARAMBULA (P.C.U.)
- Diputado Tabaré CAPUTI (Nuevo Espacio)
- Diputado Daniel DIAZ MAYNARD (Nuevo Espacio)
- Diputado Yamandú FAU (Nuevo Espacio)
- Diputado Héctor LESCANO (Nuevo Espacio)
- Diputado Baltazar PRIETO (Nuevo Espacio)
- Diputado Carlos PITA (Corriente Popular F.A.)
- Diputado Heriberto SOSA (Nuevo Espacio)
- Diputado Jaime TROBO (Herrerista)
- Carlos BARAIBAR (Secretario General del F.A.)
- Martín PONCE DE LEON (Dtor. de Salubridad pública, Saneamiento y limpieza (V.A.)
- Ricardo ESPALTER
- León MORELLI (ex esposo de Silvia FERREIRA)

No se detectó dispositivo de seguridad.

9203319

07/5/92

ORIGINAL
Hoja 2 de 2
Copia - de -
r.z.

El grado de atención de los concurrentes fue mínimo, pués en un momento dado el Senador BATALLA habló agradeciendo la presencia, pero la amplificación era mala y los concurrentes no pudieron escuchar sus pocas palabras.

La convocatoria fue a través de la prensa.

El acto no tuvo demora, comenzó de acuerdo a la hora programada.

B.- Cabe destacar que se restringió el ingreso al fotógrafo de ésta Agencia, al solicitársele carné de prensa, invitándolo a permanecer en el Hall del local. Al retirarse se detectó seguimiento por parte de un elemento que se encontraba en el lugar, el cual se lo pudo eludir con medidas de Contra Seguimiento.

C.- Se detectaron las siguientes matrículas al finalizar el acto:

R.30.197 - 283.154 - B518408 - 286.899 - 260.847 - 289.520 -

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL - JEFE DEL DEPARTAMENTO I
COPIA I - JEFE DEL DEPARTAMENTO III (OP)-ARCHIVO

002 | 2

9203319

Se privatizó ayer Altos Hornos Zapla

AF. 13/2/92

La empresa Aceros Zapla ofreció 33,25 millones de dólares para la compra de Altos Hornos Zapla y presentó un plan de inversiones por 50,9 millones de dólares en 10 años. Estas cifras son las que surgieron en el acto de apertura del sobre número 2 correspondiente a la licitación para la venta de la empresa del área de Defensa, a la cual se presentó un solo aspirante.

El acto se desarrolló ayer con la presidencia del secretario de Planeamiento de esa cartera, Jorge Pereyra de Olazábal. El vicepresidente de la sociedad aspirante, Ezequiel Fernández, confirmó el valor de la oferta y el plan de inversiones, a la vez que remarcó que se absorberán 882 empleados de la firma y que el grupo planea ampliar su dotación.

"Hay que considerar que la planta está actualmente parada", dijo el empresario, añadiendo que "el plan de desarrollo seguramente va a requerir abundante mano de obra".

Los activos de Altos Hornos Zapla incluyen los centros siderúrgico y forestal y los derechos mineros de la empresa.

El grupo aspirante está integrado por Aubert Duval SA, SIMA (Société Industrielle de Métallurgie Avancée SA), Citicorp Venture Capital SA, Pensa y Penfin.

- **Primera venta**

Pereyra de Olazábal señaló en el acto que "ésta es la primera venta formal y que representa 30% del «holding» empresario de Fabricaciones Militares".

Añadió el funcionario que "en no más de 30 días, a contar de hoy (por ayer), estarán a la venta los pliegos de Acido Sulfúrico, Tolueno Sintético y BCA y, en no más de 45 días, los correspondientes a la Fábrica Militar de San Francisco".

Surgen más trabas en Diputados para poder vender Gas del Estado

Precauciones sobre un monopolio privado, precisiones sobre tarifas y garantías sobre la extensión del servicio reclamaron casi 30 diputados de la Comisión de Energía a los funcionarios que trataron de explicar las nuevas reglas de juego del mercado de gas.

El pimpón de preguntas y respuestas que siguió a la exposición sobre el esqueleto del marco regulatorio dejó en claro que para el oficialismo no será sencillo hacer aprobar la ley que facilita las privatizaciones gasíferas. A diferencia del trámite seguido con el marco eléctrico, los legisladores tienen más reparos sobre el desmembramiento de Gas del Estado, implícito en el proyecto del Gobierno.

"¿Quién será el dueño de la energía en la Argentina?", preguntó el diputado Moisés Fontenla para marcar distancia con el enfoque oficial. "Serán los mismos que ya ganaron otras privatizaciones", se autorrespondió para ligar el poder que tendrán los adjudicatarios del sistema eléctrico y de gas. El subsecretario de Combustibles, Raúl García, acotó que el marco regulatorio impide la monopolización de cada segmento del mercado (productores, transportistas y distribuidores). Quien participe en uno de esos sectores tendrá vedado el ingreso al resto de la cadena.

Desde el comienzo del debate, realizado anteayer, la diputada Angela Sureda trató de averiguar si en su provincia, Santa Cruz, el gas será más caro o más barato después de la privatización. La respuesta se hizo esquiva y solo al final de la charla, luego de casi tres horas, le recomendaron que esperara para saberlo: las consultoras todavía no definieron las estructuras tarifarias. Pero algunos datos pudieron aportarse:

- El gas que reciban los consumidores domésticos será tres veces y media más caro que al salir del yacimiento (boca de pozo).
- Las industrias pagarán una vez y media más que el monto recibido por los productores de gas.
- Se supone que con servicio privatizado, las facturas serán más baratas que en Francia, donde el consumidor residencial abona 10,18 dólares por cada millón de BTU (unidad de medida calórica). Hoy, los argentinos pagan un promedio de 5 dólares por la misma cantidad de suministro.
- Después de un período de transición de dos años, el precio del gas en boca de pozo quedará liberado. El Estado solo fijará los márgenes mínimos de ingreso de los distribuidores y transportistas.
- Quienes estén más cerca de los yacimientos pagarán menos cargo por el transporte.

"No puede haber dos caños, dos canillas ni dos medidores de luz", argumentaron los funcionarios para explicar por qué no habrá competencia en los segmentos de transporte y distribución. Se trata de monopolios naturales que ahora son responsabilidad de Gas del Estado. Ese carácter monopólico crea dudas entre los diputados: "¿Otra vez se pasará de un monopolio estatal a otro privado?". Una forma de evitar esas prácticas es fragmentar la distribución, según planteó el diputado Oscar Parrilli: permitir la mayor cantidad de distribuidores posibles.

Gualberto Venesia y Rodolfo Quezada se preocuparon por los usuarios domésticos, por la extensión de los servicios y por las inversiones. Patricio Perkins y Miguel Mariani, de Gas del Estado, aclararon que en los pliegos de privatización no se exigirán compromisos de inversión sino niveles de calidad en las prestaciones.

Representantes de Santa Fe y de Entre Ríos cuestionaron que los ductos construidos con fondos provinciales —y transferidos a Gas del Estado— [illegible] ahora privatizados [illegible] legisladores [illegible] que el [illegible] de los [illegible] nas a las [illegible] [illegible] des[illegible] privati[illegible] vigente [illegible] Unidos [illegible] allí [illegible] res, [illegible] portistas [illegible]

"Si [illegible] per[illegible] con[illegible] "Las [illegible] das [illegible] ajust[illegible] que [illegible] funcionarios [illegible]

"No [illegible] porque si [illegible] todos los [illegible] bién [illegible] gas de la [illegible] porque esta [illegible] mercado [illegible] por [illegible] su [illegible] pedir [illegible] qué [illegible] está?", [illegible] lador [illegible] que [illegible] lar de [illegible] más de [illegible] "Dejar todo [illegible] seguir con la [illegible]

Un [illegible] acercaría los [illegible] comienzos de [illegible] entonces ya [illegible] los dictámenes de las [illegible] consultoras, [illegible] por Gas del Estado [illegible] últimos detalles de la privatización.



Miguel Morizzo, Raúl García y José Estenssoro escucharon los reclamos de 30 diputados de la Comisión de Energía.

9203322

Surgen más trabas en Diputados para poder vender Gas del Estado



Miguel Marizza, Raúl García y José Estenssoro escucharon los reclamos de 30 diputados de la Comisión de Energía.

Precauciones sobre un monopolio privado, precisiones sobre tarifas y garantías sobre la extensión del servicio reclamaron casi 30 diputados de la Comisión de Energía a los funcionarios que trataron de explicar las nuevas reglas de juego del mercado de gas.

El pimpón de preguntas y respuestas que siguió a la exposición sobre el esqueleto del marco regulatorio dejó en claro que para el oficialismo no será sencillo hacer aprobar la ley que facilita las privatizaciones gasíferas. A diferencia del trámite seguido con el marco eléctrico, los legisladores tienen más reparos sobre el desmembramiento de Gas del Estado, implícito en el proyecto del Gobierno.

"¿Quién será el dueño de la energía en la Argentina?", preguntó el diputado Moisés Fontenla para marcar distancia con el enfoque oficial. "Serán los mismos que ya ganaron otras privatizaciones", se autorrespondió para ligar el poder que tendrán los adjudicatarios del sistema eléctrico y de gas. El subsecretario de Combustibles, Raúl García, acotó que el marco regulatorio impide la monopolización de cada segmento del mercado (productores, transportistas y distribuidores). Quien participe en uno de esos sectores tendrá vedado el ingreso al resto de la cadena.

Desde el comienzo del debate, realizado anteayer, la diputada Angela Sureda trató de averiguar si en su provincia, Santa Cruz, el gas será más caro o más barato después de la privatización. La respuesta se hizo esquiva y solo al final de la charla, luego de casi tres horas, le recomendaron que esperara para saberlo: las consultoras todavía no definieron las estructuras tarifarias. Pero algunos datos pudieron aportarse:

- El gas que reciben los consumidores domésticos será tres veces y media más caro que al salir del yacimiento (boca de pozo).
- Las industrias pagarán una vez y media más que el monto recibido por los productores de gas.
- Se supone que con servicio privatizado, las facturas serán más baratas que en Francia, donde el consumidor residencial abona 10,18 dólares por cada millón de BTU (unidad de medida calórica). Hoy, los argentinos pagan un promedio de 5 dólares por la misma cantidad de suministro.
- Después de un período de transición de dos años, el precio del gas en boca de pozo quedará liberado. El Estado solo fijará los márgenes máximos de ingreso de los distribuidores y transportistas.
- Quienes estén más cerca de los yacimientos pagarán menos cargo por el transporte.

"No puede haber dos caños, dos canillas ni dos medidores de luz", argumentaron los funcionarios para explicar por qué no habrá competencia en los segmentos de transporte y distribución. Se trata de monopolios naturales que ahora son responsabilidad de Gas del Estado. Ese carácter monopólico crea dudas entre los diputados: "¿Otra vez se pasará de un monopolio estatal a otro privado?". Una forma de evitar esas prácticas es fragmentar la distribución, según planteó el diputado Oscar Parrilli: permitir la mayor cantidad de distribuidores posibles

Gualberto Venezia y Rodolfo Quezada se preocuparon por los usuarios domésticos, por la extensión de los servicios y por las inversiones. Patricio Perkins y Miguel Marizza, de Gas del Estado, aclararon que en los pliegos de privatización no se exigirán compromisos de inversión sino niveles de calidad en las prestaciones.

Representantes de Santa Fe y de Entre Ríos cuestionaron que los ductos construidos con fondos provinciales —y transferidos a Gas del Estado— sean ahora privatizados. Otros legisladores reclamaron que el 10% del [illegible] de las ventas [illegible] nan a las [illegible] guen al [illegible] desconfianza [illegible] privatización [illegible] vigente en los [illegible] Unidos, y [illegible] numerosos [illegible] allí enfrentan a [illegible] res, distribuidores [illegible] portistas y [illegible]

"Si se [illegible] perderemos [illegible] comparación [illegible] "Las [illegible] dadas", [illegible] ajustarse al [illegible] que trataron [illegible] funcionarios al [illegible] "No podemos [illegible] porque si sin con[illegible] todos los elementos, [illegible] bién queremos ver los [illegible] gos de la privatización, porque esta reforma del mercado tendrá vigencia por 45 años", [illegible] za desde el radicalismo. El pedido no tuvo eco. "¿Por qué no dejamos todo como está?", aventuró un legislador antes de escuchar que José Estenssoro, titular de Gas del Estado, además de YPF, replicara: "Dejar todo como está es seguir con la ineficiencia".

Un proyecto propio acercarán los radicales a comienzos de marzo. Para entonces ya estarán listos los dictámenes de las cinco consultoras, contratadas por Gas del Estado, con los últimos detalles de la privatización.

9203322

Se esperaba una tasa de 1,2%. Descartó el gobierno una baja de los intereses por los efectos inflacionari

EE.UU. en recesión: proyectan un crecimiento anual de sólo 0,4%

Washington (Reuter) — La economía estadounidense exhibió un índice de crecimiento anual de **0,4 por ciento** entre abril y junio, informó ayer el **Departamento de Comercio.**

Este índice demuestra que la economía **estaba mucho más debilitada de lo que se estimaba, aun antes del alza de precios petroleros que podría provocar una recesión.**

Poco después de este anuncio —que representa un **brusco descenso** con respecto a la anterior proyección de una tasa de crecimiento de **1,2 por ciento** anual para el segundo trimestre— un gobernador del Banco Central advirtió **que no deben esperarse menores tasas de interés para** amortiguar el aumento de precios de los hidrocarburos.

El gobernador de la Reserva Federal **Wayne Angell** advirtió sobre los efectos inflacionarios de una medida de ese tipo.

"Una flexibilización de la política monetaria destinada a compensar o mitigar los efectos reales de esta alza de precios del petróleo implica el riesgo de que un aumento de precios relativo **se convierta en un aumento generalizado**", dijo W. Angell.

• Exportaciones

El informe oficial anuncia otra mala noticia: **el estímulo económico de las exportaciones está disminuyendo.**

El Departamento señaló que el desempeño **—inferior al esperado—** del comercio exterior es una de las razones que explican el **bajo índice de crecimiento del Producto Bruto Nacional (PBN)** en el segundo trimestre.

"Las exportaciones de julio **tampoco fueron muy altas,** así que no podemos seguir depositando nuestras esperanzas en el comercio exterior", dijo **Kathryn Kobe,** de la firma **Joel Popkin,** de Washington.

Ante la inminencia de las **elecciones parlamentarias** de noviembre, la Casa Blanca insistió **en que no prevé una recesión.**

"Obviamente, nos preocupa mucho el **estado de la economía y la tasa de crecimiento**", dijo el vocero presidencial **Marlin Fitzwater.** "Pero no creemos que haya una recesión en este **momento**".

Sin embargo, el economista jefe de la Cámara de Comercio de los Estados Un[idos], **que representa a la mayo[ría de] las grandes empresas i[ndus]triales, dijo que había co[ncluido] el período de expansi[ón de] siete años y medio.**

"La economía dejó d[e cre]cer en el segundo trime[stre y] se encuentra ahora en u[n pro]ceso de retracción", dij[o Ri]chard Rahn, en una de[clara]ción emitida por la Cá[mara].

Agregó que el presi[dente] **George Bush no tenía e[n este] momento más alternati[va que] anunciar públicament[e sus] propuestas para reacti[var la] economía.**

En general, los econo[mistas] coinciden en que pued[e ha]blarse de una recesión [cuando] dos trimestres sucesiv[os de] contracción de la prod[ucción] nacional de bienes y ser[vicios].

La última recesión [de la] economía estadounide[nse se] registró en el período 1[981-82]. Desde noviembre de 1[982 el] PBN creció sin interrup[ción].

El año pasado, el ín[dice de] crecimiento fue de 2,[...] ciento, el más bajo desd[e] de 1982.

C1/01

9203323

Baja las tasas EE.UU. para no frenar la reactivación
A. Financiero 150027
10-4-92
65890
11161
11300

TMC

Buenos Aires, viernes 10 de abril de 1992, Ámbito Financiero

Ya los rendimientos son inferiores a 4% anual. George Bush no quiere complicaciones para su [illegible]

El gobierno del presidente George Bush no está dispuesto a que una crisis de mercados le complique este año la reelección. La reacción para evitar un freno en la reactivación fue rápida frente a la caída de la Bolsa de Tokio y ayer mismo la Reserva Federal indujo una baja de la tasa de interés de corto plazo de 4,04 por ciento a 3,76 por ciento anual. De esta forma, si bien se anunció la intervención del banco central norteamericano reaccionó en alza Wall Street. Al menos por ahora bastó con la inyección de liquidez al mercado, pero los analistas de Nueva York creen que no será suficiente y esperan una reducción de un cuarto de punto en la tasa de descuento para las próximas semanas, de 3,5% a 3,25% [illegible] trata de un delicado equilibrio [illegible] los precios también [illegible] mala pasada a los republicanos [illegible] que se conocieron los [illegible] de la producción de fábrica.

Baja las tasas EE.UU. para no frenar la reactivación

Nueva York (Reuter) — La Reserva Federal estadounidense redujo ayer las tasas de interés para bajar el costo del dinero y provocó alzas en las acciones de Wall Street, mientras aventaba, al menos temporariamente, las preocupaciones por el declinante mercado accionario japonés.

Los economistas dijeron que al agregar reservas al sistema bancario en la media mañana, el banco central marcó una nueva meta de 3,75 por ciento para su tasa de fondos, 0,25 menos del anterior 4 por ciento.

La tasa de la Reserva Federal es el índice del mercado de divisas que los bancos se cobran por préstamos efectuados de un día para el otro.

La medida determinó pronunciadas alzas en Wall Street. El promedio industrial Dow Jones aumentó más de 40 puntos en los primeros 20 minutos tras el anuncio de la Reserva Federal, pero los beneficios se redujeron más tarde en 30 puntos, con el índice a 3213, poco después del mediodía.

Las acciones en los Estados Unidos habían caído esta semana a raíz de preocupaciones por acusadas bajas en las acciones japonesas. Hoy, el índice Nikkei de Tokio cayó 3,36 por ciento, más de 577 puntos.

Algunos economistas especularon que la medida de la Reserva Federal sería parte de un esfuerzo de los gobiernos en todo el mundo de reducir las tasas de interés para contribuir con la recuperación económica y reanimar la confianza, particularmente a la luz de la caída del mercado en Tokio.

• Inflación controlada

Previamente, el gobierno estadounidense había indicado ayer que la inflación sigue bajo control, al dar cuenta de un modesto aumento en marzo en los precios industriales de 0,2 por ciento. Esas bajas presiones inflacionarias son habitualmente una precondición para que la Reserva Federal relaje los costos de los préstamos.

La última vez que la Reserva Federal redujo las tasas de interés de los Estados Unidos fue el pasado 20 de diciembre, cuando redujo radicalmente su tasa de descuento para préstamos, que cobra a los bancos asociados para préstamos, de 4,5 por ciento a 3,5 por ciento y se propuso reducir su tasa de fondos de 4,5 por ciento a 4 por ciento.

El aumento en los precios de la producción dado a conocer por el Departamento de Trabajo se correspondió con el ligero incremento de febrero. El alza en el índice de costos de producción —que mide los precios dispuestos por los fabricantes de productos terminados— fue encabezada por un salto en los precios de energía, incluido el petróleo, la electricidad para el hogar y el gas. Pero una caída de 0,5 por ciento en los precios de los alimentos ayudó a moderar el avance.

En los pasados 12 meses, los costos de producción se han elevado un ligero 0,9 por ciento.

"A menos que haya una suerte de shock, estamos por ingresar en el mejor de los mundos posibles, donde la economía se está recuperando y la inflación sigue frenada", dijo Robert Dederick, principal economista en Northern Trust Co.

En abono del punto de vista de que la economía se está recuperando lentamente, el Departamento de Trabajo también dijo que las nuevas solicitudes de beneficios [illegible] desocupados en la [illegible] concluyó el 28 de [illegible] talizaban 432.000, [illegible] presenta una caída de [illegible] comparada con la [illegible] terior.

En tanto, se espera [illegible] 1992 se incrementen en [illegible] ciento a 553.700 millones [illegible] dólares los gastos de las [illegible] presas para expandir la [illegible] ducción, dijo el Departamento de Comercio.

01/01

9203324

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 15 de abril de 1992

C2

Bush dijo que la miseria amenaza a las democracias en América latina

MEXICO DF, 14 (Reuter). — La miseria está amenazando a las jóvenes democracias latinoamericanas, advirtió hoy el presidente de los Estados Unidos, George Bush, en una entrevista con la agencia gubernamental de noticias de México.

"La desnutrición, el analfabetismo y la pobreza [illegible] a las instituciones democráticas latinoamericanas", afirmó el mandatario según un cable enviado hoy por Notimex desde Washington.

"Los pueblos con hambre, sin educación ni vivienda de América latina son susceptibles de ser radicalizados por movimientos de izquierda y de derecha", agregó.

Ante esas necesidades apremiantes, indicó Bush a la agencia, es urgente responder "fortaleciendo la democracia y con inversiones a largo plazo".

El presidente dijo que los Estados Unidos se apoyan en organismos internacionales [illegible] de General de Comercio y Aranceles (GATT) para definir sus prioridades en la asistencia económica [illegible].

A [illegible] ticas que rompan barreras estatales a la empresa y desencadenen las fuerzas [illegible] de [illegible].

El mandatario mencionó la Iniciativa para las Américas, [illegible] la Casa Blanca [illegible] una zona de libre comercio continental.

Dicha iniciativa "establece nuestra visión de una prosperidad [illegible] alcanzada a través de la expansión del comercio, el incremento de las inversiones, la reducción de las cargas que significan las deudas externas y [illegible] a [illegible] [illegible] hace más [illegible] tras el di[illegible] se mantenga en el p[illegible].

01/01

920332S



Bush



Castro

Bush reforzaría el embargo a Cuba

KANNEBUNKPORT, EE.UU., 18 (AFP). – El presidente norteamericano George Bush anunció hoy que reforzará el embargo que Estados Unidos impone desde hace 30 años a Cuba y afirmó que en esto quiere contribuir a "un rápido cambio democrático y pacífico" en ese país.

En un comunicado publicado en Kannebunkport (Maine), donde pasa el fin de semana de Pascuas, Bush pidió al Departamento del Tesoro prohibir el acceso a los puertos norteamericanos, si no tienen un permiso especial, de todo barco que comercie con Cuba.

Un responsable norteamericano explicó que Estados Unidos quiere "golpear el hierro mientras está caliente" y actuar cuando el régimen del presidente cubano, Fidel Castro, está "cada vez más aislado".

Este anuncio se hace una semana antes de que el Congreso norteamericano se pronuncie sobre los medios de democratizar a Cuba.

La administración Bush apoya un proyecto de ley del representante demócrata de Nueva Jersey, Robert Torricelli, pero se opone a algunos de sus aspectos, igual que a las propuestas del representante republicano de *Florida*, Connie Mack.

"Soy ferviente partidario de medidas que susciten un rápido cambio democrático en Cuba", declaró Bush en su comunicado.

Bush se declaró favorable a dos puntos del proyecto Torricelli, pidiéndole al Departamento del Tesoro que tome las medidas necesarias para prohibir la entrada en puertos norteamericanos a los barcos que comercien con Cuba y hagan escalas en terceros países.

El presidente también pidió al departamento del Tesoro que permita a los cubanos que viven en Estados Unidos enviar a Cuba productos humanitarios en vuelos charter que una directamente Miami y La Habana.

"Aplaudiendo" el proyecto Torricelli ("Acta por la democracia cubana 1992") porque intenta "aislar a Cuba hasta que haya cambios democráticos en esa isla en lucha", Bush afirmó que no lo firmará en su actual estado.

Sistema de salud

LA HABANA, 18 (Reuter). – El presidente cubano, Fidel Castro, dijo que su isla está ampliando su sistema de salud para extranjeros como una manera de incrementar el ingreso de divisas.

Las declaraciones de Castro, publicadas hoy por el diario oficial Granma, fueron realizadas en la apertura de un hotel especial de 12 pisos destinado a pacientes extranjeros en el hospital ortopédico Frank País, en La Habana.

Al referirse al plan como "turismo de la salud", Castro dijo que "donde existan condiciones debemos alentar la idea de que las instituciones médicas generen un ingreso (en divisas) para cubrir sus costos".

El sistema de salud cubano garantiza servicios universales y gratuitos de medicina y odontología para todos los ciudadanos de la isla.

Una caída en las reservas de divisas en los dos últimos años, de acuerdo con funcionarios del área de la salud, ha privado al sistema de equipos vitales, medicinas y otros elementos.

"Una de las vías para mantener nuestro desarrollo médico", dijo Castro, "es que los hospitales lleguen a autofinanciarse en divisas ya que los servicios hospitalarios son caros."

Los hospitales cubanos están equipados con lo más complejo de la tecnología, tales como aparatos de resonancia magnética por valor de tres millones de dólares comprados a una firma alemana occidental.

Nº DOCUMENTO
TITU[illegible] Reelección en EE.UU.
PROC[illegible] La Nación 150025
FECH[illegible] 4/4/92
VI[illegible] 65890
11164
11302

MC.

Reelección en EE. UU.

[illegible]

... [illegible] en 1951, tras la muerte de Franklin Roosevelt, quien había sido reelegido para ocupar la Casa Blanca cuatro veces.

01/01

9203327

LOS ESTADOS UNIDOS FRENTE A LA RECESION

La economía global, con dudas

Para Washington y las economías mayores la posibilidad de superar la recesión ya no depende enteramente de los deberes que cada uno haga sino de los que realicen otros países. De ahí que se observe con preocupación en los Estados Unidos las desaceleraciones de Japón y Alemania, mientras surgen esperanzas de una eventual recuperación de América latina. Uno de los problemas norteamericanos se concentra en los sindicatos: temen que un acuerdo con México reduzca medio millón de empleos.

LOS ANGELES (Por *Jonathan Peterson*, de Los Angeles Times, especial para Clarín). — Las familias francesas van en multitud a ver una maravillosa nueva importación norteamericana: Eurodisney, el gigantesco parque de diversiones. Entre tanto una caída en la Bolsa de Tokio desencadena un bajón en Wall Street y arruina los nervios en las capitales financieras de todo el mundo.

Al mismo tiempo, la rivalidad transatlántica llega a Peoria, Illinois, en los Estados Unidos, donde la firma Caterpillar pone duras condiciones a sus trabajadores, según dice, para poder sobrevivir.

Los vínculos que unen los destinos norteamericanos con el exterior han crecido enormemente en los últimos años, creando nuevas promesas -y controversias- cuando esta economía lucha para salir de una larga parálisis. En el enorme bazar global, las fuerzas externas afectan cada vez más el ritmo del crecimiento económico de los Estados Unidos, el nivel de los intereses que pagan por sus hipotecas los dueños de casa, la posibilidad de conseguir créditos y la supervivencia de las industrias.

♦ La economía global

"Cuando uno tiene una economía global cualquier cosa que pase en un lugar del mundo producirá un impacto en otras partes," declaró Theodore H. Tung, principal economista de National City Corp., una compañía bancaria con sede en Cleveland.

La economía del mundo es "la interacción de todos los pueblos en la faz de la tierra para una ganancia económica," explica Richard B. McKenzie, profesor de management y economía en Irvine, en la Universidad de California. "Están interrelacionados de maneras que hace 30 o 40 años no se hubiera podido imaginar."

De todos esos vínculos probablemente el más importante sea el comercio exterior, con vendedores y compradores en lados opuestos de las fronteras nacionales, que son responsables en parte por el veloz crecimiento en toda la actividad económica del mundo. Este comercio se ha expandido a un ritmo anual de cerca del 6% promedio desde mediados de la década del '80, a pesar de las tensiones y rencillas que surgen con frecuencia. Este es el doble del ritmo del crecimiento económico general según datos compilados por el grupo WEFA, una firma de pronósticos económicos de Bala Cynwyd, Pensilvania.

Los Estados Unidos han sido ganadores en este proceso, vendiendo más productos que nunca al exterior y reduciendo el ancho de la brecha comercial que fue en una época tema conflictivo. Las ventas de bienes al exterior representan ahora más del 11% de la actividad económica norteamericana, según WEFA. La cifra era solo del 7% a mediados de los años 80. Para apreciar la magnitud de ese cambio hay que considerar que cada punto es igual a alrededor de 49.000 millones de dólares, ajustados por inflación.

♦ Mirando hacia afuera

Esta tendencia tiene un significado especial en un momento en el que la nación busca levantarse de la recesión: la fuerza de la recuperación económica norteamericana dependerá más que nunca de la resonancia de las otras economías y de la capacidad de los consumidores del exterior de seguir comprando mercadería norteamericana en los próximos meses.

Pero mientras las desaceleraciones del Japón y Alemania amenazan detener una recuperación de los EE.UU., hay otras posibilidades mejores para una economía que está cada vez más orientada hacia la venta de sus productos en el exterior. "La economía global también quiere decir que una mejora en América latina podría ayudar al crecimiento norteamericano," señala Richard B. Hoey, economista en jefe de la Dreyfus Corp.

Más allá del comercio en bienes, desde microhornos a máquinas herramienta, hay una creciente trama financiera entre las naciones, ya que la inversión fluye a través de las fronteras con la rapidez del golpeteo en el teclado de la computadora.

Al comienzo de la década del '80 solo 38 corporaciones con sede en el exterior estaban en el listado de la Bolsa de Nueva York; hoy hay 105. El año pasado los norteamericanos largaron 35.000 millones de dólares para invertir en acciones del extranjero, más del triple de la cantidad de acciones norteamericanas que compraron los inversionistas del exterior, según la Security Industries Association de Nueva York.

Muchos economistas pintan una utopía: un mundo sin restricciones gubernamentales a la libre empresa, donde no hay reglas burocráticas que distorsionen los precios, interfieran con las inversiones o den refugio de la competencia a compañías ineficientes. En ese idílico lugar cada país produciría lo que mejor hace y se ofrecerían al consumidor productos de primera a precios de liquidación; así cuenta la teoría.

♦ Los problemas globales

No obstante, la expansión de las empresas globales puede crear conflictos a todo nivel, desde la sensibilidad local de los empleadores, a los que ponen a la defensiva sus menos eficientes operaciones.

El reciente sube y baja financiero de Wall Street simboliza otra faceta del bazar mundial: los mercados financieros están cada vez más vinculados, como se ve, por la inestabilidad en un lugar que hace saltar el mercado en otra parte, como impulsos que corren por el mismo sistema nervioso.

La mayor parte de los analistas sostienen que las perspectivas del Japón en el corto plazo son más sombrías que las de los Estados Unidos: la caída de las acciones en Japón en este mes refleja sus problemas localizados, como la caída de su economía y la disminución de activos de los bancos de Tokio. Sin embargo, la caída de 94 puntos del índice promedio industrial Dow Jones, desatado por las malas noticias del Japón, se detuvo solo después de que la Reserva Federal dio ánimos a los inversores norteamericanos bajando la tasa de descuento.

La fragilidad financiera japonesa puede ser significativa para los norteamericanos, aun para los que no pasan por Wall Street. Para citar un ejemplo: los bancos japoneses se retiran de las financiaciones en el exterior debido a sus problemas internos. Este descenso en la cantidad de crédito en plaza se considera una de las razones que mantienen en los Estados Unidos algo más altas las tasas de interés de largo plazo de lo que estarían normalmente.

Para el trabajador medio los nuevos negocios internacionales tienen dos caras. Crean nuevas oportunidades para consultores, distribuidores, operadores de depósitos, importadores, exportadores, trabajadores portuarios, empresarios y otros.

♦ Un negro telón de fondo

Al mismo tiempo, los trabajadores no calificados de los países avanzados se ven compitiendo con sus pares del Tercer Mundo. Los salarios en las naciones en que las remuneraciones eran mejores, como los Estados Unidos, podrían bajar o subir con mayor lentitud cuando los empleadores luchan por competir con sus rivales de ultramar, que tienen menores costos. Como negro telón de fondo está la realidad de que los inversores buscan oportunidades sin tomar en cuenta las fronteras y con frecuencia llevan puestos de trabajo de una nación avanzada a otra en desarrollo.

Según la teoría, eficientes nuevas industrias surgen de las cenizas de sus no competitivas predecesoras. Pero el proceso puede ser muy doloroso para los trabajadores cesantes, según afirman los sindicalistas, que dicen que si se levantan las barreras entre la economía norteamericana y la mexicana en la futura zona libre, medio millón de puestos de trabajo irían a México.

Sin embargo, para muchos economistas de centro las virtudes de un mercado mundial sin trabas son comparativamente mayores que las desventajas. Las barreras sólo "hacen las cosas más difíciles en el largo plazo", especialmente para los consumidores, afirma Kellner. Pero admite que "es fácil para un economista sentado en su torre de marfil" decir estas cosas.

Por segundo mes consecutivo, subió 1% un indicador clave

Comienza a recuperarse la economía de EE.UU.

Washington (Reuter, EFE) — Una buena noticia para George Bush: el principal barómetro para pronósticos económicos del gobierno estadounidense subió en febrero por segundo mes consecutivo, anunció ayer el Departamento de Comercio.

El incremento de 0,8 por ciento en el índice de Indicadores Principales del Departamento, que tiene por propósito vaticinar la actividad económica con seis a nueve meses de anticipación, siguió a un avance revisado de uno por ciento en enero que previamente había sido dado como un aumento de 0,9 por ciento.

Los claros incrementos consecutivos del índice para pronósticos económicos fueron los primeros incrementos mensuales consecutivos desde mediados de 1991 y reflejaron otros indicadores que sugieren que ha habido un reciente mejoramiento en la economía y que se avecinan tiempos mejores.

Recientes informaciones han evidenciado que repuntaron en febrero claramente las



George Bush

iniciaciones de construcción de nuevas casas y las ventas de viviendas existentes.

Si bien un informe emitido el lunes por el Departamento de Comercio consignó que las ventas de nuevas casas decayeron ligeramente en febrero tras un gran incremento en enero, sugiere también un panorama positivo próximo debido a que la oferta de casas nuevas terminadas se halla en su nivel más bajo desde hace más de cinco años y medio.

Siete de los 11 indicadores que componen el Indice Combinado fueron positivos en febrero, encabezados por una semana laboral más prolongada, mayor suministro monetario, más permisos de construcción y mejores precios para los productos primarios.

Las expectativas de los consumidores también mejoraron, las órdenes de compra de bienes de consumo aumentaron y las entregas fueron más lentas debido a que las fábricas estaban más ocupadas.

- **Negativos**

Cuatro indicadores fueron negativos, incluyendo menor cantidad de órdenes de compra sin cumplimentar, menores precios de las acciones, menores órdenes de compra por plantas y equipos fabriles y mayores solicitudes iniciales de beneficios estatales por desempleo.

La última vez que el índice combinado aumentó en dos meses consecutivos fue en junio y julio del año pasado, antes de comenzar a oscilar erráticamente y a bajar en los últimos cinco meses de 1991.

El índice había crecido durante seis meses seguidos desde febrero hasta julio de 1991, antes de que la recuperación de la primavera y el verano se frustrara.

Las autoridades estadounidenses están siendo alentadas a hacer más para asegurar que la actual incipiente recuperación no se estanque de manera similar este año, con elecciones presidenciales y de renovación del Congreso el 3 de noviembre.

La producción se contrajo 0,7% en 1991, su peor nivel desde la recesión del '82

Cayó el PBI de EE.UU. por primera vez en una década

Washington (Reuter, EFE, DPA) — Aunque George Bush todavía apueste a que la economía se recupere lo suficiente como para asegurarle la reelección, según las últimas cifras deberá buscarse otra cosa en que apoyarse si quiere seguir en la Casa Blanca. De acuerdo a datos revelados ayer por el Departamento de Comercio, la economía estadounidense se contrajo por primera vez en casi una década durante 1991 y el último trimestre del año pasado fue todavía más débil que lo estimado hace un mes.

En los últimos tres meses de 1991, la producción nacional se expandió a sólo una tasa de 0,4 por ciento anual, en vez de 0,8 por ciento; dijo el departamento en una segunda revisión final de sus estimaciones de crecimeinto para el trimestre.

En consecuencia, para todo 1991 la producción total de bienes y servicios se contrajo en 0,7 por ciento, el primer descenso en su producción anual en nueve años, desde una disminución de 2,2 por ciento durante la agudísima recesión en 1982.

El departamento señaló que los principales factores que intervinieron en la revisión en menos de los cálculos para el cuarto trimestre del **Producto Bruto Interno (PBI)** fueron menores exportaciones que las estimadas previamente, como también una menor contribución económica por reposición de stocks.

La economía estadounidense dio en los primeros meses de 1992 algunas señales de recuperación, pero su futuro a corto y mediano plazo continúa incierto, según los cálculos de los expertos.

La caída en los números rojos del PBI norteamericano es la peor desde la recesión del período 1981-1982, según los informes oficiales.

Los expertos de la Casa Blanca calculan que la economía norteamericana se recuperará en 1992 con un crecimiento posible de 2,2 por ciento. Sus colegas del Fondo Monetario Internacional, en cambio, preven una expansión de tres por ciento.

Una encuesta de la cadena de televisión "CNN" y el diario "USA Today", que se publicó ayer, señala que 37 por ciento de un millar de entrevistados cree que la economía mejorará, mientras que hace sólo seis semanas ese índice se situaba en 22 por ciento.

Los entrevistados dijeron que se proponen gastar más como efecto de su confianza en el mercado y la recuperación.

Sin embargo, un informe del Comité Económico Conjunto del Congreso advirtió ayer sobre las consecuencias de la recesión económica. "La economía estadounidense está descarrilada", señaló.



George Bush

El estudio que fue presentado ayer por el senador demócrata, Paul Sarbanes, previene que los efectos de la recesión más prolongada desde la gran depresión de los años treinta pueden provocar un crecimiento muy lento y el deterioro de la calidad de vida de los estadounidenses.

El análisis de las dos cámaras del legislativo señala que la crisis económica estadounidense es consecuencia de la acumulación de la deuda pública y la [illegible] en la que se declararon numerosas empresas e instituciones financieras.

Sarbanes dijo que en un contexto de lento crecimiento económico se tardarán [illegible] cinco años para reducir el actual desempleo de 7,3 por ciento a 5,3 de antes del comienzo de la recesión a mediados de 1990.

? M.C.

C-2 M4

Qué perdió a Bush

Por A. M. Rosenthal

NUEVA YORK (The New York Times). – Como están actualmente las cosas en la política norteamericana, un gobernador de Arkansas tiene la oportunidad de emprender una tarea de trascendental importancia que un presidente de los Estados Unidos ha dejado inconclusa.

Esa tarea consiste en decirle al pueblo norteamericano –y también al mundo– exactamente lo que los Estados Unidos deberían hacer y [illegible] hacer con la influencia que todavía tienen, antes de que desaparezca por completo.

Es la gran oportunidad del gobernador Bill Clinton no sólo de dar una imagen presidencial, sino de obrar como un presidente.

Esa oportunidad le viene porque Clinton es el probable candidato demócrata y también porque el presidente Bush, lamentablemente, no supo aprovecharla.

¿Qué perdió a George Bush?

Lo hecho

Después de más de tres años en el cargo, con todos los horizontes abiertos ante sí debido al colapso del comunismo y al triunfo de las armas norteamericanas, éstos son algunos de los resultados de la política exterior del presidente Bush:

1. Los Estados Unidos actúan como si estuvieran preocupados, asustados y confundidos por la caída del comunismo, como si esto fuera una especie de molestia mundial y no una causa para sentir júbilo, ayudar y guiar.

2. En el Medio Oriente, Bush dejó a Saddam Hussein en el poder, permitió que aún exista la capacidad nuclear de Irak y también permitió que millones de iraquíes fuesen perseguidos en las montañas y zonas pantanosas, donde resultaron también presas del hambre.

3. Ahora Bush frustra las conversaciones de paz árabes-israelíes poniendo en evidencia lo único que logró dejar en claro respecto de su política exterior: que está resuelto a anular el *status* de Israel como aliado e inclusive como amigo de confianza de los Estados Unidos.

4. En cuanto a China, Bush veta cualquier esfuerzo del Congreso por alzar un dedo y disuadir a Pekín de torturar y encarcelar a disidentes chinos. Estos ni soñaron con algo tan terrible como el hecho de que los Estados Unidos les darían la espalda.

Bush permite que China negocie y exporte productos –hechos con

Algo le ha faltado a Bush. Nunca demostró de verdad que comprende la fuerza del mayor de los bienes de los Estados: la democracia política

mano de obra esclava– a los Estados Unidos y misiles a las dictaduras. También se aparta de los tibetanos como antes lo hizo respecto de los kurdos, bálticos y haitianos.

5. En el caso de la desintegración de Yugoslavia, los planes y objetivos de la política Bush-Baker son conocidos, pero solamente por Dios.

El espíritu del discurso de Clinton refleja una comprensión del realismo democrático, el sentido, la fuerza y el poder estabilizador de la libertad política

Sin embargo, en un hombre tan dotado de experiencia y poder, estos antecedentes no son insondables.

El bien más preciado

Algo le ha faltado a Bush. Nunca demostró de verdad que comprende la fuerza del mayor de los bienes de los Estados Unidos: la democracia política. Es lo que casi todos anhelan y por lo que muchos murieron. Se trata de la única barrera históricamente confiable contra la guerra: las democracias no atacan a otras democracias.

El presidente no alcanza a comprenderlo. George Bush perdió a George Bush.

Perdido, éste protege a una tiranía china que nos dio el Khmer Rouge. Se muestra conciliador con dictaduras del Medio Oriente que viven de la guerra contra sus vecinos o contra sus propios pueblos. Parece estar de luto por el Kremlin soviético comunista de la era de Gorbachov.

Quienes votaron en favor de Bush pero ahora están entristecidos por él son los que Clinton –o cualquier otro demócrata– necesitará para ganar en noviembre próximo.

Bill Clinton, si bien con [illegible], hizo declaraciones evasivas sobre la Guerra del Golfo el año último y volvió a hacerlas no hace mucho acerca de la manera de hacer frente a Saddam Hussein. Si pretende ganar las elecciones, Clinton debe pronto mostrarse con más franqueza y claridad.

El gobernador de Arkansas comenzó bien al respecto en el discurso sobre política exterior que pronunció en la Universidad de Georgetown. Aunque en parte su discurso cayó en lugares comunes también [illegible] en él cuidadosas reflexiones y detalles sobre objetivos [illegible] y estratégicos, acaso [illegible] para [illegible] en esta columna.

Realismo democrático

Pero el espíritu del discurso refleja una comprensión del realismo democrático, el sentido, la fuerza y el poder estabilizador de la libertad política:

"No podemos [illegible] otros gobiernos [illegible] pueblos [illegible] de sus [illegible] cias no van a la guerra [illegible]".

Las encuestas [illegible] diciéndole que a los votantes no les importan los asuntos [illegible]. Pero lo mejor que Clinton [illegible] hacer para demostrar respeto por sí mismo y por los votantes es recordar una y otra vez que la seguridad, los puestos de trabajo y las esperanzas de los norteamericanos están tan ligados con el mundo que la política exterior también forma parte de los asuntos políticos internos.

Si el gobernador Clinton sigue pensando y hablando del valor que tiene el realismo democrático para los Estados Unidos y para la paz en el mundo nunca se perderá a sí mismo ni hará perder a los norteamericanos que voten por él.

(Traducción de Luis Hugo Premenda)

9303331

0202

Rechazan ayudar a América latina

Washington (Reuter, UPI) — Poco después de que George Bush anunciase la multimillonaria ayuda para Rusia, su Iniciativa para las Américas sufrió ayer un serio traspié cuando el Congreso estadounidense declinó asignar fondos para apoyar planes de privatización en América latina.

El Senado aprobó un proyecto de ley de ayuda externa del que el martes la Cámara de Representantes excluyó un pedido de 100 millones de dólares para el denominado Fondo Multilateral de Inversiones.

Ese dinero es parte de un paquete de 500 millones de dólares a cinco años —100 millones por año— que Bush esperaba canalizar en forma de donaciones, préstamos "blandos" e inversiones para promover las políticas de libre mercado en la región.

Japón también prometió aportar 500 millones de dólares para el fondo multilateral.

En total, el fondo multilateral esperaba reunir 1300 millones de dólares que el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) debería administrar. Dicho fondo es considerado una pieza clave de la iniciativa de Bush destinada a crear una zona de libre comercio desde Alaska a Tierra del Fuego.

Al menos en el caso de Japón y varios países europeos, los aportes quedaron sujetos a una asignación inicial de los Estados Unidos.

Fuentes del Congreso dijeron que la negativa de los legisladores a incluir los 100 millones de dólares en este año fiscal no significa necesariamente que el mismo monto correspondiente a 1993 también será denegado.

Pero la decisión —resultado indirecto de una disputa entre el Congreso y el gobierno en torno a la asistencia a Israel que llevó a la eliminación de varios paquetes de ayuda externa de dicha ley— arroja serias dudas sobre la contribución de los otros países.

EE.UU. contradictorio: le da u$s 24.000 millones pero no tiene fondos para [illegible]

Lanzan "plan Marshall" para Rusia

Washington (Reuter, UPI, EFE, DPA) — Casi medio siglo después, Estados Unidos lanzó otro **"plan Marshall"**, esta vez para ayudar a Rusia y con más contenido político que económico. El presidente **George Bush** propuso ayer el respaldo de los Estados Unidos a un programa de ayuda internacional por valor de 24 **mil millones de dólares** para promover la estabilidad económica y la democracia en Rusia, calificando tal asistencia **como imperativo para la paz mundial**.

También prometió respaldo estadounidense para Ucrania y los otros estados de la ex Unión Soviética pero no hubo cifras para esa ayuda, excepto 500 millones de dólares en créditos agrícolas.

"Acabo de reunirme con las autoridades del Congreso para solicitar el respaldo de los dos partidos a un nuevo plan, amplio e integrado, **a fin de apoyar la lucha por la libertad que está en marcha en Rusia**, Ucrania y los otros **nuevos** estados que han reemplazado a la Unión Soviética", dijo Bush al presentar su iniciativa en una conferencia de prensa en la **Casa Blanca**.

Bush, quien tendrá que vender su nueva iniciativa de ayuda externa a un público estadounidense mucho más interesado en la recuperación de la economía nacional, dijo que las consecuencias potenciales de un fracaso económico o político en los ex estados soviéticos serían graves.

Si llegara a producirse tal fracaso, agregó, **"podría sumirnos en un mundo más peligroso en ciertos sentidos que el de la Guerra Fría. Debemos actuar ahora"**, destacó.

Manifestó que el aporte norteamericano sería parte de **un esfuerzo aliado** por valor de 24 mil millones de dólares

- **Gran peso**

En realidad, según destacan analistas, el gran peso de la ayuda internacional será hecho por el Grupo de los Siete (EE.UU., **Japón, Canadá, Gran Bretaña, Francia, Italia y Alemania**). Washington participará del fondo de estabilización del rublo con 25% y aportará entre 20 y 25% del paquete de **18.000 millones para la compra de alimentos**. Por el momento, de todas maneras, parece difícil que Estados Unidos pueda hacer esos aportes, ya que la opinión pública no resistiría que tantos dólares salgan del país **en momentos en que la recesión aún no ha sido derrotada**.

La reacción inicial del Congreso, sin embargo, fue positiva, especialmente frente a un telón de fondo de inquina partidaria que ha dividido a la Casa Blanca y el Congreso, republicanos y demócratas en este año de elecciones.

Bush, quien se halla en medio de una campaña por su reelección por parte de un electorado **irritado por la recesión económica estadounidense**, admitió que hay un riesgo político en promover la ayuda exterior en favor de la ex Unión Soviética o cualquier otro en momentos en que los **estadounidenses se hallan preocupados por sus propios problemas económicos**.

Estados Unidos y Bush en particular **fueron criticados en el exterior y en cierto sentido en el interior por la política de Washington hacia los ex estados soviéticos**.

Son acusados de no [illegible] **mocracia en el ex** [illegible] **Guerra Fría y de no** [illegible] **char la oportunidad** [illegible] **gurar que no haya un** [illegible] **so al caos económico** [illegible] **dictadura militar**.

Nº DOCUMENTO ... Bush vetó el plan fiscal que aprobó el Congreso.
TITULO ... La Nación 150025
PROCEDENCIA ... 21-3-92
FECHA ... 65890
VINCULO ... 11164
11302
11388
11161

ENTRADO ... 6 ... M.C.

Bush vetó el plan fiscal que aprobó el Congreso

21/3 LU

[illegible] al presidente norteamericano agudizó su oposición al Congreso [illegible] en [illegible] plan [illegible].

WASHINGTON [illegible]



[illegible] el veto [illegible] al [illegible] y [illegible] que en el voto del Congreso "prevaleció la política" [illegible] a los demócratas de "[illegible] mi plan de recuperación".

[illegible] la economía

[illegible] aseguró que [illegible] del Partido Demócrata "[illegible] los impuestos y lesiona la economía".

[illegible] decisión presidencial se pro- [illegible]

[illegible] mía", dijo el representante republicano Bill Archer, de Texas.

Pero los demócratas sostienen que millones de norteamericanos se verían favorecidos.

Beneficios tributarios

"Más de 80 millones de contribuyentes de [illegible] beneficios tributarios [illegible] que les ayude a pagar [illegible] y encarar la recesión", dijo el representante Dan Rostenkowski, demócrata de Illinois, quien, con el senador Lloyd Bentsen, promovió el proyecto.

El proyecto que los principales negociadores demócratas [illegible] durante la noche, se basa ampliamente en el plan de siete puntos que Bush ha demandado al Congreso [illegible] aprobarlo hasta hoy para [illegible] el crecimiento económico. [illegible] presidente [illegible] al incremento de [illegible] por ciento de los [illegible]

[illegible] siva al Congreso, controlado por los demócratas, [illegible] que ha decidido [illegible] de miles de millones de dólares que los legisladores han aprobado para obras públicas, investigación y otros proyectos a los cuales se opone.

Critica a los demócratas

En su discurso, el presidente norteamericano disparó repetidos dardos contra los demócratas, cuya gestión en las dos cámaras "está llevando al Congreso a la ruina", dijo. "No estoy [illegible] [illegible] los [illegible] pequeños [illegible]".

Los [illegible] dirigidos a los demócratas [illegible]

01/01 9203334

N.º DOCUMENTO
TITULO: Como pueden ganar los demócratas
PROCEDENCIA: La Nación 150025
FECHA: 20-3-92
VOLUMEN: 65890
11164
11302

e/ H.C.

20/3/92 L.N.

Cómo pueden ganar los demócratas

Por John Silber (*)

BOSTON (The New York Times).– El estado de la interna demócrata con vistas a la elección presidencial recuerda la sentida confesión de Will Rogers: "No pertenezco a ningún partido político organizado: soy demócrata".

Con tres importantes candidatos en carrera, muchos aún esperan que desde algún flanco aparezca un salvador que impida la derrota.

¿Por qué es ésta una esperanza estéril? Si un nuevo candidato ingresara en las carreras que quedan y por su andarivel las ganara a todas, sin que ninguno de sus oponentes alcance el 15 por ciento de los votos, y capturara todos los "superdelegados", aún estaría cientos de votos abajo para lograr una mayoría.

Todos aquéllos en los flancos, de quienes generalmente [illegible] que van a [illegible], pero permanecen [illegible].

Aunque la carrera [illegible] en [illegible] uno de los actuales [illegible] demócratas [illegible] su partido.

Después de la derrota demócrata en 1968, una comisión partidaria, cuyo presidente fue George S. McGovern, estableció nuevas normas que regimentaron y uniformaron un partido que tenía diversos procesos democráticos de selección y designación.

A prueba

El propio McGovern puso a prueba sus propias normas: en julio de 1972 obtuvo la candidatura y en noviembre perdió todo salvo el Estado de Massachusetts y el Distrito de Columbia.

Después de esa debacle, las normas fueron revisadas otra vez. Jimmy Carter estudió las normas y pasó dos años usándolas para obtener la candidatura.

En noviembre de 1976, apenas si pudo vencer a Gerald R. Ford, un [illegible] a Richard M. Nixon [illegible] acechado por un [illegible] [illegible] llevó a formar otra comisión reformista, a la que siguió, en 1984, la peor paliza que alguna vez soportó el Partido Demócrata en el colegio electoral.

En 1988, los demócratas ni siquiera esperaron a perder antes de cambiar las normas.

Las nuevas normas para 1992 eliminan los delegados "adicionales" concedidos en 1984 y 1988 y asignan delegados a los candidatos que obtengan por lo menos el 15 por ciento de la votación en proporción a los votos que reciben.

Al garantizar delegados para los candidatos que obtienen tan sólo el 15 por ciento de los votos, las normas [illegible] la nominación [illegible] pocos.

Un número excesivo de participantes reduce los [illegible] a discusiones de 30 segundos que no iluminan ni el carácter ni las ideas de los candidatos. [illegible]

[illegible] del proceso de selección y designación no consiste en nombrar un candidato sino en elegir un presidente. Hemos creado un sistema de nominación que permite a los candidatos marginales triunfar inesperadamente y otorga una inmoderada influencia a fracciones separadas de una organización política mayor que serán incapaces de conseguir la mayoría de los votos en las elecciones de noviembre.

Es hora de que las normas del Partido Demócrata sean juzgadas por sus resultados.

De las nueve carreras a la presidencia entre 1932 y 1964, los demócratas ganaron siete. De las cinco desde 1968, hemos ganado una.

La "reforma" nos ha llevado [illegible] estamos. Sin embargo, dos reformas genuinas podrían hacer que un presidente demócrata sea [illegible] del siglo XXI.

La primera consiste en abandonar el sistema proporcional, a [illegible] de una serie de primarias [illegible] que el ganador obtiene [illegible] las que el ganador obtiene todo.

Influencia negativa

El efecto de incluso el sistema proporcional limitado sobre la interna demócrata es claro: exagera la influencia de los aspirantes menores y de los activistas en favor de una sola cuestión, y reduce las posibilidades de elegir un presidente.

Segundo, debemos eliminar las juntas de dirigentes políticos para designar candidatos. Aunque son consideradas el fundamento mismo de la democracia en acción, en realidad [illegible] la influencia de [illegible] en favor de intereses especiales y desconectados totalmente de las preocupaciones del pueblo. [illegible] vistas han [illegible] designación de candidatos tan apartados de la [illegible] de la política que, salvo una excepción –en 1976–, el pueblo los rechazó.

Con el [illegible] [illegible] complacer a la gran mayoría en el único momento que realmente vale, es decir, el día de los comicios.

Las normas actuales favorecen la creación de muchas agrupaciones con desacuerdos y miras estrechas y hacen imposible forjar la gran alianza que solía llevar a los demócratas a la Casa Blanca.

A pesar de que es demasiado tarde para adoptar normas sensatas para 1992, el Partido Demócrata debería establecer una última comisión de reforma con un simple [illegible] un candidato demócrata ganador en 1996.

Para introducir los cambios necesarios, los dirigentes [illegible] deben recobrar el control del [illegible] Nacional Demócrata y [illegible] de las [illegible] intereses especiales. [illegible]

(Traducción de [illegible])

[illegible]

01/01

9203335

EE.UU.: subió desempleo 5,7%

La tasa de desempleo en Estados Unidos alcanzó el 5.7 por ciento de la población activa el pasado mes de setiembre. La cifra más alta desde la primavera de 1988. Con respecto al mes de agosto, la tasa de desempleo aumentó un 0,1 por ciento, lo que confirma nuevamente la debilidad de la economía estadounidense que se encuentra en las puertas de una recesión, según sostienen la mayoría de los economistas. El total de empleos perdidos en setiembre ascendió a 101.000 de los cuales 42.000 fueron despidos de empleos del Gobierno Federal.

Dificultades para los bancos de los EE.UU.
Clarín 150024
22.10.90
65880
11161
11403

ENTRADO 70-C

Dificultades para los bancos de los EE.UU.

Eco. U.S.A. Clarín 22-10-90

En los mercados financieros mundiales se habla, desde hace tiempo, de las dificultades de los bancos norteamericanos. Pero con la crisis del Golfo, los temores se profundizaron.

Más allá de los créditos problemáticos otorgados al Tercer Mundo, la fuente de los mayores quebrantos se alimenta por dos vías: los créditos inmobiliarios y los otorgados para compras de empresas por parte de deudores que dieron en garantías los activos.

En cuanto a los créditos inmobiliarios, a los norteamericanos les ocurrió algo parecido a lo vivido en la Argentina con la tristemente célebre circular 1050. Cuando se otorgaron los préstamos indexados por tasas, los precios de los inmuebles se encontraban a niveles relativamente altos. Sin embargo, en 1987 los precios se desplomaron y los banqueros se encontraron con créditos por valores varias veces superiores a los de los inmuebles.

El segundo negocio donde perdieron mucho consistió en otorgar créditos para la compra de grupos empresariales, supuestamente repagables con ventas de algunas de las empresas de esos conglomerados.

La sangre comenzó a llegar al río en julio, cuando el presidente del Continental Bank, Thomas Theobald, anunció sus planes de reducir en el 12 % el plantel de empleados. El tema fue desarrollado recientemente por la revista The Economist, donde se publicaron las pérdidas de confiabilidad de los bancos norteamericanos elaboradas por Standard & Poor's. En ese ránking, de una lista de siete bancos norteamericanos, seis perdieron confiabilidad en los últimos ocho años: el Bank of America (calificado ahora con solo una pobre A); el Chase y el Chemical (calificados en un escalón inferior, con una A negativa); el Citicorp y el Security Pacific (más abajo con doble A negativa), y el Manufacturers Hanover (con una calificación aún más baja: una triple B).

En la última edición de Business Week el tema volvió sobre el tapete, con una extensa nota sobre las dificultades del Chase Manhattan Bank, que recientemente anunció que reducirá su personal en el 12%. En dicha edición apareció el cuadro que se extracta en esta página con índices de los préstamos problemáticos otorgados por algunos de los principales bancos multinacionales neoyorquinos. En la primera columna aparece la exposición de esas entidades a las deudas de países del Tercer Mundo que están [illegible] [illegible] índices de [illegible]. En cambio, en las dos columnas siguientes tienen mayor exposición aquellos bancos que tienen [illegible] [illegible].

01/01

9203337

Nº DOCUMENTO
TITULO: Estados Unidos quedó sin presupuesto.
PERIODICO: La Nación 150025
FECHA: 7.10.90
65890
11161
11352

Economía

Estados Unidos quedó sin presupuesto; crítica situación

El presidente Bush suspendió todos los servicios no esenciales

WASHINGTON, 6 (AP). – La Casa Blanca decretó la paralización del uso de fondos por el Ejecutivo y dijo que el presidente George Bush no firmará la legislación de emergencia para continuar las operaciones federales normalmente, debido al rechazo parlamentario de un plan para reducir el déficit. El gobierno, carente de presupuesto, ha quedado sin autoridad para financiar gastos.

La Cámara baja, pese a las exhortaciones de Bush y de los jefes de las bancadas Republicana y Demócrata, rechazó el plan para reducir el déficit federal en los próximos cinco años en 500.000 millones de dólares.

El presidente tiene diez días para vetar la ley, pero el vocero Marlin Fitzwater dijo que Bush esperaba tener antes una solución al problema.

La votación de 254 sufragios en contra y 179 a favor de las medidas acordadas por el presidente y las autoridades de bancada representó una rebelión de los legisladores ante la propuesta de aumento de los costos del Medicare –financiación de los gastos médicos de los jubilados– y de los impuestos a la gasolina, el tabaco y el alcohol.

El gobierno federal comenzó hoy a interrumpir servicios, cerrando sitios tradicionales aunque manteniendo la [illegible] militar, el tráfico [illegible] servicios esenciales.

Los parlamentarios se reunieron con Bush para [illegible] la crisis se encontraba [illegible] la Casa Blanca se [illegible].

Las medidas se adoptaron a [illegible] de hoy. Fitzwater informó que [illegible] monumentos, parques y [illegible] cerrarán, se interrumpirá la [illegible] en sitios de desperdicios riesgosos, las oficinas de la Seguridad Social no aceptarán nuevas solicitudes y [illegible] fronterizos se verán [illegible].

La misma situación se dio en [illegible] y [illegible], aunque nunca por más de un día.

01/01

9203338

Bajaron Indices de la Economía de los EE.UU. en Agosto

El País 1-10-90

WASHINGTON, 28 (EFE). — El índice de los principales indicadores económicos de Estados Unidos descendió un 1,2 por ciento en agosto, la mayor caída desde noviembre de 1987, informó hoy el Departamento de Comercio.

El descenso registrado en agosto es un signo más de la debilidad de la economía estadounidense, que se ha agravado por el efecto de la crisis del Golfo Pérsico.

Durante los dos meses anteriores, el índice de los principales indicadores económicos se mostró invariable en julio, y en junio aumentó un 0,1 por ciento.

Desde que el precio del barril del petróleo comenzó su ascenso, hasta llegar a duplicarse, las ventas y la producción industrial en EE.UU. han ido cayendo, al igual que la confianza de los consumidores y los valores de las empresas en los mercados internacionales.

El descenso del 1,2 por ciento de agosto es el mayor desde la caída del 1,4 por ciento registrada en noviembre de 1987, según el Departamento de Comercio.

El índice de los principales indicadores económicos está compuesto por once apartados que recogen [illegible] mayor espectro de la economía de Estados Unidos y que sirve al gobierno para predecir la evolución del país.

De los once indicadores, siete bajaron en agosto y la mayor caída se produjo en las expectativas de consumo de los ciudadanos.

Otros inicadores negativos fueron la caída de los valores de las acciones de las empresas, los contratos de ventas y pedidos.

Las únicas contribuciones positivas al índice fueron el aumento de los precios de materias primas, la disminución de los plazos de entrega de mercancías y un aumento de las órdenes de mercancías de consumo.

El descenso del índice de los principales indicadores económicos del mes de agosto coincide con un aumento de la tasa de inflación durante el mismo mes y el alza en el déficit de la balanza comercial.

De acuerdo con las estadísticas gubernamentales la tasa de inflación anual de 1990 ha alcanzado el 6,2 por ciento, mientras persisten los temores de la entrada de la economía norteamericana en un periodo de recesión.

Caen Acciones Bancos EE.UU. por Temor a Préstamos Incobrables

El País 3-10-90

NUEVA YORK, 28 (EFE). — En un nuevo indicio de las graves dificultades que atraviesa el sistema bancario de Estados Unidos, las acciones de los principales bancos norteamericanos experimentaron esta semana una fuerte caída en la bolsa.

"Existe un grave problema de confianza en el sistema bancario", comentó un experto, al señalar que los inversores institucionales han perdido por ahora todo interés en los valores de los bancos.

La caída el jueves de las acciones de "gigantes" bancarios norteamericanos como "Citicorp", "Chemical Banking Corp." y "Manufacturers Hannover Corp", contribuyó al fuerte descenso de la bolsa de Nueva York.

Al iniciarse hoy la sesión, los valores de "Citicorp" y otros bancos experimentaron un nuevo bajón.

Aunque los valores de la mayor parte de los principales bancos habían bajado un 45 por ciento o más desde octubre pasado, la desbandada esta semana fue provocada por el anuncio del "Chase Manhattan Bank" el viernes pasado de que eliminará 5.000 empleos, recortará sus dividendos por la mitad, apartará mil millones de dólares para aumentar sus reservas contra préstamos incobrables y para financiar su plan de restructuración.

El pesimismo prevaleciente en los mercados sobre la situación de los bancos obedece al temor de que el problema de sus préstamos incobrables, especialmente en el sector inmobiliario que está deprimido en muchas regiones de EE.UU., es mayor de lo que se creía.

Anoche, el "Bank of Boston Corp", duramente afectado por la primera reducción de sus dividendos en más de 30 años.

También dijo que eliminará 1.500 puestos de trabajo, apartará 175 millones de dólares más para sus reservas contra préstamos no productivos y tendrá pérdidas de unos 250 millones de dólares en el tercer trimestre del año.

Indicadores aumentan temor de recesión en EEUU

H. Popular 29-6-90

WASHINGTON (AFP). Los temores de recesión en Estados Unidos se reforzaron ayer viernes con la publicación del índice compuesto de indicadores económicos, que prefigura la salud en este dominio de la potencia norteamericana.

El índice perdió 1,2% en agosto, por efectos de la crisis del Golfo, registrando lo que constituye su más fuerte baja en casi tres años, anunció el Departamento de Comercio.

En noviembre de 1987, por efectos del "krash bursátil" el índice compuesto había perdido 1,4%.

La baja producida en agosto pasado es levemente más grave de lo que preveían los especialistas, que la habían limitado a uno por ciento.

El índice compuesto anticipa teóricamente la evolución de la actividad económica en Estados Unidos en los seis o nueve meses próximos. Ya antes de la invasión de Kuwait por Irak, el crecimiento norteamericano había sido casi nulo, cayendo a 0,4% en el segundo trimestre de 1990 contra 1,7% en el primero (ritmos anuales), según cifras definitivas publicadas por el Departamento de Comercio.

Alertan sobre repercusión en Latinoamérica

El Sistema Económico Latinoamericano (SELA) y el Grupo Andino alertaron ayer que la severa reducción del déficit fiscal de Estados Unidos, debido a la crisis económica de ese país, repercutirá negativamente en América Latina.

En un informe conjunto sobre la evolución reciente de la deuda externa de América Latina y el Caribe, correspondiente al primer semestre de 1990, ambas instituciones coincidieron en que la decisión de Washington podría ser el detonante de una etapa recesiva en Norteamérica.

"Un hecho de esta naturaleza podría tener repercusiones negativas para América Latina y el Caribe, especialmente en el ámbito comercial, ya que casi el 57% de las exportaciones de la región se dirigen a Estados Unidos", comenta el documento.

Brady advirtió que para octubre EE.UU. podría estar en quiebra
A. Financiero 150027
25-9-90
65890
1116T
11403

EMC

En una carta pidió al Congreso que aumente el límite a la deuda pública

Brady advirtió que para octubre EE.UU. podría estar en quiebra

Washington (UPI) — El secretario del Tesoro norteamericano, **Nicholas Brady**, advirtió que los **EE.UU.** podrían **estar en quiebra en octubre** si el Congreso no aprueba una legislación definitiva que aumente el límite de la **deuda pública a 3,509 billones de dólares**.

"**Hago un llamado al Congreso para** que actúe **de manera oportuna** en un aumento del límite de la deuda, con el fin de impedir **un incumplimiento de los pagos**, lo cual traería **consecuencias adversas** en la confianza doméstica e internacional en los **Estados Unidos**", indicó Brady.

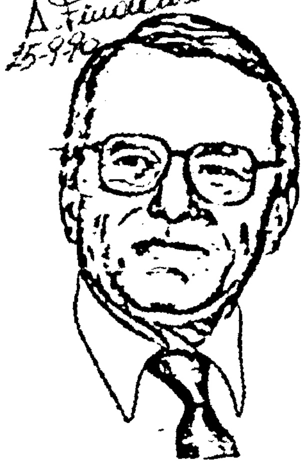
La acción debe ser tomada el próximo martes **2 de octubre** "a tiempo para que el Tesoro **subaste los títulos** el 3 de octubre y los coloque al día siguiente", recomendó.

El Congreso ya aprobó una **legislación temporal** que coloca el límite de la deuda en **3,195 billones de dólares**, pero el techo retrocederá a unos **3,123 billones de dólares** la medianoche del 2 de octubre.

"Si no se aumenta el límite de la deuda, **cesarán todas las emisiones de los títulos del Tesoro**", dijo Brady en una carta fechada el vier[illegible], dirigida al jefe republicano del Senado, **Robert Dole**.

"Según nuestros cálculos existen posibilidades de que **para el 4 de octubre el gobierno se quede sin dinero en efectivo** y deje de pagar sus obligaciones, aunque esto podría suceder a más tardar el 11 de octubre", dijo Brady en la carta obtenida ayer.

A. Financiero 25-9-90



Nicholas Brady

01/01

9203342

EE.UU. tiene 35 millones de pobres y sube el desempleo

El Día 28-9-90



WASHINGTON. — Funcionarios públicos protestan frente a la Casa Blanca, con carteles donde se quejan de ser víctimas de los diferendos entre el presidente y el Congreso. (Foto AFP)

WASHINGTON. — Más del doce por ciento de la población de Estados Unidos vive en la pobreza pese a los siete años de expansión económica que registró la nación, según datos de la Oficina estadounidense del Censo. Se informó que un millón de funcionarios podrían sumarse a las filas de desocupados, debido a un recorte presupuestal.

El informe anual de este organismo señala que actualmente existen unos 31,5 millones de pobres entre los cerca de 247 millones de habitantes del país, lo que representa el 12,8 por ciento de la población.

Si EE.UU., la nación más rica del mundo, cae en los próximos meses en la recesión económica que temen muchos economistas, varios millones más de norteamericanos pasarán necesidades al descender sus ingresos anuales por debajo de los límites marcados para la pobreza.

Las estadísticas del informe se basan en la definición de pobreza que da la Administración de la Seguridad Social, que cada año ajusta las cifras de ese nivel teniendo en cuenta el Indice de Precios al Consumidor, tras aplicar las variantes del tamaño de la familia y el número de hijos menores de dieciocho años.

Sobre la base de esos índices, la Oficina del Censo fijó el umbral de la pobreza para 1989 en una lista que va desde cerca de los 6.000 dólares anuales para una sola persona, pasando por los 12.675 dólares para una familia de cuatro, hasta los 23.444 dólares para otra de nueve personas o más.

Pese a la recuperación registrada al término de la recesión de los años 1981 y 1982, los niveles de la pobreza en EE.UU. se mantuvieron prácticamente invariables en los últimos años, siendo los más elevados los de 1983 y 1988 cuando se alcanzó un quince y un trece por ciento, porcentajes inexistentes en el país desde los años sesenta.

Más de un millón de funcionarios norteamericanos podría quedar temporalmente cesante debido a la pugna presupuestaria entre la Casa Blanca y el Congreso, que podría afectar profundamente la vida cotidiana de millones en Estados Unidos.

N° DOCUMENTO
TITULO Una economía que se debilita
PROC. La Nación 150025
FECHA 17-9-90
VINC. 65810
11761
11320

Una economía que se debilita

Por Julio Crespo

(Corresponsal de LA NACION en Washington)

La Nación 17-9-90

WASHINGTON, 16.– El panorama de la economía norteamericana, poco alentador ya antes de la crisis del Golfo Pérsico, muestra signos cada vez más claros de una inminente recesión, agravados por la rápida suba de los precios del petróleo en las últimas seis semanas.

En momentos en que el presidente Bush negocia a puertas cerradas con los líderes del Congreso para llegar a un acuerdo que permita reducir el déficit del presupuesto, los indicadores económicos muestran un peligroso debilitamiento en la producción y el consumo, acompañados por dramáticas alzas de costos y precios.

Desde comienzos de septiembre, los precios del petróleo subieron de manera casi continua y el viernes llegaron a 31,76 dólares por barril, muy cerca del pico de 31,93 alcanzado el 23 de agosto. Esto significa un incremento del 44 por ciento desde el comienzo de la crisis.

La mayoría de los economistas coincide ahora en pronosticar una ligera recesión para fin de año, con aumento del desempleo y descenso de la producción.

Pero hay razones para pensar que la recesión, originada en factores ajenos a la invasión de Kuwait, ya está presente y puede prolongarse por un tiempo considerable.

Amenaza de inflación

Entre todos los indicadores preocupantes, el más serio es el que se refiere al aumento de precios en fábrica, que en agosto subieron el 1,3 por ciento. Esto significa un índice anual del 16,4 por ciento de aumento, tres veces mayor que el porcentaje para el periodo enero-julio.

La brusquedad del aumento está determinada por las alzas de los derivados del petróleo: 38,8 por ciento en el combustible para calefacción; 16,9 por ciento en la gasolina. No se sabe todavía cómo los incrementos van a afectar los precios al consumidor.



Bush

Pero, independientemente del margen de suba de precios, el consumo de bienes ha caído el 0,6 por ciento en el mes pasado, según estadísticas del Departamento de Comercio. El aumento del índice de desempleo (5,6 por ciento, el más alto en los últimos dos años) y expectativas poco optimistas con respecto al futuro permiten anticipar una mayor restricción de las compras.

En realidad, la caída del consumo es mayor que la reflejada en el índice de -0,6 por ciento, que incluye las ventas de combustibles, cuyo precio ha subido de manera extraordinaria. Si se excluyen los combustibles, el valor total de las compras de los consumidores disminuye en más del uno por ciento.

El cuadro se completa con un informe de la Reserva Federal, según el cual el ritmo de producción industrial ha declinado el 0,2 por ciento en agosto y continúa en una curva descendente.

El aumento de los combustibles ha comenzado ya a traducirse en subas de precio de las compañías de transporte. La mayoría de las líneas aéreas ha incrementado significativamente sus tarifas, aunque, para retener a sus clientes, ofrecen nuevos descuentos para pasajes comprados en ciertas condiciones. También proponen incentivos para viajes internacionales, frente a una posible disminución de la demanda.

Otros aumentos no tienen relación directa con la suba en los combustibles. Los precios al consumidor de los alimentos subieron al 0,8 por ciento en agosto, una suba realmente extraordinaria si se tiene en cuenta que no está relacionada con factores estacionales.

El dilema de las tasas

La perspectiva de una recesión añade argumentos a los que reclaman una liberalización de la política monetaria, que permita, entre otras cosas, una baja de las tasas de interés.

Pero, en su testimonio ante el Congreso el jueves pasado, el presidente de la Reserva Federal, Alan Greenspan, reiteró sus advertencias sobre la necesidad de una política cautelosa, y vinculó la posibilidad de disminuir las tasas con una efectiva reducción del déficit del presupuesto.

Para compensar su déficit, el gobierno federal cuenta con los depósitos de inversionistas extranjeros, atraídos hacia los Estados Unidos por tasas de interés comparativamente altas en relación con los mercados de Europa y Japón.

Es obvio que al reducirse las tasas los capitales comenzarán a buscar escenarios más propicios, y que sólo será posible prescindir de los aportes del exterior en la medida en que el achicamiento del déficit disminuya la necesidad de tomar fondos en préstamo.

Doc. POCO LEGIBLE

Después de un período de expansión EEUU se precipita a una profunda crisis económica

Hora Popular 28-9-90

*** Para el economista Paul Sweezy "se abre paso la recesión y prácticamente todos los sectores" entrarán en crisis.**

*** Un millón de funcionarios podrían quedar cesantes debido a pugna presupuestaria entre la Casa Blanca y el Congreso.**

● MEXICO, WASHINGTON (DPA-AFP). Después de un período de expansión prolongado, Estados Unidos se precipita a una profunda crisis económica, aseguró el economista estadounidense Paul Sweezy.

En Estados Unidos "se abre paso la recesión y prácticamente todos los sectores, comenzando por el bancario y el financiero y por el inmobiliario, se hunden en dificultades que amenazan, en muchos casos, con convertirse en quiebras", afirmó Sweezy en una entrevista que publicó ayer el periódico mexicano "El Día".

Según el destacado economista, codirector de la revista "Monthley Review" y autor de varios libros sobre economía política, empieza a hacer crisis el modelo de expansión instaurado por la administración Reagan y continuado por el gobierno de Bush, el cual se caracteriza por la orientación hacia la industria militar y hacia el sector financiero y especulativo.

Se trata de un modelo de economía basado en el incremento de la deuda pública y privada, que no se orienta a la inversión productiva sino a la especulación financiera e inmobiliaria, precisó Sweezy, al recordar que la deuda de Estados Unidos es tan elevada que la administración Bush "no se puede comprometer en crear fuentes de trabajo o seguros contra el desempleo".

El economista norteamericano, de orientación marxista, explicó que las perspectivas empeoran porque no existe la posibilidad de una expansión vigorosa de la inversión privada que diera salida a la crisis, "por lo que en el mejor de los casos se puede prever el estancamiento y la continuación de la crisis del sistema financiero".

Respecto a la intervención militar de Estados Unidos en el golfo Pérsico, Sweezy consideró que esa política no le va a proveer a Washington "un sustituto real para la guerra fría en términos de gasto militar", porque "hay una cantidad enorme de tropas y equipos bélicos en Europa, que no es necesario ya para nada".

Mientras Estados Unidos está reafirmando su predominio militar en el mundo, en lo económico parece estar en desventaja frente al dominio que ejercen Alemania en Europa y Japón en Asia, y solo podrá constituirse en tercer polo económico mundial si logra consolidar su control sobre Canadá y América Latina, evaluó el economista.

Según Sweezy, ése es el significado real de los acuerdos de libre comercio que la administración Bush está promoviendo en todo el continente americano y cuyo objetivo, a juicio del investigador estadounidense, no sería estimular las economías del área, sino lograr el control sobre las mismas "para exprimir algo más de Canadá, México y América Latina".

Conflicto presupuestario podría dejar cesante a un millón

Más de un millón de funcionarios norteamericanos podría quedar temporalmente cesante debido a la pugna presupuestaria entre la Casa Blanca y el Congreso, que podría afectar profundamente la vida cotidiana de millones en Estados Unidos

Pese a que el papel del gobierno federal en una economía basada en el liberalismo es en principio muy limitado, el conflicto presupuestario podría traducirse por ejemplo en la reducción en el número de vuelos civiles, la disminución en los suministros de carne en los supermercados y largas colas en las administraciones federales.

A la base de la presente contienda entre el congreso demócrata y la presidencia republicana está la ley Gramm-Rudman, que tiende al restablecimiento del equilibrio presupuestario, en un país donde los déficits han aumentado año con año.

Si ambos no logran llegar a un acuerdo antes del lunes próximo sobre un proyecto de presupuesto —que reduce de 50.000 millones de dólares el déficit previsto— la ley impondrá severos recortes, que podrían elevarse hasta un 40% en la mayoría de los gastos previstos.

Incluso el vocero de la Casa Blanca, Marlin Fitzwater, podría figurar entre las víctimas potenciales de la ley. El portavoz reveló que si no hay acuerdo, el personal de s[...] servicio será cesado un día por se[...] mana durante quince días, y lueg[...] dos días por semana.

Los controladores aéreos s[...] también funcionarios públicos, pe[...] a que las compañías son privadas, si no hay acuerdo, la ley Gramm[...] Rudman significaría la reducción [...] 3.000 vuelos por día, es decir [...] 25% del total.

La ganadería y las granjas son [...] negocio privado, así como los [...] permercados. Pero en cambio, los mataderos, son inspectores fi[...] sales los que dan el visto bueno p[...] la comercialización de animale[...] aves. Y si hay despidos entre [...] filas, se volvería más lento el a[...] tecimiento de los supermercados.

Asimismo, en las cárceles f[...] rales, un 30% de los guardianes [...] dría quedar cesante... con las s[...] guientes fugas.

Solo hasta este fin de semana [...] sabrá si se puede esperar [...] acuerdo, o si continuará el esta[...] miento en las negociaciones en[...] Congreso y la Casa Blanca, e[...] ron los observadores en Was[...] ton.

01/01

9203345

El controvertido escándalo de los cheques sin fondos firmados por cientos de legisladores norteamericanos puede tener hoy sus primeras graves consecuencias en las primarias definitivas de Illinois y Michigan. La revelación de los nombres de los implicados, en su mayoría demócratas, podría jaquear seriamente a algunos candidatos. Las encuestas ya revelan que el electorado está seriamente indignado por el asunto, que salpica incluso al presidente de la Cámara de Representantes.

EE.UU.: escándalo de cheques amenaza a los demócratas



Escribe Abel Dimant
Corresponsal de Ambito Financiero en Washington

Washington — El escándalo de los cheques sin fondos librados por centenares de legisladores federales les ha dado a los republicanos **una inesperada oportunidad para ganar bancas adicionales en el Congreso y aumentar sus** posibilidades de mantener la **Casa Blanca** en las elecciones de noviembre.

Pero los demócratas argumentan que sea cual fuere el resultado del escándalo, **los comicios de noviembre serán decididos por el estado de la economía.**

El escándalo tiene el explosivo potencial de terminar **más de una carrera en la Cámara de Representantes,** luego que el cuerpo decidió revelar los nombres de todos los involucrados: 296 miembros y 59 ex miembros, que libraron cheques **sin fondos en un período de 39 meses que terminó el 1 de octubre pasado.**

Esos cheques *fueron* librados contra el **Banco de la Cámara de Representantes** que fue cerrado en diciembre pasado. Pero el banco era más una oficina de pago de sueldos que una entidad bancaria. Su función bancaria se limitaba a recibir cheques de sueldos de los legisladores y permitir a éstos **retirar efectivo de cuentas corrientes alimentadas con esos cheques.**

Como el "affaire" no involucró dinero del público, los legisladores afectados dicen que el **revuelo no es para tanto.** También, a diferencia de los escándalos **Watergate** e **Irán-contras,** en este caso **no hubo violaciones de ninguna ley.**

Pero muchos afirman que se trata de **un gran escándalo porque a través del banco de la Cámara baja, los legisladores gozaban de otro privilegio que el ciudadano promedio no tiene:** emitir cheques sin fondos, sin que éstos "**rebotaran**" y sin tener que pagar **multas** por ello.

Los republicanos, que en la campaña para las elecciones de noviembre están a la defensiva debido al mal estado de la economía, se apresuraron a tomar el tema de los cheques sin fondos como "**caballito de batalla**" contra los demócratas, por controlar éstos la Cámara baja desde 1955.

La primera andanada provino del vicepresidente **Dan Quayle,** quien dijo que el escándalo en la Cámara baja es "**una desgracia nacional**".

Los republicanos ven en el escándalo **una gran herramienta electoral** para probar al electorado que si los demócratas **no pueden resolver sus propias finanzas personales** y balancear sus cuentas corrientes, mucho menos podrán solucionar problemas económicos nacionales como la recesión.

Pero a los republicanos el tiro podría salirles por la culata. Porque a medida que vayan conociéndose los nombres de los legisladores y ex legisladores involucrados, **podría haber entre ellos, al final, tantos republicanos como demócratas.**

Y debido a que cuatro ex representantes son ahora miembros del gabinete del presidente Bush, si algunos de ellos aparecen en las listas de transgresores, **ello podría golpear directamente al gobierno republicano.**

Pero en general los riesgos son mayores para los demócratas, primero porque **controlan la Cámara** y segundo porque más demócratas que republicanos deberán poner en juego sus bancas en las elecciones de noviembre.

En un plano más amplio, el escándalo actualizó el irritante asunto de los privilegios de los legisladores y erosionó **más el cada vez menor respeto que el público tiene por el Congreso como institución.**

Los privilegios de los miembros del **Congreso,** muchos y variados, incluyen:

- Servicio médico y recetas gratuitos.
- Gimnasios gratuitos en las dos Cámaras.
- Oficina especial de emisión de pasajes aéreos que actúa como agencia de viajes para los legisladores.
- Estacionamiento gratuito en el Capitolio y **en lugares reservados** en los aeropuertos de Washington.
- Seguros de vida por 100.000 dólares, con la tercera parte de la póliza pagada por los contribuyentes.
- Deducción impositiva especial de 3000 dólares **anuales** por gastos profesionales.
- Oficinas de la Dirección Impositiva en el Congreso para ayudar a sus miembros a preparar sus declaraciones.

Esa lista de privilegios de por sí sola **revuelve el estómago a la inmensa mayoría de los norteamericanos** que ahora sufren en carne viva una recesión que el **Congreso** y la **Casa Blanca** no supieron evitar.

Si a ello se le suma **el escándalo de los cheques sin fondos,** el electorado norteamericano tendrá **en noviembre** muy buenos motivos para votar contra quienes desde la función pública no sólo no contribuyen al bien común, sino que se **rodean de privilegios,** creando una casta por encima del ciudadano medio.

Hoy definen candidaturas

Chicago (EFE) — El presidente de EE. UU., George ***Bush****, y el demócrata* ***Bill Clinton*** *se juegan hoy, su candidatura presidencial en unas elecciones* "***primarias***" *decisivas que se celebrarán en terreno neutral:* ***los estados de Illinois y Michigan.***

Bush tiene más que asegurada su candidatura, salvo que se produzca ***un cataclismo****, pero necesita apartar del camino lo antes posible a su molesto retador* ***Patrick Buchanan****, que ha sembrado la discordia en las filas republicanas.*

El gobernador de Arkansas, ***Bill Clinton****, busca por su parte la victoria en ambos estados para desembarazarse definitivamente de sus dos oponentes: el ex senador de* ***Massachussetts Paul Tsongas****, y el ex gobernador de California,* ***Jerry Brown.***

Según las encuestas, Bush y Clinton ***podrían dormir tranquilos hoy por la noche****, ya que ambos encabezan con un cómodo margen las preferencias de los votantes de estos dos estados, que en otra época eran florecientes zonas industriales y que hoy sufren como pocos la recesión económica.*

Bajó indicador económico en EEUU

LR 31/1/92 Washington (AFP)

■ Los pedidos de bienes duraderos a las empresas norteamericanas, buen barómetro de la evolución próxima de la actividad del sector industrial, bajaron 5% en diciembre tras un alza de 0.4% (cifra revisada) en noviembre, anunció ayer jueves el Ministerio de Comercio.

Se trata de la primera baja en tres meses, la más importante en más de un año. Se debe en gran parte a una fuerte reducción de los pedidos en el sector del transporte, agregó la fuente.

Para todo 1991, los pedidos de bienes duraderos (más de tres años) bajaron 4.6%, a un billón 440.000 millones de dólares. Es el retroceso más importante desde la recesión de 1982, cuando los pedidos habían bajado 6.7%. Esos pedidos bajaron 2.1% en 1990 tras un alza de 5.9% en 1989.

En diciembre, los pedidos del sector transporte bajaron 13.9% tras un alza de 3% en noviembre y de 11.2% en octubre.

A pesar de ciertos indicadores

LN 27/2/92

Pesimismo en EE.UU.

Por Julio [illegible]
(Corresponsal de LA NACION en Washington)

[illegible]

N°. DOCUMENTO

TITULO: Otro indicador en alza en EEUU

PROCEDENCIA: La Nación 150025

FECHA: 5-3-92

VINCULACION: 65880

11161

11320

H.C.

Aumento de la demanda industrial

LN 5/3/92

Otro indicador en alza en EE. UU.

WASHINGTON, 4 (AP).– Los pedidos a fábricas subieron en enero en un 0,4 por ciento, por tercera vez en cuatro meses, impulsados por un gran ascenso en la demanda de productos durables, a mitad de caro, informó hoy el gobierno.

Tanto el presidente de la Junta de la Reserva Federal, Alan Greenspan, como un estudio realizado por los gerentes de compras indican que los nuevos pedidos de fábricas continuaron creciendo en febrero, una señal de que la actividad manufacturera continúa aliviándose de la recesión.

Los pedidos a las fábricas son el pronóstico principal de los planes de la industria manufacturera. Un crecimiento continuado podría significar una mayor producción y un aumento de empleos en un sector que representa aproximadamente el 20 por ciento de la economía nacional.

El Departamento de Comercio dijo que los pedidos de productos durables y no durables sumaban los 236.600 millones de dólares, en alza comparado con los 234.100 millones de diciembre. Un descenso del 3,7 por ciento en diciembre que fue reducido en un 3,5 por ciento calculado en principio, pero se mantuvo como el mayor descenso desde que los pedidos bajaron en un 6,2 por ciento en noviembre de 1989.

Los pedidos de fábricas alcanzaron su mayor nivel con 254.000 millones de dólares en octubre de 1989.

Los pedidos de [illegible] bles, tales como [illegible] vil, televisores [illegible] transportes, [illegible] ciento, [illegible] registrado [illegible]

Alcanzaron un total de [illegible] millones de dólares, [illegible] 117.[illegible] [illegible] baja del 5 por [illegible] durables [illegible] registrado [illegible]

Para los [illegible] ductos [illegible] mentos y [illegible] 1,4 por ciento [illegible] del 2,3 por ciento [illegible]

01|01

9203349

N° DOCUMENTO
TITULO Bush prueba el sabor de la adversidad
PROCESO La Nacion 150025
FECHA 2-3-92
VINCULO 65890
111161
111320

eMC.

La campaña presidencial norteamericana

Bush prueba el sabor de la adversidad

Por Steve Holland

HOUSTON, 1° (Reuter). – Al presidente George Bush la adversidad le está enseñando que sólo una renovación de la confianza popular en su capacidad para sacar a los Estados Unidos de la recesión puede [illegible] en [illegible].

[illegible]

"Podría llegar al 40 por ciento. Será peor que New Hampshire", dijo un activista, refiriéndose al 37 por ciento de los votos que sacó Buchanan el 18 de febrero en las primarias de New Hampshire, que perturbaron a Bush y pusieron en evidencia su vulnerabilidad.

Quienes organizan la campaña de Bush no dudan de que será el candidato del partido republicano nominado en el mes de noviembre, pero temen que una lucha reñida con Buchanan le enajene los votos de extrema derecha.

Los votos conservadores son esenciales en [illegible]

[illegible]

[illegible] creen que [illegible] mucho más [illegible] el presidente que con Buchanan, cuyos puntos de vista de [illegible] derecha [illegible] durante años como comentarista de televisión y columnista no son objeto de [illegible].

La campaña está [illegible] que la ex encargada de [illegible] de la Casa Blanca, Peggy [illegible], y el veterano organizador de campañas James Lake [illegible] modificaciones, probablemente para incluir un discurso importante diario en los informativos de televisión.

01/01

9203350

TeMC.

Los problemas energéticos

LN, 13142

Por M. Josef Herbert

WASHINGTON (AP). – La energía sobre la base de la fusión, que algunos presentan como la solución definitiva a las necesidades energéticas del mundo, no será fácil de lograr ni tampoco producirá electricidad barata.

La fusión nuclear controlada, el mismo proceso que enciende al sol, promete energía casi ilimitada sin los desperdicios radiactivos o los problemas de seguridad que han [illegible] a la actual industria [illegible].

Pero el solo hecho de superar los [illegible] problemas técnicos de combinar en vez de dividir los átomos es una tarea hercúlea; convertir dicho proceso en económico podría ser un desafío aún mayor, dicen tanto los críticos como los partidarios de la tecnología todavía [illegible].

Los esfuerzos por desarrollar la fusión nuclear controlada como fuente energética fueron noticia de primera plana recientemente, cuando científicos europeos anunciaron que por primera vez lograron producir por varios segundos [illegible] de un millón de vatios de potencia de una reacción de fusión nuclear.

Aunque la cantidad de energía [illegible] y la [illegible], los científicos dijeron que [illegible] en Inglaterra [illegible] un acontecimiento histórico para el desarrollo de la fusión. Los científicos se [illegible] a pedir hasta 300 millones de dólares para construir un reactor experimental [illegible] de fusión.

Preocupación

Pero a ciertos críticos les preocupa que el entusiasmo por la energía sobre la base de la fusión nuclear, que podría no estar disponible hasta dentro de 50 años, le quitará sus escasos recursos a otras tecnologías energéticas alternas de más fácil obtención, como la energía solar y de viento.

"Estamos tan próximos a lograr la energía fotovoltaica y termal solar, que es en esa dirección en la que deberíamos invertir millones de dólares en investigaciones y desarrollo" –dice Scott Denman, director ejecutivo del Consejo de Comunicación de Energía Segura, que representa a una coalición de grupos ambientalistas norteamericanos–. Considerando su potencialidad, la fusión debería estar en el final de la lista."

Otros críticos dicen que las expectativas son demasiado altas.

"Hay una percepción [illegible] de que esta fuente de energía sea la respuesta a los sueños de todo el mundo de lograr una fuente energética barata y limpia", dice Gregory Minor, vicepresidente de MHB Technical Associates, firma de asesoramiento energético en San José, California.

Pero Minor se pregunta si es posible asegurar en general la confiabilidad de tan compleja tecnología en el mundo real.

"Los costos de capital –de desarrollar la energía de fusión– van a ser enormes", predijo.

Los Estados Unidos están realizando investigaciones sobre fusión, pero con limitaciones presupuestarias y como parte de una amplia búsqueda de fuentes energéticas no convencionales. El Congreso redujo los fondos para dichas investigaciones el año [illegible] por causa de una [illegible] presupuestaria y la intensa competencia para los limitados fondos para investigaciones energéticas.

El mayor perdedor fue el Laboratorio de Física de Plasma de la Universidad de Princeton, donde se realizan los principales experimentos norteamericanos sobre energía sobre la base de la fusión. Las autoridades de Princeton recibieron con pesadumbre la noticia sobre el descubrimiento europeo, aduciendo que los cortes presupuestarios en su país les impidieron realizar experimentos similares anteriormente y con una mayor generación de energía.

Cooperación

Aunque el Departamento de Energía de los [illegible] lleva gastados 2?? [illegible] dólares en el año fiscal [illegible] a fines de [illegible] de dólares [illegible] dichos [illegible] la [illegible] y [illegible] [illegible]

[illegible]

[illegible]

El doctor Robert Park, de la Sociedad Física [illegible] sugiere que el [illegible] de la energía sobre la base de la fusión, [illegible] los [illegible]

(c) LA NACION

01-01

9203351

Nº DOCUMENTO
TITULO Señales de recuperación económica en EE.UU.
PROCEDENCIA La Nación 150025
FECHA 6-3-92
VINCULO 65890
11161
11320

& MC.

LN 6/3/92

Nuevas señales de recuperación económica en los Estados Unidos

Por John D. McClain

WASHINGTON (AP). – Los informes acerca de un pronunciado [illegible] ... última instancia a ser del 0,3 por ciento.

"Esto nos dice que la economía, en realidad, [illegible]" ... Mark [illegible] ... la Cámara de Comercio de los Estados Unidos.

[illegible]

El informe también demostró que las bajas de noviembre y diciembre no fueron tan considerables como se había pensado en un primer momento. Del 0,3 por ciento calculado previamente, pasaron en

La economía pareció resurgir y salir de la recesión durante la última primavera después de terminada la Guerra del Golfo.

Una encuesta realizada por la Cámara de Comercio en junio último

[illegible]

Los analistas económicos consideraron que el informe fue otra señal de que la industria inmobiliaria había asumido su tradicional función de ir a la vanguardia de la economía para sacarla de la recesión con su efecto complementario

[illegible]

(Traducción de [illegible])

01|01

9203352

H-C.

¿Fin de la recesión norteamericana?

LN 5/3/92 63

Efectos económicos que se esperan en todo el mundo

Por Germán Sopeña
(Especial para LA NACION)

NUEVA YORK.– Escena auténtica, hace pocos días, en la zapatería Boticelli, en la Quinta avenida, junto al Rockefeller Center.

–¿Cuánto cuesta este par de zapatos?

–No lo deje pasar, es una oferta especial. Están en liquidación a 40 dólares cuando el precio de lista es de 200 dólares. Fíjese, son importados, hechos en la Argentina.

La elegante turista de traje y cartera Chanel, pero "look" inconfundiblemente argentino, dio un respingo. Verificó de inmediato el Made in Argentina en la suela del zapato, tras lo cual no pudo evitar un comentario ante la sorprendida vendedora: "Soy argentina, y estos mismos zapatos cuestan en Buenos Aires no menos de 150 dólares. ¿Cómo pueden ser tan baratos puestos en Nueva York?"

La empleada apeló a la explicación más escuchada en estos tiempos en cualquier negocio de venta al público en los Estados Unidos: "Son rebajas excepcionales provocadas por la recesión".

Precios increíblemente bajos

La definición no puede ser más exacta. Los precios de los bienes han alcanzado picos inusualmente bajos en los Estados Unidos en febrero de 1992.

Si el ejemplo de los zapatos puede impresionar a cualquier turista argentino, las sorpresas son aún mayores si se visitan grandes tiendas o shoppings de otras ciudades importantes, pero no tan visitadas por turistas extranjeros. En Boston, Filadelfia, Baltimore o la misma Washington, increíbles rebajas de hasta el 70 u 80 por ciento sobre los precios de lista dan la sensación de un país en el que repentinamente se suspendió el consumo. Las grandes cadenas de distribución no pueden mantener stocks inactivos y los venden, abiertamente, a precios menores al costo.

¿Hasta qué nivel?

Muchas opiniones especializadas coinciden hoy en señalar que ese proceso puede haber llegado al piso. Lo cual no significa que la opinión pública esté convencida del fin de la recesión, pero sí que muchos de los precios extraordinariamente baratos de numerosos bienes comienzan a decidir a los compradores que acaso es el momento de comprar porque no habrá otra oportunidad mejor.

¿Fin del ciclo?

Así es como comenzaría la reversión del ciclo económico, cuyas señales comienzan a percibirse en los primeros indicadores oficiales de 1992.

Esta última semana ha sido particularmente interesante para el análisis, porque numerosos datos estadísticos muestran un comienzo de recuperación que daría por finalizado el período recesivo que comenzó, aproximadamente, en octubre de 1990.

Los economistas no pueden dejar de apoyar a una explicación teórica tradicional: una vez más se verifica el efecto J, o sea el plazo de 18 meses que lleva como mínimo obtener efectos económicos a partir de medidas que quieren contrarrestar los vértices más agudos de un ciclo negativo.

Ya en octubre de 1990 los especialistas diagnosticaron que la economía norteamericana entraba en recesión. Comenzaron entonces a bajar las tasas de interés, inducidas por la acción de la Reserva Federal, pero sólo 17 meses después, en marzo de 1992, se empieza a vislumbrar el comienzo de una recuperación.

Exportadores de zapatos argentinos, vendedores japoneses o directivos de compañías aéreas en dificultades esperan una reactivación con la misma expectativa que los consumidores norteamericanos que siguen día a día la evolución de la economía en los noticieros vespertinos por televisión.

Todo el movimiento de la economía mundial gira en gran medida en torno del poder de consumo del mercado norteamericano.

Expectativas moderadas

Pero los especialistas no se hacen ilusiones de una expansión como la que se produjo a comienzos de los años '80 bajo el imperio de la "reaganomics". Años después de un período de bonanza [illegible] por un déficit público creciente, la hora del [illegible] llegó a la mayor economía del planeta. No se puede ya gastar más dinero público a cuenta, pese a que muchas opiniones piden hoy una suerte de New Deal de los '90 para incentivar la actividad.

Parece confirmarse, a comienzos de 1992, lo que diagnosticó hace unos meses a LA NACION el premio Nobel de Economía James Tobin, al sostener que "habrá reactivación en 1992, pero su [illegible] no será muy grande; quizá menos del dos por ciento anual de crecimiento del PBI, lo cual frustrará expectativas de mucha gente".

Después de 17 meses de recesión, sin embargo, hasta esa cifra relativamente moderada sería considerada un alivio por los vendedores de todo un país con liquidaciones sin precedente.

Lo mismo vale para los exportadores de todo el mundo que esperan un aumento de actividad gracias a la locomotora del consumo norteamericano.

01/01

9203353

M.C.

Menores importaciones y mayores exportaciones bajan déficit de USA

WASHINGTON. (Reuter). Menores importaciones y mayores exportaciones redujeron el déficit norteamericano de 1991 a 73.590 millones de dólares, el mínimo de ocho años, informó el Departamento de Comercio.

La balanza comercial, que excluye las ventas militares y los costos de seguro y flete, mostró un déficit inferior en casi un 30 por ciento con respecto a los 108.120 millones de dólares de 1990.

El déficit de 1991 fue el menor desde 1983, año en el que llegó a los 67.100 millones de dólares. Las exportaciones totales treparon de 27 mil millones de dólares a 416.520 millones, lo que constituye un avance de siete puntos porcentuales. Las ventas al exterior habían aumentado ya un ocho por ciento en 1990 y un 13 en 1989.

En contraste, las importaciones cayeron en un 2 por ciento, 7.600 millones de dólares, a 490.100 millones tras un 4 por ciento de aumento en 1990 y siete el año anterior. El departamento de Comercio dijo que la caída de las importaciones refleja una debilidad de la actividad económica norteamericana.

El superávit comercial con Europa aumentó en el último trimestre de 2.200 a 3.600 millones de dólares, en tanto el superávit con Latinoamérica creció 300 millones de dólares a 1.500 millones. Pero el déficit comercial con Japón se amplió en 700 millones de dólares hasta los 12.200 millones, y la balanza con Canadá, el país que mantiene un comercio más activo con los Estados Unidos, aumentó en 500 millones hasta 1.900 millones de la moneda norteamericana.

01/01

9203354

N° DOCUMENTO
TITULO: EE. UU. menor déficit comercial
PROCEDENCIA: Clarín 150024
FECHA: 3-2-92
VINCULO: 65890
1116
11320

M-C

EE.UU.: menor déficit comercial

WASHINGTON (AFP). — El déficit comercial norteamericano bajó a 73.600 millones de dólares el año pasado, casi un tercio menos que en 1990 (101.100 millones), debido al aumento de las exportaciones y a la disminución del ritmo del consumo interno.

Para los tres últimos meses de 1991, el déficit totalizó 18.600 millones, con una baja del 10,5% respecto del mismo período del año anterior (20.850 millones). Durante ese trimestre, las exportaciones subieron 4%, a 108.100 millones de dólares, y las importaciones subieron 1%, a 126.700 millones.

El Departamento de Comercio había ya publicado una cifra de [illegible] millones de dólares de déficit comercial en 1991 (calculado mensualmente). Las estadísticas publicadas ahora son definitivas [illegible] en base a la balanza de pagos y excluyen sobre todo las ventas de material militar norteamericano al exterior.

El déficit comercial de 1991 fue el primero que se situó a menos de 100.000 millones de dólares desde 1983, año que totalizó 67.100 millones, también debido a una recesión. El déficit récord totalizó 159.500 millones (1987).

En 1991, las exportaciones subieron 7%, a 416.000 millones de dólares, tras un alza del [illegible] en 1990 y del 13% en [illegible]

01/01

9203356

TO Resultado elecciones primarias en EE.UU.
La República 150023
11-3-92.
65890
1/1164
1/1302.

M.C.

Si hoy fueran las elecciones Bush podría perder con cualquier demócrata, fuera Bill Clinton o Paul Tsongas

LR 11/3/

El "Supermartes" tuvo dos claros vencederes: George Bush y Bill Clinton

George Bush y Bill Clinton tenían asegurados por la noche sendos y holgados triunfos en las primarias del llamado "Supermartes", jornada electoral en onnce estados norteamericanos. En base a resultados parciales pero que no van a cambiar de manera sustancial, en el bando demócrata el ex senador Paul Tsongas solo ganó en su estado de Massachusetts y en el reducto vecino de Rhode Island, pero perdió en Florida, único estado del sur que aspiraba a arrebatar a Clinton. Tsongas también iba por delante en los "caucases" (comités electorales) de Delaware.



Un martes con picado para George Bush, su popularidad cae, cae... ([illegible] AFP)

Washington (ANSA)
por Alessandra Baldini

Si las actuales primarias fueran en realidad las elecciones presidenciales de noviembre, Bush sería derrotado. El nuevo inquilino de la Casa Blanca podría ser un demócrata, Bill Clinton, o quizás Paul Tsongas.

¿No es suficiente? Después de que su ex jefe Ronald Reagan no le diera importancia durante una visita a California, se sumó también otro ex presidente republicano, Richard Nixon.

En Washington, en una convención de estudios Este-Oeste, Nixon acusó a Bush de haber perdido la ocasión del siglo frente a la ex Unión Soviética.

Dos presidentes republicanos sobre tres aún vivos: es la señal de un profundo malestar, por otra parte confirmado en la opinión pública.

Si hoy fuera el 3 de noviembre (día de las elecciones este año), Clinton le ganaría a Bush por 46% contra 44% de los votos. Perdería incluso contra Tsongas, 47% a 42%, según el sondeo publicado ayer.

La caída de popularidad del Presidente se da de golpes, sólo en apariencia, con el hecho de que en los ocho estados donde se jugara el Supermartes de las primarias presidenciales (Tennessee, Florida, Texas, Mississipi, Louisiana, Oklahoma, Rhode Island y Massachusetts) el actual inquilino de la Casa Blanca es el favorito entre los republicanos.

Grafica la situación una tira cómica del dibujante humorista Mark Alan Stamaty publicada en el mismo Washington Post y en el Village Voice. Un Bush en apuros pide auxilio a Peggy Noonan, la rubia artífice de sus discursos más encendidos: "hazme decir cualquier cosa que pueda convencer a los electores", le dice.

Ella pide precisiones: "Dime al menos en qué dirección debo guiar al país", le dice. "Depende de cuánto Buchanan me empuje a la derecha", concluye Bush, cada vez más apurado por los éxitos del columnista ultraconservador, pero sobre todo de otro, más impalpable rival, "Mr. Desocupado".

¿Culpa de la recesión que en los primeros tramos de la campaña electoral ha quitado votos a la Casa Blanca llevando agua al molino de Buchanan y de la mayoría silenciosa?

No sólo eso: la inquietud es advertida en todos los estratos sociales y hasta en Washington. En un memorando de la Casa Blanca, el jefe del partido en la Cámara de Representantes, Newt Gingrich, lanzó un grito de alarma: "Bush está falto de visión y de liderazgo: debe encontrarlos, porque si no no podría ni ganar ni gobernar".

A los consejeros del presidente se le presentan dos caminos. Atendiendo al pos Supermartes, muchos proponen que el jefe de la Casa Blanca dé un perfil más "noble" y washingtoniano de la campaña. Los líderes del Congreso en particular pugnan porque Bush se quede en casa y dé una mano en la batalla contra los demócratas en el presupuesto.

El presidente habría concedido algo: un discurso a la nación el próximo fin de semana para pedir la atención de los norteamericanos sobre la inercia y el desgobierno del partido que controla el Congreso, el Demócrata.

9203357

Mejora el comercio exterior de los EE.UU.

WASHINGTON (UPI). — El déficit comercial de los Estados Unidos cayó el 43,5% en noviembre. Llegó a 3.600 millones de dólares, el mensual más bajo desde marzo de 1983, informó ayer el Departamento de Comercio.

Las exportaciones se elevaron el 0,9% para registrar 37.460 millones de dólares superando el récord de octubre, que había sido de 37.110 millones de dólares. Las importaciones descendieron el 5,5%, a 41.080 millones de dólares. En octubre ascendían a 43.430 millones.

De acuerdo con el índice actual, el déficit comercial anual será de 64.780 millones de dólares, el menor desde 1983, añadió Comercio.

El déficit comercial estadounidense con el Japón cayó el 26,4% para ubicarse en 3.410 millones de dólares.

El número de personas sin empleo llegó al punto más alto desde 1985

Aluvión de desempleados en Estados Unidos

- ***Un total de 9,2 millones están sin trabajo, 2,8 millones más que al inicio de la recesión, en 1990***

La tasa de desempleo de Estados Unidos se estableció el mes pasado a 7,3%, el nivel más alto de los últimos seis años, pero la economía norteamericana vuelve a crear puestos de trabajo, anunció el viernes el Ministerio de Trabajo.



El tiempo promedio de la búsqueda de empleo ascendió a 17 semanas.

Washington (AFP)

En febrero se crearon 164.000 puestos, recuperando la pérdida de 149.000 (cifra revisada) registrada el mes precedente.

En general, los expertos esperaban una tasa de desempleo sin cambios y 20.000 creaciones de puestos durante el período.

En total, 9,2 millones de personas están sin trabajo, 2,8 millones más que cuando empezó la recesión (julio de 1990). Se trata de la tasa de desocupación más alta desde julio de 1985, fecha en la que había llegado a 7,4%.

Las dos estadísticas son independientes. La tasa de desempleo es calculada según un estudio de las familias mientras que la cifra de creaciones o supresiones de puestos proviene de un estudio sobre los efectivos de empresas.

"Para nosotros, la recesión no está terminada, estimó el economista Richard Peach, de la Asociación Norteamericana de Bancos Hipotecarios, porque aunque técnicamente terminó (con tres trimestres seguidos de crecimiento), es difícil convencer al hombre de la calle cuando la tasa de desempleo sigue subiendo".

Signo alentador, la semana de trabajo promedio subió 0,4 horas en febrero, tras una baja de 0,2 horas en enero. "En caso de recuperación de la actividad, las empresas piden generalmente a sus trabajadores que aumenten el tiempo de trabajo antes de decidir nuevos puestos", explicó el economista Mark Zandi, de Regional Financial.

El sector más creador de puestos fue la Distribución, con un aumento de 133.000, indicó el departamento de Trabajo. El sector manufacturero ganó 12.000 puestos. Por su parte, el sector de la construcción perdió 30.000 puestos.

El aumento de la tasa de desempleo tocó todos los grupos de edad de la población activa, pasando de 6,9 a 7% para los hombres, de 5,9 a 6,1% para las mujeres y de 18,3 a 20% para los adolescentes.

El alza de la tasa de desempleo afectó más fuertemente Nueva Inglaterra y la costa oeste con una tasa de 7,6% en Nueva Jersey, 8,9% en el estado de Nueva York y de 8,7% en California.

Aún en caso de recuperación de la actividad, la mayoría de los economistas interrogados, como Zandi y Robert Dederick, de Northern Trust, prevén una tasa de desocupacion difícilmente inferior a 6,8% de aquí a fin de año.

El Departamento del Trabajo dijo que el tiempo promedio que una persona ha estado desempleada aumentó a 17 semanas en febrero, después de haberse colocado en 16,4 semanas en enero, el número de personas sin trabajo durante más de seis meses se incrementó en febrero a 1,72 millones, tras haber registrado en enero 1,6 millones de individuos, esta cifra ha sobrepasado por más del doble la registrada durante el año pasado. El número de personas en busca de trabajo a tiempo completo, pero que sólo pudieron encontrar empleos de medio tiempo, descendió en febrero en 210.000 con lo que se colocó en 6,5 millones de personas.

El aumento de los puestos de trabajo no agrícolas que mostró el estudio entre las empresas fue encabezado por un incremento de 133.000 empleos en la industria del comercio [illegible] después de los descensos [illegible] los tres meses previos. Sin embargo, el número de personas empleadas en el comercio detallista [illegible] en 415.000 puestos de trabajo [illegible] de julio de 1990. La [illegible] cios volvió a crecer en [illegible] aumentos de 25.000 y 3[illegible] respectivamente en los [illegible] empresas y salud.

N°. DOCUMENTO

TITULO: Se redujo déficit comercial en EE.UU.

PROCEDENCIA: La Nación 150025

FECHA DE P.: 3/3/92

VINCULACION: 65890

11161

11320

M.C.

LN 3/3

Cayó a su menor nivel en ocho años

Se redujo a U$S 73.600 millones el déficit comercial de EE.UU.

WASHINGTON, 2 (AP). – El déficit del comercio exterior disminuyó el año pasado casi una tercera parte, a 73.600 millones de dólares, tras combinarse un nivel récord de exportaciones y una recesión nacional que produjeron el menor déficit desde 1983, informó hoy el gobierno.

El Departamento de Comercio recordó que la brecha desfavorable entre las importaciones y las exportaciones fue en 1990 de [illegible] millones de dólares.

Los Estados Unidos, en su comercio con América latina, excluyendo las exportaciones de petróleo, pasaron a ser deficitario a tener un superávit de [illegible] millones de dólares.

También tuvo superávit, de 12.000 millones de dólares, en el intercambio con Europa occidental.

Pero estos hechos positivos fueron contrarrestados por un incremento de 2000 millones de dólares a 44.[illegible] millones en el déficit bilateral con Japón. Además aumentó en [illegible] millones de dólares el déficit del comercio de los Estados Unidos con China.

En el último trimestre de 1991, el déficit comercial total de los Estados Unidos fue de [illegible] millones de dólares, un 10,5 % menor que el del período similar de 1990, de [illegible] millones de dólares.

El valor de las exportaciones aumentó el año pasado 7 %, a [illegible] millones de dólares, tras un incremento del 8 % en 1990 y [illegible] % de 1989.

Las importaciones bajaron [illegible] %, a [illegible] millones de dólares, tras registrarse un incremento del [illegible] % en 1990 y 7 % en 1989.

El aumento de las exportaciones se produjo a pesar de que declinaron las ventas de productos agrícolas, especialmente a Japón y países en desarrollo de Asia. Pero aumentaron los envíos agrícolas a Canadá y México mientras que mantuvieron un nivel constante los destinados a Europa occidental.

01/01

9203360

Nº. DOCUMENTO

TITULO: EE.UU. comenzará destrucción de armas atómicas.

PROCEDENCIA: La República 150023

FECHA: 29-1-92

VINCULO: 65890
11163
11331
11384

M-C

El programa de desarme duraría años

EEUU comenzará en febrero la destrucción de armas atómicas

Bruselas (AFP)

El Estados Unidos comenzará en febrero a aplicar el programa de destrucción de sus armas nucleares tácticas, anunciado en setiembre pasado por el presidente George Bush, afirmó en Bruselas un alto responsable norteamericano.

"Las primeras armas incluidas en la iniciativa Bush serán destruidas el próximo mes", indicó a algunos periodistas el alto funcionario, que pidió permanecer en el anonimato.

El presidente Bush anunció el 28 de setiembre pasado la eliminación de todas las armas nucleares norteamericanas de corto alcance basadas en tierra en Europa (alrededor de 700 cohetes Lance y 1.400 obuses nucleares).

El programa de desarme "tomará varios años" en total, agregó la fuente, que se declaró convencida que las ex repúblicas soviéticas están dispuestas a acoger compromisos similares a los asumidos por Mijail Gorbachov, en la huella de la iniciativa Bush.

Los países miembros de la CEI, subrayó, comenzaron ya a transferir las aproximadamente 16.000 armas atómicas tácticas diseminadas en sus territorios hacia Rusia, en cuyo suelo se encuentran todas las instalaciones de desmantelamiento de misiles nucleares que poseía la ex URSS.

El alto funcionario participó en la misión enviada a la ex URSS a mediados de enero por Estados Unidos, que encabezó el subsecretario de Estado, Reginald Bartholomew, encargado de asuntos de seguridad internacional.

Los norteamericanos y [illegible], en los cuales Estados Unidos podría aportar asistencia técnica: desactivación de ojivas nucleares, "transporte seguro" de misiles y de sus componentes, "[illegible]" de armas y almacenamiento de materiales fisibles (uranio y plutonio).

Las autoridades de la CEI declinaron la oferta de ayuda norteamericana "[illegible]" [illegible] de la competencia y facilidades soviéticas, indicó la fuente, sin dar más precisiones.

Estados Unidos ha decidido destinar 400 millones de dólares a esta asistencia técnica.

El mismo funcionario se negó a pronunciarse sobre el costo global del desmantelamiento del arsenal nuclear de la ex URSS, ni sobre el plazo necesario. Será "cuestión de años", estimó.

01/01

9203361

M.C.

Lo anunciaría Bush la semana próxima

EE.UU. reduciría aún más su arsenal nuclear

[illegible]

Bush enfrentará un año particularmente difícil

Por Julio Crespo

(Corresponsal de LA NACION en Washington)

Problemas: La coincidencia en el tiempo de dos hechos de carácter diferente señalan los triunfos y las dificultades de la sociedad norteamericana en 1991 y los problemas que enfrentará Bush para su reelección.

WASHINGTON. – Las noticias sobre la desaparición de la Unión Soviética llegaron casi al mismo tiempo en que General Motors anunciaba planes para cerrar 25 plantas en los Estados Unidos y suprimir 74.000 puestos de trabajo (19 %) del total en los próximos cinco años.

La victoria republicana, rotunda y pacífica en el plano mundial, con el fin de la guerra fría y la terminación del comunismo, llega en momentos de graves preocupaciones económicas, como resultado de la competencia internacional, la transformación de los sistemas de producción y las consecuencias de los excesos y la especulación de la década pasada.

Crisis de confianza

Una semana antes de Navidad, durante su testimonio en el Congreso ante la Comisión de Política Impositiva y Crecimiento Económico de la Cámara de Representantes, el presidente de la Reserva Federal, Alan Greenspan, advirtió que los norteamericanos "han perdido confianza en el futuro".

Esa crisis de confianza quedó reflejada en las encuestas que, sobre el final del año, mostraron que, por primera vez, el índice de aprobación a la gestión de Bush, entre el público había caído por debajo del 50 %. En su momento de mayor popularidad, durante la Guerra del Golfo, el presidente había superado el 80 por ciento.

Pero si la liberación de Kuwait, lograda mediante una coordinación internacional sin precedentes, marcó un momento de gloria para Bush, ciertos aspectos de su acción pueden haber contribuido a agravar y prolongar la actual recesión económica.

Negativa del presidente

Según algunos críticos, la negativa del presidente de poner a la venta parte de las reservas estratégicas de petróleo cuando, después de la ocupación de Kuwait por Saddam Hussein, los precios del combustible subieron al doble, tuvo efectos funestos a mediano plazo.

Philip Sharp, diputado demócrata de Indiana, presidente del subcomité de Energía, afirmó que Bush había desoído la advertencia de sus asesores que aconsejaban liberar parte de las reservas de petróleo. El resultado fue la duplicación de los precios entre agosto y septiembre de 1990 y un costo de 120 mil millones de dólares a los consumidores norteamericanos en los cinco meses siguientes.

En un artículo publicado en el Washington Post, Sharp señaló que, aunque los precios bajaron más tarde, y cierta cantidad de petróleo de las reservas fue finalmente puesta en venta, "el daño ya estaba hecho, y todavía estamos pagando el precio en forma de desempleo y lentitud de la economía".

Cambio de actitud

Sobre el final de 1991, el agravamiento de las perspectivas económicas –dramáticamente reflejado en las encuestas– fue seguido, un poco tarde, por un cambio en las actitudes y los mensajes del presidente.

Inmediatamente después del alejamiento de John Sununu, que, como secretario general de la Casa Blanca, había sido blanco de la mayoría de las críticas contra la administración, Bush admitió, por primera vez, públicamente, que la recesión continuaba y que era necesario tomar medidas.

Pero aunque las medidas sean adecuadas, su efecto necesita tiempo para hacerse sentir, y el calendario electoral impone plazos rígidos. La espectacular baja de un punto en las tasas de interés, anunciada a fin de año, está llamada a facilitar la licuación de deudas y el aumentar el consumo, pero también estimula la fuga de capitales y crea malestar entre el importante sector de personas [illegible] que dependen de los [illegible] sus ahorros.

Bush en Japón

Es significativo que 1992 comience con un viaje del presidente Bush a Japón y otros países del Asia y que su objetivo expreso sea lograr reglas de juego que beneficien a las industrias norteamericanas. El escenario internacional sirve ahora para una acción sobre los problemas internos.

La urgencia de dar respuestas frente a la crisis y salir al paso de las ansiedades de la población quedará reflejada en forma [illegible] en la campaña presidencial, que comenzará en febrero próximo con las primarias en Iowa y New Hampshire.

Las elecciones de 1992 serán las primeras en las que la necesidad de luchar contra el comunismo no figurará en los discursos. Y si se considera la importancia que el tema tuvo en las dos campañas de Ronald Reagan puede imaginarse una idea de las proporciones del cambio.

La contienda política estará dominada por el tema de la recesión y la manera de reactivar la economía y crear empleos. La aspiración de un Nuevo Orden Mundial, que supone cierto grado de [illegible] y [illegible] será [illegible] con la realidad de un mundo que [illegible] a la formación de bloques.

Hasta ahora, el [illegible] ha sido [illegible] de una división en [illegible] micos, y se insiste [illegible] cia de la apertura [illegible] dial.

Pero a medida que la [illegible] se prolonga, que la [illegible] pea y asiática crea [illegible] las reacciones [illegible] se hacen más intensas.

El desarme provocará 600 mil desocupados afectados a la industria militar

Las víctimas del nuevo rumbo

*** El precio de la paz lo pagarán los grandes proveedores del Pentágono**
*** Northrop, uno de los colosos de la guerra, ya anunció los primeros 1.500 despidos**

Después de haber financiado por años la construcción de la más mortífera maquinaria bélica del mundo, los estadounidenses se preparan a pagar el precio de la paz. La carrera hacia el desarme lanzada por el presidente George Bush dejará en el camino —hasta 1997— cerca de 600 mil desocupados, entre soldados y otros trabajadores afectados a la industria militar.

La estimación parte de estudios de la DRI/Mc Graw Hill, uno de los más autorizados centros de previsión económica estadounidenses.

Los principales afectados por los "dividendos" de la finalización de la guerra fría serán los técnicos y obreros de los grandes proveedores del Pentágono —Northrop, General Dynamics, United Technologies, Mc. Donnell Douglas— que se verán en un mar de cédulas rosadas de despidos graduales.

Previendo esto, Los Angeles Times escribió que no existen hoy en día garantías de reabsorción de los nuevos desocupados dentro de los programas alternativos del gobierno federal.

El filo de los cortes a los gastos militares (Bush propuso un ahorro de cerca de 50 mil millones de dólares durante el próximo quinquenio) se abatirá con particular violencia sobre California, donde la drástica eliminación de presupuestos para el desarrollo de nuevas armas dejará a 200 mil personas sin trabajo.

La Northrop, uno de los "colosos de la guerra" que más sufrirá por el nuevo rumbo tomado por Bush, ya anunció los primeros 1.500 despidos, después de informar que la producción de los aviones B-2, el bombardero invisible, se reducirá de 75 a sólo 20 aparatos.

En el programa del bombardero invisible trabajan directamente 13.500 personas, que en los próximos 5 o 6 años perderán su trabajo.

El submarino Seawolf, realizado por la General Dynamics junto a la General Electric y la Westinghouse, no superará la fase de proyección.

Entre las otras iniciativas que sufrirán fuertes redimensionamientos sobresalen también la de la construcción del helicóptero Comanche (de la United Technologies y una larga serie de subconstructores) y del misil Cruise, a cargo de la Mc. Donnell Douglas y la General Dynamics.

Los vientos de la paz atravesarán con sus efectos buena parte de la industria militar estadounidense. En 1997, el presupuesto global del Pentángono (estimado este año en 291 mil millones de dólares) resultará un 37 por ciento inferior al de 1985. En 1993, el monto del dinero girado a los principales proveedores del sector alcanzará "sólo" 54.000 millones de dólares, contra los 120 mil millones promedio de los más calientes años de la década pasada.

"En el futuro —explicó al New York Times Gordon Adams, director del centro de estudios independientes Defense Budget Project— el aparato militar industrial de EEUU deberá reconvertirse hacia la investigación tecnológica y abandonar rápidamente la fase productiva".

Pero no todas las grandes corporaciones perderán. La estrategia de desarme emprendida por la Casa Blanca prevé, en efecto, aumentos en sus gastos en el proyecto de Guerra de las Galaxias, pasando de los actuales 4.100 millones de dólares a 5.300 millones. La Marina, por su parte, busca los fondos para comprar 48 nuevos jets de combate F-18, a un costo total de 1.800 millones de dólares.

La hemorragia de puestos de trabajo no afectará sólo las fases de producción armamentista. El mercado laboral norteamericano deberá ver qué puede hacer con todos los militares (138 mil en 1992, un total de 321 mil hasta 1995) que el Pentágono decidió mandar a casa.

En teoría para los "desocupados de la paz" no faltarán oportunidades para reconvertirse laboralmente. La "limpieza" del ambiente de todos los peligrosos residuos de 40 años de guerra fría se anuncia como una obra de dimensiones bíblicas. Según el Departamento de Energía, la destrucción de los miles de toneladas de material nuclear depositadas en trece estados norteamericanos demandará por lo menos 30 años y gastos por alrededor de 100 mil millones de dólares.



Bush: Los vientos de la paz [illegible] buena parte de la industria [illegible] (Telefoto de AFP)

83 BASES EUROPEAS MENOS

EEUU decidió abandonar o reducir el personal de 83 de sus bases de apoyo en Europa, 80 de ellas en Alemania, anunció ayer aquí Walter Zuber, ministro del gobierno regional de Maguncia, en Renania.

Estas reducciones o cierres se sumarán a las 68 bases norteamericanas en Alemania [illegible] anunciada en noviembre [illegible]

Sobre el número de puestos de trabajo que se perderían con [illegible] dimensionamiento de la [illegible] militar norteamericana [illegible] tos, dijo un [illegible]

Los rivales de Bush

Pese a que, con un obvio optimismo, George Bush asegura que su sillón en la Casa Blanca está asegurado por cuatro años más, siete rivales, dos republicanos y cinco demócratas, están dispuestos a demostrar lo contrario. Más populistas los demócratas, más conservadores los republicanos, los siete centran sus programas en criticar la actual situación económica y el mal manejo de Bush de los asuntos internos. El siguiente es un perfil de cada uno de los rivales del presidente.

PAT BUCHANAN

*Periodista, polémico y acérrimo conservador, el republicano **Pat Buchanan** tiene un solo lema para su campaña: "**Norteamérica primero**". Aunque por el momento **Bush** casi lo duplica en las encuestas, el controvertido **Buchanan** ha crecido mucho en las últimas semanas, sobre todo por **su prédica nacionalista** con propuestas tales como terminar con toda la ayuda al exterior, levantar barreras proteccionistas en torno a **Estados Unidos y mantener** afuera a los inmigrantes del **Tercer Mundo**. Criticando a **Bush** por ser "**mundialista e internacionalista**", el ultraconservador periodista (fue columnista de la CNN) promete que **centrará toda su política en el país** y cada día son más los que le creen. **Aunque** maneja un **Mercedes Benz alemán, no** tiene problemas en atacar a los "**extranjeros**" que complican la economía de EE.UU., **un** mensaje que llega hondo **en medio de la ola anti japonesa en el país.***

BILL CLINTON

*Hasta hace pocas semanas, **Bill Clinton** era considerado como **el favorito para lograr la nominación demócrata**. Políticamente de centro, económicamente menos populista que el resto de los demócratas, con buena **imagen pública** (al punto de que ya se lo llamaba "**el nuevo Kennedy**"), su triunfo parecía inevitable. Incluso, había sobrevivido a las acusaciones de infidelidad conyugal, casi una lápida para un político de EE.UU. Sin embargo, **un** nuevo escándalo ya fue demasiado para los votantes, quienes no le perdonan que haya **maniobrado para no ir a Vietnam** (como Quayle). Ya cayó al segundo lugar entre los demócratas aunque algunos apuestan a que en **New Hampshire** conseguirá sobreponerse. Sus propuestas: **reducir impuestos al capital y a la clase media** y subírselos levemente a los ricos, ampliar la seguridad social y recortar 25% los gastos de defensa.*

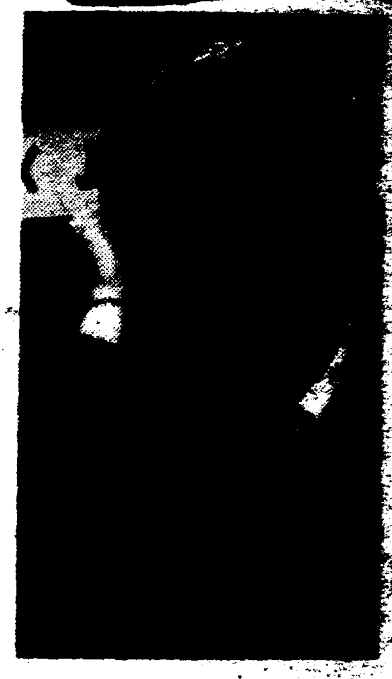
PAUL TSONGAS

***Paul Tsongas**, ex senador por **Massachussetts**, se erigió en las últimas encuestas como el favorito entre los demócratas, al menos en las primarias de **New Hampshire**, aunque más por la caída de **Clinton** que por méritos propios. De muy bajo perfil nacional, hasta hace poco era casi un desconocido, **Tsongas** también centra su campaña en lo económico. Propone un plan para ofrecer créditos para impuestos sobre inversiones, investigación y desarrollo económico; propicia un plan para **crear empleos en seis años**, extender el seguro médico y reducir los gastos de defensa en 30 por ciento.*

DAVID DUKE

David Duke**, el tercer republicano en discordia, ex miembro del **Ku Klux Klan** y hasta hace poco tiempo un oscuro político de **Louisiana**, se hizo conocer al país por sus posturas racistas y, aunque no amenaza a **Bush**, sí lo hace con el **Partido Republicano**, que no se lo puede sacar de encima. Considerado por algunos como un **demagogo derechista y por otros como un paladín de los verdaderos valores norteamericanos, Duke** hasta el momento sólo propuso, además de terminar con la ley de derechos civiles, **la reducción de impuestos a la clase media y un abrupto recorte de gastos sociales.





TOM HARKIN

*Senador por el poco importante estado de **Iowa, Tom Harkin** sabe que no tiene demasiados posibilidades de ser ungido candidato demócrata. Sin embargo, tras su triunfo en las primarias de su estado natal, algunos aseguran que **habrá que tenerlo en cuenta.** Sus propuestas son las más populistas dentro de los demócratas, [illegible] reducción de impuestos, [illegible] nes en EE.UU., [illegible] do el mundo y un [illegible] militares.*

BOB [illegible]

Carismático, héroe de Vietnam, [illegible] pular actriz Debra Winger, el [illegible] crata Bob Kerrey [illegible] sonalidad y es un [illegible] lad de cobertura [illegible] gobierno. En impuestos, [illegible] to, propone una [illegible] impulsar la economía. [illegible] los norteamericanos [illegible] dencial para [illegible] picia reducir en [illegible] sa hasta la mitad [illegible]

[illegible]

Ex gobernador de California, [illegible] está en la segunda fila de [illegible] mócratas. Como sus rivales, [illegible] ne recortar los impuestos [illegible] cial y aplicar un impuesto a [illegible] más ricos, además de un [illegible] impositivo para aportar al [illegible] 100.000 millones de dólares. [illegible] propicia reducir la ayuda [illegible] para dedicarla a programas [illegible] paciales.

Los aspirantes a la nominación demócrata. De izquierda a derecha: Paul Tsongas, Bob Kerrey, Tom Harkin, Bill Clinton y Jerry Brown.



Los rivales de Bush

Pese a que, con un obvio optimismo, George Bush asegura que su sillón en la Casa Blanca está asegurado por cuatro años más, siete rivales, dos republicanos y cinco demócratas, están dispuestos a demostrar lo contrario. Más populistas los demócratas, más conservadores los republicanos, los siete centran sus programas en criticar la actual situación económica y el mal manejo de Bush de los asuntos internos. El siguiente es un perfil de cada uno de los rivales del presidente.

PAT BUCHANAN

Periodista, polémico y acérrimo conservador, el republicano **Pat Buchanan** tiene un solo lema para su campaña: "**Norteamérica primero**". Aunque por el momento **Bush** casi lo duplica en las encuestas, el controvertido **Buchanan** ha crecido mucho en las últimas semanas, sobre todo por **su prédica nacionalista** con propuestas tales como terminar con toda la ayuda al exterior, levantar barreras proteccionistas en torno a **Estados Unidos y mantener** afuera a los inmigrantes **del Tercer Mundo**. Criticando a **Bush** por ser "**mundialista e internacionalista**", el ultraconservador periodista (fue columnista de la CNN) promete que **centrará toda su política en el país** y cada día son más los que le creen. **Aunque** maneja un **Mercedes Benz alemán, no** tiene problemas en atacar a los "**extranjeros**" que complican la economía de EE.UU., **un mensaje que llega hondo en medio de la ola anti japonesa en el país.**

BILL CLINTON

Hasta hace pocas semanas, **Bill Clinton** era considerado como **el favorito para lograr la nominación demócrata**. Políticamente de centro, económicamente menos populista que el resto de los demócratas, con buena **imagen pública** (al punto de que ya se lo llamaba "**el nuevo Kennedy**"), su triunfo parecía **inevitable**. **Incluso**, había sobrevivido a las acusaciones de infidelidad conyugal, casi **una lápida** para un político de EE.UU. Sin embargo, un nuevo escándalo ya fue demasiado para los votantes, quienes no le perdonan que haya **maniobrado para no ir a Vietnam** (como Quayle). Ya cayó al segundo lugar entre los demócratas aunque algunos apuestan a que en **New Hampshire** conseguirá sobreponerse. Sus propuestas: **reducir impuestos al capital y a la clase media** y subírselos levemente a los ricos, ampliar la seguridad social y recortar 25% los gastos de defensa.

PAUL TSONGAS

Paul Tsongas, ex senador por **Massachussetts**, se erigió en las últimas encuestas como el favorito entre los demócratas, al menos en las primarias de **New Hampshire**, aunque más por la caída de **Clinton** que por méritos propios. De muy bajo perfil nacional, hasta hace poco era casi un desconocido, **Tsongas** también centra su campaña en lo económico. Propone un plan para ofrecer créditos para impuestos sobre inversiones, investigación y desarrollo económico; propicia un plan para **crear empleos en seis años**, extender el seguro médico y reducir los gastos de defensa en 30 por ciento.

DAVID DUKE

David Duke, el tercer republicano en discordia,ex miembro del **Ku Klux Klan** y hasta hace poco tiempo un oscuro político de **Louisiana**, se hizo conocer al país por sus posturas racistas y, aunque no amenaza a **Bush**, sí lo hace con el **Partido Republicano**, que no se lo puede sacar de encima. Considerado por algunos como un **demagogo derechista y por otros como un paladín de los verdaderos valores norteamericanos, Duke** hasta el momento sólo propuso, además de terminar con la ley de derechos civiles, **la reducción de impuestos a la clase media y un abrupto recorte de gastos sociales.**





TOM HARKIN

Senador por el poco importante estado de **Iowa, Tom Harkin** sabe que no tiene demasiadas posibilidades de ser ungido candidato demócrata. Sin embargo, tras su triunfo en las primarias de su estado natal, algunos aseguran que **habrá que tenerlo en cuenta.** Sus propuestas son las más populistas dentro de los demócratas, [illegible] reducción de impuestos, [illegible] nes en EE.UU., [illegible] do el mundo y un [illegible] militares.

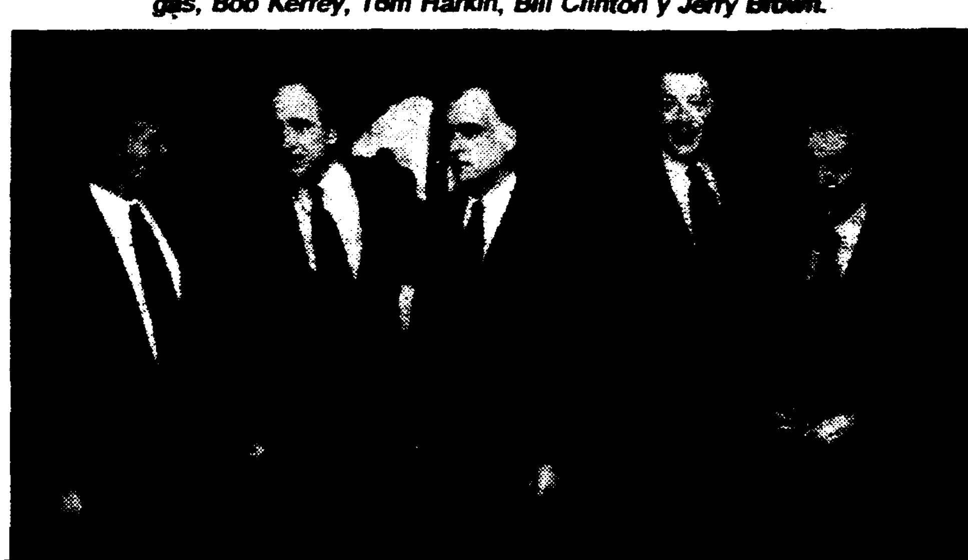
BOB [illegible]

Carismático, héroe de [illegible] pular actriz [illegible] crata Bob Kerrey [illegible] sonalidad y es un [illegible] lud de cobertura [illegible] gobierno. En impuestos [illegible] to, propone una [illegible] impulsar la economía [illegible] los norteamericanos [illegible] damental para [illegible] picia reducir en [illegible] sa hasta la mitad [illegible]

JERRY [illegible]

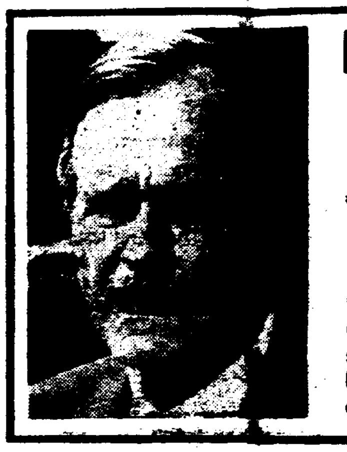
Ex gobernador de California [illegible] está en la segunda fila [illegible] mócratas. Como sus [illegible] ne recortar los impuestos [illegible] cial y aplicar un impuesto [illegible] más ricos, además de un [illegible] impositivo para aportar al [illegible] 100.000 millones de dólares [illegible] propicia reducir la ayuda militar [illegible] para dedicarla a programas [illegible] paciales.

Los aspirantes a la nominación demócrata. De izquierda a derecha: Paul Tsongas, Bob Kerrey, Tom Harkin, Bill Clinton y Jerry Brown.



LA CARRERA POR

A pocas horas de conocerse los resultados de las elecciones primarias de New Hampshire, el presidente George Bush se lanzó ayer a una indisimulada búsqueda de votos. La estrecha ventaja obtenida por el mandatario sobre su contrincante republicano Pat Buchanan fue considerada unánimemente como un toque de atención a sus aspiraciones de ocupar por un nuevo período la Casa Blanca. "Hay que acabar con ese tipo en todos los estados", dijo ayer Bush refiriéndose a Buchanan. El resultado de los comicios dejó al bando demócrata en la incertidumbre: ningún candidato logró alzarse con una ventaja definitoria. Aunque Paul Tsongas superó en la cantidad de votos a Bill Clinton, ambos obtuvieron 9 convencionales. Las bolsas y los despachos oficiales de todo el mundo reaccionaron ayer con muestras de nerviosismo. El primer ministro japonés, Kiichi Miyazawa, manifestó su extrañeza por la ajustada victoria del presidente norteamericano.



BUSH

59%

El presidente Bush logró una mínima diferencia sobre su adversario Buchanan: un toque de atención.

RESULTADOS FINALES EN NEW HAMPSHIRE

Candidatos	Votos	%	Delegados
REPUBLICANOS			
Bush	91.509	59	14
Buchanan	64.787	41	9
DEMOCRATAS			
Tsongas	55.200	37	9
Clinton	41.241	27	9
Kerrey	18.160	12	0
Harkin	16.887	11	0
Brown	13.623	9	0
Cuomo(*)	6.053	4	0

(*) Mario Cuomo, gobernador del estado de Nueva York, no se presentó a las primarias de New Hampshire, pero partidarios suyos pidieron a los electores que escribieran su nombre en las boletas.

InfografíaCLARIN

Tras el susto, Bush

MANCHESTER, New Hampshire, 19 (Reuter, AP, AFP, EFE, ANSA y por **Ronald Brownstein**, de **Los Angeles Times**, y **Ann Devroy**, de **The Washington Post**, especial para Clarín). — El presidente **George Bush** hizo ayer las valijas y viajó apresuradamente de Washington a Tenesí para pelear los votos republicanos en las próximas primarias al fortalecido Pat Buchanan tras el veredicto de New Hampshire.

"Vamos a detener a este tipo en todos y cada uno de los estados", dijo Bush de su impensado oponente Buchanan, al arribar a la región sureña de Tenesí para continuar con el desarrollo de la campaña proselitista con miras a su postulación como candidato republicano para un nuevo período presidencial. **"No voy a tomar nada por garantizado. Voy a remangarme y salir a combatirle"**, sostuvo agresivamente el actual mandatario norteamericano.

La contienda electoral demócrata en la primaria presidencial inaugural fue mucho menos dramática, pero igualmente reflejó la ausencia de un candidato natural que sobresalga por encima de los demás. El ex senador por Massachusetts, **Paul Tsongas**, obtuvo el 37 por ciento de los votos, seguido no muy lejanamente por el gobernador de Arkansas, **Bill Clinton**, a diez puntos.

Los resultados registrados en New Hampshire reflejaron la preocupación de los estadounidenses por el manejo económico de la administración Bush, que aunque haya vencido con un 59 por ciento contra el 41 de Buchanan, muestra un pobre desempeño para un presidente que hace apenas un año logró índices de popularidad récord, gracias a la intervención de las fuerzas aliadas lideradas por los EE.UU. en la guerra del Golfo.

El jefe de la Casa Blanca se mostró incómodo ante la sensación generalizada de que su triunfo fue estrecho. "¿Desde cuándo no es aplastante una victoria por 18 puntos?", preguntó con ironía. A pesar de la retórica, el impacto fue recibido: "Pienso que los oponentes de am-

EL CAMINO A LA CASA BLANCA



NADA CAMBIO PARA LOS DEMOCRATAS

En la oscuridad

MANCHESTER, New Hampshire, 19 (Por **Jack W. Germond**, de **The Baltimore Sun**, especial para Clarín). — **Después de las primarias llevadas a cabo ayer, los líderes del Partido Demócrata, ansiosos por enfrentar a un presidente políticamente herido, siguen tan inseguros como antes sobre el nombre del futuro candidato.**

Indudablemente, estas primarias demócratas plantearon **más preguntas que respuestas**. De hecho, la de mayor trascendencia es la siguiente: **¿Quién es, para los demócratas, el candidato que puede sacar ventaja de la vulnerabilidad que mostró de manera tan clara el presidente George Bush?**

Tal vez con excepción de **Paul Tsongas** y de sus más devotos admiradores, ningún demócrata está en condiciones de decir que los resultados alcanzados en New Hampshire permitieron obtener una respuesta satisfactoria.

De esta realidad se infiere un segundo interrogante: **¿Los demócratas intentarán reclutar ahora un "tercer hombre" alternativo, como podría ser el líder de la mayoría de la Cámara de Representantes, Richard Gephardt?**

El triunfo de Tsongas —con el 37 por ciento de los votos— fue, desde cualquier punto de vista, **un éxito incuestionable**, teniendo en cuenta sus discretos antecedentes políticos, su escaso carisma y los límites que él mismo se fijó como senador de **Massachusetts**. Ahora deberá demostrar que puede ganar en otras partes del país, con lo que parece ser su mejor argumento: transmitir las malas noticias —sobre todo económicas— a los potenciales electores demócratas.

El segundo lugar del gobernador de Arkansas, **Bill Clinton** —con el 27 por ciento de los votos— es un retroceso, ya que hasta apenas tres semanas se mantuvo al frente en las encuestas de opinión. Inevitablemente esta pequeña derrota será **atribuida a una reacción de los votantes** por las controversias sobre su vida personal y por el hecho de haberse valido de influencias para no participar en la guerra de Vietnam. Para Clinton, la cuestión clave es tratar de superar ahora esas reservas en el electorado de otras regiones del país.

El resultado más desalentador para los demócratas fue **la imposibilidad de dar su espaldarazo** a un tercer candidato con posibilidades de intervenir con éxito en la carrera electoral. El favorito de consenso era el senador **Bob Kerrey**, de **Nebraska**, que a la postre sólo consiguió el 12 por ciento de los votos. Kerrey parecía ser **el menos imperfecto de todos los precandidatos** para una elección general, pero no logró superar claramente al senador **Tom Harkin**, de **Iowa**, y al ex gobernador de **California**, **Jerry Brown**. Estos últimos obtuvieron el 11 por ciento y el 9 por ciento de los votos, respectivamente.

Cuidada estrategia

La indefinición que han provocado los resultados electorales entre los demócratas se hace más evidente por el hecho de que las primarias no dejaron **ninguna víctima mortal** en el campo de batalla político. Por el contrario; todos, incluyendo a Bob Kerrey y a Tom Harkin, recibieron suficiente apoyo como para seguir luchando en las próximas rondas: los "caucus" de **Maine**, el próximo domingo; las primarias de **Dakota del Sur**, el martes 25, y la prueba decisiva que significan los comicios que se celebrarán en siete estados el martes 3 de marzo.

En su intento por erigirse en contendientes viables, es seguro que los sobrevivientes en la campaña elegirán cuidadosamente sus terrenos de batalla. Para Clinton, por ejemplo, la verdadera prioridad serán **las primarias de Georgia**, donde tendrá que demostrar que su vieja historia sobre la guerra de Vietnam no se ha convertido en **una carga demasiado pesada**. Allí se encuentra además uno de los electorados **más difíciles** del país, ya que los votantes demócratas —muy conservadores— abandonaron las filas del partido para inclinarse por **Ronald Reagan** y **George Bush** en las últimas tres elecciones.

El primer objetivo de Tsongas, por su parte serán los "caucus" del partido en Maine, donde se presentará como claro favorito. Pero Tsongas también tiene la intención de hacerse presente en Dakota del Sur durante la próxima semana, antes de concentrarse en las primarias de **Maryland**, previstas para el 3 de marzo.

Para Kerrey y Harkin, la votación de Dakota del Sur será importante porque ambos provienen de estados vecinos y allí llevaron a cabo activas campañas durante varias semanas. Si cualquiera de ellos sufre en Dakota del Sur una grave derrota, le resultará difícil postularse como un favorito regional fuerte, y mucho menos como un candidato nacional.

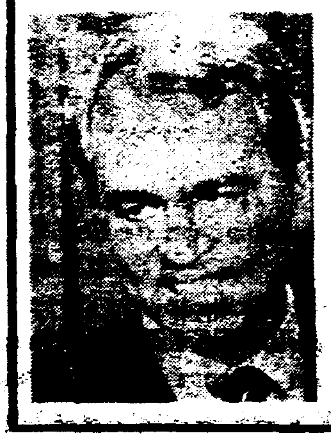
LA CASA BLANCA



BUCHANAN

41%

Pat Buchanan hizo una elección que para él será memorable: ahora debe revalidarla en las restantes primarias.



TSONGAS

37%

Paul Tsongas, uno de los [illegible] demócratas, su [illegible] ventaja sobre Clinton se definió la [illegible].



27[illegible]

sale a buscar votos en el [illegible]

[illegible] bas partes levantaron la cosecha del descontento con el ritmo de la economía de New Hampshire. "Entiendo el mensaje de insatisfacción", aceptó el presidente.

En el cuartel electoral de Buchanan la moneda corriente era un cauteloso optimismo. El ex comentarista sostuvo que "tenemos una oportunidad remota de obtener la nominación y haremos nuestro mejor esfuerzo para lograrlo". Buchanan manifestó además que "nuestro verdadero foco está ahora en el campo de batalla del estado de Georgia", donde el 3 de marzo continuarán las votaciones primarias para elegir delegados a las convenciones partidarias que designarán a los candidatos presidenciales de noviembre.

Tanto en Europa como, principalmente, en Japón los guarismos electorales republicanos fueron recibidos con sorpresa y preocupación. La campaña de Buchanan, cuya consigna principal es "los EE.UU. primero", ha suscitado el temor de que si Bush no es reelecto el nuevo gobierno endurezca su política exterior y, sobre todo, las relaciones comerciales con las demás potencias.

Los resultados electorales no [illegible] surgimiento de una candidatura [illegible] tas. Aunque Tsongas superó en la [illegible] Clinton, ambos tendrán [illegible] nión final partidaria que definirá la [illegible] dencial.

Ahora Tsongas, Clinton y los [illegible] demócratas (los senadores por [illegible] por Iowa, Tom Harkin y [illegible] Jerry Brown) pasan a la [illegible]

REPUBLICANOS, OBLIGADOS A REPLANTEAR SU ESTRATEGIA

El síndrome Buchan[illegible]

"Hey, Hey, Ho, Ho, George Bush has got to go". (George Bush se tiene que ir), cantaban, luego de conocerse los resultados en el Partido Republicano, los simpatizantes de Patrick Buchanan. Con el 41 por ciento de los votos a su favor, contra el 59 por ciento obtenido por el presidente en ejercicio, la "derrota" de Buchanan tiene mucho de victoria.

La estrategia de Buchanan rindió frutos y el presidente Bush, que durante la campaña pensaba visitar sólo los estados más estratégicos, debió armar sus valijas y comenzar una gira electoral por el sur.

Observadores y analistas coincidían en afirmar que si Buchanan lograba más del 35 % de los votos "se consideraba una gran victoria". Para Bush, el porcentaje que requería para que ésta fuese una buena elección era de por lo menos el 65 %.

La atención de los norteamericanos en las cuestiones políticas es sumamente discontinua y por momentos de indiferencia. Sólo la cadena televisiva CNN decidió brindar una cobertura especial sobre estos comicios. Las otras cadenas consideraron que la votación no era lo suficientemente atractiva para sus televidentes.

Como especialista en comunicación, Buchanan, de 53 años, basó entonces su campaña de siete semanas en New Hampshire en una serie de frases breves y de mucho impacto, que en muchos casos apelaron a la burla y a la agresión: invitó a Bush —un hombre rico— a debatir "en el country club de su preferencia", acusó al presidente de incumplir su promesa de no crear nuevos impuestos y dijo que el Congreso norteamericano es "uno de los territorios ocupados por Israel".

Su lema es "Estados Unidos primero", y confesó que esperaba que este lema sirviera para crear en el Partido Republicano "algo más que un grupo de amigos que se reúne para comer, y algo menos que un tercer partido".

Por el momento no está en peligro el liderazgo de Bush dentro del Partido Republicano. Pese a no tener un novato en las lides electorales —Buchanan nunca ocupó un cargo electivo— que obtiene en sus primeros comicios apenas 18 puntos menos que el presidente.

♦ **Insatisfacción**

La primera reacción de Bush fue precisamente reconocer que el mensaje de los electores había sido una expresión de "insatisfacción" con la situación económica.

Luego de cuatro años de gobierno, Bush enfrenta estas elecciones primarias en medio de una grave recesión económica: nueve millones de desempleados, 30 millones de personas sin seguridad social, uno de cada diez estadounidenses recibe cupones de alimentos para sobrevivir, y en el país hay actualmente 25 millones de ciudadanos que no concluyeron sus estudios primarios.

Aunque muy probablemente Bush será elegido como candidato en la convención republicana de agosto en Nueva York, Buchanan se encuentra ahora en una muy buena posición como para hacerle más tortuoso el camino al actual ocupante de la Casa Blanca.

Buchanan ha obtenido una proporción de votos a su favor semejante a la que obtuvo Eugene McCarthy en 1968, y que ayudó a persuadir a Lyndon Johnson para que no buscase la reelección.

Bush tiene aún varios puntos a su favor. Pero lo principal es que en estos comicios ningún candidato demócrata alcanzó un porcentaje suficiente como para imponerse a nivel nacional.

Según las [illegible] los lugares [illegible] por ciento [illegible] que no [illegible] tro años. Y [illegible] votos a su [illegible] situación [illegible] ¿Puede [illegible] ciones en New [illegible] Unidos?

New Hampshire [illegible] más castig[illegible] los blancos [illegible] Apenas el [illegible] color negro, y [illegible] de origen [illegible]

♦ [illegible]

De[illegible] shire no [illegible] Unidos. [illegible] levemente [illegible] súper martes del 10 [illegible] once estados [illegible]

"Voy a [illegible] voy a dar [illegible] o ir por [illegible] Tennessee [illegible] candidatos [illegible]

El [illegible]

Inquietud en el mundo

LONDRES, 19 (Reuter). — El pobre desempeño del presidente George Bush en la elección primaria de New Hampshire provocó hoy estremecimientos en mercados y oficinas gubernamentales del mundo entero.

Si bien pocos operadores financieros, políticos o analistas consideran seria la perspectiva de que el derechista desafiante republicano Pat Buchanan llegue a la presidencia de los Estados Unidos, muchos consideran que el resultado constituye un rudo golpe para Bush, que podría impulsarlo a adoptar políticas más aislacionistas.

El primer ministro japonés Kiichi Miyazawa manifestó que había estimado que Bush saldría mejor en las siguientes votaciones.

Miyazawa manifestó a los periodistas: "Pensé que Bush superaría el 60 por ciento. Pero el señor Buchanan no conseguirá apoyo en todo su país. Creo que se trata solo de un estado, cuya economía parece estar en recesión".

El promedio bursátil clave Nikkei de Tokio terminó 253,73 puntos abajo, en 20.618,30, su menor nivel desde el 1° de octubre de 1990, aunque agentes de Bolsa señalaron que la figuración de Bush en la primaria de New Hampshire fue solo uno de los muchos factores incidentes.

Nº. DOCUMENTO

TITULO EE.UU. inflación del 0,1 % 150025

PROCEDENCIA La Nación

FECHA 20-2-92

65890

11161

11300

M.C

EE.UU.: Inflación del 0,1 %

01/01

9203367

Nº. DOCUMENTO
TITULO EE.UU. deficit comercial bajo
PROCEDENCIA El País 150007
FECHA DE P. 21-2-92
VINCULACIONES 65890
11161
11409

M.C.

EE.UU.: DEFICIT COMERCIAL BAJO

WASHINGTON, 20 (AP).— Un aumento inusitado de las exportaciones colocó el déficit comercial de Estados Unidos en 1991 por debajo de los U$S 100.000 millones por primera vez en ocho años, dijo hoy el gobierno.

El déficit del año pasado fue de U$S 66.200 millones, dijo el gobierno, pero 43.440 millones de esa cifra, o sea el 65%, corresponden al déficit comercial con Japón.

La drástica mejoría registrada se produjo aún cuando el déficit de diciembre aumentó un 42,3% a U$S 5.940 millones. El deterioro de diciembre reflejó el hecho de que las exportaciones bajaron ese mes un 2,2%, mientras que las importaciones subieron un 2,3%.

Las exportaciones de Estados Unidos alcanzaron la cifra récord de U$S 421.8[illegible] millones, que significa un aumento del 7,2% respecto al año anterior. Los economistas dijeron que las cifras relacionadas con la balanza comercial correspondientes a diciembre podrían constituir un mal augurio, ya que muestran que las exportaciones norteamericanas bajaron por segundo mes consecutivo.

Muchos economistas están vaticinando que dentro de dos años el déficit volverá a acercarse a la cifra de los U$S 100.000 millones. Estiman que el aumento de la demanda norteamericana de productos extranjeros aumentará las importaciones, mientras que la debilidad de algunos de los importantes mercados extranjeros de Estados Unidos reducirá las exportaciones. Una situación de este tipo constituiría un factor negativo para el gobierno del presidente George Bush, que cuenta con que el crecimiento de las exportaciones siga siendo fuerte de forma que la estancada economía norteamericana pueda ponerse nuevamente en marcha.

El déficit de la balanza comercial norteamericana para 1991 fue inferior al registrado en 1990 de U$S 101.720 millones y el más bajo desde que el déficit ascendiera a 52.400 millones de dólares en 1983.

El déficit de la balanza comercial aumentó en 1984 a U$S 106.700 millones y llegó a alcanzar la cifra récord de U$S 152.100 millones en 1987. Gran parte de la mejoría registrada el año pasado refleja los efectos de la recesión norteamericana, que redujo la demanda de productos extranjeros. Las importaciones declinaron el año pasado a U$S 488.060 millones.

01/01

9203368

M.C.L.

Adiós al ajuste fiscal en EE.UU.

Washington (Reuter) — Cada día de este año, el gobierno estadounidense **piensa gastar más de mil millones de dólares que no tiene en sus arcas.** Y, lo que es peor para el contribuyente norteamericano, **no se divisa ya [illegible] horizonte que haya un fin para el desequilibrio fiscal** y su crónico saldo negativo.

El nuevo presupuesto del presidente **George Bush** abandona anteriores promesas de que la brecha entre los gastos y los ingresos —una suma colosal de **399.400 millones de dólares** en el ejercicio fiscal 1992— desaparecerá.

La perspectiva a largo plazo contemplada en el presupuesto gubernamental, que abarca hasta 1997, **admite la tozuda persistencia del desfase.**

"La mayoría de los presupuestos presidenciales para un plazo de cinco años proyectaban un déficit ampliamente más bajo o incluso un superávit", señaló **Stan Collender**, analista del presupuesto federal de **Price-Waterhouse.**

"Este es el primero en el que se calcula que el déficit volverá a ascender dentro de pocos años. Y el presupuesto no incluye ninguna medida tendiente a prevenirlo", agregó **Collender.**

Los demócratas afirman que **Bush** es hipócrita al enunciar compromisos de disciplina fiscal y ha renunciado a los intentos de equilibrar las cuentas del gobierno, lo que obliga a los contribuyentes **a tener que financiar costos de servicio de [illegible] siempre crecientes.** Solamente [illegible] en concepto de intereses ascienden a **199.000 millones de dólares.**

"¿Cómo puede un gobierno conservador que predica el postulado de la reducción del déficit ofrecer esta clase de insensatez?", inquirió el representante **Dyron Borgam**, demócrata de **Dakota del Norte**, a los asesores económicos de **Bush.**

"Creo que lo que ustedes están diciendo es que se va a levantar bandera blanca de rendición en cuanto al déficit", añadió Borgam.

Pero el director de Presupuesto de Bush, **Richard Darman**, replicó que la dispendiosidad del Congreso también es responsable de la situación.

"Mientras la reacción a nuestras propuestas sea que los ítem impositivos populares son aceptables, pero cualquier forma de sufragarlos resulta inaceptable, tendremos un problema fundamental... El déficit no desaparecerá", vaticinó.

M.C

Bush asustado por el avance de demócratas

Washington (Reuter) — El presidente George Bush lanzará una agresiva campaña para desacreditar a Pat Buchanan como un desafiante serio por la candidatura republicana y evitar así una traumática lucha que ayudaría a los demócratas en las elecciones de noviembre, dijo ayer la Casa Blanca.

Bush "ciertamente va a tomar una postura más agresiva" contra Buchanan, señaló Judy Smith, vocera de la Casa Blanca.

Buchanan, un columnista y comentarista político conservador, sorprendió el martes al presidente al arrebatarle cuatro de cada diez votos republicanos en las elecciones primarias presidenciales del estado de New Hampshire.

Smith citó a la Guerra del Golfo y la seguridad social como dos armas que Bush utilizaría contra su carismático rival, quien dirige una rebelión política conservadora contra el mandatario, en un intento por dificultarle el camino para volver a obtener la nominación presidencial del Partido Republicano.

Buchanan se opuso a la participación estadounidense en la Guerra del Golfo y, según investigaciones del equipo de campaña de Bush, en 1983 dijo que las contribuciones para el fondo de seguridad social debían ser voluntarias.

Las propuestas para cambiar el virtualmente sacrosanto sistema federal de retiro han sido dinamita política en el pasado y los políticos generalmente se alejan de cualquier tipo de postura reformista una vez que se convierte en candidatos a cargos públicos nacionales.

"El pueblo estadounidense tiene el derecho a saber por quién está votando", indicó Smith, y anunció que el presidente tendrá una agitada agenda de campaña en las próximas semanas.



George Bush



Bill Clinton

La vocera dijo a los periodistas que cubren la fuente presidencial que "laven sus calcetines" porque Bush viajará intensamente por el sur del país, donde se efectuarían votaciones clave en las próximas tres semanas.

La necesidad de un cambio de estrategia se hizo aparente el martes, cuando Buchanan consiguió un sorprendente buen desempeño en los comicios de New Hampshire, lo que representó un voto de protesta por la situación económica del país.

Según las cifras finales emitidas el miércoles por la noche por la Secretaría de Estado de New Hampshire, Bush venció a Buchanan por 53% a 37% de los votos, con 10% de sufragios en favor de "otros" candidatos.

En comparación con estimaciones previas, esas cifras representan una ligera caída para Buchanan, pero constituyen una mayor para Bush y una situación embarazosa que los funcionarios de la Casa Blanca no quieren ver repetida en otros puntos del camino hacia las elecciones generales del 3 de noviembre.

Respecto a la plataforma demócrata, el conteo oficial indicó que el ex senador por Massachusetts Paul Tsongas ganó con 33% de los votos frente a 25% del gobernador de Arkansas, Bill Clinton, en una ligera disminución para ambos.

Pronostican un repunte económico en EE.UU.

WASHINGTON (Reuter). — El presidente de la Reserva Federal, Alan Greenspan, sostiene que la economía estadounidense se está desperezando. El secretario del Tesoro, Nicholas Brady, asevera que observa los primeros signos de una primavera económica luego de una gélida recesión.

No importa cómo se lo enuncie, el aroma de la recuperación parece impregnar el aire en este año de elecciones presidenciales.

Nadie ha cantado victoria todavía. Pero economistas y funcionarios estiman que la economía dará pruebas de recuperación en el segundo trimestre de este año. "Existen razones para creer que la actividad empresarial se acelerará", declaró Greenspan a congresales la semana pasada.

Esas razones van desde un más acelerado crecimiento de la oferta monetaria —que debe proporcionar las semillas para un punto de inflexión favorable de la economía— hasta mayores ventas minoristas y una aceleración en la construcción de nuevas casas.

Las ventas minoristas [illegible] el 0,6 por ciento en enero, mientras que la iniciación de construcción de nuevas viviendas, otro barómetro seguido atentamente para determinar el estado de la actividad económica, subió cinco por ciento, llegando a sus máximos niveles en casi dos años.

"Vamos a tener un segundo trimestre bastante robusto", vaticinó David Jones, economista principal de los agentes bursátiles Aubrey G. Lanston and Co.

Algunos funcionarios de la Reserva Federal, el banco central norteamericano, se muestran más optimistas y piensan que el repunte podría ser más firme de lo que muchos habían previsto.

Pero Greenspan y otros funcionarios del "Fed" han advertido que el [illegible]. Economistas y funcionarios no se olvidan de que una recuperación incipiente el año pasado fue efímera.

Pero muchos creen que esta vez las cosas serán diferentes. Las tasas de interés están en sus niveles más bajos desde hace casi 20 años, lo que es bueno para los consumidores agobiados por deudas y las empresas que se hallan en similar situación.

Robert Barbera, principal economista de la casa financiera Shearson Lehman Brothers Inc., manifestó que los propietarios de casas [illegible].

Nº DOCUMENTO
TITULO: EE.UU. retira militares de Panamá
FUENTE: LA República 150023
FECHA: 20-2-92
VI...: 65890

11302
11163
11301
11416
11584
11400
66718

MCL

Lo afirmó el secretario de Defensa

EE.UU confirmó retiro [illegible] de militares [illegible] en Panamá

L.R.

[illegible]

01/01

9203372

Brown celebra durante un acto proselitista en Nueva York (Reuter)

Clinton se ve forzado a un cambio de estrategia

Por Julio Crespo

(Corresponsal de LA NACION en Washington)

Sorpresa: la victoria de Jerry Brown en Connecticut le otorga un nuevo interés a la carrera electoral de los demócratas.

WASHINGTON.– El triunfo de su rival Edmund (Jerry) Brown en las primarias de Connecticut –del cual LA NACION informó en su segunda edición de ayer– no fue exactamente una sorpresa para Bill Clinton, pero lo obliga a un cambio de estrategia en su campaña.

El candidato, que había puesto la mira en las elecciones de noviembre y se preparaba para disputar la presidencia a George Bush, debe ahora concentrar una vez más sus esfuerzos en las internas del Partido Demócrata.

Por lo menos hasta las primarias de Nueva York, el próximo 7 de abril.

Nueva York, como Connecticut, es un Estado donde la candidatura del ex senador Paul Tsongas contaba con un número sustancial de adherentes. Aunque ya retirado oficialmente de la campaña, Tsongas todavía pudo consechar un impresionante 20 por ciento de los votos en Connecticut.

El resto de sus simpatizantes optaron por Clinton o Brown, de una manera que conmovió la seguridad que el primero había comenzado a manifestar en su victoria final.

Si un fenómeno similar se repite en un Estado de la magnitud de Nueva York –el segundo entre los 50 de la Unión, por su población y por el número de delegados (268) que envía a las convenciones partidarias–, la campaña de Clinton estaría en serio peligro.

Después de Nueva York, la gran batalla es en California, el mayor de todos los Estados, del que Jerry Brown fue gobernador y en el que, aunque tiene un buen número de enemigos políticos declarados, cuenta también con sólidos respaldos.

Los puntos débiles

Los puntos débiles en la campaña de Clinton siguen siendo los que se relacionan con su carácter más que con su programa político: sus aventuras extramatrimoniales, la forma en que eludió el servicio en Vietnam, sus manejos financieros y los de su mujer, Hillary.

Magnificados por la abundante prensa amarilla de Nueva York, estos asuntos afectaron la imagen de Clinton como candidato viable en las elecciones, es decir, como alguien eventualmente capaz de disputar el triunfo a un presidente en ejercicio.

A diferencia de lo que ocurre entre los republicanos, donde el candidato que obtiene mayoría de votos gana todos los delegados de esa jurisdicción, en el Partido Demócrata rige el sistema de repartición proporcional. Por eso es mucho más difícil asegurarse la victoria y la batalla resulta más dura y prolongada.

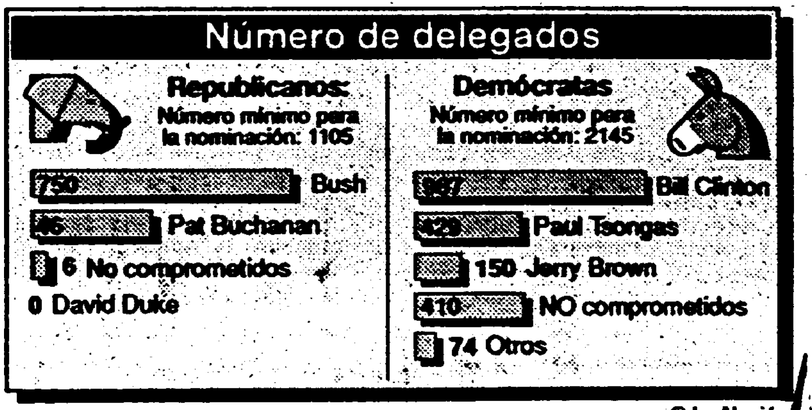
En 1884, Walter Mondale consideraba firme su nominación cuando apareció Gary Hart y lo derrotó precisamente en las primarias de Connecticut.

Mondale se recuperó con victorias en Nueva York y Pennsylvania, pero más tarde volvió a perder en Ohio y en California. Finalmente, sólo pudo ganar la nominación gracias al voto de los "superdelegados", que son elegidos en las primarias y representan a distintas ramas del partido.

Escasez de recursos

El éxito de Brown en Connecticut viene a rescatar su campaña de los estrechos límites que le marcaba su falta de recursos. Esta limitación responde en parte a una decisión del mismo Brown. En un gesto criticado por algunos por falta de sinceridad, y visto por muchos como una manera de hacer virtud de necesidad, Brown no admite contribuciones superiores a cien dólares por individuo.

Pero, a partir de ayer, esa voluntaria austeridad se ha visto más que compensada por la cosecha de espacio gratuito en la televisión y en otros medios, lograda después de su victoria en Connecticut.



Bush congeló totalmente la ayuda económica.
A. Fujimori 150027
8-4-92
65890
66817
11161
11400

MCL

Quedaron suspendidos u$s 300 millones, incluidos fondos contra narcotráfico

Más duro Bush: congeló ayer totalmente la ayuda económica

Washington** (Reuter, EFE, UPI, DPA) — **El gobierno de los Estados Unidos ratificó ayer, en la práctica, los anuncios formulados horas antes por el presidente George Bush a Perú en una medida que por sus consecuencias supera a la posición adoptada por las naciones latinoamericanas que, hasta el momento, se limitaron a condenar el autogolpe impulsado por el mandatario peruano, Alberto Fujimori.

*"A la luz de la actual situación en Perú, los Estados Unidos están examinando toda su asistencia a ese país y se **suspende inmediatamente toda entrega de nueva ayuda**", dijo ayer la vocera de la Casa Blanca, **Judy Smith**.*



George Bush

*La decisión del presidente Fujimori causó una gran sorpresa en medios políticos estadounidenses y fue considerada en Washington como **un duro golpe a la democracia** y a la guerra contra el narcotráfico.*

• Cifras

*El congelamiento de fondos dispuesto por los Estados Unidos, que no afecta la ayuda humanitaria, significa el **no desembolso de 45,4 millones de dólares** que quedaron pendientes de lo solicitado por Lima en el '91 y **otros 275 millones de dólares más** previstos para este año.*

*La vocera de la Casa Blanca anunció, además, que el gobierno estadounidense inició consultas con sus aliados, incluyendo a los miembros de la Organización de Estados Americanos (OEA), para determinar **otras medidas** para responder a la decisión del presidente Fujimori.*

LA AYUDA SUSPENDIDA

- **Asistencia económica: 193 millones. (30 millones no desembolsados quedan suspendidos.)**
- **Asistencia militar antinarcóticos: 24,5 millones de dólares. (15,4 millones no desembolsados quedan suspendidos.)**
- **Asistencia para otros programas antinarcóticos: 19 millones de dólares.**

La Agencia para el Desarrollo Internacional dijo que carecía de un total exacto de la ayuda humanitaria que recibe Perú.

Para el año fiscal 1992 el Departamento de Estado solicitó 275 millones de dólares para Perú, distribuidos en partes similares para las tres categorías.

• Narcotráfico

Una gran parte de la ayuda económica suspendida por el gobierno de Bush estaba destinada a la lucha contra el narcotráfico con el propósito de frenar el flujo de cocaína hacia los Estados Unidos, teniendo en cuenta que Perú es uno de los principales productores de hojas de coca.

Funcionarios norteamericanos reconocieron que los esfuerzos de su gobierno [pa]ra colaborar con las de[mo]cracias de América latina [en] la lucha antidroga "fu[eron] heridos seriamente" p[or el] cambio institucional e[n] Perú.

SE AFIRMA AUTOGOLPE EN PERU

• Llamada

*La iniciativa de Bush [de] suspender la ayuda económi[ca] al gobierno de Perú [se] produjo a continuación [de] una llamada a su equipo [di]plomático, encabezado [por] el subsecretario de Esta[do] **Bernard Aronson**, que se [en]contraba en Lima para m[an]tener conversaciones con [Al]berto Fujimori.*

Fujimori y Bush discrep[a]ron cuando se reunieron a [fi]nes de febrero en una cu[m]bre por el tema drogas [en] San Antonio, Texas.

Fujimori es un duro cr[íti]co de los Estados Unidos p[or] su abstención en la ayu[da] antidrogas. Bush dijo que [los] problemas internos de [su] país limitaban la cantidad [de] dinero disponible para ay[u]dar a los vecinos latinoame[ricanos] a erradicar la pr[o]ducción de drogas.

61/01

9203374

LA CARRERA POR LA [illegible]

New Hampshire, punto de largada

Comienza hoy la prueba de fuego para los norteamericanos: en efecto, las primarias de New Hampshire, si bien otorgan solo el 2 por ciento de los electores, tiene impacto en el resto de las votaciones que culminarán con las convenciones partidarias. Dos republicanos y cinco demócratas luchan por llegar a la Casa Blanca.

Producción y textos de Rubén Guillemí

Si se mantiene la tradición vigente desde 1952, los ciudadanos del pequeño estado de New Hampshire decidirán hoy en la primera elección primaria abierta qué candidato tiene más posibilidades de convertirse en el presidente de los Estados Unidos para el período 1993-1997.

New Hampshire aporta solo el dos por ciento del total de delegados para las convenciones partidarias nacionales de mediados de año, donde se elige al candidato para los comicios del 3 de noviembre. Pero hace cuarenta años que un candidato no llega a la Casa Blanca sin haberse impuesto antes en ese estado.

Desde hace varios días instalaron sus cuarteles en New Hampshire los dos candidatos del Partido Republicano: el presidente George Bush, y el periodista Patrick Buchanan; y los cinco candidatos demócratas: el ex senador por Massachusetts, Paul Tsongas; el gobernador de Arkansas, Bill Clinton; el senador por Nebraska, Bob Kerrey; el senador por Iowa, Tom Harkin, y el ex gobernador de California, Jerry Brown.

Un discutido aviso publicitario televisivo de la campaña de Buchanan difundido estos días en New Hampshire, muestra un grupo de personas que repite constantemente "Read my lips" (Lean mis labios), parodiando la promesa de Bush. "Lean mis labios, no habrá nuevos impuestos", que fue el slogan de la campaña electoral del actual presidente en 1988.

"En los últimos veinte años gastamos bastante tiempo y dinero tratando de analizar qué es lo que la gente quiere ver en un presidente", indicó la semana pasada el encuestador del Partido Republicano, Richard Wirthlin, quien colaboró con Ronald Reagan en sus dos campañas presidenciales. "Esa investigación demostró claramente que lo que primero se espera del candidato es que sea creíble, que tenga consistencia e integridad", dice el investigador.

Por esto Buchanan —un experto en el tema de la comunicación— ha insistido en su campaña en que las propuestas de Bush para salir de la actual recesión económica, no son creíbles, como tampoco debió haber sido creída en 1988 su promesa de que no habría nuevos impuestos.

La última encuesta del diario USA Today, la cadena televisiva CNN y la organización Gallup muestra que entre los republicanos el presidente Bush obtendrá en New Hampshire el 60 por ciento de los votos, Buchanan el 33 por ciento y un 7 por ciento quedará en manos de los indecisos.

Pese a la recesión económica —el año pasado el producto bruto interno norteamericano tuvo una caída real del 07, %, la primera cifra negativa desde 1982— las encuestas afirman que es una tarea casi imposible desalojar de la Casa Blanca al presidente Bush, que [illegible] en la guerra del Golfo, y condujo a su país en los [illegible] rados caminos de la posguerra [illegible].

Los candidatos han concentrado [illegible] por un segundo puesto honroso [illegible] campaña de Bush podría verse [illegible] nan por ejemplo obtiene más del [illegible] los votos.

Buchanan, un ultraconservador [illegible] la Casa Blanca en las administraciones [illegible] son y Ronald Reagan, ha estado en [illegible] Hampshire desde hace más de dos meses [illegible] armado en base a una serie de slogans [illegible] como "el mayor derrochador y el mayor [illegible] impuestos de la historia". Buchanan [illegible] el intervencionismo del Estado, y en una [illegible] a proteccionismo afirma: "Primero los [illegible]

En una conocida frase de su campaña [illegible] 1984, Ronald Reagan dijo a sus [illegible] nuestro mensaje deben ser cinco [illegible] Nada de teorías económicas. Nada de [illegible] filosofía política. Solo cinco palabras [illegible] trabajo, familia, libertad, y paz".

Fiel a las enseñanzas de su [illegible] optado por realizar este fin de semana [illegible] re una campaña casi artesanal, [illegible] puerta y dialogando con la gente en [illegible] recibe quejas por la recesión económica [illegible]

Agencia AP

HABLAN LOS JEFES DE CAMPAÑA

Bush

"[illegible] la situación económica de los Estados Unidos es el tema más importante para el presidente Bush en estos momentos", reconoce en diálogo telefónico con Clarín la secretaria de prensa adjunta de su campaña, Alexis Suma.

George Bush (67 años, Partido Republicano), luego de cuatro años como presidente y ocho como vicepresidente, aspira a renovar su mandato en las elecciones presidenciales del próximo 3 de noviembre.

"Tradicionalmente las elecciones de New Hampshire han sido decisivas —afirma la vocero—. Y todas las encuestas muestran que el presidente Bush triunfará en los comicios, por lo cual nuestra principal preocupación en este momento es que el Congreso apruebe lo antes posible los proyectos que envió el presidente".

La vocero señaló que la campaña de Bush se ha centrado en tres temas, que repite en un orden que no parece arbitrario: "El programa económico, la salud y la educación". Estos tres proyectos gubernamentales están a consideración del Congreso (dominado por los demócratas), que difícilmente los apruebe.

La secretaria de prensa adjunta se explayó en diálogo con Clarín sobre los detalles técnicos de estas propuestas. La entrevista se volvió tensa cuando se le preguntó que explicación había dado el presidente Bush para no cumplircon su promesa preelectoral de no crear nuevos impuestos.

La respuesta fue entonces seca y terminante: "No estoy autorizada a contestar esa pregunta".

Buchanan

La campaña preelectoral de Patrick Buchanan se ha basado en una estrategia agresiva hacia el presidente Bush. "La gente ha sido engañada por Bush para pensar que él es un presidente conservador. Pero en la práctica nos ha demostrado una y otra vez que él se presenta como conservador en la campaña pero, cuando está en el gobierno, lo hace como un liberal", dice en diálogo telefónico con Clarín el secretario de prensa adjunto de Buchanan, Vaughan Ververs.

Buchanan (53 años, Partido Republicano) es un conocido comentarista político que por primera vez intenta alcanzar un cargo público mediante el voto popular.

"Buchanan no es un político como para tener una estrategia electoral —reconoce Ververs—. El lidera un movimiento que abarca a todos los Estados Unidos. Bush alejó al partido de las viejas tradiciones republicanas y lo transformó en un partido liberal."

Las encuestas dan escasas posibilidades de triunfo a Buchanan sobre el presidente Bush. "Si obtuviéramos aunque fuese el veinte por ciento contra un presidente en funciones del mismo partido obviamente sería un gran éxito y demostraría que la gente está descontenta con el presidente".

"Cuanto mejor nos vaya en New Hampshire, mejor nos irá en el resto del país. Pero esto es fundamentalmente un movimiento que intenta llevar su mensaje a todo el país", concluye Ververs.

Tsongas

Paul Tsongas, (51 años, Partido [illegible] ta y ex senador de Massachusetts, [illegible] hace algunas semanas los sondeos [illegible] demócratas.

Es un hombre reservado y [illegible] migos le reprochan que carece de [illegible] como para presidir los Estados Unidos [illegible] servador de los candidatos demócratas [illegible] los otros aspirantes de su partido [illegible] una baja en [illegible]

Ante el [illegible] de sus [illegible] ra New Hampshire, Tsongas [illegible] acostumbrado a [illegible] desde [illegible] que en todas sus campañas para [illegible] el Congreso, fue el candidato con [illegible] des al comienzo, pero siempre triunfó [illegible]

El ex senador, que renunció a su [illegible] tras habérsele diagnosticado cáncer [illegible] ahora dice haber superado. [illegible] los 90 minutos de debate televisivo [illegible] la nación, y en donde hizo especial [illegible] relaciones con Japón.

Tsongas acusó a Bush de implorar a Japón [illegible] obtener concesiones en lugar de amenazar con la [illegible] cación de represalias.

"Si los japoneses no tienen la voluntad de [illegible] trarse razonables, entonces tendremos que [illegible] re", dijo durante el debate. Tsongas afirmó que [illegible] a los estadounidenses que no compren [illegible] nipones

CASA BLANCA

Agencia AP



Paul Tsongas, con dos niños en los brazos en New Hampshire

Agencia Reuter



Bill Clinton, durante la campaña antes de las primarias de hoy

confianza en el programa de recuperación económica que está a consideración del Congreso (dominado por los demócratas).

Dado el carácter presidencialista del sistema de gobierno norteamericano, los votantes consideran normalmente que la mejor manera de elegir al presidente es evaluando sus condiciones como ser humano, más que por su propuesta política.

Bill Clinton —un demócrata moderado que combina las tradicionales preocupaciones sociales de su partido, con las políticas de desarrollo republicanas— está sufriendo en carne propia las investigaciones realizadas sobre su pasado personal.

Hace algunas semanas, el gobernador de Arkansas lideraba cómodamente las encuestas. Posteriormente las acusaciones sobre infidelidad a su esposa —desmentidas por el candidato—, y el reconocimiento de que deliberadamente había evitado ir a Vietnam mediante una prórroga estudiantil, dañaron gravemente su campaña.

Los últimos sondeos atribuyen un 40 por ciento de votos para Tsongas y un 20 por ciento para Clinton.

Tsongas, el actual favorito entre los demócratas, es el candidato que ha gastado menos dinero en su campaña publicitaria de New Hampshire, apenas 250.000 dólares. (El senador **Bob Kerrey** invirtió 700.000 dólares en publicidad en ese estado).

Investigadores y periodistas no han logrado o no han tenido tiempo suficiente para descubrir algún antecedente turbio del candidato.

Paradójicamente en una campaña donde el tema casi excluyente es la crisis económica, Tsongas ha crecido en popularidad con el discurso más conservador dentro de su partido. El ex senador por Massachusetts se opone a una baja en los impuestos para los ingresos medios, mientras no se haya registrado una reactivación de la economía.

Tsongas dice que su camino "hacia la prosperidad económica... no será fácil", pero es un "camino más noble".

El presidente Bush participó durante todo el fin de semana en actos partidarios donde la frase más repetida es precisamente la que tiene más visos de convertirse en realidad: "Cuatro años más".

Doc. POCO LEGIBLE

Clinton

"Clinton ha reconocido en varias oportunidades que no triunfará en New Hampshire", advierte el subsecretario de prensa de la campaña, **Christopher Torval**, en diálogo telefónico con Clarín.

Bill Clinton (45 años, Partido Demócrata) se desempeña actualmente como gobernador de Arkansas y contaba con las mejores posibilidades dentro de su partido, hasta que las acusaciones sobre infidelidad matrimonial y las denuncias sobre las turbias gestiones que le permitieron evadir la guerra de Vietnam terminaron por restarle posibilidades.

En las primeras semanas de la campaña Clinton había logrado concitar un considerable apoyo gracias a la elocuencia de su oratoria. Su propuesta moderada incluye la promoción del desarrollo económico y una mayor inversión en la atención de los sectores más carenciados.

"En este momento nuestra estrategia es hacer las cosas bien en New Hampshire para poder *llevar nuestra* propuesta al resto del país", afirmó Torval a Clarín.

"No hay dudas de que nuestros adversarios trataron de desviar la campaña hacia temas personales que no hacen a la cuestión", dijo el vocero.

La campaña televisiva de Clinton en New Hampshire no presenta una referencia directa a las controversias, pero en un aviso que comenzó a difundirse este lunes el gobernador de Arkansas afirma: "Dejen que otros me ataquen. Yo quiero atacar los problemas".

Apunten contra Bush

GOFFSTOWN, New Hampshire, 17 (Por **Dan Balz** y **David Broder**, de **The Washington Post**, especial para **Clarín**). — Con excepción de una serie de ataques al ex senador de **Massachusetts Paul Tsongas** por su aparente respaldo al poderío nuclear, los cinco candidatos demócratas utilizaron el debate televisivo del pasado domingo para golpear con dureza al presidente **George Bush** en lugar de apuntar sus armas entre sí.

Las acusaciones a la administración Bush formuladas por los candidatos demócratas se centraron, casi exclusivamente, en la crisis económica que afecta a los **Estados Unidos**.

El senador **Bob Kerrey, de Nebraska**, declaró que "no existe ninguna figura política más **indiferente** que el presidente Bush" a los problemas económicos que aquejan a toda la nación. "Sacó la cabeza de la guerra fría, pero sigue teniendo el cuerpo metido allí", agregó.

Tsongas, que según las encuestas recientes sería el primer candidato a la nominación demócrata, dijo que Bush y el vicepresidente **Quayle** "tienen cables de acero" en sus propias redes de seguridad, mientras los quebrantos y el desempleo dejan a gran parte de la población sin ningún tipo de protección. Por otra parte, agregó que el presidente parecía ser un hombre "dispuesto a sacrificar casi todos los principios".

El gobernador de **Arkansas, Bill Clinton**, que intenta superar a Tsongas y ocupar la primera posición, dijo que el hecho de que Bush no haya podido proporcionar "un plan económico nacional" fue el origen de los problemas del país.

El senador de **Iowa Tom Harkin** manifestó que "todos necesitamos un respiro" de las políticas económicas sustentadas por el gobierno de **Reagan** y por la administración actual.

Finalmente, el gobernador de **California, Edmund "Jerry" Brown**, fue el único que se avocó por completo a atacar a Tsongas en el terreno nuclear.

♦ **Ilusiones frustradas**

Sin embargo, a pesar de las expectativas generales de que Tsongas fuera el blanco de los dardos de los otros cuatro candidatos en este debate, su intento por catalogarlo como un candidato regional, cuyas políticas abiertamente "pro empresariales" harían astillas la coalición demócrata, nunca progresó.

Funcionarios demócratas de **New Hampshire** se pronunciaron inseguros respecto de en qué manera el debate puede influir en los muchos votantes indecisos que determinarán los resultados finales.

El ex presidente del Partido Demócrata de New Hampshire, **Joseph Grandmaison**, que ahora apoya a Clinton, expresó **sorpresa** por el énfasis que pusieron los candidatos en la cuestión nuclear. "Ninguno tuvo en cuenta que el poderío nuclear es una cuestión muerta en este estado", insistió.

El debate produjo menos destellos que los otros tres encuentros previos entre los candidatos demócratas que, esta vez, parecían contentarse con dejar que los votantes los juzguen por la calidad y originalidad de su retórica anti-Bush y no por cualquier defecto que pudieran encontrarse entre sí.

De todas maneras, la cuestión nuclear ocupó buena parte de los 90 minutos de debate patrocinados por la **CNN** y moderados por el analista **Bernard Shaw**. Y las críticas, en este terreno, estuvieron dirigidas a Tsongas.

Harkin dijo que lucharía para no sumar los costos de la construcción de plantas nucleares a las facturas de servicios de los consumidores.

Clinton dejó en claro que se opone "a cualquier cosa que acelere la construcción de nuevas plantas nucleares." Por otra parte, subrayó el acuerdo de todos los candidatos demócratas de que Bush debería unirse a otros países en la conferencia de las Naciones Unidas sobre políticas ambientales programada para el mes de junio en **Río de Janeiro** y apoyar niveles más estrictos de reducción de la emanación de gases que no permiten el paso del calor del sol.

Tsongas se defendió diciendo que la eliminación de las plantas nucleares obligaría a la nación a hacer un mayor uso de combustibles fósiles, aumentándose considerablemente la amenaza de un recalentamiento del planeta.

Después de abandonar el tema nuclear, se dedicaron a pronunciar, una vez más, sus discursos, a esta altura ya muy familiares.

Paul Tsongas hizo hincapié en su lema que lo perfila como el candidato de la verdad. "No quiero acreditarme nada que no haya originado", dijo, repitiendo una frase del actor **David Hoffman**.

Bill Clinton instó a los votantes a concentrarse en su [illegible] logrados. "Todos [illegible] ser buenos, pero [illegible] tiene que liderar", agregó.

Tom Harkin insistió en que los demócratas deben ofrecer una "alternativa clara" que se oponga al presidente Bush y a los republicanos y acusó a sus rivales de ofrecer planes que representan un "retoque" de lo que los republicanos hicieron hasta ahora.

Bob Kerrey dijo que los votantes deberían votar al candidato que tenga el "valor" de "pelear desde ahora" por la reforma sanitaria.

La atmósfera entre los demócratas fue tan cordial que poco tuvo que ver con las luchas internas por la nominación, en las que Tsongas intenta reafirmarse como un contendiente serio y Clinton quiere desprenderse de los efectos de una serie de acusaciones sobre su vida personal y su historia militar, mientras que Kerrey, Harkin y Brown se empecinan en demostrar la suficiente fuerza como para permanecer en carrera.

02-02

92 3345

[illegible] EN IOWA, SE PONE EN MARCHA EL COMPLEJO PROCESO PREELECTORAL NOR[illegible]

PRIMEROS ROUNDS POR LA CASA BLANCA



Pat Buchanan
53 años, comentarista político.
Partido Republicano. Ultraconservador. En su campaña critica especialmente los incrementos impositivos durante el gobierno de Bush. Propone reducir impuestos y gastos federales.



[illegible]
45 años, gobe[illegible]
Partido Demócr[illegible] atraer a los votan[illegible] las preocupaci[illegible] propuesta eco[illegible] tradicionales [illegible]

Dura recesión [illegible] liderazgo definido. En [illegible] mañana —con los [illegible] en Iowa—, la carrera [illegible] que culmina [illegible] presidenciales del 3 d[illegible] de febrero [illegible] primarias de New [illegible] 1952, ningún presiden[illegible] ganó los comicios [illegible] allí). Este [illegible] características del [illegible] norteamericano y los [illegible] siete candidatos. Ent[illegible] el actual presid[illegible] [illegible]

INFORME ESPECIAL



George Bush
67 años, presidente de los Estados Unidos.
Partido Republicano. Bush ha presentado en los últimos días sendos proyectos al Congreso destinados a superar la recesión económica y reformar el sistema de salud, sus dos principales compromisos para un eventual próximo período presidencial.

01-02

[illegible]

sos. Y los [illegible] primera [illegible] — y las de New [illegible] realizarán las primer[illegible] ran en este "embarazo" [illegible] criatura".

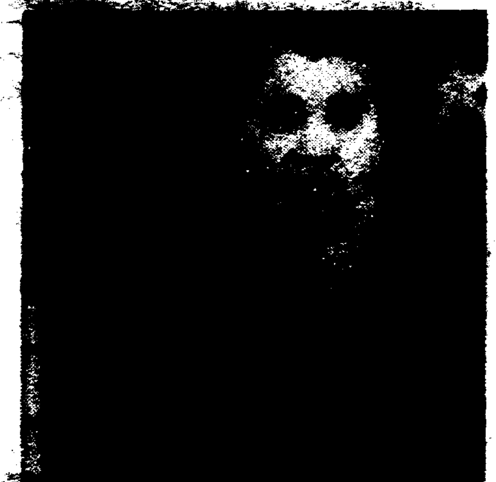
La tradición dice que [illegible] apenas el dos por ciento [illegible] llegue a la presidencia algui[illegible] estos comicios.

Hay tres maneras para llegar a [illegible] convenciones partidarias, que elegir[illegible] año el candidato de cada partido: [illegible] "caucuses" o asambleas par[illegible] primarias abiertas; 3) dirige[illegible] y funcionarios elegidos por vo[illegible]

Solo los afiliados demócra[illegible] y [illegible] ticiparán mañana en los "cau[illegible]" [illegible] cada uno de los 2493 distritos [illegible] Iowa para elegir delegados.

Una semana más tarde, todos los [illegible] Hampshire, sean afiliados o no, [illegible] gios en la primera elección primaria [illegible] 1992.

COMPITEN SIETE CANDIDATOS, ENTRE ELLOS EL PRESIDENTE BUSH



Paul Tsongas

[illegible] años, ex senador por Massachusetts.

Es el candidato demócrata más conservador. Su estrategia se basa en la propuesta de una nueva política de desarrollo industrial para salir de la recesión.



Robert Kerrey

48 años, senador por Nebraska.

Partido Demócrata. Pone especial acento en cuestiones de interés social como la salud, y en sus antecedentes como héroe de Vietnam y gobernador.



Jerry Brown

54 años, ex gobernador de California.

Partido Demócrata, ala conservadora. Basa sus discursos en cuestiones de ética política. Critica gastos excesivos en las campañas.



T[illegible]

52 años, [illegible]

Partido Demó[illegible] su campaña [illegible] corriente. Se [illegible] políticos liberales [illegible] nueva [illegible]

Quienes sobrevivan enfrentarán otros cinco meses de dura búsqueda de votantes, incluyendo el denominado "súper martes", a comienzos de marzo, cuando los electores de 20 estados designan aproximadamente a un tercio de los delegados a la convención de cada partido.

La mayor parte de los delegados, **un 80 por ciento**, surge de las elecciones primarias abiertas y otro porcentaje —que varía según cada partido y estado— proviene de los "caucuses".

Todas estas elecciones tienen como objetivo las convenciones partidarias, que los **republicanos** realizarán **del 13 al 16 de julio en Nueva York**, y los **demócratas entre el 17 y el 20 de agosto en Houston (Texas)**. De esas convenciones saldrán los candidatos para las elecciones nacionales del 3 de noviembre próximo.

Precandidatos

Si el presidente Bush tiene buena memoria, podrá apelar a un argumento irrefutable en caso de que la suerte le sea adversa en Iowa. Lo mismo le ocurrió cuatro años atrás, cuando perdió la interna partidaria en ese [illegible] frente al senador republicano **Robert Dole**, aunque una semana más tarde se impuso ampliamente en New Hampshire.

Bush debe ahora luchar contra cinco precandidatos y un enemigo sumamente escurridizo: **las campañas publicitarias**.

El interés de los norteamericanos por las cuestiones políticas es muy relativo y en muchos casos muestran total indiferencia. Una serie de frases o slogans bien articulados por los encargados de campaña, suelen ejercer sobre el electorado mejores resultados que una excelente plataforma política.

Dentro del **Partido Republicano**, el contrincante de Bush es el comentarista televisivo **Patrick Buchanan** —ultraconservador— quien ha acuñado muchas frases con gran impacto en la opinión pública. Bush es caricaturizado como un hombre rico que ignora los problemas de la gente pobre. **"La única persona sin trabajo a la que Bush conoce es John Sununu"**, dice Buchanan. Sununu es el ex jefe de la Casa Blanca expulsado de su cargo dos meses atrás, sobre quien pesan acusaciones por corrupción.

Pero las encuestas conceden escasas posibilidades a Buchanan.

En el **Partido Demócrata**, si el gobernador de Nueva York, **Mario Cuomo**, continúa negándose a presentar su candidatura, los cinco principales candidatos por orden de ubicación en los sondeos preelectorales son el gobernador de Arkansas, **Bill Clinton**; el ex senador por Massachusetts **Paul Tsongas**; el senador por Nebraska, **Robert Kerrey**; el ex gobernador de California, **Jerry** [illegible] por Iowa Tom Harkin.

Los demócratas también lanzan sus dardos contra el manejo de la economía realizado por Bush. Una frase pronunciada en 1988 por el entonces vicepresidente norteamericano durante su campaña electoral se ha convertido ahora en un slogan en su contra. **"Lean mis labios, no habrá mayores impuestos"**, dijo entonces Bush. Una promesa que luego no cumplió.

En esta guerra de frases y slogans, Bill Clinton intentó un argumento conciliador para los intereses de ricos y pobres, sobre un tema como el de los impuestos, que obsesiona a los norteamericanos. **"Si uno va a ayudar a los pobres con el dinero de los impuestos, la gente tiene que ganar lo suficiente como para poder pagar impuestos. La mejor manera de ayudar a los pobres es expandir la clase media"**.

Según el estilo del ministro de Propaganda nazi, **Joseph Goebbels**, quien afirmaba las utilidades de la mentira reiterada, los encargados de las campañas políticas saben que las mentiras se transforman en verdades a medias y luego en verdades absolutas.

Las acusaciones de infidelidad conyugal que días atrás se lanzaron sobre Clinton, y que fueron desmentidas por el candidato, terminaron ahora convirtiéndose en una infidelidad consumada, que la opinión pública en todo caso se muestra dispuesta a perdonar como pecado de juventud. Ha resultado inútil cualquier intento de Clinton por demostrar la lealtad a su esposa.

El actual secretario de Comercio, **Robert Mosbacher**, fue designado por Bush para dirigir su campaña electoral con vías a la reelección. El hombre deberá ingeniárselas para hacer convincente el argumento presidencial de que la recesión es algo así como **un proceso al que se llegó naturalmente, pero del que** [illegible] **mente con la misma política económica**.

Todas estas estrategias electorales [illegible] prueba mañana en los comicios de Iowa, [illegible] ce a funcionar el mecanismo que, [illegible] campaña política y publicitaria, [illegible] presidente con más poder sobre el planeta.

[illegible]
Copyright [illegible]

9203378

ORIGINAL 1/1.

MEMORANDUM Nro. ..920164....../...R.e.I......../ FECHA:.06.05.92.........

I.- ASUNTO: M.L.N.

II.- REFERENCIA: 603-B-II

III.- EVALUACION: C-3

IV.- TEXTO:

- ELEUTERIO FERNANDEZ HUIDOBRO (MLN-C/A)-

- BUENOS AIRES-

- Se ha podido saber que mencionada persona cuando concurre a dicha ciudad pernocta en la finca sita en LACHIMAYO 112-Piso 6 E. En la misma se ha podido saber que viviría una NNF de nombre Graciela SILVA y el teléfono de la misma sería 432388. (Se la ubica entre las 13.30 a 15.30 luego de las 21.00 horas).-
No obstante a ésto se ha tomado conocimiento que el citado concurriría al domicilio de una NNF llamada SUSANA la cual se domiciliaría en una finca sito en REGBOL 445 1C casi ALBERDI.- Además, se pudo saber que dicha persona viviría con un NNM (compañero) llamado "POCHO" quiem trabaja conduciendo camiones.-

- GRACIELA FERNANDEZ JORGE (MLN- C/A)-

- Se ha podido saber que mencionada persona habría tramitado el pasaporte español a los efectos de que si en nuestro país hubiesen problemas políticos, la misma se exiliaría en España.-

- ENRIQUE VARELA FERNANDEZ (MLN-C/A) Y VALENTINA JAUREGUI (MLN-C/A)-

- Se ha tomado conocimiento que mencionadas personas ya tendrían en su poder los pasaportes de nacionalidad española, el fin de éstos es el mismo expresado en la información anterior .
Se ha podido saber que tanto H.F. HUIDOBRO (MLN-C/A), como su hermano y señora ya poseen dicho documento que los acredita como ciudadanos españoles.-

- ATENTADOS POR BOMBAS- (Escritorio del Dr. J.M. SANGUINETTI y vía del tren)

- Se ha podido saber que de acuerdo a manifestaciones de E.F. HUIDOBRO (MLN-C/A) éstos habrían sido realizados por militares, debido a que se encuentran desconformes con sus sueldos y con sus mandos naturales.-

- OCUPACION DE TERRENOS-

- Se ha tomado conocimiento que E.F. HUIDOBRO (MLN-C/A) estaría ocupando unos terrenos, sitos en Felipe Cardozo y Pitágoras con su esposa GRACIELA JORGE (MLN-C/A).-

- INFORMACION GENERAL-

- Se ha podido saber que E.F.HUIDOBRO (MLN-C/A) estaría buscando una nueva finca para domiciliarse ya que la actual fue solicitada por sus dueños (Alquilada).-

001/2

V.- COMENTARIOS PERSONALES:

VI.- DISTRIBUCION: ORIGINAL: SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

IDENTIFICACION DEL AGENTE

(j.f.)

0212

Buenos Aires, miércoles 12 de febrero de 1992

REPORTAJE A MARIA JULIA ALSOGARAY

SOMISA: cómo será la privatización

La interventora en SOMISA adelantó a Clarín que ha cambiado la modalidad de la privatización: la empresa será vendida en forma completa, salvo el 20 % de su paquete accionario, que quedará en manos del personal. También dice que en los próximos días la consultora entregará un informe revisado sobre el estado de SOMISA y sostiene que en el primer intento sus técnicos no tuvieron acceso a los verdaderos costos. Antes del 30 de junio será transferida a manos privadas.



"Licitaremos la totalidad de la empresa y con el personal empleado actualmente".

El lunes puso nuevamente en marcha el horno **María Liliana**, el mismo que inauguró su padre 33 años atrás, cuando era ministro del presidente **Arturo Frondizi**. Desde el 28 de noviembre, cuando salió de producción, SOMISA no producía arrabio y recurría a los chatarreros para alimentar las líneas de producción. Ninguno de los dos hornos funcionaban y la parálisis amenazaba con una nueva ola de despidos.

"Se terminó la racionalización —dijo María Julia Alsogaray a Clarín—. **SOMISA se vende con la totalidad del personal actual, con un horno —o dos si el mercado lo permite— funcionando y un nivel de producción acorde a la relación precio-demanda. Y antes del 31 de junio se transferirá a manos privadas."**

♦ Valor base

No obstante tantas precisiones, María Julia Alsogaray desconoce (o dice desconocer) cuál es el valor base de venta de la empresa, la pregunta más importante que interesados bancarios o industriales comenzaron a plantearse. "Todo depende de cuál sean las proyecciones económico-financieras con las que licitemos la empresa", dice la interventora.

—Sin embargo, el informe de la Braxton (la consultora contratada para que asesorara a SOMISA en la reestructuración) señala que el valor de liquidación es de 280 millones de dólares y si se guía por el "cash flow" o flujo operativo, de 450 millones.

—Esos son los valores del informe. Pero nosotros pedimos a la consultora una revisión porque consideramos que no tuvieron el acceso que necesitaban a la información y a la gente que realmente conoce la empresa y el mercado. Braxton trabajó sobre cifras muy particulares que le hacían llegar y no conocían los verdaderos costos. Recién ahora tuvieron una reunión con gente de la empresa, incluidos los de planta, y en los próximos días nos entregarán el informe revisado, realizado sobre información más concreta y real.

♦ Venta de las oficinas

A menos de un mes de asumir como interventora después del alejamiento de **Jorge Triaca**, María Julia Alsogaray afirmó que "en marzo, cuando se reactive el mercado inmobiliario, pongo en venta las oficinas de Catalinas (las del escándalo que terminaron con el alejamiento de Triaca) y estoy segura de que ganaremos dinero. **Las vamos a vender más caras de lo que Triaca las compró".**

Dispuesta a dar un giro de 180 grados que la diferencie de la administración anterior, María Julia tomó decisiones diametralmente opuestas a las de Triaca con respecto a la forma de privatizar: **"Licitaremos el total de la empresa, salvo lo que corresponda a los trabajadores, que será alrededor del 20 por ciento de las acciones."**

SOMISA, que llegó a ser la primera exportadora del país con ventas al exterior superiores a los 600 millones de dólares, acumula un pasivo con el Club de Paris (Estado a Estado) de 400 millones; 70 millones en GRA (refinanciada con bancos acreedores) y 41 millones a mayo pasado con los proveedores locales.

Para saldarlas, salvo las del Club de París, Triaca había decidido lanzar obligaciones negociables. Pero no tuvo tiempo de emitirlas. Y, según María Julia, nunca verán la luz:

—De eso ni hablar. **Las obligaciones negociables que iba a emitir SOMISA no se emitirán. La razón principal es que en la Bolsa podían ser canjeadas por acciones de la empresa, lo que permitía que con muy poco dinero un grupo o un "cartel" de empresas terminara por controlarla.**

"Incluso, para evitar la cartelización dispusimos que en la licitación, por cada consorcio, participe sólo una empresa siderúrgica local", dice.

En los próximos días se conocerá el "short list" (nómina de entidades a ser invitadas por sugerencia del Banco Mundial) para el llamado a concurso del banco de inversión. Pero a diferencia de la venta de ENTel y otras privatizaciones, "el banco se encargará sólo de vender y no de la elaboración del pliego de condiciones para la licitación". Para esa tarea María Julia recurrió a un grupo de técnicos locales que conducirá un viejo conocido suyo, que en algunos momentos de militancia ucedeísta la vida supo ponerlos en veredas diferentes.

Pero a los cambios que Alsogaray introdujo en la privatización y administración de la empresa, hay que sumar otro: sentó en las reuniones de conducción a **Naldo Brunelli**, líder metalúrgico de la fábrica y al gerente de planta. "Ellos siempre fueron convidados y no pueden permanecer al margen del proceso de privatización. Además es un adelanto del Programa de Propiedad Participada", afirma la ingeniera.

Omar Báez

A.F. 14/2/92

Se exportó más petróleo en 1991

YPF exportó crudo y derivados durante 1991 por 634 millones de dólares, lo que equivale a 10 millones de dólares más que durante el año anterior. De este modo, el nivel de exportaciones se mantiene aun cuando la participación de YPF en la producción de petróleo se redujo fuertemente durante el año, sobre todo después de la asociación con empresas privadas en las cuatro áreas más ricas del país.

Entre 1990 y 1991 la participación en la producción de la petrolera estatal y las empresas privadas varió fundamentalmente. Mientras en 1990 más de 60% de la producción provenía directamente de YPF, al finalizar 1991 esa empresa producía 41,84% de la producción total.

Si se consideran los últimos tres meses de 1991, el total de la producción de petróleo fue de 7,53 millones de metros cúbicos, de los cuales 3,15 millones los extrajo YPF y 4,38 millones el sector privado.

Como la petrolera estatal sigue detentando porcentajes de participación en la producción de las áreas centrales y como todavía hay contratos por los cuales la empresa compra el crudo a las compañías productoras, la disponibilidad de petróleo por parte de YPF es mayor que su nivel de producción.

Así, en el último trimestre de 1991,63% de la producción es para YPF aunque no lo extraiga ella directamente y 36% aproximadamente es de libre disponibilidad de las compañías privadas.

Como consecuencia de esa situación, desde enero se están advirtiendo exportaciones de petróleo por parte de compañías privadas. Hasta ahora exportaron: Pérez Companc, Pluspetrol y Bridas, crudo de la cuenca neuquina.

Hasta el año pasado YPF era la única exportadora de crudo (se estima que durante el año exportó alrededor de 1 millón de metros cúbicos). Las otras dos exportadoras, en niveles netamente inferiores, eran Shell y Esso pero siempre exportaban derivados por su carácter de refinadoras.

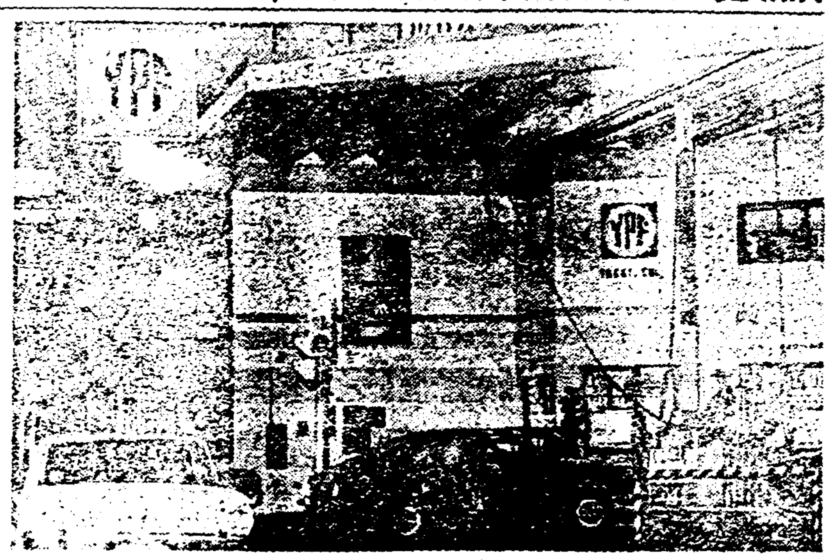
Ahora, al comenzar a ejercer la libre disponibilidad, las empresas productoras también están comenzando a exportar. En el esquema vigente se supone que el abastecimiento interno no corre riesgos porque el precio que recibe el exportador debe resultar inferior en el largo plazo al que percibe en el mercado interno.

Sin embargo, circunstancialmente la situación puede ser distinta. En este caso, las refinadoras privadas estaban aplicando descuentos a las compañías productoras sobre el precio internacional, y la exportación realizada en enero tuvo el efecto de un aumento de los valores internos.

Por otro lado, se espera que en momentos en que se reduzca la demanda interna resulte más rentable exportar, y en el esquema está planteado que también puede ocurrir que en algún momento sea necesario importar.

01-01

Buenos Aires, sábado 15 de febrero de 1992 ★ CLARIN



Más de un expendedor de YPF piensa cambiar de camiseta.

ESTACIONES DE SERVICIO

Puja entre YPF y las petroleras privadas

Una incipiente batalla por el control de las bocas de expendio se libra entre las compañías privadas e YPF. Hasta ahora, los privados son los que van ganando: 30 estaciones de servicio de YPF se pasaron a Shell, y hay otras 100 en danza. La petrolera estatal mantiene el 60% del mercado.

Los expendedores de combustibles se fueron a quejar al secretario de Industria y Comercio, **Juan Schiaretti**. Dicen que la desregulación petrolera no rige en el segmento final de la comercialización y acusan a las **compañías petroleras de prácticas monopólicas**.

Con el ingreso masivo de bocas de expendio de gas natural comprimido y la ampliación de las redes privadas de motonaftas está en pleno recambio toda la estructura de comercialización de un mercado en alza: **en un año las ventas de nafta especial aumentaron un 19% y las de gasoil, casi 12%.**

La puja por copar **mayores porciones de venta** encuentra mejor posicionados a los **privados** que a **YPF**. Los técnicos del área energética calculan que las dos grandes competidoras de la petrolera estatal invirtieron 350 millones de dólares solo en comercialización desde el inicio de la desregulación petrolera a comienzos de 1991.

YPF, en cambio, tuvo que plantear otro tipo de política a falta de dólares. El escenario delineado para retener el 60% del mercado de naftas tiene a los precios como componente principal: vendiendo a un promedio del 5% más barato que sus competidoras, retiene el caudal de ventas internas.

Esa porción puede declinar si continúa la **deserción de sus bocas de expendio**. Treinta estaciones de servicio que llevaban la sigla de YPF muestran ahora los colores de Shell en el Gran Buenos Aires, Córdoba y Mar del Plata. Las razones del cambio son simples. Las destinadoras privadas les **ofrecen** créditos, remodelación de las instalaciones y hasta descuentos en las naftas que reciben. Las transferencias ubican a las estaciones que optaron por otra marca al borde de una **querella judicial**. YPF puede reclamarles por el cumplimiento de contratos que los atan por 6 u 8 años.

La estrategia de las [illegible] privadas [illegible] número mayor [illegible] de YPF tienen en carpeta [illegible] ofrecimientos por hacer [illegible] de mayor venta. [illegible] dólares pueden colocar otra boca en su red", explican algunos expendedores. Esa salida requiere de mucho menos gastos que la construcción de nuevos despachos que caracterizó la primera etapa de la desregulación.

Entre los planes de redimensionamiento de YPF figura también el segmento de la comercialización. La consultora estadounidense McKinsey recomendó concentrar las entregas de combustibles en pocos puntos de venta. La aplicación del consejo significará reducir las bocas de expendio a 400 grandes clientes. Pero antes que lleguen a concretarse los planes, ya hay un reacomodamiento notorio que puede terminar —alertan desde el Gobierno algunos sectores— en una caída de **la participación de YPF en la torta de la comercialización.**

Para la Federación de Expendedores (FECRA), "después de un año de desregulación petrolera, los únicos beneficiarios son las petroleras privadas que elevaron sus ingresos y solo compiten con la apertura de nuevas bocas que elevarán los costos". Las acusan de "impedir la competencia" y aseguran que, lejos de la libertad de precios, les regulan a cuánto deben vender. "Si no acatamos los precios sugeridos nos amenazan con el desabastecimiento", le dijeron a Schiaretti.

Desde la desregulación petrolera los precios son —en teoría— libres en toda la cadena: desde los yacimientos hasta los surtidores. La única referencia es la cotización del West Texas Intermediate, el tipo de petróleo similar al argentino. Aunque los productores locales reciben un precio cercano al internacional, los consumidores de combustibles —en el otro extremo del proceso— pagan por la nafta **más** que el medio dólar por litro tomado como parámetro internacional. Buena parte de la diferencia obedece a los **impuestos** que representan poco más de la mitad de cada peso desembolsado por litro de nafta.

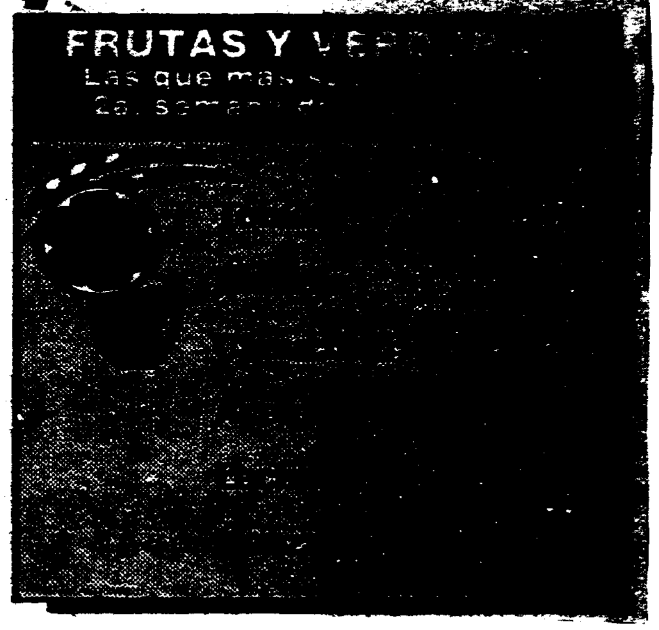
La **pelea por el mercado** está tomando forma aunque en el área energética se espera una **batalla mayor** cuando comience a discutirse en detalle el plan global de privatización de YPF.

CLARIN ★ Buenos Aires, sábado 15 de febrero de 1992

LA INFLACION SE ACERCA AL 2%

Fuertes distorsiones [illegible] minoristas y supermerc[illegible]

El aumento de precios sigue generando preocupación. Con un proyectado mensual del 2%, los primeros 15 días de febrero ya acumulan el 1,4%. Hay grandes diferencias en los distintos centros de venta: según un informe oficial, los precios de los comercios minoristas son casi 30% más caros que los de los supermercados. Casi todos los especialistas culpan a los servicios, pero algunos indican que los mayoristas iniciaron la convertibilidad con un colchón de precios muy abultado.



La Secretaría de Industria y Comercio (SIC) señaló que durante los primeros catorce días de febrero los precios de los alimentos y las bebidas subieron 0,[illegible]%, al tiempo que los institutos privados dedicados a la medición de precios destacaron que el aumento de los productos alimenticios se sitúa en lo que va del mes en torno del 2%.

La SIC trabaja midiendo precios en 10 supermercados mientras que los institutos privados lo hacen sobre supermercados y comercios minoristas, lo que explica la disparidad del resultado de los cálculos. Para objetivos estrictamente estadísticos, el INDEC trabaja con un índice compuesto por mediciones realizadas en un 60% en comercios minoristas y en un 40% en supermercados.

El organismo oficial destaca que los precios en los comercios minoristas se encuentran casi un 30% por encima de los que se obtienen en los supermercados.

Para la SIC los mayores aumentos se produjeron en la harina común con el [illegible]%, el pan [illegible] con el 4,[illegible]%, [illegible] con el [illegible]% y las frutas con el [illegible]%.

Por su parte, el Instituto de Política Económica y Social ([illegible]) estimó que los precios de los alimentos subieron en la segunda semana de febrero el [illegible]%, [illegible] para los primeros quince una suba del [illegible]%. En la primera mitad de este mes, la indumentaria subió el 0,6%, Vivienda, Combustible y Electricidad, el 5,1% y Bienes y Servicios Varios, 1,1%.

El principal aumento se registró en los productos frutihortícolas como el caso del tomate con un alza del [illegible]%, la naranja, el 21,[illegible]%, las chauchas, el [illegible]%, la [illegible] el [illegible]%, la lechuga el 2,4 y la manzana, el [illegible]%.

● [illegible]

El estudio [illegible], [illegible] y Asociados estimó una inflación proyectada del 1,8%, con importantes subas en alimentos y en alquileres en particular en la renovación de los contratos actuales.

El economista [illegible] Gómez señaló que la inflación proyectada se situaría en el 1,8% y [illegible] que "la culpa no es de los minoristas sino de aquellos que en otras épocas trabajaron con un colchón de precios".

En este último aspecto coincidió el secretario de Industria y Comercio, Juan Schiaretti, al señalar que "existe una conducta indexatoria que atenta contra lo que quiere el conjunto de la sociedad que es la estabilidad y el crecimiento".

El funcionario fue más allá con las imputaciones y responsabilizó a los prestadores de servicios privados por ser "los culpables del 24% del aumento del costo de vida desde el lanzamiento del plan de convertibilidad".

Sin embargo, Schiaretti también admitió la posibilidad de un aumento de la demanda de productos frescos "debido al mayor poder de consumo de la población más humilde en un mercado que no produce aún lo suficiente".

01/01

9203382

Nº. DOCUMENTO

TITULO Mayor desregulación para frenar la inflación

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE PROCEDENCIA 15/2/92

VINCULACIONES 10033

11161

11300

ENTRADO ES

CRUZ DO ES

Mayor desregulació
para frenar la inflaci

Azúcar común tipo A

01/01

9203383

DOCUMENTO ....

TITULO Record de exportaciones de YPF

PROCEDENCIA 150015

FECHA ... 16/2/92

VINCULACIONES 10033

11161

11404

ENTRADO RS

CRUZADO RS

01-01

9203384

CLARÍN Buenos Aires, domingo 16 de febrero de 1992

ESPERAN RECAUDAR U$S 1.000 MILLONES

El 16 de marzo se inicia la licitación de Telecom

El 16 de marzo comienza la licitación de las acciones de Telecom que el Estado aún tiene en su poder. Y con más de un mes de anticipación, uno de los bancos agentes, el Galicia, ya inició promoción de ventas, sin esperar la publicidad oficial sobre el tema.

En el Gobierno son optimistas con el resultado de la operación. Como la forma de venta será la misma que la utilizada con las acciones de Telefónica en diciembre último, confían en que el mercado será mas ágil y experimentado y estará mas dispuesto a intervenir en el negocio.

Pero a pesar de la confianza reinante en el Gobierno y en los hombres de negocios, la persistente inflación hizo fruncir el ceño a algunos de los banqueros encargados de la venta.

No obstante, la expectativa generalizada es que las acciones de Telecom costarán alrededor de 20% menos que las de Telefónica.

Si el valor de Telefónica se mantiene como el actual, los ingresos por los títulos de Telecom podrían aportar a la Tesorería alrededor de 1.000 millones de dólares. Tras casi dos meses de negociarse en el mercado abierto, los papeles de Telefónica crecieron cerca del [illegible] esto se concretó debido a que —sobre todo— [illegible] telefónicas privatizadas tienen ganancia garantizada por el Estado.

La operatoria para la venta masiva nacional e internacional de las acciones será igual a la realizada con las de Telefónica de Argentina.

Del total de acciones de la empresa (sólo sale a la venta el 30% del paquete global), el 7,5% estará destinado a los inversores minoristas cuyas compras podrán oscilar entre 1.000 y 5.000 dólares.

La venta de acciones se inicia el lunes 16 de marzo pero solo siete días más tarde se conocerá el precio de los papeles.

La operatoria prevista será de la siguiente manera:

- El inversor minorista ofertará comprar un monto equis de dinero en acciones, pero no conocerá el precio de lo que compra.
- Lo mismo ocurre con el mayorista no competitivo.
- Quienes sí fijan el precio, a través de una licitación, son los inversores mayoristas.

La forma de pago será al contado, en el momento de realizar el pedido, o financiado por los bancos agentes o donde se presenten la solicitud. El pequeño ahorrista puede realizar la operación en cualquier entidad financiera. Y contar con un beneficio adicional. Comprará acciones con 5 por ciento de descuento frente a los valores que pagarán los inversores mayoristas.

Otro 7,5% corresponderá a la franja mayorista que no competirá en la fijación del precio. Estos inversores pueden comprar por un mínimo de 5.000 dólares sin monto máximo, recién pagarán en el momento de la adjudicación, y sólo podrán comprarlas a través de los bancos coordinadores.

Y para la franja mayorista que compite y fija el precio de la acción se reservó el 15% del paquete total. Y al igual que el segmento no competitivo, tiene un mínimo de 5.000 dólares sin máximo y solo puede realizar la compra a través de los bancos agentes.



Jorge Pereyra de Olazábal, secretario de Planeamiento del Ministerio de Defensa.

LAS QUE PASARON A MANOS PR...

Clarín 17/2/92

EMPRESA		PRECIO En dólares
PETROQUIMICA RIO TERCERO (39,5% del paquete accionario)	Adjudicada	[illegible]
TANDANOR	Transferida	59.70[illegible]
ALTOS HORNOS ZAPLA	Adjudicada	32.50[illegible]
PETROQUIMICA RIO III	En vías de adjudicación	(Evaluación [illegible])
CARBOQUIMICA	En vías de adjudicación	(Evaluación [illegible])

InfografíaCl

LAS PRIVATIZACIONES EN DEFENSA

Habrá nuevo plan de retiros voluntario

Las privatizaciones y la racionalización en las empresas de Defensa se han acelerado. El primer indicio es que antes de fin de mes será difundido el nuevo cronograma de retiros voluntarios, para el que se cuenta con un préstamo de 300 millones de dólares concedido por el Banco Mundial. Mientras tanto, las ventas de empresas avanzan, pero sus pérdidas no cesan de aumentar. Es el caso de Fabricaciones Militares, que acumuló el año pasado una necesidad de financiamiento de 200 millones de dólares.

Nacieron para ser la base del desarrollo nacional y hoy son la causa o la excusa de la decadencia. Oscuro destino el del complejo militar industrial: **racionalizarse o desaparecer**, aunque para algunos significa la misma cosa. Esa es la razón por la cual **antes de fin de mes se conocerá el nuevo plan de retiros voluntarios —el Banco Mundial aportará 300 millones de dólares para financiarlo—, acelerando el trámite demorado desde el año pasado.**

Desde que **Jorge Pereyra de Olazábal** asumió como secretario de Planeamiento del Ministerio de Defensa se aceleró la transformación, acuciado por la premura del ministro **Antonio Erman González** de terminar con el déficit de las empresas del área y la necesidad de obtener fondos para financiar la reestructuración de las Fuerzas Armadas.

Fabricaciones Militares perdió en 1991 nada menos que **200 millones de dólares** que debieron salir de las arcas del Tesoro. Y si se toman los números como en una empresa privada los debe llevar, **el pasivo del año alcanza los 700 millones de dólares**. Una aberración a los oídos de los que auscultan las cuentas del Estado.

Pereyra decidió **separar las direcciones empresarias de producción estrictamente militar y las de materiales civiles.** Para estas últimas, el destino es la privatización o la liquidación. Las militares, **"si no encuentran un socio privado, deberán enfrentar un nuevo proceso de racionalización"**. Y aquí algunos funcionarios de FM vuelven a asociar racionalizar con desaparecer. "O, como mínimo, son diferentes etapas de un mismo camino", explican.

Pereyra se autodesignó interventor del agujero negro de FM, por donde fluían millones de dólares, y **detectó que las fábricas de tolueno sintético y ácido sulfúrico tenían interesados en el sector privado**. Y rápidamente contrató a un abogado para que redactara los pliegos: es un profesional senior de uno de los estudios especializados en Derecho Administrativo más importante de plaza.

Por **ECA**, la fábrica de vainas y conductores eléctricos, mostraron interés **Decker y Pirelli**. "El pliego de una de las químicas ya está redactado —dijo Pereyra— pero se conocerán los tres juntos en treinta días."

Con **Altos Hornos Zapla**, Pereyra inició la transformación de Fabricaciones. **Es la primera empresa del hólding que será transferida a manos privadas en el transcurso del mes.**

Forja enfrenta una situación difícil [...] venderá en forma directa, sin licitación, pero **los pocos interesados que existen reclaman que la metalúrgica cordobesa traiga bajo el brazo un contrato de compra de Ferrocarriles, es decir, que sea transferido cuando Forja pase a manos privadas.**

Pero el mayor problema de Fabricaciones no es el proceso de privatización sino la **disminución de personal**. En tiempos de **Carlos Carballo** se elaboró un plan de reestructuración de FM que preveía el **retiro voluntario de 7.100 personas**. Hasta ahora, lo único que varió de ese esquema son los tiempos de aplicación. Pereyra los aceleró y **en el transcurso del mes se conocerá el nuevo plan.**

De **Petroquímica General Mosconi** en Defensa **nadie quiere hablar**. Pereyra nombró interventor a **Pablo Matosian** y en los próximos días dará conocer el balance del año pasado. Ninguno da precisiones, pero todos aseguran que será **en rojo, muy rojo**, aunque existen los detractores que advierten de una maniobra para reducir las expectativas en cuanto al precio de venta en la próxima privatización.

Después de SOMISA, Petroquímica General Mosconi es la **próxima gran privatización** del área.

El 51 por ciento del paquete accionario de **Petroquímica Bahía Blanca** y la totalidad del de **Astilleros Domecq García** son "harina de otro costal". La primera, porque debe resolver, a través de un tribunal arbitral, una disputa con sus socios (varios de los cuales son también clientes) sobre **controversias y reclamos mutuos por más de 800 millones de dólares**. Si el tribunal emite un **dictamen en febrero**, como todos esperan, la venta del paquete accionario no ofrecerá mayores complicaciones. Será rápido e ingresará una importante cantidad de dólares.

En cambio, con los astilleros el tema es diferente. Existen partes de buques a propulsión atómica, cuatrocientos obreros suspendidos momentáneamente y una línea de producción paralizada desde hace mucho tiempo. En este tema no existen decisiones que no sean las del retiro voluntario y, aparentemente, el cierre del taller naval.

SOMISA es otro mundo. Con la conducción de **María Julia Alsogaray** (y más de 155 millones de pesos a repartir en retiros voluntarios), la metalúrgica será transferida a manos privadas el 30 de junio a más tardar. Nadie sabe cuánto dinero puede ingresar por ella, aunque en privado en Defensa aconsejan, por las dudas, no crear demasiadas expectativas.

Omar Báez



COSTO DEL RETIRO VOLUNTARIO

En dólares

SOMISA	159.000.000	[illegible]
DGFM	52.800.000	[illegible]
Hipasam	18.000.000	[illegible]
Forja	3.600.000	[illegible]
PGM	10.500.000	[illegible]
AFNE	13.500.000	[illegible]
Domecq García	9.000.000	[illegible]
Resto	33.000.000	[illegible]

El Banco Mundial otorgó [...] 300 millones de dólares para [...] del retiro voluntario

InfografíaCLARIN

9203386

Duhalde venderá AFN[E]

Para otro de los "elefantes blancos" de Defensa, **AFNE**, a Pereyra de Olazábal se le cruzó una salida que puede salvar a la empresa de su casi segura desaparición. Con **pérdidas mensuales superiores a los 800 mil dólares, sin trabajo y prácticamente paralizadas las líneas de producción, Eduardo Duhalde la quiere para sí.**

En no más de 30 días, AFNE pasará a la administración de la provincia de Buenos Aires. Y si bien recién están estudiando las formas legales de realizar **el traspaso**, ya pactaron que **el costo operativo estará a cargo de la provincia**, mientras que el retiro voluntario será financiado con **los fondos del Banco Mundial**.

AFNE está dentro de la zona de La Plata en la que Duhalde quiere instalar la zona franca. Su presencia sería un argumento de peso fuerte en la disputa que mantendrá con Domingo Cavallo por la habilitación del área. De todos modos, AFNE no escapará a la privatización. Duhalde también la pasará a manos privadas una vez [...] la zona **franca**, [...] hasta el **momento** [...] be si **fragment**[...] presa o la **vend**[...] sola unidad.

Las negociaci[...] **gobierno provin**[...] **ministerio no** [...] **allí. También** [...] **provincia** [...] **que industrial** [...] **colía**, [...] **planta de SOM**[...] **provincia cuenta** [...] **yores recursos** [...] **para promover** [...] **ción de pequeños y** [...] **nos emprendimien**[...]



Jorge Pereyra de Olazábal, secretario de Planeamiento del Ministerio de Defensa.

LAS QUE PASARON A MANOS PR...

EMPRESA		PRECI... En dóla...
PETROQUIMICA RIO TERCERO (39,5% del paquete accionario)	Adjudicada	7....
TANDANOR	Transferida	...
ALTOS HORNOS ZAPLA	Adjudicada	32.500...
PETROQUIMICA RIO III	En vías de adjudicación	...
CARBOQUIMICA	En vías de adjudicación	...

LAS PRIVATIZACIONES EN DEFENSA

Habrá nuevo plan de retiros voluntari...

Las privatizaciones y la racionalización en las empresas de Defensa se han acelerado. El primer indicio es que antes de fin de mes será difundido el nuevo cronograma de retiros voluntarios, para el que se cuenta con un préstamo de 300 millones de dólares concedido por el Banco Mundial. Mientras tanto, las ventas de empresas avanzan, pero sus pérdidas no cesan de aumentar. Es el caso de Fabricaciones Militares, que acumuló el año pasado una necesidad de financiamiento de 200 millones de dólares.

Nacieron para ser la base del desarrollo nacional y hoy son la causa o la excusa de la decadencia. Oscuro destino el del complejo militar industrial: **racionalizarse o desaparecer**, aunque para algunos significa la misma cosa. Esa es la razón por la cual **antes de fin de mes se conocerá el nuevo plan de retiros voluntarios —el Banco Mundial aportará 300 millones de dólares para financiarlo—, acelerando el trámite demorado desde el año pasado.**

Desde que Jorge Pereyra de Olazábal asumió como secretario de Planeamiento del Ministerio de Defensa se aceleró la transformación, acuciado por la premura del ministro **Antonio Erman González** de terminar con el déficit de las empresas del área y la necesidad de obtener fondos para financiar la reestructuración de las Fuerzas Armadas.

Fabricaciones Militares perdió en 1991 nada menos que 200 millones de dólares que debieron salir de las arcas del Tesoro. Y si se toman los números como en una empresa privada los debe llevar, **el pasivo del año alcanza los 700 millones de dólares.** Una aberración a los oídos de los que auscultan las cuentas del Estado.

Pereyra **decidió separar las direcciones empresarias de producción estrictamente militar y las de materiales civiles.** Para estas últimas, el destino es la privatización o la liquidación. Las militares, **"si no encuentran un socio privado, deberán enfrentar un nuevo proceso de racionalización". Y aquí algunos funcionarios** de FM vuelven a asociar racionalizar con desaparecer. "O, como mínimo, son diferentes etapas de un mismo camino", explican.

Pereyra se autodesignó interventor del agujero negro de FM, por donde fluían millones de dólares, y **detectó que las fábricas de tolueno sintético y ácido sulfúrico tenían interesados en el sector privado.** Y rápidamente contrató a un abogado para que redactara los pliegos: es un profesional senior de uno de los estudios especializados en Derecho Administrativo más importante de plaza.

Por **ECA**, la fábrica de vainas y conductores eléctricos, mostraron interés **Decker y Pirelli.** "El pliego de una de las químicas ya está redactado —dijo Pereyra— pero se conocerán los tres juntos en treinta días."

Con **Altos Hornos Zapla**, Pereyra inició la transformación de Fabricaciones. **Es la primera empresa del hólding que será transferida a manos privadas en el transcurso del mes.**

Forja enfrenta una situación difícil **después de dos frustraciones.** Ahora se venderá en forma directa, sin licitación, pero **los pocos interesados que existen reclaman que la metalúrgica cordobesa traiga bajo el brazo un contrato de compra de Ferrocarriles, es decir, que sea transferido cuando Forja pase a manos privadas.**

Pero el mayor problema de Fabricaciones no es el proceso de privatización sino la **disminución de personal.** En tiempos de **Carlos Carballo** se elaboró un plan de reestructuración de FM que preveía el **retiro voluntario de 7.100 personas.** Hasta ahora, lo único que varió de ese esquema son los tiempos de aplicación. Pereyra los aceleró y **en el transcurso del mes se conocerá el nuevo plan.**

De **Petroquímica General Mosconi** en Defensa **nadie quiere hablar.** Pereyra nombró interventor a **Pablo Matosian** y en los próximos días dará conocer el balance del año pasado. Ninguno da precisiones, pero todos aseguran que será **en rojo, muy rojo,** aunque existen los detractores que advierten de una maniobra para reducir las expectativas en cuanto al precio de venta en la próxima privatización.

Después de SOMISA, Petroquímica General Mosconi es la **próxima gran privatización** del área.

El 51 por ciento del paquete accionario de **Petroquímica Bahía Blanca** y la totalidad del de **Astilleros Domecq García** son "harina de otro costal". La primera, porque debe resolver, a través de un tribunal arbitral, una disputa con sus socios (varios de los cuales son también clientes) sobre **controversias y reclamos mutuos por más de 800 millones de dólares.** Si el tribunal emite un **dictamen en febrero, como todos esperan, la venta del paquete** accionario no ofrecerá mayores complicaciones. Será rápido e ingresará una importante cantidad de dólares.

En cambio, con los astilleros el tema es diferente. Existen partes de buques a propulsión atómica, cuatrocientos obreros suspendidos momentáneamente y una línea de producción paralizada desde hace mucho tiempo. En este tema no existen decisiones que no sean las del retiro voluntario y, aparentemente, el cierre del taller naval.

SOMISA es otro mundo. Con la conducción de **María Julia Alsogaray** (y más de 155 millones de pesos a repartir en retiros voluntarios), la metalúrgica será transferida a manos privadas el 30 de junio a más tardar. Nadie sabe cuánto dinero puede ingresar por ella, aunque en privado en Defensa aconsejan, por las dudas, no crear demasiadas expectativas.

Omar Báez

01-C-1



COSTO DEL RETIRO VOLUNTARIO
En dólares

SOMISA	159.000.000	[illegible]
DGFM	52.800.000	17.6...
Hipesam	18.000.000	[illegible]
Forja	3.600.000	[illegible]
PGM	10.500.000	[illegible]
AFNE	13.500.000	[illegible]
Domecq García	9.000.000	[illegible]
Resto	33.000.000	[illegible]

* El Banco Mundial otorgó ... 300 millones de dólares ... del retiro voluntario

Infografía CLARIN

920338

Duhalde venderá AF...

Para otro de los "elefantes blancos" de Defensa, **AFNE**, a Pereyra de Olazábal se le cruzó una salida que puede salvar a la empresa de su casi segura desaparición. Con **pérdidas mensuales superiores a los 800 mil dólares, sin trabajo y prácticamente paralizadas las líneas de producción, Eduardo Duhalde la quiere para sí.**

En **no más de 30 días, AFNE pasará a la administración de la provincia de Buenos Aires.** Y si bien recién están estudiando las formas legales de realizar el traspaso, ya pactaron **que el costo operativo estará a cargo de la provincia,** mientras que el retiro voluntario será financiado con los fondos del Banco Mundial.

AFNE está dentro de la zona de La Plata en la que Duhalde quiere instalar la zona franca. Su presencia sería un argumento de peso fuerte en la disputa que mantendrá con Domingo Cavallo por la habilitación del área. De todos modos, AFNE no escapará a la privatización. Duhalde también la pasará a manos privadas una v... la zona franc... hasta el mome... be si fragment... presa o la v... sola unidad.

Las negocia... gobierno prov... ministerio no ... allí. También ... provincia C... que industrial ... colás, ubicad... planta de SO... provincia cue... yores ... para ... ción de ... nos empre...

N° DOCUMENTO

TITULO BM otorgará crédito por U$S 300 millones.

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE RECEPCION 17/2/92

VINCULACIONES 10033

11161

11314

ENTRADO FS

CRUZADO RS

Crédito por U$S 300 millones

(Dyn). – El Banco Mundial formalizará el mes próximo la entrega de 300 millones de dólares, teniendo en cuenta que el país alcanzó las metas de reducción de personal del Estado.

Según estimaciones del equipo económico, actualmente la administración central cuenta con sólo alrededor de doscientos mil empleados, mientras que antes de poner en marcha la reforma administrativa ascendían a trescientos cincuenta mil.

Una alta fuente del Ministerio de Economía señaló que "la reducción del plantel estatal nos permitió lanzar el programa de reencasillamiento para mejorar los sueldos de los empleados públicos.

Los aumentos salariales se instrumentarán durante el año actual y representarán incrementos de hasta el 70 por ciento en las categorías más altas.

El secretario de Hacienda, Ricardo Gutiérrez, declaró que en el presupuesto de este año está prevista una partida de cien millones de dólares para hacer frente a las mayores erogaciones que demandarán los aumentos de remuneraciones.

El préstamo de reforma administrativa del Banco Central contempla un monto global de 600 millones de dólares, parte del cual ya fue desembolsado.

Según fuentes oficiales "en los próximos meses se instrumentarán sistemas de retiro de personal que alcanzarán básicamente a los empleados que cumplían funciones negociadoras, que en los [illegible] innecesarias tras las medidas de desregulación adoptadas por la conducción económica.

La Nación 17/2/92

01/01

9203387

Clarín 18/2/92

Pagarán 60% menos el gas boliviano

La Argentina pagará a Bolivia el 60 % menos por el gas que importa desde hace 20 años. Después de meses de negociaciones, cuando este año venza el contrato de compra, los ingresos de Bolivia bajarán sustancialmente: recibirá un dólar por cada millar de pies cúbicos y no 2,5 dólares como hasta ahora.

La caída de los ingresos bolivianos obliga a replantear algunos instrumentos de su política económica. Ya no tendrán asegurado el tercio de su recaudación por exportaciones.

Para la Argentina el replanteo es beneficioso. Dejará de pagar tres veces más que los valores internos para adquirir un equivalente al 8 % del consumo de gas local.

El ministro de Planeamiento de Bolivia, Samuel Doria Medina, reconoció en La Paz que "deben tomar una medida de resultado inmediato" para compensar los dólares que no llegarán de las compras argentinas. "No hay otra alternativa —comentó— que incrementar en el 30 % la tasa del impuesto al valor agregado".

La Confederación de Empresarios Privados de Bolivia reclamó al gobierno que revise su decisión. No quieren pagar el 13 % de IVA, en lugar del 10 % que todavía está vigente. Antes que para obtener mayores recursos —opinaron los empresarios— la medida servirá para ahuyentar a los inversores.

01/01

[illegible] por la deuda [illegible]. [illegible] un pago contado de entre u$s 1.[illegible] y 1.200 millones. Aceptan una [illegible] de la deuda global, contra el 40% planteado por Cavallo. Piden intervención de la Justicia [illegible] en casos de litigio. Tampoco aceptarían un tipo fijo de interés, sino flotante de acuerdo con la evolución de la tasa internacional.

CONTRAPROPUESTA POR LA DEUDA

Los bancos piden de u$s 1.000 a

Dura. Muy dura es la contrapropuesta de los bancos al pedido del gobierno argentino para ingresar en el Plan Brady. Lógicamente, por tratarse de una aspiración de máxima, la contraoferta del comité de bancos acreedores (cuyo borrador se construyó sobre la base de una maraña de faxes que se cruzan a diario entre Buenos Aires y Nueva York) y que es analizada desde ayer en el Ministerio de Economía se caracteriza por ser más ambiciosa que lo esperado.

Los principales puntos contenidos en los papeles de trabajo, cuya presentación formal se realizará la próxima semana, son los siguientes:

- Pagar en efectivo entre 1.000 y 1.200 millones de dólares por intereses atrasados, que suman más de 8.000 millones de dólares. Este pedido contrasta con la oferta argentina: pagar los atrasos con dos bonos, pero sin efectivo.
- Por el resto de los intereses, los bancos aceptan los bonos ofrecidos por el Gobierno, es decir, el 10% con un "cero cupón" [illegible] del Tesoro norteamerica[illegible]no) y el 90% con un bono argentino. Pero, para este último, los bancos quieren un plazo de 10 años y no 15, como lo propuso el equipo de Cavallo.

En cuanto al capital a refinanciar, de unos 23.000 millones de dólares, los bancos hicieron observaciones a todas las propuestas llevadas a fines del mes pasado.

El Gobierno había presentado un menú de cuatro bonos, entre los cuales los bancos podrían elegir uno o varios que mejor cumplieran sus necesidades (es decir, cada uno podía "servirse" un poco de cada plato). Dentro de esas cuatro opciones, solo un bono [illegible] para programa tipo Brady, podía utilizarse en las privatizaciones [illegible]. Una segunda opción (llamada Discount Bonds) consistiría [illegible] al país el 40% del capital [illegible]. La [illegible] Par Bonds es un [illegible] [illegible]



"Los precios

El ministro Cavallo expresó en una entrevista [illegible] que ha generado más inflación [illegible] que viven los [illegible] del fin de año [illegible] vacaciones, han llevado [illegible] de lo que acostumbran [illegible]

PARIS (Enviado especial). — Domingo Cavallo atribuyó el crecimiento de precios registrado en enero —y la insinuación de una nueva alza en febrero— a un exceso de liquidez en el sector privado y a "un efecto riqueza" que llevó a los argentinos a "gastar más" de lo habitual. En la vi[illegible] la revalorización de activos— ha hecho que los argentinos se sintiesen más ricos.

Cavallo aseguró que no hay ninguna razón para repensar o modificar el plan económico bautizado con su nombre. En diálogo con Clarín, en su suite del hotel Carillón de esta capital, analizó sus recientes gestiones con los acreedores para reestructurar la deuda externa argentina y dijo que la reforma previsional no supone como inevitable una derogación del 82 por ciento móvil.

El ministro acompaña aquí al presidente Carlos Menem y hoy viajará a Londres para seguir dialogando allí con autoridades financieras. Lo que sigue son los tramos más importantes de la entrevista:

—¿Cuál es el balance de los contactos [illegible]

—En el [illegible] (Banco Central [illegible]) [illegible] las líneas del [illegible] y sobre la propuesta que la Argentina realizó a los bancos. El objetivo fue el de transmitir a los bancos centrales, a los ministros de Finanzas, que la Argentina ha hecho una propuesta seria, de acuerdo con sus posibilidades fiscales y compatible con su crecimiento. La Argentina [illegible] compromisos [illegible] podía cumplir. [illegible] hace a Alemania quedé muy satisfecho por los resultados y porque las autoridades alemanas me señalaron que lo que diferenció a las reformas económicas alemanas de

un pago contado 1.200 millones

tion Bonds, también conocidos como bonos FLIRB) consiste en un bono con tasas fijas bajas (crecientes del 2,5% al 5,5% anual) que no se modificarían aunque aumenten los intereses internacionales.

♦ Contraoferta

Como era previsible, el Bocon resultó ser el título que generó las mayores dudas. Por ejemplo, los bancos quieren saber qué pasa si no los usan en ninguna privatización. Más allá de eso, los acreedores quieren que se mantenga el statu quo de los títulos de la deuda, en el sentido de que todos puedan también puedan utilizarse en privatizaciones (es decir, capitalizaciones de deuda). Pero además desean conocer al dedillo cuáles serán las privatizaciones, con detalles sobre cómo se usarán los títulos y qué porcentaje de cada privatización habrá que pagar en efectivo.

Si el Gobierno igualmente desea emitir un título Bocon, lo aceptarían pero con la condición de que, en caso de litigio, los juicios se diriman en Nueva York (tal como ocurre con cualquier título de la deuda) y no en los tribunales argentinos como plantea la propuesta oficial.

En cuanto a los Discount Bonds, frente a la propuesta argentina de una quita del 40%, los bancos ofrecen otra del 30%. Esta primera oferta indicaría que los banqueros no estarían dispuestos a otorgar al país más descuento que el otorgado a México, es decir, el 35%.

La tercera opción presentada, los Par Bonds, sería considerada en los próximos días. En este caso, el gobierno argentino planteó entregar un bono por el 100% pero pagar intereses por el 50% de la tasa LIBO. Sin embargo, en el borrador enviado a la Argentina consta un rechazo frontal de los bonos FLIRB (con tasas fijas inferiores a las de mercado pactados en las renegociaciones de México y de Venezuela). El argumento de los bancos es que las tasas internacionales se encuentran en un nivel bajo con relación a la media histórica, por lo que este bono con tasa fija podría significar una pérdida considerable para las entidades y que, por lo tanto, carecería de interés.

De todos modos, la respuesta oficial de los bancos debería conocerse no antes de pasado mañana. Primero está prevista una reunión aclaratoria en Nueva York en las oficinas del Citibank donde participarán Horacio Liendo, Daniel Marx y Rafael Iniesta, por el lado argentino, tanto que los técnicos bancarios están encabezados por Rhem Ayas, de la mencionada entidad. A partir de esta reunión técnica se avanzará en el terreno político cuando se fije una fecha para entregar oficialmente la contraoferta oficial de los bancos.



Horacio Liendo, negociador argentino de la deuda, y Richard Handley, titular de la filial local del Citi: comienza el tira y afloja.

CAVALLO Y LAS CAUSAS DE LA INFLACION

...suben porque la gente se cree más rica"



Domingo Cavallo: "La inflación creció porque hay exceso de liquidez".

...aceptable de inversión pública y sobre todo con la tarea de crear condiciones para la radicación del capital privado en la Argentina.

—¿Habla de un nivel de inversión pública superior al actual?

—Sí, pero no exageradamente mayor. El grueso de la inversión en los servicios públicos ya no será estatal, sino que estará a cargo del capital privado.

Dentro de estas restricciones, nosotros estamos dispuestos a introducir modificaciones (a la propuesta original de la Argentina) que sean aceptables para los bancos. Nada es descartable de antemano. Hicimos una oferta y, en estos días, los bancos nos están haciendo llegar sugerencias que ya toman la forma de una suerte de contrapropuesta.

—¿Esa contrapropuesta que va cobrando cuerpo está muy distante en cifras y condiciones de la oferta original argentina?

—No, estamos bastante cerca. Comenzamos cerca de lo que puede ser el formato final y los bancos, advirtiendo que esto era así, también decidieron acercarse.

—En este clima de aproximación de posiciones hay distintos trascendidos. Uno de ellos dice que uno de los reclamos de los organismos es que el gobierno argentino derogue por decreto el 82 por ciento móvil de las jubilaciones, aun antes de realizar la reforma previsional a través de nueva legislación. ¿Es esto así?

—No hay sugerencia alguna en ese sentido. Lo que hay es una decisión nuestra de consolidar la deuda con los jubilados como lo hicimos el 1° de abril del '91, cuando la convertibilidad. Luego se siguió generando una deuda que esperamos consolidar al 1° de abril de este año. Luego deberíamos tener una legislación nueva que sea compatible con el actual sistema de distribución previsional. No se puede pagar más de los recursos que efectivamente se obtienen. Esto no se resuelve por decreto y no significa, necesariamente, que haya que eliminar el 80 por ciento móvil. En términos de urgencia es más acuciante la reforma impositiva.

—Los pronósticos hablan otra vez de una inflación del dos por ciento para febrero...

—Esperamos que no, que sea menos. Ojalá.

—Son cálculos que hacen en Buenos Aires los que arrojan esa cifra.

—Eso surge de comparar la primera semana de enero con la de febrero. De este modo la perspectiva no es mala aun con el dos por ciento, lo que puede resultar alentador porque hay que tener en cuenta que en las restantes semanas de enero los precios siguieron aumentando.

—Si ese no fuera el caso, la respuesta oficial al problema de aumentar la presión tributaria-policial sobre el comercio, ¿no se verá comprometida?

—Si la causa de los aumentos de precios de enero y febrero fue el sinceramiento del IVA (impuesto al valor agregado) no tendremos que preocuparnos para nada. Si esa es la causa, los aumentos son de una sola vez, irrepetibles y además significarán mayores aumentos para el Gobierno y mayor superávit fiscal. Esto actúa restringiendo el ingreso disponible de la gente y exceso de gasto que se insinúa en el sector privado.

—Pero tengo la sensación de que no está seguro de que esa es la causa...

—Es verdad, no lo estoy. Hay también un exceso de gasto, de demanda exacerbada. La combinación de las fiestas de fin de año con el pago del aguinaldo, las vacaciones de enero y el pago del aguinaldo y también una suerte de efecto riqueza, que llevó a los argentinos a gastar más de lo que habitualmente lo hacen. Al valer más la propiedad, los Bonos Externos, las acciones, muchos argentinos se han sentido más ricos. Esa es una causa de los aumentos de precio. Nuestro énfasis debe ser puesto en cobrar los impuestos que corresponden, porque en la medida en que lo hagamos, absorberemos el exceso de gasto privado.

—¿No hay entonces indicador que sugiera que hay que repensar lo que se conoce como Plan Cavallo?

—No, absolutamente no. Lo que asegura la estabilidad, que son los resortes fiscal y monetario, los tenemos muy bien controlados.

Oscar Raúl Cardoso



02/02

92-03389

Aseguró que podrá cumplir con esa cifra para todo 1992 y que redoblará esfuerzos para bajar el índice

Cavallo todavía cree en 7% de inflación

DF. 19/2/92

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, se mostró ayer muy confiado sobre la posibilidad de lograr la meta de una inflación tope de 7% para todo 1992 a pesar de los índices ya conocidos, y al mismo tiempo inició un show de explicaciones sobre lo ocurrido en enero y las perspectivas de este mes.

Aunque evitó formular un pronóstico para el índice de febrero, Cavallo subrayó que "no hay razones fiscales o monetarias para que la inflación esté por encima de los niveles que se registran en los países estables del mundo".

Frente a las versiones de un índice de más de 2% invitó a ser prudentes con las proyecciones porque "tenemos que esperar un poco para estar seguros de lo que está pasando en este mes".

En este sentido explicó que "en el comportamiento del precio de los servicios se están dando algunos factores más específicos de la Argentina, que todavía van a tener su influencia durante algunos meses, de modo que es muy difícil hacer predicciones sobre cuál va a ser el índice de este mes". De todos modos vaticinó confiado que "la tendencia ahora va a ser a declinar", puntualizando que "todo precio que sube puede también bajar así que no hay que preocuparse demasiado".

Añadió que no va a resignar la meta de 7% para todo el año y advirtió que "tenemos que redoblar los esfuerzos para que (la inflación) esté más abajo".

Al enumerar las causas de lo ocurrido en la primera semana del mes, Cavallo reveló que "comparada con la primera de enero, se registra un aumento del orden de 2%, pero hay que tener presente que en la segunda, tercera y cuarta semanas de enero, los precios siguieron aumentando". Agregó que "lo que observamos en la primera semana de febrero puede ser simplemente un reflejo de lo que ya había ocurrido en las semanas subsiguientes a la primera".

Expresó además que hay crecientes indicios de que estos aumentos de precios, sobre todo en el comercio minorista, tienen que ver con el cumplimiento por parte de los comerciantes del pago del IVA, que antes, en muchos casos, no estaban haciendo.

"Si ésa fuera la causa, no hay por qué preocuparse porque es un aumento que se va a dar una vez y para siempre y no va a reiterarse en los próximos meses y por otro lado va a significar mayor recaudación impositiva, lo cual va a financiar de manera genuina el gasto gubernamental y eso a la larga va a tener un efecto estabilizador", subrayó.

Respecto de lo ocurrido en enero, Cavallo dijo que 3% se produjo debido a que "muchos argentinos se han sentido más ricos", lo que los llevó a "un exceso de gasto" que se tradujo en "una demanda exacerbada".

Culpó a "la combinación de las fiestas de fin de año con el pago del aguinaldo, las vacaciones de enero y una suerte de efecto riqueza que llevó a los argentinos a gastar más de lo que habitualmente lo hacen".

Señaló al respecto que al valer más la propiedad, los Bonos Externos y las [illegible], muchos argentinos se han sentido más ricos.

01101

9203390

DOCU. NTO

ULO Interés privado para operar planta de Hipasam.

PROC. DEN. 150024

FE H 20/2/92

VI UL 10033

11161

11312

ENTRADO 88

CRUZADO 85

Clarin 20/2

[illegible] planta de H[illegible]

El ministro de Defensa, Erman González recibió dos consultas sobre el destino de la planta de pelletización de Hipasam. Una de ellas habría correspondido a enviados de un importante grupo siderúrgico nacional. Los interesados manifestaron concretamente la intención de operar esa planta.

Cuando el Gobierno recién terminó de cancelar los retiros voluntarios de los empleados y obreros de la empresa liquidada, aparece esta posibilidad de revitalizar la actividad de pelletización. En realidad, es una vieja idea de antiguos ejecutivos y varios funcionarios políticos de la empresa que siempre afirmaron que la única posibilidad de supervivencia de Sierra Grande (el pueblo que vivió alrededor de la empresa) era la compra de materia prima en el exterior y su pelletización en la planta de Sierra Grande, provincia de Río Negro. Inclusive, muchos de ellos expresaron que grupos económicos chilenos estarían interesados en la operación y privatización de Hipasam.

Hasta el momento, el secretario de Planificación del Ministerio, **Jorge Pereyra de Olázabal**, no decidió cuál será el destino de todos los activos de Hipasam ni su forma de realización, pero solicitó a quienes le expresaron el interés por la compra que especificaran sus requerimientos.

La planta de pelletización y el muelle son el atractivo que podría mostrar la privatización global, aunque fuentes de la cartera de Defensa no descartaron la posibilidad **de la fragmentación y la enajenación de toda su maquinaria**, que, según las expresiones de los interesados no es tan obsoleta como se dice y está en perfecto estado de conservación.

Por el puerto de Sierra Grande, también había manifestado su interés el gobernador de Río Negro, Horacio Massaccesi, y en Defensa existe la intención de cederle parte del muelle para el amarre de barcos pesqueros, siempre y cuando esta labor no obstruya la carga y descarga del mineral de hierro destinado a la pelletización en la planta o la salida de los pellets elaborados.

Ni en la provincia ni en el Ministerio de Defensa manifiestan grandes expectativas sobre la supervivencia del pueblo fundado alrededor de la empresa. Pero no descartan la actividad pelletera para los pocos habitantes que aún permanecen en el lugar.

DOC. POCO LEGIBLE

01/01

9203391

Nº DOCUMENTO

TITULO Acuerdo bilateral para refinanciar deuda con Italia.

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE RECEPCION 22/2/92

VINCULACIONES 10033

11165

11399

Italia

ENTRADO RS

CRUZADO RS

Clarín 23/2/92

Acuerdo con Italia

La Argentina firmó ayer un acuerdo bilateral para la refinanciación de una deuda de [illegible] millones de dólares que nuestro país mantiene, gobierno a gobierno, con Italia. El convenio, logrado en el marco de las negociaciones del Club de París, prevé un plazo de pago de 10 años, con 6 años de gracia.

Participaron de las negociaciones el embajador argentino en Roma, Carlos [illegible], y el director general de asuntos económicos del Ministerio de Relaciones Exteriores italiano, Giovanni [illegible]. Ambas partes señalaron que las relaciones comerciales entre los dos países son positivas.

El gobierno de nuestro país confía en lograr acuerdos similares en las futuras conversaciones que mantengan los negociadores de la deuda con los restantes gobiernos europeos. Actualmente la deuda externa argentina con los bancos de ese continente es de alrededor de [illegible] millones de dólares.

01|01

9203392

9203393

ORIGINAL

1|4

920166
MEMORANDUM................/.R.e.I../ FECHA: 06.05.92

I. ASUNTO: EXPLOSIVOS Y SUPUESTO COMANDO "LAVALLEJA"

II.REFERENCIA:

III.EVALUACION: B-3

IV.TEXTO:

09|7|92

ANTECEDENTES

- En el manifiesto de la Carta Orgánica del F.M.I. se expone que el Gobierno Nacional,deberá cancelar determinada deuda en un plazo prefijado; para tal fin asesora que deberá éste aumentar entre un 10 al 20 % los impuestos o recaudaciones públicas y dar a sus empleados un aumento no mayor del 8%,a los efectos de que esta ecuación dé un beneficio, el cuál cubrirá cierta parte de esa.
Debido a esto se han planteado diferentes debates públicos entre personas del gobierno no pudiendo llegar a un acuerdo concreto referente al tema, pero sí es unánime que esto traería aparejado una gran desestabilización nacional, en la cuál se vería gravemente identificado el PODER POLITICO.
Frente a esto,se comienza a manipular ,la idea de restarle importancia pública(informativa)al tema y llevar la atención de la ciudadanía a otro campo.Este campo sería aquella Institución que no tuviese representación política ni manifestación social a los efectos de no presentarse problemas y esel PODER MILITAR o FF.AA.
Es así,como desde el mes de abril se comienzan diferentes informes de carácter reservado sobre posibles actuaciones de las FF.AA.
Frente a la corrupción y a las irregularidades socio-económicas poniendo en tela de juicio frente a la ciudadanía tal acción.
Los medios para llevar tales informes,fueron diferentes periódicos, destacándose como principal "LA REPUBLCA",la cuál se dice que su Director General, FEDERICO FASSANO ,estaría realizando dichas publicaciones,primero para ganar dinero y luego por estar comprometido con el Poder Político, como así no con el Poder Militar.
En una palabra,es el medio que tiene el Poder POlítico para distraer a la ciudadanía de los temas reales de la Nación.
Haciendo referencia al tema central, las explosiones,se toma conocimiento que las mismas no fueron obra de un supuesto Comando "LAVALLEJA",ya que éste,según fuentes,periodísticas no existiría y sería obra de FEDERICO FASSANO y sus colaboradores.
Pero no se puede separar del tema las explosiones,ya que son hechos y no lujuraciones.
Es por eso,que frente a tal acción se toma conocimiento de unas hipótesis:

1) - Si fueran grupos de derecha,podría haberlo realizado el Movimiento A.D.O.,el cuál responde directamente a los estímulos del Dr. JULIO MARIA SANGUINETTI.

9203393

2) - Si fueran grupos de izquierda, serían aquellos desconformes con la política actual de sus Movimientos o Partidos. Ej.: MEJIAS COLLAZO, QUIJANO, JORGE ZABALZA(MLN), ex integrantes del PVP o integrantes del M.R.O.

Estas(hipótesis), son manifestadas por diferentes periodistas, los cuáles aparentemente tendrían sus fundamentos.
No obstante a todo lo expresado, se comenta a nivel político que esta ola de explosiones son las primeras hechas de una serie de atentados que se van a perpetrar.-

SISTEMA DE INTELIGENCIA PARALELO

- Se tomó conocimiento que a través de una Agencia de Seguridad, sita en la calle Enrique Martinez 1357 casi Millán (teléfono 29.04.59), los Coroneles MALAN t VIACABA estarían formando un sistema de Inteligencia con informantes y colaboradores pagos, a los efectos de obtener información sobre el Poder Político y Militar.

DISTRIBUCION:ORIGINAL SEÑOR JEFE DEL DPTO.I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE

(a.z.)

9203393

003

MODIF/AMPLIAC. DE DATOS DE PERSONAS/ORGANIZACIONES (F3)
REFERIDAS A UN DOCUMENTO Y ADJUDICACION DE ASUNTOS __ de __

ACCION : (A) M = Modifica NRO.DOC. : 92_/03393 pag:002
A = Amplia FECHA : __/__/__

(M) DONDE DICE : ....

DEBE DECIR : ....

(A) AMPLIACION : La agencia de Seguridad mencionada es "Servicio de Vigilancia Unión SRL", cuyos propietarios son: Felipe Rómulo VIACABA SOSA y Miguel CHAFTARE MORALES

FUENTE : Información obtenida de Direcc. Empresas Seguridad del Ministerio del Interior EVAL : A-1
(L L E N A D O O B L I G A T O R I O)

(O) T = Todo el doc.
P = Persona
O = Organizacion
X = Otros

ENTIDAD : Servicio Vilancia Unión SRL
(Persona u Organizacion)

ASUNTOS A VINCULAR: D E T A L L E	CODIGO

RESPONSABLE : CARGO El Jefe de la Sección Biográfico

FIRMA [firma]

CONTRAFIRMA: ____________

ESTE FORMULARIO DEBE AGREGARSE AL DOCUMENTO ORIGINAL QUE ESTA EN ARCHIVO

004-14 9203393

3

Japón promete financiamiento

El Japón contribuirá con un préstamo a la Argentina una vez que concluyan las negociaciones que se llevan adelante con el Fondo Monetario Internacional y la banca.

Así lo anunció el jefe del Consejo de Asesores del Ministerio de Finanzas del Japón, Makoto Utsumi, quien destacó "la valentía, la capacidad y el coraje con que el ministro Cavallo implementó los cambios estructurales de la economía argentina".

El funcionario nipón evitó dar precisiones acerca del monto de la ayuda financiera, pero destacó que a partir de este convenio se abren importantes posibilidades y oportunidades de inversión en el sector privado argentino.

El equipo económico se reunió con una delegación de empresarios y funcionarios japoneses en los salones del Banco Nación y el ministro de Economía, Domingo Felipe Cavallo, condecoró a Utsumi con la Orden del Libertador San Martín mientras que el viceministro de Asuntos Internacionales del Ministerio de Finanzas, Takashi Hosomi, fue condecorado con la Orden de Mayo al Mérito en el Grado de Gran Cruz.

Utsumi, uno de los economistas más destacados del mundo, dijo que luego del aporte del Eximbank del Japón, se abrirán posibilidades y oportunidades de inversión nipona en el país y en el sector privado.

Cavallo sostuvo que el encuentro con los visitantes japoneses "fue muy fructífero y esta es una forma de trabajar para los [illegible] que solamente en una [illegible] progresa, una economía [illegible] cumplan con sus obligaciones [illegible] sionales e impositivas en [illegible] que se resuelvan los problemas [illegible]". Evidentemente a pesar de todas las aclaraciones, el tema de los [illegible] jubilatorios sigue presente en la cabeza del ministro.

Este dijo luego que la delegación japonesa transmitió la [illegible] posición de su país para [illegible] a resolver los problemas de [illegible] nes que hacen sus [illegible] como lo estamos [illegible]. Cavallo también señaló que no se habló de montos del [illegible] las condiciones que se [illegible] acceder a esa ayuda.

01/01

9203394

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 23 de febrero de 1992

SE EXPORTARIA EL 5% DEL CONSUMO DE GAS LOCAL

Un candidato para el gasoducto a Chile

Sólo uno de los tres grupos empresarios que comenzaron a competir por la construcción de un gasoducto entre la Argentina y Chile tiene posibilidades serias de hacer el negocio. Los otros dos quedaron presa del extenso trámite que ya acredita el proyecto de exportar hasta 5 millones de metros cúbicos diarios de gas, algo así como el 5 % del consumo local.

Sospechas de corrupción que luego fueron desestimadas, desencuentros diplomáticos y el juego fuerte de los "lobbies" hicieron que la obra quedara en carpeta durante años.

Los tantos empezaron a aclararse con la llegada de Luis Prol a la Secretaría de Hidrocarburos y Minería. Por ejemplo, esta semana quedó definido que el ducto partirá desde Neuquén. La salida desde Mendoza que se había imaginado en un primer momento fue desechada y con el cambio quedó virtualmente excluido uno de los grupos. Es el que integraba Pérez Companc —operadora de varios yacimientos en la provincia de Mendoza y la principal productora privada— asociada con compañías chilenas dedicadas al petróleo, el gas licuado y la importación de combustibles.

La resolución de Prol prohíbe el uso de la infraestructura de transporte existente en el lado argentino. En el más diáfano lenguaje de los negocios esto significa que debe construirse íntegramente el caño. No podrá emplearse —como se supuso— el ducto Centro Oeste para ahorrar tiempo y dinero.

◆ Inversión

Hay en danza unos 300 **millones de dólares de inversión** y un mercado virgen pasando la cordillera. En la ecuación energética chilena el gas ocupa un pobrísimo lugar. En la Argentina, la privatización de áreas centrales y marginales permite que las petroleras busquen nuevos destinos para los hidrocarburos que extraen. El proyecto requiere de un productor argentino y un distribuidor chileno que deben presentar un estudio en firme a mediados de año.

Como con la planta separadora de gas que construirá la norteamericana Enron, la participación del gobierno argentino se limita ahora —y después de muchas idas y vueltas— a garantizar un volumen de gas. En este caso se autoriza la exportación del fluido. El resto dependerá de los inversores privados.

Pero algunas empresas protestan por la intervención estatal en un proyecto eminentemente privado. "No tienen nada que hacer sobre todo porque el mercado de gas **quedará desregulado en la Argentina dentro de poco", se quejan. Para Luis Prol, la situación es distinta: "La resolución que sacamos esta semana es menos intervencionista". Si hay más de un interesado en hacer el ducto y se supera el cupo disponible (los 5 millones de metros cúbicos), gana quien acredite el mayor volumen de venta diaria.**

◆ Un ganador

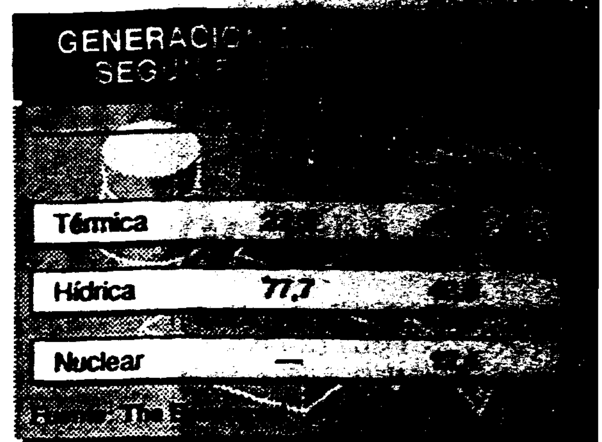
El reacomodamiento empresarial fue tal en los últimos meses que todos los interesados coinciden en que hay —virtualmente— un ganador. Es que la estatal YPF tomó partido por uno de los consorcios y ahora integra la lista de socios con Astra, Bridas, Pluspetrol y San Jorge, la operadora del rico yacimiento Huantraico. Completan la sociedad Catalana de Gas. Figura entre las desertoras la norteamericana Transco, que se retiró el año pasado por la escasa "transparencia" del procedimiento. Los ex partenaires de Transco aluden también a desinteligencias dentro del grupo: "Querían capitanear el consorcio, y eso no era posible". Entre los agregados de último momento figuran SNAM (subsidiaria del ENI italiano), y la española Enagas. La distribuidora de electricidad Chilectra y la petrolera estatal ENAP son la cara chilena del grupo.

SNAM era la apuesta fuerte del consorcio liderado por Sideco del grupo Macri. Su cambio de camiseta debilitó al consorcio que, sin el apoyo del ENI, disminuyó sus chances de competir.

Pérez Companc todavía no tiró la toalla. Tiene reservada una participación en la recién creada Gasnatural formada por COPEC (Compañía de Petróleo de Chile), la distribuidora Enagas, Gasco y la subsidiaria chilena de Shell. La conformación del consorcio no es nueva.

Integraban exactamente con el mismo plantel, la terna de grandes interesados en el ducto. Ahora formalizaron como sociedad de gestión una instancia necesaria para buscar la financiación que permita hacer un estudio de mercado. Con la definición del paso por Neuquén, la apuesta de Pérez Companc se cae y es probable que desechen su participación en gas natural que se quedaría así sin proveedor de fluido.

Una vez que se oficialice quién ganó el proyecto vendrá la competencia entre las empresas constructoras. Techint que integró al comienzo de las negociaciones el grupo de las cuatro productoras privadas (Astra, Bridas, Pluspetrol, San Jorge) quedó excluido: "Queremos —explican los empresarios— una total independencia de las contrataciones". Por ejemplo, el consorcio comprará el gas que les **resulte más barato entre alguna de sus socias o fuera de ese Estado. La construcción y la provisión de los caños será licitada en su momento. Empresas internacionales y de capital local que decidan intervenir en los concursos deberán traer bajo el brazo la financia-**



Títulos de la deuda preocupan a los acreedores

PROCEDENCIA: 150035

FECHA: 24-2-92

VINCULADO: 10033, 11161, 11412

Doc. Poco LEGIBLE

ENTR: RS, RS

Los bancos agentes de la deuda externa argentina	
[illegible]	[illegible]
Citibank (Nueva York)	República Argentina República Argentina República Argentina
[illegible]	[illegible]
Manufacturers Hanover Trust (Londres)	Banco de la Nación Argentina
[illegible]	[illegible]
Morgan Guaranty Trust (Nueva York)	Aerolíneas Argentinas
[illegible]	[illegible]
Crédit Lyonnais (París)	Dirección General de [illegible]
[illegible]	[illegible]
Banque Nationale de Paris	[illegible]

24/2/92

Los títulos de la deuda preocupan a los acreedores

[illegible] los bancos agentes de la deuda argentina procuran evitar un caos en la verificación de [illegible]

[illegible] revelaron fuentes de la banca extranjera.

[illegible]

La utilización de los títulos de la deuda externa en las privatizaciones será analizada en detalle durante una reunión que esta semana mantendrán funcionarios argentinos en Nueva York con el Comité de Bancos Acreedores.

Los bancos agentes son los responsables de llevar el registro de lo que sucede con los títulos de la deuda externa (legitimidad, tenedores, endosos, intereses, etc.), y distribuyen esa tarea según los distintos entes y empresas deudoras.

Los reclamos iniciales emergieron tras las dificultades que encontraron [illegible] futuro de la deuda [illegible]", según indicó a LA NACION la fuente bancaria.

"[illegible] argentina"

La principal omisión que los agentes señalan es la información sobre los entes que se harán cargo de las deudas y sobre los correspondientes mecanismos informativos.

"La gran falla en la administración de la deuda externa es la falta de una vía de información fluida con los bancos agentes, porque hay una gran desorganización en la parte argentina", dijo la fuente.

"Con cada privatización, disolución o, inclusive, intervención –dijo–, ya no es fácil encontrar ni un ente ni una persona que se haga responsable por la deuda y, cuando hay una persona, su autoridad suele estar muy menguada".

[illegible]

Para los bancos, [illegible] como requisito inicial un mayor asesoramiento, tanto del Gobierno como de los interesados en las privatizaciones, sobre los problemas que puedan tener que afrontar los títulos antes de solicitar su capitalización.

"Hay compradores de empresas públicas que desconocen hasta los aspectos elementales de lo que hay detrás de la aceptación de un título, y así es que después aparecen los problemas que llevan meses y años para arreglar", señaló la fuente.

Rubén Correa

01/01

9203396

Inversores de Japón, Taiwán y EEUU en Buenos Aires.

150024

24/2/92

10033

11169

11399

ENTRADO RS

CRUZ RS

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 24 de febrero de 1992

INVERSORES DE JAPON, TAIWAN Y EE.UU. EN BUENOS AIRES

Visitas sobran; dólares faltan

La Argentina ha mejorado su posición en el ránking de las naciones que ofrecen mayor estabilidad y menores riesgos para los negocios e inversiones extranjeras. Tal vez por eso en la última semana una oleada de empresarios extranjeros aterrizó en Buenos Aires, con pasaportes de países tan dispares como Japón, Taiwán y los Estados Unidos.

Según dos empresas que realizan aquel relevamiento mundial (Economist Intelligence Unit e International Country Risk Guide), la Argentina se ubica en el puesto número 63, después de ocupar el lugar 75 durante 1991, y el 94 en 1990.

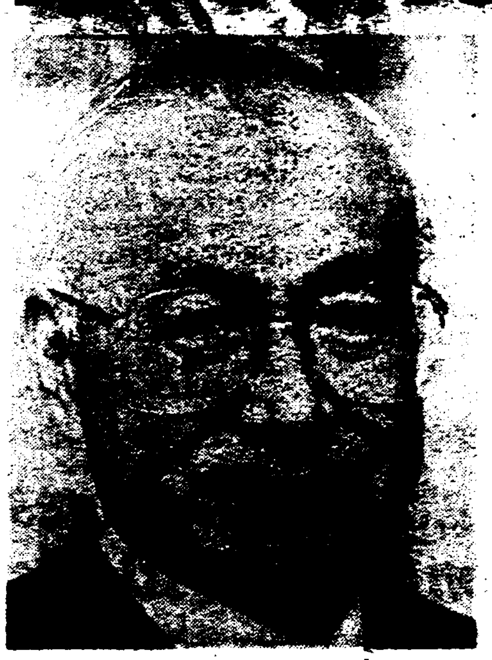
La prueba de que los capitales internacionales empiezan a interesarse por invertir en estas pampas es que durante la semana pasada han arribado al país importantes misiones japonesas, taiwanesas y norteamericanas, para evaluar las oportunidades que se les presentan.

El viernes último terminó una visita de dos días un contingente de altos ejecutivos japoneses, que muchos especialistas no vacilaron en calificar como "la más importante" que pisó Buenos Aires.

La misión nipona fue organizada por la Japan Productivity Center, presidida por el ex viceministro de Finanzas del Japón, Makoto Utsumi (actual jefe de asesores del actual titular de esa cartera), e integrada por encumbrados directivos del Eximbank, Nissan Co., The Dai-Ichi Kangyo Bank, Daiwa Security, The Industrial Bank, Fuji Bank y Banco de Tokio, entre otros colosos japoneses.

La delegación mantuvo varios encuentros con el ministro Domingo Cavallo y sus colaboradores, quienes intentaron convencer a sus integrantes sobre las bondades de invertir en la Argentina. El jueves por la tarde, la Asociación de Bancos Argentinos (ADEBA) organizó una conferencia para explicarles a los visitantes los cambios operados en el país, a partir de la política de privatizaciones y desregulación, y las oportunidades que brinda este nuevo marco económico.

En un aparte con Clarín durante el cóctel que se realizó luego de la conferencia de ADEBA, Utzumi señaló que "todavía no tenemos interés específico para invertir en una determinada área de su país".



Makoto Utsumi, jefe de asesores del ministro de Finanzas del Japón.

No obstante, Utsumi opinó que "mi percepción de que hay un cambio favorable en la Argentina me llevó a organizar esta misión para que los hombres de negocio de mi país puedan ver las oportunidades que se les presentan."

♦ Taiwaneses

Una misión comercial de chinos de la isla de Formosa realizó exploraciones durante la semana pasada para participar en el negocio bancario de la Argentina. De concretarse esta iniciativa, los "tigres" del Pacífico establecerían su segunda cabeza de playa en América latina, lejos de la primera instalada desde hace años en Panamá.

Los directivos de la Asociación de Bancos de la República Argentina (ABRA) recibieron a estos "pesos pesados" de la economía asiática: el presidente de Bankers Association of the Republic of China, Y.D. Shey; el presidente de The International Commercial Bank of China, Theodore Cheng; y el presidente del Importer and Exporters Association of Taipei, William Huang.

Todos ellos, acompañados por el director de la oficina comercial en Buenos Aires, J.K. Wang, mostraron sumo interés acerca de las alternativas que ofrece el sistema financiero local, para la posible radicación de capitales orientales, en alternativas que van desde la participación minoritaria en entidades locales hasta la eventual instalación de un banco chino.

♦ Norteamericanos

A la hora de invertir, los estadounidenses prefieren elegir dentro del menú de posibilidades que brindan el turismo y las comunicaciones.

Lee O'Toole, presidente de la GTE, estuvo la semana pasada en Buenos Aires para reunirse con el ministro Cavallo y con las autoridades del área de comunicaciones, que dirige el subsecretario Germán Kammerath. Simultáneamente, pero por "cuerda separada", en los mismos días estuvieron aquí cuatro altos directivos de la también norteamericana AT&T.

Unos y otros están interesados en el nuevo llamado a licitación para la instalación del servicio de comunicaciones de las Fuerzas Armadas y la Presidencia, en el satélite de comunicaciones, bautizado Nahuel, en telefonía celular y en telefonía básica.

Por otra parte, el representante de otros empresarios norteamericanos dispuestos a invertir en la Argentina, Donald Hopkins, reveló a Clarín que varios capitalistas están interesados en explotar o comprar casinos —especialmente el de Mar del Plata— o crear uno en Buenos Aires, si la Municipalidad metropolitana legaliza el juego.

También quieren edificar en la Capital Federal un centro de convenciones integral —con hotel, oficinas y comercios— y [illegible] fomentar el turismo ecológico mediante la explotación de los parques nacionales.

Proyectos y, al parecer, interés hay para invertir en un país que todavía quiere levantar vuelo. Las preocupaciones escasean [illegible]. Ahora falta que aparezcan los dólares.

Gustavo C. Martínez

01/01

9203397

CREDITO DE FACILIDADES EXTENDIDAS

Una brecha de separa al FMI

Domingo Cavallo dijo anoche a Clarín que el martes o miércoles, si hay acuerdo en el FMI sobre la cantidad de dinero que aportará el organismo, se cerrará el trato por el crédito de facilidades ampliadas, que es en los hechos la antesala para ingresar al Plan Brady. Las previsiones del ministro de Economía son que el Fondo podría finalmente definir el monto en u$s 3.000 millones.



Domingo Cavallo, ministro de Economía.

"Si nos dan la plata que pedimos, el martes o el miércoles llegamos a un acuerdo", dijo ayer a Clarín el ministro de Economía, Domingo Cavallo. La plata que se pide son 3.500 millones de dólares. Y el acuerdo, el más importante en el tema de deuda externa, es con el FMI. Se trata del préstamo de facilidades ampliadas que, con un programa de tres años, es el paso previo e imprescindible para el ingreso al Plan Brady.

El presidente Carlos Menem confía en que todo saldrá bien y reserva el gran anuncio para este martes (véase página 2). Ese "salir bien" es sinónimo de un pronunciamiento

Los bancos comienzan a hablar de flexibilidad

Para la banca acreedora estar sentada con la Argentina a una mesa de negociaciones ya es un buen indicio. El viernes el comité que los agrupa elevó su contraoferta, que difiere en mucho de la del equipo Cavallo. Pero los banqueros, que se las saben todas, confían en un final feliz hacia principios de junio.

Rima Ayes, del Citicorp y alma del comité de bancos —cuando William Rhodes, vice del Citi y presidente del organismo no está— extrajo de su portafolio la propuesta de la banca. Rima dirige estas negociaciones junto a Mike Degraffeny, también del Citicorp.

Para el equipo argentino, los indicios los dará Rhodes. Su presencia en la mesa de negociación marcará el rumbo de las cosas. En la reunión del viernes no hubo sorpresas: Daniel Marx, representante financiero en Washington, y el subsecretario de financiamiento, Horacio Liendo, escucharon en Nueva York lo que ya les había anticipado en Buenos Aires otra mujer del Citicorp, Rosa Aranguren.

De ofertas y contraofertas se seguirá hablando un tiempo más.

"Las dos posiciones no están desencontradas", dijo ayer a Clarín una fuente de la banca. En esta primera etapa, en la que los negociadores no muestran todas sus cartas y acuden a posiciones de máxima, se discute:

- La cantidad de dinero que la Argentina está dispuesta a pagar por los intereses atrasados, que suman [illegible] millones de dólares. Los bancos piden 1.290 millones al contado. La Argentina ofreció 400 millones.
- La quita de la deuda. La fuente consultada aventuró una [illegible] de 35 y 37%, pese a que [illegible] la banca habla de 30%. Buenos Aires solicitó el 40 por ciento.
- La tasa de interés: difieren en los montos y la banca no acepta un "techo". En el caso del Par Bond, bono a la par, la Argentina reclama un "techo" del 9%. La banca quiere tasas crecientes.
- La utilidad de los títulos de la deuda. La Argentina pretende que sólo el Bocon sea utilizado en las privatizaciones. Los bancos quieren destinar los papeles que ya poseen, los llamados GRA.

Pero la posición de la banca no es uniforme. Algunos bancos están muy urgidos por recibir dinero contante y sonante. Y están dispuestos a ceder en otros temas como la tasa de interés y el destino de los títulos, a cambio de mayor dinero. Se trata de los bancos ingleses y japoneses. Los norteamericanos, como el JP Morgan y el Citicorp —que lleva la batuta— están con sus ojos puestos en las privatizaciones. Son más flexibles en cuanto al pago contado que se le exige a Buenos Aires.

1.000 millones de la Argentina

del chairman del FMI, Michel Camdessus, quien recomendaría a los directores del organismo el programa presentado por la Argentina. Claro está que acompañado de la sugerencia de cuánto hay que prestarle.

Pero los técnicos del FMI que tienen un mal recuerdo de la Argentina —aducen eternos incumplimientos—, se resisten a prestar los 3.500 millones de dólares que pide Cavallo. Proponen 2.500.

—¿Cuál es su pálpito?, —preguntó Clarín a Cavallo.

—Confío en que se partirá en 3.000 millones, la cifra de la que se habló desde el primer momento.

—Con 3.000 millones, ¿alcanza?

—Lo relevante de la discusión en este momento es el monto. Y cuál será el desembolso de este año. Mientras mayor sea ese monto, la Argentina podrá destinar más a los enhancements de la deuda (respaldos para garantizar los pagos a la banca acreedora).

Cavallo, quien conserva a veces su paciencia cordobesa, prefiere no precipitarse: "Estamos en los últimos momentos de la negociación, es un tira y afloja en lo que el monto del préstamo es lo único que está en discusión. Preferimos que todo se dilate a que nos den de menos". Pero confía en que se llega al acuerdo: "Si no es esta semana, será la próxima". Obtenido el guiño de Camdessus, el programa circulará entre los directores el FMI que tienen agendada entre el 23 y el 27 de marzo la reunión en la que se tratará el caso argentino.

—Por sus recientes contactos en Francia, ¿puede esperarse un fuerte respaldo de Camdessus a la Argentina?

—Camdessus ya nos dio un respaldo espectacular cuando comenzó la negociación con la banca. Le resta decidir cuánto nos prestan.

Logrado el crédito de facilidades ampliadas, EFF en inglés, se añaden otros préstamos para alcanzar la llamada "masa crítica". Habrá aportes del Banco Mundial, del Eximbank de Japón y del Banco Interamericano de Desarrollo.

En paralelo a esta negociación con el FMI avanza otra con los bancos acreedores. Pero la estrategia del cordobés consiste en cerrar primero el trato con el FMI. Después, con los bancos. Cavallo definió así cómo marchan las cosas con los bancos:

- Esta semana vamos a hablar del programa de privatizaciones y de la posibilidad de cancelar deuda con privatizaciones.
- Aceptaremos los títulos que los bancos ya poseen en todo aquello que se privatice antes de cerrar el acuerdo.
- Después, sólo los Bocón. Pero en este tema la discusión es de tipo jurídica. Los bancos no quieren utilizar el Bocón porque tienen como jurisdicción a los tribunales de Buenos Aires. Ellos quieren que sean los de Nueva York. Creo, sin embargo, que esto se va a resolver favorablemente.

LA NEG[illegible]ACION CON[illegible]

- Michel Cam[illegible]ecidiría esta semana cu[illegible] prestarle a la [illegible]na.
- El monto es[illegible] que [illegible] facilidades [illegible]s, primer paso para [illegible] ingrese al P[illegible], de reducción de la deuda [illegible]
- Buenos Aires [illegible]500 millones de dólares al F[illegible] técnicos so[illegible]n prestarle 2.500. En el equipo [illegible] están seguros de que obtendrán 3.000 millones.
- Una vez an[illegible] el monto del préstamo, los d[illegible] programa p[illegible]o por la Argentina. Un trá[illegible] gerente, se [illegible]favorable al país y no d[illegible]
- En la seman[illegible] al 27 de marzo el directorio [illegible] crédito fue o[illegible]

Otra propuesta argentina ante los bancos acreedores

La Nación 25/3/92

[illegible]: los negociadores del Gobierno modificaron algunos aspectos de las opciones presentadas originalmente para refinanciar la deuda.

La Argentina flexibilizó algunas de sus posiciones ante la banca acreedora para la refinanciación de la deuda, y esta semana los banqueros entregarán en Nueva York sus respuestas a las nuevas ideas presentadas por el equipo económico.

Fuentes bancarias admitieron que las ofertas argentinas "se acercan un escalón" a la contrapropuesta de los acreedores, aunque destacaron que resta mucho por negociar.

Al mismo tiempo, se conoció ayer que la Argentina ingresó en el Acuerdo Multilateral de Garantía de Inversiones (MIGA, en inglés), que concede garantías especiales a los inversores frente a riesgos extraordinarios.

La nueva propuesta

Las últimas ideas presentadas por el equipo negociador argentino a los bancos son las siguientes:

- El bono para refinanciar los atrasos mantendrá una tasa fija del 4,5 % en los primeros seis años, pero se hará flotante a partir del séptimo.
- El pago extraordinario por los atrasos podría hacerse dentro de seis años y no dentro de diez, como se ofreció originalmente. Pero entonces, no se pagará el 10 % de los intereses pendientes sino el 7,5 por ciento.
- Se aceptaría la propuesta de la banca para establecer una tasa fija en el Par Bond (mediante el cual la Argentina pidió una reducción del 50 % en los intereses), pero comenzando con el nivel propuesto por el Gobierno, del 2,5 %. Se aceptaría eliminar el techo propuesto del 9 % para las tasas pero a partir de los 20 años.
- Respecto del Bono de Descuento, con el que la Argentina pidió una quita del [illegible] % en el capital, se propuso negociar una tasa [illegible]. Pero en tal caso, los bancos deberían aceptar la quita del 40 por ciento. Fuentes bancarias opinaron que esa quita se acordaría entre el 35 y el 37 por ciento.
- Se podría emitir un [illegible] Bocon especial por la deuda [illegible] con jurisdicción en Nueva York.
- No se acepta la propuesta de los acreedores sobre plata nueva. "No la necesitamos y si fuera necesario la buscaríamos en otra ventanilla", dijeron los funcionarios [illegible] a los banqueros.

[illegible]

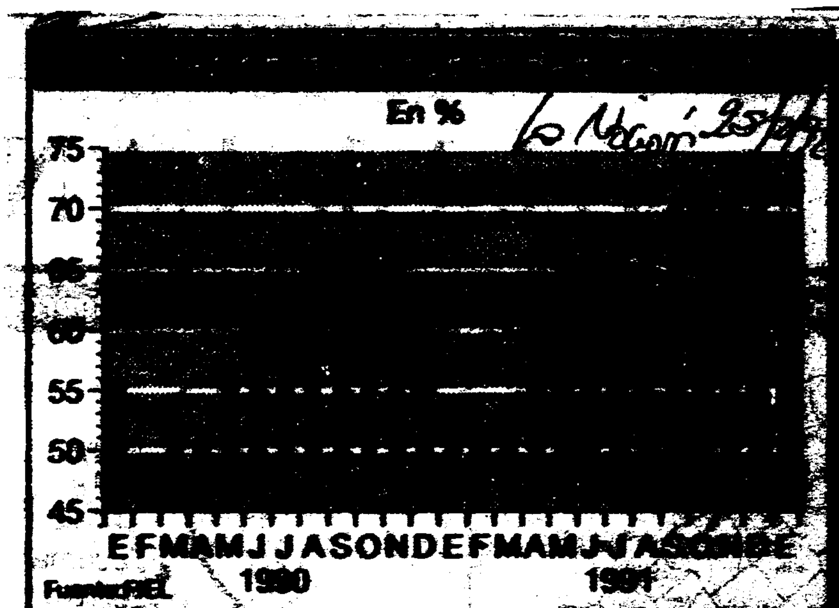
Informe de Camdessus

Mientras tanto, [illegible] semana el director [illegible] del Fondo Monetario Internacional, Michel Camdessus, [illegible] al directorio de [illegible] para que [illegible] facilidades [illegible].

Fuentes del [illegible] opinaron que [illegible] Camdessus [illegible] Argentina, [illegible] que [illegible].

Se espera [illegible] cerca a los 2000 millones de dólares, pese a que [illegible] Gobierno [illegible] más.

Eduardo De Simone



Menor actividad fabril por razones estacionales

Pese a que en enero último se observa un cambio en la tendencia hacia la [illegible] de la situación general de las empresas del sector industrial [illegible] 1991, [illegible] de la Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL) [illegible] respecto de 1991 y que las expectativas [illegible].

Los empresarios consideran que la tendencia de la demanda es normal, aunque en los meses [illegible] se [illegible], de lo cual se desprende [illegible] de aumentar.

Por otro lado, para el conjunto de la industria [illegible] stocks, aunque [illegible] aumento.

En enero se produjo una caída en el uso de la capacidad instalada, que se [illegible] por ciento [illegible].

En el cuarto trimestre del año último, [illegible] del [illegible] industrial, [illegible].

Cuarto [illegible]

En el [illegible] una [illegible] con [illegible].

Los [illegible] del [illegible] volumen de [illegible] dencia con el [illegible].

También se [illegible] de los [illegible] sector [illegible] tal.

Durante el primer trimestre de 1992 [illegible] normal, aunque [illegible] en los últimos tres años.

El relevamiento [illegible] se realizó entre las [illegible] del producto bruto industrial.

01-01

9203400

DOCUMENTO Negociaciones con banca acreedora.

150024

25/2/92

10033

11161

11912

RS

RS

EN VEZ DE U$S 60 MILLONES POR MES, PIDEN U$S 133 MILLONES

Los bancos quieren cobrar el do[illegible]

Aunque subsisten diferencias con respecto al menú de opciones presentado por la Argentina, los bancos acreedores concentraron también su atención en el pago de los intereses, después de alcanzado un acuerdo en el marco del Plan Brady. La banca reclama 133 millones de dólares mensuales y el equipo económico no está dispuesto a pasar de los 83 millones.

Un abismo separa a la Argentina de la banca acreedora: los banqueros reclaman 1.600 millones de dólares anuales (133 millones por mes) por el pago de intereses, luego de un acuerdo, y Domingo Cavallo está plantado en girar a lo sumo 1.000. Actualmente, los acreedores privados reciben 720 millones de dólares por año (o sea, 60 millones mensuales) y el equipo no quiere estirarse más allá de los 83 millones cada 30 días.

¿De dónde saldrá el dinero? Domingo Cavallo está seguro que lo logrará con el superávit fiscal. Complementará con los fondos que provendrán los organismos internacionales. Por eso prioriza el crédito de facilidades ampliadas del FMI. Este préstamo, cuyo monto está en discusión, se destinará a los llamados "enhancements" de la deuda (los respaldos para garantizar los pagos a la banca).

Pero el volumen del giro a los bancos, que promete entorpecer la negociación que recién se inicia, se añade a otras espinas:

- La cantidad de dinero que Buenos Aires está dispuesta a pagar para reducir el monto de los intereses atrasados que suman 8.000 millones de dólares. Los bancos piden 1.200 millones al contado. La Argentina ofrece 400 millones.
- La Argentina planteó un menú de opciones a los bancos, con bonos con descuentos, otros a la par y otros en los que varía la tasa de interés. Pero se difiere en el porcentaje de quita de la deuda, que para la Argentina debe ser 40% y para los bancos 30%. También, en el monto de las tasas de interés. Y, en la utilidad de los bonos. La Argentina alienta un canje de títulos, los GRA, que los bancos ya poseen, por los llamados Bocón que se utilizarían en las privatizaciones.

Sin embargo, los negociadores están decididos a aguantar el chaparrón. Saben que con el crédito de facilidades ampliadas en la mano las cosas con los bancos tendrán otro ritmo.

La plata que pondrá el FMI se utilizará, en definitiva, para garantizar la deuda que tiene la Argentina con la banca comercial (es decir, comprar los títulos de la deuda norteamericana, los "zero cupon", que se le entregarán a los bancos por los atrasos pendientes de pago). Para el equipo económico sólo resta definir el monto del préstamo. Se discute si son 2.500 millones de dólares, como sugieren los técnicos, o 3.500 como pide la Argentina. Cavallo confía en que se partirá en 3.000 millones.

El acuerdo con el Fondo está prácticamente cerrado y se anunciaría esta semana, luego de que el chairman de las finanzas mundiales, Michel Camdessus, aconseje a los directores del FMI cuánto deben prestarle a la Argentina.

Los representantes argentinos ante el FMI hicieron lo imposible por atrapar la atención de sus técnicos, en una etapa de la negociación en la que los jefes son ellos. El staff del Fondo está preocupado por minimizar riesgos y lograr una mayor solvencia del organismo. Sus ojos sólo ven a los rusos y de su bolsillo la plata se dirige a las estepas: el FMI asistirá al país de Boris Yeltsin con 20.000 millones de dólares en los próximos 4 años.

Pero los argentinos lograron distraerlos con un argumento de peso: el impacto político de un acuerdo justo en el décimo aniversario de la crisis de la deuda, iniciada cuando México le dijo a la banca en 1982 que no podía pagar. No les ha ido mal. La negociación por el préstamo de facilidades ampliadas, que comenzó formalmente el pasado 10 de enero, culminará esta semana o la próxima en tiempo récord. Una negociación, que se desarrolló, además, con una cara nueva: la del inglés [illegible], antes a cargo de Perú y ahora en reemplazo del chileno [illegible], quien, como fruto de un nuevo ascenso, vigila con lupa a otro país del tercer mundo: la India.

9203401

01.01

CONDICIONES MAS VENTAJOSAS PARA LOS PRIVADOS

YPF relanza la venta de un área compartida con Chile

YPF relanzará el martes próximo la privatización parcial del área petrolera Santa Cruz II, que tiene yacimientos compartidos con Chile. Astra, Bridas, Pérez Companc y Tecpetrol son las cuatro grandes compañías que competirán para quedarse con esa zona que quedó pendiente de privatización cuando se fraccionó la cuenca Austral en diciembre último. En la licitación fallida YPF había solicitado un precio de base de casi 160 millones de dólares. Esta vez se ofrecen condiciones más ventajosas para los petroleros privados.



José Estenssoro, presidente de YPF, pondrá en marcha el 3 de marzo el segundo intento para vender el área Santa Cruz II.



Con condiciones más ventajosas para los consorcios petroleros, YPF relanzará, el martes, la privatización parcial del área Santa Cruz II, la única que quedó pendiente de la tanda de tres en que se fraccionó la cuenca austral.

Son cuatro las grandes compañías que volverían a tentar suerte por la zona, lindante con Chile, que quedó desierta en diciembre cuando la petrolera estatal le puso como precio base 158,9 millones de dólares, que nadie estuvo dispuesto a pagar.

La petrolera estatal notificó —en dos circulares— a las empresas con chances de cotizar —Astra, Bridas, Pérez Companc y Tecpetrol— cuáles son los cambios del contrato de asociación.

Un primer punto de esas modificaciones está referido al plan de inversión de 20 millones de dólares exigido para la adjudicación. YPF pagará el 30 % de ese dinero, el mismo porcentaje accionario que mantendrá en el consorcio, y el 70 % restante el privado que resulte ganador.

Para los interesados en el área, la novedad significa una reducción en los dólares que deben desembolsar en exploración. Pero, además, habrá libertad para realizar esas tareas según disponga el operador de la zona. Antes se reclamaba una determinada cantidad de pozos y líneas sísmicas. Ahora se habla de unidades de trabajo: el privado elegirá si hace un pozo o no y definirá sus características. Lo importante es que cumpla con el monto de la inversión requerida.

Gas

El segundo punto está referido al transporte de gas. La primera versión del contrato otorgaba un cupo de 3,8 millones de metros cúbicos en el gasoducto Austral para darle salida a la producción. Esta vez, si el consorcio no lo emplea con la producción del área, puede ocupar esa reserva de transporte con el gas de cualquier yacimiento cercano. Esta disposición beneficia directamente a Pérez Companc (opera en el yacimiento Faro Vírgenes que está próximo) y a Bridas, que ganó Santa Cruz. El adjudicatario de la zona también puede transformarse en un locador de la porción de transporte que tiene asegurada, explicaron los petroleros. Por ejemplo, puede alquilarle a Total o a Compañía General de Combustible (que ganó Tierra del Fuego) la disponibilidad que tiene asignada en el ducto.

La tarifa de transporte todavía está en el tintero porque dependerá de la aprobación del marco regulatorio del gas que está pendiente en la agenda de la Cámara de Diputados.

Como contrapartida de esas ventajas, hay otro factor que se tiene en cuenta a la hora de evaluar los precios de compra del 70% de las reservas de la zona. El yacimiento Cóndor —que forma parte de Santa Cruz II— está geológicamente vinculado con Chile. "Es un mismo mate con dos bombillas", grafican los petroleros para explicar las características de un yacimiento compartido.

Esa vinculación geológica puede dar lugar a malos entendidos. "No sabemos si YPF acordó algún reparto de la producción con Chile", argumentan los empresarios para restarle puntos a sus ofertas.

Una situación similar marcó la licitación de Tierra del Fuego, también parte de la cuenca Austral. Bridas argumentó que había yacimientos compartidos con la zona conocida como Lobo, donde son operadores. Como finalmente la compañía del grupo Bulgheroni se adjudicó Tierra del Fuego, la disputa con YPF no pasó a mayores.

Los petroleros dicen ahora que la vinculación con Chile siembra dudas sobre el verdadero potencial de las reservas de Santa Cruz I. Ninguno aventurará un precio base similar al que fue fijado en diciembre por YPF. Las características geológicas de la zona y la baja en los precios internacionales del crudo son los argumentos más utilizados para bajar las expectativas sobre los dólares que, finalmente, juntará Economía por el petróleo del sur. 01-01

Preparan la [illegible] de la cuenca [illegible]

El Gobierno tiene casi listos los detalles para privatizar las dos áreas petroleras en que se licitará la cuenca Noroeste, una de las cinco grandes regiones geográficas en producción que tiene la Argentina.

El paquete del negocio —que es más gasífero que petrolero— incluye la destilería de Campo Durán, el destino natural para procesar los hidrocarburos del Norte. Pero para oficializar su venta se requiere la aprobación de la ley de reestructuración de la petrolera estatal que todavía no trató el Congreso ni siquiera en comisión. En el decreto que autoriza a YPF para que comience el proceso licitatorio —publicado ayer en el Boletín Oficial— queda en claro que la venta de la destilería depende de ese trámite parlamentario. Los técnicos del equipo de Domingo Cavallo suponen que el proyecto de ley se tratará en mayo, a más tardar. Si ese plazo se cumple, la adjudicación de la cuenca Noroeste podrá hacerse en septiembre.

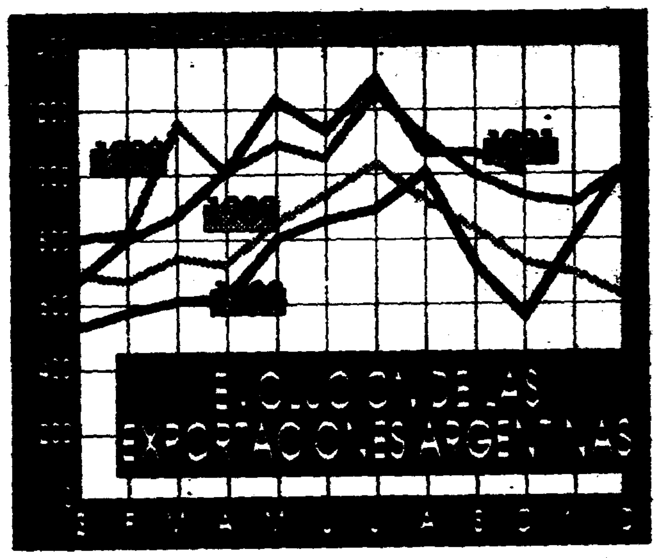
Junto con las dos áreas que incorporarán los yacimientos de Aguaragüe y Ramos —los mejores de la región— el ganador del concurso se hará acreedor también a un permiso de exportación por 35 millones de metros cúbicos diarios de gas, una cláusula que no figura en la privatización de la cuenca Austral que está abierta desde diciembre.

Cuatro empresas privadas ya tienen un pie puesto en los yacimientos del Norte. Pluspetrol, Tecpetrol y Astra son socias en la explotación del área Ra-

[illegible]mó en u$s 3971 millones en 10 meses de 1991

Decayó la balanza comercial en 45%

[illegible]derable merma de [illegible] [illegible]ó la balanza co[illegible] [illegible] nuestro país en los [illegible] diez meses de 1991, [illegible] a igual período [illegible] anterior, alcanzando [illegible] 3971 millones de [illegible]. En ese lapso, las ex[illegible] fueron de 10.180 [illegible] dólares, 1,5% in[illegible] a las de los primeros [illegible] de 1990, en tanto [illegible] importaciones, en el [illegible] período, tuvieron un [illegible]o de 98%, llegando [illegible] millones de la mo[illegible]ounidense.



- **[illegible]taciones**

T[illegible]én en los primeros [illegible]es de 1991 las expor[illegible] argentinas fueron de 91[illegible] millones de dólares, siendo los principales países de [illegible] de nuestras mercade[illegible] [illegible]sil, 1081 millones de [illegible] (12%); los Países Bajos, [illegible] millones (11%); y los [illegible] Unidos de América, [illegible] 9[illegible] millones (10%).

[illegible]ecto de las importacio[illegible] destacar que alcanza[illegible] 5257 millones de dó[illegible] [illegible]roveniendo principal[illegible] Estados Unidos, 1187 [illegible] (23%); Brasil, 927 [illegible] (18%) y Alemania, [illegible]ones (8%).

[illegible]uerdo con un informe [illegible]o por la Cámara de [illegible]dores de la República A[illegible]a, el comercio con los [illegible] Unidos, respecto de [illegible]eros diez meses de [illegible], tuvo variaciones significativas, ya que descendió en 22% el monto de nuestras exportaciones y aumentó más de 100% el de nuestras importaciones.

Por otra parte, las principales áreas económicas donde se dirigieron las exportaciones argentinas fueron: Mercado Común Europeo, 2941 millones de dólares (32% del total exportado); la ALADI, 243[illegible] millones (26,6%) y los Estados Unidos 919 millones (10%).

Nuestras importaciones provinieron fundamentalmente de la ALADI, 1736 millones de dólares (33%); Mercado Común Europeo, 1247 millones; y Estados Unidos, 1187 millones (23%).

El saldo más favorable para nuestro país, en los primeros nueve meses de 1991, resultó del comercio con el Mercado Común Europeo, ya que alcanzó a 1694 millones de dólares, siguiéndole en importancia la ALADI, con 703 millones favorables; los países no petroleros de Asia, con 620 millones; y los petroleros de Asia, con 312 millones.

Finalmente, cabe indicar que resultaron negativos para la Argentina los saldos comerciales con los Estados Unidos (268 millones de dólares a favor del país del Norte) y con Oceanía, 43 millones.

01-01

9203403

Crítica situación de las fábricas militares

"Si las empresas de Fabricaciones Militares (FM) no se privatizan, podrían desaparecer patrimonialmente en no más allá de cinco años", afirmó el secretario de Planeamiento de Defensa, Jorge Pereyra de Olazábal.

Asimismo, puntualizó que el holding militar presenta una situación económica financiera altamente crítica ya que pierde 500 mil dólares por día y que por cada 100 pesos que ingresan por ventas se gastan 180 pesos (81 en personal, 72 en insumos y 27 en otros rubros).

Pérdidas operativas

Subrayó Pereyra de Olazábal que la pérdida operativa registrada en 1991 fue de 202 millones de dólares y que para el corriente año se estima en alrededor de un 20 por ciento más, o sea 240 millones de dólares.

Asimismo el funcionario reveló que FM registró una notable caída en las ventas. En 1895 alcanzaron 245 millones de dólares y en el último ejercicio se vendió por valor de 110 millones, casi un 50 por ciento de caída en seis años.

Modelo agotado

El funcionario, al cumplir ayer 100 días al frente de la intervención de FM, reivindicó la figura del general Savio, cuya ley de 1941 posibilitó el desarrollo del complejo de producción militar, pero opinó que "actualmente aquel modelo nacido bajo el concepto de la sustitución de las importaciones desde el punto de vista industrial está agotado: en todo el mundo la producción industrial y la militar está en manos privadas y el mismo Savio contemplaba la incorporación del capital privado".

La situación deficitaria de FM, según Pereyra de Olazábal, perjudica al país y a las propias Fuerzas Armadas.

Para fundamentar esta aseveración explicó que el patrimonio neto de FM se redujo en cinco años en mil millones de dólares (de 2.480 en 1985 a 1.540 millones en 1991). "De continuar con este curso descendente, en los próximos cinco años este sistema de producción desaparecerá", reiteró Pereyra de Olazábal.

Agilitar privatizaciones

El interventor en FM anunció un plan de agilitación de la privatización de las plantas de producción civil, tales como FM Acido Sulfurico, de Ensenada, y FM Tolueno Sintético, de Campana, cuyo llamado a licitación se producirá en marzo, y de la FM de Vainas y Conductores Eléctricos (ECA), de Llavallol y Avellaneda, y FM San Francisco, de Córdoba.

Asimismo se calcula que en un plazo de dos meses será entregada a sus adjudicatarios la empresa siderúrgica Altos Hornos Zapla, preadjudicada anteayer.

De cumplirse con estos objetivos se habrá transferido al sector privado el 50 por ciento de los activos de las plantas militares.

Como colofón, a sus revelaciones, Pereyra de Olazábal subrayó que entre 1984 y 1989 la administración de FM fue realizada por civiles, -designados por el gobierno radical- y aclaró que "no es problema de quien administra, sino que el esquema de produccióma actual es inviable, debido a que la producción civil de FM fue creada para solventar la producción militar.

Atribuyó la caída del holding a una disminución de los mercados para este tipo de producción en todo el mundo y a la ausencia de reinversión desde 1984 a la fecha.

Juan C. Insiarte

Situación de la industria

LA actividad industrial creció el 15 por ciento entre enero y diciembre del año pasado, revirtiendo una tendencia declinante que se mantenía desde [illegible] Argentina de la [illegible]. La mayor parte de la citada reactivación se registró a partir de la reducción de la inflación en los primeros meses del año pasado y se [illegible] hasta el presente. En [illegible] promedio el mayor [illegible] se verificó en los bienes de consumo durable, reflejando la recomposición de los ingresos de una parte de la población y la reaparición del crédito. Pero tanto la producción de bienes de capital como la de uso intermedio fueron, en promedio de 1991, menores que las del año anterior.

En el sector de los bienes de [illegible], la [illegible] una evolución especialmente desfavorable ya que, según una información del Centro de Industriales Siderúrgicos (CIS), la producción de [illegible] los últimos doce meses cayó el 27% respecto de igual período inmediato anterior, la de acero 24% y la de laminados en frío 12 por ciento.

Si bien la reactivación de la industria local, en particular en sectores como automotores y construcción, significó una mayor demanda de [illegible] dos, el débil [illegible] otras ramas y la [illegible]

La [illegible] real, que [illegible] las [illegible] las [illegible] tico, [illegible] mundial de acero, [illegible] el proteccionismo, las ventas subsidiadas y la debilidad de los precios.

Paralelamente, en el mercado local se ha registrado un incremento de las importaciones siderúrgicas, especialmente desde países de Europa oriental, que están capturando una parte significativa y creciente del mercado interno.

El comercio exterior ha sido desfavorable para buena parte de las industrias que, en los años pasados, [illegible] de [illegible] en las exportaciones [illegible] al [illegible] de la demanda doméstica.

[illegible] (FIEL) muestra que durante el período octubre-diciembre del año pasado se registró una reducción de las exportaciones industriales, por lo que se [illegible] cinco trimestres consecutivos de caídas. De [illegible] producción considerados, que representan el [illegible] por ciento del producto bruto fabril, [illegible] el 31 por ciento del total registraron un [illegible].

Las perspectivas de la exportación se agravaron [illegible] del año por la evolución de los [illegible] año, [illegible] y [illegible] la [illegible] líquidos.

[illegible] que, de [illegible] por ciento [illegible] que no [illegible] caída de las [illegible]

[illegible] la evolución del [illegible] del año pasado [illegible] da en el total de [illegible] día, lo que sucede desde [illegible] meses consecutivos y muestra tanto los límites de la actual reactivación como la necesidad de promover un mayor dinamismo en la industria para lograr un aumento de la ocupación y del trabajo productivo.

001/1

9203405

[C]avallo necesita un holgado superávit fiscal para negociar con el FMI

La REP. 28/2/92

[A]umentan el IVA en la República Argentina

[B]uenos Aires, por nuestro [corr]esponsal, Isidoro Gilbert

[illegible] El ministro de Economía [arg]entino, Domingo Felipe [Cav]allo, anunció el aumento del [Imp]uesto al Valor Agregado [(IVA)], del 16 al 18%, demostrando las falencias de su plan de convertibilidad que reclama excedentes fiscales importantes para pagar los intereses de la deuda externa, que está en una especial etapa de refinanciación.

El incremento de la alícuota comenzará a regir a partir del primero de marzo.

Cavallo se había opuesto a elevar esa gabela, que sí era demandada por el Fondo Monetario Internacional en las negociaciones actuales que mantiene con el gobierno argentino para concederle un préstamo de facilidades extendidas entre 2.500 y 3.500 millones de dólares.

El ministro de Economía esperaba contar para los primeros días de marzo con la reforma fiscal que le diera los instrumentos necesarios para poner el acelerador a fondo en la recaudación y cerrar las cuentas fiscales con el superávit necesario para pagar los intereses atrasados de la deuda externa.

Argentina abona actualmente 60 millones de dólares mensuales por esos atrasos, pero los banqueros habrían reclamado que se eleve la suma a casi el doble. Ello necesita de una disciplina fiscal sin precedentes.

Pero la reforma fiscal está empantanada en la Cámara Baja. Si bien la Comisión de Presupuesto alcanzó a aprobar en una sesión tumultuosa el nuevo esquema impositivo, el reglamento establece que recién en 10 días hábiles ese cuerpo podría comenzar su tratamiento. Caballo no puede aguardar tanto tiempo y aplicó el aumento al IVA. Además el ministro sostuvo que la reforma impositiva no dará mayores recursos y por ello el incremento del IVA llegó para quedarse. Cavallo [illegible] se [illegible] el impuesto a los cheques, lo que [illegible] en la merma de la recaudación.

Algunos [illegible] en el plan económico [illegible] [illegible] en los círculos [financie]ros.

La Bolsa de Valores [illegible] caída y sin recuperación. En medios de la City, [illegible] pasado a la financiera [illegible], por parte de la Dirección General Impositiva, [illegible] crudeza, que el incremento del IVA, las necesidades fiscales del gobierno. La DGI acusa a la financiera de evadir impuestos por cifras millonarias, [illegible] subrepticiamente al exterior, especialmente a la plaza de Montevideo, importantes sumas en dólares.

La financiera de [illegible] pertenece a una de las familias más tradicionales de la Argentina.

01/01

Nº. DOCUMENTO

Gobierno aumenta el IVA al 18%

El País 150007

28/2/92

10033

11161

113 92

ENTRADO RS

CRUZ DO RS

CAVALLO LLEVA EL IVA AL 18%

El País 28/2/8

BUENOS AIRES, 27 (DYN). — El gobierno aumentó al 18% desde el domingo próximo la alícuota del IVA, que actualmente es del 16%, informó hoy el ministro de Economía, Domingo Cavallo.

En conferencia de prensa, Cavallo admitió que esta medida podría provocar alzas de precios, pero expresó su esperanza de que la incidencia sea baja. Afirmó que en todo caso, las subas originadas por el mayor cumplimiento impositivo y la nueva facturación, como las que alimentaron el 3% de aumento del índice de precios en enero, "no son inflación, sino un ajuste por una sola vez".

Sostuvo que las medidas que mejoran la recaudación, a la larga tienen efecto deflacionario, porque fortalecen la situación fiscal.

El Ministro fundamentó el aumento de dos puntos en el IVA en la necesidad de obtener 100 millones de pesos mensuales más de recaudación para compensar la reciente rebaja del impuesto al cheque y la próxima disminución del impuesto a los activos.

El Ministro explicó que la compensación de esa merma estaba prevista en la reforma previsional que en estos momentos trata el Congreso, pero las exenciones introducidas por los legisladores en el nuevo impuesto al excedente primario de las empresas, achicaron la base de tributación y modificaron las proyecciones de recaudación.

A esas excepciones se sumaron los recursos que deben ser derivados a las provincias para atender situaciones de extrema pobreza. En total, el IEPE no rendirá más que los aportes patronales que va a sustituir, es decir, algo más de 7 mil millones de pesos anuales.

Recordó Cavallo que el gobierno estaba facultado por el Congreso desde el año pasado para disponer este aumento en el IVA, pero en su momento aquella posibilidad fue desechada.

El aumento en la recaudación del IVA derivado de los dos puntos adicionales en la alícuota se notará en las arcas fiscales en abril, cuando los contribuyentes efectúen sus depósitos correspondientes a la liquidación de marzo.

El aumento del IVA se produce en momentos en que el rendimiento de este impuesto está muy por encima de lo esperado. Cavallo dijo que en este mes, hasta el día 26 se habían recaudado por este tributo 51 millones de pesos más que lo previsto para este período.

"Ahora se puede aplicar el aumento de la alícuota porque estamos controlando muy bien el cumplimiento del IVA", comentó.

01/01

9203407

BAUZA Y GROSSO DESCARTARON UNA POSTERGACION

Confirman que la elección del senador se hará en julio

Ni siquiera por la eventual candidatura del radical **Fernando de la Rúa** el Gobierno postergará las elecciones para elegir un senador nacional por la Capital Federal previstas para julio. La ratificación fue hecha ayer sucesivamente por el ministro del Interior, **José Luis Manzano**, el secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá**, y el intendente porteño **Carlos Grosso**.

Los comicios "se harán como está previsto en la segunda semana de julio", destacó Bauzá, al salir al cruce de versiones que especulaban con lo contrario.

Esta ratificación confirma el adelanto publicado en forma exclusiva por *Clarín* hace dos semanas sobre la fecha de esos cruciales comicios. En los últimos días, otras versiones mencionaron una supuesta postergación electoral hasta noviembre.

La elección del senador por la Capital, por el fuerte apoyo oficial a la candidatura de **Avelino Porto** y la estrategia que desarrollará el radicalismo, se convertiría en un virtual plebiscito porteño sobre la gestión del presidente **Carlos Menem**.

Para Grosso el origen de la versión de la postergación tiene un supuesto motivo: el dirigente de la UCeDé **Francisco Durañona y Vedia** "alguna vez fue socio comercial (en un estudio jurídico) de De la Rúa. Y las versiones sobre la postergación son una burda maniobra del radicalismo que está necesitando oxígeno para tener chances de triunfar en julio".

Casi con las mismas palabras de Grosso, el peronismo metropolitano afirmó que el radicalismo tendría esa actitud postergadora porque "mientras nosotros esperamos con una interna resuelta y ordenada, a ellos, carentes de un proyecto creíble para la gente, les espera una disputa despiadada entre dirigentes que necesitarán de más tiempo para recuperar la credibilidad del electorado".

El radicalismo aún no definió a su candidato. Se proponen para este desafío, entre otros, **Rodolfo Terragno**, **César Jaroslavsky**, **Jorge Vanossi** y el senador saliente **Juan Trilla**. Pero todo hace pensar —de acuerdo con las últimas reuniones de la cúpula radical en el distrito— que **Fernando de la Rúa** en persona sería quien asuma la representación de la UCR ante un electorado que le fue tradicionalmente favorable.

Desde el lado de la UCeDé, **Durañona y Vedia** había comentado a título personal la necesidad de postergar la elección para no trabar con las campañas electorales la labor parlamentaria. Pero después de las afirmaciones de Grosso, el dirigente liberal replicó que "no fui socio de De la Rúa, pese a las ideas peregrinas que **María Julia Alsogaray** transmitió al Gobierno. Si hablamos de sociedades, la sociedad entre María Julia y Grosso puede reportar un buen epílogo".

Por su parte **Alvaro Alsogaray** adelantó que su partido apoyaría al candidato del oficialismo Avelino Porto solamente "como resultado de un acuerdo programático que refleje las coincidencias entre la reforma lanzada por el presidente Menem y su tradicional posición.

El ex asesor presidencial aclaró que "no soy precandidato" a senador nacional.

ESTE DOC. EN SU TOTALIDAD ES POCO LEGIBLE.

01 - 06

9203409

02

9203409

9203409

04

92 03409

9203409

06-06

RESERVADO

1/5

M. D. N. SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		06MAY92		HOJA:
		26/92		
I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION		15MAY92		
II - INFORMACION CONOCIDA:	A - EVALUACION			
	B - TEXTO			

Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.-

7/V/92
S/D.I.
N° de ... 9203412

FECHA 24 9 92 ... 44

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada
N° 161

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION: D.G.I.D.

Dpto.II E.M.E.

D.E. I

FIRMA: El Jefe del Departamento II(INF) E.M. S.S FF.AA.

Coronel

Julio W. Fernández

SERVICIO DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS - ESTADO MAYOR - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

001/5

RESERVADO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de entrada 07 MAYO 1992
ANTECEDENTES
N° 920341

RESERVADO

..., 5 de mayo de 1992.-

ASPIRANTES A INGRESO ... COMO CHOFER

1.- RODRIGUEZ ALAIN MIGUEL

17 4 1970 Montevideo

C I 1 671 908-5

Pablo N. González 1091.-

arreglar urr-

Palmira Gladys Araujo Coronel · 3069440

2 - RODRIGUEZ, GOMEZ JORGE WASHINGTON

2461762

6-9-1956

1.917.564.6

BKB 12 016

Manuel Acuña 3335 Apto 1 -

Cruz del Sur 3756 Bis

Antonio Vicente Rodriguez 3069457

Clara Gómez 3069465

Brenda Echevarria 3069473

3 - RODRIGUEZ RUBEN ARIEL 2461770

5 2 1959 Salto

3 016 466-8

ABB 5401

Domicilio actual: Migueleto 2260 Bis

Domicilio anterior:

Nombre del padre:

Ramona Rodriguez Cuello - 3069481

Maria Gabriela Villa Rey 3069499

4.- SCOTTO RODRIGUEZ RODOLFO - 3069006

16 12 1956 Montevideo.-

C.I.

Doc. Poco LEGIBLE

BDB 41113

Horacio García Lago 3956/4

Clementino Scotto 3069014

2461784

Juana Rodriguez Perez

Zia Elena Pedrozo Lima

3069022

9203412

RESERVADO

002

5.- SILVA TEXEIRA, ANTONY WINSTON

Fecha y lugar de nacimiento: 22.2.1967 Artigas

C.I. 2.560.106./3.-

C.C. AXB 27.503.-

Domicilio actual: Juan B. Morelli 3362 Apto. 12.-

Domicilio anterior: Juan María Pérez 2865 (portería)

Nombre del padre: Oribe Silva Vaz Martinz (fallecido)

Nombre de la madre: Anabelle Texeira Mezquita

Nombre del cónyuge: Mirian Inés Vique Macial

6.- SOSA LAGUARDIA, SILVIO PEDRO - 3069507

Fecha y lugar de nacimiento: 4-1-1964 Montevideo.-

C.I. 1.703.642.8.-

C.C. BBA 36.305

Domicilio actual: Pasaje 508 N°3240 Apto. 002

Domicilio anterior: Nicolas Herrera 4125 3069515

Nombre del padre: Pedro Quintinsosa Acosta 2461700 7328845

Nombre de la madre: Rosa Amalia Laguardia Lazaro

Nombre del cónyuge: Julia Janet Beltran Rodríguez 3069523

7.- SUAREZ MARTINS, LUIS EDUARDO

Fecha y lugar de nacimiento: 28-3-1963 Artigas.-

C.I. 3.795.909-4.-

C.C.BDA 74.624.-

Domicilio actual: Pedro Bustamente 1224/4.-

Domicilio anterior: Leandro Gómez 4320 -

Nombre del padre: Ivo Suarez

Nombre de la madre: Isolina Martins

Nombre del cónyuge: Lucy Mireya González

8.- SUSBISMENDI SEGOVIA, JOSE MARIA -

Fecha y lugar de nacimiento:

C.I. 2.604.587.2.-

C.C. BDC 7233.-

Domicilio actual: Mario Duran 1066

Doc. Poco LEGIBLE

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Maximo Jose Subismendi

Nombre de la madre: María Elena Segovia

603

RESERVADO

9203412

9.- VALERIO ALVEZ, ALVARO ARIEL -

20 5 62 Rivera

1 891 931 0 -

BNB 38 300.

Chimborazo 3796

Nombre del padre: Ariel Valerio

Nombre de la madre: Amelia Alvez

Nombre del cónyuge: Perla Elizabeth Morales.-

10 - VARELA SOSA RAUL ALBERTO - 3069531

13 10 1967 Montevideo -

1 789 988 8 -

AZA 35 309

El Pinar Km. 27 1/2 Interbalnearia-Calle Sta.Elena Manz. 15 Solar 18

Ricardo Alberto Varela Espindola - 761707

Celestina Hilda Sosa Pintado. (fallecida) 7579915

11 - VELAZQUEZ MARTINES CLIALMAR.

1962 Treinta y Tres

2 508 575 4 -

FAA 34.478.- BDA 79.148

Alsacia 3824 Apto. 2.-

Nombre del padre: Arnoldo González

Nombre de la madre: María Luisa Martines.-

Nombre del cónyuge: Mary Ofelia Suarez Terra -

12.- VILLANUEVA RAMIREZ NESTOR FERNANDO

19-5-1959 Artigas.-

3 242 670 3 -

Dr Juan Rodriguez 1424 Apto 5

Martin García 2147 Apto 5

Jesús Villanueva

Aracelis Ramirez

Doc. Poco LEGIBLE

RESERVADO

9203412

9.- VALERIO ALVEZ, ALVARO ARIEL -

20 5 62 Rivera

1 891 931 0 -

BNB 38 300.-

Chimborazo 3796

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Ariel Valerio

Nombre de la madre: Amelia Alvez

Nombre del cónyuge: Perla Elizabeth Morales -

10 - VARELA SOSA RAUL ALBERTO - 3069531

13 10 1967 Montevideo -

1 789 988 8 -

AZA 35 309

El Pinar Km 27 1/2 Interbalnearia-Calle Sta.Elena Manz. 15 Solar 18

Ricardo Alberto Varela Espindola - 761707 -

Nombre de la madre: Celestina Hilda Sosa Pintado (fallecida) 7579915

Nombre del cónyuge:

11 VELAZQUEZ MARTINES CLIAIMAR.-

1962 Treinta y Tres

2 508 575.4 -

FAA 34.478.- BDA 79.148 -

Domicilio actual: Alsacia 3824 Apto. 2.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Arnoldo González

Nombre de la madre: María Luisa Martines.-

Nombre del cónyuge: Mary Ofelia Suarez Terra -

12.- VILLANUEVA RAMIREZ NESTOR FERNANDO

19-5-1959 Artigas.-

3.242.670 3 -

Dr Juan Rodriguez 1424 Apto 5

Martín García 2147 Apto 5

Jesús Villanueva

Arcadelia Ramirez

Doc. POCO LEGIBLE

RESERVADO

9203412

13.- ZABALLA ANDRADE, GUSTAVO EDGAR.-

Lugar y fecha de nacimiento: 22-3-1965 Rivera.-

C.I. 1.965.050.9.-

C.C. B.O.A. 76.453.-

Domicilio actual: José Ramírez 3528.-

Nombre del padre: Fulgencio Villamil Zaballa.-

Nombre de la madre: Ana Tecla Andrade Bandera.-

[illegible] 005 | 5   9203412

Doc. Poco LEGIBLE

RESERVADO

SECRETO

ORIGINAL

9203413

ARCHIVO 1/8

M E M O R A N D U M No.-9203413 R.E.I/Fecha06.05.92

I: ASUNTO: INFORMACION SINDICAL

II: REFERENCIA: 710-R-I

III: EVALUACION:

IV: TEXTO:

ACTO 1o. DE MAYO

- Se ha tomado conocimiento que el costo financiero de la realización del acto del 1o. de Mayo, fue de 10 millones de Nuevos pesos. Se acordó que esta suma se pagaría en 3 cuotas, una en Mayo, otra en junio y la otra un poco más adelante.
Parte del dinero con el que se pagará, será proveniente de la CIT, y corresponde a U$S 2000 que esta organización entregará al PIT/CNT para financiar el Foro sobre MERCOSUR, que organizará el Instituto Cuesta-Duarte, los días 26 y 27 de mayo.-

FINANZAS

- La recaudación mensual del PIT/CNT asciende a 6 a 7 millones de nuevos pesos. De ese dinero tienen que pagar 2 millones de nuevos pesos de la cuota de la compra de la sede de la Central obrera.
Algunos meses lo recaudado no da para cubrir el presupuesto mensual.-

NOTA: Se adjunta Informe presentado por la Terna electa para el PPS a consideración de la MR.-

000002

(CC) 12/5/92

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 07 MAYO 1992
Pos. Biográfico Sindical
Nr. 9203413

001/8

DISTRIBUCION: ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

IDENTIFICACION DEL AGENTE:

(j-f)

4

9203413

002

INFORME PRESENTADO POR LA TERNA ELECTA PARA EL BPS A CONSIDERACION DE LA MESA REPRESENTATIVA

Sobre los criterios de actuación de la Terna

1.
Se tratará de actuar colectivamente en todas las instancias posibles, tanto en el propio Directorio del BPS como en actividades previas y derivadas de la misma, implicando decisiones, opiniones, propuestas, apariciones públicas, etc.

2.
Definirá su actuación de acuerdo a los principios y programas del PIT-CNT, sus estatutos y las leyes nacionales pertinentes.

3.
Presenta su renuncia ante la Mesa Representativa del PIT-CNT sin fecha, a disposición de este organismo, reafirmando su carácter de representante de los trabajadores activos. El PIT-CNT estatutariamente es quien define los grandes lineamientos y la política del movimiento sindical en seguridad social, y dentro de dichos parámetros, la terna y su representante ante el Dtorio. del BPS tendrá la autonomía y flexibilidad de actuación necesarios para los hechos puntuales y cotidianos.
Deberán definirse orgánicamente los mecanismos de relación de la terna con la Mesa Representativa, su Secretariado Ejecutivo, la Comisión de Seguridad Social, las organizaciones sindicales en general y AISS en particular.

4.
Promoverá la profundización de la moralidad administrativa y la transparencia y máxima comunicación en su accionar ante los trabajadores, sus organizaciones y la población. Promoverá la efectividad, cristalinidad, descentralización y democratización de la gestión de gobierno en esta área de la seguridad social. Insistirá en la lucha contra los privilegios, fraudes, evasiones, prontos-despachos, etc.

5.
El salario a percibir por el miembro de la terna que sea desginado por el Poder Ejecutivo de acuerdo a la ley, será determinado por el PIT-CNT, así como de los otros representantes que eventualmente puedan ocupar responsabilidades a nombre del PIT-CNT.
Los miembros de la terna presentarán ante el PIT-CNT una declaración de bienes personales.

6.
De acuerdo a resoluciones del PIT-CNT, se convoca desde ya, a todas las organizaciones sindicales así como de jubilados, empresarios, etc. interesados en la problemática de la seguridad social, para mantener reuniones, recibir opiniones y propuestas, coordinar acciones, etc., sobre la temática en general así como sobre el proyecto del gobierno actual, en particular. Este planteamiento es parte de la política de amplitud y relacionamiento de la central en general.

7.
Se entenderá la Seguridad Social en su globalidad: en relación con 3 millones de uruguayos y la situación económico-político-social del país, comprendiendo prestaciones a pasivos y activos.

Informe de actividades de la Terna al 30.3.92

A partir de su designación por la Mesa Representativa el pasado 20.2.92, la terna como tal, ha realizado las siguientes actividades:

- 7 reuniones de la terna para considerar: criterios de actuación de la misma, siutación de la Seguridad Social y análisis del proyecto presentado por el gobierno como ley de urgencia. Se realizaron los días 24 y 25 de febrero, 5, 9, 11, 17 y 20 de marzo.

- 6 actividades que incluyen:Plenario Nacional de Delegados de ATSS (7.3), reunión con el Presidente

- Cajas paraestatales: [illegible]   POCO LEGIBLE
- Caja Militar y Policial

- Convocatoria urgente a la MRNN (ya resuelto por la MR para el 9/4/92)

- realizar gira por el interior del pais

- plan de asambleas por organizaciones sindicales

- actividades especificas por sectores particularmente involucrados: trabajadores entre 45 y 55 años de edad; de actividades insalubres; discapacitados; usuarios de servicios de asignaciones familiares; amparados en seguro de paro, etc (a vía de ejemplos).

- movilización conjunta con ONAJPU el 25-3 y siguientes; respuesta ante la entrada y consideración en el Parlamento del proyecto de urgencia y otros sobre prestaciones en actividad

- posibilidad de ralizar un Congreso Nacional sobre Seguridad Social a mediano plazo o similar, propuesto por ATSS.

4)
Analizar posibilidades de <u>otros tipos de financiamiento</u> distintos a los tradicionales para las prestaciones a pasivos y/o activos de la seguridad social (ej. actividades productivas del BPS, impuestos directos redistributivos de la riqueza, etc).

5)
<u>Relaciones internacionales</u> sobre seguridad social: OIT, organizaciones sindicales y afines en países del MERCOSUR, Congreso Iberoamericano de Seguridad Social, sub-comisión de Relaciones Laborales de la Comisión Intersectorial del MERCOSUR, etc.

6)
Considerar la necesidad de un <u>equipo técnico asesor</u> de la terna incluyendo un asesor económico en la problemática de la seguridad social, del cual carece el PIT-CNT.

7)
Considerar <u>estrategia político-sindical</u> del PIT-CNT ante la problemática de la seguridad social con carácter inmediato:

- en su relación directa con la politica neoliberal y la integración a la región y al mundo;

- en la globalidad de la seguridad social para activos y pasivos comprendiendo a 3 millones de uruguayos: proyecto de urgencia sobre pasividades, proyecto sobre seguro de paro y asignaciones familiares, decreto sobre liberalización de cuotas mutuales, rebaja de cuota de DISSE a mutualistas y afiliados al BPS y decreto de registro de contribuyentes, empresas y afiliados al BPS (ya aprobados), ley de integración del Directorio por sectores sociales (ya aprobado);

- coincidencia de presentación dramática y urgente de reforma de la seguridad social con la aceptación de la integración al Directorio BPS de los trabajadores, pasivos y empresarios;

- carácter de urgencia y sus derivaciones: necesidad de 3/5 de votos para levantar ese carácter, imposibilidad de proyecto alternativo, actuación sobre Comisiones Parlamentarias.

- posiciones de los sectores politicos y de opinión pública: Jorge Batlle y el Orservador Económico en contra pero por no definirse totalmente el proyecto por la capitalización individual, contradicciones de Machiñena y otras en el P. Nacional (Zumarán, etc.)

- alianzas del movimiento sindical y de jubilados, considerando experiencias de las Comisiones Nacionales de vivienda y Referendum (Estado y Voto verde), experiencia de ONAJPU, etc.

del BPS Dr. R. Saldain (10.3), con la ONAJPU (10.3), Conferencia de Prensa en el PIT-CNT con criterios de actuación de la terna y respuesta preliminar al proyecto del gobierno (13.3) y 2 reuniones con el Frente Amplio (una preparatoria el 16.3 y otra con su Comisión de Seguridad Social el 19.3) para analizar el proyecto del gobierno; entrevista con la Comisión de Asuntos Laborales y Seguridad Social del Senado (27.3), entrevista con la Bancada del PGP (1/4).

- Informe primario a la Mesa Representativa el 10.3 sobre las primeras actividades y criterios de la terna.

En general coincidimos en que la terna ha comenzado intensamente su trabajo en forma colectiva, además de las actividades de cada uno de sus miembros (por ejemplo gira por el interiorpor AISS del Cro. Bertoni del 16 al 21 de marzo), con buena presencia en sus sesiones salvo ausencias justificadas de algunos de sus miembros y con la participación periódica del Cro. D'Elía.

A la fecha se encuentran elaborados informes escritos sobre:
- Criterios de actuación de la terna
- Propuestas sobre plan de actividades
- Resumen de opiniones sobre el proyecto del gobierno
- Resumen de propuestas programáticas del mov. sindical sobre seguridad social.

PROPUESTA SOBRE PLAN DE ACTIVIDADES DEL PIT-CNT Y LA TERNA AL BPS SOBRE LA PROBLEMATICA DE LA SEGURIDAD SOCIAL

1)
Considerar posiciones a asumir por el PIT-CNT ante la desingación por el P.E. del representante ante el Directorio del BPS.
- vencimiento del plazo legal el 9.3.92
- fecha de solicitud de personería jurídica por el PIT-CNT
- posibilidad de alteración del orden (titular y suplentes) resuelto por la Mesa Representativa
- condiciones, responsabilidades e incompatibilidades de los miembros de la terna, según leyes Orgánica y de Integración del BPS, y Constitución de la Rca. (se solicita informe jurídico sobre el tema).
- criterios de actuación de la terna (en base a informe respectivo)

2)
Creación de un archivo sobre Seguridad Social en el PIT-CNT, a disposición de la terna y la MR, asignando un lugar en su sede y conteniendo:
- selección calificada de artículos periodísticos, grabaciones, etc.
- documentación oficial: leyes decretos y proyectos de ley
- documentos sindicales: de la Comisión y Revista de la Seguridad Social, de AISS, de la MR y SE, de organizaciones afines.
- documentos importantes de organizaciones políticas
- documentos y boletines del BPS (de la Asesoria Económica y Actuarial, etc.)

3)
Plan de actividades y convocatorias propuesto: (véase punto 7)

Resolver sobre la posibilidad de nueva reunión con Dr. Saldain planteada por él mismo en ocasión de la efectuada el 10-3, incluso haciéndose presente en el PIT-CNT.

- solicitud de reuniones sobre proyecto de emergencia sobre pasividades y sobre proyectos de prestaciones en actividad (ej.: seguro de desempleo y asignaciones familiares) y en los temas de administración y gestión del BPS (ej. proyecto de empresa chileno-estadounidense SONDA y otros):
  - a organismos oficiales: MTSS, MEF, OPP, BPS
  - org. gremiales: ONAJPU, y otras de pasivos, Coord. Jubilados PIT-CNT y Com. Seg. Social PIT-CNT, AISS
  - organizaciones empresariales:CIU, ARU, FR, CEU
  - sectores políticos, legisladores
  - Comisiones parlamentarias sobre el tema

Doc. Poco Legible

9203413

005

La Prueba de servicios. Este es un aspecto verdaderamente grave, y que incide sustancialmente en el saldo de la Cuenta Personal.
Actualmente existe la prueba mediante documentos y se permite la testimonial. El Decreto 143/82 lo regula precisamente.
La reforma proyectada, en su Art. 75, dice que la prueba de servicios anteriores será documental (elimina la testimonial).

Adviértase la gravedad de lo proyectado. En la situación del país, (empresas desaparecidas, quebradas, fusionadas, etc.) exigir sólo prueba documental, obstaculizará enormemente probar los servicios anteriores (ya en la actualidad es dificultoso). Y esto es esencial ya que los años de servicios anteriores influyen en el monto del saldo final acumulado de la Cuenta Personal, que determina el monto final de la jubilación, junto a la tabla de expectativas de vida. Las edades entre 45-55 años, será de enorme dificultad la prueba de servicios anteriores.

9. La Reforma Proyectada. Su Contenido. Cont.
Las fuentes financieras no aportan grandes novedades. Se sigue ratificando la política financiera regresiva. Como aspectos a considerar:

a. Se ratifica el sistema tripartito, con sus conocidos aspectos regresivos. (aporte personal 13%, aporte patronal 16,5%). Debe mencionarse que en el proyecto no aparece el Estado como aportante. Se ha dicho que es un error.

b. Se grava con aportación (hecho nuevo) a la jubilación parcial por incapacidad

c. Se establece la posibilidad de la divisibilidad de aportes, esto es, que se reciban por separado los personales y los patronales.

Esto posibilita que si la empresa no vierte al BPS los aportes retenidos a los trabajadores, se le haga perder la calidad de agente de retención, permitiéndose que el trabajador sea quien pague sus aportes directamente. Ello implica la obligación, que el proyecto establece, que la empresa pague el sueldo nominal para que el trabajador pague su aporte personal al BPS. Adviértase el peligro que eso origina en la realidad del país. Puede presumirse que los trabajadores, muchos de ellos, se guardarán el porcentaje no vertiéndolo al BPS, con las consecuencias previsibles. Pero además, los salarios medios y altos, pueden acordar con la empresa políticas no muy claras, posibilitando por ejemplo, que en vez de aportar al BPS, lo hagan a bancos, en dólares ¿Por qué no? Ello sin duda, además contribuye al desfinanciamiento de la Seguridad Social. (2)

10. Reforma. Contenido. Cont.

Derogación de exoneraciones. Se derogan exoneraciones actuales, sustituyéndolos por subsidios transitorios hasta el 31.12.92. Luego de esa fecha habrá que gestionar anualmente la exoneración ante el Ministerio de Economía y Finanzas, quedando en manos del Poder Ejecutivo determinar o no la exoneración.

11. Reforma. Contenido cont.

Todo indica que en el proyecto se derogan las causales de privilegio. Al menos no aparecen. Nos referimos a cargos políticos y de particular confianza.

....

(1) a. En el año 1990 la asistencia financiera del estado a Seg. Social fue: - al BPS U$S 29.4 (por beneficiario)
- al servicio Policial y Militar U$S 1062 (por beneficiario)

Es decir, que los Servicios Militares y Policiales recibieron 36 veces más, por beneficiario que el BPS.

b. Año 1992: al BPS: U$S 72 (por beneficiario)
- al S. Pol. y Militar: U$S 924 (por beneficiario)

Doc. Poco Legible

Es decir que los 12 veces más.

c. Promediando año 1990-1991, surge que en los 2 años mencionados recibieron 24 veces más, sin embargo se sigue insistiendo con la asistencia financiera, y nos encontramos que ambos servicios quedan fuera de la reforma.

(2) Es evidente que posibilita acuerdos varios entre trabajadores y empresarios.

El problema de la tasa de interés. Es importante advertir como juega la tasa de interés que se fije para la cuenta personal. Un ejemplo puede aclarar:
- En la actualidad, un hombre con 60 años de edad y 40 de servicios se jubila con el 70%. Si aplicamos una tasa del 2%, en el régimen proyectado en las mismas condiciones, ese trabajador se jubila con el 50%. En cambio si el interés fuera del 4% se jubila con el 69%.
Para poder jubilarse con el mismo porcentaje (70%) que en el régimen actual, a una tasa del 2%, debe trabajar 9 años más, es decir, hasta los 69 años.
- Para la mujer aun es peor. Actualmente con 55 años de edad y 35 de servicio, se jubila con el 70%. En el régimen proyectado, para poder cobrar lo mismo que percibe actualmente, debe trabajar casi 12 años más, siempre con una tasa del 2%.

A medida que las tasas van aumentando la situación es menos crítica.

1. Carácter Ley de Urgencia

Significa que cada cámara "deberá considerar el proyecto dentro de un plazo de 45 días" y "se tendrá por sancionado si dentro de tales plazos no ha sido expresamente desechado ni se ha sancionado un proyecto sustitutivo".

Para dejar sin efecto la declaración de urgencia "cada cámara por el voto de tres quintos podrá dejar sin efecto la declaratoria de urgente consideración, en cuyo caso se aplicarán los trámites normales".

2. Los supuestos para el carácter de urgencia.

Se analizan dos aspectos:

a. relación PBI con Egresos de S. Social
b. relación asistencia neta y el porcentaje que importa respecto del PBI (se acompañan cuadros demostrativos)

En la primera comparación surge que desde 1991 hasta 2015 el incremento es mínimo (de 11,43% en 1991 a 12,3% en 2015).

En el segundo aspecto surge que el incremento es relativamente importante. En todo caso dada la importancia del tema, es controlable. (1)

3. Los condicionamientos externos.

a. "Los trabajadores tendrán que trabajar más años y recibirán jubilaciones menores..." (Informe y Recomenda-ciones del Presidente del BID, punto 38, año 1989) Recogido en artículos 45, 46, 47, 57, entre otros, los que fijan montos menores a los actuales.

b. "Actualmente se están contemplando medidas que vincularíasn los montos jubilatorios al aporte de los trabajadores durante toda su vida, reducirían el porcentaje del sueldo básico sobre el cual se calculan las jubilaciones..." (Carta de Intención del FMI, punto 13-11/90).
Estos aspectos están recogidos, además de los artículos mencionados anteriormente en el artículo 4-26 fundamentalmente.

c. "El gobierno se propone continuar urgiendo al Parlamento para la aprobación de legislación correctora. En una primera fase esta apunta a la reducción de los beneficios a quienes se retiran antes de los 65 años, a implementar incentivos para inducir a una jubilación más tardía y la reducción de la base salarial sobre la cual son calculadas las jubilaciones..." (Carta remitida al Banco Mundial, punto 10, 10/6/91).
Considerando lo que se expresaba en el punto 2 (supuestos..") y lo que se menciona en este punto 3 (condicionamientos..."), todo indica que son precisamente los condicionamientos externos los que estarían justificando las propuestas gubernamentales.

4. El tratamiento de la Seguridad Social globalmente

Reiteradamente se ha insistido en este aspecto. Sin embargo, el gobierno reitera la parcialidad en las soluciones supuestas. En efecto, ha enviado al Parlamento proyectos sobre Seguro de Desempleo, Asignaciones Fliares.; ha aumentado tasas patronales para DISSE, ha reducido pagos a mutuales, etc. También está el proyecto sobre refinanciación de dudas al BPS.

5. El proyecto de reforma, su contenido, aspectos esenciales.

La cuenta personal. Previas.

I. Creemos que la Cuenta Personal no es mala ni buena en sí. Todo depende de como se instrumenta y en que sistema se inserta. Por otra parte no debe confundirse con la Historia Laboral.

II. Razonablemente, nadie puede alentar el desfinanciamiento de la Seguridad Social. Si la Cuenta Personal ayuda en ese sentido, puede aceptarse, fundamentalmente por la posibilidad del control de los trabajadores. Pero, no deberá exagerarse en tal sentido. Se insiste, todo depende como se instrumente.

¿Qué es la cuenta personal en este proyecto?
Es el saldo acumulado de los aportes personales de los trabajadores durante toda su vida, aporte que se fija en un 13%. El registro de los aportes se efectúa mensualmente en Unidades Jubilatorias al valor vigente del mes que corresponda. Dicha UJ se fija en N$ 10.000 al 30/6/92, se reajusta mensualmente de acuerdo al IPC. Los saldos acumulados de la Cuenta Personal general interés anual efectivo (de ¿?). La capitalización de los saldos se efectúa mensualmente.

Tal cual está instrumentada en el proyecto, sostenemos que se propugna un criterio de financiamiento individual, similar a un Seguro individual mercantil, alejado del financiamiento solidario, que posibilita la redistribución colectiva.

Doc. Poco Legible

El proyecto en su Art. 4 dice textualmente "Las prestaciones del sistema contributivo se determinarán: a) en el régimen de Cuenta Personal, 1)por el saldo acumulado en la cuenta personal del afiliado durante toda su vida activa".

Pero fundamentalmente, el art. 26 es más claro: "El BPS otorgará el derecho a las pestaciones que administra exclusivamente en base a la información de la cuenta personal".

el carácter individualista, casi [illegible] de lo proyectado. [illegible] a la Seguridad Social a sus inicios cuando imperaba el concepto de seguridad individual.

III. Junto a lo referido precedentemente, debe analizarse que, a partir de la proyectada reforma, en caso de aprobarse, rige un nuevo concepto: sólo se considera los periodos de cotización efectiva sustituyendo al concepto de periodo de servicios, se haya cotizado o no. Esto es, aunque se haya trabajado pero si no se ha cotizado, no habrá prestaciones jubilatorias.

IV. Otros aspectos relacionados con la Cuenta Personal y que influyen para su consideracion son: la posibilidad de divisivilidad de los aportes, y la forma como se probarán los servicios (sólo documental). Se analizarán detenidamente más adelante.

V. Por último, la tasa de interés que se fije, es esencial para la determinación de las prestaciones. Se analiza, también más adelante.

Doc. Poco Legible

6. <u>El Proyecto. Su contenido. Continuación.</u>

<u>Como se determina la jubilación</u>. El art. 4o. lo dice:"Por el saldo acumulado en la cuenta personal del afiliado durante toda la vida activa. b. Por la expectativa de vida de la persona al momento de su retiro". "Las tablas de mortalidad son elaboradas por la Dirección General de Estadísticas y Censo". (Art. 45o.).

Debe precisarse que: juega rol fundamental la tasa de interés, ya que según el porcentaje que se fije, puede variar sustancialmente el monto de la jubilación a cobrar y los años de cotización efectiva que habrá que tener. Por otro lado, la tasa de interés, no se conoce, ya que el proyecto no las menciona.

7. <u>El Proyecto. Su contenido. Cont.</u>

<u>Modificaciones-Restricciones</u>

a. <u>Se suprime la causal jubilatoria por edad avanzada.</u>
Actualmente de acuerdo al Acto Institucional No. 9, Art. 35, d, cualquier trabajador con 70 años (hombre) o 65 (mujer) que acredite 10 años de servicio efectivo, <u>puede jubilarse</u>. El proyecto de reforma, en su Art. 7 <u>elimina esta causal</u>.

b. <u>Suprime la causal Incapacidad total después del cese de actividad.</u>
Actualmente de acuerdo al Acto Institucional No. 9, la incapacidad total, absoluta y permanente para todo trabajo, sobrevenida <u>después del cese de la actividad</u>, da derecho a jubilación, si se computan 10 años de servicio cómo mínimo. El Proyecto en su Art. 7o. elimina esta causal.

c. <u>Modificación de condiciones para la causa Incapacidad, estando en actividad</u>. (a diferencia de la sobrevenida después del cese).
Actualmente se puede jubilar cuando hay incapacidad absoluta para todo trabajo, no requiriéndose servicios mínimos. El proyecto de reforma exige <u>no menos de 5 años de cotización efectiva, 3 de los cuales</u> deben ser dentro de los 5 años anteriores al cese.

En el caso de incapacidad para el trabajo habitual (parcial), actualmente se puede jubilar no requiriéndose servicios mínimos. El Proyecto propone la exigencia de 5 años de cotización efectiva como mínimo, y que se trate de la actividad principal.

d. <u>Modificación restrictiva de la jubilación para actividades bonificadas</u> (esto es, las que importan riesgos para la salud)
Actualmente se exige la existencia de riesgo para la salud, y 10 años de actuación final. No se requiere otra cosa. El proyecto exige: que el trabajador tenga por lo menos 50 años de edad, 15 de cotización efectiva.

e. <u>Montos de Jubilación a percibir.</u>
Debe recordarse que en este aspecto influyen la Cuenta Personal, los años de cotización efectiva y no de servicios como actualmente.
Actualmente para la jubilación común, el hombre con 60 años de edad y 30 de trabajo, percibe el 60% del promedio de los tres últimos años. La reforma proyectada indica que para la misma edad (60) y los mismos años de cotización efectiva (30), el monto de la jubilación será del 50% del promedio mensual, en Unidades Jubilatorias de las remuneraciones de los 10 años anteriores al cese.
Para la mujer, actualmente con 55 años y 30 de servicio, cobra el 65% del promedio de los 3 últimos años. La reforma indica al igual que los hombres, el 50% (idem a lo anterior).

- <u>Jubilación por incapacidad absoluta para todo trabajo.</u>
Actualmente se percibe el 70% del sueldo baso, es decir, promedio de los 3 últimos años, y se percibe por 5 años.
La reforma propone el 60% del promedio de Unidades Jubilatorias de los 10 últimos años y que se pague sólo por tres años. Pero además agrega, (hecho bastante insólito) que la indemnización parcial, es decir la jubilación, <u>estará gravada con aportes</u>.

-<u>Modificaciones en Pensión por sobrevivencia</u> (Sólo se hace referencia a dos aspectos. Puede ampliarse, detallarse más).
Para generar derecho a pensión en caso de fallecimiento del trabajador no se requiere actualmente, ningún mínimo de servicio. La reforma exige en su Art. 10, tres años de cotización efectiva.

- <u>Pensión a la vejez.</u>
Otro aspecto es el de la movilidad, es decir el ajuste de las pensiones a la vejez, que en el proyecto no aparece fijado como se revalúan, quedando por lo tanto en manos del Poder Ejecutivo tal aspecto. Ello tiene importancia, considerando las dificultades de prueba que se tendrán en el futuro y al haberse eliminado la causa por edad avanzada, la pensión a la vejez será cada vez más extendida.

9203413

MES DE NOVIEMBRE 1991	Nº ÍNDICE NOV-91	VARIACIONES (%) Mes	Acumuladas Año-91	12 meses
ÍNDICES DE:				
Precios al Consumo (Dic-85=100)	3.457,7	4,7	76,0	85,5
Productos Importados (Ene-88=100)	852,9	0,2	26,3	41,3
Mayoristas Nacionales: (1968=100)	4:481.633	2,8	63,2	68,1
Manufacturados	4:911.701	2,6	63,1	72,4
Agropecuarios	3:320.223	3,7	63,6	52,6
..AR INTERBANCARIO TIPO VENDEDOR:				
Promedio Mes (N$/U$S)	2.373,1	4,0	53,0	62,2
Fin de Mes (N$/U$S)	2.410,0	3,7	51,2	61,0

MES DE OCTUBRE 1991	Nº ÍNDICE OCT-91	VARIACIONES (%) Mes	Acumuladas Año-91	12 meses
ÍNDICES DE:				
Precios al Consumo (Dic-85=100)	3.302,7	3,7	68,1	86,6
Productos Importados (Ene-88=100)	851,2	2,3	26,0	51,5
Mayoristas Nacionales: (1968=.00)	4:360.130	3,4	58,8	70,1
Manufacturados	4:789.030	4,0	59,0	74,7
Agropecuarios	3:201.876	0,8	57,8	53,8
Costo de la construcción (May-89=100) ...	590,3	2,5	60,7	94,6
Medio de Salarios (Oct-Dic/84=100)	7.895,3	2,9	80,2	107,6
Salarios Públicos (Oct-Dic/84=100)	6.928,2	0,7	92,6	100,7
Salarios Privados (Oct-Dic/84= 100)	8.656,6	4,3	73,2	112,2
Precio del Gas Oil (Base 1968=100)	10:107.949	10,8	37,3	37,3
Precio de la Energía Eléctrica Tarifa industrial (Base 1968=100)	5:324.896	0,0	65,4	65,4
DÓLAR INTERBANCARIO TIPO VENDEDOR:				
Promedio Mes (N$/U$S)	2.282,0	4,0	47,1	67,3
Fin de Mes (N$/U$S)	2.324,0	3,9	45,8	65,3
SALARIO MINIMO NACIONAL (N$)	200.000	0,0	87,7	87,7
UNIDAD REAJUSTABLE (N$/Unidad) ...	21.502,5	12,5	95,3	109,4
UNIDAD REAJ. ALQUILERES (N$/Unidad)	19.521,5	7,0	83,4	114,4
COEF. DE AJUSTE DE ALQUILERES [1] ...	1,8657	N/C	N/C	N/C

Fuentes: BCU y DGEC.

1. A los efectos del reajuste de aquellos contratos que se actualizan en el mes "t",se multiplican por el coeficiente correspondiente al mes "t-1".

Recientemente Editadas

Tablas completas de Mortalidad.
- Por edad y sexo. Total del País. 1984-1986.

Anuario Estadístico 1990.

Encuesta de Hogares 1990.

Encuesta Industrial Trimestral
3er y 4to trimestre 1990.

Encuesta de la Juventud.

Salario - Junio 1991

A editarse próximamente

Catálogo de Producción del Sistema Estadístico Oficial 1991

Anuario Estadístico 1991

Estimaciones y Proyecciones de Población de Montevideo y Resto Urbano del País por Sexo y Edad 1975 - 2025

Montevideo: Tablas Abreviadas de Mortalidad Por sexo 1974 - 1976 1984 - 1986

C.P. 11.800 S/O

Dirección General de Estadística y Censos
Cuareim 2052 Montevideo Uruguay

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

DIRECCION GENERAL DE ESTADISTICA Y CENSOS

SINTESIS ESTADISTICA

DGEC

Diciembre 1991
Nro. 018

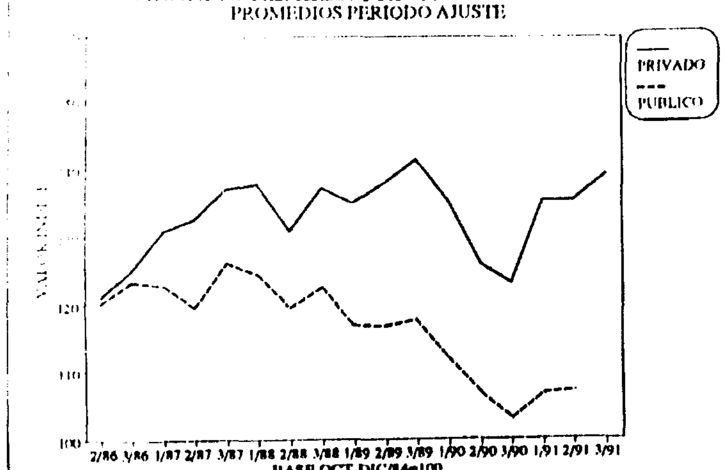
SECTORES	Nº ÍNDICE Oct-91	PROM[1]	VARIACIONES (%) Mes	Acumuladas Año-91	Acumuladas 12 meses
ÍNDICE MEDIO DE SALARIOS					
TOTAL DEL PAÍS	**7.895,3**	**112,9**	**2,9**	**80,2**	**107,6**
Sector Público	6.928,2	103,5	0,7	92,6	100,7
Sector Privado	8.656,6	119,1	4,3	73,2	112,2
Montevideo	8.643,4	118,6	4,4	71,7	110,2
Interior	8.705,1	121,2	4,0	78,8	119,7
ÍNDICE DE SALARIOS REALES					
TOTAL DEL PAÍS	**127,7**	**-0,4**	**-0,8**	**7,2**	**11,3**
Sector Público	112,0	-4,7	-2,9	14,6	[illegible],6
Sector Privado	140,0	2,5	0,6	3,0	[illegible],7
Montevideo	139,8	2,4	0,7	2,2	12,7
Interior	140,8	3,0	0,3	6,4	17,7

EVOLUCIÓN DEL SALARIO REAL (Promedio de cada período)

SECTORES	NÚMEROS ÍNDICES 1991	1990	1989	Vigencia del Ajuste 1991	1990	1989
SECTOR PRIVADO						
Período de Ajuste 1	135,4	135,6	135,1	Dic-Abr[4]	Feb-May	Feb-May
Período de Ajuste 2	135,5	126,1	138,1	May-Jul	Jun-Ago	Jun-Set
Período de Ajuste 3	139,3	123,2	141,5	Ago-Oct	Set-Nov	Oct-Ene[2]
SECTOR PÚBLICO						
Período de Ajuste 1	106,7	112,0	117,2	Ene-Abr	Mar-May	Mar-Jun
Período de Ajuste 2	107,2	106,6	116,8	May-Ago	Jun-Ago	Jul-Oct
Período de Ajuste 3		102,9	117,9		Set-Dic	Nov-Feb[3]

1. (Promedio últimos 12 meses)/(Promedio últimos 12 meses año anterior).
2. Corresponde a Oct/89-Ene/90.
3. Corresponde a Nov/89-Feb/90.
4. Corresponde a Dic/90-Abr/91.

SALARIOS REALES: PRIVADO Y PUBLICO
PROMEDIOS PERIODO AJUSTE



PRODUCTOS NACIONALES Base 1968=100

RUBROS	Nº ÍNDICE Nov-91	VARIACIONES (%) Mes	Acumuladas Año-91	Acumuladas 12 meses
ÍNDICE GENERAL	**4:481.633**	**2,8**	**63,2**	**68,1**
PRODS. MANUFACTURADOS	**4:911.701**	**2,6**	**63,1**	**72,4**
Prods. Alimenticios	4:024.499	0,8	58,6	66,4
Prods. Textiles	5:198.915	5,1	68,6	80,4
Deriv. del Petróleo y Alcoholes	9:393.016	-0,2	43,8	43,8
Bebidas	7:591.896	4,1	80,9	91,8
Art. Cuero y Prendas Vestir	2:832.862	4,4	63,7	77,3
Aparatos y Art. Eléctricos	2:717.289	2,2	63,3	81,3
S[illegible]ncias y Prod. Químicos	3:327.241	6,2	55,9	74,3
E[illegible]gía Eléctrica	5:324.896	0,0	65,4	65,4
Prods. Del Tabaco	3:727.140	3,7	82,4	89,0
Prods. Del Caucho	3:353.915	1,9	48,8	63,7
Prods. Del Papel e Imprenta	8:459.237	[illegible],6	92,8	128,0
Prods. Minerales no Metál5c108	5:982.217	4,8	62,7	64,0
Prods. De la Ind. Metalúrgica	3:818.302	2,9	41,7	53,1
Art. Manufacturados Diversos	5:054.253	2,8	67,9	83,3
Prods. De la Madera	6:145.365	4,8	70,9	102,8
PRODS. AGROPECUARIOS	**3:320.223**	**3,7**	**63,6**	**52,6**
Productos Pecuarios	**3:866.289**	**1,3**	**70,2**	**67,8**
Ganado Vacuno	-.-	-1,4	63,9	56,5
Leche	-.-	0,0	101,9	101,9
Lana sucia	-.-	26,5	49,4	78,0
Ganado ovino	-.-	11,6	143,5	137,8
Huevo	-.-	-24,7	-9,1	-4,8
Ganado porcino	-.-	0,0	87,7	99,9
Aves	-.-	-10,3	50,9	49,5
Productos Agrícolas	**2:708,801**	**7,8**	**54,1**	**33,3**
Cereales	-.-	7,4	92,8	116,5
Oleaginos	-.-	1,9	39,0	39,0
Raíces y Tubérculos	-.-	2,3	68,9	-9,2
[illegible]rígenas	-.-	27,5	58,2	135,1
[illegible]tas	-.-	12,9	22,6	22,8
Forrajeras de Corte y Cosecha	-.-	0,0	122,2	122,2

PRODUCTOS IMPORTADOS Base Ene-1988=100

SECCIONES	Nº ÍNDICE NOV-91	VARIACIONES (%) Mes	Acumuladas Año-91	Acumuladas 12 meses
C. I. F.				
Índice General	**861,5**	**0,4**	**25,3**	**40,3**
Índice Gral. Excluido Petróleo	894,0	3,7	40,7	60,7
Índice Valor Dólar	822,3	3,9	45,6	64,9
Índice General Deflactado	104,8	-3,4	-13,9	-15,0
EN DEPOSITO				
Índice General	**852,9**	**0,2**	**26,3**	**41,3**
Índice Gral. Excluido Petróleo	887,6	3,5	39,5	59,7
Índice Valor Dólar	822,3	3,9	45,6	64,9
Índice General Deflactado	103,7	-3,6	-13,3	-14,4

Fuentes: BCU y DGEC.

ÍNDICE DEL COSTO DE LA CONSTRUCCION

TIPO DE VIVIENDA	Nº ÍNDICE Oct-91	VARIACIONES (%) Mes	Acumuladas Año-91	Acumuladas 12 meses
ÍNDICE GENERAL	**590,3**	**2,5**	**60,7**	**94,6**
Índice Parcial	569,8	2,7	59,5	89,2
Índice de Mano de Obra	636,2	1,5	64,1	124,0
Índice de Leyes Sociales	733,0	-0,1	61,3	125,9
Índice de Materiales	544,2	3,1	57,9	79,5
VIVIENDA ECONÓMICA (CATEGORÍA I/IIA)				
Índice General	591,5	2,1	59,0	95,5
Índice Parcial	566,5	2,3	57,5	89,0
Índice de Mano de Obra	635,5	0,8	64,5	125,8
Índice de Leyes Sociales	730,8	-0,1	61,4	126,3
Índice de Materiales	533,0	3,1	54,4	75,6
VIVIENDA MEDIA(CATEGORÍA II/III)				
Índice General	589,6	2,7	61,6	94,1
Índice Parcial	571,5	2,8	60,6	89,2
Índice de Mano de Obra	636,5	1,9	63,8	123,1
Índice de Leyes Sociales	734,2	-0,0	61,2	125,8
Índice de Materiales	550,1	3,1	59,7	81,6

ÍNDICE MEDIO DE LOS SUBCONTRATOS

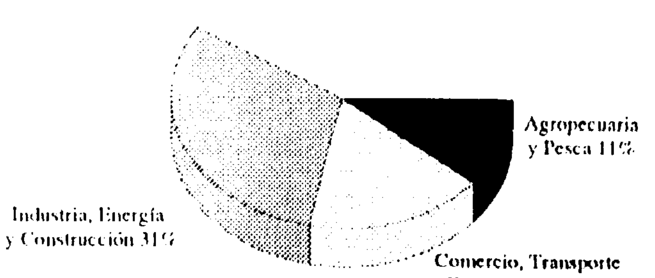
SUBCONTRATOS	Nº ÍNDICE Oct-91	VARIACIONES (%) Mes	Acumuladas Año-91	Acumuladas 12 meses
ÍNDICE PARCIAL	**569,8**	**2,7**	**59,5**	**89,[illegible]**
Albañilería y H. Armado	570,4	2,2	59,8	87,9
Hormigón Armado	518,3	2,4	52,1	79,0
Albañilería	609,2	2,1	65,1	94,0
Carpintería	576,0	14,0	70,9	88,4
Carpintería de Aluminio	527,0	-0,1	45,5	78,8
Herrería	548,4	[illegible],3	57,8	93,9
Eléctrica	587,7	2,3	50,9	92,9
Sanitaria	545,8	1,9	61,8	100,0
Sanitaria sin Aparatos	531,7	1,7	60,8	100,1
Aparatos y Griferías	630,7	2,9	63,9	98,8
Ascensores	505,1	3,3	55,9	99,0
Pintura	550,1	0,9	59,9	96,3
Vidrio	559,4	11,5	72,7	96,8

RUBROS	Nº ÍNDICE 2º Trim. 91	VARIACIONES (%) 2º Trim. 91 / 2º Trim. 90	Acum/91 / Acum/90
PRODUCTO BRUTO INTERNO			
Base Trim. Prom. 1983=100			
Volumen Físico			
Total	**115,6**	**2,8**	**2,2**
Agropecuario	83,6	4,8	4,3
Pesca	108,0	243,9	105,2
Industria Manufacturera	119,8	-0,4	-0,1
Electricidad, Gas y Agua	103,4	-17,9	-0,6
Construcción	83,9	2,4	0,0
Comercio	129,9	10,4	7,7
Transporte y Almacenamiento	138,0	3,9	3,3
Otros	120,9	3,4	1,5

RUBROS	Nº ÍNDICE 3º Trim. 91	VARIACIONES (%) 3º Trim. 91 / 3º Trim. 90	Acum/91 / Acum/90
INDUSTRIA MANUFACTURERA			
Base año 1982=100			
Volumen Físico			
Total	**121,7**	**3,3**	**0,9**
Alimentación Bebidas y Tabaco	99,6	0,0	2,5
Textil, Vestimenta y Cuero	142,8	9,8	7,1
Papel e Imprenta	140,9	22,5	16,4
Sustancias Químicas	115,6	-0,6	-4,9
Productos Minerales no Metálicos	137,2	-2,9	-8,3
Metálicas Básicas	130,3	7,5	-2,4
Prods. Metálicos, Máquinas y Equipos	140,3	3,3	-1,2
Total sin Refinerías de Petróleo	125,2	2,7	1,5
Horas Trabajadas por Obreros (Total)	**104,5**	**-3,3**	**-4,6**
Personal Obrero Ocupado (Total)	**98,7**	**-5,2**	**-5,6**

Fuentes: Base 1983 - BCU, Base 1982 - DGEC.

ESTRUCTURA DEL PRODUCTO BRUTO INTERNO SEGUN SECTORES - AÑO 1990



A valores constantes de 1983 (serie revisada)

RUBROS	VALORES Mes	VALORES Acum. Año	VARIACIONES (%)[1] Mes	VARIACIONES (%)[1] Acum. Año
ENTRADA DE LECHE CONAPROLE				
(Miles de litros) (Nov-91)	64.813	494.610	8,6	-0,1
FAENAS DE GANADO				
(Cabezas) (Oct-91) (Datos provisorios)				
Bovinos	84.108	963.655	-12,1	-21,7
Novillos	53.365	608.151	-9,5	-3,5
Vacas	27.830	313.941	-17,8	-43,0
Temeras	1.255	22.554	-15,7	-15,5
Bueyes	96	1.372	-11,9	22,2
Toros	1.562	17.857	22,8	6,5
Ovinos	285.405	1.006.420	9,4	-7,3
Porcinos	14.332	125.381	9,4	10,1
LANA COMERCIALIZADA				
(Tons.) (Oct-91) (Dato Provisorio)	11.577	55.349	39,0	-1,9
VENTA DE CEMENTO				
(Tons.) (Oct-91)	41.904	357.651	17,1	2,5
VENTA DE COMBUSTIBLE				
(M3) (Set-91)				
Nafta	23.400	232.200	31,5	-1,5
Gasoil	36.800	410.400	-3,7	-5,3
Fuel Oil	25.300	218.700	1,2	3,2
Queroseno	4.300	47.400	-8,5	-8,2
ENERGÍA ELÉCTRICA				
(GWH)(Oct-91)				
Generación Total	496,6	4.902,7	2,1	6,6
Demanda Interna	417,3	4.270,8	11,0	7,6
Facturación (Jul-91) (Datos Provisorios)				
Total	420,3	2.505,9	5,9	[illegible]
Industrial	149,5	1.072,1	12,6	26,4
Comercial	54,0	324,4	-13,7	-11,3
Residencial	208,0	1.049,8	7,2	4,1
Alumbrado Público	8,8	59,6	15,8	30,4
EXPORTACIONES CUMPLIDAS				
(Miles de U$S) (Oct-91)				
Total	144.318	1.297.871	17,4	-4,1
Tradicional	33.193	387.186	-4,4	-24,5
No Tradicional	111.125	910.685	25,9	8,3
IMPORTACIONES CUMPLIDAS				
(Miles de U$S) (Oct-91)				
Total	153.347	1.244.404	34,1	10,8
Petróleo	10.470	170.500	0,0	9,8
Otras	142.877	1.073.904	24,9	11,0

Fuentes: ANCAP, Asociación Productores de Leche, BROU, Cámara Mercantil, INAC, UTE.

1. Variaciones con respecto a igual período del año anterior.

VARIABLE	Promedios móviles trimestrales Ago/91-Oct91	Jul/91-Set/91	Ago90-Oct/90
TASAS DE :			
DESEMPLEO (% de la PEA)	8,45	8,22	10,73
Jefe del Hogar	2,22	2,67	3,49
Otros miembros	13,66	12,75	16,56
Masculino	6,74	7,14	8,83
Femenino	10,66	9,67	13,21
Hasta 24 años	25,46	23,20	30,34
De 25 y más años	4,10	4,47	5,83
Industria Manufacturera	8,3	7,6	11,6
Construcción	11,2	14,3	14,3
Comercio	6,5	7,5	9,1
Transporte y Comunicaciones	5,5	4,7	3,2
Banca, Finanzas y Serv. a empresas	4,5	3,5	7,5
Serv. Guber. y Soc. Pers. y públicos	4,5	4,5	5,3
ACTIVIDAD (% Pobl. 14 Años y más)	60,34	60,84	59,39
Masculino	74,83	75,40	73,94
Femenino	48,24	48,43	47,19
EMPLEO (% Pobl. 14 Años y más)	55,24	55,84	53,02
Masculino	69,79	70,01	67,41
Femenino	43,11	43,74	40,95
CONTRIBUCIÓN A LA TASA DE DESEMPLEO			
Desocupados propiamente dichos	5,74	5,87	6,92
Buscan trabajo por primera vez	2,39	1,96	3,06
Seguro de paro	0,32	0,39	0,75
Hasta 24 años	5,18	4,65	6,06
De 25 y más años	3,27	3,58	4,67
PROMEDIO DE HORAS TRABAJADAS	43,0	42,5	42,7
MEDIA DE PERCEPTORES POR HOGAR	1,99	1,99	1,96
MEDIA DE PERSONAS POR HOGAR[1]	3,25	3,24	3,21
INGRESOS PROMEDIOS DE LOS HOGARES			
CORRIENTES (Miles de N$)			
Con Valor Locativo	1.773,0	1.762,0	813,7
Sin Valor Locativo	1.457,0	1.450,0	649,2
Límite sup. del 20% más pobre	789,0	769,0	360,4
Mediana	1.392,0	1.396,0	635,1
Límite inf. del 20% más rico	2.396,0	2.347,0	1.113,8
REALES (Indice Base Oct-Dic/84=100)			
Con Valor Locativo	163,24	172,68	145,40
Sin Valor Locativo	161,25	171,04	139,45

VARIABLE	Trimestres calendario Jul/91-Set/91	Abr/91-Jun/91	Jul/90-Set90
Nº MEDIO DE EMPLEOS P/PERS. ACTIVA	1,08	1,06	1,05
DURACIÓN MEDIA DESEMPLEO (Sem.)	27	24	29
TASA DE DESEMPLEO POR CATEGORÍA DE LA OCUPACIÓN			
Empleado u obrero privado	9,35	10,52	10,57
Empleado u obrero público	1,03	2,28	1,75
Patrón con personal	0,94	2,99	1,02
Cuenta propia sin local	8,55	3,54	5,04
Cuenta propia con local	2,20	2,20	3,86
Trabajador fliar. no remunerado	3,13	1,72	4,00

1. Sin servicio doméstico.

Diciembre de 1991.-

El Indice General de los Precios del Consumo elaborado por esta Dirección General se incrementó en 4,69% a lo largo del pasado mes de Noviembre. Este resultado determina una variación acumulada en los once meses transcurridos del año de 75,98% y para los últimos doce meses de 85,53%. Para iguales períodos del año anterior las variaciones fueron de 5,28%; 117,18% y 129,81% respectivamente.

El número Indice del mes de Noviembre de 1991 en base Diciembre 1985=100 es 3.457,66 y en base Marzo 1973=100 es 1.023.528,2.

El rubro de menor crecimiento en el pasado mes de noviembre fue "Alimentos y Bebidas" con una variación del 1,55% y una incidencia de 0,61% en el crecimiento del Indice General. Las carnes rojas mantienen su nivel de precios desde el mes de setiembre aproximadamente, mientras que las verduras muestran una baja promedio del 8% al igual que la yerba (-9,1%) y los huevos (-9,4%). Los artículos que experimentaron mayor suba en el rubro, fueron las frutas (9,0%) y las comidas fuera del hogar (6,8%).

Por su parte el rubro "Cuidados Médicos y Conservación de la Salud" fue el que mostró el mayor incremento a lo largo del mes de noviembre (12,7%), debido fundamentalmente al aumento de la cuota de mutualistas (14,0%), los tickets (13,6%), las órdenes (16,2%), los servicios de emergencia móvil (16,0%) y los artículos de farmacia (8,5%).

El rubro "Transporte y Comunicaciones" sube un 9,5%, a causa principalmente del incremento en el precio del boleto capitalino (17,8%) y del pasaje interdepartamental (11,5%).

Con respecto al rubro "Enseñanza" el aumento del 8,5% se origina básicamente en el ajuste de las cuotas de los colegios privados (11,8%).

Considerando la variación acumulada en los once meses transcurridos del año, los rubros de mayor incremento son Enseñanza (114,0%) y Cuidados Médicos y Conservación de la Salud (84,6%) en tanto Alimentos y Bebidas (65,9%) y Transporte y Comunicaciones (76,7%) son los de menor incremento acumulado.

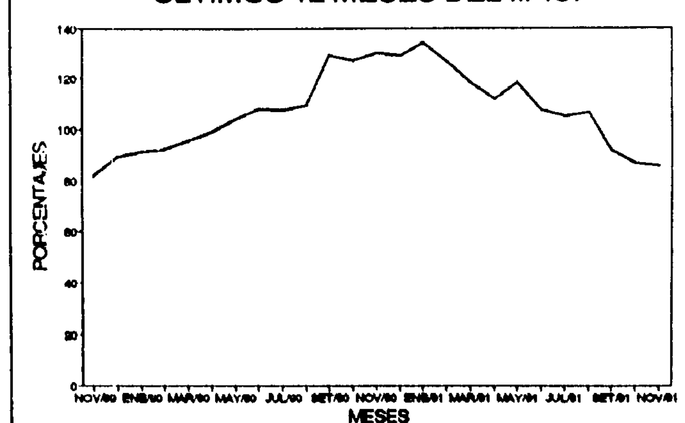
El cuadro anexo presenta información adicional sobre los resultados del Indice de los Precios del Consumo.

RUBROS Y SUBRUBROS	Nº ÍNDICE Nov-91	VARIACIONES Mes	VARIACIONES Acumuladas Año-91	VARIACIONES Acumuladas 12 meses	INCID.
TOTAL GENERAL	**3.457,7**	**4,7**	**76,0**	**85,5**	**4,69**
ALIMENTOS Y BEBIDAS	**3.333,8**	**1,6**	**65,9**	**66,0**	**0,61**
Pan y cereales	3.056,7	3,2	85,1	98,0	
Carnes y aves	3.622,2	1,4	56,2	60,1	
Aceites y grasas	2.496,1	3,4	66,4	81,8	
Leche y quesos	3.142,2	-1,6	82,0	85,0	
Frutas y verduras	3.196,6	-4,0	41,5	9,0	
Frutas	2.031,5	9,0	7,2	-3,2	
Verduras	4.074,8	-8,1	60,9	14,5	
Azúcar y mermeladas	2.511,9	1,5	54,3	66,4	
Comidas fuera del hogar	4.411,8	6,8	84,6	102,0	
Otros Alimentos	3.144,2	-1,1	53,1	61,2	
Café, te y yerba	2.868,3	-4,3	40,4	47,7	
Condimentos	3.672,2	4,3	77,0	86,6	
Bebidas sin alcohol	3.484,3	4,7	81,4	102,7	
Bebidas alcohólicas	2.887,5	7,0	86,2	102,7	
VESTIMENTA, CALZADOS	**3.940,1**	**5,3**	**81,0**	**98,9**	**0,42**
Vestimenta hombres	4.042,3	8,7	102,1	91,8	
Vestimenta de mujer	3.488,2	2,3	47,6	95,1	
Vestimenta niños	3.229,5	1,8	86,3	94,6	
Calzado de hombre	3.891,0	3,7	98,3	103,7	
Calzado de mujer	3.723,7	3,3	58,0	104,9	
Calzado de niños	4.476,0	5,9	105,4	113,2	
Reparación calzados	7.017,2	9,3	112,0	118,5	
Mercería y telas	4.198,0	5,6	82,5	101,5	
VIVIENDA	**3.101,0**	**3,4**	**84,4**	**89,3**	**0,54**
Alquiler e impuestos	4.281,9	5,5	98,8	108,1	
Cuota de vivienda BHU	3.897,2	12,5	101,8	109,4	
Combustibles	2.329,8	0,9	63,1	63,7	
Otros gastos de vivienda	3.018,6	1,4	97,5	104,8	
MUEBLES Y ACCESORIOS	**3.558,8**	**5,7**	**79,2**	**90,9**	**0,37**
Muebles	5.111,6	11,5	96,6	102,2	
Textiles para el hogar	2.674,9	2,8	72,6	82,7	
Electrodomésticos	2.128,9	4,3	67,5	78,4	
Servicio doméstico	5.374,8	3,0	96,4	109,4	
Otros mantenim. hogar	3.552,8	7,2	70,4	83,4	
SALUD	**4.340,8**	**12,7**	**84,6**	**114,3**	**1,37**
Productos farmacéuticos	3.123,0	8,5	82,7	98,6	
Aparatos terapéuticos	2.801,4	16,6	83,8	104,9	
Servicios médicos	4.643,8	13,2	84,8	116,8	
TRANSPORTE	**2.904,2**	**9,5**	**76,7**	**99,7**	**0,79**
Mantenim. de transportes	2.966,0	4,4	72,3	86,6	
Servicio transporte	2.801,2	15,0	79,2	110,5	
Comunicaciones	7.500,0	0,0	172,5	275,0	
ESPARCIMIENTO	**3.591,8**	**4,3**	**83,9**	**104,1**	**0,14**
Esparcimiento	2.386,2	8,7	70,9	85,8	
Recreación y cultural	3.995,8	3,9	82,7	101,8	
Libros de lectura	3.951,2	2,5	97,3	125,3	
ENSEÑANZA	**5.545,9**	**8,5**	**114,0**	**138,7**	**0,17**
Matrículas	7.171,6	9,8	126,5	158,5	
Textos escolares	2.704,4	2,7	70,6	76,3	
OTROS CONSUMOS	**3.778,5**	**5,1**	**82,2**	**106,1**	**0,28**
Cuidados personales	5.648,1	11,1	121,2	146,0	
Artículos personales	3.524,8	6,3	82,8	100,3	
Tabaco y cigarrillos	3.467,4	4,0	78.4	93,8	
Otros bienes y servicio	3.907,6	0,0	60,2	120,6	

004/4

MESES	AÑOS 1991	1990	1989	1988	1987
Enero	2.106,8	901,7	472,2	278,5	177,4
Febrero	2.180,6	963,5	502,3	289,0	183,4
Marzo	2.289,5	1.049,9	537,3	302,7	196,2
Abril	2.377,6	1.123,5	565,5	317,5	201,2
Mayo	2.584,8	1.186,5	582,0	324,9	205,[illegible]
Junio	2.695,8	1.300,2	626,3	341,2	214,[illegible]
Julio	2.813,2	1.373,6	663,0	370,1	228,3
Agosto	2.990,0	1.450,0	692,4	382,5	235,9
Setiembre	3.184,1	1.662,6	726,3	398,6	241,8
Octubre	3.302,7	1.770,2	779,2	426,9	253,5
Noviembre	**3.457,7**	1.863,7	811,0	445,8	264,6
Diciembre		1.964,8	858,2	453,6	268,4
PROMEDIO ANUAL		1.384,2	651,3	360,9	222,5

VARIACION ACUMULADA DE LOS ULTIMOS 12 MESES DEL I.P.C.



9203424

SECRETO

EJERCITO NACIONAL
E. M. E.
DEPARTAMENTO E-II
CA. C|INF.
E A N I E F 1050-
03.1230 DIC.1991.
RF.eb

MEMORANDUM No.025|SOCI|991.

I.-REFERENTE A: Actividades y Vinculaciones detectadas del Representante de la O.L.P.en Buenos Aires:SUHAIL HANI AKEL.

II.-T E X T O: A.-Datos Filiatorios:

Nombre: Suhail HANI AKEL.

Nacionalidad: Argentino Legalizado de origen Palestino.

Fecha de nacimiento: 13.06.946.

Pasaporte: 12.819.087 (Rep.Argentina)

Domicilio: Rosario Pcia.de Santa Fé (a Feb.991).

Cargo: Dtor.de la Oficina de Información de Palestina en R.A.

B.-Actividades Detectadas:

Nov.990: .Diertó como Dtor.de la Oficina de Información Palestina en Rep.Argentina en la Escuela Nal.Normal "Mariano Moreno" de Concepción del Uruguay - Pcia. de Entre Ríos (Rep.Argentina),sobre el tema: "Conflicto en el Golfo Pérsico".Conferencia organizada por Nabil SALIM HATOUN.
(Ev.B-2)

1a.Sem.Ene.991: .Pretende ser reconocido como Cónsul Palestino en la Pcia.de Entre Ríos (R.A).
(Ev.B-2)

.Mantiene reuniones con Grupos Terroristas Latinoamericanos en Brasil,donde fueron detectados integrantes del 26M (ROU) y el Terrorista Argentino GORRIARAN MERLO.

.Mantiene contactos con Horacio Mario MACIEL en Ciudad Concordia Pcia.de Entre Ríos (R.A).

.Su Secretario es Muhamad ABU AMAR.

14 Feb.991: .Se domicilia en Rosario Pcia.de Santa Fé (R.A).
(Ev.B-2)

12 Nov.991: .Se recibe información de que llegaría a Montevideo el viernes 13 acompañado de:Martha FERREIRA (Periodista Uruguaya,integrante del Tribunal Antiimperialista de Nuestra América -TANA),Julio LABORDE (PCA) y BRUNATTI (ex-Dip.Montonero),a dictar una Conferencia en el Cté.Central del MLN-T.
(S|Ev.)

SECRETO

Doc. Poco Legible 01/06 9203416X

|||....26 Nov.991: (Rv.A-1) .Se toma conocimiento de que se encuentra [illegible] en el Local Central del MLN-T acompañado de otro MNM, permaneciendo en el mismo por espacio de [illegible] horas.

001047

.Alojados en el "Hotel Los Angeles" (Avda.18 de Julio 974 c|Julio Herrera, Tel.920439|00622|10727 en la Hab.No.503.

.Los desplazamientos los realizaron en un SKODA|980, Mat. 204.064 (Montevideo), propiedad de Jorge TISCORNIA (MLN-T), Dom. Ellauri 564 (Esq.Gral.C.Suárez, en Guía: Carlos L.DURANTE, Tel.700210).

27 Nov.991: .Toma contacto con un elemento en la puerta de CX-44 Radio Panamericana (Avda.18 de Julio 965) con el que luego de caminar por el Centro ascienden a un VW Amazón|984, Mat.834.590, Pad.335710, verde oliva, propiedad de María AGUIRRE (S|A) Dom. Convención 1236|12 (vehículo siempre utilizado por HALLER FERRO, Carlos Augusto - MLN-T del Z-4) en la Seguridad brindada en Nov.990 a dos destacados integrantes del Fte.Pol. del FMLN del Salvador y así también en diferentes actos del Z-4 del MLN-T).

.Concurren al Canal 5 SODRE por espacio de 30' (entrevista pasada en el Noticiero de la noche).

.Concurren al Palacio [illegible] (Plaza Independencia 834 a la Sede de la CUT (Corriente de Unidad Frenteamplista) por espacio de una hora.

.Concurren al local Central del MLN-T por espacio de 10'.

.Concurren a la Sede Central del PCU (Avda.18 de Julio 2190 esq.Brasso) por espacio de [illegible].

.Se dirigen al Hotel, donde luego de permanecer dos horas salen a almorzar y [illegible] en las cercanías del mismo.

.Regresan al Hotel para retirar el equipaje y concurrir a la terminal de la Aduana [illegible] (Plaza [illegible]) y abordar el coche de Alfocafes Mat.[illegible] a la hora 1645 con destino Colonia. Embarcando hora [illegible] en [illegible] rumbo a Bs.As.

C.-Datos Filiatorios de los Vinculados:

1.-Nabil SALIM [illegible]:

-C.I.N.[illegible] Sol.[illegible] (Libano) - Libio, Estudiante, Soltero, [illegible] C.I.2.121.622, Dom.Hermitanio 1001, Concepción del [illegible] (T.A). El Registrado había viajado desde el Líbano e ingresado al Uruguay (antes del 20), viaje facilitado [illegible] quien es pariente.

|||....

DOC. ILEGIBLE 02 9203416

///.... Posteriormente de aprender algo de español se radica ... (11 ... 90 figura ingreso por Paso Internacional San Martín, F. ... Gualeguaychú).

001047 Conduce programa Radial en Emisora de FM "Universal" ... 1330 a 1430 hs. "El Mundo Arabe", edita Boletín Informativo quincenal "El Mundo Arabe", es Profesor Ad Honorem de Lengua Arabe en la Universidad "La Fraternidad" de C. del Uruguay, organizó varias Conferencias en la Escuela Nal. Normal "..." donde se habló de la "Intifada".

Se destaca que no realiza tareas asalariadas, por lo que se presume que estaría recibiendo dinero para sobrevivir de la Embajada, una Organización y/o la Colectividad Arabe.

Es el contacto de Muhamed ABU ... (Secretario de ...).

Actualmente se sabe que el causante mantiene contactos con integrantes del ELN-T, quienes a su vez están vinculados con integrantes de la OLP que viven y actúan en el Chuy (ROU y Br.) — (... 221 - ... P-2)

2.-Horacio Mario ...:

-Dom. Pellegrini 1142 Concordia Pcia. de Entre Ríos (R.A), DNI 12.0..., integrante del Centro de Estudio de C. Concordia. Casado con Otilia Aurelia LIMA, DNI 12.0...987.

3.-Muhamed ABU ...:

-Dom. Yerbal 1080 ... (corresponde a la Oficina de Información Palestina), ... y su contacto es Nabil ... .

4.-NNs acompañante días 26 y 27 Nov. 991:

-... 30 a., 1,75 m. altura, complexión delgada, cabellos ... castaños oscuros y peinado hacia atrás, barba fina y rasa de igual color.

-Se adjunta al presente fotocopias de:

-Art. de "La República" del miércoles 27 Nov. 991, Pág. C.

-Art. de "La Hora Popular" del domingo 01 Dic. 991, Pág. 30. El mismo figura firmado por "... ...", podría tratarse del nombrado en C - 2.

ACCION TOMADA: La confección del presente Memorandum.

DOC. PARTES ILEGIBLES

///...

IV.-DISTRIBUCION: Original y Copia No.1 -Dpto.E-II del E.M.E.

001047

Copia No.2 -Dpto.III de la [illegible]

" No.3 -Archivo.

" No.4 -Archivo.

-El Jefe de la [illegible] Ejército.

Gte. Gral.

AUGO YANNONE

Doc. POCO LEGIBLE

4

9203416

Entrevista con el representante de la OLP en Buenos Aires

Suhail Hani Akel: "Nuestro pueblo ya demostró que está preparado para la paz"

Esperanzado en la próxima Conferencia de Paz que está prevista para el 4 de diciembre en Washington, buscando dilucidar el tema palestino-israelí, el director de la Oficina de Información Palestina de la república Argentina, Suhail Hani Akel, anunció a LA REPUBLICA que queda un solo camino para "pacificar" la convulsionada región: respeto mutuo y reconocimiento de todos los Estados y pueblos. Acompañado por el secretario de Organización del Tribunal Antiimperialista de Nuestra América (TANA), capítulo argentino, (Ricardo Lazcano,) Akel viene realizando durante esta semana una serie de contactos en Montevideo con representantes políticos y de organizaciones sociales de nuestro país, tratando de brindar un panorama de la difícil situación que se vive en los territorios ocupados, sus consecuencias y posibilidades de pacificación. Este fue el diálogo que mantuvimos con Suhail Akel, al visitar la redacción de LA REPUBLICA.

Por Jorge Mallard

Suhail Akel precisó que su breve visita a Uruguay por espacio de 72 horas no era de carácter oficial y que su misión era traer el mensaje del gobierno palestino con relación al conflicto árabe-israelí, y fundamentalmente palestino-israelí.

Akel explicó a LA REPUBLICA que luego de la guerra en el golfo Pérsico la situación sigue igual.

"Persiste —dijo—, una dura represión por parte del ejército y la policía israelíes y los colonos judíos, avasallando los derechos palestinos sobre tierras ocupadas.

"Fundamentalmente, nuestro pueblo sigue siendo víctima de la intolerancia israelí", señaló el representante de la OLP en Buenos Aires.

Consultado acerca del resultado de las últimas gestiones y contactos mantenidos por el secretario de Estado norteamericano, James Baker, previo a la Conferencia de Paz de Madrid, Akel precisó que "tanto Baker como la comunidad internacional, no tienen dudas sobre esta violenta represión que sufre el pueblo palestino en nuestra tierra. También sabemos que el presidente de los Estados Unidos, George Bush, está poniendo un énfasis especial con respecto a los derechos palestinos".

"Sabemos que en la actualidad se habla de la necesidad que el pueblo palestino retorne y reconstruya su patria sobre su suelo natal que es Palestina. Esto significa en la ribera occidental (Cisjordania), incluyendo a Jerusalén oriental como capital.

Recordó, el delegado palestino, que el 15 de noviembre de 1988, el Parlamento de la OLP había declarado la independencia del Estado de Palestina en Argelia, declaración que fue acompañada con un rechazo a todo tipo de terrorismo y un reconocimiento al Estado de Israel en su existencia con fronteras seguras, pero el gobierno israelí —dijo Akel— "no se hizo esperar en su negativa a través de Yitzhak Shamir".

— A su criterio, ¿la paz pasa indefectiblemente por el camino del respeto mutuo y reconocimiento de todos los Estados y pueblos de la región; entre la OLP, los árabes y el resto de los países involucrados?

— "Evidentemente ese es el único camino que puede conducir a una paz digna entre palestinos e israelíes. No puede haber una paz digna si no se reconocen los derechos nacionales de nuestro pueblo", señaló Akel.

Volvió a recordar que "hubo otro acuerdo de paz, el famoso de Camp David entre Egipto e Israel (años 1977-79), pero esto no llevó paz a la zona, ni a Medio Oriente, ni a los palestinos, ni a los israelíes. Para que realmente se logre una paz digna en la región, los israelíes tienen que reconocer definitivamente al Estado de Palestina, reconocer los derechos nacionales de nuestro pueblo, a nuestras tierras y retirarse de los territorios ocupados".

En opinión de Akel, "como primer paso, Israel debe cesar con los asentamientos sobre nuestra patria ocupada. Quiero recordar además, que la división de Palestina con aquella famosa resolución 181-2 de las Naciones Unidas del 29 de noviembre de 1947, decreta una partición sobre la tierra palestina, sin el consentimiento palestino, pero esta partición habla de un 45 por ciento para un Estado árabe-palestino y un 55 por ciento para un Estado judío. Además, Jerusalén iba a ser internacionalizada.

En 1948, cuando se crea el Estado de Israel, éste surge con el 77 por ciento de la tierra palestina. Esto hace que las fuerzas sionistas ocuparan parte de Jerusalén.

En la guerra de junio de 1967 se ocupa la totalidad de Palestina. En 1980, Israel decreta a Jerusalén como su capital. En agosto de ese mismo año, la resolución 478 de las Naciones Unidas pide a Israel que no modifique el status de Jerusalén y a los países miembros, que no reconozcan a Jerusalén como capital. Hasta el día de hoy, Jerusalén sigue siendo capital de Israel para los israelíes y no quieren reconocer la modificación del status de Jerusalén", sostuvo el delegado palestino.

Explicó también que por otro lado existen resoluciones de las Naciones Unidas como la 242 de 1967 y la 338 de 1973 que piden el retiro de los israelíes de los territorios ocupados en la guerra de junio de 1967.

"Este territorio —dijo— es apenas un 23 por ciento del territorio palestino. En ese 23 por ciento hoy está basada esta Conferencia de Paz. En ese 23 por ciento los palestinos estaríamos decididos a construir nuestro Estado palestino independiente, pero de ese 23 por ciento, actualmente los colonos judíos están ocupando el 53 por ciento de esas tierras y además están controlando el [illegible] por ciento de nuestras aguas. Estos asentamientos día a día están creciendo, entonces no hay paz posible por ahora, si hay sólo una voluntad de una parte, mientras que la otra rechaza continuamente nuestros derechos nacionales".

Según Akel, tanto la OLP como el presidente Yasser Arafat han dado todo lo necesario para contribuir a la paz, pero Israel sigue negando los derechos palestinos.

— ¿Israel es el único responsable de que no se haya llegado a la paz en la zona, o existen otros factores o circunstancias que también influyen negativamente?

— "Israel es el único responsable y ha quedado aislado de su único gran aliado que era Estados Unidos, que ahora le exige retirarse de los territorios ocupados", prosiguió diciendo el delegado palestino.

"Por otro lado, nosotros agradecemos la generosidad israelí a una autonomía, pero no queremos ser una provincia de Israel. Nosotros podríamos aceptar una autonomía limitada, supervisada por las Naciones Unidas o por alguna fuerza internacional, pero esta autonomía limitada debe tener una fecha de comienzo y una fecha de final, y a partir de ahí, una autodeterminación para nuestro pueblo palestino sobre nuestro territorio".

Más adelante explicó que "nuestro pueblo en pocos días más va a entrar en el cuarto aniversario de la Intifada (levantamiento popular), y esto lleva consigo la necesidad del pueblo palestino de ser libre y de enfrentar a los israelíes con palos y piedras para demostrar que el pueblo palestino desea su libertad, aún pagando un precio muy alto. Hasta hoy tenemos 2.000 mártires, 7.500 casos de mujeres embarazadas abortadas a raíz de gases lacrimógenos y golpizas, casi 60.000 niños destruidos psíquicamente, golpeados con quebraduras de huesos, 100.000 prisioneros palestinos en distintos campos de concentración israelíes, 17.500 casas voladas o dinamitadas por las fuerzas israelíes. Sin duda, todo esto en cierta forma, marca una terrible intransigencia por parte de los israelíes. La historia de los pueblos no recuerda casos similares al que se registra contra el pueblo palestino".

Sobre las consecuencias de la guerra del golfo Pérsico para los palestinos, Akel señaló que su pueblo fue el más perjudicado.

"Siempre se tergiversó nuestra verdadera posición en la guerra. La OLP trató de ser mediadora en el conflicto entre dos países árabes hermanos. Nosotros no deseamos que fuerzas aliadas destruyan Tel Aviv y maten a 200.000 israelíes; por el contrario, simplemente queremos que Israel reconozca definitivamente nuestro derecho y obedezca a las resoluciones de las Naciones Unidas, que la mandan a retirarse de los territorios ocupados".

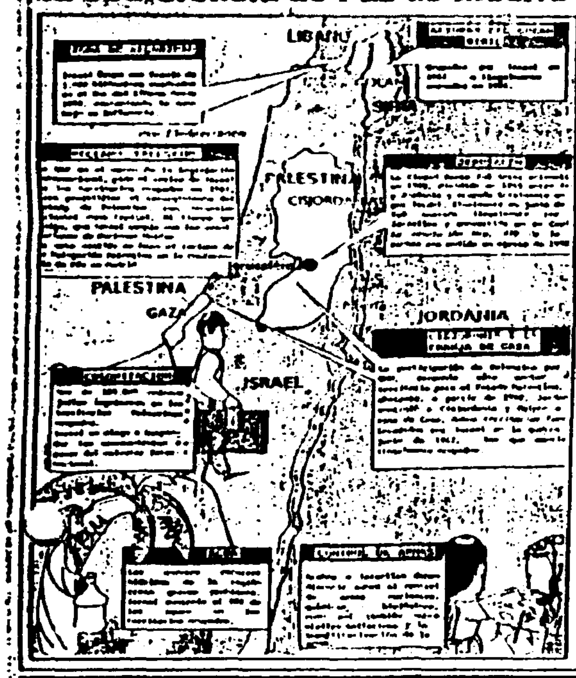
— ¿Qué se puede esperar de la próxima Conferencia de Paz que se realizará la semana próxima en Washington?

— "Nosotros depositamos nuevamente todas nuestras esperanzas en esta conferencia del 4 de diciembre y estamos aportando lo que está a nuestro alcance para lograr el éxito de la conferencia, pero lamentablemente Israel sigue mencionando a la OLP como terrorista, sigue sin cambiar los nombres de nuestro Estado palestino, y pese a todo eso, seguimos confiando en la buena voluntad internacional. Vamos a ir a Washington con nuestra mejor predisposición a favor de la paz. Nuestro pueblo ya demostró que está preparado para la paz, en la Conferencia de Madrid, a tal punto, que uno de los altos funcionarios israelíes dijo: "Ya no podemos demostrarle al mundo que los palestinos son una banda de sanguinarios".



No puede haber una paz digna si no se reconocen los derechos nacionales de nuestro pueblo

Reivindicaciones palestinas en la Conferencia de Paz de Madrid



Doc. con partes ilegibles

92034l6

Entrevista al representante palestino Suhail H. D. Akel

por Mario Maciel

"NO ESTAMOS RECLAMANDO LA LUNA"

"Nosotros volvemos con la rama de olivo", manifestó Suhail H. Daher Akel, director de la Oficina de Información Palestina en la República Argentina, expresando la actitud de los palestinos en el actual proceso de paz sobre el Medio Oriente. Akel realiza una campaña de difusión acerca de la realidad palestina, bajo el auspicio del Tribunal Antimperialista de Nuestra América Latina (TANA). Junto con él estuvo el secretario de organización de dicha Oficina, capítulo argentino, Ricardo Lazcano.

Al iniciar nuestra conversación, Suhail H. D. Akel, aseveró que los palestinos "hemos depositado nuestro total optimismo cuando fuimos convocados a la Conferencia de Paz en Madrid porque esta fue una oportunidad histórica de sentarnos frente a frente con nuestro enemigo para dialogar". Seguidamente Akel lamentó que durante las conversaciones en la capital española, Israel continuara con sus ataques aéreos en el sur del Líbano coronando el final de la conferencia con una agresión a los "campos de refugiados palestinos donde fueron asesinados prácticamente doscientos niños".

Aun así, remarcó, tanto la delegación palestina, como el presidente Yasser Arafat y la OLP, abrieron todos los caminos necesarios para llegar a la paz. "No estamos reclamando la luna, simplemente estamos pidiendo el retiro de Israel de los territorios ocupados en 1967, incluyendo Jerusalén oriental como capital legítima de nuestro Estado, retiro exigido por las resoluciones 242 de 1967 y 338 de 1973, de la ONU", añadió. Y ante la negativa israelí de devolver los territorios ocupados y de aceptar la existencia de un Estado palestino independiente, Akel señaló que ello "nos hace llegar a esta nueva etapa que se inicia el 4 de diciembre en Washington, con ciertos recelos. Nosotros volvemos con la rama de olivo esperando que la comunidad internacional responsable de la partición de Palestina y de convertir a nuestro pueblo de ciudadanos en refugiados, hoy sea responsable de presionar a Israel a que se retire de los territorios ocupados en la guerra del 67".

—Los palestinos, ¿reconocen el Estado de Israel?

—Nosotros hemos reconocido el Estado de [illegible] en la propia declaración de independencia [illegible] del Estado de Palestina del 15 de noviembre de 1988 coronando nuestra heroica intifada palestina (levantamiento popular en idioma árabe). Esto lo puso de manifiesto el presidente del Estado de Palestina, inspirado Yasser Arafat desde el estrado de Naciones Unidas, el 13 de diciembre de 1988. Quiero recordar que al presidente Yasser Arafat le fue negado el visado para entrar a Nueva York a difundir este mensaje de paz palestino. Es digno de notar que 152 países contra dos, Estados Unidos e Israel, votaron a favor para que la sesión de Nueva York fuera trasladada a Ginebra con el alto costo económico que esto significó.

—¿Por qué Israel eludía una conferencia internacional?

—Ellos siempre han buscado pretextos para no llegar a un acuerdo de paz. Quiero anticipar que nosotros hemos cedido demasiado para llegar a esta conferencia de paz. Recordemos también que esto no se está desarrollando dentro del marco de la ONU como debería ser y como lo pide la resolución 38/38 C de ONU de 1983 y lo confirma la resolución 44/42 de 1989. Israel continuamente busca pretextos y trata de minimizar cualquier posibilidad a su retiro de los territorios ocupados. Al intentar dialogar en forma separada con los países árabes lo único que pretende es fracturar el frente árabe respecto a la negociación y obtener mayor ventaja en su posición. Creo que en este sentido el frente árabe actual ha sido bastante concreto, y creo que es una de las primeras veces que se han unido todos los países en conflicto para dialogar frente a frente con nuestro enemigo Israel. Es una de las primeras veces que todos los estados árabes están reconociendo la existencia de Israel y reconociendo que el único medio para finalizar con el martirio de Cercano y Medio Oriente es a través de un diálogo de paz. Pero Israel lo está desaprovechando con sus constantes negativas. El primer ministro Yitzhak Shamir "Mr. No", como lo llaman en Europa, sigue negando cualquier posibilidad para el Estado palestino, sigue negando un diálogo abierto con nuestra conducción nacional, la OLP, y sigue negando una conferencia internacional de paz.

—Desde el inicio de las conversaciones, la represión en los territorios ocupados, ¿ha disminuido?

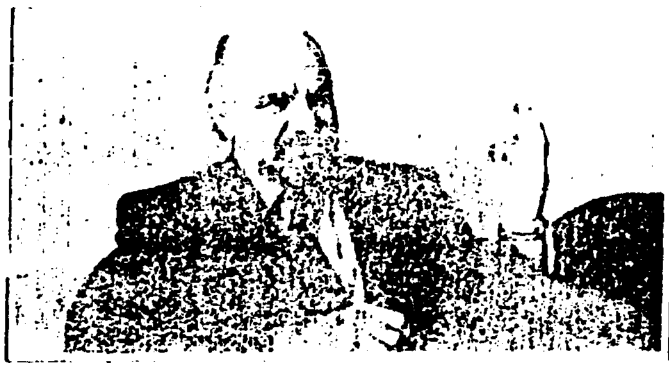
—Para nada. Los israelitas jamás han disminuido su represión contra nuestro pueblo, sino que la han ido intensificando día a día con distintos sistemas implementados para crear el terror y el caos sobre nuestro pueblo. Quiero recordar que esta intifada, que comenzó el 8 de diciembre de 1987, nos la hecho pagar un alto precio: nuestra libertad. Israel ha perpetrado grandes bajas en nuestro pueblo. Ha triplicado, cuadruplicado el sufrimiento en nuestra patria ocupada. Actualmente tenemos, lamentablemente, casi dos mil mártires palestinos, siete mil quinientos casos de mujeres embarazadas que han abortado a raíz de gases lacrimógenos y golpizas, más de sesenta mil niños golpeados, con quebraduras de huesos, casi diecisiete mil quinientos casos denunciados por el ejército israelí, cien mil heridos, otros tantos encarcelados en los distintos campos de concentración israelíes, centenares de deportados y [illegible] que no [illegible] puede encontrarse en un terror y un sufrimiento que no recuerdo otro similar en este siglo. Lo que más lamentamos es que justamente un sufrido pueblo como el judío, víctima de los nefastos campos hitlerianos, hoy aplique recetas nazifascistas y se convierta en victimario de nuestro pueblo palestino, aquel pueblo palestino que abrió sus manos en la década del 30 y del 40 para cobijar a la gran cantidad de judíos europeos que venían huyendo de esa masacre.

—¿Qué puede decirnos respecto a los asentamientos de colonos judíos en territorios ocupados?

—Una abogada israelí, Felicia Langer, decía que los asentamientos judíos que se venían realizando en los territorios ocupados era para ir formando una cadena y expulsar de ese modo a los palestinos, de su propia tierra. Esta es la política del actual ministro de Vivienda, Ariel Sharon, asesino de nuestro pueblo en los campos de refugiados de Sabra y Chatila en Líbano, principal artífice de esa sangrienta masacre que dejó en el camino a cinco mil hermanos palestinos. Actualmente los colonos judíos mantienen gran parte del territorio ocupado y controlan 90% de nuestras aguas. Al hablar de que mantienen gran parte de nuestro territorio, estoy hablando de 52% del pequeño 23% que nosotros estamos reclamando para erigir a nuestro Estado palestino. Quiero recordar que la resolución 181/2 de la ONU de 1947 divide a nuestra patria (claro, sin el consentimiento palestino) en dos estados: 55% para un Estado judío y 45% para un Estado palestino. Israel se quedó con 77%, aparte de Jerusalén que, según las resoluciones de la ONU, debería haber sido internacionalizada. En la guerra de junio de 1967 ocupa la totalidad de Palestina. Esto significa que prácticamente ese pequeño 23%, más de 50% está controlado por los colonos judíos que son una pequeña minoría que no llega a 200.000 contra 2.200.000 hermanos palestinos que viven en los territorios ocupados.

—En este contexto, ¿cómo ve usted el futuro?

—Nuestro pueblo va a vencer en su intifada. Y estamos dispuestos a detener nuestra intifada únicamente cuando logremos el Estado palestino independiente. Esta es una dominación sobre Palestina, reciente. Los palestinos fuimos muy pacientes a lo largo de la historia, durante siglos fuimos dominados por los distintos imperios de turno. A lo largo de los siglos los palestinos hemos visto cómo llegaban a nuestras tierras los imperialistas, los colonialistas y mientras ordeñaban nuestras tierras, ellos se quedaban con nuestras parcelas. Y también vimos cómo se iban de nuestras tierras gracias a nuestra lucha y nuestra tenacidad de vivir libres en nuestra tierra. Creemos que esta va a ser la última ocupación de Palestina. Y en la tierra de los profetas, la paz deberá reinar, como una vez expresó nuestro presidente Yasser Arafat en la ONU, en 1974: "La guerra estalló en Palestina y sin embargo es en Palestina donde nacerá la paz".



Suhail Akel afirmó que los palestinos "estamos dispuestos a detener nuestra intifada únicamente cuando logremos el Estado palestino independiente".

De la autonomía a la autodeterminación

"Vimos que la conferencia de paz de Camp David (1977-1979) fue auspiciosa tanto para israelíes como para egipcios. Se pusieron de acuerdo, Israel detuvo los asentamientos en los territorios ocupados capturados a Egipto, y permitió una autonomía hasta la devolución total de los territorios. Pero Camp David no fue un proceso de paz para Medio Oriente y tampoco fue un proceso de paz para los palestinos que preveía (ese acuerdo de Camp David) una autonomía para los palestinos y no una autodeterminación. Entonces, exigimos que ese proceso de paz de Camp David se amplíe, ya que después del acuerdo hubo más guerras entre árabes e israelíes. Y no queremos que un nuevo acceso a la paz se vea perjudicado por las guerras. Por ese motivo no vamos a aceptar una autonomía impuesta por Israel, y de esa forma reducirnos a una provincia israelí. Podríamos tener acceso a una autonomía limitada, supervisada por las fuerzas de la ONU o de alguna de las fuerzas de las potencias intervinientes en esta conferencia de paz. Pero esa autonomía debe finalizar con una autodeterminación de nuestro pueblo sobre nuestra tierra, sobre nuestra patria ocupada".

DOC. CON PARTES ILEGIBLES.

06/06

9203416

Hoja 1 de 16
Copia No.5..
C . G . E.
C.MONTEVIDEO
200900Abr92.
G.C. - 59

ANEXO No. 3 (APRECIACION DE SITUACION DE INTELIGENCIA AL PLAN DE OPERACIONES No. 1 / 92) .

I.- MISION.

Determinar los factores que pueden afectar, desde el punto de vista de Inteligencia Militar, el cumplimiento de la misión de paz en CAMBODIA.-

II.- SITUACION REGIONAL

Esta zona del Sudeste Asiático ha sido disputada desde mediados del siglo XIX por EE.UU., Francia, China, Japón y la ex-URSS, los cuales pretendieron ejercer su influencia por razones políticas y económicas.
Desde 1860 la región fue convertida en Colonia Francesa hasta 1954, en que la Conferencia de Ginebra formaliza la división de la ex-Colonia Francesa de Indochina en 4 estados independientes: Vietnam del Norte, Vietnam del Sur, Laos y Cambodia.
La única resistencia anticolonial organizada desde 1863 hasta 1930,en que Ho Chi Ming crea el Partido Comunista de Indochina, la constituyeron los monjes budistas.
Durante la Segunda Guerra Mundial los japoneses ocupan la zona tratando de llegar a los yacimientos de petróleo y caucho del sudeste asiático, mantienen sin embargo la administración colonial francesa dependiente del Gobierno de Vichy.
En 1945 ésta administración es disuelta por los japoneses,reiniciándose las reclamaciones locales de independencia, las que se concretan en 1954.
En 1953 tras el retiro de las tropas francesas de la zona comienza a sentirse la influencia de los EE.UU., Rusia y China.
En 1957 el Partido Comunista de Indochina se disuelve en 4 fracciones locales, siendo las prosoviéticas Vietnam del Norte y Laos, y prochina el Kemer Rouge de Cambodia.
A fines de la década del 6C y comienzos del 70 la guerra entre Vietnam del Norte y Vietnam del Sur se generaliza en todo el

01/17 9203417

sudeste asiático. La ex URSS apoya a Vietnam del Norte y a Laos, los EE.UU. apoyan a Vietnam del Sur y al régimen del Gral. Lon Nol en Cambodia, China por su parte apoya las guerrillas del Kemer Rouge de Pol Pot y al Gobierno en el exilio del Principe Sihanouk, ambos de Cambodia.
En 1975, ya derrotado Vietnam del Sur, la victoria del Kemer Rouge en Cambodia era total y se establece un régimen cerrado prochino en dicho país.
En 1977, estalla una nueva guerra entre Vietnam y Laos (prosoviéticos) contra el régimen de Pol Pot en Cambodia (prochino).
En 1979, es ocupada la capital Phnom Penh produciéndose el derrocamiento de Pol Pot y el reclamo de la ONU del alto al fuego y el retiro del las tropas de Cambodia, resolución vetada por la ex URSS.
Las tensiones en la región se mantienen asi como la inestabilidad y los combates de guerrillas en Cambodia principalmente.
Esta situación envuelve a Tailandia (apoyada por EE.UU.), quien en 1980 y 1983 se enfrenta militarmente con Vietnam al atacar éste último campos de refugiados en territorio tailandés.
En 1985, las tropas vietnamitas en Cambodia se calculaban en 150.000 efectivos, anunciándose el retiro paulatino de dichos efectivos durante los próximos 5 años.
Así se llega hasta el 23 de Octubre de 1991 en que en París con la presencia del Príncipe Sihanouk, el Sec.Gral. de la ONU Pérez de Cuéllar y 18 países garantes, se firma un tratado que busca poner fin a 21 años de guerra en Cambodia y lograr la estabilidad en la región.

III.- SITUACION NACIONAL

A.- FACTOR GEOGRAFICO.

1.- Posición y configuración de la zona.

Nombre oficial: Estado de CAMBODIA (KAMPUCHEA).
Area: 181.035 Km .
División Política: 17 Provincias Y 4 ciudades autónomas.
Ubicación:
- Latitud Norte entre 10 y 15 grados.
- Longitud este entre 102 y 107 grados.
- Estado del sudoeste asiático, al S de la peninsula

de INDONESIA, limitado por TAILANDIA (NO, SO), LAOS (NE), VIETNAM (E y S).
- Dista del Uruguay más de 20.000 Kms. por vía aérea o marítima.
Su territorio comprende una extensa y antigua depresión, invadida por el mar y colmada por aluviones del río MEKONG. Se podría describir como una gran olla rodeada de montañas y cubierta de selvas.

2.- Aspectos climáticos.

El clima es cálido y húmedo, tropical, de tipo monzónico. Tiene dos estaciones principales, una seca y una de lluvia. La temperatura es agobiante de abril a mayo, alcanzando un promedio de 33 a 34 grados. El otoño y el invierno son los periodos más favorables ya que cesan las lluvias y el calor es más suave (21 a 30 grados). Sus temperaturas podrían ser comparadas con las de algunos países centroamericanos como Nicaragua y El Salvador, aunque teniendo en cuenta que la hidrografía, relieve y régimen de precipitaciones concurren para dotar a Cambodia de unas condiciones climáticas y ambientales muy peculiares.
La cordillera en el sur detiene la mayor parte de las precipitaciones, asi la región costera es la mas húmeda (Kompong Som, 4140 mm al año), y en los montes cubiertos de bosque caen hasta 5000 milímetros anuales.
En la cuenca interior, sin embargo, el clima es demasiado árido: se registran precipitaciones medias decididamente bajas para un país tropical (de 1000 a 1400 mm anuales, con unos 120 días de lluvia) y, además, se distribuyen de forma irregular. En la estación seca que va de diciembre a mayo, puede suceder que no llueva durante cuatro meses seguidos. Tras las lluvias de mayo a junio se inicia una "breve estación seca" en julio-agosto, y es preciso esperar hasta setiembre y octubre para que caigan lluvias en forma de violentos temporales.

3.- Aspectos topográficos.

Dos elementos morfológicos bien definidos caracterizan el territorio camboyano: la cuenca central, drenada por el Mekong, el gran río indochino, y las montañas. Estas últimas comprende varias cordilleras y altiplanos, cuya altura máxima no alcanza nunca los 2000 metros.
Al Noroeste, la frontera natural con Tailandia está formada por escarpaduras de arenisca, de orientación casi rectilínea, con las que termina bruscamente el altiplano de Khorat. Los pasos son numerosos, pero de difícil tránsito.
La margen oriental del país se ve afectada por las últimas prolongaciones de las cordilleras annamitas, que ocupan también, en buena parte, Vietnam del Sur. La altura media del altiplano oriental es modesta (200 - 300 mts.) al norte, donde se hallan las confluencias del Se Khong, del Se San y del Srepok; aumentan en el sur, donde, en la zona del alto Chlong, el Nam Lyr alcanza los 1108 mts.
En la parte centromeridional del país el relieve se acentúa más, llegando a los 1813 mts (Phnom Aural). Estas montañas, que aislan la cuenca central del golfo de Siam, comprenden varias cordilleras: los montes Cardamomos (Phnom Kravanh), tendidos del N.O al S.E, el Kirirom y la coordillera del Elefante, orientada de Norte a Sur.
Los montes de Cambodia meridional están completamente cubiertos de selva virgen: aún poco conocidos, oponen un gran obstáculo a las comunicaciones y presentan todavía, un elemento de aislamiento entre el interior y la franja costera.
A las alturas periféricas se contrapone la gran cuenca interior, que cubre las 3/4 partes del territorio del país. Se trata de una zona situada a pocos metros sobre el nivel del mar, unos 10 de promedio, y con elevaciones en varios puntos, en particular en la región central de los lagos (Pequeño Lago y Gran Lago o Tonlé Sap). Aquí, una numerosa serie de cursos de agua atraviesa la llanura y convergen en las pendientes del Dang Rek y de los montes Cardamonos hacia el Tonlé Sap, de 160 Kmts. de longitud y 35 de ancho.

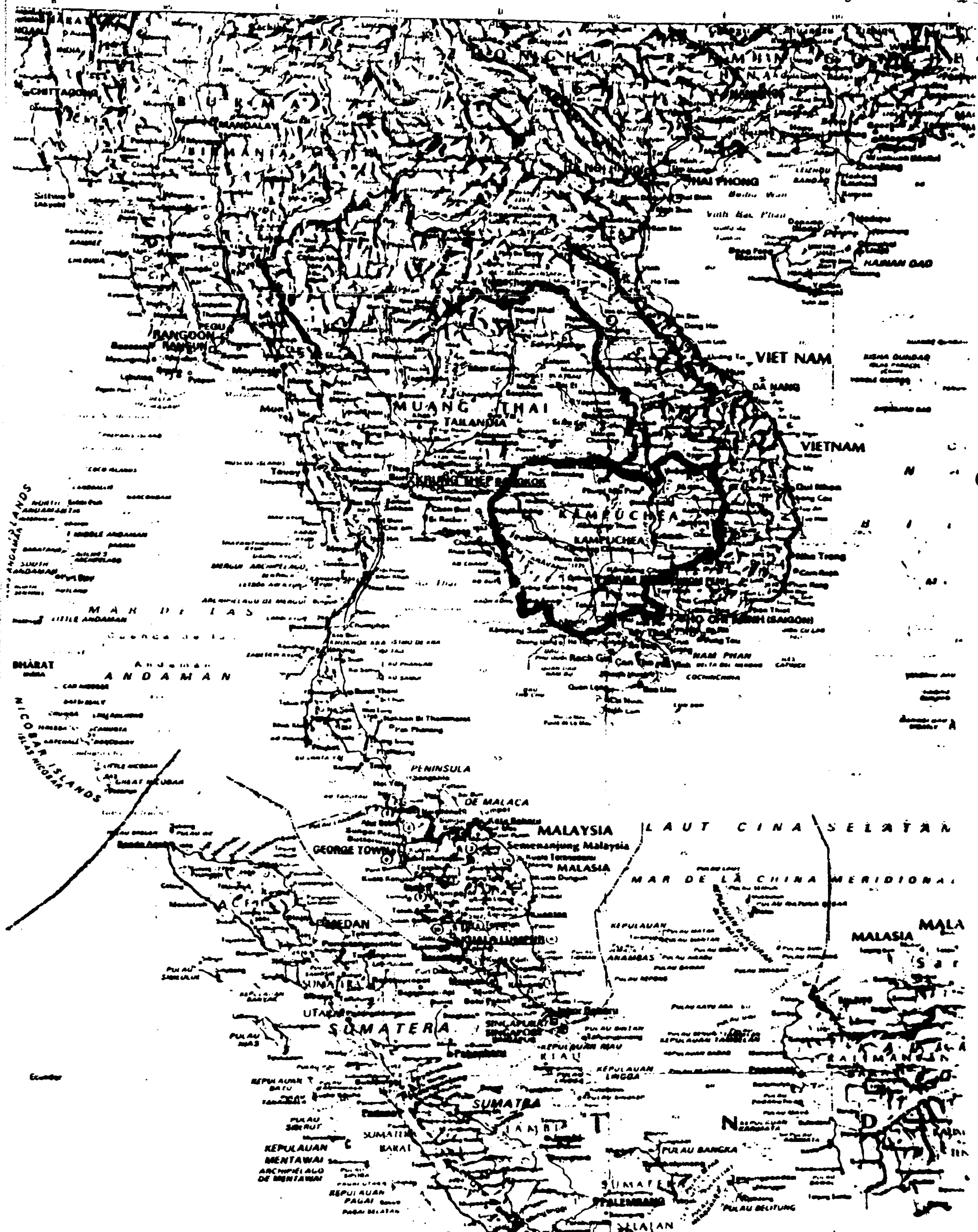
Aparece más elevada la llanura de Phnom Penh, a la cual separan pequeñas alturas de la de los Lagos que se comunican entre sí.
Además de la que se extiende en la parte central del país, entre las llanuras de Cambodia cabe destacar la franja costera, aislada por montañas y colinas. Formada por un conjunto de llanuras más o menos pantanosas, a veces cubiertas de manglares, esta franja se abre al mar en unas costas bajas, fangosas, recortadas en amplias bahías y con bajos fondos, todo lo cual contrasta con las dos puntas rocosas de Kep y de la península de Kompong Som.

4.- Comunicaciones

-Total de carreteras 13.351 kms, porcentaje de pavimentación es del 20% (1981). Muchas destruídas por las continuas guerras. Existe una vía que va del puerto de Kompong Som a la capital que está en buenas condiciones y es el único camino que va a la Z.A. del sur..
-Vias férreas: 612 kms (1989).
-La mayoría de los ríos son navegables contando con 1400 Kms. de vias fluviales.

B.- FACTOR POLITICO

-Según la Constitución de Junio 1981, el Poder Ejecutivo es ejercido por el Consejo de Ministros, nombrado por la Asamblea Nacional (123 miembros electos por sufragio), esta ejerce el Poder Legislativo y elije de entre sus miembros a un Consejo de Estado, cuyo presidente es el Jefe de Estado.
A partir del establecimiento de ésta constitución han ocurrido los siguientes hechos de relevancia:
* 1981: La Asamblea Gral. de la ONU vota a favor del Gobierno del Khmer Rouge. Las guerrillas antivietnamitas reanudan la lucha contra el Gobierno.
* 1982: Una ofensiva vietnamita no logra desalojar a las guerrillas del Khmer Rouge.


CHITTAGONG
MANDALAY
RANGOON
HAI PHONG
VIET NAM
DA NANG
VIETNAM
MUANG THAI
TAILANDIA
KAMPUCHEA
NAM PHAN
ANDAMAN
BHARAT
NICOBAR ISLANDS
PENINSULA
DE MALACA
MALAYSIA
Semenanjung Malaysia
MALASIA
GEORGE TOWN
MEDAN
LAUT CINA SELATAN
MAR DE LA CHINA MERIDIONAL
SUMATERA
SUMATRA
KEPULAUAN MENTAWAI
PULAU BANGKA
PULAU BELITUNG

06 9.2034/17

* 1985: Por séptimo año consecutivo, la ONU exige la retirada de las tropas extranjeras de Kampucheo y reitera el reconocimiento oficial acordado al régimen anterior.
* 1989: Se cambia el nombre del pais por el de Estado de Cambodia.También son cambiados la Bandera, el Escudo y el Himno Nacional.
  Queda abolida la pena de muerte (1/5).
  El Príncipe Sihanouk se reúne en Yakarta con Jefe del Gobierno de Phnom Penh para tratar pacificación del país (3/5).
  Vietnam completa la retirada de sus tropas de Cambodia (21, 26/9).
  El Frente Popular de Liberación Nacional Khmer, una de las 3 facciones rebeldes, lanza una ofensiva general contra las tropas del Gobierno (30/9, 4/10).
  Las facciones guerreras del conflicto aceptan una proposición de Tailandia para reanudar las negociaciones de paz (3/10).
* 1990: Los presidentes de los 2 Gobiernos del país firman un acuerdo en Tokio sobre el cese del fuego condicional. Para su entrada en vigor, es necesario el nombramiento previo de un Consejo Nacional de 12 miembros, a partes iguales (5/6).
* 1991: En mayo se decreta un cese del fuego entre el Gobierno, el Khmer Rouge y los 2 grupos no comunistas, el que se respeta parcialmente.
  En octubre en Paris con el marco de las Naciones Unidas se firma un acuerdo de paz.
  En este momento, además del gobierno constituído existen otros 3 grupos en pugna por el poder.
  Como resultado del mismo, la O.N.U. planea desplegar cerca de 22.000 efectivos militares, policiales, técnicos y administradores en Cambodia. Es ésta la más ambiciosa misión pacificadora que la Organización ha encarado. La operación está dirigida a poner fin a más de 20 años de guerra y supervisar la conducción de elecciones libres en 1993, se espera

que costará U$S 1.900 millones, el 30% de los cuales estará a cargo de los aportes de EE.UU a la O.N.U.

C.- FACTOR ECONOMICO.

1.- Agricultura

- De los 8.055.000 habitantes de Cambodia, irregularmente distribuidos por su territorio, la más significativa mayoria se dedica a la agricultura (80%), que proporciona el 40% de la renta nacional.
- Teniendo en cuenta las características físicas y climáticas del país, el cultivo más difundido es el arroz, que ocupa casi el 80% de los 3 millones de hectáreas cultivadas (cifra ésta que, a su vez representa el 16.5 % de la superficie total).
- A pesar de los vastos cultivos dedicados al arroz, la cosecha es relativamente reducida por la escasa productividad, tanto a causa de la pobreza del suelo como por el empleo de sistemas arcaicos.
- El arroz presenta en muchas regiones cáracter de monocultivo. Sin embargo en todas partes se plantan palmas de azúcar y también está bastante difundida la fruticultura.

2.- Ganadería

- Junto a la agricultura prospera la ganadería, cuyos productos aún no se han destinado a la alimentación, por lo menos directamente. Además del arroz, el campesino camboyano consume verduras y pescado: la carne no la incluye en su dieta, debido a que las reglas de la religión budista le prohiben matar cualquier animal de sangre caliente. Sin embargo, existen en el país dos millones y medio de bobinos y búfalos: una cabeza por cada tres habitantes.
Cuando resultan ya demasiados viejos para el trabajo, éstos animales se mantienen algún tiempo en engorde y luego se venden a los comerciantes musulmanes o a los chinos, que los sacrifican o los exportan aún vivos.

3.- Pesca

La importancia de la pesca es notable y la practican los mismos campesinos, más en las aguas dulces que en el mar. Gran parte de las capturas se consumen en fresco, pero otra buena cantidad se destina al secado o a la preparación de una salsa fermentada, especie de pasta de elevado valor nutritivo, que constituye el plato nacional camboyano.

4.- Otros

Al lado de los 3 millones de hás. cultivadas se extienden más de 13.000.000 de bosques, que corresponden a casi las 3/4 partes de la superficie total del país: las grandes zonas de aprovechamiento se encuentran en los alrededores de Kompong Thom y sobre todo de Kompong Cham y Kratie (Krachech), junto al río Mekong. La madera -unos 600.000 metros cúbicos al año en toda Camboya- se envia por flotación a la costa y, en su casi totalidad, se destina a la exportación.

5.- Industria

La industria contribuye a la renta nacional únicamente con el 16%: los recursos camboyanos de materias primas son, modestos y el proceso de industrialización puede considerarse aún en sus inicios.
Entre las iniciativas más importantes cabe señalar el incremento de la producción de energía eléctrica, que ha alcanzado un total superior a los 127.000.000 de kWh por año. Esta cantidad, empero es aún modesta, y apenas basta para el funcionamiento de algunas industrias básicas. Aparte el aprovechamiento de los ríos con fines energéticos, que suele presentarse difícil, el subsuelo no encierra hulla ni petróleo, por lo que la producción de electricidad constituye para Cambodia un problema nada fácil de resolver.
Actualmente, el panorama industrial incluye, además de las industrias que elaboran productos agrícolas y pesqueros (plantas envasadoras de arroz, destilerías,

pesquerías, manufactura de tabacos, aserraderos, hilanderías, una fábrica de pasta de papel), unas pocas instalaciones no relacionadas con la agricultura: una factoría de montaje de automóviles, una fábrica de neumáticos, otra de cemento, algunas industrias químicas y una refinería de petróleo (Kompong Thom). Cambodia depende aún de la importación para la mayor parte de los productos acabados.

6.- Comercio

El comercio reviste mayor importancia que la industria (más de una quinta parte de la renta nacional), y se muestra muy activo gracias a la red de comunicaciones fluviales. Estas se desarrollan, sobre todo,a través de los rios: así el Mekong es navegable hasta Kratié, el Tonié Sap hasta Kompong Chhnang y, durante el período de crecidas, la navegación penetra hasta Prusat, Battambang y Kompong Som. Hasta hace algunos años, pesó negativamente sobre el país la falta de un puerto marítimo eficiente, lo que obligaba a Cambodia a servirse de Saigón.
A partir de aquí, las mercancías seguían por el Mekong utilizando embarcaciones de poco tonelaje.
Con ayuda de los franceses, en una zona absolutamente virgen y desierta de la costa, se construyó el puerto de Kompong Som, con un calado de diez metros (excepcional en el golfo de Siam), unido a Phnom Penh mediante una moderna carretera.

D.- FACTOR SICOSOCIAL

1.- Población y estructura social

- El 80% de la población del país está constituido por individuos Khmer, que, a pesar de los numerosos cruces, sobre todo con los chinos, han conservado características sobresalientes: son relativamente altos (1.62 m), robustos, de tez oscura, frente amplia y cabellos con frecuencia rizados. Hablan el Khmer, un lengua bisilábica que adoptó, en tiempos antiguos, un alfabeto originario de la India meridional.

- Entre las minorías étnicas se pueden distinguir 3 grupos: los malayos y los chan, de religión musulmana instalados, sobre todo, a lo largo del Mekong; los vietnamitas (pescadores en los grandes lagos o campesinos de las plantaciones de hevea del Sudeste, cerca de la frontera con su país de orígen); y, por último, los chinos, los más asimilados, presentes en todo el territorio, pero, sobre todo, en la capital y en los centros más importantes.
- Dada la absoluta preminencia de las actividades agrícolas, la forma más difundida de asentamiento es la aldea, la casa aislada y los pequeños grupos de 2 o 3 viviendas familiares, ocupadas por campesinos emparentados entre sí.
- Las casas, nunca contiguas, son de pequeñas dimensiones; generalmente están constituidas por 2 cuartos más una cocina aislada, y todo el conjunto se eleva sobre el suelo para protegerse de las inundaciones.

2.- Ciudades

- La única gran ciudad es la capital, Phnom Penh, que cuenta con 800.000 habitantes (1989). Uno de sus problemas principales es el subempleo, aunque no se encuentran espectáculos de miseria habituales en las grandes urbes asiáticas.
- Después de Phnom Penh, la ciudad más populosa es Battambang, que no supera los 100.000 habitantes (en los suburbios cuenta con unos 80.000). Es un centro importante con instalaciones para el descascarado del arroz y en el confluye una buena parte de la producción nacional. Situado a poca distancia de la frontera con Tailandia, en el pasado ha sido muchas veces el eje de las luchas entre camboyanos y siameses.
- Otros centros notables son Kompong Cham (unos 30.000 hab.), a orillas del Mekong, a unos 70 kms de la frontera vietnamita; Kratié (Kracheh), también junto al Mekong, al N.O de Kompong Cham; y Siem Reap (10.000 hab.),al Norte a escasa distancia de Tonlé Sap.

9203417

3.- Salud y Bienestar Social

- La comida o la bebida contaminada es causa de diversas epidemias: cólera, diarrea, disentería, tifus, hepatitis, etc..
- Las picaduras de insectos son peligrosas. Por ejemplo la del mosquito puede causar malaria y fiebre dengue. Las picaduras de moscas pueden causar tifus y otras plagas.
- El calor, el sol y la humedad son causa de insolación, deshidratación y dolores de cabeza.
- Picaduras de serpientes, arañas y ciempiés pueden causar serias enfermedades.
- Por contagio se puede enfermar de influenza, meningitis, tuberculosis y sarampión. Existe un 80% de la población con malaria.
- Mordeduras de animales, monos y perros pueden causar rabia.
- Parásitos en el agua causan enfermedades varias.
- La esperanza de vida en los hombres es de 47 años y en la mujer de 49.

4.- Educación y Cultura

- El pueblo en general es gentil y amable.
- Existe un 52% de analfabetismo, hablan idiomas: Kmer (oficial), vietnamita, chino y francés (no oficiales).

5.- Religión

- Los KHMER son muy religiosos y practican las enseñanzas de una rama del budismo, la que no admite complejos sistemas metafísicos, y por ello puede considerarse una religión monoteísta o, si se prefiere, un modo de vida. Este se basa en un código moral que prescribe la no violencia, el perdón de los enemigos, la tolerancia, la recta intención, etc..

6.- Prensa

En 1989 existían 10 diarios, ningún semanario, 2 transmisores de T.V. y 7 de radio.

7.- Grupos Humanos

Se calcula en 370.000 los refugiados que viven en campamentos en la frontera con THAILANDIA.

E.- FACTOR MILITAR

1.- Organizaciones

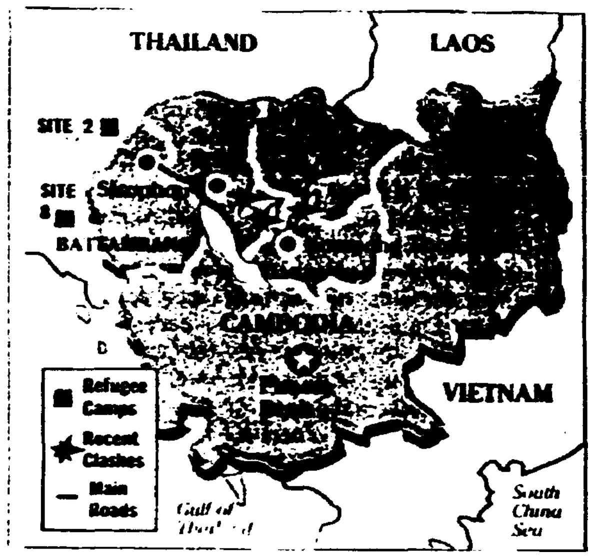
- El KHMER ROUGE, que gobernó desde 1975 a 1979 con POL POT a la cabeza, es militarmente el mejor grupo armado de los tres que operan en CAMBODIA.
- Se estima que el régimen de POL POT masacró a más de un millón de personas durante su gobierno, en un país donde la población cuenta con poco más de ocho millones de habitantes (1989). Con una ideología que demandaba prácticamente la destrucción de la civilización KHMER, que perduraba en CAMBODIA desde el año 600 D.C., los soldados del KHMER ROUGE mataron a prácticámente todos los profesores, maestros, funcionarios civiles y sacerdotes que encontraron en su camino. Aquellos que usaban gafas y sabían leer eran considerados intelectuales, y por tanto eliminados.
- CHINA apoyo desde siempre,militar y logísticamente a los KHMER ROUGE para que luchase contra el régimen vietnamita de PHOM PENH -capital de CAMBODIA-.
- Se calcula su número en 30.000 efectivos. Sus tropas están concentradas en las montañas CARDAMOMOS,en el Oeste de CAMBODIA.
- El Ejército Nacional Sihoanouksata (ENS), es liderado por el Principe SIHANOUK, y cuenta entre 15.000 y 18.000 hombres.
Es el más creible desde el punto de vista de la organización y efectividad. No es Comunista y puede llegar a tener un rol clave en las negociaciones de paz.
- El Frente Popular de Liberación Nacional KHMER (FPLNK), es liderado por el ex primer ministro camboyano SON SANN, y cuenta con 10.000 a 12.000 efectivos.

9203417

Es considerado inefectivo, comprometido en actos de bandolerismo, aunque su disciplina habría mejorado recientemente. EE.UU. estaría interesado en él.
- La República Popular de Kampuchea es el cuarto protagonista en el conflicto camboyano y fue instalada por los vietnamitas en 1979. Es encabezada nominalmente por el Presidente HENG SAMRIN, aunque es gobernada por el primer ministro HUN SEN de 38 años. HUN SEN es un ex cadete de los KHMER ROUGE que desertó a HANOI durante el régimen de POL POT.

2.- Acciones

- El KHMER ROUGE, intenta presionar por el control de la provincia central de KOMPONG THOM. Ha habido serios ataques en lo que va del año a numerosas villas y puestos armados alrededor de la ciudad de KOMPONG THOM y SIEM RIEP y en la cabecera del puente cerca de la frontera PREAH VIHEAR. En la Villa de SALA VÍSAY, unos 40 kms. al norte de la ciudad de KOMPONG THOM, aterrorizados los habitantes dejaron sus hogares para escapar de la guerrilla.
Se estima que el KHMER ROUGE, tiene un sofisticado plan para tomar las provincias del Norte y Centro del país. Algunas guerrillas ejercen ya el control administrativo en el área. Por otra parte analistas sostienen que la ONU está firme en el control y cualquiera sean las posiciones tomadas se veran forzados a retirarse.
Los cuatro grupos en disputa asienten en la llegada de los observadores de la ONU, para crear un clima político normal en las elecciones, pero el balance es frágil de cualquier manera.



- CAMPOS DE MINAS: existen en forma general en la frontera con THAILANDIA y en cualquier parte del territorio donde haya presencia de soldados.
En particular en edificaciones militares, rutas de entradas a áreas de amunicionamiento, en puentes y áreas circundantes, edificios abandonados, rutas y en los montes.

IV.- EFECTOS SOBRE NUESTRA MISION

A.- Durante los últimos 20 años la situación en la región se ha visto convulsionada, por ser el territorio de Cambodia escenario de guerras, guerrillas y ocupaciones. Al dia de hoy se presenta una situación de inestabilidad, la que parece difícil de ser superada pese a los acuerdos de paz realizados. Lo planteado puede llevar a que los plazos previstos para llegar a las elecciones en 1993, se alarguen por un considerable período de tiempo, afectando el cumplimiento de la misión.

B.- El factor geográfico, nos determina un país caracterizado por:
- Un clima tropical con altas temperaturas.
- Intensas lluvias durante largos períodos.
- La casi inexistencia de vías de comunicación entre las diferentes regiones, todo lo cual dificultaria el apoyo logístico particularmente en lo que atañe a la atención sanitaria, los desplazamientos y la adaptación al medio de los efectivos participantes.
- La moral de las fuerzas se ve afectada en forma negativa.

Y en definitiva el cumplimiento de la misión.

C.- La inexistencia total o parcial de recursos materiales necesarios para el apoyo logístico obligaría a que los mismos deban ser adquiridos en otros países.

D.- Desde èl punto de vista sicosocial, las diferencias de cultura, costumbres, idiomas y religiones dificultan el relacionamiento entre los efectivos del contingente y la población del lugar, pudiendo llegar a generarse conflictos.

E.- La situación militar está pautada por: acciones desarrolladas por los cuatro grupos en pugna, actos de bandolerismo,la existencia aislada de trampas cazabobos, minas u otros artefactos, afecta el normal desarrollo de la misión.

El C.J.E.
Tte. Gral.
JUAN M. REBOLLO.

DOCUMENTO OFICIAL
El Jefe Dpto.III DEL E.M.E.
Cnel.

PEDRO A. ZAMARRIPA.

CAMBODIA

ASIA

[illegible]

GEOGRAFÍA

En sus tres cuartas partes, el país está situado *en la extensa* cuenca del Mekong, en cuyo centro se encuentra el llamado Tonlé Sap o *Gran Lago. Las lla*nuras bajas están interrumpidas por algunas colinas. Al N y al E se extienden amplias *mesetas*, cubiertas de sabanas y bosques claros. Dominan esta zona los montes Dangrek *y los montes de* Cambodia, con los Cardamomos y la cordillera del Elefante (altitud máxima *en el Phnum Aôral*: 1.813 m). La población se concentra alrededor de los dos rasgos dominantes *del terreno*: el río Mekong y el Tonlé Sap, enorme depósito de agua que favorece el cultivo de *arroz. La agricultura* (arroz, caucho, pimienta, maíz, batatas, yuca) y la pesca son los pivotes de la economía del país. Los bosques de Cambodia son ricos en maderas. El clima es cálido y húmedo, *tropical*, de tipo monzónico.



FECHAS DESTACADAS

s. I- s. VI: *Fundación del Reino de Fu-nan por los khmer.*
802-850: Reunificación del país *por Jayavarman II; inicio del pe*ríodo Kambuya o Angkor.
ss. XII-XIII: Apogeo imperial y artístico de Kambuya • Construcción del templo de Angkor Vat y de la ciudad de Angkor Thom.
1431: *Penetración siamesa* • Abandono de la ciudad de Angkor por los khmer.
1434: Establecimiento de la capital en Pnom Penh.
➤ ***1492:*** *Cambodia, que fue asiento de la antigua civilización khmer, está habitada mayoritariamente por individuos khmer, que, a pesar de las invasiones, conservan su lengua bisilábica —que adoptaron desde antiguo, basada en un alfabeto originario de la India meridional— y las enseñanzas y la religión budista de la rama hinayana. Las minorías étnicas la constituyen grupos anamitas y chinos. El país, gobernado por el rey Ang Chen, vive una gran reorganización militar que le permitirá rechazar una nueva invasión siamesa.*
s. XIX: Protectorado compartido por siameses y vietnamitas.
1863: Establecimiento del protectorado francés.
1887: Incorporación del país a la Unión Indochina por los franceses.

Siglo XX
1941: Los japoneses *ocupan Cambodia* durante la II Guerra Mundial, pero mantienen la administración existente del gobierno francés de Vichy.
1945: *Disuelta la* administración colonial francesa por los japoneses, *el rey* Norodom Sihanouk proclama la independencia de Cambodia (12 mar.).
1946: Sihanouk suscribe un acuerdo con *Francia* que establece para Cambodia una monarquía autónoma dentro de la Unión *Francesa* (feb.).
1947: El rey Sihanouk promulga una constitución que establece *un parlamento bicameral*.
1949: Cambodia pasa a ser un Estado Asociado de la Unión *Francesa (nov.)*.
1953: Francia reconoce la soberanía de Cambodia.
1954: *Acuerdos de Ginebra*, que contemplan un sistema democrático abierto en Cambodia.
1955: *Sihanouk abdica en favor* de su padre, Norodom Suramarit, y organiza el Partido de la Comunidad Popular Socialista, que triunfa en las elecciones • En la Conferencia de Bandung, Isa., *Sihanouk acuerda la coexistencia con China*

1960: Al morir el rey Norodom Suramarit, Sihanouk asume inmediatamente la jefatura del Estado, aunque no el trono.
1965: Tras el bombardeo de una aldea por aviones de EU, el gobierno de Cambodia rompe relaciones con EU.
1967: Sihanouk asume poderes especiales • Insurgentes comunistas organizan el Khmer Rouge • La misión de EU en Pnom Penh obtiene el permiso de Sihanouk para impedir que los norvietnamitas utilicen el territorio de Cambodia como base contra Viet Nam del Sur.
1970: Sihanouk es derribado por un golpe de Estado dirigido por el Gen. Lon Nol (mar.) • Queda establecido en Beijing (Pekín) el gobierno de Sihanouk en el exilio • El gobierno de Lon Nol reanuda las relaciones con EU • Se establece la República Khmer (oct.).
1972: Es promulgada una nueva constitución • El Partido Social Republicano resulta ganador en las elecciones.
1974: Las guerrillas rechazan las proposiciones de paz de Lon Nol.
1975: Las guerrillas del Khmer Rouge lanzan un asalto final sobre Pnom Penh • Lon Nol vuela a Indonesia • El Comité Supremo provisional de la República Khmer se rinde al Khmer Rouge • Sihanouk es reinstalado como jefe de Estado • El Khmer Rouge captura al buque mercante estadounidense *Mayagüez*, pero éste es recuperado por infantes de marina de EU.
1976: Es aprobada una nueva constitución que cambia el nombre de Cambodia por el de Kampuchea Democrática • Sihanouk renuncia en favor de Khieu Samphan • Pol Pot deviene primer ministro • Es abolida la propiedad privada • La ciudad de Phnom Penh es evacuada • El sistema legal, educacional y monetario es desmantelado y los periódicos suspendidos.
1978: EU acusa al Khmer Rouge de haber masacrado a miles de ciudadanos para "destruir todo vestigio de la sociedad anterior".
1979: Tropas de Viet Nam ocupan la capital y derrocan al gobierno. Se proclama la República Popular de Kampuchea con un gobierno provietnamita • La ONU exige la retirada de las tropas vietnamitas, pero el acuerdo es vetado por la URSS • Pol Pot retiene el puesto de su país en el organismo internacional.
1980: El gobierno de Samrin es reconocido por la India.
1981: La Asamblea General de la ONU vota a favor del gobierno del Khmer Rouge • Las guerrillas antivietnamitas reanudan la lucha contra el gobierno.
1982: La ofensiva vietnamita no logra desalojar a las guerrillas del Khmer Rouge • Norodom Sihanouk, Khieu Samphan y Son Sann forman un gobierno de coalición en el exilio.
1984: Las fuerzas vietnamitas se apoderan del mayor campamento de resistencia khmer y obligan a unos 100.000 refugiados a escapar hacia Tailandia (25 dic.) • Tailandia y Viet Nam acuerdan establecer conjuntamente una zona desmilitarizada a lo largo de la frontera de Tailandia con Kampuchea, como consecuencia de las protestas tailandesas por las incursiones militares vietnamitas en su territorio.
1985: *Por séptimo año consecutivo*, la ONU exige la retirada de las tropas extranjeras de Kampuchea y *reitera el reconocimiento* oficial acordado al régimen anterior (nov.).
1989: *Se cambia* el nombre del país por el de Estado de Cambodia. También son cambiados la bandera, el escudo y el himno nacional. Queda abolida la pena de muerte (1 mayo) • El príncipe Sihanouk se reúne en Yakarta con el jefe del gobierno de Phnom Penh para tratar de la pacificación del país (3 mayo) • Viet Nam completa la retirada de sus tropas de Cambodia (21, 26 set.) • El Frente Popular de Liberación Nacional Khmer, una de las tres facciones rebeldes, lanza una ofensiva general contra las tropas del gobierno (30 set.-4 oct.). Las facciones guerreras del conflicto aceptan una proposición de Tailandia para reanudar las pláticas de paz (3 oct.).
1990: Los presidentes de los dos gobiernos del país firman un acuerdo en Tokio sobre el cese del fuego condicional. Para su entrada en vigor, es necesario el nombramiento *previo de un Con*sejo Nacional de doce miembros, a partes iguales (5 jun.).

GOBIERNO

Según la Constitución de jun. 1981, el Poder Ejecutivo es ejercido por el Consejo de Ministros, nombrado por la Asamblea Nacional (123 miembros electos por sufragio). Esta ejerce el Poder Legislativo y elige de entre sus miembros a un Consejo de Estado, cuyo presidente es el jefe del Estado.

Gobernantes (1945-91):
Época independiente: (Reino de Cambodia) 1945-55: Norodom Sihanouk; **1955-60:** Norodom Suramarit†; **1960-70:** Norodom Sihanouk; **(República Khmer) 1970-75:** Lon Nol; ***(Kampuchea Democrática)* 1976:** Norodom Sihanouk; **1976-79:** Khieu Samphan; **(República Popular de Kampuchea)**[1] **1979-89:** Heng Samrin; **(Estado de Cambodia)**[1] **1989- :** Heng Samrin.

[1]La ONU no ha reconocido a este gobierno; † Murió durante el reinado

El Tonlé Sap en la historia de [illegible]

[illegible] Jayavarman II (802-850). Fue él quien trasladó la capital al N del Tonlé Sap o Gran Lago. Precisamente, la utilización de este reservorio natural del río Mekong para mantener cultivos agrícolas durante todo el año data de esa época, cuando fue creado el complejo sistema de canales que desvía las aguas provenientes de las tierras altas y retiene las de las crecidas, que, durante la época de lluvias, cuadruplican la superficie [illegible] Tonlé Sap [illegible] los [illegible] población [illegible] el sistema de irrigación [illegible] edificios que componen [illegible] Angkor Vat, obra maestra de la [illegible] ra khmer (hoy casi en ruinas [illegible] la selva), fue realizada por [illegible] chos de los cuales eran prisioneros [illegible] guerra y tribeños montañeses [illegible]

1/3

0779201

VD POR PAPEL SIMPLE

Montevideo, 29 de abril de 1992.-

Of.SEINT (R) Nro.077/29/IV/92.- SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION

As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES" DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 77 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Navío (CG)

JORGE BERCIANOS

Jefe de la Secretaría de Inteligencia Naval

0779201 a 03.-

FECHA 15/9/92 ... hh.

Procesado ...

OBSERVACIONES

... 001/3

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada ...
Nº 164

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 07 MAYO 1992
Pasa a ANTECEDENTES
Nº de Orden 9203420

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha 7/5/92
Pasa a SDI
Nº de Identificación 9203420

APELLIDOS	NOMBRES	F. NAC.	LUGAR	CED. IDENT.	CRED. CIV.	DOMICILIO	OBSERVACIONES
ACEVEDO MENDEZ	MARIA MATILDE	TBO.				AGATAS 6754	
ACOSTA	ONIMAR BEATRIZ	110845	LAVALLEJA				
ALVAREZ RODRIGUEZ	MARIA EVA	230347	PAY.	3.975.982-0	BEB 6257	[illegible]	
AVILA VELOS	MARIA CRISTINA	230950	T. TRES	2.775.280-6	FEF 4008	[illegible]	
BALARTE COSTA	MARIA ELENA	190353				[illegible]	
BUENO AVILA	CRISTINA SEGUNDA	150872	T. TRES	3.271.126-7	FEF 7227	[illegible]	
BUENO AVILA	MARICEL MARIA					ANDRESITO Y [illegible]	
BUENO AVILA	VICTOR RAMON					[illegible]	
BUENO AVILA	ADAN ALBERTO					ANDRESITO Y [illegible]	
BUENO AVILA	VIVIANA MANUELA					[illegible]	
BUENO JIARA	RAMON ALBERTO	120148				ANDRESITO Y [illegible]	
CABRAL DE LA CRUZ	SILVIA BEATRIZ	120669	MDEO.	3.083.218-2	ACA 5782	[illegible]	
CABRAL DE LA CRUZ	HEBERT					[illegible] 1272	
CAVANNA CIRIBELLO	ALESSANDRA CLAUDIA	171272	MDEO.	2.618.090-1	BRA 40403	[illegible]	
CAVANNA CIRIBELLO	ANDREA PAOLA					YLLA 1672	
CAVANNA CIRIBELLO	AMADEA ROSSANA					[illegible]	
CAVANNA CIRIBELLO	ADRIAN ISABEL					YLLA 1672	
CAVANNA FALLABRINO	JUAN ALEJANDRO	300840	MDEO.		BRA 1272	[illegible]	
CIRIBELLO MORAS	ISABEL	290150	TBO.	1.478.160-0	ANA 4897	YLLA 1672	
CORREA LABARTE	MARIA JIMENA					[illegible]	
CORREA LABARTE	SEBASTIAN					[illegible]	
CORREA LABARTE	SERRANA GIOABLE	161072	MDEO.	3.802.356-1	BRA 41205	[illegible]	
CORREA PERALTA	JOSE SERGIO	220449	TBO.			[illegible]	
CROSA ACOSTA	MARIA ANTONIA	301045	C. LARGO				
CUELLO FERREIRA	NORA	010456	MDEO.	1.503.910-5	CDA 60532	[illegible]	
DE LA CRUZ OLIVERA	TERESA LIBERTAD					[illegible]	
FERRAZ CUELLO	HECTOR DANIEL					[illegible]	
FERRAZ CUELLO	GUILLERMO MARTIN					[illegible]	
FERRAZ CUELLO	GUSTAVO JORGE					[illegible]	
FERRAZ CUELLO	SANDRA LILIAN	301173	MDEO.	3.381.702-6	CDA 79274	[illegible]	
FERRAZ CUELLO	LUIS GABRIEL					[illegible]	
FERRAZ HERNANDEZ	LUIS	240662	MDEO.	1.043.737-8	BTA 9638	[illegible]	
GALLI ALVAREZ	LUCIA RENATA					[illegible]	
GALLI ALVAREZ	LAURA ROMINA					[illegible]	
GALLI ALVAREZ	HUGO ERNESTO					[illegible]	
GALLI ALVAREZ	LILIA ROSANNA	040469	PAY.		DFA 7191	[illegible]	
GALLI CABRERA	HUGO JESUS	121241	SALTO	3.530.663-9		[illegible]	
GONZALEZ ACEVEDO	CARLOS					[illegible]	2463302 FR. DUA 15401
GONZALEZ ACEVEDO	NELIDA MARGARITA	281168	MDEO.	1.916.926-3	BZC 2685	EJIDO 1293 AP.101	
GONZALEZ ACEVEDO	FLAVIO					EJIDO 1293 AP.101	
GONZALEZ ACEVEDO	NORMA					EJIDO 1293 AP.101	2463370 FR. BAA 29182
GONZALEZ ACEVEDO	MIGUEL					EJIDO 1293 AP.101	
GONZALEZ ACEVEDO	RAIMUNDO					EJIDO 1293 AP.101	
GONZALEZ ACEVEDO	MARIA					EJIDO 1293 AP.101	2403308 FR. BRA. 12530
GONZALEZ CABALLERO	CARLOS ENRIQUE					AGATAS 6754	
GRAVO REGIARDO	RUBEN RAMON	010150	ARG.	4.009.349-3		[illegible]	
LARRONDA	ANIBAL	020842	T. TRES				
LARRONDA ACOSTA	JULIO						
LARRONDA ACOSTA	ESTELA						
LARRONDA ACOSTA	LUIS FRANCISCO						
LARRONDA ACOSTA	WASHINGTON ALFREDO						

DOC. POCO LEGIBLE

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN — EDAD	CED. IDENT.	CRED-CIV	DOMICILIO
LARRONDA ACOSTA	JORGE ANIBAL				
LARRONDA ACOSTA	MARISOL	310771 MDEO	3.409-528-5	CME 6001	
MIGLIARINI BARDECIO	ITALO	120237 MDEO		BDB 18766	
MIGLIARINI SEMBLAT	DOMINGO				
MIGLIARINI SEMBLAT	ITALO				
MIGLIARINI SEMBLAT	ANA LAURA	270972 MDEO	3.485.853-4	CHG 7898	
MIGLIARINI SEMBLAT	RICARDO				
MIGLIARINI SEMBLAT	LUIS				
MONTERO	YOHANA CAROLINA	150371 MDEO	1.806.450-5	BTA 19456	
NADAL IDINI	ANTONIETA	130447 (ITALIA)		BUB 24437	
NUÑEZ LEON 1075142	EVANGELIO FR. LOA 19882				
NUÑEZ RODRIGUEZ	KARINA ELIZABETH	301273 R.NEGRO	3.825.595-4		
NUÑEZ RODRIGUEZ	ALICIA DINORHA				
NUÑEZ RODRIGUEZ	ANELLA POUREE				
NUÑEZ RODRIGUEZ	ANABEL IRIS				
NUÑEZ RODRIGUEZ	DAIANA NOELIA				
NUÑEZ SIGALES	HECTOR MARCELO	210168 MDEO			
RODRIGUEZ	IRIS	080546 MDEO			
SEMBLAT GALAN 2463386	MARIA CRISTINA	260743	1.541.407-2	BDC 1256	
SUAREZ	TILDA ROSA PC	260938 RIVERA	1.258.790-5	BAB 4550	
SUNA NADAL	ANDREA PAOLA	070174 MDEO	1.866.924-9	BLB 38303	
SUNA PIRIZ	HECTOR ELBIO	070947 MDEO			
VEGA CROSA	ALEJANDRA	380572 MDEO	2.661.510-4	BAB 52185	
VEGA CROSA	CLAUDIA				
VEGA CROSA	ALVARO				
VEGA DELGADO	RAUL ALVARO	150447 MDEO			

Pc. NUÑEZ, LEON, Evangelio 7447371 DOC. POCO LEGIBLE
Af. 15163 - 30/12/60
22 años
Tendero Portorio
Esposo y Hendero

Pc. SUAREZ de LOPEZ, Tilda Rosa
Af. 38812 - 20/1/69
30 años 7592041
Colon 1439.
Anselmo

ARCHIVO

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Montevideo, 5 de mayo de 1992.-

OF.SEINT (R) Nº 082/05/V/92.-

AS. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES DE INGRESOS"

RESERVADO

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA:- Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 60 personas que se mencionan en listados adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada y familiares de los mismos.

Saludo a usted atentamente.-

Capitán de Navío (CG) JORGE BERCIANOS
JEFE DE LA SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL

FECHA 17, 9, 92 ... AL 44

Procesado ...

OBSERVACI...

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada
Nº 165

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 07 MAYO 1992
Pase a ANTECEDENTES
Nº de 9203421

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha de Entrada 7/5/92
Pase a SDI
Nº. de Identificación 9203421

0013

FR. B2B. 42430

ALPINO MARTIN 2463255	ORESTES ~~GUSTAVO~~	MONTEVIDEO 18/X/57	
ALPINO PIÑA 2463243	ORESTES RAMON	MONTEVIDEO 09/V/27	FR. B2B. 18363
BALLESTE RODRIGUEZ	ELENA	T Y TRES 16/VIII/21	
BERNALES/SILVERA	URUGUAY		
BRUN	ANA CLAUDIA		
CALVO TARANASCO	JAVIER		
CALLEDO	ANIBAL		
CARDOZO PIREZ	BENICIO	52 AÑOS EN 1991	
CARDOZO PIRIZ	OLGA	RIVERA 23/XII/25	
CARDOZO TEMES	SUSANA	28 AÑOS EN 1991	
CASSINA	CARLOS		
COSTA NUÑEZ	CRISTINA	RIVERA 13/VII/48	
CUEVAS	NELSON	65 AÑOS EN 1991	
CUEVAS CHAMORRO	DANIEL		
CHAMORRO DELGADO	ELIDA	61 AÑOS EN 1991	
CHERRO	HUGO		
DA COSTA NUÑEZ	HUGO	40 AÑOS EN 1991	
DA COSTA NUÑEZ	MARIA DEL CARMEN	RIVERA 13/I/64	
DA COSTA NUÑEZ	MIGUEL ANGEL	RIVERA 01/IV/60	
DA COSTA NUÑEZ	JOSE LUIS	RIVERA 03/I/50	
DA COSTA SOSA	MANUEL JOSE	RIVERA 20/XI/17	
DE SOUZA SUAREZ	MIGUEL ANGEL	24 AÑOS EN 1991	
FERNANDEZ SILVA	RAUL		
FREITAS DA COSTA	SANDRA RAQUEL	TACUAREMBO 16/III/68	
GUEDES SOCA	RUBEN	41 AÑOS EN 1991	
LEMA JOSEPH	ANA MARIA		
MACHADO LAULLE	EDUARDO	30 AÑOS EN 1991	
MARTIN PEREZ	NORMA IRMA	MONTEVIDEO 15/I/32	
MENDEZ CUADRADO	ARTIGAS		
MORAIS CARDOZO	LUIS ENRIQUE	RIVERA 30/IX/62	2985588-8 AAB 8184
MORAIS CARDOZO	ROSEMARY	RIVERA 23/I/45	
MORAIS CARDOZO	JOSE CAMILO	RIVERA 16/IX/60	
MORAIS CARDOZO	GLADYS MAGDALENA	RIVERA 10/I/48	DOC. POCO LEGIBLE
MORAIS CARDOZO	LUIS ALBERTO	RIVERA 20/IX/55	
MORAIS CARDOZO	JOSE WASHINGTON	RIVERA 02/VIII/57	
MORAIS CARDOZO	EDITH PETRONILA	RIVERA 03/VII/50	
MORAIS PEREZ	SOCORRO	RIVERA 15/II/18	
MORLAN LUCIANI	GUSTAVO OSVALDO	24 AÑOS EN 1991	
NUÑEZ GONZALEZ	GENECIA	RIVERA 21/VII/27	
OLIVERA CABALLERO	ADEMAR	31 AÑOS EN 1991	
PALACIO	RUBEN		
PIRIZ BENTANCURT	OSVALDO ALBERTO	23 AÑOS EN 1991	
RIMOLDI VIGLIECCA	SUSANA MARIA	MONTEVIDEO 14/IX/33	
RODRIGUEZ DEL BONO	SANDALIO MATEO	MONTEVIDEO 21/IX/33	
RODRIGUEZ RIMOLDI	HECTOR EDUARDO	MONTEVIDEO 14/X/64	1889104-7 BJA23310
RODRIGUEZ RIMOLDI	ADRIANA MARIA	MONTEVIDEO 24/VIII/62	
~~RODRIGUEZ RIMOLDI~~	JORGE ENRIQUE	MONTEVIDEO 24/VI/67	
RUSCONI CORBO 2463324	MARIO	FR. B2B. 28131	

002

9203421
ACEVEDO DIAZ 2204
AVDA. SAYAGO 1163

SALVO HERRERA	MABEL				
SILVA BALLESTE	JOSE LUIS	CANELONES	12/V/61	1476269-8	DAA37632
SILVA SILVA	FELIPE SANTIAGO	C.LARGO	01/V/23		
SOÑORA RODRIGUEZ	DELIA PILAR	SAN JOSE	23/VII/57		
SOÑORA RODRIGUEZ	MARIA DEL HUERTO	1/1/014 – P.1 .OBA .4152.			
SOÑORA RODRIGUEZ	MARIA AMELIA				
SPADA	JOSE				
SPADA VARELA	MARIO	31 AÑOS EN 1991			
SPADA VARELA	MIGUEL	30 AÑOS EN 1991			
SUAREZ LOPEZ	BERTA				
VARELA	JUANA				

003 \ 3

Doc. Poco LEGIBLE

9203421

[illegible]

1/3.

0799201

([illegible])

Montevideo, 04 de mayo de 1992.-

Of.SEINT (R) Nro.079/04/ V/92.- SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION

As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES" DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 68 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

[illegible stamp]

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Navío (CG)

JORGE BERCIANOS

Jefe de la Secretaría de

Inteligencia Naval

0799201 a 03.-

27 7 92 hh

001 | 3

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada ...
Nº 166

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 07 MAYO 1992
Pase a ANTECEDENTES
Nº de 9203422

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
7/5/92
SIDI
Nº de ... 9203422

BERRIEL MATIANDA	SARA ILEANA	070932 MDEO			VENUS 3644
BERRUTI	HECTOR JUAN	160857 MDEO		AFB 1978	CALDAS 1558
BERRUTI DE CASTRO	FABIANA	300164 MDEO	1.275.358-4	BCA 87941	CALDAS 1558
BERRUTI DE CASTRO	HECTOR FRANCISCO	160666	1.691.454		CALDAS 1558
BERRUTI DE CASTRO	EDUARDO JAVIER	150368	1.691.455		CALDAS 1558
BERRUTI DE CASTRO	MARIA ALBA	311074	1.957.115		CALDAS 1558
CABRERA BELAZQUEZ	~~LUIS HUGO~~	210343 MDEO	1.097.798-6		
~~CABRERA GRANA~~	MIRTHA SUSANA	290565 ROCHA	2.947.861-4	EFA 11936	
CAMACHO PEREIRA	ROSA AMELIA	180365 MDEO	1.922.154-0	~~RPA~~ 16472	GIL 819 EDIF A AP 102
CORREA BERMUDEZ	MARIA GLORIA	160449 DUR.			CNO MENDOZA 4963
CRIGINEE CORREA	JACQUELINE DEL CARME	020672 CAN	3.388.999-8		CNO MENDOZA 4963
CRIGINEE CORREA	MARIA MARISOL				CNO MENDOZA 4963
CRIGINEE CORREA	CARLOS ANTONIO				CNO MENDOZA 4963
CRIGINEE GOMEZ	CARLOS ISRAEL	T. T.			CNO MENDOZA 4963
CURTI BERRIEL	MONICA				VENUS 3644
[illegible]	[illegible]	080460 MDEO	2.571.400-4	BRA 13069	VENUS 3644
CURTI BERRIEL	MARIA ISABEL				VENUS 3644
CURTI PARMA	JOSE PEDRO	121131 MDEO			VENUS 3644
DE CASTRO ZUBIA	MARIA EMILIA	301138 MDEO		BCA 31557	CALDAS 1558
DENIS LARROSA	ANNI GISSEL	290472 MDEO	2.549.571-1	BCD 6925	ETNA 5868
DENIS SOSA	CARLOS				ETNA 5868
DUARTE	MARIA DEL CARMEN	280139 MDEO	1.105.233-1		
DUARTE MADRUGA	MARIA MIRIAM	191252 MDEO	1.419.545-9	BBB 30754	MODENA 3844
ESTRAMIL CARABEL	JOSE MARIA				PASO ESPAÑOLA 5426
ESTRAMIL MONROY	ELELNA DELIA	090964 MDEO	1.973.771-1	BOB 27328	PASO ESPAÑOLA 5426
FERNANDEZ	ELOALDO DAMACIO	150330 MDEO	1.335.005-0		
FERNANDEZ LOPEZ	MABEL MARIA				
FERNANDEZ LOPEZ	ANA MABEL	280372 MDEO	1.102.663-5	BNB 47719	
FERNANDEZ LOPEZ	CAROLINA IRENE				
FERNANDEZ LOPEZ	FLOR DE LIZ				
FERNANDEZ LOPEZ	LAURENTINO				
FERNANDEZ LOPEZ	ELENA				
GARCIA	MARIO EDUARDO	051070 MDEO	2.057.749-5	KAA 32230	CARLOS ALBOS 774
GRAÑA	MILKA	160444 ROCHA	3.579.965-8		
LARROSA	NORMA LIRA				ETNA 5868
LEAL LEMOS	GLADIS	150444 RIV.	1.428.377-3	HAA 9415	R ORTIGUERA 3748
LOPEZ	MABEL	130348 MDEO	1.517.920-4		
MANUELIAN GONZATI	JOSE CARLOS	C.L.			R ORTIGUERA 3748
MANUELIAN LEAL	FABIANA				R ORTIGUERA 3748
MANUELIAN LEAL	MAURICIO				R ORTIGUERA 3748
MANUELIAN LEAL	JAVIER				R ORTIGUERA 3748
MANUELIAN LEAL	SANDRA MARIA	140169 MDEO	1.682.388-1	BNB 46471	R ORTIGUERA 3748
MARA	VERONICA JACQUELINE	100272 CAN	3.238.080-4		CRUZ DEL SUR 141 (SHANGRILA)
MIGUEZ PEREIRA	NORMA				CRUZ DEL SUR 141 (SHANGRILA)
MONROY	ISABEL	070931 CAN	1.809.098-9	BJA 61	PASO ESPAÑOLA 5426
NUÑEZ CURBELO	PRIMITIVO	250132 MAL		BDA 68426	
NUÑEZ DUARTE	STELLA MARIS	010661 MDEO	1.700.677-0	BGB 5781	D. MORA 7990
NUÑEZ DUARTE	CLAUDIA PATRICIA				D. MORA 7990
NUÑEZ DUARTE	MAIRA DEL LOURDES	270264			D. MORA 7990
NUÑEZ DUARTE	VICTOR EDUARDO	090962			D. MORA 7990
ROBELLO ACOSTA	WASHINGTON ALBERTO	150161 MDEO	1.682.986-7	BBB 5481	D. MORA 7990

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD	CED. IDENT.	CRED CIV	DOMICILIO
RODRIGUEZ PIPIZ	JUAN CARLOS	231261 FLO.	3.430.786-4	BPA 16603	GIL 819 EDIF. A AP. 101
SANCHEZ BARDESIO	NORMA				CALLE 20 MTS. NRO 2468
SANCHEZ BARDESIO	CARLOS				CALLE 20 MTS. NRO 2468
SANCHEZ BARDESIO	JORGE				CALLE 20 MTS. NRO 2468
SANCHEZ BARDESIO	JULIO				CALLE 20 MTS. NRO 2468
SANCHEZ BARDESIO	MARY MARISEL	311065 MDEO.	1.888.251-5	BRB 12126	CALLE 20 MTS. NRO 2468
SANCHEZ BARDESIO	VERONICA				CALLE 20 MTS. NRO 2468
SANCHEZ BARDESIO	ZULLY				CALLE 20 MTS. NRO 2468
SANTOS DUARTE	PAUL CIRILO				MODENA 3844
SANTOS DUARTE	VANESSA				MODENA 3844
SANTOS DUARTE	ANA KARINA				MODENA 3844
SANTOS DUARTE	RICHARD DANIEL				MODENA 3844
SANTOS DUARTE	RAUL ALEJANDRO				MODENA 3844
SANTOS DUARTE	CARMEN ELENA	021173 MDEO.	3.157.133-5	BDA 93931	MODENA 3844
SANTOS GONZALEZ	RAUL CIRILO	281249 MDEO			MODENA 3844
VARELA DOMINGUEZ	LETICIA EBELI	080173 MDEO.	3.358.318-0		20 DE FEBRERO 2835
VARELA MARTINEZ	RICARDO RAUL				20 DE FEBRERO 2835

DOC. POCO LEGIBLE

9203422

ARCHIVO 1/2

P.117.-

Montevideo,30 de Abril de 1992.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA TEXTIL

M.U.S.A: Santa Lucía y Marcelino Díaz; En el día de la fecha comenzaría a funcionar como una cooperativa de obreros.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

UNION DE TRAB.DE CUTCSA: En el día de ayer se reunieron en las terminales de la Empresa, donde se resolvió trabajar a reglamento de acuerdo al vigente de la IMM, consistente en: Ajustarse a máximos y mínimos de pasajeros, límites de velocidad. También se resolvió plegarse al Paro dispuesto para el día de la fecha retrasando las salidas y realizando una Asamblea a la hora 14.00 en el local de la FOT, en la que se trataría la desafiliación de la UTC de la FOT. También se tratará la propuesta de un Paro de 48 horas.-

A.S.C.O.T: Las cooperativas se adherirán al paro deteniendo sus tareas en el horario de 09.00 a 12.00.-

C.O.P.S.A: Detendrá sus tareas en el día de la fecha de 08.30 a 12.00 cubriendo los servicios con Servicio de Emergencia.-

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A: En el día de hoy realizará paro en el horario de 09.00 a 12.00 concurriendo una delegación a Agraciada y Ramírez en adhesión a los obreros del Espinillar, citándose a una Asamblea para el día 20/V/ en el local de la I.A.SAA.-

LANARO: Al no llegar a un acuerdo en la reunión tripartita realizada el 23/III/ en el MTSS, la situación permanece incambiada.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: Los obreros de este sector realizarán un paro de cinco horas en el día de la fecha en adhesión a los actos previstos para el día de la fecha.-

PLASTOLIT: Daniel Muñoz 1994; Debido al despido de un operario los 30 obreros de la fábrica resolvieron efectuar media hora [illegible] de paro por turno.-

HIBO PLAST: El Sub Grupo (Plásticos), se adhiere a las movilizaciones del 30/IV/ efectuando paro de 16.00 a 19.00, concentrándose frente al [illegible]; al respecto reunido el Cté de Base resolvió instrumentar la forma de trasladar las personas al acto, lo que se hará en camiones proporcionados por la UNTMRA.-

SUPERMERCADOS

MACRO MERCADO: Desde el 24/III/ 80 operarios de un total de 300 se encuentran efectuando paro con piquetes en la puerta del local.-

BANCA PRIVADA

A.E.B.U: (Sector Privado y Público) realizarán paro en el horario de 16.00 a 17.00 la zona hasta Río Negro desde Ciudad Vieja y desde Río Negro hasta Arenal Grande a partir de la hora 15.00.-

2) INFORMACION ESTATAL

FED.URUGUAYA DE MAGISTERIO: Para el día de la fecha está previsto un paro de 24 horas, en reclamo de un aumento mayor que el otorgado por el P.E.-

FED.DE FUN.DE SALUD PUBLICA: Se realizó la reunión Bipartita pasando a un cuarto intermedio hasta el 8/V/.-

ADES: No se realizó la Jornada Nacional de Profesores de Secundaria con reuniones y actividades informativas parciales debido a las inclemencias del Tiempo.-

MARCHA DEL ESPINILLAR

A la hora 10.00 ingresaron a Montevideo por el Puente La Paz llegando a la Plaza Colón en dos ómnibus y un camión. Posteriormente se trasladaron al Club LIBERTAD COLON (Vicuña y Daniel Zorrilla) dode descargaron sus pertenencias con el fin de pernoctar. El número de personas es de 50 aproximadamente. Para el día de la fecha concurrirían al acto el Agraciada y Freire y luego si el tiempo lo permite acamparán en la Plaza Lafone permaneciendo hasta el día 1/V/ donde concurrirían al Acto Central del 1ro de Mayo.

DEPARTAMENTO DE SALTO
MARCHA EL ESPINILLAR

En el día de ayer a la hora 00.00 partieron a la capital, 13 ómnibus con familiares y trabajadores del Espinillar, de los cuales tres vienen vacíos y que serán los que trasladarán a los que hicieron la marcha.-

//

CONSTANCIA
ACTO DE LA FEDERACION ANARQUISTA

En el Teatro Stella entre las 21.15 y las22.45, se llevó a cabo un acto de esta Federación al que asistieron unas 150 personas. Los oradores en términos generales se refirieron a la problemática de la juventud con respecto al estudio y el trabajo, así como la situación actual de la Central de Trabajadores, solicitando la formación de un Frente de las Clases Bajas que será quién dará solución a los problemas de los más carenciados.-

//
////////////////////////
////////////////////////
////////////////////////

E.118.-

ARCHIVO

Montevideo, 1 de Mayo de 1992.-

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA TEXTIL

M.U.S.A: Santa Lucía y Marcelino Díaz; La situación permanece incambiada.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

UNION DE TRAB. DE CUTCSA: En el horario matutino los turnos fueron normales en la tarde pararon parcialmente a las 15.00 sin reintegrarse.-

COOPERATIVAS: Tuvieron el 50% de adhesión.-

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A: Se realizó paro de 09.00 a 12.00 en adhesión a los obreros del Espinillar. Se citó a Asamblea para el día 20/V/a la hora 15.00.-

LAKARO: No se llegó a un acuerdo en la reunión Tripartita realizada el 23/IV/ en el MTSS.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: La adhesión al Paro del día de ayer fué total.-

BANCA PRIVADA Y PUBLICA

A.E.B.U: Este gremio se adhirió cerrando las cajas a la hora 15.30 en la zona Ciudad Vieja y a las 15.00 en las demás zonas.-

//

2)- **INFORMACION ESTATAL**

FED. URUGUAYA DE MAGISTERIO: El día de ayer realizaron paro de 24 horas en reclamo de un aumento mayor que el otorgado por el P.E. proyectando a su vez un paro de 36 horas para los días 12 y 13 de mayo.-

FED. DE FUN. DE SALUD PUBLICA: El día 8/V/ se levantará el cuarto intermedio. La próxima semana dará comienzo en todos los centros de trabajo las Asambleas y se trabajará a Reglamento.-

//

MARCHA DEL ESPINILLAR

A la hora 09.00 partieron del Club LIBERTAD COLON con dirección a Agraciada y Freire unas 450 personas. La misma a la altura de Agraciada y San Quintín fué de unas 1100 personas realizandose un acto contenido el que finalizó a la hora 11.30. Los concurrentes se retiraron en distintas direcciones mientras que los que componían la denominada Marcha del Espinillar se retiraron por Carlos Ma. Ramirez en Dirección a la Plaza Lafone. Posteriormente a las 15.30 partió una marcha de unas 150 personas con destino al MTSS los que portaban pancartas y hacían volanteadas. Al llegar al Ministerio realizaron canticos y golpeteos de manos y cortaron el transito. A la hora 16.30 un total de 90 omnibus de la empresa Cutcsa hicieron acto de presencia en el lugar pasando con sus unidades por la calle Juncal, con las luces encendidas y tocando bocina. Posteriormente comenzó la parte oratoria por parte de un integrante de la UNAA y uno que ocupa un cargo del PIT-CNT. Finalizando el acto y retirandose en actitud pacifica las personas concurriendo a los fogones instalados en Plaza Lafone.-

//

//////////////////////////

//////////////////////////

//////////////////////////

DOC. POCO LEGIBLE

2.118.-

ARCHIVO

Montevideo, 1 de Mayo de 1992.-

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA TEXTIL

M.U.S.A: Santa Lucía y Marcelino Díaz; La situación permanece incambiada.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

UNION DE TRAB. DE CUTCSA: En el horario matutino los turnos fueron normales en la tarde pararon parcialmente a las 15.00 sin reintegrarse.-

COOPERATIVAS: Tuvieron el 50% de adhesión.-

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A: Se realizó paro de 09.00 a 12.00 en adhesión a los obreros del Espinillar. Se citó a Asamblea para el día 20/V/a la hora 15.00.-

LANARO: No se llegó a un acuerdo en la reunión Tripartita realizada el 21/IV/ en el MTSS.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: La adhesión al Paro del día de ayer fué total.-

BANCA PRIVADA Y PUBLICA

A.E.B.U: Este gremio se adhirió cerrando las cajas a la hora 15.30 en la zona Ciudad Vieja y a las 15.00 en las demás zonas.-

//

2)- **INFORMACION ESTATAL**

FED. URUGUAYA DE MAGISTERIO: El día de ayer realizaron paro de 24 horas en reclamo de un aumento mayor que el otorgado por el P.E. proyectando a su vez un paro de 36 horas para los días 12 y 13 de mayo.-

FED. DE FUN. DE SALUD PUBLICA: El día 8/V/ se levantará el cuarto intermedio. La próxima semana dará comienzo en todos los centros de trabajo las Asambleas y se trabajará a Reglamento.-

//

MARCHA DEL ESPINILLAR

A la hora 09.00 partieron del Club LIBERTAD COLON con dirección a Agraciada y Freire unas 450 personas, la misma a la altura de Agraciada y San Quintín fué de unas 1100 personas realizándose un acto en el que finalizó a la hora 11.30. Los concurrentes se retiraron en distintas direcciones mientras que los que componían la denominada Marcha del Espinillar se retiraron por Carlos Ma. Ramírez en Dirección a la Plaza Lafone. Posteriormente a las 15.30 partió una marcha de unas 150 personas con destino al MTSS los que portaban pancartas y hacían volanteadas. Al llegar al Ministerio realizaron cánticos y golpeteos de manos y cortaron el tránsito. A la hora 16.30 un total de 90 ómnibus de la empresa Cutcsa hicieron acto de presencia en el lugar pasando con sus unidades por la calle Juncal, con las luces encendidas y tocando bocina. Posteriormente comenzó la parte oratoria por parte de un integrante de la UNAA [illegible] del PIT-CNT. Finalizando el acto y retirándose en actitud pacífica las personas concurriendo a los fogones instalados en Plaza Lafone.-

//

DOC POCO LEGIBLE

001/1

ARCHIVO

1/8

I.119.-

Montevideo, mayo 2 de 1992

//

1)- INDUSTRIA DEL ACEITE

ACEITERAS [illegible] DEL URUGUAY: [illegible]

Desde el 30/IV/ se encuentra ocupada por 100 personas, donde no están comprendidos los Administrativos, ante la posible compra de la Empresa y el envío del 50% del personal al Seguro de Paro, con falta de seguridad que la nueva Patronal los [illegible]. Cabe señalar que en la fecha, ante solicitud de la Patronal al Ministerio del Interior, estaba previsto el desalojo de la Planta.-

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.: El 20/V/ a partir de la hora 15.00' está prevista una Asamblea en el local de la IASA.-

TERRENOS OCUPADOS

BARRIO CASABO: Prosiguen ocupados los terrenos pertenecientes al / Ministerio de Defensa Nacional.-

CASTRO Y CHIFLET: Se mantiene la ocupación en los mismos.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

P.I.T.-C.N.T.: En el día de ayer entre las 16.15' y las 17.30' // aproximadamente se desarrollaron los actos del "Día Mundial de // los Trabajadores", cuyo informe se adjunta por cerdón separado.-

//

2)- INFORMACION ESTATAL

SIN NOVEDAD

//

Doc. Poco Legible

Montevideo, 1ro. de mayo de 1992.-

REF.:Se informa sobre el desarrollo del Acto de conmemoración del "Día Mundial de los Trabajadores", realizado en la Av. del Libertador Brig. Gral. Juan A. Lavalleja desde Colonia al Palacio Legislativo.-.-.-.-.

TEXTO:
Con motivo de la celebración del "Día Mundial de los Trabajadores", en Av. del Libertador desde Colonia hasta el Pcio. Legislativo, se llevó a cabo un acto organizado por el PIT-CNT.
El estrado estaba estaba construído sobre la Av. del Libertador casi Colonia, midiendo de 10 a 12 metros de largo por 4 de ancho, el que lucía en su fondo un cartel de 8 por 5 mts. dividido en dos mitades; en la mitad izquierda con grandes letras se leía "1ro. DE MAYO. PIT-CNT y en la mitad derecha, en su parte superior decía "URUGUAY, SI" y en la inferior: "SALARIO", "TRABAJO" y "SEGURIDAD SOCIAL"; teniendo su frente hacia el Pcio. Legislativo y luciendo a su pié las banderas del Sind. de F.U.N.S.A.; U.T.A.A., M.P.P., S.U.N.C.A. y Fed. Anarquista.
Al comenzar el acto, en forma provocativa, desafiante unas 200 personas, en su mayoría jóvenes, forzaron toda la estructura organizativa y colocaron al pié del estrado una enorme bandera de la UTAA, junto con ellos, aprovechando la confusión, tambien lo hizo un grupo de "anarcos" de la Organización denominada "ESPARTACO"; tambien, se acercaron unas 30 personas al límite que marcaba el cordón de seguridad del estrado, portando fotos de los desaparecidos.-
COMISION ORGANIZADORA: Carlos CURBELO (AUTE) Propaganda; Jorge SILVANO (FOT) Organización y Ruben VILLAVERDE (FFOSE) Finanzas.-
LUGARES DE CONCENTRACION PREVIOS AL ACTO:
1.- CURVA DE TAVARES:
Pza. 25 de Mayo (La Teja); Agraciada y Freire.-
Gremios que concentran: FFANCAP, UOC, COT, OSAMI,STIQ, SUTEL y CUTIP.-
2.- AGRACIADA Y GRAL. FLORES:
Gremios que concentran: AOEC, SUTEL, SUA, AUTE, SOIMA, FOL, SUTCRA y FOEYMA.-
3.- UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA:
Gremios que concentran: SUNCA, AFUR, SAG, UAOEGAS, ADEOM, FUS y FUM.-
4.- MILLAN Y CASTRO: comprende zonal 13 Sayago, Peñarol y Pque. Posadas.-
Gremios que concentran: FOEB.-
5.- 8 DE OCTUBRE Y CURVA DE MARONAS:
Gremios que concentran: FED.DEL CAUCHO y UOC.-
6.- GRAL.FLORES E INDUSTRIA:
Gremios que concentran: UNTMRA y FOT
7.- CRUZ DE CARRASCO:
Gremios que concentran: SUNCA y FOICA.-
8.- CIUDAD VIEJA:
Gremios que concentran: SUTEL, SUANP, SUNTMA, AOEGAS y AEBU.

Desde los distintos lugares de concentración señalados, se partió entre las 14:00 y 14:30 horas, arribando a los lugares asignados sobre la Av. del Libertador próximo a las 15:30 estimándose en su totalidad, unas 3.000 personas aproximadamente; las que se sumaron a las que en cantidad de 1.500 a 2.000 se encontraban en la zona en forma dispersa. Este público se caracterizó por:

..//

DESARROLLO DEL ACTO:

A partir de la hora 15:00' , tal como estaba prevista comienzan a converger grupos de personas que van sumándose pudiéndose estimar a la hora 15:30' una cifra aproximada a las 1.500 personas, distribuidas en forma no organizada .-

El acto propiamente dicho dió comienzo con la participación de la murga Falta y Resto; luego de lo cual se hizo referencia a la parte oratoria y adhesiones en forma genérica para que a las 16:15' horas irradiar el Himno Nacional-

16:20' horas: se llevó a cabo un minuto de silencio por los fallecidos sindicalistas: ETCHEVARRIA (UNTMRA), DUARTE (ADEOM), y ZAPIN (FOICA).-

16:23' horas: da comienzo la intervención en la oratoria del acto del invitado especial Leonel GONZALEZ, perteneciente al Cté. Ejecutivo de la CTC (Central de Trabajadores de Cuba). Resumen de la intervención:

a) Saludo y presentación.-
b) Referencia a la situación actual Cubana (Bloqueo).-
c) Mención a la situación internacional (Desintegración de la URSS).-
d) Ultimas desiciones atribuídas al Presidente de los EEUU.-
e) Aspiraciones del proceso Revolucionario Cubano, destaque de los principales logros obtenidos; determinación de continuar la lucha en base de la "Solidaridad" se le reclama a sus similares uruguayos.-

16:35' horas: segundo orador Gustavo GONZALEZ (FUCVAM).-

Resumen de la intervención:

a) Referencia a la historia del 1ero. de Mayo
b) " " a como la marcha de El Espinillar resulta el mejor homenaje a los mártires de Chicago;- destaque de la Intersocial que incluye a los Jubilados, a los trabajadores y a los desalojados demostrando una capacidad de respuesta al Gobierno y al Pte. de la República.-
b) Llamado a la unidad no solo de la Intersocial si no de todos los sectores.-
c) Homenaje a la lucha de todos los trabajadores que en esta coyuntura que atraviesa el País demuestra lo claro es defender la unidad ; a título de ejemplo especial reconocimiento al "Compañero Cubano" que lo presediera en el uso de la palabra, culminando su alocución culminando su alocución con un llamado a todos los del país a " LUCHAR HASTA VENCER".-
d) Reitera que la respuesta debe ser necesariamente la lucha, la movilización en "DEFENSA DE LA FUENTE DE TRABAJO"; resaltando el valor de la Unidad como vía de solución ; reitera con otras palabras el mismo concepto.-

16:48' horas: tercer orador Richard DE LOS SANTOS (Integrante de la marcha de El Espinillar).-

a) Comienza con un saludo en nombre de los compañeros de Bella Unión , Pueblo Constitución, Belén , Paylana, etc.-
b) Desarrolló los motivos de la marcha de 500 Kms. y la actutud con que fueron siendo progresivamente apoyados a su paso por los diferentes puntos de la marcha. - Enfatiza que interpreta de que esta es una forma de lucha reivindicativa conjunta no nueva entre "PUEBLO Y TRABAJADORES" ; Reconocimiento a la invalorable adhesión y apoyo que se recibiera del PIT.CNT, y de las diferentes organizaciones sindicales que fueron envontrando en su marcha admitiendo que sin estas formas de apoyo no hubiera sido posible concretar la marcha .-
c) Esta marcha deja la enseñanza una vez mas de que : "SE PUEDE SI SE ACTUA CON FIRMEZA Y UNIDAD".-

... ///

///...

Enumeró los tres rechazos que simbolizaba la referida marcha.-
Finalizando esta oratoria este pide,solicita,(lo reitera), que se continúe el apoyo y la adhesión y al mismo tiempo reconoce el orgullo personal que le ha significado el intervenir como orador y en tan trescendente oportunidad.-
El mismo finaliza despidiéndose en forma conmovida y emocionada utilizando una frase que se hiciera famosa con el Movimiento Revolucionario Cubano la cual adoptada por todos los simpatizantes de esta causa "ARRIBAN LOS QUE LUCHAN".-

16:55' cuarto orador : Hugo DE MELLO (Integrante de la Mesa Representativa del PIT..CNT.-)

a) Comienza realizando lo que considera un necesario homenaje a "LOS MARTIRES DE CHICAGO", igualmente incluye una refrencia histórica a los "HEROES AMERICANOS DE LA CLASE TRABAJADORA". Seguidamente(se entiende conveniente resaltar por que implica una definición política-ideológica), expresó que debía incluirse especialmente entre estos últimos a aquellos que simbolizaron con su entrega hasta la muerte el protagonismo de la "LIBERTARIA", nombrando a León DUARTE,Gerardo GATI, y Gerardo CUESTAS, lo que motivo algunos silbidos, dado que este último fue un reconocido dirigente del P.C.U. , para nada ideologicamente compatible con los antes mencionados.-

b) A continuación formuló un duro ataque al Gobierno y a su política económica-salarial, y volvió a reiterar que la forma de defenderse, de defender al movimiento obrero era recordando a esos conductores.-
También brevemente interpretó , que habían sabido homenajear los estos 150 "compañeros" que realizaran la marcha; concluyendo de acuerdo a su visión que "luchando se puede".-

c) Finalizando reiteró varias veces el concepto "luchando se puede vencer a los que quieren entregar a la soberanía" recordó nuevamente que la actual lucha de la clase trabajadora mantiene la vigencia de aquellos caídos en su defensa, los mártires de Chicago y el deber ineludible de recordarlos , si ellos fueran un ejemplo , es nuestro desafío enfrentar a los que quieren entregar al país y a su soberanía.-
Retomó el tema global de la problemática sindical analizando en este órden los siguientes temas:*la problemática económica nacional e internacional.-
* La intervención del F.MI. y sus"inposiciones";
* La nueva rebaja salarial propuesta ;
* La denominadas leyes de urgencias que impulsa el Gobierno;
* Su constitucionalidad ó no;
* La situación de la Enseñanza, la salúd;
* Cooperativismo,
* salario ;
* promover la defensa de la canasta salarial, recomendando la no firma de los convenios a largo plazo;
* para finalizar visiblemente emocionado y enumerando a dirigentes fallecidos y vivos, citando las principales empresas en conflicto y vivando al conjunto obrero en su conjunto culminando con la frase atribuida a Ernesto CHE GUEVARA: "HASTA LA VICTORIA SIEMPRE".-

....////

////....

17:20' horas quinto orador: Carlos CURBELO (AUTE)
El mencionado integrante de la Mesa representativa del PIT CNT, al igual que el anterior comenzó su alocución por señalar que compartía plenamente lo expresado por quien lo presediera;
-anuncia que deberá abreviar su oración limitando la proclama a la que debía dar lectura;
- se disculpa ante quienes redactaron a la misma e intenta justificar su actitud teniendo en cuenta la hora y el tiempo que llevaban los asistentes siguiendo el desarrollo del acto;
- en forma esquemática entonces se refirió :
proyecto de reforma del estado uqe calificó "liquidadora del Estado Uruguayo";
- También lo calificó como un proceso anti-nacional cuya urgencia - (5 de julio) condiciona su discución y al mismo tiempo las formas de neutralizarlo ;
- enfatiza la necesidad de impulsar el Referendum comomecanismo válido el propósito del Gobierno del "Vender al País";
- hace referencia a que se apelará al "Movimiento Popular", y a los ejemplos de lucha que en el interior se vienen dando, por ejemplo, Juan Lacaze, Rosario, Paysandú, Bella Unión , Canelones , etc.;
- Solicita públicamente el apoyo de la "Comisión de Defensa del Patrimonio " y enfatiza que hay que acompañar lo actuado por ésta con una campaña que permita discutir un criterio de " Globalidad" de los conflictos;
- Reconoce que el movimiento sindical no posee un planteo organizado, estructurado, admitiendo que por el momento se ven obligados a desarrollar una lucha puntual ;
citando como ejemplo la movilización resuelta por la "Mesa Representativa" para los días 12 y 13 de los corrientes de 36 horas en defensa de la plataforma Seguridad Social, Reforma del Estado, por salarios dignos, Defensa de la Fuente de Trabajo;
- Finalizando por rechazar la declaraciones de los voceros del Gobierno que condenan los paros aduciendo que los mismos implican la pérdida de un jornal;
- llamando a afirmar y renovar el compromiso de la masa trabajadora del pueblo uruguayo para con el pueblo Cubano, reafirmando el concepto de que la autodeterminación de los pueblos es una sola y debe ser reconocida y defendida por todas las Democracias ;
- Advierte seguidamente la falta de sensibilidad que caracteriza a las autoridades Nacionales para comprender las necesidades populares;
Advierte el riesgo del Golpe de Estado Militar como respuesta a la lucha popular en la defensa de su bienestar citando los casos de Perú y Venezuela;
- Reitera que el camino que se busca es por medio del "Movimiento Popular" , rechazando la violencia;
- Y señalando que la <u>unidad</u> es para enfrentar el Imperialismo , y la fórmula es <u>Unidad-Solidaridad-Lucha-</u> ;
- Enfatizó que no se excluiría a nadie , se llamaría a todos a participar en un gran"<u>encuentro por Soluciones</u> " ;
- Así mismo todo debería estar apoyado en la lucha en la unidad, de las movilizaciones para culminar vivando al Movimiento Obrero Nal. al PIT CNT, y al 1ero. de Mayo.-

PALABRAS PRONUNCIADAS POR EL DIRIGENTE DE LA C.T.C. MIGUEL GONZALEZ EN REPRESENTACION DE LOS TRABAJADORES CUBANOS.-

" Trabajadores uruguayos, hermanos compañeros del PIT-CNT. Vengo de la Cu-
"ba que lucha, que resiste y de la Cuba que triunfa. Traigo de los traba-
"jadores y del pueblo de Cuba el saludo, el cariño y el abrazo para los
"trabajadores uruguayos. Traemos nuestro cariño por el pueblo y la clase
"obrera uruguaya, que ha demostrado por más de 30 años, la solidaridad
"con nuestra lucha. Cuba hoy, pese a todo a lo que argumentan las grandes
"campañas patrocinadas por los Imperialistas, avanza en el camino que ele-
"gimos hace más de 30 años. A los uruguayos, no hay que decirles mucho,
"lo que ha significado el bloqueo económico que durante más de 30 años,nos
"han impuesto fundamentalmente, no sólo el bloqueo a productos, sino que
"han tratado de quitarnos, para nosotros lo más importante, la solidaridad
"y la hermandad dr los pueblos latinoamericanos. Pero no lo han conseguido
"porque cuando algunos hoy dicen que Cuba está sola, nosotros les decimos
"que nunca antes hemos tenido más solidaridad dentro de los pueblos de
"América; que lo que tenemos hoy. Hoy por ejemplo ..... hoy cuando dicen
"que estamos solos, más de 300 sindicalistas de más de 40 países, están
"participando allá en nuestro pueblo con los trabajadores, celebrando el
"1ro. de Mayo, celebrando el triunfo de los trabajadores en el poder. Cla-
"ro, los enemigos de la Revolución, los enemigos del pueblo y de los tra-
"bajadores cubanos, hoy más que nunca, se aprovechan de las adversidades
"que ha provocado el desmantelamiento del campo Socialista y la desintegra
"ción de la Unión Soviética para hacer más férreo el bloqueo contra noso-
"tros. El pasado 18 de abril, el Presidente Bush ordenó el embargo aún mu-
"cho mayor y decretó que los barcos que surten los puertos cubanos, no pue
"den surcar puertos Norteamericanos y recientemente el Senador Demócrata
"Torricelli acaba de enviar al Congreso, una Ley en que más que injuriar al
"pueblo de Cuba, injuria al resto de los países, cuando dice, que el que
"yude a Cuba no tiene que ir a buscar nada de las migajas que entrega el
"Imperialismo. De eso se aprovechan hoy, de las dificultades que hemos te-
"nido. Yo les quiero decir, que pese a esas dificultades, emanadas precisa-
"mente del desmoronamiento del campo Socialista y de la desintegración de
"la Unión Soviética como gran País multinacional, nosotros estamos recibien
"do solo la mitad del petróleo del que recibíamos hace solo un año, estamos
"recibiendo muy pocos cerealès, muy poco algodón y hemos sentido muchas res
"tricciones en las materias primas y equipos. Sin embargo, los trabajadores
"cubanos, el pueblo cubano no se amilana, porque tenemos una obra de más de
"30 años, tenemos un pueblo culto, tenemos un pueblo con una salud envidia-
"ble, tenemos un pueblo que ama la cualtura y el deporte (aplausos); porque
"de nosotros pueden decir muchas cosas, pero lo que no pueden negar, ni en
"el propio seno del Imperialismo, lo que no pueden negar, es que hemos he-
"cho una obra social que no existe en ningún otro País, porque tenemos -y
"no lo digo yo que soy representante de los trabajadores cubanos- lo dijo
"recientemente Magnamara, cuando dijo que ojalá en Washington la Capital de
"los EE.UU. hubiera un sistema de salud como el que hay en Cuba. Estas son
"las cosas, estas obras sociales que nosotros tenemos, lo que ha hecho la
"Revolución por los trabajadores y el Pueblo, es lo que hace que hoy, pese
"a las dificultades, nuestro pueblo sigue adelante, nuestro pueblo trabaja,
"no hay un solo desocupado a pesar de estas duras restricciones, no hay un
"sólo niño sin escuela, ni hay un solo ni;o sin hospital y sin medicamentos.
"Y esa es la obra que hemos tenidoodurante estos años. Y yo les aseguro,
"hermanos trabajadores uruguayos, que nuestro pueblo, no ési digo:solo está
"dispuesto a resisitir hasta las últimas consecuencias, sino que tenemos
"las condiciones por la obra de estos 30 años, no sólo para resisitir, sino
"para avanzar cada día más y para vencer, como le corresponde a un pueblo
"que durante más de 30 años ha demostrado lo que és la dignidad Nacional,
"porque nos podrán acusar de muchas cosas, pero nadie nos podrá decir nunca
"que ~~somos~~) no somos dueños de nuestro País, que mandamos en nuestro País
"y para aquellos que dicen que tenemos Dictadura, yo les contesto que sí,
"que tenemos Dictadura del Pueblo en el Poder, la Dictadura de los trabaja-
"dores en el Poder. Esa es la Dictadura que hay en mi País (aplausos)
"Pueden estar seguros, compañeros, que conforme hoy recibimos acá la solida-
"ridad de nuestros hermanos uruguayos, nunca vamos a desfraudar esa confian-
"za y esa solidaridad que tienen nuestros hermanos latinoamericanos con no-
"sotros y hoy, más que nunca, podemos asegurarle que estamos triunfando, que
"no hemos cedido ni un apice y que nuestro pueblo sigue firme al lado de su
"Revolución y de su Fidel. Gracias compañeros uruguayos".-

****

NOVEDAD Nro.281:- **INTERIOR: ACTOS 1ro.de MAYO.-**

En virtud de realizarse en todo el país actos con motivo del festejo del Día de los Trabajadores, esta Oficina solicitó a las distintas Agencias del interior comunicaran los detalles de los mismos, recabándose la siguiente información:

TREINTA Y TRES: El acto se desarrollo en Plaza 19 de Abril desde las 15.30' horas hasta las 16.25 con un publico de [illegible] personas. Hicieron uso de la palabra Alfredo **BATISTA** de Ademu y Elias **FERREIRA MARTINEZ** del PIT-CNT local.-

FLORES: A la hora 11.00' se encendieron en el Parque Centenario 15 fogones en torno a los cuales se agruparon los distintos gremios. A la hora 15.50' se improviso una oratoria a cargo de Jose **HARGUINDEGUY** del PIT-CNT local y Miguel **BARRERA** del PIT-CNT de Montevideo.-

El público máximo asistente a la oratoria fue de 100 personas ya que en el parque habia mucha gente que aprovechó el feriado para ir a pasar el día.-

A la hora 18.30 se habia retirado gran parte del público permaneciendo algunos trabajadores, la mayoria de los cuales se encontraban en estado de ebriedad.-

RIO NEGRO: El acto se llevo a cabo en la Plaza Constitución desde la hora 14.30' hasta las 16.15' con un publico de 400 personas.-

Hicieron uso de la palabra Ramon Ricardo **RODRIGUEZ** de la Asoc. de Jubilados, Pedro **GAGAUZ** de la Asoc. de Colonos de Tomas Berreta, Fulco Rogelio **DUNGEY** del Sunca, Adolfo **BERTOLI** del PIT-CNT y José María **FYNN** del Plenario Intersindical de Rio Negro.-

FLORIDA: La actividad consistio en una "matinada" en el local de la Casa de los Trabajadores sita en Ituzaingó y Antonio Fernandez. La hora de comienzo fue a las 10.30' y finalizó cerca del mediodia. Hizo uso de la palabra J. **LARRAMENDI** y la concurrencia fue de 50 personas.-

..//

...

CANELONES: En la ciudad de Canelones el acto tuvo lugar en el Parque Artigas desde la hora 13.00' hasta las 15.50' con una concurrencia de / 400 personas. Hicieron uso de la palabra Jorge **ALAMO** del Plenario Intersindical local y Alcides **LANZA** del PIT-CNT.-

LAS PIEDRAS: Se realizó en la intersección de Garibaldi y Gral.Artigas desde las 15.50' hasta las 17.10' con la presencia de 250 personas. Leyeron adhesiones y se retrasmitió en directo el acto central de Montevideo.-

SAN JOSE DE CARRASCO: Lugar: Rivera y Alvear frente al local de Aute y Sutel. Concurrieron 100 personas desde la hora 15.50' hasta las 17.50' donde también se leyeron adhesiones y se retrasmitió el acto de Montevideo.-

En el resto del Departamento sin novedad.-

MALDONADO: Lugar: Plaza San Fernando de Maldonado. Hora de comienzo a las 14.00' finalizando a las 16.00'.- El público fue de 60 personas y desconocen los oradores ya que no fue enviado servicio.-

RIVERA: El acto se desarrolló en la Plaza Internacional desde las 15.50' hasta las 17.30' contando con 200 personas.- Hablaron: Jesus **SILVERA** de Ademu, Carlos **TRINIDAD** por los Papeleros, José Luis **SAMPALLO** Brasileño del Sindicato de Profesores y Hector Artigas **HEREDIA** por Aute.-

DURAZNO: Lugar: 18 de Julio y Lavalleja. Comienzo a las 16.30' y finalización 18.30'. El público máximo fue de 100 personas e hicieron uso de la palabra: Omar **DIAZ** de Pluna, Angel **BATALLA** del PIT-CNT y Francisco **ALVAREZ** de Ademu.-

Finalizó el acto con un espectáculo de Canto Popular.-

PAYSANDU: Lugar: Plaza Artigas. Hora comienzo 15.30' finalizando a las 17.30'. Público máximo 500 personas. Oradores: Hermes **PASTORINI** de Paylanas. Alfredo **SANCHEZ** de la Comisión Nacional Pro-Referendum y Lirio **RODRIGUEZ** del FIT-CNT.-

LAVALLEJA: Lugar Plaza Libertad. Hora comienzo 11.30' finalizando 12.10'. El público fue de [illegible] personas y el único orador fue J.**CORTIZZO** del PIT-CNT.-

007

SALTO: El acto se llevo a cabo en el Club [illegible]. La hora de comienzo fue a las 10.55' finalizando a las 11.35. El publico se calculo en 200 personas siendo los oradores: Carlos **OXLEY** de Aute, Roberto **PEREZ HORTESI** de la Comisión Nal. Pro-Referendum y [illegible] **FERNANDEZ** del PIT-CNT.-

920342

..//
el acto a las 16.00' horas finalizando a las 17.05' contando con una concurrencia de 150 personas. Hablaron: Julio Cesar **PICCA BUSCHIAZZO** Presidente de los Textiles y Oscar **LOPEZ** del PIT-CNT.-

SAN JOSE: Lugar Plaza Treinta y Tres Orientales. Hora comienzo 17.40' finalizando a las 18.20'. El público fue de 160 personas e hicieron uso de la palabra Tomas **PEREZ** del Untmra, Juan **PORTILLO** del Pletrama(Plenario de Trabajadores Maragatos) y José **GARCIA** tambien del Pletrama.-

CERRO LARGO: El acto tuvo lugar en la calle 1ro. de Mayo de Melo. La hora de comienzo fue a las 11.00' finalizando a las 12.10'. El público asistente fueron 60 personas. Los oradores: Carlos **HERNANDEZ** del PIT-CNT, Susana **DALMAS** de Sutel, Osiris **FERREIRA** del PIT-CNT y Gomez **LEIVA** tambien del PIT-CNT.-

Durante toda la tarde siguieron las actividades con campeonatos de futbol, truco, canto popular, etc.-

SORIANO: En Mercedes el lugar elegido fue la Plaza Independencia. La hora de comienzo a las 17.45' y finalización a las 19.30'. El publico que asistió fue de 250 personas y hablaron: Luis **ARAUJO** de Aebu, Alberico **AUNDI** de la Comisión Nacional Pro-Referendum, Roque Edison **ARREGUI MANZANO** del Plenario Intersindical local y Alberto **MELGAREJO** del PIT-CNT.-

ROCHA: Lugar Plaza Independencia. Publico máximo 300 personas. La hora de comienzo fue a las 19.30' finalizando a las 20.55'. Hablaron: Patricia **MIRAGLIA** de Disse, Cristina **DEBAT** de la Seguridad Social y Ruben **VILLAVERDE** del PIT-CNT. El maestro de ceremonias fue Jorge **MEGO VIGUE** empleado Judicial.-

Una vez terminada la parte oratoria continuó un espectáculo de Canto Popular.-

TACUAREMBO: Lugar Centro del Barrio Nro. 1(Complejo Habitacional), comenzó a las 15.00' horas finalizando a las 19.00'. Oradores Sergio **SESTAU** Edil, Pricio **BARBOZA** de Ademu y Eduardo **SILVEIRA** del PIT-CNT.-

El publico fue de 500 personas y finalizó con Canto Popular.-

****

ARCHIVO

P.130.-

Montevideo, mayo [illegible] de 1992

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA ACEITERA

ACEITERAS [illegible]:(García de Zúñiga Nro.3509) se procedió en el día de ayer al desalojo de la Planta, por parte de la Fuerza Pública, encontrándose en ese momento unas 30 personas,- mujeres y hombres-, labrándose el acta de entrega. Dicho desalojo se produjo a partir de la hora 07.30' sin que se registraran incidentes.-

TERRENOS OCUPADOS

BARRIO CASABÓ: Prosigue la ocupación de los terrenos del Ministerio de Defensa Nacional, por parte de 387 familias.-

[illegible] CASTRO Y [illegible]: Se mantiene la ocupación por parte de 50 familias.-

//

2)- **INFORMACION ESTATAL**

SIN NOVEDAD

//

001 | 1

ARCHIVO

1/1.

R.121.-

Montevideo, 7 de Mayo de 1992.-

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.: Está prevista para el día 20/V/ está prevista una Asamblea por parte del gremio en el local de la I.A.S.A.-

OBRA AMPLIACION HOSP.PEREIRA ROSSELL: Continua en conflicto al negarse la patronal a la creación de una mesa de negociación.-

LAMARO: La situación permanece incambiada al no llegar a un acuerdo en la reunión tripartita realizada en el MTSS.-

TERRENOS OCUPADOS

BARRIO CASABO: Continua la ocupación de este terreno propiedad del Ministerio de Defensa Nacional.-

ENRIQUE CASTRO Y CHIFLET: Continua la ocupación de este terreno.-

//

2) **INFORMACION ESTATAL**

FED.DE FUN.DE SALUD PUBLICA: El día 8/V/ se levantará el cuarto intermedio.-

//

001 | 1

2.121.-

ARCHIVO

Montevideo, 6 de Mayo de 1992.-

//

1)- INFORMACION GREMIAL

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A: Esta prevista para el día 20/V/ una Asamblea en el local de la I.A.S.A. para estudiar la situación del gremio.-

AMPLIACION HOSP. PEREIRA ROSSELL: Sin variantes.

LANARO: La situación permanece incambiada.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: Hoy se realizará una [illegible] reunión en el Consejo de Sala rios.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

FED. OBREROS DEL TRANSPORTE: En el día de la fecha se llevará a cabo un Plenario de delegados a la hora 16.00 en el local del SUATT (Paraguay 1943) donde se estudiará la propuesta de un paro de 48 horas.-

UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA: En el día de ayer se reunió el ejecutivo de este gremio, donde se estudió la forma en que se realizaría el paro a "reglamento", en caso de que se apruebe esta medida.-

A.N.E.R.M.: Entre la hora 11.00 y las 12.00 se realizó un acto en la Plaza Independencia, donde se depositó una ofrenda floral al pié del monumento al prócer donde se reunieron unas 40 personas las que se dispersaron en forma pacífica.-

//

2)- INFORMACION ESTATAL

FED. DE FUN. DE OBRAS [illegible]: En el día de hoy a partir de la hora 11.00 se realizará una Asamblea en el local de la AEU, donde se tratará la reestructura sobre el personal excedente, Ajuste Salarial y medidas [illegible]. Desde las 08.30 de hoy y hasta las 12.00 se realizarán paros en la Secc. Cobranzas de OSE con la realización de una Asamblea en su local en [illegible] Crespo 2256.-

MESA SINDICAL COORDINADORA DE ENTES: En conferencia de prensa realizada en el día de ayer se informo: que se rechaza cualquier aumento que rebaje los salarios-y dar comienzo en el día de hoy a paros de 2 horas por turno en: AUTE de 11.30 a 13.00 con concentración frente al Palacio de la Luz. SUTEL de 12.00 a 14.00 en su Sede Central, el día 7/V/ en el local Aguada en el horario de 09.00 a 14.00 y de 15.00 a 17.00 y de 21.00 a 23.00 horas. El 8/V/ realizarán paro el resto de las Secciones pertenecientes a ANTEL en el horario de 08.00 a 10.00. ANCAP donde las 09.00 para reunirse en el local de la IASA, para definir como se va a participar de las movilizaciones. AUTE el día 9/V/ se realizará el Congreso Nacional de Delegados para solicitar las medidas a tomar. AFCAP realizará paro a partir de la hora 10.30 con Asamblea para resolver las medidas de lucha.-

FED. DE FUN. DE SALUD PUBLICA: El día 8/V/ se levantará el cuarto intermedio.-

C.O.F.E.: Hoy a las 18.00 se realizará la reunión de la Mesa Representativa en su local sindical.-

HOSPITAL MACIEL: El día 7/V/ a la hora 20.00 se realizará una Asamblea General Extraordinaria en el Palacio Peñarol donde se tratará: la licencia extraordinaria de los Administrativos, liquidación de sueldos por [illegible] dicción y condición de trabajo médico.

HOSPITAL PEREIRA ROSSELL: El 7/V/a la hora 19.00 se realizará una Asamblea la cual será con Asistencia Obligatoria la que se efectuará en el Edificio Sud America donde se tratará la situación económica de CASMU y medidas adoptadas por la Junta Directiva.-

//

DOC. POCO LEGIBLE

001

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 2 de febrero de 1992

En la Argentina vivieron quince jerarcas nazis

Al menos quince oficiales y jerarcas nazis, muchos de ellos buscados por crímenes de guerra cometidos contra la población judía de Europa entre 1930 y 1945, ingresaron al país entre ese año y 1950 amparados por el gobierno argentino, que les otorgó documentación y les facilitó su ocultamiento.

La llegada de refugiados de guerra alemanes al país tuvo como límites exactos el principio y el final de la guerra. En diciembre de 1939, a poco más de tres meses de iniciada la Segunda Guerra, los sobrevivientes del acorazado de bolsillo **Admiral Graf von Spee** acompañaron por las calles de Buenos Aires los restos de su capitán, **Hans Langsdorff**. Después de hundir su nave para no rendirla ante los ingleses que la esperaban a la salida del puerto de Montevideo, **Langsdorff** condujo a los jóvenes tripulantes de su buque a Buenos Aires y el 19 de diciembre de ese año **se suicidó en el Hotel de los Inmigrantes** envuelto en la bandera imperial alemana, y no en la de la marina de guerra donde flameaba la cruz esvástica. **Igual, sus admiradores porteños lo despidieron con el brazo derecho alzado en el clásico saludo nazi.**

Casi seis años más tarde, todo había cambiado. El nazismo había sido derrotado; Berlín había caído en manos rusas y **Hitler se había suicidado junto a su flamante esposa, Eva Braun**, después de matar a su fiel perro ovejero alemán.

El 10 de julio de 1945, a más de dos meses de terminada la guerra en Europa, **un submarino alemán emergió sorpresivamente frente a las costas de Mar del Plata: el U-530**. Un mes y una semana más tarde, otro submarino hizo lo [illegible] **submarinos había llegado** la plana mayor del nazismo hasta la versión de que las bodegas de los **"lobos grises"** alemanes acercaron al país las toneladas de oro que, luego, no dejaban caminar a **Juan Perón** por los pasillos del Banco Central [illegible] crar a los polacos de Low el 2 de julio de 1941. Meses después, en setiembre, llegó **Ante Pavelic**. Vestido como sacerdote, eludía la acusación de haber asesinado a ochocientas mil personas.

Eduard Roschmann llegó a la Argentina en octubre de 1948. Según sus documentos, era **Friederich Wegner**. Entre 1941 y 1944, en Riga y Letonia lo conocían mejor como **El carnicero** por los cuarenta mil judíos muertos por sus órdenes y, muchos de ellos, por su propia mano.

En marzo de 1949, con su nombre pero con otra nacionalidad, ingresó al país **Joseph Schwammberger**. Fue a vivir a San Isidro. Los aliados lo acusaban de matar a quince mil judíos en los campos de concentración polacos.

Dos meses después ingresó al país un tal **Helmut Gregor**. El nombre ocultaba la identidad de **Josef Mengele**, acusado de los más espantosos experimentos médicos sobre seres vivos y de asesinar a más de cuatrocientos mil judíos. También en 1949 llegó a la Argentina el teniente general de las SS **Ludolf von Alvensleben**, que tres años después obtuvo la carta de ciudadanía argentina. Estaba acusado de matar a cinco mil judíos. **Franz Rademacher**, con captura pedida por los tribunales de Nüremberg, ingresó al país en setiembre de 1952, condenado en ausencia por colaborar con **Martin Bormann**.

También vivió en la Argentina **Willy Kurt [illegible]**, especialista en aviación, diseñador del primer Fokker Wulff 44-J "Stieglitz" fabricado en el país bajo licencia de la empresa alemana. **En 1951, Kurt se abrazó a Juan Perón** en el Aeroparque de Buenos Aires, al presentar el Pulqui **II un moderno avión a [illegible]**

También dedicado a la aviación, contratado por Industrias Aeronáuticas y Mecánicas del Estado, vivió en el país un nazi confeso: **Hans Ulrich Rudel**, conside[illegible] de la Luftw[illegible]



tral, la incógnita sobre la presencia de los U-Boat en el sur de América del Sur quedó en eso, en un enigma.

De todos modos, tal como afirma en su libro de próxima aparición, Los nazis en la Argentina, el periodista Jorge Camarasa, las autoridades argentinas se apresuraron a decretar que "a bordo de la citada nave —por el U-530— no llegó ningún político ni militar alemán" y que antes de la rendición "no llegó a la costa argentina ninguna persona procedente de la embarcación".

Desde entonces, el aluvión. A principios de 1945, bajo la identidad de un sacerdote carmelita, llegó al [illegible] Eichmann, ex SS acusado de masa-

POCO LEGIBLE

02-02 920343/

Los influyentes amigos del Gobierno

Hacía tiempo que una reunión de gabinete no se desarrollaba en un clima tan optimista y, por momentos, eufórico como la del jueves último. Cuarenta y ocho horas antes, el director gerente del Fondo Monetario Internacional, Michel Camdessus, tras una conversación de cinco horas y media con Domingo Cavallo, difundió una declaración personal cuyos términos bien podrían envidiar quienes en el cortejo oficialista de Buenos Aires no ahorran ditirámbicas lisonjas cuando se refieren a la gestión económica.

Lo inédito de ese documento para el estilo austero del organismo financiero internacional

> **La extensa declaración de Camdessus no fue tanto una definición sobre la marcha de la economía cuanto un decidido respaldo al gobierno de Carlos Menem**

venció, inclusive, la reticencia de los medios comúnmente más exigentes con el ministro de Economía, seguramente desorientados por lo ocurrido en Washington. Pero la sustancia de la extensa declaración de Camdessus no fue tanto una definición sobre la marcha del plan económico cuanto un decidido testimonio de adhesión y respaldo político al gobierno de Carlos Menem. Al menos, ése fue el efecto que produjo aquí.

En ese orden, la Argentina está cosechando las consecuencias de sus relaciones con los Estados Unidos, como se advierte en el acompañamiento que las gestiones de Cavallo tuvieron en el secretario del Tesoro, Nicholas Brady, un padrinazgo que, sin desmerecer la gestión del ministro, expresa el interés de la administración republicana en que las cosas marchen bien en Buenos Aires. Durante la reunión del gabinete, el Presidente valoró esa situación y hasta hubo quien advirtió una *relación positiva* con la participación en la Guerra del Golfo.

Los hechos apuntados no concuerdan, por cierto, con la visión restrictiva que se ha tenido aquí de nuestra situación interna durante el primer mes del año. La escapada de los precios, el incesante debate sobre casos de corrupción que invariablemente salpica al Gobierno y las internas oficiales de las que el ministro del Interior ha debido reconocer que en algún lado las hay, si bien no entre sus colegas del gabinete.

Mientras tanto, como contrafigura de lo expuesto, la imagen argentina en el exterior ha ido revirtiéndose hasta en las mismas publicaciones donde hace un tiempo parecía la de una realidad política irrecuperable. ¿Qué ha ocurrido para que esto último sea así? Sin duda, lo que más impresiona a la opinión pública de Occidente y sus medios es la evolución de la economía y, a partir de ese dato, se elaboran en buena medida otros juicios de valor.

Hasta aquí, todas las circunstancias señaladas fuerzan a reiterar lo que parece entre nosotros un patrón de medida muy difundido en nuestra sociedad: la valoración de la circunstancia económica ocupa un casillero diferenciado de otros factores por los cuales el Gobierno mantiene deudas políticas con la ciudadanía. En tales condiciones, el Presidente y sus ministros no parecen tan inquietos por lo que la oposición –ignorante públicamente de lo que ocurrió en Washington– considera persistentemente que son las cuestiones prioritarias del país.

Juliá y las razones de Menem

Durante los recientes días, la situación del brigadier general José Juliá ha dado lugar para demostrar cuán fácil es en la Argentina que se produzca una tormenta en un vaso de agua. Lo curioso es la escasa o nula repercusión que entre la clase política ha tenido este caso que, repentinamente, despertó de un profundo sueño de seis meses, impulsado nuevamente por el brigadier Tomás Rodríguez y, sobre todo, por el pedido de procesamiento del fiscal de la causa, Gustavo Bruzzone, en cuyo alegato se advierte una dureza tal que, vista desde un cristal político, colocaría al jefe del Estado Mayor General de la Fuerza Aérea ante el requerimiento ético de alejarse del cargo. La Fiscalía Nacional de Investigaciones Administrativas –como recordó el ministro Erman González– ya se había pronunciado antes por el sobreseimiento de Juliá, lo que en la balanza de

> **"Si Juliá cae antes de que la Justicia se pronuncie –explicaba el jefe del Gobierno–, debemos prepararnos para los ataques que sobrevendrán, primero contra funcionarios y, después, contra los propios ministros".**

una opinión pública madura debe suscitar un equilibrio que sólo el juez Martín Irurzun podría alterar.

En tales condiciones, el presidente Menem fue muy claro cuando –como se afirma– aconsejó al jefe de la aeronáutica militar que retuviera su solicitud de retiro, movida por el deseo de no convertir su caso en un posible escándalo político. "Si Juliá cae –explicaba el jefe del Gobierno a uno



José Juliá y Carlos Menem

de sus colaboradores después de la reunión del gabinete– y eso ocurre antes de que la Justicia se pronuncie, debemos prepararnos para la sucesión de ataques que sobrevendrán, primero contra funcionarios y, después, contra los propios ministros". Menem había lamentado antes en una declaración pública que su ex secretario Miguel Angel Vicco hubiera quedado sin derecho a la defensa.

Ese criterio presidencial, adornado por la frase "nos quieren voltear a los mejores, como en un Pin Pan Pun de feria", se da la mano con la advertencia del senador Eduardo Menem, quien simultáneamente predijo acciones "para tratar de desplazar a gente que está al lado del Presidente".

¿Adónde va Aráoz?

"El peronismo de Córdoba se encuentra en un estado de dispersión a la búsqueda de una brújula partidaria que reorganice el partido con miras a las elecciones de 1993 y 1995", piensa Julio César Aráoz, agregando que su actual líder, José Manuel de la Sota, no es esa brújula y, por lo demás, "se ha ganado un descanso". Pero las opiniones del ministro de Salud y Acción Social no terminan ahí. A poco de asumir su cartera en medio de las expectativas justicialistas, y cuando De la Sota anunciaba su decisión de abandonar la embajada en Brasilia para retomar directamente los hilos del partido en Córdoba, Aráoz no tuvo reparos en proclamar que "quien por dos veces fue derrotado no está en condiciones de intentar competir una tercera", alusión descarnada a los severos reveses infligidos por Eduardo Angeloz.

Sin parsimonia y con muy relativa cautela, el ministro ha comenzado a recorrer el camino no demasiado complicado que le permita sustituir al desgastado líder del peronismo cordobés, algo que Carlos Menem observa con beneplácito y en torno de lo cual ya ha cruzado algunos comentarios con el propio Aráoz, cuya estrategia se apoya en una ingeniería política

> **Sin parsimonia y con muy relativa cautela, Aráoz ha comenzado a recorrer el camino que le permitirá sustituir al desgastado líder del peronismo cordobés**

que tiene por eje su gestión en el segundo *ministerio* del Gobierno, donde piensa permanecer, si no tiene tropiezos políticos, hasta 1995, cuando se pondrá en juego nuevamente la gobernación de su provincia.

Si todo ocurre como el ministro de Salud y Acción Social calcula, sus aspiraciones serían beneficiadas por la muy probable candidatura de Eduardo Angeloz a la presidencia de la Nación.

"Mi destino está escrito", suele decir Aráoz a quienes lo secundan, dando a entender que su suerte viene echada desde que Menem observó cómo se desenvolvía al frente de la conflictiva intervención federal en Tucumán, llevando virtualmente en andas al bisoño Ramón Ortega. Fue entonces cuando el jefe del Gobierno lo habría estimulado con la oferta del ministerio que ocupa, "puerta grande para volver a Córdoba", como señalaba el viernes con entusiasmo quien más se ha distinguido hasta ahora, junto a Aráoz, en ese proyecto de ingeniería política.

Una embajada que perturba

En los próximos días, el embajador argentino en Chile recogerá la

incómoda cosecha de sus inoportunas declaraciones de Santiago. Antonio Cafiero confesó allí en un reportaje periodístico sus inquietudes presidencialistas, pero no sólo eso, sino que, tentado por la notoriedad donde los secretos de la política argentina son generalmente desconocidos, llegó a decir que el programa económico del gobierno de Menem es una creación suya, lo mismo que la designación de Domingo Cavallo como ministro. "Yo se lo propuse al Presidente", dijo el ex gobernador de Buenos Aires, actual embajador y candidato a senador. En rigor de verdad, esas cosas fueron bastante diferentes, como un año atrás quedó demostrado en oportunidad en que Cafiero le manifestara a Menem que no le parecía adecuado el nombramiento del entonces canciller para la cartera económica.

Las imprudentes declaraciones del embajador al más importante diario chileno tendrán seguramente respuesta cuando el miércoles próximo se reúna el Frente Peronista Bonaerense –Frepebo– y declare como candidato excluyente del peronismo para el futuro período presidencial al jefe del Gobierno. Cafiero es fundador de la corriente partidaria de cuya conducción estuvo a cargo hasta su destino en el exterior, motivo que produjo el distanciamiento que ahora se incrementó.

El titular de la Cámara de Diputados de Buenos Aires, Osvaldo Mércuri, y otros dirigentes del Frepebo tienen ya elaborado el borrador de una declaración donde se sostiene la necesidad de la reforma constitucional y la reelección de Carlos Menem, a quien han previsto entrevistar para manifestarle que no avalan de manera alguna las aspiraciones presidencialistas del ex gobernador.

La alianza con la Liga Federal duhaldista para sostener la reelección de Menem se torna así más sólida, precisamente por otra inoportuna aparición pública de Cafiero.

Claro está que si en el peronismo no aparece ahora ninguna posibilidad rival que pueda [illegible] al Presidente para una eventual interna, no es menos cierto que durante los últimos días se produjeron nuevos endurecimientos en el radicalismo que garantizan la conocida tesis de Duhalde según la cual no habrá posibilidad de tratamiento parlamentario con éxito para declarar la necesidad de la reforma, sino con un amplio triunfo electoral justicialista en las elecciones para diputados del año próximo.

El radicalismo, que en los años de su gobierno se mostró ansiosamente reformista, aparece ahora cada vez más renuente, ante la posibilidad de que escape a su control la reelección de Menem. Fernando de la Rúa llegó a sostener el martes último que la reforma constitucional "no es urgente ni necesaria", aunque moderando después su hermética postura al incluir la necesidad del *consenso* y con un objetivo "que esté más allá de la reelección del presidente Menem".

Hay una razón ética, sostiene el radicalismo mayoritariamente, que impide la reelección de quien bajo cuyo mandato se produce la

Las poco prudentes declaraciones de Cafiero a un diario chileno tendrán, seguramente, respuesta el miércoles, cuando se reúna el Frepebo y declare como candidato excluyente del peronismo al jefe del Gobierno

reforma de la cláusula constitucional. No es ésa la objeción de Eduardo Angeloz, cuya reelección como gobernador se produjo en tales condiciones. Tampoco la comparte César Jaroslavsky, quien ha llegado a sostener con calor que si se autoriza la reelección "solamente la ciudadanía puede decidir o no si Menem puede ser reelegido. Nosotros no podemos subrogarnos al pueblo y, si lo hiciéramos, incurriríamos en una proscripción".

Lo discutible es que si el [illegible] [illegible], como parece, no [illegible] voto para las dos terceras [illegible] y se aplica la [illegible] en el año [illegible] llegaría en todo caso [illegible] con más [illegible] cumplido y en las [illegible] blecería la reforma [illegible] demás algunos.

Encuesta para la reflexión

Nuevamente el Centro de [illegible] para la [illegible] vestigado en la [illegible] imagen de los factores de [illegible] y de nuevo, con relación a [illegible] [illegible] [illegible] depresión –la última– que equivale poco menos que a una condena de sus dirigentes por la ciudadanía.

Esto último, que desde hace tiempo [illegible] necesidad de un [illegible] opinión, quizá no sea tan grave como la repetida circunstancia de que los partidos políticos figuran tras el [illegible] y las Fuerzas Armadas en penúltima posición. La democracia representativa –quién puede negarlo– tiene actualmente en la Argentina un grado universalizado de adhesión y seguramente el sistema de partidos que la hace posible, pero nuestras organizaciones políticas concretas no alcanzan en la sociedad el nivel de adhesión que debería esperarse de ellas.

Angel Anaya

02-09

9203432

Clarín ★ Buenos Aires, domingo 2 de febrero de 1992 POLITICA ★ Página 7

Menem aseguró que no habrá ruptura de relaciones con Cuba

El presidente Carlos Menem negó "categóricamente" que el Gobierno piense romper relaciones con Cuba, durante una conferencia de prensa que ofreció ayer en la residencia de Chapadmalal donde está descansando.

La versión sobre una posible ruptura de las relaciones entre la Argentina y Cuba fue publicada por un diario mexicano y el presidente la desmintió afirmando que "no hay razones, por lo menos de parte nuestra", para tomar esa determinación.

El Presidente fue consultado sobre las relaciones con el gobierno de Fidel Castro, que pasan por un momento de tensión debido a los reiterados pedidos argentinos para que se produzca un proceso de democratización en Cuba. La postura del gobierno argentino ha ido más allá de los pedidos realizados por otros gobiernos de América latina y aun los Estados Unidos.

♦ Corrientes

Además, el Presidente se refirió a la situación institucional de Corrientes. Dijo que si el Pacto Autonomista-Liberal y la alianza peronista-radical "no se ponen de acuerdo el 3 de febrero, si no hay [illegible] del Colegio Electoral [illegible] miento, seguirá al frente del Estado Mayor.

• Contó que había hablado por teléfono con el ministro de Economía, Domingo Cavallo, quien le anunció que quizás el 12 de febrero "tendremos una respuesta" de los bancos acreedores en la negociación por la deuda externa.

• Sobre la posibilidad de enviar tropas para integrar fuerzas de paz en Yugoslavia y Camboya, señaló Menem que "no hay un pedido de las Naciones Unidas" en ese sentido. Esta semana, el jefe del Estado Mayor Conjunto, almirante Emilio Osses, dijo que no había inconvenientes en enviar tropas argentinas a esas zonas, si así era solicitado.

01-09

9203433

[illegible] CON DIRIGENTES JUDIOS EN WASHINGTON Y NUEVA YORK

Clarín 2/2/92

Cómo se tomó la decisión

[illegible], la colectividad judía norteamericana pidió que se abran los archivos de la Policía Federal sobre los nazis que [illegible] a la Argentina ¿Qué contesta[illegible]

[illegible] que voy a ordenar la apertura [illegible] archivos.

[illegible] que desde Buenos Aires me [illegible] que hay "zonas oscuras" sobre la [illegible] de Perón en su primera presidencia y que podría haber algunos dirigentes peronistas de la época involucrados...

—Si cambiamos las políticas económicas del peronismo, también podemos cambiar en este tema, para que no queden dudas de que estamos contra toda forma de discriminación racial.

Este diálogo que el presidente Carlos Menem mantuvo el miércoles 13 de noviembre de 1991 a la mañana con el canciller Guido Di Tella en la Blair House (la residencia norteamericana para huéspedes extranjeros) de Washington, fue el primer paso del proceso que desembocará mañana en la firma del decreto que le quitará carácter secreto a centenares de documentos sobre los jerarcas nazis en la Argentina.

Si bien esa conversación con el canciller no pone de manifiesto todos los motivos que llevaron a Menem a terminar con uno de los secretos mejor guardados de la historia argentina, revelan cómo Menem redobló la apuesta cuando al llegar a los Estados Unidos para su visita oficial se encontró en el influyente diario The New York Times con una nota del escritor judío Gerald Posner reclamando por los archivos.

Sin lugar a dudas, evaluó rápidamente el equipo político del Presidente, se trataba de una jugada fuerte de la colectividad judía norteamericana que amenazaba con empañar esa visita que tanto significó para Menem.

Con esa orden de abrir los archivos bajo el brazo, Di Tella —quien previamente había consultado por teléfono al ministro del Interior, José Luis Manzano, quien se encontraba en Buenos Aires— se reunió en la misma Blair House con Warren Eisenberg, presidente de la filial local de la influyente organización judía B'nai B'rith.

Eisenberg miró asombrado al subsecretario técnico-administrativo de la Cancillería y uno de los operadores de Di Tella, Jorge Telerman, cuando el canciller le comunicó la decisión de abrir los archivos, que [illegible] años [illegible] su [illegible].

[illegible] a la reunión resignado a escuchar la protesta del gobierno argentino por la nota de Posner en el New York Times.

Más allá de las suposiciones, lo concreto fue que, como retribución, Eisenberg se comprometió a reforzar la bienvenida que la colectividad judía norteamericana iba a dar a Menem, a quien luego distinguió con el premio al "Estadista del Año" y al "Luchador contra la Difamación", en Nueva York.

Los detalles del recibimiento se acordaron cinco días después en Nueva York con Edgar Bronfman, el presidente del Congreso Judío Mundial —la entidad judía internacional más importante—, en una reunión realizada en la habitación 3147 del hotel Waldorf Astoria.

Allí, Di Tella le explicó que la idea original era que expertos de los Estados Unidos se encargarían de ordenar los archivos y que cualquier [illegible] se pueda canalizar a través de la comunidad judía argentina. La idea [illegible] "un marco internacional" a la [illegible] y evitar que se "armara un circo" con el tema, según comentaron a Clarín [illegible] oficiales.

Además, en esa reunión del Waldorf, Di Tella adelantó que "[illegible] confirman" que Martin Bormann [illegible] los lugartenientes de Hitler [illegible] do en la Argentina, y [illegible] sorprendió a Bronfman [illegible] logró entrar a la [illegible] [illegible] a un [illegible]

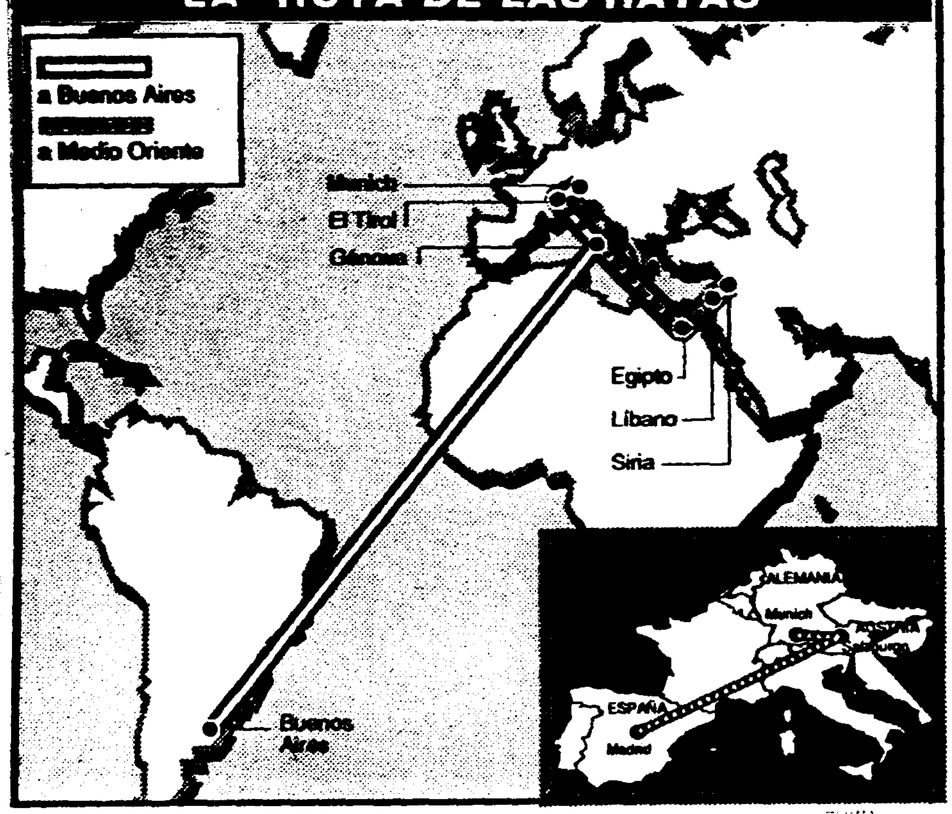
Cuando Menem [illegible] la apertura de los archivos [illegible] menzó a coordinarse entre la Cancillería y el Ministerio del Interior [illegible]

9203434

LOS NAZIS EN LA ARGENTINA

Los jefes nazis que consiguieron escapar tras el fin de la guerra llegaron a la Argentina por barco desde el puerto italiano de Génova. Los caminos de la fuga se iniciaban en Münich y, tras atravesar Europa, embarcaban hacia América del Sur. El cerebro de las fugas era Walter Rauff, quien se establecería en Chile donde habría de morir en 1984. Los nazis prófugos llegaban con documentos falsos.

LA "RUTA DE LAS RATAS"



Cómo llegaron a la Argentina

La mayor parte de los criminales de guerra nazis llegados a la Argentina, parte de cuyos prontuarios se abrirán hoy al público por decreto presidencial, lo hizo viajando en barco **desde Génova, norte de Italia.** Hasta ese puerto habían ido llegando luego de atravesar Europa por **una ruta preestablecida en la que fueron encontrando ayuda, documentos, asistencia y lugares donde refugiarse y pasar inadvertidos.**

El funcionamiento de esta maquinaria, a la que se llamó **ruta de las ratas**, había sido aceitado en los últimos meses de la guerra, cuando el colapso del Tercer Reich ya se veía inevitable.



Walter Rauff, jefe de los servicios de inteligencia alemanes en Italia. Fue el estratega de las fugas de los jefes nazis.

♦ El estratega de las fugas

Uno de sus diseñadores fue el ex jefe del SD, servicio de inteligencia alemán en Italia, **Walter Rauff** (uno de los hombres de confianza de Martin Bormann), quien también **pasó por la Argentina**, cruzó a Chile y se radicó allí, donde murió en mayo de 1984 y **fue sepultado con honores militares sin que nadie pudiese ver su cadáver.**

Walter Rauff fue uno de los **estrategas de las fugas**. Los itinerarios que imaginó, **jalonados de abadías y conventos**, por lo que algunos insisten en llamarlo **red romana**, fueron fundamentalmente tres:

• El primero salía de **Münich**, Alemania, comunicaba con **Salzburgo**, en Austria, y terminaba en **Madrid**, España.

• El segundo también salía de Münich, llegaba **hasta** Salzburgo o la zona **del Tirol**, en Suiza, **seguía** a través de los Alpes **hasta** el puerto italiano **de Génova**, y desde allí **los fugitivos embarcaban hacia Egipto, el Líbano o Siria.**

• El tercero de los itinerarios, igual al anterior en su parte europea, los embarcaba en Génova **para depositarlos a salvo en Buenos Aires.**

Así llegaron a la Argentina, entre otros criminales notorios, **Ante Pavelic** en setiembre de **1947; Eduard Roschmann** en octubre de **1948; Joseph Schwammberger** en marzo de 1949; **Joseph Mengele** en junio del mismo año, y **Adolf Eichmann** en mayo de 1950.

♦ Los americanos sabían

Vincent La Vista, un empleado de la Embajada de los Estados Unidos **en Roma, informó en 1948 a su país sobre la fuga de nazis y cómo se realizaba. El informe,** que mencionaba expresamente a Pavelic, **fue utilizado más tarde para pedir la extradición del croata, quien vivía en** El Palomar con su verdadero nombre y en **una casa dada por los servicios de seguridad social del peronismo. El gobierno argentino no dio curso al pedido, y respondió que no había "ningún Ante Pavelic en el país".**

El informe de La Vista, y otros confeccionados por la **inteligencia norteamericana, evaluaban admirados la eficacia del método inventado para escapar: según esos informes, unos cinco mil jefes nazis alcanzaron a fugarse por la "ruta de las ratas".**

Pero además de tránsitos seguros, la organización Rauff los proveía de **identidades nuevas** que los fugitivos podrían utilizar hasta sentirse a salvo. Así, Pavelic llegó a la Argentina **vistiendo hábitos sacerdotales** y con documentos a nombre de **Aranjos Pal; Roschmann** ingresó como **Federico Wegener; Mengele como Helmuth Gregor,** y Eichmann, también con sotana, con **documentos** a nombre de **Ricardo Klement.**

Quizás a partir de hoy, cuando se decrete la apertura de los archivos cerrados por casi medio siglo, pueda saberse si el hombre más buscado del mundo, **Martin Bormann, fue alguna vez en la Argentina el "revoque de Juan Gómez".**

Jorge Camarasa

Eduardo Menem pidió coherencia a la UCR

Clarín 4/2/92

Según Eduardo Menem, la Unión Cívica Radical debe aceptar la reforma constitucional y no oponerse a su votación. El presidente provisional del Senado, primero en una eventual sucesión presidencial, dijo ayer que "si el radicalismo es coherente con su posición anterior, tiene que aceptar la reforma de la Constitución, porque ha sido planteada por el propio presidente Raúl Alfonsín, cuando ejercía sus funciones."

La lógica del senador Menem salió al cruce del "olfato político" (así lo calificó) del gobernador de Buenos Aires, Eduardo Duhalde, que el domingo aseguró que "los radicales no votarán la reforma de la Constitución."

Según esa misma lógica, el peronismo también debería ser coherente, y si en su momento se opuso a la reforma constitucional pretendida por Alfonsín, no debería siquiera proponerla ahora. Pero sobre esto, el senador Menem no hizo ningún tipo de declaraciones.

Por supuesto, cada vez que se habla de la reforma constitucional, lo que se menciona sin nombrarla, lo que flota como una sombra omnipresente, es la reelección presidencial. Así sucedió con Alfonsín en su oportunidad, y lo mismo ocurre con el presidente Carlos Menem cuando habla de modificar la Carta Magna.

Tanto es así, que el senador Menem admitió ayer abiertamente: "La reelección, o la posible reelección no debe ser la causa que motive la reforma de la Constitución. No debe ser la única causa, pero tampoco el obstáculo que impida la reforma".

Menem dijo que el justicialismo "ha sido siempre abierto al diálogo con la oposición y seguirá insistiendo".

Como para dar la razón al senador Menem acerca de la posición a adoptar por el radicalismo, la UCR de Río Negro presidida por el gobernador provincial, Horacio Massaccesi, se definió ayer en favor de la reforma constitucional, incluida la reelección presidencial de Menem.

Massaccesi coincidió ayer con Eduardo Menem al afirmar: "Si hace apenas cinco años el partido (por la UCR) quiso la reforma, e incluso por necesidad táctica se impulsaba internamente la reelección de Raúl Alfonsín, no puede negarle hoy al peronismo la posibilidad, si quiere, de intentar la reelección de Menem".

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 4 de febrero de 1992

Disuelven la línea de Cafiero en el PJ de Buenos Aires

El hasta ahora cafierista Frente Peronista Bonaerense (Frepebo) se disolverá como línea interna del justicialismo y pasará a llamarse Liga Peronista Bonaerense. La nueva corriente implica un acercamiento aun más estrecho al liderazgo del gobernador provincial Eduardo Duhalde. Así lo acordaron ayer el propio Duhalde, jefe de los federales, y el titular de la Cámara de Diputados bonaerense, el frepebista **Osvaldo Mércuri** durante una reunión que se realizó al mediodía en la residencia platense del gobernador. No se descarta que en un futuro próximo esta nueva fuerza se ensamble con la duhaldista **Liga Federal**.

El ex gobernador y actual embajador **en Chile, Antonio Cafiero, aparece como el gran perjudicado de esta operación política.** El Frepebo llevó su marca y fue la estructura a partir de la cual hizo pie en los últimos años, incluso para proyectarse a nivel nacional.

Para el 16 de febrero la Liga Federal y el Frepebo habían programado un congreso conjunto con miras a respaldar la reforma constitucional y su prenda mayor, la reelección presidencial de **Carlos Menem**. Con vistas a ese acto dirigentes de distintos niveles de la Liga y del Frepebo acercaron posiciones y trabajaron para conformar comisiones conjuntas.

Desde que Duhalde asumió la gobernación en Buenos Aires, el 10 de diciembre, dos figuras notorias del Frepebo, Mércuri y el vicegobernador **Rafael "Balito" Romá consolidaron una relación** que se había gestado durante la campaña: su coronación es la disolución del Frepebo para entregarle **la suma del liderazgo territorial a Duhalde.**

Mañana, en la quinta que Mércuri posee en La Plata, el Frepebo hará su última reunión como tal y firmará su certificado de defunción. Estarán allí los líderes que en los últimos años cumplieron el rol de primeras espadas del cafierismo: el dueño de casa, Romá, el [illegible]meño **Eduardo Camaño**, el diputado nacional y el [illegible]tendente de Merlo **Gustavo Green** y el actual ministro de Gobierno bonaerense **Luis Dellepiane**, entre otros.

Es posible que la desaparición del Frepebo genere remezones entre otros cuadros de la agrupación, pero lo cierto es que su mesa de conducción aprobó su disolución y la conformación de la nueva corriente **sin que mediaran consultas con su ex líder.**

Las diferencias entre la primera plana del Frepebo y su conductor se patentizaron cuando, desde Chile, Cafiero hizo declaraciones considerándose "presidenciable" y criticando, a su vez, el costo social del programa económico menemista. En esos mismos días, sus punteros bonaerenses tendían puentes con la Liga Federal **para ponerse a trabajar por la reelección de Carlos Menem y para avalar la política del Gobierno.**

Tras aquellas declaraciones de Cafiero, los dirigentes del Frepebo, recolocados en la estructura gubernamen-



Eduardo Duhalde y Antonio Cafiero, uno de la Liga Fe
el otro ahora sin línea propia: barajar y dar de nueva

tal que encabeza Duhalde, expresaron ante dirige
la Liga Federal **su disgusto y malestar por las ex
nes de quien los había conducido durante años.**

Mércuri, quien más se movió en estos días pa
bajar por la unidad del peronismo bonaerense
estrechos vínculos políticos con el segundo de l
Federal, el presidente de la Cámara de Diputados
to Pierri y fue funcionario de Duhalde cuando
gobernador era intendente en Lomas de Zamora.

El cierre de filas de la Liga y el ex Frepeb
también relacionado con el intento de los **rojo**
hacer pie en la provincia. **Juan Carlos Roussel
berto Kohan** recibieron la venia presidencial para
jar también por su reelección en la provincia.

Losada quiere disimular a Massaccesi

La refor... nunca ...

El presidente del radicalismo, Mario Losada, anticipó que la definición partidaria sobre la reforma constitucional que impulsa el gobierno se emitirá recién el 11 de abril, cuando se reúna la Convención Nacional. El anuncio tiende a disimular una discusión que ya compromete a la oposición y que tomó temperatura ayer, cuando este diario publicó la adhesión del radicalismo de Río Negro a la intención oficial de modificar la Carta Magna. "Es la opinión más de un distrito", dijo el senador Losada, aludiendo a la postura de los rionegrinos.

No obstante, la conducción nacional de la UCR convocó para mañana y el jueves a una reunión de presidentes de comités de distrito. El motivo formal del cónclave es informar a la principal dirigencia del interior sobre las tratativas tendientes al diálogo político con el gobierno. También disponer de una serie de medidas internas que reactiven a la agrupación. Nadie en los altos de la calle Alsina reconoce que la postura del radicalismo frente a la reforma constitucional será uno de los asuntos de la agenda. Sin embargo, sería ingenuo suponer que se reunirán hombres como ***Eduardo Angeloz, Juan Manuel Casella, Fernando De la Rúa*** *(por su condición de presidente de bloque),* ***Ricardo Barrios Arrechea, Sergio Montiel*** *o el mismo* ***Massaccesi*** *eviten referirse a la cuestión mayor del temario institucional.*

La atención que los radicales prestan a ese tema no obedece, por ahora, a la inminencia de una negociación con el oficialismo. Más bien les interesa contener una dispersión de juicios y criterios



Mario Losada

que ya se muestra ostensible y sobre la cual la UCR ha lanzado siempre anatemas. Orgánicos, disciplinados, los seguidores de Alem prefieren que el retrato de familia los muestre homogéneos.

• **Discrepancias**

Hasta ahora no lo consiguen. ***Fernando De la Rúa,*** *el primero en expedirse sobre la intención oficial de modificar la Carta Magna, anticipó estar en contra* ***"porque existen asuntos más importantes para dialogar en beneficio de la gente".*** *Dijo, además, que se oponía a una reforma que se atuviera a un proyecto personal de reelección. Desde otra orilla, su coterráneo* ***Angeloz*** *auspició una mutación* ***"profunda, integral"****, de la Constitución, sin negarse a que se habilite la reelección presidencial (un gesto coherente de quien gobierna Córdoba por tercera vez). Claro que la profundidad que exige el ex*

... bién arguyó que ***"es de miopes rehusar la introducción de cambios en el texto constitucional solamente por la negativa a la reelección de Menem".***

Por si el abanico fuera estrecho, ***Massaccesi*** *anunció también su aval a la reforma y con el suyo el de todo el radicalismo rionegrino. En las filas storanistas la declaración cayó como un balde de agua fría. Allí se pretende ver en el gobernador a uno de los "buenos administradores" que puede exhibir la línea de cara a la sociedad. Pero* ***Massaccesi*** *parece inclinarse por subrayar los rasgos regionales de su liderazgo y por repetir el itinerario que describiera* ***Carlos Menem*** *cuando gobernaba La Rioja*

... ció y dispuso una ronda de conversaciones con los popes más encumbrados (Alfonsín, Angeloz, De la Rúa), sin la cual le sería imposible formular una imagen medianamente homogénea de la realidad, sin riesgos de desmentidas. Desde luego, es también probable que lo que surja de esas conversaciones sea lo suficientemente híbrido

Bonifatti analiza los resultados de ...

Psiquiatra para ... por "crisis pr...

El juez Nerio **Bonifatti** dispuso ayer que se le preste **atención psiquiátrica** al ex subcomisario **José Ahmed**, detenido en la cárcel de Caseros por su participación en la llamada **"polibanda"**.

Si bien el juez no confirmó la versión, en medios tribunalicios se supo que la familia del supuesto cabecilla de la banda y el abogado defensor, habrían solicitado al magistrado tal asistencia después de comprobar que la crisis anímica del preso se deteriora día a día. **Bonifatti** habría accedido a la solicitud para evitar un nuevo **"suicidio"** que podría perjudicar la investigación de la cual **Ahmed** es **"una pieza clave"**.

• **Depresión**

"Cuando lo arrestaron ...



Nerio Bonifatti

cas, los que lo llevaron a inte... **venir en el hecho que confi**... **sa".** En su testimonio **Jo**... **Ahmed** dijo estar **resenti**... con la Justicia y la **socied**... por no haber sido **incluido** ... los beneficios de la ley de **ob**... diencia debida **"en cuanto** ... **hecho que se le condena** ... **respecto al primer secuestro** ... **Jorge Sivak, considerando q**... **actuó en tal evento en cump**... **miento de órdenes que se** ... **impartieron"**, (**refiriéndose** ... que el hecho fue **una oper**... ción del ex **Batallón 601 de I**... **teligencia de Ejército**).

• **Pericias**

Al cierre de esta edición, ...

Losada quiere disimular a Massaccesi. Mañana, los principales dirigentes discutirán el tema que los di[...]

La reforma desnuda más que nunca la crisis de la UCR

El presidente del radicalismo, Mario Losada, anticipó que la definición partidaria sobre la reforma constitucional que impulsa el gobierno se emitirá recién el 11 de abril, cuando se reúna la Convención Nacional. El anuncio tiende a disimular una discusión que ya compromete a la oposición y que tomó temperatura ayer, cuando este diario publicó la adhesión del radicalismo de Río Negro a la intención oficial de modificar la Carta Magna. "Es la opinión más de un distrito", dijo el senador Losada, aludiendo a la postura de los rionegrinos.

No obstante, la conducción nacional de la UCR convocó para mañana y el jueves a una reunión de presidentes de comités de distrito. El motivo formal del cónclave es informar a la principal dirigencia del interior sobre las tratativas tendientes al diálogo político con el gobierno. También disponer de una serie de medidas internas que reactiven a la agrupación. Nadie en los altos de la calle Alsina reconoce que la postura del radicalismo frente a la reforma constitucional será uno de los asuntos de la agenda. Sin embargo, sería ingenuo suponer que se reunirán hombres como **Eduardo Angeloz, Juan Manuel Casella, Fernando De la Rúa** (por su condición de presidente de bloque), **Ricardo Barrios Arrechea, Sergio Montiel** o el mismo **Massaccesi** eviten referirse a la cuestión mayor del temario institucional.

La atención que los radicales prestan a ese tema no obedece, por ahora, a la inminencia de una negociación con el oficialismo. Más bien les interesa contener una dispersión de juicios y criterios



Mario Losada

que ya se muestra ostensible y sobre la cual la UCR ha lanzado siempre anatemas. Orgánicos, disciplinados, los seguidores de Alem prefieren que el retrato de familia los muestre homogéneos.

• Discrepancias

Hasta ahora no lo consiguen. **Fernando De la Rúa**, el primero en expedirse sobre la intención oficial de modificar la Carta Magna, anticipó estar en contra **"porque existen asuntos más importantes para dialogar en beneficio de la gente"**. Dijo, además, que se oponía a una reforma que se atuviera a un proyecto personal de reelección. Desde otra orilla, su coterráneo **Angeloz** auspició una mutación **"profunda, integral"**, de la Constitución, sin negarse a que se habilite la reelección presidencial (un gesto coherente de quien gobierna Córdoba por tercera vez). Claro que la profundidad que exige el ex candidato presidencial no tiene límites precisos y tal vez en eso radique su inviabilidad.

Más dramática todavía es la definición de **Federico Storani**, quien ya anticipó su negativa a que se trate el tema con el menemismo. No obstante, **hoy a las 17 reunirá a sus principales seguidores para examinar la conveniencia de mantener una actitud tan intransigente.**

César Jaroslavsky, en cambio, insistió ayer en que **"no se le puede regalar a Menem la bandera de la proscripción"**. El candidato a senador se preguntó también **"si la negativa a mantener lo que sostuvimos cuando sí queríamos la reforma y la reelección es por miedo al Presidente"**. También arguyó que **"es de miopes rehusar la introducción de cambios en el texto constitucional solamente por la negativa a la reelección de Menem"**.

Por si el abanico fuera estrecho, **Massaccesi** anunció también su aval a la reforma y con el suyo el de todo el radicalismo rionegrino. En las filas storanistas la declaración cayó como un balde de agua fría. Allí se pretende ver en el gobernador a uno de los "buenos administradores" que puede exhibir la línea de cara a la sociedad. Pero **Massaccesi** parece inclinarse por subrayar los rasgos regionales de su liderazgo y por repetir el itinerario que describiera **Carlos Menem** cuando gobernaba La Rioja y contemplaba desde allí la panacea alfonsinista.

Si el radicalismo mira con horror su propia torre de Babel no es sólo por unción doctrinaria. **Su principal dirigencia teme probar la misma medicina que bebió el justicialismo cuando gobernaba Alfonsín.** En esos años, la UCR jugueteó sin disimulo con la crisis peronista. Aprovechó el exitismo de Menem cuando dijo sí al plebiscito del Beagle y fue consagrado "el mejor gobernador". Luego, en el mismo momento en que **Antonio Cafiero** se disponía a lanzarse con la renovación a competir con el gobierno se convocó a lo más ortodoxo de la dirigencia sindical para otorgarle un ministerio, que disfrutó **Carlos Alderete** mientras fue conveniente.

• Engorroso

Hoy el radicalismo vive un trance similar al de su adversario de entonces. La resulta engorroso mantener una discusión política sin que aparezcan las interferencias de los diversos proyectos personales que anida. El mismo **Mario Losada** lo reconoció y dispuso una ronda de conversaciones con los popes más encumbrados **Alfonsín, Angeloz, De la Rúa**), sin la cual le sería imposible formular una imagen medianamente homogénea de la realidad, sin riesgos de desmentidas. Desde luego, es también probable que lo que surja de esas conversaciones sea lo suficientemente híbrido



César Jaroslavsky

como para que **la línea gruesa de la política siga escapando al andarivel institucional.**

El tema de la reforma hace que la crisis sea **aún más** severa, ya que **se trata de un asunto en el que (como en casi todo lo que realiza este gobierno) tuvo comienzo de ejecución durante el mandato radical.**

De todos modos, **los jerarcas radicales pueden disfrutar de algunos atenuantes a su drama. El principal: que hasta ahora el justicialismo verifica una dispersión tan amplia como la de la oposi**ción [...] constitucional.

Más allá del [...] que los habitantes de la [...] pulo peronista [...] tratamiento de la reforma [...] tampoco en ese campo [...] dieron inhibir algunas [...] disconformes. Adolfo [...] dríguez Saá exigió el [...] viernes conceptos de [...] dureza contra la iniciativa [...] que le hicieran pasar al [...] nistro Manzano en la [...] mentida del gobernador. [...] tre quienes auspician la [...] forma también existen [...] sos.

Ayer Eduardo Menem [...] realizó declaraciones [...] da de lo que espera el [...] calismo, diciendo que "[...] habrá reforma sin acuerdo". Duhalde, en cambio, [...] te a esa idea y prefiere [...] la reelección en las elecciones del '93. Todo indica que [...] una olla de grillos de esa [...] mensión, ninguno de los [...] partidos mayoritarios [...] drán discutir por el momento la cuestión constitucional en términos aceptables.

Gobierno aumenta salarios de Ministros.
150027
4-2-92
10033
11164
11302

El gobierno analiza un aumento salarial limitado a los funcionarios de más alto rango que quedaron rezagados

Ahora los ministros se aumentarán los sueldos

El gobierno estudia en estas horas un aumento salarial restringido sólo para subsecretarios, secretarios y ministros con el fin de recomponer sus alicaídos recursos como consecuencia de la aplicación de la reforma del Estado.

La decisión de otorgar este aumento ya fue adoptada pero resta aún determinarse cuál será el porcentaje a otorgar que no sería igual para las distintas jerarquías políticas.

*La instrumentación del Sistema Nacional de Profesión Administrativa (SINAPA), determinó que en la actualidad muchos empleados de carrera que ostentan la categoría A del escalafón (ex 24) **perciban un salario que oscila entre los 2000 y 2500 pesos, mientras que un subsecretario de Estado cobró en diciembre último 1600 pesos, un secretario 1900 y un ministro algo más de 2200.***

De la administración pública se fueron 63.257 agentes durante 1991, de los cuales 32,3% obedeció a la finalización de contratos y privatizaciones, 19,9% a jubilaciones y 36,3% a retiros voluntarios.

*Ahora el gobierno quiere llevar su reforma administrativa a las provincias: **Catamarca, San Juan y Santa Cruz ya firmaron sus convenios con la Nación para aplicar el esquema en sus territorios.** A nivel de prueba piloto se hará lo mismo con el partido de Morón, en el Gran Buenos Aires.*



Julio César Aráoz

*Si bien los primeros resultados de la reforma pueden ser interpretados como beneficiosos por el gobierno ya que se produjo casi sin enfrentamientos serios con el **personal**, las consecuencias del ajuste podrían comenzar a sentirse este año cuando los ex empleados públicos se hayan consumido las reservas provistas por las indemnizaciones o bien fracasen los emprendimientos comerciales que hubieren encarado.*

*Los que están contentos con la reforma son los que se quedaron en la administración pública y principalmente aquellos que ocupan cargos semijerárquicos. **La actual categoría A está reservada sólo para profesionales. Su sueldo anterior (ex 24) era de 1000/1200 pesos según la antigüedad y los viáticos, mientras que ahora es de 2000/2500.***

*Las diferencias comienzan a apretarse a medida que se desciende en el escalafón. Las categorías E y F (ex 10 a ex 17) apenas si mejoraron su situación porque pasaron de cobrar 300 pesos a 500. **En estos dos segmentos se concentra 50% del personal.***

La planta actual de la administración central (Presidencia y ministerios, sin empresas públicas) es de 32.000 agentes.

- **Reencasillados**

*Más de 12.000 ya han sido **"reencasillados"**, lo que en el lenguaje de la reforma significa que sus categorías ya han dejado de ser números para pasar a ser letras, con la consiguiente modificación en sus roles laborales.*

*Uno de los primeros organismos en sufrir la "revolución" fue el Ministerio de Salud y Acción Social, cuando su conductor era **Avelino Porto**. De 4971 agentes, el nuevo reordenamiento indicó que debía tener 4066.*

*Lo curioso del caso fue que cuando **Julio César Aráoz** se hizo cargo del Ministerio se encontró con la novedad de que las 49 direcciones existentes en la era Porto se redujeron a 18 y la imposibilidad además de nombrar a un solo agente. **"Chiche no pudo meter a nadie"**, fue la conclusión.*

La drástica reducción de personal pretende ser trasladada ahora a las provincias, de la mano del acuerdo que Cavallo trabó con el Fondo Monetario Internacional.

*Por respeto a las autonomías provinciales, **a ninguna** se le obligará a realizar las modificaciones pero todos los gobernadores conocen muy bien cuáles son las herramientas que posee Cavallo para convencer a los más remisos.*



Avelino Porto

Pero quizá lo más curioso del caso hasta ahora es que el Estado no se ahorró un peso por la masiva corrida de empleados ya que los nuevos sueldos dejaron prácticamente estable la masa salarial mensual.

*Al verse obligado **el gobierno** por estas circunstancias a aumentar las remuneraciones de subsecretarios, secretarios y ministros, se encuentra ante un dilema que por pequeño no es nada sencillo: explicarle a la población la necesidad de aumentarle los sueldos a toda esa galería de personajes que diariamente desfila por radio, televisión y diarios.*

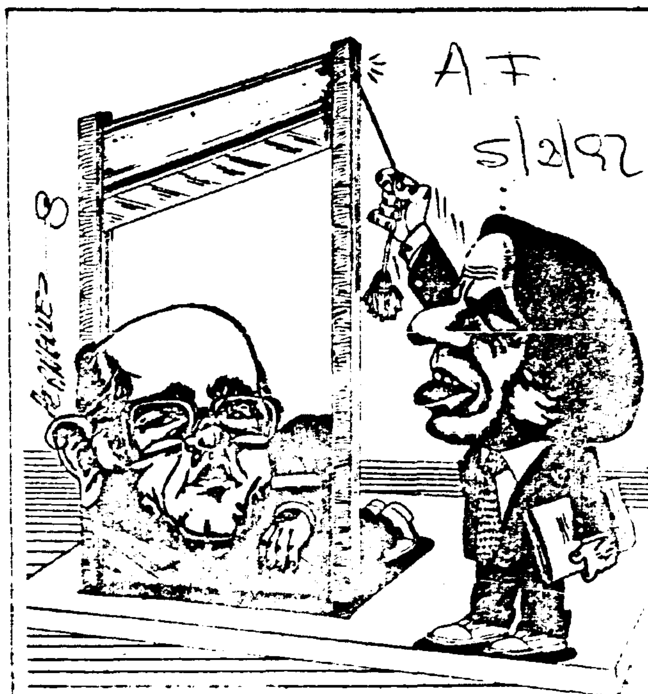
01-101

920339

Cavallo designará al ministro de Economía provincial. Buscan acuerdo PJ-UCR. Nueva derrota de María Julia

Menem designó a Durañona para un mandato sin plazo

Finalmente anoche **Carlos Menem** dio por terminada una etapa en la crisis política de Corrientes, interviniendo el gobierno de la provincia, tal como se venía ya pronosticando (y así lo hizo este diario) pocos días después de las elecciones del 27 de octubre. Recién anoche **Francisco Durañona y Vedia** pasadas las 21 pudo notificarse en el Ministerio del Interior de su nominación oficial como delegado federal a Corrientes, en una jornada que, al igual que las anteriores, estuvo plagada de reuniones y versiones. Después, en un ritual ya conocido, partió para Olivos a "recibir" instrucciones presidenciales.



LLEGO LA INTERVENCION A CORRIENTES

Más allá de los buenos modales y relaciones amistosas, Carlos Menem es implacable en cuestiones de poder. Romero Feris lo sufre en carne propia.

• **Definiciones**

Según pudo saberse anoche en Gobierno sobre los puntos calientes de la intervención estaba definido que:

• **La intervención no tendrá plazos.** El Pacto Autonomista Liberal pedía que en el decreto se dispusiera que se intervenga la provincia **"por un plazo no mayor de 90 días"**, pero **no tuvo éxito. Anoche José Romero Feris sin embargo** hablaba de una **"intervención sólo electoral"**.

• **Sólo se interviene el Poder Ejecutivo.** Esto signfica que **Durañona** nombrará a todos los ministros provinciales, teniendo particular importancia el de Gobierno frente al próximo acto electoral. Mucho tuvo que ver en la decisión de la administración menemista de intervenir Corrientes el poder contar con la dirección administrativa del aparato político-electoral, clave en territorios provinciales con una gran hegemonía de una fuerza política local (en un símil con los **Saadi** de Catamarca).

• **Domingo Cavallo colocará al hombre que ocupará el Ministerio de Hacienda de la provincia.** Oficialmente se explicará que esta decisión obedece a una intención de **"profundizar el ajuste y la reforma del Estado en Corrientes"**. Por detrás **Cavallo** podrá controlar el díscolo **Banco de Corrientes** que no pocos dolores de cabeza les ha provocado en los últimos años a los popes del Banco Central en Buenos Aires.

• **Sobre la posible reforma a la Constitución provincial,** lo **que ha quedado establecido es el eufemismo de que "todos están de acuerdo con la necesidad de la reforma". No hay plazos ni tampoco queda claro si será antes o después de la elección, para la cual a su vez no hay definición alguna de fecha probable.** Si no hay reforma antes de las elecciones, seguramente se buscará un acuerdo entre las fuerzas políticas para que se apoye en el Colegio Electoral el más...

Esto último está íntimamente relacionado con las posibilidades de que el peronismo y el radicalismo presenten una única fórmula a gobernador y vice. **"Di Filippo y un radical o alguno con cara de radical"** se escucha explicar cerca del despacho de **Eduardo Bauzá. La importancia para los opositores al Pacto** Autonomista Liberal de una única fórmula radica en el hecho de que el acuerdo, para ser respetado en el Colegio, seguramente será en favor de la "fórmula más votada por los ciudadanos".

La última encuesta que tiene el gobierno nacional, de Corrientes (del mes de enero), muestra una paridad entre el Pacto y el peronismo. Uno de los urgentes problemas que en frentará la intervención es **cómo logrará manejar la complicada administración provincial** (por los atrasos en los sueldos), **con intenciones de hacer un ajuste más profundo y además buscar una victoria electoral para el peronismo.** Por lo pronto Durañona se enfrentará a esos problemas el jueves a la mañana, momento en el que, se supone, asumirá.

• **Interna**

La designación del **interventor volvió** a desatar otra **interna, tan** fáciles de provocarse en la administración menemista. Hubo otra reedición del viejo y ya eterno conflicto entre los celestes y María Julia Alsogaray. Inesperadamente la interventora de Somisa se convirtió en una férrea opositora a la figura de Durañona (¿por celos liberales?), arrastrando en su movida a algunos hombres del Pacto que arrojaron la posibilidad de **María Cristina Guzmán** o **David Ruiz Palacios** como interventores. **A medida que María Julia se enfrentaba a Durañona crecía el apoyo celeste a "The Bishop". No sólo José Luis Manzano sino también Eduardo Bauzá (vía Carlos Corach) y hasta Eduardo Menem defendieron a Durañona** como interventor, aunque todos se refugiaron en el paraguas de que **"fue el propio Presidente que decidió el nombre. Por eso no sirvieron las críticas de algunas..."**. Otros explicaban anoche en Casa de Gobierno que la primera referencia de **Menem** hacia **Durañona** fue en **Tierra del Fuego** hace tres semanas.

La otra incógnita a la que pocos encontraban respuestas ayer era la razón por la que tantos protagonistas nacionales se preocuparon por participar de las decisiones finales del caso correntino. Así, se decía que los hombres de **Cavallo (vía Manzano) estaban interesados por el manejo del Banco de Corrientes. María Julia, por las posibilidades de negocios ecológicos en los esteros del Iberá** (con un consorcio italiano). **Los celestes, por tener otra provincia en manos del peronismo, y finalmente Carlos Menem, para terminar devorándose a otra dinastía política local.** ¿Tendrá Corrientes el mismo destino de Tucumán y la Catamarca de los Saadi?

Nº DOCUMENTO: [illegible]
TITULO: Asume interventor federal en Corrientes.
PROCED.: 15002S
FECHA: 7/2/92
VINCULACIONES: 10033
11164
11303

ENTRADO: RS
[illegible]: RS

La Nación 7/2/92

Corrientes: asumió el interventor federal

CORRIENTES.- El interventor federal Francisco de Durañona y Vedia fue puesto en funciones en un acto realizado ante numeroso público, que colmó la capacidad del Salón Amarillo de la Casa de Gobierno y en el que el color político lo pusieron justicialistas y radicales, quienes coreaban las marchas que los identifican.

Previamente, el delegado nacional ofreció una conferencia de prensa, acompañado por la secretaria de Asuntos Institucionales del Ministerio del Interior, Adelina Dalesio de Viola, en cuyo transcurso quedó claro que el proyecto [illegible] bajo el actual régimen constitucional que establece la consagración por el Colegio Electoral.

Sin plazos

Adelantó el funcionamiento que no designación un cronograma [illegible] "para el [illegible]" [illegible] ral y la entrega a las autoridades [illegible] que surjan de este comicio".

[illegible] del Colegio Electoral [illegible] y dijo que ese es el significado de la intervención.

Instó a no aludir al pueblo "por los que nos llamamos políticos" con indicaciones y con problemas que parecen artificiales.

Agregó que si se tiene que reiterar un proceso electoral "no hay que hacer aparecer como que no funcionan los cuerpos previstos o que existen desinteligencias en el cuerpo político cuando las urgencias y el interés ciudadano están bastante distantes".

Respeto

Después de poner en posesión del cargo al interventor, la señora de Viola destacó los esfuerzos realizados para evitar el remedio federal.

"No hay ánimo sancionatorio -dijo-, pero resultaba evidente que a tres meses de las [illegible] no quedaba otro remedio".

Señaló que el [illegible] [illegible]

[illegible]

La [illegible]

[illegible]

[illegible] de inmediato [illegible] ciones con [illegible] todos los partidos [illegible] tiene en la provincia.

La ceremonia se cumplió con la asistencia del [illegible] bernador provisional, [illegible] ciní, el diputado nacional [illegible] berto Romero, legisladores provinciales, funcionarios, el ex candidato justicialista Alberto Di Filippo, dirigentes justicialistas y radicales y numeroso público.

Estuvieron [illegible], entre otros, Noel Breard, Ricardo Leconte, Juan Ramón Aguirre Lanari, José Antonio [illegible] y el ex candidato del [illegible] Rolando Romero Feris.

C1/01

9203441

DOCUMENTO Nueva derivaciones del proyecto Cóndor.
150027
8/2/92
10033
11164
11399

ENTRADO RS
CRUZADO RS

Menem entregará lista de científicos al Departamento de

Nuevas derivaciones del pro

● Se trata de evitar que países del Medio Oriente se aprovechen

El lunes la Fuerza Aérea resignará a favor de una inédita Comisión Nacional de Actividades Espaciales (Conae) las instalaciones y proyectos en curso sobre esos temas estratégicos especialmente en torno al mítico proyecto "Cóndor II" cuyo desmantelamiento iniciará la nueva entidad, según el compromiso que el presidente Carlos Menem asumió con George Bush.



■ La lista de los científicos argentinos que participaron de ese y otros proyectos sensibles, especialmente en materia nuclear, sería entregada a EEUU, para impedir su contratación por países del Medio Oriente, se sostiene aquí en círculos informados.

El traspaso de las investigaciones estratégicas al ámbito civil y que dependerá directamente de la Presidencia es parte de un complejo juego de presiones que Washington ejerce sobre Argentina en los últimos años tendiente a poner límites al desarrollo de tecnología misilística y nuclear.

Días atrás, producto de esas presiones, Argentina canceló el envío a Irán de un conjunto no especificado de equipos nucleares por valor de 18 millones de dólares y que formaba parte de un acuerdo de cooperación en esa materia entre los dos países.

Argentina ha comenzado a revisar los tratados de cooperación nuclear refrendados en los últimos años, particularmente con Argelia y Marruecos, a petición norteamericana.

La Conae se hará cargo de las instalaciones de Falda del Carmen, un caserío de dos docenas de construcciones sobre la ruta que une Alta Gracia con Carlos Paz y la autopista a Córdoba, con una inversión de 300 millones de dólares. Para los lugareños eso era "El Polvorín", porque de vez en cuando se escuchaban explosiones. La italiana Techint construyó allí las secretísimas instalaciones militares.

Tanto el canciller Guido Di Tella como el ministro de Defensa, Antonio Erman González, se niegan a calificar como desmantelamiento el proceso de desactivación del misil Cóndor II y prefieren hablar de transformación de la industria para fines pacíficos.

González negó que Washington haya presionado para que Argentina cesara en su proyecto de construir ese misil de alcance medio.

El misil llegó a probarse en un polígono de la Patagonia durante un lanzamiento secreto efectuado en 1985.

Sin embargo, al trascender la eficacia, una combinación de presiones de varias potencias, incluidos EEUU e Israel, obligaron a la administración argentina a acabar con el proyecto específico del Cóndor, en el que tenían además participación capitales egipcios y alemanes.

La desactivación del proyecto contempla la destrucción de los elementos que pueden ser recibidos con fines militares. Argentina trató siempre de demostrar que el Cóndor II era un proyecto con fines pacíficos, destinado a colocar en órbita un satélite para sus comunicaciones.

Pero Washington no aceptó esas explicaciones: en abril de 1990, Domingo Cavallo, entonces canciller, se comprometió ante James Baker, en EEUU, a dar por finalizado el operativo que los norteamericanos sospecharon que sería beneficiado el régimen iraquí. En los últimos días ganó cuerpo la versión de que ingenieros y técnicos afectados al Cóndor II o que trabajaron en la Comisión Nacional de Energía Atómica se han ido del país con contratos en países del Medio Oriente.

El matutino Ámbito [illegible] nanciero afirmó en la [illegible] ra que Menem entreg[illegible] la administración norte[illegible] ricana la lista de cien[illegible] que participaron del C[illegible] II o en la elaboración d[illegible] nología para produ[illegible] este país uranio enriq[illegible] do.

El gobierno [illegible] dentro de dos seman[illegible] visita del secretario de [illegible] fensa de los EEUU, Ri[illegible] Cheney en gira por Sud[illegible] rica, la primera que ese funcionario realiza desde que George Bush es presidente.

A Cheney se le atribuye la misión de fijar [illegible] sobre la reestructuración de las FFAA, proceso que [illegible] en la mayoría de los países latinoamericanos, con vistas a incorporarlas a las nuevas hipótesis de conflic[illegible] to que incluyen la participación activa de los militares en la represión del narcotráfico.

El secretario de [illegible] buscará desplazar a los proveedores europeos de armamentos.

El gobierno argentino espera cerrar tratos para la provisión de helic[illegible] Hércules para la Fuerza Aérea.

Se sostiene además que Cheney informará de un proyecto del Pentágono para trasladar sus instalaciones del Comando Sur a[illegible] en Panamá a la Escuela de Guerra de Brasil. La meta sería crear un sistema integrado de defensa recíproca

01/02 9203442

Estado

yecto Cóndor

La Ref.: 8/2/92



que abarque la lucha contra el narcotráfico.

Fuentes militares aseguran además que Menem recibirá a Cheney, con la firma de un decreto que levantaría el secreto sobre el misil Cóndor II, según reclamos insistentes del embajador de EEUU, Terence Todman. El vicecanciller Juan Carlos Olivera informó ayer en Río de Janeiro a su colega Marcos Azambuja sobre las decisiones oficiales en relación a proyectos estratégicos, entre las que se encuentra la cancelación de la venta a Irán de "elementos duales" en materia nuclear.

02/02

9203442

La Nación — Domingo [illegible]

Primeros pasos de Durañona y Vedia en Corrientes

Por Daniel [illegible]
(Enviado especial de LA NACION)

CORRIENTES.– A [illegible] de [illegible] cargo de la interven- ción del gobierno de esta provin- cia, Francisco de Durañona y Ve- dia [illegible] Electoral. [illegible]

[illegible]

[illegible] a su nuevo go- bernador.

Entre los pocos datos que se pu- dieron conseguir del [illegible] el más significativo es que nombrará ministro de Econo- mía durante su gestión a Rafael Gonzalez, un hombre de Domingo Cavallo.

"El resto de los funcionarios del nuevo gabinete jurará mañana a las 19", se limitó a decir el inter- ventor.

La cautela del legislador se debe a que existe una gran expec- tativa en los partidos mayoritarios correntinos por los nombres de quienes participarán del gobierno hasta la realización de los comi- cios. [illegible]

[illegible] a buen término los nuevos comi- cios.

Si estos se realizaran bajo la constitución actual, Durañona no correrá el riesgo de que vuelva a surgir otro conflicto en el Colegio Electoral. "Antes de las elecciones –dijo– se acordarán los meca- nismos para una solución defini- tiva, que serán claros y públicos".

La Nación 9/2/92

El PJ controla el 52 % de las comunas del país

Más de la mitad de los 1110 intendentes elegidos en 1991 pertenecen al Partido Justicialista, según [illegible] trabajo de [illegible] elaborado por el Centro de Estudios para la Nueva Mayoría.

El justicialismo consiguió las cifras más altas de efectividad [illegible] en candidatos a jefes comunales en Santiago del Estero, con el 92,3 por ciento; en Jujuy, con el 90,9; en la Rioja, con 100 por ciento; en Mendoza, con el 77,8, y en San Luis, con el 73.

Menor presencia en Neuquén

Los distritos en los que el peronismo tiene menor presencia a nivel comunal son Neuquén, donde sólo logró el 11 por ciento de las intendencias, y Corrientes, provincia en la que obtuvo el 16 por ciento de las comunas.

La UCR, en Río Negro y Córdoba

En el caso de la Unión Cívica Radical, las provincias donde tiene mayor control comunal son Río Negro, con el 62 por ciento de los intendentes, y Córdoba, distrito en el que consiguió el 55,2 por ciento de [illegible] dades.

En cambio, las [illegible] en las que la UCR [illegible] comunal son, [illegible] donde [illegible] Santiago del Estero, con el [illegible] ciento de [illegible] y San Juan, con sólo el [illegible] por ciento de jefes comunales.

En cuanto a las agrupaciones y fuerzas de centro-derecha y los partidos provinciales, éstos [illegible] un total de 209 intendentes en todo el país, lo que representa [illegible] por ciento del total.

La lista se cierra con las fuerzas de centro-izquierda, [illegible] que [illegible] ocho intendencias, que [illegible] en el exiguo 0,8 por ciento.

Como conclusiones, el estudio de Nueva Mayoría consigna que, como consecuencia de los comicios de 1991, el Partido Justicialista ostenta un claro predominio en materia de intendentes, ya que cuenta con 582 de los 1110 jefes comunales (52,4 %), y que la UCR ocupa el segundo lugar, con 377 intendentes que representan el 34 por ciento del total.

01-01 9203444

Nº DOCUMENTO

TITULO Espectativas oficiales por viaje de Menem a Francia.

PROCESO 150024

FECHA 9/2/92

VINCULO 10033

11164

11399

RS

RS

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 9 de febrero de 1992

LAS EXPECTATIVAS OFICIALES ANTE EL NUEVO VIAJE DEL PRESIDENTE

Tras un golpe de impacto

Hijo del romance que el empresariado francés ha establecido con la desarticulación del patrimonio estatal de la Argentina, el viaje que iniciará mañana Carlos Menem a Francia —y a las comunidades europeas— tuvo en su gestación un signo económico casi excluyente. Pero en los últimos días tanto el canciller **Guido Di Tella** como el embajador francés **Pierre Guidoni** aquí se han preocupado, de cara a la opinión pública local, por construir también **una dimensión política** para la visita.

Esta comunidad de intenciones **no implica** que exista una única interpretación sobre los contenidos políticos de la agenda, pero sí sugiere que este contacto cumbre entre Francia y la Argentina fue construido con **especial cuidado por las partes**. Es que Menem se ilusiona con la posibilidad de dar **un golpe de impacto personal** en el gobernante socialista francés, al que siempre consideró un bastión de aliados del alfonsinismo y, en consecuencia, hostil a su propia figura.

Esa evaluación de la disposición francesa, y europea en general, siempre fue —como tantas otras del presente gobierno argentino— un tanto simplista. Los indicios sugieren que París **efectivamente está dispuesto a abrirle a Menem el espacio que busca**. Después que los capitales franceses realizaran inversiones de la dimensión hecha por empresas como **Total** en el área de petróleo y, aunque menor, por **Telecom** en comunicaciones y que otros hombres de negocios galos dirigieran miradas codiciosas hacia los activos de Gas del Estado y Obras Sanitarias, no parece quedar demasiado espacio para la indiferencia o la descortesía en el vínculo bilateral.

Di Tella, recordando su propia visita preparatoria del año pasado, aseguró a **Clarín** que el atractivo que la figura de **Raúl Alfonsín** ejerció durante los años iniciales de su gestión entre los socialistas franceses **"se ha desvanecido"** y que la predisposición hacia el **actual gobierno de los argentinos "es francamente mucho mejor que la que yo esperaba cuando arribé a París"**.

Guidoni es apenas más cauto. **El diplomático sugirió** que la recepción que Francia brinde a Menem **"dependerá mucho del propio presidente"**, pero acotando de inmediato: **"Por lo que conozco de su [illegible] sé que no tendrá muchos problemas"**. Menem no limitará sus contactos al oficialismo: en París dialogará también con los opositores **Raymond Barre**, Jacques **Chirac, Valery Giscard d'Estaing** y con el socialista en el llano **Laurent Fabius**.

En más de un sentido, Menem tendrá en su escala inicial —la ciudad de Estrasburgo— una suerte de preestreno de su recepción francesa. En el Parlamento Europeo es el socialismo el bloque mayoritario entre sus 518 miembros, aunque sean en verdad los democristianos —gracias a la influencia creciente de la poderosa Alemania— los que conduzcan el espectáculo en el recinto.

El escaparate del Parlamento Europeo ejerció, en la década pasada tal fascinación sobre Alfonsín que, en un viaje desde Leningrado, no dudó desestimar las advertencias de sus pilotos y desafiar las malas condiciones climáticas para llegar a la cita en la que los legisladores le entregaron un galardón por su [illegible] **de derechos humanos**.

La prueba más acabada del deseo compartido de eludir problemas es el claro y tácito acuerdo al que arribaron las partes para reducir, durante el contacto, a su mínima expresión el espacio [illegible] importante que tienen hoy las re[illegible] terca **resistencia francesa** a aprobar la [illegible] **subsidios agrícolas europeos**, que es el [illegible] mantiene en terapia intensiva a la agenda [illegible] Uruguay del GATT (Acuerdo General sobre [illegible] y Tarifas).

Di Tella confesó que **"donde más insistiremos** [illegible] el reclamo [illegible] **en Estrasburgo y Bruselas** (donde Menem visitará el Consejo de las Comunidades Europeas), **porque allí es parte del ritual que se espera que cumplamos, pero en París es otra cosa. No estamos dispuestos a irritar sin beneficio a nuestros anfitriones franceses. En París el costo político del desacuerdo sería mucho mayor que en la CEE. Después de todo** —agregó apelando a su vena realista—, **si Francia cede en su posición será como consecuencia de las demandas norteamericanas y no de las argentinas"**.

En cuanto a la dimensión política el diplomático francés la imagina como una suerte de **briefing** recíproco en el más alto nivel: **"Para el gobierno francés será útil escuchar la opinión argentina sobre la realidad latinoamericana y, de igual modo, para el presidente Menem será bueno incorporar el análisis francés sobre la realidad internacional y sobre este, entre comillas, nuevo orden internacional del que ahora tanto se habla"**.

En otras palabras, después de dos años de mirar hacia el norte de América casi en forma permanente, este viaje europeo puede muy bien ser el comienzo de una nueva etapa en la educación de Menem en las complejidades y diferencias que presenta ese primer mundo que tanto lo seduce.

Oscar Raúl Cordoso



"DOC. POCO LEGIBLE"

01/01

9203445

VISITARA FRANCIA Y BELGICA EN BUSCA DE INVERSIONES Y ACERCAMIENTO A LA CEE

Menem inicia hoy su gira europea

El presidente Carlos Menem partirá esta noche rumbo a la ciudad francesa de Estrasburgo, en donde será huésped del Parlamento Europeo, iniciando así una gira de nueve días. El jefe del Estado se reunirá, entre otros, con el presidente François Mitterrand, e intentará estimular a los capitales europeos para invertir en la Argentina en un año previsto como de grandes privatizaciones.

El presidente Carlos Menem iniciará esta noche, al viajar a la ciudad de Estrasburgo, Francia, una gira europea que se extenderá por espacio de nueve días para explicar "por qué la Argentina se ha convertido en un país con estabilidad y crecimiento". Previamente encabezará, por la mañana, una reunión de gabinete en la residencia de Olivos.

La primera gira europea del año —que incluye Bélgica— comenzará formalmente cuando el Presidente, al arribar a la ciudad de Estrasburgo, se convierta en huésped del presidente del Parlamento Europeo, Egon Klepsch. Posteriormente se dirigirá a la ciudad de Bruselas, donde el rey belga Balduino recibirá al jefe del Estado argentino, y adonde acudirán también las máximas autoridades de la Comunidad Europea, encabezadas por el presidente Jackes Delors.

Durante el próximo fin de semana, Menem permanecerá en Bruselas y hará una visita privada a la ciudad de Brujas. A partir del lunes 17, iniciará oficialmente una visita de tres días a Francia.

Comitiva

Carlos Menem irá acompañado por una comitiva de 12 miembros, que integran, entre otros, los ministros de Economía e Interior, **Domingo Cavallo** y **José Luis Manzano**, el canciller **Guido Di Tella**, la embajadora itinerante **Amalia Lacroze de Fortabat**; el presidente de la Casa de Moneda, **Armando Gostanián**; el secretario de Inteligencia del Estado, **Hugo Anzorregui**.

También acompañará a Menem un grupo de empresarios, entre los que se encuentran el presidente de la Sociedad Rural Argentina, **Eduardo de Zavalía**, y el de la Unión Industrial Argentina, **Israel Mahler**.

La primera actividad oficial de Menem en París será una visita al **Elíseo**, sede del gobierno de **François Mitterrand**. Allí ambos jefes de Estado compartirán un almuerzo de un total de veinte personas, de las cuales nueve serán acompañantes del visitante y nueve del anfitrión.

Durante su estada en Francia, Carlos Menem mantendrá, además, reuniones con políticos opositores como **Valery Giscard d'Estaing, Raymond Barré, Jackes Chirac** y con el socialista **Laurent Fabius**.

El miércoles 19, después de un almuerzo en la Cámara de Comercio de Francia, emprenderá el regreso a América, previa escala de un día y medio en la ciudad de Canela, Brasil.

Allí intercambiará, junto a sus colegas del Mercosur, **Fernando Collor de Mello, Patricio Aylwin, Luis Lacalle** y **Andrés Rodríguez**, ideas sobres las posiciones conjuntas o simultáneas para presentar en la cumbre mundial de Medio Ambiente, que se realizará en junio próximo, en Río de Janeiro.

Los objetivos del viaje

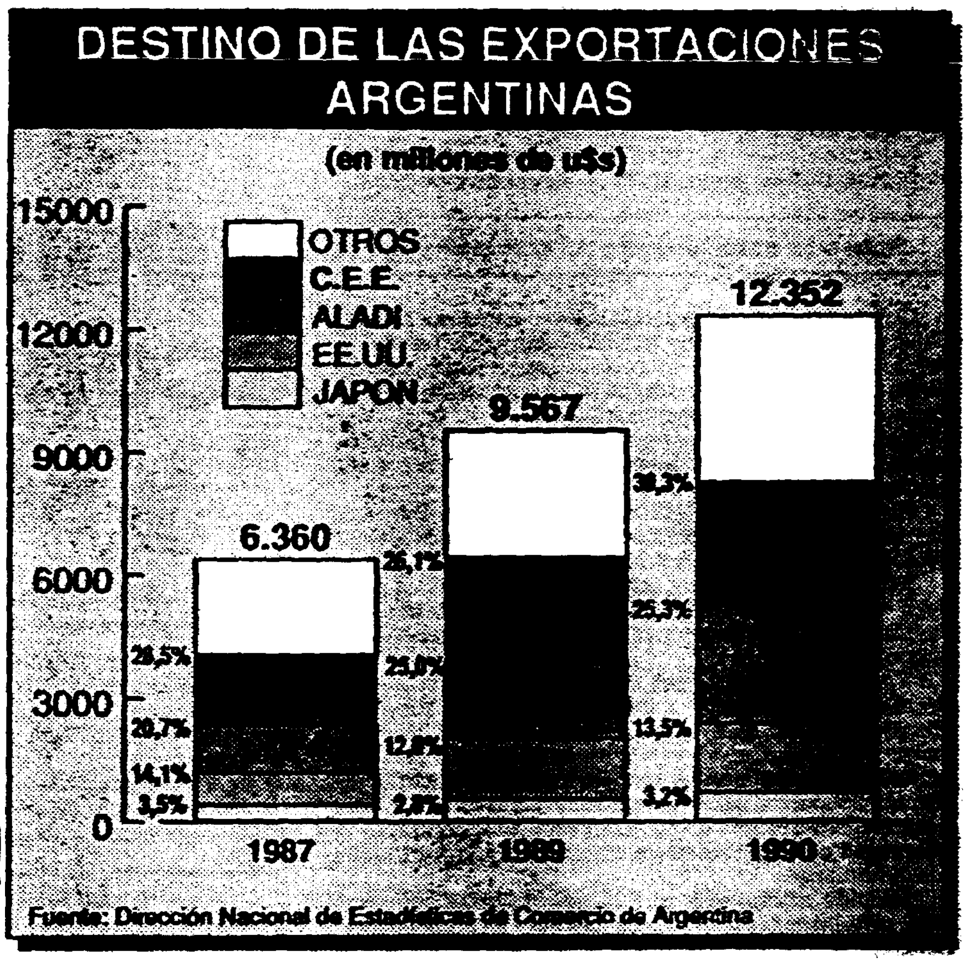
El presidente Carlos Menem explicó el sábado desde La Rioja —a donde fue a descansar para luego viajar a primera hora de ayer a la ciudad de Tartagal, Salta, y así tomar contacto directamente con la situación derivada del severo brote de cólera allí registrado— que confiaba poder difundir en Europa "las posibilidades que van a tener todos los empresarios y capitales del mundo de llegar a nuestro país para ayudarnos en esta tarea de desarrollo que hemos puesto en marcha hace dos años y medio".

Uno de los objetivos de la gira europea estará focalizado en la ciudad alsaciana de Estrasburgo, cuando, por separado, Carlos Menem pueda explicar a Jackes Delors y a Egon Klepsch, su propuesta para favorecer la inmigración de europeos del Este hacia la Argentina —unos cien mil, que aportarían mano de obra calificada— con financiación de la Comunidad.

Al mismo tiempo, y sobre todo a partir de los tres días que la comitiva argentina permanecerá en París, se procurará promover la participación de capitales franceses en el proceso de privatizaciones que para 1992 tiene previsto desarrollar el gobierno argentino, a partir de antecedentes de importancia como fueron la participación de Telecom en la privatización de teléfonos, o de Total, en el área del petróleo. Empresarios franceses, por otra parte, se han mostrado interesados en los activos de Gas del Estado y Obras Sanitarias, empresas que forman parte del paquete de privatizaciones previstas para este año.

Otra de las metas codiciadas por el gobierno nacional, aunque no verbalizadas explícitamente, será la de revertir la imagen negativa de Carlos Menem que, según el peronismo, sembró el radicalismo entre los amigos europeos del ex presidente Raúl Alfonsín.

En la Cancillería argentina se sostiene que el momento para hacerlo es [illegible] que la figura que el ex presidente despertó en los años iniciales de su gestión "se ha desvanecido". El propio canciller Di Tella dijo que la expectativa hacia el gobierno argentino "es francamente mucho mejor de la que yo esperaba".



Fuente: Dirección Nacional de Estadísticas de Comercio de Argentina

EN BUSQUEDA DE UN ACERCAMIENTO CON LA CEE

El Presidente viajó a Europa

Anoche, el presidente de la Nación, Carlos Menem, inició una gira de diez días por Europa, con el propósito de explicar "por qué la Argentina se ha convertido en un país con estabilidad y crecimiento", según afirmó ayer. Menem, acompañado por los ministros Cavallo, Di Tella y Manzano, llega hoy a Estrasburgo donde mañana hablará ante el Parlamento Europeo.

El presidente Carlos Menem partió anoche hacia Estrasburgo, donde iniciará una gira europea de diez días que también lo llevará a Bélgica. En ambos escenarios promoverá la radicación en el país de capitales extranjeros, a través de su participación en las privatizaciones, y la inmigración de pobladores del Este europeo y de algunas repúblicas de la ex Unión Soviética. Luego irá al Brasil para participar de una reunión del Mercosur.

El primer mandatario partió desde el aeropuerto internacional de Ezeiza recién a las 0.30 de anoche, en lugar de hacerlo a las 21 como estaba previsto. El encuentro de fútbol entre Argentina y Uruguay, en el que estaba en juego la clasificación, y que se desarrolló desde las 22.30, lo retuvo frente a la pantalla del televisor.

A las 21 partió desde Casa de Gobierno hacia el aeropuerto un transporte con el equipaje del jefe del Estado: cinco valijas, un enorme baúl, cuatro portatrajes, dos amplias cajas con camisas y un bolso deportivo con dos raquetas.

El propósito de esta gira, la primera que realiza a Europa en este año, es explicar "por qué la Argentina se ha convertido en un país con estabilidad y crecimiento", según lo afirmó el mandatario (véase aparte).

El Presidente, acompañado por los ministros de Economía, Domingo Cavallo; de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella, y del Interior, José Luis Manzano, y junto con un grupo de empresarios, arribará hoy en primer término a la ciudad alsaciana de Estrasburgo, donde realizará una visita de trabajo a la sede del Parlamento Europeo.

Allí Menem será huésped del presidente de ese foro, el brazo legislativo de la Comunidad Económica Europea, Egon Klepsch, y hablará ante el foro para explicar la propuesta argentina de promover la inmigración de cien mil ciudadanos provenientes del Este europeo, con financiación de la CEE.

Desde esa ciudad, el jefe del Estado partirá el jueves próximo hacia Bruselas, Bélgica, donde sostendrá otro encuentro de trabajo con las autoridades de la Comunidad Económica Europea y visitará al rey Balduino.

En Bélgica Menem y su comitiva realizarán una visita a la ciudad de Brujas y el lunes 17, luego de un descanso de fin de semana en las islas Canarias, comenzará la visita oficial a Francia, que incluye encuentros con su colega François Mitterrand y con la primera ministra Edith Cresson. También tendrá encuentros con políticos de la oposición.

EN EL PARLAMENTO EUROPEO

Primer paso

ESTRASBURGO, Francia (Enviado especial). — Carlos Menem eligió bien el momento para iniciar en esta antigua colonia del imperio romano —su nombre de entonces era Argentoratum— su visita a las comunidades europeas. La mayoría de medio millar de miembros del Parlamento Europeo será testigo de su presencia y escuchará su mensaje, con lo cual parece tener asegurado un auditorio tan nutrido como el que en la década pasada rindió homenaje político a Raúl Alfonsín.

Esa simetría no es un dato trivial para el presidente argentino, quien decidió que su propia presencia en esta ciudad tenga una envergadura igual o superior a las que tuvieron las visitas de su predecesor en el cargo. La relación de Menem con los dirigentes y con la opinión pública del Viejo Continente ha sido, y aún es, bastante más difícil que aquella de la que goza con los Estados Unidos.

Escoger un momento en el cual el Parlamento tiene, como en estos días, muchos de sus escaños ocupados tampoco es sencillo. Los legisladores del Foro Supra Nacional han sentado una tradición de ausentismo y abstención (el promedio de votos emitidos es de 260) que no ha contribuido precisamente a transformarlos en los factores más prestigiosos de la integración de este gran espacio económico-político.

Una de las razones por las cuales tantos parlamentarios accedieron a hacer una de sus periódicas excursiones hasta esta ciudad de poco menos de 300 mil habitantes es porque aguardan para dentro de pocos días que el presidente de las comunidades, Jacques Delors, anuncie el nuevo presupuesto quinquenal que llevaría a sus 12 [illegible] a invertir más de 100 mil [illegible] de dólares en 1992.

Ese [illegible] de Delors tiene, por supuesto, fuertes resistencias entre los socios, pero los legisladores comunitarios están dispuestos a dar batalla junto al presidente, respetando la ley no escrita según la cual en materia de recursos todos los organismos de la CEE [illegible] pujan al unísono y en la misma dirección.

Lo que el argentino aprende [illegible] drá muy bien servirle antes de [illegible] mismo imagina, en el [illegible] cosur, ensayo [illegible] repetir mucho del camino [illegible] CEE. No hay, en este clima [illegible] parlamentario, una expectativa [illegible] por la próxima visita de [illegible] esa atención es precisamente [illegible] deberá comenzar a ganarse el argentino esta tarde, a partir de las 19 hora local (16 hora de la Argentina) cuando su avión lo deposite en el aeropuerto local.

Oscar Raúl Cardoso

Buenos Aires, miércoles 12 de febrero de 1992

[illegible] EN LAS PRIVATIZACIONES, QUE MOVILIZARAN 30 MIL MILLONES DE DOLARES

Menem convoca a inversores europeos

[illegible] Carlos Menem cumplirá hoy su primer [illegible] al hablar ante [illegible] la ocasión para [illegible] a los capitales de la región a participar de la [illegible] del proceso privatizador argentino que [illegible] negocios del orden de los 30 mil [illegible]. También reclamará una reducción en los subsidios agrícolas. Asimismo, Menem [illegible] que la Argentina está dispuesta a ratificar en breve el Tratado de Tlatelolco.

ESTRASBURGO, Francia (Enviado especial). — Carlos Menem empleará hoy el escenario del Parlamento Europeo para exhortar a los capitales de este continente a participar en la segunda etapa de su programa privatizador que, según el cálculo oficial, encierra negocios por más de 30 mil millones de dólares. Como equilibrio de esta invitación a tal bonanza económica, apelará a la conciencia de los doce estados de la Unión Europea para que reduzcan sus subsidios agrícolas, evitando de este modo el colapso definitivo de la ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General sobre Comercio y Tarifas) y la "guerra comercial" que se vaticina como su consecuencia inevitable.

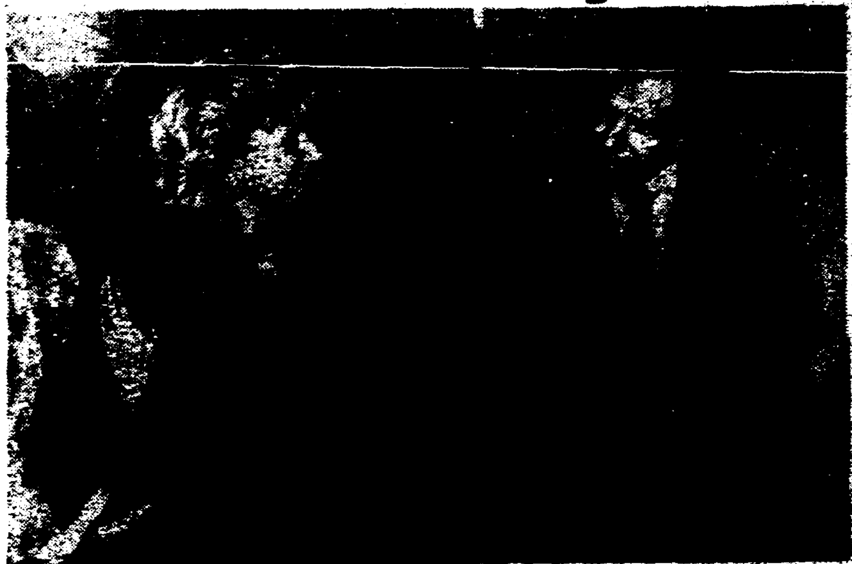
El Presidente le hablará a los legisladores de las posibilidades que el país ofrece en las áreas del gas natural, el petróleo, la electricidad, los puertos, la siderurgia y todas las formas de transporte, sumándole garantías taxativas de seguridad. Conscientes de los claroscuros que dejaron sus primeras privatizaciones, Menem ratificará que el único camino elegido para la reconversión estatal es el de la licitación internacional transparente.

El presidente argentino arribó anoche a esta ciudad, primera escala de su doble visita de trabajo a las comunidades europeas y a Francia, y desarrollará en su primera jornada una abultada agenda que, además del mensaje ante el pleno del Parlamento, incluirá reuniones con los jefes de las bancadas socialista, democristiana, liberal y conservadora y con el ex presidente francés Valery Giscard D'Estaing.

Por la noche, partirá hacia Bruselas donde completará su programa comunitario, reuniéndose con el presidente del organismo ejecutivo, Jacques Delors. En esa escala se sumará el ministro de Economía, Domingo Cavallo, una figura central de la delegación.

El programa de estabilización económica de Cavallo se ha convertido en la carta de presentación argentina aquí. Un solo antecedente ofrece la dimensión de esta presencia argentina: Menem tuvo una oferta anterior para viajar hasta las comunidades en febrero de 1990. La suspendió por la traumática situación doméstica de entonces, pero quizá también porque aquel ofrecimiento incluía solo un saludo protocolar en Bruselas por parte de una comisión reducida de legisladores del Parlamento y no la sesión especial con la que se lo distinguirá hoy.

Tal como la describen aquí las fuentes de la delegación, la gestión del mandatario argentino ofrece un contraste interesante con lo que ha sido en sus dos primeros años de gobierno el criterio rector de su política exterior: la búsqueda de un alineamiento con los Estados Unidos. Es como si, al cabo de este período inicial, en el que se combinaron ajuste económico ortodoxo, privatización y gestos de dirección unívoca hacia Washington, el Gobierno abriera ahora los ojos a la realidad emergente en la cual Europa se ha transformado en el principal [illegible], primer socio comercial y mayor fuente de ayuda económica para la Argentina.



El presidente Carlos Menem dialoga con la vicepresidenta del Parlamento Europeo, Chantal Pery, el lugar que [illegible] Estrasburgo. Hoy, en ese foro, anunciará Menem la decisión argentina de firmar el Tratado de Tlatelolco.

En alguna medida esta instancia parece ratificar que la voluntad política puede empujar con mucha fuerza en una dirección, pero que el peso de la historia y de los intereses objetivos son los que terminan por determinar el curso que sigue un país. El embajador argentino ante las comunidades, Diego Guelar, se entusiasmó ayer —poco antes de recibir a Menem— recordando a quien quisiera escucharlo que "el horizonte sugiere que dentro de no mucho tiempo, el noventa por ciento de los servicios públicos argentinos será de propiedad europea".

La balanza comercial de 1990 es reveladora: sus cifras muestran que la Argentina vende a Europa [illegible] productos primarios y manufacturas de origen agropecuario que a los Estados Unidos, Japón y a los países de la ALADI (Alianza Latinoamericana de Integración) juntos, aun cuando se siente víctima del proteccionismo expresado en la PAC (Política Agropecuaria Común) de las comunidades.

"Hay más deuda argentina registrada en la plaza financiera de Londres que en la de Nueva York —agregó el diplomático— [illegible] la influencia que [illegible] ejercen en el [illegible] nacional es [illegible] Europa la que [illegible] en el organismo."

En un tono [illegible] to, el canciller [illegible] que [illegible] "los [illegible] de un [illegible] de la Argentina [illegible] Para [illegible] [illegible]

Tal [illegible] co y [illegible] Esta es una [illegible] hace mucho [illegible]

Tlatelolco, en corto tiempo

ESTRASBURGO (Enviado especial). — El presidente Carlos Menem declarará hoy ante los legisladores del Parlamento Europeo que la Argentina está dispuesta a ratificar "en un corto tiempo" el tratado de Tlatelolco (de [illegible] ción de América latina) del año [illegible].

La Argentina es miembro contratante de ese tratado, pero se ha negado sistemáticamente a ratificarlo por considerarlo discriminatorio para los países que desarrollan un programa atómico con fines pacíficos.

Menem ya había anticipado la intención de rever esa negativa, pero en su [illegible] hoy le agregará la intención de ratificar [illegible] co en un futuro cercano.

Reestructuración del Estado - 300.000 agentes pasarán a disponibilidad.
150024
12/2/92
10033
11164
11302

Casi 300 mil agentes en disponibilidad

Duhalde firmó el decreto por el que los empleados de la administración bonaerense podrán ser jubilados o reasignados en sus tareas

Todos los empleados de la administración pública bonaerense —casi 300 mil— pasaron ayer a disponibilidad tras la firma, por parte del gobernador Eduardo Duhalde, del decreto reglamentario de la ley de reconversión del Estado, cuyos detalles y consecuencias habían sido anticipados días atrás.

La determinación incluye, además, al personal de los organismos descentralizados de la provincia, según se informó oficialmente.

Los empleados de la administración bonaerense quedan así expuestos en su totalidad a ser jubilados por edad avanzada, asignados a otras tareas, trasladados o reubicados. El Poder Ejecutivo se reserva también la facultad de confirmar a los agentes en los puestos que ocupan actualmente, si las autoridades lo consideran conveniente.

Durante una reunión que mantuvo con sus ministros, el mandatario bonaerense ordenó que "las nuevas funciones y misiones de los estamentos conductivos de la administración, sean definidas en un plazo de 60 días".

Duhalde estableció que una vez transcurridos los dos meses, el personal restante deberá ser encasillado en las nuevas funciones que se cumplirá en un lapso de 30 días más.

Durante el mismo encuentro, el gobernador pidió a sus colaboradores más directos que continúen avanzando en un "proyecto de regionalización de la provincia que permita la compatibilización de las delegaciones del gobierno provincial en áreas geográficas homogeneas".

Sobre el tema el portavoz del mandatario bonaerense, Luis Verdi, explicó que "la actual división de la administración pública en 22 regiones resulta absurda y no permite una adecuada representatividad". En cambio acotó que "la idea de Duhalde es avanzar en un proceso de desconcentralización, creando regiones que tengan comunes denominadores en cuestiones vinculadas a su productividad y desarrollo".

Por su parte, el intendente de La Plata, Julio Alak, había declarado anteayer en disponibilidad a los 5.100 empleados de esa municipalidad. A esa medida agregó ayer una nueva disposición con el objetivo de contener el gasto municipal, y que apunta en lo fundamental a reducir la cantidad de horas extras de los empleados de la comuna y a limitar las erogaciones del crédito vigente (presupuesto 1991), prorrogado para el ejercicio fiscal de 1992.

El titular del Banco de la Provincia de Buenos Aires, Rodolfo Frigeri, quien también estuvo presente en la reunión con Duhalde, se mostró optimista sobre los convenios que se suscribirán con la Nación para la compatibilización de deudas.

Para las autoridades bonaerenses, superada esa instancia se liberarán fondos de la entidad financiera oficial para la implementación de líneas de créditos destinadas a la clase pasiva y al desarrollo de la pequeña y mediana empresa en la provincia más grande del país, asistencia que se estima anunciar a fines de este mes.

El gobernador Duhalde tiene expectativas sobre la concreción de esos emprendimientos ya que contribuiría a paliar en parte las carencias que dejará la reducción de los puestos en la administración pública de ese distrito.

01/01

9203449

PIDIÓ A LA COMUNIDAD ECONÓMICA QUE FORME UNA COMISIÓN

Menem ofreció radicar 300 mil ciudadanos de

El presidente Carlos Menem al hablar ayer ante el Parlamento Europeo ofreció abrir las fronteras para la radicación de 200 a 300 mil ciudadanos de los países que integraron el disuelto bloque soviético. Interrogado por los periodistas negó que se propusiera un canje por la deuda externa o que se exigiera una tarifa por inmigrante recibido. Dijo que el plan solo obedece a un principio de solidaridad. Se daría prioridad a quienes pertenezcan a colonias ya establecidas en el país. Menem también reclamó que Europa revea su política de subsidios agrícolas, pero su reclamo fue respondido con largas explicaciones y evasivas.

ESTRASBURGO, Francia (Enviado especial). — **Con retórica de sesgo alberdiano, Carlos Menem ofreció ayer abrir las fronteras nacionales a "200 o 300 mil" inmigrantes de Europa del Este** y apenas tuvo tiempo para asombrarse por la velocidad con la que sus interlocutores del Parlamento Europeo decidieron tomar lo dicho al pie de la letra. La consecuencia más clara de la jornada presidencial en esta ciudad es que ya hay en el horizonte inmediato una comisión bilateral para estudiar lo que podría llegar a constituir para la Argentina la ola inmigratoria más importante desde principios de siglo.

El esquema argentino —más imaginado que pensado— propone incentivar la absorción de una parte de la emigración del antiguo bloque soviético, que ya está en marcha, y promete convertirse en un diluvio humano dentro de poco, siempre que reúna algunas condiciones básicas.

- Por origen étnico, debería tener antecedentes de inserción exitosa en la Argentina. Este es un requisito en el que caben, entre otros, **los polacos, los alemanes** (se presume que provendrían de la desaparecida partición oriental) y **hasta los armenios y ucranianos de la extinta URSS.**
- Por extracción los inmigrantes deberían formar parte de la herencia de ilustración que dejó un comunismo cuya utopía social fue mucho más eficiente en lo educativo que en lo económico. El ministro del Interior, **José Luis Manzano, se ilusionó en una de sus explicaciones con una "mano de obra calificada más sólida en lo intelectual que la doméstica".**
- Que llegue acompañada de una inversión mínima que garantice una rápida inserción en el circuito económico nacional, revitalizándolo y no profundizando su crisis. La idea se asienta sobre el escenario de fiesta del actual programa económico, que **prevé para fines de este año un desempleo inferior al 4 por ciento de la población activa.**

Tras el gesto, explicitado en su discurso de ayer ante el Parlamento Europeo, los resultados parecieron orillar la demasía. **Los aplausos a la propuesta duraron menos que los reiterados pedidos de precisiones.** En busca de un impacto político, **Menem terminó** por reclinarse sobre un nervio vivo de la Europa de hoy: el intenso temor de que los desheredados del socialismo asfixien la isla de la opulencia que es Europa occidental.

Menem pareció decirle a Europa que la Argentina está efectivamente dis-

Inversión belga por u$s 50 millones

ESTRASBURGO (Enviado especial). — El anuncio de una **inversión directa belga de 50 millones de dólares** —comprometida por el grupo **Interbrewleuven**— será hoy uno de los puntos destacados de la presencia en Bruselas, sede de la comisión de las comunidades europeas, del presidente argentino, dijeron fuentes de la comitiva oficial.

Menem viajó ayer a Bélgica donde permanecerá hasta el domingo próximo, cuando regresará a Francia para su visita oficial. Allí se reunirá con **Jacques Delors**, presidente de la comisión, quien anunciará su viaje a la Argentina en junio próximo.

En Bruselas asistirá a la Fundación del Club Europa, formado por empresarios inversores en América latina.

El anuncio de la Corporación Cervecera Belga, [illegible] ayer su aprobación, es el símbolo de la intención del gobierno argentino en esta gestión exterior: no reclamar asistencia económica sino ofrecer buenas oportunidades de negocios.

El propio Menem dijo ayer que solo creía en una reedición del "Plan Marshall" de reconstrucción económica europea de posguerra si este tenía como destinatario al antiguo bloque oficialista.

Entusiasmado con este enfoque, el argentino habló de una reconstitución económica del "Eje Berlín-Tokio, en el que solo falta Roma, que tiene algunos problemas" como fuente probable del nuevo Marshall.

El ejemplo elegido no parece el más feliz. Los europeos solo pueden sentir aprensión frente a la recreación intelectual del bloque militar que arrastró al mundo a la Segunda Guerra Mundial.

PARA ESTUDIAR LAS MIGRACIONES

en la Argentina a Europa del Este

puesta a convertirse en lo que el cientista social **Alan Touraine** llama el "extremo Occidente", y los europeos escucharon tentados a pensar que era algo demasiado bueno como para ser realidad. Casi todas las preguntas de la conferencia de prensa que ofreció por la tarde se empeñaron en develar un interés oculto de la Argentina.

♦ Las dudas

Los periodistas querían saber si se establecería alguna suerte de tarifa por emigrante recibido, si la Argentina quería **"atar" esta propuesta a la solución a su problema de la deuda externa o a la dimensión de las inversiones europeas en el país. Menem y sus ministros negaron que la idea tuviese otro motor que el de la solidaridad, pero nadie quedó enteramente convencido.**

"Los europeos no pueden creer que la palabra inmigración tenga para nosotros una connotación distinta que para ellos", reflexionó el canciller **Guido Di Tella**. En este sector de Europa el término tiene una connotación apocalíptica, en su nombre reaparece el neonazismo y se debilita la generosa tradición de refugio en Alemania, y la derecha extrema adquiere **un discurso racista y xenófobo en Francia y España.**

Los pronósticos hablan de 20 millones de desplazados para los próximos años y la proyección de una reciente encuesta realizada por la prestigiosa **Eurobarometer** en Europa oriental afirma que **dos millones y medio de personas ya están haciendo sus valijas y preparándose para desafiar cualquier frontera.** La perspectiva asusta tanto a los europeos occidentales cuanto a los árabes y africanos que ya luchan contra el rechazo generalizado a su propia radicación europea.

La propuesta tiñó todos los contactos presidenciales. Cuando Menem le preguntó a **Valéry Giscard d'Estaing** cuál sería el futuro de la política de subsidios agrícolas, el ex presidente francés cambió abruptamente el eje de la conversación y quiso saber **"si la Argentina piensa negociar el proyecto inmigratorio con nosotros o con Europa oriental"**. La intención argentina es, de todos modos, obvia: el problema no es de los orientales precisamente.

La actitud de Giscard revela el otro dato central de la visita de **Menem** al Parlamento Europeo. Sus apelaciones a Europa para que revise su PAC (Política Agraria Común) fue respondida con largas **explicaciones, evasivas o conatos de hostilidad.** En un tramo del discurso, los legisladores del bloque "verde" (ecologistas) **comenzaron a golpear sus pupitres** —gesto de desaprobación— apenas instantes **después de haber querido iniciar un aplauso cuando Menem hizo mención a la renuncia argentina a las armas de destrucción masiva. Prueba de la forma en que se alternan aquí elogios y rechazos, en una reunión posterior común con Leo Tindemans, presidente del bloque verde, el argentino fue elogiado como "el primer presidente ecologista".**

♦ Los subsidios

En todos los diálogos, Menem se anotició de que la denominada **"propuesta Dunkel"** para reducir los subsidios agrarios está casi condenada al fracaso, y con ella la Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo sobre Comercio y Tarifas), que debería concluir en Pascuas.

El mismo mensaje recibieron los legisladores argentinos que acompañan al Presidente, **Felipe Sapag, Oraldo Britos, José Luis Romero Feris, Felipe Solá y Carlos Ruckauf.**

Esta visión se da de bruces con las seguridades discursivas con las que los Estados Unidos han venido disciplinando el respaldo argentino a Washington en el GATT. Apenas la semana pasada, en una conversación telefónica, **Carla Hills** —la negociadora comercial norteamericana— insistió ante **Di Tella** en que la Ronda Uruguay sería salvada. Esta cuestión clave es, para **Menem**, apenas un botón de muestra sobre la diversidad de criterios que encierra el Primer Mundo.

Con **179 eurolegisladores presentes** en la "sesión solemne" en la que habló **—sobre un total de 518—**, es posible que **Menem** haya extrañado formas más expresivas de recepción y hasta haya pensado que a su antecesor **Raúl Alfonsín** le fue mejor en el fasto europeo. Pero en verdad el programa económico y su propuesta sobre inmigración volvieron más cálidos y abultados los elogios y más tolerable la divergencia comercial entre la Argentina y Europa. El Presidente no cree que el gasto haya sido oneroso.

Oscar Raúl Cardoso

02-02

002/2

Doc. Poco Legible 9203450

Buenos Aires, viernes 14 de febrero de 1992 ★ CLARIN

ANUNCIO DEL JEFE DE LA UNION EUROPEA A MENEM. BUSCAN CERRAR ACUERDOS CON EMPRESARIOS

Jacques Delors visitará la Argentina

BRUSELAS, Bélgica (Enviado especial). — **Jacques Delors**, presidente de la Comisión de la Unión Europea, visitará a la Argentina entre el 6 y 9 de junio —el anuncio oficial se realizará hoy— y esos días servirán para que el encuentro informal empresarial argentino-europeo que puso en marcha anoche aquí **Carlos Menem** realice su verdadera presentación en sociedad.

Estos desarrollos muestran que la agenda presidencial para este viaje se está cumpliendo según lo previsto, incluida la desaceleración de actividad que Menem suele demandar en cada una de sus gestiones en el exterior, para generar tiempo libre. Esto significa que hasta su presencia en París, a partir del lunes, el corriente viaje presidencial no tendrá demasiados momentos de clímax.

A menos que se decida que los largos partidos de tenis que Menem compartió ayer con **Hugo Anzorregui** (titular de la SIDE), el brigadier **Andres Antonietti** y el diputado **Carlos Ruckauf** revisten significación mas allá del placer compartido por los contrincante.. O que hay algo más que [illegible]cdotas en el entusiasm[illegible] el [illegible]residente por los "sets" que espera jugar el sábado con el tenista profesional **Boris Becker**, por la música de lambada y de tango que amenizará su cena de ese mismo día o por el partido de fútbol que la misma Casa Real belga tuvo la gentileza de organizarles para el domingo.

Frente a este contexto de esparcimiento intenso, hasta la visita que Menem realizará en la mañana del sábado a Brujas, la hermosa ciudad belga de los canales del siglo XIV, parece haber perdido algo de interés para alguno de los miembros de su comitiva.

La carrera hacia el ocio se inició ayer mismo con el tenis y luego con la visita presidencial a la Grand Place —el centro histórico de arquitectura gótica de esta capital de un millón de habitantes—, que culminó con una degustación de los variados tipos de cerveza que han dado merecida fama a la industria de la bebida en este país. No fue la única satisfacción que el Presidente derivó de la cerveza; la empresa **Interbrew Leuvin**, que controla el 75% del mercado local de ese producto, confirmó que realizará la inversión directa de 50 millones de dólares en una moderna planta a instalarse en la zona de Pilar, provincia de Buenos Aires.



Agencia AFP.

El presidente Menem es saludado por Charles Nothomb y Frank Swaelen, al llegar al Parlamento belga. Hoy será recibido por el rey Balduino.

♦ Reservas de Cavallo

Es interesante acotar que, según fuentes responsables, el anuncio estuvo en duda hasta el martes porque el ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, tenía ciertas reservas sobre los plazos de instrumentación del proyecto. El canciller **Guido Di Tella** creyó que no podía desaprovecharse la ocasión, más que por el monto, por lo que implicaba en términos de expresión de respaldo al proceso argentino, y esto sedujo a Menem.

Sin embargo, los propios empresarios argentinos que se han asociado a la firma belga admitieron ayer que los estudios, aunque avan[illegible]dos, no han sido [illegible] y todavía [illegible] la canti[illegible] que producirá la nueva planta o el número de empleos que generará.

Cavallo, se sumó ayer aquí durante unas horas a la comitiva y frente a la búsqueda de ocio de Menem, pareció ganar una parte del centro de la escena de la delegación. Provisto de un video sobre el plan económico —con lo que el ministro parece haber optado por los ritmos de la cultura audiovisual del "Bit", como lo definen algunos teóricos de la comunicación— ensayó la seducción de un grupo de empresarios belgas. En gesto de sesgo difícil de comprender, unas horas más tarde, el [illegible] que quisieran escucharlo que Cavallo había descripto su propio plan y no necesariamente el de Menem.

Pero en verdad, Cavallo parece absorbido por la campaña de caza de votos entre sus colegas europeos y los bancos centrales de la Comunidad, con miras a la inminente negociación de la Argentina con el Fondo Monetario Internacional para acceder a los créditos de facilidades extendidas, que marcarían el comienzo del proceso de reestructuración de su deuda externa. Cavallo viaja hoy a Alemania, luego a Italia y el lunes se sumará a Menem en París para mante[illegible] que describió ayer a [illegible] como "[illegible] entrevistas a las que yo les asigno particular importancia".

El titular de Economía tuvo palabras cautas y, a la vez, reveladoras sobre la propuesta de abrir la Argentina a la emigración europea, con la que Menem está avanzando aquí. Admitió que los **cálculos económicos del proyecto no habían sido completados aún y sugirió que este no sería viable si no viniese acompañado por asistencia económica comunitaria.** Pero también aclaró que el impacto potencial de esas eventuales incorporaciones extranjeras al mercado laboral argentino no producirían ningún impacto negativo.

ASOCIACIONES GREMIALES Y PARITARIAS

Anuncian hoy [...] de reforma a las [...]

El ministro de Trabajo, Rodolfo Díaz, presentará hoy el proyecto de reforma a las leyes de asociaciones profesionales y de paritarias. Ambas normas, que deberán ser aprobadas por el Gabinete y luego giradas al Congreso, podrían ser incluidas en la agenda de las sesiones extraordinarias. Entre las modificaciones que fueron consultadas con expertos de la OIT se elimina la personería de las confederaciones y se mantiene el reconocimiento al sindicato más representativo por rama de actividad. Podrán crearse tantas centrales obreras como prefieran los sindicatos y se descentraliza la negociación salarial. Se busca destrabar la participación de listas por la minoría en las elecciones para la conducción de los gremios.

El Gobierno presentará hoy en sociedad dos anteproyectos de ley que tendrán una incidencia decisiva en la vida interna de los sindicatos y las relaciones laborales de la Argentina: **las iniciativas oficiales introducen modificaciones claves en las leyes de asociaciones sindicales y en la de paritarias.**

Ambos proyectos cuentan con el aval de una misión de la **Organización Internacional del Trabajo (OIT)**, que fue convocada por el presidente **Carlos Menem** para adecuar esas reformas a las normas internacionales que promueven ese organismo, el **Comité de Libertad Sindical** y la **Comisión de Normas de la Conferencia Internacional del Trabajo.**

Hasta última hora de anoche, funcionarios del Ministerio de Trabajo y de la delegación internacional ultimaban detalles de los proyectos que serán anunciados hoy a las 11 en la sede de la cartera laboral.

La irrupción en la geografía gremial de la **Comisión del Movimiento Obrero** —virtual adelanto de la anunciada reunificación de la CGT— con un claro sesgo opositor a las modificaciones de esas leyes y al sistema de obras sociales, decidió al Gobierno a apurar el expediente: **ambos proyectos viajarán al Congreso en un lapso no mayor de quince días.**

Hasta que los sindicalistas peronistas no pusieron en funcionamiento la semana pasada el dispositivo unidad, de acuerdo a los planes oficiales los proyectos iban a aterrizar en el Parlamento para el período de sesiones ordinarias, esto es a partir del 1º de mayo. **La virtual declaración de guerra sindical al Gobierno, sin embargo, no hizo más que acelerar la ofensiva oficial.**

♦ Período de consultas

Junto al anuncio de las modificaciones, las autoridades de la cartera laboral convocarán, a partir de hoy, a todas las organizaciones gremiales y a la desdeñada CGT-San Martín (pese a todo es la única central obrera reconocida por el Gobierno) a participar de un "período de consulta", al cual también será invitado el sector empresario.

Frente a una previsible reticencia sindical, el Ejecutivo ya tiene asegurado el visto bueno de la **Unión Industrial Argentina (UIA)** a los cambios en la negociación colectiva "para que haya una mayor descentralización y una menor injerencia estatal en la discusión de las paritarias".

Según pudo confirmar anoche **Clarín**, el ministro de Trabajo, **Rodolfo Díaz**, anunciará hoy además la próxima elaboración —y presentación— de otro proyecto que se sumará al paquete de leyes laborales: el mismo está referido a mecanismos de solución de conflictos. Esa norma introducirá nuevas pautas de acción para tratar de neutralizar conflictos que sobrepasen las diferencias salariales que puedan mantener patrones y trabajadores.

En relación a la ley gremial, el Gobierno mantendrá firme el actual sistema argentino que privilegia al sindicato más representativo por rama de actividad con el otorgamiento de una sola personería

los proyectos leyes sindicales

gremial, que lo autoriza a representar a todos los trabajadores del sector, estén o no afiliados al sindicato.

Días atrás, en cambio, el mantenimiento de esta personería única estaba en duda para las entidades de segundo y tercer grado, es decir las **federaciones y confederaciones**. Pese al silencio de radio que se impusieron los funcionarios de Trabajo para adelantar precisiones del proyecto, fuentes seguras dijeron a **Clarín** que las confederaciones perderán su personería.

¿Esto qué significa? **Que podría haber más de una CGT** con reconocimiento oficial. **Si bien hoy existen dos centrales obreras (la CGT-San Martín y la CGT-Azopardo)**, el Gobierno sólo reconoce como la "única CGT" —a través de la personería— **a la que nuclea al grueso de la dirigencia sindical** menemista y que comanda el mecánico **Raúl Amín**.

Si bien no trascendieron los detalles de esa modificación, se presume que podrán formarse tantas CGT como decidan las organizaciones gremiales, siempre y cuando esas eventuales confederaciones reúnan una serie de requisitos para poder ser inscriptas en un registro oficial.

La reforma sindical auspicia también el reconocimiento para los gremios que agrupan al personal jerárquico y la autonomía de sindicatos locales o seccionales. **Esto traerá aparejado no solo la elección directa de los dirigentes sino también la facultad de manejo directo de los fondos en esos niveles.** Además serán barridos los artículos de la ley que condicionan la obtención de la personería gremial a los sindicatos de oficio, empresa o categoría.

♦ **No más listas únicas**

"La ley quiere profundizar la democratización de los gremios", reitera el secretario de Trabajo y principal inspirador de las reformas, **Enrique Rodríguez** cuando ratifica que serán eliminados aquellos estatutos que son más restrictivos que la propia ley y hacen prácticamente un imposible que las corrientes opositoras entren en juego.

Con los cambios en la ley de negociaciones colectivas o de paritarias, el Gobierno introducirá el esquema de negociación articulada, que consiste en flexibilizar la metodología que se aplica en nuestro país. Entonces las paritarias se encuadrarán dentro de diversas categorías: **intersectorial, por una o varias ramas de actividad, por oficio o profesión, por empresa y aun por trabajadores.**

Por ejemplo, se negociarán convenios por rama o empresa que luego se "atarán" al convenio madre o general. En el caso de la UOM, habrá un convenio para todo el sector, pero los trabajadores de la rama automotriz podrán conseguir eventuales mejoras adicionales al resto de otras ramas como la siderometalúrgica.

La norma también hace hincapié en el concepto de productividad para aumentar salarios.

Para la resolución de conflictos salariales, el proyecto prevé "mecanismos muy novedosos", promete Rodríguez.

OPINA JULIO GODIO, CONSEJERO DE LA OIT

"La destrucción del sindicato provocaría tensiones sociales"

"La destrucción de los sindicatos equivaldría a que florezcan las tensiones sociales en el país". La consideración pertenece al consejero regional de Actividades de los Trabajadores **Julio Godio**, uno de los miembros de la misión de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), convocada por el Gobierno para discutir los contenidos de las nuevas normas.

Experto en temas sindicales y laborales, Godio confirmó a Clarín que la OIT recién estará en condiciones de emitir un pronunciamiento final cuando los proyectos queden sancionados. No es necesario que el experto aclare que los proyectos para modificar las leyes de asociaciones sindicales y de paritarias pueden sufrir variantes en su periplo por el Congreso y aledaños.

—Resulta casi imposible encontrar una encuesta que no coloque a los sindicalistas en el grado más bajo de credibilidad frente a la sociedad. ¿Cuáles son a su juicio los elementos centrales que expliquen esta crisis de la dirigencia sindical argentina?

—El modelo sindical argentino está inmerso en una crisis a la cual no son ajenas otras instituciones claves que rigen la economía y la sociedad argentina. Esos factores comunes tienen que ver con el paso de una larga etapa política en la cual se alternaban dictaduras con regímenes [illegible] democráticos, pero [illegible].

[illegible] cambió del modelo económico y el viejo discurso autoritario que impusieron durante años los gobiernos militares son los otros dos elementos que se conjugan en esa realidad de crisis sindical.

—Por dónde pasan entonces los problemas puntuales del sindicalismo...

—El sindicalismo argentino está ahora frente a un gran dilema: seguir aferrado a un sistema obsoleto u optar por un sistema en el que las modalidades de negociación colectiva tradicionales dejen paso a la articulación. En una palabra, pasar de la centralidad a la heterogeneidad. El otro gran problema de los sindicalistas peronistas es que no asumen que ya no son la "columna vertebral" del peronismo.

—Con esa línea de razonamiento, ¿se podría decir que los sindicalistas deberían ser apolíticos?

—No, de ningún modo, y seguramente seguirán preservando su identidad peronista. Pero deben comprender que el Estado, hoy conducido por un presidente peronista, mediatiza ese rol clásico que cumplía el sindicato. Ahora, los gremios deben fortalecer su autonomía frente al Estado y los partidos políticos. Si no comprenden eso les espera un futuro complicado...

—Para usted la clásica dirigencia sindical es capaz de aceptar nuevas reglas de juego?

—No hay que dividir entre dirigentes viejos y jóvenes. La división pasa entre los que no entienden nada de nada y los que buscan una renovación sindical. Lo malo de este cuadro es que hay muchos que quieren destruir al sindicalismo, especialmente varios sectores neoliberales y conservadores. Los quieren hacer retrotraer a épocas anteriores a 1945. Por lo tanto es responsabilidad de todos ayudar a cambiar al sindicalismo, porque su destrucción implicaría tensiones sociales nada deseables.

—Estas modificaciones a las leyes de asociaciones sindicales y de paritarias, que tienen la reprobación de la dirigencia, ¿ayudan a fortalecer al sindicalismo?

—Es prematuro opinar sobre proyectos que no son definitivos, pero se podría decir que los cambios cumplen con las [illegible] un nuevo sistema de [illegible] laborales en la Argentina. Porque [illegible] en curso [illegible] de los [illegible]. Deberán demostrar que son capaces de construir una centralidad sin viejos mecanismos a los que antes echaban mano.

Ricardo Blas



Julio Godio: "La democracia necesita sindicatos fuertes. Todos los sectores deben ayudar a cambiar al sindicalismo".

02 / 02

9203452

MENEM HIZO ENCENDIDA REFERENCIA A LA INTEGRACION DE AMERICA LATINA

CALIFICO a la región como "un mercado integrado en plena expansión" ante la Federación de Empresarios Belgas

BRUSELAS, (EFE).- El Presidente de Argentina, Carlos Menem, afirmó ayer, jueves, que "invertir en Argentina es sinónimo de invertir en América latina", región que puede ser considerada como "un mercado integrado en plena expansión".

Menem pronunció un discurso en la sede de la Federación de Empresarios Belgas (FEB), en Bruselas, en el que insistió en la estabilidad política y económica del país.

"Hemos transformado nuestra economía y nuestra región y ofrecemos a todos los inversores extranjeros las mejores condiciones económicas y políticas", afirmó.

Respecto a Bélgica, se lamentó de la debilidad de las relaciones comerciales y señaló que la tecnología de este país "puede constituir un elemento importante en el desarrollo y el crecimiento de Argentina".

Por su parte, el Presidente de la FEB, G. Devoldere, alabó que el Presidente argentino "lanzase un proceso de ajuste estructural riguroso para restablecer las bases de un crecimiento económico sano, fundado en una liberalización general de la economía en virtud de la cual, los precios, las tasas de interés y las tasas de cambio son ordenados por las fuerzas del mercado".

Devoldere expresó asimismo la sorpresa de los empresarios europeos por la recuperación económica de Argentina.

Razones para la inversión

También el Ministro argentino de Economía, Domingo Cavallo, destacó como razones para invertir en Argentina la estabilidad política y el hecho de que las reformas económicas tienen apoyo popular.

Además, según Cavallo, Argentina tiene experiencia con la economía de mercado, la inversión local y externa tienen igual tratamiento, la inflación ha sido derrotada y se ha integrado con otros países latinoamericanos.

En una rueda de prensa posterior, Menem señaló que "abrimos las puertas a la Comunidad Europea para que pueda invertir en Argentina en un marco de seguridad y estabilidad".

Respecto a la propuesta de acoger emigración de Europa Central y Oriental, insistió en que "Europa, por falta de infraestructura y espacio, no está en condiciones de recibir emigración masiva".

"Argentina, con ayuda comunitaria, está dispuesta a acoger en los próximos dos o tres años entre 200.000 y 300.000 emigrantes del Este, a partir del diálogo con los países involucrados", afirmó.

Dentro del marco de la visita de Menem, la Unión Industrial de Argentina firmó ayer un convenio de inversiones con la empresa belga "Fabrimetal".

Por otra parte, el grupo belga "Interbrew" anunció que construirá en Argentina una cervecería de una capacidad de al menos 500.000 hectolitros, se informó hoy.

El Presidente argentino se entrevistará mañana, viernes, con el Presidente de la Comisión Europea, Jacques Delors, y otros responsables comunitarios, con quienes tratará sobre la emigración de los países del Este y los prejuicios que para Argentina suponen los subsidios europeos a la agricultura.

"El sistema de subsidios beneficia a los productores ineficaces y perjudica a los productores eficaces", afirmó.

Menem señaló ante los periodistas que hay una estabilidad política total en Argentina y "no existe ninguna posibilidad de que se den situaciones que se han dado en otra época", en referencia a una vuelta a la dictadura.

"No importa el Gobierno que venga después, el proceso democrático está plenamente instalado", dijo. ■

Buenos Aires, viernes 14 de febrero de 1992

EN CORRIENTES, LA UCR DESCONFIA

"No se vota antes de un año"

El ex candidato radical a gobernador de Corrientes, Noel Breard, vaticinó ayer que las nuevas elecciones en esa provincia "serán recién dentro de un año" y recordó que la intervención federal al Ejecutivo "no tiene plazo para concluir su misión".

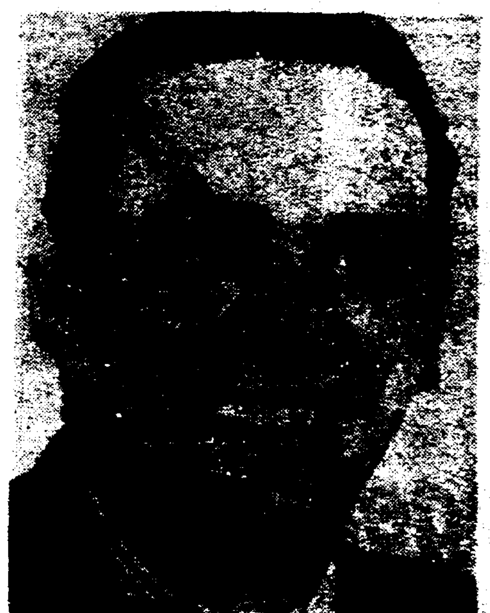
El actual diputado nacional —que hizo declaraciones en el Congreso Nacional— afirmó que "solo en la obsesión del Pacto Autonomista-Liberal Francisco de Durañona y Vedia puede durar 90 días al frente de la intervención.

Breard aclaró que para que vuelva a haber otro proceso eleccionario "es necesario seguir el camino de elecciones internas en los partidos políticos" y que no había posibilidades de concurrir a las urnas con las mismas fórmulas sin que estas sean ratificadas internamente en cada partido, debido a que "no se está hablando de fraude electoral, no hay discusión con el resultado de los comicios sino con el Colegio Electoral".

"Tanto el radicalismo como el justicialismo necesitan sus procesos internos y sus tiempos, las fórmulas pueden ser ratificadas o no por las convenciones partidarias, lo cual no puede hacerse en 90 días porque además la ley electoral es muy explícita al respecto", explicó.

Dentro de ese cuadro de denuncias e imputaciones, se conoció ayer la decisión del interventor De Durañona y Vedia de intervenir la Dirección Provincial del gobierno, la Dirección Provincial de Energía y el Instituto de Vivienda de Corrientes para "lograr un saneamiento, racionalización y moralidad del estado provincial".

Así lo hizo saber la intervención en un fax que hizo llegar a distintos medios de difusión metropolitanos y en el cual Durañona remarcó que tuvo conversaciones "satisfactorias" con el ministro de Economía de la Nación, Domingo Cavallo, creando las condiciones para [illegible] de las partidas que permita atender el pago de [illegible] dos atrasados.



Noel Breard, ex candidato [illegible]

Anunció además la anulación de todas las [illegible] ciones efectuadas dentro de los seis meses anteri[illegible] 29 de enero pasado.

La Nación [illegible]

Durañona recibió a los senadores provinciales

Propuesta frente a la crisis correntina

El interventor en Corrientes, Francisco de Durañona y Vedia, recibió ayer a 11 de los 13 senadores provinciales, entre los que se encontraban representantes del PJ y del Pacto Autonomista Liberal (PAL), quienes le expresaron estar de acuerdo con la reforma de la Constitución provincial y la modificación del sistema electoral, previamente a que se realicen los nuevos comicios para elegir gobernador.

Sin embargo, esa unanimidad de los legisladores no sería compartida por las cúpulas partidarias del PAL. El titular del Partido Autonomista, José Antonio Romero Feris, había expresado su deseo de que la elección de constituyentes para reformar la Carta Magna y los comicios para elegir nuevas autoridades fueran simultáneas y lo más pronto posible.

En diálogo con LA NACION, Durañona destacó "el alto valor político de los senadores correntinos", entre quienes se encontraban el justicialista Gabriel Martínez Llano y los representantes del PAL Hugo Mancini, Enrique García Enciso y Luis Díaz Colodrero.

Por otra parte, Durañona adelantó a este diario que a más tardar el lunes próximo presentará a los partidos locales una propuesta para [illegible] provincial.

[illegible]

que se [illegible] lugar a la intervención".

[illegible]

[illegible]

Nº DOCUMENTO

TITULO: Reunión de Menem con el Pte. del Consejo de la CEE.

FECHA: Clarín 150024

FECHA DE PROCEDENCIA: 15/2/92

VINCULACIONES: 10033, 11164, 11399

ENTRADO: RS

01/02

TRAS UNA REUNION ENTRE [illegible]

Relativizan [illegible] en el país

La oferta destinada a radicar en el país a [illegible] del ex bloque soviético, [illegible] después que el presidente Carlos Menem [illegible] extensa reunión con el presidente [illegible] Comunidad Económica Europea, [illegible] Ahora se habla de analizar la propuesta [illegible] de una comisión que integrarían miembros [illegible] por la Comunidad y representantes argentinos. El canciller Guido Di Tella dijo que era imposible [illegible] las radicaciones [illegible]

BRUSELAS, Bélgica (Enviado especial). — [illegible]

[illegible]

dirigente, en el sentido más amplio del término.

◆ Dudas de los europeos

Como la delegación dejó en claro que no hay manera de realizar un programa inmigratorio sin un mínimo de inversión, es imposible que los europeos no duden sobre la conveniencia de aplicar los fondos que demandaría la apertura de fronteras argentinas a desarrollar proyectos que tienten a húngaros, polacos, ucranianos, etcétera a quedarse en sus patrias de origen.

También están —y esto es mucho más riesgoso para la imagen solidaria que desea alentar Menem— quienes preferirían que a cambio de los recursos que acompañen a los contingentes de extranjeros, la [illegible] por resolver el problema más acuciante que tiene Europa en materia de migración: el de las corrientes que provienen de las antiguas extensiones coloniales de Europa del Este y sobre todo del mundo islámico, con su secuela de fundamentalismo que no se articula con las demandas del sistema democrático occidental.

Los argentinos hablan solo de los componentes occidentales del Este y, más allá de Europa, [illegible]

9203456

CLARIN ✱ Buenos Aires, sábado 15 de febrero de 1992

MENEM Y EL JEFE DE LA CEE

La propuesta para radicar a ciudadanos europeos

Agencia AP



El presidente argentino Carlos Menem sonríe mientras Jacques Delors gesticula ante los fotógrafos, momentos antes del encuentro que ambos mantuvieron ayer en Bruselas.

EL VIAJE DE MENEM

corrientes blancas que dejarían una Sudáfrica que emerge de la opresión de su mayoría negra. ¿Está dispuesto Menem a recibir imputaciones de construir una política inmigratoria cuyo sistema de selección lleve un apartheid en su vientre? ¿Qué resultaría en la práctica de la idea de "no incentivar" la inmigración del África negra o del Asia de la que hablan los funcionarios argentinos?

Lo que Menem observará en Francia

Menem tendrá la semana próxima la oportunidad de medir la dimensión del problema en Francia, país que sufre una sobredosis de extranjería y de su síntoma colateral: la xenofobia. Aunque la proporción de residentes extranjeros, el 6,3 % de una población de 56 millones, no es superior a la que el país tenía a comienzos de los años 30, la composición étnica es hoy sustancialmente diferente. Más del tres por ciento de la sociedad es árabe. Este cambio es lo que hace que el extremista Jean Marie Le Pen reciba en los sondeos electorales un piso de intención de voto del 16 %. La tradición de Francia como terre d'asile se ha desvanecido.

La defensa de la cautela hecha por Delors parece haber sido el complemento de las tres decisiones centrales que cobraron cuerpo en el diálogo que ambos hombres mantuvieron ayer: la creación de una comisión bilateral Argentina-CEE para comenzar a debatir el proyecto inmigratorio; la puesta en marcha de una negociación para lograr un convenio de cooperación CEE-Mercosur (Mercado Común del Sur) y la realización de la primera visita de Delors a la Argentina en junio.

El cuarto tema adquirió importancia por ser un comunicado conjunto que resultó del contacto de Menem y Delors con una referencia a la Ronda Uruguay del GATT, un tema en el que los pronósticos siguen siendo cautelosos, sobre un futuro comercio mundial más o menos armonioso. "La única línea argumental que escuchamos —dijo ayer uno de los miembros de la delegación— es que la propuesta Dunkel está muerta", en relación con el proyecto de reducción de subsidios del secretario general del GATT, Art Dunkel, que es el que las CC. EE. se niega hasta ahora a aceptar.

Como si ya estuviese de duelo por la ronda que involucra a 108 naciones en 26 áreas de bienes y servicios y que debe concluir a fines de marzo, Delors sugirió que la Argentina y las comunidades podrían trazar operaciones comerciales bilaterales que luego sirvan de "modelo" para otros países de América latina. Los argentinos han escuchado ya una sugerencia similar de Francia —el socio comunitario que más se opone a la propuesta Dunkel—, que ha hecho vagas promesas de considerar una clase de acuerdos.

Es una invitación a imaginar un escenario internacional en el cual cereales y carnes argentinas hallarían un camino propio hasta Europa, mientras el mundo se sume en una guerra comercial. El olor a carnada de la oferta es imposible de evitar.

Oscar Raúl Cardoso

Reforma a ley sindical - Pagarán subsidio a desocupados.
150024
15/2/92
10033
11164
11302

ENTRADO RS
CRUZADO RS

REFORMA A LA LEY SINDICAL

- ✔ Mayor autonomía a los sindicatos locales y seccionales, incluso en el manejo de fondos.
- ✔ Permite la creación de sindicatos de jerárquicos.
- ✔ Total libertad para la constitución de sindicatos.
- ✔ Mantiene el principio de un sola personería gremial para los sindicatos más representativos por rama de actividad y federaciones, que tienen el derecho exclusivo de negociar convenios colectivos.
- ✔ Podría haber más de una CGT: permite constituir tantas confederaciones como organizaciones sindicales soliciten hacerlo.
- ✔ Los regímenes electorales no deben contener limitaciones a la presentación de listas, eliminándose los avales y estableciendo que la Junta Electoral sea designada por un organismo deliberativo: asambleas, congresos.
- ✔ La única limitación para ser candidato es tener un año de antigüedad en la actividad y de afiliación.
- ✔ Los estatutos de cada sindicato no podrán establecer requisitos superiores a los de la ley.
- ✔ Reduce los requisitos para la convocatoria a asambleas o congresos.
- ✔ Facilita la obtención de inscripción y personería.

Infografía / CLARIN

NUEVA LEY DE CONVENIOS COLECTIVOS

- ✔ Comprende a todos los trabajadores, excluidos los del sector público ([illegible] y administración central).
- ✔ Establece el principio de "articulación" de la negociación colectiva, dentro de diversas categorías: intersectorial, por una o varias ramas de actividad, por oficio o profesión, por empresa y aun por establecimiento.
- ✔ [illegible] que todo convenio colectivo podrá modificar a uno anterior.
- ✔ Indica que en una comparación de la totalidad de los dos convenios, prevalecerá el que más favorezca a los trabajadores.
- ✔ Permite la modulación del tiempo de trabajo en materia de jornada, descanso y licencia. Y permite regular las condiciones de movilidad funcional de los trabajadores.
- ✔ Favorece la negociación y determina que si una parte no se sienta a negociar, se aprueba el pliego de la otra.
- ✔ Mantiene el principio de homologación de un convenio.
- ✔ Prevé mecanismos para la solución de conflictos en la negociación.
- ✔ Establece la institución de los mediadores a libre elección de las partes.
- ✔ Elimina el arbitraje obligatorio (solo se mantiene para los servicios esenciales)

Infografía / CLARIN

A PARTIR DE MARZO Y HASTA [illegible]

Pagarán [illegible] pesos [illegible]

El Gobierno anunció que [illegible] pagará un subsidio por [illegible] 120 pesos mensuales a [illegible] personas. Lo anunció el [illegible] Trabajo, Enrique Rodríguez. [illegible] la suma se hará efectiva [illegible] hasta que se regla[illegible] desempleo. La financiación del [illegible] estará a cargo de traba[illegible] y de una dirección nacional que [illegible] a las ex cajas de subsidios [illegible] otra parte, Trabajo presentó un [illegible] para reformar la ley [illegible] y [illegible] convenios colectivos [illegible] actual ley de paritarias. [illegible] dijo que [illegible] excelentes y no [illegible] era pésima". Lo [illegible] mantuvo silencio y [illegible] en los próximos días [illegible]

A partir de marzo el Gobierno comenzará a pagar un subsidio por desocupación de 120 pesos mensuales a aproximadamente 100.000 trabajadores, según anunció ayer el secretario de Trabajo, Enrique Rodríguez.

La financiación del seguro de desempleo —creado por la ley de flexibilización laboral— correrá por cuenta de los asalariados, empresarios y de una dirección nacional, que remplaza a las desaparecidas cajas de subsidios familiares. Empleados y patrones [illegible] tir de [illegible] cien[illegible] salarial, [illegible] tecerá a un [illegible] de desempleo.

La medida [illegible] tendrá [illegible] el funciona[illegible] ese subsidio [illegible] vo por [illegible] meses, [illegible] glamente [illegible] sempleo, [illegible] prestación [illegible] xima será fijada [illegible] Consejo Nacional de [illegible] pleo, la Productividad [illegible]

Doc. Poco LEGIBLE

01/02

9203457

REGLAMENTEN EL SEGURO DE DESEMPLEO

un subsidio de 120 a los desocupados



El secretario de Trabajo, Enrique Rodríguez, anuncio el otorgamiento de un subsidio de 120 pesos mensuales para cerca de 100 mil desocupados.

Salario Mínimo, Vital y Móvil.

El segundo de la cartera laboral indicó que, de las aproximadamente 100 mil personas que recibirán ese beneficio, "unos 60.000 podrán hacerlo durante el primer mes y posteriormente lo hará el resto".

Si bien el viceministro de Trabajo guardó prudente silencio sobre el total estimado de recaudación, adelantó que en marzo "ya tendremos un pozo suficiente como para empezar con los pagos y aumentar progresivamente la cantidad de beneficiarios. Es más —puntualizó— contaremos con reservas que se podrán capitalizar".

¿Quiénes se beneficiarán con el subsidio en esta primera etapa? De acuerdo con el anuncio oficial, todos aquellos trabajadores que hayan sido despedidos con posterioridad a la sanción de la ley de empleo, es decir a partir del 26 de diciembre.

De acuerdo con las previsiones oficiales, el pago de ese subsidio correrá por cuenta del Sistema Unificado de la Seguridad Social, creado por el Gobierno a partir de la desregulación económica. La instrumentación del seguro para los desempleados quedará a cargo de la dirección remplazante de las ex cajas de subsidio.

Rodríguez anunció además que el Consejo del Salario comenzará a funcionar en la segunda quincena de marzo, tal como lo establece la ley. En ese sentido Rodríguez agregó que ya se encuentran implementados todos los reglamentos e instrumentos para su funcionamiento. "Solo estamos esperando que se termine de reglamentar la ley".

De acuerdo con el sistema aprobado en la ley de empleo, el subsidio argentino tendrá características similares al modelo español, aunque en materia de dólares la diferencia es sensiblemente mayor en otros países. En los Estados Unidos se cobran entre 400 y 800 dólares, los alemanes reciben entre 800 y 1500 y en España hay mínimos de 800 dólares y máximos de 1000 dólares al mes.

♦ Regulación de montos

El Consejo del Salario tendrá la misión, entre otras, de determinar periódicamente los montos mínimos y máximos y el porcentaje previsto correspondiente a los primeros cuatro meses de la prestación por desempleo.

Ese consejo estará integrado por 16 representantes de los empleadores y 16 de los trabajadores —que serán ad honorem— y designados por el Poder Ejecutivo y por un presidente designado por el Ministerio de Trabajo (esa función será ocupada por el actual secretario de Trabajo). Los miembros del Consejo durarán cuatro años en sus funciones.

La cuantía de la prestación por desempleo para trabajadores convencionados será calculada como un porcentaje del importe neto de la mejor remuneración mensual, normal y habitual del trabajador en los seis meses anteriores al cese del contrato de trabajo que dio lugar a la situación de desempleo.

El subsidio, sin embargo —según establece la ley— no será aplicable a los trabajadores agrarios, al personal de servicio doméstico y a quienes hayan dejado de prestar servicios en la administración pública nacional, provincial o municipal afectados por medidas de racionalización administrativa.

En cambio se encontrarán bajo situación legal de desempleo los trabajadores comprendidos en los siguientes supuestos: despedidos sin justa causa o despedidos por fuerza mayor o por falta o disminución de trabajo no imputable al empleador.

Doc. Poco LEGIBLE

02/02

920395 2

ASÍ LO CARACTERIZABAN EN LOS DOCUMENTOS QUE MAÑANA SERÁN PUESTOS

Para la SIDE, el nazi Mengele y hacía "investigaciones"

Los archivos de la SIDE relacionados con figuras nazis, que desde mañana dejarán de ser secretos, consideran a Josef Mengele como un "científico", interesado en el estudio de mellizos. Pero llevó a cabo proyectos con otros seres humanos. Los documentos a los que tuvo acceso en forma exclusiva este diario —261 folios, de los cuales 255 son recortes de diarios— revelan que lo más importante de las carpetas es lo que no está. El recorte más viejo data de mayo del '63; el más nuevo, de enero del '89. Existen otros archivos aún desconocidos. El alcalde de La Coruña, España, dijo que Mengele llegó al país entre 1949 y 1950. (Véanse págs. 4 y 5.)

LOS NAZIS EN LA ARGENTINA
EXCLUSIVO

Los archivos secretos sobre los nazis en la Argentina que la Secretaría de Informaciones del Estado hará públicos desde mañana no contienen ninguna información valiosa pero ofrecen un singular perfil psicológico de uno de los criminales de guerra más buscados por la matanza de judíos.

Entre esos archivos, en un breve legajo de 1985 referido a Josef Mengele, del que no cita ninguna fuente pero está clasificado como "origen SIDE 32", lo califica como un médico que puso la ciencia al servicio de la visión nazi; dice que Mengele era un apasionado por sus investigaciones científicas; realza el hecho de que hubiese escrito tres libros y agrega textualmente: "Su principal interés era el estudio de mellizos, pero llevó a cabo una variedad de proyectos con diferentes grupos de seres humanos. Reunió y estudió enanos en un esfuerzo por determinar las razones genéticas de su condición".

Insistiendo sobre las "investigaciones científicas" de Mengele, el "dossier" de la SIDE agrega que "buscó reclusos con una particularidad conocida por «heterocromía del iris» (los ojos son de distinto color). Despues de la muerte de estos últimos reclusos enviaba sus ojos a su antiguo profesor Verschuer".

Esta evaluación fue hecha por la SIDE presuntamente ante el hallazgo de los restos de Mengele en San Pablo, Brasil, el 6 de junio de 1985. En esa época, durante el gobierno de Alfonsín, el jefe de la SIDE era un civil, Héctor Rossi.

"Atravesó la gestión de tres presidentes"

BRUJAS, Bélgica (Enviado especial). —El canciller Guido Di Tella ratificó ayer aquí que el tema de la radicación de criminales de guerra nazis en la Argentina "atravesó la gestión de tres gobiernos", con referencia a los que presidieron Juan Domingo Perón, Pedro Eugenio Aramburu y Arturo Frondizi, pero negó que con la enunciación de este dato haya querido implicar a alguno de los tres presidentes.

Di Tella había ofrecido originalmente la precisión, a comienzos de semana, durante la escala española previa a su integración a la comitiva presidencial. En la versión del ministro, los periodistas que recogieron sus declaraciones habían incurrido en imprecisiones.

"Del mismo modo —aclaró a Clarín—, yo dije entonces que los nazis habían hallado refugio en el país y los periodistas tradujeron [illegible]. Refugio y santuario pueden ser considerados casi sinónimos, pero no lo son porque santuario [illegible] dría un grado de complicidad que no existió".

Di Tella evocó también que "existe una zona oscura en el período de la revolución [illegible]", que derrocó al gobierno de Perón en [illegible]. "fue entonces cuando Klaus Barbie, [illegible] ingresado con una identidad falsa a la Argentina, recuperó su nombre sin dificultades".

Agrupados en dos carpetas, los archivos celosamente guardados hasta mañana constan de 261 folios, de los cuales 255 son recortes periodísticos. El más antiguo de esos recortes tiene fecha 10 de mayo de 1963. El más nuevo, 4 de enero de 1989.

Quizás advirtiendo la pobreza de tales "secretos", el secretario de Inteligencia, Hugo Anzorreguy abrió el paraguas. En una carta al director del Archivo General de la Nación, que acompaña las carpetas, dice: "Dicho material es el único que ha sido ubicado, luego de exhaustiva búsqueda en las distintas dependencias de la Secretaría. No [illegible] encontrado [illegible] alguno que [illegible] años anteriores [illegible] esta dependencia [illegible] de mayor caudal de documentación sobre [illegible] de criminales nazis en la Argentina".

La nota de Anzorreguy no explica por qué no se encontró antecedente alguno ni por qué [illegible] recen recortes sobre el [illegible] ma pocos meses antes de la restauración de la democracia.

A DISPOSICION DEL PUBLICO

era científico y con los presos

Lo más interesante de los carpetas es lo que no está. En seis fojas iniciales sin numerar, escritas por computadora, se evidencia la existencia de otros archivos que no han tomado estado público. En esos papeles, una suerte de sumario, se sugiere más de lo que se dice sobre Martín Bormann, Josef Mengele, Adolf Eichmann y su hijo Adolf.

♦ **Vigilancia a los grupos nazis**

La primera anotación está fechada en junio de 1945 y, sobre Bormann, dice: "Según información de la agencia Overseas News Agency de Nueva York, EE.UU., el causante habría llegado a la Argentina a bordo del U-530". La anotación siguiente es de octubre de 1946, y consigna: "Se sospecha que reside en el país". En una tercera información fechada en 1949 e igualmente referida a Bormann, se asegura: "Se desmiente que haya sido ayudado por la organización nazi en Europa que se ocupa de facilitar la llegada de nazis a la Argentina, ya que de encontrarse el causante en el país los círculos nazis locales hablarían de ello".

Este telegrama pone en evidencia el conocimiento de la SIDE sobre la red de protección a los fugitivos, y una vigilancia sobre los "círculos nazis locales". Pero el resultado de esa investigación no se encuentra en los expedientes girados al Archivo General de la Nación el miércoles a las dos de la tarde.

El resto de la información que contiene esos seis folios es el siguiente:

- Con fecha 1960, referido a Bormann: "Averiguaciones practicadas referentes a la estada y fallecimiento del informado en nuestro país dieron resultados negativos".
- Sin fecha: "Mengele José. Doctor en Medicina y Filosofía, Av. Mc Arthur, Asunción, Paraguay. Aldot, Nora (concubina), alias Eddat Nurit, Virrey Ortiz 970, Buenos Aires. Alias Fritz Fischer, Walter Hasek, Karl Geuske, Helmuth Gregor Gregory, dr.; Enrique Wollmann, Fausto Rindón, José Aspiazi, Lars Ballestroen, Ernest Sebastián Alvez, Friedrich Edler von Veintenbach". (La dirección argentina mencionada es incorrecta: Mengele vivió en la calle Virrey Vértiz 970, de Vicente López.)
- Informe número 324, sin fecha, también sobre Mengele: "Su concubina (apodada Nurit Eddat) está considerada eventual agente israelí y ex prisionera de un campo de concentración. Fallecida en un accidente o asesinada".

Las otras referencias de la SIDE sobre Mengele indican que habría llegado a la Argentina; que habría tomado la ciudadanía paraguaya, que se traslada a Asunción en agosto de 1960 y que en 1970 desaparece definitivamente. El informe se completa con declaraciones del diputado radical Silvano Santander, de Simon Wiesenthal a un periodista y con extractos del mencionado perfil psicológico del criminal (ver recuadro).

♦ **Los archivos Eichmann**

Sobre Adolf Eichman los archivos de la SIDE se inician en una fecha curiosa: el 20 de mayo de 1960. Ese día se cumplían nueve desde que fue capturado por un comando israelí en San Fernando, era la fecha en que lo estaban sacando del país en un avión, y aún faltaban 17 días para que Israel admitiera que lo habían secuestrado en la Argentina.

La investigación que inició entonces la SIDE no se centró sobre las actividades locales del responsable de seis millones de asesinatos sino sobre los hombres que se interesaban en él: el 20 de mayo de 1960 se informaba que "persona no identificada en Buenos Aires envía a Luis C. Stungardt Lagro (radicado en Bolivia) noticias varias entre las que figura el caso del causante". Once días después, el 31 de mayo, se consignaba: "Desde Buenos Aires una persona no identificada remite a S. Gleiser (en Chile) noticias de prensa sobre la situación del causante, capturado por elementos israelíes, acusado de genocidio contra los judíos durante Segunda Guerra Mundial".

El 9 de junio del mismo año se intercepta una comunicación diplomática: "Desde la embajada de Brasil en Buenos Aires se envía una comunicación al ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil sobre el secuestro del causante". El 2 de julio de 1960, por último, otro telegrama dice: "Hater Shicon Shimon desde Israel remite al diario El Mundo en Buenos Aires un artículo periodístico que ha escrito sobre el causante".

El "dossier Eichmann" de la SIDE termina con dos informes referidos al hijo del criminal de guerra, también llamado Adolf. Uno, fechado el 30 de junio de 1964, dice: "El causante convoca a confe-

(Continúa en la PAGINA SIGUIENTE)

Facsímil de la nota del titular de la SIDE, Hugo Anzorregui, en la que hace mención a la carencia de antecedentes sobre los nazis en el país.

Presidencia de la Nación Argentina

Secretaría de Inteligencia de Estado

...lleg...
...Secretar... ...ero de ...

Dicho material es el ... que ... sido ubicado, luego de una exhaustiva búsqueda en las distintas dependencias de la Secretaría.- No se ha encontrado antecedente alguno que indique si en años anteriores existió en esta dependencia del Estado, mayor caudal de documentación sobre actividad de criminales nazis en la Argentina.-

Saludo a Usted, con mi mayor consideración.-

Dr. HUGO ALFREDO ANZORREGUY (h)
Secretario de Inteligencia de Estado

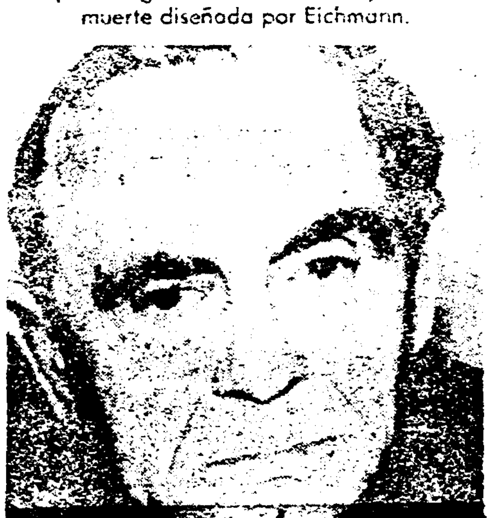
120345 8

BORMANN, EICHMANN Y MENGELE

Una trayectoria de horror



Joseph Mengele: Instrumentó la política de muerte diseñada por Eichmann.



Walter Kutschmann: Otro de los criminales de guerra nazi.

Martín Bormann fue designado por Adolfo Hitler como su sucesor. En la derrotada Alemania de los primeros días de mayo de 1945, el delfín de Hitler prefirió declinar ese honor y poner cierta distancia entre él y las tropas del primer ejército ruso y del primer ejército ucraniano que ya copaban los suburbios de Berlín.

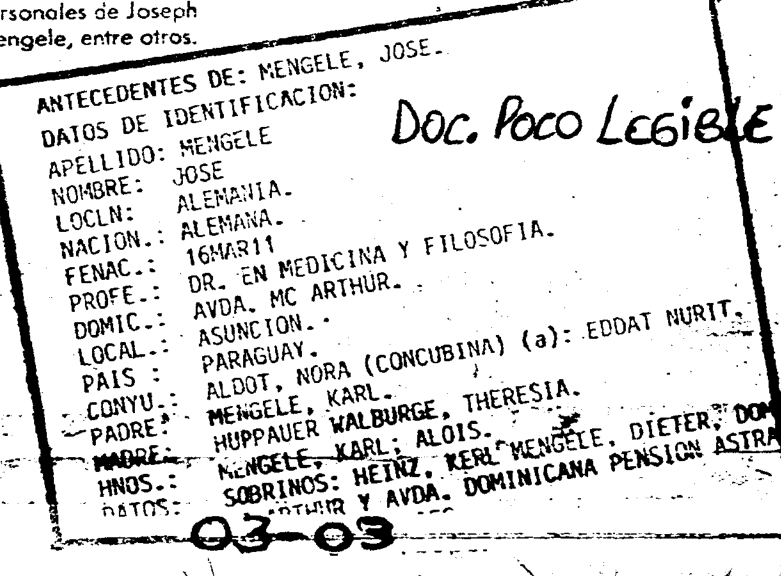
En aquellos días se halló el vehículo de Bormann ametrallado, su joven chofer muerto al volante... pero ni rastros de Bormann. Siempre se pensó que esa había sido una muerte fabricada y que Bormann había logrado eludir a sus perseguidores. Y que se había refugiado en la Argentina.

Adolf Eichmann fue el encargado de instrumentar lo que el nazismo llamó **la solución final al problema judío.** Esto es, el exterminio organizado y sistemático de millones de judíos, gitanos, homosexuales y deficientes mentales, en los campos de concentración levantados a lo largo de Europa por la Alemania de Hitler. Eichmann, otro de los preferidos de Hitler, logró huir de Europa y llegar a la Argentina, donde fue capturado por un grupo comando israelí en mayo de 1960 y llevado a Israel. Fue juzgado y ejecutado en 1962.

Josef Mengele fue el ángel de la muerte. Instrumentó la política de muerte diseñada por Eichmann, sobre la base de los más espeluznantes experimentos médicos con seres humanos vivos en el campo de concentración de Auschwitz. Escapó hacia la Argentina durante los años de posguerra y halló amparo en el país, donde vivió con su verdadero nombre y apellido.

Los experimentos de Mengele, que incluían los primeros intentos frustrados de manipulación genética, han sido relatados por los pocos que sobrevivieron a ellos. Cerca de un centenar de esos testimonios fueron reunidos en el libro "Mengele, the complete story" por el escritor e investigador **Gerald Posner**, el hombre que, desde **The New York Times**, pidió al gobierno argentino que hiciera públicos los archivos secretos nazis.

Facsímil con los datos personales de Joseph Mengele, entre otros.



ANTECEDENTES DE: MENGELE, JOSE.
DATOS DE IDENTIFICACION:
APELLIDO: MENGELE
NOMBRE: JOSE
LOCLN: ALEMANIA.
NACION.: ALEMANA.
FENAC.: 16MAR11
PROFE.: DR. EN MEDICINA Y FILOSOFIA.
DOMIC.: AVDA. MC ARTHUR.
LOCAL.: ASUNCION.
PAIS : PARAGUAY.
CONYU.: ALDOT, NORA (CONCUBINA) (a): EDDAT NURIT.
PADRE: MENGELE, KARL.
MADRE: HUPPAUER WALBURGE, THERESIA.
HNOS.: MENGELE, KARL; ALOIS.
SOBRINOS: HEINZ, KERL MENGELE, DIETER, DOM
DATOS: ...RTHUR Y AVDA. DOMINICANA PENSION ASTRA

DOC. POCO LEGIBLE

03-03

Mengele y la SIDE

(Viene de la PAGINA ANTERIOR)

rencia de prensa con el objeto de conmemorar el segundo aniversario de la muerte de su padre, a quien calificó de «camarada y mártir del nacionalsocialismo».

La otra anotación tiene fecha 22 de setiembre de 1965, e informa: "En la interpelación que se le efectuara al señor ministro del Interior, don **Juan Palmero**, en la Cámara de Diputados, se refirió a la detención del causante sobre el que manifestó que fue dejado en libertad al probarse que no tenía vinculación alguna con el grupo Tacuara". Es significativo que la SIDE tenga tan poco material sobre Eichman, capturado en la Argentina. Salvo una mención al episodio, no hay prácticamente ningún dato nuevo sobre el tema.

Y no hay nada más, excepto [illegible] periodísticos.

• ¿Dónde está lo que no está?

Entre los archivos sobre nazis de la Policía Federal recientemente abiertos al público, hay documentos originados en la SIDE que en los propios archivos de la SIDE no aparecen.

Dos de ellos fueron reproducidos ayer por **Clarín** y se refieren a **Wilfred von Owen**. Uno está fechado el 2 de junio de 1966, y el otro el 5 de octubre del mismo año. En ambos casos, la División Informes de la Policía Federal había reclamado al Departamento *Documentación* de la SIDE los datos del prontuario 4.584.648 perteneciente a Von Owen. **Tal prontuario no figura entre los archivos que se podrán consultar mañana.**

Los documentos faltantes, en todo caso, se van sumando a los 20 expedientes retirados del legajo policial de Josef Mengele en 1971, a la ausencia de una carpeta completa y específica sobre Adolf Eichmann, a los libros de registro destruidos que se mencionan en los archivos, a la inexistencia de información sobre los submarinos nazis llegados al país en 1945, y a la omisión de datos sobre las transferencias de dinero desde Alemania a la Argentina entre 1942 y el fin de la guerra.

Un vacío demasiado grande, que obligará a preguntar dónde está lo que falta.

Jorge Camarosa

92034558

Tendencia	[illegible]	%	[illegible]	%	[illegible]	%	[illegible] (*)	%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	21	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
UCR	18	36,0	18	36,0	14	31,0	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
MID	1	2,0	1	2,0	–	–	–	–
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(*) Proyección.
Fuente: Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría.

El PJ consolida su dominio en el Senado a partir de 1993

[illegible] el oficialismo estaría en condiciones de votar en la Cámara alta la necesidad de la reforma al asegurarse los dos tercios.

El Partido Justicialista tiene asegurados los dos tercios del Senado de la Nación para el período [illegible], según un trabajo de investigación elaborado por el Centro de Estudios para la Nueva Mayoría.

Ello implicaría que en la Cámara alta, a partir de [illegible], el Gobierno podrá contar con los dos tercios requeridos para declarar la necesidad de la reforma constitucional.

El próximo 10 de diciembre, el Senado renueva un tercio de su composición. Los 15 legisladores que cesan en su mandato fueron elegidos hace nueve años, es decir que les había correspondido por sorteo el período constitucional completo.

De esos quince senadores, seis pertenecen a la UCR, siete al PJ y dos a los partidos provinciales.

Como a los senadores nacionales, salvo en el caso de la Capital Federal, los eligen las legislaturas provinciales, la relación de fuerzas existentes en ellas determina con anticipación el resultado de la renovación de la Cámara alta.

La investigación reveló que, analizados en conjunto los [illegible] integrantes de las legislaturas provinciales, [illegible] son senadores y [illegible] son diputados. Surge que de ellos el [illegible] por ciento pertenecen al PJ [illegible], el [illegible] son de la UCR [illegible], el [illegible] integran fuerzas de centro y partidos provinciales, mientras que los enrolados en fuerzas de centro-izquierda y otras no llegan al 1 por ciento.

Evaluación caso por caso

La evaluación de caso por caso muestra que de los seis senadores que renueva la UCR, hay cuatro que necesariamente pasarán al peronismo, dice el trabajo, dado que en esos distritos el PJ tiene mayoría absoluta: Buenos Aires, Misiones, Entre Ríos y Mendoza.

En el caso del Chaco, el PJ es la primera minoría en la Legislatura y es probable que logre también la banca correspondiente a esa provincia, que renueva el radicalismo.

La única banca de senador que renueva la UCR y que el peronismo no tiene certeza de obtener es la de la Capital, ya que en este caso la elección es por sufragio popular, pero indirecta, a través de colegio electoral.

En el caso de [illegible] siete [illegible] mayoría absoluta [illegible] Formosa, [illegible], Santa Fe, [illegible].

Distritos [illegible]

Catamarca es un caso [illegible] ya que allí el [illegible] porque el [illegible]. Los dos [illegible] mayoría absoluta, pero la [illegible] ción de Ramón Saadi con el [illegible] lo que no deja clara la [illegible].

De los dos senadores provinciales que se renuevan, el Movimiento Popular Neuquino retendrá su banca por contar con mayoría absoluta en la Legislatura, mientras que en San Juan, el Partido Bloquista seguramente perderá su escaño, ya que el PJ ha obtenido la primera minoría en el Parlamento provincial.

Se agrega, por primera vez en la historia política del país, el flamante distrito provincial de Tierra del Fuego, que elegirá a dos senadores más. El Movimiento Popular Fueguino obtuvo la primera minoría y el PJ, la segunda. Hay ya un acuerdo en función del cual un senador corresponderá a cada uno de esos partidos.

SESIONES EXTRAORDINARIAS

El Gobierno ofensiva en el

El Congreso inicia hoy el período de sesiones extraordinarias, en el que debatirá dos paquetes de leyes consideradas fundamentales por el Gobierno, que está decidido a lanzar una ofensiva a fondo para lograr su aprobación: la reforma impositiva y la modificación del régimen de obras sociales. Los dos proyectos son resistidos. Las leyes impositivas por empresarios e industriales. La reforma de las obras sociales por el sindicalismo.

(Más información en páginas 4 y 5.)

Hoy empezarán las sesiones extraordinarias del Congreso Nacional, convocadas el pasado viernes 7 por el Ejecutivo. A través de ellas, el Gobierno inicia su ofensiva tendiente a lograr la sanción de dos paquetes de leyes que considera fundamentales: **las de reforma impositiva y las que modifican el régimen de obras sociales.**

Los dos paquetes de leyes son resistidos. El impositivo, por entidades empresariales, ruralistas, industriales y por banqueros y comerciantes. El de obras sociales, por los sindicalistas que la semana pasada amenazaron con una hasta entonces insospechada unidad sindical, como modo de enfrentar la intención del Gobierno de quitarles el manejo de las entidades que mueven unos 2.200 millones de dólares por año en todo el sistema.

Para aumentar la recaudación fiscal y para lograr evitar la permanente sangría que representa la evasión, el ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, necesita que el 1° de abril esté sancionada la reforma impositiva compuesta, básicamente, por dos grandes gravámenes: el **impuesto al excedente primario de las empresas (IEPE)**, que remplaza a los aportes jubilatorios de los empleadores, y el **Impuesto a las ganancias distribuidas, dispuestas y consumidas (IGDDC).**

En realidad, el Gobierno ya lanzó una avanzada de esa ofensiva el pasado miércoles, cuando Cavallo se reunió con los diputados del bloque justicialista para urgirlos a sancionar el paquete de leyes impositivas. También habló del pago desdoblado del aguinaldo, una vieja aspiración del ministro, que esta vez **olvidó enviarlo como proyecto de ley a ser tratado en las extraordinarias.**

La reforma impositiva despertó ya una cerrada oposición en todo el arco de entidades empresariales e industriales que, además, ya han hecho saber sus críticas a los legisladores integrantes de las comisiones de Presupuesto y Hacienda de las dos cámaras. Incluso se conoce la intención de algunas entidades del campo de organizar protestas públicas contra la reforma, mientras la UCR, a través del diputado **Raúl Baglini**, adelantó que votará en contra del proyecto (ver página 5).

Enterado de esas críticas, Cavallo anticipó que a su retorno de la gira europea presidencial **responderá a cada uno de los cuestionamientos.** La necesidad de que se apruebe la reforma impositiva hace que el Palacio de Hacienda acepte introducir algunos retoques, aunque leves, a los proyectos.

¿Por qué la urgencia de Cavallo? Economía espera, tras la sanción de la reforma, un aumento en la recaudación tributaria que, aun cuando evoluciona favorablemente, dista bastante de las cifras de recaudación que el Gobierno prometió alcanzar en sus negociaciones con el Fondo Monetario Internacional.

La reforma impositiva también está contemplada en las conversaciones con el FMI por un crédito de facilidades extendidas (condición necesaria para la entrada de la Argentina en el Plan Brady) negociación que cobrará intensidad a mediados de marzo, plazo tope para la sanción de las nuevas leyes. Cualquier demora, o cualquier modificación de importancia en los proyectos enviados al Congreso, afectarán el cronograma que maneja Cavallo.

Pero los tiempos no parecen ser medidos con el mismo reloj entre Economía y el Congreso. Se calcula que, pese al apuro, el paquete de leyes impositivas recién llegará al recinto en la primera quincena de marzo.

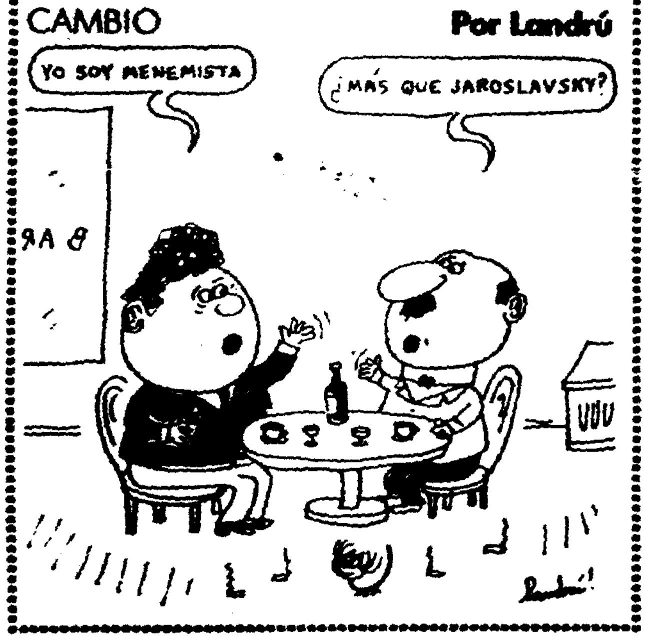
El paquete laboral incluye, por ahora, la modificación a la Ley de Obras Sociales. El Gobierno tiene intención de agregar en estas extraordinarias los proyectos de modificación de las leyes de Asociacio-

lanza su Congreso

LA FUTURA REFORMA IMPOSIT[illegible]VA

NUEVO TRIBUTO	BASE CONTRIBUTIVA	TASA O ALICUOTA	[illegible]
Impuesto al excedente primario de las empresas (IEPE)	Débitos fiscales menos créditos fiscales menos salarios pagados	Unica del 18%	[illegible]
Impuesto a las ganancias distribuidas, dispuestas y consumidas (IGDDC)	Utilidades y dividendos percibidos, honorarios y salarios cobrados	Para la empresa, 30%; para los asalariados e independientes 20%.	[illegible]

CAMBIO **Por Landrú**



nes Profesionales y de Convenciones Colectivas de Trabajo. Se supone que el laboral es un paquete de leyes a negociar, del mismo modo que, en su momento, la ley de condonación de las deudas sindicales llegó al Congreso de la mano de la Ley de Empleo y de la de topes indemnizatorios por despido.

El proyecto que modifica el régimen de obras sociales también despertó la resistencia gremial que, sorpresivamente, estrechó filas y lanzó un movimiento de unidad sindical para enfrentar la decisión del Gobierno. La puja no parece estar dada tanto en la manera de velar por la salud del trabajador y la de su familia, como en **quiénes y de cuál forma controlan los 2.200 millones de dólares anuales** que conforman los recursos del sistema.

El ministro de Trabajo, **Rodolfo Díaz**, visitará el bloque de legisladores justicialistas para hablar del modo en que el nuevo proyecto de ley de asociaciones profesionales asegura la participación de la oposición en los sindicatos, y de las ventajas de negociar los salarios por empresas, tal como lo establece el proyecto que modifica la ley de paritarias.

Díaz también va a conversar con los legisladores oficialistas sobre un nuevo proyecto para la solución de los conflictos gremiales (¿un remedio a las huelgas en los servicios públicos?), que desde hace tiempo ronda la cabeza del subsecretario de Trabajo, **Enrique Rodríguez**.

Aun cuando los diputados —en especial los del grupo de los 15, de extracción gremial— esperan escuchar del ministro precisiones sobre el proyecto de ley de obras sociales, Díaz podrá excusarse de hacerlo con una razón de peso: el proyecto oficial está en vías de elaboración y no todos sus puntos centrales están "atados".

Cualesquiera sean las palabras de Cavallo cuando regrese y de Díaz mañana, la discusión por impuestos y salud ya está abierta en el Congreso. En cuanto a obras sociales, la polémica alcanza incluso a los radicales, algunos de los cuales, en especial los alfonsinistas, ven la salud como un compromiso del Estado.

Por eso, la primera reacción de ese sector fue la de tomar distancia del proyecto presentado por **Fernando de la Rúa**, al que califican poco menos que como igual al del oficialismo. Dentro de una semana podrán discutirlo con el propio autor del proyecto, que entonces estará de regreso de su viaje a Israel.

Los temas en agenda

Además de los proyectos de leyes que reforman el sistema impositivo y el que reforma la Ley de Obras Sociales, el período de sesiones extraordinarias tratará los siguientes proyectos, según la agenda enviada por la Casa Rosada:

- **Marco regulatorio para la privatización de servicios eléctricos.** Diputados debe pronunciarse sobre el veto del Poder Ejecutivo, que recorta el control de una Comisión Bicameral.
- **Marco regulatorio para la privatización del gas.** Una ley que el Gobierno necesita con urgencia, porque ya cuenta con un cronograma del proceso de licitación.
- **Federalización de hidrocarburos y transformación de Yacimientos Petrolíferos Fiscales.**
- **Ley de puertos.** El Senado debe tratar las modificaciones hechas por Diputados.
- Fondos comunes de inversión.
- **Privatización del Banco Nacional de Desarrollo, Caja de Ahorro y Casa de Moneda.** Se buscará el consenso de los sectores sindicales.
- **Ley de patentes.** El nuevo régimen incluiría a los medicamentos, pero el Ejecutivo condiciona su inclusión a las negociaciones por la deuda externa.
- **Reforma del Código Alimentario Nacional.** Dirigida fundamentalmente a permitir la importación de alimentos.
- **Ley de repatriación de capitales.**
- Ley de administración financiera del Estado. En tratamiento en el Senado.
- **Ley de pesca.**
- Transferencia de cárceles federales.
- Ley de educación.
- Defensa de la competencia.
- Ley de prevención contra la violencia en el deporte.
- Ley de radiodifusión.

La Nación
Martes 18 de febrero de 1992

Comenzó ayer el período de sesiones extraordinarias

El Congreso dio ayer comienzo formal a un nuevo período de sesiones extraordinarias, aunque se estima que éstas sólo se concretarían a principios del mes próximo, en virtud de los trabajos previos que deberán realizar las comisiones legislativas.

Entre los 16 temas habilitados por el Poder Ejecutivo para su tratamiento en el Parlamento figuran la desregulación del sistema de obras sociales, el paquete de leyes tributarias, las reformas al sistema previsional y las leyes federal de educación, de puertos y de pesca.

La nómina incluye, además, la nueva ley de fondos comunes de inversión, la defensa de la competencia, el marco regulatorio para Gas del Estado, la federalización de hidrocarburos y la transformación de Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) y [illegible] del [illegible].

Completan el listado de temas la modificación de la carta orgánica del Banco Central, la transferencia de circuitos federales, la privatización de la Casa de Moneda, la ley de prevención contra la violencia en el deporte y la ley de radiodifusión.

En cuanto a las reformas de las leyes de asociaciones sindicales y de negociaciones colectivas –que integran el denominado paquete de leyes laborales– aún no han sido habilitadas por el PEN, ya que se encuentra analizando los anteproyectos que el viernes último anticipó el titular de la cartera de Trabajo, Rodolfo Díaz.

La mayoría de las iniciativas habilitadas se inscriben en el plan de racionalización del Estado y de las nuevas modalidades para la actividad económica y laboral, diseñadas para complementar el plan de convertibilidad.

Se presume que el tratamiento del paquete impositivo y la desregulación de las obras sociales serán los temas que mayor controversia generarían entre los diversos bloques.

El primero de ellos incluye, básicamente, dos grandes gravámenes: el impuesto al [illegible] de las empresas ([illegible]), y el impuesto a las [illegible], dispositivos y [illegible].

Mediante el segundo, resistido por los legisladores de extracción sindical, se permite la libre afiliación de los trabajadores a las obras sociales.

Hoy el ministro de Trabajo se reunirá con el bloque de diputados justicialistas para [illegible] las reformas que impulsa el Gobierno al sistema de obras sociales y [illegible] otras cuestiones vinculadas [illegible] laboral.

El presidente de la [illegible], el [illegible], expresó a título personal su apoyo a la desregulación de las obras sociales.

En el Senado

La actividad en el Senado [illegible] hoy con una reunión de los presidentes de bloque, quienes [illegible] la fecha de la próxima sesión [illegible] y el [illegible] para su reunión.

Algunos de los temas [illegible] en las sesiones extraordinarias

- Reforma del sistema previsional.
- Reforma impositiva.
- [illegible]
- Marco regulatorio para Gas del Estado.
- Privatización de la Casa de Moneda.

AF 18/2/92

Militares para la paz: Son 900

El teniente general, Martín Balza, confirmó ayer, en París, que la Argentina enviará a Yugoslavia 900 efectivos, entre oficiales y suboficiales, para integrar una fuerza multinacional de paz, coordinada por las Naciones Unidas. Al mismo tiempo se conoció en fuentes del Ministerio de Defensa que Richard Cheney entregará dos placas, una a la Armada y otra a la Fuerza Aérea, por el desempeño de los efectivos navales y aeronáuticos en las operaciones "Escudo del Desierto" y "Tormenta del Desierto", durante la Guerra en el Golfo Pérsico.

En el edificio Libertador el general Aníbal Laiño, secretario general del Ejército, confirmó que **ya se impartieron las órdenes especiales preparatorias para la organización voluntaria de fracciones de esa fuerza, que comprendería oficiales y suboficiales de todo el país.**

El jefe del Estado Mayor del Ejército, que acompaña a Carlos Menem en su gira europea, dijo en la capital francesa que **"el Presidente decidió aceptar el pedido de las Naciones Unidas"**, en tanto que explicó que su Estado Mayor analiza la forma en que se instrumentará el envío de los efectivos.

Balza explicó que de acuerdo a las disposiciones adoptadas por Menem, el envío de tropas será autorizado por decreto, empleando el mismo mecanismo utilizado **para enviar buques de guerra y efectivos navales, militares y aeronáuticos a la fuerza multinacional que participó del conflicto en el Golfo Pérsico.**

El jefe militar anticipará su regreso a Buenos Aires, donde arribará el miércoles próximo. Recordó el ahora general de 4 estrellas que la **Argentina tiene actualmente observadores militares en Camboya, Angola, Sahara Occidental, Medio Oriente, y hasta hace poco los tuvo en Irán e Irak.**

01-01

9203462

DOCUMENTO

TITULO Richard Cheney se reúne con Erman González.

PROCEDENCIA 150029

FECHA 20/2/92

VINCULOS 10033

11164

11399

65890

Clarín

Richard Cheney se reúne con Erman

Llegará hoy al país el secretario de Defensa de los Estados Unidos, Richard Cheney, para afianzar la nueva definición de las relaciones militares entre los dos países, en la que a la Argentina le estaría reservada la participación en fuerzas punitivas multinacionales, creadas al amparo de las Naciones Unidas, e incluso de la OEA.

El ministro de Defensa, Antonio Erman González, dijo ayer que "es para nosotros una [illegible] y un orgullo recibir en nuestro país al secretario de Defensa de la nación que, [illegible], lidera el mundo. No solamente en desarrollo económico, industrial, sino también en un [illegible] que ha ayudado y demostrado en pos de la libertad de los pueblos".

Cheney se entrevistará con González y con las comisiones de Defensa del Parlamento y, a lo largo de su breve estada de veinte horas, visitará la fragata "Almirante Brown", que participó de la operación Tormenta del desierto, entre enero y febrero de 1991, por la que los Estados Unidos al frente de una fuerza multinacional, desalojaron a Irak de Kuwait.

La llegada de "Dick" Cheney al país, se produce en momentos en que la Argentina se dispone a enviar un contingente de unos 900 hombres a Yugoslavia, (ver página 5) para integrar la fuerza multinacional de paz de las Naciones Unidas, y al menos un buque de guerra para reforzar el bloqueo naval contra Irak, impuesto también por las Naciones Unidas, según anticipó Clarín.

01-01

9203463

Las encuestas indican que, aunque le vaya bien al plan económico, la gente no pierde de vista la corrupción

Buenos Aires, martes 18 de febrero de 1992, Ámbito Financiero

En una Argentina apolítica, Menem sigue presidenciable

Escribe
Edgar Mainhard

Además del cólera, ¿qué le importa a la sociedad argentina hoy día? Según la última encuesta del sociólogo **Heriberto Muraro**, no mucho. **En la segunda semana de febrero sacó a sus sabuesos a la calle a preguntar qué noticia atraía más la atención de unos 200 entrevistados en Capital Federal y Gran Buenos Aires. Y 66% explicó que lo que más le importaba era el ingreso del cólera al país.** Un 8%, el índice de inflación de enero y 7%, las noticias sobre el SIDA. Después venía el tema del derrumbe de un balcón en Pinamar que mató a cuatro jóvenes.

Casi simultáneamente, **Hugo Haime**, colega de **Muraro**, hizo una pregunta más arriesgada aún: **"¿Le interesan a usted los temas políticos en general?". Más de 60% de los encuestados dijo que no.** Cuando la democracia va para nueve años, un cierto fastidio, cuando no insatisfacción, impregna a la opinión pública. En la clase media, que lidera la formación de opinión, prevalece la incredulidad, espíritu agnóstico hacia las soluciones reales a sus problemas que provengan del poder.

Sin embargo, cada sociólogo tiene su receta propia. **Manuel Mora y Araujo y Felipe Noguera** en la encuesta que distribuyeron entre sus clientes, pero que cuando **Ámbito Financiero** la publicó se apresuraron a relativizar (extraño, sin duda), llegaron a la conclusión de que **Capital Federal no es el Gran Buenos Aires. En estos días de febrero, a los porteños los moviliza más el problema de los salarios bajos, la inseguridad y la corrupción** que, de pronto y tras bastante difusión periodística de escándalos como el "Milkgate" o el "Gostaniangate", son un tema que avanzó en el ranking.

• **Salarios**

Pero **para los bonaerenses, los salarios bajos son una cuestión proporcionalmente más importante que para los porteños.** La delincuencia le sigue, cabeza a cabeza con la falta de trabajo,y la problemática de la drogadicción es más acuciante que la de la corrupción. Le sigue muy de cerca un tema casi inexistente en Capital Federal: la falta de cloacas y otros servicios públicos.

Cuando **Muraro** hizo la pregunta de cuál era el problema más urgente de solucionar, 41% mencionó la salud y 33% la inseguridad en las calles por la delincuencia, 32% la desocupación y 29% los bajos salarios.

Lo de la salud junto a lo del cólera y la drogadicción más el SIDA sin duda actualiza la famosa **"deuda social"** del menemismo. **Una apuesta fuerte para Julio César Aráoz, ministro de Salud y Acción Social, con ambiciosos proyectos personales.**

Graciela Rommer lo ubica bastante alto, heredando un nivel de 41% con que se fue **Avelino Porto** que, como se sabe y aún es difícil de explicar, tenía su popularidad. En esta medición como en otras, **Aráoz tiene un elevado desconocimiento de parte de la opinión pública.** Hace poco que está. **"Si encontrara a Cecilia Giubileo, sin duda sería conocido en poco tiempo"**, deslizan con mordacidad algunos radicales. **Aráoz tiene pocos amigos en la UCR.**

• **Desconocimiento**

César Mansilla ubica a **Aráoz como el segundo ministro con mejor imagen, detrás de Domingo Cavallo.** También tiene un elevado desconocimiento aunque no tanto como **León Arslanian** y **Rodolfo Díaz**, funcionarios con bajo nivel de exposición para bien o para mal, sólo se trata de no aparecer.

Para el gobierno hay tres obsesiones que los encuestólogos pretenden dilucidar:

- **La popularidad de Carlos Menem y del gobierno.**
- **Qué pasa con Cavallo y su plan económico.**
- **Qué piensa la gente de la reforma constitucional y del plebiscito no vinculante.** Por supuesto, también de la reelección presidencial que de eso versa el asunto.

Sobre **Menem** & Cía., **Haime** consideró en su encuesta que si hubiera elecciones, el riojano volvería a ganar. Le sigue en orden de importancia el rubro: **"No sabe o ninguno"**. Hoy por hoy, **Menem no tiene rivales en el horizonte.** Y **Domingo Cavallo, contra 45% de presidencialismo de Menem, aparece con 6 por ciento.** Es decir que **no está visualizado como un "presidenciable" al estilo José Octavio Bordón, Eduardo Angeloz o Fernando De la Rúa.** Esto hace suspirar, aliviado, a **Cavallo** quien para evitar suspicacias días atrás dio todo su aval verbal al intento de **Menem** de ser reelecto. **Lo que no quita que varios de los que militan en la anti-reelección afirmen que su candidato es Cavallo...**

Valoración positiva de algunas personalidades
Capital Federal y Gran Buenos Aires - En por ciento

	Julio '91	Agosto '91	Octubre '91	Diciembre '91	Febrero '92
Raúl Alfonsín	20	18	28	26	22
Alvaro Alsogaray	13	14	12	18	14
Eduardo Angeloz	56	50	61	61	61
Domingo Cavallo	40	52	50	62	50
Eduardo Duhalde	26	36	40	43	41
José Luis Manzano	14	26	21	25	16
Carlos Menem	43	53	47	60	51
Avelino Porto	39	38	39	56	34
Aldo Rico	13	13	16	13	20

Fuente: Mora y Araujo, Noguera y Asociados.

Popularidad de Domingo Cavallo

	4° Sem. Nov.'91	1° Sem Dic.'91	2° Sem. Dic.'91	2° Sem. Ene.'92	3° Sem. Ene.'92	4° Sem. Ene.'92	5° Sem. Ene.'92	1° Sem. Feb.'92
Ganó popularidad	34	29	18	20	17	16	23	35
No ganó ni perdió	55	53	68	59	64	60	60	48
Perdió popularidad	7	9	6	17	16	21	10	12
NS/NC	3	8	7	5	4	4	8	6

Fuente: Heriberto Muraro & Asoc.



Julio César Aráoz

Imagen del gabinete ministerial

	Positiva	Regular	Negativa	Sin opinión	No responde
Domingo Cavallo	66	20	11	1	2
Julio C. Aráoz	31	31	17	18	3
Guido Di Tella	25	32	25	15	3
Erman González	24	32	37	4	3
José L. Manzano	22	30	42	4	2
Antonio Salonia	19	28	44	6	3
Luis Arslanian	12	24	27	33	4
Rodolfo Díaz	8	28	21	38	5

Fuente: Mansilla, Delich y Asociados.

Muraro, que hace su encuesta semana tras semana, considera que **Menem** tuvo una mala última semana de enero. En lo que va de febrero, remontó bastante aunque está por debajo del promedio de noviembre y diciembre. Algo de esto captó **Mora y Araujo** en su muestreo en Capital Federal y Gran Buenos Aires: en febrero, **Menem estuvo por debajo de diciembre.** No demasiado (hay que aclarar porque la gente de Socmerc es algo quisquillosa) pero lo suficiente como para preguntarse qué pasó. También el gobierno y el plan económico estuvieron hacia abajo y **aumentó la percepción de que hay corrupción y privilegios.** Esto es un dato general en todos los muestreos de opinión pública y el gobierno debería darle importancia, porque si bien la propia encuesta de **Mora y Araujo establece que el ranking de corruptos lo encabezan los políticos, en general,** y le sigue la policía para dejar a los funcionarios en tercer lugar, en primer lugar aparece el gobierno cuando se pide que clasifiquen quiénes son los responsables de ordenar todo. Luego viene la Justicia.

Al respecto, **Mansilla** en su encuesta de 320 casos en Capital Federal incorporó una definición: **"Condeno la corrupción en el Estado pero aunque exista no dejaría de apoyar al gobierno si mantuviera la misma política económica". Sesenta y seis por ciento se mantuvo en desacuerdo y 26% se dijo de acuerdo.** O sea que el éxito de la estabilidad ya no sirve para minimizar la demanda de moralidad en la función pública.

Según **Rommer**, la imagen de **Menem** y del gabinete nacional no ha sido perjudicada por los avatares de enero. [illegible] esto coincide con [illegible] se produjeron cambios en [illegible] tendencia de la gente [illegible] ya se sabe que la volatilidad [illegible] las opiniones es la caracterís[illegible]tica principal en la Argentina y con una increíble velocidad lo que hoy es bueno, mañana es malo y quien hoy es un Dios mañana es un diablo.

Acerca de **Cavallo**, **Muraro** considera que tiene un [illegible] mento inmejorable. El mejor desde la tercera semana de noviembre. Además 85% de [illegible] encuestados aprobó el cambio de moneda, 33% apoya el ingreso al Plan Brady (50% en contra), 72% (10% más que en la medición anterior) está con las negociaciones salariales por empresa y 73% apoya la desregulación de las obras sociales.

Mora y Araujo es algo [illegible] céptico. El plan económico y Cavallo descendieron en popularidad aunque no puede hablarse de impopularidad. Aunque la gente apoya la desregulación de las obras sociales, sigue avalando las privatizaciones (aunque la popularidad de la venta de Aerolíneas y de la ex Entel disminuyó bastante) y respalda otras iniciativas del Palacio de Hacienda.

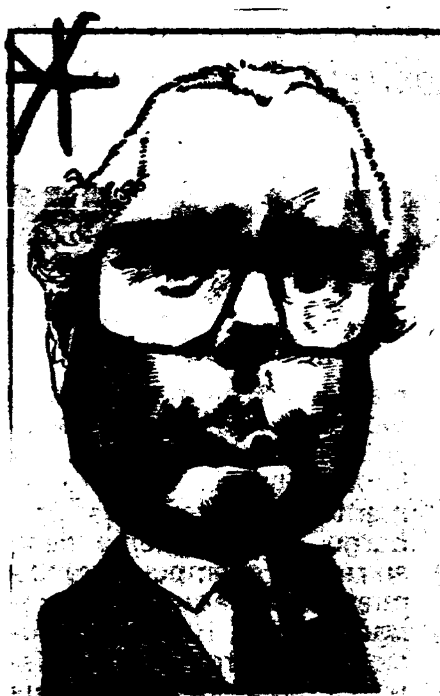
Pero **Mora y Araujo** considera que **Cavallo, José Luis Manzano, Antonio Erman González y Guido Di Tella** están en su valoración pública bastante por debajo de la medición de diciembre. Pareciera, para ese trabajo, que es como un momento de transición para el gabinete y el gobierno. También para el plan económico y la política antiinflacionaria.

En cuanto a si la gente [illegible] en favor o en contra [illegible] forma constitucional, [illegible] **Mora y Araujo**, [illegible] **Mansilla y Haime** [illegible] en que hay una [illegible] sin a favor. [illegible] que la [illegible] sibilidad de que [illegible] pueda aspirar a un [illegible] período. Pareciera que, [illegible] allá de si concretó o no la negociación al respecto, con la oposición, hay un éxito del gobierno en su planteo frente a los medios de [illegible] de tan delicada cuesti[illegible] ta bastante porque [illegible] delinearse el tipo de r[illegible] constitucional que se [illegible] Pero parecieran existir [illegible] ciones para avanzar en [illegible] biscito no vinculante [illegible] cual el gobierno podría [illegible] lo minimizar la elección [illegible] senador en Capital Federal [illegible] no presionar al C[illegible] de aún no [illegible] ra hacer [illegible] de la reforma.

Ganan los indecisos

La carrera por la senaduría porteña la sigue liderando Fernando De la Rúa. *Según* ***Mora y Araujo*** *en su medición de valoración positiva en Capital Federal exclusivamente,* ***De la Rúa tiene 66% en febrero y tuvo 76% en diciembre y 70% en octubre. Avelino Porto*** *está en 46% en febrero, estuvo en 67% en diciembre y en 42% en octubre.* ***Adelina de Viola*** *pasó de 34% en octubre a 36% en diciembre y 40% en febrero,* ***más regular que Porto pero lejos de De la Rúa.*** *En cuanto a* ***Rodolfo Terragno*** *hizo 31%, 28% y 31%, parece estacionado.* ***Carlos Grosso*** *estuvo en 20%, 24% y en febrero se ubicó en 14%.*

Mansilla *y* ***Delich*** *tienen a* ***De la Rúa*** *en 11% de intención de voto, seguido por* ***Porto*** *con 8%,* ***Terragno*** *con 6%,* ***Miguel Angel Toma*** *con 5%,* ***César Jaroslavsky*** *con 4%,* ***Jorge Vanossi*** *con 2% y* ***Jesús Rodríguez*** *con 2%.* ***No sabe por quién votar nada menos que 56%, que todavía se dice "indeciso".***



En tanto Aguiar insiste en que De la Rúa es el mejor candidato del radicalismo para la senaduría metropolitana, Vanossi podría ser elegido para esa postulación por sus pares del Ateneo del Centenario

La Nación 18/2/92

Definen aspirantes a senador en la UCR

[illegible]

Vanossi, con posibilidades

[illegible]

rar un ciclo de diálogos con empresarios.

"El mejor hombre"

Al expresar que comprendía las razones que llevan a De la Rúa a no postularse como candidato a senador, el gobernador de Córdoba opinó, sin embargo, que la situación obliga a enfrentar al PJ en la Capital con el mejor hombre en una elección a la que calificó de "crucial" para el radicalismo.

[illegible]

políticas.

En la última reunión de esa corriente, estuvieron presentes, además de Vanossi, Jesús Rodríguez y los diputados Ricardo Marcos, José Canata y Roberto Vázquez.

También asistieron el presidente de la Juventud Radical (JR), Guillermo Hoertz, y el titular de la Federación Universitaria de Buenos Aires (FUBA), Guillermo Rivas, entre otros.

Buenos Aires, martes 18 de febrero de 1992 ★ CLARIN

EL PRESIDENTE DIJO QUE SE INICIO UNA NUEV

Menem pidió a
y la eliminación de

El presidente de Francia, François Mitterrand, dijo que su país está dispuesto a "flexibilizar" la política proteccionista con la condición de que Estados Unidos adopte una postura similar. Mitterrand recibió ayer al presidente argentino Carlos Menem, quien le planteó su preocupación por los subsidios.

EL VIAJE DE MENEM

PARIS (Enviado especial). — El presidente **Carlos Menem** anunció el comienzo de **"una nueva era en las relaciones entre Francia y la República Argentina"**, al término del almuerzo de trabajo que compartió ayer con su par francés, **François Mitterrand**.

El aumento de las **inversiones** francesas en la Argentina y el **proteccionismo** de la Comunidad Económica Europea a sus productos agrícolas fueron los temas excluyentes del encuentro. Menem reiteró la preocupación por los **subsidios** manifestada ante el Parlamento Europeo, en la primera etapa de la gira, cuando advirtió acerca de las **"graves consecuencias"** que podrían provocar de mantenerse en el actual nivel, a causa de los "desequilibrios" que desatarían en el comercio internacional de productos agropecuarios.

A Mitterrand el planteo no lo tomó por sorpresa y sostuvo que su país está dispuesto a **"flexibilizar"** las rígidas posturas que mantuvo hasta el momento en ese

01-02

9203466

ERA EN LAS RELACIONES CON FRANCIA

Mitterrand capitales subsidios agrícolas

tema, con la condición de que los Estados Unidos adopten criterios similares. El dirigente socialista fue más allá y puso sobre la mesa una propuesta que la comitiva argentina no esperaba: extender la discusión sobre la eliminación de barreras comerciales a los productos industriales y de servicios.

Aunque no aludió directamente al pedido de mayores inversiones, el presidente francés pareció dar un guiño a los integrantes de la poderosa Comisión Nacional de Empresarios que hoy abordará el tema al recibir a Menem y a su ministro de Economía, Domingo Cavallo. "Francia observa una recuperación notable de la Argentina", en el plano económico, indicó Miterrand en sus breves declaraciones a la prensa.

En opinión del mandatario argentino, Francia "debería asumir una función de puente, de enlace, entre nuestro país y Europa". Aseguró que las empresas francesas, que ya han intervenido en las privatizaciones de la red telefónica y la explotación petrolífera, vienen demostrando interés en otros sectores que el Estado transferirá este año, como Obras Sanitarias, subterráneos, correos y altos hornos. El plan para recibir inmigrantes que anunció durante la gira no fue abordado por Menem en esta ocasión.

La delegación argentina arribó por la mañana, procedente de Bruselas, para cumplir la última etapa de la gira europea. París la recibió con el rigor del invierno. El termómetro marcaba cero grado a la hora de dirigirse a la sede del Gobierno, en el Palacio del Eliseo, y por la tarde se precipitó una suave nevada.

Al encuentro con Miterrand, Menem concurrió acompañado por el canciller, Guido Di Tella; el ministro del Interior, José Luis Manzano; el titular del Ejército, general Martín Balza; el jefe de la SIDE, Hugo Anzorregui los diputados Carlos Ruckauf y Guillermo Estévez Boero; el senador Oraldo Britos y el vocero presidencial Humberto Toledo.

El mandatario argentino lucía traje azul y corbata de rayas rojas y grises. El presidente francés, de traje oscuro, eligió para que participen del encuentro a sus ministros del Interior, Philippe Marchand, y de Industria, Strauss Kan.

Por la tarde, Menem recibió en su hotel —desde el que se ve la céntrica Plaza de la Concorde—, al alcalde de París, Jacques Chirac, de extracción conservadora, quien viajará al país a fin de año. También se entrevistó con el ministro de Economía, Pierre Bergovoy, con quien analizó —asistido por Cavallo— el intercambio comercial entre ambos países. El conocido investigador Jacques Cousteau protagonizó la última audiencia. Se interesó en la política de protección ambiental del gobierno argentino, manifestando especialmente su preocupación por el futuro del continente antártico.

Para hoy está previsto un encuentro de Menem con la primera ministra Edith Cresson, entre otros funcionarios france- [illegible]



Carlos Menem con François Mitterrand en la [illegible] la Argentina y la eliminación de subsidios, los [illegible]

CLAVE: RIO NEGRO, PRIMER DISTRITO UCR, A FAVOR DE LA REFORMA CON REELECCION

Escribe
Hugo Morales

San Antonio Oeste, Río Negro — La Unión Cívica Radical de Río Negro se convirtió este fin de semana en el primer distrito de ese partido que orgánicamente se pronuncia a favor de la reforma constitucional y no excluye la reelección presidencial. De ese modo el partido respondió monolíticamente a la conducción de Horacio Massaccesi, quien defendió la postura reformista a través de un sólido discurso donde se lanzaron filosos dardos hacia la propia interna radical.

Los principales barones del radicalismo provincial como Pablo Verani (General Roca), presidente del Comité Provincia; Edgardo Gagliardi (Bariloche), vicegobernador de Río Negro; Oscar Machado (Río Colorado), diputado nacional; Oscar Pandolfi (Cipolletti); delegado al Comité Nacional y Roberto Viñuela (Viedma), vicepresidente del Comité de la Capital, respaldaron al gobernador e implícitamente dieron un espaldarazo a toda su política de acuerdos que viene implementando con el propio presidente Carlos Menem, y cuyos objetivos apuntan hacia 1995.

El plenario del Comité Provincia de la UCR rionegrina deliberó en esta pequeña y antigua ciudad puerto —salen las peras y manzanas hacia los mercados de ultramar— con la presencia de la totalidad de sus miembros y de los presidentes de los distritos locales quienes bajarán líneas hacia el interior del partido. Tanto Massaccesi como sus principales apoyos, que responden a las distintas líneas internas, buscaron colocarse en una posición de equilibrio entre sus propios pares. Rescató la figura de Ricardo Balbín (curioso por ser un hombre proveniente de la Coordinadora) y habló de unidad nacional, ejemplificando con el esfuerzo del ex caudillo radical, "quien no vaciló en saltar el cerco para abrazarse con Juan Perón porque la Patria se lo exigía", mensaje que tuvo claros destinatarios internos, tan claros como el misil que lanzó un ofuscado radical cuando dijo "hay algunos correligionarios confusos que critican desde la prensa pero luego acuerdan de noche, yendo a la (Casa) Rosada de noche y al costado de periodistas y granaderos".

Tanto el gobernador como los defensores del acuerdo —la totalidad de los presentes, salvo una aislada voz que actuó como vulnerable "sparring"— basaron la línea argumental de su discurso en la tradición reformista de la UCR. "Si apenas hace 5 años el partido quiso la reforma, e incluso por necesidad táctica se impulsaba internamente la reelección de Raúl Alfonsín, no puede negarle hoy al peronismo la posibilidad —si quiere— de intentar la reelección de Menem", agregó Massaccesi, para quien el radicalismo "no debe quedar al costado de la historia, dándole la espalda al pueblo, quien será en definitiva el que decida —con reforma o no— quién habrá de gobernarlo en el próximo periodo".

Criticó implícitamente la falta de vocación de relacionarse con el poder por parte de algunos sectores del radicalismo e invitó a una autocrítica, descartando un ambiguo y permanente latiguillo que basó en la acción de las corporaciones y grupos económicos la pérdida por parte de la UCR del gobierno en la Argentina. Aquí también su mensaje saltó los límites provinciales para instalarse en la interna nacional, atacando un argumento que exhibe el alfonsinismo. "El nuevo modelo de país que la sociedad reclama se construye con coraje y con compromiso y no con ausencia", dijo en otra parte de su enfervorizado mensaje que fue varias y disciplinadas veces aplaudido.

• Acuerdo

Massaccesi coronó el sábado una estrategia acuerdista que comenzó hace unos años con el sector celeste del peronismo y que ha sellado con el propio Menem. Tal acuerdo le ha permitido sortear situaciones coyunturales sumamente difíciles como la crítica situación financiera del Banco de la Provincia —paradójicamente hoy resurge (privatización por medio en el que existen ofertas hasta del exterior, especialmente Chile) como el Ave Fénix— y la controvertida acción de incautar fondos federales, pero también lo proyecta hacia otros planos ya que a nadie escapa que el gobernador piensa instalarse de lleno en la escena nacional de un libanizado radicalismo, buscando crear un perfil alternativo tanto del angelocismo como del alfonsinismo.

En ese marco, el rionegrino exhibe como preciado trofeo su reelección provincial, el apoyo monolítico que ayer obtuvo de su partido y su proyección patagónica, incluyendo el protagonismo regional en la reforma de la Carta Magna que a criterio de la UCR de Río Negro debe discutir la necesidad de incorporar con rango constitucional temas como el equilibrio regional —se teme que la Patagonia quede excluida del Mercosur—, elección de senadores por región, elección popular directa y a simple pluralidad de sufragios, traslado de la capital, posibilidad de decretos-ley de necesidad y urgencia, regulación del Poder Judicial, reordenamiento Nación-provincias y otros.

ALAIN TOURAINE HABLO DE LA RECONSTRUCCION DEL ESTADO

El Presidente se reunió con intelectuales franceses

EL VIAJE DE MENEM

PARIS (Enviado especial). — Dos seminarios para analizar la inserción internacional de la Argentina reunirán este año, aquí y luego en Buenos Aires, a académicos argentinos y europeos. El presidente Carlos Menem decidió respaldar esta idea luego de recibir hoy a seis intelectuales franceses.

El argentino escuchó en esta oportunidad una línea argumental sustancialmente diferente a la que se ha habituado en los últimos tiempos: los visitantes —todos ellos vinculados por área de especialización con América latina y con el mundo periférico— coincidieron en elogiar el programa de reformas económicas que encaró la Argentina, pero advirtiendo que sería necesario repensar el papel del Estado para administrar los conflictos sociales y también, para atemperar las desigualdades.

Menem, según dijeron luego los intelectuales, les había asegurado que él estaba comprometido con la obligación de reconstruir el Estado.

♦ Opinión de Touraine

En las palabras de uno de los asistentes, el sociólogo Alain Touraine, "se ha producido un acto de deconstrucción imprescindible para desarticular un Estado corporativo que estaba muerto como propuesta".

"Pero —agregó— ahora es urgente pensar en la reconstrucción del Estado porque sin él el caos social es inevitable y aun la amenaza de que las tensiones sociales deriven en intentos de quiebra del orden institucional podría volver a ser un fantasma redivivo. Lo que acaba de suceder en Venezuela es un llamado de atención", agregó en alusión al reciente y fallido golpe de Estado producido en esa nación.

La delegación estaba integrada, además de Touraine, por Marc Augé —presidente de la Casa de las Ciencias del Hombre—, Daniel Pécaut —director del Centro de Estudios de los Movimientos Sociales—, Nathan Wachtel —director de la Escuela de Altos Estudios en Ciencias Sociales—, Jean Bazin —de la misma institución— y François Vilmat, director de la Casa de América Latina. La reunión fue organizada por Moisés Ikonicoff, subsecretario del área de Educación, y por Gustavo Béliz, secretario de la Función Pública.

01-01

9203468

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 19 de febrero de 1992

El traslado de la escuela de Panamá, tema para Cheney

El secretario de Defensa de los Estados Unidos, Richard Cheney, tocará el tema del traslado de la Escuela de las Américas, que funciona ahora en Panamá a Brasil, en su diálogo con los funcionarios argentinos. En ese centro de adiestramiento para combatir el narcotráfico y la guerrilla había sido instructor Mohamed Alí Seineldín.

El secretario de Defensa de los Estados Unidos, Richard Cheney llegará mañana a la Argentina.

El funcionario de la administración republicana tratará durante su encuentro con autoridades argentinas una propuesta para trasladar el asiento del Comando Sur, y la Escuela de las Américas, desde Panamá al Brasil.

Esa unidad de batalla es conducida actualmente por el teniente general George Joulwan y si el proyecto de traslado se concreta, sería acompañada de la Escuela de las Américas, que se especializa en la formación de oficiales subalternos y suboficiales para la lucha en la jungla. Se trata de tropas especiales, que no son los conocidos "boinas verdes" que son entrenados para el combate en zonas selváticas.

El ex coronel Mohamed Alí Seineldín dirigió esa escuela durante tres años, a partir de 1984, cuando estuvo en Panamá. Quienes conocen la vida militar, saben que a la Escuela de las Américas concurren oficiales de baja graduación y suboficiales de los países latinoamericanos para formarse en la lucha contra la guerrila y el narcotráfico.

Joulwan tiene previsto también viajar a Buenos Aires en los primeros días de marzo, una vez concluida la visita de Cheney.

Cheney, que se desempeña como secretario de Defensa desde el 17 de marzo de 1989, se entrevistará con el presidente provisional Eduardo Menem y el ministro de Defensa Erman González, entre otros, con el propósito de estudiar la nueva alianza estratégica entre el gobierno argentino y la máxima potencia de Occidente. Esto ocurre al mismo tiempo que se preparan las tropas argentinas que irán en misión de paz a Yugoslavia.

La visita a la Argentina forma parte de una gira que abarca Guatemala, Panamá, Brasil, desde donde llegará a Buenos Aires y Chile, hacia donde partirá Cheney luego de abandonar el país. El jefe del Pentágono estará acompañado por los secretarios adjuntos de Defensa para Asuntos de Seguridad Internacional, James Lilley, y de Asuntos Públicos, Louis Williams.

A las 12.30, "Dick" Cheney arribará al Aeropuerto Internacional de Ezeiza.

Richard Cheney, quien durante la guerra del Golfo coordinó las operaciones militares, junto a los comandantes Colin Powell y Norman Schwarzkopf y manejó los tiempos para iniciar el combate terrestre, se acordará de la Operación Tormenta del Desierto cuando mañana a las 13, en la Dársena Norte del puerto de Buenos Aires, visite el buque Almirante Brown, integrante de la flota aliada que derrotó a las fuerzas iraquíes.

Veinte minutos después, Cheney almorzará hasta las 14.30 y un cuarto de hora más tarde iniciará una audiencia protocolar con el ministro de Defensa, Erman González a quien acompañará el almirante Osés. El secretario de Defensa de los Estados Unidos expondrá en la sede del Estado Mayor Conjunto acerca de las relaciones entre la Argentina y su país.

En la Casa Rosada a las 16, el presidente provisional del Senado, en ejercicio de la Presidencia de la Nación, Eduardo Menem, recibirá a Cheney en una reunión que tiene preestablecida una duración cercana a los 45 minutos.

Cuando Richard Cheney llegue al Congreso de la Nación, serán las 16.30 y allí será recibido por legisladores que integran las comisiones de Defensa del Senado y de Diputados.

01-01

EL ACTO DE LANZAMIENTO SERIA EL 2 DE MARZO

Grosso aseguró total apoyo a la candidatura de Porto

Apoyo total a su candidatura y organización de un acto para "su presentación formal a los cuadros medios del peronismo", en lo posible el 2 de marzo, es lo que acordaron Carlos Grosso y las principales espadas del justicialismo metropolitano con quien será su candidato extrapartidario a senador por la Capital, el ex ministro de Acción Social Avelino Porto.

Fue en la primera reunión convocada para definir ejes de la campaña para las elecciones de julio, realizada durante 2 horas, con pretensiones de hermetismo, en la noche del martes pasado y en un hotel de la avenida Alvear.

Junto al intendente y a Porto estaban los representantes de las cinco principales líneas del PJ de la Capital: Marcos Raijer por el FUP, Eduardo Valdés por Victoria Peronista, Alberto Iribarne por Encuentro Peronista, Miguel Angel Toma por Unidad y Victoria y Julio Bárbaro por la opositora Lista Azul. Como representación institucional participaron del encuentro el titular interino del consejo justicialista metropolitano Vicente Brusca (FUP), y su secretario político, Daniel Peña (Unidad y Victoria).

Como apoyatura técnica, Grosso llevó al encuestador oficial del PJ, Julio Aurelio, y Porto a quien cumple para él funciones similares, Horacio Díez.

Una reconstrucción aproximada de la reunión parece arrojar estos puntos de consenso total:

- Satisfacción por lo que se calificó como "primero exitoso" frente a los radicales. Se hablaba de la instalación pública de la candidatura de Porto y su presunto impacto en el electorado independiente, que desencadenó el "apuro de la UCR y las presiones a Fernando de la Rúa para que sea él el candidato a senador".
- Reafirmación de un mensaje para la campaña de Porto dirigido prioritariamente al electorado independiente, como reflejo en la Capital de la heterodoxia del modelo de Carlos Menem.
- Conformación de un "acuerdo programático" con los partidos que deben expresar esa imagen "transperonista" de la candidatura, para lo cual hay que esperar que se calmen algunas internas complicadas de esos partidos. Se aludía especialmente a la UCeDé y al Partido Social Demócrata.
- Se desechó totalmente cualquier especulación sobre una postergación de la fecha de la elección para aumentar las posibilidades de triunfo.
- La conducción política de la campaña será responsabilidad del "grupo de los 5" —los dirigentes de las agrupaciones justicialistas— y también se conformó un "equipo técnico". Por el peronismo lo integran Julio Aurelio y el publicista Enrique "Pepe" Albistur, y el actual secretario de Cultura de Avellaneda Hugo Caruso. Porto designó en el equipo a Díez y a su asesor de prensa Luis Balcarce.
- Existen signos de dificultad inicial para imponer en las bases peronistas la candidatura de Porto. De allí surgió la idea de convertir en un "acto de presentación formal del candidato a los cuadros medios" la concentración que se intenta organizar para el 2 de marzo, en el Teatro Coliseo. La fecha y las características definitivas del acto dependerían del trabajo previo que se comprometieron a llevar adelante los dirigentes de las agrupaciones.

Un tema que planteó algunas discusiones es el de la oficialización de Porto como candidato del PJ. Hay dos variantes posibles. La preferida por Grosso y las agrupaciones oficialistas consiste en que el consejo metropolitano convoque para marzo al congreso partidario distrital y proponga allí la candidatura.

Bárbaro —como vocero de la oposición—, planteó la variante de la convocatoria a elecciones internas. Como lo que se elige en este caso son candidatos a electores de senador, y no al propio candidato a la banca, se superaría la imposibilidad inicial de Porto de ser precandidato por no estar afiliado al partido. Con esta variante, podrían competir por la lista de electores Eduardo Vaca, Cid y Juan Carlos Ortiz, quienes también aspiran a la candidatura y no aceptan subordinarse tras la de Porto.

En principio, para tratar de imponer la variante preferida por el oficialismo, se convocaría al consejo para el lunes. Antes, concretamente mañana, se haría un nuevo encuentro entre Grosso, Porto y el "grupo de los 5", posiblemente en la sede de la Universidad de Belgrano, de la que el candidato es rector-propietario.

01-01

9203470

DOCUMENTO
TULO Inquietud militar argentina por misil anglo-chileno.
CCFDENC: 150015
H. DE F. E. E: 22/2/92
UL CI S 10033
11164
11399

ENTRADO RS
RS

Tras el veto estadounidense al proyecto "Cóndor"

Inquietud militar argentina por el misil anglo-chileno

● El "Rayo" es un cohete tierra-tierra de 160 mm. con un alcance de 40 quilómetros

La revelación de la prueba en polígono del cohete chileno - británico "Rayo", potencializó el reciente desguace del proyecto misilístico argentino "Cóndor II" y puso en evidencia el diferente criterio con que miran militarmente los EEUU a los dos vecinos andinos.

Especial para LA REPUBLICA



■ La revista especializada británica Jane's Defense Weekly, informó que las pruebas de campo tuvieron lugar recientemente en territorio de Chile y del Reino Unido. El sistema de lanzamientos múltiples de cohetes "Rayo" lo fabrica desde 1991, el ejército chileno a través de la empresa Famae en conjunto con la Royal Ordnance.

El cohete tierra - tierra de 160 milímetros, tiene un alcance de alrededor de 40 quilómetros y en las pruebas realizadas en el polígono chileno habría sido equipado por una cabeza inteligente que lo convierte en un artefacto teleguiado capaz de portar explosivos. La exactitud alcanzada, lo hace comparable a la de los proyectiles de artillería de 155 mm, según la Royal Ordnance.

El público se enteró del Rayo por boca del general Héctor Letelier, jefe de la fábrica militar del ejército chileno, quien el 29 de mayo de 1991 confirmó a la prensa de Santiago sobre el emprendimiento anglochileno.

Los expertos consideran que el Rayo es un relevo, aunque menor, del proyecto misilístico argentino "Cóndor", que nació en los finales del régimen militar, continuó (y se desarrolla) con el gobierno radical de Raúl Alfonsín y al que Carlos Menem decidió dar por concluido, a raíz de las fuertes presiones de los EEUU.

Precisamente hace dos semanas técnicos del Pentágono presenciaron el desguace del proyecto en las instalaciones de Sierra del Carmen, en la provincia de Córdoba. El jueves, el secretario de Defensa, Richard Cheney, elogió durante su corta visita a Argentina, la actitud de la administración de Menem.

La primera versión del Cóndor se conoció en la Feria Aeroespacial de 1982 de Le Bourget, en los alrededores de París y para entonces sólo era un cohete de una sola etapa con un peso inicial (sin carga) de 1.116 quilogramos para un alcance de 100 quilómetros.

En el Cóndor II, ya convertido en misil de alcance medio, intervino financiera y técnicamente la Messerschmitt-Bölkow-Blohm (MBB), además de capitales egipcios. Washington temió que el misil pudiera ser adquirido por el régimen de Saddam Hussein, pero por sobre todo, quiso cortar de raíz que surgiera el fabricante del "misil de los pobres".

Curiosamente muy poco después que Argentina hiciera, en 1991, su anuncio oficial sobre el desactivamiento del Cóndor II, el ejército chileno enviaba del otro lado de la cordillera un *rayo* que entonces actuó como un revulsivo entre los oficiales de las FFAA.

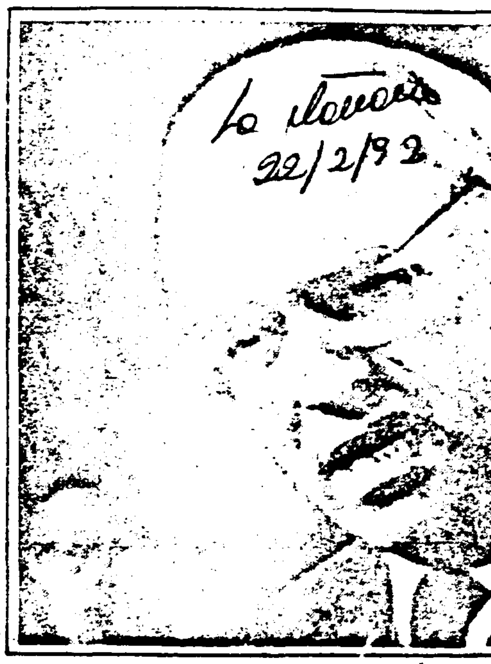
Significativamente ahora, luego que los técnicos norteamericanos verificaron el fin del proyecto misilístico argentino (al menos en sus intenciones originales), se difunde la información sobre la prueba de eficiencia realizada por el cohete chileno-británico.

Como entonces, los militares argentinos se interrogan por qué a ellos se les veda el acceso a la tecnología sofisticada, en tanto que el ejército chileno, que aún conduce Augusto Pinochet, continúa con sus exportaciones bélicas, como lo reveló el escándalo del contrabando de armas a Croacia, o con sus ensayos sobre cohetes sofisticados, que acaso sean el preludio del desarrollo de misiles.

Más aún: junto al anuncio del desguace del Cóndor, Menem ordenó el cierre de la fábrica de tanques que fabricó un centenar de unidades similares al alemán occidental Leopard. Además, toda la industria de defensa de Argentina ha sido colocada en subasta al capital privado.

Washington no vetó el "Rayo" chileno sobre todo porque se trata de un proyecto del que participa su principal aliado internacional, el Reino Unido. En otras palabras: para los EEUU, Chile y, lógicamente los británicos, son países absolutamente confiables.

Y esa es la realidad geopolítica establecida por Washington para esta parte del hemisferio, que inquieta a militares argentinos.



Richard Cheney, secretario de Defensa al frente de una política diferenciadora entre los aliados de EEUU. (Telefoto de AFP)

01-01

9203471

TO
sita de Cheney afianzará lazos entre Argentina y EEUU.
15001S
22/2/92
10033
11169
11399
65890

LA OTRA CARA DE LA CONVERTIBILIDAD

La Nación 22/2

ADEMAS de la ayuda militar que ofreció Cheney a Argentina, Menem deberá enviar tropas a Yugoslavia y colaborar con el bloqueo a Iraq

BUENOS AIRES.(EFE y Reuter).- La visita a Argentina del secretario de Defensa de Estados Unidos, Richard Cheney, que terminó ayer, afianzará aún más las relaciones militares entre los dos países, entabladas con ocasión de la guerra del Golfo, al intervenir la Armada argentina en el bloqueo a Irao.

El viaje del jefe del Pentágono ha coincidido con dos anuncios del Presidente Carlos Menem: el próximo envío a Yugoslavia de 900 militares para formar parte de una fuerza de paz de la ONU y la decisión de colaborar de nuevo, a petición de dicho organismo internacional, en el bloqueo contra Irao destinando un buque a la zona del golfo Pérsico.

Cheney, que a las 08.15 hora local (10.15 GMT) partió con destino a Santiago de Chile, dijo el jueves que su Gobierno busca intensificar el embargo al régimen de Saddam Hussein y agregó que vería "con agrado" que Argentina se uniera "a nuestro esfuerzo".

El secretario de Defensa aclaró que la medida consistiría en evitar que Irao exporte petróleo y compre suministros bélicos y descartó que fuera a llevarse a cabo "una ofensiva militar".

El funcionario norteamericano subrayó que "nuestro objetivo, nuestra esperanza, es que Irao acate la sanciones impuestas por el Cons[ejo] de Seguridad de la ONU".

Nuevo [o]rden

El Mi[n]istro argentino de Defensa, A[nt]onio Erman González, y su cole[ga] norteamericano discutieron [el] nuevo papel asignado a las Fuerz[a]s Armadas locales en un contexto [d]e reducción del peso político [de]l aparato de seguridad en los p[aí]ses latinoamericanos, a causa de [los] ajustes sistemáticos de la econ[o]mía.

El pape[l] asignado a los militares argentino[s] es avalado en los foros internacio[n]ales por Estados Unidos y se verá reflejado en una mayor pa[rt]icipación en las misiones de se[g]uridad del "nuevo orden" que encabezará el Pentá[go]no, según admitió el jueves [el] propio González.

Argentina fue el único país [lat]inoamericano que aportó trop[as a] las fuerzas aliadas durante [las] operaciones "Escudo" y "T[or]menta del Desierto" llevadas [a] cabo durante la guerra del Golfo.

Paralelamente, fuerzas milita[res] argentinas dijeron que descart[an] que el Comando Sur del Ejérc[ito] de EE.UU. sea trasladado a Bra[sil] como habían asegurado el mar[tes] algunos medios de prensa bra[sileños].

"La zona del Canal de Pana[má] continúa siendo estratégica para [el] Pentágono en este hemisferio [y] EE.UU. no piensa alejarse de [ella] por ninguna razón", dijeron, [al] respecto fuentes diplomáticas [es]tadounidenses en Buenos Aires.

01-01

9203472

Panorama político

"Si acompañamos a Bush a una guerra, ¿por qué no lo vamos a acompañar a una elección?", decía sonriente uno de los ministros, el viernes por la tarde, para justificar el nuevo envío de naves al Golfo, por pedido norteamericano. La chanza venía a anticiparse a las posibles impugnaciones opositoras. Es que quienes se oponen a esta nueva participación argentina dicen que el dinero no saldrá, esta vez, de las arcas kuwaitíes sino del comité de campaña electoral del presidente norteamericano, [illegible] do como está de reforzar con un hecho internacional su lucha por la reelección.

Pero esas objeciones no alcanzan a rozar la decisión de la administración menemista de seguir adelante en la senda hacia el "Primer Mundo". Así como Menem trata de cumplir con cualquier sugerencia de la Casa Blanca, los republicanos [illegible] volver algunos gestos [illegible] la posición del inquilino de la Casa Rosada.

Dick Cheney, jefe del Pentágono, en su fugaz gira por [illegible] solo dejó algunos [illegible] Fuerzas Armadas, para [illegible] que no hay más [illegible]

Este éxito [illegible] contradice [illegible] presidente [illegible] de [illegible] disfrutan del soporte [illegible] política [illegible] intenta Humberto [illegible] —o la obscena [illegible] de la torpeza, como Gostanian.

[illegible] venta de repuestos y equipos militares a la Argentina. [illegible] la [illegible] Cheney [illegible] institucional de su administración. En ese sentido, el gesto tiene una lectura unívoca.

La carta de Seineldín apoyando el levantamiento en Caracas, por ejemplo, demuestra una intención de capitalizar el descontento y mostrar los lazos ideológicos que unen a ambos sectores militares. Un presunto carapintada retribuyó el gesto el viernes en Caracas recordando el papel de Seineldín en la Argentina.

¿Acaso los norteamericanos evalúan riesgos militares? La respuesta que se obtiene en inmejorables fuentes es que nunca está de más recordar hacia quién es la preferencia de la política norteamericana en el continente.

Está claro, también, que el capítulo internacional funcionó perfecto para esta administración. Básicamente, [illegible]

¿De qué acusan a Di Tella? No hay discrepancias políticas. El rumbo exterior lo fija Menem y Di Tella, en todo caso, utiliza metáforas no siempre felices para demostrar la voluntad del Gobierno de ser el mejor alumno de la Casa Blanca, por ejemplo. Puede decirse, también, que el canciller no le cae simpático a algunos miembros de la corte, o que padece de incontinencia verbal, defecto del que ni el Presidente, sobre todo, puede considerarse exento.

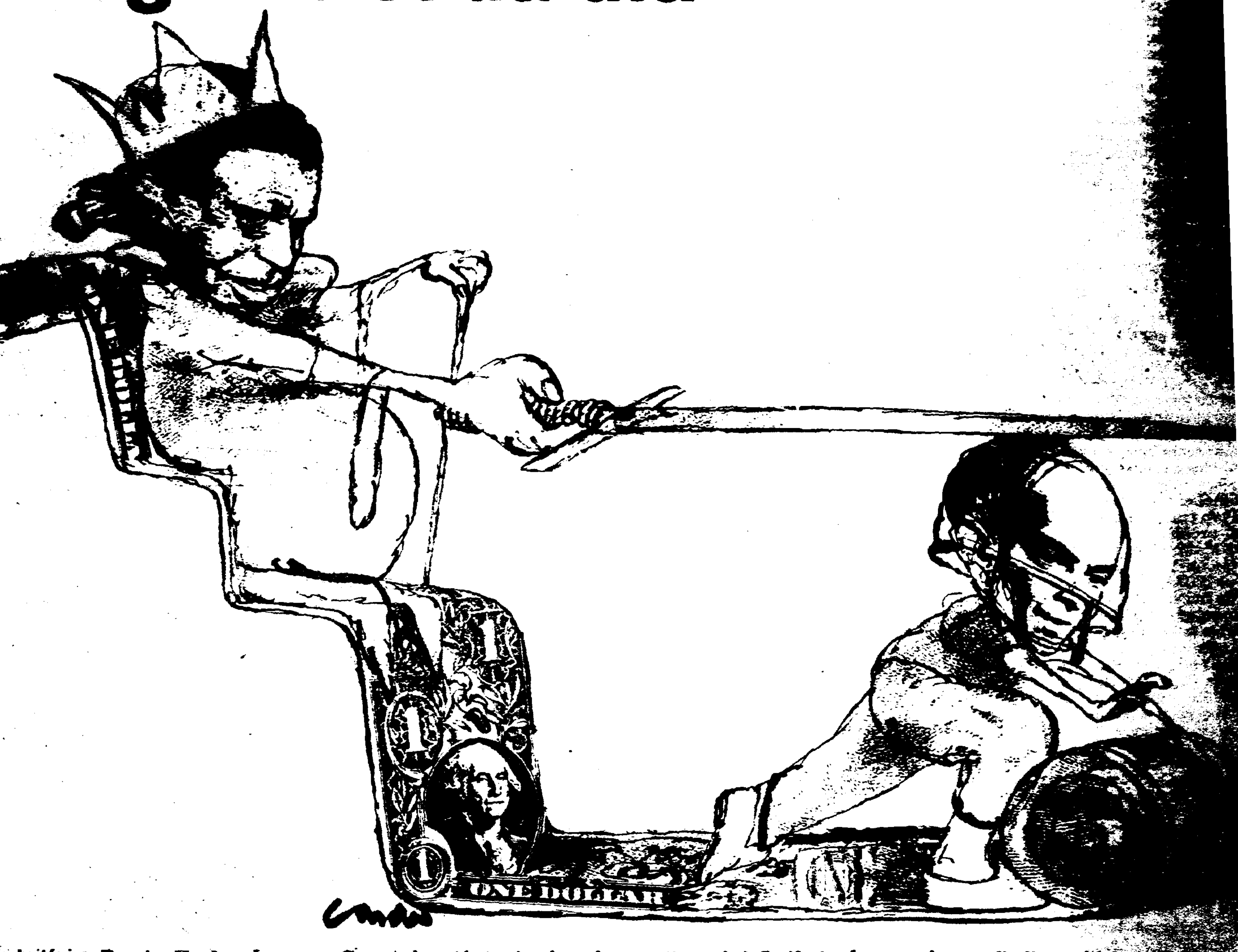
Di Tella, para mostrar que sigue abonando su política, se sentará [illegible] a la misma mesa con su cole- [illegible]

[illegible]

al [illegible] Gobierno no [illegible] Tal era la intención [illegible] uno de sus [illegible] manejar la política [illegible] sabe: los bancos [illegible] después de la [illegible] por el Plan Bonex.

Ahora, de nuevo, [illegible] do a este economista [illegible] remplazar a Di Tella en [illegible] Exteriores, a quien no [illegible] bros de la corte quieren ver [illegible] Gobierno. Pero la versión [illegible] Menem va más allá de un [illegible] lojo de Di Tella del [illegible] tín: el efecto sobre [illegible] porque todos [illegible] de que la Cancillería [illegible] hacia el [illegible] nía.

intriga de cada día



HORACIO FIDEL CARDO

ga británico, **Douglas Hurd**, en Londres. El actual embajador en Gran Bretaña, **Mario Cámpora**, será el anfitrión de ambos en su residencia londinense.

Lo que se busca, entonces, no es una forma más talentosa o inteligente de hacer política. Simplemente, el espacio de poder, porque parece que muchos en el Gobierno se sienten en el lugar equivocado.

La incorporación de **Alemann** —si éste aceptara— no podría concretarse sin otras modificaciones, porque el ingreso del ex ministro provocaría la salida de otros miembros del gabinete.

Para los habitantes del Palacio de Hacienda, el efecto **Alemann** tiene como único objetivo debilitar a **Cavallo**. ¿Por qué? Sencillamente porque se establecería —aun cuando ese no fuera el objetivo— un **doble comando** que terminaría por afectar seriamente la estabilidad económica.

Alemann se encargó esta semana de señalar cuál es su posición: el rebrote inflacionario tiene causas monetarias y la convertibilidad puede transformarse en el **talón de Aquiles** del programa. Según esa teoría, el dólar debería quedar suelto.

Cavallo, en cambio, sostiene que el rebrote está causado por el traslado a los precios del IVA que muchos no pagaban y por el **efecto riqueza**, un término económico cuyo empleo político no fue muy feliz para el ministro.

Los asesores de **Cavallo** llegaron a sugerir que una jugada tan fuerte como la descripta debería recibir una respuesta también muy fuerte: el ministro debería plantar bandera. Es decir, renunciar.

Como todos están tan involucrados en el **microclima** de las "operaciones políticas", quienes auspician el remplazo de **Di Tella** —ostensiblemente **Toledo**, quien quiere absorber muchas funciones del canciller—, también están provocando que el versionero permanente vaya debilitando el logro más importante de la administración **Menem**: la estabilidad económica.

Menem, que es un político sagaz, cortará de cuajo las especulaciones —en las que también caía el titular de Educación, **Antonio Salonia**, y el

Los asesores de Cavallo llegaron a sugerir que una jugada tan fuerte como la descripta debería recibir una respuesta también muy fuerte: el ministro debería plantar bandera. Es decir, renunciar.

jefe de la SIDE, **Hugo Anzorreguy**— cuando confirme a todos los ministros esta semana.

La negociación con los bancos y el ingreso al Plan Brady (pasos enganchados) obliga a la administración a mantener las aguas tranquilas y a los mismos personajes en escena.

Ya suficientes problemas tiene **Cavallo** con la inflación (en dos meses le comió la estimación del 7% anual que hizo el ministro y le rebanó la mitad del 10% que pronosticó **Menem**) para añadirles otros, de raíz política.

La susceptibilidad sobre quién es el responsable de la estabilidad económica es, a veces, tan infantil que no resiste análisis serios.

¿Acaso el presidente mexicano se molesta por el éxito económico de su ministro de Economía? ¿O acaso **Salinas de Gortari** cree que su gestión no creó condiciones para que su ministro pudiera avanzar con la reforma?

Cavallo, en otra circunstancia, no hubiera podido ir adelante si no hubiese contado con la inédita coalición política que reunió **Menem** bajo su liderazgo. Si el ministro piensa lo contrario, sería bueno que se diera una buena ducha de realismo político.

El Gobierno, además, ingresa de lleno a un año político con una elección clave —de senador porteño, en julio— que tendrá alcance nacional. El ministro **Manzano** pondrá en marcha el viernes próximo el **diálogo político** que tendrá como condimento principal la creación de una comisión para discutir formas de **impedir la** corrupción en el Estado. El delegado del oficialismo en esa comisión será el senador **Menem**, como una forma de indicar la jerarquía que le otorga la administración al tema, verdaderamente su punto más débil.

Como la carrera hacia la elección de senador ya está lanzada, la postulación de **Fernando de la Rúa** parece ser la única respuesta concreta del radicalismo al [illegible] total por el [illegible] gastará un [illegible] margarita, [illegible] postulación [illegible] cesariamente [illegible] fuego de la [illegible]

Adelantándose [illegible] ejemplo, [illegible] cipó a [illegible] la Rúa se [illegible] mente su [illegible] del actual [illegible] del bloque de [illegible] elección [illegible] debería [illegible] ternas para [illegible] frentar el '95 [illegible] cierta.

Es que el triunfo [illegible] la Capital, un [illegible] mente esquivo [illegible] despejará los [illegible] encarar la reforma [illegible] colocar a **Menem** [illegible] reelecto.

Las encuestas [illegible] el Gobierno le [illegible] el único candidato [illegible] tar con amplitud a [illegible] jefe del bloque de diputados [illegible] les. Pero también el [illegible] que **Porto** tiene un [illegible] gestión como ministro.

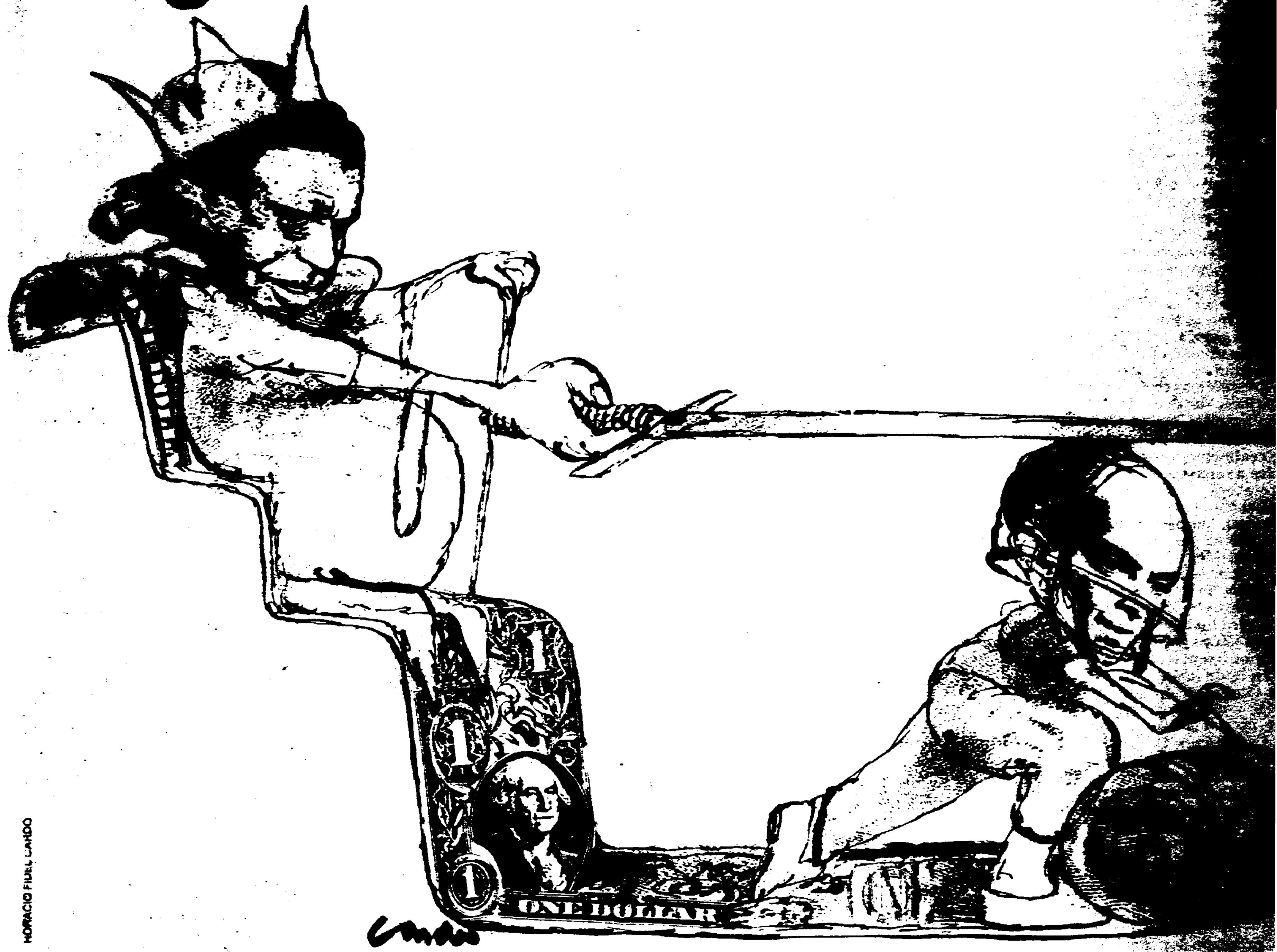
Acción Social suele ser [illegible] sorpresas y los radicales [illegible] esa gestión bajo el microscopio.

Hasta entonces, las intrigas [illegible] entorno abonarán el [illegible] ministración, sin percibir [illegible] de cada conspiración lo [illegible] quien ellos dicen defender [illegible] final.

[illegible]

12-03-93

Intriga de cada día



HORACIO FIDEL LANDO

ga británico, **Douglas Hurd**, en Londres. El actual embajador en Gran Bretaña, **Mario Cámpora**, será el anfitrión de ambos en su residencia londinense.

Lo que se busca, entonces, no es una forma más talentosa o inteligente de hacer política. Simplemente, el espacio de poder, porque parece que muchos en el Gobierno se sienten en el lugar equivocado.

La incorporación de **Alemann** —si este aceptara— no podría concretarse sin otras modificaciones, porque el ingreso del ex ministro provocaría la salida de otros miembros del gabinete.

Para los habitantes del Palacio de Hacienda, el efecto **Alemann** tiene como único objetivo debilitar a **Cavallo**. ¿Por qué? Sencillamente porque se establecería —aun cuando ese no fuera el objetivo— un **doble comando** que terminaría por afectar seriamente la estabilidad económica.

Alemann se encargó esta semana de señalar cuál es su posición: el rebrote inflacionario tiene causas monetarias y la convertibilidad puede transformarse en el **talón de Aquiles** del programa. Según esa teoría, el dólar debería quedar suelto.

Cavallo, en cambio, sostiene que el rebrote está causado por el traslado a los precios del IVA que muchos no pagaban y por el **efecto riqueza**, un término económico cuyo empleo político no fue muy feliz para el ministro.

Los asesores de **Cavallo** llegaron a sugerir que una jugada tan fuerte como la descripta debería recibir una respuesta también muy fuerte: el ministro debería plantar bandera. Es decir, renunciar.

Como todos están tan involucrados en el **microclima** de las "operaciones políticas", quienes auspician el remplazo de **Di Tella** —ostensiblemente **Toledo**, quien quiere absorber muchas funciones del canciller—, también están provocando que el versionero permanente vaya debilitando el logro más importante de la administración **Menem**: la estabilidad económica.

Menem, que es un político sagaz, cortará de cuajo las especulaciones —en las que también caía el titular de Educación, **Antonio Salonia**, y el

---

Los asesores de Cavallo llegaron a sugerir que una jugada tan fuerte como la descripta debería recibir una respuesta también muy fuerte: el ministro debería plantar bandera. Es decir, renunciar.

---

jefe de la SIDE, **Hugo Anzorreguy**— cuando confirme a todos los ministros esta semana.

La negociación con los bancos y el ingreso al Plan Brady (pasos enganchados) obliga a la administración a mantener las aguas tranquilas y a los mismos personajes en escena.

Ya suficientes problemas tiene **Cavallo** con la inflación (en dos meses le comió la estimación del 7 % anual que hizo el ministro y le rebanó la mitad del 10 % que pronosticó **Menem**) para añadirles otros, de raíz política.

La susceptibilidad sobre quién es el responsable de la estabilidad económica es, a veces, tan infantil que no resiste análisis serios.

¿Acaso el presidente mexicano se molesta por el éxito económico de su ministro de Economía? ¿O acaso **Salinas de Gortari** cree que su gestión no creó condiciones para que su ministro pudiera avanzar con la reforma?

Cavallo, en otra circunstancia, no hubiera podido ir adelante si no hubiese contado con la inédita coalición política que reunió **Menem** bajo su liderazgo. Si el ministro piensa lo contrario, sería bueno que se diera una buena ducha de realismo político.

El Gobierno, además, ingresa de lleno a un año político con una elección clave —de senador porteño, en julio— que tendrá alcance nacional. El ministro **Manzano** pondrá en marcha el viernes próximo el **diálogo político** que tendrá como condimento principal la creación de una comisión para discutir formas de **impedir la** corrupción en el Estado. El delegado del oficialismo en esa comisión será el senador **Menem**, como una forma de indicar la jerarquía que le otorga la administración al tema, verdaderamente su punto más débil.

Como la carrera hacia la elección de senador ya está lanzada, la postulación de **Fernando de la Rúa** parece ser la única respuesta concreta del radicalismo [illegible] total por el [illegible] gastará un [illegible] marginado [illegible] postulación [illegible] [illegible] fuego [illegible]

[illegible] ejemplo [illegible] cipó [illegible] la Rúa [illegible] del actual [illegible] del bloque [illegible] elección [illegible] deberían [illegible] terreno para [illegible] frentar el '95 con [illegible] cierta.

Es que el triunfo [illegible] la Capital, un [illegible] escenario para [illegible] despejará los [illegible] encarar la reforma [illegible] colocar a **Menem** [illegible] reelecto.

Las encuestas [illegible] el Gobierno le dicen [illegible] el único candidato [illegible] tar con amplitud a [illegible] jefe del bloque de diputados [illegible] les. Pero también el [illegible] que **Porto** tiene un [illegible] gestión como ministro.

Acción Social suele ser [illegible] sorpresas y los radicales [illegible] esa gestión bajo el [illegible]

Hasta entonces, los [illegible] entorno abonarán el [illegible] ministración, sin [illegible] de cada [illegible] quien ellos [illegible] final.

Menem mide sondeos y sueña la reforma constitucional

Carlos Menem regresó de Europa dispuesto a dar un nuevo impulso a la reforma constitucional. Al respecto, el diálogo con la oposición parece que no le dará —aunque por poco— los dos tercios en la Cámara de Diputados para aprobar la decisión de convocar a una Convención Constituyente. Cada día, quizá por eso, se afirma más en Menem la convicción de convocar este año a un plebiscito nacional no vinculante al respecto. Claro que para ello deberá antes explicitar a la sociedad, qué es lo que se quiere modificar y que incluye la reelección presidencial. Hasta ahora, esa suerte de tarea "pedagógica" fue emprendida por Eduardo Menem pero sin mucho aval logístico, en soledad.

Todas las encuestas indican que el Presidente goza en la actualidad de una popularidad notable y hasta inexplicable en el marco de un gobierno cuyos funcionarios a menudo son denunciados por hechos de corrupción. Carlos Menem ha escapado a la sospecha, como si existiese una convención social de que la investidura presidencial debe preservarse, quizá porque este gobierno es también de transición como lo fue el de Raúl Alfonsín y que tan mal concluyó que nadie pretende repetir semejante sufrimiento.

Según un estudio de la analista de opinión pública, Graciela Rommer, si las elecciones a presidente fuesen hoy, 45,7% de sus entrevistados votaría por Menem y 11,6% elegiría la opción "ninguno". Después está Eduardo Angeloz con 11,2% y lo sigue Fernando De la Rúa con 6,9%. Después viene Aldo Rico con 3,9% (lo del MODIN pone muy nervioso al periodista Horacio Verbistky, quien prefiere aseverar que son invenciones, se ignora por qué). Lo interesante es que en agosto, cuando comenzaron los comicios de 1991, Menem estaba en 33,8% y en setiembre, cuando el oficialismo ganó en Buenos Aires, Tucumán, Santa Fe y otros distritos, Menem estaba en 31,9% en ese ranking.

MECANISMO MAS APROPIADO PARA LLEGAR A LA REFORMA DE LA CONSTITUCION

• Convocatoria a votación popular	55 %
• Acuerdo entre los partidos	11 %
• Por mayoría en el Congreso	12 %
• No sabe	22 %

FUENTE: Graciela Rommer & Asoc.

Todas las encuestas coinciden en que la opinión pública está a favor de la reforma constitucional. Quizá sea el resultado de lo mucho que se ha trabajado al respecto sobre la sociedad, desde Alfonsín hasta el presente. Entonces lo curioso es conocer las actitudes hacia la reelección presidencial.

Un 58%, según el trabajo de Rommer, está a favor y 22% en contra. Un 20% se dijo indiferente en la consulta realizada este mes. Eso sí: las críticas que algunos líderes de opinión (los más conocidos son Bernardo Neustadt y Mariano Grondona) han estado haciendo a la reelección parecen haber logrado cierto impacto si se tiene en cuenta que en enero, quienes estaban a favor de la reelección llegaban a 63% y, debe destacarse, desde entonces creció la popularidad de Menem. En enero, los que estaban en contra ya sumaban 22%. Lo que aumentó de enero a febrero fue el rubro "no sabe".

• **Premio**

Entre quienes están a favor, 52% dijo que su posición se fundamenta en un premio a la gestión de Menem. Un 32% no brindó explicaciones y 9% se inclinó por "la necesidad de continuar políticas". Evidentemente, la teoría del "hombre providencial" no goza de mucho respaldo porque cualquiera sabe que lo imprescindible provoca ansiedad más que seguridad. Lo "providencial" es paternalismo.

Quienes están en contra de la reelección, 70% no brindó explicaciones, quizá se trate de opositores "estructurales" al gobierno. Un 12% dijo "porque es necesario renovar los gobiernos" y 9% "porque el actual gobierno es autoritario o poco democrático". Un 5% respondió: "porque el actual gobierno es incapaz" y 2% "porque hay otras prioridades".

La opinión más favorable a la inclusión de la figura de reelección, en una reforma constitucional, es el segmento más joven del estudio (el que va desde los 18 a los 26 años y que 63% se dijo a favor). Por supuesto que también predomina esa tendencia entre quienes en 1989 votaron Menem-Duhalde. Y también entre los niveles económico-sociales alto y medio alto.

Nº DOCUMENTO

TITULO Pte. inv. al Reino Unido en 1993.

PROC[illegible] 150025

FE[illegible] 25-2-92

VI[illegible] 10033

11169

11802

ENTRADO RS

CRUZADO RS

Menem fue invitado a visitar el Reino Unido

25/2/92

[illegible] el Presidente [illegible] 1993, [illegible] con su colega [illegible] inversores.

El presidente de la [illegible] fue invitado por el gobierno del Reino Unido a [illegible] tierra en [illegible] 1993", [illegible]

Cuando los [illegible] sobre el [illegible] visita, Di Tella no aclaró si será de [illegible] u oficial.

Aquélla tiene un [illegible] especial en el cual [illegible] [illegible]

[illegible]

[illegible] portantes del Reino Unido.

Entre aquellos, los presidentes de N. M. Rothschild, Baring Brothers, Lehman Brothers, Morgan Grenfell y Lloyds Bank, y entre las empresas, los titulares de British Gas, British American Tobacco, Thames Water y Shell.

También asistieron representantes de la Cámara de los Lores y de los Comunes.

Di Tella se reunirá hoy con el encargado de las relaciones exteriores del laborismo, Gerald Kauffman, quien sería el reemplazante de Hurd, en el caso de que los conservadores pierdan las elecciones.

9203475

01 | 01

Buenos Aires, martes 25 de febrero de 1992, Ambito Financiero Pág. 10

Menem pide un SWAT regional

Carlos Menem, Guido Di Tella (y otros funcionarios del gabinete) insisten en que la Argentina promueva un Ejército latinoamericano encargado de velar por la democracia en la región. Esta suerte de "fuerza de despliegue rápido" hoy día defendida por el menemismo fue muy criticada en el pasado por los mismos funcionarios que ahora la reclaman. En verdad la mutación del peronismo es asombrosa y llenará tratados de política y sociología contemporánea.

En esta oportunidad, Menem dijo al diario alemán "Die Welt" que en la próxima reunión de la Organización de Estados Americanos, la Argentina propondrá al resto de los países la fundación de esa suerte de "S.W.A.T." latinoamericano.

Menem dijo que la Argentina puede participar de esa policía sin fronteras porque sus Fuerzas Armadas aprendieron al subordinarse al poder político (algo parecido dijo el general Martín Balza antes de emprender viaje a Italia).

En la entrevista Menem realizó otras aseveraciones:

- *"La Argentina es uno de los países con menor índice de corrupción".*
- *"No queremos inmigrantes que sean mercenarios nucleares, expertos en tecnología atómica que venden sus conocimientos al mejor postor".*
- *Antes de fin de siglo, habrá una zona de libre comercio en América desde la Argentina hasta Canadá".*

01 | 01

DI TELLA ANUNCIO QUE SERIA EL AÑO PROXIMO Y QUE VENDRA

Activan gestiones Menem viaje a Gran

El presidente Menem podría viajar a Gran Bretaña en la primera mitad del próximo año, según estimó ayer en Londres el canciller Di Tella. A su vez, anticipó que su colega Douglas Hurd vendrá al país antes de fin de año. En Buenos Aires, mañana, argentinos y británicos analizarán la política petrolera a seguir en Malvinas.

El presidente Carlos Menem podría visitar Gran Bretaña durante la primera mitad del año próximo, según anunció ayer el canciller Guido Di Tella desde Londres, tras reunirse con su colega británico, Douglas Hurd.

Di Tella adelantó también que, como contrapartida, la Argentina recibiría la visita del propio Hurd durante el segundo semestre de este año.

El canciller argentino asistió anoche a una reunión privada en el domicilio de Hurd en Londres y luego ambos compartieron una cena ofrecida por el embajador argentino Mario Cámpora en su residencia.

El ministro consideró que el gesto del gobierno conservador de John Major "es una señal de distinción hacia la Argentina", pero anticipó que la posibilidad del viaje de Hurd a nuestro país "dependerá del resultado de las elecciones que se realizarán en el Reino Unido dentro de dos meses". Esta gestión de Di Tella se agrega a los contactos que la diplomacia argentina viene realizando para lograr que Menem pueda visitar oficialmente Londres, viaje cuya concreción está íntimamente vinculada a los acontecimientos políticos del Reino Unido (véase página 3).

Los cancilleres se reunieron para analizar temas vinculados con las relaciones bilaterales reanudadas hace dos años tras el conflicto del Atlántico sur. Sobre este tema, Di Tella aclaró luego: "Recordé que, independientemente de los avances en materia económica y política que puedan darse en la relación bilateral, la Argentina sigue reivindicando sus derechos de soberanía sobre las Malvinas".

Las relaciones diplomáticas entre Londres y Buenos Aires han avanzado hasta ahora mediante una fórmula que mantiene la discusión acerca de la soberanía bajo lo que dio en llamarse un "paraguas" protector, que aplazó toda discusión acerca de los derechos sobre las islas.

Sin embargo, la estrategia fue parcialmente quebrada hace un par de meses cuando el presidente Menem sostuvo que estaría dispuesto a someter la cuestión a la resolución de un arbitraje internacional, como ocurrió con la zona fronteriza de Laguna del Desierto con Chile.

A mediados de diciembre Menem declaró también unilateralmente que estaba dispuesto a hacer una visita oficial a Gran Bretaña, anuncio que desconcertó a los funcionarios del Foreign Office, que atinaron a responder que no había ninguna gestión oficial o informal al respecto.

Luego, Menem relativizó ambos anuncios y en el caso del arbitraje dijo que se había tratado de "una suerte de remezón para que nuestros amigos (los ingleses) sepan que la Argentina no se olvida de la cuestión de la soberanía".

Hace un mes exactamente, el vicecanciller británico, Tristan Garel Jones —con quien Di Tella se reunió también ahora en Londres— visitó la Argentina. Durante un encuentro en la residencia de Olivos, Jones adelantó a Menem la voluntad de su gobierno de recibirlo oficialmente durante [illegible], convite que ayer fue reiterado ante Di Tella por su superior, Douglas Hurd.

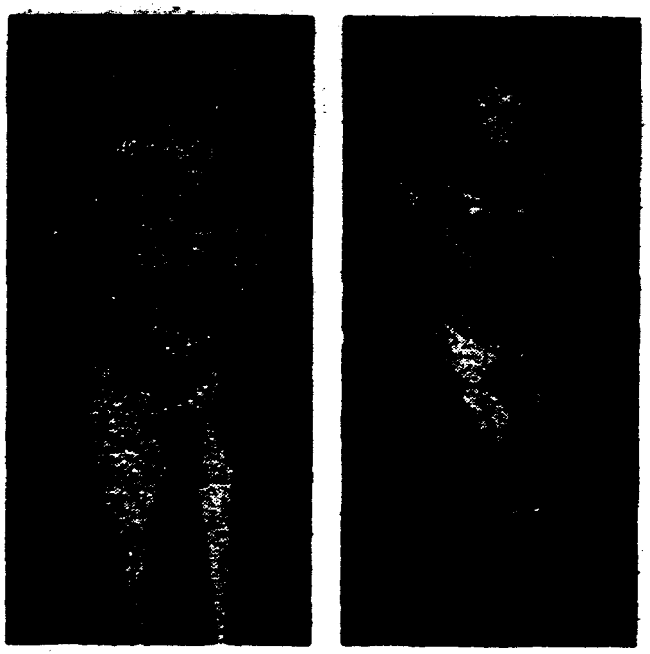
Sobre la visita, el canciller argentino señaló que "va a ser determinada por el nuevo gobierno británico, pero seguramente va a ser en la primera parte del año que viene, porque estamos ante un gobierno que termina en un par de meses".

En la cena con Hurd participaron también dos miembros de la Cámara de los Lores y cuatro de la Cámara de los Comunes, además de una nutrida delegación de [illegible] empresas e [illegible] financieras como los presidentes de los grupos [illegible] ring, [illegible] y [illegible] Grenfell, el presidente de la British Gas, el director de Shell Internacional y el presidente de la Cámara de Comercio de Londres, entre otros.

El encuentro en Londres fue calificado como "excelente" por voceros de la Cancillería, que además consideraron que marca "un salto cualitativo de gran importancia en la continuidad de las relaciones entre ambos países". A la vez destacaron que, por primera vez, el gobierno conservador de Major había realizado gestiones para que Di Tella se reúna hoy con el portavoz del Partido Laborista para los Asuntos Exteriores, Gerald Kauffman.

EL CANCILLER HURD

para que Bretaña



Guido Di Tella y Douglas Hurd: cancilleres con necesidades y estrategias distintas frente a un mismo asunto.

LA TRAMA POLITICA EN LONDRES Y EN BUENOS [illegible]

Puntos pendi[illegible]

"Sí..., sí..." La incertidumbre —en verdad grande— del futuro político británico es lo único que se interpone entre el presente y la primera visita de posguerra a la Argentina de un ministro de Asuntos Exteriores del Reino Unido, según el compromiso asumido por **Douglas Hurd** frente a su colega **Guido Di Tella**, mientras compartían un templado domingo de final de invierno en la campiña inglesa.

Di Tella y su mujer fueron invitados ayer por el matrimonio Hurd a disfrutar un día de descanso en su residencia de fin de semana. La ocasión social es, entre otras cosas, una muestra de lo lejanos que están los cañones de abril de 1982 en las relaciones argentino-británicas, cuando se acerca el décimo aniversario de aquella guerra.

El contenido del intercambio de ese encuentro es lo que llevó a Di Tella a asegurar ayer que la visita que **Carlos Menem** desea, con intensidad, hacer al Reino Unido puede concretarse el año entrante. La presencia de Hurd sería precisamente parte del **proceso preparatorio del viaje presidencial**, el primero desde que **Arturo Frondizi** hizo lo propio durante su mandato, luego interrumpido por un golpe de Estado.

La aquiescencia de Hurd a la idea de recibir a Menem en Londres fue, en verdad, una confirmación. El embajador argentino en esa capital **Mario Cámpora**, quien viene negociando el tema desde hace unos meses, ya había recibido el anticipo de sus colegas del Foreign Office.

Los condicionales que debe superar el proyecto de viaje de Hurd —que se realizaría en el segundo semestre del 92— son básicamente dos y no precisamente pequeños:

• En primer lugar el Partido Conservador, que gobierna Inglaterra en forma ininterrumpida desde 1979, debería triunfar en los inminentes comicios a celebrarse —según la mayoría de los pronósticos oficiales— el próximo 9 de abril.

La certeza en el propio poder de los largos años de Margaret Thatcher se les ha [illegible] a los conservadores, al mismo [illegible] profunda de su economía y de la [illegible] drajos en que está [illegible] mo popular" —el mismo que [illegible] nem— con el que la Thatcher [illegible]

Un triunfo del laborismo, [illegible] Kinnock en primer ministro, es más que una [illegible] dad. Las encuestas que se realizan todas las [illegible] parecen el sensible fiel de una balanza [illegible] cantidades homeopáticas de aprobación y [illegible] Ninguna de ellas concede más de uno o dos [illegible] de diferencia en favor de uno u otro de los [illegible] partidos. Michael Heseltine —actual ministro [illegible] dio Ambiente y el único político [illegible] fió a la Thatcher [illegible] aseguró [illegible] "la elección más dura de toda [illegible]"

• Además, y aun descontando una victoria conservadora, Major debería confirmar a Hurd como encargado de las relaciones exteriores del gobierno de Su Majestad. La impresión de los argentinos es que si de las urnas no surge descontento, la continuidad de Hurd al frente del Foreign Office está asegurada.

Pero como es desaconsejable que la política argentina hacia el Reino Unido no contemple la posibilidad de una alternancia, Di Tella se reunirá hoy con el portavoz del laborismo para las Relaciones Exteriores, George Kaufman, en el contacto de mayor nivel entre el gobierno argentino y esa fuerza política inglesa desde que Kinnock y Raúl Alfonsín suscribieron un comunicado conjunto en Madrid, en 1984.

Anoche, Di Tella compartió una cena en el [illegible] Belgrave Square —residencia del embajador argentino— con una treintena de directivos de las principales empresas británicas, otra ocasión [illegible] mente gestada por Cámpora.

[illegible]

El petróleo es tema excluyente para la comisión de Alto Nivel

Mañana a las 15.30 diplomáticos argentinos y británicos iniciarán la primera reunión de trabajo del Grupo de Alto Nivel para analizar las posibilidades de que ambos países cooperen en la prospección, exploración y explotación de petróleo en la zona de las islas Malvinas.

El encuentro, que se realizará en el Palacio San Martín, se extenderá hasta el viernes y no se hablará allí del tema de la soberanía en el Atlántico sur, que seguirá bajo el ya famoso "paraguas" diplomático.

Está previsto que como conclusión de este primer encuentro —fuentes de la Cancillería dijeron a Clarín que "seguramente" habrá varios más— los negociadores redacten un comunicado en el cual contesten una pregunta clave: ¿hay suficientes evidencias para que se convierta en certeza la antigua presunción sobre la existencia de petróleo en el área en conflicto?

El Grupo de Alto Nivel Argentino-Británico fue creado el 9 de diciembre mediante un comunicado conjunto de ambas cancillerías para destrabar la situación conflictiva que Gran Bretaña había originado el 22 de noviembre, cuando resolvió conceder licencias a empresas privadas para que iniciaran tareas de investigación sísmica en el área en disputa con el objetivo de buscar petróleo.

Ese mismo día, en una respuesta que había sido consultada con Londres, la Argentina promulgó la ley 23.968 que reivindica la soberanía nacional sobre el área marítima adyacente a las islas Malvinas, Georgias y Sandwichs.

La delegación argentina a la reunión de mañana será encabezada por el director general de Política Exterior de la Cancillería, embajador **Fernando Petrella**, y está integrada, entre otros funcionarios, por el consejero legal **Alberto Daverede** y el director de Malvinas, Atlántico Sur y Antártida, ministro **José María Otegui**.

Los diplomáticos del Foreign Office arribarán mañana a las 11. La misión es presidida por el subsecretario adjunto para América Latina, **Adrian Beamish**, quien será asistido por el director de Atlántico sur, **Merrick Baker Bates**.

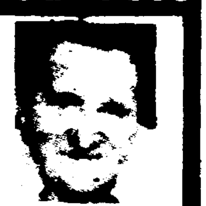
Envalentonados por el encuentro entre el canciller, Guido Di Tella, y su colega, **Douglas Hurd**, (véase información aparte), los diplomáticos consultados por Clarín indicaron que "existen buenas evidencias de que la parte británica desea que haya cooperación entre ambos países".

La REP. 26/2/92

Otra vez la lucha interna entre los ministros argentinos

Ruido de relevos en el gabinete de Menem

LA REPUBLICA



● El Presidente ratificará a sus colaboradores, pero habrá cambios

El presidente Carlos Menem confirmará en las próximas horas al elenco de colaboradores inmediatos, para salir al cruce de la nueva ola de rumores que suponen dimisiones de varios ministros. Pero numerosos datos permiten conjeturar que Menem está emitiendo señales para desprenderse de aquí a abril de algunos de sus ministros, pese a los desmentidos que se formularán desde lo más alto del poder en las próximas horas.



Armando Gostanian titular de la Casa de la Moneda, sería uno de los removidos. (Telefoto de AFP)

■ Acaso el único relevo inevitable sea el del titular de la Casa de Moneda, Armando Gostanian, quien ha merecido el calificativo de "payaso del reino" por los múltiples bloopers políticos-sociales-económicos que ha provocado en las últimas semanas.

Anoche, después del envío de este despacho, el periodista Bernardo Neustadt, seguramente el comunicador televisivo más influyente en este país, iba a reclamar el relevo de Gostanian. Las razones son múltiples: las amenazas que profirió a periodistas (una de Página 12 y otra del semanario Somos); la impresión de billetes de "un peso" con la imagen de Menem, los "menemtruchos", que incluso llegaron a cambiarse en ciudades brasileñas con el lógico estupor de las autoridades del país vecino; y por supuesto billetes "mellizos", es decir de una misma numeración.

Pero seguramente el escándalo mayor radica el fuego cruzado que se tiran el diputado de la Unión del Centro Democrático (Ucede), Alberto Albamonte y el ministro del Interior, José Luis Manzano. Albamonte acusó al ministro de "enriquecimiento ilícito" en vísperas de concretar un almuerzo con el Presidente. Manzano ha ganado fama, justa o injusta pero con "popularidad" lo asiste, de haber amasado una fortuna por medio del tráfico de influencias. Incluso un libro de circulación fenomenal, le atribuye haber reconocido que "robó para la corona".

Albamonte, que fue policía, es un habitual provocador de crisis encendidas, especialmente con los radicales y sus aliados en el justicialismo y Menem lo tuvo en cuenta en más de una ocasión para llevarlo al gabinete nacional.

Para algunos, la filípica del legislador forma parte de la lucha por la hegemonía dentro del menemismo, la fuerza política que respalda a Menem y que la integran corrientes del justicialismo con las que provienen de la Ucede y de otros partidos de orientación conservadora. Manzano instruyó a su abogado para que querelle al legislador y dijo cosas irreproducibles del legislador.

Otro ministro supuestamente en la cuerda floja es el de Relaciones Exteriores, Guido di Tella, quien acaba de acordar en Londres la visita de Menem para 1993, y no durante este año como el Presidente lo había demandado. Sin embargo, la operación de desestabilización del canciller, forma parte de una operación de mayor envergadura: colocar en el Palacio San Martín a un economista de fuste, para que controle dentro del gabinete al titular de Economía, Domingo Cavallo.

El economista Roberto Alemán, que es el más nombrado para reemplazar a Di Tella, le dijo al periodista Neustadt que nadie la había ofrecido el cargo, pero Cavallo comentó ante sus amigos que esa designación era como sentir "el aliento en la nunca", una parábola de lectura muy directa ¿Renunciaría Cavallo si Alemán va a la Cancillería?

El ministro Di Tella tiene adicionalmente un enfrentamiento con el vocero presidencial, Humberto Toledo, perteneciente a las huestes del ultramenemismo. Toledo aguarda ser nombrado embajador itinerante y preparó un decreto para esa designación, incorporando entre sus atribuciones tener acceso a la información reservada de la Cancillería, una facultad que el ministro no quiere otorgarle.

Versiones de las últimas horas afirmaban que el escritor Jorge Asís sería llamado por Menem para ofrecerle el cargo de vocero presidencial, pero íntimos del actual embajador ante la Unesco, dijeron a LA REPUBLICA que el autor de "La manifestación" estará recién aquí en abril, cuando se inaugure la sempiterna Biblioteca Nacional, en fastos con intervención de personalidades internacionales.

Algunos analistas suponen que después del verano habrá cambios importantes en el gabinete y que en el camino se concretarán algunos relevos. Para el eventual reemplazo de Di Tella figuran nombres tan dispares como el diputado Carlos Ruckauf y el actual embajador en Londres, Mario Cámpora, pasando por el representante en Washington, Carlos Ortiz de Rozas, sin contar con el propio Alemán, uno de los popes del liberalismo.

Manzano ha perdido aliados en la pertinaz lucha interna dentro del gobierno, pero parece que Cavallo lo respalda a pesar de las profundas diferencias que mantiene con el controvertido funcionario. Sus potenciales reemplazantes van desde el actual titular de Defensa, el casi hermano del presidente Antonio Erman González o el jefe de los espías, Hugo Anzorreguy.

Como se dice en el fútbol "hay arrugue de barreras".

Buenos Aires, jueves 27 de febrero de 1992 ★ CLARIN

MAÑANA REABREN EL DIALOGO POLITICO

Sin la reforma y con [illegible] el Gobierno abre el [illegible]

El Gobierno iniciará mañana otra ronda de diálogo con [illegible] con representación parlamentaria y en el temario del mismo no [illegible] de la Constitución Nacional. El primero en concurrir será el radical[illegible] el diálogo pero con reparos concretos: hará oír sus críticas por [illegible] "[illegible]" de los organismos de contralor y la "falta de [illegible]" de los tres poderes del Estado. El ministro del Interior, José Luis [illegible] preparó el terreno para estas conversaciones.

Con un radicalismo prevenido, el gobierno nacional abre una puerta a la oposición, al dejar inaugurada formalmente mañana una nueva ronda del diálogo político para analizar una decena de temas puntuales, en los que no se encuentra la polémica reforma de la Constitución.

El intento del oficialismo comenzará en medio de críticas y condicionamientos por parte de la UCR, cuyo titular, Mario [illegible], manifestó su voluntad dialoguista [illegible] criticó, también, aspectos concretos de la gestión de Carlos Menem.

En las conversaciones preliminares, el principal partido de oposición aceptó el [illegible] de las comisiones propuestas por el Gobierno (Mercosur e integración con Chile, grandes emprendimientos, [illegible] previsional, relación [illegible], reformas institucionales y políticas sociales), pero propuso la constitución de otras tantas comisiones que el Poder Ejecutivo convalidó.

Entre los temas específicos del diálogo político —el ministro del Interior, José Luis Manzano, fue el responsable de preparar el terreno de las conversaciones—, no figura la reforma de la Constitución que impulsa el Ejecutivo, pero la cuestión podría ser abordada por la Comisión de Reforma Institucional.

Básicamente el radicalismo quiere re-

la UCR en guardia juego a la oposición

paros en lo que ha dado en llamar el "**avasallamiento**" de los organismos de contralor y la **falta de independencia** de los tres poderes del Estado, por lo que incluyó el pedido y consiguió la constitución de dos comisiones: una, para el estudio de **mecanismos que aseguren la independencia del Estado**, y la otra, para la **reformulación de todos los organismos de fiscalización estatales para combatir la corrupción.**

Otras comisiones que fueron aceptadas, a instancia de la UCR, versan sobre **política de crecimiento, crisis de la educación** y una tercera sobre **medio ambiente**. Se acordó que algunos de esos temas dieran lugar a una comisión unitaria y, en otros casos, pasaron a sumarse a otra comisión existente. Por ejemplo: A Mercosur se añadió el estudio de **políticas de crecimiento**, y el tema **educación**, se mantuvo.

La convocatoria del Gobierno fue hecha a todos los partidos políticos —no a dirigentes determinados— que, a su vez, designarán a sus representantes para integrar las diversas comisiones.

La comisión del Mercosur e integración con Chile, y de políticas de crecimiento, estará presidida por el canciller **Guido Di Tella**, mientras que el secretario de Industria, **Juan Schiaritti**, será su segundo.

El ministro de Trabajo, **Rodolfo Díaz**, estará a cargo de la comisión dedicada a debatir la **reforma del régimen previsional**, asistido por el secretario de Seguridad Social, **Walter Schulthess.**

Otras comisiones y sus titulares son las de **Relaciones entre la Nación y las provincias ante el desafío de reconstruir la Argentina** (José Luis Manzano); **Grandes emprendimientos e inversión pública** (Eduardo Bauzá); y la de **Organismos de control del Estado** (Eduardo Menem).

El ministro **León Arslanian** presidirá la comisión de **Fortalecimiento del Poder Judicial**; la secretaria de Asuntos Institucionales, **Adelina de Viola**, la reforma institucional, que incluye el estudio de modificaciones a la Ley Electoral, y **María Julia Alsogaray**, la de medio ambiente.

El Gobierno decidió conformar una **subcomisión denominada de Financiamiento del poder republicano y división de poderes.**

Además de los dirigentes de todos los partidos políticos con representación parlamentaria, se sumarán a las comisiones representantes de cámaras e instituciones empresarias, tanto como económicas, comerciales, financieras e industriales. Todos ellos están invitados al acto de apertura.

La ceremonia se realizará mañana, a partir de las 10.30, en la Sala de Conferencias de la Casa de Gobierno y contará con la presencia del presidente de la Nación, **Carlos Menem.**



02-02 9203479

En Corrientes volverían a elegir gobernador en agosto

Finalmente se harían en el mes de agosto las elecciones para la gobernación de la provincia de Corrientes, según las últimas evaluaciones sobre el tema realizadas por el gobierno nacional y el interventor Francisco de Durañona y Vedia. Se estudia una reglamentación emanada del propio interventor que evite una reforma constitucional para eliminar el polémico Colegio Electoral. Se exigiría la autodepuración de la Justicia correntina, acusada de parcialidad a favor del Pacto Autonomista Liberal.

Las elecciones de gobernador en Corrientes serían convocadas por el interventor federal Francisco de Durañona y Vedia para el próximo mes de agosto, seguramente sin previa reforma constitucional, aunque con algún tipo de reglamentación que elimine virtualmente el Colegio Electoral.

Además, pese al pedido de un amplio arco de fuerzas políticas, se evitaría extender la intervención al Poder Judicial provincial. Pero, en compensación, se debe encontrar algún "camino natural de depuración del Supremo Tribunal provincial". Traducido a términos concretos, esto quiere decir que deben irse los miembros del tribunal [illegible] identificados con el Pacto Autonomista Liberal.

Este es el estado de definición sobre la crisis correntina al que llegaron en los [illegible] en la propia intervención y en el gobierno nacional, tras la escapada de dos días —martes y miércoles— que hizo a la provincia el ya clásico operador personal, aunque oficioso, del presidente Carlos Menem, el ex secretario general de la Presidencia Alberto Kohan. Sobre esa escapada, el jueves, dialogó largamente con el ministro del Interior José Luis Manzano.

Ese mismo día, Manzano planteó públicamente la decisión del Gobierno de no intervenir la justicia provincial, aunque advirtió que "si hay cosas que corregir, que se corrijan dentro de la actual estructura institucional". Y recordó que, como el Supremo Tribunal provincial es, a la vez, máxima autoridad electoral, "hay que hacer las correcciones para que el resultado de la elección sea aceptado por todos".

Kohan participó primero, en Yapeyú, de un homenaje al general San Martín en un nuevo aniversario de su nacimiento, y allí aprovechó para mantener sus primeras charlas con De Durañona y Vedia.

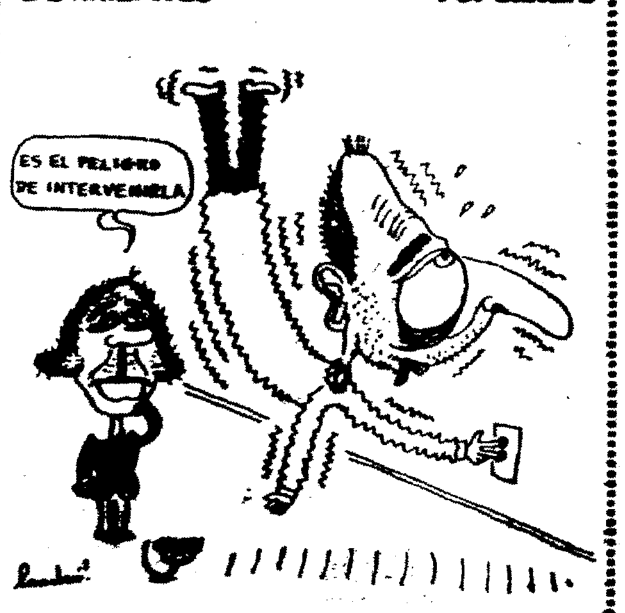
Después, en la capital provincial, [illegible] las averiguaciones y las gestiones ligadas con el problema institucional. También, se reunió con los distintos sectores de la dirigencia peronista local para tratar de cerrar conflictos colaterales.

De estas últimas reuniones habría quedado planteada una inminente normalización del PJ correntino, por ahora todavía intervenido, por decisión del Consejo Nacional partidario, en la persona del gobernador formoseño Vicente Joga.

Concretamente —y a favor de algunas decisiones de la justicia electoral nacional— se haría finalmente cargo de la conducción del partido el consejo electo en las internas provinciales de diciembre de 1990, presidido por el ahora diputado provincial Agustín Díaz Colodrero.

Además de la natural necesidad de normalizar un distrito, esta decisión reconoce una causa de estricta política electoral. Junto con algunos otros actuales legisladores partidarios —el diputado provincial Sergio [illegible] y el senador provincial [illegible] Martínez Llano—, Díaz Colodrero encabeza un sector del justicialismo correntino que venía operando para cambiar al candidato a gobernador para los próximos comicios.

CORRIENTES Por Landrú



Buenos Aires, sábado 29 de febrero de 1992 ★ CLARIN

JUAN CARLOS OLIMA DEJA

Presentó su

Luego de varios amagues dispersos en el tiempo, renunció ayer, finalmente, el vicecanciller Juan Carlos Olima. Si bien en un comunicado oficial se informó que la renuncia se debió a "causas estrictamente personales", en fuentes diplomáticas trascendió que obedeció a viejas diferencias políticas con el canciller Guido Di Tella. El más firme reemplazante de Olima era anoche el actual director de Política General, Fernando Petrella.

El embajador de carrera Juan Carlos Olima renunció ayer a sus funciones "por causas estrictamente personales" —según un comunicado oficial— y será destinado al frente de una embajada en el exterior.

Hasta anoche el también embajador de carrera Fernando Petrella era el más firme candidato a suceder a Olima, pero hasta que el presidente Carlos Menem no diera su "okay", la decisión del canciller, Guido Di Tella, no se dará a conocer en forma oficial.

El comunicado de la Cancillería difundido anoche a último momento también señala el reconocimiento de Di Tella "a la capacidad, dedicación y [illegible]" demostrado por Olima mientras ocupó ese cargo.

Di Tella eligió a Petrella entre una terna que también integraron los actuales directores de América del Norte y América latina, Gustavo [illegible] y [illegible] Iglesias, respectivamente. Es tradición que el vicecanciller sea siempre un diplomático de carrera.

La elección recayó sobre Petrella a quien se conside-

Crónica de un

De no ser por la libra de costo político que le cobró al canciller Guido Di Tella con su elección del momento, y por la que parece haber pagado en términos de su propio futuro profesional —no será el próximo embajador en el Uruguay, como aspiraba—, el vicecanciller Juan Carlos Olima solo protagonizó ayer la crónica de una renuncia largamente anunciada.

La dimisión de Olima al cargo de secretario de Relaciones Exteriores y Asuntos Latinoamericanos ha sido una suerte de versión tautológica desde muy pocas semanas después de que fue designado, a comienzos de 1991. Olima no había terminado de llenar los cajones de su escritorio cuando debió asumir la condena argentina a Cuba en el seno de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, decisión que planteó el primer rumor de alejamiento como consecuencia de su disidencia con un gesto solitario en América latina, destinado casi exclusivamente a complacer a los Estados Unidos.

Lo único realmente llamativo del episodio de ayer es que, según todos los indicios, la renuncia repentina se produjo por una disputa de jurisdicciones con Alieto Guadagni —la difícil personalidad encargada del área económica de la Cancillería— en la que Di Tella [illegible] y no por la [illegible] de una [illegible] anterior que tuvo a este como [illegible] protagonistas a pesar de [illegible] acaso algo, que ver con [illegible] fundía antes de llegar a ser [illegible] del Palacio San Martín. No [illegible] conocer el contenido de esa [illegible] rencia con Guadagni [illegible] fuentes oficiales, existía un "[illegible] caballeros" entre el ministro y [illegible] dor dimitente para no revelarla.

- **Origen de las divergencias**

Los mismos rumores de [illegible] tre los dos hombres se [illegible] largo del año pasado casi cada vez que el gobierno de Carlos Menem [illegible] cambio estructural a las [illegible] nacionales históricas del país [illegible] cia la decisión de retirarse del [illegible] to No Alineado—, lo que [illegible] idea de la frecuencia con que [illegible] chados. Olima es un diplomático de carrera de filiación peronista, con [illegible] vocación latinoamericanista ([illegible] dor en la República Dominicana y luego en Cuba). Además está asociado políticamente al ex gobernador mendocino José Octavio Bordón.

SU PUESTO POR DESACUERDOS CON ALIETO GUADAGNI

renuncia el vicecanciller

ra "permeable" a las directivas que el canciller viene instrumentando para cambiar la política exterior, que en algunos casos significó el abandono de posiciones internacionales tradicionales de la Argentina.

¿Por qué se fue Olima? El ex vicecanciller hasta anoche se había mantenido en un hermético silencio, pero hay dos explicaciones de su imprevista renuncia.

Según fuentes allegadas a Olima la renuncia obedeció a que se cansó de sufrir recortes de poder, fundamentalmente por el lado del secretario de Relaciones Económicas Internacionales, **Alieto Guadagni** (ver nota aparte).

La disyuntiva que Olima planteó ayer por la mañana a Di Tella podría resumirse de la siguiente forma: **"Tengo realmente las atribuciones de un vicecanciller o me voy"**. Di Tella eligió la segunda alternativa.

La versión que se escucha del canciller Di Tella es otra: "Juan Carlos renunció porque quiere preservarse políticamente para eventualmente ser el canciller de (José Octavio) Bordón" si el ex gobernador de Mendoza gana en 1995 el sillón de Rivadavia.

En realidad, más allá de estas explicaciones coyunturales existe **una vieja historia de diferencias** entre Olima y Di Tella. Se remontan a mediados del año pasado cuando el ex vicecanciller salió a "aclarar" que el canciller en realidad no había querido anunciar que propiciaba el retiro de la Argentina de los No Alineados, medida que finalmente se tomó.

En octubre del año pasado Olima estuvo a punto de bajarse del barco de Di Tella por presiones del secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá**, y el ministro del Interior, **José Luis Manzano**, dos enemigos jurados de Bordón en la interna del justicialismo de Mendoza. Pero la operación que vino de la Casa de Gobierno e implicaba la designación del manzanista **Rodolfo Gil** como secretario de Relaciones Económicas Internacionales en lugar de Guadagni, abortó y con ella un acuerdo de Di Tella con los celestes del menemismo.



Juan Carlos Olima [illegible] Guido Di Tella [illegible]

final anunciado

En rigor de verdad, Olima ya había notificado a propios y ajenos su decisión de buscar otro horizonte fijándose un plazo de unos dos meses para hallar un destino acorde con sus expectativas y que, por sobre todo, no dejara resquicio para especular con la posibilidad de una reducción de importancia política.

Hace poco más de una semana, mientras lo secundaba en reunión de Canela, Brasil, Olima recibió del Presidente un pedido de opinión sobre una eventual designación de **Alicia Martínez Ríos** —hoy a cargo de la legación en Costa Rica— como remplazante de **Benito Llambí** en la Embajada argentina en el Uruguay. Olima optó por sincerarse declarándose candidato para ese destino. Menem no lo desalentó e inclusive concedió la autorización solicitada por Olima para formalizar el pedido ante Di Tella.

Pero el episodio de ayer —que tuvo su desenlace después del mediodía— modificó este escenario de forma sustancial. Di Tella consumió la tarde elaborando una sucesión lo menos traumática posible, pero resultó evidente que la decisión de Olima de dejar el cargo en forma inmediata lo enfrentó con una situación, cuanto menos, incómoda. Después de todo, el canciller acaba de emerger de una andanada de versiones sobre su propia estabilidad en el Ministerio y también creía tener más tiempo para macerar los cambios en su equipo.

Alrededor de las 18, Di Tella recibió al embajador **Fernando Petrella** —actual director general de Política— y le comunicó que lo había elegido como sucesor de Olima, aunque el anuncio no se hará hasta que Menem conceda su visto bueno. El canciller no había logrado anoche comunicarse con el Presidente —quien jugaba al golf— ni aquí, ni más tarde desde Colonia, donde viajó para descansar el fin de semana. **Eduardo Iglesias** seguirá ocupando la Dirección de América Latina, y **Rogelio Pfirter** remplazará al promovido Petrella.

Olima tendrá un destino en el exterior, presumiblemente en América latina, pero —dijeron fuentes de la Cancillería— no el oriental que tanto lo entusiasmaba. En la capital a la que se traslade tendrá tiempo para meditar sobre la conveniencia de ejecutar políticas que le son intelectualmente ajenas.

Oscar Raúl Cardoso

El quinto remplazo desde julio del '89

La renuncia del vicecanciller **Juan Carlos Olima** es un caso más de la larga historia de desencuentros entre los cancilleres con sus segundos, durante la gestión menemista.

El antecesor del canciller **Guido Di Tella**, **Domingo Cavallo**, tuvo cuatro vicecancilleres durante su paso por el Palacio San Martín.

En la primera parte de la gestión Cavallo debió soportar como segundo al embajador de carrera vinculado a **Zulema Yoma**, **Archibaldo Lanús**, quien nunca ocultó sus intentos por remplazarlo.

Cuando el actual ministro de Economía ganó espacio dentro del Gobierno, se sacó de encima a Lanús y en su lugar fue designado el también diplomático de carrera **Mario Cámpora**.

Pero el fuerte carácter de Cavallo no congenió con el de Cámpora y el romance terminó rápida y elegantemente con la designación del segundo como embajador en Gran Bretaña.

A Cámpora lo siguió en esas funciones el embajador **Carlos Ortiz de Rozas**, quien también dimitió unos meses después tras sentir que iba perdiendo espacios de poder y fue remplazado por **Carlos Subiza**.

920c3482

ARCHIVO ORIGINAL

MEMORANDUM Nro. 920171/P.E.I/Fecha 07.05.92

I: ASUNTO: INFORMACION GENERAL

II: REFERENCIA: 607-FH-I

III: EVALUACION: B-3

IV: TEXTO:

ALLANAMIENTO LOCAL COMERCIAL DEL TTE.CNEL (R) J.GAVAZZO

- Se ha tomado conocimiento que la persona firmante de la denuncia al citado Tte.Cnel. habría sido FEDERICO FASSANO.-

EXPLOSION EN EL ESCRITO DEL DR. J.M. SANGUINETTI

- Se ha tomado conocimiento que dicha bomba habría sido dirigida al Sr. RIJO, por una "bendetta" debido a un gran contrabando de mercadería. No obstante a esto, esta (la bomba) es explotada muy habilmente por el Dr. SANGUINETTI en los discursos proselitistas que está llevando a cabo en el interior del país.-

EXPLOSION EN LA VIA DEL TRAN EN LA C. DE MINAS

- A nivel de la Izquierda en general, se comenta que dicha bomba fue puesta por integrantes de las FF.AA.,como repudio a la gran crisis económica y social que estos están pasando.-

COMANDO "JUAN ANTONIO LAVALLEJA"

- El llamado telefónico de este Comando a"LA REPUBLICA",sería obra de la imaginación de FEDERICO FASSANO, como lo fue toda aquella publicación de la toma de "La Tablada", en la cual "LA REPUBLICA" editaba grandes comunicados del grupo subversivo, que protagonizó las acciones.
Dichos comunicados jamás existieron en la realidad.-

0012

DISTRIBUCION: ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(j-f)

002/2

9203482

Con el respaldo militar, Fujimori se atribuyó la totalidad del poder

Disolvió el Parlamento, suspendió la Constitución, intervino el Poder Judicial; impuso arresto domiciliario a legisladores de la oposición y estableció la censura, lo que provocó la reacción de la SIP; renovación del gabinete ministerial; severa condena de la comunidad internacional; la OEA lo instó a restablecer la democracia; Estados Unidos suspendió la ayuda

LIMA, 6 (AP).- Horas después de anunciar la disolución del Congreso y la suspensión de la Constitución, el presidente Alberto Fujimori tomó juramento al gabinete de 14 miembros que lo acompañará en su gobierno y que sólo presenta tres cambios, incluyendo el del primer ministro, Alfonso de los Heros.

Oscar de la Puente fue nombrado como primer ministro, pero conservará la titularidad del Ministerio de Vivienda.

Apoyo militar

Con el apoyo abierto de las fuerzas armadas, Fujimori intervino el Poder Judicial, ordenó el arresto domiciliario de los legisladores de la oposición y los acusó de bloquear sus reformas económicas y de debilitar la guerra contra la subversión izquierdista.

Vehículos blindados de las fuerzas armadas rodearon la sede del Congreso y otras instalaciones importantes. Las seis estaciones de televisión –cinco privadas y una estatal– fueron ocupadas por miembros de las fuerzas armadas y de la policía, al igual que los diarios, las radios y las agencias noticiosas.

Una rígida censura fue denunciada por la prensa. Los medios informativos, controlados por la policía, sólo pudieron repetir el discurso de Fujimori y un comunicado de respaldo de las fuerzas armadas.

La Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) envió una enérgica protesta a Fujimori por la censura.

El partido de gobierno, Cambio 90, se pronunció esta noche con un apoyo total al gobierno de Fujimori, mientras otras organizaciones políticas llamaban a la insurgencia contra el nuevo gobierno, denominado de "reconstrucción nacional", por los militares.



Efectivos militares vigilan el Palacio Legislativo, luego del anuncio de Fujimori de disolver el Parlamento (AP)

Enérgica condena de la Argentina

Preocupación: Menem censuró el "autogolpe" del presidente peruano, Alberto Fujimori, al tiempo que el canciller Di Tella manifestó la preocupación del Gobierno.

El presidente Carlos Menem condenó ayer el "autogolpe" de su colega peruano Alberto Fujimori y decidió llamar de urgencia a Buenos Aires al embajador argentino en Perú, Julián Licastro, para que informe sobre la situación planteada.

El canciller Guido Di Tella mantuvo informado al Presidente "desde la madrugada" en la residencia de Olivos y el llamado a Licastro, según el ministro de Relaciones Exteriores, debe ser considerado como un "resquebrajamiento de las relaciones diplomáticas" con Perú.

Menem mantuvo "comunicaciones informativas" con otros presidentes de la región por lo que se ha considerado se trata de una "alteración" del orden constitucional en ese país.

Di Tella anunció que se reunirían en Washington los países que conforman la OEA para pronunciarse sobre los hechos.

Para el canciller, la decisión de Fujimori va a provocar "un nivel de aislamiento muy grande" de Perú y el embajador Licastro fue convocado, en realidad, "para explicar lo inexplicable".

Según la última reunión de la OEA, mantenida en Santiago de Chile, y a partir de los episodios de Haití y Venezuela, un gobierno surgido de un golpe violento puede ser pasible de sanciones por parte del resto de los países miembros.

El canciller Di Tella, al retirarse de la Casa Rosada tras permanecer varias horas reunido con el presidente Menem, dijo que el Gobierno "está muy preocupado" por la situación peruana y calificó de "muy grave" la alteración de la normalidad institucional en ese país.

Sostuvo que "el orden constitucional es uno solo, es indisoluble".

Dijo que el gobierno argentino no disponía de información acerca del grado de condicionamiento de Fujimori por parte de los militares, pero advirtió que "cualquier país de la región que avance sobre el orden democrático sufrirá un aislamiento internacional".

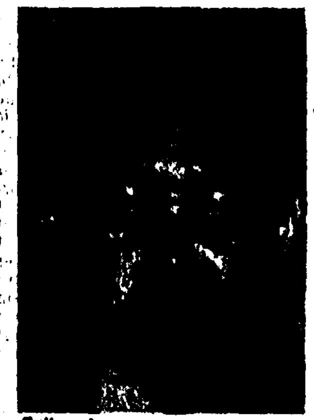
Sostuvo que "aún es prematuro adoptar medidas contra el régimen peruano, aunque adelantó que había ordenado al embajador Licastro, quien está en Buenos Aires desde las primeras horas de ayer, "no regresar" a Lima hasta que se aclare la situación. Di Tella explicó que ésta es una medida grave desde el punto de vista diplomático".

Las razones que dio el mandatario

Objetivos: modificar la estructura del Congreso y el Poder Judicial y moralizar, modernizar y pacificar el país fueron las metas que esgrimió al tomar su actitud.

LIMA, 6 (Reuter). – El presidente Alberto Fujimori dijo en su mensaje al país el domingo que los objetivos que perseguía al disolver el Congreso e intervenir el Poder Judicial eran los siguientes:

- Modificar la actual Constitución política en lo que atañe al logro de una nueva estructura del Congreso y del Poder Judicial, con el fin de convertir a éstos en eficaces instrumentos de orden y desarrollo. En lo concerniente al primero, establecer un Poder Legislativo moderno, identificado con los intereses del país y que se renueve periódicamente.
- Moralizar radicalmente el Poder Judicial y las instituciones ligadas a él.
- Modernizar la administración pública para adecuarla a los fines del desarrollo y la mejor y más racional utilización de los recursos.



Fujimori

- Pacificar el país, dentro de un marco jurídico que sancione en forma drástica a los terroristas y narcotraficantes, para así garantizar un clima de paz y tranquilidad que haga posible las inversiones nacionales y extranjeras.

Corrupción

- Luchar frontalmente contra el narcotráfico y las actividades ilícitas y lograr la eliminación de los casos de inmoralidad y corrupción en las fuerzas del orden y en otras instituciones.
- Sancionar ejemplarmente todos los actos de inmoralidad y corrupción en la administración pública.
- Promover la economía de mercado dentro de un marco jurídico que dé seguridad y fomente la eficiencia y competitividad de los agentes económicos.
- Reorganizar el sistema educativo adaptándolo a las necesidades del desarrollo, fomentando la creación de una conciencia patriótica y promoviendo la construción masiva de centros escolares para, de esta manera, paralelamente, generar empleo.
- Descentralizar las facultades del gobierno central mediante un proceso de regionalización que reduzca la burocracia y el número de diputados regionales.
- Elevar a mediano plazo, sustancialmente, los niveles de vida de la población, creando las condiciones para una plena realización de la persona humana.

Vargas Llosa

Por su parte, el escritor Mario Vargas Llosa exhortó hoy a "todos los latinoamericanos que quieren la democracia como marco dentro del cual el continente debe dar batalla contra el subdesarrollo" a movilizarse para restablecer el estado de derecho en su país.

Vargas Llosa también calificó de "magnífico" el gesto del presidente argentino, Carlos Menem, de llamar a su embajador en Lima.

La Organización de Estados Americanos (OEA), luego de una reunión de emergencia, "deploró el golpe institucional", instó a las autoridades peruanas a "restablecer de inmediato la absoluta vigencia de las instituciones democráticas" y convocó a los cancilleres del continente a una sesión especial.

Los Estados Unidos –así como varios países europeos y de América latina– criticaron con duros términos la actitud de Fujimori.

Se desconoce el paradero del ex presidente Alan García, mientras que su cuatro hijos menores se encontrarían en la embajada argentina. Versiones no confirmadas indicaron que el ex jefe de Estado se hallaría asilado en la embajada de Venezuela en Lima.

Washington suspendió la ayuda

WASHINGTON, 6 (ANSA).– El gobierno de los Estados Unidos suspendió su ayuda económica y militar al Perú, poco menos de 24 horas después de que el presidente Alberto Fujimori asumió poderes dictatoriales, con el respaldo de las Fuerzas Armadas.

La decisión de la Casa Blanca fue anunciada esta noche por Luigi Einaudi, embajador norteamericano ante la Organización de Estados Americanos (OEA).

De la suspensión quedará exenta la ayuda humanitaria administrada por organizaciones no gubernamentales, informó Einaudi.

El presupuesto de los Estados Unidos contempla para este año partidas de ayuda económica y militar al Perú por 275 millones de dólares, más un saldo de otros 45 millones que quedaron pendientes desde el año fiscal 1991.

El presidente George Bush "está muy contrariado" por la iniciativa de Fujimori, informó una declaración de la Casa Blanca.

El Congreso declaró la vacancia del PE

LIMA, 6 (UPI). – El Congreso peruano resolvió hoy declarar vacante la presidencia de Perú por incapacidad moral del presidente Alberto Fujimori y convocó al presidente del Congreso, senador Felipe Osterling (APRA), a asumir como gobernante.

La actitud del Poder Legislativo determinó más tarde que fuerzas militares y policiales dispersaran violentamente a un grupo de parlamentarios reunidos ante el domicilio del titular de la Cámara baja.

Hubo disparos al aire y fue golpeada la senadora Mercedes Cabanillas, de la Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), partido al que pertenece el ex presidente Alan García Pérez.

El documento del Congreso, firmado por legisladores de diversos partidos políticos, fue divulgado por el primer secretario del Parlamento, diputado Oscar Urbiola.

La resolución acuerda declarar que "el ciudadano Alberto Fujimori está incapacitado moralmente para ejercer la presidencia de la República, sin perjuicio de las acciones legales a que hubiera lugar".

También declara "la vacancia de la presidencia de la república" y decide "convocar al llamado por la Constitución (el presidente del Congreso) para que asuma las funciones de presidente de la república" y dispone "el juzgamiento de los responsables y cómplices por la violación constitucional".

En los considerandos de la resolución se señala que Fujimori ha pretendido "subvertir el orden democrático en su exposición pública propalada el 5 de abril de 1992, siendo su primera obligación la de cumplir y hacer cumplir la Constitución, hecho que lo incapacita moralmente para ejercer la presidencia de la república".

Al disolver el Congreso, Fujimori encargó a su Consejo de Ministros las funciones legislativas, con apoyo de las fuerzas armadas y de la policía nacional.

02-02

Fujimori: Manifiesto

"Compatriotas: Durante estos veinte meses mi gobierno se propuso la construcción de una democracia real, de una democracia que garantizara efectivamente la participación, en igualdad de condiciones, de todos los ciudadanos, en la que no hubiera lugar para el privilegio y la prebenda y que, finalmente, nos permitiera vencer, en el mediano plazo, el atraso, la miseria, la falta de oportunidades, la corrupción y la violencia.

Como muchos peruanos he pensado que ésta era quizá la última oportunidad para que el Perú fuera al encuentro de su destino. Algunos resultados positivos e indiscutibles se aprecian ya en este primer tramo de mi gobierno, ellos son el resultado de la disciplina y el orden con que se han manejado los asuntos nacionales y de la actitud responsable y sacrificada del pueblo peruano. Allí están la reinserción de nuestro país en el ámbito financiero internacional, el paulatino control de la hiperinflación y el clima de confianza y estabilidad logrados.

Pero hoy sentimos que algo nos impide continuar avanzando por la senda de la reconstrucción nacional y el progreso. Y el pueblo del Perú sabe la causa de este entrampamiento, sabe que no es otro que la descomposición de la institucionalidad vigente, el caos y la corrupción, la falta de identificación con los grandes intereses nacionales de algunas instituciones fundamentales, como el Poder Legislativo y el Poder Judicial, traban la acción de gobierno orientada al logro de los objetivos de la reconstrucción

A la inoperancia del Parlamento y la corrupción del Poder Judicial se suman la evidente actitud obstruccionista y conjura encubierta contra los esfuerzos del pueblo y del gobierno por parte de las cúpulas partidarias. Estas cúpulas, expresión de la politiquería tradicional, actúan con el único interés de bloquear las medidas económicas que conduzcan al saneamiento de la situación de bancarrota que, precisamente ellas dejaron.

Igualmente, hay grupos a quienes interesa que fracase la estrategia de pacificación porque no se atreven a tomar posición clara frente al terrorismo.

Los encarnizados adversarios políticos de ayer se unen hoy en el propósito de impedir el éxito de la gestión de gobierno, sin importarles el futuro del país. Detrás de esta innoble alianza se encuentra el interés común por recuperar el espacio político perdido.

En la lucha contra el narcotráfico, el Parlamento ha mostrado debilidad e inconsecuencia, esto se ve claramente en su posición frente a la legislación propuesta por el ejecutivo para sancionar el lavado de dinero, para permitir levantar el secreto bancario, para sancionar la compra y venta de bienes provenientes del tráfico ilícito de drogas y para sancionar a servidores y funcionarios públicos que incurran en actos de encubrimiento de narcotraficantes. Todas estas medidas planteadas por el Gobierno, mediante decreto legislativo Nº 736, fueron derogadas por el Congreso sin la menor explicación y sin pensar que de esta manera se dejaba al país desarmado para sancionar con la dureza necesaria a quienes delinquen con el tráfico de drogas.

La actitud irresponsable y negativa de los parlamentarios no respeta, tampoco, los mandatos constitucionales, los cuales son violados conscientemente. Tal es el caso de la promulgación de la Ley Nº 25.397, denominada "Ley de Control Parlamentario sobre los Actos Normativos del Presidente de la República" que pretende maniatar a éste, recortándole atribuciones elementales para gobernar. Esto en aspectos tan importantes como la política económica o la lucha antiterrorista, cuando se niega al Presidente la facultad de señalar cuáles son las zonas de emergencia.

Un par de semanas antes del autogolpe, Alberto Fujimori preparaba nuevas medidas de ajuste, impulsadas por el Fondo Monetario y resistidas por los sindicatos. Eran un eslabón más de una larga cadena: el propio Fujimori arrancó con aumentos del 3.000% en la nafta y del 1.000 al 2.000% en las tarifas. La inflación retrocedió, pero no pasó lo mismo con la pobreza: cayó el salario real, aumentó el desempleo y el PBI por habitante está hoy el 28,3% por debajo de 1981.

EL AUTOGOLPE

CRISIS ECONOMICA Y POBREZA

De ajuste en ajuste

La guerrilla, los narcos y la necesidad de acelerar las políticas de ajuste parecen constituir el abecé que "explica" el autogolpe y que se concreta justo dos semanas después de la visita de **Michel Camdessus**, el timonel del Fondo Monetario Internacional, a Lima. Camdessus llevó el remedio en su maletín negro: un **aumento de impuestos** para disimular el déficit fiscal, mayor velocidad en las **privatizaciones** y una drástica reducción de la **burocracia estatal**. De inmediato se intentó fijar una gabela del 20% sobre los intereses de las cuentas corrientes en dólares y se registraron subas del 18% en los alimentos. Pero las cinco centrales sindicales se unieron para resistir la medida y **Alberto Fujimori dio marcha atrás en la aplicación del impuesto**.

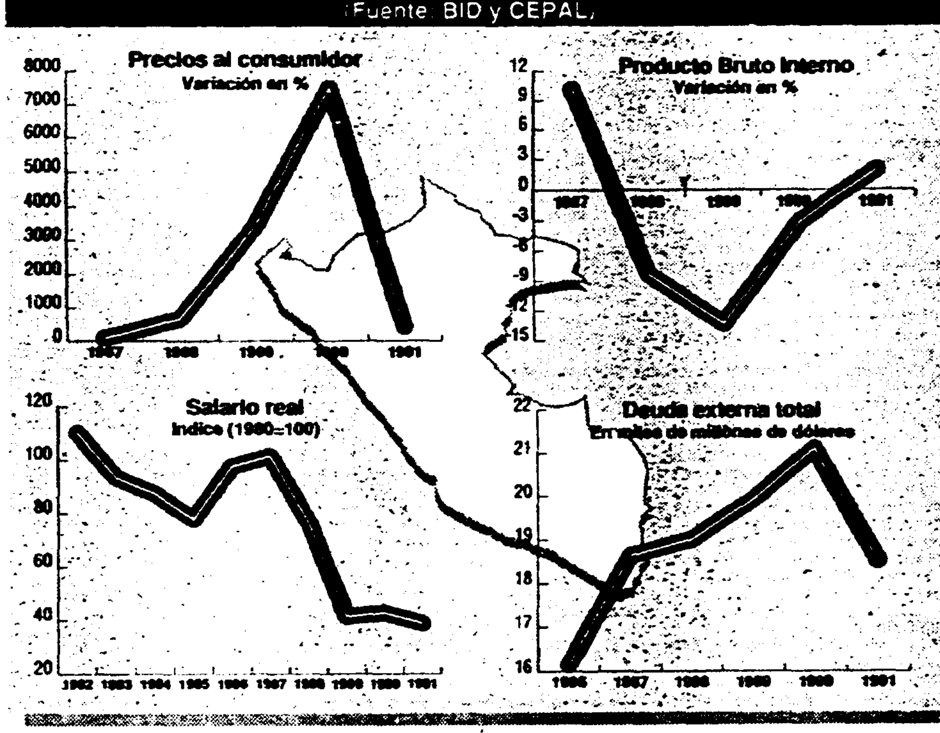
Lo cierto es que apenas asumido, en junio de 1990, Fujimori **debutó con un durísimo plan de ajuste**. Su objetivo: volver a los mercados internacionales de capitales, del que fue expulsado Perú por falta de pago. Algunos bancos, como el BID y el Mundial, le **condonaron** parte de los intereses. "Pero su deuda externa, que era de 13.099 millones de dólares en 1984, saltó a los 18.500 millones actuales y la negociación, lejos de estar encaminada, se encuentra en una etapa de **turbulencias**", dijo el experto **Naum Minsburg**.

El plan Fujimori incluyó la **clásica liberación de precios**, que estaban controlados, y que por acto reflejo se elevaron del 200 al 300%. La **nafta** subió 3.000% y las **tarifas de los servicios públicos**, entre 1.000 y 2.000%. Se aplicó un criterio de caja para los gastos, se abrió la economía y se liberó el dólar, que llegó a la cima y luego encontró su meseta, porque hubo una **avalancha de capitales tentados por las altas tasas de interés**.

Así, de un contexto de hiperinflación, se logró estabilizar la economía: el índice de precios que en agosto de 1990 llegó al escandaloso 397% se redujo al 10% mensual en los meses posteriores. La inflación, que fue del 7.481,7% en 1990 —solo superada por la nicaragüense— se contrajo 422% anual en 1991. Sin embargo, **los pobres siguen siendo mucho más pobres. Y más numerosos**:

- **El salario real** disminuyó 9,4% el último año. Y para un índice que iguala a 110 los de 1982 tiene el nivel más bajo de casi todos los tiempos: 38,7. El **salario mínimo en dólares** fue de 38 el último enero.
- **El producto bruto** anotó un aumento del 2% pero se diluyó porque el crecimiento de la población fue mayor. En un plan en el que los créditos son la asignatura pendiente las industrias trabajan al **20% de su capacidad** y solo **uno de cada 20 peruanos está empleado como se debe**. El resto no trabaja —no hay cifras ciertas de desocupación— o está empleado **en negro**.
- **El producto por habitante** entre 1981 y 1991 se contrajo 28,3%, el récord de América latina.

PERU: INDICADORES DE LA CRISIS ECONOMICA
(Fuente: BID y CEPAL)



- La estabilización que logró Fujimori impulsó un ingreso de capitales y hoy en Perú hay un **atraso cambiario** salvaje que repercute en su balance comercial.

En el primer capítulo del plan Fujimori se habla de **poner a régimen al Estado** peruano, que es grande, como en muchos países latinoamericanos. No obstante, los intentos por achicarlo tropezaron con un **sinfín de huelgas**.

Pero el principal problema de esta economía parece ser realmente otro: "Hay evidencia de que Perú es el **principal productor de hoja de coca del mundo**: un millón de campesinos vive de este cultivo", dijo **Daniel Artana** de la liberal FIEL, que elaboró un informe para los organismos internacionales. A diferencia de Colombia, donde los narcos blanquean su capital oxigenando industrias y servicios, en Perú se vinculan con la guerrilla y crearon **zonas libres**: otros Perú dentro del Perú.

Uno de sus escritores, **Manuel Scorza**, dijo que este era un **país de primeras piedras**. Se coloca el primer ladrillo para una obra que nunca se termina después. Con una geografía donde hay **montañas que mastican a otras montañas**, trazar una carretera o un ferrocarril es **tarea de titanes**. Por eso el **mar alimenta el grueso de sus exportaciones**. Pero el **cólera** le jugó una mala pasada y sus ventas de pescados cayeron el 20%. Le siguen en **importancia el petróleo**, en manos de la estatal Petroperú y la minería, explotada por privados y el Estado, cuyos resultados igual no **alcanzan para alimentar** este país en el que los **pueblos jóvenes**, villas miseria en la Argentina, **tienen un crecimiento exponencial**.

Como ejemplo Lima, que siempre fue "blanca", fue **tomada por los cholos**, los que bajaron de las sierras y obligaron a los blancos a refugiarse en el norte, en los barrios ricos de Miraflores y San Isidro.

Aplazó el BID un préstamo al Perú

SANTO DOMINGO, 6 (AFP). — **El Banco Interamericano de Desarrollo "aplazó" la firma de un crédito de 200 millones de dólares al Perú**, cuya documentación iba a ser suscrita este lunes en Santo Domingo, informó a la AFP una fuente del BID.

El contrato iba a ser firmado por el ministro de Economía peruano, **Carlos Boloña**, quien debía llegar a mediodía del lunes a Santo Domingo. Boloña suspendió el viaje debido al autogolpe producido por Fujimori en la noche del domingo, dijeron fuentes peruanas.

El vicepresidente del Perú, **Máximo San Román**, uno de los invitados de honor a la asamblea del BID que se efectúa en esta ciudad, **no asistió** a la ceremonia de inauguración la mañana del lunes en el Teatro Nacional de Santo Domingo.

La noticia de que el presidente Alberto Fujimori disolvió el Parlamento y suspendió las garantías constitucionales con el respaldo de las fuerzas armadas, la noche del domingo, **dejó atónitos a los delegados a la asamblea del BID**, que se interrogaban sobre el significado de las medidas y su repercusión en el resto del continente.

Los Estados Unidos

La postergación de la firma no debe verse como una interrupción de la cooperación del BID con el Perú, aunque **es improbable que el crédito en cuestión se concrete antes de que el directorio del banco analice cuidadosamente la situación**, según los informantes. Por su poder de veto, **la gravitación de los Estados Unidos en las resoluciones del BID es decisiva**.



Ministro de Economía peruano Carlos Boloña: se lo esperaba en Santo Domingo, pero no llegó.

DIFERENTES MATICES EN LA REACCION LATINOAMERICANA

EE.UU. suspendió la ayuda al Perú

Estados Unidos condenó el autogolpe del presidente Fujimori y suspendió la ayuda económica y militar al Perú. Por su parte, los países de América latina intercambiaron consultas durante todo el día de ayer y emitieron declaraciones de tonos variados que oscilan entre la preocupación y la condena abierta. Venezuela, Brasil, Uruguay y Chile encabezan el sector más duro con la decisión de Fujimori.

"Esto representa un **retroceso lamentable para la causa de la democracia** en el hemisferio". Catorce palabras bastaron para que el gobierno del presidente norteamericano **George Bush** criticara sin ambigüedades la decisión del presidente del Perú, **Alberto Fujimori**, de suspender la Constitución de su país y disolver el Congreso, entre otras medidas.

La condena no fue solo verbal: poco menos de 24 horas después del autogolpe, Estados Unidos anunció la **suspensión de su ayuda económica y militar** a Perú. Mientras, las reacciones de los gobiernos de América latina fueron de **tonos diversos y oscilaron entre la preocupación y la condena.**

Tras su descanso de fin de semana en Camp David, Bush admitió que "estaba un poco preocupado" por los acontecimientos en Lima. Poco después, un comunicado de la Casa Blanca informó que Bush **"se decepcionó mucho** al enterarse" del autogolpe de Fujimori.

La decisión de la Casa Blanca de suspender la ayuda al Perú, calculada en unos 320 millones de dólares, fue anunciada anoche por **Luigi Einaudi**, embajador norteamericano ante la OEA. La medida representa un golpe muy duro para el regimen de Fujimori porque existen dudas sobre cómo podrá sobrevivir sin asistencia norteamericana, asediado por la guerrilla y el narcotráfico.

Tonos diferentes

Mientras el comunicado de la Casa Blanca adelantó que **"consultaremos con otros países del hemisferio"** sobre los pasos a seguir e instó a un "rápido retorno al gobierno constitucional", el secretario general de la Organización de Estados Americanos, **Joao Baena Soares**, pidió formalmente una **reunión urgente** del consejo político de la OEA, que podría convocar a una conferencia de cancilleres americanos. En tanto, el **embajador** argentino ante ese organismo, **Hernán Patiño Meyer**, indicó que la OEA dispondría sanciones contra el Perú.

Los gobiernos latinoamericanos iniciaron ayer desde temprano contactos entre sí, que se mantuvieron durante todo el día, para efectuar consultas que se manifestaron en declaraciones de distintos matices, **oscilantes entre la preocupación y la condena.** El lote de mayor dureza fue encabezado por **Venezuela, Brasil, Chile y Uruguay.**

- "Es un **golpe de Estado** con la participación del presidente" Fujimori, denunció en un comunicado la Cancillería de **Venezuela**, que expresó su **"rechazo inequívoco** a cualquier forma de sustituir un estado de derecho por una situación de hecho".
- Un poco más cauto, el gobierno del **Brasil** expresó su **"firme expectativa"** de que Perú podrá "preservar su estabilidad institucional, evitando el **luto de la democracia en América latina**, donde no hay más espacio para regímenes extraños a la soberana voluntad popular".
- En **Chile**, una declaración de la Cancillería rechazó la **"ruptura del orden constitucional democrático"** y exhortó al gobierno de Fujimori a "que se protejan los derechos humanos" y retorne "a la mayor brevedad" a la situación previa a la madrugada del lunes.
- El **gobierno uruguayo** "lamentó" la decisión de Fujimori. "Es un hecho sin duda **muy grave**", dijo **Eduardo Mezzera**, subsecretario de Relaciones Exteriores, primera espada de la Cancillería, porque tanto el presidente **Luis Lacalle** como el canciller, **Héctor Gros Espiell**, permanecen en España, de visita oficial.
- El presidente boliviano **Jaime Paz Zamora** hizo malabares en una breve declaración para, por un lado, ratificar su amistad con Fujimori y, por el otro, **"lamentar** lo ocurrido en Perú. Como boliviano y demócrata, no lo puedo aceptar."



El presidente Bush regresa a la Casa Blanca, acompañado por el jefe de sus asesores, Sam Skinner. Bush se manifestó "decepcionado" por el autogolpe de Fujimori.

PRODUCCION DE COCA

Cómo [illegible]pera el narc[illegible]tráfico

Alto Valle de H[illegible], Perú. En esa región selvática ubicada al nordeste [illegible] Lima se encuentra una de las claves del autogolpe [illegible] [illegible]berto Fujimori. Allí, en el Alto Valle, crece más de[illegible] por ciento de la producción mundial de hoja de [illegible] la materia prima utilizada para elaborar la [illegible] y su derivado más barato y mortífero: el crack.

En ese escenario [illegible] tres fuerzas claramente enfrentadas: el Cartel de Medellín, la más importante, poderosa y activa organi[illegible]ción del narcotráfico de Colombia; Estados Unidos [illegible] fuerzas militares y el grupo guerrillero peruano [illegible] Luminoso. La guerrilla impone una "contribu[illegible] los narcotraficantes que utilizan sus pistas de [illegible] y actúa como intermediaria entre los producto[illegible] [illegible]mpradores de coca.

- **Alianza guerrilla-narcotráfico**

Esta relación se [illegible]leció en junio pasado, cuando el presidente peruan[illegible] [illegible] un convenio antidroga con el gobierno estadounid[illegible]. Entonces, los 150.000 campesinos que todavía se [illegible] a la plantación de coca rechazaron el convenio q[illegible] [illegible]aba la sustitución del rentable cultivo por otros pr[illegible] alimenticios. Los senderistas aprovecharon su d[illegible]ento en beneficio propio. Por un lado, dijeron que esta[illegible] a favor de una diversificación de las cosechas y que [illegible] a apoyar a los campesinos que quieren dedicarse a l[illegible] cultivos legales. Pero, por otro, continúan fomenta[illegible] la [illegible]roducción: Sendero considera que, cuanto mayor [illegible] el tráfico de drogas hacia los Estados Unidos más [illegible]pidamente entrará su sistema en un colpaso socioeco[illegible].

Así comenzó la ali[illegible] del senderismo con mafias del narcotráfico —como el Cartel de Medellín— recientemente mudadas al Perú después de ser duramente golpeadas en su país de [illegible] Las mafias se constituyeron en aliados tácticos d[illegible] [illegible]nderistas y del Movimiento Revolucionario Túp[illegible] [illegible] (MRTA), un grupo de menor importancia pero [illegible] en Lima y con "focos" en la selva amazónica [illegible] [illegible]aron algunos de sus operativos con los "imp[illegible] [illegible]olucionarios" que le pagan los narcotraficant[illegible] [illegible] de su protección armada.

- **Millones en juego**

La cocaína que [illegible] en Perú y que luego se comercializa en l[illegible] [illegible] Unidos tiene un valor aproximado de 35.000 [illegible] de dólares, diez mil millones menos de lo que [illegible] producto bruto interno (PBI) peruano.

Esa millonaria ganancia ha generado una verdadera fiebre de la cocaína en la región de Alto Huallaga. Es una fiebre que se agudiza con las vinculaciones entre el narcotráfico y el terrorismo y que se realimenta a causa de la aguda crisis [illegible] y social que afecta a los agricultores.

Para romper este esquema —que también incluye a los autodenominados "[illegible] del ejército guerrillero popular"— el gobierno de los Estados Unidos envió sus boinas verdes y expertos de la marina a la base de Santa Lucía, una instalación de tipo militar, construida en una de las márgenes del caudaloso río Huallaga. De esa base parten los helicópteros [illegible]tillados que son tripulados por pilotos norteamericanos, muchos de los cuales son excombatientes de Vietnam.

El operativo tiene tres frentes: Colombia, Perú y Bolivia. ¿El costo? Más de 2.675 millones de dólares en asistencia técnica y militar para la región y, particularmente, el entrenamiento de las fuerzas peruanas que combaten contra los insurgentes de Sendero Luminoso.

Es una guerra que [illegible] comienza. El objetivo es derrotar a los narc[illegible] y a los guerrilleros, que supuestamente tienen de [illegible] a 5.000 activistas desparramados en todo el territorio peruano y que cuentan con el apoyo logístico directo de más de 40.000 hombres, en una población nacional de 22 millones de habitantes. Fujimori, por su parte, cuenta con 72.000 hombres desmoralizados, con sueldos de ha[illegible] y faltos de organización.

Partes poco legibles.

01-01 9203487

LA NARCOGUERRILLA Y LA DESMORALIZACION DE LAS FUERZAS ARMADAS

Un fenómeno llamado "Sendero"



Infografía/CLARIN

LOS BASTIONES DEL SENDERISMO



Desde 1980 entre 25.000 y 30.000 personas murieron en Perú víctimas de la violencia política. Sendero Luminoso también intentó llevar su accionar a la selva amazónica, pero fracasó en su intento.

Los números quizá reflejen la obsesión de Fujimori por extirpar de raíz la guerrilla que conmueve al Perú: **de los casi 25.000 muertos por terrorismo desde los inicios de la lucha armada en 1980, 4.500 corresponden a los 20 meses de su presidencia.** ¿Sendero Luminoso no da tregua? Ni un poco: **la organización maoísta, a la cual se le imputan el 80 por ciento de esas víctimas, está lejos de ser derrotada.**

Más grave aún: el subsecretario de Estado adjunto para Asuntos Interamericanos, **Bernard Aronson**, advirtió hace un mes que el terrorismo peruano podría producir un genocidio equiparable a los de Adolfo Hitler y **Pol Pot**, el líder del **khmer rojo**, responsable de la matanza de más de un millón de personas en **Camboya** entre 1975 y 1978.

Sendero tiene sus enclaves en San Martín, Ayacucho y Huánuco. En los últimos años, su dominio se extendió peligrosamente al cinturón de miseria que rodea a Lima. Ahora quiere llegar más lejos: amenaza con extender sus tentáculos hasta Bolivia. Pero, **¿cuál es la lógica de este movimiento que —a diferencia de otros grupos insurreccionales del continente— aumentó su poder en estos últimos años?**

El mecanismo parece simple pero riesgoso: como una especie de mafia latinoamericana, los senderistas brindan seguridad a los campesinos que cultivan coca en sus territorios y ayudan hasta a los mismos narcotraficantes. Pero todo tiene su precio: analistas del gobierno peruano estiman que el **costo de esa protección oscila entre los 20 y 40 millones de dólares por año.**

Es obvio suponer que uno de los grandes enigmas que rodean a Sendero es, precisamente, saber adónde van a parar esos fondos. Lo que sí se sabe es que una parte sustancial de ese dinero está destinado a curar heridos y enfermos en combate, a brindar asistencia legal a los que caen en prisión y a desarrollar programas de asistencia social en los territorios controlados por la guerrilla.

La disyuntiva de los campesinos, por tanto, es bastante complicada: **en un país empobrecido, con graves problemas sociales, Sendero Luminoso prácticamente les garantiza seguir cultivando algo peligroso, pero que saben hacer de memoria. Y como si esto fuera poco, les brinda la asistencia social que tanto necesitan. ¿Por qué, entonces, deben hacer caso a Fujimori y a los ingenieros japoneses que quieren enseñarles a sembrar algo más inofensivo...?**

Fujimori —quizá para prevenir males mayores— nunca cesó de pedir ayuda al extranjero, especialmente a los Estados Unidos, para apuntalar su programa de erradicación del terrorismo y narcotráfico. Pero sus intentos tuvieron escasos frutos, porque los norteamericanos interrumpieron el auxilio militar.

A nadie escapa que el paro "bajo la amenaza de las armas" impuesto el 14 de febrero por Sendero Luminoso, puede haber sido un factor de peso en la decisión del presidente peruano de colocarse al margen de la legalidad. La huelga prácticamente paralizó a Lima luego de una serie de cruentos atentados que conmocionaron al país.

Seguramente Fujimori sabe que es imposible negociar con Sendero Luminoso: **de acuerdo con la doctrina de guerra popular prolongada maoísta, masiva y total, el actual Estado deberá desaparecer solo a medida que surja otro nuevo Estado maoísta, sin límites ni fronteras.**

Por eso, desde que asumió hace 20 meses, Fujimori intentó lanzar una ofensiva exclusivamente militar que tuvo su contracara: **las fuerzas armadas** se sintieron **desmoralizadas** y se quejaron de no estar lo suficientemente **bien** preparadas como para enfrentar esa guerra peligrosa. El número de **soldados** muertos el año pasado creció hasta 156, **casi 50 más** que en 1990. **Los oficiales** rastrean las sierras y la jungla con solo 13 balas en sus viejos FAL. **Los desertores** son cada vez **más numerosos**. **Los sueldos son** bajos... **Pero ahora que** contribuyeron al **autogolpe** de Fujimori, **es muy** factible que **obtengan sus** reclamos y **aumenten su** poder y capacidad de acción.

Quizás **Abimael Guzmán Reinoso**, el ex profesor de filosofía que a fines de los sesenta se proclamó como la "cuarta espada del socialismo mundial" —la que sucede a **Vladimir Ilich Lenin, Karl Marx y Mao Tsetung**— y que es desde entonces el **máximo** líder senderista, hoy está más que preocupado. **Motivos no le faltan: hace un mes el presidente Fujimori ofreció medio millón de dólares por su codiciada cabeza.**

Paulo Lugones

Detuvieron a un senderista

Ambito Financiero, Buenos Aires, martes 7 de abril de 1992

Ayer, poco después del mediodía, fue detenido en **Tucumán** el peruano **Edgardo Liendo Arriaga. Interpol de Lima** confirmó que **Liendo Arriaga** tiene pedido de captura y extradición desde el **22 de enero de 1989** por tratarse de un miembro identificado de la guerrilla de **Sendero Luminoso.** Anoche era interrogado por las autoridades argentinas, según se informó desde el Ministerio del Interior.

De confirmarse que el detenido sea efectivamente el integrante de **Sendero Luminoso,** otra vez se plantearía el delicado tema de cómo ingresan al norte argentino con facilidad personas vinculadas al terrorismo peruano.

• **Controles**

Hace no mucho las autoridades argentinas estuvieron evaluando qué mecanismos de control podrían realizarse y mucho más ahora que se prevé que se avecina en **Perú** —tras el autogolpe de **Alberto Fujimori**— una severa represión de la guerrilla más feroz existente en América latina y que ha llegado a controlar vastas áreas del territorio peruano (algunas de ellas, compartidas con los narcotraficantes, de donde derivó el apodo de "narcoterrorismo").

Otra curiosidad que plantea la detención de Liendo Arriaga es la colaboración policial argentina con el gobierno peruano aun cuando ayer mismo se hablaba de provocar el aislamiento político de **Fujimori** para forzarlo a volver atrás en el cierre del **Congreso** y el **Poder Judicial** dispuesto por el presidente peruano. No obstante, en fuentes policiales se insistió en que no es una contradicción. "**La política es la política y el pedido de captura de un delincuente no tiene nada que ver**", se aseguró.



José Luis Manzano

Aparentemente **Chile** ha logrado controlar más que la **Argentina** la circulación de guerrilleros de **Sendero Luminoso**, pese a poseer una frontera común con **Perú** que la **Argentina** no tiene

(Fichaje)

9203489

01-01

Las razones de Fujimori

• Modificar la actual Constitución política en lo que atañe al logro de una nueva estructura del Congreso y del Poder Judicial, con el fin de convertir a éstos **en eficaces instrumentos de orden y desarrollo**. En lo concerniente al primero, establecer un Poder Legislativo moderno, identificado con los intereses del país y que se renueve periódicamente.

• **Moralizar radicalmente el Poder Judicial** y las instituciones ligadas a él.

• Pacificar el país, dentro de un marco jurídico **que sancione en forma drástica a los terroristas y narcotraficantes**, para así garantizar un clima de paz y tranquilidad que haga posible las inversiones nacionales y extranjeras.

• Luchar frontalmente contra el narcotráfico y las actividades ilícitas conexas y lograr la eliminación de los casos aislados **de inmoralidad y corrupción** en las fuerzas del orden y otras instituciones.

• Sancionar ejemplarmente todos los actos de inmoralidad y corrupción en la administración pública.

• Promover **la economía de mercado** dentro de un marco jurídico que dé seguridad y fomente la eficiencia y competitividad de los agentes económicos.

• Reorganizar el sistema educativo adaptándolo a las necesidades del desarrollo, fomentando la creación de una conciencia patriótica y promoviendo la construcción masiva de centros escolares para, de esta manera, paralelamente, generar empleo.

• Descentralizar las facultades del gobierno central mediante un proceso de regionalización que reduzca la burocracia y el número de diputados regionales.

• Elevar a mediano plazo, sustancialmente, los niveles de vida de la población.

El golpe de Estado de Fujimori

HOY, en el Perú, se ha quebrado el sistema democrático y se ha instaurado una nueva dictadura con la decisión del presidente Alberto Fujimori de disolver el Congreso y los más altos organismos del Poder Judicial, y gobernar en el futuro por decreto con el apoyo de las fuerzas armadas.

Al cabo de dos años escasos en el poder, el gobierno peruano se vio asediado por dificultades económicas y sociales que según comentarios corrientes no tiene parangón en la historia del país, por el embate cada vez más violento del terrorismo de Sendero Luminoso y por un encuadre político en que sus propuestas para resolver los problemas de la subversión, el narcotráfico y la marginación social carecían del apoyo institucional que las hiciera viables.

La respuesta con que Fujimori se propone robustecer su poder circunscripto por su representación minoritaria en las cámaras legislativas y por los condicionamientos de la realidad, aparece avalada por la sensación generalizada de desprestigio que envolvía al parlamento y al sistema judicial, pero choca, en cambio, con los principios esenciales de la democracia y, en tanto constituye un retroceso político para el Perú que en los años 80 había conseguido rehacer sus instituciones, ha sido severamente criticada en el ámbito internacional por gobiernos, organismos multilaterales y organizaciones políticas, donde hay signos de una cierta predisposición a dejar aislado al gobierno peruano. En nuestro país, el presidente Menem llamó a Buenos Aires al embajador en Lima e hizo conocer "su condena por la alteración del orden constitucional" en Perú.

Entre las primeras medidas que siguieron a la decisión presidencial, que sin duda debe ser juzgada como un verdadero golpe de Estado desde adentro del gobierno, va incluida una severa censura de prensa que alcanza inclusive las agencias noticiosas internacionales, lo que refleja inseguridad ante la opinión pública pero, sobre todo, completa la supresión de los cauces institucionales para el debate de las graves aflicciones que aquejan al Perú, precisamente cuando lo que hace falta es claridad de ideas y cohesión en el cuerpo social.

Ahora, en cambio, Fujimori y las fuerzas armadas asumen la directa responsabilidad por el futuro peruano, sin participación de la ciudadanía –ni a través de sus representantes naturales ni por medio de la prensa independiente– lo que amenaza con derivar, de acuerdo con una larga experiencia del Perú y de toda América latina, en un gobierno dictatorial, generador de nuevos problemas pero incapaz de resolver los preexistentes.

Pocas dudas caben de que la situación peruana reclamaba decisiones acordes con la gravedad excepcional del momento. En el mensaje con que anunció la clausura del Congreso, el presidente aludió a las trabas políticas y judiciales que impiden actuar contra terroristas y narcotraficantes, que resultaron liberados en los tribunales a pesar de ser convictos y confesos. Algunas cifras de la realidad revelan, del mismo modo, una situación profundamente dramática, como las que hablan de la mitad de los 22 millones de peruanos en situación de pobreza extrema, casi 5000 muertos por el cólera, el 60 % de la producción mundial de hoja de coca cultivado sobre 300.000 hectáreas de selvas peruanas, los 25.000 muertos a manos de la guerrilla, los destrozos por 20.000 millones de dólares causados también por la violencia terrorista (una suma equivalente a la deuda externa), sin contar las pérdidas impuestas por el cierre de minas y explotaciones diversas frente a la inseguridad que provoca la acción senderista. Tampoco habría que dejar de lado, ya que de cifras se trata, ese 95 % de la opinión pública que en las encuestas revela poca o ninguna confianza en los tribunales y en el Congreso.

El conocimiento público de la existencia de hechos de corrupción a su alrededor es un factor que también debe ser cargado a la cuenta del gobierno y contribuyó, indudablemente, a convulsionar el clima político. Mario Vargas Llosa, el candidato presidencial que perdió las elecciones de 1990 ante Fujimori, coincide en señalar como uno de los factores causales del golpe, precisamente, el propósito de "echar una cortina de humo sobre esa corrupción que se había instalado en el palacio de gobierno".

Lejos de contribuir a mejorar el panorama, el camino elegido por Fujimori ofrece más dificultades que beneficios. No faltan quienes interpretan que con la quiebra del orden institucional se beneficia al terrorismo subversivo, por cuanto tendería a focalizar la vida política en torno de una propuesta de izquierda *polpotista* y del gobierno de un régimen militar y represor. Además, el hecho de pasar a ser el soporte político del gobierno confiere otra vez a las fuerzas armadas un poder que las devuelve al primer plano de la escena política, donde permanecieron hasta 1980.

Por otra parte, si algún medio puede ser eficaz para desterrar las plantaciones de coca sin causar males más graves a la economía es el financiamiento de alguna producción internacionalmente competitiva y rentable, con apoyo exterior, y proyectos en tal sentido gozaban de simpatías en Washington; y, del mismo modo, los problemas de la deuda externa y la reestructuración global del Estado y de la economía peruanos no son posibles sin el auxilio orgánico de la comunidad internacional. Pero una situación de aislamiento como la que muchos sectores propugnan fuera del Perú haría impensable una asistencia técnica y crediticia adecuada.

Por una vía poco frecuente, es cierto, América latina ha visto una vez más, cómo se estrecha y se llena de obstáculos el camino hacia la plenitud de las instituciones democráticas. Los hechos de Haití primero, la situación en Venezuela y ahora el desenlace del drama peruano obligan a redoblar la vigilancia de la ciudadanía y comprometen a los sectores políticos –gobiernos y agrupaciones opositoras– para asegurar los mecanismos de diálogo, la transparencia de procedimientos y el espíritu de convivencia en democracia que permitan preservar la concordia y la libertad en los pueblos de la región.

Una decisión que conduce al aislamiento político

Aislado: la decisión de disolver el Parlamento e interrumpir el proceso democrático en el Perú terminó por aislar políticamente al presidente Alberto Fujimori.



La foto recuerda la asunción de Fujimori. A 20 meses de ese acontecimiento, el mandatario vuelve a rodearse de militares

La gestión de Alberto Fujimori, que comenzó el 28 de julio de 1990, parece caracterizarse por el manejo solitario de los asuntos públicos; por cierto, su llegada a la primera magistratura sin un partido político formal y su aparente poca convicción al diálogo político habrían encaminado a este ingeniero agronómo, de 52 años, a buscar en las fuerzas armadas el apoyo que, según dice, le escatimó el poder político.

Una mirada hacia atrás revela que Fujimori prefirió respaldar su gestión precisamente en el poder militar antes que en las fuerzas políticas, de las que claramente desconfía.

Durante los viente meses de su mandato, este presidente, hijo de inmigrantes japoneses, tuvo enfrentamientos con los poderes legislativos y judicial, con los partidos políticos, con la Armada, con los empresarios, con los trabajadores y con la Iglesia católica, lo cual erosionó naturalmente su capacidad de acción y credibilidad.

De todos modos, los peruanos no se muestran sorprendidos por el giro que tomó el gobierno de Fujimori; un año atrás, el periódico Gestión denunció la existencia de un plan para la formación de un gobierno cívico-militar ante la creciente presencia extranjera y el acelerado desgaste político.

Menos aún, si se recuerda que Fujimori anticipó en diciembre último el desenlace de su enfrentamiento con el Poder Legislativo cuando amenazó con cerrar el Parlamento frente a la ociosidad de los legisladores.

En rigor, la decisión de Fujimori de interrumpir la democracia para asumir poderes totales apoyado por las fuerzas armadas, parece dejar en evidencia su fracaso en los temas acuciantes para el Perú: la guerrilla, el narcotráfico y la inestabilidad económica.

Por un lado, al año de su gestión las estadísticas señalan que diez personas mueren diaramente como resultado de la violencia política y la audacia de Sendero Luminoso, que efectuó atentados en la capital peruana, crece sostenidamente. Como contrapartida, Fujimori apeló al recurso extremo de armar a los campesinos y, al parecer, prefiere ignorar ciertas características de la represión llevada adelante por las fuerzas de seguridad.

Por el otro, Perú fue en 1991, con una variación de precios del 422,4 % anual, el país con la tasa de inflación más alta en la región.

Durante la gestión de Fujimori se desató en Perú, el 27 de enero de 1991, la epidemia de cólera que en pocos días mató a unas 300 personas; la falta de sistema sanitario adecuado corren parejos con el atraso económico de ese país.

Hoy, se percibe nitidamente que las medidas adoptadas por el presidente peruano no sólo fueron insuficientes sino que los enfrentamientos políticos que sostuvo con distintos sectores de la sociedad minaron su efectividad.

Su primer crisis

A menos de un mes de asumir, Fujimori, un tecnócrata, amigo de la planificación, sufrió su primer crisis cuando un estallido social, producto del severo ajuste económico, lo obligó a utilizar a las Fuerzas Armadas para controlar la situación en Lima, en las que se detuvo a más de siete mil personas como consecuencia de los disturbios en las calles.

Este plan de reacomodamientos de precios, lanzado el 7 de agosto, llamado "Fujishock", determinó una inflación en ese mes del 411,9 %.

En sólo trece días, desapareció el sentimiento de apoyo popular y político con el que asumió este profesor, sin militancia política y sin aliados notables, debido a la aplicación de medidas económicas, a las cuales se había opuesto durante la campaña electoral.

Ciertamente, el plan se apoyó en la recuperación de las finanzas públicas, con incrementos del 3000 % en los combustibles y del 2500 % en gas, en tanto que el precio de los alimentos crecieron en un 700 % en promedio.

Si bien a Fujimori le faltaron los conocidos "cien días de gracia" que le brinda la sociedad a los presidentes recien asumidos, existen razones para suponer la falta de un concreto plan de gobierno, que incluyera el combate a la inflación, al terrorismo y al narcotráfico.

En gran medida el eje de su política fue rehacer los lazos con los países industrializados, luego de la política aislacionista seguida por el ex presidente Alan García, y conseguir respaldo financiero de empresarios del país sus ancentros Japón.

El "as en la manga" que representaba el potencial apoyo japonés a un presidente de aquella ascendencia se diluyó rápidamente, cuando el gobierno de Tokio le entregó un subsidio por 4,5 millones de dólares frente a los 1800 millones solicitados.

El terrorismo

Sin embargo, los escasos logros en cuanto a la inserción peruana en la economía internacional quedaron minimizados debido a la barbarie terrorista, encabezada por Sendero Luminoso, que no logró ser neutralizada por un gobierno que se debate en infinidad de enfrentamientos.

Si bien el grupo Tupac Amaru ofreció en junio de 1990 una tregua con el nuevo gobierno, pocos meses después lanzó la mayor ofensiva terrorista en la historia peruana en la que participaron 1000 subversivos en cuatro frentes de ataque simultáneo.

Por su parte, Sendero Luminoso tiene una "guerra declarada" contra Fujimori, en la que intentó mediar sin suerte la Iglesia peruana.

En febrero último, Sendero impone un paro armado y señala en un comunicado que se apresta a tomar el poder. A los pocos días, Fujimori ofrece un millón de dólares como recompensa por la cabeza de Abimael Guzmán, jefe de esa grupo subversivo.

En los generalizados enfrentamientos que sostuvo Fujimori desde su acceso a la presidencia no faltaron los de origen familiar, como cuando su esposa Susana Higuchi denunció en marzo pasado a su concuñada y su marido, Clotilde Ebisuri y Santiajo Fujimori, hermando del mandatario, por mal manejo de donaciones efectuadas por Japón.

Hoy queda claro que para Fujimori su independencia política de ayer se transformó en una nueva autocracia, aunque nunca plena debido a la alianza con las fuerzas armadas.

César Pradines

Términos del respaldo militar al Presidente

LIMA, 6 (AFP). – Las Fuerzas Armadas del Perú otorgaron su "respaldo y apoyo" al presidente Alberto Fujimori, en la decisión efectuada el domingo por la noche de disolver temporalmente el congreso de la república, en un comunicado suscripto por los comandantes generales del ejército, fuerza aérea, marina y la policía nacional.

La nota señala que las fuerzas del orden, como instrumento de la democracia, acatan y se identifican con las decisiones tomadas por el presidente de la república y jefe supremo de las fuerzas armadas y de la policía nacional.

Nueva estructura

"Coincidimos con el presidente de la república que es necesario e impostergable cimentar la nueva estructura básica de la sociedad peruana y adecuar sus principales instituciones a los auténticos intereses nacionales", manifiesta el comunicado.

"Ante la situación que vive el país, estamos absolutamente convencidos que para corregir la crisis institucional en el Poder Legislativo y en el Poder Judicial, se requiere tomar medidas inmediatas de emergencia con el fin de lograr la reconstrucción del país", expresa la nota.

Exhortación

Los comandantes generales señalan que "estamos conscientes que los procedimientos considerados en la legislación actual no permitirían la eliminación de la corruptela, la ineficiencia y los intereses de las cúpulas encaramadas en ambos poderes".

El pronunciamiento exhorta a todo los ciudadanos para que "continúen actuando decididamente en la tarea de reconstrucción nacional en que se halla empeñado el pueblo, el gobierno y las fuerzas armadas".

El comunicado está suscripto por el general Nicolás de Bari Hermoza Ríos, presidente del Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas y comandante general del Ejército.

También los firman el general Arnaldo Velarde Ramírez, comandante general de la Fuerza Aérea; almirante Alfredo Arnaiz Ambrossiani, comandante general de la marina, y el teniente Adolfo Cuba Escovedo, director general de la policía nacional.

Nº DOCUMENTO
TITULO Primer atentado después del golpe.
PROCEDENCIA LA NACION 150025
FECHA 07/04/92
VINCULO 66817
11164
~~11418~~
11418

ENTRADO
CRUZADO HCL

Primer atentado después del golpe

LIMA, 6 (AP). – Guillermo Gallirgos Cáceda, jefe de seguridad del palacio de Justicia, su chofer y un hijo del comandante, un niño de 14 años, murieron esta mañana ametrallados y destrozados por una carga de dinamita colocada por miembros del grupo maoísta Sendero Luminoso, dijo la policía.

Las víctimas se dirigían a Lima en un automóvil del oficial.

El atentado ocurrió a las 6.50 a.m. en el distrito de San Juan del Lurigancho, al este de Lima, según informó la policía.

Primer hecho

Es el primer hecho de violencia grave desde que el presidente Alberto Fujimori disolvió anoche el Congreso y suspendió la Constitución.

01-01

9203494

El Tema del Día

Con el respaldo total de las F.F.A.A. del Perú, el presidente Alberto Fujimori disolvió el Parlamento de su país en el marco de una crisis social y económica sin precedentes. EEUU condenó el golpe de estado, anunciando la suspensión total de la ayuda económica y militar. De todos modos el gobernante incaico reclamó comprensión internacional para la nueva etapa histórica de su país.

En un marco de crisis económica y social sin precedentes democráticas con el apoyo de las FFAA

El extraño golpe del

*** Sólo seis jefes de Estado terminaron su mandato en lo que va del siglo en Perú, pero es la primera vez que el sistema se interrumpe desde la más alta magistratura**

Una crisis económica y social sin precedentes, la corrupción, el terrorismo, el narcotráfico, la miseria, las epidemias, sirvieron de telón de fondo al extraño golpe de Estado del presidente peruano Alberto Fujimori, estimaron los observadores en Lima ayer. El gobierno abrió un paréntesis en la democracia peruana disolviendo el domingo por la noche el Parlamento y confiando todos los poderes a un "gobierno de emergencia y reconstrucción nacional" con apoyo de los militares. En Perú, donde desde principios de siglo sólo seis presidentes democráticamente elegidos pudieron terminar su mandato, existe una larga tradición de golpes de Estado.

■ Pero es la primera vez en su historia que el sistema democrático es suspendido a iniciativa misma de un jefe del Estado emergido de las urnas. Fujimori, un ingeniero agrónomo de 52 años, hijo de inmigrantes japoneses, que postuló como candidato independiente y apolítico, fue elegido triunfalmente en junio de 1990, obteniendo más del 60% de los sufragios contra apenas 40% de su adversario, el escritor y candidato liberal Mario Vargas Llosa.

Sin partido político, sin equipo constituido, sin un verdadero programa de gobierno, Fujimori heredó de su predecesor, el populista y socialdemócrata Alan García, un país en ruinas puesto al margen de la comunidad financiera internacional y devastado por diez años de terrorismo.

Algunas cifras de entonces daban una idea de la amplitud de la tarea: 70% de la población peruana viviendo en situación de pobreza extrema, unos 20.000 muertos en una década de terrorismo, daños por atentados estimados en más de 20.000 millones de dólares, casi el equivalente a la deuda externa; desde 1980 regiones enteras controladas por los maoístas de Sendero Luminoso y un tercio del país en estado de emergencia bajo control de los militares.

La situación económica y financiera era desastrosa con un forado en las bóvedas del Banco Central evaluado en cientos de millones de dólares, una hiperinflación de 3.000% en 1989, y un déficit en el sector público de más de 2.000 millones de dólares por año.

Desde el comienzo apoyándose en los militares, sostenido por una gran parte de los medios empresariales, para luchar contra la crisis, Fujimori retomó los grandes lineamientos del programa de Vargas Llosa, su rival sin suerte, lanzando una semana después de su instalación en la presidencia un programa draconiano de estabilización y austeridad.

Al contrario de la política heterodoxa de su predecesor, los grandes lineamientos de Fujimori son una reducción del aparato estatal, equilibrio fiscal y completar la reinserción del Perú en el mundo financiero.

El viraje definitivo fue tomado a principios de 1991, con la nominación del nuevo ministro de Economía, Carlos Boloña, partidario de la ortodoxa financiera, el liberalismo y la economía de mercado.

A pesar de innegables éxitos en la lucha contra la inflación (7.350% en 1990, 140% en 1991, y 16,5% el primer trimestre de 1992), y sus buenas gestiones en el exterior, especialmente el arreglo de cuentas con el Fondo Monetario Internacional, la posición del presidente peruano siempre quedó extremadamente frágil.

Los puntos oscuros son el problema de la coca que amenaza envenenar las relaciones con los EEUU, el desarrollo de la violencia y el terrorismo, la fragilidad de la economía minada por el flujo de narcodólares, y la guerra abierta contra los otros dos poderes: el legislativo y el judicial.

En el tope de su popularidad, con más de 70% de opinión favorable en enero, el jefe de Estado peruano vio complicarse las cosas con el retorno a la escena de Alan García y su partido, el APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana), que a pesar de su fracaso electoral de 1990, se mantiene como la principal fuerza política organizada del país.

Liberado a principios de año por la Corte Suprema de Justicia de una acusación constitucional por enriquecimiento ilícito, en marzo el ex presidente se hizo elegir por aclamación general, secretario general de su partido, proclamando en tono alto y fuerte su intención de regresar a la presidencia en 1995.

El simple anuncio del regreso posible del "ogro" García ha bastado para minar la credibilidad, a duras penas alcanzada por el gobierno de 20 meses de Fujimori en los medios empresariales y financieros internacionales.

Paralelamente, Alan García se autoproclamaba "jefe de la oposición", aprovechando las posiciones copadas por el APRA durante su mandato en los diferentes cuerpos del Estado, especialmente en el seno del aparato judicial, para lanzar una campaña de hostigamiento contra el Ejecutivo.

Otro escollo en la lucha antisubversiva fue la presencia cada vez más amenazante, en los barrios pobres que rodean a Lima como un cinturón de miseria, de Sendero Luminoso, mucho más sangriento que la otra organización guerrillera peruana, el guevarista MRTA (Movimiento Revolucionario Túpac Amaru).

Los militares en primer plano

Buenos Aires (ANSA)
por Riccardo Benozzo

■ La decisión del presidente peruano Alberto Fujimori de utilizar las Fuerzas Armadas para cerrar el Parlamento, suspender la Constitución e impedir el funcionamiento del Poder Judicial está siendo seguida con gran atención no sólo por todos los gobiernos, sino también por todos los militares latinoamericanos.

Vientos de revancha soplan en los cuarteles de varios países latinoamericanos, en los cuales quedaron confinados los militares estos últimos años, cuando dejaron de ser útiles como baluarte de la "seguridad nacional" contra las fuerzas de izquierda o del comunismo internacional.

En las últimas décadas países tan disímiles entre sí como Argentina y Guatemala, Chile y El Salvador, Brasil y Panamá, el mismo Perú, Bolivia y Ecuador, vieron a los militares asumir el poder regando la sangre de los opositores, administrarlo autocráticamente para luego abandonarlo, lo que lamentaron sólo bien individualizadas minorías políticas.

Pero desde hace varios meses la presión militar volvió a dejarse sentir en algunos países latinoamericanos, comenzando por Venezuela, donde a principios de febrero el teniente coronel Hugo Chávez trató de derrocar, [illegible], el gobierno del presidente Carlos Andrés Pérez.

La aventura de este militar, con su pesada secuela aún en curso, terminó en las primeras páginas de los diarios de todo el mundo mientras que no lo hicieron otros fuegos que todavía arden bajo las cenizas castrenses latinoamericanas.

En particular en Chile el general Jorge Villarino lanzó a sus colegas una verdadera invitación a estrechar filas ante la decisión del gobierno de arrestar a un ex alto miembro de la jerarquía militar bajo la dictadura del general Augusto Pinochet, y de establecer un proyecto de ley que restituye al poder civil las decisiones sobre promociones militares.

En Bolivia los militares hicieron saber al presidente Jaime Paz Zamora su "preocupación" por la situación social del país, concretando uno de los primeros pronunciamientos políticos castrenses en ese país desde hace varios años a esta parte.

En otros países —como Argentina, por ejemplo— las voces del revanchismo militar continúan haciéndose oír.

La decisión del presidente Fujimori de utilizar la mano armada contra las instituciones democráticas del Perú —y aquella de los militares de dejarse utilizar con ese fin— abre a las fuerzas armadas de varios países latinoamericanos la concreta esperanza de volver a acercarse al poder.

El nuevo gabinete

Lima (AFP)

■ El nuevo primer ministro peruano, Oscar de la Puente, juramentó el cargo la noche del lunes con retención del portafolio de Vivienda que ejercía en el gabinete renunciante horas antes, y del que una mayoría de doce ministros fueron ratificados por el presidente Alberto Fujimori.

De la Puente, también anterior ministro de Educación del actual gobierno, reemplaza en el cargo a Alfonso de los Heros, quien renunció irrevocablemente en el transcurso del día en desacuerdo con la decisión del jefe de Estado de cerrar el Parlamento y reformar el sistema judicial.

El Consejo de Ministros de Perú, el tercero del actual régimen, está conformado por:

— Primer ministro y ministro de Vivienda: Oscar de la Puente (ratificado)

— Ministro de Relaciones Exteriores: Augusto Blacker Miller (ratificado)

— Ministro de Defensa: general del ejército Víctor Malca (ratificado)

— Ministro de Economía: Carlos Boloña (ratificado)

— Ministro del Interior: general del ejército Juan Briones (ratificado)

— Ministro de Justicia: Fernando Vega Santa Gadea (ratificado)

— Ministro de Salud: Víctor Paredes (ratificado)

— Ministro de Agricultura: Absalón Vásquez

— Ministro de Trabajo: Augusto Antoniolli (ratificado en el gabinete)

— Ministro de Industria: Víctor Joy Way (ratificado)

— Ministro de Energía y Minas: Jaime Yoshiyama (ratificado)

— Ministro de Transporte: Alfredo Ross (ratificado)

— Ministro de Pesquería: Jaime Sobero (ratificado)

Repudio al golpe y muchos interrogantes en Argentina

por Isidoro Gilbert

■ El presidente Carlos Menem condenó lo que dominó "golpe de Estado" en el Perú y llamó a su embajador en Lima, teniente Julián Licastro, en tanto que los dos mayores partidos, peronistas y radicales condenaron enérgicamente en un documento conjunto los acontecimientos peruanos.

El canciller Guido Di Tella dio instrucciones a su representante en la Organización de Estados Americanos, Jorge Patiño Meyer, para que pida la convocatoria del órgano político de consulta, a fin de aplicar sanciones de aislamiento contra el gobierno de Alberto Fujimori.

"Ha habido una alternación por vías no normales del sistema democrático", dijo Patiño Meyer. "Decir que solamente el golpe de Estado perturba la democracia es carecer de imaginación", dijo.

Di Tella hablará entre hoy y mañana ante la Asamblea Legislativa (la reunión conjunta de diputados y senadores) de donde se aguarda un pronunciamiento condenatorio y por el rápido retorno a la normalidad institucional.

Los bloques de diputados peronistas y radicales aprobaron un documento de seis puntos donde expresan, entre otras cosas, su solidaridad con el Parlamento peruano, clausurado por Fujimori.

El ex canciller del gobierno de Raúl Alfonsín, Dante Caputo se preguntó si no se ha iniciado la cuenta regresiva del proceso democratizador que surgió al comienzo de los años 80 en Latinoamérica. "Si alguien está contento en Perú, es Sendero Luminoso", reflexionó Caputo. A la vez, sostuvo que los EEUU deberían extraer conclusiones sobre la "evidente contradicción que se genera entre democracia y ajuste económico; ¿cuánta miseria aguanta la democracia?" se preguntó. Ayer los observadores en política internacional de la Argentina se interrogaban si los sucesos limeños daban o no razones a la insistencia del gobierno argentino por acordar medidas colectivas, incluso militares, para frenar la corriente golpista que parece haberse reanimado en el hemisferio. Sin embargo, algunas figuras influyentes dentro del gobierno y en las FFAA sostenían anoche que los EEUU no se habían opuesto globalmente al golpe de Fujimori y criticaban a la cancillería "por demasiado apresurada". En este sector, se negaban a calificar al proceso peruano como una "bordaberrización" de Fujimori, porque, dicen, por ahora la iniciativa la tiene el presidente. "El puede llamar a elecciones y crearse una nueva legitimidad", dicen. Otros observadores sostienen que el cono sur penetró en zona de turbulencia militar, con el ajuste económico y la crisis atrás. Los recientes movimientos del general Augusto Pinochet, tendió a dar aliento a los militares conservadores, para oponerse a la política norteamericana para las FFAA, porque tiende a debilitarlas y convertirlas en represoras del narcotráfico, y para evitar el crecimiento del nacionalismo y populismo militar.

El respaldo de las FFAA

Lima (AFP)

■ Las Fuerzas Armadas de Perú otorgaron su "respaldo y apoyo" al presidente Alberto Fujimori, en la decisión efectuada el domingo por la noche de disolver temporalmente el Congreso de la República, en un comunicado suscrito por los comandantes generales del Ejército, Fuerza Aérea, Marina y la Policía Nacional.

La nota señala que las fuerzas del orden, como instrumento de la democracia, acatan y se identifican con las decisiones tomadas por el presidente de la República y jefe supremo de las Fuerzas Armadas y de la Policía Nacional.

"Coincidimos con el presidente de la República que es necesario e impostergable cimentar la nueva estructura básica de la sociedad peruana y adecuar sus principales instituciones a los auténticos intereses nacionales", manifiesta el comunicado.

"Ante la situación que vive el país, estamos absolutamente convencidos que para corregir la crisis institucional en el Poder Legislativo y en el Poder Judicial, se requiere tomar medidas inmediatas de emergencia con el fin de lograr la reconstrucción del país", expresa la nota.

Los comandantes generales señalan que "estamos conscientes que los procedimientos considerados en la legislación actual no permitirían la eliminación de la corruptela, la ineficiencia y los intereses de las cúpulas encaramadas en ambos poderes".

El pronunciamiento enfatiza una exhortación a toda la ciudadanía para que "continúen actuando decididamente en la tarea de reconstrucción nacional en que se halla empeñado el pueblo, el gobierno y las Fuerzas Armadas".

El comunicado está suscrito por el general Nicolás de Bari Hermoza Ríos, presidente del Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas y comandante general del Ejército, el general Arnaldo Velarde Ramírez, comandante general de la Fuerza Aérea, el almirante Alfredo Arnaiz Ambrossiani, comandante general de la Marina y el teniente Adolfo Cuba Escovedo, director general de la Policía Nacional.

Doc. REDUCIDO POCO LEGIBLE

el mandatario peruano disolvió las instituciones

presidente Fujimori

Un paro "bajo la amenaza de las armas" impuesto el 14 de febrero último por Sendero Luminoso, que prácticamente paralizó a Lima luego de ser precedido por una ola de atentados sin precedentes en la capital, sin duda ha pesado bastante en la decisión del presidente peruano de colocarse al margen de la legalidad constitucional.

De los casi 25.000 muertos por terrorismo desde los inicios de la lucha armada por SL en 1980, según las más recientes estadísticas oficiales, 4.500 han sido registrados desde la entrada en funciones de Fujimori, mostrando que la organización maoísta, a quien se imputa el 80% de las víctimas, está lejos de ser derrotada.

Sendero puede recaudar importantes recursos financieros *gracias a una* alianza más o menos abierta con los narcotraficantes, que el antiguo consejero del presidente Fujimori, el economista Hernando de Soto, había estimado *en más* de 100 millones de dólares.

La estrategia claramente declarada del movimiento maoísta es, desde hace tiempo, buscar un golpe militar a fin de hacer valer un artículo de la Constitución peruana que legitima la insurrección popular en caso de usurpación del poder por un grupo u otro.

El autogolpe de Fujimori no es directamente un cuartelazo militar.

Pero, disolviendo las Cámaras Legislativas, el jefe de Estado corre el riesgo de ser acusado por sus opositores de traición a la patria.

Cronología de 22 meses crispados

Lima (AFP)

■ El presidente peruano, Alberto Fujimori, que en la noche del domingo clausuró el Congreso de la República, fue elegido presidente del Perú el 10 de junio de 1990, en una segunda vuelta electoral derrotando al escritor Mario Vargas Llosa.

La siguiente es una cronología de los principales acontecimientos protagonizados por el presidente peruano, el primer mandatario que cierra el Parlamento en este país en el presente siglo.

1990

—28 de julio: Asume la presidencia de Perú.

—29 de julio: Releva a los comandantes generales de la Marina y Fuerza Aérea.

—6 de agosto: Gobierno [illegible] [illegible] Fujishock.

—31 de agosto: Inflación mensual alcanza un récord de 411,9%.

—21 de agosto: Fracasa paro nacional sindical contra Fujimori.

—27 de setiembre: Anuncia nueva política a favor de la inversión extranjera.

1991

—27 de enero: Se desata epidemia de cólera.

—1º de agosto: Escándalo mundial del BCCI alcanza a Perú por sobornos a funcionarios del Banco Central de Reserva.

—2 de agosto: El número de víctimas del terrorismo llega a 3.106 durante el primer año del gobierno de Fujimori.

—14 de agosto: Perú concreta reinserción en el sistema financiero internacional tras cinco años de aislamiento.

—31 de agosto: Sendero Luminoso desata atentados contra dirigentes populares en Lima.

—1º de diciembre: Fujimori amenaza con cerrar el Congreso en foro empresarial.

1992

—1º de enero: Fujimori se niega a promulgar la Ley de Presupuesto 1992, generando un serio impasse con el Congreso de la República.

—9 de enero: Fujimori se convierte en primer presidente peruano que visita Ecuador y propone solución pacífica a diferendos fronterizos.

—24 de enero: Fujimori otorga en el puerto de Ilo una zona franca a Bolivia.

—31 de enero: El ex presidente Alan García es absuelto por la Corte Suprema de Justicia de supuesto delito de enriquecimiento ilícito.

—1º de febrero: Crecen denuncias de corrupción del Poder Judicial, por liberación de sentenciados por terrorismo.

—6 de febrero: Congreso aprueba leyes objetads por Fujimori.

—14 de febrero: Sendero Luminoso impone paro armado en Lima y anunca en panfleto que alista la conquista del poder.

—15 de febrero: Terroristas asesinan a la "madre coraje" peruana, María Elena Moyano.

—3 de marzo: Gobierno ofrece un millón de dólares como recompensa por la cabeza de Abimael Guzmán, jefe de Sendero Luminoso.



Un miembro del ejército peruano vigila a corresponsales de la Agencia France Presse ayer en Lima. (Telefoto de AFP).

EEUU suspendió ayuda económica y militar

Washington (ANSA)

■ El gobierno de Estados Unidos suspendió su ayuda económica y militar al Perú, poco menos de 24 horas después de que el presidente de ese país sudamericano asumió poderes dictatoriales, con el respaldo de las Fuerzas Armadas y de la Policía.

La decisión de la Casa Blanca, que había sido urgida a tomar esa medida por organizaciones de derechos humanos y legisladores influyentes como el senador demócrata Edward Kennedy, fue anunciada esta noche por Luigi Einaudi, embajador de Estados Unidos ante la Organización de Estados Americanos (OEA).

De la suspensión quedará exenta la ayuda humanitaria administrada por organizaciones no gubernamentales, informó Einaudi, en ocasión de una reunión extraordinaria celebrada por el Consejo Permanente de la OEA para examinar la situación peruana.

El presupuesto de Estados Unidos contempla este año partidas de ayuda económica y militar al Perú por un total de 275 millones de dólares, más un saldo de 45 millones que está pendiente desde el año fiscal de 1991.

ULTIMO MOMENTO

Alberto Fujimori: "Espero cambios en la actitud de incomprensión internacional"

Lima (AFP)

■ El presidente Alberto Fujimori dijo el lunes por la noche al Consejo de Ministros que la comunidad internacional cambiará su actual actitud de incomprensión con el Perú, cuando conozca los postulados y la orientación de su gobierno, informó la agencia oficial Andina.

[illegible] el lunes el mandatario recompuso el gabinete para dar paso al gobierno de emergencia y reconstrucción nacional, que encabeza con el apoyo de las Fuerzas Armadas.

El 28% de los peruanos se dice partidario de un régimen militar

Lima, de nuestras agencias

■ En momentos en que Fujimori ha decretado golpe de Estado en Perú, la empresa Gallup reveló datos acerca de las preferencias políticas de los peruanos.

La encuesta, que se realizó recientemente en cuatro países andinos, reveló que la población peruana es la que tiene mayor porcentaje de partidarios de un gobierno militar.

El 28% de los peruanos entrevistados dijo ser partidario de un régimen militar para solucionar los problemas del país, según la encuesta realizada por la empresa peruana "Apoyo" en coordinación con la Gallup de Ecuador.

Diversas reacciones ha suscitado el golpe de Estado producido en Perú en las últimas horas. El escritor y político peruano Mario Vargas Llosa calificó el lunes al presidente Fujimori como "traidor", "subversivo" y "faccioso", en declaraciones formuladas desde Berlín a una radio emisora de Buenos Aires.

Vargas Llosa dijo que Fujimori, luego de dar un autogolpe y disolver el Parlamento, "ha dejado de ser el Presidente constitucional del Perú", al tiempo que llamó a una movilización popular.

El escritor sostuvo que Fujimori ha perdido su base de sustentación y "sólo le queda el Ejército como fuente de legitimidad. Por lo tanto ahora (Fujimori) es prescindible".

El senador peruano Luis Bustamante, presidente del Movimiento Libertad, afirmó el lunes que Perú "no se merecía un dictador sobrevenido de las sombras", en declaraciones a Radio Nacional de España. "El pronunciamiento de Fujimori —agregó— tomó por sorpresa a la población peruana, que no esperaba de ninguna manera una acción tan inconstitucional y tan antidemocrática. Perú merecía un tratamiento institucional civilizado que le permitiera superar sus grandes problemas en materia de pacificación, economía y prosperidad. Continuó diciendo que "es muy importante que la comunidad internacional tome conciencia de lo que ha ocurrido en Perú, donde ha habido una agresión inmerecida e innoble".

Por su parte, un concejal electo de Lima, Miguel Azcueta, afirmó en Madrid que Sendero Luminoso aprovechará el autogolpe para intensificar su acción.

Líderes políticos vinculados al APRA, principal partido de oposición, y parlamentarios representantes del mismo partido así como del bloque izquierdista e independientes, fueron arrestados hoy por el nuevo gobierno civil-militar constituido por Fujimori.

El ex ministro del Interior Mantilla fue sacado de su casa en la madrugada del lunes y se desconoce su paradero. Igual suerte corrió el senador Abel Salinas, también del partido aprista. También se decretó arresto domiciliario de los presidentes de las cámaras de diputados y de senadores, Roberto Ramírez del Villar y Felipe Osterling, ambos del Partido Popular Cristiano.

Trascendió que el mismo tratamiento se les dio al vicepresidente de la Cámara de Diputados, César Barrera, del Frente Izquierda Unida, y el segundo vicepresidente Aurelio Loret de Mola, del Partido Solidaridad y Democracia.

También el periodista Gustavo Gorriti fue detenido el lunes por militares y trasladado a las dependencias de Seguridad del Estado, informó su familia a la AFP. Gorriti, especializado en temas relacionados al grupo terrorista Sendero Luminoso es colaborador de publicaciones latinoamericanas y europeas.

Oposición denuncia golpe "a la uruguaya"

Lima (AFP)

■ La decisión del presidente peruano, Alberto Fujimori, de clausurar el Congreso de la República, fue señalada por los partidos políticos y los analistas como el inicio de "la bordaberrización del país", en relación a la situación que vivió el Uruguay en la década del setenta.

El ex presidente uruguayo, *Juan María Bordaberry*, había clausurado el Parlamento durante su período gubernamental de 1972 a 1976, con el apoyo de las Fuerzas Armadas, dando paso a un gobierno cívico-militar, recordaron los analistas.

Al igual que Bordaberry, en su época jaqueado por los Tupamaros, el gobierno peruano soporta el asedio guerrillero de Sendero Luminoso y el movimiento revolucionario Túpac Amaru.

"El golpe de estado civil", como fue denominada la decisión del mandatario, "permitirá una decisiva acción de los militares en el manejo de la administración estatal", señalan los analistas.

Fujimori anunció sorpresivamente en un mensaje al país el domingo por la noche, la disolución temporal del Congreso de Perú, motivado por "el caos, la corrupción y la falta de identificación con los grandes intereses nacionales".

El presidente peruano, que carece de mayoría en el Parlamento desde que asumió el poder el pasado 28 de julio de 1990, ha criticado duramente las trabas del Poder Legislativo para la materialización de un programa económico de tipo liberal que transforme las estructuras del país.

El socialdemócrata Partido Aprista, del ex presidente Alan García, anunció recientemente su intención de censurar al ministro de Economía Carlos Boloña, en una peripecia más de las muchas que el presidente protagonizó con los parlamentarios y los dirigentes de partidos.

anorama político

El

El autogolpe del presidente **Alberto Fujimori** en Perú, plantea un abanico de dilemas para el futuro desarrollo político de los países de esta región.

En primer término, las dificultades que saltan a la vista para conjugar los fuertes ajustes económicos con la estabilidad de las democracias.

En segundo lugar, el renovado protagonismo que parecieran asumir los militares después del repliegue verificado a comienzos de la década del 80.

En tercer orden, la falta de empeño de las clases dirigentes para encontrar una respuesta dentro del sistema a la crisis que plantea irremediablemente la disociación entre política y economía.

Una excepción parece justificar la regla general: fue **Chile**, bajo la dictadura del general **Augusto Pinochet**, el único país que profundizó un ajuste y **consolidó un modelo, tan estable para estas tierras como impregnado de inequidad social.**

En **Venezuela**, el equilibrio de **Carlos Andrés Pérez** está amenazado por las permanentes convulsiones sociales que han encontrado en una franja del ejército una válvula de escape.

En **Brasil** no es menor la precariedad de poder del presidente **Fernando Collor de Mello**, jaqueado por el descontento social y las sombras de los altos mandos militares.

En **Bolivia**, tomada como paradigma del ajuste por no pocos economistas, el presidente **Jaime Paz Zamora** llamó la semana pasada a integrantes del ejército para reprimir huelgas y quejas populares. Allí mismo acaba de reaparecer un grupo guerrillero, que añadió un condimento explosivo e inesperado a la realidad política.

En cada uno de esos casos, el protagonismo militar llegó como derivación del desfase entre la democracia y los ensayos económicos.

Parece más evidente, además, el resurgimiento de las fuerzas armadas allí **donde se constató un arrendamiento antes que una entrega del poder a los civiles**, cuando se desató la oleada democrática en América latina alentada por los Estados Unidos.

El Perú es un ejemplo también en ese sentido. El arribo al poder del arquitecto **Fernando Belaúnde Terry** en 1980, después de un proceso eleccionario, se apoyó en un acuerdo previo entre el general **Francisco Morales Bermúdez**, titular del ejército, y el viejo líder del APRA, **Raúl Haya de la Torre**.

Los militares brasileños acordaron con la clase política una apertura gradual y colocaron a **José Sarney** acompañando en la fórmula a **Tancredo Neves**. La muerte de éste terminó convirtiendo a **Sarney** en un delegado para la definitiva cesión del gobierno a **Collor de Mello**.

En el **Uruguay** los mandos militares celebraron **los Pactos del Club Naval**, con los **Blancos y Colorados**, y tuvieron ciertas garantías —como la no revisión de los años de represión para combatir a los tupamaros— que jamás resultaron violadas.

El general **Pinochet** fue todavía más lejos. Armó una trama leguleya que le permitirá permanecer al frente del ejército por lo menos hasta 1997 y mantiene bajo control la democracia que encabeza el democristiano **Patricio Aylwin**.

La Argentina fue, en ese contexto, un caso aislado. **La derrota militar en la guerra de las Malvinas desarticuló cualquier posibilidad de una convergencia cívico-militar para abrir las puertas a la democracia.**

Así y todo el sistema tuvo más de un sobresalto. **Alfonsín** apenas pudo timonear los alzamientos de Semana Santa, Monte Caseros y Villa Martelli y el presidente **Carlos Menem** debió recurrir a una dura represión —posible por su política de acercamiento hacia los mandos de las Fuerzas Armadas— para aplastar el último alzamiento del 3 de diciembre de 1990.

Pinochet aparece como un eje donde confluyen todas las miradas que se interrogan sobre este nuevo impulso militar. Su gira por Ecuador y el Brasil, donde pronunció en San Pablo un discurso de abierto desafío al hegemonismo norteamericano y al nuevo orden internacional, despertó expectativas todavía difíciles de traducir. **Parece haber una coincidencia ideológica de trazo grueso con todos los brotes de rebeldía militar en la región, pero no encaja el perfil de su figura con las orientaciones de "nacionalismo popular" de la mayoría de aquellos.**

El poder militar

Lo de Perú constituye, sin embargo, una vuelta de tuerca más grave: **los militares por decisión propia o por pedido del presidente Alberto Fujimori han aceptado compartir nuevamente sus responsabilidades profesionales con las políticas, desandando una orientación impuesta a la historia durante los años 80.**

Un reflejo casi instintivo llevó a comparar el autogolpe de **Alberto Fujimori** con lo que en la década del 70 se conoció como la **bordaberrización.**

En noviembre de [illegible] María **Bordaberry** llegó a la presidencia del Uruguay precedido por la democracia autoritaria que había caracterizado a la gestión de **Jorge Pacheco Areco.**

En febrero de 1973 el Parlamento suspendió todas las garantías constitucionales, a raíz del recrudecimiento de la guerrilla tupamara y en junio del mismo año el Poder Legislativo fue disuelto por presión de las fuerzas armadas.

Se abrió así un período cívico-

espejo de Fujimori

militar de pálida legalidad que duró tres años: el 27 de junio de 1976 Bordaberry fue despedido del poder por sus socios militares que inauguraron de ese modo una dictadura plena.

¿Acaso puede ese ser el futuro que espera al presidente Fujimori y al Perú?

La pregunta no puede recoger en estas horas una respuesta certera, sencillamente porque parece complicado asimilar una experiencia con otra.

Hay una tonalidad similar, pero el Perú de estos días y el Uruguay de la década del 70 reconocen pocos puntos de contacto. **Apenas la presencia de grupos armados, como los tupamaros y Sendero Luminoso.**

Perú es hoy por hoy una nación con su tramado social descompuesto. **El 77% de los hogares padece un estado de indigencia. La mortalidad infantil trepa casi al 9%, la expectativa de vida llega a solo 62 años y en 1992 se registró un descenso del 40% en la matriculación escolar.**

El **cólera** ha construido un refugio en todo el territorio con ramificaciones al norte y al sur del continente. Según la Organización Mundial de la Salud, mil personas se enferman por día y ya se acumularon 300 mil casos con 2.500 muertos.

La guerrilla de **Sendero Luminoso** tiene **"zonas liberadas"** y su irrupción en 1980 ya ha tendido una alfombra de 25 mil víctimas.

Hay algo más que guerrilla. La penetración del **narcotráfico** ha ganado a esa organización armada y se ha enquistado también en la sociedad y en los más insospechados rincones del poder.

Ese horizonte aguardó en julio de 1990 la sorpresiva llegada al Palacio Pizarro de **Alberto Fujimori**. El fracaso de **Alan García** y el aprismo y la anterior decepción de **Fernando Belaúnde Terry, llevaron a los peruanos a efectuar una apuesta cuyo riesgo verdadero queda al desnudo en estas horas: consagraron en las urnas a Fujimori, un hombre ajeno a las estructuras políticas tradicionales.**



Alberto Fujimori

Las reglas alteradas

Allí puede encontrarse una de las tantas explicaciones que tendrá el autogolpe del domingo por la noche. Huérfano de respaldo partidario propio, obstaculizado por la oposición, el presidente descendiente de japoneses **alteró las reglas del sistema y estableció una nueva alianza de poder con las fuerzas armadas.**

Repuso, además, formas de gobierno que estaban archivadas: limitación de las libertades públicas, censura de prensa y arresto para los disidentes políticos.

Su gesto, **de perdurar en el tiempo**, se eleva como una amenaza para las democracias de América: el mal ejemplo peruano puede prender en aquellos países donde la impericia no logra una vía de solución para la crisis.

Podría servir de excusa, por qué no, para presidentes seducidos con la posibilidad de eternizarse en el poder.

El autogolpe de **Alberto Fujimori** debería, en todo caso, servir como un paréntesis de reflexión para los responsables de conducir las democracias en esta región.

También en la Argentina, que en julio de 1989 estuvo a un tris del quiebre: no se produjo porque por fortuna ya había un presidente electo que tomó el poder con bastante anticipación a lo previsto.

Ni la clase dirigente de aquí ni la de más allá **se ha puesto a imaginar cómo resolver la antinomia que plantean casi siempre la política y la economía en las naciones subdesarrolladas, sin apelar a la cirugía sobre el cuerpo del sistema.**

Por ahora han preferido dilapidar esfuerzos para fantasear con proyectos faraónicos o saciar sus propias ambiciones personales.

Lo del Perú demuestra que todos ellos, quizá, estén en una carrera contra el reloj.

Eduardo van der Kooy

SE DESCONOCE EL PARADERO DEL EX PRESIDENTE ALAN GARCIA



Llamado a la desobediencia civil; políticos y parlamentarios, en arresto domiciliario

Son confusas las informaciones respecto de la situación del ex presidente peruano Alan García. Mientras fuentes del Partido Aprista Peruano aseguraron que logró huir de las fuerzas militares que rodearon y allanaron su domicilio, versiones periodísticas señalaron que el ex mandatario se encuentra bajo detención domiciliaria. El titular del Senado, Felipe Osterling, y otros dirigentes opositores, quienes se encuentran arrestados, instaron a la población peruana a la "desobediencia civil". Un grupo de parlamentarios que se congregó frente a la vivienda del presidente de la Cámara de Diputados fue reprimido con gases lacrimógenos por tropas militares y de seguridad.

Agencia AFP



El presidente de la Cámara de Diputados peruana, Roberto Ramírez del Villar, conversa con los periodistas ayer tras la reja de su casa en Lima: sufre arresto domiciliario.

LIMA, 6 (UPI, EFE, AFP, DPA y ANSA). — El presidente del Senado, **Felipe Osterling**, y otros políticos opositores llamaron a la **desobediencia civil** en la madrugada del lunes al denunciar que estaban sometidos a un **arresto domiciliario** tras el autogolpe consumado en Perú por el presidente Alberto Fujimori.

El **presidente de la Cámara de Diputados, Roberto Ramírez del Villar**, los *ex ministros de Economía y de Interior*, **Abel Salinas y Agustín Mantilla**, así como varios legisladores y políticos prominentes se encontraban también **bajo arresto domiciliario** después que el presidente Alberto Fujimori anunció —el domingo por la noche— su decisión de disolver temporariamente el Congreso y establecer un "estado de emergencia nacional".

En cambio, son contradictorias las versiones sobre la situación en que se encontraría el ex presidente **Alan García**. Tras informes iniciales que aseguraban que estaría entre los políticos arrestados, se señaló posteriormente que el ex mandatario **habría logrado escapar** de las tropas que rodearon y allanaron su casa. García, secretario general del Partido Aprista Peruano (PAP) y presidente de Perú entre 1985 y 1990, se autodeclaró recientemente **líder de la oposición**.

Un grupo de parlamentarios que se concentraron ante la casa de Ramírez del Villar al conocerse su arresto domiciliario fueron **dispersados por las fuerzas de seguridad con gases lacrimógenos**, dijeron fuentes periodísticas.

Osterling, presidente del Senado, denunció que las tropas le impidieron ir al Palacio Legislativo para ponerse "a la cabeza de la lucha civil por la democracia".

El diputado **Fernando Olivera**, del Frente Independiente Moralizador, dijo a un medio de prensa, en una llamada telefónica desde la comisaría donde estaba detenido, que **sufrió arresto y agresión** cuanto intentaba ingresar al Parlamento.

"Los soldados me golpearon con las culatas de sus ametralladoras y el comandante que dirigía la patrulla me escupió e insultó diciendo que **los parlamentarios no sirven para nada**", afirmó Olivera, quien alcanzó notoriedad política por promover una acusación constitucional contra el ex presidente García, bajo cargos de supuesto enriquecimiento ilícito.

En reacción a estas medidas del gobierno, muchos políticos de la oposición **han declarado vacante la jefatura del Estado**, en tanto que otras fuerzas convocaron hoy a la desobediencia civil al nuevo régimen autoritario instaurado anoche.

El ex presidente peruano **Fernando Belaúnde Terry**, quien gobernó entre 1980 y 1985, alegó que Fujimori se **"ha deslegitimado"** con "el golpe de Estado que perpetró anoche", y que, por tanto, dejó de ser un mandatario constitucional.

La senadora **Mercedes Cabanillas** confirmó que los parlamentarios están suscribiendo un **documento que declara vacante la presidencia de la república "por incapacidad moral" de Fujimori**, de acuerdo con las previsiones en la Constitución de 1980.

"Fujimori ha incurrido en un delito de sedición", agregó la senadora Cabanillas, del Partido Aprista Peruano.

Cabanillas recordó que la Constitución peruana —vigente desde el retorno de la democracia, en 1980, tras 12 años de dictaduras militares— manifiesta que **ningún peruano "debe obediencia a un gobierno usurpador"** cuyos "actos son nulos".

La sede del PAP, según Cabanillas, fue tomada por las fuerzas de seguridad, que confiscaron sus archivos.

• ¿Dónde está García?

La senadora Cabanillas dijo que, si bien el paradero de García es incierto, no le cabía duda de que **no se va a asilar "porque se quedará para luchar al lado de su pueblo"**.

A los dirigentes del PAP les preocupa la situación de los **cuatro hijos** de García, que se encuentran en su residencia rodeada por militares, y la suerte que correrá la **esposa, Pilar Nores**, que era esperada esta tarde en un vuelo procedente de Miami.

Fuentes del Aeropuerto Internacional de Lima, donde hoy fue arrestado el ex ministro de García, **Remigio Morales Bermúdez**, hijo del último presidente militar peruano, dijeron que la policía tiene **instrucciones de prohibir la salida del país de los parlamentarios y de una serie de personas que estuvieron vinculadas al gobierno del PAP**.

El paradero de García es desconocido desde el inicio del golpe, cerca de la medianoche del domingo. Los vecinos de García, en el exclusivo barrio de Chacarilla del Estanque, observaron movimiento de tropas e incluso oyeron disparos durante la noche.

La encargada del cuidado de los hijos de García dijo telefónicamente a un medio de prensa que los soldados habían levantado las alfombras de la elegante residencia, "buscando un túnel que no existe".

García fue **acusado** el viernes pasado por el ministro de Economía, **Carlos Boloña**, de liderar **"un boicot" contra el gobierno**, con el apoyo de parlamentarios, de la Contraloría y del Tribunal de Garantías Constitucionales.

Rige una censura total en los medios de prensa

LIMA, 6 (EFE, DPA, y AFP). — El periodista peruano **Gustavo Gorriti**, uno de los principales especialistas de Perú en asuntos subversivos y corresponsal del diario español **El País**, fue **detenido hoy por fuerzas militares** en medio de una serie de **severas medidas de censura** a la prensa que siguieron al autogolpe del presidente **Alberto Fujimori**.

Gorriti fue arrestado en su domicilio por unos 15 **militares**, que se llevaron también su agenda y sus archivos.

Ante las gestiones emprendidas inmediatamente por el Ministerio de Asuntos Exteriores español para la liberación de Gorriti, el *ministro* de Defensa peruano, general **Víctor Malca Villanueva**, anunció que el corresponsal sería dejado en libertad **en los próximos días**.

Las autoridades peruanas informaron además al embajador español **Nabor Manuel García** que Gorriti permanece bajo custodia del Comando Conjunto y que "está bien".

Fuerte censura

Tropas del ejército irrumpieron en la *madrugada del lunes* en el local de la estación *radial* **Antena Uno**, única emisora de *Lima* que *emitió* información abiertamente crítica del golpe, y la *obligaron a suspender* sus transmisiones.

La emisora —*supuestamente* vinculada *con* el ex presidente **Alan García**— había estado *realizando* entrevistas a personalidades de todas las tendencias políticas que expresaban su repudio a la decisión de Fujimori de disolver el Congreso y ordenar la reorganización del Poder Judicial.

Momentos antes, la emisora *había* entrevistado al senador izquierdista **Gustavo Mohme**, propietario del diario limeño **La República**, quien denunció que el rotativo era objeto de "imposición de censura".

Tropas del ejército habían ocupado la redacción y los talleres del diario la noche del domingo, por lo cual **La República** salió hoy a la calle con un tercio de su primera plana *y tres páginas* en blanco.

En señal de autocensura, el rotativo no incluyó noticias sobre la crisis política peruana ni del cierre del Parlamento. Dos páginas de la sección política, y otra que anunciaba "Así informaron las agencias del mundo" aparecen limpias, incluso con siete espacios diagramados para fotografías.

Otros diarios demoraron su circulación, y **El Nacional** —cercano al Partido Aprista— no salió a la venta.

Los directores de dos de los tres semanarios políticos que hay en Lima tienen vetado el acceso a sus redacciones, que están tomadas por efectivos policiales.

El semanario Oiga, que cierra su edición 48 horas antes, afirma hoy casi premonitoriamente en su portada: "**Don Fuji se manda a control militar**".

En su comentario editorial, la revista afirma que existe un "suprapoder político, manejado con el cerradísimo círculo personal del primer mandatario, que desdeña el orden constitucional del país y tendría propósitos inaceptables para el destino democrático del país".

Los medios radiales y televisivos estaban hoy impedidos de emitir programas de opinión, y las **únicas noticias locales** que se transmitían eran los **comunicados oficiales** emitidos por el gobierno y las fuerzas armadas.

Las agencias noticiosas extranjeras, por otro lado, trabajaron con total libertad, aunque sus oficinas están "protegidas" por fuertes contingentes militares emplazados en las puertas de las corresponsalías.

Pedido de libertad

La esposa del periodista español Gustavo Gorriti dijo que el corresponsal del **El País** fue detenido por militares y trasladado a las dependencias de Seguridad del Estado.

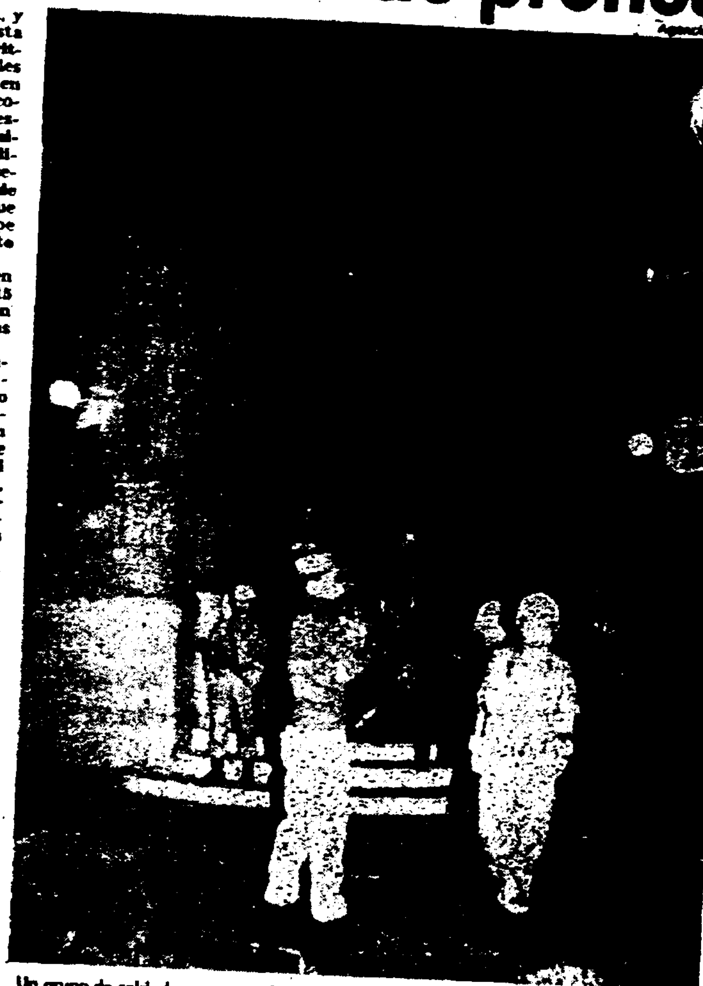
Los militares no especificaron las razones ni el tiempo que permanecerá en Seguridad del Estado, dijo su esposa, pero la incautación de su agenda y archivo personal hacen suponer que el motivo está vinculado con sus trabajos periodísticos.

Gorriti, especializado en temas relacionados con el grupo terrorista Sendero Luminoso, es colaborador de publicaciones latinoamericanas y europeas.

La detención se produjo horas después que el presidente Fujimori disolvió el Parlamento.

El embajador español en Lima solicitó al ministro de Defensa que le permita visitar a Gorriti en caso de que se retrasara su liberación, dijeron fuentes diplomáticas.

Agencia AFP



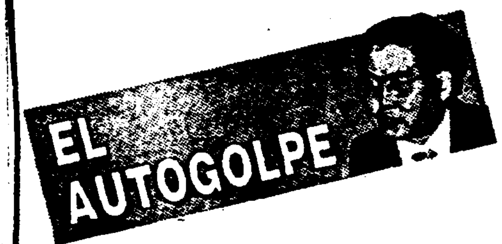
Un grupo de soldados peruanos frente a la puerta del diario "El Comercio", de Lima. La censura de prensa es absoluta: la emisora "Antena 1" fue clausurada.

01/01

9203498

EL DISUELTO PARLAMENTO, EN UNA SESION CLANDESTINA, "DESTITUYO" AL JEFE

Fujimori implantó un



- El golpe institucional en Perú generó una condena prácticamente unánime en el continente y con matices en el resto del mundo. (Páginas 14 y 15.)
- Estados Unidos anunció el corte de la ayuda militar y económica a Perú. (Página 15.)
- La OEA anoche en Washington, en una sesión especial, deploró el hecho.
- Rige una férrea censura de prensa y clausuraron una radio. (Páginas 4 y 5.)
- La casi totalidad de los líderes políticos y parlamentarios fue puesta bajo arresto domiciliario. (Página 4.)
- Se desconoce el paradero del ex presidente Alan García.

LIMA, 6 (Reuter, AFP, EFE, AP, ANSA y UPI). — El presidente del Perú, **Alberto Fujimori**, anunció anoche la implantación de un gobierno de "emergencia y reconstrucción nacional". Nombró al abogado **Oscar de la Puente** como nuevo primer ministro tras la renuncia indeclinable del anterior premier, **Alfonso de los Heros**, quien se alejó ante la decisión del jefe de Estado de disolver el Parlamento y suspender la Constitución.

Amparados precisamente en esa Constitución, un grupo de legisladores declaró hoy "vacante" la presidencia del país tras acusar a Fujimori de subvertir el orden democrático y de "incapacidad moral" para desempeñar la jefatura de Estado.

Un documento leído a la prensa por el primer secretario del Congreso peruano, diputado Oscar Eusebio, convoca a los legisladores a "asumir las funciones de la presidencia" y dispone el juzgamiento de los responsables y cómplices del golpe.

El ex presidente Fernando Belaúnde Terry se unió a las voces de protesta que se levantaron por la decisión del presidente peruano y declaró que "el golpe de Estado perpetrado anoche por el ingeniero Fujimori ha destruido su título legal y, por lo tanto, ha dejado de ser presidente constitucional de la república".

A medida que crecían los llamados de legisladores a recurrir a la figura constitucional que concede el derecho a la insurgencia, el ejército y la policía disolvieron por la fuerza una manifestación reunida frente a la casa del presidente de la Cámara de Diputados, Roberto Ramírez del Villar, en el primer episodio de violencia directa desde el anuncio de Fujimori.

Ramírez del Villar y el presidente del Senado, Felipe Osterling, ambos dirigentes del Partido Popular Cristiano, fueron puestos bajo arresto domiciliario, según pudo comprobarse.

Vehículos blindados del ejército rodean desde anoche la sede del Congreso peruano y otras dependencias del gobierno y



Un soldado monta guardia frente al disuelto Parlamento peruano, en las primeras horas del lunes.

Poco Legible

Qué significa

El presidente Alberto Fujimori ha demostrado en 20 meses de gobierno tener una capacidad, que no reconoce semejanzas, para los movimientos poco ortodoxos, y más aún, impredecibles. Sin embargo, nada hace suponer que el golpe institucional sea fruto de la improvisación: el clima de calma en el que todo ha sucedido revela en forma patética que el presidente peruano contaba con la actitud por lo menos resignada de muchos —ciudadanos, dirigentes políticos y funcionarios incluidos— a su favor.

La movida de Fujimori es el reverso de su único antecedente, lo ocurrido en Uruguay, en 1973, cuando el presidente Juan María Bordaberry acosado por la presión militar, hizo lo mismo que el mandatario peruano para terminar él mismo destituido. La "bordaberrización" de la democracia peruana fue, en cambio, una decisión de Fujimori con el apoyo —no se sabe si monolítico— de la cúpula militar.

El contexto latinoamericano también tiene figura de revés dramático con el "modelo Bordaberry" de casi dos décadas atrás: la decisión de Fujimori va a contramano de la política norteamericana en la región, que eligió la institucionalidad democrática como pivote de su estrategia continental y mundial.

Ocurre, precisamente, cuando la era de las dictaduras militares parecía definitivamente hundida en el pasado.

Inficionado por una guerrilla en peligrosa expansión, la de Sendero Luminoso, y una crisis económica que, simultáneamente, expande la miseria, Perú es ahora el mayor interrogante —¿o un ensayo de respuesta?— en cuanto a saber si es posible la aplicación de duras políticas de ajuste con pleno funcionamiento de la legalidad democrática.

Acaso como ninguna otra nación sudamericana, el Perú depende de la ayuda económica para resolver por una vía razonable sus dos enfermedades crónicas: narcotráfico y terrorismo. Anoche, Luigi Einaudi, embajador norteamericano ante la OEA, que sesionaba en Washington para examinar estos sucesos, anunció el corte de la ayuda militar y económica de los Estados Unidos al Perú.

...DO PERUANO POR "INCAPACIDAD MORAL"

...gobierno de emergencia

ocupan las principales avenidas de Lima, que parecía mantenerse en calma.

Los seis canales de televisión de la capital, cinco privados y uno estatal, estaban ocupados por miembros de las fuerzas armadas y de la policía y sometidos a una rígida censura, al igual que los diarios, las radios y las agencias de noticias internacionales.

La radio Antena Uno fue clausurada por orden del gobierno después que difundió declaraciones del presidente del Senado, en las que este dijo que los peruanos "tienen ahora el derecho constitucional a la insurgencia".

Osterling adelantó que su obligación constitucional era la de convocar al Congreso para declarar la "incapacidad moral" de Fujimori para desempeñar la presidencia de la república y dijo estar sometido a reclusión domiciliaria.

Diferentes versiones corrían sobre la suerte del ex presidente Alan García. Un comunicado del Partido Aprista Peruano, el principal de la oposición, exigió respeto por la vida del ex mandatario, quien según sostiene, también se encuentra detenido en su domicilio de Chacarrilla, en la capital peruana.

Un miembro de la guardia de seguridad de García dijo que este se encuentra en libertad, mientras que su secretaria personal informó que militares acordonaron el domicilio de García y lo conminaron a que lo abandonara. Una última versión sostenía que García se había refugiado en una embajada.

La senadora aprista Mercedes Cabanillas dijo a la agencia UPI que ya se encontraba en la clandestinidad para organizar la oposición al gobierno de Fujimori y agregó que un grupo de militares había arrestado al senador Abel Salinas y al último ministro de Interior de García, Agustín Mantilla.

El embajador norteamericano en la OEA, Luigi Einaudi, anunció durante una reunión de urgencia del Consejo Permanente de la organización que los Estados Unidos decidieron cortar toda ayuda militar y económica al gobierno de Perú (véase página 15).



Agencia AP

La céntrica Plaza de Armas de Lima amaneció rodeada de tanquetas del ejército: gran parte de la cúpula de los partidos políticos fue puesto bajo arresto domiciliario luego de la disolución del Congreso.

La OEA resolvió anoche deplorar el autogolpe

Convocó de urgencia a los ministros de Relaciones Exteriores

WASHINGTON, 6 (AP). — Convocados de urgencia se reunieron anoche los cancilleres americanos para considerar la grave situación por la que atraviesa Perú, tras el autogolpe del presidente Alberto Fujimori; sesionaron analizando el siguiente temario:

"El consejo político de la OEA, teniendo presente que el preámbulo de la carta de la OEA establece que la democracia representativa es condición indispensable para la estabilidad y el desarrollo de la región. Teniendo presente que uno de los propósitos fundamentales de la OEA es promover y consolidar la democracia representativa dentro del respeto al principio de la no intervención. Refirmando el compromiso de Santiago de Chile con la democracia y la renovación del sistema interamericano. Teniendo en cuenta que los graves acontecimientos ocurridos en el Perú configuran una interrupción del proceso político institucional democrático en ese país, en los términos previstos por las resoluciones de la Asamblea General. Habiendo escuchado el informe del secretario general de la OEA sobre la situación en el Perú, y las exposiciones de diversas delegaciones.

Resuelve:

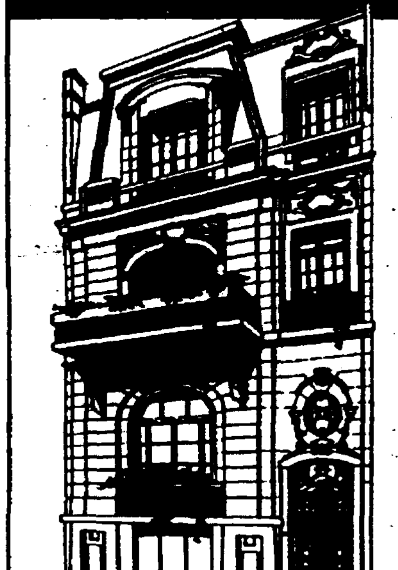
1) Deplorar tales hechos y expresar su más profunda preocupación, en tanto estos afectan la vigencia de los mecanismos institucionales de la democracia representativa de la región.

2) Instar a las autoridades de ese país para que restablezcan de inmediato la absoluta vigencia de las instituciones democráticas y el pleno respeto de los derechos humanos dentro de un estado de derecho.

3) Convocar, ante la gravedad de los sucesos ocurridos en el Perú a una reunión ad-hoc de los ministros de Relaciones Exteriores de acuerdo a las resoluciones de la Asamblea General sobre la democracia representativa."

Ajuste y democracia

El autogolpe de Fujimori en Perú renueva el planteo sobre la factibilidad de los duros ajustes ecónomicos en democracia. También repone para el debate el papel de las fuerzas armadas en los procesos de transición. Algunos síntomas producidos en varios países de la región permiten vislumbrar el intento de un nuevo protagonismo político de los militares. Al menos esa parece ser una de las consecuencias más graves del episodio peruano, donde las fuerzas armadas decidieron o aceptaron compartir el poder con el presidente elegido en 1990. En las páginas 20 y 21 se analizan las consecuencias que el autogolpe podrá provocar en la Argentina, Venezuela, Brasil y otras naciones del Cono Sur.



Doc. Poco Legible

02-07

el ajuste que hicieron los civiles, el poder se está volviendo de nuevo apetecible para los militares

CONFUSO GOLPE EN PERU

Más temor por la frágil democracia americana

Escribe
Emilio Crespo
de la agencia "EFE"

Panamá *— El golpe institucional en Perú ha vuelto a mostrar* ***la fragilidad de la capa de democracia que cubre a América latina*** *por primera vez en la historia, pero revela, además, otras realidades inquietantes de este continente, como el hambre de poder o el descontento de algunos militares.*

El hecho de que sea un presidente civil, ***Alberto Fujimori****, elegido democráticamente, el que haya roto el orden constitucional y entregado al Ejército el control del país, revive también el pasado latinoamericano de alianzas entre "****uniformados****" y líderes políticos o civiles.*

Estos coqueteos, que parecían haber pasado de moda, volvieron también a la actualidad ***en Venezuela****, cuando hace apenas dos meses sufrió un levantamiento militar al calor de los problemas económicos, sociales y políticos que padece el país.*

Para quienes sostienen que en este continente gastaron sobre todo los militares y les ha tocado pagar las deudas a los civiles, la mejoría que muestran las economías latinoamericanas puede escucharse también como un pitido de advertencia: ***el poder se está volviendo de nuevo apetecible o al menos ya no da tanto miedo.***

La crisis, con mayúscula, que se abatió sobre América latina en la década de 1980 ha sido considerada por muchos especialistas uno de los principales factores ***que disuadieron a los militares de mantenerse en el poder****, después de que en la década anterior sus regímenes hubieran disfrutado de economías en expansión.*

Han sido las democracias las que se han enfrentado a las políticas de ajuste impuestas por las exigencias de una deuda exterior que se calcula, diez años después de que estallara el problema, ***en 420.000 millones de dólares.***

Los últimos informes de organismos internacionales sobre este continente señalan que en 1991 logró tasas de crecimiento positivas, ***en torno a 2%****, y que los índices de inflación perdieron tres y* ***cuatro ceros*** *y se situaron, en promedio,* ***en 202%.***

El descontento popular que empujó a los militares fuera del poder en ***Brasil, Argentina, Bolivia, Ecuador****, varios países centroamericanos o el propio Perú, juega ahora contra los gobiernos democráticos.*

• **Terrorismo**

*En el caso de Perú se suma a la gravedad de su situación económica la presión del terrorismo de "****Sendero Luminoso****".*

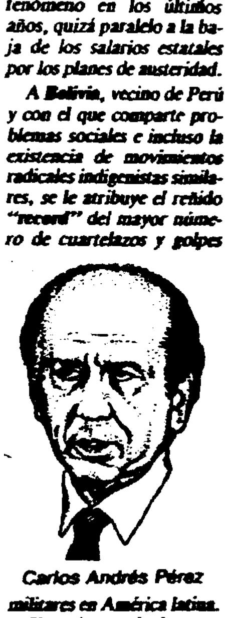
Además de la necesidad de afrontar la situación económica y el terrorismo en su país, Fujimori justificó su golpe institucional en otras dos constantes de la actualidad latinoamericana, ***la corrupción y el narcotráfico.***

Los militares venezolanos que se alzaron en febrero contra ***Carlos Andrés Pérez*** *esgrimieron la* ***inmoralidad*** *en la administración pública como una de sus banderas y lograron con ella* ***un eco popular que tomó por sorpresa a la opinión pública internacional y obligó al gobierno a adoptar medidas para afrontar el problema.***

Cualquier viajero que visite con alguna frecuencia América latina puede percatarse del convencimiento generalizado de su población ***sobre la corrupción entre los funcionarios públicos, los jueces o los policías.***

Algunas voces ***han llegado*** *a denunciar un* ***aumento*** *del fenómeno en los últimos años, quizá paralelo a la baja de los salarios estatales por los planes de austeridad.*

A ***Bolivia****, vecino de Perú y con el que comparte problemas sociales e incluso la existencia de movimientos radicales indigenistas similares, se le atribuye el reñido "****record****" del mayor número de cuartelazos y golpes*



Carlos Andrés Pérez

militares en América latina.

Sin embargo, desde que en 1982 ***Hernán Siles Suazo*** *recibió el poder de un general al que el político había entregado, tres décadas antes, el despacho de teniente,* ***Bolivia parece vacunada contra las aventuras políticas militares.***

Las relaciones entre la institución castrense y el poder civil no son, no obstante, ni en ése ni en otros países latinoamericanos, óptimas, según diversas fuentes consultadas, ***aunque en ninguno se siente a las Fuerzas Armadas como una amenaza para el orden institucional.***

Tanto en Bolivia como en Honduras, que dijo adiós a los militares en 1981, han circulado recientes ***pronunciamientos*** *de movimientos castrenses que se quejan por la situación interna de su institución.*

En ***Honduras amenazaron*** *abiertamente con utilizar el método venezolano para hacerse oír, mientras en Bolivia surgían revelaciones sobre una presunta coordinación entre militares de los cinco países andinos y de Argentina para establecer en ellos "****regímenes antiimperialistas****".*

En ***Chile****, el último país latinoamericano en pasar, en 1990, del régimen castrense, que había durado 17 años, al civil, las relaciones entre el gobierno y la institución ar-*

(cont. en pág. 11)

Viene de pág. 10

Temor por la democracia

mada se consideran correctas o, al menos, de mutua tolerancia.

El general **Augusto Pinochet**, que se mantiene al frente del Ejército, aunque perdió el plebiscito de 1988 y el presidente **Patricio Aylwin**, que ganó las elecciones de 1989, se han acostumbrado el uno al otro, según asegura públicamente el jefe de Estado.

Pero los dos poderes han vuelto a enfrentarse en las últimas semanas al ser sorprendidos agentes del Ejército **en acciones de espionaje a autoridades de gobierno y ministros.**

En diciembre de 1990, Pinochet realizó un **"ejercicio de enlace"** y acuarteló las tropas en lo que se interpretó como una de sus mayores presiones sobre las investigaciones **de fraudes y violaciones a los derechos humanos.**

En **Brasil** donde los militares, tras 25 años en el poder, lo entregaron en 1985 a **José Sarney**, el actual presidente, **Fernando Collor de Mello**, parece haber logrado un respaldo firme de la milicia, cuyos tres miembros en el gobierno fueron ratificados la semana pasada, al producirse la dimisión en pleno del gabinete.

Pero durante el segundo semestre de 1991 las **demandas salariales** habían provocado protestas esporádicas en algunos cuarteles e inclusive la colocación de bombas caseras, pintadas en baños y manifiestos clandestinos antigubernamentales.

- **Sin incidentes**

En **Uruguay**, donde el Ejército dejó el gobierno en 1985 **tras perder un referendum** y ha aceptado reestructurar y reducir sus efectivos, y en **Ecuador**, donde la democracia fue reinstaurada en 1979, las relaciones del estamento militar con el civil **han dejado de producir incidencias.**

En **Paraguay**, el único país de la América hispana donde un general, **Andrés Rodríguez**, sigue en la jefatura del Estado, los militares mantienen excelentes relaciones con el **Partido Colorado**, que convirtió al general **Alfredo Stroessner** en su candidato permanente a la presidencia durante un cuarto de siglo.

Rodríguez, que ha prometido no presentarse a la reelección en 1993, venció en los comicios de 1989, aunque, a diferencia de los que ganó en varias ocasiones Stroessner, **este proceso fue aprobado por la oposición paraguaya y la comunidad internacional.**

La izquierda paraguaya sostiene que el problema del país no es por ahora la vuelta de los militares al poder sino el que cedan el que todavía conservan.

La influencia de los militares en la vida civil, aunque no estén en funciones de gobierno, es también característica de países centroamericanos como El Salvador, Guatemala, Honduras o, con ciertas peculiaridades, Nicaragua.

Sin embargo, el abierto respaldo militar de que gozan los jefes de Estado de esos países hace parecer poco probable que los uniformados se vuelvan contra ellos.

Con todo, Nicaragua, cuyo ejército y policía siguen dirigidos por sandinistas, vio la semana pasada cómo renunciaba el ministro del Interior, Carlos Hurtado, por "razones de salud" que extraoficialmente se explican por sus posiciones sobre el futuro de las Fuerzas Armadas, una especie de coto cerrado a la presidenta Violeta de Chamorro a pesar de sus dos años en el poder.

El mapa centroamericano lo completan las dos únicas naciones del continente que no tienen ejército, Costa Rica, donde fue abolido desde hace casi medio siglo, y Panamá, donde lo desmanteló Estados Unidos en 1989.

02|02 9203500



Asume Carlos García García.

Abogado y pastor

Carlos García García asumió el jueves por la noche, clandestinamente, como presidente provisional del Perú. Senador de **Cambio 90**, el partido que fabricó **Fujimori** para llegar al poder, **García García** era, hasta el autogolpe, el segundo vicepresidente de la República.

Pocas horas después de su asunción clandestina, **García García** se asiló en la Embajada argentina en Lima, donde espera obtener un salvoconducto para salir de su país.

Como segundo en la línea sucesoria institucional, fue elegido en una sesión clandestina del Parlamento luego de que declaró el lunes a Fujimori **"incapaz moralmente"** para gobernar. Según indica la Constitución, **García García** debería desempeñar el cargo hasta que regrese al país el vicepresidente primero **Máximo San Román**.

García García se comunicó con San Román —quien permanece en los Estados Unidos— para formar un gabinete. Mientras tanto, instaló la sede de su gobierno en la Embajada argentina.

Según explicó, eligió la representación de nuestro país **"por la posición que asumió desde el primer momento respecto de esta situación"** y sostuvo que **"para quienes estamos en esta posición lo más prudente es asilarnos aquí hasta que se den las condiciones para que el gobierno de facto** (de Fujimori) **salga de la usurpación"**.

García García tiene 62 años y es abogado, aunque nunca ejerció su profesión. Eligió la religión y se convirtió en **pastor de la Iglesia Bautista**, desde donde escaló hasta llegar al cargo de **presidente del Concilio Evangélico** y figura principal del protestantismo peruano, que abonó con votos la victoria de Fujimori.

El acto clandestino en el que García García **juró ante un crucifijo y una Biblia**, se habría realizado en el domicilio de la diputada **Lourdes Flores Nano**, del conservador **Partido Popular Cristiano**, en la zona residencial de San Borja.

Allí se dieron cita, burlando la vigilancia *militar*, **36 de los 60 senadores y 90 de los 180 diputados** para ungir a García García. La sesión clandestina —y obviamente no reconocida por Fujimori— obtuvo quórum y fue presidida por el diputado **Luis Alvarado**, ya que los titulares de ambas cámaras —**Felipe Osterling** y **Roberto Ramírez del Villar**— siguen bajo arresto domiciliario y contó con la presencia del ex presidente **Fernando Belaúnde Terry**, actual senador.

01-01   9203501

ENVIADAS POR FUJIMORI Y EL GOBIERNO PARALELO

Dos misiones buscarán el reconocimiento de la OEA

En la OEA, dos misiones peruanas pondrán en el tapete la situación desatada por el gobierno de Fujimori: el canciller Blacker Miller buscará el reconocimiento internacional y los legisladores desplazados extremarán el simbolismo político del gobierno clandestino que designó a Carlos García García como presidente paralelo del Perú. Estos imaginan que podrán tener en los gobiernos de Buenos Aires y Brasil una especie de sombrilla política para una acción hemisférica de solidaridad.

LIMA, 10 (Enviado especial). — Los desplazados legisladores peruanos decidieron extremar el simbolismo político del **gobierno semiclandestino** que crearon anoche. Desde esa base cuestionarán el lunes en la Organización de Estados Americanos la legitimidad de la delegación oficial de la administración de **Alberto Fujimori** que encabezará el canciller **Augusto Blacker Miller**, según anticipó una fuente del gabinete informal en las sombras que secunda al presidente reconocido por la oposición, el pastor evangélico **Carlos García García**.

Este desarrollo de la crisis peruana reúne factores complejos. No pocos de ellos conciernen a la Argentina, que en la madrugada de hoy concedió un veloz asilo a García García, quien provocó una módica decepción entre sus colegas al anunciar su intención de buscar refugio inmediato en sede diplomática después de prestar el juramento de estilo en el jardín interior de la residencia de la diputada **Lourdes Flores**, quien prestó su casa como improvisada sede parlamentaria.

En primer lugar Buenos Aires parece obligado a constreñir las expectativas del beneficiario de la protección y de sus segundos. Estos imaginan ese asilo como el inicio de una acción hemisférica realizada bajo la sombrilla política de la Argentina y del Brasil, los dos países de la región que los desplazados sienten como más solidarios con su causa.

El gobierno de **Carlos Menem** tiene, en cambio, que atenerse al cumplimiento de la normativa internacional en materia de asilo, evitando —aunque haya decidido activar, en el bando de la legitimidad democrática— que su relación con el Perú se deteriore más allá de lo estrictamente necesario.

Dos horas después de haberse instalado en la residencia argentina, el encargado de negocios **Juan Arcuri** debió recordarle a García García que su condición lo inhibía de realizar cualquier forma de actividad política. Para entonces, el refugiado ya había respondido varias comunicaciones periodísticas originadas en Buenos Aires, alguna de las cuales motivó cierto grado de confusión. Debido a que García García es una figura poco conocida

Agencia AP

Clarín EN LIMA

inclusive aquí, en las primeras horas del asilo hubo varios periodistas que estaban seguros de que el asilado no era otro que el aprista **Alan García**, antecesor de Fujimori, quien ahora se encuentra en la clandestinidad.

♦ La cuestión argentina

¿Por qué su país protege a ladrones, señor?, fue la reflexión sin agresividad de un mozo que para este cronista llegó junto con el desayuno.

La confrontación argentina con el poder de facto de este país parece haber escalado más de lo aconsejable, si se tiene en cuenta que el gobierno de Menem decidió no romper relaciones diplomáticas con Lima, que Perú seguirá existiendo con o sin Fujimori y que las posiciones políticas del hemisferio son varias, no una sola.

El presidente **George Bush** afirmó que las sanciones económicas contra Perú están aún por ser estudiadas. El Departamento de Estado no se mostró contento con la formación del gobierno alternativo porque puede entorpecer el diálogo que quiere generar entre Fujimori y la oposición. Y México liquidó objetanto un párrafo al que había cuestionado ya en la resolución de la OEA del lunes pasado sobre la cuestión peruana, un proyecto elaborado por la Argentina para la sesión del lunes del Consejo de Ministros, en su condición de presidente pro témpore del Grupo Río.

Un problema de manejo del tiempo agravó el cuadro; el embajador peruano en la Argentina fue convocado hoy a la Cancillería para hacerle conocer la preocupación de nuestro país por el virtual secuestro militar de varios legisladores, entre los cuales se contata **Abel Salinas**, justo en el día en que se producía la libertad de los políticos.

El juego de la chicana se ha instalado en la relación bilateral. La Embajada argentina intentó presentar la nota de rigor —solicitando el salvoconducto para García García— pero el Ministerio de Relaciones Exteriores no aceptó el documento demandando un encuadre legal para el mismo.

El texto se inspira en la Convención de Caracas de 1954 de la cual Perú es miembro pleno, pero no la citó porque el Congreso argentino aún no la ha ratificado. Podría haber hecho referencia al Tratado de Montevideo —que es ley de la Nación— pero este no contempla el salvoconducto. La sustancia del episodio es política y no jurídica y, en todo caso la decisión de Menem se inscribe tanto en el "derecho de gentes" internacional como en una sólida tradición latinoamericana de protección al perseguido político. Pero **Blacker Miller** no se siente inspirado para facilitar las cosas.

La resolución del Congreso aclara que San Román está "impedido temporalmente" de llenar la vacante presidencial y la asigna a García García, que ostenta una vicepresidencia segunda como premio al aporte de haber colocado las congregaciones de las denominaciones evangélicas detrás de Fujimori cuando pocos creían que podía ganar siquiera una elección municipal.

Esto le dará tiempo a San Román para realizar gestiones en Washington —donde se dice que tiene excelentes relaciones— y encabezar la delegación alternativa que cuestionará las credenciales de Blacker Miller. "Aunque esto no sea posible —estimó ayer a *Clarín* el diputado **Javier Barrón**—, San Román podrá participar en el debate sumándose a la delegación de algún organismo técnico no gubernamental reconocido por la OEA. **Amnesty International** es una de las opciones". Cuando regrese San Román, García García le cederá su presidencia alternativa.

Por lo menos la oposición a Fujimori parece estar asumiendo la mejor posición para una futura negociación. El Congreso ha decidido no llamar a la insurrección, a la división de las fuerzas armadas o a la suspensión internacional de ayuda económica al Perú. Tampoco sesionará hasta después de la instancia de la OEA. El tiempo es en esta crisis un factor esencial y no hay señal alguna de que ahora esté corriendo en favor de la ilegitimidad de Fujimori.

Oscar Raúl Cardoso

EL GOBIERNO NEGOCIA CON LIMA | OTORGAMIENTO DE UN SALVOCONDUCTO

Conceden asil[o] a García García, sin reconocerl[o] como president[e]

El presidente paralelo del Perú, Carlos García García, no será reconocido por la Argentina. Designado por el Parlamento, se refugió en nuestra Embajada, donde iba a ser proclamado simbólicamente por los legisladores argentinos que no pudieron viajar a Lima. La actitud argentina tensó aun más las relaciones con el régimen de Fujimori. El presidente Bush propuso aumentar la presión para restablecer la democracia. Menem dijo que el Gobierno dará amparo en Perú a todos los que lo soliciten y equiparó la violación de los derechos políticos a la de los derechos humanos. Di Tella viajó a Washington para una reunión de la OEA (ver páginas 4 a 9).

La Argentina concedió ayer asilo a **Carlos García García**, elegido presidente de la nación por el Senado peruano, pero **sin reconocerlo como el reemplazante legítimo de Alberto Fujimori.**

García García era uno de los dos vicepresidentes del Perú y fue designado presidente durante una sesión del Parlamento en la clandestinidad, que contó **con el número de legisladores exigidos por la Constitución.**

El gobierno argentino negociaba anoche con las autoridades peruanas el otorgamiento de un **salvoconducto** para que García García pueda abandonar el país. García García está refugiado en la sede de nuestra Embajada y esa protección argentina **tensó aún más** las deterioradas relaciones entre los gobiernos de Buenos Aires y el de **Fujimori**, quien mediante un **autogolpe** y con el apoyo militar se hizo cargo del poder total tras disolver el Parlamento e intervenir el Poder Judicial.

El canciller **Guido Di Tella** confirmó que en la madrugada del viernes García García se refugió en la residencia del embajador argentino en Lima, **Julián Licastro**, quien se encuentra en Buenos Aires llamado "en consulta" por el Gobierno. Pero aclaró que la medida **no implica el reconocimiento del gobierno paralelo de la oposición.**

El asilo se concedió, dijo el canciller, para garantizar la "seguridad física" de García García y en momentos en que circulaban versiones según las cuales el ex presidente **Alan García**, que desde el domingo pasado también se encuentra en la clandestinidad, se asilaría en la delegación diplomática argentina.

El presidente **Carlos Menem** dijo ayer que la Embajada argentina en Lima **dará amparo a todos aquellos que lo soliciten**, cuando se le preguntó acerca de esas versiones.

Alan García escapó la noche del golpe de Estado cuando los soldados cercaban su casa y desde la clandestinidad anunció que iniciará la resistencia contra el nuevo régimen cívico-militar.

El ex presidente, quien gobernó Perú entre 1985 y 1990, aseguró que el golpe del domingo pasado estuvo dirigido "contra la democracia" y y calificó de "efímera y pasajera" la supuesta aprobación popular que otorgan las encuestas a las medidas adoptadas por Fujimori (véase recuadro aparte).

♦ Proclamación simbólica

"Me asilé en esta Embajada por la posición que adoptó la Argentina desde que se conoció el autogolpe y por lo que representa en estos momentos como **abanderada del sistema democrático de América latina**", dijo ayer García García, un pastor evangélico del mismo partido de Fujimori, Cambio 90, y que era vicepresidente segundo de la nación.

Sin embargo, existían otras **razones** para que García García adoptara esa actitud: eligió nuestra Embajada porque estaba previsto que un grupo de legisladores argentinos lo **reconociera simbólicamente como presidente del Perú al llegar a Lima** (véase página 4). El jefe de ope[ra]ciones aéreas del Perú pidió un plazo [de] cinco días para autorizar el aterrizaje [de] un avión argentino.

La presencia del presidente de la op[o]sición en la clandestinidad en la Emba[ja]da argentina compromete aún más la [du]ra posición que asumió nuestro país r[es]pecto del autogolpe del presidente Fu[ji]mori.

Esa rígida posición de la Argentina [el] lunes pareció flexibilizarse un día d[es]pués, cuando Fujimori anunció un cro[no]grama electoral que convoca a eleccio[nes] para la reforma de la Constitución en corto plazo y para elegir nuevos legisla[do]res dentro de 18 meses.

Luego de haberse conocido el cro[no]grama, la Cancillería proyectó lanzar [un] "operativo de salvataje" económico p[ara] Perú si Fujimori cumple con los plazo[s y] mantiene una línea de respeto de los de[re]chos humanos.

También los Estados Unidos, que pa[re]cen haber pasado de una dura cond[ena] inicial a una actitud más ambigua, an[un]ciaron ayer a través del presidente Ge[or]ge Bush una propuesta de imponer "al[gu]na presión externa" sobre Perú para [res]tablecer allí la democracia. "No pode[mos] mantenernos al margen sin regist[rar] nuestro fuerte rechazo al aborto de la [de]mocracia en Perú", dijo Bush, quie[n se] limitó a sugerir el envío "de una mi[sión] de la OEA, que podría ser un paso cla[ro y] productivo" (véase página 7).

En Lima, entretanto, el ministr[o de] Defensa, Ochoa Antich, dijo que los [par]tidos políticos "deben ceder poder" y [sos]tuvo que las fuerzas armadas "pi[...] que deben ser tomadas en cuenta" ([pági]na 8).

El efecto dominó del golpe en Lati[noa]mérica, que se manifestó por primer[a vez] en la amenaza del presidente boli[viano] Jaime Paz Zamora, de disolver el P[arla]mento si no modificaba su actitud [...]to del gobierno, se repitió ayer en [Ecua]dor. Allí, el presidente Rodrigo B[orja] confesó: "No tengo dificultades [para disol]ver el Congreso, pero esa organización, [...] mayoría, ya ha sido [...] por el pueblo ecuatoriano" (véase [pági]na 9).

♦ Desaparición de personas

En cuanto a la actitud argentin[a res]pecto del golpe, las versiones seg[ún las] cuales hubo desaparición forzada d[e per]sonas y el asilo de García García hi[cieron] suspender las esperanzas de una [...] flexibilización.

Así quedó demostrado cuando la [Can]cillería manifestó ayer su preocup[ación] por la supuesta desaparición de per[sonas] en Perú en un comunicado en el cual [tam]bién afirma que "el desconocimien[to de] los derechos políticos implica una v[iola]ción a la Convención Americana de [Dere]chos Humanos, de la que tanto Per[ú co]mo la República Argentina forman [par]te".

Para que no quedaran dudas, [...] más tarde el presidente Carlos Me[nem] dijo que se le va a "dar todo el apoy[o a] García García para salvar su integ[ridad] física.

"Encabezaré la resistencia"

LIMA (Reuter). — El ex presidente **Alan García** anunció que **encabezará la resistencia** que prepara su partido en contra del gobierno del presidente **Alberto Fujimori**, tras la disolución del Congreso e intervención del Poder Judicial, dijo ayer un diario local.

"**Me escondí en un tanque de agua**", dijo **García** desde la clandestinidad al director del diario **La República**, tras revelar que estuvo escondido **dos días en un edificio en construcción abandonado**, cerca de Lima.

García anunció que encabezará la resistencia que prepara el **Partido Aprista Peruano** (APRA) contra las medidas dictadas por **Fujimori**, a quien calificó **de golpista**.

"**Me voy a mantener coordinando con el partido y orientando al partido en su resistencia**", dijo el ex presidente.

El canciller de Perú se quejó de EE.UU.

El ministro de Relaciones Exteriores del Perú, ***Agustín Blacker Miller,*** *criticó la decisión de la Casa Blanca de* ***presionar a otros gobiernos para causar el aislamiento del régimen del presidente Alberto Fujimori.***

Blacker Miller, quien viajó a Washington para participar en una serie de conversaciones y defender a su gobierno ante la reunión del Consejo de Ministros de la ***Organización de los Estados Americanos,*** *formuló declaraciones al diario "The New York Times", en las que destacó el apoyo popular en su país a las medidas dispuestas por Fujimori.*

Sostuvo que la decisión del presidente de disolver el Congreso, remover jueces y asumir poderes extraordinarios tiene ***"amplio apoyo popular".***

Además se preguntó cómo los Estados Unidos pueden ser ***tan "ingenuos"*** *y comparar la situación en* ***Perú*** *con el golpe de Estado en* ***Haití,*** *que el año pasado derrocó al presidente* ***Jean Bertrand Aristide.***

El ministro peruano agregó: ***"Creemos que si tenemos el apoyo del pueblo peruano, eventualmente lograremos el apoyo del mundo, debido a que el mundo no puede negar el hecho de que ésta no es una dictadura debido a que tiene el apoyo de 90 % de la población".***

Fujimori, *cuando tomó las medidas el* ***5 de abril,*** *dijo que eran* ***necesarias*** *para enfrentar al movimiento guerrillero* ***"Sendero Luminoso"*** *y a los* ***traficantes de drogas,*** *mientras su gobierno trata de solucionar problemas económicos muy serios.*

El presidente de los Estados Unidos, ***George Bush,*** *dijo el viernes, que apoya que se someta a* ***Perú*** *a* ***"presión externa"*** *incluyendo* ***sanciones económicas.***

Blacker Miller dijo que se está enfrentando con un intenso esfuerzo de Washington para ***disuadir a gobiernos latinoamericanos y europeos de que muestren algún apoyo*** *a lo que, según afirmó, son los esfuerzos de Fujimori "para crear una verdadera democracia en el Perú".*

Añadió que desde el golpe de Estado, los Estados Unidos han rechazado todos los esfuerzos realizados por Lima para encontrar ayuda y comprensión mientras que ***en Europa y en el Japón hay una actitud más tolerante.***

Blacker Miller dijo que las acciones de Fujimori habían sido planeadas ***durante más de dos meses.***

Finalmente manifestó que había dicho a Fujimori que si no tomaba rápido medidas para combatir el terrorismo, el estancamiento económico y el tráfico de drogas, "podríamos tener un verdadero golpe militar para fin de año".

Se teme un fracaso como en Haití

Clarín EN WASHINGTON

EL AUTOGOLPE

WASHINGTON, 11 (Enviado especial). — La sombra del reciente fracaso en el intento de reponer la democracia en Haití **obsesiona** a los diplomáticos que preparan aquí la reunión de urgencia de mañana de los cancilleres de la Organización de Estados Americanos (OEA), que definirá qué medidas se tomarán frente al autogolpe del Perú.

Por eso muchos de los países miembros del foro, entre ellos la Argentina, están dispuestos a **sacrificar** la posibilidad de emitir una dura condena contra la actitud del presidente **Alberto Fujimori** en el altar de la "eficiencia". Esto sería sin resignar una reafirmación de los principios democráticos y el reclamo de una plena libertad política en el Perú.

Un grupo de embajadores latinoamericanos acreditados ante la OEA mantuvo ayer reservadas consultas y reuniones, a pesar del día primaveral que tuvo esta capital, sobre el que consideran un instrumento "eficiente" para lograr eventualmente un rápido retorno de Lima al estado de derecho: **enviar una delegación para tratar de mediar entre el gobierno de Fujimori y la oposición, que se mantiene en la clandestinidad.**

La idea es facultar al secretario general de la OEA, **João Baena Soares**, y "a no más de dos o tres cancilleres" para encarar esa delicada tarea. Se pensó en una delegación reducida para evitar que surja el mismo rechazo que sufrió el multitudinario grupo que en setiembre del año pasado viajó a Puerto Príncipe con un objetivo parecido, revelaron a **Clarín** fuentes diplomáticas seguras.

El primer test a que se someterá la iniciativa tendrá lugar hoy cuando se reúnan los cancilleres del Grupo de los Ocho, para tratar de definir **una posición común** antes de la cumbre de la OEA. En medios diplomáticos trascendió que el canciller **Guido Di Tella**, que llegó esta mañana, está dispuesto a promover una declaración de reprobación de la alteración del orden constitucional en el Perú, aunque su colega mexicano **Fernando Solana** continúe bloqueando el comunicado con el argumento del principio de no intervención. Si el comunicado se somete a votación y no se aprueba por consenso, tal como se hizo con otros temas, ese foro integrado por once países latinoamericanos seguramente **sufrirá una crisis**.

Las mayores expectativas están centradas sobre la reunión de la OEA, cuya decisión, dijo el viernes el presidente **George Bush**, será acompañada por su país incluso en el caso hipotético de sanciones económicas.

Bush adelantó el viernes a los presidentes de la Argentina, **Carlos Menem**, y de Venezuela, **Carlos Andrés Pérez** en sendas conversaciones telefónicas, su decisión de ejercer "algunas presiones" sobre el gobierno de Fujimori para que reestablezca el orden constitucional.

Pese a las diferencias, los "halcones" —liderados por la Argentina— y las "palomas" de la OEA —encabezadas por México— lograron consenso sobre los siguientes puntos:

- Reclamar la plena libertad política y el respeto de los derechos humanos.
- Pedir el cese de los arrestos domiciliarios que sufren legisladores y dirigentes políticos.
- Solicitar precisiones sobre el cronograma electoral que Fujimori anunció el martes. La Argentina va más allá de este punto y desea que **se reduzca "notablemente"** el plazo de 18 meses que se autofijó el régimen peruano para llamar a elecciones legislativas.

En un intervalo de las múltiples reuniones que tienen lugar aquí, el embajador argentino ante la OEA, **Hernán Patiño Mayer** —que luce una tupida barba además de su clásica pipa—, dijo a **Clarín**: "Opino en forma personal que la OEA **debe ser absolutamente categórica** ante esto que es una violación al orden constitucional democrático.

"Pero hay que buscar mayores niveles de eficiencia en la toma de medidas para colaborar en la restitución de ese orden, y sobre estas medidas **los cancilleres** tienen **sus manos absolutamente libres**", **agregó**.

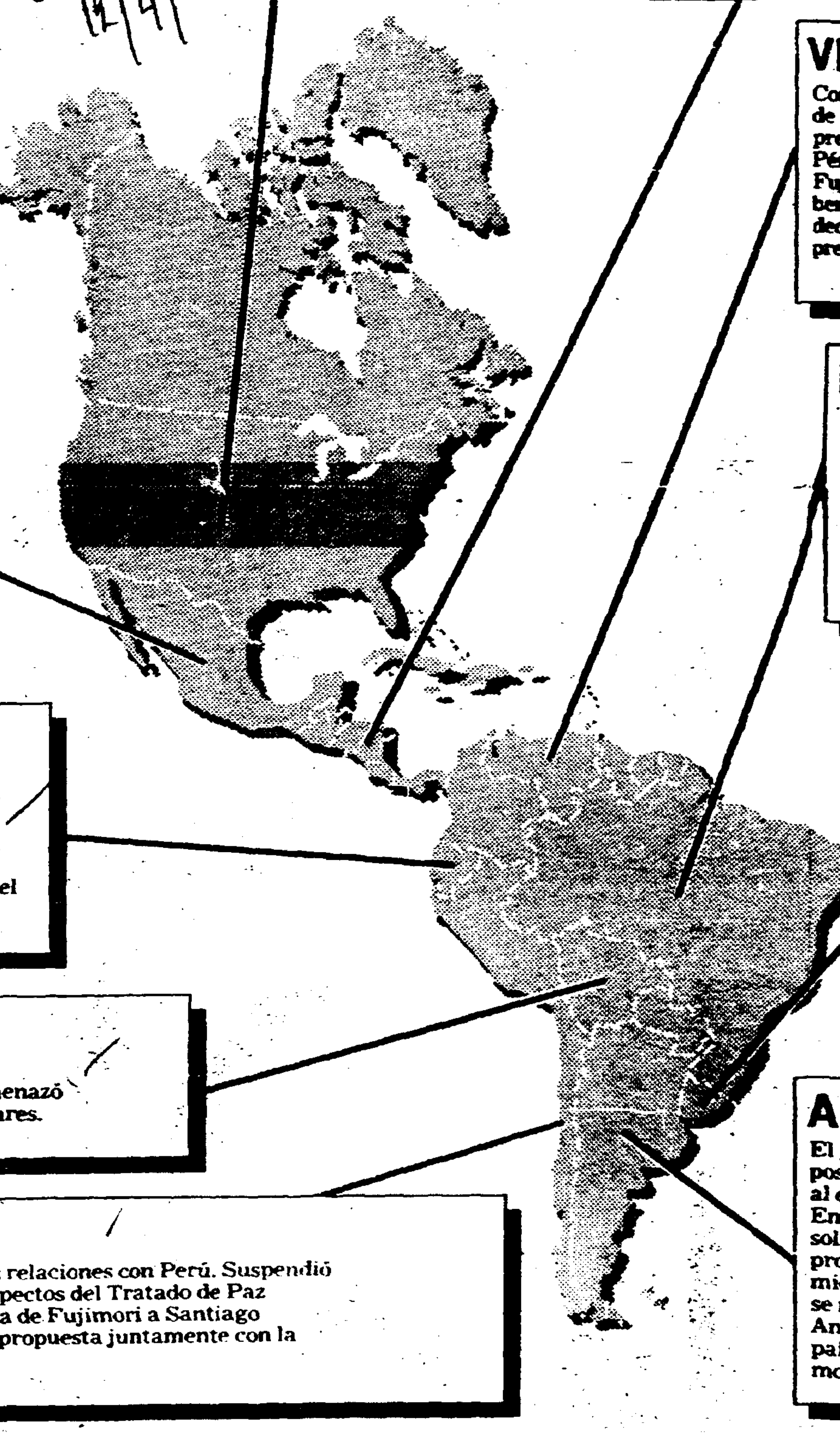
Hay un compromiso: lograr que esta **vez el mecanismo** de defensa de la democracia **en América latina** de la OEA, conocido como **Declaración de Santiago de Chile** no falle como hasta ahora en el **caso Haití, y** convalide el mecanismo de los autogolpes.

Daniel Santoro

EL ORGANISMO CONTINENTAL FUE CONVOCADO PARA MAÑANA EN WASHINGTO[N]

Decisiva reunión de la OEA para discutir qué tipo de sanciones aplicará al Perú

Divididos en "duros" y "blandos", y con dudas por parte de Estados Unidos —que como hipótesis máxima podría proponer un corte radical en la ayuda económica a Lima —, la Organización de los Estados Americanos (OEA) iniciará mañana lunes en Washington una reunión extraordinaria a nivel de cancilleres para intentar el logro de una posición común frente al autogolpe peruano. Ayer hubo febriles reuniones, paralelas a las que también mantiene en la capital norteamericana el "Grupo de Río". Temor generalizado a un fracaso similar a lo ocurrido frente al golpe de octubre pasado en Haití. Reseña de las posiciones, país por país.



ESTADOS UNIDOS

El presidente George Bush ordenó la suspensión de toda ayuda al Perú, a excepción de la humanitaria. Washington proyecta también la suspensión de los programas de asistencia, incluidos los destinados a la lucha antidrogas.

CENTROAMERICA

Los cancilleres de Centroamérica se reunieron el viernes en Guatemala para adoptar una posición común frente a la crisis peruana, que recién será conocida mañana. Se descuenta que será una respuesta moderada.

VENEZUELA

Con el antecedente del reciente intento de golpe militar en su contra, el presidente venezolano Carlos Andrés Pérez afirmó que "la decisión de Fujimori causará más daño que beneficio a Perú". Sin embargo Pérez declinó anticipar si apoyará medidas de presión económica y política.

BRASIL

El gobierno brasileño tuvo en principio una reacción severa que suavizó días más tarde. Mañana la posición brasileña tendrá en cuenta el principio de no injerencia en los asuntos internos de otros países, y se limitará a analizar las relaciones entre la democracia y los problemas socioeconómicos en América latina.

MEXICO

Frente a la crisis peruana, el gobierno mexicano ha apelado a su tradicional postura de no intervenir en las cuestiones internas de otros países.

URUGUAY

Uruguay y México son los más tenaces defensores del principio de no intervención en los asuntos internos de otros países. Será el canciller uruguayo, Héctor Gross Espiell, quien presidirá mañana la reunión de cancilleres en Washington. "Será muy importante escuchar a Perú —dijo el jueves— para fundar un diálogo fecundo" con el objetivo de restablecer la democracia en el país andino.

ECUADOR

El gobierno del presidente Rodrigo Borja acaba de solucionar un viejo problema de límites con Perú y propicia un proceso de integración entre los países andinos. Es partidario de una actitud comprensiva hacia el gobierno de facto peruano, presionado por una "agobiante" deuda externa y las "injusticias del comercio mundial".

BOLIVIA

El presidente boliviano Jaime Paz Zamora sólo "lamentó" la actitud del presidente Fujimori, y amenazó al Parlamento de su país con tomar medidas similares.

ARGENTINA

El gobierno argentino asumió una dura posición frente al golpe peruano. Llamó al embajador en Perú y fue abierta la Embajada para quienes deseen solicitar asilo político. Argentina propicia la suspensión de Perú como miembro del Grupo de Río hasta tanto se restablezca el orden institucional. Ante la tibia reacción de los otros países, el gobierno argentino comenzó a moderar su actitud dentro de la OEA.

CHILE

El gobierno chileno virtualmente ha congelado sus relaciones con Perú. Suspendió las negociaciones sobre la aplicación de algunos aspectos del Tratado de Paz chileno-peruano de 1929 y dejó en suspenso la visita de Fujimori a Santiago proyectada para agosto próximo. Presentaría una propuesta juntamente con la Argentina.

EE.UU. promovería un corte total en la ayuda económica

WASHINGTON, 11 (EFE). — Los Estados Unidos buscarán el lunes en la OEA (Organización de Estados Americanos) una **acción colectiva** contra Perú para forzar el retorno de ese país a la democracia o afrontar la posible suspensión de ayudas a través de organismos financieros internacionales.

Fuentes estadounidenses citadas hoy, sábado, por el diario **The New York Times**, dijeron que el gobierno norteamericano es favorable a cortar la **ayuda vital** al Perú por parte del Banco Interamericano de Desarrollo, Banco Mundial y Fondo Monetario Internacional.

La situación en el Perú, donde el domingo el presidente Alberto Fujimori disolvió el Parlamento y anunció un gobierno temporal "por decreto", ha provocado múltiples disyuntivas, no solo al propio país andino, sino también a los EE.UU. y a la OEA.

Para algunos observadores, esta nueva crisis en América latina es una **dura prueba para la OEA sobre su** capacidad disuasiva, después de no haber logrado aún el retorno a Haití del presidente Jean Bertrand Aristide, derrocado hace seis meses en un golpe de Estado.

La crisis peruana ha colocado también a los EE.UU. en una disyuntiva porque, según funcionarios no identificados, Washington comprende los deseos de Fujimori de acabar con el grupo guerrillero **Sendero Luminoso**, la corrupción y el narcotráfico, pero considera que la suspensión de las garantías democráticas **no es la mejor forma de hacerlo.**

En una conferencia de prensa celebrada el viernes en la Casa Blanca, Bush apoyó la **presión externa** para lograr el retorno a la normalidad democrática en ...

ALEGATO ANTE LA TV MEXICANA

Fujimori dijo que dio un "antigolpe" para que no lo derrocaran

LIMA y MEXICO, 11 (EFE y AP). — El presidente del Perú, **Alberto Fujimori**, calificó hoy de "**antigolpe**" la disolución del Parlamento de su país, y dijo que de no haber tomado estas medidas ahora él sería el derrocado.

Pocos horas después de la difusión de la entrevista, el gobierno anunció nuevas normas legales por las que se impondrán severas penas al "**lavado de dinero**" procedente del narcotráfico.

Un comunicado oficial indica que también se levantó el "**secreto bancario**" en las investigaciones relacionadas con el narcotráfico, y que se sancionará con dureza la "**adquisición de bienes, productos o beneficios que se obtengan como consecuencia del proceso de comercialización de drogas**".

"**Si no se hubieran tomado esas medidas drásticas, seguramente el derrocado sería quien habla, el presidente de la república**", declaró Fujimori en Lima al periodista mexicano **Jacobo Zabludowski**, director del noticiero ECO, durante una entrevista difundida por Galavisión.

Fujimori aseguró que su acción "**más bien se trata de un antigolpe**" y no un golpe de Estado, y que decidió tomar esas medidas ante la corrupción en la Legislatura del país y el sistema judicial.

También indicó que no va a intentar utilizar las medidas de emergencia para extender su periodo como presidente más allá de 1995.

En las semanas previas al autogolpe circularon rumores en Lima sobre el descontento existente entre los mandos medios y la baja oficialidad castrense. Según esas versiones se temía la reedición de una intentona golpista semejante a la ocurrida en Venezuela el 4 de febrero.

Sin embargo, durante la entrevista televisiva, Fujimori calificó sus decisiones como un movimiento exclusivamente civil "**encabezado por el presidente de la República, que ha ordenado a las fuerzas armadas, como su jefe supremo, a tomar y respaldar esta medida**".





Alberto Fujimori: nuevo defenso de su golpe.

"**Las primeras imágenes dieron la impresión de que era un golpe militar por la presencia de tanques en la ciudad y la vigilancia de los medios de comunicación y el arresto domiciliario de algunas personas, pero creo que progresivamente se puede ir corrigiendo esta situación**", manifestó.

El presidente aseguró en su intervención que lo que tenían en Perú "**era un cascarón de la democracia, y lo que se ha roto es precisamente ese cascarón, donde no había un contenido democrático**".

"**No había democracia en el Perú, sino una dictadura de una cadena de la corrupción en el Poder Legislativo y Judicial, y lo que hemos hecho es romper esa cadena para llegar, precisamente, a la democracia**", dijo Fujimori.

El mandatario indicó que "**el Poder Judicial está corrompido desde adentro y difícilmente podría haber una regeneración, por lo cual alguien tenía que hacerlo**".

Según las nuevas normas difundidas hoy, se castigará con privación de libertad, de 8 a 18 años, "**a quienes intervengan en la inversión, venta, transferencia o posesión de las ganancias**" procedentes del narcotráfico.

El gobierno de Fujimori, que se denomina "**de Emergencia y Reconstrucción Nacional**" desde el autogolpe del domingo, anunció también severas sanciones para "**todos aquellos que encubran a las personas acusadas de terrorismo y narcotráfico**".

El anuncio fue hecho 24 horas después de que se decretaron otras medidas, que incluyen la militarización de los aeropuertos de la extensa zona cocalera del valle de **Huallaga**, en el norte de la selva peruana, donde se cultivan casi las dos terceras partes de la producción mundial de hoja de coca, materia básica para elaborar la cocaína.

MILITARES EN LATINOAMERICA

Los nuevos contestatarios

Los militares "carapintada" latinoamericanos han comenzado a articular un discurso que se parece al que tenían las organizaciones izquierdistas en las décadas pasadas. Sus temas preferidos son la injusticia social y el papel del imperialismo. Lo que sigue es un informe sobre esta nueva realidad elaborado a partir del autogolpe del presidente peruano Alberto Fujimori.

LIMA, 11 (Enviado especial). — Los blindados que ocuparon, el lunes, el Paseo de la República y otras calles de esta ciudad produjeron **un poderoso efecto gatillo** en la memoria de la opinión pública latinoamericana. Al obligarla a revivir una parte traumática del pasado reciente, los años de dictaduras militares, también la enfrentó con un manojo de preguntas críticas que en los últimos tiempos mostraron una tozuda voluntad de instalarse en el horizonte político del subcontinente.

Cuatro de ellas son particularmente inquietantes:

- ¿Acaso la democracia de paradigma liberal-modernizador que, desde hace menos de una década, se asentó en la región con pretensión de perpetuidad, enfrenta hoy una única oposición real que se viste otra vez de uniforme?
- ¿Es posible que América latina esté sufriendo una recaída en el militarismo que afectó profundamente su salud política, económica y social en los años '60 y '70?
- ¿Es el fenómeno un indicio de la incipiente articulación de una corriente intercontinental que encuentra espacio de consenso en una **crisis de gobernabilidad** que recorre la región y se expresa en debilidad de las estructuras partidarias tradicionales, en corrupción en el poder y en la fatiga de la población con los costos de un ajuste económico que parece inagotable?
- ¿Es esa corriente, más que una alianza ocasional, el ámbito en que se desarrolla un sistema integral y cerrado de ideas que mezcla confusamente elementos del modelo **burocrático-autoritario**, que hace 25 años fue eje del debate sociológico americano (alimentado por autores como **Gino Germani, Guillermo O'Donnell, Samuel Huntington** y otros), resabios del colapso ideológico de la izquierda marxista y fuertes tonos populistas?

Estos interrogantes se insinuaron por primera vez hace cinco años en la Argentina, como consecuencia de la sublevación **carapintada** de Pascuas. Pero entonces el movimiento democratizador solo estaba alcanzando su cenit en el subcontinente y el propio discurso de los sublevados buscó resguardarse del rechazo civil, impregnándose de contenidos que lo asimilaban a una suerte de **sindicalismo de armas amartilladas**.

Un lustro después uno de sus protagonistas, **Aldo Rico**, es más claro respecto de las intenciones originales. Los **carapintada**, afirma el ex teniente coronel, consideraban, consideran aún, a la democracia como "un fenómeno contingente", aunque el propio Rico haya debido volcarse a la práctica partidaria luego que su movimiento terminó por agotarse dentro de la corporación militar. "Solo la idea de la República es permanente", agrega tratando de mantener viva la concepción tradicional.

Es esta subsistencia en precariedad que algunos militares vuelven a asignarle a la democracia el factor más amenazante que protagonizó un resurgimiento a partir de que, en setiembre pasado, el general **Raoul Cedrás** derrocó al ex sacerdote **Jean-Bertrand Aristide**, primer presidente elegido democráticamente en la historia de Haití. Cedrás acusó primero a su víctima política de querer instalar una dictadura marxista, pero una vez en el poder comenzó a emplear una retórica "antiimperialista" y a propugnar la "socialización de la riqueza nacional".

Haití y su desarrollo político casi feudal son considerados un caso especial en la comunidad interamericana, pero en febrero los paracaidistas del regimiento **José Leonardo Chirinos**, caras untadas con el betún de la guerra, fallaron por un parpadeo en su intento de derrocar y asesinar a Carlos Andrés Pérez, el presidente de una de las democracias con mayor tradición en la región.

Desde entonces el hemisferio se ha plagado de señales ominosas. Las nuevas logias castrenses "bolivarianas" que surgieron en Venezuela hace menos de dos meses, tienen ya correlatos clandestinos en los cuarteles de Bolivia y Honduras.

No escapa al análisis más superficial que ajuste económico y corrupción son dos elementos centrales de lo sucedido en Venezuela y Perú. En ambos casos las clases políticas tradicionales —a las que Fujimori no pertenece— muestran una endémica ausencia de honestidad y las poblaciones han sido víctimas de procesos de ajuste económico de efectos sociales devastadores. Según estadísticas de organismos nacionales e internacionales como el Banco Mundial, Venezuela tiene —con 2.400 dólares de ingreso anual per cápita— al 60% de su población (21 millones) en la extrema pobreza. En el Perú —con 1.200 dólares de ingreso— el 50% de sus habitantes está en la misma situación.

Aunque el argumento de la corrupción es aceptado por todos, el de la inequidad social que produce el ajuste no goza de la *misma* universalidad. "El camino hacia la economía de mercado no está agotado ni mucho menos, aunque haya imprevisión social", aseguró el investigador peruano **Guido Lombardi**.

Este es otro recuerdo del futuro que trajo el caso peruano. El **establishment** económico latinoamericano —o las viejas oligarquías en los países en que sobreviven— parecía haber abandonado la práctica de impulsar y luego dar contenido a los golpes de Estado militares. Ese camino aparecía clausurado por el costo político y social que supuso la secuela de violaciones a los derechos humanos, por la amenaza potencial que los regímenes militares podían representar para el orden internacional —el caso más notorio es el de la guerra por Malvinas en 1982— y, sobre todo, porque la democracia se estaba probando capaz de garantizarle al capital hasta los presupuestos más traumáticos del paradigma modernizador: la deserción del Estado del mercado y del proceso económicosocial y la concentración intensa de la propiedad.

Perú representa un ángulo distinto. Aquí los empresarios sugieren ahora la imposibilidad de completar la transformación económica en el contexto de la legitimidad ortodoxa y, aunque ninguno defiende en público las "virtudes" del autoritarismo, se cita el caso de la modernización de Chile bajo la dictadura de **Augusto Pinochet**

El problema es que los militares parecen estar hoy en otra parte. Los expertos aseguran que el acuerdo de Fujimori es solo con los mandos superiores del ejército peruano y tiene, entre otros objetivos, el de detener un embrionario proceso de cooptación de los niveles medios por parte de la propuesta de **Sendero Luminoso**.

Los soldados latinoamericanos parecen estar reaccionando a lo que perciben como una triple orfandad. La primera es política ya que se sienten abandonados y objeto de ingratitud por parte de los factores de poder en cuyo nombre combatieron no hace mucho. La segunda los priva —por desarrollos como el colapso comunista y la integración regional que desactiva hipótesis de conflicto— de los enemigos tradicionales, potenciales o reales, que le concedían **racionalidad** a su organización. La última tiene que ver con la amenaza que sienten para la supervivencia de sus instituciones en un mundo en el que algunos especialistas —como el británico **Martin Shaw**— comienzan a vaticinar el surgimiento de una sociedad posmilitar, **que ya los está despojando de respeto y recursos económicos**.

"En América latina los ejércitos sobran hoy y los gobiernos no saben bien qué hacer con ellos", afirma **Hugo Chumbita**, el abogado argentino especializado en el tema castrense. "Ya no existe el comunismo y los militares tampoco resultan confiables para enfrentar explosiones sociales", agrega.

No hay respuestas unívocas ni sencillas a los interrogantes que se plantean para el futuro democrático en América latina. Pero tampoco nadie puede afirmar seriamente que ese porvenir esté predeterminado. Las libertades colectivas e individuales siguen siendo la única divisa dura política internacional. El Haití en que se encumbró Cedrás vive en el vacío internacional, las democracias occidentales tuvieron su reflejo de protección en el caso venezolano y Fujimori busca modos de atenuar el repudio externo a su decisión.

En todo caso lo único cierto es que hay un solo lujo que las democracias latinoamericanas no pueden darse en el territorio que ocupa la cuestión militar: el de la indiferencia.

O. R. C.

(Informes de Juan Gelman y Ceferino Reato)

AVATARES PERUANOS



Fernando Belaúnde Terry



Alan García

• ¿Fujimufa? El viernes a la noche Sporting Cristal se jugaba la clasificación por la Copa Libertadores contra el Nacional de Medellín. Deseoso de darse un "baño de multitudes", el presidente Fujimori se presentó en el estadio, aclarando que su club preferido es el Alianza Lima, club eminentemente de la clase trabajadora. El Cristal, cuyo propietario es el grupo empresario Backus, que fabrica la cerveza del mismo nombre del club, es un equipo predominantemente de la clase media, lo que da una idea de la composición social de las 30.000 personas que ovacionaron a Fujimori. El partido, que ya se había iniciado hacía una media hora, iba 0 a 0. Terminó con el triunfo de los colombianos por 3 a 0...

• La presencia del presidente en la cancha fue sorpresiva, tanto casi como la de su esposa, Susana, de quien se decía estaba separado y la había puesto bajo una especie de "arresto domiciliario". Se sabe que las cosas entre los Fujimori no andan del todo bien sentimentalmente, y las diferencias se habrían agravado luego del escándalo de la ropa donada por los japoneses (cuyo ocultamiento habría sido, según algunos, el disparador del golpe). La aparición del presidente junto a su mujer habría tenido el doble propósito de "mostrar al mundo" (como dijo Fujimori a la salida de la cancha) el apoyo popular a su gestión, y la unidad del matrimonio para el frente interno y externo.

• Una curiosidad de la jura del "presidente" Carlos García García: asumió el cargo ataviado con la banda presidencial que fuera de Fernando Belaúnde Terry, cedida por éste para la oportunidad.

• El cambio de moneda extranjera en Lima se realiza fundamentalmente mediante vendedores ambulantes. Los "arbolitos" son miles y están en todos lados. Para hacerse conocer enarbolan, casi como un estandarte o distintivo, una calculadora. Es normal ir caminando tranquilamente por una calle y, de pronto, casi de la nada, ser "asaltado" por una persona (hombre o mujer casi indistintamente) que le coloca a uno una calculadora de mano casi en las narices. Y hasta cualquier hora de la noche.

• Los diarios y canales de televisión mostraron la "estructura comercial" que tenía montada dentro del presidio Manuel Castro Castro, el llamado "padrino máximo" de la droga en el Perú, Leonardo Rodríguez López. El "narco" contaba con un stock de 20.000 botellas de gaseosa, además de golosinas y bebidas alcohólicas en cantidad, y electrodomésticos (heladeras, televisores, caseteras) para la venta entre los demás reclusos. Un verdadero "shopping" carcelario que cerró, por lo menos por ahora.

• Contrastó la amabilidad con que recibió a los periodistas la señora del ex diputado Jorge Del Castillo con la descortesía de la señora de Alan García. En su "fortaleza" de la calle Trinidad esquina (curiosa coincidencia) Pilar, la señora Pilar García atendió en un pequeño patio interior, de pie y al rayo del sol, mientras cantaba loas al periodismo extranjero y pedía la colaboración para salvar la vida de su esposo. Mercedes Haas de Del Castillo los hizo ver a su marido en un salón y, embarazada de ocho meses, sirvió gaseosas y charló animadamente con los hombres de la prensa. Emocionó, además, el reencuentro del ex legislador con su hijo de 4 años ("papi" había salido de viaje y no me trajo nada). El mismo contraste podría buscarse entre la valiente actitud de Del Castillo que "aguantó" a las tropas que venían a allanar la casa de García hasta que éste le avisó por su teléfono celular que estaba a salvo, arriesgando su propia vida, y la huida por los fondos del ex presidente, abandonando a sus hijos pequeños que dormían en sus cuartos y quedaron solos, a merced de lo que pudiera pasar (su madre se hallaba en Miami).

• Muchos se preguntan por qué el uniforme color gris verdoso que campea en la ciudad. Podría pensarse que es porque aquí nunca llueve, y el polvo queda y queda sin que nada lo lave jamás. De todos modos, en el balance la belleza natural (sobre todo de la costa) y la educación y amabilidad de los limeños (durante toda la estadía aquí de Ambito Financiero no fue posible escuchar una sola mala palabra, algo difícil de creer para un porteño) hacen de Lima un hermoso lugar, a pesar del miedo que pueda causar el cólera.

Hoy confrontan en la OEA el canciller Blacker y el disidente San Román. Al presidente lo llaman "Chinoche...

Primeros roces en el gabinete de Fujimori



Escribe Sergio Dattilo
Enviado especial a Perú



Pese a qu... no se han registrado incidentes Lima des... hace vari... días, las tropas siguen custodian... puntos cl... de la ciud...

Lima (especial) — Nunca como entonces la imagen "**bailando en el Titanic**" tuvo tanto sentido como el sábado a la noche en Lima. En Miraflores, bajando a la playa, hay un restaurante llamado "**La Rosa Náutica**", ubicado en el extremo de un espigón. En el otro extremo de la Y que forma la construcción hay una discoteca en la que los bailarines de las clases más acomodadas de Lima **bailan literalmente en medio del mar. El sábado, día en que Sendero Luminoso había asesinado a un diputado, las disensiones en el seno del gobierno de Fujimori comenzaban a evidenciarse por roces entre sus ministros de Economía y de Relaciones Exteriores, y Alan García (más desprestigiado que nadie en Perú) llamaba a la resistencia popular, los limeños de buena posición bailaban en el Titanic de La Rosa Náutica, festejando la luna de miel entre el presidente y su pueblo.**

Cuánto durará esa luna de miel es difícil de precisar.

Por ahora, como datos, puede apuntarse que **el dólar pasó de 0,97 el lunes posterior al golpe, a 1,06 en el mercado informal** (que siempre está un poco por debajo del oficial) el sábado. En la primera semana de gobierno "provisional", **la inflación subió 1,5%** (menor a la que se venía dando), según cálculos semioficiales. La Bolsa, luego de caer lunes y martes, **subió consistentemente los tres días sucesivos.**

- **Plebiscito**

Hoy sólo se habla de la inauguración de las sesiones de la OEA en Washington, en la que estarán el canciller de Fujimori, **Augusto Blacker Miller**, y el disidente vicepresidente **Máximo San Román.** Algunas versiones indicarían que, dado que la justicia electoral estaría en manos del APRA, **los fujimoristas temerían llamar inmediatamente al mentado plebiscito, por lo que la anunciada convocatoria electoral en seis semanas no se concretaría en ese lapso.** También ayer el gobierno buscó un golpe de efecto, anunciando la reasignación de fondos destinados a pagar sueldos de legisladores y magistrados, a los sectores de salud, vivienda y educación.

Lo concreto es que **la gente desprecia hoy profundamente a quienes deberían ser sus legítimos representantes,** y se refiere a ellos como los "**comechados**" (coimeros).

El diario "La República" recogía ayer una disputa del canciller y el titular de los destinos económicos, **Carlos Boloña Behr**. Aquél emitió opiniones respecto de que Perú debía solicitar una reducción de su deuda externa. **La contestación de Boloña fue tajante: zapatero a tus zapatos. "De la deuda externa me ocupo yo"**, dijo Boloña. Es la primera evidencia de disensos en el gabinete de Fujimori, luego de las dos renuncias que siguieran inmediatamente al golpe.

Las inclinaciones autoritarias de Fujimori ya le han valido un apelativo entre los (por lo menos por ahora) escasos opositores a su gestión: "**Chinochet**". Sin embargo, el "Chino" anunció ayer que espera hacer las reformas constitucionales **mucho antes de 1995, año en que finaliza su mandato.**

Su objetivo final es, obviamente, "el establecimiento de una verdadera democracia". **La vieja película pasada una vez más...**

Hernando de Soto, influyente personaje, presidente del Instituto Libertad y Democracia **solicitó la mediación del ex secretario general de la ONU, Javier Pérez de Cuellar**, quien habría aceptado la sugerencia y se dispondría a tratar de acercar dos partes (gobierno de facto y legisladores destituidos) **aparentemente irreconciliables.**

- **Incapacidad**

La impresión que deja la situación peruana al observador externo es la de **una gran falta de capacidad de su dirigencia para resolver dentro del sistema, disputas que son propias del mismo.** Como dijera un empresario limeño: ... democracia, como cu... estructura, es **tan buena ... el peor de sus compon...** Uno puede ir a ver «Ca... Broadway, y le parecerá ... ravillosa. Si los derechos ... obra los compra para mo... la en Lima, digamos, un... presario incompetente, ... contrata actores y bailar... incompetentes, realiza dec... dos lamentables y, adem... cobra la entrada más cara ... en New York, **es esperable ... el público y los críticos di... que la obra es pésima. En... lo que pasó con nuestra i... piente democracia: excel... argumento con pésimos a...** res".

EE.UU. Acepta en privado el autogolpe en Perú

150023

14/4/92

Perú 66817

11164 F. Político

11302

65890

11400

Según el New York Times

EEUU acepta en privado el autogolpe en Perú

Nueva York (ANSA)

■ El gobierno de Estados Unidos piensa que el presidente "de facto" de Perú, Alberto Fujimori, debe hacer un referéndum constitucional para conferir legitimidad a su "autogolpe" del 5 de abril, reveló hoy el New York Times.

"Aunque no es lo ideal, esta fórmula de golpe democrático con plebiscito podría ser la única manera de conservar legitimidad y de sentar las bases para levantar una democracia auténtica en el futuro", afirmó el comentarista político Leslie H. Gelb. Según Gelb, la Casa Blanca seguirá censurando públicamente a Fujimori, pero en "privado lo instará a que trate de obtener un mandato (popular), mediante un referéndum realmente libre sobre una serie de reformas constitucionales fundamentales".

Esta es la forma en que el presidente George Bush piensa "tratar de lidiar con las realidades infernales de Perú", dijo Gelb.

Este calificó a la iniciativa de la Casa Blanca de "creativa" y opinó que "en un mundo lleno de dirigentes democráticos terriblemente vulnerables", se hace necesario "atemperar la pureza (de los principios) con el pragmatismo".

Lo cierto es que Bush y la mayoría de los otros gobernantes de las Américas simpatizan con la lucha de Fujimori contra la corrupción, el narcotráfico y el terrorismo, y no quieren hacer nada que pueda perjudicarla de una manera permanente", afirmó Gelb.

Fujimori anunció ayer que plebiscitará el programa de su régimen dentro de unos seis meses, pero del comentario del **New York Times** se desprende que Estados Unidos no está de acuerdo con ese paso.

Gelb reconoció que "Esa maniobra le dará una victoria rápida" pero reveló que "los funcionarios del gobierno estadounidense alegarán que no le conferirá ni la legitimidad ni el poder que necesita a largo plazo para convocar una nueva elección parlamentaria y nombrar a nuevos funcionarios del Poder Judicial".

Otra objeción de Estados Unidos a la iniciativa plebiscitaria de Fujimori se basa en que ella tampoco le conferiría "el control que necesita ejercer sobre sus corruptos aliados militares", agregó.

Sendero Luminoso volvió a atacar: 4 muertos en atentado a una comisaría

Simpatizantes del presidente Alberto Fujimori y seguidores del ex mandatario Alan García se enfrentaron ayer a golpes de puño frente al Palacio de Justicia de Lima. La explosión de un coche bomba presuntamente colocado por Sendero Luminoso frente a una comisaría de El Callao provocó cuatro muertos y catorce heridos.

LIMA, 13 (AP, AFP y Reuter). — La **explosión de un coche-bomba** frente a una comisaría de **El Callao**, en un atentado presuntamente cometido por la guerrilla maoísta **Sendero Luminoso**, causó hoy al menos **cuatro muertos y catorce heridos.**

De confirmarse la autoría senderista, sería el tercer ataque sangriento perpetrado por esa organización en los últimos cinco días, lo que indicaría un **recrudecimiento de la violencia terrorista** desde el autogolpe que hace poco más de una semana encabezó el presidente **Alberto Fujimori.**

La explosión, provocada por el estallido de unos 80 kilogramos de dinamita, de acuerdo con informes de los expertos policiales, sacudió la zona en un amplio radio: **tres civiles que transitaban por el lugar y un policía que estaba de guardia en la puerta de la comisaría resultaron muertos en forma inmediata,** en tanto que por lo menos otras catorce personas, en su mayoría ocupantes del edificio contiguo a la dependencia policial, quedaron con heridas de distinta consideración.

Apenas pasada la medianoche del domingo los terroristas se apoderaron de una camioneta del transporte público en las cercanías del aeropuerto limeño Jorge Chaves. Desde allí trasladaron el vehículo hasta la zona de El Callao, unos 15 kilómetros al oeste de Lima, donde lo estacionaron frente a un edificio de cuatro pisos contiguo a la comisaría del distrito de Bella Vista.

Las autoridades dijeron que entre el domingo y el lunes **nueve personas murieron** en distintas acciones terroristas en todo el país. De esa manera el número de víctimas fatales desde el autogolpe de Fujimori se eleva a cuarenta.

Observadores locales estiman que Sendero Luminoso se propone resistir con una escalada de acciones de violencia al objetivo anunciado por Fujimori de erradicar el terrorismo.

Anoche el presidente anunció que el presunto "número dos" de Sendero, **Osman Mor[...]** sería trasladado del penal de **Canto Gra[...]** **(donde cumple condena actualmente) ha[...]** otra prisión.

La relocalización de los **senderistas dete[...]dos** plantea un serio desafío al gobierno: a[lre]dedor de **700 prisioneros miembros de esa [...]da armada seguían hoy parapetados dentr[o de] sus pabellones en la cárcel de Canto Gra[nde] para impedir el ingreso de los guardias y [su] posterior traslado a otros presidios.**

En otra expresión del malestar político [ge]nerado por el autogolpe, partidarios de F[uji]mori y militantes del Partido **Aprista** se [en]frentaron hoy a golpes de puño frente al P[ala]cio de Justicia limeño. **Los choques se prod[uje]ron al mismo tiempo que la esposa del ex [pre]sidente Alan García, Pilar Nores, tratab[a de] presentar un recurso de amparo en favo[r del] ex mandatario, lo que —por segundo día [con]secutivo— le fue impedido por los efectivo[s del] ejército que custodian el edificio.**

Afirman que Sendero se expande en América

WASHINGTON, 13 (Enviado especial). — Sendero Luminoso **"está financiado por grupos guerrilleros afines" en Bolivia, Brasil y Ecuador** y se puede convertir en **"una amenaza"** para toda América del Sur "sino se lo reprime eficazmente".

La información-advertencia fue lanzada ayer aquí por el canciller peruano **Augusto Blacker Miller** en la reunión a puertas cerradas que mantuvo con sus colegas de la OEA y revelada a **Clarín** por altas fuentes diplomáticas argentinas.

El mismo tema explicó Blacker Miller después en el encuentro a puertas abiertas y, sin lugar a dudas, fue el que más impactó.

Consultado por **Clarín** el canciller **Guido Di Tella** dijo que hasta ahora el gobierno argentino **no tiene información** sobre supuestos movimientos de ese grupo terrorista peruano en nuestro país, pero advirtió que esta eventualidad **"sería trágica"**.

Blacker Miller dio otros conceptos sobre las actividades de ese grupo guerrillero creado a principios de 1980 y que ya causó 25 mil muertos en el Perú. Los más importantes fueron: "Los antiguos manuales que estudiaban la doctrina de la guerra revolucionaria decían que para que los grupos subversivos triunfansen, era condición imprescindible contar con un significativo apoyo del exterior. En el Perú, es lo **contrario**.

"Con ayuda del dinero del narcotráfico tienen una enorme capaciidad para irradiarse hacia los países vecinos. Tenemos conocimiento de que **ya han aparecido grupos vinculados a Sendero Luminoso en algunos países hermanos**.

"Desde hace algunos años Sendero Luminoso y el Movimiento Revolucionario Túpac Amaru, han entrado **en criminal alianza** con los grupos narcotraficantes en la zona del valle de Huallgaga. Los primeros les dan protección a cambio de dinero y armas.

"Sendero es el grupo terrorista **más rico del mundo**, pues cada año dispone de unos cien millones de dólares provenientes del narcotráfico para financiar sus actividades violentas, para adquirir armamento más sofisticado y sobre todo, para financiar sus actividades subversivas en otros países del área.

"En cambio, los Estados Unidos solo **"nos dan una ayuda de 36 millones de dólares"** para enfrentar al narcotráfico y al terrorismo.

Agencia AP



El canciller peruano Augusto Blacker Miller dialoga con los periodistas en la OEA.

01-01

9203513

Los "duros" y los "blandos" ante el golpe de Fujimori

ARGENTINA y Brasil encabezaron la posición "dura" en Latinoamérica respecto al Golpe de Estado perpetrado en Perú por parte del Presidente Alberto Fujimori y las Fuerzas Armadas el pasado seis de abril

En el otro extremo del arco se ubicó Bolivia, cuyo Presidente Jaime Paz Zamora, apenas *"lamentó"* la ruptura del orden democrático en Perú y amenazó al Parlamento boliviano con medidas del mismo corte.

La reacción de los países, previo a la reunión de Cancilleres de la OEA, puede resumirse en estos términos:

ARGENTINA : El Gobierno de Carlos Menem asumió una posición dura ante el golpe de Fujimori. Llamó al Embajador en aquel país y abrió su representación diplomática para eventuales asilados políticos. Argentina propicia la suspensión de Perú como miembro del Grupo de Río hasta tanto se restablezca el orden institucional.

BRASIL : Inicialmente se registró una reacción severa: llamó a su representante diplomático, Raul Fernando Leite Ribeiro, suspendió los proyectos bilaterales que estaban en marcha (por valor de dos billones de dólares), y en una nota oficial de Itamaraty se habla del *"luto democrático en América latina"* y el Gobernador de Río de Janeiro, Leonel Brizola, dijo que "la lluvia siempre comienza de aquel lado (detrás de la cordillera) la serie de dictaduras de los años 60 comenzó allá". Luis I. Da Silva (Lula) calificó de "preocupante y grave" lo ocurrido en Perú.

BOLIVIA : El Presidente Paz Zamora amonestó a sus legisladores por su presunta ineficacia y corruptela y amenazó con medidas parecidas a las tomadas por Fujimori.

CHILE : El Gobierno de Patricio Aylwin congeló virtualmente sus relaciones bilaterales. Suspendió las nergociaciones sobre la aplicación de algunos aspectos del Tratado de Paz chileno - peruano de 1929 y dejó en suspenso la visita de Fujimori proyectada para agosto próximo.

ECUADOR : El Gobierno de Rodrigo Borja se mostró partidario de una actitud compresiva hacia el gobierno de facto peruano, presionado por una *"agobiante"* deuda externa y las *"injusticias del comercio mundial"*

MEXICO :El Gobierno de Carlos Salinas de Gortari, apeló a la postura de no injerencia en cuestiones internas de otros países y, de hecho, obró de contrapeso de los *"duros"* en la reunión de OEA

VENEZUELA : El Gobierno de Carlos A. Pérez llamó *"dictador"* a Fujimori y calificó su actitud de *"traición, deplorable y peligrosa"* al tiempo que advertía que la decisión del golpista *"causará más daño que beneficio a Perú"*. ■

UNA MISION DE LA OEA LLEGARA EL MARTES A LIMA

La incógnita militar

Clarín EN LIMA

LIMA, 15 (Enviado especial). — La incógnita militar es hoy el factor más difícil de despejar en la presente ecuación de poder del Perú. **Alberto Fujimori** actúa traduciendo seguridad de que el respaldo de las fuerzas armadas a su gobierno es sólido, mientras que la oposición se entusiasma con la posible siembra en el ánimo uniformado de una "**duda profunda**" sobre la conveniencia de que el golpe perdure.

En la presente situación es difícil saber cuánto de realidad y cuánto de expresión de deseos mezcla cada posición, pero algo queda en claro: después de asumir el rol de socios del presidente en el nuevo poder han encontrado que la situación derivada de esa decisión es **de una gran inquietud**.

La sospecha de que la adhesión militar a Fujimori fue parte de un operativo de autoprotección de las fuerzas armadas contra las acusaciones de corrupción de sus cuadros por el narcotráfico se está generalizando. El comandante conjunto, general **Nicolás de Bari Hermoza**, debió realizar ayer una presentación ante el ministro de Defensa, general **Víctor Malca**, para que solicite confirmación a la Embajada norteamericana en Lima sobre la existencia de una lista que contiene los nombres de "120 oficiales supuestamente comprometidos con el narcotráfico".

El presunto documento —elaborado por la DEA (**Drug Enforcement Administration**)— habría sido traído al Perú por el subsecretario de Estado adjunto para Asuntos Interamericanos, **Bernard Aronson**, en el viaje que realizó en las mismas horas en que Fujimori consumaba su autogolpe. Otras versiones de fuentes bien informadas señalaron que la lista incluiría 104 nombres, cifra resultante de una revisión realizada por el Departamento de Estado de la nómina original de la DEA que tenía 140 implicados.

Aun antes de la quiebra institucional de la semana pasada, los expertos locales en materia de narcotráfico daban por sentado y comprobado que muchos oficiales —militares y de la policía— con destino en el valle del Alto Huallaga prestan una suerte de "**servicio de protección**" a las denominadas **firmas**, versión local de los carteles de la droga colombianos, a cambio de sobornos. La estimación más generalizada señala que, por ejemplo, jefes y oficiales superiores de la fuerza aérea peruana (FAP) cobran entre 10.000 y 20.000 dólares, según la importancia de la carga, para garantizar la inmunidad de los vuelos de los aviones de los traficantes.

La DEA ha presentado varias quejas al gobierno peruano, dicen las fuentes, pero la situación creada después del golpe es mucho más tenaz. Washington decidió ayer retirar del Perú una treintena de tropas especiales —**boinas verdes**— que actuaban como instructores del personal militar que debe participar en la lucha contra las drogas.

La acción incrementada de **Sendero Luminoso** es otro de los motivos para la desazón. Las fuentes políticas revelan que los militares hablan de una presión de Fujimori y de sus asesores para que se logre una rápida detención de **Abimael Guzmán**, el jefe senderista al que se persigue desde hace trece años. Los expertos en imagen que asesoran al presidente de facto le han asegurado que la detención del senderista volvería ociosa la actual discusión doméstica e internacional sobre la legitimidad del poder, **solo por el hecho de** haber logrado lo que ninguno antes.

Después del golpe de la semana pasada, **Fujimori** decidió elevar a un millón de dólares —el doble de la cifra anterior— la recompensa que hasta ahora ofrece por todos los medios de comunicación a quien aporte datos que lleven a la captura de Guzmán. Además, el canciller **Augusto Blacker Miller** inició un riesgoso camino cuando eligió atemorizar a la Argentina, Bolivia y el Ecuador, y por extensión a América latina toda, con el fantasma de una expansión de Sendero. El portavoz del gobierno de facto dijo que esos tres países ya tienen a Sendero operando dentro de sus fronteras y que la organización cuenta con recursos anuales de 100 millones de dólares para financiar sus planes.

Gustavo Gorriti —considerado aquí el principal experto en la organización— sospecha que Blacker Miller desfigura la realidad para servir a los propósitos del gobierno. "Es verdad que Sendero tiene un proyecto político continental —dijo a **Clarín** el autor de «Sendero -Historia de la guerra» y que es un riesgo serio para la estabilidad peruana, pero las denuncias sobre una presencia senderista en la Argentina se probaron falsas. En Bolivia tiene mayor influencia por la tradición «maoísta» de la izquierda que es tan fuerte como en el Perú.

Según las fuentes políticas los militares están preocupados por esta retórica de Blacker Miller que, en el caso de Ecuador, país con el que el Perú tiene un litigio territorial abierto, podría incrementar las tensiones bilaterales.

Gorriti dice, además, que una cifra más aproximada para los recursos que Sendero deriva del narcotráfico se ubica entre los 20 y los 40 millones de dólares. "Lo que Blacker Miller no dice es que el golpe le ha resuelto un problema de visión estratégica a Sendero al darle la herramienta de organización que supone combatir a una dictadura", agrega.

El domingo llegará a Lima **Máximo San Román** —vicepresidente primero que desafió a Fujimori— y el martes lo harán **Joao Baena Soares**, secretario general de la OEA, y el canciller uruguayo Héctor Gross Espiell, para promover conversaciones destinadas a restablecer el orden constitucional. Los mandos temen que estas presencias den aire adicional a la oposición y que Fujimori les solicite reinstalar mecanismos represivos. En cualquier caso los militares peruanos están comprobando una vez más que en América latina es mucho más fácil usurpar el poder que construir con él la propia gloria.

Oscar Raúl Cardoso

01-01

920351/5

por sus propios militares, tomó la iniciativa para sancionar a Fujimori

Venezuela suspendió relaciones con Perú

Caracas (Reuter, DPA) — El presidente venezolano, Carlos Andrés Pérez, que logró superar un intento de golpe militar el 4 de febrero, tomó ayer la iniciativa contra otro quiebre democrático y dispuso la suspensión de las relaciones diplomáticas con Perú, donde su colega Alberto Fujimori disolvió el Parlamento con apoyo de los militares.

Según analistas, además de la condena al autogolpe de Fujimori, en la decisión de Pérez pesó marcadamente su estrecha relación con Alan García, ambos integrantes de la Internacional Socialista. Carlos Andrés Pérez, además, es "compadre" de García, ya que es el padrino de uno de los cuatro hijos del ex mandatario peruano.

"Venezuela ha mantenido ante la situación de Perú una posición clara y categórica junto con otros países en el seno de la OEA (Organización de Estados Americanos) que condena la acción del presidente peruano Alberto Fujimori", dijo el canciller venezolano.



Alberto Fujimori



Carlos A. Pérez

• **Anuncio**

"Hemos exhortado para que haya respeto a la Constitución y a las leyes. Ahora debo anunciar en nombre del gobierno nacional que hemos suspendido las relaciones con Perú", subrayó.

Una fuente del Ministerio de Relaciones Exteriores dijo que Venezuela ordenó a su embajador en Lima que regrese inmediatamente a Caracas.

Explicó que a diferencia de la ruptura de relaciones diplomáticas, la embajada venezolana permanecerá abierta pero a cargo de un funcionario de menor jerarquía.

El gobierno venezolano fue uno de los más duros críticos de la decisión del presidente peruano Alberto Fujimori que la semana pasada cerró el Parlamento y asumió la suma del poder público alegando la necesidad de adoptar medidas drásticas contra la corrupción legislativa y judicial, y para luchar contra la guerrilla y el narcotráfico.

Pérez expresó la semana pasada su preocupación por la situación de Perú y advirtió a su colega Fujimori que estaba llevando al país por un camino peligroso y que debía rectificar la medida.

En la última reunión de cancilleres de la OEA celebrada en Washington, el organismo interamericano decidió enviar una misión a Lima para promover el diálogo entre Fujimori y la oposición que permita restaurar el orden democrático en Perú.

Venezuela junto a Argentina fue uno de los países que adoptaron posiciones más duras en la reunión, dijeron fuentes diplomáticas.

La suspensión de relaciones de Venezuela con Perú podría estar vinculada a los estrechos lazos de amistad entre el partido del presidente Carlos Andrés Pérez y el aprista del ex mandatario Alan García, actualmente en la clandestinidad, dijeron analistas.

Cuando se lo consultó si la decisión venezolana podría estar dada como "consecuencia natural" por las vinculaciones entre el Partido Acción Democrática, actualmente en el poder en Venezuela y el Partido Aprista, el ex canciller Carlos Torres y Torres Lara respondió: "Esa es la segunda razón que yo le veo, o sean esto pesan razones políticas internas en cada país", dijo Torres Lara, ex canciller de Fujimori hasta que renunció el año pasado. "De modo que eso también indudablemente ha empujado a una decisión de esta naturaleza", agregó.

Acción Democrática y el Partido Aprista, tienen estrechos lazos históricos y ambos son integrantes de la Internacional Socialista. Pero además Pérez es "compadre" de García, al ser padrino de uno de los cuatro hijos del ex mandatario.

Alan García, otra vez a juicio

Lima (Reuter) — El presidente Alberto Fujimori autorizó ayer a su gobierno de facto a iniciar juicio contra el ex presidente Alan García y a su ex ministro del Interior por posesión ilegal de armas.

En otra medida para erradicar los vestigios del gobierno de García, Fujimori anunció que disolvería las asambleas de gobiernos regionales y consejos formados durante el gobierno aprista entre 1985-1990.

• **Autorización**

La resolución ministerial publicada ayer en el diario oficial "El Peruano" sostiene que el procurador público queda autorizado para iniciar acciones judiciales contra García, actual secretario general del Partido Aprista Peruano (APRA) y a su ex ministro Agustín Mantilla.

García se halla oculto en un lugar cerca de Lima desde que logró evadir soldados y tanques del ejército enviados a su residencia poco después de la suspensión del orden democrático.

SIN HACER CONSIDERACIONES POLITICAS, APROBO EL PLAN ECONOMICO

Apoyo del Fondo Monetario al Perú

WASHINGTON (Reuter y AFP). — El Fondo Monetario Internacional **(FMI) aprobó la marcha del plan económico del Perú durante el primer trimestre del año y decidió que continúe adelante el programa de asistencia vigente entre el organismo y el gobierno de Alberto Fujimori.**

El directorio del FMI centralizó su análisis en **las cifras del primer trimeste del año y dejó de lado consideraciones políticas sobre la situación del Perú**, señaló una fuente del organismo. Al informar sobre la decisión tomada con respecto al plan económico peruano, la fuente sostuvo que las autoridades del FMI **enviaron un claro mensaje al gobierno peruano para que mantenga firme el rumbo del ajuste instrumentado desde el año pasado.**

La decisión del FMI fue seguida con expectativa por los medios económicos y políticos tras la sorpresiva disolución del Congreso Nacional que llevó adelante el 5 del corriente el presidente peruano, Alberto Fujimori.

La dura medida presidencial generó preocupación en los medios económicos internacionales por el rumbo que iba tomar el plan de austeridad y ajuste que viene implementando el gobierno con el soporte de los créditos externos.

Los interrogantes más inquietantes quedaron planteados después que los **Estados Unidos** decidieron suspender una ayuda de **más de 200 millones de dólares**, en protesta por las medidas arbitarias tomadas por Fujimori.

El respaldo que recibió **del FMI el plan económico peruano** se conoció casi al mismo tiempo en que finalizaba la visita de tres días a **Washington** que realizó el ministro de Economía **Carlos Boloña**, para mantener abiertas las fuentes de financiamiento y cooperación que consiguió Perú en los últimos meses de 1991.

Tras el encuentro que mantuvieron Boloña con el subsecretario del Tesoro, **David Mulford**, las autoridades norteamericanas destacaron que la reunión **no debe ser interpretada como una aprobación del "autogolpe"**

El portavoz del Tesoro estadounidense sostuvo que la reunión fue "**básicamente para discutir la situación económica del Perú y el compromiso del gobierno de pagar sus deudas a los organismos internacionales**".

El funcionario enfatizó que "el encuentro no debe ser visto como una aprobación de los Estados Unidos a las acciones tomadas por Fujimori al suspender las instituciones democráticas".

Boloña concurrió a la reunión con Mulford acompañado por el negociador de la deuda externa peruana, **Raymundo Morales**, y por el representante del Perú en el Banco [illegible]

el vicepresidente del **Banco Interamericano de Desarrollo (BID), James Conrow**, sin que se registraran gestos de apoyo del organismo financiero.

El titular del BID, **Enrique Iglesias**, sostuvo después del autogolpe que el banco seguirá las pautas marcadas por la OEA que el lunes "deploró profundamente" las acciones de Fujimori y lo instó a "restablecer urgentemente" las instituciones democráticas.

En su visita a los Estados Unidos, Boloña se reunió también con **Ted Mc Namara**, alto funcionario del Consejo Nacional de Seguridad; **Michel Camdessus**, titular del FMI, y con **Lewis Preston**, presidente del Banco Mundial.

Hasta la decisión de Fujimori de descabezar el Parlamento y el Poder Judicial, **Boloña era considerado un "niño mimado" en los círculos económicos internacionales por haber colocado al Perú en el camino de la recuperación económica.**

En este sentido lo que más se le reconoció a Boloña fue su acción **para restablecer las bases del crédito internacional para el Perú.**

Oscar de la Puente, nuevo primer ministro peruano

Lima (AFP)

■ El abogado Oscar de la Puente Raygada fue designado este lunes, primer ministro de Perú, por el presidente Alberto Fujimori que en la víspera cerró el Parlamento, informó el Palacio de Gobierno de Lima.

De la Puente de 52 años que se desempeñaba como ministro de Vivienda, cargo que continuará ejerciendo, reemplaza al ex primer ministro y ministro de Trabajo Alfonso de los Heros.

El nuevo primer ministro juramentó el cargo inmediatamente después de efectuarse el anuncio de su designación en una ceremonia especial efectuada en el Palacio de Gobierno.

Las designaciones de los nuevos componentes del nuevo Consejo de Ministros para el gobierno de reconstrucción nacional que ha sido anunciado por el presidente Fujimori, se efectuó tras el juramento de De la Puente.





CORDON

Las Fuerzas Armadas controlan las calles. El dirigente peruano asegura que la democracia se reimplantará dentro de año y medio.

El APRA va a la guerra

Miembros del principal partido opositor de Perú toman las armas para combatir el golpe de Fujimori

ROMAN OROZCO, enviado especial, Lima

NADA como un golpe de estado para legitimar la violencia. La del Gobierno, por mantener un burdo poder. La del terrorismo, porque no hay mejor motivo para reivindicar su sangrienta ideología. Y la de la oposición, para recuperar la democracia. A pesar de la pasividad de la población ante la despótica actitud del presidente Alberto Fujimori, todo indica que Perú puede añadir muchos muertos a su larga lista de desgracias.

Para empezar, el hombre que de un plumazo desmanteló el poder judicial del país ha sido condenado a muerte. Fujimori puede ser ejecutado por un comando de la Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), partido del ex presidente Alan García. O al menos lo intentarán.

La voz del prefecto de Policía Pedro Mainas sonaba nerviosa a través de la radio. Desde Huaraz, capital de la provincia de Ancash (al norte de Lima), Mainas daba una noticia que no sorprendió a los especialistas: el nacimiento de un comando clandestino del APRA, el partido que gobernó el país hace dos años, antes de la llegada de Fujimori al poder.

Ese comando, en su comunicado número uno, decretaba vacante la presidencia de la República, al igual que habían hecho congresistas de la oposición, y condenaba a muerte a Fujimori y al mismo prefecto Mainas. ¿Una broma de mal gusto? ¿Un grupo de jóvenes apristas exaltados?

No lo parece. A las 24 horas del autogolpe de estado del 5 de abril protagonizado por el presidente con el apoyo del Ejército, la subsecretaria general del APRA, la senadora Mercedes Cabanillas, afirmaba que su partido había «pasado a una virtual clandestinidad para organizar la oposición a la dictadura militar».

Para empezar, el 9 de abril, el Parlamento en la clandestinidad nombraba como presidente a Carlos García, segundo vicepresidente de Fujimori, ahora exiliado en la embajada argentina en Lima.

«Aquí estamos, clandestinos», decía a este enviado Enrique Ghersi, uno de los fundadores del Movimiento Libertad del escritor Mario Vargas Llosa. Ghersi había declarado a esta revista hace dos años —cuando Vargas Llosa le disputaba la presidencia al que parecía su principal oponente, el aspirante por el APRA Luis Alva Castro— que «los apristas son malos perdedores, fuertes y, además, están armados».

Eso era en marzo de



AYDAM

Las fuerzas de seguridad buscan a los opositores del presidente.



LUIS RUBIO

Fujimori está apoyado por el Ejército.

1990. La pasada semana, Ghersi ratificó aquella impresión. El APRA, o al menos parte de sus militantes, podía escoger la vía de las armas tras el golpe de Fujimori. «Ellos apoyaron a Fujimori en la segunda vuelta de las elecciones —dice Ghersi—, pero cuando comenzó a gobernar, se sintieron traicionados. Fujimori hacía todo lo contrario de lo que había prometido en la campaña electoral». El nuevo presidente aplicó desde el primer momento una política neoliberal, siguiendo las directrices del Fondo Monetario Internacional, imposible de digerir para el APRA.

SIN APOYO POLITICO. Ahí está el origen del terremoto que sacudió Perú. Fujimori llegó a la presidencia con un 57 por ciento de los votos, pero su partido, Cambio 90 —una organización sin ideología ni arraigo en el país—, obtuvo muy pocos diputados y senadores. El presidente se vio obligado a poner en marcha un durísimo ajuste económico y perdió la confianza no solamente del APRA, sino también de otros partidos como Izquierda Unida (IU) e Izquierda Socialista (IS), que lo habían apoyado como un mal menor frente al representante de la derecha, Vargas Llosa. De los 180 miembros de la Cámara de diputados, Cambio 90 tenía sólo 29 y muchos de ellos iban a desertar pronto. De los 60 senadores, el partido de Fujimori únicamente contaba con 14.

Así no podía gobernar. Y dado el carácter del presidente, poco favorable a la negociación y concertación con la oposición, de inmediato se vio solo ante un Congreso que le echaba por tierra los decretos que salían de palacio a un ritmo de dos por semana. «Pienso que él tuvo siempre en su programa político disolver el Congreso», dice ahora Ghersi.

Y lo hizo. Lo hizo perjudicando al más veterano partido del país, el APRA. Fundado en 1924 por Raúl Haya de la Torre, uno de los legendarios políticos que dio América Latina a comienzos de siglo, el APRA iba a alternar periodos de esplendor en el poder con épocas de clandestinidad. El propio Haya de la Torre pasó años de cárcel y exilio en embajadas.

Hoy, esa situación se repite con Alan García, uno de los alumnos favoritos. Hijo de uno de los más viejos miembros del APRA, García fue un político aventajado que se ganó la simpatía del fundador y conquistó la presidencia con sólo 35 años. Hoy, como hizo su padre en los años 50 bajo la dictadura del general Manuel Odria, Alan García vive en la clandestinidad. La noche del golpe, García se ocultó en el depósito de agua de una casa abandonada.

En las primeras horas del golpe, algunos de los más destacados dirigentes de su partido fueron detenidos, aunque horas más tarde, muchos fueron liberados. García se salvó de milagro de no caer en las garras del Ejército, que acudió a su casa para detenerle en los primeros momentos del golpe. Tres ex ministros suyos, un general, varios diputados y senadores del APRA (del que García ha vuelto a ser nombrado secretario general) están detenidos. Sobre otros dos generales que colaboraron con él pesa orden de detención. La prensa que apoya a Fujimori repetía la noticia de que Agustín Mantilla, ex ministro de Interior, estaba detrás del grupo terrorista Comando Rodrigo Franco.



ALEJANDRO BALAGUER

Alan García, líder del APRA.

Rodrigo Franco era una joven promesa del APRA que fue asesinado por el grupo ultraizquierdista Sendero Luminoso al poco tiempo de que García llegase al poder. En 1988, fue asesinado un abogado que defendía a los senderistas y la acción fue reivindicada por un comando que tomó el nombre del aprista Rodrigo Franco. Desde entonces, el comando teóricamente aprista ha realizado diversas acciones, aunque algunos observadores afirman que su nombre ha sido utilizado por grupos paramilitares ajenos al aprismo.

Además de ser acusado de estar detrás del grupo Rodrigo Franco, el ex ministro Mantilla podría ser enjuiciado por posesión de armas que únicamente pueden utilizar las tropas del Ejército y la Policía. Según el Gobierno, en una de las casas de Mantilla se encontró un arsenal que las emisoras oficiales de televisión exhibieron con todo lujo de detalles.



ALEJANDRO BALAGUER

Presos de Sendero Luminoso: ahora pueden justificar su terror como una guerra contra la dictadura.



SYGMA CORDON

La población no ha reaccionado ante el golpe. Según las encuestas, el 70 por cien'o apoya a Fujimori.

Tras las primeras detenciones llevadas a cabo, los apristas parecen ser el bocado más apetecido por Fujimori. Por ello, Ghersi afirma que no sería extraño que los apristas más radicales pasaran de la simple clandestinidad a la lucha armada.

De esta forma, las fuerzas guerrilleras en lucha contra el Gobierno de Fujimori aumentarían. Además de Sendero Luminoso —responsable y víctima de la mayoría de los 22.000 muertos habidos en el país en estos últimos 11 años— y del Movimiento Revolucionario Tupac Amaru (MRTA), podrían empuñar las armas algunos apristas y posiblemente los militantes del comunista Partido Unificado Mariateguista (PUM). Tanto el PUM como Sendero Luminoso son escisiones del Partido Comunista que José Carlos Mariátegui fundó en los años 20. En realidad, Sendero Luminoso es la abreviatura periodística de Partido Comunista Marxista Leninista de Perú por el Sendero Luminoso de Mariátegui.

EL APRA ha comunicado que, según reza la Constitución, «ante un poder usurpador», el pueblo tiene derecho a la insurgencia

Incluso un ex ministro de Alan Ga-cía y alto dirigente del APRA, que ha pedido mantenerse en el anonimato, asegura que «un 70 por ciento del partido está formado por fundamentalistas y anti imperialistas que pueden optar por la lucha armada. De hecho, algunos ya han pasado al MRTA».

No es extraño que en este enrarecido ambiente, el APRA hiciera público un comunicado a finales de la pasada semana en el que recuerda a la población que tiene el derecho a la insurgenci: ante un «poder usurpa dor», tal como reza el artí culo 82 de la Constitucióı vigente que Fujimori anu ló en 15 minutos de men saje televisado el pasado : de abril. El mismo comuni cado acusaba al president del delito de sedición.

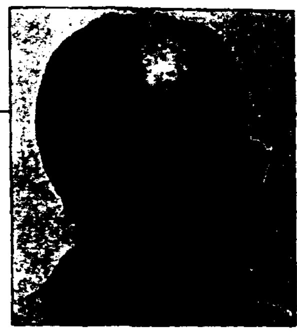
Con la Constitución eı la mano, afirma Ghersi Sendero Luminoso podrí: pasar de ser un grupo te rrorista sanguinario a uı grupo insurgente. Podrí: incluso pedir a la Conven ción de Ginebra su reco nocimiento como parte d una guerra contra un Go bierno ilegítimo y pedir l: presencia de los *cascos azu les* de la ONU.

Pero hay que contar coı la realidad inmediata. ` esa realidad es que el pre sidente cuenta con el res paldo, incluso según en cuestas de grupos que n lo apoyaron nunca, de má de un 70 por ciento de l: población, que apoya e golpe de estado. Y, sobr todo, detrás de Fujimor hay un Ejército de 120.00(hombres que tienen ahor: la oportunidad de llevar : cabo una guerra total contra los sen deristas sin necesidad de rendiı cuentas de cómo la llevan a cabo n de cómo emplean el dinero que s les entrega.

Mientras, EE UU, principal sumi nistrador de armas y asesores milita res del Ejército peruano, mantien su tradicional doble cara respecto : América Latina. Actitud que pued resumirse en las palabras del presi dente del subcomité de la Cámara d Representantes para asuntos del he misferio americano, Robert G. Torri celli: mientras califica de «accióı condenable» la disolución del Parla mento y del poder judicial, afirm: que ésta hay que entenderla en e contexto del «rápido deterioro» de l: situación política peruana.

Es decir, sacrificar la democraci: por un tiempo para que la democra cia regrese fresca, nueva y triunfante Algo así como en Chile. Con una di ferencia: Salvador Allende murió eı el golpe, pero Alan García, al que lla man ya «Caudillo», vive. ■

O3 9203519

ANTONIO CABALLERO

Escritor y periodista

OPINION

El autogolpe

DICEN ahora, compungidos, que es «un retroceso de la democracia», y el subsecretario de Estado de los Estados Unidos para Asuntos Interamericanos, que coincidencialmente estaba en Lima, cancela púdicamente su prevista reunión con Fujimori. Pero no es eso. Porque jamás ha existido en el Perú la democracia; por el contrario, lo que ha habido siempre es un deliberado, ininterrumpido y exitoso esfuerzo por evitarla —que por añadidura ha contado siempre con el apoyo de los Estados Unidos.

Porque la democracia hubiera sido que gobernara el APRA. Ese partido que —indios excluidos, eso sí— aglutinaba a la mayoría de la población peruana desde que hace 65 años lo fundó Haya de la Torre sobre las clases medias urbanas, el incipiente proletariado industrial y la pequeña burguesía universitaria. Antes de eso, en las primeras décadas del siglo, lo que había era un juego cerrado para blancos de Lima: una restringida «democracia» oligárquica sobre el trasfondo feudal de la encomienda. Luego, ante las mayorías que congregaba el APRA en torno a un programa vagamente socialista y populista, anticapitalista y antiimperialista, para impedir su llegada al poder se fueron alternando la dictaduras militares propiciadas por la oligarquía —Sánchez Cerro, Benavides, Odría— y los gobiernos oligárquicos civiles protegidos o impuestos por los militares: los dos del banquero Prado, el del arquitecto Belaúnde. Eso incluye también el golpe a Belaúnde y la subsiguiente dictadura militar «revolucionaria» de Velasco Alvarado, que pronto se transformó en una más clásica dictadura militar oligárquica con Morales Bermúdez y abrió paso de nuevo a Belaúnde.

A todo esto, el creciente deterioro de la realidad social y económica del Perú acabó permitiendo, finalmente, que el APRA llegara al poder sin que, por una vez, su masiva victoria electoral le fuera arrebatada por el fraude o la fuerza. Y vino entonces lo más cercano a la democracia que ha conocido el Perú: los cinco años catastróficos, retóricos, demagógicos y corruptos de la presidencia de Alan García. Su siniestra incompetencia, a diferencia de la de sus predecesores, no contó con el respaldo de los Estados Unidos, sino con su hostilidad. De modo que además de seguir siendo saqueado desde dentro, el Perú fue sitiado económicamente desde fuera. Y quedó peor que nunca, porque a su ruina física no le quedaba ya ni siquiera la esperanza salvadora de un Gobierno del APRA.

Sobre el fracaso del APRA, y ante el temor de un retorno oligárquico representado por la candidatura de Vargas Llosa, ganó las elecciones Fujimori con el único mérito de que era completamente desconocido. Ya en el poder, sus vagas promesas electorales cuajaron en un neoliberalismo autoritario, o autoritarismo neoliberal, como quiera que se llame eso, que acaba de llegar a su consecuencia lógica: el autogolpe. Pues no es autogolpe solamente porque sea encabezado por el propio presidente, sino sobre todo porque es para seguir exactamente lo mismo.



ALEJANDRO BALAGUER

Abimael Guzmán, líder mesiánico de Sendero Luminoso.

Fracasado todo, al Perú *sólo* le queda Sendero Luminoso, que es el único que se beneficia de todos los fracasos. Porque Sendero es un producto de la estupidez, del fanatismo, de la ignorancia, pero, antes que todo, de la desesperación. Y ni la democracia oligárquica, ni las dictaduras militares, ni el populismo aprista, han sabido detener el crecimiento de la desesperación en las masas peruanas.

A las cuales les esperan tiempos aún peores, sin que eso le importe a nadie. Y menos que a nadie, a los que hablan compungidos de «retrocesos de la democracia». ■

9203520

Hoja 1 de 1
Copia No. 1
S - 2.-
Bn.Ing.Cbte.No.2
C.Florida.
28/1030/ABR/1992

ARCHIVO 1/1.

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.05/92.-

I.-EVALUACION: A - 1.-

II.-RESPONDE A:-Pedido de Información No.013/D-2/92 de la D.E.II.-

III.-T E X T O : =PRENSA ESCRITA=

P. COLORADO

-EL HERALDO:-De aparente posición Batllista, transcribe para el Diario "La República" con una notoria crítica hacia el Gobierno y FF.AA..-Posee un formato tabloide con un tiraje de 1.400 a 1.700 no editándose los domingos y feriados.-
Su redactor responsable es Alberto RIVA BUGLIO(C/A)F.A.).-

-EL PORVENIR:-No se edita desde 1988.-

P.NACIONAL

-EL INFORMATIVO:-Desde 1987 no se edita.-

NUEVO ESPACIO: S/N.-

SIN DEFINIR: S/N.-

FRENTE AMPLIO: S/N.-

=PRENSA ORAL=

C.W. LA NUEVA RADIO:-Aunque su Dtor.,el Sr.Waldemar PASTORINI CANELA está alineado al P.Colorado, uno de sus principales programas - " EDITORAMA " es conducido por el Sr.Juan Fco.GIACHETTO (C/A.,F.A.) quien ha demostrado una actitud crítica hacia las FF.AA..-

C.X. 222 EMISORA LIBERTADOR F.M.:-Su Dtor. el Sr.Silvio Cesareo LOPEZ (C/A.,PCP) realiza críticas hacia el Gobierno y todo tipo de autoridades.-

Ultimamente ha demostrado una tendencia de acercamiento hacia la Unidad.-Esta Emisora es corresponsal de "LA REPUBLICA".-

IV.-ACCION TOMADA:-Confección del presente Parte Especial.-
-Se continúa con la búsqueda de Información.-

V.-DISTRIBUCION:-D.E.II....................(1 Ej........Original).-
-Dpto.2 C.G.E.............(1 Ej.....Copia No..1).-
-D.G.I.D.(AD).............(1 Ej.....Copia No..2).-
-ARCHIVO..................(1 Ej.....Copia No..3).-

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EL JEFE DEL BN.ING.CBTE.No.2.-
TTE.CNEL.
EDUARDO A. FERRO.-

DOC. POCO LEGIBLE.

...-001/1

9203521

ARCHIVO

Hoja 1 de 1
Copia No. 1
S - 2.-
Bn.Ing.Cbte.No.2.
C. Florida.
28.1010.ABR.1992.

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.04/92.-

1/1.

I.-EVALUACION: A - 1.-

II.-RESPONDE A:-Pedido de Información No.014/D-2/92,de la División de Ejército II.-

III.-TEXTO:-Referente al mencionado P.I.,esta Unidad informa:

513601 EL COMITE EJECUTIVO DPTAL.DEL PCU - FLA. ESTA FORMADO POR:

=Clemente RODRIGUEZ(h)hijo de Clemente RODRIGUEZ Sgto.(R).-

=Eduardo Ma. PASSARELLA PIREZ.-

=Julio Angel FERNANDEZ RAGGIO.-

=Julio César MATTOS PUGLIESE.-

Se notó una tendencia de estos dirigentes hacia la CORRIENTE RENOVADORA no cimentándose la misma en parte debido al avance de los "HISTORICOS" en Montevideo y su mayoría en el Comité Central del PCU.- No obstante se continúa con la identificación de cada dirigente en la Corriente Respectiva.-

IV.-ACCION TOMADA:-Confección del presente Parte Especial.-

V.-DISTRIBUCION: D.E.II....................(1 Ej. Original).-
Dpto.2 C.G.E..............(1 Ej.Copia No.1).-
D.G.I.D...................(1 Ej.Copia No.2).-
ARCHIVO...................(1 Ej.Copia No.3).-

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

BATALLON DE INGENIEROS DE COMBATE No. 2 R.O.U.

EL JEFE DEL BN.ING.CBTE.No.2.-
TTE.CNEL.
EDUARDO A. FERRO.-

FECHA 09/09/92 INICIAL (Ao)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

Poco legible.

001|1

9

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA EL [illegible]

FECHA [illegible] 4/11/91

VINCULACIONES 11176 — 11343
10046 — 10064
10106 — 11225
11421 — 11349
11226
11354
11234

ENTRADO	✓
CRUZADO	✓

LA DROGA y [illegible] KM. DE FRONTERA

Tuma dijo que el consumo de drogas en Brasil tiene un ritmo de crecimiento constante, como en el resto del mundo; empero afirmó que la mayor preocupación que tiene el instituto policial es el tránsito por territorio brasileño de cargamentos de cocaína provenientes de países limítrofes tales como Bolivia y Colombia.

En ese sentido el entrevistado expresó que "El Cártel de Medellín mantiene su infraestructura intacta y en los últimos meses comenzó a contratar a transportadoras brasileñas para «disfrazar» la droga con cargamentos de exportaciones normales del Brasil en las áreas de minería y de productos agrícolas".

Tuma explicó que Brasil está abocado hoy a la búsqueda de soluciones de fondo para detectar rápidamente el lavado de dinero proveniente del narcotráfico y lograr, paralelamente, el desmantelamiento de las cuadrillas que transportan la cocaína a través de las fronteras brasileñas con destino a Estados Unidos y Europa. "No olviden ustedes que mi país tiene nada menos que [illegible] kilómetros de fronteras secas con los países que son principales productores de droga, por lo cual los controles son extremadamente dificultosos", anotó Tuma.

Al respecto el jerarca agregó que hace dos o tres años la estrategia de la lucha contra el narcotráfico consideraba prioritario el decomiso de las drogas; sin embargo "hoy es mucho más importante apuntar las baterías y asestar golpes a la estructura de las organizaciones de traficantes, además del decomiso".

"Brasil tiene una enorme cantidad de aeropuertos internacionales, en Río de Janeiro, San Pablo, Río Grande do Sul, Salvador, Recife, en el nordeste y Amazonia —ésta es una zona muy caótica para nosotros—, que permite a los traficantes la introducción y pasaje de drogas", prosiguió diciendo.

"La extensa zona amazónica, concretamente, presenta dos grandes problemas: por un lado, la proximidad con las áreas de producción y por otro la entrada a través de Surinam, por vía Belén, de todos los productos químicos utilizados para el procesamiento de la cocaína. En la última reunión del Grupo de los Siete se discutió ese tema, estableciéndose [illegible] regiones para establecer un rígido control internacional sobre exportaciones de productos químicos".

Tuma explicó que los [illegible] químicos de los cárteles de la droga poseen cualidades técnicas excepcionales: "Todo el tiempo están descubriendo un nuevo producto que [illegible] el anterior; tienen una suerte de capacidad [illegible]".

El jerarca brasileño dijo que en la región del [illegible], próximo a la frontera con Bolivia y Colombia, [illegible] pequeños laboratorios que fueron [illegible] por las fuerzas policiales. "Hace dos meses [illegible] con el Ministro del Interior de Bolivia y pude apreciar que [illegible] país del altiplano [illegible] sobre la muy factible [illegible] de que en esa región se estén instalando otros [illegible] a expensas de los cárteles colombianos".

Para dar una idea acabada del problema que representan los controles dentro de su país, Tuma explicó que durante relevamientos aéreos efectuados en el norte del Brasil se localizaron noventa pistas clandestinas dentro de un área de mayor [illegible] de hectáreas.

UNA POLICIA PARA EL MERCOSUR

"La criminalidad [illegible] puede [illegible] sensiblemente cuando comience a funcionar el MERCOSUR, por lo cual es conveniente que los países miembros implementen sistemas de cooperación policial eficaces y rápidos. En [illegible] se puede seguir el ejemplo de las naciones de la comunidad Europea. En la última regional de INTERPOL en San Pablo surgió un proyecto vinculado al MERCOSUR sobre el cual está previsto trabajar en esta Asamblea Mundial", concluyó el brasileño.

Tuma tiene 60 años de edad y es padre de cuatro hijos. Uno de ellos, con 23 años, es diputado federal. Otro es Jefe de INTERPOL en San Pablo; el tercero es dentista y el cuarto es médico oncólogo que ejerce en Estados Unidos. "Soy un hombre feliz. Me siento como si tuviera 40 años y [illegible] que estoy en condiciones de hacer tambalear delincuentes por unos cuantos años más...". El "superpolicía" aspira a ocupar la Vicepresidencia de INTERPOL y parece ser que tiene bastantes votos.

01/01 9203525

ENTRADO
CRUZADO

El PAÍS 5/11/91

AFRICA



La Mafia se une a Cárteles en Colombia

La Conexión Africana se Activa en el Narcotráfico

En los últimos años se ha desarrollado una nueva ruta para el tráfico de cocaína utilizando países de la costa occidental de África como trampolín hacia los mercados europeos. Los archivos reservados de INTERPOL también revelan un estrechamiento de relaciones entre grupos organizados, como la mafia, y los carteles colombianos. Aquélla habría amenazado con liquidar a los pasadores de no ser incluida en el negocio.

Uno de los especialistas europeos en la lucha contra el narcotráfico que asiste a la Asamblea de INTERPOL y que solicitó no ser identificado dijo a EL PAIS que la organización policial ha detectado un nuevo esquema de movilización de la droga —particularmente cocaína— desde los centros productores sudamericanos hacia los principales mercados consumidores de Europa a través de varios países africanos.

LA CONEXION AFRICANA

Hace relativamente poco que se han establecido servicios aéreos comerciales directos entre las capitales sudamericanas y países tales como Ghana, Cote d'Ivoire ("Costa de Marfil"), Nigeria, Angola y Mozambique. Esto ha permitido a los traficantes servirse de dichas rutas para el traslado de droga hacia los centros consumidores del Reino Unido, la RFA, España y Francia. Grupos de traficantes, en proporción mayoritaria de nacionalidad nigeriana y ghanesa, que ya operaban en el mercado de la heroína, están haciendo su aparición en el de la cocaína. Las capitales de dichas naciones africanas —Abidjan, en Cote d'Ivoire; Lome, en Togo; Dakar, en Senegal y Cotnouw, en Benin— se han convertido en centros importantes de recepción y redistribución de droga sudamericana destinada a Europa.

El experto consultado dijo que el centro de datos de INTERPOL viene detectando este nuevo sistema de distribución desde 1986 a la fecha. Los decomisos de cargamentos y la nacionalidad de los pasadores fue conformando una imagen clara de lo que es esta nueva "conexión africana".

Otro centro que está adquiriendo importancia en el trasbordo de droga destinada a Europa es Marruecos, en el norte de África, por obvias razones de inmediatez geográfica.

MAFIA Y CARTELES

El estudio comparativo de datos recopilados por INTERPOL basados en "guerras" y ejecuciones entre pandilleros sudamericanos y europeos en territorio de Europa, así como en análisis de informes confidenciales y de las formas de operar de los traficantes en el viejo continente, permiten afirmar, dijo el experto, que se ha intensificado y profundizado el relacionamiento entre organizaciones delictivas tales como la Mafia, la Cosa Nostra, la Camorra y los grupos calabreses con los carteles colombianos.

Según [illegible]

[illegible] el informante.

9203526

ZERO HORA
6/11/91

11421
11686
11354
65300
11606

Deputado gaúcho diverge da CPI do narcotráfico

O deputado Wilson Müller Rodrigues (PDT-RS) divulgará, nos próximos dias, um documento com duras críticas à CPI do narcotráfico, da qual faz parte. O parlamentar adiantou, ontem, que a comissão não discutiu as causas do aumento do consumo de cocaína no Brasil nos últimos 20 anos. Ele entende que o aumento se deve à subserviência do Governo brasileiro aos interesses do governo norte-americano. Müller afirma que a política de repressão às drogas do Governo brasileiro é manipulada pelo Governo americano, através da *Drug Enforcement Administration* (DEA), a agência americana de repressão ao narcotráfico. A CPI do narcotráfico encerra seus trabalhos no próximo dia 15.

Wilson Müller assegura que incluirá em seu relatório paralelo ao da CPI dados de uma pesquisa que comprovam o aumento assustador do consumo de cocaína no Brasil nos últimos 20 anos, desde que o Governo americano iniciou uma política anti-drogas na América Latina. Com o esforço americano, o consumo naquele país diminuiu dos 20 milhões de consumidores cadastrados para os atuais 8 milhões.

PROVIDÊNCIAS — O parlamentar explicou que na década de 70, ao constatar que estava perdendo a luta interna contra a cocaína, o Governo americano adotou providências urgentes. A primeira foi aplicar nos Estados Unidos, anualmente, US$ 1 bilhão (Cr$ 671 bilhões) para a prevenção, recuperação e tratamento dos usuários de cocaína. A segunda providência, conforme Wilson Müller, foi dar início a um amplo treinamento das polícias da América Latina, para desviar dos Estados Unidos para outros países as rotas de cocaína do mercado produtor da Bolívia, Peru e Colômbia.

A droga, deixando intactas essas fontes produtoras, caiu de preço, se popularizou e disseminou-se no Brasil e na Europa. Mas custa US$ 25 mil (Cr$ 16,7 milhões) o quilo nos Estados Unidos. No encontro que a comissão manteve com o presidente Collor, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e com os ministros militares, Müller denunciou essa política, classificando-a de perversa. "O presidente me afirmou que desconhecia essa tática e, se fossem verdadeiras essas informações, tomaria medidas para alterar essa política", lembrou o parlamentar.

ROTA — Müller lamentou que tenha sido voto vencido na CPI do narcotráfico. "Tenho convicção e certeza de que a CPI não chegou às causas profundas do incremento de cocaína no País", lamentou o parlamentar. Ele disse que os Estados Unidos conseguiram que as polícias latino-americanas, com auxílio preponderante da Polícia Federal brasileira, estrangulassem as rotas de passagem da cocaína das fontes produtoras para as fontes consumidoras dos Estados Unidos. "Isso acabou consolidando o mercado brasileiro de cocaína, desafogando o mercado americano", atesta o parlamentar.

No relatório, o deputado acusará a DEA de monopolizar a política antidroga na América Latina. "Eles (os americanos) não permitem que a Interpol entre nessa área porque querem monopolizar a informação e manipular as ações dos governos latino-americanos", critica o parlamentar.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA El País

FECHA DE PROCEDENCIA 6/11/91

VINCULACIONES

11176

15175

11101

11225

10034

ENTRADO

CRUZADO

Aumentó el Hurto y el Consumo de Opio en la URSS, Según Viceministro Soviético del Interior Erin

PUNTA DEL ESTE (De nuestros enviados especiales).— Al tiempo que el viceprimer ministro del Interior soviético, Víctor Erín, sostuvo que con el advenimiento de la propiedad privada y el proceso de privatizaciones aumentaron los casos de hurtos y rapiñas en su país, el jefe de la legendaria FBI norteamericana William Session señaló que, lejos de los que se piensa, la denominada "Casa Nostra" está más que viva en los Estados Unidos.

A su vez, fuentes confiables consultadas por los enviados de EL PAIS a la Asamblea de Interpol de Punta del Este, revelaron además que Chile podría ser el país sede de la Regional del organismo a partir de este evento.

Víctor Erín, número 2 de las "fuerzas del orden" soviéticas, aclaró a EL PAIS que "jamás tuvo que ver" con la controvertida policía política de su país, más conocida como la KGB.

Erín sostuvo además que preocupa en la Unión Soviética el notable incremento de las incursiones delictivas, en [illegible] los hurtos, actividad a la que calificó como la "[illegible] lo largo y ancho" de ese territorio.

El viceministro opinó que esta situación [illegible] "desequilibrios en el mercado interno" y a las "[illegible] abastecimiento de los productos de primera necesidad" [illegible] URSS, aunque se mostró optimista por las [illegible] económica "dado que (la URSS) es un país [illegible] potencial".

En cuanto al consumo de drogas, [illegible] preocupación mayor está orientada [illegible] Central donde están ubicados los princ[illegible] cas cuyo consumo crece año a año en [illegible]

Por su parte, el director del F[illegible] (FBI), William Session, dijo que el organismo [illegible] DEA se complementa en la lucha contra el [illegible] jamás se "interponen" en sus respectivos [illegible]

Session, de 51 años, comentó que la [illegible] comunista comenzó con la tragedia china de [illegible]

(Más información [illegible])

92C3528

21/01

Rec prensa
7/11/91

Aumenta Precio "Mayorista" de la Droga en los Centros

Informaciones que obran en los bancos de datos de INTERPOL a las que EL PAIS tuvo acceso en Punta del Este, a través de fuentes confidenciales especializadas en la lucha contra el narcotráfico indican que el precio de las drogas experimentó sustanciales aumentos en 1990 con respecto a 1989 en los principales centros consumidores. En algunos países europeos el incremento superó el 50% en el período indicado, mientras que en los principales mercados estadounidenses las subas de la cocaína oscilaron entre un 30 y un 60%.

En forma paralela al aumento de los precios se advierte, según las estadísticas referidas a decomisos, que la pureza de drogas como la cocaína ha disminuido sensiblemente.

El experto consultado, que prefiere mantenerse en el anonimato, dijo que "se cree que la represión ejercida tanto en los Estados Unidos como en Sudamérica y América Central está afectando el suministro. Por otra parte, el costo de los transportes ha aumentado, debido a la resistencia de los pilotos y otros correos de volumen a transportar drogas a territorio estadounidense".

Prosiguió diciendo que "se observa una escasez de cocaína al por mayor —estamos hablando de comercialización «mayorista»— en Nueva York, Los Angeles y Houston. También se cree que algunos traficantes están conteniendo voluntariamente el envío para crear lo que los adictos llaman «pánico», es decir escasez, y aumentar los precios". Sin embargo, concluyó diciendo, "la situación no se refleja tanto a nivel de las ventas al por menor, donde no ha disminuido sensiblemente la [illegible]. Menores entregas [illegible] e igual venta al [illegible] explicarían el menor grado de pureza que se advierte en la droga".

9203529

EL PAIS 8/11/91

11176 10116 10151 11662 11233 11421 11225 11356 10047 10168

CHINA

EL PAIS EN INTERPOL — 1 AL 8 DE NOVIEMBRE ASAMBLEA MUNDIAL

EN CHINA 50 Grs. DE DROGA VALEN EL PAREDON

Entrevista con Zhu en Tao Asesor de INTERPOL

Severas Penas Para Narcotráfico en Aumento

Zhu En Tao (53 años, dos hijos) sirvió en el Comité Ejecutivo de INTERPOL entre 1985 y 1987 y luego fue Vicepresidente del organismo policial mundial (1988-90). Hoy es asesor del mismo, y además Director de Cooperación Internacional del Ministerio de Seguridad Pública de la República Popular China. Expresa que a pesar de las draconianas penas que se aplican en su país a los traficantes de droga —que llegan hasta el fusilamiento— el problema de tránsito y consumo va en aumento en territorio chino. También hay incidencia de delitos de violencia. Pero —afirma— "no hay presos políticos. Lo de Tienanmen no fue bien entendido en el exterior", dice.

A nivel mundial, los sucesos de la plaza de Tienanmen (junio de 1989) fueron considerados como un ejemplo claro de la represión que practica el gobierno de Beijin (Pekín) contra la oposición pública, pero Zhu dijo a EL PAIS que se trató en realidad de "disturbios promovidos por [illegible] que quemaron automóviles y [illegible] a la policía. Se practicaron más de [illegible] la mayoría de los responsables a esta altura ha sido puesta en libertad".

CHINA Y EL "TRIANGULO DE ORO"

Zhu comenzó agradeciendo [illegible] del gobierno y del pueblo uruguayo [illegible] INTERPOL fue de [illegible] autoridades del gobierno uruguayo, incluido el presidente, hayan estado presentes en la inauguración. El discurso del presidente Lacalle contiene, a mi entender, conceptos muy trascendentes sobre la necesidad de aumentar la cooperación policial internacional. Es la política que seguimos en China". Señaló que su país coopera estrechamente con países como Canadá, Estados Unidos y las naciones del Asia sudoriental.

La colaboración se hace imprescindible dado que algunas provincias del sur de China, especialmente la de Yunan, que limita con Birmania, se han convertido en lugar de tránsito de las drogas producidas en el siniestramente notorio "triángulo de oro" asiático, una zona fronteriza situada entre Birmania, Tailandia y Laos que linda con China meridional y que es una verdadera "tierra de nadie" de traficantes, laboratorios y cultivos de la amapola (papaverie somnifera) de la cual se extrae opio, morfina y heroína.

"Desde la "guerra del opio" (1840), mi país ha [illegible] el problema de la droga", dice Zhu. [illegible] Yunan y las [illegible] de China.

No hay que engañarse, afirma Zhu. "[illegible] puede [illegible] para [illegible]".

¿Qué penas prevé la legislación china para un traficante?. "Si es chino, las penas son severas. Si se le encuentran más de 50 gramos de heroína, la pena es de muerte". "¿Por qué método? "Fusilamiento". En caso de delincuentes extranjeros, se busca cooperación de INTERPOL por posibles requerimientos y extradiciones.

DELINCUENCIA ECONOMICA

"China practica desde mediados de la década de los '80 una política de apertura económica hacia el exterior, dispuesta a iniciativa de Deng Hsiaoping. La apertura ha aportado capitales, inversores, visitantes, viajeros... y también delincuentes internacionales", dice Zhu. "Esto ocasionó un aumento en determinados tipos de delito, especialmente económicos: estafas con tarjetas de crédito, falsificación de moneda, dólares americanos, dólares de Hong Kong y hasta falsificación de *ren min bi*, la 'moneda del pueblo' china".

Otro tipo de delincuencia en aumento, con participación de pandillas juveniles, son las luchas callejeras, la violencia en general, el estupro.

Zhu asigna suma importancia a la cooperación internacional para combatir delitos económicos y el tráfico de drogas. Recuerda un caso en que China actuó en conjunto con la DEA norteamericana en la intercepción de un cargamento embarcado en Shanghai con destino a San Francisco.

El entrevistado insistió en subrayar que "en China no hay [illegible] políticos. La Constitución garantiza libertad de opinión".



Zhu: heroína producida en el "triángulo de oro" asiático pasa por territorio de China meridional.

01 / 04

9203530

F

Detienen a un "capo" mafioso

Efectivos de la Policía Federal detuvieron ayer a la tarde en Marcelo T. de Alvear y Libertad, a Michele Didonato, uno de los "capos" de la mafia italiana.

Este italiano de 42 años, conocido como Miky, tenía pedido de captura internacional en todos los países por tráfico de estupefacientes.

Intervino personal de la División Inteligencia de la Superintendencia de Drogas Peligrosas y la División Operacional de Interpol, por orden del juez federal Martín Irurzun.

◆ **Captura**

La captura estaba pedida por el tribunal de Trani-Bari, en Italia, y se sabe que Michele Didonato es uno de los integrantes de la camorra que opera en la zona de Milán.

Durante varios días se siguieron los pasos de este mafioso, y se logró capturarlo mediante un operativo en el Centro de Buenos Aires.

Acusado vai processar

CAMPO GRANDE — O juiz da 1ª Vara Federal de Mato Grosso do Sul, Luís Calixto de Bastos, 47 anos, pediu ao Tribunal Regional Federal (TRF) que abra sindicância ou inquérito para apurar seu suposto envolvimento com traficantes de drogas. Calixto é um dos nomes da lista divulgada anteontem pela CPI do Narcotráfico, por ter absolvido um traficante preso com 1,2 tonelada de maconha em 1985. Ele anunciou que vai esperar resposta do TRF para processar todos os integrantes da comissão parlamentar por injúria, calúnia e difamação.

Calixto reconheceu que foi "uma visão errada" a absolvição do traficante Carlos Quast, preso numa barreira na divisa com São Paulo com maconha comprada na cidade paraguaia de Capitan Bardo. "Tentei ser o mais fiel possível à lei, não considerando um simples laudo da Polícia Federal como peça de acusação", disse Calixto.

Em sua sentença, datada de 3 de janeiro de 1985, Calixto chegou a lançar dúvida sobre o efeito alucinógeno da maconha, questionando o laudo da Polícia Federal e alegando que o Poder Judiciário estava sendo exercido nos laboratórios. "Para ser alucinógena, a maconha tem que ser cultivada em condições excepcionais, como clima, terreno, altitude, época de plantio e de colheita", dizia Calixto na sentença. Ele argumentava que a maconha de mercado quase nunca é alucinógena.

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

Jornal do Brasil

15/jul/91

Juiz preso por fraude é acusado de traficar cocaína

O juiz Nestor José do Nascimento, que está preso há cinco meses, por envolvimento nas fraudes do INSS no Rio, foi denunciado ontem ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jorge Loretti, pelo procurador geral de Justiça, Antônio Carlos Biscaia, por participar de organização criminosa ligada ao tráfico de cocaína. *Do grupo, que fazia a rota* Santa Cruz de La Sierra (Bolívia)-Rio, participavam a filha do juiz, Cláudia Luvisaro do Nascimento, o marido dela, Alejandro Rivero, Mateu Sbabo Negri e seu filho Ivo Daniel Negri.

Vidal da Trindade — 2/7/85



Nascimento: nova acusação

A denúncia do procurador baseia-se em diligência policial realizada pela Polícia Federal em 8 de maio deste ano, quando foram presos em flagrante Mateu Negri, conhecido por *Gino*, e o filho Ivo, quando carregavam duas caixas de papelão com 23,940kg de cocaína. A droga estava guardada no apartamento do juiz — que é titular da 3ª Vara Cível, em São de Meriti, Baixada Fluminense — em Copacabana. A cocaína tinha sido trazida da Bolívia por Alejandro e Cláudia.

Segundo a denúncia, nas investigações posteriores à prisão do grupo, ficou constatado que Mateu e Ivo Negri — que já cumpriram pena por tráfico de drogas, pois tinham sido presos com mais de 130 quilos de cocaína em 1986 — agiam em estreira ligação com o boliviano. Eles moravam em um apartamento cedido por Alejandro, na Rua Piragibe Frota Aguiar, 12. Alejandro cedeu o apartamento e casou com a filha do juiz, indo morar em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia.

Diz ainda a denúncia que Alejandro e Cláudia iam constantemente à Bolívia apanhar cocaína e que a droga ficava escondida no apartamento do juiz Nestor do Nascimento, à espera de distribuição, tarefa que era desempenhada por Mateu Negri e seu filho, além de outro homem conhecido apenas pelo apelido de *Kley* — seria Temísticles Moura Torres. Afirma ainda Biscaia que era da residência do juiz que eram feitas as comunicações telefônicas com a Bolívia. Levantamento na Telerj provou que entre agosto e dezembro de 1990 e entre janeiro e maio de 1991 foram feitos 147 telefonemas — em média, um a cada dois dias —, da casa do juiz para vários locais de Santa Cruz de La Sierra.

Segundo o relatório de Biscaia, "vê-se que o denunciado, livre e concientemente, se associou com os citados Alejandro, Cláudia, Mateu e Ivo para as atividades de comércio de cocaína. Tinha ele em depósito, sem autorização legal ou regulamentar, mais de 23kg dessa mesma substância entorpecente destinada ao tráfico, apreendida em sua residência no dia 8 de maio". Major reformado da Polícia Militar, ex-deputado estadual em duas legislaturas e juiz de direito, Nestor do Nascimento cumpre prisão no quartel do 23º BPM, na Gávea.

Bajo las Balas, Perú Busca Atraer los Dólares Vitales

El terrorismo es un grave problema que enfrenta el presidente Fujimori para reconquistar la confianza de inversores



FINANCIAL TIMES

LIMA.— El presidente peruano, Alberto Fujimori, quien retornó hace dos semanas de una gira por Europa con más de 300 millones de dólares en asistencia otorgada por la Comunidad Europea y España, de inmediato prometió "continuar una intensa diplomacia en el campo económico" en Europa y realizar una visita a países asiáticos en busca de inversiones.

Los empresarios que integraron la comitiva oficial afirmaron que el viaje europeo fue sólo el comienzo de un largo camino para conquistar nuevamente la confianza de los inversores. "Tenemos que demostrar que vivimos en un nuevo país", dijo Jorge Camet, presidente de la Confederación de Empresas. "El restablecimiento de las relaciones financieras es la primera etapa. Ahora seguirá una serie de conversaciones frente a frente con nuestros pares europeos".

Fujimori realizó un denodado esfuerzo en Bélgica, Francia, España e Italia para promover la imagen de un renovado Perú. El Presidente, quien fue virtualmente un desconocido hasta que alcanzó inesperada victoria en las elecciones del pasado año, está en condiciones de reivindicar con justicia algunos resultados positivos.

Inmediatamente después que asumió la Presidencia y dejando de lado sus promesas de la campaña electoral de no aplicar políticas de choque, comenzó a poner en práctica un implacable programa de estabilización económica que buscó corregir las distorsiones de precios de la noche a la mañana. Desde entonces, se ha negado a imprimir billetes para subsidiar ineficientes y deficitarias empresas del Estado. Mantiene congelados los salarios del sector público desde hace nueve meses y está llevando a cabo una reducción de la burocracia peruana, que siempre fue aplazada.

UN ALIVIO EN LA DEUDA

La inflación no ha muerto, pero el ritmo de [illegible] registrado en setiembre fue el signo más [illegible] en muchos meses. Las reservas internacionales que tenían nivel negativo cuando asumió Fujimori, se encuentran en estos momentos en [illegible] millones de dólares. Ha [illegible] la recaudación de impuestos, aunque [illegible] se encuentra en un nivel inadecuado equivalente al 8% del Producto Bruto Interno.

Una avalancha de leyes ha liberado el comercio exterior y revolucionarias normas legales sobre explotación de la tierra han convertido a Perú en uno de los países más liberales de Latinoamérica en lo que respecta a transferencia de moneda extranjera y de dividendos.

En setiembre, el Fondo Monetario Internacional aprobó el programa de estabilización presentado por Perú. Fujimori se movió rápidamente para tratar de reescalonar el total de la deuda de 6.600 millones de dólares con el Club de París, logrando términos favorables sin precedentes y un período de gracia de quince meses para los pagos. A su vez, el Banco Interamericano de Desarrollo acordó el tramo inicial de 425 millones de dólares de asistencia crediticia destinada a fortalecer las reformas estructurales y comenzar a reparar la infraestructura largamente olvidada.

Mientras Fujimori se reunía con Jefes de Estado en Europa, el ministro de Economía, Carlos Boloña, estaba negociando en Tokio la reestructura de los 400 millones de dólares de deuda del sector público con Japón. También logró favorables condiciones con ventajosas tasas de interés durante treinta años y con un período de gracia de diez años.

INVERSORES BIENVENIDOS

Tras lograr la reanudación de las relaciones financieras internacionales, Perú debe enfocar su acción hacia el fortalecimiento de las relaciones comerciales y la apertura de mercados. Atraer inversiones extranjeras es la prioridad aceptada hasta por los sectores izquierdistas que tradicionalmente vieron con malos ojos al capital externo.

La Comunidad Europea se convierte en un importante mercado. Las exportaciones peruanas a esa área del mundo se sitúan en poco más de mil millones de dólares (cifra de [illegible]) representando un tercio del total de ventas de Perú al exterior, mientras crecen las importaciones desde la Comunidad (pasaron de [illegible] millones de dólares en [illegible] a [illegible] millones de dólares en [illegible]) según cifras difundidas por el Banco Central.

La Comunidad Europea redujó o eliminó los aranceles y gravámenes a varios productos peruanos en un esfuerzo por contribuir a encontrar fuentes alternativas de ingreso en lugar del comercio ilegal de "coca". Por otro lado, la participación de la Comunidad Europea en las inversiones en Perú es pequeña. De un total de 1.200 millones de inversiones en 1989, la Comunidad sólo aportó el doce por ciento.

Reciente legislación asegura igual tratamiento a las inversiones extranjeras y nacionales, *permite la remisión total del capital*, ganancias, dividendos y "royalties" en cualquier moneda y en cualquier momento y eliminó sinuosos requisitos burocráticos que imponían la aprobación oficial.

Debido a los deprimidos niveles del ahorro interno, la industria peruana está buscando capital extranjero con ansiedad. Las inversiones fueron mínimas durante una década y son requeridas sin demora en el descapitalizado sector de minería, en tanto la prospección petrolera se encuentra retrasada y muy lejos del desarrollo que alcanzó en Colombia y Ecuador. Perú tiene ventajas comparativas no aprovechadas en la industria textil y las agroindustrias.

COMO ELIMINAR LA COCAINA

A pesar del potencial que tiene Perú, el terrorismo se mantiene como una amenaza a las inversiones. Las últimas medidas tomadas por el gobierno como es el caso de la constitución de un "Consejo para la Paz" con representación de diversos sectores, todavía no han tenido los resultados esperados para abatir el nivel de violencia.

[illegible] la "Doctrina Fujimori" sobre las drogas, [illegible] que fue bien recibida por los interlocutores europeos del Presidente peruano, así como por Estados Unidos. La doctrina tiene el propósito de combatir el comercio de cocaína mediante el otorgamiento de legalidad a los [illegible], siempre que éstos se comprometan a la sustitución gradual de sus plantíos. Una de las iniciativas que fue menos difundida, pero resulta más promisoria, puede surgir del compromiso asumido por varias empresas multinacionales de ayudar en la estrategia de sustitución de la "coca".

EEUU-Argentina

Duro contra los "narcos"

Buenos Aires

Argentina se incorpora al sistema interamericano de lucha contra el narcotráfico, luego de recibir de Estados Unidos modernos equipos de computación e informática. Así lo aseguró a *Visión* el secretario de estado para la Prevención de la Drogadicción y Lucha contra el Narcotráfico de la Presidencia, Alberto Lestelle, después del acto de entrega que hizo el embajador Terence Todman.

El país integrará, inicialmente, una red nacional a través de las provincias más afectadas y lugares indicados. Terminales en el Aeropuerto Ezeiza, en el metropolitano de Jorge Newbery (de cabotaje), en los puertos de Buenos Aires, Ciudad de la Plata, Necochea y Mar del Plata, terminales de ómnibus y algunos aeródromos provinciales, "para tener registrados todo tipo de movimientos simultáneamente", comenta el secretario Lestelle.

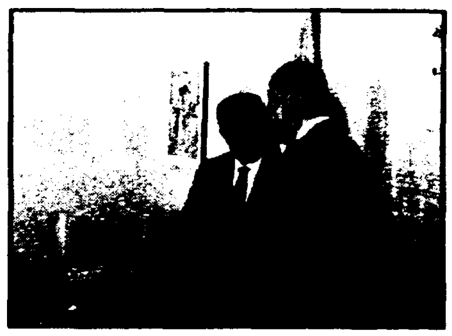
"Con un banco de datos ya integrado en el país, nos permitirá verificar si ese movimiento es normal o presenta algo extraño, para actuar de inmediato. Un segundo paso será la integración del sistema interamericano de lucha contra la droga", puntualiza.

Para la red de teleinformática, la donación de Estados Unidos alcanzó esta vez los 500 mil dólares, considerando que el costo de instalación es muy alto.

Argentina tiene a través de esta secretaría de estado un presupuesto de alrededor de diez millones de dólares para desenvolverse en su delicada y trascendente misión, programando y coordinando, ya que son varios los organismos que están en el combate al narcotráfico, como Prefectura Naval, Gendarmería Nacional, Policía Federal y policías provinciales.

El embajador Todman destacó que el total efectivo de la cooperación al programa antinarcóticos argentino era de 621 mil dólares, "incremento que es un reconocimiento a los esfuerzos desplegados por las autoridades argentinas en esta materia". ■

R. M.



Alberto Lestelle (der.) junto al embajador Terence Todman

PERDIDAS MILLONARIAS EN BOLIVIA POR LA ERRADICACION DE "COCALES"

LOS efectos económicos que tiene este proceso alcanzarían aproximadamente, en pérdidas del valor bruto, los 457 millones de dólares

La erradicación de cultivos de hoja de coca, materia prima de la cocaína, causó en los últimos cuatro años un descenso de 1.075 millones de dólares en el Producto Interno Bruto (PIB) boliviano y la pérdida de 29.453 empleos.

El Presidente de la Comisión de Narcóticos de la Cámara de Senadores, Lorgio Rivera, entregó a la prensa un informe de la subsecretaría de Desarrollo Alternativo sobre el impacto económico que genera la reducción de cultivos de hoja de coca y su perspectiva hasta 1996.

Bolivia es el segundo productor mundial de hoja de coca, después del Perú, con una superficie calculada en 1990 en 58.400 hectáreas de "cocales" y una producción de 123.235 toneladas métricas, de las que sólo 10.000 se destinan al consumo licito y el resto a la elaboración ilegal de droga.

Tras la crisis internacional del estaño, hasta entonces pilar de la economía boliviana, y los ajustes estructurales impuestos por el Fondo Monetario Internacional, miles de desocupados emigraron a la región central del Chapare, que concentra el 80 por ciento de los cultivos de hoja de coca.

Los Gobiernos de Bolivia y Estados Unidos suscribieron acuerdos para reducir paulatinamente los cultivos de coca a cambio de la ejecución de programas de desarrollo alternativo y un pago de 2.000 dólares por hectárea destruida de coca a los campesinos.

Reducción

El informe de la subsecretaría de Desarrollo Alternativo señala que entre 1987 y septiembre de 1991 se redujeron 16.658 hectáreas cultivadas y 88.133 metros cuadrados de almácigos (semilleros) que, plantados, equivalían a unas 12.590 hectáreas de "cocales".

"Los efectos económicos que tiene este proceso, calculados en pérdidas de empleos directos, alcanzarían aproximadamente a 29.453 personas; en pérdidas del Valor Bruto del Producto (VBP) de la producción de coca y sulfato se calculan en 457 millones de dólares y, en pérdidas del PIB, 1.075 millones de dólares", dice el informe oficial.

Rivera, miembro del gobernante Movimiento de la Izquierda Revolucionaria, dijo a los periodistas que la cantidad de almácigos destruidos refleja "la enorme voluntad del Gobierno boliviano para erradicar estas plantaciones".

Las afirmaciones de Rivera aluden a la decisión del Gobierno estadounidense de mantener congelado un desembolso de 22 millones de dólares, destinado al apoyo de la balanza de pagos, mientras no se cumplan las cuotas de erradicación de cocales, este año de 7.000 hectáreas, comprometidas en un acuerdo bilateral de mayo de 1990.

Improbabilidad

El programa de reducci[illegible] de cultivos llegó, hasta [illegible] pasado 31 de octubre, [illegible] 4.775 hectáreas y las au[illegible]ridades consideran [illegible] probable erradicar [illegible]samente 2.225 hectáreas [illegible] menos de ocho sema[illegible] hasta el 31 de diciemb[illegible] tanto por las condicion[illegible] climáticas (época de lluvi[illegible]) como por el alto precio d[illegible] coca y la [illegible] campesina a destruir [illegible]les, su único medio de vi[illegible]

"Se calcula que las [illegible]didas por la reducción [illegible] total de cultivos [illegible]rios e ilícitos [illegible] 1991-1996 serán aproxi[illegible]damente de [illegible] empl[illegible] directos, 124,7 millones [illegible] dólares por pérdidas en [illegible] VBP y 381,1 millones [illegible] pérdidas en el PIB", se[illegible] el informe oficial.

Según datos de una [illegible] [illegible] privada, las [illegible] ilegales de coca [illegible] representaron en 19[illegible] [illegible] por ciento del valor [illegible] las exportaciones [illegible] que llegaron a [illegible] de dólares.

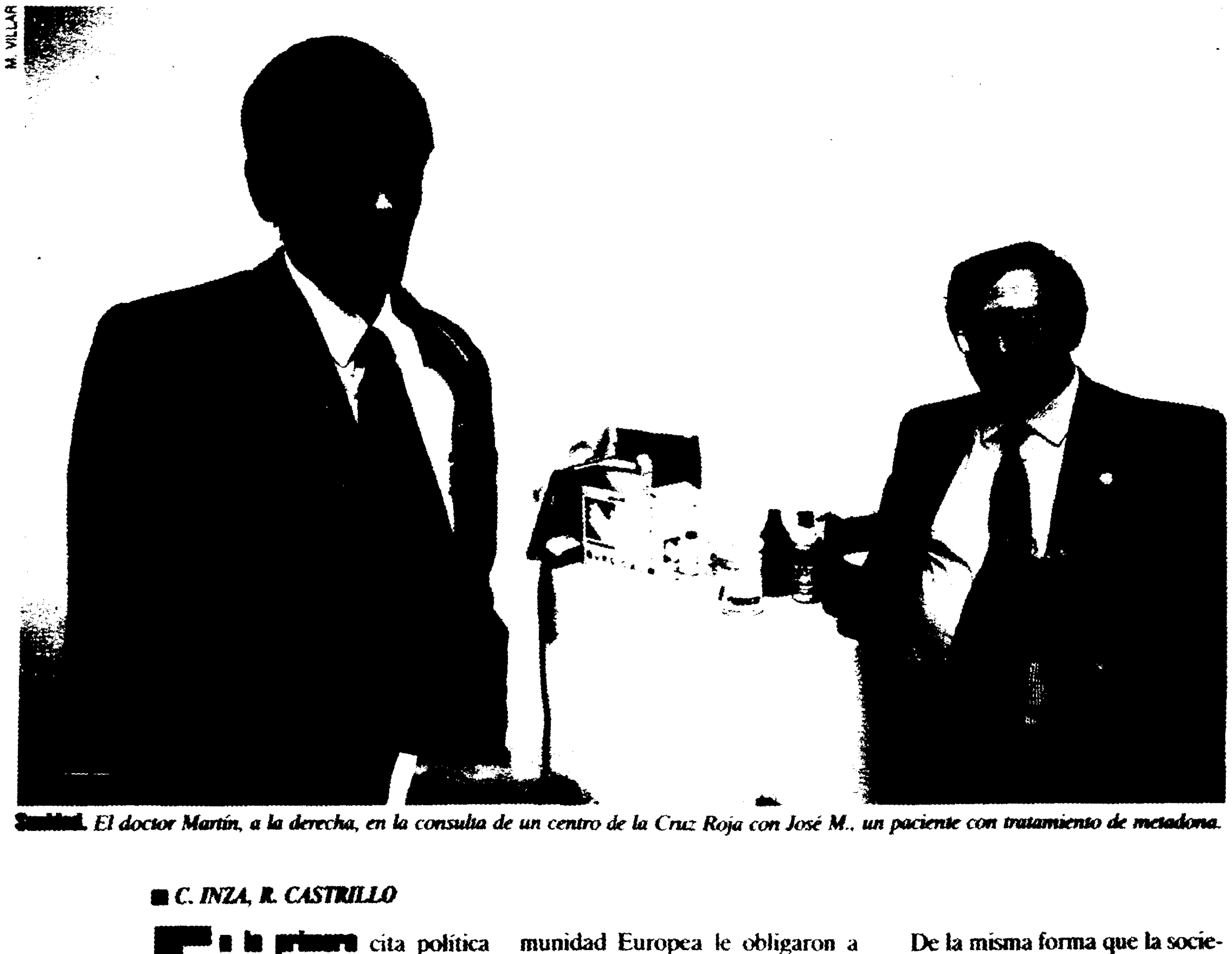
TRIBUNA 15012 25-11-91

■ INSEGURIDAD / *Felipe González, ausente*

Las propuestas más polémicas del debate nacional sobre la droga

Una vez más, se nota la ausencia de Felipe González en los problemas que más preocupan a la sociedad española. Mientras el presidente del Gobierno se dedica a la política exterior, la pesadilla de la droga suscita un debate nacional en búsqueda de soluciones. Cuatro grupos de propuestas alimentan la discusión sobre la lucha antidroga, desde el incremento de la represión a la distribución de estupefacientes controlada por el Estado. Estas fórmulas las ofrecen PSOE, PP, IU, juristas y familiares de las víctimas de esta plaga.

M. VILLAR



Sanidad. *El doctor Martín, a la derecha, en la consulta de un centro de la Cruz Roja con José M., un paciente con tratamiento de metadona.*

■ *C. INZA, R. CASTRILLO*

En la primera cita política para debatir el probema que más preocupa a la sociedad española, el de la droga, a **Felipe González** le salvó Europa. El presidente del Gobierno no pudo asistir a la convocatoria para el debate sobre la droga porque las repercusiones de la Conferencia de Paz de Madrid, las reuniones de la OTAN y la Comunidad Europea le obligaron a hacer lo que más le gusta: reunirse con sus colegas europeos con los ojos puestos en la unión política y económica del Viejo Continente. Así, **González** estaba en Checoslovaquia cuando en el Congreso de los Diputados se preparaba tan esperado debate, aunque el pleno fue posteriormente aplazado pa a doce días más tarde.

De la misma forma que la sociedad reclama mayor sensibilidad del Gobierno, y más concretamente de su presidente, en cuestiones candentes como es actualmente el problema de la droga, también los políticos de la oposición aprovechan para hacer una llamada de atención. «*Yo creo que el señor González tendrá ahora pocas excusas porque dispone de tiempo hasta*

01/06

4203537



JIMÉNEZ/VILLAR

[illegible]. *El pueblo gitano también sufre la lacra de la droga en su seno.*

el día 26 para ordenar sus compromisos y estar aquí presente a intervenir en nombre del Gobierno», dijo **José María Aznar** al conocer el aplazamiento del debate parlamentario sobre la droga.

El mismo día en que tendría que haberse celebrado la sesión parlamentaria, asociaciones vecinales y la de Madres contra la Droga intentaron manifestarse a las puertas del Congreso de los Diputados dando una muestra de la preocupación que el tema provoca, tanto en la calle como en las fuerzas políticas. *«Quizás el presidente se decida a intervenir un momento porque este problema puede horadar un poco el prestigio que les quede»*, reclama el coordinador nacional de Izquierda Unida, **Julio Anguita.**

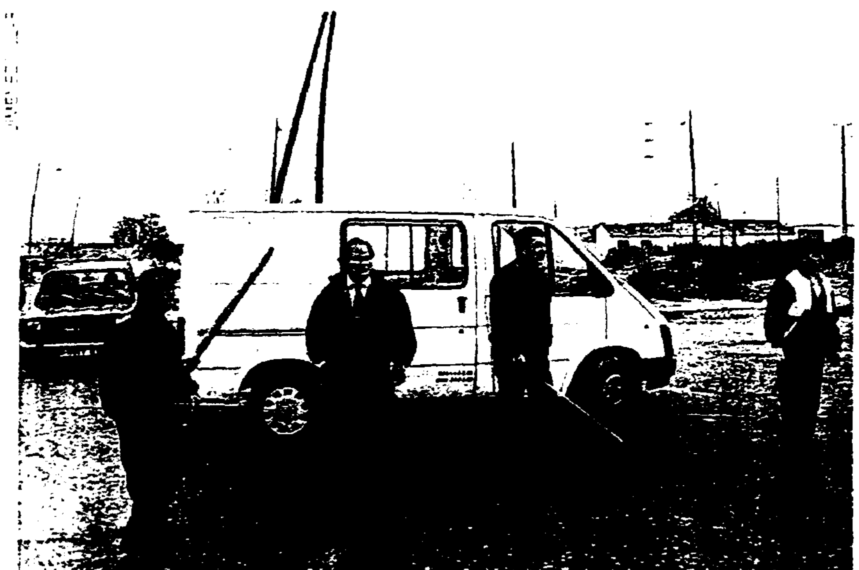
Soluciones. Entre la alarma, la expectación y la presión que se ejerce desde diferentes rincones de la sociedad, los partidos políticos intentan agradar a su electorado ofreciendo soluciones a un problema que ha desbordado todas las previsiones. Algunas de estas alternativas son calificadas de oportunistas por expertos conocedores de la situación y por los propios afectados, pues consideran que son fruto de una gran ignorancia sobre la cuestión.

La propuesta socialista se remite al artículo 25 de la Ley de Seguridad Ciudadana. *«En nuestro criterio, el mejor procedimiento para la persecución del consumo y tráfico está en las sanciones administrativas y no en las penales. Si conseguimos mejorar esta lucha contra el consumo de drogas en público, y en términos generales contra el narcotráfico, nos podemos dar por satisfechos. Pero no esperamos soluciones milagrosas»*, confiesa **Virgilio Zapatero,** ministro para las Relaciones con las Cortes.

Los socialistas consideran que el mejor procedimiento contra el tráfico y consumo es la sanción administrativa

Más dura en sus planteamientos se manifiesta la coalición Izquierda Unida, quien por boca de su coordinador general propone medidas drásticas contra el origen del problema. *«Se trata de dar un golpe al narcotráfico por medio de la revelación del secreto banc[illegible] para dificultar las operaciones de blanqueo de dinero procedente de*

2



Patrullas. *Grupos de gitanos vigilan que no se venda droga en sus poblados.*

JIMENEZ/VILLAR



Compradores. *A pesar de la prohibición de los patriarcas, algunas puertas se abren.*

ese negocio. También hay que considerar la posibilidad de que sea el Estado quien controle el monopolio de la droga en España. Es un plan urgente ante una emergencia nacional», puntualiza **Julio Anguita.**

El Partido Popular aboga por medidas represoras contra el consumo de estupefacientes en público. *«Es indudable que el Partido Socialista no está poniendo toda la carne en el asador y sólo juega con leyes ineficaces, como la de Corcuera»*, asegura **Rodrigo Rato,** portavoz en el Congreso del Grupo Popular. *«Hay un problema muy grave y es que en España consumir drogas es legal y mientras eso sea así resulta muy difícil luchar contra este problema.»*

Luego están los juristas, los médicos, las asociaciones de vecinos o de madres contra la droga y los propios afectados. Las propuestas de estos colectivos apuntan al control del monopolio de la distribución de la droga por el Estado. También abunda la exigencia de mayor número de plazas en los centros de asistencia a toxicómanos. *«Un 10 por 100 de los adictos a la heroína en Madrid necesitaría atención en un programa de mantenimiento de metadona y sólo podemos atender al 1 por 100»*, puntualiza el doctor **Gregorio Martín,** director del único centro de estas características en la capital de España, dependiente de la Cruz Roja.

Hasta los *gitanos viejos* han tomado cartas en el asunto y, haciendo uso del respeto que por tradición les deben los más jóvenes, han obligado a interrumpir la venta de droga en sus poblados. *«Hemos patrullado para comprobar que no se vende, pero no podemos seguir con las rondas, para eso están las autoridades»*, avisa el tío **Amalio,** un gitano bien plantado del barrio de Entrevías (Madrid). *«Si yo cobrara un sueldo por esto estaría todo el día* —agrega el tío **Amalio**—, *pero resulta que tengo que buscarme la vida.»*

Anguita pide la revelación del secreto bancario y el control estatal del monopolio en la distribución de droga

Mucho más allá va el tío **Casiano,** un hombre de respeto para el resto de los suyos, que ha sido el impulsor del movimiento gitano contra la droga. *«Si los organismos oficiales me ayudan podré erradicar la droga de mi zona porque he dicho que se expulsará a los que no acaten la decisión.»* Este patriarca matiza el resultado final de la iniciativa de los de su etnia: *«Pero si a esas personas nadie les da una vivienda digna y unos puestos en los mercadillos para ganarse la vida, abandonaremos el caso y dejaremos que hagan aquello que mejor crean. Los gitanos no tenemos las plantaciones* —continúa el anciano— *ni los miles de millones para transportar la droga. Todo eso lo tiene el payo, que es el que se lo vendió al gitano.»*

La droga, que acaba con la estabilidad familiar y con los valores sociales, también ha dañado la férrea estructura de las familias gitanas. A pesar de la prohibición de los más viejos, en el barrio de La Celsa, quizás el punto más negro de venta de heroína de Madrid, se continúa vendiendo droga. Las patrullas de policía y la presencia de periodistas interfieren una actividad que se reanuda sin problemas cuando no hay testigos, y en cuestión de minutos se forman auténticas colas a las puertas de algunas de las chabolas. Los *yonquies*, que vagabundean por los alrededores en busca de lo que siempre han encontrado en estos barrios, y que sólo un rato antes eran expulsados con palos por los propios gitanos, son aceptados como clientes habituales un rato después cuando ninguna mirada incómoda vigila.

Nadie podría decir si se trata de una puesta en escena de cara a la prensa o a la policía, pero el decorado no engaña. Ratas del tamaño de un gato se pasean por unas calles que en realidad son barrizales cubiertos por una alfombra de jeringuillas, algunas de ellas todavía con sangre. Los niños saben más sobre el *caballo* que todo el Con



Respeto. *El tío Casiano, en el centro, es el «gitano viejo» que inició el movimiento contra la venta de droga en los poblados gitanos.*

greso de los Diputados y eso que sólo la mitad de ellos están escolarizados.

Claro, que también en el poblado de chabolas hay estampas insólitas, como la de un Mercedes rojo impecable semicubierto en un garaje improvisado. Sin duda, los coches de lujo tienen un gran atractivo para el pueblo gitano. *«Los necesitamos para nuestra venta ambulante»*, dicen ellos.

Críticas. Incluso dentro del colectivo gitano no todos están de acuerdo con la propuesta de los más viejos. **Mariano González**, responsable de la asociación juvenil Expresión Gitana, tiene veinticinco años y, aunque con mucho respeto, disiente de la postura de sus mayores. *«Hay instituciones públicas que pagamos entre todos y que son las que tendrían que actuar. No es un problema de los gitanos, es un problema de la sociedad. Desde luego, si yo tuviera [illegible] que estuviera patrullando le diría "ven aquí y ponte en tu casa, ¿dónde vas tú con la garrota y la vara?". Eso no es eficaz y creo que durará poco.»*

Con la resolución de los patriarcas gitanos de impedir o dificultar el tráfico de heroína en sus barrios, el mapa de los puntos de venta más frecuentes de las grandes ciudades ha cambiado notablemente. El precio de la *papelina* ha subido y en muchos casos se vende más adulterada. Hace apenas unos días en el barrio madrileño de La Celsa le vendieron a un toxicómano desesperado una *papelina* con Cola-Cao en lugar de la dosis que iba buscando.

El Partido Popular reclama nuevas medidas represoras contra el consumo de estupefacientes en público

Los agentes de policía que patrullan habitualmente esos puntos negros de los extrarradios de Madrid o Barcelona dicen a los periodistas: *«En cuanto nos vayamos, ya verán cómo abren la venta. Aquí venden todos; si no, ¿de qué iban a tener esos coches que tienen?»* Las familias gitanas opinan así sobre las fuerzas de seguridad. *«La "madera" antes se quedaba en la puerta del barrio y no se atrevía a pasar; ahora que no se vende entra para que la vean.»* En esta historia de medias verdades, que empieza en confortables despachos y termina en los barrios más depauperados y en las venas de unos pobres desgraciados, ahora todo el mundo aporta claves y soluciones.

La solución a esta epidemia, que sólo en Madrid tiene *enganchados* a 10.000 jóvenes, exige para muchos atacar el origen del problema. *«Creo que hay miedo en el Gobierno a enfrentarse a ciertos poderes, me refiero al tema bancario, y lo que hacen es nadar y guardar la ropa»*, asegura **Julio Anguita**.

Sobre esa misma cuestión, la del *blanqueo* de dinero negro, el pasado 14 de noviembre se reunieron representantes de la Asociación Española de Banca Privada, Banco de España y Confederación Española de Cajas de Ahorros con altos cargos del Ministerio del Interior, Delegación del Plan Nacional sobre Drogas y Fiscalía. Los banqueros manifestaron su disposición a informar a las autoridades sobre todas las operaciones sospechosas de *blanqueo* de dinero procedente del crimen organizado: narcotráfico, terrorismo y tráfico de armas.

A partir de ahora los Bancos identificarán a los clientes que realicen actividades superiores a los



Calle. *La mitad de los niños de los barrios gitanos están sin escolarizar y conviven con la droga.*

dos millones de pesetas, aunque para ello las entidades han pedido la garantía de que no podrán ser demandadas por no respetar el secreto profesional. De hecho, en 1990 la Banca española rechazó *«por sospechosas»* la apertura de 140 cuentas corrientes, según explicó **Miguel Solans** en la presentación de la Memoria del Plan Nacional sobre Drogas correspondiente a ese periodo.

Legalización. El debate sobre los posibles beneficios de la legalización de la droga viene de antiguo. Fuerzas políticas y sociales se han manifestado al respecto con muy diferentes criterios. Sin llegar a hablar de legalización, el coordinador de Izquierda Unida argumenta los aspectos positivos de que el Estado mantuviese el monopolio sobre la distribución de la droga en España. *«La droga es una mercancía y está sometida a la ley de la oferta y la demanda; tiene sus canales de financiación, sus intereses económicos y hoy supone a nivel mundial un camino por el que transcurren flujos monetarios importantísimos. Si el Estado controlara este monopolio* —según **Julio Anguita**—, *el precio sería desde más barato hasta la gratuidad, siempre con prescripción facultativa. Eso, desde luego, supondría un golpe al narcotráfico.»*

El sindicato Comisiones Obreras propuso el pasado mes de octubre que se utilice la Ley del Medicamento como instrumento para controlar el consumo legal de droga. Apenas un mes antes, el delegado del Gobierno para el Plan Nacional sobre Drogas se había mostrado contrario a dicha iniciativa, por considerar que provocaría un seguro incremento en el consumo. *«No supondría la eliminación del tráfico de drogas, sino que los mismos grupos seguirían controlando el mercado y ganarían dinero, pero de forma legal»*, explicó **Miguel Solans**.

Muy en contra de esta teoría, y más cercano a la defendida por **Anguita**, el veterano abogado **Antonio Pedrol Ríus** dijo en un debate sobre la legalización del consumo de drogas que la venta de estupefacientes debía convertirse en un *«negocio de Estado»* para combatir a los traficantes en su propio terreno. *«La guerra contra el narcotráfico por medio de la acción policial y judicial se está perdiendo, ya que el consumo de drogas sigue en aumento y la corrupción se extiende al aparato represor. Por ello, se tiene que combatir a los traficantes en el terreno económico mediante la venta de drogas a precio de coste, lo que arruinaría a los que se dedican a este negocio.»* También la comisión Droga-Delincuencia del Colegio de Abogados de Barcelona aconsejó en unas jornadas realizadas a principios de año que *«sea el Estado el que controle, regule y legisle la forma en que los estupefacientes deben llegar al consumidor»*.

La viabilidad de esas propuestas es puesta en duda por el catedrático de Derecho Penal **Manuel Cobo del Rosal**, quien asegura que la Administración del Estado no está preparada para asumir la legalización de la droga. *«En el terreno de los principios me parece acertada la idea, pero en la práctica, con las dificultades que tiene la Administración, sería echarle una carga encima»*, dice el conocido penalista.

«Las plantaciones y los millones para transportar la droga son del payo, que es quien la vende al gitano», dice el tío Casiano

La capacidad del Gobierno para solucionar el problemático tema de la droga es discutida por el resto de las fuerzas políticas. *«Hasta ahora no ha tenido la suficiente voluntad política como para enfrentarse al problema y eso se comprueba estudiando los Presupuestos del Estado, e-*



Millones. *Algunos chabolistas disponen de vehículos de lujo.*

M. VILLAR



Drogas. *Mariano González disiente de las medidas que han tomado sus mayores.*

M. VILLAR



Control. *La policía identifica a los que visitan el barrio de La Celsa.*

los que no existe una dotación suficiente para llevar a cabo las medidas recomendadas por una comisión mixta de Congreso y Senado», dice **Narcís Vázquez Romero**, diputado de IU por Alicante.

El ministro **Virgilio Zapatero**, sin embargo, considera que, de momento, no son precisos presupuestos más altos. *«Nosotros tenemos una estrategia concebida y diseñada dentro del Plan de Drogas y a eso nos remitimos porque nos parece que está bien diseñado.»* Mientras **José María Aznar** mantiene que *«nosotros planteamos la cuestión en términos de prevención, rehabilitación y penalización del consumo de drogas en público»*.

Los gitanos reclaman mejores condiciones de vida y, sobre todo, licencias para ejercer la venta ambulante y así no verse obligados a volver a vender droga en sus barrios. Esta demanda no es vista por todos como una solución porque *«si un tío tiene un Mercedes, que le cuesta todos los días cerca de mil duros sólo mantenerlo, ¿cómo le vas a decir que deje eso y monte un puesto en el que va a ganar dos mil o tres mil pesetas y no va a tener ni siquiera para ponerle gasolina al coche? Te da dos tiros, ¿entiendes?»*, explica muy gráficamente **Mariano González**, de la asociación Expresión Gitana.

La asistencia sanitaria a los jóvenes ya *enganchados* es otra de las demandas. **Prisciliano Castro**, presidente de la Federación Regional de Asociaciones de Vecinos de Madrid, reclama *«la posibilidad, para el que quiera, de abandonar el circuito de la droga y obtener un tratamiento sanitario correcto»*. En los centros asistenciales del Ayuntamiento de Madrid se está tratando en estos momentos a 1.600 toxicómanos con sus correspondientes familias, que son asesoradas para ayudarles a superar su problema. La capacidad de esos centros está desbordada, hasta el punto de que en dos de ellos, los de Vallecas y San Blas, hay listas de espera de 100 y 75 drogadictos, respectivamente.

La asociación Madres contra la Droga pide mayores medidas preventivas, con programas de información en los colegios

Las cifras de la droga

Drogadictos censados	55.000
Drogadictos que han iniciado tratamiento	25.118
Drogadictos tratados con opiáceos (metadona)	3.823
Drogadictos atendidos en las cárceles	4.500
Edad media en que se inician al consumo	20 años
Detenidos por tráfico de drogas	24.812
Urgencias médicas por drogas	22.855
Casos de Sida por drogas	5.670
Fallecidos por consumo de drogas	466
Cocaína aprehendida	5.382 kilos
Heroína aprehendida	826 kilos

* Datos del Plan Nacional sobre Drogas referidos a 1990

Castigo. Madres Unidas contra la Droga y asociaciones vecinales reclaman más medidas preventivas, con la información y formación de los niños desde la escuela. Una cuestión en la que todas las voces coinciden es la persecución y castigo del traficante. *«El que quiere, puede, pero a mí me da la sensación de que aquí hay razones ocultas que nadie entiende. Hemos pedido que tanto los narcotraficantes como los terroristas cumplan íntegras sus penas de cárcel y el PSOE ha votado por cuarta vez en contra»*, se queja **Rodrigo Rato**, del PP.

Mucho más lejos va el diputado por Izquierda Unida **Antonio Romero**, quien, criticando la Ley de Seguridad Ciudadana, aprobada con gran polémica, ha dicho: *«Corcuera derribará las puertas de los barrios marginales y de las chabolas, las puertas de formica, pero ni siquiera se atreverá a tocar con los nudillos las puertas blindadas del poder financiero y de los grandes narcotraficantes. Ahí no llegará.»* En definitiva, la mayoría coincide en que el problema es difícil y que la solución ha de ser drástica. Como dice **Julio Anguita**, *«el poder del Estado es muy fuerte y cuando se pone en orden dentro de la norma democrática puede acabar con todo, incluida la droga».* ■

Somos

2-12-91

11680 10131 11226 11421 11075 11662 11666 11675

La [illegible] años del *Flower Power* tiende a [illegible] del ca[illegible] los controles policiales y el alza del precio.

Doc. Poco Legible

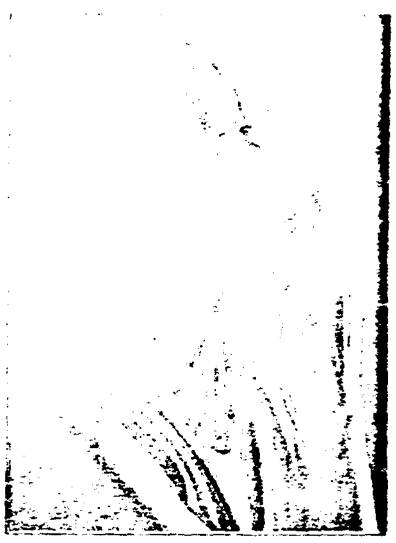
LA MUERTE SOCIAL DE LA MARIHUANA

[illegible] de Berlín [illegible] de la mo[illegible], la cultura de la [illegible] se de[illegible] del Siglo XX [illegible] símbolo de generaciones [illegible] y del[illegible] la al[illegible] *Hierba del* [illegible] su apogeo y [illegible] inevitable ocaso en los Estados Unidos.

Como si se tratara de una moda más, los norteamericanos dejaron de interesarse por la otrora codiciada [illegible] *Jane* —también conocida como *grass, pot, weed, smoke* o *skunk*—, dama que opulentos magnates, aturdidos rockeros, osados universitarios, humildes obreros, aburridos burócratas y amables granjeros, sacaban a bailar en busca de placeres nuevos y ansia de aventuras existenciales.

Esa tendencia decreciente, que especialistas en el tema midieron con gran precision (ver recuadro), ha permitido establecer que la droga dio un importante paso atrás en escuelas, universidades, en la mayoría de los acontecimientos sociales y, a raíz de férreos y sorpresivos controles, también en los lugares de trabajo.

Los sociólogos sostienen que existe aquí un fenómeno de reconversión en quienes antes practicaban la rebelión y buscaban el nirvana, y hoy ceden al conformismo y la lucha por la supervivencia. Los estudiosos de las mutaciones sociales admiten, sin embargo, que parte del cambio se debió a la infatigable presión policial que convirtió una sustancia abundante y fácil de conseguir —20 o 30 dólares la onza, algo menos de 30 gramos— en una droga escasa cuyo precio trepó a los 800 dólares la onza en los barrios neoyorquinos, más del doble de lo que cuesta una onza de oro. De cualquier manera, sigue siendo más económica que la cocaína (no menos de 1.200 dólares la onza) y la heroína (de 5.000 dólares en adelante).



Pese a todo, *la yerba* sigue siendo la droga más usada. Ahora es "mersa".

FENÓMENO DE LOS '90 — Pese a haber tenido su momento de gloria en los años '60, cuando millares de jóvenes se agitaban en Woodstock con los acordes de Jimmy Hendrix o los aullidos de Janis Joplin, el consumo de marihuana no decreció en los setenta e incluso se mantuvo relativamente firme hasta bien entrados los ochenta.

Por supuesto, ni los controles ni los altos precios hicieron desaparecer la marihuana de los Estados Unidos. Y su inconfundible aroma no deja de apreciarse en cualquier concierto de rock. La diferencia es que, ahora, los consumidores miran atentamente a sus costados antes de encender su cigarro, y lo apagan inmediatamente si ven acercarse al acomodador.

Esgrimiendo estudios científicos, sus aun entusiastas seguidores aseguran que la marihuana no es dañina, ni siquiera en sus últimas variantes, que son una decena de veces más potentes que en los años del *Flower Power*.

Sin embargo los funcionarios federales que la combaten —casi al mismo nivel que al LSD, la cocaína o la heroína— no aceptan esas explicaciones. Es cierto que no cuentan con conclusiones médicas sobre efectos nocivos de la yerba, pero juran que es el peldaño hacia otras drogas más peligrosas. Ellos también esgrimen estadísticas, en las que la gran mayoría de los adictos revela que su primera droga fue la marihuana. En la vereda de enfrente, les contestan que, a su vez, la gran

LA [illegible]OGA EN NUMEROS

[C]on la población norte[americana] en [c]onstante crecimiento, los fumadores de marihuana representaban en 1990 el 10,2 por ciento de los habitantes mayores de 12 años de los Estados Unidos. Una década atrás, ese porcentaje se elevaba al 17,8 por ciento. Según el Ins[tituto] Nacional contra el [Ab]uso de Drogas, 66 [millon]es de norteame[ricanos] probaron alguna vez la marihuana, contra los 22,7 millones que lo hicieron con la cocaína. En 1990, el Instituto estimó que 10,2 millones de ciudadanos habían consumido marihuana durante el último mes, en comparación con los 1,6 millones que habían recurrido a la cocaína. A pesar de la declinación de su consumo, la marihuana sigue siendo aún la droga más usada.

Cocaína: la segunda en consumo.



01/08

920358

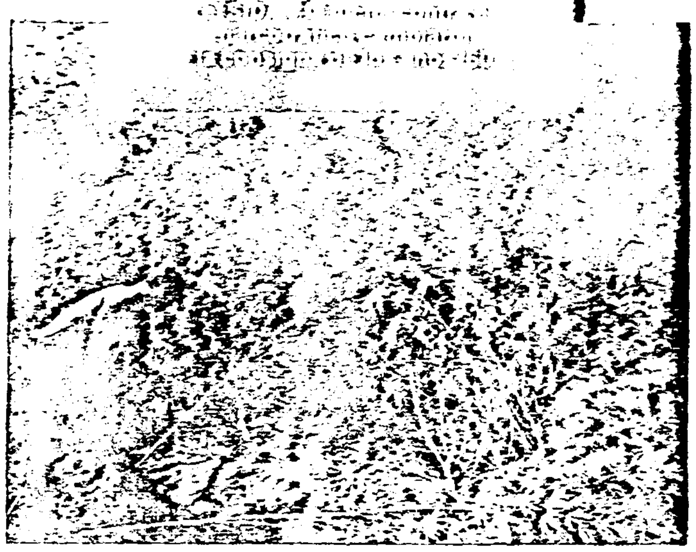
Doc. POCO LEGIBLE

mayoría de quienes probaron la marihuana nunca probaron otra.

"No se puede hacer la vista gorda con la marihuana", afirma Robert Bonner, jefe de la división antidrogas. *"No es una droga benigna. Afecta la repoductividad y la claridad mental, y tiene influencia corruptora en la aplicación de la ley y la actividad de los funcionarios públicos. Además, si queremos que otros países controlen la cocaína, debemos dar el ejemplo"*.

El pico de consumo de marihuana, según el Instituto Nacional contra el Abuso de Drogas, se alcanzó en 1979, cuando 31.5 millones de norteamericanos reconocieron haberla fumado alguna vez en el año. La última medición corresponde a 1990: en ella se observa que esa cifra disminuyó más de un tercio, a 20.5 millones.

En aquel 1979, las variedades de marihuana eran inacabables y respondían, en general, a sus exóticos orígenes: *Rojo Panamá, Oro Colombiano, Rojo Camboyano, Palitos Tailandeses*. Actualmente, México es el proveedor de la mayor parte de la marihuana que se importa en los Estados Unidos. Sin embargo, también existen grandes plantaciones en California, Oregon y Hawai.



LA PLANTACION PROPIA

— El tema del cultivo doméstico es uno de los graves problemas que enfrenta la administración Bush. El propio presidente se vio en un serio aprieto cuando, en el inicio de 1990, durante una conferencia contra el narcotráfico celebrada en Colombia, el ex mandatario peruano Alan García sostuvo que Washington debía preocuparse, con la misma intensidad con que lo hacía con la cocaína latinoamericana, de los granjeros de marihuana en California.

En lo que va de este año, entre el 85 y el 90 por ciento del cultivo de marihuana en Hawai fue eliminado por aviones fumigadores del gobierno. Tras esas incursiones aéreas, el precio de la marihuana se triplicó.

Asimismo, la muralla que alzaron las autoridades en torno a las fronteras terminó sepultando el ingreso de volúmenes importantes del extranjero: la marihuana es mucho más difícil de disimular, por sus dimensiones, que la cocaína. Ocurrió también que muchos contrabandistas se pasaron al mercado de la cocaína que, además de las ventajas de transporte, deja ganancias mucho más suculentas.

Muchos consumidores han optado por el cultivo propio, solucionando a la vez el problema económico y el celo policial. Así, según el cálculo de los funcionarios, llegan a miles de neoyorquinos los que cultivan pequeñas plantas de marihuana en las macetas que adornan sus ventanas. Ⓢ

F.I.G.

Informe en Nueva York.

Alberto Oliva

92035358

EJERCITO VS POLICIA

MEXICO.- En noviembre pasado, elementos del Ejército Mexicano tuvieron un enfrentamiento con agentes de la Policía Judicial Federal (PJF), cuando éstos efectuaban la persecución de un avión de narcotraficantes proveniente de Centroamérica. Después de más de dos horas de tiroteo, el saldo fue de siete policías muertos y un soldado herido. Los hechos ocurrieron en Tlalixcoyan, región perteneciente al estado de Veracruz. Un comunicado oficial señala que "este incidente se provocó por una falta de conocimiento, entre el personal de ambas dependencias que concurrió en acciones diferentes al lugar de los hechos, generando una lamentable confusión..."

BRASIL

TÍTULO: TUMA ATACA LA INTERVENCIÓN TELEFÓNICA.

Jornal do Brasil

13/12/91

1175 ✓

10046 ✓

11075 ✓

Tuma ataca 'grampos'

O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, defendeu ontem durante seu depoimento na Comissão de Defesa Nacional uma legislação mais rigorosa para punir os crimes de escuta telefônica. Ele disse que hoje se tornou comum os jornais trazerem em seus classificados anúncios de detetives oferecendo serviços de grampo. Questionado sobre escuta feita por funcionários de estatais, Tuma informou que a federal só usa esse recurso contra o tráfico de drogas, com autorização judicial.

Brecha (Rec. prensa). 13.12.91.

13 DIC. 1991 Brecha

La mayor preocupación de Estados Unidos

Los cambios, nuevo instrumento del lavado

[illegible] para lavar dinero de la droga. En Uruguay, [illegible] "La Mesa". En Paraguay, [illegible] del Cambio Guaraní, propiedad del [illegible] "Los cambios dan mayor anonimato", [illegible] Washington, Montevideo, Buenos Aires y Asunción.

Desde que Estados Unidos definió el lavado de dinero como el talón de Aquiles de los narcotraficantes, las mafias de la droga están regresando a los tiempos primitivos en que contrabandeaban dólares en efectivo. Las presiones norteamericanas para levantar el anonimato de las cuentas bancarias y para identificar a los clientes están reduciendo considerablemente la libertad de acción de los narcolavadores.

Los narcotraficantes aprendieron a utilizar, con destreza y con mucho ingenio, todas las posibilidades que ofrecen los métodos electrónicos y cablegráficos para manipular dinero a gran velocidad. Es un fenómeno reciente: hasta 1986 la legislación norteamericana no preveía el delito de lavado de dinero.

Las autoridades norteamericanas definen el "lavado" como *"el proceso de movilizar dinero a través de instituciones financieras con el fin de ocultar su origen"*. El lavado puede realizarse dentro mismo de Estados Unidos, principal consumidor de cocaína; o el dinero puede salir de contrabando y después ingresar al circuito financiero internacional desde cualquiera de los paraísos fiscales. Puede invertirse en propiedades, que después serán vendidas, o ser transferido directamente aprovechando el secreto bancario.

Los distintos organismos estadounidenses que coordinan la lucha contra el lavado de narcodólares han detectado que paulatinamente los bancos vienen siendo suplantados por las casas de cambio de moneda.

"Actualmente muchos lavadores se basan en casas de cambio para sus operaciones", afirmó Scott McDonald, asesor de economía internacional de la Oficina de Contraloría de Divisas de Estados Unidos, en una teleconferencia del sistema Worldnet, que unió Washington con Montevideo, Buenos Aires y Asunción, el martes de la semana anterior, para abordar el "Análisis del lavado de dinero". *"Algunos cambios trabajan con bancos y pueden hacer transferencias electrónicas de fondos. Pueden dar a los clientes mayor anonimato que los bancos."*

En Estados Unidos hay unos 4.000 bancos que operan internacionalmente y todos utilizan las técnicas modernas de transferencias; el control se hace agotador: los bancos tienen obligación de emitir reportes automáticos por cada transacción superior a los 10.000 dólares. La información se centraliza en una computadora en Detroit, pero el cúmulo de datos es tan grande que resulta prácticamente imposible relacionar la información.

Por eso Estados Unidos reclama el criterio de "conocer al cliente" y de comunicar las referencias personales cuando se presumen transferencias sospechosas.

La presión a que son sometidos los bancos y algunos gobiernos han dado resultado, hasta cierto punto. Por eso es que los narcolavadores han derivado hacia las casas de cambio, que tienen menos restricciones y que, por la índole de su propia actividad, pueden manejar dinero con mayor libertad. El anonimato es prácticamente total. *"Las casas de cambio pueden canjear divisas, comprar y vender oro y crear diversas clases de instrumentos financieros negociables"*, anotó el doctor McDonald.

Sólo en la frontera con México existen mil casas de cambio en el estado de California. Muchas de ellas operan con bancos.

Algo similar ocurre en Uruguay: hay más de 70 cambios establecidos, de los cuales más de 20 tienen cuentas bancarias en Europa y Estados Unidos. La mayor operación de lavado de narcodólares des-

PARTES POLO LEGALES

01/02

9203541

cubierta por la DEA que utilizó la plaza financiera uruguaya como centro de operaciones, se realizó a través del Cambio Italia. La organización criminal "La Mina", dirigida por el argentino Raúl Vivas, manipuló cuentas en 173 bancos de Estados Unidos para transferir unos 450 millones de dólares; en la plaza uruguaya "La Mina" se valió de las sucursales de seis bancos extranjeros para el trasiego de los fondos, en los cuales Cambio Italia tenía cuentas abiertas.

El protagonismo de los cambios en el conjunto de las operaciones de lavado "es *una preocupación constante para Estados Unidos*", advirtió en la teleconferencia Bruce Zacarias, abogado de una firma especializada en investigación de delitos financieros internacionales.

También es una preocupación para los dirigentes de la gremial de cambistas uruguayos que están dispuestos a colaborar en la prevención de las operaciones de lavado. Pero todo depende de la postura de cada cambista en el encare de su actividad.

Algunos cambios guardan sus propios registros de las transacciones de volumen, y particularmente de aquellas que implican, además de la conversión de moneda, transferencias hacia el exterior.

Otros, por el contrario, pueden trabajar con total discreción. El papel de los cambios en el movimiento de dinero se está transformando en el punto clave del lavado. Muchas casas de cambio ya no son pequeños negocios que convierten billetes al menudeo. Son grandes empresas que se ramifican con sucursales por toda la región. En la medida en que –a una escala mayor– los narcotraficantes llegan a estas latitudes con el dinero en efectivo, estas instituciones financieras pasan a cumplir un rol principal. En Uruguay, por ejemplo, el ingreso de dinero en efectivo está expresamente autorizado por la ley y goza de todas las garantías; no hay ninguna exigencia de registro aduanero y de ese privilegio se valieron los familiares y allegados de Carlos Menem para trasegar los narcodólares a nuestra plaza financiera. En Paraguay ni siquiera se sabe si el ingreso de dinero en efectivo es legal o ilegal: simplemente ocurre, entra sin dificultades al sector "marginal" de la economía en el torrente de capitales que apuntala el tráfico de armas y el contrabando. El dinero de la droga, como la droga misma, está abriendo nuevas "rutas".

02/02 920 3541

GUERRA E PAZ

Arrasada pelo narcoterrorismo, Colômbia res[...]

País quer se livrar dos cartéis de Cali e Medellín, que dominam o tráfico de cocaína. O objetivo é reconstruir com fraternidade

MÔNICA GUGLIANO
Enviada à Colômbia/ZH

Medellín, 15h45min do dia 19 de junho. O "capo" da máfia do narcotráfico colombiano, Pablo Escobar, na selva colombiana, sacou uma pistola automática de fabricação suíça, retirou todas as balas do pente e apresentou-se ao procurador-geral da Colômbia, Carlos Gustavo Arrieta. Pouco depois, Escobar embarcou num helicóptero que pousou na prisão de Envigado, distante apenas alguns quilômetros de Medellín, e estava consumada a rendição e a prisão de um dos homens mais procurados pela justiça e que teve seu nome associado a toda uma história de violência e terror na vida dos colombianos na última década.

Seis meses após, o país respira em paz. A violência, uma ferida aberta que persiste na história da Colômbia ainda não cicatrizou. Permanecem as guerrilhas e cresceram os seqüestros e assaltos a bancos. Mas o narcoterrorismo, criado por Escobar para defender seus interesses e que se tornou um fantasma a assombrar os colombianos, transformando suas vidas num permanente sobressalto à espera da explosão de um carro-bomba na primeira esquina, desapareceu.

Há na Colômbia, hoje, quem discorde da política de abertura econômica do presidente César Gaviria Trujillo, que graças ao aperto monetário e à alta dos juros fez aumentar o custo de vida, que ficou em 1,22% no mês de novembro, o mais baixo nos últimos seis anos para esse período. Há também quem discorde de sua política social, ou quem reclame do desemprego. Porém não há quem discorde ou conteste uma de suas mais pesadas decisões: negociar a rendição dos narcotraficantes, impedindo que eles fossem extraditados para os Estados Unidos.

TOM CONCILIADOR — Eleito pelo Partido Liberal, com 47% dos votos de 13,8 milhões de eleitores, em 27 de maio de 1990. Gaviria modificou nos últimos dias de campanha um discurso que pregava à extradição dos narcotraficantes aos Estados Unidos por um tom conciliador. Passou a falar em "justiça especial" e em garantias. O discurso assegurou os votos dos colombianos cansados de somar mortes, seqüestros e atentados. Assegurou também a própria vida de Gaviria que se tornou candidato na vaga aberta com a morte do senador Luis Carlos Galán, em 18 de [agosto] de 1989. Galán, pré-candidato que encabeçava as pesquisas, acabava de subir ao palanque para participar de um comício na cidade de Soacha, a 30 quilômetros de Bogotá. Diante de cerca de sete mil pessoas, Galán foi fuzilado a mando de Pablo Escobar.

— Conseguimos desmantelar a organização criminal mais poderosa do mundo, o cartel de Medellín — voltou a festejar Gaviria, há dez dias, numa entrevista coletiva a jornalistas e correspondentes de várias partes do mundo, em Cartagena.

A dura negociação empreendida por Gaviria se baseou fundamentalmente na edição dos decretos 2047, 3030 e 303. Os decretos foram os primeiros artigos a serem aprovados pela nova Constituição colombiana e puseram um fim na possibilidade de extradição dos narcotraficantes. A extradição era até então a única ameaça aos traficantes que temiam a hipótese de terminar seus dias em cadeias americanas cumprindo pesadas penas e Gaviria chegou a ensaiar uma tentativa de se livrar do problema, mandando quatro capturados para os Estados Unidos. A resposta não tardou e se intensificaram os atentados o terror e Gaviria teve certeza que a única solução era negociar.

No mesmo dia em que se entregou Escobar, se rendeu a cúpula do Cartel de Medellín. Cerca de 20 pessoas acusadas de assassinatos, seqüestros e atentados a juízes, ministros, jornalistas, e três candidatos à presidência. A sociedade colombiana suspirou de alívio e até procurou ignorar a pejorativa conotação de "negociação com o narcotráfico" que se tentou por como um peso nos ombros de Gaviria. Desde então, os colombianos buscam esquecer o trágico saldo deixado pelo narcotráfico ao quarto maior país da América do Sul e onde meros traficantes de maconha, em cerca de 15 anos, se tornaram proprietários de uma indústria que utiliza a coca, uma matéria-prima barata comprada no Peru e na Bolívia, a industrializa e a distribui em qualquer ponto do mundo, movimentanto cerca de US$ 150 bilhões por ano.

Os colombianos tentam, também, desconhecer que continua e, fortalecido, um outro cartel tão poderoso quanto o de Escobar. O cartel de Cali, cujos chefões, na clandestinidade prosseguem operando e faturando com o milionário negócio do narcotráfico. Discreto e distante da política de violência e terror, marca registrada de Escobar, Gilberto José Rodrigues Orejuela, o chefão do cartel de Cali, segundo estimativas, movimenta cerca de US$ 8 bilhões por ano. Orejuela, até agora, não deu sinais de que pretenda se beneficiar das novas leis colombianas e se entregar. O governo colombiano espera que ele faça isso nos primeiros meses do próximo ano. A rendição de Orejuela seria um novo e decisivo passo em direção a paz.

→ POCO LEGIBLE

9203542

Herdeiros de Medellín no caminho do terror

O narcotraficante Pablo Escobar deixou herdeiros em Medellín para continuar sua trajetória de terror. Eles são os "sicários", um exército de matadores profissionais que serviram os chefões do cartel, eliminando adversários em troca de dólares e que, agora desempregados, se dedicam a seqüestrar empresários, seus familiares ou a assaltar bancos. Com a retirada do cartel de circulação, os sicários se tranformaram na maior preocupação do prefeito de Medellín, Omar Flores, e se somaram a um contingente de desempregados das indústrias estimado em 500 mil pessoas.

Os sicários, quase todos provenientes dos "tugúrios" (favelas) dos arredores de Medellín, eram recrutados a dedo pelo cartel. Geralmente jovens ambiciosos seduzidos pelo poder, o rápido enriquecimento e a possibilidade de comprar uma jaqueta de couro (uniforme oficial dos matadores), uma moto e até conseguir dinheiro suficiente para ter uma casa e instalar a família. "Eles sempre foram o terror da cidade", aponta o prefeito Flores. Os sicários não foram somente o terror da cidade de Medellín, mas também de toda a Colômbia, onde nos últimos anos, 45 mil pessoas foram mortas, 500 seqüestradas, 45 carros bomba e um avião da Avianca com 107 passageiros explodiram.

Sem o dinheiro da máfia dos narcotraficantes e com os sicários a espalhar a insegurança, o prefeito de Medellín tem buscado alternativas para que a cidade não perca terreno e importância no contexto nacional. Uma delas tem sido a de oferecer menor tributação aos empresários que se disponham a instalar indústrias ou comércios em Medellín e criem empregos. "É uma saída estratégica", diz, evitando a tese de que o narcotráfico perturbou, mas apenas porque Escobar passou a trilhar o caminho da violência, pois até então Medellín somente tinha a usufruir com os dólares e a prosperidade decorrente da milionária e ilegal indústria da coca.

Execução de juízes intimida a Justiça

Em uma década, 42 juízes e 180 serventuários da Justiça foram mortos. Temerosos, magistrados trabalham na clandestinidade

Há uma semana que juízes colombianos saem pelas principais ruas de Bogotá em direção à Praça Bolívar. Ali, no coração do centro da cidade e onde se localizam o Palácio Narino, local de trabalho e residência do presidente César Gaviria Trujillo, e o Congresso Nacional, eles protestam pela falta de segurança. Exibem cartazes mostrando que somente entre 1979 e 1989 foram assassinados 42 juízes e 180 funcionários da justiça, e reclamam que o governo fez recair sobre o sistema judiciário colombiano todo o peso do combate ao narcotráfico e à guerrilha.

— Parece que todos os dias, no nosso País, o fenômeno da violência continua incontrolável, generalizado, indiscriminado e cruel — reclamou o presidente da Corte Suprema de Justiça, Pedro Cáceres Corrales, em carta aberta à nação e ao presidente Gaviria Trujillo.

Depois da rendição de Escobar, Gaviria afirmou que a extradição não era o único e, muito menos, o principal instrumento para lutar contra os narcotraficantes. A abolição do sistema não colocava em risco a segurança nacional, mas era necessário fortalecer a Justiça e evitar que a Colômbia se transformasse num depósito de delinqüentes. Restou apenas explicar como fortalecer um sistema mortalmente ferido por uma década de intimidações e submetido a uma violência tão brutal que se chegou ao ponto de não encontrar juízes dispostos a examinar processos, funcionários que concordassem sequer em manusear as folhas e que teve um presidente da Suprema Corte, Fernando Uribe Restrepo, que preferiu a aposentadoria compulsória no Equador em vez do cargo vitalício na Colômbia.

"Os juízes e os funcionários da justiça são abnegados trabalhadores que, por incrível que pareça, somente podem aspirar que respeitem sua vidas para poder continuar trabalhando", reclama Cáceres Corrales, acrescentando que as promessas não se convertem em realidade e, pelo contrário têm resultado em grandes frustrações. As trágicas estatísticas da justiça colombiana, atribuídas aos cartéis do narcotráficos e a atuação conjunta deles com guerrilheiros, enumeram, entre outros, o assassinato, em abril de 1984, do ministro da Justiça, Rodrigo Lara Bonilla, do juiz Tulio Manuel Castro Gil que, em julho, encaminhava as investigações do assassinato do ministro. Apontam, ainda, o atentado que resultou na morte de 15 juízes, em novembro de 1985, no Palácio da Justiça, tomado pelo movimento guerrilheiro M-19 com o apoio do narcotráfico. "São números horríveis e a insegurança permanece", observa Cáceres Corrales.



Protesto: *os juízes fazem manifestação em Bogotá contra violência*

SEM ROSTO — O governo colombiano concorda com a relativa insegurança dos juízes, mas frisa que, no caso específico dos atentados praticados por narcotraficantes, foi encontrada uma solução:

— Todos os juízes que examinam os processos têm tranqüilidade para trabalhar — assegura o conselheiro presidencial para Defesa e Seguridade Nacional, Ricardo Santa Maria. A saída para oferecer segurança aos juízes colombianos foi submetê-los a uma total e absoluta clandestinidade.

Ao mesmo tempo que o governo negociava a rendição de Escobar, foi criado no sistema judicial colombiano uma divisão específica que ganhou da população o nome de "juízes sem rosto". A definição atende à principal característica desses juízes. Ninguém sabe quem eles são, quantos são, quem são seus familiares, onde moram e que processos examinam. A divisão ganhou um orçamento próprio do governo que não é revelado, mas [illegible] eles trabalhem em total segurança e absoluta tranqüilidade. "Eles possuem condições de trabalho totalmente distintas e, inclusive, unidades de investigação judicial própria", explica Santa Maria.

As condições de trabalho distintas consistem em carros totalmente blindados, residências com vidros a prova de balas, segurança especial para suas famílias. Os juízes sem rosto moram no mesmo prédio, possuem comunicação interna entre eles e imediata com a polícia e o exército. "A segurança é total", avaliza Santa Maria. A segurança, realmente, é total. O preço, reclamam os juízes, é que é alto. Uma vida sem liberdade, sem família, sem amigos, efetivamente, sem rosto.

Execução de juízes intimida a Justiça

Em uma década, 42 juízes e 180 serventuários da Justiça foram mortos. Temerosos, magistrados trabalham na clandestinidade

Há uma semana que juízes colombianos saem pelas principais ruas de Bogotá em direção à Praça Bolivar. Ali, no coração do centro da cidade e onde se localizam o Palácio Narino, local de trabalho e residência do presidente César Gaviria Trujillo, e o Congresso Nacional, eles protestam pela falta de segurança. Exibem cartazes mostrando que somente entre 1979 e 1989 foram assassinados 42 juízes e 180 funcionários da justiça, e reclamam que o governo fez recair sobre o sistema judiciário colombiano todo o peso do combate ao narcotráfico e à guerrilha.

— Parece que todos os dias, no nosso País, o fenômeno da violência continua incontrolável, generalizado, indiscriminado e cruel — reclamou o presidente da Corte Suprema de Justiça, Pedro Cáceres Corrales, em carta aberta à nação e ao presidente Gaviria Trujillo.

Depois da rendição de Escobar, Gaviria afirmou que a extradição não era o único e, muito menos, o principal instrumento para lutar contra os narcotraficantes. A abolição do sistema não colocava em risco a segurança nacional, mas era necessário fortalecer a Justiça e evitar que a Colômbia se transformasse num depósito de delinqüentes. Restou apenas explicar como fortalecer um sistema mortalmente ferido por uma década de intimidações e submetido a uma violência tão brutal que se chegou ao ponto de não encontrar juízes dispostos a examinar processos, funcionários que concordassem sequer em manusear as folhas e que teve um presidente da Suprema Corte, Fernando Uribe Restrepo, que preferiu a aposentadoria compulsória no Equador em vez do cargo vitalício na Colômbia.

"Os juízes e os funcionários da justiça são abnegados trabalhadores que, por incrível que pareça, somente podem aspirar que respeitem sua vidas para poder continuar trabalhando", reclama Cáceres Corrales, acrescentando que as promessas não se convertem em realidade e, pelo contrário têm resultado em grandes frustrações. As trágicas estatísticas da justiça colombiana, atribuídas aos cartéis do narcotráficos e a atuação conjunta deles com guerrilheiros, enumeram, entre outros, o assassinato, em abril de 1984, do ministro da Justiça, Rodrigo Lara Bonilla, do juiz Tulio Manuel Castro Gil que, em julho, encaminhava as investigações do assassinato do ministro.



Protesto: *os juízes fazem manifestação em Bogotá contra violência*

Apontam, ainda, o atentado que resultou na morte de 15 juízes, em novembro de 1985, no Palácio da Justiça, tomado pelo movimento guerrilheiro M-19 com o apoio do narcotráfico. "São números horríveis e a insegurança permancece", observa Cáceres Corrales.

SEM ROSTO — O governo colombiano concorda com a relativa insegurança dos juízes, mas frisa que, no caso específico dos atentados praticados por narcotraficantes, foi encontrada uma solução:

— Todos os juízes que examinam os processos têm tranqüilidade para trabalhar — assegura o conselheiro presidencial para Defesa e Seguridade Nacional, Ricardo Santa Maria. A saída para oferecer segurança aos juízes colombianos foi submetê-los a uma total e absoluta clandestinidade.

Ao mesmo tempo que o governo negociava a rendição de Escobar, foi criado no sistema judicial colombiano uma divisão específica que ganhou da população o nome de "juízes sem rosto". A definição atende à principal característica desses juízes. Ninguém sabe quem eles são, quantos são, quem são seus familiares, onde moram e que processos examinam. A divisão ganhou um orçamento próprio do governo que não é revelado, mas ... eles trabalhem em total segurança e absoluta tranqüilidade. "Eles possuem condições de trabalho totalmente distintas e, inclusive, unidades de investigação judicial própria", explica Santa Maria.

As condições de trabalho distintas consistem em carros totalmente blindados, residências com vidros a prova de balas, segurança especial para suas famílias. Os juízes sem rosto moram no mesmo prédio, possuem comunicação interna entre eles e imediata com a polícia e o exército. "A segurança é total", avaliza Santa Maria. A segurança, realmente, é total. O preço, reclamam os juízes, é que é alto. Uma vida sem liberdade, sem família, sem amigos, efetivamente, sem rosto.

Una flor compite con la coca

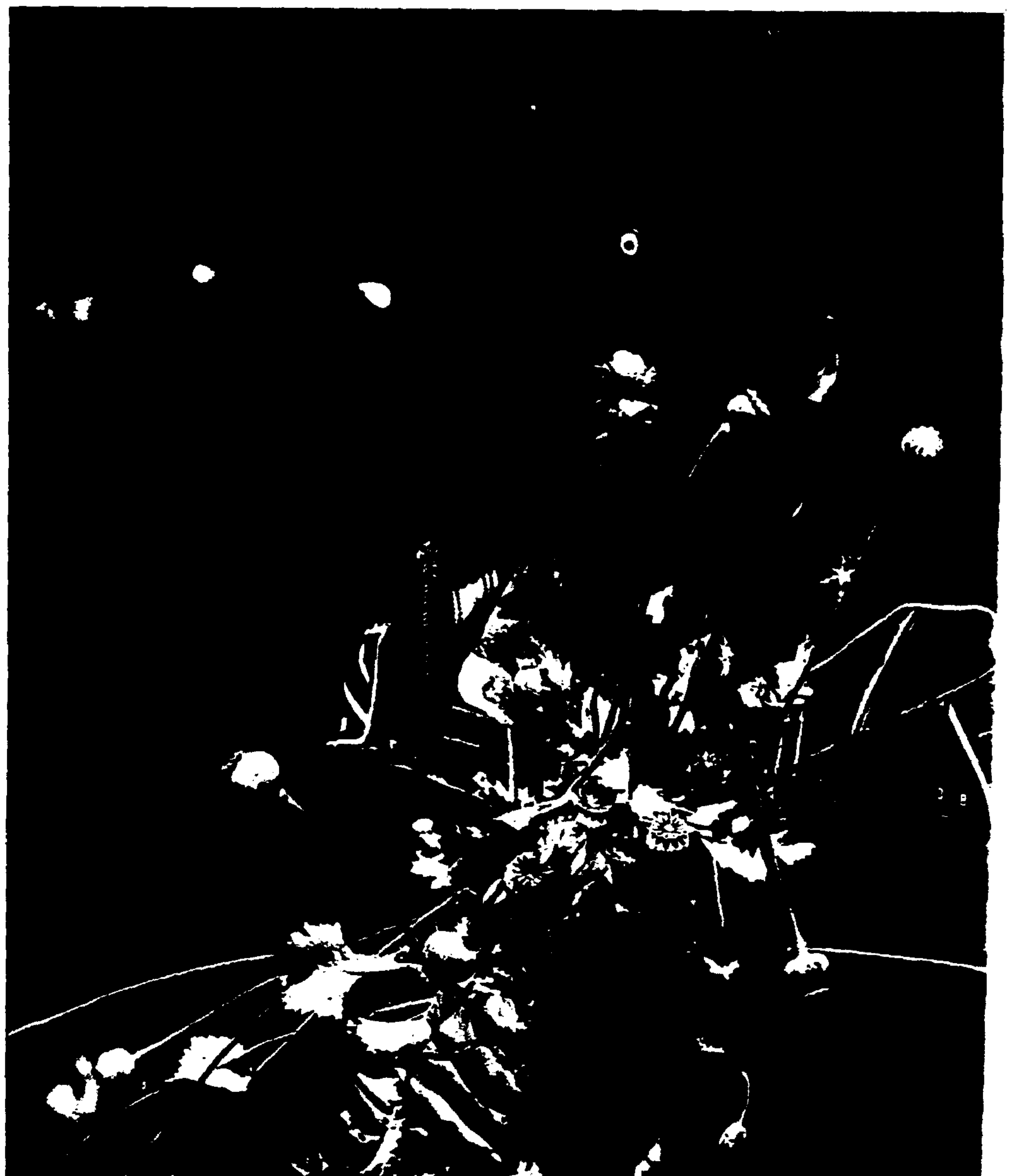
Hispanoamérica se convierte en cultivador de la amapola del opio y exportador de heroína

FRANCISCO ASENSIO, enviado especial

«DIOS nos proteja si los narcotraficantes colombianos ingresan en el comercio de la heroína», manifestó el general Miguel Maza Márquez minutos después de presentar la renuncia a su cargo como jefe de la Policía secreta de Colombia el pasado mes de septiembre. Un mes antes se había encontrado al sur del departamento del Huila 928 hectáreas con 380.000 matas de adormidera o amapola del opio (flor de la que se extraen éste y la heroína), la mayor plantación descubierta en Colombia. El hallazgo supuso la confirmación de que un cártel colombiano de la amapola había entrado en acción.

Por esos mismos días, el periódico norteamericano *The Washington Post* publicaba un informe sobre lo que se puede catalogar como el negocio de la década de los 90: la heroína. Fuentes oficiales estadounidenses aseguran que los cárteles colombianos de la droga han entrado en contacto —en lo que se ha llamado una «transferencia internacional de tecnología» en la industria de las drogas— con los traficantes de heroína del Triángulo Dorado en el sureste asiático (Laos, Tailandia y Birmania surten el 53 por ciento del mercado norteamericano).

En los últimos meses, como resultado de esta nueva alianza, los narcotraficantes colombianos han empezado a vender en Estados Unidos heroína con una pureza de hasta el 90 por ciento, comparable a la de alta calidad conocida como *China blanca*. Esto quiere decir —según especulan los oficiales de la Agencia Estadounidense para la Droga (DEA)— que los narcotraficantes colombianos han traído *cocineros* (químicos) asiáticos para asesorarles en la producción de heroína.



Colombia y México intentan erradicar las plantaciones de amapolas y solicitan la colaboración

OTRA BATALLA. Colombia ha dado ya la voz de alarma: acaba de inaugurarse una nueva era del narcotráfico, que amenaza con prolongar la sangría con que los cárteles de la coca habían azotado el país. Sin embargo, en 1984 ya habían aparecido los primeros antecedentes: en el departamento de Tolima fueron descubiertas las primeras 27 hectáreas cultivadas con 450 matas de amapola. Era el comienzo de lo que se pronostica como una nueva guerra, más sangrienta posiblemente que la de la cocaína, que sembró de cadáveres el país, entre ellos el candidato presidencial Luis Carlos Galán.

México también libra su batalla particular contra la flor de la heroína y el narcotráfico. Los cultivos de amapolas, así como los de marihuana, proliferan sin cesar en un territorio que se extiende desde algunas loca-

N.º 1.047/16-12-91



los países consumidores, sobre todo de EE UU.





Destrucción de un cultivo de hoja de coca.

lidades del estado de Sonora (en la frontera con Estados Unidos) hasta poblaciones del estado de Chiapas (colindante con Guatemala). Pero según los funcionarios de la Procuraduría General de la República (PGR), la mayor parte de las plantaciones se encuentran en el noroeste del país, en el área comprendida entre las fronteras de los estados de Chihuahua, Sinaloa y Durango.

El 90 por ciento de los campos de México están en terrenos federales, conocidos como «tierra de nadie». Por otra parte, los *narcos* diseminan los cultivos en pequeñas parcelas. Todas estas condiciones obstaculizan la localización y destrucción de las plantaciones.

Pero además de las dificultades que plantea la geografía de la sierra mexicana, la precaria situación económica de sus moradores impide la colaboración de los campesinos en la destrucción de campos y en las detenciones de narcotraficantes. Y es que los jornaleros ganan diez veces más trabajando para los *narcos*, por muy bien que les vaya con los cultivos legales. Es más, para muchos campesinos mexicanos, los traficantes son una especie de héroes benefactores

de los humildes. En la sierra incluso se escuchan corridos que cantan loas a famosos traficantes.

Según las cifras que se manejan en Colombia, por cada hectárea sembrada de amapola, los *narcos* pagan a un campesino unos 3.000 dólares (más de 300.000 pesetas). A su vez, un *cocinero* que se encargue de mezclar el producto vegetal con las sustancias químicas cobra cerca de 500 dólares por cada kilo de producción.

ESTRATEGIA PREVENTIVA. El Gobierno mexicano de Carlos Salinas de Gortari se enfrenta a la proliferación de estos cultivos empleando al Ejército —que suele destruir a mano los sembrados— y con agentes de la PGR, quienes arrasan los campos desde el aire con sustancias que provocan la caída de las hojas. Además, la Administración mexicana planea una nueva estrategia contra la siembra de amapolas desde una óptica preventiva, es decir, incentivando la sustitución de cultivos ilícitos por legales.

Se estima que en Colombia existen unas 25.000 hectáreas sembradas de amapola en 12 departamentos. Las tierras más idóneas para su cultivo están por encima de los 2.500 metros de altura en las zonas de páramos, que en el país son habituales.

Uno de los puntos claves dentro de la estructura del negocio de la amapola tiene que ver con la protección de los cultivos. Están estratégicamente camuflados en la selva y son patrullados por grupos de guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias (FARC) y del Ejército de Liberación Nacional (ELN) a cambio de una participación (entre el 10 y el 30 por ciento) en las ganancias.

LAS guerrillas del FARC y ELN protegen algunas plantaciones de la flor del opio a cambio de una participación en los beneficios

El comandante de la III División del Ejército colombiano, Camilo Zúñiga, asegura que en algunas zonas son los mismos miembros de las FARC los que administran los cultivos, obligando a los campesinos a utilizar sus tierras para sembrar amapolas.

Colombia ya ha empezado a contar las primeras víctimas de este negocio: a mediados del pasado mes de noviembre, las calles de Bogotá fueron escenario de un tiroteo que se saldó con cuatro cadáveres; según la Policía, se trataba de traficantes de heroína. También se ha hallado el primer laboratorio para procesar la amapola (en Neiva, capital de la provincia del Huila).

Hace pocos días, han llegado a Colombia desde Estados Unidos un grupo de expertos norteamericanos para asesorar a los miembros de seguridad colombianos con el fin de combatir la proliferación de la amapola.

Al mismo tiempo, empiezan a aparecer las primeras teorías acerca de lo que está pasando en el mundo de los *narcos*. Según las autoridades colombianas, los narcotraficantes entraron en el negocio a principios de la década de los 90. Si hace 20 años el país conoció la

¿Quiénes son los nuevos capos?

LA entrega del *capo* Pablo Escobar a las autoridades colombianas el pasado 19 de junio produjo un cierto alivio en muchos sectores del país e incluso en Estados Unidos, a pesar de que los norteamericanos hubieran preferido su extradición.

Lo cierto es que el terrorismo auspiciado por los narcotraficantes parece haber cesado. Sin embargo, el tráfico de estupefacientes no se ha erradicado. Desde la entrega de Escobar, de los hermanos Ochoa Vázquez y de sus principales lugartenientes, se sigue exportando cocaína y, ahora, se ha entrado al negocio de la heroína.

En su última declaración (hecha a un periódico norteamericano de Dallas), Pablo Escobar ha asegurado que desde su entrega se han fortalecido otros cárteles de la droga, que siguen abasteciendo, sobre todo, el mercado de Estados Unidos.

Esta opinión aislada es lo único que se ha sabido de Escobar en los últimos meses. Después de su entrega, periodistas de todo el mundo, ávidos de leyendas, han estado apostados durante semanas en las frías faldas de una montaña cercana a Medellín, en las cercanías de la cárcel de Envigado. Pero de Escobar sólo se ha conseguido saber que se ha dejado barba, que piensa estudiar periodismo y que si alguna vez llega el momento de hablar en público para decir toda su verdad, lo hará.

Eso sí, a Escobar se le han atribuido nuevos crímenes y se le ha acusado de seguir en el mercado de la droga. Pero lo cierto es que ni siquiera se ha publicado la foto de reseña habitual de un preso a causa de la interpretación que algunos funcionarios han dado al derecho a la privacidad establecido en la nueva Constitución de Colombia.

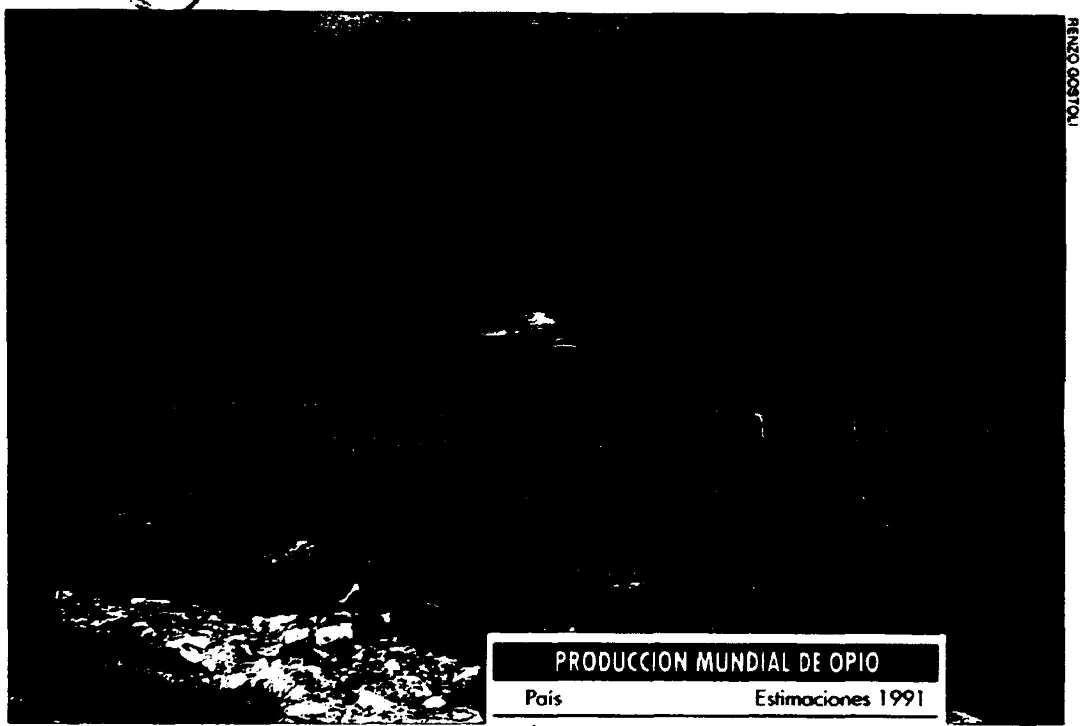

El narcotraficante Escobar.

Por el silencio que Escobar ha guardado (y por la velocidad de los acontecimientos colombianos que hoy han convertido en historia empolvada lo que hace apenas unos meses era actualidad caliente), en la ciudad de Medellín prácticamente no se habla ya de Pablo Escobar. A veces, sólo a veces, se señala el punto luminoso de la montaña donde está su cárcel, pero ya ni siquiera se menciona su guerra a muerte con el otro cártel de la droga: el de Cali.

Así que ahora son pocas las ocasiones en que las autoridades de Colombia le siguen atribuyendo a Pablo Escobar muchos males que antes, irremediablemente, caían sobre el *capo*. Por eso aumenta el misterio de quiénes son los nuevos dirigentes colombianos del narcotráfico, incluida la temible heroína. Según fuentes de la Agencia Estadounidense para la Droga (DEA), el negocio del tráfico de heroína parece estar controlado por el cártel de Cali.

03

9203543



RENZO GOSTOLI

Lucha contra los sembrados de amapolas.

existencia de la mafia de la marihuana y en los años 80 se estremeció con el negocio de la cocaína —hasta entonces, el más violento y lucrativo de todos—, ahora los traficantes colombianos parecen dispuestos a llevar a cabo una nueva inversión: proveer de heroína al millón de adictos que hay en Estados Unidos.

NEGOCIO RENTABLE. Las dimensiones de ese mercado las ha resumido Bob Martínez, el zar norteamericano de la lucha contra las drogas : «Las ventas totales por heroína llegaron a los 12.000 millones de dólares al año pasado (alrededor de 1,2 billones de pesetas)». El aliciente para decidirse por el negocio de la heroína y abandonar el de la coca es obvio: produce más ganancias.

De mil hectáreas sembradas con amapola del opio se obtienen 7.000 kilos de éste. Por cada kilo de esta adormidera se extrae un 10 por ciento de heroína. Y un kilo de heroína en Estados Unidos, el principal mercado, se vende a 150.000 dólares (más de 15 millones de pesetas), mientras que un kilo de coca se cotiza a 23.000 dólares.

El negocio de la amapola en Colombia está siendo controlado por organizaciones expertas que han manejado el tráfico de la cocaína durante toda una década. Para Félix Jiménez, un puertorriqueño que trabaja como jefe de la sección de heroína de la DEA, los *narcos* colombianos están sólo empezando a entrar en este mercado, pero se perfilan como serios aspirantes al dominio del mismo. Su ingreso preocupa porque sus complejas redes de distribución en Estados Unidos podrían hacer que la heroína fuese más accesible en el mercado.

«Lo único que necesitaban para controlar totalmente los bajos fondos era la heroína. Los estudios preliminares que hemos llevado a cabo han determinado que la goma base que se produce en Colombia es la de mejor calidad, y sobrepasa incluso a la de Birmania, en Asia», explica Jiménez.

Por eso la alarma es justificada. Pero, además, las estadísticas se obstinan en gritar la gravedad: la proporción de cultivos de amapola en Colombia es la misma que la de coca a comienzos de los años 80. Estos datos permiten predecir que el mercado de la heroína puede tener tantas, e incluso más, repercusiones fatales para la sociedad que el de la cocaína.

Además, según el informe *World-wide Heroin Situation* (*Situación de la heroína en el mundo*) de 1990 de la DEA, las alianzas de los *narcos* latinoamericanos de la cocaína con los cárteles asiáticos de la heroína se advierte en las calles de Nueva York, donde los clanes de origen chino (impenetrables por su idioma) están siendo ayudados por grupos étnicos del Caribe, algunos miembros de los guetos negros y las redes de distribución de los colombianos. Con una infraestructura de distribución y tráfico de drogas asentada durante los últimos 20 años, los *narcos* colombianos aspiran a compartir el mercado de la heroína que ha estado dominado por los orientales hasta ahora.

Como si a Colombia no le faltaran males, ahora le ha caído una nueva plaga. Las autoridades aseguran que están a tiempo de controlar su expansión y el descubrimiento de cultivos de amapola está teniendo éxito. Sin embargo, el gran volumen de dinero que está en juego y la ausencia de sospechosos a quien perseguir, porque los *capos* de la cocaína están en su mayoría en la cárcel, hacen pensar a muchos colombianos que en esta materia, y contrariando un refrán popular, «los peores tiempos están por venir». ■

PRODUCCION MUNDIAL DE OPIO

País	Estimaciones 1991
Afganistán	400
Irán	300
Pakistán	125
Birmania	2.250
Laos	250
Tailandia	39
Líbano	40
Guatemala	10
México	55

En toneladas.
Fuente: Plan Nacional para la Droga de EE UU

CULTIVO MUNDIAL DE AMAPOLA*

País	Plantaciones	Erradicadas
Afganistán	12.375	0
Pakistán	8.215	185
Birmania	150.100	0
Laos	30.500	0
Tailandia	4.155	720
Líbano	3.200	0
Guatemala	1.930	1.085
México	10.100	4.650
Colombia	25.000	—

*Datos 1990. En hectáreas.
Fuente: Plan Nacional para la Droga de EE UU

¿Legalizar la droga?

La droga no es un vicio. Es una grave enfermedad por introducir en el riego sanguíneo sustancias que envenenan. Cuando el prestigioso presidente de la abogacía española, don Antonio Pedro Rius, dijo: «¡Hay que legalizar la droga!», todos nos echamos las manos a la cabeza. Fueron vilipendiados y mal interpretados sus mensajes. Hoy nos damos cuenta que sus «descabelladas» ideas no lo eran tanto, y que tiene gran visión de futuro.

Actualmente hay muchos «enfermos» en tratamiento a los que se administra, en calidad de sustituto, la metadona. Así palian la ansiedad que sufren.

EMILIO CASTRO



Los drogadictos son enfermos.

Entiendo que bien reglamentado, controlado y vigilado, estos miles de seres podrían recibir *gratuitamente* su imprescindible dosis. Médicos, técnicos y especialistas suministrarían esta sustancia, vital para los drogadictos. Previo control médico, todo drogado-enfermo recibiría su medicina, y con un tratamiento dirigido y adecuado en modernas instalaciones, tal vez, se curarían.

Quizás así evitaríamos muchos atracos, asesinatos y desgracias familiares y, lo más importante, los desaprensivos traficantes no obtendrían ningún beneficio y se les acabaría el negocio que hacen con estos pobres y desgraciados seres humanos.

Abraham Méndez Ramos
Barcelona

NARCOTRAFICO

El crimen organizado y el narcotrafico

Los grupos que se mueven a nivel internacional en torno al fenomeno del narcotrafico son multiples y todos ellos se caracterizan por querer dominar un area determinada, para lo cual se enfrentan a una competencia despiadada, usando como herramienta el mantenimiento del poder por medio de la corrupcion, intimidacion y violencia.

Los principales competidores a nivel mundial son la yakuza japonesa, las triadas chinas, los carteles colombianos y la mafia siciliana; ademas, los grupos criminales turcos que tienen un virtual monopolio en las rutas de distribucion del sudeeste de ASIA y EUROPA.

Existe una evidencia sustancial de que los sindicatos chinos, ademas de controlar el mercado de America del Norte y AUSTRALIA se estan agrupando en los PAISES BAJOS, en el REINO UNIDO, BELGICA, FRANCIA, ESPAÑA y ALEMANIA.

Las triadas chinas, originarias de la region de Swaton de CHINA tienen la supervision general del trafico de heroina de THAILANDIA. Los traficantes de opio son conocidos, como los Haw, y son emigrados chinos de varias generaciones de la provincia china de Yunnan. Los Haw tratan directamente con los cultivadores, a veces pagando por adelantado el opio a cambio de bienes primarios como: azucar, sal, te y calzado.

La yakuza japonesa tambien figura en el trafico de droga de THAILANDIA, especialmente en Bagkok, en donde a principios de la decada de los ochenta tomaron el control del ju[illegible] clandestino de los clubes nocturnos, de las redes de prostitucion y otras actividades ilegales.

Es de tener en cuenta que la yakuza, no solamente no trafica la heroina a Japon sino que aparentemente tambien realizaria esfuerzos activos para que la misma no entre a este pais. A pesar de este entendimiento, los yakuza y el gobierno se contradecerian, ya que ambos son permisivos respecto al uso de sicotropicos que estan mas difundidos en esa sociedad.

Por su parte en MYANMAR las areas de cultivo se encuentran en areas pobladas por minorias etnicas que representan un 7% de la poblacion del pais quienes tienen una tradicion de larga data de hostilidades y oposicion hacia la dominacion de los birmanos que representan el 72%.

Oficialmente, en este pais, el cultivo de la amapola esta prohibido desde su independencia en 1948, pero esta disposicion ha sido respetada esporadicamente debido a los temores del gobierno central de provocar una intensificacion del resentimiento etnico. Es de tener en cuenta que desde SLORC el gobierno estaria mas preocupado en mantener su status quo, que en combatir a los traficantes; el regimen en la actualidad, estaria tolerando las actividades de la mas poderosa organizacion criminal, el ejercito unido de Shan, e incluso habria llegado, a acuerdos con organizaciones como la Wa y Kokang.

Respecto a las organizaciones turcas, es de tener en cuenta que, durante la ultima decada, TURQUIA ocupaba un lugar muy importante como productor de la amapola de opio y por presiones de EEUU, ha disminuido significativamente la misma. A raiz de su importancia como productor, habria organizado un conducto bi- direccional tanto para el trafico de drogas como de armas, entre Medio Oriente y Europa Occ., hallando cobertura a traves de presencia de miles de inmigrantes turcos en las ciudades de Europa occ.

En el año 1999, el 74% de los cargamentos de opio decomisados en EUROPA pasaron por TURQUIA y ciudadanos turcos estuvieron involucrados en el 70% de todos los arrestos de drogas y decomisos efectuados.

Las organizaciones de traficantes de droga mas importantes de la region andina estan ubicadas en las ciudades colombianas de Medellin y Cali. Estos carteles controlan entre el 60 y 70% del trafico de la region y el resto es compartido entre otras 50 organizaciones mas pequeñas y poco poderosas.

Se estima que los carteles de Cali y Medellin tienen un ingreso anual de cuatro mil millones de dolares, de ellos, mil millones quedan en COLOMBIA y el resto es enviado al exterior.

Por su parte, segun informacion de la DEA y de las Superintendencias Bancarias de varios paises, durante 1990 y 1991, los dos carteles de la droga colombiana han manejado un total de 30.000 millones de dolares anuales solo como producto de sus operaciones de narcotrafico, estimandose que si comienza la produccion masiva de heroina en ese pais, dichos montos se duplicarian.

Los lideres del cartel de Cali provienen de clase media, son discretos y mantienen cierta prudencia en sus gastos. En cambio los lideres del cartel de Medellin provienen de distintos estratos sociales, en su mayoria han pasado por la carcel y suelen hacer ostentacion de su gran riqueza.

Si bien la actividad del trafico de cocaina es repudiada en COLOMBIA, los carteles han logrado algun apoyo popular entre los sectores pobres de la poblacion, debido a sus gastos filantropicos.

Doc. Poco LEGIBLE

01/02

923545

Otro elemento de diferenciacion entre los carteles es la forma en que ejercen la violencia: el cartel de Cali ha llevado a cabo menos ataques contra los representantes del Estado. Esto posiblemente se deberia a una infiltracion en el poder del Estado en un nivel superior que el cartel de Medellin que ha sido mas abiertamente vindicativo y se ubica en franca oposicion a las fuerzas democraticas en temas tales como extradicion.

El cartel de Cali tendria el apoyo de ciertos sectores de las Fuerzas Armadas que protegen y apoyan a algunos de los 140 grupos paramilitares de extrema derecha que llevan a cabo asesinatos de politicos de izquierda. Asimismo mercenarios y expertos extranjeros, como ser el ex miembro del Mossad, General Yair Klein, han sido llamados para entrenar a los integrantes de los grupos paramilitares en nombre de los carteles; otra alianza tambien se habria formado con la organizacion terrorista ETA.

El cartel de Cali tiene una mayor captacion del mercado de la cocaina en los EEUU que su cartel rival, el de Medellin. Ello se debe en gran parte a los 10.000 colombianos que trabajan para dicho cartel en los EEUU.

La forma de operar del mismo varia de ciudad en ciudad, Nueva Orleans es manejada por el cartel de Medellin, Miami esta compartida junto a cubanos y portorriqueños, el cartel de Cali controla la ciudad de San Diego con los mejicanos, Los Angeles esta dividida entre el cartel de Cali, jamaicanos, haitianos y la ciudad de Nueva York tambien es territorio del cartel de Cali y la mafia siciliana.

El crack tiende a ser distribuido en EEUU por grupos jamaicanos que operan en el este, medio oeste de Nueva York, Kansas City, Denver y Maryland. Los haitianos controlan el mercado del crack en Florida, Georgia, el sur de Delaware, el este de Maryland y el estado de Nueva York.

Los dominicanos controlan Connectitut y Rhode Island mientras que el negocio del crak en California y el norte de Los Angeles es monopolizado por grupos criminales negros de esa ciudad.

Por ultimo, si bien es muy dificil conocer el numero de individuos que participan de este fenomeno ilicito de drogas, se estima que en 1977 en Nueva York habia 20.000 personas vinculadas al trafico de drogas; en 1989 (segun Interpol) en Los Angeles habia 10.000 personas; en 1985 en Italia de 20.000 a 30.000; en Bolivia 500.000 o sea el 30% de la poblacion trabajadora y en Peru el 10% de su poblacion activa se encuentra relacionada al trafico ilicito de drogas.

Ademas, segun un estudio realizado en 1986 se estimaba que en AMERICA LATINA por cada 300 exportadores de cocaina existen 220.000 campesinos dedicados al cultivo de la coca, 74.000 procesadores de pasta, 7.400 transportadores de pasta y 1.333 refinadores, lo que hace un total de 1,5 millones de personas dedicadas al negocio de la droga.

Apreciacion

Los desplazamientos e interrelaciones existentes entre los grupos que se mueven en torno al fenomeno del narcotrafico, muestran el real aprovechamiento que realizan respecto a dos caracteristicas de la sociedad contemporanea: la velocidad y facilidad de las comunicaciones y los desplazamientos humanos en distintas partes del planeta.

Asi, narcotraficantes colombianos se comunican con residentes colombianos en EEUU y traficantes turcos con sus connacionales en distintos paises europeos y por la velocidad de las comunicaciones se informan respecto a un cargamento, a un control policial o a una transferencia de dinero.

Las caracteristicas de los grupos que operan en una u otra ciudad, estarian en intima relacion con aquellos grupos poblacionales numericamente predominantes y de significacion como grupo informal en dicha comunidad.

Cada uno de estos grupos criminales busca su exclusividad en los diferentes mercados, estableciendose a veces una competencia muy fuerte, no obstante por intereses de comercializacion se relacionan y terminan compartiendo distintas areas, especialmente aquellas muy populosas.

Es significativo que tanto los cultivadores de amapola de opio en ASIA, como los de coca en AMERICA, son los que menos ganancias perciben, ya que en ambos casos dichos cultivos son utilizados como trueque de bienes primarios o de primera necesidad.

Se observa que los grupos del crimen organizado relacionados con el narcotrafico realizan un verdadero control del poder politico, que se manifiesta tanto en los colombianos como respuesta a problematicas estructurales de violencia interna y/o por su busqueda de participacion en temas de politica exterior, o bien en asiaticos por su relacion con grupos etnicos minoritarios.

Por tanto, el narcotrafico es un fenomeno poderoso por estar manipuleado por grupos vinculados al crimen organizado, que tienen fuerte poder economico, estando su comercializacion relacionada con el trafico de armas, buscando asimismo el poder politico. En virtud de ello, es significativo como en casos extremos, el poder politico se relaciona con los mismos con mucha prudencia y buscando en determinadas situaciones su conformidad para con sus resoluciones.

DOC. POCO LEGIBLE

02/02

Los cuatro grandes procesos contra las mafias de la droga

Los jueces españoles jamás han condenado a un gran «capo» del narcotráfico. Ahora tienen su oportunidad

EN este país la justicia jamás ha sentado en el banquillo a un importante *capo* de la droga y, mucho menos, lo ha sentenciado a una larga condena de cárcel», recuerda a esta revista un alto cargo ministerial. Contrarresta así la optimista información oficial, que mide el éxito de la lucha antidroga con un falso baremo (número de detenciones y kilogramos de droga decomisados) pero olvida otros: el Estado español parece impotente a la hora de castigar a los grandes narcotraficantes.

«Aquí sólo se busca la incautación de alijos de droga y se condenan a *camellos* o a *soldados* de los niveles intermedios. Jamás a primeras figuras que siempre han eludido la acción de la justicia», continúa la misma fuente con tono de frustración.

Hasta ahora el poder judicial sólo puede apuntarse dos tantos: las extradiciones a Estados Unidos de Mark Howard, *Marco Polo*, gran traficante de hachís detenido en Mallorca, y de Gaetano Badalamenti, *capo* de la mafia siciliana y máximo responsable de la *pizza connection*. Pero la justicia española cuenta en su «debe» con borrones como la puesta en libertad de Tonino Bardellino, *padrino* de la Camorra napolitana, y la extradición a Colombia, en lugar de a EE UU, de Jorge Luis Ochoa y Gilberto Rodríguez Orejuela, jefes de peligrosos cárteles colombianos.

El año que ahora comienza ofrece la definitiva oportunidad para que la justicia española demuestre a todo el mundo si sabe o no perseguir a los narcotraficantes. Durante 1992 se van a celebrar importantes juicios contra las grandes redes del narcotráfico. Destacan cuatro procesos en los que los funcionarios de dos juzgados centrales de la Audiencia Nacional, el 1 y el 5, han dedicado un meritorio esfuerzo profesional y cientos de horas de trabajo.

Los sumarios de la *Operación Mago* (13/90), *Yomagate* (14/91), *Conexión turca* de la heroína (19/90) y la red de Bernardino Torres (36/88) están en fase de conclusión. Todos estos casos deberán escuchar en los próximos meses el «visto para sentencia» en la sala blindada de la Audiencia Nacional.

Los cuatro juicios afectan a las redes más peligrosas del narcotráfico español y a otras internacionales. Algunos *capos* colombianos del cártel de Medellín, como los hermanos Jorge Luis y Fabio Ochoa, están detrás de los enjuiciados.

El juicio más esperado, sin duda alguna, es el que va a sentar en el banquillo a todos los procesados de la *Operación Mago*, dirigida por el juez Baltasar Garzón en junio de 1990 en tierras gallegas. La redada, que adoptó el nombre de *Mago* en honor al nombre de pila de su progenitor, Baltasar, sirvió para desarticular a los jefes de los más importantes clanes de las Rías. Fueron detenidos Laureano Oubiña, José Manuel Padín Gestoso *Manolo el Catalán*, José Paz Carballo, Ramiro Sancho Casas, Ramón Longa Vidal, Albino Paz y, más tarde, miembros de la familia Charlín y José Ramón Prado Bugallo *Sito Miñanco*.

Todos ellos se sentarán en el banquillo de los acusados después de haber sorteado durante casi diez años la acción de la justicia. Oubiña y *Sito Miñanco* han afrontado con anterioridad procesos por contrabando de tabaco, pero siempre han logrado salir adelante sin condenas de cárcel.

El sumario 13/90, instruido por el juez Garzón a partir de las declaraciones del *arrepentido* Ricardo Portabales, también afecta a varios extranjeros, la mayoría de ellos colombianos, con quienes los gallegos mantenían sus negocios. Uno de ellos, el hispanocolombiano Antonio Cebollero, ha decidido colaborar con la Policía aportando información a cambio de reducción de penas. Otro, el colombiano Alberto Vargas Vera, lo tiene más fácil: a finales de octubre consiguió su libertad de la Sección Tercera de la Audiencia Nacional previo pago de una fianza de 30 millones de pesetas, una cifra insignificante si se tienen en cuenta los supermillonarios ingresos de los narcotraficantes. Fuentes judiciales tienen serias dudas sobre su retorno: «No tenemos garantías —dicen— de que el día del juicio se siente en el banquillo».

El propio Alberto Vargas fue el




JUAN CARLOS ESCUDERO

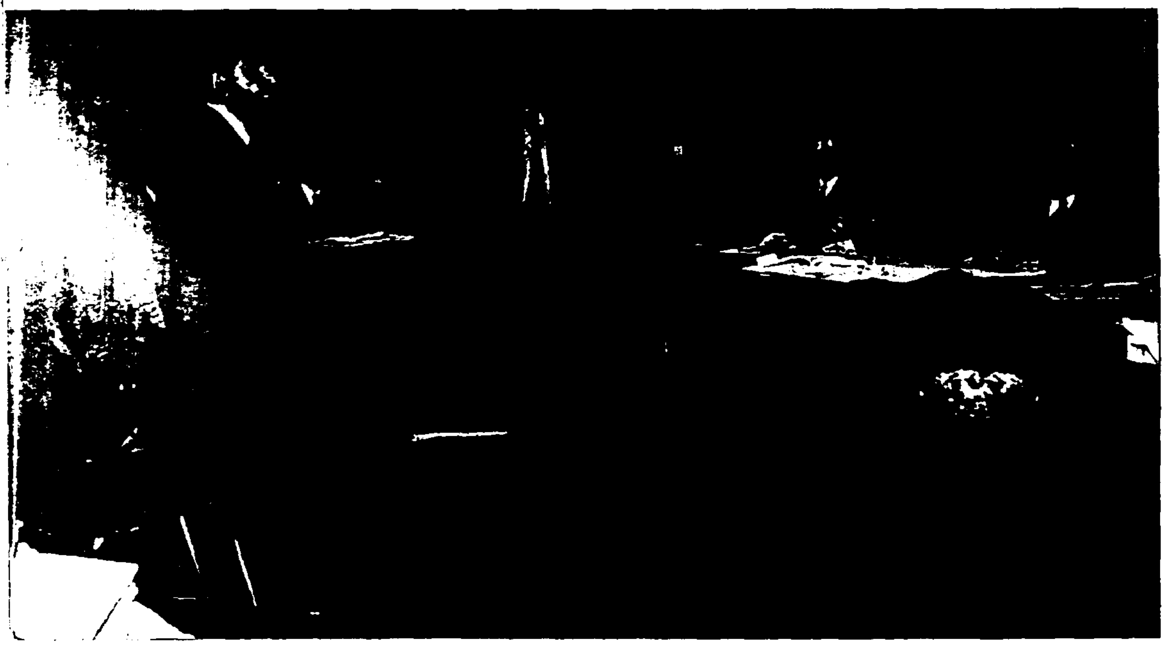
Portabales e Iglesias son dos testigos vitales para desarticular las redes de la droga.





EUROPA PRESS

Los miembros de la «jet» Arbex (junto a Iglesias) y Goyanes se sentarán en el banquillo.



El «capo» gallego Laureano Oubiña ha logrado sortear la acción de la justicia en ocasiones anteriores.

narcotraficante que puso precio a la cabeza del juez Garzón, a quien amenazó de muerte. «Así pagan algunos compañeros de Garzón su entrega en la lucha contra la droga. Si Vargas es peligroso en prisión, imagínense en la calle y, aún más, con los antecedentes de las amenazas», se queja a esta revista un compañero del juez de la Audiencia Nacional.

Pero el escándalo no termina ahí. El 27 de noviembre pasado, la Policía arrestó en Madrid, con un importante cargamento de cocaína, a Hernando Ayala, otro colombiano, que había disfrutado de un largo periodo en libertad «bajo fianza».

ENEMIGO PUBLICO. Ayala, brazo derecho de Vargas, había sido detenido meses atrás junto a su jefe y Antonio Ceballero, pero unos millones le bastaron para salir a la calle y no volver. Dentro del mundo del hampa está considerado como un importante *gatillero*, como se conoce a quienes tienen gran soltura en el dedo índice para apretar el gatillo del revólver. Sus conocidos aseguran que tiene el cuerpo marcado por un sinfín de cicatrices, recuerdo de los balazos y cuchilladas que ha recibido.

El juicio revolucionará incluso a la prensa del corazón. Aunque la importancia de la *Operación Mago* se centra en la desarticulación de las grandes redes del narcotráfico gallego, la atención recaerá en dos populares miembros de la *jet* española: Carlos Goyanes y Celso Barreiros. Ambos han sido acusados por el *arrepentido* Portabales de haber participado en operaciones de tráfico de droga, imputaciones que siempre han negado.

Goyanes, ex marido de la cantante Marisol y actual esposo de la aristócrata Cari Lapique, domina las tablas del banquillo. Hace tres años quedó absuelto en otro juicio por tráfico de drogas. Las personas que lo acusaban no se ratificaron en sus testimonios el día de la vista oral.

En el despacho de Garzón, en la segunda planta del edificio de los juzgados centrales, también se ultiman otras dos causas que pueden verse a lo largo de 1992 si no surgen complicaciones de última hora: el *Yomagate* y la *Conexión turca* de la heroína.

La primera investigación trasciende más allá de las fronteras españolas y afecta a miembros de la familia del presidente argentino Carlos Menem y altos cargos de su partido. En los últimos días del año pasado, el juez decidió procesar a las 31 personas implicadas en este escándalo, que debe su denominación al apellido de la cuñada de Menem: Yoma.

Según las pruebas judiciales, Amira Yoma, cuñada y ex secretaria de Audiencias del presidente argentino, su esposo Alí Ibrahim, jefe de la aduana del aeropuerto de Buenos Aires, y Mario Caserta, ex secretario de Estado y responsable de finanzas durante la campaña presidencial de Menem, formaban parte de una organización internacional con sede en Argentina, Uruguay, Estados Unidos y España.

Ni Amira ni Ibrahim ni Caserta se sentarán en el banquillo cuando el juicio se celebre en España, pues la




Mario Caserta y Amira Yoma, del «clan» Menem, han sido declarados en rebeldía por el juez Garzón.

autoridades argentinas no pueden extraditar a otro país a ciudadanos nacionales para que sean juzgados. No obstante, existe otro proceso abierto en Argentina contra todos ellos por los mismos delitos.

Entre tanto, los amigos y familiares de Menem tienen que abstenerse de cruzar las fronteras de su país. Si lo hacen corren el riesgo de ser detenidos por la policía internacional. Garzón, en su auto de procesamiento, decretó la rebeldía de Amira Yoma, Alí Ibrahim, Mario Caserta, Ramón Puentes, Alejandro Guido Canda y Mario Anello, lo que automáticamente los incluye en las listas de la Interpol.

Anello, el jefe de la red, permanece en paradero desconocido. Puentes fue extraditado de Uruguay a Estados Unidos, donde está preso en una cárcel de Florida. Y sobre Guido Canda, arrestado en Buenos Aires, pesa una solicitud española de extradición que las autoridades argentinas se niegan a formalizar.

Al final, sólo estarán en el banquillo de la Audiencia Nacional diez de las 31 personas encausadas en este gran escándalo, que estuvo a punto de costarle la *cabeza política* al presidente Menem. En Estados Unidos hay encausadas otras 35 personas.

No faltará en el juicio Fernando Arbex, ex componente del conjunto musical Los Brincos y miembro de la *jet* madrileña. Arbex, a quien acaban de conceder la libertad provisional con fianza de 15 millones de pesetas, está acusado de un delito continuado contra la salud pública.

ARREPENTIDOS. Cuando esta revista señaló a Fernando Arbex como uno de los encausados del *Yomagate*, el ex componente de Los Brincos recibió espontáneas muestras de solidaridad de otros medios de comunicación desde donde se censuraba «la frivolidad» periodística de CAMBIO16. Diez meses y su procesamiento han bastado para amortiguar el ruido de todas estas voces inquebrantables. Arbex se sentará en el banquillo como presunto traficante de drogas.

El *arrepentido* Ignacio Cruz Iglesias, la persona que más ha colaborado con Garzón para que se esclarezca este caso, también tiene un asiento reservado en el banquillo por los mismos delitos. Con la diferencia de que Cruz Iglesias, además de haber colaborado con la justicia, se ha autoinculpado en sus acciones delictivas.



Ochoa, detrás de las operaciones.

El fiscal antidroga José Aparicio Calvo es uno de los máximos defensores de la figura legal del *arrepentido*. Considera necesario que «se incorpore en la legislación española la figura del colaborador con efectos de exención o reducción de la pena». Altos cargos del Ministerio del Interior también se han manifestado a favor de esta legislación habitual en países amenazados por la droga.

En la desarticulación de la red de Bernardino Torres, uno de los mayores narcotraficantes españoles, la Policía también utilizó a confidentes infiltrados en su organización. La declaración del colaborador policial Ramón del Temple ha resultado vital para el procesamiento de 21 personas, decretado por el juez Carlos Bueren. Todos ellos habían participado en el tráfico de 562 kilogramos de cocaína que la Guardia Civil intervino en la costa catalana en abril de 1988. Detrás de todos ellos, una vez más, estaban los Ochoa, propietarios de la mercancía.

Las investigaciones de Bueren permitieron comprobar que Torres y Fabio Ochoa, el más joven de los hermanos del cártel de Medellín, tuvieron una reunión en Lisboa en 1988.

El cuarto gran proceso contra el narcotráfico afecta a una importante red de la heroína que se instaló en España en 1989: la *Conexión turca*. Tras una vasta investigación policial en Madrid, Costa del Sol y Levante, la Audiencia Nacional decidió acumular todas las causas en un mismo sumario, el 19/90. El juez Garzón dirigió su instrucción y a finales de diciembre de 1990 decidió el procesamiento de casi 70 ciudadanos turcos. Se les acusa de haber introducido en territorio español 5.000 kilogramos de heroína de la variedad *brown sugar*. La droga llegaba a Holanda y Alemania a través de la ruta de los Balcanes y, luego, era transportada a España en camiones TIR.

Dos de los jefes de la organización, Abdulkarin Kulaz y Naci Karakutuk, pusieron los pies en polvorosa después de conseguir de sendos juzgados su libertad bajo fianza. En las últimas semanas han sido detenidos otros dos grandes *capos*: el turco Urfi Cetinkaya, un hemipléjico que utiliza silla de ruedas para desplazarse, y el libanés Abu Faisal. Pero la Policía sigue la pista del gran *padrino*, otro turco apellidado Lakis.

MANUEL CERDÁN/ANTONIO RUBIO
Con información de Elena Ayuso

03/03 — 920354b

A nivel privado los gastos de internación oscilan entre los N$ 30.000 y N$ 250.000 por día

Los centros estatales para la rehabilitación del drogadicto en Uruguay son insuficientes

por Cecilia Ordeig y Karina Ruiz Díaz

■ Según declaraciones del experto en problemas de la minoridad, Julio Saetone "en Uruguay no existen centros de rehabilitación para drogadictos, y ésto resulta alarmante, ya que en los últimos tiempos se ha producido un incremento en el consumo de estupefacientes".

Afirmó también que existe una Comisión de Lucha Contra la Droga "que hace lo que puede, pero al contar con escasos recursos la lucha es desigual".

"En todo lo que sea prevenir, hay que invertir mucho dinero, pero es la única forma de salvar al país. De la misma manera resaltó la necesidad de que el Estado cree un plan sistemático de prevención ya que considera que es preferible invertir en ello, y no en rehabilitación. Esto se debe a que el tratamiento es largo y costoso; y por ende muchos no pueden acceder a él, ya que jamás se logra rehabilitar al adicto en un cien por ciento.

Ante lo preocupante de las declaraciones del señor Saetone es que realizamos una investigación para conocer los lugares en que se realizan dichos tratamientos, sus costos y la forma en que se accede a los mismos.

Existen tres niveles de asistencia. A nivel estatal, en el Hospital Psiquiátrico, se atienden generalmente casos en los cuales la drogadicción es sólo un síntoma de la patología del enfermo.

De tratarse algún caso específico de drogadicción, es debido a orden judicial.

A otra escala, el sector Salud Mental del Hospital Maciel posee una policlínica externa de Fármacodependencia, que cuenta con una pequeña sala de internación. Allí se atiende al consumidor y sus familiares. El servicio es gratuito, posean o no carné de asistencia. A nivel mutual es el psiquiatra que brinda asistencia al paciente, quien decide si es necesaria la internación en una clínica privada y el tratamiento a seguir. En este caso los gastos médicos y de internación son costeados por la mutualista. En el nivel privado los costos dependerán del tipo de terapia, individual o familiar.

Es debido a eso que los gastos de internación oscilan entre N$ 30.000 y N$ 250.000 por día, agregándose a esto los honorarios del médico.

A propósito de los centros de rehabilitación estuvimos hablando con el presidente de la Comisión Nacional de Lucha contra la Toxicomanía, el doctor Alvaro Ramírez, quien nos informó que según el Decreto de Ley 14.294 deben existir centros de rehabilitación que dependan del Ministerio de Salud Pública (MSP), en todo el país.

"Lamentablemente a nivel público sólo contamos con el Centro Ambulatorio y de Internación del Hospital Maciel, y no resulta suficiente".

"Como mínimo agrega tendríamos que tener además un Centro de Internacional Diurno porque el paciente con una gran problemática social y un grado de consumo importante necesita estar ocupado de la mañana a la tarde y en el Hospital Maciel no es posible".

Este es uno de los proyectos que se ha elevado a las autoridades; el otro sería la creación de un Centro Residencial específico porque se corre el riesgo, al internar a un adolescente en un hospital psiquiátrico con enfermos mentales, de generarle un conflicto por la propia internación, manifestó el doctor Ramírez.

Objetivos de la Comisión Nacional de Lucha Contra las Toxicomanías

por Eduardo Dana

■ La Comisión Nacional de Lucha Contra las Toxicomanías, ente dependiente del Ministerio de Salud Pública, (actualmente presidida por el doctor Alvaro Ramírez, médico psiquiatra), que inició sus actividades por el año 1975 en forma coordinada con la Brigada de Narcóticos (dependencia del Ministerio del Interior y encargada de la parte de represión del consumo de drogas), actualmente complementa su accionar con el Instituto Interamericano del Niño (dependiente de la OEA), y con Optar (Organización privada cuyo cometido es la prevención del alcoholismo y otras toxicomanías).

La finalidad de la Comisión se fundamenta en tres cometidos, a saber:

a) Investigación de las causas del uso indebido de drogas.

b) Tratamiento y rehabilitación: para esto cuenta con un centro de asistencia en el Hospital Maciel (con servicio para ambulatorios y de internación) y próximamente funcionará otro en el Hospital Pedro Visca.

c) Prevención: sobre lo cual señaló a LA REPUBLICA el doctor Ramírez, "los consumidores que abusan de drogas y farmacodependientes presentan problemas psicológicos individuales, problemas en los primeros años de desarrollo de su personalidad; las causas más frecuentes son: padres alcohólicos, consumidores de drogas o con trastornos psiquiátricos. El mecanismo más adecuado para superar esta problemática es tratar de reforzar el funcionamiento de las familas, mejorar las relaciones entre padres e hijos, el respeto, la autoestima, etcétera.

En lo concerniente a la práctica del consumo de drogas, manifestó el doctor Ramírez: "El consumo de marihuana ha aumentado mucho desde que se introdujo en el Uruguay en 1975 y llegó un momento en el que el 80% de las personas que pasaban por la Comisión, reconocían haberla consumido". Agregó además que, "un tema que nos está preocupando mucho últimamente, es el aumento en el consumo de cocaína. De los chicos que pasaban por la Comisión, del '86 al '88 los consumidores de cocaína se encontraban en un porcentaje de entre un 5-6%. Ese porcentaje ha ido en aumento del '88 a la fecha y en el '89 pasó a ser de 12-14%; en el '90 superó el 20% y actualmente está por encima del 30%".

Cabe señalar que el consumo de la cocaína es mucho más peligroso porque es una droga mucho más adictógena que la marihuana.

En la Comisión se han atendido hasta 3000 personas (300-400 por año), cifra que el doctor Ramírez considera superior a la de otras instituciones.

El 90% de las personas que pasan por la Comisión son jóvenes con un promedio de edad de 16-25 años, con un pico marcado en los 18. De los consumidores de droga se aprecia que entre un 60 a 70% también son alcoholistas.

Finalmente, el doctor Ramírez expresó que quienes se interesen en acercarse a la comisión, podrán hacerlo dirigiéndose a su sede central en 18 de Julio 2172, piso 12 apartamento 1205, teléfono 416735, o también al Hospital Maciel, teléfono 950467, dirigiéndose a la doctora Teresa Lorenzo y Losada.

Recopilación de prensa. 11/1992.

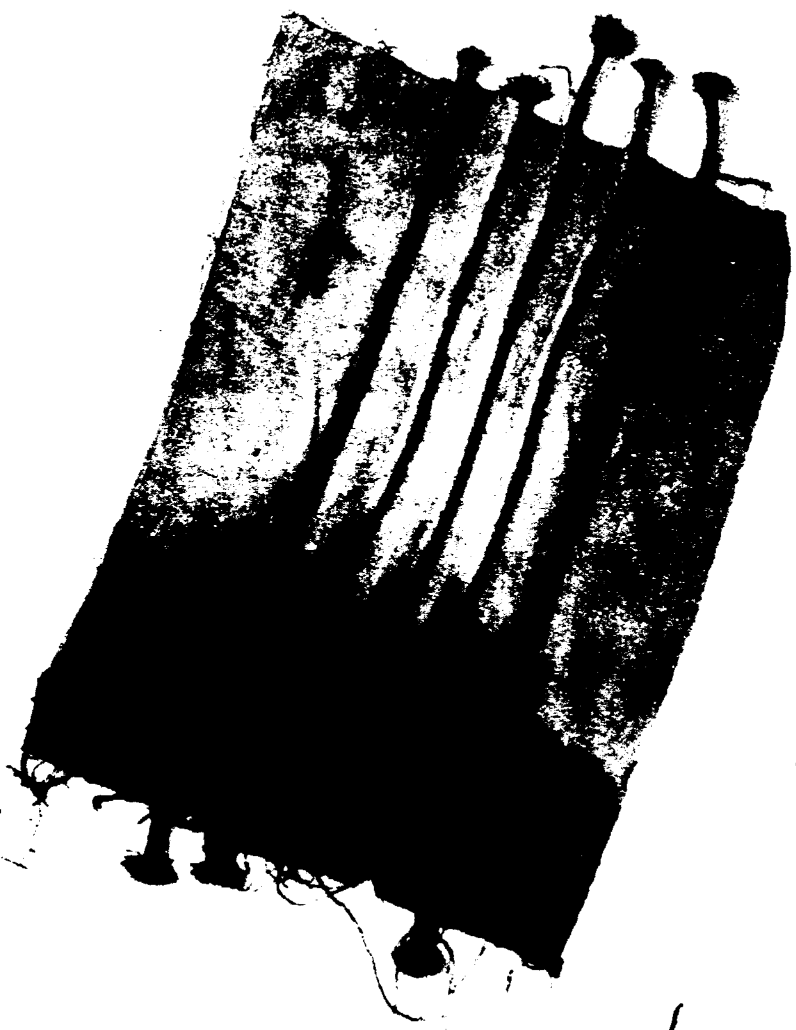
Musa de la inspiración artificial. Droga fuera de la ley, dura, voraz, brillante y mentirosa, que alarga las noches, esconde resacas y crea problemas.

La cocaína produce una sensación de euforia acompañada de una gran excitación psíquica, locuacidad, agudeza mental y una impresión de potencia muscular poco frecuente. Su uso prolongado produce una total pérdida del apetito, gran adelgazamiento, trastornos digestivos, insomnio y taquicardia. También se han descrito casos de delirium tremens.

Si se toma por vía inhalatoria las primeras inhalaciones producen un extraordinario aumento de la libido. En cambio, los consumidores habituales terminan por padecer de impotencia y frigidez.

Los fallecimientos por sobredosis se deben a infartos cardíacos y sobrevienen cuando se la consume por vía endovenosa y si el adicto la asocia con heroína, alcohol o anfetaminas.

Poco de ésto, sin embargo, conoció Sigmund Freud cuando la descubrió y creyó encontrar en ella la panacea universal. De esa y otras historias cuenta el siguiente informe sobre la droga que, a fines del siglo XX, puede ser considerada realmente como una tragedia universal.



COCAINA: la Maldita Blanca Dama

Sagrado vínculo entre los dioses y el hombre, la coca no descendió a los infiernos de la miseria humana hasta después del Descubrimiento.

A pesar de sus propiedades, tardó 400 años en popularizarse

01/02

9203548

como droga psicotrópica. Fue Sigmund Freud, el creador del psicoanálisis, quien, deslumbrados por sus virtudes, estuvo a punto de convertirse en una amenaza pública al tratar de imponerla como Panacea Universal.

Hasta la llegada de los españoles, la coca era usada exclusivamente por el Inca, su familia y los sacerdotes que oficiaban en los ritos religiosos, hacían los sacrificios y participaban en la fiesta del solsticio de invierno. Ni lerdos ni perezosos, encandilados por el afán lucrativo, los conquistadores difundieron rápidamente el uso de la planta entre sus vasallos. Les pagaban con hojas de coca que los indígenas masticaban para combatir el hambre, la fatiga y conservar una ilusoria sensación de fortaleza. Muy pronto, los encomenderos montaron una tupida red de comercialización y escribían a España diciendo que "esta planta aquí lo es todo".

Si bien la *Dama Blanca* hizo su aparición en Europa a fines del siglo XVI, motivos religiosos impidieron que los españoles favorecieran su distribución y consumo en el Viejo Mundo.

A pesar que hacía tiempo que los anglosajones comerciaban con ella, resulta una incógnita que su uso no se haya popularizado hasta bien entrado el siglo XIX. A partir de entonces se difundió con rapidez.

En Inglaterra, se combatían las bajas temperaturas y el hastío victoriano con numerosas variedades de vino que contenían extractos de coca. El Málaga, el Sherry y el Oporto *hacían* las delicias de damas y caballeros que parecían desbordantes de vigor y euforia.

En París, el sagaz Angelo Mariani, obtuvo pingües ganancias comercializando productos que contenían buenas dosis de esta droga casi mágica. *El* vino, el paté, las pastillas y las infusiones que llevaban su apellido eran muy populares. Por otra parte, la Coca Cola llevó coca en su fórmula hasta el año 1903.

Obsesionado por llegar a médico famoso y casarse inmediatamente antes de internarse en los oscuros y fascinantes meandros de la *mente humana*, el joven Sigmund paseó *sus inquietudes por* diversas ramas de la medicina.

Corría el año 1884. Muy interesado en comprobar las experiencias de un médico del ejército alemán que sostenía que la coca aumentaba las energías y la resistencia física, Freud consiguió *un gramo en la casa Merck*. Mientras estaba sumergido en sus investigaciones, le surgió la oportunidad de visitar a su novia Martha, a quien hacía mucho tiempo que no veía. De modo apresurado, dio fin a su trabajo, contentándose con profetizar que pronto se encontrarían nuevas aplicaciones para la sustancia que estaba experimentando. Sugirió a un oftalmólogo amigo suyo que estudiara sus propiedes anestésicas y muy pronto, junto con Koller, que también se dedicaba a las enfermedades oculares y a estudiar las propiedades de la cocaína, tuvieron la *oportunidad* de utilizarla.

El padre de Freud sufría de un glaucoma y fue necesario operarlo de urgencia. La anestesia con cocaína fue todo un éxito.

Por otra parte, Koller pasó a la historia de la medicina como el descubridor de las propiedades anestésicas de esta planta.

Entusiasmado con estos descubrimientos, Freud decidió ofrecer la droga a su amigo Ernst von Fleischl, quien padecía de horrendos dolores debidos a *un* neuroma de amputación. Tan intensos eran, que se había convertido en morfinómano.

Freud le propuso sustituir una droga por otra, en el convencimiento que la cocaína no le produciría adicción. Al poco tiempo, Fleischl continuaba sufriendo y tomaba cocaína como el más grave de los adictos.

A pesar de ello, presa de un entusiasmo desbordante, Freud continuaba soñando con encontrar nuevas aplicaciones para su sustancia maravillosa. El mismo tomaba a diario una pequeña cantidad y llegó a afirmar que se trataba de un *medicamento* activo en contra de la depresión. Incluso pensó en convertirse él en conejillo de Indias meciéndose en los columpios giratorios del paseo del Prater para comprobar su acción contra los mareos.

Con gran obstinación, Freud continuaba sus experiencias. Trató con éxito un "catarro gástrico" y abrigaba la esperanza de curar la diabetis y los vómitos rebeldes.

Repartió *cocaína* entre sus amigos y familiares y le envió a Martha algunas dosis "para hacerla fuerte y dar color a sus mejillas". Equivocado, por supuesto, porque el color de la frágil Martha empeoró a un amarillo terroso.

Más que un trabajo científico, "su Monografía sobre la Cocaína", parece una pieza literaria, llena de frases brillantes y escasa de conocimientos rigurosos en el tema. La tercera edición fue comentada por el escritor Arthur Schnitzler.

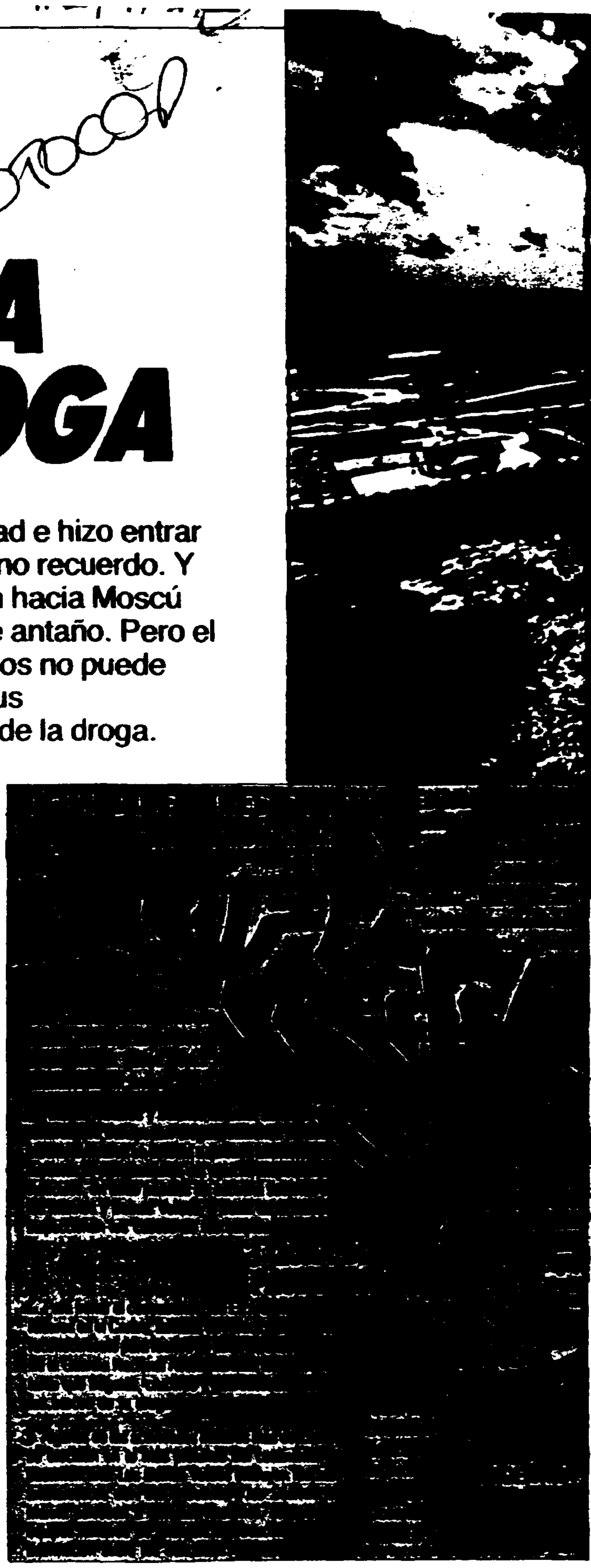
Por su parte, más tarde, William S. Burroughs, autor del "Almuerzo Desnudo" y compañero de viaje de Kerouac, se recuperó al cabo de quince años de su múltiple adicción a las drogas. Dice al respecto, que se despertó de la enfermedad "con la sensación que la carne que recubre los huesos ha sido tomada en préstamo".

Por otra parte, define el contenido de su libro como "un momento de congelada inmovilidad en el que todos ven qué hay en la punta de cada tenedor". Ubica la sensación de euforia que le produce *la cocaína en el centro de la cabeza* y la compara con el efecto de una descarga eléctrica. Tal es su locura que le da lo mismo olerla, fumarla, comerla el resultado es idéntico. No obstante, afirma que el nerviosismo, la depresión, el delirium tremens y las alucinaciones paranoides lo llevaban a un aumento continuo del consumo de coca y de morfina.

También Freud pudo presenciar los ataques de delirio de su amigo Fleischl. *Siempre se reprochó* haber usado cocaína y hasta en sueños se vio perseguido por oscuros sentimientos de culpa. Afectado por un cáncer de mandíbula, sólo se permitió calmar el dolor con aspirina hasta poco antes de morir. "Ahora es sólo una tortura y ya no tiene sentido", se justificó y pidió morfina. No era la hora de la Dama Blanca.

DESPUES DEL GOLFO

LA GUERRA DE LA DROGA



La lluvia de misiles que cayó sobre Bagdad e hizo entrar en razones a Saddam Hussein es un lejano recuerdo. Y hoy los soldados norteamericanos vuelan hacia Moscú llevando alimentos para sus enemigos de antaño. Pero el establishment militar de los Estados Unidos no puede sobrevivir en paz. Y en la guerra actual sus rivales son los carteles latinoamericanos de la droga.

La lucha del Pentágono contra la droga escaló a dimensiones que pocos sospechan. Incluye miles de efectivos norteamericanos y de los países latinoamericanos, a un costo de más de 1.000 millones de dólares anuales. El mes pasado fuerzas de los Estados Unidos desarrollaron una misión secreta denominada *Operation Support Justice*, coordinando efectivos latinoamericanos a todo lo largo de los Andes. Si bien reducida —según los patrones de la *Tormenta del Desierto*—, la Guerra de la Droga emerge como el ítem de mayor crecimiento en el presupuesto de la posguerra fría.

Y a medida que crece el compromiso aumentan las preocupaciones: seis recientes informes del Departamento de Estado, el Pentágono y el Congreso de los EE.UU., documentaron serias fallas en los programas militares o paramilitares norteamericanos para enfrentar la droga. La Guerra de la Droga también parece estar causando daños perdurables a las inestables políticas de los aliados latinoamericanos.

Y donde más importa —en las calles—, el impacto del esfuerzo militar antidroga es imposible de discernir. Según la última investigación del Instituto Nacional Contra el Abuso de Drogas, el mismo número de personas consumió cocaína el año pasado y en 1989. La administración Bush deseaba reducir esa cantidad en un 50 por ciento.

Durante décadas, el Pentágono se rehusó a intervenir, argumentando que los militares debían combatir amenazas a la seguridad nacional y la policía debía luchar contra el crimen. Pero, cuando la preocupación pública por el abuso de drogas alcanzó proporciones cercanas al pánico, en los '80, los reclamos de una intervención militar se intensificaron. En el último año de la presidencia de Ronald Reagan, el Congreso descartó las objeciones del jefe del Estado Mayor Conjunto, almirante William Crowe y ordenó al Departamento de Defensa gastar 439 millones de dólares

UN NEGOCIO FLORECIENTE

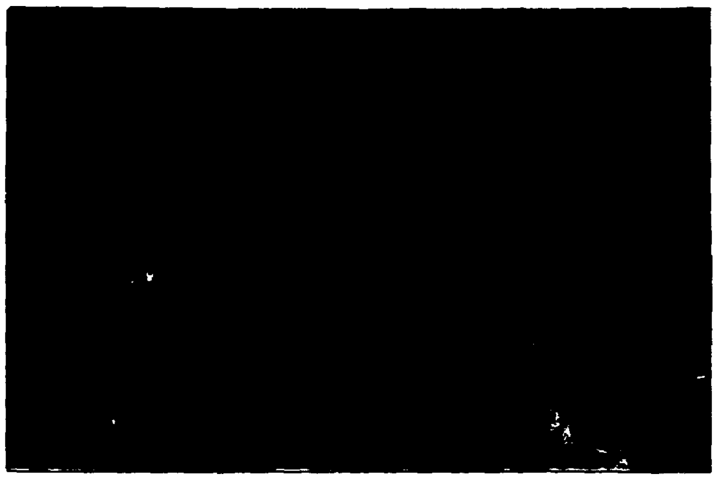
Oscurece en Villa 14 de Septiembre, una aldea en el corazón de la selva de Chapare, en Bolivia. Al cerrarse las nubes, un Ford entra en el mercado local. Un gentío se apretuja sobre el conductor que forcejea con su carga: dos bolsas de 25 kilos de hojas de coca. Los compradores toman puñados de hojas para probarlas, y llenan los bolsillos del hombre con dinero en un intento de desplazar la competencia. Es una buena partida de hojas, y los narcos locales saben que las inminentes tormentas subirán los precios. Con las primeras gotas de lluvia, el vendedor finalmente acepta un rollo de billetes: 70 dólares por ambas bolsas, 60 más de lo que habría logrado hace un año.

A este hombre no le afecta la Guerra de la Droga: mientras la DEA ataca exitosamente a los grandes traficantes, el negocio sigue floreciendo por la base. La economía boliviana es adicta a la coca, que provee 350 mil empleos locales y representa el 35 por ciento de la producción mundial. Dos tercios de esa cosecha provienen de Chapare, donde la DEA es equiparada al mismo demonio. Una reciente asamblea de campesinos acusó a la policía boliviana de robar su coca para venderla a los traficantes, y a los norteamericanos de destruir su medio de vida dinamitando caminos usados para llevar las cosechas al mercado.

Por una cruel paradoja, las tácticas agresivas no eliminaron el comercio de la droga: lo expandieron. El problema es que los gobiernos actuaron según planes de interdicción y erradicación, sin desarrollar cosechas y mercados alternativos. El año pasado, una campaña exitosa bajó el precio de la coca de 45 a 5 dólares la bolsa de 45 kilos. Esta caída hizo que algunos cultivadores dejaran el negocio; pero, como no había alternativas, el plan terminó haciendo que muchos campesinos ingresaran al negocio más lucrativo de la producción de pasta y base.



Un laboratorio descubierto en Chapare, Bolivia.



Los últimos informes revelan que la DEA decomisa, y quema, un tercio de la cocaína producida en América latina.

fueron avisados por parlamentarios bolivianos.

El problema básico de los esfuerzos norteamericanos en Perú, Colombia y Bolivia, radica en que el consumo de drogas no es un problema social serio en esos países. Y, paralelamente, las exportaciones son fuente de cientos de millones de dólares para cientos de miles de personas, muchas de ellas campesinos. Temerosos de que la resistencia campesina alimente la insurgencia izquierdista y de que la ayuda militar norteamericana engorde a militares corruptos y abusivos, los presidentes civiles de los tres países se opusieron originariamente a la idea de militarizar la lucha.

DINERO DEL SILENCIO — Los bolivianos están sorprendidos ante la insistencia norteamericana por ayudar a los militares, que últimamente volvieron a ocupar los titulares: en octubre, un avión de la Fuerza Aérea Boliviana aterrizó en Paraguay llevando una carga inesperada: 16 kilos de cocaína. Funcionarios norteamericanos explican en privado que 14 millones de dólares de la ayuda a las Fuerzas Armadas bolivianas es *"dinero de auxilio"* para silenciar disconformidades. *"Nuestras relaciones con los EE.UU. están completamente 'narcotizadas'* —dice un alto funcionario boliviano—. *Pero es la única manera de que podamos conseguir ayuda para los problemas que realmente nos atañen."*

Mientras tanto, los adiestradores norteamericanos en Bolivia sospechan que los carteles de la droga pueden ser los reales beneficiarios de sus esfuerzos. De los 900 soldados actualmente en entrenamiento, el 85 por ciento son conscriptos por un año, que terminarán su servicio en cuestión de meses. Muchos tienen parientes que trabajan en la industria de la droga y que bien los podrían contratar como guardias de seguridad, pagándoles un extra por el *know-how* norteamericano.

Las Fuerzas Armadas colombianas reciben la tajada más grande de la ayuda norteamericana a ese país. Con 47,2 millones de dólares para este año fiscal, Colombia supera a El Salvador como máximo receptor de la ayuda militar norteamericana en América latina. El Congreso aprobó esa partida de dinero para que sea usada contra el tráfico de drogas y no contra la guerrilla izquierdista. No obstante, fuentes de Bogotá dicen que esa ayuda fue derivada en su mayor parte a operaciones contrainsurgentes, durante las cuales cientos de civiles también fueron ejecutados, según denuncian grupos de defensa de los derechos humanos.

VINCULOS MAS ESTRECHOS — Funcionarios norteamericanos arguyen que ata-

02/02

Un uruguayo la trajo desde Ibiza y es una mezcla de ácido lisérgico y anfetaminas

En el este apareció "éxtasis" poderosa droga con LSD

* Otro caso con cocaína y material pornográfico

Una poderosa droga, no conocida hasta ahora en nuestro medio —a la que se denomina "éxtasis", compuesta por LSD y anfetaminas— fue incautada en la Barra de Maldonado, y la habría introducido un uruguayo que reside en el famoso balneario español de Ibiza. Dos personas están detenidas por este caso, mientras otras cinco —todos argentinos— vienen siendo indagadas a raíz de un procedimiento también cumplido por efectivos de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas, de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia.

Punta del Este,
por nuestro corresponsal
Carlos Peláez

■ Dos importantes procedimientos cumplió en las últimas horas, en la Barra de Maldonado, la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas, de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia, en uno de los cuales se incautó una poderosa droga —denominada "éxtasis", que no se conocía hasta el momento en nuestro país— compuesta por la combinación detonante de LSD (ácido lisérgico) y anfetaminas.

Un uruguayo —que de acuerdo a los primeros datos sería el introductor del estupefaciente desde Ibiza, España, donde reside— y un argentino, propietario de la grifa de una conocida marca de vestimenta sport, se encuentran detenidos por el caso, según indicó a este corresponsal una alta fuente policial.

En el otro procedimiento —confió la misma fuente— son cinco argentinos los detenidos, a los que se indaga por tráfico de drogas, defraudación impositiva y posesión de materiales pornográficos.

En ambos casos viene trabajando el juez en lo Penal (en Feria) doctor Hugo Morales, ante quien los indagados prestarán declaraciones en la presente jornada.

"EXTASIS": EXPLOSIVA COMBINACION

Desde el comienzo de la temporada, efectivos de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas, de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia, vienen trabajando activamente en toda la extensa franja balnearia de nuestro país.

De esa forma, se han cumplido hasta el momento varios procedimientos, dos de los cuales —registrados en las últimas horas— se han convertido en los de mayor repercusión por sus especialísimas facetas.

En ambos casos, el escenario de los procedimientos fue la Barra de Maldonado y se procura ahora ahondar en las pesquisas para establecer las ramificaciones de esos ilícitos.

En uno de los casos, los funcionarios de Narcóticos y Drogas Peligrosas detuvieron a ocho personas, seis de las cuales fueron liberadas poco después, tras los interrogatorios correspondientes.

Dos de ellas quedaron a disposición del juez en lo Penal (en Feria) doctor Hugo Morales, y se trata del uruguayo y el argentino ya mencionados.

El primero de ellos reside en Ibiza, España, y llegó a Punta del Este como turista. Se le atribuye, en principio, el haber introducido aquí la droga desconocida hasta ahora en nuestro medio, denominada "éxtasis", una combinación detonante de ácido lisérgico (LSD) y anfetaminas.

El argentino es, además de propietario de una conocida grifa de vestimenta sport, el dueño de un local nocturno en la Barra de Maldonado, indicó la fuente consultada.

Entre las personas detenidas inicialmente, a las que posteriormente se liberó, figuraba un músico argentino, que probó su desvinculación con el caso.

El uruguayo y el argentino están ahora a disposición de la Justicia mientras se realizan pesquisas ampliatorias para determinar con certeza la forma en que fue introducida la poderosa droga, capaz de hacer "volar" a cualquiera sin despegarse del suelo...

TAMBIEN COCAINA Y MARIHUANA

El otro procedimiento realizado por los efectivos de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas en la Barra de Maldonado posibilitó la captura de cinco argentinos, que tenían en su poder cocaína y marihuana.

Esas personas están a disposición de la Justicia y la fuente consultada señaló que se les indaga por tráfico de drogas, defraudación impositiva y posesión de materiales pornográficos.

Las actuaciones se vienen cumpliendo dentro de la mayor reserva, por lo que no trascendieron otros detalles sobre el procedimiento en sí.

Mientras tanto, el ministro del Interior, Juan Andrés Ramírez —en declaraciones formuladas previamente a los procedimientos aludidos— indicó a LA REPUBLICA que "se ha comprobado una importante disminución tanto en la venta como en el consumo de drogas".

El secretario de Estado señaló que en el operativo antinarcóticos, denominado "Verano Azul", se ha destinado "una cantidad mayor de hombres, nuevos vehículos y mejor equipamiento".

EL PAIS 13-1-92

11680
11648
11429
10184
11233
11423

11214
11229
11422
11423

Larga Instancia Judicial: Quedan Cinco Detenidos

DESDE EUROPA INTRODUJERON EN PUNTA DEL ESTE MORTAL DROGA: ESPECTACULAR RAZZIA

Cuatro de los "9 Implacables" del Departamento 4 de la Dirección de Información e Inteligencia entraron juntos a ese lujoso boliche instalado en la zona más distinguida de Punta del Este y se ubicaron en una de las mesas casi pegada a un bafle que retumbaba con la música del momento. En la pista decenas de jóvenes turistas de la mejor estirpe bailaban casi que frenéticamente, mientras el Jefe del "4", Ricardo De León, tomaba un whisky importado, acodado en la barra del local, observando los movimientos de sus hombres.

"El Rastreador" (el mismo que hace poco descubrió en Montevideo los sellos "Dragones" con LSD adherida y a las bolivianas que transportaban cocaína en sus estómagos) irrumpió en el centro nocturno en compañía de los otros tres integrantes del grupo de élite y, sin más, se pusieron a bailar.

A la una de la madrugada el clima ya estaba apto para que los investigadores se abocaran de lleno a su misión. Entonces "El Rastreador" decidió tomarse un respiro, y también un importado, sentándose al lado de sus tres jóvenes amigos que instantes antes se habían acomodado en otra mesa, alejada de donde se encontraban los otros cuatro, y equidistantes con De León que seguía mirando.

Quince minutos más tarde comenzó el operativo que permitiría desbaratar la red de traficantes de drogas químicas más letales ingresadas a Uruguay. Fue cuando "El Rastreador" se paró con el vaso en su mano derecha y se dirigió hacia un grupo de cinco elegantes individuos notoriamente extranjeros que hablaban francés e italiano pero que se entendían a la perfección gracias a la participación de un español políglota.

En el corto trayecto el investigador tuvo que jugarse la carta. Tenía sólo dos nombres, el de un francés y el de un italiano. En el último segundo y cuando prácticamente se encontraba integrando el grupo de desconocidos eligió mentalmente al último y preguntó: "¿Gino?"

"Soy yo", respondió el bronceado mediterráneo. "El Rastreador" sonrió levemente y regateó diciendo: "Me aseguró Raúl que para los amigos con 50 dólares arreglo..." El italiano lo miró de arriba a abajo replicando: "Nada de eso, son 80 dólares".

"Está bien, ¿a dónde voy a buscarte?". El italiano pronunció el nombre de un chalet en Manantiales y le dio la espalda al investigador. El oficial De León pagó la consumición, se arrimó al grupo a una distancia prudencial, les sacó una foto a cada uno con sus ojos y se fue. "El Rastreador" y los otros siete hombres permanecieron en el local atestado de gente joven por varias horas más, después de todo había que matar el tiempo de alguna manera hasta que el sol apareciera.

CONFIRMADO: ERA "EXTASIS"

A las seis de la mañana se le dio cuenta al Juez de Maldonado, solicitándole la correspondiente orden de allanamiento en el señorial chalet de Manantiales. El Magistrado dio su consentimiento telefónicamente y pidió que lo mantuvieran permanentemente informado de los procedimientos.

Los funcionarios del Departamento 4 tomaron por asalto el inmueble y encontraron lo que buscaban, gran cantidad de cápsulas que parecían antibióticos pero que contenían la mortal droga química conocida por el nombre de "éxtasis" en balnearios europeos, fundamentalmente españoles, tales como Ibiza y Palma de Mallorca, desde donde, precisamente, habían sido importados a nuestro principal balneario. "Es 10 veces más poderosa que el LSD, una dosis de éstas le puede arrancar la cabeza a un muchacho", dijo uno de los funcionarios.

Es que se trata —explicaron los expertos— de una mezcla explosiva de Dietilamida de Acido Lisérgico y anfetaminas, elaborada en laboratorios clandestinos europeos. Una droga sintética clasificada dentro de los alucinógenos que no tiene ningún "control de calidad". Al respecto un experto dijo que las cápsulas transparentes son rellenadas con la mezcla en forma indiscriminada, "es como cuando se recarga un cartucho con pólvora en exceso, lo más probable es que estalle en la cara. Pues bien, lo mismo sucede con estas drogas, son verdaderas bombas de tiempo".

Los especialistas hallaron en el lugar dos tipos de drogas, una denominada M.D.M.A. (Metil Dioximetil anfetamina) que contiene Clorhidrato y otra sin esta última sustancia: Metil Dioxianfetamina. "Hace pocos meses estuvieron en Montevideo unos expertos ingleses que nos alertaron sobre la aparición en el mercado europeo de este tipo de droga sintética y ellos mismos reconocieron que no tenían mucha información al respecto", señaló uno de los informantes. "Sinceramente para este tipo de operativos nuestro querido perro "Güiro" no nos sirve de mucho, hay que ver lo desconcertado que estaba cuando entró al chalet", comentó risueñamente uno de los investigadores.

VASTO OPERATIVO

En el curso del vasto procedimiento iniciado en la noche del viernes y que se prolongó durante todo el sábado y parte de la víspera, se realizaron múltiples allanamientos en busca de las 2.500 cápsulas que se sabe los traficantes ingresaron, presumiblemente vía marítima, en la ciudad de Punta del Este.

Los funcionarios procedieron a las detenciones de ciudadanos italianos, franceses y españoles, seriamente implicados en el tráfico de la mortal droga sintética, así como también un uruguayo que estaba radicado desde hace muchos años en España, donde regenteaba un centro nocturno desde el cual se distribuía el "éxtasis".

Precisamente este uruguayo oficiaba de enlace de la organización delictiva por su profundo conocimiento de nuestro principal balneario, es decir las bocas de entrada y salida para comercializar semejante flagelo.

Once involucrados, muchos de ellos de extraordinario pasar económico y sumamente relacionados, declararon hasta la noche de ayer en el Juzgado de Maldonado, recuperando la libertad seis de ellos que permanecen emplazados hasta la nueva audiencia que se realizará hoy.

EXTRANJEROS CON DROGAS SERIAN EXPULSADOS

El ministro del Interior, doctor Juan Andrés Ramírez está a la espera de un informe oficial proveniente de los investigadores de la Dirección de Información e Inteligencia destacados en nuestro principal balneario, en el marco del denominado Operativo Verano Azul, a fin de decidir la muy probable expulsión de los ciudadanos extranjeros detenidos por posesión de drogas químicas.

En la edición de ayer se informó ampliamente sobre el procedimiento realizado por los hombres del Departamento 4 de la citada repartición en un chalet de Manantiales, donde se localizaron unas 50 cápsulas de "éxtasis", una droga sintética que contiene clorhidrato de cocaína, ácido lisérgico (LSD) y anfetaminas, además de varios cigarrillos de marihuana.

La investigación había sido iniciada en un cotizado centro nocturno de nuestro principal balneario, donde se encontró la punta de la madeja que permitió la detención de 11 personas implicadas en consumo y distribución, entre ellas un uruguayo que se encontraba radicado en España desde hace muchos años y que finalmente resultó procesado y remitido a la cárcel fernandina.

La justicia lo halló incurso en el delito previsto en el artículo 31 de la Ley 14.294, sobre tráfico e importación de estupefacientes, en la hipótesis de comercialización. Se trata de un individuo de 34 años que no registraba antecedentes penales.

El Juez Instructor, concomitantemente, dispuso que otras cinco personas, todas extranjeras, fueran puestas a disposición de la Lucha contra las Toxicomanías.

Son dos italianos, una chilena y dos argentinos quienes se encuentran en esta situación y serían pasibles de la expulsión de nuestro territorio nacional si se pusiera en movimiento el mecanismo previsto en la Ley 8.080 "Ley de Indeseables" del año 1969, y sobre el cual ya abundan suficientes antecedentes.

Cabe recordar al respecto, según informaron calificados voceros, que la tenencia de drogas constituye delito, empero cuando se trata de cantidades pequeñas para consumo personal no es punible, aunque sí pasible de expulsión del país en caso de ciudadanos extranjeros.



El barman y empresario uruguayo que introdujo la droga "éxtasis" en Punta del Este, es llevado desde la Jefatura de Maldonado hacia el Juzgado donde se resolvió su encarcelamiento

DECLARACIONES EN BUENOS AIRES

BUENOS AIRES, 13 (DYN). – El baterista del grupo de rock Soda Stereo, Charly Alberti, afirmó hoy sentirse "tranquilo y con un gran alivio" tras haber sido liberado por falta de méritos luego de un operativo antidrogas en el que fue arrestado ayer en Maldonado (Uruguay).

Alberti fue detenido junto con su novia, la modelo Vicky Fariña, y otras seis personas, pero esta mañana cinco de ellas ya habían sido dejadas en libertad y sólo permanecía detenido el empresario uruguayo Tulac Kodari, con residencia en Ibiza.

"Sólo fue un mal momento y por suerte estamos en libertad con Vicky por falta de méritos", dijo el cantante en sus primeras declaraciones públicas tras el episodio registrado en la madrugada de la víspera en un centro nocturno de "La Barra", en Maldonado.

En un principio, también había sido detenido el empresario argentino Martín Gonstad —importador en la Argentina de una marca de jeans—, pero fue liberado por falta de méritos en las primeras horas de hoy, declaró el magistrado uruguayo.

La redada se efectuó en la madrugada del domingo último cuando Alberti y su novia se encontraban con otros seis amigos en el centro de diversión nocturna "La Barra".

Los efectivos policiales detuvieron entonces a todos los miembros del grupo y luego secuestraron una gran cantidad de drogas en un chalet de la zona de Manantiales, donde Alberti y sus amigos estaban residiendo.

"No se encontraron elementos de prueba suficientes para justificar el procesamiento de Alberti y su novia, por lo que fueron liberados", dijo el magistrado a radio Continental.

"En la casa de Manantiales se encontró marihuana en dosis mínimas y Extasis, un nuevo tipo de droga, en dosis más abundantes. Como consecuencia de ello fue procesado el empresario uruguayo", agregó.

La policía incautó un total de 50 píldoras de Extasis, una droga que contiene clorhidrato de cocaína, ácido lisérgico y anfetaminas.

Esta droga sintética es considerada como muy peligrosa por los especialistas, cuyo consumo en Europa registró un mayor crecimiento durante el año pasado, dijeron fuentes policiales.

El alucinógeno produce una sensación de euforia parecida a la que provocan las anfetaminas y despierta excitación sexual en quien la ingiere.

La noticia de la detención de Alberti causó honda impresión entre los numerosos "fans" del grupo Soda Stereo, considerada como la mejor banda de rock de toda Iberoamérica.

Tras su liberación, Alberti evitó todo contacto con la prensa aduciendo que sólo quería descansar y "olvidar el mal momento vivido", pero esta mañana accedió a dialogar con radio Mitre de esta capital.

"Sólo fue un mal momento. Yo no tenía ni siquiera una entrada en la policía", señaló.

"Cuando me detuvieron, me revisaron y no me encontraron nada. Pero igualmente me aseguraron que tenía que quedarme a declarar antes de que me dejaran libre", dijo el músico.

Alberti recordó que estuvo casi un día detenido. "Yo sabía que ya estaba afuera porque ellos mismos (los policías) me lo decían y me aseguraban que estaban buscando a otra persona que se suponía frecuentaba la casa de Manantiales", declaró.

Cuando se le preguntó si llevaba drogas encima, Alberti dijo que sólo portaba pastillas para el dolor de cabeza y un antiácido estadounidense.

"Forman parte de una especie de botiquín que llevo en todas las giras. Fue por eso que se retrasó mi liberación ya que la policía tenía que comprobar de qué se trataba y, como son muy nuevas, debieron hacer análisis en Montevideo", comentó.

Finalmente, el músico declaró asimismo haber recibido un buen trato por parte de la policía uruguaya y dijo comprender los mecanismos procesales a los que se debió someter, pese a no estar vinculado con la causa abierta por consumo de drogas.

02 — — 3

9203552

Sólo un procesado por el éxtasis en Punta del Este

Por Barrett Puig

(Especial para LA NACION)

Indeseables: cinco ciudadanos extranjeros podrían ser expulsados del Uruguay por tenencia de éxtasis; encontraron dos variedades de la droga; en Manantiales hallaron 300 dosis.

MONTEVIDEO. – Finalmente, el juez Hugo Morales dispuso el procesamiento del uruguayo Alvaro Covari Dulacs, un barman que asumió toda la responsabilidad por el suministro de "éxtasis", el peligroso alucinógeno descubierto por primera vez en Punta del Este. Covari, conocido como "El Ratón", de 38 años, estaba radicado en Ibiza y se presume que fue el autor material de la introducción de la droga en el Uruguay desde el balneario español.

El empresario argentino que aparecía como corresponsable del suministro, de iniciales M.G., fue puesto en libertad "por falta de méritos". Junto con Covari y el argentino habían sido detenidas otras nueve personas, de las cuales cinco fueron puestas a disposición de la brigada de lucha contra las toxicomanías.

Se trata de dos ciudadanos italianos, dos argentinos y una chilena, quienes tenían en su poder dosis de "éxtasis" consideradas como "de uso personal", infracción que en sí misma no es punible pero que, por tratarse de extranjeros, podría dar lugar a la aplicación de la ley Nº [illegible], conocida como "de indeseables", por lo que serían expulsados del país.

La droga llamada "éxtasis" es de reciente aparición en balnearios europeos, especialmente en los españoles de Ibiza y Palma de Mallorca. Consiste en una mezcla de dietilamida de ácido lisérgico y anfetaminas. El alucinógeno, según la información que dieron los expertos de Interpol en la conferencia de Punta del Este, es elaborado en laboratorios clandestinos de Europa que aún no han podido ser ubicados.

En el allanamiento de la casa de Manantiales, la Brigada de Narcóticos comprobó la existencia de dos variedades, ambas altamente peligrosas. Una de ellas es conocida como M.D.M.A. (metil dioximetil anfetamina) y contiene clorhidrato. La otra, M.D.A. (metil dioxianfetamina) no contiene esta sustancia. La combinación, en cualquiera de los dos casos, es mucho más poderosa que el ya temible LSD, y si la mezcla se hace en determinadas proporciones puede ocasionar la muerte de quien la consuma.

Las autoridades procuran ahora determinar qué ocurrió con las cápsulas que entraron en Uruguay y que no han sido halladas. La información que manejan es que Covari Dulacs habría logrado ingresar entre 2500 y [illegible] cápsulas, pero en el procedimiento de Manantiales fueron halladas solamente 300, según la versión inicial (luego se habló de 50).

Se presume que Covari Dulacs es solamente un enlace de la organización, conectado en Ibiza y encomendado a Punta del Este por ser un viejo conocedor de las posibles bocas de colocación en este balneario, dado su oficio. Al haber asumido por completo la responsabilidad del suministro de "éxtasis", probablemente está encubriendo a los miembros importantes de la organización, seguramente radicados en España o Italia.

Nº DOCUMENTO

TITULO

Clarín 14/1/92

Liberan al baterista de Soda Stereo

No es adicto ni hay pruebas en su contra, dijo el juez



El frente de la comisaría de Maldonado, donde estuvo demorado el baterista Charly Alberti.

El juez en lo penal del Departamento uruguayo de Maldonado, **Hugo Morales**, ordenó la libertad de **Charly Alberti**, el baterista del grupo de rock argentino **Soda Stereo**, quien junto con **Vicky Fariña**, su novia, y seis personas más había sido detenido el domingo pasado en **Punta del Este**. Ayer, el músico y su novia recuperaron su libertad.

El juez informó que los arrestos se produjeron cuando agentes de la **Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas de Uruguay** realizaban una redada en un club nocturno del balneario **La Barra**. Los procedimientos continuaron en un chalet de la zona de **Manantiales**, en el cual se secuestraron dosis de la droga **Extasis**.

Fuentes policiales uruguayas comentaron que estos procedimientos se decidieron después de haber recibido la información de que una partida de Extasis había llegado a Punta del Este desde **España**.

Alberti, según informó el juez, quedó en libertad junto a su novia **"por falta de méritos"**. El músico, poco después de su liberación, aseguró en diálogo con **Radio Mitre** que **"estoy tranquilo, con gran alivio y por suerte sólo fue un mal momento"**.

Sobre su detención contó que **"me revisaron y no me encontraron nada, pero me comentaron que me tenía que quedar a declarar antes que me dejaran libre"**.

♦ Secuestran drogas

El juez Morales precisó que en el chalet de Manantiales se secuestraron pequeñas cantidades de **marihuana y cocaína y 50 píldoras de Extasis**, un **compuesto de cocaína, ácido lisérgico y anfetaminas**.

Sobre el músico argentino Morales dijo que **"no se encontraron elementos de prueba suficientes para justificar el procesamiento de Alberti y su novia, por lo que fueron liberados"**. Señaló también que **"aparentemente Alberti y su novia no están vinculados y no son adictos"**.

También recuperaron su libertad otros **cuatro** integrantes del grupo que estaba con el músico de Soda Stereo.

Pero el juez uruguayo señaló que continúan detenidos el empresario argentino **Martín Patricio Gesstad** —importador de una marca de jeans— y el uruguayo **Tuisc Kodari**, quien residiría en Ibiza, España.

Alberti aseguró poco después de su liberación que él tenía consigo dos pastillas: una era para el dolor de cabeza y la otra un antiácido. [illegible] y les expliqué [illegible] procedencia. [illegible] Me dijeron que [illegible] para, pero tenían que [illegible].

El baterista destacó el buen trato que recibió de los agentes [illegible]. "Evidenciaron ser [illegible] profesionales, muy [illegible]dos. Revisaron [illegible] y mi auto y con [illegible] que pasó, hasta [illegible] bre. No me quedó [illegible] trado en la policía —[illegible]ré— y salí libre [illegible]pos".

9203552

El Pulpo Mafioso Extiende sus Tentáculos y Asfixia a Italia

■ La Policía y la Justicia han asestado algunos golpes a los mafiosos, pero no pudieron herir a las organizaciones delictivas que muestran creciente poderío económico con sus operaciones clandestinas y estremecen la estructura política.



En los sótanos de una vivienda donde está instalado uno de los centros de operaciones del clan delictivo napolitano que comanda Luigi Giuliano, la Policía descubrió un impresionante arsenal.

ROMA.— La masacre de San Silvestre pasará a la historia trágica de Italia. Poco antes de la media noche del último día de 1991 tres mafiosos, pertenecientes a un clan de Gela, dispararon en mitad de un restaurante de Palma di Montechiaro contra un grupo de 11 personas, entre ellas un niño de 9 años, de otro clan mafioso, el de la familia Ribisi. En el tiroteo, de más de 200 balazos, hubo tres muertos y nueve heridos graves. La masacre de Sicilia, que emula a la matanza de San Valentín que ordenó en Chicago en 1929 el mafioso Al Capone contra unos rivales, es fruto de las guerras internas entre clanes y pone el punto final a un año clave en la lucha contra la Mafia.

Se está llegando al colmo. Las revistas de economía publican estudios sobre las actividades productivas legales de las 620 familias mafiosas que operan en Italia y hasta han editado una lista con fotos de los 50 principales líderes mafiosos, en una escrupulosa escala jerárquica que tiene en cuenta facturación, campos de acción y conexiones internacionales, incluso en el área financiera. Gente próspera, en expansión acelerada, que deja malparados a los grandes **condottieri** de la industria italiana, relegados a las páginas siguientes para que expliquen cómo la reciente economía del milagro naufraga en un rosario de problemas y decadencias.

Il Mondo, el principal semanario del sector, escribe que, según los empresarios y economistas que estudian el fenómeno, dentro de cinco años, o menos, "la Mafia se convertirá en patrona absoluta de la economía de media Italia ya que actualmente factura 16.500 millones de dólares anuales". Mientras, el juez Giovanni Falcone, el gran luchador contra la Cosa Nostra, ha lanzado un libro al mercado en el que desvela el código de honor de la organización y ha explicado con absoluta frialdad que sabe que va a morir a manos de la Mafia, a pesar de toda la protección con que cuenta. El famoso proceso contra 400 mafiosos, la encarcelación del alcalde de Palermo o de los dos hombres más ricos de Sicilia han sido algunas de las acciones más espectaculares de este hombre siempre al pie del cañón.

JORNADAS NEGRAS

Aunque los tentáculos de la **Piovra** (pulpo gigante), se expanden y se infiltran en los ganglios vitales de la vida italiana, nadie se esperaba que, sin proponérselo, los padrinos pudieran contribuir a una aguda crisis político-institucional que ha puesto al borde del abismo al gobierno del primer ministro democristiano, Giulio Andreotti.

Y, sin embargo, esto ocurrió hace un mes en la quinta potencia industrial del planeta. Las jornadas negras se sucedieron como en una pesadilla. Los 7.000 jueces italianos, enfrentados con el presidente de la República, Francesco Cossiga, hicieron una huelga en defensa de su corporación. Entre las causas: su oposición absoluta a la creación de una superfiscalía, organismo destinado a concentrar toda la instrucción de los procesos de la Mafia para evitar superposiciones, problemas de competencia y otros conflictos. Fue entonces cuando el fiscal de Palmi, en Calabria, Agostino Cordova, ordenó la **Operación Tiburón,** uno de los golpes más importantes contra la **n'drangheta** (Mafia calabresa) en los últimos años. Muchos creen que no fue una coincidencia casual.

La cosecha fue impresionante. Trescientos registros en domicilios de una docena de ciudades italianas, 71 arrestados y 131 mandamientos judiciales, además de la incautación de grandes cantidades de cocaína, heroína, dinero y documentación sobre las operaciones de lavado del dinero **sucio** a través de los bancos. En el centro de la investigación, la banda de Giuseppe Pesce, más conocido como tío Peppino, aliado del viejo líder, don Momo Piromalli. Para los investigadores, Pesce es el nuevo jefe de la Mafia en Calabria.

Hacia dos años que centenares de policías y carabineros seguían los pasos del tío Peppino. Además de 5.000 intervenciones telefónicas, decenas de ingenios electrónicos minusculos que permiten interceptar las conversaciones en espacios cerrados suministraron el material de las acusaciones. Pesce había enviado, durante años, a cientos de jóvenes a establecerse por toda

/



Los "Carabinieri" ingresan a las catacumbas conectadas por paredes móviles y aparatos electrónicos. Los mafiosos tenían hasta un centro de hemodiálisis.

cambio 16

Por JULIO ALGAÑARAZ

Italia y en el exterior para formar la columna vertebral de las redes de tráfico de cocaína y heroína. Una industria que funcionaba desde el abastecimiento hasta la venta al por menor.

La heroína venía a través de Siria; la cocaína llegaba por los amigos colombianos. Como pasa siempre, España funcionó de cámara de compensación para el trueque de heroína por cocaína con los colombianos y en la colocación de gigantescos capitales de la n'dranghota calabresa en el negocio inmobiliario, la compra de títulos de deuda pública española e italiana y el reciclaje financiero.

Entre los personajes influyentes detectados por los jueces apareció otra vez un nombre: el de Licio Gelli, el ex maestro venerable de la logia masónica Propaganda Dos (P 2). Gelli recibió una comunicación judicial por mediar presuntamente con sus amigos bien colocados para hacer anular una sentencia que condenó a los padrinos de la Mafia calabresa.

UNA BOMBA POLITICA

El desarrollo de las actividades de la banda del tío Peppino exigía también inevitables contactos con el mundo político, que Pesce consolidó con personajes calabreses del Partido Socialista, aliado principal en el gobierno italiano de la Democracia Cristiana. Ocho dirigentes socialistas de Calabria recibieron durante la operación tres comunicaciones judiciales de que estaban sometidos a un proceso penal. Fue una bomba que cayó sobre el cuartel general socialista de vía del Corso, en pleno centro de Roma, mientras su líder, Bettino Craxi, se encontraba de viaje en Bruselas. Uno de los afectados es Antonio Zito, nada menos que vicepresidente de la región calabresa y hermano del senador isinio Zito, que renunció inmediatamente a su cargo de presidente de una comisión del Senado.

La noticia dejó desolado a Craxi. Horas antes, un juez de Nápoles haía condenado a más de un año de prisión al político socialista Silvano Masciari, uno de los principales administradores de la ciudad, implicado en turbios negocios con una de las más importantes bandas de la Camorra napolitana. Y también a final de año había caído bajo el plomo mafioso Salvatore Curto, uno de los personajes emergentes del socialismo siciliano, notable de Agrigento y en olor de negocios con la organización Honorata sociedad. El caso de Curto confirmó que, en muchos casos, en Sicilia es casi inexistente la distancia entre Mafia y política.

Aturdido por estos golpes, preocupado por los abiertos choques que día a día enfrentan a su aliado, el presidente Cossiga, con personajes, instituciones y corporaciones, Craxi tiró la toalla y exigió terminar con la agonía política y convocar de inmediato elecciones generales. Fue la paletada de tierra final sobre el tambaleante gobierno de Giulio Andreotti.

Pero hubo más. El 4 de diciembre, los dirigentes del Cocer, una especie de organización parasindical del Arma de Carabineros lanzó una proclama que parecía escrita por la mano de un golpista.

En la defensa a ultranza de Cossiga y en el ataque sin piedad a los políticos y el gobierno, los oficiales y suboficiales rechazaron la DIA, una especie de FBI a la italiana que reúne en un solo órgano las investigaciones en torno a las actividades de la Mafia. En poco tiempo dos corporaciones, los jueces y los carabineros, se lanzaron a la guerra contra la superfiscalía y la DIA, creados por el gobierno para enfrentarse al crecimiento geométrico del poder mafioso.

CATACUMBAS MAFIOSAS

El debilitamiento del Estado, la feudalización pulverizadora del poder, la rebelión de las corporaciones, abren nuevos espacios a la acción de la Mafia, que sabe cómo mantener el orden en los territorios conquistados y cómo conquistarlo en las tierras de promisión.

La lista del peculiar ranking publicado sobre los 50 grandes padrinos desvela que el rey mafioso de Italia es el napolitano Carmine Alfieri, prófugo desde hace una década, quien a los 48 años controla un complejo industrial. El segundo es otro camorrista napolitano, Lorenzo Nuvoletta, que maneja su imperio desde la cárcel.

Los 120 clanes importantes identificados de la Camorra han dedicado demasiado tiempo a combatirse entre sí. Carmine Alfieri, con paciencia y sin ahorrar sangre cuando hace falta, logró que 70 bandas se unieran, bajo su liderazgo, en la Nueva Alianza, un vasto grupo criminal.

Entre los que prefieren seguir por cuenta propia está Luigi Giuliano, el famoso padrino napolitano de Forcella. En su barrio, Giuliano había construido una serie de catacumbas conectadas, a través de aparatos electrónicos y paredes móviles, con las grandes cloacas de Nápoles y con apartamentos, casas y comercios que servían de entrada y salida hacia la ciudad subterránea.

Hace más de un mes, la Policía descubrió el gran trabajo arquitectónico. En las catacumbas había depósitos de estupefacientes, armerías, dormitorios, una pequeña farmacia, un centro de hemodiálisis para un padrino prófugo que necesitaba limpiar sus riñones y una parafernalia de cerraduras especiales, aparatos de escucha electrónica y herramientas de todo tipo. El descubrimiento fue otra prueba del grado de crecimiento y refinamiento que han alcanzado las organizaciones mafiosas.

La metástasis del cáncer es cada vez más devastadora. La tendencia de la justicia a liberar a los condenados hace circular por las calles, según la Policía, a 100.000 individuos peligrosos. Las mafias controlan un ejército de 15.000 picciotti (soldado) que mantienen a raya a un ejército mucho más grande de pequeños traficantes, proxenetas y extorsionadores de comerciantes. Se expande también la violencia. Solamente en las cuatro regiones del sur italiano de alto riesgo mafioso (Sicilia, Campania-Napoli, Calabria y Apuglia), se registran más de tres homicidios diarios. Una montaña de muertos cada vez más alta. En 1970 hubo 300 asesinatos en Italia: en 199; llegaron a 2.000.

02

Poder que Mata: Droga, Robos y una Escalada de Asesinatos

ANSA

ROMA.— Mientras la violencia mafiosa domina en Italia los primeros días de 1992, un informe reveló que los homicidios se han duplicado en los últimos cuatro años debido a la acción de la criminalidad organizada.

La mafia se ha extendido a la región meridional de Apublia, donde la "Sacra Corona Unida" es sospechada de ser la responsable de haber colocado una bomba al plástico que por un milagro no hizo descarrilar el tren expresó Lecce-Zurich.

Esta escalada de la violencia mafiosa a los atentados terroristas se debería a una alinaza de grupos de la "mafa" con grupos de extrema derecha. Varias bombas estallaron en Calabria, algunos guardiacárceles han sufrido atentados en Catania (Sicilia) y en Nápoles la camorra ha intensificado sus acciones delictuosas.

Este panorama ha puesto en el centro del debate italiano el reclamo de imponer leyes excepcionales, una medida a la que se opuso el primer ministro Giulio Andreotti, "lo mejor es aplicar las leyes", dijo Andreotti. Lo apoyó el jefe socialista Bettino Craxi, quien señaló que 21.000 delincuentes estan en libertad porque no se han realizado en tiempo útil los procesos judiciales.

El auge de las organizaciones delictivas y el "poder combinatorio" de las mafias fueron radiografiados en un informe del "Censis", el principal instituto de investigaciones sociales de Italia, que presentó el presidente del Senado, Giovanni Spadolini en un acto público.

El informe destaca que entre 1986 y 1990 los homicidios aumentaron en un 103 por ciento, mientras que en los principales países europeos ha descendido el porcentaje de asesinatos.

El Censis señaló, además, que este impresionante incremento de los homicidios, se debe a la acción de las mafias y no a un aumento generalizado de la violencia en la sociedad.

El informe también destaca que los robos de automóviles aumentaron un 46 por ciento en Italia, en contratendencia con el resto de Europa, donde estos delitos han disminuido en los últimos cuatro años en un 5 por ciento.

El Censis reveló que el tráfico de drogas, que en los dos últimos años ha causado un promedio de tres muertos diarios en Italia, está rígidamente controlado por la mafia.

La heroína sigue siendo la droga pesada predilecta de los toxicodependientes y ocupa entre el 55 y el 60 por ciento del mercado peninsular. Hay 17.000 heroinómanos en Italia, que cometen una interminable cantidad de delitos para procurarse el dinero que les permita comprar tres dosis cotidianas.

La cocaína cubre entre el 25 y 31 por ciento del mercado mientras que el haschis y otras drogas ligeras el restante 10 a 15 por ciento.

Más de 200.000 miembros de las fuerzas de seguridad no bastan para controlar el crecimiento de la criminalidad organizada.



Un "Carabiniere" custodia a acusados de integrar la Mafia, que fueron detenido en una redada y juzgados en Nápoles. (Laserfoto de Associated Press)

03/03

Aumenta el consumo de éxtasis

LONDRES, 19 (Reuter). – "Te sientes feliz como un niño. No hay problemas de dinero, de mujeres... Te dejas llevar por la cultura de la danza de la energía potenciada", señala Marcus, de [illegible] años.

Hace dos horas ingirió "palomas de amor", más popularmente conocida como éxtasis, la droga sintética, para entrar en "raving" (delirio), lo último en música y drogas que se impone en Gran Bretaña.

El sábado a la madrugada, donde funciona un club nocturno, el delirio está a pleno y Marcus y sus amigos totalmente sumergidos en el éxtasis.

Los jóvenes, vestidos con ropas fluorescentes, bailan convulsivamente, con la mirada fija, mientras mueven sus manos hipnóticamente al ritmo violento generado por los disc jockeys.

Culto al escapismo

Decenas de miles de adolescentes ingleses participan cada semana de este verdadero culto al escapismo, algunas veces en lugares secretos, y consumen drogas con nombres tales como [illegible] de discoteca, triple X y [illegible].

Popularizado en el fenómeno de fines de la última década que se llamó [illegible] de la Casa Ácida, el éxtasis emergió a ser conocido como la droga del amor, porque produce sensación de bienestar y de energía.

Pero para los adolescentes es una droga para entretenerse, pues no produce adicción como la heroína.

La cultura subterránea del "delirio" que reemplazó a la Casa Ácida, está recién emergiendo y algunos dan cuenta de un incremento en cinco veces en el decomiso de drogas sintéticas el año último.

Las dos terceras partes de ellos correspondieron al éxtasis.

El furor juvenil significa mucho dinero para los barones del narcotráfico. Las drogas sintéticas decomisadas en 1991 tenían un valor de más de 60 millones de dólares en la calle.

Solamente en Londres, las incursiones de la policía en los "raves" produjeron [illegible] tabletas de éxtasis el año último, contra 5000 en [illegible].

El comandante de policía Roy Penrose dijo que el culto a esta droga sorprendió a las fuerzas del orden.

"Estamos cambiando el centro de atención de nuestros esfuerzos de inteligencia para contrarrestar lo que percibimos como esta nueva y preocupante amenaza", dijo el jefe de investigaciones de la Aduana, Douglas Tweddle.

Sentirse bien

Algunos investigadores estiman que alrededor de medio millón de jóvenes ingleses han usado éxtasis por lo menos una vez.

¿Cuál es la atracción?

"Es el factor sentirse bien", indica Marcus, señalando a los jóvenes en la pista de baile. "Cuando estás ahí con -E- encima y bailando en trance, te sientes un héroe".

Pero Billie, en el mismo club nocturno [illegible] en medio de nubes de hielo seco y luces intermitentes, hace una narración distinta.

[illegible] que compró pensando que era éxtasis le proporcionaron un "viaje" del que despertó en el hospital y necesitando asistencia psiquiátrica. "Fue lo peor que jamás me haya ocurrido", dijo.

El doctor John Henry, de la unidad de envenenamiento del hospital Guy, de Londres, dice que consumir éxtasis es una especie de ruleta rusa. "La gente no sabe lo que está tomando", apunta.

Los asistentes sociales están tratando de transmitirles que lejos de ser una droga para divertirse y segura, el éxtasis entraña graves riesgos para la salud.

La mayor parte de las muertes que ocasionó se produjeron por hemorragias internas –la droga puede afectar el proceso de coagulación–, pero los médicos también advirtieron a los consumidores de una "psicosis paranoica crónica".

Por ejemplo, el baile desenfrenado al que impulsa el éxtasis produce una aceleración del ritmo cardíaco, fiebre, deshidratación y agotamiento.

Otro consumidor, Steve, dijo: "El cuerpo no puede decirte cuándo estás cansado".

Y el ministro para las Aduanas, Gillian Shephard, acotó: "El mensaje es simple. Esta droga es peligrosa, no la tomen. El éxtasis mata".

Menos alcohol

Los elevados costos de esta droga contribuyen a disminuir el consumo de bebidas alcohólicas. Frecuentemente, los adolescentes, que pueden gastar 45 dólares por una tableta de éxtasis, no pueden además comprar bebidas alcohólicas. Piden una bebida en el club nocturno y pasan el resto del tiempo tomando agua.

El psicotrópico dura cuatro horas.

El éxtasis es producido [illegible] en laboratorios clandestinos en Alemania y en Holanda y la policía [illegible] descubrió algunos lugares en Londres.

Desarrollada hace casi un siglo por químicos alemanes como una droga para controlar el apetito, la metilenodioximetanfetamina, abreviada MDMA, ha sido usada por psiquiatras para ayudar a los pacientes a disimular sus inhibiciones.

Algunos críticos de música han aclamado el "raving" como la respuesta de esta década a la agresión que planteó el rock punk en los años 70, una vuelta a los buenos tiempos de la generación hippie.

Huya del "porro"

¿Que es exactamente la marihuana?

La marihuana contiene más de 400 elementos químicos, 60 de los cuales ejercen efectos biológicos. El principal elemento químico activo es el THC (delta-9-tetrahidrocannabino). El THC penetra rápidamente en el cerebro y otros tejidos y se puede medir en la sangre a los pocos minutos de empezar a aspirarlo. Como resultado, se sienten algunos efectos. Su cima fisiológica y subjetiva se produce entre 20 y 30 minutos y dura de 2 a 4 horas. El THC y otros cannabinoides se disuelven con tanta facilidad en la grasa que los niveles sanguíneos decaen enseguida, a un 5 o un 10 por ciento de su máximo inicial en menos de una hora. El THC y sus metabolitos van abandonando entonces con lentitud los depósitos de grasa para pasar al torrente circulatorio. El tiempo requerido para la eliminación de la mitad de esos metabolitos puede ser de unas 50 horas o más, y el 20 por ciento puede llegar a permanecer en el cuerpo hasta una semana. La eliminación completa puede durar un mes. Por lo tanto, nunca debe pensar que cualquiera de los efectos indeseables desaparece al mismo tiempo que se va la "subida". Los estudios de la química y farmacología de la marihuana, obtenida en el mercado negro se complican debido a las variaciones en el contenido del THC, y todavía más, por la presencia de numerosos contaminantes (herbicidas, pesticidas, insectos, hongos, bacterias, adulterantes y otros aditivos.) Por ejemplo, el herbicida Paraquat, que ha sido usado para suprimir la producción de marihuana puede causar fibrosis pulmonar. De hecho, está aceptado que los adulterantes y contaminantes son más dañinos para la salud que cualquiera de los componentes de la marihuana.

Efectos Fisiológicos

El propio THC afecta fundamentalmente al sistema nervioso central, influenciando una variedad de sustancias y áreas del interior del cerebro. Difiere de otras drogas que bien estimulan —como la cafeína o el tabaco— o deprimen —como los barbitúricos— el sistema nervioso central, que efectúa simultáneamente ambas acciones. Aparte de los efectos sobre el cerebro, la química y la conducta, el THC ejerce efectos depresivos directamente sobre los nervios. De interés particular para los culturistas y otros atletas es el hecho de que la marihuana puede producir reducciones graves e inmediatas sobre la potencia, la fuerza muscular y la resistencia. Algunos efectos fisiológicos, aparecen a los pocos minutos, como el incremento de los latidos cardíacos (acompañados por el aumento de la presión arterial), enrojecimientos, irritación ocular, sequedad de la boca y garganta, rigidez en el pecho, problemas del equilibrio, la coordinación y los movimientos y alteraciones en el sentido del oído. Los cambio en la síntesis de los neurotransmisores (como la dopamina y la serotonina) en diversas áreas cerebrales también produce mutaciones psicológicas y de conducta. Los efectos inmediatos incluyen descensos en la atención, la memoria, la capacidad de concentración y el rendimiento en las labores psicomotoras (movimientos que requieren pensamientos previos). Hay disociación de ideas, trastornos de sentido del tiempo y las percepciones visuales, y cambios de conducta que varían desde el sentimiento de agradable relajación y la euforia hasta la ansiedad, la paranoia e incluso las conductas maníacas. Estas consecuencias graves pueden parecer inocuas. Sin embargo, nada hay más alejado de la verdad. Muchos de los efectos de la marihuana trastornan cualquier tipo de rendimiento. Por ejemplo, un estudio efectuado en California reveló que un tercio de los accidentes fatales de automóviles implicaban a conductores bajo la influencia de la marihuana. Esto no debe sorprendernos porque la droga retrasa el tiempo de reacción y desequilibra la capacidad de conducción lo mismo que la precisión de las percepciones. Muchos fármacos, incluyendo la marihuana, pueden inducir a estados de ensoñación capaces de afectar la capacidad de concentrarse. La concentración es el componente crítico de la intensidad y del entrenamiento de éxito en cualquier actividad. Si no podemos concentrarnos durante un entrenamiento nos resultará imposible ser efectivos. Y aún peor, podemos lesionarnos o contribuir a que nuestro compañero se lesione. Y es importante comprender que el deterioro de las funciones mentales dura cierto tiempo después de

fumar marihuana. ¿Durante cuánto tiempo? La capacidad para conducir aviones medida en un simulador de vuelo ha demostrado su reducción hasta 24 horas después del uso de la marihuana, aún cuando los pilotos no eran capaces de percibir ningún desequilibrio en su rendimiento o concentración.

Cambios psicológicos

Los efectos psicológicos adversos pueden incluir despersonalización, distorsión de la imagen corporal y una falsa potenciación del propio valor individual.

Otros efectos desagradables y muy peligrosos

El THC reduce resistencia al crecimiento del cáncer y a las enfermedades causadas por las bacterias en animales y dificulta el funcionamiento del sistema inmunológico humano, aunque las implicaciones de esto sobre la salud aún son desconocidas.

La marihuana también incrementa la excreción de peróxidos lípidos, sustancias conocidas por su asociación, con el envejecimiento y el daño a los tejidos. El abuso de la marihuana está asociado con una obstrucción ligera de los pasajes respiratorios. Fumarse un solo cigarrillo aumenta la cantidad de monóxido de carbono en sangre tres veces por encima de lo normal. También se produce un consumo triple de alquitrán que cuando se fuma un cigarrillo con filtro y un tercio más de retención de alquitrán en el interior de los pulmones. La elevación de los latidos cardíacos producida por la marihuana puede reducir la resistencia. Fumar marihuana puede conducir a fatiga prematura, sobre todo si se utiliza poco antes del entrenamiento o la competición, y por lo tanto reduce la efectividad de un programa de entrenamiento. También puede incrementar el riesgo de lesiones debido al desequilibrio de la concentración, alteración de las percepciones y fatiga, algo habitual entre los fumadores crónicos. El consejo final, pese a cualquier chisme de vestuario de gimnasio o mentidero callejero o incluso de las propias percepciones subjetivas, es que fumar marihuana inhibe el progreso y el crecimiento físico, mental y emocional. Entrene inteligentemente, coma bien, tome suplementos, aprenda las diversas técnicas de relajación, usando la que lo haga sentir más confortable, y nunca podrá equivocarse.

Los cambios hormonales

Son menos inmediatos y menos evidentes pero quizás resulten aún más nocivos. El hipotálamo es una zona del cerebro que es un sitio básico de acción para el THC. Los efectos sobre esta glándula maestra del cuerpo humano producen cambios en una variedad de hormonas pituitarias que son críticas para la salud, el crecimiento y la fuerza. La marihuana reduce los niveles de hormonas gonadotrópicas (FSH y LH) y testosterona. Podemos hablar de insulina o de hormona del crecimiento. Pero cuando se trata de fuerza y desarrollo no hay ninguna otra sustancia indógena como la testosterona. Disminuir el nivel de testosterona es lo peor que se puede hacer si nos tomamos en serio los asuntos del volumen, la fuerza o la muscularidad. La marihuana disminuye la cantidad y calidad del semen en el hombre y puede inhibir la ovulación en la mujer. La marihuana atraviesa la placenta y, por lo tanto, fumarla durante el embarazo reduce el crecimiento fetal y el peso del recién nacido y aumenta las oportunidades de parto prematuro. Y si puede disminuir el crecimiento de un feto a pesar de las poderosas fuerzas anabólicas del embarazo, también podría inhibir nuestros esfuerzos para la inducción del anabolismo muscular. También se altera la función de la tiroides, disminuyendo significativamente los niveles de las dos hormonas tiroideas, triodotironina (T3) y tiroxina (T4). Estas hormonas ejercen el control primario sobre la tasa metabólica y juegan también un papel extremadamente importante en el anabolismo de la proteína. La tercera hormona anabólica deprimida por el THC es la hormona del crecimiento. Incluso su incremento normal en respuesta al estrés queda afectado. A los 14 días de usar marihuana, la respuesta de la hormona del crecimiento al estrés hipoglucémico era escasamente un tercio de su proporción original. El THC aumenta los niveles de esteroides adrenales corticales como el cortisol, que poseen propiedades catabólicas antagónicas al crecimiento muscular y de la fuerza y que pueden tener efectos adversos sobre la conducta.

Usos médicos de la marihuana

Los usos médicos potenciales de la marihuana se han estudiado extensamente. Abre los pasajes respiratorios (aunque no más que el ejercicio o cierto número de fármacos utilizados por los asmáticos). Disminuye la presión intraocular, lo que resulta valioso para los qlue padecen de glaucoma y reduce las naúseas y vómitos de los pacientes que reciben quimioterapia para el cáncer. La THC sintética (Nabilona) ha sido aprobada por la Administración Americana de Alimentos y Fármacos para las aplicaciones antedichas.

La historia de la marihuana

La marihuana se deriva de la planta india "Cannabis sativa", que ha sido usada en medicina herboria durante varios miles de años. En la China antigua se recomendaba como cura para la gota, el reumatismo, la malaria, el beriberi, el estreñimiento y las distracciones. Hacia el año 100 a. de J.C., los chinos estaban utilizando su jugos por sus efectos físicos placenteros. En la historia primitiva americana, la planta servía como fuente importante de fibra hasta que fue reemplazada por el algodón. Antes de este siglo, la marihuana se usaba ampliamente como medicina popular. Se consideraba útil como analgésico, antiespasmódico, antidepresivo, antiasmática, antibíptica y estimulante del apetito. La ley de Harrison de 1914, que prohibió la heroína, no ilegalizó la marihuana de la que existía un floreciente mercado en Estados Unidos hacia 1920. Sin embargo, sus diversas conexiones con actividades criminales la declararon ilegal en 1937, mediante el marijuana Tax Act". No obstante, la práctica de utilizar esta droga para propósitos no médicos continuó popularizándose, pasando desde las clases bajas a las medias y sobre todo a los intelectuales. Durante los años sesenta y setenta su uso se hizo común entre los estudiantes hasta que acabó por llegar a los chicos de la escuela. Su prevalencia llegó al máximo en 1979, cuando un informe descubrió que más del 50 por 100 de los estudiantes la usaban un mínimo de una vez al año. Aunque hay evidencias de un cierto declive debido, probablemente, al aumento de la conciencia de sus efectos nocivos, la marihuana sigue siendo la droga ilícita de mayor uso.

El valor potencial del estilo de vida

Un grupo de investigación del Departamento de Psiquiatría de la Universidad de Columbia informa de los resultados de un estudio a largo plazo sobre 1.222 hombres y mujéres jóvenes. Su objetivo era determinar qué factores tenían relación con el cese del uso de cocaína y marihuana a principios de la edad adulta. Los investigadores fueron capaces de identificar tres factores de estilo de vida que no sólo predecían el cese de su uso al llegar a la adultez sino que evitaban iniciarse en ella. Dos de esos factores críticos eran: 1) buena salud, y 2) vivir en un entorno social desfavorable para el uso de esas drogas. El estilo de vida natural y completo que no sólo desarrolla el físico sino la voluntad de poder, la autodisciplina, la autoestima y una salud perfecta, son las condiciones que evitan la utilización de drogas destructivas.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDÊNCIA Zero Hora
FECHA 5/2/92
VINCULADO 11176 / 11814 / 11224 / 11482 /

ENTRADO
CRUZADO

TRAFICANTE MORTO A TIROS

Atingido no peito ao trocar tiros com vários homens na Rua da Represa, parada 32 de Viamão, na noite de segunda-feira, o traficante Sílvio Luiz Oliveira Mathias, o *Neguinho da Madame*, 23 anos, morreu no Hospital de Pronto Socorro (HPS), na madrugada de ontem.

01/01 9203556

Robo de acuarela de Cezanne

El arte en la mira de los narcotraficantes

Desde Londres, un artículo de "The Guardian", informó del robo en el Museo Nacional de Roma, de una valiosa pintura de Cezanne. La noticia circula por el mundo cuando todavía no se han apagado los comentarios sobre el asalto al Museo de Módena, por una banda armada, que se alzó con una obra maestra de Velázquez y otras cuatro piezas de gran valor. Aparentemente, estas pérdidas colocan a Italia en situación difícil en materia de seguridad concerniente a las obras de arte.

El jefe de los Carabineros, del departamento especializado en obras de arte, coronel Roberto Conforti, afirmó que el robo de objetos artísticos se ha convertido en un modo de operar de las bandas criminales organizadas. Según sus apreciaciones, este nuevo método permite a los ladrones invertir, revender y pagar a los distribuidores de drogas.

Desde el punto de vista artístico, la obra robada de Cezanne es una acuarela que ofrece, por sus dos caras —cosa que en pintura sucede muy a menudo— dos obras distintas. Por un lado, muestra el principal boceto de un óleo famoso de Cezanne, titulado "Paisaje con lago" y por el otro "Sentry entre dos rocas". Paul Cezanne (1839-1906) es un pintor francés que se considera uno de los fundadores más influyentes de la pintura moderna. Nacido en Provenza, rechazó la oportunidad de seguir a su padre en la actividad bancaria y animado por su amigo Emile Zola abrazó el arte. Aunque en relación con Pissarro y otros maestros impresionistas, su pintura —no obstante el empleo de recursos que provienen de esta escuela— se aparta en un sentido claramente diferencial. Cezanne tiende a subrayar las estructuras que subyacen en los objetos que pinta, en lugar de apuntar al fenómeno de la luz desprendida de ellos. Esta diferenciación conceptual —que es un paso en la abstracción— influyó en el posterior desarrollo de la pintura del siglo XX. Cezanne pintó fundamentalmente paisajes y naturalezas muertas, pero también una corta serie de importantes retratos. Una de sus telas más famosas, "Los jugadores de cartas" retratan, precisamente a los personajes en torno a la mesa de juego. En el Uruguay es conocida la reverencia que la escuela de Torres y sus alumnos han conservado por Cezanne.

En cambio, felizmente, hasta el momento no existe en Uruguay, en el panorama de la delincuencia que se especializa en las variantes del robo ejemplos que pongan en guardia a los coleccionistas de arte o a los museos.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDÊNCIA Zero Hora

DATA 14/2/93

VINCULAÇÕES 11176 / 10046 / 11214 / 11229 / 11423 / 11345

F

ENTRADO /

CRUZADO /

LADRÕES PRESOS EM PASSO FUNDO

Policiais de Passo Fundo e de Ponta Grossa, comandados pelos delegados Luiz Galbari da Silva e Pedro Motari, prenderam uma quadrilha de assaltantes que vinha agindo no Rio Grande do Sul e Paraná. Dirceu Gonçalves de Moraes, o *Cabeção*, 32, Paulo Roberto Gomes, o *Paulinho*, 19, e Rogério Vreniski, o *Nego Fu*, 21, assaltavam residências e roubavam carros. Os moradores eram trancados no banheiro e mulheres chegaram a ser estupradas. O principal receptador dos objetos roubados era Olivar Antônio Potrich, dono de um *drive-in* no centro de Passo Fundo. Potrich fazia o pagamento para a quadrilha em dinheiro e cocaína.

01/01

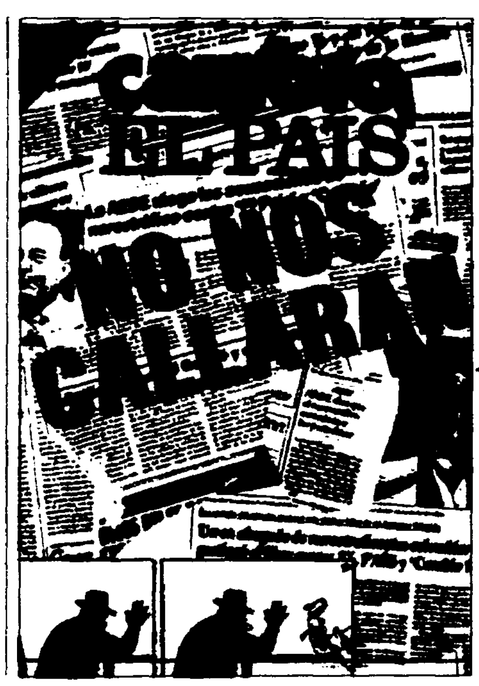
9203558

Cartel de Bogotá

La DEA descubre todos los nexos del tercer cartel colombiano y encuentra entre ellos a los Fernández Espina, hoteleros españoles y lavadores de dólares

CAMBIO16

AGOSTO de 1991. Los escritores colombianos Félix Marín y Mario Arango daban los últimos retoques al borrador del libelo *Dineros del narcotráfico en la prensa española*. Encerrados en una habitación de la última planta del hotel Florida Norte de Madrid culminaban los últimos capítulos dedicados a CAMBIO16. En este hotel compartían posada y fonda con cargo a la cuenta de sus propietarios, los empresarios asturianos Celso Luis y Manuel Celestino Fernández Espina, los verdaderos promotores del libelo.

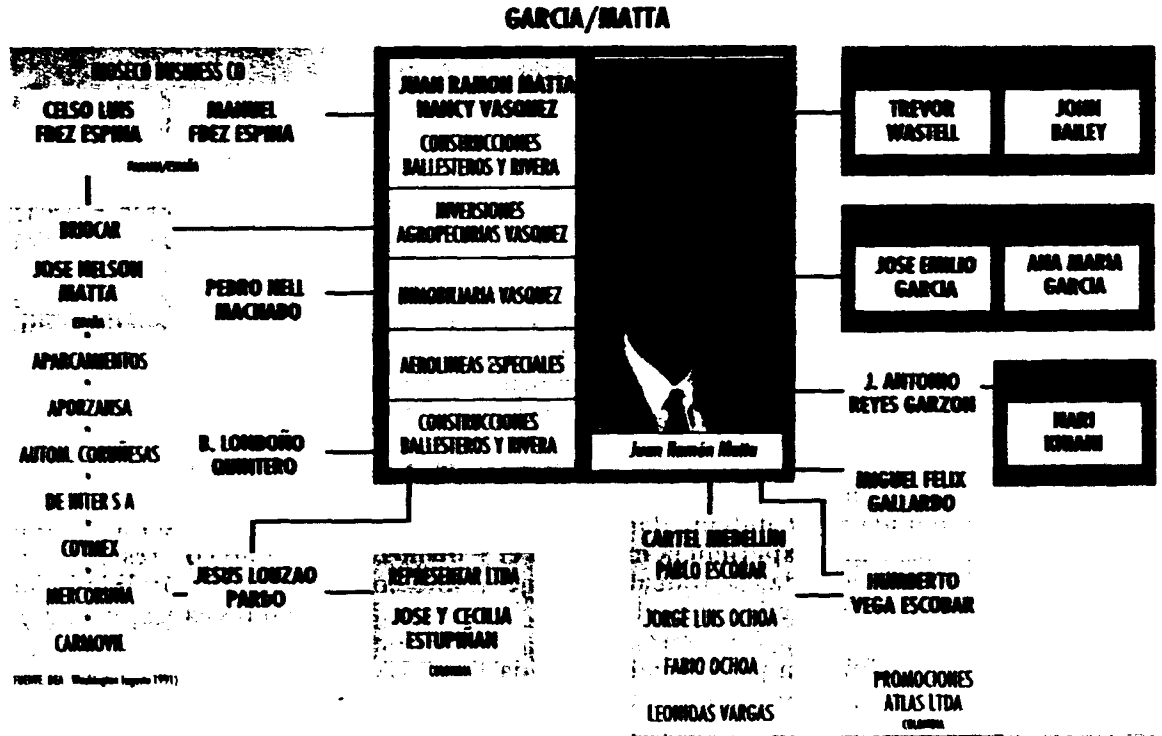


En las mismas fechas, a miles de kilómetros de España, en la sede central de la DEA de Washington, los analistas de esta agencia antidroga norteamericana culminaban otro borrador: el organigrama más exhaustivo que se ha elaborado hasta la fecha sobre el cartel de Bogotá. Los expertos de la DEA en *blanqueo* de dinero situaban a los hermanos asturianos Fernández Espina en un lugar destacado, como las personas que *lavaban* en España decenas de millones de dólares de los narcotraficantes Matta Ballesteros.

El cartel de Bogotá, dirigido por las familias García (colombiana) y Matta Ballesteros (hondureña), es una de las tres organizaciones criminales más importantes de Colombia, junto a los carteles de Medellín y Cali. Su expansión internacional se refleja en las investigaciones de los agentes antidroga de Washington: una enorme telaraña mundial de empresas que funcionan como *lavanderías* de dinero ilícito procedente del mercado de la droga. En países como España, Panamá, Canadá, islas Caimán, Estados Unidos y Colombia.

Los hermanos Celso Luis y Manuel Celestino Fernández Espina, los promotores del libelo contra esta revista y el diario *El País*, figuran en los informes confidenciales de la DEA como eslabones claves de todo este entramado internacional de sociedades. La mayoría de ellas, ligadas a los intereses de los capos del cartel de Bogotá: Juan Ramón Matta Ballesteros, actualmente en una cárcel de Es-

CARTEL DE BOGOTA 1991
GARCIA/MATTA



Celso Luis y Manuel Celestino Fernández Espina, propietarios de un gran imperio económico en España y Panamá, han hecho la mayoría de sus negocios a través del cártel de Bogotá. La DEA norteamericana considera que gran parte del dinero de los narcotraficantes colombianos pasa a empresas de los hermanos asturianos. Las familias Matta Ballesteros y García García son los ejes centrales de todo el entramado. Hoteles e inmobiliarias son los principales negocios por donde pasan los narcodólares.



Manuel Celestino Fernández Espina.

tados Unidos; su esposa, Nancy Marlen Vásquez, que dirige el negocio mientras su marido está entre rejas, y Jaime García García, propietario de Pisces Industries Ltd y Pronto Delivery Corp de Florida (EE UU).

Los hermanos asturianos son socios de los Matta Ballesteros y del empresario gallego José Louzao en varias sociedades constituidas a mediados de los años 80 en Galicia. En los estudios de la DEA figuran los nombres de Briocar, Carmóvil, Mercoruña, Coymex, Automáticas Coruñesas, Aporzansa, entre otras. Todas ellas con domicilio social en La Coruña.

TRAS SUS PASOS. La Fiscalía Antidroga española inició una larga investigación a comienzos de 1988 acerca de las actividades económicas de los Fernández Espina, que todavía no ha concluido. En el curso de las pesquisas, encargó al Ministerio de Hacienda un meticuloso repaso sobre el movimiento de sus capitales. El resultado fue la localización de importantes inyecciones de narcodólares desde Colombia y Panamá a cuentas de los Fernández Espina y los Matta en bancos españoles.

Los funcionarios de Hacienda detectaron extrañas relaciones comerciales entre los empresarios colombianos y los *capos* americanos de la coca. Uno de ellos, Jaime García García, jefe del cartel de Bogotá según la DEA, avaló algunos de los créditos millonarios que los Fernández Espina solicitaron en 1984 al Banco Santander de Gijón.

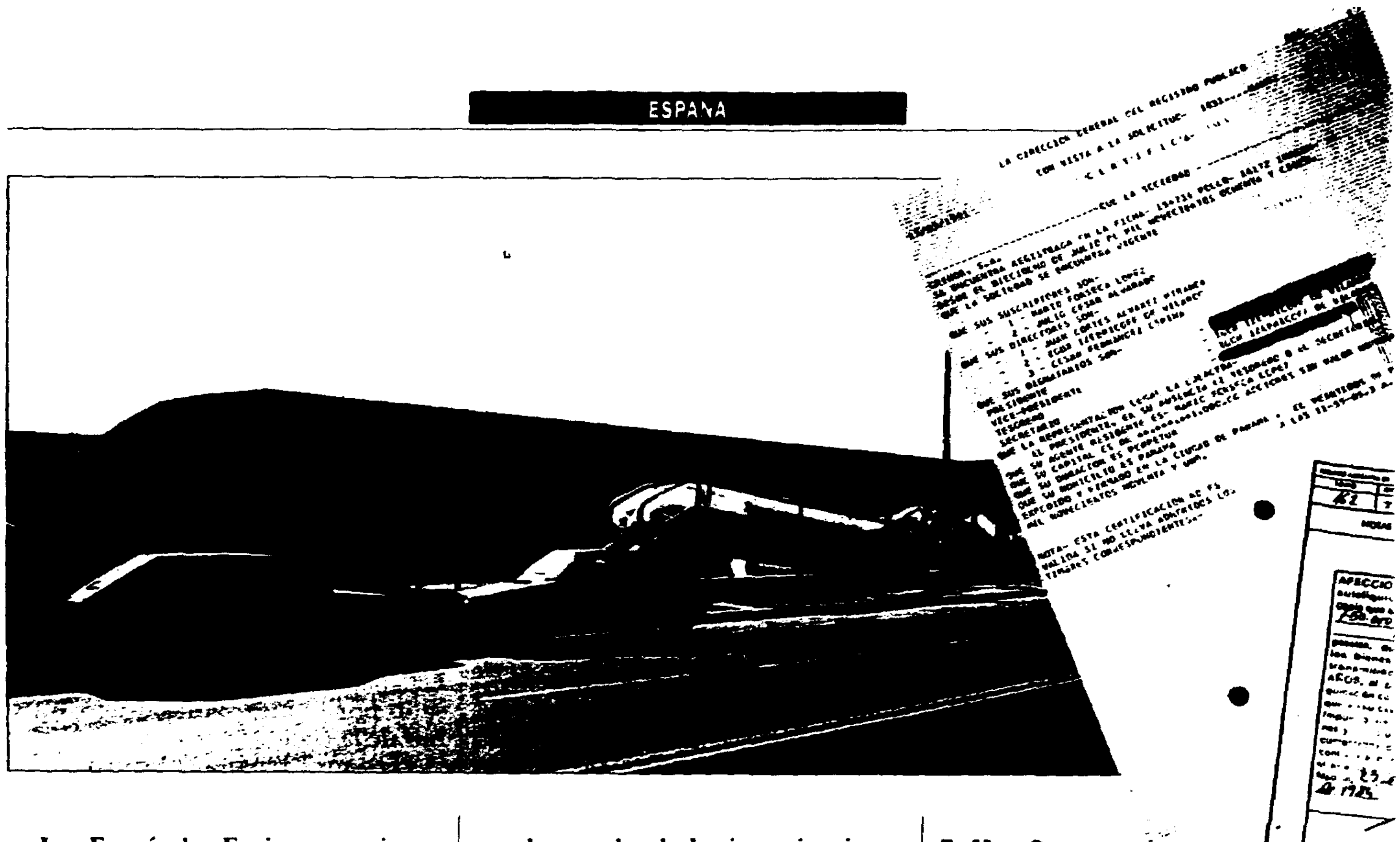
Otros créditos estaban respaldados por otra cuenta de 600 millones de pesetas a nombre de Jairo Ríos Vallejo, nombre falso que había utilizado Juan Ramón Matta Ballesteros en España hasta su marcha en 1985. Después fue condenado en Estados Unidos por un delito de narcotráfico y por participar en la conspiración que acabó con la vida de un agente de la DEA, Enrique *Kiki* Camarena. Televisión Española acaba de emitir un serial sobre su muerte en marzo de 1985 en Guadalajara (México). En España, Matta Ballesteros fue procesado por el juez Baltasar Garzón a raíz de la *Operación Mago*.

Pero los Fernández Espina no se conformaron con mantener negocios con el cartel de Bogotá. También fueron los anfitriones de Jorge Luis Ochoa y Gilberto Rodríguez Orejuela cuando llegaron a Madrid en el verano de 1984. Compartieron operaciones mercantiles con ellos y movieron sus influencias para conseguir su extradición a Colombia en lugar de a EE UU cuando fueron detenidos en España. Las relaciones eran tan estrechas que Celso Luis Fernández Espina llamaba a Ochoa amistosamente con el apodo de *El Gordo* y practicaba con él a menudo *footing*.



Uno de los empresarios asturianos, Celso Luis, vive en un chalé a las afueras de Madrid.

02



Los Fernández Espina conocieron a Mario Arango, el escritor que actuó como intermediario en la edición del libelo, en Medellín por medio de la familia Ochoa. Arango fue el abogado del jefe del cartel de Medellín durante el proceso de extradición

El escritor colombiano, además de vivir con los gastos pagados en el hotel Florida Norte, ha tenido a su disposición dos automóviles de Celuisma, la sociedad propietaria de la cadena hotelera de los Fernández Espina. CAMBIO16 ha podido comprobar que los vehículos conducidos por el escritor colombiano, un Peugeot 205 (con la matrícula O-0655-AK) y un Ford Escort (O-0183-AY), están registrados a nombre de la empresa de los hoteleros asturianos.

Los dos hermanos Fernández Espina (el tercero, César, murió en Panamá en 1990) siempre han utilizado a personas influyentes del mundo de la política y de las altas finanzas para proteger sus intereses. Si en Panamá contaron con el respaldo del general Manuel Antonio Noriega, primero, y del presidente Guillermo Endara, después, en España no han querido ser menos. Han conseguido implicar en negocios a políticos del PSOE y del PP de Galicia, han logrado que un alto cargo de la Administración se preocupara por la marcha de las investigaciones sobre ellos en la Fiscalía Antidroga, y que magistrados y militares de alta graduación formen parte de una larga lista de socios y empleados.

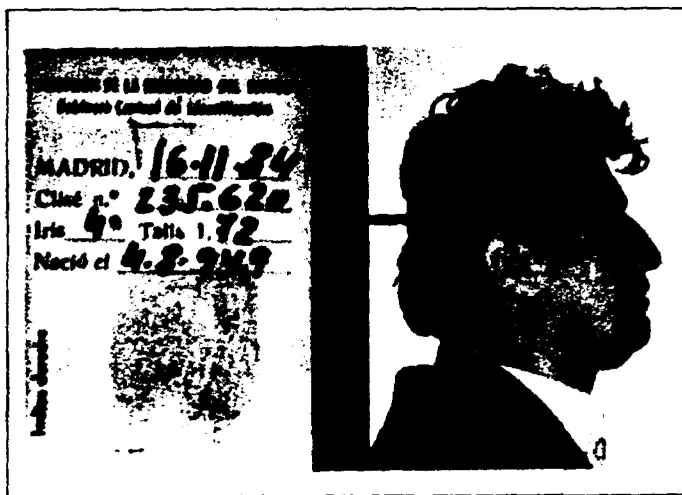
OCHOA Y GUARDIA CIVIL. En 1985, en medio de la tormenta sobre la extradición de Ochoa, los Espina abrieron en Madrid una sucursal de su empresa panameña The Rio Seco Corporation, una sociedad de cartera propietaria de las acciones de su red hotelera. Al frente de la filial colocaron a Manuel Llaneza Gutiérrez, teniente coronel de la Guardia Civil que había ocupado un alto cargo en el Ministerio del Interior. En 1990 falleció en Londres de un ataque al corazón.

Unos meses antes, coincidiendo con la llegada a España de Ochoa y Rodríguez Orejuela en el verano de 1984, habían constituido con un capital social de cien millones de pesetas la empresa Meca-2, que en la actualidad es propietaria de unas naves industriales en Torrejón de Ardoz (Madrid). Los hermanos asturianos son propietarios del 60 por ciento del total de las acciones.

En Meca-2, empresa de los Espina, figuran como socios Suárez de la Dehesa y Juan Cortés, quien forma parte de otra sociedad panameña.

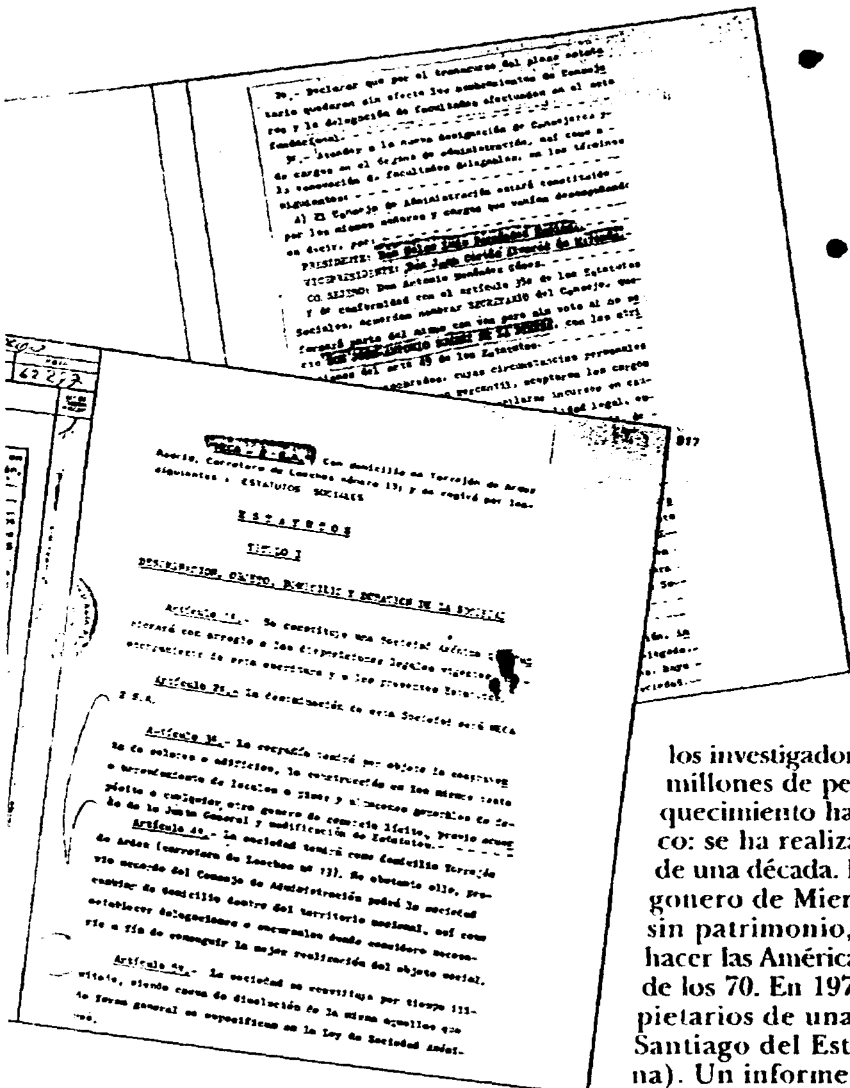
El secretario de la sociedad es José Antonio Suárez de la Dehesa, un abogado ultraderechista y ex asesor del Ministerio del Interior.

Uno de los socios, consejero delegado de Meca-2, es el general Juan Cortés Alvarez de Miranda, propietario del 20 por ciento de las acciones. Durante el proceso de extradición de Ochoa era consejero general togado y, más tarde, ocupó una plaza en el Consejo Supremo de Justicia Militar hasta que este organismo desapareció, en 1988. Luego aspiró a ocupar una plaza de magistra-



La ficha policial española del narcotraficante Jorge Luis Ochoa.

03



do de la sala de lo militar del Tribunal Supremo, que sustituía al anterior, pero su candidatura fue rechazada. Su último destino, antes de pasar a la reserva, fue el de asesor jurídico en el Cuartel General del Ejército de Tierra, hasta hace un año. Juan Cortés también es presidente de la sociedad extranjera Grimor S A, registrada en Panamá el 18 de julio de 1985 por Mario Fonseca, abogado de los Fernández Espina en Centroamérica.

Miguel, uno de los hijos de Juan Cortés, es el actual director del hotel Soloy de Panamá, propiedad de los empresarios asturianos. Con anterioridad fue directivo del hotel El Panamá, buque insignia de la cadena de los Espina en América.

Otro socio de Meca-2 es José Luis Menéndez Casimiro, que ocupó el cargo de consejero a la muerte de su padre Antonio Menéndez Gómez.

El patrimonio actual de los Fernández Espina ha sido valorado por los investigadores en miles de millones de pesetas. Su enriquecimiento ha sido meteórico: se ha realizado en menos de una década. Hijos de un fogonero de Mieres (Asturias), sin patrimonio, emigraron a hacer las Américas a comienzos de los 70. En 1978 ya eran propietarios de una hacienda en Santiago del Estero (Argentina). Un informe policial de la Interpol de Buenos Aires de ese año implica a Celso Luis Fernández Espina en el tráfico de tres kilogramos de cocaína pero «el empresario español no pudo ser detenido por hallarse refugiado en Bolivia».

En 1981, los hermanos asturianos reaparecieron en Medellín (Colombia), donde emprendieron una frenética actividad inversora. En febrero de este mismo año regresaron a España y constituyeron la sociedad Celuisma (César, Luis y Manuel) con la que compraron varios hoteles por valor de 800 millones pesetas. Nada más llegar cambiaron 500.000 dólares (50 millones de pesetas) en una sucursal del Banco Santander de Gijón (Asturias) ante el asombro de quienes los conocían años atrás.

En mayo de 1983, los Espina y sus amigos narcotraficantes dieron la cara y se asociaron con el empresario gallego Jesús Louzao Pardo en la concesionaria automovilística Briocar de La Coruña. Los Matta Ballesteros de esta forma clavaban sus garras en

F.E. y Asociados

LOS hermanos Fernández Espina han creado un gran imperio económico en Panamá, Colombia y España. Todo comenzó con la creación de la cadena hotelera Celuisma y la sociedad de cartera panameña, The Rio Seco, propietaria de la mayoría de las acciones de las empresas.

Su hombre de confianza en Panamá es el abogado Mario Fonseca. Su nombre figura en las escrituras de las empresas: El Panamá, Rojo Investment Inc, Banco Interoceánico y The Rio Seco.

Esta revista ha localizado otras empresas en Panamá: Inversiones F.E. Hermanos, Inversiones Fernández-Bahos, Teremar, Super Caracol y Grimor. Además cuentan con los hoteles El Panamá, Aramo y Soloy.

Manuel Millán Calenti es el cerebro en España de los dos empresarios asturianos. Ha sido o sigue siendo secretario o apoderado de un buen número de empresas: Negocios y Finanzas, Aparcamiento Ciudad Sanitaria, Cabañas del Noroeste, Planificaciones Fiscales, Auditorías Fiscales, Agroverde, Coymex, Galicia S A, Alvarez Conde, Briocar y Transacciones Especializadas. La mayoría de ellas, constituidas en Galicia.

Allí han montado sociedades y empresas con Jesús Louzao Pardo y Matta Ballesteros (Briocar, Aparcamientos SAR, Inversiones César, Inversiones Manuel, Caseca, Barlovento, Alfa Motor, Gran Vía, Coymex Galicia, Mercoruña, Carmóvil, De Inter, Automáticas Coruñesas, Aporzansa, Xeixo Blanco, Nipomovil, Agronor, Aparcamiento Ciudad Sanitaria, Cabañas del Noroeste, Excavaciones Cade, Aparcamientos Subterráneo Orzan, Portolonsio, Automóviles Louzao y Aparcamientos Pontevedra).

El apellido Matta Ballesteros (Nelson y Leticia) figura en las empresas Briocar, Coymex, Mercoruña, Carmóvil, De Inter, Automáticas Coruñesas y Aporzansa.

El último negocio conocido de los hermanos Fernández Espina es el complejo hotelero Puerta del Sol en Fuerteventura (Canarias), inaugurado en 1991.

territorio español. Tres hermanos del traficante hondureño (Leticia, Nelson y Reinaldo) trasladaron su residencia a tierras gallegas. Y la esposa de Matta fijó su domicilio en Madrid. Pero se han marchado de España.

La Fiscalía Antidroga sigue investigando la relación entre todos ellos. El fiscal José Aparicio Calvo Rubio, que no ha dado por concluido el «informe Fernández Espina-Matta Ballesteros», aún no ha decidido si va a ejercer acciones judiciales contra los empresarios asturianos. La decisión se sabrá en los próximos meses.

Tanto la Fiscalía Antidroga como la DEA norteamericana disponen de los movimientos bancarios de los Espina en los últimos años. Las más importantes transferencias monetarias de los narcos se efectuaron a través del Banco Pastor de La Coruña procedentes de empresas de Panamá.

En esta cadena financiera destacan dos personajes claves: el abogado panameño Mario Fonseca y el economista español Manuel Millán Calenti, miembros del *staff* de los Fernández Espina. Millán Calenti, propietario de una gestoría en La Coruña, es el apoderado de muchas empresas de los hoteleros asturianos, compartidas con Louzao o los Matta. El pasaporte del economista español tiene sus páginas cubiertas con sellos de la oficina de inmigración de Panamá, por sus continuos viajes a este país.



Félix Marín y Mario Arango, autor y promotor del libelo.

A mediados de 1984, tras la llegada a España de Jorge Luis Ochoa y Gilberto Rodríguez Orejuela, Celso Luis Fernández Espina comenzó a ser investigado por la Policía española que *pinchó* su teléfono y grabó varias conversaciones con los narcotraficantes colombianos. El mismo día de su detención, la Policía tuvo tiempo para registrar una última llamada desde el domicilio de los Ochoa. Angela, hermana del *capo* colombiano, alertaba a Carmen Elisa Hoyos, esposa de Celso Luis: «Han detenido a mi hermano y avisa a tu marido que en la casa apareció vuestro teléfono y el del hotel. Aunque no pueden relacionarnos directamente, tened cuidado».

ADIOS A ESPAÑA. El aviso sirvió para que Celso Luis Fernández Espina preparara las maletas y abandonara España con destino a Panamá y Colombia. Un mes más tarde, regresó cuando ya se habían apaciguado las aguas.

El mismo teléfono del domicilio del empresario asturiano en Boadilla del Monte (Madrid) fue intervenido por la Policía en una segunda ocasión en 1988. En un seguimiento policial a los colombianos Carlos Eduardo Paz Morales y Patricia Gil Restrepo, que acababan de aterrizar en la capital de España, los agentes comprobaron que llamaban a menudo al número de Celso Luis Fernández Espina y hablaban con Patricia Hoyos, la cuñada de éste. Seguidamente, la Policía registró conversaciones entre los narcotraficantes Carlos Paz Morales y Rigoberto Sosa Giraldo, éste último considerado por el Grupo IX de la Brigada de estupefacientes como «persona muy importante en el tráfico internacional de cocaína a gran escala».

Los hermanos Fernández Espina han intentado intimidar a los periodistas que han escrito sobre las investigaciones policiales y judiciales emprendidas contra ellos. No sólo en España, donde financiaron el libelo contra CAMBIO16 y *El País*, sino también en Panamá. En este país, donde tienen constituidas la mayor parte de sus empresas con el apoyo del Gobierno del presidente Endara, se acogieron a una ley norieguista para querellarse contra el diario *El Siglo*, por reproducir un reportaje de esta revista sobre sus actividades ilícitas. Esta ley persigue a «quienes reproduzcan por cualquier medio la ofensa al honor con una sanción de 18 ó 24 meses de prisión».

La demanda fue presentada en mayo de 1991, el mismo mes que el escritor colombiano Félix Marín llegaba a España con el libelo bajo el brazo. La estrategia de los empresarios asturianos de intimidación a la prensa no sólo se limitaba a España. Pero no lo consiguieron. CAMBIO16 sigue aportando pruebas sobre sus relaciones con los narcos.

La DEA, la más poderosa agencia antidroga del mundo, los señala como grandes *blanqueadores* de narcodólares. ■



Los hoteles El Panamá, Florida Norte y Soloy, propiedad de los empresarios Fernández Espina.

05/05

Descartan el blanqueo de capitales a través de operaciones con oro en Uruguay

En un comunicado de prensa emitido ayer por el Banco Central del Uruguay se señala que "no existe contrabando de oro" en este país, ya que el ingreso, movimiento y exportación de metales preciosos es completamente libre. Se descarta también por el BCU la posibilidad de blanqueo de capitales de origen ilícito a través de operaciones con oro.

De acuerdo con lo señalado en el comunicado, el BCU ha efectuado un relevamiento de las exportaciones de oro a raíz de versiones que indicaban a nuestro país como posible centro de contrabando y de lavado de capitales de origen ilícito utilizando ese metal.

"En Uruguay no existe contrabando de oro", señala el comunicado, "debido a que tanto el ingreso como el movimiento interno y exportación de divisas y metales preciosos es absolutamente libre, según la legislación vigente".

Aclara el BCU que "toda operación con oro desde el momento que el metal ingresa al país, mientras permanece en él o cuando se exporta, es totalmente lícita".

El BCU descarta el posible blanqueo de capitales de origen ilícito a través de operaciones de este tipo, dado que no existe dentro del país un mercado del tamaño requerido para lavado de fondos en volúmenes significativos a través de compras de oro..

De acuerdo con datos manejados por el BCU, las exportaciones de oro desde Uruguay en 1990 totalizaron 579.152 onzas, equivalentes a U$S 222 millones, lo que que representó un aumento de un 12,5% con respecto a 1989.

No se dispone aún de cifras finales correspondientes a 1991.

Señala el BCU que disminuyó en los últimos años la diferencia entre el volumen salido desde nuestro país y el que ingresa a Estados Unidos de la misma procedencia.

La diferencia entre las cifras de exportación y las que registra el gobierno de Estados Unidos como importación de oro desde Uruguay cubre la parte de las exportaciones que se efectúan desde nuestro territorio sin declaración previa. La declaración es obligatoria al ingresar oro a Estados Unidos pero es voluntaria al salir del Uruguay.

El hecho de que esa diferencia haya disminuido en los últimos años indica que es cada vez menor el oro que sale hacia Estados Unidos sin ser declarado en Uruguay ■

Según cifras oficiales de Estados Unidos cuya divulgación no es restringida

Más de 2 millones de onzas de oro se importaron desde Uruguay durante el quinquenio 1986-1990

✱ Las cifras manejadas por el Banco Central son sensiblemente inferiores a las que surgen de los registros públicos del país más poderoso del continente

Algo más de dos millones de onzas de oro procedentes de Uruguay han ingresado a los Estados Unidos entre los años 1986 y 1990, según datos oficiales de ese país. Esta fue la información que el propio presidente del Banco Central del Uruguay, Ramón Díaz, solicitó a la embajada de los Estados Unidos de Norteamerica, según reveló una fuente, que pidió mantener en reserva su identidad. Sin embargo, los datos proporcionados por el comunicado del BCU para 1990 son significativamente más bajos que los números oficiales de los Estados Unidos.



León Lev, diputado comunista.



Ramón Díaz, presidente del BCU.

■ La polémica sobre el oro volvió a cobrar vigencia luego de algunos artículos periodísticos publicados en el Uruguay, hablaran de contrabando de oro desde nuestro país hacia los Estados Unidos. A comienzos de este mismo año, una prestigiosa cadena de televisión de Brasil dedicó un programa especial de una hora a seguir la pista del oro de los "garimpeiros" (explotadores clandestinos de oro en el país norteño). Tras una pesquisa periodística intensa, el informe especial de la cadena televisiva brasileña sobre el contrabando internacional de oro -que inclusive fue recogida parcialmente por el corresponsal de una radio montevideana-, se concluía que Uruguay era el segundo país exportador, que paradojalmente no es productor de oro, y uno de los puntos de partida del oro hacia los Estados Unidos de Norteamérica.

El informe periodístico finalizó con entrevistas a agentes privados con intereses en el exterior, fundamentalmente en Estados Unidos, que señalaban a la compra-venta de oro como un mecanismo idóneo para lavar dinero proveniente del tráfico de drogas.

LOS NUMEROS DE EEUU

Las cifras oficiales de los Estados Unidos señalan que entre los años 1986-1990 algo más de dos millones de onzas de oro fueron ingresadas a ese país procedentes de Uruguay.

En el año 1986 Estados Unidos anotó en sus registros de ingreso un volumen de 692.856 onzas de oro. En los dos años siguientes se observa un abrupto corte en las remesas que se enviaban hacia el país más poderoso del continente, cayendo su nivel a 21.300 onzas en 1987 y 12.120 onzas en 1988. En el año 1989, según cifras oficiales de los Estados Unidos, ingresaron 462.357 onzas de oro, y en el año 1990, 814.227 onzas.

El oro (la onza troy) cotizó ayer en New York a 353,40 dólares, en Londres a 325,25 dólares, en Zurich a 353,50 dólares y en Hong Kong a 352,85 dólares.

El registro de salida desde nuestro país es voluntario, ya que de acuerdo a la ley, existe libre tránsito de capitales. De este modo, no es preciso declarar ni el ingreso ni la salida de billetes en efectivo, ni tampoco de metales o piedras preciosas.

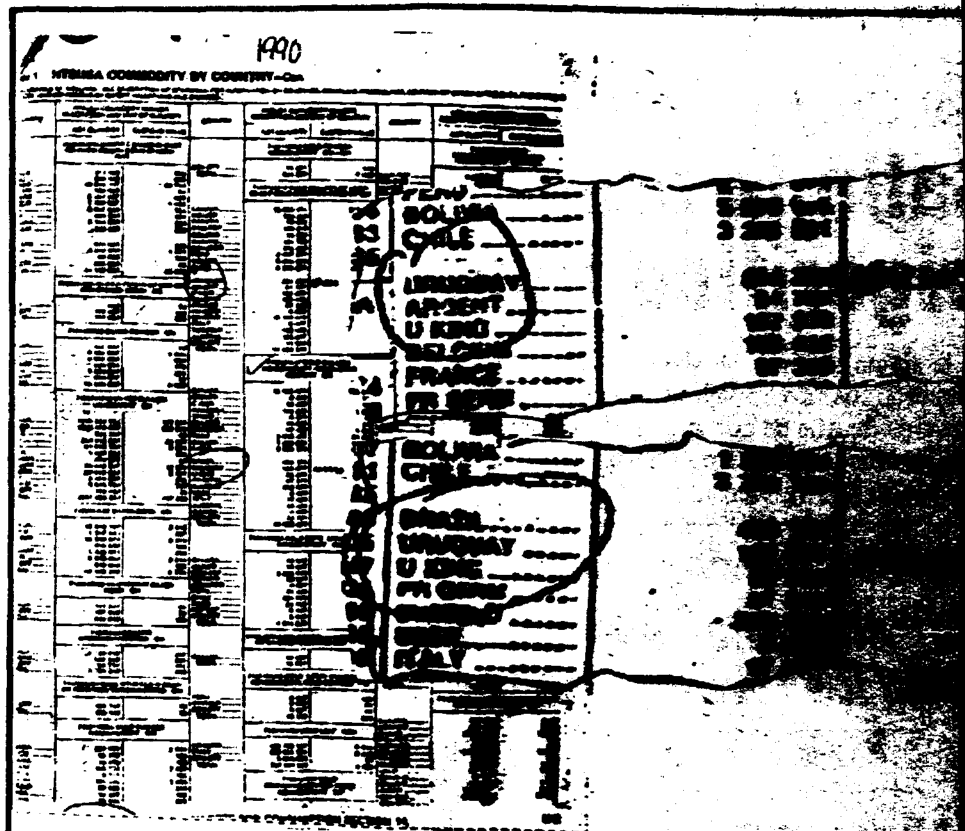
Por esta razón, según algunos artículos periodísticos publicados en el país, pero que fueron una suerte de repercusión de la investigación de la cadena de televisión brasileña, los archivos de salida de oro que se llevan desde el Uruguay tienen notorias diferencias con los registros que desarrolló rigurosamente los Estados Unidos.

LAS CIFRAS DEL BCU

En el comunicado emitido por el Banco Central del Uruguay, que fuera elaborado por el presidente del directorio, doctor Ramón Díaz, y no por todo el cuerpo, se señalaba que en Uruguay no existía contrabando de oro, dado que "en Uruguay no existe (...) debido a que tanto el ingreso como el movimiento interno y exportación de divisas y metales preciosos es absolutamente libre, según la legislación vigente. En consecuencia, toda operación con oro desde el momento en que el metal ingresa al país, mientras permanece en él o cuando se exporta es totalmente lícita".

En el mismo comunicado, se señala que "el Banco Central descarta el posible blanqueo de capitales de origen ilícito de operaciones de ese tipo, dado que no existe dentro del país un mercado del tamaño requerido para lavado de fondos en volúmenes significativos a través de compras de oro".

La autoridad monetaria afirmó que "las exportaciones de oro desde Uruguay aumentaron un 12,5% en 1990 con respecto a 1989", y señala más adelante que "las exportaciones de 1990 totalizaron 579.152 onzas, equivalentes a 222 millones de dólares".



Facsimil de la información sobre importación de oro, según los registros públicos de Esta[...]. Allí figura Uruguay.

Sin embargo, las cifras oficiales de los Estados Unidos, cuya divulgación en ese país no tiene ningún tipo de restricción, difieren de las aportadas por el BCU.

En efecto, para el año 1990, y según los datos de Estados Unidos, ingresaron a ese país 654.230 onzas de oro de una especificidad y 159.997 onzas de otra, lo que totalizan 814.227 onzas de oro.

Una fuente ligada a intereses estadounidenses confió a LA REPUBLICA que no existió ninguna presión de la embajada de los Estados Unidos para que el presidente del Banco Central encarara esta problemática, sino que en una de las tantas reuniones de intercambio de información entre la oficina del agregado comercial y el BCU, el propio Ramón Díaz pidió que se le remitiera información sobre el tema. La divulgación de estos datos en los Estados Unidos no tiene [illegible] tipo de restricción, y a [illegible] accede el público en general [illegible] solo requerida a la oficina [illegible].

DIAZ A COMISION

La Comisión de Hacienda de la Cámara de Diputados citó, tras su reunión del día jueves 20, al directorio del Banco Central del Uruguay a los efectos de analizar la comercialización y la exportación de oro en nuestro país. El presidente del Banco Central ya había ratificado su presencia en la comisión el día jueves 27.

El planteo fue realizado por el diputado comunista León Lev, quien manifestó que se debe estudiar la actual normativa, ya que nos puede atraer serios problemas [illegible] [illegible] exportaciones de oro [illegible] discutir".

El legislador [illegible] Comunista [illegible] "sobre cuál [illegible] de ese oro que [illegible] oc". Además L[illegible] formular una [illegible] a las [illegible] evaluar daños y [illegible] ciones, para luego [illegible] legislativamente el [illegible] buscando un cambio en [illegible] mativa legal que [illegible] gistración de [illegible] conocer el origen de ese [illegible] exportado y además, [illegible] esa exportación [illegible] de recursos para la [illegible] uruguaya".

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA El Observador Económico

FECHA DE PROCEDENCIA 18/2/92

VINCULACIONES 11176 11515 65592 11343 11513 11512 11351 11662 11170

Fin de semana violento en Colombia

BOGOTÁ, 17 (AP) - Ventiún campesinos murieron en varios episodios de violencia registrados en Colombia durante el fin de semana, uno de ellos vinculados con la lucha contra el cultivo de amapolas, informó hoy el ministro de Defensa, Rafael Pardo Rueda.

La matanza más grave se registró en una zona rural de Cimitarra, municipio situado a 170 kilómetros al norte de Bogotá, en donde nueve campesinos -seis hombres y tres mujeres- fueron asesinados por un grupo armado no identificado, dijo el ministro en una conferencia de prensa.

Otros cinco labriegos murieron durante un ataque con bombas de la fuerza aérea colombiana contra presuntos guerrilleros que tenían a su cuidado un cultivo de amapola, en las cercanías del municipio de Gutiérrez, situado a 30 kilómetros al sur de Bogotá, según informó el personero municipal Orlando Romero. El comandante del ejército, general Manuel Murillo González, dijo que durante la operación realizada el jueves para destruir 30.000 matas de amapolas, de cuya flor se extrae la materia prima para la producción del opio y la heroína, los guerrilleros dispararon contra un helicóptero militar que resultó averiado e hirieron a un soldado. ■

01 01

920356

ECUADOR

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCED. La República

FEC. 19/2/92

Exhortan a "internacionalizar" guerra contra mafias

Diputados latinoamericanos tratan lavado de narcodólares en la región

Quito (ANSA)

Diputados de ocho países latinoamericanos y dos representantes del gobierno norteamericano iniciaron ayer aquí una reunión para analizar sobre el lavado de dólares provenientes del narcotráfico y exhortaron a una "internacionalización" de la guerra a las mafias de las drogas.

Legisladores de Argentina, Brasil, Colombia, Bolivia, Costa Rica, Cuba, México y Ecuador comenzaron la discusión de varias ponencias que tras un severo análisis serán presentadas a los respectivos gobiernos. La cita interparlamentaria concluye hoy.

El presidente del congreso unicameral ecuatoriano Fabián Alarcón propuso a los gobernantes emplear todos los recursos estatales en la lucha contra el narcotráfico "incluyendo la internacionalización de trámites legales contra el blanqueo de dólares".

Los legisladores propondrán acciones que eviten la drogadicción, el narcotráfico y el lavado de dinero, se informó en la [illegible] conferencia sobre el tema.

El diputado ecuatoriano Fernando [illegible], denunció que los "mercaderes de la muerte han ideado mecanismos para eludir la ley" y reclamó nuevas técnicas de combate al narcotráfico.

Un estudio expuesto en la reunión revela que en Ecuador el lavado de dólares mantiene un cambio artificial del Sucre (la moneda local) que sobrevalora su precio y que crea "graves problemas financieros a la economía local".

Se afirma que en Ecuador y en otros países "todos los dólares que circulan legales o ilegales van a parar al Banco Central".

También se plantea verificar el origen del dinero que se invierte en bienes raíces, comercios y otros negocios.

01/01

9203562

Insospechada vuelta de tuerca en el sangriento asalto a los remeseros

Dos de los comandos de Pando estarían implicados en el crimen de Ana Miller

A uno lo vieron cuando intentaba vender droga en el baile y otro tiene una casa cercana al lugar donde hallaron el cuerpo

■ Insospechada vuelta de tuerca tuvo en las últimas horas el sangriento asalto a los remeseros en Pando. Uno o mas de los integrantes de la peligrosa gavilla estarían involucrados en el caso de Ana Luisa Miller. En efecto, a uno de ellos quien es un conocido narcotraficante, testigos lo observaron en la reunión bailable que se registró el pasado fin de año en un local del Old Christians en la zona de Solymar y otro de estos sujetos posee un chalé ... a dos calles del lugar donde fue hallado el cuerpo de la infortunada joven. Personal de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia viene explotando esta importante pista.

Como señalamos en ediciones pasadas, uno de los autores materiales del asalto a los remeseros del BPS en Pando, donde fue ultimado de cinco balazos un funcionario policial, logró cruzar la frontera a Brasil en compañía de su esposa. Se trata de José Alcides Barros Icasetti, sujeto con antecedentes penales y quien fue reconocido como participante en el lamentable episodio.

Este individuo quien se desplazó por el territorio nacional con documentos falsos que obtuvo en Buenos Aires donde fugó luego del sangriento "golpe" llegó a Melo donde se le unió su mujer y un ciudadano brasileño. Pernoctaron en la casa de un conocido hacendado amigo del sujeto pero que según sus manifestaciones desconocía que estaba requerido. Luego los llevó hasta la frontera para ingresar a Brasil por Bage oportunidad en que aquellos se dieron a la fuga pie.

Fue detenido el brasileño, un vecino de Melo que resultó ser mecánico y luego recobró la libertad en Pando y hacendado, este último con la finalidad de establecer cual fue su participación en el caso. Lo concreto es que Barros Icasetti y su mujer cruzaron la frontera.

Las miras se vuelven ahora hacia Alvaro Diego Nocetti Sintes, quien manifestó su intención de entregarse y que negó su participación en el caso.

INSOSPECHADAS DERIVACIONES

Personal de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia en investigaciones realizadas, pudo establecer que mas de uno de los participantes en el sangriento asalto en Pando, estarían relacionados con el caso del asesinato de Ana Luisa Miller.

Esto se desprende de versiones de testigos que observaron a uno de los ahora buscado por el asalto en Pando en la reunión bailable que el Old Christians realizó en un local propiedad de la institución en la zona de Solymar. Este individuo habría intentado colocar en el lugar drogas.

A su vez se estableció que otro de los participantes en el atraco, posee un chalé, paradojicamente situado a dos calles del lugar donde encontraron el cuerpo de la infortunada joven.

Todo esto, como señalamos antes, daría un vuelco casi trascendente en las investigaciones que se realizan en el asesinato de Ana Luisa Miller, que ahora también es investigado por la Dirección Nacional de Información e Inteligencia.

F

Nº DOCUMENTO ....

TITULO DETENIDO COLOMBIANO QUE TRANSPORTABA COCAINA.

PROCEDENCIA La Nación

FECHA DE [illegible] 19/2/92

VINCULACIONES 11176 ✓

10072 ✓

11214 ✓

11229 ✓

11422 ✓

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

Un correo

MADRID (AFP).– Un ciudadano colombiano que transportaba un kilogramo de cocaína en su intestino fue detenido en el aeropuerto madrileño de Barajas, poco después de su llegada desde Bogotá.

Lorenzo Sierra Guerrero, de 34 años, fue ingresado en un hospital, donde expulsó 100 bolas de la mencionada droga, de unos diez gramos cada una.

9203564

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCED... La República 20/3/92

Ramírez confirmó adelanto de LA REPUBLICA, "narcos" implicados en el caso Miller

Funcionarios de Inteligencia viajaron a Buen[os Aires] para buscar a involucrado en asalto a remeser[os]

No se descarta que esta persona también se encuentre vinculada a otros hechos de sangre

■ Funcionarios de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia, viajaron a la ciudad de Buenos Aires, para colaborar con la policía argentina en la búsqueda de uno de los sospechosos del sangriento asalto en Pando. El sujeto que hasta el momento no pudo ser ubicado, está también relacionado con el narcotráfico, tiene una casa en la zona de Shangrilá y no se descarta por parte de las autoridades su presunta vinculación en el caso Miller. Mientras tanto, el ministro del Interior, señaló ayer que en ambos casos habría estupefacientes de por medio y barajó la hipótesis que drogadictos estuvieran involucrados en el asesinato de Ana Luisa, confirmando así una información al respecto adelantada en forma exclusiva por LA REPUBLICA y que en su momento algunos medios periodísticos intentaron desmentir.

Ayer informamos en carácter de exclusividad que dos de los buscados por el asalto en Pando podrían estar relacionados en el caso de Ana Luisa Miller.

Nos basamos en informaciones que obran en poder de personal de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia, que sindicaban a José Alcides Barros Icasetti y Alvaro Diego Nocetti Sintes, dos de los requeridos por el luctuoso hecho en Pando, como involucrados en el tráfico de estupefacientes. Pero también se supo que Nocetti habría estado en la fiesta de fin de año del Old Chirstians, en la zona de Solymar, aunque existe una versión que en ese momento se encontraba velando a un familiar. Lo concreto es que esta persona que actualmente niega toda participación en estos casos, tiene una casa en Shangrilá y que Barros Icasetti, con quien se le vio en más de una oportunidad, posee una finca situada a cuatro calles del lugar donde fue hallado el cuerpo sin vida de la infortunada joven.

Sin duda algo muy sugestivo habida cuenta que, como señalamos anteriormente, ambos se encuentran relacionados con el tráfico de estupefacientes.

INTELIGENCIA VIAJO A BUENOS AIRES

A todo esto, Barros Icasetti logró fugar del país cruzando la frontera a Brasil por Aceguá en compañía de su mujer. Pero Nocetti Sintes, de acuerdo a los informes que obran en poder de las autoridades, se encuentra en Buenos Aires y su captura está solicitada a la Policía Federal.

Hacia esa ciudad viajaron efectivos de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia, que colaboran con las autoridades del vecino país, en procura de ubicar al sujeto. Su captura es importantísima ya que su testimonio permitiría aclarar varios casos pendientes.

Por otra parte el ministro del Interior, Juan Andrés Ramírez, si bien manifestó que por las informaciones que posee ambos hechos -el de Pando y el caso Miller- no están relacionados, nosotros por nuestro lado podemos decir que la Policía no descarta esa hipótesis barajando todo lo que antes señalamos.

Mientras tanto el secretario de Estado, señaló que no descarta que drogadictos se encuentran tras el asesinato de Ana Luisa Miller y que los autores del atraco en Pando pudieron actuar bajo la influencia de la droga si se tiene en cuenta la violencia con que desarrollaron su accionar.

Las investigaciones continúan intensamente y se aguarda novedades de importancia en el correr de estos días.



Alvaro Diego Nocetti, la Policía fue a buscarlo a Buenos Aires.



José Alcides Barros Icasetti quien fugó a Brasil

Nº DOCUMENTO

TITULO Operación "Nécora"

PROCEDENCIA La Nación

FECHA DE PROCEDENCIA 20/2/92

VINCULACIONES 11176
10072
11224
11214
11229
11422

CRUZADO

[illegible] en España

MADRID (EFE).- El sumario de la llamada Operación Nécora contra el narcotráfico en España, que se inició en [illegible] y puso al descubierto las conexiones entre las mafias gallegas y los carteles colombianos de la cocaína, quedó cerrado con un total de 74 personas procesadas, algunas en rebeldía.

Baltasar Garzón, el juez de la Audiencia Nacional [illegible] que instruyó el sumario, [illegible] en un auto de conclusión, [illegible] de la investigación [illegible] y [illegible] a la [illegible].

La Operación Nécora fue posible gracias a las confesiones del narcotraficante arrepentido Ricardo Portabales Rodríguez, de nacionalidad [illegible], quien [illegible] tras ocho años de dedicación al tráfico de estupefacientes a gran escala y que figura entre los procesados por el juez Garzón.

9203566

La Nación

20/2/92

11176

65671

11354

11351

11214

11229

11422

F

Descubren en Cuba 286 kg de cocaína

LA HABANA (EFE).- Una persona identificada como Sámuel Marcelo [illegible] muerto, y 286 kilogramos de [illegible] fueron capturados en una operación contra el narcotráfico realizada por la policía local en la costa norte del país.

La operación se efectuó en Cayo Caimán de la Mata de Coco, provincia de Ciego de Avila (unos 500 kilómetros al este de La Habana), y en la misma fueron detenidas otras tres personas, David Quero Martínez, Lázaro Bilón Rodríguez y Alain Pi[illegible] Trelo.

Según el diario Granma, todos los implicados son ciudadanos de origen cubano residentes en Miami (EE. UU.), desde donde se habían desplazado hasta el norte de Cuba para recoger la cocaína arrojada por aviones no identificados.

Además la policía capturó una lancha, en la que se encontraron armas ligeras y equipos diversos, además de mapas actualizados de la zona.

Otra embarcación [illegible] logró escapar rumbo al norte.

92C3567.

PDT contra forças armadas no narcotráfico

As forças armadas brasileiras não devem se envolver no combate ao narcotráfico. A opinião é do deputado federal Wilson Müller Rodrigues (PDT/RS), que integrou a CPI do Narcotráfico da Câmara Federal. Para ele, o Brasil não pode aceitar a sugestão feita pelo secretário de Defesa dos Estados Unidos, Richard Cheney, quarta-feira à noite, em Brasília, para que os militares participem da repressão às drogas. "Isso é inconstitucional" — declarou o parlamentar *gaúcho*, referindo-se à proposta apresentada por Cheney ao presidente Fernando Collor e aos ministros militares.

Na quarta-feira, o deputado enviou telegrama aos ministros militares, lembrando da posição manifestada por eles quando depuseram à CPI do Narcotráfico. Ao comparecerem na comissão parlamentar de inquérito, os ministros disseram que não aceitavam atuar fora de suas atribuições constitucionais — enfatizou Wilson Müller, que ontem viajou à capital da Bolívia, La Paz, onde representa o PDT, hoje e amanhã, na reunião da Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina (Copppal), que tratará do narcotráfico no continente.

AMEAÇA — Wilson Müller vê na proposta dos EUA uma ameaça ao ordenamento jurídico brasileiro, traçado pela Constituição. Os crimes cometidos por militares em serviço, assinala, são julgados pelos tribunais militares. Se a sugestão norte-americana for aceita, conjetura o deputado, os eventuais delitos praticados por militares durante uma investigação de combate ao narcotráfico serão julgados por esse tribunais. "Ou seja, a justiça comum ficará afastada de suas atribuições constitucionais", complementa.

Durante a reunião da Copppal, da qual o governador do Rio, Leonel Brizola, é um dos vice-presidente, o deputado pretende expôr sua opinião sobre o combate ao narcotráfico na América Latina, especialmente em relação ao Brasil. Para ele, é preciso mudar a forma de combater às drogas no País, "em vez de querer transformar as forças armadas em milícias de repressão ao tráfico". Wilson Müller classifica de equivocada a política adotada pelo governo federal em relação aos entorpecentes, por ser monitorada pelos Estado Unidos.

"Através do DEA (*Drugs Enforcement Agency* — órgão encarregado de combater os tóxicos), os Estados Unidos monopolizam as informações sobre o tráfico e monitoram a Polícia Federal brasileira, para estrangular as rotas de passagem da cocaína para aquele país", acusa Wilson Müller. "Tutelada pela injeção de dólares na Polícia Federal, essa é uma política perversa dos Estados Unidos, que jogaram um nuvem de pó branco sobre o Brasil", afirma o parlamentar.

O deputado garante, porém, não ser contrário à cooperação internacional no combate ao narcotráfico. "Até mesmo porque isso é necessário em relação a esse crime", diz Wilson Müller, também delegado de polícia.

"Antes, no entanto, o Brasil [illegible] definir uma política [illegible] de prevenção ao tráfico e [illegible] ração e tratamento dos [illegible] além de uma adequada e [illegible] estratégia de repressão às [illegible]", exige o parlamentar, cujas [illegible] em sua maioria, foram [illegible] relatório final da CPI do [illegible]co.

O parlamentar entende [illegible] Copppal deve assumir uma [illegible] em relação ao combate ao [illegible]co que não traga prejuízos à [illegible]nia e à autodeterminação dos [illegible] latinos-americanos. "Não [illegible] aceitar a nova estratégia dos [illegible] Unidos de que, com o fim dos [illegible]mes do Leste Europeu, o [illegible]co é o inimigo a ser [illegible]", argumenta, informando que [illegible] da reunião da Copppal [illegible]do um documento, para que [illegible] fes de estados da América [illegible] apresentem ao presidente [illegible] George Bush, durante a Co[illegible] de San Antônio, no Texas, [illegible] 26 e 27 deste mês.

Nº DOCUMENTO ....

TITULO ....

PROCEDENCIA [illegible] La Mañana

FECHA [illegible] 22/2/92

VINCULACIONES [illegible]

11224

10046

11259

11227

11421

11666

11669

11711

ENTRADO

CRUZADO

Cocaína con sabor a tutti frutti da buenas ganancias

9203569

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Zero Hora

FECHA DE PROCEDENCIA 23/2/92

VINCULACIONES 11176 / 10046 / 11354 / 11214 / 11229 / 11422 / 11352

F

ENTRADO

CRUZADO

21 23/2

CASAIS TRAFICANTES PRESOS COM CRACK

A polícia prendeu, na manhã de ontem, dois casais que estavam com 12 papelotes de crack — um subproduto da cocaína — no hotel São Miguel, na Rua Vitória 351, região central de São Paulo. Edevaldo Brás, Luivaldo Severino Silva, Paulina Souza e Vera Lúcia Marques Santos foram autuados em flagrante por porte e tráfico de crack.

9203570

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Jornal do Brasil

FECHA DE PROCEDENCIA 23/2/92

VINCULACIONES 11176 / 10046 / 11341 / 11354 / 11352 / 11219 / 11229 / 11422

F

CRUZADO /

Polícia acaba com festa de sexo e drogas

Cinco homens e quatro mulheres, jovens [illegible], foram presos na madrugada de ontem por policiais da 74ªDP (Alcântara), quando participavam de uma festa na casa 401 da Rua Mundel, no bairro Pacheco, em São Gonçalo. Através de uma denúncia de que no local estaria acontecendo uma festa com uso de drogas, policias partiram para a casa, onde foram recebidos a tiros por dois homens que conseguiram fugir.

A polícia prendeu dentro da casa as nove pessoas e, com elas, foram apreendidos 30 quilos de maconha, 20 gramas de cocaína e um revolver 38. As quatro mulheres foram liberadas depois de prestarem depoimento. Continuam presos Jair Diniz Vidal, de 41 anos, [illegible] Rodrigues da Silva, de 30 anos, [illegible] de Amorim, de 29 anos, Oldair Gonçalves Xavier, de 27 anos, e Marcelo de Jesus Azevedo, de 23 anos.

01/01

9203571

Jornal do Brasil
23/2/92

Os perigos da epidemia do 'crack'

Um histórico da mais alarmante droga surgida nos EUA nos últimos tempos e que ameaça chegar ao Brasil

James A. Inciardi


Soraia

Desde meados da década de 80, a variedade *crack* da cocaína tem sido considerada um problema norte-americano, principalmente nas maiores cidades dos Estados Unidos — Nova York, Los Angeles, Miami. Quando visitei o Rio de Janeiro pela primeira vez, em maio de 1989, a fim de realizar uma conferência sobre política norte-americana de drogas, para o Consulado dos EUA, indaguei de minhas platéias se o *crack* era um problema aqui. A maioria das pessoas havia ouvido falar nele mas todos concordaram em que não era disponível no Brasil. A partir de fins de 1991, contudo, isto parece ter mudado. Neste momento, o Brasil pode estar no início de sua própria epidemia de *crack*. Como venho estudando o problema do *crack* em Miami há vários anos, talvez seja útil partilhar algumas das coisas que aprendi.

A primeira menção do *crack* da cocaína na imprensa aconteceu no dia 17 de novembro de 1985. Em notícia escondida nas páginas internas daquela edição de segunda-feira, do prestigioso *New York Times*, um jornalista local teceu rápidos comentários sobre a maneira como três adolescentes estavam tentando conseguir tratamento para viciados em uma nova forma de cocaína denominada *crack* — pedaços semelhantes a cristais de cocaína *freebase* preparada.

A simples menção do que era ostensivamente uma droga antiga deu início a um acontecimento importante nos meios de comunicação. O *crack*, subitamente, assumiu vida própria e, poucos meses depois, o mais recente "problema de drogas" dos Estados Unidos tornou-se conhecido em todo o mundo. À medida que a histeria do *crack* aumentava durante o verão de 1986, a revista *Newsweek* achava que o *crack* era o maior história desde o Vietnã e a queda da presidência de Nixon, e outros gigantes dos meios de comunicação compararam a disseminação do *crack* com as pestes da Europa medieval. Na realidade, durante o verão e o outono de 1986, contrariamente às pretensões dos meios de comunicação, o "crack" não era um grande problema de drogas nos Estados Unidos. É certo que o *crack* estava lá, mas só no início de 1987 começou realmente a afirmar-se, tornando-se, finalmente, talvez, a mais degradante droga do século.



A história do *crack* remonta aos anos 60, época em que a cocaína não era amplamente usada e era conhecida como "droga dos ricos". A maioria dos usuário a considerava uma droga relativamente "segura". Eles a inalavam em quantidades relativamente pequenas, e o uso, caracteristicamente, ocorria dentro de um contexto social-recrativo. Mas, à medida que a disponibilidade de cocaína aumentava durante a segunda metade dos anos 60, o mesmo acontecia com o número de usuários e de mecanismos para ingeri-la. Alguns começaram a salpicar cocaína de rua no tabaco ou na maconha, e fumá-la sob a forma de cigarro ou em cachimbo, mas este método não produziu efeitos diferentes daqueles causados por inalação ou "aspiração". Mas, uma nova alternativa logo tornou-se disponível, *freebasing*, isto é, fumar cocaína *freebase*.

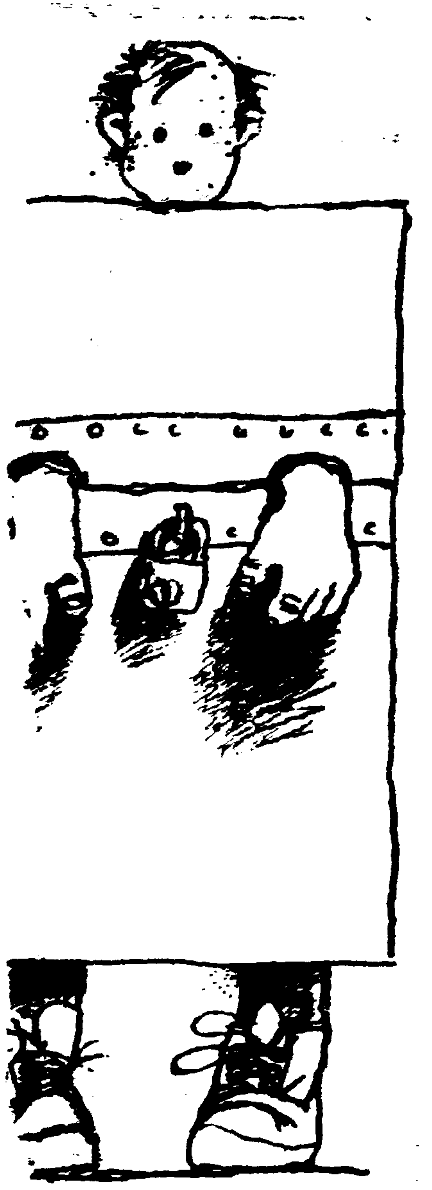
A cocaína *freebase* é, na realidade, um produto químico diferente da própria cocaína. No processo de obtenção da pasta, o hidroclorido da cocaína é transformado em um estado básico, sob forma cristalina. Os cristais são, então esmagados, e usados em um cachimbo de vidro especial. Todavia, poucos além dos usuários de drogas e das comunidades de pesquisa e tratamento de drogas estavam cientes da existência da cultura *freebase*. E, também, um número ainda menor tinha uma compreensão das novas complicações que o *freebasing* havia introduzido no cenário da cocaína.

As complicações são inúmeras. *Primeiro*, a cocaína em qualquer de suas formas é altamente sedutora. [illegible] o ato de fumar (*freebasing*) a euforia é [illegible] intensa do que quando a droga é [illegible]. Além do mais, esta profunda euforia [illegible] lugar a uma irritante ânsia apenas [illegible] minutos depois, o que influencia [illegible] rios a continuarem a fumar [illegible] — [illegible] que eles, ou seus estoques de drogas, [illegible] completamente esgotados. *Segundo*, [illegible] do *freebasing* é dispendiosa. Quando se [illegible] cocaína, um único grama pode durar, [illegible] usuário social, todo um fim de semana, [illegible] mais. Sabe-se de usuários habituais que fumam (*freebasing*) continuamente por três ou quatro dias, sem dormir, consumindo até [illegible] gramas de cocaína em um período de [illegible] duas horas. *Terceiro*, um perigo especial do *freebasing* é a proximidade do altamente inflamável éter (ou rum, quando este é usado em vez da água como refrigerante no cachimbo) de uma chama exposta. Este problema é grande, uma vez que o usuário está, geralmente, com uma perda de coordenação motora provocada pela cocaína ou pela combinação de cocaína e álcool. Assim, já têm ocorrido muitas situações em que a volátil combinação explodiu no rosto do usuário.

> O *crack*, tal como o conhecemos hoje, foi uma descoberta da cultura do *freebase* dos primórdios da década de 70, nos Estados Unidos

O *crack*, tal como o conhecemos hoje, foi uma descoberta da cultura do *freebase* dos

☐ *James A. Inciardi é diretor do Centro para Estudos de Drogas e Álcool da Universidade de Delaware, E.U.A.*



primórdios da década de 70, nos Estados Unidos. Era prepadado mediante o aquecimento de uma mistura de cocaína, água, bicarbonato de sódio, e esteve disponível apenas por um curto período de tempo, até que foi descartado pelos aficionados da cocaína-*freebase* como um produto inferior. Muitos deles referiam-se a ele como lixo-*freebase* por causa das muitas impurezas que continha. Ao contrário da crença popular, entretanto, o *crack* não é nem cocaína-freebase nem cocaína purificada. Parte da confusão sobre o *crack*, na realidade, procede das diferentes formas pelas quais a expressão *freebase* é usada na comunidade das drogas. *Freebase* (o substantivo) é uma droga, um produto da cocaína convertida em estado básico a partir do hidroclorido da cocaína depois que os adulterantes foram quimicamente removidos. O *crack* é convertido a um estado básico sem a remoção dos adulterantes. *Freebasing* (o ato) significa inalar os vapores de base de cocaína, da qual o *crack* é apenas uma das formas. Finalmente, o *crack* não é cocaína purificada, pois, durante o processamento, o bicarbonato de sódio permanece como um sal, reduzindo, assim, de certa forma, sua homogenidade. Informantes do cenário das drogas de Miami indicam que a pureza do *crack* varia em até 80%, mas, geralmente, contém uma grande quantidade dos adulterantes e impurezas encontrados no hidroclorido original da cocaína, juntamente com algum bicarbonato de sódio e *cuts* (expansores, para aumentar o volume) decorrentes do processamento. E, coisa interessante, o *crack* tem esse nome em decorrência do fato de que o resíduo do bicarbonato de sódio geralmente produz um som estalado quando a substância é fumada.

O uso do *crack* e a existência de casas de *crack* proliferaram em Miami e em outras partes por toda a década de 80, entrando pela de 90. E os problemas incluíram o envolvimento de jovens na distribuição do *crack*, violência associada a lutas para controlar o mercado dessa droga em certos bairros, abuso, negligência e abandono de crianças por mães viciadas em *crack*. E em Miami, embora a violência associada distribuição do *crack* nunca tenha atingido as proporções aparentes de outras cidades norte-americanas, o uso dessa droga foi, todavia, um grande problema. Em 1989, a agência norte-americana encarregada do combate às drogas (DEA) calculou que havia não menos de 700 casas de *crack* em funcionamento na área da Grande Miami.

O *crack* tem sido denominado a variedade "refeição rápida" da cocaína. É barato, fácil de esconder, evapora praticamente sem deixar qualquer odor, e a gratificação é rápida: uma euforia intensa, quase sexual que dura menos de cinco minutos. Fumar cocaína em contraposição à inalação resulta em uma absorção mais imediata e direta da droga, o que produz um "transe" mais rápido e irresistível, aumentando consideravelmente o potencial de dependência. Além do mais, há um risco maior de reações tóxicas agudas, inclusive ataque apoplético, irregularidades cardíacas, parada respiratória, psicose paranóica e disfunção pulmonar.

Ainda é muito cedo para saber se o uso e o vício do *crack* se manifestarão no Rio de Janeiro. Caso a droga venha a ser aqui tão popular como nos Estados Unidos, as autoridades sanitárias do Rio de Janeiro poderão vir a enfrentar dificuldades ainda maiores do que as dos Estados Unidos. Todos os indícios são de que o *crack* brasileiro está sendo feito de pasta de coca ao invés de hidroclorido de cocaína. O uso da pasta de coca é comum nas comunidades produtoras de drogas da Colômbia, Bolívia, Venezuela, do Equador, Peru e Brasil, conhecida em muitos desses países como *basuco*, *pitillo*, ou *pasta*. A pasta de coca é um dos produtos intermediários do processamento da folha de coca em cocaína. É, caracteristicamente, fumada diretamente ou em cigarros, misturada com tabaco ou maconha.

> **O *crack* é a variedade 'refeição rápida' da cocaína: é barato, e a gratificação é breve**

Fumar pasta de coca tornou-se popular em princípios da década de 70. Encontrava-se facilmente disponível, era barata, possuía alto teor de cocaína e era absorvida rapidamente. À medida que o fenômeno era estudado, entretanto, percebeu-se logo que fumar a pasta era muito mais sério do que qualquer outra forma de consumo de cocaína. Além da cocaína, a pasta encerra vestígios de todos os princípios químicos usados para o processamento inicial das folhas de coca — querosene, ácido sulfúrico, metanol, ácido benzóico, e os produtos oxidados desses solventes, além de vários outros alcalóides presentes na folha de coda. Uma análise realizada pela Colômbia, em 1986, constatou, além dessas substâncias químicas, vestígios de pó de tijolo, gasolina com chumbo, éter e vários talcos.

Assim, além dos sérios problemas do vício do *crack*, os usuários provavelmente experimentarão muitas das complicações adicionais de saúde associadas à ingestão de adulterantes encontrados na pasta de coca.

A ingênua moda da prevenção

As bem-intencionadas estratégias cientificistas de combate ao vício só escondem a hipocrisia social

Roberto Wüsthof



"Usar drogas é o maior barato!" "Não, é a decadência física e moral." Fica explícito que as opiniões são antagônicas, o que provoca um [illegible] duelo ideológico entre os adeptos e os [illegible] tentes de drogas. Os partidários da luta [illegible] drogas se julgam muito espertos [illegible] estratégia em dados científicos. Mas, [illegible] argumento de que a maconha causa [illegible] nuição do número de espermatozóides [illegible] capaz de neutralizar o argumento de [illegible] conha proporciona uma viagem incrível, e [illegible] corre o risco de se converter em monólogo. Est[illegible] situação traduz um empate técnico, [illegible] os verdadeiros perdedores: aqueles [illegible] começando a formar a sua opinião a [illegible] drogas.

Ainda bem que jovem não é burro. O [illegible] sor chato que acredita que prevenção [illegible] pintar um quadro apocalíptico com [illegible] bras sobre efeitos dramáticos vai se dar [illegible] esforço bem intencionado está sujeito a [illegible] tipos de desastres: o pior, pelo tom de [illegible] nalismo desperta a curiosidade ou então [illegible] vítima de gozação, a sua mensagem sendo [illegible] formada em caricatura. Enquanto o professor [illegible] preocupa em impressionar com uma lista [illegible] de efeitos negativos, o amigo da carteira ao lado faz uma apologia das sensações chocantes que curtiu por meio das dragas. Que contradição! Afinal, o risco de comer do fruto proibido é compensado pelo seu doce sabor? Procurando a resposta na prática, milhares de jovens desafiam todos os dias as proibições impostas pela socie- ▶

□ *Roberto Wüsthof é médico e autor do livro* O que é Prevenção de Drogas, *lançado em novembro pela Editora Brasiliense.*

02/02

M.D.N.
D.G.I.D 1/2
SUB-DCCION
081500MAY92

171

SOLICITUD DE ANTECEDENTES Nro 022/92

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I (INT):

Remito a usted a los efectos de que se tramite lo solicitado precedentemente.-

Saluda a usted atentamente
El Sub-Director de Interior de laDGID
Coronel
L L U I S

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA - SUB DIRECTOR - República O. del Uruguay

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección [illegible] de Información de Defensa
11 MAYO 1992
ANTECEDENTES.
9203577

001/2

FECHA 17.9.92 ... 44.

9203577

SOLICITUD DE ANTECEDENTES AL A.G.I.I. DPTO.III

Nro. ..022.....

Montevideo, 08 .... de MAYO .... de 1990

SEÑOR JEFE DE A.G.I.I.:

Por la presente solicito a Usted antecedentes de las siguientes personas:

ROBERTO HENRY PONS FORT

59 años aproximadamente. AFA 5517 2463685

171

SOLICITO POR: TTE.CNEL. PERDOMO

OPERACION :

EL JEFE DEL DPTO. III (OP)
TTE.CNEL. Carlos Perdomo

002 2 9203577

Prevención de la drogadicción

El ministro de Educación y Cultura, Antonio Salonia, afirmó que se trabaja en la creación de centros preventivos escolares y regionales para luchar contra la drogadependencia. El titular de la cartera explicó que se trabaja juntamente con el Consejo Federal de Cultura y Educación y la Secretaría de Programación para la Prevención de la Drogadicción y la Lucha contra el Narcotráfico, organismos encargados de definir los lineamientos de este plan que se implementará inicialmente en escuelas técnicas de la Capital Federal y el Gran Buenos Aires.

Nº DOCUMENTO
TITULO Reunión de COPPAL en Bolivia
20TO 4070
26 2 92

TRADO
CRUZADO

11136 C
1374
11235

NARCOTRÁFICO

Carta de La Paz defende a soberania

O documento, redigido pela Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina, traça uma linha de combate ao tráfico

A cooperação internacional para combater o narcotráfico deve respeitar os princípios básicos do direito internacional, em especial a soberania de cada país. A recomendação consta na Carta de La Paz (capital da Bolívia), redigida ao final da reunião da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (Copppal), realizada nos dias 21 e 22 deste mês. O documento será entregue aos chefes de estado latino-americanos que participam, com o presidente George Bush, hoje e amanhã, do encontro interamericano sobre drogas, em San Antônio, Texas, nos Estados Unidos.

A reunião da Copppal não mostrou apenas a preocupação dos partidos latino-americanos com o narcotráfico. Evidenciou, ainda, uma inquietação no meio político em relação à estratégia norte-americana de repressão às drogas no continente. Afinal, os EUA vêm defendendo a participação das forças armadas dos países da América Latina no combate ao tráfico. No caso específico do Brasil, assinala o relatório da CPI do Narcotráfico da Câmara Federal, os EUA também monitoram a Polícia Federal, através do DEA (*Drugs Enforcement Agency*), para impedir que a cocaína chegue naquele país.

NARCOTRÁFICO — Além de recomendações, o documento contém uma análise do narcotráfico na América Latina. O tráfico de drogas, alertam os 20 representantes partidários presentes à reunião, pode representar uma ameaça à segurança nacional dos países do continente, devido ao poder econômico, e até político, dos narcotraficantes. Porém, ressaltam, o problema não é exclusivo das nações latino-americanas — onde a situação é mais grave em razão do subdesenvolvimento e, conseqüentemente, da pobreza de sua população. Por isso, apregoam, é necessário a cooperação internacional.

Com sete páginas, a Carta de La Paz sugere a adoção de uma estratégia global para combater o narcotráfico. É preciso, diz o documento, revisar o conceito do tráfico internacional, sem estabelecer uma geografia de culpas — países produtores, consumidores e de trânsito das drogas —, pois não existem nações vítimas ou vitimatórias nessa questão. Os representantes partidários propõem uma repressão solidária, obedecendo o ordenamento jurídico dos estados e o direito internacional. E os programas para enfrentar o problema, afirmam, devem ser de responsabilidade exclusiva de cada governo.

Embora defendam a punição penal aos narcotraficantes, os participantes da reunião entendem que também é necessário combatê-los através de medidas econômicas, em detrimento de ações policiais ou militares. Aconselham, ainda, o estímulo ao plantio de culturas alternativas que possam substituir o cultivo da cocaína. No documento, entregue ao presidente boliviano, Jaime Paz Zamora, eles ressaltam que os países produtores têm condenações pesadas para as pessoas envolvidas na produção da droga, enquanto que as nações desenvolvidas tratam com penas brandas os seus toxicômanos.

Representante do PDT na reunião da Copppal, o deputado federal Wilson Müller Rodrigues observa que o documento deixou claro que o inimigo número um da América Latina não é o narcotráfico, como sugerem os Estados Unidos. "A fome e o analfabetismo é que são os grandes problemas do continente", destaca. Enfatiza, entretanto, que o tráfico de drogas é uma questão grave, que merece ser tratada com uma séria política de repressão, prevenção e recuperação, na qual se deve incluir a cooperação internacional. Declara, ainda, que as forças armadas brasileiras não podem se envolver no combate ao narcotráfico, por ser inconstitucional.

Arquivo/ZH



Emissário: *Paz Zamora recebeu a carta para encaminhá-la ao presidente dos EUA, George Bush*

9203579

ORIGINA

1|2

9203580

Hoja 1 de 2
Copia – de –
(i.r.)

07 de Mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920170 /S.O.E.

I.- ASUNTO: ENCUENTRO POR EL SOCIALISMO DEMOCRATICO

II.- REFERENCIA

III.- T E X T O:

En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura del acto que fuera convocado por el Encuentro por el Socialismo Democrático (ESD) en el Teatro Astral, a las 2000 horas. Contrario a lo anunciado en los medios de prensa, el acto tuvo lugar en el local de la Asociación Israelita Dr. J. ZHILOVSKY, ubicado en Durazno No. 1476 pudiéndose observar que el referido Teatro se encontraba cerrado.

A la hora prevista en la convocatoria, la concurrencia era de 60 personas aproximadamente. Cabe destacar que el ingreso era restringido y se pudo apreciar en el acceso al local un grupo de 7 u 8 que permanecían dialogando mientras que en el interior / se desarrollaba cierta actividad. Al comienzo se estima que la // cantidad de concurrentes alcanza unas 150 personas que se mantuvieron hasta el final, siendo las 2330 horas aproximadamente.

Durante el desarrollo de esta actividad, se adoptó un dispositivo de vigilancia en la zona para detectar los dirigentes y vehículos vinculados al acto, obteniéndose la siguiente información:

- en el BAR OASIS, ubicado en la intersección de Durazno y Javier Barrios Amorín (a pocos metros donde se realizaba el acto), se detectaron dos NNM bebiendo en una de las mesas del mencionado bar. Al finalizar el encuentro se reunieron con ellos, // dos NNM que habían participado del mismo. Del diálogo surge que uno de éstos últimos, apodado "el GALLEGO" habría hecho uso de la palabra "generando polémicas" (textual). De éste se tomó conocimiento que conducía el vehículo matrícula 260.758, mientras que

18 12 92

ORIGINAL

Copia - de -
r.z.

el otro de apellido FIVALDI (fonético), estaba a cargo de la venta de bonos para obtener recursos. Del seguimiento a este sujeto surge que ingresó con llaves propias en Agraciada 2345 esq. San Martín (local del PCU), encendió las luces del primer piso permaneciendo algunos minutos en él y luego las apagó en su totalidad retirándose probablemente a descansar. Por sus comentarios este sujeto trabajaría en MIDU.

Consultada Policía de Tránsito respecto a la matrícula 260.758, la misma registra los siguientes datos:

PROP: Elbio Severino PAIS
DOM : Eufemio Masculino 2604 Ap.3
M/M : FORD CORCEL Año 70

- del diálogo mantenido en el bar entre el grupo, se tomó conocimiento que Esteban VALENTI y Rafael SANSEVIERO, estuvieron presentes; participando el primero de los nombrados de la parte oratoria.

- Se detectaron los siguientes vehículos vinculados al acto: 265.422 - 231.044 - 223.583 - 630.196 - 901.596 - 257.655 - 264.452 - 261.090 - 284.454 - 188.394 - 258.913 - 204.368 - 156.576 - 240.363 - 254.223 - 267.659 - 204.031 - 221.925 - 214.070 - 519.608 - 520.032 pertenecientes al departamento de Montevideo; B5-02114 - B5-16994 - B1-10038 - B1-18137 pertenecientes al departamento de Maldonado y IA 11559 perteneciente al departamento de Canelones.

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL - JEFE DEL DEPARTAMENTO I
COPIA I - JEFE DEL DEPARTAMENTO III(OP)-ARCHIVO

002/2

920358 0

18 12 92 INICIAL

8-5-82
Dpto I
32281

DOCUMENTO

TITULO XI Período de sesiones de CICAD en Punta del Este.

La Mañana (Rec Prensa)

27/2/92

ENTRADO

CRUZADO

66403 11350

11672

CICAD sesionará en Uruguay para analizar control de narcodólares

U

920358·1

COMISION INTERAMERICANA APROBO REGLAMENTO CONTRA LAVADO DE DINERO

LA resolución de la CICAD será sometida ahora a consideración de la Asamblea General de la OEA

En la sesión de ayer, correspondiente al XI Período Ordinario de Sesiones de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD) que viene cumpliéndose en Punta del Este, fue aprobado el texto del reglamento-modelo sobre delitos de lavado de activos vinculados al tráfico ilícito de drogas.

El referido reglamento será ahora sometido a consideración de la Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA), de la cual CICAD forma parte, para su eventual adopción por parte de los Estados miembros del organismo regional.

El reglamento-modelo, que puede servir de guía para orientar la legislación de los países que lo adopten, agrupa, define y tipifica las conductas punibles en relación a los delitos conocidos como "lavado" de bienes provenientes del tráfico ilícito de drogas. Incluye, además, varios capítulos atinentes a las instituciones financieras y sus responsabilidades.

CARACTERISTICAS

Consta de diecinueve artículos. El primero está consagrado a definiciones (bienes, decomiso, embargo preventivo, instrumentos, personas, productos, tráfico ilícito). El 2 se refiere a los delitos de lavado (quién o quiénes incurren en los mismos). El 3 atañe a las competencias para la investigación y enjuiciamiento. El 4 se refiere a las medidas cautelares sobre los bienes, productos o instrumentos. El 5 se ocupa de los decomisos de bienes, productos o instrumentos. El 6 se ocupa de la situación de los terceros de buena fe (cuyos derechos se tutelan). El 7 se refiere al destino de los bienes, productos o instrumentos decomisados. El 8 concierne a bienes, productos o instrumentos de delitos cometidos en el extranjero.

Los artículos 9 al 17 y el 19 se refieren a las instituciones financieras en distintos aspectos. El 9 define l que debe entenderse por instituciones y actividades financieras. El 10 se refiere a la identificación de los clientes y al mantenimiento de registros. El 11 a la disponibilidad de los registros a efectos de información que recaben las autoridades financieras deberán registrar y notificar las transacciones financieras sospechosas. El 14 especifica las responsabilidades de las instituciones financieras, y el 15 a los programas de cumplimiento obligatorio por parte de las referidas instituciones.

Después del artículo 16, que incluye disposiciones a cumplir por parte de otros obligados, el 17 se refiere a las obligaciones de las autoridades competentes, el 18 a la cooperación internacional y el 19, y final, al secreto o reserva bancaria, que "no serán impedimento" para cumplir con las disposiciones del reglamento cuando la información sea solicitada o compartida por tribunal o autoridad competente. (más información en pág. 4)

ELEVAN PROYECTO PARA TIPIFICAR EL DELITO "LAVADO DE DINERO"

LO anunció el Canciller Gros Espiell al inaugurar en Punta del Este cumbre interamericana sobre drogas

PUNTA DEL ESTE. (Especial para LA MAÑANA). Con la presencia del Presidente Luis Alberto Lacalle se realizó ayer en este balneario el acto inaugural del XI Período Ordinario de Sesiones de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas. En nombre de nuestro país, el Canciller Héctor Gros Espiell anunció el próximo envío al Parlamento de un proyecto de ley sobre drogas que tipificará expresamente el delito conocido como "lavado de dinero" y recordó que, como hasta el presente, Uruguay quiere ser un actor de primera fila en la lucha contra la drogadicción, el narcotráfico y el lavado de activos provenientes del mismo.

Uno de los temas principales que figuran en la agenda del presente período de deliberaciones es precisamente la consideración de un Reglamento Modelo sobre lavado de activos relacionados con el tráfico ilícito de drogas, que fue elaborado a lo largo de más de 18 meses de trabajo por un grupo de expertos de trece países, entre los que figuró Uruguay mediante la presencia y participación de los doctores Augusto Durán Martínez y Alvaro Eguren.

ACTO INAUGURAL

Tal como estaba previsto, próximo a la hora once de la mañana se produjo el arribo al Hotel San Rafael, sede de la reunión, del Presidente Lacalle. Pocos minutos después daba comienzo el acto inaugural, haciendo uso de la palabra en primer término el Presidente de CICAD, Lic. Jorge Carrillo Olea, cuyo mandato concluyó en esta ocasión. Carrillo destacó en breves trazos algunos de los aspectos salientes de la labor desarrollada por el organismo interamericano, haciendo especial referencia al reglamento modelo sobre el lavado de activos, uno de los puntos de mayor trascendencia de las presentes deliberaciones.

A continuación el Secretario Ejecutivo de CICAD, Irving Tragen dio lectura a un mensaje enviado por el Secretario General de la Organización de Estados Americanos -OEA-, Joao Baena Soares. Este recordó la importancia de los trabajos desarrollados por CICAD en cumplimiento de mandatos expresos emanados de la OEA, organismo del que precisamente surgió la institución.

En el texto enviado por Baena Soares, éste menciona con mayor destaque los trabajos referidos al reglamento sobre lavado de activos, el estudio sobre la vinculación del tráfico de armas con el narcotráfico y las etapas que se van cumpliendo del denominado Plan de Ixtapa de lucha contra la droga en el hemisferio.

MENSAJE DE GROS

La jornada inaugural se cerró con las palabras pronunciadas por el Ministro de Relaciones Exteriores de nuestro país.

Después de dar la bienvenida a los delegados y expresar que Uruguay se honra por ser la sede elegida para las deliberaciones, el Canciller recordó la importante labor cumplida hasta el presente por CICAD, organismo surgido de una resolución de la Asamblea General de la OEA en 1986.

Señaló como hitos en la acción de CICAD el Programa de Acción de Ixtapa, el programa de Quito -este último referido a la educación integral preventiva contra el uso indebido de drogas- y la elaboración del reglamento modelo sobre precursores químicos y otras sustancias utilizadas para la elaboración de drogas.

Destacó que en la presente reunión se discutirá el proyecto de reglamento modelo sobre lavado de activos y dijo al respecto que **"la delegación uruguaya buscará enérgicamente su aprobación"** por parte de CICAD.

Agregó Gros Espiell que resultaba pertinente formular algunas consideraciones. En algunos países se cultiva materia prima para elaborar drogas; en otros se fabrican los productos químicos necesarios para producirla; otros son países de tránsito, en otros se blanquean capitales y otros son centro de consumo. **"La importancia del consumo es esencial; sin consumo y la consiguiente demanda, el problema de la droga dejaría de existir"**, señaló.

Luego recordó que **"en un tiempo la comunidad internacional vivió el espectáculo de los reproches mutuos, lo que provocó una parálisis en la lucha contra la droga. Hoy la perspectiva cambió. Se asume que la responsabilidad es de todos. A todos afecta el problema. Todos deben esforzarse en combatir el narcotráfico en forma simultánea"**.



El Canciller Gros Espiell anunció medidas del Gobierno uruguayo para combatir el narcotráfico y lavado de dinero.

ACCION CONSTANTE

"Dado el carácter transnacional del fenómeno se debe comprometer en el combate de la droga al mayor número de países", afirmó más adelante.

Recordó a continuación lo actuado en los últimos años por Uruguay en temas atinentes a la droga, tales como los convenios de asistencia jurídica mutua con Estados Unidos y España, que datan de 1991; el proyecto de ley tendiente a aprobar la Convención de Viena de Estupefacientes de 1988; el Tratado con el Reino Unido similar a los suscritos con EE.UU. y España pero circunscrito a delitos de narcotráfico y otras medidas.

En la parte medular de su discurso, el jefe de la diplomacia uruguaya anunció que **"próximamente el Poder Ejecutivo remitirá al Parlamento un proyecto de ley modificando [illegible] legislación sobre drogas, a los efectos de tipificar expresamente el delito de lavado de dinero y dar una regulación más moderna al tema de precursores y materias químicas"**.

"Uruguay es un actor que quiere ser de primera fila en la lucha contra la droga, el narcotráfico y el lavado de dinero. Su gobierno acciona en la materia con buena fe, con [illegible] con claras [illegible] apego al [illegible] Derecho [illegible] con el [illegible] Uruguay", señaló Gros [illegible] concluyendo: **"la [illegible] malintencionada no lo ha [illegible] tado ni lo apartará de [illegible] xible conducta en la [illegible] tra la droga y [illegible] ilícitos e [illegible] constituyen su inevitable [illegible] no"**.

Durán Martínez presidirá CICAD

PUNTA DEL ESTE, (Especial para LA MAÑANA).
El doctor Augusto Durán Martínez, Prosecretario de la Presidencia, resultó electo Presidente de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas -CICAD- en el transcurso de la reunión inaugural del Undécimo Período Ordinario de Sesiones del organismo, que se celebra desde ayer en los salones del Hotel San Rafael.

El nuevo Presidente, cuyo mandato se prolongará durante un año de acuerdo a los estatutos de la CICAD, es el actual Secretario de la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas.

La CICAD deliberará hasta el viernes próximo en este balneario, en cumplimiento de una nutrida agenda en la que figuran, entre otros temas, la presentación de un reglamento modelo sobre el lavado de activos vinculado al tráfico ilícito de drogas, un estudio sobre el contrabando de armas y explosivos vinculados con el narcotráfico, el desarrollo de un proyecto sobre cooperación judicial interamericana y medidas tendientes a adoptar un reglamento sobre control de precursores y sustancias químicas utilizados en la producción de drogas.

En las deliberaciones de Punta del Este participan delegaciones de los 22 países miembros de CICAD: Antigua y Barbuda, Argentina, Bahamas, Bolivia, Brasil, Canadá, Colombia, Costa Rica, Chile, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Jamaica, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela. Los países integrantes de la OEA que no forman parte de CICAD tienen derecho a participar con voz en las sesiones de la comisión. ■

Ambito Financiero
12/3/92

CRUZADO

Se endurece Lacalle contra el lavado de narcodólares

Punta del Este (EFE) — Uruguay, país con plaza financiera libre, anunció que pondrá en vigor una ley para castigar el "lavado" de dinero procedente del narcotráfico, en una medida que espera sea seguida por otras naciones iberoamericanas.

El ministro de Relaciones Exteriores de Uruguay, Héctor Gros Espiell, anunció esta decisión ante los representantes de 22 países americanos que estudian la forma de combatir el narcotráfico en una reunión de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD).

Gros Espiell aseguró que **"Uruguay es un actor que quiere ser de primera fila en la lucha contra la droga, el narcotráfico y el lavado de dinero, con apego al derecho y al estado de derecho que es consustancial con su ser"**

• Desinformación

El canciller uruguayo añadió que **"la desinformación malintencionada no ha apartado ni apartará a Uruguay de su inflexible conducta en la lucha contra la droga".**

Gros Espiell respondió de esta manera a las acusaciones que aseguraban que en centros financieros uruguayos se practica el "lavado" de dinero de la droga que pasa por Argentina.



Héctor Gros Espiell

El hecho de que Uruguay sea una plaza financiera libre supone que no existan limitaciones ni controles a la entrada o salida de capitales, sea cual fuere su volumen.

• Garantías

Además, está garantizado el secreto bancario; la repatriación de beneficios y dividendos es libre; no existen impuestos sobre dividendos, beneficios extraordinarios o beneficios de las filiales bancarias, y tampoco sobre los intereses del capital.

Ante esta libertad casi total en el movimiento de capitales y operaciones financieras, Uruguay es el tradicional punto de refugio de los capitales de las naciones vecinas, sobre todo de Argentina.

• Inusual

Hace seis meses, al detectarse la presencia de fuertes sumas de dinero en la plaza financiera de Montevideo, el gobierno uruguayo pidió a los bancos que rechazaran y notificaran las solicitudes de depósitos de dinero sospechosas.

Fuentes bancarias confirmaron que últimamente se han registrado casos inusuales de personas que se han presentado con grandes sumas de dinero en efectivo.

La fuerte represión y los controles sobre los "narcodólares" que pusieron en vigor Estados Unidos y los países productores de droga, obligaron a los traficantes a buscar zonas no tradicionales, como el Cono Sur americano, para "blanquear" los capitales.

En esta reunión de la CICAD, en la que participan representantes de países del Caribe y Centroamérica con conocidas plazas financieras libres, se intenta concluir la elaboración de un reglamento modelo para la lucha contra el "lavado" de capitales derivados del tráfico ilícito de drogas.

Las recomendaciones que elaborarán los expertos en esta reunión se presentarán a los respectivos gobiernos para que decidan si las incluyen en las legislaciones sobre la materia, así como a los organismos especializados de las Naciones Unidas.

En su intervención, Gros Espiell dijo que **"en unos países se cultiva la materia prima de la droga, en otros se fabrican los productos químicos para elaborarla, otros son países de tránsito, en otros se blanquean capitales y, finalmente, otros son centros de consumo".**

EL PAIS
12/3/92

COMO LUCHA URUGUAY CONTRA EL NARCOTRAFICO

Se Realizan Trabajos Coordinados con Brasil; la Estrategia Abarca También Alcohol y Tabaquismo

Uruguay viene llevando a cabo un activo trabajo en todas las áreas vinculadas a la lucha contra el narcotráfico y la drogadicción. La Dra. Raquel Magri, delegada uruguaya en la reunión de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), que se celebra en Punta del Este, informó de las actividades desarrolladas en nuestro medio por la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas.

Desde su creación la Junta Nacional a través de sus acciones cumple con los objetivos de: a) Reducción de la oferta y demanda de drogas. b) Disminución de la inseguridad ciudadana. c) Creación de una red para la asistencia de los adictos, y d) Coordinación y cooperación entre organismos e instituciones con competencia en la materia.

Sus atributos la facultan para: a) Instrumentar directivas relacionadas con la fijación de políticas de prevención, tratamiento y represión de las toxicomanías. b) Supervisar y evaluar la ejecución de los programas que aquéllas impongan. c) Organizar comités y grupos de trabajo destinados al tratamiento de temas específicos, y d) confeccionar un banco central de datos.

CUALES HAN SIDO LAS METAS TRAZADAS Y LOGROS OBTENIDOS DURANTE ESTE PERIODO

EN EL AREA INFORMACION

En la 2ª misión de los consultores licenciados Ricardo Zavaleta y Hugo Míguez en el mes de noviembre de 1991 finalizó el diseño del Sistema de Información Estadística sobre uso indebido de sustancias psicoactivas, determinándose los objetivos, metodología, organización, base de datos y selección de indicadores.

La puesta en marcha de un Sistema de Información Estadística e Banco de Datos que tenga a su cargo inicialmente el examen, centralización y sistematización de información, es propuesta como una estrategia adecuada para superar los problemas actuales del Sistema de Estadísticas continuas y como un recurso básico, atendiendo los siguientes objetivos:

* Apoyar la toma de decisiones mediante el diagnóstico actualizado de la situación.
* Mantener actualizado un perfil estadístico con bases de información disponibles provenientes de los registros continuos del área de Salud, del Sistema de Sanción Legal, del área de Educación, del área Económica, del área de Seguridad y otras indicativas relevantes.
* Organizar bases de datos.
* Mantener una estrecha relación y colaboración con el Banco Interamericano de Datos de la CICAD y el del UNCDP de ONU.
* Se obtuvieron fondos de terceros países para implementar esta Secretaría con equipos de informática.
* Se organizaron cursos de capacitación para los técnicos que trabajan en y para el Sistema en el área estadística, epidemiología y narcotráfico.

POR OTRA PARTE

El Centro de Documentación de la Junta Nacional se encuentra organizando la Red Nacional. Para ello se cuenta con el apoyo de otros Centros de Documentación y Bibliotecas pertenecientes al Estado y Organismos no Gubernamentales.

EN EL AREA EDUCACION PREVENTIVA

Teniendo en cuenta las acciones preventivas contenidas en el Plan Nacional, se comenzó a implementar aquellas actividades que pueden ser desarrolladas en forma inmediata.

* En los meses de noviembre-diciembre se realizó una encuesta a una muestra representativa de 750 docentes de Montevideo e Interior, que abarca a todos los niveles atendidos por educadores, para recabar información sobre la inserción de contenidos curriculares de educación preventiva en materia de drogas. Se encuentra en etapa de codificación.
* Entre el 18 y 28 de noviembre se realizó el "Taller de Orientación en el Trabajo, de Educación Preventiva en Drogas", para funcionarios de jefaturas de Policía, Brigada de Narcóticos, Prefectura Nacional Naval y Dirección Nacional de Aduanas en los Departamentos de la costa, que tuvo como objetivo complementar la importante acción represiva realizada por el operativo "Verano Azul", con un enfoque preventivo.

El Rotary Club presentó un proyecto de reforma de currícula en Educación en los niveles inicial y primario referente a la inserción de contenidos preventivos en materia de drogas.

* La Junta participa en el Programa Prioritario de Salud, Hábitos Tóxicos y Adicciones del MSP.

EN EL AREA SALUD

Se elaboró un Proyecto para el área de Tratamiento y Rehabilitación en el cual se unificaron todas las propuestas existentes en esa área con los siguientes objetivos específicos.

* 1. Creación y funcionamiento de Areas de Intendencias agudas.

2. Promoción, ampliación y apoyo a un Centro [illegible].

3. Creación y funcionamiento de un Centro Residencial para Púberes y Adolescentes.

Continúa estudiándose el Proyecto para la Atención del Problema de la Farmacodependencia en la Región de la Frontera Uruguay-Brasil en el marco del Acuerdo de Cooperación suscrito el pasado 18 de setiembre con los propósitos de:

* La realización de un programa binacional entre Uruguay y Brasil que enfoque la atención del problema de la fármacodependencia en las zonas fronterizas entre ambos países, será visualizado ampliamente como problema educativo, sanitario y de seguridad, y de unificar y coordinar su política, recursos y acciones de ambos países para ofrecer un sistema que encare este problema.

PARTICIPACION EN EVENTOS INTERNACIONALES AÑO 1991

* Tercera Reunión del Grupo de Expertos encargados de preparar Reglamentos Modelos sobre Lavado de Activos relacionados con el Tráfico Ilícito de Drogas. (CICAD). Washington, 30 setiembre-4 octubre.
* Reunión Jefes de Organismos Nacionales de Represión del Uso Indebido de Drogas para la Región de América Latina y el Caribe (HONLEA). Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, 8-12 de octubre.
* VII Encuentro Regional en Materia de Educación Preventiva del ASEP. Caracas, Venezuela, 13-19 de octubre.
* Misión a la Adiction Research Foundation (ARF). Toronto, Canadá, 17-23 de octubre.
* Décimo Período de Sesiones de la CICAD. Washington DC, 21-25 de octubre.
* Segunda Reunión Trilateral de Fuerzas Operativas contra el Tráfico Ilícito de Drogas. Buenos Aires. Noviembre.
* Decimotercera Conferencia de los Estados Parte de ASEP. Buenos Aires, 3-6 de diciembre.

EN EL AREA DE COOPERACION INTERNACIONAL

La Secretaría Técnica de la Junta Nacional ha identificado una serie de fuentes multilaterales y bilaterales de financiamiento para proyectos en el área del uso ilícito de drogas.

La Embajada de Uruguay en Canadá y la Junta Nacional de Uruguay, han establecido los contactos con IDRC encontrándose su disposición favorable para la financiación de un proyecto sobre Educación Preventiva y Sanitaria sobre abuso de sustancias psicoactivas.

La Addiction Research Foundation (ARF), organismo no gubernamental que funciona como Centro dedicado al problema en la ciudad de Toronto, ofreció apoyo consultivo en el desarrollo de un programa extensivo: "Plan Nacional Estratégico sobre Drogas", diseñado para disminuir el consumo de alcohol, tabaco y otras drogas en el país.

INSTRUMENTOS INTERNACIONALES RELATIVOS AL TEMA DROGAS

Asistencia Jurídica: Continuando con la línea de suscripción de acuerdos bilaterales en este campo iniciada con la firma del convenio con Estados Unidos de mayo de 1991, se han celebrado además:

* Convenio de Asistencia Jurídica en Materia de Drogas entre el Gobierno de la República Oriental del Uruguay y el Gobierno del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte. (Suscrito el día 25 de enero de 1992).
* El Tratado de Asistencia Jurídica en Materia de Asuntos Penales con el Reino de España. (Suscrito el día 19 de noviembre de 1991).

Uruguay participó además activamente en la elaboración del Reglamento Modelo para el Control de Precursores y Sustancias Químicas, Máquinas y Elementos y en el Reglamento Modelo sobre Lavado de Activos relacionados con el Tráfico Ilícito de Drogas, para los países miembros de la CICAD.

EN EL AREA SEGURIDAD

Se planificó y ejecutó el operativo "Verano Azul" en todo el territorio nacional que se llevó a cabo durante los meses de enero y febrero, con control de los principales puntos de ingreso al país, puentes, puertos, aeropuertos, rutas nacionales y fronteras secas y se destinaron grupos de policías especializados para operar directamente en las zonas de más riesgo durante la temporada turística en zonas balnearias.

Dicho operativo se llevó a cabo en todas las zonas delimitadas, con colaboración de PNN y Dirección Nacional de Aduanas.

Asimismo Uruguay concurrió a la reunión llevada en Mar del Plata con la participación de otros países del área.

En este sentido, la delegación de Uruguay ratifica la necesidad de la coordinación de todos los grupos de trabajo con la CICAD.

La delegación de la República Oriental del Uruguay hace propicia la ocasión para expresar la voluntad de su país de continuar sirviendo como miembro de la CICAD en el período 1993-1994, por lo que se postula como tal para las elecciones que se realizarán en mayo del año en curso en la próxima Asamblea General a celebrarse en Bahamas.

Hotel San Rafael, 11.III.1992

0 6

9203581

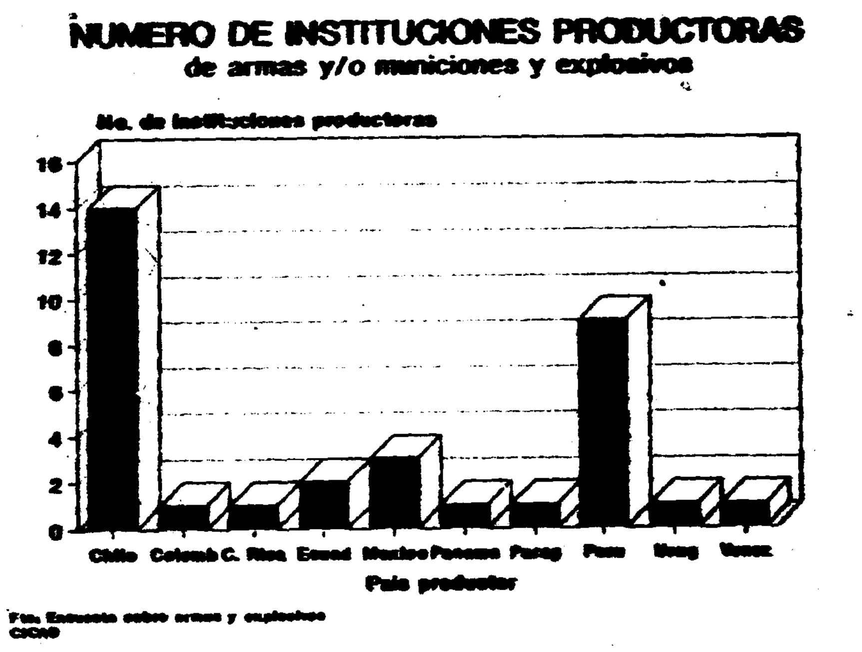
El País
12/3/92

Decisión de CICAD en Punta del Este

Medidas Contra Tráfico de Armas y Explosivos

La Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), que está celebrando su undécimo período de sesiones en Punta del Este, acordó recomendar a la OEA la convocatoria de un Grupo de Expertos que elaborará un reglamento modelo para el control del tráfico de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico en la región hemisférica.

En la jornada de hoy CICAD realizó las tercera y cuarta sesiones de trabajo, en el transcurso de las cuales los representantes de los 22 Estados miembros, así como los observadores permanentes expusieron la situación actual del problema de las drogas en el continente. Las deliberaciones de CICAD se protongarán hasta el próximo viernes por la tarde.



Excluyendo a Brasil, Chile y Perú figuran entre los países con mayor producción de armas y municiones. Preocupa el desvío de estos materiales hacia el narcotráfico

TRAFICO DE ARMAS Y EXPLOSIVOS

CICAD decidió pedir a la Organización de Estados Americanos (OEA) la autorización —que deberá aprobar la Asamblea General de OEA, es decir la máxima autoridad del organismo hemisférico— para convocar un Grupo de Expertos en cuestiones de tráfico y comercio ilegal de armas y explosivos, actividad que, según se ha comprobado, suele estar estrechamente vinculada al narcotráfico.

El propósito es el de elaborar un reglamento modelo que pueda servir de guía para la legislación de los países miembros que se ocupen del tema. Como se sabe, después de diecinueve meses de trabajo, CICAD aprobó en la jornada de la víspera otro reglamento modelo, relacionado con el "lavado" de activos procedentes del narcotráfico, una de las decisiones más importantes del encuentro que viene realizándose en salones del Hotel San Rafael de Punta del Este.

Ya en 1990 la Asamblea General de la OEA, en uno de los puntos de la Declaración y Programa de Acción de Ixtapa recomendó a los países miembros que "revisen cuanto antes sus legislaciones nacionales y demás procedimientos administrativos a fin de garantizar un efectivo control sobre la producción, adquisición, venta y distribución de armas y explosivos", tomando medidas para evitar que se desvíen hacia actividades ilícitas.

CICAD, el organismo creado por la OEA para todo lo atinente al problema de las drogas y el narcotráfico, llevó a cabo, entre otros trabajos, una encuesta sobre armas y explosivos, leyes vigentes al respecto de su comercialización y otros temas conexos. Se determinó, por ejemplo, que en los países encuestados, la legislación en la materia tiene un promedio de casi 22 años de vigencia, lo cual justificaría a primera vista una actualización, ya que en un lapso de veinte años tanto el problema de la droga como el tráfico ilícito de drogas vinculado a la misma han adquirido características enteramente distintas.

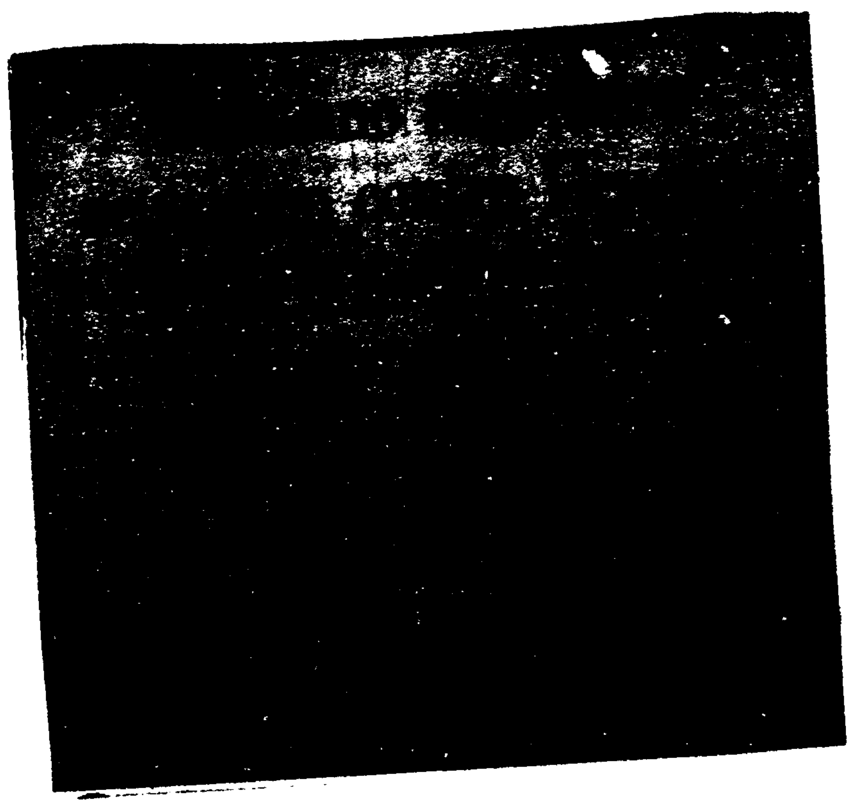
07

9203581

TÍTULO La Mañana

12/3/92

CRUZADO



9203581

La Mañana
13/3/92

Cancillería desmiente que haya habido referencia uruguaya a Ministro argentino

UN calificado portavoz del Ministerio de Relaciones Exteriores desvirtuó algunas versiones periodísticas que circularon en medios de prensa argentinos y que sostenían que el Canciller uruguayo, Héctor Gros Espiell, había criticado al Ministro del Interior de Argentina, José Luis Manzano, por supuestas declaraciones formuladas en Madrid, en relación al lavado de dólares en el Uruguay.

"En ningún momento el Canciller Gross, ni en su discurso inaugurando la sesión anual de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas, ni en declaraciones a la prensa, se refirió a persona, entidad o país alguno", subrayó el portavoz, que agregó que Gros no realizó comentario alguno sobre declaraciones de Manzano.

Es más, añadió que *"frente a una pregunta genérica sobre denuncias de que en Uruguay se practica el lavado de dólares, el Canciller respondió globalmente, en forma negativa, sin referencias de índole puntual a ningún país o persona"*.

Gros, tanto en su discurso como en declaraciones a la prensa, desdramatizó la cuestión del lavado de dólares en Uruguay al señalar que esta práctica delictiva se verifica en todos los países y que nadie está libre del flagelo.

A su vez, explicó que, en relación al Uruguay, existía *"desinformación, mala fe, probablemente envidia u otros elementos"* que no calificó, subrayando que en Uruguay el combate a estas prácticas delictivas *"se realiza al amparo de la Constitución y de las leyes"*. En su discurso, Gros anunció asimismo el próximo envío al Parlamento de un proyecto de ley que -entre otros extremos- tipificará el delito de lavado de dólares.

"La versión de unas supuestas críticas de Gros a Manzano surge como producto de crónicas periodísticas provenientes de despachos trasmitidos desde Punta del Este, sede de la reunión de CIDAD", finalizó el vocero.

920358A

La Mañana 14/3/92.

APROBARON 22 PAISES MEDIDAS CONTRA EL NARCOTRAFICO Y LA DROGADICCION

TAMBIEN se creó un reglamento modelo sobre narcodólares

Con la aprobación de diversas medidas para la lucha contra el narcotráfico y la drogadicción, que serán sometidas a consideración de la OEA, culminó ayer en Punta del Este el XI Período de sesiones de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD).

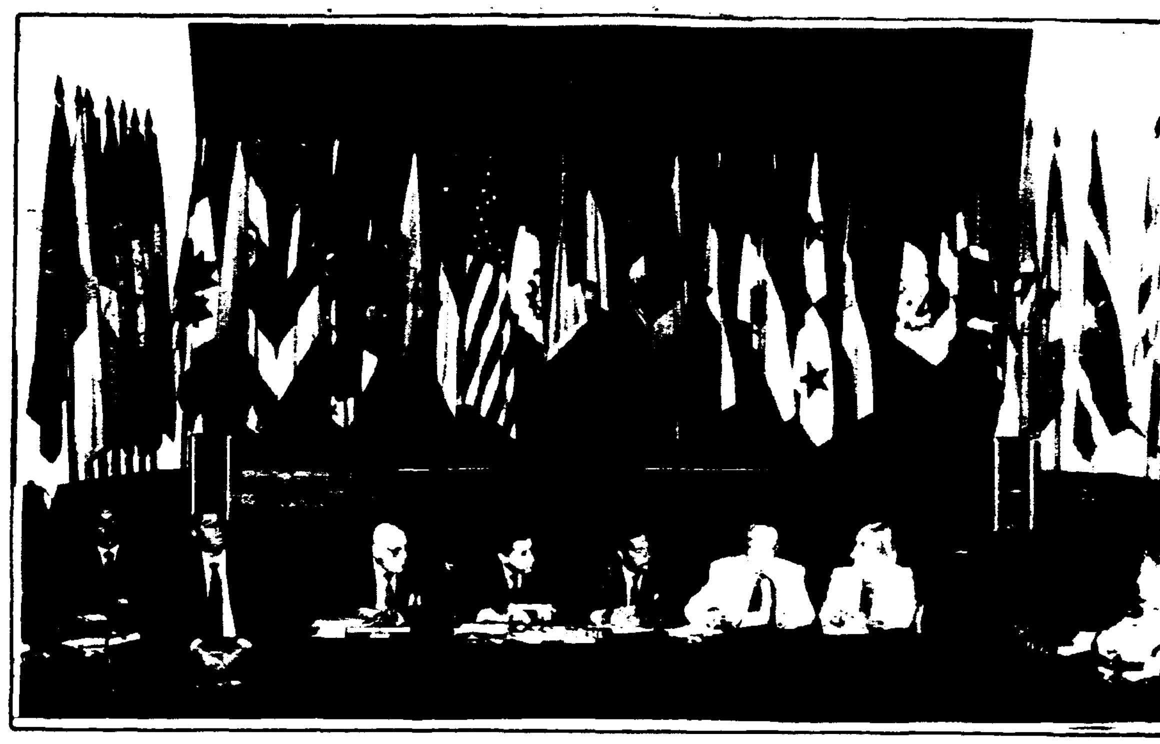
En el acto de clausura del encuentro interamericano, en el que participaron representantes de los veintidós países miembro, más un grupo de observadores de organismos internacionales especializados, hicieron uso de la palabra el Secretario Ejecutivo de CICAD, Irving Tragen, y el Presidente, Dr. Augusto Durán Martínez. El primero reseñó los trabajos realizados y el segundo destacó como aspectos sobresalientes la aprobación de un reglamento sobre lavado de dólares provenientes del narcotráfico y los avances producidos para concretar otro reglamento de este tipo, referido al contrabando de armas y explosivos viculado a la droga.

Un total cercano al centenar de delegados participaron en las deliberaciones, en las que tienen voz y voto los Estados miembros de CICAD, que son Antigua y Barbuda, Argentina, las Bahamas, Bolivia, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Jamaica, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela. Hubo representantes de Alemania, Francia e Italia, que tienen acreditados observadores permanentes ante el organismo, y también observadores de organismos tales como el BID, INTERPOL y del Programa de las Naciones Unidas para el Control de Drogas (UNDCP).

PRINCIPALES ACUERDOS ADOPTADOS

Entre los acuerdos aprobados en la reunión de Punta del Este figuran el reglamento-modelo sobre lavado de narcodólares -que ahora será sometido a consideración de la OEA en pleno en su próxima Asamblea General, a realizarse en mayo- que se buscará sea adoptado en los distintos países miembros del sistema interamericano; la próxima convocatoria de un grupo de expertos encargados de redactar un modelo de legislación para el control del tráfico de armas relacionado con la droga; un informe sobre el estado actual de este último problema en la región interamericana; los avances producidos durante 1991 en la aplicación del Programa de Quito sobre medidas educativas de prevención del abuso de drogas; medidas sobre movilización comunitaria en la lucha contra la drogadicción y disposiciones sobre el funcionamiento de bancos de datos e información sobre drogas.

En Punta del Este, CICAD eligió como Presidente del organismo por el próximo año al Dr. Augusto Durán Martínez, Prosecretario de la Presidencia de la República, y para ocupar la Vicepresidencia a la representante de Costa Rica, Mónica Nágel Berger, Viceministra de Justicia.



En la foto, el acto de clausura de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas.

Drogas: "Ahora es preciso encarar el consumo"

EL Dr. Augusto Durán Martínez, Presidente de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD) dio ayer por clausurado el XI Período de sesiones del organismo, que se desarrolló en Punta del Este, abogando por el fortalecimiento de la entidad. Expresó que CICAD es el organismo de mayor representatividad en la lucha contra la droga a nivel continental.

Destacó como temas principales de los abordados en las deliberaciones del Hotel San Rafael la aprobación del reglamento-modelo sobre lavado de activos relacionados con el narcotráfico y el estudio del contrabando de armas y explosivos vinculado a ese delito.

RESPETAR NORMAS DE DERECHO

Refiriéndose al narcotráfico, expresó el Dr. Durán Martínez que *"es un enemigo poderoso, sumamente difícil de vencer, pero tenemos las armas necesarias para combatirlo"*. Pero la lucha debe encararse dentro de marcos jurídicos y de respeto por las normas sobre derechos humanos, porque de lo contrario -agregó- *"podremos ganar alguna batalla, pero perderemos irremediablemente la guerra al arrasar, entre otras cosas, con el Estado de derecho"*.

Durán Martínez es Prosecretario de la Presidencia de la República y Secretario de la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas de Uruguay. Fue electo para desempeñarse durante un período en la Presidencia del organismo interamericano de lucha contra las drogas al comienzo del período de sesiones que se cerró ayer en Punta del Este.

AHORA, EL PROBLEMA DEL CONSUMO

En relación con el reglamento-modelo sobre lavado de activos, Durán Martínez destacó en su discurso de clausura que *"no solamente permitirá un avance en el derecho positivo de los Estados que lo adopten"*, sino también *"una unificación en la legislación del continente americano"*.

En cuanto al estudio sobre el contrabando de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico, señaló que se trata de una labor de gran originalidad y, probablemente, *"el primer intento de regulación"* de tal fenómeno.

CICAD ya ha elaborado reglamentos en áreas muy importantes vinculadas al problema de la droga, recordó el orador. *"Ahora es preciso (...) encarar el consumo, piedra fundamental de este gran edificio del mal"* que es la producción y comercialización de drogas ilícitas.

COORDINACION DE ESFUERZOS

Las etapas críticas del proceso de producción y consumo de drogas se desenvuelven, en mayor o menor grado, en todos los países, señaló más adelante. Por ello, es necesario coordinar esfuerzos entre todos los países, ya que todos resultan afectados. CICAD es el organismo más representativo a nivel continental, ya que está integrado por veintidós Estados miembro. *"Es, por esa razón, el único organismo que puede comprender el problema en su total dimensión"*.

Señaló los méritos de organismos regionales o subregionales en la lucha contra la droga, pero consideró conveniente que coordinen sus líneas de acción con la CICAD.

"Sabemos que el narcotráfico dispone de mucho dinero, mucho más que el que nosotros disponemos", agregó. Pero quienes luchan contra las drogas lo hacen por un imperativo ético y una vocación de servicio que *"compensan esa desventaja e incluso inclinan la balanza a nuestro favor"*.

9203581

LUEGO DE LA REUNION DE CICAD EN P[illegible]

Se f[illegible] Améri[illegible] cont[illegible]



[illegible] y [illegible] del trabajo de CICAD

Las tres Américas dieron varios pasos importantes en Punta del Este con vistas a coordinar políticas de lucha contra el flagelo de la droga en todos sus frentes. Es lo que se desprende de la reunión celebrada en nuestro principal balneario por la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), una organización integrante de la OEA que agrupa a veintidós países hemisféricos. La resolución más importante: un reglamento que busca solución al problema del "lavado" de narcodólares.

PUNTA DEL ESTE volvió hace quince días a ser centro de atención internacional a partir del encuentro de la CICAD, correspondiente al primer período ordinario de sesiones de este organismo durante el año que corre. Estuvieron presentes delegados de veintiuno de los países miembros (sólo faltó Antigua y Barbuda), que deliberaron en torno a un vasto temario. La principal conclusión que puede extraerse es que CICAD, que acaba de cumplir cinco años de actividad, ha entrado en lo que puede llamarse su mayoría de edad como dependencia especializada de OEA y que, de ahora en adelante, la lucha contra las diversas aristas que presenta el narcotráfico y sus derivaciones será cada día más coordinada a nivel hemisférico.

Un poco de historia

CICAD nació de una resolución adoptada por la Asamblea General de la OEA, el máximo cuerpo de la organización donde están representados todos los Estados [illegible] desde Argentina hasta Canadá. El origen de la entidad [illegible] en la percepción compartida de los miembros de [illegible] que era necesario crear una instancia de [illegible] ción para hacer más efectivo el combate contra el [illegible] narcotráfico. Antes de crear CICAD, todos los [illegible] en funcionamiento una u otra forma de [illegible] juntas encargadas de la tarea, pero con muy [illegible] y en forma inconexa, más allá de la [illegible] que las naciones [illegible] entre sí.

Existía, paralelamente, un concepto [illegible] de que mientras algunos países [illegible] u otra forma del "problema de la droga" [illegible] productores, [illegible], consumidores o [illegible] otros permanecían ajenos y aparte de la cuestión. [illegible] comprobarse que la expansión y [illegible] del narcotráfico y todo lo que trae aparejado [illegible] inmune a ningún país y que todos, de una [illegible] resultaban víctimas. [illegible] esfuerzos individuales [illegible] cuando no [illegible] cara al problema. A partir de esto [illegible] las condiciones dadas para el surgimiento de CICAD [illegible] esencia, constituye el [illegible] dos en cada uno de los [illegible] un combate en el que va la vida, la paz y el [illegible] hemisferio.

El organismo [illegible]

Al presente, los [illegible] Barbuda, Argentina, Las [illegible] Chile, Colombia, Costa Rica, [illegible] Unidos, Guatemala, [illegible] Paraguay, Perú, [illegible] zuela, es decir, [illegible] número entero de los [illegible] otras naciones [illegible] para el Control de [illegible] En la reunión de Punta del Este [illegible] delegados de los Estados [illegible] *más representativo en lo que* [illegible] *drogas a nivel continental*" [illegible] Durán Martínez, [illegible] por esa razón el [illegible] problema en su [illegible] del encuentro, Durán [illegible] hacer CICAD y de [illegible] dentro de marcos jurídicos y [illegible] nes.

CICAD no se ocupa de la [illegible] represivas a nivel policial o militar, [illegible] hacia campos tales como la educación [illegible] intercambio de información actualizada, [illegible] nivel judicial y, muy especialmente, la elaboración [illegible] mentos-tipo sobre diversos temas que [illegible] una legislación regional más homogénea. Un [illegible]

E CICAD EN

Se fortalece en las Américas la lucha contra las drogas



Campañas educativas y sanitarias forman parte del trabajo de CICAD



Las madres contra la droga, en Italia



Búsqueda de drog a, en Colombia

11 (B)

donde están representados todos los Estados americanos desde Argentina hasta Canadá. El origen de la entidad estuvo en la percepción compartida de los miembros de la OEA de que era necesario crear una instancia de consulta y coordinación para hacer más efectivo el combate contra el flagelo del narcotráfico. Antes de nacer CICAD, todos los países tenían en funcionamiento una u otra forma de cuerpos, directivas o juntas encargadas de la tarea, pero con muy distintos medios y en forma inconexa, más allá de la elemental cooperación que las naciones acordaban darse entre sí.

Existía, paralelamente, un concepto bastante extendido de que mientras algunos países resultaban afectados por una u otra forma del "problema de la droga" (como centros productores, transformadores, consumidores o "lavadores"), otros permanecían ajenos y aparte de la cuestión. Pero pudo comprobarse que la expansión y magnitud del fenómeno del narcotráfico y todo lo que trae aparejado ya no dejaba inmune a ningún país y que todos, de una forma u otra, resultaban victimizados. Enfrascarse en polémicas y realizar esfuerzos individuales aislados resultaba contraproducente, cuando no directamente negativo, para una acción eficaz de cara al problema. A partir de esta comprobación estuvieron las condiciones dadas para el surgimiento de CICAD que, en esencia, constituye el agrupamiento de las entidades cometidas en cada uno de los Estados miembros de llevar adelante la combate en el que va la vida, la paz y el orden en el hemisferio.

El organismo más idóneo

central en la sede de CICAD (en la OEA, en Washington) se complementa con la acción de centros regionales de información, uno de los cuales habrá de operar desde Montevideo. La información estadística precisa y fresca es sustento esencial de cualquier política que procure diseñarse en las diversas esferas de acción preventiva contra la extensión del uso indebido de drogas o sustancias psicotrópicas. *"Primero hay que conocer el problema y después resolverlo"*, dijo uno de los expertos reunidos en Punta del Este.

CICAD entiende que el fenómeno merece consideración especial.

En otras esferas, los países miembros coordinan e intercambian información sobre campañas preventivas, informativas y publicitarias en torno a un tema cada día más acuciante. En pocos años el organismo ha ido adquiriendo mayor importancia dentro del sistema interamericano organizado en la OEA. Su importancia crecerá, sin duda, en el futuro. ♔

Nº DOCUMENTO

TITULO Detenido traficante de cocaína.

PROCEDENCIA Zero Hora

FECHA DE PROCEDENCIA 27/2/92

VINCULACIONES 11176

11214

11229

11422

11675

F

ENTRADO

CRUZADO

Cocaína

O brasileiro Paulo Jorge Bastos dos Santos, 35 anos, desembarcou em Roma, prodecente de Londres, como se fosse um comerciante de cosméticos. A mercadoria que carregava, perfumada, não despertou o olfato treinado dos cães da fiscalização do aeroporto. No entanto, os contatos que ele fez na capital italiana levaram a polícia a revistar seu quarto no local. Resultado: dentro dos frascos havia três quilos de cocaína camuflados.

01/01

9203582

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA La República
FECHA 28/7/92
VINCULACIONES

Investiga la Brigada de Narcóticos

Drogadictos saquearon ayer policlínica de la Asociación Española situada en el Cerro

Se llevaron todos los sicofármacos y medicamentos

Una banda de drogadictos saqueó ayer la policlínica de la Asociación Española situada en el Cerro, llevándose —según informó la Policía— todos los sicofármacos existentes y más del noventa por ciento de los demás medicamentos.

Provocaron daños en una ventana de los fondos del local por la cual ingresaron al mismo y también en la caja de valores. Personal de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia se encuentra tras la pista de los autores del robo.

El delito quedó al descubierto ayer de mañana en la policlínica de la Asociación Española situada en la calle Grecia 3065. Cuando llegaron los funcionarios para cumplir sus tareas se encontraron frente a un desagradable espectáculo. Todo estaba en desorden, había daños de importancia en una ventana de los fondos por la cual ingresaron los delincuentes y en la caja de valores. Pero lo más importante fue advertido poco después cuando se dieron cuentan que faltaban los medicamentos.

TODOS LOS SICOFARMACOS

En la parte donde funciona la farmacia de la policlínica el caos era mayor. En efecto, faltaban todos los sicofármacos y más del noventa por ciento de los medicamentos generales.

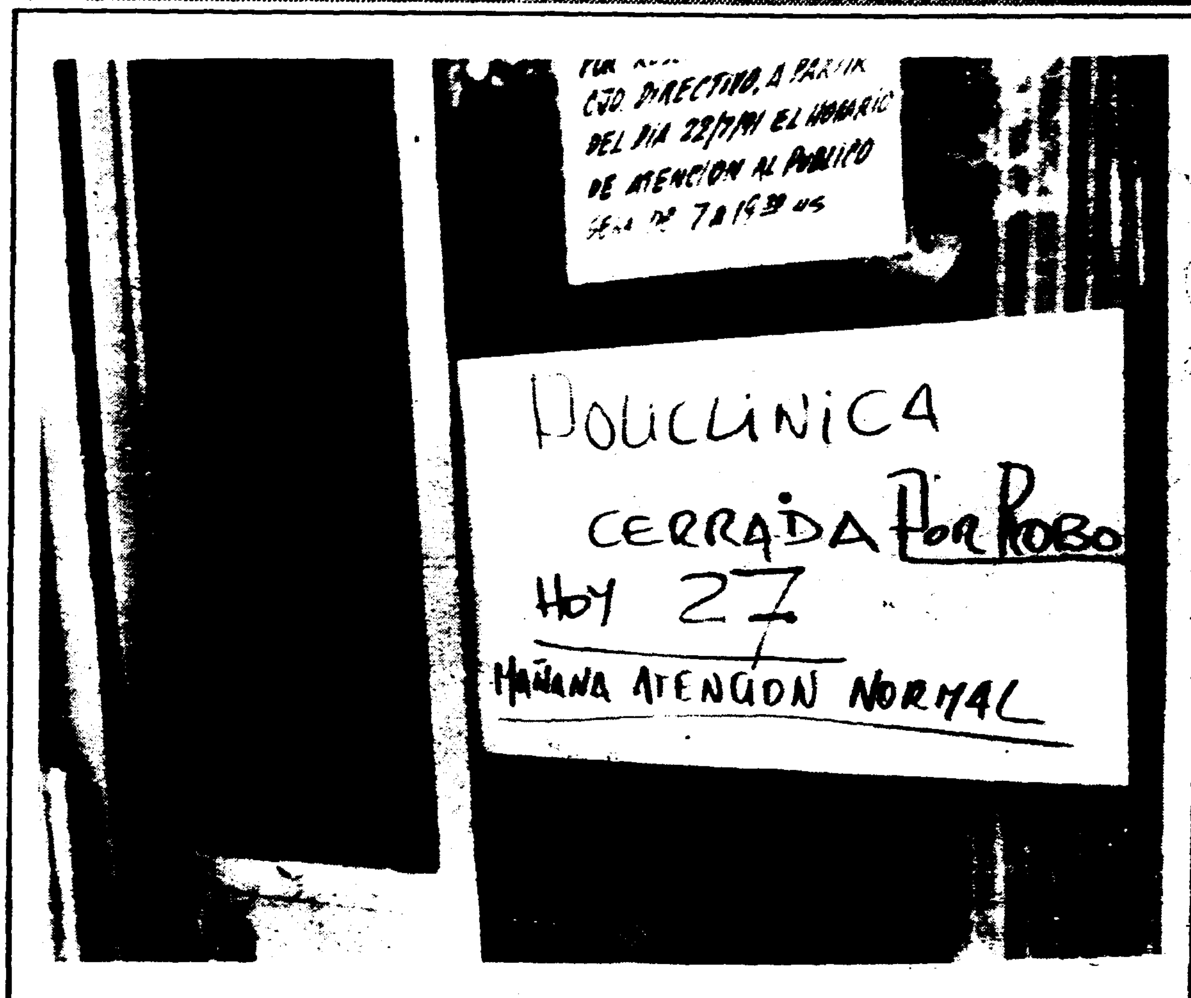
Ese fue sin duda el botín que buscaban, no tanto el dinero ya que sabían que en el lugar no podía encontrarse una suma que valiera el riesgo de consumar un robo. Lo otro, los sicofármacos y medicamentos, era lo que realmente querían indicando esto a las claras que se está en presencia de drogadictos y por qué no de inescrupulosos comerciantes del vicio.

La denuncia fue realizada en primera instancia en la seccional 24a. con asiento en la zona del Cerro, enviándose al lugar a efectivos de la Dirección Nacional de Policía de Policía Técnica que realizaron los peritajes correspondientes en procura de ubicar huellas dactilares que permitan llegar a identificar a los implicados en este hecho, que perjudica a la masa social de esa zona.

Por razones de competencia las investigaciones derivaron a la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia.

INTENSAS DILIGENCIAS

Los funcionarios de la mencionada repartición realizaron una serie de operativos deteniendo a varias personas que vienen siendo interrogadas para obtener datos que encaminen las pesquisas. Se trabaja sobre la hipótesis que los autores del hecho, traten de comercializar algunos de los medicamentos hurtados.



La policlínica del Cerro, clausuró sus puertas, según lo indica un cartel colocado en la puerta de acceso por su personal, por el día de ayer, ante el importantísimo robo consumado en dicho lugar por delincuentes adictos a las drogas.

01 01

9203583

Nº DOCUMENTO

PROCEDENCIA Zero Hora 28/2/92

VINCULACIONES

NARCOTRÁFICO

Descoberta uma rota marítima

□ A polícia federal fez uma apreensão de 46 quilos de cocaína no cais do porto. A droga seria levada de navio para a Holanda

Os traficantes internacionais que levam cocaína para a Europa e Estados Unidos através do Brasil estão trocando o transporte aéreo pelo marítimo. A constatação foi feita pelo superintendente regional da polícia federal no Rio de Janeiro, delegado Édson Antônio de Oliveira, ao anunciar a apreensão de 46 quilos de cocaína no navio Lloyd Atlântico, do Lloyd brasileiro, atracado no cais do porto carioca. A droga seria levada por marinheiros mercantes para Roterdã, Holanda, acrescentou Édson Antônio de Oliveira.

Além da apreensão, a polícia federal prendeu quatro pessoas envolvidas no tráfico: os marinheiros mercantes Jorge Paes Novaes, Luiz de França de Souza Araújo e Antônio Luiz Ribeiro da Silva e o funcionário aposentado do Lloyd brasileiro, Nírio Fernandes. Na noite de quinta-feira, Novaes e Araújo tiveram um encontro com o comerciante Delmário Ferreira Nogueira, morador de Volta Redenda e apontado como membro de uma importante quadrilha de traficantes internacionais, numa agência de automóveis na Zona Norte do Rio.

Os federais seguiram os dois marinheiros mercantes até o Barrashopping, na Zona Sul. No local, um homem, que conseguiu escapar da polícia, passou a droga, acondicionada em pacotes, para Novaes e Araújo. Eles levaram o carregamento até o cais do porto, onde foram presos quando entregavam a coca para Ribeiro e Fernandes. Ontem, o delegado Édson Antônio de Oliveira pediu à justiça a prisão provisória de Delmário Nogueira, por acreditar que foi quem mandou levar o narcótico para a Holanda. Em 86, o comerciante enviou coca para os Estados Unidos através da conexão Pan Am.

AE/ZH



Apreensão: *cocaína, já embalada, seria levada à Europa*

Com a apreensão de ontem, o superintendente da polícia federal no Rio anunciou que vai ser aumentada a fiscalização nos portos. Édson Antônio Oliveira acha que os traficantes passaram a usar o transporte marítimo devido ao rigor da polícia federal nos aeroportos.

920358?

SD 2U D

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA La Nación

FECHA 28/2/92

VINCULACIONES 11176 / 11354 /

TRADO

CRUZADO

11648 /
11049 /

Cocaína: tan nefasta como el doble mensaje

[illegible]

... a través de slogans de este calibre: *El pasado es pasado, ¿qué hace que no lo está disfrutando ya mismo?*

De todo esto surge una suerte de [illegible]

[illegible] tiempo, sin que se note merma de rendimiento. Inclusive, la sensación [illegible]

[illegible]

Lic. Miguel R. Espeche

3. 01/01

9203585

Federal apreende 46 kg de cocaína

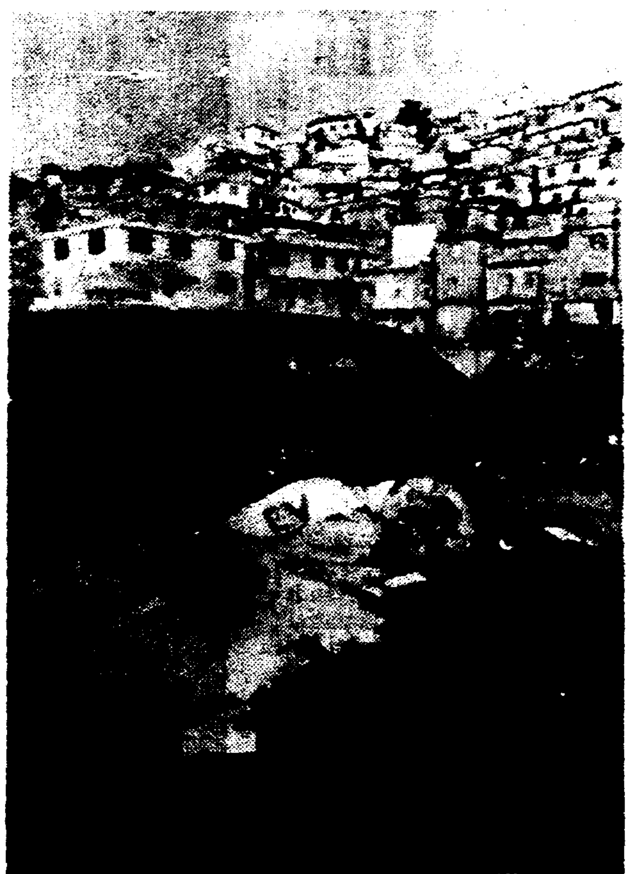
■ *Droga ia ser embarcada para a Holanda por quatro marinheiros e funcionário do Lloyd*

Na primeira apreensão de cocaína que sairia do Rio por via marítima, a Polícia Federal prendeu em flagrante, às 23h da quarta-feira, os marinheiros Antônio Luiz Ribeiro da Silva, Jorge Paulo Novaes de Oliveira e Luís de França de Souza Araújo, todos da Marinha Mercante, além do funcionário aposentado do Lloyd Brasileiro Nírio Fernandes. Eles tentavam embarcar 46 quilos de cocaína, avaliados em aproximadamente Cr$ 722 milhões, no navio *Lloyd Atlântico*, com destino a Roterdã, na Holanda.

A apreensão, feita no Cais do Porto, "causou surpresa", segundo o superintendente da Polícia Federal no Rio, Edson Antônio Oliveira. Ele acredita que as quadrilhas brasileiras, que fazem a conexão da droga entre o país de origem e o de consumo, estejam procurando a via marítima porque "tem sido feito um trabalho duro pela Polícia Federal nos aeroportos".

Outra novidade é que a cocaína veio para o Rio através de Volta Redonda, cidade fluminense que está se tornando "importante" na rota internacional do tráfico, segundo o superintendente da Polícia Federal. A polícia seguiu o principal traficante dessa cidade, Delmário Ferreira Nogueira, até o Rio, onde foi descoberto um encontro dele com os marinheiros Jorge Paulo e Luís, numa agência de automóveis na Tijuca. Em seguida, Delmário entregou a droga aos dois no estacionamento do Barrashopping e conseguiu fugir, enquanto os marinheiros eram seguidos até o Cais do Porto, onde foram recebidos por Antônio Luís e Nírio, que ajudaram a descarregar a cocaína. Nesse momento, os agentes da Polícia Federal prenderam os quatro em flagrante.

Fotos de João Cerqueira





A polícia encontrou armas e cocaína no Morro da Mineira, onde Balbino lidera moradores

Traficante é preso no São Carlos

Com um mandado de prisão expedido pelo juiz Franklin Belford, da 21ª Vara Criminal, em uma das mãos e uma escopeta calibre 12 na outra, o delegado Élson Campelo, do Departamento Geral de Polícia Especializada (DGPE), prendeu ontem, às 6h, no Morro de São Carlos, o presidente da associação de moradores local, Adilson Balbino, suspeito de envolvimento com o tráfico. A operação estendeu-se até o Morro da Mineira, onde foram apreendidas armas e drogas, e presas 12 pessoas, entre elas Edvaldo da Silva, o *Buda*, irmão do traficante *Naldo da Providência*.

Balbino não reagiu ao ser preso em casa, no alto do Morro de São Carlos, depois de intenso tiroteio entre policiais e um segurança do traficante armado de metralhadora. Também foi preso Mauro Pereira da Silva, de 17 anos, com uma metralhadora Ina, calibre 45. A mulher de Balbino, Cláudia, dirigiu-se com um grupo de mulheres e crianças que lotaram duas Kombis para a porta da DRE, onde pediu a libertação do marido. Ele já cumpriu 14 anos de prisão em Ilha Grande e respondeu a 16 processos por tráfico e roubo.

A polícia resolveu estender o cerco ao Morro da Mineira após receber denúncia de que uma grande quantidade de cocaína e maconha havia sido [illegible]. A operação contou com 80 homens da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE) e do Batalhão de Operações Especiais da Polícia (Bope). Comandados pelo delegado Antônio Nonato, os policiais da DRE apreenderam 400 papelotes de cocaína (avaliados em Cr$ 800 mil) e 70 [illegible] de maconha, uma metralhadora Ina, uma granada M-14 e grande quantidade de munição na casa do gerente da boca de *fumo* do morro, *Zé Aipim*, que trabalha para o traficante Altair Domingues Ramos, o *Nai*. Ambos fugiram.

Apreendidos 30 quilos de maconha em Frederico Westphalen

A oferta de maconha deverá sofrer uma retração na Região do Alto Uruguai. Acontece que a polícia civil e a Brigada Militar apreenderam, ontem, 30 quilos da droga em Frederico Westphalen. De lá, ela era distribuída para as cidades vizinhas pelos traficantes Arlindo Zatti, 26 anos, Danilo Piovesan, 57, Cléo Piovesan, 25, João Barnava, 65, e Valdecir Ponciano, 21, que cultivam a maconha em duas propriedades no interior de Frederico Westphalen.

Parte da maconha estava pronta para ser colocada no mercado. Eram 10 quilos prensados em tijolos. Os outros 20 foram encontrados em galpões, em processo de secagem. A polícia não soube informar quantos pés haviam sido plantados nas duas propriedades — uma pertencente a Arlindo Zatti e outra a Danilo Piovesan — porque toda a droga já fora colhida. Os agentes também não disseram qual é a extensão das terras de Zatti e Piovesan.

ESQUEMA — Os traficantes tinham um esquema de distribuição de maconha na cidade e na região, segundo a polícia. Em Frederico Westphalen, ela era vendida em dois pontos: no bar de Cléo Piovesan, filho de Danilo, e na oficina mecânica de um filho de João Barnava, cujo nome os agentes não revelaram. Valdecir Ponciano era quem abastecia, usando uma moto, os pontos de tráfico nos municípios vizinhos.

Para levar a droga apreendida até a DP de Frederico Westphalen, os agentes tiveram que usar quatro viaturas. Eles disseram que essa foi a maior apreensão de maconha feita em Frederico Westphalen. A justiça decretou a prisão temporária dos traficantes, o que permitirá à polícia prosseguir as investigações, com o objetivo de descobrir novos implicados no tráfico na região.

Fujimori en la cuerda floja

Por Simon Strong (*)

LIMA (The New York Times). – La dimisión del arquitecto peruano de los acuerdos antidrogas entre los Estados Unidos y el Perú resta crédito al mito perpetrado por ambos gobiernos: que los insurgentes de Sendero Luminoso son los principales aliados de los traficantes de cocaína.

En su carta de renuncia al presidente Alberto Fujimori del 28 de enero, Hernando de Soto, asesor del gobierno, subraya la creencia general de que fueron "los propios agentes del gobierno" los que asesinaron al líder de los plantadores de coca que habían accedido a sustituir la coca por otras cosechas.

Ese histórico acuerdo se convirtió en pieza esencial de un compromiso antidrogas concebido por De Soto en 1991, indispensable para poner fin al aislamiento del Perú respecto de las instituciones financieras internacionales. En virtud de ese acuerdo, los plantadores de coca no son tratados en lo sucesivo como criminales.

El dirigente de los cultivadores, Walter Tocas, fue muerto en junio de 1991 en Uchiza, en el valle del Alto Huallaga, que abastece cerca de la mitad de la producción mundial de hojas de coca.

Justicia e intereses

Los socios de Tocas y de De Soto creen que fue víctima de autoridades [illegible] de preservar sus ingresos [illegible] de protección al narcotráfico. Las demandas de Hernando de Soto a Fujimori para que se sometiera a la Justicia a los asesinos fueron ignoradas.

El asesinato de Tocas y sus derivaciones constituyen una clara evidencia de que las autoridades gubernamentales, militares y policiales se benefician con la protección en todos los niveles del tráfico de cocaína, que manejan los carteles de Colombia.

Las sumas más elevadas se cobran por la utilización de los aeródromos desde los que se envía al extranjero la pasta de coca. La ciudad de Uchiza dispone de todas las instalaciones de seguridad de un aeropuerto municipal, a diferencia de las pistas clandestinas en plena selva o a lo largo de las carreteras troncales.

Por si fuera poco, el ejército bloquea la actividad de los destacamentos antidrogas peruanos y norteamericanos. La suma pagada en concepto de protección por el aeródromo de Uchiza asciende a 25.000 dólares.

El puritanismo sangriento de Sendero Luminoso hace de él el enemigo más grande de la cocaína

En contraste con las pruebas que vinculan a las fuerzas de seguridad y funcionarios con los traficantes de estupefacientes no hay evidencia alguna que relacione a los traficantes con Sendero Luminoso. Las guerrillas [illegible] no exteriorizan signos de riqueza. Sus armas consisten en su mayoría en dinamita robada en las minas y municiones "confiscadas" a las fuerzas de seguridad.

Sendero Luminoso es aliado de los propios campesinos que cultivan la coca, el piso de la escala de producción, no de los traficantes de cocaína. Sostiene que trata de proteger a los 80.000 plantadores del valle de Huallaga contra las medidas para erradicar sus cosechas y contra la explotación por parte de los traficantes.

También está de acuerdo con una gradual sustitución de la coca por otras cosechas. Aunque las guerrillas se oponen fanáticamente al consumo de droga y han ejecutado a drogadictos crónicos, dicen que los cultivadores deben ser tratados compasivamente hasta que la revolución comunista los emancipe de la pobreza.

Sangriento puritanismo

Entretanto, dondequiera que le es posible en sus "zonas liberadas", Sendero Luminoso [illegible] que está erradicando [illegible] de coca y expulsando a los [illegible] traficantes. Y los [illegible] vuelven la mirada hacia [illegible]: Ejército, policía, [illegible] civiles, en busca de ganancias y seguridad.

Al sur del valle de Huallaga, en el valle del río Ene, la dominación de Sendero Luminoso ha coincidido con la muerte del tráfico de coca. Los insurgentes, que recaudan dinero en la región de Huallaga como en todas partes, castigan implacablemente la corrupción en sus filas. También [illegible] a cualquiera que se [illegible] en su camino. Pero el puritanismo sangriento de Sendero Luminoso hace de él el más grande enemigo de la cocaína.

"La dimisión de De Soto pone en aprietos al gobierno de Fujimori. Era una figura clave para la [illegible] ción de inversiones [illegible] con destino al [illegible] de las regiones de cultivo de coca.

Entretanto, Fujimori tiene las manos atadas a falta del apoyo de un partido político y [illegible] de los militares para [illegible] de Sendero Luminoso, [illegible] energía necesaria para combatir la corrupción. Y los [illegible] de esos intereses [illegible] uno de los más fuertes revolucionarios [illegible] nistas del mundo. (c) La Nación

(Traducción de Jorge [illegible])

(*) Autor del libro de próxima aparición "Shining Path: The World's Deadliest Revolutionary [illegible]" (Sendero Luminoso, la [illegible] revolucionaria [illegible] mundo).

Nº DOCUMENTO

TITULO OPERACIÓN "MATO GROSSO".

PROCEDENCIA La República

FECHA 29/2/92

VINCULACIONES 11176 ✓ 10046 ✓ 65692 ✓ 11354 ✓ 10184 ✓ 65963 ✓ 10108 ✓ 11352 ✓ 66151 ✓ 11351 ✓ [illegible] ✓ [illegible] ✓

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

LR 29/2

(2)

[illegible] ([illegible])
por Julio Algañaraz

Dos millones de dosis de cocaína provenientes de Brasil y Colombia fueron secuestrados en la "Operación Mato Grosso", de la que participaron policías de América y Europa, anunció la Guardia de Finanza, la policía fiscal italiana.

Cuatro italianos fueron arrestados el lunes en Niza, en el sur de Francia, mientras descargaban casi 70 quilos de cocaína de un furgón, tras una investigación que duró varios meses.

Especialistas de las policías europeas habían notado que numerosas partidas de cocaína provenientes de la América del Sur seguían un itinerario predeterminado en el viaje a [illegible] [illegible] de Estambul.

Los servicios de información de la Guardia de Finanza [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] organización [illegible] [illegible] desde Colombia a [illegible] del Mato Grosso do Sul.

La cocaína era [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] a Bolonia.

Desde Holanda, [illegible] [illegible] [illegible] hacia varios mercados europeos.

9203589

DOCUMENTO ....

Nº ....

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA 1/3/92

VINCULACIONES 11176 ✓

65890 ✓

11354 ✓

11421 ✓

11663 ✓

11666 ✓

11352 ✓

65592 ✓

11662 ✓

En EE.UU. consumen el 70% de la cocaína del mundo

WASHINGTON, 29 (UPI). — En un dramático mensaje al Congreso norteamericano, el secretario de Estado adjunto de ese país, Melvyn Levitsky, admitió que "lamentablemente debo informar aquí que los Estados Unidos consumen el 70 por ciento de la producción mundial de cocaína".

Tras agregar información sobre lo que debatieron el presidente George Bush, los presidentes de Ecuador y México y el canciller de Venezuela en San Antonio, Texas, sobre un plan conjunto para combatir el tráfico y el consumo de drogas en América, Levitsky expresó: "Nuestra realidad es para temerla. La mayor parte de la cocaína que hay en el mundo es consumida por nuestros compatriotas. Si bien hemos tenido éxito en la lucha contra la heroína, haciendo bajar [illegible] el nivel de su uso, no ocurre lo mismo con el consumo [illegible]. Sólo en este año hemos interceptado 100 toneladas, por un valor de 15 mil millones de dólares".

El secretario de Estado adjunto norteamericano reveló que "mucha de esa cocaína, [illegible], es distribuida en los colegios secundarios de nuestro país por seres inescrupulosos que por unos [illegible] no vacilan en destruir a adolescentes que [illegible] a vivir". Finalizó su informe con un [illegible] puesto que en [illegible] toneladas de cocaína.

(2)

[illegible] 01/93

920359C

El Flagelo de la Droga no Conoce fin y Amenaza con Destruir la Naturaleza

Associated Press

■ La transformación de la hoja de coca en cocaína tiene nocivos efectos no sólo para las víctimas del consumo, sino también destruye la naturaleza.

MEXICO.— Queroseno, bicarbonato de sodio, amoníaco, ácido sulfúrico, potasa, éter etílico, acetona y ácido clorhídrico, son nombres comunes en el proceso de transformación de la hoja de coca en cocaína.

El uso ilegal de estos químicos en las selvas de Bolivia, Colombia y Perú, los mayores productores de coca y cocaína en el mundo, es sólo el inicio de un ciclo de destrucción que ha alcanzado niveles peligrosos para el ecosistema internacional.

El problema, con su carga de dramatismo, fue planteado en la cumbre antidrogas de San Antonio, Texas, la semana pasada. Los presidentes de esas naciones, más los de Ecuador, Venezuela, México y Estados Unidos, buscan nuevas vías para el control de esas substancias.

Los residuos químicos son arrojados a las laderas de las colinas ocasionando la muerte de árboles y suelos, o a los ríos amazónicos con el subsecuente daño a la vida fluvial.

Pero combatir el narcotráfico tiene a su vez repercusiones ecológicas propias. Para acelerar la destrucción de cultivos de coca, marihuana y opio, algunos países están recurriendo a la fumigación aérea en gran escala, con riesgos a la vida en todas sus manifestaciones.

Colombia, primer país productor de cocaína, al ver con alarma en el cultivo ilegal de la amapola el surgimiento de un nuevo giro del narcotráfico, ha ordenado el empleo del herbicida glifosato en un intento de controlar rápidamente la situación.

La Sociedad Ecológica Colombiana dijo que el producto químico afectaba "no sólo la flora y fauna del área sino también a las personas. Pero las autoridades creen que se trata de una cuestión de lógica. Lo que pueden hacer 200 o 250 policías en 15 días lo hace un helicóptero con 5 o 10 hombres en una jornada.

En el Perú, que produce más de la mitad de la coca mundial, el plan de fumigación de cocales con el nerbicida "spiker" dio lugar a protestas de ecologistas y campesinos a fines de la década pasada. El gobierno del entonces presidente Alan García tuvo que cancelar las operaciones.

MASIVA TALA DE ARBOLES

Bolivia, en cambio, no ha tenido mayores problemas. En los últimos dos años ha erradicado más del 10 por ciento de su superficie de 58.400 hectáreas de cocales ilegales. El programa se inició hace casi un lustro mediante la sustitución de productos y apertura de nuevos polos de desarrollo, especialmente en la región del Chapare, con ayuda estadounidense.

Pero, el procesamiento de la coca no sólo produce contaminación ambiental, sino también una tala masiva de árboles amazónicos para abrir espacios para la siembra de la planta.

"La tala indiscriminada crea trastornos al ecosistema", expuso el presidente peruano Alberto Fujimori ante un grupo de ecologistas en Londres a comienzos de febrero. "El relave de las lluvias se lleva las substancias nutrientes del suelo que queda debilitado y sujeto a peligrosas erosiones".

Expertos de Washington han calculado que en el sistema hidrográfico amazónico, las plantaciones de coca, su procesamiento y las actividades del narcotráfico han destruido en la década pasada unas 700.000 hectáreas de selva, o el 10 por ciento de la selva tropical total destruida en el Perú en un siglo.

En un estudio del Departamento de Estado norteamericano se indica que las necesidades de la industria farmacéutica y la población indígena del Perú pueden ser atendidas con 16.000 hectáreas de coca. Los cultivos en ese país llegan actualmente a 250.000 hectáreas, aunque algunos cálculos particulares ponen la cifra en un millón.

Desde mediados de la década pasada, la destrucción de bosques tropicales llegó a unas 45.000 hectáreas en Bolivia, particularmente en la fértil región del Chapare. Pero, en Colombia el daño ha sido menos severo. En ese mismo lapso, la destrucción llegó a 30.000 hectáreas por plantaciones de coca, según datos oficiales.

Debido a la baja calidad de la hoja de coca, los cocaleros colombianos suelen abandonar sus predios después de tres o cuatro años de explotación. Pero eso no ocurre en Perú y Bolivia, donde los predios tienen una producción virtualmente ilimitada.

La tala indiscriminada de bosques amazónicos para la siembra de coca ha dado lugar a cambios en el sistema hidrográfico de la región y los técnicos le atribuyen los desastres naturales frecuentes de la última década.

En noviembre de 1987, un ciclo de lluvias torrenciales dio a lugar a las graves inundaciones en el valle del Alto Huallaga.

Unos cuatro años antes el río Uchiza arrasó con las viviendas de ribereños productores de coca, con un saldo de por lo menos 200 muertos.

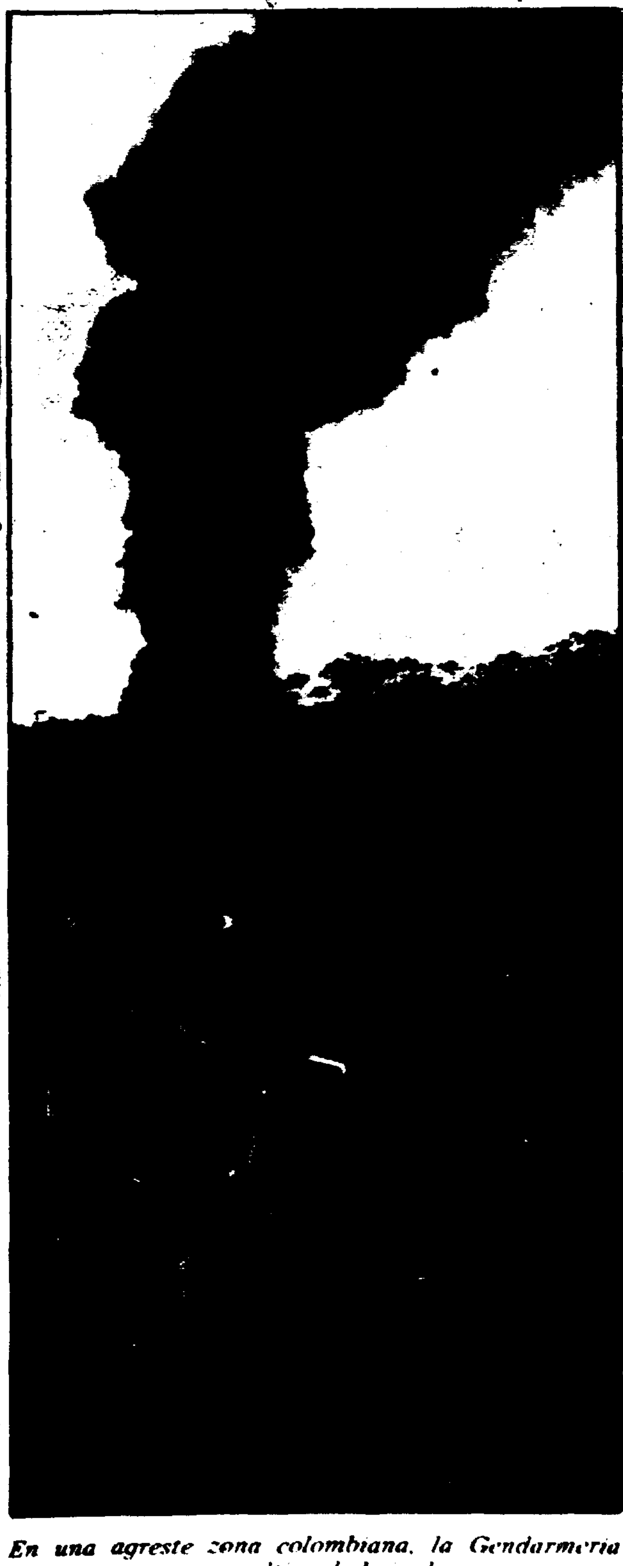
AFECTA A LOS RIOS

Por cada hectárea de coca ilegal se requieren dos toneladas de productos químicos hasta obtener la cocaína. Y según la Universidad Nacional Agraria de Lima, los campesinos usan también insecticidas y herbicidas para despejar los predios y preservar la salud de la planta de coca de mariposas y escarabajos.

La universidad dijo que en 1986, el río Huallaga, que fluye por el valle del mismo nombre, recibió unos 100.000 litros de desperdicios tóxicos por el procesamiento ilegal de la coca. En 1989, el volumen llegaba ya a 400.000 litros.

Los componentes de nitrógeno y fósforo de los fertilizantes, usados cada vez con más frecuencia en el cultivo de coca, afectan también los ríos y riachuelos ocasionando una proliferación de algas que ponen en peligro la vida de otros organismos acuáticos.

Como primer procesador de cocaína pura, Colombia ha sufrido similares daños. Para producir la droga que los cárteles de Cali y Medellín exportaron en 1990 fue necesario unos 20 millones de litros de éter, acetona y ácido clorhídrico, cuyos residuos fueron arrojados en ríos vecinos a los laboratorios, según expertos de la DEA. Pero los problemas ecológicos derivados de la producción de drogas no son sólo de interés local o regional. Existe también una preocupación mundial, aún cuando el efecto es todavía menor. La pérdida de bosques tropicales y la contaminación de los ríos contribuye potencialmente a las lluvias ácidas y modificación del equilibrio atmosférico, según expertos de las Naciones Unidas.



En una agreste zona colombiana, la Gendarmería quema un cultivo de hoja de coca.

TITULO XI Período de sesiones de CICAD en Punta del Este.
La Mañana (Rec Prensa)
27/2/92

66403 11350 11672

CICAD sesionará en Uruguay para analizar control de narcodólares

U

0[illegible] / 12

9203581

COMISION INTERAMERICANA APROBO REGLAMENTO CONTRA LAVADO DE DINERO

La resolución de la CICAD será sometida ahora a consideración de la Asamblea General de la OEA

En la sesión de ayer, correspondiente al XI Período Ordinario de Sesiones de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD) que viene cumpliéndose en Punta del Este, fue aprobado el texto del reglamento-modelo sobre delitos de lavado de activos vinculados al tráfico ilícito de drogas.

El referido reglamento será ahora sometido a consideración de la Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA), de la cual CICAD forma parte, para su eventual adopción por parte de los Estados miembros del organismo regional.

El reglamento-modelo, que puede servir de guía para orientar la legislación de los países que lo adopten, agrupa, define y tipifica las conductas punibles en relación a los delitos conocidos como "lavado" de bienes provenientes del tráfico ilícito de drogas. Incluye, además, varios capítulos atinentes a las instituciones financieras y sus responsabilidades.

CARACTERISTICAS

Consta de diecinueve artículos. El primero está consagrado a definiciones (bienes, decomiso, embargo preventivo, instrumentos, personas, productos, tráfico ilícito). El 2 se refiere a los delitos de lavado (quién o quiénes incurren en los mismos). El 3 atañe a las competencias para la investigación y enjuiciamiento. El 4 se refiere a las medidas cautelares sobre los bienes, productos o instrumentos. El 5 se ocupa de los decomisos de bienes, productos o instrumentos. El 6 se ocupa de la situación de los terceros de buena fe (cuyos derechos se tutelan). El 7 se refiere al destino de los bienes, productos o instrumentos decomisados. El 8 concierne a bienes, productos o instrumentos de delitos cometidos en el extranjero.

Los artículos 9 al 17 y el 19 se refieren a las instituciones financieras en distintos aspectos. El 9 define l que debe entenderse por instituciones y actividades financieras. El 10 se refiere a la identificación de los clientes y al mantenimiento de registros. El 11 a la disponibilidad de los registros a efectos de información que recaben las autoridades financieras deberán registrar y notificar las transacciones financieras sospechosas. El 14 especifica las responsabilidades de las instituciones financieras, y el 15 a los programas de cumplimiento obligatorio por parte de las referidas instituciones.

Después del artículo 16, que incluye disposiciones a cumplir por parte de otros obligados, el 17 se refiere a las obligaciones de las autoridades competentes, el 18 a la cooperación internacional y el 19, y final, al secreto o reserva bancaria, que "no serán impedimento" para cumplir con las disposiciones del reglamento cuando la información sea solicitada o compartida por tribunal o autoridad competente. (más información en pág. 4)

La Mañana 11/3/92

ELEVAN PROYECTO PARA TIPIFICAR EL DELITO "LAVADO DE DINERO"

LO anunció el Canciller Gros Espiell al inaugurar en Punta del Este cumbre interamericana sobre drogas



El Canciller Gros Espiell anunció medidas del Gobierno uruguayo para combatir el narcotráfico y lavado de dinero.

PUNTA DEL ESTE. (Especial para LA MAÑANA). Con la presencia del Presidente Luis Alberto Lacalle se realizó ayer en este balneario el acto inaugural del XI Período Ordinario de Sesiones de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas. En nombre de nuestro país, el Canciller Héctor Gros Espiell anunció el próximo envío al Parlamento de un proyecto de ley sobre drogas que tipificará expresamente el delito conocido como "lavado de dinero" y recordó que, como hasta el presente, Uruguay quiere ser un actor de primera fila en la lucha contra la drogadicción, el narcotráfico y el lavado de activos provenientes del mismo.

Uno de los temas principales que figuran en la agenda del presente período de deliberaciones es precisamente la consideración de un Reglamento Modelo sobre lavado de activos relacionados con el tráfico ilícito de drogas, que fue elaborado a lo largo de más de 18 meses de trabajo por un grupo de expertos de trece países, entre los que figuró Uruguay mediante la presencia y participación de los doctores Augusto Durán Martínez y Alvaro Eguren.

ACTO INAUGURAL

Tal como estaba previsto, próximo a la hora once de la mañana se produjo el arribo al Hotel San Rafael, sede de la reunión, del Presidente Lacalle. Pocos minutos después dio comienzo el acto [illegible] haciendo [illegible]

primer término el Presidente de CICAD, Lic. Jorge Carrillo Olea, cuyo mandato concluyó en esta ocasión. Carrillo destacó en breves trazos algunos de los aspectos salientes de la labor desarrollada por el organismo interamericano, haciendo especial referencia al reglamento modelo sobre el lavado de activos, uno de los puntos de mayor trascendencia de las presentes deliberaciones.

A continuación el Secretario Ejecutivo de CICAD, Irving Tragen dio lectura a un mensaje enviado por el Secretario General de la Organización de Estados Americanos -OEA-, Joao Baena Soares. Este recordó la importancia de los trabajos desarrollados por CICAD en cumplimiento de mandatos expresos emanados de la OEA, organismo del que precisamente surgió la institución.

En el texto enviado por Baena Soares, éste menciona con mayor destaque los trabajos referidos al reglamento sobre lavado de activos, el estudio sobre la vinculación del tráfico de armas con el narcotráfico y las etapas que se van cumpliendo del denominado Plan de Ixtapa de lucha contra la droga en el hemisferio.

MENSAJE DE GROS

La jornada inaugural se cerró con las palabras pronunciadas por el Ministro de Relaciones Exteriores de nuestro país.

[illegible] los [illegible] Uruguay [illegible]

labor cumplida hasta el presente por CICAD, organismo surgido de una resolución de la Asamblea General de la OEA en 1986.

Señaló como hitos en la acción de CICAD el Programa de Acción de Ixtapa, el programa de Quito -este último referido a la educación integral preventiva contra el uso indebido de drogas- y la elaboración del reglamento modelo sobre precursores químicos y otras sustancias utilizadas para la elaboración de drogas.

Destacó que en la presente reunión se discutirá el proyecto de reglamento modelo sobre lavado de activos y dijo al respecto que "la delegación uruguaya buscará enérgicamente su aprobación" por parte de CICAD.

Agregó Gros Espiell que resultaba pertinente formular algunas consideraciones. En algunos países se cultiva materia prima para elaborar drogas; en otros se fabrican los productos químicos necesarios para producirla; otros son países de tránsito, en otros se blanquean capitales y otros son centro de consumo. "La importancia del consumo es esencial; sin consumo y la consiguiente demanda, el problema de la droga dejaría de existir", señaló.

Luego recordó que "en un tiempo la comunidad internacional vivió el espectáculo de los reproches mutuos, lo que provocó una parálisis en la lucha contra la droga. Hoy la percepción cambió. Se asume que la responsabilidad es de todos. [illegible] el problema. [illegible] en

combatir el narcotráfico en forma simultánea".

ACCION CONSTANTE

"Dado el carácter transnacional del fenómeno se debe comprometer en el combate de la droga al mayor número de países", afirmó más adelante.

Recordó a continuación lo actuado en los últimos años por Uruguay en temas atinentes a la droga, tales como los convenios de asistencia jurídica mutua con Estados Unidos y España, que datan de 1991; el proyecto de ley tendiente a aprobar la Convención de Viena de Estupefacientes de 1988; el Tratado con el Reino Unido similar a los suscritos con EE.UU. y España pero circunscrito a delitos de narcotráfico y otras medidas.

En la parte medular de su discurso, el jefe de la diplomacia uruguaya anunció que "próximamente el Poder Ejecutivo remitirá al Parlamento un proyecto de ley modificando nuestra legislación sobre drogas, a los efectos de tipificar expresamente el delito de lavado de dinero y dar una regulación más moderna al tema de precursores y materias químicas".

"Uruguay es un actor que quiere ser de primera fila en la lucha contra la droga, el narcotráfico y el lavado de dinero. Su gobierno acciona en la materia con buena fe, con energía, con claros objetivos y con el apego al derecho y al Estado de Derecho que es consustancial con el ser y con la vida del Uruguay", [illegible] concluyendo: "la [illegible] malintencionada no lo ha apartado ni lo apartará de su inflexible conducta en la lucha contra la droga y contra todos los ilícitos e inmoralidades que constituyen su inevitable entorno".

9203581

Nº DOCUMENTO
TITULO
La Mañana
11/3/92

ENTRADO
CRUZADO

Durán Martínez presidirá CICAD

PUNTA DEL ESTE, (Especial para LA MAÑANA).
El doctor Augusto Durán Martínez, Prosecretario de la Presidencia, resultó electo Presidente de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas -CICAD- en el transcurso de la reunión inaugural del Undécimo Período Ordinario de Sesiones del organismo, que se celebra desde ayer en los salones del Hotel San Rafael.

El nuevo Presidente, cuyo mandato se prolongará durante un año de acuerdo a los estatutos de la CICAD, es el actual Secretario de la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas.

La CICAD deliberará hasta el viernes próximo en este balneario, en cumplimiento de una nutrida agenda en la que figuran, entre otros temas, la presentación de un reglamento modelo sobre el lavado de activos vinculado al tráfico ilícito de drogas, un estudio sobre el contrabando de armas y explosivos vinculados con el narcotráfico, el desarrollo de un proyecto sobre cooperación judicial interamericana y medidas tendientes a adoptar un reglamento sobre control de precursores y sustancias químicas utilizados en la producción de drogas.

En las deliberaciones de Punta del Este participan delegaciones de los 22 países miembros de CICAD: Antigua y Barbuda, Argentina, Bahamas, Bolivia, Brasil, Canadá, Colombia, Costa Rica, Chile, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Jamaica, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela. Los países integrantes de la OEA que no forman parte de CICAD tienen derecho a participar con voz en las sesiones de la comisión. ■

04

920358A

Ambito Financiero
12/3/92

Se endurece Lacalle contra el lavado de narcodólares

Punta del Este (EFE) — Uruguay, país con plaza financiera libre, anunció que pondría en vigor una ley para castigar el "lavado" de dinero procedente del narcotráfico, en una medida que espera sea seguida por otras naciones iberoamericanas.

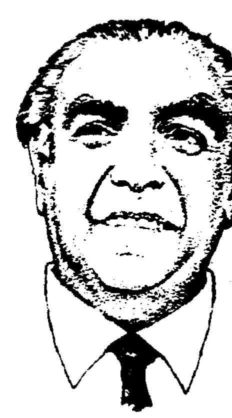
El **ministro de Relaciones Exteriores de Uruguay, Héctor Gros Espiell**, anunció esta decisión ante los representantes de 22 países americanos que estudian la forma de combatir el narcotráfico en una reunión de **la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD).**

Gros Espiell aseguró que **"Uruguay es un actor que quiere ser de primera fila en la lucha contra la droga, el narcotráfico y el lavado de dinero, con apego al derecho y al estado de derecho que es consustancial con su ser"**

• **Desinformación**

El canciller uruguayo añadió que **"la desinformación malintencionada no ha apartado ni apartará a Uruguay de su inflexible conducta en la lucha contra la droga".**

Gros Espiell respondió de esta manera a las acusaciones que aseguraban que en centros financieros uruguayos se practica el **"lavado" de dinero de la droga que pasa por Argentina.**



Héctor Gros Espiell

El hecho de que **Uruguay** sea una plaza financiera libre supone que no existan limitaciones ni controles a la entrada o salida de capitales, sea cual fuere su volumen.

• **Garantías**

"Además, está garantizado el secreto bancario; la repatriación de beneficios y dividendos es libre; no existen impuestos sobre dividendos, beneficios extraordinarios o beneficios de las filiales bancarias, y tampoco sobre los intereses del capital.

Ante esta libertad casi total en el movimiento de capitales y operaciones financieras, Uruguay es el tradicional punto de refugio de los capitales de las naciones vecinas, sobre todo de Argentina.

• **Inusual**

Hace seis meses, al detectarse la presencia de fuertes sumas de dinero en la plaza financiera de **Montevideo**, el gobierno uruguayo pidió a los bancos que rechazaran y notificaran las solicitudes de depósitos de dinero sospechosas.

Fuentes bancarias confirmaron que últimamente se han registrado casos inusuales de personas que se han presentado con grandes sumas de dinero en efectivo.

La fuerte represión y los controles sobre los **"narcodólares"** que pusieron en vigor **Estados Unidos** y los países productores de droga, obligaron a los traficantes a buscar zonas no tradicionales, como el **Cono Sur americano**, para "blanquear" los capitales.

En esta reunión de la **CICAD**, en la que participan representantes de países del Caribe y Centroamérica con conocidas plazas financieras libres, se intenta concluir la elaboración de un reglamento modelo para la lucha contra el "lavado" de capitales derivados del tráfico ilícito de drogas.

Las recomendaciones que elaborarán los expertos en esta reunión se presentarán a los respectivos gobiernos para que decidan si las incluyen en las legislaciones sobre la materia, así como a los organismos especializados de las Naciones Unidas.

En su intervención, Gros Espiell dijo que **"en unos países se cultiva la materia prima de la droga, en otros se fabrican los productos químicos para elaborarla, otros son países de tránsito, en otros se blanquean capitales y, finalmente, otros son centros de consumo".**

05

9203581

El País
12/3/92

COMO LUCHA URUGUAY CONTRA EL NARCOTRAFICO

Se Realizan Trabajos Coordinados con Brasil; la Estrategia Abarca También Alcohol y Tabaquismo

Uruguay viene llevando a cabo un activo trabajo en todas las áreas vinculadas a la lucha contra el narcotráfico y la drogadicción. La Dra. Raquel Magri, delegada uruguaya en la reunión de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), que se celebra en Punta del Este, informó de las actividades desarrolladas en nuestro medio por la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas.

Desde su creación la Junta Nacional a través de sus acciones cumple con los objetivos de: a) Reducción de la oferta y demanda de drogas. b) Disminución de la inseguridad ciudadana. c) Creación de una red para la asistencia de los adictos, y d) Coordinación y cooperación entre organismos e instituciones con competencia en la materia.

Sus atributos la facultan para: a) Instrumentar directivas relacionadas con la fijación de políticas de prevención, tratamiento y represión de las toxicomanías. b) Supervisar y evaluar la ejecución de los programas que aquéllas impongan. c) Organizar comités y grupos de trabajo destinados al tratamiento de temas específicos, y d) confeccionar un banco central de datos.

CUALES HAN SIDO LAS METAS TRAZADAS Y LOGROS OBTENIDOS DURANTE ESTE PERIODO

EN EL AREA INFORMACION

En la 2ª misión de los consultores licenciados Ricardo Zaratote y Hugo Míguez en el mes de noviembre de 1991 finalizó el diseño del Sistema de Información Estadística sobre uso indebido de sustancias psicoactivas, determinándose los objetivos, metodología, organización, base de datos y selección de indicadores.

La puesta en marcha de un Sistema de Información Estadística o Banco de Datos que tenga a su cargo inicialmente el examen, centralización y sistematización de información, es propuesta como una estrategia adecuada para superar los problemas actuales del Sistema de Estadísticas continuas y como un recurso básico, atendiendo los siguientes objetivos:

* Apoyar la toma de decisiones mediante el diagnóstico actualizado de la situación.
* Mantener actualizado un perfil estadístico con bases de información disponibles proveniente de los registros continuos del área de Salud, del Sistema de Sanción Legal, del área de Educación, del área Económica, del área de Seguridad y otros indicadores relevantes.
* Organizar bases de datos.
* Mantener una estrecha relación y colaboración con el Banco Interamericano de Datos de la CICAD y el del UNCDP de ONU.
* Se obtuvieron fondos de terceros países para implementar a la Secretaría con equipos de informática.
* Se organizaron cursos de capacitación para los técnicos que trabajan en y para el Sistema en el área estadística, epidemiología y narcotráfico.

POR OTRA PARTE

El Centro de Documentación de la Junta Nacional se encuentra organizando la Red Nacional. Para ello se cuenta con el apoyo de otros Centros de Documentación y Bibliotecas pertenecientes al Estado y Organismos no Gubernamentales.

EN EL AREA EDUCACION PREVENTIVA

Teniendo en cuenta las acciones preventivas contenidas en el Plan Nacional, se comenzó a implementar aquellas actividades que pueden ser desarrolladas en forma inmediata.

* En los meses de noviembre-diciembre se realizó una encuesta a una muestra representativa de 750 docentes de Montevideo e Interior, que abarca a todos los niveles atendidos por educadores, para recabar información sobre la inserción de contenidos curriculares de educación preventiva en materia de drogas. Se encuentra en etapa de codificación.
* Entre el 18 y 25 de noviembre se realizó el "Taller de Orientación en el Trabajo, de Educación Preventiva en Drogas", para funcionarios de jefaturas de Policía, Brigada de Narcóticos, Prefectura Nacional Naval y Dirección Nacional de Aduanas en los Departamentos de la costa, que tuvo como objetivo complementar la importante acción represiva realizada por el operativo "Verano Azul", con un enfoque preventivo.

El Rotary Club presentó un proyecto de reforma de currícula en Educación en los niveles inicial y primario referente a la inserción de contenidos preventivos en materia de drogas.

* La Junta participa en el Programa Prioritario de Salud, Hábitos Tóxicos y Adicciones del MSP.

EN EL AREA SALUD

Se elaboró un Proyecto para el área de Tratamiento y Rehabilitación en el cual se unificaron todas las propuestas existentes en esa área con los siguientes objetivos específicos:

* 1. Creación y funcionamiento de Areas de Intoxicados agudos.

2. Promoción, ampliación y apoyo a un Centro Abierto.

3. Creación y funcionamiento de un Centro Residencial para Púberes y Adolescentes.

Continúa estudiándose el Proyecto para la Atención del Problema de la Farmacodependencia en la Región de la Frontera Uruguay-Brasil en el marco del Acuerdo de Cooperación suscrito el pasado 18 de setiembre con los propósitos de:

* La realización de un programa binacional entre Uruguay y Brasil que enfoque la atención del problema de la fármacodependencia en las zonas fronterizas entre ambos países, será visualizado ampliamente como problema educativo, sanitario y de seguridad, y de unificar y coordinar su política, recursos y acciones de ambos países para ofrecer un sistema que encare este problema.

PARTICIPACION EN EVENTOS INTERNACIONALES AÑO 1991

* Tercera Reunión del Grupo de Expertos encargados de preparar Reglamentos Modelos sobre Lavado de Activos relacionados con el Tráfico Ilícito de Drogas. (CICAD). Washington, 30 setiembre-4 octubre.
* Reunión Jefes de Organismos Nacionales de Represión del Uso Indebido de Drogas para la Región de América Latina y el Caribe (HONLEA). Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, 8-12 de octubre.
* VII Encuentro Regional en Materia de Educación Preventiva del ASEP. Caracas, Venezuela, 13-19 de octubre.
* Misión a la Adiction Research Foundation (ARF). Toronto, Canadá, 17-23 de octubre.
* Décimo Período de Sesiones de la CICAD. Washington DC, 21-25 de octubre.
* Segunda Reunión Trilateral de Fuerzas Operativas contra el Tráfico Ilícito de Drogas. Buenos Aires. Noviembre.
* Decimotercera Conferencia de los Estados Parte de ASEP. Buenos Aires, 3-6 de diciembre.

EN EL AREA DE COOPERACION INTERNACIONAL

La Secretaría Técnica de la Junta Nacional ha identificado una serie de fuentes multilaterales y bilaterales de financiamiento para proyectos en el área del uso ilícito de drogas.

La Embajada de Uruguay en Canadá y la Junta Nacional de Uruguay, han establecido los contactos con IDRC encontrándose su disposición favorable para la financiación de un proyecto sobre Educación Preventiva y Sanitaria sobre abuso de sustancias psicoactivas.

La Adiction Research Foundation (ARF), organismo no gubernamental que funciona como Centro dedicado al problema en la ciudad de Toronto, ofreció apoyo consultivo en el desarrollo de un programa extensivo: "Plan Nacional Estratégico sobre Drogas", diseñado para disminuir el consumo de alcohol, tabaco y otras drogas en el país.

INSTRUMENTOS INTERNACIONALES RELATIVOS AL TEMA DROGAS

Asistencia Jurídica: Continuando con la línea de suscripción de acuerdos bilaterales en este campo iniciada con la firma del convenio con Estados Unidos de mayo de 1991, se han celebrado además:

* Convenio de Asistencia Jurídica en Materia de Drogas entre el Gobierno de la República Oriental del Uruguay y el Gobierno del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte. (Suscrito el día 20 de enero de 1992).
* El Tratado de Asistencia Jurídica en Materia de Asuntos Penales con el Reino de España. (Suscrito el día 19 de noviembre de 1991).

Uruguay participó además activamente en la elaboración del Reglamento Modelo para el Control de Precursores y Sustancias Químicas, Máquinas y Elementos y en el Reglamento Modelo sobre Lavado de Activos relacionados con el Tráfico Ilícito de Drogas, para los países miembros de la CICAD.

EN EL AREA SEGURIDAD

Se planificó y ejecutó el operativo "Verano Azul" en todo el territorio nacional que se llevó a cabo durante los meses de enero y febrero, con control de los principales puntos de ingreso al país, puentes, puertos, aeropuertos, rutas nacionales y [illegible] y se destinaron grupos de policías especializados para operar directamente en las zonas de más riesgo durante la temporada turística en zonas balnearias.

Dicho operativo se llevó a cabo en todas las zonas delimitadas, con colaboración de PNN y Dirección Nacional de Aduanas.

Asimismo Uruguay concurrió a la reunión llevada en Mar del Plata con la participación de otros países del área.

En este sentido, la delegación de Uruguay ratifica la necesidad de la coordinación de todos los grupos de trabajo con la CICAD.

La delegación de la República Oriental del Uruguay hace propicia la ocasión para expresar la voluntad de su país de continuar sirviendo como miembro de la CICAD en el período 1992-1994, por lo que se postula como tal para las elecciones que se realizarán en mayo del año en curso en la próxima Asamblea General a celebrarse en Bahamas.

Hotel San Rafael, 11.III.1992

06

9203581

El País
12/3/92

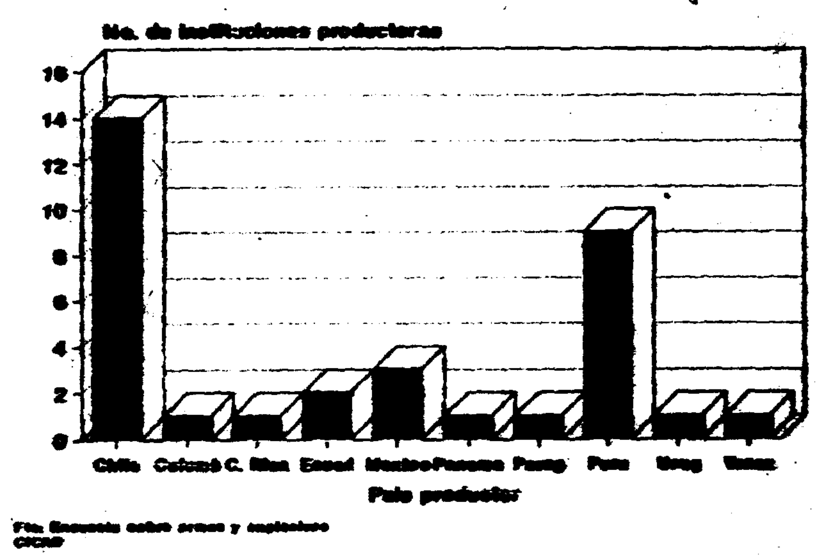
Decisión de CICAD en Punta del Este

Medidas Contra Tráfico de Armas y Explosivos

La Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), que está celebrando su undécimo período de sesiones en Punta del Este, acordó recomendar a la OEA la convocatoria de un Grupo de Expertos que elaborará un reglamento modelo para el control del tráfico de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico en la región hemisférica.

En la jornada de hoy CICAD realizó las tercera y cuarta sesiones de trabajo, en el transcurso de las cuales los representantes de los 22 Estados miembros, así como los observadores permanentes expusieron la situación actual del problema de las drogas en el continente. Las deliberaciones de CICAD se prolongarán hasta el próximo viernes por la tarde.

NUMERO DE INSTITUCIONES PRODUCTORAS
de armas y/o municiones y explosivos



Excluyendo a Brasil, Chile y Perú figuran entre los países con mayor producción de arm[illegible] y municiones. Preocupa el desvío de estos materiales hacia el narcotráfico

TRAFICO DE ARMAS Y EXPLOSIVOS

CICAD decidió pedir a la Organización de Estados Americanos (OEA) la autorización —que deberá aprobar la Asamblea General de OEA, es decir la máxima autoridad del organismo hemisférico— para convocar un Grupo de Expertos en [illegible]

El propósito [illegible]

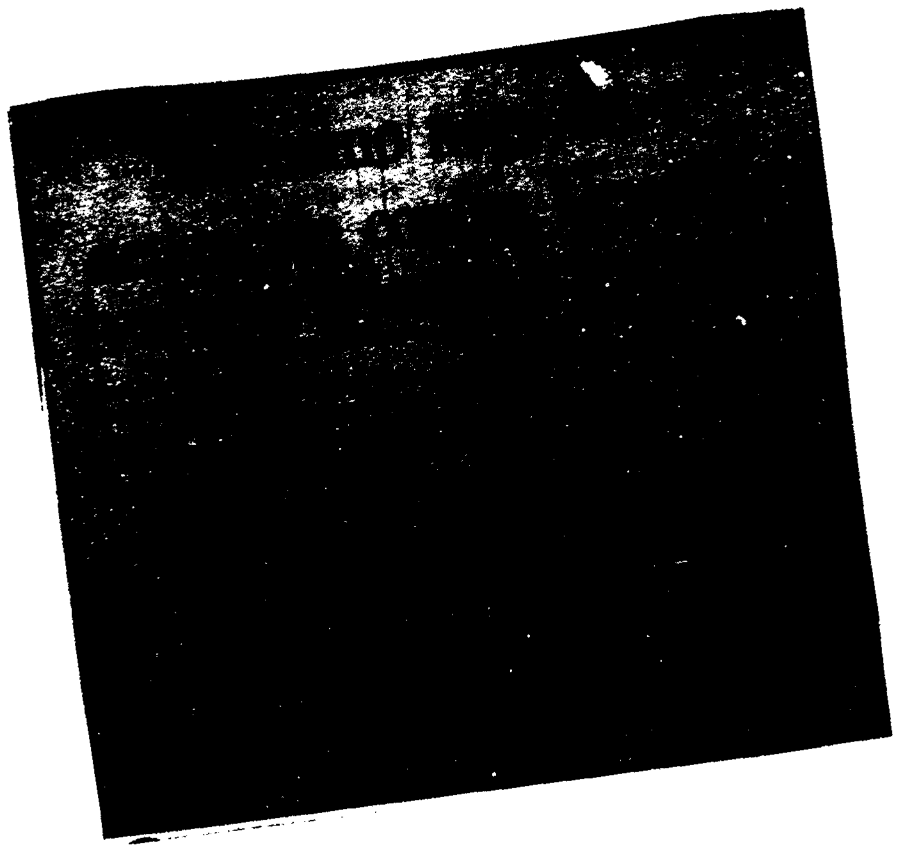
[illegible]

Nº DOCUMENTO

TÍTULO La Mañana

12/3/92

CRUZADO



9203584

La Mañana
13/3/92

Cancillería desmiente que haya habido referencia uruguaya a Ministro argentino

UN calificado portavoz del Ministerio de Relaciones Exteriores desvirtuó algunas versiones periodísticas que circularon en medios de prensa argentinos y que sostenían que el Canciller uruguayo, Héctor Gros Espiell, había criticado al Ministro del Interior de Argentina, José Luis Manzano, por supuestas declaraciones formuladas en Madrid, en relación al lavado de dólares en el Uruguay.

"En ningún momento el Canciller Gross, ni en su discurso inaugurando la sesión anual de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas, ni en declaraciones a la prensa, se refirió a persona, entidad o país alguno", subrayó el portavoz, que agregó que Gros no realizó comentario alguno sobre declaraciones de Manzano.

Es más, añadió que *"frente a una pregunta genérica sobre denuncias de que en Uruguay se practica el lavado de dólares, el Canciller respondió globalmente, en forma negativa, sin referencias de índole puntual a ningún país o persona"*.

Gros, tanto en su discurso como en declaraciones a la prensa, desdramatizó la cuestión del lavado de dólares en Uruguay al señalar que esta práctica delictiva se verifica en todos los países y que nadie está libre del flagelo.

A su vez, explicó que, en relación al Uruguay, existía *"desinformación, mala fe, probablemente envidia u otros elementos"* que no calificó, subrayando que en Uruguay el combate a estas prácticas delictivas [illegible] *realiza al amparo de la Co[illegible]ción y de las leyes"*. En [illegible] curso, Gros anunció [illegible] próximo envío al Parla[illegible] un proyecto de ley [illegible] otros extremos- tipifica[illegible] de lavado de dólares.

"La versión de [illegible] críticas de Gros a Ma[illegible] como producto d[illegible] periodísticas [illegible] despachos [illegible] Punta del Este, sede de [illegible] nión de CIDAD", [illegible] vocero.

920358 1

La Mañana 14/3/92.

APROBARON 22 PAISES MEDIDAS CONTRA EL NARCOTRAFICO Y LA DROGADICCION

TAMBIEN se creó un reglamento modelo sobre narcodólares

Con la aprobación de diversas medidas para la lucha contra el narcotráfico y la drogadicción, que serán sometidas a consideración de la OEA, culminó ayer en Punta del Este el XI Período de sesiones de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD).

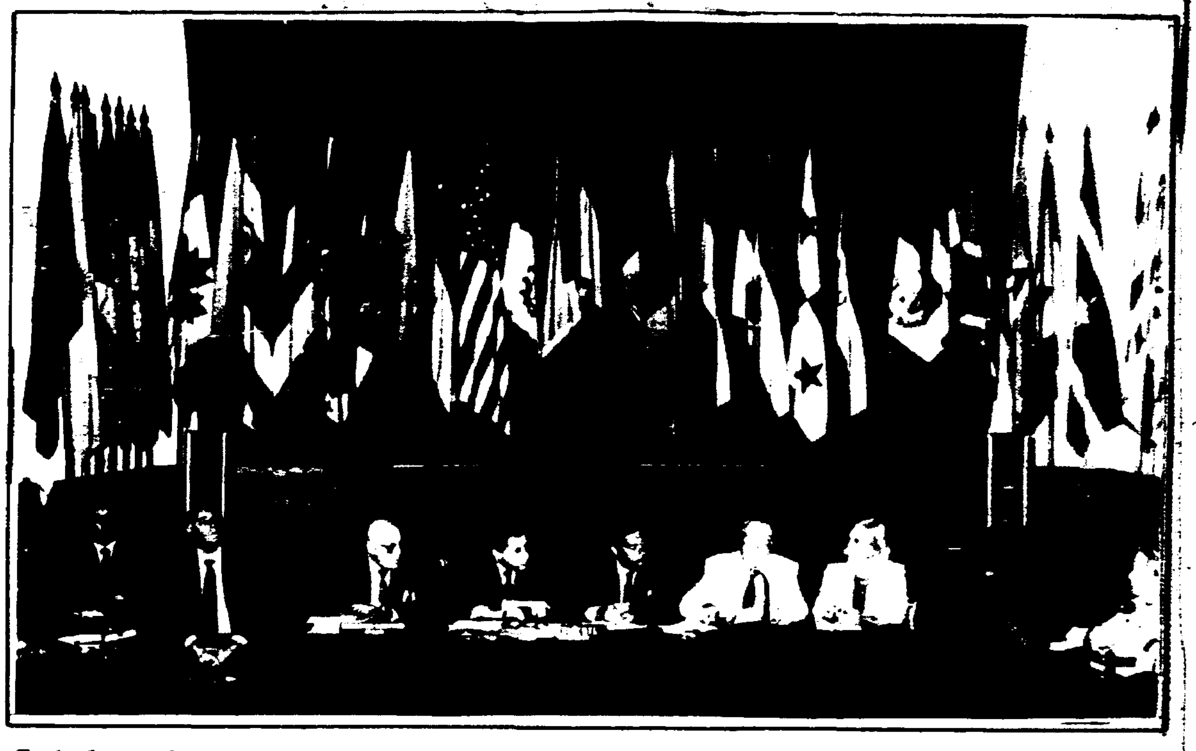
En el acto de clausura del encuentro interamericano, en el que participaron representantes de los veintidós países miembro, más un grupo de observadores de organismos internacionales especializados, hicieron uso de la palabra el Secretario Ejecutivo de CICAD, Irving Tragen, y el Presidente, Dr. Augusto Durán Martínez. El primero reseñó los trabajos realizados y el segundo destacó como aspectos sobresalientes la aprobación de un reglamento sobre lavado de dólares provenientes del narcotráfico y los avances producidos para concretar otro reglamento de este tipo, referido al contrabando de armas y explosivos viculado a la droga.

Un total cercano al centenar de delegados participaron en las deliberaciones, en las que tienen voz y voto los Estados miembros de CICAD, que son Antigua y Barbuda, Argentina, las Bahamas, Bolivia, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Jamaica, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela. Hubo representantes de Alemania, Francia e Italia, que tienen acreditados observadores permanentes ante el organismo, y también observadores de organismos tales como el BID, INTERPOL y del Programa de las Naciones Unidas para el Control de Drogas (UNDCP).

PRINCIPALES ACUERDOS ADOPTADOS

Entre los acuerdos aprobados en la reunión de Punta del Este figuran el reglamento-modelo sobre lavado de narcodólares -que ahora será sometido a consideración de la OEA en pleno en su próxima Asamblea General, a realizarse en mayo- que se buscará sea adoptado en los distintos países miembros del sistema interamericano; la próxima convocatoria de un grupo de expertos encargados de redactar un modelo de legislación para el control del tráfico de armas relacionado con la droga; un informe sobre el estado actual de este último problema en la región interamericana; los avances producidos durante 1991 en la aplicación del Programa de Quito sobre medidas educativas de prevención del abuso de drogas; medidas sobre movilización comunitaria en la lucha contra la drogadicción y disposiciones sobre el funcionamiento de bancos de datos e información sobre drogas.

En Punta del Este, CICAD eligió como Presidente del organismo por el próximo año al Dr. Augusto Durán Martínez, Prosecretario de la Presidencia de la República, y para ocupar la Vicepresidencia a la representante de Costa Rica, Mónica Nágel Berger, Viceministra de Justicia■



En la foto, el acto de clausura de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas.

Drogas: "Ahora es preciso encarar el consumo"

EL Dr. Augusto Durán Martínez, Presidente de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD) dio ayer por clausurado el XI Período de sesiones del organismo, que se desarrolló en Punta del Este, abogando por el fortalecimiento de la entidad. Expresó que CICAD es el organismo de mayor representatividad en la lucha contra la droga a nivel continental.

Destacó como temas principales de los abordados en las deliberaciones del Hotel San Rafael la aprobación del reglamento-modelo sobre lavado de activos relacionados con el narcotráfico y el estudio del contrabando de armas y explosivos vinculado a ese delito.

RESPETAR NORMAS DE DERECHO

Refiriéndose al narcotráfico, expresó el Dr. Durán Martínez que *"es un enemigo poderoso, sumamente difícil de vencer, pero tenemos las armas necesarias para combatirlo"*. Pero la lucha debe encararse dentro de marcos jurídicos y de respeto por las normas sobre derechos humanos, porque de lo contrario -agregó- *"podremos ganar alguna batalla, pero perderemos irremediablemente la guerra al arrasar, entre otras cosas, con el Estado de derecho"*.

Durán Martínez es Prosecretario de la Presidencia de la República y Secretario de la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas de Uruguay. Fue electo para desempeñarse durante un período en la Presidencia del organismo interamericano de lucha contra las drogas al comienzo del período de sesiones que se cerró ayer en Punta del Este.

AHORA, EL PROBLEMA DEL CONSUMO

En relación con el reglamento-modelo sobre lavado de activos, Durán Martínez destacó en su discurso de clausura que *"no solamente permitirá un avance en el derechho positivo de los Estados que lo adopten"*, sino también *"una unificación en la legislación del continente americano"*. En cuanto al estudio sobre el contrabando de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico, señaló que se trata de una labor de gran originalidad y, probablemente, *"el primer intento de regulación"* de tal fenónemo.

CICAD ya ha elaborado reglamentos en áreas muy importantes vinculadas al problema de la droga, recordó el orador. *"Ahora es preciso* (...) *encarar el consumo, piedra fundamental de este gran edificio del mal"* que es la producción y comercialización de drogas ilícitas.

COORDINACION DE ESFUERZOS

Las etapas críticas del proceso de producción y consumo de drogas se desenvuelven, en mayor o menor grado, en todos los países, señaló más adelante. Por ello, es necesario coordinar esfuerzos entre todos los países, ya que todos resultan afectados. CICAD es el organismo más representativo a nivel continental, ya que está integrado por veintidós Estados miembro. *"Es, por esa razón, el único organismo que puede comprender el problema en su total dimensión"*.

Señaló los méritos de organismos regionales o subregionales en la lucha contra la droga, pero consideró conveniente que coordinen sus líneas de acción con la CICAD.

"Sabemos que el narcotráfico dispone de mucho dinero, mucho más que el que nosotros disponemos", agregó. Pero quienes luchan contra las drogas lo hacen por un imperativo ético y una vocación de servicio que *"compensan esa desventaja e incluso inclinan la balanza a nuestro favor"*.■

92035B1

[illegible]EGO DE LA REUNION D[illegible] CICAD EN P. DEL ESTE

Se forta[illegible] Améric[illegible] contra l[illegible]



[illegible] y [illegible] forman parte del trabajo de CICAD

Las tres Américas dieron varios pasos importantes en Punta del Este con vistas a coordinar políticas de lucha contra el flagelo de la droga en todos sus frentes. Es lo que se desprende de la reunión celebrada en nuestro principal balneario por la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), una organización integrante de la OEA que agrupa a veintidós países hemisféricos. La resolución más importante: un reglamento que busca solución al problema del "lavado" de narcodólares.

PUNTA DEL ESTE volvió hace quince días a ser centro de atención internacional a partir del encuentro de la CICAD, correspondiente al primer período ordinario de sesiones de este organismo durante el año que corre. Estuvieron presentes delegados de veintiuno de los países miembros (sólo faltó Antigua y Barbuda), que deliberaron en torno a un vasto temario. La principal conclusión que puede extraerse es que CICAD, que acaba de cumplir cinco años de actividad, ha entrado en lo que puede llamarse su mayoría de edad como dependencia especializada de OEA y que, de ahora en adelante, la lucha contra las diversas aristas que presenta el narcotráfico y sus derivaciones será cada día más coordinada a nivel hemisférico.

Un poco de historia

CICAD nació de una resolución adoptada por la Asamblea General de la OEA, el máximo cuerpo de la organización donde están representados todos los Estados americanos desde Argentina hasta Canadá. El origen de la entidad [illegible] en la percepción compartida de los miembros de la OEA de que era necesario crear una instancia de consulta y [illegible] ción para hacer más efectivo el combate contra el flagelo del narcotráfico. Antes de nacer CICAD, todos los países tenían en funcionamiento una u otra forma de cuerpos, [illegible] o juntas encargadas de la tarea, pero con muy distintos [illegible] y en forma inconexa, más allá de la elemental cooperación que las naciones acordaban darse entre sí.

Existía, paralelamente, un concepto bastante extendido de que mientras algunos países resultaban afectados por una u otra forma del "problema de la droga" (como [illegible] productores, transformadores, consumidores o "lavadores"), otros permanecían ajenos y aparte de la cuestión. [illegible] comprobarse que la expansión y magnitud del fenómeno del narcotráfico y todo lo que trae aparejado ya no [illegible] inmune a ningún país y que todos, de una forma u otra, resultaban victimizados. [illegible] cuando no directamente negativo, para una acción eficaz [illegible] con el problema. A partir de esta comprobación [illegible] las condiciones dadas para el surgimiento de CICAD que, en esencia, constituye el agrupamiento de las entidades [illegible] das en cada uno de los Estados miembros de llevar adelante un combate en el que va la vida, la paz y el orden [illegible] hemisferio.

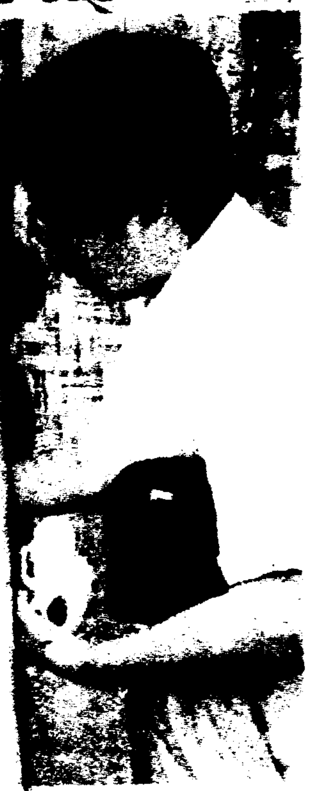
[illegible]

Al presente, los miembros de [illegible] Barbuda; Argentina; Las Bahamas; [illegible] Chile; Colombia; Costa Rica; [illegible] Unidos; Guatemala; Jamaica; México; [illegible] Paraguay; Perú; República Dominicana; [illegible] zuela, es decir, salvo alguna [illegible] nómina entera de los países de la OEA. [illegible] miembros de CICAD [illegible] otras naciones [illegible] mismos internacionales tales como el Programa de [illegible] para el Control de Drogas (UNDCP), el [illegible]. En la reunión de Punta del Este [illegible] delegados de los Estados miembros. CICAD [illegible] *más representativo en lo que atañe a la lucha [illegible] drogas a nivel continental"*, [illegible] Durán Martínez, quien presidió la [illegible] *por esa razón el único [illegible] problema en su total dimensión"*. En [illegible] del encuentro, Durán Martínez señaló la [illegible] lecer CICAD y de llevar a cabo la lucha [illegible] dentro de marcos jurídicos y respeto por los [illegible] nos.

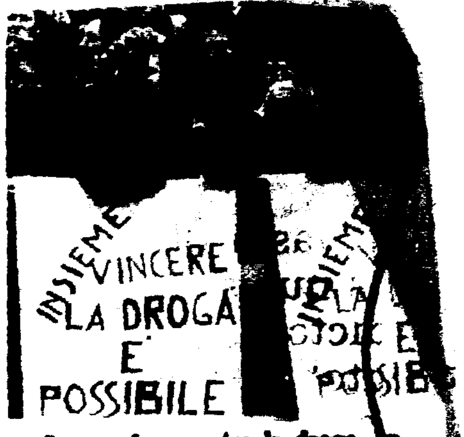
CICAD no se ocupa de la coordinación de [illegible] represivas a nivel policial o militar, orientando su [illegible] hacia campos tales como la educación preventiva, la [illegible] intercambio de información actualizada, la cooperación a nivel judicial y, muy especialmente, la elaboración de [illegible] mentos-tipo sobre diversos temas que pueden servir [illegible] una legislación regional más homogénea. Un [illegible]

E CICAD EN P. DEL ESTE

Se fortalece en las Américas la lucha contra las drogas



Campañas educativas y sanitarias forman parte del trabajo de CICAD



Las madres contra la droga, en Italia



Búsqueda de drog-a, en Colombia

11 (B)

onde están representados todos los Estados americanos desde Argentina hasta Canadá. El origen de la entidad estuvo en la percepción compartida de los miembros de la OEA de que era necesario crear una instancia de consulta y coordinación para hacer más efectivo el combate contra el flagelo del narcotráfico. Antes de nacer CICAD, todos los países tenían en funcionamiento una u otra forma de cuerpos, directivas o juntas encargadas de la tarea, pero con muy distintos medios y en forma inconexa, más allá de la elemental cooperación que las naciones acordaban darse entre sí.

Existía, paralelamente, un concepto bastante extendido de que mientras algunos países resultaban afectados por una u otra forma del "problema de la droga" (como centros productores, transformadores, consumidores o "lavadores"), otros permanecían ajenos y aparte de la cuestión. Pero pudo comprobarse que la expansión y magnitud del fenómeno del narcotráfico y todo lo que trae aparejado ya no dejaba inmune a ningún país y que todos, de una forma u otra, resultaban victimizados. Enfrascarse en polémicas y realizar esfuerzos individuales aislados resultaba contraproducente, cuando no directamente negativo, para una acción eficaz de cara al problema. A partir de esta comprobación estuvieron las condiciones dadas para el surgimiento de CICAD que, en esencia, constituye el agrupamiento de las entidades cometidas en cada uno de los Estados miembros de llevar adelante el combate en el que va la vida, la paz y el orden en el hemisferio.

El organismo más idóneo

central en la sede de CICAD (en la OEA, en Washington) se complementa con la acción de centros regionales de información, uno de los cuales habrá de operar desde Montevideo. La información estadística precisa y fresca es sustento esencial de cualquier política que procure diseñarse en las diversas esferas de acción preventiva contra la extensión del uso indebido de drogas o sustancias psicotrópicas. *"Primero hay que conocer el problema y después resolverlo"*, dijo uno de los expertos reunidos en Punta del Este.

CICAD entiende que el fenómeno merece consideración especial.

En otras esferas, los países miembros coordinan e intercambian información sobre campañas preventivas, informativas y publicitarias en torno a un tema cada día más acuciante. En pocos años el organismo ha ido adquiriendo mayor importancia dentro del sistema interamericano vertebrado en la OEA. Su importancia crecerá, sin duda, en el futuro.

9203581

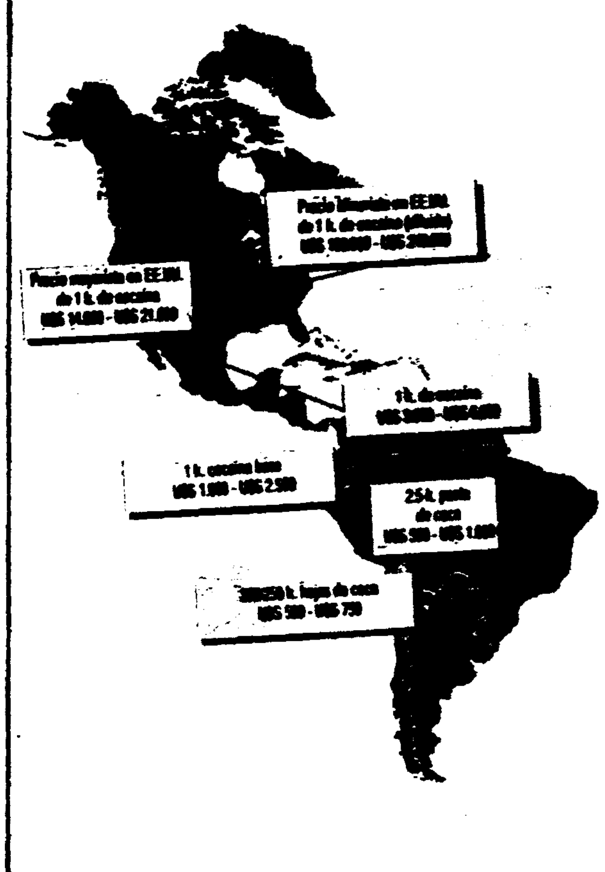
EL PAIS 29-3-92

Los reglamentos-tipo

La elaboración de un reglamento modelo o tipo para su eventual adopción por parte de los países se inicia con la convocatoria —que debe aprobar la Asamblea General de OEA— de un grupo de expertos, que deliberan en torno al punto, elaboran un texto final que se somete a aprobación del pleno de CICAD y luego se eleva a la OEA. Si ésta lo adopta, promoverá luego su aprobación en cada uno de los países. Es un proceso que suele llevar su tiempo. Hasta el presente se han aprobado dos de estos reglamentos. El primero se refiere a precursores y productos químicos utilizados para la transformación de la materia prima en droga colocable a nivel callejero (ejemplo típico: conversión de la hoja de coca en cocaína). El reglamento define cuáles son los productos utilizados para el tratamiento en la materia prima y establece previsiones sobre el control de su tráfico.

En Punta del Este CICAD aprobó el reglamento-tipo sobre lavado de activos provenientes del narcotráfico —lo que suele denominarse *"blanqueo de narcodólares"*— y de otras actividades al margen de la ley. El reglamento define las actividades que conforman dicho "lavado" y establece las responsabilidades de bancos, casas bancarias y otras entidades financieras, tales como casas de cambio, en cuanto a registro, control e información a las autoridades sobre transacciones sospechosas, previendo diversas penas para los infractores. Este reglamento fue, sin duda, como lo señalaron muchos de los participantes de la reunión de Punta del Este, la principal decisión allí aprobada. Es seguro que en la sesión de mayo próximo de la Asamblea General, la OEA le dé su visto bueno para ser sometido a consideración de los países miembros.

Paralelamente, se dispuso convocar a otro grupo de expertos para elaborar otro reglamento, referido al contrabando de armas y explosivos vinculado con el narcotráfico. Se ha comprobado la existencia de una relación cada día más estrecha entre la violencia, el narcotráfico y el terrorismo y



El problema de la droga desde el punto de vista de los números

12/12

9203581

Nº DOCUMENTO

TITULO Detenido traficante de cocaína

PROCEDENCIA Zero Hora

FECHA DE PROCEDENCIA 27/2/92

VINCULACIONES 11176

11214
11229
11422
11675

F

ENTRADO
CRUZADO

Cocaína

O brasileiro Paulo Jorge Bastos dos Santos, 35 anos, desembarcou em Roma, prodecente de Londres, como se fosse um comerciante de cosméticos. A mercadoria que carregava, perfumada, não despertou o olfato treinado dos cães da fiscalização do aeroporto. No entanto, os contatos que ele fez na capital italiana levaram a polícia a revistar seu quarto no local. Resultado: dentro dos frascos havia três quilos de cocaína camuflados.

01/01

9203582

Investiga la Brigada de Narcóticos

Drogadictos saquearon ayer policlínica de la Asociación Española situada en el Cerro

Se llevaron todos los sicofármacos y medicamentos

Una banda de drogadictos saqueó ayer la policlínica de la Asociación Española situada en el Cerro, llevándose —según informó la Policía— todos los sicofármacos existentes y más del noventa por ciento de los demás medicamentos.

Provocaron daños en una ventana de los fondos del local por la cual ingresaron al mismo y también en la caja de valores. Personal de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia se encuentra tras la pista de los autores del robo.

El delito quedó al descubierto ayer de mañana en la policlínica de la Asociación Española situada en la calle Grecia 3065. Cuando llegaron los funcionarios para cumplir sus tareas se encontraron frente a un desagradable espectáculo. Todo estaba en desorden, había daños de importancia en una ventana de los fondos por la cual ingresaron los delincuentes y en la caja de valores. Pero lo más importante fue advertido poco después cuando se dieron cuentan que faltaban los medicamentos.

TODOS LOS SICOFARMACOS

En la parte donde funciona la farmacia de la policlínica el caos era mayor. En efecto, faltaban todos los sicofármacos y más del noventa por ciento de los medicamentos generales.

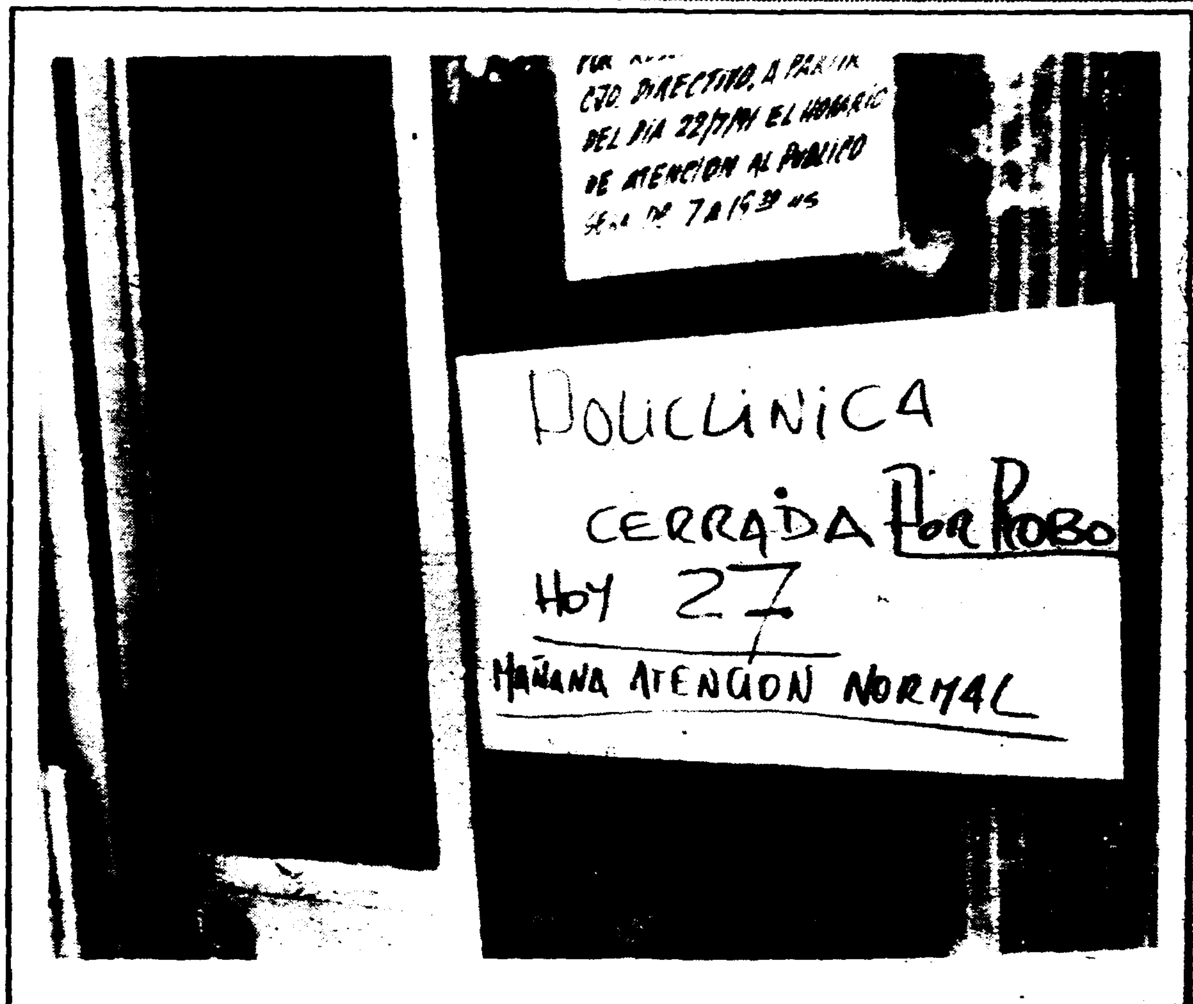
Ese fue sin duda el botín que buscaban, no tanto el dinero ya que sabían que en el lugar no podía encontrarse una suma que valiera el riesgo de consumar un robo. Lo otro, los sicofármacos y medicamentos, era lo que realmente querían indicando esto a las claras que se está en presencia de drogadictos y por qué no de inescrupulosos comerciantes del vicio.

La denuncia fue realizada en primera instancia en la seccional 24a. con asiento en la zona del Cerro, enviándose al lugar a efectivos de la Dirección Nacional de Policía de Policía Técnica que realizaron los peritajes correspondientes en procura de ubicar huellas dactilares que permitan llegar a identificar a los implicados en este hecho, que perjudica a la masa social de esa zona.

Por razones de competencia las investigaciones derivaron a la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia.

INTENSAS DILIGENCIAS

Los funcionarios de la mencionada repartición realizaron una serie de operativos deteniendo a varias personas que vienen siendo interrogadas para obtener datos que encaminen las pesquisas. Se trabaja sobre la hipótesis que los autores del hecho, tratan de comercializar algunos de los medicamentos hurtados.



La policlínica del Cerro, clausuró sus puertas, según lo indica un cartel colocado en la puerta de acceso por su personal, por el día de ayer, ante el importantísimo robo consumado en dicho lugar por delincuentes adictos a las drogas.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Zero Hora 28/2/92

FECHA DE [illegible]

VINCULACIONES 11352

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

NARCOTRÁFICO

Descoberta uma rota marítima

□A polícia federal fez uma apreensão de 46 quilos de cocaína no cais do porto. A droga seria levada de navio para a Holanda

Os traficantes internacionais que levam cocaína para a Europa e Estados Unidos através do Brasil estão trocando o transporte aéreo pelo marítimo. A constatação foi feita pelo superintendente regional da polícia federal no Rio de Janeiro, delegado Édson Antônio de Oliveira, ao anunciar a apreensão de 46 quilos de cocaína no navio Lloyd Atlântico, do Lloyd brasileiro, atracado no cais do porto carioca. A droga seria levada por marinheiros mercantes para Roterdã, Holanda, acrescentou Édson Antônio de Oliveira.

Além da apreensão, a polícia federal prendeu quatro pessoas envolvidas no tráfico: os marinheiros mercantes Jorge Paes Novaes, Luiz de França de Souza Araújo e Antônio Luiz Ribeiro da Silva e o funcionário aposentado do Lloyd brasileiro, Nírio Fernandes. Na noite de quinta-feira, Novaes e Araújo tiveram um encontro com o comerciante Delmário Ferreira Nogueira, morador de Volta Redenda e apontado como membro de uma importante quadrilha de traficantes internacionais, numa agência de automóveis na Zona Norte do Rio.

Os federais seguiram os dois marinheiros mercantes até o Barrashopping, na Zona Sul. No local, um homem, que conseguiu escapar da polícia, passou a droga, acondicionada em pacotes, para Novaes e Araújo. Eles levaram o carregamento até o cais do porto, onde foram presos quando entregavam a coca para Ribeiro e Fernandes. Ontem, o delegado Édson Antônio de Oliveira pediu à justiça a prisão provisória de Delmário Nogueira, por acreditar que foi quem mandou levar o narcótico para a Holanda. Em 86, o comerciante enviou coca para os Estados Unidos através da conexão Pan Am.



Apreensão: *cocaína, já embalada, seria levada à Europa*

Com a apreensão de ontem, o superintendente da polícia federal no Rio anunciou que vai ser aumentada a fiscalização nos portos. Édson Antônio Oliveira acha que os traficantes passaram a usar o transporte marítimo devido ao rigor da polícia federal nos aeroportos.

920358

SD 20 D

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA NACION

F 28/2/92

VINCULACIONES 11176 /
11354 /

11648 /
11099 /

TRADO

CRUZADO

Cocaína: tan nefasta como el doble mensaje

01/01

9203585

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Jornal do Brasil

FECHA DE PROCEDENCIA 28/2/92

VINCULACIONES 11176 / 11019 / 10046 / 11341 / 11214 / 11666 / 11229 / 11351 / 11422 / 66151 / 11429 / 11226 / 11354 / 11352

F

ENTRADO

CRUZADO

Federal apreende 46 kg de cocaína

■ *Droga ia ser embarcada para a Holanda por quatro marinheiros e funcionário do Lloyd*

Na primeira apreensão de cocaína que sairia do Rio por via marítima, a Polícia Federal prendeu em flagrante, às 23h da quarta-feira, os marinheiros Antônio Luiz Ribeiro da Silva, Jorge Paulo Novaes de Oliveira e Luís de França de Souza Araújo, todos da Marinha Mercante, além do funcionário aposentado do Lloyd Brasileiro Nírio Fernandes. Eles tentavam embarcar 46 quilos de cocaína, avaliados em aproximadamente Cr$ 722 milhões, no navio *Lloyd Atlântico*, com destino a Roterdã, na Holanda.

A apreensão, feita no Cais do Porto, "causou surpresa", segundo o superintendente da Polícia Federal no Rio, Edson Antônio Oliveira. Ele acredita que as quadrilhas brasileiras, que fazem a conexão da droga entre o país de origem e o de consumo, estejam procurando a via marítima porque "tem sido feito um trabalho duro pela Polícia Federal nos aeroportos".

Outra novidade é que a cocaína veio para o Rio através de Volta Redonda, cidade fluminense que está se tornando "importante" na rota internacional do tráfico, segundo o superintendente da Polícia Federal. A polícia seguiu o principal traficante dessa cidade, Delmário Ferreira Nogueira, até o Rio, onde foi descoberto um encontro dele com os marinheiros Jorge Paulo e Luís, numa agência de automóveis na Tijuca. Em seguida, Delmário entregou a droga aos dois no estacionamento do Barrashopping e conseguiu fugir, enquanto os marinheiros eram seguidos até o Cais do Porto, onde foram recebidos por Antônio Luís e Nírio, que ajudaram a descarregar a cocaína. Nesse momento, os agentes da Polícia Federal prenderam os quatro em flagrante.

Fotos de Júlio C[illegible]





A polícia encontrou armas e cocaína no Morro da Mineira, onde Balbino lidera [illegible]

Traficante é preso no São Carlos

Com um mandado de prisão expedido pelo juiz Franklin Belford, da 21ª Vara Criminal, em uma das mãos e uma escopeta calibre 12 na outra, o delegado Élson Campelo, do Departamento Geral de Polícia Especializada (DGPE), prendeu ontem, às 6h, no Morro de São Carlos, o presidente da associação de moradores local, Adilson Balbino, suspeito de envolvimento com o tráfico. A operação estendeu-se até o Morro da Mineira, onde foram apreendidas armas e drogas, e presas 12 pessoas, entre elas Edvaldo da Silva, o *Buda*, irmão do traficante *Naldo da Providência*.

Balbino não reagiu ao ser preso em casa, no alto do Morro de São Carlos, depois de intenso tiroteio entre policiais e um segurança do traficante armado de metralhadora. Também foi preso Mauro Pereira da Silva, de 17 anos, com uma metralhadora Ina, calibre 45. A mulher de Balbino, Cláudia, dirigiu-se com um grupo de mulheres e crianças que lotaram duas Kombis para a porta da DRE, onde pediu a libertação do marido. Ele já cumpriu 14 anos de prisão em Ilha Grande e respondeu a 16 processos por tráfico e roubo.

A polícia resolveu estender o cerco ao Morro da Mineira após receber denúncia de que uma grande quantidade [illegible] e maconha havia sido [illegible]. A operação contou com 80 homens [illegible] são de Repressão a Entorpecentes [illegible] e do Batalhão de Operações [illegible] Polícia (Bope). Comandados [illegible] do Antônio Nonato, os policiais apreenderam 400 papelotes [illegible] (avaliados em Cr$ 800 mil) e 70 [illegible] de maconha, uma metralhadora [illegible] granada M-14 e grande quantidade de munição na casa do gerente da boca de *fumo* do morro, *Zé Aipim*, que trabalha para o traficante Altair Domingues [illegible] mos, o *Nai*. Ambos fugiram.

C1/01 920256

F

Apreendidos 30 quilos de maconha em Frederico Westphalen

A oferta de maconha deverá sofrer uma retração na Região do Alto Uruguai. Acontece que a polícia civil e a Brigada Militar apreenderam, ontem, 30 quilos da droga em Frederico Westphalen. De lá, ela era distrubuída para as cidades vizinhas pelos traficantes Arlindo Zatti, 26 anos, **Danilo Piovesan**, 57, **Cléo Piovesan**, 25, **João Barnava**, 65, e **Valdecir Ponciano**, 21, **que cultivam a maconha em duas propriedades no interior de Frederico** Westphalen.

Parte da maconha estava pronta para ser colocada no mercado. Eram 10 quilos prensados em tilojos. Os outros 20 foram encontrados em galpões, em processo de secagem. A polícia não soube informar quantos pés haviam sido plantados nas duas propriedades — uma pertencente a Arlindo Zatti e outra a Danilo Piovesan — porque toda a droga já fora colhida. Os agentes também não disseram qual é a extensão das terras de Zatti e Piovesan.

ESQUEMA — Os traficantes tinham um esquema de distribuição de maconha na cidade e na região, segundo a polícia. Em Frederico Westphalen, ela era vendida em dois pontos: no bar de Cléo Piovesan, filho de Danilo, e na oficina mecânica de um filho de João Barnava, cujo nome os agentes não revelaram. Valdecir Ponciano era quem abastecia, usando uma moto, os pontos de tráfico nos municípios vizinhos.

Para levar a droga apreendida até a DP de Frederico Westphalen, os agentes tiveram que usar quatro viaturas. Eles disseram que essa foi a maior apreensão de maconha feita em Frederico Westphalen. A justiça decretou a prisão temporária dos traficantes, o que permitirá à polícia prosseguir as investigações, com o objetivo de descobrir novos implicados no tráfico na região.

Fujimori en la cuerda floja

Por Simon Strong (*)

LIMA (The New York Times). – La dimisión del arquitecto peruano de los acuerdos antidrogas entre los Estados Unidos y el Perú resta crédito al mito perpetrado por [illegible] que los insurgentes de Sendero Luminoso son los [illegible] aliados de los traficantes [illegible].

En [illegible] al presidente [illegible] Fujimori del 28 de [illegible] de Soto, autor del [illegible] la creencia general [illegible] fueron "los propios agentes del gobierno" los que asesinaron al líder de los plantadores de coca que habían accedido a sustituir la coca por otras cosechas.

Ese histórico acuerdo se convirtió en pieza esencial de un compromiso antidrogas concebido por De Soto en 1991, indispensable para poner fin al aislamiento del Perú respecto de las instituciones financieras internacionales. En virtud de ese acuerdo, los plantadores de coca no son tratados en lo sucesivo como criminales.

El dirigente de los cultivadores, Walter Tocas, fue muerto en junio de 1991 en Uchiza, en el valle del Alto Huallaga, que abastece cerca de la mitad de la producción mundial de hoja de coca.

Justicia e intereses

Los socios de Tocas y de De Soto creen que fue víctima de autoridades [illegible] de preservar sus ingresos [illegible] de protección al [illegible]. Las demandas de [illegible] de Soto a Fujimori para que se [illegible] a la Justicia a los asesinos fueron ignoradas.

El asesinato de Tocas y sus derivaciones constituyen una clara evidencia de que las autoridades gubernamentales, militares y policiales se benefician con la protección en todos los niveles del tráfico de cocaína, que manejan los carteles de Colombia.

[illegible] elevadas se cobran por la utilización de los aeródromos desde los que se envía al extranjero la pasta de coca. La ciudad de Uchiza dispone de todas las instalaciones de seguridad de un aeropuerto municipal, a diferencia de las pistas clandestinas en plena selva o a lo largo de las carreteras troncales.

Por si fuera poco, el ejército bloquea la actividad de los [illegible]

> **El puritanismo sangriento de Sendero Luminoso hace de él el enemigo más grande de la cocaína**

mentos antidrogas peruanos y norteamericanos. La suma pagada en concepto de protección por el aeródromo de Uchiza asciende a 25.000 dólares.

En contraste con las pruebas que vinculan a las fuerzas de seguridad y funcionarios con los traficantes de estupefacientes no hay evidencia alguna que relacione a los traficantes con Sendero Luminoso. Las guerrillas maoístas no exteriorizan signos de riqueza. Sus armas consisten en su mayoría en dinamita robada en las minas y municiones "confiscadas" a las fuerzas de seguridad.

Sendero Luminoso es aliado de los propios campesinos que cultivan la coca, el piso de la escala de producción, no de los traficantes de cocaína. Sostiene que trata de proteger a los 80.000 plantadores del valle de Huallaga contra las medidas para erradicar sus cosechas y contra la explotación por parte de los traficantes.

También está de acuerdo con una gradual sustitución de la coca por otras cosechas. Aunque las guerrillas se oponen fanáticamente al consumo de drogas y han ejecutado a drogadictos crónicos, dicen que los cultivadores deben ser tratados compasivamente hasta que la revolución comunista los emancipe de la pobreza.

Sangriento puritanismo

Entretanto, [illegible] que le es [illegible] "[illegible]", Sendero [illegible] que está erradicando [illegible] de coca y [illegible] los [illegible] traficantes. Y los [illegible] con la [illegible]. Ejército, policía, [illegible] civiles, en busca de [illegible] y seguridad.

Al sur del valle de Huallaga, en el valle del río Ene, la [illegible] de Sendero Luminoso ha coincidido con la [illegible] del [illegible] de coca. Los insurgentes, que [illegible] dan dinero en la región de Huallaga como en todas partes, castigan implacablemente la corrupción en sus filas. También [illegible] a cualquiera que se [illegible] en su camino. Pero el puritanismo sangriento de Sendero Luminoso hace de él el más grande enemigo de la cocaína.

"La dimisión de De Soto pone en aprietos al gobierno de Fujimori. Era una figura clave para la [illegible] ción de inversiones [illegible] con destino al [illegible] giones de cultivo de coca.

Entretanto, Fujimori [illegible] menos atadas a [illegible] un partido político y [illegible] de los militares para [illegible] de Sendero Luminoso, [illegible] energía necesaria para [illegible] la corrupción. Y los [illegible] de esos intereses [illegible] más fuertes revolucionarios [illegible] nistas del mundo. (c) La Nación

(Traducción de Jorge Ortiz [illegible])

(*) Autor del libro de [illegible] ción "Shining Path: The World's Deadliest Revolutionary [illegible]" Sendero Luminoso [illegible] revolucionario [illegible] mundo.

Nº DOCUMENTO

TITULO OPERACIÓN "MATO GROSSO".

PROCEDENCIA La República

FECHA 29/2/93

VINCULACIONES 11176 ✓ 10046 ✓ 65692 ✓ 11354 ✓ 66151 ✓ 11351 ✓ [illegible] ✓ [illegible] ✓ 10184 ✓ 65963 ✓ 10108 ✓ 11352 ✓

ENTRADA [illegible]
CRUCE [illegible]

LR 29/2

(2)

[illegible] por [illegible]

Dos millones de dosis de cocaína [illegible] Colombia fueron [illegible] en la "Operación Mato Grosso", [illegible] América y Europa, anunció la Guardia de Finanzas, la policía fiscal italiana.

Cuatro italianos fueron arre- [illegible] el lunes en Niza, en el sur de Francia, mientras descargaban casi 70 quilos de cocaína de [illegible], tras una investigación que duró varios meses.

Especialistas de las policías europeas habían notado que [illegible] partidas de cocaína provenientes de la América del Sur [illegible]

[illegible] Estados.

Los servicios de información de la Guardia de Finanzas (un cuerpo de policía militar italiano) [illegible] Colombia a [illegible] del Mato Grosso do Sul.

La cocaína [illegible]

[illegible] varios mercados europeos.

01/01

9203589

DOCUMENTO

[illegible]O

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA 1/3/92

VINCULACIONES 11176 ✓
65890 ✓
11354 ✓
11421 ✓
11663 ✓
11666 ✓
11352 ✓
65592 ✓
11662 ✓

En EE.UU. consumen el 70% de la cocaína del mundo

WASHINGTON, 29 (UPI). — En un dramático mensaje al Congreso norteamericano, el secretario de Estado adjunto de ese país, Melvyn Levitsky, admitió que "lamentablemente debo informar aquí que los Estados Unidos consumen el 70 por ciento de la producción mundial de cocaína".

Tras agregar información sobre lo que debatieron el presidente George Bush, los presidentes de Ecuador y México y el canciller de Venezuela en San Antonio, Texas, sobre un plan conjunto para combatir el tráfico y el consumo de drogas en América, Levitsky expresó: "Nuestra realidad es para temerla. La mayor parte de la cocaína que hay en el mundo es consumida por nuestros compatriotas. Si bien hemos tenido éxito en la lucha contra la heroína, haciendo bajar [illegible] de su uso, no ocurre lo mismo con el [illegible]. Sólo en este año hemos interceptado [illegible] toneladas, por un valor de 18 mil millones de dólares".

El secretario de Estado adjunto norteamericano reveló que "mucha de esa cocaína, [illegible] distribuida en [illegible] [illegible] por seres [illegible] que por [illegible] en [illegible] [illegible]". [illegible] puesto que en [illegible] toneladas de cocaína.

(2)

01/01

920359C

El Flagelo de la Droga no Conoce fin y Amenaza con Destruir la Naturaleza

Associated Press

■ La transformación de la hoja de coca en cocaína tiene nocivos efectos no sólo para las víctimas del consumo, sino también destruye la naturaleza.

MEXICO.— Queroseno, bicarbonato de sodio, amoníaco, ácido sulfúrico, potasa, éter etílico, acetona y ácido clorhídrico, son nombres comunes en el proceso de transformación de la hoja de coca en cocaína.

El uso ilegal de estos químicos en las selvas de Bolivia, Colombia y Perú, los mayores productores de coca y cocaína en el mundo, es sólo el inicio de un ciclo de destrucción que ha alcanzado niveles peligrosos para el ecosistema internacional.

El problema, con su carga de dramatismo, fue planteado en la cumbre antidrogas de San Antonio, Texas, la semana pasada. Los presidentes de esas naciones, más los de Ecuador, Venezuela, México y Estados Unidos, buscan nuevas vías para el control de esas substancias.

Los residuos químicos son arrojados a las laderas de las colinas ocasionando la muerte de árboles y suelos, o a los ríos amazónicos con el subsecuente daño a la vida fluvial.

Pero combatir el narcotráfico tiene a su vez repercusiones ecológicas propias. Para acelerar la destrucción de cultivos de coca, marihuana y opio, algunos países están recurriendo a la fumigación aérea en gran escala, con riesgos a la vida en todas sus manifestaciones.

Colombia, primer país productor de cocaína, al ver con alarma en el cultivo ilegal de la amapola el surgimiento de un nuevo giro del narcotráfico, ha ordenado el empleo del herbicida glifosato en un intento de controlar rápidamente la situación.

La Sociedad Ecológica Colombiana dijo que el producto químico afectaba "no sólo la flora y fauna del área sino también a las personas. Pero las autoridades creen que se trata de una cuestión de lógica. Lo que pueden hacer 200 o 250 policías en 15 días lo hace un helicóptero con 5 o 10 hombres en una jornada.

En el Perú, que produce más de la mitad de la coca mundial, el plan de fumigación de cocales con el herbicida "spiker" dio lugar a protestas de ecologistas y campesinos a fines de la década pasada. El gobierno del entonces presidente Alan García tuvo que cancelar las operaciones.

MASIVA TALA DE ARBOLES

Bolivia, en cambio, no ha tenido mayores problemas. En los últimos dos años ha erradicado más del 10 por ciento de su superficie de 58.400 hectáreas de cocales ilegales. El programa se inició hace casi un lustro mediante la sustitución de productos y apertura de nuevos polos de desarrollo, especialmente en la región del Chapare, con ayuda estadounidense.

Pero, el procesamiento de la coca no sólo produce contaminación ambiental, sino también una tala masiva de árboles amazónicos para abrir espacios para la siembra de la planta.

"La tala indiscriminada crea trastornos al ecosistema", expuso el presidente peruano Alberto Fujimori ante un grupo de ecologistas en Londres a comienzos de febrero. "El relave de las lluvias se lleva las substancias nutrientes del suelo que queda debilitado y sujeto a peligrosas erosiones".

Expertos de Washington han calculado que en el sistema hidrográfico amazónico, las plantaciones de coca, su procesamiento y las actividades del narcotráfico han destruido en la década pasada unas 700.000 hectáreas de selva, o el 10 por ciento de la selva tropical total destruida en el Perú en un siglo.

En un estudio del Departamento de Estado norteamericano se indica que las necesidades de la industria farmacéutica y la población indígena del Perú pueden ser atendidas con 16.000 hectáreas de coca. Los cultivos en ese país llegan actualmente a 250.000 hectáreas, aunque algunos cálculos particulares ponen la cifra en un millón.

Desde mediados de la década pasada, la destrucción de bosques tropicales llegó a unas 45.000 hectáreas en Bolivia, particularmente en la fértil región del Chapare. Pero, en Colombia el daño ha sido menos severo. En ese mismo lapso, la destrucción llegó a 30.000 hectáreas por plantaciones de coca, según datos oficiales.

Debido a la baja calidad de la hoja de coca, los cocaleros colombianos suelen abandonar sus predios después de tres o cuatro años de explotación. Pero eso no ocurre en Perú y Bolivia, donde los predios tienen una producción virtualmente ilimitada.

La tala indiscriminada de bosques amazónicos para la siembra de coca ha dado lugar a cambios en el sistema hidrográfico de la región y los técnicos le atribuyen los desastres naturales frecuentes de la última década.

En noviembre de 1987, un ciclo de lluvias torrenciales dio a lugar a las graves inundaciones en el valle del Alto Huallaga.

Unos cuatro años antes el río Uchiza arrasó con las viviendas de ribereños productores de coca, con un saldo de por lo menos 200 muertos.

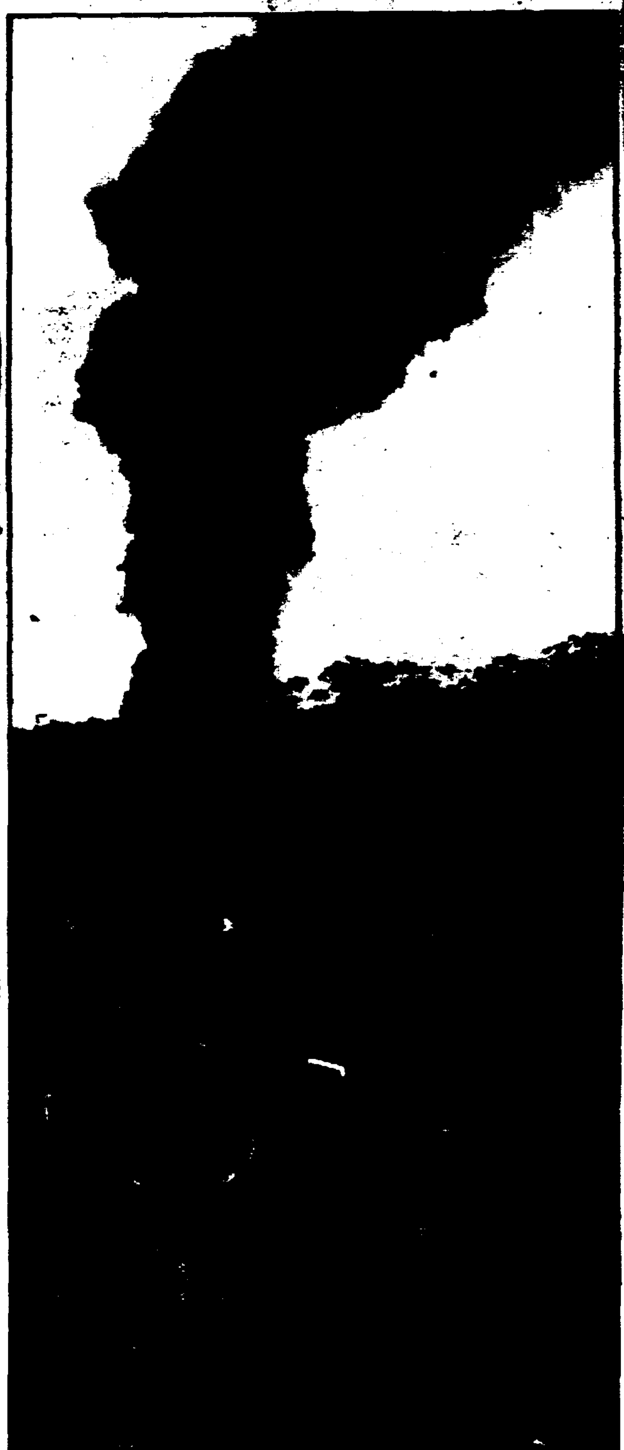
AFECTA A LOS RIOS

Por cada hectárea de coca ilegal se requieren dos toneladas de productos químicos hasta obtener la cocaína. Y según la Universidad Nacional Agraria de Lima, los campesinos usan también insecticidas y herbicidas para despejar los predios y preservar la salud de la planta de coca de mariposas y escarabajos.

La universidad dijo que en 1986, el río Huallaga, que fluye por el valle del mismo nombre, recibió unos 100.000 litros de desperdicios tóxicos por el procesamiento ilegal de la coca. En 1989, el volumen llegaba ya a 400.000 litros.

Los componentes de nitrógeno y fósforo de los fertilizantes, usados cada vez con más frecuencia en el cultivo de coca, afectan también los ríos y riachuelos ocasionando una proliferación de algas que ponen en peligro la vida de otros organismos acuáticos.

Como primer procesador de cocaína pura, Colombia ha sufrido similares daños. Para producir la droga que los cárteles de Cali y Medellín exportaron en 1990 fue necesario unos 20 millones de litros de éter, acetona y ácido clorhídrico, cuyos residuos fueron arrojados en ríos vecinos a los laboratorios, según expertos de la DEA. Pero los problemas ecológicos derivados de la producción de drogas no son sólo de interés local o regional. Existe también una preocupación mundial, aún cuando el efecto es todavía menor. La pérdida de bosques tropicales y la contaminación de los ríos contribuye potencialmente a las lluvias ácidas y modificación del equilibrio atmosférico, según expertos de las Naciones Unidas.



En una agreste zona colombiana, la Gendarmería quema un cultivo de hoja de coca.

Violência na Colômbia desafia esforços de pacificação

BOGOTÁ — Foi uma deprimente história de morte imitando a arte. Como a vítima de *Crônica de uma morte anunciada*, de Gabriel García Márquez, os índios Paez de El Nilo viveram seus últimos dias sob manifesta ameaça de morte. Durante quatro anos, uma viúva lhes permitiu que, enquanto requeriam títulos de terras do governo, cultivassem parte de sua propriedade no luxuriante Vale de Cauca. Mas, no dia 7 de dezembro passado, chegaram oito pistoleiros brancos e um advogado, anunciando que a terra fora vendida. Falando em nome de um novo e anônimo proprietário, o advogado ordenou que os 70 posseiros saíssem. Os pistoleiros incendiaram algumas cabanas e foram embora, prometendo voltar.

Seguiu-se uma semana de tensão, assinalada por apelos insistentes em favor dos índios. Em 15 de dezembro, o prefeito de Caloto, a sede municipal mais próxima, reagiu, prometendo uma "rigorosa investigação". Às 8h da noite seguinte, quando a tribo preparava café no fogo comunitário, cerca de 50 homens, com roupas pretas, máscaras e fuzis automáticos, invadiram a aldeia e incendiaram as casas restantes. Amarraram e amordaçaram 20 índios — 12 homens, quatro mulheres e quatro adolescentes —, obrigando-os a deitar com a cara no chão, e os mataram um a um, com tiros na nuca.

A Colômbia, que tem 32 milhões de habitantes, registrou 25.582 homicídios no ano passado. Mas nenhum, como o massacre de El Nilo, dramatizou tanto a frustração das mais corajosas medidas já adotadas nas últimas três décadas para pacificar a sociedade mais violenta do Hemisfério Ocidental.

Em meados de 1991, os colombianos tinham motivos para esperança. O governo desarmara quatro grupos guerrilheiros esquerdistas, iniciara conversações de paz com dois outros e prendera o chefe do sangüinário cartel da cocaína de Medellín. No dia 4 de julho uma assembléia eleita que incluía ex-guerrilheiros promulgou uma nova Constituição, ampliando os direitos das minorias políticas. O presidente César Gaviria definiu-a como "um tratado de paz" para a nova Colômbia.

Mas hoje o país parece navegar à deriva no mar do seu próprio sangue. Com guerrilheiros, esquadrões paramilitares, traficantes de drogas, criminosos comuns e vigilantes de bairros ainda em grande atividade, a taxa de homicídios da Colômbia em 1991 ultrapassou o recorde de 24.267 esbalecido em 1990. Também ultrapassou os 24.020 homicídios de 1991 nos Estados Unidos, que têm uma população aproximadamente oito vezes maior.

"Agora a morte ronda este pobre país!" clamou o editor Enrique Santos Calderón em seu jornal *El Tiempo*. "De que 'país novo' podemos falar, quando estão exterminando indígenas como nos tempos da conquista espanhola?" Com tantos grupos contribuindo para a violência, a tragédia de El Nilo acentuou a complexidade da teia de violência na Colômbia e a fraqueza de uma estratégia governamental que procura desarmar um grupo de cada vez.

Quintin Lame, um bando guerrilheiro de 150 pessoas formado pelos índios Paez para defender seus povoados e assentamentos, depôs as armas em junho passado, em troca de poder opinar na nova ordem política. Mas isso simplesmente abriu o Vale de Cauca a gente estranha, violenta e desestabilizadora — traficantes de heroína que estão se apossando de terras para cultivar papoula e são suspeitos de ordenar o massacre.

No funeral das vítimas, as pessoas aplaudiram furiosamente quando um líder indígena falou das promessas traídas e sugeriu que o Quintin Lame pegue novamente em armas. Investigar minuciosamente demais a violência é uma causa comum de morte na Colômbia, especialmente para juízes, jornalistas e ativistas dos direitos humanos. Mas uma corporação especializada de acadêmicos — os *violentólogos* —tem estudado o fenômeno a uma distância segura.

Remunerados para examinar como pode uma democracia criada por uma das economias mais sólidas da região derramar tanto sangue, eles oferecem várias explicações: valores cívicos e morais frágeis, distribuição injusta de terras, o atrativo do enriquecimento rápido com o contrabando, o clima de terra sem lei ao longo das vastas e desertas fronteiras, um sistema legal demasiadamente acovardado e corrupto para reprimir os instintos assassinos.

A contagem de cadáveres feita pelos *violentólogos* começa nas décadas de 1940 e 1950, quando a luta armada entre os partidos dominantes, Conservador e Liberal, matou mais de 200

mil. O conflito, conhecido como *La Violencia*, terminou com um pacto de partilha do poder em 1958, mas lançou as sementes dos conflitos futuros.

Esquerdistas excluídos do pacto bipartidário lançaram campanhas de guerrilha rural contra o Estado, nos anos 60. Isso levou os proprietários de terras a formar exércitos paramilitares que matavam os camponeses aliados, reais ou imaginários, dos guerrilheiros, com a ajuda de elementos do Exército e da polícia.

Traficantes de cocaína aderiram à violência sanguinária na década de 70, alinhando-se com os guerrilherios em algumas regiões e com as forças paramilitares em outras, para proteger suas riquezas. Nos anos 80, o cartel da droga de Pablo Escobar em Medellín formou seu próprio exército de *sicarios*, matadores de aluguel que assassinaram um procurador geral, um ministro da Justiça, três candidatos presidenciais e centenas de juízes e policiais, numa ofensiva terrorista contra todas as autoridades legais.

Assumindo a presidência em agosto de 1990, Gaviria recuou da estratégia de confronto adotada por seus antecessores. Ofereceu aos guerrilheiros cadeiras na Assembléia Constituinte, e 3.292 deles depuseram as armas. Propôs penas de prisão reduzidas aos chefões da droga, e 28 se entregaram. Com a rendição de Escobar em 19 de junho passado, acabou o pior do terrorismo — explosões de bombas em aviões e centros comerciais.

A nova Constituição abriu a vida política a ex-guerrilheiros e fortaleceu o Judiciário da Colômbia. Gaviria nomeou um civil para o Ministério da Defesa e publicou o primeiro relatório do governo, detalhando seus próprios abusos no campo dos direitos humanos. Foram feitas acusações de assassinato contra oito soldados do Exército e 13 policiais, por dois massacres acontecidos em 1991.

Como os colombianos estavam começando a se sentir mais seguros, Gaviria suportou no ano passado uma tempestade de protestos de uma minoria barulhenta, contrária à tolerância com Escobar. Mas agora a estratégia de pacificação está se desarticulando e, embora o governo pareça firme, a sensação de insegurança vem crescendo novamente. "A cada dia o fenômeno da violência vai se tornando mais incontrolável, generalizado, indiscriminado e cruel em nosso país", escreveu a Gaviria, em dezembro, o presidente do Supremo Tribunal, Pablo Cáceres.

As conversações iniciadas em junho passado com guerrilheiros remanescentes que comandam 7 mil combatentes foram interrompidas várias vezes. Resolvido a desarmar os rebeldes primeiro, o governo descuidou dos grupos paramilitares que ainda trabalham para traficantes de drogas ou atacam veteranos guerrilheiros que voltam à vida civil.

À medida que os rivais de Escobar lutam pelo negócio de drogas, a desintegração do seu exército particular tem provocado uma onda de seqüestros e roubos a mão armada em Bogotá, Medellín e outras cidades, causando o súbito crescimento de milícias de bairro que executam criminosos sumariamente. Preocupado com esses reveses, o governo pediu a opinião de seis ilustres *violentólogos*. No mês passado, num relatório de 224 páginas, eles recomendaram conferências de paz separadas e investimentos públicos de impacto nas sete regiões mais sangrentas da Colômbia, incluindo todas as entidades armadas em cada rodada de negociações.

"Em vez de dar prioridade ao desarmamento dos guerrilheiros em toda a Colômbia, o governo deve tentar desarmar regiões inteiras", disse Eduardo Pizarro, membro do comitê de assessoramento. "Se não o fizer, o processo de paz continuará frágil e reversível." Os estrategistas do governo sustentam há muito tempo que, uma vez desarmados os guerrilheiros, as forças paramilitares estabelecidas para combatê-los se dissolverão. Mas a comissão de *violentólogos* advertiu que os grupos paramilitares, que já são mais de 100, estão se fragmentando e escapando ao controle do Exército.

No Médio Vale Magdalena, por exemplo, o maior grupo paramilitar da Colômbia expulsou os guerrilheiros há anos. Mas o prometido desarmamento de seus 700 homens foi feito pela metade e suspenso em janeiro, depois que pistoleiros desconhecidos assassinaram o líder, Luíz Meneses, em meio a contendas internas. "Restaram poucos dos exércitos paramilitares originais, aqueles com uma clara missão anti-subversiva", disse Jorge Antonio Melo, conselheiro de governo para direitos humanos. "O que temos agora são pequenos esquadrões executando *vendettas* locais ... É difícil dizer o que é mais perigoso."

Polícia perde crédito e dá vez a milícias

Enquanto a Colômbia continua assolada por uma epidemia de violência, os esforços do governo se concentram na adoção de medidas mais rigorosas para o controle de armas. As autoridades governamentais calculam que 4 milhões de colombianos possuem, legal ou ilegalmente, armas de fogo que são responsáveis por mais de 80% dos homicídios.

As autoridades também estão gastando US$100 milhões para erradicar a ética do mate-e-fique-rico que o ex-chefe do cartel Pablo Escobar legou às pobres e explosivas *communas* do norte de Medellín — favelas em que a desacreditada polícia raramente se arrisca a entrar. Até agora, segundo informa Emma Maria Mejía, conselheira especial do presidente César Gaviria, foram contratados 500 novos professores — o que representa 30 mil crianças ociosas de volta à escola — e 36 mini-fábricas estão empregando 252 jovens.

Mas o esforço está sendo desafiado por um novo tipo de combate ao crime. Às 3h da manhã do dia 14 de setembro passado, 20 homens vestidos de negro, encapuzados e portando armas automáticas, subiram até a *communa* de Villa Turbay em Medellín. Bateram em várias portas e leram os nomes de uma lista, convocando 10 conhecidos vendedores de drogas e viciados. Nove deles foram levados a um terreno baldio, amarrados e fuzilados. Oito morreram. O décimo, um homem de 38 anos, foi deixado em casa com a advertência: "Cuidado com as más companhias."

A forma de execução era assombrosamente conhecida, mas os matadores não eram paramilitares direitistas nem homens da máfia. Pertencem às Milícias Populares, a última novidade nas ruas pobres de Medellín. As milícias são uma rede de vigilantes com 5 mil integrantes. Alguns são armados pelos grupos guerrilheiros de base rural a que estão ligados. Nos últimos meses, tomaram o controle das *communas* de Medellín das mãos das gangues de criminosos criadas pelo comércio de drogas.

"Aqui somos uma espécie de governo ... Nós somos a lei", alardeia Jacobo, um químico de 25 anos que fala pelas milícias mas não dá o sobrenome. "Nós advertimos as pessoas. 'Não usem drogas nas ruas, em frente das crianças.' Os infratores têm uma segunda chance. Se não se corrigirem ... (ele estala os dedos) ... morte!"

Diz Jacobo que as milícias mataram mais de 200 criminosos no ano passado. Era no início da noite e a rua onde ele falava, na *communa* Villa Socorro, fervilhava de gente fazendo compras, pedestres e pessoas esperando ônibus — uma cena de normalidade inimaginável há um ano. Jaime Suazo, o dono do bar da esquina, diz que fechou suas portas no final de 1990 e começou a servir drinques pela janela, depois que pistoleiros roubaram sua moto. "As milícias estão fazendo o trabalho da polícia", declara Suazo, no bar agora aberto e cheio de fregueses que acenam em sinal de aprovação. "Somos novamente uma comunidade."

As milícias são bem-vindas também porque levantam dinheiro para melhoramentos locais e dão força ao boicote dos consumidores, intimidando os cobradores das contas de eletricidade sob a mira das armas. Seus críticos dizem que eles estão extorquindo dinheiro dos comerciantes e subvertendo a autoridade legal.

"Eles executam um serviço comunitário, mas receio que o remédio seja pior do que a doença", afirma Manuel Restrepo, um *violentólogo* da Universidade de Antioquia em Medellín. "Estão reforçando a idéia de justiça privada e vingança. Esta é uma posição fascista."

Alguns *violentólogos* insistem na necessidade de amplas conversações de paz com as milícias, mas o governo prefere fazer esforços para isolá-los, restabelecendo a confiança do público na polícia. "É uma batalha lenta, indireta", diz o assessor presidencial e *violentólogo* Melo. "Não se pode simplesmente mandar o Exército atacar. Teríamos uma guerra civil."

Medellín, Colômbia — Reuter



Até a polícia [illegible]

C3

92035 92

Arquivo



Policiais colombianos percorrem uma plantação de coca atrás dos responsáveis

Máfia da droga deixa rastro de homicídios

No primeiro aniversário do assassinato do marido, 22 de setembro passado, Fabiola Borrero, 43 anos, foi à missa dominical na igreja de Santa Filomena, em Cali. Seu marido, advogado, tinha entrado em complicações com traficantes de drogas numa disputa de terras, e agora Fabiola, magistrada do Supremo Tribunal, acabara de receber um processo de drogas para examinar.

Quando voltava da fila da comunhão, um *sicario* (pistoleiro de aluguel), atirando de curta distância, atingiu-a no rosto. Atordoados e impotentes, os fiéis viram o pistoleiro correr para fora e fugir numa moto guiada por um cúmplice. A juíza morreu três dias depois.

Estava enganado quem pensou que a rendição do ex-chefe do cartel de Medellín, Pablo Escobar, iria deter a violência na Colômbia. Caminhões-bombas já não destróem quarteirões inteiros nas cidades, mas o perigo continua para juízes, camponeses que vivem em terras cobiçadas pela máfia e quem quer que se atravesse no caminho dos traficantes.

O assassinato da juíza em Cali aconteceu depois que o Supremo Tribunal ordenou a reabertura de um processo contra três alegados chefões do cartel da cocaína da cidade, que tem ligações indefinidas. Os controlados chefões de Cali, há muito tempo confiantes no suborno e outras formas indolores de persuasão, tranqüilamente assumiram o explodido cartel de Medellín de Escobar como os reis da cocaína. Mas ultimamente um grupo de traficantes mais jovens e arrojados, que operam no Vale de Cauca, entrou num comércio ilícito mais lucrativo — a heroína.

Desde setembro, a polícia descobriu e destruiu três laboratórios de heroína e grandes plantações de papoula, matéria-prima para a droga. Essas flores fizeram uma série de vítimas — como as 20 pessoas da tribo em El Nilo, ou os 66 corpos largados na mesma curva do Rio Cauca, em oito meses.

A polícia também apreendeu 75 mil quilos de cocaína em 1991, quatro vezes mais do que em qualquer ano anterior, e afirmou estar afugentando esse comércio da Colômbia. Rodrigo Losada, conhecido *violentólogo*, contesta a afirmação. Diz ele que as máfias da droga têm sido um fator importante em cerca de 40% de todos os homicídios nos últimos 15 anos. Se o tráfico está realmente em baixa, pergunta ele, por que a taxa de assassinatos não está?

"A taxa de homicídios tem mais a ver com o nível constante de armamentos no país", responde Jorge Antonio Melo, assessor do presidente Gaviria para direitos humanos. Ele calcula, por exemplo, que a rendição de Escobar deixou 1.500 *sicarios* desempregados, mas ainda armados, acostumados à riqueza fácil e treinados para uma vida autônoma no crime.

Guerrilheiros desempregados aderem ao crime

No dia 24 de novembro passado, Joaquín Rueda foi atender a alguém que batia à porta de sua granja. Dois pistoleiros entraram violentamente com uma refém, a mulher do executivo de uma TV de Medellín. Procurando um esconderijo, os homens mantiveram Rueda, sua mulher e quatro filhos em cativeiro na sua própria casa. Quatro dias depois, dois cúmplices se juntaram aos seqüestradores, mas a polícia estava na pista deles. Após violento tiroteio, a mulher do executivo, os quatro seqüestradores, o casal Rueda e dois filhos adolescentes estavam mortos.

À medida que ex-guerrilheiros desempregados e pistoleiros da máfia aderiram à onda de crimes, a Colômbia registrou mais outro recorde anual nos primeiros 10 meses do ano passado: 1.541 seqüestros. Segundo a polícia, 129 vítimas foram mortas, 701 pagaram resgate, 158 foram libertadas e as outras ainda estavam em cativeiro no início de novembro.

Os seqüestradores agora são o inimigo público número 1. A polícia formou 12 esquadrões especiais de resgate e afixou cartazes nas auto-estradas, com instruções para os motoristas evitarem seqüestros. As duas maiores cidades colombianas são as que têm mais problemas. Homens mascarados com submetralhadoras invadem restaurantes de Bogotá, roubando dinheiro e jóias dos fregueses. Em Medellín, os ladrões roubam 15 carros por dia, mais do que o número que sai das linhas de montagem da cidade e mais da metade do total nacional.

Oitenta e dois motoristas de táxi foram mortos em Bogotá, no ano passado. A taxa de homicídios de Medellín foi cinco vezes mais alta do que a de Washington. Em cada noite dos fins-de-semana, em média, 150 vítimas de tiros procuram um pronto-socorro de Medellín. "A rendição de Pablo Escobar atomizou a estrutura de poder do crime e desencadeou tremenda anarquia em Medellín", diz Emma Maria Mejía, conselheira especial do presidente. "A segunda, terceira e quarta camadas do cartel estão se matando mutuamente e liquidando cidadãos inocentes. No primeiro ano desse pós-guerra, não podemos esperar superar isso."

Nº DOCUMENTO

TITULO

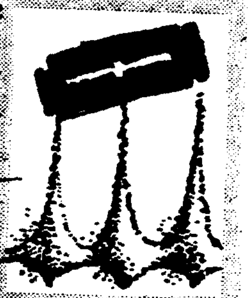
PROCEDENCIA Jornal do Brasil

FECHA [illegible] 1/3/92

VINCULACIONES [illegible] ✓
10946 ✓
1226 ✓
1254 ✓
1341 ✓
11514 ✓
11421 ✓
11663 ✓

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

Rota do tráfico inclui Brasília



Às vésperas de completar 30 anos, Brasília desponta como um dos principais centros de consumo de drogas e rota do tráfico internacional. Atualmente, passa pela capital do país quase uma tonelada de cocaína por ano e passageiros com passaporte diplomático levam, todo mês, pelo menos 10 quilos da droga para Madri ou Miami, em voos comerciais.

As investigações da Polícia Federal apontam a participação de funcionários públicos no tráfico. Uma [illegible] artista plástica está sob investigação e mais de 20 servidores do Congresso já foram [illegible]. A polícia já descobriu que até um ônibus do Ministério da Educação era usado para transporte de cocaína. (Pág. 8)

Brasília virou grande centro consumidor de cocaína

Ricardo Miranda Filho

BRASÍLIA — Perto de fazer 30 anos, Brasília consolida-se como um dos maiores centros de consumo de drogas no país e entra definitivamente para a rota internacional do narcotráfico. Por ano passa pela capital quase uma tonelada de cocaína, metade consumida na própria cidade. Mensalmente, entram na cidade cerca de 80 quilos de cocaína, e pouco mais de dez quilos embarcam livremente em aviões comerciais para lugares como Madri e Miami, levados por passageiros com passaporte diplomático, que não têm a bagagem revistada pela Polícia Federal. Quase 140 quilos de cocaína saem todo ano de Brasília para o exterior desta forma.

As investigações da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal indicam um grande envolvimento de funcionários públicos de todos os escalões na rede do tráfico de drogas que se montou na cidade. Somente no ano passado, foram enquadrados por uso ou tráfico de drogas mais de seis centenas de pessoas no Distrito Federal. Apenas a Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes indiciou neste período 223 pessoas. Pelo menos um quarto é de funcionários públicos. Um cadastro da Polícia Civil aponta mais de sete mil pessoas envolvidas com drogas. "O grande traficante mantém funcionários e contatos dentro das estruturas dos principais órgãos públicos", diz o delegado Teodoro Pereira, chefe da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes.

Numa investigação reservada, a polícia está vigiando, entre outras pessoas, uma artista plástica bastante conhecida, que aproveita suas freqüentes exposições pelas paredes do Congresso para vender cocaína. "A exposição é uma fachada para distribuir drogas", conta o delegado Teodoro.

Todos os cantos — "É muito difícil dizer hoje onde não tem droga na cidade", admite Teodoro. "Não quero alarmar ninguém, mas a situação do tráfico preocupa muito", concorda Eurípedes Alves Barbosa, diretor da Polícia Civil do Distrito Federal. Há duas semanas, policiais da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes, durante uma investigação reservada, prenderam um traficante com alguns gramas de cocaína e um cheque de uma diplomata do Itamarati. A funcionária foi chamada, negou conhecer o traficante e o caso foi encerrado.

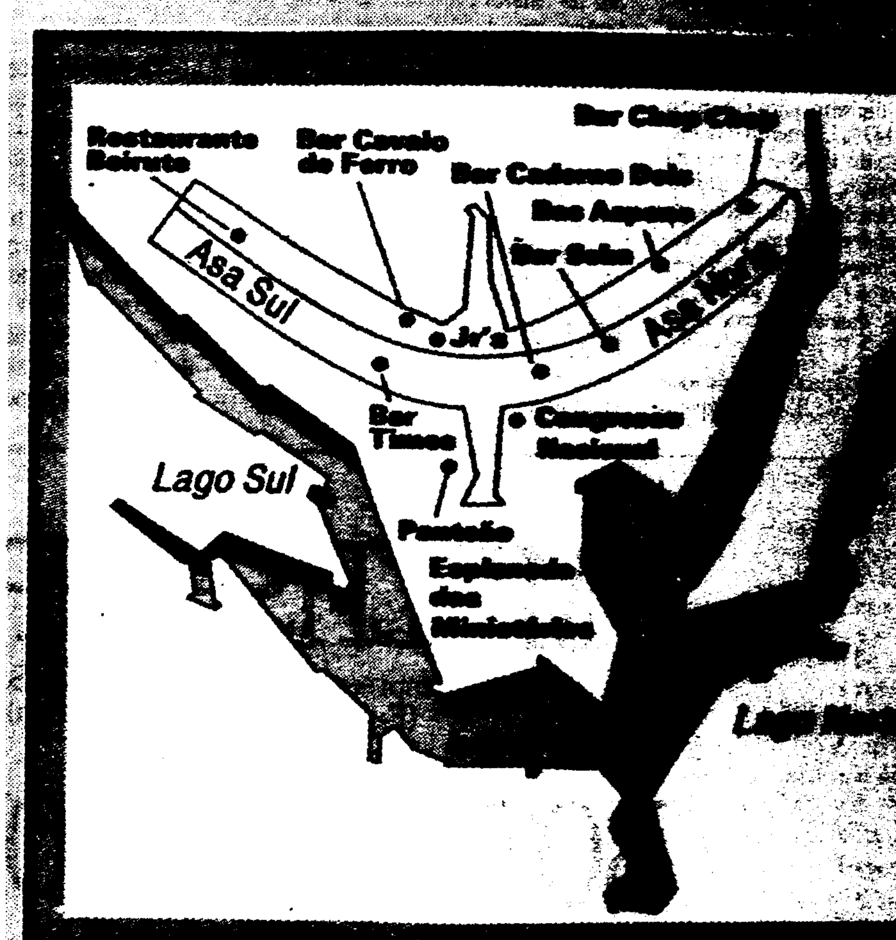
Alguns meses antes, a polícia prendeu um motorista de uma empresa particular que usava um ônibus do Ministério da Educação para a venda de maconha. "Como existem usuários de drogas dentro de qualquer ministério, não estranhamos que existam traficantes prontos a fornecer para essas pessoas", raciocina Teodoro. A Polícia Civil tem em seus arquivos processos por uso ou tráfico de drogas contra exatos 27 funcionários ou ex-servidores do Congresso Nacional. Pelo menos dois cumprem pena de reclusão, os traficantes Antônio Henrique Moreira, reconhecido como traficante internacional, e João Rodrigues Alves. Em meados do ano passado, a Polícia Civil chegou a mandar dois agentes investigarem o Congresso. "Encontramos tudo fechado", conta um deles.

Ao contrário do tráfico de drogas no Rio, com a distribuição concentrada nos morros da cidade e protegido por um arsenal digno de um exército, na capital federal as drogas estão bem protegidas por uma burocracia conveniente. As drogas que abastecem Brasília ficam escondidas em algumas dezenas de depósitos espalhados ao redor da cidade, em chácaras ou esconderijos subterrâneos nas margens das estradas que levam ao entorno, uma das áreas mais pobres e abandonadas de Goiás.

Na semana passada os policiais conseguiram autorização para investigar um depósito enterrado perto de uma curva no quilômetro 87 da BR-040, que liga Brasília ao Nordeste. Encontraram um enorme buraco cheio de caixas de papelão vazias. Os traficantes tiveram tempo para mudar a droga de local. "Temos entraves enormes para atuar fora do Distrito Federal", reclama Teodoro, que acrescenta uma denúncia. "Existe pelo menos um juiz que se recusa a dar mandado de busca para casa de traficantes", conta, pedindo para não mencionar o nome.

Segundo escalão — Num dos raros casos de prisões importantes de traficantes na cidade, a Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes conseguiu capturar José Aurimar Andrade Dias, considerado um traficante do segundo escalão. Outro traficante preso, Denis Mendes do Carmo, filho de um funcionário aposentado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aguarda sentença preso. "Não vou ficar muito tempo preso", aposta Denis.

A Polícia Federal acredita que o tráfico de cocaína em Brasília é comandado a partir de Mato Grosso e Rondônia. Mas alguns destes chefes do tráfico local vivem mesmo nas cidades do entorno, como Formosa e Valparaíso, e em cidades-satélites como Ceilândia. Outros comandam o tráfico da cadeia, como o traficante Antônio Alves Rodrigues, o *Toninho do Pó*, preso atualmente no Presídio da cidade goiana de Anápolis, mas que controla todos os pontos de Abadiânia, sua cidade natal. Num depoimento recente, *Toninho* admitiu que em apenas oito anos colocou duas toneladas de pó em Brasília. "Temos suspeitas de quem comande a entrada e saída de drogas de Brasília, mas não temos como alcançar estas pessoas. Os comandantes do tráfico na cidade a gente não pega porque eles nunca tocam na droga e apenas recebem o dinheiro", diz o delegado Teodoro.



Brasília — Fotos de Luiz Antônio



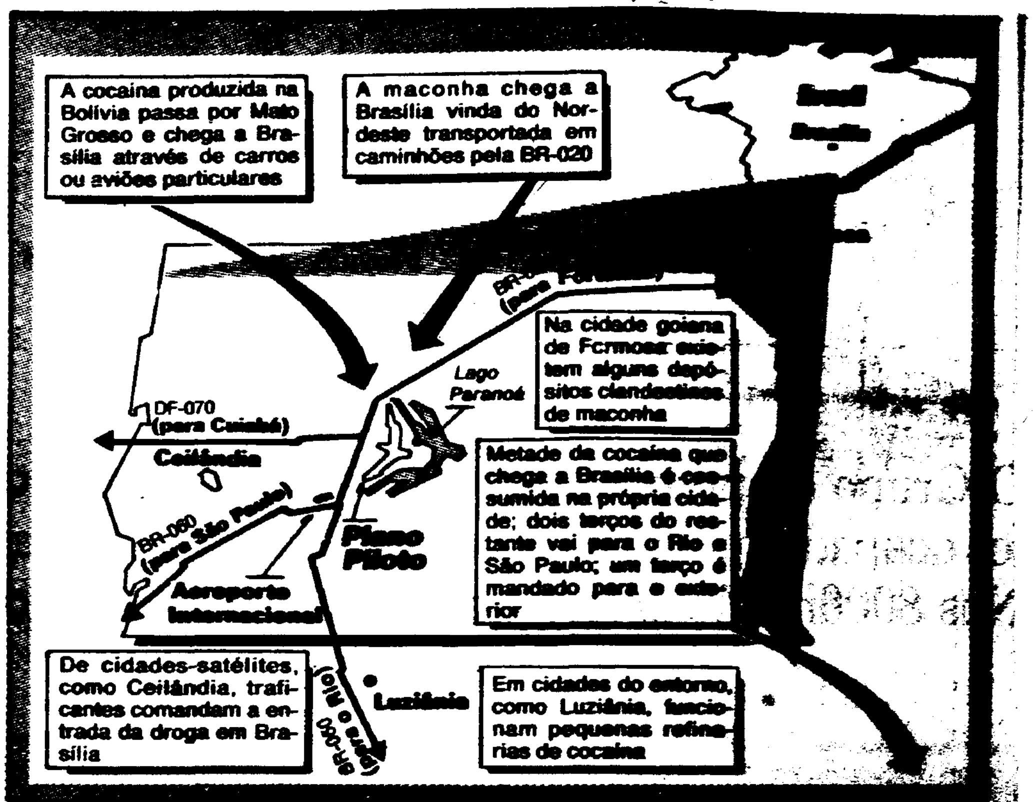
Valdemar: "Quem não tem ganho direto com a droga está aterrorizado"

Tráfico ocupa ruas da Ceilândia

Um dos mais conhecidos paraísos do tráfico de drogas no Distrito Federal fica muito longe dos pontos da moda freqüentados pela juventude rica do Plano Piloto. Fica numa rua no meio da cidade-satélite mais pobre do Distrito Federal, a Ceilândia, com 360 mil habitantes (110 mil a mais que o Plano Piloto), que lidera os índices de violência na região, com um assassinato a cada três dias. Na Ceilândia foi registrado no ano passado o maior número de prisões de traficantes, quase 50, que circulam livremente em algumas ruas, enquanto a maioria dos moradores morre de medo de sair de casa. "Estamos esquecidos e com medo", desabafa o motorista desempregado Valdemar Barros, assaltado há 15 dias por dois meninos armados, a menos de 300 metros de sua casa.

Valdemar e a mulher Maria de Lurdes moram com os filhos Alan, de 10 anos, e Alex, de 2 anos, na pior destas ruas, a QNN 07. "Nesta quadra praticamente todos os moradores têm algum ganho direto ou indireto com o tráfico de drogas e os poucos moradores que não participam estão aterrorizados", reconhece o delegado Teodoro Pereira, chefe da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes do Distrito Federal. A maior preocupação de Valdemar, que já trabalhou como garimpeiro no garimpo de Peixoto de Azevedo, em Mato Grosso, é com o filho Alan, que tem sido abordado na rua com propostas para trabalhar para o tráfico. "Aqui a gente se junta a eles ou se esconde", conta Alan, que não sai de casa e vai e volta da escola, que fica a apenas 500 metros, levado pelo pai, de carro. Numa das últimas vezes que saiu sozinho, de dia, levaram sua bicicleta.

A família Barros gostaria de deixar a QNN 07. Valdemar chegou a morar em outra cidade-satélite, Taguatinga, mas os preços dos imóveis naquele local também são inacessíveis para sua renda — hoje limitada a bicos como cabeleireiro. Todas as economias, junto com o relógio e a aliança, foram levadas num assalto. "A maioria dos ladrões é de viciados querendo dinheiro para comprar tóxico", conta Valdemar, que cercou a casa com um muro alto e botou um cadeado no portão de ferro.



Aviões chegam de Mato Grosso

A partir da prisão de alguns traficantes, da apreensão de drogas e da descoberta de depósitos clandestinos ao redor de Brasília, a Polícia Federal e a Polícia Civil conseguiram traçar as principais rotas do tráfico de maconha e cocaína para Brasília. A droga boliviana entra no país pela fronteira de Mato Grosso e aterrissa em Brasília levada por aviões particulares, que tomam rotas diversas. Podem permanecer em Brasília, onde ficam estacionados nos hangares vizinhos ao Aeroporto Internacional. As aeronaves podem ainda descer em Goiânia e a droga seguir de caminhonete para refino perto da cidade goiana de Formosa. Segundo a polícia, existem pequenas refinarias clandestinas na área rural das cidades goianas limítrofes do Distrito Federal, o chamado entorno.

A cocaína pode ainda ser vendida em pasta, a chamada merla. Esta droga, comparada ao *crack*, mas geralmente misturada com talco ou vidro moído, é muito consumida na periferia de Brasília (é a preferida dos viciados na cidade de Ceilândia), mas não conta com a simpatia do mercado mais exigente do Plano Piloto. Dos cerca de 80 quilos de cocaína que entram [illegible] cidade, segundo um [illegible] de Tóxicos e Entorpecentes, [illegible] na cidade. Do restante, cerca de [illegible] mensalmente Brasília em direção a [illegible] tros, principalmente Rio e São Paulo. Outros 12 quilos embarcam em aviões [illegible] para o exterior. A Polícia Federal tem apenas [illegible] tes de plantão no Aeroporto, quando [illegible] necessários pelo menos 15.

A maconha que [illegible] em Brasília vem de várias localidades do interior do Nordeste, [illegible] conhecida a cidade de Cabrobó, em Pernambuco. Os carregamentos de maconha, [illegible] portados em ônibus de passageiros e caminhões, convergem para a cidade de [illegible], na Bahia, de onde seguem para depósitos localizados no entorno. Alguns dos depósitos [illegible] pela polícia ficavam em torno da cidade de Formosa. [illegible] predomine a cocaína, já foram encontrados na cidade indícios de heroína, LSD e até um tipo artesanal de *crack*, feito com merla, cocaína em pó e bicarbonato de sódio.

Muito 'pó' para pouco policial

O circuito de distribuição da droga no Plano Piloto, principal ponto de consumo, obedece a uma regra comum de mercado. Onde existe concentração de pessoas, existe um ponto de venda de droga. Como admite a polícia, podem ser encontrados vendedores de cocaína ou de maconha em todas as quadras residenciais da cidade e em pelo menos duas dezenas de restaurantes e bares conhecidos.

"Estamos desaparelhados para combater o tráfico", resume o delegado Teodoro Pereira, chefe da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes do Distrito Federal, que comanda uma equipe de 50 pessoas. Mas há planos para melhoria do combate ao tráfico: está com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, um projeto que pretende reformular completamente o combate ao narcotráfico na capital federal. O projeto cria duas delegacias de Tráfico e Entorpecentes no Distrito Federal e eleva para 200 o contingente de policiais civis no setor.

As duas delegacias seriam comandadas por uma coordenação especial. Uma das delegacias cuidaria especificamente da área do Plano Piloto e cidades vizinhas e outra para cuidar das cidades-satélites de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. "Só vamos chegar aos peixes maiores se o sistema nos permitir", acredita o delegado Teodoro. "O traficante continua sendo beneficiado no país por uma filosofia de encolher os setores que combatem o tráfico de drogas", diz.

Conhecimento — "Saber onde estão os vendedores de droga, a polícia sabe", conta um policial de uma das delegacias do Plano Piloto. "Mas não temos gente para sair prendendo todo mundo", explica ele. "Fui em muita festa na cidade com droga rolando, mas a gente faz vista grossa", admite outro policial. "A gente consegue droga onde e quando quer", garante um lavador de carro, preso pela polícia na semana passada durante um assalto, quando levava maconha. Como a maioria dos viciados sem dinheiro para sustentar o vício, ele decidiu roubar para comprar pelo menos alguma anfetamina. Ele estava tão alterado quando foi preso, que o interrogatório só pôde ser feito no dia seguinte. "É costume dar uma *fumada* para dar coragem", explica.

Cocaína — A Polícia Civil tem cadastrados os nomes de 7.176 pessoas envolvidas com drogas na cidade. Somente no ano passado, a Polícia Civil enquadrou seis centenas de pessoas por uso ou tráfico de drogas no Distrito Federal. Nos dois primeiros meses deste ano apenas a Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes indiciou 38 pessoas por uso e tráfico de drogas. Foram apreendidos 46 quilos de maconha, além de cocaína e merla ou sulfato de cocaína. "Alguns pontos tradicionais de maconha estão sendo transformados em pontos de coca", reclama um usuário de maconha. "A cocaína começa a ser disseminada mesmo nas classes mais baixas e os viciados fazem de tudo para poder comprar", revela a psicóloga Priscila Fernandes, do Cordato, da UnB.

A polícia confirma que o comércio de cocaína em Brasília, muito mais rentável para o traficante, já supera o de maconha ou de anfetaminas. Pelas ruas da cidade, os usuários de cocaína informam que o preço do grama da droga está indexado ao preço do ouro. Um grama de cocaína custa um grama de ouro, ou Cr$ 18 mil. Nos bares da cidade, cem gramas de maconha custavam na semana passada cerca de Cr$ 40 mil.

Os registros das 20 delegacias policiais espalhadas pelo Plano Piloto e 11 cidades-satélites mostram que neste período foram presas 190 pessoas por tráfico de drogas e outras 188 por uso de drogas diversas. Apenas no Plano Piloto foram presos 48 traficantes e 56 usuários de drogas. A Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes indiciou no ano passado 223 pessoas, sendo 129 por tráfico e 92 por uso de drogas. Foram abertos 144 inquéritos policiais. Foram apreendidos neste período 70 quilos de maconha, 25 quilos de cocaína e outros 13 quilos de merla.

Um quarto dos jovens já experimentou drogas

O perfil da população de crianças e adolescentes da cidade foi afetado pelo aumento do tráfico de drogas em Brasília. Uma pesquisa da Escola Paulista de Medicina mostrou que pelo menos um quarto das crianças que estudam em escolas públicas de 1º e 2º graus da capital já experimentou algum tipo de droga, desde solventes e calmantes até maconha. Outra pesquisa da Soma Pesquisa de Opinião e Mercado, feita no segundo semestre do ano passado, com 450 adolescentes entre 13 e 14 anos, mostrou que 37% deles já experimentou, pelo menos uma vez, algum tipo de droga leve, como maconha. "Estas pesquisas de rua costumam estar subestimadas porque as pessoas podem ficar constrangidas", reconhece Ricardo Pena, diretor da Soma. "O número de traficantes e consumidores está crescendo em proporção maior que as apreensões", garante o delegado Arnaldo Corrêa.

Os números não são precisos, mas de acordo com o Conselho de Entorpecentes, existiriam cerca de 100 mil usuários de drogas em Brasília. "A falta de oportunidades de trabalho e lazer para os jovens da cidade causa uma desestímulo muito grande", interpreta a psicóloga Priscila Fernandes, que trabalha no Cordato, da Universidade de Brasília (UnB), uma das 11 instituições públicas e particulares criadas em Brasília para o tratamento de toxicomanos e alcoólatras.

No ano passado estas 11 instituições atenderam a cerca de 5.400 pessoas, sem contar os serviços de atendimento por telefone. O Cordato, com apenas quatro funcionários (eram 18 técnicos há dois anos), atende atualmente a 20 jovens, a maioria de usuários de drogas a quatro ou cinco ambos, metade de classe média e alta, todos entre 20 e 23 anos. "Todas as instituições estão lotadas e com longas filas de espera", conta José Norberto Fiuza, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal.

Festas — Segundo os responsáveis por estas instituições, a maioria dos usuários revela alguns padrões de comportamento. Usam vários tipos de droga, o chamado poliuso, têm fornecedores tradicionais e costumam frequentar os mesmos lugares, sem receio da repressão ao tráfico. "Eles contam que todo bar, toda festa, e quase todas as quadras, têm bocas de fumo", relata Priscila. Uma usuária de drogas contou que na cidade as grandes festas regadas a cocaína foram trocadas por festas mais fechadas com dez a quinze pessoas. "Em festa grande, a gente só cheira mesmo no banheiro", conta.

Nos últimos dois anos, foram comprovados entre os pacientes do Cordato dez casos de Aids. Pelo menos um morreu. Uma pesquisa informal entre estas entidades revela que um em cada três casos da doença ocorre entre usuários de drogas injetáveis. "Estamos agora apelando aos viciados para aderirem a uma toxicomania limpa, pedindo que troquem a picada pela cheirada", conta Priscila. Um dos pacientes contaminados pela doença, era um menino de rua, sem família ou lugar para morar.

Uma das principais preocupações da polícia hoje é com a Universidade de Brasília (UnB), protegida das batidas policiais pela autonomia universitária. O economista Cristovam Buarque, quando foi reitor da universidade, comprou a briga mais séria com o delegado Teodoro Pereira, chefe da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes. Teodoro mandou indiciar todos os estudantes que participaram há alguns anos de uma passeata em favor da legalização da maconha e Cristovam acusou o delegado de abuso de poder.

O delegado lembra um caso curioso. Alguns anos atrás, um professor estranhou algumas das substâncias que estavam sendo usadas por um de seus alunos no Laboratório de Biologia da UnB e chamou a polícia. Ao dar uma batida no laboratório, os policiais da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes do Distrito Federal encontraram, entre reagentes e tubos de ensaio, dez quilos de maconha. A droga estava sendo guardada no local por um estudante de engenharia com a ajuda de um funcionário do laboratório.

LN Domingo 1º de marzo de 1992

Secuestran 700 kilos de cocaína

Cargamento: 705 kilogramos de cocaína fueron decomisados en dos operativos que no estaban vinculados entre sí y fueron realizados por las fuerzas policiales de España y Colombia.

BOGOTA, 29 (EFE).– El Ejército colombiano decomisó 505 kilogramos de cocaína y capturó a diez personas tras descubrir la droga en una casa de Buga, ciudad situada en el sudoeste del país, cercana a Cali, informaron fuentes policiales.

Un vocero militar precisó que unidades de un batallón de artillería se incautaron de la droga, al parecer perteneciente al Cartel de Cali, en una acción efectuada ayer, en una casa del casco urbano de Buga.

En la casa registrada existía un laboratorio para refinar cocaína, en donde fueron apresadas las diez personas, cuyos nombres no fueron facilitados, y también se secuestraron líquidos para procesar drogas, así como armas y automóviles.

Las mismas fuentes indicaron que el decomiso de cocaína es el más grandes desde diciembre último, cuando el Ejército halló, en Canalete, más de siete toneladas de la droga y detuvo a otras tantas personas implicadas en el alijo.

Nº DOCUMENTO

TITULO 200 kg. de cocaína en Barcelona.

PROCEDENCIA La Nación

FECHA 1/3/92

VINCULACIONES 11176 10072 11354 11352 11675 11226 11224 65592 11214 11229 11422

F

TRADO

CRUZADO

200 kilogramos en Barcelona

MADRID, 29 (AFP).- Doscientos kilogramos de cocaína procedente de Colombia fueron decomisados el sábado por la noche en Barcelona en el interior de moldes para juguetes de plástico, novedoso método para introducir la droga en España y que la policía cree revela la posible existencia de un nuevo cartel colombiano.

Dos ciudadanos de esa nacionalidad fueron detenidos casi simultáneamente en Madrid. Uno de ellos fue identificado como Alvaro Enrique Astudillo Orozco, que poseía en esta capital una firma de importación y exportación y residía desde hace tiempo en España legalmente y como asilado político.

El vocero de la Dirección General de Policía reveló que Orozco obtuvo el asilo diciendo que había pertenecido a una fracción del Partido Comunista colombiano y era perseguido. Con el cayó en manos de los agentes su compatriota Guillermo Alexander Rojas.

Se cree que la compañía de Orozco pudo servir como tapadera para el envío y recepción de la cocaína que había llegado hace varias semanas al puerto de Barcelona, enviada por una firma radicada en Barranquilla, Colombia.

Los bultos, según la documentación que los acompañaban, contenían moldes para la fabricación de juguetes de plástico. La policía hizo abrir los bultos y efectivamente contenían los moldes, pero en su interior estaban los paquetes con cocaína.

El portavoz policial hizo hincapié en que, contrariamente a lo que suele suceder, los envoltorios no traían "la marca" de ninguno de los carteles colombianos conocidos, por lo que quizá se trate de un nuevo cartel, extremo que están investigando en colaboración con la policía colombiana.

LN 1/3

01/01

9203596

DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA La República
FECHA 1/3/92
VINCULACIONES

62[illegible]

11352
10034 / 11665
11663 / 11169
11356
67330
10180

ENTRADO
CERRADO

Cumbre de San Antonio decidió mundializar guerra antinarcóticos

Uruguay figura entre países donde se lavan "narcodólares"

Uruguay figura entre los países donde los "narcodólares" fluyen y se lavan, según el informe anual del Departamento de Estado sobre la lucha contra las drogas, [illegible]. El documento afirma que 1991, fue el [illegible] consecutivo en que [illegible] importantes en la lucha [illegible]cóticos y que los progresos más resaltables se [illegible] en el continente americano "donde los gobiernos intensificaron sus campañas coordinadas contra los Carteles de la droga".

El informe es un volumen de casi 500 páginas, destinado al Congreso y del cual depende la elegibilidad para recibir ayuda norteamericana. El mismo establece que las Policías de América Latina y Estados Unidos decomisaron uno de cada tres kilos de cocaína potencialmente producidos en el hemisferio en 1991.

En una carta que acompaña el informe, el presidente George Bush "certificó" que 22 países que son fuente o puentes de drogas hacia EEUU han demostrado suficiente voluntad de cooperación para ser considerados elegibles.

Entre ellos están trece del continente, incluyendo por primera vez a Venezuela que se ha transformado en [illegible] y base de operaciones de los narcotraficantes colombianos. Menciona también, de acuerdo con el cable de AFP que los "narcodólares" fluyen y se lavan en Colombia, Argentina, Brasil, Ecuador, Paraguay, Uruguay, Venezuela, Islas Caymán y [illegible], además de Hong Kong, [illegible], Bangkok y varios [illegible], y están [illegible] en los débiles sistemas [illegible] de la Europa [illegible], dice el informe.

Luego de [illegible] sobre las [illegible]

01/01

9203597

ALOMBUIO

Nº DOCUMENTO ....

TITULO ....

PROCEDENCIA El País

FECHA DE RECEPCIÓN 1/3/92

VINCULACIONES 11176 /
20232 /
11375 /
11648 /
11237 /
11226 /
11230 /
11166 /
11166 /

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

De Nuevo Debaten en Alemania Legalizar las Drogas Blandas

BONN, 29 (EFE).— [illegible]

[illegible]

En 1991, el número de de- [illegible]

01/01

9203598

Nº DOCUMENTO ....

TITULO ...... OPERATIVO « SOL SIN DROGA ».

PROCEDENCIA Clarín

FECHA ... 1/3/92

VINCULACIONES ...... 11176 /

10033 /

11341 /

11354 /

11352 /

11351 /

11663 /

11349

Balance antidroga

Un total de 400 kilos de marihuana y 45 de cocaína fueron incautados en los 107 procedimientos que se realizaron durante la temporada de verano en el marco del operativo Sol sin droga, informó el secretario de Lucha contra el Narcotráfico y la Drogadicción, Alberto Lestelle. [illegible]

buques, 32 aviones, y 45 trenes.

01/01

9203599

ENTRADO

CRUZADO

EN UN INFORME DEL DEPARTAMENTO DE ESTADO DE EE.UU.

Elogian el avance de la lucha antidrogas en Latinoamérica

Gracias a la cooperación internacional, América latina ha obtenido durante 1991 grandes avances en la lucha contra la droga, según un informe del Departamento de Estado de EE.UU., difundido en las últimas horas. Se destaca que México y Colombia tuvieron la mayor participación en la incautación de 200 toneladas de droga a los narcotraficantes. El estudio revela que hay temores respecto al opio y la heroína, a la que algunos traficantes norteamericanos llaman la "droga del porvenir".

WASHINGTON (AFP). — Según el Departamento de Estado de los Estados Unidos, "se han logrado progresos importantes en la lucha contra la droga durante 1991 en América latina, gracias a la cooperación internacional, pero algunos países siguen realizando esfuerzos insuficientes y los grandes traficantes conservan todavía gran poder o influencia".

México y Colombia

Publicado ayer en todas las ciudades norteamericanas, el Informe sobre la estrategia internacional de control de narcóticos —estudio elaborado anualmente por el gobierno de los EE.UU.— revela que "de las 200 toneladas de cocaína incautada en América latina, 138 corresponden a México y Colombia". En los Estados Unidos, el volumen de droga incautada el año pasado equivale a 12.000 millones de dólares, "una suma mayor a todo el presupuesto antidroga norteamericano", señala el estudio.

Por las cifras que se manejan en el texto, los países latinoamericanos han registrado "los progresos más significativos", al disminuir la producción de coca por segundo año consecutivo.

Según un artículo editorial del informe, "rendimos homenaje a los esfuerzos de la mayor parte de los dirigentes sudamericanos, pero a pesar de los éxitos de la lucha antidroga, los grandes carteles siguen fuertes, bien armados y con enormes recursos. Su enorme liquidez les permite manipular el mercado para controlar la oferta y la demanda y utilizar sus recursos financieros para corromper a sociedades enteras".

En una de sus 470 páginas escritas en inglés, el informe señala que Surinam "aún es fuente de inquietud, porque grandes cantidades de cocaína siguen transitando por sus rutas camino a las naciones de Europa y los Estados Unidos".

El temor al opio

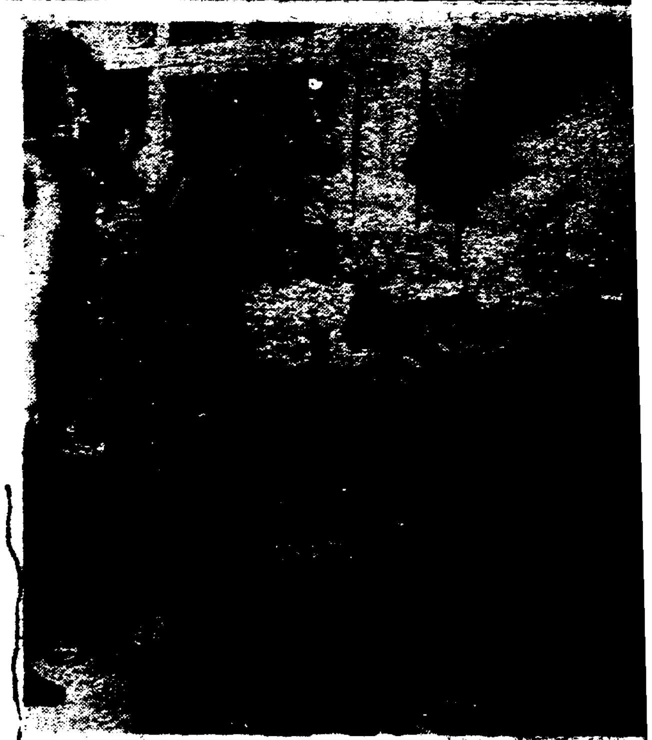
En un aparte dedicado a "las otras drogas", el texto aclara que "aunque la lucha contra la cocaína —principal amenaza contra los Estados Unidos— esté bien encaminada, la producción de opio y el consiguiente tráfico de heroína va en aumento". Más rentable y menos mortífera, en términos de tiempo para sus consumidores, la heroína es considerada por algunos traficantes norteamericanos como "la droga del porvenir", y en el texto elaborado por el Departamento de Estado se destaca "la posibilidad preocupante" de una extensión del cultivo del opio en el continente sudamericano.

"Actualmente, el opio proviene de Asia y Oriente Medio, donde la mayoría de la producción es cultivada en Birmania y en Afganistán. El cultivo allí es tan intenso, que alguna de las dos regiones podría abastecer por sí sola la mayor parte de la demanda mundial de heroína", sostiene el informe norteamericano.

Segundo productor después de Birmania, Afganistán incrementó su cultivo anual de opio, para pasar de 12.000 hectáreas en 1990 a 17.000 en 1991. Otro país señalado por el estudio es "Irán, que no ha hecho ningún esfuerzo por impedir el paso de la droga por su territorio hacia Turquía o Europa occidental".

Siria también es considerada "responsable" en el avance mundial del narcotráfico, y en el texto editorial se sugiere que "Washington sancione al Líbano por razones de interés nacional".

Luego de detallar el comportamiento de algunos países implicados en el narcotráfico, el Informe sobre la estrategia internacional termina recalcando que la región latinoamericana "ha interpretado, sin dudas, el peligro de la penetración de la droga en sus naciones".



Según un informe del Departamento de Estado de [illegible] avance en la lucha contra la droga [illegible] co latino, donde se confiscaron 200 toneladas de [illegible]

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA MAÑANA

FECHA 2/3/92

VINCULADOS 11476 / 10020 / 11341 / 11666 / 13511

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

Mayor contrabando de drogas

FRAY BENTOS. (Por Luis Mario Nan). Prosiguen las investigaciones en torno a lo que el propio Director Nacional de Aduanas, Tte. Cnel. Armando Méndez calificó como "El mayor contrabando de drogas aprendido en nuestro país".

En los laboratorios de la capital son analizados minuciosamente los 27 ladrillos de marihuana para especificar el grado de pureza que tienen y también posteriormente determinar su valor de comercialización, pero se estima que ascendería a más de N$ 215.000.000.

Ya está alojado con medidas de seguridad en la cárcel "Granja de Cañitas", cercana a esta ciudad, el joven de 21 años oriundo de Montevideo, cuyas iniciales corresponden a B.A.G.F. que fuera procesado y remitido por el delito de "Introducción y comercialización de drogas", persona ésta que carecía de antecedentes penales.

La que sí tendría antecedentes, pero por consumo de estupefacientes, es la joven que le acompañaba y dijera ser su novia, que en un principio declaró tener 17 años de edad, pero posteriormente se estableció que tenía 23 años.

La joven, como se recordará, fue dejada en libertad al igual que la madre y la abuela del procesado, que sufrió una crisis nerviosa al enterarse del ilícito que cometiera su nieto.

¿Quiénes recibían la droga?

El valor sumamente millonario de este inmenso embarque que se pretendía introducir al país, está indicando a las claras que una organización muy poderosa se encuentra detrás de todo esto y que sus integrantes la iban a comercializar presumiblemente en la zona Este.

Igualmente el ahora remitido continúa aferrándose a sus primeras declaraciones, en las que decía que a sus contactos los conoce solamente por sobrenombres.

Se sabe que la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia se encuentra trabajando arduamente, teniendo como base las parcas declaraciones del traficante apresado.

Mientras tanto aquí se entiende que no sería este un viaje aislado, sino que se habría realizado en forma reiterada, lo que estaría indicando que Fray Bentos formaría parte del circuito de circulación y distribución del narcotráfico en el Sur de nuestro Continente.

0101

9203601

BOLIVIA

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROC[illegible] La Nación

FE[illegible] 3/3/92

VI[illegible] 11176

10072

10043

11354

~~11234~~

ENTRADO

CRUZADO

Reparto de agua.

SEVILLA, 2 (EFE).– Bolivia, [illegible] ... [illegible]

01/01

9203602

F

TRAFICANTE DAVA COCA PARA CRIANÇAS

Um traficante foi preso durante o carnaval, na Baixada Santista, quando pàssava cocaina na boca de crianças. Márcio Gomes de Araújo, 23 anos, distribuia o entorpecente para mais de uma dezena de crianças que brincavam em frente a um prédio residencial localizado na Avenida da Praia do Boqueirão, no municipio de Praia Grande. Segundo testemunhas, Márcio estimulava os menores a experimentarem o pozinho, sob a alegação de que ficariam mais animadas para pular o carnaval.

01/01.

Nº DOCUMENTO

TITULO

La República 5/3/92

11224 11233 11214 11514

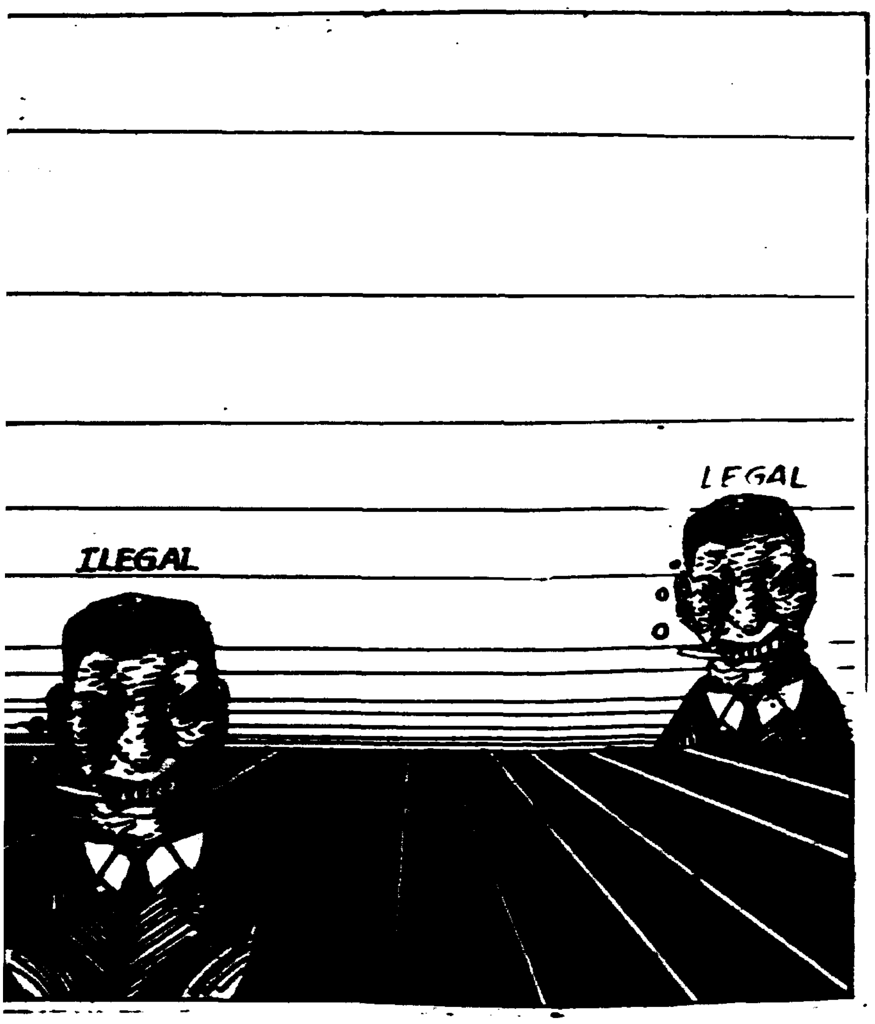
TRADO

CRUZADO

Entra hoy en vigor una ley para controlar a los 90 mil miembros de la yakuza

Una ley antimafia en Japón

El delito organizado recauda unos 12 mil millones de dólares al año y ejerce clara influencia en grandes empresas y cúpulas políticas



La yakuza (mafia japonesa) se agrupa detrás del cuello blanco y las corporaciones fantasmas para sortear la nueva ley contra el delito organizado que hoy entra en vigor. El principal sindicato mafioso solicitó en enero la legalización de uno de sus grupos bajo el nombre de Liga por la Purificación de Japón. Sus objetivos declarados fueron la lucha contra la droga, uno de los negocios más prósperos de organizaciones que se enriquecen con el chantaje o el asesinato. Un jefe se presentó como director de una organización religiosa.

EL PAIS de Madrid
EXCLUSIVO PARA LA REPUBLICA

■ Fuentes policiales han reconocido que la nueva ley difícilmente podrá desmontar los negocios registrados legalmente por los padrinos de los principales sindicatos, ni combatir su complicidad con muchas empresas niponas.

La influencia y penetración de la yakuza en los distintos estamentos de la sociedad japonesa, con cerca de 90.000 miembros y 3.300 agrupaciones, es enorme. Su capacidad de recaudación, cerca de 12.000 millones de dólares en el último ejercicio, según un cálculo de la policía, superó en 1989 las ganancias de Sony.

La ley aprobada por la administración nipona permite a la policía clasificar a siete sindicatos mafiosos como "organizaciones delictivas" y reducir su margen de maniobra y sus ingresos relacionados con el juego, la intimidación, los préstamos con usura o la mediación en demandas judiciales civiles. Se confía en que su progresiva ilegalización facilite el paralelo alejamiento de los políticos de fuentes de financiación sospechosas de connivencias con el delito organizado. Un 30 por ciento de los ingresos mafiosos proceden de las actividades colocadas en el punto de mira de la nueva ley, que establece multas a partir de un millón de yenes (7.600 dólares) y penas de cárcel de un año como mínimo.

Takaji Kunimatsu, experto de la Agencia Nacional de Policía en asuntos mafiosos y uno de los inspiradores del nuevo reglamento, advierte que las disposiciones no podrán ser invocadas cuando determinadas empresas contraten los servicios de la yakuza para apartar del camino a quienes estorban en sus planes, asunto que deberá ser tratado en otra jurisdicción. Las dificultades de la lucha antimafia han sido destacadas por la prensa nacional, que alerta contra los esfuerzos de la yakuza y especialmente del sindicato Yamaguchi-gumi, el más poderoso, con 26.000 miembros distribuidos en 944 grupos, por encontrar un asidero legal a sus actividades.

Yamaguchi-gumi, Inagawa-kai y Sumiyoshi Kai, los tres grandes, tratan de sobrevivir como respetables compañías inmobiliarias en las que los padrinos pasan a ser presidentes de los consejos de administración, y sus guardaespaldas, jefes de negociado. Hasta ahora, miles de yakuzas se identificaban como tales en sus tarjetas de presentación, pero eso ha sido desaconsejado por los líderes, ocupados también en deshacerse de los miembros con expedientes policiales comprometedores.

Uno de los pasos dados por Yamaguchi-gumi ha sido editar un manual titulado "Cómo eludir la nueva ley", en el que se recomienda la rápida legalización de compañías. La tapadera para miles de millones puede ser un puesto de periódicos o un restaurante. "Algunas veces son los propios policías quienes se evitan problemas. Mi vecino es yakuza y, harto de sus abusos en el aparcamiento del coche, llamé a la policía. Cuando se enteraron de que pertenecía a uno de los sindicatos se inhibieron", comenta un banquero español.

Muchos y variados son los sistemas empleados por la yakuza, con miles de millones de yenes en acciones de grandes firmas del sector siderometalúrgico, para conseguir ganancias. Uno de ellos demuestra con claridad su facilidad recaudadora. El pasado mes de noviembre, la dirección de la corporación industrial Kuraho descubrió que detrás de la compra de un paquete de acciones de la compañía por 20.000 millones de yenes, a través de una compañía interpuesta, se encontraba la mafia. El incómodo nuevo accionista accedió a los requerimientos de Kuraho y revendió su parte por 5.000 millones de yenes más los desembolsados pocos días antes.

El mercado se ha ampliado y la yakuza actúa con la Cosa Nostra en EEUU, importa cursillos en Corea del Sur, Hong Kong y Taiwán, o compra armas cortas en Filipinas.

9 C C 3 6 9 4

Dpto I (DGID)
9/3/92

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO.
091845MARZO992
(SS)

T. INTERNO No.019/992 SR. SUB-DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Adjunto remito a usted información solicitada por el Sr. Jefe del Departamento Narcotráfico por Pedido de Informes No.001/992.-

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento I (Interior)
Cnel.
Eduardo Caussi

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha: 09/FEB/92
SUB DGID/INT
9344

Montevideo, 11 de marzo de 1992.-

Pase al Señor Jefe del Departamento Narcotráfico la información solicitada.-

El Sub-Director de Interior de la D.G.I.D.
Coronel
LUIS

01/02

920 3605

MOSQUERA SCIUTTO , ALBERTO

C.C.: BHB 4227 C.I.: 1.534.578

FECHA NAC.: 15/10/957 San Ramón Canelones

DOMICILIO: San Martín 2086 Apto. 01

PROFESION: Lic. en Humanidades y Ciencias. Gcia. Abastecimiento UTU

HIJO DE: Francisco y Enélida

- 10/06/72 Integrante de un C.A.T. organizado por Wilde ALMADA YORDA e integrado por Néstor PICCOLO BASALO y María Laura AMORENA FERNANDEZ. Por orden del Sr. Juez de Menores de 2do. Turno fue internado en el Instituto "Dr. Alvarez Cortes".
- 30/06/78 Perteneciente a la Agrupación 21 (Liceo 21) no teniendo vinculación con el MLN, pero participa en quemas de cubiertas y volanteadas colaborando así con el Movimiento .
- NOV / 82 Figura en el 131 lugar de la lista ACF del Partido Nacional Agrupación Mov. Nac. de Rocha y Por la Patria Dpto. de Mdeo. como candidato para integrar los deliberantes Dptales. y Convencionales Nacionales en las elecciones internas de los PP.PP. La Corte Electoral no autorizó al causante a integrar la lista antes mencionada, por haber participado en actividades de un CAT del MLN.
- 12/08/82 Integrante del Comité de Movilizaciones y de la Coordinadora Cordón perteneciente a la Coordinadora de la Juventud del Partido Nacional.-
- 25/05/83 Se separó de la Coordinadora Cordón del Partido Nacional.-
- 03/08/83 Se establece que pertenece a la Corriente Popular Nacionalista.-
- 17/03/83 Concurre a una reunión de caracter político en el domicilio del Dr. JUAN CARLOS PITA (dirigente de la C.P.N.)
- 14/11/84 Sería redactor responsable del semanario que la C.P.N. intenta editar el que se llamaría CAMBIO o EL CAMBIO.-
- 18/10/85. Integra el Consejo de Facultad, orden egresados por la Facultad de Humanidades, al proclamarse las autoridades universitarias por la Corte Electoral.
- 15/06/89 Candidato por la lista 424, (Izquierdista), orden Egresados, para integrar el Consejo de Facultad de Humanidades, en las elecciones Universitarias.-

Iban a Bombardear la Cárcel en que está recluido

POLICIA SALVADOREÑA DESCUBRE PLAN PARA ASESINAR AL NARCO PABLO ESCOBAR GAVIRIA

SAN SALVADOR, 9 (Reuter). — La policía salvadoreña anunció el arresto de nueve personas, entre ellas dos militares, acusados de participar en un plan para asesinar al jefe del cartel del narcotráfico colombiano de Medellín, Pablo Escobar Gaviria, bombardeando la cárcel en que está recluido.

Narcotraficantes del Cártel de Cali compraron cuatro bombas de 450 kilos a 100.000 dólares cada una a un teniente coronel de la Fuerza Aérea Salvadoreña, las que deberían ser lanzadas sobre la cárcel, dijo el subjefe de la Unidad Ejecutiva Antidrogas (UEA), teniente Godofredo Miranda en declaraciones a la prensa.

Tres de las bombas habrían sido trasladadas a Colombia, mientras que la cuarta fue incautada el miércoles en una playa de la costa del Pacífico, al oeste del país, agregó.

"La operación sigue en pie", dijo Miranda respecto al posible ataque contra la cárcel de Envigado, en las afueras de Medellín, donde se encuentra Escobar, quien se entregó a la justicia en junio de 1991.

Dijo que por el posible ataque ya advirtieron a las autoridades colombianas.

Las bombas fueron pintadas de amarillo y tenían la marca de una empresa constructora, para simular equipo de construcción, explicó el oficial.

Un periódico dijo, sin citar fuentes, que los narcotraficantes ofrecían cuatro millones de dólares al piloto que realizara el ataque.

Entre los nueve involucrados que fueron enviados a los tribunales [illegible] figuraron el teniente coronel [illegible]

[illegible]

Miranda explicó que se descubrió el plan después de la captura de los involucrados, a quienes perseguían desde hace dos meses por tráfico de drogas.

El alto mando del ejército anunció que puso a disposición de las autoridades a los dos militares y a un conductor de la fuerza aérea acusados de participar en la acción y reafirmó su voluntad de contribuir en la lucha contra el narcotráfico.

Según Miranda, los narcotraficantes usan el territorio de El Salvador para trasladar drogas hacia México y los Estados Unidos o reabastecerse de combustible.

A fines de febrero se instaló en El Salvador la primera oficina de la Agencia Antinarcóticos de los Estados Unidos (DEA), para contribuir en la lucha contra el tráfico de drogas en el país.

[illegible]

Los guardianes militares de la cárcel en la que se encuentra recluido el jefe del cartel de Medellín, Pablo Escobar, están preparados para [illegible] un eventual ataque aéreo, dijo en [illegible] el jefe militar de la prisión, general [illegible] Ariza.

[illegible] Ariza, comandante de la IV Brigada del Ejército de Colombia, hizo la afirmación tras conocerse en Colombia el plan [illegible] en El Salvador, para atentar contra Escobar.

[illegible]



01/0 [illegible]

9203608

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA NACIÓN

FECHA 10/3/92

F

Descubren un plan para asesinar al jefe del Cartel de Medellín

SAN SALVADOR, 9 (AFP). – [illegible]

02

9203608

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA: LA NACIÓN

FECHA: 11/3/92

F

El Cartel de Medellín protegerá a Escobar

N° DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA CLARIN

11/3/92

F

Los carteles de la droga, en pie de guerra

El descubrimiento de un plan para matar a Pablo Escobar enfrenta nuevamente a los zares de la cocaína

MEDELLIN, 10 (Reuter, EFE, ANSA, AFP y AP). — Los narcotraficantes del "cartel" de Medellín advirtieron hoy a sus rivales de Cali que están en condiciones y dispuestos a defender con las armas a su jefe, Pablo Escobar, y a sus 17 colaboradores detenidos en la cárcel colombiana de Envigado. La amenaza está relacionada con el descubrimiento de un plan para asesinar a su líder, a través de un ataque aéreo contra la prisión, en el que estarían involucrados integrantes del "cartel" de Cali.

"Los Extraditables" —el brazo armado de la mafia de Medellín— dijeron en un comunicado que conocen los fines "criminales" de sus rivales, que según las autoridades de Colombia y El Salvador, compraron a militares salvadoreños cuatro poderosas bombas de 250 kilogramos cada una, para lanzarlas desde el aire en un intento por asesinar a Escobar.

El plan fue descubierto por las autoridades salvadoreñas, luego de que detuvieron en su territorio a 17 personas, incluidos dos militares, que vendieron a un supuesto enlace del cartel de Cali las cuatro bombas. Uno de los artefactos fue recuperado en El Salvador, pero los tres restantes habrían ingresado a Colombia y son objeto de intensa búsqueda por parte de las fuerzas de seguridad. El teniente coronel Roberto Leiva, el sargento José Luis Parada y el motorista Pablo Manjívar, todos de la fuerza aérea salvadoreña, están acusados de vender el material bélico que había sido robado de una base.

Sin embargo, el teniente coronel Leiva negó hoy las acusaciones: "Niego los cargos que se me hacen y eso se verá en el juicio", aseguró el militar al presentarse a declarar ante la justicia salvadoreña.

Pablo Escobar permanece detenido en la prisión de Envigado desde el 19 de junio del año pasado, cuando se entregó a las autoridades colombianas para acogerse a los decretos dictados por el presidente César Gaviria, que establecieron rebajas de penas para los narcotraficantes arrepentidos.

Los primeros informes policiales indican que el atentado contra Escobar fue ordenado por Ricardo Salcedo, presunto jefe de la mafia de la droga de Cali, y por otro colombiano identificado solamente como Marco, quienes se encuentran prófugos. Tras conocerse el plan, las autoridades colombianas reforzaron la vigilancia en torno de la cárcel de máxima seguridad, conocida como **La Catedral**.

El general **Gustavo Pardo**, comandante de la cuarta brigada militar y encargado de la seguridad del penal, dijo que la vigilancia es muy severa tanto desde el aire como desde tierra. "Estamos en condiciones de rechazar cualquier intento de ataque en cuestión de segundos", agregó.

En el comunicado distribuido por "Los Extraditables" a la radio y televisión colombianas acusaron al gobierno y a la policía de "actuación parcializada que favorece a un grupo de criminales (el cartel de Cali), que mantiene el negocio de la droga en grandes proporciones". El cartel de Medellín señaló que "están equivocados quienes piensan que por haber entregado armas, laboratorios, dinamita y rehenes como muestra de buena voluntad, estamos acabados".

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA El País

FECHA 12/3/92

VINCULACIONES

Se Incautan de Dinamita Para Atentado de "Narcos"

MEDELLIN, Colombia, 11 (ANSA). — La policía antinarcóticos incautó hoy 1.000 kilogramos de dinamita, que iba a ser utilizada supuestamente contra la cárcel de Envigado, donde se encuentra detenido el narcotraficante Pablo Escobar Gaviria.

La dinamita fue hallada en una zona rural del Uraba antioqueño, en el noroeste del país, durante un operativo de búsqueda de tres bombas, de 500 kilogramos cada una, que habrían sido enviadas desde El Salvador, según informaron fuentes oficiales.

La información sostiene que la dinamita formaría parte del plan para atentar contra la cárcel de Envigado, que fue frustrado el lunes pasado por las autoridades salvadoreñas, después de comprobar que por lo menos tres militares de ese país habrían vendido cuatro bombas a miembros del Cartel de las drogas de Cali.

Las autoridades militares y policiales de Colombia realizan investigaciones para encontrar los explosivos que, según las primeras indagaciones, iban a ser utilizados para bombardear la denominada cárcel "La Catedral", donde desde hace más de seis meses se encuentran presos 17 miembros del Cartel de Medellín, después de que se entregaron a la justicia colombiana.

Por otra parte hoy se informó de un atentado dinamitero perpetrado al pasar [illegible] el director general de la Policía Nacional, general Miguel Gómez Padilla.

La policía sostuvo que dos hombres que se movilizaban en una motocicleta colocaron una bomba en proximidades del domicilio del general Gómez Padilla, en el norte de Bogotá. Los dos delincuentes lograron escapar.

155 TRC3608

E

Trafican nueva droga en EE.UU.

WASHINGTON (ANSA). — Conocida en California como Nz, llegó en los últimos días a la costa este de los Estados Unidos una nueva droga de nombre científico óxido nitroso, y no es otra cosa que el gas hilarante. A [illegible] la dosis, se vende generalmente en fiestas privadas, en discotecas y tuvo mucho [illegible] durante los festejos callejeros del carnaval.

Tras haber montado la semana pasada un fuerte operativo de control en diez ciudades norteamericanas, la policía llevó detenidas a 200 personas y encontró tres muertos por sobredosis, tirados en el acoplado de un camión.

"Una dosis de gas hilarante mal balanceada puede provocar la muerte. Es una de las drogas más peligrosas de este tiempo; su presentación es simpática a los ojos de las criaturas y su efecto es muy potente", explicó ayer en una conferencia de prensa Ronald Siegel, experto en alucinógenos de la Universidad de California.

[illegible] tas, el gas [illegible] Ronald Siegel, "todo lo que provoca es [illegible] un par de minutos y tiene como única ventaja el hecho de no crear dependencia".

Para Thomas Page, responsable del tema drogas en la policía de Los Angeles, "el hilarante se impuso entre los jóvenes de modo asombroso. En poco tiempo pasó a marcar tendencias", explicó.

Con forma de globitos coloreados o [illegible] circula [illegible] por las [illegible] según los consumidores, el efecto provocado por [illegible] lo conoce como "rush" (de pronunciación [illegible] y significa "delirio"), una vibración que sacude cuerpos y [illegible] de pies a cabeza.

"Resulta muy difícil luchar contra el avance de esta droga porque desde muchos medios gráficos de comunicación se ofrecen «globitos gratis» para ser retirados por chicos a tal hora en tal lugar. Y los chicos van", dijo Page, quien calcula en 1.000 la cantidad de menores de 12 años que ya han probado alguna dosis de este gas en los Estados Unidos.

Eficaces Operativos de la Seccional 7ª Requisaron Medio Kilo

Los Denunciantes Tenían Razón: en la Zona de Belvedere Fumaban Marihuana

Una paciente investigación de un grupo especial de la Seccional 7ª de la Dirección de Seguridad, investigación que tuvo por momentos ribetes cinematográficos en virtud de los disfraces que utilizaron los agentes encubiertos para llegar a culminar el procedimiento, tuvo muy positivo resultado cuando, tras la detención de un consumidor de alucinógenos, llegaron a dos distribuidores, uno minorista (vendedor "al menudeo") y otro que dijo haber traído el estupefaciente desde el exterior. Menuda sorpresa cuando en el domicilio del importador los agentes comandados directamente por el Comisario Jorge Arias se encontraron con poco más de medio kilo de marihuana.

La zona de las viviendas de Emancipación y Garzón comenzó a ser recorrida por un hombre que promocionaba la afiliación a una empresa de asistencia mutual. El promotor, pese a que no hizo muchas afiliaciones, recorrió, una a una, todas las viviendas de la zona.

Paralelamente, por las noches, un hurgador con su carro de mano repleto de trastos y el infaltable perro compañero también escudriñaba disimuladamente los lugares donde se sospechaba que había "fumatas" colectivas. Cada tanto el morocho se sentaba en el cordón de la vereda a descansar del largo trajín, sacaba del carrito una botella de vino y, aproximándose a algún grupo de jóvenes, les solicitaba un cigarrillo.

Hasta ahí todo transcurría normalmente. Por supuesto que el presunto promotor -un fiasco desde el punto de vista comercial- no concretó ninguna afiliación, pero obtuvo muy importantes datos que, luego, confrontó y amplió con el morocho de la botella de vino. Ya reunidos ambos en la sede de la Seccional 7ª informaron a su superior, el Comisario Arias, acerca de los datos que tanto les había costado obtener. Se decidió entonces que no se afiliara a más nadie ni tampoco se recogieran botellas vacías por la calle. Ambos "trabajadores" retornaron a su base y si bien no calzan uniforme, se pusieron a actuar como policías en funciones y, aunque de civil, hicieron su primera incursión en una vivienda de la calle Trías, donde detuvieron a un joven de 24 años (previamente tenían entre sus manos a otro de 19, consumidor de alucinógenos) y con la orden de allanamiento expedida por el juez [illegible] (Penal 1º) revisaron la finca palmo a palmo.

En poder del dueño de casa se [illegible] como para armar poco más de tres [illegible]. El detenido, aceptó ser el distribuidor [illegible] quiso quedar como único implicado y [illegible] ficaron a los agentes a solicitar otra orden [illegible].

MEDIO KILO EN LA AGUADA

Con la aceptación del juez [illegible], los hombres de la Comisaría de la calle Félix Olmedo se dirigieron [illegible] Aguada, a la calle Valparaíso, donde [illegible] residencia de un hombre de 27 años, [illegible] "importador" de la mercancía comercializada no sólo [illegible] sino en otros barrios capitalinos. Primero [illegible] las protestas de inocencia del individuo quien, cuando los policías hallaron dos bolsas de polietileno, con un cuarto kilo cada una, optó por cambiar de posición y [illegible] aceptando ser quien recibía (se dijo que [illegible] adquiría) la marihuana desde Paraguay y en [illegible] como también que sus proveedores [illegible] del Este y Salinas. Obviamente el sujeto procura [illegible] ción acerca del lugar de donde realmente [illegible] alucinógeno que, por otra parte, pudo comprobarse es de una pureza extraordinaria.

De la investigación se dió cuenta a la Brigada de Narcóticos, dependencia de la Dirección de Información [illegible] estrechamente en los procedimientos dado [illegible] en la materia aunque, por orden del Juez [illegible] operaciones -que prosiguen- quedaron en [illegible] hombres de la Comisaría del Prado en virtud [illegible] demostrada en todas las fases del procedimiento.

Ayer el jóven de 19 años fue llevado ante el Juez quien dispuso que hoy se le conduzca nuevamente junto con los otros dos individuos capturados, el minorista de [illegible] y el "pez gordo" de la calle Valparaíso.

La República 13/3/92

Fue asesinado el periodista "antinarcos"

Nueva York (ANSA)

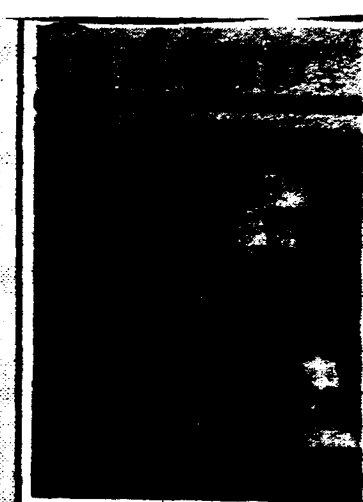
El periodista cubano Manuel de Dios Unanue, de 48 años, que investigó sobre el tráfico de droga, fue asesinado el miércoles en un restaurante de Nueva York, dijo la policía.

Dos hombres dispararon contra Unanue, que recibió dos balas en la cabeza, y luego huyeron. La policía dijo no tener sospechas sobre los ejecutores del delito ni sobre sus motivos.

[illegible] que durante dos años hizo investigaciones por cuenta de [illegible] habría sido amenazado por cuenta del Cártel de Medellín o de Cali.

[illegible] Nueva York [illegible] Cambio 21 [illegible] tráfico de drogas.

[illegible] "The Secrets of the Medellín Cartel" [illegible] Cártel de Medellín [illegible] "Rafael Caro in Puerto Rico" [illegible]



[illegible]

920 3612

Polícia sobe o morro da Mineira e prende 2

Cerca de 20 homens da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE) realizaram ontem uma batida no Morro da Mineira, no Catumbi, em busca dos traficantes Altair Domingos Ramos, o *Nai*, e Ednaldo da Silva, o *Naldo*. Durante a operação foram presos o gerente da *boca-de-fumo* do morro, Osvaldo Santos, e Joel Araújo, foragido do presídio de Niterói - onde cumpria pena de 7 anos por roubo-, que tentou escapar do cerco disfarçado de gari, mas foi denunciado pelos próprios moradores. Foram apreendidos três quilos de maconha, 400 gramas de cocaína e um fuzil automático norte-americano (AK-15). Na Barreira de São José, divisão dos morros da Mineira, Zinco e São Carlos, os agentes foram recebidos a tiros pelos traficantes. O detetive Carlos Souto foi baleado na perna, mas passa bem.

Além da DRE, participaram também da operação policiais do 1º BPM (Centro), do Batalhão de Operações Especiais e da Coordenadoria de Inteligência de Apoio Policial (Cimp). Com a cobertura de um helicóptero Águia, eles percorreram as ruas da favela, mas não encontraram os dois principais traficantes da área. Segundo o inspetor Jaime, que comandou a operação, estas incursões vão se repetir, a partir de agora, pelo menos duas vezes por semana. Mais de 150 pessoas trabalham para o tráfico nos cinco pontos de venda de tóxicos do Morro da Mineira.

Também ontem, policiais do 19º BPM (Copacabana) trocaram tiros com traficantes do Morro do Chapéu Mangueira, no Leme. Foram presos Marco Valério da Silva e Luís Carlos Fernandes, este atingido por um tiro e levado para o Hospital Miguel Couto, no Leblon. A polícia acredita que os dois fazem parte da quadrilha de *Cosminho*, que comanda o comércio da droga no local.

João Cerqueira

El Pentágono malgasta en el Perú

Por Simon Strong

LONDRES (Jane's Defence Weekly). – La guerra contra el tráfico de estupefacientes no se ganará de la manera en que se está librando actualmente.

Tal el mensaje de los líderes latinoamericanos que se reunieron esta semana con el presidente George Bush en una conferencia cumbre antidroga, en San Antonio, Texas.

Bush se encontró con los presidentes de Perú, Colombia, Bolivia, México y Ecuador, así como con una delegación de Venezuela.

Hace dos años, Bush se reunió solamente con los mandatarios de Colombia, Bolivia y Perú, los tres países considerados entonces de fundamental importancia para detener el tráfico de cocaína.

Desde entonces, se han destinado 475 millones de dólares en ayuda militar, económica y en la Oficina de Drogas de los Estados Unidos en jurisdicción de las seis naciones, como parte de un plan de la administración Bush para combatir el narcotráfico en las fuentes, una estrategia llamada de los centros de producción.

Sendero Luminoso

A principios de este mes, el gobierno de los Estados Unidos asignó 2200 millones de dólares adicionales para [illegible] técnica de la agencia [illegible] y ayuda económica para Perú, Bolivia y Colombia.

Pero [illegible] del Perú, Alberto Fujimori, reveló en reunión de jefes de Estado que el esfuerzo no está dando resultados.

El Alto Valle de Huallaga del Perú, una región selvática al nordeste de Lima, produce más del 60 por ciento mundial de hoja de coca, la materia prima utilizada por los colombianos para elaborar la cocaína.

En enero, la administración Bush remitió 10 millones de dólares en ayuda militar al Perú y aceptó enviar boinas verdes y expertos de la marina para ayudar en el entrenamiento de las fuerzas que combaten contra los insurgentes de Sendero Luminoso.

Tanto Lima como Washington sostienen que Sendero Luminoso es uno de los principales aliados de los traficantes de cocaína.

Pero los críticos del Congreso ven las actividades militares de los Estados Unidos en la selva peruana como un peligroso paralelo con el compromiso norteamericano en Vietnam.

Por ejemplo, en enero, tres norteamericanos contratados por el Departamento de Estado para colaborar en el mantenimiento de equipos de la policía peruana fueron derribados con su helicóptero UH-1H por guerrilleros de Sendero Luminoso en la alta montaña andina.

Cosecha y tráfico

Fue la primera vez que se tuvo [illegible] de [illegible] la [illegible] aire.



Alberto Fujimori

Y lo que es más, muchos conocedores de la zona han denunciado que los fondos de la guerra contra la droga no se emplean como se debido para combatir a Sendero Luminoso.

Los insurgentes imponen una contribución a los traficantes de droga que utilizan pistas de aviación. Actúan asimismo como intermediarios entre los productores de coca y [illegible] para obtener el mejor precio posible.

Pero los milicianos están en favor de una diversificación de las cosechas, apoyando a los campesinos que se proponen dedicarse a cultivos legales si disponen del dinero necesario para desistir de las cosechas de coca.

Como una facción maoísta ortodoxa radicalizada, Sendero Luminoso se ha pronunciado fanáticamente en contra del consumo de drogas y ha ejecutado a los adictos crónicos.

El 28 de enero, en una carta de dimisión a Fujimori, Hernando de Soto, un asesor en materia de narcotráfico, declara que "fueron los mercenarios del gobierno" los que mataron al dirigente de una asociación de cultivadores de coca del Alto Valle del Huallaga Walter Tocas, en junio del año último.

Dijo De Soto que creía que Tocas había sido muerto por autoridades civiles y militares porque había consentido en sustituir la coca por otras cosechas.

También se ventilaba el destino de una importante pista de aterrizaje en Uchiza, la ciudad de Tocas. El aeródromo, utilizado por los narcotraficantes, dispone de todas las instalaciones y normas de seguridad de un aeropuerto municipal, a diferencia de muchas otras en la espesura de la selva.

Armas robadas

De Soto alega que los autores de la muerte de Tocas deseaban preservar sus colectas por la protección del narcotráfico. Sus reiteradas instancias para que fueran sometidos a la Justicia los autores del crimen no han sido escuchadas.

Créese que los insurgentes tienen de 3000 a 5000 milicianos armados atrincherados en el Perú. Dicen también que cuentan con el apoyo logístico directo de más de 40.000 hombres de una población nacional de 22 millones.

El movimiento subversivo mantiene una rígida estructura militar a partir de los [illegible] de la geografía del Perú y de los primitivos sistemas de transporte y comunicaciones.

Los rebeldes roban con frecuencia armas de la policía y de las fuerzas armadas, inclusive fusiles de asalto AKM coreanos y granadas para tubos lanzacohetes. Las municiones son robadas o compradas en el mercado negro. Machetes, escopetas de fabricación casera y hondas Huaraca, indias, son utilizadas también.

Fujimori, entretanto, es objeto de críticas por no haber sabido organizar una estrategia eficaz de contrainsurgencia dirigida por civiles.

Su ejército de 72.000 hombres está desmoralizado, con sueldos de hambre y falta de organización y recursos. Solamente seis u ocho de los helicópteros Mi-7 de fabricación soviética están en condiciones de operar en las zonas montañosas de la guerrilla que cubren alrededor de 300.000 kilómetros cuadrados.

Las fuerzas armadas tienen libre ingreso en escuelas, universidades o cárceles donde se sospeche que puedan ser utilizadas como centros de adoctrinamiento de Sendero Luminoso.

En noviembre último, 16 hombres, mujeres y niños sospechosos de connivencia con Sendero Luminoso fueron asesinados por fuerzas parapoliciales, que aún no han sido castigadas. Tortura y ejecución extrajudicial por las fuerzas de seguridad constituyen un lugar común.

(Traducción de Jorge Ortiz [illegible])

Masticando el peligro

Además de un viejo ritual del norte, masticar hojas de coca es hoy una vía de entrada del cólera. Aquí se explica por qué.

NADIE está a salvo, ni siquiera el más escrupuloso de los salteños. Aunque consuma agua purificada, aunque lave a conciencia la fruta y la verdura, aunque cocine sus alimentos el tiempo necesario, el cólera puede colarse todavía en su vida por la ventana de uno de los hábitos más extendidos: el coqueo.

Miles de salteños consumen diariamente hojas de coca proveniente de Bolivia, a las que mastican durante largas horas mezclándolas con dosis de bicarbonato de sodio. La centenaria costumbre del coqueo presenta hoy un doble riesgo. Por una parte, las hojas de coca llegan al consumidor sin el más elemental control sanitario: pueden estar contaminadas del vibrión colérico por media docena de causas más o menos esperables. Y en segundo lugar, la presencia del bicarbonato contribuye a eliminar la acidez que segrega el organismo como parte del proceso digestivo. Las sustancias ácidas pueden matar al vibrión durante la digestión. Si disminuyen —como lo hacen cuando se consume bicarbonato en forma cotidiana— es más probable que el vibrión sobreviva en el organismo, y por tanto lo enferme.

Se calcula que de cada 10 salteños, 3 son coqueros consuetudinarios y consumen entre 15 y 20 gramos de coca diarios. El coqueo no reconoce fronteras sociales: lo hace el legislador, el comerciante, el asalariado. De acuerdo a una investigacion que Clarín publicó en julio de 1991, se presume que los salteños gastan aproximadamente 18 millones de dólares al año en este vicio "menor". Masticar hojas de coca, afirman, no solo quita el cansancio, sino que también reduce el apetito y hasta colabora con la buena digestión. Se las comercia en sobrecitos que contienen 10 gramos de hoja de coca seleccionada o despalillada. Y cualquiera puede venderlas. En quioscos, almacenes, verdulerías y supermercados se ven los cartelitos que anuncian "coca y bica". Hojas de coca. Bicarbonato. Una combinación hasta hoy inofensiva que de pronto, con la intervención del cólera, puede tornarse letal.

La última siembra

El coqueo es un vehículo potencial del cólera. Las hojas que se están consumiendo actualmente vienen de Bolivia, y son fruto de la última cosecha de 1991, cuando —se supone— el cólera no había estallado aún en el país vecino. Pero en este mes se realizará otra cosecha, y la coca resultante fluirá hasta la Argentina por medio del contrabando. De aquí en más, los sobrecitos de 10 gramos pueden estar escondiendo algo más que coca.

La gente que participa de la cosecha en Bolivia puede infectar el producto. El peón suele pararse frente al arbusto y apalearlo para que las hojas caigan al suelo, donde permanecen formando un colchón verde que cubre miles de metros cuadrados. Mientras dura la cosecha, el peón come o hace sus necesidades sobre ese colchón. Días después se recogen las hojas y se las ata en "chanchitas", como se llama habitualmente a los fardos de 20 kilos. La práctica del contrabando hacia Salta, Jujuy y Tucumán está hoy perfeccionándose: ya no solo se eluden los puestos de frontera, sino también los controles sanitarios.

Al peligro potencial que presenta hoy el consumo de la hoja se agregan las consecuencias nefastas del abuso de bicarbonato de sodio. "Se me arruinó el páncreas de tanto coquear", declaró Zambrano. El doctor Juan Carlos Domínguez, bioquímico especialista en el tema estupefacientes, explicó a Clarín que "el bicarbonato neutraliza la acidez del tubo digestivo. De este modo el coquero se convierte en un ser propenso a contraer el cólera, porque sus defensas naturales se ven disminuidas. El tubo digestivo pierde acidez y gana salinidad, y el cólera se desarrolla mejor y más rápido en un medio salino". Domínguez agrega además que el vibrión del cólera conserva su capacidad de contagio durante una semana aún fuera el organismo humano. "Si un cosechero está enfermo —sostiene— puede transportar la bacteria a las hojas de coca".

La Ley de Estupefacientes Nº 23.737 no penaliza el acto de coquear ni la tenencia de hojas para consumo personal. La introducción de hojas en el país sí está penalizada, porque podría derivárselas a la producción química de cocaína pura. Mientras las hojas circulen sin ningún tipo de control bromatológico, cualquier "coquero" podrá contagiarse del cólera de una forma que no había previsto al cuidar su agua, sus verduras, su higiene personal. Hasta los turistas, que suelen "coquear" de paso por las provincias del Noroeste porque lo consideran una cotumbre colorida, original, folklórica.

Nadie está a salvo, entonces. De aquí en más, el coqueo sí tiene severas contraindicaciones.

Investigación de Jesús Rodríguez.



Más que una costumbre, el coqueo es una tradición que los salteños no pueden abandonar, pese a la amenaza del cólera.

16/3/92

Tras 20 años de impenetrable silencio habla el suboficial Winston Silva

Policías uruguayos eran espías de la DEA

Un ex funcionario policial, Winston Silva Cordero, que participó en la fase más oscura de las actuaciones policiales a principios de la década de 1970, decidió quebrar su silencio y realizó una serie de gravísimas revelaciones. Desde las entrañas del Departamento 5 de la Dirección de Información e Inteligencia, Silva Cordero reveló decenas de ilícitos perpetrados por esa unidad de Inteligencia. La investigación periodística a cargo de Ettore Pierri, Antonio García Pintos, y Eduardo Hernández, recopiló decenas de casetes grabadas con las revelaciones de Silva Cordero, y carpetas con documentos de la época. El mismo *Silva Cordero* explica en esta edición por qué decidió abandonar su reserva sobre estos episodios. En próximas ediciones, LA REPUBLICA entregará las revelaciones más impactantes de esta investigación.

■ Investigación periodística: Ettore Pierri, Antonio García Pintos y Eduardo Hernández

En medio del año 1973 todo podía suceder en el Uruguay. El fragor de la llamada lucha antisubversiva simplificó algunas formas mediante las cuales los organismos policiales extendían sus actividades. Era un tiempo de impunidad.

Todo podía pasar: desde la desaparición de detenidos, hasta la actividad policial ilícita.

Se mostrará la labor de personas y entidades de un gobierno extranjero actuando en el Uruguay al margen de esas mismas leyes.

LA REPUBLICA se limita a recoger y consignar las declaraciones de un testigo participante de los hechos. Se trata del testimonio del ex suboficial de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia, y de su Departamento 5, Winston Silva Cordero.

Actuó, según quedará demostrado por los documentos *que obran en poder* de **LA REPUBLICA**, en una serie de actividades vinculadas a la represión del narcotráfico durante 1972 y 1973. Antes había participado activamente en la represión del *movimiento* Tupamaros. Capturó guerrilleros y actuó en interrogatorios. Lo hizo, a juzgar por los "méritos" que le permitieron ascender más tarde, de acuerdo con lo que en ese momento le exigían sus jefes.

En el lapso en que se desenvolvieron sus actividades, numerosas fueron las violaciones legales, aún dentro del marco institucional de entonces.

Actuó pensando que defendía un ordenamiento legal que le parecía estar en peligro por el enfrentamiento con la guerrilla.

Las propias actividades que desarrollaba le indican que no todo es como se supone. Empieza a comprender que el discurso bajo el cual se justifican esas actividades no sirve sino como sostén de violaciones lesivas para la nación que supone defender y para la moralidad del cuerpo al cual pertenece.

Cuestiona a sus jefes. Al principio no es tomado demasiado en cuenta dada su escasa jerarquía.

Más tarde sufre represalias de muchas formas. Acude a distintas maneras de defensa de su razón, e intenta denunciar los hechos que hoy revela a través de nuestras páginas. Obtiene como respuesta represión y silencio.

Luego de tantos años de angustia, tras tantas frustraciones en antesalas de juzgados, ante jueces, memorándums y apelaciones en vano, se decide ahora a hablar. Lo hace, tal vez, del único modo que inspira confianza a quien es, ya, un desesperanzado: la opinión pública a través de la prensa.

Lo impulsa el hecho de que sus antiguos jefes se expresan de un modo que a su juicio oculta la verdad.

LA REPUBLICA se limita a exponer, en apretada síntesis, los hechos narrados por este hombre.

La mayoría de los protagonistas de esta historia están vivos y a veces hablan ante la prensa.

Descorrer la cortina del tiempo, comporta siempre el riesgo que entraña la distancia.

Silva Cordero es una persona con quien no es fácil hablar. A ratos parece angustiado por el peso de lo que hizo. Al hablar parece recobrar una intención ética que aparentemente raya en la desesperación.

Lo que sigue, es una síntesis fiel de lo que refirió, con lujo de detalles, el ex suboficial de la Dirección de Información e Inteligencia y de su Departamento 5, Winston Silva Cordero.

"13 de diciembre de 1972. Una unidad policial enmarcada en la Dirección de Seguridad, que realiza un operativo de rutina, detecta un hecho inusual: dos individuos encaramados en un poste son sorprendidos mientras realizan lo que a todas luces es una intercepción telefónica.

Son detenidos.

Se trata de dos funcionarios de UTE. Los interrogatorios a los que son sometidos, lejos de aclarar la situación, la oscurecen aún más.

Tupamaros no son. Policías tampoco. En la Comisaría nadie entiende nada. El caso escapa a lo de todos los días, sobre todo cuando los inculpados se mantienen ciertamente herméticos sobre lo que se se les pregunta.

En ese momento, los policías actúan como siempre lo hacen cuando algo escapa a su comprensión: informan a la superioridad.

Elevan un memorándum dirigido a la Dirección Nacional de Información e Inteligencia relatando lo ocurrido.

Desde ese momento, se pone en marcha una maquinaria que entonces nadie sabe hacia dónde conduce.

Cuando el inspector Víctor Castiglioni -entonces titular de la Direccion Nacional de Información e Inteligencia- recibe en su despacho la información de que un caso de aparente espionaje ha sido detectado en Montevideo, ordena una investigación a fondo. Se *indaga*. El *Departamento* 5 (de Información e Inteligencia) realiza las investigaciones. Son muchas las interrogantes. Se atan cabos y se desenredan madejas. Al final, los resultados son aún más confusos. Los individuos (uno de los cuales será más tarde procesado) no aparecen como vinculados a ninguna de las líneas tradicionales de investigación de la Dirección. Cuando por fin la verdad aflora, aparece un rompecabezas, donde están todas las piezas pero sin un orden que conforme.

Vínculo tras vínculo, información tras información, se impone una conclusión que entonces deja sin aliento a los funcionarios de Inteligencia. Los espías habían sido contratados más o menos indirectamente por personal de la Embajada de los Estados Unidos de Norteamérica, para realizar una escucha a personas aparentemente implicadas en el tráfico de drogas.

Desde allí, se comienza a establecer una conexión que no se iniciaría sin problemas. Para empezar, se trataba de operaciones encubiertas realizadas por extranjeros en el territorio nacional, sin conocimiento de las autoridades oficiales.

No existía para entonces, ningún tipo de convenio formal al respecto.

Más aún, el pequeño grupo antidrogas que se había formado desde mediados de 1972, desconocía totalmente el contenido y el alcance de la labor del personal norteamericano. Se trataba de un asunto grave y delicado, sobre todo, porque los vínculos tradicionales que la Dirección mantenía con la Embajada norteamericana en materia de represión, no contemplaban en absoluto el tema drogas. Era una extralimitación de funciones, violatoria de la *integridad* territorial uruguaya, y que se saltaba, además, la existencia de la propia Policía nacional.

Un poco antes de este suceso, la Dirección Nacional de Información e Inteligencia había formado un pequeño grupo de represión del tráfico y el consumo de drogas. Sus integrantes habían sido seleccionados de entre los más destacados funcionarios del Departamento 5.

Eran tiempos en los que el vértigo de la lucha antisubversiva promovía rápidamente a los que sobresalían en las operaciones callejeras y en el rigor de los interrogatorios.

El entonces joven cabo Winston Silva Cordero fue uno de los designados para integrar el equipo antidrogas, al mando del subcomisario Hugo Campos Hermida, y bajo la jefatura del inspector Víctor Castiglioni.

Al llegar al grupo la información relacionada con el caso de espionaje, éste asume el procedimiento. Rápidamente se comprende lo que ocurre.

A través de los contactos que varios funcionarios norteamericanos poseen con la Jefatura de Policía de Montevideo en *materia de asesoramiento represivo*, se establecen algunas comunicaciones sobre lo que ahora resulta un caso singular.

Los agentes norteamericanos saben que han sido sorprendidos en flagrante delito de espionaje en un país en el que se presentan como salvaguardas del orden y sus instituciones.

La ofensa puede ser grande, además, porque se ha obviado a la propia Policía a la que supuestamente ayudan.

Pero hay algo que los agentes norteamericanos saben, y que les ha dado excelentes resultados en otros lugares: con los policías latinoamericanos siempre se puede negociar.

Castiglioni y Campos Hermida se reúnen con los funcionarios estadounidenses. Surge un acuerdo tácito. Los norteamericanos dejarán de operar con la impunidad con que lo habían hecho *hasta entonces, las operaciones pasarán* a cargo del grupo antinarcóticos del Dpto. 5, e impulsarán, mediante sus buenos oficios, la creación de una brigada formalmente constituida a la que prestarán asesoramiento, ayuda y materiales.

Pero, eso sí, la dirección intelectual de la brigada estará a cargo de un delegado norteamericano que pronto viajaría de Buenos Aires.

Es más, desde entonces, la brigada trabajaría con los mismos fines por los que operaban los norteamericanos hasta ese momento.

Ya está. Aquí no ha pasado nada.

No hubo acuerdo oficial entre gobiernos, ni entre policías.

A partir de ahí, comenzará a desarrollarse una serie de operaciones encubiertas e ilegales, a través de las cuales, funcionarios norteamericanos utilizaron a la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas, para realizar tareas de secuestro y conducción hacia los Estados Unidos de personas vinculadas al tráfico de drogas, violando las leyes uruguayas y las disposiciones internacionales vigentes en la materia.

Una vez logrado el acuerdo, todo se implementa rápidamente. Al principio, se llevaba un informe semanal de las actividades del grupo a la Embajada de Estados Unidos y se aprovechaban los contactos tradicionales de los funcionarios de la AID destacados en la Jefatura de Policía de Montevideo.

Avanzados los trabajos de asesoramiento de la brigada, la Estación de la Drug Enforcement Agency (DEA) - oficina estadounidense para la lucha contra el narcotráfico- asentada en Buenos Aires, envía a dos delegados permanentes. Ellos serían, en el transcurso de los meses siguientes, los verdaderos jefes de la Brigada de Narcóticos.

El enviado de mayor jerarquía será Rafael Francisco Saucedo, norteamericano de origen latino. Se instaló en Montevideo, junto a su mujer y dos hijos. Vivió en una lujosa residencia de la Rambla Mahatma Gandhi 4532. Era un funcionario que, obviamente, conocía el español a la perfección y exhibía un trato formal amable pero distante. Manejaba ampliamente el argot policial y la mentalidad de los funcionarios nativos.

Su segundo era José Hinojosa, alias "Pepe", soltero.

Conjuntamente a la llegada de los funcionarios, comenzaron a aparecer los medios requeridos para el funcionamiento de la brigada.

-Dos autos Dodge último modelo.

-Cámaras fotográficas con teleobjetivo infrarrojo.

-Sofisticadísimos equipos de radio (la brigada operará con un canal de radio independiente)

-Mucho dinero.

Se instalará, asimismo, un cuartito en Jefatura para la intercepción telefónica, al que se denominará cariñosamente "el conurito".

De ahí en más, estaba todo preparado para comenzar a operar".

"Lo acuso por traición a la patria"

Así fundamenta Winston Silva Cordero en esta carta abierta la actitud que asume en estos días al revelar hechos que considera "traición a la patria".

■ "Nuestra Nación tuvo que hacer uso de ciertos mecanismos constitucionales que otorgan o amplían la libertad del accionar de los organismos encargados de enfrentar la subversión. Se dieron las condicionantes para que en una comunión delictiva entre funcionarios oficiales de gobiernos extranjeros y del gobierno de nuestro país se revolcara por el suelo la justicia interna y nuestra soberanía, avasallando los derechos básicos de las personas involucradas en los hechos que detallo". (Fojas 12 y vuelta). Es con esta narración textual inserta en el expediente judicial del Archivo General con el número 526/83 del Juzgado Letrado de Primer Turno, ficha 289/79, que me dirijo al señor Presidente de la República, doctor Aparicio Méndez, al señor Presidente del Consejo de Estado, doctor Hamlet Reyes, a la Junta de Comandantes en Jefe de las FFAA, y al señor embajador de los Estados Unidos en el Uruguay, con la finalidad de ponerme por entero a sus órdenes, en la intención de esclarecer los hechos que dieron como resultado que se montara una conspiración solapada, artera y cobarde en mi contra, para mantenerlos ocultos. Por esa conspiración, fui amenazado de muerte, al igual que mi familia, compelido dos veces a solicitar mi baja del Instituto Policial, secuestrado, varias veces encarcelado, infinidad de veces detenido, procesado por un delito que no cometí, imposibilitado de obtener trabajo durante años en mi país, retenido ilegalmente mi pasaporte durante seis meses para impedir una salida del país, incautación antojadiza de pertenencias que hoy, a 17 años, aún no me han sido restituidas, y sometido a la justicia ordinaria y a la militar. Ninguna de las 30 denuncias concretas que efectué fueron objeto de la más mínima investigación. De las mismas transcribo textualmente algunas: "Acuso a la DEA (DRUG ENFORCEMENT ADMINISTRATION) de haber proporcionado todos los elementos materiales y económicos a funcionarios policiales uruguayos para que se realizaran tareas encubiertas, ilícitas, en territorio nacional".

"Acuso al ciudadano norteamericano Rafael Francisco Saucedo, agente especial federal de la DEA, de haber participado en los hechos referidos".

"Acuso al ciudadano uruguayo Víctor Castiglioni, director de la Dirección de Información e Inteligencia, de traición a la Patria, por haber participado en actividades contra su país en beneficio de naciones extranjeras".

"Acuso al ciudadano *uruguayo Hugo Campos Hermida*, comisario encargado de la Brigada de Narcóticos y Drogas Peligrosas, de traición a la Patria, por haber participado en los hechos que relato en los numerales 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 18, y 19".

La razón de denunciarlos y revelarme contra mis superiores en su oportunidad, año 1973, fue producto del razonamiento moral que ubicó por encima de la subordinación los más altos intereses nacionales, éstos están por encima de nombres y jerarquías, aun a costa de las más ruines conspiraciones, de todo tipo. Cabe además precisar que entiendo, y es parte de ser un funcionario profesional, que no importa el delito que una persona haya cometido, por más aberrante que parezca ante la sociedad, éste quedará *minimizado* si el presunto autor es llevado ante la justicia, quebrantando ésta para hacerlo.

Es así, que en busca de esa verdad, en todos estos años he recorrido un amargo camino de realidades adversas. En la República Argentina *me* entrevisté con el señor Calvin Clegg, representante del Departamento de Justicia de los Estados Unidos en la Embajada de ese país en Buenos Aires; al señor Ted Harry, funcionario al frente del Departamento de los Derechos Humanos de esa misma embajada; al abogado doctor Ruiz de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas en Argentina; al corresponsal del Corrieri della Sera, a dos corresponsales del Washington Post también en Bs. As.; al director del diario Buenos Aires Herald; y a tantos otros.

Por correspondencia desde la Argentina, a través de un reconocido periodista del Washington Post, al [illegible] tado de la República señor Juan [illegible] Ferreira [illegible] estaba radicado en Washington D.C.) para que [illegible] intermedio la hiciera llegar a su poder, el señor [illegible] Ferreira Aldunate, que [illegible] nalmente, en los Estados Unidos, en los estados de [illegible] Jersey y Nueva York, varios [illegible]

Al reingreso de la [illegible] me he acogido a la Ley de Destituidos a través de [illegible] especial de la Oficina Nacional del Servicio Civil por la causal de "arbitrariedades" con el número 369/[illegible], habiendo sido citado con fecha 30/12/91 y 13/3/92 por la referida comisión, en la esperanza de que a través de ella, el Poder Ejecutivo en un análisis exhaustivo y justo se haga eco de *mis requerimientos*.

La razón de publicar hoy estos hechos [illegible] que con fecha 30 de diciembre de 1991, en la [illegible] **LA REPUBLICA** se lee en el encabezado, con [illegible] caracteres, sobre unas declaraciones hechas por un [illegible] rio de la policía federal brasileña, de nombre José [illegible] Hahn, quien involucra en operación de gobierno a [illegible] el secuestro de tres personas, una de ellas [illegible] Francisco Toscanino. Con fecha enero de 1992, en un reportaje realizado por los periodistas Dubezzies y Cash, en la revista Guambia, el inspector de policía retirado Víctor Castiglioni, vierte una serie de contestaciones a preguntas formuladas en las que reconoce cómo "a mediados de 1972 tuvo mucho contacto con agentes de la DEA". Reduciendo dichos encuentros tan sólo a "[illegible]". En otro pasaje manifiesta que "la Ley es la base del estado de derecho". Por lo que [illegible] el inspector Castiglioni es un peligroso [illegible] por el constante quebrantamiento de la misma.

En otro pasaje afirma que "por 25 o 30 veces cargué los ataúdes de camaradas muertos". Debo decir que yo también lo hice, señor Castiglioni.

Ellos murieron en defensa de lo que usted [illegible] déjelos en paz. No los utilice.

Con fecha martes 11 de febrero de 1992, en la [illegible] diario **LA REPUBLICA** aparecen declaraciones [illegible] por el inspector de policía retirado Víctor Castiglioni, y en el contexto de la nota al preguntársele sobre las declaraciones hechas por el comisario Hahn de la federal brasileña en Río de Janeiro, manifiesta: "Que es una persona [illegible] mente febril, un caradura que quiere adquirir [illegible]. Que Toscanino nunca fue secuestrado, que se [illegible] y se presentó en los Estados Unidos".

Ante este recrudecimiento de tantas falsedades y mentiras, tantas hipocresías y tergiversaciones, que al igual que antes, este personaje hoy se pavonea con las [illegible] que otorga la democracia haciendo buen uso de éstas, considero un derecho y una necesidad hacer públicos los acontecimientos ocurridos hace 20 años, no sin antes [illegible] al señor Castiglioni que la Nación (sus ciudadanos) le hizo entrega de su investidura y jerarquía, y por ende, le confió en su oportunidad la difícil tarea de dirigir la unidad que tiene como misión la de ser los oídos de la Patria, que se mantienen expectantes para evitar todo riesgo [illegible] externo. No obstante ello, usted se valió de [illegible] entregas para traicionar arteramente [illegible] señores extranjeros que a través de la [illegible] postura moral y sentimientos [illegible] a sus raras necesidades de hacer justicia, [illegible] sentido figurado fueran ustedes [illegible] tir que funcionarios de otro país [illegible] en vuestro territorio y con [illegible] ¿qué harían?

Winston [illegible]

Nº DOC

TITULO

El País 17/3/92

11648

11662

Causa Estragos en Caracas Mezcla Alcohol y Droga

CARACAS, 16 (AP). — Al menos 15 personas han fallecido y unas 40 permanecen en estado de gravedad tras ingerir una mezcla de alcohol y drogas que motivó una emergencia hospitalaria y una movilización de los cuerpos policiales en torno a la venta de drogas en una zona del oeste de la ciudad, de donde proviene la mayoría de los intoxicados.

La agencia oficial de noticias Venpres informó hoy que 15 hombres entre 24 y 40 años de edad han muerto desde el fin de semana en esta capital a consecuencia del consumo de grandes dosis de cocaína y un estupefaciente más fuerte que podría ser heroína aunque todavía no se realizan los exámenes toxicológicos definitivos.

No trascendió si las personas pertenecían a un mismo grupo o bajo qué circunstancias consumieron la droga que según especialistas toxicológicos debió estar mezclada con otras sustancias que provocaron la reacción.

El ministro de Sanidad, Rafael Orihuela, dijo que los cuerpos policiales investigan a la persona o al grupo de personas que manejan la distribución de droga en la populosa barriada 23 de Enero, al oeste de la ciudad, donde se reportaron los primeros casos de intoxicación.

Orihuela dijo que se presume el consumo de heroína puesto que "a los pacientes que ingresaron a los centros hospitalarios a quienes suministraron el antagonista de la heroína, Naloxona, pudieron superar la crisis".

El ministro subrayó que se desconocen quién distribuye la droga, en qué cantidad llegó al país y cuál es el centro de aprovisionamiento.

01/02 9303617

ENTRADO

CRUZADO

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDÊNCIA ZERO HORA 18-3-92.

NOVA DROGA MATA 25 EM CARACAS

Chegou a 25 o número de mortos por intoxicação com uma mescla de heroína, cocaína e álcool que atingiu mais de cem pessoas no final da semana passada nos bairros pobres de Caracas, informou ontem o ministro da Saúde da Venezuela, Rafael Orihuela. A droga foi distribuída clandestinamente no bairro 23 de Enero e Lídice, no oeste da capital venezuelana.

Nº DOCUMENTO

La República

17/3/92

La policía española [illegible] toneladas de hachís en un barco [illegible] griego, el "Paravolla [illegible]" [illegible] al puerto de Barcelona y detuvo a [illegible] personas de nacionalidad española, [illegible] fuentes oficiales.

La dirección de la policía española en la capital catalana precisó a AFP que la droga provenía "probablemente del Líbano" y se cotiza en España a unos 950 dólares el kilo, dependiendo de la situación del mercado.

El precio de estas seis toneladas de hachís oscilaría en [illegible] de dólares, [illegible] uno de los [illegible] más importantes [illegible] España, [illegible] el [illegible] de 17 toneladas en julio de [illegible] en la región de Barcelona.

Cinco personas [illegible] en el marco de esta operación, en Madrid, [illegible] (cerca de Barcelona) y en San Sebastián (país vasco) [illegible] el presunto "cerebro" del tráfico [illegible]. Se trata de [illegible] en Puerta España, [illegible] español, residente en Madrid y [illegible] una [illegible] [illegible]

América del Sur

Nº DOCUMENTO
TITULO
PERIODICO El País
FECHA 18/3/92
VINCULACIONES 11176, 11225, 11343, 11349, 11354, 11661, 10093, 05592, 66817

ENVIADO
CRUZADO

DROGAS Y MEDIO AMBIENTE



Hablar de Sudamérica equivale a referirse a realidades claramente extremas. Por un lado posee uno de los potenciales más grandes en cuanto a recursos naturales conocidos como los genéticos, hidrológicos, telúricos, pero también se caracteriza por la presencia de altos índices de pobreza y desigualdad social de su gente.

Por las peculiares realidades de sus sociedades y sus excelentes condiciones naturales, desde hace muchos años, enormes extensiones del subcontinente se han transformado en la principal fuente productora de plantas de coca, materia prima de la cocaína.

Es ampliamente conocido el tema en cuanto a lo que significa este flagelo para la humanidad. También, no escapa a la opinión pública la estrecha relación existente entre la producción agrícola de la coca y la lucha de miles de campesinos por escapar de la extrema pobreza, lo que dota al de un cariz socioeconómico sumamente complejo de resolver, en virtud de la falta de oferta de opciones agrícolas alternativas por parte de las autoridades, con resultados gananciales similares para el agricultor.

El epicentro de esta producción está en las selvas de Bolivia, Perú y Colombia.

Pero el aspecto que hasta ahora había quedado relegado a un plano francamente secundario, casi ignorado, por producir también efectos muy negativos a la sociedad, pero de manera indirecta, es la profunda degradación ambiental que provoca la expansión de esta industria de muerte y destrucción.

TRES PUNTAS

Tres tórticas presenta el problema. Uno constituido por la producción agrícola de la coca, otro por las secuelas del procesamiento químico en la obtención de la cocaína y, finalmente, los efectos nefastos de algunas estrategias escogidas por las autoridades para combatir las plantaciones especiales [illegible] las selvas.

1.PRODUCCION

Para establecer plantaciones económicamente rentables es necesario desmontar sectores importantes de la selva —el ambiente más propicio para esta planta—. Según expertos de Washington en la década pasada se han destruido unas 700.000 hectáreas de selva por parte de los narcotraficantes. En algo más de un lustro, en Bolivia se derribaron 45.000 hás. de bosques tropicales para plantar coca. Colombia por su parte, en igual período resignó 38.000 hás. de selva, mientras que Perú, como el mayor productor de coca del mundo posee en la actualidad por lo menos un cuarto de millón de hectáreas, aunque según cálculos particulares esa cifra ascendería a cerca de un millón.

La destrucción de la selva provoca como se sabe: grave pérdida de biodiversidad, cambios profundos en los sistemas hidrológicos, alteraciones climáticas locales, regionales y mundiales, brusca aceleración de los procesos erosivos y su consiguiente pérdida de fertilidad —esencial para el desarrollo presente y futuro de la región.

2. PROCESAMIENTO

Por cada hectárea de coca ilegal se requieren dos toneladas de productos químicos hasta obtener la cocaína. Pero también se usan a lo largo del proceso productivo, insecticidas, herbicidas y fertilizantes, desde luego sin ninguna clase de control o limitación.

Hoy se sabe que productos como querosene, bicarbonato de sodio, amoníaco, ácido sulfúrico, potasa, dietílico, acetona y ácido clorhídrico son infaltables en el proceso de transformación de la hoja de coca en cocaína. Por su carácter ilegal estos procedimientos se llevan a cabo en pequeños laboratorios escondidos en la misma selva, vertiéndose todos los desechos a la tierra, a ríos y arroyos. Según la Universidad Nacional Agraria de Lima en 1986 el río Huallaga recibió unos 100.000 litros de tóxicos por el procesamiento de la coca, pero en 1989 ese volumen alcanzó los 400.000 litros.

Colombia como primer procesador de cocaína para el mundo, también causa daños similares. Según informe difundido por AP, "para producir la droga que los cárteles de Cali y Medellín exportaron en 1989 fue necesario unos 20 millones de litros de éter, acetona y ácido clorhídrico cuyos residuos fueron arrojados en ríos vecinos a los laboratorios."

3. COMBATE

A la hora de luchar contra el narcotráfico, las autoridades también han contribuido en muchos casos con la destrucción ambiental. El recurrir a la fumigación aérea en gran escala significa exponer a un gravísimo riesgo a las familias campesinas y a todo el sistema ecológico involucrado. Potentes herbicidas son esparcidos como método de rápido contralor de la situación. Ante las múltiples protestas las autoridades argumentan que por esa vía lo que pueden hacer 200 ó 250 policías en 15 días lo consiguen [illegible] un helicóptero con 5 ó 10 hombres en una jornada.

Queda en evidencia la complejidad del problema y el panorama por demás oscuro que se le presenta a una extensa zona de Sudamérica. Lo realmente lamentable de todo esto es que, cuando los cultivos ilegales de coca sean relatos de un triste pasado, seguirán presentes sus terribles secuelas de devastación ambiental como patético testimonio de los altísimos niveles de destrucción a que puede llegar la ambición humana cuando transita caminos equivocados.

Hernán L. Sorhuet

920361 9

01

RESERVADO

(SUPLE PAPEL NUMERADO SEGUN OIGE 3543)

c 1106

Hoja No.
Copia No.
D. E. IV
R - 8 km.
271000 -ABR-

ARCHIVO

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No.43/992.

I.-EVALUACION : A - 1

II.-RESPONDE A: Plan Colección 1991 del Dpto.II E.M.E. y mis P.E.I. 01 y 15/992.

III.-T E X T O :

-ELEMENTOS ESENCIALES DE INFORMACION(Factor Mi

01. Locales de Funcionamiento en su Zona de Respo

A. CERRO LARGO

-Dejaron de funcionar locales según lo infor III.01.D de mi P.E.I. No.32/92.

06. Información General

-Items 01, 02 y 03 no se han surgido novedades Zona de Responsabilidad,

IV.-DISTRIBUCION:

-Original .... Cte.J.E.

-Copia No.1 .... ARCHIVO

El Comandante División Ejército IV

GENERAL

DANIEL E. GARCIA

DIVISION EJERCITO IV REPUBLICA O. del URUGUAY

E.M.E. Dpto ... (Secc. Adm.)

Fecha 01/VI/92 Hora 0930

25/5/92

8/6/92
SID I
9203620

POCO LEGIBLE

RESERVADO

MINISTERIO
Dirección
9203620

RESERVADO

(SUPL. PAPEL ... 3543)

Hoja No. 1 de 1
Copia No. ORIGINAL
D. E. IV. D - II
Ruta - 8 Kmt. 115
271000 - ABR - 992

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No.42/992.-

I.-EVALUACION: A - 2.-

II.-RESPONDE A: P.E.I.No.17/992 del Reg."PATRIA" de C.MEC.No.8.-

III.-T E X T O :

-El Edil Miguel Gustavo GUARINO RODRIGUEZ,que en el mes de Febrero,renunciara a la Secretaría Departamental del P.C.U.,ha pasado a formar parte del nuevo grupo "Encuentro al Socialismo Democrático",que cuenta entre sus principales figuras al Ex-Secretario de Propaganda del P.C.U., Esteban VALENTI.- Reconoció que tacticamente ya no está en el P.C.U.,por no ser la ideología con que actualmente se dirige el P.C.U. la que el profesa que según sus dichos es de llegar a una concepción socialista para el País,dentro del Frente Amplio.-

IV.-SINTESIS:

Fecha: FEB-992.-

Organización: Encuentro al Socialismo Democrático.-

Nombres: Miguel Gustavo GUARINO RODRIGUEZ, Esteban VALENTI.-

Lugar: C.MELO.-

Resúmen: Formación del Grupo "Encuentro al Socialismo Democrático".-

V.-ACCION TOMADA:

Confección del presente Parte.-

VI.-DISTRIBUCION:

Original .... Cte.J.E.-

Copia No.1 .... Archivo.-

El Comandante División Ejército IV:-

GENERAL

DANIEL E. GARCIA.-

/EJC/rst/

FECHA 26/06/92. R.E

Procesado a ...

OBSERVACIONES ...

DIRECCION ...

8/6/92

MDI 9203621

10 MAYO 1992

9203621

0041

ARCHIVO

Copia 1/3
B. I. 3.-
S - 2.-
S A L T O.-
-24-1100-ABRIL-992.-
-WB-05.-

-PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.05/992.-

I.-EVALUACION: B - 1.-

II.-RESPONDE A:-E.E.I. Sub.Factor Sindical Paråg.I-B.-

III.-T E X T O :

-Los días 21 y 22 de Abril se detectaron paros en este ámbito por parte de funcionarios del Ministerio de Salud Pública manteniendo los servicios de urgencias en los departamentos de / Río Negro por 72 Horas y el día 22 en C.Paysandú por 48 horas, en reclamo de mejoras salariales.-Los mismos fueron informados a ese Comando por Radios 25 y 26/I/92 de la B.I.3.-

IV.-DISTRIBUCION:
-Ej.Nos.1 y 2: DE-III.-
-Ej.No.3.-Archivo.-

El Comandante de la B.I.3.-
Coronel
LUIS I. AGUIRREGARAY.-

/wp.-

RESPONDE A: E.E.I. Sub-Factor Sindical Paråg.I.B.-

ELEVADO A: Dpto.E-II (INT) E.M.E.-

FECHA: 29-ABR-992.-

Por el Jefe D-II E.M.D.E.III.
Mayor Roberto Díaz.-

RD/cgj.-

8/V/92
SID I
920322

20 MAYO 1992
9203622

0011

5 22 9:49 0000 COMANDO.A.ADM. 254452

SECRETO

C.A.A 1/2
E.M.C.
05 MAY 92

PROCEDENCIA C. A. A.

DESTINATARIO DPTO.II DEL E.M.E.

FAX No. 2082/E/92 HORA

TEXTO

Adjunto al presente P.E.I. Nº 2082/E/92 producido en este Comando.-

2º CTE.A.A.

Doc. Poco LEGIBLE

(+) Robo a militares.
+ Pendiente esclarecimiento de MATR.
+ Realizar luego elevación al Dep III.

MINISTERIO DE ... NACIONAL
Dirección General ...
10 JUL 1992
BIOGRAFICO - MILITAR
... 3623

2º Cte. A.A. y P/S/O.-
El Jefe de Estado Mayor del C.A.A.

GUSTAVO A. TARAMASCO

01 1/2

HORA OPERADORES

S[illegible] [illegible]

Ejército Nacional
C.A.A.
Montevideo,
[illegible] 0800 [illegible]/92.-

P.E.I. No.2082/E/92.-

I. EVALUACION: A 1.

II. DESLINDE A: Información en poder de este Comando.

III. T E X T O:

Fue hurtada [illegible] de [illegible] 1 [illegible] [illegible]/MA [illegible] 92 la matrícula trasera del vehículo [illegible] asignado al señor Comandante de Apoyo Administrativo General [illegible] [illegible] de su domicilio [illegible] [illegible].
Dicha matrícula es del Departamento de Rivera [illegible].
F 13339

IV. SINTESIS:

[illegible] de [illegible] de matrícula F 12339 [illegible] de vehículo asignado al señor Comandante Apoyo Administrativo [illegible].

V. ACCION TOMADA

[illegible] confección del presente parte.

VI. DISTRIBUCION

[illegible]
Copia [illegible] del E.M.E.

[illegible] Comandante A.A. y [illegible]
El Jefe de Estado Mayor del C.A.A.
Coronel [illegible] A. TARAMASCO.

COMANDO DE APOYO ADMINISTRATIVO — ESTADO MAYOR

DOC. CON PARTES ILEGIBLES.

247 P01 URUGUAY EME DPTO II 05-05-92 08:46

P/ Cte. A.A. y P/S/O.-
El Jefe de Estado Mayor del C.A.A.
GUSTAVO A. TARAMASCO.-

[illegible]/2

9203623

[illegible] [illegible] DESTINATARIOS

Hoja No. 1 de 2
Copia No. ORIGINAL
D. F. IV. D - II
Ruta - 8 Kmt. 115
241100 - ABR - 992

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No.41/992.-

I.-EVALUACION: A - 2.-

II.-RESPONDE A: P.E.I.No.14/992 del Reg."PATRIA" de C.Mec.8.-

III.-T E X T O :

-Día 05-ABR-992 se realizaron en la Ciudad de MELO las Elecciones Barriales,unos 3.000 vecinos se volcaron a las urnas para elegir a sus autoridades,en la mayoría de los casos ratificar a quienes los habrán de representar ante el Plenario Interbarrial, los datos primarios fueron los siguientes:

-En Barrio Arpí la lista 5 obtuvo 225 sufragios,sobre 74 de la número 6 encabezada por William ISASA (S/A),por lo que la Presidenta de Barrio Arpí para el período 1992/94 será la Sra.Belkis MARTINEZ (S/A).-

-En los Barrios Paggiola,La Flor de la Canela y La Serna,la lista 3 encabezada por Enilda FERNANDEZ,logró 87 votos sobre 73 de la 26 de Eduardo LAGO (S/A).-

-También hubo puja en Barrio Collazo,allí Luis Angel ROCHA DE LOS SANTOS (P.C.U.) al frente de la lista 36 marcó 167 votos ante 75 de la lista 155 de Cristobal MOREIRA BORGES (S/A).-

-En los demás Barrios no hubo puja electoral.-

-En consecuencia Danubio SILVERA (S/A) fué ratificado por 106 vecinos en Barrio Santa Cruz.-

-Barrio López,será la presidenta Mabel GARCIA PEREZ (S/A) con el aval de 300 electores.-

-En los Barrios Leone y Cencelli será Presidente Arabel PIMENTEL (S/A) que contó con la anuencia de 200 electores.-

-En los Barrios García y Castro será su Presidente Eleodolfo RODRIGUEZ MOREIRA (Sgto.(R) del Reg."PATRIA" C.Mec.8) con 117 votos.-

-En Barrio Souza,se volcaron a las urnas 129 vecinos para apoyar a José CALTIERI (S/A).-

-En Barrio Castagnet sufragaron 120 vecinos a favor de Marta BARCELO (S/A).-

-En los Barrios Centenario y San Martín fué ratificado por 226 vecinos Gustavo VIERA DELGADO (C.N.R.).-

-En Barrio Ruiz la lista presentada con Miriam SABORIDO (S/A) como primera titular logró 89 votos.-

-En los Barrios Serrato y Caltieri, Eliana Concepción DIAZ MACHADO (M.N.R. - firmante del Referéndum), logró 129 adhesiones.-

-En Barrio Murgía donde la lista presentada por Angela Elba GIMENEZ (S/A) a la cabeza obtuvo la adhesión de 120 vecinos.-

-Sector 9 (Barrios La Salud - El Fogón - La Bolsa), 195 vecinos ratificaron a José Lito CUÑA CABRERA (firmante del Referéndum).-

-Barrio Trampolín,Elber OLIVERA (S/A) logró 70 votos.-

-Barrio Agua Hermosa,Vicente Solano LOPEZ DA CUNHA RODRIGUEZ (F.A. - firmante del Referéndum), logró 70 votos.-

-Barrio Feder,Aquino ALANIZ (S/A),logró 78 votos.-

-Barrio Tiririca,María Inés MORALES (S/A),logró 75 votos.-

Colaboraron en las Elecciones, I.M.C.L.,Junta Dptal.de CERRO LARGO, CLAEH (Centro Latino-Americano de Economia Humana), C.W.53 La Voz de Melo, C.X.14 Radio El Espectador y C.X.44 Radio Panamericana,que cubrió la información por intermedio del Sr.Carlos AMORIN (S/A).-

Los vecinos que votaron quedan como fundadores de las Elecciones de las Comisiones,ya que esta es la primera elección luego que el Plenario de Barrio accedió a la Personería Jurídica. Los registrados serán los únicos que podrán integrar listas para las futuras Elecciones de cada Barrio.-

IV.-SINTESIS:

Fecha: 05-ABR-992.-

Organización: Plenario Interbarrial.-

Nombres: . - - - -

Lugar: C.MELO.-

Resúmen: Elecciones Barriales en C.MELO.-

V.-ACCION TOMADA:

Confección del presente Parte.-

VI.-DISTRIBUCION:

Original .... Cte.J.E.-

Copia No.1 .... Archivo.-

DIVISION EJERCITO IV REP. OR. DEL URUGUAY

El Comandante División Ejército IV.-

GENERAL

DANIEL E. GARCIA.-

/EJC/rst/

p/7/92 (21)

920362 5

ORIGINAL

9203627

1/14.

MEMORANDO Nº 920169 /R.E.I/Fecha 07.05.92

I: ASUNTO: INFORMACION GENERAL DEL P.C.U.

II: REFERENCIA: 954_A-I

III: EVALUACION: B-2

IV: TEXTO:

ACTO SECCIONAL 20 DEL PCU

- Se ha podido saber que el acto del Seccional 20, realizado el día 24 de Abril, tuvo una buena participación de público, cerca de 1000 personas. No hubo parte oratoria, ni estrado, debido a que personalidades del Partido consideraban que no era un acto ni de Renovadores ni de Ortodoxos,sino de todo el Partido en general, siendo un homenaje a los ex-integrantes de la 20.
Durante el desarrollo del acto, hubo una volanteada contra la Dirección del Partido, que según lo comentado por los asistentes al acto era adjudicable a algún aparato de Inteligencia.-

INFORMACION GENERAL DEL PCU

-FINANZAS

- La deuda que tiene el Seccional 20 asciende a U$S 23.000,aunque los integrantes del Seccional aducen que la deuda es de "LA HORA" ,ya que ellos fueron quienes pusieron como garantía los locales del Seccional 20 y 22.-
Esto motivó que exista un comentario de desconformidad entre los miembros del PCU, de que JAIME PEREZ, no pusiera como garantía su coche, cuyo valor es de U$S 13.000.
En cuanto a la campaña financiera, la está realizando solo el Seccional 20, a través de la venta de abonos cuyo valor es de N$ 5 mil y N$ 10 mil. Por éste motivo, la gente del Seccional 20, quiere tener una entrevista con la Dirección del PCU, para saber si pueden contar con algún tipo de apoyo por parte de ellos, y si se responsabilizan en caso de que se pierda el local.

-COMISION INVESTIGADORA BIENES DEL PARTIDO

- EDUARDO VIERA (PUC), se presentó a la Comisión de Control y solicitó que se expidiera sobre los bienes del Partido en ANGOLA, para ello le dió un plazo de 48 hs.,y en caso de que esto no fuera así, haría publicamente un informe de todos los bienes del Partido.
La Comisión de Control le expresó: "que con éste tipo de cosas, había que tener cuidado, ya que deterioraba la imágen no solo de VALENTI,sino también de alguna otra gente".-

-SECCIONAL "MENDIOLA"

- Está previsto para el día sábado 09 de Mayo, la realización de un Activo en el Seccional MENDIOLA, al cual asistirá presumiblemente MARINA ARISMENDI. (PCU)

ACTO 1o. DE MAYO

- Toda la actividad desarrollada en la zona de La Teja, los días 30 de Abril y 01 de Mayo fue dominada por el MLN y los anarquistas del barrio.
En la organización estuvieron: COVITEA,POLICLINICA VECINAL SOLIDARIA,GUARDERIA "LAS PALOMITAS", "COLACHO" RAMIREZ (MLN-FANCAP), los hermanos PILO (ANARQUISTAS) , el Dr. ROBERTO TOR (médico, anarquista, atiende la Policlínica Vecinal Solidaria)
Contaron con un autoparlante que era quien abría la amrcha que venía del Cerro y que había estado los días previos realizando propaganda,el cual es propiedad de un NNM (a) "VITROLA" ,propietario del VIDEO 44- Sucursal Teja.
La columna fue encabezada por "COLACHO" RAMIREZ (MLN-FANCAP) y la gente del Espinillar.

ACTO Y MARCHA DE LOS OBREROS DEL ESPINILLAR

- Al llegar la marcha de los obreros del Espinillar, a la zona de Paso Molino, estaba integrada por más de 100 personas, habiendo incluso gente

DISTRIBUCION: ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(j-f)

de PAYLANA.
El act6o realizado en la calle Z[illegible]iategui, contó con un buen marco de público, habiendo participado todos los gremios.
En horas de la noche, los integrantes de la marcha, acamparon en la zona de La Teja, donde asistieron a brindar su solidaridad SASSANO, FERNANDEZ HUIDOBRO (MLN), "PEPE" MUJICA (MLN), JORGE ZABALZA (MLN) y el edil del PCU RAMON CABRERA.
Hicieron una muy buena campaña de recolección de víveres .
Quien estuvo para brindar primeros auxilios fue el Dr. Roberto TOR (anarquista)

JOSE MUJICA (a) "PEPE" (MLN)

- Entre militantes del MLN, circulan comentarios que JOSE MUJICA (a: "PEPE" se alejaría del Movimiento.-

CLUB ATLETICO VENCEDOR

- Se tomó conocimiento que integrantes del MLN, como ser RIVERA YIC y JAIME MUNOZ (PROMOPEZ-MLN), se encuentran abocados a la tarea de dirigir a corto plazo el mencionado Club. Este tiene la particularidad que está junto a la Base PINELA-Zonal 5 del MLN y tiene para el Movimiento una importancia estratégica, no solo por su ubicación, sino también porque por su intermedio realizando un buen trabajo en el mismo, podrían llegar a lograr una buena captación de jóvenes.

CONTESTA EEEI SOLICITADOS (Se adjunta fotocopia)

1) A) - La ea.Corriente existe. La misma surgió cuando se realizó la propuesta de JAIME PEREZ. Esta Corriente ofreció dar un proceso de discusión a los temas ideológicos y políticos. Proponen organizar al Partido, dar un proceso de discusión y formar para ello una Comisión que trate los temas ideológicos, con la finalidad de que el Partido pueda seguir funcionando como tal. En su momento, además agregaron que era precipitado discutir la situación sovietica ,porque no tenían en la mano elementos de peso para hacerlo.
B)- No existe ninguna otra corriente.

2) LEON LEV: Al parecer el hecho de que continúe integrando el CC y el CE es porque su aspiración fundamental es la de ser ler. Secretario del PCU.-
RAMON CABRERA: el mismo estaría desgastado, no siendo querido ni por ortodoxos ni renovadores,ya que ambas corrientes han manifestado en varias oportunidades que "NO SIRVE PARA NADA"
TABARE GONZALEZ : Carece de peso.-
LILIAN KECHICHIAN: Carece de peso.-

- Se descarta la posibilidad de que puedan continuar integrando el CC y el CE como forma de captar el Aparato Organizativo,ya que los ortodoxos dominan los 24 Seccionales.

3) -La fuente desconoce el hecho, aunque comenta que en el local de la FOICA,se reunían los ortodoxos, hasta que los renovadores se retiraron del Seccional CERRO, quedando este en manos de los ortodoxos. Desde ese momento habrían optado por empezar a reunirse ahí.-

4) Con respeco a la elección de delegados, se ha podido saber que a nivel Seccional se ha venido realizando casi con total normalidad, ya que los mismos están siendo designados o electos en las recientes Conferencias Seccionales, que se han venido efectuando.
A nivel Agrupaciones, la fuente expresa, que la elección se viene realizando pero con anormalidades e irregularidades ya que por lo general estos no se reúnen y cuando lo hacen con esta finalidad asiste un número aproximado de 10 militantes, los cuales en definitiva por falta de concurrencia terminan siendo designados.

FECHA 10/2/83 INICIAL (44)

...de a Sistema DPX

...ACIONES

203827

NOTA: Se adjunta la siguiente documentación

* * - Volante del ESPINILLAR
* * - Volante recordatorio de RAUL SENDIC
* * - Boletín ATSS Mayo/92
* * - Convocatoria para participar en el lo. de Mayo de las Org. Sociales de La Teja.-

004

9203627

FECHA 18.2.93 INICIAL (LM)

Pasado a Sumaria DPK

OBSERVACIONES

ASUNTO : P.C.U.

REQUERIMIENTO: Contestación de EEI

1.- De acuerdo a diversos trascendidos de prensa ("LA REPUBLICA") y al ser encuestado FERNANDO RAMA (PCU), el medio de propaganda le preguntó: "Si él integra lo que se denomina la "tercera posición" o tercerista, corriente ésta que estaría entre Renovadores y Ortodoxos.

Se requiere:

A) -Existe ésta corriente o simplemente es una estrategia para impulsar un acercamiento entre las 2 corrientes antagónicas.

B)- Existe alguna otra corriente además de las anteriormente nombrada

2.- A que responde la permanencia en el Comité Central y Comité Ejecutivo de los siguientes dirigentes:

- LEON LEV
- TABARE GONZALEZ
- RAMON CABRERA
- LILIAN KECHICHIAN

Si los mismos se han manifestado renovadores en varias oportunidades. Este hecho se basa en: ¿protagonismo personal?
¿diferencias ideológicas con los renunciantes?
¿pretender "chupar" el ap.organizativo del PCU?

3.- Qué se comenta en la militancia respecto al incidente protagonizado entre RAMON CABRERA y MARINA ARISMENDI, en circunstancias de realizarse simultaneamente un activo de militantes en la Seccional Cerro y en un local sindical del mismo barrio.

4.- Como se viene llevando a cabo la elección de delegados para el Congreso de Mayo.-

SI AL ESPINILLAR

"El Espinillar" tiene casi 5.000 hectáreas ¿se imagina lo que son 5.000 manzanas de una ciudad?; y trabajamos alrededor de 1.000 personas entre hombres y mujeres.

Cuenta además con 75 Kms. de canales para regar 2.400 hectáreas y más de 100 Kms. de caminería interna.

Hemos llegado a producir más de 11 millones de quilos de azúcar... y podríamos si nos dejaran, llegar a los 15 millones, para ahorrar a 450 mil uruguayos por año.

Todos los habitantes de Constitución y Belén viven, trabajan y sueñan, desde hace más de 40 años porque "El Espinillar" lo hace posible.

Hoy, luego de haber boicoteado durante años el funcionamiento del Establecimiento pretenden cerrarlo.

CERRARLO significa condenar a la desaparición a *Constitución* y Belén.

CERRARLO significa despreciar un capital varias veces millonario en dólares y varias generaciones de experiencia agrícola de centenares de trabajadores.

CERRARLO significa forzar la emigración de cientos de familias de los Pueblos que fundaron sus padres y nacieron sus hijos.

La problemática que hoy vive El Espinillar no es aislada, corren serio riesgo de desocupación miles de trabajadores de Bella Unión, Paysandú, Juan Lacaze, Rosario, San José, Canelones, Montevideo y la casi totalidad de los Departamentos del país que ven cerrar día a día centros fabriles.

Mientras el Gobierno nos pide confianza en el futuro, mientras nos anuncia estadísticas oficiales en que los índices de desocupación son cada vez menores, la realidad que vivimos los trabajadores es cada día peor. Se nos quiere condenar no ya a ganar salarios que no alcanzan para alimentar a nuestros hijos sino que se nos intenta marginar de la posibilidad al trabajo.

Cientos de trabajadores, en el marco de las medidas aprobadas por el PIT - CNT, realizan una Marcha a Pie de 500 quilómetros hasta Montevideo, para intentar sensibilizar al Gobierno sobre este tema.

Su apoyo, solidaridad y difusión de esta Marcha es una obligación con la causa de miles de trabajadores de todo el país.

FEDERACION ANCAP / PIT - CNT - M. S. C.

SENDIC:

Vos empuñaste las armas contra los enemigos del pueblo.

Fuiste consecuente con tus ideas y con los de abajo.

Tu lucha no ha sido en vano, porque mas tarde o mas temprano el pueblo seguira tu camino.

Hasta la victoria compañero RAUL

Revolucionario Siempre ¡¡

No hay mejor teoría revolucionaria que la, que surge de las revoluciones hechas.

RAUL SENDIC

LOS POBRES, LOS OBREROS, ESTUDIANTES, TRABAJADORES RURALES, TE TENDRAN QUE HOMENAJEAR LUCHANDO.

Asociación de Trabajadores de la Seguridad Social

Mayo de 1992

Sobre el Proyecto de Reforma de la Seguridad Social

CARTA ABIERTA A LOS URUGUAYOS

¿Qué se desprende del Proyecto en General?

El proyecto dista mucho de ser una "Reforma de la Seguridad Social", entre otras cosas porque se refiere, principalmente, a las prestaciones de Pasividad y Recaudación.

Por otra parte no se hace referencia a, por ejemplo, las Cajas Militar y Policial.- **NINGUN ARTICULO**, salvo alguna excepción que en el contexto queda perdida, **MEJORA LAS ACTUALES PRESTACIONES DE SEGURIDAD SOCIAL**, por el contrario, **LO QUE SE HACE ES REBAJAR LOS MONTOS DE ALGUNAS** (jubilaciones, pensiones, asignaciones, etc.), **Y EN OTROS CASOS ELIMINA PRESTACIONES ACTUALES.-**

Sólo por citar algunos ejemplos:

- Los montos iniciales de jubilación son rebajados. Para sacar una jubilación como la actual los hombres deberán trabajar 4 o 5 años más y las mujeres 6 o 7 años más (la mujer es la más perjudicada en el proyecto, y es la mayoría de la población).
- Si una mujer queda viuda antes de los 45 años cobrará sólo por 5 años, a menos que tenga hijos menores, en cuyo caso cobrará hasta que estos cumplan la mayoría de edad. Si vuelve a casarse, también pierde la pensión.-
- Se elimina la causal de jubilación por edad avanzada.-
- Se establecen mayores requisitos para acceder a la jubilación por incapacidad total o parcial.-
- Se les quita la Asignación Familiar a aquellos beneficiarios que, entre el titular y su cónyuge, ganen más de 8 Salarios Mínimos Nacionales (al día de hoy N$ 1.840.000).

¿Cuando se tiene Causal Jubilatoria según el Proyecto?

Para jubilarse hoy se requieren 60 años de edad y 30 años de servicios (hombres); y 55 años y 30 de servicios (mujeres). En el proyecto se cambia el concepto de años de servicios y se fija el de **años efectivamente aportados (10 años)**, manteniéndose - "en la letra" - las edades.

Teniendo en cuenta que la responsabilidad del aporte **no es del trabajador, sino** de las empresas y del propio B.P.S., los actuales trabajadores, menores de 58 y 53 años (hombre o mujer), serían "castigados" por una omisión que no es suya.

Se puede afirmar que decenas de miles de trabajadores (en particular quienes tienen entre 43 y 53 años -mujeres- y entre 48 y 58 -hombres-) no podrán jubilarse antes del año 2003, suponiendo que el proyecto se apruebe este año.

¿Cómo se calcula la Jubilación inicial?

En la actualidad es el promedio actualizado de los sueldos ganados en los últimos tres años. Y de este promedio, se toman determinados porcentajes (las famosas "tasas de reemplazo").

Por el proyecto se pasaría a un sistema de cálculo que tomaría como base el "saldo de la cuenta personal". Esta se formaría con **los aportes personales** (no lo ganado, ni los aportes patronales) de cada trabajador, los que serían registrados mes a mes, en Unidades Jubilatorias.

Para el cálculo final del monto de jubilación se consideraría:

- el saldo de la cuenta personal
- la tasa de interés
- las tablas de mortalidad de Estadística y Censos.

Estos tres elementos nos merecen las siguientes consideraciones:

- el monto de la pasividad inicial sólo lo conoceremos el día que nos presentemos a jubilarnos, ya no se tendrá un indicador general pues se pasa a un sistema de corte estrictamente individual.

- la tasa de interés fijada tiene relación **únicamente** con el cálculo global de "gastos" del B.P.S. El 3,5% fijado asegura que el B.P.S. "gastará menos" que con el régimen actual.

- el tomar como factor determinante del monto inicial de pasividad la expectativa de vida, **DESHUMANIZA Y DESPOJA DEL MINIMO AMOR AL PROJIMO TODO EL PROYECTO;** según este factor se "calculará" cuanto se espera que viva el trabajador a jubilar y así saber "cuanto tiempo cobraría" la prestación.-

Véase que quienes **VIVAN MENOS AÑOSQUE LOS QUE DETERMINE LA ESTADISTICA**, "perderán" en su cobro, obviamente.-

Y aquellos que **TENGAN LA SUERTE DE VIVIR MAS AÑOS QUE LOS QUE DETERMINA LA ESTADISTICA**, cobrarán "un poco más".

No queremos ser agoreros, ni prejuzgar, pero del texto del proyecto se puede concluir que:

EN EL URUGUAY CONVIENE QUE SE REBAJE EL NIVEL DE VIDA DE TODA LA POBLACION, QUE EMPEORE LA SITUACION SANITARIA, QUE DISMINUYA LA ATENCION DE SALUD, ETC., de forma que la expectativa de vida sea menor, **PUES ASI SERIAN MAYORES LOS MONTOS DE JUBILACION. POR ESTO DECIMOS QUE EL PROYECTO ES INHUMANO Y ANTINACIONAL.-**

Comentario sobre la financiación a la Seguridad Social.

- Se eliminan del actual Fondo de Jubilaciones y Pensiones, los tributos establecidos por ley (porcentaje de I.V.A. 5% y otros) quitándosele recursos actualmente genuinos al B.P.S.-

- Se establece el aumento de los aportes patronales al Seguro por Enfermedad, lo que afectará especialmente a los pequeños y medianos empresarios.-

- Se establece el concepto de que los aportes obreros y patronales no son una unidad, sino que se pueden hacer separadamente.

- Que el B.P.S. pueda clausurar temporalmente empresas por ser malas pagadoras, no nos merece comentarios ni a favor ni en contra - salvo la constitucionalidad o no de la norma - pues el **Banco tiene en la actualidad una serie de facultades legales para "ejecutar" a las empresas que deben, y no lo hace por falta de voluntad política del Directorio.**

- Se establece que el B.P.S. podrá retirar el carácter de agente de retención a una empresa que no vierta los aportes obreros que retiene. En ese caso la empresa deberá pasar a pagarle al empleado el salario **NOMINAL** y el trabajador deberá aportar él directamente al B.P.S.. Nos preguntamos: ... con los bajos salarios que hay en nuestro País, si a un trabajador se le paga el nominal, y le faltan 25 o 30 años para jubilarse: ¿ hará el aporte al B.P.S. ?. Ni que hablar de las decenas de miles de trabajadores rurales, zafrales, de la construcción, etc., y las reales dificultades que tendrán para poder ir a un local del B.P.S., TODOS LOS MESES, a hacer efectivo su aporte personal. Se puede suponer que el trabajador verterá sus aportes. En este caso no existirían mayores problemas.

Pero creemos que, más razonablemente, quienes "lean" el País **real**, pueden concluir que no lo hará. En este caso cuando se "empiece" a preocupar por su retiro, dentro del sistema estatal, será tarde. ¿No se facilita asi, el desarrollo en nuestro País de sistemas privados de "seguros", en el mediano y largo plazo?

- Se eliminan **TODAS** las exoneraciones de aportes al sistema.

Toda la actividad socio-económica del País esta vinculada al sistema de tributaciones general. Esto afecta por ejemplo a *todo* el sistema cooperativo; las mutualistas; los sindicatos; las instituciones deportivas, de enseñanza, etc.

UN ULTIMO COMENTARIO...

En los hechos, las mujeres tendrán que trabajar hasta los 62 y los hombres hasta los 65 para cobrar jubilaciones parecidas a las actuales.
Quienes no reúnan las condiciones, tendrán que esperar HASTA LOS 70 AÑOS para poder cobrar la Pensión a la Vejez. Este Proyecto, verdaderamente de IN-SEGURIDAD SOCIAL, ademas no contempla ninguno de los reclamos fundamentales de los trabajadores activos, jubilados y pensionistas.
No tiene en cuenta a los jóvenes. Alienta al tercio de ellos que están pensando en irse del país a que lo haga. Frente a la falta de fuentes de trabajo, obliga a trabajar más años, dificultando seriamente el acceso de los jóvenes a puestos de trabajo.
Ciertamente, el Fondo Monetario o el Banco Mundial estarán conformes con el Proyecto.
Pero nosotros, los uruguayos que diariamente hacemos este país, no.
Por eso: **HAY QUE ENFRENTAR EL PROYECTO EN SU TOTALIDAD.**
El 24 de mayo vence el Plazo en Diputados. Todavía NO están los votos. Es necesario incidir a todos los niveles. Desarrollar un intenso trabajo hacia los diputados de cada departamento del llamado interior.

ESTAMOS A TIEMPO DE FRENARLO.
HAGAMOS TODO LO QUE ESTE A NUESTRO ALCANCE HACER.
Como escribiera Paco Espínola: ser solidario "es sentirse cada uno un poco todos, sin lo cual no hay nación, SINO TIERRA CON GENTE ENCIMA".
LOS URUGUAYOS, QUEREMOS SEGUIR SIENDO NACION.-

Adhesión de la Asociación de Trabajadores de la Seguridad Social
AL PRIMERO DE MAYO (ATSS - COFE - PIT-CNT)

IMPRESORA PULACAYO SRL - E. ACEVEDO 1607 - TEL. 49 83 30

Por un 1° de Mayo Clasista:

Recibimos a la Marcha por Trabajo y contra las Privatizaciones de los Trabajadores del Interior del País.

Concentración - Fogones y Acampada

Jueves 30
Hora 19:00
Plaza LAFONE

El 1° de Mayo a las 13:... horas nos concentram... en Plaza LAFONE par... esperar la columna de Cerro y todos juntos marchar rumbo al Act... Central del PIT-CNT

Organizaciones Sociales de La Teja

Copia: de: .=
Bn. I. 9.=
S = 2.=
Fray Bentos.=
231000ABR/992.=
= EEP = 04.=

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.04/992.=

I).= EVALUACION: A = 2.=

II).= RESPONDE A: Plan Colección de la Unidad.=

III).= T E X T O :

-El día 18/ABR. ingresó a nuestra Z.A. la marcha que vienen llevando a cabo aproximadamente 300 obreros del ESPINILLAR y PAYLANA, realizando un alto en el Km.343(Ruta Nal.No.3).=

-Los mencionados prosiguieron su marcha al día siguiente arribando a C.YOUNG, acampando en el Parque Municipal de ésa.=

-Con anterioridad al ingreso de los obreros, en horas de la mañana arribaron a dicha ciudad dos omnibus matrículas Nos.20.062 y / 233.560 transportando niños y algunas personas mayores, un camión matrícula No.503.074 y una camioneta marca Chevrolet, color azul matrícula / No.30.602. Dichos vehículos exhibían leyendas tales como:"BELEN TAMBIEN EXISTE, CARAJO"; "EN DEFENSA DE LOS PUEBLOS BELEN Y CONSTITUCION"; "EN DEFENSA DE NUESTRA UNICA FUENTE DE TRABAJO" etc.=

-En forma inmediata se dió comienzo al armado de carpas y preparación de la comida para los integrantes de la marcha.=

-A la hora 12.20 arriba la marcha de los obreros, portando banderas del PIT/CNT y pancartas. En dicho lugar se detectó la / presencia de Oscar Julio TERSAGHI ALIANDRE(P.C.U), Héctor Raúl SARACHAGA(P.C.U), José Diego CREVOISIER(M.P.P) y Elbio Tomás PAGANO MAGDALIO/ (Se desconoce).=

-A la hora 19.00 se retiran los omnibus de COTAFE(Cooperativa de Transporte Funcionarios del Espinillar) matrículas Nos.20.073, 20.074 y 20.076, transportando la totalidad de los niños y algunos mayores, los que fueron despedidos con gran algarabía.=

-Se tiene conocimiento que Pedro Adalberto TARAMASCO // SOSA(M.P.P) entregó en colaboración a dicha marcha la suma de N$ 100:000(Nuevos Pesos Cien Mil).=

-El día 20/ABR. en horas de la mañana siguieron la marcha, acampando en el Km.300(Ruta Nal.No.3) Paso de las Piedras; permaneciendo hasta el día 22 en que abandonaron nuestro departamento.=

IV).= SINTESIS:

A.=18/ABR/992.=

...///

///... SECRETO

B.=Pedro Adalberto [illegible] (Se adjunta Hoja de Antecedentes Personales), Oscar Julio [illegible] (Se adjunta Hoja de Antecedentes Personales), Héctor Raúl [illegible] (Se adjunta Hoja / de Antecedentes Personales), José Diego [illegible] (Se adjunta Hoja de Antecedentes Personales) y Elbio Tomás PAGANO [illegible]AGDALIC (Se adjunta Hoja de Antecedentes Personales).=

C.=Marcha obreros del Espinillar y PAYLANA.=

D.=C.Young.=

E.=Marcha llevada a cabo por los obreros del Espinillar y PAYLANA, con destino a MONTEVIDEO y que diera comienzo el día 18/ABR/992.=

V).= DISTRIBUCION: -Copias Nos.1, 2 y 3 al Señor Comandante de la Brigada de Infantería No.3.=

-Copia No.4 para el Archivo de la Unidad.=

VI).= ACCION TOMADA: -Confección del presente documento y elevación al Superio.=

El Jefe del Bn. I. No.9.=

Teniente [illegible]

[illegible] GROSSO.=

GG/GSM
eep

-RESPONDE A:-E.E.I. (Sub.Factor Sindical Parág.I-B) y Radio 24/I/92 de la B.I.3.-

-ELEVADO A:- DE-III.-

-F E C H A:- [illegible]

El Comandante de la B.I.3.-

Coronel

LUIS I. AGUIRREGARAY .-

wp.

RESPONDE A: E.E.I.(Sub-Factor Sindical Parág.I.B.) y Radio 625/D-II/92.

E L E V A D O: Dpto.E-II (INT) E.M.E.-

F E C H A: 29-ABR-992.-

el Comandante División Ejército III:

El Jefe de Estado Mayor

Coronel

Raúl M. Saravia.-

RS/cgj.-

E.M.E. Dpto. II (Secc. Adm.)

[illegible]DA [illegible]

[illegible]CULA N° [illegible]

Fecha 07/V/92 Hora 0930

SECRETO

SECRETO

9203628

SECRETO

Copia: del:
Bn. I. No. 9.=
S - 2
Fray Bentos.=
231Ø45-ABR-1992.=

HOJA DE ANTECEDENTES PERSONALES ADJUNTA A P.E.I.No. Ø4 /992.=

NOMBRES Y APELLIDOS: Pedro Adalberto TARAMASCO SOSA.=

CEDULA DE IDENTIDAD: **C.C.:** TFD.No.No.16.591.=

FECHA DE NACIMIENTO: Ø6/DIC/939.= **LUGAR:** Paysandú.=

ESTADO CIVIL: Casado.=

NOMBRE ESPOSA (O)/CONCUBINA (O): Flor de Liz TOURINO.=

DOMICILIO: Rivera y Capdevielle - C.Fray Bentos.= 5P4 co l

LUGAR DE TRABAJO: Comerciante - Propietario de Provisión "San Pedro" ubicada en calle Rivera y Capdevielle - C.Fray Bentos.=

ANTECEDENTES

FECHA:	EVALUACION	T E X T O
Ø7/OCT/88	A - 2	=Realiza pegatinas de afiches del MLN (T) conjuntamente con otros militantes sector juvenil.=
Año 1989	A - 2	=Se desempeña como activo dirigente en apoyo al voto verde para el plebiscito del 16/ABR/989.=
	A - 2	=Ante la creación de la filial Fray Bentos del M.P.P. este individuo aparece como activo dirigente de la misma.=
12/AGO/89	A - 2	=Concurre como representante local al Congreso del Movimiento realizado en C.Montevideo.=
Ø3/JUN/9Ø	A - 2	=Concurre a la 5ta.Convención del MLN (T) conjuntamente con Mario DE CUADRO.=
Año 1991	A - 2	=Colabora con el Campamento Juvenil organizado por el Movimiento "26 de Marzo" en el Balneario "Las Cañas" con jóvenes procedentes de las localidades de Colonia, Soriano y Río Negro entre los días 11 y 13/ENE.=
19/ABR/92	A - 2	=Con motivo del arribo a C.Young de la Marcha a pié llevada a cabo por los obreros del Espinillar y PAYLANA, destino C.Mdeo., entrega personalmente la suma de N$ 1ØØ.ØØØ en colaboración a dicha marcha.=

El Jefe del Bn.I.No.9.=

Teniente Coronel

[illegible] ILLESCO TROSSC.=

GG/GS.
jrg

SECRETO

9203628

SECRETO

Copia: de:
Bn.I.No.9.=
S - 2
Fray Bentos.=
231Ø55-ABR-1992

HOJA DE ANTECEDENTES PERSONALES ADJUNTA A P.E.I.No. Ø4 / 992.=

NOMBRES Y APELLIDOS: Oscar Julio TERSAGHI ALIANDRE.=

CEDULA DE IDENTIDAD: 3.Ø23.395-2 **C.C.:** LBD.No.7.624.=

FECHA DE NACIMIENTO: **LUGAR:**

ESTADO CIVIL:

NOMBRE ESPOSA (O)/CONCUBINA (O):

DOMICILIO: Martirinée y Montevideo - C.Young.=

LUGAR DE TRABAJO: Ingeniero Agrónomo.=

A N T E C E D E N T E S

FECHA:	EVALUACION	T E X T O
FEB/ABR/89	A - 2	=Participa activamente y es integrante de la Comisión Departamental Pro-Referendum en C.Young.=
AB 1989	A - 2	=Figura como firmante del Referendum.=
26/NOV/89	A - 2	=En Elecciones Nacionales integra las Listas presentadas por el Frente Amplio como 1er.suplente del candidato a la I.M.R.N..= =Lista 77/Vertiente Artiguista como 46o.candidato a la Cámara de Representantes y Lista 777 como 4to. candidato a la Junta Departamental.=
19/ABR/992	A - 2	=Hace acto de presencia en el campamento realizado por los obreros del Espinillar y Paylana en Parque Municipal (C.Young) con motivo de Marcha a // pié que vienen llevando a cabo los mismos.=

El Jefe del Bn.I.No.9.=

Coronel

GUILLERMO GROSSO.=

GG/GSm
jrg

SECRETO

9203628

SECRETO

Copia: de:
Bn. I. No. 9.=
S - 2
Fray Bentos.=
231050-ABR-1992

HOJA DE ANTECEDENTES PERSONALES ADJUNTA A P.E.I.No. 04/992.=

NOMBRES Y APELLIDOS: Héctor Raúl SARACHAGA MIÑAUR.=

CEDULA DE IDENTIDAD: **C.C.:** LBD.No.4.779.=

FECHA DE NACIMIENTO: 28/FEB/933.= **LUGAR:** C.Young.=

ESTADO CIVIL: Casado.=

NOMBRE ESPOSA (O)/CONCUBINA (O): Teresa CLIVC.=

DOMICILIO: Martirinée e/25 de Agosto y Minas - C.Young.=

LUGAR DE TRABAJO: Centro de Salud de C.Young - (Doctor en Medicina).=

ANTECEDENTES

FECHA:	EVALUACION	T E X T O
27/NOV/988	A - 2	=Es elegido para integrar el Secretariado Ejecutivo Departamental del P.C.U..=
FEB/ABR/89	A - 2	=Principal dirigente del Frente Amplio en C.Young y organiza la apertura y el funcionamiento de la Casa del Voto Verde.=
26/NOV/989	A - 2	=En Elecciones Nacionales integra Lista 90/Socialismo/Frente Amplio como 2do.candidato a la Cámara de Representantes.=
Año 1989	A - 2	=Figura como firmante del Referendum.=
19/ABR/992	A - 2	=Hace acto de presencia en el campamento realizado por los obreros del Espinillar y Paylana en Parque Municipal (C.Young) con motivo de Marcha a pié que vienen llevando a cabo los mismos.=

Jefe del Bn.I.No.9.=
Tte.Cnel.
GUILLERMO GROSSO.=

(Sello: BATALLON DE INFANTERIA No 9 - REPUBLICA O. DEL URUGUAY)

GG/GSM
jrg

SECRETO

9203628

SECRETO

Copia del:
Bn. I. No. 9.=
S - 2
Fray Bentos.=
231115-ABR-1992

HOJA DE ANTECEDENTES PERSONALES ADJUNTA A P.E.I. No. Ø4 /992.=

NOMBRES Y APELLIDOS: José Diego CREVOISIER.=

CEDULA DE IDENTIDAD: **C.C.:** BBJ.No.4661.=

FECHA DE NACIMIENTO: Ø5/DIC/948 **LUGAR:** Río Negro.=

ESTADO CIVIL:

NOMBRE ESPOSA (O)/CONCUBINA (O):

DOMICILIO: 19 de Abril e/Joaquín Suárez y Florida - C.Young.=

LUGAR DE TRABAJO:

A N T E C E D E N T E S

FECHA:	EVALUACION	T E X T O
1Ø/ABR/987	A - 2	=Participa en acto denominado "1ra.Mateada de los Tupamaros en C.Young" llevado a cabo en el Club Social Uruguay de esta localidad.=
Año 1989	A - 2	=Figura como firmante del Referendum.=
[illegible]/ABR/992	A - 2	=Hace acto de presencia en el campamento realizado por los obreros del Espinillar y Paylana en Parque Municipal (C.Young) con motivo de Marcha a pié que vienen llevando a cabo los mismos.=

El Jefe del Bn.I.No.9.=
Tte. Cnel.
[firma]
GILBERTO GROSSO.=

(Sello: BATALLON DE INFANTERIA No 9 - REPUBLICA O. DEL URUGUAY)

GG/GSM
jrg

SECRETO

9203628

SECRETO

Copias: de:
Bn. I. No. 9.=
S - 2
Fray Bentos.=
231120 ABR/992.

HOJA DE ANTECEDENTES PERSONALES ADJUNTA A P.E.I. No. 04/ 992.=

NOMBRES Y APELLIDOS: Elbio Tomás PAGANO MAGDALIC.=

CEDULA DE IDENTIDAD: C.C.: LBD. No. 6.669.=

FECHA DE NACIMIENTO: LUGAR:

ESTADO CIVIL: Casado.=

NOMBRE ESPOSA (O)/CONCUBINA (O): Esther DANTAZ.=

DOMICILIO:

LUGAR DE TRABAJO:

ANTECEDENTES

FECHA:	EVALUACION	TEXTO
15/FEB/987	A - 2	=Integra Mesa Recolectora de Firmas para el Referendum que estuvo ubicada en Avenida 18 de Julio y Río Negro - C.Young.=
Año 1989	A - 2	=Figura como firmante del Referendum.=
19/ABR/992	A - 2	=Hace acto de presencia en el campamento realizado por los obreros del Espinillar y Paylana en Parque Municipal (C.Young) con motivo de Marcha a pié que vienen llevando a cabo los mismos.=

El Jefe del Bn. I. No. 9.=
Teniente Coronel
[illegible] GROSSO.=

GG/GSM
jrs

SECRETO 9203628

0077

Bn."Gral.Leandro Gómez"de I.No.8.-
2 - 2
P A Y S A N D U.-.-.-.-
210000ABR992.-.-.-.-.-.-.-.-.-

1/15

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.25/992.-

	2
MAT	[illegible]
	Abr 92

I .- **EVALUACION: A - 1.-**

II .- **RESPONDE A:** Plan de Colección de la Unidad.-

III.- **T E X T O:**

El día 161100ABR92 arribó a C.Paysandú la marcha que realizan a pié los trabajadores del Espinillar.- Los mismos fueron recibidos por/ integrantes de los Sindicatos de ANCAP,PAYLANA,NORTEÑA,SUNCA,ADE-// YOM y del PIT-CNT-Pdú.,los que se unieron a ellos ingresando por // Avda.República Argentina,Avda.España,18 de Julio tomando por calle Entre Ríos hasta Avda.Salto para luego llegar frente a la Fábrica , PAYLANA,en donde procedieron a descansar en los canteros allí existentes.Durante este trayecto se dedicaron a entregar folletos y pedir colaboración a las personas que transitaban por las aceras.- Luego de almorzar en el Sindicato de ALTRAPAY(Setembrino Pereda y , Avda.Salto),por la tarde armaron un campamento con la instalación de carpas en las inmediaciones del Obelisco(Entre Ríos y Avda.Salto),dedicándose a detener a todos los vehículos que cruzaban por // allí para entregar folletos y solicitar colaboración mediante un // Bono equivalente a N$ 1.000,oo.-

A la H.15.45 realizan un acto en el mismo lugar en donde usaron de la palabra Julio PIRIZ(por el PIT/CNT-Pdú.),Oldemar TOLOSA(por AL: TRA.PAY)y Richard DE LOS SANTOS(por el Espinillar).Se hicieron presentes el Senador Mariano ARANA,Dip.Humberto GONZALEZ PERLA y Thelman BORGES.La concurrencia fue de aproximadamente 160 personas,todos ellos afiliados a los sindicatos nombrados anteriormente;se destaca la poca aceptación del público en general.-

Se detectó en el mismo a:Juan J.DOMINGUEZ(M.L.N-T-),Irma BIANCHI (M.L.N.-T-),Ruben MASCAZINI(P.C.U.),Darío CAROZO(M.L.N.-T-),Francisco TITO VIRGILIO(M.L.N.-T-),Mauricio CRUZ(M.L.N.-T-),Omar SPERONI (M.L.N.),Héctor DUARTE CEJAS(P.C.U.),Ramón RUIZ(P.C.U.).Julio PIÑEIRO(M.L.N.),Luís LEMES(M.L.N.),Omar TEXEIRA(P.C.U.) Nery BIANCO(P.C. U.),Gustavo RUMBYS(M.L.N.-T-),León LAPUNOV(M.L.N.-T-),Beatriz JARDIN de PONS(P.C.U.),Sergio OLIVA(P.C.U.),Luís FIGUEROA(P.C.U. ,Jorge PACHECO(P.C.U.),Julio SCHAPAPIETRA(P.C.U.),José FLORES(P.C.U.), Julio FARALL(P.C.U.),Alicia FRANCHINO(P.C.U.),Ruben GARCIA(P.C.U.) Wálter VERA(P.C.U.),Diva MERELLO(P.C.U.) y Adela SCARTACCINI(M.L.N. T-).-

El Día 171500ABR92 reanudaron la marcha tomando por Ruta 3.pernoctando en instalaciones de la Facultad de Agronomía en el Km.373,reiniciando la marcha el día 180825ABR92 con destino C.Young Departamento de Río Negro.-

DOC. POCO LEGIBLE

...//

E.M.E. DIV. — ENTRAD... MATRICULA... Fecha 07 MAY 92 — FECHA 3 · 8 · 92 — INICIAL — OBSERVACIONES

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 20 MAYO 1992
Pase
9203629

Biogenfico - Sicosocial Militar

Exigimos la fiscalización, regularización de la "evasión" de montepíos descontados al funcionario público y municipales del Interior

INFORMACION
Luis Colotuzzo, del Pit-Cnt y de los empresarios para constituir el directorio constitucional del BPS.- En ... sentido acordar ...

001|15

8/V/92
SID I
9203629

Se tiene conocimiento que concurrieron acompañando la marcha hasta C.Young Juan J.DOMINGUEZ,Adela SCARTACCINI,Gustavo WARE,Wáshington ACUÑA y Hermes PASTORINI.-

Se informa además que durante la marcha y en horas nocturnas en // que estuvieron acampados,se detectó que contaban con elementos de seguridad los cuales se turnaban portando equipos de comunicación.

Se adjuntan folletos,Bono de colaboración y fotos tomadas por esta Agencia en momentos en que arribaba a C.Pdú.la marcha de referencia.-

IV .- SINTESIS:

A - 16ABR92.-

B - Izquierda Nacional.-

C - Julio PIRIZ(C/A-elevados en P.E.I.Nº.25/988).-
Oldemar TOLOSA(C/A-elevados en P.E.I.Nº.14/991).-
Richard DE LOS SANTOS.-
Mariano ARANA.-
Humberto GONZALEZ PERLA(C/A-elevados en P.E.I.Nº.45/990).-
Wholman BORGES.-
Juan J.DOMINGUEZ(C/A-elevados en P.E.I.Nº.45/990).-
Ruben MASCAZINI(C/A-elevados en P.E.I.Nº.38/988).-
Darío CAROZO(C/A-elevados en P.E.I.Nº.18/988).-
Francisco TITO VIRGILIO(C/A-elevados en P.E.I.Nº.63/988).-
Mauricio CRUZ(C/A-elevados en P.E.I.Nº.63/988).-
Omar SPERONI(C/A-elevados en P.E.I.Nº.63/988).-
Héctor DUARTE CEJAS(C/A-elevados en P.E.I.Nº.24/991).-
Ramón RUIZ(C/A-elevados en P.E.I.Nº.10/989).-
Julio PIÑEIRO(C/A-elevados en P.E.I.Nº.77/990).-
Luís LEMES(C/A-elevados en P.E.I.Nº.13/991).-
Omar TEXEIRA(C/A-elevados en P.E.I.Nº.38/988).-
Nery BIANCO(C/A-elevados en P.E.I.Nº.45/990).-
Gustavo ROMBYS(C/A-elevados en P.E.I.Nº.45/990).-
León LAPUNOV(C/A-elevados en P.E.I.Nº.13/990).-
Beatríz JARDIN de PONS(C/A-elevados en P.E.I.Nº.45/990).-
Sergio OLIVA(C/A-elevados en P.E.I.Nº.01/991).-
Luís FIGUEROA(C/A-elevados en P.E.I.Nº.45/990).-
Jorge PACHECO(C/A-elevados en P.E.I.Nº.10/990).-
Julio SCHAPAPIETRA(Se adjunta ficha).-
José FLORES(C/A-elevados en P.E.I.Nº.37/990).-
Julio FARALL(C/A-elevados en P.E.I.Nº.10/990).-
Alicia FRANCOLINO(C/A-elevados en P.E.I.Nº.10/988).-
Ruben GARCIA(C/A-elevados en P.E.I.Nº.72/990).-
Wálter VERA(C/A-elevados en P.E.I.Nº.41/989).-
Divo MERELLO(C/A-elevados en P.E.I.Nº.20/991).-
Adela SCARTACCINI(C/A-elevados en P.E.I.Nº.45/990).-
Gustavo WARE(Firmante Referéndum).-

.../// 9203629

(*) Exigimos la fiscalización, regularización de la "evasión" de montepíos descontados al funcionario público y municipales del Interior.

...de los representantes de los jubilados y pensionistas -Cra. Luis Colotuzzo-, del Pit-Cnt y de los empresarios para conformar el directorio constitucional del BPS.- En ese sentido acordar estos

Doc. Poco LEGIBLE

///...

Wáshington AGUR/A(C/A-elevado en P.E.I.Nº.15/990).-
Hermes PASTORINI(C/A-elevado en P.E.I.Nº.21/987).-

D - C.Paysandú.-

E - Se eleva información sobre arribo a C.Paysandú de la marcha que realizan trabajadores del Espinillar.-

V .- DISTRIBUCION: 1 Brig.y Copias 1 a 2 a la B.I.3.-
1 Copia archivo Bn.I.Nº.8.-

VI .- ACCION TOMADA: Confección y elevación del presente Parte.-

Jefe Bn."Gral.Leandro Gómez"de I.Nº.8.-
Tte.Cnel.

-RESPONDE A:-P.E.I.(Sub.Factor Sindical Parág.I-B) y Radio 23/V/992 de la B.I.3.-

had

-ELEVADO A: DE-III.-

-F E C H A: - 28-ABR-992.-

El Comandante de la B.I.3.-
Coronel
LUIS I. AGUIRREGARAY.-

wp.-

-RESPONDE A: P.E.I.(Sub-Factor Sindical Parág.I-b) y Radio 625/DII/92

-E L E V A D O A: Dpto.E-II (INT) E.M.E.

-F E C H A: 30-ABR-992.-

Por el Comandante Div...
El Jefe de Estado Mayor
Coronel
Raúl M. Saravia.-

RS/cgj.-

Doc. Poco Legible

920 3623

(*) Exigimos la fiscalización, regularización de la "evasión" de montepíos descontados al funcionario público y municipales del Interior

elección de los representantes de los jubilados y pensionistas -Cra. Luis Colotuzzo-, del Pit-Cnt y de los empresarios para conformar el directorio constitucional del BPS.- En ese sentido acordar estos

[illegible] Nº.1 AL P.E.I.Nº.25/992.-

[illegible]JA DE ANTECEDENTES PERSONALES.-

NOMBRE Y APELLIDO:Julio SCHAPAPIETRA.-

IDEOLOGIA:Marxista leninista ortodoxo.-

ACTUACION:P.C.U..-

ANOTACIONES:

22-DIC-91:Integró la Lista Nº.6 en las elecciones interna para elegir el Comité Departamental del P.C.U.,siendo esta lista la que obtuvo mas votos.Informado por P.E.I.Nº.54/991.-

El Jefe Bn."Gral.Leandro Gómez"de I.Nº.[illegible]

[illegible] Cnel.

[illegible] BENTOS.-

(*) Exigimos la fiscalización, regularización de la "evasión" de montepios descontados al funcionario público y municipales del Interior

[illegible] de los representantes de los jubilados y pensionistas -Cro. Luis Colotuzzo-, del Pit-Cnt y de los empresarios para conformar el directorio constitucional del BPS.- En ese sentido acordar estos

... haber ...

... Establecimiento ...

... a la ...

... Belén ...

... un capital varias veces ...

... dólares y vari...

... agrícola de centenares ...

... hijos.

... se dedicaron ...

... Se han gastado cercanos ...

... Directorio de ...

NO A ...

... 1.800 ...

... y mujeres ...

... interna.

... a producir ...

... 15 ...

Son poco legibles.

Asociación Nacional de Jubilados ex-trabajadores del la Seguridad Social (BPS)

Abril 1992 - ANJETSS - PIT-CNT - ONAJPU

A LOS JUBILADOS Y PENSIONISTAS A LOS TRABAJADORES, A LA MUJER, A LA CIUDADANIA

Ante el proyecto de "reforma" de la Seguridad Social y nuevos hechos en el BPS.

DECLARAMOS:

1º) El absoluto rechazo a tal engendro redactado a espaldas de los trabajadores de ayer y de hoy, de la ciudadanía y de todas sus organizaciones sociales, en particular el PIT-CNT y la Organización Nacional de Jubilados y Pensionistas del Uruguay, eludiendo y negando la participación ciudadana, base de cualquier concertación en función social del país.

2º) El origen y bases de la proyectada "reforma" están dadas: a) por el sistema privado a cargo de financieras en Chile impuesto por la dictadura de Pinochet, al amparo de la bestial supresión de derechos constitucionales, humanos y gremiales del pueblo chileno. b) por las imposiciones de la banca internacional del F.M.I., B. Mundial, BID y BIRF acatadas por la dictadura pasada y gobiernos últimos de cada "carta de intenciones" de los préstamos otorgados.

3º) Dicho proyecto, aún no presentado al Parlamento, viola la Constitución de la República en sus artículos 4, 7, 67 y 195, al anularse el principio de soberanía legislativa ante imposiciones de la banca extranjera, la anulación de la protección de la vida y el trabajo, la [illegible]ntía en jubilaciones, pensiones, retiros y subsidios adecuados y la previsión y seguridad social estatal a cargo del B.P.S.

4º) El principio de la pretendida "reforma" es la anulación del fundamento de nuestra actual Seguridad Social: la solidaridad generacional a cargo del estado, creando a cambio un sistema de Cuentas Personales, la rebaja en más del 50% los porcentajes jubilatorios, en la práctica el aumento de los años de trabajo en razón anulándose el promedio de los tres últimos años por el promedio de todos los años de trabajo. Se elimina la Pensión a la vejez y se rebaja en monto y tiempo las pensiones por incapacidad o por viudez. También se anula la función fiscal y controladora del BPS, pasándose a un sistema de aportación y responsabilidad individual y con una taza de interés móvil de acuerdo a la línea del F.M.I. y su aplicación por el gobierno de turno.

5º) [illegible]a retrógrado proyectado sistema se corresponde a una táctica gradualista por parte del gobierno, -en razón de no tener mayoría parlamentaria-, para el objetivo total, que es otro sistema jubilatorio p[illegible]do, administrado por financieras de la gran banca extranjera, según la receta fondomonetarista apoyada por J. Batlle. El sistema actual estatal a cargo del BPS serviría una pensión universal mínima para la obligada afiliación al sistema financiero privado, creándose en esa área un fondo de 2.000 millones de dólares para fines especulativos y bajo los riesgos de las continuas quiebras fraudulentas de sistemas similares como son los de Estados Unidos, Chile y acá sus parientes dolosos del B. Comercial, Caja Obrera y Pan de Azúcar.

6º) Denunciamos que este intento de privatización extranjerizante de la Seguridad Social aún sin consideración parlamentaria, ya se está llevando adelante a través de una Consultora chilena del sistema privado, la Empresa SONDA representante de la multinacional DIGITAL, quien está programando la reestructura del BPS, en materia recaudadora con la creación de una Unidad autónoma con funcionarios privados, en la anulación del actual Centro de Procesamiento de Datos, y que al igual que en el Area de la Salud del BPS, junto con el estudio de la automatización del Interior y del pago de las altas pasividades, concentra y monopoliza -en aras de la Organización y Métodos- en poder del gran capital financiero a través de esta multinacional, con el uso de capacidades, ideas y logros de nuestros técnicos trabajadores del CEPRODA.

7º) Exigimos la fiscalización, regularización de la "evasión" de montepios descontados al funcionario público y municipales del Interior por 750 millones de dólares y la evasión y apropiación indebida a cargo de los grandes empresarios por 300 millones de dólares que totalizan más de 1.000 millones de dólares. En dicha regularización se encuentra la natural financiación de todos los servicios y beneficios hoy tan bajos y cuestionados por el actual poder político, responsable de semejante delincuencia administradora quienes deben ser juzgados penalmente por el dolo de "apropiación indebida" de aportes descontados puntualmente a los trabajadores y con sus intereses generados en años en beneficio de grandes empresarios.

8º) Desmentimos el difundido "informe" del gobierno de que la Seguridad Social es financiada por ellos, y que su déficit es cubierto con emisión de dinero por el B. Central y es el corazón de la inflación al cual estos psicópatas dicen que hay que matar,. Mentiras, y más mentiras: es el pueblo trabajador y consumidor que a través del montepio y el impuesto a los sueldos, jubilaciones y pensiones financia nuestra seguridad social -a pesar de toda la evasión arriba detallada- especialmente en la caja Civil del sector Público y la S. Social el déficit de 100 millones de dólares se enjuga con el 5% del IVA. Los 1.750 millones de dólares del presupuesto del BPS es aportado por el pueblo con sangre y sudor, y la descomunal emisión de dinero por el B. Central es para pagar los intereses de la Deuda Externa, que sumaron 900 millones de dólares en 1991 ($ 2.000 diarios- $ 60.000 mensuales que pagó cada uruguayo).

9º) Rechazamos el carácter de ley de Urgencia del actual proyecto del P. Ejecutivo y proponemos si que la seguridad social sea [illegible] [illegible] y las organizaciones sociales para que toda la ciudadanía sea informada, participe, proponga y controle el Banco de Previsión Social defendiendo su principio de solidaridad generacional estatal, de activos-jubilados-pensionistas, la conquista de la revaluación cuatrimestral constitucional única en América Latina, lograda con el 80% de la ciudadanía en Nov. 1989; la participación en el Directorio del BPS de representantes de Jubilados-Pensionistas, trabajadores y empresarios, por plebiscito en 1966 y desconocido inconstitucionalmente durante 27 años.

10º) Exigimos que en aplicación del art. 8 de la Constitución se coloque en un mismo plano de igualdad al ciudadano civil, como al policial o militar. Se miente a la opinión Pública en cuanto a recursos, financiamiento y déficit del BPS ocultando la realidad de este en relación a las Cajas Militar y Policial. La verdad es esta:

Pasividades B.P.S.	Pasividades	Asistencia Estado 1990
Cajas Ind. y Comercio Escolar Civil y Rural	680.000 (92%)	$41.000 millones ([illegible]%)
Retirados Policiales y Militares Caja Policial (34 mil) Caja Militar (24 mil)	58.000 (8%)	$72.000 millones ([illegible]%)
Totales (100%)	738.000	$113.[illegible] millones

Esas cifras demuestran que el gran peso para el Estado es la de las dos Cajas de Retirados Policiales y Militares, pero este Gobierno oculta y protege ese sector, y al igual que la dictadura de Pinochet en Chile, no las incluye en ninguna "reforma" de privatización extranjerizante.

PROPONEMOS:

A) *Anular toda modificación del actual sistema de s. Social, sea decreto del p. Ejecutivo o resoluciones del actual directorio, previo a la elección de los representantes de los jubilados y pensionistas -Cro. Luis Colotuzzo-, del Pit-Cnt y de los empresarios para conformar el directorio constitucional del BPS.*- En ese sentido acordar estos

sectores junto al Parlamento la anulación inmediata la intervención de la multinacional chilena yanqui, la SONDA-DIGITAL así como el préstamo del BID por 15 millones de dólares que impuso esa empresa para imponer sus sistemas en función de la liquidación de nuestra S. Social por orden del capital financiero internacional. Apoyamos a nuestros técnicos, a los trabajadores del CEPRODA, a nuestros Asesores uruguayos, como el Dr. De los Campos, servidores del país y no a sueldo o siervos de planes foráneos.

B) *Con los trabajadores del BPS, la ATSS, PIT-CNT, ONAJPU y ANJETSS programar y controlar la fiscalización de la recaudación para regularizar el millón de dólares de actual evasión, y poder financiar justos beneficios como el aguinaldo semestral, la cuota mutual base del seguro de salud y la prima por edad. Actualizar la asignación familiar, el subsidio por maternidad, el de enfermedad y el seguro de paro -extendiéndolo a 12 meses-, universalizando estos beneficios a todo activo o desocupado, del campo y la ciudad, a los servicios domésticos. Estudiar el derecho y la reducción a un máximo de las jubilaciones privilegiadas y de mas de un millón de pesos que son el 40% del monto total de las pasividades del país, a la par de elevar el mínimo de las pasividades.*

C) *Rechazar el 35% de inflación decretada por el gobierno con el F.M.I. -que sería el 50% de rebaja salarial y posterior mismo efecto en jubilaciones y pensiones a partir de la revaluación en mayo/92— coordinar la reivindicación de salarios, sueldos, jubilaciones y pensiones en base a la triplicación del salario mínimo nacional (declaración del PIT-CNT- 1.5.91) Con el reajuste cuatrimestral de acuerdo al verdadero aumento del costo de la vida, en base al estudio y control por parte de los sindicatos, independiente del estado y del gobierno.- Exigir la anulación del impuesto a las retribuciones, verdadero impuesto a la renta -único en el mundo- contra los trabajadores jubilados y pensionistas.*

D) *Desconocer con el apoyo vecinal popular toda ejecución de desalojo de su vivienda o pensionista, cuya pasividad constituya el principal ingreso del núcleo familiar. Denunciar, difundir esta barbarie social y sensibilizar a los medios de comunicación, a los gobiernos municipales, juntas departamentales y locales, al parlamento de una legislación justa al respecto.*

E) *Convocar a través de un llamamiento ciudadano, a un Congreso del Pueblo a través del PIT-CNT, COFE y Organización de Jubilados con todas las fuerzas sociales, cooperativistas, gremiales, del campo y la ciudad, políticas, parlamentarias, religiosas, militares y culturales del país por:*

- *La defensa de la Soberanía.*
- *Inmediata remoción del equipo económico por antinacional y antipopular, del Ministro de Economía De Posadas y del Trabajo y S. Social Carbone.*
- *Resolver nacionalmente una opuesta programación económica social a través del Estado en función de la Nación, su soberanía. Su autodeterminación y su pueblo con una política impositiva basada en el impuesto a la renta, al patrimonio y a la intermediación financiera.*
- *Anulación del pago de los intereses de la Deuda Externa invirtiendo los 2,5 millones de dólares diarios que paga el Gobierno a la Banca Internacional -6.750 billones de pesos- para un plan de emergencia en mejora de la Seguridad Social, la Salud, la Enseñanza, la Vivienda por el Banco Hipotecario, con la participación del Parlamento, el PIT-CNT, la ONAJPU Y Fed. Cooperativas en el contralor de este nuevo recurso público.*

[illegible]

Desde las miles de jubilaciones "truchas" falseadas en otorgamiento, como en montos indebidos mayores del millón de pesos gracias a la delincuencia corrupta al amparo del "favoritismo" del clientelismo bi-partidista, a la última denuncia realizada por la Periodista -con mayúscula- María Urruzola del Semanario "BRECHA" por la cual se pone al descubierto la brutal e inhumana explotación de jóvenes uruguayas acá y en Italia, como eslabón esclavista de la trata de blancas, con la complicidad y soborno -30 mil dólares sólo a los jerarcas de la Interpol- denunciado y registrado por las autoridades italianas, nos significa un profundo sentido de responsabilidad, de reflexión hacia una conclusión de dignidad. Hoy Uruguay es considerado en los medios internacionales como la quinta plaza financiera en el lavado de los narco-dólares por montos que superan los 8.000 millones de dólares -similar a la totalidad de la deuda externa uruguaya-, con un blanqueado del 90% del oro de Brasil, justificado por el Pte. del Banco Central R. Díaz, que ha puesto a nuestro país en el primer exportador de oro a EE.UU.! con un régimen de zonas francas por las cuales se contrabandea desde armas a miles de pieles de especies en extinción en América Latina. En materia de transiciones automotriz en la mayor plaza de compra y venta de autos robados y comercializados con documentación "trucha", llegando al extremo de que también con documentación falsa jovencitas menores son vendidas al exterior, principalmente Europa en un régimen de esclavitud-droga-criminalidad.

Mientras el gran capital financiero se regodea en esta danza macabra, con el aval del gobierno que ha extendido el secreto bancario a los cambios -en donde principalmente se ejecuta el lavado de los narcodólares- en Suiza y en Brasil se ha anulado este recurso financiero, así 20 mil uruguayos viven de la basura, 500 mil se han tenido que refugiar en el exterior para sobrevivir, 15 mil técnicos pagados por el pueblo sirven a las multinacionales y grandes países, el 50% de la población sin sanitaria ni agua corriente, con el transporte más lento y caro -sin contar el subsidio de la Intendencia de Montevideo- de A. Latina, al igual que la nafta potenciada con plomo -un cancerígeno prohibido en el mundo y la más cara del continente, cuyo 43% del precio va a pagar los intereses de la Deuda Externa,... y sería interminable el desastre informativo.

Pero lo importante es que nuestra civilidad, nuestra conciencia y dignidad debe llamar a gritar fuerte: BASTA! Nuestro pueblo, nuestro país no es eso. Eso es la vida de barbarie, de muerte del país, del sistema de ellos, de la clase gobernante, de los vende patrias, de los delincuentes de las finanzas, de los neo liberales caseros y foráneos. Los jubilados y Pensionistas llamamos a cambiar ésta indignidad, que las familias, barrios, gremio, pueblo, niños, mujeres, jóvenes, abuelos discutan, reclamen y luchen por propuestas de cambio, por nuestro país de trabajo, ideas y amor humano. BASTA! Al igual que el llamado que ha hecho ANJETSS junto a la Unión Mujeres del Uruguay a defender nuestras jovencitas pobres, apoyemos a la Jta. Dptal. de Canelones que ha resuelto investigar las decenas de asesinatos en ese Dpto.

[illegible]

El jueves 26 la Comisión Nacional de Defensa Pro-Referéndum entregó 46.349 firmas obtenidas en la campaña inicial, procurando llegar a la impugnación parcial de la Ley de Empresas Públicas -en realidad un remate extranjerizante impuesto por los acreedores de la Deuda Externa- a la par que los trabajadores de PLUNA también presentaron más de 16 mil firmas por la impugnación total.

Como partícipes de esta propuesta democratizante de las grandes decisiones nacionales a partir de la iniciativa lanzada por el PIT-CNT con el apoyo del Intendente de Mdeo. y la de los senadores Zumarán(PN), y D Astori(FA), los diputados A. Tavarez(FCP), A. Silveira(PN) C. Pita(FA), Vaillant(MRB), D'Elía y Susana Dalmas por el PIT-CNT y SUTEL respectivamente, así como los Intendentes de C. Largo, R. Nin Novoa(MNR) y de Rocha, I. Correa Riet (Encuentro Wilsonista), nuestra gremial ANJETSS desde el 20.12.92 fecha del lanzamiento de esta iniciativa integró y participó en la labor hoy culminada con el reconocimiento de Corte Electoral de la validez del 92% de las adhesiones firmadas.

Saludamos la adhesión lograda en nuestra querida familia de Jubilados y Pensionistas que abre con enorme optimismo la próxima etapa que es la del 25% de los ciudadanos, para pasando los 570 mil votos voluntarios, permitirá si el Referendun a voto obligatorio por SI o NO a la derogación parcial o total -el doble voto no es excluyente- de la Ley de "Privatización Extranjerizante" y por una Reforma del Estado a favor de la participación ciudadana en su defensa, mejoramiento y control, que naturalmente incluirá la Seguridad Social y su Banco de Previsión Social.

ASAMBLEA ABIERTA A TODOS LOS JUBILADOS

1) Informe sobre Proyecto de "Reforma" y nuestra defensa, mejora y control de la Seguridad Social y del B.P.S.
2) Campaña por el aguinaldo semestral y la cuota mutual - Seguro de Salud
3) Aprobación del Estatuto de A.N.J.E.T.S.S.
4) Asuntos Varios.

MARTES 7 DE ABRIL - HORA 18
F. CRESPO 1780 - LOCAL ATSS - PIT-CNT

PIT - CNT

ALTRAPAY

SINDICATO de TRABAJADORES de PAYLANA

se une a esta marcha

por

_RESPETO al GREMIO
_REINTEGRO de DESPEDIDOS

BONO COLABORACION Nº 1847

MARCHA A PIE DESDE EL LITORAL EN DEFENSA DE LA FUENTE DE TRABAJO

Federación ANCAP
Mesa Sindical Coordinadora
PIT - CNT

N$ 1.000

AL ESPINILLAR

"El Espinillar" tiene casi 5.000 hectáreas ¿se imagina lo que son 5.000 manzanas de una ciudad?; y trabajamos alrededor de 1.000 personas entre hombres y mujeres.

Cuenta además con 75 Kms. de canales para regar 2.400 hectáreas y más de 100 Kms. de caminería interna.

Hemos llegado a producir más de 11 millones de quilos de azúcar... y podríamos si nos dejaran, llegar a los 15 millones, para alimentar a 450 mil uruguayos por año.

Todos los habitantes de Constitución y Belén viven, trabajan y sueñan, desde hace más de 40 años porque "El Espinillar" lo hace posible.

Hoy, luego de haber boicoteado durante años el funcionamiento del Establecimiento pretenden cerrarlo.

CERRARLO .... **significa condenar a la desaparición a Constitución y Belén.**

CERRARLO .... **significa desperdiciar un capital varias veces millonario en dólares y varias generaciones de experiencia agrícola de centenares de trabajadores.**

CERRARLO .... **significa forzar la emigración de cientos de familias de los Pueblos que [illegible]**

La problemática que hoy vive El Espinillar no es aislada, corren serio riesgo de desocupación miles de trabajadores de Bella Unión, Paysandú, Juan Lacaze, Rosario, San José, Canelones, Montevideo y la casi totalidad de los Departamentos del país que ven cerrar día a día centros fabriles.

Mientras el Gobierno nos pide confianza en el futuro, mientras nos anuncia estadísticas oficiales en que los índices de desocupación son cada vez menores, la realidad que vivimos los trabajadores es cada día peor. Se nos quiere condenar no ya a ganar salarios que no alcanzan para alimentar a nuestros hijos, sino que se nos intenta marginar de la posibilidad al trabajo.

Cientos de trabajadores, en el marco de las medidas aprobadas por el PIT - CNT, realizan una Marcha a Pie de 500 quilómetros hasta Montevideo, para intentar sensibilizar al Gobierno sobre este tema.

Su apoyo, solidaridad y difusión de esta Marcha es una obligación con la causa de miles de trabajadores de todo el país.

FEDERACION ANCAP







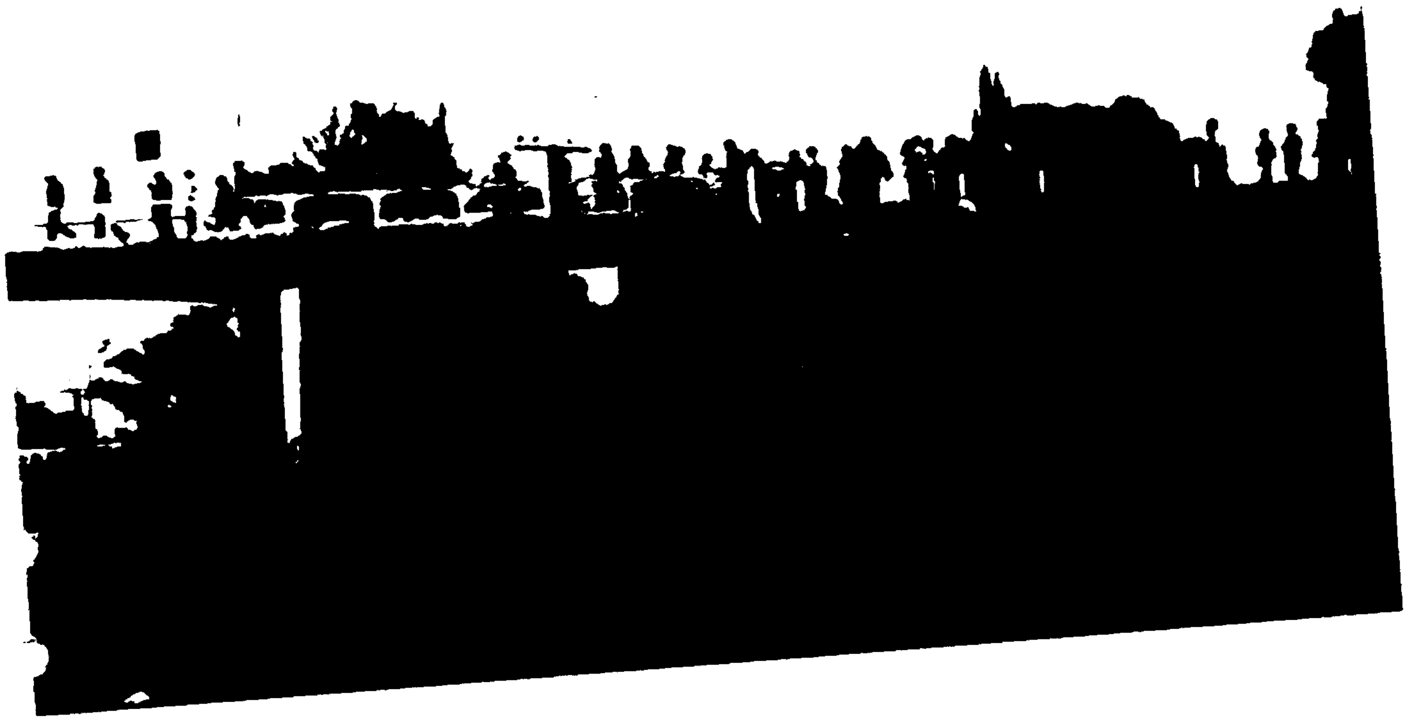


tepros descontados al funcionario público y municipales del interior

directorio constitucional del BPS.- En ese sentido acordar estos

012

9203629





... y de los empresarios para conformar el

directorio constitucional del BPS - En ese sentido acordar estos

tepios descontados al funcionario público y municipales del interior





tepios descontados al funcionario público y municipales del interior

Luis Colotuzzo-, del Pit-Cnt y de los empresarios para conformar el directorio constitucional del BPS. - En ese sentido acordar estos



tepios descontados al funcionario público y municipales del interior

directorio constitucional del BPS · En ese sentido acordar estos

RESERVADO
(SOLO PARA ... 3543)

Hoja No. 1 de 1
Copia No. ORIGINAL
D. E. IV. D - II
Ruta - 8 Kmt. 115
271100 - ABR - 992

ARCHIVO

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No.45/992.-

I.-EVALUACION: A - 1.-

II.-RESPONDE A: P.E.I.No.26/S-2/992 del Reg.C.7.

III.-T E X T O :

Ampliando mi P.E.I.No.21/992, el día 09-ABR-992, fué desocupada la Estancia perteneciente al Ministerio de Agricultura en el Paraje "Nao Me Toque" en el Estado de Rio Grande del Sur. La Policía Federal se encontraba realizando los preparativos para su desocupación, cuando los invasores realizaron una asamblea resolviendo salir por su propia voluntad, pasando a ocupar las tierras al costado de la carretera a un kilómetro de la mencionada Estancia.-

IV.-SINTESIS:

Fecha: 09-ABR-992.-

Organización: "Los Sin Tierra".-

Nombres: . - . - .

Lugar: Estado de Rio Grande del Sur.-

Resúmen: Desocupación de una Estancia en Paraje "Nao Me Toque" perteneciente al Ministerio de Agricultura en el Estado de Rio Grande del Sur.-

V.-ACION TOMADA:

Confección del Presente Parte.-

VI.-DISTRIBUCION:

Original .... Cte.C.E.-

Copia No.1 .... Archivo.-

DIVISION EJERCITO IV REP. OR. DEL URUGUAY

El Comandante División Ejército IV.-
GENERAL
DANIEL E. GARCIA.-

EJC/rst/

E.M.E. Dpto. ... Fecha 03/04/92 Hora 0930

25/5/92

6/V/92
S/D I
9203631

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 4 MAYO 1992
Pase ...
No. 9203631

001/1

RESERVADO
(USE PAPEL NUMERADO SEGUN ORDE 3543)

Hoja No. 1 de 2
Copia No. ORIGINAL
D. E. IV. D - II
Ruta - 8 Kmt. 115
281100 - ABR - 992

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No.47/992.-

I.-EVALUACION: B - 2.-

II.-RESPONDE A: P.F.I.2022/992 de Bn.I.12 y ampliación mi P.E.I.25/992.-

III.-T E X T O :

-Se tomó conocimiento que el M26M.,por intermedio de A.M.U.L.P. - CHUY,se encuentra en las etapas finales de la instalación de una Policlínica en dicha Ciudad.-

Por manifestaciones realizadas por parte de la Dirigente de A.M.U.L.P. CHUY Yolanda BAEZ (M26M),adujo que se adquirieron por parte de la Organización, tres terrenos en el Barrio Samuel,contando con la ayuda económica internacional y de C.MONTEVIDEO.-

En estos terrenos,se encuentra próxima a su inauguración la Policlínica,que es una forma de dar respuestas concretas a la población.-

En el futuro se construirá en el lugar,el local del Centro Lourdes Pintos y un Gimnasio.-

La Policlínica de referencia contará con dos Consultorios Médicos,un Consultorio Odontológico,instalaciones para Enfermería y Servicio Higiénicos.-

Con el fin de posibilitar el funcionamiento de la Policlínica;se cobrará a los afiliados una cuota de N$ 2.250 por persona y un tiquet de N$ 1.500 por cada receta de medicamentos.-

Está previsto que se impartirán cursos de Enfermería en forma gratuita a los efectos de acrecentar el nivel sanitario de la población.-

Cabe agregar que para la inauguración,que se realizaría en los últimos días de Abril a los primeros días de Mayo del corriente año,concurrirán Observadores Extranjeros,entre ellos SUECIA,país desde donde sería que fueron aportados los fondos para la instalación de la Policlínica, estando pendiente la fecha de inauguración de la disponibilidad de estos extranjeros para concurrir al acto inaugural de la misma.-

IV.-SINTESIS:

Fecha: ABR-992.-

Organización: M26M. y A.M.U.L.P. - CHUY.-

Nombres: Yolanda BAEZ.-

Lugar: C.CHUY.-

FECHA 25.5.92 INICIAL

SIDT 9203632

CC 1/2 9203632

RESERVADO

Resúmen: Construcción de una Policlínica en C.CHUY por parte del M26M., por intermedio de A.M.U.L.P., la cual será inaugurada próximamente, con la presencia de Observadores de UECIA, País desde donde sería que fueron aportados los fondos para la instalación de la misma.-

V.-**ACCION TOMADA**:

Confección del presente Parte.-

VI.-**DISTRIBUCION**:

Original .... Cte.J.E.-
Copia No.1 ...... Archivo.-

El Comandante División Ejército IV.-
GENERAL
DANIEL E. GARCIA.-

/FJC/rst/

002 2 9203632

ARCHIVO

SERVICIO DE MATERIAL Y ARMAMENTO
Avda. DE LAS INSTRUCCIONES 1925
MONTEVIDEO - R. O. U.

Tel. 353434 - 354152/53 - 3542
Telex : 23711 URUSMA UY
FAX : 005982 - 393702

FECHA: 07-MAYO-1992 PAGINAS: 01	FAX No. TEC/13028/92 (cb)
TO (PARA): SEÑOR DIRECTOR DE LA D. G. I. D.	FROM (DE): SEÑOR DIRECTOR GENERAL DEL SERVICIO DE MATERI. Y ARMAMENTO.-
AT.:	
REF.: SU FAX DE FECHA 04/05/92	SUBJECT (TEMA): Sol.inf. de armas.-
FAX - CODIGO: No.	

- De acuerdo a lo solicitado en su FAX de fecha 04 de Mayo del año en curso, cúmpleme informar a Usted que:

1) El revólver N° 155992 Smith Wesson, Calibre 38 corto se encuentra registrado con guía "Ag" 9420 desde el 26/06/987 a nombre del Señor Ruben RODRIGUEZ PEZZOLANO, domiciliado en Pilcomayo 4979 Departamento Montevideo, con C.I. N° 1:051.576-6.-

2) El revólver N° 155992 Smith Wesson, Calibre 38 largo se encuentra registrado con guía "Y" 2896 desde el 20/11/970 a nombre del Señor Els MARTINEZ SANTAMARTA, domiciliado en Villa Minas de Corrales de la 5t Secc. Pol. de Rivera, con C.I. N° 43660.-

- Asimismo, informo a Usted que la pistola Browning, no se encuentra registrada en este Servicio.-

Saluda a Usted atentamente.-
El Director General del S.M.A.
Cnel.
GROVER H. BURGUEÑO .-

SERVICIO DE MATERIAL Y ARMAMENTO - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

BIOGRAFICO 31/7/92

001/1

Biográfico 23633

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
E.M.E.
DEPARTAMENTO E-II.
CA. C/INF.
MONTEVIDEO.
050830-MAY-1992.

1/9.

ARCHIVO

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION N°.066/MIR/992.

I.- EVALUACION: B-2

II.- RESPONDE A: Información proporcionada por Gerardo.

III.- T E X T O :

-Seccional Sur Arigón:
- -Bernardo GROISMAN.
- -Alba ROQUE.
- -Miriam MONTERO
- Roberto MEIRELLES
- Ruben SILVA.

Agrupación Ciudad Vieja:
- -Humberto TECHERA.
- -Nelson ORIA.
- -Lidia FERNANDEZ.
- -Eva MARIN.
- -Olga BERTOLINI.
- -Miguel TRIFOROE.

-Todavia faltan elegir los delegados de: gráficos, gastronómicos y comercio.
-Se adjunta "CARTA DE MONTEVIDEO" N°. 6.

DOC. Poco LEGIBLE

IV.- ACCION TOMADA: La confección del presente parte.

V.- DISTRIBUCION: Original J. Dpto. E-II del E.M.E.
Copia N°.2 Archivo.

El Jefe de la Ca. C/Inf. de Ejército.
Tte.Cnel.
EDUARDO DA CUNHA.

30 08 92

8/6/92
S/D Inf.
9203637

0019

Carta de Montevideo

Periódico del Comité Departamental de Montevideo del Partido Comunista
Jueves 30 de abril de 1992
Año 1 - Nº 6 - Precio N$ 1.000

Los comunistas se rencontraron en la histórica 20ª.

pág. 3



Todos en lucha por salario digno, trabajo pleno y seguridad social



Al llamado del PIT-CNT mañana la clase obrera y el pueblo desfilarán por la Avenida Agraciada hasta su intersección con la calle Colonia, en columnas provenientes de todas las zonas de la ciudad. La política hambreadora y entreguista del gobierno será puesta de relieve – una vez más— en la proclama de la central obrera que leerán los dirigentes sindicales Hugo de Mello (Federación ANCAP) y Carlos Curbelo (AUTE), así como la plataforma reivindicativa de aquélla.

En la oratoria intervendrá Leonel González, miembro del Comité Ejecutivo de la Confederación de Trabajadores de Cuba (CTC), y ello motivará la reiteración del apoyo solidario de los trabajadores uruguayos hacia la patria de Martí y el repudio al bloqueo económico y las amenazas de toda suerte que a diario manifiesta el imperialismo norteamericano.

Una nota singular en la concentración de mañana, será sin duda la presencia de los trabajadores de "El Espinillar" y sus familiares que han realizado una sacrificada y combativa marcha a pie en defensa de su fuente de trabajo y en contra de la privatización de la misma, como lo quiere el gobierno de Lacalle.

En el Día Internacional de los Trabajadores, estará en la picota la reforma de la Seguridad Social que impulsan los sectores gubernamentales y sus aliados del coloradismo y que, en los hechos, significaría la concreción de la inseguridad social, vaya a la certera definición de un dirigente gremial.

Si en 1886, con ocasión de los sucesos que en Chicago originaron la proclamación del 1º de Mayo con las características que aún se mantienen, los trabajadores luchaban por la jornada de 8 horas de labor, hoy en el Uruguay que sufre las consecuencias del neoliberalismo, los trabajadores se movilizan por salarios, sueldos y pasividades dignos y por la conservación y la apertura de centros laborales. Al tiempo que rechazan los intentos del gobierno de entregar a manos privadas y extranjeras las empresas y servicios públicos estatales.

La jornada conmemorativa de los mártires obreros de Chicago será también una demostración cabal de que, inmerso en la lucha, el movimiento sindical clasista recompone sus filas, justamente cuando los augures del capitalismo y la explotación vaticinan su desaparición. Bien expresa el refrán que la gallina hambrienta sueña con maíz. A lo largo de la avenida Agraciada, en este 1º de Mayo, tales zahoríes tendrán la respuesta condigna de parte de los trabajadores organizados sindicalmente.

SEPARATA

En esta edición, una síntesis del documento elaborado por el Comité Ejecutivo Departamental de Montevideo como aporte a la discusión en el Congreso Extraordinario del PCU.

El Congreso del PCU y la política de alianzas del FA

[illegible]

... construir ...

[illegible]

... con nuevos sectores, reafirmará la confianza y convocará el entusiasmo de aquellos que conforman nuestra base ...

[illegible]

Confío esperanzado en que los comunistas hagamos ... estas tareas ... estratégicas. Sólo logrando ...

WASHINGTON PUCHETTA

La campaña financiera también es una definición ideológica

Marchamos ... hacia el Congreso Extraordinario de mayo. A pesar de la crisis de las ... del dolor que nos produce ver a queridos ... la ... de enfrente y algunos ... esperando.

... el apuro por todo lo que ... y la ... de organismos que se acercan ... estructuras rápidamente ... el número de delegados ... propuestas y tomemos acuerdos en cuanto a definiciones ... y urgentes.

En medio de este clima estamos logrando ... en el complejo tema financiero. Las agrupaciones y Seccionales vienen entregando el dinero que ... a pesar de la miseria y ... de la falta de vivienda y de salud ... generosamente ... al Partido para que se realice el Congreso. Porque el pueblo uruguayo, la izquierda toda, la clase obrera, nuestros amigos y nuestros aliados comprenden la necesidad de la existencia del Partido Comunista.

La solidaridad, la firmeza, la combatividad también se expresan concretamente con la adquisición de los ... de la campaña financiera. Por eso, cuando recolectamos dinero para el Partido, para realizar el Congreso, para salvar el local de la 20ª o para pagar los alquileres de las sedes partidarias (a la vez que hacemos luz sobre la situación financiera, tan compleja) es también una definición ideológica.

Se trata ... de ... dedicación y valentía. Se trata de recomenzar a ... a partir del Congreso las herramientas que nos permitan avanzar en democracia, y elaborar junto al pueblo las perspectivas para enfrentar a las clases dominantes, el neoliberalismo y la entrega del país a manos extranjeras. Se trata de elevar a un nivel más alto nuestro orgullo de ser comunistas.

SONIA SARACHO

Los 80 años de José Luis Campodónico

[illegible]

Campodónico se afilió al ...

[illegible]

... siempre pude militar en organización, pero la vida me ... a la administración de las finanzas, y aquí estoy".

Desde estas páginas le ... felicitaciones, salud y fuerza para seguir luchando.

El Comité Central designó una Comisión Coordinadora

En la sesión que celebró el Comité Central del PCU el sábado 25 se procedió a designar una Comisión Coordinadora encargada de concretar las resoluciones de aquel organismo hasta la realización del Congreso Extraordinario. Dicha Comisión quedó integrada por los compañeros León Lev, Félix Díaz, Marina Arismendi, Lilián Kechichián, Carlos Tutzó, Julio Quinteros, Francisco Maorana y Fernando Rama.

Por otra parte, se designó la Comisión Electoral que tendrá el cometido de regular el acto comicial para la elección del nuevo Comité Central.

También el Comité Central precisó las características de las distintas comisiones que actuarán en ... Congreso Extraordinario ...

[illegible]

1° de Mayo

... Carta de Montevideo ... del primer centenario del Día Internacional de los Trabajadores.

Nuestro primero de Mayo
ya centenario es más fuerte
su historia está pregonando
que ha desafiado a la muerte.

... esperanzas
... en mi ...
... amor ... las banderas
de la ... y la lucha.

... porque ...
... en paz y trabajo
porque no haya infelices
y ... haya arriba ni abajo.

y que por sobre fronteras
entrelacen sus esfuerzos
y hermanen los que trabajan
en los mapas más diversos.

porque ya nunca en el mundo
haya que estar recordando
nuevos hermanos caídos
por la justicia luchando.

para que les aparezca
el corrosivo veneno,
la infame inmoralidad
de explotar trabajo ajeno.

Primero de Mayo entraste
... en la inmortalidad
... luchando
por ... paz y libertad!

PEDRO M. AYZAGUER



El dedo en la llaga

● El escritor Eduardo Galeano afirmó durante la XVII Feria del Libro en Buenos Aires que "culpar a Marx de los errores cometidos en la Unión Soviética y otros países del Este europeo sería como achacarle la culpa a Thomas Jefferson de los crímenes norteamericanos en Vietnam o a Jesucristo de los que cometió la Inquisición".

● La muerte en la cámara de gas de San Quintín ... de Robert Alton ...

[illegible]

● La reaparición del diario Pravda ...

[illegible]

(Partes ilegibles)

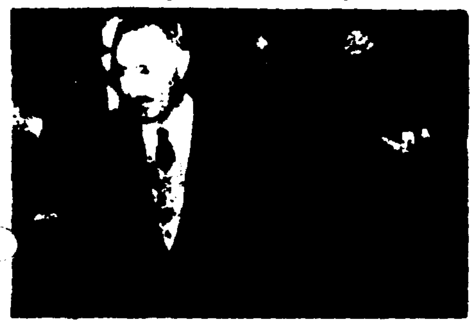
Una multitud clamorosa rindió homenaje a los mártires de la 20ª.

Una muchedumbre clamorosa y embanderada, que no se arredró ante las amenazas de lluvia y que colmó una cuadra de la Avenida Agraciada ante el local de la seccional 20ª, homenajeó a los 8 comunistas asesinados hace dos décadas en un nuevo aniversario del crimen, al grito de ¡somos marxistas, somos leninistas, honor y gloria al Partido Comunista! ¡vive los camaradas asesinados!, ¡mientras haya clase obrera habrá Partido Comunista!

Entre otras personalidades, se hicieron presentes el general Líber Seregni, el doctor Crottogini, el senador Mariano Arana, el diputado Hugo Cores. Se recibieron decenas y decenas de mensajes de saludo y adhesión a la conmemoración, anunciándose que el Congreso Obrero Textil reunido en asamblea nacional de delegados, había resuelto homenajear a los 8 obreros fusilados a sangre fría por las fuerzas represivas. Clausuró el acto (en el cual se leyó un mensaje del Cte Seccional 20ª del P Comunista), la actuación de los artistas Yamandú Palacios y Miguel Angel Herrera.



La gente colmó una cuadra de la Avenida Agraciada, en una jornada de homenaje y de encuentro



El presidente del Frente Amplio, Gral. Líber Seregni dice presente en el local de Agraciada y Valentín Gómez

Proclama leída por la compañera Nelba Gama, trabajadora de la vestimenta:

Hoy estamos nuevamente aquí para recordar, para conmemorar, un momento de la historia de nuestro país. Nos encontramos en esta zona obrera, en este barrio trabajador, los comunistas, nuestros hermanos frenteamplistas, vecinos, amigos entrañables, frente a este local monumento y presente. Monumento que tiene en sus paredes grabado a sangre el nombre de Mendiola, Sena, Cervelli, Gancio, Elman Fernández, Abreu, Ricardo González y Rubén López. Monumento a los ocho compañeros, a los ocho de la 20, como os llamamos los uruguayos. Aquí la furia desatada los asesinó, sabiendo que tiraban contra los comunistas, contra luchadores por la democracia, la justicia, la libertad, el socialismo. Tiraron contra ellos, comunistas, como lo hicieron contra todas las mujeres y hombres libres de este pueblo digno, por soñar y laborar en pro de los derechos y la felicidad de las enormes mayorías, contra los intereses rapaces de un minúsculo grupo de uruguayos y un poderoso bloque de dominación extranjero y transnacional.

Los ocho de la Veinte, los cientos en cada barrio, los miles en el país luchaban como todos nosotros hoy. Este hoy azotado por el vendaval neoliberal, que no trepida en arrancar ventajas, en destrozar industrias, en anegar los campos, en piratear derechos. Que no le tiembla la mano en extranjerizar y privatizar el puerto, las empresas públicas, en transferir las potestades y obligaciones del Estado para con todos los hijos del pueblo trabajador. No le tiembla la mano a la hora de hacer retroceder conquistas logradas con el esfuerzo, la lucha, la abnegación y la entrega de miles de uruguayos. No le tiembla la mano que arroja a la calle, desmantela la salud, la educación, la cultura, la vida de todos nosotros. Porque no le tiembla la mano en la instancia de enriquecer cada vez más bolsillos de una minoría.

Estamos en esta calle, enclavada en esta zona trabajadora, laboriosa, combatiente, frente a esta casa que no pertenece solo a los comunistas. Es digna y capaz de guarecer en ella a todos los que luchan por la justicia social, contra la opresión, a favor de un futuro promisorio de las inmensas mayorías. Esta casa [illegible] las iglesias de la zona, como los clubes deportivos o las organizaciones sociales han sido escenario y deberán serlo más aún de ese justo movimiento por el trabajo que entrelaza [illegible] y anhelos. Porque los [illegible] la Veinte seguiremos de brazos [illegible] manos tendidas a todos los trabajadores y vecinos de la zona [illegible] para que todos [illegible] el esfuerzo y la lucha por el trabajo por la vida.

Por esta zona desfilaremos en pocos días junto a las [illegible] que lleguen del Cerro. La feria seguramente [illegible] nuestros hermanos del Espinillar, con vecinos de [illegible] Nuevo París, a encontrarnos [illegible] de banderas y reclamos, de esperanzas [illegible] en un 1º de mayo que levante la voz de los más amplios sectores.

Desfilaremos por estas calles de Montevideo hoy [illegible] más montevideanos, más de todos sus [illegible] tenemos un gobierno municipal que [illegible]

[illegible] trabajamos y trabajaremos [illegible] obreros entre los [illegible]

una vez más se tenderán las manos amigas, solidarias, que una vez más no estaremos solos. Pero que aún en el caso dramático de perder nuestra casa, ella está en la de cada montevideano, de cada trabajador, porque el lugar de encuentro de los comunistas es en cada fábrica, en cada curtiembre, en cada taller, en cada escuela, en cada lugar donde habiten y trabajen los uruguayos dignos.

Los comunistas hemos sido puestos a prueba más de una vez, las más duras batallas las dimos sin locales, más allá de que pusimos nuestro cuerpo y derramamos nuestra sangre para defenderlos. Cómo vamos a arredrarnos hoy cuando tenemos la convicción de que nuestra tenacidad, cuando tenemos la convicción de que nuestra tenacidad, nuestra voluntad y nuestro esfuerzo siguen siendo necesarios.

Cómo vamos a bajar los brazos que ineludiblemente debemos tender para levantar la barrera que impida el avance de la rapacidad neoliberal. Cómo vamos a sentarnos a la vera del camino cuando nuestros hermanos del pueblo frenteamplista, tan solidarios y fraternos en esta hora difícil, esperan nuestro aporte. Cómo vamos a desarmarnos cuando tenemos que reconstruir responsablemente los márgenes de confianza y fraternidad imprescindibles para hacer de nuestro Congreso Extraordinario tribuna de combate, espacio de estudio, escena de reencuentro, entramado de necesarios afectos.

Aquí, desde la Veinte proclamamos: nuestro Partido es de todos los que nos sentimos comunistas, está en la cabeza y en el corazón de cada uno y debemos repensarlo, remodelarlo, reconstruirlo todos juntos. Sobre una base de principios se requieren toda la multiplicidad de opiniones, todas las voces, todas las manos.

Si somos capaces del encuentro, sólo si encontramos los caminos del restablecimiento de la confianza, seremos capaces de seguir aportando al torrente de pueblo, de organizaciones sociales y políticas, que abra los diques por los que fluye la voluntad transformadora de la patria.

Si somos capaces del encuentro, estaremos en la vida que palpita, junto a los que sufren y padecen, a los que sueñan y construyen.

Si somos capaces de tendernos las manos, de reagrupar inteligencias, potenciaremos nuestra solidaridad con Cuba revolucionaria, combatiremos el bloqueo sanguinario, estaremos inmersos en la pasión transformadora de la región y de la patria latinoamericana.

Los ocho de la Veinte, nuestros y de todo el pueblo, caídos junto a otros que portaban diversas banderas y también tan entrañablemente nuestros, regaron con su sangre nuestro compromiso de hoy: ser dignos continuadores y protagonistas de la forja del camino de democracia y justicia social de este pueblo artiguista.

Y permítanme, vecinos, amigos, del Frente Amplio dirigir un mensaje a los compañeros del Partido. Como mujer, como obrera y como comunista les digo: Camaradas, mi Partido es el nuestro, es de todos, encontrémonos como hoy en la Veinte.

Profundamente uruguayos y latinoamericanos, vocacionalmente frenteamplistas, aquí y siempre, comunistas.

Homenaje a Horacio "Flaco" Bazzano

Viejos compañeros y amigos de Horacio "Flaco" Bazzano, dirigente estudiantil universitario de prestigiosa trayectoria, han promovido un homenaje a su memoria con motivo de cumplirse el primer aniversario de su lamentable desaparición física.

El acto se efectuará el día 5, a partir de la hora 19 y 30, en el Paraninfo de la Universidad de la República.

En esa oportunidad harán uso de la palabra Robert Markarian, consejero universitario; los compañeros de militancia de Bazzano C. Fuques y J. Morra; el profesor Jaime Klaczko, compañero de trabajo del homenajeado en la Caja de Jubilaciones Bancarias; el compañero José D'Elía, presidente del PIT-CNT y el escribano Vicente Lemmonti.

El acto de homenaje concluirá con la participación de destacados artistas.



Al compás de la Bordona

Mi saludo a los obreros
del ingenio Espinillar
que vienen como un torrente
llegando a la capital

[illegible]
con [illegible] del pueblo uruguayo
en una fecha gloriosa
la del Primero de Mayo

Don Kanuto

Carta
Redactor Responsable
Daniel I. Herotti
[illegible] Ap. 108, Montevideo
Administrador
Fausto Pérez
Redacción y administración:
Río Negro 1511 Tel. 98 78 98 Montevideo
Permiso en trámite en el MEC
Depósito legal 2588/(1 92)
Impreso en los talleres gráficos de Impresora [illegible]
Paysandú 1129, Montevideo

30 04 92

Partes ilegibles.

¿Inflación del 35 %?

Base para el próximo convenio salarial

El nuevo planteo del gobierno en relación a los salarios, la inflación anual y las formas de vida del grueso de la población, cumplen con las más rígidas pautas del neoliberalismo que es la política de los organismos internacionales como FMI, Banco Mundial y las empresas transnacionales. Apátridas por formación, por su actividad permanente y sus objetivos económicos, políticos y sociales. También cumplen con seguir transfiriendo recursos desde los malos salarios las jubilaciones y pensiones hacia los bolsillos de las patronales. ¿Por qué estas afirmaciones? Porque en el desarrollo de este estudio las cifras los dejarán en claro.

Durante los meses de junio, julio y agosto de 1990 el gobierno del Dr. Lacalle, el Partido Nacional y la coincidencia resolvieron dar un 15% de aumento de salario al 1° de junio cuando correspondía otorgar un 31,59%, rebajaron el poder de compra de los trabajadores en un 14,42% cada mes, lo que multiplicado por 3 meses significa un 43,26% de un sueldo no pago. En los meses de setiembre octubre, noviembre se continua con un 5.15 por debajo del IPC desde el 1° de junio 5,15 x 3 = 15,45% que también pierden los trabajadores de su salario. En los meses de diciembre del 90 a abril del 91 se perdieron un 5.15% más. Desde mayo a junio un 17,31%, desde agosto a noviembre un 8,67%, desde noviembre del 91 a marzo del 92 un 6,5%. Si realizamos la suma de lo perdido por cada período 43.26 + 15.45 + 5.15 + 17.31 + 8.67 + 6.5 = 106.34%

Llevamos perdido en este largo período como mínimo un sueldo. ¿A manos de quiénes fueron a parar estos dineros? La respuesta es fácil: a manos de los patrones ya que éstos sí aumentaron los precios de los productos de acuerdo al IPC.

¿Qué hicieron con estos dineros? Nada, sólo se lo quedaron, no hubo reinversión, ni crecimiento en el parque industrial, ni modernización, ni nueva tecnología, etc. Pero ¿cuánto dinero significan todas estas operaciones?

Si tomamos en cuenta la cantidad de trabajadores obreros, empleados, administrativos, técnicos, los trabajadores de la industria pública y privada, educadores, etc., tendremos que por lo menos 500.000 personas viven de sus salarios; si la mitad de ellas son empleados públicos tendremos que multiplicar 250.000 por un sueldo promedio de los empleados públicos; tomaremos para este cálculo que el salario promedio de este sector es de N$ 600.000.

600.000 x 250.000 = N$ 150.000.000.000.

Si pasamos estos valores a dólares para usar valores monetarios e internacionales, y con el dólar a 3.000 tendremos que los salarios no pagos corresponden a dólares 50.000.000; de aquí sale parte del dinero con que se paga el Fondo Monetario Internacional y a los bancos mundiales.

El sector privado cobra como promedio N$ 900.000 por mes, si a esta cifra la multiplicamos por 250.000 empleados, tendremos 900000 x 250000 = 225.000.000.000, en dólares 75.000.000. Estos 75 millones de dólares se los quedaron las patronales. Ahora nos explicamos porqué la postura de éstas ante el aniversario de la Cámara de Industrias y el porqué de sus posiciones tan tibias frente al gobierno.

El actual planteo, ¿qué nos dice? "La inflación de los próximos 12 meses será del 35% (¡oh sabios videntes del futuro de la economía política!, ¡oh férreos testaferros de la economía mundial, de hacer pagar los platos rotos de sus festines a los obreros, a los trabajadores, a los más desposeídos, a los pobres!)

Por lo tanto, sólo debe aumentarse los salarios en el año el 35%, entonces sólo queda dividir este aumento en 3 períodos, por ejemplo 1° de marzo un 11%, 1° de agosto un 11% y el 1° de enero de 1993 un 10% total 35,53%. Pero veamos el total del planteo desde el último aumento de salarios que fue el 1° de noviembre del 91 a marzo del 92, el IPC fue 23,94% el gobierno plantea que el aumento de salario debe ser 11% y el Sr. Ceferino Rodríguez presidente de la Cámara de Comercio ya otorgó esta cifra, en la empresa que él dirige.

El planteo rebaja el salario en un 11,66%, esto sale de dividir 1.2394 ÷ 1.11.

Pero ¿qué va a pasar con aquellos gremios que sus Convenios tienen vigencia hasta el período agosto-octubre? Veamos para los trabajadores de la metalúrgica, talleres mecánicos, estaciones de servicios, armadores de automóviles y autopartes, fábricas de plásticos, electricidad, electrónica, etc., con el convenio vigente tenemos aumento desde el 1° de abril de un 22,65%.

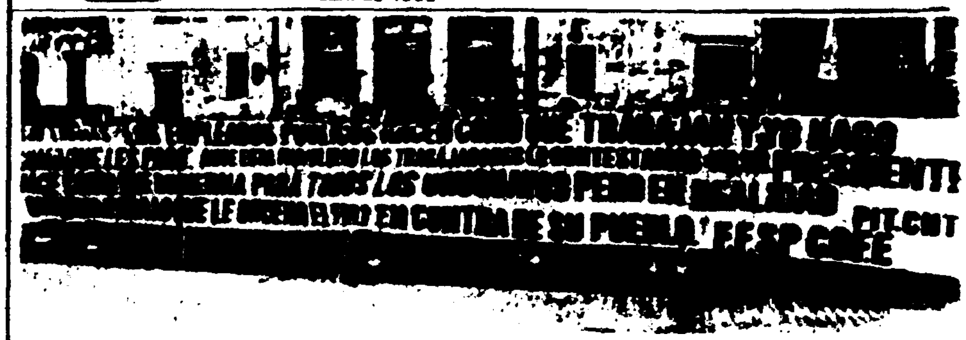
En los meses de abril, mayo, junio, julio, la inflación pasará el 13,78% que es la base de este último aumento. Por lo cual, el 1° de agosto tendremos como mínimo un nuevo aumento del 12,71% que si se acumula al 22,65% del 1° de abril, el aumento en agosto oscilará entre el 38,24%, esto es más que el 35%. Después de agosto ¿qué?

¿No más aumentos de salarios hasta marzo? Esto no es congelación del salario sino la rebaja del salario simple y llanamente.

¿Quién es el responsable de todo lo que soporta nuestro pueblo y de las sombrías perspectivas? Para el Sr. Lacalle los responsables de este caos son los trabajadores del Correo, del Puerto, de Funsa, del [illegible] con sus huelgas y los desocupados y despedidos de TEM, ALUR, Joya, Renas.

¿Qué es todo esto? Sólo la más cruel y [illegible] en el terreno económico político que [illegible] enfrentamientos sociales que [illegible] los [illegible]

HORACIO MARQUEZ



Los funcionarios de Salud Pública nucleados en la COFE efectuaron una concentración ante el Ministerio de Economía y Finanzas, portando este cartelón con una leyenda por demás elocuente

La opinión de José D'Elía, presidente del PIT-CNT

"Un 1°. de Mayo inserto en la movilización de masas"

No quisimos hacerle preguntas. Simplemente le manifestamos que Carta de Montevideo, órgano del Comité Departamental del PCU de Montevideo, consideraba conveniente trasladar a sus lectores, en esta oportunidad, la palabra de un hombre que tiene.... tantantos años de edad, que tiene derecho al descanso luego de una larga e intensa militancia sindical y que está definitivamente incorporado a la mejor historia del movimiento obrero y popular de este país. José D'Elía nos invitó a sentarnos y nos dijo lo que sigue:

—Al filo de un nuevo 1° de Mayo decimos que la fecha tiene una trascendencia de real significación. Primero, porque anunciaremos que se convocará a concurso para levantar un monumento a los mártires de Chicago, decisión adoptada por la Intendencia Municipal de Montevideo y la Junta Departamental. Hecho histórico ante el cual los trabajadores expresamos nuestro reconocimiento.

Y segundo, porque sin lugar a dudas este 1°. de Mayo nos encuentra en una encrucijada en nuestro país y en los demás de América Latina particularmente en la coyuntura actual en que se vive, de aplicación hasta sus últimas consecuencias de una política neoliberal que nos crea desocupación, que nos crea bajos salarios, que nos crea proyectos de seguridad social contrarios a los intereses de los trabajadores y porque se orienta hacia la privatización de empresas estatales en todos los países de América Latina y en alguna medida, del resto del mundo. Que sin lugar a duda será contraria a los intereses de nuestra clase.

Por eso, desde el principio, cuando se nos invitó por primera vez por la Presidencia de la República a conversar sobre los temas de la integración, nosotros dijimos que la integración es un



reclamo histórico de todos los sectores de vanguardia, de la época de las luchas por la independencia de toda la América Latina. Pero la integración que se proyecta es una integración sin el aval social correspondiente, sin la consideración de los problemas ecológicos que se están planteando con urgencia en estos momentos y sin atención a los problemas sociales que los trabajadores tenemos planteados en el continente y cuya resolución estamos reclamando como indispensables para llevar adelante.

En consecuencia, este 1°. de Mayo se va a insertar en medio de una movilización de masas de los trabajadores para integrar un gran frente de lucha a fin de encontrar soluciones a los problemas de clase, a los problemas del país y para la integración en un proceso de evolución progresista y no de regresión y desocupación como está planteado en las circunstancias actuales.

Opiniones de Adolfo Bertoni, presidente de ATSS

La Ley de la Inseguridad Social

Adolfo Bertoni, presidente de ATSS (Asociación de Trabajadores de la Seguridad Social), nos traza en unas pocas pinceladas la esencia del proyecto de reforma de la Seguridad Social, presentado como ley de urgencia al Parlamento.

- En realidad —nos dice— es un proyecto que procura reducir los actuales beneficios para exclusivamente los futuros jubilados y pensionistas, y sólo para los amparados por el BPS, ya que en cambio no son tocados los de las Cajas Militar, Policial y paraestatales. Hecha esta aclaración, bien podría decirse que ésta es la ley de la inseguridad social. Los principales cambios son: 1) un cambio de concepción. Actualmente para los jubilados es necesario probar un mínimo de 30 años de trabajo. Por el proyecto, el valor trabajo es sustituido por un mínimo de 10 años de cotización efectiva de aportes. Teniendo en cuenta que la responsabilidad del aporte no es del trabajador sino de las empresas y del propio BPS encargado de controlar, el trabajador será castigado con una responsabilidad que no es suya.

- Para nosotros —expresa Bertoni— este requisito de cotización efectiva va a llevar a que decenas y decenas de miles de trabajadores no van a poder acceder a la jubilación. Hay que tener en cuenta que este proyecto afecta a todos los varones menores de 58 años y a todas las mujeres menores de 53 años, además de que actualmente el BPS no sabe de qué trabajadores recibe aportes, puesto que las empresas entregan aportes por [illegible] obreros y empleados, pero no se sabe [illegible] cada uno de ellos. Por eso [illegible] de ellos va a ser virtualmente [illegible] 10 años de aporte efectivo y [illegible] tener acceso a la jubilación [illegible] esperar los 70 años para cobrar la pensión a la vejez.

¿Cuál es el segundo cambio?

Tiene que ver con el modo de calcular la futura jubilación. Actualmente es el promedio actualizado de todo lo ganado en los últimos 3 años. Por el proyecto, la jubilación se calculará teniendo en cuenta tres rubros: a) el saldo acumulado de los aportes (no de lo ganado) personales en toda la vida del trabajador; b) con una tasa de interés del 3.5% anual; c) por la expectativa de vida promedio en el momento que decida retirarse. Y este procedimiento significa que se eliminen los principios de solidaridad y redistribución de la riqueza que cualquier sistema de Seguridad Social verdadero tiene. Que la jubilación, más que una prestación de Seguridad Social, pasa a ser una caja de ahorro donde el que más aporte tendrá mayor beneficio. Y por último, y no lo menos importante: al ser determinada la jubilación teniendo en cuenta la expectativa de vida, el trabajador tendrá que trabajar más años para obtener una jubilación relativamente digna. Las mujeres tendrán que trabajar hasta los 60, 62 años, para recibir la jubilación, lo que hoy reciben con 55 años. Y los hombres tendremos que trabajar 3, 4 años más para lo mismo.

- ¿Y las pensiones?

- Una viuda tendrá que probar la dependencia económica de su marido, para poder cobrar la pensión. Si tiene menos de 45 años al enviudar, cobrará la pensión por sólo 5 años. Si vuelve a casarse, la pierde. En resumen, este proyecto es totalmente rechazable. Podrán lograrse modificaciones de tal o cual artículo pero en lo sustancial no se va a modificar. Tenemos que centrar todos nuestros esfuerzos para lograr que la Cámara de Diputados, que tiene plazo hasta el 4 de mayo, vote negativamente el proyecto.

Platero habla acerca de la IMM y el PCU



De tanto en tanto es posible advertir, en ciertos sectores del campo frenteamplista, alguna preocupación por los enfrentamientos que ocurren entre la Intendencia Municipal de Montevideo y ADEOM. Se considera como un mal presagio para el caso de que el Frente llegue al gobierno en 1994.

Sobre este tema y el próximo Congreso Extraordinario del PCU, conversamos con Eduardo Platero, secretario general de ADEOM e integrante, a la vez, del Comité Central del Partido.

NO SUBORDINAR EL SINDICATO AL PARTIDO

Para aquellos compañeros que se escandalizan por la existencia de rozamientos y conflictos entre la Intendencia popular y democrática del Frente Amplio y el sindicato clasista ADEOM, manifestó Platero, convendría recordar conceptos de Lenin, cuando ya instaurado el poder soviético, decía que el papel de los sindicatos era defender a los trabajadores aun contra el poder soviético. Por haber olvidado esas lecciones pasaron demasiadas desgracias como para no tener en cuenta esas cosas.

Lo que importa, además, es la experiencia concreta en la que uno está inmerso.

Los conflictos, por otra parte, no son tantos. Lo que sí hay es una caja de resonancia mucho mayor: como ahora, a los órganos de la burguesía les interesa destacar que hay conflicto en la Intendencia, hacen resaltar hasta el más mínimo desentendimiento que podamos tener. El espacio destinado a los pequeños tironeos que se dan en el municipio, no se compagina con el espacio que la "prensa grande" otorga, por ejemplo, a la gran tarea del plebiscito sobre la ley de empresas públicas. Este tema está ahogado en el silencio. Esperando quizá que el pueblo se olvide y que, como el voto no es en este caso obligatorio, se quede sin votar en oportunidad del referéndum.

EL NIVEL DE CONFLICTIVIDAD ES MAS BAJO

Señaló Platero que el nivel de conflictividad que existe ahora en la Intendencia de Montevideo es mucho más bajo que el que se dio en el gobierno anterior y en los que le precedieron, a partir del fallecimiento del Dr. Aquiles Lanza.

Tenemos desentendimientos parciales que pueden llevar a enfrentamientos más o menos duros; pero de ambas partes va a primar el deseo de llegar a una solución.

Con el actual Intendente tenemos una amplísima gama de coincidencias en lo que hace al programa general y en lo que hace también al respecto mutuo, por otra parte. Cosas ambas importantes, porque quienes coinciden en lo ideológico pero no se respetan como personas no van a caminar bien. De la misma manera que quienes se respetan como personas y no coinciden en lo ideológico.

Da pena verdaderamente —continúa Platero— que teniendo tantas coincidencias en los planos generales, tengamos un nivel de rozamientos tan elevado, por cosas tan pequeñas. Esto tiene que ver con cierta falta de experiencia de este gobierno. Tiene que ver también, tal vez, con una desmedida expectativa de los trabajadores con respecto a que todo se iba a arreglar de inmediato y tiene que ver también con una peculiar situación en la Intendencia de Montevideo, en lo que hace a la ausencia de cuadros medios y superiores, que permitan desahogar lo que es trabajo rutinario, de manera de poder dedicar más tiempo a los cambios, al verdadero trabajo creativo. Para que las rutinas marchen, sin que sea necesario tener que inventarlas todos los días. Es decir que no tengamos todos los días que inventar el agujero del mate, porque el tal agujero se nos perdió entre la noche y la mañana.

HACIA EL PROXIMO CONGRESO DEL PCU

Platero había solicitado ser relevado de sus tareas en el Comité Central del Partido, hace algún tiempo. Hace poco, luego de desatada la polémica sobre los grandes temas que sacuden a nuestra colectividad, solicitó su reingreso "para, aunque más no sea, hacer quórum para que funcionen los órganos estatutarios".

Formuló, a nuestro requerimiento, las manifestaciones que, muy sintetizadas, reproducimos.

Yo creo —si estamos hablando para un órgano partidario, para un órgano de mi partido, en tanto **Carta de Montevideo** es un órgano oficial del Partido Comunista— que vale la pena hacer alguna reflexión, entre todos los comunistas, en torno a si estamos realmente haciendo todos nosotros todo lo posible para que el gobierno del F.A. sea una posibilidad exitosa en el '94. Si nos estamos comportando a la altura de nuestras responsabilidades. Yo no me estoy refiriendo aquí a aquellos compañeros que abandonaron la vida partidaria. Cada cual tiene derecho: el Partido tiene puerta para entrar y puerta para salir. Lo único que me interesa es que el Partido Comunista siga siendo la fuerza activa y poderosa en la inmensa tarea de construir el futuro de nuestro país. Si los comunistas no somos capaces de encontrar los métodos para dirimir nuestros problemas sin destrozarnos, si queremos mezclar los problemas del control de la vida partidaria en cuanto al tema del poder dentro del Partido —lo que no me parece malo—, si mezclamos esto con los problemas ideológicos y con algunas posiciones cerradamente dogmáticas tanto en cuanto a decir que todo fracasó, como en decir que nada fracasó, con además los dolores y las pasiones que nos han sacudido a lo largo de este tiempo, si mezclamos todo esto, lo que vamos a sacar es "un cocktail de fracasos".

Si no somos capaces de levantar la cabeza, de buscar a las mejores personas par conducir al mejor de los partidos posibles (...), si no somos capaces de superar nuestros dolores y ponernos a la inmensa tarea de reconstruir la vida partidaria, pase lo que pase en el Congreso, corremos el riesgo de hacer un partido enquistado en sí mismo, abroquelado —como decía Arismendi— pequeño, con tendencias a la sectarización y por lo tanto inoperante en la vida nacional.

CON EL CORAZON ABIERTO Y LA MANO TENDIDA

Nosotros volvemos a la vida partidaria activa —en donde no nos sentimos demasiado cómodos, porque nuestro medio es el sindical— para asegurar el funcionamiento de los organismos del Partido y para que el Partido pueda hacer su Congreso.

Y pensamos llegar a ese Congreso con el corazón abierto y la mano tendida para todo aquel que llegue con la misma disposición. Quien no tenga generosidad para olvidar lo pasado, quien se enferme de pasaditis, está liquidado como persona y está liquidando posibilidades del Partido.

Nosotros quisiéramos un Partido de cara a las grandes tareas que tenemos por delante, a la necesaria unidad y fraternidad internas, para poder ser una fuerza unitaria y coherente dentro del Frente Amplio (...) Como creo en las reservas anímicas de los comunistas, yo, que me afilié cuando ilegalizaron al Partido, espero seguir siendo un comunista feliz, después de la realización de este Congreso.

BASTIAN

Guillermo Aguerre, un comunista del transporte

Dos preguntas le formulamos a Guillermo Aguerre, integrante de la Mesa Ejecutiva de la FOT (Federación Obrera del Transporte), y hace la precisión: "soy un comunista del transporte".

—¿Qué significado tiene el 1°. de mayo?

—Aclaro que ustedes me piden una respuesta corta, a ésta y a la próxima pregunta. No es una queja; pero sí la necesidad de decirlo, pues sobre las dos preguntas podríamos y deberíamos extendernos muchísimo más.

El 1°. de Mayo es parte de la lucha que diariamente desarrolla el movimiento obrero. Es un día de **lucha, rabia y alegría**, aunque esto parezca contradictorio. Es así de dialéctico como los comunistas analizamos los acontecimientos.

De lucha, pues es parte de las movilizaciones diarias; debe ser una síntesis donde, en esta gran manifestación, globalicemos todas las luchas populares que se vienen desarrollando. Es parte de la necesaria acumulación de fuerzas, pues no sería lo mismo una manifestación con cientos, que con miles. Un 1°. de Mayo pequeño acumula para las fuerzas reaccionarias de la derecha; un gran 1°. de Mayo acumula para los sectores democráticos, templa el ánimo de los trabajadores y de nuestro pueblo, para seguir esta dura y larga batalla por un país mejor.

De rabia, pues recordamos a los mártires de Chicago, su inocencia, la injusticia de la condena, la pérdida de hermosas vidas, el asesinato de seres humanos, jugados por la libertad, por un mundo más justo, solidario y humano.

De alegría pues nuestra lucha diaria, en el Uruguay, nos sigue llevando por el camino de avanzar en democracia, aislando a los sectores antidemocráticos. Porque en ese día comprobamos que la lucha de los mártires no fue en vano. Crecen en cada conmemoración. Y porque ninguna lucha se hace sin alegría, cuando sabemos que ella no solo no es en vano sino que nos acerca a las transformaciones que nuestra querida patria tanto necesita.

—¿Cómo ves el próximo Congreso Extraordinario del PCU?



—Lo [illegible] un nuevo [illegible] que deberá ser tam[illegible] contribución de los comunistas a la izquierda y a todo el movimiento popular y democrático.

Debemos plegarnos más que nunca a la gente, para poder salir a luchar más y mejor a nuestro pueblo. Por salario, por el referéndum, por mejorar las condiciones de vida de la gente, por la Intendencia popular que alcanzamos y que hay que consolidar.

Deberemos discutir sobre ideas, dejando de lado los adjetivos y agravios, que en lo particular siempre condené. Debemos discutir pensando en los miles de comunistas que no estarán en el Congreso, porque están confundidos, preocupados por discusiones que no tienen fin.

—¿Hay diferencias entre los comunistas sobre la obligación que tenemos de defender fervorosamente la Revolución cubana?

—¡No!

—Hay algún comunista que piense que no existe la lucha de clases?

—¡No!

—¿Hay quien como comunista piense que no debemos seguir por el camino de unir todo lo unible, como cuando luchábamos contra la dictadura fascista, para derrotar ahora este modelo económico que —como decía el General Seregni es antipopular, antinacional y antidemocrático?

—Discutir todo esto, que también es discutir ideología, para darnos tiempo y elaborar planteamientos para el Congreso, sobre los sucesos del Este, de la URSS, acontecimientos dolorosos sobre los cuales todos tenemos opinión, pero la cual aún no es producto de un análisis paciente, colectivo y, por lo tanto, democrático. Son respuestas que debemos encontrar apelando a todo el Partido.

La "Nueva Política Económica", tema de un artículo de Lenin

"Cueste lo que cueste, no nos desalentaremos"

El [illegible] de abril se cumplió el 122º aniversario del nacimiento del jefe de la Revolución de Octubre, V. I. Lenin. Publicamos en su memoria un fragmento del artículo que escribiera con motivo del cuarto aniversario de la Revolución de Octubre.

* * * * * * * * * * * * * * *

Esta primera victoria **no es aún la victoria definitiva**, y nuestra Revolución de Octubre la ha conseguido con dolores y dificultades sin precedentes, con inauditos sufrimientos, con una serie de graves desaciertos y errores nuestros.

¡Hubiera sido demasiado desear que un pueblo atrasado triunfase sin desaciertos y sin errores sobre las guerras imperialistas de los países más poderosos y avanzados del mundo! No tememos reconocer nuestros errores y los examinaremos serenamente para aprender a corregirlos. Pero los hechos son elocuentes: por primera vez en siglos y milenios, la promesa de "responder" a la guerra entre los esclavistas con la revolución de los esclavos **contra todo género de esclavistas se ha cumplido hasta el fin — y se cumple contra viento y marea.**

Nosotros hemos empezado la obra. Poco importa saber cuándo, en qué plazo y en qué nación culminarán los proletarios esta obra. Lo esencial es que se ha roto el hielo, que se ha abierto el camino, que se ha indicado la dirección.

¡Continúen su hipocresía, señores capitalistas de todos los países que "defienden la patria" japonesa contra la norteamericana, la norteamericana contra la japonesa, la francesa contra la inglesa y así sucesivamente! ¡Continúen "desentendiéndose" del problema de los medios de lucha contra las guerras imperialistas con nuevos "manifiestos de Basilea" (como el Manifiesto de Basilea de 1912), señores paladines de la II Internacional y de la Internacional II y media y pequeños burgueses y filisteos pacifistas del mundo entero! La primera revolución bolchevique ha arrancado de la guerra imperialista, del mundo y de la paz imperialistas, al primer centenar de millones de hombres de la Tierra. Las siguientes arrancarán de esas guerras, de ese mundo y de esa paz a toda la humanidad.

Lo último —lo más importante, lo más difícil y lo que **menos tenemos hecho— es organizar la economía, colocar los cimientos económicos del edificio nuevo, socialista, que** ha de ocupar el lugar del destruido edificio feudal y del semidestruido edificio capitalista. En esta labor, la más importante y difícil, es donde hemos tenido más desaciertos y errores. ¡Qué más hubiéramos querido que comenzar sin desaciertos ni errores una obra tan nueva para todo el mundo! Pero la hemos empezado. Y la continuamos. Y precisamente ahora, con nuestra "Nueva Política Económica", subsanamos buen número de nuestros errores y aprendemos a proseguir sin ellos la construcción del edificio socialista en un país de pequeños campesinos.

Las dificultades son inabarcables. Por algo han dicho nuestros enemigos que somos "firmes como la roca" y que representamos una "política quebrantahuesos". Pero hemos aprendido también, al menos hasta cierto punto, otro arte imprescindible en la revolución: la flexibilidad, el saber cambiar de táctica con rapidez y decisión, partiendo de los cambios operados en las condiciones objetivas y eligiendo otro camino para alcanzar nuestra meta, si el que seguíamos antes no resulta conveniente o practicable en un período determinado.

Llevados de una ola de entusiasmo, después de despertar en el pueblo un entusiasmo al principio político general y luego militar, contábamos con cumplir directamente, sirviéndonos de ese entusiasmo, tareas económicas de la misma magnitud que las tareas políticas generales y las tareas militares. Contábamos —o quizá sea mejor decir, suponíamos, sin haber contado lo suficiente— que con órdenes directas del Estado proletario podríamos organizar



al modo comunista, en un país de pequeños campesinos, la producción y la distribución estatales. La vida nos ha hecho ver nuestro error. Han sido necesarias diversas etapas transitorias —el capitalismo de Estado y el socialismo para preparar el paso al comunismo con el trabajo de una larga serie de años. Esfuércense por construir al principio sólidos puentes que, en un país de pequeños campesinos, lleven al socialismo a través del capitalismo de Estado, no basándose directamente en el entusiasmo, sino en el interés personal, en la ventaja personal, en la autogestión financiera, valiéndose del entusiasmo despertado por la gran revolución. De otro modo no se acercarán al comunismo, no llevarán a él a decenas de millones de personas. Eso es lo que nos ha enseñado el desarrollo objetivo de la revolución.

Y nosotros, que en tres o cuatro años hemos aprendido algo en el terreno de los virajes bruscos (cuando estos hacen falta), nos hemos puesto a estudiar un nuevo viraje, la "nueva política económica", con empeño, atención e insistencia (aunque no todavía con suficiente atención ni suficiente insistencia).

El Estado proletario tiene que ser un "patrono" prudente, celoso y hábil, un buen comerciante al por mayor; de lo contrario no podrá elevar en el aspecto económico a un país de pequeños campesinos. Ahora, en las condiciones actuales, con la vecindad de un Occidente capitalista (todavía capitalista), no hay otro modo de pasar al comunismo. El comerciante al por mayor parece un tipo económico tan apartado del comunismo como el cielo de la tierra. Pero esta contradicción es, precisamente, una de las que en la vida real conducen de la pequeña hacienda campesina al socialismo, a través del capitalismo de Estado. El interés personal eleva la producción, y nosotros necesitamos, ante todo y a toda costa, que aumente la producción. El comercio al por mayor agrupa desde el punto de vista económico a millones de pequeños campesinos, interesándolos, ligándolos, conduciéndolos a la etapa siguiente: a diversas formas de relación y unión en la producción misma. Hemos iniciado la necesaria transformación de nuestra política económica. En este terreno contamos ya con algunos éxitos, es cierto poco considerables, parciales, pero indudables. Estamos terminando en este terreno de la nueva "ciencia", el curso preparatorio. Si estudiamos con firmeza y ahínco, si contrastamos con la experiencia práctica cada uno de nuestros pasos, si no tememos rehacer varias veces lo empezado ni corregir nuestros errores, reflexionando detenidamente sobre lo que estos significan, pasaremos también a los cursos siguientes. Terminaremos la "carrera", aunque las circunstancias de la economía y de la política mundiales la hayan hecho mucho más larga y difícil de lo que hubiéramos deseado. [illegible] los tormentos de la época de transición, [illegible] calamidades, el hambre, la ruina, no nos desalentaremos y [illegible] hasta el fin. **(Publicado en "Pravda" el 18 de octubre de 1921)**

Debate partidario

Como una refundación

En estos días he hablado con decenas de compañeros y camaradas tanto sobre los últimos acontecimientos en el Comité Central cuanto sobre los objetivos y hasta la propia realización del Congreso. Hablé con militantes alejados hace algunos años, con compañeros que no recibieron el carné, con varios parlamentarios y con mis camaradas del Seccional Universitario. Y me decidí a escribir convencido de que si no eliminamos ya los calificativos groseros sobre los compañeros de fuera y del Partido, si no eliminamos las posiciones rígidas, si no logramos ese respeto con nuestros propios errores, habremos perdido una excelente oportunidad de empezar esta etapa como refundacional del PCU.

He usado adrede la palabra refundación, porque el reconocimiento de la inmensa crisis en que se encuentran las organizaciones y el pensamiento de izquierda, no puede pasar sólo por su manifestación —cosa que todo el mundo hace— sino principalmente por tomar medidas acordes con nuestra reducción y nuestro desamparo ideológico, actuales. Y simultáneamente con la íntima y ferviente comprensión de que la miseria campea, que la burguesía domina no sólo económicamente sino también generando un sistema educacional, propaganda, medios de comunicación, que alientan al resto; y que se necesita una organización fuerte, disciplinada y franca que haga coherente el pensamiento y la táctica de muchos de los que estamos en la vereda de enfrente.

Por todo ello opino que lo que ayude hoy a reagrupar (con la pequeñez que habrá que aprender a aceptar), todo lo que le dé una auténtica "habitabilidad" (uso una palabra de la que yo me he mofado) al Partido, debe ser bien recibido, y todo lo que ahuyente a tres, aunque deje más tranquilo a cincuenta, debe ser rechazado.

PARA HABLAR CLARO

Para hablar claro: si alguien pretende dilucidar hoy qué pasó con la 30 o con el diario, debemos postergarlo; si alguien quiere seguir denostando a compañeros que se equivocaron o que malinterpretaron los mandatos no escritos del Congreso anterior, estaré en contra. Y si se pretende discutir sobre nuestras alianzas inmediatas dentro de la izquierda, o sobre el destino de la 1001, también tendremos que postergarlo.

Pero si se quiere empezar a rediscutir las normas de un Partido de la clase obrera para nuestro país, si se quiere elaborar una justificación fina de porqué la miseria crece cuando existe un notorio progreso científico y técnico, si se quieren introducir elementos de los llamados ecologistas en nuestro Programa: en eso, encontrarán mi apoyo más decidido.

Creo que tendremos que preguntarnos cuántos más que analizar el capitalismo hizo Marx (en lo que a economía e historia se refiere), cuánto del llamado materialismo histórico es justo y no un conjunto de piedrecillas que nos dificultan la buena comprensión del mundo de hoy. Tendremos que aprender qué es lo que hay de válido en la notable teoría del Partido que los bolcheviques elaboraron para la Rusia de principios del siglo. Tendremos que ganar el profundo historicismo, adaptación a la época y el lugar, que impregnan cada gran etapa de la humanidad o de pequeños pueblos (el Éxodo artiguista, por ejemplo, en nuestra nación). Y simultáneamente tener una teoría de esa acción y de ese conocimiento porque sin ella, tal como pasa en las ciencias naturales y exactas, sólo tendremos una acumulación desordenada de percepciones o datos.

CENIZAS Y RESCOLDOS

Pero para cualquiera de esas cosas, debemos darnos tiempo, tranquilizarnos, estudiar y actuar en esta sociedad que hoy miramos distintos ojos. Y no por la perogrullada de que la sociedad cambió, sino porque nuestros ojos y los sentimientos y convicciones que le dan penetración a su mirada, han cambiado. Si la existencia misma del Partido está puesta en duda, si las inmensas construcciones y logros del socialismo se desarman, cómo no querer ser modestos, cautos, delicados, con nuestros compañeros de ruta, cómo no soplar suavemente los rescoldos de un fuego que tanto amamos y por el que tanto dimos.

ROBERTO MARKARIAN

EL PROXIMO NUMERO DE CARTA APARECERA EL 15 DE MAYO, HORAS ANTES DE INICIARSE EL CONGRESO DEL PCU



30 08 92

9203637

Cuba en el corazón

Desde España, más precisamente desde Galicia, un grupo de amigos de Cuba envió once toneladas de medicamentos, material escolar y alimentos varios para ser distribuidos en la isla. También la Junta de Gobierno de Galicia y Manuel Fraga enviaron medicamentos por valor de 20 000 dólares.

■ *La Ministra de Relaciones Exteriores de Colombia, Noemí Sanín recalcó que su país respalda la autodeterminación del pueblo de Cuba y el principio de no intervención y de soberanía. Colombia coincide, dijo la Sra. Sanín, con la posición de México y Venezuela.*

■ *Delegaciones de varios países extranjeros se harán presentes el 1º de Mayo en La Habana para festejar en la Plaza de la Revolución junto con los trabajadores de la isla, informó Rosa Gómez de la Dirección Nacional de la CTC.*

■ *El Frente Amplio del Uruguay reiteró la impostergable necesidad de que se levante "el injustificado bloqueo norteamericano a la nación cubana que no sólo viola groseramente el derecho internacional y afecta duramente las posibilidades económicas de aquella, sino que pone en grave peligro los avances realizados en la pacificación de América Central y el Caribe".*

■ *El FA reafirma su solidaridad con el pueblo cubano y hace un llamado a las demás fuerzas políticas y sociales para sensibilizar a la comunidad internacional.*

Carlos Lage responde a Carta de Montevideo

Cuba enfrenta, apoyada en su pueblo, una situación adversa



CARTA culmina la entrevista a Carlos Lage, del Secretariado del Comité Ejecutivo del Consejo de Ministros de Cuba sobre la compleja situación económica.

—¿Cómo se las arreglan ustedes para distribuir lo poco que llega y que a todo todo el mundo le toque algo?

—Cualquier país que sufra el impacto económico que ha sufrido Cuba en tan corto tiempo, explota. Yo creo que lo que ha podido buscar el país en el Período Especial demuestra la solidez de un proyecto realmente socialista.

En los últimos seis meses, se ha explicado bastante a la población, en detalle, el origen de nuestros problemas de hoy que no son nuestros errores, sino los de otros. De manera que la pregunta es: ¿cómo es que no estamos peor?

Y la respuesta es que únicamente un sistema socialista y un pueblo unido pueden enfrentar una situación tan adversa sin hambre, sin desamparo, sin cerrar hospitales ni escuelas, sin crueles desigualdades. La forma tradicional de enfrentar esta situación en el capitalismo es con el juego oferta-demanda que se regula con los precios y eso equivale a desempleo, disminución de gastos públicos, cierre de hospitales, escuelas, centros de trabajo, elevación de precios de productos básicos y no básicos que se hacen inalcanzables para la mayoría de la población. En Rusia, por ejemplo, para comprar un litro de leche hay que pagar entre siete y once rublos, aunque el precio oficial sea de 1,70 y el quilo de carne se vende oficialmente a 90 rublos, mientras un jubilado gana unos 350 rublos o menos. En Cuba la suerte de todos los jubilados es responsabilidad del Estado y ninguno será abandonado.

Es decir, que lejos de razonar que la culpa de todo la tiene el socialismo, el Período Especial demuestra que solo el socialismo puede enfrentar de una manera verdaderamente humana las dificultades que en estas circunstancias se crean. Tratamos de lograr una distribución equitativa de lo que tenemos. Ello exige lucha por la racionalización, la organización, el ahorro y una apelación constante al patriotismo y a la conciencia revolucionaria como el único "mecanismo" capaz de promover la iniciativa y el interés de todos por levantar al país en estas excepcionales condiciones en que vivimos...

—¿Qué sociedad puede resolver esta situación sin recurrir a una políticas sin recurrir a una política de choque?

—La nuestra, recurriendo a un sistema de distribución y a la comprensión y colaboración de todos. La fórmula socialista para salir del período especial es una estrategia correcta de desarrollo, incrementar la producción, trabajar, vivir un tiempo en la mayor austeridad y hacer adecuaciones que la economía del país requiera en las nuevas condiciones, sin abandonar nuestro régimen socialista.

—¿De qué manera se puede encarar esto?

—Un ejemplo lo constituyen las facilidades que hemos dado para la asimilación de capital extranjero. Cuando se abre aquí una inversión con capital extranjero, y hoy estamos en proceso de discusión de centenares de ofertas, no estamos acudiendo a fórmulas socialistas para convivir en un mundo capitalista.

—¿Y se puede hablar ya de resultados?

El proceso es incipiente. Hay un número de empresarios capitalistas interesados en invertir en Cuba. En el país se han aprobado unas 50 asociaciones con capital extranjero en diferentes modalidades que incluyen la empresa mixta como una de ellas, y más de cien se encuentran en avanzado proceso de negociación. Todo se hace con un mínimo de publicidad porque hay una fuerte presión yanqui sobre quienes quieren invertir en Cuba.

A pesar de esas presiones, hay negocios. Sobre todo por el prestigio de la Revolución, la tranquilidad social y otras ventajas como por ejemplo, que no hay que pagar comisión a nadie para hacer un negocio, y otras. Además hemos dado facilidades como eximir total o parcialmente del pago de aranceles para los productos que importen estas empresas. Otra ventaja es que el socio extranjero puede remesar libremente sus utilidades al igual que los trabajadores no cubanos. Todo esto es un ejemplo de la capacidad de adaptación de Cuba que acepta hoy inversiones de capital extranjero con un 50 % y hasta con mayor proporción si fuera conveniente. Se trabaja también en asociaciones con capital extranjero fuera del país, y pudiera haber más aperturas, pero con socialismo, nunca sin socialismo.

OEA, misión imposible

Es posible que los estados —miembros de la OEA Organización de Estados Americanos—, estuvieran lejos de pensar en los golpes de Estado de Haití en setiembre y de Perú a principios de abril cuando votaron en su asamblea anual de Santiago de Chile su disposición de defender la democracia en el caso de que ésta corriera peligro en el subcontinente.

Enfrentado a los acontecimientos de Perú donde el presidente Alberto Fujimori se convirtió en dictador, disolviendo el parlamento y suspendiendo la vigencia de la Constitución, la OEA "deplora y lamenta" y envía una delegación a informarse para valorar luego. Se descartan sanciones económicas y ante la decisión del vicepresidente peruano Máximo San Román de hacerse nombrar legítimo gobernante de Perú, Estados Unidos anunció que seguirá considerando a Alberto Fujimori como Presidente de Perú.

Obviamente la OEA carece de fuerza y decisión para resolver los graves conflictos de subdesarrollo, pobreza extrema evidentemente y las gravísimas consecuencias de la política neoliberal en Perú y en otros tantos países del subcontinente. Lo que se dio en llamar "fujishock" y se llevó a cabo con mano de hierro significó que en los dos años de gobierno del actual dictador los sueldos perdieron 70% de capacidad de compra y que casi la mitad de los 23,3 millones de peruanos viven en pobreza extrema.

No puede caber duda que tanto en Perú como en Haití o en cualquier otro país de nuestra América Latina, los problemas del fortalecimiento de la democracia, de la defensa de las libertades y el mejoramiento de las condiciones de vida, se deciden por la lucha del pueblo, de todos los patriotas que rechazan la entrega de la soberanía por los sicarios de turno. Esto es para la OEA una misión imposible, por eso envía misiones, despacha resoluciones que deploran.

No fue ideada para otra cosa. Lo de Haití y Perú son trofeos inequívocos de esta realidad.

EE.UU.: clase media ante la ruina completa

La sombra del desempleo parece haberse instalado en la clase media estadounidense que hasta hace sólo tres años no conocía el miedo de quedarse sin trabajo, dice un despacho de la agencia española EFE desde Nueva York.

Según cifras oficiales hay en los EE.UU. un total de 8,9 millones de desocupados, lo que equivale a 7,1 por ciento de los ciudadanos habilitados para trabajar. A eso se agrega un pronóstico poco halagüeño: en esta década no habrá, según los economistas, solución a este gravísimo problema.

Varios de los [illegible] "gigantes" de la economía se han visto sacudidos por la recesión económica, caso de la quiebra de la aerolínea "Pan Am" o los despidos masivos en las grandes de la industria del automóvil "General Motors", "Chrysler" y "Ford" o en la informática el caso de "IBM".

La "veracidad" de AP y UPI

La campaña de desinformación y calumnias contra Cuba socialista no cesa. Los medios de difusión que responden a las directivas emanadas de Washington "pronostican" a diario la desaparición del régimen revolucionario que encabeza Fidel Castro. Cuando termina de cumplirse el 31º aniversario de la fracasada invasión mercenaria a la isla caribeña, bueno es recordar qué decían en abril de 1961 las agencias imperialistas yanquis AP y UPI, para comprobar su "veracidad" informativa.

—Washington, 17 (AP) - Fuerzas anticastristas invadieron hoy a Cuba por tres puntos y la principal ciudad en el extremo oriental de Cuba, Santiago, puede estar ya en manos de los invasores. Los milicianos de Castro, así como el ejército y la marina, se han unido a los invasores.

—Nueva York, 17 (UPI) - Las fuerzas invasoras han ocupado la ciudad de Pinar del Río, capital de la provincia del mismo nombre. La invasión de las provincias de Matanzas y Santiago está progresando favorablemente.

—Nueva York, 17 (UPI) - Fuerzas rebeldes que operan en el interior de Cuba dieron muerte a la escolta militar del Primer Ministro Fidel Castro, que está fuera del atentado.

—Miami, 17 (AP) - Se tiene informaciones de que se lucha en las calles de La Habana.

— México, 17 (UPI) - El Primer Ministro Fidel Castro se ha dado a la fuga y su hermano Raúl ha capturado. El general Lázaro Cárdenas gestionará el asilo político de Fidel.

—México, 18 (AP) - Agricultores, obreros y milicias se unen a los invasores y ayudan a la zona ya liberada que se expande rápidamente.

Al día siguiente, 19 de abril, los mercenarios reclutados por la CIA eran capturados por centenares, ya estaban derrotados, la milicia llegaba hasta la playa e incluso Fidel desde un tanque cañoneaba el barco yanqui "Houston".

Más de tres décadas después de la humillante derrota del imperialismo en Playa Girón, la AP y la UPI todavía no han aprendido la lección.

Pena de muerte y TV

"Todo listo [illegible] la ejecución de Robert Alton en la [illegible] de la conocida prisión de San Quintín, en C[illegible] (USA). Ya no hay espacios para estacionar afuera de los muros de la prisión y las cámaras de TV ya se instalaron junto a la cámara de gas, donde Robert ha de morir.

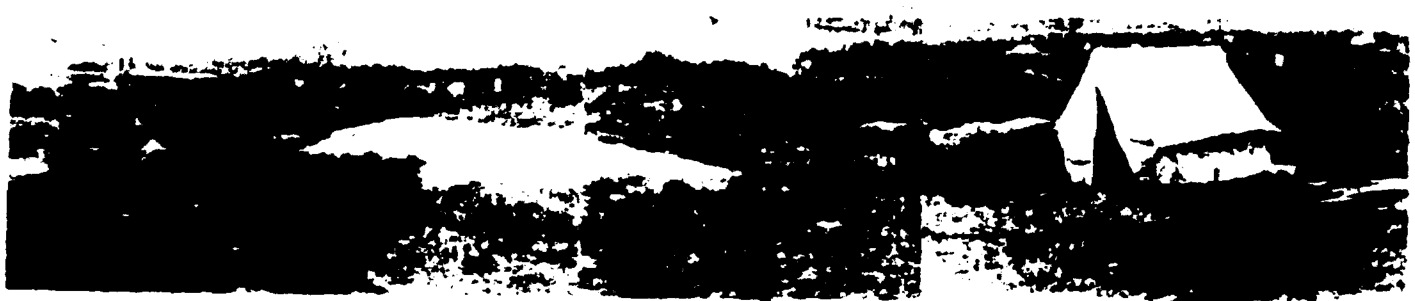
Como informa la agencia ANSA, el director del Canal 36 escogió a la reportera Linda Joyce de 37 años para cubrir la muerte en la cámara de gas de Robert Alton. El show se está montando al mejor estilo yanqui, informando todos los detalles: "la agonía del condenado puede durar en la cámara de gas de 15 a 20 minutos", escriben los diarios. Uno se pregunta ¿los nazis fueron más lentos en Auschwitz?

Además se puede saber, que el verdugo Daniel Vázquez ya hizo los ensayos del caso y asegura que todo marchará a las mil maravillas. Finalmente, el condenado ya ordenó su última cena: pollo frito, doz pizas sin anchoas y una Pepsi Cola.

Harris vestirá un par de vaqueros y una camisa azul lo hará 15 minutos antes de la ejecución.

9203637

608



La imagen es elocuente. El descampado, el yuyal, la cañada, la soledad. Pero el hombre es terco, se aferra al pedazo de tierra con uñas y dientes. Desde el fondo de la historia las voces ancestrales claman y allí están, más de 380 familias reclamando el derecho a la vivienda.

Hay 387 familias ocupando un yuyal en el Cerro

Prendidos a la tierra como manda la Patria

"No hay que invertir el orden de la Justicia. Mirar por los infelices y no desampararlos sin más delito que su miseria" José Artigas al Gobernador de Corrientes, 9 de abril de 1815

Prendidos a la tierra como a la última tabla de salvación, los ocupantes de los terrenos adyacentes al cementerio del Cerro, levantan las tres banderas patrias, como símbolo de una decisión terminal y como protección contra las inclemencias del tiempo y de los hombres.

Hasta allí fuimos, vimos cientos de hombres y mujeres y niños trabajando en un descampado casi total. Era un domingo patrio, gris y sereno.

Allí nos atendió y conversó con **Carta de Montevideo** el presidente de la Comisión de Ocupantes, *Alfredo Alejandro Monjo*, cuyas primeras palabras fueron **"Tenemos el derecho constitucional de ocupar un pedazo de terruño. Derecho que nace con la Patria".**

En medio de aquella soledad, con la fría pared de ladrillos del cementerio del Cerro a un costado, el Camino Cibils, subiendo la cuesta del Casabó y todo el Montevideo rural, a la vista, hay que creer en la vida para aferrarse al pedacito de terruño que le toca y pelear por él. Es gente que no quiere desaparecer de la faz de la tierra sin dejar rastro. Quieren florecer como cualquier hijo de vecino, como cualquier ciudadano oriental. Quieren vivir dignamente. **"Por eso, estamos acá. Somos 387 familias, más 37 familias que están pasando la cañada. Hay una comisión formada con 30 integrantes. Cada uno tiene una tarea específica. Nos reunimos cuando sea necesario, cuando surge algún problema. Cuando sea"**. Con esas palabras, Monjo, continúa diciéndonos toda la labor que han desarrollado desde que ocuparon el terreno que pertenece al *Ministerio de Defensa Nacional*.

"Ellos —el ejército— vinieron enseguida que ocupamos —continúa Monjo— pero sólo a amedrentarnos. Vino un jeep, un camión y cestidos a guerra bajaron y se pasearon por la esquina. No nos hablaron ni se metieron con nosotros. Cuando les fuimos a hablar, nos dijeron que el terreno sí, era de ellos, pero que ahora no les interesaba. Así que seguimos adelante".



Las banderas nacionales ondean sobre el campamento

LA SOLIDARIDAD DEL BARRIO

Es un diálogo en el cual Alfredo Monjo habla como quien está acostumbrado a dirigir. Nos va informando sobre los pasos que ha dado la *Comisión*. **"Acá hay unos 800 niños censados, de los cuales entre 150 y 180 reciben leche de mañana, un almuerzo compartido con todos nosotros, la merienda y lo que queda es la cena. Eso está bien organizado. Porque hay familias de 8 o más personas que viven en estas condiciones precarias: en las carpas. Cuando la situación es muy dura, recurrimos al barrio que nunca nos dio la espalda. Los almaceneros, los panaderos, los puesteros, en fin, todos los que tienen un comercio, cuando vamos a "pedirles algo", siempre están a la orden, solidarios. Nosotros no abusamos. No vamos todos los días, sólo cuando hay necesidad. Así también, cuando tenemos dinero —porque acá todo el mundo trabaja— les vamos a comprar a ellos"**.

Son 387 familias de un lado de la cañada —y 37 de otro— que nace en el cementerio del Cerro y desemboca en el Río de la Plata. La limpieza se estaba haciendo progresivamente y **"todos queremos construir nuestro rancho de bloques o ladrillos o las dos cosas juntas. Pero queremos casas de material. Por ahora sólo nos hemos contactado con el barrio, pero después de Semana de Turismo** (*nosotros fuimos el 19/4*)**, comenzaremos a pedir ayuda a todos. Al CCZ del Cerro, a la IMM, al PIT-CNT, al sindicato al que pertenecemos más de 80 ocupantes, el SUNCA, al Gobierno Nacional, en fin, a todos. Tenemos un derecho y lo vamos a ejercer"**.

¿HACIA DONDE VAN LOS OCUPANTES?

En medio de esta angustia que estamos viviendo, buceamos en la realidad de los ocupantes para saber *¿hacia dónde apuntan? ¿Hacia dónde van?*

"Lo primero es hacer un salón comunal. Para eso hemos realizado venta económica de "todo un poco", rifas, colectas, en fin, se acerca el invierno y queremos estar preparados para afrontarlo. Cuando vinieron los militares, mucha gente se fue, se asustó y se fue. Nosotros fuimos a conversar con ellos y de a poco están volviendo. Queremos que vuelvan, que los que ya han marcado un predio hagan un "ranchito" en esta primera etapa y luego, como le decía, hacer una casa de material. Ayudarnos mutuamente, por medio de cooperativas y construir".

Mover y hacer que trabajen coordinadamente 387 familias es un trabajo enorme. Eso requiere de un gran espíritu de sacrificio y de un buen nivel de organización. *¿Cómo es que aún no han ido a hablar con el PIT-CNT, por ejemplo?*

"Es que recién en Semana de Turismo —nos acota Monjo— **nos formamos como Comisión de Vecinos Ocupantes. Y es muy duro hacer que todos "tiren" para el mismo lado. La manera de pensar de cada uno hace las cosas difíciles y más, teniendo en cuenta que la falta de vivienda es como si a uno le faltara el piso. En realidad nos está faltando el piso en ese aspecto, pero a partir del lunes 29 comenzamos a movernos para contactar con todos los que nos puedan dar una mano"**.

Se toma un respiro y nos afirma: **"La Asistencia Social del CCZ nos dijo que "aguantáramos", que ella iba a "mover todo bajo cuerda". Sin embargo nosotros perdimos casi 20 días, "trancados" esperando acá. Tenemos que dar a luz esto, tenemos que sacarlo. Que el país entero supiera por qué estamos acá, que no vinimos de "pic-nic". Se nos han cerrado las puertas en todos lados y tenemos derecho a vivir en nuestro país, por eso estamos acá. No como dijo algún periódico que le sacamos la vivienda a 400 familias. Esto es mentira. Era un basural, un yuyal. Hay algunos periodistas que tienen la lengua y la pluma flojas"**.

L. CH.

Barrio 12 de Diciembre

La larga historia de un trámite engorroso

¿Recuerdan el barrio 12 de diciembre? Hoy intento terminar de trasmitirles lo que fue aquella charla. Quedamos en que de todas las calles necesarias, sólo se construyó Confederada, a mediados de 1991.

Alicia: Pero no hay que olvidarse que entre 1988 y 1991, por *Confederada no se podía salir a Pedro de León*. Había que medir los pasos para no hundirse en el barro. Entonces los vecinos consiguieron materiales donados y eso mejoró el pasaje. Ahí trabajamos también las mujeres, hasta algunas señoras de edad.

CArta: ¿Y qué sería necesario ahora?

Juan: Hay que regularizar el problema de las tierras.

Bernardo: En 1989, como el barrio tenía vecinos de todos los colores políticos, se citó a los ediles de todas las bancadas. Nunca vinieron juntos como era nuestra idea. Vinieron cayendo de a uno. El primero fue García Pintos. Recorrió, se dio cuenta de que las necesidades eran ciertas y grandes. Y nos dijo que él podía conseguir mucho, pero que quería hacerlo solo. Esa era la condición para ayudarnos: que no se viera ni invitara a ningún otro edil.

Carta: ¿Y qué hicieron?

Alicia: [illegible] se convocó al barrio y [illegible] que [illegible] de todos y [illegible] tenían obligaciones, [illegible] de los vecinos.

Carta: ¿Qué ha pasado con los préstamos del [illegible] de la IMM?

Bernardo: Primero se comunicó que el barrio quedaba incluido en el plan. Luego se reunieron algunos vecinos, pero evidentemente ignoramos el criterio para la selección.

Juan: Después resultó que hay gente que vive en condiciones infrahumanas y no tiene préstamos. Hay gente que no tiene terreno en este barrio y tiene los materiales donados. Hay gente que pasa los 3 salarios mínimos y tiene préstamos.

Julio: Hay gente desocupada a la que se le ha negado el formulario y hay quienes presentaron el formulario y éste no aparece.

Carta: ¿Qué dice de todo esto el CCZ-13?

Alicia: Te cuento nuestro caso. Nosotros recibimos el préstamo justo en el momento en que quedamos desocupados. Pensamos: mejor renunciamos. Fuimos a la Intendencia a hablar con Cristina Finn y nos dijo que solicitáramos la donación por nuestra condición económica. Nos pidió unos días de plazo, luego estaba de licencia. Después hablé con el arq. Padilla que me dijo que la donación era automática y que los materiales ya estaban en el barrio. Cuando fuimos a retirarlos, se nos dijo que precisábamos autorización del CCZ 13 y del arq. Padilla. Lo hicimos y retiramos. Hay cosas que no entiendo: los materiales los traen junto a la casa de un vecino que ni siquiera vive en el barrio. No sólo eso: fue traerlos en carretilla. Ese día fuimos con otros vecinos. *Una señora hizo los trámites para A. Social de* Sta. Mónica, y le dijeron que su pedido había llegado al zonal y del zonal al barrio, pero a la casa no llegó. Como es lógico, la señora se molestó y elevó su reclamo, le contestaron: "No quiero problemas" [illegible].

Carta: ¿No debiera el CCZ 13 [illegible] directamente por los vecinos más [illegible]?

Alicia: Te digo más. Pregunté por el trámite de Julio, que estaba trabajando, y me dijeron que debía ir personalmente. ¿Te das cuenta, entonces, ya no puedo ayudar a un vecino?

Julio: Lo que pasa es que el formulario no aparece.

Carta: Quedo con la impresión de que el préstamo de materiales no fue bien manejado, por lo menos, en este lugar. Los vecinos dicen que los asistentes del CCZ 13 no han venido por acá. Es un tema delicado. Debiera ejercerse un control más cercano, no olvidando que a peores condiciones de vida, menores son las posibilidades de movilizarse. Las grandes dificultades económicas muchas veces hacen caer los brazos y considero que para que la I.M.M. esté más cerca de los vecinos, fue creada la descentralización. En fin, no entiendo. ¿Podría alguien aclararme esto?

BEATRIZ SOARES NETTO

30 09 92

9203637

(Partes Poco Legibles)

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No.46/992.-

I.-EVALUACION: A - 2.-

II.-RESPONDE A: P.E.I.Nos.13 y 18/992 del Reg."PATRIA" de C.Mec.No.8.-

III.-T E X T O :

-Con fecha 09-MAR-992 fué nombrada Directora Interina del Liceo No.3 de C.MELO,la Profesora Martha Inés HUGUET GONZALEZ de LUCAS (P.C.U.).-

-Dicho nombramiento habría provocado malestar en otros docentes Profesores:Homero RONDAN RODRIGUEZ (P.Col.),Víctor Humberto GANELLO LEMOS (P.G.P.) y Ary Ney SORONDO RODRIGUEZ (P.Nal.).-

-Asimismo se tomó conocimiento que el Profesor Homero RONDAN RODRIGUEZ reclamó el mencionado cargo.-

-Posteriormente el CODICEN dictó una resolución dejando sin efecto la Dirección Interina de la Profesora HUGUET GONZALEZ,visto el reclamo efectuado por el Profesor Homero RONDAN RODRIGUEZ.-

-Igualmente la Profesora HUGUET GONZALEZ sigue en el cargo en forma voluntaria hasta el nuevo nombramiento de la persona que se hará cargo de la Dirección.-

-El día 06-ABR-992 en C.MONTEVIDEO se reunió el Directorio del CODICEN,resolviendo en la oportunidad,ratificar nuevamente en el cargo de la Dirección del Liceo No.3 de C.MELO a la Profesora Martha Inés HUGUET GONZALEZ de LUCAS (P.C.U.).-

IV.-SINTESIS:

Fecha: 09-MAR. y 06-ABR-992.-

Organización: CODICEN.-

Nombres: Profesores Martha Inés HUGUET GONZALEZ de LUCAS,Homero RONDAN RODRIGUEZ,Víctor Humberto GANELLO LEMOS y Ary Ney SORONDO RODRIGUEZ.-

Resúmen: Nombramiento como Directora del Liceo No.3 de C.MELO a la Profesora Martha Inés HUGUET GONZALEZ de LUCAS (P.C.U.).-

V.-ACCION TOMADA:

Confección del presente Parte.-

VI.-DISTRIBUCION:

Original .... Cte.J.E.-
Copia No.1 .... Archivo.-

./.

RESERVADO

El Comandante División Ejército IV.-
GENERAL
DANIEL E. GARCIA.-

/EJC/rst/

Ev. 002 | 2

9203638

RESERVADO

COPIA Nº

MEMORANDUM N°09/92

ASUNTO: ATENTADOS CON EXPLOSIVOS EN MONTEVIDEO Y MINAS

1. En los últimos días ocurrieron dos atentados con explosivos que, si bien causaron sólo algunos daños materiales, ocasionaron cierta conmoción en la opinión pública por lo raro de los sucesos de esta índole en nuestro -- país.

2. El matutino " La República", en su edición del día 6 de los corrientes, publicó un artículo relativo a una presunta entrevista con los autores del hecho, cuya copia se adjunta al presente.

3. Del contenido del artículo se desprende que los interlocutores del periodista no son oficiales militares, ni conocen detalles esenciales que podrían calificarlos como autores del hecho.

   - la terminología empleada por los presentes entrevistados, el desconocimiento sobre unidades militares mencionadas en el artículo y la inconformidad entre oficiales jóvenes con el Comandante en Jefe de la Armada, son algunos de los elementos de juicio más que suficientes para aseverar que los presuntos interlocutores del periodista no son militares.
   - la disparidad entre la descripción de cómo fueron realizados los atentados y los resultados de los peritajes realizados por el Servicio de Material y Armamento del Ejército (que se mantienen en estricto secreto sumarial), permite asegurar que los presuntos entrevistados desconocen detalles esenciales de los mismos.-

01/03

9203639

La República

EL DIARIO PLURAL

"La verdad es el resultado que surge de la oposición de ideas"

del Ejército y hoy Lacalle convocó a 11 líderes políticos

Tres contactos del Comando Lavalleja con el director del diario LA REPUBLICA

"Fuimos 4 oficiales con un explosivo de gelinita y fulminante de mercurio"

"Usamos un cabo, dos cables y conectamos todo en una zona baja a una batería que ubicamos a 15 metros del puente; la operación se realizó a pie de obra"

● Fasano consultó con una alta fuente que investiga el atentado quien le aseguró la verosimilitud sobre el explosivo utilizado: "se encontró existencia de nitrato en el lugar del atentado y en Minas no quedó carcasa alguna; es muy probable que así haya sido el atentado". Ante esta situación LA REPUBLICA decidió poner en conocimiento de la opinión pública lo que sabía



Vicealmirante Coates.



Ministro Mariano Brito.

"Somos 50 oficiales de las tres armas; tenemos 15 oficiales con mando en cuarteles"

"No permitiremos que Sanguinetti se presente a las próximas elecciones"

"Pedimos la renuncia del ministro Brito y del vicealmirante Coates"

"Nos costó un año comenzar todo esto. No estamos rodeados de viejos. Somos jóvenes"

"Estamos con Fujimori y no con el corrupto de Alan García"

"Hasta ahora todo fue un aviso. Ahora actuaremos en serio"

"Estamos hartos de la corrupción y la entrega; antes confiábamos en Pacheco, ahora no; Pacheco no quiere más nada..."

Miércoles 6 de mayo de 1992 · La República

LA REPUBLICA se contactó con el autodenominado Comando Lavalleja, recabando información de cómo y por qué realizó los atentados con explosivos. Por su parte las cámaras de diputados y senadores condenaron por unanimidad los atentados terroristas contra oficina de Sanguinetti y puente de Minas. El PGP cumplió 30 años de vida y realizó un festejo al que asistieron prominentes figuras de la política uruguaya.

"Somos jóvenes oficiales de las Fuerzas Armadas que queremos a nuestra Patria y estamos hartos de la corrupción y la entrega"

El Comando Lavalleja integrado por 50 oficiales informó a LA REPUBLICA cómo realizó los atentados y los por qué

¿Qué pruebas pueden darme de ser ustedes los autores de la bomba contra Cores, Zeinal, Sanguinetti y el puente de Minas?, inquirió el director de LA REPUBLICA, doctor Federico Fasano Mertens al contacto que se identificó como militar miembro del Comando armado Juan Antonio Lavalleja. Pida la que quiera y en cuatro horas la tendrá respondió el misterioso interlocutor. Fasano pidió que le proporcionaran la característica de la bomba utilizada en el último atentado en Minas, operación a estudio del Servicio de Material y Armamento del Ejército, de la inteligencia militar y de la Dirección de Inteligencia de la Policía y cuyos resultados se mantienen en estricta reserva. Si proporcionaban esos datos, los presuntos miembros del Comando Lavalleja se sometían al chequeo de una información que no había aún tomado conocimiento público y por lo tanto no podían conocerla, salvo que hubieran sido los autores. A las cuatro horas aproximadamente del segundo contacto con el presunto miembro del Comando Lavalleja, éste afirmó a Fasano que el explosivo en el puente de Minas ("no fue una bomba —dijo— sino un explosivo"), fue colocado por un comando integrado por cuatro oficiales que procedieron a armar el explosivo en el mismo puente. El material manipulado, explicaron al director de LA REPUBLICA, fue gelinita utilizándose un fulminante de mercurio mediante un sistema mecánico. Armamos todo ahí, detalló el presunto comando a Fasano, usamos un cabo, dos cables y conectamos todo en una zona baja a una bañería que ubicamos a quince metros del puente. La operación se realizó, añadió, a pie de obra. Este operativo fue distinto, insistió el presunto militar, al operativo contra el auto del diputado Cores, donde utilizamos plástico.

Con esos elementos en su poder Fasano consultó con una alta fuente que investiga el atentado quien le aseguró que se encontró existencia de nitrato en el lugar del atentado y que en Minas no quedó carcasa alguna. Los datos que usted me aporta, afirmó la alta fuente consultada, poseen verosimilitud. Es muy probable que hayan utilizado gelinita con fulminante de mercurio mediante sistema mecánico, aseveró al director de LA REPUBLICA el experto consultado, quien se mostró visiblemente preocupado.

Con estos indicios de verosimilitud en su poder LA REPUBLICA decidió poner en manos de la opinión pública los resultados del interrogatorio que realizó Fasano, a quien se autocalificó como miembro del Comando Lavalleja, designado por sus compañeros para mantener una conversación con el director de este matutino.

LA REPUBLICA deja expresa constancia que no puede asegurar que el interrogado pertenezca al denominado Comando Lavalleja, aunque sí asegura que es la misma persona que le proporcionó los detalles sobre el material explosivo utilizado en Minas, cuya composición no era conocida y cuya factibilidad más probable fue confirmada por una alta fuente pericial.

HABLA EL PRESUNTO COMANDO

Los contactos mantenidos con el presunto comando por nuestro director comenzaron en la noche de ayer y se concretaron en tres oportunidades en diferentes lugares.

He aquí un resumen textual de lo conversado:

"Somos jóvenes oficiales de las Fuerzas Armadas que queremos a nuestra patria y estamos hartos de la corrupción y la entrega. Eramos ya jóvenes oficiales cuando Sanguinetti dejó en libertad a los tupamaros. No estuvimos de acuerdo con la liberación de esa gente. No somos golpistas. Vemos con preocupación la distorsión en las Fuerzas Armadas y en la Policía. El pueblo ya no cree en la Policía, le tiene antipatía. La corrupción también empaña la imagen de Interpol. El contrabando campea impunemente. Por eso atacamos a Zeinal. Prevención de Delitos se dedica a cobrar cheques al 30%. El gobierno no cumple sus promesas. El país se hunde, y se vende al mejor postor a los jubilados, a la juventud, a los obreros. Antes los compañeros confiaban en Pacheco. Pero ahora no. Pacheco no quiere más nada. Interrogado concretamente por Fasano sobre cada uno de los móviles de los atentados afirmó: "No permitiremos que Sanguinetti se presente a las próximas elecciones. Sanguinetti entregó la enseñanza a los comunistas a cambio de un acuerdo con el PIT-CNT. A Cores le reclamamos que devuelva la bandera de los Treinta y Tres. Ahora estamos convencidos que no la tiene".

Fasano le preguntó sobre la metodología empleada y sus objetivos respondiendo sin dudar: "Nos costó un año comenzar esto. Tenemos apoyo. No estamos rodeados de viejos. Somos jóvenes. En total estamos en esto 50 oficiales de las tres armas desde teniente del Ejército hasta teniente coronel y capitán de corbeta. Tenemos 15 oficiales con mando en cuarteles de las tres armas. A otros los tenemos en la bolsa. No haremos atentados personales.

Aunque a Saúl Posada de Ancap, sí habría que matarlo; dice que no va a votar aumentos y después lo llama Carlos Pereyra y los vota.

Lo de Minas fue otro aviso y probar lo que podemos hacer. Hasta acá fue todo joda. De aquí en adelante actuaremos en serio. Antes nos llamó el Poder Ejecutivo y ahora nos está llamando el pueblo. Una agencia de viaje, la de Jorge Martínez, también está en la mira. Estamos con Fujimori y no con el corrupto de Alan García a quien no le tenemos ninguna simpatía". Fasano le preguntó seguidamente las relaciones del grupo con sus superiores. Al respecto el presunto comando afirmó que "exigimos la renuncia del Ministro de Defensa, Mariano Brito y del comandante en jefe de la Armada, contraalmirante Coates. Queremos que Brito se vaya y lo reemplace un general retirado. Brito está mal asesorado. Habrá leído mucho sobre la Carta Orgánica Militar pero no sirve para ese cargo. Coates fue puesto a dedo y debe irse. Al general Rebollo no lo cuestionamos y al comandante de la Fuerza Aérea es muy de milico chico pero no reclamamos su renuncia". En otro momento de la conversación el interlocutor explicó a Fasano que indagara qué función cumple la casa que se encuentra en Agraciada entre la División del Ejército Nº 1 y la Embajada argentina. También informó que el Ministerio de Defensa vigila la conducta de los oficiales manteniendo la continuación de la OCOA (contrainformación) que opera en una casa ubicada a 150 metros de la Rural del Prado.

CHILE

Detenciones en el MAPU-LAUTARO. Se esta desarticulando el movimiento?

La captura del segundo Jefe del MAPU LAUTARO Bernardo ACEVEDO LAGOS, a principios de ENE92 por parte de la Policia de Investigaciones y posteriormente, la detencion sucesiva de otros cinco dirigentes importantes del movimiento (Carlos SILVA, Victor GONZALEZ, Jaime POBLETE CORTES, Ana Maria SEPULVEDA y Roxana PAZ CERDA HERRERA), ha actualizado la polemica en torno al futuro de la organizacion.

De acuerdo a informaciones obtenidas, mas de cuarenta hombres "de linea" estarian detenidos y solo tres de sus dirigentes libres formarian parte del grupo fundador. Ellos serian Guillermo OSSANDON (*actual lider*), Leopoldo LUNA y un tercero a quien algunos ubicarian en PERU relacionandose con organizaciones subversivas.

Al margen de un extendido sentimiento de fracaso y del consecuente deseo de renuncia por parte de numerosos combatientes originarios, los reveses sufridos fundamentalmente por las "Fuerzas Rebeldes y *Populares Lautaro*" (estamento militar de la organizacion que reune a los combatientes mejor preparados) y el "*Movimiento Juvenil*" (nivel joven del espectro partidario), continuarian afectando seriamente la capacidad de recuperacion de sus cuadros.

Aunque inicialmente los documentos incautados a ACEVEDO, desde el punto de vista de la estructura, no aportaron nuevos elementos, la Policia de Investigaciones logro conocer detalles no solo sobre cuestiones financieras de sus cuadros (sueldos, asignaciones, etc.), sino tambien aquellas referidas al armamento, equipos de comunicaciones y a la planificacion de los operativos y resoluciones de la Comision Politica de la organizacion.

No obstante la detencion de ACEVEDO -y quizas para contrarrestar sus efectos y fundamentalmente la repercusion de los mismos- la Comision Politica Lautaro se habria reunido en la costa central para, entre otras cuestiones, acordar aumentar los esfuerzos de confrontacion con el sistema democratico.

De esta manera, bajo la denominacion de "Plan 92", se habria decidido:

- Agudizar la confrontacion con el sistema democratico. Guerra al estado policial de AYLWIN, hostigamiento a cuarteles policiales, en lo posible causando victimas".

- Crear espacios en la juventud (con slogans como "a tomarse todo", "a liberar las ganas", etc.)

- Reforzar el apoyo a los familiares de los presos del LAUTARO, en la llamada "carcel combatiente", creando lazos estrechos con los presos y los familiares de los otros partidos: FPMR y MIR.

- Atentar contra las sedes de los partidos politicos ubicadas en los "bastiones populares", especialmente la UDI y RN.

- Utilizar una nueva consigna, frente a las elecciones municipales: "municipio para el pueblo, no para la represion".

Asimismo, en el citado encuentro, habria quedado planteado el problema financiero de la organizacion y la necesidad de perfeccionar las operaciones de recaudacion de fondos, "minimizando el riesgo, disminuyendo el numero de acciones y aumentando la recaudacion".

Cabe recordar que ACEVEDO, militante de prestigio dentro del Movimiento, tuvo su etapa de formacion como dirigente en la zona sur de SANTIAGO, area que arrojo la mayor cantidad de simpatizantes al escindido *MAPU-LAUTARO tras la division del partido en 1982.*

Sumamente critico de las "liberalidades" de los sectores pequeño-burgueses, ACEVEDO, de extraccion humilde, priorizo siempre el trabajo politico en el sector sindical y poblacional, preocupandose especialmente por la preparacion de sus cuadros antes de iniciarlos en las acciones. Durante el regimen militar, estuvo ligado a la Coordinadora Metropolitana de Pobladores, (una organizacion de fachada dominada por los comunistas) y a los sindicatos telefonicos.

Pese a que su figura es menos conocida que la de Guillermo OSSANDON, era el lider mas visible del movimiento y el unico que ejercia una efectiva direccion sobre el mismo.

Extremadamente critico de la dinamica violentista que pretenderia imprimirle OSSANDON al LAUTARO, ACEVEDO era proclive a priorizar "la vinculacion de la organizacion con las masas", y si bien no rechazaba la violencia, consideraba que esta debia ser un medio para efectuar una operacion no un fin en si misma.

En el plano internacional, ACEVEDO se dedico a entablar relaciones politicas con otros grupos terroristas, como el MRTA de PERU y ex-Montoneros de ARGENTINA

9203640

DOCUMENTO 9203640
CHILE: DETENCIONES EN EL MAPU-LAUTARO - SE ESTA DESARTICULANDO EL MOVIMIENTO
SIDE
920500
SIDE

01 - 02

9203640

En lo que respecta a las vinculaciones con otros movimientos chilenos, fue quien elaboro la idea de no incentivar una union con el FPMR y el MIR ya que apreciaba que, ante la mala situacion de los mismos, por conflictos internos, habia que "preservar al LAUTARO".

Apreciacion

Aunque desde sus inicios, el numero de militantes activos y de importancia no sobrepasaba los cien, el disminuido grupo actual careceria de preparacion ideologica y experiencia militar, acentuando su caracter de grupo anarquista que transita en el limite entre el terrorismo y la delincuencia comun.

Al aislamiento en que se encuentra, producto de su aparicion operativa junto con el regimen democratico (en democracia es mas dificil la captacion), se sumaria actualmente la desarticulacion de sus cuadros, la ausencia de un proyecto politico atractivo y las dudas e interrogantes en que algunos antiguos militantes se encontrarian.

La detencion de ACEVEDO, al margen de incentivar las diferencias existentes, genera serios conflictos internos provocados fundamentalmente por visiones diferentes en el manejo y direccion del movimiento.

La realidad politico-operativa en que esta inmerso el MAPU- LAUTARO, no le impediria intentar cumplimentar, al menos parcialmente, los objetivos trazados en el PLAN 92, con el fin de demostrar que, a pesar de los golpes recibidos, mantienen su vigencia, llevandolos incluso a actuar contra blancos de mayor envergadura.

El peligro de que el proceso de descomposicion se intensifique, hace factible que dentro de la propia organizacion se analice la alternativa de refugiarse en las provincias, donde la policia enfrenta mayores dificultades para organizar las capturas y ellos mejores opciones para intentar la dificil reorganizacion.

Tampoco deberia descartarse la posibilidad de que en el desmembramiento del grupo, algunos sectores logren alinearse con otros miembros de organizaciones similares que tambien atraviesan situaciones de desarticulacion y/o enfrentamientos internos, en un intento por sobrevivir.

A todo este creciente deterioro se suman los serios cuestionamientos a la actual dirigencia de OSSANDON, de quien se menciona fundamentalmente la falta de meritos y su indisciplina generalizada para el ejercicio del cargo.

En el ambito politico, el futuro accionar del MAPU-LAUTARO alcanzara relieve en la medida en que sus actos incrementen el sentido de inseguridad existente en el seno de la sociedad chilena, hecho que indefectiblemente sera utilizado con fines electorales por la oposicion de derecha.

PARA CONOCIMIENTO DE:

SINTESIS: VENEZUELA

ASUNTO: Crítico panorama interno.

Situación

Luego del frustrado golpe militar del 04FEB92, encabezado por el Tte Cnel Hugo CHAVEZ FRIAS, la democracia venezolana atraviesa horas cruciales y decisivas en un contexto de incertidumbre originado en las diversas políticas que se han esbozado desde los distintos sectores políticos.

En efecto, después de 35 años de estabilidad institucional, el intento de golpe de estado registrado en VENEZUELA ha conmovido profundamente el equilibrio que, en la superficie, caracterizaba al sistema político del país, generando en los diversos sectores del escenario local (Gobierno- partidos políticos-, grupos de presión), actitudes diversas que -aún admitiendo motivaciones "cortoplacistas" en muchas de ellas -revelan la búsqueda de un "aggiornamiento" de las instituciones estatales y de las reglas de juego dentro del sistema, cuya caducidad puso de manifiesto el intento de golpe militar.

En cuanto al gobierno y con referencia la conformación del gabinete ministerial, el Presidente PEREZ manifestó su intención reformarlo incorporando figuras notables de la oposición para lograr el ensanchamiento de la base de sustentación de su gestión. En primer momento, tal iniciativa no pudo vencer las apetencias electoralistas de las principales fuerzas de oposición -COMITE DE ORGANIZACION POLITICA ELECTORAL INDEPENDIENTE (COPEI)/MOVIMIENTO AL SOCIALISMO (MAS)- las que se manifestaron contrarias a aportar sus hombres, a fin de no compartir el descrédito del actual gobierno.

El propio partido oficialista ACCION DEMOCRATICA (AD), a través de su presidente Humberto CELLI, solicitó el alejamiento del mentor del plan económico y en ese entonces Ministro de Economía, Miguel RODRIGUEZ. Tras incesantes negociaciones internas, el Jefe de Estado implementó los cambios en su gabinete - el tercero en lo que iba de su mandato desde FEB89-: el alejamiento de Miguel RODRIGUEZ, siendo reemplazado por Ricardo HAUSSMAN; la reubicación de RODRIGUEZ al frente del Banco Central de VENEZUELA; la incorporación de una figura de peso como la de Carmelo LAURIA en el Ministerio del Interior; el pase de Celestino ARMAS desde el Ministerio de Energía y Minas a la Secretaría de la Presidencia y la designación de una mujer, Armida QUINTANA MATOS, al frente de la Cartera de Justicia,

cambios que no lograron disminuir la incesante presión ejercida por la oposición.

Así, el COPEI solicitó el adelantamiento de las elecciones presidenciales sobre la base del derecho constitucional de peticionar ante las autoridades (Art. 67 C.N.). Dentro de esta postura resalta la del ex Presidente Rafael CALDERA quien solicitó la renuncia de PEREZ aduciendo que su permanencia en el Gobierno alentaba los intentos golpistas y ponía en peligro la continuidad constitucional. Su par y presidente del COPEI, Eduardo FERNANDEZ, se opuso a la renuncia de PEREZ sin que antes se hubiese designado un sucesor. En tanto el MAS sostuvo una postura más radicalizada por cuanto no sólo pretendía la renuncia de PEREZ sino que también solicitó vehementemente el castigo a la corrupción, instando la extradición de Blanca IBAÑEZ, Secretaria del ex Presidente Jaime LUSINCHI y la de su Ministro de RR.EE., José Angel CILIBERTO.

De tal modo, puede apreciarse que en tanto el COPEI reafirmaba su postura de oposición a la continuidad de PEREZ sobre la base de objetar el plan de ajuste, causa principal del descontento social, el MAS hacía hincapié en la lucha contra la corrupción, compartiendo ambas fuerzas la postura sobre la necesidad de la reforma constitucional. El MAS también impulsó la iniciativa de indultar a los golpistas como parte de una solución de conjunto de la crisis.

A estos embates de la oposición, se sumaban dos ataques contra unidades del Ejército y de la Armada, entreviéndose un despliegue de acción psicológica por parte de grupos ideológicamente identificados con CHAVEZ y sus seguidores.

La afectación de la imagen de VENEZUELA en el exterior comprobable en la baja de los títulos de su deuda externa en el mercado internacional y en la urgente partida de una comitiva ministerial a los EE.UU. para tranquilizar a los inversores norteamericanos; los reclamos sindicales por aumentos salariales; el descontento social generalizado expresado claramente en los disturbios estudiantiles; una prensa opositora que no vacilaba en publicar declaraciones de los golpistas, llevaron al Presidente PEREZ a ver comprometida su maniobra política, y a la conformación de un CONSEJO CONSULTIVO a fin de abrir un espacio a la oposición en su intento de incorporarla indirectamente a su gobierno.

Este Consejo Consultivo, conformado por notables personalidades en su mayoría políticamente independientes, se hizo eco de los reclamos de la oposición y concretó el pedido de llamado a consulta popular ante el Congreso que justamente al 04MAR92, iniciaba sus sesiones ordinarias del presente año (cabe consignar que las presidencias y vicepresidencias de ambas Cámaras Legislativas están bajo el control de los principales partidos AD y COPEI).

Aunque todos los sectores de oposición coincidieron en un primer momento con el Consejo Consultivo en la necesidad de conformar una Asamblea Constituyente, los legisladores de AD vieron en ella un "estado de anarquía", por lo cual retrotayeron su apoyo a tal iniciativa.

Puede interpretarse que para la oposición, hablar de reforma constitucional, de Asamblea Constituyente y de referendum, significaba lisa y llanamente el acortamiento del mandato presidencial, ya fuera por la vía de solicitar la renuncia del Presidente, o por la revocación del mandato presidencial mediante referendum- reforma constitucional- y nuevo referendum confirmatorio de las reformas introducidas.

Frente a esta situación, PEREZ mantuvo su decision de no dimitir y de entregar el mando a su sucesor en FEB94 al tiempo que, haciéndose eco de las sugerencias vertidas por el Consejo Consultivo, reconoció públicamente que el error de su gobierno fue el de no informar al pueblo sobre lo que se está haciendo, atribuyéndo a ello el descontento social.

Así, entre las medidas de emergencia de aplicación inmediata anunció las de contenido social tales como el congelamiento del precio del combustible, de las tarifas de electricidad y del precio de algunos productos de la canasta familiar que la prensa calificó como la vuelta al "populismo" de VENEZUELA y como un signo inquietante del abandono del plan de ajuste.

En tal sentido, el sector empresarial privado nucleado en FEDERACIONES DE CAMARAS EMPRESARIALES (FEDECAMARAS), a través de su titular Fredy ROJAS, expresó que se estaba asistiendo la muerte del intento por liberalizar la economía ya que el Estado había vuelto a intervenir en el sector privado en franca alusión a una innovación impositiva de PEREZ, cual es la creación del impuesto al lujo, y de otro referido a la renta.

Entre otras medidas de carácter programático también anunciadas por PEREZ, se encuentran:

1) Medidas tendientes a la profundización del desarrollo de VENEZUELA, armonizando lo económico con lo social.

2) Profunda reforma de la Constitución Nacional (Art. 246 C.N.), que se referirá a:

   - La creación de la figura del Primer Ministro, que fue una promesa electoral de PEREZ.

   - La reforma del Poder Judicial dotándolo de independencia del poder político. Se propone la designación de cinco ministros con acuerdo del Senado y de las organizaciones civiles representativas del sector, que carezcan de militancia política. Actualmente la Corte tiene quince miembros lo que implica renovar un tercio de la misma.

   - Mayor control legislativo sobre la Administración Pública.

   - Promoción de la ley de partidos políticos.

   - Ley sobre elecciones con voto uninominal.

- Ley para la elección de dirigentes sindicales de base.

- Reducción del número de ministerios a nueve para eficientizar la gestión pública.

A pesar de la buena recepción de las medidas implementadas por PEREZ, el 10MAR92 sufrió otro revés político a raíz de la protesta masiva conocida como el "cacerolazo" -fecha a partir de la cual se han reiterado periódicamente- en momentos en que introducía nuevos cambios ministeriales en el Gabinete (la cuarta modificación desde el inicio de su mandato presidencial) incorporando figuras de la oposición.

En efecto, el nuevo gabinete quedó conformado con el ingreso de dos políticos del opositor COPEI, tales como Humberto CALDERON BERTI en la Cancillería y José Ignacio MORENO LEON al frente del FONDO DE INVERSIONES de VENEZUELA; también se incorporaron José MENDOZA ANGULO en la Cartera de Justicia; en Fomento, Pedro VALEMILLA; en FAMILIA, Teresa ALBANEZ; José Andres OCTAVIO en la COMISION PARA LA REFORMA (COPRE) de la Constitución, y Luis PIÑERUA ORDAZ en el Ministerio de Relaciones Interiores.

Conocidos estos disturbios los títulos de la deuda venezolana cayeron en su nivel internacional cotizando a U$S 66,18 de su valor nominal; lo mismo ocurrió con la Bolsa. En este contexto el Gobierno debió subir las tasas de interés para evitar la fuga de capitales y el pánico de los inversionistas. Paralelamente el Gobierno expresó la pérdida de unos U$S 3.000 millones por la disminución del precio del petróleo, a lo que deben sumarse las declaraciones del negociador de la deuda externa , Carlos HERNANDEZ DELFINO, en el sentido de que VENEZUELA debe evitar atrasarse en el pago de la misma (unos U$S30.000 millones) pués las consecuencias serían graves.

Ante el panorama expuesto, el Presidente PEREZ convocó al asesor economico Henry KISSINGER entre otros, a fin de evaluar la crisis del país (KISSINGER aconsejo el mantenimiento del plan de ajuste economico). En tanto el embajador de EE.UU. ante la OEA, Luigi EUNADI, manifestó en CARACAS que la OEA intervendría inmediatamente si se diese otro intento de golpe de Estado en VENEZUELA, lo que fue respondido públicamente por el Ministro de Defensa OCHOA ANTICH expresando que las FF.AA. estaban dispuestas a rechazar cualquier intento de intromisión extranjera. Cabe recordar que EUNADI hizo aquellas manifestaciones ante las realizadas por Pompeyo MARQUEZ (MAS) quien expresó al diario "EL NACIONAL" que estaban dadas las condiciones para un nuevo intento de golpe de Estado, siendo el temor de casi un 57% de la población venezolana que el mismo ocurriese dentro de los seis próximos meses.

Pocos días despues -luego de intensas discusiones en torno al alejamiento del Primer Mandatario tal como lo sostiene el MAS y los sectores políticos más radicalizados de izquierda o el acortamiento de su mandato (COPEI)- la AD resolvió apoyar la permanencia de PEREZ para el cumplimiento de su mandato. En maratónica sesión del Congreso el 23MAR92 se aprobó la convocatoria a una Asamblea Constituyente por parte de la Comisión Bicameral Especial que estu-

dia la reforma constitucional y la introducción de la figura del Primer Ministro y del Defensor de los Derechos Humanos impulsada por CALDERA. El proyecto deberá ser presentado a la brevedad ante el Congreso Legislativo para su discusión por las Cámaras por separado, la que se extenderá hasta MAY92.

El anteproyecto aprobado dispone que la Asamblea Constituyente asuma las funciones legislativas y de reorganización de los poderes públicos del Estado. Para la aprobación del anteproyecto se requiere las dos terceras partes de la Legislatura, lo cual supone una alianza entre el COPEI y AD. El tema del acortamiento del mandato presidencial no está contenido en el anteproyecto debido a las presiones de PEREZ sobre la bancada oficialista en tal sentido, a quienes habría advertido de su renuncia si la moción triunfaba.

Respecto de la situacion castrense, vale destacar que recientemente el Ministro de Defensa OCHOA ANTICH envió a una comisión del Senado el pedido de un proyecto de reforma a la ley militar tras considerar que 38 años de vigencia de una legislacion nacida en la proximidad de otros regímenes, se encuentra desactualizada y, de hecho, los mandos medios e inferiores consideran a sus superiores como "zares" que no tienen autoridad moral sobre ellos.

Al respecto cabe consignar que oficiales de rango medio de la Marina y del Ejército fueron interrogados por la Inteligencia venezolana a causa de conversaciones telefónicas interceptadas, consideradas como una posible incitación a la rebelión. Dichos militares pergeñaban la posibilidad de acciones armadas en caso de que la Corte Militar sentenciara a los 283 oficiales y subalternos detenidos. El Ministro de Defensa explicó que el Presidente PEREZ ha indultado a 57 militares y a 8 civiles.

En recientes declaraciones, OCHOA ANTICH, también advirtió que pueden registrase actos de violencia si la dirigencia política nacional se niega a implementar los cambios profundos que la sociedad venezolana exige. Concluyó en que si estallaba la violencia en el país, los militares no reprimirían al pueblo, reduciéndose el dilema a si el cambio se realizaba en paz o en forma violenta.

En este contexto conviene recordar lo declarado por Fredy MUÑOZ (MAS) quien afirmó que es probable que ocurra un golpe militar y que el generalato se ponga al frente de la insurrección para no ser superados por los mandos medios como ocurriera el 04FEB92. Según el político del MAS, las FF.AA. se ven a si mismas garantes del proceso democrático y piensan que la pérdida de apoyo popular de PEREZ, coincide con la pérdida de su legitimidad material para permanecer en el poder, por lo que sólo detenta un poder formal. Esto ocurre en circunstancias en que el nivel de participación popular para exigir su alejamiento es alto, casi sin precedentes, así como el desprestigio de los principales partidos mayoritarios.

De hecho, se continúan registrando los "cacerolazos" nocturnos a los que se suman cánticos populares en favor de CHAVEZ y disturbios estudiantiles así como huelgas en diecisiete universidades. Simultáneamente están emergiendo agrupaciones virtualmente "pro-golpistas" tal como la denominada ARMAS, alianza de movimientos

autónomos que penetra en la sociedad a través de los medios, promoviendo un gobierno provisional al que llama JUNTA DE REIVINDICACION NACIONAL y exigiendo la renuncia de PEREZ como único camino para crear un poder popular y una salida a la crisis actual, bajo el lema "ARMAS CON EL PUEBLO Y CON LOS MILITARES PRESOS".

En estas circunstancias y atendiendo a la inestabilidad política existente y a una creciente efervescencia social -se aguarda para el 02ABR92 la Marcha de las Banderas exigiendo el total restablecimiento de las garantías constitucionales y para el 08ABR92, el "pitazo", similar a los "cacerolazos"-, Eduardo FERNANDEZ, líder del COPEI, alertó sobre los peligros de una guerra civil en VENEZUELA, especulándose con la conformación de un nuevo gabinete ministerial y la salida definitiva de Miguel RODRIGUEZ titular del Banco Central de VENEZUELA y de los ministros de tendencia neoliberal, aspecto que por otra parte es un reclamo insatisfecho de la oposición y de la población en general.

Al respecto, el 24MAR92 RODRIGUEZ y Gustavo ROOSEN, Ministro de Educación, pusieron sus respectivas renuncias a disposición del Jefe de Estado, quien deberá pronunciarse al respecto.

Apreciación

En términos generales puede afirmarse que la superación de la crisis que afecta a VENEZUELA implica la doble tarea de resolver las cuestiones de coyuntura, (reclamos sociales), como los problemas de fondo ("aggiornamiento de sus instituciones") el menor tiempo posible, lo cual explica la complejidad y el dinamismo de la situación interna actual.

Dado este panorama y ante el creciente debilitamiento de su posición al frente del Ejecutivo, Carlos A. PEREZ ha intentado, en el terreno político, ampliar la base de sustentación de su gobierno, a través del llamado a una coalición de "ancha base", luego identificada con el nombre de "gobierno de unidad nacional", incorporando la figura del Primer Ministro, cuya implementación legislativa -dada la previsible demora de los procedimientos concomitantes- le facilitaría "ganar tiempo" en la crisis actual.

Las resistencias iniciales del principal partido de oposición, COPEI, para integrar el gabinete -hecho que explicaría la necesidad de tres recambios ministeriales en menos de 30 días- así como el rechazo definitivo del MAS a cualquier forma de entendimiento con el gobierno que implique la permanencia de PEREZ, a lo que se adiciona una actitud poco colaboradora por parte del propio partido gobernante (AD), pondrían en evidencia el grado de aislamiento del Presidente venezolano y el escaso éxito alcanzado en la búsqueda de respaldo para esta gestión en particular y para su permanencia al frente del Ejecutivo según lo estipulado por la Constitución, en general.

De tal modo, las "negociaciones" en torno del eventual alejamiento de PEREZ antes de lo previsto se han desplazado al ámbito legislativo, hecho cristalizado en las iniciativas referidas a la reforma de la Constitución las que, aunque no contemplan

explícitamente la reducción de la gestión del Presidente, podrían conducir a tal resultado.

En efecto, la convocatoria a la Asamblea Constituyente implica la renuncia de todos los funcionarios del gobierno y da facultades a este cuerpo pare reorganizar los poderes políticos y designar provisioriamente a sus titulares. En este contexto, aún cuando AD y el COPEI se aliaran para designar provisoriamente a PEREZ, las reformas constitucionales introducidas deben -salvo modificaciones ulteriores- ser sometidas a referendum popu-lar ratificatorio. Llegado a este punto, cabe destacar que, en el ámbito social, el MAS y la izquierda en general han logrado la adhesión de importantes sectores de la población en torno de la re-nuncia del Jefe de Estado, de modo tal que -vía referendum ratifica-torio- se podría contrarrestar lo acordado entre AD y COPEI en el marco de la Constituyente.

Sobre lo que no parece existir dudas es que, en el corto plazo, PEREZ debe satisfacer las demandas sociales internas, redoblando esfuerzos para reencauzar el mentado "megaproyecto social". Sin embargo, aún cuando este programa se ejecutara con eficiencia, ello no alcanzaría a calmar la efervescencia interna. En efecto, puede apreciarse que a esta altura de los hechos el descontento social se centra en las políticas económicas del actual gobierno y las demandas se focalizan en un cambio sustancial de las mismas, lo cual va más allá de programas paliativos de los costos sociales implicados.

Así, el acceder a dichos cambios es el factor determinante y puntual para superar la actual crisis de gobierno en VENEZUELA pero, sea cual fuere su resultado, la credibilidad de PEREZ es irrecuperable pues, si accede a lo requerido, se quiebra su autoridad presidencial y si no lo hace, se corre el riesgo de un eventual estallido social con el consecuente alejamiento de PEREZ al no tener el respaldo de las FF.AA. para sostener sus decisiones.

En efecto, cabe señalar por último que a las complicaciones ya enumeradas se añade la neutralidad que -según lo declarado por OCHOA ANTICH- asumiría la institución castrense ante la eventualidad de un estallido social violento, hecho que no sólo confirmaría la soledad en la que se encuentra PEREZ sino también la persistencia de contradicciones en el seno de los ámbitos castrenses como consecuencia de la intentona golpista del 04FEB92.

DISTRIBUIDOR

07-07

COMUNIDAD DE ESTADOS INDEPENDIENTES (CEI).

Situacion Economica.

Las 11 republicas que conforman la CEI, encuentran dificultades ante el tratamiento e implementacion conjunta de medidas concretas que posibiliten sobrellevar la crisis economica heredada de la ex-URSS.

En los acuerdos suscriptos a posteriori de la creacion de la CEI no se logro consenso respecto a la aceleracion del transito hacia una economia de mercado y el tratamiento de la deuda externa.

El Presidente de RUSIA, en una iniciativa tendiente a iniciar el plan de transicion hacia una economia de mercado, anulo el control de precios a partir del 02ENE92.

La liberacion de precios acelero el proceso inflacionario en el orden del 350 % y provoco un mayor desabastecimiento por la merma en la produccion y el acopio.

En febrero la tasa de inflacion bajo a un 15%, permitiendo al gobierno argumentar que su rigida politica fiscal y monetaria estaba contribuyendo a estabilizar la economia. Pero, segun datos oficiales de ENE91 a ENE92 la inflacion llego al 1200%.

Esto repercutio en todas las republicas y parte de la poblacion participo en protestas y violentas manifestaciones particularmente en importantes ciudades de RUSIA y UZBEKISTAN.

Ademas de preparar los mecanismos para posibilitar el inicio de las privatizaciones, el Gobierno de YELTSIN anuncio el 21FEB92 que continuaria eliminando los controles estatales, cancelando las licencias y cuotas de exportacion.

Cabe recordar que las empresas exportadoras todavia tienen que transferir el 40% de sus beneficios en divisas extranjeras al Estado ruso, a una tasa de cambio artificialmente baja (1.8 rublos por dolar).

Los beneficios obtenidos a partir de estas transferencias integran un fondopara estabilizar el rublo con miras a su convertibilidad.

Si bien los representantes de las demas Republicas se opusieron a la implementacion de una politica de "shock", se vieron obligados a seguir las medidas radicales adoptadas por YELTSIN.

Los Estados del Asia Central KAZAJISTAN, KIRGUISTAN, UZBEKISTAN, TURKMENIA, AZERBAIYIAN, ARMENIA Y TADZIKISTAN -que poseen el menor nivel economico de la ex-URSS en su totalidad- aceptaron la liberacion de precios no por conviccion, sino por una necesidad practica, evitar que su produccion fuese colocada en los mercados rusos a un precio mayor.

Cabe destacar que la economia de estas republicas se basa en la manufactura de algodon y el cultivo de algunos productos alimenticios, siendo sus materias primas industrializadas en RUSIA y UCRANIA.

La caida de la produccion -especificamente de energia- ha generado problemas importantes en el area del comercio exterior. Las exportaciones de la ex-URSS descendieron un 38% en 1991 con respecto a las cifras de 1990.

Si bien se acordo entre los Estados de la CEI que el rublo sera comun a todos los paises de la Comunidad, UCRANIA y BIELORRUSIA iniciaron gestiones para acuñar su propia moneda. Por su parte ARMENIA y KAZAJSTAN estarian formando su tesoro nacional con la compra de oro.

RUSIA y 7 Republicas de la ex-URSS convinieron con acreedores occidentales el "pago conjunto" de la deuda externa sovietica que asciende a 70 mil millones de dolares aproximadamente, de los cuales el 61 % corresponderia a la Federacion Rusa.

Posteriormente UCRANIA -pese a las diferencias politicas ruso-ucranianas- acepto participar en la responsabilidad de pago mancomunado.

La represion Baltica, el Golpe de Estado de la ex-URSS, problemas constitucionales y la reorganizacion de las Republicas en el marco de la CEI afectaron la "relacion" con Europa Occidental, la que en consecuencia estaria efectivizando solo programas de ayuda a la comunidad "con caracter humanitario", hasta tanto haya indicios de haber logrado una estabilidad politica.

Dadas las caracteristicas disimiles de las Republicas la Comunidad Economica Europea firmaria acuerdos economicos de cooperacion y ayuda con las mas desarrolladas: RUSIA, UCRANIA, BIELORRUSIA y KAZAJSTAN (eslavas). Mientras que a las "menos desarrolladas" (musulmanas-islamicas) se les aplicaria el modelo implementado con los paises del MAGREB.

9203642

Apreciacion

La necesidad deestablecer nuevas relaciones politica- economicas con Occidente llevarian a YELTSIN a efectuar todos los cambios economicos necesarios, pese al costo social que esto implique.

La reforma economica se estaria efectuando de manera progresiva, con la consiguiente superposicion de modelos.

La no utilizacion del rublo por parte de todas las republicas, no necesariamente quebraria el mercado interno de la CEI, sino que requerirla que los pagos para financiar el flujo de los intercambios comerciales inter-republicanos se efectuen en divisa fuerte.

La responsabilidad conjunta asumida por UCRANIA y RUSIA para renegociar la deuda externa, tras meses de estancamiento, allanaria el camino a la CEI para recuperar "cierta confianza" de Occidente y concretar la obtencion de nuevos creditosque posibiliten continuar con la reforma economica, impulsando al mismo tiempo una apertura de los mercados.

Las negociaciones de los acuerdos CEE-CEI constituyen una necesidad politica que deriva de la quiebra del sistema economico-centralizado de la ex-URSS, de la desarticulacion de su vinculo internacional tradicional a traves del Consejo de Ayuda Mutua Economica (CAME, tambien conocido como COMECON) y de la imposibilidad de las republicas de generar individualmente lazos economicos directos con otros Estados sobre la base del mutuo beneficio.

Pese a las diferencias sustanciales, las naciones de la CEI deberan mantenerse unidas debido a que necesitan complementarse unas con otras, en virtud de sus debilidades economicas. Sin embargo, la inevitable division de bloques bien marcados: eslavo (desarrollado) y musulman (periferico) podria llegar a facilitar relaciones economicas fluidas con Occidente respecto al primero y con las regiones adyacentes de Medio Oriente, el segundo.

SUDAFRICA

POLITICA INTERIOR

. Caracterizacion del Sistema Politico

La Republica de SUDAFRICA posee un sistema de organizacion politica particular denominado "apartheid" o "desarrollo por separado" que prioriza los derechos del grupo blanco en detrimento de los de la mayoria negra.

Si bien el Gobierno sudafricano, encabezado por un Presidente, consta de un Parlamento con tres Camaras: blanca, mestiza e india, es la primera la que posee la totalidad de los derechos civiles y politicos al tiempo que concentra en sus manos todo el poder del Estado al integrar solamente los blancos, el gobierno y el Parlamento en sentido estricto, componiendo la unica Camara con poder real.

En tanto los mestizos e indios conforman sendas Camaras aunque con un limitado peso en la decision, los negros solo tienen acceso a cargos municipales y unicamente en las zonas de residencia negra.

Aunque muchas de las reglamentaciones que regulan el apartheid han sido derogadas durante los ultimos años (prohibicion de matrimonios mixtos, separacion de razas en espectaculos publicos), las reacciones contra el gobierno en el plano interno e inclusive externo, aun no han cesado. Ello ha llevado al actual gobierno del Presidente DE KLERK a promover un proceso de cambio, adecuandose a su vez a las nuevas tendencias en materia internacional.

Lineamientos Generales

La instrumentacion del sistema de "desarrollo por separado" o "apartheid" le ha valido a SUDAFRICA una serie de condenas y sanciones politico-economicas por parte de la Comunidad Internacional y del entorno regional. Las mismas han incidido en forma negativa en su economia interna y en el comercio exterior.

Es necesario pues, destacar en primer termino que SUDAFRICA atraviesa -desde 1949, año en que se instituyo el apartheid- una situacion constante de crisis politica interna debido, fundamentalmente, a la implementacion del referido sistema -defendido sin pausa por la minoria blanca (aproximadamente 5 millones de personas)- que gobierna a la mayoria negra de 26 millones de habitantes.

El actual panorama de inestabilidad como consecuencia de las luchas por el poder de los distintos grupos etnicos sudafricanos, ha provocado una revision del sistema de apartheid por parte del gobierno, que trata de flexibilizar la politica instrumentada hasta el momento.

Al respecto, el Partido Nacional (PN), que gobierna el pais desde 1966, ha ejecutado una politica mas moderada que su antecesor, el Partido Nacionalista Sudafricano, aunque el gobierno de Pieter BOTHA del PN ha sido considerado como "de mano dura".

El actual Presidente DE KLERK, en el poder desde el 18ENE89, ha tratado, desde el inicio de su gestion, de introducir modificaciones al sistema politico que posibiliten una gradual desaparicion de apartheid. Ello se ve neutralizado u obstaculizado por los sucesivos enfrentamientos intergrupales y disensos intragrupales.

Por su parte, la minoria blanca posee facciones bien diferenciadas:

- liberales antiapartheid.

- conservadores de ultraderecha, acerrimos defensores del apartheid como unico sistema posible en SUDAFRICA, y en constante oposicion a la politica reformista.

- reformistas, en el gobierno desde 1966, partidarios del desarrollo por separado como medio de transicion para una futura integracion politico-racial.

Los negros a su vez, tampoco conforman un bloque homogeneo e integrado, aunque el grupo mas numeroso es el bantu; el mismo esta dividido en varios pueblos separados por costumbres, instituciones sociales y politicas e idiomas. Esta marcada diferenciacion alcanza tambien objetivos y metodologia de accion en la lucha contra el apartheid, por lo cual se pueden encontrar movimientos negros de oposicion moderados y pacificos tanto como otros radicalizados y violentos:

- FDU (Frente Democratico Unido): organizacion multirracial de tendencia marxista

- Grupo INKHATA :pro-occidental, liderado por Mangosutu BUTHELEZI, representa a la tribu zulu y persigue una transicion post-apartheid de la mano del gobierno blanco

- CNA (Congreso Nacional Africano): de tendencia socialista cuyo objetivo ha sido -historicamente- llevar a la mayoria negra al poder por medio de la violencia. Su maximo representante es Nelson MANDELA

- PCS (Partido Comunista Sudafricano): recientemente se unio al CNA como resultado de las gestiones de su lider, Joe SLOVO, propugna el uso de la fuerza y la supresion total y definitiva del apartheid sin transiciones ni negociaciones con los blancos

Pese a esta constante historica de rivalidades internas, el actual gobierno se halla empeñado en continuar con sus ideas renovadoras, adoptando cursos nuevos de accion sobre el particular.

Dentro de este contexto, se inserta la liberacion, en OCT89, de los lideres politicos de los movimientos antiapartheid, con excepcion de Nelson MANDELA, quien recien fue puesto en libertad el 11FEB90. Al mismo tiempo legalizo mas de 30 organizaciones antidiscriminatorias, con plena libertad de accion.

En la misma linea de reformas tendiente a lograr una sociedad democratica y de pleno derecho para todos sus ciudadanos, DE KLERK comenzo en 1990 una serie de reuniones con el lider del Congreso Nacional Africano -CNA- (ANEXO NRO 01), Nelson MANDELA para negociar un proceso de transicion y el fin de la lucha armada por parte de este movimiento; como asi tambien con el grupo INKHATA.

Cabe agregar que el CNA es reconocido por el gobierno como el unico interlocutor valido de la mayoria negra y MANDELA, como su dirigente mas prominente (pese a los contactos no oficiales mantenidos con el grupo INKHATA).

Pese al acuerdo logrado a nivel de dirigentes, las bases del estos grupos antagonicos no han cesado sus violentos enfrentamientos que provocan miles de victimas anuales.

En base a ello, un importante proceso tendiente a atemperar la violencia entre grupos negros y a construir una SUDAFRICA democratica y sin discriminacion etnica se inicio en ENE91. En dicha oportunidad se llevaron a cabo en DURBAN conversaciones entre los lideres de las respectivas facciones antiapartheid.

En parte, y como consecuencia de esta reunion, en medio de huelgas y manifestaciones antiapartheid en todo el pais, el 01FEB91 el Presidente Frederik DE KLERK anuncio su decision de someter a la aprobacion del Parlamento la abolicion de las tres principales leyes segregacionistas para cumplir con su prometida reforma racial. Las mismas son: la Ley sobre la Tierra, que preserva la propiedad del 87 % del territorio para la minoria blanca; la Ley de Areas Separadas, que determina donde deben residir las personas de diferentes razas y la Ley de Clasificacion de la Poblacion, que obliga a la "tipificacion" de cada persona recien nacida en alguno de los cuatro grupos raciales establecidos (blanco, negro, mestizo e indio).

En conformidad a ello, el Parlamento abolio la Ley sobre la Propiedad de las Tierras y la de Areas de Grupo, y la Ley de Clasificacion de la Poblacion, virtualmente la base de todas las medidas separatistas -las cuales continuaran en vigencia hasta la aprobacion de una nueva constitucion-.

La evolucion positiva del proceso de pacificacion se vio interrumpida al estallar un escandalo conocido como "INKHATAGATE", originado por la acusacion del CNA al Gobierno de derivar "fondos secretos" (500.000 dolares) al

Movimiento Zulu INKHATA, para financiar mitines de protesta por las sanciones internacionales y la violencia etnica.

El Ministro de Ley y Orden, Adriaan VLOK, reconocio el suministro de fondos en forma clandestina al grupo zulu y garantizo la ausencia total de responsabilidad del Presidente DE KLERK por desconocer el tema ya que fue manejado exclusivamente a nivel ministerial. Inmediatamente DE KLERK anuncio la suspension de ayuda secreta a partidos politicos y la reorganizacion del Gabinete, repondiendo asi de manera implicita a las exigencias del CNA en el sentido de remover a los Ministros implicados: VLOK y el Ministro de Defensa, Magnus MALAN.

El INKHATAGATE tuvo como consecuencia directa un refuerzo en la posicion del CNA en el proceso de negociaciones, ello le permitio imponer su exigencia sobre la conformacion de un gobierno interino y la redaccion de una nueva constitucion que proteja los derechos de la mayoria negra.

Este avance del CNA, provoco una reaccion dual en el grupo blanco:

- El gobierno, ante la evolucion de la situacion auspicio la redaccion de un acuerdo de paz entre los principales grupos actuantes.

- La minoria de extrema derecha, adopto una posicion expectante y aprehensiva respecto de la "nueva cuota de poder" alcanzada por el CNA; resurgiendo con especial virulencia el accionar del grupo: Movimiento de Resistencia Afrikaner (neonazi), liderado por R. TREUNICH, sumandose a los factores que presionan la decision aperturista del actual Presidente sudafricano.

Al presente, el marco interno sudafricano se halla abocado a la reforma constitucional, obstaculizada por el discenso intergrupal en lo atinente a su implementacion.

Por un lado el gobierno sostiene que la redaccion de la constitucion debe realizarla una asamblea formada por delegados de todos los partidos existentes y se opone a la formacion de un gobierno interino que supervise la transicion, proponiendo la permanencia del actual gobierno hasta el llamado a nuevas elecciones.

Por otra parte, en este tema los grupos negros tambien mantienen sus divergencias: el INKHATA esta proximo a la posicion gubernamental, mientras que el CNA, apoyado por otros grupos negros, pugna por una asamblea legislativa electa.

La oposicion del gobierno y el grupo INKHATA a la eleccion de una asamblea legislativa esta basada en la gran cantidad de adeptos que posee el CNA. Este ultimo insiste en la rapida constitucion de un gobierno provisional para

evitar la dilacion, por parte de la minoria blanca, del proceso de erradicacion total del apartheid.

Con el objetivo de desbloquear el impasse provocado por las distintas opticas atinentes al proceso de reforma constitucional, en DIC91 se efectuo la primera reunion de CODESA (Convencion para una SUDAFRICA Democratica) a la que asistieron el gobierno sudafricano y 19 grupos politicos, incluyendo al CNA y al grupo INKHATA.

Cabe destacar que, a pesar de la importancia de este encuentro llevado a cabo entre los principales representantes del espectro politico sudafricano, el mismo no cubrio las espectativas generales ya que MANDELA rechazo rotundamente las propuestas presentadas por el Presidente DE KLERK referidas a la realizacion de un referendum para confeccionar una constitucion temporal que admita las elecciones generales para un Parlamento interino y posteriormente inicie las negociaciones para una constitucion definitiva.

Pese a este rechazo por parte de MANDELA, durante la inauguracion del Parlamento, DE KLERK reitero su deseo de llevar a cabo un referendum en el que participe la mayoria negra para la formacion de un gobierno y un parlamento interino. Sin embargo el Presidente sudafricano aun debera afrontar un problema no resuelto: el compromiso de respetar el veto de los blancos en el Parlamento respecto de las propuestas para la implementacion de la nueva constitucion, que si bien, hasta el momento, no han presentado ninguna objecion, podrian hacerlo en un futuro inmediato.

En FEB92 se produjo un hecho que podria provocar un giro radical en la actual politica de profundas reformas en SUDAFRICA: el PN fue derrotado ante el Partido Conservador en unas elecciones parciales realizadas en la localidad de POTCHEFSROOM, ello llevo al Presidente DE KLERK a proponer la convocatoria a un plebiscito, para el 17MAR92. El mismo tendria como objeto verificar el respaldo de la ciudadania blanca a su programa de reformas politicas y raciales.

Asimismo el primer mandatario agrego que en caso de ser derrotado en el referendum renunciara y llamara a elecciones anticipadas.

Cabe señalar sobre el particular que si bien la circunscripcion donde gano la ultraderecha blanca no tendria un peso significativo en el contexto nacional, importaria para evidenciar el paulatino avance del conservadorismo dado que no es la primera vez que este partido obtiene la victoria en elecciones parciales ante el PN desde 1990.

Conforme a lo previsto, el 17MAR92 se realizo el anunciado plebiscito cuyo resultado otorgo la victoria al plan de reformas de DE KLERK por un margen significativo (el "SI" obtuvo el 68,7% de los votos, en tanto el "NO" el 31,3%).

Es dable señalar que a pesar de quelos blancos se hallan inquietos por el rapido avance en el proceso de derogacion del apartheid, habrian evaluado la necesidad de otorgar su apoyo al primer mandatario dado que, siempre fue considerado por la opinion publica sudafricana e internacional como el unico capaz de llevar a cabo un proceso de pacificacion en el pais.

A traves de este triunfo, DE KLERK ha obtenido una cuota adicional de poder favoreciendole tanto a la implementacion de cursos conducentes a su programa previsto como a su objetivo ulterior de insertar al pais dentro del contexto internacional.

Pese a la derrota de las corrientes conservadoras es poco previsible la total eliminacion del regimen de segregacion racial que historicamente ha mantenido el sistema politico nacional, esto demandara un arduo periodo de negociaciones el cual se vera inevitablemente obstaculizado por el futuro accionar reaccionario de la ultraderecha renuente a perder sus privilegios socio-politicos.

ECONOMICO

Caracteristicas Generales

La economia sudafricana sufre las consecuencias directas de la politica gubernamental de apartheid a pesar de la riqueza natural del pais y el avanzado desarrollo tecnologico que posee. El papel de SUDAFRICA como potencia economica regional es indiscutible a lo que se suma su poderio en el marco internacional por la produccion de tecnologia y minerales estrategicos. Es el principal pais industrial de AFRICA, ocupando un lugar de privilegio respecto del resto de sus vecinos.

Su economia esta dirigida hacia distintos campos de la produccion, pero puede ser abordada a traves de dos variables:

- Por un lado, la existencia de riquezas minerales de importancia fundamental para paises occidentales, de los que es proveedor, si bien no posee petroleo ni gas natural.

- Por el otro, el desarrollo industrial y tecnologico a que se ha visto compelida en virtud de las sanciones economicas impuestas, circunstancia que ha tenido un efecto positivo indirecto para SUDAFRICA, la que ha logrado integrar una industria de base importante y acceder a la tecnologia de punta en distintos campos, entre otros, la produccion de combustibles sinteticos a partir del carbon y la aplicacion quimica del mismo mineral.

La produccion y exportacion de la riqueza mineral es la base de la economia sudafricana, hecho que se traduce en una particular sensibilidad respecto de las fluctuaciones de los precios internacionales. A esto hay que agregar las consecuencias negativas que le traen aparejadas las sanciones y las continuas desinversiones sobre la economia interna y el comercio exterior.

Principales indicadores MACROECONOMICOS

SUDAFRICA, con un Producto Bruto Interno (PBI) de 117.000 millones de dolares para 1991 y un ingreso per capita de 2.950 dolares, lidera el Continente Africano como potencia economica, superando a ARGELIA, aunque la riqueza por habitante es inferior a la de este ultimo pais.

Se situa en trigesimo lugar en el ranking mundial segun su Producto Bruto Nacional (PBN), inmediatamente detras de ARGENTINA, mientras que por su territorio ocupa el vigesimo quinto puesto y vigesimo septimo en virtud de su poblacion.

El crecimiento economico sudafricano se estanco durante la decada del 80, registrando un incremento del 1,5% entre 1980 y 1988, lo que significo una disminucion

del 1 % en el ingreso per capita. A partir de esa fecha la economia entro en una fase recesiva.

En los dos ultimos años el crecimiento real del PBI fue negativo, disminuyendo un 1,6% en 1991. Esto implico una caida significativa de la riqueza por habitante, dado el crecimiento poblacional del 2,9 por año.

El proceso recesivo mantuvo la inflacion estable, aunque alta para estandares internacionales: 14,2% para 1990 y 14,9% para 1991.

En contrapartida, esta situacion acentuo el desempleo, que se estima entre un 20 y 40% del total de la fuerza laboral. La cifra depende del espectro economico que se tenga en cuenta, dado que existe una economia informal muy importante -principalmente de poblacion negra- que algunos investigadores estiman en un 30% y aun un 40% del PBI.

Dicho sector ha permitido absorver parte de la mano de obra desempleada por la recesion, y ha tenido un crecimiento interesante que amortiguo la caida de la produccion del sector formal.

Luego de decadas de aislamiento internacional debido al apartheid, el fin de este y el afianzamiento de la situacion politica permitiria el reestablecimiento del comercio internacional global con SUDAFRICA y de una corriente ampliada de inversiones extranjeras. Sumado esto a la reanudacion de relaciones con el FMI y el BANCO MUNDIAL, se puede prever en el mediano plazo una mejora significativa de la situacion macroeconomica y una vuelta al crecimiento sostenido de su PBN.

SUDAFRICA es la cabecera economica del Africa Negra, esta situada proxima al area del MERCOSUR y posee un potencial tecnologico y humano que ya la situa a mitad de camino entre el subdesarrollo y los paises industrializados.

. Estructura del PBN

La dualidad sociopolitica de SUDAFRICA esta igualmente presente en la economia: la distribucion del ingreso es fuertemente desigual, basicamente existe una diferencia marcada en los sueldos que percibe la mano de obra negra respecto a la blanca. La relacion salarial entre razas fue hasta 1984 de 4 a 1 para el sector manufacturero y 5 a 1 en el minero, a pesar de los sustanciales incrementos operados en el nivel de salarios de los trabajadores negros a partir de la decada del 70.

La mano de obra es abundante y esta relativamente bien paga con respecto al resto de AFRICA, pero con un minimo o nulo nivel de instruccion, que redunda en bajos niveles de productividad.

Otro signo de la dualidad de la economia es la alta proporcion de la fuerza laboral total que esta empleada en la agricultura -principal generadora de fuentes de trabajo- a pesar de su escasa participacion en el PBN total, (no supera el 6 %).

La brecha socio-economica entre la poblacion blanca y la nativa se profundiza debido al sistema laboral migratorio y a la presencia de restricciones al acceso de africanos negros a los puestos de trabajo.

Las consecuencias de esta dualidad y las fricciones entre grupos antagonicos, han marcado fuertemente la evolucion de la economia sudafricana y la conformacion de su estructura productiva.

Los disturbios de SOWETO de 1976 significaron la declinacion abrupta de una corriente de inversion intensa que venia consolidandose desde 1965.

Las sanciones economicas impuestas por EEUU, la URSS, y por gran parte del mundo, a raiz del sistema de apartheid determinaron, que perdiera el acceso al credito internacional, debiendo pagar un oneroso sobreprecio en su comercio exterior, debido a la intervencion de intermediarios extranjeros para "disfrazar" la procedencia de la produccion exportable sudafricana.

Las caracteristicas del clima condicionaron inicialmente a la economia sudafricana como agricola con gran variedad de cultivos, a pesar que solo el 15 % de la tierra es naturalmente fertil debido al proceso de erosion.

Sin embargo, la base economica esta constituida por los recursos mineros. El descubrimiento de yacimientos de diamantes y luego de oro dieron un impulso definitivo al crecimiento de SUDAFRICA, que rivalizo en los años 60 con el acelerado desarrollo del JAPON. El ingreso per capita de 1960 a 1970 se duplico, con un crecimiento real promedio del 5,9 %. Luego se produjo una marcada desaceleracion hasta 1980, año en que el precio del oro se incremento considerablemente.

<u>Principales sectores de la economia</u>

Las contribuciones al ingreso nacional de los tres principales sectores productivos -manufacturas, mineria y agricultura- han variado significativamente en las ultimas decadas.

En 1910 la mineria representaba el 27,1 % del PBI, la agricultura un 17,4 % y la industria manufacturera solo el 6,7 %. Durante la Segunda Guerra Mundial, la industria igualaba el porcentaje de la mineria. Actualmente, las manufacturas representan el 24,2 % del PBN a costo de factores, la mineria el 12,3 % y la agricultura solo el 5,8 por ciento.

El Comercio Exterior:

El comercio exterior de SUDAFRICA ha estado influido centralmente por el precio de las principales exportaciones: el oro, los diamantes y el carbon mineral.

Otro factor de crucial importancia han sido las sanciones comerciales impuestas por motivos politicos, que provocaron la perdida de mas de un cuarto de sus mercados de exportacion. A pesar de ello, las exportaciones siguieron creciendo, sobre [illegible] a partir de 1988. Mientras que en 1983 representaban el 12,6 % del PBN, hacia 1989 subieron al 20,4 %.

SUDAFRICA, ha podido ejercer cierto control sobre el precio de su principal exportacion -el oro- dado que controla el 33 % del mercado mundial.

La cuenta corriente ha arrojado saldos positivos desde 1985, totalizando en 1990 unos 5.787 millones de Rands (1 Rand - 0,33 dolares). El desequilibrio de la Balanza de Pagos ha sido generado en la cuenta Capital, debido a la intensa fuga de capitales derivada de la situacion politica y a las restricciones de acceso a los mercados de capitales de corto plazo.

La decision de EE.UU. de levantar las sanciones economicas a SUDAFRICA a partir del 10JUL91, significa su acceso al mercado internacional del petroleo y el fin del embargo a productos de exportacion como acero, hierro, uranio, productos de granja y textiles y otras manufacturas de empresas estatales sudafricanas.

Asimismo es el paso previo al posible ingreso de SUDAFRICA al FMI, lo que podria facilitar consecuentemente su acceso al credito comercial internacional.

Los principales socios comerciales de SUDAFRICA son, por orden de importancia : EEUU, ALEMANIA, GRAN BRETAÑA, JAPON, FRANCIA, ITALIA, HOLANDA y SUIZA.

Politica Economica y sector externo

Puede caracterizarse como ortodoxa, a pesar del marcado crecimiento del gasto publico. El deficit de presupuesto para 1990 resulto del 1,5 % del PBN, sobre una proyeccion inicial del 4,1 %.

La inversion combinada de la administracion central y de empresas publicas represento un 34 % de la inversion total de la economia en 1989.

Aunque el gobierno ha estado oficialmente comprometido con una politica orientada hacia la libre empresa, el Estado ha tenido participacion creciente, a traves de la CORPORACION INDUSTRIAL DE DESARROLLO, en toda una gama de actividades comerciales en adicion a las de infraestructura

tradicional y de servicios publicos. Recientemente, sin embargo, se ha anunciado la preparacion de un futuro programa de privatizaciones.

Politica fiscal y monetaria

A pesar del proceso recesivo y de una politica monetaria restrictiva, el crecimiento del precio de los alimentos siguio en aumento durante los 8 primeros meses de 1991, estabilizandose luego la inflacion alrededor del 15% anual.

Las causas basicas del aumento de precios son las crecientes demandas salariales y el acelerado incremento del gasto publico -Deficit Fiscal de 5,3%-.

La oferta de dinero ha crecido entre el 10% y el 15% anual, convalidando la inflacion. No obstante, el Banco Central ha mantenido altas tasas de interes con la finalidad de tener la inflacion bajo control. Dentro de este contexto, las tasas de corto plazo se situan entre el 16 y 17%, mientras que las de largo son superiores al 17%, o sea que la taza real de interes es ligeramente positiva.

La tasa de cambio se redujo de 260 a 280 centavos de dolar a raiz de la continua inflacion, del repago de la deuda externa y de una caida sustancial en el precio del oro. Es probable que esta situacion se prolongue.

Sector externo

El efecto combinado de la recesion y de una politica monetaria estricta respecto del nivel de importaciones, ha mantenido un comodo superavit de la balanza de pagos, que ha oscilado entre los 1.000 y 2.000 millones de dolares, previendose que esta situacion se mantenga hasta mediados de 1995.

En caso de que no se diese una entrada de capitales significativa, o se lograse la obtencion de facilidades crediticias por parte del FMI, sera necesario mantener un superavit de cuenta corriente para el pago de importaciones esenciales -la sequia de principios de 1992 obligaria a la importacion de cereales- y para los servicios de la deuda externa.

El repago de la deuda externa pone un techo al crecimiento de alrededor del 3% si se implementara como solucion una devaluacion tendria efectos inflacionarios que a su vez afectarian aun mas el crecimiento de la economia.

La deuda externa total es de 19.000 millones de dolares para 1991, habiendose reducido desde 22.600 millones en 1986. La misma constituye un 19,1% del PBN y un 70,2% del total de los ingresos por exportaciones (el

pago de intereses representa un 7,1% del total de los mismos).

Relaciones con el FMI y el BANCO MUNDIAL

Observaciones formales del Presidente estadounidense, G. BUSH, respecto de las mejoras en el sistema politico de SUDAFRICA, con miras a la abolicion del apartheid, han llevado al EXIBANK a reconsiderar prestamos a empresas sudafricanas, y al Departamento de Estado de los EE.UU. a declarar que "se estaria en condiciones de considerar un pedido de ayuda de SUDAFRICA". Analogamente, el Presidente del BANCO MUNDIAL, L. PRESTON, visito la capital sudafricana en FEB92, con miras al reestablecimiento, en el mediano plazo, de una corriente de financiamiento que fue suspendida por razones politicas en 1967.

Si bien el alto ingreso per capita de SUDAFRICA la inabilitaria a las porciones de financiamiento de mayor concesionalidad del BANCO MUNDIAL, se esta considerando el tratamiento del pais como caso especial o excepcional. En efecto el ingreso promedio se situa en 2.950 U$S per capita pero existe una gran disparidad entre la poblacion blanca y la negra. A esta ultima intentaria llegar primordialmente la asistencia del BANCO MUNDIAL.

Inversiones Extranjeras

El nivel de inversiones extranjeras se ha mantenido bajo debido a la situacion politica. De hecho, SUDAFRICA ha sufrido un flujo negativo de capitales de aproximadamente U$S 1,8 mil millones anuales desde 1985.

A pesar de las afirmaciones del Presidente del CNA, Nelson MANDELA, en el sentido de que en caso de arribar al poder se respetarian todos los compromisos externos y se descartaria la nacionalizacion de inversiones extranjeras, garantizando por el contrario la repatriacion de capitales y de beneficios, la percepcion de garantias al respecto no es aun clara en el mundo de los negocios y de las finanzas internacionales.

Un ejemplo de la situacion de las inversiones extranjeras, es el de la manufactura de automoviles japoneses. Los fabricantes de los mismos han manifestado reiteradamente su interes en el mercado sudafricano interno asi como en el pais en cuanto base para las operaciones en toda AFRICA.

Sin embargo, la fabricas de TOYOTA y NISSAN, y las representaciones de MAZDA, HONDA Y MITSUBISHI en SUDAFRICA son 100% de capital local sin participacion directa de capital de ninguna de las firmas citadas.

A la situacion politica y al aumento de los costos laborales, se han sumado los requerimientos internos de

la politica economica de SUDAFRICA. Estos establecen que la fabricacion de vehiculos debe contener un 75% de componentes de origen local, lo que ha llevado a un atraso tecnologico importante de los modelos fabricados, perdiendo competitividad internacional y anulando las posibilidades de que SUDAFRICA se constituya en base de exportacion de manufacturas de tecnologia japonesa.

Coyuntura y probable evolucion

La economia sudafricana ha sido afectada por una profunda recesion a partir de 1989, que ha sido un producto combinado de las menores tasas de crecimiento en EEUU y el REINO UNIDO, politicas monetarias fuertemente restrictivas, la crisis del GOLFO PERSICO, y mas recientemente la incertidumbre derivada del proceso de transformacion politica y constitucional.

La crisis economica sudafricana ha sido a su vez uno de los catalizadores de la transformacion politica en curso. Al desempleo se ha sumado el aumento de la criminalidad.

Toda esta situacion necesita de una reversion de las condiciones economicas; estas podrian mejorarse dada la mayoria de los pronosticos que hablan de un crecimiento de hasta un 2% de la economia en 1992. Pero todo se encuentra condicionado al exito de las negociaciones en curso. La transformacion politica debera ser coronada por un claro compromiso de la oposicion negra del CNA, de respetar las obligaciones financieras internacionales, de favorecer y no nacionalizar las inversiones extranjeras.

Probablemente asi, un tratamiento benevolo por parte de los acreedores a una SUDAFRICA post-apartheid evite que deba seguir manteniendo el superavit de cuenta corriente, y pueda entonces volcar mayores recursos a la financiacion del crecimiento.

Si a las condiciones financieras favorables se suma una recuperacion economica mundial y un aumento en el precio de los productos primarios, puede preverse una recuperacion sostenida de la economia sudafricana antes de mediados del año en curso.

GUATEMALA

SITUACION ACTUAL

INDICE

GUATEMALA

1. COMPONENTE POLITICO

1.1. Política Interna

1.1.1. Interacción del gobierno con las principales fuerzas políticas

El 11ENE91 el Presidente Jorge SERRANO ELIAS inició su gestión de gobierno -de cinco años- en medio de una crítica situación socio-política y económica (tanto en el frente interno como externo) a lo cual se suman los problemas referidos a la violación de los DD.HH. y el accionar de la guerrilla.

Para revertir dicha situación en el plano interno, SERRANO integró políticos y dirigentes empresariales extra-partidarios a su gabinete a la vez que el 01MAR91 convocó a los sectores sindicales y empresariales guatemaltecos a suscribir un Pacto Social que permitiera afrontar la difícil situación económica del país.

No obstante, de las cinco organizaciones sindicales convocadas -CONFEDERACION GENERAL DE TRABAJADORES DE GUATEMALA (CGTG); CONFEDERACION DE UNIDAD SINDICAL DE GUATEMALA (CUSG); FEDERACION NACIONAL DE TRABAJADORES DEL ESTADO (FENASTEG); FEDERACION DE SINDICATOS DE EMPLEADOS BANCARIOS (FESEBES), y UNIDAD SINDICAL DE TRABA-JADORES DE GUATEMALA (UNSITRAGUA)-, la FENASTEG y la UNISITRAGUA decidieron no formar parte del Pacto por considerar que, a través de éste, el gobierno sólo perseguía legitimar las medidas económicas concertadas ya de antemano con el sector empresarial.

La idea de la Administración SERRANO de implementar el Pacto Social habría apuntado hacia tres direcciones bien concretas: por un lado, construir la base de sustentación que las elecciones generales del 90-91 no le proporcionaron; por otro, romper con el consenso que la UNIDAD REVOLUCIONARIA NACIONAL GUATEMALTECA (URNG) buscó en 1990 a partir de la reunión de OSLO, NORUEGA, con diferentes sectores del país y en tercer lugar, crear una instancia de diálogo interno sobre temas que podían ser planteados por la insurgencia en las conversaciones que viene sosteniendo con el gobierno y el ejército desde ABR91.

Sin embargo, dicho Pacto no arrojó resultados positivos. En efecto, en diversas oportunidades el reducido sector laboral que decidió participar en la concertación económica, amenazó con retirarse del Pacto dado que sus demandas más inmediatas no eran atendidas. Incluso en la reunión celebrada a principios de JUN91 el sector sindical solicitó dar priori-

dad en la agenda al tema de aumentos salariales ingresando así la negociaciones en una etapa de virtual estancamiento lo que llevó inclusive a especular con la posible remoción del Ministro de Trabajo, Mario SOLORZANO.

En otro orden de cosas, la gestión de SERRANO se ve complicada por hechos que van desde la integración de un gabinete medianamente homogéneo, hasta dificultades con el Parlamento para que sean aprobadas sus iniciativas de ley, tal como el caso de la emisión de bonos de emergencia por U$S 140 millones a 20 años de plazo con un interés de 2% anual, pagaderos semestralmente, que se destinarán a pagar la deuda externa en mora y a inversiones en proyectos de salud, educación y vivienda.

Esta situación tiene su origen en la historia del partido gobernante. En efecto, el MOVIMIENTO DE ACCION SOLIDARIA (MAS) es un partido joven, sin una estructura organizativa consolidada a nivel nacional y con una carencia manifiesta de cuadros técnicos, profesionales y políticos; es un partido que esencialmente surge y gira en torno a la personalidad del Presidente SERRANO ELIAS. Esto, sumado a su débil situación en el Congreso (cuenta con 18 de 116 diputados) y a la carencia de un plan de gobierno, ha motivado que recurra a las más variadas alianzas partidarias para poder avanzar en su acción de gobierno.

En primera instancia, el MAS gana la segunda vuelta electoral gracias al apoyo del PARTIDO DE AVANZADA NACIONAL (PAN) y una serie de pequeñas agrupaciones de derecha, así como un respaldo discreto de la DEMOCRACIA CRISTIANA GUATEMALTECA (DCG). Al tomar posesión e iniciar su período presidencial, SERRANO ELIAS lo hace ya con el abierto apoyo demócrata cristiano. Esta breve alianza se basó fundamentalmente en un acuerdo con el ex Presidente CEREZO que consistía en darle la primera presidencia del Congreso a la demócrata cristiana Catalina SOBERANIS, y en la no investigación de los actos de corrupción realizados durante la Administración CEREZO. Sin embargo, las fuertes presiones de la opinión pública y del sector privado para que la actuación de la Administración anterior fuera investigada y el accionar del Secretario General de la DCG, Alfonso CABRERA HIDALGO que -luego de una larga convalecencia y de retomar la presidencia del partido- se alió a la UNION DEL CENTRO NACIONAL (UCN) para tomar decisiones tales como la elección del representante del Congreso ante la Junta Monetaria y la designación del representante de los partidos políticos de oposición ante la Comisión Nacional de Reconciliación (CNR), rompieron definitivamente la alianza SERRANO-CEREZO.

Más aún, al producirse la destitución del Procurador General de la Nación, Mario Roberto ILLESCAS (amigo personal de CEREZO) e iniciarse las investigaciones contra ex funcionarios de la Administración pasada -inclusive contra el mismo CEREZO y su familia- la DCG empezó a "hacer oposición" en el Congreso, evitando con ello, en primera instancia, la

aprobación de bonos de emergencia planteados por iniciativa del Ejecutivo y rechazados por el sector privado y los dos partidos más fuertes y numerosos del Congreso, la UCN (que cuenta con 41 bancas en Congreso) y la DCG (con 27 bancas).

No obstante, la urgente necesidad del gobierno de obtener recursos a través de la emisión de bonos de emergencia para gastos de funcionamiento motivó que, tras el fracaso de la alianza con la DCG, SERRANO intentara un acercamiento con su rival Jorge CARPIO y su partido centrista. Es indudable que para el gobierno son indispensables los 41 votos que la UCN tiene en la actual legislatura para aprobar ésta y otras iniciativas de ley. De ahí que no se considere casual que el Presidente haya retirado en JUN91 una demanda judicial que había entablado contra CARPIO durante la época de la campaña electoral por injurias y difamación y que el proyecto de los bonos fuese aprobado el 02JUL91.

Además de las anteriores dificultades, el partido gobernante experimenta fisuras a nivel del Ejecutivo, donde la endeble alianza con el PAN (que cuenta con 12 bancas parlamentarias), originaron fricciones entre el entonces Canciller Alvaro ARZU y sus propios correligionarios y dirigentes, quienes han cuestionado la cuota de poder cedida a su partido.

1.1.2. Evolución del diálogo gobierno-guerrilla

Con respecto a la situación de violencia interna que soporta el país desde hace más de tres décadas, cabe destacar que, de las rondas de diálogo que el gobierno de SERRANO ELIAS sostuvo durante 1991 con el grupo insurgente UNIDAD REVOLUCIONARIA NACIONAL GUATEMALTECA (URNG), en el encuentro realizado el 26JUL91 en la ciudad de QUERETARO (MEXICO) las partes alcanzaron un acuerdo de once puntos sobre el tema de la democratización -en el cual se traza meramente un marco conceptual dentro del cual debe desarrollarse el proceso negociador- e intercambiaron documentos sobre el tema de los derechos humanos, coincidiendo solamente en el grado de importancia que ambas delegaciones asignan a este último tema como vehículo necesario para concertar la paz.

Iniciado 1992, el 20FEB92 se llevó a cabo en la Ciudad de MEXICO, la quinta ronda negociadora entre el gobierno y la guerrilla para lograr algún acuerdo sobre el tema de los derechos humanos, el primero de la agenda establecida a mediados de 1991. Al término de dicho encuentro, en un comunicado conjunto publicado por las partes se informó que "se profundizaron aspectos sobre temas pendientes para un acuerdo global sobre derechos humanos".

Cabe recordar que, pocos dias antes, se habia convenido solicitar a las NACIONES UNIDAS que instalara un mecanismo de verificación de los DD.HH. como parte de los acuerdos parciales de la agenda de paz.

9203645

CU

No obstante estos avances del proceso negociador, la URGN -aunque negó que estuviera preparando una ofensiva a gran escala- mantiene su accionar "constante y sistemático en trece de los veintidos Departamentos de GUATEMALA", según lo declaró uno de sus dirigentes (por ejemplo, el 24FEB, dos días después de finalizada la quinta ronda negociadora, tres soldados y dos guerrilleros murieron en un enfrentamiento armado). Paralelamente ha iniciado una campaña destinada a desprestigiar al gobierno de SERRANO, acusándolo de beneficiarse con las actividades del narcotráfico internacional.

1.1.3. Hechos relevantes de la situación castrense

Las conversaciones mantenidas con la insurgencia genera diversas contradicciones al interior del ejército y con otros sectores del poder.

En efecto, todo parece indicar que el ejército tiene problemas en readecuar su proyecto de estabilidad nacional, a la actual coyuntura económico-política que se está viviendo a nivel interno e internacional. Por un lado, internamente se le ha dificultado recomponer la verticalidad de los mandos, rota desde 1982 y abruptamente sacudida por los tres intentos de golpe de estado producidos durante la Administración CEREZO, por un grupo dentro del Ejército autodenominado "Oficiales de la Montaña", los que aparentemente representan al sector más conservador de la institución castrense y actúan en la clandestinidad. A este hecho hay que sumarle la carencia de un líder cohesionador como en su momento lo fue el Ministro de Defensa, el Grl Alejandro GRAMAJO.

Ello, unido a las presiones de la Administración norteamericana, una de cuyas prioridades en su política hacia el área es la desmilitarización de la región, motiva que un sector, llamado "duro", se oponga a las conversaciones, mientras que otro más pragmático considere que éstas son necesarias e insoslayables.

Con referencia a este tema cabe destacar que, en ocasión de la celebración del Día del Ejército, el 30JUN91, se realizaron una serie de cambios en los mandos de la cúpula castrense que incluyó la salida de veinte oficiales, lo cual provocó diversas reacciones en el ámbito interno guatemalteco dado que los mismos fueron interpretados como un alejamiento de la doctrina de Estabilidad Nacional impulsada por el Grl GRAMAJO, al promoverse a representantes de la línea "dura".

Al respecto se recuerda que el ex Ministro de Defensa era considerado un oficial que adhería a los cambios experimentados a nivel mundial y a la estrategia de paz y democracia impulsada en CENTROAMÉRICA. Incluso, durante la gestión del ex Presidente CEREZO, el Grl GRAMAJO fue un sostén indiscutible de la institucionalidad del llamado proceso democratizador, oponiéndose virtualmente al sector del ejército considerado de "línea dura" y que concibe que el

conflicto interno sólo tiene una solución: la derrota militar de la insurgencia.

Precisamente con la llegada del actual gobierno al poder, las pugnas entre estos dos sectores se agudizaron debido al retiro de GRAMAJO y del Grl MATTA GALVEZ, quien ocupó el cargo de Jefe de Estado Mayor Presidencial durante el gobierno de CEREZO.

Por su parte, el gobierno también tiene su propia percepción del problema, lo que le genera fricciones con el ejército y los otros sectores de poder. Así por un lado el Ejecutivo ha implementado iniciativas tendientes a que la sociedad civil juegue un papel más activo y logre debilitar la preponderancia de los militares en la vida nacional. En ese sentido, se pueden entender medidas tales como: el nombramiento de un civil al frente del Ministerio de Gobernación, la iniciativa para que los diferentes cuerpos de seguridàd se fusionen en una nueva policía civil y que el Instituto Geográfico Nacional pase nuevamente a control del Ministerio de Comunicaciones.

Sin embargo, paralelamente los cinco militares miembros de la comisión gubernamental en el diálogo con la guerrilla (Grl GODOY, Grl GARCIA, Grl ENRIQUEZ, Cnl GONZALEZ TARACENA y Cnl BALCONI), ocupan una posición preferente para el Presidente SERRANO lo cual, si bien fortalece su posición dentro de la institución castrense, reduce las posibilidades de éxito de la pretendida desmilitarización de sociedad guatemalteca.

En el contexto de este difícil equilibrio institucional, a mediados de AGO91 comenzaron a circular rumores de golpe de estado, los cuales fueron descartados tanto por la prensa como por los círculos políticos guatemaltecos. Vale señalar al respecto que la versión surgió cuando el 15AGO91 se produjo un tiroteo en la Base Naval del Pacífico -en el puerto de SAN JOSE- al resistir oficiales de esa base la presencia de tropas del ejército enviadas a capturar a siete militares, entre los cuales cuatro eran oficiales, acusados de la matanza de once personas la semana previa en ESCUINTLA, población a unos 50 Km al SO de la capital.

El enfrentamiento militar, si bien fue caracterizado como un "intento de golpe militar" y como tal fue condenado por las fuerzas vivas, los sectores políticos y el alto mando militar, luego fue descripto como un recurso desesperado de los militares acusados por provocar un conflicto institucional ante un caso que es fundamentalmente de naturaleza policial.

En efecto, el motivo de la matanza de los civiles estaría relacionado no con cuestiones políticas sino con un caso de contrabando en el que estarían implicados los militares acusados. Por ello tampoco se asigna relevancia a comunicados del presunto grupo "Oficiales de la Montaña" -

sobre el cual el gobierno niega su existencia- condenando la medida y defendiendo a los oficiales detenidos.

Quizás es también por el hecho de que la acusación es por un caso de delincuencia común, que -ante el constante aumento de las presiones nacionales e internacionales frente a la ola de violencia que azota a GUATEMALA- el ejército guatemalteco se haya decidido a acusar directamente a miembros de la institución como responsables de un asesinato, habiéndolos además detenido para llevarlos ante tribunales militares.

Más aún, en la primer semana de SEP91, en una muestra de que la situación imperante de impunidad pudiera estar empezando a ser controlada, la Corte Suprema de Justicia ordenó al Coronel de Ejército, Guillermo PORTILLO GOMEZ, a quien lo despojó de inmunidad de procesamiento, a someterse a juicio ante un tribunal militar -junto a un capitán y diez soldados- por la acusación de haber secuestrado y asesinado a un comerciante estadounidense, caso sobre el cual EE.UU. ha estado ejerciendo una fuerte presión para que sea esclarecido.

Por último, en este contexto cabe agregar que, con posterioridad al intento de golpe de estado en VENEZUELA, se reiniciaron los rumores en torno de grupos cívico-militares descontentos que podrían producir una desestabilización institucional, comentarios que fueron totalmente rechazados por el Presidente guatemalteco.

1.1.4. Situación en torno de la violación de los Derechos Humanos

Durante 1991, el gobierno fue objeto de fuertes críticas nacionales e internacionales por la violación de los derechos humanos, frente a las cuales argumenta que no existe una política gubernamental en ese sentido y que las violaciones son provocadas por "grupos de extrema derecha".

En efecto, la Corte Interamericana de Derechos Humanos con sede en SAN JOSE de COSTA RICA celebró el 30JUL91 una audiencia para examinar públicamente la situación de los derechos humanos en GUATEMALA, a raíz de las amenazas de muerte que recibieron catorce activistas de derechos humanos pertenecientes al "Consejo de Comunidades Etnicas RUNUJEL JUNAM" (CERJ), quienes presenciaron el asesinato de seis familiares aparentemente a manos de las "Patrullas de Autodefensa Civil" (PAC) cometidos entre OCT90 y FEB91.

La Corte recibió el testimonio de los representantes del gobierno y de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la OEA, a fin de conocer las gestiones de las autoridades guatemaltecas para cumplimentar el previo requerimiento de la Corte -formulado el 15JUL91- para que se adoptaran medidas provisionales destinadas a respetar la integridad física de los miembros de organizaciones defensoras de los derechos humanos, testigos y familiares,

amenazados de muerte en dicho país.

Finalmente, el 01AGO91, una vez concluida la audiencia, la Corte resolvió solicitar a la Administración SERRANO que prolongara hasta el 03DIC91 las medidas de protección para los activistas, así como, también la especificación de las normas que el gobierno argumentó haber aplicado para garantizar la vida de dichas personas.

Cabe señalar que el caso de los activistas -que incluye denuncias concretas contra ciertos individuos identificados por nombre y apellido como autores de los crímenes- además de ser tratado por la mencionada Corte, fue también presentado por la Comisión Interamericana de DD.HH., el Centro para la Justicia y el Derecho Internacional y la organización norteamericana de Derechos Humanos, AMERICA'S WATCH.

A principios de 1992 el experto Asesor en DD.HH. de las NACIONES UNIDAS para GUATEMALA, Cristian TOMUSCHAT, en su último informe sobre la situación en el país centroamericano, acusó a la Policía y a las Patrullas de Autodefensa Civil (PAC) de ser los responsables de muchos de los crímenes cometidos en 1991, indicando que "el principal elemento de la sociedad guatemalteca sigue siendo el estado de temor en que todos los ciudadanos viven".

1.2. POLITICA EXTERNA

1.2.1. Marco Regional

Dentro de los lineamientos de política exterior tienen relevancia para GUATEMALA las interacciones con el resto de los países centroamericanos, los que en conjunto se hallan embarcados en la búsqueda de una solida integración subregional tanto en lo político como en lo económico.

Relacionado con este tema, un hecho significativo durante 1991 fue la decisión adoptada por el gobierno guatemalteco a principios de SEP91 de reconocer a BELICE como Estado independiente y soberano. La declaración oficial de GUATEMALA se debe a la reciente decisión del Estado beliceño de delimitar su mar territorial y patrimonial de explotación económica exclusiva.

Asimismo, GUATEMALA integró una comisión mixta con HONDURAS -el que también mantiene reclamos territoriales sobre BELICE- con el fin de llegar a un acuerdo sobre la limitación de la plataforma marítima de cada uno de los tres países involucrados para así poner fin a cualquier posible incidente en el futuro.

Cabe recordar que durante más 100 años GUATEMALA estuvo reclamando BELICE a GRAN BRETAÑA como parte de su territorio, pero finalmente los británicos le concedieron la

independencia en 1981 y desde entonces el pequeño Estado ha sido reconocido por la comunidad internacional. No obstante, el Ejército británico mantiene más de 1.000 soldados en la ex colonia que en 1974 GUATEMALA intentara recuperar por la fuerza. En el aeropuerto de BELICE operan cuatro aviones "Harrier" de despegue vertical, mientras que en la costa permanece un portaaviones de la Marina inglesa.

La decisión del Presidente SERRANO de normalizar sus relaciones con BELICE dio lugar a comentarios de aprobación por parte de la comunidad internacional, como en el caso de la CEE y la OEA, la que el 22SEP91 aprobó una resolución en la que "expresa su satisfacción por el establecimiento de relaciones diplomáticas entre ambos gobiernos" y los exhorta a continuar dialogando para resolver sus diferencias territoriales.

Como contrapartida a esta favorable acogida externa, la iniciativa generó descontento en el frente interno. De hecho, el Presidente decidió suspender una visita al país vecino a mediados de SEP91 -la cual fue reemplazada por el viaje del Canciller de BELICE, Said MUSA, a GUATEMALA, a fin de continuar las conversaciones en torno al diferendo y a la cooperación mutua anunciada- a raíz de los cuestionamientos surgidos por dicho viaje, el que fue interpretado por diversos sectores como "inapropiado y humillante". Más aún, el 21SEP91 un funcionario guatemalteco anunció la decisión del entonces Canciller Alvaro ARZU de renunciar a su cargo debido a diferencias con SERRANO sobre el manejo del caso BELICE.

Por último, vale mencionar en el ámbito regional las relaciones con MEXICO, país con el que comparte su frontera Norte, la cual ha sido cruzada por alrededor de 43.000 guatemaltecos para instalarse en MEXICO como refugiados.

Al respecto, se destaca la visita realizada por Carlos SALINAS de GORTARI a fines de FEB92 con el objeto de "alcanzar un marco bilateral expedito de desgravación arancelaria, suscribir un acuerdo para la reestructuración de la deuda de GUATEMALA con MEXICO -la que asciende a U$S 70 millones-, incrementar la cooperación fronteriza y ampliar los programas de cooperación técnica cultural", según lo indicaran las autoridades mexicanas.

Paralelamente, un comunicado del Ministerio de Hacienda de MEXICO expresó que "con este acuerdo se inicia una nueva etapa en las relaciones financieras entre ambas naciones".

No obstante estas perspectivas optimistas, el tema de los refugiados guatemaltecos en MEXICO parecería no tener solución inmediata, ya que si bien el gobierno guatemalteco insiste en que ya no hay problemas para su retorno, los refugiados no coincidirían con esa opinión.

2.2. Marco Continental

El punto de atención del gobierno de SERRANO en el ámbito continental es la relación con los EE.UU., respecto de la cual vale mencionar la tensión existente dada la fuerte presión que viene ejerciendo la Administración BUSH con respecto al tema de las violaciones a los derechos humanos.

Dentro de este contexto, es dable recordar que el 21DIC90 el gobierno norteamericano suspendió los U$S 2,8 millones en ayuda militar que otorgaba a GUATEMALA debido a los abusos de los derechos humanos cometidos en dicho país, especialmente la matanza de catorce indígenas en SANTIAGO ATITLAN a manos de militares y el asesinato del norteamericano Michael DEVINE el 08JUN90, en el Departamento de PETEN, incidente en el cual estuvieron involucrados efectivos del Ejército.

No obstante ello, cuando el Secretario de Defensa de los EE.UU., Richard CHENEY, visitó GUATEMALA en FEB92, reconoció los esfuerzos de SERRANO ELIAS por mejorar los DD.HH. y elogió su decisión de continuar el diálogo con la guerrilla. Estos avances, según el funcionario, podrían facilitar la reanudación de la ayuda militar estadounidense suspendida en 1990.

Asimismo, cabe destacar que en ENE92, el Departamento de Estado emitió un informe sobre DD.HH. en GUATEMALA durante 1991, resaltando los esfuerzos del gobierno por lograr avances en este campo. Sin embargo, también responsabilizó a las Fuerzas de Seguridad de continuar cometiendo abusos.

2. COMPONENTE ECONOMICO

2.1. Evolución y Estructura del PBN

En 1990, el PBN (Producto Bruto Nacional) ascendió a U$S 7.928 millones, lo cual significó un incremento del 2,1% respecto del año anterior. De dicho PBN, el 26% corresponde al sector primario -agricultura-, un 20% al sector industrial y el 54% restante a servicios.

Respecto del sector agrícola cabe señalar que sus producidos representan el 75% de las exportaciones del país y se focalizan en el café (44% del total de exportaciones y 5% del PBN), banano, azúcar y algodón. No obstante, el peso de este rubro en la economía nacional -el que absorbe más del 50% de la población económicamente activa- ha disminuído en la última década a raíz de la caída de los precios internacionales de las materias primas, lo cual ha determinado su virtual estancamiento.

Por su parte, el sector minero es poco significativo, contribuyendo en sólo un 1% al PBN. La principal fuente de recursos es una mina de cobre en el departamento de ALTA VERAPA, la cual inició su producción en 1975 y tiene un potencial extractivo de 150.000 toneladas métricas al año.

Aunque GUATEMALA cuenta con reservas de petróleo, principalmente ubicadas en el norte del país cerca de la frontera con MEXICO -de las cuales se extraen 3.000 b/d- es necesaria su importación para satisfacer las necesidades de consumo interno.

En cuanto al sector industrial, GUATEMALA es el país más desarrollado de la región ya que experimentó una rápida expansión en las décadas del '60 y '70 bajo el estímulo del Mercado Común Centroamericano y la inversión extranjera.

Este sector -incluída la construcción- absorbe el 18% de la fuerza laboral gracias a la instalación de pequeñas industrias concentradas en las ciudades. El 50% de los productos manufacturados está constituído por bienes de consumo perecederos tales como alimentos, bebidas y tabaco, mientras que los bienes intermedios representan el 35% del total e incluyen materiales de construcción y textiles.

Dado que dicha producción se ha orientado tradicionalmente a los países centroamericanos, la recesión que ha sufrido la región en la última década -alentada por graves problemas políticos- ha afectado su evolución, al retraer significativamente la demanda.

No obstante, dentro del sector industrial cabe destacar el rápido crecimiento que ha ido adquiriendo en el país la industria textil a través de las maquiladoras que ensamblan tela precortada importada desde EE.UU. exportando el

producto terminado al pais del norte. Es así como en 1990 GUATEMALA sobrepasó a HAITI como el cuarto mayor exportador de textiles de la Cuenca del CARIBE. Inclusive su crecimiento del 25% en exportaciones totales de ropa y 50% para la tela estadounidense ensamblada fue suficiente para casi desplazar a JAMAICA del tercer puesto del ranking que ocupa.

Con referencia al sector servicios, cabe destacar el lugar relevante que ocupa el turismo como fuente de ingresos ya que el país -además de condiciones climáticas muy favorables- cuenta con importantes puntos de atracción como resultado de la cultura maya que floreció en su territorio en épocas precolombinas.

2.2. Gasto Público

Aunque en el presupuesto para 1991 se consideró un incremento del 51% en términos nominales al alcanzar los U$S 1.100 millones, en términos reales fue el más pequeño de los últimos 5 años ya que se estimaba una inflación del 50% para ese año. Más del 70% del financiamiento del gasto público provendría de gravámenes impositivos (de los cuales el 75% serían impuestos indirectos).

El 29% de dicho presupuesto se destinó al pago de los servicios de la deuda externa, quintuplicando así lo invertido en 1990. Sigue en importancia el sector Salud con el 9% y Defensa con el 8%.

2.3. Empleo

Durante 1990 el nivel de ocupación continuó aumentando en las actividades vinculadas a la exportación y a la maquila (se estima que esta última se amplió en 18.000 personas).

Después de alcanzar una tasa máxima de 14% en 1986, el desempleo abierto se redujo por cuatro años consecutivos hasta llegar al 6%. No obstante, la tasa de desocupación equivalente que incluye el subempleo, se situa en el 34,7% de la población económicamente activa (2.877.000 personas).

2.4. Balanza Comercial

Como resultado de la contracción de los mercados y de la caída de los precios internacionales de las materias primas, las exportaciones, en términos reales, mostraron una tendencia decreciente a partir de 1985.

En 1990 la balanza comercial resultó negativa al totalizar las exportaciones U$S 1.211 millones contra el monto de U$S 1.648 millones en que se ubicaron las importaciones.

Del total de las exportaciones realizadas, aproximadamente un 35% es absorbido por EE.UU. y alrededor del 23,8% por países de AMERICA CENTRAL.

2.5. Deuda Externa

A fines de 1990, la deuda externa total de GUATEMALA ascendía a U$S 2.602 millones, correspondiendo U$S 2.386 al endeudamiento público y U$S 216 millones privado.

Al respecto, hacia mediados de 1990 el Presidente CEREZO informó que el servicio de la deuda externa había crecido durante ese año debido a que habían coincidido varios vencimientos de períodos de gracia en una serie de préstamos, situación que se complicó con una baja en la recaudación de impuestos, originando así un fuerte déficit fiscal que impidió cumplir tanto con los compromisos externos como internos.

Con referencia a este tema, el Presidente del Banco de Guatemala (BANGUAT) y el Ministro de Finanzas Públicas viajaron en JUN91 a WASHINGTON para entrevistarse con altos funcionarios de los organismos financieros internacionales a fin de entablar negociaciones relativas a la renegocación de la deuda que al 30ABR91 alcanzaba un monto de U$S 2.376 millones.

La visita incluyó la presentación ante los organismos internacionales de crédito de un programa de modernización y estabilización de la economía a corto plazo. Los atrasos en el pago de la deuda externa del sector público, excluyendo al BANGUAT, sumaban al 30ABR91, U$S 190 millones, cuyo período de gracia varía desde 180 días con la AGENCIA INTERNACIONAL PARA EL DESARROLLO (AID), hasta únicamente 30 días con el BANCO MUNDIAL (BM) y el BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (BID), estando supeditado el saldo de esos compromisos a la autorización del proyecto de bonos que por U$S 140 millones se discutió en el seno del Congreso de la República, proyecto que fue finalmente aprobado en 02JUL91.

2.6. Datos gubernamentales sobre el comportamiento de la economía en 1991

Los informes suministrados por el Banco de Guatemala (BANGUAT) durante 1991, dieron pie para que el Presidente SERRANO ELIAS calificara como "milagro económico" a la situación existente, durante la presentación del informe del primer año de gobierno en ENE92.

Así, de acuerdo con el BANGUAT la inflación anual se redujo del 60% en 1990 al 10,03% en 1991; el tipo de cambio se mantuvo estable alrededor de Q 5,0 por U$S 1,0; las Reservas Monetarias Internacionales Netas (RMIN), se incrementaron de U$S 19 millones en 1990 a U$S 540 millones; las tasas de interés alcanzaron niveles reales, al situarse por encima del índice inflacionario y el Producto Interno Bruto (PIB) creció en 3,2%.

No obstante ello, los sectores populares cuestionan el incremento "moderado" de la inflación y dicen encontrarse ahora peor que en 1990. En igual forma, el sector privado

señala la estabilidad ficticia de la economía guatemalteca, puesto que los altos intereses ofrecidos por la inversión en valores, se tradujeron en desestímulo para la producción, que no obstante creció un 3,2% en 1991, respecto al año anterior, y la brecha comercial externa disminuyó significativamente, al situarse en 1991 cerca de los Q 400 millones.

Queda pendiente también la renegociación de la deuda externa con el BM y por lo tanto la implementación de un programa de ajuste que podría incluir, inclusive, la privatización de algunas empresas estatales y el posible despido masivo de trabajadores del sector público.

Por su parte, el Banco Central se propone terminar el año 1992 habiendo alcanzado las siguientes metas concretas:

- alcanzar un índice de inflación anual que oscile entre el 6 y el 8%.

- alcanzar un crecimiento económico igual al 4,5%.

- fijar la tasa de interés pasiva entre un 9 y un 11%.

- fijar la tasa de interés activa en un 15%.

- evitar una devaluación real del Quetzal y permitir una devaluación nominal en la banda del 2 al 4%.

3. COMPONENTE SOCIAL

3.1. Avance de las corrientes religiosas sectarias

GUATEMALA, en donde actúan alrededor de 300 grupos religiosos nuevos con el apoyo de grupos evangélicos estadounidenses, es el país centroamericano en el que se registra mayor adhesión a movimientos no tradicionales, ya que se estima que el 20% de la población participa en estas manifestaciones.

El crecimiento de estos grupos -cuyo trabajo combina los servicios religiosos con la distribución de alimentos y otras provisiones- se produjo especialmente a principios de la década del '80 y cobró auge institucional durante el gobierno del Grl Efraín RIOS MONTT (MAR82-AGO83), quien pertenece a la Iglesia del Verbo, ubicada en lo que se conoce como el Movimiento Pentecostés carismático.

Así, durante su gestión, RIOS MONTT -asesorado por evangelistas pertenecientes a la iglesia GOSPEL UTREACH de CALIFORNIA- intentó convertirse en un verdadero líder religioso, afirmando que gobernaba por la mano de Dios y calificando al país como la "NUEVA JERUSALEM" y a los guatemaltecos "los nuevos israelitas de AMERICA CENTRAL". Según diversas fuentes, en nombre de la religión, durante su gobierno se produjo la matanza de miles de indígenas -en su mayor parte católicos- así como la muerte de varios sacerdotes y trabajadores laicos católicos.

Aún después de su alejamiento del poder, RIOS MONTT se mantuvo vigente gracias a las entrevistas que le realizara el líder evangelista estadounidense Patt ROBERTSON, quien presentó al militar como una verdadera opción "entre la opresión de las oligarquías corruptas y la tiranía del totalitarismo comunista apoyada por RUSIA".

El peso político que han alcanzado estas corrientes sectarias en el escenario guatemalteco se confirmó en ocasión de la primera vuelta electoral llevada a cabo recientemente ya que SERRANO ELIAS es un activo evangelista perteneciente a la iglesia SHADAI.

Por su parte, la Iglesia Católica ha incrementado sus actividades a fin de neutralizar el avance de estos grupos religiosos no tradicionales. Sin embargo, la labor de la Iglesia se ve dificultada porque el 85% de sus sacerdotes son extranjeros y en su mayoría blancos, circunstancias que imponen cierto distanciamiento con la población indígena, la cual asocia a los misioneros católicos con los conquistadores españoles.

Paralelamente, el compromiso de la Iglesia Católica con la defensa de los DD.HH. y de los refugiados ha inclinado a sectores de las FF.AA. a asociar dichas actividades y a sus gestores con ideologías marxistas, canalizando su anticomunismo a través de la adhesión a movimientos religiosos nuevos, siendo RIOS MONTT un paradigma de la situación descripta.

4. COMPONENTE BIOGRAFICO

4.1. Semblanza de Jorge SERRANO ELIAS



Antecedentes

Nació en abril de 1945. Es hijo de Jorge Adam SERRANO, político guatemalteco conocido por su oposición al gobierno del Grl Jorge UBICO surgido después de la revolución de 1944.

Se graduó de ingeniero industrial en la Universidad de SAN CARLOS y obtuvo la Maestría en Arte, Educación y Desarrollo en la Universidad de STANFORD (CALIFORNIA - EE.UU.).

Efectuó estudios de post-grado y realizó semanarios en EE.UU., MEXICO, COLOMBIA, CHILE, ARGENTINA, URUGUAY, BRASIL, REPUBLICA DOMINICANA, JAMAICA, PUERTO RICO, BARBADOS, ESPAÑA, HOLANDA Y ALEMANIA.

Pertenece a la religión protestante.

- **Actividad docente**

Ha ocupado tres catédras universitarias: la de Estadística en la Universidad de SAN CARLOS, y las de Economía e Ingeniería en la Universidad de Rafael LANDIVAR.

También ha sido profesor del Liceo de GUATEMALA, de algunos centros especializados en Economía y Cooperativismo e incluso enseñó brevemente en la Universidad de STANFORD.

Actuó como profesor invitado y conferencista en varias universidades extranjeras.

- Carrera política

Surge a la vida pública después de un reconocido desempeño como profesional y académico y de haber ocupado altos cargos en entidades de estudios e investigación sobre economía así como la Presidencia de dos comités interamericanos: La "Comisión Ejecutiva del Consejo Interamericano para la Educación, la Ciencia y la Cultura" y el "Comité Interamericano de Educación".

En 1982-83 se desempeñó como Presidente del Consejo de Estado durante el gobierno de facto del Grl Efraín RIOS MONTT.

En las elecciones de 1985, fue el candidato presidencial por el PARTIDO DE COOPERACION NACIONAL, posteriormente integrado a la "COALICION PATRIOTICA" acompañado por el PARTIDO REVOLUCIONARIO.

Se desempeñó en la Comisión de Reconciliación Nacional (CRN). Participó como tal en la reunión que dicha comisión sostuvo con la guerrilla guatemalteca en OSLO - NORUEGA - en MAR90.

Obras publicadas

Ha publicado dos libros: "La Universidad y la Dependencia en CENTRO AMERICA" y "Parámetros de Desarrollo de CENTROAMERICA".

FRANCIA

ECONOMIA

Principales indicadores economicos

El PBI registrado en 1990 fue de 1.020.900 millones de dolares, lo que represento un incremento del 1,8 % con respecto a 1989.

En el mismo periodo, la balanza comercial francesa arrojo un saldo negativo de 10.400 millones de dolares en 1990 y la inflacion fue del 3%

Por su parte, el desempleo afecta, segun datos oficiales, al 9,4 % de la poblacion activa.

Estructura del PBI

El sector agricola y el minero contribuyen con el 4,5% al PBI, y emplean el 8,3 % de la poblacion activa. FRANCIA es el tercer productor mundial de trigo por habitante.

La produccion de la industria francesa representa el 32,5 % del PBI empleando una fuerza laboral nacional del 30,3 %.

Por otra parte en el sector servicios trabaja el 63 % de la poblacion activa, contribuyendo con el 61,4 % al PBI.

Estructura del Comercio Exterior

Las exportaciones totales francesas ascendieron en 1990 a 133.358 millones de dolares mientras que las importaciones fueron de 144.259 millones de dolares.

Los principales clientes son: ALEMANIA (16,13 %), ITALIA (12,22 %), GRAN BRETAÑA (9,78 %), BELGICA-LUXEMBURGO (9 %), EEUU (7,3 %), ESPAÑA (5,37 %), JAPON (1,71 %) y CANADA (1,25 %).

Importa fundamentalmente productos de ALEMANIA, ITALIA, BELGICA, ESPAÑA y JAPON.

Relacion bilateral

Durante 1990, ARGENTINA exporto a FRANCIA principalmente alimentos para animales, carnes, frutos comestibles, pescados, crustaceos, mariscos, materia prima para la fabricacion de papel, legumbres, tabaco y cueros por 235 millones de dolares.

Asimismo, ARGENTINA importo desde FRANCIA calderas, aparatos mecanicos, autos, tractores, aparatos electricos, productos quimicos organicos, hierro, acero entre otros productos por 131 millones de dolares.

La balanza comercial entre ARGENTINA y FRANCIA arrojo un saldo positivo para nuestro pais de 104 millones de dolares en 1990.

Politica Economica

La Gestion Economica

En FRANCIA, la evolucion de los gastos del Estado es una variable importante dado que representan -incluidos los locales y provinciales-, el 47 % de la riqueza nacional.

Tras el proceso global de nacionalizacion de las principales industrias de FRANCIA iniciado en 1981, se produjo un periodo de dos años durante la gestion de J. CHIRAC (1986-88) en el que se privatizaron unas 29 empresas. Esta etapa preveia la privatizacion de unas 36 empresas mas, pero fue interrrumpida por la eleccion de MICHEL ROCARD, que inicio una politica de ajuste ortodoxo -reduccion del deficit, de la expansion monetaria y reconversion del sector publico- pero sin modificar la influencia predominante del Estado en la economia francesa.

Solo recientemente -18SET91- la nueva Primer Ministro CRESSON declaro la necesidad de privatizar, o por lo menos vender parte de las acciones en poder del Estado de los principales conglomerados empresariales, tal el caso de la petrolera ELF-AQUITANIE, de la que se privatizo el 2 % de las acciones estatales.

Politica y Estrategia Economica

De manera similar a lo que ocurre en el resto de paises de la CEE, la economia francesa se ve perturbada por el proceso de unificacion de 1992.

Si bien la coordinacion a nivel cambiario y monetario se ejecuta satisfactoriamente la preocupacion central del gobierno es la insercion de la industria y de los servicios franceses en el nuevo marco competitivo.

Un reciente acuerdo entre la firma alemana DAIMLER BENZ y el grupo frances estatal GEMINIS SOGETTI demostraria que no se descarta ninguna estrategia de fusion o alianza internacional en pos de este objetivo.

Tal el caso de la fusion de la empresa RENAULT con la sueca VOLVO, acuerdo que comprende la insercion de los vehiculos de origen frances en aquellos paises donde la VOLVO tiene gran penetracion y viceversa.

En la busqueda de una mayor competitividad, el gobierno presento en el presupuesto de 1992 un aumento de la partida para investigacion cientifica y tecnologica del 5 %.

Asimismo, el gobierno anuncio el 16SET91 un importante plan de ayuda a la Pequeña y Mediana Empresa (PyME). El Plan PyME frances contempla franquicias impositivas, seguros al capital de riesgo y franquicias

crediticias tendientes a lograr la generacion y crecimiento de las PyME con una mayor absorcion del empleo.

Otro instrumento para la reconversion podria ser el de las privatizaciones, sobre todo a la luz de los sucesos del ESTE EUROPEO y del proceso latinoamericano. Sin embargo, en FRANCIA, el dogma estatista del Partido Socialista gobernante mantiene su vigor, todavia alimentado por la reeleccion de MITTERRAND.

El mantenimiento de la linea ideologica y del apoyo que esta conlleve empezara a depender cada vez mas de la evolucion del desempleo.

Con casi 3 millones de desocupados, FRANCIA aventaja a los principales paises desarrollados, y posee un margen muy estrecho para poder ejecutar su politica de reconversion y redimensionamiento industrial.

A contracorriente de la ola privatizadora que se vive en el mundo, FRANCIA (en realidad su Primer Ministro, E. CRESSON) intenta un proyecto por el que se creara un nuevo conglomerado estatal, denominado THOMSON-CEA INDUSTRIES (TCI), que abarcara empresas nucleares, fabricantes de semiconductores y electronica para consumo.

COYUNTURA ECONOMICA Y PROBABLE EVOLUCION

Evolucion Fiscal y Externa

La politica de reduccion del gasto publico incluye: disminucion en las prestaciones sociales, reduccion del numero de empleados publicos y levantamiento de subsidios. Esta permitio al gobierno mantener la tendencia decreciente del deficit fiscal, a pesar de que los ingresos descendieron debido a una caida en la recaudacion (consecuencia del menor ritmo de actividad economica).

Asimismo, el fenomeno recesivo permitio que a traves de un menor nivel de importaciones, el deficit comercial de FRANCIA disminuyera para estos 12 ultimos meses a 10.400 millones de dolares, y el deficit en cuenta corriente descienda a 11.200 millones de dolares. Las reservas internacionales de FRANCIA crecieron en un año a partir de JUL90 de 28.400 millones a 33.300 millones de dolares.

La ayuda publica destinada al Tercer Mundo se mantuvo estable en 1990 respecto de 1989, cuando represento 0,54 % del Producto Interno Bruto (PIB).

FRANCIA ocupa asi, en porcentaje de su PIB, el quinto lugar entre los paises mas industrializados en cuanto a la ayuda que entrega al Tercer Mundo, situandose lejos de NORUEGA, SUECIA, HOLANDA y DINAMARCA, que consagran a ello entre 0,94 y 1,04 % de su producto.

Evolucion de las variables macroeconomicas

La politica anti-inflacionaria instrumentada a partir de la gestion de Jacques CHIRAC (1986-88) y continuada por el Primer Ministro Michel ROCARD ha dado finalmente el resultado esperado: en AGO91 el indice de precios consolidado aumento un 0,2 comparado al 0,4 de JUL91.

Esto lleva la tasa de inflacion anual de FRANCIA al 3%, siendo menor que la del resto de los paises de la CEE, con la excepcion de DINAMARCA (2 %).

La tasa de interes general es del 9,6 %, superior a la de ALEMANIA, HOLANDA y BELGICA dentro de la CEE lo que seria el reflejo de una politica monetaria severa.

El costo de la exitosa politica anti-inflacionaria francesa ha sido un enfriamiento en el nivel de actividad economica, inferior en 1991 al 2 % y el aumento del desempleo, del 8,9 % en 1990 al 9,4 % actual.

Probable evolucion a mediano plazo

La decision que debio tomar el gobierno el pasado SET91 al elaborar el Presupuesto General para 1992 fue elegir la aplicacion de una politica anti-inflacionaria y de reconversion, a traves de un deficit minimo, o el de un presupuesto expansivo que posibilitara relanzar la deprimida actividad economica actual.

El gobierno eligio una estrategia mas cercana a la primera alternativa, con un deficit de presupuesto del 3 %, apenas superior a la inflacion esperada. Por lo tanto, se espera un año de bajo crecimiento, y el esfuerzo del gobierno deberia estar centrado en amortiguar los efectos sociales del creciente desempleo.

Se estima que para 1992, el crecimiento de la economia francesa remontaria al 2 %, mientras que la tasa de inflacion se situaria en el bajo nivel de 2,8 %. El deficit en cuenta corriente se mantendria estable en el 0,7 % del PBN.

A mas largo plazo, la evolucion economica de FRANCIA dependeria centralmente del exito de la actual politica de reconversion industrial y de desarrollo tecnologico logrado.

El atraso relativo de FRANCIA respecto de ALEMANIA, JAPON y los EEUU puede explicarse en parte por su fuerte tradicion de pais agricola, pues gran parte de los recursos sociales se han transformado en subsidios rurales en lugar de haber sido derivados hacia la industria y la investigacion.

El nuevo presupuesto implica una moderacion de esta tendencia historica. Si se produjese una reversion de esta tendencia, mejorarian las perspectivas economicas de FRANCIA frente a la competitividad del resto del Grupo de los 7.

05

9203646

SOCIAL

Desorganizacion social

Dos conflictos permanentes figuran a la cabeza de las causas de desorganizacion social en FRANCIA:

-Inmigracion:

Contrariamente a lo imaginado, este problema ha superado todas las barreras politicas, para instalarse en el seno de los desordenes sociales cronicos.

De los 56 millones de habitantes que posee FRANCIA, 3.500.000 son argelinos, tunecinos y marroquies, quienes integran conglomerados arabes inasimilables, carentes de empleo fijo y de residencia legal.

El problema social surge justamente de la conjuncion de esas tres variables y sus consecuencias para los propios franceses. En efecto, en un pais en el que la tasa de desempleo roza el 10 %, una masa inmigrante del peso de los maghrebies representa una ironia socio-politica inaceptable tanto para el ciudadano comun como para el gobierno. De alli tambien la reaccion y el sentimiento xenofobo que se ha instalado tan profundamente en el seno de la sociedad francesa.

Representa tambien un grave conflicto economico ya que estos grupos envian sus salarios y ganancias a sus paises de origen, con lo que se produce una importante fuga de dinero de FRANCIA.

El gobierno ha intentado varios caminos legales para solucionar definitivamente el problema de la inmigracion ilegal, pero todas las medidas tomadas han terminado en un rotundo fracaso ya que los contingentes deportados son reemplazados por nuevos grupos en permanente recambio.

El conflicto politico surgido de la inmigracion enfrenta al gobierno y a la derecha, en particular. Sin embargo, al constituir un tema de "interes nacional" para la poblacion esta siendo utilizado por todos los sectores politicos con miras a las proximas elecciones locales del 92.

A tal punto representa este un obstaculo de importancia para el gobierno que el gabinete realiza reuniones periodicas para tratar nuevas medidas . En efecto, CRESSON ha propuesto la expulsion en masa de los inmigrantes clandestinos en aviones especiales al tiempo que contempla una serie de normas para controlar los flujos de inmigracion a partir de los paises de origen, hacer mas estricta la concesion de visas, reforzar los controles en las fronteras y dentro del territorio nacional, y castigar en forma mas severa a las empresas que empleen trabajadores clandestinos.

-Desocupacion:

Estrechamente relacionado con el tema de la inmigracion, el desempleo (cuya tasa alcanza el 9,4% de la poblacion activa) representa el gran fracaso politico del gobierno socialista.

El mensaje de MITTERRAND de los años 80 enarbolaba el problema de la desocupacion como una de sus banderas clasicas y prioritarias en cuanto a reivindicaciones sociales. Sin embargo, el caos economico producido por los primeros años de estatizaciones y aumentos descontrolados de salarios obligo al gobierno a abandonar los principios socialistas tradicionales e implementar una pragmatica politica economica (un programa de privatizaciones, congelamiento de salarios, etc.).

Sin embargo, la desocupacion continuo en aumento debido a la incorporacion de grandes masas al mercado laboral y a la falta de nuevas fuentes de trabajo.

Las medidas adoptadas por el gobierno para controlar el problema de la inmigracion ilegal no han sido efectivas ni se ha logrado insertar en la sociedad economica a quienes poseen residencia legal. Por eso las manifestaciones contrarias al gobierno constituyen un peligro politico, al ser integradas no solo por inmigrantes ilegales sino tambien por parte de la misma ciudadania francesa (estudiantes y residentes legales).

Sumado a lo anterior, el problema del desempleo incrementa el sentimiento xenofobo, ya que los mismos empresarios prefieren muchas veces emplear a ilegales, al no tener que pagar contribuciones sociales ni cargas sindicales en detrimento de los propios franceses (que ven de esta manera a los inmigrantes como una de las causas basicas de sus problemas economicos).

Ministros negociam fim do decreto que adia os 147%

BRASÍLIA — O governo acerta esta noite, em reunião entre lideranças governistas do Congresso e os ministros da Justiça, Jarbas Passarinho, da Ação Social, Ricardo Fiúza, do Trabalho e da Previdência, Reinhold Stephanes, e de Governo, Jorge Bornhausen, a retirada do Decreto 430, que adia o reajuste de 147% aos aposentados para 1993. Também será discutida a apresentação ao Congresso da contraproposta de pagamento, já, de 80% de reajuste aos aposentados, inclusive dos atrasados retroativos a setembro de 1991.

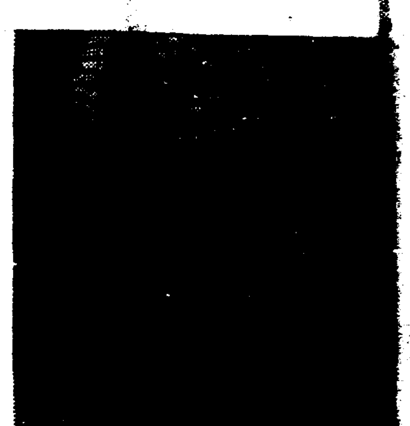
A decisão de retirar o decreto para evitar confronto com as oposições, que ameaçam derrubá-lo no plenário da Câmara na quarta-feira, é a estratégia política defendida pelo PFL. A legenda abriga os ministros recém-empossados no governo Collor, para garantir esquema político mais forte ao governo. Segundo admitem o líder governista no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), e um ministro pefelista, não vale a pena por em risco o novo esquema por conta de um decreto que, na prática, é inócuo para o governo, já que sua revogação não obriga o pagamento imediato dos 147% a 2,5 milhões de aposentados. "É cruel anunciar que o decreto resolverá esse problema", argumenta Passarinho.

Mais que a ineficácia do decreto do precatório, pesa na decisão dos políticos a irritação causada pelo PMDB, que voltou do recesso jogando duro contra o governo e vendendo a idéia da derrubada da proposta como tábua de salvação para os aposentados. "Os aposentados pensam que o fim do decreto será benéfico para eles, mas a Lei 8.197, que continuará vigindo independentemente do destino da proposta, tem o mesmo efeito do precatório", advertiu ontem Passarinho.

"O decreto legislativo das oposições, que anularia o 430, é inócuo. Tudo fora deste raciocínio é explorar demagogicamente o aposentado, em ano eleitoral", sentencia o líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG). A opção pelo recuo, retirando a proposta, vem justamente da disposição de não permitir que o PMDB fature politicamente a questão dos aposentados em ano de eleição municipal.

As lideranças governistas insistem no fato de que o reajuste dos 147% está aguardando julgamento do Supremo Tribunal Federal. Mas isso não significa que se pretende aguardar de braços cruzados a decisão. A importância de esperar a definição da Justiça advém da certeza dos governistas de que, na hipótese de o STF conceder o reajuste, certamente o governo terá um prazo para efetuar o pagamento. "E, de preferência, queremos que a dívida seja parcelada", diz um ministro de Estado.

Até que o Judiciário se pronuncie, o Executivo negocia fontes alternativas de receita com o Congresso, que não sejam inflacionárias: criação de alíquota de 25% de Imposto de Renda para faixas salariais mais altas, aumento da alíquota de contribuição previdenciária para quem recebe mais de 10 mínimos, pequena taxação sobre transações financeiras e retirada, do orçamento da Previdência, das despesas com o pagamento de inativos da União.



Passarinho: "Dema...

Governo libera bancada para votar o decreto dos 147%

O governo liberou os parlamentares de sua bancada para votarem contra ou a favor do decreto legislativo que pretende garantir o pagamento dos 147% aos aposentados e pensionistas. O líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), e o líder do Bloco, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), chegaram à conclusão de que não vale a pena desencadear uma briga de correligionários quando a decisão sobre a matéria será dada pelo Supremo Tribunal Federal. Hoje, o decreto legislativo e o projeto de lei que cria a Secretaria de Governo entram na pauta da Câmara e, se houver quórum de 252 deputados, serão votados.

A decisão dos governistas de mudar de tática — para o governo só interessava a suspensão do decreto legislativo, visto como "inócuo" por não implicar em qualquer alteração no decreto presidencial que adia para o ano que vem o pagamento dos 147% — foi sacramentada após uma entrevista do líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA), ontem de manhã. Genebaldo, que já havia indicado que o efeito do decreto legislativo era mais moral do que prático, admitiu pela televisão que a função desta tramitação será apenas política e não vai promover o pagamento imediato dos 147% aos aposentados. (Brasília/ZH)

02

9203647

N...
TI...
PR...
FECHA D...
VINCULACI...

derrota na Câmara

Governo mantém decreto, neg

BRASÍLIA — Decidido a não mais revogar o Decreto 430, que adia o pagamento dos 147% aos aposentados, o governo enfrenta hoje uma derrota certa no plenário da Câmara, na votação do decreto legislativo que anula o ato do Executivo. "Vamos perder", reconheceu o ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, externando opinião compartilhada por todos os líderes governistas. Ontem à tarde, o líder do governo na Câmara, Humberto Souto (MG), ainda tentou colocar em votação a criação da Secretaria de Governo, para a qual está nomeado Jorge Bornhausen, mas não havia um número suficiente de deputados. São necessários 252 votos, e só pouco mais de 130 deputados estavam em plenário.

Depois de tomar a decisão de revogar o 430 — que é inócuo, pois o adiamento está de qualquer forma garantido pela Lei 8.197 —, apenas para tirar do PMDB esta bandeira eleitoral, o governo resolveu recuar, em função da publicação da notícia pelo JORNAL DO BRASIL. "Sem a surpresa não faz mais sentido a revogação, só traria desgaste ao governo", disse o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, a líderes governistas. Os deputados discordam dessa atitude porque, segundo eles, a derrota é certa e desnecessária. Tanto se sabe que isso é correto que o governo à tarde ainda tentou fazer uma proposta de acordo ao PMDB. Daria um aumento de 16% — correspondente à diferença dos 54% de reajuste já

Luciano Andrade — 7/11/87



Fiúza: "Vamos perder"

concedido em setembro e o INPC de 79,97%, acumulado de março a setembro de 91 — em troca da aprovação da secretaria de Bornhausen.

"O que o governo quer agora é tirar esse assunto dos 147% do debate no Congresso", disse Souto, que mandou a proposta ao PMDB pelo deputado Antônio Britto (RS), que participou de reunião pela manhã com líderes governistas e o ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes. Para o Planalto, admitiu o líder, o ideal seria que o debate dos aposentados se resumisse ao julgamento do Supremo Tribunal Federal que é quem, afinal, vai determinar se os 147% devem ou não ser pagos.

Ontem à tarde, enquanto Souto dava entrevistas comentando a proposta do governo à oposição, o líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia (BA), afirmava que não tinha recebido proposta alguma. Para ele, o aumento de 16% "é uma sugestão que já caducou". O que Genebaldo quer é não perder a oportunidade de levar hoje 2 mil aposentados à galeria do plenário e, diante deles, levar o governo a uma derrota política. Mesmo que a oposição, como o governo já está esperando, derrube o Decreto 430, a situação dos aposentados permanecerá a mesma.

É que pela Lei 8.197 o adiamento desse pagamento já está garantido. O dispositivo da lei que diz que pensões são exceções foi considerado inconstitucional pelo Supremo. O PMDB dirá aos aposentados que cumpriu sua parte, fez o que pôde, mas quem não quer pagar é o presidente Fernando Collor, adversário de Orestes Quércia, presidente do partido. No caso, perde apenas o governo, que verá exposta mais uma vez, no painel eletrônico, sua falta de maioria parlamentar.

03-03

9203647.

Novo satélite observará Amazônia

□Os pesquisadores do INPE vão participar de experiências com um satélite do Canadá que é capaz de observar através das nuvens

Para testar um novo tipo de satélite que "vê" através das nuvens, pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) vão participar, na Amazônia, nos próximos dias, de um projeto internacional de simulação do satélite canadense de sensoriamento remoto Radarsat, que será lançado em 1994. O experimento será realizado a bordo do avião turboélice Convair-580, que levará, no vôo experimental, o mesmo sensor que vai ser colocado no satélite canadense.

O Radarsat terá um sensor diferente dos tradicionalmente utilizados em satélites de sensoriamento remoto: um radar capaz de obter informações na faixa de microondas, através das propriedades elétricas do terreno. Como o comprimento das microondas é maior do que as ondas do visível e de radiação infravermelha, utilizadas pelos satélites tradicionais, o novo satélite pode observar através das nuvens durante o dia e a noite.

O novo satélite foi construído inicialmente para monitoramento de áreas com gelo, no Oceano Ártico, mas os pesquisadores envolvidos no projeto descobriram que ele também poderia ser utilizado para o mapeamento de recursos naturais nas regiões tropicais, como a região amazônica, onde freqüentes nuvens atrapalham a observação dos satélites com sensores tradicionais.

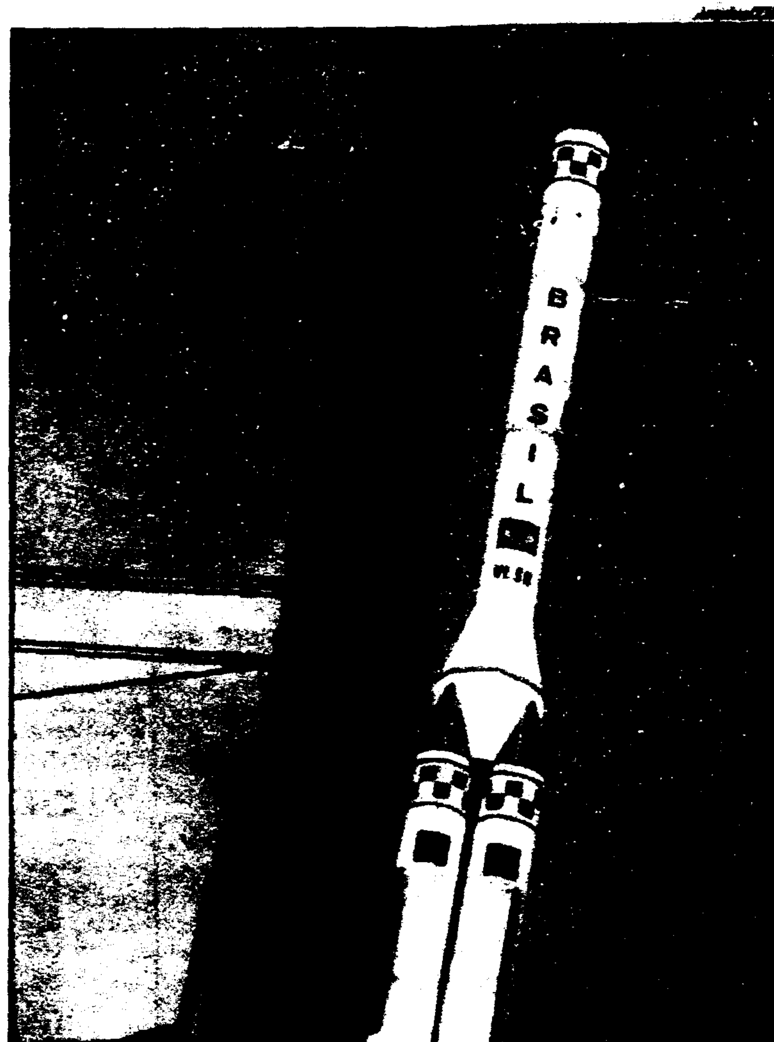
Aperfeiçoando o serviço dos satélites norte-americanos da série Landsat, que enviam uma imagem de uma determinada área a cada 16 dias, pois não são capazes de fazer observações durante a noite, o Radarsat passará por um mesmo lugar a cada seis dias, possibilitando a observação constante da Amazônia, explica Waldir Paradella, pesquisador da divisão de sensoriamento remoto e meteorologia espacial do INPE.

Com a nova tecnologia, os dados sobre a Amazônia serão ampliados e completados. O INPE divulga um relatório anual sobre a taxa de desmatamento na Amazônia brasileira, através de imagens dos satélites norte-americanos. O Instituto já montou, em Cuiabá, Mato Grosso, uma estação de recebimento das imagens do futuro satélite.

OBSERVAÇÕES — O avião canadense Convair-580 irá sobrevoar cinco áreas da Amazônia representativas da região: Carajás, no Pará, foz do Rio Tapajós, Tucuruí, e duas áraes no Acre, que possuem florestas desmatadas. Com a simulação, os pesquisadores querem identificar como o radar, que será colocado no Radarsat, se comportará na Amazônia. Os dados serão estudados para que os pesquisadores possam formular metodologia apropriada para interpretação das imagens do satélite.

A simulação custará US$ 1,5 milhão e será financiada pela Agência Espacial Européia (ESA). O experimento faz parte de um projeto maior, chamado de *South American Radar Experiment* (Experimento de Radar Sul-Americano, Sarex-92), do qual participam cinco países das Américas: Colômbia, Venezuela, Costa Rica, Guiana Francesa e Suriname. Os pesquisadores brasileiros, responsáveis pelos trabalhos em cada uma das cinco áreas, irão para o Canadá, no Centro Canadense de Sensoreamento Remoto (CRRS), para trabalhar na interpretação dos dados.

Durante o período em que estiver no Brasil, o Convair-580 será acompanhado pelo avião Bandeirantes do INPE, que irá tirar fotos aéreas do visível da área que o radar estiver "olhando". A chegada do avião canadense, em Belém do Pará, está marcada para o próximo dia 12. (ABR)



Exploração espacial: *Brasil também se prepara para lançar satélite*

Collares vai substituir auxiliares até junho

☐Tomazzelli e Loureiro devem concorrer a prefeito em Gramado e Santo Ângelo. Devido a pressões, as trocas podem acontecer também na Fazenda e na Cultura

Após retornar da sua viagem ao exterior, o governador Alceu Collares vai substituir pelo menos três dos seus auxiliares diretos. Dois deles sairão com certeza até junho. O secretário especial de Assuntos Internacionais, Luiz Carlos Tomazzelli, confirmou que deixará o governo para concorrer à prefeitura de Gramado. O mesmo motivo tem o presidente da Cohab, Adroaldo Loureiro, que disputará a eleição para prefeito de Santo Ângelo, onde os trabalhistas não vencem há 30 anos. Collares até já dispõe de nomes para as duas secretarias. Tanto Loureiro como Tomazzelli, no entanto, só anunciarão suas candidaturas no final de maio ou em junho, mês das convenções municipais, o que adiará as mudanças.

Outros dois secretários, Orion Cabral, da Fazenda, e Mila Cauduro, da Cultura, estão com sua permanência no governo ameaçada devido à pressão de líderes pedetistas. Orion tem a sua atuação contestada desde que foi convidado para a secretaria, mas a pressão agora está ainda mais forte devido a problemas ocorridos na concessão dos índices de reajuste salarial do funcionalismo.

Muitos deputados pedem que o governador nomeie para a Fazenda um secretário com maior trânsito na bancada, já que Orion Cabral é eminentemente técnico. Cotados para o lugar de Orion estão o atual presidente do Banrisul, Flávio Obino, e a ex-mulher do deputado estadual Carlos Araújo, Dilma Linhares, que colaborou com Collares na elaboração do seu programa de governo.

PONTO FRACO — Mila Cauduro também tem sido muito criticada pelos líderes do partido, principalmente por deputados estaduais. A área da Cultura acabou se transformando num dos pontos fracos da administração Collares, depois que a secretária de Educação, Neuza Canabarro, suspendeu as cedências dos professores que estavam trabalhando neste setor. Com a medida, a Secretaria da Cultura perdeu boa parte de seu quadro de pessoal, praticamente todo ele composto por professores da rede estadual.

O deputado Sérgio Jockymann é quem tem mais chances de substituir Mila Cauduro, mas ele garante que não quer deixar a Assembléia. "Fiquei um ano observando como as coisas aconteciam e agora quero participar mais do Legislativo", explicou. Além disso, apesar de solicitada, a saída de Mila pode causar constrangimentos a Collares por causa da amizade da secretária com Neuza Brizola, mulher do governador do Rio, Leonel Brizola. As pressões vindas da Assembléia provavelmente farão com que o governador promova alterações também na diretoria da Companhia Riograndense de Saneamento.

Z**FIM COL 2**

Mudança na Casa Civil está ameaçada

☐O governador Alceu Collares manterá Nagelstein no governo se indicação para a Justiça Militar for inconstitucional

O governador Alceu Collares afirmou ontem que o chefe da Casa Civil, Mathias Nagelstein, permanecerá no cargo se ficar confirmado o impedimento constitucional alegado pelos auditores do Tribunal de Jutiça Militar para a sua indicação. Depois de fazer um apelo para o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, não sair do governo — com elogios pelo esforço em conseguir um bom preço mínimo para a comercialização da safra —, o governador admitiu que Mathias pode permanecer no cargo. Na quarta-feira, Collares anunciou a saída do chefe da Casa Civil para que ele pudesse ocupar uma vaga no Tribunal e prometeu para hoje a escolha do substituto.

Na segunda-feira, um grupo de auditores do Tribunal entregou ao presidente da Assembléia, Cézar Schirmer, um dossiê questionando a indicação de Mathias para a vaga aberta com a aposentadoria de Romeu Martinelli. De acordo com o dossiê, a lei estadual prevendo que todos os juízes do órgão serão nomeados pelo governador é inconstitucional. Os auditores evocam o artigo 94 da Constituição Federal para afirmar que a vaga de Martinelli deve ser preenchida através de uma lista sêxtupla elaborada pela entidade de classe — no caso a secção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS) —, a ser aprovada pelo Tribunal.

"Se não for possível [illegible] obstáculo, ele fica comigo [illegible] no", garantiu Collares. Mas, [illegible] que confirmado o [illegible] thias no Tribunal de Justiça [illegible] o governador já tem o [illegible] tituto, ainda que se [illegible] lá-lo. "Ainda não fiz o [illegible] tificou. "Seria uma [illegible] alguém publicamente sem [illegible] lo com antecedência".

Rio Grande tem mais verbas do Orçamen

□As emendas da bancada ao projeto original do governo garantiram um aumento de 35,8% nos recursos. O RS contará com US$ 460 milhões

ILIMAR FRANCO
Brasília/ZH

A aprovação de emendas dos parlamentares gaúchos ao Orçamento da União para 1992 engordou em 35,8% o volume de recursos inicialmente destinados pelo Executivo ao Rio Grande do Sul. A Comissão Mista de Orçamento acolheu 541 emendas dos parlamentares gaúchos, elevando a parcela de recursos destinadas ao Estado, de US$ 295 milhões, de acordo com o projeto de lei enviado ao Congresso, para US$ 460 milhões. Estudo promovido pelo Departamento de Orçamento e Finanças da Secretaria da Fazenda revela que o esforço da bancada federal elevou em US$ 165 milhões os recursos federais para obras no Estado.

O grande campeão de emendas aprovadas foi o deputado Antônio Brito (PMDB), que emplacou 87 das propostas que apresentou. Destacaram-se também, com um grande volume de emendas aceitas, os deputados Wilson Müller (PDT), com 67 emendas, Carlos Cardinal (PDT), 53 emendas, e Victor Faccioni (PDS), com 39 emendas. Na bancada gaúcha, formada por 31 deputados e 3 senadores, apenas três parlamentares não tiveram nenhuma emenda aprovada, os senadores José Paulo Bisol (PSB), José Fogaça (PMDB) e o deputado Mendes Ribeiro (PMDB).

O QUE FOI APROVADO

Entre os pedidos dos deputados gaúchos aprovados pela Câmara Federal e incluídos no Orçamento Geral da União de 92, figuram dez obras consideradas prioritárias para o Estado. Terão recursos federais assegurados, este ano, a construção dos seguintes trechos de estradas: Soledade-Canguçu (BR 471) orçado em US$ 3,422 milhões; a Rota do Sol (BR 453), US$ 1,141 milhão; Cerro Largo-Porto Xavier (BR 392) US$ 5,703 milhões; Santiago-Cruz Alta (BR 377), US$ 3,803 milhões; Vacaria-Bom Jesus (BR 285), US$ 4,561 milhões; e o trecho Arroio do Tigre-Santo do Jacuí (BR 481), US$ 1,885 milhão.

Além disto, foram aprovadas as restaurações dos trechos Lajeado-Estrela (BR 386) com US$ 3,422 milhões; e Pelotas-Santa Maria (BR 392), com US$ 10,650 milhões. No Orçamento da União para 92 foi incluída, ainda, a restauração dos Molhes do Porto de Rio Grande, cujo investimento será de US$ 337 mil e a reforma e ampliação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, para a qual foram destinados US$ 981 mil. O total de recursos empenhados às obras consideradas prioritárias no Rio Grande do Sul é de US$ 35,9 milhões.

CARIMBADAS — A análise da Secretaria da Fazenda revela, entretanto, que o *lobby* gaúcho não foi tão eficiente. Das 31 emendas prioritárias apresentadas pelo governador Alceu Collares e subscritas por toda bancada federal, apenas dez foram acolhidas no Orçamento 92, representando apenas US$ 35,9 milhões. O deputado Carlos Cardinal (PDT), que coordenou todo o trabalho político do governo estadual na Comissão Mista de Orçamento, explica que a tarefa mais importante ainda está por ser feita.

Ele lembra que de nada adianta aprovar as emendas sem que estas verbas "carimbadas" — pois o parlamentar pede para um destino certo — sejam liberadas. Afinal, estes recursos, provenientes de emendas parlamentares são as preferidas nos contingenciamentos baixados pelo Ministério da Economia.

A bancada gaúcha, nesta verdadeira guerra para distribuir os recursos federais, fez a proeza de incluir duas obras novas no Orçamento, a construção da BR 471, ligando Soledade a Canguçu, e da BR 481, entre Arroio do Tigre e Salto do Jacuí. O relator geral da Comissão Mista, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), atual ministro da Ação Social, justificou a concessão como necessário para preparar o Sul do país para o Mercosul. Neste episódio, teve destaque a atuação do senador José Paulo Bisol (PSB), que embora não tenha nenhuma emenda aprovada, conseguiu a inclusão das duas obras junto ao relator parcial do DNER, o correligionário Sérgio Guerra (

PLURIANUAL — O Pla[...]nual, destinado a definir [...] linhas dos investimentos [...]derais de 1993 a 1995, qu[...] debate no Congresso, é a [...]cupação da bancada fe[...] acordo com o assessor par[...] de orçamento da Secretar[...]zenda, Júlio Brunet, respo[...] "Avaliação Preliminar da [...] Gaúcha na Aprovação do [...]to 92", adverte que o Pla[...]nual poderá consagrar dis[...] distribuição de recursos fe[...]

Pelo Plano, enviado pelo [...]vo ao Congresso, a regio[...] dos recursos federais seri[...] seguinte forma: Norte 4%, [...] 13%, Sudeste 28%, Sul 8% [...] Oeste 12%, Nacional 34% [...]rior 1%. Como o Plano s[...] parâmetro para a elaboraç[...] de Diretrizes Orçamentári[...] aprovada a cada ano, a dis[...] dos recursos no Plano Pluri[...]dem ser usados como model[...] de dividir o bolo orçament[...] os anos. Assim, explica o as[...] o risco de que os atuais pe[...] destinados a cada região e [...] fiquem cristalizados.

VIAGEM DO GOVERNADOR

Collares fala a empresários japoneses

☐A comitiva foi recebida pela Jetro. Ficou acertado o desenvolvimento de um projeto para a formação de técnicos em mercado

ROGÉRIO MENDELSKI
Enviado Especial

Tóquio — O governo gaúcho conseguiu um fato inédito no capítulo das relações comerciais entre o Brasil e o Japão, ontem à tarde em Tóquio. Durante três horas e meia, no auditório da Japan External Trade Organization (Jetro), o Rio Grande do Sul foi apresentado a empresários japoneses que debateram com o governador Alceu Collares, com os secretários Luiz Carlos Tomazelli, da Integração e Cláudio Ryff Moreira, do Desenvolvimento Econômico e Social, e com e os empresários Dagoberto Lima Godoy, vice-presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Hugo Giudice Paz, presidente da Federação da Agricultura do Estado (Farsul), e Renato Malcon, presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas (ADVB/RS).

O embaixador brasileiro, Carlos Perez, também participou do encontro e com a sua autoridade de representante oficial do Brasil referendou a presença gaúcha junto a Jetro. Esta foi a primeira vez que um estado brasileiro ganhou uma tarde inteira em forma de seminário nessa organização empresarial japonesa que tem fama de ser reservada e exigente nos seus contatos com empresários e governos estrangeiros. Mas não foi fácil acertar esse seminário com a Jetro.

Desde janeiro, o secretário Luiz Carlos Tomazelli vinha mantendo correspondência com a Jetro depois de uma visita pessoal naquele mês. Quando a Jetro aceitou ser co-patrocinadora do seminário realizado ontem, a embaixada brasileira passou a coordenar todos os contatos com o Rio Grande do Sul para evitar algum imprevisto ou falhas. Os japoneses são exigentes quando aceitam sentar para ouvir estrangeiros falarem de seus países, mas ontem eles estavam satisfeitos com as informações e o material apresentado pelo e sobre o Rio Grande do Sul.

CONTATOS — Os dois dias inteiros passados em Tóquio foram muito produtivos para o Rio Grande do Sul, pois a agenda estabelecida de comum acordo entre o governo gaúcho e a embaixada brasileira, apesar de apertada, foi cumprida sem falhas, rigorosamente nos horários determinados. E horário é algo que os japoneses não fazem concessão em hipótese alguma. Em todos os encontros, os empresários japoneses cronometram o tempo previamente comunicado para durar as apresentações.

Ontem, além do seminário na Jetro, houve, pela manhã, dois encontros paralelos: o governador Alceu Collares e parte da comitiva foram fazer uma visita de cortesia ao governador de Tóquio (Tóquio tem um governador que administra o distrito federal, como Brasília), Shoichi Suzuki que está no cargo há quatro mandatos consecutivos, sempre reconduzido por eleição direta. O outro contato no mesmo horário ocorreu na Câmara de Comércio e Indústria do Japão com o secretário Ryff Moreira chefiando o grupo de empresários que debateu com os japoneses.

A Câmara de Comércio e Indústria do Japão tem escritórios na Argentina, Peru e Chile e trata dos interesses japoneses nesses países. Como não há escritório no Brasil, Ryff Moreira convidou a Câmara para abrir a sua representação em Porto Alegre, já com vistas ao Mercosul. Os japoneses receberam de Ryff Moreira a sugestão para fazer uma feira de produtos do Japão voltada para o Mercosul, "um mercado de 190 milhões de consumidores ávidos pela tecnologia japonesa".

PROJETO — O presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB), Renato Malcon, acertou com a Jetro a o desenvolvimento de um projeto de cooperação técnica internacional para a formação de especialistas em mercado japonês. O projeto será desenvolvido pela Unisinos em convênio com a ADVB, em nível nacional e já em setembro deste ano haverá o primeiro módulo no Brasil. O curso irá formar profissionais para quadros gerenciais, especializados em mercado japonês e a Jetro irá indicar técnicos que saibam transmitir os conhecimentos e os segredos de se estabelecer relações comerciais com o Japão.

A viagem da comitiva gaúcha ao Japão está encerrada e hoje será a vez de se chegar a Hong Kong, cuja programação prevê uma visita à Feira Internacional de Couro, onde 16 curtumes gaúchos estão expondo seus produtos, e contatos com empresários que compram e vendem produtos brasileiros. Nos dois últimos dias da viagem, há um roteiro em Taiwan preparado pelo empresário Sheun Ming Ling, que representa a Associação dos Empresários Chineses do Brasil. Foi marcado um almoço com investidores locais para que o Rio Grande do Sul possa mostrar as potencialidades de sua Zona de Produtos de Exportação (ZPE). Taiwan poderá se interessar em investir na ZPE gaúcha (zona de Rio Grande) visando fazer negócios com o Mercosul.

Nova Iorque é primeira escala da viagem

A comitiva oficial que acompanha o governador Alceu Collares na visita aos Estados Unidos, Japão, Hong Kong e Taiwan embarcou ontem à noite para Nova Iorque, a primeira escala de uma viagem de 16 dias que pretende trazer investimentos externos e promover a economia gaúcha no contexto do Mercosul. Na segunda-feira, os dez integrantes do governo que compõem a comitiva irão se encontrar em Los Angeles com um grupo de 30 empresários do Estado — representantes de entidades de classe — que acompanharão o governador ao Oriente.

Em Nova Iorque, a comitiva oficial visitará as agências multilaterais de desenvolvimento — Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento — para apresentar propostas de captação de recursos para projetos nas áreas da agricultura, educação e transportes. Os projetos envolvem a captação de aproximadamente US$ 2 bilhões, US$ 1,6 bilhão de dinheiro novo e US$ 350 milhões já em negociação.

Na segunda etapa da viagem, no Japão, a missão participará de uma exposição institucional do Rio Grande do Sul na Província de Shiga, partindo a seguir para Tóquio, onde estão agendadas uma entrevista com a poderosa Keidaren (Confederação das Indústrias do Japão) e a realização de um seminário sobre o Mercosul com a Jetro (agência japonesa de comércio exterior).

Segundo Luiz Carlos Tomazeli, secretário para Assuntos Internacionais e organizador do encontro, o objetivo deste seminário é atrair investimentos e destacar as potencialidades da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) de Rio Grande dentro do Mercosul. "Existe interesse de bancos japoneses de participar com capital de risco em empresas gaúchas, sobretudo no setor de ali-

Empresários buscam recursos japoneses

□A missão empresarial que acompanha Collares ao ao Oriente pretende obter recursos para financiar as microempresas gaúchas e tecnologia às indústrias

A primeira noite da viagem do governador Alceu Collares aos Estados Unidos, Japão, Hong Kong e Taiwan, no sábado já está agendada: dez integrantes da comitiva oficial vão estar na Broadway, para assistir às 20 horas, em Nova Iorque — 22 horas no Brasil — a peça o Fantasma da Ópera. Cada ingresso custou US$ 125,00 (Cr$ 275 mil) o que representa um gasto inicial de US$ 1.250,00 ou Cr$ 2,7 milhões. A viagem inicia hoje à noite pela Varig, direto do Rio de Janeiro para Nova Iorque e encerra no dia 3 de maio.

Na bagagem, além dos aspectos culturais, o governador Alceu Collares está levando projetos e perspectivas de negócios em várias áreas. A meta da viagem é trazer para o Estado US$ 2 bilhões em recursos externos. A comitiva empresarial — 30 representantes de entidades de classe — parte no domingo e na segunda-feira rumo a Los Angeles, onde se encontra com a comitiva oficial e aí, juntos, seguem viagem ao Japão.

Arquivo/ZH



Gianfranco Cimenti

CUSTOS — Os empresários também têm planos e projetos e expectativa de negócios, segundo comentou o representante da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Dagoberto Lima Godoy. O governo do Estado, embora tenha convidado as entidades para integrarem a viagem vai pagar passagem e estadia só para a comitiva oficial. "As entidades pagarão para os empresários", disse o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil, Gianfranco Cimenti.

Cimenti, que viaja na segunda-feira, não vai participar de toda a programação da viagem. Ele visita apenas o Japão e retorna na próxima semana. "O sindicato vai pagar a passagem e as despesas com acomodação ficam comigo", revelou Cimenti, que estima um gasto em torno de US$ 5 a 6 mil (Cr$ 11 milhões).

A agenda de domingo será livre. Amanhã à tarde, antes do teatro, o governador e comitiva vão se encontrar com o gerente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) em Nova Iorque. Na segunda-feira, em Washington, está marcado o primeiro compromisso oficial da viagem na sede do Banco Mundial.

As despesas da viagem não foram totalmente mensuradas. Sabe-se, por exemplo, que cada um dos dez membros da comitiva oficial terá sua passagem e estadia pagas pelo governo do Estado. Os empresários vão pagar suas despesas e ela é variável, porque nem todos cumprirão o roteiro completo.

MICROEMPRESAS — O vice-presidente da Fiergs, Dagoberto Lima Godoy, encontra a comitiva oficial na segunda-feira, em Washigton, onde já tem marcada uma audiência com o Banco Mundial. Na pauta, financiamento para microempresas. "O presidente da Fiergs, Luis Carlos Mandelli, que está nos Estados Unidos, participará desse encontro", informou Godoy.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Construção de Estradas, Humberto Busnello, que vai se encontrar com a comitiva oficial nos Estados Unidos, embarcou [illegible] com a primeira escala em Buenos Aires. Também o [illegible] da indústria Calçados [illegible], Nestor de Paula, [illegible] Associação Brasileira de [illegible] Calçados na viagem do [illegible], embarcou ontem com [illegible], rumo aos Estados Unidos.

Gianfranco Cimenti chega ao Japão com uma agenda cheia, [illegible] palmente em Shiga, e [illegible] do Japão vai também a [illegible] buscar contato com [illegible] e tecnologia para as áreas de [illegible] humanos, treinamento industrial e automação.

Já o presidente da Associação dos Municípios de Turismo Serra e Mar, Eliseu Lemos Padilha, que integra a comitiva do governador Alceu Collares, viaja com o objetivo de atrair turistas japoneses ao litoral e à serra gaúcha. Padilha está levando material gráfico, slides e vídeos de todos os municípios que integram a entidade, incluindo folhetos em japonês.

ESTATAIS GAÚCHAS

Até hoje, Candiota III só gerou dívidas

□O governo investiu US$ 281 milhões na usina, responsável por boa parte da dívida da CEEE. A compra de equipamentos franceses será investigada

MARIA ISABEL HAMMES

Editoria de Economia/ZH

O governo gaúcho já enterrou US$ 281 milhões em Candiota III, mas a termelétrica não gerou, até agora, um único megawatt de energia. Só gerou dívidas: Candiota II e Candiota III são responsáveis por 70% do endividamento da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), avaliado hoje em US$ 2,467 bilhões. Em Candiota II, o investimento calculado é de US$ 500 a US$ 600 milhões, mas opera com pouco mais de 30% de sua capacidade.

A obra de Candiota III, que não foi além da terraplanagem e de alguns galpões para o depósito dos equipamentos que continuam encaixotados na França, está sendo contestada judicialmente e será, em pou[illegible] Comissão [illegible] de Inquérito (CPI) da Assembléia Legislativa. O presidente da CPI, Flávio Koutzii (PT), avalia que a dívida da CEEE, só com esta obra, é de US$ 2 bilhões. A pendência de Candiota III já dura dez anos, exatamente desde a assinatura do contrato para a termelétrica cujo custo projetado era de US$ 400 milhões, lembram fontes do setor, para as quais a obra é um dos piores exemplos de falta de planejamento do setor estatal.

ANGRA — Candiotá? O nome da usina, acentuado erroneamente assim mesmo, é uma palavra conhecida dos franceses, o que dá uma dimensão da polêmica em torno do projeto, com capacidade para gerar 350 megawatts de energia, asseguram as mesmas fontes. O problema de Candiota, que faz parte do complexo termelétrico localizado em Bagé, iniciou em 1981, quando o então ministro Delfim Netto "inventou um pa[illegible]cote de projetos — Angra III, Angra IV e Candiota III" para facilitar a negociação da dívida externa com o Clube de Paris, revelou o parlamentar do PT. Um pacote que objetivava fechar parte da negociação da dívida, contraída no final da década de 60.

Foi acertada a compra de equipamentos para outros projetos do governo brasileiro, entre os quais o da termelétrica gaúcha. A CEEE assinou um contrato de compra de equipamentos da empresa Alsthom, enquanto o financiamento ficou a cargo do banco Paribás. "Um negócio de afogadilho, nem um pouco pensado", avaliou uma fonte do setor.

SUSPENSOS — Na mesma época, porém, as empresas do setor energético começam a sofrer os efeitos da política de achatamento tarifário. Tarifas que, na década de 70, chegaram a alcançar entre US$ 80 e US$ 100 o megawatt/hora, enquanto em 91, por exemplo, a tarifa média ao consumidor final não passou de US$ 51. Diminuída a capacidade de gerar recursos para os investimentos necessários, os pagamentos foram atrasando até acabarem suspensos e, com isso, a Alsthom não enviou os equipamentos comprados. Até hoje, eles permanecem encaixotados na França, significando um desembolso anual, pela CEEE, de US$ 10 milhões pela estocagem, dos quais US$ 3 milhões de "custo financeiro dessa guarda, algo que não existe", denunciou o deputado Koutzi.

FEDERALIZAÇÃO — Agora, a idéia em estudo é a federalização de Candiota III, onde trabalham 50 funcionários. A União assumiria o projeto, enquanto a participação da CEEE se resumiria aos US$ 281 milhões já gastos. É preciso, também, resolver a questão de Candiota II, usina com capacidade para gerar 446 megawatts e onde trabalham 700 funcionários. O projeto do complexo termelétrico, localizado em uma área de quase 3 mil hectares, iniciou há 31 anos com a unidade de Candiota I, desativada em 1974.

Atualmente, 90% da energia no Brasil é hídrica (no mundo essa participação é três vezes menor) e só 2% do modelo nacional é gerado pelo carvão. Na Alemanha e Estados Unidos, por exemplo, a participação do carvão é de 25%, enquanto no Japão e na Comunidade dos Estados Independentes é de mais de 30%. O Rio Grande do Sul possui 86,4% das reservas de carvão mineral do Brasil, avaliadas em cerca de 32,4 bilhões de toneladas.

A região de Candiota detém 38% das reservas nacionais, ou seja, 12,3 bilhões de toneladas, das quais 3,9 bilhões de toneladas mineráveis a céu aberto. Pelos cálculos da CEEE, a utilização de 70% desses 3,9 bilhões de toneladas possibilitaria gerar 17 mil megawatts, o equivalente a cerca de um terço da capacidade instalada no país. O preço do megawatt médio de Candiota, em 1991, foi de US$ 38.

Collares critica Collor por discriminação

José M[illegible]

PORTO ALEGRE — O governador gaúcho Alceu Collares (PDT) [illegible] presidente Fernando Collor de [illegible] "discriminação [illegible]" em relação ao Rio Grande [illegible] [illegible] separatista [illegible] discordância política", [illegible] episódio da mudança ministerial, quando não foi [illegible] pelas reuniões em Brasília, a [illegible] governadores.

Na sua mais dura crítica ao presidente da República, Alceu Collares disse que "do presidente Collor não recebi nada", lembrando que o estado, responsável por 8% do PIB, só recebe, de volta, pouco mais de 4%, e isto por força da [illegible] que alteraram o [illegible] União já que a previsão [illegible] retorno de apenas 2,17% [illegible] presidente da República de submeter seus ministros e auxiliares não confirmados nos cargos a "um processo de tortura, quando deveria substituí-los imediatamente e não manter esta situação de suspense." A afirmação foi feita antes da consolidação da reforma ministerial.

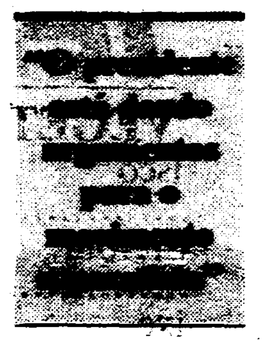
Collares qualificou o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, de "assessor amador" por uma série de erros que cometeu, como o convite antecipado a Hélio Jaguaribe para só depois procurar o PSDB para uma composição, renovando o convite a ter proposta inicialmente rejeitada. "Falta política [illegible] grandeza de estadista" disse Collares, referindo-se a Bornhausen: "É uma política muito *feijão-com-arroz*, falta talento, [illegible] política."

O governador gaúcho lembrou as promessas de Collor na campanha eleitoral em relação ao Rio Grande do Sul e as raízes e o parentesco (o presidente é neto do gaúcho Lindolfo Collor, primeiro ministro do Trabalho do Brasil, no governo Getúlio Vargas) com o estado, para uma esperança frustrada de um melhor tratamento da União para com o estado.

"A discriminação não é apenas do presidente Collor. Sofremos até quando presidentes eram gaúchos, como Getúlio Vargas [illegible] que tinham escrúpulos em [illegible] à terra natal. Tivemos depois os presidentes gaúchos Garrastazu Médici, Costa e Silva, Ernesto Geisel e um presidente que fez curso de gaúcho (João Figueiredo). Nas últimas décadas, não me consta que tenha sido feita uma grande obra no estado como decisão daqueles presidentes. Houve o Pólo Petroquímico, mas foi uma luta da Assembléia Legislativa, liderada pelo Pedro Simon (atual senador do PMDB)."

"Esta discriminação tem sido uma sina do Rio Grande do Sul. Estamos no fim do Brasil, esquecem da gente. Só para exemplificar: na ampliação [illegible] rodoviária federal no país, de um total de 1.934 quilômetros previstos, o Maranhão ficou com 140 quilômetros, o Mato Grosso com 118. E o Rio Grande do Sul ficou com apenas 18. E o presidente Collor não fez ainda uma visita oficial ao estado, para conversar com o governador, com a sociedade gaúcha. Esteve duas vezes para o encontro dos presidentes do Cone Sul, em Canela, porque o estado é o centro do futuro Mercosul e, outra vez, a convite dos produtores e arrozeiros, para abertura da safra de arroz. Mas não fez uma visita específica, oficial, ao Rio Grande do Sul", queixou-se Collares.

Ele não escondia sua indignação na questão da mudança do ministério, já que nem Collor nem Bornhausen "foram capazes de me contar e o Bornhausen chegou a me dizer, por telefone, que o presidente só falaria com os governadores que estivessem em Brasília, quando a imprensa mostrou, no dia seguinte, que os governadores foram convocados. Foi uma discriminação do presidente para com o Rio Grande do Sul. Como governador estou segurando, assim como a nossa representação política está segurando, estamos nos manifestando contra um movimento separatista que existe no estado. Mas o presidente Collor está dando argumentos para os separatistas com este descaso e esta descortesia política. O movimento separatista não vai *colar* conosco. O risco é do Rio Grande do Sul, com a eficiência e eficácia de sua educação, anexar o resto do Brasil", brincou.



Quinta-feira passada, Collares disse que a nomeação de Pratini de Moraes e a confirmação de Antônio Cabrera na Agricultura encerravam a polêmica com o governo Collor por não ter sido consultado sobre as mudanças anteriores do ministério. Ele foi informado, por telefonema do ministro Jorge Bornhausen, de que o presidente Collor lhe mandaria carta, explicando que não pretendeu discriminar o Rio Grande durante a troca de ministros. Collares disse que não havia necessidade da carta, pois dava-se por satisfeito com a nomeação de Pratini e a confirmação de Cabrera.

Collares vê Collor, pessoalmente, como "um bom papo, uma pessoa boa, tem aura boa. Como presidente, falta experiência, chegou verde demais na Presidência, o que o levou a escolher *Zélias, Cabrais e Alcenis* e a fazer a campanha que fez contra os partidos. Agora ele se deu conta de que a democracia é o regime de partidos."

Collares reclama do amadorismo de Collor

□Para o governador, quando uma equipe é desmontada a outra já deveria estar pronta. Ele disse que os novos nomes do governo sempre serviram à direita e manterão a recessão

O governador Alceu Collares disse ontem que o presidente Fernando Collor tem agido com amadorismo. "Caso contrário, não tinha escolhido estes assessores", sublinhou, criticando tanto o ministério antigo quanto o atual, que está sendo escolhido depois de a equipe anterior ter sido demitida. "Eles não têm a menor noção do mal que estão fazendo ao Brasil, são amadores que tomaram conta do país", disse o governador, numa referência a nomes como Zélia Cardoso de Mello, Bernardo Cabral e Alceni Guerra, todos exonerados.

Também a nova equipe que está sendo nomeada por Collor até agora só avivou o pessimismo de Collares. "Vai seguir isto que está aí, que é recessão, desemprego e problemas sociais de toda ordem", previu. "O presidente Collor está escolhendo assessores que vieram sempre servindo à direita no Brasil".

Somente em termos de moralidade o governador acredita que haverá alguma melhora, por iniciativa dos novos integrantes do governo. Mas ele não espera muito — "quanto à concepção de governo avançado", ressalta — de ministros como Célio Borja, da Justiça, Ricardo Fiúza, da Ação Social, Reinhold Stephanes, do Trabalho e Previdência, e do estreante Hélio Jaguaribe, secretário de Ciência e Tecnologia.

Para Collares, quando se tira uma equipe a outra já deve estar pronta. "As conversas têm que anteceder a decisão, porque o Brasil está parado", lembra. O governador repetiu ontem os elogios a Antônio Cabrera, da Agricultura, um dos poucos nomes poupados das críticas. "Ele foi um dos únicos ministros nos últimos tempos que conseguiu fazer com que a agricultura tivesse prioridade", disse. Cabrera deve deixar o governo Collor.

O Sul enfrenta São Paulo

Uma frente política dos três estados sulinos (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) está sendo articulada entre os três governadores e as respectivas bancadas parlamentares visando, de um lado, junto com o Nordeste do país, enfrentar o poderio mais marcante da economia paulista e do centro do país e, de outro lado, usar a "tática dos nordestinos" em relação ao Orçamento da União: acompanhar desde o gabinete mais simples dos ministérios o surgimento de propostas do orçamento, passando pelos gabinetes ministeriais até chegar ao Congresso e à posterior liberação de recursos pela pressão política.

A nova estratégia dos sulinos foi revelada pelo governador Alceu Collares: o objetivo é a obtenção de equilíbrio de forças no Orçamento. "Queremos exercer pressão sobre desde o nascedouro." Para ele, o Nordeste já tem participação assegurada, pela Constituição, de 3% no Orçamento, o que significa que os outros estados são discriminados."

Isso também ocorre na redistribuição dos recursos do FGTS. "Há 40, 50 anos que se fala da miséria do Nordeste, com os mesmos argumentos", acusa o governador. "Milhões em recursos são destinados àquela região e o problema não se resolve, já que os recursos não chegam ou não são suficientes, [illegible] os efeitos, não as causas."

Collares aponta [illegible] distorções: a desproporção da representação política. "As grandes armações do autoritarismo para ter maioria no Congresso [illegible] em que Nordeste [illegible] com São Paulo — [illegible] e resto do país." E exemplifica: "Os [illegible] um senador [illegible] 120 mil votos. Sarney foi eleito com um pingo de votos." Collares quer unir-se aos nordestinos para que o gasoduto que está em estudos para importação de gás natural seja originário da Argentina, passando pelos estados sulinos, e não da Bolívia, passando por São Paulo, como querem os paulistas.

SECRETO

1/4

D. E. I.
E.M.P.2DO.CTE.
MONTEVIDEO.
061000/MAY/992.
IR - 91

ARCHIV

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION NRO.206/EMP/992.

I . EVALUACION: A - 2.-

II . RESPONDE A: Información existente en este Estado Mayor Personal.

III . T E X T O:

SE ADJUNTAN 3 (TRES HOJAS).-

IV . ACCION TOMADA: Confección del presente PARTE.

V . DISTRIBUCION: ORIGINAL..........C.G.E.

1 COPIA............D.G.I.D.

1 COPIAS...........ARCHIVO.

DOC. MUY LEGIBLE

Por el 2do. Comandante de la D.E.I. y por su orden.

EL J.E.M.P.2DO.CTE.D.E.I.

Tte.Cnel. ELMAR CASTIGLIONI.-

CD/pn

FECHA 21/8/92

Procesado a S

OBSERVAC.

001/4

Montevideo,05 de Mayo de 1992.-

REFERENTE_A: Acto central del PIT-CNT del 01-MAYO

Día_30/4/92 - H.23.00: Se efectuó una recorrida por el lugar designado para los actos (Av.Del Libertador y Colonia) pudiéndose constatar que el tránsito ya ha sido cortado a la altura de la calle Mercedes por el Norte, y Colonia por el Sur.-
También se constató la presencia de unos 10 individuos en clara actitud de vigilancia del sector delimitado para el acto.-

Día_1o./5/92 - H.04.00: En nueva recorrida se constató que la gente allí presente es la misma anteriormente mencionada.-
H.13.00: Finalizada la construcción del estrado se pudo definir que los intervinientes en toda la preparación pertenecen a distintos sectores frentistas, principalmente P.C.U. y M.L.N.-T.-
Respecto a la seguridad, más allá de que uno de sus responsables sea P.C.U., se estima que los integrantes hayan sido seleccionados por los Sindicatos y no por una organización política determinada.-
Referente a este aspecto (Seg.) el desarrollo no fue tan organizado como el año anterior donde incluso se utilizaron equipos de radio.-
H.15.45: Con una concurrencia estimada entre 12.000 y 15.000 personas dió comienzo el acto con una introducción artística a cargo de la murga Falta y Resto.-
Entre los dirigentes presentes se cita a Liber SEREGNI, Tabaré VAZQUEZ, Danilo ASTORI, Juan José CROTTOGINI, Jaime PEREZ, BALIÑAS, LEZCANO, DA SILVA TABARES, ETC.-

- Después de unos 30´ a cargo de la murga comenzó la parte oratoria con la palabra de Leonel_GONZALEZ de la Central de Trabajadores de Cuba, el cual planteó el problema cubano y dio gracias a la solidaridad del pueblo uruguayo la cual ha superado las expectativas pensadas.-

- Posteriormente le siguió **Gustavo_GONZALEZ** de la Intersocial.-
Cabe destacar que su oratoria estuvo interrumpida por protestas y gritos de rechazo a viva voz de parte de un sector de manifestantes de la UTAA, anarquistas, Convergencia Socialista y Grupo ESPARTACO (unos 50 aprox.).-

- Estos desplegaron pasacalles que lucían entre otros "POR UNA DIRIGENCIA SINDICAL CLASISTA" y coreaban slogans como "BASTA YA DE DIALOGAR, A LA CALLE Y A LUCHAR" - "MENTIROSOS, MENTIROSOS".-

- Incluso se produjeron algunos altercados entre el cordón de seguridad y los manifestantes. Este hecho tomó por sorpresa a los organizadores, pues contaban con que el grupo "del Espinillar" y sus simpatizantes ya habían sido "neutralizados" y no generarían inconvenientes.-

- Estas manifestaciones estuvieron rechazadas con el aplauso del público y las palabras de los oradores que respondieron a los

manifestantes.-

- Entre otras cosas **Hugo DE MELLO** de F.ANCAP quien fue otro de los siguientes oradores dijo: "A aquellos que piden medidas radicales por un día, y que al otro se van para la casa; les decimos que no podrán dividirnos".-
Se destaca que éste fue el orador más fervoroso y que incluso parte de su alocución fue espontánea debido a los hechos mencionados.-

- Posteriormente hizo uso de la palabra el dirigente **Richard DE LOS SANTOS** en representación de los trabajadores del Espinillar y PAYLANA.-
El mismo practicamente repitió las palabras vertidas en el acto del 30/4/92 en Agraciada y Freire al arribar los marchistas del Espinillar a Montevideo.-

- Además de explicar el problema suscitado con las Fábricas, a cuyos trabajadores representa, emitió críticas por un lado al Gobierno y por otro a trabajadores discrepantes llamándoles "Apóstoles del desánimo".-

- Por último hizo uso de la palabra el dirigente de AUTE **Carlos CURBELO**, quien entre otras cosas habló de salarios, seguridad social y de la ley de Empresas Públicas.-

- Al finalizar el acto, en este lugar no se produjo ningún tipo de incidentes con los manifestantes ya que éstos se fueron retirando en forma pauliatina y ya sin corear ninguna consigna.-

- Cabe acotar que SEREGNI, ASTORI y CROTTOGINI se retiraron del acto en el auto Fiat Polonez 208.815 conducido por **Hernan CASTRO BANUTTI** (Seg.P.C.U.) quien además es propietario de dicho vehículo.-

- Los llevó hasta el local Central del F.A. sito en Colonia y Ejido.-

SEGURIDAD.-

El dirigente sindical Jorge SILVANO solicitó al S.U.N.C.A. pocas horas antes del evento, que brindara la seguridad en las proximidades del palco. Ello derivó en una notoria falta de coordinación en el dispositivo, lo cual obligó a reiteradas improvisaciones en el transcurso de los incidentes protagonizados con la gente "del Espinillar".-
Durante el desarrollo del acto se constató la actuación de varios elementos del P.C.U. los cuales se movían entre el cordón de seguridad dispuesto por el PIT-CNT y el Estrado.-
Estos (los cuales sumaban 25 aprox.) se mantuvieron constantemente alerta debido a los incidentes de comienzos del acto.-

- Salvo 4 o 5 de ellos que usaba un brazalete azul el resto no usó ningún tipo de distintivo.-

- Debido a la falta de organización en el cordón de seguridad se vió varias veces desplazado por el público presente.-

- Entre los elementos del P.C.U. que se encontraban presentes se identificó a:

- Antonio	Ramón	DI CATTERINA	PAMPIN
- Wilson	Ramón	ESPINOSA	PIMENTEL
- Oscar		RORRA	SALDANHA
- Ramón		EIROA	RODRIGUEZ
- Hernán		CASTRO	BANUTTI

RESERVADO

ARCHIVO

EJERCITO NACIONAL
C.G.E. E.M.E.
DEPARTAMENTO II (INT)
M O N T E V I D E O.-
300830 - ABR - 1992.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I)No.147/B/BIO/992.-

I.- EVALUACION: -Omitida.-

II.- RESPONDE A: -PP.II. Nros.07, 08 y 09/992 de la D.G.I.D..-

III.- T E X T O : -Referente a los ciudadanos mencionados en los Pedidos de referencia, se informa que no registran antecedentes en este Departamento.-

IV.- DISTRIBUCION:

D.G.I.D. Ejemplar No.01
ARCHIVO Ejemplar No.02

V.- ACCION TOMADA: -Confección del presente Parte.-

El Jefe del Departamento II (Int) del E.M.E.
Coronel
GILBERTO V. VAZQUEZ

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO DEPARTAMENTO II DIVISION PLANES REPUBLICA O. DEL URUGUAY

08 05 92
9203655

001|1

1 MAYO 1992
Archivo
9203655

RESERVADO

SECRETO

ARCHIVO 1/4.

D. E. I.
E.M.P.2DO.CTE.
MONTEVIDEO.
061400/MAY/992.
CA - 57

PARTE_ESPECIAL_DE_INFORMACION_NRO.207/EMP/992.

I . EVALUACION: A - 2.-

II . RESPONDE_A: Información existente en este Estado Mayor Personal.

III . T_E_X_T_O:

SE ADJUNTAN 3 (TRES HOJAS).-

IV . ACCION_TOMADA: Confección del presente PARTE.

V . DISTRIBUCION: ORIGINAL..........C.G.E.

1 COPIA............D.G.I.D.

1 COPIAS...........ARCHIVO.

E.M.P. 2do. Cte. D.E.I. JEFE República O. del Uruguay

Por el 2do. Comandante de la D.E.I. y por su orden.

EL J.E.M.P.2DO.CTE.D.E.I.

Tte.Cnel.

ELMAR CASTIGLIONI.-

CD/rs

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION

08.05.92
SSD (I)
9203657

001|4

SECRETO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 11 MAYO 1992
Pase a Dpto. GRAFICO - Resolucion
Nº de 9203657

Montevideo, 06 de Mayo de 1992.

REFERENTE_A: Arribo de marcha del Espinillar a Montevideo.

Con motivo del arribo de los marchistas del Espinillar a la ciudad de Montevideo el 30-ABR-92 y ante la convocatoria a una concentración por parte del PIT-CNT, en Agraciada y Freire se establece que en dicha intersección se encontraba a modo de estrado la camioneta 515.060 con equipo de amplificación de la Empresa SELENIUN.

- La cantidad de gente allí presente oscilaba entre los 2.500 a 3.000 encontrándose obreros de gran cantidad de Empresas las cuales habían realizado un paro para asistir a dicho evento.

- También allí presentes se encontraban dirigentes del PIT-CNT de organizaciones frentistas y Nuevo Espacio.

- Entre ellos se destacan, **Héctor LEZCANO (PDC)**, **Lucas PITTALUGA**, **León LEV**, **Daniel BALDASSARI**, **Richard READ**, **FERNANDEZ HUIDOBRO**, **José BENTANCUR** (Dirigente ANCAP), **Jorge SILVANO**, etc.

H. 10:35 - Arriba al lugar la marcha disponiéndose los marchistas alrededor del estrado.
Quien hace la introducción al acto (integrante del PIT-CNT y responsable de los equipos de amplificación) menciona que acompañando la marcha vinieron 14 ómnibus desde Constitución, Belén y Salto con los familiares y amigos de los marchistas.
Además menciona que recibieron muchos ofrecimientos de organizaciones sociales para alojar a los 600 entre marchistas y familiares.
Entre ellos están el Club Progreso, el Club Arbolito, Asociación Cristiana de Jóvenes de La TEJA, la Parroquia de La Teja, la Capilla Obrera de La Teja, CO.VI.TEA., el Sindicato de BAO y vecinos del Plan 40 Semanas de Conciliación y el Yí.
- A continuación de esto hace uso de la palabra en representación de la Iglesia, el Cura **Miguel Angel BRITO** de la iglesia de la Aguada quien compara esta marcha con la que hizo Artigas de Montevideo a el Ayuí.
- Expresa que en esta marcha está la dignidad de toda América Latina. Que en ella está representado el esfuerzo que hacen miles de jóvenes que se desplazan buscando trabajo, tanto hacia el interior del País como desde el interior a la Capital, y aquellos otros que hacen filas para irse al extranjero en busca de una oportunidad.
- Cuestiona que se piense darle trabajo a los hermanos

de la ex-URSS que vengan al Uruguay, mientras no hay trabajo para los propios Uruguayos.
- También menciona que en la Cruz que viene en la marcha, está representando Cristo que marcha con ellos.
- Por último convoca a que todas las organizaciones Sociales luchen al lado de los marchistas para conseguir una sociedad más justa y cambiar las estructuras del País.

- Posteriormente hace uso de la palabra el obrero **Sergio** MACEDO **MATEO** (marchista) del Sindicato de PAYLANA de Paysandú.
- Este detalla que la marcha está enmarcada dentro del Plan de Movilizaciones de la Central Obrera y la intención de trasmitir y hacer saber a la gente los problemas que están viviendo los trabajadores del Litoral del País.
- Manifiesta estar muy emocionado y alentado por el apoyo de la gente, que demuestra que todavía hay muchos dispuestos a la lucha contra el desánimo, contra el "no se puede".
- Además agradece la colaboración de alimentos a lo largo de toda la marcha.
- Critica al Ministerio de Trabajo y Ministerio del Interior; a éste último porque les ha hecho filmaciones de sus movilizaciones en la Ciudad de Paysandú como forma de presión.
- Especifica que el conflicto de PAYLANA afecta a 700 personas en Paysandú y critica también a los políticos, incluso a aquellos que en determinado momento se acercaron a los trabajadores en conflicto y "luego de ver como venía la mano se han abierto".
- Emite duras críticas al MERCOSUR y a los empresarios que desde Punta del Este o viajando por Europa, hambrean a los trabajadores.
- También se queja de que los "rompe huelgas" que han tomado las empresas hacen horas extras en uso y abuso de las leyes de las empresas, con total impunidad.
- Resalta la idea de que las cosas se cambiarán haciendo este tipo de movilizaciones (marchas) y no hablando 10 horas como hacen algunos.
- No por ello descartan las negociaciones pero dice:"Son importantes las negociaciones, pero no cuando se negocia de rodillas, son importantes con la gente marchando".
- Hace otra crítica a aquellos que "dan riña desde afuera". "Eso no sirve; que primero se ganen el espacio adentro y luego entonces sí que hablen". "La lucha se da desde adentro".
- Para finalizar dice que para cambiar el País se van a necesitar muchas marchas, pero que por ahora se vuelven a su ciudad con esperanzas porque la gente ha apoyado.

- Continuando toma la palabra el Presidente de la filial de Espinillar de la Fed.ANCAP Richard_DE_LOS_SANTOS.

- Comienza expresando el problema al cual se enfrenta el "Espinillar". Narra toda la lucha que han venido desarrollando los trabajadores del Espinillar a través del tiempo.
- Manifiesta que es un gremio fuerte, que ha dado demostraciones de ello y que la dirigencia ha sido responsable.
- Hace especial incapié que para que las cosas funcionen es esencial que los obreros crean en la dirigencia y para que ello sea posible, es imprescindible que los dirigentes "se pongan a la cabeza" (arranca numerosos aplausos del público).
- Continúa expresando la necesidad de que el Espinillar se salve, de todas las cosas que dependen de él y hace un balance económico trágico de su hipotética venta.
- Para finalizar dice que hay que agotar los recursos para evitar que esto suceda y este marcha quiere ser una demostración de que se puede pelear. "Es una bofetada a los_apóstoles_de_la_resignacion", expresa.

- Por último hace uso de la palabra Oscar_LOPEZ, en representación del PIT-CNT.
- Hace un ligero balance de la marcha y emite duras críticas al Gobierno, como que "quieren destruir a la clase trabajadora".
- Bregó porque después de éste hay que seguir luchando con paros generales y más movilizaciones.
- Marca la necesidad de la Solidaridad y la unión para que las cosas caminen.
- Critica a los medios de prensa que han tratado de desvirtuar, desfigurar o desinformar, por Ej. queriendo hacer creer que esto era una marcha cañera.
- Para finalizar expresa que los trabajadores no tienen otra herramienta que la lucha y que ésta debe ser con unidad, única forma de poder derrotar a este Gobierno.

H. 11:30 - Se da por finalizado el acto, convocando para una concentración a la H. 16:00 frente al Ministerio de Trabajo.
- También se convoca a los fogones en la Plaza La Fone, lugar convenido para acampar los marchistas.

FECHA 27/8/92 INICIAL (S1)

Procesado a Sistema D...

OBSERVACIONES

ORIGINAL 1/18

MEMORANDUM No.920175/R.E.I/Fecha : 08.05.92

I: ASUNTO: PUBLICACIONES DEL PCU

II: REFERENCIA: 954-A-I

III: EVALUACION: B-I

IV: TEXTO:

- Se adjunta publicaciones del PCU "CARTA DE MONTEVIDEO" correspondiente al mes de febrero y marzo de 1992.

- Las mismas son correspondiente a la Nro. 1 y 2.

DISTRIBUCION: **SEÑOR JEFE DEL DEPTO.I**

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(**r.m**)

Carta de Montevideo

Periódico del Comité Departamental de Montevideo del Partido Comunista
Viernes 6 de marzo de 1992 -Año 1- Nº2.
Precio del ejemplar: N$ 1.000

Luz roja para la enseñanza

* La CSEU alerta a padres y alumnos, a poco del comienzo del año lectivo.
* Los salarios más bajos en toda la historia de la educación nacional.
* Clases superpobladas y locales insalubres. (Página 8).

Posadas propuso el caos





De Posadas y Braga, su antecesor en el Ministerio de Economía. Los ministros se suceden, pero no sucede nada en beneficio del pueblo...

Sumario

PIT-CNT respondió rápida y duramente

Habla de pautas y topes salariales en niveles de hambre comprometiendo la validez, la razón de ser de toda discusión o negociación salarial, y por tanto comprometiendo al mismo tiempo la credibilidad en las instituciones que supuestamente el Ministro representa. En resumen: propone el caos.

El Ministro habla en nombre del Fondo Monetario Internacional, olvidando que a quien se debe es a la sociedad, al pueblo uruguayo, y a favor de él es que debe gobernar. Con el argumento de salvarnos, nos condena al abismo.

El movimiento sindical en el marco de otras propuestas que vienen analizando los gremios, instrumentará en los próximos días las acciones alternativas ante esta situación que no podemos bajo ningún concepto contemplar indiferentes.

Consideramos no obstante, que otros sectores políticos y sociales coincidirán en la valoración que realizamos ante la grave situación planteada. Y que actuarán en consecuencia, a los efectos de impedir que este plan prospere.

Por nuestra parte reiteramos el llamado expresado en la última Mesa Representativa, a una gran Jornada Cívica de carácter nacional por el Trabajo, el Salario, la Salud, la Vivienda y la Seguridad Social.

El mensaje que el Ministro de Economía y Finanzas, Ignacio de Posadas, dirigió a la ciudadanía el jueves pasado, fue respondido de inmediato y duramente por el Secretariado Ejecutivo del PIT-CNT. El comunicado de la dirección de la central sindical es el siguiente:

El Ministro de Economía acaba de dirigir un mensaje a la población que se destaca no solo por su crudeza y frialdad, sino porque incluye ostensiblemente un desprecio a la opinión pública, a los sectores sociales y políticos involucrados naturalmente en tan compleja y delicada temática, realmente alarmante. Demostrando además una absoluta falta de responsabilidad ante las consecuencias que indudablemente aparejará la aplicación de este paquete de medidas.

En nombre de un pequeño y notoriamente cada vez más aislado grupo político, pretende imponer un plan que, incurriendo conscientemente en el absurdo afirma "cualquiera en mi lugar aplicaría".

El Sr. Ministro habla de mayores sacrificios para todos, cuando en realidad hay sectores que ha rebasado ya todo límite conocido de pobreza y sacrificio.

Habla de la Seguridad Social como de un pecado o una carga que debemos evitar, determinando tácitamente el fin de la solidaridad social y condenando a una muerte segura a cientos de miles de jubilados y pensionistas.

El activo de militantes del PCU de Montevideo aprobó las siguientes resoluciones:

1 - a) Exhortar a los comunistas a luchar por la reconstrucción del Partido, participando en el debate de sus organismos hacia el Congreso Extraordinario del 16 y 17 de mayo.

b) Redoblar nuestro compromiso con la lucha de nuestro pueblo en el enfrentamiento a la política neo-liberal, en momentos en los cuales debemos prepararnos para afrontar la aplicación de la política de shock.

c) Participar en el reforzamiento del movimiento popular, revitalizando sus organizaciones barriales, sindicales y sociales en general.

d) Profundizar nuestra participación por la defensa de las empresas públicas, la vivienda, la salud, la educación, el salario y las fuentes de trabajo.

e) Reafirmar nuestro compromiso de llevar adelante las resoluciones del II Congreso del F.A. y el apoyo al gobierno departamental.

Finalmente, señalamos nuestro compromiso para que el Congreso sea de todos y podamos salir unidos, fuertes y con una propuesta alternativa que exprese los intereses del pueblo y permita avanzar en la conformación del bloque alternativo.

2 - a) Prestar todo su apoyo a los trabajadores de FUNSA, haciéndoles llegar un mensaje de solidaridad junto a una ayuda concreta para la olla sindical.

b) Redoblar la máxima solidaridad con el pueblo cubano, apoyando las campañas y [illegible] para la ayuda efectiva al heroico pueblo de la Isla.

[illegible] Comité Central que, en el [illegible] del conjunto de los [illegible] del Partido [illegible]

[illegible] propiedad del Partido [illegible]

[illegible] del Partido [illegible] del Partido y [illegible] por concepto [illegible]

[illegible], comerciales y [illegible] corresponde al Partido.

[illegible] una instancia [illegible] en cada [illegible]

f) [illegible] del Partido.

4 - a) El activo del PCU [illegible] el funcionamiento [illegible] del Partido, a reorganizar la vida orgánica de las agrupaciones y a través de ellas impulsar [illegible] una gran campaña financiera que permita la posibilidad de un [illegible] de recuperación de un gran Partido Comunista.

b) A los efectos de devolver la confianza de la base en el manejo financiero, el Ejecutivo Departamental continuará dando mensualmente un balance público de lo recaudado e invertido.

Y el Astral se colmó...

Seamos capaces de ocupar nuestro lugar





ARRIBA: *La mesa que presidió el activo en el Astral. De izquierda a derecha, Marina Arismendi ofreciendo el informe, Alicia Pintos y Daniel Banina.* **ABAJO:** *Los militantes comunistas montevideanos colmaron las instalaciones del teatro*

El viejo teatro Astral se colmó, como hacía mucho no veíamos. Los comunistas de Montevideo realizamos un activo, en toda la plenitud del término. Hubo un informe del Ejecutivo Departamental, a cargo de Marina Arismendi, como base para una discusión colectiva. Pero hubo también intervenciones, polémicas, y resoluciones. Y como una planta que renace, cuidada por manos amorosas, en la entrada del teatro, una cola ininterrumpida de compañeros compraba y retiraba el primer número de esta CARTA, que vio la luz ese mismo 21 de febrero. Con avidez, emoción y alegría.

Ante cientos de afiliados, bajo la presidencia de Alicia Pintos, el informe denunció la ofensiva política, ideológica y económica que apunta a implantar el modelo neoliberal. En el reacomodamiento de bloques económicos, se subraya, EE. UU. necesita acrecentar sus niveles de competitividad. La nueva carta de intención firmada, pone el pie en el acelerador de la ofensiva del gobierno.

La democracia y la justicia social se ven duramente sacudidas por esa política: salarios, desaparición de conquistas, salud, enseñanza. Un modelo extranjerizante, con un Estado que renuncia expresamente a parte de su rol, abdicando de su responsabilidad por los riesgos posibles. Desaparición de industrias, cierre de fábricas, condena al agro, desmantelamiento del patrimonio nacional, descenso acelerado del nivel de vida. Ello requiere, señalaba el informe, un movimiento sindical sumiso o desmantelado, una izquierda inoperante, una población dispersa.

"Teniendo claro que la ofensiva económico-social conlleva, necesariamente, una embestida ideológica, tendremos algunas claves más para la interpretación de manifestaciones como la desmovilización, el desánimo, el individualismo, etc.", señaló Marina. Agregando que es necesario "una visión política global, que sustente la interrelación entre resistencia, movilización y propuesta, expresándose en nuevas formas de accionar sindical".

Se refirió al movimiento social con sus múltiples intereses y objetivos, coyunturales o a largo plazo (jubilados, vivienda, mujeres, comisiones pro fomento, de apoyo a la escuela pública, APALES, deportes).

El informe analizó la singularidad del Frente Amplio, coalición y movimiento, revalorizando el papel del comité de base para materializar las resoluciones del II Congreso. Subrayó la necesidad de esfuerzos y aportes para un gobierno de Montevideo, mejor y diferente. "Participar y controlar como garantía de avance en una labor colectiva. Los aspectos de la descentralización, para generar ineludibles avances en una generalización teórica, fueron subrayados con fuerza.

EL PROBLEMA DEL PARTIDO

Ello requiere una respuesta seria, pasando por "una ajustada caracterización de un momento y una etapa de este fin de siglo, de reflujo momentáneo de las fuerzas progresistas, pero preñado de posibilidades *y también de peligros*".

Y agregó: "El método dialéctico al que no hemos renunciado tiene en sí mismo un elemento de conservación y un elemento de negación superadora. Negación que significa continuidad de los rasgos esenciales, definitorios y avance y desarrollo permanente, que eleve a un plano superior".

El informe detalló algunos elementos que nos definen, como "compromiso con el pueblo, nuestra vocación transformadora y revolucionaria, el ser parte de las alegrías, las penas, las luchas, los avances y la derrotas de todos los pueblos, bases de un internacionalismo auténtico que hoy pasa por reforzar en la práctica concreta nuestra solidaridad con Cuba". El problema del Partido, subrayó Marina, pasa por agrupar de manera flexible, con cabida para todos, impulsando todo lo anterior, limando rispideces, que no significa componendas ni deponer posturas, ni abdicar de los diferentes puntos de vista.

"Un Partido Comunista que no palpita, no elabora, no impulsa, no pelea, no piensa, no sintetiza, no generaliza experiencias, no está en medio de la vida, está falto del necesario oxígeno para seguir vivo y para desarrollarse, para cumplir con su cometido", se afirmó.

ALGUNAS BASES PARA UNA RENOVACION NECESARIA

Otro capítulo del informe señaló la necesidad de dar pasos para consolidar un partido crítico, solidario, fraterno, cuidadoso de la ética, inserto y palpitando en y con la sociedad. Ello implica organismos que funcionen con garantía de democracia y verdadera participación y direcciones auténticamente colectivas, con transparencia total.

En este capítulo, el informe se refirió a los problemas surgidos con locales, como el histórico seccional 22 y con viviendas de compañeros, así como respecto a los préstamos de los trabajadores de la prensa. Los datos aportados al Ejecutivo de Mdeo., son insatisfactorios y al respecto el activo adoptó resoluciones.

Por otra parte, se convocó a talleres, foros y seminarios para aportar e investigar, para grandes objetivos y caminos de búsqueda de respuestas.

El informe se refirió al próximo Congreso Extraordinario. "Cada uno de los temas está vinculado a las respuestas que demos hoy al pueblo uruguayo y al mismo tiempo se interrelacionan con aspectos teóricos profundos. Podemos caer en dos serios riesgos: aferrarnos a planteos generales, teóricos, alejados de la realidad, dogmatizando nuestro discurso, o marchar como barco a la deriva, al vaivén de los acontecimientos cotidianos. En este Partido, cada comunista tiene un lugar. No es tiempo de deserciones. Este Partido, uruguayo, frenteamplista y comunista, sabrá sacar fuerzas para madurar, crear, luchar y aportar a este pueblo que lo único que no nos perdonará es que no seamos capaces de ocupar nuestro lugar".

Sería el 13 de marzo

Encuentro de frenteamplistas de Montevideo

El 20 de febrero, el Comité Ejecutivo Departamental de Montevideo del PCU cursó la siguiente invitación a los distintos partidos y movimientos políticos que integran el Frente Amplio:

Hemos sentido la necesidad de invitarlos a un primer intercambio de opiniones y experiencias que colaboren al fortalecimiento de nuestro común trabajo en el Frente Amplio a nivel departamental.

Nuestra disposición se orienta a dar un mayor impulso a las resoluciones del II Congreso del FA, y colaborar aún más en la gestión municipal.

Tenemos sumo interés en encontrar caminos comunes que enriquezcan el Plan de Emergencia, e intensifiquen nuestros esfuerzos en cada barrio de Montevideo.

Les proponemos encontrarnos el 13 de marzo, a las 20 horas, en nuestro local de Río Negro 1531.

Esperando desde ya una respuesta positiva, los saluda fraternalmente,

Por el Ejecutivo Dptal.

Marina Arismendi

Carta de Montevideo
Redactor Responsable:
Daniel L. Berrutti
Felipe Cardozo 2090, Bloque 4 G, Ap. 108, Montevideo
Administrador:
Fausto Pérez
Redacción y administración:
Río Negro 1531 - Tel. 98 78 08 - Montevideo
Permiso en trámite en el MEC
Depósito legal 258833-92
Impreso en los talleres gráficos de Impresora Polo, Paysandú 1179, Montevideo

El C.C. del PCU aprobó comisión preparatoria del congreso extraordinario

En su reunión del 28 de febrero, el Comité Central del Partido Comunista resolvió los criterios y detalles concretos de la realización del Congreso Extraordinario:

■ **Comisión Preparatoria**

Estará integrada por dos (2) compañeros del Comité Ejecutivo del PCU, dos (2) del Comité Central del PCU, dos (2) del Plenario Departamental de Montevideo, dos (2) del Comité Ejecutivo Departamental de Montevideo, dos (2) del Comité Departamental de Canelones y uno (1) por cada uno de los restantes Comités Departamentales. [illegible] miembros deberán ser designados antes del [illegible] 12 de marzo, día en que se realizará la primera reunión de la Comisión Preparatoria. Esta irá incorporando colaboradores para llevar adelante las tareas de organización, finanzas, Comisión Electoral, etc.

Corresponde señalar que el cometido de la Comisión Preparatoria es la de resolver todos los aspectos organizativos y financieros del Congreso Extraordinario. Una vez trazados los detalles fundamentales, los mismos deberían ser aprobados por el Comité Central del PCU.

■ **Proporcionalidad**

Corresponderá un delegado por cada veinte (20) afiliados, más un 50% de delegados suplentes. El 60% de los delegados será directamente designado por las agrupaciones partidarias.

Documento del Comité Departamental de Montevideo de la UJC

Al cierre de esta edición de **Carta de Montevideo**, *recibimos un documento del Comité Departamental de Montevideo de la UJC dirigido a sus afiliados y convocándolos a restructurar dicha organización. El mencionado documento tendrá cabida en el número 3 de nuestro periódico que aparecerá el viernes 20.*

Vale la pena

Ultimamente, a partir de prácticas inadecuadas que han surcado el partido, suele confundirse la adjetivación con lucha ideológica. De tal modo nos abstenemos, a menudo, de la confrontación ideológica.

El enfrentamiento ideológico se expresa en toda instancia, donde se juega la concepción que cada persona tiene de sí, del mundo, de la vida. Cuando la persona en cuestión es comunista, en estos cuestionamientos de sí y del mundo ingresan cuestionamientos acerca del partido, puesto que su apreciación del mundo, de la sociedad, la lucha de clases en la práctica concreta, su sentido de responsabilidad, el amor por sus semejantes, y la pasión para enfrentar las miserias del mundo, un día le llevaron a solicitar ingreso al Partido Comunista.

Los comunistas se cuestionan, hoy por miles, su condición de tales. Tal vez no su condición esencial de comunistas, pero sí la de militantes e incluso la de afiliados al partido. Ello no es extraño, se ha trabajado a fondo para lograrlo, para desmotivar, crear y profundizar la desconfianza, fomentar el desánimo; se ha trabajado desde fuera, como siempre, y desde dentro, como nunca. Vale el dolor, no el abandono.

La existencia o no de un Partido Comunista, de la clase obrera, está en el orden del día. Partido expresión de una necesidad de la clase y del conjunto de los trabajadores, como instrumento de lucha, de síntesis teórica, de aporte político e ideológico a la construcción de un bloque social para los cambios. Partido para apoyar la construcción de un bloque social, democrático radical, cuyo combate por profundizar la democracia cuestione la esencia del sistema al grado de poner al país en camino al socialismo con la participación conciente de la mayoría de los uruguayos.

Expresa y tácitamente, la existencia del partido será eje de la confrontación ideológica hacia el Congreso Extraordinario. Y esta disyuntiva solo se resolverá a favor de las necesidades históricas si se resuelve colectivamente, sin que dirigentes más o menos iluminados resuelvan por todos. Si el Congreso no se resuelve con la participación del conjunto, cada uno deberá luego decidir en soledad, si se aleja o permanece en un Partido que de todos modos ya no será suyo.

Reencontrarnos los comunistas, analizar los temas de la sociedad, del Frente, del partido, adoptar acciones conducentes a la revitalización de la militancia social y política, acciones que fomenten la lucha sindical, la participación de los vecinos en la búsqueda de soluciones para todos, son formas centrales de la batalla ideológica de los comunistas de este tiempo, en este país. Cada vez que dos comunistas reunidos concluyan en que "vale la pena" y por ello se ocupen en resolver los temas de un partido que es suyo, convencidos de que los "problemas del partido" han de resolverse en medio de la lucha social y política, cada vez, renacemos. Se le arranca una victoria a quienes desde donde estén, sueñen en la conciliación de clase y como forma de asegurarla, eliminar al partido de los comunistas.

Demos pues la más firme batalla ideológica, que hoy pasa por ganar para el partido a lo mejor del partido. Ganar a los camaradas.

Pedro Balbi

Para salvar la unidad y el Partido

Finanzas... como en los viejos tiempos...

Como en los viejos tiempos... la campaña financiera hacia el Congreso Extraordinario marcha. Para llegar en mejores condiciones organizativas deberíamos trabajar hacia el conjunto de los afiliados al Partido para discutir con ellos los temas ideológicos y teóricos.

También la autoconstrucción del Partido tiene una herramienta valiosísima, como es CARTA DE MONTEVIDEO, que se está autofinanciando. Esto nos permite llegar a la gente con más facilidad; sin embargo, tenemos que hablarles de la necesidad de la campaña financiera, a pesar de la crisis por la que estamos atravesando. Las enormes deudas que existen y no se sabe muy bien, cómo se generaron, porque no hay una explicación clara por parte de quienes tuvieron la responsabilidad de administrar, nos ponen en la disyuntiva de revertir esta situación o caer en el caos total. Pero tenemos confianza en las medidas que seamos capaces de llevar adelante con el conjunto de todos los afiliados y, además, debemos establecer controles y balances reales. Debemos trasmitirle al conjunto del Partido la cristalinidad tan necesaria en esta hora, para poder avanzar hacia el Congreso Extraordinario de mayo.

Una de las condiciones importantes que Lenin reclamaba era que el partido revolucionario debía autofinanciarse, es decir que sus propios integrantes aportaran parte de sus ingresos para sostener la organización.

Es indispensable que el conjunto del Partido se haga cargo de la campaña financiera para que ésta tenga éxito; eso es no sólo aportar, que es muy importante, significa también, hablar con más gente para que aporten.

Es obligación moral mantener los locales que quedan, hacer propaganda, organizar debates y talleres; todo lo que ayude a llegar al Congreso en las mejores condiciones organizativas.

Finanzas para renovar **realmente** al Partido sobre la base de los principios, pero cambiando métodos y actitudes. El accionar de todos los días que nos permita llegar con una imagen nueva al conjunto de hombres y mujeres de nuestro pueblo que nos respetan, pero que deberemos darle muestras de la humildad que nos caracterizó siempre, para mantener el Partido unido.

Para que nuestros hermanos frenteamplistas sigan confiando en nosotros, para que los obreros no nos pierdan su confianza. Seguiremos trabajando porque confiamos en el conjunto del Partido y de que saldremos del Congreso Extraordinario con nuevas expectativas y planes de trabajo para un año muy duro que se presenta a nivel nacional, a partir de la política neoliberal del Presidente Lacalle.

Por eso, compañeros, es necesario que todos los organismos discutan y planifiquen cuántos dólares se comprometen a aportar, para ayudar a financiar un Congreso que se merece el esfuerzo de todos los comunistas.

Para salvar la unidad y el Partido. ¡Hasta siempre!

SONIA SARACHO



Al compás de la bordona

Como suele suceder,
ya no tenés salvación:
se vinieron los deberes,
se acabó la vacación.
Vamos, túnicas y moñas
a la escuela, remolones
a estudiar, para ganarse
las próximas vacaciones

Don Canuto

Entusiasta recibimiento

El anuncio de la aparición de **Carta de Montevideo** había generado una notoria expectativa en filas del Partido. Ello se evidenció claramente en la rápida colocación de centenares de vales de compra anticipada, que se llevó a cabo en forma militante en todas las Seccionales.

Esa expectativa se transformó en verdadero entusiasmo al producirse la aparición del periódico. El lanzamiento de la distribución masiva tuvo lugar en la instancia del exitoso activo realizado el día 21 de febrero en el Teatro Astral. Allí, en unas pocas horas, prácticamente se agotó la edición. Los centenares de compañeros presentes, en forma ininterrumpida, se acercaron a adquirir el periódico y, a la vez que lo hojeaban con interés, retiraban paquetes para hacerle llegar a otros compañeros.

Esta entusiasta acogida, así como la colaboración publicitaria brindada por medios de comunicación como las **radios Panamericana y El Espectador** —que especialmente agradecemos— nos reafirma la convicción de estar cumpliendo una tarea necesaria para el Partido y para el movimiento popular, a la vez que nos marca la responsabilidad, que nos cabe, en cuanto a continuarla, superando las inevitables carencias que se dieron en ese primer número.



Declaración del activo del seccional 22

El activo de afiliados de la Seccional 22 reunido en la víspera del remate de su histórico local, considera que este hecho no es sólo un episodio más del quebrantamiento de la organización partidaria por parte de la mayoría del Comité Central, sino que es un hecho gravísimo por haberse puesto como garantía de una operación de préstamo, un local histórico donde se imprimió la "Carta" durante los años de la dictadura y con el agravante de dejar que se vencieran los plazos del pago del préstamo sin una comunicación siquiera a nuestra seccional.

Todo ello muestra una actitud de irresponsabilidad y de falta de respeto por el Partido.

Ello merecería la exigencia de que el Comité Ejecutivo o por lo menos de quienes dentro de él conocían el hecho, renunciaran de inmediato a sus cargos. Considerando sin embargo, que esa dirección debe rendir cuentas ante el Congreso a efectuarse en mayo, la Seccional 22 resuelve:

1. *Censurar la actitud del Comité Ejecutivo o de quienes conocían la deuda no pagada.*
2. *Exigir un informe inmediato sobre cómo se hizo esta operación y respaldar la resolución del activo de afiliados de Montevideo realizado en el Teatro Astral reclamando una información completa sobre los bienes muebles, inmuebles, autos, etc. del Partido y su utilización.*
3. *Considerar la situación partidaria de los responsables directos de lo sucedido.*
4. *Convocar al conjunto de los afiliados de la seccional a reasumir desde ya a un nivel superior nuestro compromiso con el trabajo en nuestros Comités y Coordinadora del Frente Amplio, integrándonos más vivamente a su labor por levantar junto a las organizaciones sociales al Plan de Emergencia Zonal, por apoyar actualmente la campaña por el referéndum contra la liquidación de las empresas públicas, la recolección de firmas por la vivienda y las demás tareas que el momento político nos plantea. Esto, a la vez de reafirmar la importancia de esforzarnos en la construcción del Partido, lanzando un plan de trabajo que tenga como objetivos el reencuentro con todos los afiliados, la entrega de los carnés, el cobro de las estampillas, la distribución del periódico quincenal Carta de Montevideo, la obtención nuevamente de un lugar que se convierta en la Casa del Partido en la zona y la importantísima preparación del próximo Congreso Extraordinario.*
5. *Solicitar que el Comité Central incluya en el orden del día de la sesión que comienza el viernes 28 de febrero, la propuesta de formación de una Comisión Especial Investigadora que tenga todas las facultades para esclarecer la situación económica y financiera del Partido. Para cumplir con este fin consideramos que la misma deberá estar conformada por siete miembros, uno del Comité Departamental de Montevideo uno de la Seccional 20, uno del Seccional 22, un miembro del Partido de CX30 La Radio, otro de la imprenta "El Popular" y otro del diario "La Hora Popular". Creemos que los mismos deben ser elegidos por los organismos nombrados en el caso de los cuatro primeros y por las agrupaciones del Partido en cada empresa en el caso de los últimos tres. De esta manera creemos que estaremos asegurando la cristalinidad del trabajo de esta Comisión y se logrará el objetivo de esclarecer la situación planteada.*
6. *Convocar para el viernes 13 de marzo a un nuevo activo de afiliados de la Seccional con el objetivo de seguir profundizando en el debate de la realidad que nos rodea y de las medidas para transformarla profundamente.*

Seccional 22
Partido Comunista del Uruguay
Frente Amplio

Cuando se desata con justicia la rabia

Dicen que en los momentos más difíciles es donde se descubre a los hombres verdaderos. Días atrás nos tocó encontrar a hombres y mujeres que sobrellevando fracasos, decepciones, dudas y debilidades, se enfrentan valientemente a otro tramo amargo de su historia.

Estábamos en Burgues y Máximo Gómez, en un lugar donde en los oscuros años de la dictadura en un sótano muy particular, se imprimía la entrañable "Carta".

En ese local donde luego estaría el Regional 4 y últimamente la Seccional 22, se reunía un activo de afiliados para debatir temas tremendamente urticantes. En el informe brindado a la reunión se habló sobre la situación del país, del departamento, del Frente y del Partido, pero lo más difícil fue dejado para el final y se convirtió en un mazazo para todos los presentes.

Días antes había llegado al local un cedulón que informaba del remate del mismo, se trató de averiguar qué pasaba y nadie sabía nada, al final se logró saber que dicho local junto a la casa de una compañera habían sido puestos en garantía por un préstamo de miles de dólares que no se pagó y ya no había vuelta atrás. Los ánimos se caldearon, difícil fue el trabajo de quien presidió la reunión, pero no era para menos pues ni el Partido ni aunque más no fuera la Seccional 22 sabían nada de estos asuntos. El ambiente se cargó de especial tensión cuando se informó que en casi igual situación se encuentra el local de la 20ª y la Casa del Partido. Hubo lágrimas contenidas, hubo voces levantadas, hubo acusaciones contra el Comité Central, pero sobre todas las cosas una inmensa rabia que con justicia se desató.

La reunión continuó hasta la medianoche, participaron de ella los afiliados de la seccional, miembros del Comité Departamental y del Comité Central, así como la importantísima presencia de varios militantes de la 20ª que vinieron a expresar su solidaridad con los compañeros. Las resoluciones tomadas en el activo son fiel expresión de la voluntad inquebrantable de los comunistas de no dejarse pisotear ni los principios ni la dignidad del Partido.

Javier Cavallero

9203663

Un movimiento sindical que dé respuestas

Nadie se atrevería a discrepar si comenzamos diciendo que asistimos a una ofensiva de carácter global del gobierno. Tampoco encontraríamos resistencia si lo caracterizamos de neoliberal, pues salta a la vista su expresión política y social antipopular y entreguista.

Lo que sí nos preguntamos: ¿esto es sólo fruto del gobierno de Lacalle? Seríamos ingenuos si pensáramos que con este gobierno se produce una ruptura. No olvidemos que ya con el gobierno de Sanguinetti comienza la política fondomonetarista.(Para referirnos sólo a la salida de la dictadura como período histórico). El caballito de batalla fue "poner la casa en orden", y apostar al desánimo y la resignación. Entonces se dividía a la población entre los uruguayos que vivían con los "ojos en la nuca" y los que querían el diálogo por encima de banderías.

Hoy se trata de acelerar ese proceso, revertida la situación internacional, y con la ofensiva de EE.UU.

El gobierno tiene una tarea inmediata: imponer una nueva división social del trabajo. ¿Qué quiere decir reconversión industrial? Sólo se deja ver una punta de la madeja: el cierre inexorable de industrias, rebaja de salarios, desmantelamiento y asfixia de los entes.

Con una política de propaganda falaz, se pretende hacer creer a la gente (como un argumento de ciencia ficción), que disminuyó el desempleo, que los salarios aumentaron su poder adquisitivo y que aumentó el P.B.I..

Nos recuerda a un ministro de propaganda durante la II Guerra Mundial, que afirmaba que **una mentira repetida cien veces se convierte en verdad.**

Las cifras oficiales contradicen estas patrañas. Según las estadísticas, al 9% de desocupados se suma un 40,27% de subdesocupados y que el problema de empleo en la capital, concierne a casi el 50% de la población económicamente activa.

Se cuentan por miles los desalojos, crece la deserción en las tres ramas de la enseñanza, aumenta la prostitución, la droga y la delincuencia juvenil.

Uno de los ejes de la política del gobierno, es aislar y neutralizar al movimiento obrero. Por tanto, hay que encontrar las respuestas y los planes de movilización.

Y se vienen dando los pasos en pos de ese objetivo. Las movilizaciones y los últimos paros generales, han mostrado el camino. Compartimos la opinión de compañeros que argumentan que esto no empezó con la consigna de verano caliente. Creo que debiéramos ir hasta la marcha de los ferroviarios para encontrar un punto de análisis en la acumulación de fuerzas. No queremos detallar las distintas movilizaciones, por miedo a ser injustos con algún gremio. Pero existen puntos de consenso, emanados del documento de la Mesa Representativa del PIT-CNT del 2 de enero, que dan las pautas justas de unidad.

Para el desarrollo de una táctica correcta, existen objetivos centrales como el *referéndum*. La pelea por la defensa del patrimonio nacional conjuga los objetivos de unidad, solidaridad y lucha.

Desde mi punto de vista, persisten tres corrientes de opiniones divergentes. Una maximalista, del todo o nada, confundiendo los ámbitos. Por otro lado, se interpreta que la ofensiva de carácter global es contra el movimiento sindical. Y por otro lado, aparecen posiciones, que partiendo del documento del 2 de enero de la Mesa Representativa, visualizan varios objetivos como premisas para el desarrollo correcto de una política de alianzas, con participación y elaboración colectiva. Se trata de información y formación de los cuadros sindicales y de sacar la discusión del marco estrecho de 40 o 45 delegados para una mayor participación del militante sindical. Mesas zonales con sindicales y comisiones vecinales, comerciantes, etc. y llenar los sindicatos de trabajadores, rompiendo el desánimo. Maś allá de discrepancias, creemos que si hay honestidad en el debate, como la hay, surgirán las fuerzas justas. Aunar fuerzas: por defensa de la fuente de trabajo, homologación de los C. de Salarios, defender derecho de huelga y libertades sindicales, y como elemento central, apoyar la campaña del referéndum en defensa de las empresas públicas.

Miguel Echevarría.

Multinacional viola acuerdos

Situación conflictiva en la construcción

Walter y José Torres, miembros del Consejo Directivo Nacional del SUNCA, informan a **Carta de Montevideo** sobre la movilización de los trabajadores de la construcción que se hallan en conflicto y preconflicto, a esta altura, en 23 obras. La movilización fue resuelta el pasado día 25, reclamando a la Cámara de la Construcción y al Ministerio de Trabajo: aumento salarial sobre el laudo vigente, respeto a la seguridad social, así como de todas las normas legales existentes. Y además la instalación de gabinetes higiénicos con baños de agua fría y caliente, y el funcionamiento de comedores.

Por otra parte, el SUNCA exige que las empresas aporten correctamente al Banco de Previsión Social, para evitar así las prolongadas gestiones que deben realizar los trabajadores para acogerse a la pasividad. Esta reivindicación es muy sentida por el gremio —señalan los dirigentes entrevistados—, puesto que la mayoría de las empresas eluden el cumplimiento regular y correcto de sus obligaciones con el BPS, perjudicando a éste y, por supuesto, a los trabajadores.

El conflicto con la empresa J.F. Internacional —construtora del "cinco estrellas" que amplía el Victoria Plaza Hotel— se inició el 15 de noviembre, cuando los trabajadores hicieron conocer su plataforma reivindicativa. Y se agudizó el 28 de enero, a raíz de la negativa empresarial de considerar los reclamos de obreros. Los trabajadores se declararon en asamblea permanente, y como respuesta la empresa multinacional comenzó a aplicar sanciones. Junto con ello, cada vez que los 450 obreros se reúnen en asamblea, la empresa corta la jornada laboral. Y de hecho agrava el conflicto y empuja a los trabajadores a recurrir a la huelga en defensa de sus legítimos derechos.

La empresa multinacional no sólo viola los acuerdos suscritos con la organización sindical, sino que recurre al despido de miembros del comité de empresa y otros trabajadores, como sucedió el 24 de febrero.

El viernes pasado, los trabajadores del hotel "cinco estrellas" manifestaron ante el Victoria Plaza y también ante la sede del Ministerio de Trabajo, exigiendo solución inmediata al conflicto.



Asamblea de los obreros que construyen el "cinco estrellas" que ampliará el Victoria Plaza Hotel

COOPTROL y el salario en la óptica de los obreros del transporte

No es posible abordar en una nota todos los problemas relativos a un gremio tan complejo como el de los trabajadores del transporte. La advertencia nos fue formulada por Guillermo Aguerre, previo un saludo para **Carta de Montevideo** "que más allá de ser un órgano partidario, en este caso del PCU de Montevideo, todo el transporte interdepartamental, el justo reclamo para mejorar la tarea del "micrero" (que conduce el coche y cobra el boleto simultáneamente) en CUTCSA, en COME y en COPSA y la situación de los trabajadores de ONDA, que están en el seguro de paro, entre otros.



estamos seguros que es un medio que defiende las causas populares".

Aguerre es un trabajador de la empresa COMESA. Ejerce la secretaría general del sindicato y es secretario de organización de la FOT (Federación Obrera del Transporte).

Por ahora nuestro reporteado dejó de lado temas tan importantes como el salario, el duro y peligroso trabajo en el taxímetro, la represión permanente que se ejerce en casi

Las cooperativas surgieron —recuerda Aguerre— como consecuencia de la desaparición de AMDET (Administración Municipal de Transporte), que permitió a la Intendencia Municipal de Montevideo desentenderse de toda una problemática. Entre las dificultades que debieron sortear los cooperativistas destaca la medida adoptada durante la dictadura, por la cual se suprimió la exoneración impositiva con que se beneficiaban, de acuerdo con disposiciones de antigua ley de cooperativas. Según Aguerre se pensaba pasar a los trabajadores de AMDET a la condición de pequeños propietarios para hacerles perder su sentimiento de clase, al tiempo de atomizar y quitarle fortaleza al gremio. En medio de la clandestinidad se desarrolló una invisible lucha para contrarrestar los intentos de neutralizar al gremio. Se concretaron agrupamientos por cooperativas y así nació ASCOT (Asociación de Cooperativas del Transporte), que ingresaría a la FOT "no antes de buenas discusiones con quienes pensaban que ello le restaría fuerzas al gremio".

DIFERENCIAS ENTRE EL MTOP Y LA INTENDENCIA

Aguerre se refirió luego a la polémica que en esos momentos se desarrolla en torno al pago recientemente efectuado a COOPTROL por parte del municipio montevideano. Sabemos —dice— que un gremio no debe identificarse con ningún organismo estatal.

Pero nada impide que los trabajadores señalemos diferentes actitudes. "Debemos dejar bien en claro cuando una Intendencia procede bien o cuando procede mal. En este caso queremos señalar las diferentes actitudes adoptadas por el Ministerio de Transporte y Obras Públicas ante el desamparo en que quedaron los trabajadores de ONDA cuando esta empresa entró en crisis y quedó comprometida la fuente de trabajo de su personal, por una parte y la conducta de la Intendencia Municipal de Montevideo ante la crisis de COOPTROL. En el primer caso el MTOP y el Poder Ejecutivo hicieron poco o nada, mientras en el segundo caso la Intendencia se mete de cabeza en el tema y, entre otras cosas, asegurar la fuente de trabajo de los 540 trabajadores, no solamente de los pequeños propietarios, sino también de los obreros. Aseguró el pago de las cuotas a las mutualistas, agregó. Si estas disposiciones suponen un privilegio —señaló Aguerre— los privilegiados han sido los trabajadores. Y recordó la frase de Artigas: "que los más necesitados sean los más privilegiados". Aclaró que si bien es cierto que los fondos con que se atiende el subsidio salieron de los bolsillos del pueblo, esos fondos volverán a las arcas de la Intendencia, de acuerdo a lo establecido en el llamado a licitación y deberán ser aportados por las compañías adjudicatarias de las respectivas líneas. "La transparencia de la Intendencia ha sido total. Tanto que los datos que hoy manejan determinados diarios y otros medios, fueron proporcionados por la propia Intendencia, no solamente a los ediles frenteamplistas, sino también a los blancos, colorados y pegapegatas".

EL AJUSTE SALARIAL

El dirigente sindical cuestionó duramente la maniobra del Poder Ejecutivo postergando hasta marzo el aumento del precio de los combustibles, para evitar que el nivel de inflación al 29 de febrero permitiera el funcionamiento de la cláusula "gatillo" en los convenios colectivos, trasladando el nivel de inflación para que no haya ajuste salarial ahora. "Los obreros del transporte no vamos a esperar hasta el mes de abril. Vamos a movilizarnos en forma inmediata, junto al resto del movimiento obrero", concluyó Aguerre.



Nucleamientos marginados en el CCZ1

Cólera: amenaza latente en el centro

"En nuestra zona tenemos nucleamientos de extrema emergencia, en relación al cólera y también a cualquier otra enfermedad contagiosa". María de los Angeles Balparda, la coordinadora del Centro Comunal Zonal Nº.1, nos contesta con profundo dolor refiriéndose a esta situación marginal en que viven muchos compatriotas y a quienes la IMM trata de solucionarles ese problema, en la medida de sus posibilidades.

La charla con María de los Angeles, como se le conoce en el barrio, estuvo centrada en la posibilidad de la aparición del cólera en la zona y en los avances y retrocesos que ha tenido el CCZ 1, desde su inauguración hace ya más de un año.

"El riesgo más grande está en esas zonas marginales, sumamente carenciadas que tenemos en los cuatro barrios que componen el CCZ. Porque el cólera puede aparecer en cualquier momento y lo que importa es la respuesta sanitaria que podamos, entre todos, darle al flagelo. Esta zona nuestra, a pesar de estar en el corazón de la ciudad, tiene lugares de marginación que son el talón de Aquiles de cualquier plan sanitario. Por eso pensamos, siempre que se habla del ingreso del cólera a nuestro país, que el mismo puede ingresar por donde sea, pero donde va a anclar es en nuestras zonas de marginación. Esas son las cosas que me preocupan... y mucho".

Claro, decimos, el CCZ 1 y todos los demás Centros Comunales, no son centros de salud, pero en la emergencia funcionarán como tales. Sin embargo, también el CCZ tiene otras actividades. Por ejemplo: ¿qué pasa con el alumbrado público?, ¿cómo está, en estos momentos, el tema de la basura?, ¿qué papel desempeña en el barrio el CCZ?

—"En la medida en que nos fuimos integrando al barrio, se fueron solucionando los problemas más graves. El alumbrado está prácticamente resuelto —las dificultades que tenemos parten de la inoperancia de UTE para con sus sub estaciones transformadoras—, lo mismo que la basura, aunque en menor medida y, hemos estado trabajando con las Comisiones de Barrio, con éxito creciente".

—¿Y cuáles son las carencias más notorias en el CCZ?

—"En realidad, los problemas más grandes son los de vivienda, a pesar que la IMM no es el Ministerio respectivo, y la falta de personal que integre la cuadrilla obrera. Tenemos un solo funcionario: uno solo. ¿Qué puede hacer un solo hombre, cuando en la mayoría de los casos se necesitan 5 o 6?"

El CCZ 1 tiene una vida muy activa. Además de las cajas que cobran la contribución inmobiliaria y la patente de rodados, ha organizado, con buen suceso, el carnaval en la Ciudad Vieja. Desde el tablado en Guaraní y Cerrito, que funcionó el 27 y 28 de enero hasta el desfile del 29 al mediodía, todo fue un éxito, de público y de alegría. Así que, como dicen los jóvenes, **"el CCZ tiene buena onda. No 'tira' pálidas a los vecinos".**

L. CH.



María de los Angeles Balparda, coordinadora del Centro Comunal Zonal Nº 1

La marginación, a la vuelta de la esquina

Ante la posible aparición del cólera, y respondiendo a una necesidad imperiosa de saber qué zonas están en la categoría de marginadas, la asistente social del CCZ realizó un relevamiento que arroja estos datos:

ZONAS DE MAYOR RIESGO

AGUADA: *Francisco Acuña de Figueroa y Lima; Ramón Escobar y Francisco Acuña de Figueroa; Ramón Escobar 1330; Pozos del Rey 1300; Ejido y La Paz; Colombia y Estrecho; Yaguarón y La Paz.*

BARRIO SUR: *Zelmar Michelini y Gonzalo Ramírez; Maldonado y Andes.*

CENTRO: *Teatro Victoria.*

CIUDAD VIEJA: *Piedras e Ituzaingó; Cerrito entre Guaraní y Lindolfo Cuestas; Cerrito y Guaraní.*

El dedo en la llaga

■ *puso el diputado y economista Alberto Couriel, diciendo:*

"De Posadas sigue manteniendo la tesis del déficit fiscal y la tesis de la demanda: pero el déficit fiscal es de tal naturaleza que él dijo que el aumento del 1% en los salarios públicos generaba un 4% de inflación. Yo no conozco esta teoría. Seguramente debe ser de San Ignacio. Yo le sugeriría al Ministro que rebaje un 5% los salarios para que así la inflación caiga un 20%. Que lo pruebe para ver si es cierto".

..*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*

■ *pusieron los comentaristas de "El Observador Económico" al afirmar que la política del nuevo Ministro De Posadas "no es nueva, sino que se aplicará con mayor consistencia" y "debe ser transmitida a la población de otra manera, pues deberán adoptarse medidas duras que deban ser comprendidas por la población".*

..*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*

■ *puso nuevamente Adolfo Bertoni, presidente de la Asociación de Trabajadores de la Seguridad Social (ATSS) al criticar severamente la proyectada reforma de la Seguridad Social, que establece que la remuneración que se asegura equivale al 50 por ciento del promedio de los últimos años. Bertoni señaló que el proyecto significaría una clara pérdida de soberanía y una verdadera sumisión al Fondo Monetario Internacional, el BID y otros. El dirigente sindical subrayó la relación entre quienes elaboraron el proyecto y la presencia del ingeniero Végh Villegas, quien fuera ministro de la dictadura, hecho que, según Bertoni, lo desautoriza.*

Viviendas para el Sur, Palermo y Ciudad Vieja

El camino está claro, creemos humildemente pero con total firmeza, que ¡debemos unirnos para que no nos puedan echar de nuestros barrios!

La IMM no puede dar soluciones, pues por otra parte no es la responsable del tema vivienda, si bien está haciendo algunos esfuerzos, y colabora con lo necesario, a través del reciclaje. Pero eso a nosotros no nos puede llenar. Al contrario, pues las casas a reciclar son insuficientes para la cantidad de familias que hoy por hoy están sufriendo las consecuencias de la mala política de viviendas, que viene desde hace muchos años y que hoy se ve agravada. No sólo los que no tienen vivienda están en peligro, sino que además aquellos que pagan hoy el BHU y no pueden hacer frente al aumento de las cuotas. Ya no hay préstamos para las cooperativas, etc. Y todo esto relacionado con lo que pensamos es el eje del tema: el 2% para Fondo Nacional de Vivienda que hoy y hace años va a parar a Rentas Generales, o sea, pago de la deuda externa, la cual tampoco la hicimos nosotros. Y ese 2% es descontado de nuestros sueldos y de todos los trabajadores del país. Nosotros exigimos que se le dé su original destino, para empezar a construir en serio.

Volvemos a repetir. La IMM no es la responsable de la carencia de viviendas, pero a los vecinos de este barrio se les dio pautas de trabajo, se les tomó datos y se les dijo que serían tomados en cuenta todos aquellos vecinos con años en el barrio. Además, tomando en cuenta su relación con el mismo, su participación en los distintos aspectos que hacen a la vida de un barrio, etc.

En la entrevista, con el Sr. Nopich, de la IMM, él dijo que deberíamos ser factor de incidencia en el CCZ1. Si así no lo hiciéramos, sería culpa nuestra. Somos nosotros los que debemos incidir y cogobernar en nuestra zona, ¡somos los vecinos!

Debemos ya empezar a incidir no sólo en el CCZ1, sino en la Junta Departamental, en el Parlamento, etc.

¡Exigir! ¡Sí, exigir!

No hay que olvidar algo importante. En nuestra Constitución —por la cual hemos luchado, hemos votado y salimos a enfrentar a aquellos que se la llevaron por delante— se dice en el artículo 47: "Es derecho de todo ciudadano oriental tener vivienda digna".

Y pienso que es tiempo de hacer cumplir esto.

El reciclaje en el Barrio Sur es una solución y no lo vamos a rechazar, pero existen otros caminos. ¡Caminos que debemos recorrer juntos!

De lo contrario, serán muchos más los vecinos que irán a parar a barracones, o serán empujados al cinturón de la ciudad.

Nuestra consigna debe ser: CRECER Y CRECER. Hablar de vecino a vecino, unir voluntades. Pues cuanto más grandes, más fuerte será nuestra voz. Nos van a escuchar más fuerte, y así quizás se dignen mirar para abajo y no van a escuchar una, sino cientos y cientos de voces diciendo que nosotros queremos quedarnos en nuestros barrios y no nos van a echar. ¡Que haya viviendas para todos! ¡No nos acallarán! ¡Arriba barrios históricos: Sur, Palermo y Ciudad Vieja! ¡Entre todos, podremos!

Por Comisión pro Viviendas del Barrio Sur.

GABRIEL BERLANGIERI



En Colonia y Río Branco se produjo el desalojo de una familia. Ahora está en la calle con sus pequeños hijos de 5 años y 2 meses de edad. El reclamo de viviendas crece cada día

Las tareas del F.A. en la etapa actual



Nuestro Frente Amplio (coalición y movimiento) tiene tareas concretas inmediatas y, en perspectiva, una tarea histórica por su magnitud nacional. Hoy, aplicando el programa propuesto en su campaña electoral, está gobernando Montevideo, el 50% de la población total del país y la mayor concentración industrial y, por ende, la más grande concentración de trabajadores.

En el proceso de gobierno iniciado en 1990 y hasta la fecha, el F.A. ha demostrado importantes logros: **UNO:** La izquierda puede gobernar y lo hace con una actitud renovadora en la experiencia del país. Etica, cristalinidad, han sido y son condiciones sine qua non para los hombres que asumieron los cargos de gobierno, y para los métodos de designación de cargos (todos por rigurosa calificación, concurso, sorteo). Lucha frontal contra la venalidad, demostrada en los cientos de sumarios y algunas destituciones por corrupción.

DOS: Rigurosa con la propuesta, la tributación municipal grava más a quien más tiene, y lo contrario hace con los más pobres. Y en una relación indirecta, por primera vez en muchos años se están realizando obras de envergadura y mejoramientos viales en zonas suburbanas muy populosas de bajos niveles de ingreso con evidente deterioro de su calidad de vida. La IMM está mejorando esa calidad de vida: Casabó, Malvín Norte, Saneamiento II en Montevideo Oeste son muestras de esa política.

TRES: La decisión irrenunciable de descentralizar el gobierno municipal y tender a que el gobierno lo ejerzan aquellos que deben recibir su fruto, los vecinos todos de Montevideo.

CUATRO: Está en marcha la reestructura del transporte, rebajó realmente el boleto, bonificó a los jubilados y estudiantes, mejoró servicios agilitándolos, etc.

CINCO: Ha apoyadc materialmente a los montevideanos que lamentablemente sufren una política económica que los margina: Policlínicas, alimentos para comedores y escuelas públicas. Todo lo detallado muy sintéticamente, ¿nos asegura que de nuevo ganemos el gobierno departamental? La respuesta es que debemos seguir en este camino, mejorando aún más la gestión, explicando a miles de vecinos qué estamos proponiendo cuando hablamos de descentralización. Y junto a éstos participar en las tareas concretas de reclamos y de elaboración y concreción. Espacios verdes, iluminación, limpieza, esparcimiento, tareas futuras todas de los CCZ, de todos nosotros, los vecinos montevideanos.

En adelante debemos esperar un permanente HOSTIGAMIENTO de la oposición departamental: es muy grande el reconocimiento de la ciudadanía hacia el gobierno municipal y su titular, el compañero Tabaré Vázquez. Esto hace que los frenteamplistas de Montevideo debamos redoblar nuestros esfuerzos en la tarea de hoy: **APOYO A LA GESTION DE LA INTENDENCIA MUNICIPAL**. Y entonces es posible que ganemos nuevamente. Por otra parte, si resultamos victoriosos en estas tareas que nos planteamos, ¿podemos soñar que ganaremos el gobierno nacional? Y si lo ganamos, ¿como minoría mayor que seríamos lógicamente, podríamos gobernar?

Vayamos por partes nuevamente:

UNO: El interior creció ya un 100%, según muestreos de opinión. ¿Es suficiente? Seguramente que no, necesitamos crecer más aún, allí y en Montevideo, para construir el triunfo. La cuestión es: ¿qué debemos hacer para lograrlo? Aquí radica lo sustancial de nuestra tarea en esta etapa, la que nos permitirá cumplir la tarea histórica a la que está llamado el Frente Amplio: gobernar e impulsar las transformaciones que el país, este hermoso país requiere.

DOS: ¿Cómo cree la gente en una fuerza política?, ¿qué mecanismo intelectual la determina a acompañar un programa? La imagen de un partido, la credibilidad de sus propuestas, surgen en la medida en que la ciudadanía reconozca el papel que esa fuerza desempeña en el ámbito político, pero concretamente en la elaboración y concreción de medidas y leyes que contribuyan a la construcción del nuevo país. En esta dirección creemos que la tarea para esta etapa es: **LA CONSTRUCCION DE UN BLOQUE DE FUERZAS DE CONTENIDO PROGRESITA OPUESTO AL BLOQUE NEOLIBERAL**, que cuente con un proyecto y una elaboración permanente enfrentados a la propuesta conservadora neoliberal.

¿Cómo visualizamos este BLOQUE? ¿Tiene nombre y apellido? No, sólo podemos decir parcialmente su contenido ideológico: **ANTIOLIGARQUICO Y ANTIIMPERIALISTA**. Decimos parcialmente porque, desde luego, en este bloque progresista podremos sumar fuerzas ideológicas diversas: socialistas, marxistas, nacionalistas, socialcristianos, socialdemócratas y todo sector progresista que impulse cambios económicos y sociales en el país.

TRES: ¿Cuál es el camino para construirlo, qué tareas debemos desarrollar los frenteamplistas? Las resoluciones del 2° Congreso del FA son el centro de nuestra línea de trabajo. Más concretamente aún: **IMPULSAR UN PLAN DE EMERGENCIA NACIONAL** surgido de dicho Congreso. Acerca de esto nos referiremos en próximo artículo.

WASHINGTON PUCHETTA

Debate partidario

El Partido, algo relevante

Días pasados escuchamos a un ex miembro del Comité Central del PCU decir en una entrevista radial, que desafiliarse al PCU es un acto irrelevante. Lo cual debe interpretarse que da lo mismo pertenecer o no al partido. Algo realmente insólito e impactante, si bien el autor de la afirmación ya nos tenía acostumbrados a expresiones por el estilo.

Lo grave es, a nuestro juicio, que la conclusión se hace "interpretando" las resoluciones del reciente XXII Congreso, desconociendo precisamente lo reafirmado por dicho evento máximo de los comunistas uruguayos. Es en la Resolución General del Congreso donde se dice: **"Partiendo de una teoría leninista del Partido hemos ido renovando su visión. Se ha mantenido su identificación ideológica, de clase, su composición —determinada por su arraigo entre los trabajadores— su carácter revolucionario y combativo basándose en un centro de dirección único y una estructura celular..."**. *("Estudios" 108, pág. 69).*

Siempre reafirmando la necesidad del Partido se dice más adelante que el PCU debe profundizar en su concepción de una organización política de masas y de cuadros, revalorizando la militancia, entendiendo las múltiples formas de acción sobre la sociedad, promoviendo la participación y la experiencia de la gente.

El Congreso subrayó en el informe del Comité Central el itinerario glorioso de más de 70 años de luchas por conformar una conciencia de clase entre los trabajadores, bregando a brazo partido por los intereses de la clase obrera y el pueblo.

Es, en general, un camino de logros, que recorrió el PCU junto a nuestro pueblo, a pesar, ¿quién lo niega?, de errores cometidos. Recordemos algunas de las etapas del último período: la unidad sindical en el PIT-CNT, la creación del FA y la resistencia a la dictadura. Por cierto, **cosas relevantes**, *si las hay.*

Dijimos en otra ocasión, que en nuestro país nadie tiene por qué avergonzarse de ser miembro de este PCU. También lo subrayó el XXII Congreso. ¡Cuán lejos están los asertos del ex dirigente del PCU, que comentamos al principio, de los conceptos del informe al reciente Congreso, que se preocupaba de la militancia partidaria, revalorizándola en su más amplio abanico político y social!

El Partido vive una grave crisis, determinada por diversas causas objetivas pero también subjetivas, o sea, de sus miembros. Pesa y no poco, la reacción ante el desarrollo de los acontecimientos en la ex URSS y en otros países del socialismo real. También a eso se refiere el informe del XXII Congreso crítica y autocríticamente, y hace muy bien en hacerlo. Nuestra nave surca un mar embravecido. Algunos abandonan la lucha o consideran irrelevante ser o no ser miembro de este combativo Partido Comunista.

No podrán arrastrarnos a tiendas que son las antípodas de lo que piensan la mayoría de los afiliados al PCU, tal cual lo manifestaron en octubre de 1990 y en la Conferencia Departamental de Montevideo.

G.L.

El 10 de abril en el P. Peñarol

Gran festival de la solidaridad con Cuba

Llegamos, en medio de una reunión de trabajo verdaderamente numerosa, a la Coordinadora de Apoyo a la Revolución Cubana. Uno de los coordinadores de comisiones, el veterano combatiente obrero, abocado en estos tiempos a las tareas solidarias con la isla, Urriele Albertini, nos expresa (con frecuentes acotaciones de varios de los asistentes):

– Nos encontramos en estos momentos en una gran campaña solidaria con Cuba y su gloriosa revolución; una campaña política, moral, económica, de solidaridad y apoyo a Cuba, en repudio al bloqueo.

Queremos recordar que a fines del año pasado recogimos once mil firmas para entregárselas al secretario de la ONU, que todavía en ese entonces era Pérez de Cuéllar, reclamando el levantamiento del bloqueo contra Cuba, en momentos en que este tema iba a entrar en discusión de la Asamblea de las Naciones Unidas. Desgraciadamente, ese debate no pudo realizarse, pero lo que queremos destacar es que esas firmas las recogimos en muy breve tiempo, lo que demuestra el clima de solidaridad con Cuba imperante en nuestro pueblo uruguayo. Por cierto, los compañeros cubanos aprecian el apoyo que les prestamos, porque se sienten alentados en su lucha, y reafirman su confianza en los objetivos perseguidos.

Estamos preparando un gran festival artístico, para el 10 de abril, patrocinado por los artistas uruguayos, con todo el respaldo de nuestra Coordinadora de apoyo a la Revolución Cubana. Vamos a pasar cine cubano, habrá títeres, se leerá un mensaje de Fidel Castro a nuestro pueblo, se realizará una exposición de obras de arte y materiales cubanos, habrá venta de escarapelas, camisas, artesanía popular, y se cobrará una entrada que permita a todos los que se sientan identificados con esta noble causa, concurrir incluso con sus familias a esta gran celebración de la solidaridad con Cuba.

Además, estamos recaudandc fondos para la ayuda a Cuba. El plenario del PIT-CNT resolvió realizar una campaña financiera de un dólar con destino a petróleo para Cuba, que se lanzará el 1° de mayo. En esta ocasión, ha sido invitado un representante de la CTC cubana para el acto de celebración del día de los trabajadores, para que traiga la voz de los trabajadores y el pueblo de la isla en ese evento.



La Coordinadora de Solidaridad con Cuba reunida para ajustar los detalles del gran festival del 10 de abril

Como Coordinadora, hacemos un llamado a todas las organizaciones sindicales y sociales para que se incorporen a nuestra Coordinadora, al trabajo alegre de la solidaridad con Cuba y a las tareas para que este festival que realizaremos tenga una verdadera repercusión nacional e internacional. Cuba se lo merece y lo necesita.

Redoblar la [illegible]

La campaña por el referéndum contra la ley que habilita a la privatización de las empresas públicas logra cada día más adhesión popular.

En la primera instancia, donde debían lograrse diez mil firmas, el objetivo se ha cumplido con creces, está planteado entregar a la Corte Electoral una cantidad que prácticamente triplica la cifra requerida. Aunque el centro del trabajo en esta etapa se radicó fundamentalmente en Montevideo, desde un primer momento se trascendió al interior del país, habiéndose cumplido activas jornadas en todos los departamentos, algunas de las cuales, como las llevadas a cabo en Paysandú, Minas y Maldonado tuvieron carácter multitudinario, contando con la participación de un amplio abanico de sectores sociales y políticos.

La oposición a la política entreguista del actual gobierno, concita día a día la [illegible] A lo largo y a lo ancho del país se va [illegible] verdadera conmoción popular que en la [illegible] donde deberán expresar su acuerdo cien [illegible] quinientos mil ciudadanos, alcanzará [illegible] objetivo planteado. De esa manera, [illegible] la convocatoria al plebiscito, donde la [illegible] dejará sin efecto la ley por la que [illegible] patrimonio nacional en función de [illegible] capital extranjero, que se expresan en [illegible] Fondo Monetario Internacional, [illegible] actual gobierno presta sumiso [illegible]

Como siempre, los comunistas, [illegible] del pueblo y del país, debemos [illegible] redoblar la militancia, para contribuir [illegible] ganar esta batalla.

El gran negocio

El gran negocio al que se refiere el título es el desmantelamiento del proceso que se iniciara en Cuba hace 33 años. En él están la llamada "Fundación Cubano-Americana" de Jorge Más Canosa y algunos otros grupúsculos, que cuentan con el respaldo de influyentes círculos financieros norteamericanos, cuyo objetivo es la concreción del programa de Santa Fe.

A estos halcones se les ha unido un nuevo engendro llamado "Plataforma Democrática", capitaneado por Carlos Alberto Montaner, que busca aglutinar un espectro liberal, socialdemócrata y cristiano. La meta es aislar a Cuba políticamente. Ambos nucleamientos coinciden en el objetivo, se diferencian en la forma de lograrlo. Los primeros, sin duda, con la fuerza y los otros con menos fuerza.

Miami, capital de Florida (EE.UU.) es el gran centro de operaciones de la "Fundación" y de "Plataforma". Allí hay cuatro radios, dos diarios, "Las Américas" y el "Nuevo Herald" y dos canales de TV, financiadas con abundantes donaciones desde los centros del poder de Washington, que han creado el Fondo Nacional por la Democracia. Los dólares no escasean y los Más Canosa, de paso, se enriquecen cada día más.

La estrategia de esta gente es: vamos a apretarlos seis meses y no resisten. La situación de Cuba es crítica, lo acaba de plantear Fidel Castro al decir que para Cuba el desmantelamiento de la ex URSS es peor que la crisis de los misiles de 1962. Pero Fidel no se quedó en esto, combate al frente del pueblo. Lo dijeron a su regreso un núcleo de personalidades brasileñas que hablaron con el líder cubano, y tuvieron contacto con el pueblo: "La crisis existe, es fea, pero se la combate". Eric Nepomuceno, escritor y portavoz de la delegación brasileña dijo: "En Brasil la gente piensa que La Habana está arrasada, que se ve el hambre en la calle, pero no hay nada de eso".

El grupo brasileño, dio, a nuestro juicio, un gran ejemplo al viajar a Cuba, llevando además, 3.000 quilos de donaciones solidarias. "Vamos a continuar enviando medicamentos a Cuba", dijo Nepomuceno. ¡Que grandeza frente a los gusanos de Miami!

Fidel Castro ante crimen terrorista

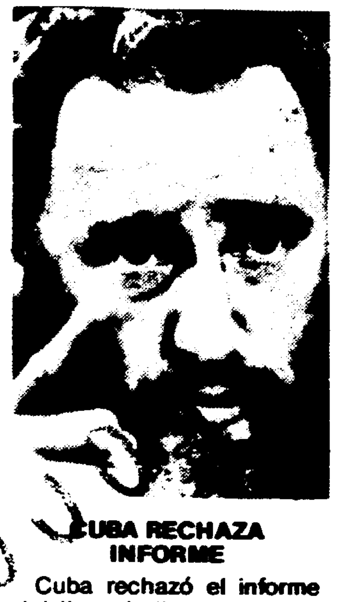
"Alevoso y repugnante"

Fidel Castro calificó de "repugnante y alevoso" el crimen de un grupo contrarrevolucionario contra cuatro funcionarios del Ministerio del Interior.

El líder cubano hizo la afirmación en el velatorio del suboficial Rolando Pérez Quintosa (23), que fuera herido de cuatro impactos de bala hace 37 días en un encuentro con los terroristas.

El crimen, señaló Castro, ha sido lo típico de la reacción y la contrarrevolución en Cuba. Recordó el atentado de octubre de 1976 de un avión civil cubano en Barbados donde perecieron sus 73 ocupantes y la voladura del vapor "La Coubre", en 1959, donde murieron más de 100 trabajadores del puerto de La Habana.

Castro subrayó la conducta de siempre de Cuba, de los combatientes de la revolución que en ninguna circunstancia maltrataron o ejecutaron a sus prisioneros. Fidel dio el ejemplo de la fracasada invasión mercenaria de Playa Girón en 1961 donde cayeron prisioneros más de mil invasores y ninguno recibió maltratos, al contrario, muchos heridos salvaron sus vidas por la atención médica que se les proporcionó. (La Habana) (PL).



CUBA RECHAZA INFORME

Cuba rechazó el informe del llamado "representante especial" sobre situación de derechos humanos en la isla, por considerar el mandato de dicho individuo "espúreo, nulo y carente de validez política y moral". El representante cubano ante la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, Raúl Roa Kouri, reiteró que su país no puede aceptar se pretenda imponerle un relator especial, surgido de una resolución impuesta en 1991 "por los EE.UU., sus aliados y países arrastrados a esta posición mediante presiones incalificables".

El llamado "representante especial", Rafael Rivas, basó su informe acerca de los derechos humanos en Cuba en informantes no residentes en el país y en organizaciones que no han visitado a Cuba. Roa Kouri señaló que de hecho todas las asociaciones citadas en el informe se caracterizan por una connotada hostilidad anticubana, mientras otras, no comprometidas con la propaganda difamatoria, como la Asociación Internacional contra la Tortura no fueron consultadas.

Finalmente, Roa Kouri hizo hincapié en que hay países donde se reprime diariamente, donde paramilitares asesinan niños, desaparecen niños, mendigos o drogadictos sin que la Comisión haya propuesto la designación de un relator o siquiera una tímida petición para investigar dichos crímenes. Ginebra (PL).

MILES REPUDIAN PROFANACION DE TUMBAS SOCIALISTAS EN BERLIN

Más de 12.000 personas acudieron días pasados al cementerio de Friedrichsfelde en Berlín para protestar contra la profanación de tumbas de dirigentes socialistas y comunistas, que fueron objeto de pintadas neonazis y antisemitas.

Al acto había llamado el Partido del Socialismo Democrático (PDS) cuyo líder, Gregor Gysi, condenó el vandalismo,que "refleja una actitud nefasta que va ganando terreno".

Gysi llamó a combatir unidos el racismo y el antisemitismo, así como "el deterioro de la educación y la cultura". Berlín (Red.).

Cuba en el corazón

Roa Bastos ■ *El novelista paraguayo Roa Bastos condenó duramente la amenaza imperialista de invasión o estrangulamiento, con el nudo corredizo del bloqueo de Cuba y llamó ahora más que nunca a defender a los cubanos.*

■ *Günter Grass, afamado escritor alemán, expresó: "Cuando veo cómo Estados Unidos espera el momento para humillar a Cuba sin ofrecer otra alternativa que otro Batista, yo defiendo a Cuba".*

■ *Geraldine Chaplin dijo: "Vivir en Cuba significa para mi un descanso. Siempre es agradable ver personas normales que luchan y son justas. Cuba es el país que más me gusta, lo adoro ciegamente con toda mi alma y todo mi corazón".*

■ *Tomás Borge, fundador del sandinismo nicaragüense, dijo en una entrevista periodística, que Cuba construirá ahora a pesar de las dificultades actuales un verdadero socialismo.*

■ *El carguero "Bahía de Cárdenas" llevó a La Habana un valioso cargamento solidario del pueblo francés consistente en materia prima y productos poligráficos donados por el Sindicato del Libro de París y el Partido Comunista Francés. "Esperamos continuar nuestra acción, pues sabemos que es necesaria", dijo Jean-Paul Jouary, al arribar a la capital cubana.*

Cossutta habla del nuevo Partido Comunista en Italia

Armando Coessutta, miembro del Senado italiano, es el líder del nuevo Partido Refundación Comunista, que sorprendiera al obtener en reciente elección en Brescia un considerable éxito. Extraemos las respuestas de AC durante una entrevista periodística.

—¿Cuáles son los objetivos, el programa y las perspectivas de su Partido?

—La composición de nuestro movimiento no es uniforme. La mayor parte de los casi 150.000 afiliados viene del antiguo PCI. Pero albergamos también otros grupos de la izquierda, mucha gente joven, sin militancia anterior que ven en nosotros los antagonistas del sistema capitalista, porque luchamos contra el capitalismo y queremos superar sus contradicciones.

—¿Qué significa hoy en día llamarse comunista en Italia?

Nuestro Partido lucha en el marco de la cultura política italiana por una profunda renovación de la sociedad. No ve en un par de mejoras una salida de la actual situación. El comunismo es en Italia algo honroso que merece respeto. En otro lado puede ser distinto. No hay un solo día en la historia de nuestro pueblo en lo que va del siglo, en que los comunistas no hubieran estado en primera fila en las luchas por los derechos sociales, civiles, políticos y culturales: la resistencia, la República y la Constitución son el resultado de una inmensa conjunción democrática en la cual los comunistas estuvieron siempre en primera fila. Muchos mártires comunistas cayeron en la lucha por la libertad. Nosotros somos comunistas y consideramos este pasado como un título de honor.

—A la luz de los acontecimientos en el este y en la URSS, ¿qué quieren conservar y qué quieren cambiar los comunistas italianos?

—Nosotros no tomamos casi nada de las experiencias de los países del este europeo. Son para nosotros experiencias de un pasado terminado, que tuvo grandes momentos, que condujeron a la Revolución de Octubre y gracias a la cual pudieron conquistarse nuevas condiciones en la URSS y en el mundo. Pero este modelo no es posible aplicarlo a la realidad italiana. Nosotros hemos condenado sin vacilaciones el intento golpista de agosto en la URSS y criticamos sin reservas la política de Yeltsin y en algunos aspectos la de Gorbachov, que condujeron a la disolución de la URSS y significan el fin de una potencia mundial. En consecuencia, desaparece el contrapeso y los EE.UU. se convierten en única potencia. Predominan el nacionalismo de los EE.UU., su crisis y sus contradicciones agudas. Yo no estoy de acuerdo con que se destruyan bustos de Lenin y tampoco con las manifestaciones a favor de los zares, que son bendecidas por los popes. Estamos en contra de eso, mientras Ochetto, líder del ex PCI, está a favor de eso. Pero al mismo tiempo, constatamos que el PCUS y el sistema soviético se derrumbó bajo el peso de su responsabilidad y su culpa.

El médico de la familia

Médula del sistema de salud en Cuba



El actual sistema del Médico de la Familia fue implantado en 1984 y abarca a más de la mitad de los 10 millones de cubanos. Fueron erradicadas varias enfermedades infecto-contagiosas, la poliomielitis, el paludismo, la difteria y el tétanos neonatal. Desde 1980 no se han registrado más casos de sarampión y de tos ferina. La meningitis, la rubeola y la gastroenteritis están en vías de extinción.

Cuba cuenta actualmente con 264 hospitales, 229 puestos médicos, 421 policlínicas, 23 bancos de sangre, 163 clínicas estomatológicas, 153 hogares de ancianos y 148 hogares maternos.

A nivel universitario hay 22 facultades de medicina y cuatro de estomatología, 54 institutos politécnicos, dos Centros de Ingeniería Genética y Biotecnología.

Datos indicadores son, entre otros, que se dispone de 45.117 médicos; la mortalidad infantil es de 10,7 por cada mil nacidos y el 99,8 por ciento de los partos son institucionales. La esperanza de vida es 75,4 años.

Agudo descenso de la producción en Rusia

El Ministro de Economía de Rusia, Andrei Nechayev, advirtió que la economía rusa sufrirá un descenso drástico en dos meses debido al estrecho control del ingreso de efectivo para los ciudadanos y las empresas.

De acuerdo con informes de ITAR-TASS, Nechayev indicó que el descenso en la producción no generaría una elevación inmediata del desempleo debido a que, durante el período inicial, algunas empresas reducirán sus horas de trabajo y algunos trabajadores estarán de vacaciones.

El éxito de las reformas económicas dependerá en gran medida de la capacidad del gobierno para soportar la presión de poner en práctica políticas severas para los créditos monetarios y las finanzas y de su capacidad para contener la demanda de las empresas y de los organismos sociales para elevar los salarios, subrayó Nechayev.

Con respecto a la liberalización de los precios señaló que el gobierno abrirá el precio de la leche "en un futuro cercano", pero no se apresurará a hacerlo con los precios del pan, pues en Rusia "los precios del pan estuvieron relacionados con la política," dijo.

En tanto, señaló que los precios del pan serían liberalizados a la larga en principio, pero no durante el primer trimestre del año. Moscú (Xinhua).

GENERAL VIETNAMITA VISITA CHINA

El proceso de normalización de relaciones entre China y Vietnam alcanzó también el ámbito militar, ya que por primera vez desde que los dos países, en 1979, se enfrentaron en una breve pero sangrienta guerra, una delegación de las fuerzas armadas vietnamitas llegó en visita a Pekín.

La misión es encabezada por el general Vu Xuan Vinh, director de relaciones exteriores del Ministerio de Defensa.

Las relaciones entre China y Vietnam se normalizaron en noviembre último con la visita a Pekín de las dos mayores autoridades de Hanoi, el secretario general del Partido Comunista, Do Muoi, y el primer ministro Vo Van Viet. Beijing (Xinhua).





Un proyecto que tardó 200 años en nacer

A escasos días del 8 de marzo, cuando se celebra el Día Internacional de la Mujer, retomamos la entrevista realizada a la diputada Carmen Beramendi, con motivo de la presentación de su proyecto de ley sobre la creación del IPRE (Instituto de Prevención y Rehabilitación).

CARTA conversó extensamente con Carmen acerca de la problemática de la mujer. No sólo nos explicó los motivo que llevaron a la presentación de dicho proyecto, sino que nos brindó sus reflexiones como parlamentaria, como mujer, madre, mujer trabajadora que el tema le merece.

Las brindamos al lector para que sean el inicio y la continuación de una reflexión que debería hacerse entre todos para actuar en consecuencia.

[illegible] de la mujer

[illegible] motivo de conmemorar el Día Internacional de la Mujer, convocamos a todas las mujeres a [illegible] bajo la consigna [illegible] EL FU[illegible] [illegible] POR [illegible] y [illegible] el próximo lunes 9, a la hora 19, desde 18 de Julio y Ejido hacia Plaza Cagancha donde se culminará en un acto cultural.

Convocan: AFUR, AMULP, AESS, CASA DE LA MUJER DE LA UNION, COMISION DE MUJERES DEL MPP, COMISION DE MUJERES DEL PIT-CNT, CDR, COORDINADORA DE APOYO A LA REVOLUCION CUBANA, COORDINADORA DE JUBILADOS, COORDINADORAS M y P del FA, MUJERES JEFAS DE HOGAR, LIMPAL, SOS [illegible], [illegible].

CARTA. Tu opinión sobre la situación actual de la mujer.

C.B.. Yo creo que se ha avanzado mucho más que lo que hemos podido colectivizar entre nosotras que avanzamos. Creo que hay un reconocimiento más general de que existe una problemática que es específica de la mujer, hay mucho más estado público de la situación. Las organizaciones sociales han cobrado más fuerza en este aspecto. Pero fundamentalmente, que se reconoce a nivel político como un tema que hay que atender. Claro que es, en esto último, que también hay una utilización del tema. Esto se vio en la campaña electoral última. Hay que concretar políticas específicas y no quedarnos sólo en palabras.

Por eso, entre otras cosas, planteamos el proyecto de ley, como una forma de jerarquizar el tema. Creo que, como parlamentaria, una de las cosas fundamentales es que todo lo que uno haga contribuya también a que la propia gente, por si misma haga las cosas. Yo no creo que aquí esté la posibilidad de la solución de este problema. Yo lo que creo es que este problema va, fundamentalmente de la mano de la propia conciencia social de las mujeres.

Hay cuestiones que se transmiten culturalmente, el hecho de que se le asignen roles distintos a la mujer, desde chiquita, en relación al hombre. Esto, para nosotros, tiene que ver con los roles que desde la Revolución Industrial se le asignaron a la mujer, fruto de las necesidades que el propio capitalismo tenía por la división sexual del trabajo. El capitalismo precisaba hombres que estuvieran dis-



puestos a producir. Para ello necesitaban una mujer en su casa, que les resolviera los problemas que debería haber resuelto la sociedad en su conjunto.

CARTA. ¿Qué papel desempeña la educación sexual en relación a esto que tu planteabas?

C.B. Justamente eso fue conformando la idea de que la mujer era para el ámbito privado.

Esto, sin duda, tiene mucho que ver con la educación sexual. Lo vi durante años en mi trabajo de reducadora psicomotriz. Allí veía como en general, el niño está educado para ocupar los espacios mas grandes. El niño es el que ocupa la calle, el que juega en el campito, es el que se desplaza. La niña, desde chiquita se la educa para que se quede quietita, cuide su cuerpo, para que no lo muestre. Su cuerpo se convierte así, muchas veces, en una cárcel. La clave está en llegar a comprender que el cuerpo no es sólo para desplazarse, sino también para disfrutarlo. No entender y asumir esto último, es motivo de infelicidad aún hoy en día para miles de mujeres.

La mujer, en general, tiene un rol mas pasivo en la vida sexual, fruto de esta concepción, de que ella es la que permite el goce del hombre. Cuando en realidad ella es también un ser humano con necesidad de disfrutar de su cuerpo y de ser capaz de manejarlo con más libertad. Esto es muy fácil decirlo, pero es muy difícil incorporarlo a la vida cuando todos los patrones culturales tratan de ponerle freno.

CARTA. ¿Cómo hacer para que la sociedad entienda esto y participe de los cambios?

C.B. No es sencillo. En general, parece que existen cosas que tienen que ver con el ámbito individual, personal y como secreto, en la vida de la gente. Y que existen otras cosas que son las cosas públicas. Es un tema que cruza todos los sectores sociales y políticos. Compañeros que tienen una actitud muy transformadora hacia la sociedad y que son muy buenos compañeros en su lugar de trabajo, no son así con su mujer. Lo primero que me parece es que hay que atacar lo del doble discurso.

Violentar a la mujer, es también no dejarla que ella se exprese como es, es hacerle pensar que su opinión no vale.

Cambiar esta situación pasa por discutir acerca de qué entendemos por una familia democrática. En una concepción tal de la familia, no sólo la distribución de las tareas de la casa debe ser distinta, sino que debe darse la oportunidad de que los miembros de la familia se desarrollen, que cada uno tenga su espacio. Si no se puede llegar a creer que la mujer, para saltar a roles de otro tipo, tiene que ser una mujer excepcional. Y esto es mentira. Lo que tiene que ser es una mujer que pueda contar con otros.

Aquí también hay una cuestión importante en cuanto al acceso a las guarderías. No vistas como un lugar donde dejamos a nuestros hijos en depósito, sino donde el niño comparte experiencias con otros de su edad.

CARTA. ¿Esto está contemplado en el proyecto?

C.B. No. En la legislatura anterior, y se volvió a plantear en ésta, el FA presentó un proyecto de guarderías. Hay que ser conscientes que en este tema, en medio de una política económica que tiende a la reducción del gasto público, es bastante difícil de pensar que se puedan resolver a nivel general estas cosas, si continúa esta política económica.

Hay experiencias parciales, sindicatos que han podido resolver el tema, experiencias barriales. Pero no tiene todavía la dimensión que te permita decir que toda mujer que quiere hacer algo, tiene un lugar donde dejar sus hijos.

El hecho es que la propia organización familiar ha cambiado. El último censo arroja un porcentaje de un 22% de mujeres jefas de hogar. La incorporación de la mujer al trabajo puede ayudar a que la mujer colectivice con otras mujeres. Ayuda a que ella se valore a sí misma, pero no resuelve el problema, que es mucho más de fondo.

El fenómeno de la necesidad de que la mujer vuelva a ocupar el lugar que le corresponde en la vida de nuestra sociedad, tiene que ver con una serie de patrones culturales que, creo, se van a romper en la medida que las propias organizaciones de mujeres, a través de su propia conciencia del problema, sean quienes rompan dichos patrones.

Es muy bueno que, entre los que queremos transformar la sociedad, también incorporemos este tipo de temas a nuestra reflexión. Lo que se ve y choca y violenta a toda la sociedad es esa mujer que apareció reventada. Pero toda la situación de discriminación y violencia mucho más sutil, no nos choca tanto. Creo que nos debe empezar a golpear como seres humanos, como militantes que queremos los cambios.

Estela [illegible] - Graciela Giribone.

Hoy, en el Atenas, asamblea de docentes y no docentes

Trabajadores de la enseñanza alertan a padres y alumnos



La Coordinadora de Sindicatos de la Enseñanza del Uruguay —filial del PIT-CNT— termina de emitir un comunicado de alerta a los padres y alumnos de todas las ramas, tanto públicas como privadas, ante la iniciación del año lectivo. En el comunicado se analiza la situación que se vive en la enseñanza:

● Los cursos comienzan con un importante número de docentes que dejan la enseñanza para buscar otras alternativas laborales. Esto sucede como consecuencia de una política salarial que mantiene los **salarios** docentes y no docentes en **los niveles más bajos para el país y la historia de la educación**. La gran mayoría de los funcionarios no docentes y los docentes de 1er. grado no alcanzan a N$ 400.000 por mes.

● Las autoridades del CODICEN, engañosamente, anunciaron aumentos promediales del 23%, que no se corresponden con lo percibido por la gran mayoría de los trabajadores de la enseñanza. Esta situación se agrava aún más en lo referido al pago de aumentos y antigüedad a docentes interinos y suplentes.

● Se continúa trabajando en **locales que no ofrecen garantías de salubridad**, lo que es sumamente riesgoso en la actual situación de emergencia sanitaria.

(La mayoría de los locales escolares y liceales se hallan en deplorable estado, sin que el Ministerio de Educación y Cultura y el CODICEN adopten medidas de fondo para solucionar el grave problema edilicio. **A eso se añade el peligro —por las pésimas condiciones sanitarias de esos centros— de brotes de cólera. N. de R.**)

● Este año, **la superpoblación de los grupos** se agudiza: 40, 45, 50 alumnos o más por grupo van a ser comunes en el sistema.

● Las autoridades han puesto en marcha **nuevas reformas en la enseñanza**. Las mismas se elaboran y se aplican **desconociendo** en muchos casos, **resoluciones de las Asambleas Nacionales de Docentes** y de las **organizaciones sindicales**, en otros, se realizan en forma improvisada y sin respetar reales instancias de participación de los trabajadores de la enseñanza.

● En la Enseñanza Privada, los trabajadores continúan su lucha por la mejora del salario real, similar al de los trabajadores de la Enseñanza Pública. Enfrentan en este momento la delicada situación de un Convenio que expira.

● La Universidad continúa, desde 1985, esperando la devolución de su autonomía financiera, aspecto esencial que atañe a la grave situación de carencias por las que atraviesa.

● Todo lo antedicho, afecta la **calidad de la educación** brindada en todas las instituciones educativas, públicas y privadas. Los niveles que aún se conservan, se logran sobre el esfuerzo y sacrificio de los trabajadores de la enseñanza, confrontados a la permanente política de jaque del gobierno y sus representantes en la administración de la enseñanza.

● La CSEU redobla su compromiso con la promoción de un debate nacional por la reforma educativa que el país reclama y que nuestros jóvenes y niños merecen.

● La CSEU está dispuesta a defender de forma conjunta y de manera intransigente el **salario y el trabajo** de todos los trabajadores de la enseñanza.

● El comunicado finaliza convocando a todos los trabajadores de la enseñanza —docentes y no docentes— de Montevideo a una asamblea que se efectuará **hoy viernes 6** a partir de la hora 18, en el Club Atenas (Cebollatí 1434).

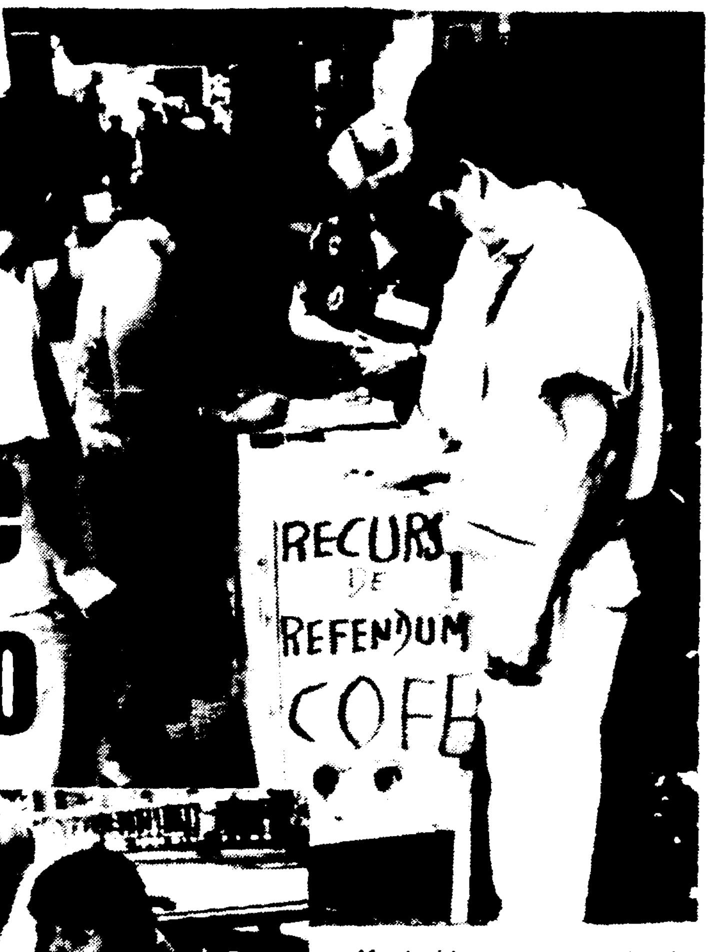
Carta de Montevideo

Periódico del Comité Departamental de Montevideo del PCU — Año I - Nº 1
Viernes 21 de febrero de 1992
Precio del ejemplar: N$ 1.000

Redactor Responsable:
Daniel L. Berrutti
Felipe Cardozo 2090, Bloque 4 G, Ap. 108, Montevideo
Administrador:
Fausto Pérez
Redacción y administración:
Río Negro 1531 - Tel. 98 78 08 - Montevideo
Permiso en trámite en el MEC / Carpeta 920934
Depósito legal 258833-92
Impreso en los talleres gráficos de Impresora Polo, Paysandú 1179, Montevideo

SUMARIO

El pueblo al rescate de su patrimonio





Montevideo estuvo sembrado de mesitas. Desde 18 de Julio hasta las barriadas más lejanas. Las fuerzas políticas y sociales que propician un referéndum contra la ley de empresas públicas, superaron las firmas requeridas para consultar a la ciudadanía si debe realizarse o no el plebiscito. Se pasaron ya las 20 mil firmas, que serán entregadas a la Corte Electoral el 15 de marzo. El Frente Amplio y el PIT-CNT con todos sus sindicatos estuvieron presentes en la capital.

Congreso Extraordinario convocado para el mes de mayo

Los días 7 y 8 de febrero, se reunió el Comité Central del PCU. La primera parte del informe del camarada Jaime Pérez, estuvo dedicada a realizar un diagnóstico de la situación nacional, cuyo texto obra en poder de los comités seccionales.

Fue aprobada una declaración, que insertamos en esta entrega de CARTA, y que fue aprobada por 26 votos afirmativos, cero voto negativo, y 17 abstenciones, lo que da un total de 43 compañeros presentes.

El Congreso Extraordinario, a solicitud de más de 5 mil firmantes, —de acuerdo con las normas estatutarias que establecen el 10 % de los afiliados— fue convocado para los días 15, 16 y 17 de mayo.

El orden del día establecido en las papeletas firmadas, incluye la "afirmación del carácter del Partido Comunista y su continuidad renovadora, y la consideración del estado actual del Partido y medidas para su fortalecimiento ideológico y orgánico".

El Comité Central resolvió proponer incorporar al orden del día, la elección de la nueva dirección. Según el estatuto, ello requiere el voto de dos tercios de los delegados al Congreso.

No se designó ni la Comisión Organizadora ni se fijó la proporcionalidad para el nombramiento de los delegados, como tampoco se dio trámite al pedido de informaciones acerca de los medios, por haber quedado sin número reglamentario. Tampoco, por el mismo motivo, fue designada la Comisión para el estudio de los temas teóricos, propuesta en el informe.



Cuba en el corazón de los uruguayos. Las paredes de Montevideo lo gritan. ¡Hay que redoblar la ayuda material al hermano y heroico pueblo de Martí!



El árbol crece desde el pie...

LA UJC RECONSTRUYE SUS FILAS

el dedo en la llaga

■ puso Adolfo Bertoni, Presidente de la Asociación de los Trabajadores de la Seguridad Social (ATSS) al preguntar al recién nombrado Ministro Ignacio de Posadas, si lo que planteó en su discurso al asumir el cargo, es matar la Seguridad Social.

"Nosotros leemos y releemos el discurso donde afirmó de Posadas que la inflación es un monstruo que debe matarse, y que la seguridad social es el corazón de ese monstruo". A Bertoni le asiste razón cuando pide que el novel ministro y ex senador aclare si es eso lo que realmente piensa.

■ también lo puso Alejandro Végh Villegas, Director del Fondo Monetario, cuando dijo que en el Fondo "cayó mal el anuncio del aumento de marzo y que sin correcciones será "muy difícil" lograr un entendimiento".

■ el líder del Batllismo Rádical, Jorge Batlle, es conocido desde hace años por aquello del "cimbronazo". Por lo visto sigue creyendo que para los uruguayos lo mejor es hacer lo que se hizo bajo Pinochet en Chile, o lo que viene haciendo Menem y su Ministro de Hacienda en Argentina, donde precisamente se aplicó una política de "shock". La medicina, por amarga que sea, que se la administren al pueblo con cucharadas soperas plenas. Se refiere a ajustes salariales, reforma jubilatoria y otras medidas antipopulares.

En una rueda con varios miembros del Comité Departamental de Montevideo de la UJC (Alvaro —o el "Plomo" como suelen decirle—, Aldo, Daniela, Gabriel) conversamos sobre los temas que actualmente preocupan a la dirección de la Juventud Comunista. Y todos están unánimemente de acuerdo en que el tema central es la reconstrucción de la UJC. Me alcanzan un comunicado elaborado hace varios meses, en el que se dice, entre otras cosas: "Hoy vemos cómo día a día los compañeros de la juventud van dejando atrás sus temores y apatía y uno a uno se van sumando a esta nueva propuesta (joven, artiguista, revolucionaria) que estamos construyendo bien desde el pie...". Es justa la alusión de Zitarrosa, porque el árbol crece desde el pie, y así está creciendo, renaciendo una vez más la juventud comunista que algunos intentaron destrozar, y que tiene destinos y tareas insoslayables que cumplir en la patria de Artigas.

—Hoy —dice uno de los jovenes— nuestra tarea es informar, discutir, hablar y escuchar, y descubrimos que los jovenes honestos (los que siempre estuvieron presentes cuando las papas pelaban) no escurren el bulto y volvemos a darnos la mano.

—Como ya tenemos seccionales funcionando, pensamos que en poco tiempo tendremos la Casa de la Juventud nuevamente abierta para todos, y también haremos ese Congreso tantas veces postergado, donde nos enriqueceremos con los debates, las opiniones, las discusiones, para llegar a trazar las nuevas perspectivas de trabajo.

—La vida está demostrando una vez más que el espontaneismo no sirve, que es necesaria la organización, esa misma que un grupito de "dirigentes" pretendió desbaratar "decretando" la disolución de la UJC... Claro, en primera instancia la juventud se fue para las casas, porque estaba confundida, porque se veía frustrada y sin respuestas; pero no han dejado de ser jóvenes comunistas, como lo estamos comprobando día a día en nuestras entrevistas.



De los cuatro entrevistados, dos de los jóvenes ya se habían ido cuando llegó el fotógrafo, —que no es de la UJC—. Y, bueno... ¡es nuestro primer número!

—Una cosa es importante: necesitamos la participación de todos: en Montevideo, y también en el interior. Necesitamos comunicarnos con todos aquellos que nos sea posible. Claro, no podemos ir a las localidades del interior de la República por los costos que ello implica; por eso llamamos a los jóvenes del interior a que se pongan en contacto con nosotros, que se comuniquen con el Departamental de Montevideo de la Juventud para participar en este proceso. Pensamos que la integración de la juventud del interior es fundamental, ya que la problemática de los jóvenes allá, es la misma si no peor que la de los jovenes de la capital.

ARIEL [illegible]

Resolución del Cté. Central del 7 y 8 de febrero

Ante la gravedad de la situación política, económica y social del país, a que lo ha llevado la política neoliberal que se aplica desde hace años;

Ante el hecho de que este gobierno esté impulsando la aplicación más cruda de esta política de ajuste despiadado, poniendo en riesgo la existencia del sistema productivo del país, de las posibilidades de trabajo de los uruguayos, de las conquistas de los trabajadores, de la existencia de servicios sociales y de la seguridad social de los uruguayos e incluso de la existencia del aparato del estado y, de la propia nación;

Ante la necesidad de contribuir urgente y decididamente a agrupar a los más diversos sectores sociales y políticos que quieran defender el patrimonio nacional, sus perspectivas de desarrollo económico y social, superar el atraso, la marginación y la miseria, **el Comité Central resuelve:**

1) Convocar a todos los comunistas a volcar todos sus esfuerzos en los organismos del Partido, del Frente Amplio, del movimiento sindical y social para militar activamente por la construcción del Bloque Alternativo que detenga la ofensiva antinacional y antipopular que el gobierno impulsa siguiendo los dictados del FMI y el gran capital transnacional, haciendo que el Congreso Extraordinario convocado para el 15, 16 y 17 de mayo se transforme en una instancia decisiva para que el Partido se reunifique en torno a un plan político inmediato que aporte a la movilización del pueblo y a lo más urgente que hoy requiere la patria: la concreción del proyecto alternativo para los cambios.

2) Los comunistas uruguayos tenemos también la responsabilidad ineludible con nuestro pueblo, de definir los caminos para la renovación del PCU, contribuir a la renovación de la izquierda uruguaya, del Frente Amplio, el movimiento sindical y la sociedad caracterizando un programa de mediano y largo plazo que impulse la profundización del camino democrático al socialismo.

En ese sentido, el Comité Central ratifica la necesidad de que el Partido unido se disponga a aportar para elaborar el proyecto de sociedad socialista con todas las fuerzas políticas y personas dispuestas a ello, sobre la base de que no hay socialismo sin democracia y que la democracia más completa sólo se alcanza en el socialismo, para ello necesitamos un tiempo de reflexión colectiva donde miles de comunistas unidos en la lucha política inmediata, seamos capaces de discutir sin estrechez, preconceptos ni sectarismos y elaborar ideológica y políticamente el programa del PCU en el XXIII Congreso que debemos concretar para 1993, del que debe lograrse una nueva unidad, una nueva fraternidad, una verdadera revolución moral.

Creemos que eso espera la sociedad, entre otros, de nosotros los comunistas.

UNIDAD POLITICA

Los compañeros de Montevideo, Canelones y San José se reúnen el 27 de febrero, hora 20, en Río Negro 1531.

JOSE PEDRO CACERES

El 6 de febrero falleció en Montevideo José Pedro Cáceres —"Cacerola"—, uno de los comunistas que abordaron a principios de 1957 la compleja tarea de editar un diario: "El Popular".

Cáceres estuvo en un puesto clave del diario, la expedición, este eslabón tan vital para que la voz del Partido Comunista pudiera llegar puntualmente cada día a manos de los lectores. Los que trabajamos con él hasta que la dictadura, a fines de 1973, clausurara el diario, supimos de su celo y de su responsabilidad en el cumplimiento de su tarea.

Lo recordaremos como uno de los imprescindibles, sin los cuales ninguna obra puede ser realizada.

G. L.

Ayuda material a Cuba

La Coordinadora de Apoyo a la Revolución Cubana resolvió en reciente Plenario darle mayor envergadura al apoyo material a Cuba. Se proyecta la realización de un Festival y continuar con la campaña del **"Dólar para Cuba"**.

La difícil situación en la isla se dice en un comunicado de la Coordinadora, reclama no solo el apoyo moral sino la solidaridad material del pueblo uruguayo.

a compas de la bordona

Poniendo cara de cambios,
dijo el Cuqui: **"Hay que cambiar.**
No de política, claro,
de esa cuestión, ni qué hablar".
Y así fue. Cambió ministros,
no lo que se necesita.
Al final, todo fue sólo
un cambio de figuritas.

Don Canuto

Requiere más coraje la alegría que la pena

Cuando esta **Carta** *llegue a las manos de cada comunista, al hogar de nuestros amigos, estaremos materializando un anhelo y cumpliendo una necesidad: establecer un nexo que intercambie información, que plantee centros de trabajo, que refleje la vida de los barrios, fábricas, talleres, escuelas. Es una carta que, como tal, deberá ir y venir, ser leída y escrita por miles. Cada uno de nosotros, comunistas de Montevideo, seremos a la vez, sus carteros y remitentes, destinatarios y hacedores de un diálogo común.*

Uno de los rasgos que caracteriza a los comunistas es la tenacidad. Esta surge de la convicción y la responsabilidad: mientras haya miseria y explotación, mientras haya miles que vivan en la calle, no tengan trabajo o cobren sueldos que pongan en peligro la supervivencia, en tanto se apaguen las chimeneas o el país se vacíe por falta de perspectivas, o los bienes de la cultura se conviertan cada vez más en un privilegio, ***los comunistas tenemos un lugar que ocupar.***

Hemos sido sacudidos hasta las raíces, nos debemos un análisis colectivo, serio y riguroso de los sucesos internacionales. Tenemos enormes desafíos en medio de una integración regional que por el momento y también por nuestras omisiones, solo despliega ante nosotros el fantasma del hambre, de la inseguridad y pérdida de derechos laborales, de la desaparición como nación.

El gobierno despliega una ofensiva global acorde con los intereses del FMI, y de una minoría cada vez más privilegiada. Los trabajadores están demostrando que no van a dejarse escamotear sus derechos ni su país, pese a todos los intentos que se realizan para tratar de convencernos de la inutilidad de cualquier esfuerzo o movilización.

Los vecinos de los barrios demostraron, una vez más, que no se confunden a la hora de saber dónde hay que estar y qué se debe hacer: son esas mujeres, jóvenes y niños que rodearon a los trabajadores de FUNSA e interpusieron su cuerpo ante la brutalidad policial.

Al "no se puede" le contestan las exitosas mesitas para la recolección de firmas en contra del saqueo al Patrimonio Nacional. Las comisiones de fomento, las organizaciones de jubilados, el movimiento por la vivienda, las mujeres, dan pruebas de la confianza de este pueblo en sus propias fuerzas.

Y nosotros, los comunistas, somos parte del pueblo. No nacimos en una probeta de laboratorio, somos obreros entre los obreros, vecinos entre los vecinos, militantes de los comités de base del Frente Amplio, colaboradores en el trabajo de los CCZ, copartícipes de esa decisión de descentralización municipal que implica nada menos que entregar el gobierno a los gobernados.

Y por ese camino iremos forjando ese entramado de pueblo, ese entretejido de organizaciones, ese enorme torrente transformador.

¿Qué comunista puede quedar al margen? ¿Qué compañero no va a ser capaz de hacer primar su convicción de cuál es su lugar?

Vamos a un trascendente Congreso del PCU que definirá la existencia del Partido y su carácter. Para que el mismo dé respuestas a los comunistas, deberá **imprescindiblemente** *dar respuestas al pueblo uruguayo, al conjunto de la sociedad. Estas respuestas tomarán forma de documentos, sí, pero es en la calle, en la movilización, en la propuesta, en las nuevas formas organizativas, de democracia y real participación, de elaboración* **colectiva** *que nos demos, donde se define existencia y carácter, coherencia con lo mejor de nuestra historia, vigencia y futuro del PCU.*

Deberemos forjar las bases de la reconstrucción de una nueva unidad, sobre principios, pero no unanimidades decretadas; en el interjuego de unidad y diversidad, respeto a las posiciones, debate franco, abierto, cristalino. Una nueva unidad presidida por la ética de los comunistas, confrontando ideas, elaborando, seguros de que el objetivo de todos y cada uno es la transformación radical de la sociedad.

Tenazmente, arrimando manos, cabeza y corazón, sin despegarnos nunca del pueblo al que pertenecemos, enraizados en los intereses de los uruguayos, desarrollando y enriqueciendo nuestros principios, brazo con brazo con nuestros hermanos del FA, seguros de que donde algunos creen ver nuestras cenizas, arden las brasas de nuestra pasión revolucionaria, y aviva el coraje requerido para forjar la alegría en nuestra patria.

Marina

Algunas ideas sobre el Partido en Montevideo

Las opiniones que expresaremos, algunas de ellas de carácter polémico, refieren a los temas de organización del Partido en Montevideo, y reflejan, a la vez, nuestros propios criterios y los de los organismos que integramos.

Como lo planteó el 22º. Congreso, partimos de la base de que el PCU debe jugar un importante papel en la sociedad uruguaya, haciendo política en sus diversas vertientes, procurando incidir en los destinos del país. Teniendo como base a los trabajadores y pretendiendo ser una expresión política de éstos, que no tiene por qué ser única, debe generar un proyecto que abarque, a la vez, aspiraciones de otros sectores sociales.

Vivimos como PCU una crisis política, ideológica, de organización y de modelos, que obedece a múltiples causas que sería necesario analizar profundamente entre todos los comunistas.

Superar esa crisis pasa, entre otras cosas, por revalorizar el Partido, a partir de un estudio serio, sin prejuicios y sin manejo de categorías absolutas, de los problemas que arrastra desde hace un tiempo. Del mismo modo, debemos encarar los desafíos que nos plantea a diario una sociedad que cambia aceleradamente, con el telón de fondo de una política neoliberal que margina a la mayoría del país y con la perspectiva de que el Frente Amplio, como eje de un bloque alternativo, acceda al gobierno en 1994.

Dentro de ese marco, creemos fundamental que el PCU en Montevideo tenga una política que se concrete a través de un sistema de dirección y organización, así como de mecanismos de información y de control, todos los cuales confluyan en un plan político global.

El conjunto de esos elementos podemos delinearlo esquemáticamente en los siguientes términos:

a) Una política, basada en el conocimiento profundo de la sociedad montevideana en sus diversos planos, que apunte, centralmente, a que el Frente Amplio conquiste el gobierno nacional en 1994, haciendo pie, fundamentalmente, en la labor de la actual gestión comunal.

b) Un sistema de dirección que articule diversos niveles de elaboración y decisión, a saber: Plenario o Comité Departamental, integrado por los secretarios de los seccionales y el Comité Ejecutivo; Ejecutivo Departamental, que debe aplicar la política emanada del Plenario; Areas del Plenario, como instrumento que globaliza el conocimiento y la elaboración referentes a un sector de la realidad; Frentes; Equipos de Coordinación, integrados por 4 o 5 seccionales, 2 o 3 miembros del Ejecutivo y, dentro de lo posible, ediles y diputados; Seccionales, con una política propia para cada zona, una dirección y estructuras adaptadas a los objetivos políticos; Agrupaciones que aborden realmente la problemática del barrio o centro de trabajo y que elaboren su propia política, centrada en el sector de la sociedad en el que actúan.

c) Un sistema de información que abarque a la sociedad y al Partido, que se constituya en sector clave para la adopción de decisiones fundamentales y para la proyección de iniciativas políticas y su aplicación práctica.

La aplicación de la política reseñada se concreta en el cumplimiento del plan aprobado por el Comité Departamental, sobre la base del informe del Comité Central del 8/12/91 y las resoluciones de la Conferencia y el Plenario Departamentales, cuyos términos se han difundido entre los afiliados.

Requisito esencial para esa concreción es, por otra parte, el agrupamiento de los comunistas, para lograr el cual se han planteado, como tareas centrales, la realización de un censo de los comunistas de todos los seccionales, la entrega de todos los carnés que todavía no se han hecho llegar a los compañeros y el cobro regular de la estampilla a todos los afiliados.

Creemos que la posibilidad de cambios a que apunta este plan requiere, entre otras cosas, un fuerte y organizado Partido Comunista, con iniciativas políticas y con inserción social. En él resulta insoslayable que se dé un proceso de renovación, a través de mecanismos adecuados que debemos buscar y encontrar entre todos.

Con vistas al Congreso Extraordinario, otra importante línea de trabajo la constituyen las comisiones y talleres que posibiliten la elaboración colectiva y sean, a la vez, medios de agrupamiento de los comunistas.

El papel de la Comisión de Organización en todas esas tareas no puede reducirse al de órgano meramente transmisor de resoluciones de órganos superiores. En el marco del plan, debe elaborar su propia política y sus métodos de trabajo.

Con estos planteos no pretendemos crear teoría. Aspiramos a contribuir a que el Partido retome su marcha, sintetizando en teoría sus diversas prácticas, sobre la base de que cada vez se integren más compañeros y se reciban más aportes, dándonos el tiempo y creando el clima necesario para resolver fraterna y colectivamente las dificultades que nos enfrentamos.

Una parte de la discusión ideológica se resolverá en el debate, otra, no menos importante, en la propia práctica. Procuramos abrir caminos para ambas cosas, y en ese esfuerzo necesitamos aportes de búsqueda y de crítica. Desde ya agradecemos todo lo que en ese sentido se nos brinde por parte de los compañeros.

CARLOS TUTZO ("PUA")

No hay democracia partidaria sin organización, ni ésta sin finanzas

Cuando decimos que la crisis que atraviesa nuestro partido es ideológica, política y organizativa, estamos incluyendo, por supuesto, la difícil situación financiera, que se expresa en deudas, pérdida de locales, etc. e imposibilidad de financiar el proyecto de acción política, con lo que éste supone de inversiones en propaganda y alquileres, por citar solo dos rubros.

La situación financiera de los seccionales y el propio comité departamental (con las deudas acumuladas en todo el último período) constituye una de las principales trabas para el desenvolvimiento del partido, la *multiplicación de las posibilidades de ensanchar y profundizar el debate interno y la capacidad de abrir su política, desde el Frente Amplio al conjunto del pueblo.*

Ante esta situación podríamos afirmar —esquemáticamente— que el tiempo que lleve reconstituir el trabajo financiero será el tiempo que el partido necesite para salir de la crisis general. Si bien esto es parcialmente cierto, podemos afirmar —al mismo tiempo— que la actividad financiera, como trabajo esencialmente político, es un instrumento privilegiado para contribuir a la revitalización de la orgánica partidaria, el contacto con los camaradas alejados de la militancia y el vínculo con el amplio espectro de aliados y amigos del partido.

Desde este punto de vista el Departamental de Montevideo se plantea dos líneas fundamentales de trabajo financiero, que constituyen una propuesta general que tomará cuerpo según las condiciones de cada lugar y la voluntad política de cada comunista de contribuir al saneamiento de las finanzas partidarias.

Es sabido por todos el bajísimo porcentaje de cotizaciones cobradas por las agrupaciones y también las múltiples hipótesis explicativas de este fenómeno.

Si bien es indiscutible que la gravísima crisis económica que afecta a nuestro pueblo repercute en el compromiso económico del afiliado con el partido, son seguramente más profundas y complejas las causas de este problema: debilitamiento del funcionamiento partidario, desconfianza o cuestionamiento sobre la administración partidaria del dinero, repercusiones del debate interno, etc.

Reafirmamos la importancia cardinal de la cotización, no solo por lo que ésta pueda cubrir del presupuesto de cada organismo, sino por tres razones fundamentales: 1) La cotización es parte del complejo sistema de relaciones políticas del afiliado con el partido y no solo un método de recaudación de dinero. 2) La cotización está relacionada con la reafirmación mensual de la relación de pertenencia afiliado-partido, formando parte, de esta manera, de la identidad política del comunista. 3) La cotización es parte de la vida de las agrupaciones y su cobro regular y militante solo puede hacerse a condición del funcionamiento de los organismos de base: no se trata del trabajo de un frente sino de todo el partido, haciendo finanzas para todo el partido.

LA CAMPAÑA DEL DOLAR

El Partido Comunista se apresta a realizar en mayo su Congreso Extraordinario, convocado por la firma de más de cinco mil afiliados. Más allá de la posición que cada uno de nosotros tengamos en el debate interno, más allá de la opinión sobre los plazos, carácter y contenidos de este Congreso, nos une la convicción de que esta instancia debe convocar la participación mayoritaria del partido para que sea éste en su conjunto el que decida los rumbos de nuestra organización política. La realización del Congreso, la creación de condiciones para la participación de todos los comunistas en su preparación, la amplitud y la democracia del debate supone la reorganización del partido, el desarrollo de su infraestructura y por lo tanto el desafío de encontrar instrumentos y formas financieras que hagan posible el Congreso que todos queremos. En este cuadro convocamos a todo el Partido de Montevideo a [illegible] la campaña de los 5.000 dólares a recaudar desde hoy al mes de mayo. El aporte de cada comunista, cada frenteamplista, cada amigo del Partido, el suministro de nombres o datos que faciliten nuestro trabajo, el compromiso de los organismos del Partido, permitirá que el Congreso Extraordinario, por su amplitud, su participación y su democracia, sea un verdadero aporte al crecimiento del Frente Amplio y el conjunto del movimiento popular.

[illegible], Secretario de Finanzas de Montevideo

D'Elía: Los trabajadores enfrentan la política privatizadora del gobierno



José D'Elía... El "Pepe" D'Elía, simplemente. En medio de un intenso trajinar, a pesar de los años de dirigente sindical, nos atendió para decirnos algunas verdades y dejar la puerta abierta para otra entrevista de mayor alcance y con temas puntuales.

Carta de Montevideo quiere manifestar su agradecimiento al Presidente de la central unitaria PIT-CNT, por esos instantes de reflexión sobre tópicos tan candentes como *el salario y la privatización del* "ser nacional", al decir del propio "Pepe" D'Elía.

– José, en medio de todo este mundo en convulsión, cómo se analiza, desde el ángulo de la central de trabajadores, toda la temática laboral. Conflicto en FUNSA, en los Entes, problemas en la Administración Central, las privatizaciones, en fin, que es una situación compleja y dura. ¿Cómo se ve el panorama desde acá, desde la casa del PIT-CNT?

– El tema de lo que pueda decir, sobre la situación que se está viviendo y, dirigida a un órgano político, quiero *expresarla en* forma muy personal. Digo que tenemos las cosas, planteadas en dos planos, que, desde luego se integran totalmente. Te diré, que lo primero es lo primero. Tenemos problemas muy graves en el campo laboral que significan conflictividad, derivados de los despidos, de la desocupación y de los salarios, que aún, cuando los trabajadores *luchan y conquistan, siguen* siendo insuficientes. Esto lleva, de cualquier manera, a pesar de algunos *acuerdos con los* empresarios y con el gobierno, a que la carestía de la vida se nota de una manera dramática. Y también, esta situación conduce a una marginación mayor en los dos terrenos: queda sin trabajo e ingresa al cinturón de desocupados y se agrava el tema de la vivienda.

–¿Y el segundo tema del que me hablabas, cuál es?

– A esto voy. El segundo tema es la conducción política que tiene el país que se opone, punto por punto con lo que el *conjunto de la clase obrera, y el pueblo trabajador viene planteando.*

Se quiere *imprimir* a todo ritmo —a pesar de que algunos quieren que sea de manera más acelerada— a este país una *política* contraria a toda la tradición, a todo el ser nacional. Y, partiendo del neoliberalismo ir a las privatizaciones, ir a la reforma del Estado, que, mirando la realidad nacional, significa, atacar la soberanía misma de la nación.

Los *centros* económicos en poder del Estado o mejor dicho, de la colectividad nacional, *solamente pueden* privatizarse con la inversión de capital extranjero. Además, el pueblo debe saber que estos organismos son importantes en cuanto al sustento del presupuesto nacional y si pasan a la actividad privada los impuestos deberán multiplicarse para hacer frente al gasto del presupuesto. ¿Y cómo se van a multiplicar? Pues aumentando el IVA que es *un impuesto* impopular e injusto, pues empareja a todos. Por otra parte, todos los que sabemos el abecé de la economía, conocemos que la sociedad de mercado conduce, o concurre de *una manera ma*temática a la concentración de capital y de hecho a los monopolios. Quiere decir que estos países (América Latina y el Tercer Mundo), van a quedar de una manera más clara, dependientes de los grandes centros de poder económico.

– Frente a esta situación, ¿cuál es la respuesta que da la central de trabajadores a estos dos grandes desafíos?

– En primer lugar, la unidad mayor de todas las fuerzas que se oponen a esta política neoliberal. Esto está orientado a desarrollar el mayor esfuerzo hacia el referéndum. Allí estamos los trabajadores y otras fuerzas *importantes como* el Frente Amplio, destacadas personalidades de los partidos tradicionales que militan *intensa*mente e inclusive la intervención de un Intendente del interior, del grupo del Foro Batllista, que no está en la campaña por el referéndum, pero sí está haciendo aportes sobre los aspectos técnicos que pueda tener, eventualmente, una reforma a la Ley de privatizaciones.

Esto se siente de una manera manifiesta en el interior del país, en centros económicos importantes como son los de ANCAP en Paysandú. Se está presionando mucho para la importación de combustible por medio de particulares o de empresas que actualmente refinan en ANCAP. Que tenemos una *organización* como UTE, la cual ha beneficiado a grandes consumidores —por resolución *reciente* de la *dirección* del Ente—, pero éstos piden más y, sabemos que el 40% de lo recaudado por UTE es para pagar a los acreedores del exterior, es decir, parte de la deuda externa.

Tenemos una coyuntura muy difícil; hay situaciones que se dan en forma particular, el caso del Mercosur, y, aprovechando esa alternativa, muchas empresas hablan de *restructura y por esta vía* tratan de liquidar las organizaciones sindicales. El caso más terminante, *notorio y a la vista es el de* FUNSA, donde se quiere liquidar un grupo importante de trabajadores, a los efectos de quebrar la organización. Allí hay compañeros que son dirigentes, militantes y otros que están en la base del sindicato. ¿Cuál es la idea? Pues eliminar la resistencia que plantea el sindicato para hacer apetecible desde el exterior, la empresa *que no tendría oposición* para el despido masivo de trabajadores a gusto del empresario.

Desgraciadamente, el espacio nos condena. Le pedimos a José D'Elía que nos resuma las luchas y los planes de la central.

– Estamos de manera frontal contra esta política gubernamental y empresarial. Contra la política que ha suscrito el gobierno con el FMI, que se introduce en la vida del país hasta en sus menores detalles y una *lucha concreta* por el salario, por el empleo, contra la represión anti sindical. Ha sido un "*verano caliente*", *hubo movilizaciones*, un paro de 36 horas acompañado por quienes no son de la central, siguen los problemas con los pequeños y medianos productores, no resueltos aún y siempre tendremos una actitud de enfrentamiento a los grandes desafíos de la hora.

Barrio Brandi

LUCES

El barrio Brandi (entre José Batlle y Ordóñez y Camino Santos, desde Carafí a Marín) tiene alrededor de 35 años de existencia. *Se trata* de unas quintas fraccionadas en solares y vendidos en cuotas. *Casi todos los actuales vecinos son aquellos primeros propietarios que levantaron por sí mismos las casas en que viven y que muchos,* como Juan, el de la casa sin terminar, todavía están construyendo.

Al poco tiempo de vivir aquí los primeros pobladores, se formó el Centro de Fomento Edilicio, Social y Cultural del Barrio Brandi, al que todo el mundo, como era de esperar, llama Comisión Fomento.

Entrevistamos hoy al Presidente, Víctor *Ferreira y al Secretario, Alberto* Gulluni.

Somos amigos, y nos reciben en familia. Nos arreglamos en el cuidado living para charlar sobre el barrio, en nombre de CARTA.

Carta –¿Desde cuándo viven en el barrio?

Ferreira – Desde 1962 vivo en la casa construida por mí mismo, soy carpintero.

Carta – ¿Desde cuándo participan en el trabajo de la Comisión Fomento?

Ferreira – Desde hace 3 años. Antes, ayudaba a veces a mi padre, que era socio fundador.

(Y nosotros recordamos a aquel hombre *sereno y constante que pasó años de su* vida detrás de cada problema de este barrio).

Gulluni – Yo comencé al mismo tiempo.

Carta – ¿Cuál es la razón que los lleva a realizar este trabajo social?

Ferreira – A mí, el empuje de mi padre en estas cosas. El era un viejo comunista del seccional 22a., obrero de la madera, delegado de fábrica al SOIMA. Me crié con el ejemplo de su militancia y leyendo el *periódico* "JUSTICIA". Cuando vinimos aquí, fue socio fundador de la Comisión y ahora yo sigo su camino.

Gulluni – Mis abuelos eran comunistas, militaron por la República Española. En

Industria de la vestimenta

Dos años sin convenio de salarios

Entrevistamos a Margarita Castro, una joven obrera de la vestimenta que integra la dirección del Sindicato Unico de la Aguja. Le preguntamos cuáles son los temas más acuciantes en estos momentos para su gremio y nos dice:

—Sin duda el tema más importante en este período, es el salarial, junto con la defensa de las fuentes y lugares de trabajo. *En el SUA en particular*, está también siempre presente el reclamo de respeto a la organización sindical. Y eso es así, porque cada intento de organizar un Comité de base en una fábrica, supone ineludiblemente despidos. A 7 años de reconquistada la democracia, parece extraño que sea tan sistemático el ataque a la organización sindical.

—¿Cómo se presenta en la actualidad la cuestión salarial?

—Existe una Comisión cuatripartita que funciona en el Ministerio de Trabajo, integrada por la Cámara de la Vestimenta, representantes del P.E., el PIT - CNT y el SUA. *Esta Comisión* fue formada en un intento por destrabar la situación que *desde febrero del 90* sigue *incambiada*, en cuanto a que no tenemos convenio salarial. Ya experimentamos que por las dos vías, tanto la falta de convenio, como un supuesto ajuste salarial de acuerdo al *dólar que propone* la patronal, hemos perdido el 40% del salario real en 2 años. En esos dos años perdimos casi lo mismo que durante la dictadura. A dicha Comisión, la Cámara de la Vestimenta o no ha concurrido, o lo ha hecho pero sin traer propuesta alguna, o sus propuestas eran las del aumento de acuerdo al alza del dólar pero negándose a *firmar* ningún acuerdo con el sindicato. En nota fechada el 16 de diciembre pasado, reclamamos la citación de esa Comisión, pero hasta ahora hemos esperado sin que ello ocurriera.

—Por qué está tan trabada la situación?

—Los trabajadores estamos dispuestos al diálogo, pero sobre la base de que exista un compromiso de respeto a la organización. Nuestro propio interlocutor en la Comisión, reorganizó su fábrica y despidió a 19 obreros. Y lo mismo ha sucedido en muchas empresas. La norma ha sido responder a los reclamos obreros con la máxima dureza. La Cámara dijo que no discutía salarios mientras el sindicato no estuviera dispuesto a discutir sobre productividad. El Sindicato y el PIT - CNT tomaron medidas para capacitar a los integrantes de la Dirección Nacional para discutir sobre productividad. *Que no significa necesariamente aceleración de la producción, sino mejor* organización; no despedir obreros sino organizar la producción de modo más eficiente. Y cuando el Sindicato dijo que estaba en condiciones de abordar la discusión sobre productividad, la Cámara responde que ella tenía que empezar a capacitarse y por eso no podía discutir sobre salarios.

—¿Y cuál es la perspectiva actual?

—Ahora encaramos una *etapa* (junto con el resto de los trabajadores) de convocatoria de los consejos de salarios, que es el ámbito donde discutir salarios y categorización del trabajo. Hemos realizado pintadas, comunicados de prensa, asambleas en puertas de fábrica para informar a los trabajadores. Y a la vez, insistimos con la convocatoria de la Cuatripartita. Miramos con mucha preocupación además la cuestión de las fuentes de trabajo. Tenemos que tratar de que cada trabajador uruguayo entienda que cada puesto de trabajo pertenece al conjunto de la clase obrera.

—¿En particular, en la vestimenta?

—Por supuesto, también la amenaza abarca nuestra propia industria. Antes estábamos en un nivel intermedio de calidad. Pero en el mercado internacional, el estamento medio tiende a desaparecer. La industria no puede bajar costos a nivel de producto barato (como la producción asiática), pero puede elevar la calidad al nivel superior, al de mercadería fina. Pero esto no es responsabilidad de los trabajadores, de eso debe preocuparse el industrial que es el dueño de los medios de producción.

Los trabajadores rechazan la política neoliberal

Muchas veces escuchamos hablar de la política neoliberal. Permanentemente los trabajadores escuchamos o leemos en los diferentes informes gremiales que tal o cual cosa es producto de esa política.

La vivimos todos los días, la sufrimos cuando a diario se compran las cosas, cuando cada vez más escuchamos a los hombres de gobierno decir que es necesario integrarse, que se pagaría un costo pero que el que resiste saldrá a flote. Y esto vale para la industria, el agro y también para cada uno de nosotros.

Es en todos los órdenes de la política, tanto económica como social, que se apunta al individualismo, a que cada uno pueda enfrentar sus dificultades y resolverlas no en un plan general. Para eso, quieren privatizar los entes, quitarle el monopolio al estado y que multinacionales exploten la energía, el combustible, las comunicaciones, etc. Pero no le es fácil en este Uruguay aplicar este plan. Porque a pesar de que en el 91 la central de trabajadores sufrió un estancamiento y el Congreso Extraordinario no pudo resolver los objetivos planteados, después *de una autocrítica e inicio de un proceso de análisis,* se logra desarrollar un conjunto de movilizaciones, que en acuerdo con otros sectores sociales, se consigue retomar la iniciativa y culminar el año con un paro el 17 y 18 de diciembre, que sorprendió a más de uno y mostró a una clase obrera *en lucha* y *enfrentada* a esta política.

Pero ha comenzado el 92 y nos hace ver que será necesario unir mucho más nuestras fuerzas junto a otros sectores, a jubilados, cooperativas de viviendas, pequeños productores, etc.

Porque sin lugar a dudas no solo estarán planteadas las luchas reivindicativas, sin la defensa del propio país. Por *eso el referéndum*, la reforma de la seguridad social *—que no debe significar pérdidas de los beneficios que hoy tenemos—* van unidos a una plataforma única que junto a evitar toda forma de reglamentación sindical, debe globalizar la lucha del movimiento sindical.

Este año no hubo ni habrá licencia para la lucha. Enero, con el conflicto de FUNSA y la lucha en los Entes. Febrero, mostrando más a las claras cuál va a ser la política salarial. Y sin duda deberemos analizar y elaborar un plan que enfrente pautas, como las que anuncian de relacionar con la productividad, para fijar salarios. Y discusión en cada lugar de trabajo (si fuera posible hombre a hombre).

Aquí también se muestra la política neoliberal: no *más discusión por rama, no más consejos de salarios.*

Solo esto es un gran tema de movilización y lucha. Aquí va implícito el dividir las *fuerzas sindicales* y el fijar los salarios en base al dólar y la productividad.

El retraso cambiario que hace lamentar tanto a los exportadores, además de favorecer las importaciones, no es responsabilidad de los trabajadores y no siempre debemos pagar nosotros el precio de políticas que perjudican a la mayoría del país. Además no cobramos ni compramos en dólares y no queremos otra forma más de dependencia.

Sobre la productividad no tenemos problema en discutir en cada rama, en cada fábrica. Allí se discute a diario. La humanidad avanza elevando la productividad. Pero que quede claro: se discutiría atada al salario, porque la pérdida del salario en este período, no pretenderán que la pongamos a cuenta del olvido. Porque discutir productividad no debe ser para que rebajen los costos de producción pero igual sigan perdiendo sus fuentes de trabajo cientos de trabajadores.

Por estas cosas, es preciso la solidaridad de cada uno de nosotros con los trabajadores en lucha, uniendo a todas las fuerzas, a trabajadores, *jubilados*, amas de casa, vecinos, etc. para enfrentar un proyecto que entrega al país, lo hunde en la miseria, y nos hará entrar en el Mercosur como un socio menor que no pesa ni tiene claro para qué. *Por ellos los comunistas debemos estar en primera fila junto a nuestro pueblo, en cada fábrica o taller, en cada barrio, para construir el bloque alternativo que frene estos intentos.*

ARIEL FERR[illegible]

...OMBRAS

Entrevista al presidente y secretario de la Comisión de Fomento



Un local con historia y que marcha hacia el futuro con el esfuerzo de sus vecinos. Barrio Brandi tiene su Comisión de Fomento siempre en lucha

esa época se conocieron con el padre de Chiquito (Ferreira), cosa que nosotros vinimos a saber hace bien poco. Mi padre era omnibusero, dirigente de las líneas G y K. Yo soy metalúrgico, vengo de un largo conflicto y sigo junto al sindicato. Con toda esa historia familiar, se ve clarito por *qué me preocupo por los problemas del* barrio. Es el mismo caso de Chiquito: "lo que se hereda no se hurta". Así es fácil tener conciencia de clase y tratar de echar para adelante, aunque se esté medio "bajoneado", como se dice.

Carta – ¿Cuántos vecinos los acompañan y qué explicación dan los que no hacen nada?

Ferreira– Cinco, además de nosotros. El trabajo siempre fue difícil. El vecino cree que con su cuota paga, tiene derecho a exigir dedicación total de cada directivo y que las cosas salgan en un día y los que menos hacen, más piden.

Carta – ¿Qué opina la gente de la labor de la Comisión Fomento?

Ferreira– La labor está enrabada con el CCZ 13, porque los reclamos del barrio —luz, pavimento, recolección, transporte— se arreglan directamente allí.

Gulluni – Ahora que se ha regularizado (casi totalmente) la recolección de basura, se tiene la promesa de que la línea 146 de CUTCSA pase por el barrio (claro que cuando se arreglen las calles). Se ha arreglado el alumbrado público, por el que se luchó durante 5 o 6 años. La historia es vieja: este barrio se alumbró con el esfuerzo de todos, pero los años pasaron y la oscuridad había vuelto. Al fin se volvió a hacer la luz con el trabajo del CCZ13. Ahora, hay vecinos que se arriman a la Comisión, para asociarse.

Carta – ¿Qué objetivos se planteaban al iniciar el trabajo?

Ferreira – Empezamos después de las elecciones, en que por primera vez hubo dos listas. *Un grupo de gente ocupó un* terreno municipal lindero con el barrio. Las opiniones se dividieron y vecinos y familias se disgustaron entre sí. Ganamos las elecciones: nuestra lista apoyaba a los ocupantes, pero lo primero y principal era unir al barrio. Y eso lo conseguimos. Incluso han vuelto algunos vecinos que estaban en la oposición más cerrada.

Gulluni – Eso fue muy importante. Un barrio dividido habría sido una calamidad. Ahora estamos preparando lo siguiente: el CCZ13 promete mandar 3 camiones de material, si los vecinos ponemos la mano de obra para areglar las calles. ¡Eso sí que sería bueno! ¡Una experiencia nueva! Hace como 20 años se intentó, pero no fue de lo mejor, ahora veremos...

Carta– ¿Cuál es la relación con el CCZ13?

Ferreira – Al principio fue muy buena, pero ahora está un poco parada.

Gulluni – Esperemos que sea por las vacaciones...

Carta – ¿Qué opinan del trabajo de ese organismo?

Ferreira – Quiero decir una cosa fea: *hubo denuncias contra vecinos en que se* invocó falsamente a la Comisión Fomento y en el CCZ13 no se preocuparon de aclarar la verdad. Y es fácil, porque todo documento nuestro lleva firma del Presidente y Secretario.

Gulluni – Y cuando fuimos a conversar no nos dieron importancia. En el CCZ13 podrá no importar, pero a nosotros por esas cosas nos paran en la calle y si no hay claridad, quedamos en blanco. Además, creo que no se puede mandar a inspectores a cobrar multas sin un plazo mínimo y sin consultarnos. ¿O estamos solo para correr trámites?

Carta – ¿Cuáles son los reclamos más sentidos de la gente?

Gulluni y Ferreira – ¡El saneamiento!

Gulluni – Es el punto clave desde hace mucho. Hay una comisión pro saneamiento en el CCZ13 formada por las Comisiones pro fomento de la zona.

Ferreira – La preocupación aumentó con el asunto del cólera. Somos barrios con pozos negros que estarán en condiciones o no y uno se pregunta: ¿el agua de OSE acá será potable?

Gulluni – Además se resolvería el problema de las ratas. No exagero nada, son tan grandes (así y separa sus manos como 30 cms.) y los gatos emigran del barrio.

Carta– ¿Cómo plantean los problemas a los vecinos?

Gulluni – *Por la calle, pues a las reuniones no vienen.*

Ferreira – O cuando salimos a cobrar, ahí florecen las reivindicaciones.

Carta – ¿Cómo se comunican con el barrio?

Ferreira – Hemos sacado boletines que son bien recibidos. Tenemos alrededor de 220 socios y el valor de la cuota es de 800 pesos.

Carta– ¿Qué proyectos de futuro tienen?

Gulluni – Estamos haciendo y proyectamos hacer más arreglos en el local.

Ferreira – Sí, para que cumpla mejor su función social. Pero lo más importante es el proyecto de Guardería Comunitaria con UNICEF, IMM y los barrios de la zona.

Gulluni – Lamentablemente, esta comisión no tiene apoyo. Yo creo que se debe al descreimiento de la gente.

Carta – Por su contacto con el vecindario, ¿qué piensan del estado anímico de los vecinos?

Gulluni– La gente anda baja, descreida. El bajo poder adquisitivo hace que se retraigan, ni se ven en la calle.

Ferreira– A pesar de que el barrio es de trabajadores que construyeron con mucho sacrificio, y saben lo que son dificultades. Así que no podés decir que el bajón sea solo por lo económico...

Gulluni – No te olvides que después de 1989 desapareció el Comité del F.A. y muchos militantes abandonaron.

Ferreira – ¡Cierto! pero algunos quedamos...

(Y ríe con la misma pícara sonrisa de su padre)

Carta – Y sí, algunos quedamos... siempre quedamos.

Ferreira – Y según lo que se haga, depende que lleguen más.

BEATRIZ SOARES NETTO

El Magisterio retoma la lucha por salarios dignos

"Este país es inviable si realmente no se producen cambios en la política educativa, sustancialmente distintos a las actuales orientaciones emanadas de las autoridades de la enseñanza", manifestaba la maestra Alicia Pintos, secretaria general de la Asociación de Maestros (ADEMU), ante nuestra consulta acerca de la situación de la enseñanza y sus perspectivas.

La problemática actual se centra en dos aspectos esenciales:

—el salarial, incambiado desde hace años. Los reclamos de los trabajadores de la enseñanza no han sido siquiera mínimamente contemplados por los sucesivos gobiernos desde el '85 a la fecha.

El magisterio entiende, y así lo ha denunciado, que hay una intención que responde a directivas internacionales (léase Banco Mundial), que conduce lentamente a su desaparición.

—las reformas educativas, que el magisterio deberá enfrentar. Entre ellas, nos preocupan las que se introducen en el plan de formación docente. Esto está directamente relacionado con "la imposibilidad de aumentar los salarios". Se acortan los años de estudio como una forma de estimular a los jóvenes a realizar la carrera docente. Estos dos centros que nos preocupan desde hace años están encadenados con toda la situación económica y social que vive el trabajador y la sociedad uruguaya, de enfrentamiento a la política neoliberal que ha sumido al país en una de las peores crisis de su historia.

Ninguno de los problemas planteados podrá ser solucionado si, los docentes, por un lado, pero, sobre todo, la sociedad toda no participan de la exigencia de la efectivización de un proyecto educativo que trabaje a favor del desarrollo del país.

Exigimos, los docentes, que se escuche nuestra opinión como profesionales. Con este fin fueron convocadas las Asambleas Tecnico-docentes (producto de una extensa lucha) cuyas resoluciones, lamentablemente, no han sido aún tomadas en cuenta por las autoridades.

Entendemos, entonces, imprescindible que los trabajadores de la enseñanza se expidan acerca de cuál será su línea de acción antes del comienzo de las clases. "Sería imperdonable esta omisión tanto para su dignidad profesional como para la sociedad en su conjunto".

Reflexiones sobre la descentralización municipal





Escribe: Nelson Trías, coordinador del CCZ 4

Bases programáticas del F.A. para Montevideo

Considero conveniente refrescar nuestra memoria sobre algunos puntos de las Bases Programáticas que se formularan en el período previo a las elecciones de 1989, porque a mi entender nos marcan un camino por el cual debemos transitar para hacer un buen gobierno departamental de Montevideo.

En particular me estoy refiriendo a la Restructura Municipal, a la Relación con los Funcionarios Municipales, en cuanto a su incidencia en la gestión, y a la propuesta de DESCENTRALIZACION POLITICA.

Creo que los tres temas son de suma importancia y que debemos hacer una valoración de cada uno de ellos, pero hay uno, el de la Descentralización Política, que es de destaque, pues apunta hacia una transformación de nuestra sociedad, transformación que trasciende el alcance de Montevideo y debe proyectarse en todo nuestro país.

Profundizando la Democracia

Esta propuesta genera un enriquecimiento de las distintas formas que los uruguayos tenemos de organizarnos, revitaliza la vida política, de particular interés para toda la izquierda y por supuesto también para *nuestro Partido, jerarquiza la* gran variedad de organizaciones sociales existentes, e introduce también un ingrediente de vigorización en el ámbito sindical.

De gran contenido democrático, el proceso de descentralización implica el traslado de poder de decisión a los vecinos de Montevideo, *no conformándonos* con una mera representatividad, de la cual no renegamos, pero en relación a la cual pretendemos avanzar.

Buscamos nuevas formas de participación que posibiliten que sea el mayor número de ciudadanos el que pueda resolver el qué hacer con nuestra ciudad, con nuestro Departamento, cómo crece y cómo se transforma, qué priorizamos, qué obras preferimos hacer en primeras instancias y en qué barrios, cómo destinamos los escasos recursos que como sociedad pobre podemos juntar, de dónde provienen y cómo los distribuimos, etc. etc.

No debemos olvidar que debe ser un proceso que avance en distintas etapas, en las cuales seamos nosotros mismos, los vecinos, los que podamos ir definiendo y enriqueciendo ese camino, única forma por la cual la transformación sea perdurable, irreversible y dinámica. Esa es la base de la Democracia.

Nuestro camino

Después de estas primeras líneas, creo que no está demás entonces, tener presente una de las primeras medidas de nuestro gobierno municipal, que fue la división de Montevideo en 18 zonas, y la creación de los Centros Comunales Zonales. Ante un planteo de tanta trascendencia era necesario echar a andar de inmediato, y por supuesto no quedamos allí, sino buscando las formas de avanzar en ese proceso.

Así, considero también muy acertada la creación de la Comisión de Descentralización a nivel de la Junta Departamental por iniciativa de nuestros compañeros ediles, y posteriormente la formación de la Comisión Mixta, por iniciativa del Ejecutivo Comunal.

Esta *Comisión Mixta* está integrada por delegados de la Intendencia y por representantes de las bancadas de ediles de los cuatro partidos políticos que componen la Junta Departamental.

Su cometido en primera instancia es llegar a un acuerdo sobre las formas que deben tener los gobiernos locales que se constituyan en cada una de las dieciocho zonas, dentro del marco normativo actual.

Se desprende por lo escrito anteriormente que prevemos entonces, una etapa transitoria, de formulación relativamente inmediata, y etapas posteriores que requerirán reformas constitucionales y legales que permitan acceder a las formas superiores de integración y de elección de los gobiernos locales zonales; sabemos también lo dificultoso que resulta llegar a concretar esas reformas.

Propuesta del Frente Amplio

En los últimos meses del año 91, el Frente Amplio acordó las bases de su propuesta, material que dieran a conocer nuestros compañeros, integrantes de la Comisión Mixta, y que se sintetiza en:

1) **Sistema único para todo el Departamento de Montevideo.**

Implica que haya una propuesta única para todas las zonas de Montevideo... "por ello proponemos la implantación de un régimen uniforme, sencillo, de fácil aplicación y comprensión, que no genere diferencias entre las zonas, y que permita a todos los ciudadanos idénticas posibilidades *de participar y elegir sus representantes*".

2) **Electividad de órganos de Gobierno Local**

Entendemos viable que sea encarada bajo cualquiera de los dos siguientes esquemas:

a - Confección de las listas por parte de los partidos políticos.

b - Confección de las listas por parte de los vecinos en forma directa.

3) **Formas de los Gobiernos Locales**

Se podrán expresar a través de:

a - COMISIONES ESPECIALES

Integradas por miembros de las mismas calidades que los ediles, residentes en la zona y de carácter honorario. Su cometido está relacionado con la prestación de los servicios municipales en materias específicas tales como control de obras de mantenimiento vial, alumbrado, limpieza, arbolado, saneamiento, higiene, animación cultural, etc.

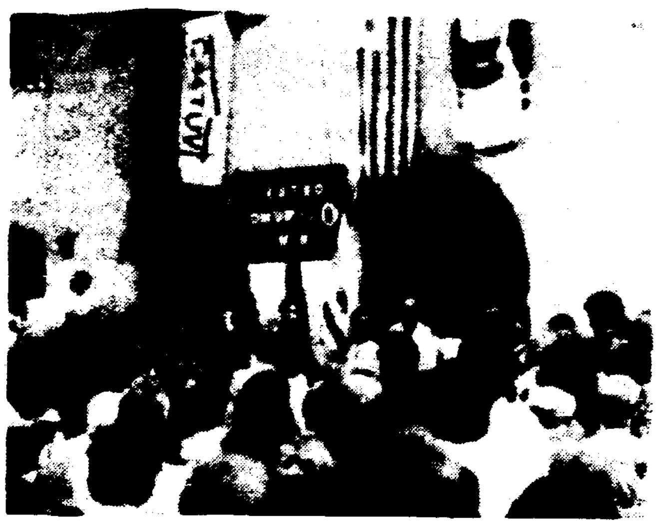
b - COMISIONES VECINALES ASESORAS

Serán integradas por delegados de las organizaciones sociales existentes en la zona.

Tendrán iniciativa ante la Comisión Especial de su zona. Asesorarán y fiscalizarán la gestión municipal.

Desde el alumbrado a la contaminación del arroyo Carrasco

Avances y esfuerzos en CCZ 8



Tato Masdeus, Coordinador del CCZ 8, casi médico, practicante del CASMU, 41 años, padre de 3 hijos, hincha rabioso del fútbol



Lamentablemente, la copiosa lluvia de la mañana, nos impidió disfrutar la belleza del parque. Allí, en el Estadio Charrúa, conversamos con el Tato Masdeus, cordinador del CCZ8, ronco después del triunfo de Uruguay frente a Argentina...

Hablamos de la extensión geográfica de este Centro, de sus características, de su población de unas 70.000 personas. De lo heterogéneo de las zonas, por su diferente estructura urbanística, incluso limitada geográficamente por calles y arroyos. De los distintos niveles sociales y económicos. Todos los extremos de la sociedad montevideana están aquí representados, nos aclara Tato, aunque también eso es característico de todo Montevideo. Y aquí reside el arte de gobernar, cuando los territorios son heterogéneos. Ello requiere desplegar las formas democráticas, el diálogo, la búsqueda de la cooperación y demás.

–¿Cuáles son los problemas fundamentales de este CCZ?

–Aquí hay desde gravísimos problemas sociales, con zonas de emergencia social, hambre, desnutrición, y ahora zonas rojas en relación al cólera, si este ingresara a Montevideo, etc. y por otro lado, tenemos muchos espacios verdes. Los parques, que habían sido abandonados por los gobiernos municipales —el Fernando García, Lavalleja, Baroffio, y otros, que son pulmones de la ciudad. Pero también son pulmones de una zona que tiende a crecer en población. No sé si hay otra zona que haya tenido un crecimiento tan grande, producto de una emigración interna en el departamento. Zonas que eran prácticamente de chacras y quintas, hoy están muy pobladas, con grandes núcleos habitacionales, cooperativas, etc. Esto significa que no se había planificado para que existieran escuelas adecuadas, liceos, atención a la salud, servicios de todo tipo, incluso agua potable.

–¿Tienen instalaciones de atención a la salud?

–Bueno, al construirse esos núcleos de viviendas, se fueron creando servicios, comercios, y también policlínicas que se desarrollaron con el esfuerzo de la gente. También estructuras deportivas, actividades culturales, dando una experiencia autogestionaria importante. En lo municipal, hay una policlínica odontológica que se instaló en este período. Pero tratando de ir a convenios con estructuras ya existentes. Es decir combinar recursos municipales con recursos de la gente y con la Facultad de Odontología, en este caso. Pero es claro que precisamos una policlínica municipal instalada en esta parte.

–¿Cómo definirías los logros más importantes en el período transcurrido?

–Bueno, intentamos, quizá como en todos lados, atacar los problemas que la gente definió como prioritarios: el alumbrado, por ejemplo. Esta zona estaba con el 48% de las lamparitas prendidas, y hay unas 4 mil. Al producirse la desconcentración de ese servicio, pasamos a fin de año a tener el 85% prendido. Lo segundo, es la limpieza, que era atendida muy heterogéneamente. Avenida Italia, por ejemplo, marcaba límites muy definidos en la condición socio-económica, pero también desniveles grandes en la distribución de los servicios municipales. El sur, con buena atención, y el norte, con escasa o mala atención. Tanto en la recolección domiciliaria, en barrido, como en levantar los basurales, etc. hemos tratado de nivelar la atención, pero al nivel más alto. No disminuyendo los servicios del sur, sino que al contrario. Y tratamos de que en el norte la recolección fuera todos los días, en forma permanente y extendiendo el barrido. Esto no está hoy al cien por ciento, pero han habido cambios importantes. Esperamos pasar a otra calidad con la importación de nuevas maquinarias, frente a una maquinaria que tiene décadas de trabajo y trabaja dos días sí, y dos está rota. No hay pues falta de voluntad ni intención política, sino falta de recursos técnicos. Pero quiero agregar algo: aquí hay un problema al sur de Av. Italia, que es exclusivo de esta zona y de Malvín. En los barrios-jardines, se producen diariamente residuos con la poda. Y, hay que levantarlos diariamente también. Durante décadas de desidia, la población se acostumbró a tirar la poda. Y aunque no es obligación municipal levantarla, es un tema muy complejo, queremos recurrir en este año a la población para cambiar esos hábitos, contando con la buena colaboración de los trabajadores municipales de la zona, para racionalizar el trabajo.

–¿Qué otros avances se han logrado en este período?

–Yo te diría que se ha tomado conciencia de la necesidad de recuperación de espacios verdes, en primer término, del Parque Rivera. Hay actividades de revitalización, mejora de mantenimiento, juegos, y hay un proyecto elaborado por los vecinos y la arquitecta del CCZ, para inversiones de recuperación del Parque. Esto empieza este año, se licitó, y se invertirán unos 800 millones. Estas son las prioridades establecidas por los vecinos.

–Y ahora, ¿hacia dónde apuntan esas prioridades?

–Bueno, necesitamos 3 guarderías comunitarias. Una ya funciona y las otras dos vienen en camino. La que está funcionando, es por un convenio. Está en el Complejo 6, al lado de la iglesia de La Cruz. Tenía dificultades, hoy se la potencia y atiende 35 niños en forma gratuita.

También hemos apoyado solicitudes para refacción de vivienda usada, con banco de materiales. Las solicitudes llegadas, en su inmensa mayoría, han salido. Por otro lado, apoyamos a escuelas y merenderos instalados en las zonas más carenciadas, suministrándoles leche. Yo diría que son unos 2 mil niños, que reciben leche todos los días.

–Nos falta abordar un tema fundamental en esta zona, ¿verdad?

–Claro, el tema del arroyo Carrasco. Aunque es un tema nacional, para este Centro Comunal frenar la contaminación del arroyo y luego proceder a políticas de recuperación, es uno de los problemas claves. En este año de labor, apoyamos a una organización no gubernamental formada por más de 30 instituciones sociales de la zona. Formamos una mesa de trabajo, que está en camino de oficialización por la Intendencia de Montevideo, la de Canelones, el Ministerio de Vivienda y Medio Ambiente, la ATRAC, la C. de Industrias, para coordinar la política de cada uno en esa materia y elaborando proyectos comunes. Por parte de la IMM, hay obras muy grandes que se empiezan ya y darán un cambio notable al arroyo más contaminado del mundo, que es este... ¡Y ello afecta a alrededor de 250.000 personas! Miles viven junto al arroyo con un olor insoportable, focos de infecciones, enfermedades; se afecta la actividad comercial de la zona, la imposibilidad de bañarse en una de las playas más lindas, no hay turismo interno ni externo, etc. Este año pues comienza el plan de saneamiento II (convenio de la IMM con el BID); se trata de la cuenca de la Chacarita y el arroyo de la Cantera, los dos arroyos contaminantes básicos.

Pero hay otro elemento muy importante: la cloración que se empezó, echando cloro en cantidades importantes, bajó notablemente los índices de colibacilos.

–No son pocos los problemas ambientales...

–Sí, hay otro muy grande: aquí tenemos el lugar de disposición final de todos los residuos de Montevideo. Es la Usina 5, allí en F. Cardozo, a unas cuadras de Cno. Carrasco. Se hacía a cielo abierto. Todos los días se tiraban mil toneladas de basura. Hubo que clausurar esa Usina, taparla con tierra, en forma muy engorrosa, y ahora funciona una a biogás, con otro tratamiento. Hubo que clausurar también alguna fábrica que trabajaba con plomo, y producía tremendos problemas sanitarios.

Seguimos conversando con Tato, acerca de otro tema apasionante: las más de cien comisiones, organizaciones, y agrupamientos sociales, que se mueven y pelean por mejorar su vida y la del barrio. Pero será motivo de otros encuentros y el compromiso del Tato, de escribir para **Carta**. Éste es el comienzo de un diálogo apasionante acerca de la labor comunal.

R.D.

FORO SOBRE DESCENTRALIZACION

El 11 de marzo se realizará un importante Foro relacionado con la Descentralización Municipal, al cual se invitará a la Comisión Mixta de la Junta Departamental de Montevideo y especialistas en el tema. Están invitados todos los compañeros frenteamplistas.

El lugar será confirmado en los próximos días.

FRENTE AMPLIO DE MONTEVIDEO

El 13 de marzo se realizará una reunión de intercambio y evaluación de opiniones de las direcciones políticas de Montevideo de todos los grupos frenteamplistas sobre temas como el F.A., restructura del gobierno municipal, etc. El mismo se realizará en Río Negro 1531 hora 19.

Partido de la Clase Obrera y Bloque Alternativo

¿Contradicción o síntesis necesaria?

El Partido vive hoy un estado de debate intenso y profundo.

A pretexto de su renovación han llegado a ponerse en cuestión hasta los principios fundamentales de la teoría y de la práctica que lo han identificado a través de la historia.

Diversos compañeros han sostenido que uno de los puntos centrales en que se resume la contraposición de ideas es el de la conformación y orientación del bloque de fuerzas políticas y sociales que debe promoverse como alternativa al de los sectores que hoy ocupan las posiciones de gobierno en el país.

Frente a esto, parece oportuno hacer un esfuerzo de clarificación respecto a si hay realmente distintas o contrapuestas concepciones relativas a dicho bloque y, en caso afirmativo, cuál de ellas encierra continuidad esencial con la línea del Partido.

En la última Conferencia Departamental de Montevideo se aprobó una resolución en la que se afirma la necesidad de definir un proyecto alternativo al de las clases dominantes y el imperialismo, para conformar, en torno a la clase obrera, un bloque que sea capaz de llevarlo adelante. En el mismo sentido, la resolución señala que sin partido de la clase obrera organizado, inserto en las luchas, pegado a las masas y conduciendo con claridad de propuesta y planificadamente la movilización, ni el proyecto que se formule ni el bloque alternativo correspondiente garantizan el camino hacia el socialismo.

En la misma Conferencia se formuló otro planteo que, aunque coincidente en términos generales respecto a la composición y objetivos del bloque alternativo, difería en lo relativo al papel que en su orientación deben jugar la clase obrera y el Partido Comunista. En definitiva, el papel que se les asignaba era el de contribuir a la conformación de dicho bloque, sin pretensiones de jugar un papel protagónico fundamental en su orientación. Esto lo expresó más claramente un compañero que compartía el punto de vista, al declarar, con posterioridad a la Conferencia, que "de la situación de emergencia que vive el país no podemos salir sobre la base o la orientación principal de una sola clase social".

De lo expuesto surge que efectivamente parecen existir dos enfoques diferentes, y que la diferencia radica en qué papel se entiende que debe jugar la clase obrera, y el Partido Comunista como organización que expresa sus intereses, en la construcción y orientación del bloque alternativo.

Según lo aprobado por la Conferencia de Montevideo, sobre la base de que los intereses de la clase obrera no son antagónicos sino objetivamente coincidentes con los del conjunto del pueblo, en el bloque alternativo esa clase debe desempeñar un papel protagónico fundamental.

Según el otro punto de vista, en dicho bloque ninguna clase debe jugar un papel de esa índole, porque, en definitiva, no es a partir de una visión clasista de la sociedad que se plantea su conformación.

Cabe plantearse si en función de lo que es la línea fundamental del Partido Comunista esta diferencia de enfoques es superable o no. La respuesta requiere profundizar el análisis de una multiplicidad de elementos, que van desde los documentos en que se ha expresado la opinión del Partido hasta las categorías sociológicas fundamentales en que se basa su teoría y su práctica.

Como una primera aproximación, corresponde tener presente la resolución general del 22° Congreso en la que se afirma que... "debemos construir o avanzar en la construcción del bloque alternativo, un amplio espectro de fuerzas sociales y con expresión política concreta que disputen el gobierno y puedan gobernar y aplicar el programa y una experiencia común".

Esa propuesta se relaciona estrechamente, a su vez, con lo que también afirmó el Congreso respecto a lo que constituye el objetivo estratégico fundamental del Partido: la construcción del socialismo. En ese sentido, se declaró que "el socialismo se caracteriza por un cambio de clases en el poder, proceso en el cual la clase obrera se realiza como fuerza hegemónica, dirigiendo de manera consensual un bloque de fuerzas pluralista y pluriclasista".

Estos pronunciamientos coinciden, en lo sustancial, con los de todos los anteriores Congresos del Partido, a partir del 16°. Así, entre otras, la declaración aprobada en ese sentido por el 17° Congreso expresaba: "La transformación radical de la estructura económico social del país, sólo puede ser consecuencia de un proceso histórico, de una muy amplia experiencia de las masas y de las distintas clases y capas sociales adversas al imperialismo y a la minoría de grandes terratenientes y grandes capitalistas vendepatrias. Se trata de una experiencia de multitudes en cuyo centro está, en primer término, la unidad de la clase obrera"... "La maduración ideológica de la clase obrera y la formación de un gran Partido Comunista son condiciones inexcusables en este proceso".

Beatriz Abero - Fausto Pérez

Nuestro propósito:

Informar y estimular la solidaridad

En el marco de Carta de Montevideo, que hoy se incorpora a la vida periodística fundamentalmente para fortalecer el nexo entre el Comite Departamental de la capital y sus afiliados y amigos nos proponemos, dentro de lo escaso del espacio, destacar hechos del mundo tan sacudido por acontecimientos trascendentes.

No seremos expectadores o meros informadores neutrales. Escogeremos las noticias "perdidas" o poco divulgadas para que llegue a nuestros lectores, que los sabemos avidos de conocer lo que pasa en el mundo y especialmente en nuestra America Latina.

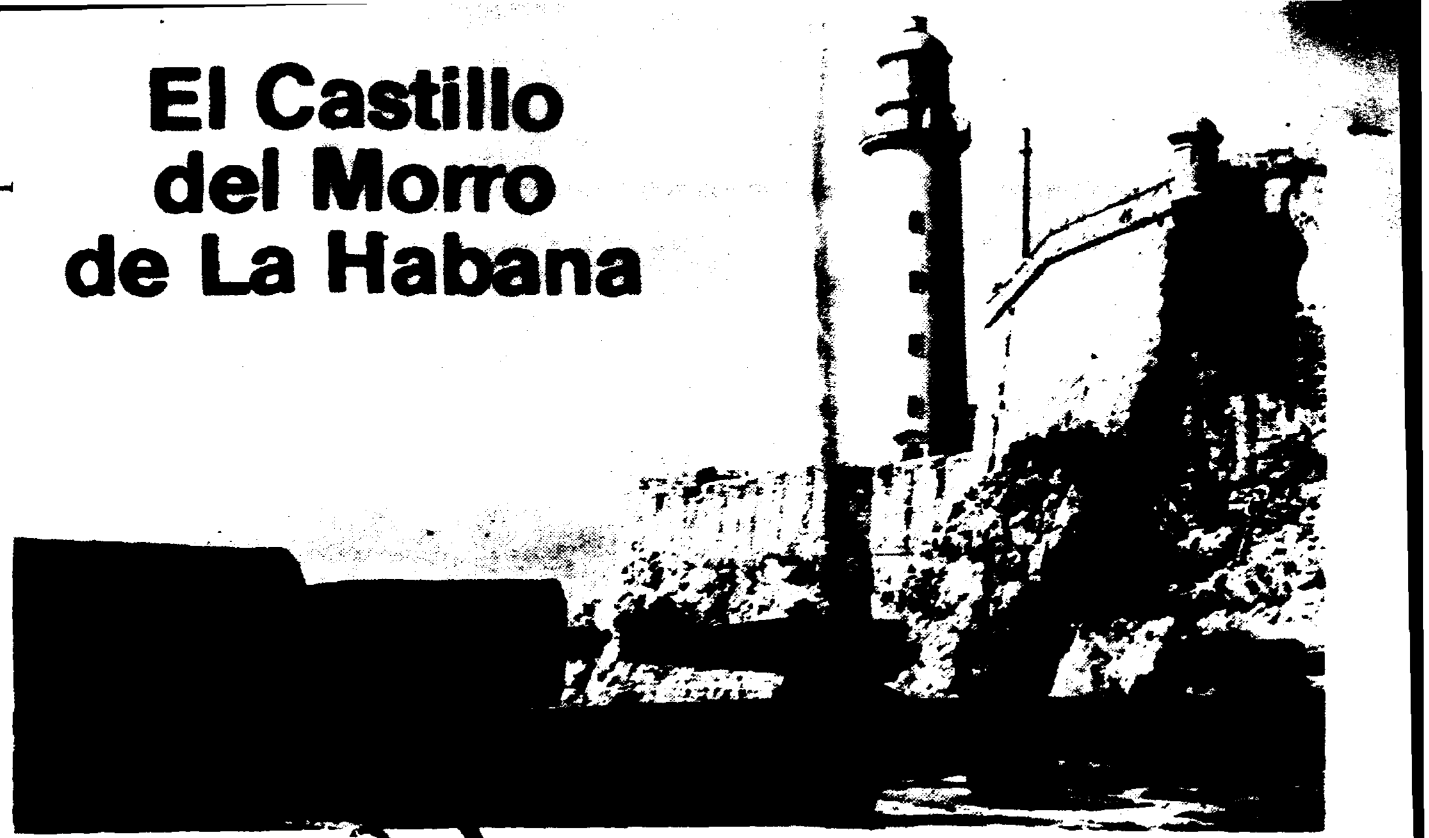
Queremos que las noticias ayuden y estimulen la accion solidaria de nuestra gente para con aquellos que hoy la necesitan tanto en lo politico como en el aspecto material.

Claro esta, que Cuba ocupara en esta pagina un lugar destacado, procurando, como dice una pequeña seccion, afirmar la isla en el CORAZON de los hombres y de las mujeres nuestros.

Nos sentiriamos satisfechos si de alguna manera lograsemos estos dos objetivos y si usted, amigo lector, nos ayudara a ser mas eficaces con sus iniciativas y aportes.

Guillermo Israel

El Castillo del Morro de La Habana



El Castillo de los Tres Reyes del Morro es, sin duda, el símbolo de la capital cubana. Fortaleza construida por España en el Siglo XVII para cuidar la bahía de La Habana, se mantiene hoy como una de las más puras reliquias históricas de Cuba.
Los viejos cañones que registra la foto parecen aún dispuestos a accionar contra quienes osen entrar al puerto habanero con fines inconfesables

Azúcar cubano para Letonia

Cuba y Letonia acaban de firmar un protocolo de intercambio comercial para 1992 que sienta las bases para el suministro de azúcar a esta república báltica. Cuba recibirá a cambio productos alimenticios y otros, señalaron fuentes de la Embajada cubana a Prensa Latina.

Las partes analizaron las posibilidades de utilizar a barcos de la flota letona para el transporte de cítricos cubanos a Letonia.

México

Carlos Lage, alto dirigente cubano, calificó su reciente visita a México de "muy útil" para avanzar en el conocimiento de la realidad de este país y abrir caminos para las relaciones bilaterales.

Su visita, dijo Lage, a Prensa Latina, contribuye a la preparación de la Reunión de Cancilleres Latinoamericanos prevista para el 6 de marzo en Guadalajara, a la cual concurrirá Isidoro Malmierca, Ministro de Relaciones Exteriores de Cuba.

Lage informó que durante su estancia en México ha sostenido 27 encuentros con dirigentes de la Cancillería mexicana, funcionarios de gobierno y empresarios que mantienen o buscan relaciones comerciales entre ambos países.

Irán

El Vicepresidente cubano, José Ramón Fernández-Alvarez y el Presidente del Parlamento iraní, Mehdi Karubi, coincidieron luego de analizar las relaciones entre ambos estados en Teherán, que la cooperación puede ser profundizada y desarrollada.

Fernández entregó al Presidente iraní un mensaje del líder cubano Fidel Castro e invitó a Karubi a visitar a Cuba. (Moscú - México - Teherán (PL).

en el corazón

- Bajo la consigna "Cuba Sí" se inició en Alemania una campaña "Leche para los niños cubanos". Ya fueron enviadas 150 toneladas de leche en polvo a la isla.
- Los patriotas de varios países, México, Francia y Bélgica, están realizando colectas y ventas de medallones cuyo producido será destinado al envío de un barco con petróleo a la isla.
- Representantes de 33 países ratificaron su asistencia a una Conferencia Mundial de Solidaridad con Cuba, que tendrá lugar en mayo en La Habana.
- Representantes de 13 organizaciones brasileñas se trasladaron a Cuba para trabajar en plantaciones agrícolas en la provincia de La Habana.
- Un movimiento sindical de solidaridad con Cuba se formó en Perú a instancias de la Central Obrera CGTP. En una declaración publicada en Lima se condena el bloqueo económico de los EE.UU. contra la isla.

China fortalece relaciones con Cambodia y Viet Nam

Qian Qichen, Consejero de Estado y Ministro de RR.EE. de China realizó una visita oficial a Cambodia y Vietnam.

Nuestra actitud es clara, dijo Qian. Apoyamos al Consejo Nacional Supremo de Cambodia y la labor que este realiza bajo la dirección del Príncipe Norodom Sihanouk con el objeto de llevar a cabo el acuerdo de París. Tratamos con igualdad y sin discriminación a los cuatro partidos políticos que forman el consejo.

Qian calificó su visita a Vietnam como retribución a la realizada a Beijing por el canciller vietnamita en setiembre pasado. Con la visita, se espera llevar a cabo acuerdos a los que llegaron los dos países en noviembre pasado, a fin de promover el mayor desarrollo de las relaciones sino-vietnamitas, lo que contribuirá de forma importante a salvaguardar la paz y la estabilidad en la región.

Su visita a Vietnam también tiene como objeto allanar el camino para una visita a alto nivel a dicho país, agregó Qian.

LA ECONOMIA CHINA SE NORMALIZA

Las estadísticas muestran que la economía de China invirtió su tendencia de descenso y regresó a la vía normal de crecimiento el año pasado.

Según el buró estatal de estadísticas, el segundo semestre del año pasado presenció aumento en utilidades del 9.8 por ciento en empresas industriales, superior en 3.8 puntos de porcentaje a la cifra del primer semestre del año en curso, mientras que el número de empresas que operaron con pérdidas disminuyeron en siete por ciento.

A finales de junio, el inventario industrial aumentó en 21.400 millones de yenes sobre el nivel de finales de enero, pero disminuyó en 17.600 millones de yenes al final del año, mostraron las estadísticas.

El crecimiento absoluto en utilidades se registró en 10 provincias en comparación con la reducción general en la mayor parte del país. Sin embargo, las 19 provincias restantes padecieron utilidades más pequeñas. Beijing (Xinhua).

"Alfa 66" se prepara para invadir Cuba

Hace 30 años que "Alfa 66", así se llama un grupo de cubanos contrarrevolucionarios, se viene preparando para invadir a Cuba. Los dirige en Miami, Andrés Nazario Sargén, un veterano enemigo de Cuba, que ansiosamente espera el día X para entrar en acción junto a su gente. ¿Quiénes son los súbditos de Sargén? Hay de todo, desde renegados que abandonaron la revolución y se fueron a Florida para esperar la vuelta junto a jóvenes reclutados en "Little Havana" en Miami. Equipados con uniforme de Ranger, fusiles automáticos made in USA, pistolas belgas y Kalchnikov de origen ruso. No carecen de granadas de mano y explosivos. La consigna que lucen en el uniforme dice: "Mejor muertos que esclavos, Alfa 66".

Los mercenarios de "Alfa 66" sueñan y creen su propio cuento: "la mayoría de los cubanos apoya a Alfa 66". Los tres individuos que en diciembre desembarcaron ilegalmente en Cuba, bien pertrechados y preparados para promover el derrocamiento del gobierno, podrían haber sido miembros de "Alfa 66". Lo cierto es que sus planes no prosperaron, fueron detenidos y puestos a disposición de la justicia.

Comandante Handal optimista sobre desarrollo salvadoreño

El dirigente guerrillero salvadoreño Shafik Jorge Handal manifestó optimismo por el futuro del proceso de pacificación en su país.

Al departir con la prensa a su arribo al aeropuerto de esta capital, el Comandante Handal dijo que su optimismo está basado en lo que denominó entusiasmo militante de la población y en el buen estado de ánimo de los frentes guerrilleros para continuar la lucha en el terreno político.

Handal, miembro de la comandancia del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), afirmó que su organización prepara en la actualidad un programa para las nuevas condiciones abiertas con la firma de los acuerdos de paz con el gobierno, que incluyen la defensa del pluralismo de la propiedad en el campo socioeconómico.

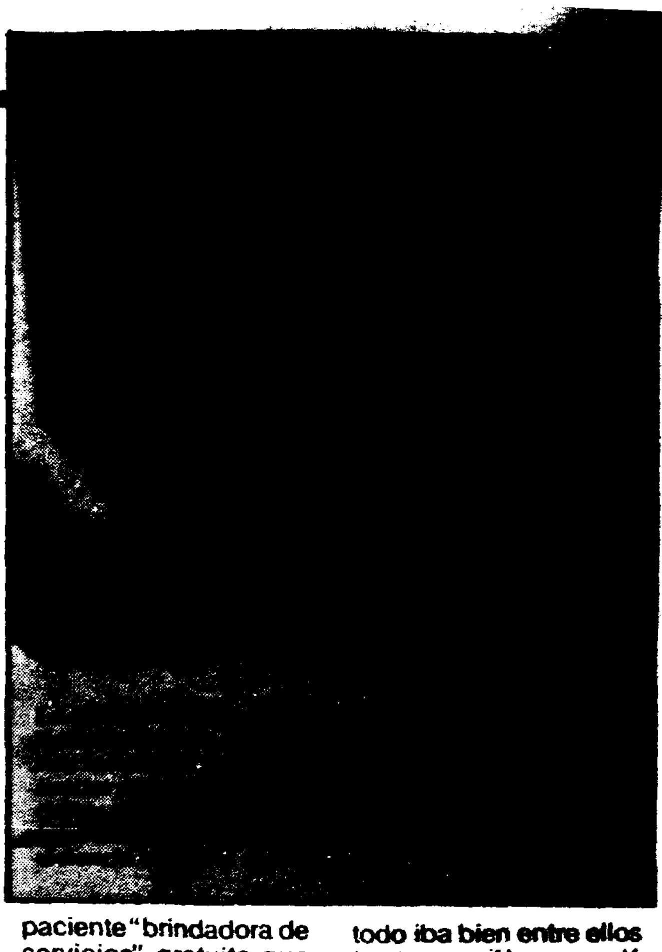
A su juicio, las elecciones previstas para 1994 deben propiciar el establecimiento de un poder integrado por las fuerzas comprometidas en los cambios y la construcción de un nuevo país.

Al ser consultado sobre la seguridad de los guerrilleros después de poner en práctica los acuerdos de paz, admitió la posibilidad de que los grupos más agresivos puedan cometer algunos crímenes.

Pero, señaló, la violencia no podrá frustrar lo logrado durante años de lucha, en la cual, dijo dieron su vida unas 80 mil personas en El Salvador. La Habana. (Xinhua).

IPRE

Un proyecto de ley que tardó 200 años en nacer



Carta de Montevideo conversó con Carmen Beramendi sobre el proyecto de ley, presentado por ella y los demás integrantes de la bancada del F.A., que crea el Instituto de Prevención y Rehabilitación.

Carta. Carmen, ¿qué es el IPRE y en qué etapa se encuentra el proyecto en cuanto a su aprobación?

C.B. Este proyecto de ley que fue presentado en los últimos meses del '91 en la comisión de la Condición de la Mujer de la Cámara de Diputados y se encuentra casi pronto para pasar al pleno de la misma, pretende crear una herramienta adecuada para combatir y prevenir las situaciones de violencia sexual y doméstica, mediante la creación de un Instituto dependiente del Poder Judicial, que contará con un Director General idóneo (provisto por concurso) y un Consejo Asesor de cinco miembros, tres de la Suprema Corte y dos delegados propuestos por organismos gubernamentales nacionales con actuación demostrada en el tratamiento del tema, y tiene una serie de objetivos:

1º) Crear condiciones para que se efectivice la denuncia (sólo se llega a tener información del 10% de los casos).

2º) Asegurar atención primaria, seguimiento, rehabilitación y tratamiento.

3º) Tratar de cambiar los patrones culturales que hoy tienden a justificar la violencia contra la mujer, y que muchas veces la hacen sentir culpable, merecedora de esas actitudes.

Para todo esto se crean equipos multidisciplinarios y se le exige al Instituto desarrollar campañas educativas e informativas a nivel general y específicamente hacia quienes actúan directamente en el tema, como personal policial, de Salud Pública, Ministerio de Educación y Cultura, organismos no gubernamentales, etc.

Carta. Cuéntanos cuál es tu análisis del tema y cómo llega a embarcarse en el desarrollo del proyecto.

C.B. Mi análisis tiene, por supuesto, mucho de pensar ideológico, de óptica de mujer, pero fundamentalmente he vivido, junto a muchísimas compañeras de la pesca, situaciones concretas de esas que te rebelan y te hacen sentir en carne propia (o ajena) la impotencia que te impone un sistema que por necesidad egoísta, desde que la revolución industrial obliga a la mujer a ser la paciente "brindadora de servicios" gratuita que ayudará a recomponer al "hombre fuerza" necesario para el trabajo en la fábrica.

Así te cuento, por ejemplo, el caso de una compañera que después de 16 denuncias que no le atendieron volvió una noche a su casa para recibir todas las balas del cargador del revólver de su marido borracho y que, paralítica hoy, cuenta que todo iba bien entre ellos hasta que él se quedó sin trabajo. Esto es lo que duele, pero estos finales son el resultado de largos procesos de soledad y desinformación.

Carta de Montevideo tendrá en estas páginas un espacio permanente para la mujer, donde en la próxima edición seguiremos desarrollando nuestra charla con Carmen Beramendi.

ESTELA MASSIOTTI



Apoyo crítico al Mercosur y contralor social

Seregni: movilizar el FA por el plan de emergencia y el referéndum

Conversamos con el general Líber Seregni. Esa circunstancia nos permitió realizarle tres preguntas sobre temas candentes. Las respuestas y la solvencia de las mismas, nos eximen de mayores comentarios. El pensamiento del general sigue tanto más vigente que en el nacimiento del Frente Amplio, hace ya 21 años. Las respuestas interesan, tanto a los frenteamplistas como al resto de la ciudadanía de nuestro país.

SOBRE LA MILITANCIA FRENTEAMPLISTA

1 – ¿Cómo piensa revertir el FA la poca militancia que se expresa en estos momentos, en los cuales existe una ofensiva privatizadora por parte del gobierno y las clases dominantes? ¿Existe un plan concreto del FA? ¿Cuál es el mismo?

– El tema de la militancia, no sólo a nivel del FA, sino a nivel de todo el espectro político, es algo que nos viene preocupando hace ya bastante tiempo. Pasa a menudo que se utilizan términos comparativos que falsean —nosotros nos incluimos— la realidad política. Cuando pretendemos reproducir cuadros o tipos de actuación que correspondieron a otras situaciones históricas nos invade la nostalgia y recordamos lo que hicimos entre 1971 y 1973 y lo que fue la explosión de júbilo cuando recuperamos la democracia.

Sin lugar a dudas, hay una falta de militancia efectiva. Creo que nos ha faltado una buena comunicación entre la dirigencia y las bases para motivar a la militancia. Pero, por sobre todas las cosas no hemos encontrado formas de expresión modernas que acompañen la clásica movilización, la volanteada o el acto con una tribuna en la esquina.

Sin embargo, ocurren cosas como estas. El fin de semana, cuando la movilización por las firmas, cuando se instalaron cien comités, participé directamente en un encuentro que se hizo en Bello Horizonte (Canelones), pues allí, a pesar de que todo era espontáneo, la gente participó con mucha alegría y voluntad. Existe una preocupación real por la marcha del país, por los problemas que nos atañen a todos, por la vida.

Lo que quiero significar es esto: no hemos encontrado las formas nuevas de militancia política, pero la gente milita a nivel social, privilegiando una forma de actuación que es valedera, lo cual significa, el ingreso a los nuevos tiempos. Una mayor influencia de las organizaciones sociales sobre las políticas, de tipo tradicional, marca esa tendencia. Son formas que debemos explorar hacia adelante.

Concretamente: movilicemos las neuronas y no las fibras musculares. Desde ese punto de vista, el FA ha lanzado su programa de emergencia a finales del año pasado. Si estudiamos un poco los datos de la realidad el FA ha crecido en el interior, casi un cien por ciento; sin embargo estamos buscando la línea conductora que nos asegure una movilización real y efectiva.

El gran argumento de movilización es el programa de emergencia y fundamentalmente el referéndum.

SOBRE LA INTENDENCIA MUNICIPAL DE MONTEVIDEO

2 – ¿Cuál va a ser la actitud del Frente Amplio, de aquí en más, en relación a la IMM? ¿Existirá apoyo político a la gestión municipal? ¿Cómo se va a expresar este apoyo?

– No quiero jugar con intenciones, pero parecería traslucirse de la pregunta, que no ha habido apoyo político a la gestión municipal. Y no comparto esa posición. El FA ha estado en las cosas sustanciales apoyando a la IMM. Para mejorar ese apoyo hemos creado la "orgánica" que funciona en la Departamental de Montevideo para asegurar un mejor contacto político entre la IMM y el FA. En esto del apoyo político, no hay que confundir la falta de apoyo con un tipo de participación directa de las organizaciones de base del FA, en lo que tiene que ver con el accionar municipal. Cuando se asumió la gestión municipal, separamos a texto expreso, el gobierno comunal para todos los montevideanos —como lo ha dicho Tabaré tantas veces— de un gobierno privilegiado para todos los frenteamplistas.

Reitero, entonces, que el apoyo siempre existió y lo reafirmamos y lo reforzamos con la creación de la Agrupación Departamental de Montevideo.

EL MERCOSUR Y TODAS LAS CARTAS SOBRE LA MESA

3 – El apoyo al Mercosur por parte del FA tiene en cuenta la actitud de muchos empresarios que, basándose en la "famosa" productividad, la baja de aranceles, la tecnificación y la calificación de la mano de obra, reducen sus personales, casi sin control. Si el apoyo es crítico, ¿cuál es la posición del FA ante la actitud empresarial?

– De crítica, de absoluta crítica a los empresarios y de contralor, además de realizarlo a nivel parlamentario, hacerlo a nivel social. Pero ¿qué sucede? Nosotros pregonamos el apoyo crítico al Mercosur y no lo hemos instrumentado suficientemente. No hemos tenido iniciativas de instrumentación de lo que es el apoyo crítico. Conformamos un grupo de seguimiento, pero no lo hemos fortalecido y apoyado convenientemente.

Con respecto a la parte final de la pregunta, le digo; el Mercosur es una realidad y el Uruguay está en él. Plantear el retiro del país, incluso como una posibilidad, a mí, me parece irreal en el momento actual. Lo que hemos de hacer es profundizar nuestra acción para que haya, efectivamente definiciones y por sobre todo, orientaciones del gobierno en los dos campos que supone esta negociación del Mercosur. El campo externo, en lo que tiene que ver con la negociación con Brasil y Argentina, en el manejo de los aranceles y esencialmente en alcanzar una integración que es lo que nosotros pretendemos y no un fácil tránsito de las mercaderías.

Y el otro, hacia el interior— que es lo que estamos discutiendo en estos momentos— estableciendo con agilidad, cómo puede incentivarse la necesaria, absolutamente necesaria reconversión de nuestra infraestructura económica para ingresar al Mercosur. Tanto en lo que tiene que ver con el aspecto industrial cuanto en lo que tiene que ver con el aspecto agropecuario. También el agro tiene que transformarse para el ingreso al Mercosur.

En síntesis, debemos reconocer que no hemos instrumentado con medidas concretas la decisión política de brindar el apoyo crítico al Mercosur.

L. CH.

9203664

ORIGINAL
Hoja / de
Copia -de -
r.z.

Montevideo, 09 de Mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920177/S.O.E.

I.- ASUNTO: MATRICULA 210.407 - DISCURSO DE ELEUTERIO FENANDEZ HUIDOBRO

II.- REFERENCIA: AMPLIACION DE MEMORANDUM Nro. 920176

III.- TEXTO:

Realizadas las averiguaciones en la Seccional 2da. referente a las observaciones en el registro de Policía de Tránsito, surge que el mencionado vehículo fue vendido al Señor Carlos Francisco CABRAL, con domicilio en el Departamento de Canelones el 13 de Diciembre de 1987.
Actualmente sería propiedad de Olga YARABIDES GONZALEZ (se desconoce el domicilio), quien con fecha 5 de Mayo de 1988 inició Autos Caratulados en el Juzgado de 1er. Turno a Alfredo BATILIO PRESA.
Por lo anteriormente expresado Olga YARABIDES podría tratarse de la actual propietaria.
Asimismo se adjunta al presente grabación del discurso del Dirigente Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO transmitido por CX 44.

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL - JEFE DEL DEPARTAMENTO I
COPIA I - JEFE DEL DEPARTAMENTO III(OP)-ARCHIVO

FECHA 25/6/93 (LH)

11-5-92
Dpto I
9286

0011/1

SECRETO

ORIGINAL
Hoja 1 de 2
Copia - de -

Montevideo, 08 de Mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920176/S.O.E.

I.- ASUNTO: HOMENAJE A SENDIC - LOCAL CENTRAL DEL M.L.N.-T

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O :

.- En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura del acto convocado por el Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros (MLN-T), con motivo de homenajear a Raúl SENDIC, el cual fuera previsto para el día 29 de abril del corriente y que debiera ser suspendido en esa oportunidad por las condiciones meteorológicas.

1.- El acto se realizó frente al local central del movimiento, habiéndose levantado un estrado improvisado por la caja del camión matrícula 500.132, a pocos metros de la calle Mercedes y orientado hacia la calle Colonia. En el estrado se podía apreciar la imagen de SENDIC, la estrella del movimiento y la siguiente leyenda: SENDIC VIVE EN TU LUCHA. Se instaló un equipo de amplificación de dos columnas a cada lado. El local estaba abierto e iluminado, pudiéndose observar que en su interior habían personas.

2.- Siendo las 1830 horas se pudo apreciar alrededor de 30 NNM en el lugar dedicados al montaje del estrado y adoptando un dispositivo de seguridad para desviar el tránsito por la calle Tristán Narvaja. A la hora de la convocatoria se estima que la concurrencia alcanzaba unas 80 personas. Al comienzo del acto, en el lugar se habían concentrado entre 600 y 700 personas.

3.- La parte oratoria estuvo a cargo del dirigente Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO, luego que fueran leídas las adhesiones y saludos de otros sectores de las que se destacan:

- MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO ORIENTAL (MRO) firma Mario ROSSI como Secretario político por el Comité Ejecutivo.
- RESIDENTES URUGUAYOS EN BS.AS. e INTEGRANTES DEL TRIBUNAL ETICO CONTRA LA IMPUNIDAD DE LA ARGENTINA, firma Juan CHELO (fonético).
- PARTIDO POR LA VICTORIA DEL PUEBLO (MPP-FA)
- AGRUPACION MPP, PARQUE BATLLE Sector 3 (así se entiende)
- SUNCA
- Agrupaciones del MPP del interior desde GUICHON firmando una NNF de apellido ZUNINO.
- Del EJERCITO POPULAR DE LIBERACION (EPL), Joaquín ROA (fonético) responsable URUGUAY DEL PARTIDO COMUNISTA DE COLOMBIA MARXISTA-LENINISTA.

(Se posee grabación del discurso de FERNANDEZ HUIDOBRO que durara alrededor de 1 h. 20 minutos aproximadamente y fuera transmitido por CX 44).

4.- No se detectaron banderas entre la concurrencia.

9203665

5.- Se detectó un dispositivo de seguridad en ambas esquinas de Tristán Narvaja, estimándose 30 elementos, en su mayoría instalados sobre la calle Mercedes y portando bolsos colgados del // hombro. Entre ellos se observaron algunas mujeres. La edad oscilaba desde 20 a 35 años existinedo algunos de 40 años.
En la azotea del local se observaron 4 elementos movilizándose a lo largo de la misma. Por otra parte en las inmediaciones al acto se detectaron 7 elementos más que efectuaban recorridas por las calles paralelas de Tristán Narvaja (Gaboto y Eduardo Acevedo) hasta la Av. 18 de Julio, en pareja e individualmente.
6.- El grado de atención de los concurrentes fue bueno, siguiendo con interés y por momentos participando e interrumpiendo las palabras de FERNANDEZ HUIDOBRO .
7.- No se detectaron agitadores.
8.- No se registró volanteada, sin embargo se distribuyó entre los asistentes una carta firmada por "LOS 4 DETENIDOS DEL 1ro. MAYO" Al respecto, siendo las 2100 horas aproximadamente fueron detectados 4 NNM que arribaron a la zona en el vehículo CHEVETTE matrícula 210.407 y que dejaron estacionado en GABOTO casi Colonia. Del mismo descendieron portando el material que posteriormente se distribuyó entre el público presente en el acto. (Se adjunta la referida carta).
9.- De acuerdo a la hora programada el acto dió comienzo con una demora de aproximadamente una hora.

B.- En la zona se detectaron los siguientes vehículos de personas vinculadas al acto:
199.264 - 192.835 - 280.028 - 120.056 - 259.159 - 236.100 - 268.513 M-202.270 y 290.296 (camioneta NISSAN que cortaba el tránsito en // Tristán Narvaja a la altura de Colonia).
Consultada Policía de Tránsito respecto a la matrícula 210.407, surgen los siguientes datos:

PROP.: Alfredo BATILIO PRESA
DOM. : Av. 18 de Julio 1012
M/M : CHEVROLET CHEVETTE/AÑO 81
OBS. : Posee anotaciones de Carpeta Nro. 10/253, Año 88, Secuestro Judicial, Oficio Nro. 345 - Trabajo 1er. Turno/ Año 88. Fue cursado, deligenciado 1128 Seccional 2da.

Se ampliará con respecto a las observaciones anotadas

18 1 93 INICIAL CM

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL - JEFE DEL DEPARTAMENTO I
COPIA I - JEFE DEL DEPARTAMENTO III(OP)-ARCHIVO

A LOS TRABAJADORES, A LOS ESTUDIANTES, A TODO NUESTRO PUEBLO:

Ante los hechos policiales del 1ro. de Mayo los cuatro detenidos queremos denunciar lo siguiente.

LOS HECHOS:

El 1ro. de Mayo 3 barriadas populares fueron conmovidas por espectaculares procedimientos policiales. Un grupo muy numeroso de policías sin uniforme, manejando varios vehículos, portando armas de guerra (metralletas, escopetas, etc.) rompieron la paz de cuatro hogares de trabajadores y además allanaron una imprenta. No importó que en la quinta de la cooperativa Los Palos en Manga, habitaran en las dos casas que tomaron a punta de metralleta 7 gurises (algunos todavía se hallaban acostados). Inclusive la hija de uno de los compañeros detenidos sufrió una crisis nerviosa y la madre de otro compañero, en el procedimiento posterior sufrió un ataque cardíaco, que obligó a que solidariamente los vecinos llamaran a la Unidad Coronaria Móvil.

En la primera casa allanada el compañero detenido, Ricardo Rodriguez, se hallaba durmiendo y fué despertado a punta de metralleta, en chancletas y esposado a la espalda fue llevado a los calabozos de Jefatura y así permaneció hasta cerca de las 18 hs.; y estamos hablando de un veterano hombre de trabajo que además precisa medicación permanente para la hipertensión. En esta casa de trabajadores de Aparicio Saravia también fué detenida su esposa que permaneció unas horas "demorada". La Sra. de Rodriguez fue operada del corazón. En Jefatura, Rodriguez y su Sra. pidieron asistencia médica, les fué negada.

Aquí requisaron 2 armas de bajo calibre de procedencia totalmente legal ya que Rodriguez desde hace 16 años trabaja de ronda en el Mercado Modelo. También requisaron un paquete de balas y cuatro cápsulas vacías. Se llevaron un chumbera, y desparecieron U$S 25 del taller de la Sra. de Rodriguez que habían sido ahorrados para comprar lentes. El auto de Rodriguez fue conducido por la policía a Jefatura y fue devuelto en la madrugada del día siguiente, cuando son liberados los compañeros.

En el mismo procedimiento, cuando Richard García GIMENEZ salió a preguntar porque le habían roto el portón y que era lo que pasaba, también fue detenido. En estas casas, tiraron portones, entraron a las patadas, corrián por arriba del techo.

Porteriormente coparon la quinta de la Cooperativa Los Palos, en Manga, donde viven dos familias de trabajadores con 7 gurises. Aquí, en estas dos casas, como en las anteriores todo quedo patas para arriba; los gurises fueron tratados por algunos de los policías como peligrosos delincuentes. A consecuencia de esto la hija de un compañero sufrió una crisis de nervios.

Las casas de Manga, al igual que las anteriores, son casas modestas, que están siendo reparadas para ponerlas en condiciones de habitabilidad.

En este procedimiento requisan material de archivo y documentación política, económica y social ya que en una de las casas habita un trabajador gráfico que es redactor responsable de un períodico: "El Orejano".

Aquí son detenidos Luis Giménez, gráfico y redactor responsable de El Orejano y Ricardo Gutierrez, trabajador de la Estiba, integrante de la Cooperativa Los Palos, que en épocas de dictadura fue echado del Puerto y a un año de reintegrarse al mismo ahora queda afuera nuevamente por la responsabilidad del gobierno y su plan privatizador.

Luego de esto es allanada la imprenta de la calle Lister en Lezica. Aquí también un barrio asombrado por lo espéctacular del operativo. La imprenta es arrasada. Requisan material de documentación histórica y archivo de El Orejano; también libros, materiales impresos de carácter sindical, social y cultural, ejemplares del períodico, algunos almanaques, etc. Se llevan también un archivo de fotos y recortes de fotografía de prensa, así como la fotografía de Washintong Pérez y Gerardo Gatti sacada en Orletti en Argentina y que circuló por el mundo entero. Se llevan también fotos de Elena Quinteros y de otros compañeros desaparecidos. En Jefatura preguntaban para qué las queríamos. Ese archivo que se llevaron es una prueba gráfica de la barbarie desatada por las dictaduras de Uruguay y América Latina en las últimas décadas.

Destruyeron también todo el material de fotografía y chapas presensibilizadas que no pueden recibir luz del día. Todo este material, que a nosotros nos cuesta mucho ya que no somos ningunos potentados, está evaluado en varios millones de nuevos pesos

A consecuencia de este procedimiento, la madre de Luis Giménez sufrió una crisis cardíaca, perdió el conocimiento y fue socorrida solidariamente por los vecinos que llamaron a la UCM, que ahora le cobra por no estar afiliada N$ 1442500.

UN PROCEDIMIENTO POLICIAL CON RIBETES ESPECTACULARES: AL SANTO BOTON

Cuatro detenidos incomunicados, metidos en el orín y la mugre de los calabozos de Jefatura, sometidos a interrogatorios y al reconocimiento a través de espejos por parte de los directores de los bancos asaltados en los últimos tiempos. La Sra. de un compañero "demorada". Tres barriadas conmovidas, cuatro casas y una imprenta copadas. Un despliegue inusual, efectivos de civil armados a guerra, movilizando vehículos; y todo esto: ¿para qué? Para nada, al santo botón. Vinieron buscando armas, explosivos, preparados para todo. Se encontraron con gente de trabajo, con gurises, con gente que vive de su trabajo y que está dispuesta siempre a tender una mano solidaria a toda la gente que como nosotros son pobres y viven de su trabajo.

Hay cosas que la policía y los privilegiados de este país no pueden entender. Hay cosas que solo entienden los trabajadores y la gente postergada a los ranchos y míseras condiciones de vida. Una de esas cosas se llama: SOLIDARIDAD.

Por eso no entendían en los interrogatorios para qué teníamos una imprenta, y qué pensamos hacer en la Cooperativa Los Palos.

La imprenta de Lezica cuenta con maquinaria traída del exterior y se trata de una fuente de trabajo que además de desarrollar actividades comerciales también tiene sus puertas abiertas a los gremios, los organismos barriales, juveniles, cooperativas, etc. teniendo en esos casos precios solidarios. Hemos impresos cuadernos y otros artículos escolares que fueron ofrecidos a trabajadores y gente de los barrios a mitad de precio del que se vendía en los comercios.

Tenemos planteada una labor editorial que integra a los jóvenes autores imprimiendo libros populares accesibles a los trabajadores y la gente del pueblo.

Tenemos planteado además el desarrollo de una escuela gráfica para los jóvenes desocupados.

Editamos tabién un períodico, El Orejano, al servicio de los trabajadores y la gente humilde de nuestro pueblo.

La Cooperativa Los Palos. La actividad de esta cooperativa es muy simple: se trata de una cooperativa de producción sin fines de lucro. La idea es crear fuentes de trabajo y al mismo tiempo tender una mano solidaria a los sectores postergados de nuestro pueblo. Vamos a criar pollos, cerdos y plantación de árboles frutales. Está previsto también la instalación de una panadería popular para llegar con un pan barato y de buena calidad a las cooperativas de consumo, los barrios, etc. Toda esta actividad se desarrolla con carácter experimental y modelo y al igual que con la imprenta pensamos en el desarrollo de talleres escuelas para los jóvenes desocupados.

Para todo esto contamos con el apoyo solidario del VSU (Asociación de Amistad Suecia-Uruguay) con sede en Estocolmo, Suecia. Que presentó estos proyectos y obtuvo su aprobación por parte del S.I.D.A (organismo sueco de ayuda al tercer mundo). Y por supuesto con el trabajo solidario de todos los compañeros que integran esta actividad.

Hoy denunciamos todo esto para que no se vuelva a repetir. No puede ser que se trate de buscar chivos expiatorios por bombas y asaltos a gente que vive de su trabajo. No puede ser que se cope la casa de los trabajadores sin ningún elemento acusatorio, y se incauten materiales de carácter totalmente legal.

Y si esto hoy podemos denunciarlo sin una reja de por medio es gracias a la solidaridad aportada por decenas de compañeros trabajadores, estudiantes, gente de los barrios. Y a todos ellos les reafirmamos nuestro compromiso solidario entre los de abajo.

Los 4 detenidos del 1ro. de Mayo.

SECRET NOFORN REL

LOOKING BEYOND A CAMBODIAN SETTLEMENT: AN OVERVIEW (C NF)

INFORMATION AS OF 15 SEPTEMBER 1991 WAS USED IN THIS REPORT.

NEGOTIATIONS TO END THE 12-YEAR-OLD CAMBODIAN CONFLICT ARE GAINING MOMENTUM, AND A SETTLEMENT APPEARS CLOSER THAN EVER BEFORE. DURING TALKS THIS SUMMER, THE CAMBODIAN FACTIONS--PRINCE SIHANOUK'S PARTY, THE KHMER PEOPLE'S NATIONAL LIBERATION FRONT, THE KHMER ROUGE, AND THE PHNOM PENH REGIME--HAVE COME TO TERMS ON A NUMBER OF CONTENTIOUS ISSUES INCLUDING:

— SELECTING PRINCE SIHANOUK AS CHAIRMAN OF THE SUPREME NATIONAL COUNCIL (SNC) AND, AFTER A SETTLEMENT IS REACHED, ALLOWING HIM TO

DECIDE ISSUES WHEN THE SNC CANNOT REACH CONSENSUS. PHNOM PENH, FEARING SIHANOUK'S APPOINTMENT WOULD DAMAGE ITS PRESTIGE AND LEGITIMACY, PREVIOUSLY HAD REFUSED TO GRANT SIHANOUK THE LEADERSHIP OF THE COUNCIL WITHOUT THE APPOINTMENT OF REGIME PRIME MINISTER HUN SEN AS VICE CHAIRMAN.

— IMPLEMENTING A CEASE-FIRE AND THE CESSATION OF ARMS SHIPMENTS, OVERCOMING THE OBJECTIONS OF THE KHMER ROUGE, WHICH HAD EARLIER REFUSED TO ACCEPT A CEASE-FIRE OR A HALT TO ARMS DELIVERIES OUTSIDE A COMPREHENSIVE SETTLEMENT.

— COMPROMISING ON THE FORMAT FOR ELECTIONS. UNDER THE AGREEMENT, SEATING FOR THE CONSTITUENT ASSEMBLY WILL BE BASED ON THE PROPORTION OF VOTES EACH PARTY RECEIVES WITHIN THE SEPARATE PROVINCES.

— CUTTING THEIR MILITARY FORCES BY 70 PERCENT. THIS DECISION INVOLVED CONCESSIONS BY BOTH PHNOM PENH--WHICH FEARED DEMOBILIZATION WOULD FAVOR THE RESISTANCE BECAUSE THE UN COULD NOT GUARANTEE THAT ALL GUERRILLA FORCES COULD BE IDENTIFIED--AND THE KHMER ROUGE, WHICH HAD INSISTED ALL THE FACTIONS' MILITARY FORCES BE ELIMINATED.

— MOVING THE SUPREME NATIONAL COUNCIL TO PHNOM PENH IN NOVEMBER, RATHER THAN A NEUTRAL LOCATION. (S NF)

DIFFICULT NEGOTIATIONS STILL LIKELY

NEGOTIATIONS OVER THE NEXT FEW MONTHS ON THE DETAILS OF MILITARY ARRANGEMENTS AND POLITICAL ISSUES SUCH AS THE VOTING STATUS OF VIETNAMESE SETTLERS ARE LIKELY TO BE DIFFICULT, BUT SEVERAL FACTORS THAT HAVE CONTRIBUTED TO THE RECENT PROGRESS WE BELIEVE WILL CONTINUE PUSHING NEGOTIATIONS FORWARD. MOST IMPORTANT, VIETNAM AND CHINA, THE PRINCIPAL BACKERS OF THE PHNOM PENH REGIME AND THE RESISTANCE COALITION RESPECTIVELY, HAVE APPARENTLY DECIDED TO PUT THEIR RELATIONSHIP—DERAILED BY VIETNAM'S INVASION OF CAMBODIA IN DECEMBER 1978--BACK ON TRACK. THE TWO COUNTRIES LAST AUGUST REPORTEDLY AGREED TO PRESS THEIR CLIENTS TOWARD A SETTLEMENT AS PART OF THE LARGER PROCESS OF NORMALIZING RELATIONS. WITH THE COLLAPSE OF COMMUNISM IN EASTERN EUROPE AND THE SOVIET UNION, THE PROCESS OF NORMALIZATION HAS TAKEN ON AN EVEN GREATER URGENCY, AND WE DOUBT BEIJING OR HANOI WOULD

JEOPARDIZE RENEWED TIES BY ENCOURAGING INTRANSIGENCE IN NEGOTIATIONS. INDEED, WE EXPECT BOTH COUNTRIES TO CONTINUE PRESSING FOR SOME SORT OF SETTLEMENT TO ENHANCE STABILITY IN INDOCHINA. (S NF)

AT THE SAME TIME, PRINCE SIHANOUK, WHO IS WIDELY REGARDED AS THE ONLY LEADER CAPABLE OF REUNIFYING CAMBODIA, HAS RECLAIMED CENTER STAGE IN THE DIPLOMATIC PROCESS. SIHANOUK HAS APPARENTLY CONCLUDED--AND WE AGREE--THAT THERE IS LITTLE LIKELIHOOD THE RESISTANCE CAN TOPPLE THE REGIME MILITARILY IN THE NEAR TERM, AND, WITH INTERNATIONAL SUPPORT SHIFTING SLOWLY TOWARD PHNOM PENH, THAT HIS POSITION AT THE BARGAINING TABLE WOULD SOON DETERIORATE. MOREOVER, SIHANOUK, WHO TURNS 70 THIS YEAR AND SUFFERS FROM A VARIETY OF HEALTH PROBLEMS, MAY FEAR THAT HE HAS LITTLE TIME TO ACHIEVE A SETTLEMENT AND RETURN TO PHNOM PENH; ACCORDING TO ONE JOURNALIST, SIHANOUK'S FORTUNE TELLERS HAVE WARNED HIM THAT HE MAY DIE NEXT YEAR. IN ANY CASE, THE PRINCE IS PRODDING THE FACTIONS TOWARD A SETTLEMENT BY ALTERNATELY THREATENING THE KHMER ROUGE THAT HE WILL GO TO PHNOM PENH WITHOUT THE COMMUNIST GUERRILLAS IF THEY REMAIN INTRANSIGENT, AND WARNING PHNOM PENH THAT HE WILL DISCOURAGE INTERNATIONAL AID AND RECOGNITION BY HIGHLIGHTING THE REGIME'S UNWILLINGNESS TO COMPROMISE. (S NF)

NONETHELESS, THERE IS A RISK ASSOCIATED WITH THE PRINCE, WHO HAS A HISTORY OF WILD MOOD SWINGS AND FLAMBOYANT THEATRICS. WE BELIEVE SEVERAL FACTORS WILL BE CRITICAL IN DETERMINING WHETHER HE CONTINUES TO BE ACTIVELY INVOLVED IN THE NEGOTIATIONS, DISENGAGES FROM THE PROCESS, OR MOVES CLOSER TO PHNOM PENH:

-- SIHANOUK PROBABLY IS MOTIVATED, IN PART, BY THE WIDESPREAD INTERNATIONAL SUPPORT HE HAS ATTRACTED THUS FAR, AND IS LIABLE TO DISENGAGE IF HIS EXPECTATIONS FOR INTERNATIONAL RESPECT, DEFERENCE, FLATTERY, AND SPECIAL RECOGNITION ARE NOT MET.

-- SIHANOUK NEEDS TO MAINTAIN GOOD RELATIONS WITH EACH OF THE FACTIONS TO KEEP THE SETTLEMENT PROCESS MOVING FORWARD; HE HAS DEMONSTRATED REPEATEDLY THAT HE OPERATES MOST EFFECTIVELY WHEN HE IS DEALING WITH SEVERAL FACTIONS THAT HE CAN PLAY OFF AGAINST ONE ANOTHER. INDEED, SIHANOUK--ALTHOUGH HE SOMETIMES OVERESTIMATES HIS ABILITY TO CONTROL EVENTS--IS PROUD OF HIS SKILL AT INFLUENCING PEOPLE.

9203666

03

-- MOST OF THE RECENT PROGRESS IN NEGOTIATIONS STEMS FROM IMPROVED RELATIONS BETWEEN THE PRINCE AND REGIME PRIME MINISTER HUN SEN; IT IS NOT CLEAR THAT SIHANOUK WOULD BE ABLE TO ESTABLISH SUCH A RELATIONSHIP WITH ANY SUCCESSOR TO HUN SEN. (S NF)

THE PROBLEMS OF IMPLEMENTING A SETTLEMENT

HOWEVER NEGOTIATIONS PROCEED, THE IMPLEMENTATION OF ANY AGREEMENT WILL BE FRAUGHT WITH DIFFICULTIES. IT WILL DEPEND ON THE SUPPORT OF THE INTERNATIONAL COMMUNITY, SUCH AS ADHERENCE TO A CUTOFF OF MILITARY AID BY CHINA, VIETNAM, AND THE SOVIET UNION, BUT ALSO ON THE UNITED NATIONS' PARTICIPATION IN AN INTERIM AUTHORITY TO ASSIST THE TRANSITION TO AN ELECTED GOVERNMENT. AND, ON THE LATTER ISSUE, THERE IS BOTH CONTENTION AMONG THE CAMBODIAN FACTIONS ABOUT THE SIZE AND ROLE OF A UN CONTINGENT AND CONCERN AMONG POTENTIAL INTERNATIONAL DONORS ABOUT ITS EXPENSE. THE DEPLOYMENT OF A LARGE PEACEKEEPING FORCE, FOR EXAMPLE, WILL ALMOST CERTAINLY BE REQUIRED TO BOOST THE CAMBODIANS' CONFIDENCE IN THE PEACE PROCESS AND TO SUPERVISE AND MONITOR THE CANTONMENT AND DISARMAMENT OF THE FACTIONS' MILITARY FORCES. (S NF)

THE PROBLEMS FACING A UN PEACEKEEPING FORCE, HOWEVER, ARE FORMIDABLE AND--DEPENDING ON THE SIZE OF THE FORCE--COULD MAKE A UN PEACEKEEPING OPERATION IN CAMBODIA THE MOST EXPENSIVE IN HISTORY. CAMBODIA'S WAR-DAMAGED INFRASTRUCTURE AND DIFFICULT CLIMATE AND GEOGRAPHY POSE DAUNTING CHALLENGES TO DEPLOYING AND SUSTAINING A PEACEKEEPING FORCE. THE UN CONTINGENT WILL ALSO FACE THE COMPLEX TASK OF REESTABLISHING ORDER IN A COUNTRY WHOSE INTERNAL CONDITIONS BORDER ON CHAOS. DESPITE THE RECENT APPEARANCE OF GOOD WILL IN NEGOTIATIONS, WE BELIEVE THE FACTIONS STILL DEEPLY DISTRUST ONE ANOTHER AND ARE UNLIKELY TO BE FORTHCOMING WITH SENSITIVE INFORMATION ABOUT THEIR MILITARY FORCES THAT THE UN WILL NEED TO OVERSEE THEIR DISARMAMENT. MOREOVER, THE FACTIONS' OVERLAPPING OPERATIONAL AREAS AND THE LACK OF SUITABLE GEOGRAPHIC FEATURES THAT CAN SERVE AS LINES OF DEMARCATION WILL MAKE ORDERLY CANTONMENT DIFFICULT. (S NF)

SIMILAR PROBLEMS WILL PLAGUE ATTEMPTS TO HOLD ELECTIONS, WHICH UNDER THE UN PLAN WOULD ESTABLISH A CONSTITUENT ASSEMBLY THAT IN TURN WOULD DRAFT CAMBODIA'S NEW CONSTITUTION. CAMBODIA'S ELECTORATE IS

LARGELY ILLITERATE AND HAS NO DEMOCRATIC TRADITION. INDEED, SINCE CAMBODIA GAINED INDEPENDENCE FROM FRANCE IN 1954 THE GOVERNMENT HAS BEEN AUTHORITARIAN, FIRST UNDER PRINCE SIHANOUK, WHOSE SANGKUM PARTY DOMINATED POLITICS, AND THEN UNDER THE GOVERNMENTS THAT FOLLOWED--THE LON NOL REGIME, THE KHMER ROUGE, AND THE CURRENT HUN SEN REGIME. THE TWO STRONGEST FACTIONS, THE KHMER ROUGE AND THE PHNOM PENH REGIME, EACH SEE ELECTIONS AS A WAY TO INCREASE THEIR POWER OR LEGITIMACY, RATHER THAN AS A VEHICLE FOR CREATING A NEW CAMBODIAN GOVERNMENT, IN OUR VIEW. THE GROUPS' PAROCHIAL PERSPECTIVE COULD LEAD EITHER FACTION TO TRY TO UNDERMINE THE ELECTION PROCESS, PARTICULARLY IF THEY EXPECT THAT THEY WILL HAVE NO SIGNIFICANT ROLE IN A POSTELECTION GOVERNMENT. (S NF)

LOOKING BEYOND THE IMMEDIATE PROBLEMS ASSOCIATED WITH THE TRANSITION TO A NEW GOVERNMENT, ANY NEW ADMINISTRATION WILL HAVE TO QUICKLY SEEK INTERNATIONAL ECONOMIC AID. CAMBODIA, WHICH HAS AN ESTIMATED ANNUAL PER CAPITA INCOME OF ABOUT $130, IS ONE OF THE WORLD'S POOREST COUNTRIES. AGRICULTURE IS THE MAINSTAY OF THE ECONOMY, EMPLOYING ABOUT 80 PERCENT OF THE LABOR FORCE, BUT FOOD PRODUCTION IS LIMITED--THE COUNTRY SUFFERS FROM FOOD SHORTAGES ANNUALLY--BECAUSE OF PRIMITIVE FARMING TECHNIQUES, INADEQUATE IRRIGATION, AND SEASONAL FLOODS. MOREOVER, CUTBACKS IN ECONOMIC ASSISTANCE AND FERTILIZER FROM THE SOVIET UNION WILL EXACERBATE FOOD SHORTAGES IF AID FROM THE WEST IS NOT FORTHCOMING. AT THE SAME TIME, CAMBODIA'S ABILITY TO ABSORB AID WILL BE LIMITED BY AN INADEQUATE INFRASTRUCTURE, THE LACK OF QUALIFIED PEOPLE TO MANAGE AND DISTRIBUTE IT, AND PHNOM PENH'S ENDEMIC CORRUPTION AND BUREAUCRATIC RED TAPE. ABSENT SUBSTANTIAL FOREIGN AID TO PROMOTE RECONSTRUCTION AND STIMULATE ECONOMIC RECOVERY, WE BELIEVE RURAL POVERTY LOOMS AS PERHAPS THE LARGEST LONG-TERM THREAT TO A LASTING RESOLUTION OF THE WAR: SOCIAL TENSIONS CREATED BY THE DISPARITY OF WEALTH IN RURAL AND URBAN AREAS PROBABLY WERE A SIGNIFICANT FORCE BEHIND THE KHMER ROUGE INSURGENCY IN THE 1970S AND COULD FUEL FUTURE UNREST IN THE COUNTRY. (S NF)

GIVEN THE MAGNITUDE OF THE ECONOMIC AND POLITICAL PROBLEMS CAMBODIA FACES, WE BELIEVE THE PROSPECTS FOR A DURABLE SETTLEMENT ARE AT BEST UNCERTAIN. INDEED IT IS NOT CLEAR THAT ANY AGREEMENT WILL LEAD TO A STABLE, REPRESENTATIVE GOVERNMENT, AND THERE IS A DISTINCT POSSIBILITY IN OUR VIEW THAT SOME OF THE FACTIONS MIGHT COLLUDE AND

BYPASS ELECTIONS ALTOGETHER. MOREOVER, OF MORE THAN 1,007 INSURGENCIES WORLDWIDE SINCE WORLD WAR II, ONLY A HANDFUL HAVE ACHIEVED LASTING RESOLUTION THROUGH NEGOTIATION AND COMPROMISE--MORE THAN 98 PERCENT WERE ULTIMATELY DECIDED BY FORCE. ((IN THOSE FEW INSURGENCIES THAT HAVE BEEN CONCLUDED THROUGH NEGOTIATION, THE GOVERNMENTS AGREED TO GIVE THE INSURGENTS INDEPENDENCE OR LIMITED AUTONOMY--AN ARRANGEMENT NOT UNDER CONSIDERATION IN CAMBODIA--IN NEARLY EVERY CASE. (U))) POLITICALLY ORGANIZED INSURGENT GROUPS LIKE THE KHMER ROUGE, WHICH ARE IDEOLOGICAL, HIGHLY DISCIPLINED, AND COHESIVE, ARE THE LEAST AMENABLE TO COMPROMISE AND NORMALLY SEE NEGOTIATIONS AND AGREEMENTS MERELY AS WAYS TO GAIN ADVANTAGE OR TIME. THERE IS ALSO NO GUARANTEE ONCE SIHANOUK GOES BACK TO PHNOM PENH THAT HE WILL ACCOMMODATE THOSE WHO SUPPORTED HIS RETURN AND HIS ASSUMPTION OF A LEADERSHIP POSITION. SIHANOUK HAS HISTORICALLY DONE WHATEVER IT TOOK TO PRESERVE HIS POWER EVEN AT THE EXPENSE OF PREVIOUS ALLIANCES, AND WE BELIEVE HE WILL CONTINUE TO DO SO. (S NF)

CAMBODIA: THE ECONOMY AFTER A SETTLEMENT (TA M 91-20[illegible]9/S)

INFORMATION AS OF 16 SEPTEMBER 1991 WAS USED IN THIS REPORT

SUMMARY

CAMBODIA'S MORIBUND ECONOMY WOULD PROBABLY BE ABLE TO GENERATE SOME MODEST, SHORT-TERM GAINS IN AGRICULTURAL OUTPUT, TRADE, AND COMMERCE IF ONGOING DIPLOMATIC NEGOTIATIONS BETWEEN THE FACTIONS BRING AN END TO THEIR 12-YEAR-OLD CIVIL WAR, BUT THE LONG-TERM ECONOMIC OUTLOOK IS NOT BRIGHT. THE COALITION GOVERNMENT THAT WOULD LIKELY EMERGE FROM A SETTLEMENT AGREEMENT WOULD INHERIT MASSIVE ECONOMIC PROBLEMS SUCH AS A DILAPIDATED INFRASTRUCTURE, AN ILLITERATE

X

9203867

01-08

WORK FORCE, AND A RIGID, INEFFICIENT BUREAUCRACY. IN ADDITION, IT WOULD FACE A HOST OF NEW CONCERNS SUCH AS RISING UNEMPLOYMENT AS DEMOBILIZED SOLDIERS AND REFUGEES RETURN TO THEIR VILLAGES. IF LONGSTANDING FACTIONAL ANIMOSITY AND DIVERGENT IDEOLOGICAL VIEWS SURFACE IN A COALITION, IT WILL BE DIFFICULT FOR THE NEW GOVERNMENT TO ARRIVE AT EFFECTIVE POLICIES FOR RESOLVING THE PROBLEMS. CONTINUED ECONOMIC STAGNATION OVER THE NEXT FEW YEARS, WOULD PROBABLY BE DESTABILIZING, AND COULD RAISE THE SPECTER OF A RETURN OF THE KHMER ROUGE, THE GROUP BEST POISED TO EXPLOIT A POORLY PERFORMING ECONOMY. (C NF)

THE PRESENT: A MORIBUND ECONOMY

OVER THE PAST SIX MONTHS, THE CAMBODIAN FACTIONS--PRINCE SIHANOUK'S PARTY, THE KHMER PEOPLE'S NATIONAL LIBERATION FRONT, THE KHMER ROUGE, AND THE PHNOM PENH REGIME--HAVE MADE SIGNIFICANT PROGRESS IN RESOLVING THEIR POLITICAL AND MILITARY DIFFERENCES, BUT HAVE GIVEN LITTLE CONSIDERATION TO THEIR COUNTRY'S ECONOMIC PROBLEMS. ECONOMIC ISOLATION, DEPOPULATION BY THE KHMER ROUGE DURING 1975-78, AND MORE THAN A DECADE OF FIGHTING ARE ALL FACTORS IN THE ECONOMIC DOWNTURN THAT HAS LEFT CAMBODIA ONE OF THE WORLD'S POOREST COUNTRIES, WITH AN ESTIMATED ANNUAL PER CAPITA INCOME OF ONLY ABOUT $100. ((PHNOM PENH DOES NOT PUBLICLY RELEASE COMPREHENSIVE ECONOMIC STATISTICS FOR GROWTH, INFLATION, AND UNEMPLOYMENT. IN FACT, THE WAR-WEARY REGIME MAY NOT BE CAPABLE OF COLLECTING AND COMPILING SUCH DATA. AS A RESULT, MUCH OF OUR ANALYSIS IS BASED ON DATA PHNOM PENH SPORADICALLY RELEASES FOR PRODUCTION OF A FEW MAJOR COMMODITIES, SUCH AS RICE AND RUBBER, AND ON OBSERVATIONS BY FREQUENT TRAVELERS TO CAMBODIA. (U)) TECHNOLOGICAL AND ENTREPRENEURIAL SKILLS--TALENTS NEEDED TO REBUILD THE INDUSTRIAL BASE--ARE IN SHORT SUPPLY BECAUSE MOST PEOPLE WITH SUCH SKILLS EITHER WERE MASSACRED BY THE KHMER ROUGE OR FLED THE COUNTRY. AT PRESENT, THE LITERACY RATE IS ONLY ABOUT 43 PERCENT, ONE OF THE REGION'S LOWEST, ACCORDING TO PHNOM PENH'S OFFICIAL ESTIMATE. (C NF)

AGRICULTURE IS THE MAINSTAY OF THE ECONOMY, EMPLOYING ABOUT 80 PERCENT OF THE LABOR FORCE, BUT THE COUNTRY PERENNIALLY SUFFERS FROM SERIOUS FOOD SHORTAGES. CROP PRODUCTION HAS BEEN CONSTRAINED BY POOR SOIL, LACK OF IRRIGATION, ERRATIC RAINFALL, FERTILIZER SHORTAGES, AND INEFFICIENT FARMING TECHNIQUES. IN ALMOST EVERY YEAR SINCE 1980

X

9203867

FAMINE HAS BEEN AVERTED ONLY THROUGH INTERNATIONAL RELIEF. WE BELIEVE THIS YEAR'S RICE HARVEST WILL TOTAL AT MOST 2 MILLION METRIC TONS--ABOUT 700,000 TONS LESS THAN NECESSARY TO FEED THE POPULATION--BECAUSE OF SEVERE FLOODING AND A SHORTAGE OF AGRICULTURAL INPUTS. AS A RESULT, AT LEAST 570,000 CAMBODIANS--ABOUT 7 PERCENT OF THE POPULATION--REPORTEDLY ARE CURRENTLY FACING ACUTE FOOD SHORTAGES. (C NF)

CAMBODIA'S ECONOMY FUNCTIONS WELL BELOW ITS POTENTIAL IN NEARLY EVERY OTHER SECTOR AS WELL. RUBBER, TIMBER, AND FOOD PROCESSING ACCOUNT FOR THE BULK OF INDUSTRIAL PRODUCTION, BUT MOST PLANTS OPERATE AT LOW CAPACITY BECAUSE OF POOR MANAGEMENT AND PERIODIC SHORTAGES OF ELECTRICITY, WATER, RAW MATERIALS, AND SPARE PARTS. AS A RESULT, THE REGIME TOLERATES A SIGNIFICANT AMOUNT OF SMUGGLING TO PROVIDE BASIC CONSUMER GOODS TO MEET DEMAND. (C NF)

CAMBODIA'S ECONOMIC WOES HAVE BEEN COMPOUNDED BY RECENT CUTBACKS IN ECONOMIC AID FROM THE SOVIET UNION AND EASTERN EUROPE. THIS YEAR, MOSCOW, PHNOM PENH'S CHIEF BENEFACTOR, HAS CUT ITS ANNUAL ECONOMIC ALLOTMENT OF ABOUT $110 MILLION BY AS MUCH AS 30 PERCENT, ACCORDING TO PRESS REPORTS, AND CAMBODIA FACES THE POSSIBILITY THAT SOVIET ASSISTANCE WILL STOP ALTOGETHER. IN THE PAST, THIS AID HAS ACCOUNTED FOR MORE THAN 90 PERCENT OF GOVERNMENT SPENDING, ACCORDING TO PRESS REPORTS. A FEW OTHER COUNTRIES HAVE BEGUN PROVIDING SMALL AMOUNTS OF HUMANITARIAN RELIEF TO CAMBODIA, BUT NOT NEARLY ENOUGH TO OFFSET MOSCOW'S CUTBACKS. (C NF)

A SETTLEMENT OFFERS ECONOMIC OPPORTUNITIES...

WE BELIEVE THAT A NEGOTIATED SETTLEMENT OF THE CAMBODIAN PROBLEM WOULD PROBABLY SPARK AT LEAST A TEMPORARY SURGE IN ECONOMIC GROWTH. A SETTLEMENT, FOR EXAMPLE, WOULD ENABLE THE NEARLY 200,000 PEASANTS WHO WERE FORCED OFF THEIR FIELDS BY FIGHTING OVER THE PAST TWO YEARS TO RESUME FARMING. ALTHOUGH MINEFIELDS IN MANY REGIONS--PARTICULARLY IN RICEGROWING BELTS IN BATDAMBANG AND SIEMREAP - OTDAR MEANCHEY PROVINCES--WILL PLAGUE FARMERS FOR YEARS, OUTPUT WILL PROBABLY RISE AS SOME OF CAMBODIA'S MOST PRODUCTIVE LAND IS RETURNED TO CULTIVATION. AN END TO THE FIGHTING WOULD ALSO ALLOW EASIER TRANSPORTATION AND DISTRIBUTION OF FERTILIZERS AND PESTICIDES--IF THEY ARE AVAILABLE. (C NF)

COMMERCIAL ACTIVITY WILL PROBABLY ALSO INCREASE ONCE A SETTLEMENT IS REACHED. IN THE UNSTABLE ENVIRONMENT THAT CURRENTLY PREVAILS IN CAMBODIA, FEW FUNDS ARE INVESTED IN THE LOCAL ECONOMY. FOREIGN TRADE IS ALREADY ON THE RISE. ONCE THE EMBARGO IS LIFTED, MOREOVER, PHNOM PENH WILL BE ELIGIBLE FOR TRADE CREDITS, AND CAMBODIA IS ALSO LIKELY TO SEE SOME INCREASE IN TOURISM AND REMITTANCES FROM OVERSEAS CAMBODIANS. AN END TO THE EMBARGO WOULD ALSO MEAN AN INCREASE IN MULTILATERAL ASSISTANCE TO CAMBODIA. (C NF)

...BUT OLD CHALLENGES WILL REMAIN...

OFFSETTING THE GAINS THAT WILL ACCRUE IN A POSTSETTLEMENT ENVIRONMENT ARE THE MASSIVE ECONOMIC PROBLEMS THAT THE NEW GOVERNMENT WILL INHERIT. CAMBODIA'S INFRASTRUCTURE WILL REQUIRE EXTENSIVE RECONSTRUCTION, WHICH IS LIKELY TO DETER POTENTIAL FOREIGN INVESTORS. ROADS, BRIDGES, AND PORT FACILITIES ALL ARE IN DISREPAIR. EVEN THE COUNTRY'S WATER DISTRIBUTION SYSTEM HAS BEEN SEVERELY DAMAGED, AND ONLY 1 PERCENT OF THE POPULATION REPORTEDLY HAS ACCESS TO CLEAN WATER. (C NF)

THE GOVERNMENT'S ABILITY TO ABSORB BOTH HUMANITARIAN AND ECONOMIC AID WILL BE CONSTRAINED BY THE LACK OF QUALIFIED PEOPLE TO PLAN, MANAGE, AND DISTRIBUTE IT. PHNOM PENH WILL BE HARD PRESSED TO FIND MEDICAL, EDUCATION, AND OTHER SPECIALISTS TO SERVE THE GROWING POPULATION; TECHNICIANS AND DOCTORS FROM THE SOVIET UNION LEFT CAMBODIA LAST YEAR BECAUSE OF DIFFICULTIES BACK HOME, ACCORDING TO A PRESS REPORT. (C NF)

CAMBODIA'S LARGE, RIGID BUREAUCRACY AND ITS CUMBERSOME REDTAPE--LEGACIES OF MORE THAN A DECADE OF SOCIALIST RULE--WILL HINDER EFFORTS TO ATTRACT FOREIGN INVESTMENT AND SERVE AS A DRAIN ON TRADE AND COMMERCE, IN OUR VIEW. CAMBODIA'S GOVERNMENT APPARATUS AND ITS FOREIGN INVESTMENT LAW WERE PATTERNED CLOSELY AFTER THOSE IN VIETNAM, AND THE TROUBLES THAT FOREIGNERS REPORT WHILE OPERATING IN VIETNAM ARE LIKELY TO BE MAGNIFIED IN CAMBODIA. MOREOVER, CAMBODIA WILL HAVE TO COMPETE FOR WESTERN INVESTMENT WITH VIETNAM--WHICH HAS BOTH A LARGER MARKET AND A MORE SKILLED WORK FORCE--AND OTHER MORE SOPHISTICATED SOUTHEAST ASIAN COUNTRIES. (C NF)

...AND NEW PROBLEMS WILL ARISE

A RESOLUTION OF THE CONFLICT IS ALSO LIKELY TO BRING ADDITIONAL PROBLEMS THAT PREVIOUS REGIMES DID NOT FACE. FOR EXAMPLE, CARING FOR LARGE NUMBERS OF REFUGEES RETURNING FROM THE UN CAMPS ALONG THE THAI BORDER WILL BE EXTREMELY DIFFICULT, IN OUR VIEW. ALTHOUGH THE UN IS REPORTEDLY PREPARING TO SUPPLY FOOD AND MEDICINE TO SOME 350,000 REFUGEES FOR ONE YEAR, ACCORDING TO THE PRESS, CREATING JOBS FOR THESE MOSTLY UNSKILLED WORKERS WILL BE A CHALLENGE. MOST OF THESE REFUGEES HAVE BEEN IN CAMPS IN THAILAND SINCE THE EARLY 1980S, AND HAVE NOT FARMED FOR MANY YEARS. MANY PROBABLY HAVE LOST THEIR LAND INSIDE CAMBODIA, AND A LARGE NUMBER MAY ELECT TO RESETTLE IN CITIES IN THE HOPE OF FINDING BETTER JOB OPPORTUNITIES THAN IN THE RURAL AREAS. THE RESETTLEMENT TASK WILL BE ESPECIALLY DIFFICULT BECAUSE MANY OF THE REFUGEES WILL HAVE SERVED IN ONE OF THE GUERRILLA FORCES THAT HAVE OPPOSED PHNOM PENH OVER THE PAST 12 YEARS, AND THEIR PRESENCE MAY BE RESENTED BY LOCAL RESIDENTS WHO SUPPORTED THE REGIME. IN ADDITION TO THESE REFUGEES, THE POSTSETTLEMENT GOVERNMENT WILL HAVE TO CARE FOR LARGE NUMBERS OF MILITARY PERSONNEL WHO WILL BE DISCHARGED WHEN THE WAR ENDS. ((PHNOM PENH HAS ANNOUNCED THAT IT WILL DEMOBILIZE 70 PERCENT OF ITS ARMED FORCES AFTER A SETTLEMENT AGREEMENT IS REACHED. WE ESTIMATE THAT PHNOM PENH'S MAIN FORCES AND PROVINCIAL MILITIA NUMBER ABOUT 50,000 TROOPS, AND LOCAL MILITIA--ALTHOUGH IT IS NOT CLEAR IF THEY ARE INCLUDED IN THE DEMOBILIZATION FIGURE--NUMBER AS MANY AS 100,000. (S NF))) (C NF)

FURTHERMORE, ANY INFLUX OF CAPITAL FROM TRADERS, INVESTORS, AND TOURISTS IS LIKELY INITIALLY TO WORSEN INFLATION, WHICH IS CURRENTLY AT 200 PERCENT, ACCORDING TO PRESS REPORTS. INCREASED DEMAND FOR GOODS, BOTH FOR PRIVATE CONSUMPTION AS WELL AS FOR MANUFACTURING PURPOSES, WILL STRAIN THE COUNTRY'S NATURAL RESOURCES, IN OUR VIEW, AND WILL PROBABLY INTENSIFY SHORTAGES OF ESSENTIAL COMMODITIES SUCH AS FUEL AND FERTILIZERS. MOREOVER, MANY CAMBODIANS WILL PROBABLY REMAIN DOUBTFUL OF THE COUNTRY'S POLITICAL STABILITY AND CONTINUE TO HOARD STAPLES SUCH AS RICE AND COOKING OIL, MAKING IT DIFFICULT FOR THE GOVERNMENT TO CONTROL PRICES. (C NF)

THE NEW GOVERNMENT..A CRITICAL FACTOR

A STRONG, UNIFIED POSTSETTLEMENT GOVERNMENT MIGHT BE ABLE TO TAKE

ADVANTAGE OF THE ECONOMIC OPPORTUNITIES THAT A RESOLUTION WILL BRING, AND PERHAPS COULD DEAL WITH THE CHALLENGES. IF, HOWEVER, A COALITION GOVERNMENT WITH WIDELY DIFFERING IDEOLOGICAL PHILOSOPHIES EMERGES, WE FORESEE MAJOR DIFFICULTIES IN FORMULATING A PROGRESSIVE, REFORM-ORIENTED ECONOMIC POLICY. ALTHOUGH ALL THE FACTIONS CLAIM TO FAVOR A MARKET-ORIENTED ECONOMIC SYSTEM--AND WE BELIEVE THE NON-COMMUNIST GROUPS WOULD INDEED OPT FOR A MARKET APPROACH--THE COMMITMENT OF THE TWO COMMUNIST FACTIONS TO REFORM IS QUESTIONABLE. REPORTEDLY THE KHMER ROUGE PRACTICES MARKET-ORIENTED PRINCIPLES ONLY IN CAMPS THAT WERE OPEN TO UN AND FOREIGN OBSERVERS AND APPLIED STRICT SOCIALIST ECONOMIC PRINCIPLES IN COMPOUNDS WHERE ITS ACTIVITIES GO UNOBSERVED BY THE WEST. LEADERS OF THE CURRENT PHNOM PENH REGIME ARE ALSO APPARENTLY DIVIDED OVER HOW FAR TO PUSH ECONOMIC REFORM. PRIME MINISTER HUN SEN AND HIS SUPPORTERS FAVOR EXPERIMENTING WITH ADDITIONAL MARKET-ORIENTED REFORMS, BUT NATIONAL ASSEMBLY CHAIRMAN CHEA SIM--HUN SEN'S MAJOR POLITICAL RIVAL--IS CAUTIOUS ABOUT RAPID CHANGE, ACCORDING TO PRESS REPORTS. (S NF)

DEALING WITH PRESSING ECONOMIC PROBLEMS COULD ALSO BE DIFFICULT. ADVOCATES OF REFORM IN A COALITION GOVERNMENT, FOR EXAMPLE, MIGHT WISH TO USE MONETARY AND FISCAL POLICIES TO TACKLE RISING INFLATION AND UNEMPLOYMENT RATES, WHILE HARDLINERS WOULD INSIST ON THE MORE DIRECT MEASURES COMMONLY EMPLOYED BY PLANNED ECONOMIES. DECISIONS CONCERNING THE ROLE OF THE BANKING SECTOR, THE USE OF CAPITAL MARKETS, THE SIZE OF THE STATE INDUSTRIAL SECTOR, AND THE EXTENT TO WHICH THE CAMBODIAN ECONOMY SHOULD BE INTEGRATED INTO THE INTERNATIONAL MARKETPLACE, COULD ALL BE DIFFICULT TO RESOLVE BY A DIVIDED COALITION GOVERNMENT. (C NF)

EVEN THE NORMALLY LESS-CHALLENGING TASKS SUCH AS ALLOCATING FUNDS FOR INFRASTRUCTURE PROJECTS WOULD BE A POTENTIALLY SERIOUS PROBLEM FOR SUCH A COALITION. AS FOREIGN AID FLOWS IN TO REBUILD CAMBODIA'S ECONOMY, EACH FACTION WOULD PROBABLY ATTEMPT TO STEER PROJECTS, AND THE PROFITS FROM CONSTRUCTION, TOWARD ITS OWN SUPPORTERS. CORRUPTION AND GRAFT, ALREADY ENDEMIC IN CAMBODIA, WOULD PROBABLY BLOSSOM UNDER SUCH A SYSTEM. (C NF)

BEGIN BOX

PHNOM PENH'S ECONOMIC REFORMS

PHNOM PENH INTRODUCED A RANGE OF REFORMS ALMOST THREE YEARS AGO IN AN ATTEMPT TO SHORE UP ITS DOMESTIC SUPPORT AND REVIVE ITS ECONOMY, BUT WE BELIEVE THE MARKET-ORIENTED CHANGES RESULTED IN ONLY A SLIGHT INCREASE IN ECONOMIC ACTIVITY. THE REGIME AMENDED THE CONSTITUTION TO RECOGNIZE PRIVATE OWNERSHIP OF BUSINESS AND TO ENCOURAGE THE PRIVATE SECTOR TO INCREASE ITS OUTPUT OF CONSUMER GOODS. THE GOVERNMENT ALSO REDUCED ITS INVOLVEMENT IN THE ECONOMY AND ALLOWED MORE LOCAL AUTONOMY IN INVESTMENT DECISIONS. IN AN ATTEMPT TO BOOST FOOD PRODUCTION AND FARMERS' INCOME, PHNOM PENH PLACED LESS EMPHASIS ON AGRICULTURAL COOPERATIVES, NEARLY TRIPLED GOVERNMENT PROCUREMENT PRICES FOR FOODSTUFFS, AND ALLOWED PEASANTS MORE OPPORTUNITY TO WORK PRIVATE PLOTS OF LAND AND TO FREELY SELL THEIR ABOVE-QUOTA OUTPUT AT MARKET PRICES. (C NF)

THE GOVERNMENT HAS ALSO ATTEMPTED TO OPEN ITS ECONOMY TO FOREIGN TRADE AND INVESTMENT. IN JULY 1989, A FOREIGN INVESTMENT CODE WAS APPROVED. ALTHOUGH DETAILS ARE SKETCHY, WE BELIEVE IT IS SIMILAR TO THE CODES LAOS AND VIETNAM HAVE IN THAT IT PROVIDES FOR A MINIMUM LEVEL OF FOREIGN PARTICIPATION IN JOINT VENTURES--PERHAPS AS LOW AS 30 PERCENT--GUARANTEES AGAINST NATIONALIZATION, AND PERMITS REPATRIATION OF PROFITS. (C NF)

THUS FAR, PHNOM PENH'S EFFORTS HAVE HAD SOME PAYOFF. SINCE 1989, VISITORS TO PHNOM PENH AND THE SOUTHERN PORT CITY OF KAMPONG SAOM HAVE OBSERVED THE OPENING OF PRIVATE SHOPS AND AN INCREASE IN CONSTRUCTION OF HOUSING. (C NF)

END BOX

RISING SOCIAL TENSIONS IF THE GOVERNMENT FALTERS

IF THE NEW GOVERNMENT PROVES INCAPABLE OF MEETING THE CHALLENGES, THE CONSEQUENCES WOULD PROBABLY BE DESTABILIZING. WITH MUCH OF THE POPULATION ALREADY AT SUBSISTENCE LEVEL, THE COUNTRY IS ILL-PREPARED TO WEATHER EVEN A SHORT-TERM ECONOMIC CRISIS. SOCIAL TENSIONS AND SENSITIVITIES WILL BE HEIGHTENED FURTHER IF THE ECONOMIC BURDEN IS SHARED UNEVENLY; IF FOR EXAMPLE, RURAL AREAS ARE MORE HARD HIT BY RECESSION THAN URBAN AREAS, OR REGIONS CONSIDERED TO BE STRONGHOLDS FOR ONE CAMBODIAN FACTION BENEFIT MORE THAN THOSE OF ANOTHER. (C

NF)

WE BELIEVE THAT THE KEMER ROUGE IS BEST POSITIONED TO TAKE ADVANTAGE OF A POORLY PERFORMING ECONOMY: HARDSHIP IN RURAL AREAS REPORTEDLY GAVE THE GROUP A SIGNIFICANT BOOST IN THE EARLY 1970S. THE CAMBODIAN POPULATION, MOREOVER, IS LIKELY TO BLAME DETERIORATING ECONOMIC CONDITIONS FIRST ON PRINCE SIHANOUK--WHO HAS RESUMED HIS POSITION AS SPOKESPERSON FOR THE CAMBODIANS AND IS LIKELY TO SERVE AS THE COUNTRY'S POSTSETTLEMENT PRESIDENT--AND SECOND ON LEADERS OF THE CURRENT REGIME--WHOSE REPRESENTATIVES ARE LIKELY TO DOMINATE THE CAMBODIAN BUREAUCRACY IN THE IMMEDIATE POSTSETTLEMENT PERIOD. DISLIKE FOR THESE TWO GROUPS COULD BE PARTICULARLY INTENSE IF THEIR REPRESENTATIVES ARE SEEN AS BENEFITTING FROM CORRUPTION; THE KEMER ROUGE HAS A REPUTATION FOR KEEPING ITS REPRESENTATIVES LARGELY FREE FROM GRAFT. (C NF)

SECRET NOFORN REL

PEACEKEEPING IN CAMBODIA: THE CHALLENGES AHEAD

(EA M 91-20078/S)

INFORMATION AS OF 15 AUGUST 1991 WAS USED IN THIS REPORT.

SUMMARY

THE UN SECRETARY GENERAL'S MILITARY ADVISER, GENERAL DIBUAMA, LED A SURVEY MISSION TO CAMBODIA LAST YEAR TO ASSESS THE REQUIREMENTS FOR BUILDING A UN PEACEKEEPING FORCE, THE CORNERSTONE OF THE UN PEACE PLAN. THE KHMER FACTIONS--EACH TRYING TO PROTECT ITS POSITION IN ANTICIPATION OF ELECTIONS--DISAGREED ON SUCH FUNDAMENTAL ISSUES AS

S E C R E T NOFORN

9203668

01-10

THE SIZE AND CHARTER OF A PEACEKEEPING FORCE. THE PEACEKEEPING OPERATION IN CAMBODIA HAS THE POTENTIAL TO BE ONE OF THE MOST EXPENSIVE IN UN HISTORY AS THE UN DEALS WITH THE MULTIPLE COSTS ASSOCIATED WITH PROVIDING ACCOMMODATIONS, WATER, FUEL, ELECTRICITY, COMMUNICATIONS, AND MAINTENANCE FACILITIES TO SUPPORT ITS FORCE. EVEN IF THE LOGISTICAL PROBLEMS CAN BE OVERCOME, THE MISSION MIGHT STILL STUMBLE--A KEY FACTOR IN SUCCESSFUL UN MISSIONS IN THE PAST HAS BEEN A COMMITMENT ON THE PART OF THE COMBATANTS FOR A NEGOTIATED SETTLEMENT. THE KHMER ROUGE REFUSAL TO COOPERATE WITH AN EARLIER UN SURVEY TEAM; ITS REACTION TO GENERAL DIBUAMA'S VISIT THUS WILL BE A KEY INDICATOR OF SUCCESS FOR PEACEKEEPING IN CAMBODIA.

A CRITICAL ELEMENT . . .

A UN PEACEKEEPING MISSION IN CAMBODIA IS THE CORNERSTONE OF THE DRAFT SETTLEMENT AGREEMENT FORMULATED BY THE FIVE PERMANENT MEMBERS OF THE UN SECURITY COUNCIL AND WILL IN LARGE MEASURE DETERMINE THE AGREEMENT'S SUCCESS. UNDER THE TERMS OF THE UN PLAN, PEACEKEEPING FORCES WOULD VERIFY THE WITHDRAWAL OF REMAINING VIETNAMESE MILITARY PERSONNEL AND THE CESSATION OF ARMS DELIVERIES TO THE KHMER FACTIONS, MONITOR THE CEASE-FIRE, AND SUPERVISE THE CANTONMENT AND DISARMAMENT OF THE GROUPS' MILITARY FORCES. IN OUR VIEW, THE SUCCESS OF THE MISSION WILL BE CRUCIAL TO SUSTAINING THE CONFIDENCE OF THE KHMER FACTIONS IN THE SETTLEMENT PROCESS AND A PREREQUISITE TO ACCOMPLISHING OTHER PROVISIONS OF THE UN PLAN, INCLUDING THE REPATRIATION OF REFUGEES, THE HOLDING OF FREE ELECTIONS, AND THE DRAFTING OF A NEW CAMBODIAN CONSTITUTION.

THE KHMER FACTIONS SO FAR AGREE THAT A PEACEKEEPING FORCE IS AN INTEGRAL PART OF A SETTLEMENT--THE RESISTANCE AND THE REGIME BOTH CLAIM THE FORCE IS NECESSARY TO DISCOURAGE THE OTHER SIDE FROM VIOLATING THE MILITARY PROVISIONS OF ANY PEACE AGREEMENT. THE NON-COMMUNIST FACTIONS, WHICH ARE REPORTEDLY SUFFERING FROM DISORGANIZATION, SEVERE MORALE PROBLEMS, AND AMMUNITION SHORTAGES, APPARENTLY FEAR THAT ONGOING FIGHTING COULD DESTROY WHAT REMAINS OF THEIR DWINDLING MILITARY FORCES AND ARE PARTICULARLY EAGER FOR THE RAPID ESTABLISHMENT OF A UN FORCE. KHMER ROUGE AND REGIME MILITARY FORCES, HOWEVER, ARE MUCH STRONGER AND THUS ARE UNDER FAR LESS PRESSURE TO COME TO AN AGREEMENT QUICKLY ON THE SIZE AND ROLE OF THE PEACEKEEPING FORCE. THE KHMER ROUGE IS CALLING FOR AN INITIAL

DEPLOYMENT OF A 5[illegible]- TO 7[illegible]-MAN PEACEKEEPING CONTINGENT WITH A FOLLOW-ON FORCE OF TENS OF THOUSANDS MORE, ACCORDING TO PRESS REPORTS. THE COMMUNIST GUERRILLAS CLAIM THE VAST SIZE AND EXTENSIVE DEPLOYMENT OF THE FORCE IS NECESSARY TO ESTABLISH A "NEUTRAL" POLITICAL ENVIRONMENT ACROSS CAMBODIA, VERIFY THE WITHDRAWAL OF VIETNAMESE MILITARY FORCES, AND MONITOR THE 7[illegible]-MILE VIETNAMESE-CAMBODIAN BORDER FOR FURTHER ARMS SHIPMENTS TO THE REGIME OR REINTERVENTION OF HANOI'S TROOPS. THE KHMER ROUGE PROBABLY BELIEVES THAT AN EXTENSIVE UN PRESENCE, BY PROVIDING TANGIBLE EVIDENCE THAT THE REGIME IS RECOGNIZED BY THE INTERNATIONAL COMMUNITY AS ONLY ONE OF FOUR FACTIONS, WILL FACILITATE ITS EFFORTS TO UNDERMINE PHNOM PENH'S LEGITIMACY AMONG CAMBODIANS. THE COMMUNIST GUERRILLAS ARE ALREADY SPREADING PROPAGANDA THAT, WITH THE APPOINTMENT OF PRINCE SIHANOUK AS CHAIRMAN, THE SUPREME NATIONAL COUNCIL HAS ASSUMED GOVERNING AUTHORITY IN THE COUNTRY, AND THE KHMER ROUGE IS MOVING TO ESTABLISH ITS OWN LOCAL "SUPREME NATIONAL COUNCILS" IN RURAL AREAS, ACCORDING TO PHNOM PENH.

PHNOM PENH, ON THE OTHER HAND, IS CALLING FOR A MUCH SMALLER FORCE--REGIME PRIME MINISTER HUN SEN EARLIER THIS SUMMER INDICATED THE REGIME COULD ACCEPT AS MANY AS 2[illegible] PEACEKEEPERS--WITH A RESTRICTED CHARTER. REGIME LEADERS CLAIM THAT IT WOULD BE IMPOSSIBLE FOR ANY UN FORCE, REGARDLESS OF SIZE, TO GUARANTEE A COMPLETE DISARMAMENT OF GUERRILLA FORCES AND THE RECOVERY OF THEIR HIDDEN ARMS CACHES, AND THAT WITH PHNOM PENH'S FORCE'S IN CANTONMENT AND DISARMED THE GUERRILLAS WOULD BE ABLE TO STEP UP MILITARY ACTIVITY TO UNPRECEDENTED LEVELS. AS A RESULT, REGIME LEADERS ARGUE FOR MAINTAINING THE MILITARY STATUS QUO UNTIL ELECTIONS AND LIMITING THE PEACEKEEPERS' ROLE TO MONITORING THE CEASE-FIRE AND VERIFYING THE CESSATION OF ARMS DELIVERIES. PHNOM PENH PROBABLY CALCULATES THAT A SMALLER FORCE WOULD BE ABLE TO ALERT THE INTERNATIONAL COMMUNITY TO ANY RESISTANCE MILITARY VIOLATIONS OF THE SETTLEMENT AGREEMENT--AND ERODE FOREIGN SUPPORT FOR THE RESISTANCE--WITHOUT A COUNTRYWIDE UN PRESENCE THAT WOULD UNDERMINE PHNOM PENH'S LEGITIMACY.

MILITARY ARRANGEMENTS UNDER THE UN PLAN

THE UN PLANS TO ESTABLISH A JOINT MILITARY COMMISSION, CONSISTING OF REPRESENTATIVES OF ALL FOUR CAMBODIAN FACTIONS AND UN OFFICIALS, WITHIN ONE WEEK OF SIGNING THE SETTLEMENT AGREEMENT. THE

COMMISSION WILL COORDINATE ALL MILITARY ASPECTS OF THE AGREEMENT; THE COMMANDERS OF THE RESPECTIVE FORCES ARE TO PROVIDE THE UN WITH THE IDENTITIES, STRENGTH, AND DISPOSITION OF ALL MILITARY FORCES AND ADVISERS, AND THE LOCATION OF THEIR ARMS, AMMUNITION, AND EQUIPMENT.

THE AGREEMENT CALLS FOR A PHASED IMPLEMENTATION OF A CEASE-FIRE AND THE CANTONMENT AND DISARMAMENT OF FORCES:

-- UPON THE AGREEMENT'S SIGNATURE, THE FACTIONS' ARMED FORCES WILL IMPLEMENT A MILITARY "STANDSTILL." THE GROUPS WILL ENSURE THAT ALL TROOPS UNDER THEIR CONTROL REMAIN IN THEIR RESPECTIVE POSITIONS AND REFRAIN FROM ANY MOVEMENTS THAT WOULD EXTEND THE TERRITORY THEY CONTROL.

-- WITHIN EIGHT WEEKS OF THE SIGNING OF THE AGREEMENT, A CEASE-FIRE WILL COME INTO EFFECT.

-- WITHIN 12 WEEKS OF THE ESTABLISHMENT OF THE CEASE-FIRE, THE GROUPS WILL BEGIN REGROUPING AND CANTONING THEIR FORCES. THIS WILL BE ACCOMPLISHED UNDER THE CONTROL OF THE FACTIONS' MILITARY COMMANDERS, COORDINATED BY THE UN THROUGH THE JOINT MILITARY COMMISSION.

THROUGHOUT THE PROCESS, THE FACTIONS' MILITARY COMMANDERS WILL BE RESPONSIBLE FOR RESUPPLYING THEIR FORCES. RESUPPLY WILL BE LIMITED TO NONLETHAL ITEMS SUCH AS FOOD, WATER, CLOTHING, AND MEDICAL SUPPLIES.

. . . BUT PROBLEMS WILL BE FORMIDABLE

ONCE AN AGREEMENT IS REACHED, WE EXPECT THE UN FORCE TO BE STRUCTURED MUCH LIKE PEACEKEEPING FORCES USED IN OTHER COUNTRIES-- LIGHTLY ARMED INFANTRY UNITS AUGMENTED WITH CIVILIAN OBSERVERS, ADMINISTRATORS, AND TRANSPORTATION AND LOGISTIC UNITS. BUT A NUMBER OF FACTORS WILL POSE SERIOUS OBSTACLES AND ARE LIKELY TO MAKE ANY OPERATION IN CAMBODIA ONE OF THE MOST DIFFICULT AND EXPENSIVE IN UN HISTORY.

DEALING WITH THE INFRASTRUCTURE, CLIMATE, AND GEOGRAPHY

CAMBODIA'S WAR DAMAGED TRANSPORTATION SYSTEM POSES A MAJOR CHALLENGE TO THE PEACEKEEPING FORCE'S FIRST TASK, DEPLOYING INSIDE CAMBODIA. FORCES ENTERING THE COUNTRY WOULD MOST PROBABLY COME IN THROUGH THE PORT AT KAMPONG SAOM, THE POCHENTONG AIRFIELD OUTSIDE PHNOM PENH, OR ACROSS THE BORDER FROM THAILAND. MOVEMENT TO POSITIONS IN THE COUNTRYSIDE, HOWEVER, WILL BE COMPLICATED BY CAMBODIA'S LIMITED RAIL AND ROAD NETWORK. ACCORDING TO A REPORT BY THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSION ON REFUGEES (UNHCR), CAMBODIA HAS ROUGHLY 13,000 KILOMETERS OF ROADS--DOWN FROM 19,000 BEFORE 1967 BECAUSE OF WAR DAMAGE AND OVERGROWTH--BUT ONLY 20 PERCENT ARE COVERED WITH ASPHALT AND PASSABLE YEAR-ROUND. ANOTHER 50 PERCENT ARE MADE OF CRUSHED STONE, GRAVEL, OR IMPROVED EARTH, AND THE REMAINING 30 PERCENT--AND NEARLY ALL THE ROADS IN CONTESTED RURAL AREAS WHERE PEACEKEEPING FORCES WOULD BE NEEDED MOST--ARE LITTLE MORE THAN DIRT TRACKS.

CAMBODIA'S TWO RAIL LINES, WHICH ORIGINATE IN PHNOM PENH, RUN NORTHWEST TO SISOPHON AND SOUTH TO KAMPONG SAOM AND COULD PROBABLY MOVE FORCES AT LEAST PART WAY FROM THEIR POINT OF ENTRY TO THEIR INITIAL OPERATIONAL AREAS. THAT SAID, THESE OLD, SINGLE-TRACK RAIL LINES CARRY ONLY TWO TRAINS DAILY, AND TRAFFIC IS SOMETIMES DISRUPTED BY BANDITRY AND MECHANICAL BREAKDOWNS. WE BELIEVE THESE LIMITATIONS WOULD RESTRICT ANY RAPID MOVEMENT OF PEACEKEEPING FORCES THAT MIGHT BE REQUIRED TO REPORT OR HEAD OFF VIOLATIONS OF THE SETTLEMENT AGREEMENT.

IN ADDITION TO SHORTCOMINGS IN THE ROAD AND RAIL NET, CAMBODIA'S AIRPORTS CANNOT FULLY SUSTAIN THE OPERATIONAL AND LOGISTIC REQUIREMENTS OF UN AIRCRAFT--HELICOPTERS AND FIXED-WING--THAT WOULD ALMOST CERTAINLY SUPPORT THE PEACEKEEPING FORCE. CAMBODIA HAS ONLY FOUR AIRFIELDS--POCHENTONG, STUNG TRENG, BATDAMBANG, AND SIEMREAB--THAT ARE SUITABLE FOR C-130 TYPE TRANSPORT AIRCRAFT, ACCORDING TO A 1989 UN SURVEY, AND ONLY POCHENTONG HAS RADAR FOR INSTRUMENT APPROACHES AND IS CAPABLE OF LANDING LARGER AIRCRAFT. GROUND SUPPORT EQUIPMENT IS REPORTEDLY SEVERELY LIMITED AND MAY NOT BE COMPATIBLE WITH WESTERN AIRCRAFT, AND MAINTENANCE FACILITIES ARE ALSO INADEQUATE. MOREOVER, AIR TRAFFIC CONTROL PROCEDURES IN 1989 REPORTEDLY DID NOT INCLUDE INSTRUMENT FLIGHT RULES, ACCORDING TO THE UN SURVEY TEAM, WHICH WOULD PRECLUDE ALL-WEATHER, DAY OR NIGHT FLIGHT OPERATIONS.

SHORTAGES OF OTHER FACILITIES THAT ARE OFTEN AVAILABLE FOR UN PEACEKEEPING MISSIONS--SUCH AS LIVING ACCOMMODATIONS, WATER, FUEL, ELECTRICITY, COMMUNICATIONS, AND HOSPITAL FACILITIES--WILL ALSO HAMPER PEACEKEEPING OPERATIONS AND SIGNIFICANTLY INCREASE THEIR COST. FOR EXAMPLE, CONTAMINATED WATER AND THE LACK OF SANITATION ARE MAJOR HEALTH THREATS, ACCORDING TO THE UNHCR. IN RURAL AREAS, PONDS, RIVERS, AND SHALLOW WELLS ARE THE MAIN WATER SOURCES, AND POLLUTION LEADS TO A HIGH INCIDENCE OF INTESTINAL DISEASES. IN KRACHEH PROVINCE, FOR EXAMPLE, 9,000 PEOPLE--NEARLY 5 PERCENT OF THE PROVINCE'S POPULATION--SUFFER FROM CHOLERA, ACCORDING TO PHNOM PENH PRESS. CITIES AND TOWNS ARE LITTLE BETTER--THEY RELY ON INADEQUATE AND AGING WATER SYSTEMS THAT ARE CONTAMINATED BY SEEPAGE. INDEED, ACCORDING TO UNHCR, LESS THAN 1 PERCENT OF CAMBODIANS HAVE ACCESS TO CLEAN WATER.

CAMBODIA'S RAINY SEASON, WHICH LASTS FROM DECEMBER TO MARCH, WILL MAGNIFY THE PROBLEMS PRESENTED BY THE COUNTRY'S INADEQUATE INFRASTRUCTURE, AND WILL INCREASE THE PHYSICAL AND PSYCHOLOGICAL STRAIN ON UN FORCES, IN OUR VIEW. MANY ROADS PASSABLE IN THE DRY SEASON BECOME SUBMERGED DURING THE WET SEASON, PARTICULARLY IN NORTHERN AND WESTERN CAMBODIA, MAKING OVERLAND TRAVEL EVEN MORE DIFFICULT. POOR WEATHER CONDITIONS WILL ALSO LIMIT FLIGHT OPERATIONS. AS FOR THE SOLDIERS OF THE PEACEKEEPING FORCE, CONTINUOUS EXPOSURE TO WET CONDITIONS WILL INCREASE THEIR DISCOMFORT, AND MONSOON CONDITIONS WILL EXACERBATE HEALTH RISKS POSED BY THE ABYSMAL WATER AND SANITATION SYSTEMS.

WE BELIEVE CAMBODIA'S DIFFICULT GEOGRAPHY, PARTICULARLY IN THE RUGGED BORDER REGIONS, WILL POSE A MAJOR CHALLENGE TO THE UN'S EFFORTS TO MONITOR THE FLOW OF ARMS AND SUPPLIES INTO CAMBODIA. THE COUNTRY'S BORDERS WITH VIETNAM AND THAILAND--COUNTRIES THAT ARE KEY ARMS CONDUITS FOR THE CAMBODIAN FACTIONS--STRETCH OVER 1,200 MILES AND ARE BLANKETED IN RAIN FOREST ALONG MUCH OF THEIR LENGTH, LIMITING AIR OBSERVATION. MOREOVER, THE RESISTANCE FACTIONS, PARTICULARLY THE KHMER ROUGE, HAVE ESTABLISHED NUMEROUS CLANDESTINE ROUTES ACROSS THE BORDERS. AS A RESULT, WE BELIEVE FIXED CHECKPOINTS AND OBSERVATION POSTS WILL AT BEST HAVE ONLY LIMITED SUCCESS IN DETECTING ARMS FLOWS INTO CAMBODIA. AT THE SAME TIME, NUMEROUS UNCHARTED MINEFIELDS, THE INADEQUATE ROAD NETWORK, AND DENSE JUNGLE GROWTH WILL MAKE PATROLLING

9203668

HAZARDOUS AND DIFFICULT.

SORTING OUT THE INTERNAL MESS

IN ADDITION TO OVERCOMING THE DAUNTING PROBLEMS POSED BY THE PHYSICAL CHARACTERISTICS OF CAMBODIA, THE UN FORCE WILL ALSO FACE THE COMPLEX ASSIGNMENT OF REESTABLISHING ORDER IN A COUNTRY WHOSE INTERNAL CONDITIONS BORDER ON CHAOS. ONE OF THE MOST DIFFICULT TASKS, GIVEN THE FACTIONS' DEEP-SEATED MISTRUST OF ONE ANOTHER AND LIKELY HESITANCE TO REVEAL INFORMATION ON THEIR FORCES, WILL BE TO IDENTIFY THE AREAS THE FACTIONS CURRENTLY CONTROL, LOCATE THE VARIOUS MILITARY UNITS AND ORCHESTRATE THEIR CANTONMENT, AND RECOVER NUMEROUS HIDDEN ARMS CACHES THROUGHOUT CAMBODIA:

-- THE FOUR CAMBODIAN FACTIONS HAVE OVERLAPPING OPERATIONAL AREAS IN THE COUNTRY'S CENTRAL PROVINCES. ELEMENTS OF ALL THE FACTIONS ARE PRESENT IN KAMPONG THUM, KAMPONG CHAM, AND SIEMREAB - OTDAR MEANCHEY PROVINCES, AND THE KHMER ROUGE HAS FORCES IN EVERY PROVINCE IN CAMBODIA WITH THE POSSIBLE EXCEPTION OF ROTANOKIRI IN THE COUNTRY'S NORTHEASTERN CORNER.

-- IN WESTERN CAMBODIA THE LOCATIONS OF THE FACTIONS' MILITARY FORCES AND THE AREAS THEY CONTROL ARE MORE CLEAR, BUT THERE ARE NO GEOGRAPHIC FEATURES SUITABLE TO SERVE AS LINES OF DEMARCATION BETWEEN THE GROUPS.

-- THE MASSIVE INFLUX OF MORE THAN 320,000 REFUGEES LOCATED IN THAILAND (UNHCR OFFICIALS ARE CONSIDERING AN INITIAL $9.5 MILLION REPATRIATION PLAN. THE PLAN ALLOCATES $3.4 MILLION FOR INFRASTRUCTURE IMPROVEMENTS INSIDE CAMBODIA--INCLUDING THE CONSTRUCTION OF FOOD WAREHOUSES, WATER WELLS, ACCESS ROADS, AND SIX RECEPTION CENTERS—AND $5.4 MILLION TO ACQUIRE TRUCKS THAT WILL SUPPORT REPATRIATION ACRIVITIES. UNHCR OFFICIALS SAY A SIX-MONTH LEADTIME WOULD BE REQUIRED BEFORE REFUGEES START RETURNING ON A LARGE SCALE AND THAT THE TOTAL COST OF THE OPERATION COULD RUN AS HIGH AS $100 MILLION.)-- UN BORDER RELIEF OPERATION (UNBRO) OFFICIALS THIS MONTH INDICATED THAT THE NUMBER MAY GROW TO 360,000 BY THE END OF 1991—WITH VARYING ALLEGIANCES WILL FURTHER MUDDLE THE PROCESS OF DISENTANGLING THE FACTIONS.

EVEN ASSUMING THERE IS NO CONCERTED EFFORT BY THE KHMER FACTIONS

TO BREACH THE SETTLEMENT AGREEMENT, RENEGADE FORCES (BANDITRY BY EACH OF THE FACTIONS' MILITARY FORCES IS INCREASING SHARPLY, ACCORDING TO PRESS REPORTS. REPORTEDLY 1,000 CAMBODIANS ARE FLEEING CAMBODIA WEEKLY TO ESCAPE THE INCREASED CRIME AND POOR HEALTH CONDITIONS.) WILL ALMOST CERTAINLY DISRUPT EFFORTS TO MAINTAIN PEACE. THESE DISTURBANCES, MOREOVER, MAY BE NEARLY IMPOSSIBLE FOR UN FORCES TO DISTINGUISH FROM INCIDENTS CONDUCTED DELIBERATELY BY THE FACTIONS AND MAY CONFOUND THE UN'S EFFORTS TO HOLD THE GROUPS ACCOUNTABLE FOR INTENTIONAL, PREMEDITATED VIOLATIONS OF THE SETTLEMENT AGREEMENT. IF THE UN MISTAKES THE BANDITRY FOR INTENTIONAL VIOLATIONS BY THE FACTIONS AND IMPOSES SANCTIONS INAPPROPRIATELY, THE CAMBODIANS MAY LOSE CONFIDENCE IN THE IMPARTIALITY OF THE UN FORCE--AN EVENT THAT COULD DERAIL THE PEACE PROCESS.

NAMIBIA AND CAMBODIA: A BRIEF COMPARISON

IN EARLY 1989 THE UNITED NATIONS DEPLOYED A PEACEKEEPING FORCE TO NAMIBIA AS PART OF THE INTERNATIONAL AGREEMENT THAT BROUGHT THAT COUNTRY'S 23-YEAR-OLD CONFLICT TO AN END. THE CENTRAL OBJECTIVE OF THE UN MISSION TO NAMIBIA, LIKE THE PROPOSED UN OPERATION IN CAMBODIA, WAS TO CREATE CONDITIONS FOR HOLDING FREE AND FAIR ELECTIONS. THE UN ORGANIZATION ESTABLISHED FOR NAMIBIA--THE UNITED NATIONS TRANSITION ASSISTANCE GROUP (UNTAG)--HAD PEACEKEEPING RESPONSIBILITIES SIMILAR TO THOSE PROPOSED FOR THE UN FORCE IN CAMBODIA, INCLUDING:

— MONITORING THE CEASE-FIRE BETWEEN THE GUERRILLA SOUTH WEST AFRICA PEOPLE'S ORGANIZATION (SWAPO) AND SOUTH AFRICAN FORCES AND THEIR CONFINEMENT TO BASE.

— VERIFYING THE WITHDRAWAL OF FOREIGN (SOUTH AFRICAN) MILITARY FORCES FROM NAMIBIA.

— MONITORING THE DISBANDMENT OF CITIZEN FORCES, COMMANDO UNITS, AND ETHNIC FORCES.

— MAINTAINING SURVEILLANCE ALONG THE NAMIBIAN-ANGOLAN BORDER.

THAT SAID, SEVERAL IMPORTANT ASPECTS OF THE NAMIBIAN CONFLICT MADE PEACEKEEPING OPERATIONS THERE MORE SIMPLE THAN A PROSPECTIVE

MISSION TO CAMBODIA, IN OUR JUDGMENT. MOST IMPORTANT, BOTH SIDES--SWAPO AND PRETORIA--CLEARLY DESIRED A NEGOTIATED SETTLEMENT. SWAPO WAS UNABLE TO ESTABLISH A SIGNIFICANT MILITARY PRESENCE IN NAMIBIA AS A RESULT OF EFFECTIVE SOUTH AFRICAN MILITARY OPERATIONS, AND RECOGNIZED THAT ITS PROSPECTS FOR WINNING A PROTRACTED MILITARY STRUGGLE WERE DIM. FOR ITS PART, SOUTH AFRICA'S PRINCIPAL DEMAND IN THE LATE 1980S--THAT A SETTLEMENT IN NAMIBIA BE LINKED TO THE WITHDRAWAL OF CUBAN TROOPS FROM NEIGHBORING ANGOLA--WAS MET IN DECEMBER 1988 WHEN ANGOLA, CUBA, AND SOUTH AFRICA MET AND AGREED UPON THE PHASED WITHDRAWAL OF CUBAN FORCES. IN ADDITION:

-- THE MILITARY FORCES OF THE TWO GROUPS WERE SEPARATED AT THE START OF THE UN OPERATION--SWAPO'S FORCES WERE IN SOUTHERN ANGOLA--SIMPLIFYING THE UN'S TASK OF ESTABLISHING A BUFFER ZONE BETWEEN THE GROUPS. MOREOVER, THE ANGOLAN-NAMIBIAN BORDER IS SEMIARID, FLAT, AND LIGHTLY VEGETATED, AND THUS RELATIVELY EASY TO MONITOR WITH CHECKPOINTS, OBSERVATION POSTS, AND PATROLS.

-- NAMIBIA'S POPULATION--1.5 MILLION--NUMBERS SLIGHTLY LESS THAN ONE-THIRD OF CAMBODIA'S 7 MILLION PEOPLE. MOREOVER, ONLY 42,000 REFUGEES WERE REPATRIATED DURING THE NAMIBIAN OPERATION COMPARED WITH MORE THAN 320,000 THAT WILL ALMOST CERTAINLY BE RETURNED TO CAMBODIA.

INDICATORS TO WATCH

GIVEN THE IMMENSE GEOGRAPHIC AND LOGISTIC DIFFICULTIES THAT PEACEKEEPERS WILL CONFRONT IN CAMBODIA, WE BELIEVE THE SUCCESS OF ANY PEACEKEEPING MISSION THERE WILL DEPEND IN PART UPON:

-- SUSTAINED AND EXTENSIVE POLITICAL AND FINANCIAL SUPPORT FROM THE INTERNATIONAL COMMUNITY. AN EXTENSIVE PEACEKEEPING OPERATION IN CAMBODIA IS LIKELY TO BE ONE OF THE MOST EXPENSIVE IN UN HISTORY. (THE UNITED NATIONS INTERIM FORCE IN LEBANON, WHICH HAS A TOTAL STRENGTH OF ALMOST 6,000 SOLDIERS, OBSERVERS, AND ADMINISTRATORS, IS THE MOST EXPENSIVE PEACEKEEPING MISSION IN UN HISTORY SO FAR. SINCE THE MISSION'S INCEPTION IN 1978, THE UN HAS SPENT $1.7 BILLION ON THE OPERATION.) UNDERFUNDING THE OPERATION WOULD SLOW ITS DEPLOYMENT AND REDUCE ITS EFFECTIVENESS, PARTICULARLY IN REMOTE AREAS WHERE THE FORCES ARE MOST LIKELY TO RESUME FIGHTING. THE UN HAS NOT YET

PUBLISHED A PROJECTED BUDGET FOR THE OPERATION, BUT SEVERAL COUNTRIES ARE ALREADY EXPRESSING CONCERN ABOUT THE POTENTIAL COSTS. FOR EXAMPLE, SOVIET OFFICIALS LAST MARCH SAID EVERY EFFORT SHOULD BE MADE TO CONTAIN THE COSTS OF A PEACEKEEPING OPERATION IN CAMBODIA. MOREOVER, THE UN SECRETARY GENERAL NOTED LAST MONTH THAT THE UN DID NOT HAVE SUFFICIENT CASH RESERVES FOR THE SUBSTANTIAL STARTUP COSTS OF A UN OPERATION IN CAMBODIA.

-- UNRESTRICTED ACCESS TO ALL REGIONS OF CAMBODIA AND RESISTANCE BASE CAMPS IN THAILAND TO VERIFY THE CESSATION OF ARMS DELIVERIES TO THE RESISTANCE FACTIONS. FAILURE TO INVESTIGATE ALLEGED VIOLATIONS QUICKLY COULD UNDERMINE THE FACTIONS' CONFIDENCE IN THE NEUTRALITY OF THE UN FORCE, AN EVENT THAT AT A MINIMUM WOULD SERIOUSLY COMPLICATE ITS EFFORTS TO GAIN INFORMATION ON THE FACTIONS' MILITARY FORCES AND MIGHT EVEN DRAW THE UN FORCE INTO RENEWED FIGHTING.

-- SUFFICIENT MANPOWER TO ESTABLISH A CONTINUOUS PRESENCE IN HIGHLY CONTESTED AREAS OF SIEMPREAP - OTDAR MEANCHEY, BATDAMBANG, POUTHISAT, PREAH VIHEAR, KAMPONG THUM, KAMPONG SPOE, KAMPONG CHHNANG, KAMPONG CHAM, AND KAMPOT PROVINCES, AS WELL AS CHECKPOINTS AT KEY CROSSING POINTS ALONG THE VIETNAMESE-CAMBODIAN BORDER.

-- SPECIFIC TERMS AND TIMETABLE FOR WITHDRAWAL TO LIMIT THE POSSIBILITY OF AN OPEN-ENDED COMMITMENT. ONCE UN FORCES ARE IN PLACE, THE FACTIONS COULD OTHERWISE USE THE PROTECTION THEY AFFORD TO DRAG OUT NEGOTIATIONS ON POLITICAL ISSUES--FOR EXAMPLE THE STATUS OF VIETNAMESE SETTLERS IN CAMBODIA OR THE FORMAT FOR ELECTIONS--THAT WILL PROBABLY STILL HAVE TO BE RESOLVED AFTER THE PEACEKEEPERS DEPLOY.

THAT SAID, THE ULTIMATE OBJECTIVE OF THE UN FORCE--CREATING CONDITIONS FOR A FREE AND FAIR ELECTION--WILL RELY EVEN MORE UPON THE COOPERATION OF THE KHMER FACTIONS AND A GENUINE DESIRE ON THEIR PART FOR A SUCCESSFUL NEGOTIATED SETTLEMENT. WE WILL BE WATCHING DIPLOMATIC DEVELOPMENTS AND BATTLEFIELD ACTIVITY CLOSELY FOR EVIDENCE THAT THE CAMBODIAN FACTIONS WANT A NEGOTIATED SETTLEMENT.

9203668

Nº
TITULO Diálogo anglo-argentino por situación de Islas Malvinas.
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PROCESO 22-3-91
VINCULACIONES 12756

ENTRADO RS
CRUZADO RS

LA NACION 22-3-91

Diálogo anglo-argentino

MONTEVIDEO (UPI).- Diplomáticos argentinos y británicos iniciaron ayer en Uruguay una nueva ronda de conversaciones tendientes a profundizar sus acercamientos en torno de la situación de las disputadas islas Malvinas, dijeron fuentes vinculadas con la reunión.

El diálogo anglo-argentino tiene como objetivo la regulación del tráfico aéreo y marítimo, tanto civil como militar, en la zona del archipiélago, pero "el tema de la soberanía siempre está subyacente en las conversaciones", dijo un diplomático argentino que participa de las negociaciones y solicitó no ser identificado.

"Los británicos se niegan por el momento a conversar acerca de la soberanía, pero tarde o temprano el tema se impondrá por sí sólo en la mesa de las negociaciones", añadió el informante.

Los delegados de ambos países finalizarán hoy sus reuniones en la sede de la embajada argentina y darán a conocer una declaración conjunta sobre el resultado de las negociaciones.

Las reuniones estaban previstas en la denominada Declaración de Madrid, que argentinos y británicos suscribieron en febrero de 1990, y en la cual se acordaron mecanismos de regulación del tráfico aéreo y marítimo en la "zona de exclusión" que rodea a las islas Malvinas.

El acuerdo de Madrid fijó como fecha límite para la revisión de los convenios el 31 de marzo de 1991.

En la primera reunión conjunta realizada ayer en la embajada de Gran Bretaña, la Argentina estuvo representada por cinco diplomáticos, encabezados por el director del área Malvinas de la Cancillería, José María Otegui, mientras que los británicos presentaron una delegación de cuatro miembros.

"Es evidente que el clima de estas reuniones es mucho menos tenso que el de las que se mantuvieron en el pasado", dijo un diplomático argentino y agregó que "poco a poco vamos superando temores y profundizando el acercamiento mutuo".

01 - 01

ARG. propuso eliminar en Malvinas restricciones al tráfico aéreo y marítimo.

150026

23-3-91

10033

12756

ENTRADA 25

09

LA PRENSA 23/3/91

Se propuso eliminar en el Atlántico Sur restricciones al tráfico aéreo y marítimo

Montevideo (UP, Télam y EFE) — La Argentina propuso a Gran Bretaña retornar a una situación de normalidad en la zona de las islas Malvinas y eliminar las restricciones al tráfico militar, aéreo y marítimo, que se mantiene desde 1982 en esa conflictiva región, manifestaron fuentes diplomáticas.

"Se presentó una iniciativa por escrito a la delegación británica para normalizar nuestras relaciones a nivel militar y eliminar las medidas restrictivas en torno a las Malvinas, que hoy ya no tienen razón de ser", señaló un funcionario de la delegación argentina.

Representantes británicos y argentinos revisaron durante dos días de trabajo en Montevideo las medidas acordadas en el encuentro de Madrid, años atrás, y se progresó, mediante un análisis detallado y un fructífero intercambio de opiniones, en la consideración de los diversos aspectos involucrados.

Las delegaciones trabajaron en "una atmósfera cordial y constructiva" y ambas informarán a sus respectivos gobiernos "sobre la marcha de los trabajos y volverán a reunirse próximamente para continuar la revisión", expresa el comunicado conjunto, fechado en la capital uruguaya y difundido al término de la reunión.

El comunicado conjunto expresa textualmente: "Ambas delegaciones —compuestas por diplomáticos y militares— coincidieron en [illegible] soberanía de las islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur y de sus espacios marítimos circundantes, acordada por los gobiernos en la declaración conjunta dada en Madrid en octubre de 1989.

Asimismo el mandato de esta reunión del grupo de trabajo fue establecido en cumplimiento del punto 5 de la declaración conjunta de Madrid del 15 de febrero de 1990, el que dispone la revisión —antes del 31 de marzo de 1991— de las medidas allí acordadas:

a) El sistema transitorio de información y consulta recíproca sobre los movimientos de las unidades de las Fuerzas Armadas en áreas del Atlántico Sudoccidental.

b) El sistema de comunicación directa.

c) Las reglas de comportamiento recíproco para las unidades de sus fuerzas navales y aéreas que operen en proximidad.

d) Los procedimientos para casos de emergencia, destinados a facilitar las tareas de búsqueda y salvamento marítimo y aéreo en el Atlántico sudoccidental.

"Teniendo en cuenta la importancia y complejidad de los temas tratados, ambas delegaciones informarán a sus gobiernos próximamente, para continuar la revisión. Ambos gobiernos, por la vía diplomática, considerarán pronto la fecha de la próxima reunión. Ambas delegaciones agradecieron al gobierno uruguayo por su hospitalidad como país sede de la [illegible]".

PARTES ...

01-01

9203670

Argentina y Reino Unido avanzaron en negociación por islas Malvinas

El grupo de trabajo angloargentino sobre Asuntos del Atlántico Sur, reunido durante dos días en Montevideo, efectuó un "fructífero intercambio de opiniones" de las relaciones bilaterales, se informó oficialmente en Londres y Buenos Aires.

Los representantes argentinos y británicos firmaron en la capital uruguaya un comunicado conjunto indicando que fueron estudiadas también las medidas acordadas en el punto 5 de la Declaración de Madrid, del 15 de febrero de 1990, vinculado al sistema de seguridad y control de la navegación aérea y marítima.

CORDIALIDAD

Las conversaciones se desarrollaron "en una atmósfera cordial y constructiva", agregó el comunicado oficial.

La Declaración suscrita en la capital española en 1990 supuso el restablecimiento de las relaciones diplomáticas entre Argentina y Gran Bretaña, interrumpidas con ocasión del comienzo de la guerra por la soberanía de las islas Malvinas, el 2 de abril de 1982.

En Madrid, los diplomáticos argentinos y británicos acordaron en el primer punto de la declaración conjunta "un sistema transitorio de información y consultas recíprocas sobre los movimientos de las unidades de sus fuerzas armadas en áreas del Atlántico sudoccidental".

En los puntos 2 y 3, respectivamente, se puso en vigencia un sistema de comunicaciones diplomáticas directas y las "reglas de comportamiento recíproco para las unidades de sus fuerzas navales y aéreas que operen en proximidad del archipiélago austral".

En los apartados 4 y 5, los dos Gobiernos establecieron los procedimientos para los casos de emergencia, "destinados a facilitar las tareas de búsqueda y salvamento marítimo y aéreo", y el sistema de intercambio de información sobre seguridad y control de la navegación marítima y aérea.

El "Grupo de Trabajo", creado en las reuniones de Madrid, volverá a reunirse "próximamente", según señaló la información oficial, en una fecha que será convenida "por medio de los conductos diplomáticos" correspondientes.

El encuentro de las delegaciones de los dos países se celebró cuatro días más tarde de la primera visita a las islas de 400 familiares de los soldados argentinos muertos en la guerra del Atlántico sur, efectuada el lunes pasado mediante la organización del Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR).





Las tomas ilustran dos aspectos del histórico encuentro celebrado entre las delegaciones de Argentina y el Reino Unido, durante el cual se lograron importantes avances en el proceso de la recomposición de las relaciones entre ambos países y de una eventual solución al tema de la soberanía de las islas Malvinas.

Proponen normalización en área austral reclamada

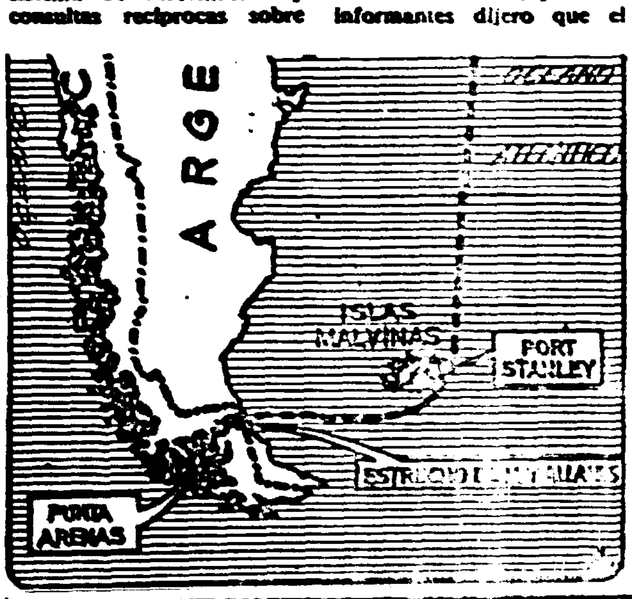
Montevideo. (ANSA).- Argentina propuso a Gran Bretaña avanzar hacia una normalización en el área de las Islas Malvinas, en el curso de una reunión de dos días que finalizó ayer en Montevideo y en la que no se habló de soberanía, dijeron fuentes vinculadas a las deliberaciones.

La propuesta de Argentina apunta a adecuar a la nueva situación política entre los dos países, el acuerdo que estableció hace un año un sistema de información y consultas recíprocas sobre movimientos por aire y por mar, de unidades de sus fuerzas armadas en el Atlántico Sudoccidental.

Las fuentes dijeron que la propuesta tiende a la eliminación de restricciones y rigideces contenidas en el acuerdo, pero no dieron detalles concretos sobre su contenido.

No hubo respuesta inmediata por parte de la delegación británica que asistió aquí a la cuarta reunión del grupo de trabajo argentino-británico sobre asuntos del Atlántico Sur, pero los informantes dijero que el Reino Unido estudiará el planteo.

Las conversaciones comenzaron el jueves en la residencia del Embajador británico, Columb Sharkey, y siguieron hasta su finalización ayer en la de su colega argentino, Benito Llambí, aunque los embajadores no participaron en las deliberaciones.



Intercambio muy cordial

La Cuarta Reunión del "Grupo de Trabajo Argentino-Británico sobre Asuntos del Atlántico Sur" se llevó a cabo en Montevideo los días 21 y 22 de marzo de 1991.

Ambas delegaciones -compuestas por diplomáticos y militares- coincidieron en que esta reunión se realizó bajo la protección de la fórmula sobre la soberanía de las islas Malvinas (Falkland Islands), Georgias del Sur y Sandwich del Sur y de sus espacios marítimos circundantes, acordada por los Gobiernos argentino y británico en el Punto 2 de la Declaración Conjunta dada en Madrid el 19 de octubre de 1989.

El mandato de esta reunión del Grupo de Trabajo fue establecido en cumplimiento del Punto 5 de la Declaración Conjunta de Madrid del 15 de febrero de 1990, el que dispone la revisión -antes del 31 de marzo de 1991- de las medidas allí acordadas:

A) El "Sistema Transitorio de Información y Consulta Recíprocas" sobre los movimientos de las unidades de sus fuerzas armadas en áreas del Atlántico Sudoccidental.

B) El "Sistema de Comunicación Directa".

C) Las reglas de comportamiento recíproco para las unidades de sus fuerzas navales y aéreas que operen en proximidad.

D) Los procedimientos para casos de emergencia, destinados a facilitar las tareas de búsqueda y salvamento marítimo y aéreo en el Atlántico Sudoccidental.

E) El sistema de intercambio de información sobre seguridad y control de la navegación marítima y aérea.

El Grupo de Trabajo comenzó en esta ocasión a rever dichas medidas y progresó, mediante un análisis detallado y un fructífero intercambio de opiniones, en la consideración de los diversos aspectos involucrados. El Grupo de Trabajo también examinó el funcionamiento de las medidas durante el último año.

Teniendo en cuenta la importancia y complejidad de los temas tratados, ambas Delegaciones informarán a sus Gobiernos sobre la marcha de los trabajos y volverán a reunirse próximamente para continuar la revisión. Ambos Gobiernos, por la vía diplomática, considerarán pronto la fecha de esta próxima reunión.

Las tareas del Grupo de Trabajo se desarrollaron en una atmósfera cordial y constructiva. Ambas delegaciones agradecieron la hospitalidad del Gobierno de la República Oriental del Uruguay.

CONTACTO

La guerra del Golfo evitó maniobras militares británicas en Malvinas

Aliados, pero no tanto

Esta vez la Argentina no iba a poder darse por sorprendida. Gran Bretaña había anunciado en forma reservada, con la antelación establecida en los acuerdos argentino-británicos de Madrid II, que iba a realizar a fines del año pasado ejercicios militares en las Malvinas. Pero los suspendió hasta nuevo aviso por la guerra del Golfo. Así el gobierno peronista se salvó de sufrir una experiencia parecida a la del radicalismo. En 1988 los británicos realizaron las Fire Focus y el ex canciller Dante Caputo y hasta los Estados Unidos afirmaron estar sorprendidos por su concreción.' Las maniobras, que no fueron hasta ahora, iban a ser de menor envergadura que las Fire Focus.

De todos modos, el contexto de estos nuevos ejercicios habría sido completamente distinto. Actualmente la Argentina y Gran Bretaña han reestablecido sus relaciones diplomáticas y están en plena luna de miel. Hasta antes de ese acuerdo era inimaginable pensar en ver al embajador Lucio García del Solar y a su esposa saludándose afectuosamente con un alto diplomático británico en una exposición de Velázquez en el Museo del Prado en Madrid, como sucedió después de lograrse ese acuerdo.

El clima que permitió ese tipo de encuentros es parecido al que impera en la reunión de dos días del Grupo de Trabajo Argentino-Británico sobre Asuntos del Atlántico Sur, que comenzó ayer en Montevideo. La parte argentina trata de acordar la disminución de las medidas restrictivas para el movimiento de las unidades militares en el Atlántico sur.

Es más, desde que en febrero del año pasado se acordó un sistema de información y consulta sobre movimientos de unidades militares en el Atlántico sur las armadas y prefecturas de ambos países participaron en cinco operativos de búsqueda y rescate de buques de terceros países.

En un primer momento el Foreign Office había pedido retrasar el encuentro de Montevideo, argumentando que sus expertos militares estaban concentrados en la guerra contra Irak, pero la rápida finalización de este conflicto permitió cumplir con lo acordado: que fuera antes del 31 de este mes.

Antes de ese pedido había llegado un mensaje referido a la renuncia en enero pasado de la Thatcher. Miembros del Foreign Office susurraron en los oídos de colegas argentinos: "Ahora el tema Malvinas tendrá un trato más profesional y menos emocional". Es que la Cancillería británica había perdido espacio ante la Thatcher por el fracaso de la primera reunión bilateral en Berna, Suiza, en 1984.



Copyright Clarín, 1991

Canciller Di Tella: de cómo disipar el manto de neblina

de nadar tranquilo en esa área de 2[illegible] kilómetros cuadrados, superficie casi igual a la de la provincia de Río Negro.

Pero una paradoja amenaza la tranquilidad de ese calamar que tantos dolores de cabeza provocó a las diplomacias de ambos países: la Argentina tiene en el área las naves suficientes para seguir haciendo el control, pero no tiene presupuesto y Gran Bretaña tiene el dinero, pero no tantos buques.

Es que un patrullaje semanal de un buque y de un avión de la Prefectura Naval Argentina cuesta la friolera de unos 200 mil dólares.

Los británicos en las islas tienen presupuesto para este tipo de operaciones, pero solo disponen de dos o tres guardacostas de pequeño porte, aunque corren con la ventaja de tener cerca Puerto Argentino para su reabastecimiento.

un clima de tranquilidad. Durante el viaje del lunes pasado de los familiares de los argentinos muertos en la guerra de 1982 al cementerio de Darwin no se registraron incidentes y los gobiernos suspiraron aliviados. Este tema ocupó en las últimas semanas los mayores esfuerzos de los diplomáticos de ambos países dedicados a la relación bilateral. Es más: el canciller Guido Di Tella llamó el fin de semana pasada a los responsables del tema y les dijo: "Tomen todas las precauciones del caso, quiero que el viaje sea un éxito".

El operativo organizado por la Cancillería y la Subsecretaría General de la Presidencia permitió que el viaje de carácter humanitario tuviera un final feliz, pese a exageradas medidas de seguridad —reclamadas por el gobierno británico a la Cruz Roja Internacional— como la de bajar las cortinas de las ventanillas del

Hasta la liberación de Kuwait las arenas calientes del Golfo preocuparon a los británicos mucho más que las frías aguas del Atlántico sur. Así los aviones Tristan 200 de transporte militar dejaron de viajar a la estratégica base de Monte Agradable. Volaban, por lo menos hasta antes de la finalización de la guerra del Golfo, por Oriente Medio. Y habían sido remplazados por Boeing 707.

Ya pasaron más de tres meses desde que ambos países acordaron en Madrid, tras una accidentada negociación, crear una zona de prohibición de pesca con forma de semianillo al oeste de las Malvinas, que hasta ahora "funciona muy bien", según fuentes diplomáticas argentinas.

La temporada de pesca comenzó a principios de enero y hasta ahora tanto las naves argentinas cuanto las británicas que patrullan la zona en forma separada, no descubrieron a ningún pesquero [illegible] dentro del área de veda. El calamar ilex, la especie que se trata de proteger de la depredación, pue-

El ciclo biológico de reproducción del calamar ilex —casi depredado en los últimos años— es de un año. Por eso es necesario el respeto estricto de la zona de veda, máxime cuando unos 200 buques pesqueros realizan sus capturas a pocas millas del extremo norte del semianillo, en aguas internacionales.

Con la tranquilidad que caracteriza a los recién casados, la comisión de pesca binacional se reunirá seguramente entre el 20 y el 22 de mayo en Buenos Aires. Como para entonces ya habrá terminado la temporada de pesca podrán hacer una evaluación pormenorizada del funcionamiento de la zona de veda e intercambiar información. Lo harán con la participación inédita de una kelper: la representante de las Malvinas en Londres, Sukey Cameron. Será, si no hay un imponderable de último momento, la primera visita de un funcionario kelper desde la guerra de las Malvinas.

Las reuniones de ambos grupos, el de seguridad y el de pesca, se concretan en [illegible]

Jumbo que llevó a los familiares, 50 millas antes de llegar a Puerto Argentino. Esto no pareció apropiado para dos países que integraron la alianza militar antiiraquí durante la guerra del Golfo.

Precisamente el efecto positivo que pueda tener la decisión del gobierno de Carlos Menem de enviar dos buques de guerra sobre las futuras negociaciones en temas militares y de pesca es una de las cuestiones que abren expectativas en medios diplomáticos.

¿Seguirá el gobierno del primer ministro John Major con la política de la Fortaleza Falkland —que implica la presencia de unos dos mil militares británicos en forma permanente en las islas— en este nuevo contexto internacional? Este es un interrogante que por ahora no tiene respuesta, pero que se podrá comenzar a contestar luego de conocer los resultados de las reuniones del Grupo de Trabajo del Atlántico Sur y de la comisión de Pesca.

Daniel Santoro

9203672

Nº DOCUMENTO ....
TITULO Reportaje al Director de Malvinas de la Cancillería argentino.
PROCEDENCIA 15000?
FECHA DE PROCEDENCIA 23-3-91
VINCULACIONES 10033
12756

ENTRADO
CRUZADO

REPORTAJE EXCLUSIVO

LA SOBERANIA DE LAS MALVINAS NO SE TRATO EN EL ENCUENTRO DE MONTEVIDEO

* Argentina Propuso Suavizar Términos Pactados en Madrid
* Distensión Actual Permite Eliminar Rigideces Iniciales


El Ministro José María V. Otegui, Director de Malvinas de la Cancillería argentina, conversó sobre la reunión en reportaje exclusivo concedido a EL PAIS

El tema soberanía de las islas Malvinas no se tocó ni alrededor de la mesa de negociaciones ni fuera de ella. Lo que sí se hizo fue un análisis de los acuerdos de Madrid del año pasado, y Argentina ha presentado algunas ideas nuevas sobre cómo modificarlos, señaló el ministro José María Otegui, Director de Malvinas de la Cancillería argentina, en reportaje exclusivo concedido a EL PAIS una vez finalizada la reunión de dos días mantenida en Montevideo con representantes del Reino Unido.

La idea es adaptar los acuerdos a la nueva situación de las relaciones bilaterales, que cada vez es más positiva. No es la misma situación en la que negociamos en Madrid hace un año. Ahora se está en proceso de normalización, prosiguió el diplomático argentino.

Cuando habló de adaptación y de propuestas por parte argentina, Otegui aludía al punto 5 de la Declaración Conjunta de Madrid del 15 de febrero de 1990, que refiere al Sistema Transitorio de Información y Consultas Recíprocas sobre movimientos de las fuerzas armadas de ambos países en el Atlántico sur, así como a cuestiones de seguridad de la navegación marítima y aérea en el área de las islas, incluyendo los procedimientos para la búsqueda y rescate en casos de emergencia. *En fecha próxima, pero que todavía no ha sido fijada,* el Grupo de Trabajo argentino-británico sobre Asuntos del Atlántico Sur, volverá a reunirse en lugar también a determinar, para analizar la acogida a la propuesta argentina para modificar ese punto.

LOS TERMINOS DEL ACUERDO AHORA PARECEN RIGIDOS

Parte de esos dictados no están ajustados a la realidad actual, dijo el ministro Otegui, el ambiente de confianza en que nos manejamos ahora podría llevar a eliminar el inciso A del punto 5 que hemos estado tratando ayer y hoy, que tiene que ver con el sistema de información y consulta sobre movimientos de las fuerzas armadas en el área. Los términos del mismo, ahora que estamos en otra etapa de la relación y podemos distendernos, parecen muy rígidos.

Enfáticamente negó el diplomático que encabeza el grupo argentino que se hubiera siquiera mencionado el tema soberanía de las islas. **Esta fue una reunión importante y lo será también la que sigue,** dijo Otegui, **pero la temática que se tocó fue la que tiene que ver con el Punto 5 de la Declaración Conjunta de Madrid, y absolutamente ninguna otra cosa. Lo que se trató fueron aspectos militares, bajo la protección de la fórmula sobre la soberanía de las Malvinas. Nada de lo que acordemos, hagamos o digamos, afecta ese punto. El tema soberanía en sí sigue bajo el paraguas hasta que haya acuerdo entre ambos gobiernos para tratarlo.**

ARGENTINA NO TRABAJA CON PLAZOS

Preguntado respecto a si el gobierno argentino se ha fijado alguna clase de plazo para iniciar las conversaciones sobre ese punto, Otegui dijo: **Nosotros confiamos en que en algún momento en el futuro, nos sentaremos a negociar. Especular sobre los resultados, o sobre en qué momento ocurrirá, es prematuro. Fíjese que ha pasado solamente un año desde que restablecimos relaciones diplomáticas y hay que trabajar con mucha seriedad y cuidado para ir fortaleciéndolas y alimentándolas.**

La Argentina no está trabajando con plazos, éste es un tema que hay que manejar con gran prudencia, y esperar que la relación se desarrolle lo suficiente y cree un clima que permita hablar con naturalidad. Ese clima por ahora no se da.

Reiteró no obstante lo que voceros de la Embajada Argentina había adelantado ayer a EL PAIS. En el sentido de que las conversaciones se desarrollaron en una atmósfera muy cordial y con espíritu constructivo. **Se trabajó con una actitud seria, responsable y profesional,** dijo Otegui. **La presencia de militares argentinos y británicos contribuyó en mucho a ver claro la parte práctica de los puntos que se trataron, a evaluar la realidad de la letra escrita de los acuerdos. Nos simplificó las cosas porque nosotros, los diplomáticos, estamos acostumbrados a manejarnos básicamente con papeles.**

A la pregunta de si no había habido cierta reticencia entre militares argentinos y británicos al verse sentados en forma conjunta a la mesa de negociaciones, el ministro Otegui lo descartó totalmente y dijo que "se comportaron como seres civilizados".

BRITANICOS TAMBIEN CON EMBLEMA DE CRUZ ROJA

La actitud asumida por los militares representantes de ambas partes del conflicto bélico del 82, derivó en el viaje reciente efectuado por familiars de los caídos en la guerra, a las islas Malvinas. Otegui señaló que en ese avión viajaron *militares argentinos en actividad, sin que se registrara el más* mínimo roce ni con los demás pasajeros, ni en la isla.

Dijo también que al haberse encomendado la organización del viaje a la Cruz Roja Internacional, fueron los reglamentos de la misma para estos casos los que impusieron poner el nombre y el emblema de la entidad en el avión, tapando el de Aerolíneas Argentinas. **La misma disposición, agregó Otegui, se practicó en los helicópteros británicos que trasladaron al grupo desde el aeropuerto al cementerio, quienes también debieron tapar sus insignias y emblemas patrios para colocar los de la Cruz Roja Internacional.**

01-01 9 203623

Nº
TITULO: IV Reunión del Grupo de Trabajo Argentino-Británico sobre Asuntos del Atlántico Sur.
PROCEDENCIA: 150024
FECHA DE PROCEDENCIA: 23/3/91
VINCULACIONES: 10033
12756

CLARIN 23/3/91

El Atlántico Sur

Entre platos de comida china servidos en un restaurante de la zona balnearia de Montevideo y reuniones ultrarreservadas, diplomáticos y militares de la Argentina y Gran Bretaña, luego de dos días de análisis, registraron ayer "progresos" en la revisión de los acuerdos logrados hace poco más de un año para evitar incidentes en el Atlántico Sur.

Pero los avances registrados quedaron bajo absoluta reserva y deberán ser ahora convalidos por los gobiernos, según se desprende de un comunicado conjunto emitido ayer en la capital uruguaya.

Se puede interpretar que los progresos se refieren al pedido argentino de flexibilizar las reglas establecidas para los barcos y aviones militares de ambos países que operen en proximidad de las Malvinas y de las costas del continente argentino.

Este nuevo eventual acercamiento entre los dos países que restablecieron sus relaciones consulares el 19 de octubre de 1989 se registró en la cuarta reunión del Grupo de Trabajo Argentino-Británico sobre Asuntos del Atlántico Sur.

Los negociadores y los embajadores en Uruguay de la Argentina, Benito Llambí, y de Gran Bretaña, Colum Sharkey, iniciaron los contactos con un almuerzo en un restaurante chino. El diplomático británico se encargó de aclarar que se trató de un encuentro fundamentalmente social: "Tuvimos una excelente comida donde no hablamos de política internacional".

La espinosa cuestión de la soberanía de las islas no fue tratada porque la reunión se hizo bajo el denominado "paraguas" protector de los reclamos territoriales que formulan ambos países.

El primer contacto se hizo el jueves en la sede de la embajada británica en el residencial parque Batlle y el segundo en la argentina, que parece un castillo normando en escala y que fue declarado monumento nacional por el gobierno uruguayo.

La delegación argentina —presidida por el director de Malvinas de la Cancillería José María Otegui— y la británica emitieron ayer un comunicado conjunto redactado en términos diplomáticos que solo dice que se "progresó" en la revisión de los temas sin un ápice más de información. Tras las consultas con los gobiernos sobre esos progresos, el grupo se volverá a reunir próximamente en fecha a determinar. Lo que no dice el comunicado es que seguramente el gobierno del primer ministro John Major consultará a los kelpers antes de flexibilizar el sistema.

Los temas analizados, según la información oficial, fueron el "sistema transitorio de información y consulta recíprocas" sobre movimiento de unidades militares, la red de comunicación directa, y las reglas de comportamiento de buques y aviones que operen en el Atlántico sur. Otro de los temas revisados fueron el intercambio de información sobre seguridad y control de la navegación marítima y aérea y los procedimientos para las tareas de salvamento.

El punto 5 de la declaración conjunta de Madrid del 15 de febrero del año pasado —cuando se restablecieron los vínculos diplomáticos— fijaba la revisión de estas medidas antes del 31 de marzo.

01-02

LA NACION 23-3-91

Finalizó en Montevideo la reunión sobre las Malvinas

Una propuesta argentina que será analizada

Por Jorge Emilio Gallardo
(Corresponsal de LA NACION en Montevideo)

MONTEVIDEO, 22. – Diplomáticos y militares argentinos y británicos realizaron aquí ayer y hoy la denominada Cuarta Reunión de Trabajo Argentino-Británico sobre Asuntos del Atlántico Sur, referida a la seguridad marítima y aérea en el área austral.

Nuestro país formuló una propuesta para normalizar los desplazamientos de buques civiles y militares que será analizada en la próxima reunión.

El comunicado de prensa conjunto dado hoy señala que hubo coincidencia en que esta reunión se realizó "bajo la protección de la fórmula sobre la soberanía de las Islas Malvinas (Falklands Islands), Georgias del Sur y Sandwichs del Sur y sus espacios marítimos circundantes, acordada por los gobiernos argentino y británico en el Punto 2 de la Declaración dada en abril del 19 de octubre de 1989".

En cumplimiento del Punto 5 de la mayúscula declaración conjunta de Madrid del 15 de febrero de 1990, las delegaciones de ambos países empezaron la revisión de todos los acuerdos allí estipulados, referentes: A) al sistema transitorio de información y consulta recíproca sobre los movimimetos de las unidades de sus fuerzas armadas en áreas del Atlántico Sud occidental; B) al Sistema de comunicación directa; C) a las reglas de comportamiento recíproco para las unidades de sus fuerzas navales y aéreas que operen en proximidad; D) a los procedimientos para casos de emergencia, destinados a facilitar las tareas de búsqueda y salvamento marítimo y aéreo en el atlántico sud occidental, y E) al sistema de intercambio de información sobre seguridad y control de la navegación marítima y aérea.

El grupo de trabajo, integrado de la parte argentina por el ministro José María Otegui, y por la parte británica por el ministro Gregory Faulkner, expresó oficialmente que hubo progreso en las reuniones de ayer y hoy, cumplidas en una "atmósfera cordial y constructiva".

Propuesta argentina

Lo que no figurá en el comunicado conjunto es que en el curso de las conversaciones, la delegación argentina colocó sobre la mesa de negociaciones una propuesta sobre cuyo contenido nada trascendió oficialmente, pero que será considerada por las autoridades británicas con vistas a la próxima reunión, sobre la cual sólo se ha señalado que será "próximamente".

Se trata de una proposición concreta referente a los Anexos 1, de la declaración conjunta de Madrid, el cual versa sobre el sistema transitorio de información y consulta recíproca. La iniciativa está orientada a normalizar todo lo relativo a movimientos de buques y militares en área del Atlántico Sur occidental.

Importa señalar que mucho se ha avanzado, según funcionarios británicos y argentinos, desde que hace un año comenzó el diálogo bilateral referente a la situación de las Malvinas y sus zonas de influencia como consecuencia de la guerra allí localizada pocos años antes.

De la ausencia de relaciones diplomáticas y de la existencia de una zona marítima de exclusión en torno de las islas, pudo avanzarse, según se comprueba, a un diálogo amplio basado en una relación bilateral signada por cierta confianza. Así, hoy existen acuerdos en temas como inversiones, lucha contra el narcotráfico, en el marco de unas relaciones diplomáticas recompuestas.

El tema pesquero

Por cuerda separada, del 20 al 22 de mayo, tendrá efecto la primera reunión bilateral sobre el tema de la pesca del Atlántico Sur. Así como en la reunión concluida hoy hubo hombres del palacio San Martín y del Ministerio de Defensa, en la de pesca habrá funcionarios de nuestra cancillería y del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca, para avanzar en materias sobre las cuales ya hubo entendimientos cuya concreción se dio en el acuerdo de pesca del 28 de noviembre último entre la Argentina y Gran Bretaña.

Los vínculos militares se afianzan

Gran Bretaña va camino de normalizar las relaciones militares con la Argentina tras una serie de acuerdos en materia de armamentos establecidos durante la crisis del Golfo Pérsico, reveló el diario británico The Financial Times.

Se supo que las negociaciones entre funcionarios británicos y argentinos, que incluyen la reciente reapertura de la oficina del agregado naval en la embajada argentina en Londres, allanaron el camino para el suministro de piezas de repuesto Rolls Royce para la marina argentina, que operó junto con las fuerzas aliadas en el Golfo.

La compañía Rolls Royce anunció anoche que [illegible]

Puede entenderse, sin embargo, que los repuestos no fueron suministados directamaente por los fabricantes sino que fueron extraídos de las existencias de la Armada Real y que la compañía se encargará de reponer.

La Armada Real informó ayer que los dos barcos de guerra argentinos enviados a la región del Golfo fueron reaprovisionados de combustible por el buque-tanque auxiliar Olna de la flota británica el 9 de febrero último, en un operativo sin precedentes entre las dos escuadras desde la Guerra de las Malvinas.

Los repuestos del motor fueron para el destructor de la marina argentina Almirante Brown, de fabricación alemana, que es impulsado por turbinas de gas Tyne y Olympus fabricadas por la compañía Rolls-Royce. Los oficiales afirmaron que el embargo de armas británicas a la Argentina había sido postergado con el fin de permitir el abastecimiento de los repuestos.

"Los argentinos forman parte de la coalición de fuerzas aliadas y, como en el caso de cualquiera de ellas, serán considerados todos los pedidos de ayuda en materia de provisiones y combustibles", reveló ayer la Armada Real.

La cancillería británica calificó de "medida de excepción" el suministro de repuestos durante la Guerra del Golfo. "No existe ningún cambio en nuestra política sobre venta de armamentos y esto incluye cualquier cosa que pudiera mejorar la capacidad de las unidades navales", comentó un vocero oficial.

SECRETO ARCHIVO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
110900/MAY/1992
(i)

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 11 /92

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DEL DPTO. II(INF) E.M.E.

COPIA 2: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 4: SR. 2do.COMANDANTE DE LA D.E. I.

COPIA 5: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

EL SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D. G. I. D.

Coronel
Hector H. Lluis

AUTENTICA:
EL JEFE DEL DPTO.I/DGID
Tte.Cnel. Tomás Cassella

0012

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha e Entrada 11 MAYO 1992
Pasa a ARCHIVO-
Nº. de 203675

SECRETO

Montevideo, 11 de Mayo de 1992.

- DA ROSA PIREZ Waldir Israel
  C.I. N°2.850.231-9
  C.C. CMG N°911

- PIREZ RECUERO Celsa

- GONZALEZ FLEITAS Obdulia María
  C.I. N°1.318.207-7
  C.C. BCA N°95.394

- SILVA DE LOS SANTOS Hugo Andrés
  C.I. N° 3.639.963-9
  C.C. CME N°7999

- DE LOS SANTOS BENITEZ María Elena
  C.I. N°2.526.917-8

- BENITEZ Claudio
  (Menor de Edad)

- SILVA DE LOS SANTOS Ana Laura
  (Menor de Edad)

- SANCHEZ GARCIA Fabián
  C.I. N° 1.719.791-1
  C.C. BVC N°1298

- SANCHEZ LUZ Roberto
  C.I. N°973.258-3
  C.C. BAA N°18.487

- GARCIA SUAREZ María Cristina
  C.I. N°1.145.684-6
  C.C. BVB N°21.321

- SANCHEZ GARCIA Andrea
  C.I. N°1.875.114-0

- ZNIDARIC BAUMAN María Amalia
  C.I. N°587.055

El conflicto armado trajo rutas, edificios públicos y viviendas

Los "kelpers" se beneficiaron de la guerra de las Malvinas

Puerto Stanley, Malvinas (AFP)
por Gilles Bertin, enviado especial de AFP

Diez años después de la intervención militar argentina en las Malvinas, este archipiélago del Atlántico Sur vive un espectacular bienestar económico, que lleva a los "kelpers" a reconocer que esa guerra fue "beneficiosa".

Durante los últimos 10 años se efectuaron numerosas construcciones en las Malvinas: rutas, edificios públicos, viviendas, así como una pista para grandes aviones de carga.

"Hay que reconocer que la guerra fue beneficiosa", lanza sin inhibiciones Ben Claxton, un ex marino con perfil de Joseph Conrad que hace 8 años decidió crear una pequeña compañía de taxis en Puerto Stanley.

En la pequeña capital de las Malvinas (1.650 habitantes), todos lo aprueban, a pesar de que algunos recuerdan que fue necesaria una guerra para que Londres se ocupase por fin de ese lejano territorio, abandonado por la corona y situado a unos 700 quilómetros al este de las costas argentinas, en el Atlántico Sur.

En 1978, los "kelpers" (nombre de un alga marrón que por extensión se da a los habitantes de las Malvinas), llegaban en total a 1.800 y vivían cómodamente de los 638.000 carneros que constituían el ganado local y de unas subvenciones más bien escasas.

Luego de la guerra de abril-junio de 1982, todo cambió. La venta de las zonas de pesca en las que abundan los calamares reemplazó ventajosamente a la exportación de lana de carnero, cuya cotización internacional se encontraba en baja.

Actualmente, la concesión de licencias de pesca a armadores japoneses, surcoreanos, tailandeses, polacos y españoles significa un beneficio de 51 millones de dólares anuales, es decir, aproximadamente 68% de los ingresos de las Malvinas.

La extensión, luego de la guerra de 1982, "por motivos de seguridad", de las zonas de pesca a 150 millas -una medida solicitada desde hacía largo tiempo por los "kelpers"- garantiza a los habitantes una autosuficiencia relativa, si se exceptúa el elevado costo de los 2.000 soldados acantonados en las Malvinas para la defensa del archipiélago. Se gastaron 18 millones de dólares en la infraestructura: escuela, hospital, carreteras, telecomunicaciones y otros servicios públicos.

En el exterior de Puerto Stanley no se ven más que rasadoras, excavadoras y apisonadoras que trazan, construyen y asfaltan nuevas carreteras.

Por su parte, la poderosa Falklands Islands Company, que hizo fortuna en la cría de ganado ovino, vendió los últimos años numerosas propiedades a pequeños ganaderos. El gobierno local alienta a los "kelpers" a comprar granjas de 5.000 a 10.000 cabezas de carneros. De la población activa, 35% se consagran a la cría de ganado y 60% trabajan en los servicios en Puerto Stanley.

Durante los diez últimos años se abrieron varios hoteles y restoranes en Puerto Stanley, que viven sobre todo gracias a los empleados públicos de paso, a las familias de los enviados temporales, a los relevos de las tripulaciones y a unos pocos cientos de turistas que visitan anualmente las 200 islas del archipiélago.

Este renacimiento económico, que provocó un aumento de la población de 1.900 personas en 1986 a 2.121 en 1991, tranquiliza un poco a los habitantes con respecto a su futuro. "Ahora ya no pueden abandonarnos, afirma un comerciante del puerto que desarrolló su negocio gracias a las importaciones masivas".

Todo el comercio está orientado hacia Gran Bretaña, exceptuando algunas compras de madera y legumbres a Chile. Con la construcción de una nueva pista, principalmente para los aparatos de la RAF, Puerto Stanley está vinculado dos veces por semana a Londres.

Para los próximos años, el gobierno de las Malvinas, que goza de cierta autonomía, apuesta a la prospección petrolera para dar un nuevo impulso a la economía local. No obstante, si bien las relaciones diplomáticas fueron restablecidas en febrero de 1990 entre Londres y Buenos Aires, las discusiones sobre una eventual búsqueda de petróleo están en un punto muerto.

En Buenos Aires, los petroleros y los diplomáticos se preguntan sobre la posibilidad de dicha búsqueda, ya que ignoran si las compañías querrán asumir el riesgo político para efectuar costosas prospecciones en una zona disputada donde no se ha probado la existencia de reservas de hidrocarburos comercializables.

MALVINAS: UNA EXPLORACION DE OXY DIO RESULTADO NEGATIVO

Petróleo, se busca

El ya mítico petróleo que se escondería bajo las islas Malvinas volvió a cobrarse una víctima económica: la poderosa Occidental Petroleum Company de los Estados Unidos, más conocida como Oxy, invirtió u$s 25 millones y destinó cien profesionales —asistidos por alta tecnología— para explorar las tempestuosas aguas del Atlántico a la búsqueda del "oro negro". Perdió tiempo y dinero, porque no aparecieron, dijo la empresa, ni vestigios de una posible napa petrolífera.

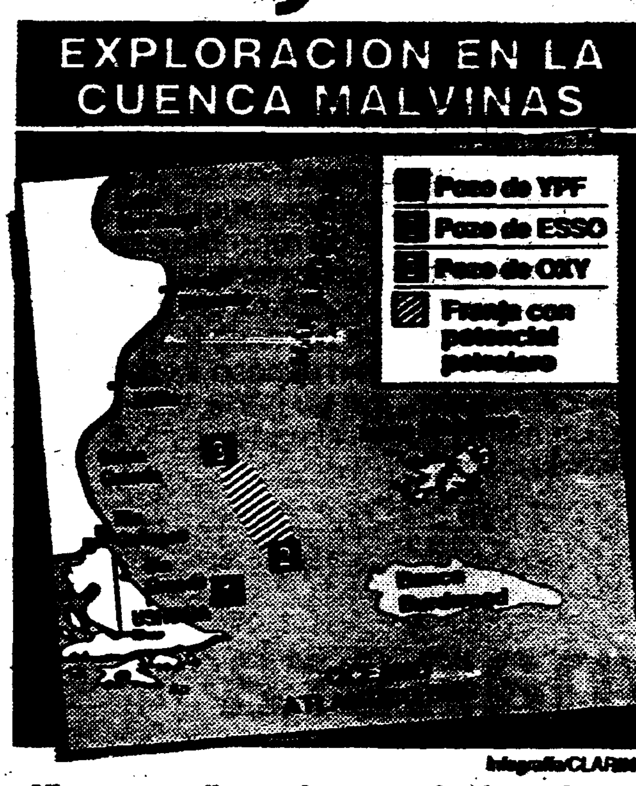
"Fracaso total", fue el resultado de los tres pozos que con un costo de 25 millones de dólares perforó en el mar la empresa norteamericana Oxy (nombre real: Occidental Petroleum Company) lo más cerca posible de las islas Malvinas.

"No encontramos nada", reconocen los directivos de la compañía que están dedicados a estudiar cada uno de los datos que juntaron en cuatro meses de trabajo. En tiempo récord movilizaron la plataforma semisumergible Puerto Magallanes de Noruega que no es otra que la General Mosconi que perteneció a la Argentina. El robot inglés que alquilaron a una empresa brasileña está de vuelta en su galpón de origen, al igual que los helicópteros y los barcos de apoyo. Los cien profesionales que trabajaron sobre el mar descansan de los vientos, mientras los 4 millones de dólares que se gastaron el año pasado en tareas de sísmica ya forman parte de la columna de las pérdidas.

Los pozos quedaron tapados y ese puede ser su destino final si la recopilación de los datos indica que es mejor abandonar el área ubicada en la cuenca de Malvinas. "La superficie es enorme y tal vez podamos volver después de reevaluar los conceptos exploratorios", comentan en los despachos de Oxy los especialistas que no quieren resignarse.

En esos tres pozos se resumía la expectativa de funcionarios y empresarios sobre el potencial petrolero de la región.

Su éxito hubiera modificado la audacia de los planteos geológicos que son el soporte científico de las charlas diplomáticas entre la Argentina y Gran Bretaña con el objetivo confeso de explorar en común. Después del "sapo" en que terminó la búsqueda, las corporaciones petroleras —operadoras naturales de cualquier acuerdo político— evaluarían dos veces antes de costear las inversiones de entre 8 y 10 millones de dólares que se lleva cada pozo perforado en el mar austral.



Infografía CLARIN

Ahora todo vuelve a estar entre signos de interrogación. Si hay petróleo en las islas Malvinas —o cerca de ellas—, encontrarlo dependerá de los dólares que a riesgo puro se dediquen en condiciones de búsqueda que no son óptimas. Los vientos, las tormentas y el oleaje son peores que en el Mar del Norte.

Los geólogos de más experiencia dicen que la exploración en la zona es casi nula. Sólo hay, contando los tres de Oxy, 18 pozos hechos. Uno de YPF, bautizado como Ciclón, y otros catorce que hizo sin suerte la Esso hace poco menos de 10 años, entre los más notorios. Ninguno dio pistas de gas o crudo aunque hay "un buen reservorio": se está a mitad de camino en un terreno que es propicio.

Pero, ¿qué pasa más allá del [illegible]

N°. DOCUMENTO

TITULO Sin acuerdo por el petróleo de Malvinas

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE RECEPCION 28-2-92

VINCULACIONES 10033

12756

ENTRADO CRUZADO

CLARIN ★ Buenos Aires, viernes 28 de febrero de 1992

LOS BRITANICOS DICEN NO A LA COOPERACION

Sin acuerdo por el petróleo de Malvinas

[illegible]

01-01

9203678

Buenos Aires, lunes 30 de marzo de 1992 ★ CLARIN

La izquierda negocia para tener un candidato único

La izquierda todavía no encontró su candidato a senador por la Capital para las elecciones del 28 de junio. Lo mismo, hay tres anotados. Uno, **Adolfo Bravo** ya está decidido. Otro, **Fernando "Pino" Solanas** aparece indeciso. El tercero en discordia, **Carlos "Chacho" Alvarez** podría bajarse para permitir una negociación que encolumne todas las voluntades de la izquierda bajo una sola candidatura.

Aunque Fernando Solanas aclaró que "aun no soy candidato", los dos grandes sectores (peronistas disidentes y distintos partidos de izquierda) que impulsan su postulación, comenzarán esta semana una campaña de pintadas que tendrá como único lema: "Pino Solanas senador".

Contra todos los pronósticos, el cineasta que viajó el viernes a Europa para ultimar detalles técnicos de su próxima película que ya está filmada, no anunció en forma explícita su decisión. Pero el contenido del comunicado que firmó antes de subirse al avión, hace prever cuáles serán sus próximos pasos.

El comunicado recuerda que "representantes de sectores sociales, políticos y culturales (sindicatos —no es el caso de la conducción de la **Asociación Trabajadores del Estado** de la Capital que desmintió su respaldo—, **el Frente Popular, Peronismo Verdadero, el FRAL, Cristianos por la Liberación, Partido Humanista** y otros) me han planteado la posibilidad de postular mi candidatura a senador por la Capital".

Esta candidatura, si bien unifica tras de sí buena parte del conglomerado de la izquierda, disputará el **favor del mismo electorado** a la ya lanzada postulación del socialista **Alfredo Bravo**, a quien respalda la **Unidad Socialista** y varios partidos que integran el **Frente por la Democracia y la Justicia Social (Fredejuso)**.

El Fredejuso publicó una solicitada en la que pone de manifiesto que los partidos que integran dicho frente vienen trabajando por la unidad. Aclara que en "función de la unidad del espacio proclamó la candidatura del peronista disidente **Carlos «Chacho» Alvarez**", pero que la misma está a disposición de la "convergencia del espacio".

La "disposición" es a lograr un frente común con la Unidad Socialista, pero el Fredejuso pretende que se acuerde previamente:

- "Un programa de oposición que se transforme en alternativa al modelo bipartidista del ajuste.
- **En el Colegio Electoral los electores deberán votar a su propio candidato.**
- **Elección de un candidato común, ya sea por elección abierta, consenso** o cualquier otro método."

Los que apoyan a Solanas y los que están con Bravo tienen aún un largo camino para conseguir convertirse en alternativa a **Avelino Porto y Fernando de la Rúa**. Deben convenir un programa y definir **taxativamente qué harán en el Colegio Electoral**. Mucho menos sencillo será lograr una **sola candidatura que exprese al sector**.

Atilio Bleta

LA ELECCION DEL SENADOR

LOS QUE SE ANOTAN POR IZQUIERDA



ALFREDO BRAVO

Ya es el candidato de la Unidad Socialista, formada por el socialismo democrático y el Partido Socialista Popular. Puede recibir el respaldo del grueso del Fredejuso, si prosperan las negociaciones para conformar un programa común.

FERNANDO "PINO" SOLANAS



El cineasta no aceptó aún el convite que le hicieron Encuentro Popular, Acuerdo Popular, el Fral, el socialismo auténtico, Intransigencia Popular, Partido del Trabajo y del Pueblo, Peronismo Verdadero, Cristianos por la Liberación y los humanistas.



CARLOS "CHACHO" ALVAREZ

Es el candidato del Fredejuso, el conglomerado que reúne al Grupo de los Ocho, los intransigentes, Democracia Popular, Protagonismo Popular y el Mil. 29 de mayo. Pero, Alvarez podría renunciar a la postulación en apoyo del socialista Bravo.

CUMENTO ....
0 Comicios para senador por Cap Fed. - PJ prepara estrategia.
EDENCIA 150024
F...HA DE ... 30/3/92
VINCULACIONES 10033
.... 11164
.... 11304

RS
RS

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 30 de marzo de 1992

Porto y Grosso preparan la línea del PJ para enfrentar a De la Rúa

También el candidato del oficialismo, Avelino Porto, y el intendente Carlos Grosso, esperan ver cómo el radical Fernando de la Rúa lanza su postulación para la senaduría porteña. Pero no es una simple curiosidad: después del sí radical, analizarán la estrategia para confrontar con el jefe de la UCR en la Capital.

El candidato a senador del PJ y sus aliados, Avelino Porto, se reunirá hoy con el intendente Carlos Grosso. Hacia el atardecer ya contarán con los términos del lanzamiento del radical Fernando de la Rúa (véanse páginas 4 y 5) y juntos analizarán el perfil de los primeros pasos de la campaña.

Al encuentro asistirán también "Los Angeles de Charlie", la mesa chica de cinco dirigentes justicialistas (Miguel Angel Toma, Alberto Iribarne, [illegible] Raijer, Eduardo Valdés y Julio Bárbaro) que vienen trabajando con el equipo de Porto. También estarán presentes representantes del PJ porteño, con su titular a cargo, Vicente Brusco, a la cabeza.

En el centro de campaña de Porto, de Alsina al 700, se observará con lupa el estilo de lanzamiento de De la Rúa para adecuar la respuesta en caso de que haya mención al postulado por la alianza peronista liberal. Ayer observaban, divertidos: "Se nota que (De la Rúa) nos está tomando en cuenta. Para dar el sí eligió al hotel Bauen, una forma de admitir que sentirá que vérselas con un sector" (de la Universidad de Belgrano).

Tras la oficialización de la candidatura de Porto por parte del PJ en el congreso del viernes en Parque Norte, el ex ministro tomará contacto durante la semana con la dirigencia intermedia del peronismo de Capital. La idea es reunir al ex ministro con los congresales, secretarios de circunscripción y de unidades básicas, sectores juveniles y mujeres. Se tratará de impulsar a todos los dirigentes para que se den a la tarea de salir a buscar votos.

Congresales que el viernes levantaron disciplinadamente la mano para avalar la candidatura de Porto se solazaban comentando: "El congreso salió bien porque después de todo es algo que arma el aparato, pero ahora empieza otra historia, hay que conseguir los votos".

La alianza de las principales agrupaciones peronistas de Capital, alineada tras la conducción de Grosso, tardó en asimilar la postulación de Porto impuesta por Menem. Pero el PJ metropolitano no produjo figuras que pudieran perfilarse con éxito para pelearle la senaduría al radicalismo el 28 de junio.

Desde el riñón grossista se advierte ahora que "hay que ponerse a trabajar con todo" para hacer una buena elección porque de ella depende la continuidad del actual esquema de poder que Grosso comanda desde el codiciado ejecutivo municipal.

Los dirigentes de la lista Azul —opositores al grossismo pero ahora integrados a "Los Angeles de Charlie" con la representación de Bárbaro— ya trabajan para prepararle actos al ex ministro. Juan Carlos [illegible] arma el suyo en Pompeya y Raúl Padró organiza otro en su bastión, Belgrano.

El MID, que integra la alianza, presentará a Porto en uno de sus locales y el Partido Demócrata ya hizo su convención, que proclamó al candidato por unanimidad. La juventud de la UCeDé metropolitana también acercó su apoyo aunque el partido de centroderecha espera su convención metropolitana —el 3 de abril— para refrendar la adhesión pública que ya declamaron Adelina de Viola, Alvaro Alsogaray y Jorge Pirra. En la UCeDé, sin embargo, hay voces opositoras que se encolumnan detrás del diputado nacional Luis Herrera, y que ven en la alianza con el peronismo el primer paso hacia su disolución.

Vicente Muleiro

01-01

9203680

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 30 de marzo de 1992

De la Rúa anuncia que se postula como candidato

El presidente del bloque de diputados radicales, Fernando de la Rúa, anunciará hoy su decisión de postularse como candidato a senador para enfrentar al postulante de la alianza menemista-liberal, Avelino Porto, en las elecciones de la Capital Federal decretadas para el 28 de junio.

Cuidadoso en los gestos y en la elección de escenarios, De la Rúa no dará el sí ni en la Cámara de Diputados, donde es el jefe del principal partido de oposición, ni en el comité radical que lo tiene como su titular; los periodistas están convocados para las 16.30 de hoy en el hotel Regente de Suipacha al [illegible]. Se entiende, al aceptar el desafío será el virtual postulante radical, pero en los hechos formales se constituirá en un nuevo precandidato de su partido, ya que habrá elecciones internas el 26 de abril.

Los que lo conocen bien saben que a De la Rúa jamás le gustó llegar a esta instancia, porque toda su estrategia política estaba concentrada en un esfuerzo por lucirse como jefe de los diputados nacionales de la UCR, desde cuya tribuna imaginó perfilar su ambición mayor: la candidatura presidencial de 1995.

La decisión del gobierno de Carlos Menem de dar a estos comicios el valor de un test sobre el modelo político y económico que intenta profundizar en el país, que lo llevó a [illegible] con contienda, y la [illegible] de los [illegible] del radicalismo, instando al dirigente a que aceptase ese desafío que trasciende las fronteras del distrito metropolitano, persuadieron a De la Rúa que no tenía otra salida que aceptar.

Eduardo Angeloz, Sergio Montiel, Juan Manuel Casella, Federico Storani, la mayoría de los dirigentes radicales porteños y muchos miembros del Comité Nacional de la UCR, por comisión u omisión, presionaron para que el dirigente de mejor imagen electoral se decidiera por enfrentar al oficialismo menemista con el argumento de que si el tradicional bastión opositor de la Capital [illegible] del partido, quedaría [illegible] en el futuro electoral de 1995.

El que más fichas puso y adquirió un perfil de exposición pública de primer orden para que De la Rúa fuera candidato a senador fue el gobernador de Córdoba, convencido de que ese público era el único capaz de garantizar un triunfo electoral que [illegible] radical [illegible] De la Rúa, si logra el año próximo convertirse, [illegible] de la UCR.

Por su [illegible], De la Rúa [illegible] de Angeloz. [illegible] entrevistarse personalmente con su correligionario, pero el encuentro nunca se realizó. Al "Chupete" no le gustaba que su eventual aceptación de la candidatura quedara "pegada" al [illegible] "Pelado", dando a entender que su proyecto político no incondicionalmente tenía que ser igual al del amigo cordobés.

La decisión del oficialismo de desechar el proyecto de consulta popular para la reforma constitucional simultáneo con los comicios de senador, que siguió al reclamo enojado de la UCR, no ha modificado para estos el blanco que tienen a su frente: no solo se vota, según los radicales, una banca del Senado, sino "a favor o en contra del modelo menemista".

Fue así como desde que asumió la jefatura del bloque en diciembre, De la Rúa rechazó hasta hace un mes la posibilidad de que fuera nuevamente candidato, reivindicando su decisión de cumplir el mandato de cuatro años que había recibido del electorado el 8 de setiembre. A su regreso de Israel y Roma, no negó más esa posibilidad; anunció que se pronunciaría una vez que el Gobierno dictara el decreto de convocatoria, formalidad que se cumplió el 25.

Fernando de la Rúa competirá en las internas del 26 de abril con los precandidatos radicales Rodolfo Terragno, Lucía Alberti y José María Ramos Padilla, quienes decidieron mantener sus postulaciones. Las otras ofertas, representadas por César Jaroslavsky, Juan Trilla y Gustavo Solar renunciarían a sus aspiraciones, mientras que igual actitud asumiría Jorge Vanossi, luego que lo decida un congreso del Ateneo del Centenario, de Jesús Rodríguez, en consideración a la "nueva situación" partidaria planteada con la aceptación de De la Rúa.

Una decisión

En un tono lo suficientemente bajo como para que solo fuera escuchado por José Luis Manzano y Eduardo Bauzá, Carlos Menem dijo: "Tenemos algo urgente que hablar". Fue durante uno de los encuentros que el viernes el Presidente tuvo con la mandataria nicaragüense Violeta Chamorro, en la Casa Rosada.

El ministro y el secretario general fueron hasta el despacho de Menem y allí se tomó la decisión de separar el posible plebiscito por la reforma constitucional de la elección del senador porteño, que se hará el 28 de junio. Los argumentos que precipitaron esa medida parecen claros: el Gobierno temió que estallara una ruptura total con el radicalismo por un tema que, según las encuestas del oficialismo, ya está totalmente instalado en la sociedad.

Nº DOCUMENTO ....

TITULO Menem niega reducción de sueldos en todo el país.

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE 30/3/92

VINCULACIONES 10033

11164

11302

ENTRADO DS

CRUZADO Ø

01/01

9203682

Nº DOCUMENTO: ...

TITULO: Argentina y Chile logran acuerdo limítrofe por Campos de Hielos del Sur.

PROCEDENCIA: 150025

FECHA DE PUBLICACION: 30/3/92

VINCULACIONES: 10033

11164

11399

Chile

ENTRADO: RS

CRUZADO: RS

01/01

9203683

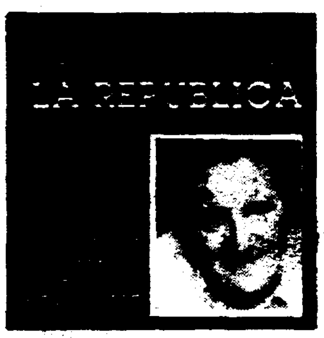
Domingo 29 de marzo de 1992 La República

Nubarrones en la economía argentina

Menem y Cavallo pactaron no agredirse

● Luego de fuertes roces, el ministro declaró que no tiene ambiciones políticas y que respalda la reelección del presidente

Dicen que a Carlos Menem le suena como música celestial cuando alguien le habla muy bien de la necesidad de su reelección o critica la personalidad avasallante de Domingo Cavallo, el ministro de Economía y rival del primer magistrado. Ese enfrentamiento de larga data estuvo a punto de estallar, pero la semana pasada los dos pactaron no agredirse más. Cavallo quiere seguir siendo ministro y Menem no puede prescindir del economista que continúa teniendo el visto bueno del grueso del establishment y sobre todo, de la Embajada de los EEUU.



■ Cavallo es un economista de fuste formado en Harvard, Menem un político perspicaz, que oscila entre el provincianismo y una mirada global del planeta, que cree que interpreta como nadie. Ambos, sin embargo, son ambiciosos y buscan el sillón de Rivadavia: uno por la reelección, para lo que necesita reformar la Constitución Nacional, el otro, como sucesor "natural de un modelo económico triunfante".

Después de las elecciones de renovación de gobernadores y parlamentarias de 1991, en la que mucho tuvo que ver la estabilidad de precios obtenida por el plan Cavallo, Menem comenzó a celar de su ministro. Muchos de los incidentes que Cavallo ha tenido con otros miembros del gabinete, fueron en realidad, reflejos de una soterrada discusión con el presidente. La más reciente la tuvo Cavallo con su par de Defensa, Antonio Erman González, un incidente que precipitó su abierta confrontación con Menem. González, es como un hermano para el presidente, acaso la última persona de la que éste se desprendería entre sus colaboradores.

A pesar que el embajador norteamericano, Terence Todman, intervino francamente en favor de Cavallo en la puja con González por los depósitos fiscales de Ezeiza, el desgaste fue tremendo para el titular de Economía.

Cavallo sabe que para llegar a la presidencia, necesita que su plan económico supere los sinsabores de estos meses, con picos de inflación con dificultades para frenarse, el deterioro del peso respecto del dólar, la caída de las exportaciones, los sinsabores sociales que crecen. Pero sabe que si la reforma de la Constitución se frustra, sus chances son más altas.

Para Menem, el triunfo en el plano económico es sustancial en todos los casos, con reforma o no. Pero necesita disciplinar a sus colaboradores en torno a su proyecto y sin competencias. Por eso manda a hostigar al díscolo ministro, con otros miembros del gabinete especialmente con la secretaria del Medio Ambiente, María Julia Alsogaray, la que es además una amiga íntima.

María Julia refleja el rencor de su padre, Alvaro, el pope del liberalismo vernáculo, a quien Cavallo apartó de la renegociación de la deuda externa, hiriendo sólidos intereses. Además ella sueña con el Ministerio de Economía. "Con ocho mil palos verdes de reserva, inflación baja y las privatizaciones, es fácil dirigir Economía", dicen que la mujer le susurra a su amigo. "El (Cavallo), no te quiere dar mil millones de dólares para las elecciones, porque no quiere que seas reelecto", intriga.

Hace diez días, Cavallo anticipó como probable, que inicie la aplicación de minidevaluaciones en el futuro, fue un modo de abrir el paraguas. Pero nada le había dicho a Menem, cosa que enfureció al presidente. Más tarde, el ministro, con el afán de descalificar una brusca devaluación, comentó: "Eso provocaría otra hiperinflación con repercusiones institucionales". Allí Menem no aguantó más.

"Señor ministro: si el plan económico fracasa se va usted y no el presidente, le dijo Menem con todo un gabinete como testigo. Habitualmente lo tutea y lo llama "Mingo". Ese día no. Cavallo comprendió que era mejor recoger el ovillo y salió a decir urbi et orbi, que él no quiere ser presidente y que apoya la reelección. Menem no le cree a su ministro y este hace ganchos con los dedos cuando formula esas afirmaciones. Pero los dos se siguen necesitando. ¿Por cuánto tiempo?

Bauzá reiteró que habrá plebiscito

Miedo: se preguntó por qué los radicales, que dicen guiarse por la voluntad popular, temen una consulta, a la que calificó de medio idóneo para que participe la ciudadanía en un tema trascendental; ratificó que no se hará con la elección del senador, en junio.



Bauzá

con la elección del senador por la Capital.

El secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, ratificó que es intención del Gobierno impulsar una consulta popular para reformar la Constitución, aunque reiteró que se realizará en una fecha posterior a la elección del senador por la Capital Federal, prevista para el 28 de junio próximo.

Al defender la propuesta del plebiscito, Bauzá dijo que "es un medio idóneo por el cual el pueblo participa activamente de una decisión trascendental que abarca a todos los argentinos".

El *funcionario* se mostró sorprendido por "tanto temor" que hay en el radicalismo ante la intención de pedir la opinión al pueblo. "Siempre se escucha decir que ellos (los radicales) se guían por la voluntad popular, y el plebiscito es la expresión de la voluntad del pueblo por un sí o por un no, por algo que puede querer o no la población", agregó.

Tras recordar que muchos gobernadores se pronunciaron ya en favor de la consulta, Bauzá insistió en que es necesaria para que "el pueblo se pronuncie en un tema tan sustantivo y tan atado a la necesidad de la adecuación de una norma fundamental para el país en que estamos viviendo".

Por otra parte, también expresó su asombro de que hubiese habido "tanto alboroto por la posibilidad del plebiscito, ya que el Gobierno en ningún momento explicitó que lo fuera a hacer en fecha conjunta

Panorama político

La [illegible]

El presidente Carlos Menem y el ministro Domingo Cavallo se apropiaron otra vez de un protagonismo político casi excluyente que invariablemente provoca en la sociedad más incertidumbres que certezas sobre la marcha futura del Gobierno.

Cae de maduro: nadie imagina en esta instancia de la experiencia menemista una ecuación de poder huérfana de uno de los dos actores de la primera línea.

Hubo algunos síntomas que el Presidente y el ministro no pasaron por alto para cerrar una tregua o un acuerdo como epílogo de este nuevo capítulo. Algo más que la persistente inflación —que podría trepar hasta el 2,5 % en marzo—, denuncia por ejemplo el grado de precariedad que encierra el sosiego económico logrado hasta ahora por el plan de convertibilidad.

Las autoridades del Fondo Monetario Internacional (FMI) y de los bancos acreedores también deslizaron mensajes: un país que está en los umbrales del ingreso al Plan Brady debe asegurar ante todo el alivio de la [illegible] política.

No le quedó más remedio a Cavallo que hacer una apuesta fuerte por la reelección de Carlos Menem para [illegible] al menos [illegible] las sospechas de un [illegible]. Regaló gestos elocuentes: desde sus propias palabras sin parábolas hasta la presencia en el plenario peronista de dos de sus espadas más hábiles, el secretario de Industria, Juan Schiaretti, y el secretario de Asuntos Institucionales del Ministerio, Guillermo Seita.

Cavallo no esperó nunca una sugerencia que Menem le arrimó hace diez días, en la reunión que los encontró solos en Olivos. El Presidente admitió que 1995 podría ser el bautismo político de su ministro, y lo imaginó como vicepresidente de la fórmula que extendería el predominio menemista en el poder.

cación; pero no es para desdeñar aquella que ata las ambiciones de la reelección con los votos que apilan en Diputados los legisladores con overol.

Menem y Cavallo coincidieron en que la consolidación del modelo es lo que, al fin y al cabo, puede amalgamar los deseos de ambos en esta etapa de la historia: el Presidente podría aspirar a prolongar cuatro años más su permanencia en la Casa Rosada y el ministro ingresaría a la política por la puerta grande.

Cavallo no esperó nunca [illegible] una sugerencia que [illegible] arrimó hace diez días, en la reunión que los encontró [illegible]. El Presidente admitió que 1995 podría ser el bautismo político para su ministro y lo imaginó como vicepresidente de la fórmula que [illegible] el predominio menemista en el poder.

La elasticidad de Cavallo no parecería tan [illegible]. Su [illegible] en aquella oportunidad fue como la radiografía de sus ambiciones.

El ministro aspira ahora a que la hipotética gobernación en Córdoba sirva para algo más que [illegible] en la vicepresidencia. [illegible] con un [illegible], acumularía los méritos por haber quebrado la [illegible] radical en la provincia y [illegible] de una gestión [illegible] de cuatro años [illegible] para [illegible] el último salto.

Cavallo [illegible] de [illegible] modo su horizonte [illegible] nubarrones del [illegible] recuerdan los [illegible] ron su ingreso al [illegible] mano del [illegible] la Sota.

La estrategia del [illegible] en algún punto con [illegible] inevitable: ¿qué haría si el [illegible] no se logra [illegible] forma y la [illegible]?

Ni en ese caso el [illegible] ga Cavallo [illegible] dría en riesgo una porción [illegible] ble de su tesoro político.

Por un lado la posibilidad de éxito del modelo económico, porque ya el año próximo debería bajar de su cargo para pelear palmo a palmo desde algún lugar más cómodo cada metro de espacio político.

Por otro, el ineludible enfrentamiento con la estructura menemista. Se explica: si no hubiera reelección, aun con la vigencia del plan económico, el presidente Menem designaría un delfín que con seguridad no sería el ministro de Economía.

9203686

El ministro también traicionó sus propias convicciones para limpiar de malezas la relación con el Presidente. Cavallo aceptó instalar el debate sobre la reforma y la reelección cuando en realidad considera que pueden causar el efecto de un virus en el cuerpo del programa económico.

Un puñado de datos políticos ocurridos esta semana alimentan la argumentación. La discusión sobre la reforma deterioró los lazos con la oposición radical y el Parlamento puede convertirse en una muralla para las necesidades del plan de convertibilidad.

La parodia del jueves en Diputados, cuando se pretendió sancionar ilegalmente la privatización del gas, desnudó tanto aquella realidad cuanto la desaprensión que calzan los hombres del oficialismo para alcanzar sus objetivos. La picardía de reemplazar legisladores por intrusos sólo sirvió al fin para hacer flamear las banderas de quienes pregonan la decadencia de las instituciones del sistema.

El repentino acercamiento del Gobierno al sindicalismo peronista, por su parte, reconoce más de una expli-

Las pistas conducen a una conclusión inequívoca: el senador Eduardo Menem podría ocupar el lugar de su hermano si naufraga la pretensión de continuar habitando la Casa Rosada.

Una determinación sin pausa del ministro podría lanzarlo a una competencia desigual: Cavallo no tiene hoy por hoy una estructura política para oponer al menemismo.

El ministro disipó así las dudas recurrentes sobre su competencia con el Presidente, pero no se resignó a quedar ajeno a dos cuestiones que involucran directamente a Carlos Menem y que también dividen en estas horas las aguas del Gobierno.

Cavallo aceptó que se instale prematuramente la discusión sobre la reforma pero se resiste a que el tema se transforme en un motivo de fricción con la oposición.

Que no haya confusiones: al ministro le interesa la convivencia con los radicales antes para preservar el plan económico que para convertirse en un emblema de la democracia.

Comparte esa línea, entre otros, con el ministro del Interior, José Luis Manzano, y con el senador Eduardo Menem. Son las cabezas más visibles de una corriente de opinión del oficia-

[illegible]regua de Menem y Cavallo

[illegible] que apunta a rodear a la reforma del mayor consenso político posible.

No por casualidad dos de ellos estuvieron días atrás en la casa del ex ministro de Defensa de Alfonsín Horacio Jaunarena, y arrimaron un par de propuestas que buscaron levantar el alicaído entusiasmo radical para sumergirse en el debate constitucional.

El tema es para los hombres de la UCR como una molesta urticaria: fueron ellos los que en 1985, cuando las expectativas del Plan Austral encajaban al dedillo con el embrión democrático, quisieron plantear la discusión en la sociedad.

Los tiempos han cambiado, y ahora los radicales en el llano sostienen que el menemismo no ofrece garantías políticas y mucho menos un marco jurídico adecuado para el ensayo.

Por eso los peronistas del ala negociadora ofrecieron:

—Aumentar el número de integrantes de la Corte Suprema, incorporando a dos jueces afines con la óptica radical de la política.

—Dejar el cargo del ombudsman en las filas de la oposición. Sugirieron incluso la figura de Ideler Tonelli.

Los radicales percibieron un súbito retroceso en la historia e irónicamente emparentaron la oferta con las leyendas de la colonización de América: en aquella época los indígenas cambiaban las riquezas en oro por los espejitos de colores.

La renuencia radical es la mejor excusa para nutrir a aquellos funcionarios inclinados a arrancar una reforma por las buenas o por las malas. Son los llamados "gurkas" y parecen impulsados por el gobernador de Buenos Aires, Eduardo Duhalde, y por Eduardo Bauzá. El alineamiento del secretario general de la Presidencia tiene una explicación: abandonó su tradicional postura moderada al influjo de los humores que la reelección provoca en el presidente Menem.

Bauzá incluso motorizó una maniobra durante el plenario peronista para colocar en la conducción a Duhalde en lugar de Roberto García. El objetivo fue transparente: lograr que el partido eligiera el plebiscito como la herramienta clave para promover la reforma.

La pirueta quedó sin embargo a mitad de camino. El peronismo relegó a un segundo plano la posibilidad de una consulta popular. Y el ministro del Interior, el viernes, aplacó la irritación radical prometiendo que un supuesto referéndum nunca coincidirá con la elección del senador, el 28 de junio.

Los llamados "gurkas" se alientan con una encuesta que circula en algunos despachos oficiales y que arroja los siguientes datos. El 57 por ciento de la población de la Capital y de la provincia de Buenos Aires está a favor de la reelección, y además el 55 por ciento estima que el plebiscito es un mecanismo apropiado para empujar la reforma constitucional.

El optimismo de los duros del oficialismo parecería incapaz de reparar en un detalle: la reforma requeriría algo más que del respaldo de una mayoría circunstancial. Exigiría, en todo caso, un sostén generoso que impida un tajo en la sociedad.

El peronismo acuña en ese sentido experiencia de sobra. La reforma de 1949 ayudó a transformaciones inéditas pero generó un ánimo irreconciliable entre diferentes franjas de la población.

Tampoco una visión única acompaña al menemismo, por las idas y venidas que terminaron por restablecer una débil sintonía entre el Gobierno y el sindicalismo.

El proyecto de ley de obras sociales obró como detonante de una crisis que reconoció dos lecturas diferentes. Una que indicó la conveniencia de aplicar sobre la dirigencia gremial un golpe mortal, auspiciada por los ministros Julio César Aráoz y Rodolfo Días.

Otra que alertó sobre lo inoportuno de una confrontación, en momentos en que el programa económico busca el desemboque en el Plan Brady. Aquí se atrincheró el ministro Cavallo, secundado por Manzano y el dirigente taxista Roberto García.

Cavallo escuchó de un racimo de popes sindicales una advertencia que le provocó escozor: si el Gobierno no dejaba escapatoria con su política laboral, la unidad sindical quedaría sellada con un reclamo de aumento masivo de salarios.

Es cierto que la estructura sindical pasea hoy una imagen [illegible]iada y parece sin la solidez necesaria para una pelea de largo aliento, pero nadie desconoce sus reflejos para poner [illegible] pie de lucha a amplios bolsones de la sociedad que padecen los efectos del ajuste.

Ese criterio prevaleció finalmente entre los hombres del poder que persuadieron a Menem de la inconveniencia de un portazo, y lo ubicaron sin riesgo de cara a un auditorio hostil en Parque Norte.

Quizás el Gobierno hubiera eludido la coyuntura si algunos ministros no hubieran sufrido un ataque de hipermenemismo: la desarticulación del aparato gremial, tal como lo conoció la historia peronista, parece a esta altura inevitable, pero será el Presidente el encargado de elegir el momento indicado para bajar el pulgar.



Juan Pablo II, Carlos Menem, Domingo Cavallo y Juan Perón.

El [illegible] situación que parecía [illegible] trolada. Existía una CGT [illegible] un grupo de gremios [illegible] siempre ligado con el poder y [illegible] tor contestatario aislado, [illegible] do por las hilachas de Ubaldini y [illegible] rriomovo. Ahora hay un solo bloque cuyo entendimiento con el poder no garantiza, necesariamente, la mayoría menemista.

Tampoco se avizoran réditos del Gobierno con la sociedad: cualquier comunión con el sindicalismo no tiene en estos tiempos beneficios demasiado populares.

Será el costo que deberá pagar por una impericia política más.

Eduardo van der Kooy

03-92

9203686

Buenos Aires, domingo 29 de marzo de 1992 ★ CLARIN

BAUZA REFLOTO LA POSIBILIDAD DE UN PLEBISCITO

Encuesta oficial, a favor

La reforma de la Constitución y la posibilidad de reelegir al presidente de la Nación cuentan, según una encuesta que maneja el Gobierno, con la aceptación mayoritaria. Sin embargo, un tercio de quienes están a favor de estos cambios no votaría hoy por Carlos Menem. En tanto, el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, insistió con la posibilidad de convocar a un plebiscito por la reforma constitucional.



Eduardo Bauzá, [illegible]

Un 57 por ciento de la población sería partidaria de la inclusión de la posibilidad de la reelección presidencial en la Constitución. Pero de esa porción, un 38 por ciento no votaría hoy por Carlos Menem, según lo asegura un [illegible] de la encuestadora [illegible], uno de los profesionales habitualmente requeridos por el Gobierno para conocer estados específicos de la opinión pública.

La encuesta —que en su [illegible] el número de encuestados ni los lugares del país a los que pertenecen— asegura además que un [illegible] por ciento se pronuncia a favor de un plebiscito o consulta popular como el mejor método para reformar la Constitución.

El tema del plebiscito, propuesto por varios sectores del Gobierno y en período de estudio en el seno del Consejo Nacional Justicialista, volvió a ser defendido ayer por el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, quien afirmó en Mendoza que hay "grandes posibilidades" de que se lo realice en alguna fecha posterior a la elección del nuevo senador nacional porteño, ya convocada para el 28 de junio.

"¿Por qué hay tanto temor en el radicalismo por algo que es pedir la opinión del pueblo? —se preguntó Bauzá—; siempre se les escucha decir que ellos se guían por la voluntad popular y el plebiscito es la expresión de la voluntad del pueblo [illegible]".

Bauzá hizo estas declaraciones [illegible] horas después de que el presidente Menem y el ministro del Interior José Luis Manzano aclararan oficialmente que no habrá coincidencia en la fecha del probable plebiscito por la reforma y la elección del senador.

Algunos dirigentes [illegible] habían propuesto esa coincidencia, lo que generó una dura [illegible] del radicalismo, que [illegible] con retirarse del diálogo político implementado por el Ministerio del Interior en caso de que se verificara esa "[illegible] política".

Ayer, alguna explicación oficiosa [illegible] que [illegible] se decidió a [illegible] un nuevo aval a la posibilidad de convocar a un plebiscito como [illegible] a [illegible] "poco

de la reforma

[illegible] conciliadoras" de los dirigentes radicales después de que se [illegible] de que [illegible] se haría [illegible] la consulta con la [illegible].

[illegible]

- [illegible]

El viernes, cuando tanto Menem como [illegible] las [illegible] requeridas por los radicales, [illegible] de todos modos [illegible] algunos matices diferenciados sobre la cuestión de fondo.

Mientras el Presidente dio la impresión de que lo [illegible] —"la consulta será más adelante, tal vez el próximo año"—, el ministro dijo que "el Gobierno no la impulsa, pero tampoco la descarta".

La encuesta de la consultora [illegible] viene, en este sentido, a reforzar la posición de quienes, en el Gobierno, están a favor de que el plebiscito para que, [illegible] eventual triunfo remalecido del "sí" a la reforma, los radicales se vean forzados a prestar sus representantes para reunir

[illegible] se [illegible] por un [illegible] unidad.

[illegible]

Este [illegible] en [illegible] podría [illegible] sobre [illegible] el radicalismo [illegible] situación de [illegible] tiva en un [illegible] en la [illegible]

02-02 9203687

Cómo es la reforma que quiere

El camino emprendido por el Gobierno hacia la reforma constitucional que permita a Carlos Menem buscar su reelección, tendrá mañana su primera expresión formal cuando el Presidente, en persona, desgrane los argumentos en favor de la modificación constitucional. Menem, que pretende sacar el tema de la reelección del centro de la escena política, se colocará a favor de no tocar los principios dogmáticos de la Constitución, de modernizar el funcionamiento del Poder Legislativo y de eliminar los colegios electorales para permitir la elección directa del Presidente y de los senadores por la Capital.

EXCLUSIVO

El presidente **Carlos Menem** eligió un ámbito académico para hablar mañana del objetivo político que ocupa sus desvelos : **la reforma de la Constitución Nacional**. En el Consejo Profesional de Ciencias Económicas y con un auditorio de politólogos, profesores de Derecho Constitucional, sociólogos y funcionarios, el jefe del Estado trazará, durante media hora, **las grandes líneas de su credo reformista**.

En lo que será su primera argumentación formal en favor de la modificación constitucional, el Presidente propondrá **la reforma integral** del texto que, con las conocidas intermitencias, rige la vida política del país desde 1853. Ese afán abarcador **se** propone, básicamente, evitar que el intento reformador se **desdibuje** detrás de lo que es, después de todo, **su máximo deseo: la reelección**.

Con una alocución de aproximadamente media hora, Menem cerrará una jornada académica que se encargó de coordinar el secretario de la Función Pública, **Gustavo Béliz**. Su exposición será una suerte de **panorama general** sobre las modificaciones a la Constitución que rondan en su cabeza y en la de sus asesores.

La reforma constitucional que propondrá Menem gira básicamente sobre los siguientes aspectos:

- **No se alterarán los principios dogmáticos de la Constitución vigente**, es decir los criterios sobre derechos y garantías individuales, el derecho de propiedad, la libre iniciativa y los derechos sociales consagrados en el artículo 14 bis.

- Sugerirá temas que, pretende, **sean materia de debate**, pero sin entrar en detalles. Entre ellos se cuentan **modernizar y agilizar al Poder Legislativo** e incluir la **preservación del medio ambiente** como materia a normarse desde la Constitución.

- A la hora de dar algunas **definiciones concretas** se pronunciará a favor de **la elección directa del presidente y vicepresidente de la Nación** y del senador por la Capital Federal que hasta aquí se proclaman en los colegios electorales.

- Impulsará también el **voto directo** para la elección del intendente metropolitano.

Menem expondrá también su criterio de unidad nacional, que en la Constitución debiera expresarse en la confluencia entre el espíritu liberal que primó en los constituyentes de 1853 y las ideas de justicia social que proveyó el peronismo a partir de la segunda mitad de este siglo.

Menem mantendrá en alto la imperiosa necesidad de la reforma y defenderá su necesidad en el actual desacople entre la Constitución Nacional y las provinciales, muchas de las cuales —como las de Río Negro, San Juan, Córdoba y Salta, entre otras— ya se han **aggiornado**; mientras otras —Jujuy, La Pampa— están en vías de hacerlo.

♦ La reelección

Menem tuvo no pocos cabildeos sobre la conveniencia o no de arrojar en el foro de mañana su declarado objetivo de **la reelección**. Finalmente decidió no abundar sobre el tema, aunque no se descarta que el clima previo lo obligue a hacerlo.

El primer mandatario llegará para cerrar la jornada académica, pero desde las 14.30 expondrán en el salón auditorio de los profesionales de ciencias económicas constitucionalistas que representan buena parte del espectro político, desde el radical **Jorge Vanossi** hasta **Abel Fleitas** —que trabajó para la frustrada reforma de Cafiero—, pasando por el ucedeísta **Francisco de Durañona y Vedia** y por **Pedro Frías**, ligado a la Iglesia Católica.

Como suele suceder con las ambiciones **más** arraigadas, conviene exhibirlas con cierta **cautela**, **sobre** todo ante la posibilidad de que la **insistencia continuista** del menemismo borronee cualquier otro **debate** y se convierta en un indeseado **bumerán**.

El senador **Eduardo Menem** ya ha **aconsejado** que la reelección se convierta "en una variante **más**" de la reforma, mientras su hermano el **Presidente oscila** entre confesar abiertamente su deseo, como ya se le ha escapado en más de una ocasión, o preservarlo para un momento que se considere más oportuno.

♦ Los mecanismos

Mientras descansa en el sur del país, **Menem** afila este fin de semana el texto que leerá mañana, en estrecho contacto con Béliz; entre ambos **han decidido no hacer alusiones a los mecanismos a que se apelará para alcanzar la reforma.**

De todos modos, hasta hoy en el seno del justicialismo se manejan, someramente, tres variantes:

- La que prefiere **Eduardo Duhalde** consiste en jugar todo a las elecciones legislativas del año próximo, apostando a que el PJ y sus aliados obtengan mayoría propia en el Parlamento para declarar desde allí la necesidad de la reforma.

- También se maneja la alternativa de una consulta popular optativa y no vinculante que los más ansiosos quieren concretar el mismo día en que se eligirá al senador de la Capital Federal hacia julio de este año.

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo . 22/marzo/92

Menem

(1)

• Otros prefieren **arriesgarse a la jugada fuerte de** que esos comicios, con la candidatura de **Avelino Porto** por el PJ y sus aliados mediante, se transforme **en un plebiscito sobre la gestión menemista** y actúe como bandera de largada para acometer luego con la reforma.

De todos modos mañana, en el puntapié inicial en pos de someter su afán reformista a debate, Carlos Menem tratará de no meterse en camisa de once varas: los costados más polémicos quedarán para más adelante y será el PJ —cuyo consejo nacional se reúne pasado mañana para abordar la reforma constitucional— el que corra, al menos en una primera etapa, con esos desgastes.

En cuanto a la búsqueda de acuerdo con la UCR, el PJ vuelve los ojos hacia el espíritu conciliador que reinaba en 1988, cuando el entonces titular partidario **Antonio Cafiero**, hacía buenas migas con **Raúl Alfonsín**. Equipos de ambos partidos consensuaron entonces textos, donde lo que más molesta hoy **es la propuesta de ministro coordinador, algo que quieren los radicales pero no los menemistas**. Porque el Presidente no quiere compartir la cima del poder y para eso su argumento favorito es que **no tiene intención de debilitar el presidencialismo.**

Vicente Muleiro

02-02 9203688

Nº. DOCUMENTO
TITULO PJ proclama candidato a Porto para Senador por Cap Fed.
PROCEDENCIA 150024
FECHA 28/3/92
VINCULACIONES 10033
11164
11304

ENT RS
CRUZ RS

LO PROCLAMO EL CONGRESO DEL PJ PORTEÑO. NI EL NI GROSSO ESTUVIERON PRESENTES

Porto ya es el candidato peron[illegible]

El Congreso del PJ de la Capital Federal proclamó ayer, por abrumadora mayoría, al independiente Avelino Porto como candidato a senador por el distrito para las elecciones que se realizarán el 28 de junio. Tambien elevará al Consejo Nacional partidario un pedido para que en el mismo día se realice en todo el país un plebiscito por la reforma constitucional. Ni Carlos Grosso ni Porto aparecieron en el cónclave.

El justicialismo de la Capital Federal proclamó ayer al extrapartidario **Avelino Porto candidato a senador nacional por el distrito** en un congreso que en una hora y media liquidó el expediente en Parque Norte. El necesario paso formal para dar inicio a la campaña tuvo una mínima pero sonora oposición e implica la asunción, por parte del peronismo porteño, de la candidatura impuesta desde las alturas por el presidente **Carlos Menem**.

El Congreso sesionó con la asistencia de 271 delegados, la mayoría de los cuales alzó prolijamente sus manos para que se reforme la carta orgánica que hasta ayer obligaba a que los cargos electivos fueran elegidos en elecciones internas.

Pero ese mecanismo, que había producido la democratización del peronismo tras su derrota de 1983, cedió ayer tras la inclusión, por única vez, de un artículo que anula los comicios internos.

Ni el **presidente Carlos Menem** —en La Rioja—, ni el jefe del peronismo capitalino, el intendente **Carlos Grosso**, ni el mismísimo proclamado Porto se hicieron ver por el congreso, pese a que los tres anunciaron oportunamente sus deseos de concurrir. Tanta notoria ausencia generó, por supuesto, comentarios aviesos, como el que hablaba del temor a ciertas desprolijidades que finalmente fueron leves.

Grosso y Porto, junto con buena parte de los congresales, encabezados por su titular, el senador nacional **Eduardo Vaca**, prefirieron celebrar en un carrito de la costanera, lejos de algunas voces disonantes.

Conocida su proclamación, el ex ministro de Salud y Acción Social dijo: "El PJ ha dado un claro ejemplo de cultura política y esta es una manifestación categórica de cómo interpreta hoy el futuro argentino. Es un gesto de grandeza para este ciudadano común que tratará de estar a la altura de lo que le han confiado".

Las sesiones comenzaron con tres horas y media de retraso; al retardo habitual que suelen tener estos cónclaves, se agregó el tibio gesto de disconformidad de un grupo de congresales menemistas, distanciado de la conducción del PJ, que mantuvo a sus delegados fuera del salón Dorado de Parque Norte para darse el gusto de que los fueran a buscar.

El orden del día, tras la liturgia clásica del Himno Nacional y la marcha peronista, se vio alterado por la intervención inicial del congresal de la corriente Movilización, **Héctor Fernández**, que resumió en una sola moción los pasos que había determinado la mesa del congreso presidida por Vaca para arribar a la proclamación de Porto.

El congresal mocionó, además, que el PJ Capital eleve al Consejo Nacional partidario la propuesta de realizar **el mismo día de la elección del senador**, el 28 de junio, en todo el país, el **plebiscito por la reforma constitucional**. También pidió que el justicialismo porteño se declare en estado de movilización para apoyar la reelección de Carlos Menem.

Si bien la propuesta no estaba en los planes del riñón del grossismo —que solo pretendía avalar el documento pro reformista que el Consejo Nacional aprobó el martes— no hubo espacio para negarse a tanto afán menemista y los congresales dieron el sí por mayoría. Poco después se facultaba al consejo metropolitano para que elija a los 54 electores, entre ellos a los dirigentes extrapartidarios aliados al PJ, que deberán conformar el Colegio Electoral.

♦ Oposición

La abrumadora disciplina de los congresales porteños tuvo sus reparos. De ello se hicieron cargo dos delegados de la corriente Solidaridad que lidera el ex diputado **Roberto Digón**. **Francisco Guiráldez** pidió la palabra para decir que Porto "no es un extrapartidario, es un antiperonista" y definió a su candidatura "no como un acuerdo sino como una entrega de la que es responsable un partido ineficaz que no supo generar a su candidato". Terminó su alocución mirando al gran retrato de **Perón** que presidía el congreso y diciendo: "Perdónalos **Juan Domingo**, no saben lo que hacen".

El concejal **Jorge Castells** asumió la respuesta. El dirigente del Frente de Unidad Peronista (FUP) hizo un repaso histórico de la política aliancista de Perón, desde su apoyo a la candidatura de **Arturo Frondizi** en 1958, hasta el ofrecimiento de la vicepresidencia a **Ricardo Balbín** en 1973 y concluyó: "Yo no escuché al compañero que me diga cómo vamos a hacer para ganarle a De la Rúa".

Otro congresal de Solidaridad, **Manuel Rosato**, subió aún más el tono contra Porto con un lenguaje [illegible] llamara al orden. [illegible] "Yo no trabajo para [illegible] los peronistas. [illegible]

El Congreso, [illegible] ministro como candidato [illegible] logró sin problemas [illegible] nos levantados. [illegible] na, en verdad— [illegible] gir un [illegible] gró una comisión [illegible] Miguel Angel Toma, [illegible] Raúl Padró, entre otros [illegible] nos fueron mucho más [illegible] gados.



El presidente del Congreso metropolitano del PJ, Eduardo Vaca, [illegible] Miguel Corbone y Juan José Minichilo. Un momento clásico [illegible]

C/-CA

9203689

Clarín ★ Buenos Aires, viernes 27 de marzo de 1992

RATIFICA LA ELECCION DEL SENADOR EL 28 DE JUNIO

Firmaron el decreto que convoca a votar en Capital

El Gobierno dio a conocer el decreto que convoca a los ciudadanos de la Capital Federal a elegir senador el 28 de junio. Comienza así una lucha electoral para unos comicios que el oficialismo visualiza con un test sobre su gestión. Las ofertas del arco político porteño. Hoy el congreso metropolitano del PJ proclamará al extrapartidario Avelino Porto.

El Gobierno convocó a la ciudadanía de la Capital Federal para elegir senador nacional por el distrito el 28 de junio. Los porteños votarán, en verdad, a 54 electores —y otros diez suplentes— que luego deberán pronunciarse en el Colegio Electoral a favor de los postulados por las distintas fuerzas políticas. El decreto, con las firmas del presidente Carlos Menem y del ministro del Interior, José Luis Manzano, lleva el número 492 y está fechado el 25 de marzo.

El dictado de esta norma confirma la fecha anunciada el lunes por el jefe del Estado y da comienzo a una puja electoral que el oficialismo ha imaginado como un test sobre su gestión y como la piedra de toque para proceder al impulso de la reforma constitucional y la reelección presidencial.

Mientras el justicialismo —aliado a la UCeDé, el MID y otras fuerzas políticas— ya lanzó la candidatura de Avelino Porto, el radical Fernando de la Rúa tiene en el decreto el instrumento que esperaba para dar el sí a su postulación que se hará pública el lunes.

La UCR hará elecciones internas para proclamar a su postulante al Senado el 26 de abril, y en la puja con De la Rúa se anotarán el ex ministro Rodolfo Terragno y el diputado nacional Jorge Vanossi. La lista incluye a otros aspirantes, pero es muy posible que tras la aceptación del líder radical metropolitano varios de ellos declinen sus candidaturas.

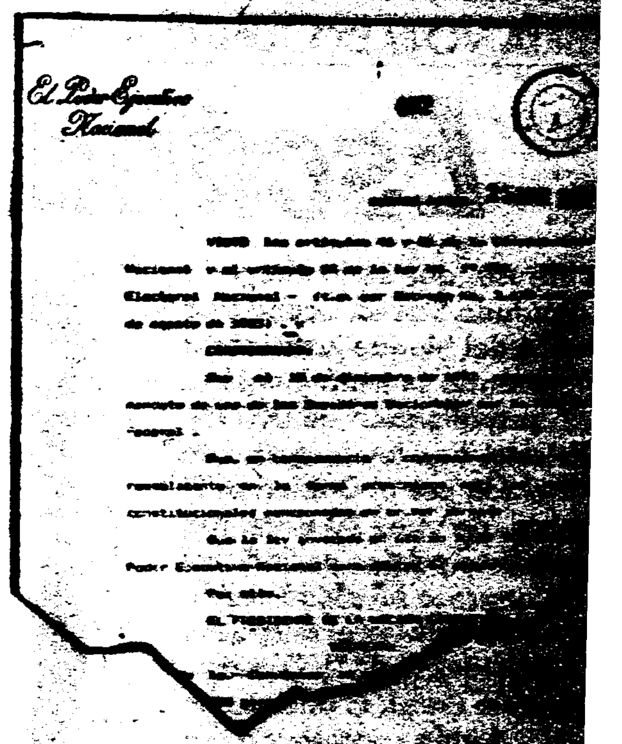
Sectores representativos de la UCeDé —como su fundador, Alvaro Alsogaray, Adelina de Viola y el concejal Jorge Pirra— ya han avalado la convergencia con el PJ para respaldar a Porto. Pero el partido liberal deberá aguardar la realización de su convención metropolitana, el 3 de abril, para que ese aval sea orgánico. El diputado ucedeísta Luis Herrera ha anunciado su negativa a adherir a la alianza con el peronismo e incluso se "precandidateó" para que el 28 de junio, en el cuarto oscuro, haya una boleta con la sigla de la Unión de Centro. El MODIN, que lidera el ex militar Aldo Rico, llevará de candidato a Enrique Venturino, otro ex carapintada que integró la plana mayor en la sublevación de Semana Santa de 1987.

Hacia la izquierda, el diputado nacional Alfredo Bravo ya bajó al ruedo y concurrirá respaldado por la Unidad Socialista mientras que el apoyo del FREDEJUSO (la Democracia Popular de Carlos Auyero y el peronismo disidente de "Chacho" Alvarez) está en un compás de espera. Si se pronunciaron a favor de Bravo, el Partido Intransigente y el Frente por la Democracia Avanzada.

El FRAL (PC, IDEPO, PRD), el Frente Popular (Acuerdo Popular, Socialismo Auténtico y MODEPA), el Partido del Trabajo y del Pueblo, y el Peronismo Verdadero se disponen a apoyar la candidatura del cineasta Fernando "Pino" Solanas, una alternativa que aún no está cerrada y que, de no concretarse, generará nuevos movimientos acuerdistas en la izquierda porteña.

El 10 de diciembre culminará el mandato de Juan Trilla y los radicales aspiran a que la banca cambie de nombre pero no de partido. El presidente Menem hizo con Porto una apuesta fuerte imponiendo a un independiente aunque el PJ de Capital lo avalara orgánicamente, algo que se concretará en el congreso de hoy (véase aparte).

En las elecciones para elegir diputados del año pasado estuvieron habilitados para votar en la Capital 2.[illegible] y el radicalismo se [illegible]



Facsímil del decreto 492 con el que el Gobierno fija la fecha de la elección del senador por la Capital Federal.

DOCUMENTO
Menem dijo que podría convocar a FFAA para enfrentar terrorismo.
150024
27/3/92
10033
11164
11302

RS
CRUZ RS

Buenos Aires, viernes 27 de marzo de 1992

EL PRESIDENTE MENEM Y LA LUCHA CONTRA EL TERRORISMO

"Si es preciso utilizaremos a nuestras Fuerzas Armadas"

Al abrir ayer la reunión de cancilleres del Grupo Río, el presidente Carlos Menem dijo que podría llegar a convocar a las Fuerzas Armadas, si es necesario, para enfrentar al terrorismo. La mención, que asomó como una referencia directa al sangriento atentado contra la Embajada de Israel, fue después explicada y en parte relativizada por voceros del Gobierno. La cuestión del terrorismo internacional fue introducida en la agenda del Grupo Río por la delegación argentina.



El presidente Carlos Menem explicitó ayer en forma tajante que, "si es necesario", está dispuesto a "usar a nuestras Fuerzas Armadas para combatir al terrorismo", lucha a la que definió como "una prioridad" de su Gobierno.

También anunció que contempla "pedir colaboración internacional" y plantear a los demás países latinoamericanos "la adopción de mecanismos comunes y [illegible] contra la continuidad de los ataques terroristas".

Menem se refería, obviamente, al sangriento atentado contra la Embajada israelí en Buenos Aires, el 17 de marzo, y mentó la posibilidad de recurrir a las Fuerzas Armadas en la conferencia de prensa que ofreció luego de inaugurar la reunión de cancilleres de los países del Grupo Río, que terminará hoy en el hotel Alvear, en la que la representación argentina propuso el terrorismo como tema de debate.

◆ Explicaciones

La afirmación del Presidente sobre el uso de las Fuerzas Armadas parece haber tomado de sorpresa al [illegible] del Gobierno, varios de cuyos funcionarios y voceros se empeñaron luego en explicarla o relativizarla.

Es que la vigente Ley de Defensa es precisa en el punto, en la medida en que dispone que las Fuerzas Armadas tendrían que cumplir únicamente una función de apoyo logístico en una eventual represión a actividades subversivas, cuya responsabilidad operativa queda en manos de las fuerzas de seguridad.

Los voceros que intentaron explicar oficiosamente la afirmación presidencial destacaban que, de todas maneras, la misma ley reserva a las Fuerzas Armadas un papel más directo en caso de que el accionar terrorista "desborde a las fuerzas de seguridad".

Una ley complementaria de la de Defensa, la de Seguridad Interior, también dice en su artículo 30 que el Presidente podrá disponer el empleo de las Fuerzas Armadas para el "restablecimiento de la seguridad interior dentro del territorio nacional" cuando, a su criterio, el sistema de las fuerzas de seguridad "resulte insuficiente". El 31 de esta misma ley advierte que, como paso previo a ese empleo, el Presidente debe declarar el estado de sitio.

Además, los voceros recordaban que la citada ley de Defensa prevé, como función primordial de las Fuerzas Armadas, la del combate contra cualquier agresión externa contra la soberanía nacional, y que se podría entender que éste es el caso en el atentado contra la embajada israelí, presumiblemente ejecutada, o por lo menos [illegible], por una organización terrorista extranjera.

◆ Aclaró el ministro

También fue ésta la interpretación que pareció preferir, en el momento de comentar la declaración de Menem, el ministro de Defensa Antonio Erman González. "El Gobierno no está pensando en cambiar la doctrina ni las disposiciones de la Ley de Defensa acerca del ámbito, la jurisdicción y la competencia de las Fuerzas Armadas", se apresuró a aclarar el ministro.

Después, en un lenguaje al que la prudencia cargó de condicionales, conjeturó que "cuando el Presidente alude al terrorismo, seguramente se está refiriendo a que se pudiera descubrir alguna organización a la que se le puedan imputar propósitos que afecten la soberanía na-

01 | 01 .

9203691

Nº. DOCUMENTO

TITULO Visita de presidenta Chamorro, de Nicaragua, a la Argentina.

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE [illegible] 27/3/92

VINCULACIONES 10033

11164

11399

Nicaragua

ENTRADO [illegible]

CRUZ DO [illegible]

Clarín ★ Buenos Aires, viernes 27 de marzo de 1992

LA PRESIDENTA DE NICARAGUA SIGUE SU GIRA

Violeta quiere privatizar con el modelo argentino

La presidenta de Nicaragua, Violeta Chamorro, señaló ayer, en una conferencia de prensa, que las privatizaciones en la Argentina "pueden servir de modelo para su país". Dijo además que había obtenido del gobierno de Carlos Menem cuatro años de gracia para pagar la deuda de 70 millones de dólares que Nicaragua tiene con el país. Durante los encuentros con Menem, los dos mandatarios firmaron varios acuerdos de interés bilateral, algunos de ellos referidos a intercambio de información jurídica, lucha contra el narcotráfico, apoyo diplomático y ayuda en el área de asistencia técnica educativa. Por la noche Violeta Chamorro partió rumbo a Chile, donde estará 24 horas.

La presidenta de Nicaragua, Violeta Barrios de Chamorro se despidió del país, tras una visita de 30 horas, con una conferencia de prensa en la que anunció que el gobierno de Carlos Menem concedió cuatro años de gracia para comenzar a pagar la deuda de 70 millones de dólares que su país tiene con la Argentina. Comentó, además, que se había interiorizado del proceso de privatizaciones en la Argentina porque "puede servir como modelo para nuestro país".

En su segundo y último día en Buenos Aires, Violeta Chamorro fue recibida a las 11.30 por la Asamblea Legislativa. A las 9 había mantenido su primera reunión de trabajo con el presidente Menem. Por la tarde concurrió a la Corte Suprema de Justicia y por la noche partió rumbo a Chile, donde estará 24 horas, para luego viajar a los Estados Unidos.

Ayer, en la conferencia de prensa, vestida con un elegante traje blanco y apoyándose en su inseparable bastón de acrílico transparente, Chamorro no se explayó sobre la deuda externa nicaragüense, pero voceros de la delegación que la acompañó señalaron que la refinanciación de la deuda con la Argentina será a 15 años y con una tasa de interés "ventajosa".

Chamorro agradeció al pueblo argentino "por lo bello que es y por la calidez que me brindaron en estas horas. Si ustedes me quieren acá cuando termine mi mandato, lo haré con mucho gusto", dijo en su introducción, al tiempo que recordó el cariño que su marido sentía por la Argentina "a la que consideraba su segundo hogar".

Sobre el proceso de privatizaciones que inició al asumir la presidencia, la viuda del director del diario La Prensa, Pedro Joaquín Chamorro —asesinado por la dictadura somocista—, aseguró que de las 350 empresas en manos del Estado y que representaban el 30 por ciento del Producto Bruto Interno, 120 ya han sido privatizadas o devueltas a sus antiguos dueños. Se trata de las empresas que fueron expropiadas por el sandinismo.

"En este proceso —añadió el ministro de Economía, Julio Cárdenas, que completó la explicación de la presidenta— los trabajadores serán propietarios del 25 por ciento de las acciones" de las empresas que estaban en poder del Estado. Según Cárdenas, la tasa de crecimiento de Nicaragua para este año está prevista entre el 3 y el 5 por ciento.

La primera mandataria nicaragüense explicó los alcances de la reunión que mantuvo ayer con el presidente Menem cuando se firmaron varios acuerdos de interés bilateral. En [illegible] dijo [illegible] referidos a [illegible] jurídica, lucha [illegible] y ayuda en el [illegible] gua tiene [illegible] cas para [illegible]

También [illegible] y agropecuaria. En [illegible] en el Palacio San Martín, [illegible] a la empresa [illegible] países— que [illegible] agropecuaria.

Acompañada por [illegible] Ernesto Leal y por el [illegible] to Burgueno [illegible] tas, la presidenta [illegible] referencia al proceso [illegible] contenta con la [illegible] dor entre la guerrilla y el [illegible] libere de la dictadura, [illegible]

01-01

9203692

MANZANO RECIBE A LAS 12 A LA CUPULA RADICAL. SEVERO DOCUMENTO CONTRA EL GOBIERNO

La UCR amenazó con dejar el diálogo

En el Comité Nacional del radicalismo predominaron las posturas moderadas y, en un severo documento, se amenazó con dejar el diálogo político si el Gobierno insiste con su proyecto de plebiscito por la reforma constitucional convocándolo, eventualmente, junto con la elección del 28 de junio para senador por la Capital. Un sector de la dirigencia radical proponía directamente abandonar ahora las negociaciones con el oficialismo.

Carlos Vidal



Caras serias en el Comité Nacional del radicalismo. Elva Roulet, Mario Losada y Antonio S Berhongaray durante la reunión de ayer, presidida por el retrato de Leandro N. Alem.

La conducción nacional de la UCR advirtió **en duros términos** al Gobierno que está dispuesta a retirarse del **diálogo político** si persiste en su proyecto de realizar un plebiscito por la reforma constitucional, simultáneo con la elección de senador por la Capital Federal.

Los radicales pidieron, además, una urgente entrevista con el ministro del Interior, **José Luis Manzano**, para exponerle las preocupaciones que generan esa y otras medidas del oficialismo. **El pedido fue aceptado y la cúpula radical con Mario Losada a la cabeza será recibida hoy a las 12 por Manzano.**

Al confirmar el anticipo de **Clarín** publicado ayer, sobre el profundo malestar en la conducción radical, el presidente del Comité Nacional, **Mario Losada**, afirmó que **"peligra el diálogo político"**. Esa misma frase sirvió de título a la declaración de severo contenido, difundido poco después.

Losada estimó que existe un clima predispuesto dentro del partido de **alejarse** de esa mesa del diálogo político si el Gobierno no responde a ese reclamo.

En la Casa Rosada pareció acusarse de inmediato el impacto: el ministro Manzano recibirá en su despacho, hoy al mediodía, a los dirigentes de la UCR. La conducción radical resolvió que concurrirán **Horacio Jaunarena, Antonio Berhongaray** y **Enrique Mathov.**

♦ **Un largo debate**

El pronunciamiento de la cúpula radical siguió a un largo debate de la mesa directiva, realizado en la noche del miércoles y en la mañana de ayer, donde se pusieron de manifiesto **dos líneas**: una, partidaria de un inmediato abandono del diálogo político; la otra, aconsejando una tajante advertencia al Gobierno, alertándolo sobre esa posibilidad.

Se impuso este último criterio, alentado principalmente por **Losada** y por **Jaunarena**, uno de los secretarios de la mesa directiva. Es evidente que, a pesar del duro planteo, se quiso preservar la línea de diálogo tendida con el **sector celeste**, del que el ministro Manzano es uno de sus exponentes.

En su severo documento los radicales advirtieron a los ocupantes de la Casa Rosada que no admitirán, bajo ningún concepto, **"la materialización de artilugios electorales"** tendientes **"a manipular y desvirtuar la voluntad de la ciudadanía"** en los comicios convocados para elegir al próximo senador nacional por la Capital Federal.

Consideró que la posibilidad de realizar juntamente con la elección metropolitana una **consulta popular** sobre la reforma constitucional implica **"una grosera maniobra"** destinada a **"desnaturalizar"** la esencia de unos comicios **"cuyos resultados** —sostiene en la declaración— **parece temer el Gobierno"**.

Para el principal partido de oposición **"este ardid desjerarquizaría** el nivel de tratamiento" que requiere el análisis de una reforma constitucional, cuya consideración "no puede quedar atada a las circunstancias de una elección de distrito".

Al cuestionar otros aspectos de la realidad nacional, el documento de la UCR señala que la exigencia para que estos temas que hacen a aspectos cruciales de la democracia argentina "sean tratados con la seriedad y la formalidad que requieren, se ve acrecentada por la persistencia de una situación de **sospecha generalizada sobre la equidad o independencia de la máxima instancia judicial argentina, sobre cuya capacidad para constituirse en garante final de la institución constitucional existen serias dudas en la sociedad"**.

En otro párrafo la UCR reinvindica su **vocación dialoguista**, pero advirtió que se lo pone en peligro si se limita **"a un mero entretenimiento superficial destinado a cubrir las carencias y los conflictos internos"** del Gobierno.

♦ **"Es la última"**

Losada confirmó que los radicales continuarían participando del diálogo político, pero **"con reservas"**, mientras que el cordobés **Mario Negri**, al justificar que el partido no rompiera lanzas ahora, manifestó, tajantemente: **"Esta es la última"**.

El titular de la UCR **admitió** que la evaluación que se hizo de la marcha del diálogo era **"negativa"**, manifestando que "hay reuniones que no se realizan, hay comisiones que todavía no se han constituido, en otras no hay propuestas de los representantes del Gobierno y en varias el Partido Justicialista no participa".

Durante el encuentro de la mesa directiva, Negri, que además es coordinador en una de las comisiones del diálogo, describió con una imagen cómo ven los radicales el "entretenimiento" del oficialismo: "A nosotros nos tienen en una cancha auxiliar discutiendo cuántos pesos le tocan a cada partido, qué ley electoral conviene, que hacemos con el medio ambiente, y el Gobierno, mientras tanto, está en el estadio central cambiando el modelo de país".

Carlos Quirós

Menem y Chamorro (Pta de Nicaragua) firman acuerdos y refinanciación de deuda.

150024

FECHA 26/3/92

VINCULACI 10033

11164

11399

Nicaragua

ENT

CRUZ

MENEM Y VIOLETA CHAMORRO CONDENARON EL TERRORISMO Y LOS ATAQUES A LA DEMOCRACIA

Acuerdo y refinanciación a Nicaragua

El presidente Carlos Menem y su colega nicaragüense, Violeta Chamorro, firmaron una declaración de condena al terrorismo internacional y en apoyo a los gobiernos democráticos y a los acuerdos regionales como el Mercosur. La jefa de Estado de Nicaragua, que llegó al país para una visita de 30 horas, consiguió la refinanciación de la deuda de 60 millones de dólares que su país mantiene con la Argentina.



La presidenta de Nicaragua, Violeta Chamorro, terminará hoy su visita a la Argentina con un objetivo parcialmente cumplido: se refinanciará, pero no se condonará, la deuda que su país mantiene con el nuestro por 60 millones de dólares, revelaron a Clarín fuentes oficiales argentinas.

El anuncio de esa decisión fue trasmitido ayer a la viuda del ex director del diario "La Prensa" Pedro Joaquín Chamorro, asesinado por la dictadura somocista, durante la reunión de trabajo que mantuvo con el presidente Carlos Menem.

La refinanciación será a 15 años y con una tasa de interés "ventajosa". El gobierno nicaragüense pretendía, como objetivo de máxima, la condonación de esa deuda.

De su visita al país de 30 horas, iniciada ayer, Chamorro también se llevó sendos acuerdos sobre cooperación para la lucha contra el narcotráfico y supresión de visas para los ciudadanos de ambos países. Los convenios fueron firmados por los cancilleres Guido Di Tella y Ernesto Leal Sánchez en un acto realizado en el Salón Blanco de la Casa Rosada, que contó con la presencia del embajador argentino en Nicaragua, Gerardo Biritos, entre otros.

Ambos presidentes, luego de la reunión de trabajo realizada en la Casa de Gobierno, también dieron a conocer una declaración conjunta en la cual repudian el atentado del martes pasado contra la Embajada de Israel y el intento de golpe de Estado en Venezuela, entre otros puntos.

El encuentro se realizó en un clima sumamente cordial, como el que se había registrado ayer a la mañana cuando Menem recibió a Chamorro en el Aeroparque metropolitano.

El presidente argentino dio un abrazo y un beso a la visitante y ambos intercambiaron bromas. "Soy la abuela de su presidente y de todos ustedes" dijo Chamorro a un grupo de periodistas mientras salía del Aeroparque en alusión a sus 62 años. Menem no dejó pasar la oportunidad y contestó: "Dice eso porque no sabe mi edad". El presidente argentino sólo tiene un año menos que su colega.

Chamorro manifestó su convicción de que las democracias de América latina "están seguras", pese al intento de derrocar al presidente venezolano Carlos Andrés Pérez. "Hay que tener fe en Dios porque si a este país [illegible]

[illegible]

01.01

9203694

Nº. DOCUMENTO

TITULO UCR debate su permanencia en diálogo político.

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROCEDENCIA 26/3/92

VINCULACIONES 10033

11164

11304

ENTRADO RS.

CRUZ DO RS

...GUNOS SECTORES PROPONEN

Polémica en

01 - 02

9203695

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 26 de marzo de 1992

[illegible] RETIRARSE DE LAS NEGOCIACIONES CON EL GOBIERNO

la UCR por el diálogo

del Comité Nacional, para adoptar una decisión sobre la presencia de los radicales en el diálogo político.

La posición de Losada, que pareció desnivelar la balanza de la polémica entre los dirigentes radicales, señalaba que si ahora el radicalismo se retiraba del diálogo se quedaría sin elementos de negociación para un previsible futuro debate más fuerte alrededor del tema de la reforma constitucional, que asoma como una intención asumida personalmente por el presidente Menem.

De triunfar la tesis más moderada, de esta reunión saldrá una declaración con una severa advertencia al Gobierno.

♦ Puntos de discordia

Desde el comienzo de esta ronda del diálogo, hace un mes, los radicales vieron crecer su malestar. El mismo día en que se constituyeron las comisiones, se encontraron con que en el temario de algunas de ellas figuraba —sin acuerdo previo— el tema de la reforma (véase aparte).

No es un secreto para nadie que los radicales, que se declaran reformistas por principio, no se oponen al debate sobre este tema. Lo que cuestionan es que el Gobierno eluda los mecanismos que la propia Constitución establece para su mutación, como es la declaración sobre la necesidad de la reforma por parte del Congreso, y la búsqueda de un consenso para llevarla adelante, apelando, en cambio, a un proyecto de plebiscito.

Ahora, si la sangre no llega al río, no disgustaría a los radicales que, ante el hecho de que el propio Menem ha tomado la delantera en el tema, se cree una comisión para la reforma de la Constitución en el seno del diálogo político, para buscar acuerdos y bloquear esa intención del Gobierno.

♦ Más cuestionamientos

Otro de los cuestionamientos están dirigidos al funcionamiento del diálogo político, donde los representantes de la UCR creen encontrar una apatía del oficialismo y de los funcionarios que allí son enviados.

"Los dirigentes del Partido Justicialista casi no participan de las reuniones y los que lo hacen, muchas veces son meros espectadores", relató uno de los dirigentes radicales.

Antonio Berhongaray, que es coordinador por la UCR de la Comisión Independencia de los poderes y fortalecimiento del Poder Judicial, en donde intervienen sus correligionarios Enrique [illegible], Juan Octavio



Mario Losada, [illegible] de la UCR, [illegible] de los que [illegible]

Gauna y Marcos Di Caprio, se lamentó por [illegible] habitualmente como [illegible] Arturo Puricelli y al ministro de Justicia, [illegible], mientras el debate se desarrolla con los representantes de los partidos más chicos.

Mario Negri, secretario del Comité Nacional, que coordina para el partido la comisión de reforma [illegible] institucional, que preside por el Gobierno [illegible], ante ese estado de cosas decidió no concurrir a la sesión prevista para hoy.

Con sorpresa, anoche a última hora Negri [illegible] aviso de la funcionaria de la UCeDé [illegible] reunión había sido postergada [illegible]

[illegible]

Nº. DOCUMENTO
TITULO Análisis de panorama político
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE ... 26/3/92
VINCULACIONES 10033
11164
11302

RS

Página 1[illegible] [illegible] Jueves 26 de marzo de 1992

(4)

Menem quiso dejar en claro que C[illegible] no ser[illegible]

[illegible]

...ra fila— pero que [illegible]

Con su rival ya [illegible] ...asumo, ahora le queda a Porto [illegible] político capaz de atraer para el mismo [illegible] esa franja de votantes independientes que [illegible]rá definiendo no sólo la elección de junio, sino tam-

01-02 9203696

centro del escenario

bién la suerte de muchos proyectos que aguardan ser presentados en sociedad por los hombres de la Casa Rosada apenas la oportunidad se vista con un ropaje propicio.

Los jefes menemistas no esperaban que el radicalismo disparara con la munición más gruesa de su arsenal a la instalación del debate sobre la reforma constitucional. En primer lugar, De la Rúa siente como una suerte de chantaje la posibilidad de que el Gobierno termine haciendo suyo el proyecto del diputado peronista **Jorge Yoma** y convoque a una consulta popular no vinculante sobre la reforma y la reelección para el 28 de junio, el mismo día que se vota en la Capital.

Radicales y menemistas coinciden en el efecto que puede tener esa maniobra, que no será igual para unos que para otros: **un eventual triunfo de De la Rúa en la Capital, sería "licuado" por un también eventual triunfo del sí en la consulta en todo el país, dando vía libre al sueño reeleccionista del Presidente.**

Anoche la caldera radical había levantado peligrosamente su presión y se discutía si retirar o suspender la participación de la UCR en el diálogo político. La magnitud de ese enfriamiento de las relaciones del principal partido de la oposición con la Casa Rosada tiene todavía algunos puntos clave por considerar. Veamos algunos:

- La retirada del diálogo político significaría romper los puentes que el radicalismo tiene tendidos con el sector celeste del Gobierno, en especial con el ministro **José Luis Manzano**, sin tener en claro qué podrá ocurrir después.
- El radicalismo no puede tomar posiciones de máxima sobre el tema de fondo —la reforma constitucional, incluyendo la reeleción— porque el partido aún carece de una postura orgánica y aceptada por todas las corrientes internas. Angelocistas, delarruistas y alfonsinistas no tienen un discurso común para rebatir los argumentos del menemismo.
- La línea dialoguista del partido sostiene la conveniencia de proponer al Gobierno la creación de una comisión de reforma constitucional dentro del diálogo político, para debatir allí el asunto. Muchos radicales están convencidos de que la Casa Rosada avanzará con la reforma tratando de dejar lo más lejos posible al radicalismo.
- **Desde la vereda de enfrente el menemismo deberá analizar hasta qué punto le conviene tensar la relación con el radicalismo en un momento** en que necesita como agua la aprobacion de un importante paquete de leyes en el Cogreso, consideradas clave para el funcionamiento del programa económico.



Copyright Clarín, 1992

Como dos buenos socios

Tal vez porque la situación económica entró en una nueva meseta y el terrible sacudón que significó el atentado a la Embajada de Israel comenzó a ser absorbido por la administración, Menem resolvió darle un inequívoco sentido político a la semana que transcurre. Y no se privó de nada. Ni siquiera de pasar por alto un tema que, se sabe, suele sensibilizarlo: las aspiraciones políticas de su ministro de Economía.

Menem y Cavallo venían de mantener un significativo cortocircuito en la reunión de gabinete del jueves y la relación entre ambos quedó deteriorada. Al día siguiente, viernes, el Presidente tenía previsto viajar al Sur, pero la tormenta que azotaba Buenos Aires había dejado en mal estado al pequeño avión de reacción estacionado en el Aeroparque. Mientras los técnicos reparaban la máquina Cavallo fue a Olivos a limar asperezas con el Presidente, luego de una gestión conciliadora tejida por el secretario de la Función Pública, **Gustavo Béliz**.

Allí el ministro dejó en claro que no tiene ambiciones presidenciales para el '95 y que comparte el proyecto reeleccionista del Presidente. Menem lo apuró y Cavallo reconoció que le gustaría retomar una vieja idea planteada alguna vez por el propio mandatario: convertirse en el próximo gobernador de Córdoba.

El ministro de Economía no abrió luego la boca, pero el jefe del Estado no tardó mucho en hacer público su apoyo a las aspiraciones políticas de Cavallo. Dicho en otros términos, **Menem quiso dejar en claro que Cavallo no será su rival para la candidatura presidencial del '95, adjudicándole al ministro, desde ya, un espacio político preciso.**

Lo que aún está por verse es hasta qué punto las vicisitudes de la administración y el fuego cruzado de la oposición harán perdurable una estrategia minada de riesgos: el intento del Presidente de instalarse como figura excluyente en el escenario político de los argentinos.

Taboré Areas

(4)

02-02 9203696

Buenos Aires, miércoles 25 de marzo de 1992 ★ CLARIN

LAS TACTICAS DEL OFICIALISMO PARA LA REFORMA

El PJ le bajó el tono al

Para reservarse su espacio de negociación sobre la reforma constitucional con la oposición radical, para atender objeciones del duhaldismo y, sobre todo, para otorgar a Carlos Menem la exclusividad del manejo de estrategias y tiempos, el Consejo Nacional justicialista dibujó ayer una eventual convocatoria a una consulta popular.

Por ahora, y tras una serie de reuniones que parecen haber dejado todo el paquete interno atado y bien atado, la conducción del justicialismo dejó en la bolsa la carta de la convocatoria a una "consulta popular", aunque declaró formalmente su decisión de impulsar la reforma constitucional y, obviamente, la posibilidad de la reelección presidencial.

"Por ahora, definir la convocatoria a una consulta hubiera significado violentar la situación de algunos gobernadores que deben atender otros problemas, forzar a Duhalde y los bonaerenses, y colocarse en situación de tener todo tan atado que no quedaría qué negociar con los radicales", explicó un vocero celeste.

Así se expidieron, por unanimidad, los 101 integrantes del cuerpo que participaron ayer del plenario del Consejo Nacional justicialista que se reunió en la tarde de ayer en la primermundista sede partidaria de Matheu al 100.

Tras casi 4 horas de reunión —solo para que se concretara una sucesión de exposiciones de contenido monocorde, porque las operaciones previas limaron hasta las pronunciadas diferencias de matices—, las expectativas despertadas por el tema del eventual plebiscito ni siquiera fueron tenidas en cuenta en el [illegible] final, que [illegible] referendo [illegible] forma, la del [illegible], en la preferida en las [illegible] las previas, la de consulta popular.

La consulta, cuya [illegible] lidad ya fue [illegible] el Parlamento a [illegible] un proyecto del [illegible] Jorge Yoma, pretende [illegible] zar con el peso de la opinión popular el [illegible] dical a la reforma.

La pluma de [illegible] —fiel a la táctica definida para la [illegible]— solo [illegible] cado final [illegible] mientos como "[illegible]" y "[illegible]" precisiones [illegible] mo responsabilidad delegada de la mesa [illegible] del Consejo, tal como lo había anticipado, en una caótica [illegible] prensa, el vicepresidente del cuerpo y presidente del plenario, Eduardo Duhalde.

◆ Tres [illegible]

En las primeras reuniones preparatorias del lunes, se habían [illegible] tres [illegible] —[illegible] bonaerenses y la "[illegible] línea" de Claudio [illegible]—

01-09 9203697

CONSTITUCIONAL

plebiscito

sobre la **jugada** y el **momento del plebiscito**.

Las diferencias **comenzaron a desdibujarse** en la **noche del lunes**, en una cena en el Hotel Elevage que juntó a **Eduardo Bauzá**, Duhalde, **José Luis Manzano**, **Julio César Aráoz**, **Carlos Grosso**, el vicepresidente segundo del PJ **Roberto García** y los gobernadores **Rubén Marín**, de La Pampa; **Mario Kirshner**, de Santa Cruz, y **Vicente Joga**, de Formosa.

Allí se definió que para dar **mayor entidad** al plenario de ayer, este debía ser presidido por Duhalde y no por García, y se empezó a **converger en el planteo del tema del plebiscito**.

Se avanzó aún más en la reunión que, **a las 8 de la mañana**, en la residencia de Olivos, reunió a Carlos Menem y a Bauzá, y la táctica se fue precisando en **las dos llamadas telefónicas** que el secretario general de la Presidencia hizo después a Duhalde. Finalmente, a mediodía, un almuerzo en la oficina de Bauzá reunió a los mismos comensales de la noche anterior, menos Grosso y Duhalde, y con el agregado de Eduardo Menem.

La orden del Presidente era: **"Dejar todo preparado, con el partido en marcha, pero sin otras definiciones, como para que yo marque, el método y los tiempos"**.

Lo concreto es que, ahora, la mesa del PJ esperará el trabajo que acerque, en **alrededor de 15 días**, una **comisión de notables** formada especialmente con los principales juristas peronistas: **Italo Luder**, **Héctor Masnatta**, **Alberto García Lema**, **Pablo Ramella** y, por la conducción del PJ, Eduardo Menem, Corach y **César Arias**.

Después, habrá una **reunión de la mesa ejecutiva** y, si hay guiño presidencial, tal vez **resurja el tema de la consulta**.

Fuera del atado, la reunión, en todo caso, dejó margen para algunos gestos, como el de la **tajante definición a favor de la reforma y de la reelección de dos de las espadas políticas de Domingo Cavallo**: el secretario de Industria y Comercio, **Juan Schiaretti**, y el subsecretario de Asuntos Institucionales, **Guillermo Seita**.

Un antiguo compañero de Schiaretti en el combativo **integralismo universitario** cordobés, el ex diputado entrerriano del "grupo de los 8" **José Carlos "Conde" Ramos**, en la reunión apareció como una **solitaria voz crítica**. Claudia Bello, por su parte, se dio el gusto de insistir en que al PJ le falta **disciplinarse para ponerse al "servicio" del Presidente**.

02-02

Nº. DOCUMENTO ....

TITULO: PJ impulsa reforma constitucional.

PROCEDENCIA: 150025

FECHA: 25/3/92

VINCULACIONES: 10033

11164

11304

ENTRADO: PS

CRUZADO: [illegible]

Impulsa la reforma constitucional el PJ

01-03

9203698

Acelera el peronismo la reforma constitucional

Nº. DOCUMENTO

TITULO Gobierno enviará al congreso modificaciones a ley de Asociaciones Sindicales.

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE [illegible] 25/3/92

VINCULACIONES 10033

11164

11302

ENTRADO

Aires, miércoles 25 de marzo de 1992 ★ CLARIN

ENVIARA AL CONGRESO UNA NUEVA LEY DE CONVENIOS COLECTIVOS

El Gobierno también modifica sus proyectos sobre leyes sindicales

Prueba de un nuevo clima dialoguista con al dirigencia sindical, el Gobierno enviará mañana al Congreso modificaciones sustanciales a la Ley de Asociaciones Sindicales y otra norma sobre convenios colectivos que remplazará la actual ley de paritarias. También llegará al Parlamento el proyecto de ley de obras sociales, que está consensuando con los gremios.

Ahora con el visto bueno de la dirigencia gremial peronista, el presidente **Carlos Menem** enviará entre hoy y mañana al Parlamento dos iniciativas con las que el Gobierno se propone reformular la vida interna de los sindicatos y adecuar las relaciones laborales del país a los cambios estructurales de la economía: **ambos proyectos introducen cambios fundamentales en la Ley de Asociaciones Sindicales y el remplazo de la actual Ley de Paritarias por una nueva de convenios colectivos.**

Por otro lado, el Gobierno anunció ayer que el proyecto para desregular el sistema de obras sociales seguirá el mismo camino que las otras dos iniciativas unos días más tarde porque "aquí hay negociación a partir del consenso y no del Congreso", según anunció el ministro de Salud y Acción Social, **Julio César Aráoz**, principal promotor de esas modificaciones.

En la misma *sintonía* que Menem, el ministro dijo que ese proyecto "no está congelado" y que sería enviado al Congreso dentro de **quince o veinte días**: "El proyecto prevé —afirmó— que todo el dinero del sistema va a ir a las obras sociales". Ratificó, no obstante, el principio de libre afiliación y la libre competencia entre los organismos prestadores. También se esperan cambios instrumentales en el sistema unificado de recaudación.

Clima para el diálogo

Lo cierto es, sin embargo, que estas iniciativas de cuño oficial fueron modificadas en su contenido original: la permeabilidad del Gobierno a introducir variantes en esas reformas revela por sí sola la intención de privilegiar **un tono dialoguista** con el grueso de la dirigencia gremial, próxima a cohabitar en una sola central obrera.

El viaje de los proyectos que reforman las leyes de paritarias y de asociaciones sindicales al Congreso se producirá casi al mismo tiempo en que el grueso del sindicalismo peronista ponga un broche al dispositivo unidad de las distintas corrientes gremiales en un congreso unificador de la CGT, que se realizará mañana en el complejo deportivo Parque Norte (véase página 12).

Tal como adelantó **Clarín**, los anteproyectos de ley fueron enviados por Trabajo al Presidente como paso preliminar a su traslado al Parlamento. Estacionados en la Secretaría Legal y Técnica de la Presidencia, las iniciativas anoche aún estaban pendientes del okay final de ese organismo, imprescindible para la firma posterior de Menem.

Optimismo en esferas oficiales

"La decisión política ya está, faltan examinar algunas cuestiones técnicas", comentaba confiada una fuente de la cartera laboral, quien no pudo precisar si los proyectos serían tratados en el actual período de sesiones extraordinarias o si acaso aguardarán turno hasta las sesiones ordinarias, a partir del 1º de mayo.

De acuerdo con los tiempos que manejaba el Ejecutivo cuando se presentaron los anteproyectos en sociedad —a mediados de febrero—, las leyes arribarían al Parlamento en un lapso no mayor de dos semanas. Por esos días, el *enfrentamiento* entre Gobierno y sindicalistas alcanzó un pico de elevada tensión.

La irrupción en la arena sindical de la **Comisión del Movimiento Obrero** —virtual adelanto de la CGT reunificada— para oponer un bolsón de resistencia a esas leyes y al proyecto *modificador* del sistema de obras sociales había decidido al Gobierno a acelerar el proceso legislativo. Para el capítulo de obras sociales, en cambio, el Gobierno había amenazado con un decretazo.

Tras ese período de fuego cruzado ("Estas leyes buscan la atomización del movimiento obrero", repitieron hasta el cansancio los caudillos gremiales), las aguas recobraron un aspecto más dócil con la convocatoria oficial a todas las organizaciones gremiales a participar de un "período de consulta", al cual también fue invitado el sector empresarial para discutir el tema paritarias.

En una serie de reuniones que *capitaneó* el secretario de Trabajo, **Enrique Rodríguez**, con las principales cabezas del sindicalismo peronista, las partes fueron limando las diferencias que expusieron sobre los controvertidos proyectos, que cuentan —en su versión original— con el aval de una misión de la **Organización Internacional del Trabajo (OIT)**, convocada por el Presidente Menem para adecuar esas reformas a las normas internacionales.

01/01

9203699

Ricardo Ríos

Se propone en su lugar que reciban dos subsidios: uno mensual y otro anual

Se terminan las franquicias para los partidos políticos

Buenos Aires, miércoles 25 de marzo de 1992, Ambito Financiero

Escribe
Enrique Zuleta Puceiro

Sobran razones para compartir la prioridad que el diálogo interpartidario ha otorgado a la discusión en el marco político de la compleja cuestión del régimen de financiamiento público de la actividad partidaria. **El sistema vigente se encuentra en bancarrota prácticamente desde sus comienzos en 1983 y la privatización de los servicios aéreos y telefónicos ha terminado finalmente por descorrer totalmente la cortina de prejuicios e hipocresías que venía postergando el debate público en torno a uno de los problemas centrales de las democracias actuales. A lo largo de nueve años, casi 300 millones de dólares de aportes estatales sólo parecen haber servido para financiar funciones la mayor parte de las veces inconfesables, ajenas por completo a la función de fortalecimiento partidario tenida inicialmente en vista.** Las cifras oficiales hablan de un déficit de más de u$s 130 millones y a las denuncias de abuso y corrupción del sistema se suman las evidencias casi diarias en torno a las fuertes contribuciones de empresas y aún gobiernos extranjeros en la política argentina. En estas condiciones, las cosas parecen haber llegado al límite, sin más salida que la que pueda llegar a inspirar el renovado esfuerzo concertador que acaba de iniciarse.

Preocupa, sin embargo, la ausencia de propuestas que parece aquejar tanto al gobierno como al resto de los partidos. **Buscando sin duda ganar en la confusión,** el Ministerio del Interior optó en las primeras reuniones del diálogo por mantener a la mesa de las corporaciones en un nivel de máxima generalidad en la discusión, al tiempo que entregaba a los partidos un listado descriptivo de algunos aspectos del funcionamiento de las franquicias en el período 1983-1991 y un borrador de reformas a los artículos que dedica al tema la actual ley de partido. **Presionados por el periodismo y buscando sin duda sondear el nivel de conflictividad existente, los funcionarios del área terminaron filtrando a algunos diarios el texto de un proyecto de decreto que viene a echar algo más de luz sobre las intenciones gubernamentales en la materia.**

APORTE FINANCIERO A LOS PARTIDOS CON REPRESENTACION PARLAMENTARIA
(Estimación provisoria conforme a las pautas del proyecto del PE)

	Votos 1991	Bancas nacionales		Subsidio mensual pivotes	Subsidio anual pibancas	Total
		Diputados	Senadores			
PJ	6.294.982	117	25	2.517.993	2.840.000	5.357.993
UCR	4.436.934	84	16	1.774.774	2.000.000	3.774.774
UCeDé	817.394	10		326.958	200.000	526.958
Mv.Peron.	—	5		—	100.000	100.000
F.Repb.	255.190	4		102.076	80.000	182.076
PRSalt.	183.948	3		73.579	60.000	133.579
MODIN	532.309	3		212.924	60.000	272.924
Un.Soc.	368.757	3		147.503	60.000	207.503
PDP	132.757	3		53.103	60.000	113.103
Af.Per.	—	3		—	60.000	60.000
PI	3.651	2		1.460	40.000	41.460
Cr.Ren.	77.669	2		31.068	40.000	71.068
PLCorr.	60.325	2	1	24.130	60.000	84.130
MOPOF	9.704	2	1	3.882	60.000	63.882
MPNeuq	80.223	2	2	32.089	80.000	112.089
MPJuj	47.764	2		19.105	40.000	59.105
MID	25.305	2		10.122	40.000	50.122
PAutCorr	98.561	1	1	39.424	40.000	79.424
P.Bloq	75.438	1	2	30.175	60.000	90.175
PDC	55.272	1		22.109	20.000	42.109
Fed	11.117	1		4.447	20.000	24.447
A.Chaq	147.863	1		59.145	20.000	79.145
PDMza.	98.583	1		39.433	20.000	59.433
MAS	210.360	1		84.144	20.000	104.144
Bl.Jub.	817	1		327	20.000	20.327
Total	14.[illegible]	257	48	5.[illegible]	[illegible]	11.7[illegible]

La propuesta contiene, básicamente, un intento de sustitución del régimen de franquicias de transporte aéreo y terrestre, teléfono y correos por dos subsidios directos, al que tendrían acceso todos aquellos partidos que hubieran participado en la elección inmediatamente anterior y alcanzado un piso mínimo aún no definido. Uno de ellos —distribuido en función del peso electoral—, se abonaría mensualmente. El otro, diseñado a su vez en función del peso parlamentario, tendría en cuenta el número de bancas logradas en ambas Cámaras del Congreso nacional y se abonaría anualmente.

• Unidad elector

Como unidad de medida para ambos casos, se crea el concepto de "unidad elector". Su valor depende del resultado de la división entre, por un lado, la suma anualmente asignada en el presupuesto nacional al Fondo Partidario —$ 12.280.000 para 1991— y, por otro, la suma de votos válidos emitidos en la elección de diputados nacionales **sumada a la multiplicación de la cantidad total de legisladores nacionales —305 y no 303 como consigna erróneamente el propio Presidente en su columna de "Noticias"— por 50.000.** El resultado de esta operación arbitraria e innecesariamente compleja —ya que reenvía al todavía no resuelto problema del cómputo de los votos válidos emitidos— es, para 1991, de $ 0,40. De este modo el **subsidio por voto resultaría de multiplicar el número de votos obtenido por 0,40,** en tanto que el subsidio por banca resultaría a su vez de multiplicar el número de bancas logrado por cada partido por **50.000 "unidades elector".**

El resultado aproximado de esta operación queda expresado en la tabla adjunta, referido exclusivamente a los partidos que por tener expresión parlamentaria acceden a ambos subsidios. Si se tiene en cuenta que el presupuesto actual para el Fondo Partidario Permanente es de sólo pesos 12.280.000, **los partidos con representación se llevan nada menos que 95,3% de los fondos disponibles. Una posible solución sería exigir un piso electoral —no definido aún en el proyecto—.** Si se fijara esa exigencia en 2% a obtener en algún distrito electoral —ya que la reforma proyectada omite toda exigencia de piso para la preservación de la personería política—, todos los partidos alcanzarían dicha cota, bien sea por sí o a través de alianzas con el justicialismo, frustrando cualquier pretensión limitativa.

Más aún, el mecanismo proyectado contempla la continuidad del régimen que asimila los resultados logrados por un partido a título individual a los obtenidos en régimen de alianza. Mediante este mecanismo, en el rudimentario proyecto acceden al financiamiento partidos tales como CFI (Federal), Demócrata Conservador de la Prov. de Bs. As., Fuerza Modernista, Mov. Línea Polular, Blanco de los Jubilados, Celeste y Blanco, Confederación Laborista, Conservador Popular, MOPALI, Unión para la Nueva Mayoría, Demócrata Progresista, Mov. Amplio de Unidad, Social Republicano, Humanista, Intransigente, Mov. por la Justicia Social, Socialista Auténtico, Mov. de Izq. (ex 25 de mayo), Democracia Popular por el Frente Social, Socialista Popular, Socialista Democrático, Acción para el Cambio, PJ, Demócrata de E. Ríos, MID, Demócrata Cristiano, Justicia, Democracia y Participación, Verde Ecologista Pacifista, Futuro Verde, Del Trabajo y del Pueblo. Esta larga lista sólo ejemplifica el resultado de aplicar el sistema proyectado a sólo media docena de provincias. Para comprender los alcances de la situación que quedaría así planteada bastaría con analizar el resto de los distritos y luego dividir entre los centenares de aspirantes el magro 5% del Fondo que resta por adjudicar.

Con todo, el borrador comentado deja planteados problemas aún mayores que la mera desprolijidad técnica que campea a lo largo del borrador gubernamental. **El subsidio por banca tiende a amplificar aun más la grave inequidad del actual sistema de representación. La sobrerrepresentación de los distritos menores y el grave desequilibrio del Senado se reflejan aquí en una fuerte prima al justicialismo.**

Con 40,71% de los votos, el PJ obtiene 43,7% de los fondos, en tanto que la UCR logra 30,7% con 29,02% de los votos. De ahí en más, la proporción se invierte, castigando fuertemente a los partidos nacionales menores y premiando inequitativamente a los partidos de distrito fuertes.

Cerrando un cuadro preocupante para la objetividad y pluralismo del sistema, el régimen proyectado **atribuye al Ministerio del Interior la facultad de "verificar el correcto uso de los aportes y franquicias que se otorguen",** para lo cual **"podrá adoptar mecanismos de fiscalización que estime oportunos y necesarios".**

Comissão vai estudar o 'Brasil 2010'



☐Na reunião ministerial, Collor decidiu criar um grupo para analisar o projeto que estabelece metas a médio e longo prazo para o país. Os ministros e secretários apresentaram previsões

O presidente Fernando Collor decidiu ontem, durante a reunião ministerial, nomear uma comissão para [illegible] o programa *Brasil 2010*, que [illegible] a vocação econômica de ca[illegible] do país a médio e longo prazo. Também determinou que seja reavaliada, a partir de segunda-feira, a participação da União nos fundos de pensão, que hoje tem um saldo de US$ 22 bilhões (Cr$ 48,7 trilhões). Foram duas medidas concretas que resultaram das sete horas e 23 minutos de discussões entre Collor e seus ministros, na mais longa reunião realizada desde o início do governo.

As principais intervenções feitas por ministros e secretários durante a reunião foram estas:

FINSOCIAL — O ministro da Saúde, Adib Jatene, anunciou que os empresários vão voltar a pagar a contribuição. A arrecadação de abril foi de Cr$ 550 bilhões, mas chegará a Cr$ 1 trilhão em maio.

PETROBRÁS — O ministro das Minas e Energia, Pratini de Moraes, questionou a busca de auto-suficiência de petróleo e derivados. Lembrou que 2/3 das necessidades neste setor já são atendidas e que o custo para se conseguir a auto-suficiência é muito elevado. Pratini também disse que o seu objetivo no ministério é preparar a Petrobrás para que ela chegue no final da década como uma empresa moderna e competitiva. Um dos problemas da empresa, segundo ele, é o sistema de contabilidade, que não conseguiu determinar o custo do barril de petróleo produzido.

APOSENTADOS — Collor pediu ao ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, que entre em contato com banqueiros para evitar filas de aposentados no dia do pagamento dos benefícios. Stephanes disse que a Previdência terá aumento de receita porque há redução de despesas com o combate às fraudes.

CIAC — O ministro da Educação, José Goldemberg, disse que em dezembro o governo pretende inaugurar dois CIACs por dia. Em julho serão entregues 11 centros, e 127 estarão em construção. Em agosto 18 serão entregues e 181 estarão em construção. A alfabetização é um problema em extinção, garantiu.

RODOVIAS — O ministro dos Transportes e Comunicações, Affonso Camargo, defendeu a privatização das rodovias novas. O governo continuaria cuidando da malha rodoviária que já existe no país.

SALÁRIOS — O ministro do Trabalho, João Mellão, disse que o ministério não representa mais o que representava antes e, por isso, não pretende cuidar da política salarial. Na opinião dele, é melhor deixar a definição de salário com a sintonia fina do mercado. Ele anunciou que trabalhará com a política de emprego e treinamento de mão-de-obra.

TECNOLOGIA — O secretário de Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe, disse que o Brasil deve acompanhar a tecnologia dos países desenvolvidos, mas não se desfazer de tecnologias [illegible] [illegible]lação.

SAFRA — O ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, disse que o país irá produzir 18 milhões de toneladas de arroz, feijão e trigo, [illegible] mais que no ano passado. (AE)



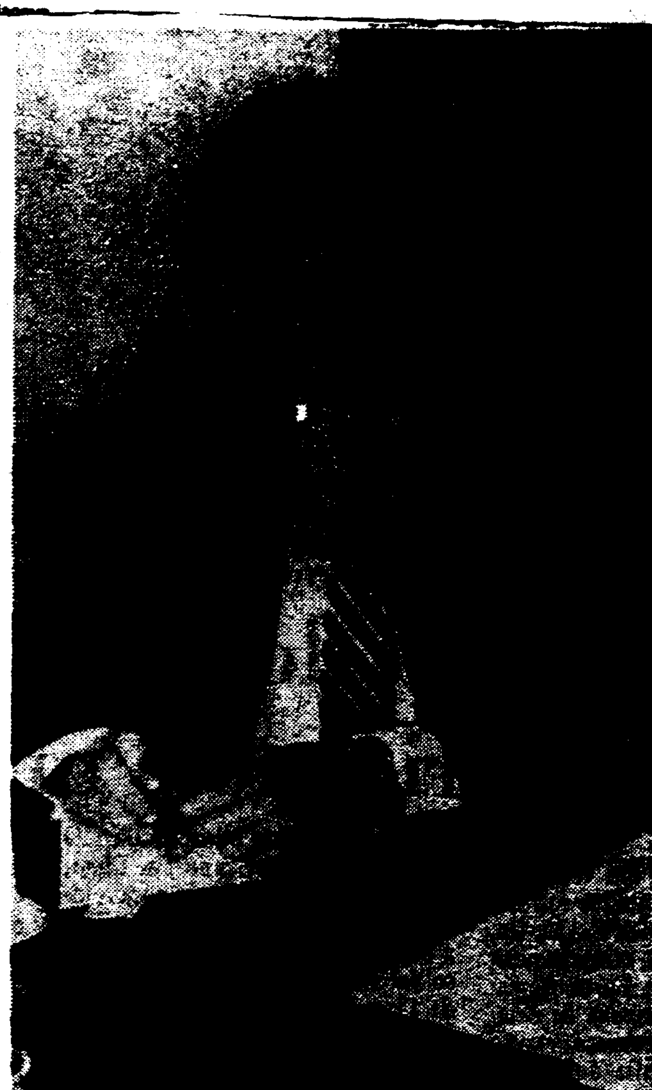
Estréias: *na mais longa reunião ministerial, os novos integrantes da equipe [illegible]*

Projeto do governo põe fim à babel salarial

Ricardo Miranda

BRASÍLIA — O governo tem pronto o esboço de um projeto de isonomia de vencimentos entre os servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário com cargos de atribuições iguais ou assemelhados, que pretende ver aprovado pelo Congresso. O secretário de Administração Federal, Carlos Garcia, vai apresentar na próxima quinta-feira, durante a terceira reunião do grupo de trabalho, com representantes dos três poderes, que discute a isonomia salarial, a proposta de um projeto com quatro regras muito simples. Uma relação máxima de um para 20 entre o maior e o menor salário pagos nos três poderes, com três faixas salariais definidas, um teto para os maiores salários e, a mais polêmica de todas, um teto para as gratificações.

A isonomia, uma palavrinha grega, encontrou um tradudor em Garcia. "Isonomia significa regras únicas para todos, e não salários iguais para todos", decifra ele. "Não dá para esperar mais, porque a situação ficou muito injusta com alguns setores e o clima se tornou muito emocional", afirma Carlos Garcia.



Carlos Garcia: tradutor da isonomia

O clima emocional a que se referiu o secretário chegou, na quinta passada, até a reunião da comissão que estuda a isonomia. Para espanto dos demais participantes, o vice-almirante Sergio Tasso Vasques de Aquino, subordinado direto do general Antônio Luis da Rocha Veneu, ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, aproveitou o encontro para uma pregação. "A tropa está inquieta e pode haver problemas de indisciplina", insistia o almirante, defendendo maior rapidez na implantação da isonomia. Pouco depois, o presidente Collor determinou mais rapidez no envio do projeto ao Congresso.

Liberdade — "Como não existe possibilidade de se fazer uma tabela única com equivalência nos três poderes, pela dificuldade de compatibilizar planos de carreira muito particulares, serão estabelecidos parâmetros gerais para as categorias, e não para o cargo em si", prossegue Garcia, explicando o projeto. "Cada poder vai continuar com liberdade para exercer sua política de pessoal", completa.

Como a comissão que estuda a isonomia não tem poder decisório, Garcia defende que a proposta final aprovada pelos seus representantes seja transformada num projeto de lei complementar, para regulamentar os artigos 37 e 39 da Constituição, que tratam da isonomia salarial.

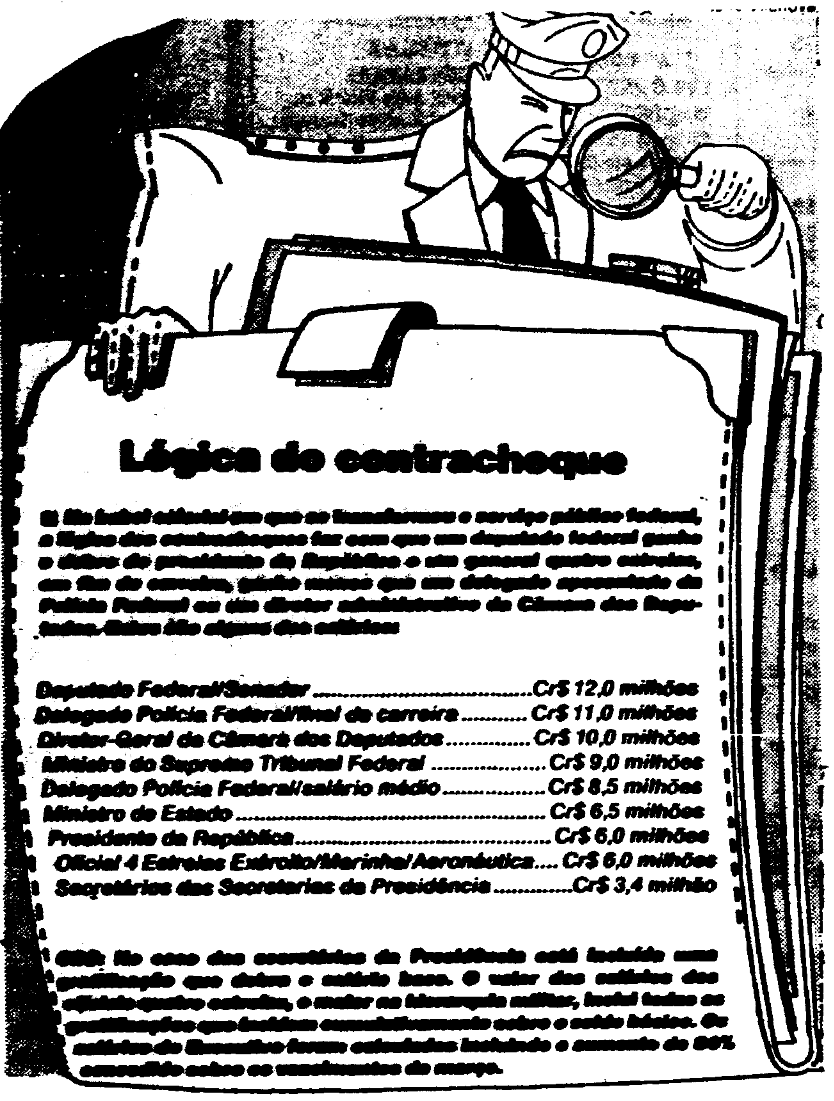
O governo quer estabelecer um teto para as gratificações. "O maior problema para alcançar a isonomia entre os três poderes não está no salário base, porque todo mundo ganha igual", aponta Carlos Garcia, lembrando que o maior salário base da Câmara é quase igual ao do Executivo e do Judiciário. "O problema está nas gratificações", emenda.

Para poder mexer com as gratificações, um tema sempre sensível aos bolsos dos servidores públicos, onde cada poder tem um tipo diferente, o governo concluiu que deveria estabelecer um teto em relação ao salário base, ficando cada poder livre para dar gratificações ao seu funcionalismo. "Existem algumas dezenas de gratificações e com percentuais que variam muito", diz Garcia. "Elas não devem ser eliminadas, mas podem ser disciplinadas", avalia.

Relação — Pela proposta do governo, vai ser fixada uma relação entre o maior e o menor salário pagos nos três poderes. A proposta do Executivo é de que essa relação seja de um para 20. Na Câmara dos Deputados a diferença entre o maior e o menor salários é de oito vezes. Seriam estabelecidas relações entre as três faixas salariais. Os servidores de nível superior receberiam de 10 vezes a no máximo 20 vezes o menor salário. Os servidores de nível médio receberiam de 5 a 10 vezes o menor salário e os de nível básico de 1 a 5 vezes. Seria estabelecido ainda um teto para os maiores salários.

02

9203701





Almirante Aquino: tropa inquieta

Disparidade nos três poderes

Desde que assumiu o cargo, o ministro da Educação, José Goldemberg, encontra todas as tardes na porta de seu gabinete com a copeira Sebastiana Freitas, encarregada de servir seu cafezinho preto com bolachas. Sebastiana ganha o salário mais baixo do ministério, como insiste em provar com um contracheque amassado guardado no bolso. Ela ganha líquidos Cr$ 200 mil — trinta e duas vezes menos que o salário de Goldemberg, Cr$ 6,5 milhões. Pior que isso. Sebastiana ganha cinco vezes menos que a copeira Maria da Cruz, da Câmara dos Deputados, dona de um salário de quase Cr$ 1 milhão. "O governo é um só, mas tem muita gente que faz o mesmo que eu ganhando muito mais", desabafa Sebastiana, que trabalha como copeira há 13 anos, entrando às 14h e saindo às 20h.

Descompasso — Na babel salarial em que se transformou o serviço público federal, conceitos como produtividade e tempo de casa valem menos que incoporar ao salário-base uma boa gratificação especial ou ganhar uma liminar que dobra ou triplica o valor do contracheque. Numa empresa privada, salários diferentes em mesmas funções podem significar que um funcionário é mais competente que outro, ou revelar um favoritismo qualquer. No serviço público, onde a folha de pagamento mistura assessores legislativos e auditores fiscais com generais de quatro estrelas, o descompasso entre vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados pode se transformar num sério problema político.

As disparidades de vencimentos entre os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário criam uma lógica toda especial onde um delegado aposentado da Polícia Federal ganha mais do dobro do que as mais altas patentes das Forças Armadas, mesmo somadas ao seu soldo básico todas as gratificações a que teriam direito no final de suas carreiras. Um deputado ganha o dobro de um ministro de Estado.

Vantagens — "Os militares gostam muito de falar dos outros poderes, mas se esquivam de revelar as vantagens indiretas de seus cargos", desabafou um funcionário civil, irritado com a retórica da insatisfação das tropas. "Eu não tenho carro, empregado nem casa pago pelo governo", disse. Os militares citam [illegible] os servidores da Câmara para se referir às disparidades salariais no serviço público.

O atual plano de carreira da Câmara permite que todos os servidores de nível médio, os chamados agentes de serviço legislativo, do motorista ao técnico de contabilidade, ganhem igual em fim de carreira. Ou um salário de Cr$ 1,5 milhão, mais do que recebe um capitão da Marinha, que recebe Cr$ 1,3 milhão. Por isso, o salário de um motorista, incluídos adicionais e gratificações, pode chegar a Cr$ 1,6 milhão, o salário de um tenente-aviador. "É uma distorção que queremos corrigir", admite Adelmar Sabino, diretor-geral da Câmara, dono de um salário de Cr$ 10 milhões. "Mas não podemos ficar comparando o salário de diretor da Câmara com o de um almirante."



Sabino: salário alto

Os superdelegados do T[illegible]

Pegue um salário mirrado, adicione algumas gratificações e adicionais por tempo de serviço e junte um punhado de ações judiciais de equiparação a outras categorias e reposição salarial, todas garantidas por liminares na Justiça. O resultado é um gordo salário. Assim surgiram os superdelegados do serviço público. Com seis liminares concedidas por juízes de vários cantos do país, como a sobre equiparação aos salários dos juízes federais e sobre reposição de perdas nos diversos planos econômicos, todas aplicadas em cascata sobre o salário base, nove centenas de delegados da Polícia Federal foram elevados à condição dos maiores salários do serviço público federal.

Os salários dos delegados, que antes do reajuste de 80% eram em média de Cr$ 10 milhões, chegam em alguns casos a Cr$ 18 milhões — mais de três vezes o salário de um ministro de Estado. "Estamos ganhando bem, não podemos reclamar, mas existe uma pontinha de ciúme nessa polêmica", acredita o delegado aposentado Jaime Rubstein, diretor da Associação de Delegados da Polícia Federal. Jaime ganha um salário de Cr$ 13,8 milhões — o resultado de uma avalanche de adicionais que desabaram sobre seu contracheque. Entre outros acréscimos está uma gratificação de operações especiais, famosa por ter sido criada depois de um incidente entre policiais civis e militares do Distrito Federal. Como o estatuto da Polícia Federal é o mesmo para o Governo do Distrito Federal, a gratificação foi estendida ao DPF.

[illegible] Arthur [illegible] ... Dentro [illegible] próprios agentes [illegible] dos com os salários de seus superiores. "Ninguém sabia que [illegible] lários eram tão altos, porque [illegible] contracheques não [illegible] da", conta um agente [illegible] desde 1976 na Polícia Federal. Este agente ganha um [illegible] se de pouco menos de Cr$ [illegible] lhão. Com gratificações, [illegible] chega a Cr$ 5 milhões.

[illegible] — [illegible] atualmente o salário [illegible] tive em início de [illegible] Cr$ 373.[illegible] ção de Cr$ [illegible] totaliza Cr$ 673.[illegible] legado de 1ª classe [illegible] mês Cr$ 2.603.[illegible] mais de um quinto [illegible] superdelegado federal.

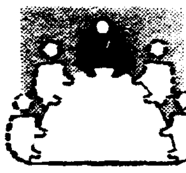
O fim do [illegible] tical, [illegible] é apontado [illegible] calonamento [illegible] vernador Brizola [illegible] primeiro governo, [illegible] rença entre os salários dos delegados, categoria por categoria, do restante, era de 20%. [illegible] que assumiu à secretaria de Polícia Civil, Nilo Batista, optou pela formação de uma comissão que ainda não concluiu os estudos para a reestruturação da [illegible]

03

920379

Governo lança Programa de Metas

BRASÍLIA — Em mais um passo na busca do entendimento para a formação de um governo de coalizão, o presidente Fernando Collor apresentará, nos próximos dias, a lideranças políticas e empresariais, um Programa de Metas para o período de 92 a 95, quando se encerra seu governo. O documento, obtido com exclusividade pelo JORNAL DO BRASIL, será entregue em primeira mão pelo ministro Jorge Bornhausen ao governador Leonel Brizola, amanhã, às 15h, no Palácio Laranjeiras. Na quinta-feira da semana passada, o governador havia reivindicado ao presidente Collor um programa de metas bem definido e concreto.



Em seguida, o projeto, que é um desdobramento do Programa Mínimo divulgado na quarta-feira, será apresentado a outros dirigentes partidários. Com o documento, o governo pretende demonstrar claramente que o presidente Collor está efetivamente empenhado nas negociações com os partidos e a sociedade em busca de uma equipe com um perfil mais amplo, em substituição aos ministros e secretários demissionários.

Com ênfase na área de educação, o Programa de Metas define projetos para meio ambiente, economia, ciência e tecnologia, agricultura e reforma agrária e infra-estrutura. O programa foi elaborado pelo próprio presidente Collor e contou com a colaboração das áreas econômicas, em especial do ministro Marcílio Marques Moreira, social e tecnológica, com subsídios já fornecidos pelo novo secretário, Hélio Jaguaribe, que tomou posse na sexta-feira.

Dos oito itens listados na rubrica Educação, o



Luiz Antonio — 6/2/92

Collor não menciona privatização

presidente enfatiza a necessidade da construção de 4 mil Centros Integrados de Apoio a Criança (Ciacs), com horário integral. Nesse aspecto, certamente o documento busca o apoio do governador Leonel Brizola. Segundo assessores do governo, a omissão do programa de privatização não significa que o presidente tenha desistido dele, mas também contribui para um entendimento com Brizola, um adversário da privatização, pelo menos nos moldes em que foi conduzida até aqui.

O presidente Fernando Collor se compromete, no Programa de Metas, a uma retomada do desenvolvimento, com a recuperação até o final de seu governo de 13.500 km de estradas e em elevar a produção de petróleo para 850 mil barris/dia. No campo da ciência e tecnologia, a proposta é "diminuir a defasagem tecnológica para atingir padrões de competitividade". Assegura, ainda, o aumento da produtividade e "melhoria dos padrões de qualidade da produção nacional".

Nas negociações com lideranças empresarias, deve ser destacada à parte do documento que aborda a necessidade de "melhores condições para as empresas atuarem nos mercados interno e externo". No item "Abertura e modernização da economia" também ganha destaque a "elevação da produtividade das empresas", através de um trabalho visando a melhoria da qualidade dos produtos nacionais.

O Programa de Metas prevê a distribuição de terras a 400 mil famílias de trabalhadores rurais e apoio à produção dos colonos instalados. Sugere ainda o crescimento da produção agropecuária a uma taxa de 30%. No ano da Rio-92, a equipe de governo destaca o plano de recuperação de áreas críticas de degradação, como bacias, rios, etc.

A íntegra do documento

Educação, ciência e tecnologia

■ Diminuição da defasagem tecnológica para atingir padrões da competitividade internacional.

■ Aumento da produtividade e melhoria dos padrões de qualidade da produção nacional.

■ Integração progressiva entre entidades produtoras de tecnologia e usuários.

■ Incorporação progressiva de novas tecnologias para os serviços de apoio do sistema produtivo nacional.

■ Desenvolvimento de programas intensivos de formação e reciclagem da força de trabalho.

■ Ampliação e adequação da massa crítica de pesquisadores e tecnólogos voltados para a melhoria da qualidade e da produtividade.

■ Garantia do atendimento em creches e pré-escolas a 50% das crianças carentes até 6 anos de idade.

■ Garantia do acesso à escola para a totalidade das crianças de 7 a 14 anos e eliminação do analfabetismo entre as crianças de 10 a 14 anos, até 1995.

■ Redução drástica da evasão e da repetência escolar, pela revisão metodológica do ensino e melhoria das condições de saúde e de nutrição.

■ Incremento da formação de professores do ciclo normal e reciclagem de todo o corpo docente do ensino básico e fundamental.

■ Implantação de 4 mil centros integrados de apoio a criança, com jornada integral de ensino.

■ Expansão de sistema plural governo-sociedade de iniciação profissional para adolescentes e de projetos autogestados de apoio aos meninos de rua.

■ Universalização da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes com a finalidade de reduzir a mortalidade infantil e a mortalidade de menores de 5 anos para, respectivamente, 40 e 45 por mil nascidos vivos e a morbilidade da mulher e da criança.

■ Implantação de conselhos de direitos da criança e do adolescente em todos os municípios com mais de 60 mil habitantes e dos conselhos tutelares em todas as cidades de médio e grande porte.

Reforma agrária e incentivo à produção agrícola

■ Distribuição de terras a 400 mil famílias de trabalhadores rurais, apoiando-lhes a produção.

■ Emancipação de 200 mil famílias de trabalhadores rurais, já assentados ou em projetos de colonização.

■ Apoio creditício específico às famílias assentadas e emancipadas.

■ Desenvolvimento de condições adequadas de infra-estrutura para produção e comercialização aos pequenos produtores rurais.

■ Manutenção e atualização do cadastro rural.

■ Realização de cerca de 47 mil titulações em terras públicas.

■ Crescimento da produção agropecuária a uma taxa de 3% ao ano no período 1993 95.

Recuperação e conservação do meio ambiente rural e urbano

■ Criação de pré-condições para a ocupação ordenada e economicamente sustentável do território.

■ Preservação de ecossistemas naturais e de biodiversidade.

■ Exploração sustentada dos recursos naturais e uso adequado do solo.

■ Melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida no meio rural e urbano.

■ Controle dos principais agentes poluidores.

■ Recuperação de áreas críticas de degradação ambiental (bacias hidrográficas e áreas de exploração mineral.

■ Proteção das populações indígenas.

Consolidação e recuperação da infra-estrutura

■ Restauração de 13.500 km, manutenção de 66 postos de pesagem, manutenção de sinalização vertical e horizontal em 30 mil km e eliminação de 1.700 pontos críticos.

■ Elevação da capacidade instalada de energia elétrica em 2.900 kw e implantação de linhas de transmissão.

■ Elevação da produção de óleo para 850 mil barris/dia em 1995.

■ Elevação da capacidade de refino para 1.600.000 barris/dia, construção de 8 navios e ampliação da capacidade de dutos e terminais.

■ Instalação de 3.237.000 terminais telefônicos fixos, 366 mil telefones celulares, [illegible] 44.060 portas Renpac.

Abertura e modernização da economia

■ Melhoria da qualidade dos produtos nacionais, com elevação da produtividade das empresas.

■ Garantia de produtos de qualidade a preços realistas para o consumidor interno.

■ Maior exposição da economia à competição internacional.

■ Melhores condições para as empresas atuarem nos mercados interno e externo.

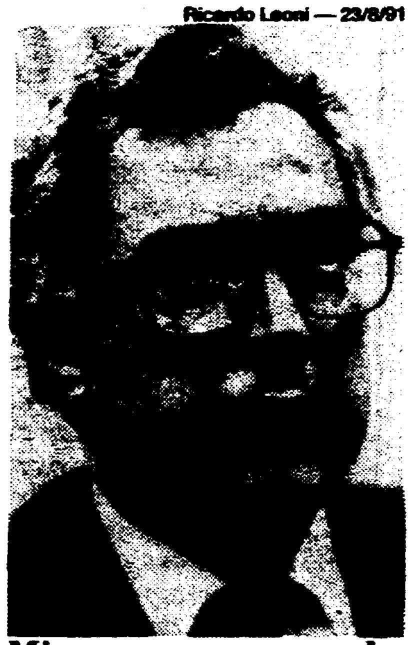
■ Redução de [illegible] de comércio exterior e indução [illegible]

04-04

01

Governo esbarra na lentidão do Congresso

Ricardo Leoni — 23/8/91



Miro: propostas engavetadas

BRASÍLIA — O governo tem menos de três meses, até o início do recesso parlamentar de julho, para ver aprovada uma pauta mínima de projetos considerados inadiáveis para a sustentação da política econômica. Se esse objetivo não for atingido, o Executivo corre o risco de ter de adiar para 1993 a definição de pelo menos quatro temas urgentes: a reforma fiscal, a lei de marcas e patentes, a modernização dos portos e a privatização dos serviços públicos. A reforma fiscal é uma cartada decisiva para a obtenção do superávit nas contas da União, prometido ao FMI. A lei de patentes, freqüentemente cobrada pelos Estados Unidos, é um ponto-chave na atração de novos investimentos estrangeiros para o país.

No segundo semestre, as cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado estarão vazias. Cerca de 120 parlamentares candidatos a prefeituras estarão nos seus estados, em campanha para as eleições de outubro. A tramitação de projetos no Congresso, que habitualmente é lenta, poderá entrar em hibernação, a menos que acordos de lideranças consigam definir uma pauta de consenso para levar matérias importantes ao plenário. Isso não é impossível, como ficou demonstrado na votação do projeto de reajuste para os servidores civis e militares, na semana passada. Em menos de 48 horas, o aumento de 80% ganhou urgência urgentíssima numa reunião de líderes e foi aprovado.

"Há tempo suficiente para a votação de projetos importantes ainda no primeiro semestre. O que emperra é a ineficiência do Congresso e a falta de gerenciamento na tramitação das matérias", critica o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). Em 1990, Miro integrou a Comissão de Modernização da Câmara, de onde surgiu, entre outras propostas para acelerar o ritmo do Legislativo, a idéia de se adotar um programa de trabalho. Nada foi feito, segundo Miro, porque a Mesa Diretora não assumiu a tarefa de pôr as sugestões em prática.

O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) diz que "os tapetes de Brasília têm o dom de distanciar autoridades e parlamentares da crise e das necessidades do país.". Ele lamenta, por exemplo, que o Congresso ainda não tenha analisado, como deveria, o Plano Plurianual de Aplicações elaborado pelo governo, por não ter-se estruturado para essa tarefa. "As câmaras setoriais, da maior importância, foram aprovadas pelo Congresso no Plano Collor II, mas na hora de serem implantadas os parlamentares sequer tomam conhecimento", observa. Sua expectativa é de que a reforma fiscal será votada antes de julho, mas outros temas de fundo, como o reconhecimento de patentes e a modernização dos portos precisam de uma discussão mais demorada.

Mercadante debita parte da lentidão à incompetência do governo. A reforma fiscal, por exemplo, foi mal encaminhada e os outros projetos não tiveram a atenção do Palácio do Planalto, que ficou embaralhado em denúncias de corrupção e na reforma ministerial, afirma. O deputado Paulo Hartung (PSDB-SP) também aponta a incompetência do Executivo para organizar sua agenda, mas acrescenta que o Congresso, ao recuperar as prerrogativas que havia perdido no regime militar, não se estruturou para deliberar sobre os grandes temas de interesse do país. "De um lado o governo é como um avião sem plano de vôo, mas o Congresso também não tem o seu", compara Hartung. Na sua opinião, o número excessivo de 503 deputados é um dos maiores obstáculos ao bom funcionamento da Câmara.

Proximidade de eleição foi analisada

A eleição municipal de 3 de outubro, principalmente em São Paulo, foi um dos fatores analisados pelos *primeiros-ministros* do PSDB na desgastante reunião de quinta-feira. Caso aceitassem o convite do presidente Fernando Collor, os tucanos entrariam *num mato sem cachorro*. Os adversários regionais estavam afiando o discurso de palanque contra a atitude do PSDB. "Os tucanos já estão no poder", desandou a bradar o governador Luiz Antônio Fleury Filho, tão logo soube do início da nova negociação entre o partido do senador Mário Covas e o presidente Fernando Collor. Fleury tem na ponta da língua os nomes de uma lista pouco modesta. Estar ao lado de Collor, que tem baixa popularidade nas capitais, seria um decreto de falência do PSDB na eleição.

Mesmo estando longe do governo federal, os tucanos estão encurralados na sucessão paulistana. Eles se livraram da adesão, cooptação, colaboração ou coalizão — verbos citados pelos inimigos — mas, dificilmente passarão ilesos à crítica de terem tomado uma atidude de covardia. Hoje a crítica soa pesada. Numa campanha em que Orestes Quércia vai discursar, passa a ser uma das mais leves. Do PDS, de Paulo Maluf, até o PT, de Lula, todos — inclusive o PMDB — querem um ilustre do PSDB como vice. A indecisão de Covas paralisou a sucessão em São Paulo tal como fez com a reforma do Ministério.

Desde o início do processo eleitoral, os tucanos submetem os paulistas e os adversários à mesma tortura psicológica vivida pelo presidente Collor nas sete horas da reunião de quinta-feira. A 181 dias para a eleição de 3 de outubro e a menos de três meses de esgotar o prazo para realizar convenções, o PSDB ainda discute seu candidato à sucessão de Luiza Erundina. Covas, o chamado candidato natural do partido, vacila em aceitar publicamente a empreitada. No entanto, assume pose de candidato, dá declarações dúbias ("Estou preparadíssimo") e se mantém em evidência. A estratégia minou a pré-candidatura do deputado José Serra.

Grupo do PSDB insiste em participar do governo Collor

Os *tucanos* que não concordam em recusar a participação no governo Collor estão articulando uma reversão no quadro para os próximos dias. Os ex-deputados Saulo Queiroz (CE), Ronaldo César Coelho (RJ), Moema São Thiago (CE) e os deputados federais Rose de Freitas (ES) e Jaime Santana (BA), além do prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, são os coordenadores desse movimento. "Vamos ganhar de goleada", apostam, confiantes na convocação de uma nova reunião da executiva e na reversão do placar de 8 a 8 para 10 a 4 a favor da participação no governo.

Moema afirma que os correligionários deram um golpe e acredita que o empate na reunião de quinta-feira à noite não representa a melhor manifestação do PSDB. Isso porque alguns *tucanos* favoráveis ao acordo com o presidente Fernando Collor estavam ausentes.

Para os vencidos, o que pesou na decisão do partido foi o interesse pessoal ("eleitoral", na definição de Moema) e não o nacional. Moema acusou alguns *tucanos* de estarem no PSDB apenas para viabilizar sua eleição em outubro, o que, na sua opinião, é o caso da deputada federal Lídice da Mata (BA), candidata à prefeitura de Salvador e ex-PC do B, e também dos senadores Almir Gabriel (PA), Teotônio Vilela Filho (AL) e do deputado Antônio Faleiros (GO). Os três últimos votaram contra a participação no governo.

Moema, Coelho, Rose, Santana, Virgílio e Richa querem que o PSDB perceba que a discussão não é sobre a campanha eleitoral próxima, mas sobre a formação de um governo "cujos pontos afinam com os nossos", dizem. Para Rose de Freitas, o seu partido deve descer do pedestal intelectual e "pôr a mão na massa". (Brasília/ZH)

9203703

01.04

Governo tenta atrair novamente o PSDB

Brasília — O presidente Fernando Collor reiniciou, neste final de semana, as conversas tentando atrair o PSDB para o governo. No sábado, Collor almoçou com o senador *tucano* Fernando Henrique Cardoso. Entre uma garfada e outra de bacalhoada, nas duas horas de conversa no Palácio do Planalto, nem o anfitrião nem o convidado falaram do passado. "Não foi um encontro para olhar para trás, mas para a frente", contou Fernando Henrique. "Ele foi muito elegante, não tocou em assuntos passados", disse o senador, para quem o relacionamento do governo com o PSDB tende a melhorar ainda mais no futuro. O líder *tucano* confirmou a disposição de Collor de voltar a conversar com o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, e com outros líderes do partido.



Aproximação: *Cardoso (D) e Jereissati reiniciam conversas com Collor*

O encontro começou a ser articulado no dia 10, véspera da viagem do senador aos Estados Unidos e um dia depois das nomeações do novo ministério. Fernando Henrique telefonou para Collor com a intenção de agradecer ao "insistente" convite do presidente para que ele assumisse o Ministério das Relações Exteriores. Os dois combinaram que conversariam novamente na volta da viagem. Na quinta-feira, assim que chegou ao Brasil, Fernando Henrique telefonou e marcou o almoço com o presidente. O senador comunicou o encontro a Jereissati e ao líder do PSDB na Câmara, deputado José Serra. "Não houve tempo de falar com outras pessoas", desculpou-se.

Restrições — Apesar do reinício do namoro, Fernando Henrique, líder do PSDB no Senado, garante que o apoio do PSDB ao governo está restrito aos pontos do programa apresentado pelo partido ao presidente na época das negociações sobre a coalizão. "Na conversa comigo e com o Tasso, já havíamos dito que conversaríamos, estávamos abertos ao diálogo, mas desde logo ficou clara nossa posição de apoiar apenas o que tiver no programa do partido", esclarece o senador. "O encontro ocorreu justamente porque as negociações já estavam excluídas e encerradas".

O tema principal da conversa foi o parlamentarismo, relatou Fernando Henrique. "Collor não disse que vai entrar na campanha, mas reconhece seu papel de conduzir o processo de mudança do sistema, caso o parlamentarismo seja aprovado", contou o senador. Collor, segundo o *tucano*, mostrou-se preocupado com a reforma partidária e os prazos para uma possível mudança do sistema político.

Mesmo que o almoço de sábado tenha sinalizado para uma aproximação do PSDB com o governo, o ministro Jorge Bornhausen não recebeu qualquer orientação do presidente Collor para retomar as negociações com os *tucanos*. Mas o governo conta com os votos favoráveis do partido para os projetos econômicos que estão no Congresso e são considerados prioritários pelo Planalto, como a reforma fiscal e a modernização dos portos.

02

Grupo ameaça abandonar PSDB

Rebeldes acham que Executiva foi 'patrulhada'



Virgílio (E), Moema, Ronaldo, Queiroz: rebelados

Insatisfeito com a recusa da Executiva do PSDB em aceitar o diálogo com o governo, o presidente do partido no Rio de Janeiro, Ronaldo Cézar Coelho, prevê uma debandada geral de tucanos. "Podem ocorrer desdobramentos graves nos próximos meses e pessoas vão deixar o partido", advertiu. A ex-deputada Moema São Thiago admitiu a divisão no PSDB e o ex-deputado Saulo Queiroz disse que vai propor nova reunião da executiva. "Acho que o assunto tem que ser rediscutido, a portas fechadas", afirmou.

O grupo de tucanos que esteve no Palácio do Planalto para a posse de Hélio Jaguaribe, ex-integrante da Executiva do PSDB, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, ontem pela manhã, não escondeu o descontentamento com a decisão do partido de rejeitar as propostas de negociação com o governo Collor. Eles consideram que as questões ligadas às eleições municipais influíram na decisão. Saulo Queiroz destacou aspectos que considerou graves na reunião da Executiva: "Houve muito *patrulhamento* e de pessoas que não tinham direito a voto."

Ética — Cotado para assumir um dos ministérios, Queiroz, que é integrante da executiva, negou ter sido sondado para participar do governo e afirmou que uma "limitação ética" o impediria de aceitar convites. Ontem de manhã ele foi convidado pelo secretário de Governo, Jorge Bornhausen, para tomar café em seu gabinete, mas descartou qualquer chance de participação no governo. "Não teria preconceito de participar se o partido fizesse acordo. No PSDB, não participo."

Saulo Queiroz, que votou a favor do acordo com o governo, assegurou que Hélio Jaguaribe não será discriminado no partido por ter assumido um cargo no governo. "Ninguém admite essa possibilidade de *patrulhamento.*" Para Queiroz, a decisão da Executiva foi equivocada. O senador Beni Veras (CE) também condenou a decisão e a atribuiu "ao imediatismo de um certo grupo que coloca uma questão paroquial".

"A história dirá quem tem razão", disse a ex-deputada Moema São Thiago. Para ela, o PSDB não poderia se negar a dialogar. Moema salientou que é preciso colocar os interesses nacionais acima dos interesses regionais ou eleitoreiros: "Lamentavelmente, os tucanos estão divididos e se transformaram em abutres, um comendo o estômago do outro."

O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, era um dos mais exaltados com a decisão da Executiva do partido. "Collor não deveria mais esperar o PSDB", afirmou, acrescentando que se não fosse prefeito aceitaria participar do governo. Lembrou que há um ano ele e Jaguaribe defenderam a aproximação com o presidente Collor e por isso foram discriminados. No entendimento de Arthur Virgílio, está saturada a justificativa do PSDB de dizer que não nega apoio nas questões em favor do país. "Acho uma graça. Alguém vota contra o país?"

Embora não tenha intenção de deixar o partido, Arthur Virgílio disse que o PSDB está dividido em dois. "Existe o PSDB ao qual pertenço e o PSDB do B, aquele que hesita e tem medo." O prefeito propôs que o partido, ao invés de só ficar votando a favor das coisas boas e contra o que é ruim, construa o que é bom.

O cientista político Sérgio Abranches, que também compareceu à solenidade, criticou a decisão da Executiva e admitiu sua saída do PSDB. "Estou tão aborrecido que penso em sair, mas antes vou conversar com o professor Jaguaribe", disse. Abranches considerou "um absurdo" a ausência da liderança do PSDB na posse de Jaguaribe.

Embora não filiado, o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, declarou-se um "tucano na plumagem" e discordou da decisão do PSDB. "Atravessamos um momento importante. É preciso empenho de todos, de integrar esforços e não ficar só de fora criticando."

03

9203703

Collor faz apelo e dá prazo ao PSD[illegible]



☐ **Pela manhã, Tasso Jereissati disse a Bornhausen que a decisão dos tucanos era irreversível. Com o novo apelo do governo para o diálogo, o partido pode mudar de idéia. Collor espera até terça**



Pedido: *Bornhausen (de óculos), transmitiu a Pimenta (a seu lado, à esquerda) o apelo para o diálogo*

O ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, fez um apelo à executiva do PSDB — em nome do presidente Fernando Collor — para que sejam reabertas as negociações que levem os *tucanos* a coparticipar do governo. "Apelo no sentido de que, encontrado esse denominador comum, tivéssemos a coparticipação do PSDB na administração federal", declarou Bornhausen. Menos de 24 horas depois de ter tomado a decisão de que o PSDB não participaria do governo, a executiva começou a analisar a possibilidade de rever sua posição.

Collor decidiu esperar até terça-feira pela decisão definitiva dos *tucanos*. Por isso, deixou suspensas as negociações com bancadas que aguardam na fila a vez de conversarem a respeito de cargos ou programas de governo, como PTB e PDS.

[illegible] — O apelo do governo e a disposição do PSDB de analisar o pedido foram revelados por Bornhausen e pelo vice-presidente do PSDB, Pimenta da Veiga (MG). O ministro-chefe explicou que, com o retorno do presidente do partido, Tasso Jereissati, ao Ceará, solicitou a presença do vice para transmitir o apelo. Pimenta da Veiga declarou: "Este é um fato que revela a firme disposição do governo em ter a solidariedade do PSDB em pontos programáticos e tarefas especiais", deixando subentendido que o partido, além de interferir no programa de governo, terá direito a mais cargos, além da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Pimenta da Veiga enfatizou que fazia as declarações com o pleno conhecimento de Tasso.

A possibilidade dos tucanos voltarem atrás foi admitida pelo deputado José Serra (SP), que votou contra o diálogo com o governo na reunião da executiva. "Nada é irreversível", dizia o líder do PSDB na Câmara ontem. Assim como Serra, toda uma ala parlamentar *tucana* viu com outros olhos a decisão que dividiu a cúpula do partido depois que ficou clara a possibilidade de reabertura da pauta de negociações com o governo.

DE MANHÃ — A mudança dos *tucanos* pode ser concretizada com a chegada dos três membros da executiva que faltaram na reunião — o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), o deputado Sérgio Machado (CE) e Odilon Ribeiro Coutinho. Fernando Henrique pode ser o fato novo desejado pelos inconformados para forçar a executiva a rever sua decisão, principalmente se for oficializado o convite para que o senador ocupe o Ministério das Relações Exteriores.

Pela manhã, Tasso Jereissati tinha comunicado a Bornhausen que a decisão do partido em recusar o convite para participar do governo Collor era irreversível. Jereissati lamentou a decisão da executiva [illegible] "Eu esperava um aprofundamento das conversas." Também [illegible] considerava muito difícil [illegible] no fazer parte do governo. [illegible] quadro do PSDB for para [illegible] terá que deixar o partido, como acontecer com Hélio Jaguaribe [illegible] cretário de Ciência e Tecnologia [illegible] previa. (Brasília/ZH-AE)

O EMPATE EM 8 X 8 DOS TUCANOS

A cúpula do PSDB tentou o quanto pôde evitar o racha do partido e promover o consenso em torno da proposta de delegar ao presidente Tasso Jereissati o poder de negociar um programa comum de governo com o presidente Fernando Collor. Depois de seis horas de embate entre as correntes do "sim" e do "não", a proposta foi submetida a voto. Veja como votou cada integrante da executiva nacional:

☐ **Pela participação do PSDB no governo** — Euclides Scalco, Pimenta da Veiga, Sérgio Motta, Saulo Queiroz, Moema São Thiago, Franco Montoro, José Richa e George Tasso Callado.

☐ **Contra a participação do PSDB no governo** — Artur da Távola, Mário Covas, Almir Gabriel, Chagas Rodrigues, José Serra, Teotônio Vilela Filho, Antônio Faleiros e Vicente Bogo.

☐ **Tasso Jereissati** — o presidente do partido defendia a coalizão com o governo, mas se absteve. Ele teria que dar o voto de desempate e, com isso, estaria quase que sozinho delegando poder a si mesmo. (AE)

Governo elabora proposta às pressas



PONTOS DO ACORDO

O governo elaborou às pressas um programa mínimo para tentar convencer o PSDB a integrar o ministério. O texto foi finalizado quarta-feira à noite, horas antes do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, formalizar o convite para o presidente *tucano* Tasso Jereissati. Da elaboração do programa participou também o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Logo depois de fechar o texto, ele e Bornhausen o entregaram ao presidente Fernando Collor para aprovação.

O documento não chegou oficialmente às mãos do PSDB. Motivo: Collor não teve tempo suficiente para ler as cinco laudas e fazer as correções que julgava necessárias. Por isso, Bornhausen fez apenas uma explanação a Jereissati sobre alguns pontos do programa que seria a base para um governo de coalizão.

O documento não tem grandes novidades. Todos os pontos inseridos no texto já foram divulgados como prioridade do governo. Alguns estão em discussão há meses no Congresso na forma de projetos de lei. Entre eles, o combate à inflação sem novos choques, mas através da liberdade de preços e da livre negociação salarial, a normalização das relações com os credores internacionais, a privatização dos serviços públicos e a desregulamentação portuária. Na introdução ao programa mínimo está dito que "é absolutamente urgente, é imperativamente urgente, tirar este país da crise em que se debate desde os fins da década de 70". (AJB)

Passarinho ironiza, mas promete ajudar

O ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho reagiu com ironia ao fracasso da primeira tentativa do novo articulador político do governo, o ministro-chefe Jorge Bornhausen, para atrair os *tucanos* ao governo de coalizão do presidente Fernando Collor: "Mesmo com o talento indiscutível do meu amigo Jorge Bornhausen, a quem eu passei a admirar muito mais profundamente agora do que antes, eu sabia que era uma missão que talvez ultrapassasse a própria capacidade de arregimentação dele. Eu lastimo." Passarinho comentou que a negativa dos tucanos não o surpreendeu porque não vê identidade entre o social-liberalismo de Collor e a social-democracia dos *tucanos*.

O ex-ministro reassume segunda-feira sua cadeira de senador pelo PDS do Pará. Inscrito para discursar na sessão de terça-feira, fará um apelo ao Congresso para que apóie o programa de modernização da economia proposto pelo governo. Passarinho adiantou que se manterá fiel ao presidente da República. Ele pretende sensibilizar seus colegas para aprovar o Emendão e outros projetos do governo. (Brasília/ZH-ABR)

Recado aos tucanos na posse de J[illegible]

O presidente Fernando Collor fez um apelo enérgico para que os partidos políticos procurados pelo governo deixem de agir em função de interesses eleitoreiros de curto prazo e passem a ajudar na construção de um país melhor. A advertência estava no discurso pronunciado na posse do sociólogo Hélio Jaguaribe como secretário de Ciência e Tecnologia e foi uma resposta indireta à decisão do PSDB de não participar do governo, entre outras razões, por causa das eleições de outubro.

Collor garantiu que não esmorecerá na busca do entendimento e rechaçou a idéia de atribuir a construção do país apenas ao governo: "Hoje, o papel da oposição envolve tanta responsabilidade quanto o trabalho do governo." Os discursos de Collor e de Jaguaribe coincidiram na defesa do acordo com os partidos e demais segmentos representativos do país, sem citarem o PSDB. Jaguaribe garantiu que concorda plenamente com as propostas econômicas de Collor.

QUEM FOI — Compareceram à solenidade de posse, realizada no Palácio do Planalto, cerca de 200 pessoas, entre [illegible] rio, sete [illegible] cargos e os [illegible] situação [illegible] das Relações Exteriores [illegible] Rezek, presente [illegible] anterior, se ausentou [illegible]

Também estavam presentes alguns *tucanos*: o senador [illegible] (CE), a deputada Rose de Freitas (ES), o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, o deputado [illegible] Cézar Coelho (RJ), o segundo-secretário do PSDB, Saulo Queiroz, e a ex-deputada Moema São Thiago (SP). (Brasília/ZH-AE)

01-04

920370[illegible]

Borja decide hoje se mantém Tuma



Tuma (D) cumprimentou Passarinho, no Planalto, depois de uma conversa de hora e meia

BRASÍLIA — Tenso e deslocado durante a solenidade de transmissão do cargo no Ministério da Justiça, iniciada às 17h, o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, terá a sua permanência ou não no cargo definida hoje, em reunião marcada para as 9h30 com o ministro da Justiça, Célio Borja. "Venha amanhã (hoje) pra gente conversar", disse secamente Célio Borja, no momento em que recebeu os cumprimentos de Tuma. O diretor do DPF permaneceu com o novo ministro pouco mais de 15 segundos, assim mesmo por causa da insistência dos fotógrafos em colher uma imagem dos dois juntos. Minutos antes, Tuma teve que enfrentar uma longa fila para ser o último a cumprimentar o ministro que deixava o cargo, Jarbas Passarinho, num encontro cercado de constrangimentos.

O desconforto de Romeu Tuma na solenidade de transmissão de cargo no Ministério da Justiça, que se estendeu até as 18h, era evidente. Ele chegou junto com Passarinho e Célio Borja da solenidade realizada no Palácio do Planalto mas, ao invés de entrar no auditório da cerimônia pela passagem reservada às autoridades, Tuma retornou e se misturou ao público, comprimido no final do salão, em companhia do filho, o deputado federal Robson Tuma (PL-SP).

Nada mudou — Enquanto Passarinho deixava o ministério sob aplausos dos funcionários emocionados que lhe jogavam pétalas de rosas, Tuma, deliberadamente ignorado, seguia atrás, esforçando-se inutilmente para mostrar que sua relação com o ex-ministro não estava abalada. "Nada mudou na nossa amizade", repetia Tuma diante da abordagem dos repórteres. A situação de Tuma na direção do DPF ficou delicada depois da notícia, publicada domingo pelo **JORNAL DO BRASIL**, de que ele vinha sendo investigado por Passarinho, com o auxílio do Ministério do Exército, por suposto envolvimento com o ex-delegado federal de Foz do Iguaçu, Wilson Perpétuo, acusado de contrabando de armas e café para o Paraguai.

Dentro de 15 dias, a Procuradoria Regional da República no Paraná dirá se oferece ou não denúncia contra Perpétuo, atualmente respondendo pela Secretaria de Segurança Pública de Alagoas. O inquérito, aberto a mando do juiz *Edgar Lippmann*, transferido da comarca após adotar providências para apuração do caso, já havia inocentado Tuma, mas o procurador Alcides Alberto Munhoz poderá solicitar novas investigações. Procedente de Lyon, na França, onde presidiu a reunião semestral da Interpol, Tuma chegou ao Brasil por volta das 6h de ontem. Apesar da diferença de mais de quatro horas no fuso horário, rumou imediatamente para Brasília e, ainda pela manhã, conversou por aproximadamente uma hora e meia com o senador Jarbas Passarinho.

Delegado se irrita e diz palavrões

Romeu Tuma recordou que foi mantido na direção do DPF na transição do governo Sarney para o governo Collor com o endosso do ex-ministro da Justiça Bernardo Cabral e continuou no cargo com a concordância de Jarbas Passarinho. "Nada impede que esse ministro (Célio Borja) diga que não precisa de mim no time dele", reconheceu o delegado. "Meu chefe é o ministro da Justiça e o meu cargo é dele", emendou. Visivelmente nervoso, alternando momentos de mau humor — quando usou vários palavrões — com tiradas irônicas, Tuma negou que tenha enviado de Lyon um telegrama ao presidente Collor, colocando o cargo à disposição. "Isso não existe, é mais uma mentira", irritou-se.

Segundo Romeu Tuma, "é notório que existem bandidos, traficantes e corruptos que querem me ver não apenas fora do governo, mas morto." Atribuiu a "essa corja de rabo preso" com ramificações também dentro do governo, notícias "plantadas" na imprensa, segundo sua expressão, dando conta que ele possui dossiês comprometedores de autoridades. "Isso é coisa de gente corrompida que não quer ir só e começa a levantar insinuações maldosas." Tuma reconheceu, entretanto, que sua inteção é permanecer no cargo. "Tenho pré-requisitos, sou concursado, um policial de carreira, mas quem forma o time é o ministro (Borja)," repetiu. Sobre as investigações do Exército, o delegado negou, após o encontro com Passarinho, a versão publicada na imprensa.

Romeu Tuma ficou mais irritado ainda quando lhe perguntaram sobre sua ligação [illegible] que chefiava a [illegible] do DOPS [illegible] nos militares, [illegible] Bandeirantes [illegible] tagem publica[illegible] JB, o capitão [illegible] delegado Ap[illegible] dra, hoje um dos [illegible] Tuma. O delegado Ap[illegible] transferido por T[illegible] Federal em 1983, [illegible] política se con[illegible] de repressão [illegible] "Meus assessores [illegible] Brasília e não em [illegible] conversou Tuma, [illegible] "não adianta [illegible] porque vão lev[illegible] mim."

Junqueira promete apurar denúncia

O procurador geral da República, Aristides Junqueira, disse ontem que pretende apurar o envolvimento do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF), delegado Romeu Tuma, em contrabando de armas e café na cidade de Foz do Iguaçu (PR), conforme denúncia feita em reportagem do **JORNAL DO BRASIL** no domingo passado. "Se a representação chegar à minha mesa, eu analiso e mando apurar", afirmou. Junqueira deixou claro que a mudança no Ministério da Justiça, com a troca do senador Jarbas Passarinho pelo jurista Célio Borja, não vai mudar a linha de atuação adotada na Procuradoria da República. Ele voltou a defender a criação de uma polícia judiciária, vinculada ao Ministério Público, para apressar as decisões do Judiciário.

Comedido, Aristides Junqueira [illegible] sobre o envolvimento de [illegible] em [illegible] de contrabando, revelando que o processo ainda não chegou às suas mãos. "O Ministério Público tem que viver em harmonia com a Polícia Federal", disse, defendendo, porém, a ampliação dos debates sobre a relação entre a Polícia Federal e o Ministério Público. "Acho que a polícia judiciária deveria ser vinculada ao Ministério Público", defendeu.

Quanto às investigações feitas por órgãos de informações do Exército sobre Romeu Tuma e o DPF, Aristides Jun[illegible] "Essa questão é [illegible] terna e [illegible] internas, já que a Polícia Federal é vinculada [illegible]", disse. "O nosso trabalho no Ministério Público continua o mesmo, pois as mud[illegible] no Executivo não podem afe[illegible] nossa atuação", resumiu. E aprov[illegible] para lembrar que o Ministério Público necessita mesmo é de mais pe[illegible]. "Estamos precisando é de gente", reconheceu. "Nos estados de Ron[illegible], Roraima e Amapá não temos p[illegible], e isso é muito grave", co[illegible].

Borja estuda nomes para direção da Polícia Federal

O ministro da Justiça, Célio Borja, indicará o diretor geral do Departamento de Polícia Federal (DPF) a partir de uma lista de nove delegados que ocupam funções de comando na sede do órgão em Brasília. A lista foi entregue pelo secretário Romeu Tuma. Um dos indicados, Nascimento Alves Paulino, foi recebido ontem à tarde pelo ministro. Ele é diretor da Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) e presidente reeleito por unanimidade para um segundo mandato à frente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADEF). Mário Cassiano Dutra, diretor da Coordenação Central Judiciária (CCJ), amigo de longa data do procurador geral da República, Aristides Junqueira, é outro nome muito cotado.

O ministro não tem escondido de seus interlocutores o desejo de aproximar mais a Polícia Federal do Ministério Público. O diretor da Coordenação Central Policial (CCP), Oscar Camargo, responsável pela indicação de Wilson Perpétuo para a Secretaria de Segurança Pública de Alagoas, também foi relacionado na lista para a escolha do novo diretor do DPF. As denúncias de corrupção contra Perpétuo podem pesar contra Camargo.

Édson Rezende, chefe da Interpol no Brasil e superintendente no Rio de Janeiro, um homem culto e bem relacionado com as polícias internacionais, foi outro nome sugerido ao ministro da Justiça. Figuram também na lista Amaury Galdino, diretor da C[illegible] gência da PF e ex-[illegible] taria Nacional de [illegible] Pública; Mauro Sp[illegible], [illegible] gabinete de Tuma; [illegible] superintendente em [illegible] Paulo Magalhães, [illegible] são de Repressão aos [illegible] tes (DRE); e Marco Ant[illegible] nezi, há vários anos [illegible] em São Paulo. (AE)

Borja proíbe Tuma de falar sem autorização

□O ministro da Justiça confirmou a determinação ao delegado e exigiu uma referência à autorização antes de Tuma aparecer num programa de tevê

Acostumado a exibir diariamente o brilho de sua estrela de super-xerife no noticiário, o secretário nacional de Polícia Federal, Romeu Tuma, recebeu uma determinação anti-exibicionismo do ministro da Justiça, Célio Borja: não conceder entrevistas sem prévia autorização. Defensor de uma PF mais técnica e menos pirotécnica, Borja confirmou ontem que fez esta recomendação ao delegado na semana passada, quando anunciou sua permanência no cargo de secretário e o afastamento da diretoria da Polícia Federal. "É isso mesmo", confirmou o ministro, secamente.

Ontem, para que Tuma pudesse dar entrevista ao vivo no jornal da TV Bandeirantes, Borja exigiu que fosse feita uma referência expressa à autorização especial que o delegado recebeu dele para aparecer na tevê.

Evitando as interpretações sobre a perda de poder de Tuma, Borja voltou a dar declarações de prestígio ao delegado. Disse que o afastamento da direção do Departamento de Polícia Federal não diminuirá o "brilho de sua estrela" e que, ficando somente no cargo de secretário, Tuma terá condições de fazer um trabalho "importantíssimo". Este trabalho inclui a definição e execução de políticas de segurança pública e acompanhamento das empresas de vigilância.

CONTROLE TOTAL — Célio Borja ainda não definiu o nome do sucessor de Tuma no DPF, mas mantém a disposição de escolher, em dez dias, uma pessoa do quadro de carreira da Polícia Federal, o que atende a uma antiga reivindicação dos funcionários. "Não tenho pressa para escolher, o importante é escolher bem", disse. O ministro está recebendo sugestões de pessoas de sua confiança e aguarda uma lista de indicações a ser apresentada por Tuma.

O futuro político do delegado dependerá desta escolha. Se for indicada uma pessoa de sua confiança para a direção do DPF, Tuma manterá o controle absoluto sobre o órgão, que dirige desde 1986. Caso contrário, fontes da Polícia Federal apostam que ele não se adequará às novas funções administrativas e acabará pedindo demissão da Secretaria Nacional de Polícia Federal. (AE-AG)

POLÍTICA ECONÔMICA

Collor garante apoio integral a Marcílio

O presidente respondeu às críticas dizendo que a economia vem sendo conduzida de maneira firme, serena e eficiente

Brasília — O presidente Fernando Collor declarou ontem apoio "invariável e integral" ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, que conduz em Washington as negociações sobre a dívida externa brasileira. As referências de Collor ao ministro foram feitas na cerimônia de formatura de novos diplomatas no Itamaraty. "A política econômica vem sendo conduzida de maneira firme, serena, equilibrada e eficiente pelo ministro Marcílio", frisou. "Resta-nos, tão somente, incentivá-lo, apoiá-lo, dar todo o nosso reforço que ele necessitar para que consigamos sucesso na busca da estabilidade econômica e da retomada do crescimento", acrescentou.

Esta semana, o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, criticou severamente a política econômica do governo, sugerindo a saída do ministro Marcílio.

Collor voltou a criticar os especuladores financeiros, responsáveis, na sua opinião, pela recente valorização do dólar no mercado paralelo e pela queda nas bolsas de valores. Ele acredita que a economia brasileira está no caminho certo e que não há o que mudar na orientação da política econômica, pois já foi cumprida "mais da metade da travessia em busca da estabilidade econômica".

O presidente referiu-se à agitação no mercado financeiro, esta semana, e criticou: "É uma coisa impressionante. Eles não se satisfazem, têm que especular para ganhar mais uma coisa. Nesta semana, essa alta do dólar, por quê? À custa de quê?"

OTIMISMO — As declarações do presidente sobre Marcílio e a política econômica foram feitas no discurso na cerimônia de formatura de 23 novos diplomatas, no Itamaraty, e na entrevista à imprensa, depois. Collor reafirmou que 1993 "continua sendo um ano de arrebentar a boca do balão", convicto de que o país está no caminho certo. "O processo de desestatização caminha bem, o nível de investimentos estrangeiros vem-se mantendo de forma mais do que satisfatória, as reservas estão bem", avaliou.

Collor está otimista em relação à aprovação do ajuste fiscal, que o governo encaminhará ao Congresso no início do segundo semestre. "Estamos indo bem, já tendo equacionado parte da dívida referente aos bancos credores privados. Isto nos dá nova perspectiva", declarou.

Ele considerou naturais as críticas do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, à equipe econômica, sugerindo até a destituição do ministro Marcílio. "Estamos num regime democrático. Acho que todos têm que defender os seus interesses, os seus pontos de vista", afirmou. "Eu acredito que a participação de todos é muito importante, seja na sua palavra de incentivo, de colaboração, seja nas críticas". Para o presidente, o importante é ter certeza de que "o caminho é esse". Ele comentou ainda, com os jornalistas, a questão da isonomia salarial no Executivo, Legislativo e Judiciário, classificando-a de "importantíssima". Disse que até o meio do ano essa equiparação "será viabilizada" e que se trata de "uma obrigação institucional dos três poderes da República de chegarem rapidamente a uma proposta que viabilize a isonomia salarial nas três esferas do poder".

[illegible] — Collor diplomou e entregou placa e medalha ao primeiro aluno da turma de formandos do Itamaraty, Aquiles Emílio Zilmar Neto, e a [illegible]

[illegible]

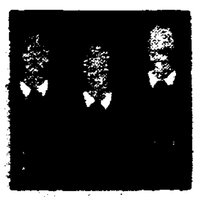


Convicção: *a travessia rumo à estabilidade está quase no fim, disse Collor aos diplomandos*

01-03

9203705

Bornhausen inicia operação de paz no governo



□O articulador político de Collor fará hoje visitas aos ministros para garantir o clima de unidade do governo. Ele deve ouvir as queixas dos colegas e eliminar ressentimentos causados pela reforma

LUCIANO SUASSUNA
Brasília/ZH

Às 8h de hoje, quando subir ao quarto andar do prédio do Ministério da Justiça para um encontro com o ministro Célio Borja, o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, estará cumprindo uma missão mais complexa que a nomeação do renovado ministério do presidente Fernando Collor. Durante todo o dia, Bornhausen conversará com vários colegas de gabinete para eliminar as fissuras provocadas pelo terremoto político que sacudiu o ministério com a demissão coletiva em 30 de março.

"O presidente quer que o Palácio do Planalto tenha com a Esplanada dos Ministérios uma relação tão azeitada como a que se pretende ter com o Congresso", justifica um graduado funcionário do Planalto. Na semana passada, logo após a posse coletiva dos cinco novos ministros, Collor incumbiu Bornhausen de pacificar o ministério. A peregrinação do ministro foi iniciada na quinta-feira, numa visita ao ministro da Saúde, Adib Jatene, mas será hoje que Bornhausen tratará dos casos mais delicados.

SINTONIZAR — Desde a posse, o ministro da Justiça, Célio Borja, tem insistido em afirmar que a coordenação política foi confiada a Bornhausen. Se o diálogo entre os dois não funcionar com a mesma sintonia, no entanto, aparecerão problemas em potencial a partir do momento em que Borja iniciar o projeto de reformulação da legislação eleitoral e de alguns pontos da Constituição, como determinou o presidente Collor.

O caso mais complexo a ser resolvido por Bornhausen refere-se ao ministro da Agricultura, Antônio Cabrera. Se o ministro-chefe tivesse obtido sucesso na negociação com o PSDB, Cabrera estaria hoje fora do ministério. Confirmado no cargo há dez dias, o ministro não manteve qualquer contato com Bornhausen. "Toda a minha lealdade é com o presidente", disse Cabrera a um auxiliar na semana passada.

OUVIR QUEIXAS — Para evitar que os diversos ministérios se transformem em compartimentos estanques da mesma administração, o presidente Collor deu o primeiro recado recomendando a integração da nova equipe durante a posse dos ministros, há uma semana. Insistiu na idéia durante a reunião ministerial de quinta-feira. A missão de Bornhausen é ouvir queixas específicas. Ao delegar a missão ao ministro, o presidente também reforçou a idéia parlamentarista embutida nesta nova fase do governo.

O ministro-chefe da Secretaria de Governo é o responsável integral pelas relações políticas com o Congresso e com os ministros. No convívio cotidiano com deputados e senadores, Bornhausen sabe que terá de fazer seguidos pedidos aos ministros para garantir votos no Congresso aos projetos do governo — e só terá sucesso se a equipe estiver disposta a atendê-lo.



Pacificador: *Bornhausen busca a sintonia entre o ministério e o [illegible]*

02

Bornhausen explica sua missão política



☐O ministro-chefe da Secretaria de Governo disse no discurso de posse que seguirá determinações de Collor. Afirmou ainda que credibilidade é mais importante que popularidade

Na cerimônia de posse mais concorrida do governo Collor, o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, anunciou que sua missão é política, mas não vai conduzir nenhuma ação e sim obedecer fielmente às orientações do presidente Fernando Collor. Diante de 3 mil pessoas, Bornhausen ressaltou que credibilidade é fundamental e que "a popularidade vai e volta na gangorra dos acontecimentos". No momento em que o governo alcança baixos índices de aceitação e tenta se livrar das denúncias de corrupção, ele destacou: "Perder popularidade, em muitos momentos, significa coragem e respeito a princípios. Não representa uma derrota." Para o ministro, que teve um discurso classificado de brilhante pelo presidente Collor, derrotados são os que perdem credibilidade para ser fiéis à demagogia.

Bornhausen também mandou um recado aos políticos dos partidos que estão resistindo em apoiar o governo: "No momento presente, a ninguém é lícito fugir a um chamamento para servir à pátria." Para conseguir sucesso na sua articulação política, ele garantiu que vai dialogar permanentemente com a oposição na busca de apoio, mas alertou: "Ninguém me verá jamais como um aliciador."

Dizendo-se parlamentarista por convicção e político por vocação, Bornhausen evidenciou que a classe política precisa ser valorizada e corretamente posicionada aos olhos da opinião pública. Mas para isto não bastam intenções nobres: "Será necessário que os políticos exprimam sua adesão ao bem comum, demonstrem o sentido de missão e de serviço público sem os quais a atividade resultará em um exercício estéril de poder."

PAPEL — A cerimônia de posse durou 25 minutos, mas a fila de cumprimentos ao presidente Collor e ao ministro-chefe levou uma hora e 25 minutos para se encerrar. Antes de dar início aos cumprimentos, Collor, aparentando satisfação, também falou da importância da credibilidade, dizendo que as últimas mudanças no governo não significam modificações de rumo, e estabeleceu o papel de Bornhausen: ajudá-lo a demonstrar à classe política o acerto da mensagem e das propostas do governo e receber, em nome do presidente, as reclamações, críticas e sugestões dos políticos e de outros líderes da sociedade. O presidente lembrou, rapidamente, o papel do ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho, que cumpriu sua missão com "competência, equilíbrio e absoluta probidade".

Com os ex-ministros Jarbas Passarinho e Francisco Rezek (Relações Exteriores) tristes de um lado e o líder do PTB, deputado Nélson Marquezelli (SP), bastante sorridente de outro, Collor pôde visualizar e apresentar a nova face de seu governo. Políticos de todos os partidos que o apóiam estavam presentes, incluindo os chamados "independentes" — PDS, PDC, PL e PTB. Também havia alguns representantes do PSDB.

Enquanto o presidente do PDS, Paulo Maluf, se manteve discreto e reafirmando seu apoio a um programa de governo que retome o desenvolvimento nacional, o líder do PTB fez questão de expor apoio total ao governo e apresentar o partido como uma fonte de bons nomes para qualquer pasta que venha a ser oferecida. Marquezelli ocupou um lugar entre os integrantes do governo, ao lado do líder governista do Senado, Marco Maciel (PFL-PE), que estava colocado na mesma fila dos ministros. Nem o líder de governo da Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), ocupou este espaço.

A cerimônia contou com a presença de pelo menos dois nomes cogitados para trabalhar com Collor — o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, e o sindicalista Luís Antônio Medeiros. Onze ministros e quase todos os secretários também compareceram. As ausências mais sentidas foram a do ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, e os secretários particular, Cláudio Vieira, e de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, que segunda-feira será substituído por Eliezer Baptista. (Brasília/ZH)



Atual e ex: *Jorge Bornhausen é cumprimentado por Passarinho. Collor aparece ao fundo*

Célio Borja promete seguir investigações

O novo ministro da Justiça, Célio Borja, disse, ao tomar posse ontem, que sua pasta terá papel de vanguarda nas discussões em torno da reforma do Estado, da Constituição e do plebiscito sobre a forma de governo. Após a solenidade, Borja afirmou que continuará apurando as denúncias de corrupção dentro do governo, mas ressaltou que isto só ocorrerá nos casos em que existam provas.

O ministro adiantou que não pretende realizar grandes mudanças no Ministério da Justiça. Apenas adiantou que na semana que vem começará a conversar com os integrantes do ministério. O diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, disse que não vê motivos para que Célio Borja diga que não precisa mais de seus serviços. O destino de Tuma será definido hoje durante o encontro com o ministro da Justiça. Ontem, de volta da França, Tuma negou que tenha apresentado seu pedido de demissão ao presidente Fernando Collor no dia anterior por telex e esteve por mais de uma hora com o ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho.

A transmissão de cargo foi realizada no auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça. O novo ministro recebeu um grupo de lideranças indígenas que reclamaram melhores condições de vida e mais verbas para a Fundação Nacional do Índio (Funai). O cacique Raoni disse a Célio Borja que sua tribo está sem dinheiro para trabalhar. Borja afirmou que conversaria com o presidente da Funai, Sidney Possuelo, sobre os problemas. (Brasília/ZH)

Passarinho mostra ressentimento no discurso de saída

Jarbas Passarinho deixou o Ministério da Justiça fazendo críticas ao governo. Durante o discurso de transmissão de cargo, deixou transparecer algum [illegible] pela sua saída. Comparando o exercício do ministério a [illegible], Passarinho disse que "muitas vezes se é ferido [illegible] não apenas pelas balas dos inimigos, mas com alguma [illegible] pelo amigo que cura o [illegible]".

O ex-ministro disse que [illegible] acostumar-se com "[illegible] do tempo e as [illegible] homens". Aproveitou para [illegible] a criticar o [illegible], classificando de [illegible].

Passarinho [illegible] dos funcionários do [illegible] Justiça quando se referiu [illegible] "Mal pagos, [illegible] até de [illegible] injustos." [illegible]

03-03

9203705

Partidos políticos tentam motivar eleitores

BELO HORIZONTE

Desempenho fraco dos 5 candidatos


Hélio Costa

Pesquisas recentes apontam um elevado grau de indefinição do eleitorado de Belo Horizonte. "Está mais devagar que jogo da seleção brasileira", disse um cientista político que teve acesso aos números. Até agora, apenas o vereador Patrus Ananias, do PT, foi confirmado em prévia da convenção. As pesquisas indicaram três nomes mais cotados, pouco abaixo da faixa de 15% de intenção de voto: Maurício Campos (ex-prefeito de Belo Horizonte e deputado federal pelo PL); o apresentador de TV Hélio Costa (PRN) e Sérgio Ferrara (PMDB), também ex-prefeito da capital. Em seguida, vêm Patrus Ananias e Aécio Neves (deputado federal pelo PSDB), numa faixa entre 5% e 10% das preferências. Os desempenhos são considerados fracos, faltando pouco mais de quatro meses para as eleições. Os outros candidatos estão abaixo dos 2% e entre eles as pesquisas definem dois pólos. O primeiro é formado pelo PT, que tem sólida militância na capital e simpatizantes em número capaz de levá-lo ao segundo turno. O segundo reúne Campos e Ferrara, dois representantes da política tradicional de Belo Horizonte, com fama de terem feito boa administração na prefeitura.

SALVADOR

Nem ACM sabe em quem vai votar

A disputa pela sucessão do prefeito Fernando José ainda está engatinhando. Um dos principais personagens desta eleição, o governador Antônio Carlos Magalhães (PFL), ainda não sabe se vai apoiar alguém e aguarda o resultado de uma pesquisa que encomendou ao Ibope para saber que postura deverá adotar. Como o Ibope constatou que 55% dos eleitores votariam num candidato indicado pelo governador, Antônio Carlos poderá influenciar fortemente a disputa. Já estão lançadas as candidaturas da ex-secretária municipal de Ação Social, Maria Del Carmem (PSC), de João Almeida (PMDB), de Lídice da Matta (PSDB), de Beth Wagner (PPS), de Marcos Medrado (PDC), de Pedro Irujo (PRN), de Sérgio Gaudenzi (PDT) e de Manoel Castro (PFL). O PT ainda não decidiu se a vereadora Geracina Aguiar, que foi indicada numa prévia com a participação de 1.200 petistas, derrotando os deputados estaduais Nélson Pellegrino e Edival Passos, será mesmo a candidata do partido. Parte da direção do PT alega que Geracina venceu uma prévia da qual participaram poucos militantes e, por isso, terá que se submeter a um segundo teste. Geracina Aguiar não se conformou e o partido está rachado em Salvador.

FORTALEZA

Um teste decisivo para três forças

PSDB, PMDB e PDT têm condições de ganhar a prefeitura de Fortaleza, mas apenas o PDT definiu o vice-governador Lúcio Alcântara como candidato a prefeito. A eleição do dia 3 de outubro significa para as três maiores forças políticas do estado um teste de sobrevivência. O PSDB tem três candidatos a vice: Assis Machado Neto, Adolfo Marinho e Marfisa Aguiar. Eles, e todos os aspirantes a prefeito, como os deputados federais Jackson Pereira e Moroni Torgan, apoiam a candidatura consensual do ex-governador Tasso Jereissati, presidente nacional do partido, lançada pelo governador Ciro Gomes. No PDT, o deputado federal Edson Silva é o virtual candidato a vice, preenchendo a vaga oferecida por Lúcio Alcântara ao PSDB. Ele disputou com Ciro Gomes a prefeitura de Fortaleza nas últimas eleições municipais e perdeu por cerca de 5 mil votos. O prefeito Juraci Magalhães, do PMDB, defende um representante de sua administração, aprovada em pesquisa do Datafolha com índice de 77% de ótimo e bom. Juraci demonstra preferência pelo secretário de Finanças da Prefeitura, Elmo Cambraia, ou pelo secretário de Obras, Marcelo Teixeira.


Tasso Jereissati

CURITIBA

Opções não [illegible] caciques locais


[illegible]

A corrida pela sucessão do prefeito Jaime Lerner (PDT) também anda em marcha lenta. Não por falta de empenho dos pré-candidatos, que já se esmeram em visitas à periferia e em programas de rádio. É que os dois principais caciques desta disputa, o prefeito e o governador Roberto Requião (PMDB), ainda não [illegible] com os nomes que têm [illegible] e as pesquisas [illegible] que o eleitorado também não. Pelo PDT, os pré-candidatos são o deputado estadual Rafael Greca de Macedo e dois técnicos pouco conhecidos, Cássio Taniguchi [illegible] Eduardo Ceneviva, companheiros de primeira hora de Lerner. O candidato [illegible] popular, com 19% das intenções de voto, o deputado estadual [illegible] decolou no PMDB e [illegible]. Empatado tecnicamente com [illegible], o ex-prefeito [illegible], porém, [illegible] de 41%. Outro pré-candidato do [illegible] é o vereador [illegible] [illegible] do: [illegible] ataca Lerner, [illegible] Erundina de [illegible] partido que [illegible] realizada [illegible] Luciano Pizzatto. O deputado estadual Florisvaldo Fier é pré-candidato pelo PT e o empresário [illegible], pelo [illegible].

RIO DE JANEIRO

PDT sem definição impede coligações

O PT faz convenção este fim de semana para homologar a candidatura da deputada federal Benedita da Silva à prefeitura do Rio, que já tem o também deputado Amaral Neto, do PDS, em plena campanha. O PC do B e o PV aguardam a definição do candidato do PDT para decidir se fazem coligação com brizolistas ou petistas. PFL e PL, que não apresentarão candidaturas próprias, devem se coligar com o PMDB. Mas a campanha no Rio ainda está morna porque o PDT, líder de todas as pesquisas, mergulhado em disputas internas entre o governador Leonel Brizola e o prefeito Marcello Alencar, ainda não escolheu candidato: concorrem os deputados federais Miro Teixeira e Cidinha Campos, o secretário estadual de Obras, Bocayuva Cunha, e o secretário municipal de Obras, Luis Paulo Correia da Rocha. Já estão certas as candidaturas do advogado Técio Lins e Silva, do PST, e do deputado federal Sérgio Arouca, do PPS. Os dois não conseguem ultrapassar os 3% nas pesquisas. Técio e Arouca já conversaram sobre a possibilidade de unirem forças, mas não houve acerto.

As várias facções do PMDB aguardam, desconfiadas, a confirmação da candidatura do deputado federal César Maia, que também não consegue subir nas pesquisas e já deu sinais de que pode desistir da candidatura. Os tucanos, divididos, estão indecisos entre seguir o presidente do partido no Rio, Ronaldo Cezar Coelho, para uma coligação com o PDT, ou partir para a candidatura própria, com o deputado estadual Sérgio Cabral Filho.

RECIFE

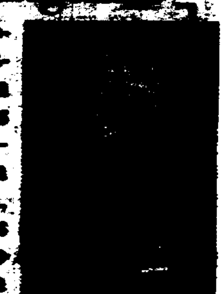
Campanha cozinha em 'banho-maria'



Jarbas Vasconcelos

Temendo a recessão que frustra as esperanças da população, as principais forças políticas de Pernambuco estão cozinhando em *banho-maria* o processo eleitoral, evitando definir logo os candidatos a prefeito. Os dois maiores partidos no estado, PFL (por estar no governo) e PMDB (75 mil filiados) não têm pressa em apontar seus postulantes à prefeitura do Recife. O governador Joaquim Francisco, que divide o controle da máquina partidária pefelista com o ministro Ricardo Fiúza, da Ação Social, e com o senador Marco Maciel, afirma que não tem pressa: "Ninguém agüenta mais campanhas longas." PT, PSDB e PPS — ex-PCB — abrigaram-se no Fórum de Mobilização pelo Recife para disputar as eleições na capital, mas a condição do PT [illegible] que quer um candidato [illegible] chapa — está implodindo a débil coligação. O PSB, reforçado há três anos pelo ingresso do ex-governador Miguel Arraes, se esforça para ser o fiel da balança, ora [illegible] o PDT de Brizola, com quem está [illegible] mente coligado, ora acenando [illegible] PMDB, se o partido finalmente se definir pela indicação do ex-prefeito Jarbas Vasconcelos. Dos nomes lançados à sucessão do prefeito Gilberto Paulo, até agora o mais cotado — 40% da preferência — é o de Jarbas, vice-presidente do PMDB e derrotado por Joaquim Francisco em 90.

Favoritismo do PT assusta dirigentes



Em clima de euforia, que está assustando seus líderes a ponto de orientarem os militantes para trabalharem mais, já que a eleição não está ganha, o PT lidera todas as pesquisas de opinião para eleger prefeito da capital gaúcha o ex-vice-prefeito Tarso Genro, advogado trabalhista e uma das lideranças [illegible] tendência *Nova Esquerda* [illegible] *Convergência Socialista* [illegible] correntes [illegible] com 39% [illegible] há dois meses. O [illegible] [illegible]

Deputados, [illegible] se [illegible] falta de peso eleitoral [illegible] ge, ainda não tem candidato [illegible] Germano [illegible] (PFL) [illegible] deu se [illegible] ex-prefeito [illegible] (PDS). O PTB [illegible] estadual Valdir [illegible] [illegible] com exceção do PT, que [illegible] tado Raul Pont, não [illegible] para facilitar coligações.

02

9203706

SANTOS

PT, PMDB e PDT saem na frente

Por enquanto, a eleição em Santos, a principal cidade do litoral paulista, é disputada pelo candidato do PMDB, o ex-prefeito Oswaldo Justo — com 29% na última pesquisa realizada pelo Ibope — e pelos representantes do PDT, o deputado federal Beto Mansur, e do PT, David Capistrano, ex-secretário de Saúde e de Governo da atual prefeita, a petista Telma de Souza. Hoje, a convenção do PDT homologará a candidatura de Beto Mansur. Depois de lançar a candidatura do empresário Omar Laim, o PSDB, para confirmar a sina de partido indeciso, voltou atrás. Agora, os tucanos resolveram optar pelo deputado federal Koyu Iha. Ex-prefeito de São Vicente, cidade vizinha de Santos, Iha trocou de domicílio eleitoral na última hora e lançou sua candidatura. O episódio ainda não foi bem entendido pelos eleitores santistas, que lhe dão apenas 5% das intenções de voto, segundo as últimas pesquisas. O deputado Beto Mansur aparece em segundo lugar no Ibope, com 25% da preferência do eleitorado, seguido por David Capistrano, com 21%. Capistrano tem a seu favor a popularidade da administração da prefeita Telma de Souza — que recebeu 95% de aprovação. No entanto, a consulta do Ibope mostrou alto número de eleitores dispostos a votar em branco ou a anular o voto, em torno de 15%. Os indecisos, porém, são poucos: apenas 9%.

SÃO PAULO

Sílvio é uma pedra no sapato de Maluf



Eduardo Suplicy

A sucessão da prefeita Luiza Erundina (PT) depende da definição de dois pré-candidatos: o senador Mário Covas (PSDB) e o apresentador Sílvio Santos (PFL). As últimas pesquisas mostram a preferência do eleitorado pelo candidato do PDS, Paulo Maluf, seguido por Covas e pelo petista Eduardo Suplicy. Sílvio desarrumaria este quadro. O dono do SBT arrebata parte dos eleitores do PDS. Para evitar a divisão de votos, Maluf quer Sílvio como vice. Com poucas chances de vencer o deputado Arnaldo Faria de Sá na convenção em junho, Sílvio e seu *padrinho*, o ex-senador Marcondes Gadelha, querem intervenção na Executiva Regional de São Paulo. A primeira investida falhou na quarta-feira. O PFL decidiu apenas pela candidatura própria, recusando aliança com o PMDB. Mas a direção nacional, com apoio do senador Hugo Napoleão, promete voltar à carga. Enquanto o PSDB tenta convencer Covas a disputar a eleição, o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, tenta sensibilizar o ex-governador Tasso Jereissati para colocar um tucano como vice de Suplicy. Na galeria dos *nanicos* estão o vice-governador Aloísio Nunes Ferreira (PMDB) — candidato do governador Luiz Antônio Fleury —, o jornalista Ferreira Neto (PST) e a novidade da semana: o empresário Herbert Levy, do minúsculo Partido Cívico de Desenvolvimento Nacional.

VITÓRIA

Recuos e traições retardam consenso

A eleição em Vitória tem dois fatos inusitados: o prefeito Vitor Buaiz (PT) decidiu abandonar o processo de sucessão depois que seu vice, o jornalista Rogério Medeiros, perdeu a convenção para o deputado João Carlos Coser, apoiado pela tendência Democracia Socialista. O segundo fato é a briga entre o governador Albuíno Azeredo (PDT) e seu antecessor, Max Mauro. O candidato favorito nas pesquisas, o deputado federal Paulo Hartung (PSDB), conseguiu o apoio de Max e do vice-governador, Adelson Alves. Porém, até agora, Albuíno hesita em apoiar Hartung. O governador se sente traído pelo deputado. Albuíno chegou a anunciar na televisão a filiação de Hartung ao PDT, mas o tucano mudou de idéia e abandonou a noiva no altar. Ao que tudo indica, a Frente Vitória, formada no segundo turno da eleição de 1990 e composta então por PSDB, PT, PDT, PSB, PPS e PC do B, deve indicar Hartung. Se o nome de Coser for recusado pela Frente, o PT está disposto a disputar a eleição sozinho. Hartung pode até se beneficiar da divisão do PT, conquistando o apoio de Buaiz e Rogério Medeiros. A pré-candidata do PMDB, deputada Rita Camata, e seu marido, senador Gerson Camata, provável candidato do PDC, ainda não confirmaram suas participações nas eleições de 3 de outubro.

Guerra de rádios acaba na Justiça

O deputado federal Roberto Magalhães Teixeira (ex-PMDB, hoje no PSDB) é o líder das pesquisas para prefeito de Campinas, a segunda maior cidade do estado de São Paulo e reduto do ex-governador Orestes Quércia, que luta para ganhar a disputa. O pré-candidato do PMDB, o médico José [illegible] Pinotti — secretário de Saúde no governo Quércia, e inocentado em processo de fraude contra o INSS —, tem o apoio do PDT, partido do prefeito [illegible] (ex-PT). Por enquanto, a eleição à prefeitura é disputada em programas de rádio e televisão. O candidato do PMDB apresenta os programas *Frente a frente com Pinotti*, na TV Diário do Povo, e *Dia a dia com Pinotti*, na Rádio Central, ambos de propriedade de Quércia. O candidato do PRN, deputado federal [illegible] Rocha, também apresenta um programa, em sua própria emissora, a TV FR. Segundo a legislação eleitoral, os candidatos podem apresentar programas até [illegible] meses antes da eleição. O prazo termina no dia 3 de julho. O candidato do PT, Renato Simões, apoiado pelo PSDB, encaminhou representação à Justiça para interromper os programas dos adversários. Como os programas de Pinotti entraram no ar no dia 13 de abril, Simões quer caracterizá-los como "[illegible]". Para Pinotti, os programas são apenas "prestação de serviço".

JB 28/4

Luta pela prefeitura divide PFL paulista

Faria de Sá e Sílvio não se entendem e vão para confronto

SÃO PAULO — Entre risos, abraços e apertos de mãos, o empresário e apresentador Sílvio Santos e o deputado federal Arnaldo Faria de Sá declararam-se ontem cordiais inimigos na disputa pela candidatura da prefeitura paulistana pelo PFL. Às duas horas de reunião entre os dois, na sede da Portuguesa de Desportos (clube presidido pelo parlamentar), ao contrário do que supunham os mais otimistas, não resultou numa chapa única com os nomes Sílvio Santos e Arnaldo Faria de Sá. "O PFL tem dois bons amigos candidatos a candidato", afirmou Sílvio. A disputa só será resolvida na convenção do partido, ainda sem data marcada.

"Temos adversários do outro lado, não entre nós dois", garantiu o deputado paulista. "Dentro do PFL, aquele que vencer a convenção terá o apoio do outro candidato", jurou Arnaldo Faria de Sá. Tanto a Sílvio Santos como a Arnaldo Faria de Sá não interessa outra coisa que não a candidatura à cadeira da prefeita Luiza Erundina.

"Como vice-prefeito, eu perderia meu mandato de deputado e isso não me interessa", disse Arnaldo Faria de Sá. A vice-prefeitura sequer passa, também, pela cabeça do apresentador do SBT. Para ambos, é tudo ou nada.

A guerra está declarada. Ontem mesmo, no final da tarde, Sílvio Santos se encontraria com quatro delegados do PFL — três do diretório de Itaquera e um, de Sapopemba. Até o final da semana, disse o *showman*, ele espera visitar os 48 delegados do partido em São Paulo. Sílvio Santos irá de porta em porta tentando convencer os correligionários de que "seria um excelente prefeito para São Paulo". Ele avisou a Arnaldo Faria de Sá: "Estou começando meu trabalho". E o deputado revidou: "Eu já comecei o meu faz tempo".

Partidários de Sílvio Santos calculam que dos 48 delegados do PFL, cerca de 30 pertencem à ala do deputado estadual Artur Alves Pinto, o maior opositor do empresário dentro do PFL. Foi Alves Pinto quem negociou com o governador Luiz Antonio Fleury Filho (PMDB) a direção de três estatais e uma secretaria estadual, em troca de apoio do PFL. "A aliança interessa mais ao governador do que ao PFL", afirmou Arnaldo Faria de Sá.

São Paulo — Luiz C. dos Santos



Faria de Sá e Sílvio

Intervenção — O PMDB já deu, no entanto, mostra de que os cargos do PFL dentro do governo estadual correm sérios riscos. O ex-senador Marcondes Gadelha foi expulso de seu gabinete no Memorial da América Latina, onde exercia o cargo de diretor executivo do Parlamento Latino-Americano. "O Adilson Alves [illegible] (secretário estadual de Cultura) disse que me afastava por causa de meu apoio à candidatura de Sílvio Santos", confirmou ontem Gadelha, articulador do encontro entre Faria e Sá e Sílvio Santos. O governador vê no apresentador do SBT [illegible] fincar pé em São Paulo.

Sílvio Santos, cuja candidatura nasceu na executiva nacional do PFL, garantiu que "não gostaria que houvesse uma intervenção do partido em São Paulo". Mas, um dos mais fervorosos defensores de sua candidatura, o malufista Antônio Guimarães, presidente e delegado convencional do diretório de Santa Efigênia, protocolou ontem, em Brasília, um pedido de intervenção no PFL paulista. Os partidários de Sílvio Santos temem que ele não alcance na convenção os 50% mais um dos votos para sagrar-se candidato a prefeito de São Paulo.

03

9203706

PMDB DEFINE NOME À PREFEITURA DE SP

O PMDB ratificou ontem, durante a convenção municipal, o nome do vice-governador Aloysio Nunes Ferreira como o candidato do partido à prefeitura de São Paulo. O lançamento oficial da campanha foi marcado pela presença de várias figuras ilustres do partido, como o presidente nacional, Orestes Quércia, o presidente de honra, Ulysses Guimarães, o líder da bancada, Arnaldo Jardim, o presidente da Assembléia Legislativa, Carlos Apolinário, e o governador Luís Antônio Fleury Filho. Os peemedebistas não demonstraram preocupação com as pesquisas de opinião, que apontam Aloysio em último lugar na preferência do eleitorado. O partido acredita em uma virada, como aconteceu com Quércia e Fleury.

MALUF VAI ESPERAR ELEIÇÃO DE 1994


Paulo Maluf

Paulo Maluf, presidente nacional do PDS, acha pouco ser prefeito de São Paulo, ou mesmo governador, e já alimenta o sonho de ser o primeiro primeiro-ministro de um Brasil possivelmente parlamentarista. Apesar de aparecer como líder da pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Gallup, onde obteve 32,6% das intenções de voto para a prefeitura de São Paulo, Maluf disse que não quer disputar as eleições de 1992, preferindo guardar sua munição para vôos mais altos em 1994. "Se até lá o país for parlamentarista, minha opção será disputar uma vaga no Senado ou na Câmara dos Deputados, em vez do governo do Estado", afirmou Maluf.

Mansueto deixa o PFL para coordenar sucessão em Caxias

□Prefeito de Caxias do Sul sai do PFL na próxima semana e estuda ingresso no PDT. Quer formar uma frente para derrotar o PMDB

O prefeito de Caxias do Sul, Mansueto Serafini Filho, confirmou ontem que deixará o PFL na próxima semana. Antes de oficializar a decisão, ele pretende conversar com as lideranças pefelistas e explicar que, na condição de independente, terá melhores condições para coordenar sua sucessão na prefeitura de Caxias. O principal objetivo do prefeito é ampliar a coligação da União Democrática Caxiense (integrada pelo PFL, PSDB, PL E PTB) com a inclusão do PDT. Serafini considera esta a única forma de enfrentar o PMDB, partido de maior estrutura na terra do ex-governador Pedro Simon.

Serafini deverá retornar ao PDT, partido que abandonou em 1985, por divergências locais. Por enquanto, o prefeito não admite esse rumo como definitivo — "antes precisaremos resolver alguns problemas" — porque seu trânsito na UDC seria dificultado. Mas não esconde a "emoção" de ter recebido convite público para voltar ao PDT do próprio governador Alceu Collares.

A inclusão do PDT na União por Caxias foi defendida por Collares há dois meses, quando esteve em Caxias. Depois surgiram candidatos de todos os partidos, impedindo o concreto início das negociações que Serafini, agora independente, quer articular. De antemão, prevê dificuldades, pois ninguém abre mão da cabeça de chapa.

COBERTURA — Apesar das divergências que o levaram a abandonar os pedetistas, ele se considera com excelente trânsito no partido. "O PDT tem a maior bancada na Câmara, e vem me dando cobertura", afirma. Caso ocorra essa nova coligação, Serafini acredita que a conquista da prefeitura será tranqüila.

Mansueto busca um nome de consenso para conseguir formar a aliança da UDC com o PDT. "Precisamos de um Meneghetti", ilustrou. Entre os possíveis candidatos já cogitados estão Luis Carlos Festugatto, Darwin Corsetti e Raul Bento Alves, no PDT, enquanto a UDC conta com Francisco Spiandorello (PSDB) e Mário Vanin (PFL). A inclinação de Serafini pelo PDT não significa que o nome de consenso surgirá necessariamente do trabalhismo caxiense. Em 1988, lembra, o PDT elegeu quatro vereadores e a UDC seis. Entre os eleitos pela coligação, dois vereadores hoje estão no PDT.

Ciro quer Tasso prefeito de Fortal[illegible]

Flaminio Araripe

FORTALEZA — O PSDB no Ceará pode recorrer ao ex-governador Tasso Jereissati, presidente nacional do partido, como opção para a disputa da Prefeitura de Fortaleza, até o momento sem candidato definido. A hipótese já é admitida pelo governador Ciro Gomes, que considera "um dever" dos tucanos o lançamento de candidato próprio para a sucessão do atual prefeito, Juraci Magalhães (PMDB).

"Se for necessário, suponha que a nossa cidade esteja arriscada a ser devolvida a um conluio dos politiqueiros que só pensam na prefeitura como símbolo de poder, *status*, politicagem ou fortuna. Nós não deixaremos isso acontecer. Tasso está aí, às ordens, para ser prefeito mesmo, e fazer aqui a melhor administração de todos os tempos", disse Ciro Gomes.

O governador, em entrevista à Rádio Assunção, ressalva que Tasso Jereissati não deseja ser candidato: "Não porque não entenda que a Prefeitura seja uma coisa de grande relevo, mas porque não tem ambições pessoais". O perfil do candidato dos tucanos, segundo Ciro, terá de ser definido por um administrador, "e não por razões de natureza político-partidária".

Para Ciro Gomes, o importante é que Fortaleza seja entregue a quem tem experiência administrativa, compromisso ético e [illegible] meta com a melhoria e o avanço no processo de organização da cidadania. "Fortaleza é um dos centros culturais do país, e temos de dar um salto de qualidade", afirmou. Segundo o governador, o PSDB no Ceará tem o direito e, mais que o direito, o dever de se submeter ao julgamento popular na capital.

Ciro Gomes justifica a exigência do PSDB de disputar a cabeça de chapa na eleição para prefeito da capital. "O partido que produziu Tasso, produziu nossa experiência na Prefeitura de Fortaleza e susten[illegible]ta a nossa experiência no governo do Ceará, restaurou e deu relevo ao estado no país e internacionalmente, vai ter uma posição para tomar com um quadro seu na sucessão de Fortaleza", afirmou.

Sobre coligações, Ciro disse que isso é interesse partidário-eleitoral, secundário em relação ao que precisa ser implementado. Em seguida, lançou farpas em direção ao prefeito Juraci Magalhães. "Ele está fazendo um bom trabalho. Eu poderia fazer reparos sobre as compa[illegible] prefeito, mas não [illegible]

9203706

PT joga pesado em 35 cidades mineiras

Maurício Lara



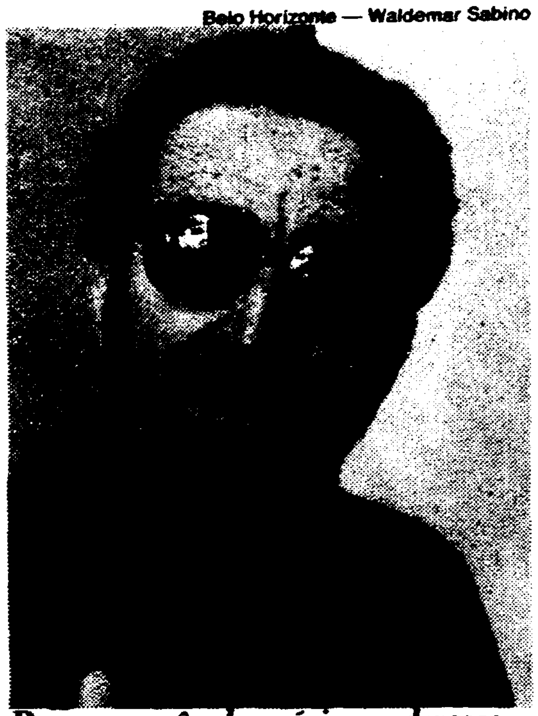
BELO HORIZONTE — O PT escolheu em Minas 35 cidades — grupo batizado de Municípios de Acompanhamento Especial, entre os quais estão as sete maiores arrecadadoras de ICMS — para jogar pesado na eleição de outubro. Das sete cidades principais (Belo Horizonte, Betim, Uberlândia, Contagem, Ipatinga, Juiz de Fora e Itabira), a legenda tem boas chances de chegar ao segundo turno em pelo menos quatro.

"São cidades em que estamos na disputa e com avaliação de que dá para ganhar", analisa o presidente regional do partido, deputado estadual Anibal Carlos Pereira. O carro-forte é Belo Horizonte, onde venceu a prévia o vereador Patrus Ananias, que teve mais votos na capital que Júnia Marise, nas últimas eleições para o Senado.

"Vou enfrentar adversários poderosos", admite Patrus. De fato, a disputa promete ser acirrada. Estão no páreo os ex-prefeitos Maurício Campos e Sérgio Ferrara, o apresentador de TV Hélio Costa (que chegou ao segundo turno nas eleições para governador) e possivelmente o tucano Aécio Neves, neto do ex-presidente Tancredo Neves.

Em Contagem, vizinha de Belo Horizonte, disputaram as prévias da convenção os deputados federais Nilmário Miranda e Tilden Santiago, expoentes políticos com trabalho de base de quase 15 anos e bom entrosamento com os movimentos populares da Igreja. Antes amigos inseparáveis, estiveram às turras durante o processo das prévias, vencidas por Nilmário, que se estabeleceu na região operária de Belo Horizonte e Contagem com a fundação do *Jornal dos Bairros*, alavanca para seus mandatos legislativos.

O candidato a vice é o presidente do forte Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, Paulo César Funghi, um dos líderes das greves das siderúrgicas Mannesmann e Belgo Mineira, em 1989, quando os operários, encapuzados, ocuparam as usinas, levantaram barricadas e ameaçaram explodir os altos-fornos. Tilden Santiago aceitou a derrota, por apenas 27 votos, e anunciou que apoiará o vencedor.



Belo Horizonte — Waldemar Sabino

Patrus prevê adversários poderosos

Adversários — Favorece o PT uma circunstância trágica — o soterramento da favela Vila Barraginha, em 18 de março, quando pelo menos 36 pessoas morreram e 1.300 ficaram desabrigadas. O candidato do atual prefeito Ademir Lucas (PSDB) certamente será alvo dos ataques dos adversários na campanha eleitoral.

Em Betim, também na Região Metropolitana de Belo Horizonte, as circunstâncias favoreceram o partido. Disputaram o vereador Jésus de Lima e Maria do Carmo Lara. Segundo o Ibope, em pesquisa de janeiro, os dois tinham 15% cada um de preferência do eleitorado e quase nenhuma rejeição. Maria do Carmo venceu a disputa, mas Jésus será o vice.

Em Ipatinga, cidade operária do Vale do Aço, onde está instalada a *Usiminas, sai candidato o* vice-prefeito João Magno, que derrotou o candidato do prefeito Chico Ferramenta. Além das feridas da disputa, o PT vai ter que administrar o desgaste natural de um mandato de prefeito. Pereira disse que pesquisas indicaram que, apesar de bem aceito, Ferramenta não transfere votos para o candidato do partido.



Arquivo

Delgado: na frente em Juiz de Fora

Em Juiz de Fora, disputaram também dois deputados federais, Paulo Delgado e Agostinho Valente. Venceu o primeiro, que para ter um bom resultado, depende ainda de saber quem vai enfrentar. Os dois outros nomes são o deputado estadual Custódio Mattos (PSDB) e o secretário estadual do Trabalho, Tarcísio Delgado (PMDB).

Em Itabira, grande arrecadadora por causa da Companhia Vale do Rio Doce, ajuda a presença do trabalhador mais conscientizado. "Estamos bem em Itabira", garante Carlos Pereira. Em Uberlândia, principal cidade do Triângulo Mineiro e reduto de votos conservadores, vai para a disputa o deputado estadual Gilmar Machado.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Partidos estão divididos sobre a coligação em torno de Ibsen

PTB e PDS querem ter seus próprios candidatos a prefeito. Peemedebistas e pefelistas são receptivos à aliança pluripartidária

A ampla coligação em torno do presidente da Câmara Federal, Ibsen Pinheiro (PMDB), proposta pelo deputado estadual Germano Bonow (PFL) para derrubar o PT e PDT na disputa pela prefeitura de Porto Alegre, já enfrenta resistências. O "não" mais forte à idéia vem do PTB, na voz do candidato do partido, deputado Valdir Fraga. "É uma proposta desesperada", classifica Fraga, referindo-se ao PDS e PFL, que encontram dificuldades para indicar candidatos a prefeito. O deputado adverte que a idéia pode fornecer munição aos adversários que pretende combater. Fraga não aceita ser vice em coligação sob nenhuma hipótese.

Há algumas semanas, o presidente regional e líder do PTB na Assembléia, Sérgio Zambiasi, dizia que a sigla estava aberta para conversar com todas as legendas e advertia para os riscos do PTB assumir uma candidatura própria com os cofres praticamente vazios. Agora, porém, o deputado entregou a responsabilidade pelas decisões eleitorais a Fraga. "Temos candidato e não se fala mais nisso", é só o que diz Zambiasi.

No PDS, o frentão provoca reações diversas. O presidente regional Rubens Ardenghi é totalmente contra e rechaça o principal argumento — a força do PT e PDT na Capital — para a criação da aliança em torno de Ibsen: "O governo do PDT é um desastre, e o PT na prefeitura fez tudo ao contrário do que prometeu." Ardenghi reafirma que o PDS concorrerá com candidato próprio — Jarbas Lima ou Guilherme Vilella. O líder do PDS na Assembléia, José Otávio Germano, aceita a coligação, mas se o partido indicar o candidato a prefeito. O deputado João Augusto Nardes sugere uma pesquisa entre PMDB, PDS, PFL e PTB para colocar como cabeça-de-chapa o candidato que aparecer em primei-r...

PMDB APÓIA — O autor da idéia do frentão, Germano Bonow, afirma que Ibsen é o melhor nome para disputar a sucessão de Olívio Dutra. "Há também o Valdir Fraga, do PTB, mas Ibsen parece mais forte por ser conhecido e respeitado nacionalmente", argumentou. O pré-candidato a vice-prefeito do PFL, Reginaldo Pujol, destaca que é fundamental começar as negociações sem ter um nome definido.

As manifestações pró-Ibsen foram bem recebidas no PMDB. O senador José Fogaça, presidente do Conselho Metropolitano, que está coordenando os trabalhos para a eleição em Porto Alegre, afirmou que vê a proposta de Bonow "com bons olhos". Mas fez uma ressalva: "Os demais partidos teriam que aceitar um programa de governo progressista."

Antes de Bonow apresentar sua sugestão, o senador Pedro Simon (PMDB) previu que o caminho do PDS e do PFL seria este. Na semana passada, Simon ressaltou que PDS e PFL têm poucas chances de ir para o segundo turno e menos ainda de vencer a eleição.

PFL define primeira lista de candidatos à Câmara da Capital

As zonais do PFL de Porto Alegre, reunidas ontem no Diretório Regional do partido, apresentaram a primeira relação, com 35 nomes de candidatos à vereança para as próximas eleições municipais. Esse número superou as expectativas iniciais, e a inclusão do nome do ex-governador Jair Soares na lista confirma a disposição dele em concorrer a vereador da Capital.

Também foi realizada a filiação de representantes de diversos segmentos sociais, de profissões liberais e líderes comunitários. Entre os que se filiaram ontem ao partido está o ex-presidente da Zonal 159 do PDS, Sadi Penha Pereira, que agora vai coordenar a reestruturação do PFL de Canoas e, para isso, está assumindo a presidência da comissão provisória deste município. A direção do PFL espera que até a data da convenção, em junho próximo, tenha completado a lista com 99 candidatos do partido à vereança de Porto Alegre.

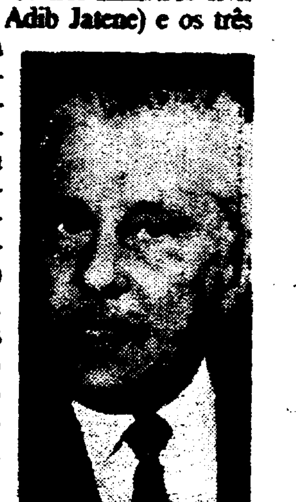
05

28/4

[illegible]nquista dos [illegible]canos irrita [illegible]deres do PFL

Enquanto o governo busca seduzir o PSDB [illegible]na articulação comandada pelo ministro Jorge [illegible]nhausen, o PFL procura conter o ressentimen[illegible] engolir a mágoa e disfarçar o desconforto. A [illegible]quista dos tucanos e a ausência dos pefelistas [illegible]ista dos ministros confirmados por Collor à [illegible]meira hora tira do partido a condição de estrela [illegible] governo. O presidente deu um sinal claro de [illegible] a parceria oferecida ao PFL não significa [illegible]pendência política e o partido sentiu o golpe. [illegible] só com a interferência do ministro Bornhau[illegible], por exemplo, que o líder do bloco governista [illegible] Câmara, Luís Eduardo Magalhães, conseguiu [illegible] sua bancada se posicionasse clara e oficial[illegible]mente a favor da composição do Ministério com [illegible]tras correntes políticas. É que, embora seja do [illegible]FL, Bornhausen trabalha para o presidente e [illegible] para o partido, coisa que, antecipam pefelis[illegible], poderá gerar muxoxos internos.

Na segunda-feira, horas depois do anúncio da [illegible]núncia coletiva do Ministério, os líderes Hum[illegible]rto Souto, Luís Eduardo Magalhães e Marco [illegible]aciel reclamaram com o presidente Collor que [illegible]s representantes no governo haviam sido trata[illegible]s como ministros de segunda classe ao não [illegible]rem incluídos na relação inicial. Gostaram me[illegible]s ainda quando o Planalto começou a divulgar, [illegible]ravés de assessores, que os três ministros civis [illegible]arcílio, Goldemberg e Adib Jatene) e os três [illegible]ilitares confirmados na [illegible]uma hora representa[illegible]m *o alicerce* do gover[illegible]o. A reação para o públi[illegible]o externo considerada [illegible]ais prudente pelo co[illegible]ando pefelista foi o si[illegible]ncio, que até ontem per[illegible]urava num partido [illegible]ormalmente barulhento. [illegible]eputados e senadores [illegible]ão estavam recebendo [illegible]enhuma informação do [illegible]gnado sobre os deta[illegible]s da reforma e o clima [illegible]a de insegurança.



Ricardo Fiúza

A interpretação de al[illegible]uns, no entanto, era a de [illegible]ue o ministro Fiúza, que na época de Jarbas [illegible]assarinho transitava com a maior desenvoltura [illegible]ela coordenação política, ficou com seu poder de [illegible]ogo restrito aos governistas do Congresso. Isso [illegible]orque, com a indicação de Célio Borja, um [illegible]rista, para o ministério da Justiça, o presidente [illegible]ollor concentrou formalmente a coordenação [illegible]ais ampla nas mãos do ministro Bornhausen. [illegible]iúza ontem esteve duas vezes com o presidente, [illegible]as no início da noite recusava-se a confirmar as [illegible]onversas que Bornhausen terá hoje com o PSDB. "Não sei de nada, não estou participando disso", [illegible]isse o ministro uma hora depois de afirmar que [illegible]inha conhecimento de toda a articulação mas que [illegible]ada revelaria.

Dentro da linha decidida pelo PFL de não [illegible]brir espaço para a choradeira pública, Ricardo Fiúza afirmou que a entrada de tucanos no gover[illegible]no é benvinda. "O governo precisa ser ampliado [illegible]mesmo e todos os que puderem ajudar contarão com nosso apoio", disse. A diferença agora é que [illegible]desde que assumiu o governo. Fiúza sempre fez questão de afirmar que era contra a conquista de forças de oposição e a favor do reforço dos gover[illegible]nistas propriamente ditos. Na semana passada, ainda, Fiúza fazia críticas específicas ao PSDB, afirmando até que o presidente já teria desistido de conquistar tucanos.

Evangélicos recusam a união com ateus

Com PC do B e PDT, os outros dois pretendentes que não escondem o interesse na aliança com o PTB para a eleição na Capital, as conversas estão em estágios bem diferenciados. Para os comunistas, o quadro é otimista. "Estamos praticamente acertados" garante o deputado Valdir Fraga, juntando os dedos indicadores. Com o PDT, a situação está indefinida, apesar dos constantes acenos dos pedetistas, confirmados pelo deputado Sérgio Zambiasi. Mas a esta altura um peso pesado que deve influir na decisão final já entrou em atividade nos bastidores: o governador Alceu Collares.

Mesmo com uma estrutura pequena, o PC do B possui na sua única deputada estadual, Jussara Cony, um considerável manancial de votos, quase todos em Porto Alegre: 32.129, a quarta votação entre os 55 deputados do Legislativo gaúcho. Mas, antes de efetivar uma aliança com o PTB, os comunistas terão que transpor um pequeno obstáculo. É que os dois deputados petebistas evangélicos, Manoel Maria e Edemar Vargas, não aceitam a aliança. "Afinal de contas, ele são ateus", reclama Manoel Maria, apontando os comunistas. Ao saber das resistências que as suas convicções espirituais geraram na bancada evangélica, Jussara Cony não conteve um sorriso. "Temos coisas mais importantes a tratar", resumiu.

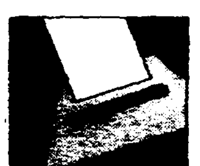
FERIDAS ABERTAS — Esta semana, o presidente regional do PDT, Sereno Chaise, vai começar uma série de encontros com as direções de todos os partidos, à exceção de PDS e PFL. Na última sexta-feira, Sereno fez uma revelação: Collares e o virtual candidato do partido à Prefeitura, Carlos Araújo, já estiveram algumas vezes com Zambiasi na Assembléia, tratando de uma possível aliança. "E o governador é um interlocutior respeitável", completa Sereno.

A idéia do PDT é retomar o diálogo com os partidos que integram a Frente Progressista Gaúcha — PSDB e PC do B — e buscar uma aproximação com os petebistas. Apesar das feridas abertas com a saída de Valdir Fraga do PDT para o PTB, que abandonou o partido justamente por não encontrar espaço para se opor à candidatura de Carlos Araújo, Sereno garante que vai conversar com o PTB. "Não abrimos mão da cabeça-de-chapa, mas discutimos a vice", avisa.

O QUADRO ATUAL DAS CANDIDATURAS

PMDB — Ibsen Pinheiro, a confirmar
PDT — Carlos Araújo ou Vieira da Cunha
PFL — Germano Bonow
PSDB — Hermes Zaneti ou Régis Gonzaga
PTB — Valdir Fraga
PDS — Guilherme Vilella, a confirmar
PT — Tarso Genro
PSC — João Signorini
PL — Ônix Lorenzoni
PC do B — Édson Silva ou Jussara Cony
PST — João Rocha
PRN — busca nome para concorrer

Desejado para alianças, o PT[illegible] é a grande noiva das eleições



☐Peemedebistas, pedetistas e comunistas são os pretendentes mais interessados em coligar com o PTB para disputar a Prefeitura da Capital. Um cortejo que põe até convicções religiosas em jogo

DIOGO OLIVIER
Editoria Política/ZH

Entre os encontros secretos, telefonemas, reuniões ou simples abordagens que estão em pleno andamento no meio político, visando à costura de alianças para a disputa da Prefeitura de Porto Alegre, um partido desponta como a grande noiva desta eleição: o PTB. Com exceção de PT e PSDB, adiantados nas tratativas de coligação, nenhum partido rejeita uma aliança com os petebistas. Mas são PMDB, PDT e PC do B os pretendentes mais interessados, que não desgrudam os olhos dos atraentes números do PTB no Estado.

Além dos 320.323 votos — 90 mil só na Capital — conquistados pelo deputado estadual e presidente do partido Sérgio Zambiasi, o PTB conseguiu fazer o seu número de filiados pular de 15 mil para 37 mil, em 1991. Ao mesmo tempo, apesar dos apelos em contrário do governador Alceu Collares, o PTB arrancou do PDT um de seus nomes com mais votos, o deputado Valdir Fraga, hoje candidato à Prefeitura. Dos pretendentes, o PMDB foi o que mais investiu sobre o PTB até agora.

INSISTÊNCIA — Esta semana, o presidente regional André Forster, do PMDB, esteve três vezes na Assembléia, na esperança de conversar com Zambiasi e Fraga. "Ele veio corrigir um desvio de rota", explica Zambiasi. O "desvio" foi a intromissão do ex-governador Synval Guazzelli nas tratativas comandadas por Forster. Sem conversar primeiro com o candidato do PTB à Prefeitura, Guazzelli foi direto convidar Zambiasi para ser o vice do PMDB, imaginando como certa a candidatura do deputado Ibsen Pinheiro.

"Fiquei muito aborrecido, pairou no ar um certo [illegible] PTB", [illegible] está [illegible] no", [illegible] chateado com [illegible] recusou a falar [illegible] do este foi [illegible] bléia. [illegible] curso [illegible] confidencias [illegible] partidos [illegible] de selar um [illegible] vai [illegible] de [illegible] PTB", [illegible] no Vieira, [illegible] tatos na Assembléia.

06

9203706

dos tucanos

Eleição de outubro tira sono

Jorge... Félix



SÃO PAULO — As línguas mais afiadas da política estão sempre afiadas para repetir uma piada maldosa sobre os tucanos: ninguém entende por que governo e oposição namoram tanto um partido tão ruim de votos. A crueldade chegou a tirar o sono dos tucanos. No entanto, quando sonham com a eleição deste ano, os *primeiros-ministros* do PSDB começam a ter pesadelos. Antes de serem, mais uma vez, assediados pelo governo Collor, as perspectivas das urnas, este ano, já não eram das melhores. Hoje, as intermináveis reuniões à luz de vela deixaram o PSDB ainda mais desgastado. Além das olheiras, a negociação com o governo expôs a indecisão doentia, a fragilidade das relações internas e ameaça levar os tucanos ao muro das lamentações na eleição de outubro.

A tentativa do ministro Jorge Bornhausen de persuadir o PSDB com uma modesta fatia do poder não teve o resultado esperado pelo Planalto. Os tucanos mostraram-se mais gananciosos. Mas Bornhausen saiu da negociação festejando o grande mérito de ter depenado os tucanos num ano eleitoral. Ele tem tanta certeza disso que até aposta uma caixa de uísque escocês como o partido será derrotado em todas as capitais do país. É uma previsão cavernosa para um partido com trauma de urna. "Eu aposto com ele", responde o presidente do PSDB, Tasso Jereissati. "É uma pena, depois de tudo isso, ainda ter que tomar o uísque do ministro, mas ele é uma pessoa muito simpática", brinca o tucano. A previsão de Jereissati é vencer a eleição em 10 capitais: Macapá, Boa Vista, Porto Velho, Belém, Teresina, Fortaleza, Maceió, Vitória, São Paulo e Salvador.

No PSDB, no entanto, tem tucano mais pessimista. O senador Jutahy Magalhães (BA), depois de garantir em público a vitória em oito capitais, confidenciou a um amigo sua previsão verdadeira: o partido tem chances em apenas quatro. Uma voz importante no PSDB, com experiência em eleição, vai ao extremo: "Realmente as previsões são péssimas e dificilmente elegeremos um prefeito de capital."

... "Além do desgaste, o espaço está diminuindo", o eleitor ... PSDB está muito mais ao centro do que o partido. A tese de monopólio da ética não resiste por muito tempo." Sem dispor de números, o sociólogo Bolivar Lamounier é mais cauteloso. "A curto prazo, a imagem do partido foi afetada, mas a eleição obedecerá a fatores muito locais", resume.

Se conseguir sair ileso das críticas de estar sempre em cima do muro, de estar muito próximo (ou dentro) do Planalto, o PSDB enfretará o fantasma da abstenção. Segundo um *bruxo* em opinião pública, os eleitores do partido — a inquieta classe média — estão enojados, avessos à política, e devem se abster ou anular a cédula eleitoral. Embora Jereissati esteja eufórico com as pesquisas (o *DataFolha* garante 56% de aprovação) sobre a atitude do partido em relação à coalizão com o governo, o eleitor prepara uma arapuca para o PSDB. Dentro do partido há gente enxergando a cilada. Corajoso, o professor Cândido Mendes veio a público, esta semana, em artigo na página 11 do **JORNAL DO BRASIL**, alertar os colegas: "Covas, ..., não se dê conta de que o PSDB só vingará dentro das mais capitosas e díspares coligações."

O quadro paulista é tipicamente tucano. O senador Mário Covas — não-candidato nas palavras, mas candidato na ação — empacou o PSDB. Depende dele a campanha do partido. Covas cantou aos quatro ventos que não era candidato e usou sua candidatura como argumento na defesa da postura de oposição ao governo.

Coligação — Se entrar na disputa, Covas tem chances, mesmo enfrentando nomes bons de votos como Eduardo Suplicy (PT), Paulo Maluf (PDS) ou Sílvio Santos (PFL). Se ficar de fora, o PSDB está falido na terra de Orestes Quércia. Uma hipótese "menos ruim" é a coligação — talvez muito "capitosa" para os tucanos — com o PT em troca de indicação do vice de Suplicy.

A previsão de Cândido Mendes, tucano suplente de deputado, sobre a sucessão em São Paulo, pode ser ampliada a outras capitais. Em Salvador, a ex-comunista Lídice da Matta, egressa do PC do B, aparecia com alguma chance. Agora, deve rever o discurso. "Como ela vai conseguir explicar aos adversários o documento apresentado pelo PSDB ao governo, propondo o fim dos monopólios estatais?", pergunta um ... usou o PSDB como uma "legenda de conveniência". O deputado ... *dente* Paulo Hartung, em Vitória, apesar de franco favorito, divide com a deputada *collorida* Rose de Freitas, senhora absoluta dos ... tórios do partido. Depois de anunciar sua filiação ao PDT de Albuíno Azeredo e voltar atrás, ... tenta agora contornar a situação ... conseguir o voto do governador.

O maior desafio do PSDB, no entanto, é vencer a eleição em Fortaleza. Na capital do Ceará, os tucanos instituíram seu ... situação também é "capi... vice de Ciro Gomes — ... *solo* do partido —, o pedetista ... cio Alcântara, também ... Saúde, capitalizou as ... setor e surge como candidato ... Ciro e Jereissati são dois ... torais à procura de um candidato ... desespero é tanto que Jereissati ... com sua própria candidatura ... pressionar o partido. "Vamos ... nhar lá", proclama Jereissati ... único jeito é se o próprio Tasso for candidato", pede um ... no. Se o PSDB perder em Fortaleza, a derrota pode ser, certamente, ... ditada na conta de um personagem que se tornou conhecido depois da renúncia coletiva de ministros: "o dedo de Bornhausen".

Suspensa a aliança do PT com tucanos

O PT gaúcho suspende hoje todas as tratativas sobre alianças com os *tucanos*, até que o PSDB decida se integrará ou não o governo Collor. A medida será proposta à executiva pelo presidente regional Selvino Heck, prevendo que a mesma posição deverá ser adotada pelo partido em todo o país. Selvino reconhece que os *tucanos* gaúchos têm posições avançadas e são contrários ao ingresso no governo. Mas lembra que a vinculação de prováveis aliados ao Palácio do Planalto colidirá com a campanha eleitoral petista deste ano, centrada no combate ao governo Collor. "Como poderemos criticar um governo se estivermos aliados com seus integrantes?", pergunta.

Até o momento o PSDB estava entre os partidos preferenciais para alianças com o PT. No Rio Grande do Sul, havia negociações avançadas em Porto Alegre, Uruguaiana, São Luiz Gonzaga, Cruz Alta e Santo Ângelo. Agora tudo ficará em compasso de espera, até que os *tucanos* definam o seu vai-não-vai.

[illegible] Sudeste

[illegible] — Mário Covas é o [illegible] colocado nas pesquisas. Está em pequena desvantagem para Paulo Maluf (PDS), mas é ameaçado por [illegible] Santos (PFL) e Eduardo Suplicy (PT).

Rio de Janeiro — Abafado pelo [illegible], o PSDB quer eleger uma [illegible] bancada na Câmara. O vereador Sérgio Cabral Filho trabalha por sua candidatura, mas sem chances. A coligação com o PDT é outra opção.

Belo Horizonte — O deputado Aécio Neves, neto de Tancredo, aparece em 3º lugar. Um grupo próximo ao prefeito Eduardo Azeredo (PSDB) quer lançar o vereador Amilcar Viana. Hélio Costa (PRN) é o favorito.

Vitória — É a melhor posição do PSDB. O deputado federal Paulo Hartung é o franco favorito. O PT está dividido e o governador Albuíno Azeredo (PDT) procura até agora um candidato e pode coligar com os tucanos.

Região Nordeste

Fortaleza — O candidato do PDT, Lúcio Alcântara, é um nome forte. O grupo de Tasso e Ciro pode perder em casa, pois ainda não conseguiu um nome à altura para sensibilizar as urnas.

Salvador — Além do candidato de Antônio Carlos Magalhães, a tucana Lídice da Matta construiu outro inimigo: sua imagem. Há 30 dias era do PC do B. Sem apoio, desembarcou com sua candidatura no PSDB e virou social-democrata.

Maceió — O candidato é o senador Teotônio Vilela Filho, um nome forte se conseguir apoio de lideranças locais.

Natal — A liderança tucana local, o deputado João Faustino, é muito ligada ao governador José Agripino (PFL) e deve acompanhá-lo na eleição formando aliança.

Recife — O PSDB integra o Fórum de Mobilização pelo Recife com PPS, PT e PV. O tucano João Braga tinha chances de ser o candidato da aliança até o PSDB iniciar o namoro com Collor. O PT ganhou força.

Teresina — O ex-candidato ao governo em 1990, Wall Ferraz, volta a disputar este ano, com chances. Sua candidatura foi lançada com toda a pompa por Tasso Jereissati.

São Luís — O deputado Jayme Santana é o *Covas de São Luís*. Ainda não decidiu se vai ser candidato. Se disputar, entra em desvantagem para o candidato favorito, o ex-governador João Alberto, do PFL.

João Pessoa — Dificilmente o PSDB deve lançar candidato próprio, optando pela coligação.

Aracaju — A eleição depende do [illegible] gamento do ex-prefeito Jackson Barreto (PDT), candidato favorito, acusado de corrupção. Sem candidato, o prefeito tucano Wellington Paixão deve coligar com o PFL.

Região Sul

Curitiba — Por enquanto, a [illegible] Jaime Lerner é uma epidemia [illegible]vel. O PSDB pode coligar com o candidato do prefeito.

Porto Alegre — A disputa ficará mesmo entre PT, PDT e PMDB. Tarso Genro, do PT, está com posição [illegible]da no primeiro lugar. O segundo é disputado pelo pedetista Carlos Araújo, apoiado de Alceu Collares. A

Florianópolis — O partido não tem um nome forte. E hesita em entrar na Frente Popular (PT, PPS, PV e [illegible]), cujo candidato é Sérgio Grando (PPS) ou coligar com o candidato do PMDB, Edson Andrino.

Região Centro-Oeste

Cuiabá — O candidato do PDT, o ex-deputado Dante de Oliveira, autor da emenda das Diretas Já, está sólido no topo das pesquisas. O segundo lugar deve ficar com o radialista Roberto França (PTB).

Campo Grande — O candidato do PMDB, Juvêncio César, apoiado pelo governador Pedro Pedrossian (PTB), tem ampla vantagem nas pesquisas. O tucano Mendes Canale está em último lugar na preferência do eleitor.

Goiânia — O PSDB indicou o [illegible] Jovair Arantes na chapa do candidato do PT, deputado estadual Darcy Arcossi, que lidera as pesquisas.

Região Norte

Manaus — O prefeito tucano Artur Virgílio Neto sucumbiu à popularidade do governador Gilberto Mestrinho (PMDB) e vai apoiar o candidato indicado pelo anti-ecologista. [illegible]

Porto Velho — Depois de [illegible]tas, em 88 e 90, o tucano José [illegible] tenta de novo. Tem força nas pesquisas, mas vai enfrentar o candidato do prefeito Chiquilito Erse (PSD), o [illegible] mais popular do país.

Rio Branco — O candidato favorito é o petista Jorge Viana, derrotado no segundo turno da eleição de 1990. Sua vice é a tucana Regina Lino, recém-saída do PMDB.

Belém — O ex-senador Almir Gabriel está indeciso. Ele é o terceiro colocado nas pesquisas. Em primeiro lugar está o ex-governador *Hélio Gueiros*, do PFL.

Boa Vista — Sem força na cidade, o PSDB deve integrar a ampla frente de apoio ao candidato do PFL, vereador Salomão Cruz.

9203706

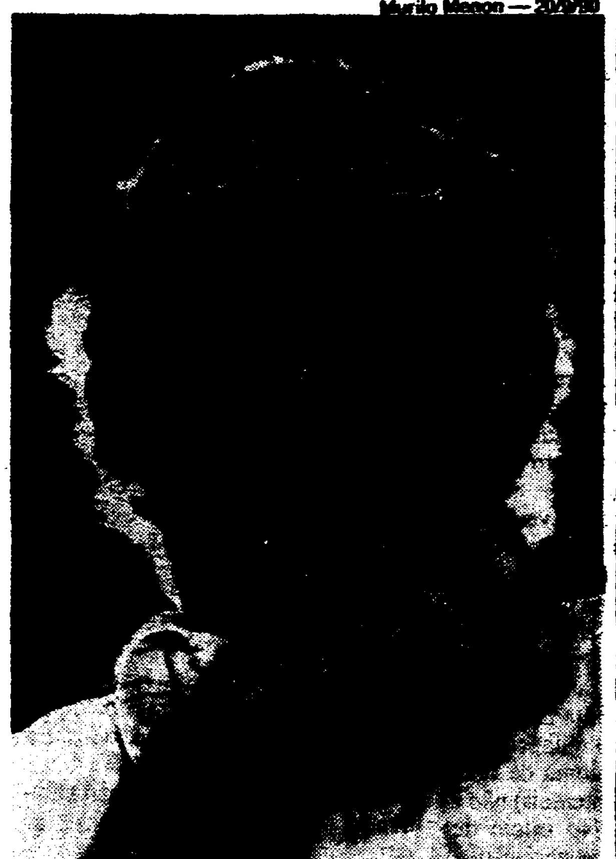
Maluf admite aliança com Silvio

SÃO PAULO — O provável candidato do PDS à Prefeitura, Paulo Maluf, confirmou, de Nova Iorque, em entrevista por telefone ao **JORNAL DO BRASIL**, que conversou com o ex-senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), artífice da candidatura do *showman* Silvio Santos, para que o apresentador integre a chapa do PDS como vice-prefeito. "Isso pode até vir a acontecer", adiantou. O principal argumento de Maluf para sensibilizar o PFL são as pesquisas de intenção de voto, que o dão como favorito. Mas, na verdade, Maluf tenta neutralizar um adversário capaz de arrebatar parte considerável de seu eleitorado cativo.

"Há 15 dias não falamos mais nisso", informou Maluf. Em Nova Iorque, desde o dia 13, hospedado no Plaza — o hotel da *promoter* Celita Jackson —, o ex-governador garante "que essa história ficará adormecida durante essa semana", até seu retorno ao Brasil. Enquanto isso, Silvio Santos, de Paris, onde *descansa* até o fim do mês, tenta articular sua vitória na convenção do PFL. Caso seja muito difícil vencer os *senhores-feudais* Artur Alves Pinto e José Papa Junior, que controlam o partido em São Paulo e optaram pela coligação ao PMDB, Silvio terá o apoio do PFL nacional que ameaça o diretório paulista com uma espécie de *ação Fujimori* — a intervenção.

O alfaiate dessa costura é o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Pouco co[...]

Murilo Menon — 20/3/90



Maluf: favorito na intenção de voto



Silvio: boa penetração entre [...]

de Gadelha, Silvio Santos foi a Salvador, semana passada, pedir ajuda ao amigo ACM. Os dois conversaram durante uma hora e meia no Palácio de Ondina. "O Silvio trouxe a preocupação de perder a legenda para o Artur que controla os diretórios", contou o governador baiano. Hoje, durante o almoço, ACM receberá um relato do filho e deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), sobre a situação da candidatura Sil[...]

— cidade de fundamental importância para quem almeja chegar ao Palácio do Planalto, em 1994.

Se a nova investida de Silvio Santos para entrar na política — ameaçada pela resistência do PFL local e por pressões do PMDB do governador Luiz Antônio Fleury — falir pela quarta vez, o débito será lançado à conta do ex-senador Gadelha. "Ele não tem voz no PFL, o que ele é?", indagou uma importante liderança do PFL, interessada no sucesso de Silvio [...] go no diretório [...] nacional. O[...] pessoa liga[...]

Adversá[...] governador d[...] Silvio não ch[...] qualquer possi[...] com o PDS. S[...] ainda não conve[...] Santos sobre a co[...] mitiu que disputar a [...] aliança do PFL "seria bom".

09_09

9203706

Como fica o Supremo:

José Carlos Moreira Alves — Paulista de Taubaté, o ministro nasceu em 1933. Em 1975 foi nomeado para o STF pelo presidente Ernesto Geisel. Conservador, ele é conhecido por encabeçar longos debates com os ministros mais jovens e já travou batalhas jurídicas com Francisco Rezek em plenário. Vai permanecer no Supremo até 2.003, quando completa a idade limite de 70 anos para a aposentadoria compulsória.

José Néri da Silveira — nomeado em 1981 pelo ex-presidente João Figueiredo, também deve permanecer no cargo até o ano 2.003. Católico praticante e conservador em seus julgamentos, ele se destacou no biênio 1989 a 1991 por ter implantado o serviço de informática. Néri da Silveira nasceu em 1932 em Lavras do Sul (RS).

Sydney Sanches — atual presidente, chegou ao STF em 1984 por indicação do então presidente João Figueiredo. Suas decisões são consideradas muito mais técnicas do que políticas. Nascido em 1933 em Rincão (SP), Sanches deve se aposentar no ano 2.004.

Octávio Gallotti — É o próximo ministro a exercer a presidência do STF, em 1993. Chegou ao Supremo em 1984. Antes atuava como advogado no Rio de Janeiro, onde nasceu em 1930. Gallotti deve se aposentar no ano 2.000.

Paulo Brossard — Ex-ministro da Justiça do governo Sarney, o gaúcho Brossard foi o primeiro ministro do STF nomeado por presidente civil após o regime militar. Nascido em 1924, ele não chegará a exercer a presidência do Supremo porque se aposenta em 1994.

José Sepúlveda Pertence — mineiro de Sabará, foi levado ao STF em 1989. Antes, destacou-se como advogado ligado à defesa dos direitos humanos. No STF, onde deve permanecer até o ano 2.007, é considerado um liberal.

José Celso de Mello — liberal, nomeado por Sarney em 1989, ele vai exercer a presidência do STF de 1999 a 2001. Paulista de Tatuí, José Celso nasceu em 1945 e deve se aposentar no ano 2015.

Carlos Mário Velloso — ex-ministro do STJ, foi o primeiro ministro nomeado para o STF por Collor. Em questões polêmicas, tem procurado manter a independência votando várias vezes contra o governo. Nasceu em 1936 na cidade Entre Rios (MG) e deve continuar no STF até o ano 2006.

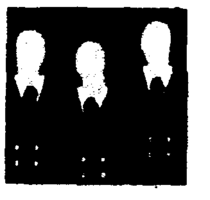
Marco Aurélio Mello — primo em primeiro grau de Collor, antes de ser nomeado para o STF em 1990 Marco Aurélio era ministro do Tribunal Superior do Trabalho. No STF, costuma entrar em choque com as opiniões dos ministros mais antigos e nos casos mais polêmicos procura votar de acordo com os interesses do governo. Carioca, ele nasceu em 1946 e deve se aposentar do STF em 2016.

Ilmar Galvão — nomeado por Collor em 1991. Baiano de Jaguaquara, ele nasceu em 1933 e vai permanecer no STF até o ano 2004. Considerado um conservador, Galvão não é dado a grandes discussões jurídicas, e em questões polêmicas geralmente vota de acordo com os interesses do governo.

---

* O preenchimento da décima-primeira vaga por Francisco Rezek depende ainda de aprovação no Senado.

Demissão coletiva foi jogada ensaiada



☐ **O presidente Collor desabafou aos ministros que só a renúncia coletiva o deixaria à vontade para mudar a equipe. Imediatamente, o secretário Coimbra propôs a redação do pedido de demissão**

Brasília — Passavam alguns minutos das 9h de 30 de março, uma segunda-feira, quando o presidente Fernando Collor ensaiou um desabafo frente aos participantes da reunião matinal diariamente promovida em seu gabinete. Ele se queixou das sucessivas denúncias de corrupção envolvendo de alguma forma o Palácio do Planalto e, em seguida, pousou no centro da questão: segundo Collor, somente a renúncia coletiva do gabinete o deixaria à vontade para recompor a face do governo. "Vamos ao meu gabinete preparar a carta", propôs imediatamente o secretário-geral da Presidência, embaixador Marcos Coimbra, fiel ao roteiro desenhado em seguidas conversas telefônicas com o cunhado presidente.

As conversas haviam começado na véspera, pouco depois do almoço, e se estenderiam até o final da noite daquele domingo. "Eu assino a carta em caráter irrevogável", informou o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Era precisamente o que Collor desejava ouvir. Antes mesmo da reunião, Collor telefonara para o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e o prevenira sobre as mudanças iminentes. O presidente pediu-lhe também que sondasse o ministro Célio Borja, do Supremo Tribunal Federal e amigo pessoal de Marcílio, sobre a possibilidade de substituir Jarbas Passarinho.

CONFIRMAÇÕES — Resolvida a questão Passarinho e acertada a demissão conjunta, o presidente prosseguiu em seus movimentos. Avisou que Coimbra faria o anúncio da renúncia coletiva tão logo tivesse conversado com todos os integrantes do ministério. Ressalvou, porém, que os ministros militares e o titular da Economia permaneceriam em seus cargos. "E o Goldemberg, que está em Nova Iorque?", perguntou um dos presentes, curioso com a situação do ministro da Educação, secretário de Meio Ambiente e representante oficial do governo brasileiro na reunião preparatória da Rio-92. "Em nome de quem ele vai negociar?" O presidente anotou a observação numa folha de papel.

"Então, é melhor confirmar também o Jatene", sugeriu o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen. "Ele está tão irritado por estar sem recursos que, se a gente não o confirmar, pode aproveitar a chance e deixar o governo." Às 13h, quando o embaixador Coimbra divulgou a notícia que surpreenderia o país, o cirurgião Adib Jatene foi confirmado no posto de ministro da Saúde.

Além de Marcílio, apenas dois outros ministros — Carlos Tinoco, do Exército, e Mário César Flores, da Marinha — tiveram o privilégio de saber na véspera que medidas relevantes estavam programadas para o dia seguinte. Por telefone, o presidente antecipou-lhes que permaneceriam no ministério, sem descer a detalhes sobre [illegible] das mudanças. O presidente tentou localizar também o ministro da Aeronáutica, [illegible]. Em meio a uma viagem, [illegible] não pôde ser alcançado pelo [illegible] tranquilizador.

Lafer dá apoio a deputados que visitarão Lima

BRASÍLIA — Um dia depois de o ministro da Saúde, Adib Jatene, ter dado sinais de que abrirá mais espaço à negociação política, o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, aderiu ao novo estilo. Com agenda repleta de compromissos diplomáticos, o chanceler recebeu ontem uma comissão de líderes de partidos.

Interessados em acompanhar de perto a evolução dos acontecimentos políticos no Peru, os deputados foram dizer a Lafer que visitarão Lima para observar os efeitos do golpe de estado no país vizinho. Mostrando-se solícito com todos os ministros, como pediu o presidente Fernando Collor, Lafer empenhou sua palavra de que o Itamarati garantiria apoio logístico à missão parlamentar. "O Ministério das Relações Exteriores velará pelo sucesso da missão", explicou em tom solene um dos assessores de Lafer.

Tendências — O chanceler conversou com parlamentares das mais variadas tendências e ideologias: o líder do PFL na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (BA), deputados Odacir Klein (PMDB-RS), Eduardo Jorge (PT-SP), Antônio Faleiros (PSDB-GO), Antônio Jesus (PMDB-GO), Aldo Rebelo (PC do B-SP), Edson Silva (PDT-CE) e Max Rosenmann (PFL-PR).

A missão parlamentar viaja a Lima na noite de 1º maio, permanecendo três dias. Os congressistas querem conversar com representantes da sociedade civil peruana e tentarão um encontro com o presidente Alberto Fujimori. Para acompanhar a delegação, Lafer designará um grupo de diplomatas, encarregados de ciceronear o grupo nas andanças por Lima e evitar qualquer impropriedade ou constrangimento diplomático.

STEPHANES INDICA NOVOS ASSESSORES

O ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, encaminhou ontem para a aprovação do presidente Fernando Collor os nomes que devem ocupar as secretarias da pasta, depois da reforma que desmembrou o Ministério do Trabalho da Previdência. Pela proposta, o secretário de Previdência Complementar, Luís Carlos Magalhães Peixoto, continua no cargo, e a economista Márcia Bassit, secretária-executiva do ministério, passa para a Secretaria Nacional da Previdência Social. Stephanes indicou como novo inspetor-geral João Ignácio Pereira da Costa, que foi secretário de Segurança do Rio de Janeiro de 1973 a 1975. (ABR)

ITAMARATY TEM NOVO SECRETÁRIO-GERAL

O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, empossou ontem o novo secretário-geral de Política Exterior do Itamaraty, embaixador Luís Felipe Seixas Correa. O novo secretário, que até agora era embaixador do Brasil no México, substitui Marcos Azambuja, que assumirá a embaixada brasileira em Buenos Aires. Lafer recordou que Seixas Correa deve em breve assumir o cargo de secretário-geral do Itamaraty, previsto em projeto enviado pelo governo ao Congresso. O projeto cria quatro subsecretarias-gerais. (ABR)

Pratini promete conquista de apoio do PDS

O ministro das Minas e Energia, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, garantiu ontem ao ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, que se empenhará em articular todo o apoio que o governo necessitar junto à bancada do PDS no Congresso Nacional, não apenas nos projetos de interesse do Executivo. "Para isso, contarei com um poderoso aliado, como o secretário nacional da Comunicações, Nélson Marchezan". Esta semana, Pratini pretende fazer uma visita à bancada do PDS na Câmara Federal.

O encontro entre Bornhausen e Pratini de Moraes serviu para dissipar dúvidas a respeito da condução do Ministério a partir da divisão da pasta da Infra-Estrutura. A estratégia para a área de Minas e Energia também começou a ser fixada, com a definição das primeiras regras do jogo. O lance inicial será acabar com o impasse existente na Petrobrás, com a manutenção ou saída do atual presidente Ernesto Weber. Pratini não revelou nada sobre o cargo-chave, limitando-se a dizer que tudo será resolvido nas próximas semanas: "Identificaremos nomes que estejam comprometidos com a idéia de modernização das estatais, tarefa complexa em uma empresa do porte da Petrobrás".

Os cargos de segundo escalão também fizeram parte das articulações entre os dois ministros. Prevaleceu a tese de buscar aproximação com os parlamentares e obter nomes para compor o Ministério. "O Sul terá papel importante neste sentido pelos nomes existentes no primeiro escalão do governo", acrescentou Marchezan. (Brasília/ZH)

O NOVO PRIMEIRO ESCALÃO DO GOVERNO

A reforma ministerial iniciada no dia 30 de março foi concluída ontem. Além das nomeações de novos titulares para os ministérios e secretarias — e das confirmações de alguns integrantes nos cargos —, houve alterações na estrutura do primeiro escalão. A seguir, a nova formação:

MINISTÉRIOS

☐ **Ação Social** — Ricardo Fiúza foi confirmado no cargo
☐ **Aeronáutica** — Sócrates Monteiro foi confirmado no cargo
☐ **Agricultura** — Antônio Cabrera foi confirmado no cargo
☐ **Economia** — Marcílio Marques Moreira foi confirmado no cargo
☐ **Educação** — José Goldemberg foi confirmado no cargo
☐ **Exército** — Carlos Tinoco foi confirmado no cargo
☐ **Justiça** — Célio Borja entrou no lugar de Jarbas Passarinho
☐ **Marinha** — Mário César Flores foi confirmado no cargo
☐ **Minas e Energia** — Pratini de Moraes assume a pasta, resultante da divisão do Ministério da Infra-Estrutura
☐ **Previdência** — Reinhold Stephanes foi confirmado no cargo
☐ **Relações Exteriores** — Celso Lafer entrou no lugar de Francisco Rezek
☐ **Saúde** — Adib Jatene foi confirmado no cargo
☐ **Trabalho e Administração Federal** — João Mellão assume a nova pasta, antes vinculada à Previdência Social
☐ **Transportes e Comunicações** — Affonso Camargo assume a pasta, resultante da divisão do Ministério da Infra-Estrutura

SECRETARIAS COM STATUS DE MINISTÉRIO

☐ **Secretaria de Governo** — Jorge Bornhausen foi confirmado no cargo
☐ **Secretaria de Desenvolvimento Regional** — Ângelo Calmon de Sá substitui Egberto Batista

SECRETARIAS DIRETAMENTE SUBORDINADAS À PRESIDÊNCIA

☐ **Assuntos Estratégicos** — [illegible] no lugar de Pedro Paulo Leoni Ramos
☐ **Ciência e Tecnologia** — Hélio Jaguaribe [illegible] de Édson Machado de Souza
☐ **Comunicação Social** — Pedro Luís Rodrigues foi confirmado no cargo
☐ **Cultura** — Sérgio Rouanet foi confirmado no cargo
☐ **Desportos** — Bernard Rajzman foi confirmado no cargo
☐ **Gabinete Militar** — Agenor Homem de Carvalho foi mantido no cargo
☐ **Meio Ambiente** — José Goldemberg [illegible] com o Ministério da Educação até a realização da [illegible]
☐ **Secretaria Geral da Presidência** — Marcos Coimbra [illegible] confirmado no cargo

OS NOMES DO SEGUNDO ESCALÃO

Estão confirmadas as seguintes nomeações nos ministérios com novos titulares:

☐ **MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA**
Secretário-executivo: Márcio Fortes de Almeida, ex-diplomata de carreira.
Secretário nacional de Energia: Armando Ribeiro, técnico do setor elétrico, ex-presidente da Eletronorte, mantido no cargo.
Secretário nacional de Minas e Metalurgia: Luís André Ricco Vicente, ex-presidente da Usiminas, secretário-geral do Ministério da Indústria e Comércio no governo José Sarney, mantido no cargo.
☐ **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**
Secretário-executivo: Eloy Corazza. Foi secretário de controle interno do Ministério dos Transportes na gestão Affonso Camargo.
Secretário nacional de Comunicações: Nélson Marchezan, ex-deputado federal do PDS.
Secretário nacional de Transportes: Rui Lage, ex-prefeito de Belo Horizonte.
Secretário de administração: César Abraham.
☐ **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**
Secretário-geral de Política Exterior: Luís Felipe Seixas Correia, ex-assessor internacional da Presidência no governo Sarney e ex-embaixador do Brasil no México.
Secretário-geral executivo: Sérgio Duarte, mantido no cargo.
Secretário de controle interno: José Nogueira, ex-chefe de gabinete do ex-ministro Francisco Rezek. (Brasília/ZH-AE)

A CARTILHA

Estes são os seis itens da cartilha informal que os ministros devem seguir a partir de agora:

☐ **Prioridade:** os parlamentares têm prioridade absoluta nos pedidos de audiências. Mesmo que a agenda dos ministros esteja lotada, eles devem ser recebidos no mesmo dia em que a audiência for solicitada.

☐ **Horário:** as audiências a parlamentares serão concedidas no período da manhã, já que geralmente as votações no Congresso ocorrem à tarde.

☐ **Informações:** os ministros devem prestar esclarecimentos aos líderes sobre decisões e assuntos mais importantes de suas pastas, principalmente sobre temas denunciados pela oposição, para que nada fique sem resposta.

☐ **Viagens:** os ministros devem informar previamente aos líderes sobre as viagens aos estados para inaugurações, assinaturas de convênios ou visitas a áreas relacionadas com suas pastas. Dependendo do caso, os líderes indicam representantes que devem acompanhar os ministros nessas viagens.

☐ **Comparecimento:** a não ser em casos especiais, determinados pelo presidente, os ministros devem atender prontamente às convocações ou simples convites para prestar esclarecimento sobre assuntos de suas pastas no Congresso.

☐ **Assessoria:** os ministros devem melhorar as suas assessorias parlamentares, procurando quadros com trânsito no Congresso e de capacitação igual aos dos assessores dos ministros militares. (AG)

Advierten turbulencia social en Brasil

BRASILIA, (Reuter). - Brasil enfrenta el riesgo de un largo período de turbulencia social, de consecuencias imprevisibles, en caso de persistir su actual crisis económica, advirtió ayer el sociólogo opositor Helio Jaguaribe, al asumir funciones de Gobierno.

Jaguaribe, quien el martes renunció a un cargo directivo del Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB), fue posesionado hoy como nuevo Secretario de Ciencia y Tecnología. Elogiado como una de las principales personalidades en ciencia política y social del país, afirmó que Brasil vive un crucial momento histórico luego de diez años de estancamiento económico, superinflación y deterioro social.

"O iniciamos la solución de nuestros problemas sustantivos o, caso contrario, correremos el riesgo de precipitarnos a un largo período de turbulencia, de consecuencias imprevisibles para el Brasil", dijo.

El Presidente Fernando Collor de Mello, tras tomarle juramento, expresó en un discurso su identidad con la "lucha por una modernización socialmente equitativa" de su flamante Secretario de Ciencia y Tecnología.

Jaguaribe afirmó, por su parte, coincidir con los tres principales fundamentales del actual Gobierno: domesticar la crónica inflación, perfeccionar la máquina estatal y preparar un gran proyecto de reforma social y desarrollo, dijo.

El sociólogo, de 69 años, asumió el cargo horas después que el directorio de su partido rechazó una invitación de Collor de Mello para incorporarse a su gobierno.

Sin referirse al pronunciamiento partidario, el Jefe de Estado reiteró que "jamás desfallecerá" en la búsqueda de un amplio entendimiento nacional para superar los grandes problemas que, dijo, afligen al pueblo brasileño.

"La búsqueda de ese entendimiento es una misión que debe estar encima de supuestos intereses electorales de corto plazo", agregó.

La negativa socialdemócrata a una participación gubernamental tuvo, entre otras razones, el temor de un desgaste partidario frente a elecciones municipales que se celebrarán este año en Brasil, dijeron fuentes parlamentarias.

Calmon confirma cargos no segundo esca

Luiz Roberto Marinho

BRASÍLIA — O ministro-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), Ângelo Calmon de Sá, foi além da determinação do presidente Fernando Collor de mexer o mínimo possível no segundo escalão, decidindo manter todos os titulares das quatro autarquias sob seu comando — Sudam, Sudene, Suframa e Embratur. O presidente da Embratur, Ronaldo Monte Rosa, será comunicado oficialmente de que permanece no cargo em despacho com Calmon de Sá na próxima segunda-feira, quando estiver de volta da Espanha, onde se encontra desde domingo, participando da Expo-92.

O superintendente da Suframa, Alfredo Nascimento, uma indicação original do senador Amazonino Mendes (PDC-AM), em nome do PDC, foi confirmado no dia 14 passado, através de telefonema do próprio Calmon de Sá. O pedido para que permanecesse foi feito por Amazonino ao secretário de Governo, Jorge Bornhausen. A Suframa administra a Zona Franca de Manaus. Os superintendentes da Sudene, Elionaldo Magalhães, e da Sudam, Alcyr Meira, e o presidente da Embratur foram confirmados na segunda-feira passada.

Elionaldo Magalhães chegou à superintendência da Sudene pelas mãos do governador de Alagoas, Geraldo Bulhões, de quem era secretário de Indústria e Comércio. A Sudene é responsável pela aprovação de projetos industriais e agropecuários no Nordeste e por vários programas de desenvolvimento na região. A Sudam, que tem as mesmas funções da Sudene na Região Norte, teve seu superintendente, Alcyr Meira, professor da Universidade Federal do Pará, indicado, principalmente pelos meios acadêmicos e por entidades de classe regionais, como a dos engenheiros. Mesmo com pouca sustentação política e tendo o cargo ambicionado pelo suplente de senador Oziel Carneiro, do PDS do Pará, acabou reconduzido por Calmon de Sá.

O presidente da Embratur está no cargo por ser do ramo — é dono de uma agência de turismo — e por ser amigo do presidente Collor. Independente da amizade com o presidente, é tido no governo como um administrador competente, apesar da dramática escassez de recursos da Embratur. Obteve autorização de Calmon de Sá para viajar à Espanha argumentando que a Embratur não poderia ficar de fora de um evento do porte da Expo-92 e por ter sido a viagem previamente programada. O ministro-chefe da SDR ainda não confirmou a Monte Rosa sua permanência, marcando audiência com ele para a próxima segunda-feira, após seu regresso da Espanha, previsto para sábado.

Fora as entidades vinculadas, no organograma da SDR um cargo eminentemente técnico, mas com grande peso político, é o Departamento de Assuntos Sucroalcooleiros, que cuida dos usineiros e da política de açúcar e do álcool. O diretor do departamento é Pedro Robério Nogueira, que era consultor de usinas alagoanas e foi por elas colocado no cargo, com aval de Collor. O ministro-chefe da SDR já despachou duas vezes com Robério e, embora não lhe tenha declarado formalmente que continuava, deu claro indício disso ao determinar que elaborasse o plano de safra de açúcar e álcool 92/93.

CÉLIO BORJA

O CIDADÃO

Um carioca que não perde missa

"Sou carioca, modéstia à parte". É dessa forma que o novo ministro da Justiça, o professor de Direito Constitucional Célio Borja, resume o que sente pelo Rio de [illegible] mulher, Dona Helena, [illegible] [illegible] mudaram para Brasília [illegible] [illegible] no Supremo Tribunal Federal [illegible] não esconde a saudade do [illegible] caminhadas na Praia de Ipanema, frequenta a Igreja da Ressurreição e a banca de jornal do Gino, na Praça General Osório. Apesar de não dispensar bermuda e [illegible] nos finais de semana, seus ternos são todos confeccionados na alfaiataria De Cicco, "até porque é muito baixinho", comentou Helena.

Católico fervoroso, ele chegou até a pensar em ser padre. Quando fica em Brasília, Célio Borja vai à missa aos domingos, no Mosteiro de São Bento, em companhia do ministro Marcílio Marques Moreira. No Rio, na Igreja da Ressurreição, o padre José Roberto Devellard afirmou estar "muito feliz" com a nomeação de um paroquiano "capaz, de bom senso e com toda a formação cristã". Para o padre, é fácil saber quando Borja está no Rio: "Ele não deixa de vir à missa de domingo". Mas prevê também dificuldades para o novo ministro: "Desse ministério para chegar ao povo ele tem que passar por muitos canais e, às vezes, um desses canais pode estar entupido", comentou.

O padre José Roberto contou que Célio Borja sempre foi muito interessado nos Evangelhos e, depois de uma pregação de cunho social, "ele sempre vem conversar, dar sua opinião". Por falta de tempo, ele não participa de nenhum grupo daquela igreja, conhecida no Rio por abrigar a Renovação Carismática. "Eu sei que no Encontro de Líderes do Poder Decisório, promovido pelo arcebispo D. Eugênio Sales, no Sumaré, ele tem sempre uma boa participação e, aqui, conta com a confiança de muitos paroquianos", disse o padre. O novo ministro integra ainda o Conselho Pontifício e vai a Roma a cada dois anos.

Em julho, o novo ministro completa 64 anos vividos no Andaraí, Tijuca e Copacabana, 40 dos quais ao lado de Dona Helena. Ela conta que o marido conhece muito bem todo o estado e a construção de uma casa em Teresópolis foi a concretização de um de seus sonhos. É lá que tem passado os últimos finais de semana com a mulher, Dona Helena, mãe de cinco filhos e avó de nove crianças com idade entre 15 e 3 anos. A vasta biblioteca do novo ministro, estimada em 10 mil volumes, já se dividiu: parte em Copacabana, parte em Teresópolis e alguns livros em Brasília.

O POLÍTICO

Parlamentarista fiel à monarquia

Lacerdista convicto, a carreira política de Célio Borja começou em 1962, quando se candidatou a deputado estadual pela UDN, mas só assumiu uma cadeira na Assembléia Legislativa como suplente. Carlos Lacerda nomeou-o então seu líder [illegible] e, depois, secretário de governo. Em 1965 foi diretor da Carteira [illegible] da Caixa Econômica Federal. Em [illegible] elegeu-se deputado federal pela Arena, reeleito em 74 e 78 e presidiu a Câmara. Foi ainda assessor especial do presidente José Sarney. Até o início desta semana, Célio Borja mantinha com o presidente Fernando Collor apenas relações formais.

Acima de tudo um parlamentarista, Célio Borja não esconde sua simpatia pela monarquia. Dona Helena afirma que ele a considera "um regime mais estável" e que "historicamente seria melhor se não tivesse havido a República". Ela ressalta, entretanto, que não sabe se hoje ele optaria pela monarquia em um plebiscito: "Sei que no dia 15 de novembro de 1889 ele não seria um republicano". Contudo, Célio Borja usa um chaveiro do movimento monarquista.

Célio Borja vai priorizar a reforma eleitoral e partidária

□O Ministério da Justiça manterá distância da coordenação política, pela primeira vez em muito tempo. Seu titular vai auxiliar Bornhausen na assessoria jurídica do governo

O futuro ministro da Justiça, Célio Borja, assume o cargo com uma missão bem clara: ajudar o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, na assessoria jurídica do governo, dando prioridade às reformas eleitorais e partidárias, além do fortalecimento das relações do Executivo com o Judiciário. Ou seja, nada de política. Pela primeira vez desde o fim do regime militar, um ministro da Justiça não terá como atribuição coordenar as ações políticas do governo.

As primeiras providências do professor de direito constitucional Célio Borja à frente do Ministério da Justiça foram solicitadas pelo presidente Fernando Collor na noite de segunda-feira, em audiência no Palácio do Planalto, quando aceitou o convite para substituir Jarbas Passarinho. Ao lado de Bornhausen, o futuro ministro da Justiça, partidário do parlamentarismo, ajudará o governo a preparar, a partir de entendimentos com o Congresso, a legislação necessária para a realização do plebiscito que decidirá sobre a forma e o sistema de governo e a reformulação eleitoral e partidária com vistas à implantação do sistema a ser escolhido pela população.

Surpreso com o convite de Collor, transmitido às 9h30min de terça-feira pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, Célio Borja só deu a resposta às 22h, numa conversa de 40 minutos no Palácio do Planalto com o presidente.

QUEM APURA — Sobre as dúvidas quanto ao envolvimento do diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, em contrabando de café, Célio Borja admitiu ontem a possibilidade de reabrir as investigações. Ele afirmou que, ao sondá-lo para ocupar o cargo, Collor mostrou-se preocupado com as atribuições dos órgãos vinculados ao Ministério da Justiça, como a Polícia Federal e o Conselho de Defesa Econômica.

O tratamento que o novo ministro da Justiça dispensará à corrupção no governo será feito com base na legislação. Borja deixou clara a tendência do governo em desvincular a PF do Ministério da Justiça, ao dizer que não cabe ao ministro apurar denúncias de corrupção. "Quem apura é a PF", afirmou. (Brasília/ZH-AG)



AE/ZH

Futuro ministro Célio Borja

Passarinho diz que PFL fez campanha para a sua saída

□O ex-ministro afirmou que estava cansado de ver matérias "plantadas" nos jornais. Mas ele acabou inocentando Jorge Bornhausen

O ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho atribuiu sua saída do ministério a uma campanha articulada pelo PFL e admitiu que o fato de ser presidencialista, quando o presidente Fernando Collor é parlamentarista, poderia lhe criar dificuldades mais à frente. Passarinho disse que o movimento para retirá-lo do ministério começou com o anúncio do nome de Jorge Bornhausen para a Secretaria de Governo. Sem acusar diretamente o PFL ou citar nomes, Passarinho fez um desabafo: "Estava cansado de ser molestado com matérias plantadas contra mim nos jornais."

O ex-ministro destacou que Bornhausen, que foi visitá-lo à tarde no ministério, não era o autor dessa campanha. "Passei a admirá-lo pelo seu caráter. Ele foi muito humilde. Bornhausen dava declarações formais nos jornais, garantindo que a coordenação política do governo continuava nas minhas mãos", ponderou o ex-ministro.

Jarbas Passarinho não conseguiu esconder a emoção e chorou na frente de mais de 300 funcionários do ministério que participavam da solenidade de despedida. Muito aplaudido e elogiado, o ex-ministro disse que volta para o Senado depois de ocupar o ministério mais pobre de recursos e mais rico de problemas que já viu em toda a sua vida pública. No final, citou versos de um poema de Cecília Meireles: "Quanto ao meu destino, não sei se o acompanho ou se o conduzo." No corredor de acesso ao elevador privativo, Passarinho abraçou funcionários e deixou as lágrimas rolarem. (Brasília/ZH-ABR-AE)



ABR/ZH

Visita: *Bornhausen foi até Passarinho e ouviu elogios do ex-ministro*

HÉLIO JAGUARIBE

Teórico testa suas idéias em cargo público

Considerado um dos maiores pensadores políticos brasileiros, o sociólogo Hélio Jaguaribe pela primeira vez abandona a confortável posição de respeitado teórico, acadêmico e consultor político para assumir um cargo público. "Sou um social-democrata", define-se o novo secretário de Ciência e Tecnologia, para em seguida acrescentar que, em matéria de social-democracia, o Brasil está "atrasadíssimo". "Continuamos no capitalismo selvagem", diz.

A confortável posição à margem do poder nunca impediu Hélio Jaguaribe de interferir direta ou indiretamente na política nacional, fosse como simples difusor de idéias inovadoras ou como assessor dos ministros da Justiça Negrão de Lima e Tancredo Neves, no segundo governo de Getúlio Vargas. "Trabalhava de graça, por amor à pátria", ressalta ele. "Passei minha vida inteira sem ganhar dinheiro do erário público", diz, bem-humorado.

No início da década de 60, Hélio Jaguaribe participou da implantação do projeto siderúrgico no Espírito Santo, chegando a diretor-presidente da Siderúrgica Ferro e Aço, em Vitória. Com o golpe militar, em 64, pediu exoneração. Insatisfeito com o regime de governo, trocou a falta de espaço para [illegible] idéias pelo posto de professor da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, onde lecionou até 66. Depois, deu aulas na Universidade de Stanford e no Michigan Institute of Thecnology. Em 1969, voltou ao Brasil.

Jaguaribe trabalhou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros e criou o Instituto de Estudos Políticos Sociais. Foi autor do *Plano dos 100 dias* do governo Moreira Franco, que prometia acabar com a violência [illegible] no Rio de Janeiro, mas acabou engavetado. O mesmo fim teve o plano *Brasil 2000*, entregue ao ex-presidente José Sarney.

"Ele nunca teve oportunidade de pôr em ação o que imaginava. Os planos dele assombravam", acredita o advogado Ítalo Viola, seu amigo. "Hélio Jaguaribe é uma unanimidade nacional", afirma Viola, enumerando qualidades como competência, seriedade e "extraordinária vivacidade, que chega quase à genialidade. Só um povo alienado como o brasileiro poderia ter um homem como ele de stand-by."

Aos 68 anos, 20 livros publicados, casado há 43 anos com Dona Maria Lúcia, cinco filhos — um deles, Roberto, diplomata em Brasília — e sete netos, o novo secretário é freqüentador do Country Club, em Ipanema, apreciador de boa mesa, bons vinhos, música clássica e da tran[illegible]

04

9203708

Passarinho de volta ao Senado deprecia

BRASÍLIA — ’m dia depois e desembarcar o quarto mandato ministerial sua vida, o ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho (PDS-PA) voltou a ocupar sua sala no Senado, com muita indiscrição. Deu várias entrevistas, cumprimentou antigos funcionários do Congresso, apresentou-se oficialmente ao presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), e atendeu com paciência aos apelos de fotógrafos e cinegrafistas. De todos os seus gestos, porém, foi uma alfinetada em seu substituto, o ministro Jorge Bornhausen, que mais caracterizou sua volta ao Legislativo. "Eu sabia que era uma missão que ultrapassava talvez a capacidade de arregimentação dele", disse o ex-ministro, sobre o fracasso da tentativa de levar o PSDB para o governo.

Como velha raposa, Passarinho fez rodeios antes de comentar o fracasso da primeira missão de Bornhausen, depois de assumir oficialmente a Secretaria de Governo da Presidência da República. "Não tenho grande surpresa com a decisão do PSDB", começou o senador. "Apesar do *talento indiscutível* do meu querido amigo Jorge Bornhausen, que eu aprendi a admirar mais agora", ressalvou, irônico, antes de criticar o insucesso da investida do governo entre os tucanos. No final, resignou-se, como se ainda estivesse à frente do governo: "Eu lastimo." Depois, explicou, em seu estilo catedrático preferido, que o resultado era previsível, já que a social-democracia tucana é incompatível com o social-liberalismo collorido.

As críticas a seu verdadeiro sucessor na coordenação política do governo — já que o ministro da Justiça, Célio Borja, exercerá função técnica — misturaram-se à discreta referência ao presidente Fernando Collor. "Nunca fui desertor. Seria um absurdo ser opositor do presidente." No PDS, ele quer ajudar o Planalto a aprovar os grandes projetos de interesse do governo, como o Emendão e a proposta de marcas e patentes. "É importantíssimo", disse. Na terça-feira, o [illegible] está inscrito entre os oradores [illegible] do Senado [illegible] balanço e exortação [illegible] a responsabilidade do Congresso.

O [illegible] — Passarinho [illegible] de ministro [illegible] a atenção de [illegible] na despedida [illegible]. "Foi emoção, [illegible]", explicou. Humor [illegible] da volta ao Congresso: [illegible] várias vezes que [illegible] pela manhã", depois de muito tempo". Para justificar seu encontro com Mauro Benevides, Passarinho respondeu: "Se não, ele não me paga." Suas primeiras providências na volta ao Senado: "Quero ver se minha poltrona está no lugar e conferir se meu nome está no painel de votações." Para os fotógrafos, anunciava previamente os gestos habituais que costumam ser registrados pelos profissionais, como sentar-se ou tomar café. Sempre sorridente, o ex-ministro chegou a reencenar sua chegada ao gabinete para ser registrada pelos cinegrafistas.

Gilberto Alves — 31.01.91

Brizola dirá a Collor amanhã que o PDT não aceita cargos

O governador Leonel Brizola tem um encontro marcado com o presidente Fernando Collor em Brasília amanhã, às 10h30, ocasião em que deverá reafirmar a determinação do PDT de não aceitar cargos no governo. "Não negamos cooperação, mas não queremos participar. Guardaremos zelosamente nossa independência", garantiu Brizola, que confirmou o convite recebido pelo prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, para integrar o governo federal. "O prefeito foi consultado e pediu tempo. Não chegou a se comunicar comigo, mas ouviu alguns companheiros do partido e decidiu não aceitar o convite", explicou Brizola, que só conversou com Lerner ontem, às 16h, quando chegou do Uruguai.

Depois de admitir que se surpreendeu com a renúncia coletiva dos ministros, Brizola disse que o episódio se esgota em si mesmo. "Faz parte da prática democrática do regime presidencialista. O presidente Collor quis renovar seu governo e dar uma resposta a todas as acusações", [illegible], que, no entanto, não quis avaliar as mudanças e [illegible] dos demitidos. "Nesse momento não tenho condições de [illegible]". [illegible], no entanto, um [illegible] de um programa de governo. "Um programa mínimo, conciso e objetivo que pudesse alargar as bases desse governo e definir pontos importantes da política econômica como, por exemplo, a privatização com a democratização do capital."

Enquanto Brizola se preocupa com um programa mais definido de governo, governadores do PMDB e do PFL que já passaram pelo Palácio do Planalto acham que Collor está aproveitando o momento político favorável das mudanças para sinalizar com a reedição da política de governadores. "Ainda não temos uma missão determinada, mas faremos um trabalho político conjunto", garante o representante do Rio Grande do Norte, José Agripino Maia.

Além de José Agripino, também os governadores de Pernambuco, Joaquim Francisco; do Maranhão, Edison Lobão, e de Sergipe, João Alves, receberam um pedido expresso do secretário de Governo, Jorge Bornhausen, para que adiassem a volta aos estados, prevista para a manhã de ontem. "Ficamos para conversar, raciocinarmos juntos em torno de idéias, estratégias e definição dos nomes daqueles que irão participar do governo nesta nova fase", explica Joaquim Francisco.

Depois da conversa com Collor, José Agripino saiu convencido de que a palavra de ordem no governo, hoje, é composição política. E tanto Maia quanto seu colega pernambucano salientam que composição leva tempo, o que impede o presidente de anunciar um novo Ministério em 24 horas. O único motivo que apressa a reforma é a preocupação do próprio Collor em evitar constrangimentos para aqueles que não foram confirmados nos cargos.



Mesmo com o PMDB fora do governo, prevalecendo a velha tática da cooptação de parte da bancada do partido, a política de governadores não fica inviabilizada. "Os governadores têm um papel importante da defesa do entendimento nacional que o próprio presidente já encampou tempos atrás", repetem em coro o pefelista Edison Lobão e o pemedebista Ronaldo Cunha Lima, da Paraíba. Para o paraibano, o entendimento volta à mesa das negociações políticas, em torno de propostas concretas, sem que isto implique em governo de coalizão. "O PMDB não poderia se opor a uma proposta que viabilizasse os estados globalmente, até porque defendeu a rolagem das dívidas estaduais para com a União", pondera Cunha Lima, para quem uma posição contrária ao entendimento seria "um contra-senso".

O presidente Collor não falou em coalizão na conversa objetiva que manteve com os governadores de oposição. "Comigo, ele foi curto e grosso", revelou o representante de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, a um amigo. "Convoquei os senhores para comunicar que farei uma reforma profunda no Ministério, que vai atender aos reclamos da sociedade", disse Collor a Fleury, acrescentando que escolherá bons nomes para ocupar os cargos vagos. Segundo Fleury, a posição de seu partido será a de aguardar as definições do governo.

A expectativa é a de que o PMDB continue exatamente onde está: fazendo uma oposição "responsável e consciente", como define o próprio Fleury. O governador da Paraíba avança no raciocínio do colega paulista, apostando que nem mesmo diante da possibilidade de os partidos governistas se unirem em um bloco coeso no Congresso, o PMDB embarcaria na onda de um bloco de oposição a Collor. "A postura mais radical faz parte de um espaço que está reservado ao PT, e o PMDB não deve disputá-lo com os petistas", sentencia Cunha Lima.

O otimismo do presidente com a reforma política e com as perspectivas de um desempenho melhor da economia a curto prazo surpreendeu os governadores, que esperavam encontrar um Collor angustiado com as mudanças. "Deparei-me com um Collor em alto astral", resumiu Fleury a um amigo. "O presidente está sereno e feliz depois de se livrar das amarras", avaliou Joaquim Francisco.

05-05

Deputada acusa dirigentes da Rio-92

O ofício que pede do presidente Collor a saída dos responsáveis pela organização da Rio-92 será entregue por Regina Gordilho


Arquivo/ZH

Regina: *denunciando*

A deputada federal Regina Gordilho (PTR-RJ) anunciou, ontem, que na próxima terça-feira (28) entregará ofício ao presidente Fernando Collor, pedindo o afastamento do presidente do Grupo de Trabalho Nacional (GTN), organizador da Rio-92, Carlos Garcia, e do secretário-executivo do órgão, diplomata Flávio Perri. A deputada vai argumentar que ambos estão envolvidos nas irregularidades praticadas pelo empresário Luís Octávio Themudo, ex-coordenador geral do GTN, que teve prisão preventiva decretada quinta à noite pelo juiz Gerson Silveira Arraes, da 25ª Vara Criminal do Rio de Janeiro.

A Assessoria de Comunicação da Polícia Federal no Rio de Janeiro informou, ontem à noite, que Themudo não foi encontrado em sua residência, na Avenida Vieira Souto, em Ipanema (Zona Sul do Rio). Parentes do empresário informaram aos policiais que ele se encontra em um outro Estado. A Polícia Federal expediu cópias do mandado de prisão para todos os aeroportos do Brasil, e está com uma equipe na rua procurando Themudo.

O empresário é acusado de ter ficado com US$ 220 mil (Cr$ 461 milhões) que uma empresa francesa lhe entregou para ele organizar um congresso em novembro do ano passado. Regina Gordilho acha que a prisão de Themudo ajudará a elucidar as denúncias sobre favorecimento na distribuição das verbas destinadas às obras de adaptação do Riocentro para a Conferência do Rio.

"[illegible]" — O ex-coordenador do GTN, empresário Luís Octávio Themudo, que está sendo procurado pela Polícia Federal, [illegible] à noite com exclusividade à Agência Estado que [illegible] o fato de a Justiça [illegible] prisão sem que [illegible] ções tenha sido [illegible] tia que não tem intenção de [illegible] País.

Ao contrário [illegible] cia de que teria viajado [illegible] Estado, Themudo [illegible] de Janeiro, aguardando [illegible] do *habeas-corpus* pedido [illegible] vogado, Danilo Santos. (AE)

Visita do Dalai Lama continua indefinida

O Itamaraty ainda aguardava, ontem, uma resposta do governo da República Popular da China sobre sua proposta de conciliação que possibilitaria a visita do líder religioso do Tibete, Dalai Lama, para um seminário durante a Rio-92. A proposta — o líder budista restringiria sua presença entre os dias 4 e 8 de junho, indo embora antes da chegada da delegação oficial chinesa — foi bem recebida tanto pelo representante do Dalai Lama em Nova Iorque, Lodi Gyari, quanto pelo embaixador da China, Shen Yunao, nos seus contatos com o Itamaraty. Mas nem um nem outro deu a palavra final.

A situação, do ponto de vista diplomático, é complicada. Para o governo chinês, o Dalai Lama, Prêmio Nobel da Paz, não é apenas um líder religioso, mas político, que contesta o poder central e luta contra a anexação do Tibete pela China. O governo chinês não aceita a presença do Lama, temendo que lhe seja concedido status de chefe de governo. Sua participação está prevista no Encontro de Cúpula de Parlamentares sobre a Terra, promovido pelo Fórum Global de líderes parlamentares e espirituais, do qual o Lama é um dos integrantes. (AE)

ZH 22/4

Brasil pede ajuda a países ricos

☐Governo lança apelo a países do Grupo dos Sete para conseguir realizar o Fórum Global, um evento paralelo à Rio-92

O governo brasileiro fez, ontem, um apelo aos países ricos, representados pelos embaixadores do Grupo dos Sete (G-7) e da Comunidade Econômica Européia (CEE), para que contribuam para a realização do Fórum Global, a série de eventos paralelos à Rio-92. Até agora, o Brasil foi o único país a contribuir, embora não tenha obrigação formal de fazê-lo.

O apelo foi feito durante café da manhã com 13 embaixadores, do qual participaram os ministros da Economia, Marcílio Marques Moreira, das Relações Exteriores, Celso Lafer, da Educação e secretário interino do Meio Ambiente, José Goldemberg, o embaixador Marcos Azambuja — nomeado coordenador das posições brasileiras para a Rio-92 — e o ministro Carlos Garcia, presidente do Grupo de Trabalho Nacional (GTN) que prepara a Conferência do Rio de Janeiro.

AE/ZH



Explicações: *Goldemberg (E) e Maria Tereza Pádua depõem na Câmara*

O chanceler Celso Lafer disse que a única verba relevante para o Fórum Global partiu do Brasil: US$ 3 milhões do governo federal, do estado e da cidade do Rio de Janeiro e Cr$ 1 bilhão do Ibama, mais uma linha de crédito do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) de US$ 1 milhão e a autorização do governo federal para repassar US$ 800 mil de recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que seriam utilizados em projetos brasileiros e foram desviados para o Fórum.

Lafer disse que são necessários US$ 5 milhões para a realização do Fórum. O chanceler brasileiro pediu aos embaixadores de Portugal, Leonardo Mathias, que exerce a presidência da CEE, e da Grã-Bretanha, Michael Newington, que exerce a do Grupo dos Sete, para coordenarem este esforço.

DIVERGÊNCIAS — O secretário interino do Meio Ambiente, José Goldemberg, admitiu ontem, em depoimento à Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, que houve divergências entre a Secretaria e o Ministério das Relações Exteriores quanto às posições brasileiras para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

Goldemberg [illegible] ção brasileira [illegible] mês passado [illegible] oficial do gov[illegible] senvolvimento [illegible] ambiental, [illegible] novo fundo de [illegible] cional para [illegible] nais gerados [illegible] tais.

Acompanh[illegible] Ibama, Maria T[illegible] tário José Go[illegible] rias questões [illegible] tado Fábio F[illegible] autor do reque[illegible] ção à Comiss[illegible] berg, a decisã[illegible] dos Sete países [illegible] (G-7) — de re[illegible] para US$ 250 [illegible] empréstimo para o [illegible] teção às florestas — [illegible] ção e protestos do [illegible] Fernando Collor. [illegible] não existe o risco [illegible] mal aplicado, ou [illegible] corrupção, [illegible] secretário José L[illegible] projetos são [illegible] dos e rigorosamente [illegible] doadores e executores [illegible] (AE-ABR)

Yeltsin pode vir à Rio-92

O presidente russo Boris Yeltsin poderá participar da conferência de cúpula ecológica, a Rio-92, a ser realizada em junho próximo no Brasil, informou ontem, em Moscou, um porta-voz do governo. Segundo a fonte, o único obstáculo à viagem de Yeltsin ao Brasil é a crise existente na Rússia, um dos países que tem um dos mais altos [illegible] ambiental.

O presidente [illegible] tende viajar aos E[illegible] tre os dias 16 e 17 [illegible] manter conver[illegible] dente George [illegible] norte-americano [illegible] participará da Rio-92, [illegible] objetivo será [illegible] permitam um [illegible] nômico que [illegible] ambiente.

A Rússia sofre [illegible] herança de [illegible] radioativa da era [illegible] as políticas de [illegible] Estado soviético [illegible] das a nenhuma [illegible] O ar que se respira em [illegible] des da ex-URSS está [illegible] taminado, enquanto [illegible] gos ficaram virtualmente [illegible] dos por despejos tóxicos [illegible] cas.

PRISÃO — O juiz Gerson Silveira Arraes, da 25ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, decretou ontem à noite a [illegible] Grupo de [illegible] encarregado [illegible]

Tratando [illegible] com US$ 2[illegible] lhões) que [illegible] entregou pa[illegible] congresso d[illegible] Rio.

Por volta [illegible] juiz Silveira A[illegible] dado de pris[illegible] para a Polic[illegible] sido inform[illegible] jaria ontem [illegible] Unidos. (AE[illegible]

02

Brasil pede ajuda a países ricos

[illegible] lança apelo a [illegible] do Grupo dos Sete para conseguir realizar o Fórum Global, um evento paralelo à Rio-92

O governo brasileiro fez, ontem, um apelo aos países ricos, representados pelos embaixadores do Grupo dos Sete (G-7) e da Comunidade Econômica Européia (CEE), para que contribuam para a realização do Fórum Global, a série de eventos paralelos à Rio-92. Até agora, o Brasil foi o único país a contribuir, embora não [illegible] obrigação formal de fazê-lo.

O apelo foi feito durante café da manhã com 13 embaixadores, do qual participaram os ministros da Economia, Marcílio Marques Moreira, das Relações Exteriores, Celso Lafer, da Educação e secretário interino do Meio Ambiente, José Goldemberg, o embaixador Marcos Azambuja — nomeado coordenador das posições brasileiras para a Rio-92 — e o ministro Carlos Garcia, presidente do Grupo de Trabalho Nacional (GTN) que prepara a Conferência do Rio de Janeiro.

AE/ZH



Explicações: *Goldemberg (E) e Maria Tereza Pádua depõem na Câmara*

O chanceler Celso Lafer disse que a única verba relevante para o Fórum Global partiu do Brasil: US$ 3 milhões do governo federal, do estado e da cidade do Rio de Janeiro e Cr$ 1 bilhão do Ibama, mais uma linha de crédito do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) de US$ 1 milhão e a autorização do governo federal para repassar US$ 800 mil de recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que seriam utilizados em projetos brasileiros e foram desviados para o Fórum.

Lafer disse que são necessários US$ 5 milhões para a realização do Fórum. O chanceler brasileiro pediu aos embaixadores de Portugal, Leonardo Mathias, que exerce a presidência da CEE, e da Grã-Bretanha, Michael Newington, que exerce a do Grupo dos Sete, para coordenarem este esforço.

DIVERGÊNCIAS — O secretário interino do Meio Ambiente, José Goldemberg, admitiu ontem, em depoimento à Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, que houve divergências entre a Secretaria e o Ministério das Relações Exteriores quanto às posições brasileiras para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

Goldemberg afirmou que a posição brasileira só "entrou em foco" no mês passado com o anúncio da tese oficial do governo de conciliar o desenvolvimento com a preservação ambiental, através da criação de um novo fundo de investimento internacional para custear os gastos adicionais gerados pelos projetos ambientais.

Acompanhado pela presidente do Ibama, Maria Tereza Pádua, o secretário José Goldemberg esclareceu várias questões formuladas pelo deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), autor do requerimento de convocação à Comissão. Segundo Goldemberg, a decisão unilateral do Grupo dos Sete países mais ricos do mundo (G-7) — de reduzir de US$ 1,5 bilhão para US$ 250 milhões o valor do empréstimo para o programa de proteção às florestas — gerou insatisfação e protestos do próprio presidente Fernando Collor. Para Goldemberg, não existe o risco desse dinheiro ser mal aplicado, ou cair nas mãos da corrupção, conforme afirmou o ex-secretário José Lutzenberger, pois os projetos são extremamente detalhados e rigorosamente policiados pelos doadores e executores das obras. (AE-ABR)

Yeltsin pode vir à Rio-92

O presidente russo Boris Yeltsin poderá participar da conferência de cúpula ecológica, a Rio-92, a ser realizada em junho próximo no Brasil, informou ontem, em Moscou, um porta-voz do governo. Segundo a fonte, o único obstáculo à viagem de Yeltsin ao Brasil é a crise existente na Rússia, um dos países que tem um dos mais altos índices de degradação ambiental.

O presidente russo também pretende viajar aos Estados Unidos, entre os dias 16 e 17 de junho, para manter conversações com o presidente George Bush. O presidente norte-americano ainda não decidiu se participará da Rio-92, cujo principal objetivo será buscar medidas que permitam um desenvolvimento econômico que não seja nocivo ao meio ambiente.

A Rússia sofre com uma pesada herança de contaminação química e radioativa da era comunista, quando as políticas de industrialização do Estado soviético não eram submetidas a nenhuma espécie de controle. O ar que se respira em diversas cidades da ex-URSS está fortemente contaminado, enquanto vários rios e lagos ficaram virtualmente envenenados por despejos tóxicos das fábricas.

PRISÃO — O juiz Gerson Silveira Arraes, da 25ª Vara Criminal do Rio de Janeiro decretou ontem à noite a [illegible] encarregado [illegible] à Rio-92.

Themudo é acusado de ter ficado com US$ 220 mil (Cr$ 502,5 milhões) que [illegible] entregues [illegible] congresso [illegible] do Rio.

Por volta [illegible], o juiz Silveira [illegible] dado de pri[illegible] para a Polici[illegible] sido inform[illegible] ja ontem [illegible] Unidos. (AE-[illegible])

02

920 3709

Charles defende a conferência no Rio

Príncipe adverte sobre necessidade de salvar planeta

Franklin Martins
Correspondente

LONDRES — Ao discursar no primeiro dia da reunião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o príncipe Charles afirmou que ainda há tempo para fazer com que a Rio-92 se transforme num marco no caminho da proteção ambiental, enfrentando globalmente as questões da explosão populacional, da pobreza e da poluição. "Vivemos tempos perigosos", advertiu o príncipe, que alertou para o perigo de que os problemas atuais "sacrifiquem a sobrevivência futura de nossos netos".

Depois de elogiar o trabalho da comissão, que congrega várias personalidades e líderes internacionais e é presidida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, o príncipe Charles disse que hoje ninguém mais duvida de que o mundo está sendo degradado, citando especificamente as emissões de dióxido de carbono e a diminuição da camada de ozônio.

Charles afirmou compreender a postura cética dos países do Terceiro Mundo em relação à Rio-92. "Políticos e cientistas do mundo desenvolvido estão abordando os problemas ambientais há mais de 20 anos e no entanto o meio ambiente continua a se deteriorar, especialmente por causa da poluição gerada nesses países (ricos)". Embora não tenha fugido ao estilo ponderado, o herdeiro do trono da Grã-Bretanha deu ênfase ao problema das desigualdades econômicas

Evandro Teixeira — 25/4/91



Charles destacou maior crescimento dos países ricos

entre países desenvolvidos do Norte e subdesenvolvidos do Sul, como um entrave à solução dos problemas globais do planeta.

"Eles esperam reverter o fluxo líquido de riquezas, que nos últimos anos da década passada verificou-se no sentido do Sul para o Norte". Em seguida, citou estatísticas que mostram que a disparidade entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos cresceu assustadoramente no último século. De acordo com os números citados pelo príncipe, a renda per capita da Europa era, em 1890, duas vezes maior que a da China e da Índia. Em 1940, já era quarenta vezes superior e atualmente, a proporção é de setenta para um.

"Há alguma dúvida de que os países do Sul chegarão à Conferência do Rio com abertas reivindicações econômicas? Para eles, a conferência será basicamente sobre desenvolvimento e justiça", ressaltou Charles, num enfoque diferente do que vem sendo dado pelo governo norte-americano. Anteontem, o presidente George Bush voltou a dizer que seu governo não se comprometerá com nada que possa afetar o crescimento econômico dos Estados Unidos.

■ **Dois jovens estudantes equipados com mochilas e cronômetros percorreram ontem as 368 estações do Metrô de Paris, numa viagem de 300 quilômetros a bordo dos trens e em parte a pé, para chamar a atenção dos franceses para o Dia Internacional da Terra. Yann, 22 anos, e Agnes, 21, começaram o dia na Estação Saint-Denis, às 6h, e terminaram, 14 horas mais tarde, na Estação Anvers. Os jovens estudaram minuciosamente o itinerário, com a ajuda de um engenheiro da Companhia de Transportes de Paris.**

Día da Terra leva espanhóis a tratar do encontro no [illegible]

Rafael [illegible]
El País

MADRI — [illegible] mistas em [illegible] 92, convocações [illegible] não-governamenta[illegible] lidariedade Norte-Sul [illegible] do meio ambiente e a [illegible] de vários informes com [illegible] alarmistas sobre a situação [illegible] dial marcaram ontem a comem[illegible] ração do Dia Internacional [illegible] Terra.

O Comitê Espanhol de Acom[illegible] panhamento da Conferência [illegible] Rio, integrado pelos [illegible] grupos conservacionistas, [illegible] sentou um documento que [illegible] "As injustas diferenças entre Nor[illegible] te e Sul, herança do colonialismo [illegible] do imperialismo, devem ser supe[illegible] radas. Convém assinalar que [illegible] responsabilidade dos problemas [illegible] dos países do Sul não é [illegible] fruto da exploração do Norte [illegible] mas também de [illegible] do Sul e da [illegible] populistas".

O balanço mais [illegible] feito pelo Greenpeace [illegible] o governo espanhol [illegible] [illegible] e o [illegible] ser converter a C[illegible] Rio num [illegible] [illegible] ataques [illegible] defesa do meio [illegible] [illegible] tar "enviar para o Sul [illegible] proibidos no Norte [illegible] atacando a [illegible] documentos básicos [illegible] ambiente: "A Carta da [illegible] Agenda 21 não incluem [illegible] gentes para salvar as [illegible] ques tropicais".

03-03

26-4-92
10046
11164

Garcia perde sigla e ronda PMDB

Flamínio Fantini

BELO HORIZONTE — A política mineira produziu esta semana mais um de seus paradoxos. Segundo colégio eleitoral do país, o estado tem o PMDB como maior partido, mas sem uma liderança que o unifique, um rosto que seja uma espécie de logomarca da agremiação, dividida igualmente entre o ex-governador Newton Cardoso e o senador Ronan Tito. Por outro lado, a maior liderança de Minas no momento, o governador Hélio Garcia, acaba de ficar sem partido, o minúsculo PRS, cujo registro definitivo foi negado, quinta-feira, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília.

O PRS (Partido das Reformas Sociais) nasceu em 1990 com um objetivo bem preciso e imediatista: viabilizar a candidatura de Hélio Garcia a governador, temeroso de enfrentar a convenção do PMDB e não levar. Passadas as eleições, a legenda acabou arquivada em um escaninho qualquer do Palácio da Liberdade.

No campo deste partido, a situação é diversa. "O PMDB está muito bem, é o mais enraizado em Minas", diz o senador Ronan Tito, destacando o fato de a legenda estar organizada em mais de 700 dos 723 municípios de Minas e preparada para a disputa de grande parte dessas prefeituras, em outubro. O ex-governador Newton Cardoso segue a mesma trilha de otimismo: "As chances do PMDB são muito grandes, estou achando o clima muito bom, o povo está animado e fazendo campanha".

Terminam aí as concordâncias entre os dois. Ronan e Newton polarizam hoje o partido, disputando o comando para saber quem domina a máquina e passa a dar as cartas. O lance mais evidente desse confronto deu-se nas recentes eleições para os diretórios municipais, nas quais os dois se empenharam corpo a corpo. Ronan pode vir a ser presidente do diretório regional. Newton mostra-se confiante: "Minha força no interior é incontestável". Para ele, trabalhar para ajudar candidatos a prefeito auxilia sua candidatura ao governo em 1994.

Se Newton perder a contenda, já tem do que lançar mão: ao longo dos últimos anos organizou o PDC em Minas, como partido auxiliar. Embora não admita, Hélio Garcia acompanha com interesse nada acadêmico a disputa interna no PMDB, partido do qual foi um dos fundadores e mola propulsora. Além de dar-se bem com Ronan e manter relações protocolares com Newton, Hélio se beneficiará com a derrota do ex-governador. Oficialmente, o Palácio dos Despachos está aguardando a publicação da decisão judicial sobre a negativa de registro definitivo para o PRS, para entrar com recurso. Ou seja, pelo menos para efeito externo, a palavra de ordem é tentar ressuscitar o PRS.



Hélio Garcia



Newton Cardoso

Newton constrói base para tentar reeleição

[illegible]

O ex-governador Newton Cardoso admite, pela primeira vez, que poderá [illegible] em 1994. [illegible]

[illegible]

01-01 9203710

Partido expulsou o traidor

O presidente do PC do B, João Amazonas, confirmou que a traição de Jover Teles — denunciar ao Exército o local da reunião do Comitê Central do PC do B em 16 de dezembro de 1976 que resultou na morte de três dirigentes e prisão de outros quatro — foi comprovada internamente por uma investigação. "A traição de Jover Teles hoje é fato dado como definitivo", afirma Amazonas. "O Exército tinha informações de um dirigente traidor. Esse miserável era Jover Teles."

O resultado da sindicância interna mostra que Jover Teles delatou a reunião da Lapa aos órgãos de repressão. Conforme a sindicância, Teles teria sido preso por agentes do Centro de Informações do Exército (CIE) e, sob ameaças de torturas e morte, concordou em informar o local onde a cúpula partidária comunista teria sua próxima reunião.

Expulsão — "Jover Teles foi sumariamente expulso do partido", revelou na semana passada o deputado federal Haroldo Lima (PC do B-BA), que também participou do encontro. "Ele (Jover) poderia na reunião ter falado que, torturado e ameaçado de morte, denunciou o local, mas preferiu calar", acrescentou. Lima disse acreditar que os militares facilitaram a fuga do camponês José Novaes, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Água Branca, em Alagoas, que saiu da reunião com Jover Teles, para evitar suspeitas sobre a traição.



João Amazonas

Jover foi expulso do PC do B no 6º Congresso em fevereiro de 1983, como "traidor e colaborador direto dos órgãos de repressão". Diz o relatório: "Foi ele (Jover) que forneceu os dados e indicações do local e da reunião do Comitê Central em dezembro de 1976, participando pessoalmente do esquema montado pelo I e II Exércitos para prender e assassinar os dirigentes do partido. O relatório deve descer a todos os organismos partidários, com as respectivas conclusões, a fim de estimular a vigilância de classe no partido".

Provas — A principal prova encontrada pelos dirigentes do PC do B contra Jover Teles são documentos confidenciais assinados pelo general-de-brigada Carlos Xavier de Miranda, chefe do Estado Maior do II Exército. O primeiro, do dia 10 de dezembro de 1976, encaminhado ao secretário de Segurança Pública de São Paulo, informa que "estariam havendo reuniões clandestinas na área de atuação do II Exército com o comparecimento de elementos ligados à subversão", citando Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e Aldo Arantes. O segundo documento, do dia 14 de dezembro, informa o endereço onde o comitê central do PC do B se reuniria e antecipa: "No dia 16 do corrente o DOI/Codi/II Ex realizará uma operação urbana visando à detenção de militantes do PC do B, que se encontram homiziados na casa sita à rua Pio XI, 767, bairro da Lapa".

ZERO HORA
26-4-92
10046
1164

O DECLÍNIO DO PFL

Partido vive processo de debandada

□Desde a saída de Chiarelli do governo federal o PFL gaúcho vê seus filiados mudarem de sigla. A eleição acelera o processo. Ninguém arrisca lançar-se candidato por uma legenda enfraquecida

DIOGO OLIVIER

O último a sair apague a luz. O ditado popular, usado para satirizar a máxima nacionalista Brasil: ame-o ou deixe-o, criada pelo presidente militar Emílio Garrastazu Médici durante o milagre econômico, na década de 70, soaria ameaçador se pronunciado hoje perto de um pefelista. A partir da demissão do seu líder, o ex-ministro da Integração Carlos Chiarelli, a frágil estrutura do PFL gaúcho entrou em processo de declínio e atingiu seu ponto mais crítico com a debandada das lideranças detentoras de cargos eletivos nas últimas semanas.

Em menos de um mês, o partido se viu sem vereador em Porto Alegre, com a bancada estadual reduzida pela metade — eram dois deputados, sobrou um —, perdeu a mais importante das 18 prefeituras que fez em 1988, a de Caxias do Sul, com a saída de Mansueto Serafini, e ainda corre sério risco de ter o seu único deputado federal, Arno Magarinos, engolido pela força do PDS. A razão principal para a debandada, apontada pelos ex-pefelistas, está nas eleições. Ninguém quer se arriscar a não se reeleger por causa da fragilidade de um partido em declínio.

[illegible] — O fato de Chiarelli estar fora do governo central pela primeira vez desde 1974 tirou a principal base de sustentação do PFL gaúcho e significa o adeus do partido aos cargos federais no Estado. "Perdemos muito poder com a saída do Chiarelli", admite o presidente regional do partido, deputado Germano Bonow. "Muito mesmo", enfatiza. "O PFL não soube canalizar o fato de ter um ministro para organizar o partido", diz o deputado Luís Carlos Festugatto, ex-PFL. O vereador Arthur Zanella, outro que abandonou o partido, comenta: "Se demitiram o Chiarelli duas vezes, imagina o que fariam conosco."

Em seguida à demissão de Chiarelli, os pefelistas sofreram outra decepção: o ex-governador do Estado e ex-ministro da Previdência Social Jair Soares preferiu concorrer a vereador em Porto Alegre a se atirar numa campanha a prefeito respaldado pelo PFL. "Os custos de campanha e a impossibilidade de nos coligarmos com o PDS me levam a desistir de concorrer", justificou Jair ao anunciar sua decisão.

FECHAR PORTA — Com Chiarelli escrevendo um livro sobre Mercosul na sua casa, em Pelotas, longe do Planalto, e sem alguém disposto a concorrer à prefeitura da Capital, o barco do PFL começou a fazer água, e os abandonos se sucederam. O último aconteceu esta



23/01/92 – Carlos Chiarelli deixa o ministério de Collor.

11/03/92 – Jair Soares desiste de concorrer à prefeitura de Porto Alegre.

24/03/92 – O vereador Arthur Zanella assina ficha no PDT.

semana, com a saída do prefeito de Caxias do Sul, que irá se manter independente até as eleições, quando deverá ingressar no PDT.

Um outro abandono, o do deputado federal Arno Magarinos, promete afundar ainda mais o PFL. Natural de Erechim e eleito, segundo ele mesmo, com votos do PDS, Magarinos admite a possibilidade de trocar de sigla. E, se não tem certeza de vai apagar a luz na saída, adverte, em tom de brincadeira, para a possibilidade de ser o último a fechar a porta, "já que estão todos saindo mesmo".

01.02

9203712

Falta de estrutura afasta candidatos

O ex-ministro da Integração Carlos Chiarelli costuma dizer que não adianta ficar discutindo economia de mercado em seminários sobre liberalismo se o PFL não tem diretório em São José das Hortênsias. "Sem diretório, não se elege vereador, vital para a organização de um partido", ensinava Chiarelli dias depois da comentada reunião da executiva regional, ano passado, na qual o ex-ministro dos Transportes Cloraldino Severo comparou o PFL a um repelente. Cloraldino considerou o desempenho do PFL nas urnas em 1990 um desastre, só possível de ser decifrado por um sociólogo, já que a sigla era oposição ao governo estadual.

A falta de estrutura do PFL gaúcho é a principal razão para a debandada dos pefelistas, temerosos de verem suas chances de reeleição reduzidas com fragilidade da sigla. O vereador Arthur Zanella lembra que fez cerca de 11 mil votos pelo PDS em 1982. Na sua primeira eleição pelo PFL, foi reeleito, mas a votação despencou para 3 mil votos. "Em função desta diferença, comecei a avaliar a minha situação na sigla", admite Zanella, lembrando que seus eleitores estão nas vilas, como os do PDT, e que votou em Leonel Brizola para a Presidência da República.

CULPADO — O deputado Luís Carlos Festugatto, outro que assinou ficha no PDT, também reconhece que a tranqüilidade de ter uma legenda estruturada a lhe dar respaldo influenciou na decisão. "Senti que para fazer política é preciso um partido forte."

Em Caxias, base eleitoral de Festugatto, o PFL tinha o prefeito, um deputado estadual e seis vereadores. Hoje, resta apenas um vereador na sigla. O deputado credita ao presidente regional do PFL, Germano Bonow, boa parte da culpa pela situação em que se encontra a legenda. Ele adverte que não é possível ser deputado, presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia e ainda organizar um partido ao mesmo tempo.

Queda constante

Desde 1986, o número de parlamentares pefelistas na Câmara de Veradores de Porto Alegre, na Assembléia Legislativa e de deputados federais está em queda. A seguir, os números:

	Câmara de Vereadores	Assembléia Legislativa	Câmara Federal
1986	5 (*)	5	2
1988	1	-	-
1990	-	2	1
1992	0	1	1

(*) Vereadores que foram eleitos em 1982 pelo PDS e ingressaram no PFL em [illegible].

02-02

9203712

ZERO HORA
16-4-92
10046
11164

Brasil cumpre determinações do embargo

O governo brasileiro aderiu ao embargo à Líbia. O Diário Oficial que circula hoje publica a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), com todas as restrições devidas. O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, discutiu ontem com o presidente Fernando Collor as medidas a serem tomadas, entre elas a redução do nível e do número dos diplomatas líbios no Brasil.

Dos cinco lotados na embaixada, o governo determinou a retirada do conselheiro Said Abubaker Saieti e do adido financeiro Mohamed Abeid Abdalla. O ministro Celso Lafer adiantou que algumas das sanções não se aplicam ao Brasil — como o fechamento dos escritórios da *Libyan Arabe Airlines* — mas que o Itamaraty já está providenciando a retirada dos técnicos brasileiros que prestam manutenção às aeronaves da empresa aérea líbia. Lafer acrescentou que os três diplomatas restantes da missão líbia terão sua locomoção limitada ao Distrito Federal e sofrerão restrições nos demais estados.(Brasília/ZH)

Brasil e Argentina assinam acordo para atrair turistas

Representantes de 27 empresas argentinas de turismo assinaram ontem, em Porto Alegre, um acordo de apoio recíproco com agentes de viagens, operadores de turismo, setor hoteleiro e outros segmentos, para o incremento turístico no Brasil e na Argentina. Com a integração econômica do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a divulgação conjunta de pontos turísticos abrangerá, no futuro, também o Uruguai e o Paraguai.

O acordo de cooperação foi assinado durante o encontro de comercialização promovido pela Câmara Argentina de Turismo, realizado com apoio do governo argentino, no Hotel Plaza São Rafael. O objetivo do acordo, além da troca de informações sobre as tendências dos dois mercados, é a união de esforços para a realização de pacotes turísticos conjuntos.

Lóris José Isatto, presidente da Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul, enfatizou que a exemplo dos países europeus, a América Latina tem condições de elaborar roteiros integrados, e atrair visitantes e divisas do Primeiro Mundo.

PREFERÊNCIA — O diretor do escritório de Turismo da Argentina para o Brasil, Rubem Eduardo Ali, e o subsecretário de promoção da Secretaria de Turismo da Argentina, Rodolfo Arias, informaram que no ano passado 2 milhões e 700 mil pessoas visitaram a Argentina. Com isso, 13% do peso total da balança de exportações argentina ficou com o setor de turismo. No cálculo estão incluídas desde as despesas dos turistas com hotéis, transportes, restaurante, lazer e compras no comércio.

A intenção do governo é aumentar em 30% o número de visitantes ainda para 1994. Para atingir esse objetivo, o governo argentino vem dando especial apoio para as promoções, disse o cônsul José Gago.

DIVISAS — A balança comercial turística entre Brasil e Argentina, no ano passado, teve saldo favorável para o país vizinho, que recebeu 350 mil brasileiros. Em contrapartida, 300 mil argentinos vieram ao Brasil. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina figuram como os locais mais visitados pelos argentinos. Mas, no último verão, surgiu um novo destino especialmente para os argentinos de Rosário e Córdoba, que através de vôos especiais foram para Maceió.

ZERO HORA

25-4-92

10046

1116A

399

MITTERRAND VEM AO RIO EM JUNHO

O presidente da França, François Mitterrand, será um dos 40 chefes de Estado e de Governo que participarão da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), em junho. Mitterrand deverá participar do final da conferência, nos dias 13 e 14. A confirmação só ocorreu ontem, em Paris, porque o presidente estava com um problema de calendário em razão da visita, à França, da rainha Elizabeth, da Inglaterra, na mesma época da Rio-92.Uma equipe do governo francês chegará ao Brasil, nesta segunda-feira (27), com o objetivo de preparar a viagem de Mitterrand. (AF)

01-01

FOT



Collor: as mudanças não lhe deram maioria no Congresso, mas trouxeram a melhor arma para negociações políticas — a credibilidad

BRASIL

De volta para o futuro

Com idas e vindas, Collor monta o ministério de seu segundo governo com uma equipe de políticos veteranos

Faltavam dez minutos para a meia-noite de quarta-feira e o ministro Jorge Bornhausen, informado pouco antes sobre a debandada do PSDB, já estava ao telefone. Convocou para uma reunião em sua casa o ministro Ricardo Fiúza, da Ação Social, o deputado Luís Eduardo Magalhães e o senador Marco Maciel. "A alternativa A não deu certo", avisou Bornhausen, logo na chegada do triunvirato do PFL, referindo-se à negativa do PSDB em ir para o governo. "Temos que partir para a alternativa B." Num clima de descontração, com música ambiente e doses de uísque, os quatro começaram o trabalho de definir os nomes da nova equipe de governo. Menos de 24 horas depois, a alternativa B foi oficialmente anunciada pelo Palácio do Planalto. Com a degola de João Santana e a divisão do Ministério da Infra-Estrutura em duas fatias, subiu Marcus Vinicius Pratini de Moraes, do PDS, para Minas e Energia, e Affonso Camargo, do PTB, ficou com Transportes e Comunicações. A poderosa Secretaria de Desenvolvimento Regional, até então ocupada por Egberto Baptista, adquiriu status de ministério e passou ao comando do banqueiro Ângelo Calmon de Sá, dono do Banco Econômico. Como Antonio Cabrera foi mantido na Agricultura, sobraram apenas outros dois ministérios — o do Trabalho, ocupado pelo deputado João Mellão, do PL, e o Itamaraty, entregue ao professor Celso Lafer, tucano desgarrado.

A reforma ministerial começou procurando um exilado ilustre do regime militar, senador Fernando Henrique Cardoso. Teve um rápido lance anos 60 quando o Planalto divulgou que Collor pretendia guiar a ação de seu governo por um Plano de Metas elaborado pelo professor Celso Furtado sob o parlamentarismo de João Goulart, com

San Thiago Dantas no Ministério da Fazenda. Terminou coroando uma estrela do regime do AI-5, Pratini de Moraes, ex-ministro da Indústria e Comércio do governo Medici. Há outros retornos. Calmon de Sá foi ministro da Indústria e Comércio de Geisel, e Affonso Camargo é ex-ministro dos Transportes de Sarney. Ninguém ficou muito satisfeito. Collor, porque queria os tucanos. Os partidos chapa-branca, porque inventaram que tinham melhores nomes. Bornhausen, porque a alternativa A falhou. Os decepados, porque perderam a cabeça. Ainda assim, a faxina de Collor é um sucesso analisada caso a caso, e também é uma grande melhoria pelo conjunto final.

Não existe ministério, bom ou ruim, no abstrato. Ele deve ser comparado a outros ministérios. O entronizado na semana passada nem sequer pode ser comparado com o ministério que iniciou o governo. Era uma equipe que, descobriu-se mais tarde, tinha um naco integrado por irresponsáveis, bandoleiros diplomados, carreiristas sem remédio e mediocridades de variadas estirpes. O novo ministério de Collor também é mais equilibrado que a equipe formada por Tancredo Neves em 1985. Só para lembrar: o Ministério da Justiça está melhor servido com Célio Borja do que com Fernando Lyra. A chancelaria pode ser até um luxo, mas é melhor deixá-la com um estudioso do assunto, como Celso Lafer, do que nas mãos de um neófito no tema, como era o caso do banqueiro Olavo Setúbal. Adib Jatene na Saúde está quilômetros à frente de Carlos Sant'Anna. "Foi uma reforma com consciência política, norteada pelo princípio da qualidade", diz Bornhausen.

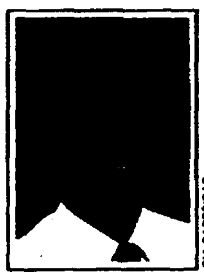
Telefonema para a África — O governo ganhou em qualidade, ainda que, na pura matemática, a ascensão do PDS, PTB e PL tenha deixado sua musculatura política no Congresso do mesmo tamanho. Faltavam dois votos para ter maioria nas votações em plenário — continua sem esses dois votos. Pela contabilidade parlamentar, foi como se o Planalto, em vez de botar a mão em dinheiro novo, conquistando votos na oposição, tivesse promovido uma simples troca de papéis para refinanciar dívida velha. O ministro Jorge Bornhausen se mobilizou até a noite de quarta-feira para recrutar apoio nas fileiras adversárias. Com o PSDB fora do alçapão, veio a esperança de racauchutar a alternativa A com uma meia-sola: rachar o PMDB, e até Ulysses Guimarães, a personalidade número 2 da Nova República, voltou à cena e ganhou um convite.

Ulysses, no entanto, não estava nem aí. Mais precisamente, estava na África, chefiando uma missão de parlamentares brasileiros numa importantíssima visita à simpática República dos Camarões. Luís Eduardo Magalhães, líder do governo na Câmara, conseguiu conversar com o deputado Leur Lomanto, do PFL, e lhe pediu que colocasse Ulysses em contato urgente com o Brasil. Feita a ligação, o deputado ouviu o convite de Bornhausen. "Gostaria de saber se o senhor aceitaria um convite para o cargo de chanceler brasileiro", disse o ministro. "Não é uma posição partidária. É um convite a um grande líder democrático que entende o mundo." O afago não sensibilizou o deputado, escolado nesses assuntos. "Acho que poderia ser útil ao país em qualquer circunstância, mas não posso aceitar devido aos compromissos com meu partido, o PMDB." O Itamaraty, reza uma velha piada de diplomatas, só tem importância no Togo. Agora, é importante também nas vizinhanças, em Camarões. A mesma sondagem, seguida de uma negativa idêntica, foi feita ao deputado Nelson Jobim, do PMDB gaúcho.

Começar de Novo — O grande benefício da reforma não está em números no Congresso. Encerrada a limpeza, o governo dispõe da principal moeda para negociações políticas — credibilidade. "Isso é o essencial", afirma o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. "Com credibilidade, o governo pode trabalhar e cumprir suas tarefas." Iniciada com a demissão das bicicletas de Alceni Guerra e dos 30 000 dólares de Antonio Magri, e avançando por etapas intermediárias, a reforma não foi uma simples troca de equipe nem uma mudança de nomes de peso. Desta vez houve uma troca de governo. Não restou um único integrante da equipe de ministros empossada em 15 de março de 1990. Na Venezuela de Carlos Andrés Pérez, uma mudança nessa escala ocorreu depois de uma mobilização quarteleira e homicida. No Peru de Alberto Fujimori, o presidente da República acionou as baionetas militares para fechar o Congresso, censurar a imprensa e prender adversários. No Brasil, país que guarda semelhanças tanto com a Venezuela de Pérez como com o Peru de Fujimori, um governo caiu e outro tomará posse esta semana — dentro da lei e conforme a melhor tradição das negociações políticas.

Este governo novo marca diversas rupturas. Collor anunciou que nunca iria convocar para sua equipe ministros de gestões anteriores — na semana passada fechou negócio com sobreviventes de quatro antecessores diretos, numa linha de continuidade que se inicia em 1970 e avança ininterrupta até 1990. O presidente também anunciou que iria renovar a política do país. A nova equipe tem uma idade média de 56 anos, contra 49 da que foi empossada em 1990. O ministério atual é mais conservador e tem até um monarquista, Célio Borja. O maior quinhão político ficou com o condomínio PDS-PFL, que, no passado, atuando com o codinome de Arena, estrelava os coquetéis civis do regime militar. Nenhum político da primeira linha freqüentou os palanques das diretas já em 1984. Collor também arquivou a proposta de criar um ministério

O grande premiado



Calmon: pesca

O ministro-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Ângelo Calmon de Sá, começou cedo seu pé-de-meia. Filho de uma tradicionalíssima família da Bahia, de sotaque marcado e fala rápida, Calmon montou seu primeiro negócio aos 10 anos. Vendia aos colegas da escola as gomas de mascar que sua irmã mandava dos Estados Unidos. Com o lucro, comprava galinhas para, mais tarde, vender os ovos à sua mãe. Só podia ter virado banqueiro. Calmon é o mandachuva do Banco Econômico, sexto no ranking nacional, e de um conglomerado de quarenta empresas. Contra toda a tradição baiana, levanta cedo e é do tipo que exige trabalho bem-feito. "Se bobear com ele, crau", define o presidente da CEF, Álvaro Mendonça, ex-funcionário do Econômico. Tanto que no primeiro dia como ministro da Indústria e do Comércio do governo Geisel, cargo que ocupou entre 1977 e 1979, Calmon foi barrado na entrada do Ministério pelo porteiro. Eram 6 horas da manhã. Aos 56 anos, ele está melhor que alguns jovens de 30. Pratica pesca oceânica, joga tênis, não fuma e bebe pouco. Mas sempre carrega uma caixa de chocolate. Casado com Ana Maria, pai de 4 filhos, é um homem rodado. Antes de virar ministro de Geisel, presidiu o Banco do Brasil de 1974 a 1977. E agora que voltou a ser ministro terá de desocupar seus 29 cargos nas empresas da família. No novo posto, onde chega como o grande premiado da reforma, comandará uma secretaria com um orçamento de 17 trilhões de cruzeiros. É coisa para ninguém botar defeito. Nem banqueiro.

FOT

enxuto, que pudesse se reunir na sala de jantar da Casa da Dinda.

No rearranjo, as pastas foram sendo amputadas e remendadas ao sabor das conveniências políticas do Planalto. O novo ministério é velho, está forrado de astros do passado e é possível que, daqui por diante, seja mais fácil encontrar seus integrantes fazendo baterias de exames no Incor do que se exibindo em espetáculos esportivos. Nada disso tem muita importância. Collor livrou-se de uma equipe em estado de necrose moral e política e tomou a única iniciativa que lhe restava — começar de novo. Procurou vitamina nos tucanos e até no PMDB, não conseguiu. Pediu sugestões aos partidos, escalou quem lhe ofereceram de melhor. Se o novo ministério vai dar certo é um problema para mais tarde. O governo anterior já havia dado errado e era um cadáver no IML de Brasília. Só faltava reconhecer o corpo e mandá-lo para o cemitério.



Álvaro Mendonça: homem de Lafaiete Coutinho na Caixa Econômica

BANCADA BANQUEIRA — No novo ministério existem grandes troféus, moedas baratas e simples diplomas de honra ao mérito. Affonso Camargo e Pratini de Moraes ficaram com as medalhas de prata. A de ouro foi parar no peito de Calmon de Sá, que assume uma secretaria com um orçamento de 17 trilhões de cruzeiros à sua disposição — mais do que isso, só a Previdência, que está falida. A SDR, sigla pela qual o grande butim em disputa é conhecido em Brasília, tem a vantagem de abrigar a Sudene, o órgão que cuida de investimentos no Nordeste, e ainda exerce a função estratégica de conversar com os empresários que buscam isenções fiscais para a Zona Franca de Manaus. Os atrativos da SDR trouxeram para o centro das articulações políticas o *motor* do governador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia.

Na segunda-feira, vislumbrando um bico tucano sobre a secretaria, ACM acendeu uma luz vermelha no PFL. No dia seguinte, o nome de Calmon de Sá chegou ao presidente Collor, que gostou da idéia. Calmon foi o único grande banqueiro do país que apoiou o governo até mesmo quando o dinheiro dos clientes ficou bloqueado no pacote de Zélia. Na quarta-feira, a SDR já tinha dono. A nomeação de Calmon fez do Banco Econômico, o sexto do *ranking* nacional dos bancos privados, a primeira sigla no *ranking* do governo, com mais empregos no primeiro escalão do que o PFL ou o PDS. Saíram dos quadros da empresa o atual presidente do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho, e o da Caixa Econômica, Álvaro Mendonça. Jorge Lins Freire, presidente do Banco do Nordeste, o terceiro maior orçamento en-

O vale-ministro



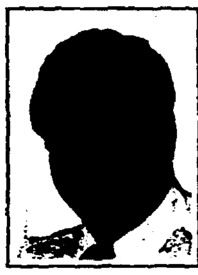
CLÁUDIO VERSIANI

Camargo: zen

O senador paranaense Affonso Camargo, 62 anos, perdeu a eleição para presidente da República, mas na semana passada chegou ao governo. O novo ministro dos Transportes e das Comunicações volta a um cargo parecido com o que ocupou na equipe de José Sarney, quando cuidou das estradas e dos portos e criou o vale-transporte — a única realização de que parece se orgulhar. Camargo sempre volta sua proa para onde os ventos sopram. Foi senador biônico da Arena. Na época das diretas já era secretário-geral do PMDB. Depois, trabalhou na campanha de Tancredo à Presidência. Acabou ministro de Sarneye virou oposição quando a popularidade do governo despencou. Agora, ganha um cargo de Collor, que espera obter o apoio dos quarenta parlamentares do PTB, o atual partido do senador, que surpreendeu na largada: declarou-se contra a privatização da Telebrás e do sistema rodoviário, dois projetos prioritários do governo.

O novo ministro é zen-budista, fez análise transacional, pratica ioga e é vegetariano. "Eu me empanturrava de carne e passava mal", explica. Em 1989, separou-se da mulher, Gina, para se casar com Nadir, uma militante do PTB. No mesmo ano, depois de consultar tarólogos e astrólogos, lançou-se numa exótica campanha presidencial. Só aparecia na TV de camisa amarela, a cor das diretas já, e tocava sanfona ao seu lado o humorista Tião Macalé — o desdentado que dizia "nojento". Conseguiu 380 000 votos, ficando em 11º lugar no primeiro turno.

Da equipe



ROBSON DE FREITAS

Pratini: sem voto

O economista Marcus Vinicius Pratini de Moraes, 53 anos, foi ministro quando o país vivia sob a pior fase da ditadura militar e retorna, dezoito anos depois, no governo do primeiro presidente eleito após 1960. No governo de Emílio Medici, ele ocupou a Pasta da Indústria e do Comércio, aos 31 anos, e chegou a ser apontado como tecnocrata de futuro. No de Collor, em que ocupará a Pasta das Minas, Energia e Metalurgia, chega como uma marca do passado. Em sua primeira encarnação, o ministro elaborou o Plano Siderúrgico Nacional, projeto de aço do "milagre brasileiro". Agora, administrará sua ruína. A Si-



FOTOS ORLANDO BRITO

Lafaiete Coutinho: homem de PC Farias no Banco do Brasil

tre os bancos estatais, também pertenceu ao Banco Econômico.

Antes de integrar a bancada banqueira, Calmon já teve um capricho atendido. "Os outros dois ex-ministros vão ocupar cargos de ministro, e como eu também sou ex-ministro acho que o mesmo deveria ocorrer comigo", disse ele, referindo-se ao status dos seus colegas Pratini de Moraes e Affonso Camargo, durante uma ligação a um amigo. Seu pedido teve ressonância. O governador Antônio Carlos, que sempre reclamou da presença de secretários, em vez de ministros, nas reuniões da Sudene, apresentou a reivindicação de Calmon para Bornhausen, que a remeteu a Collor depois de antecipar sua concordância com a proposta. Ângelo Calmon de Sá será o ministro-chefe da SDR.

"Desprestígio" — O Itamaraty saiu das mãos de Francisco Rezek e fez uma parada no deputado Roberto Campos, do PDS, cujo nome chegou a ser cravado por Collor na manhã de quinta-feira. Depois esteve para ser embarcado na direção de Rubens Ricúpero, embaixador em Washington, freqüentou os sonhos de Bornhausen com Ulysses Guimarães e acabou nas mãos de Celso Lafer. Qualquer que fosse a escolha, no entanto, o impacto maior seria em Brasília. Cada vez mais cioso de sua condição de única voz econômica de Brasília, Marcílio não queria um economista, ainda mais falastrão como Campos, no mesmo ministério. "Presidente, a escolha do Roberto pode sinalizar o desprestígio da área econômica", ponderou.

Ricúpero tinha o defeito de ser um diplomata de carreira, o que deixaria o governo com uma moeda política a menos. Ganhou Lafer, por quem Marcílio vinha batalhando havia mais de uma semana, sempre que lhe pediam uma alternativa para a revoada tucana. Sem verbas, empregos nem funções muito definidas, o Ministério do Trabalho era um prêmio de consolação que foi oferecido, primeiro, ao PDC do senador Gerson Camata, que, aturdido com a modéstia da oferta, nem se deu ao trabalho de respondê-la, e em seguida ao deputado Siqueira Campos, do mesmo partido. "Agradeço o convite, mas o Ministério do Trabalho para nós seria um ônus em ano de eleição." A vaga foi para a terceira alternativa, João Mellão Neto. O desprendimento do PDC se explica. A legenda já levou uma secretaria na Ação Social de Fiúza, a de Habitação, por onde escorrem verbas para construção de casas populares, e agora aguarda pelo Incra, tradicional usina de assentamentos — especialmente domésticos.

A reforma ministerial foi radical e pro-

de Médici

derbrás foi extinta, a Usiminas foi privatizada e as demais empresas estão atulhadas de dívidas e problemas. Há vinte anos, Pratini previa que o Brasil consumiria 30 milhões de toneladas de aço por ano a partir de 1980. O consumo não chegou a 20 milhões. O novo ministro passou os últimos anos tentando fazer carreira como político e como empresário. Como político, não deu certo. Candidatou-se três vezes a uma cadeira de deputado federal, só se elegeu na primeira, em 1982, com o apoio expresso de Medici e de empresários gaúchos. Na caça ao voto, chegou a tocar sanfona nos palanques e fazer discursos em alemão e em italiano. Como empresário, firmou-se como um especialista em comércio exterior. Chega ao governo com fama de quem gosta de fazer citações em inglês e tem dificuldade em negociar questões políticas.

O bem comportado

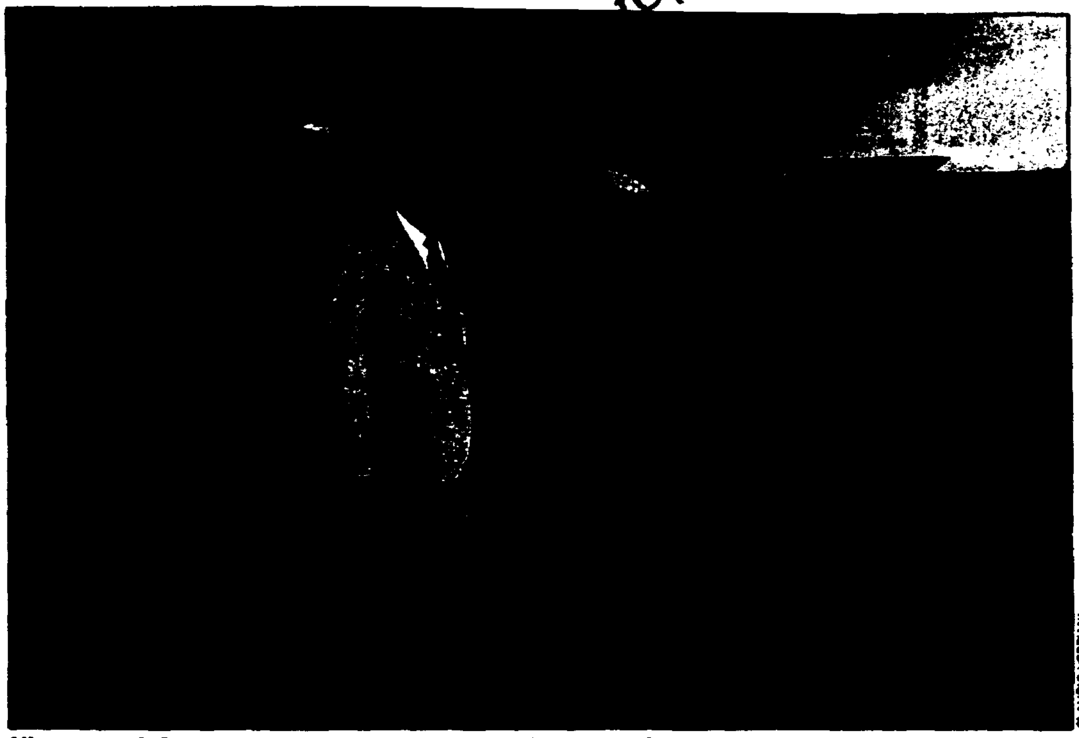


CLÁUDIO VERSIANI

Mellão: gel

Sempre de gravata e gel Bozano no cabelo, o novo titular do Trabalho, João Mellão Neto, 36 anos, é o mauricinho da safra de ministros. É louco por carro — tem duas Mercedes, um Opala e uma Van Chrysler. "Toda a burguesia adora o menino. Ele é comportado, o encanto das velhinhas", diz Cláudio Lembo, que foi secretário de Jânio Quadros na prefeitura de São Paulo. Casado e pai de três filhos, Mellão é de uma família milionária de cafeicultores e banqueiros. Seu avô, João Mellão, dono do banco Brasul, colaborava nas campanhas de Jânio, assim como seu pai, João Pinho Mellão. Sua tia Maria do Carmo é casada com o ex-chanceler Abreu Sodré. Mellão, apesar disso, simpatizava com a esquerda light na juventude e fez campanha pelo tucano Fernando Henrique Cardoso. Quando foi eleito prefeito de São Paulo, em 1985, Jânio levou-o para a Secretaria de Administração. O rapaz, então com 30 anos, saiu-se bem, na opinião do próprio Jânio Quadros, que sempre foi bom para avaliar as pessoas. O ex-presidente José Sarney quis convidá-lo para o ministério, mas Jânio não deixou. Na semana passada, indicado pelo PL do deputado Álvaro Valle, Mellão abandonou um discreto discurso oposicionista, com algumas referências maldosas ao presidente. "Jânio finge que é Jânio e Collor acredita que é Collor", escreveu certa vez. Noutra, disse que o presidente deveria ser "mantido em formol". Não se levem tão a sério essas coisas na política. Collor disse que não governaria com ministros ligados a governos passados e tem cinco no seu ministério.

foi



CLAUDIO VERSIANI

Ulysses: telefonema nos Camarões com convite para o Itamaraty

capacidade de emprestar dinheiro pelo Brasil afora. Álvaro Mendonça ainda possui, sob seus cuidados, o FGTS de todos os trabalhadores brasileiros. Há dois anos e meio, na sucessão presidencial, Lafaiete integrou-se à máquina caixa-níqueis do empresário PC Farias em São Paulo. Álvaro Mendonça é seu braço direito. Numa entrevista a VEJA, o presidente, perguntado sobre PC Farias, disse: "Deus me proteja dos meus amigos". Deixou de ter sentido a permanência de homens de PC Farias em postos-chave no governo. Chama a atenção que Marcílio, um ministro com poderes para emplacar a nomeação de Celso Lafer e vetar Roberto Campos, não tenha querido livrar-se da dupla dissonante formada por Lafaiete e Mendonça. É certo que pertence ao presidente da

funda, mas existem problemas novos e antigos. O problema novo chama-se Ricardo Fiúza. Em plena tempestade ministerial, Fiúza tentava explicar-se sobre os 100 000 dólares que recebeu dos banqueiros da Febraban para a sua campanha a deputado pelo PFL de Pernambuco. Disse que doou o dinheiro à campanha do ex-deputado José Lins, do PFL do Ceará. Complicou-se ainda mais. "Deve haver algum mal-entendido. Nunca recebi contribuição financeira nem do Fiúza nem da Febraban." Fiúza também enredou-se com o jet-ski que ganhou da empreiteira baiana OAS e teve de devolver. Com o seu ministério aguçando a cobiça geral, e com tanto barulho em volta, Fiúza recebeu uma manifestação de solidariedade dos seus colegas no Congresso. Mais de uma centena de deputados foram reunidos para homenageá-lo.

Podem fazer o barulho que quiserem: nem por isso Fiúza deixará de ser um problema para Collor. Está claro que Fiúza não é o único político brasileiro que já recebeu contribuições financeiras proibidas por lei. Também se sabe que não foi o único parlamentar premiado pela OAS com jet-ski. Ocorre que, comparado com Magri, Fiúza fica numa situação pior. Magri admitiu ter recebido 30 000 dólares. Fiúza, 100 000 da Febraban e um brinquedo no valor de 15 000 dólares. O ex-ministro da Previdência fez sua confissão involuntariamente, através de uma gravação clandestina. O atual ministro da Ação Social admitiu ter recebido a verba de campanha e o presente de livre e espontânea vontade, durante uma entrevista com o jornalista Expedito Filho, de VEJA. O esforço para colocar os dólares e o jet-ski debaixo do tapete vem produzindo o efeito contrário. Em Brasília, Fiúza é chamado pelas costas de jet-ministro. Empresários divulgam piadas maldosas. Uma delas: "Ele disse que ganhou 100 000 dólares? E o resto?"

O problema velho é duplo. As mudanças foram enormes, mas pouparam Lafaiete Coutinho, presidente do Banco do Brasil, e Álvaro Mendonça, da Caixa Econômica Federal. Eles detêm as chaves dos cofres dos dois maiores bancos oficiais, com depósitos da ordem de 20 bilhões de dólares e

República a caneta que nomeia e demite o presidente do Banco do Brasil e o da Caixa Econômica. Mas, se Marcílio quisesse, já teria outros presidentes cuidando dos cofres do BB e da Caixa.

Mal consumadas as mudanças, colocou-se em andamento, em Brasília, um espetáculo conhecido — o guichê de reclamações dos premiados. "Com o Pratini o PDS continua na mesma situação anterior, quando Jarbas Passarinho estava na Justiça: é do PDS mas não é indicação do partido", disse

O amigo de Marcílio



RAUL JÚNIOR

Lafer: erudição

"É um Rezek de cavanhaque." Assim um alto funcionário do Itamaraty define o novo ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, 50 anos, especialista em Direito Internacional, amante do cachimbo e de um fraseado complicadíssimo. Os tucanos dizem que ficaram fora do governo. Não é correto. Além de Hélio Jaguaribe, na Ciência e Tecnologia, há o ministro Lafer, que é do PSDB, embora não tenha sido indicado pelo partido. Seu padrinho foi um amigo, o ministro Marcílio. Lafer, que ensina Filosofia do Direito na USP, em São Paulo, é cortejado como um erudito, que fala vários idiomas, escreveu mais de uma dezena de livros e foi aluno da pensadora alemã Hannah Arendt. É um homem de livros, não da vida prática. Corre o risco de ficar um pouco perdido entre as diversas tribos que, diplomaticamente, se digladiam no Itamaraty.

Lafer descende de um riquíssimo clã industrial. Ocupa uma posição no conselho de administração do grupo Klabin (um dos maiores produtores de papel do país) e é um dos donos da Metal Leve, a fábrica de autopeças chefiada pelo empresário José Mindlin, com cuja filha Betty foi casado e teve dois filhos. Bem ao estilo tucano, Lafer se diz um liberal, mas com profundas preocupações sociais. Esse é um rótulo que as pessoas bem pensantes gostam de se dar, como se alguém pudesse dizer que é um liberal sem a menor preocupação social. No Itamaraty, realiza um sonho. Há muito tempo queria ser ministro das Relações Exteriores.

05

FoT

o ex-deputado Paulo Maluf. O presidente do PL, Álvaro Valle, que recentemente foi ao horário político da televisão convidar jovens eleitores a participarem de um concurso cujo primeiro prêmio era uma passagem à Disney World, divulgou uma nota afirmando que o partido ficaria fora do governo, mas não desautorizou nenhum membro a integrar a equipe de Collor. "Só não vamos dar apoio incondicional", diz Valle. No PTB, cuja liderança ignorava que Antonio Cabrera já fora informado de que seria mantido na Agricultura, no domingo 5, reclamava-se por uma segunda vaga, que seria entregue ao senador José Andrade Vieira, dono do Bamerindus. Puro teatro.

No PDS, foi o próprio Maluf quem se lembrou de Pratini de Moraes durante uma longa conversa com Bornhausen. Informado pelo ministro de que o governo queria serrar ao meio a Infra-Estrutura, o ex-deputado foi direto. "O Pratini é um bom nome para qualquer uma das metades", disse. Mellão foi informado de que poderia ficar com uma cadeira no ministério pelo deputado do PDC Siqueira Campos, e aceitou o convite de Bornhausen na hora. Coube a um dos grandes tigres dos empregos públicos, o deputado Gastone Righi, do PTB paulista, resumir a situação dos convidados com clareza. "Constrangedor nesse caso seria o partido não ter recebido qualquer cargo", explicou. Collor operou suas mudanças com os serviços de um articulador consciencioso, Jorge Bornhausen, mas o novo ministério não é um ensaio parlamentarista. Utilizando das atribuições típicas do regime presidencialista, o presidente ouviu sugestões dos partidos, mas reservou-se, sempre, a última palavra. A metodologia empregada funcionou mesmo nas conversas com os tucanos. Quando o ex-governador Tasso Jereissati deu a entender que o partido poderia entrar no governo, mas ele próprio preferia ficar de fora, Bornhausen lhe disse qual era o nome escolhido por Collor para seu lugar — o senador José Richa, do Paraná.

No início desta semana, quando empossar os últimos recrutados, o presidente Fernando Collor entrará, para valer, no segundo tempo de seu governo. O primeiro foi um grande fracasso, e é nos dois anos e oito meses de mandato que lhe restam que irá jogar seu futuro e os destinos do país. A defecção tucana deixou o presidente com uma musculatura menor do que ele planejara e a numerologia do Congresso informa que ainda existe muito trabalho político pela frente. Os efeitos de uma reforma ministerial só se farão sentir dentro de alguns meses, mas, desde já, o presidente dispõe do instrumento mais precioso para atuar. Uma equipe que pode ajudá-lo em vez de atrapalhar.

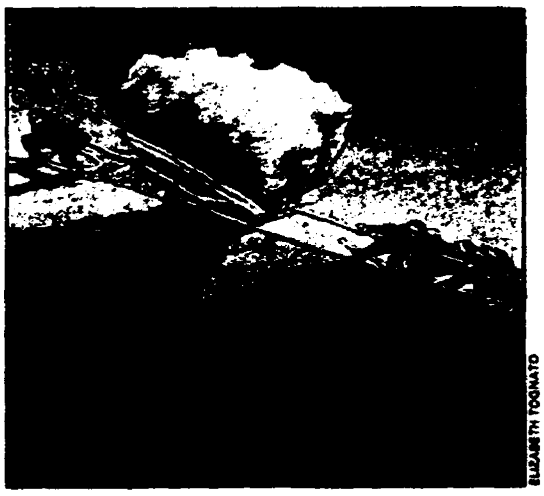
ELIO GASPARI

O ronco da fera

Há uma vaga ressonância da Marcha sobre Roma nos aplausos recebidos pelo presidente peruano Alberto Fujimori na sua caminhada pelo velho centro de Lima comemorando o colapso da democracia peruana. Fujimori não tem os delírios nem os atributos histriônicos de Benito Mussolini, mas voltou-se a ouvir um terrível ronco que parecia enterrado há quase meio século: o aplauso ao ditador que massacra as instituições políticas prometendo honestidade e trens pontuais. A Venezuela já vinha roncando há meses, mas fingia-se não ouvir. Agora, não há como disfarçar: o povo unido jamais será vencido e, se for preciso, fecha o Congresso, censura a imprensa e mete na cadeia quem ficar na frente. Os senadores apristas encarcerados por Fujimori achavam que simpatia por militares golpistas era coisa de venezuelano. Um distinto senador do PFL que esteja lendo esta revista pode muito bem achar que essa coisa de fechar Congresso é coisa de peruano. Azar o dele.

Notícia ruim: está começando um novo ciclo de golpes latino-americanos.

Notícia boa: ele pode ser interrompido ou, pelo menos, o Brasil pode sair da roda.



ELIZABETH TOGNATO

O caminho do golpismo está aberto pela crise dos aproveitadores que fazem discurso de adultos liberais e mamam com a voracidade de bebês estatizantes. Arquivada por algum tempo a utopia socialista, a esquerda latino-americana está sem projeto. A direita brasileira, em cujo colo caiu a panacéia liberal, adotou uma conduta esquizofrênica exemplificada pelo empresário que defende o fim de todos os cartórios, menos o seu, quer ministério sem corruptos desde que não se mude o comando dos grandes bancos e caixas do Estado. O produto dessa malandragem paralisa o Estado, ilude a classe média e leva a sociedade a namorar a transformação dos políticos e do Congresso em bodes expiatórios, como se eles fossem responsáveis tanto pelo déficit público quanto pela falta de verbas, pelo excesso de ação do Estado e pela falta de hospitais.

Antes que a classe média brasileira chame os tanques para que se possa atravessar em paz a esquina da Avenida Atlântica com Siqueira Campos, é preciso que se forme uma aliança política (sem que seja necessário o PSDB ir para o governo, para o Ponte Preta ou para a Mangueira) baseada numa plataforma politicamente democrática e economicamente liberal. Exemplo de aliança que pode funcionar: sentam-se o ministro Marcílio Marques Moreira e Luís Inácio Lula da Silva. Muitos serão os desacordos, mas sempre haverá algumas áreas de ação comum. Exemplo de aliança que não podia ter funcionado: o ministro Ricardo Fiúza (100 000 dólares, Febraban, safra 1990) reunindo-se com o sindicalista de resultados Antonio Magri (30 000 dólares, Construtora Norberto Odebrecht, safra 1991).

O ronco que se ouve de Lima e Caracas é do cidadão que paga impostos, se vê roubado, vota para mudar e é ludibriado. Dizem-lhe que vive numa democracia, mas o que ele percebe no poder é uma cleptocracia. A turma que não usa jet-ski pode reverter esse processo, desde que se disponha a continuar a limpeza. Por mais capacitados que estejam os novos ministros, não lhes deve passar pela cabeça a idéia segundo a qual o pessoal do camarote da Kaiser acredita que a mesa está limpa. A experiência mostrou que o distinto público não é bobo, os bobos são os ministros espertos.

06-06

Atitudes de Mellão irritam Collor

Do time de novos ministros, o que mais tem irritado o presidente Fernando Collor é João Mellão, do Trabalho e Administração Federal. No mesmo dia em que sua indicação foi anunciada, Mellão anunciou à imprensa, sem consultar a equipe econômica, que o novo salário mínimo deveria chegar aos Cr$ 240 mil. Uma semana depois, na quarta-feira, Mellão teve de ouvir, pela televisão, o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, dizer que o mínimo "provavelmente ficará abaixo dos Cr$ 230 mil". Na hierarquia do governo, Macedo está três degraus abaixo de Mellão.

Na reunião ministerial, Collor cobrou unidade de pensamento e de ação a todos da nova equipe, num recado direto a Mellão, mas também a Pratini de Moraes, das Minas e Energia, e a Affonso Camargo, dos Transportes e Comunicações. Pratini, contra a equipe econômica, defendera a compressão tarifária como forma de deter a inflação. Camargo combatera a privatização das rodovias e da Telebrás, discordando do programa de privatização do governo, a menina dos olhos de Collor.



[illegible]: *Mellão foi alvo da cobrança de Collor sobre unidade*

[illegible] — Mas o mais constrangido era Mellão. Naquele mesmo dia, o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma carta do ministro do Trabalho em que ele responde a artigo em que o jornal paulista o criticava por ter aceito o ministério depois de vários ataques por ele lançados contra Collor quando ainda era deputado. Na carta, o ministro "aceita humildemente o puxão de orelhas", mas ressalva: "Se alguém mudou, esse alguém é o governo e não eu."

A carta ganhou destaque no dia da reunião ministerial. Pequenina, foi publicada solitária numa página inteira do clipping preparado pela Radiobrás. Segundo assessores próximos, Collor irritou-se com a atitude do ministro e classificou-a de "tola e extremamente deselegante".

PRETERIDO — Mellão foi o último nome a ser indicado para compor o novo ministério. Para a vaga, Collor queria o senador Gérson Camata, do PDC. Convidado, Camata pediu meia hora para pensar. O intervalo foi suficiente para gerar uma crise na base governista. O então deputado João Mellão sentiu-se preterido e protestou junto ao ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen.

— Não há dúvida de que você tem qualidades, é um nome adequado. Mas trata-se de uma questão matemática. O PDC tem quatro senadores, e o PL não tem nenhum — disse Bornhausen a Mellão.

Camata não quis o cargo. [illegible] pressa, devido à promessa de concluir a reforma até as 13h daquele dia, Bornhausen chamou Mellão e deu a ele um ultimato: "Você tem meia hora para conseguir o respaldo da bancada".

Apesar do início de uma rebelião da bancada — o PL [illegible] declarando-se [illegible] — Mellão conseguiu o [illegible] graças à intervenção do presidente do partido, Álvaro Valle, que lhe [illegible]. (AG)

9203717

01 - 01

Rezek é indicado para vaga de Borja no STF

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor enviou ontem mensagem ao Senado propondo o nome do ex-ministro das Relações Exteriores chanceler Francisco Rezek para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A volta de Rezek — que deixou o STF em 1990 para assumir o ministério — é possível porque a ida de Célio Borja para o Ministério da Justiça abriu uma vaga no tribunal. Agora, como um novato, Rezek vai entrar outra vez na fila e só terá oportunidade de presidir o STF em 2005.

O ex-chanceler disse ontem que se fosse convidado novamente para um ministério não aceitaria. "Esses dois anos já foram muito bons", avaliou. Rezek deixou o Itamarati na reforma ministerial, mas não se sente magoado por ter saído junto com ex-integrantes do governo acusados de corrupção. "O retorno ao Supremo é a melhor prova que o presidente Collor poderia dar da minha idoneidade", disse.

"O presidente tinha uma crise a administrar", lembrou. "E eu estou sendo muito bem sucedido com a presença do Celso Lafer". Ele disse que gostou de ter tratado, à frente do Itamarati, de questões como a democracia na América Latina e temas polêmicos como as armas nucleares.

Rezek passará pela sabatina do Senado e dez dias depois deverá reassumir a cadeira de ministro do STF. "Não há emoção da novidade porque sou da área, mas sinto a emoção da volta", afirmou.

Cúpula da Agricultura pede demissão a Cabrera

O primeiro escalão do Ministério da Agricultura apresentou ontem seu pedido de demissão ao demissionário ministro Antônio Cabrera. A exceção foi Moacir Andrade, ligado ao PRN e nomeado para a Secretaria Nacional de Irrigação diretamente pelo presidente Fernando Collor logo após ele deixar o governo de Alagoas, em março de 1990. Cabrera voltou a despachar ontem, depois de passar quatro dias em sua fazenda em Barra do Garças, no Mato Grosso. Mas a indefinição sobre sua permanência deixou o ministério praticamente paralisado.

Na volta de Cabrera, Moacir Andrade foi o único integrante do primeiro escalão do ministério a não procurar o ministro. Andrade integra a chamada República de Alagoas e apareceu pouco nesses dois anos de governo, embora parte da bancada alagoana no Congresso manifeste dúvidas sobre sua atuação na área de irrigação.

SAÍDA CONJUNTA — Estão demissionários os secretários executivo, Paulino Garcia, de Defesa Agropecuária, José Pedro Gonçalves, de Política Agrícola, Celso Matsuda, de Cooperativas, Celso Claro, e os presidentes do Conselho Nacional de Abastecimento (Conab), Paulo Cunha, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Renato Simplício. Os secretários pretendem sair junto com o ministro Cabrera.

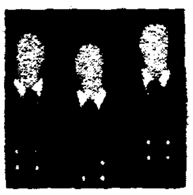
Enquanto isso, Collor age como se nada de anormal estivesse acontecendo na Agricultura e continua mandando assuntos para Cabrera despachar. A expectativa é de que a reforma ministerial destine a pasta ao PDS ou PTB. (AE)

BASTIDORES DO PODER

Reforma garantiu o mandato de Co[llor]

Acossado por denúncias de corrupção, o presidente promoveu uma vassourada no ministério para evitar o perigo do impeachment

LUCIANO SUASSUNA



Brasília — No dia 27 de março, uma sexta-feira, o presidente Fernando Collor acordou aparentemente decidido a demitir o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos. Acusado de inspirador e líder do chamado "Esquema PP" — uma seqüência de negócios com a Petrobrás e com fundos de pensão de empresas estatais que teria transferido irregularmente para as mãos de empresários do setor privado cerca de US$ 50 milhões —, Leoni vinha sendo alvejado havia duas semanas pela imprensa.

Não se tratava, decididamente, de um suspeito qualquer: amigo íntimo de Collor, esse empresário de 32 anos ocupava um gabinete no 4º andar do Palácio do Planalto desde que recebera, no início do governo, a incumbência de desmontar a máquina de espionagem do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). Graças a tais vínculos, a onda de denúncias sobre casos de corrupção envolvendo auxiliares de Collor pareceu perigosamente próxima do presidente.

CONFUSÃO — Às 10h daquela sexta-feira, Collor havia comunicado aos principais assessores e ao recém-chegado ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, que PP estava fora do governo. No meio da tarde, o presidente mudou de idéia: depois de uma conversa a dois, ficou acertado que PP redigiria um pedido de demissão e seria confirmado no cargo por Collor. Integrante de um reduzido grupo de neófitos em política que chegara ao poder na esteira do furacão Collor, PP deduziu que o presidente estava disposto a enfrentar a pressão para se promover uma varredura no governo.

Enganou-se: PP ganhara algumas horas de sobrevida porque Collor decidira, naquela tarde, precipitar mudanças mais dramáticas. "Diante da situação, vou provocar uma confusão que você nem imagina", anunciou o presidente a um assessor que se surpreendera com o aparente recuo ocorrido depois da anunciada demissão do secretário de Assuntos Estratégicos. Por privar da intimidade de Collor, esse assessor estranhara a reviravolta. Pelo mesmo motivo, entendeu que as horas seguintes nada teriam de rotineiras. Elas desembocariam no pedido de demissão coletiva, ponto central da estratégia que orientou o contragolpe presidencial.



Nova equipe: *políticos de carreira substituem amigos recrutados durante a campanha eleitoral, no esforço para impedir a possibilidade de impeach[ment]*

Bornhausen ameaçou sair se Leoni Ramos ficasse

A ofensiva contra Pedro Paulo Leoni Ramos, desencadeada por uma série de reportagens do jornal *O Estado de S. Paulo*, havia transformado a permanência de PP em um duelo entre o alvo dos ataques e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, escoltado por um pelotão de choque do PFL. No dia 26 de março, em meio a uma conversa com o chefe do Gabinete Militar, general Agenor Homem de Carvalho, Bornhausen emitiu um pressago sinal: "Não sei se eu teria como segurar a votação de um *impeachment*". Na noite anterior, ele tentara transmitir a Collor um recado igualmente perturbador: não poderia permanecer num governo acossado por denúncias de corrupção que rondavam o andar imediatamente acima do gabinete presidencial.

O ex-secretário de Imprensa Cláudio Humberto Rosa e Silva estava jantando com amigos quando o telefone tocou em seu apartamento na Asa Sul. Do outro lado da linha, a voz do ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, traiu ansiedade. "Venha aqui, preciso falar com você", pediu Fiúza. "O Bornhausen quer deixar o governo."

Exatamente às 21h, Cláudio Humberto entrou no gabinete de Fiúza. O ministro informou-lhe que Bornhausen resolvera consumar a demissão e pedira a Fiúza que incumbisse Cláudio Humberto de levar a notícia a Collor. O ex-porta-voz argumentou que Bornhausen deveria conversar pessoalmente com o presidente — transformá-lo em portador de um recado de tal porte configuraria, no mínimo, uma grave descortesia. De seu gabinete, o ministro da Ação Social ligou para Bornhausen e colocou na linha Cláudio Humberto, que reiterou a argumentação. "Você tem razão", acedeu Bornhausen. Não se conhece até agora o teor da conversa final entre Collor e Bornhausen, nem que espécie de acordo teriam celebrado.

AMEAÇA — Na véspera, durante reunião com Bornhausen, integrantes do PFL haviam concluído que deveriam pedir a demissão de PP. Fiúza, que no dia seguinte teria seu despacho semanal com o presidente, ofereceu-se para a missão. Não a cumpriu. Bornhausen, irritado, resolveu que sairia ele próprio. Mais que um pedido de demissão, no entanto, o gesto ensaiado por Bornhausen embutia uma ameaça. Na quarta-feira, ele se tornou o primeiro político do PFL a falar em *impeachment*. No dia seguinte, fez questão de levar o mesmo recado ao gabinete do general Agenor. "Não tenho conhecimento desta conversa", diz o senador Marco Maciel (PFL-PE), fiel escudeiro do ministro Bornhausen. "Mas posso assegurar que, no PFL, nunca falamos em *impeachment*."

"O ministro disse que, se o PP não fosse demitido, o PFL poderia ficar contra o governo e, neste caso, ele não teria como segurar a votação de um *impeachment*", garante um ex-integrante do governo que tomou conhecimento do diálogo ocorrido no Palácio do Planalto. O pretexto invocado para a utilização desse áspero instrumento constitucional seria a suposta passividade de Collor diante da maré de denúncias — suficiente, em tese, para enquadrá-lo no elástico conceito de crime de responsabilidade.

Mudança é analisada c[omo] contragolpe do presiden[te]

O caso PP, seja qual for a extensão da fábrica de irregularidades resumida na sigla, serviu sobretudo para levantar a ponta de um véu por trás do qual se moviam atores de perfis distintos, eventualmente antagônicos: empresários que pareciam ter construído um propinoduto ligando cofres públicos a bolsos particulares, setores contrariados por mudanças de parceria, políticos dispostos a ampliar sua fatia de poder no governo, militares efetivamente preocupados com a saúde moral do Planalto e outros apenas aborrecidos com os soldos insatisfatórios. "Sem dúvida, tratava-se de um quadro que, a médio prazo, poderia atingir o presidente", afirma um dos ex-integrantes do governo que, comandada a demissão coletiva do gabinete, chegou a imaginar que ocorrera uma espécie de golpe branco.

Hoje, alguns homens que endossaram essa hipótese garantem tê-la abandonado. "Acho que o presidente teve de alterar o governo para conseguir uma composição política mais favorável [...] gresso", pondera o ex[...] Infra-Estrutura [...] "Naqueles dias, [...] tender [...] o ex-secretário de [...] to Regional [...] que houve [...] ocupar os espaços [...]

[illegible]

Ex-secretário ouve declaração [...]

Como o caso PP resultou num processo que conduziu o PFL a ampliar sua fatia no governo, ganhou entonação enigmática um diálogo entre Collor e o ex-secretário de Desenvolvimento Regional Egberto Batista no dia 13 de abril. Depois de duas horas na fila de cumprimentos aos cinco ministros que tomavam posse, Egberto dirigiu-se ao presidente para quebrar um silêncio de dez dias.

— Tudo bem? — perguntou o presidente.

— Tudo bem — respondeu o secretário, que deixava o cargo sem ter recebido [...] Egberto [...] tentou prolongar [...] sidente. Livrou-se do [...] e virou-se [...] disse à [...]

O recado talvez [...] sugerir que Collor [...] inquilinos de seu go[verno] [...] paço do que preten[...] que, no futuro, alguns [...] boradores poderiam [...] dos. "Esse diálogo [...] afirmou na quinta-fei[ra] [...] tário.

Collor exige unidade da nova equipe



□ O presidente cobrou fidelidade de todos aos planos do governo — que não mudaram com a reforma ministerial — e ao social-liberalismo. Na 14ª reunião de cúpula, Collor mais ouviu do que falou



Sintonia: *Collor advertiu ao primeiro escalão que não vai tolerar vozes e ações dissonantes*

O presidente Fernando Collor advertiu aos integrantes do governo que não vai tolerar condutas contrárias à sintonia da equipe e à obediência rigorosa às prioridades do programa de governo. Essa orientação deve se traduzir tanto no emprego de recursos materiais como na mobilização dos apoios políticos, definiu Collor no discurso de 17 minutos, na abertura da 14ª reunião ministerial, iniciada pontualmente às 9h de ontem.

Collor exigiu também fidelidade absoluta à doutrina social-liberal. Disse que todos devem ter, todos os dias, sobre suas mesas, o documento *Brasil, Um Projeto de Reconstrução Nacional* (Projetão) e o Plano Plurianual 1993-1995. Recomendou que seus auxiliares obedeçam as metas definidas nestes trabalhos por entender que indicam com nitidez os caminhos a seguir.

Collor voltou a defender o social-liberalismo como melhor formulação para alcançar os objetivos do governo, lembrando que a convocação de quatro integrantes da sua equipe tornam mais explícito o ideário que o inspira e orienta. São eles os ministros Marcílio Marques Moreira, da Economia, Celso Lafer, das Relações Exteriores, e os secretários Sérgio Rouanet, da Cultura, e Hélio Jaguaribe, da Ciência e Tecnologia.

MESMO PROGRAMA — Collor enfatizou que a reforma do governo, "ao contrário do que alguns analistas disseram", nada teve de parlamentarista: "Vivemos num regime presidencialista, e as mudanças de gabinete obedecem única e exclusivamente à vontade do presidente e aos requisitos por ele assumidos para concretizar os compromissos assumidos com a sociedade." O presidente afirmou duas vezes que a mudança da equipe não significa mudanças do programa de governo.

Collor repetiu um trecho do discurso de posse dos novos ministros ao afirmar que o principal *motivo* da *reforma é reforçar* o apoio político ao projeto de modernização da economia defendido pelo governo. O presidente admitiu que as denúncias de corrupção no governo *influenciaram* a escolha do momento para a mudança, mas negou que tenham sido o motivo principal.

NOVOS — Foi o primeiro encontro formal dos seis ministros e dois secretários nomeados nos últimos 30 dias com os demais membros do primeiro escalão do governo. Collor convocou 29 pessoas. Ficaram de fora, desta vez, auxiliares dos ministros e secretários. Exceção para o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, e o secretário-executivo do Ministério da Economia, Luís Antônio Gonçalves, representando o ministro Marcílio Marques Moreira, que está no Japão.

O vice-presidente Itamar Franco, que classificou a reforma de uma volta ao passado, não compareceu. Apenas três parlamentares foram convidados e compareceram: os líderes do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), e no Senado, Marcos Maciel (PFL-PE), e o líder do bloco governista, deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA).

Durante as sete horas e 23 minutos da reunião, na qual só foram servidos cafezinho e água, quase todos falaram. O presidente mais ouviu do que falou. A estrela da reunião foi o secretário de Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe, que lançou um documento de projeções que poderá guiar os planos de governo por 20 anos. Os ministros militares e o secretário Roberto Macedo permaneceram calados. (Brasília/ZH-AE)

Dois planos básicos do governo estão engavetados no Congresso

Os dois documentos citados ontem pelo presidente Fernando Collor durante a reunião ministerial e que deverão orientar o trabalho da nova equipe são conhecidos das gavetas do Congresso. Não foram aprovados na Câmara nem no Senado por falta de votos e de apoio político.

O Projetão foi enviado aos parlamentares no primeiro aniversário do governo, em 15 de março de 1991. Mudou de nome para Emendão e, cortado em pedacinhos, tramita atualmente na forma de duas emendas constitucionais. Há pouco mais de um mês, duas comissões especiais da Câmara trabalham sobre o que sobrou do Emendão.

Uma emenda trata do ajuste fiscal e, embora proponha a criação de um imposto para mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e até a redução das receitas repassadas às prefeituras, ela só deve ter uma parte aprovada. Os líderes governistas confiam na possibilidade de conquistarem a maioria para aprovar apenas a criação do novo imposto sobre combustíveis, destinado à manutenção das estradas. A outra emenda também enfrenta resistências. Ela propõe o fim do monopólio estatal sobre o refino do petróleo. As duas emendas ainda estão distantes das decisivas votações em plenário.

O Plano Plurianual fixa metas a serem executadas nos três últimos anos de governo. Enviado ao Congresso em fevereiro, o plano está longe do plenário. O documento apresenta metas como a construção de 4 mil centros integrados de apoio à criança (CIACs), o aumento da produção de petróleo para 850 mil barris por dia e a retomada do crescimento da economia, a partir de 1993, a taxas anuais de 3% a 5%. É tão grande a indiferença dos parlamentares em relação às metas que há duas semanas o programa foi apresentado aos representantes dos partidos como se fosse novidade, para negociar a reforma ministerial. (AE)

Manifestações de grupos militares são criticadas

O presidente Fernando Collor [illegible]

Presidente define o que espera do ministério

O discurso foi rápido e direto. O presidente Fernando Collor não deixou dúvidas sobre o que espera do novo ministério. Unidade da equipe e defesa do social-liberalismo são as exigências. A seguir, os principais trechos do pronunciamento de Collor:

□ **REFORMA**

"O meu governo não está começando nem recomeçando. Estamos, sim, fazendo os ajustes necessários para levar adiante o trabalho iniciado em 15 de março de 1990. Jamais tencionei formar um governo multipartidário, mas um governo que fizesse convergir as vocações democráticas e modernizadoras de diversas agremiações, um governo cuja defesa e implementação é compartilhada pela totalidade de seus membros, independentemente de suas atuais ou anteriores filiações."

□ **UNIDADE**

"Aqui deve haver sempre impecável unidade de pensamento, expressão e ação. A escassez de meios não justifica nem a inércia nem a manifestação pública de queixas e reivindicações que, dirigidas ao próprio governo, devem ser feitas única e exclusivamente dentro do governo."

□ **PROJETÃO**

"O Projetão permite ver o que o governo se propôs fazer o que já fez e o que está lutando para ver concretizado pela aprovação do Legislativo. É o caso dos projetos sobre a concessão de serviços e obras públicas, da propriedade industrial, da desregulamentação dos portos e do que concede incentivos fiscais para capacitação tecnológica."

□ **PLANO PLURIANUAL**

"Nele está descrita a visão do governo dos desafios e potencialidades do Brasil, da estratégia de desenvolvimento que devemos seguir, de nossas prioridades, assim como diretrizes, objetivos e metas setoriais, tais como a melhoria da qualidade da educação, abertura e [illegible] ma agrária."

□ **SOCIAL-LIBERALISMO**

"Quem ingressa no governo [illegible] a melhor formulação para [illegible] vos. No início do ano, [illegible] diversos aspectos dessa corrente [illegible] vencido de que a via do debate e da [illegible] a única que nos levará a [illegible] soluções definitivas e justas para nossos [illegible]

□ **DESPESAS**

"Tenho consciência das drásticas limitações [illegible] a administração pública enfrenta. Elas derivam [illegible] tréguas contra a inflação, que estamos [illegible] das deficiências da máquina federal de arrecadação [illegible] discrepâncias entre os encargos e a receita da União [illegible]

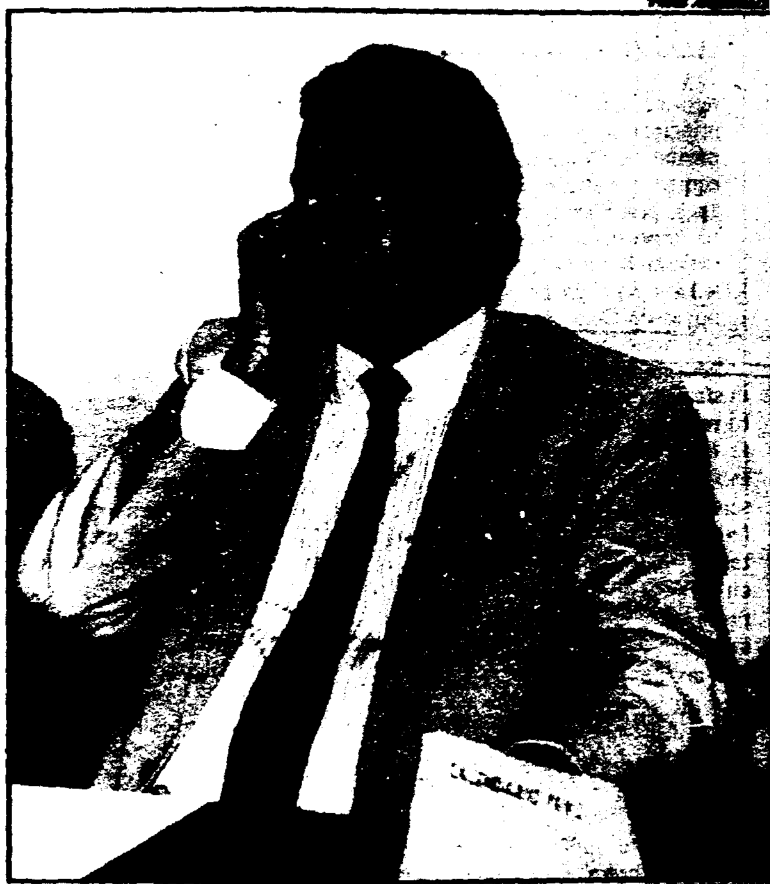
920720

Governo busca maioria com discrição

□ Após rumorosa reforma ministerial, o Executivo quer garantir base para aprovar seus projetos. Mas ação será discreta, para não radicalizar a oposição

ILIMAR FRANCO
Brasília/ZH





Cuidadosos: *Collor quer evitar acusação de barganha, mas cargos podem ser oferecidos. Bornhausen não vai atuar diretamente no trabalho de* [illegible]

O presidente Fernando Collor e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, coordenador político do governo, encerrado o processo da reforma ministerial, iniciam uma nova etapa na luta para obter maioria dentro do Congresso. Nesta nova fase, o estilo não será mais barulhento, como na renúncia coletiva do ministério. Agora será a vez da discrição, com os entendimentos políticos com os partidos cedendo aos acordos individuais com deputados e senadores.

O governo, refletindo sobre os efeitos de sua intervenção nas disputas pelas lideranças do PMDB, PDS e PTB no início do ano, não pretende se desgastar com a oposição. Bornhausen considera que muitos projetos de interesse do governo podem ter o apoio da oposição, especialmente PMDB e PSDB. E, como coordenador político do governo, o ministro-chefe não vai assumir diretamente o trabalho de aliciamento de parlamentares. O importante é não permitir a radicalização do processo.

O trabalho de cooptação, informa um parlamentar que conversou com Bornhausen, será feito pelos líderes dos partidos que apóiam o governo dentro do Congresso. Neste caso, não interessa mais os nomes que têm peso político e prestígio, como na tentativa de atrair os *tucanos* e o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) para o governo. Passam a ser centrais aqueles deputados de atuação mais apagada e que podem dar os votos de que o governo necessita.

CAMALEÕES — Num primeiro momento, os líderes governistas pretendem investir em dez a 15 parlamentares que formam a chamada bancada flutuante, "os deputados camaleões". Embora Collor publicamente esteja preocupado com a imagem de loteamento político da reforma ministerial, o governo pretende usar cargos federais nos estados como forma de segurar o voto favorável destes parlamentares. Esta barganha, necessariamente, não implicará em mudança de partido.

O líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), tenta desconversar e costuma dizer que tão importante [illegible] nição de um [illegible] do governo. [illegible] Chaves, Luís [illegible] (BA), diz a [illegible] feito. [illegible] de partido [illegible] los governistas [illegible] continuará [illegible] gração normal".

ELEIÇÕES

PT enfrenta divergências na convenção

O PT homologou ontem as candidaturas de Tarso Genro a prefeito, Raul Pont a vice, e de 63 candidatos a vereador, além de eleger Íria Charão para a presidência do Conselho Deliberativo Municipal, órgão que substituirá o diretório municipal. A convenção foi realizada em ambiente de confronto, pois 40% dos 400 participantes foram mobilizados pela Convergência Socialista, corrente inconformada com a suspensão dos direitos políticos de quatro de seus dirigentes. Entre os suspensos está o vereador José Alvarenga, que pretendia disputar com Tarso a condição de candidato do partido.

Com cartazes criticando o "AI 5 do PT" e aos gritos de "uma indecência a direção expulsar a Convergência", seus militantes chegaram fazer um cordão de segurança quando Alvarenga subiu à tribuna para se manifestar. Mais de uma vez representantes de um ou outro setor foram seguros para que não respondessem a provocações, o que poderia gerar um tumulto.

Alvarenga criticou o "expurgo político" e o processo da convenção, através de prévia. Integrantes da Convergência e outros setores lembravam a escolha de Olívio Dutra, quando participaram 3.500 membros do partido, em contraste com os 140 delegados que votaram na homologação de Tarso Genro. O episódio, para Alvarenga, prejudicará muito o partido, embora a Convergência não pretenda se retirar do PT e prometa trabalhar na campanha eleitoral. Apesar da suspensão dos direitos políticos, os membros da Convergência conseguiram disputar a convenção, recebendo 15% dos votos, contra 85% dados a Tarso e Raul.

ALIANÇAS — A política de alianças, também definida ontem, mantém PSB, PC, PPS e PV como aliados. Fica aberto o diálogo com o PSDB e PC do B, mas só haverá coligações se os dois partidos aceitarem defender o trabalho da Administração Popular e adotarem posição crítica aos governos Collor e Collares. Durante os debates, os petistas demonstraram que o partido precisará ampliar seu campo de apoio no segundo, questão que começa a ser assimilada pelo PT, garante Tarso.

Mesmo oficializada a candidatura, Tarso não pretende colocar nas ruas sua campanha. Partirá para o trabalho de estruturar a coordenação política e a infra-estrutura, e pretende se dedicar à discussão do programa de governo com a sociedade. Ainda nesta semana tem marcados encontros com grupos comunitários e entidades empresariais, como a Associação Gaúcha dos Empresários de Obras de Saneamento. Tarso busca apoio para a proposta de governo da Frente Popular.

Convergência condena direção mas fica no PT

O vereador Guilherme Haeser (PT), um dos líderes da Convergência Socialista no Rio de Janeiro, já tem uma resposta pronta para dar ao Diretório Nacional do partido, nos dias 8 e 9 de maio: "Não queremos sair do PT e também não aceitamos a lei do silêncio que querem nos impor. Não vamos recuar". A Convergência Socialista foi derrotada pela Articulação no 1º Congresso Nacional do PT, realizado no final do ano passado, que decidiu estabelecer certas restrições à atuação das várias tendências que o partido abriga. A Convergência vem desacatando algumas destas resoluções, taxando-as de "stalinistas".

Tida como a mais forte das tendências radicais do PT, a Convergência mantém um jornal próprio, com tiragem de 5 mil exemplares, e não aceita restringir suas discussões políticas ao círculo de filiados ao partido. Por essas e por outras, é acusada de indisciplina pela direção do partido, que está disposta a expulsá-la, caso seus militantes não sigam o estatuto do PT. Os integrantes da Convergência podem perder ainda o direito à legenda nas eleições deste ano. O vereador Chico Alencar, da Articulação, disse que, se a Convergência insiste em desrespeitar decisões soberanas do congresso, "não é o partido que a está expulsando. Ela é que está se auto-excluindo do PT". Ele não teme problemas na campanha eleitoral por causa do *racha*.

Ontem, na Câmara Municipal do Rio de janeiro, Haeser fez um discurso criticando duramente a direção nacional do partido: "Não aceitamos, em hipótese alguma, a expulsão stalinista! Não acataremos a lei do silêncio. O que a ditadura e os patrões não conseguiram — nos calar — não o fará uma maioria da cúpula do partido. Não recuaremos um milímetro no confronto com a cúpula do PT em defesa de nossas posições políticas e na conquista do espaço no movimento. Alertamos a todos os trabalhadores que, se consumada a expulsão da Convergência Socialista, começará um processo de divisão nacional do PT, que afetará o restante da esquerda do partido! Este é o alerta e o apelo que fazemos aos trabalhadores do país, aos petistas que se acostumaram a ter o PT como uma grande conquista e que não querem vê-la destruída" — disse o vereador.

PT quer expulsar tendências

Grupos radicais ameaçam partido nas eleições

SÃO PAULO — Na reunião do Diretório Nacional, nos dias 8 e 9 de maio, o PT voltará a discutir a expulsão das tendências trotskistas. Nesses 13 anos de vida, a convivência com as tendências nunca foi boa. Irrisórias mas barulhentas, elas se excederam neste período eleitoral e ameaçam levar o partido à derrota em outubro até em capitais onde o PT tem boas chances. "É o início de nova discussão", diz o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Um exemplo de que o partido virou vítima das tendências é a sucessão do prefeito Victor Buaiz, em Vitória (ES). O candidato da Articulação do B. João Carlos Coser, da



Lula

Democracia Socialista, derrotou o vice-prefeito Rogério Medeiros, apoiado por Buaiz, na convenção. Buaiz abandonou o partido à sua sorte. "Agora o PT está na mão dos outros partidos", diz o prefeito. "Se acharem Coser o melhor cabeça de [illegible] é um deputado desconhecido na cidade, com 2 mil votos obtidos graças à legenda.

Em São Paulo, as tendências lançaram um candidato desconhecido para disputar a convenção com o senador Eduardo Suplicy. No Rio, a deputada Benedita da Silva derrotou o vereador Guilherme Haeser, da Convergência. As tendências, sobretudo a Convergência Socialista, foram dar de cabeça para a prefeita Erundina. Buaiz, com 83% de aprovação, recebe elogios do PDS e PFL, mas sofre oposição das tendências petistas.

02-02

9203721

Itamar defende adoção do parlamentarismo já

BRASÍLIA — Indignado com as últimas medidas do governo, o vice-presidente da República, Itamar Franco, defendeu com veemência a instalação imediata do parlamentarismo. "Para mim, o parlamentarismo deveria ser instalado hoje", defendeu, para emendar logo: "Claro, que se o povo o tivesse escolhido." Entre irônico, irritado e magoado, Itamar falou sobre o novo sistema de governo ao comentar as restrições do vice no presidencialismo. E, pela primeira vez, vociferou sobre a importância de seu papel. "As minhas estacas estarão fincadas aqui, gostem ou não. A figura do vice é tão legítima quanto a do presidente, a não ser que rasguem a Constituição."

Insatisfeito com os nomes e os partidos escolhidos pelo presidente para ocupar o Ministério, ele disse que a carta que enviou a Collor, justificando por que não compareceria à posse dos cinco novos ministros, foi de alerta. "Existem várias formas de se exercer a lealdade", disse. "No futuro, se cobrado, o vice poderá dizer que alertou." Itamar afirmou ter escolhido uma carta porque "os atos e as palavras se perdem".

A postura polêmica do vice, ausente à posse, gerou várias críticas, entre elas do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. "Não fui porque me senti nesse Ministério como um peregrino que chegou a Jerusalém tarde e chorando", justificou. Ele insinuou que o governador tinha conhecimento do teor da carta, [illegible] agora sob os cuidados de Collor. "Se o ilustre governador leu, pode [illegible] o que quiser. Ele leu? Então [illegible] bem."

Lamentações — Sem [illegible] der sua mágoa, Itamar Franco, [illegible] que declarou, na semana passada, ao JORNAL DO BRASIL, seu des[illegible] tentamento com o presidente por [illegible] rem sido ignorados antigos aliados [illegible] formação do novo Ministério — [illegible] geriu ontem que o arquiteto Oscar Niemeyer construa um muro das lamentações em plena Praça dos Três Poderes. "Porque a vice já é um[illegible] das lamentações", ironizou.

O vice-presidente disse que [illegible] se Collor teria tido "outro tipo de comportamento" para fazer a [illegible] reforma ministerial, mas não e[illegible] con qual. "Não vou responder [illegible] eu faria, porque vão dizer que [illegible] o lugar dele."

Ele negou que tenha planos [illegible]cos para o futuro, como a candidatura ao governo de Minas Gerais. [illegible]mar Franco negou que o vice [illegible] isolado — "porque os puxa-sacos [illegible] sempre a perspectiva do poder" — não se acanhou ao destacar que [illegible]rá sempre pronto para assumir o lugar do presidente Fernando Collor. "Se amanhã eu tiver que cumprir minhas obrigações de suceder o presidente, eu cumprirei." Depois, [illegible] a dizer que reza todas as noites [illegible] que isso não aconteça.

01-03

Itamar faz novas críticas ao governo

☐ Vice-presidente usou a celebração da morte de Tiradentes para criticar marginalização de Minas Gerais e as mudanças no ministério de Collor

O vice-presidente da República, Itamar Franco, deixou claro ontem que não respeitará a determinação do presidente Fernando Collor de que os membros da equipe de governo não façam queixas e reivindicações públicas. "O vice-presidente não é ministro dele (Collor). O vice-presidente é uma figura tão constitucional quanto o presidente da República", declarou Itamar, entendendo que discordar com lealdade tem um significado muito importante. O vice-presidente participou, na manhã de ontem, nas cidades mineiras de Tiradentes e São João Del Rey, das solenidades em comemoração ao bicentenário da morte de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira.

Itamar reafirmou não ter concordado com a escolha dos novos ministros, que não são seus, mas exclusivamente do presidente. Reconheceu, porém, ser evidente que terá de conviver com eles. Frisou que suas insatisfações com as reformas na equipe de governo, já apresentadas a Collor num documento pessoal e particular, residem principalmente na marginalização de Minas Gerais. O vice foi mais longe e acenou com a articulação de uma candidatura mineira para a sucessão presidencial em 1994.

[illegible] — "Minas precisa estar atenta, 1994 está aí. Não podemos perder esta visão. Eu não gostaria que Minas continuasse a dar sempre o segundo. Eu gostaria que, em 1994, Minas pudesse dar o primeiro", afirmou, numa alusão à sua própria posição no governo.

Itamar negou, no entanto, que seja candidato a qualquer cargo ou que deva ser ele o articulador da candidatura mineira ao Planalto. Chegou a garantir que voltará a Juiz de Fora quando terminar o seu mandato, mas ressaltou: "Minas tem de estar presente no cenário nacional. Se olharmos o quadro nacional hoje, vemos o Rio de Janeiro, vemos São Paulo, vemos os homens do Nordeste. É preciso ver Minas".

Quanto à nova equipe de governo, Itamar afirmou ter preocupações sobre os rumos que o governo possa tomar, principalmente em relação às promessas de campanha que fez juntamente com Collor. Segundo o vice-presidente, o social não poderá nunca ser um sub-produto do crescimento econômico, e a nova equipe precisa estar sempre consciente disso. Lembrando os ideais de desenvolvimento harmônico com justiça social, relacionando-os com os de Tiradentes e de Tancredo Neves — cujo sétimo aniversário de morte também se comemorou ontem —, Itamar disse ser preciso levar os bens da civilização e da cultura a uma massa de brasileiros marginalizados.

RESSENTIMENTO — Na cerimônia de inauguração do busto de Tiradentes, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, Itamar teve que conter suas críticas ao governo e trocar um abraço com o presidente Collor. A iniciativa foi de Collor, na rua, em frente aos populares que assistiam à cerimônia. Ainda surpreso com o gesto não programado do presidente, Itamar Franco garantiu que não há mais ressentimentos: "Ao contrário do que possa parecer, não tenho mágoas nem ressentimentos do presidente. Fizemos campanha juntos. Guardamos bons momentos em comum. Tenho pelo presidente a maior estima", disse Itamar que, nesse local, preferiu não fazer comentários sobre a nova equipe de governo e a reforma ministerial.

Ultimamente, Collor e Itamar não eram mais vistos juntos em cerimônias oficiais. Ontem, na solenidade de inauguração do busto, da moeda e do selo comemorativo do bicentenário da morte de Tiradentes, os dois ficaram perto durante toda a cerimônia: por exigência do protocolo, Itamar Franco teve que se postar logo atrás de Collor, ladeado por seu novo ministério. (AG-AJB)



Cerimônia: *Itamar participa, com Collor, de solenidade em Brasília e diz não ter "mágoas do presidente"*

Magri depõe na CPI do Congresso

O ex-ministro do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri, vai depor hoje, a partir das 16h, na CPI do Congresso que apura irregularidades no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, sobre a fita, gravada pelo ex-diretor de Arrecadação do INSS, Volney Ávila, em que ele confessa ter recebido US$ 30 mil para facilitar a liberação de recursos para obras de saneamento no Acre. O depoimento, o segundo que Magri presta à CPI em pouco mais de um mês, encerra a generosa trégua que gozou nas últimas duas semanas, em meio ao bombardeio de acusações que vem sofrendo desde que deixou o governo, em janeiro.

Mais relaxado e de volta ao cooper matinal, Magri teve tempo até de visitar os parentes em São Paulo no feriado prolongado da Semana Santa. Pessoas ligadas à família contam que o ex-ministro aproveitou para se reaproximar do pai, Antônio Magri, que se sentia abandonado desde que o filho tornou-se ministro. Aos 78 anos, "seu Antônio", como é conhecido, vivia de favores num apartamento da colônia de férias do Sindicato dos Eletricitários, em Praia Grande (SP).

VIAGEM — Desde quinta-feira, a casa do ex-ministro, localizada na Quadra L do sofisticado bairro do Lago Sul, em Brasília, está fechada a cadeado. Descuidado, Magri deixou acesas as luzes da varanda e da sala, mas entregou a cadela Orca aos cuidados de amigos.

No seu primeiro depoimento à CPI, em 17 de março, Magri confirmou ter oferecido participação em suborno a Volney para "testar a honestidade" do ex-diretor, mas negou o conteúdo da gravação, por não reconhecer identidade no seu [illegible] tor. Na ocasião, a Universidade [illegible] deral de Campinas (Unicamp) [illegible] havia emitido o laudo que [illegible] autenticidade da fita. [illegible] advogados de defesa, Magri [illegible] insistir na tese de que [illegible] sido adulterada, ou [illegible] de frases ditas em ocasiões e [illegible] tos distintos.

"O ex-ministro [illegible] cer esse laudo, pois, [illegible] lhe foi dado o direito de [illegible] disse o advogado [illegible] coud. Para o advogado, [illegible] não está [illegible] nada, já que não foi [illegible] depor pela Polícia Federal, [illegible] denunciado pelo Ministério [illegible] nem processado pela [illegible] que nós sabemos é o [illegible] publicado na imprensa [illegible] sem valor processual", [illegible] coud. (AJB)

02

9203722

Desde 1891 vices criam problemas

O *affair* Fernando Collor-Itamar Franco não é novidade na história política brasileira. O relacionamento dos presidentes e seus vices foram marcados por crises desde a instalação da República, em 1889. O primeiro presidente, marechal Deodoro da Fonseca, em 1891, depois de ter fechado o Congresso, sucumbiu à oposição a seu ato, inclusive por parte do vice, o também marechal Floriano Peixoto, e renunciou.

Criar problemas para o presidente ou mesmo crises institucionais faz parte da história política dos vices brasileiros. O vice de Prudente de Moraes, Manuel Vitorino Pereira, que assumiu a Presidência em 1896, devido a problemas de saúde do titular, tentou impedir sem sucesso o retorno do presidente ao cargo.

[illegible] — Eleito vice-presidente em pleito indireto, em 1967, o ex-deputado Pedro Aleixo foi impedido de assumir por uma Junta Militar quando o presidente, general Costa e Silva, morreu, em agosto de 1969. Aleixo teve seu mandato extinto pela Junta Militar. Talvez por isso, os presidentes que se seguiram, os generais Emílio Médici e Ernesto Geisel, preferiram tirar dos quartéis os seus vices, respectivamente o almirante Augusto Rademaker Grunewald e o general Adalberto Pereira dos Santos. Já em clima de abertura, o general João Figueiredo voltou a convocar um civil para ser o seu vice, Aureliano Chaves.

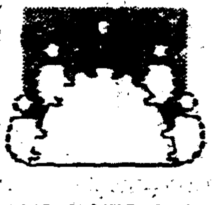
Aureliano, como presidente interino, foi o primeiro civil desde 1964 a ocupar o cargo. E irritou a cúpula militar com uma de suas decisões. Com o presidente Figueiredo fora do país, expulsou os padres franceses Aristides Gamio e Francisco Gourieu do país, impedindo que os militares os condenassem à prisão. Na sucessão, Aureliano colocou-se candidato nas prévias do PDS, vencidas por Paulo Maluf, contra o candidato do presidente Figueiredo, Mário Andreazza. Depois, rompeu com o PDS e articulou a Aliança Democrática que elegeu Tancredo Neves para o Palácio do Planalto.

SUBSTITUIÇÕES — O suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, levou a uma sucessão de problemas. O vice Café Filho assumiu, mas no ano seguinte foi substituído por ter sido hospitalizado com distúrbios cardiovasculares. O presidente da Câmara, deputado Carlos Luz (MG) assumiu, mas foi derrubado pelo general Teixeira Lott, numa manobra para garantir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitscheck. O mandato de Getúlio foi concluído pelo senador catarinense Nereu Ramos, presidente do Senado, que governou o país em regime de estado de sítio até a posse de Juscelino.

Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros (UDN), o vice João Goulart (PTB), só pôde assumir depois que o Congresso aprovou emenda estabelecendo o parlamentarismo. O presidencialismo foi restabelecido por plebiscito em janeiro de 1963, e um ano depois aconteceu o golpe de Estado.

Itamar condena Collor por esquecer aliados

José Varella — 20/6/89



BRASÍLIA — O vice-presidente da República, Itamar Franco, não gostou da estratégia adotada pelo presidente Fernando Collor para promover a reforma ministerial. "Eu, como vice, acho que o presidente falhou ao anunciar o ministro Francisco Rezek no exterior. Essa foi uma falha muito grande", condenou. "Não se faz isso com qualquer ministro fora do país." O silêncio de Itamar foi quebrado ontem ao comentar, ainda, com desdém, a entrada dos tucanos para o governo. "Alguns tucanos estão empoleirados no poder há muito tempo."

Sem esconder sua mágoa, que definiu como "nostalgia", ele fez alusão aos tempos de campanha. "Muitos tomaram poeira nos olhos e outros estão chegando com olhos limpos", disse. "E esse grupo que chega de olhos limpos passa a ocupar espaço que não é deles. É gente até que jogou poeira e ergueu os braços de outro candidato no segundo turno", ressentiu-se. Tranqüilo, Itamar disse que o problema não é a mudança de rumo, mas sim o fato de se procurar outra turma.

Ontem, o vice-presidente da República — que voltou de Juiz de Fora na segunda-feira — teve agenda cheia. Pela manhã, visitou o ministro demissionário das Relações Exteriores, o ministro Francisco Rezek. A conversa durou uma hora e Rezek recebeu a solidariedade do vice. Pouco antes do meio-dia, recebeu em seu gabinete o secretário-geral da Presidência, o também mineiro Marcos Coimbra. À tarde, o vice-presidente pretendia visitar o senador e ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho, com quem [illegible] gou e depois fez as [illegible] dos [illegible] na. A visita só não [illegible] que Passarinho [illegible] no plenário do Senado.

Pela manhã, Itamar [illegible] marães [illegible] só "[illegible]". O [illegible] Coimbra [illegible] to mais [illegible] tarde, Itamar [illegible] "Tenho admiração pelo embaixador Coimbra. Ele também [illegible] na campanha", [illegible]. "Fui conversar com o ministro Rezek porque tenho muita admiração por ele." Itamar Franco defendeu com entusiasmo o ministro demissionário, que não estaria magoado com a demora na confirmação de seu nome no cargo. "Ele está acima dessas coisas. Tem a personalidade muito afetuosa", louvou.

Como o mote do pedido de demissão coletiva foi a corrupção, Itamar Franco — avisado da mudança pelo próprio presidente — preveniu: "Ninguém vai encontrar digital minha em corrupções."

03-03

9203722

ZERO HORA
28-4-92
10076
11164

REFORMA PARTIDÁRIA

Collor prepara fundação de novo partid[illegible]

O presidente aguarda apenas a reforma eleitoral e partidária para anunciar a criação do partido de seus sonhos: o PSOL (Partido Social Liberal). Com ele, quer desembarcar no parlamentarismo

Brasília — O presidente Fernando Collor tem pressa na reforma eleitoral e partidária que encomendou ao ministro da Justiça, Célio Borja, por dois motivos. Primeiro, por considerar tal providência essencial à pretendida adoção do sistema parlamentarista de governo. Depois, — e sobretudo — porque decidiu liderar a organização e fundação do partido político dos seus sonhos, de perfil ideológico definido e batizado com uma sigla que o entusiasma: PSOL.

Além de lembrar o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) de Felipe Gonzalez — o único político que Collor efetivamente admira —, a sigla PSOL, de Partido Social Liberal, tem forte conteúdo simbólico ao vincular-se a sol, alvorada, brilho, amanhecer e esperança. O partido sonhado por Collor pretende reunir "políticos modernos", que, como o presidente, desejam para o Brasil um "capitalismo com forte preocupação social", baseado numa economia aberta, competitiva — "uma economia social de mercado", na definição do próprio Collor.

SIGILO ABSOLUTO — Anterior à reforma ministerial promovida no início de abril, a idéia de criação do PSOL começou a desenhar-se em meio a solitárias reflexões de Fernando Collor em dezembro de 1989, depois de sua vitória nas urnas. O projeto seguiu amadurecendo em demoradas conversas, ainda no "Bolo de Noiva", entre o presidente eleito e o embaixador José Guilherme Merquior sobre o ideário do social-liberalismo.

Collor e Merquior mantiveram rigoroso sigilo sobre o teor dessas conversas. Para assegurar a discrição, não desestimularam especulações, surgidas à época, que transformaram em ministeriável o então embaixador brasileiro na Unesco.

TUDO ERRADO — O plano de Collor era fundir seu ideário liberal com o programa social-democrata do PSDB, pelo qual jamais escondeu seu encanto. O primeiro nome que lhe ocorreu, Partido Social Liberal Brasileiro (PSLB), acabou descartado depois da trapalhada que deu origem a uma acusação de plágio. O presidente pretendia lançar as bases programáticas do novo partido no início deste ano, com uma série de artigos sobre o social-liberalismo. Deu tudo errado: as idéias defendidas pelo presidente da República acabaram esvaziadas pela acusação de plágio.

Os textos eram muito parecidos com o programa e o manifesto do desconhecido PSLB, que Collor mandara registrar — com alguns originais de Merquior — para evitar sua apropriação por espertos eventuais. A autoria de todos os textos, na verdade, era única: todos foram produzidos após as discussões entre o presidente e o embaixador Merquior.



Agência/ZH

Idéia antiga: *PSOL amadureceu em conversas com Guilherme Merquior*

Desde a concepção do PSOL, Collor agiu sozinho, sem confiar a ninguém a tarefa de materializar o novo Partido Social Liberal. E segue agarrado à linha de discrição mesmo quando conversa a [illegible] do quadro político [illegible] o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen — a quem pretende entregar a articulação do partido. Collor entende que, por enquanto, isso poderia ca[illegible] constrangimentos ao ministro, [illegible] é também um cardeal do P[illegible]

PERSONAGENS — Além de [illegible] quior, pelo menos três pessoas [illegible] ticiparam de discussões sobre [illegible] vo partido que Collor pretende [illegible] ganizar: o jurista Miguel [illegible] quem pediu uma avaliação [illegible] por escrito do programa [illegible] ra em parceria com [illegible] ex-ministro da [illegible] João Santana e o [illegible] tônio Kandir, ex-[illegible] tica Econômica [illegible] Santana e Kandir [illegible] versar em conjunto [illegible] um mês antes da [illegible] série de artigos [illegible] bre o social-[illegible] reunião, [illegible] então produzidos, [illegible] mas opiniões e [illegible] os papéis ao pre[illegible]

O presidente [illegible] [illegible] PRN.

01-03

9203723

Mutirão tentará aprovar leis mais rígidas para os partidos

Brasília — Uma espécie de mutirão reunindo governo, parlamentaristas e políticos do PMDB ao PT, passando pelo PDT e pelo PRN, vai tentar desengavetar uma série de propostas que estão no Congresso e aprovar o mais rápido possível uma nova legislação para os partidos. Já existe consenso, que exclui apenas pequenos partidos, sobre a necessidade de tornar mais rígidas as exigências para criação e sobrevivência de partidos, acabando com as legendas de aluguel e diminuindo a pulverização partidária que vem amarrando os trabalhos do Legislativo, situação que o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) classifica de "farra partidária". Ao mesmo tempo, o grupo quer dar mais autonomia aos partidos para suas decisões internas.

Esse foi um dos temas do encontro do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, com o governador do Rio, Leonel Brizola (PDT), na sexta-feira. O assunto tem freqüentado também as conversas do presidente Fernando Collor com o ministro da Justiça, Célio Borja, e com seus auxiliares políticos, que estão procurando parlamentares dos outros partidos para conversar. O PMDB quer incluir o projeto da nova lei partidária na pauta deste semestre e tem o apoio dos parlamentaristas.

MINORIAS — Por enquanto, o governo não decidiu se vai ou não encaminhar projeto ao Congresso, onde existem 38 iniciativas sobre lei partidária. Seus articuladores preferem um acordo em torno de uma delas. Na semana passada, por exemplo, o líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), procurou o líder do PSDB, Fernando Henrique Cardoso (SP), para conversar sobre a fusão de projetos que vêm tratando do tema. O Executivo sabe que a sonhada maioria no Congresso dificilmente seria consolidada num quadro partidário tão complexo.

Na Câmara, a Comissão de Constituição e Justiça instituiu uma subcomissão para estudar todas as propostas nesse sentido. O presidente da Casa, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), é um dos entusiastas da reforma partidária, pois está cansado de administrar a multiplicidade dos conflitos dentro de uma casa de minorias.

PULVERIZADO — Os únicos que não gostam da idéia são os pequenos partidos, que poderiam ser engolidos por exigências como o percentual de votos a cada eleição para continuar existindo. Esse seria o caso do PPS (ex-PCB) e do PC do B, por exemplo. Mas o apoio à nova lei é quase unânime nos demais partidos.

Trinta e cinco partidos estão legalmente [illegible] a [illegible] nas eleições de outubro — 20 deles com [illegible] e 15 com autorização [illegible] Superior Eleitoral. [illegible] gor, um [illegible] sório tem [illegible] zar, com[illegible] PRS, [illegible] nas Gerais, [illegible] de existir [illegible] requisito.

AS PROPOSTAS PARA A REFORMA:

As principais propostas para a nova lei orgânica dos partidos são as seguintes:

☐ *Estabelecer um percentual mínimo de desempenho eleitoral em cada eleição para sobrevivência do partido ou então a obrigação de ter um mínimo de 10% dos votos na Câmara dos Deputados para ter registro definitivo.*

☐ Volta da fidelidade partidária.

☐ *Retorno da sublegenda em nível regional para acomodar as divergências regionais.*

☐ Regulamentação do fundo partidário, que receberia recursos por dotação orçamentária da União e seria distribuído aos partidos conforme o seu desempenho em cada eleição.

☐ *Autonomia para o partido decidir como se organizar internamente, definindo o número de integrantes de seus diretórios e convenções.*

Fonte: Agência Estado

02

9203723

PARTIDOS

Collor quer *tucanos* no PSOL

Não são muitos os políticos brasileiros com os quais o presidente Fernando Collor se sentiria em boa companhia na constituição do Partido Social Liberal (PSOL). A maioria deles está no PSDB, e nenhum integra o partido ao qual Collor está filiado desde 1989 — o PRN —, à presumível exceção do seu amigo Paulo Octávio (DF). Nem mesmo o primo Euclydes de Mello (SP) ou o ex-amigo Cleto Falcão receberão convites insistentes para trocar o PRN pelo novo PSOL.

Entre os *tucanos* que mais considera, o presidente buscará a conquista, para o PSOL, de políticos como o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), do qual é amigo e cuja participação no seu ministério vem sendo tentada desde a primeira versão, costurada no "Bolo de Noiva" em 1989. Dois *tucanos* paranaenses — o senador José Richa e o ex-deputado Euclides Scalco — sempre têm do presidente os melhores elogios.

[illegible] — "Quando recebo dez parlamentares, 9,5 deles insistem em tratar de assuntos estritamente pessoais, visando algum tipo de vantagem: quando a conversa é com gente como Fernando Henrique, Scalco ou o Richa, aí sim, o que se discute é o interesse do país", regozijou-se Collor esta semana, durante uma reunião com o chamado pessoal da casa.

Os deputados Nélson Jobim e Antônio Britto, ambos do PMDB gaúcho, e José Serra (PSDB—SP) também estão entre as exceções que o presidente Collor identifica na classe política e com os quais desejaria contar na organização do PSOL. Apesar disso, Collor não pretende repetir um erro do PSDB que considera fatal: o fato de haver esnobado quem tinha voto, "como se estivesse em organização um convento de freiras e não um partido político". Quando faz essa avaliação, Collor sempre cita a única frase em que reconhece inteligência atribuída ao adversário Luís Inácio Lula da Silva (PT): "O PSDB parece uma sala de aula onde não há alunos, só professores."

03-03

9203723

PARLAMENTARISMO

Câmara aprova a antecipação do plebiscito para abril de 1993

□Foi mantido o dispositivo que prevê a implantação da forma e sistema de governo só em 1995. Diminui prazo para a revisão da Carta

Brasília — A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em primeiro turno de votação, a emenda constitucional que antecipa o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo, de 7 de setembro para 21 de abril de 1993, quando os eleitores escolherão entre o presidencialismo, o parlamentarismo, a república e a monarquia. A votação manteve o dispositivo que determina a implantação da forma e do sistema escolhidos pelos eleitores somente em 1° de janeiro de 1995. O dispositivo mantido é o mais importante da emenda, pois garante o apoio do governo às próximas votações da emenda. Sem essa garantia o presidente Collor estaria sujeito a perder seu poder presidencial, caso o regime de gabinete fosse adotado.

De acordo com a Constituição, a emenda aprovada ontem deverá ser submetida a um segundo turno de votação na Câmara e a mais dois turnos no Senado. Ao contrário de projetos comuns, a emenda constitucional aprovada não está sujeita à sanção presidencial. Cabe ao presidente do Congresso promulgar o novo dispositivo depois dos quatro turnos de votações.

REVISÃO — Além de antecipar a data do plebiscito em quase seis meses, o projeto aprovado ontem restringiu o tempo de atuação da revisão constitucional. Se a emenda for aprovada nas [illegible] votações, a revisão vai [illegible] de outubro de 1993 e [illegible] dia 21 de abril de 199[illegible].

O resultado das [illegible] a pequena margem de [illegible] para aprovação. A [illegible] ção de destaque teve [illegible] 319 a 83, 17 votos a [illegible] mínimo exigido. No [illegible] que, o placar marcou 3[illegible] votos a mais. Na terceira [illegible] somente cinco votos acima do mínimo.

STF

Aprovada a indicação de Rezek

Brasília — A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou, por 15 votos contra 3, a indicação do ex-ministro das Relações Exteriores Francisco Rezek para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Um forte esquema lobista garantiu a aprovação, mas não evitou o constrangimento de Rezek nas críticas dos senadores durante a sabatina.

Os parlamentares se diziam inconformados em ter que votar a recondução de um ex-ministro do STF e ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que abriu mão do caráter vitalício do cargo para participar do governo. Pouco antes da votação, o líder do PDT, Maurício Correa (DF), e Pedro Simon (PMDB-RS) pediram que Rezek recusasse a indicação do presidente Fernando Collor.

O *lobby* em favor de Rezek marcou presença na sessão, que durou três horas e meia. Os ex-ministros do STF Leitão de Abreu, Raphael Mayer e Aldyr Passarinho e o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, chegaram a compor a mesa, como se a sessão fosse de homenagem. O relator da mensagem presidencial, senador Élcio Alvarez (PFL-ES), votou favoravelmente e sugeriu a dispensa da sabatina alegando que Rezek já tinha sido aprovado pela Casa em 1983.

Os *tucanos* Mário Covas (PSDB-SP) e Jutahy Magalhães (BA) afirmaram que o retorno de Rezek ao STF não era eticamente correto. Lembraram que os juízes e ministros de tribunais têm a vitaliciedade no cargo assegurada não por privilégio, mas para garantir a isenção.



Sabatina: *Comissão aprovou por 15 votos contra* [illegible]

CAMBIOS DE COMANDOS
ZH
19/04/92
10046
11163
11328.

MILITAR

Movimentação de comandos

Em decorrência das promoções de 31 de março último, ocorrerão as seguintes movimentações de comandos: o general de Exército Geise Ferrari, substituirá ao também general de Exército Alberto dos Santos Lima Fajardo (ex-comandante do CMS) nas funções de comandante de Operações Terrestres; o general de Divisão Benedito Onofre Bezerra Leonel, que comandava a 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, foi nomeado para vice-chefe do DGS; para o comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de exército, com sede em Curitiba, foi designado o general de Divisão Remy de Almeida Escalante, que em conseqüência foi exonerado da função de Diretor de Cadastro e Avaliação; o general de Brigada Euclimar Lima da Silva, foi exonerado do comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada com sede em Santiago; o general de Brigada Horácio Raposo Borges Neto, foi exonerado do comando da AD/3ª DE sendo designado para Diretor de Cadastro e Avaliação; o general de Brigada Jorge Cardoso Nogueira, foi exonerado do comando da 8ª Brigada de Infantaria Blindada e designado comandante da 9ª Região Militar; o general de Brigada Gelimar Soares da Fontoura, deixa o comando da 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, para assumir as funções de Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial; o general de Brigada Jorge Armando Felix, foi designado comandante da Artilharia Divisionária 3, da 3ª Divisão de Exército, em Cruz Alta; o general de Brigada Rosalino Hernandes Candia, foi designado para o comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Santiago; o general de Brigada Geraldo Luiz Nery da Silva, foi nomeado comandante da 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, com sede em Santo Ângelo e o general de Brigada Carlos [illegible] Fernandes dos Santos, foi nomeado comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, com sede na cidade de Santa Maria.

ENSINO — O titular da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial do Exército (DEPA), general de Divisão Domingos Miguel Antonio Gazzineo, realiza hoje até o dia 10 a primeira inspeção administrativa deste ano no Colégio Militar de Porto Alegre.

ENTREGO 00
00

[illegible]

O presidente Fernando Collor promoveu ontem o general José Luís Lopes da Silva a general-de-divisão. Em novembro de 1988, o general comandou a operação militar de invasão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda (RJ). Na repressão, três operários que participavam da greve da CSN foram mortos a tiros por soldados do Exército. (Brasília/ZH)

16/4

COMANDOS — Em substituição ao general Euclimar Lima da Silva, assume hoje o comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, sediada em Santiago, o general Rosalino Hernandes Candia. Natural de Uruguaiana, o novo comandante procede do Departamento Geral de Serviços, Brasília. Também hoje, em Santo Ângelo, o general Luiz Nery da Silva, oriundo do Comando Militar do Leste, assume o comando da 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, substituindo na função o general Gelimar Soares da Fontoura.

01-01

25

Governo enviou missão de paz aos militares

Vannildo Mendes

BRASÍLIA — A reunião realizada no Ministério da Aeronáutica com a equipe econômica do governo para discutir a política salarial deu oportunidade ao ministro Sócrates da Costa Monteiro de desferir duro ataque ao que chamou de "desordem salarial" no serviço público e à interferência do Congresso no orçamento da corporação. "Não vamos cumprir nada colocado aleatoriamente no nosso orçamento", avisou o ministro, referindo-se às emendas sobre os recursos disponíveis para as despesas de seu ministério.

A equipe econômica do governo, representada pelos mais importantes assessores do ministro Marcílio Marques Moreira, acompanhou o mesmo tom de crítica ao Congresso, acrescentando restrições à política econômica conduzida pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello.

Depois da reunião, realizada no dia 8 no auditório do Ministério da Aeronáutica, Sócrates emitiu comunicado aos chefes militares da Aeronáutica alertando sobre "os riscos de ruptura dos mecanismos de controle da tropa" e ressaltando suas responsabilidades de comando e de manutenção da disciplina. "Os problemas do Brasil são muito grandes para a gente perder tempo com quarteladas", lembrou o ministro, assegurando que a situação do Brasil, embora grave, não pode ser comparada à da Venezuela ou à do Peru, com perturbações na ordem democrática.

A iniciativa de promover encontros entre a equipe econômica e os comandos das Forças Armadas decorre da preocupação do governo com a situação explosiva nos quartéis, frente aos baixos salários e à escassez de recursos. Para isso, o governo enviou sua tropa de elite em missão de paz. Integrada pelo secretário-executivo do ministério, Luís Antônio Gonçalves, o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, e o secretário de Planejamento, Pedro Parente, a missão manteve reuniões sigilosas com os altos comandos da Aeronáutica no dia 8, e da Marinha, na quinta-feira passada. Esta semana, será a vez do Exército. Dos primeiros contatos resultou o reajuste de 80% para servidores civis e militares. A intenção original do governo era um índice entre 30 e 40%.

Denominada de *operação aspirina*, pelo efeito analgésico que tenta inocular nas tropas, a missão, a primeira designada pelo governo Collor para acalmar o pessoal da caserna, vem se esmerando em convencer os militares de que o final da crise está próximo. "O país vive uma situação de concordata. Herdamos a desordem econômica", disse Gonçalves a uma platéia de 92 oficiais-generais da Aeronáutica.



Sócrates: desordem salarial angustia Forças Armadas

Culpa de Zélia — Gonçalves incluiu na herança maldita a "confusa política salarial" da ex-ministra Zélia, mas garantiu que a atual equipe está "pondo a casa em ordem". Com a reforma fiscal, a ser submetida ao Congresso em julho, a retomada dos investimentos externos e o controle do déficit público, a economia voltará a crescer no segundo semestre, devendo deslanchar em 1993, disse.

Na reunião da Aeronáutica, o ministro Sócrates defendeu a isonomia para combater a "desordem salarial" no setor público, sobretudo no Legislativo e no Judiciário, em relação ao Executivo. Criticou as concessões de mandados e liminares pela Justiça, que geram, a seu ver, "salários incompatíveis com a realidade nacional". O ministro alertou que as disparidades "aumentam a angústia da família militar" e perguntou o que a equipe econômica lhe recomendava dizer à tropa.

"Felizmente, o governo prepara uma emenda constitucional que ponha cobro à orgia salarial de que a nação, estarrecida, toma conhecimento", disse Sócrates, referindo-se aos altos vencimentos pagos no Legislativo e no Judiciário e aos *marajás* que se amparam em decisões judiciais.

A reação dos comandantes militares, porém, indica que a capacidade de manutenção da disciplina na tropa está chegando ao limite. "Atravessamos o maior desafio da nossa vida profissional", confessou Sócrates, depois de desfiar um rosário de lamentações na reunião com a equipe econômica.

Sócrates alertou que o achatamento salarial deixou de ser um detalhe acessório, para [illegible] "questão fundam[illegible] portância" para [illegible] quartéis. Ele [illegible] massa dos técnic[illegible] da área operacio[illegible] dores de vôo e [illegible] dos médicos [illegible] salários três ve[illegible] va privada.

Os exemplos [illegible] foram citados [illegible] alguns oficiais [illegible]. Um coronel-[illegible] recebeu [illegible] salário, enqu[illegible] dor do Cong[illegible] 2 milhões, [illegible] um agente da [illegible] cio de carreira [illegible] estende aos [illegible] serras.

Colapso — [illegible] a crise atinge [illegible] Aeronáutica [illegible] 52 bilhões [illegible] antecipar o [illegible] trimestre [illegible] tarefas como [illegible] tráfego aéreo [illegible] chegou a tal [illegible] de Anápolis [illegible] faltou óleo [illegible] rebocam aviões.

Segundo [illegible] Constituinte [illegible] "um verda[illegible] do governo" [illegible] pliou a part[illegible] rais, sem [illegible] encargos [illegible] conivência [illegible] municípios [illegible] para pro[illegible] nanças. N[illegible] de 1993, [illegible] um Poder Executivo [illegible] prevenido [illegible] vestimentos.

Segundo Pedro Parente, as transferências [illegible] estados [illegible] 35% par[illegible] Constituição. [illegible] governo [illegible] para a educação. [illegible] transferências [illegible] bram 20% para as rubricas de [illegible] de pessoal (civil e militar), [illegible] investimentos. A saída, para [illegible] déficit público e preservar o [illegible] inflação, foi cortar gastos [illegible] ia "livre" de recursos, prejudicando setores como saúde e segurança nacional.

01-02

Argumentos dos economistas

BRASÍLIA — Na reunião com o ministro da Aeronáutica, Sócrates da Costa Monteiro, e 92 brigadeiros da Força, a equipe econômica do governo, segundo apurou o **JORNAL DO BRASIL**, usou a seguinte linha de argumentação:

■ A desordem econômica do país decorre de uma série de choques e pajelanças adotados no país nos últimos seis anos, a partir do Plano Cruzado. Os congelamentos e experiências, aliados ao déficit público e à inflação acelerada, desestimularam os investimentos externos, achataram salários e desorganizaram a produção interna. **Roberto Macedo, secretário de Política Econômica.**

■ Em 1988, a Constituinte promoveu um verdadeiro assalto às finanças federais, na medida em que repartiu as receitas do governo, sem repartir os encargos correspondentes com os estados e municípios. As transferências constitucionais aumentaram de 35 para 55%. Do que sobrou, 18% ficaram carimbados para a educação. O governo ficou com o resto para pagar pessoal, outras despesas de custeio e fazer investimentos. Sem recursos para financiar o déficit público, o estado cortou onde podia: nos salários e no custeio. **Roberto Macedo**

■ Dessa crítica, não está excluído o último plano econômico (da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello), por ter retido a poupança da população e mexido na remuneração dos ativos financeiros. A medida espantou o poupador, deixando o governo sem recursos para financiar o déficit, e afetando toda a sociedade, na proporção em que, por exemplo, faltou dinheiro para financiar o setor habitacional. **Luiz Antônio Gonçalves, secretário executivo do Ministério da Economia**

■ Para superar a herança econômica trágica, o atual equipe econômica administrou a imediata saída do congelamento de preços e salários (adotado por Zélia); reabriu os canais de negociação com os credores externos; assegurou o financiamento da safra agrícola, que agora se traduz em resultados; deu perfil realista à taxa de câmbio e, no momento, está desatando os nós da "confusa" política salarial. **Luiz Antônio Gonçalves.**

■ O governo, através do ministro Célio Borja, dará acompanhamento rigoroso às contestações judiciais, para evitar a sonegação fiscal e a redução da base tributária. Atuará de forma mais presente no Congresso para fazer aprovar suas propostas no sentido de modernizar a economia, redefinir o papel do Estado e recuperar sua capacidade de investimentos em favor de áreas onde sua presença é indispensável, como a saúde, a segurança e a educação. **Pedro Parente, secretário nacional de Planejamento**

■ A partir de maio, o governo volta a arrecadar o Finsocial, que vinha sendo sonegado com o consentimento do Judiciário. Em julho, o governo envia à apreciação do Congresso a reforma fiscal, com uma distribuição mais equilibrada de receitas e de atribuições entre os governos federal, estadual e municipal. Com o déficit sob controle e a inflação em declínio, além de uma safra agrícola expressiva, podemos acreditar numa ligeira recuperação econômica no segundo semestre e uma sólida retomada do crescimento em 1993. **Pedro Parente.**

02-02

9203726

Collor estuda aumento para milita[res]

□O presidente avisa: a solução só virá depois da Semana Santa. "Há uma grande angústia quanto à defasagem", diz brigadeiro Sócrates



ABR/ZH

Recepção: *Collor com os generais promovidos em 31 de março*

O presidente Fernando Collor informou, ontem, aos ministros que o governo só terá uma proposta para o problema salarial dos militares depois dos feriados da Semana Santa. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), general Antônio Luís da Rocha Veneu, entregou ao presidente um estudo mostrando a defasagem salarial da categoria. Em 92, ela ultrapassa 120%, somando 850% desde o início do governo Collor.

Além de não ter dinheiro para liberar os aumentos dos militares, Collor tem outro problema para resolver. Ele quer encontrar uma fórmula que permita conceder aumento aos servidores civis e militares sem que o reajuste seja repassado aos funcionários dos Poderes Judiciário e Legislativo, como obriga a Constituição. O presidente poderá vetar o aumento que os ministros dos tribunais superiores se auto-concederam, aprovado pelo Congresso. Este seria o primeiro passo para diminuir as distâncias salariais entre os três poderes.

ANGÚSTIA — "Sei que há uma angústia muito grande por causa do nível da defasagem salarial", afirmou o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates Monteiro. Ele reconheceu, porém, que o governo tem se dedicado na busca de uma solução. O ministro não sabe qual a data-limite para a liberação do aumento, mas considera que deve ser "o mais rápido possível". Já o chefe do EMFA confirmou a entrega do estudo a Collor, mas disse que só o presidente poderia dar informações [illegible] providências a serem [illegible]

[illegible] — [illegible]

Os protestos [illegible] tado e capitão [illegible] (PDC-RJ) estão [illegible] pelos comandantes [illegible] de subversão da ordem. [illegible] tem, entretanto, que [illegible] acabar se beneficiando com o [illegible] tismo de Bolsonaro, que está levantando a bandeira da defasagem salarial.

Preocupado com o número crescente de manifestações, o ministro do Exército, general Carlos Tinoco, reeditou as normas já existentes proibindo comícios em áreas militares. Ele determinou que o comandante militar do Planalto, general [illegible] Carlos Bittencourt, coloque a Polícia do Exército nas áreas de Brasília onde estão previstos comícios, para impedir que eles se realizem. (AE)

[Mar]inha quer isonomia com DPF

[...] às vésperas do pro[...]mento para os militares, o grupo [...] delegados do De[...] Polícia Federal [...] a casa dos Cr$ [...], reacende as dis[...] entre os pode[...] [Jud]iciário e Legislati[vo] [...]tamento com a [...] policiais federais se [...] dos Ministé[rios] [...] zona sensível dos [...].

[...] do Ministério [...] que, na confir[...] [in]formou a folha de [...]cionalismo, o salá[rio] [...]nte-de-esquadra, [...] carreira, está mais [...]entos de um mo[...] do que dos dele[gados] [...] Federal. A Secreta[ria] [...] Federal (SAF) [...]de dos altos salá[rios] federais.

[En]caminhado à Pro[...] da República, os [...] criticam as distorções na folha de pagamento do Departamento de Polícia Federal, provocadas por uma seqüência de liminares judiciais. O relatório, ainda em exame pelo procurador Aristides Junqueira, aponta que cerca de 600 membros da Polícia Federal ganharam, já em fevereiro, mais do que os Cr$ 5 milhões pagos aos ministros de estado, que deveriam funcionar como um teto para a remuneração do funcionalismo.

Os militares, que vêm tentando sensibilizar a área econômica do governo para os baixos salários da tropa, chegaram a pleitear na última semana uma equiparação com a Polícia Federal. Oficiais das três armas contam casos de colegas que, pelos baixos salários, trocaram a caserna por cargos no funcionalismo público do Distrito Federal ou nos tribunais de justiça de Brasília. Um deles lembra que no ano passado dois colegas trabalharam como pedreiros em obra de reforma numa repartição pública para reforçar o bolso antes do Natal.

Nada satisfeito com o quadro desfavorável aos militares, o ministro da Marinha, almirante Mário César Flores, sintetiza o que representam as distorções entre as folhas de pagamento do funcionalismo público. Com uma tabela, ele marca a diferença entre os salários de um agente de portaria na Congresso que, segundo seus dados, ganha o equivalente a US$ 1.300, enquanto um capitão-de-mar-e-guerra recebe US$ 1.200. "Os valores atuais nos deixam numa situação bastante aflitiva", avalia o ministro, que aponta ainda outra disparidade: um motorista do Poder Judiciário ganha quase o mesmo que um oficial da mais alta patente. Segundo os cáculos do Ministério da Marinha, o motorista recebe US$ 1.640 e um almirante de esquadra US$ 1.700.

"Cargos de responsabilidade devem ser bem pagos. Lidamos com a delinqüência, o que é bem diferente de um funcionário que fica entre quatro paredes com ar condicionado", defende-se o presidente da Associação Nacional dos Servidores do Departamento de Polícia Federal (Ansef), Antônio Praxedes de Andrade. Apesar de concordar com a isonomia, o presidente da Ansef ressalta que os policiais federais têm direito a gratificação pela dedicação exclusiva, risco de vida e tempo integral dedicado ao trabalho. "Via de regra a vacina mais eficiente contra a corrupção é o salário digno", argumenta Praxedes, para quem, se houver isonomia, não deve haver "nivelamento por baixo".

Nesta semana, a comissão com membros dos três Poderes instalada em dezembro para estudar a implantação da isonomia no serviço público volta a se reunir para continuar as discussões, ainda iniciais, de como eliminar as discrepâncias apontadas pelos militares. Na reunião, deverá ser apresentada a sistemática das gratificações em cada um dos Poderes, apontada por técnicos do governo como a principal responsável pelas disparidades salariais. "Precisamos ir com calma. Esse assunto é quase como uma negociação internacional, porque cada poder tem sua independência", avalia o secretário de Administração Federal, Carlos Garcia.

[...] em dólares

		Judiciário		Executivo		Militares	
	5.700	Ministro/desemb.	7.200	Segundo escalão	2.500	Almte. esquadra	1.700
	3.400	Defensor público	5.000	Delegado federal	5.000	Cap. mar-e-guerra	1.200
	1.500	Agente admin.	2.600	Agente admin.	1.300	Primeiro-sargento	480
	1.550	Escrivão	2.600	Datilógrafo	800	Cabo	210
		Motorista	1.640	Motorista	350	Soldado especial	160
ia	1.300	Agente portaria	1.000	Agente portaria	350	Soldado	50

920372

Militares reclaman aumento de 1000%.
RECOP. DE PRENSA.
18-4-92.
10046 (B)
11163 (F.M).

MILITARES RECLAMAN AUMENTO DE 1.000%

• Collor procura urgente solución para frenar crisis
• Semana próxima habrá incremento para los estatales

La Mañana

Montevideo, Sábado 18 de Abril de 1992

El Presidente brasileño Collor de Mello ordenó al Ministerio de Economía buscar una solución urgente para desactivar una amenaza de crisis militar generada por los bajos sueldos del sector.

Para ello, y como primer paso, el Gobierno anunció que realizarí la próxima semana un incremento salarial para los funcionarios públicos.

Los militares reinvidican algo más definitivo: la iguldad de sueldos con el Poder Legislativo y el Judicial. Un parlamentario o un juez pueden ganar casi diez veces el sueldo de un general de ejército, el grado mís alto.

La insatisfacción de los militares ganó carácter de alarma esta semana, con una sucesión de manifestaciones en Brasilia, que estimularon el Gobierno y parlamentarios a estudiar una solución urgente al problema.
Un grupo de mujeres de oficiales se concentró el martes cerca de la residencia de los Ministros Militares para efectuar una protesta encabezada por el Diputado Jari Bosonaro, un Capitán Retirado del Ejército.
A todo este clima amenazante habría que agregarle la advertencia formulada por un grupo de altos militares que tomó cuerpo en un documento firmado el miércoles, en donde alertaban que Brasil corría el riesgo de seguir el ejemplo peruano y venezolano, considerando que las Fuerzas Armadas "son uno de los últimos baluartes intactos en la desorganizada sociedad brasileéa".

Este grupo denominado "Gurarapes" demandó al pueblo que confíe en las Fuerzas Armadas, considerando que en el país también hay "corrupción" y "mientras muchos reciben salarios inferiores al mínimo, otros reciben remuneraciones exageradas".

SUPERAUMENTOS

Los mismos Jefes de las Fuerzas Armadas entregraron al Presidente Fernando Collor de Mello y al Ministro de Justicia, Celio Borja, un estudio en que indican las pérdidas salariales sufridas este año. –

Sería necesario un aumento del cien por ciento para recuperar la remuneración de fines del año pasado y de 850 por ciento para rescatar las pérdidas ocurridas en los dos años del gobierno de Collor, según el Estado Mayor de las Fuerzas Armadas.

La misma queja fue manifestada por el Ministro de Marina, Almirante Mario César Flores, en la reunión ministerial del jueves.
Collor reconoció el rezago en los reajustes de los sueldos militares, agradeciendo en dos oportuniades la "comprensión de la familia militar", al soportar "con dignidad" la situación provocada por la crisis económica del país.

Pero las autoridades económicas ya dijeron que es imposible conceder reajustes salariales superiores a los militares, porque sería inconstitucional.

A ellos se debería conceder el mismo aumento, entre 20 y 25 por ciento para este mes, que recibirían los funcionarios civiles. En mayo habría otro incremento similar, que apenas evita la corrosión producida por una inflación mensual que alcanza a cerca del 20 por ciento.
Pero los militares reinvidican la igualdad de sueldos con los poderes legisltativos y judicial..

"MARCHA POR LA DIGNIDAD"

El día 27 las mujeres de oficiales tienen prevista una nueva manifestación, una "marcha por la dignidad de la familia militar", que culminaría ante los edificios sedes de los ministerios del Ejército, de la Marina y de la Aeronáutica.

El problema preocupa también a los parlamentarios. El Diputado César Maria presentó un proyecto de ley, modificando la estructura salarial de los militares, creando una gratificación por participación en operaciones militares.

La propuesta fue calificada d[illegible] "demagógica" por Bolsonaro, [illegible] Diputado-Capitán que tiene el aumento salarial como principal bandera porque una solución depende exclusivamente del Poder Ejecutivo, ya que el Congreso no puede legislar sobre el asunto por iniciativa propia.

Collor ordenó a Marcilio (Ministro de Economía) buscar una solución urgente para el problema: que corrija la desigualdad.

01-03

Aumento de 80% desagrada militares

ZH 24/4

O reajuste de 80% concedido pelo governo federal não foi suficiente para acalmar os militares. Ontem, numa reunião da comissão de representantes dos três poderes, que estuda a isonomia salarial, o vice-almirante Sérgio Tasso Vasques de Aquino, do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), disse que a tropa está inquieta e que pode haver problemas de indisciplina. Ele defendeu maior rapidez na implantação da isonomia como forma de evitar mais descontentamento nos quartéis.

Aquino, que é o subordinado direto do general Antônio Luiz Rocha Veneu, chefe do EMFA, estava tenso enquanto fazia seus comentários baseados numa folha manuscrista que levou para a reunião, na sala do diretor-geral da Câmara, Adhelmar Sabino. Além de Sabino, ouviram calados o diretor-geral do Senado, Manoel Villela, o secretário de Administração Federal, Carlos Garcia, o diretor de administração do Supremo Tribunal Federal (STF), Joacy Soares Oliveira, e o brigadeiro Nebar Guillen Bautore, chefe do setor de Economia e Finanças do EMFA, entre outros servidores de segundo escalão. Um dos participantes da reunião comentou: "os militares estavam meio brabos".

TROCA — Além do relato do almirante, a reunião de duas horas definiu que Legislativo, Executivo e Judiciário vão trocar suas folhas de pagamento, com a relação completa de servidores, incluindo cargos e vencimentos efetivamente pagos. Segundo Garcia, isso vai permitir uma primeira avaliação comparativa entre as remunerações dos funcionários federais. A análise individual de cada um dos participantes da comissão será discutida na próxima reunião, programada para 30 de abril, no Senado.

A definição de uma relação entre o teto e o piso do serviço público é consenso preliminar da comissão. Assim, nos três poderes, deverá haver a mesma proporção entre o maior e o menor salário pagos. Na Câmara, antecipou o diretor-geral, essa diferença é de oito vezes. Sabino, segundo revelou, recebe Cr$ 10 milhões, a maior remuneração da Câmara, abaixo apenas dos deputados.

CARREIRA — Mais difícil do que a troca de folhas de pagamento, será a compatibilização dos planos de carreira dos poderes. As disparidades internas de cada um torna difícil um consenso. Como parâmetro, dificilmente haverá um nivelamento por baixo. Ou seja, os salários mais baixos é que vão ter que alcançar os mais altos e não o contrário.

Outro consenso foi a definição dos salários de titulares de poder — parlamentares, ministros de Estado e ministros do STF —, que não poderão servir de parâmetro para nenhum reajuste de vencimentos dos demais servidores. Eles servem apenas como limite, explicou Sabino. Na análise comparativa entre funções semelhantes de poderes diferentes, será levado em conta, além do salário, as mordomias que cada cargo tem direito. (AJB)



Descontentes: *na reunião dos representantes dos três poderes, os militares pediram urg[illegible]*

Collor vai vetar reaju[illegible]

O presidente Fernando Collor deve vetar, nos próximos dias, o projeto de lei aprovado pelo Congresso que prevê um reajuste de 89% aos juízes, magistrados e ministros do Judiciário. Collor está tentando negociar, junto à cúpula do Judiciário, o veto à proposta em busca da isonomia entre os poderes. Em troca, concede o reajuste parcelado de 80% aos servidores públicos civis e militares. As negociações estão sendo conduzidas pelo ministro da Justiça, Célio Borja.

O projeto que Collor pretende vetar foi remetido ao Congresso pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sydney Sanches. O projeto tem por base o princípio da isonomia para igualar os salários recebidos pelos ministros dos Tribunais Superiores aos dos deputados, que em março foi de Cr$ 12 milhões. A intenção do veto é evitar que os [illegible] Superiores [illegible] vos "[illegible] salários [illegible] lhões.

[illegible] sidente do STF [illegible] bruto de [illegible] 89% [illegible] Sanches [illegible] 17.7[illegible] os [illegible] to à [illegible] do [illegible] Sanches, [illegible] em [illegible] de Cr$ [illegible]

[illegible] que o Judiciário [illegible] salários, Sanches [illegible] uma cópia [illegible] em abril, [illegible] (AJB)

02

Impasse dos 147% será negociado

BRASÍLIA — O governo estará consultando suas lideranças políticas no Congresso, a partir de amanhã, para saber até que ponto será possível uma solução negociada, de financiamento do reajuste dos 147% aos aposentados ainda este ano, sem que isso exija aumento das alíquotas de contribuição dos assalariados à Previdência Social. Na certeza de que o PMDB está vendendo a seus eleitores a falsa idéia de que a derrubada do Decreto 430 — que adia para 93 o pagamento dos 147% aos aposentados — coloca o aumento no bolso dos inativos no dia seguinte, um grupo no governo quer forçar as oposições no Congresso Nacional a aceitarem um reajuste de 80%, a ser pago imediatamente.

O reajuste dos aposentados, retroativo a setembro de 91, foi adotado como bandeira pelo PMDB, que só apoiará a criação da Secretaria de Governo, a ser ocupada pelo ministro indicado Jorge Bornhausen, se o aumento for pago pela Previdência. O ministro do Trabalho e da Previdência, Reinhold Stephanes, garante que para os 80%, relativos ao INPC acumulado entre março e agosto de 91, há caixa suficiente.

Mas, "com ou sem decreto", adverte Stephanes, o pagamento dos 147% não será feito, porque não há dinheiro. O líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), diz que a decisão de não reajustar os benefícios até que o Supremo Tribunal Federal se manifeste está amparada em lei, que continuará em vigor mesmo sem o Decreto 430.

O governo trabalha em duas frentes para resolver o impasse dos aposentados. Na tentativa de evitar um confronto político arriscado, setores ligados ao Planalto admitem recuar, retirando o Decreto 430. De acordo com um ministro de Estado, esta seria a melhor maneira de alterar a posição do PMDB, que quer aprovar decreto legislativo para derrubar a tentativa de adiar o pagamento do reajuste para 1993. Essa estratégia, segundo o ministro, seria a ideal porque, além de desmontar a manobra das oposições antes do embate em plenário, previsto para a próxima quarta-feira, também preserva o governo do risco de uma derrota em seu primeiro confronto em ano eleitoral.

Outro ministro reconhece que, por mais forte que seja o esquema governista no Congresso, será difícil aprovar qualquer medida impopular para os aposentados. Daí a mobilização em favor de outra alternativa, conjugada ao reajuste imediato de 80%.

A única condição imposta pelo governo é que a nova fonte de recursos não seja inflacionária. "O presidente Fernando Collor já deixou claro que não aceitará uma solução que ponha a perder o esforço no combate à inflação, neste momento em que o governo começa a colher os primeiros resultados positivos", diz o ministro.

Luiz Carlos Santos



Stephanes: para reajuste de 80% já, há caixa suficie

03-03

9203728

CAÇA-BOMBARDEIRO AMX VOLTERÁ A VOAR
JB
20/04/92
10046
11168



O AMX foi desenvolvido em cooperação com italianos

AMX voltará a voar

Após queda na Itália, caça fará exibição quarta-feira no Rio

BRASÍLIA — Haverá algo no ar, além dos aviões de carreira, nesta quarta-feira: o caça-bombardeiro AMX, que estava com seus vôos suspensos desde a queda de um aparelho da base aérea italiana de Villafranca, nas proximidades de Verona, em 5 de fevereiro passado. A Aeronáutica, que constrói o AMX em cooperação com a Força Aérea da Itália, anunciou sábado que o caça voltará a voar para comemorar o Dia da Aviação de Caça (22 de abril), durante a cerimônia a ser realizada na base aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, onde já existem 13 aeronaves deste tipo em fase de treinamento.

Na nota oficial em que anuncia a volta do AMX, "através de uma decisão conjunta dos dois países fabricantes", a FAB destaca que a paralisação de 77 dias visou "a garantir a segurança dos operadores e demonstrou a seriedade e o profissionalismo desse programa binacional", acrescentando que o "ritmo acelerado" das pesquisas teve o objetivo de apurar a causa do acidente. A nota oficial, porém, nada revela sobre o resultado do inquérito e o motivo do acidente.

A suspensão dos vôos, acentuada pela FAB, também não foi imediata. A Itália esperou seis dias até anunciar no dia 11 de fevereiro, pelo vice-chefe do estado-maior da Aeronáutica, general Mário Arpino, que os vôos do AMX estavam suspensos temporariamente, por recomendação de técnicos do Ministério da Defesa em Roma. Só então o Brasil adotou a mesma decisão, ainda assim no dia seguinte, 12, à espera das conclusões finais da perícia.

O AMX, um jato subsônico de combate, que carrega 3,5 toneladas de armamentos e voa a 1.000 quilômetros por hora, é um projeto de US$ 1 bilhão que envolve a Embraer, do lado brasileiro, e as empresas Aeromacchi e Aeritalia, do lado italiano. Voando há três anos, o avião da *joint-venture* binacional faz parte de um projeto que, até 1999, equipará as forças aéreas dos dois países com 187 aparelhos para a Itália e 79 para o Brasil. O preço de cada aparelho também é uma polêmica: o Palácio do Planalto diz que é de US$ 17,8 milhões, mas a imprensa italiana insiste no custo unitário de US$ 50 milhões. A tragédia acompanhou o AMX já em seu primeiro vôo de demonstração em Turim, em 1983. O veterano Manlio Quarantelli, 57 anos e 8 mil horas de vôo, morreu ao fazer uma aterrissagem forçada com o protótipo 01.

No acidente de fevereiro passado, o tenente Roberto Viloti, 25 anos, voava a 3 mil metros de altura e a 900 quilômetros horários quando o motor Rolls-Royce Sey 807 apagou, após uma explosão. Planando e desviando o aparelho da pequena aldeia de San Pietro in Valle, entre Verona e Mantova, o AMX do tenente Viloti acabou desabando sobre a casa de Martha Longhi, 56 anos. O piloto, ejetado da cabine de comando a 200 metros do solo, fraturou o tornozelo ao cair de pára-quedas e, mesmo ferido, conseguiu entrar na casa em chamas e retirar a Marta Longhi, que teve queimaduras em 80% do corpo.

AVIAÇÃO

01-01

DPF [illegible] 01-09-92

DPF estuda absorção de ex-agen[illegible]

BRASÍLIA — Os dois mil agentes do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), apelidados de *arapongas*, incorporados improvisadamente ao quadro funcional da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), poderão ser absorvidos pela Polícia Federal, que já dispõe de uma divisão similar — o Serviço de Inteligência — e enfrenta grave escassez de pessoal. A fórmula vem sendo negociada há alguns dias e foi examinada ontem pelo ministro Célio Borja com o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, pela manhã, e com o ministro do Exército, Carlos Tinoco, à tarde, segundo fontes da Secretaria de Administração Federal.

Com a substituição de Pedro Paulo Leoni Ramos por Eliezer Batista à frente da Secretaria de Assuntos Estratégicos, a permanência desses informantes ficou insustentável. Eliezer quer formar um serviço de inteligência com perfil voltado para o planejamento estratégico, o desenvolvimento científico e tecnológico, inteiramente diferente e desvinculado da formação dos atuais *arapongas*. "Ele quer ter mais informações sobre infra-estrutura para o desenvolvimento, e menos fofocas sobre a vida pessoal ou as preferências políticas das pessoas", resumiu um servidor da SAE, que prefere não ser identificado.

A transferência dos funcionários da SAE para a Polícia Federal, segundo as fontes consultadas, é juridicamente fácil e pode ser feita por simples decreto presidencial, caso decorra de mera reformulação interna. Só na hipótese de uma reestruturação global, que implique alteração da esfera de poderes e atribuições das duas áreas, é que o governo terá de enviar projeto de lei ao Congresso. Submetidos a freqüentes remanejamentos após o desmonte dos aparelhos repressores do regime militar, os rejeitados *arapongas* se sairiam bem com a mudança: deixarão uma situação funcional que lhes permite um teto salarial de Cr$ 1,3 milhão na SAE para outra cujo teto pode chegar a Cr$ 12 milhões, na Polícia Federal.

[illegible]ateamento — Sem concurso in[illegible] há quase oito anos, desde que [illegible]a assumiu a direção, a Polícia Federal tem hoje cerca de 5.600 funcionários, dos quais apenas 3.900 exercendo funções policiais. Em 1985, o quadro era de 7.800 pessoas e o projeto de modernização da força previa 17 mil até o início desta década. Segundo o coordenador de Comunicação Social do DPF, João Martins, o desfalque é grande em todas as áreas. A Polícia Federal tem como funções constitucionais fazer policiamento fazendário, marítimo, aéreo e de fronteira em todo o país, além de cuidar da ordem política e social e da prevenção e repressão a entorpecentes, incluindo o narcotráfico.

Embora tenham atuado essencialmente na repressão política, os *arapongas* têm formação policial e metodologia de trabalho semelhantes à dos agentes do Serviço de Inteligência da Polícia Federal, segundo admitiu Martins, o que torna seu aproveitamento sem traumas de adaptação. Os ex-agentes do SNI estão espalhados por todos os estados, mas dois terços deles são concentrados em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Entre eles se incluem os funcionários das extintas assessorias de segurança e informação, as temíveis ASI, que funcionavam em todos os ministérios e empresas estatais. 01-01



[illegible]sou com Célio Borja por uma hora sobre o aproveitamento dos arapongas

Um serviço especial para 'arapongas'

Parte do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) continua funcionando com outro nome, mas com endereço certo: o quinto andar do edifício-sede da Polícia Federal. Composto por agentes especializados, sob a coordenação do delegado e ex-diretor do Dops Amauri Galdino, o antigo Serviço de Informações, que era ligado diretamente à comunidade de informações do governo, passou a chamar-se Serviço de Inteligência. É por esse serviço que o governo é informado do que está ocorrendo em todo o país, seja na área política ou econômica e até mesmo na área policial, como o tráfico de drogas.

Todas as informações ficam centralizadas com o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, que as repassa, dependendo da importância e urgência, ao ministro da Justiça e ao Gabinete Militar da Presidência da República. O assessor de Comunicação Social do DPF, João Martins, confirmou ontem a existência do setor, que presta serviço também à Presidência da República.

Os agentes da Polícia Federal envolvidos nesse trabalho estão distribuídos por todo o país, segundo Martins. "Eles procuram acompanhar todos os problemas psicossociais na área da Polícia Federal", afirmou o assessor. Ele sustenta que o Serviço de Inteligência assessora o presidente Collor. E exemplificou: "O Presidente da República precisa fazer uma aliança partidária, saber quem são os integrantes do partido, com quem deve falar, quem procura, e qual a tendência do partido." Outro exemplo, desta vez na área sindical: "Tem um fulano que diz que é líder. Será que é mesmo? O sindicato quer acordo. Que sindicato é este?"

O Serviço de Inteligência, segundo o assessor, dedica-se à busca de informações em todas as áreas de interesse do governo, como política, economia e questões sociais. Na área coberta enquadram-se ainda assuntos como corrupção, tráfico de drogas, sem terras, e até [illegible] menores ou notícias [illegible].

Para funcionar, além dos [illegible] dos no edifício-sede da Polícia [illegible] Serviço de Inteligência conta com [illegible] listas nas 24 Superintendências [illegible] 13 divisões e 42 delegacias [illegible] todo o país. "Esses agentes [illegible] mações sobre o que está [illegible] área. Quando não se tem [illegible] difícil tomar decisões", explicou [illegible] tins.

Ao Serviço de Inteligência, localizado no quinto andar do edifício-sede da Polícia Federal, somente têm acesso os agentes que ali trabalham ou pessoas que tiverem permissão especial de ingresso. "As informações recebidas dos estados, dependendo do tipo e importância, no caso de serem sigilosas, são passadas por [illegible]. "Com o Serviço, o Secretário Nacional de [illegible], delegado Romeu Tuma, é a pessoa mais bem informada do governo", explicou um delegado federal. 9203730

01-01

para militares
Collor discursa emocionad[o]

BRASÍLIA — Num emocionado discurso, o presidente Fernando Collor aproveitou ontem a cerimônia de promoção de quarenta oficiais-generais, no salão principal do Palácio do Planalto, na presença dos ministros militares, para elogiar a serenidade e lealdade dos seus comandantes diante do quadro de baixos salários e cortes nos orçamentos.

"Neste momento em que a estabilização da economia requer fortes restrições orçamentárias, a nação e o governo reconhecem a nobreza com que nossas Forças Armadas têm sabido enfrentar tais limitações", afirmou Collor. "Quero aproveitar para dar o meu testemunho do rigoroso sentido de cumprimento do dever que tenho tido o orgulho de comprovar a cada dia no conjunto das Forças Armadas", afirmou Collor.

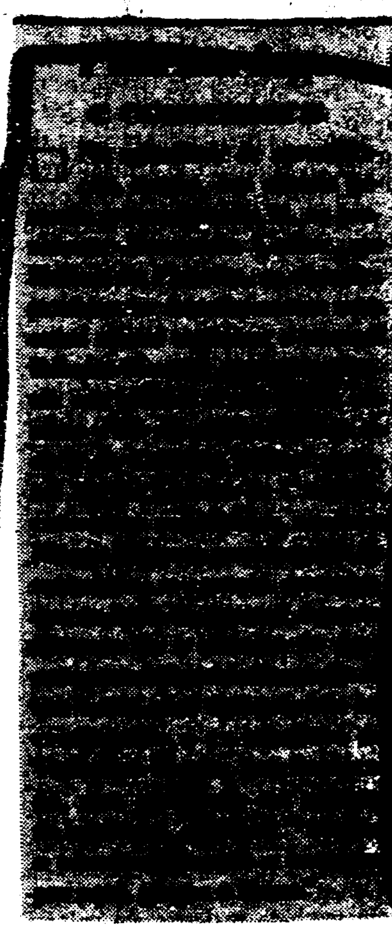
Depois da cerimônia, o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Antônio da Rocha Veneu, que negocia os salários dos militares diretamente com o presidente, garantiu que o presidente vai tomar providências.

O general Veneu entregou segunda-feira ao presidente um relatório apontando uma defasagem de 850% nos salários dos militares desde o início do governo. Ao enumerar elogios aos militares, o presidente acabou surpreendendo alguns oficiais presentes, como alguns reconheceram depois, que esperavam um discurso burocrático, como tradicionalmente acontece nessas solenidades. "Abnegação, disciplina, competência, lealdade, determinação e patriotismo são qualidades do bom soldado, qualidades tradicionais do militar brasileiro", enalteceu.

Collor aproveitou seu discurso para agradecer especialmente a "compreensão da família militar", das esposas, filhos e parentes de militares, para com "as restrições que estamos enfrentando". Um oficial presente entendeu no discurso um recado sutil ao deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ) e outros militares da reserva que têm anunciado a realização, no próximo dia 27 de abril, de uma passeata de famílias de militares pela Esplanada dos Ministérios, contra os baixos soldos.

Collor se emocionou quando leu um trecho do discurso em que prometeu dias melhores para o país. "Acabaram-se os dias em que alguns, indevidamente, chegaram até mesmo a deixar de acreditar no país", disse. "O brasileiro deve orgulhar-se de ser cidadão", pediu o presidente. "A liberdade é o valor maior, a conquista suprema sobre a qual todos os brasileiros haverão de erguer o país com que todos sonhamos." Neste momento, Collor fez uma pausa no discurso e chegou a se perder na leitura. Quando continuou a ler o texto, sua voz estava embargada e tinha lágrima nos olhos. Toda a cena foi acompanhada pelos ministros militares presentes.

☐ Um dos vinte oficiais-generais do Exército promovidos [illegible] pelo presidente Fernando Collor, [illegible] cerimônia no Palácio do Planalto, chama-se José Luís Lopes da Silva. [illegible] Vem a ser [illegible] que o oficial-comandante da [illegible] que reprimiu uma manifestação [illegible] operários na Companhia Siderúrgica Nacional, em 1988. Um [illegible] mento lembra o episódio em Volta Redonda. Três manifestantes [illegible] ao tentarem invadir a usina siderúrgica sob ocupação militar. José Luís passou de general-de-brigada a general-de-divisão.



Exército tinha agente dentro d[o] PC do [B]

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — O Centro de Informações do Exército (CIE), coordenador das operações que culminaram com a morte de 92 militantes do PC do B na guerrilha do Araguaia mantinha um agente infiltrado na cúpula do partido. Este agente repassou aos militares todas as informações que resultaram na morte de três dirigentes do Comitê Central a 16 de dezembro de 1976, no episódio que ficou conhecido como *massacre da Lapa*. Manuel Jover Teles, um dos *históricos* do PCB, com passagem pelo extinto Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e que se incorporou ao PC do B em 1967 era, na realidade, um espião do Exército e informou ao CIE o local da reunião da cúpula do PC do B.

A informação foi confirmada pelo ex-deputado federal e ex-capitão do CIE Sebastião Curió. À época da chacina, Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, participou da organização da emboscada em que foram mortos a tiros Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar e Ângelo Arroyo. João Batista Franco Drumond também morreu na ação mas, segundo dirigentes do PC do B, sob tortura nos porões do DOI-Codi de São Paulo. Da operação participou também o então tenente-coronel Brilhante Ustra. Há farta documentação sobre o episódio nos arquivos do CIE e em poder de oficiais que participaram da ação. Jover Teles informou aos órgãos de repressão dia, hora e local da reunião da cúpula do PC do B, que se encontrava para fazer uma avaliação crítica sobre a participação na guerrilha do Araguaia. O partido avaliava a possibilidade de estender a guerrilha rural — aniquilada no Araguaia — para Pindaré, no Maranhão, e também para o Xingu e o interior do Mato Grosso.

Documentos — Na ação contra os comunistas do PC do B, os militares capturaram todos os documentos referentes à guerrilha do Araguaia, inclusive a autocrítica escrita de próprio punho por Ângelo Arroyo. O Comitê Central do PC do B marcara uma reunião na rua Pio XI, nº 767, São Paulo. Além de Ângelo Arroyo, Pedro Pomar e João Drumond, participaram da reunião o ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) Aldo Arantes, 37 anos na época e mais tarde eleito deputado federal por Goiás; Haroldo Lima, 36 anos, hoje deputado federal pela Bahia, Jover Telles, e mais Elza Monerat, 63 anos; Wladimir Pomar, 39 anos, Joaquim Celso Lima, 51 anos, e Maria Trindade. Esses dois não pertenciam ao Comitê Central: Joaquim era motorista do partido e Maria morava na casa onde ocorreu o massacre. Jover Teles desapareceu no dia 16 de dezembro e deixou o *aparelho* pouco antes do ataque da polícia.

A hipótese de que Jover Teles tivesse escapado ao cerco do Exército sempre foi considerada inverossímil pelo PC do B e, desde o início, rejeitada pelos dirigentes que sobreviveram à chacina. Ele não conseguiria fugir das forças militares se não houvesse um consentimento prévio do general Dilermando Gomes Monteiro, então comandante do II Exército, com sede em São Paulo. A cúpula do PC do B, à frente o presidente do partido, João Amazonas, por muitos anos manteve um inexplicável silêncio. O nome de Jover Teles, curiosamente, não consta dos informes da polícia e nem mesmo da lista de desaparecidos durante a ditadura, nem do livro *Brasil, Nunca Mais*, organizado pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.



A casa na rua Pio XI na Lapa, em São Paulo, onde foram mortos os dirigentes do PC[...]

01-02

Curió — "Ele (Jover Teles) mora no Sul e não recebe qualquer auxílio financeiro do Exército", afirma Sebastião Curió. "Temos muitos companheiros doentes, um com câncer, que também não recebem ajuda", lamenta. Na operação para exterminar a cúpula do PC do B, o CIE mobilizou cerca de 40 agentes. A operação foi montada inteiramente em Brasília pelo CIE, mas, oficialmente, foi coordenada pelo II Exército, com a colaboração de outros órgãos de segurança. Durante a operação, uma parte do bairro da Lapa foi interditada. "A operação foi desencadeada em decorrência de contínuas observações sobre as atividades em uma casa daquela rua (Pio XI), onde várias reuniões se processavam, às quais compareciam elementos anotados por informações oriundas de fontes bastante diversificadas e que os apontavam como membros da cúpula daquelas organizações subversivas", relatava o general Dilermando Gomes Monteiro em nota divulgada no mesmo dia do *massacre da Lapa*.

Terminada a reunião, os membros do partido começaram a sair. Os primeiros foram Wladimir Pomar e João Batista Drumond, por volta das 20 h. Em seguida, às 22 h, deixaram a casa da Pio XI Aldo Arantes e Haroldo Lima. Jover Teles saiu somente pela manhã, com José Novaes e Elza Monerat. Pedro Pomar e Ângelo Arroyo permaneceram na casa juntamente com Maria Trindade, a caseira.

Fuga — Joaquim Celso Lima, encarregado do transporte dos militantes, recebeu a tarefa de levar Elza Monerat, José Novaes e Jover Teles. Minutos depois de deixar a casa na rua Pio XI, Lima percebeu que estava sendo seguido por um Volkswagen. Imprimiu velocidade ao Ford Corcel que dirigia, tentando despistar os que o seguiam. Parou o carro numa esquina e Jover Teles e José Novaes desceram e saíram correndo. Elza Monerat preferiu continuar. Dez minutos depois o carro de Joaquim foi abalroado e cercado e o casal preso por agentes do CIE.

Wladimir Pomar foi preso na esquina da avenida Santo Amaro com a antiga avenida Central (atual Padre Antonio José dos Santos). Haroldo Lima foi preso ao dirigir-se ao metrô. João Batista Drumond estava próximo da avenida Brigadeiro Luiz Antonio com rua Groelândia, onde, segundo o Exército, foi atropelado. O assalto à casa onde estavam Ângelo Arroyo, Pedro Pomar e Maria Trindade começou por uma construção ao lado. Os agentes, que dominaram os pedreiros da obra, acreditavam que algum militante do PC do B pudesse fugir por ali.

Às 6,35 h, quando o cerco foi fechado, centenas de tiros foram disparados contra o *aparelho* do PC do B. Pedro Pomar foi atingido na cabeça e em duas outras partes do corpo com balas de grosso calibre. Ângelo Arroyo foi atingido nas costas quando estava saindo do banheiro em direção à cozinha. Maria Trindade fazia o café da manhã. Pedro Pomar ainda tentou queimar os documentos secretos do partido, inclusive a autocrítica sobre a atuação da guerrilha do Araguaia. Maria Trindade foi presa e retirada rapidamente do meio da fuzilaria pelos agentes.

Horas depois, o comando do II Exército divulga a nota: "No momento, procede-se a identificação dos mortos e a triagem dos detidos para verificação de suas verdadeiras identidades e reais ligações com os proscritos PCB e PC do B", dizia o general Dilermando Monteiro, agradecendo "o apoio recebido da população e da imprensa durante a fase preparatória, bem como a compreensão e a colaboração por ocasião da operação realizada". O *massacre da Lapa* chegara ao fim.

02-02

9203732

12/04/92

Militar até 94

Linha dura preside Clube

Luiz Eduardo Rezende

Mais de 15 mil sócios em condições de votar escolherão, dia 27 de maio, entre dois generais da linha dura do Exército, quem será o presidente do Clube Militar nos próximos dois anos. O atual presidente e candidato à reeleição é o general de Infantaria Nilton de Albuquerque Cerqueira, de 62 anos, comandante da *Operação Pajuçara*, que resultou na morte do ex-capitão Carlos Lamarca, no sertão da Bahia, em 1971. Seu adversário é o general de Artilharia César Montagna de Souza, de 78 anos, o homem que tomou a tapa o QG de Artilharia de Costa, ao lado do Forte de Copacabana, na noite de 31 de março de 64.

O general César Montagna, remanescente da *Cruzada Democrática*, movimento de militares udenistas que atuava no clube na década de 50, participou ativamente da conspiração que derrubou o presidente João Goulart em 1964. Mais moço, o general Nilton Cerqueira surgiu como um dos líderes do esquema de repressão política, após a edição do Ato Institucional Número 5, em 13 de dezembro de 1968.

Os momentos de destaque dos dois generais durante os 20 anos de regime militar no Brasil definem a diferença entre os candidatos. O general César Montagna, [illegible] quer o Clube Militar atuando [illegible] sintonia com os ministros militares. O general Cerqueira, mais afoito, pretende [illegible] na sociedade, embora sem participação direta em questões políticas.

O general Cerqueira, [illegible], mudou os estatutos do clube e [illegible] correspondência, o que irritou seu [illegible], general César Montagna. O clube tem 22 mil sócios cadastrados, mas só aproximadamente 15 mil estão em condições de votar.

Desde o Império, 105 anos de participação

Fundado no dia 26 de junho de 1887, o Clube Militar, que teve como primeiro presidente o marechal Deodoro da Fonseca, foi nos últimos anos do Império um centro de debates entre oficiais monarquistas e republicanos. Das reuniões do clube participavam jovens idealistas, como Euclides da Cunha, e professores conceituados, como Benjamim Constant.

O movimento republicano em ascensão transformou o recém-criado Clube Militar num reduto de conspiração contra a monarquia e num pólo de irradiação das idéias de libertação dos escravos. Os sócios do clube se insurgiram contra a decisão imperial de recorrer às Forças Armadas para reprimir a já incontrolável fuga dos escravos e, sem apoio militar, só restou à princesa Isabel assinar a Lei Áurea.

O Clube Militar nasceu e cresceu participando diretamente da política nacional. Em 1922, quando começaram os movimentos de rebeldia contra a República Velha, exaltadas reuniões do clube serviram de pretexto para os militares tentarem impedir a posse do presidente eleito, Artur Bernardes, acusado de escrever cartas ofensivas às Forças Armadas. Bernardes [illegible] depois de provar que as cartas eram falsas. O Clube Militar foi também um dos principais pilares da Revolução de 30 e, depois, no início do getulismo, propagador dos ideais dos *tenentes*.

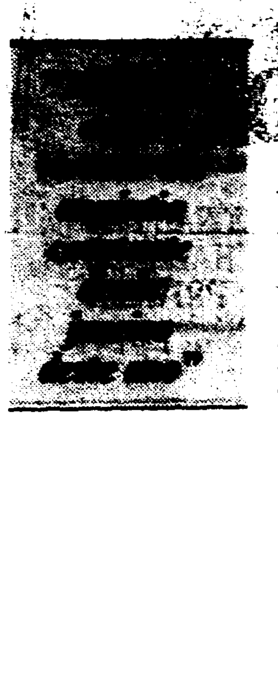
Cerqueira não acha que houve uma ditadura

O general Nilton de Albuquerque Cerqueira, atual presidente do Clube Militar e candidato à reeleição, defende uma aliança do clube com os partidos políticos para discutir os grandes problemas nacionais e até apresentar candidatos militares a cargos eletivos, na busca de soluções para a crise brasileira.

O presidente do Clube Militar adverte que o Brasil não está livre de uma confrontação entre militares "revoltados com a situação de penúria em que se encontram" e tropas leais ao governo Collor: "Esse confronto pode acontecer e só espero que as autoridades não forneçam justificativas para que o estado de necessidade leve militares a ações de legítima defesa. É preciso que quem detém autoridade para resolver esse grave problema aja antes que o mal aconteça."

Aspirante a oficial da turma de 1954, o general Cerqueira, aos 62 anos, conserva a mesma aversão aos comunistas que o levou, ainda maior, a comunidade de informações e a chefiar a *Operação Pajuçara*, que resultou na morte do ex-capitão Carlos Lamarca, na localidade de Pintada, interior da Bahia, em 1971. Para Cerqueira, a morte de Lamarca serviu para que "os terroristas brasileiros entendessem que não tinham apoio popular nem condições de derrubar o governo pelas armas".

A *Operação Pajuçara* até hoje não foi bem explicada. O general Cerqueira sustenta a versão de que encontrou Lamarca caído ao pé de uma árvore, aproximou-se, apontou a arma e disse: "Você é um traidor da pátria, da família e do Exército." Não recebeu resposta, Lamarca já estaria morto. A história contada por entidades ligadas à defesa dos direitos humanos só é diferente no final. Cerqueira teria apertado o gatilho e acertado a cabeça de Lamarca após chamá-lo de traidor.



O candidato Nilton de Albuquerque Cerqueira, general de Infantaria, lembra que o Clube Militar participou de todos os momentos políticos importantes da história republicana, [illegible] de interesses econômicos do país [illegible] do ele, "só durante o período da Revolução de 31 de março o clube [illegible] momentos tranqüilos, porque [illegible] presidentes da República expressavam o pensamento e a política pregada [illegible] militares".

Depois do governo Figueiredo, o Brasil voltou à normalidade [illegible], diz o general Cerqueira, [illegible] que por aqui jamais existiu [illegible] militar, na medida em que [illegible] presidentes eram eleitos por um [illegible] livre [illegible] políticos [illegible] ou que liderassem ações [illegible] tra [illegible]: "Agora [illegible]

[illegible]

do país". Ele se orgulha [illegible] te com os diretores do Clube [illegible] do Clube da Aeronáutica, [illegible] uma comissão [illegible] contatos com as lideranças [illegible] dos políticos, visando [illegible] ciedade informações [illegible] representantes das Forças Armadas.

O clube, diz o general [illegible] Cerqueira, deve voltar a ser o [illegible] do pensamento militar e, [illegible] volvimento direto nas atividades político-partidárias, apresentar aos [illegible] dos legalmente organizados candidatos de origem militar a cargos eletivos. Isso sem deixar de lado as reivindicações e a defesa dos direitos dos militares.

Segundo o general, a situação do militar hoje é de [illegible] vem se agravando no governo [illegible] mos [illegible] postos federais sofreu reajuste de aproximadamente 100%, enquanto os vencimentos dos servidores militares e civis não tiveram qualquer reposição, nem o governo deixou transparecer ao menos a intenção de fazer justiça."

01-03

Ala [illegible]
tares pro[illegible] 1950, o general de tendência nacionalista Estilac Leal, líder da *ala esquerdizante* do Exército, esmagou nas urnas o *direitista* Oswaldo Cordeiro de Farias. Na chapa de Estilac estava o [illegible] do intelectual marxista das Forças Armadas, o major Nélson Werneck Sodré. E na de Cordeiro de Farias o mais famoso representante da Escola Superior de Guerra, o tenente-coronel Jurandyr Bizarria Mamede.

Eleito presidente do Clube Militar, o general Estilac Leal foi convidado pelo novo presidente da República, Getúlio Vargas, para assumir o Ministério da Guerra. Mas o prestígio dos nacionalistas de tendência esquerdizante durou pouco. Em março de 52, Getúlio demitiu Estilac do ministério e assinou o controvertido acordo militar do Brasil com os Estados Unidos [illegible]

Os nacionalis[illegible] em 1952, os tenentes-coronéis Sizeno Sarmento e João Bina Machado, o major Edson Figueiredo e o capitão Mário Davi Andreazza, udenistas convictos, fundaram a *Cruzada Democrática*. No auge da Guerra Fria, a chapa de esquerda liderada por Estilac Leal enfrentou no Clube Militar a onda anticomunista e foi derrotada pela *Cruzada*, que elegeu o general Alcides Etchegoyen presidente e o general Nélson de Mello como vice.

Mesmo com a derrota dos nacionalistas, o Clube Militar teve participação destacada na campanha *o petróleo é nosso*, que terminou vitoriosa em 1953, com a criação [illegible]. Mas a *Cruzada* reagiu e, no último [illegible] Vargas, um manifesto redigido no clube pelo general Amaury Kruel forçou a demissão do ministro do Trabalho, João Goulart.

Fogo cerrado — Poucos anos depois, João Goulart assumiu a presidência da República, sob fogo cerrado do Clube Militar, que, inspirado na ideologia da *Cruzada Democrática*, trabalhou para a vitória do movimento de 1964. Com os militares no poder, a ativi[illegible]

Em 1984, o [illegible] Serpa, remanesc[illegible] do no final d[illegible] querque Lima, [illegible] be Militar com [illegible] ao debate dos grandes temas nacionais. [illegible] perdeu a eleição para o general [illegible] de Aquino, o candidato [illegible] pelo ministro do Exército, Walter Pires, [illegible] militares profissionalizados e longe da política.

Foi a última tentativa, a prova de que estava definitivamente encerrado no Clube [illegible] po das lutas ideológicas [illegible] entre os udenistas da *Cruzada* [illegible] oficiais *esquerdizantes*, [illegible] clube, outrora fórum de [illegible] que de contestação [illegible] para avaliação das [illegible] ças Armadas, hoje está [illegible] esportivas na sede da [illegible] decidirão em maio se [illegible] cações salariais à boa vo[illegible] Exército ou se preferem [illegible] melhantes às de um sindicato verde-oliva.

02 9203733



Montagna: "Qualquer reivindicação deve ser levada ao governo pelos ministros militares ou pelo ministro-chefe do EMFA"

Montagna não admite anistia aos expulsos

Quem vê cara não vê coração, diz o velho ditado. Baixinho, cabelos e bigodes brancos, o general da reserva César Montagna de Souza, 78 anos, candidato da chapa de oposição à presidência do Clube Militar, não tem nada de Papai Noel. É um oficial da linha dura do Exército, ex-integrante da *Cruzada Democrática*, a facção udenista das Forças Armadas, e se orgulha até hoje de ter tomado a tapa o Quartel-General da Artilharia de Costa, ao lado do Forte de Copacabana, na noite de 31 de março de 1964.

O general César Montagna representa um grupo de associados que não se conforma com o fato de o atual presidente do Clube Militar, general Nilton Cerqueira, [illegible], sem ouvir o Conselho Deliberativo, vários oficiais expulsos em 1964 porque tiveram os direitos políticos cassados. Segundo o general Montagna, o Conselho, única instância com autoridade para conceder anistia, já tinha negado duas vezes o pedido de reintegração dos cassados.

O candidato de oposição à presidência do Clube Militar critica também a iniciativa do general Nilton Cerqueira de impetrar na Justiça mandado de segurança reivindicando isonomia salarial dos militares com os servidores civis da União: "O Clube Militar sempre agiu dentro da hierarquia. Qualquer reivindicação deve ser levada ao governo pelos ministros militares ou pelo chefe do Estado Maior das Forças Armadas", diz o general César Montagna.

Mas a gota d'água para o lançamento 1de uma candidatura oposicionista à presidência do Clube Militar, segundo o general Montagna, foi a mudança do estatuto do clube, em assembléia pouco representativa, com a presença de apenas 0,3% dos sócios, para instituir o voto por correspondência. O general César Montagna não se conforma com a maneira como o atual presidente conduziu o processo: "A assembléia não foi anunciada nem na revista nem no boletim interno do clube. Eu fui lá, argumentei, mostrei que o quórum era mínimo e pedi o adiamento. Não me atenderam e reviveram o voto por correspondência, que estava extinto há mais de 20 anos."

"Devemos ficar de fora do problema político. Os [illegible], devemos discutir"

O general César Montagna não aceita a classificação de linha dura: "Hoje em dia não existe mais isso. Eu tenho a mesma linha de sempre. Cumpria com os meus deveres e fazia com que os outros cumprissem os seus." Ele faz questão de afirmar que todos os integrantes de sua chapa viveram intensamente o movimento de 64 e que quando era presidente do clube mandava rezar missa em ação de graças e promovia palestras todo 31 de março.

Essa prática ele pretende reviver. Mas garante que não levará o clube a participar da política: "Do problema político nós devemos ficar de fora. Os problemas nacionais devemos sempre discutir. E quando houver necessidade, faremos pronunciamentos sobre qualquer fato ou declaração que vise denegrir os militares." O general se recusa a dizer quem no momento está [illegible] menosprezar as Forças Armadas. [illegible] mou apenas que "no momento [illegible] acontecerá uma declaração".

Segundo o general Montagna, os ministros têm procurado responder aos ataques feitos aos militares, mas [illegible] respostas são pouco [illegible] meios de comunicação.

A chapa de oposição no Clube [illegible] encabeçada pelo general César [illegible] de Souza, foi [illegible] pelos [illegible] Antônio Carlos da Silva [illegible] tião José Ramos de Castro e [illegible] luga, todos com participação [illegible] vida política nacional no período [illegible]. Mas nenhum deles terá cargo [illegible]. Para primeiro vice-presidente foi [illegible] do o general Ênio Pinheiro, [illegible] pela reorganização do Círculo Militar de Brasília. O segundo vice-presidente é o general José Antônio Barbosa de Moraes, atual conselheiro do clube. E o terceiro vice-[illegible] Fernando Luiz Vieira Ferreira, ex-integrante da *Cruzada Democrática*, junto com o coronel [illegible] Barroso de Albuquerque Lima, o quarto vice-presidente.

0303

12037733

Militares organizam protesto
RP
29/04/92
10046
11163 (FM)

Militares organizam protesto

As mulheres e filhos de militares que prestam serviço em Brasília estão organizando uma passeata pela Esplanada dos Ministérios, seguida de concentração em frente ao edifício do Estado Maior das Forças Armadas. Será no dia 27 de abril, às 14h. Ontem, começou a circular nos quartéis da Capital um documento que faz propaganda da passeata, com uma série de perguntas sobre a situação financeira dos militares.

Intitulado *Marcha pela dignidade da família militar*, o documento foi tornado público pelo deputado e capitão da reserva do Exército Jair Bolsonaro (PDC-RJ), que o leu no plenário da Câmara. Bolsonaro espera a sensibilidade dos ministros militares e do presidente Fernando Collor antes do dia 27 porque, para ele, a passeata poderá ser o começo de uma crise nos quartéis.

Além das perguntas sobre a situação financeira dos militares, o documento lembra os artigos 61 e 63 da Constituição, segundo os quais é da iniciativa exclusiva do Poder Executivo o projeto que dá igualdade de direito entre os civis e os militares. O texto conclama a todos para reagir com indignação ao tratamento dado por Collor aos militares.

As principais queixas citadas referem-se à proibição de venda dos imóveis funcionais para militares, ao projeto que integra o militar à Previdência Social dos civis, à demarcação das terras ianomami, ao reajuste em três parcelas nos três primeiros meses do ano, à falta de revisão do estatuto dos militares, à negativa de auxílio-fardamento aos militares temporários e à ausência, no Congresso, da lei de promoção de praças, ainda não enviada. (AE)

ZH 7/4

Ministros militares de Brasil buscan culpables

BRASILIA. (ANSA, EFE).- Los Ministros militares de Brasil, molestos por las proclamas de unos manifestantes que el lunes pedían mejores sueldos para los miembros de las Fuerzas Armadas, prevén demandar a sus promotores.

Según la fuente, el Ministro del Ejército, Carlos Tinoco, iba a entablar una acción judicial contra el parlamentario de la Cámara de Diputados y ex Capitán Jair Bolsonaro, quien reunió el lunes a casi 600 personas, entre mujeres e hijos de oficiales militares, en una caminata por la dignidad de la familia militar.

La protesta, que se realizó el lunes por la tarde y que exigía mejores sueldos para los miembros de las Fuerzas Armadas, fue calificada de fracaso por el jefe de la Policía militar en Brasilia, quien dispuso de igual cantidad de soldados para contener cualquier disturbio causado por los 600 manifestantes.

Durante la manifestación por la Explanada de los Ministerios, donde están ubicadas las sedes de todos los órganos federales de Brasil, Bolsonaro insultó al Ministro del Ejército y gritó críticas contra los Ministros de Aeronáutica, Sócrates Monteiro, y de Marina, Mario Flores, así como contra el Comandante del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas, Antonio Veneu.

Con el fin de calmar los ánimos de algunos sectores militares, que amenazan con agitación en los cuarteles en protesta por sus bajos sueldos, el Gobierno del Presidente Fernando Collor aprobó la semana pasada un aumento del 80 por ciento de los salarios del sector oficial.

La medida fue rápidamente aprobada en votaciones unánimes por la Cámara de Diputados y el Senado, en donde supuestamente existía temor de que el descontento militar provocara golpes como los que se han registrado en Venezuela y Perú. ■

29/4 LN.

→ OSCURO - POCO LEGIBLE

Bolsonaro pede habeas e confirma passeata de protesto

O ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal (STF), deverá apreciar, neste fim de semana, o pedido de *habeas-corpus* preventivo impetrado pelo deputado federal Jair Bolsonaro, contra o Comando Militar do Planalto, que procura impedi-lo de promover manifestações em quadras residenciais de Brasília ocupadas por famílias de militares.

O pedido do deputado Bolsonaro ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi remetido ao Supremo Tribunal Federal (STF), pois o ministro Édson Vidigal considerou o STJ "incompetente", tendo em vista que o militar da reserva é deputado federal, em pleno gozo do mandato parlamentar.

Bolsonaro informou, ontem, que, independentemente do despacho do ministro Ilmar Galvão, estará às 14 horas desta segunda-feira no estacionamento da Catedral de Brasília, para iniciar a marcha em direção aos ministérios militares, à frente das mulheres de seus companheiros de farda, insatisfeitas com o soldo de seus maridos.

O pedido de *habeas-corpus* preventivo do deputado Jair Bolsonaro chegou ao protocolo do STF no fim da tarde de quinta-feira, tendo sido distribuído ontem ao ministro Ilmar Galvão, que se encontra em Belo Horizonte, participando de um congresso de Direito Constitucional.

REPRESSÃO — O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) solicitou à Polícia Militar do Distrito Federal que tome as providências que achar necessárias para evitar que a passeata programada para segunda-feira à tarde seja realizada em áreas militares. O Centro de Comunicação Social do Exército adiantou que a passeata será reprimida, se realizada em áreas militares, mesmo que sejam estacionamentos de quadras residenciais administradas pelas Forças Armadas. Segundo os organizadores do movimento, que reivindica melhores salários e isonomia salarial entre o Executivo, Legislativo e Judiciário, os participantes deverão sair do estacionamento do prédio onde funciona o Estado-Maior das Forças Armadas.

PROTESTO — Cerca de 80 mulheres de policiais militares fizeram, ontem, uma manifestação de protesto contra os baixos soldos de seus maridos na cidade de Taguatinga, perto de Brasília. A maioria dos policiais militares do Distrito Federal recebe Cr$ 400 mil no último contra-cheque. Alguns policiais [illegible] presentes ontem à manifestação [illegible] reclamar da apatia do comando [illegible] corporação militar em relação [illegible] baixos soldos. Os policiais [illegible] que vão aderir ao protesto [illegible] do pelas mulheres de oficiais das Forças Armadas para esta segunda-feira, dia 27, em frente aos ministérios militares.

O deputado federal Jair Bolsonaro (PDC-RJ) também participou da reunião na praça central de Taguatinga. O parlamentar fez uma severa crítica ao ministro do Exército, general Carlos Tinoco, chamando-o de "omisso".

"O ministro Tinoco já provou que não quer ajudar os militares, reivindicando junto ao presidente Fernando Collor um aumento real para a tropa. Está mais do que na hora de Tinoco botar seu pijama cor-de-rosa e ir [illegible]

01-03

Luiz Morier

BRASÍLIA — Os xingamentos do deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ), que voltou a desancar os ministros militares na segunda-feira, em passeata pela Esplanada dos Ministérios, não vão receber resposta. Os ministros Carlos Tinoco, do Exército, Mário César Flores, da Marinha, Sócrates Monteiro, da Aeronáutica, e Antônio da Rocha Veneu, do Estado-Maior das Forças Armadas, concluíram que o protesto foi inócuo. "O fracasso da passeata esvaziou a voz do deputado e ele vai pensar duas vezes antes de falar bobagem", disse um oficial.

O raciocínio dos ministros militares obedece a duas lógicas. Primeiro: qualquer resposta ao que consideram uma provocação de Bolsonaro poderia alimentar o assunto. Eles acreditam que o deputado quer se promover às custas dos ministros militares. Segundo: somente ao Congresso cabe julgar a conduta do deputado.

O ministro Carlos Tinoco passou o dia de ontem em despachos administrativos e embarca hoje em visita a quartéis do Rio e São Paulo. Os centros de Comunicação Social do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Emfa informaram que não divulgariam nota sobre a passeata.

O Supremo Tribunal Federal (STF) pediu que o Comando Militar do Planalto informe por que o deputado Jair Bolsonaro foi proibido de promover manifestações em quadras residenciais de Brasília ocupadas por famílias de militares. Só depois de receber as informações, o ministro Ilmar Galvão dará parecer sobre o habeas corpus preventivo impetrado por Bolsonaro.

Cerqueira apóia movimento

O presidente do Clube Militar, general Nilton de Albuquerque Cerqueira, disse que as manifestações a favor da melhoria dos salários dos militares são aceitáveis, desde que dentro da lei. Mas garantiu que o Clube Militar não teve envolvimento na passeata promovida segunda-feira, em Brasília, pelo deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ).

Cerqueira reuniu-se ontem no Clube Militar com o presidente do Clube da Aeronáutica, brigadeiro Otávio Monteiro Araújo, e o presidente em exercício do Clube Naval, almirante Vitor Albérico Poisson Moraes, para discutir o problema salarial dos militares. O almirante Poisson afirmou que "os três clubes vêem com simpatia qualquer manifestação visando resolver a angustiante situação dos militares e de suas famílias".

Segundo o presidente do Clube Militar, "por causa dos problemas salariais não acontecerão aqui tentativas de golpe, como ocorreu recentemente na Venezuela". O brigadeiro Otávio Araújo ressaltou que os militares só reivindicam a isonomia salarial entre os três Poderes, determinada pela Constituição.

"Quando um militar vê a Constituição violada, começa a se inquietar. Generais ganham um quinto do salário correspondente no Poder Judiciário e no Executivo há quem receba quatro a cinco vezes mais do que o presidente da República", criticou Cerqueira. Para o brigadeiro Araújo, a solução do problema da isonomia depende só de vontade política. "E felizmente parece que essa vontade política das autoridades está chegando aos poucos", comentou.

Medeiros defende aumento de soldos

SÃO PAULO — O presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, saiu ontem em defesa das mulheres dos militares que fizeram passeatas protestando contra os baixos soldos. Segundo Medeiros, ao longo da última década houve "um cruel achatamento no soldo dos militares, que passam por dificuldades sérias e preocupantes".

A origem do problema, acredita Medeiros, é uma política salarial incoerente que incentivou disparidades entre os salários pagos pelo Executivo, o Legislativo e o Judiciário, desrespeitando a isonomia prevista na Constituição. "Enquanto um delegado da Polícia Federal ganha salários que oscilam em torno de Cr$ 15 milhões, o soldo de um general, brigadeiro ou almirante pouco passa de Cr$ 3 milhões", comparou Medeiros.

Medeiros pediu ao governo e ao Congresso que não se omitam no caso da isonomia. "O militar é um trabalhador como outro qualquer e tem direito a um salário justo", disse. Ele acrescentou que a Força Sindical defende a reestruturação e a modernização das Forças Armadas, a fim de que possam cumprir com eficiência seus deveres constitucionais. "Os militares, sobretudo ministros e comandantes, têm dado provas de patriotismo e espírito democrático, buscando soluções negociadas no governo e no Congresso, dentro do mais absoluto respeito à lei e à garantia da ordem."

MANIFESTAÇÃO

Mulheres de militares protestam

□O deputado e capitão da reserva Jair Bolsonaro liderou a marcha pelo aumento dos soldos, com críticas aos ministros

Brasília — Se a CUT ou a Força Sindical tivessem organizado a manifestação das mulheres e filhos de militares, segundo avaliou uma autoridade da área, a passeata de ontem, na capital federal, não teria sido tão agressiva. Cerca de mil e 200 mulheres — na estimativa do tenente-coronel Carlos Lopes da Cunha — ou duas mil, conforme outras avaliações, batendo panelas [illegible] mais de duas horas de sol forte para exigir melhores salários para os seus maridos das Forças Armadas, além de isonomia e direito de compra de imóveis funcionais.

Ainda na concentração, em frente à catedral de Brasília, os cartazes e faixas davam o tom da manifestação, alguns com palavras de ordem que não escondiam o tom de ameaça: "Disciplina nos quartéis com barriga vazia não dá" ou "Militar com fome, segurança ameaçada". Sem demonstrar nenhuma intimidação diante dos batalhões de choque e da Polícia Militar do Distrito Federal, além de agentes da Polícia do Exército, Marinha e Aeronáutica, num total de 800 homens, as mulheres dos militares subiam ao palanque improvisado sobre um carro de som, cedido pela CUT, para acusar os ministros militares e o presidente Fernando Collor pelas dificuldades financeiras que enfrentam.

MOBILIZAÇÃO — Ao final do ato, o deputado federal Jair Bolsonaro (PDC-RJ) disse que pretende iniciar um novo movimento na semana que vem. Desta vez, para que os militares possam ter o direito à compra dos imóveis funcionais que ocupam, como já acontece com os ção golpista. "Pelo contrário. Mostramos a insatisfação nas ruas, para que ela não entre nos quartéis", afirmou.

A marcha começou a ser organizada no último dia 6, quando Bolsonaro foi à tribuna da Câmara dos Deputados para ler um manifesto, em nome das mulheres de militares. A partir daquele dia, ele começou a freqüentar as quadras residenciais de militares, mas encontrou sempre batalhões da Polícia do Exército impedindo que ultrapassasse o limite da rua.

Os ministros militares tentaram impedir a realização do protesto. No domingo, dia 16, divulgaram panfletos, assinados pelo "Grupo de Militares Pensantes", que aconselhavam as mulheres a não irem à passeata, afirmando que um projeto do deputado César Maia (PMDB-RJ) concede a isonomia para os militares. Bolsonaro leu o documento e acusou César Maia de "demagogia". Para Bolsonaro só o presidente da República pode apresentar o projeto.

Outros três parlamentares participaram da marcha das mulheres de militares: Augusto Carvalho (PPS-DF), que participou de reuniões anteriores, Maria Laura (PT-DF), ligada à ala trotskista do PT, e Ernesto Gradella (PT-SP), também ligado à ala trotskista Convergência Socialista.

PRESSÃO — "Essa passeata foi um fracasso retumbante", comemorou um almirante, que acompanhou toda a passeata da janela de seu gabinete, no prédio do Ministério da Marinha. Bolsonaro culpou a pressão dos maridos sobre as mulheres pelo número reduzido de manifestantes. Muitas mulheres reclamavam que os maridos não queriam que elas fossem à passeata. "A farda não deve impedir nossos maridos de buscar seus direitos", opinou Elaine Assad Rodrigues, mulher de um sargento da Aeronáutica, e uma das líderes do movimento. "Não podemos ter mais medo de dizer que estamos morrendo de fome", afirmava Magda Rodrigues, mulher do tenente-coronel Flávio de Carvalho Nogueira, que viajou do Rio de Janeiro apenas para a passeata.

Não houve incidentes e os próprios comandantes militares que acompanharam a passeata se mostraram simpáticos ao movimento.

"Eu fico sensibilizado com essas mulheres que decidiram sair de casa para demonstrar sua insatisfação", comentou o tenente-coronel Carlos Lopes da Cunha, comandante da PM. Entre as faixas carregadas na passeata, uma dizia: "Nem tudo são flores", uma referência ao ministro da Marinha, Mário César Flores.

Durante as duas horas em que durou a passeata, percorrendo lentamente os 800 metros entre a Catedral Metropolitana e a sede do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), duas dezenas de mulheres se revezaram no microfone do carro de som contando seus problemas domésticos e cantando paródias divertidas dos hinos militares. "Nós somos da pátria amada, fiéis esposas, sempre caladas", gritava Olívia Pinheiro Gomes, autora de uma versão feminina do hino do Exército. Ao final, lideradas por Bolsonaro, todas dedicaram uma sonora vaia de um minuto ao general Carlos Tinoco, em frente ao prédio do Ministério do Exército.

JB 28/4

durante passeata
Bolsonaro xinga ministros

Luiz Antônio

BRASÍLIA — Debaixo de um sol escaldante e cercada por um exagerado aparato de segurança, com cerca de [illegible] homens da Polícia Militar e das polícias do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, a passeata de mulheres de militares contra os baixos soldos, que atravessou na tarde de ontem a Esplanada dos Ministérios, foi uma decepção para seus organizadores e um alívio para os ministros militares. Pouco mais de 600 pessoas, em sua maioria mulheres e crianças carregando faixas e batendo panelas, participaram da passeata.

O acesso aos prédios dos ministérios militares foi impedido, mas sem registro de incidentes. Apesar dos pedidos dos colegas parlamentares para que moderasse a linguagem, o organizador do movimento, o deputado e capitão da reserva Jair Bolsonaro (PDC-RJ), falando de um carro de som, voltou a chamar os ministros militares de "bananas" e pediu que o presidente coloque no lugar deles homens com comando sobre a tropa.

Sem risco — "O adjetivo que eles merecem é banana mesmo", regrisou Bolsonaro, sempre segurando um exemplar de bolso da Constituição. Acompanhado todo o tempo por seguranças, Bolsonaro compensou sua decepção com a pequena audiência voltando a carregar nos adjetivos contra o presidente Fernando Collor e os ministros Carlos Tinoco, do Exército, Mário César Flores, da Marinha, e Sócrates Monteiro, da Aeronáutica.

"Os brasileiros podem ficar tranqüilos. Não existe nenhum risco de golpe militar porque esses caras não têm nenhum comando sobre a tropa. E seriam incompetentes demais para administrar o país", disse Bolsonaro. "Um general não vai à guerra sozinho. Ele precisa sempre de um soldado para levar tiro na cara."

"Não estou preocupado em ser cassado", garantiu Bolsonaro, sempre ao lado da mulher, Rogéria, de boina de pára-quedista. Ele lembrou que na semana passada foi advertido pelo presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). "Ele disse que enquanto eu permanecesse na trincheira da legalidade estaria comigo", contou. "Tenho pretensões políticas, sim", confirmou Bolsonaro, adiantando que quer ser reeleito deputado pelo Rio.

Apenas três deputados se uniram a Bolsonaro na passeata. Os deputados Augusto Carvalho (PPS-DF) e Maria Laura (PT-DF), sindicalistas da cidade, e o deputado Ernesto Gradella (PT-SP). Os ministros militares não se manifestaram oficialmente sobre o movimento. O deputado criticou ainda o deputado César Maia (PMDB-RJ), que apresentou projeto criando gratificação a ser incoporada aos soldos. "É um embusteiro barato, um covarde, um oportunista, um demagogo, que vendeu seu mandato por interesses menores", disse Bolsonaro.

"Essa passeata foi um fracasso retumbante", comemorou um almirante, que acompanhou a passeata da janela de seu gabinete no prédio do Ministério da Marinha. Bolsonaro culpou a pressão dos maridos sobre as mulheres pelo número reduzido de pessoas. No domingo, as quadras onde moram os militares amanheceram cobertas por panfletos, assinados por um desconhecido Grupo de Militares Pensantes, pedindo às mulheres e filhos de militares que não participassem da passeata. Muitas mulheres reclamavam que os maridos não queriam que elas fossem à passeata.

"A farda não deve impedir nossos maridos de buscarem seus direitos", opinou Elaine Assad Rodrigues, mulher de um sargento da Aeronáutica e uma das líderes do movimento. "Não podemos ter mais medo de dizer que estamos morrendo de fome", afirmava Maga Rodrigues, mulher do tenente-coronel Flávio de Carvalho Nogueira, que viajou do Rio apenas para a passeata.

Baderna — "Nunca quisemos fazer baderna, mas apenas gritar na janela dos ministros militares algumas verdades. Eu não vou baixar o nível a essa altura. O que tinha que baixar o nível eu já baixei", afirmou ela. Não houve incidentes e os próprios comandantes militares que acompanharam a passeata se mostraram simpáticos ao movimento. "Eu fico sensibilizado com essas mulheres que decidiram sair de casa para demonstrar sua insatisfação", comentou o tenente-coronel Carlos Lopes da Cunha, comandante da PM. Entre as faixas carregadas na passeata, uma delas dizia: "Nem tudo são Flores", uma referência ao ministro da Marinha. Outra dizia: "Disciplina nos quartéis com a barriga vazia não dá."

Nas duas horas em que durou a passeata, que percorreu lentamente os 800 metros entre a Catedral Metropolitana e a sede do Estado Maior das Forças Armadas, duas dezenas de mulheres se revezaram no microfone de um carro de som contando seus problemas domésticos e cantando paródias divertidas dos hinos militares. "Nós somos da pátria amada, fiéis esposas, sempre caladas", gritava Olívia Pinheiro Gomes, autora de uma versão feminista da *Canção do soldado*. "Salários queremos com fervor, a fome só nos causa dor", cantava Olívia, vestida com o quepe do marido, um subtenente do Exército. Ao final, puxadas por Bolsonaro, todas dedicaram uma sonora vaia de um minuto a Carlos Tinoco, em frente ao Ministério do Exército.

Manifestantes são filmados

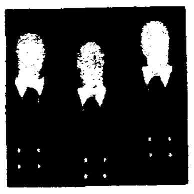
Com pouco serviço nesses tempos bicudos, eles fizeram uma festa à parte. Munidos de filmadoras domésticas e máquinas fotográficas, registraram os principais momentos da manifestação de ontem, quando seis centenas de mulheres e filhos de militares passearam pela Esplanada dos Ministérios para protestar contra os baixos soldos. Tiraram muitas fotos e gastaram muitos rolos de fitas. Nada de panorâmicas. Apenas closes nos rostos dos líderes da passeata. Vestindo insuspeitas roupas esportivas, óculos escuros, barba por fazer, uma dúzia de cinegrafistas amadores apontou insistentemente as câmeras para os manifestantes.

"Sou apenas um turista passando por aqui", disse um deles, irritado com a curiosidade dos jornalistas, sem desgrudar do deputado Jair Bolsonaro, que andava de um lado para o outro com o cinegrafista atrás. Um assessor do gabinete do Bolsonaro se exaltou. "Você não devia estar fazendo isso", repreendeu. "Eles fazem um trabalho sujo", lamentou Bolsonaro, convencido de que eram mesmo militares à paisana. "Eu conheço muito bem esse tipo de coisa."

Depois da passeata, Bolsonaro ameaçou: "Se qualquer militar for punido porque sua mulher foi identificada aqui vamos fazer outra passeata", prometeu. Para não ficar atrás, a própria Polícia Militar tinha um cinegrafista, este fardado, que empunhava uma Panasonic AFX6. "Queremos apenas registar esse momento histórico", brincou um policial.

03-05

SAE vai mudar de perfil antes da posse de Eliezer



□As atividades de inteligência e informação da Secretaria de Assuntos Estratégicos serão transferidas para um novo órgão. A mudança fez Eliezer Baptista aceitar o convite de Collor

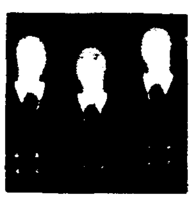
O diretor da Vale Internacional, Eliezer Baptista, aceitou o convite do presidente Fernando Collor para ocupar a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), em substituição a Pedro Paulo Leoni Ramos. O ex-secretário deixou o governo envolvido em denúncias de favorecimento a amigos e irregularidades no uso de verbas da Petrobrás e dos fundos de pensão das estatais. Leoni passou boa parte da tarde no Palácio do Planalto, em seu gabinete no 4° andar, sem conseguir ser recebido por Collor.

Segundo o porta-voz da Presidência, Pedro Luís Rodrigues, o perfil da SAE será alterado antes da posse de Baptista, ainda sem data marcada. A secretaria continuará a se ocupar do planejamento macroeconômico do governo, mas terá as atividades de inteligência e informação transferidas para outro órgão, também não definido.

Collor deverá transferir para o Ministério da Economia a coordenação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), desenvolvido atualmente em todos os ministérios e pela iniciativa privada. Os empresários têm encontrado dificuldades para se adequar à modernização sem obter a contrapartida na redução dos impostos fixados pela equipe econômica.

A retirada das atividades de inteligência e informação da SAE fez com que Baptista aceitasse o convite. O futuro secretário é mineiro de Nova Era, tem 67 anos e, depois de morar em diversos países, fala sete idiomas, inclusive russo e japonês. Ocupou vários postos na Companhia Vale do Rio Doce e participou do Projeto Carajás. Está na Vale Internacional desde 1986. (AE)

Eliezer toma posse na SAE e Leoni deixa o cargo isolado



□Acusado de corrupção, o ex-titular da Secretaria de Assuntos Estratégicos leu um pequeno discurso sob o olhar ríspido de Collor. Os ministros demissionários estavam constrangidos

O novo secretário de Assuntos Estratégicos, Eliezer Baptista, tomou posse ontem numa curta cerimônia em que o presidente Fernando Collor não dispensou qualquer cortesia ao ex-secretário Pedro Paulo Leoni Ramos, acusado de formar uma rede de influências na Petrobrás. Imóvel, Collor acompanhou o ex-secretário dizer, em seu discurso, que percorreu "uma trajetória limpa e digna" no período em que esteve dedicado à causa pública. Normalmente, Collor acena com a cabeça positivamente para mostrar que concorda com as pessoas que estão falando. Ontem, ele apenas olhava sério para o ex-colaborador.

"Sou-lhe muito grato pelo sentido de devoção que marcou sua gestão", resumiu o presidente, que não defendeu Leoni contra as denúncias de corrupção. Na maior parte da solenidade, Leoni permaneceu isolado e revelou nervosismo quando leu o discurso, gaguejando duas vezes ao falar de sua dedicação à causa pública e dos resultados de seu trabalho. Fitando o cercado onde estavam os jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, o ex-secretário mandou um recado aos que considera "detratores, em especial aqueles que usam a imprensa democrática e política para um projeto de mesquinharia pessoal".

HOMEM CERTO — Eliezer Baptista, ao contrário, recebeu muitos elogios do presidente. "Sua trajetória pública e empresarial dá-me a certeza de que fiz a escolha do homem certo para o lugar certo", começou o presidente, lembrando que a competência administrativa de Eliezer era reconhecida internacionalmente. Com um discurso curto, que leu em voz baixa, Eliezer lembrou que "não existem soluções mágicas ou individuais para o soerguimento do país". O secretário contou que Collor lhe incumbiu de mobilizar todos os segmentos da sociedade para a recuperação econômica e social.

A exigência protocolar da presença de todo o ministério em cerimônias de posse tem deixado os ministros e secretários não confirmados no cargo visivelmente constrangidos. Na posse de ontem, o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, permaneceu calado ao lado do novo ministro da Justiça, Célio Borja. Praticamente fora do governo, o consultor-geral da República, Célio Silva, e o secretário de Administração, Carlos Garcia, fizeram companhia um ao outro. O ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, não compareceu. (Brasília/ZH-AE)

ELIEZER BATISTA

Especialista em elaborar projetos

O presidente Fernando Collor venceu o engenheiro Eliezer Batista pelo cansaço. Há pelo menos 15 anos ele era cogitado para ocupar ministérios e postos importantes em Brasília. Recusou sempre. No início do governo Collor, convidado para ser ministro da Infra-Estrutura, saiu pela tangente alegando que estava doente, com flebite.

Na secretaria que substituiu o Serviço Nacional de Informações, Eliezer Batista, de 68 anos, estará ao lado do presidente fazendo o que mais gosta: pensar o Brasil. Os amigos, entre os quais se alinha o futuro chefe do Gabinete Civil da Presidência, Jorge Bornhausen, consideram Eliezer um gênio, uma espécie de máquina de elaborar projetos. Dizem que se [illegible]0% do que ele cria for aproveitado, [illegible] compensará com sobras o [illegible] perdido nos outros [illegible]%.

Nascido em Nova Era, Minas Gerais, Eliezer Batista passou a adolescência em Vitória, no Espírito Santo, antes de seguir para Curitiba, no Paraná, onde fez o curso de Engenharia Civil. Aventureiro, Eliezer trancou matrícula na universidade e arranjou emprego de carregador num navio grego. Morou na Grécia algum tempo. Foi parar na Polônia, onde trabalhou como maquinista de trem, e seguiu para a Alemanha.

Na Alemanha conheceu a mulher, Jutha Fuhken Batista, uma bióloga. Casado, Eliezer Batista voltou ao Brasil, completou o curso de engenharia e entrou para a Companhia Vale do Rio Doce, em 1949. O jovem engenheiro começou a brilhante carreira que o levou à presidência da empresa participando do projeto de remodelação do traçado da Estrada de Ferro Vitória-Minas, de propriedade da Vale.

Como presidente da Companhia Vale do Rio Doce, cargo para o qual foi nomeado em 1961 pelo presidente Jânio Quadros, Eliezer Batista adotou uma política agressiva de vendas, conquistando novos mercados para o minério de ferro brasileiro. Fechou contratos com as dez maiores usinas de aço do Japão, que resultaram na exportação de 50 milhões de toneladas de minério pelo Brasil num prazo de 15 anos.

Em 1962, durante a curta experiência de governo parlamentarista no país, Eliezer Batista integrou o gabinete do Primeiro Ministro Hermes Lima como ministro das Minas e Energia. Em 1965 deixou a Vale do Rio Doce e foi para o Grupo Caemi, do empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, onde fundou a MBR-Minerações Brasileiras Reunidas. Mas no ano seguinte voltou para a Vale.

Eliezer Batista é considerado na empresa o grande incentivador da expansão da Companhia Vale do Rio Doce. Poliglota, fala dez idiomas, é muito conceituado entre os empresários e governantes japoneses, que o consultam antes de fazer qualquer investimento no Brasil. Foi também o idealizador do Projeto Carajás, a maior jazida de ferro do planeta, cercada por uma floresta considerada *modelo* pelo Banco Mundial.

O filho de Eliezer, Eike Batista, estimulado pelo pai, tornou-se sócio do empresário Olavo Monteiro de Carvalho e do filho do ex-ministro Antônio Dias Leite, Toninho Dias Leite, na CMP, uma empresa especializada em mineração de ouro. Eike é casado com a modelo e atriz Luma de Oliveira.

Depois que deixou a presidência da Vale do Rio Doce em 1986, Eliezer Batista assumiu o posto de *chairman* da Vale Internacional, que tem sede em Bruxelas. E passou a dividir seu tempo entre a Bélgica, o gabinete no Rio de Janeiro e o sítio na localidade de Pedreiras, no Espírito Santo, onde ele garante existir o melhor clima do mundo, com a média perfeita entre as temperaturas máximas e mínimas. No sítio, o hábil negociador internacional passa o tempo cuidando de sua coleção de plantas [illegible].

Os últimos presidentes da república insistiram para ter Eliezer Batista em suas equipes. O presidente Sarney, por exemplo, tentou fazer o ex-presidente da Vale negociador da dívida externa brasileira. E Collor o convidou logo no início do governo para assumir o ministério da Infraestrutura. Eliezer não aceitou mas prometeu abrir caminhos para novos investimentos japoneses no Brasil.

DOC. POCO LEGIBLE JB 1/4

02-02

[illegible]735

Bolsonaro

Emfa recorre à oposição contra

BRASÍLIA — A preocupação do governo em resolver sem demora o problema do baixo soldo dos militares, devido à inquietante insatisfação da tropa, transformou-se ontem numa operação apaga-incêndio patrocinada pelos ministros militares e um punhado de deputados de oposição. Em encontro reservado, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Antônio da Rocha Veneu, pediu a seis deputados que moderem a linguagem do colega Jair Bolsonaro (PDC-RJ), capitão da reserva, que chamou o ministro do Exército, Carlos Tinoco, de "banana".

Mais tarde, o ministro da Marinha, almirante Mário César Flores, encontrou-se com o ministro Jorge Bornhausen e depois com o líder do PMDB, Genebaldo Correia (PMDB-BA), que se comprometeu a pedir censura interna contra Bolsonaro, caso mantenha o destempero verbal.

Bolsonaro poderia ser enquadrado por falta de decoro parlamentar. O encontro de Veneu e Flores com parlamentares tirou de Bolsonaro o papel de representante das reivindicações militares no Congresso, mas Veneu admitiu a presença de Bolsonaro numa nova reunião, dia 23. "Não podemos aceitar esse homem chamando o ministro de banana", disse Veneu. Na segunda-feira, Bolsonaro reuniu em Brasília famílias de militares para protestar contra os baixos soldos. O local foi cercado pela Polícia do Exército.

Eles querem que Bolsonaro desmarque uma manifestação marcada para o dia 27 em frente ao prédio do Emfa. "Eu me excedi. Aceito moderar minha linguagem", recuou ontem Bolsonaro. Mas a passeata está mantida. Veneu argumentou com os deputados: "Se um capitão nosso fardado e armado invadir o plenário, vocês podem prendê-lo."

O governo garante não ter dinheiro para cobrir a defasagem salarial dos militares — de 850% desde a posse de Collor. O reajuste do funcionalismo sai no fim do mês. "Ninguém vai atrapalhar nosso processo democrático", garantiu Veneu. "Senti no general muita firmeza na manutenção da democracia", contou Edson Silva (PDT-CE), depois do encontro, do qual participaram o líder do PT na Câmara, Eduardo Jorge (SP), José Genoíno (PT-SP), Chico Vigilante (PT-DF), Moroni Torgan (PSDB-CE) e Genebaldo Correia — todos da comissão formada pelo presidente interino da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE).

Ninguém acredita que a questão acabe em crise militar. "A situação está muito difícil para os militares, que deram sua cota de sacrifício", afirmou o general Haroldo Erichsen da Fonseca, ministro do Superior Tribunal Militar. "Mas é um problema econômico, e não militar", ressaltou. "Pertenço a um tempo em que o soldado se dedicava mais ao país e menos ao bolso", criticou o general da reserva Newton Cruz, que chefiou a Agência Central do extinto SNI.

Cruz acredita que se o problema dos baixos soldos não for resolvido logo, podem pipocar manifestações de descontentamento. "Mas apenas atos isolados. Eu ficaria muito triste se houvesse um movimento apoiado por comandantes militares." Cruz, que votou em Bolsonaro para deputado federal, diz que não repetiria o voto. "Ele se elegeu explorando o problema dos baixos soldos", opinou. "Se um dia os militares ganharem bem, ele perde o emprego."

Brasília — Jamil Bittar



Bolsonaro (E) ouviu apelo de colegas: "Eu me excedi. Aceito moderar a linguagem"

Militares e civis vão ter reajuste

Os servidores civis e militares [illegible] derão receber aumento ainda esta [illegible] mana, por força da pressão [illegible] pelos quartéis. O governo e o Co[illegible] gresso estão trabalhando acelera[illegible] mente para resolver a questão da i[illegible] nomia salarial e, segundo informaç[illegible] do ministro da Justiça, Célio Bor[illegible] alguma providência deverá ser tom[illegible] da "ainda esta semana".

Borja, que na terça-feira este[illegible] reunido com os ministros milita[illegible] durante mais de uma hora, afirm[illegible] que eles alertaram para a inquietaç[illegible] nos quartéis. O general Carlos Ti[illegible] co (Exército), o almirante Mário C[illegible] sar Flores (Marinha) e o brigadei[illegible] Sócrates Monteiro (Aeronáutica) d[illegible] seram que a situação não pode p[illegible] manecer como está. "Os oficiais [illegible] tares acham que é preciso resolv[illegible] logo o problema, que tem que dar [illegible] aumento", disse.

Compensação — Borja consi[illegible] que, além da disciplina, o que [illegible] contém os militares nos quartéis [illegible] fato de que eles estão vendo que [illegible] civis também estão em uma situa[illegible] muito ruim". O problema se agr[illegible] observou, quando os militares co[illegible] param os seus vencimentos com [illegible] dos servidores do Judiciário e Leg[illegible] lativo.

No encontro de terça-feira, os [illegible] nistros militares fizeram um rela[illegible] dramático sobre a situação dos mi[illegible] tares. "Eles falaram dos pais que [illegible] tão tirando os filhos da escola, [illegible] mulher que está sendo obrigada [illegible] trabalhar e, o que é pior, não [illegible] tra emprego..." contou.

De acordo com o ministro, [illegible] litares têm consciência de que [illegible] bate à inflação exige o sacrifíc[illegible] todos, mas não admitem a [illegible] de. "Eles começam a fazer [illegible] ções, o que recebe o [illegible] senador com o que ganha um c[illegible] nel", ressaltou.

Célio Borja conversou com os [illegible] nistros militares sobre a queda [illegible] arrecadação do Tesouro, e [illegible] também do esforço conjunto que [illegible] governo e o Congresso estão faze[illegible] para solucionar a questão da iso[illegible] mia salarial. "O trabalho está ac[illegible] rado. Acredito que até o final d[illegible] semana nós tenhamos pelo me[illegible] uma proposta", disse.

Senadores querem isonomia para os 3 poderes

O líder do PMDB, senador Humberto Lucena, defendeu ontem, num pronunciamento da tribuna do Senado, que o projeto de isonomia salarial entre os três poderes seja elaborado "com urgência pelo Executivo." Segundo ele, a proposta é a melhor resposta às reclamações dos servidores civis e, principalmente, militares da União, "que estão com salários defasados em até mil por cento." Para Lucena, essa responsabilidade é "iniciativa de competência privada do presidente da República." O discurso do líder do PMDB foi elaborado conjuntamente com o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE).

Benevides defendeu a iniciativa do presidente Fernando Collor de encaminhar uma proposta de isonomia, numa conversa ontem de manhã com o ministro da Justiça, Célio Borja, que foi visitá-lo em seu gabinete no Congresso. Na visita a Benevides, Borja pediu que a proposta de reposição de emergência para os servidores da União seja aprovada com urgência pelo Legislativo.

O senador garantiu ao ministro que o projeto deverá ser aprovado em uma semana pelos parlamentares, "desde que chegue aqui até o dia 22." Assim como Lucena, Benevides também está preocupado com a insatisfação salarial dos militares. "Qualquer tipo de exacerbação nas Forças Armadas preocupa todos os brasileiros responsáveis", comentou o senador, pouco antes de embarcar para Fortaleza, onde passará a Páscoa.

Para implantar a isonomia entre os servidores dos três poderes, Benevides acredita que somente com aumentos graduais será possível desfazer as diferenças salariais existentes atualmente.

Assim como o presidente do Congresso, o líder do PMDB vê com receio a inquietação militar. Apesar disso, defendeu o direito do deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ), que é capitão da reserva, de defender a categoria dos militares. "É de estranhar o constrangimento a que está submetido o deputado Bolsonaro. Nenhum deputado ou senador pode ser ameaçado no seu direito de ir e vir e de manifestar seu pensamento na plenitude democrática", reagiu Lucena.

PENSIONES MILITARES.
JB
22/4
10046
11163

■ **Pensão Militar** JB 22/4

Posto e graduação	Soldo		
	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Almirante, Marechal e Marechal do Ar	2.[illegible],20	2.[illegible]	[illegible]
Almirante de Esquadra, General de Exército e Tenente Brigadeiro	1.944.[illegible],27	2.[illegible],29	2.[illegible]
Vice-Almirante, General de Divisão e Major-Brigadeiro	1.[illegible].107,30	2.[illegible]	[illegible]
Contra-Almirante, General de Brigada e Brigadeiro	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Capitão de Mar e Guerra e Coronel	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Capitão de Fragata e Tenente Coronel	1.[illegible]	1.[illegible]	[illegible]
Capitão de Corveta e Major	1.351.[illegible]	1.[illegible]	[illegible]
Capitão-Tenente e Capitão	1.215.[illegible],40	1.[illegible],40	[illegible]
Primeiro-Tenente	1.[illegible].223,50	1.252.[illegible]	[illegible]
Segundo-Tenente	952.[illegible]	1.1[illegible].246,10	1.3[illegible]
Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial	855.738,[illegible]	1.[illegible]	[illegible]
Aspirante e Cadete (último ano)	[illegible]	231.[illegible],13	[illegible]
Aspirante e Cadete (Demais anos)	145.[illegible]	173.915,58	[illegible]
Aluno da Escola de Formação de Sargentos	136.140,42	[illegible].321,27	[illegible]
Aluno do Colégio Naval e da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Grumete	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Aluno do Colégio Naval e da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos)	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Aprendiz-Marinheiro	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Suboficial e Subtenente	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Primeiro Sargento	748.770,75	[illegible]	[illegible]
Segundo Sargento	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Terceiro-Sargento	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Taifeiro-Mor	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Cabo (engajado)	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Cabo (não engajado)	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Taifeiro de 1ª Classe	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Taifeiro de 2ª Classe	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Marinheiro, Soldado-Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (especializado, [illegible] engajados), Soldado [illegible] ou [illegible] de 1ª Classe e Soldado Pára-quedista (engajado)	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible] de 2ª Classe	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible] de 2ª Classe (não engajado)	127.[illegible]	157.[illegible]	[illegible]

OBS — Com exceção dos [illegible] Formação de Sargentos, do Colégio Naval, Preparatória de Cadetes, aprendiz de marinheiros, marinheiros-recruta, recruta, soldado, soldado-recruta e soldado de 2ª classe (não engajado), todos os demais militares recebem, além dos soldos, contribuições e gratificações de 20, 25 e 30% cumulativamente, dependendo do tempo de serviço.

3

MILITARES NO QUIEREN ENFRENTAMIENTOS

ZH

16/04/92

VINCULACI... 10046

11163

13055

11334

Militares não querem confronto

O general Carlos Tinoco, ministro do Exército, diz que os militares não aceitam as tentativas de desmoralização. Ele irritou-se com deputado

ILIMAR FRANCO

Brasília/ZH



Irritação: *general Tinoco não aceita desmoralização*

O ministro do Exército, general Carlos Tinoco, disse ontem que os militares não querem o confronto, mas que eles não podem "ficar de braços cruzados, assistindo às tentativas de desmoralização da instituição". A afirmação do ministro do Exército foi feita ao deputado Francisco Rodrigues (PTB-RR), membro da Comissão de Defesa Nacional da Câmara Federal, durante audiência, ontem à tarde, que durou mais de uma hora. O ministro demonstrou irritação com o que chamou de uma "campanha insidiosa", promovida pelo deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ) e que foram apoiadas por "segmentos radicais no Congresso", em pronunciamentos na sessão de terça-feira.

A irritação dos ministros militares com a conduta do deputado Jair Bolsonaro, que é capitão do Exército na reserva, levou as lideranças partidárias a solicitar um encontro com o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), general Antônio Luís Veneu. A conversa, intermediada pelo presidente da Câmara em exercício, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), na tarde de ontem, durou cerca de 40 minutos. Contou com a presença dos líderes do PMDB, Genebaldo Correia (BA) e do PT, Eduardo Jorge (SP), mais os deputados Moroni Torgan (CE), pelo PSDB, Édson Silva (CE), pelo PDT, e José Genoíno (PT-SP) e Chico Vigilante (PT-DF). O resultado prático do encontro foi a definição de um encontro, na próxima quinta-feira, dia 23, dos líderes partidários e representantes do EMFA e do Ministério da Economia.

A visita dos líderes, segundo explicou o deputado José Genoíno, foi para explicar ao chefe do EMFA que "não há entre os congressistas nenhuma disposição de estabelecer um conflito entre o Legislativo e as Forças Armadas". O general Antônio Veneu aproveitou para reafirmar que a defasagem salarial dos funcionários públicos, civis e militares, nos primeiros quatro meses do ano, é de 108%. Criticou também a conduta do deputado Jair Bolsonaro e a marcha das mulheres de militares que ele está organizando em Brasília. E, segundo relato do deputado Inocêncio Oliveira, o chefe do EMFA enfatizou o respeito dos militares às instituições democráticas e às prerrogativas dos parlamentares.

O general Veneu reconheceu que a inquietação nos quartéis é grande e até justificou a insatisfação, lembrando que a ausência de isonomia salarial não revolta apenas os militares, mas também os aposentados.

01-01

3

Pedra no coturno

Deputado-capitão deixa furioso o Estado-Maior

Luiz Cláudio Cunha

BRASÍLIA — O alvo preferencial do Exército brasileiro, hoje, tem nome e sobrenome: Jair Bolsonaro, capitão da reserva e deputado pelo PDC do Rio. Desde Márcio Moreira Alves, pivô da crise que acabou no AI-5, nenhum nome causa tanta indignação no Alto Comando do Exército, em Brasília, quanto o do parlamentar. "Este fulano fala o que fala e abusa de sua liberdade como deputado", dizia ontem um general-de-Exército ao **JORNAL DO BRASIL**. "Ao contrário de Moreira Alves, um civil, os ataques de Bolsonaro machucam mais porque vêm de um companheiro da caserna." Na segunda-feira à noite, na tentativa de mais uma reunião com as famílias de militares de Brasília, Bolsonaro teve seu acesso à quadra de esportes da SQN 103 bloqueada por soldados da Polícia do Exército, convocadas pelo ministro Carlos Tinoco.

Mesmo assim, Bolsonaro discursou, e voltou a chamar o ministro do Exército de "banana". "Isso é uma baixaria. Mas o RDE (Regulamento Disciplinar do Exército) não se aplica a um parlamentar. Este é um problema para a presidência da Câmara resolver", acrescenta outro general. Bolsonaro consegue audiência entre os parentes de militares na esteira da crise econômica: o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Antônio Luís da Rocha Veneu, ao entregar na segunda-feira um estudo ao presidente Collor, denunciou defasagem salarial de 108% para os militares em 92.

Um general quatro estrelas, que gastou 40 anos para chegar ao topo da carreira, mostrava ontem seu contracheque a um parlamentar, perplexo com o valor bruto do mês de março: Cr$ 3,7 milhões, quase quatro vezes menos do que recebe mensalmente um deputado como Bolsonaro. "Se o reajuste sai para os militares, deve ser concedido também aos servidores civis. Esta é a desgraça", lamenta-se um general.

Na semana passada, os ministros militares tiveram reunião reservada com o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, para discutir a questão salarial das Forças Armadas. Os generais [illegible] orgulham de sua [illegible] Exército [illegible] não mudam [illegible] Bolsonaro [illegible] le demissão e [illegible] preceitos legais", [illegible] grante do Alto Comando.



Bolsonaro: incomodando militares e parlamentares

Congresso teme Bolsonaro

A movimentação do ex-capitão do Exército Jair Bolsonaro (PDC-RJ), mobilizando as famílias de militares em concentrações e marchas por aumento salarial, uniu a esquerda e a direita ontem, no plenário da Câmara, num só discurso. Tanto o deputado José Lourenço (PDS-BA) quanto o ex-líder do PT, José Genoino (SP), ocuparam a tribuna para registrar o temor de uma revolta militar que ameace a democracia.

"Não podemos nos esquecer de que estamos na América Latina. Se arrumarem encrenca, levamos o pau aqui no Congresso", avaliou José Lourenço. "O servidor militar goza de um privilégio ou de uma obrigação: tem armas. E essa coisa de marchas e assembléias podem levar a algum tipo de aventura. Tem muito militar doido para fazer aqui o que fizeram no Peru", alertou Genoino. A crítica mais dura às movimentações de Bolsonaro partiram do deputado Francisco Rodrigues (PTB-RR), que, na avaliação do ex-capitaão, deu o recado da cúpula militar.

Rodrigues ponderou que as concentrações, que estão sendo impedidas pela Polícia do Exército, "estão afrontando as autoridades militares". O deputado sustentou a tese de que Bolsonaro, afeito a agitações desde os tempos de quartel, está promovendo comícios em área não permitida, referindo-se às superquadras onde moram os oficiais e suboficiais em Brasília. "Foi um ataque covarde desse deputado, que toma risque nos quartéis", reagiu Bolsonaro.

O assunto levou mais de uma dezena de deputados ao microfone, mas foi Genoino quem levantou uma proposta concreta para solucionar o problema da má remuneração dos funcionários públicos civis e militares. O petista quer criar uma comissão suprapartidária para discutir com o secretário de Governo, Jorge Bornhausen, e o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Antônio Veneu, o problema mais imediato de um reajuste salarial aos militares. "Temos que tomar logo uma providência porque se acontece um incidente com Bolsonaro, o Congresso Nacional será automaticamente envolvido."

Fim do comunismo muda papel de exércitos

Luiz Cláudio Cunha

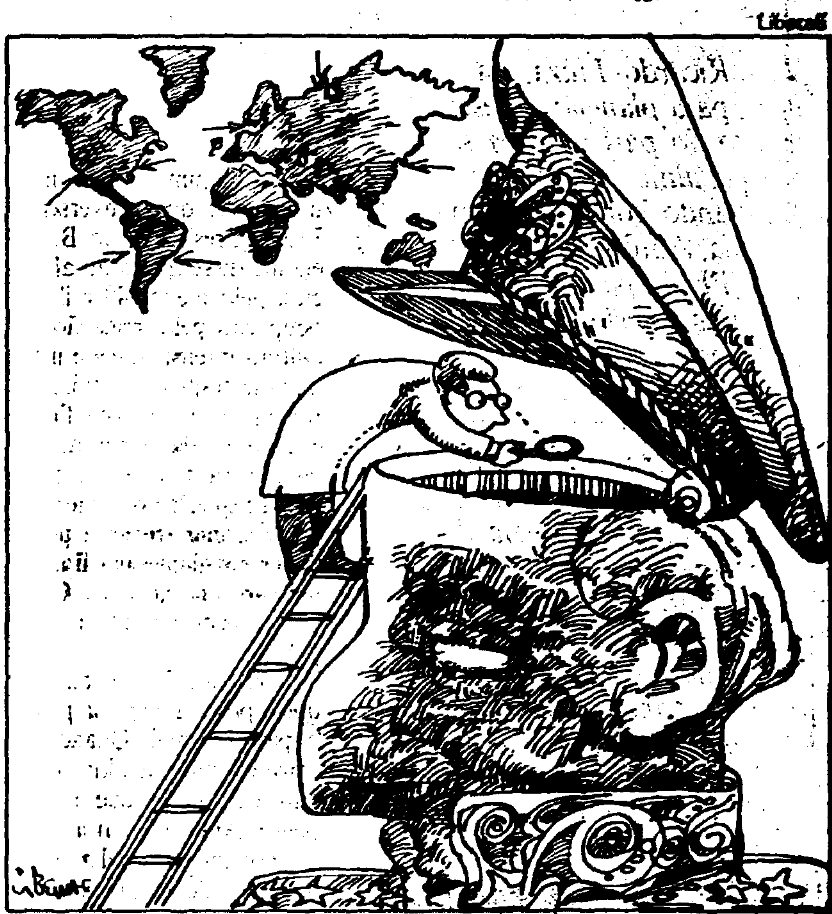
BRASÍLIA — O Maracanãzinho, lotado, era uma vaia só. Vinte mil pessoas protestavam, havia mais de 15 minutos, contra a vitória da doce *Sabiá*, a música de Tom Jobim e Chico Buarque que derrotou, na opinião do júri do Festival Internacional da Canção, a incendiária *Caminhando*, de Geraldo Vandré. O hino dos que "acreditam nas flores vencendo os canhões" conquistara corações e mentes de uma geração inquieta que pensava que esperar não é saber. Eles estavam roucos de tanto gritar, naquela noite abafada de domingo, 29 de setembro de 1968.

No outro lado da cidade, os generais estavam roucos de tanto ouvir. Naquele domingo, na Praia Vermelha, na Urca, os comandantes de todos os soldados armados do continente encerravam discretamente a 7ª Conferência dos Exércitos Americanos (CEA). O representante do Brasil era o chefe do Estado-Maior do Exército (EME), general Adalberto Pereira dos Santos. O americano era o general William Westmoreland, que deixara o Vietnã para ensinar no Rio como se combatia o comunismo: "Nossa experiência demonstrou que as Forças Armadas devem freqüentemente assumir o papel principal e empregar sua capacidade para ajudar o povo a ajudar-se a si mesmo." Dois meses depois, o Brasil ganhava dos militares a ajuda do AI-5.

Agora, 24 anos depois, os militares voltam a se encontrar no Brasil. A 20ª CEA, aberta no dia 16 com a mesma discrição no QG do Exército em Brasília, aplicará pela primeira vez o novo regulamento aprovado no ano passado em Washington. Em vez de "garantir o continente contra a ação agressiva do Movimento Comunista Internacional", o Artigo 2º dos 40 que integram o regulamento secreto da CEA agora define assim a missão dos militares da América: "...possibilitar a segurança e a defesa contra as ameaças à paz, à segurança e à democracia."

"O comunismo deixou de ser um problema para os nossos exércitos", reconhece o chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, general Antônio Joaquim Soares Moreira, anfitrião e presidente da conferência. "As prioridades, agora, são a pobreza e a distribuição de renda, ao lado da nova ordem mundial", completa o general, dando o tom do encontro que vai reunir em seis conferências especializadas, ao longo de dois anos, os oficiais de 23 países do continente, à exceção de Cuba e da Nicarágua. O final sol[illegible] CEA, com a presença dos co[illegible]ntes-em-chefe em Brasília, ser[illegible] novembro de 1993.

Int[illegible]ão — O intercâmbio era gra[illegible] os exércitos do continente [illegible]ia consenso sobre o inimigo, mas pouca eficácia nas ações. O Brasil começou a dar o exemplo com a criação, em 1969, da Operação Bandeirantes (Oban) em São Paulo, integrando a repressão e as informações das três forças e da polícia política, financiadas por corporações nacionais e multinacionais. O sucesso da Oban levou o I Exército, no Rio, a criar em 1970 o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi), que combatia a guerrilha nas ruas com seus temidos Destacamentos de Operação de Informação (DOI).



A teoria de guerra revolucionária começou a preocupar os exércitos no meio dos anos 60, e virou disciplina nas escolas a partir de 65. Em 1956, ano em que JK começava seu governo de anistia, a Eceme não tinha um único curso sobre comunismo ou guerrilha. Em 66, no governo Castello Branco, o curso já previa 222 horas/ano de aulas sobre segurança interna, com outras 129 dedicadas à luta antiguerrilha. A guerra convencional era tema de apenas 24 horas de aula.

Na CEA de 89, o tema central ainda era terrorismo. Na reunião de 91, o foco mudou para preservação da democracia e "a nova orientação ideológica no mundo comunista", abalado pela perestroika de Gorbatchev. "A cada conferência, o temário fica mais técnico e menos político. Eu, pessoalmente, prefiro mais falar de artilharia que de ideologia", brinca o general Gleuber Vieira, secretário da CEA. Na pauta da CEA hoje está a formação de blocos ou alianças econômicas — tipo Mercosul ou Comunidade Européia — e a luta contra o narcotráfico.

Democracia hoje agrada a generais

Houve um tempo, no continente americano, em que democracia era coisa de comunista. Na década de 70, todos os países latino-americanos — com exceção do México, da Costa Rica e da Venezuela — eram regidos por generais, juntas ou assemelhados militares. E todos, fora Fidel Castro, regados no anticomunismo. Pelo Forte Gullick, na Zona do Canal do Panamá, onde funcionava o Colegio de las Américas, passaram 71.651 militares do continente ao longo de 15 anos. Em outubro de 1973, um mês depois do golpe de Pinochet no Chile, um de seus diretores dizia: "Temos 170 diplomados de nossa escola em funções de chefe de Estado, ministro, comandante-em-chefe das Forças Armadas ou na direção dos serviços de inteligência de seus países, neste exato momento."

Hoje, sem comunistas no horizonte ou debaixo da cama, os militares voltaram aos quartéis. "Isso demonstra o nível de amadurecimento político [illegible] nossos países [illegible] CEA [illegible] democ[illegible] [illegible]orerá." [illegible] promoções no Alto Comando [illegible] o maior destaque na imprensa [illegible] e agora são assunto de rotina. Os militares só saem de seus limites constitucionais quando há vácuo de poder, o que não existe no Brasil. E [illegible] é muito bom."

Expulsão — O regulamento da CEA, lembra o general Gleuber, estabelece a expulsão do exército do país que tiver sofrido ruptura institucional. Por isso Cuba jamais integrou a CEA, criada em 1960, dois anos após a derrubada de Batista pelos guerrilheiros de Sierra Maestra. O Brasil c[illegible] AI-5, que puniu 1.607 pessoas, cass[illegible] [illegible] políticos e censurou 500 filmes, [illegible] peças e 200 livros, nunca passou por este constrangimento. "Este [illegible] é um pouco elástico, mas a [illegible] deve ser permanente e o Congresso brasileiro foi reaberto em 69."

"A Nicarágua foi excluída com a revolução dos sandinistas e agora, com a eleição da presidenta Violeta Chamorro, já está em condições de voltar à CEA." O Peru de Alberto Fujimori é uma dor de cabeça para a CEA, que deve estudar o caso na reunião de maio, na Guatemala.

Do molotov ao jetski

O Brasil e o mundo andaram em marcha batida desde 1968, o ano que não terminou para muita gente. Pela primeira vez, acontecia em solo brasileiro uma Conferência dos Exércitos Americanos, que 24 anos depois volta ao Brasil, desta vez em Brasília. Algumas diferenças entre fatos e pessoas neste quase quarto de século:

	1968	1992
Poder	Gen. Costa e Silva	Pres. Fernando Collor
Lei	AI-5	Constituição
Justiça	Gama e Silva	Célio Borja
EUA	Lyndon Johnson	George Bush
Moscou	Leonid Brejnev	Boris Yeltsin
General	Vo Nguyen Giap	Norman Schwarzkopf
Frente	Ampla	Liberal
Música	*Caminhando*	*Pense em mim*
Cantora	Nara Leão	Marisa Monte
Banda	The Beatles	Guns'N Roses
J.Passarinho	Ministro do Trabalho	Senador do PDS
Delfim Netto	Ministro da Fazenda	Deputado do PDS
Escola campeã	Mangueira	Estácio de Sá
Craque	Pelé	Raí
Guru	Herbert Marcuse	Paulo Coelho
Proteção	Pílula	Camisinha
Droga	Maconha	Crack
Geração	Paissandu	Shopping
Filme	*Macunaíma*	*O silêncio dos inocentes*
Teatro	*Roda viva*	*O mistério de Irma Vap*
Atriz	Norma Bengell	Sílvia Pfeifer
Patrulha	Ideológica	Ecológica
Mania	Molotov	Jetski
Frase	"É proibido proibir"	"Caiu do céééuuuu"

Tensão e distensão

A mais temida coalizão de forças militares das Américas nasceu em 1960, numa reunião "amigável" convocada pelo general T.F. Bogart, comandante do Exército Americano do Sul, baseado na Zona do Canal do Panamá, sede das três primeiras conferências. Na pauta das 20 conferências realizadas nestes 32 anos, só esta reunião de Brasília, que começa agora, não inclui termos como subversão, guerrilha ou comunismo. A tensão e a distensão podem ser anotadas neste quadro que relaciona os temas principais da maior parte das reuniões:

1960 — Forte Amador, Panamá: integração dos exércitos;
1961 — Forte Amador, Panamá: doutrina contra agressão comunista;
1963 — Amador, Panamá: difusão de informações sobre comunismo;
1964 — Point, EUA: preparação para luta contrarrevolucionária;
1969 — agg, EUA: estudo da subversão comunista;
1973 — : estratégia contra a subversão;
1974 — déu: agressão comunista e guerrilha urbana;
1976 — ua: subversão comunista;
1980 — ington: subversão, operações psicológicas;
1982 — acas: apoio comunista externo à subversão na América, segurança anticomunista;
1984 — Santiago: papel do exército na sociedade democrática, subversão na América Latina, coalizão para defesa;
1987 — Mar del Plata, Argentina: combate ao terrorismo;
1989 — Guatemala: terrorismo na América Central;
1991 — Washington: papel dos exércitos na preservação da democracia, a nova orientação ideológica do comunismo;
1992 — Brasília: a nova ordem mundial, formação de blocos e alianças econômicas, narcotráfico, acesso à tecnologia.

Flores desmente intenção de golpe entre militares

BRASÍLIA — O ministro da Marinha, almirante Mário Cesar Flores, afirmou ontem que não existe dentro das Forças Armadas brasileiras qualquer espírito golpista e pediu que as pessoas deixem de relacionar o descontentamento das tropas com os baixos soldos a uma eventual ameaça de intervenção militar. Falando por telefone de sua residência ao **JORNAL DO BRASIL**, o almirante Mário Flores disse que não concorda com qualquer discurso que associe a preocupação salarial dos militares com uma discordânciada da política salarial do governo. "É lógico que o país atravessa uma fase difícil, todo mundo está com a corda no pescoço, mas não são apenas os militares, e sim todos os brasileiros que recebem um salário", afirmou Flores.

"Não há nenhuma razão para intranqüilidade, francamente não há", garantiu Flores. O ministro disse que é bobagem falar em crise militar e considerou um despropósito comparar o atual momento político do país com os problemas enfrentados pela Venezuela e Peru. "Vamos parar com isso, não existe esse negócio de crise militar, não tem nada disso", pediu Flores.

Muito bem humorado, o ministro disse que os militares têm perfeita compreensão das dificuldades econômicas do país, pretendem continuar colaborando com a política do ministro Marcílio Marques Moreira e elogiou a postura de estadista do presidente Fernando Collor. "Esses problemas devem continuar assim, até que um dia possam ser resolvidos com tranqüilidade", argumentou. "É assim a gente vai levando", emendou.

O ministro disse que as negociações salariais pela melhoria dos soldos dos militares estão sendo conduzidas pelo general Antônio Luiz da Rocha Veneu, ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, e negou que tenha havido uma reunião, no último dia 23, entre membros da equipe econômica — entre eles o secretário executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio [illegible], o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, e o secretário de Planejamento, Pedro Parente — com o Alto Comando da Marinha — como foi publicado ontem pelo JORNAL DO BRASIL. "Eu passo os olhos pela matéria e posso garantir a você que não existiu essa reunião", garantiu Flores.

01-01

9203741

Masiva explotación

BRASILIA. (EFE).- Más de un millón de campesinos brasileños no son remunerados por su trabajo, según un estudio sobre la violencia en las zonas rurales elaborado por una Comisión Investigadora del Parlamento, informó ayer el diario "Jornal do Brasil".

En Brasil trabajan 5.200.000 campesinos que ganan menos del salario mínimo y 1.300.000 que ni siquiera reciben salario, dice el informe de la comisión, que fue votado y aprobado el jueves por sus integrantes.

La Iglesia Católica y diversos organismos internacionales de defensa de los derechos humanos han denunciado en varias ocasiones la existencia de esclavitud en las zonas rurales de Brasil.

La lucha por la tierra, que en los últimos dos años ha sido la causa del asesinato de 63 campesinos tan solo en el estado de Maranhao -nordeste del país- es la responsable de la explotación laboral en las zonas rurales, según la investigación del Congreso.

El informe de la comisión especial indica además que estos conflictos rurales se incrementan ante la omisión del Ministerio Público y la morosidad del Gobierno Federal en reglamentar los artículos sobre reforma agraria consagrados por la Constitución.

"Una de las razones que alimentan la violencia en el campo es la ausencia, la omisión o la mala actuación del poder público, en especial del Ministerio Público", dice la investigación.

Según el informe, existen en Brasil aproximadamente 23 millones de trabajadores rurales con edad superior a 10 años, de los cuales tan sólo ocho millones poseen pequeñas propiedades. ■

LM
24/04/92
10046
11165

Alarmante cifra de mortalidad infantil

BRASILIA. (ANSA, EFE y Reuter).- Medio millón de niños menores de cinco años mueren anualmente en los países latinoamericanos por enfermedades originadas por la pobreza, informó ayer el coordinador del programa materno-infantil de la Organización Panamericana de Salud (OPS), Jono Yunes.

Yunes intervino en la reunión internacional para el control de los programas gubernamentales de combate a la mortalidad infantil y a la desnutrición, que comenzó el miércoles en Brasilia con la participación de representantes de 30 países.

El especialista de la OPS dijo que los datos sobre las consecuencias sanitarias de la pobreza en los niños son alarmantes en la mayoría de las naciones americanas.

En este sentido, destacó que la diarrea mata anualmente a medio millón de niños menores de cinco años, de los que cerca de 55.000 mueren sólo en Brasil.

Explicó que los estudios de la OPS muestran que en 21 países de la región la principal causa de la muerte de bebés menores de un año son las enfermedades adquiridas antes o durante el parto, la desnutrición e infecciones respiratorias, mientras que entre uno y cinco años el principal problema es la diarrea.

El origen de las altas tasas de mortalidad infantil y de desnutrición es la reducción en la década pasada de las inversiones gubernamentales en programas sociales de salud y educación, que en algunos casos alcanzó el 40 p[illegible] ciento, señaló el experto.

Añadió que los gobiernos te[illegible]drán que aumentar los recur[illegible] destinados al área social pa[illegible] cumplir las metas prioritari[illegible] acordadas en una reunión de pr[illegible]sidentes en la ONU, que fijó co[illegible] objetivo para esta década redu[illegible] el 30 por ciento la tasa de morta[illegible]dad infantil y el 50 por ciento [illegible] mortalidad materna y la desnu[illegible]ción.

Destacó que la situación es m[illegible] diferente en cada país del con[illegible]nente, porque, mientras en Cana[illegible] o Cuba el índice de mortalid[illegible] infantil es menor al 10 por mil, [illegible] regiones de Bolivia y Brasil muere[illegible] más de 100 niños por cada m[illegible] nacimientos.

02-C2

ZH

19.04.92

10046

11166

CPI exige rigor contra extermínio

A Comissão de Inquérito que investigou a morte violenta de crianças no Brasil tem propostas para tentar, pelo menos, amenizar a tragédia

TINA LEMOS

Brasília/ZH

A inclusão do homicídio contra os menores de 21 anos na lista dos crimes inafiançáveis e sem direito a *habeas-corpus* é uma das saídas apontadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do extermínio de menores para tentar reverter o quadro de 4.611 mortes violentas de crianças nos últimos três anos no País, numa média de quatro assassinatos por dia. Após dez meses de trabalho, a CPI constatou uma verdadeira indústria de extermínio de menores no Brasil, com a freqüente participação no massacre de policiais civis e militares.

Pelos dados do relatório final da CPI, 82% dos meninos assassinados são negros. Além de negra, a vítima típica de extermínio é pobre, do sexo masculino, e busca na rua a sobrevivência ou a complementação da renda familiar. A Comissão Parlamentar de Inquérito verificou também que a maioria das mortes envolvendo crianças obedece a um verdadeiro ritual de tortura: olhos são arrancados, corpos são queimados antes e depois da execução, em geral praticada com armas de fogo.

O Estado do Rio de Janeiro encabeça as estatísticas de assassinatos de crianças e adolescentes. A CPI constatou a existência de grupos de extermínio em ação na Baixada Fluminense. São matadores profissionais que formam um poder paralelo, com mais força do que as autoridades constituídas. Eles garantem sua impunidade calando as testemunhas dos seus crimes através de ameaças ou da execução sumária.

DESINTERESSE — Em 1985, um estudo do Núcleo de Violência da Universidade de São Paulo apontava que, em cada 100 mil habitantes entre 15 e 19 anos, 19,4 teriam sido vítimas de homicídios. O Núcleo de Estudos da USP constatou também o crescimento do extermínio de menores no Estado de São Paulo. Em 1989, havia um assassinato de criança ou adolescente a cada três dias. Em 1991, passou a haver um homicídio a cada dois dias. A pesquisa revelou que a maioria desses crimes não é apurada por total desinteresse das autoridades estaduais.

O relatório da CPI do extermínio constatou que a atuação de policiais está em terceiro lugar no homicídio de crianças e adolescentes. Foram apuradas denúncias contra policiais que eliminam os trabalhos de investigação, integram grupos de extermínio e recebem dinheiro de comerciantes para assassinar menores. O "trabalho" deles acontece através da exploração dos meninos de rua, da tortura em delegacias e da execução sumária. Também foi apurada a prática de segurança privada por policiais.

CPI aponta 4.611 mortes de crianças

A presidente da CPI que investigou o extermínio de crianças entrega o relatório, que impressionou o procurador da República

AE/ZH

O presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), recebeu, ontem, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou durante o ano passado o extermínio de menores no Brasil. O relatório, entregue pela presidente da CPI, deputada Rita Camata (PMDB-ES), mostra que nos últimos três anos foram mortas 4.611 crianças e solicita ao Ministério Público o indiciamento de 110 pessoas do Rio de Janeiro e 18 de São Paulo, acusadas de assassinarem menores. O relatório da CPI do extermínio contém também um pedido ao deputado Ibsen Pinheiro de liberação do deputado federal Avenir Rosa (PDC-RR) para responder inquérito na Justiça comum pelo envolvimento em adoções ilegais de crianças no Distrito Federal.

O relatório final da CPI da Câmara dos Deputados que investigou o extermínio de menores, entregue ontem ao deputado Ibsen Pinheiro, aponta mais de 100 nomes envolvidos com a matança de crianças e propõe mudanças na legislação para punir mais severamente os crimes praticados contra menores.

Logo após a entrega do relatório, a presidente da CPI, deputada Rita Camata, encaminhou pessoalmente a relação dos implicados ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, pedindo pressa nos processos e punição exemplar aos culpados.

O relatório, de 142 páginas, que levou dez meses para ser concluído, propõe uma emenda constitucional que remete para a Justiça comum o julgamento, em tempos de paz, de crimes praticados por militares contra civis. A deputada lembrou que grande parte dos grupos de extermínio são formados por policiais militares que, segundo ela, "jamais receberam uma punição capaz de conter a violência gerada pela impunidade".

HEDIONDO — Entre outras medidas propostas pela CPI está a classificação, como crime hediondo, da violência contra menores, o que garantiria penas mais duras aos criminosos.

Quanto aos aspectos estruturais, a CPI concluiu que a questão do menor passa pela implementação de uma reforma agrária urgente e abrangente, uma política salarial justa, e investimentos em educação, habitação, saneamento, saúde e segurança. No entanto, mesmo esses graves problemas estruturais não justificam o genocídio que hoje a sociedade presencia, aterrorizada, declarou a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), membro da CPI.

O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, rebateu as acusações de que as CPIs nunca deram em nada. "Só o fato de termos colocado na ordem do dia das preocupações nacionais esse tema já nos gratifica", afirmou.

IMPRESSIONADO — As 142 páginas do documento final da CPI impressionaram o procurador-geral da República, Aristides Junqueira. "Estão matando o futuro do Brasil", afirmou, após ler o relatório. Segundo o documento, são assassinadas 1.460 crianças por ano no Rio de Janeiro e 730 outras em São Paulo, o correspondente a 4,2 crianças mortas por dia no Rio e duas em São Paulo.

Nos últimos três anos, segundo o relatório da CPI, morreram 4.611 menores no Brasil e, desse total, 3.781 eram negros. Conforme a deputada Rita Camata, a conseqüência seria a punição dos acusados pela matança de crianças, o que foge da alçada da CPI — mas é possível ao Ministério Público.

"Com esses documetos, a Procuradoria já tem indícios para investigar mais profundamente", afirmou o procurador Aristides Junqueira. "Antes de tomar qualquer atitude é preciso saber o que é da competência do Ministério Público Federal ou dos procuradores nos Estados", frisou. Essa avaliação já começou a ser feita, ontem, pela Coordenadoria de Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos, da Procuradoria Geral da República. (AJB-ABR-AE)

9203743

01-01

ZH
16/04/92
10096
11165

BRASILEIROS VÃO EM MASSA AO JAPÃO

A avalanche de brasileiros, sobretudo de ascendência japonesa, que resolvem trabalhar no Japão, levou a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa a criar em São Paulo um centro de informações e de orientação para essas pessoas, que naquele país são chamadas de dekasseguis. O objetivo é fazer com que esses trabalhadores não desembarquem às cegas no aeroporto de Narita, em Tóquio, sem a mínima informação. O Centro começou a funcionar no dia 1º deste mês e fornece o máximo de detalhes aos brasileiros e, sobretudo, os endereços de apoio no Japão. (AJB)

01.01

BID alerta para destruição da Amazônia

A destruição da região amazônica e uma perda ambiental para o planeta serão "inevitáveis e irreversíveis, caso não haja um desenvolvimento sustentável que enfrente as desigualdades e a pobreza na América do Sul", frisa um informe revelado, ontem, em Washington, que destrói os mitos sobre a região e pede uma ampla cooperação mundial.

A região amazônica inclui partes dos territórios do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Metade da riqueza biológica do planeta e entre 15 a 20% da água doce da Terra estão na Amazônia. O informe "Amazônia Sem Mitos" foi apresentado numa cerimônia na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "A pobreza e as desigualdades humanas são forças fundamentais nos processos de ocupação e destruição da Amazônia", afirma o documento — que pede à comunidade internacional a canalização de recur- [illegible]

(AFP)

ZH

09/04/92

10046

11165

Bahia é recordista em número de conflitos no campo

A Bahia registra um recorde macabro: é o primeiro Estado do País em número de conflitos no campo e o segundo em assassinatos ocorridos em áreas rurais. Nos últimos quatro anos, foram contabilizados na Bahia 334 conflitos, 65 homicídios e encontradas 800 famílias em trabalho escravo. Somente no ano passado foram 55 assassinatos. "Isso mostra que as coisas estão piorando", disse o subprocurador-geral da República, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, que participou, ontem, do encerramento do Fórum contra a Violência no Campo.

O subprocurador saiu do encontro carregando uma pasta com 30 denúncias de conflitos agrários para serem encaminhadas ao Ministério Público. "Há um descrédito absoluto com as instituições, o que representa um estímulo ao desespero que pode levar a uma convulsão social", afirmou. Este grave quadro assume contornos mais sinistros com as acusações feitas pelo deputado estadual da Bahia Geraldo Simões (PT), presidente da CPI que investiga a violência no campo.

"Existe uma cumplicidade de membros do Judiciário na Bahia com os grandes proprietários e grileiros, o que contribui para gerar um clima de impunidade e gerar mais violência nestas regiões", acusou o deputado Simões.

O deputado lembrou o caso do juiz do município de Canavieiras (a 589 quilômetros de Salvador), Antônio Cândido, protetor, segundo ele, do grileiro José Pereira de Oliveira, que quer as terras de Fernando Ribeiro de Matos. "Mesmo sem existir uma sentença final sobre este processo, o juiz Cândido autorizou o policial militar Jacksom Alves dos Santos e um funcionário do juizado, conhecido como Cosme, a invadir e incendiar a casa do sítio São Boaventura, onde há 30 anos mora Fernando Matos", afirmou Simões.

REVOLTA — Em Sento Sé (a 615 quilômetros de Salvador), a população ficou revoltada com o [illegible]to de Antônio G[illegible] de Oliveira, morto no dia 21 de [illegible] de 1988 pelo fazendeiro [illegible] Queiroz, membro [illegible], segundo o deputado [illegible] de desembargadores e [illegible]. O julgamento do caso só foi [illegible] para o dia 25 de [illegible] após uma grande [illegible] Católica, Anistia [illegible] OAB. A cinco d[illegible], porém, o juiz C[illegible] da foi afastado pel[illegible] do Tribunal da [illegible] Paulo Furtado. "[illegible] estranho e ningu[illegible] cativas para isso", [illegible] do Geraldo Simões. (A[illegible])

01-01

9203746

Sem-teto esperam há 7 meses casas prometidas

Maurício Lara

SABARÁ, MG — Primeiro eles acamparam nas escadarias e jardins da Igreja Matriz de São José, no Centro de Belo Horizonte, em julho do ano passado, onde ficaram um mês jurando só sair para um terreno definitivo. Depois, negociaram com as autoridades e concordaram em ficar na Fazenda Marzagão, neste município da região metropolitana, por um prazo máximo de 90 dias até serem levados para um lugar definitivo. Sete meses depois, 250 famílias estão ainda no mesmo lugar, debaixo de lonas de plástico preto, sem água, luz, esgoto, escola ou posto médico.

"Não tinha e nem tenho para onde ir. Vamos ficar sofrendo aqui até resolver", resigna-se a costureira Inês Caldeira, de 38 anos, que mora debaixo de uma lona preta com os filhos Maria de Fátima, 10 anos, e Cleidson, 9. Ela se incorporou ao movimento dos sem-casa desde que não aguentou mais pagar aluguel e tem uma história parecida com a de milhares de sem-casa que habitam 17 acampamentos semelhantes espalhados pela região metropolitana, de acordo com cálculos da Federação das Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte (Famobh).

Conjunto — Quem está acampado na Fazenda Marzagão conta as horas para mudar para a Fazenda Mariquinhas, na Zona Norte de Belo Horizonte, onde a Secretaria de Habitação promete criar um novo acampamento dotado de uma infra-estrutura mínima, até que seja construído um conjunto habitacional no local, cujas casas serão vendidas com financiamento da Cohab-MG. "Do novo acampamento eles assistirão à construção do conjunto que habitarão", garante o coronel Leone Afonso Silveira, assessor da recém-criada Secretaria Estadual de Habitação e coordenador dos projetos da Fazenda Marzagão e do bairro Ribeiro de Abreu, onde mais 600 famílias vivem sob lonas pretas.

Ele afirma que no decorrer do mês de abril serão levadas as famílias que têm crianças em idade escolar. "As escolas daqui de perto não quiseram aceitar os meninos do Marzagão. Se falar que mora aqui não arranja nem emprego", disse a costureira Inês. A Fazenda Marzagão fica a 10 quilômetros do centro de Sabará e a onze da Igreja São José, onde os sem-casa pressionaram o governo e conseguiram o compromisso de uma solução.

"Eles foram enganados. Pegaram todos na Igreja São José, colocaram em caminhões e despejaram ali. Esperavam uma área pelo menos com água e luz", avaliou o secretário de Cultura e Turismo de Sabará, Luiz Carlos Pires. A prefeitura procura ignorar a presença dos acampados no município. "A posição da prefeitura é de rejeição total. Não queremos diálogo com eles, apesar de entendermos a questão humanitária. Colocá-los ali foi uma atitude desumana. É uma irresponsabilidade da Cohab e não vamos assumi-los", acusa Pires.

Água — No acampamento, as famílias dependem de uma única nascente para colher água. "O dia todo eu busco água e lavo roupa", conta a viúva Elvira de Matos Pereira, 46 anos, acompanhada de um filho de 4 anos [illegible] no local [illegible] lugar de um filho casado que conseguiu trabalho na vizinha Baldim.

A costureira Inês só sai da Fazenda Marzagão quando tem trabalho certo em Belo Horizonte, para economizar os Cr$ 1.700 da condução. Os dois filhos dela estão sem escola e passam os dias entre os barracos de lona. "A diversão deles é buscar água na bica", disse Inês. Ela está no acampamento com todos os seus pertences. "Tudo o que eu tenho de mudança está aqui", afirma, enumerando: duas camas com espumas, um fogão, uma cômoda, um guarda-roupa, um liquidificador estragado e um rádio sem pilhas.

Inês consegue ganhar um salário mínimo por mês como costureira e mostra-se disposta a pagar uma prestação mensal pela casa que a Cohab prometeu construir. "Nossa esperança é que a Cohab decida isso logo pelo menos para meus meninos estudarem", afirma.

País revive história trágica de Tiradentes

200

A caminhada de Tiradentes para a forca foi revivida ontem, pela quinta vez consecutiva, por 75 atores e figurantes, nas ruas do Centro do Rio. No ano do bicentenário da morte do inconfidente, o evento contou com mais 30 atores e encenação mais requintada. Damas antigas, índios, padres e soldados do Brasil-Império acompanharam o alferes acorrentado pelas ruas do Centro, até a Praça Tiradentes, onde foi simulada a execução. Das sacadas dos sobrados — enfeitadas com bandeiras — figurantes com roupas de época gritavam: "Liberdade".

Organizada pela Sociedade de Amigos da Rua da Carioca, a *Caminhada histórica de Tiradentes* foi acompanhada por cerca de 500 pessoas. Pela primeira vez, a homenagem contou com a presença de um descendente de sétima geração de Tiradentes, o pesquisador de música Luís Fernando Vieira. Ele lamentou que a Inconfidência Mineira não tenha se concretizado no país, "que sofre a influência do colonialismo americano".

A encenação começou nas escadarias da Assembléia Legislativa — na época, uma prisão, onde o alferes passou os últimos três anos de sua vida— ao som do Hino da Independência, tocado nos sinos da Igreja de São José. A *troupe* de *Tiradentes* seguiu pela Rua da Assembléia, cruzou a Avenida Rio Branco e alcançou a Rua da Carioca. A Banda da Sarca participou da caminhada, tocando um samba-enredo da Império Serrano, gravado por Elis Regina, que fala sobre a Inconfidência Mineira.

Encenando o que aconteceu há 200 anos, um dos atores *leu a sentença de morte* da sacada do mesmo sobrado onde aconteceu o fato, hoje ocupado pela pastelaria Vitória II. Ao som de tambores, *Tiradentes* foi levado, depois, à Igreja de Nossa Senhora da Lampadosa, onde recebeu a última bênção, e, em seguida, à Praça Tiradentes, onde foi simulada a execução.

Por iniciativa própria, Maria Teresa Vieira, proprietária de uma oficina de arte na Rua da Carioca, vestiu 15 pessoas de preto e pendurou na fachada da oficina uma faixa com a frase "Desculpe, Tiradentes". O presidente da Sarca, Roberto Couri, disse que a Secretaria de Cultura do estado contribuiu com Cr$ 2 milhões dos Cr$ 12 milhões gastos no evento.

Também ontem, cinco mil litros de água e 20 litros de sabão foram usados para lavar a estátua de Tiradentes, em frente à Assembléia Legislativa, no Centro — curiosamente, a estátua existente na Praça Tiradentes é de Dom Pedro I. Segundo a diretora da Escola Municipal Tiradentes, Lúcia Aurora Santos, o ato é promovido há 17 anos pela escola e pela Polícia Militar — Tiradentes é patrono das PMs de todo o país. Duas crianças subiram em uma plataforma móvel cedida pelo Quartel Central do Corpo de Bombeiros para dar início à faxina.

Carlos Mesquita



Setenta e cinco atores e figurantes participaram do espetáculo no Centro do Rio

Z4 15CC29
21/04/92
10C46
11105

Favelados saqueiam supermercados

☐Um grupo com quase cem pessoas invadiu dois estabelecimentos num bairro carioca, ontem de madrugada. Vinte foram detidos

O supermercado Rio e o mercado Maré Mansa foram saqueados entre o final da noite de terça-feira e a madrugada de ontem, no bairro Jabour, em Senador Câmara, Zona Oeste do Rio, por centenas de moradores das favelas da Coréia e do Rebu, naquela região. Vinte pessoas, seis das quais menores de idade, foram detidas no interior do Maré Mansa e levadas para a 34ª DP (Bangu), sob a acusação de desrespeito ao artigo 155 do Código Penal: furto.

A grande maioria dos 14 adultos detidos era composta de mulheres, que apontaram a pobreza como justificativa para sua participação nos roubos. A polícia acredita que ambos os saques tenham sido praticados pelas mesmas pessoas. Os cerca de cem saqueadores entre homens, mulheres e crianças —, invadiram primeiro o supermercado Rio, na Rua Engênio Paiva 227, em frente à estação de Senador Câmara, por volta das 22h de anteontem. Depois, por volta das 2h de ontem, eles seguiram para o Maré Mansa, na Rua Raul Azevedo 100, também em Senador Câmara, a cerca de um quilômetro da outra loja.

ARROMBAMENTO — Em ambos os estabelecimentos, os invasores, usando picaretas e pé-de-cabra, arrombaram as portas de aço e entraram, sem que os vigias pudessem fazer qualquer coisa. Os participantes do saque espalharam, pelo chão, as garrafas, latas de óleo, pedaços de carne, sacos de arroz, sacos de feijão e outras mercadorias que não puderam carregar. Na pressa de fugir, abandonaram vários pares de chinelos no interior das lojas.

Ao ver seu mercado arrombado, o portugues Antônio Alves Serápico, 38 anos, proprietário do Maré Mansa há um ano e meio, teve dificuldades em calcular os prejuízos: "Não sei, mas acho que ficou entre Cr$ 50 milhões e Cr$ 100 milhões. Eles (os saqueadores) roubaram macarrão, arroz, leite em pó, vinagre e bebidas, tudo," resumiu Antônio Serápico, patrão de dez funcionários.

Camelôs enfrentam a PM em Recife

☐Um dia de cão nas ruas centrais da capital de Pernambuco: camelôs e PMs se enfrentaram de manhã e à tarde. Houve quebra-quebra e prisões

O centro de Recife viveu, ontem, um dia de muitos tumultos. Camelôs e policiais militares se enfrentaram em vários momentos, pela manhã e à tarde, obrigando todo o comércio a fechar as portas. Uma loja de tecidos teve uma vidraça quebrada, vários pequenos estabelecimentos foram saqueados e dois ônibus da Companhia de Transportes Urbanos (CTU) da Prefeitura de Recife foram apedrejados por pessoas que integravam a manifestação dos vendedores ambulantes. Sete camelôs foram presos.

O motivo dos tumultos é o projeto da prefeitura de revitalizar o centro da capital pernambucana. Para o prefeito Gilberto Marques Paulo (PFL), que conta com o apoio do Clube de Diretores Lojistas de Recife, os principais responsáveis pela falta de limpeza e conservação do centro da cidade são os vendedores ambulantes. Na noite do último sábado, aproveitando a hora de pouco movimento, a prefeitura fechou com tapumes de madeira a entrada de [illegible] centrais — que terão, [illegible] de esgoto e energia elétrica recuperadas.

PASSEATAS — Segundo representantes dos camelôs, mais de dois mil dos cinco mil que trabalham no centro de Recife perderam o local de trabalho só nesta primeira etapa do projeto. O projeto, que vinha sendo estudado há quatro meses, não foi discutido o suficiente com os camelôs. As alternativas propostas pela prefeitura aos ambulantes não foram aceitas. Eles poderão ser transferidos, de acordo com o projeto do governo municipal, para áreas nos pátios das feiras, nos subúrbios.

"Só vamos negociar com a prefeitura depois que recebermos as mercadorias e barracas retiradas à força pelos fiscais", advertiu ontem à noite Elias Carvalho de França. Ele faz oposição ao presidente do sindicato dos camelôs, Amaro Cosme da Silva, acusado de colaborar com a prefeitura.

França revelou que nesta quarta-feira os camelôs se reunirão no centro da cidade e partirão em passeata para o prédio da prefeitura, que ontem permaneceu fechado. À tarde, será a vez do palácio do governo do estado ser invadido pelos camelôs, segundo França. (AE)

01-01

Favelados saqueiam supermercados

□Um grupo com quase cem pessoas invadiu dois estabelecimentos num bairro carioca, ontem de madrugada. Vinte foram detidos

O supermercado Rio e o mercado Maré Mansa foram saqueados entre o final da noite de terça-feira e a madrugada de ontem, no bairro Jabour, em Senador Câmara, Zona Oeste do Rio, por centenas de moradores das favelas da Coréia e do Rebu, naquela região. Vinte pessoas, seis das quais menores de idade, foram detidas no interior do Maré Mansa e levadas para a 34ª DP (Bangu), sob a acusação de desrespeito ao artigo 155 do Código Penal: furto.

A grande maioria dos 14 adultos detidos era composta de mulheres, que apontaram a pobreza como justificativa para sua participação nos roubos. A polícia acredita que ambos os saques tenham sido praticados pelas mesmas pessoas. Os cerca de cem saqueadores entre homens, mulheres e crianças —, invadiram primeiro o supermercado Rio, na Rua Engênio Paiva 227, em frente à estação de Senador Câmara, por volta das 22h de ontem. Depois, por volta das 2h de ontem, eles seguiram para o Maré Mansa, na Rua Raul Azevedo 100, também em Senador Câmara, a cerca de um quilômetro da outra loja.

ARROMBAMENTO — Em ambos os estabelecimentos, os invasores, usando picaretas e pé-de-cabra, arrombaram as portas de aço e entraram, sem que os vigias pudessem fazer qualquer coisa. Os participantes do saque espalharam, pelo chão, as garrafas, latas de óleo, pedaços de carne, sacos de arroz, sacos de feijão e outras mercadorias que não puderam carregar. Na pressa de fugir, abandonaram vários pares de chinelos no interior das lojas.

Ao ver seu mercado arrombado, o portugues Antônio Alves Serápico, 38 anos, proprietário do Maré Mansa há um ano e meio, teve dificuldades em calcular os prejuízos: "Não sei, mas acho que ficou entre Cr$ 50 milhões e Cr$ 100 milhões. Eles (os saqueadores) roubaram macarrão, arroz, leite em pó, vinagre e bebidas, tudo," resumiu Antônio Serápico, patrão de dez funcionários.

Camelôs enfrentam a PM em Recife

□Um dia de cão nas ruas centrais da capital de Pernambuco: camelôs e PMs se enfrentaram de manhã e à tarde. Houve quebra-quebra e prisões

O centro de Recife viveu, ontem, um dia de muitos tumultos. Camelôs e policiais militares se enfrentaram em vários momentos, pela manhã e à tarde, obrigando todo o comércio a fechar as portas. Uma loja de tecidos teve uma vidraça quebrada, vários pequenos estabelecimentos foram saqueados e dois ônibus da Companhia de Transportes Urbanos (CTU) da Prefeitura de Recife foram apedrejados por pessoas que integravam a manifestação dos vendedores ambulantes. Sete camelôs foram presos.

O motivo dos tumultos é o projeto da prefeitura de revitalizar o centro da capital pernambucana. Para o prefeito Gilberto Marques Paulo (PFL), que conta com o apoio do Clube de Diretores Lojistas de Recife, os principais responsáveis pela falta de limpeza e conservação do centro da cidade são os vendedores ambulantes. Na noite do último sábado, aproveitando a hora de pouco movimento, a prefeitura fechou com tapumes de madeira à entrada de quatro ruas centrais — que terão, finalmente, o calçamento totalmente refeito e as instalações de esgoto e energia elétrica recuperadas.

PASSEATAS — Segundo representantes dos camelôs, mais de dois mil dos cinco mil que trabalham no centro de Recife perderam o local de trabalho só nesta primeira etapa do projeto. O projeto, que vinha sendo estudado há quatro meses, não foi discutido o suficiente com os camelôs. As alternativas propostas pela prefeitura aos ambulantes não foram aceitas. Eles poderão ser transferidos, de acordo com o projeto do governo municipal, para áreas nos pátios das feiras, nos subúrbios.

"Só vamos negociar com a prefeitura depois que recebermos as mercadorias e barracas retiradas à força pelos fiscais", advertiu ontem à noite Elias Carvalho de França. Ele faz oposição ao presidente do sindicato dos camelôs, Amaro Cosme da Silva, acusado de colaborar com a prefeitura.

França revelou que nesta quarta-feira os camelôs se reunirão no centro da cidade e partirão em passeata para o prédio da prefeitura, que ontem permaneceu fechado. À tarde, será a vez do palácio do governo do estado ser invadido pelos camelôs, segundo França. (AE)

0203450

RP 100090
22/04
10046
11165
11 11245

Parentes de presos políticos ganham centro de auxílio

Dispostos a divulgar e preservar documentos que responsabilizam a União por 384 mortes e desaparecimentos de pessoas nos governos militares, um grupo de familiares destas vítimas da ditadura fundaram ontem o Centro Brasileiro de Memória Política (CBMP). Com cópias dos prontuários de mais de 300 presos políticos, ofícios e fotografias, o centro também pretende subsidiar os familiares dos mortos e desaparecidos no regime militar nas suas ações jurídicas contra a União.

Todo este acervo foi obtido pelas comissões de familiares dos mortos e desaparecidos no regime militar que, há mais de um ano, vêm realizando um trabalho de pesquisa informal junto a antigos militantes comunistas, policiais e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em seis estados brasileiros. Com as informações levantadas, as comissões já conseguiram confirmar a morte de 25 dos 144 desaparecidos políticos do Brasil.

"Estes documentos preservados são a nossa garantia de que a história dos governos militares no Brasil será contada como realmente ocorreu", justifica o ex-preso político [illegible] Carlos Alberto Soares, um dos organizadores do Centro Brasileiro de Memória Política. O primeiro projeto do CMBP é reescrever as biografias de todos os 384 mortos e desaparecidos no regime militar. O centro reunirá prontuários e documentos do DOPS do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, [illegible], Paraíba e [illegible]. Todo o acervo do CMBP estará aberto ao público para consulta e pesquisa. (AJB)

Segundo reencontro em 20 anos

[illegible]

POCO LEGIBLE

03750

...ssão acha a cova de outro desaparecido político

...O — Na tarde ... Sucuarana e ... um rapaz de 24 ... enforca... ...blica. Trata... ...Carlos Vieira ... Movimento ... Popular (Molipo)... ALN e um dos ... Boeing da Varig ... 1969. "Não há ... o advogado ... Silvino Lopes e ... mesma pessoa."

...olino Pereira ... anos, chegou ao ... pestanejar, in... ...e eu sepultei o ... ...ação foi confir... ...Filho, de 58 ... O jornalista está ... ...lheres ... ...eiros, mas não ... que o rapaz ... delegacia de Nati... ...ão oficial, cha...

...mava-se Rui Berbert, desaparecido político desde 1971.

"Para a Comissão Externa sobre os Desaparecidos Políticos todas as dúvidas foram desfeitas. Rui Berbert não é mais um desaparecido", afirmou o deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG), que preside a comissão. "Só falta a juíza retificar o atestado de óbido e tudo estará esclarecido", emendou. Ontem mesmo, o advogado Piveta ingressou com uma ação para retificar a certidão de óbito de João Silvino Lopes para Rui Berbert: "Em documento do Dops do Paraná, ficha numero 17.038, é reconhecido o falecimento de Rui Carlos Vieira Berbert e a mesma delegacia reconhece que Rui Berbert tinha o codinome de Silvino". Além disso, o inquérito policial a respeito da morte de Silvino dá como a data de seu nascimento 16 de dezembro de 1947, a mesma de Berbert.

A comitiva que seguiu até Natividade, integrada pelos deputados federais Nilmário Miranda e Roberto Valadão (PMDB-ES), Piveta e por Suzana Lisboa, da Comissão de Desaparecidos Políticos, constatou ainda que seis das pessoas que depuseram ontem reconheceram nas fotos de Rui Berbert o mesmo João Silvino que se suicidou com uma corda.

"O mais importante é que temos o provável local onde Rui Berbert foi enterrado e poderemos a curto prazo pedir a exumação dos restos mortais", garantiu Nilmário Miranda. "Temos dúvidas quanto ao suicídio porque nossos familiares foram na realidade *suicidados* durante a repressão da ditadura militar", disse Suzana Lisboa, que encontrou os restos do marido desaparecido numa vala comum do cemitério de Perus. "Na ficha de Rui Berbert que encontramos no Deops de São Paulo está escrito que ele se suicidou em Natividade", completou Suzana. "Nos últimos 40 anos, houve apenas um caso de suicídio na cadeia de Natividade e isso é decisivo para que possamos dizer com segurança que João Silvino era Rui Berbert", acrescentou Nilmário Miranda.

A documentação de Rui Berbert foi retirada de Natividade pelo capitão Eurípedes Rios, da Secretaria de Informações de Goiás no dia 2 de janeiro de 1972. Silvino fora preso pelo delegado no dia 31 de dezembro de 1971 como subversivo. O fato foi comunicado à Secretaria de Segurança Pública de Goiás, que até o dia de sua morte não tomou qualquer providência.

"O triste é que sua família não aceita sua morte e até hoje espera seu regresso"...



Piveta (D) com os coveiros: 'Não ...

Integrante do Grupo de Cuba

SÃO PAULO — Estudante da USP, nascido em Regente Feijó (SP), Rui Carlos Vieira Berbert foi detido pela primeira vez em 1968, durante o congresso da UNE em Ibiúna. Mais tarde, participou do seqüestro do jato da Varig, a 29 de novembro de 1969, que, com 95 pessoas, foi desviado de sua rota original (Argentina e Chile) para Cuba, onde Rui e seus companheiros — Arno Prise, Márcio Beck Machado, Maria Augusta Tomaz e Geová de Assis Gomes — ficaram dois anos, retornando com identidades falsas, após um curso de guerrilhas.

Como integrantes do *Grupo de Cuba* do Molipo, se estabeleceram no Norte de Goiás, ao longo da Belém-Brasília, considerado um ponto estratégico para a ampliação da guerrilha. Com o nome de João Silvino Lopes, Rui Berbert se instalou em Natividade, onde acabou preso no dia 2 de janeiro de 1972. Levado para a delegacia, apareceu morto. Na ocasião, a polícia divulgou a versão de que se suicidara.

92 1347

ZH
09/04/92
10046
11165

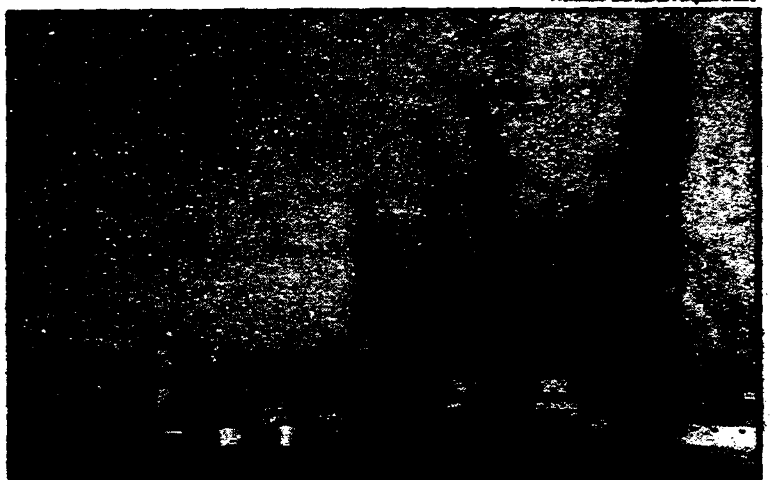
Greve no porto de Rio Grande prejudica calçadistas

Os funcionários do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), em Rio Grande, em assembléia realizada ontem, decidiram entrar em greve até que seja feito o pagamento dos salários do mês de março. O acordo firmado anteriormente estabelece que o órgão pagaria a folha da categoria até o dia 5 de cada mês. Em março, o pagamento da folha de fevereiro foi feito de forma parcelada, porque o DEPRC estava sem recursos.

Na avaliação do DEPRC, aproximadamente 70% dos funcionários aderiram à greve, mas sem comprometer as operações no porto. Os armazéns mantiveram-se abertos, mesmo após a assembléia. O único setor que parou totalmente foi a garagem. Nos demais, houve uma redução acentuada no número dos que estavam trabalhando. Os guindasteiros trabalharam normalmente.

O diretor-geral do DEPRC, Vidal Aureo Mendonça, está tentando junto ao secretário dos Transportes, Matheus Schmidt, a liberação dos recursos para pagamento da folha, que alcança os Cr$ 2 bilhões. É possível que, ainda esta semana, os funcionários recebam seus salários, encerrando o movimento grevista.

Ronaldo Bernardi-Arquivo/ZH



Greve: *portuários param em Rio Grande, em protesto contra o DEPRC*

PREJUÍZOS — O setor calçadista enfrenta uma série de dificuldades em relação as exportações de calçados. Estas incluem a incidência de ICMS sobre os insumos do manufaturado, aumento da concorrência externa, problemas na obtenção de uma maior qualidade e melhor produtividade junto às indústrias produtoras e prazos de entrega que [illegible] vezes deixam de ser cumpridos. [illegible] manifestação pertence ao vice-[illegible]dente de Impostos, Tarifas e F[illegible] da Associação Brasileira dos E[illegible]tadores de Calçados e Afins ([illegible]) João Nunes da Silva, [illegible] a demora ocorre não por [illegible] do processo produtivo, [illegible]ção dos problemas [illegible] principal canal de [illegible] produção do Vale do Sinos, [illegible] sua administração [illegible].

Para aumentar ainda [illegible] blemas do setor, [illegible] nes da Silva, os [illegible] de Rio Grande [illegible] uma greve de [illegible] cumprimento de [illegible] a categoria. "O [illegible] com este tipo de [illegible] tando a situação [illegible]da, fazendo com que [illegible] calçado do Vale do [illegible] denegrida pela [illegible] nistração pública [illegible] diretor da Abaex.

01-01

9203751

ZH
06/04/92
10046
11165

Mata Atlântica desaparece no Rio

O levantamento da destruição comprova, com dados fornecidos por satélite, que o resto da floresta é derrubado velozmente

Os remanescentes da exuberante Mata Atlântica do Rio de Janeiro estão sendo destruídos em ritmo assustador. Entre 1985 e 1990, 30.579 hectares de floresta foram derrubados, segundo levantamento da Fundação SOS Mata Atlântica, com base nas imagens do satélite ambiental Landsat. Algumas áreas desmatadas e abandonadas, agora em recuperação, também foram observadas, mas, somadas, elas chegam a apenas 2.729 hectares. "Nós não sabemos exatamente em que condições estão essas áreas recuperadas. Elas aparecem nas imagens apenas como capoeirões altos", comenta a coordenadora do estudo, a geógrafa Diana Sarita Hamburguer, da SOS Mata Atlântica.

O levantamento inclui toda a faixa litorânea originalmente ocupada pela Mata Atlântica por restingas e mangues no Estado do Rio de Janeiro. A área total desmatada entre 1985 e 90 corresponde a 0,7% do território fluminense. Conforme o presidente da SOS Mata Atlântica, Roberto Klabin, o estudo do Rio é o primeiro de um detalhamento do Atlas Brasileiro dos remanescentes de Mata Atlântica, editado em 1990. Esse primeiro atlas mostrava a destruição de toda Mata Atlântica na escala 1:1.000.000. O atual detalhamento é na escala 1:250.000, permitindo melhor definição dos limites das florestas e dos desmatamentos.

PRESERVAÇÃO — "Queremos criar uma base de dados para orientar a comunidade sobre o que está acontecendo de fato com a Mata Atlântica e eventualmente apontar áreas prioritárias de conservação", disse Klabin. Ele espera que, a exemplo do Atlas brasileiro, os estudos detalhados sejam utilizados pelas prefeituras, órgãos governamentais e entidades ambientalistas locais, para orientar ações [illegible] de preservação.

Para tanto, [illegible] um mês deve estar pronta uma versão em transparência do Atlas do Rio, que poderá ser facilmente copiada pelos interessados. "É a contribuição da sociedade civil e das empresas privadas para a Rio-92: estamos levantando as informações básicas para um futuro planejamento da ocupação territorial e para orientar a política de preservação. Ou seja, estamos [illegible]", [illegible] Klabin.



Arquivo/ZH

Devastação: os fragmentos da Mata Atlântica desaparecem rapidamente

O custo total do detalhamento, da Bahia ao Rio Grande do Sul, será de US$ 300 mil (Cr$ 600 milhões) e os recursos foram obtidos junto a [illegible] empresas privadas: [illegible] Celulose, Metal Leve [illegible] imagens de satélite [illegible] pelo Instituto Nacional [illegible] Espaciais [illegible] Imagem, [illegible] de São José dos Campos [illegible] primeiro exemplar [illegible] será entregue, [illegible] Leonel Brizola.

FRAGMENTOS — [illegible] Diana H[illegible] mas mais [illegible] de Janeiro é a [illegible] remanesce[illegible]

Os desma[illegible] neste período [illegible] mentos de [illegible] contínuas [illegible] cita o exemplo [illegible] entre Maricá e [illegible] à [illegible], e as [illegible] próximas ao [illegible] Rio. Aí, os [illegible] florestas foram [illegible] mais fragmentadas [illegible] apenas pequenas [illegible] das de áreas ocupadas [illegible] dade. (AF)

9203752

01-04

ZH

21/04

10046

11165

BID manda abrir licitações para despoluição do Guaíba

Arquivo/ZH



Otimista: *Collares salienta qualidades do RS*

O governador Alceu Collares saiu empolgado dos encontros com os diretores do Bird e do BID, principalmente porque a partir de julho as licitações para as obras de despoluição do Rio Guaíba poderão ser abertas às empresas interessadas. Esta foi a boa notícia que o governador Alceu Collares recebeu do diretor de operações do BID, Paulo Renato de Souza.

Durante o encontro com os técnicos do BID e do Bird, que durou 70 minutos, Collares salientou a qualidade de vida, o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) e renda *per capita* dos gaúchos.

Ao final da reunião, a economista do Bird encarregada dos assuntos brasileiros, Samia El Baroudy, uma egípcia que fala fluentemente o português, perguntou a Collares se tudo o que tinham reivindicado e exposto — especialmente dados estatísticos sobre o Rio Grande do Sul — estava documentado. Collares respondeu, provocando risos na reunião: "Nós pobres aprendemos a saber pedir, documentando tudo".

02

03752

Rodovia ilegal do projeto Calha Norte cortará reserva do Pico da Neblina e territórios indígenas no Amazonas

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — O Exército brasileiro está construindo uma rodovia que, irregularmente, atravessa duas reservas indígenas das nações tucano e ianomâmi, no Alto Rio Negro, Amazonas, e corta ainda o Parque Nacional do Pico da Neblina, uma das mais importantes unidades de conservação brasileiras encravada na fronteira do Brasil com a Venezuela. A estrada, inserida no Projeto Calha Norte, é um ramal rodoviário ligando a BR-307 (São Gabriel da Cachoeira-Cucuí) à área indígena ianomâmi Maturacá, no Vale da Neblina. A estrada vem sendo construída sem autorização da Funai e do Ibama, num flagrante desrespeito às legislações indigenista e ambiental do País.

"O Ibama já recebeu a denúncia, feita pelo chefe do Parque Nacional do Pico da Neblina, Ézio Borba, de que a estrada vem sendo construída pelo Exército, e está acompanhando o processo", reconhece o diretor de Ecossistemas do Ibama, Miguel Milano. "A princípio, a Constituição reza que estradas para o escoamento de divisas são proibidas dentro de parques nacionais", explica a presidente do Ibama, Maria Tereza Jorge Pádua, responsável pela criação do Parque Nacional do Pico da Neblina quando dirigia o Departamento de Parques do extinto Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), no final da década de 70. Maria Tereza mostrou, porém, que em determinados casos é permitida a construção de vias de acesso dentro de parques nacionais, mas com o devido acompanhamento do órgão responsável pelo setor ambiental brasileiro.

Para Maria Tereza Pádua, o importante é que o Ibama acompanhe todo o processo, influenciando inclusive a escolha do melhor traçado do ramal rodoviário para evitar prejuízos ao parque nacional, uma unidade de conservação que permite apenas o uso indireto de seus recursos. "Evidentemente, o Exército não pode abrir uma estrada dentro de um parque nacional sem diálogo e sem acompanhamento do órgão responsável pela política ambiental brasileira", diz Maria Tereza, que se compromete a manter contato com o ministro do Exército, general Carlos Tinoco.

Dentro do Projeto Calha Norte, idealizado no governo José Sarney pelo então ministro-chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, general Rubem Bayma Denys — atualmente chefiando o Comando Militar do Sul, em Porto Alegre —, as Forças Armadas brasileiras vêm construindo estradas, pistas de pouso, escolas, postos de saúde e implantando pelotões especiais ao longo da fronteira do Brasil com Colômbia e Venezuela. O programa, considerado de "segurança nacional", visa preencher os espaços vazios numa das mais inóspitas regiões do país, principalmente na área conhecida como Cabeça do Cachorro, onde atuam contrabandistas de armas, narcotraficantes e grupos guerrilheiros colombianos.

O presidente da Funai, Sidney Possuelo, embora ciente de que o Exército constrói a estrada atravessando áreas indígenas demarcadas, prefere não atacar o problema agora, segundo confidenciaram assessores diretos da presidência da Funai. Possuelo não quer criar mais atritos com os ministros militares, ainda magoados com a decisão governamental de se demarcar os 9,4 milhões de hectares da reserva indígena ianomâmi, em Roraima e no Amazonas. "A Funai tem conhecimento da construção da estrada e está tomando as providências cabíveis", informa o sertanista Dinarte Nobre de Madeiro, coordenador da Operação [illegible], da Funai, em Roraima. O ex-secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, também tomou conhecimento da irregularidade. Preferiu calar para evitar novos choques com os generais do Comando Militar da Amazônia (CMA), que chamou de "babacas" em entrevista concedida em Genebra.

Ao final do ano passado o Exército conseguiu concluir, após 12 anos, a rodovia ligando São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, na fronteira da Venezuela, onde mantém um [illegible] na região. A área indígena ianomâmi de Maturacá, no Vale da Neblina, sempre se caracterizou pelo difícil acesso, onde só se chega de avião ou, então, numa viagem de lancha que dura três dias. A estrada que vem sendo construída pelo Exército poderá facilitar inclusive a penetração de garimpeiros entre os ianomâmis de Maturacá. Há dois anos, o general Thaumaturgo Sotero Vaz, então chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, comandou uma operação para a retirada de garimpeiros que atuavam em áreas próximas ao Pico da Neblina, operando através da pista *Constituinte*, construída em território venezuelano.

UNA DE LAS PRINCIPALES RESERVAS DEL MUNDO ESTA AMENAZADA DE EXTINCION

La desaparición del Pantanal brasileño pone en peligro la existencia del río Paraná

CUIABA. (EFE y Reuter).- El Pantanal brasileño, una de las principales reservas ecológicas y biológicas del mundo, está amenazado de extinción por los "garimpeiros" (buscadores de oro), cuya acción destructora es tolerada por las autoridades encargadas del control medioambiental en Brasil.

Más de 60.000 garimpeiros destruyen cada día los ríos que alimentan el sistema ecológico del Pantanal sin que exista una reglamentación por parte de las autoridades, que actúan presionadas por el poder económico de los mineros, aseguró una fuente del gobierno estatal de Mato Grosso.

La desaparición del Pantanal, un refugio ecológico de 140.000 kilómetros cuadrados, pone igualmente en peligro la existencia de los ríos Paraguay y Paraná, principal sistema hidrográfico del sur del continente cuya desembocadura alimenta el Río de la Plata.

Según la fuente la acción de los garimpeiros ya ha provocado la desaparición de cuatro ríos que confluían en el Pantanal y, de continuar al mismo ritmo, causará serios problemas ecológicos al frágil sistema ecológico en menos de tres años.

Los buscadores de oro cortan el curso de los ríos que atraviesan Mato Grosso y alimentan el Pantanal para lavar toneladas de tierra ricas en el mineral, explicó el funcionario de la Secretaría de Medio Ambiente.

Tras realizar una intensa explotación, los garimpeiros abandonan su lugar de producción por otro nuevo, tras dejar toneladas de sedimentos que secan los ríos o cambian su curso, agregó.

Aunque la Secretaría de Medio Ambiente inicia actualmente más de 180 procesos contra compañías de extracción aurífera por la destrucción de los ríos, las autoridades encargadas de controlar la actividad minera en Brasil otorgan permisos sin exigir criterios de control ecológico.

Las poderosas compañías mineras simplemente pagan las multas impuestas por la Secretaría, y una semana después continúan con su acción sin cambiar la tecnología de exploración por una menos destructora, afirma el funcionario consultado.

Los garimpeiros, que mueven grandes cantidades de dinero por su actividad, obtienen además permisos estatales y legislativos para la adquisición de la tierra y recepción de servicios de luz y alcantarillado.

"Cada vez que los conservacionistas logran un triunfo sobre los garimpeiros, funcionarios estatales o diputados de Mato Grosso acomodan la ley para favorecer a los destructores", informó la fuente.

Según datos oficiales del gobierno de Mato Grosso, los garimpeiros producen anualmente 40.000 kilos de oro, que exportan directamente a Montevideo, donde existe un gran mercado internacional del mineral. ■



Líderes indígenas amazónicos protestan en el aeropuerto de Br[...] lo que entienden se los han marginado de toda participació[n] "Cumbre de la Tierra". Varios aborígenes han [...] enfrentamientos, con uno se sus grandes enemigos, los "[...]ros". (Foto Reuter)

Hospitais do país vivem a ameaça do colapso

"Com exceção dos bolsões de excelência, o hospital brasileiro é, em geral, velho, tem manutenção física precária e equipamentos superados." A frase, dita por um assessor do ministro da Saúde, Adib Jatene, resume a situação da rede hospitalar brasileira, vítima da crônica falta de recursos que prejudica principalmente a população de baixa renda. Dos 5.871 hospitais vinculados ao Sistema Unificado de Saúde (SUS), quase 50% estão nas mãos do setor privado, justamente a área que mais tem denunciado o colapso iminente do sistema. Pouco mais de 27% das unidades são controladas pelos governos federais, estaduais e municipais, que, sem outra fonte de recursos a não ser os cofres públicos, enfrentam penúria maior. Em todo o país, são exatos 742.391 leitos para atender as internações da população que corre atrás do serviço médico custeado pelo Inamps.

O Hospital do Câncer de Pernambuco, por exemplo, o único do gênero conveniado com a Previdência Social no estado, vive um quadro dramático provocado pelo atraso no pagamento dos serviços prestados ao SUS. Segundo o diretor do hospital, Otacílio Araújo Silva, não há mais recursos sequer para comprar os medicamentos utilizados na quimioterapia. Nos últimos seis meses, o hospital já acumulou uma dívida de Cr$ 550 milhões com bancos e fornecedores. Se não receber pelo menos uma parcela dos Cr$ 664 milhões devidos pelo SUS até o final [illegible] obrigado a suspender todo o tratamento [illegible].

De acordo com a direção do Hospital do Câncer, o valor mais alto pago pelo Inamps por uma sessão de quimioterapia atualmente é de Cr$ 402 mil. Mas, dependendo da composição de drogas, garante Otacílio Araújo, uma sessão de quimioterapia pode custar Cr$ 1,4 milhão. "O grande mal do nosso sistema de saúde é que as pessoas que o gerenciam não vêem a cara do doente", resume o chefe do Departamento de Clínica Médica, Luiz Tavares de Barros.

São Bernardo do Campo, no ABC paulista, vive a situação extrema provocada pelo [illegible] de hospitais particulares: na cidade simplesmente não há hospitais públicos. Os 1.[illegible] leitos que os 10 hospitais particulares dispõem [illegible] para atender os 700 mil habitantes, mas [illegible] população depende das cidades vizinhas, caso precise de internação. Desde 1989, os hospitais de São Bernardo [illegible] ram o convênio com o Inamps. Para voltar a integrar o SUS, eles exigem remuneração cinco vezes superior ao que o governo paga.

Nem o conceituado Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), [illegible]. Maior hospital da América Latina, com um atendimento ambulatorial e hospitalar diário de até 5 mil pessoas, o HC vive com excesso de pacientes. Em muitos casos, não é por negligência que as ambulâncias da capital e de outros municípios largam pacientes na porta do pronto-socorro. "A região do ABCD não tem um tomógrafo público", explica o diretor do Hospital Público de Diadema, Leonardo Dutra Lemos. O estado tem 124.235 leitos entre públicos e particulares, mas há uma defasagem de pelo menos 10 mil. Os hospitais públicos respondem por apenas 20.586 leitos.

Interdição — Herança do período em que foi capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro concentra a maior rede pública do país, com 51 unidades. Esse número, no entanto, não garante bons serviços à população carioca. A situação no estado preocupa o ministro Adib Jatene. "Meu desafio é resolver o quadro dramático da saúde no Rio", disse o ministro, num debate quarta-feira, no Teatro Casa Grande. Em todo o estado do Rio, os pouco mais de 130 hospitais públicos têm que dividir com as 262 instituições privadas e filantrópicas os parcos recursos repassados pelo governo federal.

Recentemente, o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro interditou os serviços dos cinco maiores hospitais do estado, como a emergência do Hospital Getúlio Vargas, na Penha, e a maternidade do Hospital Pedro II, em Santa Cruz, onde mulheres em trabalho de parto eram obrigadas a subir sete andares de escada por falta de elevadores.

Sem opção, pacientes da Zona Oeste da cidade, servidos pelos hospitais do estado, costumam percorrer mais de 50 quilômetros para serem atendidos nos hospitais municipais, em especial Souza Aguiar e Miguel Couto. As prefeituras dos municípios da Baixada Fluminense, em vez de investirem na construção de novas unidades, preferem comprar ambulâncias para trazer seus pacientes para o Rio.

No Hospital de Nova Iguaçu, entidade filantrópica, a fila de pacientes começa a se formar às 20h do dia anterior. Quem não pode dormir na fila, paga Cr$ 2 mil à vendedora de café Jaqueline Azevedo Ribeiro, de 21 anos, que transformou essa atividade na principal fonte de sustento de seus dois filhos.

Por falta de pessoal — os baixos salários afastam os médicos — setores importantes estão praticamente desativados no Rio. O Centro de Tratamento de Queimados do Hospital do Andaraí, referência para o atendimento de queimados em toda a América Latina, funciona com a metade de sua capacidade por esse motivo.

Governo quer privatizar manutenção de Ciac

BRASÍLIA — O ministro da Educação, José Goldemberg, anunciou ontem a intenção do governo de privatizar a manutenção dos Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciac), durante a inauguração do quarto centro construído no governo Collor. O Ciac Helena Reis está localizado em Samambaia, cidade-satélite de Brasília, onde também foram construídos outros dois centros.

"Estamos estudando a possibilidade de passar a gerência dos Ciacs à iniciativa privada. Os Ciacs podem ser administrados pelos estados, prefeituras, por organizações comunitárias como Rotary e Lions, ou por empresas privadas", explicou Goldemberg, único ministro presente à solenidade.

O ministro da Educação disse que já recebeu ofertas para transferir a manutenção dos Ciacs para empresas privadas, a exemplo do que já ocorre com algumas escolas. "A União não assume a responsabilidade pela manutenção e contratação do corpo docente", justificou Goldemberg.

O Ciac de Samambaia, inaugurado ontem pelo presidente Fernando Collor, tem capacidade para 540 crianças no curso básico, mais 90 alunos no pré-escolar, em jornada integral de oito horas, fornecendo três refeições diárias. "É o maior esforço educacional que está sendo feito no Terceiro Mundo", salientou o ministro da Educação.

O Ciac de Samambaia é o terceiro construído no Distrito Federal e o quarto no governo Collor. Já foram inaugurados os Ciacs da Vila Paranoá e de Ceilândia, cidades-satélites de Brasília, e um no Rio de Janeiro. Além do ministro da Educação, compareceram à solenidade o governador Joaquim Roriz e a vice-governadora, Márcia Kubitschek, e os secretários Marcos Coimbra, da Presidência da República, e Bernard Rajzmann, de Esportes.

Collor percorreu as instalações do Ciac, idênticas às dos anteriores, mas reclamou da falta de luz. Na opinião do presidente, algumas salas do Ciac de Samambaia ficaram escuras. Para clareá-las, sugeriu que fossem instaladas grades nas paredes das salas. Ele também percorreu o consultório médico e o dentário, este último ainda incompleto, e surpreendeu-se com o tamanho de uma criança de 7 anos, que, ao lado da dentista, simulava um tratamento. "Este vai ser campeão", disse.

Ao conhecer a sala da biblioteca, deteve-se folheando alguns livros e procurou no dicionário de Antenor Nascentes o significado das palavras samambaia e avenca.

Já no ginásio de esportes, o presidente empolgou-se com a maquete do Ciac Esportivo de Jacarepaguá (RJ), apresentada pelo secretário Bernard Rajzmann. O Ciac Esportivo será inaugurado em seis meses, mas Collor adiantou que vai construir uma destas unidades em Brasília. "Estudamos a possibilidade de, além do Rio e Brasília, criar um centro destes em cada região do país para formar e treinar os brasileiros que irão trazer medalhas e orgulho à nação", salientou o presidente. O governo federal pretende inaugurar até o fim do ano 510 Ciacs.



Coll

Prefeitura vai indenizar dono de casa na ponte

SÃO PAULO — A Prefeitura de São Paulo será obrigada pelo Supremo Tribunal Federal a indenizar José Carlos de Luca Magalhães em Cr$ 300 milhões, por ter construído a Ponte Ari Torres, na Zona Sul, perto de seu imóvel, em uma área nobre do bairro de Cidade Jardim.

A ponte, que liga a Marginal do Rio Pinheiros à Avenida dos Bandeirantes, muito movimentada, desvalorizou em 20% a luxuosa residência do empresário.

A ponte foi construída em 1981 e a casa do empresário, proprietário da indústria farmacêutica Sintofarma, acabou ficando em frente à subida. Por isso, José Carlos entrou na Justiça exigindo que a Prefeitura o indenizasse por desvalorização do imóvel e por danos na qualidade de vida.

RP
03/04/92
10046
11105

Garimpeiros ameaçam exterminar tribo não contactada do Amazonas

MANAUS — Entre 200 e 300 garimpeiros estão ocupando a região conhecida como Mapuera, no Norte do Amazonas, e se preparam para exterminar os índios ali residentes, denunciou o administrador regional interino da Funai, Dinarte Nobre. Na semana passada, na confluência dos rios Tauini e Baracuxi, um grupo de garimpeiros foi atacado pelos índios e dois deles foram mortos a flechadas.

A Polícia Federal colheu depoimento de um garimpeiro que esteve no local, cujo nome está sendo mantido em sigilo, e suspeita que a tribo viva isolada e ainda não teve contato com homens brancos. "Eles são muito brabos e não falam português", contou o garimpeiro. Um avião da Funai que chegou ontem a Manaus iniciará hoje sobrevôos para tentar localizar a área do conflito iminente.

Dinarte Nobre, que também coordena a Operação Ianomâmi, informou que, na próxima semana, serão deslocados agentes federais de Boa Vista e Manaus para a área, com o objetivo de conter a chegada de mais garimpeiros, já que, segundo disse, a área tem potencial para a criação de garimpos.

A Funai já tinha conhecimento da existência de índios isolados na divisa do Amazonas com o Pará, através de informações de seus vizinhos mais próximos, os uai-uai. Entretanto, como a nova tribo não tivera problemas de convivência com os brancos até então, preferiu evitar sua atração.

Venezuela contra garimpeiros

A partir deste sábado, dia 4, os garimpeiros brasileiros que invadirem o território venezuelano estarão sujeitos à pena mínima de três e máxima de dez anos de prisão. A informação foi prestada ontem, em Manaus, pelo chefe da divisão consular do Ministério das Relações Exteriores, conselheiro Cesário Melantônio Neto.

Segundo o diplomata, a Lei Penal do Meio Ambiente, sancionada pelo presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, entrará em vigor no próximo dia 04 e, a partir daquela data, o governo venezuelano estará amparado em sólida base legal para punir invasões de garimpeiros brasileiros em suas terras.

O governo da Venezuela terá, de fato, amparo legal para aplicar penas a brasileiros que praticarem garimpo naquele país. A informação foi confirmada pelo secretário-geral executivo substituto do Itamaraty, Fernando Fontoura. Segundo ele, a partir deste sábado entrará em vigor a lei penal do meio ambiente, que prevê pena de no mínimo três anos e no máximo dez anos de prisão aos garimpeiros brasileiros na Venezuela.

O Ministério das Relações Exteriores divulgou a informação junto ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), Polícia Federal, Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara Federal, epresidentes das Assembléias Legislativas do Amazonas e de Roraima, dois Estados que fazem fronteira com a Venezuela. (ABR)

01-01

CNBB defende moderação na questão do Descobrimento

José Maria Mayrink

SÃO PAULO — Nem exaltação dos colonizadores nem condenação dos missionários. Preocupada em evitar extremismos na celebração dos 500 anos do descobrimento e da evangelização da América, a cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promete defender uma posição intermediária em Santo Domingo, capital da República Dominicana, onde o início das comemorações coincidirá com a 4ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que será aberta pelo papa João Paulo II, no dia 12 de outubro.

"Seria simplismo transformar esse quinto centenário em parada triunfal ou em marcha fúnebre", adverte o secretário-geral da CNBB, dom Celso Queiroz, para quem a Igreja não deve perder tempo em analisar acertos e erros do passado, em vez de refletir sobre uma mensagem mais eficaz para o futuro. "O mais importante não é festejar a chegada de Cristóvão Colombo ao continente, é discutir a nova evangelização, tema central da conferência".

Relatório — Se depender de Dom Celso, será essa a ênfase do relatório que os 50 representantes brasileiros levarão a Santo Domingo. A delegação será eleita durante a 30ª Assembléia Geral da CNBB, que reunirá 295 bispos em Itaici, no município de Indaiatuba (SP), a partir do próximo dia 29. Pela proposta inicial, que poderá ser rejeitada pelo plenário, deverão ser escolhidos os presidentes dos 16 secretariados regionais e os responsáveis pelas linhas de ação pastoral — ou seja, a direção da entidade. Os sete cardeais participarão como convidados especiais do papa.

A eleição ocupará boa parte das discussões, porque os bispos chegarão divididos a Itaici. Apesar da moderação pregada pelo secretário-geral, duas alas tendem ao radicalismo, pendendo entre a defesa do triunfalismo do descobrimento e a condenação do papel desempenhado pelos missionários. Um manifesto coordenado no Rio pela Comissão de Entidades e Movimentos Arquidiocesanos de Leigos (Cemal) dá graças a Deus pela evangelização da América, enquanto dois abaixo-assinados distribuídos nas dioceses de Santa Maria e São Paulo pedem perdão pelo trabalho das missões.

Moderação — Em busca de uma posição intermediária, a reunião da CNBB não deverá aprovar nenhum documento sobre o problema. "Enviaremos apenas o relatório, que poderá servir de roteiro para debate em Santo Domingo ou simplesmente ser ignorado", anuncia Dom Celso Queiroz. Os bispos, que vinham refletindo sobre a questão desde a assembléia geral de 1990, esperavam retomar o tema para uma discussão mais profunda e definitiva.

Dom José Elias Chaves, prelado de Cametá (PA) e presidente do Regional Norte 2 da CNBB, desconfia que, na realidade, a celebração não tenha interessado muito aos brasileiros. "A festa é mais dos espanhóis, pois nós só vamos fazer a nossa no ano 2000, quinto centenário da chegada dos portugueses ao Brasil", argumenta. A partir dessa hipótese, o bispo observa que a reunião de Santo Domingo é mais importante pela possibilidade de dar ou não continuidade às conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), que definiram os rumos da Igreja na América Latina.

Também sob esse aspecto, o tom vai depender do perfil dos participantes, em especial da delegação brasileira. Os mais conservadores temem que a influência dos episcopados nacionais se sobreponha à orientação do papa, que fez questão de nomear um bom número de delegados. Dom Manoel Pestana Filho, bispo de Anápolis (GO), aplaude essa intervenção de João Paulo II, prevendo que assim diminuirá o risco de se fazer uma conferência paralela, como ocorreu em Puebla.

"Santo Domingo será mais uma conferência sobre a América Latina do que uma conferência de bispos da América Latina", admite o secretário-geral da CNBB, ao analisar a lista dos delegados escolhidos pelo papa. Não é uma crítica, mas uma contestação, pois Dom Celso Queiroz não se opõe à presença de representantes de outros continentes.

Obispos de Brasil buscan solución para la educación

SAO PAULO. (ANSA, EFE).- Los 295 obispos de Brasil se reunirán a partir del próximo miércoles para buscar salidas al grave problema educacional que enfrenta el país, informó ayer la Secretaría de Prensa de la Iglesia Católica brasileña.

El principal tema de las discusiones en la XXX Asamblea General de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB), reunida entre el 29 de abril y el 8 de mayo en la población paulista de Itaici, será el de la educación, asegura el comité preparatorio de la misma.

Preocupado por el abandono en que se encuentra en Brasil el sector educativo, caracterizado por la mala calidad de los programas, la falta de escuelas y la deserción estudiantil, la Iglesia comenzó hace dos años a realizar un estudio sobre el tema, que será la base de las discusiones de la CNBB.

Tal documento, concluido este año y aprobado por el comité preparatorio, sugiere la defensa de las escuelas particulares, como alternativa a la educación oficial, y el mantenimiento de la enseñanza religiosa en las escuelas públicas.

La preparación de la cuarta conferencia del Episcopado Latinoamericano, a realizarse a partir del próximo 12 de octubre en la República Dominicana, será el otro gran tema de discusión de la CNBB, que congregará a 295 obispos, 27 asesores y 97 representantes de movimientos y entidades católicas y evangélicas. ■

Brasileiro só crê no anjo da guarda

JB 25/4

Ricardo Kotscho

SÃO PAULO — Os brasileiros não acreditam nos brasileiros. Acreditam mais nos anjos (91%), nos santos (64%) e nos gnomos (43%) do que em si próprios (23%), constatou uma pesquisa concluída pela Saldiva & Associados Propaganda na quinta-feira passada. Desenvolvida nos últimos quatro meses no Rio de Janeiro e São Paulo, "O anjo da minha, da sua, da nossa guarda", a 15ª pesquisa de comportamento coordenada por Rose Saldiva, retrata o momento em que a auto-estima do brasileiro está no fundo do poço e há um inexorável descrédito nas instituições.

Sete em cada dez pessoas ouvidas responderam *não* à pergunta "você acredita no brasileiro como povo?". Pior do que isso: a pesquisa revela que os brasileiros perderam as esperanças de reverter esse quadro (71% *não* acreditam que a solução para um futuro melhor possa vir do povo). Em compensação, dos que acreditam em anjos, 73% garantem que já viram um em carne e osso.

Sexo dos anjos — Os pesquisadores foram saber literalmente qual é o sexo dos anjos e, de acordo com a descrição da maioria, pode-se traçar seu perfil: é homem, alto, loiro, magro e tem asas. Os políticos que se imaginam enquadrados nesse perfil para se apresentarem como santos milagreiros nas próximas eleições devem ir com calma. Eles, os políticos, estão em último lugar (com 8%) quando se pergunta em quais profissões o brasileiro acredita, atrás dos [illegible] (15%) e dos médicos (11%). Lideram a lista os juízes (55%), os jornalistas (42%) e os esportistas (35%). Entre as instituições, a maior credibilidade também é da Justiça (49%) e dos jornais (29%), ficando na rabeira a Igreja (9%), a Universidade e os bancos, empatados com 8%.

"O grande objetivo desta pesquisa é saber o que Deus está ouvindo do povo, seja em forma de oração ou em forma de sussurro e, principalmente, como estas orações chegam ao ouvido de Deus com a ajuda dos anjos", diz Rose Saldiva, que está acertando com Pedro Paulo Senna Madureira, da Editora Siciliano, a publicação de um livro sobre o tema. Para conhecer melhor a intimidade dos machucados corações brasileiros e do que lhe vai pela alma, a Saldiva aplicou uma metodologia própria denominada "percepção ego social", que combina entrevistas em profundidade com discussões em grupo. Na fase qualitativa foram promovidas sete discussões em grupo (quatro em São Paulo e três no Rio) com pessoas das classes sócio-econômicas A, B e C, separadas em quatro faixas etárias (mulheres de 25 a 35 anos, homens de 35 a 50, jovens de 15 a 25 e crianças de 8 a 12). Na fase quantitativa, a pesquisa entrevistou 570 pessoas em São Paulo e 354 no Rio de Janeiro.

Culpa — Ao procurar responsáveis pela sua desgraça, o brasileiro distribui equitativamente as culpas por diferentes segmentos sociais e a corrupção está na raiz de todos os males que o afligem, como se pode notar por estes comentários dos entrevistados:

"A culpa não é só do corrupto, é do corruptor também"; *"A culpa do que acontece no Brasil é dos empresários que são insaciáveis... estão permanentemente aumentando, aumentando..."*; "A culpa é essencialmente dos políticos, é a culpa do poder... porque o poder corrompe"; *"A culpa é do brasileiro, que não sabe votar, não sabe eleger, está sempre votando contra"*; "A culpa é de todos, pois é trambique de um lado, trambique do outro... não dá para aguentar, um dia a casa cai".

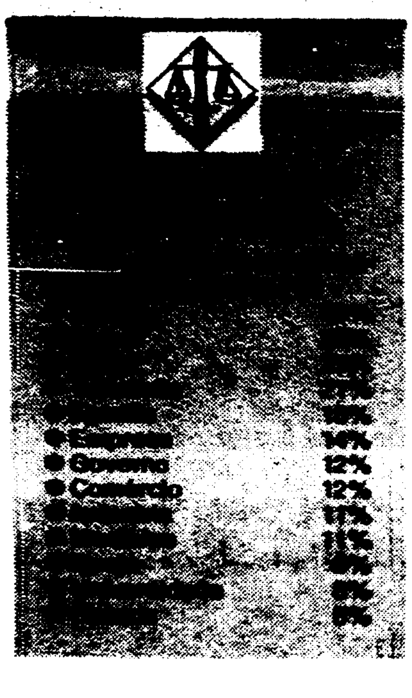
Transparecem também nas discussões em grupo sentimentos de conformismo (*"o brasileiro não sai para a briga"*) e de vergonha (*"a vergonha que sinto de ser brasileira é tão grande, tão grande, que jamais poderia imaginar que chegaria neste ponto"*). Mas o brasileiro demonstra que continua sendo um povo crédulo — o que muda é apenas o objeto da sua crença, uma vez abalada a confiança nas instituições tradicionais. Assim, Deus continua imbatível (93% acreditam na sua existência), mas apenas um em cada dez entrevistados confia nos seus representantes na terra, quer dizer, na Igreja. Até os duendes (22%) e as fadas (17%) são mais acreditados do que a Igreja tradicional (9%) neste país católico.

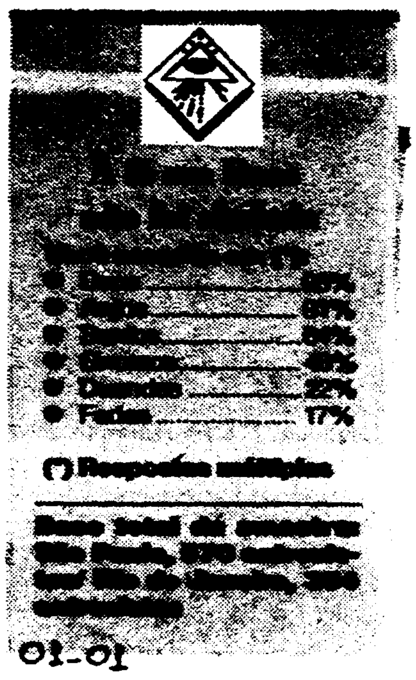
Ética e futuro — "A crença em dias melhores passa necessariamente pela argumentação de que nada poderá ser feito se o presente continuar a ser o que é, uma clara demonstração da impotência dos brasileiros em relação ao seu próprio destino", analisa a pesquisa. Um resultado altamente encorajador, neste sentido, é o que surge na questão "como você acredita que poderá salvar o futuro?". A maioria absoluta (65%) destaca a ética em primeiro lugar, vindo logo a seguir a paz (62%), ficando o trabalho em quarto (24%) entre as respostas múltiplas. Há depoimentos dramáticos justificando estes números.

"Eu não vou voltar a trabalhar... o que eu ganho para sair de casa não compensa, porque tem que pagar empregada, condução, roupa, enfim, vou pagar para trabalhar..."; *"Como ensinar aos filhos que o trabalho é enobrecedor?* Eu trabalhei a minha vida inteira e não consigo manter a minha família com o mínimo desejável. Então, não dá para acreditar que através do trabalho você possa melhorar"; "No fim, você olha para o seu filho e diz: é tudo mentira. Inventa outro país, aprende outra língua, se manda, meu filho, nós não temos saída, nós perdemos a guerra".

Nota-se que o brasileiro não tem hoje a menor esperança de se igualar aos povos do Primeiro Mundo se não houver uma revolução ética. Não por acaso, ambição, esperteza e política aparecem empatados em último lugar, com 18%, nas respostas múltiplas quando se pergunta sobre os caminhos para a salvação do futuro.

As respostas a questões vitais já não são dadas por dogmas ou [illegible], mas procuradas no além, em alguma entidade superior. "O homem parece não encontrar no campo racional e lógico aquilo que encontra na [illegible]: o preenchimento do vazio e das angústias provocadas pela vida", diz a pesquisa, para concluir que, se alguém quiser compreender aquilo que Deus poderá estar ouvindo dos brasileiros, com certeza vai ouvir um pedido de ajuda e, sobretudo, uma solicitação de proteção para a crença num futuro melhor". Ou seja, o brasileiro só voltará a acreditar no brasileiro se os anjos ajudarem.





JB 28/4

Cresce taxa de desemprego

■ *São Paulo eliminou 142.000 postos de trabalho em março*

[illegible] do nível das atividades econômicas na Grande São Paulo, [illegible] para março, não aconteceu. Ao contrário, segundo a pesquisa de emprego e desemprego (PED), realizada numa parceria entre a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (Dieese), em março foram eliminados 142 mil postos de trabalho na região, elevando a taxa de desemprego para [illegible].

O nível global de ocupação [illegible] um movimento [illegible] nos quatro últimos meses de março [illegible] uma queda de 2,2%, a [illegible] da história da pesquisa [illegible] a [illegible] uma queda de 2,8%. [illegible] São Paulo, [illegible].

[illegible] vez, março de 1992 [illegible] de sua média histórica [illegible] em férias coletivas, [illegible] o recorde dos últimos [illegible]. Perto de 6% do total de [illegible] da indústria paulista [illegible] em casa à espera que a [illegible] fosse retomada. "Este [illegible] é completamente atípico", comenta Pedro Paulo Martoni Branco, diretor da Seade.

Mas março traz ainda outras surpresas. Houve quebra dos recordes das taxas das categorias de desemprego aberto — aquele de pessoas que estão procurando trabalho e não exerceram qualquer atividade profissional nos últimos sete dias antes da entrevista — e o de desemprego oculto — que abrange pessoas que se ocupam de algum trabalho precário. No primeiro, o índice é de 9,5%, ou 707 mil pessoas; no segundo, 3,8%, ou 283 mil trabalhadores. E a estes dois soma-se também o recorde do desemprego oculto *pelo desalento*, uma subcategoria de desemprego oculto: já representa quase 10% do total de desempregados na região, ou 97 mil paulistanos. São pessoas que estão desempregadas por 20 semanas, em média, índice que nos últimos 12 meses foi de 17 semanas.

De acordo com a pesquisa, o desemprego atinge todas as faixas de renda, mas as maiores taxas são exatamente entre os segmentos mais importantes para a renda familiar. Entre os chefes de família, os cortes cresceram 11% no mês, atingindo 9,1% do grupo. Os cortes nos postos de trabalho dos homens [illegible] 12,5%, atingindo 13,5% do total da força de trabalho. No caso das pessoas com experiência, o [illegible] de desemprego foi de 9,5%.

As perspectivas para abril não são boas. De acordo com Martoni Branco, não houve nada até o momento que indicasse uma mudança brusca na política econômica que pudesse reverter o atual quadro do nível de emprego em São Paulo.

☐ [illegible]

ACORDO

Colonos voltam ao Interior

Os dias passados na sede do Incra, em Porto Alegre, valeram a pena: eles conseguiram liberar Cr$ 1,1 bilhão

Os 230 agricultores há dois dias acampados diante da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Porto Alegre, levantaram o acampamento no final da tarde de ontem e retornaram a suas bases no Interior. Os dias passados na Capital, que iniciaram com a ocupação da sede do Incra e, mais tarde, da calçada em frente ao edifício, significaram uma vitória para o grupo. Ontem, eles conseguiram junto ao Incra a liberação de Cr$ 1,1 bilhão, que serão usados em obras de infra-estrutura nos assentamentos, conforme Valdemar Alves de Oliveira, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Os assentamentos de Cruz Alta, Santiago e Júlio de Castilhos receberão Cr$ 200 milhões cada um, e os restantes Cr$ 500 milhões ainda não têm um destino definido, disse Oliveira.

Hoje o Diário Oficial da União deve publicar a liberação de outros Cr$ 25 bilhões para o Programa Especial de Reforma Agrária, o Procera. "Vamos aguardar para ver qual a fatia que virá para o Estado", disse Oliveira. Os colonos pedem Cr$ 49 bilhões para o Procera.

Ontem, também foi confirmada uma audiência dos colonos com o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, para o dia 8, em Porto Alegre. Ao ministro será apresentado um documento conjunto do governo do Estado, Assembléia Legislativa e movimentos de agricultures, com pedidos de terra para o assentamento de 941 famílias e dinheiro para obras de infra-estrutura, fomento da produção, preço mínimo (principalmente para o milho, que hoje tem preços de mercado 40% abaixo das Aquisições do Governo Federal — AGFs), além do perdão da dívida do crédito de emergência contra a seca, concedido no ano passado.

Por enquanto, os pequenos produtores conseguiram sustar, até o dia 8, junto à superintendência regional do Banco do Brasil, os negócios com AGFs que envolvam a quitação da dívida do crédito de emergência. Se não obtiver a anistia total do débito (o que só pode ser concedido pelo Congresso Nacional), os agricultores querem pelo menos o seu parcelamento em quatro anos, com juros anuais de 9% e a equivalência do valor da dívida por produtos agrícolas.

30/4

INVASÃO

Grupo de sem-terra ocupa prédio do INCRA

Eles querem que o governo cumpra o Projeto Terra Brasil, investindo recursos nas áreas com assentamentos do Estado

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTS) está exigindo uma posição do governo federal a respeito de recursos a serem aplicados no assentamento de colonos, além do cumprimento do Projeto Terra Brasil. Ontem pela manhã, 200 sem-terra ocuparam o prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Porto Alegre. No final da tarde eles decidiram deixar o prédio, mas permaneceram nas dependências externas do Incra. Após a saída dos trabalhadores, a Polícia Federal revistou todo o prédio.

Eram 9h quando os trabalhadores rurais começaram a chegar ao prédio do Incra, na Avenida Loureiro da Silva. Eles ocuparam algumas salas, enquanto companheiros ficaram na parte externa, aguardando o resultado das conversações. A direção do Incra encaminhou as reivindicações do movimento para Brasília e até o início da noite de ontem não havia recebido nenhuma posição.

RECURSOS — O MTS quer saber por onde andam os Cr$ 1,3 bilhão liberados há quatro meses pelo governo federal para serem aplicados em obras nos assentamentos. Ênio Bonemberger, da comissão de negociação, explicou ter a informação de que estes recursos estão com o governo do Estado para serem repassados.

Hoje, às 17h, representantes do MTS se reúnem com o governador em exercício, João Gilberto, para esclarecer a situação. Já o secretário adjunto da Agricultura, Eloi Flores, garantiu ontem que quem deve explicar o assunto é o próprio Incra, pois o Estado não é responsável pela reforma agrária nem sabe onde anda o dinheiro.

REIVINDICAÇÕES — Os sem-terra querem também que o governo federal coloque em prática o Projeto Terra Brasil, instituído há quatro meses, pelo qual seriam aplicados Cr$ 13 bilhões em obras de infra-estrutura (estradas, redes elétricas, escolas e galpões). Na habitação, Cr$ 15 bilhões seriam destinados à construção e reforma de 2.500 casas. E haveria ainda ainda uma ajuda de custo de Cr$ 960 mil por família (são 627), e mais um salário mínimo mensal durante seis meses. O MTS quer também o assentamento imediato de todas as famílias acampadas. Hoje, são 142 famílias na Fazenda Anonni, 190 em Bagé, 609 em Não-Me-Toque, totalizando 941.



Pedido: *os colonos querem os recursos que o governo pro...*

Colonos decidem protestar

☐Nas ruas das capitais do Sul, eles exigirão respostas para seus problemas, que vão da prometida reforma agrária até a aposentadoria rural

Os movimentos populares rurais deverão fazer uma manifestação com 3 mil camponeses em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, de 27 a 30 deste mês, para reivindicar a agilização dos processos de aposentadoria rural, a anistia de empréstimos e a implantação do programa de reforma agrária "Terra Brasil". A mobilização, que está sendo chamada de Jornada de Lutas, foi articulada por uma série de entidades, entre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Departamento Nacional dos Trabalhadores [illegible]

"Nós não temos a intenção de radicalizar", afirmou Altemir Tortelli, de Erechim, um dos coordenadores da jornada. As principais reivindicações dos agricultores são econômicas, sendo a principal delas a questão do crédito de emergência. No ano passado o governo federal concedeu uma ajuda econômica — Cr$ 26 mil por pessoa, na época — para que as famílias conseguissem sobreviver à seca que devastou a roça. Em agosto os agricultores terão que pagar esta ajuda com juros de mercado, e querem que a dívida seja perdoada.

A outra grande questão é a aposentadoria rural. Apesar dos sindicalistas já terem feito acordos com autoridades de Brasília para agilizar o processo de tramitação dos papéis, todo o processo continua muito lento. Também há a questão de um crédito de Cr$ 1,3 bilhão que o governo federal prometeu conceder aos pequenos produtores no ano passado, que ainda não chegou. Tortelli denunciou também que estão pagando aos produtores preços menores do que o mínimo estabelecido pelo governo federal.

Todas estas questões serão levadas às ruas das três capitais do Sul para pressionar o governo federal em busca das soluções. Os agricultores cansaram de esperar pelas respostas dos gabinete.

REFORMA AGRÁRIA

Incra quer trocar títulos por terras

O processo de compra de terras para assentamento de colonos no Rio Grande do Sul será facilitado se for aceita a proposta apresentada ontem pelo superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Adelar Cunha, ao governador em exercício João Gilberto Lucas Coelho. O projeto consiste na troca de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) com o governo estadual, que pagaria as desapropriações em dinheiro, superando assim o impasse causado com a rejeição a esses papéis.

O sistema seria bem simples, conforme Adelar Cunha, e não causaria prejuízo algum ao Estado, que poderia usar os TDAs para amortizar sua dívida com a União. Explicou que o Incra quase só tem em caixa esses títulos para negociar terras para assentamentos. E não consegue comprar nada porque ninguém os aceita. O problema poderia ser contornado nessa operação triangular em que os títulos seriam repassados ao governo estadual, que os converteria em dinheiro para aquisição de glebas, ficando credor em valores correspondentes e corrigidos para fins de acerto de contas com a União. Nesse projeto o Incra poderia entrar com até 30% em dinheiro para eventuais pagamentos de benfeitorias.

Na reunião de uma hora e meia, no final da tarde de ontem no Palácio Piratini, foi examinado também o problema dos assentamentos em reservas do Estado. Para tornar possível a participação do Incra nessa iniciativa de reforma agrária, as terras teriam que passar para o controle da União, através de vendas por TDAs, ou transferência por outro meio. Isso teria que ser feito o mais breve possível, com aprovação da Assembléia Legislativa. Os recursos previstos para esses oito núcleos de 300 famílias, se houver essa providência, são de Cr$ 1,2 bilhão.

Participaram também das negociações no Palácio Piratini os secretários da Agricultura, Aldo Pinto, da Fazenda, Orion Cabral, e os diretores nacionais do Incra Aldir de Souza Maia e José Maia.

INVASÕES DE TERRAS

Federais pedem prazo à Justiça

☐A Polícia Federal quer 30 dias para checar ação do Movimento dos Sem Terra na invasão de colonos aos postos agropecuários de Não-Me-Toque e Sarandi

A Polícia Federal de Santo Ângelo pediu à Justiça uma prorrogação de 30 dias para concluir o inquérito a respeito da responsabilidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na invasão feita por 800 camponeses aos postos agropecuários de Não-Me-Toque e Sarandi, no mês passado. É a primeira vez, na agitada história dos conflitos agrários gaúchos, que a Polícia Federal investiga as ações do MST.

O objetivo do inquérito é estabelecer as conexões econômicas e políticas do MST, afirmou o delegado federal de Santo Ângelo, Renato Porciúncula, encarregado do caso. Porciúncula acredita que a Justiça Federal dará a prorrogação. "Estamos trabalhando neste caso há três semanas. Ainda necessitamos investigar algumas pistas e precisamos de mais prazo", disse.

Durante as investigações, a PF entrou no Centrão — local que o MST usa para treinar lideranças no interior de Palmeira das Missões — e encontrou vários documentos, que estão sendo analisados. Segundo o delegado, estes documentos [illegible] de táticas de invasões e outros assuntos.

O delegado acredita que, se conseguir imobilizar política e economicamente o MST, estará impedindo que ocorram novas invasões de terra no Rio Grande do Sul. Porciúncula foi muito habilidoso nas negociações para que os colonos deixassem pacificamente as áreas ocupadas. A saída pacífica dos camponeses foi incentivada pela estratégia adotada pela Polícia Federal na ocasião, que era a de isolar os colonos dentro da terra invadida. A presença da PF no episódio é porque as duas áreas ocupadas são de propriedade da União. O inquérito indicia vários colonos, políticos, [illegible]

Brigada vai à Annoni para evitar conflito

A situação é confusa e tensa na Fazenda Annoni, em Sarandi. A Brigada Militar foi chamada para impedir que os 300 colonos que vivem na área entrem em conflito. Existe uma forte rivalidade entre dois grupos de camponeses: os assentados e os acampados. Os assentados cederam uma área para os acampados cultivarem enquanto aguardam assentamento definitivo. No ano passado, o acordo foi desfeito, e os assentados cultivaram a área que estava emprestada. Ontem, os acampados tentaram impedir a colheita, e os brigadianos tiveram que ser chamados para acalmar os ânimos.

Os dois grupos de colonos têm a mesma origem. Eles pertencem a um contingente de 1.500 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que ocuparam a Annoni em 1986. Desde então, fizeram dezenas de invasões e manifestações. Com isso, a maioria conseguiu assentamento, e somente permanece acampado este grupo que agora está brigando com os assentados. A situação foi descrita como muito delicada pelo superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Adelar da Cunha. Ele disse que a solução definitiva para o problema só virá quando todos forem assentados, algo que é impossível fazer agora, porque o Incra não tem terras.

Só o que o Incra pode fazer, segundo Cunha, é tentar contornar o problema e evitar que os colonos entrem em conflito. Para isso, deverão vir a Porto Alegre, no início da próxima semana, o diretor fundiário do Incra, Aldir de Souza Maia, e o diretor de assentamento, José Maia.

Justiça negocia saída dos colonos

Os primeiros contatos aconteceram no final de semana e serão definidos na noite de hoje. Juiz federal deseja evitar confrontos indesejáveis

CARLOS WAGNER
Editoria Local/ZH

A saída pacífica dos 600 camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do posto agropecuário de Não-Me-Toque começou a ser negociada, no final de semana, com o juiz federal de Passo Fundo, Nylson Paim de Abreu. Embora os representantes do MST e os funcionários da Justiça Federal de Passo Fundo não admitam a negociação, ela começou no final da tarde de sexta-feira, e hoje poderá ser concluída. Se as negociações falharem, na quarta-feira poderá acontecer o despejo com enfrentamento entre brigadianos, agentes federais e colonos.

O dia de ontem foi agitado no acampamento. Os camponeses decidiram, numa rápida assembléia, que os seus representantes deverão convidar os deputados estaduais para visitar a área. "Queremos mostrar este monte de prédios abandonados", falou o colono Jandir Bueno. Ontem, houve uma missa rezada pelo frei Sérgio Goren, um dos militantes da questão agrária no Brasil.



Foto Adriana Franciosi/ZH

Crítica: *Frei Sérgio rezou missa e fez acusações contra a Polícia Federal*

O frei Sérgio fez um discurso contra a Polícia Federal que, na sua opinião, está ilegalmente intimidando os colonos e praticando arbitrariedades. O seu sermão foi uma crítica contra o plano Terra Brasil, do Governo Federal. Disse que, pelas metas do plano, já deveriam ter sido assentadas 2 mil famílias no Rio Grande do Sul. "Vocês viram alguma família assentada?", perguntou em tom irônico. Ouviu como resposta um encorpado "não".

NEGOCIAÇÕES — O frei Sérgio elogiou a disposição do juiz Nylson Paim, de tentar evitar o confronto. Na noite de sexta-feira, os colonos entregaram ao juiz um dossiê do posto, que aponta a existência de 24 casas — com oito [illegible] — oito galpões abandonados. [illegible] diz que parte da [illegible] cabeças de [illegible] área, pertence a [illegible] donlezza.

Segundo um [illegible] do juiz federal, "ele é um [illegible] discreto e habilidoso, e [illegible] deixará haver um [illegible] posto". Os dois advogados dos colonos, Pedro Rosa e Humberto Lorenzoni Amaral, enviaram um dossiê a respeito da área para a Procuradoria da República, que entrou com ação de despejo contra os colonos. Os advogados acreditam que as informações que a Procuradoria têm a respeito da área são equivocadas.

A maior dificuldade na [illegible] seria a existência da tese de que [illegible] colonos ficarem no posto de Não-Me-Toque, abririam as portas [illegible] que outras [illegible] consideradas ociosas, acabem [illegible] invadidas pelos camponeses [illegible]. Os colonos querem que, para [illegible] pacificamente, seja [illegible] lugar para [illegible] famílias e outro para [illegible] [illegible]. Segundo um dos [illegible] dores, o juiz federal já teria [illegible] para transferir o acampamento. Os rumos da negociação serão definidos na noite de hoje.

[illegible]onos deixam [illegible]a invadida [illegible]ificamente

[illegible] acamparam [illegible] depois da [illegible] do MA, [illegible]-Toque. Eles [illegible] voltar para [illegible]s Missões

[illegible] dos 760 colo[illegible] que estavam no posto [illegible] Não-Me-Toque, [illegible] Ministério da Agri[illegible] foi cumprida na ma[illegible] forma pacífica. As [illegible] desocupação da [illegible] logo depois da assem[illegible] dos e lideranças do [illegible] Trabalhadores Ru[illegible] (MST).

[illegible], um dos líderes do [illegible] Santo Ângelo [illegible] Porciúncula, as condições para que a retirada [illegible] das imposições [illegible] Terra não retornas[illegible] Missões, ficando [illegible] RS-142, perto de [illegible] em local onde pudessem encontrar água potável.

Renato Porciúncula garantiu que as polícias federal e militar não interfeririam na saída dos colonos, desde que fosse pacífica. O delegado assinalou que, uma das exigências para que a retirada ocorresse sem violência, era de que o grupo não portasse cacetetes, mas apenas o material de trabalho, como enxadas e foices.

SOLUÇÃO — As lideranças dos sem-terra, concluídas as negociações, realizaram uma nova reunião, ratificando a decisão de sair da área, ocupada desde 12 de março. Os colonos, antes do horário estabelecido (12h), começaram a sair do posto agropecuário, cantando e gritando palavras de ordem contra a ação do governo federal. Segundo José Vargas, ontem foi formada uma comissão que vai negociar com o governo do Estado uma solução para o problema.

A desocupação da área, acompanhada por soldados da Brigada Militar e policiais federais, durou 40 minutos, restando no local apenas mantimentos e parte do material utilizado para o acampamento. Às 14h, os colonos iniciaram a montagem do novo acampamento, nas margens da RS-142, perto do posto agropecuário e na frente da Fazenda Monte Negro, dos Irmãos Augustin. O delegado da Polícia Federal advertiu, porém, que as investigações para apurar os responsáveis pelas invasões dos postos de Sarandi e Não-Me-Toque que vão continuar.

De acordo com José Vargas, durante o período em que os colonos permaneceram na área, foram registrados 14 casos de doenças, na maioria pulmonares, provocadas pela baixa temperatura. Minutos antes da retirada do posto, o menor Valdemir Nunes, sete anos, foi conduzido ao hospital de Não-Me-Toque, pois apresentava sinais de pneumonia.

PREOCUPAÇÃO — O prefeito de Não-Me-Toque, Harry Alberto Erpen (PMDB), passou a tarde de ontem envolvido com o problema dos sem-terra. Afirmou ter recebido vários telefonemas de agricultores da região, que se declaravam preocupados com a situação. Ele entende que a retirada dos colonos do posto, deixando-os acampados na estrada, foi "sacanagem" do governo.

Erpen lembra que os sem-terra estavam num local que oferecia infra-estrutura, principalmente água potável. Ele não aceita pacificamente o corte de árvores nativas, plantadas nas margens da RS-142 há cerca de dez anos, pelo Movimento de proteção ao Ambiente Natural (Movipan) e Prefeitura Municipal.

INCRA SEM DINHEIRO PARA TERRAS

A falta de dinheiro e as mudanças no ministério podem atrasar a compra, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de duas áreas na região noroeste do Rio Grande do Sul, para o assentamento de colonos sem-terra. O superintendente regional do Incra, Adelar Cunha, disse ontem que as duas áreas somam 2.800 hectares e poderão abrigar 200 famílias.

A superintendência já vistoriou as áreas e encaminhou os projetos para o Incra de Brasília mas, além da falta de um interlocutor no Ministério da Agricultura, com a indefinição da situação do ministro Antônio Cabrera, também não existe dinheiro vivo para realizar o negócio.

As propriedades custam ao redor de Cr$ 7 bilhões, um preço considerado acessível e abaixo da média da região. O Incra está enviando hoje uma cesta básica para cada família assentada na estação experimental do governo do Estado em Montenegro.

No Rio Grande do Sul, a meta é assentar 2 mil famílias, mas o Incra vem encontrando dificuldades para encontrar e adquirir [illegible]

Adiada saída dos colonos de Não-Me-Toque

□ A reunião entre oficiais de justiça e juiz federal foi transferida. Como conseqüência, o despejo dos colonos será definido até quarta-feira próxima

CARLOS WAGNER
Editoria Local/ZH

O despejo dos 600 camponeses que, há três semanas, ocupam área do posto agropecuário de Não-Me-Toque, se transformou numa verdadeira novela. Na madrugada de ontem, um telefonema anônimo aos dois oficiais da Justiça Federal em Passo Fundo dizia que as tropas da Brigada Militar, que eles esperavam há oito dias para despejar os colonos, estavam à disposição em Não-Me-Toque. Eles desmarcaram a reunião que teriam com o juiz federal Nylson Paim de Abreu, para decidir a data da retirada dos camponeses, e rumaram para o local.

"Era um trote", falou meio sem jeito o oficial de justiça Cláudio Segóbia, que estava acompanhado do seu colega Álcio Brum. Os dois encerraram a conta no hotel de Passo Fundo, pagando Cr$ 160 mil, e saíram da região. Deverão retornar na próxima semana. Eles estão com o mandado de despejo para cumprimento imediato há nove dias. Não cumpriram porque a Brigada Militar não deslocou tropas para ajudar a Polícia Federal no trabalho.

No meio da tarde, o coronel PM Antônio Dourado e o tenente-coronel PM Teodoro Prola, comandantes da Brigada Militar na região, foram até os postos de vigilância instalados nas proximidades do posto. Avistaram-se com os policiais federais, com quem mantiveram uma conversa cordial. "Só mandaremos tropas depois de recebermos ordens superiores", falou diplomaticamente o coronel Dourado. "Ainda preciso ouvir três colonos a respeito da invasão", comentou o delegado federal de Santo Ângelo, Renato Porciúncula, coordenador da operação.

PRISÃO — No final da tarde de ontem, a Polícia Federal deteve, na entrada do campamento, os camponeses Aldoir Beltran, José Vargas e Darci Chiarelo. Eles estavam chegando no Volkswagen placas GP-2314, de Sarandi. O carro é de propriedade da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), uma entidade não-governamental que dá apoio técnico aos colonos. Este é o sétimo carro da ANCA envolvido em invasões de terras que a Polícia Federal apreende.

Os colonos foram levados na camioneta da Polícia Federal até a sala que ocupa na Prefeitura de Não-Me-Toque. O delegado Renato Porciúncula conversou cerca de 45 minutos com os colonos e os liberou, ficando retido apenas o carro. Os sem-terra estavam regressando de Passo Fundo, onde foram entregar o material a respeito da ociosidade do posto agropecuário ao advogado Lorenzoni Amaral, que deverá passá-lo ao juiz Nylson Paim de Abreu. Lorenzoni deverá ingressar com um mandado de segurança no Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre, para tentar revogar a ordem de despejo.



Expectativa: *pacientemente, os colonos esperam o adiamento do despejo*

NEGOCIAÇÕES — O coronel Dourado acredita numa saída negociada dos colonos. O juiz Nylson Paim de Abreu alega impedimento legal para falar com a imprensa. "A ordem de despejo continua valendo", informa a secretária-diretora da Vara Federal de Passo Fundo, Miriam Marques. O juiz, no entanto, estaria dando tempo para que o problema seja resolvido sem violência.

O veterinário Caio Belmonte, chefe do posto agropecuário, foi uma das poucas pessoas que conseguiu falar ontem com o juiz federal. Ele adiantou que o juiz quer resolver o problema dos colonos até quarta-feira. Entre os agentes federais e alguns oficiais da Brigada Militar esta parece ser a data mais provável para terminar "esta novela", como foi apelidado o episódio pelos [illegible]

NÃO-ME-TOQUE

Justiça espera tropas para retirar colonos

□ Juiz Federal diz que a ordem de despejo ainda está valendo. Collares impediu execução da medida mantendo Brigada Militar em Passo Fundo

CARLOS WAGNER
Editoria Local/ZH

A ordem de despejo dos 600 camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dada pelo juiz federal de Passo Fundo, Nylson Paim Abreu, não foi suspensa ou adiada. Ela só não foi cumprida ontem, porque na noite anterior o governador do Estado, Alceu Collares (PDT), conseguiu fazer com que a Brigada Militar e a Polícia Federal não dessem apoio para o despejo, até que defina-se a situação confusa criada com a demissão do ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antônio Cabrera.

Foto Adriana Franciosi/ZH



Vigilância: *colonos continuaram ontem o trabalho de reforço das áreas de ingresso no posto da União*

Nas primeiras horas da manhã de ontem, os oficiais de justiça federais, Cláudio Sergóbia e Álcio Brum, estiveram na área. "A nossa idéia era fazer o despejo. Não foi feito porque não tivemos apoio das tropas", afirmou Segóbia. Dali, eles rumaram 60 quilômetros para leste até Passo Fundo, para uma conversa com o juiz Paim Abreu. Os oficiais de justiça reclamaram da falta de apoio dos policiais para cumprir o mandado de despejo.

Segundo Segóbia, o juiz disse que a ordem de despejo não tinha sido suspensa ou adiada. "Era para ser cumprida imediatamente, já que os colonos haviam sido citados. Pediu para nós nos hospedarmos num hotel da cidade, e ficarmos aguardando as tropas", descreveu Segóbia. "O juiz não vai falar com a imprensa a respeito do processo porque é impedido pela lei", desculpou-se ao assédio dos jornalistas. Miriam Marques, diretora secretária da Vara Federal de Passo Fundo.

TROPAS — De maneira elegante, Miriam esquivou-se de falar a respeito da atitude do governador Alceu Collares, de não ter consultado o juiz para adiar o despejo dos camponeses. Ela apenas repetiu o que os oficiais de justiça já haviam dito, que a ordem de despejo continuava valendo. Acrescentou que, caso eles entreguem o mandado de volta na justiça, alegando falta de condições para cumpri-lo, o juiz poderá agir. Segundo um advogado da cidade, neste caso, o juiz poderá até convocar o Exército, se entender necessário. Miriam acreditava, e até dizia brincando que aceitava apostas de que o despejo dos agricultores sem terra aconteceria sem maiores problemas.

"Se depender de nós, não haverá enfrentamentos", afirmou em Passo Fundo o tenente-coronel Teodoro Prola, comandante da Brigada Militar na região. Ele disse que não forneceu tropas para o despejo porque recebeu uma ordem do Comando Geral de suspender tudo. "Só agiremos com ordens superiores", afirmou. Disse que o plano para retirar os colonos do posto já está pronto.

Segundo Prola, a Brigada mantém um bem azeitado esquema de informações a respeito das ações dos sem-terra. "Se a ordem vier, estaremos prontos em 24 horas", assegurou. A Polícia Federal não tem condições de fazer o despejo, sem ajuda dos brigadianos, informou o delegado federal de Santo Ângelo, Renato Porciúncula, encarregado da operação de despejo.

PREOCUPAÇÃO — No acampamento, o clima de euforia que havia pela manhã, com o adiamento do despejo conseguido pelo governador, foi substituído no final do dia por preocupações, a partir das notícias divulgadas nas rádios da região de que a ordem de despejo não tinha sido suspensa. "Nós temos a palavra do governador, de que nada acontecerá até indicarem o novo ministro da Agricultura em Brasília", lembrava o colono Aldoir Berton.

"Se eles vierem nos despejar, vamos para o pau, fazer o quê?", comentou numa roda de chimarrão a colona Juleide Tonin. Há uma questão particular no episódio: colonos e brigadianos não entendem por que o governo federal permitiu que vários prédios e equipamentos do posto agropecuário estejam apodrecendo.

Crianças também participam da luta dos pais

Eles amam a Xuxa e lutam pela reforma agrária. São 200 meninas e meninos, filhos dos camponeses do MST, há três semanas entrincheirados no posto agropecuário de Não-Me-Toque. O mais velho da turma tem oito anos, Israel Loci Pereira da Silva, um garotinho magrinho, bom de bola e torcedor do Internacional. Ele sonha ter um pedaço de terra para morar com os pais e os seis irmãos. As meninas são a maioria do grupo, que tem o nome de Chuva Fina. Silvana Aparecida Rayne, oito anos, também quer ter um canto no mundo.



Fãs: *crianças acompanham os adultos, mas não esquecem o ídolo Xuxa*

As crianças têm uma dura rotina no acampamento. Nos tempos de paz, quando os sem-terra não invadem fazendas, eles dividem-se por séries escolares. "Fazemos assim para melhor orientar a piazada", explica a sem-terra e professora Ana Picolle. Elas têm aulas nos barracos. "E escrevemos no chão", fala sorrindo a pequena Silvana, uma garotinha loira.

"Eu gosto da aula, a gente faz muita coisa bonita e aprendemos o por quê de estar na luta", descreveu, com ar sério, Israel. Mesmo quando estão numa área de litígio há aulas, como é o caso dos que estão no posto de Não-Me-Toque esperando serem despejados. "A gente sempre encontra uma maneira de ensinar as letras aos piás", assegura a professora.

CONFRONTOS — Nas ocasiões em que estão para ter um enfrentamento com fazendeiros ou policiais, as crianças andam com um porrete na cintura, feito por eles mesmos. Durante os encontros, eles são encarregados de defender um dos setores do acampamento. O pessoal miúdo — até quatro anos — fica com os pais. No último sábado, quando havia a possibilidade da Brigada Militar e da Polícia Federal invadirem o acampamento, as crianças estavam encarregadas de defender o portão principal. Os sem-terra esperavam que o grosso das tropas viesse pela parte de trás do acampamento. Durante as ocupações, as crianças sempre ficam do lado dos pais.

O grande ídolo dos meninos e meninas do acampamento não é um guerrilheiro latino-americano. É a Xuxa. Eles escutam o programa pelo rádio [illegible], que pega o som da TV. No domingo, aconteceu um ato religioso-[illegible], onde todos cantaram músicas de protesto. Lá no meio, a Adriana, uma garotinha de quatro anos, com olhos verdes, recebeu um olhar sério do pai, porque estava cantando Ilariê.

Silvana e Israel gostam de viver no acampamento. Dizem que nunca tinham visto tanta gente junta e tamanha agitação. Sempre que o tempo esfria, ou que a comida escasseia, as crianças são as que mais sofrem. Mesmo assim, nestas ocasiões, ainda é possível ouvir uma vozinha fina gritando "reforma agrária já" ou cantarolando uma música da Xuxa.

55-05

ZH

25/04/92

10046

11165

ÍNDIOS EXIGEM NOVO ESTATUTO

Um grupo de 102 líderes indígenas, com faixas e cartazes, invadiu ontem a capital federal para fazer pressão em favor do novo Estatuto do Índio, que será definido pelo Congresso Nacional. Os índios discutirão, de hoje até o dia 30 deste mês, propostas ao novo estatuto. As lideranças lotaram o vôo 298 da Vasp, procedente de Manaus, e ainda no pátio do aeroporto já pregavam em favor da demarcação das reservas que não saíram do papel. "Demarcacao já", defendiam as lideranças indígenas. (AJB)

Área ianomâmi pronta em maio

O coordenador da Operação Selva Livre da Funai, Dinarte Nobre Madeiro, esclareceu, ontem, que a firma acreana Asserplan vai entregar os 9,4 milhões de hectares de terra dos índios ianomâmis com 30 dias de antecedência do prazo de 110 dias, porque foram abertas picadas demarcatórias em apenas 600 dos 1.700 quilômetros dos limites da reserva.

Mais de mil quilômetros dispensaram a instalação de sinais demarcatórios, segundo o coordenador, por serem "fronteiras naturais" como rios, igarapés e acidentes geográficos. Ele revelou que até ontem tinham sido demarcados 70% do território localizado entre os Estados de Amazonas e Roraima. A previsão de conclusão dos trabalhos é para o final de abril ou início de maio.

Dinarte Madeiro lamentou que o território ianomâmi continue sendo alvo da garimpagem — mesmo no momento em que está sendo demarcado e protegido por agentes da Polícia Federal. Ele anunciou que amanhã estará enviando de Manaus para o Pico da Neblina, na fronteira do Amazonas com a Venezuela, uma equipe de funcionários do órgão para retirar da reserva cerca de 40 a 60 garimpeiros que mineram há dois meses na área. A invasão desse grupo ocorreu através dos rios da região. "Sem o apoio de aviões, como ocorria anteriormente, é mais fácil você retirar os garimpeiros, bastando cortar as vias de suprimento em pontos estratégicos dos rios", garantiu o coordenador da Funai. (AJB)

Funai pede mais verba para índios

Arquivo/ZH



Possuelo: *pedindo pelos índios*

□O presidente do órgão foi confirmado no seu cargo pelo novo ministro da Justiça, Célio Borja. Possuelo quer garantir assistência a indígenas

Ao ser confirmado, ontem, no cargo pelo novo ministro da Justiça, Célio Borja, o presidente da Funai, Sidney Possuelo, pediu dinheiro para garantir aos índios assistência médica, alimentos, medicamentos e a demarcação de suas terras. Em despacho no Ministério da Justiça, na manhã de ontem, Possuelo informou a Célio Borja que a Funai necessita de cerca de Cr$ 40 bilhões para fornecer remédios e dar atendimento médico aos índios este ano, mas dispõe apenas de Cr$ 300 milhões.

"A falta de recursos é generalizada no governo federal. Na Funai, o quadro angustiante é a saúde. Morre um índio e o nome que sai é o da Funai", queixou-se Possuelo, acrescentando que a Fundação tem Cr$ 700 milhões para fazer a demarcação de áreas indígenas neste ano, quando seriam necessários Cr$ 88 bilhões.

"Com o novo ministro, muda só a esperança de conseguirmos mais dinheiro para dar assistência ao índio. Essa assistência está muito precária", declarou Possuelo.

IANOMÂMIS — O ministro da Justiça, Célio Borja, confirmou, ontem, a permanência do antropólogo Sidney Possuelo na presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai). Depois de uma reunião de quase uma hora com o novo [illegible], Possuelo disse que Borja [illegible] dade ao trabalho de [illegible] às comunidades [illegible] pelo ex-ministro [illegible].

No encontro, Po[illegible] lanço dos principais [illegible] nai, como a demarc[illegible] indígena dos ianom[illegible] ma, e garantiu que a[illegible] a demarcação da área [illegible] da. De acordo com [illegible] ram demarcados 1.3[illegible] faltando pouco mais de [illegible] tros para o término [illegible]. Ele garantiu que os [illegible] hectares da reserva [illegible] inteiramente demarc[illegible] a determinação que [illegible] dente Fernando Collor. [illegible]

01-02

[illegible] 60

Índios ficam na área de Nonoai

Os caingangues não se afastaram da reserva florestal do Estado. Eles asseguram que a área lhes pertence e querem permanecer ali

Os índios caingangues e guaranis continuam ocupando o Parque Estadual Florestal de Nonoai, com a alegação de que a área lhes pertence, segundo o cacique José Lopes. O líder dos caingangues diz que cerca de 100 homens permanecem no Parque, com intensa circulação de mulheres e crianças, que retiram pinhões, ervas medicinais e material para a confecção de artesanato. O cacique garante que o grupo vai esperar pelo cumprimento da promessa do governador Alceu Collares de que a terra voltaria aos índios.

O Parque Estadual foi ocupado dia 14 de fevereiro por 150 índios, que alegaram a necessidade de limpeza do cemitério caingangue. Aos poucos, o número foi aumentando e cerca de mil indígenas chegaram a viver vários dias no interior do Parque, até que houve a interferência da Justiça, através do pedido de reintegração de posse por parte do governo

Arquivo/ZH



[illegible]: *índios não saíram da reserva, mantendo briga pela área do Estado*

estadual. Mesmo o assunto estando *sub judice*, os índios foram abandonando a área, pressionados pela chuva e as precárias condições do local.

Acusados de causarem danos ao meio ambiente da região, hoje são os caingangues que denunciam os desmatamentos e a poluição. O cacique relata que os brancos e os próprios guardas florestais estão estimulando o corte de árvores e a exploração de pedras preciosas. Ao justificar a necessidade de preservação, o cacique informa que os caingangues montaram uma guarda florestal com 45 homens distribuídos estrategicamente. Na Reserva do Nonoai habitam 2.500 índios que dividem 14.910 hectares, sendo que, em 1911, quando a Reserva foi criada, eram 34.908 hectares.

GENERAL ACUSA OS IANOMÂMIS

O secretário de Projetos Especiais e Ação de Governo, do Estado do Amazonas, general da reserva Taumaturgo Sotero Vaz, considerou a demarcação das terras dos índios ianomâmis "ilegal" e "inconstitucional", e desafiou a Fundação Nacional do Índio (Funai) a provar que há 10 mil ianomâmis no Brasil, índios que ele acusou de "belicosos". O general também denunciou o ex-secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, como "representante no Brasil de uma Organização Não-Governamental (ONG) da Inglaterra, criada pela família real inglesa com o objetivo intervencionista na Amazônia". Segundo o general, há "teorias conspiratórias para intervir na Amazônia brasileira, com interesses também de setores da burocracia soviética". O general — ex-chefe do Estado Maior do Comando Militar da Amazônia — falou num simpósio sobre aquela região, realizado ontem no Clube Militar, no Rio de Janeiro. (AE)

Indígenas revoltados com governo

Representantes da União das Nações Indígenas (UNI) e do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) estão inconformados com a decisão do governo brasileiro, que vetou a participação das duas organizações no Fundo Indígena, idealizado pelo presidente boliviano Jaime Paz Zamora. Anunciada pelo embaixador do Brasil na Bolívia, Luís Orlando Gélio, durante reunião para formação da entidade, a proibição impede até mesmo que as organizações indígenas recebam projetos a serem apreciados. Todas as prerrogativas estão reservadas exclusivamente ao governo brasileiro.

De acordo com a NDI e a UNI, o embaixador Luís Gélio, representante do governo na reunião, encerrada no último dia 11 em La Paz, capital da Bolívia, argumentou que os índios "não têm condições de auto-representação". O embaixador teria dito ainda que as nações indígenas "vivem no neolítico", incapazes, portanto, de definir prioridades ou necessidades.

As organizações temem que a postura adotada pelo governo brasileiro prejudique a constituição do Fundo Indígena. Destacam que a nova entidade, embora ainda não formalizada, já conta com recursos iniciais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e negocia doações com a Comunidade Econômica Européia e com o governo sueco.

Não descartam também a possibilidade de o impasse resultar na exclusão do Brasil do grupo de países integrantes do Fundo Indígena, o que, conseqüentemente, impossibilitará o repasse de recursos para os povos indígenas nacionais. Quanto aos demais governos do continente, a proposta é a de formalizar o Fundo Indígena em julho próximo, em Madri.

ENCONTRO — Com a presença de cerca de 400 lideranças indígenas, será aberto neste sábado, dia 25, o encontro de povos e organizações indígenas do Brasil, no centro de treinamento educacional, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, na BR-040 (Brasília-Belo Horizonte). Durante o encontro, serão discutidos os projetos, em tramitação no Congresso Nacional, que tratam do novo Estatuto do Índio, a articulação nacional das organizações indígenas e a política indigenista oficial. Este encontro está sendo pre[illegible], em junho do ano passado, quando houve uma reunião de 150 lideranças, em Brasília.

Naquela ocasião, foram definidas propostas básicas para o novo Estatuto do Índio, entregues aos partidos políticos, ao ministro da Justiça e ao presidente da Câmara dos Deputados. Agora, os índios querem acompanhar os trabalhos da comissão especial do Estatuto do Índio, do Congresso Nacional, que dará o parecer sobre o novo estatuto, antes dele ir para votação em plenário. (AG-ABR)

J. DO BRASIL.
9-4-92.

Japoneses pretendem voltar a investir no Brasil



Saito e Marcílio: japoneses esperam inflação menor para voltarem a investir

Vale e Japão investem US$ 2,5 bilhões

A Companhia Vale do Rio Doce inicia este ano a implantação de três novos projetos em parceria com seus sócios japoneses, no valor de US$ 2,5 bilhões. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da empresa, Wilson Brumer, que condicionou os investimentos a um acordo bilateral entre Brasil e Japão para refinanciamento da dívida externa. A duplicação da fábrica de celulose Cenibra, em Belo Oriente (MG), terá investimentos de US$ 800 milhões em três anos, e a implantação de um projeto para produção de 1,1 bilhão de toneladas de alumina, no Pará, receberá mais US$ 600 milhões até 1994.

O terceiro projeto é o reflorestamento da área desmatada ao longo da ferrovia Carajás, também no Pará, que consumiria US$ 200 milhões em quatro anos. Nos seis anos seguintes a Vale e seus sócios montariam uma nova fábrica de celulose na região, com investimentos de mais US$ 900 milhões. A participação japonesa neste projeto será de 15% do custo total de US$ 1,1 bilhão em 10 anos. Participarão ainda do projeto os grupos brasileiros Simão e Ripasa e o grupo japonês Nissho Iwai.

Para a duplicação da Cenibra, que aumentará sua produção de 350 mil toneladas/ano para 700 mil toneladas/ano de celulose até 1994, o Fundo de Reciclagem do Japão investirá US$ 200 milhões. Os bancos privados japoneses e o BNDES financiarão US$ 150 milhões, cada, US$ 50 milhões virão da Vale e seus sócios japoneses, e o restante da estatal.

No projeto alumina estão previstos investimentos de US$ 600 milhões. Estão acertados US$ 200 milhões provenientes do Fundo de Reciclagem do Japão. Também participam a CBA e a Mineração Rio do Norte.

O secretário nacional de Minas e Metalurgia, Luís André Rico Vicente, afirmou que a retomada dos projetos com o Japão se deve aos acordos para refinanciamento da dívida externa brasileira, já fechado com o Clube de Paris e em negociação com os credores.



Wilson Brumer

BRASÍLIA — Os empresários japoneses estão dispostos a voltar a investir no Brasil, mas para isso esperam sinais mais consistentes de estabilização econômica. Esse foi o recado que as autoridades brasileiras ouviram ontem várias vezes durante a 5ª Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Brasil-Japão. "Seria necessário antes melhorar o ambiente macroeconômico", afirmou o vice-presidente da Keidanren e presidente da Nippon Steel Corporation, Hiroshi Saito, que chefia a delegação japonesa. O presidente da Aoki Corporation (construtora), Hiroyoshi Aoki, foi mais direto. "Só será possível investir no Brasil com uma inflação mais baixa", condicionou.

Os japoneses manifestaram total interesse pelo Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) e foram informados pelo embaixador Rubens Barbosa, representante brasileiro no Mercosul, que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, viaja amanhã para os Estados Unidos e Japão e, em Tóquio, apresentará às autoridades uma "solicitação de interesses" em nome dos quatro paises do Cone Sul para um futuro acordo de cooperação. Os empresários do Japão quiseram detalhes sobre o Mercosul, desde alíquotas de impostos de importação e exportação até prazos em que o acordo estará em pleno vigor.

Recomendações — Saito informou a Marcílio que um documento da Keidanren, recheado de recomendações a seus associados com vistas ao ano 2000, afirma que os empresários japoneses não vêm percebendo as mudanças econômicas e políticas que ocorrem na América Latina, "tão importantes quanto as mudanças na ex-União Soviética e no Leste Europeu". Ele garantiu que desde o ano passado aumentou o interesse dos japoneses pelo Brasil, com as mudanças políticas e econômicas que vêm ocorrendo. Aoki foi o único a arrancar risadas dos 40 empresários (mais 40 assessores), normalmente sisudos e muito atentos. "Ficamos azuis no avião, quando vinhamos para o Brasil e soubemos da queda do ministério. Só respiramos aliviados quando soubemos que o ministro Marcílio e sua política seriam mantidos".

A portas fechadas e sem a presença de jornalistas, os japoneses pisaram fundo nas perguntas ao ministro Marcílio. Um dos empresários chegou a questionar as elevadas alíquotas do Imposto de Importação no Brasil, quando no México 98% das alíquotas foram zeradas. Marcílio discorreu sobre o programa de redução do imposto que em julho do ano que vem baixará a taxação média para 14%. O empresário voltou à carga para dizer que "14% de imposto de importação no Brasil pode ser um percentual baixo, mas é um índice alto no Japão."

Solicitações — Vários empresários brasileiros pediram a palavra para estimular os japoneses a investirem no Brasil. O presidente da Associação Nacional da Indústria de Computadores, Carlos Rocha, afirmou que esta é a hora dos japoneses se associarem a grupos brasileiros da área de informática, seis meses antes de acabar a reserva de mercado do setor no Brasil. "Os norte-americanos e os europeus já participam de mais de 10 joint ventures no Brasil. Estamos abertos aos grupos japoneses." Já o presidente da Varig, Rubel Thomas, manifestou interesse em ampliar de três para sete os vôos semanais do Brasil para o Japão, enquanto o presidente da Associação da Indústria de Alimentação (Abia), Edmundo Klotz, manifestou interesse de seus associados em ver reduzidas as barreiras não alfandegárias do Japão para que os brasileiros consigam aumentar suas exportações de alimentos. "O Japão importa mais de US$ 33 bilhões em alimentos e o Brasil mal consegue 2% desse mercado, passando pouco dos US$ 400 milhões."

O presidente do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá foi surpreendido pelo vice-presidente da Keidanren, Hiroshi Saito, que lhe pedia uma visão de como os empresários brasileiros estão vendo o governo Collor. Depois de historiar rapidamente o programa econômico brasileiro desde a posse do presidente, Calmon concluiu afirmando que hoje, por causa da política persistente de não aplicar qualquer choque econômico, "o governo ganhou em credibilidade". Ele lamentou que, infelizmente, o caminho adotado pelo governo é "doloroso por causa das repercussões sociais, mas não existem alternativas". Calmon citou como um trunfo da política econômica o recente acordo governos-empresários-trabalhadores que reduziu em 22% os preços dos automóveis.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, que promoveu a reunião com a Keidanren, advertiu que, por enquanto, os japoneses estão tentando entender o que vem acontecendo no Brasil e só a partir disso é que vão começar a discutir possibilidades de investimentos. Afirmou ainda que, ao contrário dos anos 60, desta vez o fluxo de investimentos japoneses não deverá vir do governo, mas sim de empresários privados.

Ao final, o deputado nissei Antônio Morimoto, eleito por Rondônia, quis saber se os japoneses estão efetivamente interessados em financiar a chamada "saída brasileira para o Pacífico", uma estrada que sai de Rondônia até o Oceano Pacífico. O embaixador do Japão fez questão de assinalar que, apesar do assunto ter sido tratado exaustivamente pela imprensa, em momento algum o governo japonês se comprometeu com esse financiamento. Foi uma resposta diplomática, pois nos últimos dois anos ecologistas do mundo inteiro condenaram a rodovia.

RECORT. DE PRENSA
FECHA: 21-4-92
VINCULACIONES:

POLÍTICA SALARIAL

Aprovado mínimo de Cr$ 230 mil

☐O governo obteve a sua primeira vitória em um confronto direto no voto. Sem acordo, a decisão relâmpago saiu à noite



Sem acordo: *na Tribuna de Honra, Macedo e Paim ainda tentaram um acordo para a votação do projeto*

Brasília — A Câmara dos Deputados aprovou, ontem à noite, por 233 votos a favor, 215 contra e cinco abstenções o projeto do governo que fixa o salário mínimo em Cr$ 230 mil a partir de 1° de maio. A sessão prosseguiu, para a apreciação de emendas e destaques, entre os quais a instituição, proposta pela oposição, de reajustes bimestrais para o mínimo. Lideranças governistas admitem que essa emenda será aprovada, embora afirmem que será vetada pelo presidente Fernando Collor, que insiste nos reajustes quadrimestrais. Antes do projeto ser submetido à sanção presidencial falta ainda a votação do Senado, que deve acontecer hoje.

À tarde, o líder do governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL—MG), tentou encaminhar com os ministros Jorge Bornhausen, Reinhold Stephanes e Luiz Antônio Gonçalves, a proposta da oposição, de estabelecer o salário mínimo em Cr$ 242 mil — contra os Cr$ 230 mil propostos pelo Executivo. De todos, ouviu um "não", sob argumentos de que a União não tem como bancar esse valor. Ao transmitir às lideranças oposicionistas a resposta do governo, Souto teve ainda que enfrentar os líderes das três principais centrais sindicais.

Centrais — Num raro momento de discurso unificado, Luiz Antônio Medeiros (Força Sindical), Jair Meneguelli (CUT) e Francisco Canindé Pegado (CGT) disseram a Souto e aos oposicionistas que, tão ou mais importante que o valor a ser fixado, é a periodicidade dos reajustes. "Todos os trabalhadores têm hoje reajuste mensal. Por que não se pode garantir o mesmo aos que ganham salário mínimo?", questionou ele, sem receber uma resposta do líder governista. [illegible]

01.01

2

Executivo dos EUA elogia economia brasileira

Teodomiro Braga
Correspondente

WASHINGTON — Em contraste com o aumento das críticas internas à política econômica do governo, executivos de empresas americanas com interesses no país afirmam que a situação da economia brasileira nunca esteve tão promissora como atualmente. Em seminário promovido ontem pelas câmaras americanas de comércio no Brasil, o empresário Zeke Wimert, presidente da filial paulista da Oracle, uma das duas maiores empresas mundiais da área de software, garantiu a 200 homens de negócios americanos interessados em investir no Brasil que a reestruturação da economia brasileira está indo muito bem e apostou que a inflação baixará para 10% a 12% no final do ano.

Em conversa com jornalistas antes do seminário, Wimert e outros quatro executivos de empresas americanas com filiais no Rio ou em São Paulo elogiaram fartamente a atuação do ministro Marcílio Marques Moreira e disseram que sua saída do governo seria "trágica" para a imagem do Brasil no exterior. "Pela primeira vez em 15 anos é possível saber qual será a taxa de câmbio no final do mês", destacou Wimert ao enumerar as razões do otimismo dos investidores.

Há muitos anos a economia brasileira não recebia tantos elogios nos EUA como ocorreu no seminário, que durou todo o dia e custou US$ 250 a cada participante. O ponto alto foi o balanço das mudanças na economia brasileira feita por Wimert, um americano que participou da guerra do Vietnã e se fixou no Brasil há 15 anos, após passagens por outros países da América Latina. Com a ajuda de slides, ele vendeu aos seus colegas americanos a imagem de que o Brasil virou excelente opção para investimentos estrangeiros, em conseqüência da abertura e modernização da economia promovida pelo governo.

(PIB em US$ bilhões)	
Brasil	309
Argentina	55
Chile	27
México	217

	Brasil	Rússia
Mercado de capitais	Sim	Não
Distribuição de comida	Eficiente	Ruim
Infraestrutura industrial	Boa	Ruim
Telecomunicações	Boa	Mais ou menos
Gerenciamento de mercado livre	Excelente	Nenhuma
Estabilidade geográfica	Sim	Nenhuma

	Brasil	Leste Europeu
Liberalização do comércio	À frente	Atrás
Privatização	Igual	Igual
Desregulamentação	À frente	Atrás
Atração do capital estrangeiro	À frente	Atrás

Fonte: Câmaras americanas de comércio no Brasil

☐ *Entre as vantagens que as Câmaras americanas de comércio atribuem ao Brasil em relação a outras nações no que se refere a investimentos estrangeiros estão: o maior PIB da América Latina, de US$ 309 bilhões, contra US$ 217 bilhões do México e US$ 55 bilhões da Argentina; uma infra-estrutura industria considerada boa no Brasil e ruim na Rússia; e desregulamentação mais adiantada do que no Leste europeu.*

"O Brasil está fazendo hoje mais progressos na modernização de sua economia do que em qualquer época das décadas recentes", ressaltou Wimert, relacionando medidas que significavam "boas notícias para o capital estrangeiro": diminuição de exigências para registro de tecnologia estrangeira no Instituto Nacional da Propriedade Industrial e abrandamento das normas para remessa de lucro. "Está se evoluindo para o processo automático de remessas, com checagem por amostragem", observou.

Outras medidas de avanço da economia brasileira destacadas por ele foram a mudança na política de informática, diminuição de barreiras tarifárias, implementação do programa de privatização e fim do controle de preços. "O programa de privatização foi o começo da modernização da economia brasileira", afirmou ele, após informar que sete empresas estatais foram vendidas em 1991 e que o número deverá se elevar para 20 neste ano. Wimert surpreendeu vários empresários ao dizer que, em razão da diminuição das taxas de importação no setor de informática, é possível comprar hoje no Brasil computadores médios e grandes da IBM por preços mais baratos do que os cobrados na Inglaterra, França ou Itália.

Na parte final da exposição, o empresário americano apontou as oportunidades de investimentos no Brasil, dando ênfase especial ao setor de telecomunicações, onde o governo prevê realizar US$ 4 bilhões de investimentos até 1992. "É um mercado potencial hoje de US$ 10 bilhões a US$ 12 bilhões e representa uma das áreas mais interessantes para as empresas estrangeiras", analisou Wimert, que também é presidente da Câmara Americana de Comércio de São Paulo. Ele lembrou que grandes empresas americanas do setor, como AT&T e Sprinter, planejam investir no país.

A título de ilustração, citou Compaq e Hewlett Packard como duas das empresas estrangeiras que estão investindo no Brasil, e a MacDonalds e a Oracle como exemplos de companhias que estão expandido enormemente seus negócios no país.

País atrai investidores

Sob diversos aspectos, o Brasil apresenta mais vantagens para os investidores estrangeiros do que as outras potências econômicas da América Latina, Rússia e países do Leste Europeu, apontou o empresário americano Zeke Wimert em sua palestra de ontem na Associação das Câmaras de Comércio da América Latina. Recorrendo a várias tabelas, ele mostrou aos seus colegas americanos que o Brasil tem uma economia muito maior do que a de seus vizinhos latino-americanos e incomparavelmente mais avançada que a da Rússia e as das ex-nações comunistas da Europa Oriental.

Com um PIB de US$ 309 bilhões, citou Wimert, o Brasil produz mais do que a Argentina, Chile e México juntos, além de possuir número muito maior de consumidores que os seus três principais rivais econômicos no continente e exibir um comércio exterior mais forte do que qualquer país da América Latina. No confronto com a Rússia, o Brasil ganha em todos os sete itens de comparação mencionados pelo empresário americano, como mercado de capitais e sistema bancário. O Brasil também leva vantagem sobre os russos na distribuição de comida, infra-estrutura industrial, telecomunicações e gerenciamento de mercado, além de exibir maior estabilidade geográfica.

Em relação ao Leste Europeu, o Brasil está à frente em três itens-chave de reestruturação econômica e empata com os países da região na área da privatização, não ficando atrás em qualquer ponto de comparação, segundo a tabela apresentada por Wimert. "O Brasil tem 50% mais consumidores potenciais do que a Europa Oriental", apontou ainda. As nações do Leste Europeu mencionadas na comparação foram Polônia, Hungria, Tchecoeslováquia, Romênia e Bulgária. Zeke Wimert também destacou a "estabilidade brasileira".

- 01

3

Mercosul e realismo

Noenio Spinola *

Nos dias 4 e 5 de maio uma revoada de empresários chega a São Paulo para um seminário com um elenco de conferencistas de alto nível convidados pela Câmara de Comércio Argentino-Brasileira. No dia 20 do mesmo mês a Bolsa Mercantil & de Futuros leva a Buenos Aires outro time de peso. Assim vai rolando o pingue-pongue que ambiciona operacionalizar o Tratado de Asunción de 1991, responsável pelo Mercado Comum entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai — ou Mercosul.

Quem acompanhou as discussões das quais emergiu a Comunidade Econômica Européia pode traçar alguns paralelos. Na CEE as taxas de juros flutuam dos 17% ao ano de Portugal aos 4% da Alemanha, atualmente sob pressão norte-americana porque são "muito caras". Entre o PIB alemão de US$ 1,4 trilhão e o de Portugal (US$ 41 bilhões, ambos em 1990), o abismo é certamente maior que entre a Argentina (US$ 86 bi) e o Brasil (US$ 348 bi).

O que pode fazer a diferença entre os dois blocos não é a escala, o tamanho dos números, mas a cultura. Serão países de cultura inflacionária crônica capazes de sustentar qualquer união a longo prazo? Se forem adiante, quem comandará as taxas de câmbio? E as taxas de juros?

Os empresários brasileiros não ignoram esses pontos em suas discussões. Em lugar do pessimismo, contudo, partem do princípio de que o Brasil pode até estar "bêbado", como disse uma respeitável publicação britânica, mas seu lado moderno não tem nada de "decadente". [illegible] mercados financeiros se agitaram [illegible] semana, mecanismos [illegible] privados de arbitragem de taxas [illegible] ram as relações no eixo Rio-São Paulo e provaram para que existem: funcionaram como seguradoras para negócios no volume de 1 bilhão de dólares em um só dia.

O que é o antiquado nesse cenário? O antiquado é, por exemplo, pensar em gerar e sustentar empregos dentro do Estado, exatamente onde se encontram as estruturas mais pesadas, todas elas candidatas à [illegible] africanização. [illegible] década de 50 [illegible] 93 mil novas empresas nos EUA [illegible] surgem mais de 600 mil. São as pequenas e médias que [illegible] trabalho, independente [illegible] não as grandes, em geral [illegible] que organizam corporativamente a [illegible] cia e podem capitalizar os [illegible] da privatização.

O deputado José Serra foi [illegible] feliz ao lembrar que se o Brasil [illegible] atrasado na discussão do Mercosul vai assistir à migração [illegible] rescer para os centros [illegible] O que o deputado [illegible] tência da chamada "[illegible] abastecimento" [illegible]

[illegible]

EUA e Canadá.

Quando [illegible] Bolsa de Chicago [illegible]

[illegible]

Talvez [illegible] que São [illegible]

[illegible]

o Sr. Antônio [illegible] um [illegible] problemas da [illegible] gem recente por [illegible]

01-03

64

ZERO HORA 24/4/92

MERCOSUL

Brasil nega subsídios à agricultura

Representantes do país na reunião de Buenos Aires provaram ontem, com documentos, que não há favorecimentos aos produtores agrícolas

HAMILTON ALMEIDA
Enviado a Buenos Aires/ZH

REPÓRTER VARIG

O Brasil traça suas políticas internas sem ferir o Tratado de Assunção, que constitui o Mercado Comum do Sul (Mercosul), ou o Acordo Geral de Tarifas de Comércio (GATT). Mostrar esta realidade foi o desafio da delegação brasileira, ontem, na reunião do Grupo Mercado Comum, que se realiza há dois dias em Buenos Aires e que termina hoje.

Para acabar com as desconfianças dos parceiros — Argentina, Paraguai e Uruguai — os representantes do país apresentaram uma vasta documentação. "Mostramos que não há subsídios na agricultura", disse, na saída da reunião, o chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, Rubens Barbosa. A ênfase, segundo o embaixador, foi registrar a política do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, de que o Mercosul é levado em conta na formulação das políticas agrícola e de comércio exterior.

O plano de reconstrução da agricultura, lançado pelo presidente Fernando Collor, na cidade gaúcha de Jaguarão, no dia 12 de março, quando participou da solenidade de abertura da safra de verão, estava, desde então, como um nó na garganta dos demais membros do Mercosul. A maior parte das perguntas recaiu sobre a política de preços mínimos e as taxas de juros. A política de incentivo de comércio exterior, anunciada anteriormente pelo governo, também foi objeto de questionamentos.

PODER ECONÔMICO — Estima-se que mais de 20 pontos já foram discutidos na reunião do Grupo Mercado Comum, que se desenvolve no Palácio San Martin, a portas fechadas. Barbosa adiantou, contudo, que passam a fazer parte das preocupações dos países-membros do Mercosul o exame de um regime comum de investimentos e a questão do abuso do poder econômico.

Apurou-se também que o papel e o futuro das zonas francas merecerá uma profunda discussão no início de maio, quando se realizará um seminário em Manaus. As áreas de cooperação entre o Mercosul e a Comunidade Européia (CE) também já foram definidas. A propriedade intelectual é um tema que será melhor avaliado, num seminário a ser promovido pelo Subgrupo 7, de política industrial, no mês de maio, em Assunção.

Hoje, os participantes do Grupo Mercado Comum reúnem-se novamente, a partir das 9 horas, para definir a agenda da reunião com os Estados Unidos, que será celebrada no dia 28 de maio, provavelmente em Buenos Aires. A análise das decisões tomadas pelos diversos subgrupos (são dez, no total) está pendente e será concluída. Uma ata dos trabalhos será redigida, encerrando o encontro.

Brasil e Cone Sul ainda estão um pouco atrasados

Na definição de caminhos mais adequados ao livre comércio e entendimento econômico entre países, o Brasil (e seus parceiros do Cone Sul) ainda está um pouco atrasado, comentou ontem, ao encerrar-se o encontro de Washington, o empresário Jayme Sirotsky, presidente do conselho de administração da RBS e que participou do Forum das Américas como diretor do capítulo brasileiro do CEAL — Conselho de Empresários da América Latina.

Também integraram a representação brasileira, entre outros, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, e os empresários Israel Klabin (grupo Klabin) e Marcos Fortes (grupo Fortes), que dirigiram o painel que debateu o desenvolvimento sustentado, envolvendo aspectos ambientais, ecológicos e de qualidade de vida. Jayme Sirotsky, comentando esse painel e outros pontos do encontro no programa Atualidade, da Rádio Gaúcha, ontem, destacou que cada vez mais há consciência de que o homem não pode ser tão predador a ponto de prejudicar as futuras gerações.



Pela unificação: *Rockefeller (E) acha que as zonas de livre comércio vão levar à integração das Américas*

KISSINGER — Para Sirotsky, se na avaliação que foi feita especialmente ao longo do dia de ontem sobre os mercados Andino, do Caribe, do Pacto Americano e do nosso Mercosul, ficou evidente que é preciso recuperarmos no extremo Sul o tempo perdido, vale destacar a manifestação feita no forum por Henry Kissinger, afirmando que não há, neste momento, nenhum lugar do mundo, mais excitante para o desenvolvimento de experiências novas de convivência, do que a América Latina.

Uma observação do empresário David Rockefeller, do Conselho das Américas, também chamou a atenção. Ele disse que o estabelecimento de zonas de livre comércio funciona como um caminho a favor da democracia e da dignidade dos povos, que pode, inclusive, ajudar a resolver os problemas econômicos regionais. Os indicadores são muito positivos para que, no futuro, desponte a unificação das Américas, salientou Rockefeller.

02

Mercosul já negocia de tudo um pouco

Churrasqueiras, cadeiras, bijuterias, e verduras cruzam as fronteiras e movimentam o comércio no Cone Sul

HAMILTON ALMEIDA
Editoria de Economia/ZH

Se alguém dissesse, há algum tempo, que o Brasil venderia roupas à Argentina, ninguém acreditaria. Hoje, esse fluxo comercial já desponta. Pela situação cambial favorável às exportações brasileiras ao país vizinho e no embalo da implantação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), coisas ainda mais inusitadas estão acontecendo em termos comerciais.

Churrasqueiras portáteis, cadeiras plásticas, calças *jeans*, calçados femininos, tênis, bijuterias, roupas de banho e cama, material esportivo e balas estão desembarcando na Argentina com sucesso, ao lado de roupas íntimas e confecções infantis. Tudo *made in* Rio Grande do Sul. São as chamadas "exportações especulativas", como define o gerente da Câmara de Comércio Brasil-Argentina do RS, Eduardo Lucero Antoñanzas.

Já os argentinos descobriram o caminho para vender verduras, cebola, alho e batata, além de produtos veterinários, autopeças, queijos e biscoitos. Na área agrícola, há três processos em formação de empresas binacionais. Só falta o Congresso Nacional aprovar o projeto (a Argentina já fez a sua parte), para que esses novos empreendimentos floresçam.

ARROZ — O presidente da Câmara, André Cirne Lima, acredita que o fenômeno Mercosul já está consolidando negócios em determinadas áreas, apesar de a integração econômica plena estar com prazo marcado para 1° de janeiro de 1995, apenas. A produção de arroz na Argentina está em expansão e é seguro que terá no Brasil um sócio-comprador. Com a perda de 120 mil toneladas de arroz na safra gaúcha deste ano, devido às enchentes, o arroz argentino terá aqui um mercado garantido.

A diminuição da produção de trigo no Brasil, estimada em até 50%, também abre a porta ao país vizinho. No ano passado, ocorreram as primeiras importações de soja em grão, calculadas em 300 mil toneladas, sob protestos da indústria de óleo vegetal argentina. Para este ano, espera-se a entrada de óleo de soja, ainda que a capacidade ociosa das esmagadoras gaúchas não seja desprezível.

CONSOLIDAÇÃO — O consumo de óleo de girassol no país está sendo consolidado pela ação da Argentina, destaca Cirne Lima, embora a atual situação cambial não favoreça nossas importações. O empresário vê boas chances de o Brasil avançar em exportações não tradicionais: a Frangosul começou a vender aves; os curtumes gaúchos querem entrar no pequeno mercado de couro de Buenos Aires, que é de alta qualidade; os subprodutos suínos devem ser comercializados com maior agressividade.

E, agora, acredite: vinhos finos varietais gaúchos também têm condições de ser vendidos na Argentina, devido à qualidade e ao preço. As exportações brasileiras de máquinas agrícolas são um exemplo de um setor que o país está consolidando no outro lado da fronteira.

Na Câmara de Comércio Brasil-Argentina, o número de consultas surpreendeu em março. De acordo com Antoñanzas, os empresários gaúchos querem saber que produtos estão com alíquotas zero e procuram por lista de fornecedores. Também há um movimento grande de interessados em obter representação de empresas argentinas.

Cirne Lima tem uma inquietação: "A Argentina está-se especializando, com relação ao Brasil, como exportadora de produtos agrícolas. Esta é uma situação semelhante à do Brasil com a Comunidade Européia. É isso o que os argentinos querem?"

O seu temor é de que essa condição deteriore as relações bilaterais no futuro. "O conceito de complementação e especialização não pode ser sedimentado nas bases atuais, que não são boas para a Argentina porque o Brasil tem vantagens comparativas bem maiores", diz. O que é necessário, avalia Cirne Lima, é desenvolver uma visão mais além do mero acordo comercial. É melhorar a competitividade interna e somar as vantagens comparativas dos países do Mercosul. Na geração de energia elétrica e no reordenamento do sistema integrado de transportes estão algumas chances de melhorar a estrutura de custos de ambas as partes.

Num momento em que a formação de blocos econômicos é palavra de ordem, Cirne Lima comenta que a proposta norte-americana Iniciativa para as Américas, representa uma possibilidade de consolidar os fluxos de troca comerciais hoje estabelecidos.



Cirne Lima: *temores*

O COMÉRCIO DO BRASIL COM SEUS SÓCIOS

Argentina

Ano	Exportações	Importações
1991	1,4[illegible]	[illegible]
[illegible]	645,13[illegible]	[illegible]
[illegible]	722,114 [illegible]	[illegible]

Paraguai

Ano	Exportações	Importações
1991	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	322,[illegible]	[illegible]

Uruguai

Ano	Exportações	Importações
[illegible]	337,[illegible]	[illegible]
[illegible]	294,[illegible]	[illegible]
[illegible]	334,[illegible]	[illegible]

Fonte: CTIC do Ministério de Economia
Obs.: Os valores estão em dólares FOB. * [illegible]

Uruguai e Brasil se aproximam

O Uruguai está mais perto do Rio Grande do Sul. O gerente da Câmara de Indústrias do Uruguai, Júlio Martinez Reyes, revela que há uma grande movimentação em busca de parcerias ou *joint-ventures*. "E a maior corrente é no sentido do Brasil para lá", diz. As áreas preferenciais são: agroindústria, metal-mecânica, construção civil e química. Na construção civil, os investimentos brasileiros já somam US$ 30 milhões só no balneário de Punta del Este.

Os últimos oito ou dez meses estão transformando a face dos negócios entre Brasil-Uruguai. Reyes confessa que a realidade foi além da expectativa inicial, favorecendo ambos os países. "Com o Mercosul, há que se expandir, unir forças, melhorar qualidade e preço para poder competir em conjunto, futuramente, com terceiros países", explica ele.

Os exemplos de novos negócios são inúmeros. O Grupo BBS, com escritório em Porto Alegre, está construindo um prédio residencial de alto luxo em Punta del Este, com 12 andares e 93 apartamentos. O investimento é de US$ 15 milhões e a inauguração está prevista para o final de 1993. Uma empresa de Caxias está formando uma *joint-venture* para troca de *know-how* e ampliação da fábrica de ferramentas. As negociações começaram em novembro do ano passado.

Na área de laticínios, empresas do Uruguai e do Rio Grande do Sul estão estudando um acordo que contemplará, ini- [illegible]

[illegible] "Há [illegible] industriais", [illegible] o grupo uruguaio [illegible] para [illegible] para a Ca[illegible]. Esta foi a [illegible] Mercosul". [illegible] os dois países que [illegible] pouco tempo, [illegible] "Agora, os industriais uruguaios [illegible] têm maiores oportunidades", [illegible]

[illegible] — [illegible] mar mais do [illegible] que a Câmara de Indústrias [illegible] resolveu abrir um escritório [illegible] Porto Alegre, já há quatro [illegible] tado prático é que, a cada dia, [illegible] "é mais procurado". Um grande [illegible] de oportunidades de negócios [illegible] ainda deve surgir entre os dois [illegible]

"Por causa do trabalho [illegible] balança comercial entre [illegible] cresceu muitíssimo, [illegible] (Protocolo de Expansão C[illegible] [illegible] cios: apenas [illegible] rios dos dois lados, [illegible] formas de pagamento, tributos, [illegible] etc.

O escritório, que funciona no mesmo prédio do Consulado e do Banco da República Oriental do Uruguai, é também, acrescenta Reyes, "um centro de assessoramento técnico, sem fins lucrativos". Nesses quatro anos de Brasil, compradores e vendedores "estão descobrindo o Uruguai". Assim se descobriu, por exemplo, que o vizinho possui indústrias químicas e metalúrgicas e produz brinquedos.

A capital gaúcha foi escolhida como sede do escritório porque o Rio Grande do Sul representa a grande porta de entrada e de saída de produtos do [illegible] Uruguai. É o único estabelecimento [illegible] fora do país. [illegible] programa a venda de [illegible] e realiza exposições.

03-03

9203[illegible]

Brasileños firman con la CE un nuevo acuerdo de cooperación.
LM.

29/04/92

10096

11101

+ 11164

11305

Brasileños firman con la CE un nuevo acuerdo de cooperación

BRUSELAS. [illegible] Comunidad Europea (CE) y Brasil [illegible]

El acuerdo, [illegible] de 1982, es de los [illegible] de "tercera generación" y se [illegible] en la nueva estrategia comunitaria de reforzar los lazos entre la CE y América latina y ampliar y desarrollar las bases de la cooperación.

El nuevo acuerdo amplía los sectores de cooperación ya existentes, profundiza la cooperación económica y apoya financieramente las [illegible] en materia industrial, [illegible]

[illegible]

01-01

ZERO HORA
25-4-92.

10046
1164

Casa própria subirá até 560%

Mutuários da CEF com data-base em março terão reajustes em abril ou maio

BRASÍLIA — Os mutuários da Caixa Econômica Federal (CEF) com contrato pelo Plano de Equivalência Salarial por Categoria Profissional (PES/CP) do tipo parcial e data-base em março sofrerão neste mês ou em maio (dependendo do tipo do contrato) reajuste de [illegible],78% sobre as suas prestações. No caso dos mutuários que têm contrato pelo PES/CP do tipo pleno os aumentos serão no máximo de [illegible]%. Os índices de aumento das prestações da casa própria em abril foram divulgados ontem pela instituição.

Os contratos pelo PES do tipo parcial têm [illegible] uma vez por ano, 30 ou 60 dias após a data-base do mutuário. Nesse caso, a CEF aplicou a correção integral da caderneta de poupança entre abril de 1991 e março de 92 ([illegible]1,53%), mais 3% de produtividade. O resultado é o aumento de 560% para todos os mutuários com dissídio em março. O aumento incidirá sobre as prestações de abril ou de maio, dependendo do contrato.

Os mutuários com data-base em março e contrato pelo PES/CP do tipo pleno, que permite o repasse às prestações das antecipações salariais, terão reajuste de 203,57% em abril ou maio (dependendo do prazo de transferência das correções salariais). Esse aumento corresponde ao índice acumulado da caderneta entre abril de 1991 e março de 92, mais 3% de produtividade, descontadas as antecipações já transferidas às prestações, correspondentes a 117,66%.

Os mutuários da CEF que têm contrato pelo PES tipo pleno e dissídio em janeiro, maio ou setembro, sofrerão aumento de 29,50%. O aumento vai incidir nas prestações deste mês ou em maio, dependendo do prazo de repasse do reajuste salarial às prestações, de 30 ou 60 dias. O percentual equivale à antecipação bimestral estabelecida na lei 8.222/91, que regulamentou a política salarial para a parte do salário até três mínimos.

Os mutuários com dissídio em julho e novembro terão que arcar com aumento de 91,54%, que corresponde à variação do INPC/IBGE entre novembro e fevereiro, deduzida a antecipação de 28,50%, que já foi transferida à prestação. Esta é a regra do acerto quadrimestral estabelecida na lei da política salarial. Como no caso anterior, a lei salarial determina correção apenas até 3 salários mínimos, mas a CEF está fazendo o repasse integral para todo o valor da prestação.

No caso dos autônomos com contrato pelo PES do tipo pleno, a Caixa vai aplicar, sobre as prestações de abril ou maio (dependendo do tipo de contrato) o reajuste de 200,59%. O índice reflete a correção acumulada da caderneta de poupança nos últimos doze meses, mais a produtividade, descontadas [illegible] antecipações estabelecidas na lei [illegible] autônomos, a CEF usa a data de [illegible] contrato como referência para aplicação [illegible] aumentos.

Nem todos os mutuários receberão os reajustes estabelecidos na tabela da Caixa, já que cerca de 50% dos clientes com financiamento habitacional na instituição têm [illegible] salariais monitorados. Nesse caso, o [illegible] poderá ser menor, pois corresponderá ao reajuste salarial efetivamente recebido [illegible] tuários. Se os aumentos excederem [illegible] do salário, o mutuário tem [illegible] to à revisão da correção aplicada [illegible] prestação. Ele deverá se dirigir à [illegible] habitação da CEF com declaração [illegible] discriminando os aumentos salariais [illegible] dos desde a última data-base.

Aluguel que vence em abril sobe 257,04%

Quem tem contrato semestral de aluguel vencendo neste mês de abril terá um reajuste de 257,04%. O valor é regido pelo Índice de Salários Nominais (ISN), divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O ISN subiu 29,18% em março, taxa 9,49 pontos superior à de fevereiro (19,69%), e muito acima de todos os índices de inflação registrados no mês passado. O valor do reajuste dos aluguéis representa a taxa acumulada do ISN desde outubro de 91.

Neste período, entretanto, a inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) registrou alta de 265,26%, inferior, portanto, ao reajuste dos aluguéis. O IBGE também anunciou que a massa salarial cresceu 28,43% no mês de março e que o nível de emprego do pessoal ocupado na produção caiu 0,58%.

O ISN acumulado nos quatro meses findos em março é de 140,95% e é esta a elevação que terão os aluguéis de contratos quadrimestrais que aniversariam este mês. Neste caso, a inflação apurado pelo IGP-M no período foi menor: 137,1%.

01-01

9203766

20/04/92

Reforma prevê taxação de ativos

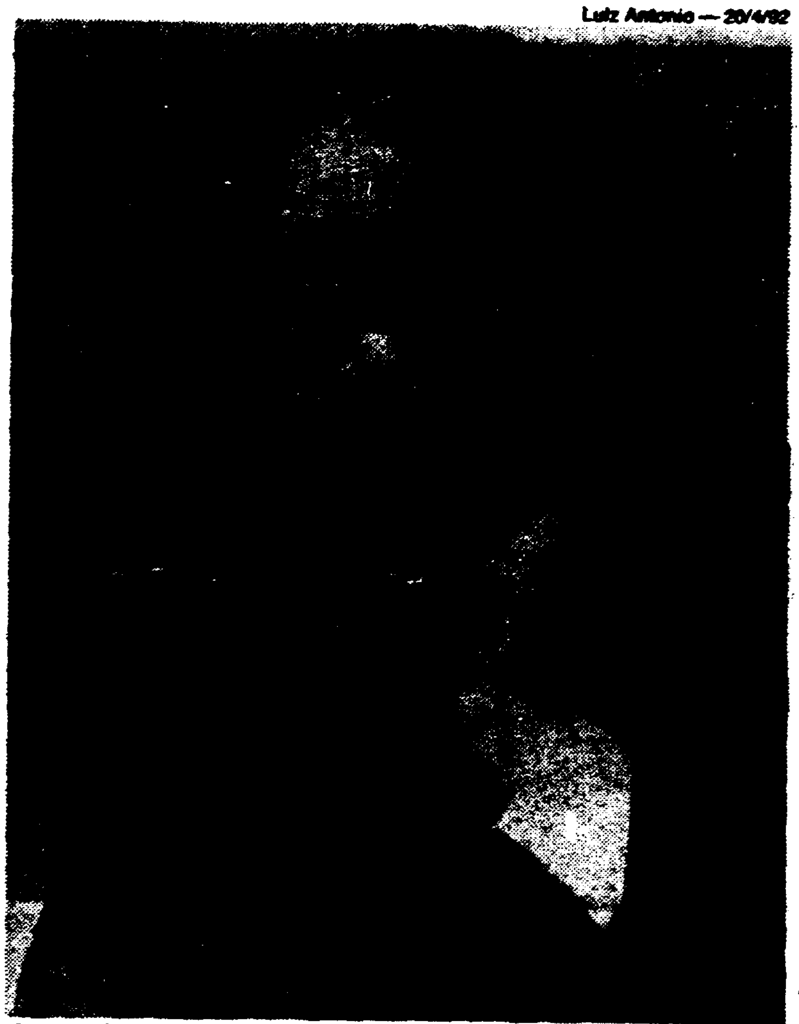
BRASÍLIA— A redução de 16 para apenas cinco impostos, proposta pela comissão nomeada pelo governo para elaborar um projeto de reforma tributária, vai provocar uma inevitável queda de arrecadação a curto prazo que o Executivo poderá compensar com a criação do imposto sobre ativos das empresas — que taxaria patrimônio, faturamento e títulos em carteira. De duração temporária, o novo imposto vigoraria na fase de transição do atual para o novo modelo e seria extinto tão logo o governo adaptasse sua estrutura de gastos à nova realidade tributária.

As linhas gerais da proposta já foram aprovadas pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, que, no final de maio, receberá um projeto detalhado das mudanças. No início de agosto, logo após o recesso parlamentar, o presidente Fernando Collor deverá encaminhar ao Congresso o conjunto de emendas constitucionais, leis complementares e projetos de lei que irão instituir a reforma. Se aprovadas ainda este ano pelos políticos, as modificações começariam a vigorar já em 1993.

Todas as medidas sugeridas trarão problemas políticos para o governo, admite o tributarista Carlos Longo, membro da comissão. "Mas são medidas cuja racionalidade e simplicidade incentivarão o comércio e os novos investimentos", diz ele. O governo sabe que terá dificuldades com os governadores para isentar as exportações, enquanto o Ministério da Economia precisará contornar as dificuldades que as mudanças provocarão no ajuste fiscal prometido ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A solução para as contas públicas é garantir, paralelamente, que muitos gastos do governo federal sejam repartidos com estados e municípios.

"As medidas vão trazer uma queda de arrecadação, isto é concreto, mas o governo nos contratou para propor regras que tenham credibilidade, o que estamos fazendo", afirmou Longo. O imposto sobre ativos deverá seguir o modelo já existente no México, com uma alíquota em torno de 2%. Esta foi a melhor fórmula encontrada pela comissão para compensar a redução dos impostos pagos pelas empresas — outra das mudanças significativas da proposta. Calcula-se que o peso dos impostos, que hoje alcança até 50% dos custos empresariais, ficará limitado a 30%. O governo proporá o fim do imposto de renda de pessoas jurídicas e a isenção tributária a produtos agrícolas, bens primários e semi-elaborados para exportação.

Luiz Antonio — 20/4/92



Marcílio já aprovou as linhas gerais da proposta

Os novos impostos

De acordo com a proposta da comissão de reforma tributária, os impostos incidentes sobre empresas e pessoas físicas seriam reduzidos de 16 para apenas cinco:

■ **Imposto sobre Valor Adicionado (IVA):** Imposto sobre consumo, que reuniria o IPI, ICMS e ISS em um único tributo, com 75% da arrecadação garantida aos estados e 25% aos municípios.

■ **Imposto de Renda:** Pago apenas por pessoas físicas. O IR de pessoa jurídica seria transferido para as pessoas físicas dos proprietários das empresas. Diminuiria o limite de isenção, a menor alíquota cairia para 10% e a mais alta iria a 30%.

■ **Imposto sobre Propriedades:** Reuniria o IPTU e o Imposto Territorial Rural (ITR), com toda a receita para os municípios.

■ **Imposto Seletivo Federal:** Incidente apenas sobre os produtos que geram maior arrecadação, como cigarros, bebidas alcoólicas, automóveis e, talvez, energia.

■ **Imposto sobre Ativos:** A comissão de reforma tributária avalia agora o impacto das mudanças sobre a arrecadação para definir a alíquota que compensaria a perda de receita. No México, que serve de modelo para as análises dos tributaristas, a alíquota é de 2% e o imposto não é temporário, como defende a comissão.

Não mudam os impostos de Exportação e Importação, nem há propostas a respeito de taxas e contribuições de melhoria (taxa de limpeza, e outras), consideradas como contrapartida por serviços públicos específicos prestados à sociedade.

9203767

A mordida do Leão vai mesmo se concentrar sobre as pessoas físicas, com a redução do limite de isenção do Imposto de Renda. Com isto, espera-se elevar de seis para 12 milhões o número de contribuintes. Acompanham a ampliação da base de incidência do Imposto de Renda a alteração do valor das alíquotas atualmente em vigor. A menor alíquota baixaria de 15% para 10%, enquanto a alíquota sobre os salários mais altos deverá aumentar, de acordo com a proposta, de 25% para 30%.

A comissão estuda ainda como poderá ser feita a transferência do IR das pessoas jurídicas para as as pessoas físicas dos proprietários e acionistas. Esta fórmula será discutida amanhã em um seminário do Ministério da Economia com especialistas do Banco Mundial, trazidos a Brasília para ajudar no detalhamento das propostas da reforma.

Carlos Longo admite que as medidas propostas pela comissão, se aprovadas no Congresso, exigirão investimentos do governo em fiscalização. "Hoje a Receita Federal se limita a registrar em caixa. Não há contato entre o fiscal e o contribuinte", afir-

ECONOMIA

☐ O governo reconheceu que os brasileiros estão repatriando o dinheiro remetido para o exterior na década de 80. No ano passado, voltou ao país US$ 1,5 bilhão contra US$ 800 milhões em 1990.

LUCRO DO BANCO DO BRASIL É DE 143 BI

O Banco do Brasil registrou um lucro de Cr$ 143,3 bilhões no mês passado. O resultado de março eleva para Cr$ 221,3 bilhões o superávit do banco no primeiro trimestre do ano, já descontados os efeitos do recolhimento do Imposto de Renda e da contribuição social. O lucro por lote de mil ações nos três primeiros meses de 92 é de Cr$ 19.023,74.

Kissinger critica Brasil

■ *Fórum das Américas destaca a Argentina e o Chile*

WASHINGTON — Na abertura do Fórum das Américas, encontro de 400 empresários e autoridades governamentais de vários países do continente, o ex-secretário de Estado Henry Kissinger considerou insuficientes as mudanças econômicas implementadas no Brasil. Apesar de apontar a América Latina como a região mais importante para os Estados Unidos na atualidade e falar extensamente sobre as perspectivas da Argentina e outros países da região, Kissinger mencionou o Brasil apenas rapidamente no seu pronunciamento, deixando a impressão de que o país não faz parte das prioridades dos Estados Unidos.

O otimismo em relação às perspectivas econômicas da América Latina foi a tônica do primeiro dia da reunião do Fórum, que busca encontrar formas para apoiar a Iniciativa das Américas, o plano do presidente George Bush para o incremento do desenvolvimento no hemisfério. Além de Kissinger, outros participantes do encontro também destacaram o atraso na implementação do ajuste econômico brasileiro durante os debates sobre mercado de capitais, tema de um dos vários grupos de trabalho.

"Todo mundo acha que o Brasil está mais devagar, mas estamos tentando convencê-los de que as reformas no país, se são lentas, também são mais sólidas", revelou o ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, um dos 25 brasileiros que participam do encontro.

As mudanças econômicas e políticas verificadas na América Latina nos últimos anos foram ressaltadas com entusiasmo pelos oradores que antecederam Kissinger e aproveitaram a ocasião para dar seus recados. A estabilidade política, avisou George W. Landau, dirigente do Conselho das Américas, será um dos critérios básicos para investimentos no continente. "Golpes militares espantam investidores. É preciso haver bom clima econômico, a inflação tem de estar baixa e existir direitos iguais entre companhias nacionais e estrangeiras", disse ele.

Em seu pronunciamento, Kissinger fez vários elogios à Argentina, ao presidente Carlos Menem e ao Partido Peronista, apontando-os como personagens exemplares da nova fase da América Latina. Ele também se mostrou entusiasmado com o Chile, afirmando que o país já preencheu todos os requisitos para se credenciar como próximo integrante do mercado livre em formação entre Estados Unidos, Canadá e México. A Venezuela e a Colômbia, além do México, foram os outros países da América Latina que Kissinger disse estarem no rumo certo. Quanto ao Brasil, ele lembrou que o país é o maior do continente e que suas mudanças econômicas ainda não são suficientes.

Kissinger voltou a falar sobre o Brasil numa entrevista coletiva, em que elogiou a "habilidade ímpar" do novo ministério de Collor, lembrando que "seis meses atrás todo mundo estava comentando sobre inflação e corrupção" no país. "O problema do Brasil tem sido mais estrutural", afirmou o ex-secretário de Estado, que citou a doença de Tancredo Neves às vésperas de tomar posse na presidência, em 1985, como um dos problemas que atrapalharam a transição do regime militar para o democrático. (*Teodomiro Braga*

Recorte de preços
15-4-92
10043
11101

Bolsas mantêm a tendência de alta

Há várias semanas que o mercado de ações não tinha um dia como ontem, de surpresa e imprevisibilidade. Quando todos apostavam que as ações passariam por um período de queda, as cotações voltaram a subir, ignorando o movimento óbvio de realização de lucros que normalmente se precipita após os vencimentos no mercado de opções.

A rodada de opções da segunda-feira foi a maior da história do mercado capitais brasileiro. As bolsas do Rio de Janeiro e São Paulo movimentaram em conjunto mais de Cr$ 1 trilhão, que representa quase 30% em relação ao recorde anterior registrado no dia 18 de abril de 1989.

A previsão dos analistas era de que parte das ações adquiridas com o exercício maciço das opções fossem vendidas ontem no mercado à vista o que derrubaria momentaneamente as cotações. Mas os índices de lucratividade das bolsas mantiveram-se firmes durante todo dia fechando com altas de 3,75% em São Paulo e 3,40% no Rio de Janeiro. Em apenas 13 pregões de abril, as bolsas já subiram mais de 40%.

O bom desempenho das ações é atribuído à vários fatores. O principal deles é entrada de capital estrangeiro que, segundo os operadores, aumentou significativamente após a reforma ministerial anunciada no início do mês pelo governo. A queda dos juros e da inflação também estão estimulando os negócios com ações.

JUROS — O mercado de taxas de juros passou por um rápido realinhamento ontem. As taxas de remuneração dos títulos bancários (CDB e CDI) de 30 dias voltaram a cair, seguindo a sinalização do Banco Central, que no leilão de BBC da segunda-feira reduziu a rentabilidade dos seus títulos. Governo e mercado estão apostando decisivamente na queda da inflação.

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) foram emitidos com taxas máximas de 24,07% ao mês por um período de 21 dias úteis, o que representa um rendimento em torno de 0,70% por dia útil. Esta taxa é menor do que a variação da TRD fixada até o final do mês em 0,98% ao dia e reflete a expectativa do mercado de que os juros irão cair. Ontem, os contratos futuros de DI/over para junho, que indicam a previsão dos juros para maio, foram cotados na Bolsa de Mercadorias e de Futuros (BM&F) com juros over de 30,97% ao mês ou 0,70% ao dia, a mesma taxa dos CDB.

O mercado do ouro teve uma pequena recuperação ontem. No mercado disponível da BM&F, houve um aumento significativo no volume dos negócios — foram negociadas 8,5 toneladas — e o metal subiu 1,61%, sendo cotado no fechamento a Cr$ 24.570,00 o grama. A alta reflete, em parte, a recuperação dos preços internacionais. Ontem, a onça-troy (31,1) voltou para o patamar dos US$ 340,00 em Nova Iorque.

O dólar comercial foi negociado na média a Cr$ 2.261,60 para compra e Cr$ 2.261,70 para venda, com ajuste de 0,98%, enquanto que o paralelo subiu 0,44%, sendo cotado no final da tarde em Porto Alegre a Cr$ 2.210,00 para compra e Cr$ 2.240,00 para venda.

Bolsas movimentam mais de Cr$ 1 trilhão

Apesar do feriadão, a segunda-feira foi movimentada no mercado financeiro. Com o vencimento do mercado de opções, a bolsa de São Paulo bateu um novo recorde de negócios de um único dia, movimentando Cr$ 768 bilhões. No mercado de taxas de juros, o Governo antecipou o leilão semanal de Bônus do Banco Central (BBC) e vendeu cerca de Cr$ 6,4 trilhões ao mercado, que é segunda maior venda de títulos púlicos registrada nos últimos meses pelo mercado aberto.

O resultado da disputa entre "comprados" (que apostaram na alta das cotações) e "vendidos" (que apostaram na baixa) não chegou a surpreender o mercado de ações. Com a alta expressiva, de mais de 35%, que as bolsas tiveram na primeira quinzena deste mês, os "comprados" ganharam o embate com relativa facilidade. A principal opção do mercado paulista, a Telebrás PN, fixada em Cr$ 80,00, superou o valor de exercício com folga. O papel, chegou a ser cotado durante o dia a Cr$ 82,00, rendendo um bom lucro aos "comprados" que puderam adquirir a ação a um preço mais baixo do que aquele que estava sendo negociado no mercado à vista.

LEILÃO — O volume total do exercício de opções em São Paulo ficou em Cr$ 524,9 bilhões e o vencimento foi considerado tranqüilo pelos operadores. A maioria das posições estava coberta — os "vendidos" tinham a ação para entregar. O índice Bovespa, que mede o desempenho das ações mais negociadas no mercado à vista, fechou em alta de 0,65% sobre o fechamento anterior.

O último recorde de negócios na bolsa de São Paulo, foi registrado em 18 de abril de 1989, quando o investidor Naji Nahas ainda operava no mercado de opções. Naquele dia, que marcou a quebra de Nahas, foram negociados, em valores de hoje, Cr$ 645 bilhões. Somado a bolsa do Rio de Janeiro, que movimentou Cr$ 284 bilhões, o mercado acionário negociou ontem mais de Cr$ 1 trilhão.

Fora das bolsas de valores, o principal destaque ontem foi o leilão semanal de BBC. O Banco Central vendeu o equivalente a Cr$ 6,4 trilhões, que descontados os resgates previstos para esta semana, deverão retirar cerca de Cr$ 1,5 trilhão de circulação da economia nesta quarta-feira. As taxas de juros aceitas pelo BC ratificaram a tendência de queda.

Os papéis mais curtos, com vencimento em 28 dias, foram colocados com taxas over de 31,54%, o que equivale a um rendimento efetivo por 20 dias úteis de 23,27% ao mês. Esta também foi a taxa oferecida pelos bancos aos seus títulos (CDB e CDI), de 30 dias, negociados com uma remuneração máxima de 23,26% ao mês, sem descontar os impostos.

Nos mercados do ouro e dólar paralelo houve poucas alterações. Em Porto Alegre, algumas casas de câmbio do centro da cidade decidiram emendar o feriadão e não abriram. Com pouquíssimos negócios, o *black* foi cotado a Cr$ 2.190,00 para compra e Cr$ 2.230,00 para venda, enquanto que o comercial ficou na média a Cr$ 2.239,60 para compra e 2.239,70 para venda. A diferença entre os câmbios manteve-se abaixo dos 1%, com o paralelo apenas acompanhando os ajustes do dólar comercial.

O ouro teve um ajuste proporcional às taxas de câmbio. As cotações, que voltaram a estabilizar no exterior, subiram 1%, e o metal foi cotado no mercado à vista da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) a Cr$ 24.180,00 o grama.

01-02

9203771

Aposentados vão receber reajuste



□O governo autorizou o pagamento que corresponde a uma diferença de 16,4%. O aumento é retroativo a setembro do ano passado e será pago em duas parcelas com correção

O governo autorizou, ontem à tarde, o pagamento de 79,96% de reajuste para todos os aposentados e pensionistas, cerca de 2,5 milhões de pessoas, que ganham mais de um salário mínimo. Esse reajuste será retroativo a setembro do ano passado. Dessa forma, os aposentados irão receber, na verdade, um reajuste de 16,4%, uma vez que em setembro de 1991 o governo já havia dado um reajuste de 54,6%. O anúncio foi feito pelo ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, após uma reunião no Palácio do Planalto com o presidente Fernando Collor e as lideranças do governo no Congresso Nacional.

O reajuste retroativo será pago em duas parcelas, com correção monetária pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) acumulado entre setembro e dezembro de 1991, cerca de 119%. A primeira parcela, referente aos atrasados de janeiro a abril, será paga agora, entre os dias 5 e 15 de maio. A segunda será depositada, meio a meio, nos meses de julho e agosto, também com correção monetária pelo INPC do período. Segundo o ministro Stephanes, os aposentados que foram beneficiados pela Justiça, com o reajuste de 147%, terão os 16,4% de aumento embutidos no benefício em maio. O pagamento da diferença, nesses casos, será ainda estudada pelo Ministério da Previdência Social. Pelos cálculos do ministro, os aposentados receberão um salário-benefício a mais em cada uma das parcelas.

O ministro Reinhold Stephanes disse que a escolha do índice de 79,96% foi feita em função dos pareceres dos juristas Amauri Mascaro, Xavier de Albuquerque e Hugo Gueiros, além do parecer do subprocurador-geral da República, José Arnaldo da Fonseca, através de mandado de segurança impetrado pela Associação dos Aposentados de Brasília no Superior Tribunal de Justiça. Stephanes admitiu que os reajustes vão representar um custo adicional de Cr$ 3,3 trilhões à Previdência Social.

Segundo o ministro, o equilíbrio de contas da Previdência só será possível com o esforço de melhorar a arrecadação, diminuir as fraudes e agilizar a ação operacional do órgão. O reajuste dos aposentados e pensionistas será autorizado por portaria ministerial, não sendo necessária a sua apreciação pelo Congresso Nacional. (Brasília/ZH)

M. D. N. 7/1

D. G. I. D.

DPTO. I.

MONTEVIDEO

041125MAY92

(FE)

M E M O R A N D U M N° 019/92.-

ASUNTO : ALIANZA LIBERTADORA NACIONALISTA

RESPONDE: Información obtenida

EVALUACION: B-2.

T E X T O : ALIANZA LIBERTADORA NACIONALISTA (A.L.N.)

Domicilio : Plaza Independencia 843/Esc.3 - Tel. 90-20-28

(Esc. del Dr. Adolfo Gutierrez)

TENDENCIA: EXTREMA DERECHA

- Grupo Escindido de la "A.D.O." en el año 1987 habiéndo realizado volanteadas y pintadas en Liceos de la Capital.

PUBLICACIONES: "ALERTA NACIONALISTA"

"VANGUARDIA NACIONALISTA"

INTEGRANTES:

- Procurador GUTIERREZ SOSA, Adolfo
- Escribano GADEA SELLANES Gabriel
- DIAZ, Fabián
- SILVA RIVERO, Carlos
- MARTINEZ JAUME, Osvaldo
- RODRIGUEZ PIREZ, José
- PINO, Ubaldo

El Jefe del Departamento I de la D.G.I.D.

Tte.Cnel.

Tomás Cassella

FECHA 10 / 09 / 92 INICIAL (90)

Procesado a Sistema DPY

OBSERVACIONES

ARCHIVO

M. D. N.
D.G.I.D.
DPTO. II (EXT)
081200MAY92
BM

1/7

M E M O R A N D U M N° 08/92

ASUNTO: APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA DE ECUADOR

TEXTO:

I. INTRODUCCION

El presente documento tiene por objetivo, presentar una actualización de la situación general en ECUADOR en vísperas de las elecciones nacionales previstas para el día 17 de mayo.

II. POLITICA INTERNACIONAL

Lo más destacable es el diferendo que ECUADOR mantiene con PERU por la soberanía de una zona fronteriza ubicada en la cordillera del Cóndor (anexo Alfa). Ambos países, mantuvieron un conflicto armado en 1941 por esa zona fronteriza, conflicto finalizado con la firma del Protocolo de Río en 1942. Por este Protocolo, garantizado por ARGENTINA, BRASIL, CHILE y EE.UU., se le otorgó a PERU una zona de 175.000 kms. cuadrados rica en petróleo, oro y otros minerales. ECUADOR nunca reconoció la validez de este tratado, argumentando que fue firmado "bajo presión", por lo que el conflicto siguió latente y en 1981 se produjo otro enfrentamiento armado de menor entidad.

En varias oportunidades la diplomacia ecuatoriana ha intentado replantear el problema, que afecta 78kms. de frontera. Sin embargo, sistemáticamente PERU ha negado la existencia de un "problema fronterizo", argumentando que el mismo fue resuelto por el Protocolo de Río.

La tensión militar entre ambos países disminuyó el año pasado, con la firma (26 de agosto de 1991) de un acuerdo denominado "Pacto de Caballeros", mediante el cual ambos países se comprometieron a retirar sus efectivos a dos kilómetros de la zona de disputa.

Finalmente, en el mes de enero de este año, el presidente peruano ALBERTO FUJIMORI realizó una visita oficial de 3 días a ECUADOR, llevando una propuesta para solucionar el conflicto.

Concretamente el gobierno peruano propuso la designación de un perito nombrado por el VATICANO para la demarcación de la frontera.

Esta solución, si bien descongela el tema, no colma las espectativas de ECUADOR ya que para este país el problema no es "demarcatorio" sino de reinvindicación territorial, que supone la anulación del Protocolo de Río. ECUADOR también ha propuesto la intervención del VATICANO pero para que la mediación papal sirva para replantear el tema de la soberanía sobre esa región.

III. POLITICA INTERNA

En el mes de agosto de 1988, fue electo presidente RODRIGO BORJA, de tendencia social-demócrata, quien gobernará hasta el próximo 10 de agosto. El presidente gobierna con un Consejo de Ministros de 13 carteras. El Poder Legislativo es unicameral (70 diputados), donde el gobierno está en minoría.

Esta situación ha determinado que importantes proyectos del Ejecutivo quedaran bloqueados por el Parlamento, lo que ha generado enfrentamientos entre ambos poderes. En este contexto hay que destacar que recientemente el presidente BORJA expresó que el Parlamento había sido "moralmente disuelto por el pueblo", agregando que este cuerpo estaba constituído por una "gavilla de vagos". Estas acusaciones fueron realizadas tras la devolución por parte del Parlamento, el día 12 de abril, de un proyecto de ley para reformar el régimen monetario, considerado vital por el gobierno para cambiar la estructura económica del país.

La campaña pre-electoral, en vista a las elecciones presidenciales que tendrán lugar el 17 de mayo, acapara actualmente toda la actividad política del país.

Hasta el momento han oficializado su candidatura los siguientes dirigentes:

- SIXTO DURAN BALLEN (Partido Unión Republicana-PUR) (conservador)
- ABDALA BUCARAN (Partido Roldosista Ecuatoriano-PRE) (populista)
- RAUL VACA CARBO (Izquierda Democrática-ID) (social-demócra-

ta-oficialista)

- LEON ROLDOS (Partido Socialista-PS)
- GENERAL FRANK VARGAS (Acción Popular Revolucionaria Ecuatoriana-APRE)
- FAUSTO MOREN (Partido Comunista)
- Rodrigo Paz (Democracia Popular-DP) (demo-cristiano)
- JAIME NEBOT SAADI (Partido Social Cristiano-PSC) (conservador).

De acuerdo con las encuestas, el dirigente conservador DURAN BALLEN es quien cuenta con mayores posibilidades de acceder a la primera magistratura (registro del 33% en la intención de voto). En segundo lugar estaría el también conservador NEBOT SAADI con un 25%. De estas cifras, se desprende que el electorado ecuatoriano (6 millones de electores), se inclinaría en general hacia posiciones opositoras al actual gobierno, por lo que el candidato oficialista VACA CARBO, tendría muy pocas posibilidades de triunfar en las elecciones.

IV. FACTOR ECONOMICO

La situación económica al asumir RODRIGO BORJA, mostraba claros signos de recesión, con una deuda externa de 12.000 millones de dólares, un déficit fiscal del 17% del PBI y un desempleo del 15%. Gracias al alza del precio del petróleo y a un nuevo impulso en las exportaciones de banana, esta situación se revirtió levemente durante su gestión.

BORJA no es partidario de las privatizaciones, por lo que no impulsó el desprendimiento del estado de sus 163 empresas, 36 de ellas consideradas estratégicas, aún cuando el importante déficit fiscal del país se debe en gran parte al subsidio a las empresas estatales.

V. FACTOR MILITAR

FUERZAS ARMADAS

Los efectivos militares ecuatorianos son los siguientes:

- Ejército de Tierra: 35.000
- Armada: 4.000
- Ejército de Aire: 3.000

-El presupuesto de Defensa es aproximadamente de 200 millones de dólares y la ayuda militar de EE.UU. oscila en los 5 millones de dólares. (1988)

No existen indicios de que las FF.AA. ecuatorianas tengan influencia en la vida política del país y no hay evidencias de enfrentamientos con el poder civil. Cabe destacar que el sector militar tiene una importante incidencia en el factor económico, ya que la Constitución de 1979 prevé la participación militar en la actividad industrial del país. Por esta razón, varias empresas estatales pertenecen a las FF.AA..

SUBVERSION

A partir de febrero de 1991, en que se firmó el acuerdo entre el Gobierno y el grupo subversivo ALFARO VIVE CARAJO (AVC), la acción subversiva sufre una importante declinación.

Algunos disidentes del AVC han expresado que continuarán la lucha armada.

Los grupos subversivos MONTONEROS PATRIA LIBRE Y PATRIOTAS DEL 10 DE AGOSTO, se encuentran en estado de reorganización.

VI. FACTOR PSICOSOCIAL

Las centrales sindicales más importantes (Central Ecuatoriana de Organizaciones Clasistas-CEDOC y Central de Trabajadores Ecuatorianos-CTE) coordinan sus acciones en el Frente Unido de Trabajadores (FUT). También actúan la Coordinadora Nacional de Trabajadores (CNT) y Frente Popular (FP).

VII. ANALISIS Y CONCLUSIONES

- Lo más destacable de la política exterior de ECUADOR, es su litigio fronterizo con PERU, existiendo negociaciones para solucionar ese diferendo.

- En lo interno, las próximas elecciones del 17 del corriente, monopolizan la actividad política del país. Por esta razón otros temas políticos, como ser el enfrentamiento entre el presidente RODRIGO BORJA y el Parlamento han pasado a segundo plano.

- En el aspecto económico, el gobierno ha procurado solucionar algunos problemas, como por ejemplo el déficit fiscal, sin entrar en una política de privatizaciones. En este sentido hay que desta-

car que el Parlamento no aprobó una reforma monetaria, considerada vital por el Ejecutivo.

- Las FF.AA.se han mantenido al margen de los acontecimientos políticos y no enfrentan mayores problemas con las organizaciones subversivas que están bajo control. Sin embargo, el sector militar tiene una importante incidencia en el aspecto económico.

- La actividad sindical es de bajo perfil, no existiendo conflictividad en ese sentido.

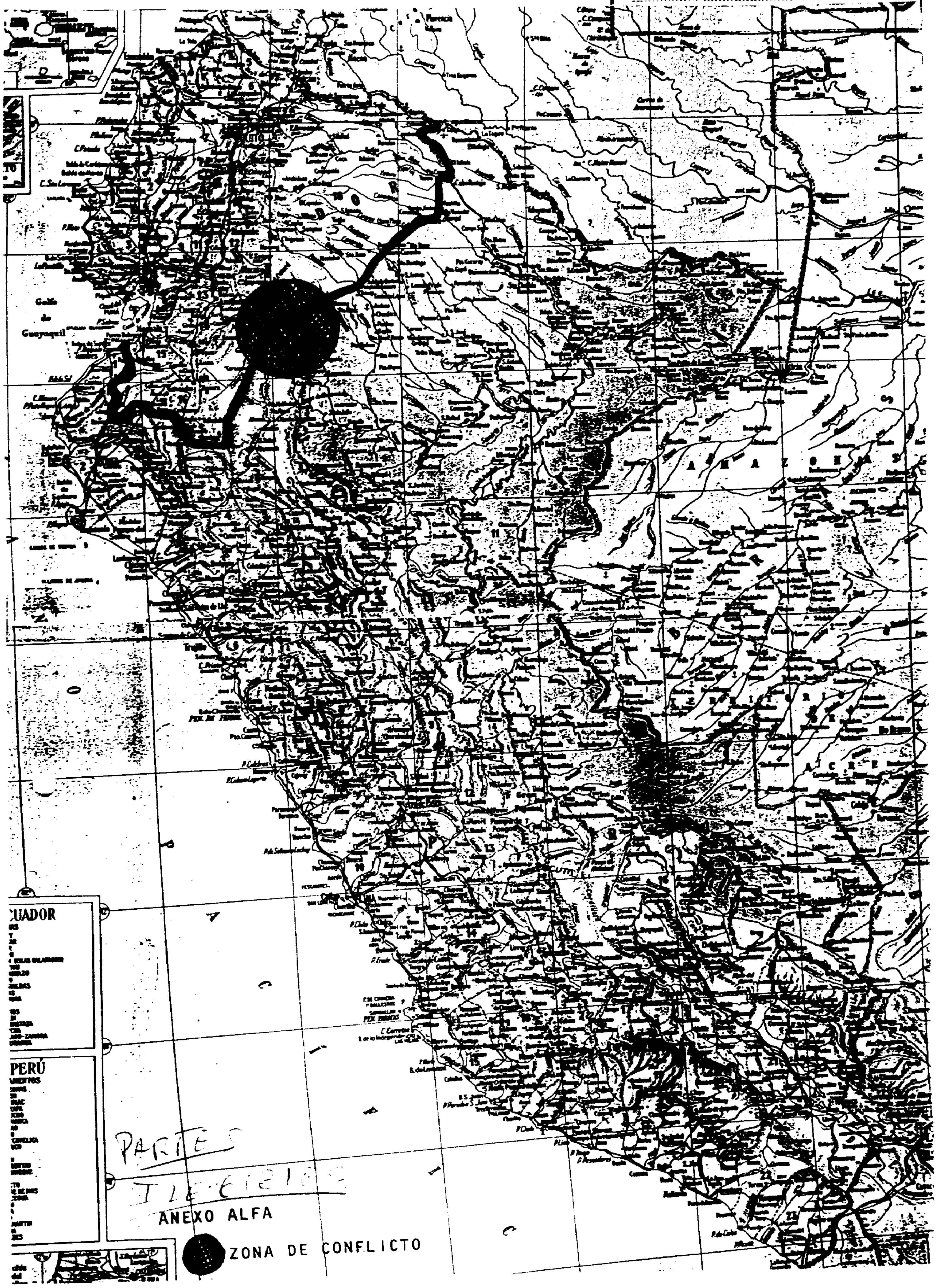
- De acuerdo a las encuestas de opinión, se considera que el oficialismo será derrotado en las elecciones presidenciales del próximo 17 de mayo, siendo las corrientes conservadoras las que tienen mayores posibilidades de triunfar.

- De todas maneras, no es previsible un cambio importante en los principales aspectos políticos y económicos, ya que en general existe consenso sobre la conveniencia de la participación del Estado en la actividad económica.

- No es descartable que el actual gobierno, adopte una actitud pasiva hasta que asuman las nuevas autoridades, (10 de agosto), no tomando medidas de trascendencia.

RESERVADO

ANEXO "ALFA"



RESERVADO

9203773

R E S E R V A D O

A N E X O B E T A

CARACTERISTICAS GENERALES

- Superficie: 275.830 km. cuadrados.

- Población: 10 millones de habitantes.

- Deuda externa: 12.000 millones de dólares (1989). El servicio de la deuda consumió 21% de las exportaciones en 1989.

- Exportaciones: 2.354 millones de dólares (1989) (petróleo crudo, 54%; café, 11%; frutas frescas, 10%; pescado fresco, 10%; cocoa, 5%).

- Importaciones: 1.854,8 millones de dólares (1989) (bienes de capital, materiales para industrias, equipo de transporte).

- Principales mercados: EE.UU., 56%; América Latina, 22%; Asia del Sur, 10%; CEE, 7%.

- Principales proveedores: Estados Unidos, Japón, Alemania.

- Reservas internacionales: 245 millones de dólares.

- Inflación: 46,5% (1991).

- PIB (per cápita): 1.120 dólares al cambio libre de 1989.

- Desempleo: 12% (abierto) y casi 50% (desempleo más subempleo) (1989).

7/7

R E S E R V A D O

R E S E R V A D O

M. D. N.
D.G.I.D.
ARCHIVO DPTO.II (EXT)
080730MAY92 1/3
CV

MEMORANDUM Nro. 10/92

COPIA Nº 74

ASUNTO: APRECIACION DE SITUACION DEL FACTOR POLITICO DE LA REPUBLICA ARGENTINA

TEXTO:

I. INTRODUCCION

El presente documento actualiza la situación del Factor Político de la REPUBLICA ARGENTINA en los campos internacional e interno.

II. POLITICA INTERNACIONAL

A. INTRODUCCION

La relación con los EE.UU. continúa siendo el eje principal de la política externa argentina, aunque el viaje del Presidente MEMEN a EUROPA abre un nuevo frente en las Relaciones Internacionales de BUENOS AIRES. En el marco regional, el MERCOSUR sigue siendo el tema prioritario.

B. ALINEAMIENTO CON LOS ESTADOS UNIDOS

Luego de una serie de hechos ocurridos durante 1991, que marcaron un estrechamiento en los vínculos argentino-norteamericanos, actualmente la visita que realizó a BUENOS AIRES el Secretario de Defensa de los EE.UU., DICK CHENEY, también la llegada a la ARGENTINA del Presidente de la JUNTA INTERAMERICANA DE DEFENSA (J.I.D.), General BERNARD LOEFFKE y de una delegación de la Escuela Nacional de Guerra de los EE.UU. , además del ingreso al Plan BRADY, pone en evidencia la dimensión de la relación bilateral, fundamentalmente en lo que tiene que ver con el alineamiento estratégico y la negociación de la deuda externa.

C. VIAJE A EUROPA OCCIDENTAL

El viaje del Presidente MENEM a EUROPA otorgó un nuevo matiz a la política internacional de BUENOS AIRES. Si bien la relación con los EE.UU. continúa siendo prioritaria, existe la intención de mejorar los vínculos con EUROPA OCCIDENTAL, por consideraciones de orden económico-comercial. La ARGENTINA vende a la COMUNIDAD ECONOMICA EUROPEA (C.E.E.), el doble de lo que vende a los EE.UU.-

D. MERCOSUR

A pesar de que el proyecto del MERCOSUR sigue siendo el tema prioritario del Gobierno, a nivel regional, declaraciones del Ministro de Economía DOMINGO CAVALLO efectuadas en ESPAÑA diciendo que las dificultades del BRASIL podrían demorar la integración definitiva confirman dudas ya expresadas sobre los reales progresos que se puedan operar, debido a las estructuras económicas dispares que presentan los países integrantes.

III. POLITICA INTERNA

A. INTRODUCCION

A partir de la incipiente consolidación de la situación política, el Presidente MENEM intenta definir un proyecto de largo alcance, tendiente a conseguir su reelección. El Presidente mantiene una jefatura indiscutida sobre la estructura que gobierna y sus aspiraciones se ven favorecidas por la notable división en todo el espectro opositor.

B. GOBIERNO

A través de un bastante alto porcentaje de popularidad del Pte.MENEM y su administración y del respaldo que otorga una importante mayoría a nivel parlamentario y a nivel de gobernaciones provinciales, la situación institucional se mantiene estable. Al margen de ciertos enfrentamientos en el Gabinete (CAVALLO-GONZALEZ), no se prevén cambios a nivel ministerial, al menos en el corto plazo. Las luchas internas que han sido una característica en el primer tramo de la actual administración, han disminuido, al menos públicamente, y los hechos de corrupción que invariablemente han estado vinculados a funcionarios del Gobierno, han perdido trascendencia a nivel de la opinión pública.

C. REFORMA DE LA CONSTITUCION

La operación de reforma de la Constitución está siendo encabezada por el propio PARTIDO JUSTICIALISTA (P.J.), con el fin inconfesable de habilitar al Presidente MENEM para ser reelecto. Las conversaciones con la UNION CIVICA RADICAL (U.C.R.) para consensuar la reforma se encuentran estancadas y ahora se piensa en lanzar un plebiscito nacional, obviando de esta manera cualquier posibilidad de -

bloqueo por parte de la oposición. De todas formas el panorama está complicado, por escollos que presenta el propio oficialismo, ya que existen otras personalidades con aspiraciones presidenciales.

D. PARTIDOS POLITICOS

Prácticamente todo el espectro político partidario presenta una notable división. En el P.J. y en la U.C.R. prevalecen actualmente las posiciones ideológicas sobre la estrategia general del partido, lo que favorece a la gestión del Presidente MENEM, ya que el radicalismo, la principal oposición, está prácticamente neutralizado y no ha podido generar una estrategia coherente para enfrentar al modelo oficialista. Las fuerzas de centroderecha se encuentran dispersas y prácticamente incorporadas , de una u otra forma al proyecto del Presidente MENEM. La izquierda está en crisis y su característica principal es la disgregación constante de sus organizaciones.

IV. CONCLUSIONES

- La relación con los EE.UU. sigue siendo el objetivo principal de la política exterior argentina. No obstante se ha buscado intensificar las relaciones con EUROPA como forma de complementar el alineamiento estratégico con WASHINGTON, con un mejoramiento de los vínculos económico-comerciales con la COMUNIDAD EUROPEA. En el marco regional, se aprecian dificultades para mantener el cronograma de integración definitiva del MERCOSUR.

- Dentro de un panorama de estabilidad política, el Presidente MENEM ha iniciado los movimientos para alcanzar su principal objetivo: la reelección presidencial. Dificultades con la U.C.R. y ambiciones de protagonismo personal de algunas figuras de la actual administración podrían obligar a una postergación del proyecto de reforma constitucional, por lo menos hasta 1993. La división imperante en todo el espectro político partidario ayuda a que el Presidente MENEM domine la escena política del país.

ORIGINAL

9203775

FECHA 20 D 92 RE

Hoja 1 de 1
Copia de

Montevideo, 11 de Mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920179 /S.O.E.

I.- ASUNTO: **CARLA KATZ**

II.- REFERENCIA: **OP. "VIUDA NEGRA"**

III.- T E X T O:

- Se tomó conocimiento que la causante posee el vehículo VW matrícula No. 192.391 desconociéndose si es de su propiedad. La SUJETO y [illegible] Marcelo conducen el mencionado vehículo, estacionándolo eventualmente en el garage del edificio si existe lugar. Consultada Policía de Tránsito, registra los siguientes datos:

MAT.: 192.391

PROP: Ayi AMEIJO GORGIA

DOM.: Luis P. Ponce No. 1498.

M/M : VW. AÑO 79.

- Por otra parte la causante manifestó, al retirarse el día 100545MAY92, **que comenzó a trabajar como Gerente del // FREE** SHOP **del Aeropuerto Internacional de Carrasco, no especificando a cual se refería, podría tratarse del recientemente // instalado NEUTRAL [illegible].. Se adjunta fotocopia del artículo de /// prensa LA REPUBLICA - 18FEB92 en el cual se menciona dicho acontecimiento.**

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL JEFE DEL DEPARTAMENTO I.

COPIA 1 JEFE DEL DEPARTAMENTO III(OP). ARCHIVO.

001/3

000002

NEUTRAL

EL PRIMER FREESHOP DEL AEROPUERTO INTERNACIONAL DE CARRASCO

Días pasados, se realizó la inauguración del primer freeshop del Aeropuerto Internacional de Carrasco - Neutral S.A.

Los directores de Neutral, Sres. Victor Hugo y Santiago Mesa, ofrecieron una cálida recepción a la cual asistieron altas autoridades civiles y militares, representantes de las compañías aéreas, de la banca, amigos y proveedores.

En dicha ocasión, hicieron uso de la palabra el Ministro de Turismo Sr. José Villar y el presidente de Neutral, Santiago Mesa.

En las palabras inaugurales, el Sr. Mesa destacó la necesidad de complementar los servicios del Aeropuerto con las tiendas "dutyfree"; agradeció la estrecha colaboración recibida por las autoridades y personal del Aeropuerto Internacional de Carrasco, recordó el tiempo récord logrado en la inauguración de Neutral -sólo dieciocho días hábiles de firmado el contrato de concesión.

Neutral cuenta con dos locales, uno en la terminal de salidas y otro en la terminal de arribos. Ambos lucen una moderna decoración y ofrecen la mayor variedad de productos y marcas internacionales.

Es importante destacar que los pasajeros uruguayos, tanto al salir como al llegar al país, tienen derecho de adquirir hasta cien dólares de mercaderías, libre de impuesto en el freeshop de nuestro aeropuerto. De esta forma, Neutral S.A. está a la altura de los mejores freeshop ubicados en aeropuertos de todo el mundo.





SECRETO

NOMBRE: KATZ, Carla (S/A)

DOMICILIO: Juan Benito Blanco 1109 Apto. 304

TELEF.: 79.01.65

EDAD: 51 (Agosto 91)

PROFESION: Técnica Oncóloga

LUGAR DE TRABAJO: Hospital Británico

E/C - Viuda de SAPIURKA, Mario.

- Vinculada al I.M.M. Dr. Tabaré Vázquez.

Madre de 4 hijos:

*Marcelo SAPIURKA KATZ, 20 años

-Vive con su madre.

-Trabaja en el FORTE DI MAKALE (Encargado de Cocina)

*Otro reside en EE.UU.

*Otro es empleado del Banco de Boston

*Una hija reside en España

EVAL A.2

20 10 92 RE.

003|3

920 75

SECRETO

ORIGINAL

ARCHIVO

9203776

M E M O R A N D U M   No. 920100/E.E.I/Fecha 11..05.92

I: ASUNTO: INFORMACION SINDICAL

II: REFERENCIA: [illegible]

III: EVALUACION:

IV: TEXTO:

SECRETARIADO EJECUTIVO

- [illegible] reunión del Secretariado Ejecutivo, asistieron. [illegible], AEBU, FUNSA, FOT, SUA, AUTE, SUTEL, SUANP y COT.

AEDU, a través de su delegado MANUEL NEGRO (AEDU-PCU) planteó la dificultad que tenía el gremio para realizar un paro de 36 horas. Esto provocó un enfrentamiento con algunos miembros del Secretariado. JOSE D'ELIA fue uno de los que contestó la posición de los bancarios expresando: "que se había hecho un buen acto tanto el 30 de Abril como el 1o. de Mayo, por lo que la gente estaba dispuesta y no así la dirigencia.

Luego LUIS ROMERO (a) "[illegible]" (FUNSA-ind), dijo que el había estado por el interior del país y que en lugares donde la situación no era la más adecuada, se realizaron buenos actos y que se debía hacer el paro, destacando que siempre eran los mismos gremios los que tenían dificultades para hacer los paros, ya fueran de 24 o 36 horas.

Otro de los que contestó la posición de AEDU, fue JORGE SILVANO (a) "FUECO" (FOT-UTC-PCU), así como HUGO DE MELLO (BANCAP-DS).

La posición de AEBU, fue acompañada por ADEOM, quien a través de su delegado PAULINO PORRAS (ADEOM-PCU) dijo que estaba teniendo dificultades para instrumentar el paro de 36 horas.

CRISTINA GONZALEZ (FUS-PCU), también dijo que ella no iba a continuar votando medidas ya consumadas, y defendió la posición de AEDU.

El delegado del PUERTO, OSCAR LOPEZ (SUANP-PCU) manifestó que ellos parerían las 36 horas.

MESA REPRESENTATIVA

- La reunión de la MR del PIT/CNT contó con la participación de numerosos gremios, muchos de los cuales fueron con la [illegible] para instrumentar el paro. [illegible] contraria al paro de 36 hs: ADEOM, FFOSE, AEBU.-

RUBEN VILLAVERDE (FFOSE-PCU) [illegible] que el paro [illegible] 20 [illegible]

9203776

001/24

DISTRIBUCION: ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(j-f)

Se aplicasen los Estatutos, en realidad tendría que haber sido aprobado en una MR Ampliada y como URGENTE. Además FFOSE en asamblea y por unanimidad habría decidido no parar 36 hs..
ADEOM, hizo el mismo planteamiento expresando que "se sentían [illegible]arriados en la toma de decisiones", y que en el futuro, se debía [illegible] con mayor anticipación y que era necesario establecer los objetivos de la Central (Ley de la Reforma del Estado, recolección de firmas para la vivienda).
ERNESTO MUNRO (SOIMA-PCU) expresó que era necesario hacer una MR de 24 hs. para plantear la estrategia del movimiento sindical.
H.DE MELLO (FANCAP-PS) dió lectura a una resolución de la Federación ANCAP, donde se plantean diversas movilizaciones (se adjunta) entre ellos una huelga de hambre.
AEBU, pidió flexibilizar la medida, y que si bien no saliera como resolución escrita, de la MR, que verbalmente se expresara que los gremios que no estuvieran en condiciones de hacer la movilización, pudieran flexibilizar la medida.
El gremio de Coca-Cola también tendría [illegible] para realizar el paro de 36 horas.
ADEOM, finalmente, resolvió adherirse al paro de 36 horas que en realidad representan para ellos 48 hs.

POSICION DE AEBU

- Posterior a la MR, se realizó una asamblea en AEBU que contó con la participación de todas las representativas de los Bancos. Se manifestó que bancarios no tienen problemas salariales ya que todavía tienen convenio colectivo y tampoco los afecta la reforma de la seguridad social, por lo que no hay una motivación para que los bancarios se adhirieran a la medida, por lo que se decidió que el paro comenzaría a partir de las 1700 horas del día martes 12 de mayo y continuaría el 13 por 24 horas.
A pesar de eso, el día lunes se reunirán para fijar la posición definitiva.

INTERNA DEL MOVIMIENTO SINDICAL

- De acuerdo [illegible]
- Algunos integrantes del Secretariado y la MR de impulsar posición [illegible] (ej. [illegible]) [illegible] debe [illegible] posiciones importantes [illegible]

FUS, quien quiere presidirla es FEDERICO GOMENSORO (a) "FITO" (FUS_PS) y desplazar a CRISTINA GONZALEZ.
También a nivel de la enseñanza se intenta desplazar por parte de los socialistas a HECTOR FLORIT (ASU-FUM) y a ALICIA PINTOS (FUM-PCU).
NESTOR LOUIST (SUANP-MPP) manifiesta que el hecho de que haya sido desplazado del SUANP, se debe a que hubo un acuerdo entre el PCU-RENOVADORES Y EL PS, donde se decidió que el Presidente del PCU (JULIO HIRIGOYEN -PCU) y que el delegado del SUANP ante el PIT/CNT fuese un socialista (OSCAR LOPEZ).
Todo esto haría, que la estrategia que se maneja es que el PS intenta copar la dirigencia de la Central, para ello H. DE MELLO (FANCAP-PS) estaría representando una posición más radical como forma de captar las posiciones más radical como forma de captar las posiciones más dentro del movimiento sindical.
Esta posición de "ultra" de DE MELLO, estaría siendo appoyada por JORGE SILVANO (a) "FLECO" (FCT-UTC-PCU) quien cede posiciones más moderadas porno perder su cargo como Secretario de la FCT, al tener mayor peso las posiciones ultras.
Esta estrategia del PS, de captar la direción del PIT-CNT se ve favorecida por la situación social que vive el país y por el hecho de que el PCU está practicamente destrozado.

ANIVERSARIO DE AEBU

- El delegado de la CTC, que asistió a los actos del 1o. de Mayo no pudo concurrir a los festejos del Aniversario de AEBU ya que sufrió un pequeño accidente el 2.MAY (fractura de un dedo del pie) que se lo impidió, por lo que retornó a CUBA, sin ni siquiera viajar a CHILE y BOLIVIA, como tenía previsto.

ENCUENTRO SOBRE MERCOSUR

- Este Encuentro es organizado por la OIT, y cuenta con la participación de Delegaciones de ARGENTINA, BRASIL y URUGUAY.
En este Encuentro participan no solo sindicalistas, sino también patronales y Gobierno.
La Delegación uruguaya está integrada por CRISTINA GONZALEZ (FUS-PCU), ALBERTO MELGAREJO (COT-ASU) y HUGO DE MELLO (FANCAP-PS).
NOTA: Se adjunta documentación
   - Invitación al FORO sobre Reforma de la Seg. Social 14.MAY. 92
   - Resolución y actividades para el 12.MAY.
   - Asistencia de la [illegible] del 07.MAY.
   - Propuesta de la [illegible]
   - Resolución de [illegible]

0203776

[illegible] 004

- Resoluciones HF 23.04.92
- Doc. de Comisión de PR. II. del 27.03.92

[illegible] DE [illegible] SION DE RRII DEL DIA 27/3/92

[illegible] reunion [illegible] convocada por nota a los Sind.y Fed.[illegible] traves de la [illegible] aría [illegible] -CNT.

[illegible] n pre[illegible] los siguientes sind.:UNTMRA;SUANP,[illegible],y nuestro [illegible] entant[illegible] el Comite de apollo a la Revolucion Cubana,J.C.Pe-[illegible],que hac[illegible] informe sobre dicha actividad.

[illegible] arti[illegible] posicionamiento del PIT-CNT a nivel Internacional", [illegible] por err[illegible] se hizo junto a la convocatoria a [illegible] reunión,tal [illegible] era anu[illegible] da desde la propia convocatoria.

[illegible] rueba [illegible] ir que esta comision debe estar mas relacionada con [illegible] iguie[illegible] omision[illegible] MERCOSUR E HIDROVIA,INSTITUTO CUESTA-DUARTE, [illegible] ision [illegible] ECTOS.

[illegible] cto a[illegible] comision(Proyectos)el Sec. de RRII [illegible] forma que a te-[illegible] una p[illegible] reunión con uno de los integrantes de la comisión el [illegible] anfrin[illegible]

[illegible] suelve [illegible] citar,en breve,una información resum[illegible] del trabajo de [illegible] s comis[illegible] si es posible por escrito,o con la presencia de [illegible] o de [illegible] egrantes,y en el futuro cercano estudiar la mejor [illegible] de r[illegible] arnos organicamente.

[illegible] ace not[illegible] nesesidad de priorizar el trabajo sobre la solidari-[illegible] con CUBA,[illegible] lo inmediato el acto del 10 de Abril en el Pcio.Peña-[illegible] inmedi[illegible] ente despues,hacia el 1ro.de Mayo,la campaña financie-[illegible] la pre[illegible] a del comp.de la CTC de Cuba y su programa.

[illegible] forma [illegible] existencia del archivo de RRII,que [illegible] esar de ser, a [illegible] der de [illegible] omisión,insuficiente,esta a disposicion de los sindica-[illegible] que qui[illegible] studiar algún informe sobre tareas realizadas en lo Nal. [illegible] l ext[illegible] No es posible ante la cantidad de inf.recibidos,y su volu-[illegible] hac[illegible] tidos a los sindicatos sobre ellos,e incluso hay mas [illegible] rmes que [illegible] an en preparacion,asi como diversos documentos y otros [illegible] riales [illegible] es hacer un indice de estos, y repartirlos.

[illegible] aron [illegible] temas para tratar,Coord.del Cono Sur,inf.actualizado [illegible] s tr[illegible] rales internacionales,en que estan,[illegible],CPUSTAL.

[illegible] ugiere [illegible] una conf.de prensa llamando a participar al acto del [illegible] Abril [illegible] l Pcio.Peñarol,que se quedo en instrumentar.

Marzo/92 OSCAR GROBA, RRII

Doc. partes poco legibles.

[illegible] 0C

203776

[illegible]

[illegible] días 26 [illegible] de mayo se realizará [illegible] seminario [illegible] nal y regional [illegible] MERCOSUR.

[illegible] bjetivo del seminario es triple:
[illegible] anzar en la discusión de la problemá[illegible] y los desafíos [illegible] proceso de [illegible] al Mercado Común genera al [illegible] miento sindical.
[illegible] finir una estructura organizativa por rama y por región [illegible] por sindicato y por Plenario [illegible] sea la referencia de la Central en el tema de la [illegible] gración Regional.
[illegible] partir en [illegible] importanc[illegible] como son las [illegible] MERCOSUR, [illegible] experiencias y [illegible] iones de [illegible] de las demás centrales de la [illegible]

[illegible] nción de [illegible] el primer día [illegible] ará destinado a [illegible] discusión de un documento de base ela[illegible] do por la [illegible] ión de [illegible], sobre los ejes centrales [illegible] problemática [illegible].
[illegible] segundo día [illegible] por sector de actividad o región se [illegible] están dando en [illegible] lugar de [illegible] del MERCOSUR.
[illegible] una [illegible] imación a un diagnóstico de cómo él [illegible] os/as de [illegible] cato ven la [illegible] que ya están operando en vías [illegible] orar en su rama de actividad o departamento.
[illegible] diagnóstico [illegible] por escrito.
[illegible] ercer día [illegible] día del seminario [illegible] onal) se [illegible] cipará en las actividades generales [illegible] seminario [illegible] nal sobre [illegible] laborales.

[illegible] DE LOS [illegible]

[illegible] delegados deberán ser [illegible] os/as que cada sindicato [illegible] na (algunos ya están definidos) como responsables del [illegible] MERCOSUR de [illegible] en adelante.
[illegible] la referencia [illegible] en el tema.
[illegible] ás los [illegible] del interior deberán [illegible], en caso de que [illegible] fina la [illegible], los delegados [illegible] la Comisión [illegible] rial del [illegible].

[illegible] ide a los sindicatos y a los Plenarios que envíen los [illegible] es de los [illegible] del 15 de [illegible] o a efectos de [illegible] ficar [illegible], en caso [illegible] que sea posible, [illegible] documento de base del primer día.

COMISION DE INTEGRACION REGIONAL
PIT - CNT

Doc. PARTES [illegible]

007

203/76

RESOLUCIONES DE LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT REUNIDA EL 23 DE ABRIL

LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT REUNIDA A LOS EFECTOS DE ANALIZAR PUNTOS DE ESPECIAL IMPORTANCIA EN EL PLANO SOCIAL Y ECONOMICO, TEMAS QUE ENTENDEMOS PREOCUPAN A LOS TRABAJADORES Y A LA SOCIEDAD TODA, HA TOMADO RESOLUCIONES DE CUYOS ALCANCES SOMOS ABSOLUTAMENTE CONCIENTES.

SIN DUDA ESTAMOS EN EL PUNTO MAS ALTO DE LA OFENSIVA DEL GOBIERNO QUE APLICA UNA POLITICA CLARAMENTE CONDICIONADA POR EL FONDO MONETARIO INTERNACIONAL. ELLO SE EXPRESA EN LA BRUTAL REBAJA SALARIAL PARA PUBLICOS Y PRIVADOS, EN LA ABSOLUTA DESPROTECCION A LA INDUSTRIA Y LA PRODUCCION NACIONAL, Y POR ESTOS DIAS EN UN CLARO INTENTO DE ARRASAR CON LA SEGURIDAD SOCIAL, A TRAVES DE UN MANEJO ARTERO Y ANTIDEMOCRATICO, APROBANDO UNA "LEY DE URGENCIA", SIN LA ADECUADA DISCUSION DE TODOS LOS INVOLUCRADOS.

EL PIT-CNT AL IGUAL QUE OTROS SECTORES, LA ABSOLUTA MAYORIA DEL PUEBLO, NOS OPONEMOS A TALES DESIGNIOS. Y NO ACEPTAMOS EL CUENTO QUE PARA MEJORAR ALGUN DIA, EL PRECIO ES QUE ESTEN CADA DIA PEOR QUIENES SIEMPRE ESTUVIERON MAL.

LAS MEDIDAS APROBADAS POR FUENTE DE TRABAJO EL DIA 30, RECIBIENDO A LOS COMPAÑEROS DE EL ESPINILLAR, EL PROPIO 1o. DE MAYO, SON PARTE DE NUESTRA RESPUESTA. Y EL PARO DE 36 HORAS SERA TAMBIEN UNA JORNADA DE TODO EL PUEBLO PORQUE SABEMOS BIEN, QUE CUANDO DECIMOS SALARIO O DECIMOS TRABAJO, ESTAMOS DICIENDO PRODUCCION, REACTIVACION DEL MERCADO INTERNO, PREVISION Y SEGURIDAD SOCIAL, ETC., PUES SIN LO PRIMERO, TODO LO OTROS NO EXISTE.

1.
SE APRUEBA LA REALIZACION DE UNA JORNADA DE MOVILIZACION CON PARO PARCIAL EL DIA 30 DE ABRIL, PARA RECIBIR LA MARCHA DE LOS TRABAJADORES DEL ESPINILLAR, QUE VIENEN DESDE LA CIUDAD DE SALTO, JUNTO CON TRABAJADORES DE OTROS GREMIOS DEL INTERIOR. EN RECLAMO POR FUENTES DE TRABAJO.

SE REALIZARAN DOS CONCENTRACIONES:
- A LAS 10.00 HORAS EN AGRACIADA Y FREIRE
- A LAS 16.00 HORAS FRENTE AL MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL.

CADA GREMIO RESOLVERA EL HORARIO DEL PARO PARA PARTICIPAR EN UNA DE LAS DOS CONCENTRACIONES.

2.
EN EL MARCO DEL PLAN DE MOVILIZACIONES, SE APRUEBA LA REALIZACION DE UN PARO GENERAL DE 36 HORAS A PARTIR DE LAS 12 HORAS DEL DIA 12 DE MAYO HASTA LAS 24.00 HORAS DEL DIA 13, POR LA PLATAFORMA YA APROBADA:

- TRABAJO
- SALARIO
- SEGURIDAD SOCIAL
- VIVIENDA

- CONTRA LAS PRIVATIZACIONES Y POR LA REFORMA DEL ESTADO

EL DIA 12 SE CONVOCARA A UNA CONCENTRACION CON ACTO FRENTE AL PALACIO LEGISLATIVO, EN RECHAZO AL PROYECTO DE LEY DE SEGURIDAD SOCIAL PLANTEADO POR EL PODER EJECUTIVO.

EL DIA 13 SE REALIZARAN JORNADAS BARRIALES CON VOLANTEADA, LLAMANDO A LOS VECINOS A APOYAR LAS PROPUESTAS SOBRE ESTOS TEMAS REALIZADAS POR EL MOVIMIENTO SINDICAL.

3.
SE APRUEBA EL LANZAMIENTO DE UNA INICIATIVA NACIONAL RESPECTO A LA SEGURIDAD SOCIAL. (SE ADJUNTA)

4.
SE RESUELVE QUE LA ORATORIA DEL ACTO EN CONMEMORACION DEL 1o. DE MAYO, SE REALIZARA POR PARTE DE LOS COMPAÑEROS HUGO DE MELLO Y CARLOS CURBELO, MIEMBROS DEL SECRETARIADO EJECUTIVO DEL PIT-CNT.

MONTEVIDEO, 24 DE ABRIL DE 1992

MESA REPRESENTATIVA NACIONAL DEL PIT-CNT

Carmen:

Este es el comunicado de prensa. Las resoluciones te las mando + tarde porque no tuve tiempo de acertarlas. Falta algunas cosas como un bono de N$ 3000 en solidaridad con Cuba.

INICIATIVA NACIONAL SOBRE SEGURIDAD SOCIAL

1.
EL PIT-CNT RECHAZA EL PROYECTO LLAMADO DE REFORMA JUBILATORIA A CONSIDERACION DEL PARLAMENTO CON CARACTER DE URGENCIA.
EN FUNCION DE LA SITUACION GENERADA EN EL PAIS, DE LA IMPORTANCIA DEL TEMA Y DE LA NECESIDAD DE ENCONTRAR CAMINOS AMPLIOS Y NACIONALES DE SOLUCION PARA UNA VERDADERA REFORMA DE LA SEGURIDAD SOCIAL, REALIZAMOS ESTA PROPUESTA ABIERTA A LA CONSIDERACION DE TODOS LOS SECTORES SOCIALES Y POLITICOS DEL PAIS.

CONSIDERAMOS QUE LA SEGURIDAD SOCIAL ES UN PROBLEMA PARA LOS 3 MILLONES DE URUGUAYOS Y QUE DEBE CONSIDERARSE GLOBALMENTE, NO SEPARANDOSE LA REFORMA JUBILATORIA DE LAS PRESTACIONES A TRABAJADORES (SEGURO DE PARO, DE ENFERMEDAD, ASIGNACION FAMILIAR, ETC.), NI DE LA GESTION Y ADMINISTRACION DEL BPS. POR LO MISMO ALERTAMOS SOBRE EL PROYECTO JUBILATORIO PERO TAMBIEN SOBRE OTROS PROYECTOS PARALELOS SOBRE EL TEMA, ASI COMO ALGUNOS DECRETOS YA VIGENTES.

2. PROPUESTA

A. DEROGAR EL CARACTER DE URGENCIA CON EL COMPROMISO DE BUSCAR EN UN PLAZO DE 9 MESES, LA POSIBILIDAD DE ELABORAR UN NUEVO PROYECTO NACIONAL GLOBAL DE SEGURIDAD SOCIAL, CONSIDERANDO TODO LO ELABORADO HASTA EL MOMENTO Y LO QUE SE APORTE EN LOS PROXIMOS 3 MESES.

B. DURANTE ESTE PROCESO DE ELABORACION, PROCEDER A:
- INTEGRAR EL DIRECTORIO DEL BANCO DE PREVISION SOCIAL, CON EMPRESARIOS, JUBILADOS Y TRABAJADORES, PROFUNDIZANDO LA MEJORA DE SU GESTION.
- INTEGRAR DESDE YA COMISIONES ASESORAS PARA CADA AREA DEL BPS Y POR CADA CENTRO DEPARTAMENTAL.
- COMENZAR LA APLICACION DE LA LEY 16190 SOBRE REGISTRO OBLIGATORIO DE EMPRESAS CONTRIBUYENTES Y TRABAJADORES, E INCENTIVAR LA APLICACION DE LA LEY DE REFINANCIACION DE DEUDAS CON EL BPS (AMBAS APROBADAS POR UNANIMIDAD POR EL PARLAMENTO), DE MODO DE AVANZAR EN EL CONTROL Y FISCALIZACION, COMBATIENDO LA EVASION, JUNTO A OTROS MECANISMOS POSIBLES.
- ESTUDIAR SERIAMENTE LAS BASES ECONOMICAS Y FINANCIERAS DE TODO EL SISTEMA DE SEGURIDAD SOCIAL: PASIVOS, ACTIVOS Y GESTION ADMINISTRATIVA. PERSPECTIVAS A CORTO, MEDIANO Y LARGO PLAZO; COSTO Y FINANCIAMIENTO PARA CADA AREA, PRESTACION Y BENEFICIO; RESPETANDO LAS NORMAS CONSTITUCIONALES EN LO REFERENTE A TRABAJADORES Y EMPRESAS.

C. CONVOCAR UN AMPLIO FORO SOBRE SEGURIDAD SOCIAL EN UN AMBITO PLURAL (POR EJEMPLO UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA), INVITANDO A TODAS LAS ORGANIZACIONES SOCIALES, POLITICAS, EMPRESARIALES, ETC., QUE QUIERAN OPINAR SOBRE EL TEMA, DANDO LAS MAXIMAS GARANTIAS DE LIBERTAD DE EXPRESION, DISPONIENDO CADA REPRESENTANTE DE UN MISMO TIEMPO DE EXPOSICION Y SOLICITANDOSE UNA SISTESIS DE DIAGNOSTICO Y PROPUESTAS. ABIERTO A LA PRENSA ,CON LA MAXIMA DIFUSION Y

RESOLUCIONES DE LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT REUNIDA EL 23 DE ABRIL EN EL LOCAL DE LA CENTRAL

LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT REUNIDA A LOS EFECTOS DE ANALIZAR PUNTOS DE ESPECIAL IMPORTANCIA EN EL PLANO SOCIAL Y ECONOMICO, TEMAS QUE ENTENDEMOS PREOCUPAN A LOS TRABAJADORES Y A LA SOCIEDAD TODA, HA TOMADO RESOLUCIONES DE CUYOS ALCANCES SOMOS ABSOLUTAMENTE CONCIENTES.

SIN DUDA ESTAMOS EN EL PUNTO MAS ALTO DE LA OFENSIVA DEL GOBIERNO QUE APLICA UNA POLITICA CLARAMENTE CONDICIONADA POR EL FONDO MONETARIO INTERNACIONAL. ELLO SE EXPRESA EN LA BRUTAL REBAJA SALARIAL PARA P BLICOS Y PRIVADOS, EN LA ABSOLUTA DESPROTECCION A LA INDUSTRIA Y LA PRODUCCION NACIONAL. Y POR ESTOS DIAS EN UN CLARO INTENTO DE ARRASAR CON LA SEGURIDAD SOCIAL. A TRAVES DE UN MANEJO ARTERO Y ANTIDEMOCRATICO, APROBANDO UNA "LEY DE URGENCIA", SIN LA ADECUADA DISCUSION DE TODOS LOS INVOLUCRADOS.

EL PIT-CNT AL IGUAL QUE OTROS SECTORES, LA ABSOLUTA MAYORIA DEL PUEBLO, NOS OPONEMOS A TALES DESIGNIOS. NO ACEPTAMOS EL CUENTO QUE PARA MEJORAR ALGUN DIA, EL PRECIO ES QUE ESTEN CADA DIA PEOR QUIENES SIEMPRE ESTUVIERON MAL.

LAS MEDIDAS APROBADAS POR FUENTE DE TRABAJO EL DIA 30, RECIBIENDO A LOS COMPAÑEROS DE EL ESPINILLAR, EL PROPIO 1o. DE MAYO, SON PARTE DE NUESTRA RESPUESTA, Y EL PARO DE 36 HORAS SERA TAMBIEN UNA JORNADA DE TODO EL PUEBLO PORQUE SABEMOS BIEN, QUE CUANDO DECIMOS SALARIO O DECIMOS TRABAJO, ESTAMOS DICIENDO PRODUCCION, REACTIVACION DEL MERCADO INTERNO, PREVISION Y SEGURIDAD SOCIAL, ETC., PUES SIN LO PRIMERO, TODO LO OTROS NO EXISTE.

RESOLUCIONES

1.
SE APRUEBA LA REALIZACION DE UNA JORNADA DE MOVILIZACION CON PARO PARCIAL EL DIA 30 DE ABRIL, PARA RECIBIR LA MARCHA DE LOS TRABAJADORES DEL ESPINILLAR, QUE VIENEN DESDE LA CIUDAD DE SALTO, JUNTO CON TRABAJADORES DE OTROS GREMIOS DEL INTERIOR, EN RECLAMO POR FUENTES DE TRABAJO.

SE REALIZABAN DOS CONCENTRACIONES:
- A LAS 10.00 HORAS EN AGRACIADA Y FREIRE
- A LAS 16.00 HORAS FRENTE AL MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL.

CADA GREMIO RESOLVERA EL HORARIO DEL PARO PARA PARTICIPAR EN UNA DE LAS DOS CONCENTRACIONES.

VOTACION: AFIRMATIVA 24
ABSTENCIONES 5 (CONTHRA, SOIMA, APU, AEBU, CANELONES)

2.
EN EL MARCO DEL PLAN DE MOVILIZACIONES, SE APRUEBA LA REALIZACION DE UN PARO GENERAL DE 36 HORAS A PARTIR DE LAS 12 HORAS DEL DIA 12 DE MAYO HASTA LAS 24.00 HORAS DEL DIA 13, POR LA PLATAFORMA YA APROBADA:

- TRABAJO
- SALARIO
- SEGURIDAD SOCIAL
- VIVIENDA
- CONTRA LAS PRIVATIZACIONES Y POR LA REFORMA DEL ESTADO

CON EL OBJETIVO DE BUSCAR LOS CAMINOS PARA ELABORAR ESA PROPUESTA NACIONAL SOBRE SEGURIDAD SOCIAL IMPRESCINDIBLE. SE PROPONE INICIARLO EN LA PRIMERA SEMANA DE MAYO.

D. CONVOCAR UNA MOVILIZACION CONJUNTA DE LOS TRABAJADORES CON LAS ORGANIZACIONES DE JUBILADOS Y OTROS SECTORES SOCIALES Y POLITICOS, PARA LA PRIMERA O SEGUNDA SEMANA DE MAYO EN MONTEVIDEO, JUNTO AL PCIO. LEGISLATIVO, EN EL MARCO DE LA DISCUSION PARLAMENTARIA ACTUAL. PARA LA MISMA SE PROPONE BUSCAR FORMAS CREATIVAS DE CONVOCATORIA Y PARTICIPACION, CONVOCANDO ESPECIALMENTE A SECTORES PARTICULARMENTE PERJUDICADOS EN CASO DE APROBARSE EL PROYECTO MENCIONADO. (MUJERES, TRABAJADORES MAYORES DE 40 AÑOS, ZAFRALES, RURALES, DOMESTICOS, NIÑOS CON SUS PADRES.

ESTA JORNADA SE REALIZARA EL 12 DE MAYO CON ACTO CENTRAL. LA PREPARACION DE LA MISMA SE INICIA DESDE YA INCENTIVANDOLA EN EL ACTO DEL 1o. DE MAYO Y CON UN VOLANTE EXPLICATIVO DE ESTA INICIATIVA NACIONAL Y DE LAS RAZONES DEL RECHAZO AL PROYECTO.

E. JORNADAS EN EL INTERIOR DEL PAIS EN LA TERCER SEMANA DE MAYO SIMILARES A LA ANTERIOR ANTE JUNTAS DEPARTAMENTALES O LOCALES, CENTROS DEL BPS, REUNIONES CON DIPUTADOS (DE ACUERDO A LAS CARACTERISTICAS Y POSIBILIDADES DE CADA LOCALIDAD).

F. CONTINUAR CON LAS REUNIONES Y CONVOCATORIAS YA INICIADAS POR EL PIT-CNT SOBRE EL TEMA PARTICULARIZANDO EN ESTA ETAPA CON: ORGANIZACIONES DE JUBILADOS; ORGANIZACIONES EMPRESARIALES; SECTORES PARLAMENTARIOS.

MONTEVIDEO, 23 DE ABRIL DE 1992

MESA REPRESENTATIVA NACIONAL
PIT-CNT

013

920...

EL DIA 13 SE REALIZARAN JORNADAS BARRIALES CON VOLANTEADA, LLAMANDO A LOS VECINOS A APOYAR LAS PROPUESTAS SOBRE ESTOS TEMAS REALIZADAS POR EL MOVIMIENTO SINDICAL.

VOTACION: AFIRMATIVA 24
NEGATIVA 2 (AEOC, FUS)
ABSTENCIONES 3 (AEBU, FUM, FOPCU)

4.
SE APRUEBA EL LANZAMIENTO DE LA INICIATIVA NACIONAL RESPECTO A LA SEGURIDAD SOCIAL (SE ADJUNTA).

UNANIMIDAD

ASIMISMO, SE APRUEBA, DENTRO DE ESTA PROPUESTA, LA REALIZACION DE UNA JORNADA EL DIA 12 DE MAYO, CON UNA CONCENTRACION FRENTE AL PALACIO LEGISLATIVO, EN RECHAZO AL PROYECTO DE SEGURIDAD SOCIAL PRESENTADO POR EL GOBIERNO, CUYAS CARACTERISTICAS SE COORDINARAN EN CONJUNTO CON OTRAS ORGANIZACIONES SOCIALES CONVOCANTES.

VOTACION IGUAL QUE EL PUNTO 3

4.
SE APRUEBA EL LANZAMIENTO DE UNA INICIATIVA NACIONAL RESPECTO A LA SEGURIDAD SOCIAL. (SE ADJUNTA)

UNANIMIDAD

5.
SE RESUELVE QUE LA ORATORIA DEL ACTO EN CONMEMORACION DEL 1o. DE MAYO, SE REALIZARA POR PARTE DE LOS COMPAÑEROS HUGO DE MELLO Y CARLOS CURBELO, MIEMBROS DEL SECRETARIADO EJECUTIVO DEL PIT-CNT, EL DELEGADO DE LA C.T.C. DE CUBA Y UN INTEGRANTE DE LA INTERSOCIAL.

VOTACION: AFIRMATIVA 22
NEGATIVA 3 (AFUR, UAOEGAS, AFUTU)
ABSTENCIONES 4 (AOEC, FANCAP, SIMA, UNTMRA)

6.
SE APRUEBA LA CONFECCION DEL ESTRADO DONDE FIGUREN TODOS LOS PUNTOS DE LA PLATAFORMA.

UNANIMIDAD

7.
SE APRUEBA LA REALIZACION DE BONOS DE VALOR N$ 3.000 EN SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO CUBANO.

UNANIMIDAD

SE ADJUNTA:

- INICIATIVA NACIONAL SOBRE SEGURIDAD SOCIAL
- MATERIAL SOBRE SEMINARIO MERCOSUR
- PUNTOS DE CONCENTRACION PREVIOS PARA EL 1o. DE MAYO

Asistencia a la Mesa Representativa 23-4-92

Sindicato	Llegó	Se retiró
ADEOM	NO	
AEBU	19.00 → ABST. → ABST.	
AFCC	19.00	
AFJU	19.00	
AFUR	19.00	
AFUTU	18.00	
AOEC	18.00 → NEG	
APU	19.30 → ABST.	
ATILPE	NO	
AUTE	18.00	
COFE	18.00	
COT	19.30	
CUTIP	NO	
FANCAP	[illegible]	
F.CAUCHO	[illegible]	
FENAPES	[illegible]	22.30
FENARU	NO	
FFOSE	NO	
FOEB	18.00	
FOEMYA	NO	
FOICA	18.30	22.00
FOPCU	19.15 → ABST.	
FOL	NO	
FOT	18.00	
FUECI	18.00	20.00
FUM	18.00 → ABST.	
FUS	18.00 → NEG	
ONODRA	18.00	23.00
SAG	19.30	
SAT	NO	
STC	NO	
SIMA	18.00	
SNPA	18.00	
SOIMA	18.30 → ABST	
STIQ	18.00	20.40
SUA	18.00	22.00
SUANP	18.00	
SUGU	NO	
SUNCA	18.00	
SUNTMA	[illegible]	
SUTEL	[illegible]	
UAOEGAS	[illegible]	
UF	19.30	
UNTMRA	18.00 → ABST.	
UOC	18.00	
UTHC	NO	
CANELONES	18.00 → ABST.	
PAYSANDU	19.40	SI

014

820377

FFOSE PIT-CNT

Federación Funcionarios de OSE

Fernandez Crespo 2256 ANTEL: 942477 - 944858

MONTEVIDEO- URUGUAY

<u>PUNTO 3: AJUSTE SALARIAL</u>

Teniendo en cuenta el cambio de criterio en materia de salarios que significa un retroceso y una grave rebaja al poder adquisitivo de los salarios;

ATENTO a que se siguen tomando a los salarios y a las jubilaciones como única variable de ajuste para la contención del gasto público atendiendo a las exigencias del Fondo Monetario Internacional;

CONSIDERANDO la plataforma y las medidas propuestas por la M.S.C. y el plan general en discusión del movimiento sindical,

<u>LA ASAMBLEA GENERAL DE LA FFOSE RESUELVE:</u>

1º) Rechazar el criterio de "ajuste anual de salarios" proclamado por el equipo económico porque significa una de las mayores rebajas salariales.

2º) Comenzar a aplicar medidas de lucha junto a la M.S.C. realizando el día jueves y/o viernes 2 hs. de paro por turno combinado con las iniciativas que los Comités de Base y Filiales determinen.

3º) Convocar al gremio a participar activamente en las movilizaciones y el paro general que la M.R. Ampliada del PIT-CNT resuelva en el día de mañana. Hacer conocer a la población que se mantendrán durante el mismo las guardias imprescindibles para asegurar el normar servicio de agua potable y que FFOSE adoptará en su realización la forma que acaree las menores dificultades y molestias para el usuario.

4º) Plantear a la Mesa Representativa, Secretariado y Sindicatos afiliados a la Central la necesidad de discutir, analizar y tomar decisión clara sobre los objetivos que el movimiento sindical busca concretar en el período inmediato. Partiendo de la base que uno de los ejes debe ser el referendum sobre la Ley de Empresas Públicas, a los efectos de mantener la continuidad de la lucha y la movilización, es necesario que en un plazo no mayor de 30 días comencemos esa discusión para que la sociedad toda (el movimiento sindical incluído) tenga claro para qué y por qué son las medidas que adoptamos. No se trata de fundamentarlas en generalidades que todos compartimos sino en poderlas visualizar en objetivos y proyectos concretos, reales y asequibles.

5º) Saludar como muy positivos los actos del 1º de Mayo realizados en todo el país y en especial la marcha de los compañeros de "El Espinillar".

6º) De concretarse el paro de 36 hs. en las fechas previstas la FFOSE acompañará por razones de organización el paro del día 13, exhortando a concurrir a las movilizaciones del día 12 dándonos los medios para que ello efectivamente ocurra.

MONTEVIDEO, 6 DE MAYO DE 1992 **FFOSE PIT-CNT**

PROPUESTA CONCRETA EN TORNO A LOS 4 PUNTOS DE LA PLATAFORMA

Reforma de la Seguridad Social

Apoyar la propuesta presentada en ùltima Mesa Representativa por la terna designada para representar al PIT-CNT en el B.P.S.

Reforma del Estado (Plebiscito

1- Trabajar para desarrollar el màs amplio apoyo a las jornadas de puestos fijos y barriadas resueltas por la Comisiòn de Defensa del patrimonio nacional y reforma del Estado.

2- Aprobar como Federaciòn ANCAP una contribuciòn importante para la campaña propagandistica del Plebiscito. Proponemos que nuestro aporte de U$S 4.000.

3- Proponer a la Mesa Representativa que sobre la base de aportes de los diferentes gremios al PIT-CNT haga una contribuciòn importante a la campaña propagandistica. Estimamos que lo inicial no debe ser menor a los U$S 40.000

Salario

1- Definir las consignas "no aceptaremos una rebaja salarial", y "los salarios deben fijarse de acuerdo a la necesidad de la gente y no de acuerdo a las exigencias del F.M.I., estas consignas daràn el contenido a todo nuestro accionar por el salario en la etapa.

2- promover una amplia campaña de propaganda, agitaciòn y difuciòn de nuestra propuesta en materia salarial.

3- proponer a la M.S.C. y al PIT-CNT jornadas con paro para realizar jornadas de movilizaciones callejeras y barriadas en torno a nuestro planteo salarial.

4- hacer del tema salario un eje central del paro de 36 hs. fijado para el 12 y 13 de mayo.

5- promover luego del paro de 36 hs. y de la campaña de informaciòn y entrevistas con distintos sectores sociales y politicos una medida de huelga de hambre hasta que se comprometan a no procesar una nueva rebaja salarial. La huelga proponemos sea llevada adelante por los que tienen importantes responsabilidades en la Direcciòn del movimiento sindical.

6- a partir de la instalaciòn de la huelga de hambre definir otro tipo de medidas que apunten a la movilizaciòn callejera. En este cuadro estudiar tambièn la posiblidad de realizar una huelga general de trabajadores pùblicos en defensa del poder adquisitivo de nuestro salario.

Fuentes de trabajo

1- Estudiar por parte de la MR la posibilidad de que en el marco de la movilizaciòn que da comienzo al paro de 36 horas, se formalice una columna por trabajo encabezada por uno de los departamentos màs cercanos a Montevideo.

2- Promover rapidamente un planteo concreto del PIT-CNT que apunte a dar una respuesta a la problemàtica de la desocupaciòn. En ese cuadro estudiar la propuesta presentada por la diputada Matilde Rodriguez.

Compañeros de la Mesa Representativa del PIT-CNT

Este material y propuestas constituyen el informe presentado por la direcciòn de la Fed.ANCAP a la Asamblea realizada el dìa 6/5/92 en la Asamblea Departamental de Montevideo y del Interior a realizarse. Hoy este informe ha sido aprobado en la Asamblea de Montevideo.

Proponemos a los gremios de la MR que sea tenido en cuenta este aporte, junto a otros que se presenten a los efectos de definir futuras movilizaciónes del movimiento sindical en temas que son claves para el conjunto de la clase trabajadora

fraternalmente,
CONSEJO FEDERAL FED.ANCAP - PIT-CNT

obrera (pero no hay proyectos en pràctica). La realidad indica sòlo desocupaciòn y crecimiento del ambulantismo.

Esta es la ofensiva neoliberal, la llaman conservadora, deshumana, extrangerizante, una apuesta al NO pais. Pero esta ofensiva sin dudas tiene escollos. Y los escollos son màs, muchos màs, que los que muchas veces la angustia, la rabia (y por què no el sentimiento de impotencia) nos permiten percibir.

LOS ESCOLLOS LOS PONE EL MOVIMIENTO POPULAR

Veamos cuàles son algunos de esos escollos que estamos ayudando a poner a la acciòn depredadora del gobierno, sus aliados y sus mandantes: los directores del F.M.I.

1- La ley de la seguridad social cada vez es màs dificil que sea aprovada en el parlamento tal como fue enviada por el Poder Ejecutivo, incluso se le quitò el caràcter de urgente. La presiòn de los trabajadores, y principalmente de los jubilados, la claridad y justeza de las propuestas hechas en especial son la terna designada al B.P.S. por el PIT-CNT, la especial sensibilidad del tema, estan dando lugar a importantes [illegible] a nivel parlamentario. En este cuadro juega un papel importante la movilizaciòn a realizar el dia 12 (como comienzo del paro de 36 horas) en forma conjunta por el PIT-CNT y la organizaciòn nacional de jubilados.

2- La lucha contra la desocupaciòn crece, en Montevideo e Interior. Especial singnificaciòn tiene para nosotros (y creemos que para el conjunto del movimiento sindical) la movilizaciòn desarrollada por nuestro sindicato, que tuvo como protagonistas principales a 150 compañeros venidos desde Salto, en una Marcha que nuclea a trabajadores de Bella Uniòn, Paysandù y El Espinillar, asi como pobladores de Constituciòn y Belèn, y recogiò una enorme solidaridad y tuvo importantes repercuciones politicas.

3- La pretendida reforma del Estado, que en realidad es la liquidaciòn de las Empresas màs rentables, se descuenta con un escollo que puede (si trabajamos adecuadamente) hacer abortar la principal iniciativa del proyecto conservador. Nòs referimos al plebiscito que es un arma importantisima en manos del pueblo uruguayo para decir no a la liquidaciòn de nuestro patrimonio.

Esta es una experiencia insòlita en Amèrica, y puede ser nuestro pais, nuestro movimiento popular, las fuerzas progresistas, que en un verdadero ejemplo de politicas de alianzas para avanzar en los cambios; el que marque un rumbo en el Cono Sur.

4- Tal vez sea en el tema salarial en el que tenemos màs atrasos, tanto en encontrar hoy el objetivo màs claro para luchar, como las medidas màs adecuadas para dar la lucha por ese objetivo.

En este capitulo vamos a hacer referencia solamente a lo que entendemos como el objetivo no sòlo màs viable, sino politicamente màs correcto en la etapa, y que entendemos pondria al gobierno en un brete importante.

Sin olvidarnos de la canasta, sin olvidarnos del salario minimo, creemos que hoy el objetivo, la consigna en toda la acciòn a desplegar en torno al salario debe ser: "No aceptamos una nueva rebaja salarial". "El salario debe responder a las necesidades de la gente, no a los dictados del F.M.I."

5- A estos escollos el Poder Ejecutivo debe agregarle una situaciòn cada vez màs complicada en la interna del Partido Nacional (actitud del Movimiento Nacional de Rocha y de los miembros del denominado Foco Progresista), los perfilismos de su socio J. Batlle, y la oposiciòn que en algunos aspectos se hace màs obstensible del Nuevo Espacio y en especial del Frente Amplio.

En este cuadro naturalmente que no se nos escapa la conmoción que està generando los atentados fascistas perpetrados por grupos de extrema derecha, presumiblemente compuestos por militares.

Otros paises de Amèrica Latina estàn viviendo violencias de signo similar. Muchas veces los grupos que la promueven ven facilidados su accionar por el descontento generado por gobiernos en lo formal democràticos, pero que con la aplicaciòn de estos modelos neoliverales mantienen la democracia en un plano formal, sin darle soluciòn a los problemas màs urgentes de la gente, y generan en ocaciòn excepticismo ante los planteos de los "salvadores de la patria", y tambièn en ocaciones hasta cierto apoyo de algunos sectores de la poblaciòn.

Estamos convencidos de que en nuestro pais estos intentos no tienen ninguna posibilidad de prosperar, aunque naturalmente debemos estar muy alertas y claros: las soluciones para nuestros paises no pasan por atentados golpistas (sean del signo que sean).

Los supuestos militares "progresistas" ya los conocemos en el Uruguay. La historia màs negra de nuestro pais no la queremos volver a repetir, y no hay herramienta màs poderosas para frenar cualquier intento golpista que la propia movilizaciòn popular, y la lucha por una Democracia plena, con justicia social, trabajo y posibilidades de realizaciòn para todo nuestro pueblo.

Como podemos apreciar la ofensiva del gobierno no encuentra un campo hecho oregano, y no le està siendo fàcil imponer su proyecto.

Ahora bien, para derrotar el proyecto concervador teniendo claro que este no serà una tarea sòlo del movimiento sindical, es menester no obstante que la organizaciòn sindical (que saliò fortalecida del 1º de mayo y las movilizaciones previas) actùe en torno a los temas prioritarios que hemos señalado con determinaciòn, firmeza, inteligencia y nortes claros.

Algunas propuestas que traemos a la Asamblea a los efectos de hacer un aporte en los aspectos màs arriba señalados son los siguientes:

PLATAFORMA

El movimiento sindical debe definir 4 puntos de plataforma prioritarios y jerarquizarlos en todo su accionar. Ellos son:

1- Reforma del estado. Plebiscito
2- Fuentes de trabajo
3- Reforma de la seguridad social
4- Salarios pùblicos sumergidos

OBJETIVOS

Los objetivos que deben presidir el accionar del movimiento sindica, de alguna manera la concepciòn que debemos tener en cuenta a la hora de definir la denuncia, la propaganda, las gestiones y la movilizaciòn a nuestro juicio es posible sintetizarlo en:

a) acumular la mayor cantidad posible de aliados sobre estos 4 temas en torno a nuestras propuestas, y/o propuestas de otros sectores politicos o sociales, que sean afines con la defenza de los intereses reivindicados por el movimiento sindical.

b) generar una gran difusiòn de nuestros objetivos, de nuestras propuestas, las caracteristicas de nuestras movilizaciones.

c) crear un ambiente a travès de la propaganda, la propuesta, las gestiones y las movilizaciones (todos estos elementos y no algunos de ellos) capaces de generar pronunciamiento politicos, y respaldo en la opiniòn pùblica.

Deciamos en esos documentos de la Central que el gobierno se aprestaba este año a profundizar a toda costa las politicas que ha venido implementando. Afirmabamos que estabamos ante la presencia de una ofensiva de caracter global y estratègica.

Indudablemente esta definiciòn se ha ajustado a lo que la realidad de los hechos nos vienen indicando.

Esta ofensiva tiene para el gobierno 3 temas capitales: la reforma de la seguridad social, la reforma del Estado y la rebaja salarial. Hay otro tema tan importante como los anteriores, y que tambièn es consecuencia directa de los politicos que el gobierno viene aplicando, agravado por la improvisaciòn total con que gobienro y empresarios abordan nuestro ingreso al mercado comùn del sur; nos referimos a la desocupaciòn.

Estos son tambièn por lo tanto temas claves en la etapa para el movimiento sindical. Y esto no nos hace olvidar de otros temas tambièn muy importatnes como la salud, la educaciòn y la vivienda.

La ofensiva del gobierno en torno a los temas fijados en primer tèrmino està en todo su apogeo.

Todos los compañeros conocen las caracteristicas y alcances altamente negativos (para activos y pasivos) que tiene la ley de reforma de la seguridad social, presentada por el Poder Ejecutivo a la consideraciòn del Parlamento.

La liquidaciòn de las empresas estatales es tambièn materia de un impulso importante por parte del Poder Ejecutivo. El Espinillar es un ejemplo.

En materia social entre las necesidades de la gente, y las imposiciones del F.M.I. se opta por este ùltimo. Hoy nos proponen en la òrbita privada un aumento anual del 35%, cuando los càlculos màs optimistas hablan de una inflaciòn probable del 65% en el año. En lo que respeta a los trabajadores pùblicos no tienen empacho en decir que fijaran el aumento luego de reunirse con el F.M.I. (cosa que ya sucediò). Pero el aumento anual que preveen estaria situado en porcentajes similares a los planteados para el àmbito privado. Con el agravante que en los pùblicos no preveen ningùn margen de flexibilidad, cosa que si podria acontecer en algunas empresas en la òrbita privada segùn lo manifestara el Ministro de trabajo y seguridad social.

Debemos ser muy claro en estos compañeros: podemos tener distintas visiones con respecto a la importancia de lo alcanzado en el año 1991 mediante la movilizaciòn, la lucha y la negociaciòn por parte de la M.S.C. en materia salarial, pero dos cosas son objetivamente indiscutibles:

1- que en el 91 no sòlo no perdimos salario con respecto al 90 sino que hubo recuperaciòn con respecto a ese año y la inflaciòn no supera (en el 91) los porcentages de aumentos por nosotros obtenidos,

2- que si el gobierno impone sus actuales criterios nuestros salarios, nuestros ya paupèrrimos salarios sufriràn una rebaja sustancial en su poder adquisitivo, hecho este que se ira acrecentando con el correr del año y secesivos ajustes.

Lo mismo aconteceria con la inmensa mayoria de los trabajadores del àrea privada si el gobierno y los empresarios logran imponernos el aumento del 35% anual.

De aqui la importancia que asume hoy la desiciòn de luchar porque no se produzca una nueva rebaja de nuestro salario, y para que la politica salarial atiende las necesidades de la gente de este pais (de los trabajadores) y no los requerimientos del F.M.I..

En materia de desocupaciòn y sub-ocupaciòn la misma crece sin soluciòn de continuidad, y esto es algo palpable en Montevideo y con caracteristicas angustiantes en el interior del pais. Se habla de planes de reconversiòn (pero no los hay), se habla de reeducaciòn

A QUE VINIMOS A ESTA ASAMBLEA

En primer lugar importa precisar que será en esta Asamblea (y en las que realicemos en las Plantas del Interior) donde definiremos la posición de la Federación ANCAP en torno al planteo a asumir por nuestro gremio en la M.S.C. y el PIT-CNT con relación a una serie de temas muy importantes como son: fuentes de trabajo, plebiscito por la reforma del Estado, y en especial los próximos ajustes salariales.

Comenzamos de esta manera porque trascendidos de prensa parecen estar anunciando como ya definida una orientación politica a darle a la movilización por nuestro gremio y la M.S.C., que tendería a la distorción de los servicios y aun al desabastecimiento. Debe quedar claro que en todo caso si esa fuera la orientación deben ser las Asambleas de los Gremios y no ninguna otra instancia la que la define.

Por lo tanto lo ùnico que hasta el momento està definido es la necesidad de realizar Asambleas en todos los Gremios de la M.S.C. para discutir posiciones. La modalidad de estas Asambleas ha sido definida por cada Gremio. En el nuestro en la ocación hemos creido que lo màs conveniente era realizar Asambleas Departamentales.

ES NECESARIO ANALIZAR LAS CARACTERISTICAS DEL MOMENTO POLITICO

A fin de definir la orientación que consideremos màs adecuada para la orientación de nuestra lucha en la actual etapa, el Consejo Federal ha considerado impresindible realizar un anàlisis bàsico del momento politico que vivimos, de alguna manera presisar dònde estamos parados.

LA OFENSIVA CONSERVADORA Y SUS ESCOLLOS

Desde el 2 de Enero a la fecha, el Secretariado del PIT-CNT ha elaborado no menos de 3 documentos que tratan entre otras cosas de caracterizar la etapa, presisar los principales dèsafios para el Movimiento Popular, y definir los objetivos fundamentales para el accionar del Movimiento Sindical. Nuestro Gremio ha tenido acceso a estos materiales. Y estas definiciones han presedido movilizaciones y planteos del Movimiento Sindical en estos meses.

Deciamos en estos documentos que a pesar del desarrollo de una politica econòmica y social claramente antipopular desde el primer dìa de mandato del Dr. Lacalle, este gobierno no pudo cumplir con los objetivos por él resuelto y acordados con el F.M.I.. Por este motivo presisamente la entidad financiera internacional ha negado sistemàticamente prèstamos Stan by (blandos) solicitados por Uruguay. Prèstamos èstos que si han sido concedidos a otros paises, por ejemplo Argentina, propuesta como modelo a seguir para los paises de la regiòn por los jeràrcas del F.M.I..

Al gobierno uruguayo le preocupa en forma escencial hacer buena letra con el F.M.I. y acceder al prèstamo solicitado. Prèstamo que aparentemente lograria en esta oportunidad. Se firmaria en Mayo, pero se cobraria en Julio, plazo en que el fondo observaria si los compromisos se cumplen.

Cuando decimos que el gobierno no pudo cumplir con sus objetivos màs extremos, estamos diciendo tambièn que el movimiento popular, (y en especial el movimiento sindical), a pesar de todos sus errores y limitaciones ha actuado e impedido por lo menos la profundización del modelo neoliberal hasta los limites deseados por el gobierno y sus aliados.

ASISTENCIA A LA MESA REPRESENTATIVA 7/5/92 REUNIDA EN EL LOCAL PIT-CNT

SINDICATO	LLEGO	SE RETIRO
ADEOM	18.25	
AEBU	18.50	
AFCC	18.30	
AFJU	16.55	
AFUR	17.00	21.00
AFUTU	18.30	
AOEC	16.00	
APU	16.00	21.30
ATILPE	NO	
AUTE	18.00	
COFE	17.00	21.30
COT	[illegible]	
CUTIF	NO	
FANCAP	18.00	
FOAUCHO	18.00	
FENAPES	NO	
FENARU	NO	
FFOSE	17.00	
FOEB	18.30	
FOEMYA	NO	
FOICA	NO	
FOPCU	NO	
FOL	NO	
FOT	17.15	
FUECI	18.00	21.00
FUM	NO	
FUS	17.15	
ONODRA	NO	
SAG	[illegible]	
SAT	NO	
SIC	NO	
SIMA	16.50	
SNPA	-	
SOIMA	20.00	
STIQ	17.00	21.00
SUA	NO	
SUANP	16.30	
SUGU	20.30	
SUNCA	18.50	
SUNTMA	16.00	
SUTEL	18.00	
UAOEGAS	18.50	
UF	17.20	
UNTMRA	19.30	
UOC	18.00	
UTHC	16.00	21.00
FL.PAYSANDU	NO	

921 9203776

SINDICATO	LLEGO	SE RETIRO
FL. CANELONES	18.00	

Asistió también FUCVAM

ORDEN DEL DIA

1. INFORME SOBRE REFERENDUM
2. INFORME SEGURIDAD SOCIAL
3. JORNADA PARO 36 HORAS. CONCENTRACION.

PREVIOS

- LOS CROS. DEL SUNTMA INFORMAN QUE TIENEN UN CONFLICTO CON 2 EMPRESAS (23 BARCOS) POR LA TERMINACION DEL CONVENIO COLECTIVO. LA PATRONAL ESTA INTENTANDO SACAR UN BARCO CON GENTE AJENA AL SINDICATO.
UNA DELEGACION FUE A HABLAR CON LA EMPRESA PARA SOLUCIONAR EL PROBLEMA.
DENUNCIAN QUE SE PRESENTO UN COCHE CON GENTE ARMADA QUE REALIZARON AMENAZAS.
SE PROPONE REALIZAR POR PARTE DEL SECRETARIADO LAS DENUNCIAS CORRESPONDIENTES ANTE LA JEFATURA DE POLICIA Y EL MINISTERIO DEL INTERIOR.

- LOS CROS. DE APU SOLICITAN SE REALICE UN COMUNICADO POR PARTE DE LA CENTRAL, ACERCA DE LOS DESPIDOS REALIZADOS EN CX 30 LA RADIO.

PRENSA

SE PONE A VOTACION DE LA MESA, LA PRESENCIA DE LA PRENSA EN LA REUNION.

AFIRMATIVA: MAYORIA
NEGATIVA: 4 (AFUR, UTHC, AOEC, SUNTMA)

INFORME COMISION NACIONAL PRO-REFERENDUM

SE INFORMA QUE EN ESTA SEGUNDA ETAPA, HACIA LA VOTACION DEL 5 DE JULIO, LA COMISION NACIONAL ELABORO UN PLAN DE ACTIVIDADES PARA LOS PROXIMOS 60 DIAS.

ESTA ETAPA COMENZO EL DIA 3 DE MAYO, CON LAS JORNADAS PUERTA A PUERTA, Y PUESTOS FIJOS EN MONTEVIDEO, PARA INFORMAR A LA POBLACION.

EL DIA 15 DE MAYO SE REALIZARA UN ENCUENTRO NACIONAL DE MILITANTES CON LA COMISION NACIONAL, CON EL OBJETIVO DE DEFINIR LOS LINEAMIENTOS POLITICOS DE LA CAMPAÑA Y ABORDAR LOS CRITERIOS ORGANIZATIVOS.

EL ORDEN DEL DIA:

1. INFORME JURIDICO ELECTORAL Y POLITICO
2. PROGRAMA NACIONAL DE ACTIVIDADES
3. FINANZAS
4. PROPAGANDA

EN ESTA REUNION QUE SE REALIZARA EN LA COOPERATIVA BANCARIA (BARANDI Y ZABALA) SE DARA A CONOCER TODO EL PLAN DE ACTIVIDADES PARA LOS PROXIMOS MESES.

SE EXHORTA A LOS GREMIOS A CONCURRIR A LA MISMA, E INTEGRAR MILITANTES A LAS COMISIONES DE FINANZAS Y PROPAGANDA.

INFORME SEGURIDAD SOCIAL

INFORMAN LOS COMPAÑEROS DE LA TERNA DESIGNADA PARA EL DIRECTORIO DEL BPS, QUE SE HAN REALIZADO SOLO 5 REUNIONES CON COMISIONES DIRECTIVAS DE SINDICATOS, CON MUY BUENO RESULTADO.

REITERAN QUE ESTAN A DISPOSICION DE LOS GREMIOS, PARA REALIZAR REUNIONES DE INFORMACION, SOBRE LOS PROYECTOS PROPUESTOS DE REFORMA DE LA SEGURIDAD SOCIAL.

ASIMISMO SE INFORMA QUE SE ESTA REALIZANDO UN VOLANTE SOBRE ESTE TEMA, EXPLICANDO POR UN LADO, LAS RAZONES DE NUESTRO RECHAZO, Y POR OTRO, DANDO A CONOCER LA INICIATIVA NACIONAL SOBRE SEGURIDAD SOCIAL, QUE FUERA APROBADA POR LA ULTIMA MESA REPRESENTATIVA.

DENTRO DE ESTA INICIATIVA, SE RESOLVIO LA REALIZACION DE UN FORO SOBRE SEGURIDAD SOCIAL, INVITANDO UN AMPLIO ESPECTRO DE SECTORES A PARTICIPAR.

SE COMUNICA QUE EL MISMO SE HA CONCRETADO PARA EL DIA 14 DE MAYO DE 18.30 A 21.00 HORAS EN EL PARANINFO DE LA UNIVERSIDAD.

AL MISMO SE HAN INVITADO LOS 4 PARTIDOS POLITICOS CON REPRESENTACION PARLAMENTARIA, LA CAMARA DE INDUSTRIAS, UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA, CONFERENCIA EPISCOPAL, ORG. NAL. DE ASOCIACIONES DE JUBILADOS Y PENSIONISTAS DEL URUGUAY.

ESTAS ORGANIZACIONES, ASI COMO EL PIT-CNT, CONTARAN CON 10 MINUTOS CADA UNA PARA EXPONER SOBRE EL TEMA, LUEGO SE HARA UNA RONDA DE PREGUNTAS.

SE CONVOCA A TODOS LOS SINDICATOS A PARTICIPAR EN EL MISMO.

ASIMISMO SE INFORMA QUE DEL 18 AL 22 DE MAYO SE REALIZARA UNA GIRA POR EL INTERIOR, PARA DIFUNDIR EL TEMA, PARA LO CUAL SE SOLICITA LA COLABORACION DE LOS GREMIOS NACIONALES.

Doc. POCO LEGIBLE

JORNADA PARO 36 HORAS Y CONCENTRACION

SE PROPONE, PARA JORNADA CONCENTRACION DEL DIA 12 DE MAYO:

- A PARTIR DE LAS 13 HORAS, CONCENTRACION FRENTE AL MINISTERIO DE ECONOMIA Y FINANZAS, POR:

CONTRA LA POLITICA SALARIAL
POR FUENTES DE TRABAJO
CONTRA LA LEY DE EMPRESAS PUBLICAS

- A LAS 14 HORAS REALIZAR UNA MARCHA HACIA EL PALACIO LEGISLATIVO, PARA PARTICIPAR EN LA CONCENTRACION EN **RECHAZO A LOS PROYECTOS DE REFORMA DE LA SEGURIDAD SOCIAL**, QUE SE REALIZARA EN CONJUNTO CON LA ORGANIZACION NACIONAL DE ASOCIACIONES DE JUBILADOS Y PENSIONISTAS A LAS 14,30 HORAS.

LA ORATORIA ESTARA A CARGO DE UN INTEGRANTE DEL PIT-CNT Y OTRO POR LA ORGANIZACION DE JUBILADOS.

ASIMISMO SE SOLICITA A LOS GREMIOS COMUNIQUEN EN QUE FORMA INSTRUMENTARA CADA UNO EL PARO, ASI COMO TAMBIEN A LOS PLENARIOS DEPARTAMENTALES.

000002

<u>R E S O L U C I O N E S</u>

1.

SE PONE A VOTACION LA PROPUESTA PARA LA REALIZACION DE LA JORNADA DEL 12 DE MAYO, CONCENTRANDO A LAS 13 HORAS EN EL MO. ECONOMIA Y FINANZAS, PARA MARCHAR A PARTIR DE LAS 14 HORAS HACIA EL PALACIO LEGISLATIVO.

AFIRMATIVA: MAYORIA
ABSTENCIONES: 2(CANELONES, AEBU)

2.

SE PROPONE QUE DADAS LAS DIFERENTES CARACTERISTICAS QUE EXISTEN EN EL INTERIOR, LOS PLENARIOS DEPARTAMENTALES REALICEN UN PARO DE 24 HORAS EL DIA 13 DE MAYO.

AFIRMATIVA: MAYORIA
ABSTENCIONES: 9 (SAG, ADEOM, OIMA, SUNCA, F.CAUCHO, CONAPROLE, AFUTU, COT)

3.

SE PROPONE, INMEDIATAMENTE DESPUES DE REALIZADO EL PARO, REALIZAR UNA MESA REPRESENTATIVA DE EVALUACION Y DISCUSION DE PERSPECTIVAS. ASIMISMO, REALIZAR UN PLENARIO DE COMISIONES DIRECTIVAS.
LA FECHA PARA AMBAS ACTIVIDADES, SERA FIJADA POR EL SECRETARIADO EJECUTIVO Y COMUNICADA A LOS GREMIOS.

APROBADO

4.

SE PROPONE UN TEXTO DE DECLARACION PARA DAR A CONOCER A LA OPINION PUBLICA SOBRE LOS ULTIMOS ATENTADOS REALIZADOS.
UNANIMIDAD

5.

SE PROPONE UN TEXTO DE DECLARACION SOBRE LOS DESPIDOS EN CX 30 LA RADIO.

UNANIMIDAD

6.

SE PROPONE UN TEXTO DE DECLARACION SOBRE LA SITUACION EN EL CORREO.

UNANIMIDAD.

(SE ADJUNTAN LOS TEXTOS DE LOS 3 COMUNICADOS)

000002

PIT-CNT PLENARIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES – CONVENCION NACIONAL DE TR.

ORGANIZACION NACIONAL DE ASOCIACIONES DE JUBILADOS Y PENSIONISTAS DEL U

Sede: José Enrique Rodó 1836 - Montevideo - Teléfono 40 42 35

Montevideo, 7 de mayo de 1992.

La Organización Nacional de Asociaciones de Jubilados y Pensionistas del Uruguay y el PIT CNT, organizan un Foro sobre la Reforma de la Seguridad Social, que está a estudio en el Parlamento Nacional.

El mismo se realizará el día 14 de mayo de 1992 desde las 18:00 hasta las 21:00 hrs. en el Paraninfo de la Universidad de la República.

Participarán en caracter de expositores la Universidad, la Iglesia, la Camara de Industria y un representante de cada uno de los cuatro lemas que tienen representación en el Parlamento Nacional, asimismo como las dos instituciones organizadoras de este Foro.

Actuará en caracter de coordinador el Dr. Jorge Bruni.

Dada la transcendencia del tema, la Organización Nacional y el PIT CNT esperan tener el alto honor de contar con vuestra presencia.

JOSE D'ELIA	**LUIS COLOTUZZO**
PIT CNT	O.N.A.J.P.U.

9203783.

ORIGINAL

MEMORANDUM No 920182 /R.E.I/Fecha

I: ASUNTO: INFORMACION SINDICAL

II: REFERENCIA: 710-H-I

III: EVALUACION:

IV: TEXTO:

MOVILIZACIONES 30/ABRIL- 01/MAYO

- Se tomó conocimiento que una de las cosas que más impactó en la movilización del día 30.ABR.fue el hecho de el CURA Párroco que hizo uso de la palabra;es decir la presencia de la Iglesia en un acto de ese tipo,no existiendo prácticamente antecedentes,habiendo dejado el hecho una buena impresión. El acto de la tarde frente al MTySS contó con mucho menos participación.

Los inconvenientes que hubieron el 1ero. de Mayo ,en el Acto, se ha podido saber que en realidad eran para molestar el discurso de HUGO DE MELLO (FANCAP-PS).Esto se debió en parte al manejo que se hizo previamente de la marcha del ESPINILLAR,así como de las motivaciones del 1ero. de Mayo.

Se destaca que hubieron personas que no asistieron con sus gremios y que estaban respondiendo a una consigna ultra (MLN-MPP),destacándose que hubo gente que fue a esperar el arribo de la columna que venía de LA TEJA.

La evaluación primaria que se hace de estos hechos,es que no tuvieron andamientos en cuanto a crear un ambiente hostil a la Central y sus dirigentes.

REPRESENTANTE DE LA CTC

- El representante de la CTC de apellido GONZALEZ,perteneciente al sector Educación que asistió s lod sctos del 1ero. de Mayo,estuvo en el local de la FOEB,el día lunes 4.MAy.,quien lo llevó fue ANTONIO ADOURIAN (FOEB-PS).Según se pudo saber la visita de GONZALEZ a la FOEB obedeció a que en el pasado quienes se encargaban de pasear a los visitantes cubanos o soviéticos eran los integrante del PCU,pero ahora en la situación en la que están no cumplen esta tarea,por lo cuál ADOURIAN fue quien lo sacó a visitar MONTEVIDEO.

En la FOEB,estaba toda la Mesa de Dirigentes de la Bebida,y algún militante gremial de ese sector ,totalizando unas 30 personas. GONZALEZ dió una visión de la actual situación cubana.Manifestó que hay una importante inversión en ayuda técnica y económica.

Se ha tomado conocimiento que esta persona no habría estado anteriormente en uestro país,y que incluso quienes integran actualmente la CTC son gente nueva. Dicha persona tendría unos 35 a 38 años de edad,y que provenía de ARGENTINA.

9203783

DISTRIBUCION: **ORIGINAL: SEÑOR JEFE DEL DPTO.I.**

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(**a.z.**)

ANIVERSARIO DE AEBU

- Los festejos contaron con la participación de mucha gente,habiendo estado muy bien organizado.
Se destaca la posición de Bancarios, de acuerdo a los comentarios de MANUEL NEGRO (AEBU) en cuanto a no estar de acuerdo con el paro de 36hrs. manifestando que en el Interior era aún más difícil de hacerlo,ya que los funcionarios lo hacen por disciplina,y no porque existan ,otivaciones, ya que Bancarios tiene un buen convenio salarial hasta el año 93.

POSICION DE LA FOEB CON RESPECTO AL PARO DE 36 HRS.

- La FOEB, presentó un documento en la MR del 23.ABR. donde expresa que acompañará el paro de 36hrs.,pero que es necesario cambiar los ejes, de las movilizaciones,que ya no se pueden seguir haciendo contra la política económica del Gobierno,ya que ésta no se va a cambiar,a lo sumo se logrará retrasarla.

INTERNA SINDICAL - PS

- Se ha tomado conocimiento que la posición más radicalizada y de "punta de lanza" es la de HUGO DE MELLO (FANCAP-PS) a veces contraria a la de los propios socialistas,se debe a las características internas de su propio gremio (FANCAP),ya que la gente de JUAN JOSE BENTANCOR(IDI-FANCAP) tiene mucho peso.Se destaca que se sindica a BENTANCOR ,como una persona muy inteligente,pero proclive a realizar alianzas con la gente del PCU.
- La línea del PS,en cuanto al Movimiento Sindical,se ha manifestado como no tendiente a hegemonizar la dirección sindical,sino que es más bien la de realizar alianzas,no descartándose las que pueda hacer con el sector renovador del PCU,las cuáles en la práctica se están dando ya en algunos gremios.
Se elaboró un documento con las resoluciones del último Activo Sindical del PS,las cuáles servirían de tema de discusión para la próxima reunión que se realizará s mediados o fines del mes de Mayo.
La "cabeza" que planifica la estrategia sindical a nivel PS está integrada por FEDERICO GOMENSORO (FUS/PS),EDUARDO FERNANDEZ (AEBU/PS) ,DAYSY TOURNEE (FUM/PS),JOSE BLASSINA (AEBU/PS).Es decir, que son aquellas personas que están en los primeros lugares de la Central obrera o de sus gremios y tienen además,un lugar importante en el CC del PS.
Otros elementos que tambien participan en las decisiones sindicales son "PANCHO" DE LOS SANTOS (COT) Y GUSTAVO BERNINI (AEBU)

020392

REDOP. DE PRENSA.

19-4-92

10046

11161

PRIVATIZAÇÃO

US$ 1 bilhão

Copesul pode render

HAMILTON ALMEIDA

Editoria de Economia/ZH

A Copesul, central de matérias-primas do Pólo Petroquímico do Sul, vai a leilão no próximo dia 15 de maio, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, e tudo indica que a disputa por seu controle acionário será acirrada. O interesse já manifestado de potenciais compradores é grande. Com quase 10 anos de operação, a empresa está sólida, não deve um centavo, é competitiva em nível internacional e possui grandes possibilidades de crescimento, principalmente em função do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Empresa que antes mesmo de nascer mobilizou o Rio Grande do Sul (autoridades, políticos e empresários lutaram pela implantação do Pólo em Triunfo), a Copesul foi incluída no programa de desestatização e será leiloada a partir de uma oferta mínima de US$ 650,2 milhões. Especula-se que o preço final possa ficar ao redor de US$ 900 milhões ou até US$ 1 bilhão. Serão ofertadas 9.454.672.290 ações, ou o equivalente a 62,94% do capital total.

A Petroquisa, que hoje detém 67,22% das ações (todas com direito a voto, pois não há mais ações preferenciais na composição do capital da empresa), ficará com apenas 15% da nova Copesul. Os empregados (1.354 no total) ficarão com 10%, enquanto outros 10% serão negociados no mercado secundário (oferta ao público, a ser iniciada em 7 de agosto e encerrada no dia 21 do mesmo mês). Empresas de segunda-geração do Pólo de Triunfo detêm os restantes 2,1% de ações ordinárias. São elas: Poliolefinas, Petroquímica Triunfo, Petroflex, Polisul, PPH e White Martins.

As empresas que possuem unidades em Triunfo já se uniram, inclusive, para entrar firme no leilão. A PPH, a Poliolefinas, a Polisul e a Oxiteno estão formando uma *holding*, a Empetro S.A., para tentar manter o controle sobre as suas próprias matérias-primas e, assim, evitar possíveis dissabores de aumentos nos preços. Enfrentarão a concorrência de multinacionais e de fundos de pensão. Pelo menos.

ESPECIAL — A oferta de ações aos empregados da Copesul já começou a 5 de fevereiro e o prazo para subscrição terminará no dia 12 de junho. Cada um tem direito a 1,1 milhão de ações, que podem ser adquiridas de forma especial. O preço é de um terço do valor mínimo do leilão, o que corresponde, individualmente, a uma conta de cerca de US$ 20 mil. O BNDES financia a operação com 8% de juros ao ano, mais correção monetária e INPC. Há um prazo de 10 anos para pagar, com dois de carência. São três os agentes financeiros do BNDES, neste caso: os bancos Banrisul, Econômico e Meridional.

Quem comprar a Copesul herdará um patrimônio *sui generis*. A empresa é, reconhecidamente, exemplar em termos de controle ambiental. É a única central de matérias-primas petroquímicas do mundo a possuir um parque ecológico de proteção ambiental dentro da sua área. Possui também um museu de botânica e zoologia. Diga-se, a propósito, que o sistema de tratamento de efluentes líquidos do pólo do Sul já foi considerado o mais moderno do mundo e é resultante da ação de protesto dos ecologistas na etapa anterior à implantação da central.

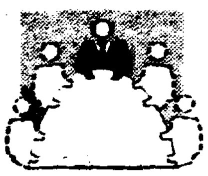
INVESTIDORES — Participarão do leilão quatro categorias de investidores: nacionais (pessoas físicas e entidades com sede no Brasil), estrangeiros, consórcios (a parcela estrangeira não pode exceder de 40% do capital votante da Copesul) e fundos. As fundações privadas, sociedades civis, cooperativas e outras pessoas jurídicas também poderão participar e serão caracterizadas como participantes nacionais ou estrangeiros de acordo com a origem da maioria do seu capital.

Além de cruzeiros, a compra das ações poderá ser feita com as seguintes moedas: certificados de privatização e créditos relativos a cruzados novos, créditos e títulos da dívida externa brasileira, títulos da dívida agrária, obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento e debêntures de emissão da Siderbrás e outros créditos. A operação deverá ser paga à vista, no dia 22 de maio deste ano.

Arquivo/ZH

01-04

Marcílio aceita mudar privatização



BRASÍLIA — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, admitiu ontem mudar, "a médio prazo", os critérios de pagamento das empresas do governo em processo de privatização, como pede o PSDB, para que as estatais só sejam compradas com dinheiro, e não com as chamadas *moedas podres* — títulos públicos de longo prazo e de baixo valor no mercado. Em entrevista à Agência Brasil, da Radiobrás, Marcílio deixou caminho aberto para que os critérios do programa de privatização sejam mudados nas negociações do governo com o PSDB. Ele adiantou que, quando o programa de privatização chegar às empresas de "alta tecnologia", o governo só aceitará pagamento em dinheiro.

Marcílio fez questão de afirmar que o governo já previa essa mudança no decorrer a privatização. Ele discorda da definição de *moedas podres* para os títulos que o governo vem aceitando no pagamento de estatais colocadas à venda. Assinalou que, um dia, esses papéis teriam de ser resgatados. O ministro considera que, para o caixa do governo, são idênticos os efeitos da quitação de dívidas com dinheiro novo ou títulos.

Apesar de concordar com mudanças no programa de privatização, o ministro da Economia não aceita o pedido do PSDB de pagamento integral dos 147% aos aposentados e pensionistas que ganham mais de um salário mínimo. "Se o governo tivesse como pagar o reajuste, já o teria feito. Se não o fez até agora, também não poderá fazê-lo daqui em diante", disse. "Há óbices legais, financeiros e econômicos que, a curto prazo, são insuperáveis".

Para o ministro, mais importante que o pagamento dos 147% aos aposentados e pensionistas, é solucionar a crise da Previdência Social. Ele fez um apelo para que governo e Congresso cheguem a um consenso capaz de "desancorar o país da estagnação em que está há 12 anos".

Gilberto Alves — 6/4/92



Marcílio avisou aos tucanos que não negocia os 147%

Marcílio e seu chefe de gabinete, José Gregori, vem tendo uma participação discreta, mas importante, nas conversas para conseguir o apoio do PSDB no Congresso. Filiado ao partido dos tucanos, Gregori ficou incumbido dos contatos com Franco Montoro, de quem foi secretário no governo de São Paulo.

No final do dia, Gregori afirmou que o PSDB não discorda substancialmente do programa econômico do governo. Antes, entretanto, um assessor do ministro da Economia dissera que as reivindicações dos tucanos eram "inadmissíveis". Durante reunião, pela manhã, com seus principais assessores, Marcílio advertiu que cabe exclusivamente a ele falar sobre qualquer ponto em discussão com o PSDB, e que todas suas ponderações seriam levadas ao presidente Collor e ao secretário de Governo, Jorge Bornhausen.

☐ **O governador Leonel Brizola afirmou ontem, durante o programa da Rádio Jornal** do Brasil Com a palavra, o governador, **que questões como a privatização não podem ficar de fora das discussões do governo federal. Apesar de dizer que ainda não tinha lido o programa de metas, Brizola acha que o assunto merece um reexame. "Privatização é um ponto líquido e certo da nossa discussão sobre o programa", garantiu Brizola.**

PRATINI DE MORAES

As privatizações serão acele[...]

IVONE BELÉM e ANA AMÉLIA LEMOS
Brasília/ZH

O ministro das Minas e Energia, Pratini de Moraes, assumiu o cargo na segunda-feira, com uma convicção: vai saldar todas as dívidas do governo, pelo menos na sua área, com o Rio Grande do Sul. Em entrevista exclusiva a Zero Hora, o ministro garantiu que vai travar todas as batalhas para fazer o gasoduto, vindo da Argentina, entrar no país por Uruguaiana. O setor carbonífero também receberá sua atenção. O ministro já determinou a realização de estudos para a criação de novas fontes de recursos nessa área.

Mas a grande missão de Pratini de Moraes é dar andamento ao programa de privatizações. Novos setores, como o elétrico e o siderúrgico, serão incluídos no programa. O desejo de ampliar as privatizações foi manifestado pelo próprio presidente Fernando Collor, no dia em que o ministro recebeu e aceitou o convite para ocupar o ministério, que tem um orçamento de quase Cr$ 12 trilhões.



Equilíbrio: *Pratini quer tarifas que cubram custos sem elevar a inflação*

ZH — Qual a sua prioridade no Ministério das Minas e Energia?

Pratini — A ordem expressa do presidente Collor é ativar o programa de privatização. Nós precisamos diminuir esse enorme contingente de empresas estatais que consomem recursos do governo que deveriam estar sendo aplicados em educação, saúde, saneamento, segurança pública, hoje setores mal atendidos porque o déficit público é, em grande medida, gerado por esses investimentos. No Rio Grande do Sul, ainda temos a Copesul, no dia 15, porque a Aços Finos já foi privatizada.

ZH — Além de dar andamento ao programa de privatizações, em que o senhor vai inovar?

Pratini — A minha segunda tarefa é o reexame do sistema de recursos para a área elétrica. Na última reunião ministerial, já discuti Jacuí, Candiota, carvão, o gasoduto da Argentina e os problemas energéticos do Rio Grande do Sul, com dois objetivos: diversificar as fontes energéticas do Estado, através da agilização do processo de construção e viabilização do gasoduto da Argentina e também da Bolívia, interligando-os, se possível. E, em segundo lugar, criando mecanismo financeiro novo, naturalmente em fase preliminar de exame, mas que eu pretendo levar ao presidente do Congresso, logo que estiver pronto. Isso para acertar definitivamente o problema das contas da CEEE com a Eletrobrás, para ajustar, voltar o fluxo de recursos do Banco Mundial. E nós podemos continuar ampliando investimentos na área de geração elétrica e de distribuição.

ZH — Na prática, como serão tomadas as medidas com relação às minas gaúchas e o gasoduto?

Pratini — Bem, no meu primeiro dia no ministério, a primeira providência que tomei foi determinar à Petrobrás que participe da licitação das reservas de gás na Argentina. A instrução já está dada; a Petrobrás estava ainda discutindo esta questão, mas já vai atuar nesse terreno. Outra coisa: tem havido muita confusão em toda essa questão de monopólio, privatização e Petrobrás. A nossa posição com relação à Petrobrás é muito clara. Nós vamos defender a empresa, vamos fazer com que ela cresça, se desenvolva e se modernize. Ninguém quer acabar com a Petrobrás ou vender a Petrobrás. A empresa é a grande companhia de petróleo brasileira. Quando o monopólio for extinto, e isso vai acontecer porque os monopólios do mundo inteiro estão sendo eliminados por obsolescência, a Petrobrás tem que estar preparada para um regime de competição. Queremos é transformar a Petrobrás na grande multinacional brasileira do petróleo.

> Quando o monopólio acabar, como acontece no mundo inteiro, a Petrobrás deverá que estar preparada para a competição

ZH — E se houver uma pressão muito forte para o gás entrar por São Paulo?

Pratini — Se, tecnicamente, for recomendado trazer o gás de outra origem, de outro Estado, nós vamos fazer com que ele chegue ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina porque nós temos necessidade de fontes alternativas de energia, em escala maior até do que outros Estados do Centro-Sul, porque a nossa disponibilidade de energia elétrica é muito mais limitada. Além disso, a minha expectativa é de que se possa trazer o gás com corrente de matéria-prima petroquímica, para interligar com a Copesul. É uma questão que está sendo analisada.

ZH — A partir de agora há possibilidades de o carvão ter uma participação maior na matriz energética nacional?

Pratini — No meu primeiro dia como ministro, também fiz uma reunião para tomar contato com essa questão e ver o que precisaremos fazer para viabilizar o maior emprego do carvão como alternativa energética. A minha grande preocupação hoje, aliás, é acelerar os estudos que visem a diversificar as opções energéticas do país. O Brasil está muito dependente de energia hidrelétrica. A base de toda a malha elétrica é a energia hidrelétrica e, portanto, há necessidade de se explorarem outras fontes, entre as quais o carvão e o gás natural, ambos interessando muito à Região Sul.

ZH — Há algum plano detalhado sobre exploração de fontes alternativas de energia?

Pratini — Seria muita presunção minha, nos primeiros dias no ministério, dizer que eu já tenho um plano para oferecer sobre a questão do carvão. O que nós temos que fazer é uma primeira avaliação. Eu tenho, no entanto, uma primeira proposta para discussão. Nós precisamos de recursos substanciais. Não há recursos hoje nem para tocar as obras energéticas. Então, acho que nós precisamos pensar na introdução da iniciativa privada no desenvolvimento do carvão. Nós precisamos colocar, não só no carvão, mas em toda a área de mineração, crescentemente, recursos do setor privado.

> Precisamos pensar na introdução da iniciativa privada, no desenvolvimento do carvão e em toda a área de mineração

ZH — A Eletrobrás não está cumprindo com todos os compromissos quanto à compra de carvão de Santa Catarina, por exemplo. Há possibilidade de a Eletrobrás voltar ao volume prometido de compras?

Pratini — Eu vou determinar à Eletrobrás que maximize o uso de recursos da Região Sul porque nós temos assistido, nos últimos tem-

CUT lança campanha contra privatização

Lair Gonçalves/ZH



Jair Meneguelli

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, lançou ontem em Volta Redonda, município da região do Médio Paraíba, a campanha para o recolhimento de um milhão de assinaturas contra a privatização das estatais. Também foi lançada a campanha de recolhimento de um milhão de assinaturas para o projeto de iniciativa popular do salário mínimo, elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, que foi entregue na quarta-feira à Comissão de Trabalho do Congresso.

Os sindicalistas pretendem entregar o abaixo-assinado contra a privatização das estatais ao governo federal até o dia 13 de maio. Meneguelli acredita que não haverá dificuldades para arrecadar as assinaturas, pois a CUT tem 1.771 sindicatos filiados. O recolhimento foi iniciado ontem em Volta Redonda. Poucos participaram da manifestação, realizada no mesmo dia em que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) completava 51 anos.

O projeto elaborado pelo DIEESE prevê o aumento do salário mínimo para Cr$ 300 mil em maio, além de um gatilho de 20% mensais sempre que a inflação alcançar ou ultrapassar este índice. Caso a inflação fique abaixo dos 20%, o gatilho seria trimestral. Também está previsto um acréscimo de 30% do valor da cesta de alimentação. A CUT acredita que também não enfrentará problemas para conseguir as assinaturas para este projeto.(AE)

Camargo defende privatização das obras da Norte-Sul

O ministro dos Transportes e Comunicações, Affonso Camargo, vai propor segunda-feira ao presidente Fernando Collor que a conclusão das obras da ferrovia Norte-Sul seja entregue ao setor privado. No momento em que o governo se empenha para obter a maioria parlamentar no Congresso, a proposta de Camargo esbarra nos interesses políticos da bancada do Maranhão, principalmente o grupo de deputados e senadores ligados ao ex-presidente José Sarney (PMDB-AP), hoje senador.

"Se a estrada é viável, por que não pode ser construída por um grupo privado?", indaga o ministro. Camargo já acenou com a possibilidade de a ferrovia ser construída por japoneses interessados em investir no Brasil. (AG)

ZH 19/4

04-04

PETRÓLEO

Petrobrás perde o monopólio do setor durante o governo Collor

Esta é uma das metas do ministro Pratini de Moraes, que vê erros na busca da auto-suficiência na produção petrolífera

FRANCISCO GOES

Luiz Armando Vaz/ZH



Pratini: *"Para que gastar tanto dinheiro furando poços de petróleo?"*

A Petrobrás deve perder o monopólio do petróleo no Brasil até o final do mandato do presidente Fernando Collor. O prazo faz parte de uma das principais metas do ministro das Minas e Energia, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, que prefere não falar em privatização, mas defende a modernização da empresa para que seja mais competitiva no mercado internacional. "Quero que a Petrobrás seja uma Texaco, uma Shell, com operações dentro e fora do País", **disse Pratini, que esteve no Rio Grande do Sul no fim de semana para participar da 14ª Feira de** Máquinas, Couros e Componentes para o Setor Calçadista (Fimec), em Novo Hamburgo, e da VIII Feira Nacional do Arroz (Fenarroz), em Cachoeira do Sul, e retornou ontem a Brasília.

O ministro entende que a Petrobrás é vítima do excesso de interferências do Estado (governo federal), e que por isso não tem condições de atualizar-se em termos tecnológicos, como ocorreu com outras empresas estrangeiras do campo petrolífero. Pratini questiona os que defendem a auto-suficiência do Brasil na produção do petróleo a qualquer preço. "Ela custa muito caro", adverte, reafirmando a necessidade de uma diversificação na chamada matriz energética brasileira. O ministro também faz afirmações na forma de perguntas: "Para que gastar tanto dinheiro furando poços de petróleo, se os recursos podem ser empregados no desenvolvimento do carvão já existente?"

GÁS — De acordo com Pratini, o Brasil detém cerca de 70% da produção do petróleo que necessita e poderá valer-se do gás natural, depois da construção dos gasodutos Argentina-Brasil e Bolívia-Brasil. O ministro observa que "hoje o monopólio não é mais necessário porque a Petrobrás conseguiu se desenvolver, mas eu vou prepará-la para que ela continue sendo uma grande empresa, mesmo sem o monopólio". Pratini não teme o *lobby* dos funcionários da estatal, já que a decisão sobre o fim da exploração exclusiva do petróleo pela empresa se dará durante a revisão constitucional, no Congresso Nacional, no ano que vem.

Na visita ao Estado, ele afirmou que a prioridade é reformular a matriz energética brasileira, excessivamente dependente do petróleo. Ele observa que o gasoduto permitirá a combinação de matérias-primas — gás e carvão —, com ganhos em custos e menos impacto no meio ambiente. A retomada de projetos atualmente parados, como Candiota III e a termoelétrica de Jacuí, com 60% das obras executadas, só ocorrerá quando o setor elétrico brasileiro conseguir reestruturar seus problemas financeiros. Num próximo passo, o setor terá também uma forte participação da iniciativa privada.

Há poucos dias, em entrevista a **Zero Hora, o ministro já havia alertado para o que o que chama da quase falência do sistema elétrico nacional. "Não é possível que o** governo fique sozinho fazendo essas obras", disse Pratini. Outro ponto a ser atacado logo pelo Ministério é a defasagem na tarifa de energia. "A tarifa do Brasil é uma das mais baixas do mundo", reclama. Ele defende um valor realista e argumenta que a atual política tarifária causa dificuldades a empresas como a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que deixa de remunerar os seus investimentos por ter que administrar tarifas abaixo dos custos reais.

J. do Brasil
20-4-92
10046
11161

Salários em dólares

Legislativo		Judiciário		Executivo		Militares	
Deputado	5.700	Ministro/desemb.	7.200	Segundo escalão	2.500	Almte. esquadra	1.700
Assessor	3.400	Defensor público	5.000	Delegado federal	5.000	Cap. mar-e-guerra	1.200
Agente admin.	1.500	Agente admin.	2.600	Agente admin.	1.300	Primeiro-sargento	480
Motorista	1.550	Escrivão	2.600	Datilógrafo	800	Cabo	210
Agente portaria	1.300	Motorista	1.640	Motorista	350	Soldado especial	160
		Agente portaria	1.000	Agente portaria	350	Soldado	50

Magistério superior (abril)

Classe	Nível	graduado (Cr$)	especializado (Cr$)	mestrado (Cr$)	doutorado (Cr$)
		20 horas			
Titular	U	782.881,59	854.203,27	953.351,88	1.144.022,25
Adjunto	4	618.145,19	683.382,68	782.881,59	915.217,78
	3	581.888,66	658.821,54	726.383,32	871.668,94
	2	555.418,69	619.838,04	691.774,58	832.825,53
	1	527.086,38	588.314,34	658.832,98	790.599,60
Assistente	4	479.151,27	536.648,41	598.938,09	718.726,88
	3	456.334,95	511.084,69	570.418,21	684.501,84
	2	434.604,35	486.765,86	543.255,41	651.986,52
	1	413.908,92	463.577,97	517.386,16	620.863,38
Auxiliar	4	376.280,84	421.434,54	470.351,07	564.421,28
	3	358.362,73	401.366,28	447.953,40	537.544,07
	2	341.297,84	382.253,58	426.622,38	511.946,78
	1	325.045,57	364.051,88	406.306,80	487.588,38
		40 horas			
Titular	U	1.525.383	1.708.486,54	1.906.708	2.288.044
Adjunto	4	1.220.290	1.366.726,23	1.525.362	1.830.435
	3	1.162.184	1.301.640,87	1.452.726	1.743.271
	2	1.106.800	1.239.608,11	1.383.500	1.660.250
	1	1.054.132	1.180.628,67	1.317.665	1.581.180
Assistente	4	958.302	1.073.298,87	1.197.878	1.437.468
	3	912.669	1.022.180,40	1.140.886	1.369.000
	2	869.208	973.513,73	1.086.510	1.303.813
	1	827.817	927.155,97	1.034.772	1.241.726
Auxiliar	4	752.561	842.860,11	940.702	1.128.842
	3	716.725	802.732,50	895.906	1.075.088
	2	682.595	764.507,10	853.244	1.023.893
	1	650.091	728.102,10	812.613	975.136
		Dedicação exclusiva			
Titular	U	2.384.312	2.048.698,16	2.985.300	3.548.400
Adjunto	4	1.894.458	2.118.424,10	2.384.312	2.837.175
	3	1.801.301	2.017.546,77	2.251.726	2.702.071
	2	1.715.601	1.921.473,16	2.144.501	2.573.401
	1	1.633.905	1.829.974,53	2.042.382	2.450.858
Assistente	4	1.485.368	1.663.613,22	1.856.711	2.228.053
	3	1.414.637	1.584.393,50	1.768.296	2.121.955
	2	1.347.273	1.508.946,29	1.684.004	2.020.910
	1	1.283.117	1.437.091,84	1.603.897	1.924.676
Auxiliar	4	1.166.470	1.306.447,11	1.458.088	1.749.705
	3	1.110.924	1.244.235,35	1.388.655	1.666.386
	2	1.058.023	1.184.986,14	1.322.529	1.587.035
	1	1.007.641	1.128.558,23	1.259.551	1.511.461

Cargos de natureza especial

Denominação	Retribuição mensal		
	Abril	Maio	Junho
Ministros de Estado	6.500.000,00	[illegible]	[illegible]
Juiz-Presidente	972.822,00	[illegible]	[illegible]
Juiz	925.048,48	[illegible]	[illegible]

OBS: Os juízes têm mensalmente uma gratificação de 100% (Representação mensal) sobre os seus salários. Com isso, os seus salários dobram.

Denominação	Abril	Maio	Junho
Consultor Geral da República	1.847.615,20	[illegible]	[illegible]
Secretário Geral da Presidência da República	1.847.615,20	[illegible]	[illegible]
Chefe de Gabinete Militar	1.847.615,20	[illegible]	[illegible]
Chefe do Estado Maior das Forças Armadas	1.847.615,20	[illegible]	[illegible]
Chefe do Gab pessoal Presidente da República	1.847.615,20	[illegible]	[illegible]

OBS: Todas essas categorias recebem representação mensal de 100% sobre os seus salários. Com isso, os seus salários dobram.

Denominação	Abril	Maio	Junho
Secretários das Secretarias da Presidência	1.758.372,30	[illegible]	[illegible]
Secretário Executivo	1.653.128,40	[illegible]	[illegible]
Subsecretário-Geral Secretaria Geral/PR	1.653.128,40	[illegible]	[illegible]
Secretários Gerais do MRE	1.653.128,40	[illegible]	[illegible]

OBS: Essas categorias recebem mensalmente a gratificação de 100% sobre os seus salários como representação. Com isso, os seus salários dobram.

JB 22/4

01.01

Cesta básica sobe 26,68%

■ *Trabalhador gasta 90% do mínimo para comprar bens*

A cesta básica de produtos alimentícios atingiu em março, no Rio, sua mais alta porcentagem no ano, como parcela do salário mínimo oficial: 90,10% (ou Cr$ 86.533,90). Os 13 produtos que compõem a cesta, definida como ração essencial para um trabalhador adulto pela lei que criou o salário mínimo, subiram 26,68% no mês passado, sua maior alta no ano.

Os dados foram divulgados ontem pelo escritório fluminense do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). O órgão divulgou também o valor necessário para que o salário mínimo atenda os preceitos constitucionais e garanta condições de vida digna para os trabalhadores: Cr$ 740.791. A cifra resulta do cálculo da média do custo da cesta básica em 15 cidades, multiplicada pelo número médio de integrantes da família brasileira e acrescida dos gastos extra-alimentação, na proporção do Índice de Custo de Vida (ICV) do Dieese para São Paulo.

A taxa divulgada ontem é mais do que o dobro da de fevereiro (26,68% ante 12,18%), embora próxima da registrada em janeiro (26,02%). A explicação principal para a diferença é a mudança no comportamento de dois preços relevantes para o índice, da carne (15,02% em março, contra -0,56% em fevereiro) e do tomate (44,70%, contra 6,51%), respectivamente o primeiro e o terceiro em peso no custo da cesta dos últimos dois meses.

Mais que em março — A alta da cesta superou os índices de inflação disponíveis para março. O economista Ademir Figueiredo, do escritório fluminense do Dieese, ressalva que as comparações são limitadas, pois os índices de inflação trabalham com um elenco muito maior de produtos. Em março, a maior alta entre os produtos da cesta registrou-se na batata (53,72%), que acumula a maior alta também no ano (189,59%), e a menor foi a do arroz (0,40%).

Nos últimos 12 meses chama atenção a variação superior à média dos produtos de origem pecuária, com reflexos diretos logo na primeira refeição do dia: dos quatro componentes básicos do café da manhã (pão, leite, manteiga, açúcar e café), apenas o último subiu menos do que a média da cesta básica (592,52%).

ZERO HORA. 17/4/92.

Energia fica 18,8% mais cara

☐Este é o quarto reajuste do ano e o percentual acumulado é de 122,8%. A inflação que está sendo prevista pela FIPE para o mesmo período é de 106%

As tarifas de energia elétrica estão desde ontem 18,8% mais caras, de acordo com a portaria 01 do Ministério de Minas e Energia, recriado na reforma ministerial. Esse foi o primeiro ato do novo ministro das Minas e Energia, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, publicado no Diário Oficial. O aumento ocorre apenas dois dias depois do ministro ter declarado que procuraria usar o controle das tarifas públicas para reduzir a inflação.

Com o aumento, o quarto do ano, o reajuste acumulado da energia elétrica em 92 é de 122,8%, contra uma inflação de 106,3% no mesmo período, caso se confirme o índice de 21,5% previsto para abril pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), da Universidade de São Paulo.

PREÇO — O reajuste de ontem foi linear para todas as classes de consumo — residencial, comercial, rural e público. O preço do megawatt/hora em dólar passou a US$ 46,3 (Cr$ 102,6 mil ao câmbio comercial de ontem), valor muito distante da meta de US$ 67 (Cr$ 148,6 mil) estabelecida pela Secretaria Nacional de Energia. Essa meta foi fixada como ideal pelo Banco Mundial (BIRD), nas negociações com o governo brasileiro para a concessão de novos empréstimos ao setor elétrico.

O ministro teme, no entanto, que os aumentos reais do preço da energia elétrica possam afetar os índices inflacionários. Por isso, já anunciou que só autorizará reajustes com a sinalização do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Com base nisso, os analistas acreditam que Pratini deve esperar uma queda nas taxas de inflação até meados do ano para, a partir daí, voltar a conceder reajustes reais para as tarifas elétricas. (AE)

Fotos arquivo/ZH



Pratini de Moraes

JB 28/4

Comércio brasileiro aumenta via Bolívia

BRASÍLIA — A Bolívia está se convertendo em uma importante ponte de ligação comercial entre [illegible] americano e o Brasil graças a um acordo firmado entre os Estados Unidos e o país andino em 1990. Segundo o adido comercial da embaixada boliviana em Brasília, [illegible], o acordo — uma [illegible] Bush pela ajuda [illegible] governo de La Paz [illegible] a mão-de-obra usada no cultivo da coca — isentou de impostos [illegible] exportados pela Bolívia.

"Os empresários brasileiros descobriram que também poderiam se beneficiar de tal [illegible] a ampliação de seus investimentos na Bolívia, [illegible] taxas impostas pelos Estados Unidos sobre seus produtos", explicou ele. Nos últimos dois anos os investimentos brasileiros na Bolívia se multiplicaram de forma acelerada, passando de uma média de US$ 30 milhões para US$ 938 milhões entre 1990 e 1992.

Importantes empresários brasileiros, como o principal produtor de soja, Olacyr de Moraes, o de [illegible], o presidente da Vasp, Wagner Canhedo, e o presidente da Fiesp, Mário Amato, já realizaram [illegible] em território boliviano. "Olacyr, por exemplo, que começou com uma plantação de 5.000 ha para a produção de soja, [illegible], conta hoje com 20.000 ha de soja em solo boliviano", [illegible].

Inflação continua caindo

□A prévia da FIPE indica que a taxa de 21,45% dos últimos 30 dias é inferior aos 21,74% de março. Os hortigranjeiros e tarifas públicas estão subindo menos

O Índice do Custo de Vida em São Paulo subiu 21,45% na primeira quadrissemana de abril. O número, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da Universidade de São Paulo, é inferior ao de março, quando alcançou os 21,74%. A queda era prevista e ocorreu mais especificamente em função dos hortigranjeiros e das tarifas públicas, que estão subindo menos.

A primeira quadrissemana do mês já apresentou os primeiros efeitos da entrada do vestuário de inverno. Além disso, continua a pressão do ítem aluguel. Esses dois fatores devem fazer com que a FIPE apresente um índice em abril pouco superior ao de março. Mesmo assim, a tendência da inflação em São Paulo é de queda. Excluídos o aluguel e o vestuário, os outros preço[illegible] subindo menos.

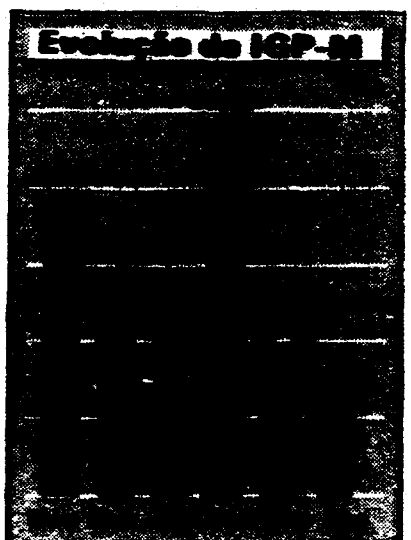
[illegible] — A Fundação [illegible]lio Vargas (FGV) divulgou on[illegible] prévia do Índice Geral de Pre[illegible] Mercado (IGP-M). No segundo [illegible]dio do mês, o IGP-M subiu 16[illegible] entre 21 de março e 10 de abril. O [illegible] de Preços no Atacado (IPA) [illegible] 14,16%, o Índice de Preços ao [illegible]midor (IPC) de 17,96% e o Índi[illegible]cional do Custo da Construçã[illegible] (INCC) de 22,93%.

Inflação ficou abaixo dos 20[illegible]

■ *IGP-M registrou 19,94% em abril contra 21,39% apurados mês [illegible]*

Segundo indicador da inflação de abril a ser divulgado, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) ficou em 19,94%, depois dos 21,39% em março, e confirmou a tendência de alta mais lenta do custo de vida, sinalizada no dia anterior pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - Especial (IPCA-E), de 19,83%.

O IGP-M é usado para reajustar aplicações financeiras, aluguéis comerciais e residenciais — neste caso, só quando sua variação não supera a do Índice de Salários Nominais no período. Chefe do Centro de Estudos de Preços da Fundação Getúlio Vargas, o economista Paulo Sidney Cotta diz que a tendência de queda nas [illegible]as se manterá ao menos até maio.



Fonte: FGV

A composição do IGP-M, subdividido em três outros índices, ajuda a explicar o otimismo de Cotta. A maior variação, em abril, ficou com o único dos componentes a subir mais do que em março, o Índice Nacional de Custos da Construção (INCC): 26,74% ante 23,47%. A expectativa de Cotta se vincula ao fato de boa parte da alta do INCC ter sido causada pela concentração de dissídios coletivos, que puxou a alta da mão-de-obra de 19,10% para 30,91%. O aumento do salário mínimo e os reajustes e antecipações voltam a influir no índice, que tem peso um em 10 pontos possíveis no IGP-M, somente em junho e julho.

A maior queda de taxa entre os componentes do IGP-[illegible] exatamente com o [illegible] Índice de Preços [illegible] 18,75% [illegible] colas (12,2%) [illegible] os industriais [illegible] colas, a [illegible] queda de preços [illegible] e tubérculos. [illegible] mulantes (29,6%) [illegible] bões e velas [illegible] macêuticos [illegible] mais [illegible]

O [illegible]dor, do [illegible] na cesta de [illegible] um e 33 salários [illegible] 20,58%, ante 21,09% em março.

28/4/92

MERCADO FINANCEIRO

Dólar paralelo reage e chega a Cr$ 2.500

A cotação foi puxada pela alta do ouro. Há seis meses as aplicações de risco não oscilavam com tanto nervosismo

DORACI ENGEL

A manobra de redução dos juros reais, desencadeada nas últimas semanas pelo Banco Central, começa a ameaçar o equilíbrio do mercado financeiro. Ontem, pelo quarto dia consecutivo, os preços do ouro e do dólar paralelo voltaram a subir, num dos dias mais agitados desde outubro do ano passado. O ouro, epicentro de um intenso movimento especulativo, saltou 8,57%, arrastando as cotações do dólar paralelo, que subiu 6,83% em Porto Alegre (veja nos gráficos), repetindo uma alta semelhante a de outras capitais.

As bolsas de valores, que já vinham em queda, recuaram mais 2,99% em São Paulo e 4,31% no Rio de Janeiro, depois de terem operado em baixa de mais de 5% pouco antes do fechamento.

De acordo com os operadores, o motivo da explosão dos ativos dolarizados foram as operações de financiamento no mercado do ouro. Segundo eles, vários bancos, que estavam fazendo estas operações a descoberto (sem possuírem o metal) foram surpreendidos ontem, quando uma parcela significativa de investidores, decidiram não renavar seus empréstimos e exigiram o metal de volta, o que pressionou as cotações. Em Brasília, o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC), Armínio Fraga, atribuiu o fato a uma "bolha especulativa". Ele acha que o movimento de ontem não foi influenciado pelo descompasso entre juro e inflação, e sim por uma sensação de que o Governo perdeu o controle sobre o programa de ajuste fiscal.

COMPORTAMENTO — A reação do ouro e do dólar paralelo confirmou uma mudança de comportamento de alguns segmentos do mercado financeiro que, desde a semana passada com a redução mais rápida dos juros, decidiram apostar nos mercados risco. Durante todo dia comentava-se de que taxa inflacionária deste mês poderia ultrapassar os 23%, o que tornaria o rendimento das aplicações financeiras convencionais negativos. Mas a prévia da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE-USP), divulgada no início da tarde, acabou monstrando que os preços, pelo menos, por enquanto, continuam estabilizados, passando de 21,45% na primeira quadrissemana para 21,49% até o último dia 15.

Apesar do nervosismo do mercado, o Banco Central teve uma atuação discreta ontem. As taxas de juros das operações de *overnight* com títulos, que serve de parâmetro para todos os demais segmentos do mercado, mantiveram-se em queda. O juro básico da economia, lastreado em títulos federais, ficou em 32,24% de *over* ao mês, ainda superior ao juro pago pelos bancos nos seus Certificados de Depósito Bancário (CDB), que foram negociados ontem por 21 dias úteis a 31,23% de *over* ao mês ou em torno de 0,70% ao dia.

Hoje o Banco Central realiza mais um megaleilão de títulos públicos, a fim de conter o excesso de dinheiro no mercado financeiro. E a expectativa do mercado é de que governo volte a elevar os juros, a fim de neutralizar uma eventual arrancada dos mercados especulativos. Deverão ser oferecidos em torno de Cr$ 13 trilhões em títulos com taxas que irão definir o comportamento dos juros para os próximos dias.



0203-05
Saiô acordo que reduz preço de autos
07/04/92
10046
11161
11401

Sai o acordo que reduz preços

□Em São Paulo, o ICMS sobre a venda de carros baixa de 18 para 12%. Nas vendas para outros Estados, de 12 para 4%. Hoje saem as novas tabelas



Acerto final: *governador de São Paulo reuniu-se com representantes dos metalúrgicos,* [illegible]

O governador paulista Luiz Antônio Fleury fechou ontem o acordo costurado na câmara setorial da indústria automobilística para reduzir o preço final dos automóveis em 22%. Concordou em reduzir a parte que lhe cabe — o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que recai sobre os automóveis — numa reunião com Luiz Adelar Scheuer, presidente eleito da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, e Alencar Burti, da Federação Nacional da Distribuição dos Veículos Automotores (Fenabrave).

Ficou acertado que São Paulo baixará a partir de hoje a alíquota do ICMS de 18% para 12%, no caso dos carros vendidos dentro de São Paulo e regiões Sul, Sudeste e Centro Sul. A participação dos outros estados neste tributo, quando ocorre a venda interestadual, cai de 12% para 4%. No Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o imposto de 18% foi reduzido em um terço: São Paulo, que participa com 7% sobre o preço do automóvel, abre mão de 33%, e os demais estados com quem comercializa os automóveis abrem mão de um terço das 11% que lhes cabem.

CONDIÇÕES — O decreto com a redução foi elaborado ontem mesmo, sob a condição de que o governo estadual se permite descumpri-lo se qualquer uma das partes faltar com os compromissos assumidos. Assim, se não houver a retomada da produção por parte da indústria, ou se o governo federal aumentar o IPI, ou se os trabalhadores do setor não recuperarem suas perdas salariais, São Paulo desobriga-se de sua parte.

A verba que deixará de ser arrecadada nestes próximos 90 dias, período da vigência do acordo, representa Cr$ 60 bilhões ou 3 mil casas populares, ressalta Fleury. "Apesar disso, vejo a redução do ICMS como um investimento. Perdemos no curto prazo, mas ganhamos com a retomada da indústria automobilística", comentou ele. O efeito da queda da arrecadação só será neutralizado se as vendas de automóveis crescerem 50% neste período, calculam os técnicos do governo.

CRESCIMENTO — Alencar Burti, presidente da Fenabrave, não acredita que este patamar possa ser atingido, mas considera que haverá reaquecimento no setor. Ele, que representa mais de 4 mil revendas de automóveis no país, estima que as vendas devem crescer este mês de 10 a 15%, devido aos feriados da Semana Santa e Tiradentes, e aos acertos necessários junto à revenda. Já em maio, o aumento das vendas será bem maior. Sobre os 29 mil carros vendidos em março seriam acrescidos 40%. Ou seja, resultados que trarão algum prejuízo à receita estadual.

A reunião em que estes detalhes foram acertados teve alguns momentos tensos entre trabalhadores e montadoras. Segundo Vicentinho, a reposição das perdas salariais precisa sair [illegible] ras, [illegible] mas [illegible] das [illegible] dias, Scheuer, [illegible] dente eleito da Anfavea, [illegible] que hoje [illegible] sárias as [illegible] vas tabelas de preço. [illegible] passado, [illegible] diante da [illegible] acordo.

Na reunião [illegible] bém a [illegible] responsa[illegible] permitir o [illegible] financiamento [illegible] nhas de crédito [illegible] caminhões. A [illegible] conversa [illegible] para o [illegible] Banco Central, [illegible] demais participantes [illegible] rial da indústria [illegible]

01-01

5

[illegible] pública cresce e chega a Cr$ 46,5 trilhões

GUSTAVO FREIRE

Brasília — A dívida [illegible] em poder do público, na forma de títulos do governo federal, [illegible] sa dos Cr$ 46,5 trilhões em março deste ano. Em moeda norte-americana, isso equivale a um débito estimado de US$ 19,8 bilhões, enquanto a dívida do governo brasileiro com o Clube de Paris chega a aproximadamente US$ 24 bilhões. Em relação a fevereiro deste ano, o crescimento da dívida com o público chegou a aproximadamente 49,3%. No segundo mês do ano, a dívida mobiliária interna ainda estava em Cr$ 31,2 trilhões, ou US$ 13,2 bilhões. Comparando ao montante da dívida de março de 1991, o débito teve um crescimento de 1.556,99%, contra uma inflação no período ao redor de 600%. Naquela época, a dívida era de Cr$ 2,8 trilhões ou US$ 1,1 bilhão.

Essa dívida vem crescendo continuamente desde abril de 1990, quando o débito estava estacionado em Cr$ 2,4 trilhões ou US$ 1,049 bilhão. O governo aponta como causa desse crescimento da dívida mobiliária [illegible] afluxo de recursos [illegible] começaram a [illegible] tir de setembro de [illegible] Banco Central (BC) [illegible] uma média [illegible] ro de aproximadamente [illegible] chefe do Departamento Econômico do BC, Carlos Eduardo de Freitas, revela que, só em março, o governo teve que injetar na economia cerca de Cr$ 5,3 trilhões, ou US$ 2,2 bilhões, para [illegible] sobra de dólares que [illegible] na economia.

[illegible] — A liberação dos cruzados novos a partir de agosto do ano passado também é apontado pelo governo como outro fator [illegible] expansionista dessa dívida em poder do público. O chefe do Departamento Econômico do BC afirma que, em março, o governo teve que absorver cerca de Cr$ 2,1 trilhões ou US$ [illegible] milhões de cruzados que [illegible] os Depósitos Especiais Remunerados (DER) e foram para a economia.

Esse estrago, no entanto, ainda [illegible] ção dos DER [illegible] pensatória, [illegible] da Taxa Referencial de Juros (TR) mais juros de 8% ao ano. Além disso, os DER ainda possuem a vantagem de terem liquidez imediata, o que faz com que 45% dos recursos já liberados permaneçam enclausurados nesta modalidade de aplicação financeira criada pelo governo federal.

Carlos Eduardo de Freitas admitiu que esta é uma das causas dos extraordinários juros reais de até 4% que o governo teve que praticar até bem pouco tempo. O objetivo claro é tornar os papéis federais mais atrativos ao público, [illegible] assim uma nova — [illegible] o governo — forma de preservar sua poupança.

01-01

Ingresso de divisas cresce
RP
24.04.92

Ingresso de divisas cresce

Bolsas recebem US$ 952 milhões em três meses, 25% a mais do que em 1991

BRASÍLIA — O ingresso de recursos estrangeiros canalizados para as bolsas de valores alcançou a marca dos US$ 952 milhões no primeiro trimestre deste ano. Trata-se de um volume 25% superior ao registrado em todo o ano passado. Os dados divulgados ontem pelo Banco Central também mostram que a grande maioria dos investidores estrangeiros está mantendo os recursos no país. Neste ano, retornaram US$ 197 milhões enquanto em 1991 apenas US$ 188 milhões saíram.

Ainda de acordo com os dados do BC, o ingresso total de recursos estrangeiros, incluídos lançamento de títulos, dívidas em forma de bens financiados a importadores, investimentos diretos feitos por empresas estrangeiras e dólares direcionados para o mercado acionário, chegou a US$ 4,599 bilhões entre janeiro e março deste ano. Em 1991, o ingresso chegou a US$ 11,626 bilhões. Para o diretor da Área Externa do BC, Arminio Fraga, o resultado de 92 certamente será superior ao do ano passado.

Segundo o diretor, embora o ingresso de recursos ainda seja expressivo, as medidas adotadas pelo governo a partir do início deste ano para reduzir a velocidade de ingresso de dólares no país estão surtindo efeito. "As exportações já estão voltando ao normal e houve uma pequena redução dos ingressos financeiros", diz Fraga. Até março, a média diária de fechamento de contratos de câmbio pelos exportadores, segundo Fraga, chegava a 200 milhões por dia, um nível anormal, se comparado com a média histórica de 140 milhões diários.

De acordo com os levantamentos do BC, o interesse das empresas privadas e estatais no lançamento de títulos no exterior para captação de empréstimos de longo prazo continua grande. Entre janeiro e março deste ano, foram registrados US$ 1,097 bilhão em bônus e US$ 643 milhões em *commercial papers*. Em 1991, o total de emissões foi de US$ 1,5 bilhão em bônus e US$ 1,7 bilhão em *commercial papers*. Segundo Arminio Fraga, o interesse, hoje, é maior por parte de empresas privadas. Uma das medidas que o BC vem adotando para impedir a entrada concentrada de dólares é a organização da fila dos intressados.

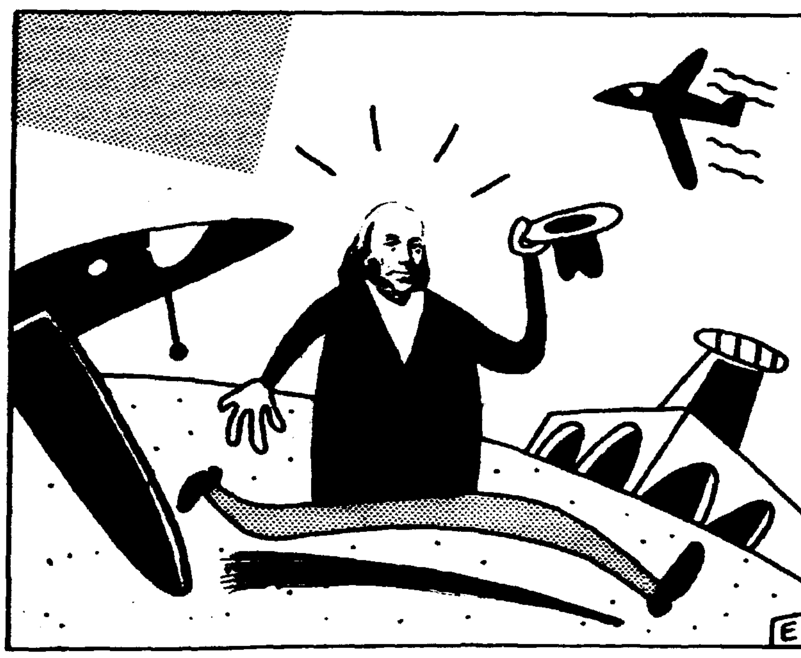
Também é expressivo o ingresso de recursos para investimento diretos no Brasil. Até março, já haviam ingressado US$ 782 milhões, montante superior ao registrado em todo o ano de 91, que acumulou US$ 694 milhões. O diretor da Área Externa atribui o ingresso expressivo à regularização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional.

1991	[illegible]	[illegible]	5[illegible]
1992	[illegible]	[illegible]	7[illegible]
Jan/92	[illegible]	[illegible]	2[illegible]
Fev/92	[illegible]	[illegible]	1[illegible]
Mar/92	[illegible]	[illegible]	3[illegible]

Fonte: Banco Central

Dólares retornam para o Brasil

Investidores em moeda estrangeira repatriaram US$ 1,5 bilhão em 91. Para o governo, o quadro revela a confiança na nova política econômica



Cerca de US$ 1,5 bilhão foi repatriado no ano passado e, no primeiro trimestre deste ano, as repatriações se situam em torno de US$ 100 milhões, informou ontem o Banco Central. Segundo interpretação do Banco, muitos brasileiros estão preferindo trazer de volta ao país os recursos que levaram para o exterior a partir da segunda metade da década de 80, em virtude da garantia dada pelo governo de que não promoverá mais choques econômicos.

De acordo com o chefe do Departamento Econômico do BC, Carlos Eduardo de Freitas, o resultado das repatriações é um claro sinal de confiança no programa econômico do governo Collor. Freitas avalia que a existência de "um melhor ambiente macroeconômico", com a "efetiva" implantação da política fiscal desde uma política monetária austera, gera melhores expectativas e dá maior credibilidade à moeda nacional.

DE VOLTA — "A demanda por cruzeiros está maior que a demanda por dólares", explicou. O governo não questiona a origem dos recursos que retornam, mas os registros bancários permitem detectar que, em 1991, foi repatriado quase o dobro de 1.990, quando o balanço de pagamentos do país registrou US$ 834 milhões na conta "transferências unilaterais". Esses recursos entram através da rede bancária, na medida em que empresas e pessoas físicas trocam seus dólares por cruzeiros.

A partir do Plano Cruzado, em 86, a migração de recursos brasileiros para o exterior, por diversas vias, foi significativa até 89. A repatriação, junto com investimentos diretos e financiamentos externos, tem contribuído este ano para uma significativa elevação das reservas internacionais do país, superando todas as expectativas do governo sobre a entrada de divisas estrangeiras. (ABR)

Juros continuam em baixa e as reservas batem recorde

As taxas de juros devem continuar em queda, mas isso não significa que o Banco Central esteja afrouxando a política monetária. O chefe do Departamento Econômico do BC, Carlos Eduardo de Freitas, disse ontem que "a queda das taxas é natural, mas elas continuam sob controle do Banco Central". Ele explicou que a instituição é obrigada a manter elevadas as taxas de juros reais para impedir que as pessoas apliquem no consumo em momentos de desalinhamento dos preços relativos, o que não está ocorrendo agora.

A queda nos juros reais, de 4% no início do ano para pouco mais de 2% neste mês, segundo Freitas é um indicador de que as expectativas de preços e de inflação estão estáveis. Ele assegurou, ainda, ter indicadores de que o ajuste fiscal iniciado no ano passado está tendo resultados efetivos, ao contrário de várias críticas que têm sido feitas ao governo. "Em breve, poderemos divulgar os números", disse Freitas. Dados sobre o superávit primário (fora os encargos das dívidas) indicam que o país deverá cumprir a meta de saldo de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, conforme o programa acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em janeiro.

RECORDE — As reservas internacionais do país no conceito de caixa (dinheiro disponível), cresceram US$ 1,3 bilhão em fevereiro. Segundo as informações divulgadas ontem pelo Banco Central (BC), as reservas totalizaram o recorde de US$ 11,[illegible] bilhões no mês passado. No conceito de liquidez internacional (dinheiro que ainda não está disponível), o crescimento foi ainda maior, chegando a US$ 2,512 bilhões. Isto deve-se ao fato de o BC estar incluindo neste conceito recursos já disponíveis. O celhe do Departamento Econômico do BC, Carlos Eduardo de Freitas, disse que esta medida, adotada pela segunda vez, revela uma prudência do governo com os recursos externos que estão ingressando no país.

O volume de contratação de câmbio comercial em março manteve-se em patamares parecidos com os de fevereiro. Os exportadores compraram US$ 3,557 bilhões em março. No mês de fevereiro, estes exportadores compraram US$ 3,544 bilhões. As vendas aos importadores alcançaram a marca dos US$ 1,230 bilhão, contra US$ 1,262 bilhão em fevereiro. Estas operações garantiram um saldo comercial positivo de US$ 2,327 bilhões no mês passado. O câmbio financeiro registrou um superávit de US$ 597 milhões em março. (Brasília/ZH-ABR)

Reservas brasileiras aumentaram

■ *Mas BC contabiliza de forma diferenciada como defesa contra reversão no fluxo*

BRASÍLIA — A instabilidade dos dólares que vêm entrando no país levou o Banco Central a fazer uma "reserva de segunda linha" no saldo de dólares que o país tem no caixa para atender compromissos externos, ou seja, nas reservas cambiais. Desde janeiro passado, o BC vem separando cerca de US$ 1 bilhão por mês para fazer frente a uma eventual reversão do fluxo de divisas, e contabilizando esses recursos como reservas na rubrica *Liquidez Internacional* — que não implica em disponibilidade imediata dos dólares.

O ingresso expressivo de capital estrangeiro fez as reservas cambiais saltarem de US$ 9,68 bilhões em janeiro, para US$ 11,08 bilhões em fevereiro, pelo conceito de caixa, e de US$ 11,86 bilhões para US$ 14,37 bilhões, pelo conceito de liquidez internacional. A diferença entre os recursos alocados em cada rubrica aumentou em mais de US$ 1 bilhão, em conseqüência da decisão do BC.

A separação, segundo o chefe do Ddepartamento Econômico do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, faz parte de uma "política de prudência" para enfrentar uma possível saída dos capitais de curto prazo que têm ingressado no país. Mas há um detalhe estratégico importante: os dólares da reserva de segunda linha não podem ser usados para pagamento da dívida externa. Ou seja, na negocinções com os bancos credores, o volume separado pelo Banco Central não pode ser reivindicado pelos banqueiros.

Segundo Carlos Eduardo de Freitas, a separação vem sendo feita através de mecanismo contábil: as reservas cambiais têm dois conceitos, o de caixa, que reúne os dólares disponíveis, e o de liquidez internacional, que leva em conta o total de divisas *registradas em favor do país*, inclusive ingressos via empréstimos de longo prazo, que não podem, na prática, ser usados para pagamento da dívida. Em janeiro e fevereiro deste ano, o BC retirou parte das divisas registradas no caixa, dixando-as apenas no conceito de liquidez internacional. De acordo com o chefe do Departamento Econômico, as reservas de fevereiro pelo conceito de caixa, que alcançaram US$ 11,08 bilhões, estariam, não fosse a "política de prudência" adotada pelo BC, na casa dos US$ 13 bilhões.

Carlos Eduardo de Freitas faz questão de frisar que a decisão de fazer a "reserva de segunda linha" é uma medida de cautela. "Tudo indica que o capital permanecerá no país na medida em que as políticas monetária e fiscal surtam efeitos", garante Freitas, acrescentando que, na sua opinião, "o capital é volátil apenas por hipótese, porque o investidor não procura só as melhores taxas, mas também o risco menor". Na sua avaliação, os dólares que estão entando no país, especialmente com destino ao investimento em bolsas de valores, "são de longo prazo".

Brasileiros trazem dólares

A expectativa de queda da inflação, as taxas de juros altas e o afastamento da ideia de um novo choque econômico está incentivando os brasileiros a trazer de volta ao país os dólares investidos no exterior. De acordo com dados preliminares do Banco Central, em 1991 a repatriação de capital deve ter chegado a US$ 1,5 bilhão. Em 1990, quando, segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Carlos Eduardo de Freitas, foi marcada a "reversão" do movimento, retornaram US$ 834 milhões.

"O capital está preferindo cruzeiros ao invés de dólares" resume Carlos Eduardo de Freitas, que [illegible] o retorno expressivo de dólares de brasileiros ao país à "[illegible] cial no ambiente macroeconômico". Segundo o chefe do Departamento Econômico, a grande evasão de recursos [illegible] concentrada na década de 80.

A entrada dos recursos, [illegible] explicou Freitas, está [illegible] através das operações do câmbio flutuante, e é [illegible] "[illegible]" no balanço de [illegible]. Os dólares são basicamente "[illegible]", ou seja estavam aplicados no exterior.

BVRJ ligada com Nova Iorque

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro assinou ontem convênio com a Bolsa de Nova Iorque, para que a instituição americana possa negociar, em breve, contratos futuros do índice IBV, que mede a lucratividade das ações mais negociadas no pregão carioca. Na prática, os investidores americanos poderão apostar na alta ou na baixa do IBV, comprando ou vendendo contratos com vencimento em dois ou três anos — um mercado similar ao do índice futuro Ibovespa, existente, hoje, na Bolsa de Mercadorias e de Futuros. Esta é a primeira vez que uma bolsa da América Latina terá seu índice de [illegible] vindo como [illegible] na Bolsa de Nova Iorque.

As negociações entre a BVRJ e a Bolsa de Nova Iorque vêm desde o ano passado, [illegible] convênio foi [illegible] to animado por [illegible] dente da bolsa [illegible] Grasso, [illegible] imediato, a [illegible] mações [illegible] lizados em seu pregão, à Bolsa de Nova Iorque e à [illegible] Commision, órgão regulador e [illegible] zador do mercado de capitais dos Estados Unidos.

Câmara aprova os 80% para servidores

O projeto será agora encaminhado ao Senado. O próximo desafio do governo é administrar a isonomia salarial entre os três poderes

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por unanimidade, o projeto do Executivo estabelecendo reajuste salarial de 80%, sobre os vencimentos de março, para os servidores civis e militares da União. O índice será pago em três parcelas: 30% em abril, 25% em maio e 25% em junho. A medida deve beneficiar parlamentares federais e funcionários públicos do Legislativo e Judiciário. O projeto foi aprovado no mesmo dia em que o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, defendia na Câmara a nova política salarial.

O líder do PT, Eduardo Jorge (SP), não gostou do índice do adiantamento. Ele lembrou que o ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), general Antônio Luiz da Rocha Veneu, disse que a defasagem de dezembro até agora atinge 100%. "O governo concede somente 80% e ainda em módicas prestações", reclamou. Eduardo Jorge explicou que o PT votou a favor para não prejudicar ainda mais os servidores. O deputado espera continuar negociando com o Executivo para aumentar o percentual.

O deputado e capitão da reserva do Exército Jair Bolsonaro (PDC-RJ), que na semana passada agitou o Congresso por causa "da baixa remuneração dos militares", não estava presente. As lideranças partidárias assinaram requerimento de "urgência urgentíssima" para a matéria, fazendo com que ela entrasse imediatamente em votação — mesmo sem constar da pauta da ordem do dia.

ISONOMIA — Ontem, o governo desencadeou uma articulação para tentar convencer os representantes dos poderes Judiciário e Legislativo a aplicarem, sobre os salários de seus servidores, índices de reajuste inferiores aos que estão sendo oferecidos pelo Executivo. Com isso, a desejada isonomia salarial entre os poderes ficaria mais próxima. O presidente do Superior Tribunal Militar, ministro Ericsen da Fonseca, anunciou que enviará ao Congresso mensagem pedindo para o STM os 80% dados aos servidores do Executivo.

O que o governo quer é garantir a redução dos salários do Judiciário e do Legislativo e permitir que a isonomia seja aplicada com referenciais bem mais baixos do que os atuais. O ministro Célio Borja, coordenador da empreitada, já conversou com os ministros militares, e ontem iniciou, no STM, uma série de encontros com representantes do Poder Judiciário.

O governo está tratando do assunto com habilidade para evitar desgastes e um provável confronto político com os outros poderes da República, que resistem em abrir mão de suas vantagens. Apesar de o artigo 17 das disposições transitórias da Constituição prever a redução imediata dos salários que ultrapassem o teto das remunerações do Executivo, os interlocutores do governo querem que a solução seja apoiada pelos representantes do Legislativo e Judiciário. Por isso, o projeto final depende dos estudos da comissão tripartite, que deverá apresentar sua sugestão nos próximos dias.

VANTAGENS — O governo, no entanto, já tem uma idéia de como deverá ser implementada a isonomia. Mesmo que o Legislativo e Judiciário insistam em aplicar os mesmos índices de reajuste do Executivo, o percentual incidiria apenas sobre o vencimento (salário base), permanecendo congeladas as vantagens e gratificações. Um exemplo para as distorções salariais é o salário do presidente Fernando Collor que, com os 80% de reajuste, atingirá, em maio, Cr$ 12 milhões. Hoje, sem os 80%, *um ministro do Superior Tribunal Militar* recebe Cr$ 18 milhões.

Consultores jurídicos do governo entendem que os servidores dos outros poderes não poderão argumentar a inconstitucionalidade da aplicação diferenciada de reajustes baseados no princípio da isonomia. Lembram que, no ano passado, os tribunais e o Congresso utilizaram índices superiores aos do Executivo, diminuindo o impacto da política de achatamento salarial promovida no governo Collor. (Brasília/ZH/AJB/AE)



Argumentos: *Macedo não convenceu os deputados de que as mudanças garantem ganhos [illegible]*

Macedo explica a nova política salarial

O governo não terá muita dificuldade para negociar com o Congresso o projeto da nova política salarial e do salário mínimo, que deverá ser aprovado. Foi com esta impressão otimista que o secretário especial de Política Econômica, Roberto Macedo, saiu da Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados, ontem, depois de debater por quatro horas o projeto enviado pelo Executivo na segunda-feira.

O secretário tinha razões para estar otimista: preparado para sofrer um bombardeio em uma comissão onde a maioria dos deputados são do PDT e do PT, Macedo surpreendeu-se com o clima "comedido" e com a preocupação dos parlamentares em relação ao impacto que o reajuste do mínimo teria sobre as finanças da Previdência Social. Macedo admitiu, em sua exposição, que o mínimo de Cr$ 230 mil "não satisfaz as exigências da cesta básica determinada em lei, mas é a média entre o que o governo gostaria de dar e o que pode dar".

METODOLOGIA — Os pontos mais contestados do projeto foram a metodologia de reajuste dos salários, com a introdução do Fator de Atualização Salarial (FAS), o reajuste quadrimestral para o salário mínimo e a fixação de seu valor em Cr$ 230 mil a partir de primeiro de maio. O líder do PDT na Câmara, deputado Eden Pedroso, contestou a argumentação de Roberto Macedo de que os salários teriam um "ganho real" com a nova política, a partir da manutenção da inflação do mês seguinte em patamares decrescentes. "Quem garante que a inflação continuará caindo se os salários representam apenas uma variante da política econômica?", indagou, sem obter resposta do secretário.

O valor do mínimo proposto pelo governo e a quadrimestralidade foram contestados por todos os parlamentares. Paulo Paim (PT—RS) lembrou que o mínimo estará valendo apenas cerca de US$ 80 dólares no início de junho, quando [illegible] aos trabalhadores, e [illegible] (PDT—RJ) [illegible] 92 mil em setembro, [illegible] o novo reajuste. [illegible] admitiu, na reunião, que [illegible] governo "tem chances de [illegible]do". De acordo com [illegible]do, entretanto, a [illegible] teria condições de [illegible]to de reajustes [illegible] pliem os deputados. [illegible] de um "gatilho", [illegible] Pedroso e pelo líder do PT, [illegible] Jorge, "levaria a [illegible] cesso acelerado de [illegible] preços", conforme [illegible].

Macedo [illegible] nalização e até a [illegible] setoriais de salários, [illegible] era uma posição "[illegible] governo" e mostrou-se [illegible] responder ao deputado [illegible] Muller (PDT—RS) sobre [illegible] na política salarial se a inflação [illegible]mentasse: "Nós descartamos [illegible]ção crescente", [illegible] (Brasília/ZH).

01-06

Centrais pedem mínimo de Cr$ 300 mil

☐O piso vale a partir de maio e é de autoria da CUT, Força Sindical, CGT e Contag. Ele foi apresentado à Comissão de Trabalho da Câmara

As principais centrais sindicais do país apresentaram ontem, na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, um projeto que eleva o valor do salário mínimo em maio para Cr$ 300 mil. Se a proposta for aprovada pelo Congresso, a Previdência Social terá um gasto de 27 trilhões com o pagamento dos benefícios de 9,3 milhões de aposentados e pensionistas que recebem o piso mínimo. O líder do governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), disse que o governo vai jogar duro contra o projeto e na negociação do novo salário mínimo.

A Comissão de Trabalho vai ouvir no dia 8 o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e possivelmente o ministro do Trabalho e da Previdência Social, Reinhold Stephanes. Já há, porém, um consenso a favor da proposta apresentada pela Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Existem ressalvas: o deputado Amaury Müller (PDT-RS), por exemplo, tentou convencer o deputado Paulo Paim (PT-RS) para a conveniência da comissão apresentar um projeto mais flexível para facilitar a negociação com o governo.

VETO — O temor de Müller é que o Congresso aprove um projeto muito bom para os trabalhadores e que depois acabe sendo vetado pelo presidente Fernando Collor. Entre o veto presidencial e a inclusão do veto na pauta de votação do Congresso, são mais de 60 dias. O maior problema, contudo, é que para derrubar o veto as oposições precisam colocar no plenário a maioria absoluta dos deputados e senadores. "Nós temos de ser realistas e admitir que, no fim, um projeto bom poderá ser muito ruim para os trabalhadores, que poderão não ter nada", reconhece Müller. A mesma opinião é compartilhada pelo líder do governo na Câmara dos Deputados. "Temos que aprovar um projeto que não comprometa os cofres municipais e estaduais e nem agrave a situação da Previdência Social", observa Humberto Souto.

O PROJETO — O projeto das centrais sindicais prevê que no dia 1° de maio o salário mínimo corresponderá ao valor do salário mínimo de janeiro atualizado pela variação acumulada do Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) nos meses de janeiro a abril. Sobre esse reajuste, o salário mínimo ganharia um aumento real equivalente a 30% da variação da cesta básica calculada na Pesquisa de Orçamentos Domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre março de 87 e fevereiro de 88. Esse aumento seria escalonado en quatro meses — de janeiro a abril de 92 — e recomporia o arrocho sofrido pelo mínimo naquele período, segundo os autores do projeto.



Negociação: *Medeiros e Meneguelli apresentam proposta única aos deputados*

A partir de 1° de maio, o valor do salário mínimo seria, pelo projeto, reajustado automaticamente pela variação integral do IRSM, sempre que o índice acumulado alcançasse percentual igual ou superior a 20%, ou a cada três meses, pela variação acumulada do IRSM, sempre que não tiver sido atingido o percentual de 20% no trimestre. Ontem os membros da comissão ouviram o presidente da CUT, Jair Meneguelli, e o presidente da Força Sindical, Luiz Antônio Medeiros. Hoje serão ouvidas as lideranças do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. (AE)

Salário mínimo em vigor é o mais baixo da história do país

☐Os Cr$ 96.037,33 de março equivalem a 21,6% do valor de julho de 1940. A situação deve se agravar, pois não há previsão de correção antes de maio

O valor real do salário mínimo (Cr$ 96.037,33) experimentou em março a maior queda em 52 anos de existência. No mês que passou, o mínimo correspondeu a 21,6% do que valia em julho de 1940, quando foi criado, e 64,6% de seu valor em março de 1990 — início do governo Collor. A queda nos dois últimos anos foi de 35,4%. Esses números constam na Carta de Conjuntura, publicação mensal divulgada ontem pela Fundação de Economia e Estatística (FEE).

No documento, a queda recorde é atribuída a falta de reajustes para acompanhar a escalada mensal da inflação e a demora do governo federal em enviar um projeto de lei ao Congresso, que defina uma nova política para os salários. Os economistas da FEE observam que este mês a desvalorização do mínimo irá se aprofundar mais ainda, pois a nova correção no valor deve acontecer somente em maio. Conforme os números incluídos no documento, apenas nos quatro meses em que o governo concedeu abonos salariais o valor real do mínimo esteve acima do registrado em março passado.

Para o economista André Minella, da comissão editorial da Carta, a economia brasileira comporta um reajuste do mínimo bem superior aos índices propostos até agora. Minela defende que o reajuste do salário deve ser acompanhado de uma readequação de toda a estrutura produtiva do país, uma vez que serve de referencial para os vencimentos de pensionistas e aposentados e contém as expectivas dos trabalhadores. "Não adianta aumentar o salário se a produção nacional não está preparada para atender o aumento da procura", sustenta.

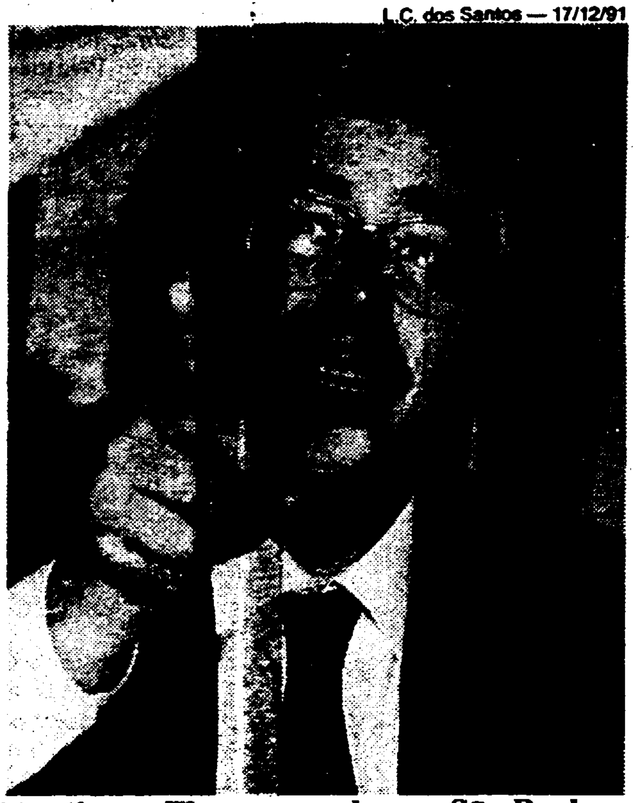
02

Cr$ 280 mil

adere ao mínimo de

L.C. dos Santos — 17/12/91





Quércia defendeu o salário mínimo de Cr$ 280 mil, que Fleury concedeu em São Paulo

"Isso é inconstitucional, porque fere o princípio do direito adquirido. Essas categorias têm direito a uma correção integral pelo INPC acumulado", afirmou José Pinto. Se for utilizado o IRSM, segundo o PT, o inciso 6 do Artigo 7º da Constituição também será descumprido, porque implicará perda salarial para essas categorias, ferindo o princípio da irredutibilidade salarial.

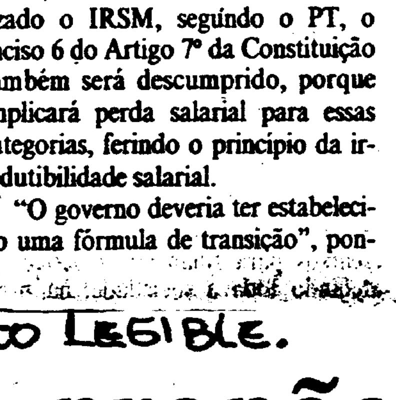
"O governo deveria ter estabelecido uma fórmula de transição", ponderou José Pinto. Esse problema não afeta a Previdência, porque só a partir de 1º setembro os proventos dos aposentados são reajustados, e o IRSM já estará em vigor no quadrimestre. "Se os proventos fossem reajustados agora pelo IRSM, a Justiça seria acionada e o governo teria um novo 147% para enfrentar."

Ao defenderem um mínimo de Cr$ 280 mil, os partidos de oposição forçam a negociação. Mas, em conversas reservadas, os líderes defendem mesmo é uma alteração na periodicidade das reposições. Isso é o mais importante para a maioria da oposição. A estratégia da oposição é pedir o máximo para conseguir o essencial. "Não posso ficar dando uma coisinha, porque aí você pede mais", ponderou o líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), numa conversa com o deputado Paulo Paim (PT-RS). Até agora, nem os oposicionistas nem os governistas acenaram em que direção vai a negociação da nova política salarial.

OO LEGIBLE.

propõe mínimo Cr$ 280 mil

Arquivo/ZH



Magalhães: *único voto contra*

A NOVA PROPOSTA

☐ O salário mínimo passa para Cr$ 280 mil a partir de 1º de maio deste ano.

☐ **A partir daquela data, será corrigido automaticamente toda a vez que o IRSM atingir ou ultrapassar os 20%. É a volta do gatilho.**

☐ Caso o IRSM do trimestre não acumular 20%, o mínimo terá um aumento correspondente à variação integral do índice a cada três meses.

☐ **A cada bimestre, o mínimo terá um ganho real de forma que de 1º de maio de 92 a 1º de maio de 95, tenha um aumento real acumulado de 100% sobre a variação em cruzeiros da cesta básica.**

lhe garante prioridade na pauta de votação da Câmara. Se não houver acordo, o projeto das oposições deverá enfrentar em plenário, provavelmente na próxima semana, o projeto do governo, que fixa o mínimo em Cr$ 230 mil em 1º de maio.

Os líderes do governo ainda precisam aprovar, por acordo de lideranças ou requerimento da maioria simples da Câmara (252 assinaturas), a urgência para tramitação do projeto elaborado pelo Ministério da Economia. Para ganhar tempo, o líder do bloco de sustentação do governo, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), vai pedir que a Comissão de Economia examine o projeto das oposições.

GATILHO — O projeto aprovado ontem na Comissão do Trabalho estabelece que o salário mínimo em 1º de maio corresponderá ao valor de janeiro (Cr$ 96.037,33), corrigido pela variação acumulada do Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) de janeiro a abril. A esse valor se acrescenta um aumento real [illegible] lente a 30%, correspondente à [illegible] ção, em cruzeiros, da cesta [illegible] extraída da Pesquisa de [illegible] Familiares (POF) do [illegible] leiro de Geografia e [illegible] GE).

Essa cesta básica equivalia em [illegible] neiro a Cr$ 172.176,00 e será [illegible] zada pelo IRSM. O valor [illegible] desses cálculos não será [illegible] Cr$ 280 mil, por emenda acrescentada no plenário da Comissão, pelo relator do projeto, Carlos Alberto Campista (PDT-RJ).

A partir de 1º de maio, o mínimo será reajustado por um gatilho, que dispara sempre que o IRSM acumular uma variação de pelo menos 20%. O reajuste corresponderá à variação integral do IRSM. Se o IRSM acumulado no trimestre não chegar a 20%, o mínimo será reajustado pela variação integral do índice a cada três meses. O período de três meses passa a ser contado sempre depois do último reajuste, seja para gatilho ou não. (AG)

03

9 [illegible] 98

Governo



Ma

BRASÍLIA — Os líderes governistas do Congresso estão irredutíveis: a nova lei salarial é inegociável. Pressionados pela oposição, que quer reajustes bimestrais para o salário mínimo, eles não cederam e insistiram que a Previdência não suporta reposições a cada dois meses. O governo vai apostar em sua base parlamentar — fortalecida depois da reforma ministerial — para aprovar o projeto no plenário.

"Não dá para negociar a periodicidade", resumiu o líder do PFL na Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães. "A economia não tem como absorver um salário mínimo superior a Cr$ 230 mil", completou o líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE). Ambos estiveram, pela manhã, com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen. Ele reuniu os líderes governistas e afinou o discurso de todos. Ao chegarem no Congresso, encontraram uma oposição articulada em favor da bimestralidade, mas não titubearam.

"A oposição não é responsável pela política econômica do país. Só olha o quadro social, que é importante, mas não é tudo", disse o líder do governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), que alertou: "Mudanças poderão ser vetadas pelo presidente Fernando Collor". Apesar da resistência, os líderes governistas reuniram-se, à tarde, com os líderes da oposição. Não avançaram na discussão, até porque o Executivo ainda não tinha ainda remetido o projeto ao Congresso.

"Temos que ver até aonde vai a criatividade da oposição", afirmou o senador Marco Maciel, que

está
alter
ção.
conv
dade
dant
um g
míni
cer.
inclu
prev

Reajus

Diplomaticamente, o
Economia, Marcílio Marc
ra, descartou a possibilida
ceder reajustes bimestrais
rio mínimo, que segundo
encaminhado pelo govern
gresso, subirá em maio pa
mil. "Não seria necessári
inflação está caindo", diss

Assim, Marcílio afasto
ração de parlamentares
propor o reajuste quadri
governo estaria disposto a
bimestral. "De agora em di
até ser possível semestraliza
juste", disse o ministro, apo
queda da inflação. O proj
verno prevê que o reajuste
poderá passar a semestral s
meses consecutivos, a infl
abaixo de 10%.

O ministro da Economi
não ser possível o aumento
do mínimo, porque o caixa
estados, principalmente do
não suportaria. "Vários g
res disseram que acima diss

nudar salário

mínimo



ição só vê o quadro social"

Grande do Norte e do Piauí também não sabem se suas prefeituras poderão pagar Cr$ 230 mil. Num telefonema a Maciel, o governador de Pernambuco, Joaquim Francisco (PFL), tranqüilizou o líder, dizendo que tem condições de pagar o salário. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL), também avisou que é favorável à aprovação da nova política salarial.

O que muda na lei salarial

BRASÍLIA — A proposta de lei salarial apresentada pelo governo mantém os princípios da atual legislação, em vigor desde setembro do ano passado, como o limite até três salários mínimos, as antecipações bimestrais, reajustes a cada quatro meses. Mas muda a fórmula de cálculo dos reajustes quadrimestrais, **com a criação do Fator de Atualização Salarial (FAS), obtido através da média geométrica nos últimos** quatro meses do Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM). O FAS substitui o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que era repassado integralmente aos salários pela Lei 8.222.

Outra importante mudança é que o salário mínimo, de acordo com o projeto, terá ganho real vinculado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), repassado ao salário em maio do ano seguinte. Pela lei em vigor, o ganho real do mínimo foi de 4,02% no reajuste de janeiro, mas não havia previsão sobre aumentos futuros. O governo também propõe o fim das antecipações bimestrais e a adoção de reajustes semestrais caso a inflação fique abaixo de 10% ao mês por dois meses consecutivos. **Além disso, o governo quer suspender o artigo 41 da Lei de Benefícios da Previdência, que determina rea**juste das aposentadorias e pensões pelo INPC sempre que subir o valor do salário mínimo. Os benefícios da Previdência ficariam sujeitos às mesmas regras propostas para os demais salários.

Comparação entre a legislação em vigor e o projeto de lei salarial encaminhado pelo governo para apreciação do Congresso:

A lei em vigor:

■ **Aplicação** — Prevê reajustes automáticos apenas para a faixa salarial até 3 salários mínimos. Acima disso, vale a livre negociação.

■ **Periodicidade** — Reajuste quadrimestral com base no INPC, descontadas antecipações anteriores, exceto para o mínimo, para o qual não havia definição.

■ **Antecipação** — A cada dois meses, a faixa até 3 mínimos tem direito uma antecipação, que não pode ser inferior à metade do INPC medido no bimestre anterior.

■ **Salário mínimo** — Não tem nem periodicidade nem fórmula de aumento previstos. A lei previu apenas um reajuste de 4,02% acima da inflação para janeiro passado.

■ **Grupos** — Quatro grupos, de I a IV, de acordo com a data-base das categorias profissionais. Cada grupo tinha reajuste salarial pela inflação três vezes por ano, em meses determinados.

■ **Indexador** — INPC integral, descontadas as antecipações, para a faixa salarial até três mínimos, para todos os trabalhadores em categorias organizadas, exceto servidores públicos. O INPC capta a inflação na faixa de renda de um a dez salários mínimos.

A proposta do governo

■ **Aplicação** — Também vale para a faixa de até 3 mínimos.

■ **Periodicidade** — Quadrimestral, inclusive para o salário mínimo. Mas o governo quer a prerrogativa de passar a periodicidade para semestral se a inflação mensal ficar abaixo de 10% por dois meses consecutivos.

■ **Antecipações** — Bimestrais, só que o parâmetro deixa de ser o INPC, adotando-se o Fator de Atualização Salarial (FAS).

■ **Salário mínimo** — Vinculado ao desempenho do PIB do ano anterior, concedido sempre em maio. Se o PIB não subir, o salário mínimo não ganha reajuste. Se subir, o aumento do salário mínimo será igual ao crescimento do PIB per capita.

■ **Grupos** — Idênticos à legislação anterior, apenas com *a substituição* dos algarismos romanos I,II, III e IV pelas letras A, B, C e D.

■ **Indexador** — Cria o Fator de Atualização Salarial (FAS), obtido através de uma operação complicada. Primeiro, faz-se a divisão do IRSM do mês anterior ao reajuste pela média geométrica do IRSM dos últimos quatro meses, o que resulta em um coeficiente. Esse coeficiente vai multiplicar a taxa de inflação acumulada no quadrimestre, podendo diminuí-la ou aumentá-la. Só então surge o FAS, que vai reajustar os salários até o limite de três mínimos. O IRSM é calculado pelo IBGE de acordo com hábitos de consumo das famílias com renda até dois salários mínimos.

Reajuste s
mantém a
entre os p

05

O mínimo no fundo do

Dieese afirma que o novo salário proposto é um retrocesso na histó

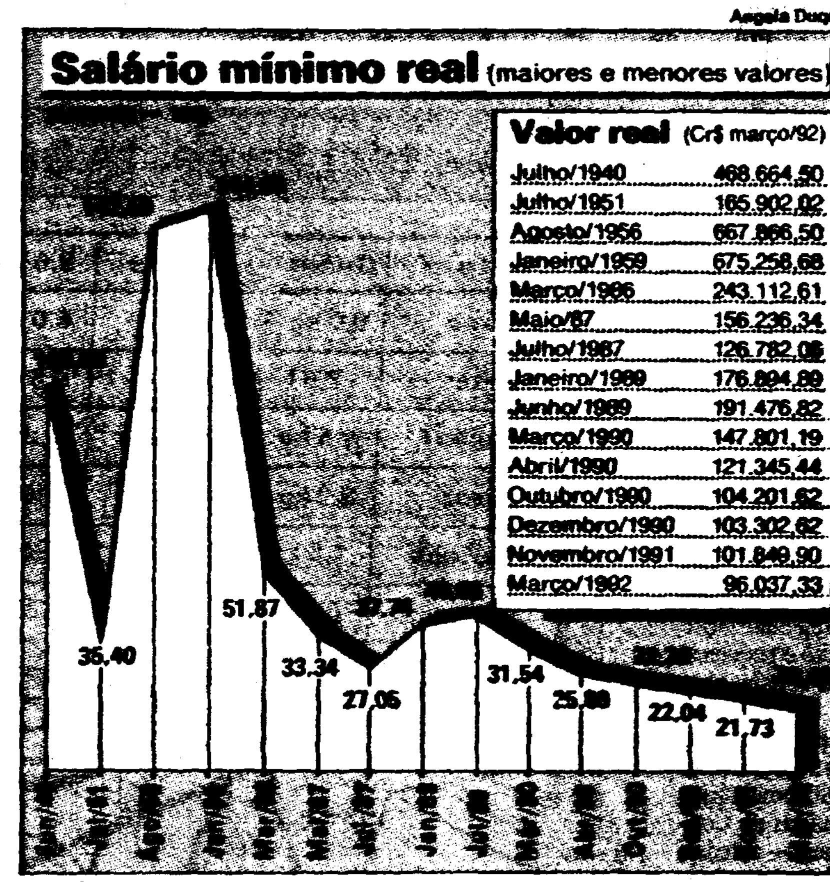
Tatiana Petit

SÃO PAULO — A proposta do governo de fixar em Cr$ 230 mil o salário mínimo a partir de 1º de maio significa um retrocesso de 52 anos na história do piso salarial pago no país. É o que mostram cálculos feitos pelo Dieese, o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos. As contas são simples e envolvem um pouco de história. Mas mostram, com clareza, que a proposta oficial simplesmente atualiza, com base na inflação, o mais baixo dos salários mínimos existente no país em 1940, quando foi criado — algo que envolve 19,9 milhões de pessoas que ganham até um salário mínimo em território nacional e alcança 28,9 milhões se incluídos pesnionistas e aposentados, segundo dados do IBGE.

Em julho de 1940 existiam no país 14 diferentes valores do mínimo. No Rio de Janeiro, então capital federal, pagava-se o maior deles: 240 mil réis. Em São Paulo, seu valor era de 220 mil réis e, no interior do Nordeste, 90 mil réis. José Maurício Soares, técnico do Dieese, mostra que os Cr$ 230 mil que agora se discutem equivalem à atualização daqueles 90 mil réis.

Contramão — Soares corrigiu esse valor, que representava 40,90% do que recebia um trabalhador de São Paulo, pelo Índice do Custo de Vida — calculado, entre 1939 e 1969 pela Prefeitura da capital, e posteriormente pela Fipe, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Sobre o resultado ele aplicou um percentual de 20%, equivalente à estimativa de inflação para abril. O resultado das contas supera em Cr$ 71,66 a proposta oficial para o reajuste do mínimo. "Isso significa a inversão do método que unificou o salário mínimo, em 1984", diz Soares. "Na época, a unificação levou em conta os maiores salários e, agora, nivelam-se todos por baixo."

Angela Duque



Fonte: Dieese

O gráfico do salário mínimo no município de São Paulo, desde que foi criado na década de 40, mostra como o mínimo foi perdendo fôlego. Seu traçado lembra o eletrocardiograma de um paciente terminal. Em março deste ano, o poder real de compra dos Cr$ 96.037,33 do mínimo equivalia a 20,49% de seu valor há 52 anos, segundo o Dieese. Essa derrocada não se explica apenas pela crise da economia, recessão, inflação, e deterioração das finanças públicas.

Videotape — "Há uma relação direta entre a queda do valor do mínimo e a extinção das comissões compostas por representantes dos trabalhadores, empregadores e governo

Nova investida para garantir o gasoduto

Governo gaúcho tenta o apoio do novo ministro das Minas e Energia ao projeto

CARLOS THOMPSON
Editoria de Economia/ZH

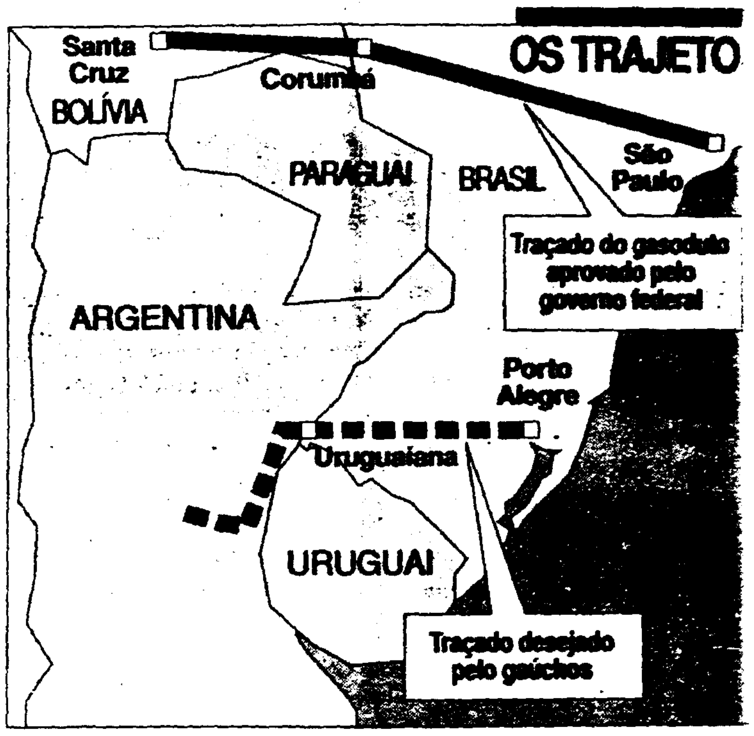
O *lobby* gaúcho para a construção do gasoduto Brasil-Argentina vai ser remontado a partir dos próximos dias, quando o recém-empossado secretário estadual de Energia, Minas e Comunicação, Athos Rodrigues, se reunir com o ministro das Minas e Energia, Marcus Vinicius Pratini de Moraes. Na conversa de gaúcho para gaúcho, Rodrigues acredita que conseguirá o apoio do ministro ao gasoduto: "Já existe a comprovação da viabilidade técnica e econômica do uso do gás argentino; só falta a decisão política." A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) quer o gás natural, "venha de onde vier".

A nova investida para a construção do gasoduto está associada a um programa para o carvão. O gás natural reativaria a usina da Eletrosul em Uruguaiana — e o pólo siderúrgico; em Alegrete, na Usina Termoelétrica Oswaldo Aranha, substituiria o *fuel oil* (óleo combustível) e chegaria a Candiota, associado ao carvão. "Seria uma energia com ciclo combinado, de carvão e gás natural, ajudando a solucionar os problemas de poluição ambiental", observa o secretário. O destino do gasoduto seria a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), alimentando o sistema petroquímico do Rio Grande do Sul.

Nas pretensões do governo Collares, o tronco do gasoduto (ligação principal) teria diversos ramais, especialmente para as regiões industriais, como a de Caxias do Sul e demais cidades da Serra. Quanto maior o consumo, lembra Athos, menor o custo do gás. Também sustentaria economicamente o projeto a venda de energia para o Uruguai e a própria Argentina: "Compraríamos gás e venderíamos energia." Na opinião do secretário, o gasoduto seria mais um fator de integração no Mercado Comum do Sul (Mercosul).

DESCONHECIMENTO — Desde as primeiras cogitações da construção do gasoduto Brasil-Argentina, a Petrobrás foi apontada como contrária ao projeto — portanto, o governo federal não o apoiaria. A utilização do carvão rio-grandense (que equivale a 87% das reservas brasileiras) também encontraria forte resistência na área federal. Athos entende, contudo, que os órgãos federais não são contrários ao carvão: simplesmente o desconhecem.

Os estudos do governo estadual indicam que o Rio Grande do Sul teria condições de consumir mais de 2 milhões de metros cúbicos de gás natural. O custo da obra, hoje, estaria em torno de US$ 350 milhões. O secretário de Energia não sabe até que ponto poderia contar com investimentos privados para construir o gasoduto. Salienta que esse projeto é uma das prioridades de sua gestão na Secretaria Estadual de Energia, Minas e Comunicação, onde substitui Nilo Quaresma, desde terça-feira passada.



Além desse projeto, as reestruturações da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT) estão na fila de prioridades da secretaria. Deputado estadual pelo PDT, Athos Rodrigues confia na negociação política para desfazer esses "nós" que emperram o desenvolvimento gaúcho. E acredita em um bom entendimento com o gaúcho que comanda o poderoso Ministério de Minas e Energia — orçamento de US$ 17 bilhões, em 1992: "Como ex-parlamentar e empresário, Pratini sabe da importância desse investimento no setor energético".

Na Assembléia Legislativa, Athos presidia a Comissão do Carvão. Na quarta-feira passada, um dia após sua posse, ele enviou um telex à Secretaria de Minas e Energia de Santa Catarina, comunicando sua nova função e seu interesse em defender o uso do carvão gaúcho e catarinense. Ele reclama que o Conselho Nacional do Carvão, previsto em lei, até hoje não foi instalado.

01-02

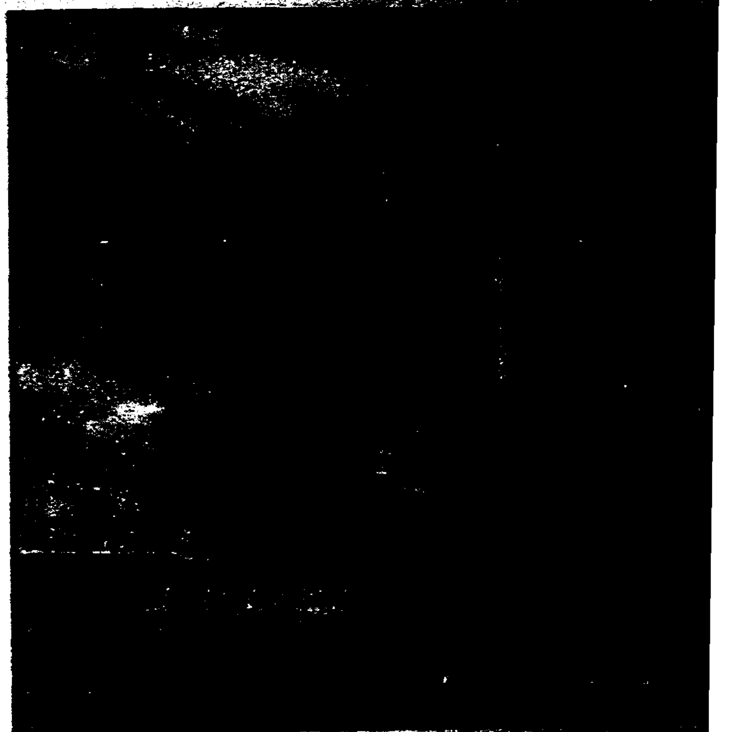
Pratini garante que gasoduto sa[illegible]

O ministro anuncia que a licitação para o início das obras sai em breve. Ele voltou a defender o reajuste das tarifas de energia e a privatização da Petrobrás

O gasoduto entre Brasil e Argentina terá suas obras iniciadas ainda este ano. A garantia foi dada ontem pelo ministro das Minas, Energia e Metalurgia, Pratini de Moraes, ao chegar no aeroporto Salgado Filho, em sua primeira visita ao Estado como ministro. Depois de ser homenageado com um rápido "Parabéns a Você", cantado em coro por constrangidos empresários, deputados estaduais e federais do PDS, Pratini garantiu que concluirá os dois gasodutos - o que traz o gás da Argentina e o da Bolívia - em dois anos.

Ele adiantou que a licitação para contrução do gasoduto com a Argentina será aberta "muito em breve", e as obras deverão custar US$ 300 milhões, de acordo com os dados da Secretaria Estadual da Fazenda. O ministro acredita que o futuro energético do Rio Grande do Sul passa pelo aproveitamento do gás natural. "Vamos mudar a matriz energética do Estado a partir deste projeto", afirmou. Ele também revelou que os programas de privatização da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) e do Pólo Petroquímico de Triunfo terão continuidade. Deputados do PDS e o governador em exercício, João Gilberto Lucas Coelho, ressaltaram a importância de duplicar a Refap e o Pólo, mas Pratini respondeu que isso só será discutido após as privatizações.

TARIFAS — Conforme Pratini de Moraes, as obras das usinas Jacuí I e Candiota também deverão ser retomadas. Mas para que todos estes projetos sejam colocados em prática, o ministro deverá promover diversas mudanças no setor energético. A principal delas será o reajuste das tarifas de energia elétrica. "Nossos preços estão muito inferiores à maioria dos outros países", justificou. "É preciso recuperar a nossa capacidade de investimento". De acordo com o programa de reajustes definido pelo Ministério, as taridas passarão dos



Refap: *Pratini quer acelerar o debate* [illegible]

atuais US$ 49 para US$ 67 por megawatt.

Pratini ainda se mostrou claramente a favor da privatização da Petrobrás, apesar de enfatizar que este é um problema que só o Congresso pode resolver. "Precisamos nos conscientizar que esta não é uma [illegible]

Exportações de março batem o recorde dos últimos 12 anos

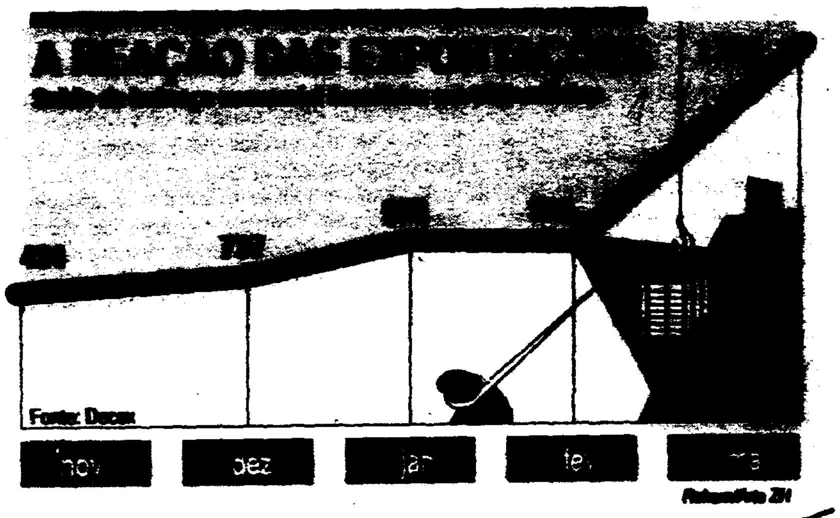
As medidas de estímulo às exportações associadas à recessão interna garantiram um excelente resultado na balança comercial no mês passado. Ontem a diretora do Departamento de Comércio Exterior, Heloísa Camargos, anunciou o superávit de US$ 1,555 bilhão em março, representando um aumento de 35,34% em relação ao mesmo mês do ano passado. As exportações bateram o recorde dos últimos 12 anos, com total de negócios de US$ 2,994 bilhões, enquanto as importações se situaram em US$ 1,439 bilhão.

O saldo da balança comercial acumulado durante o primeiro trimestre é de US$ 3,389 bilhões, inferior em 2,64% aos US$ 3,481 bilhões obtidos em igual período do ano passado. A corrente de comércio (exportações versus importações) nos primeiros três meses do ano envolveu negócios da ordem de US$ 12,62 bilhões, com um aumento de 4,02% em relação ao período de janeiro a março do ano passado.

[illegible] — Um conjunto de fatores, segundo Heloísa Camargos, contribuiu para a recuperação do saldo comercial no mês passado, como, por exemplo a concretização dos contratos de antecipação cambial firmados nos meses anteriores. O desaquecimento da economia e a política deliberada do governo de estimular o setor exportador com medidas contracíclicas, bem como uma taxa cambial ajustada contribuíram decisivamente para o comportamento da balança comercial.

Embora evite previsões, a diretora do Decex admitiu que com a aprovação pelo Congresso do título público que garantirá o financiamento aos exportadores os resultados poderão melhorar ainda. Os manufaturados que mais se destacaram em março foram automóveis de passageiros, com aumento de 214,52%. Na receita, em relação a março do ano passado. Em seguida, vêm os veículos de carga, com aumento de 194,8%. E os ônibus, com aumento de 111,80%.

Já os produtos básicos apresentaram queda no volume de exportação. de 10,22%. Em relação a março do ano passado. O café, por exemplo, de março a março, apresentou uma queda de receita de 32,81%, com queda de preço médio de 23,74%. Ontem, Brasil e Chile fecharam um acordo sobre as importações de cobre refinado a fogo. A alíquota de importação do produto ficou reduzida em 75%, sem limite de quantidade. O Chile é um produtor importante para o Brasil e, se ficarem mantidas as restrições, o Brasil não poderia importar o total de 17.038 mil toneladas que chegarão até o fim deste ano.(AE)



Reforma corta metade de impostos
JB
17/04/92
10046
11161

Reforma corta metade dos impostos

☐Pelo projeto só ficam sete dos 50 impostos que hoje são cobrados no país. A divisão da arrecadação foi aprovada pela equipe do ministro da Economia

O projeto de reforma fiscal que o governo pretende encaminhar ao Congresso até julho reduz o número de impostos cobrados hoje no país de mais de 50 para sete, acaba com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cria novos tributos, como o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que substituirá o atual ICMS, entre outras modificações. A idéia geral do projeto foi apresentada ontem pelo coordenador da Comissão de Reforma Fiscal, Ary Oswaldo de Mattos Filho, ao ministro Marcílio Marques Moreira, e aprovada pela equipe econômica. De acordo com Ary Oswaldo, a proposta estará fechada até o final do mês, sendo levada ao presidente Fernando Collor.

Com a reforma, a União passará a cobrar imposto apenas sobre cinco produtos industrializados — álcool, fumo, veículos,energia e bebidas —, ficando ainda com a arrecadação do Imposto de Renda sobre pessoas físicas e jurídicas, o Imposto sobre Ativos e o Imposto sobre Operações Financeiras. Os estados ficariam com o Imposto sobre valor Agregado (IVA), que seria uma fusão do Imposto sobre Serviços (ISS), do ICMS e do IPI. Este tributo seria cobrado em cadeia, a partir da circulação de mercadorias e serviços, chegando até ao consumidor. Parte do novo imposto iria também para os municípios.

TROCA-TROCA — Pela proposta,o governo federal abriria mão da arrecadação com o IPI de todos os outros produtos (cerca de sete mil itens), transferindo-a para os estados, mas em troca estes deixariam de cobrar ICMS sobre as exportações. Os estados ficariam ainda com parte da arrecadação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), como no sistema atual. Já os municípios teriam transferidos da União o Imposto Territorial Rural (ITR). Através da fusão com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ele formaria um novo tributo, o Imposto sobre Patrimônio Imobiliário. Na explicação de Ary Oswaldo de Mattos, esta tranferência facilitaria inclusive a fiscalização, já que os imóveis rurais ficam próximos aos municípios.

Entre as medidas da reforma tributária, estão ainda o fim do Imposto Intervivos e Causa Mortis, que passaria a ser tributado como ganho de capital, e o Imposto Adicional de Renda sobre Operações Financeiras, de arrecadação estadual. A comissão estuda também, em caráter preliminar,a fusão de todas as contribuições sociais existentes hoje (Finsocial, PIS—Pasep, INSS, etc.),e a desvinculação dos repasses dos Fundos de Participação de Estados e Municípios (FPE—FPM) do número de habitantes e arrecadação. Os repasses passariam a ser determinados pelo esforço fiscal de estados e municípios, ou seja, quanto mais estes adequassem seus gastos à arrecadação, mais receberiam dos Fundos. (Brasília/ZH)

Governo arrecada menos

■ *Queda no primeiro trimestre chegou a Cr$ 1,772 trilhão*


Wellisch

BRASÍLIA — A arrecadação de impostos e contribuições federais caiu Cr$ 1,772 trilhão no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período de 1991, e a perda pode subir para Cr$ 14 trilhões até dezembro, se as empresas decidirem não pagar Imposto de Renda, fazendo por conta própria uma compensação que deveria ser feita em quatro anos, a partir de 1993, conforme determina a Lei 8.200/91. Segundo o secretário da Fazenda Nacional, Luís Fernando Wellisch, a queda da receita ainda não sofreu influência de contestações judiciais da Lei 8.200, mas esta é uma preocupação a partir de abril.

Nos próximos quatro anos, as empresas teriam direito a compensar US$ 11 trilhões no imposto apurado com base em seus balanços, o que corresponde a 1,5 vez a arrecadação anual com pessoas jurídicas. Ou seja, a lei já permitirá dedução superior ao que foi pago em 1991, e se as empresas, além disso, anteciparem por conta própria a dedução, a arrecadação entrará em colapso este ano.

Segundo Wellisch, a Receita passa por modificações no gerenciamento da máquina arrecadadora: estão sendo convocados novos funcionários concursados para substituir os 800 (de um quadro de 6.000) que se aposentaram em 1991, e estão sendo modificados os programas de fiscalização, para priorizar as 30 mil empresas que respondem por 90% da receita. Também será feito um mutirão para que sejam cobrados os créditos pendentes no Conselho de Contribuintes, que somam Cr$ 8 trilhões. Mas ele argumenta que há um limite nestes avanços, pois a arrecadação a toda hora esbarra na fronteira legal, com os contribuintes contestando na Justiça a legislação tributária.

Entretanto, a queda deste trimestre tem apenas um componente de contestação judicial, no caso do Finsocial. As outras duas fontes de evasão foram proporcionadas pela Lei 8.383/91. Em seu artigo 52, a lei permitiu a ampliação dos prazos de pagamento de diversos tributos com fato gerador em janeiro de 1992. E no artigo 80 autorizou as empresas a fazer compensação da atualização monetária realizada através da TRD.

A arrecadação total do trimestre foi de Cr$ 10,499 trilhões, comparada a Cr$ 12,272 trilhões arrecadados de janeiro a março do ano passado.

☐ A Receita Federal ainda não decidiu se prorrogará o prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda, disse ontem o secretário da Fazenda Nacional, Luís Fernando Wellisch. Ele aconselhou os contribuintes a fazerem como ele, que aproveitará o feriado da Semana Santa para preencher seu formulário. "A declaração é simples, pode ser feita nos últimos dias sem atropelos", garante. O secretário disse que as pessoas podem utilizar as fontes do mercado para avaliar o valor de seus bens que precisam ser declarados.

92 3801

01-02

Arrecadação reage mas ainda preocupa

A arrecadação tributária de abril deve chegar a Cr$ 6,872 trilhões, contra os Cr$ 5,164 trilhões de março, apresentando um crescimento nominal de 33,1%. Em termos reais, decontada uma inflação prevista em 21% para abril, a elevação deve ser de 9,96%. Estas projeções do Departamento da Receita Federal indicam uma recuperação que, entretanto, não compensa ainda o mau desempenho da arrecadação tributária no primeiro trimestre deste ano.

Para amenizar os problemas de caixa provocados pela queda na arrecadação, o governo já pensa em criar um empréstimo compulsório que seria cobrado das empresas, com a meta de obter uma receita suplementar de aproximadamente Cr$ 220 bilhões. A possibilidade de implantação do compulsório foi confirmada pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Ele admitiu, em Paris, antes de retornar ontem ao Brasil, que a medida seria "um remédio extremo" para recuperar a arrecadação.

De janeiro a março deste ano, a arrecadação tributária global caiu 14,4%, em termos reais, em relação ao mesmo período do ano passado. Influenciaram este desempenho a queda de 51% no recolhimento do Imposto de Renda das empresas e uma redução de 41,39% na arrecadação do Finsocial.

ALÍVIO — As projeções para abril elaboradas ontem pela Receita Federal foram recebidas com alívio pela equipe do ministro da Economia. O mau desempenho da arrecadação no primeiro trimestre provocou o receio de que as metas de ajuste fiscal assumidas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) não possam ser cumpridas.

A partir de indicações da Receita e com otimismo moderado, a equipe econômica prevê que o desempenho da arrecadação continuará crescente no próximos meses. Em maio, começa a ingressar no caixa do Tesouro Nacional a nova contribuição social, aprovada pelo Congresso em substituição ao antigo Finsocial. A partir do mesmo mês, também deve se intensificar o recolhimento do Imposto de Renda das empresas tributadas com base no lucro real.

O prazo de recolhimento da primeira cota, ou cota única, do imposto a pagar apurado pelas pessoas físicas na declaração deste ano deve ser prorrogado de 27 de abril para o final de maio. Esta medida deve provocar uma perda de arrecadação de Cr$ 250 bilhões neste mês.

Mas os técnicos da Receita Federal observaram que isto deve ser compensado por um desempenho melhor do que o esperado para a arrecadação de outros tributos. Indícios deste fenômeno já eram visíveis até 13 de abril, quando a arrecadação acumulada no mês estava 2,21% maior do que a prevista. Até aquele dia o recolhimento acumulado era de Cr$ 1,902 trilhão, contra uma previsão de Cr$1,750 trilhão. (AE)

92-01

Exportações batem record.
J DO BRASIL
16-4-92.
10046 (B)
11161 (E.E)
11409 (Com. Ex)

Exportações batem recorde

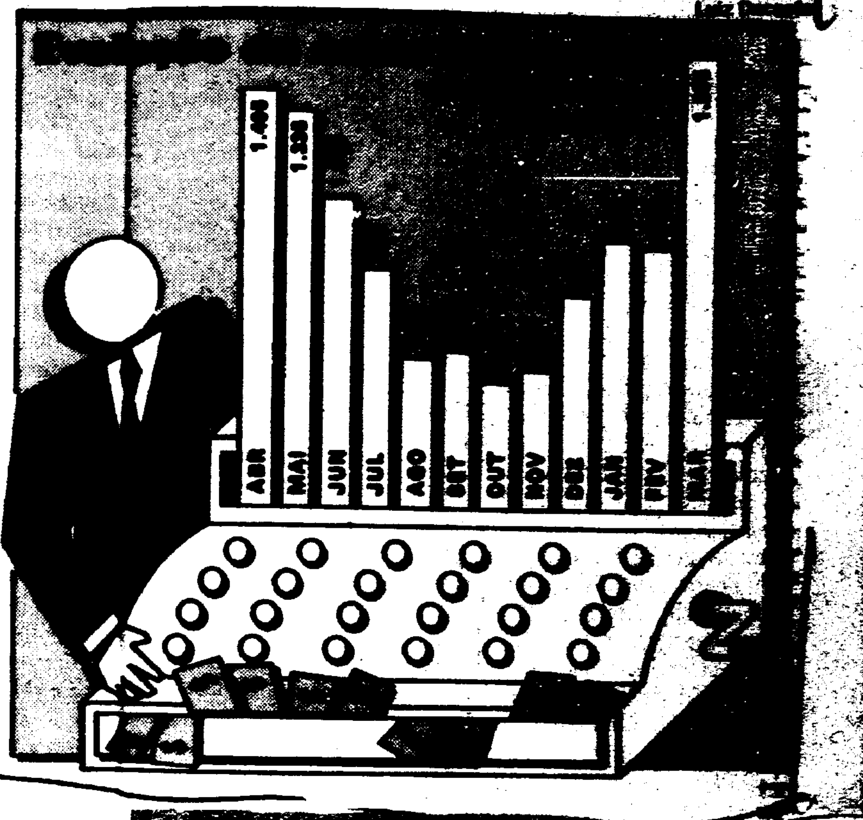
■ *Vendas somaram US$ 2,994 bilhões em março e superávit foi a US$ 1,555 bilhão*

**BRASÍLIA — As exportações bra-
sileiras bateram recorde no mês pas-
sado. Foram as maiores da história
do país no mês de março, chegando a
US$ 2,994 bilhões, impulsionadas
por aumentos de vendas de aços pla-
nos, café e automóveis. Só o suco de
laranja deu um pulo de 68%, em
comparação às vendas de março de
1991. As importações do mês ficaram
em US$ 1,439 bilhão, propiciando
um superávit comercial de US$ 1,555
bilhão. Trata-se do maior saldo men-
sal desde o superávit de US$ 1,687
bilhão registrado em maio de 1990.
No primeiro trimestre, o saldo acu-
mulado é de US$ 3,389 bilhões (ex-
portações de US$ 8,009 bilhões e im-
portações de US$ 4,620 bilhões).**

**Os negócios de março confirma-
ram nova tendência no comércio ex-
terior do Brasil: crescem velozmente
as vendas para os países latino-ameri-**canos, em especial a Argentina, enquanto despencam os negócios com o Leste Europeu. De janeiro a março, as exportações para os países da Associação Latino-Americano de Integração cresceram 57%, enquanto a queda com a Europa Oriental chegou a 66%. A Argentina pulou para o terceiro lugar nas vendas brasileiras, com US$ 546 milhões no primeiro trimestre, superando Japão, Alemanha, Itália, França, Canadá e Espanha. Os Estados Unidos continuam como o maior parceiro comercial brasileiro, tendo importado US$ 1,7 bilhão em três meses, seguido dos Países Baixos (US$ 579 milhões).

Soma — A recuperação das exportações nos últimos meses foi atribuída pela diretora do Departamento de Comércio Exterior, Heloisa Camargos, a "uma soma de fatores". Primeiro, a avalanche de antecipações de câmbio para exportação registradas desde fevereiro começou a se concretizar com a entrega dos produtos, com a venda sendo contabilizada pelo Decex. Segundo, as medidas de incentivo ao comércio exterior adotadas pelo governo vêm influenciando as empresas. O terceiro motivo é a recessão brasileira, que leva empresários a compensarem com exportações quedas no consumo interno.

Conforme o Decex, os números de março mostram outros resultados importantes. A corrente de comércio do mês (soma de compras e vendas) chegou a US$ 4,433 bilhões, a maior verificada até hoje num mês de março. Também são recordes históricos os valores da exportação acumulada no trimestre — US$ 8,009 bilhões.



Fipe prevê inflação de 21,5% em abril


Arquivo — 23/03/92

Rizzieri: estabilização

**SÃO PAULO — A inflação paulis-
ta medida pela Fundação Instituto
de Pesquisas Econômicas (Fipe), da
Universidade de São Paulo, caiu mais
0,3 ponto percentual na comparação
entre o índice de março e a primeira
quadrissemana de abril. Contra uma
inflação de 21,74% nas quatro sema-
nas de março, a Fipe constatou um
índice de custo de vida de 21,45% na
primeira quadrissemana de abril. Se-
gundo o coordenador da pesquisa de
preços da Fipe, Juarez Rizzieri, a
queda já era esperada.**

**"Nas demais semanas de abril o
comportamento deverá ser de uma pe-
quena elevação no índice", afirmou
Rizzieri. "O mês apresentará pequena
elevação sobre março, mas pequena,
nada que assuste." Na verdade, segun-
do Rizzieri, o comportamento do índi-
ce da Fipe aponta claramente uma
tendência de estabilização dos preços,
sem apresentar riscos de altas ou bai-
xas significativas. Para abril, Rizzieri
estima uma inflação entre 21,5% e
22,5%. Mas, para maio, a endência
será de baixa. "Para baixo ou para
cima, a inflação está estável nesse pa-
tamar. Em abril será um pouco para
cima e em maio um pouco para bai-
xo", prevê o especialista.**

As fontes de pressão sobre o índice foram: aluguéis (30,11%), remédios (27,47%), transportes urbanos (28,14%), café e açúcar (27,42%), derivados de leite (25,35%) e panificados (26,78%).

01-01

Aumento de reservas cambiais põe em risco plano econômico.
ZERO HORA
1-4-92.
10046 (B)
11161 (F.E).
11403 (S.F)

Aumento das reservas cambiais põe em risco o plano econômico

O forte aumento das reservas cambiais do país — que atualmente estariam entre US$ 14 bilhões e US$ 15 bilhões, segundo estimativas de assessores do Palácio do Planalto — está preocupando o governo, que já estuda medidas para reduzir a expansão. Essa preocupação foi revelada ontem pelo próprio presidente Fernando Collor, em entrevista coletiva no Palácio. Ao se referir aos sinais positivos da economia, Collor afirmou: "temos de tomar cuidado para que as reservas não cheguem aos US$ 20 bilhões".

A preocupação com a expansão das reservas cambiais foi também um dos temas da reunião de avaliação de conjuntura do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, com os seus principais assessores. O último dado oficial refere-se a 31 de janeiro, quando as reservas atingiram US$ 9,682 bilhões. A discussão, no entanto, não avançou para a análise de medidas que assegurem o controle do ingresso de recursos externos no país.

ESTRATÉGIA — A preocupação do governo é criar mecanismos que disciplinem a repatriação de capital por parte de investidores estrangeiros para não colocar em risco o controle da inflação. A cada novo ingresso de dólares, a conversão para cruzeiro provoca um aumento da liquidez (dinheiro em circulação na economia), que está sendo contido pelo governo às custas de uma maciça emissão de títulos públicos.

O presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, recentemente admitiu que algum tipo de medida restritiva pode ser adotada para conter a entrada de divisas. O BC, aliás, já fez uso de um pequeno mecanismo de ajuste, há três semanas: elevou de 24 para 30 meses o prazo para que um empréstimo externo esteja isento de Imposto de Renda. Assim, operações de empréstimos puramente especulativas poderão ser evitadas.

O memorando técnico de entendimentos, que acompanha a carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI), prevê que o saldo das reservas internacionais líquidas deverá crescer não menos de US$ 4,6 bilhões de janeiro a março. Para o período de janeiro a junho a posição deverá ficar em US$ 5,4 bilhões e não menos que US$ 6,1 bilhões até setembro. Durante todo o ano, as reservas poderão aumentar, no mínimo, US$ 7,3 bilhões.

Arquivo/ZH



Francisco Gros

FLUXO — Para se ter uma idéia do impacto do aumento das reservas sobre a dívida mobiliária basta lembrar os dados divulgados pelo Departamento do Tesouro Nacional. Nos dois primeiros meses deste ano, o governo emitiu Cr$ 14,6 trilhões de títulos públicos, quantia expressiva quando comparada com os Cr$ 10,1 trilhões emitidos em títulos durante todo o ano passado.

O ministro da Economia e o presidente do Banco Central, Francisco Gros, têm informações que confirmam um fluxo de capital para o país na busca da excelente remuneração para as aplicações financeiras. Segundo os técnicos, o capital investido no exterior garante uma remuneração não superior a 4% real, enquanto que o mercado brasileiro possibilita ganhos reais mensais da mesma proporção.

Os dados mais recentes do BC indicam que o fluxo de capital estrangeiro é vigoroso. Só nos dois primeiros meses deste ano, o Brasil recebeu recursos no valor de US$ 2,8 bilhões. (AE)

01.01

MARCILIO MARQUES NEGOCIA DIVIDA EXTERNA
RECORT. DE PRENSA
29-4-92
10096
11161
11314 (DE)
11412 (R.C.C.u.c)

Marcílio pedirá prazo de dois anos a credores

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, vai propor aos credores internacionais que aceitem um escalonamento de 18 a 24 meses para pagamento das quantias exigidas pelos banqueiros como garantia. Segundo ele, o processo deve ser gradual, sem ultrapassar a capacidade de pagamento do país, até para assegurar a realização da reforma fiscal. "A reforma tem prioridade absoluta, inclusive na normalização das nossas relações financeiras internacionais", disse. Marcílio embarcou na noite de ontem para Washington, onde participa da reunião semestral do Banco Mundial, da Corporação Financeira Internacional e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Durante a manhã, ao lado da mulher, Maria Luiza, aproveitou para ir ao supermercado Zona Sul, onde comprou dois quilos de café para levar de presente para a filha Rosa, nos Estados Unidos. Também cortou o cabelo, no Alex da Rua Visconde de Pirajá, e fez a tradicional caminhada na praia, com direito a água de coco e cumprimentos de amigos, como o ministro do Exército na gestão Sarney, general Leônidas Pires Gonçalves.

Ao fim de uma hora, o ministro havia gasto Cr$ 125.946: Cr$ 6.300 em dois cadernos na Casa Mattos, Cr$ 13.146 no café Pilão, Cr$ 3.600 para duas águas de coco, Cr$ 15.000 no cabeleireiro, Cr$ 3.100 no lanche da Padaria Ipanema e Cr$ 84.800 na Unilivros, para levar, junto com o *Romance Negro*, de Rubem Fonseca, e de Sérgio Buarque de Hollanda, *3º Colóquio na UFRJ*, o *Vale a pena lutar pelo Brasil*, do cônsul japonês em São Paulo, Paulo Akihiro Nakae. "Os preços ainda estão altos", admitiu, ressaltando que os aumentos ocorrem agora em ritmo menor. "Mesmo assim", reconheceu, "precisamos atingir níveis mais baixos, certamente de um dígito, que não corroam tão implacavelmente os salários", afirmou.

Nos Estados Unidos, o ministro quer aproveitar para fazer contatos com o presidente do BIRD, Lawis Preston, com o gerente do FMI, Michel Camdessus, e com representantes dos governos norte-americano e da França. "Encaminhamos vários assuntos para normalização das nossas relações financeiras internacionais. Mas não vamos fazer pagamentos que comprometam nossa disponibilidade. Até porque no fulcro das negociações externas, como também no ordenamento da economia interna, está a questão fiscal", argumentou. Marcílio volta ao Rio na próxima quinta-feira, a tempo de participar da inauguração da Linha Vermelha.

DÍVIDA EXTERNA

Marcílio rejeita a idéia de recorrer às reservas

Washington — O Brasil vai reafirmar seu compromisso de honrar parte de sua dívida com os bancos credores, mas sem grandes concessões. É o que dirá o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, que está participando das reuniões financeiras do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird), em Washington, Estados Unidos, com uma condição: o país não mexe em suas reservas cambiais, calculadas hoje em torno de US$ 15 bilhões.

O ministro reforçou ontem a posição do presidente do Banco Central, Francisco Gros, para quem "seria criminoso confundir um acúmulo temporário de reservas com disponibilidade". O Brasil já obteve dos bancos credores um princípio de compromisso para pagar em 30 anos um pacote de US$ 40 bilhões, mas ainda não chegou a um acordo definitivo. A dívida brasileira com os bancos supera os US$ 52 bilhões.

01-03

Negociação da dívida entra na etapa decisiva

SÃO PAULO — Os representantes do Brasil e o comitê dos bancos credores reiniciaram, em Nova Iorque, as conversações para acertar detalhes decisivos para o acordo de escalonamento da dívida externa com os bancos privados. O ponto relevante nessa nova rodada de conversações, iniciada anteontem, é a discussão sobre como vai ser realizado — em quantas parcelas e em que valores — o desembolso das garantias a serem dadas pelo Brasil.

As garantias são os dólares que o governo terá de gastar para aquisição de títulos do Tesouro americano, como contrapartida ao fechamento de um acordo. "Uma coisa é certa: haverá o parcelamento do desembolso para que saia negócio entre o Brasil e os credores", afirmou Peter Anderson, presidente do Chase Manhattan Bank, quinto maior banco americano e credor de US$ 1,7 bilhão.

Pressa — Os bancos sabem que o Brasil ainda não chegou a uma situação de pleno equilíbrio de sua economia, mas querem fechar o acordo firmando o pagamento parcelado das garantias a serem dadas pelo país. "Os demais países conseguiram pagar as garantias com maior tranqüilidade, pois já haviam realizado acordos definitivos com o Fundo Monetário Internacional", disse Anderson. "No caso do Brasil, a coisa ainda está em regime transitório, então a solução é aderir à tese do escalonamento." A expectativa de Anderson é a de que o Brasil deverá estar anunciando o acordo com os credores privados até o final do primeiro semestre do ano.

"Afinal, são 600 bancos credores e os interesses são muito variados, além do que o Congresso Nacional brasileiro precisa aprovar o acordo", lembra ele. "Por essa razão, demora um pouco até a consumação dos termos finais da negociação. Mas posso dizer que a discussão hoje é de estruturação da forma de pagamento e não mais de ordem financeira." Ou seja, a etapa mais dolorida da negociação já foi superada por credores privados e representantes do governo brasileiro.

Opções — O Brasil oferece um leque de opções para trocar a dívida externa [illegible] os títulos da dívida externa originais são trocados por novos papéis e o sistema de [illegible] formas, a livre escolha dos bancos. Quanto mais os bancos optarem por títulos com desconto em relação ao valor de face, mais garantias o Brasil tem que desembolsar, gastar dinheiro. "Feitas as contas, no máximo o Brasil deverá gastar US$ 5 bilhões em garantias", explicou Anderson.

Embora o Brasil tenha hoje cerca de US$ 15 bilhões em reservas, o governo não pode se comprometer a realizar um desembolso tão grande de uma só vez, por se tratar de dinheiro que entrou no país mas não possui garantia de que permanecerá por longo tempo. Anderson acredita que "por isso a solução será o desembolso parcelado dos valores".

9203A04

BRASIL INGRESARA AL PLAN BRADY

WASHINGTON. (EFE).- Brasil, la mayor nación endeudada de los países en vías de desarrollo, espera lograr antes de que finalice junio próximo la renegociación de su deuda exterior con los bancos privados internacionales y acceder al "Plan Brady" de reducción de las obligaciones financieras externas.

El anuncio fue hecho ayer en Washington por el Ministro brasileño de Economía, Marcilio Marques Moreira, que informó sobre el empleo de "seis opciones" en la negociación con la banca de un paquete de 40.000 millones de dólares de sus obligaciones con los acreedores privados.

El Gobierno de Fernando Collor dispone de una reserva en divisas internacionales de 11.000 millones de dólares, con una perspectiva de incremento, pero Marques Moreira dijo que sería "extremadamente imprudente" emplear todos esos recursos como parte de la negociación con los acreedores.

La propuesta brasileña prevé destinar únicamente una parte de sus reservas en divisas en la negociación con los acreedores privados.

Brasil tiene una deuda exterior de unos 115.000 millones de dólares, de los cuales unos 50.000 millones están comprometidos con la banca privada internacional.

El ministro brasileño dijo que la negociación con los bancos se espera concluir antes de que finalice el primer semestre de este año, después de que se logró un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional en enero y con el Club de París (gobiernos acreedores) en febrero pasado.

EL TIPO DE NEGOCIACION

Brasil y sus acreedores privados lograron el año pasado un acuerdo sobre los atrasos en el pago de intereses por 8.000 millones de dólares, compromiso que abrió el camino para las conversaciones respecto a un acuerdo sobre el proyecto de reducción de la deuda.

México, Argentina, Venezuela y Costa Rica, entre los mayores deudores de Latinoamérica, se beneficiaron del Plan Brady propuesto en marzo de 1989 por el Secretario del Tesoro de EEUU, Nicholas Brady.

En la negociación brasileña se incluirían los bonos de garantía y otros tipos de respaldo financiero que no comprometan directamente el total de sus reservas, dijo el ministro.

Marques Moreira y el equipo brasileño plantean a los acreedores privados la reducción del 37,5 por ciento del volumen de los 40.000 millones de dólares en renegociación, mientras que los acreedores exigen el 32,5 por ciento.

El Ministro reiteró ayer en Washington la decisión del Gobierno de Collor de mantener el programa de ajuste estructural, privatización, apertura del mercado, mejora de la educación y el capital humano para incrementar la capacidad productiva y competitiva de Brasil en el mercado internacional.

Por último, Marques Moreira informó a la prensa internacional sobre el buen desempeño de la agricultura brasileña y la excelente cosecha de granos que se espera para este año.

DOC. POCO LEGIBLE

LOGRAR UNA FAVORABLE REDUCCION DE LA DEUDA

BANCOS acreedores ofrecen bonos de descuento con baja del 32,5% de lo adeudado; el Gobierno de Menem pidió el 37,5%

WASHINGTON. (Reuter). - Brasil y sus bancos acreedores están dispuestos a llegar a un acuerdo sobre el tema clave de la reducción de la deuda del país, si se pueden solucionar otros aspectos de las negociaciones, dijo el Ministro de Economía brasileño Marcilio Marques Moreira.

Los bancos ofrecen aceptar bonos de descuento con una reducción del 32,5 por ciento de la deuda, como parte de sus negociaciones para refinanciar más de 40.000 millones de la deuda comercial brasileña. Brasil ha pedido 37,5 por ciento.

Pero Marques Moreira dijo a los periodistas que las dos partes están mostrando disposición a reducir la diferencia a la mitad y acordar una reducción del 35 por ciento. "Las posibilidades para eso son buenas", dijo.

Marques Moreira comentó que uno de los principales problemas era el período de introducción gradual de garantías que el país ofrecerá para la operación.

Pero también dijo que la brecha entre las dos partes se estaba estrechando. El Ministro comentó que, a partir de las conversaciones con el Secretario del Tesoro estadounidense Nicholas Brady, tenía un nuevo optimismo de que se pueda llegar a un acuerdo con la banca acreedora en breve.

El domingo declaró que el acuerdo podría cerrarse para fin de junio.

También explicó que otro punto conflictivo entre Brasil y los bancos era la cantidad de garantías que el país ofrecerá.

El Ministro insistió en que Brasil no puede usar una gran cantidad de sus reservas como garantía, dado que las reservas nacionales han crecido en gran medida gracias a la acumulación a corto plazo de inversiones y depósitos.

No hay manera de que el país pueda usar fondos fluctuantes a corto plazo para garantizar operaciones a largo plazo, declaró.

Pero el Ministro señaló que en gran parte dependía de los instrumentos que los bancos elegirán como parte de las negociaciones.

Brasil ofrece un menú de seis bonos diferentes, incluidos bonos a la par, bonos con descuento y bonos cupón cero del Tesoro de los Estados Unidos.

ocultan casos de cólera

MEXICO. (Reuter). - Brasil, México y Paraguay minimizan u ocultan información sobre los casos de cólera que se registran en esos países, afirmó un experto de la Organización Mundial de la Salud (OMS) en una entrevista publicada hoy por una revista mexicana.

"El Gobierno (paraguayo) no ha declarado aún un solo caso de cólera, pero informes no oficiales nos permiten pensar que los hay y bastantes", dijo al semanario Proceso, Silvere Siméant, médico epidemiólogo responsable del informe de la OMS más reciente sobre la enfermedad en América latina.

Siméant afirmó que la OMS mandó una carta al Gobierno de Asunción pidiéndole que se exprese sobre las versiones no oficiales, pero aún no recibió respuesta.

"Los Gobiernos brasileño y mexicano, al igual que todos los gobiernos de los países afectados por la epidemia, han puesto en marcha excelentes programas de lucha contra el cólera", subrayó.

Pero México y Brasil, agregó, "sólo nos señalan los casos confirmados en laboratorio. Eso limita considerablemente el valor y el alcance de su información porque no nos indican qué proporción de los casos analizan en laboratorio".

En México no se pudo localizar de inmediato a ningún vocero de la Secretaría de Salud para conocer su reacción. De acuerdo al informe más reciente de la dependencia, hasta principios de abril se tenían registrados 3.618 casos de cólera, 46 muertes y la epidemia abarcaba a 22 de los 32 estados del país.

MALA "PRENSA"

El médico explicó que en los países donde no hay cólera es lógico que se haga un examen de laboratorio ante un cuadro de diarrea aguda para saber con certeza si se trata o no de la enfermedad.

"Pero una vez que se sabe que el cólera ya afecta ciudades, distritos o regiones de un país se vuelve legítimo llamar cólera a toda diarrea deshidratante", subrayó. "Basta comprobar uno de cada 10 casos para asegurarse de que se está en el camino correcto".

Según Siméant, los países más afectados -Perú, Ecuador y Colombia, con 321.334, 42.173 y 11.218 casos respectivamente- "actuaron con una franqueza total" al informar sobre la epidemia.

Brasil negocia su Brady

WASHINGTON, 26 (EFE). — Brasil, la mayor nación endeudada de los países en vías de desarrollo, espera lograr antes de que finalice junio la renegociación de su deuda exterior con los bancos privados internacionales y acceder al **Plan Brady** de reducción de las obligaciones financieras externas.

El anuncio fue hecho hoy domingo en Washington por el ministro brasileño de Economía, **Marcilio Marques Moreira**, quien informó sobre el empleo de "seis opciones" en la negociación con la banca de un paquete de 40.000 millones de dólares de sus obligaciones con los acreedores privados.

El gobierno de **Fernando Collor** dispone de una reserva en **divisas internacionales de 11.000 millones de dólares.**

En la negociación brasileña se incluirían los bonos de garantía y otros tipos de respaldo financiero que **no comprometan directamente el total de sus reservas**, dijo el ministro.

Marques Moreira y el equipo brasileño plantean a los acreedores privados la **reducción del 37,5 por ciento** del volumen de los 40.000 millones de dólares en renegociación, mientras que **los acreedores exigen el 32,5 por ciento.**

02

9203804

Brasil não abre mão de reservas

[illegible]

WASHINGTON — Nas vésperas [illegible] da reunião do Comitê [illegible] Monetário Internacional que deverá aprovar a entrada de algumas das antigas repúblicas [illegible], o ministro [illegible] Moreira afirmou [illegible] que o Brasil não teme a concorrência [illegible] Comunidade dos Estados Independentes (CEI) na disputa por [illegible]. "Somos [illegible] o próprio fluxo de [illegible] muito [illegible] e a vantagem [illegible] as ex-repúblicas [illegible]", disse o ministro da Economia [illegible] a jornalistas [illegible].

Apesar de afirmar que as negociações da dívida [illegible] com os bancos [illegible] estão "caminhando satisfatoriamente", Marcílio disse que ainda há alguns pontos a serem acertados, destacando a divergência em relação ao montante das garantias que serão fornecidas pelo Brasil. O ministro disse que pedir ao Brasil para usar o aumento de reservas para pagar a dívida externa é o mesmo que pedir aos bancos credores para dispor do aumento de depósitos à vista levantados para lastrear hipotecas de 30 anos.

Ele admitiu, porém, que o governo poderá separar para a formação das garantias parte de um eventual aumento das reservas nos próximos 24 meses, mas não quis entrar em detalhes sobre o valor, alegando que isso está em negociações com os bancos. "Estamos falando aqui de conceito", explicou o ministro, que manifestou confiança de que o acordo de renegociação da dívida com os bancos poderá ser concluído até o final do semestre.

Marcílio chegou à capital americana às 11h50 e imediatamente seguiu para a sede do FMI, onde jornalistas já o esperavam para a entrevista. No final da tarde, ele voltou ao Fundo para reunião com o diretor-gerente da organização, Michel Camdessus. Hoje de manhã o ministro tem encontro marcado com a equipe do FMI responsável pelo acompanhamento da economia brasileira e depois terá audiência com o secretário do Tesouro americano, Nicholas F. Brady, e com o subsecretário, David C. Mulford. À tarde, Marcílio participa da reunião do Comitê Interno que deverá examinar os pedidos de filiação de algumas ex-repúblicas soviéticas.

Indagado na entrevista se o Brasil estava preocupado com a possível perda de investimentos em conseqüência da normalização das relações das ex-repúblicas soviéticas com a comunidade financeira internacional, Marcílio garantiu que não e fez questão de dar "boas vindas" à entrada da Rússia e outros integrantes da ex-URSS no Fundo Monetário Internacional. "É muito importante que o Ocidente dê apoio às repúblicas da antiga União Soviética", apontou o ministro.

Voltando a falar sobre a dívida, Marcílio fez uma comparação: "Para fazer uma metáfora, o comprometimento das reservas que nós acumulamos através de exportações, de dinheiro de curto prazo e de outros tipos de dinheiro que estão entrando no mercado de capitais, podia ser comparado a um banco que compromete altos depósitos à vista levantados para lastrear hipotecas de 30 anos. Mas estou certo que é lógico que um acordo será acertado cedo porque ouvi dos bancos, especialmente dos bancos líderes, que a posição deles é concluir um acordo logo, com vantagens recíprocas".

Senado aprova acordo com o Clube de Paris

29/4 JB

BRASÍLIA — Por 43 votos a 7, o Senado Federal aprovou ontem à noite o acordo que o governo assinou em fevereiro com o Clube de Paris, que reúne os credores oficiais da dívida brasileira. Com o aval do Senado, o governo poderá agora negociar bilateralmente com cada um dos países credores o rescalonamento das dívidas vencidas e pleitear novos créditos. Um dos primeiros acordos, segundo espera o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, deverá ser assinado com o Japão. O Brasil já apresentou ao governo japonês pedidos de novos financiamentos em valor superior a US$ 3 bilhões.

O acordo de âmbito geral assinado em fevereiro rescalonou por até 12 anos um total de US$ 11 bilhões, boa parte dos quais já em atraso por vários anos. Pelo acordo, o governo comprometeu-se também a pagar um total de US$ 4,1 bilhões às instituições oficiais de crédito neste ano e em 1993. O volume dos compromissos assumidos pelo país foi um dos pontos mais criticados pelos senadores contrários à aprovação do acordo, entre eles Eduardo Suplicy (PT-SP).

Segundo Suplicy, o governo foi excessivamente condescendente com os credores, ao prometer que obterá neste ano um superávit nas contas públicas equivalente a 3% do Produto Interno Bruto (PIB). O superávit, necessário para que o país continue pagando a dívida, foi também considerado excessivamente otimista pelo senador Mário Covas (PSDB-SP).

O texto final da resolução aprovada pelos senadores eliminou também um protesto contra as condições que o Clube de Paris impôs ao Brasil para negociar. O artigo retirado havia sido incluído pelo senador Esperidião Amin (PDS-SC), durante o debate do acordo na Comissão de Assuntos Econômicos, e protestava contra o fato de o Brasil não ter sido beneficiado por nenhuma redução no valor da dívida. No ano passado, por sugestão dos Estados Unidos, o Clube de Paris havia concedido redução de 50% nas dívidas do Egito e da Polônia.

03-03

1/2

0889201

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 11 de mayo de 1992.-

Of.SEINT (R) Nro.088/11/ V/92.-
As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

RESERVADO

22 7 92 44

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 37 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Navío (CG)

JORGE BERCIANOS
Jefe de la Secretaría de
Inteligencia Naval

0889201 a 02.-

14/5/92
172

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha de E. 12/5/92
Pasa a SDI - I
Nº de O. 9203805

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 13 MAYO 1992
Pasa a Antecedentes
Nº de Orden 9203805

001/2

FR - CCB - 2326

APELLIDOS	NOMBRES	LPDN	EDAD	CED. IDENT.	CRED. CIV	DOMICILIO
BAZZANO BERRUTTI 2457087	ANGELA NATIVIDAD	251246	CAN.			RUTA 64 KM. 48.500(CAN.)
GONZALEZ GUTIERREZ. 2457085	TERESITA FR - MAA - 33928					LEDESMA 973(MERCEDES)
OLIVERA HORNOS	BLANCA ALICIA	FLORES				PATAGONIA 3760
PEREYRA LEGARALDE	MARIA ESTHER	39 AÑOS EN 1992		3.144.657-6		PATAGONIA 4147
RODRIGUEZ ESCUDERO	RUBEN WALDEMAR	030451	DUR.	1.217.388-9	CDB 8512	
RODRIGUEZ VARGAS	LILA MARGARITA	180671		3.229.638-0		
RODRIGUEZ VARGAS	MARIA INES	201172	MDEO.	3.346.437-2	CDB 11446	
RODRIGUEZ VARGAS	MIRIAM SUSANA	150171		3.425.359-8		
SILVA OLMOS	MARIA EVA	210851	T.T.	2.025.505-5	BNA 40165	GUENOAS 3632
SILVA TECHERA	EDUARDO FRANCISCO	170951	ROCHA			
SILVA VIERA	LAURA GISELLA	190573	ROCHA	3.338.618-6	EAA 45203	
SILVA VIERA	EDUARDO DAMIAN					
SILVA VIERA	HERNAN GASTON					
SILVA VIERA	MARCO ANTONIO					
SILVEIRA DIAZ	JOSE LUIS	070748	MDEO.			GUENOAS 3632
SILVEIRA SILVA	ANDREA ALEJANDRA	270873	MDEO.	3.615.231-2		GUENOAS 3632
SILVEIRA SILVA	GUSTAVO					GUENOAS 3632
SOSA	WALTER	51 AÑOS EN 1992		.916.239-2		PATAGONIA 4147
SOSA GONZALEZ	PATRICIA ANDREA					CALLE 39 VIVIENDA 73(MERCEDES)
SOSA GONZALEZ	RUTH ISABEL	060864	SOR.	3.679.468-7	MAA 52085	CALLE 39 VIVIENDA 73(MERCEDES)
SOSA PEREYRA	ESTEBAN			2.332.405-0		PATAGONIA 4147
SOSA PEREYRA	MARCELO DANIEL			3.240.269-8		PATAGONIA 4147
SOSA PEREYRA	MARIA JOSE			4.061.973-0		PATAGONIA 4147
SOSA PEREYRA	MARIA ALEJANDRA	290769	MDEO.	3.144.370 6	BTB 28330	PATAGONIA 4147
SOSA PEREYRA	MAURICIO JAVIER			3.240.269 8		PATAGONIA 4147
SOSA PRADO 2457703	ASDRUBAL ENRIQUE FR - MAA 39016					LEDESMA 973(MERCEDES)
TABAREZ BAZZANO	ANA MARIA					RUTA 64 KM. 48.500 (CAN.)
TABAREZ BAZZANO	PATRICIA LOURDES	300573	CAN.	3.126.876-4	CNA 7279	RUTA 64 KM. 48.500 (CAN.)
TABAREZ BAZZANO	JOSE PEDRO					RUTA 64 KM. 48.500 (CAN.)
TABAREZ BAZZANO	ANGELA YANELA					RUTA 64 KM. 48.500 (CAN.)
TABAREZ BAZZANO	LUIS MARCELO					RUTA 64 KM. 48.500 (CAN.)
TABAREZ BAZZANO	MARIA CRISTINA					RUTA 64 KM. 48.500 (CAN.)
TABAREZ TORTEROLO	JOSE LUIS	290737	CAN.			RUTA 64 KM. 48.500 (CAN.)
TOMAS	HERIBERTO	ARTIGAS		1.404.408-0		PATAGONIA 3760
TOMAS OLIVERA	CATALINA	230170	ART.	2.902.272-0	BTA 19562	PATAGONIA 3760
TOMAS OLIVERA	FISHERALD HERIBERTO					PATAGONIA 3760
VARGAS VARGAS	EVA	140154	RIV.	1.398.924-7	CDB 7037	
VIERA PUÑALES	MARIA ALICIA	020255	MDEO.			

9203805

"Doc. Poco Legible"

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Montevideo, 12 de mayo de 1992.-

ARCHIVO 1/6

T.I. Nro. 056/92.- SEÑOR SUB-DIRECTOR EXTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Adjunto remito a usted Fax recibido de una Agencia referida a publicación de Mate Amargo de fecha 04 Mayo 1992.

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

Coronel

[illegible] Aranco

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Dpto. (EXTERIOR)
Fecha
Fecha
Pasa a Sub. DIR. EXTERIOR
Nº. de Identificación 9203806

25/5/92 - La información la procesará el Dpto. II. Sgto. Vieira

SEÑOR SUB-DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Adjunto remito a usted Fax recibido de una Agencia referida a publicación de Mate Amargo de fecha 04 de Mayo 1992.

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.

Coronel (A)

Jorge Pedragosa

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
[illegible]CION
Fecha
Fecha
Pasa a Sub-DIR INTERIOR
Nº. de Identificación 9203806

Montevideo, 14 de mayo de 1992.-

Pase al Señor Jefe del Departamento I (INT) a sus efectos.-

El Sub-Director de Interior de la DGID

Coronel

[illegible] L U I S

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha 19 MAYO 1992
Pasa a Bng - Militar
Nº. de 9203806

001/6

9203806

29 ABRIL

ANTECEDENTES: "MATE AMARGO" 04.05.92

BUFANO, RUBEN OSVALDO (a) "MARIANO MENDOZA" O "CAPITAN MENDOZA" (SECUESTRADOR EXTORSIVO).

M.I.: 6.082.403
CIPF.: 6.375.547 -REFUNDIDO EN C.H. Nº 732-
FECHA DE NAC.: 17FEB49
LUGAR DE NAC.: CAPITAL FEDERAL
PADRE: BUFANO, RUBEN OSVALDO RODOLFO
MADRE: MARTINEZ, LIDIA
ESTADO CIVIL: CASADO
CONYUGE: ONTIVERO, MABEL MIRIAN
OCUPACION: EMPLEADO; AGENTE DE INTELIGENCIA (AÑO 1987)
DOMICILIO: CALIFORNIA 1602. 3º P. CAP. FED. (AÑO 1987)
ESPAÑA 1376, CAP. FED. (1965).

19FEB81: REGISTRA ACTUACIONES POR EL DELITO DE "SECUESTRO EXTORSIVO". INTERVIENE EL JUEZ DR. OLIVERI, SEC. DR. PERNAS; ENCONTRANDOSE PROFUGO.

03JUN86: EL JUEZ DE INSTRUCCION DR. MUGABURU, SEC. DR. CAVALLINI, EN CAUSA 43684, POR "PRIVACION ILEGAL DE LA LIBERTAD" SOLICITA LA REPRODUCCION DE 2 COPIAS FOTOGRAFICAS DEL CAUSANTE.

07JUN86: REGISTRA CAUSA Nº 36760, POR "SECUESTRO EXTORSIVO"; POR EXPRESA DISPOSICION DEL SR. JUEZ DE INSTRUCCION Nº 3, DR. NIÑO, REMITE LOS DETENIDOS: MARTINEZ, LUIS ALBERTO (PRIO. D.E. 240511) Y BUFANO, RUBEN OSVALDO, LOS QUE DEBERAN PERMANECER ALOJADOS A DISPOSICION DE DICHO MAGISTRADO POR ANTE LA SEC. Nº 108 DEL DR. CUDICIO, EN CALIDAD DE DETENCION INCOMUNICADO, SE HACE CONSTAR QUE AMBOS DETENIDOS FUERON EXTRADITADOS DESDE LA CONFEDERACION HELVETICA, ARRIBANDO AL PAIS EN LA FECHA, MEDIANTE VUELO AR-141.

03DIC87: CAUSA 22240, POR "SECUESTRO EXTORSIVO" DE FERNANDO COMBAL Y OTROS, QUE TRAMITA ANTE EL JUZGADO Nº 12, SEC. 137 A CARGO DEL DR. MACCI, A FIN DE SOLICITARLE SE SIRVA DISPONER LA INMEDIATA LIBERTAD DEL CAUSANTE, REMITIDA POR EL DPTO. INTERPOL, ACUSADO DE SECUESTRO EXTORSIVO, SIENDO PUESTO EN LIBERTAD POR "FALTA DE MERITO", ART. 6º DEL C.P.M.P. EN LA CAUSA EN QUE SE INICIARA CON FECHA 09MAY79 ANTE LA DIV. DEFRAUDACIONES Y ESTAFAS.

9203806

2

15DIC87: EL JUZGADO DE INSTRUCCION Nº 12, SEC. Nº 137, EN CAUSA Nº 22140 SOLICITA CUADERNILLO DE LOS ANTECEDENTES PRESCRIPTOS EN LOS ARTS. 26 Y 41 DEL C.P.

19ENE88: EL JUZGADO DE INSTRUCCION Nº 12 A CARGO DEL DR. CEVASCO, SEC. Nº 137 DEL DR. MACCI, DISPUSO IMPEDIR LA SALIDA DEL PAIS DEL CAUSANTE; SANCHEZ REISSE, LEANDRO ANGEL (PRIO. D.E. Nº 244370) Y DE MARTINEZ, LUIS ALBERTO (PRIO. D.E. Nº 240511).

22240 SOLICITA LA CAPTURA DE MARTINEZ, L.A. Y DE BUFANO, R.O., MOTIVA EL PRESENTE LAS CIRCUNSTANCIAS DE QUE CON FECHA 27OCT88 LA SALA 3° DE LA EXCMA. CAMARA NAC. DE APELACIONES EN LO CRIMINAL Y CORRECCIONAL DE LA CAP. FED., REVOCO EL AUTO DICTADO CON FECHA 03MAY88 POR EL JUEZ DR. CEVASCO, QUE REVOCO POR CONTRARIO IMPERIO EN AUTO DE PRISION PREVENTIVA DICTADO EN CONTRA DE LOS NOMBRADOS CON FECHA 04SET86 POR EL JUEZ DE INSTRUC. A CARGO DEL JUZG. N° 3, DR. NIÑO, EN LA MISMA CAUSA QUE BAJO EL N° 36760 TRAMITABA ANTE ESTE TRIBUNAL, MANTENIENDO LA MISMA EN TODOS SUS ALCANCES.

04JUN65: EL CAUSANTE DE 15 AÑOS DE EDAD, FUE DETENIDO CONJUNTAMENTE CON ALBERTO GURRUCHAGA, CUANDO CONDUCIAN UN AUTOMOVIL MARCA FIAT 1500, CARECIENDO DE REGISTRO, COMO ASI TAMBIEN DE LA DOCUMENTACION DEL VEHICULO Y ADEMAS SE LE SECUESTRARON 27 LLAVES DE COCHES DE IGUALES CARACTERISTICAS, JUNTAMENTE CON PAPELES Y DOCUMENTACION DE OTRAS PERSONAS.

A TALES EFECTOS SE INICIARON LAS AVERIGUACIONES PERTINENTES QUE PERMITIERON LA DETENCION DEL CAUSANTE; PUERTAS LUIS HECTOR; GARRO OSCAR ANIBAL Y PEREZ ALBERTO (OPTICO), ESTE ULTIMO HURTO EL RODADO EN CUESTION EN UN GARAGE SITO EN INDEPENDENCIA 1500. AL MENCIONADO PUERTAS, SE LE SECUESTRO UNA PISTOLA CALIBRE 22, CONJUNTAMENTE CON UNA CAJA DE PROYECTILES QUE FUERON SUSTRAIDAS DE LA ARMERIA DE LA CALLE BRASIL 1219, LUGAR DONDE TRABAJABA.

(a) "POLO"

M.I.: 1.668.707
CLASE 1921.
LUGAR DE NAC.: CAP. FED.
PROFESION: ALBAÑIL
DOMICILIO: MIRANDA 5675, NO CONSTA LOCALIDAD.

10ENE58: ACTIVO MILITANTE DEL COMITE COMUNISTA DE E. RIOS. CANDIDATO DEL PARTIDO COMUNISTA EN LAS ELECCIONES DE FEB58.

MARTINEZ, LUIS ALBERTO (ALIAS "EL JAPO")

DE: 240.511 - CAJA DE HIERRO 780 MC
CIPF: 4.736.675
FECHA DE NAC.: 05DIC39
LUGAR DE NAC.: CURUZU CUATIA, CORRIENTES
PADRE: DESCONOCIDO
MADRE: MARTINEZ, WENCESLADA
ESTADO CIVIL: DIVORCIADO
EX-CONYUGE: BOTANA, GLORIA
CONYUGE ACTUAL: COVAS, AMALIA MARIA (ALIAS "LALI")
OCUPACION: EX-SUBOFICIAL ESCRIBIENTE DE LA POL. FED. SUPERINTENDENCIA DE SEGURIDAD FEDERAL, DPTO. SITUACION (1980).
EMPLEADO DE LA MUNICIPALIDAD DE GINEBRA, SUIZA (1983).
DOMICILIO: MENDOZA 4435, CAP. FED. (1980).
URUGUAY 847, 3° P. (ESTUDIO JURIDICO) (1987).

19FEB79: SOBRESEIDO DEFINITIVAMENTE EN CAUSA N° 8436 POR "MALVERSACION DE CAUDALES PUBLICOS". INTERVINO EL SR. JUEZ DR. SOMOZA, SEC. N° 156

19NOV80: RECUPERA LA LIBERTAD EN FUNCION DEL ART. 6° DEL CPC, EN CAUSA POR "ESTAFA". EN LA MISMA RESULTABA DAMNIFICADO LEONARDO SAUL KOPILOFF, ARQUITECTO, DOMICILIADO EN AV. DEL LIBERTADOR 2140, P. 20°, CAP. FED. Y ESTUDIO EN SOLIS 370, CAP. FED., EL CUAL EN SU DECLARACION TESTIMONIAL EXPRESO HABERSE VINCULADO CON EL CAUSANTE Y OTROS, LOS QUE PREVIO PAGO DE $a 20.000.000 (VEINTE MILLONES) LE AGILIZARIAN LA INSTALACION DE UNA LINEA TELEFONICA DE ENTEL.

19FEB81: LA DIV. DEFRAUDACIONES Y ESTAFAS INICIA ACTUACIONES POR "SECUESTRO EXTORSIVO" CON INTERVENCION DEL JUEZ DR. OLIVIERI, SEC. DRA. PERNAS, DONDE RESULTO DAMNIFICADO CARLOS BOLDOBSKY Y ACUSADOS LUIS ALBERTO MARTINEZ Y DANIEL BUFANO. SE DEJA CONSTANCIA QUE EN LA CAUSA DE REFERENCIA SE REALIZAN TRATATIVAS ANTE AUTORIDADES DE LA CONFEDERACION HELVETICA, PARA OBTENER SU EXTRADICION.

07JUN83: CAUSA 13684 POR "PRIVACION ILEGAL DE LA LIBERTAD" INTERVINO EL JUZG. DE INSTRUC. N° 20, SEC. N° 162.

21MAR84: EL JUEZ DE INSTRUC. DR. MENDEZ VILLAFAÑE, SEC. N° 151, EN CAUSA N° 17833 SOLICITA SE AVERIGÜE EL PARADERO Y COMPARENDO DEL CAUSANTE, EL CUAL PODRIA HALLARSE DETENIDO CUMPLIENDO CONDENA EN SUIZA.

07JUN86: EL INFORMADO Y RUBEN OSVALDO BUFANO, ARRIBAN PROCEDENTES DE SUIZA EN VUELO AR-141, DEBIENDO CONTINUAR

DETENIDOS A DISPOSICION DEL JUZGADO DE INSTRUC. N° 3, SEC. 108 POR REGISTRAR CAUSA N° 36760 POR "SECUESTRO EXTORSIVO"

03DIC87: EL JUEZ DE INSTRUC. DR. CEVASCO, SEC. DR. MACCHI EN CAUSA 22240 INSTRUIDA CON MOTIVO DEL "SECUESTRO EXTORSIVO" DE FERNANDO COMBAL Y OTRO, ORDENA SE DISPONGA LA LIBERTAD DEL CAUSANTE EN VIRTUD DEL ART. 6° DEL CPC. CAUSA INICIADA EL 20FEB81. REGISTRA DOMICILIO EN URUGUAY 847, P. 3°.

19ENE88: EL JUZG. DE INSTRUC. N° 12 SEC. 137 EN CAUSA 22240, DISPONE IMPEDIMENTO DE SALIDA DEL PAIS DEL CAUSANTE, BUFANO, RUBEN Y SANCHEZ REISSE, LEANDRO ANGEL.

27FEB89: EXCARCELADO BAJO FIANZA EN CAUSA 35857 POR "SECUESTRO EXTORSIVO"

.05-15-92 15:09 MONTEVIDEO 598 2 351035 473 P01

PARA EL SR. CNL. ARANCO'

SPADARO, OMAR HECTOR
C.I.: 8.320.152
DNI: 13.678.842
NACIDO EL 28AGO59 EN LANUS, PCIA. BS. AS.
HIJO DE ROBERTO E IRENE HERNANDEZ.
PROFESION: DECLARA SER DEPORTISTA.
DOMICILIO: DEHESA 989, SARANDI, PCIA. BS. AS.

SE ENCUENTRA VINCULADO CON EL AUTO-DENOMINADO "COMANDO LAVALLEJA" QUE SE ADJUDICA LOS ATENTADOS TERRORISTAS QUE TUVIERON LUGAR EN EL URUGUAY RECIENTEMENTE.

SPADARO FUE EL UNICO CIVIL QUE PARTICIPO (03DIC90) DE LA TOMA DEL EDIFICIO LIBERTADOR DEL ESTADO MAYOR DEL EJERCITO ARGENTINO, INTEGRANDO LOS EFECTIVOS MILITARES CARAPINTADAS.

HABRIA REALIZADO FRECUENTES VIAJES AL URUGUAY EN LOS ULTIMOS TIEMPOS Y EN FECHAS CERCANAS A LA PRODUCCION DE LOS HECHOS TERRORISTAS ALUDIDOS.

EL CAUSANTE ESTUDIARIA LA CARRERA DE COMPUTACION EN ARGENTINA SIENDO SUS DEPORTES PREFERIDOS EL SKY ACUATICO Y BUCEO.

Sección Juvenil FUNDACION SUMMA.

006/6

1/4

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

S E C R E T A R I A

O F I C I O Nro.542/92.LEUD.lrr.

REFERENCIA: AMILIVIA LEMOS:Valentín y Otros.
ANOTACIONES: que puedan registrar.

=S E S O L I C I T A=

Montevideo, 11 de mayo de 1992.

SEÑOR SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Por el presente y por donde corresponda solicito a Usted, tener a bien disponer lo pertinente a fin de que se informe a esta Dirección Nacional,las anotaciones que registren los ciudadanos que se mencionan en lista adjunta (Oficios Nro.818/992 y 823/992 de I.D.A.T.Y.C.).

12/5/92
SDI - I
9203807

Saluda a Usted atentamente.

EL DIR...
INSPECTOR PRINCIPAL
SAUL HUMBERTO CLAVERIA

3 7 92   HL

14/5/92
173

MINISTERIO DE ... NACIONAL
Dirección General de ... Defensa
Fecha de ... 13 MAYO 1992
9203807

001/4

PERSONAS MENCIONADAS EN LOS OFICIOS Nros. 818/92 Y 823/92 DE IDATYC, ASPIRANTES A INGRESO EN LA POLICIA

1) AMILIVIA LEMOS Valentín
C.I. Nro. 1.697.541-7 C.C. Serie B.D.A. 92.914
F.Nac. 10.05.958 en Mvdeo.
Dom. Tomás Berreta S/N.

2) ARANA MEDEIRO Julio César
C.I. Nro. 3.271.230-2 C.C. Serie B.O.A. 16.291
F.Nac. 10.08.971 en Mvdeo.
Dom. José Ramirez 3480

3) BERNAL SILVA Carlos Augusto
C.I. Nro. 2.957.966-0 C.C. Serie B.O.A. 15.226
F.Nac. 04.04.970 en Mvdeo.
Dom. Salustio 4019 Ap. 5

4) BOERO RODRIGUEZ Freddy Alberto
C.I. Nro. 1.897.595-8 C.C. Serie B.A.B. 45.849
F.Nac. 08.07.965 en Mvdeo.
Dom. Ramón Anador 3347 Ap. 1

5) BUGLIONE REYES Marcelo
C.I. Nro. 2.842.812-9 C.C. Serie B.T.B. 31.411
F.Nac. 03.12.971 en Mvdeo.
Dom. Cont. Suecia

6) CENTURION NUÑEZ María Elena
C.I. Nro. 2.963.902-4 C.C. Serie B.O.A. 9.172
F.Nac. 14.08.958 en Río Negro
Dom. Los Angeles 5317

7) CABEZUDO AMARO Alba Dorila
C.I. Nro. 1.920.072-2 C.C. Serie B.T.A 19.459
F.Nac. 17.04.970 en Mvdeo.
Dom. Cno. San Fuentes 2911 2158420

8) CAL Armesildo
C.I. Nro. 3.759.309-4 C.C. B/B.B. 40.676
F.Nac. 28.01.963 en Rivera
Dom. Andes 1268 P.4

9) CARDOZO SOCA Nelly Nancy
C.I. Nro. 3.006.422-4 C.C. B.V.B. 38.475
F.Nac. 01.07.964 en Canelones
Dom. Ferreira y Artigas 347

10) CAJADE VAZQUEZ Gustavo Javier
C.I. Nro. 2.562.209-1 C.C.Serie B.N.A. 51.654
F.Nac. 01.03.974 en Mvdeo.
Dom. Cubo del Norte 3890

11) CACERES OLIVERA Gregorio Fabian
C.I. Nro. 3.185.385-4 C.C. Serie T.A.B. 7.247
F.Nac. 09.11.972 en Tacuarembó
Dom. Cerrito 661 bis Ap. 4

12) DELGADO GODOY Julio César
C.I. Nro. 1.894.644-2 C.C. B.T.A. 15.985
F.Nac. 03.12.963 en Mvdeo.
Dom. Proyectada Nro. 72

13) DE LONGO PEREIRA Gabriela Raquel
C.I. Nro. 2.557.843-o C.C. Serie B.B.B. 41.456
F.Nac. 11.10.966 en Mvdeo.
Dom. Guillermo Muñoz 4093

14) FERNANDEZ MELO Gladys
C.I. Nro. 2.857.701-9 C.C. Serie B.Z.A. 39.219
F.Nac. 26.06.66 en Mvdeo.
Dom. José B. y Ordoñez 6992

15) GARCIA MARCHAL María Lourdes
C.I. Nro. 2.000.985-8 C.C. Serie B.A.B. 50.403
F.Nac. 08.07.965 en Mvdeo.
Dom. Demóstenes 3529 Ap. 1

9203807 ..../

.-../16) GENTINI BENITEZ Karina
C.I. Nro. 2.690.423-8 C.C. Serie B.D.A. 85.734
F.Nac. 26.05.969 en Mvdeo.
Dom. José Belloni 2989 Ap. 1

17) GOMEZ HEGUABURO Eduardo Carmelo
C.I. Nro. 1.328.278-4 C.C. Serie B.V.B. 27.274
F.Nac. 05.08.953
Dom. Timote 4509

18) GRAÑA FROS Nelson Javier
C.I. Nro. 3.796.545-5 C.C. Serie C.M.E. 5.694
F.Nac. 14.11.970 en Mvdeo.
Dom. Bella Vista de Carrasco Manz. 9 Solar 2

19) JAVIER ORTIZ Rita Jacqueline
C.I. Nro. 1.899.732-2 C.C. Serie B.D.B. 59.122
F.Nac. 06.11.966 en Mvdeo.
Dom. Sebastopol 5269

20) LEGELEN RUIZ Angelica Trinidad
C.I. Nro. 3.825.444-9 C.C. Serie A.K.A. 12.822
F.Nac. 15.08.967 en Soriano
Dom. Bvar. Artigas 2702 Ap. 601

21) MELOGNIO MARTINEZ Walter Eduardo
C.I. Nro. 2.785.557-1 C.C. Serie B.D.B. 55.263
F.Nac. 04.06.966 en Mvdeo.
Dom. Villa Masnou 5892

22) MOREIRA HAYES María Estela
C.I. Nro. 1.863.227-1 C.C. Serie B.R.B. 10.722
F.Nac. 31.05.962 en Mvdeo.
Dom. Hilario Cabrera 5231

23) MONTANI FEANS Carlos Adrián
C.I. Nro. 1.660.136-7 C.C. Serie B.L.B. 35.110
F.Nac. 19.12.67 en Mvdeo.
Dom. República de Corea 3394

24) NOGUERA DUARTE Juan Carlos
C.I. Nro. 2.600.266-8 C.C. Serie A.F. A. 4.799
F.Nac. 13.08.959 en Canelones
Dom. Ana Monterroso de Lavalleja 2170

25) OLIVERA SANDOVAL José Fernando
C.I.Nro. 3.102.280-5 C.C. Serie B.O.B. 34.913
F.Nac. 23.10.972 en Mvdeo.
Dom. Las Primicias 4792 bis

26) PIRIZ SANTINI Nicolas Hermes
C.I. Nro. 1.754.748-1 C.C. Serie B.R.A. 39.977
F.Nac. 08.02.972 en Mvdeo.
Dom. Valentín Alvarez 5834

27) PRADO MARTINEZ César Jesús
C.I. Nro. 2.805.991-4 C.C. B.D.B. 62.175
F.Nac. 06.10.966 en Lima (Perú)
Dom. Guaviyú 3084

28) REINA BARRIOS William Gabriel
C.I. Nro. 2.793.104-8 C.C. Serie B.T.A. 22.279
F.Nac. 11.05.972 en Mvdeo.
Dom. Calle Nro. 4 Los Espinillos 6032

29) RODRIGUEZ ABRISQUETA María Iseraida
C.I. Nro. 3.589.353-7 C.C. Serie I.A.C. 55.300
F.Nac. 16.02.973 en Artigas
Dom. Serratosa 3830 Ap. 1-A

30) RODRIGUEZ GUARINO María Alejandra
C.I. 1.759.707-2 C.C. A.Q.A. 15.704
F.Nac. 20.04.972 en Mvdeo.
Dom. Gaboto 1029 Ap. 3

.—./.

31) RODRIGUEZ TADEO César
C.I. Nro. 3.381.273-1 C.C. Serie B.Q.A. 20.605
F.Nac. 04.01.973 en Mvdeo.
Dom. Lozano 1033

32) SANTARENA ROMERO Adriana
C.I. Nro. 2.731.049-4 C.C. Serie B.T.B. 28.104
F.Nac. 12.07.968 en Mvdeo.

33) SEGUI DESELLES Silvia
C.I. Nro. 1.987.808-4 C.C. Serie C.M.E. 4121
F.Nac. 06.09.969
Dom. Ruta 8 Km. 22.500 solar 37

34) SILVEIRA SILVEIRA Lilian Elizabeth
C.I. Nro. 2.517.872-7 C.C. Serie R.B.D. 17.980
F.Nac. 09.08.970 en Durazno
Dom. Antonio Rubio 5738

35) STADNIK CARDOZO Nelson Stefan
C.I. Nro. 1.895.646-7 C.C. B.R.B. 14.211
F.Nac. 07.10.967 en Mvdeo.
Dom. Isidro Finn 5230 bis

36) SUAREZ COSTA María Cristina
C.I. Nro. 3.255.993-8 C.C. A.Z.B. 16.534
F.Nac. 06.02.972 en Mvdeo.
Dom. Miguel Barreiro 3214 Ap. 204

37) TARAMASCO MORA Washington Steven
C.I. Nro. 3.985.071-1 C.C. B.D.B 57.601
F.Nac. 16.09.969 en Río Negro
Dom. Mateo Cortés 5216 Ap. 1

38) VALIENTE MOURA Juan Alberto
C.I. Nro. 1.954.726-7 C.C. Serie B.N.B. 48.971
F.Nac. 24.06.958 en Rivera
Dom. Gdia de Coraceros

39) VICO Heinrich Elida
C.I. Nro. 1.806.215-9 C.C. Serie B.L.B. 36.637
F.Nac. 03.03.969 en Mvdeo.
Dom. Pedro Vidal 2390 Ap. 4

40) ZALAYETA MUSTO Lina Eleonora
C.I. Nro. 1.931.964-8 C.C. Serie B.C.A. 13.146
F.Nac. 15.01.966 en Mvdeo.
Dom. Tte. Rinaldi 5192 Ap. 1

41) ZEBALLOS BARRIOS Silvia Lilians
C.I. Nro. 2.908.211-0 C.C. A.U.B. 11.592
F.Nac. 30.11.969 en Lavalleja
Dom. Mariano Moreno 2602 Ap. 2

-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-

ARCHIVO 1/2

Montevideo, 12 de mayo de 1992.-

OF.SEINT (R) Nº 091/12/V/92.-

AS. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES DE INGRESOS"

RESERVADO

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA:- Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 42 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada y familiares de los mismos.

Saludo a usted atentamente.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha de E... 12/5/92
Pasa a SDI - T
Nº. de Id... 9203809

Capitán de Navío (CG) JORGE BERCIANOS
JEFE DE LA SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL

14/5/92
175

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 13 MAYO 1992
Pase a antecedentes
Nº. de Or... 9203809

001/2

3 7 92 hh.

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD	CED. IDENT.	CRED. CIVICA	DOMICILIO
ACOSTA BAUZA	VICTOR HUGO	SAN JOSE 15/VI/51			JUAN ORTIZ 784 (LAS PIEDRAS)
ALVAREZ RECOBA	MARIA CLEMENTINA	RIO NEGRO 25/1/20	2749840-8	CDA17196	JUAN ORTIZ 784 (LAS PIEDRAS)
BASTOS	EDGAR WALTER	39 AÑOS EN 1983			MENENDEZ S/N (LAS PIEDRAS)
BERMUDEZ	RUDEMAR				LAS PIEDRAS
DE LEON	URUGUAY	38 AÑOS EN 1983			LAS PIEDRAS
DIAZ ALVAREZ	ISAAC NELSON	RIO NEGRO 25/II/44	2808672-3	CDA22089	MASSINI 812 (LAS PIEDRAS)
DIAZ ALVAREZ	GABINO ABEL	P DE LOS TOROS 01/X/40			GRAL. FLORES S/N (LAS PIEDRAS)
DIAZ ALVAREZ	ANGEL ANTONIO	P DE LOS TOROS 30/V/42			BS AS (REP ARGENTINA)
DIAZ ALVAREZ 2457901	MARIO VICTORINO	P DE LOS TOROS 02/V/46 FR - CDD 31140			BS AS (REP ARGENTINA)
DIAZ ALVAREZ	JACINTO	RIO NEGRO 12/I/38	3272799-1	CDA38625	RUTA 68 (CANELON CHICO)
DIAZ ALVAREZ	ANGELITA	28 AÑOS EN 1983	57 216	LDA37806	JUAN ORTIZ 784 (LAS PIEDRAS)
DIAZ ALVAREZ 2457919	SERGIO RAMON	25 AÑOS EN 1983 FR - BDA 75267			EMANCIPACION S/N (MONTEVIDEO)
DIAZ MENDEZ	ANGEL	RIO NEGRO 04/VII/14	2857888-4	CDA16782	JUAN ORTIZ 784 (LAS PIEDRAS)
DIAZ SALAZAR	FILIPIDES ANGEL	LAS PIEDRAS 28/I/71	2808666-3		MASSINI 812 (LAS PIEDRAS)
DIAZ SALAZAR	NELSON ANDRES	LAS PIEDRAS 18/VII/74			MASSINI 812 (LAS PIEDRAS)
FAJARDO FALERO 2457927	ENRIQUE MARIA	38 AÑOS EN 1983			R. ALVAREZ S/N (LAS PIEDRAS)
FERNANDEZ CORREA	JUAN CARLOS	NV			
FERNANDEZ CORREA	OVILIO C.	FR BTD 18212			
LARROSA ANDRADE 2457935	MARJOLIES ISABEL	SALTO 08/XI/62			CALLE No 15 (SALTO)
MACHADO	JULIO NELSON	RIVERA 12/XI/37			CALLE No 15 (SALTO)
MACHADO VELAZQUEZ	OSCAR ALBERTO	SALTO 08/III/60	3198045-5	JCB 7820	PASAJE 57 No 4464
MACHADO VELAZQUEZ 2457943	HECTOR DANIEL	SALTO			
MACHADO VELAZQUEZ	ADA HAYDEE	SALTO 29/IX/54 FR. BOA 10736			CALLE No 15 (SALTO)
MACHADO VELAZQUEZ 2457950	ROSA MARIEL	SALTO 21/X/56 FR. BOA 10746			CALLE No 15 (SALTO)
MACHADO VELAZQUEZ 2457968	JULIO NELSON	SALTO 15/V/58 FR. JCB 7315			CALLE No 15 (SALTO)
MACHADO VELAZQUEZ	RUBEN DARIO	SALTO 12/X/61 FR. BOA 10739			CALLE No 15 (SALTO)
OLIVAR CABRERA 2457976	JULIO CESAR				LAS PIEDRAS
PAIVA DIAZ	MARIA ELOISA	MONTEVIDEO 15/X/44	1 945 478		PASAJE 1 SOLAR 33
PEREIRA FERNANDEZ	ARTIGAS	RIVERA 05/VI/39	1 478 014	BOB 8624	PASAJE 1 SOLAR 33
PEREIRA FERNANDEZ	ISABELINO	RIVERA			
PEREIRA FERNANDEZ	JOSE GERVASIO	RIVERA 13/VI/37			
PEREIRA FERNANDEZ	CECILIO	MONTEVIDEO 07/VIII/24			
PEREIRA HERNANDEZ	WASHINGTON	MONTEVIDEO 01/X/63	2 921 454		PASAJE 1 SOLAR 33
PEREIRA HERNANDEZ	GREGORIO	MONTEVIDEO 11/VI/66	2 578 455		PASAJE 1 SOLAR 33
PEREIRA HERNANDEZ	VIVIANA MABEL	MONTEVIDEO 19/XI/68	3 081 996		PASAJE 1 SOLAR 33
RODRIGUEZ SANTANA	ELOEMA	TACUAREMBO 03/XII/26	1 444 322	BTA 4918	JUAN ORTIZ 941 (LAS PIEDRAS)
RUMI CHABAT 76615	RUBEN HECTOR	38 AÑOS EN 1983			ORTIZ Y MASSINI (LAS PIEDRAS)
SALAZAR FRANCO	CASIANO	LAVALLEJA 13/VIII/13	255 845	BSB 4150	JUAN ORTIZ 941 (LAS PIEDRAS)
SALAZAR RODRIGUEZ	MARIA ESTHER	TACUAREMBO 01/VII/46	1174504-9	CDA37061	MASSINI 812 (LAS PIEDRAS)
SALAZAR RODRIGUEZ	JULIAN	MONTEVIDEO 19/XII/48			JUAN ORTIZ 948 (LAS PIEDRAS)
SCOPILE	ULBID	FR. BTD 17321			
VELAZQUEZ MONZON	MARIA EUGENIA	SALTO 08/V/36			CALLE No. 15 (SALTO)

"Doc. Poco Legible"

R.A. 6534 · Ar. 66960 · 4712

9203809

00212

ARCHIVESE

P.[illegible].-

Montevideo, 12 de Mayo de 1992.-

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.: Este sindicato se adhiere al Paro General decretado por el PIT-CNT para el día de hoy y mañana.-

LAMARO: Esta empresa cerró y actualmente se encuentran retirando la maquinaria del Shopping Center al perder la licitación.-

EMPRESA TARMALE: Sarmiento y Luis Franzini; Se encuentra ocupada desde el 6/V/ por parte de 40 obreros.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A.: Este gremio se adhiere en su totalidad al paro de 36 horas.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

FED. OBRERA DEL TRANSPORTE: La última salida para el día de hoy está prevista para las 16.30, no trabajando el día de mañana. Los taxis paran a la hora 15.00 del día de la fecha. Las Cooperativas cubrirán los servicios de emergencia con el personal que se presente a trabajar.-

CONCENTRACION: A partir de la hora 15.00 del día de ayer y hasta las 17.10 se concentraron frente al MTSS unas 20 personas las que ingresaron a dicho edificio, a fin de mantener una reunión con integrantes del Ministerio donde se resolvió suspender las medidas previstas. Por otra parte se efectuará una nueva reunión el 14/V/ a partir de la hora 14.30, a fin de comunicar la respuesta del titular del Ministerio al gremio.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T.: Se adhiere al paro previsto para hoy y mañana con concentraciones en el día de hoy a partir de las 13.00 en Colonia y Paraguay partiendo a la hora 14.30 hasta el Pcio. Legislativo. El día 22/V/ se realizará una asamblea del gremio en el local sindical, donde se tratará el nuevo plan de movilizaciones.-

GRAFICOS

SINDICATO DE ARTES GRAFICAS: El paro previsto comenzará a la hora 10.00 del día de hoy hasta las 24.00 del día 13/V/.-

ENSEÑANZA

PRIVADA: Paran solamente el día 13/V/ 24 horas.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: La Mesa Representativa reunida el 7/V/ resolvió convocar a una concentración para el día 12/V/ a la hora 11.00 frente al M.E.F. en reclamo de aumento salarial para posteriormente marchar hacia el Palacio Legislativo. Para el 20 y 21/V/ se prevé la reunión de la Mesa Representativa donde cada gremio analizará sus movilizaciones.-

//

2)- **INFORMACION ESTATAL**

FED. DE FUN. DE SALUD PUBLICA: Se adhiere en su totalidad al paro de 36 horas, concentrándose a las 11.00 frente al M.E.F., marchando a partir de las 14.00 al Parlamento.-

A.F.I.N.E.E.: Desde la hora 00.00 del día 11/V/ y hasta el 13/V/ se encuentran realizando paro en adhesión al decretado por el PIT-CNT.-

B.P.S.: Se adhiere en su totalidad al paro.-

[illegible]: Para el día de hoy se concentraron a la hora 10.00 en Río Negro y Rambla Portuaria para posteriormente marchar al M.E.F. El día 14/V/ a la hora 18.00 se reunirán sus integrantes en el PIT-CNT con el fin de estudiar futuras movilizaciones.-

A.F.P.U.: Se adhiere al paro de 36 horas decretado por el PIT-CNT.-

[illegible]: Para el 16/V/ se prevé una reunión del Congreso Nacional de Delegados y para el día 6/VI/ la realización de una Asamblea General.- Esta Asociación se adhiere en su totalidad al paro de 36 horas.-

//

POCO LEGIBLE

P.125.- 08/MAYO/92

MINISTERIO DE [illegible] NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 13 MAYO 1992
Pasa a [illegible]
Nº. de Orden 9203811

//

1)- INFORMACION GREMIAL

CONSTRUCCION

OBRA AMPL.PEREIRA ROSSELL: Desde el 13/IV/se [illegible] en [illegible] al solicitar la gremial una mesa de negociación y negarse la patronal.-

LANARO: No se llegó a un acuerdo en la reunión tripartita efectuada en la sede del MTSS.-

INDUSTRIA METALURGICA

[illegible] S.A.: El 6/V se realizó la reunión en el MTSS, avanzándose en las negociaciones, pero no firmándose ningun acuerdo.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

FED.OBRERA DEL TRANSPORTE: En el día de ayer una delegación concurrió al MTSS donde fueron atendidos por un administrativo. Estos se retiraron luego de solicitar una audiencia con el Ministro la que fué concedida para el día 11/V/ a la hora 14.00. Para el día 9/V/ se resolvió que fuera el último día para resolver las medidas a tomar con respecto al paro de 36 horas.-

INDUSTRIA DE LA MADERA

S.O.I.M.A.: En el día de ayer se reunió el Activo de Delegados y Militantes resolviéndose adherirse al paro de 36 horas decretado por el PIT-CNT.-

A.[illegible]: A partir de la hora 09.00 de hoy se reunirán donde concurren a un Seminario Sindical organizado por AEBU.-

//

2)- INFORMACION ESTATAL

FED.DE FUN.DE ANCAP: En asamblea realizada en el día de ayer se resolvió: Apoyar una huelga de hambre por parte de un dirigente del PIT-CNT y uno de la FFANCAP - Hacer un llamado a la huelga general a todos los empleados públicos - Poner en manifiesto la desigualdad de la fijación de salarios entre los Políticos y los demás empleados públicos - No al corte en las horas extras. La Asamblea tuvo una concurrencia de 450 personas.-

A.F.O.SAS: En Asamblea realizada en el día de ayer se resolvió proponer a la Mesa de Entes la realización de un paro de 36 horas ya que esta se reunirá el día 11/V/ esperando la respuesta para el día 12/V.-

FED.DE FUN.HOSPITAL PEREIRA ROSSELL: La Asamblea prevista para el día de ayer no se realizó aplazándose para el día de hoy a la hora 13.30 en el local de la IASA.-

ASOC.DE FUN.DEL CASMU: La Asamblea realizada en el día de ayer fué de caracter informativo realizándose la próxima semana una Asamblea de caracter ordinario.-

[illegible]: [illegible] del día de ayer no se realizó trabajando en forma normal en el local Aguada. Hoy realizaran paro parcial en el horario de 08.00 a 10.00 el resto de las secciones de ANTEL.-

A.U.T.E.: Está prevista para el 9/V/ el Congreso Nacional de Delegados para estudiar las medidas a tomar.-

C.O.F.E.: El 11/V/ se reune la Mesa Representativa al levantarse el un cuarto intermedio.

ORGANIZACION NACIONAL DE JUBILADOS: El día martes 12/V/se realizará una concentración a la hora 16.30 en el Palacio Legislativo en contra la Ley de Reforma de la Seguridad Social.-

//

9203811

[illegible] 00 1/1
[illegible] 1992

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha de Entrada 12/5/92
Pasa a SIDI
Nº. de Identificación 9203811

E.198.-   ARCHIVO

Montevideo, 11 de Mayo de 1992.-

//

1)- INFORMACION GREMIAL

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.: Se adhiere en su totalidad al paro General decretado por el PIT-CNT para los días 12 y 13/V/.-

[illegible]: Comenzó a retirar la maquinaria de la obra del Shopping Center al perder la licitación cerrando la obra. La gremial se encuentra en estado de alerta, realizando peajes en diversas arterias de la ciudad.-

[illegible]: Avda. Sarmiento y Luis. Franzini; desde el 6/V/ se encuentra ocupada por parte de 40 obreros.

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A.: Se adhiere en su totalidad al paro de 36 horas decretado por el PIT-CNT.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

FED. OBRERA DEL TRANSPORTE: Para el día 12/V/ esta prevista la última salida a la hora [illegible], no trabajando el día 13/V/. Los [illegible] a partir de las hora 00.00 del día 13/V/ por 24 horas.-
Los taxis paran desde las 15.00 del día 12 hasta el 14/V/ a la hora 06.00 realizando 39 horas de paro.-

SINDICATO AUTONOMO DEL OMNIBUS: Se reunirá hoy a la hora 15.00 en el [illegible], para tratar el aumento del 7.8% y la definición si se van a otorgar convenios y aumentos cuatrimestrales. Comenzarán los pasos [illegible] y voluntarios. El 12 y 13/V acompañarán al paro del PIT-CNT y el 14 y 15/V/ trabajarán a reglamento.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: La Mesa Representativa del 8/V/ resolvió convocar a la concentración en el M.E.F. a la hora 13.00 del 12/V/ en reclamo de aumento salarial. Posteriormente marcharán al Palacio Legislativo donde hará uso de la palabra un integrante del PIT-CNT y un integrante de la Coordinadora de Jubilados al tratarse ese día la Ley de Seguridad Social.-

BANCA OFICIAL Y PRIVADA

A.E.B.U.: El 12/V/ los bancos abrirán las cajas a las 13.00 cerrando a las 16.00 no trabajando el día 13/V/.-

//

2)- INFORMACION ESTATAL

FED. DE FUN. DE SALUD PUBLICA: En asamblea realizada se resolvió realizar un paro de 72 horas para los días 12, 13 y 14/V/ concentrándose el 12/V/ a la hora 13.00 el M.E.F. y concentrándose posteriormente frente al Palac. Legislativo a la hora 14.00.-

PODER JUDICIAL: Realizaron un paro en el día de la fecha en el horario de 14.00 a 17.00 en reclamo de aumento salarial.-

ASOC. DE MAESTROS DEL URUGUAY: En la Asamblea de delegados se exhortó a todo el gremio a concurrir al acto organizado por el PIT-CNT para el 12/V/, en el marco de un paro de 36 horas.-

C.O.F.E.: En el día de la fecha se reunirá la Mesa Representativa.-

ORGANIZACION NACIONAL DE JUBILADOS: El 12/V/ a la hora 14.00 se concentrarán frente al Palac. Legislativo.-

[illegible]: Realizarán paro en el día de la fecha a partir de la hora 07.30 los operarios [illegible], mecánicos de grúas y electricistas de grúas. En el horario de la tarde a la hora 12.00 todo los [illegible].-

[illegible]: Se adhieren al paro de 36 horas concentrándose a la hora 12.00 en el IAVA el día 12/V/.-

[illegible]: el 16/V/ se prevé un Congreso Nacional de Delegados. Esta Asociación se adhiere al paro de 36 horas previsto para los días 12 y 13/V/. Para el día 6/VI/ se prevé una Asamblea General.-

//

9203812

[illegible]

Montevideo,7 de Mayo de 1992.-

//

1)- INFORMACION GREMIAL

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.:El 20/V/ se realizará una Asamblea en el local de la LARRA-

ÑAGA;La situación continúa sin variantes.-

OBRA AMPL.HOSP.PEREIRA ROSSELL:Sin variantes.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A.:En el día de ayer se realizó la reunión en el Consejo de Salarios del MTSS,avanzandose en las negociaciones aunque no se lle gó a un acuerdo.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

FED.OBREROS D L TRANSPORTE:Reunido el Plenario de Delegados en el día de ayer se resolvió dar comienzo a partir de hoy a Jornadas de Propaganda interna y externa sobre la situación de la FOT;adhesion al paro general convocado por el PIT-CNT de 36 horas para el día 12 y 13/V/;dar comienzo a partir del 13/V/ a Asambleas "lugar por lugar" hasta llegar a una Asamblea General de la FOT;realizar para el día 22/V un paro de la FOT con caravana por todo Montevideo y continuar estudiando la propuesta de paro por 48 horas,de acuerdo a lo que se resuelva en el Consejo de Salarios.Para el día de hoy a la hora 16.30 fueron citados para el Consejo de Salarios.-

A.E.B.U.:Los días 7 y 8/V/se llevará a cabo en el local sindical un Seminario Sindical el que dará comienzo a la hora 09.00.-

PIT-CNT:Hoy a la hora 18.00 se reunirá la [illegible] a efectos de instrumentar las medidas de movili[illegible] para los días 12 y 13/V/ durante el paro de 36 horas.-

//

2) INFORMACION ESTATAL

MESA SINDICAL COORDINADORA DE ENTES:

FED.DE FUN. DE OSE:En la asamblea realizada [illegible] se resol- vió adherirse a las medidas de paro propuestas [illegible] dinadora.Estas medidas comenzarán hoy y el 8/V/ y cada sector imple- mentará el horario.-

A.U.T.E.:A la hora 11.30 se concentró en el Palacio de la Luz una con- centración de 100 personas,portando pancartas,banderas del gremio, realizando los mismos volanteadas y efectuando corte de tránsito. A la hora 12.00 ingresaron al Palacio donde [illegible] hizo uso de la palabra haciendo referencia a la rebaja salarial a las 13.30 se disgre- garon en forma pacífica.El paro previsto se llevó a cabo en el horario de 11.00 a 13.00.Está previsto para el día 9/V/ el Congreso Nacional de Delegados.-

S.U.T.E.L.:En el día de ayer realizaron paro en el horario de 10.00 a 14.00 en la Sede Central;para el día de hoy el paro se realizará en el local Aguada en el horario de 09.00 a 14.00 y de 15.00 a 17.00 y por último en el horario de 21.00 a 23.00.El viernes realizarán paro las demás secciones pertenecientes a ANTEL en el horario de 09.00 a [illegible]

A.F.C.A.S.S.:Para el día de hoy a partir de la hora 10.00 se realizará un paro con Asamblea para resolver las medidas de lucha a seguir.-

F.F.A.A.I.C.A.P.:Para el día de hoy pasaron a partir de la hora 09.00 se prevee la realización de un paro para realizar una Asamblea en el [illegible] cio Sud.América.-

FED.DE FUN.DE SALUD PUBLICA:En el día de mañana se levantará el cuarto intermedio.-

HOSPITAL MACIEL:Hoy se realizará una Asamblea General [illegible] en el Palacio Salvo a la hora 20.00.-

HOSPITAL PEREIRA ROSSELL:Hoy a la hora 19.00 se realizará una Asamblea en el local de la LARRA.-

A.O.J.:Ayer se llevo a cabo la reunión de la Mesa Representativa y se pasó a un cuarto intermedio hasta el 11/V/.-

//

DEPARTAMENTO [illegible]

Pase a archivo [illegible]

9203813

[illegible] 001|1

9203813

P.127.- ARCHIVO

Montevideo, 10 de Mayo de 1992.-

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A: Este sindicato se adhiere al paro decretado por el PIT-CNT en su totalidad.-

EMPRESA TAMAIN: Avda Sarmiento y Luis Franzini; desde el 6/V/ se encuentra ocupada.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: Este gremio seadhiere en su totalidad al paro de 36 horas decretado por el PIT-CNT.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

FED.GENERA DEL TRANSPORTE: Realizarán la ultima salida para el paro de 36 horas a la hora 16.30 del día 12 no trabajando el día 13 las cooperativas cubrirán los servicios de emergencia con el personal que se presente a trabajar.-

//

2)- **INFORMACION ESTATAL**

S.M.A.N.P: Esta previsto que realicen paros el día 11/V/ a la hora 07.30 los trabajadores de Secc.Terrestres Mecanicos Grúas y electricidad. A la hora 12.30 todos los terrestres, con asamblea frente a la Gerencia.-

C.O.F.E. Su Mesa Representativa se reunirá el día 11/V/.-

//

001|1

1/2

P.[illegible].-

Montevideo,9 de Mayo de 1992.-

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

[illegible]

[illegible]: Este gremio se adhiere en su totalidad al paro decretado por el PIT-CNT para los días 12 y 13 del corriente.-

OBRA [illegible] [illegible]: Desde el 7/V/ se levantaron las medidas de lucha que venían llevando a cabo,pasando a trabajar en forma normal desde el 8/V/.-

[illegible]: La empresa comenzó a retirar la maquinaria de la obra del Shopping Center al perder la licitación mientras la [illegible] [illegible] se encuentra en estado de alerta y realizan pasajes en algunas [illegible] de la ciudad.-

[illegible]: Avda.[illegible] y Luis [illegible] [illegible] [illegible] por parte de [illegible] [illegible].Esta medida fué motivada al [illegible] la [illegible] en un [illegible] y posteriormente negarse a pagarle y a [illegible] [illegible] el gremio.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A.: Este gremio se adhiere en su totalidad al paro General decretado por el PIT-CNT para los días 12 y 13.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

FED.OBRERA DEL TRANSPORTE: Para el paro convocado para los días 12 y 13 realizarán la última salida a la hora 16.30 del día 12 no [illegible] [illegible] el día 13.Los interdepartamentales paran a partir de las [illegible] del día 13/V/ por 24 horas.Los taxis paran desde las 15.00 horas del día 12 hasta el viernes 14/V/ a la hora 06.00.Las [illegible] [illegible] con los servicios de emergencia con el personal que se [illegible] a [illegible] trabajar.-

BANCA PRIVADA Y PUBLICA

A.E.B.U.: En reunión del Consejo Central en el día de ayer se resolvió que para el paro convocado por el PIT-CNT para los días 12 y 13 se trabaje el 12/V hasta las 17.00 con cierre de caja a las [illegible] y el día 13 no se trabaje.-

ORGANIZACIONES GREMIALES Y O SOCIALES

PIT-CNT: Reunida su Mesa Representativa el día [illegible] resolvió convocar a una concentración para el día 12/V/ a la hora [illegible] frente al M.E.F.en reclamo de aumento salarial y posteriormente realizar una marcha hasta el Palacio Legislativo donde hará uso de la palabra un integrante del PIT-CNT y uno de la Coordinadora de Jubilados al tratar ese día la Ley de la Seg.Social.-

//

2)- **INFORMACION [illegible]**

[illegible]: El día 12/V/ se proponen con un paro de 72 horas en adhesión al convocado por el PIT-CNT.-

[illegible]: En el día de ayer se realizaron los paros anunciados en el horario de 08.00 a 10.00.-

ASOC. DE [illegible] DEL [illegible]: El Plenario de Delegados reunido en el día de ayer resolvió [illegible] la convocatoria para el día 12/V/ a la concentración del PIT-CNT y la del 13/V/ de un paro de 24 horas.-

[illegible]: Hoy se reunirá el Congreso Nacional de Delegados para [illegible] [illegible] futuras medidas.-

[illegible]: El día 11/V/ se reunirá la Mesa Representativa.-

COM.NAC. DE JUBILADOS: El día 12/V/ se realizará una concentración a la hora 14.00 frente al Pal.Legislativo,se [illegible] la Ley de Reforma de la Seguridad Social.-

...//

..//   Hoja Nro 2

I.M.A.M.E: En el día de ayer y a la hora 14.30 se concentraron en la calle [illegible] [illegible] esq. [illegible] [illegible] [illegible] [illegible], haciendo uso de la palabra [illegible] personas, [illegible] [illegible] a la sede del IMAME en 18 de Julio y [illegible].-

//

002 | 2   9203815

92038 16

ZERO HORA

6-4-92.

10046

11164

Exame prova que corpo é de Mengele

As comparações de dados genéticos de um cadáver exumado em 1985, no Brasil, com os de membros da família Mengele comprovam que o cadáver descoberto em território brasileiro era mesmo do médico e criminoso nazista Joseph Mengele, que morreu em 1979, informou, no final de semana, o jornal *Washington Post*.

O jornal norte-americano, citando fontes não-oficiais, indica que um estudo realizado na Alemanha por peritos sobre a identificação de Mengele terá seu resultado oficial anunciado nesta semana em Frankfurt (Alemanha).

O *Post* cita o professor Alec Jeffreys, da Universidade de Leicester (Grã-Bretanha), segundo o qual um teste genético (DNA) "permite uma identificação em 99,99 %".

Jeffreys confirmou ao jornal norte-americano que a identificação teria sido comprovada através de comparação com dados genéticos de membros da família Mengele. Adiantou que foi redigido um atestado, cujo conteúdo não revelou, mas que será anunciado nesta semana em Frankfurt, encerrando definitivamente as especulações de que o médico nazista ainda poderia estar vivo.

Os filhos de Mengele concordaram, recentemente, em fornecer amostras de seu sangue para uma comparação genética com a ossada exumada em 1985 no Brasil. (AFP)

"GUARARAPES" PIDEN CONFIANZA EN LAS FF.AA.

FORTALEZA (EFE y Reuter).- Brasil corre el riesgo de seguir el ejemplo de Perú o Venezuela, alertó un grupo de militares de alto rango, para quienes las Fuerzas Armadas son "uno de los últimos baluartes intactos en la desorganizada sociedad brasileña".

El documento, firmado por cuatro generales de la división, 19 coroneles y un mayor brigadier de la Fuerza Aérea que se autodenominan "Guararapes", pide al pueblo que confíe en las Fuerzas Armadas.

"Las causas peruanas y venezolanas son idénticas a las brasileñas", asegura el texto divulgado el martes por la agencia "O Estado", pues en Brasil también hay corrupción y "mientras muchos reciben salarios inferiores al mínimo, otros reciben remuneraciones exageradas".

La crisis en Brasil no es sólo "política, económica o militar", sino esencialmente "moral", según el grupo "Guararapes".

EL DIA DESPUES

Este conmocionante documento de "alerta" sale a luz un día después que el Presidente Collor de Mello afirmara ante los jefes de las Fuerzas Armadas locales, que la democracia debe ser un "patrimonio común y definitivo" de las naciones de América latina.

Collor agregó ante los militares que "no se sale victorioso del progreso ni por la imposición de una ideología, ni mucho menos por la violación a la Constitución, sino por lo contrario".

Según el Presidente, "la democracia no es sólo una realización de los brasileños, sino la conquista que se pretende irreversible del conjunto de América Latina: es un patrimonio común y definitivo de nuestros pueblos".

Se felicitó por "la independencia y garantía entre los poderes" públicos durante los años que ha gobernado este país de 150 millones de habitantes.

En la oportunidad Collor felicitó a los jefes militares por comprender las limitaciones presupuestarias impuestas por el programa de estabilización del sistema económico.

La negociación de un reajuste salarial para 350.000 militares reavivó en Brasil un semestral debate sobre la situación interna en la institución armada.

El ministerio del Ejército confirmó ayer la prohibición para una manifestación convocada para el 27 de abril en una zona residencial militar de esta Capital contra los bajos salarios de las fuerzas armadas.

La protesta, promovida por el diputado democratacristiano Jair Bolsonaro, un ex oficial del ejército, despertó temores en *el Poder Legislativo* y en la propia institución militar.

"Esa cosa de marchas y asambleas *(militares) puede llevar a algún tipo de* aventura. Hay muchos militares locos para hacer aquí lo que hicieron en Perú", advirtió el martes ante su Cámara el diputado izquierdista José Genoino, del Partido de los Trabajadores (PT).

El diario Jornal do Brasil, de Río de Janeiro, sostuvo ayer que las actividades de Bolsonaro, que incluyeron ataques personales contra el ministro de Ejército, General Carlos Tinoco, provocaron también malestar en altas esferas militares.

"El Reglamento Disciplinario del *Ejército (RDE) no se aplica a un parlamentario*", declaró al periódico un general.

El gobierno del Presidente Fernando Collor de Mello inició esta semana el análisis de un semestral aumento salarial – compensatorio de la inflación– previsto para los 350.000 jefes, oficiales y efectivos de las tres armas brasileñas.

La agencia oficial Brasil dijo el martes que un documento presentado al Mandatario por el Estado Mayor de las Fuerzas Armadas estableció una pérdida real del 120 por ciento en los salarios militares sólo este año.

Fuentes gubernamentales dijeron ayer que el reajuste salarial para el sector militar será definido en el contexto de un aumento global que percibirán desde julio los casi 1.600.000 servidores públicos federales.

La inflación brasileña acumuló un alza del 86 por ciento entre enero y marzo de este año.

La decisión gubernamental sobre *salarios para el sector público deberá* luego ser tramitada y aprobada por el Parlamento.

PRECEDENTE

En julio del pasado año, el Poder Legislativo autorizó para los militares un reajuste salarial inferior al propuesto por el gobierno y también menor al concedido a sus propios empleados. En una dura reacción que desató temores sobre una crisis institucional, los ministros de las tres fuerzas criticaron en un documento conjunto al poder Legislativo.

"No es justo, ni políticamente saludable, ampliar la brecha salarial que separa a los militares y a la gran mayoría de los servidores públicos civiles", dijo entonces la cúpula militar. ■



El actual gobierno democrático de Brasil, presidido por Collor de Mello, fue *seriamente cuestionado por un grupo de altos militares que se autodenominan* "Guararapes", a la vez que formularon una seria advertencia basada en que el país corre el riesgo de seguir el ejemplo de Perú.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DPTO.I(INT)

1/2

Montevideo, 12 de Mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M N°22/92.-

A S U N T O : REGISTRO DE BARRENISTAS DE LAS CANTERAS DE LAVALLEJA

EVALUACION : A - 1

T E X T O :

- Se adjunta.

DISTRIBUCION : ORIGINAL: BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico.

Tte. 1°

Norberto DEVINCENSI.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DPTO. 1
INTERIOR

11 12 92

40

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 12 MAYO 1992
Biográfico
92038 18

001|2

11/05/92 09:44:32 SERVICIO DE MATERIAL Y ARMAMENTO DPTO.PRODUCCION PAGINA 1

DIVISION EXPLOSIVOS

BARRENISTAS DE LAS CANTERAS DE LAVALLEJA

EMPRESA	NOMBRE	APELLIDO	DIRRECCION	C.I.	LOCALIDAD	DEPARTAMENTO
A.N.C.A.P.LAVALLEJA	DANIEL	ECHAVARRIA	DE LA LLANA 1265	3007877-8	MINAS	LAVALLEJA
	ARNOLDO ALDEBAR	GUERRA	CARABAJAL 793	3414844-6	MINAS	LAVALLEJA
	AMBROSIO MARTINIANO	GASTAMBIDE	LAVALLEJA 384	2511861-6	MINAS	LAVALLEJA
	HEBER GUALBERTO	ABREU UMPIERREZ	DR.LUIS A.DE HERRERA 265	2534028-1	MINAS	LAVALLEJA
	JUAN CARLOS	OLIVERA MORENO	BRIGIDO SILVEIRA 583	3790571-4	MINAS	LAVALLEJA
C.U.C.P.	RUBEN EDUARDO	SILVA POSE	OFICIAL 8 Y DR.LOEDEL SECC.POL.1ª	3559345-6	MINAS	LAVALLEJA
	EDUARDO ALBERTO	DIAZ CABRERA	25 DE MAYO 727	3143353-7	MINAS	LAVALLEJA
CALERA CARAPE S.A.	FLORENTINO HILIBERTO	CORBO	SECCIONAL POLICIAL 7ª	3911718-1	CARAPE	LAVALLEJA
CALERA DIANO ARAMBILLETE	LUIS TEODORO	ALVAREZ ALONZO	GRAL.FLORES 1686	2644226-0	MINAS	LAVALLEJA
	ARIEL	MENDINA AVILA	GRAL.FLORES 1686	3423572-2	MINAS	LAVALLEJA
	JUAN CARLOS	FRETEZ VILLAR	CNO.PASO DE LAS PIEDRAS S/N	3595746-4	LAVALLEJA	LAVALLEJA
CALYCA LTDA.	WILSON HEBERT	RAMIREZ FUNES	RUTA 8 KM.147.200 MARMARAJA SECC.7ª	2856805-4	MINAS	LAVALLEJA
CANTERA LA SERRANA S.R.L.	PEDRO MARCIANO	SILVERA	RUTA 12 KM.3 1/2 SECC.POL.1ª	3869241-3	LAVALLEJA	LAVALLEJA
CANTERAS LA PLATA	MILTON ALEXIS	DENIS	GUERNICA 582	2715192-9	MINAS	LAVALLEJA
CAORSI HNOS.S.R.L.	CIRIACO	TABEIRA MUNIZ	PRJE.PUNTAS DE SOLIS	2964930-6	PRJE.PUNTAS DE SOLIS	LAVALLEJA
CESIDIO RUFO	CESIDIO	RUFO COCUZZO	CNO.CARRASCO 5155	1050942-3	MONTEVIDEO	MONTEVIDEO
INTENDENCIA MUNICIPAL DE LAVALLEJA	EMETERIO CECILIO	BLANCO CERRON	DOMINGO PEREZ 227	3241195-4	MINAS	LAVALLEJA
JESUS GONZALEZ LTDA.	JUAN JOSE	PESCE VIGNOLY	WASHINGTON BELTRAN S/N SECC.POL.1ª	2631610-2	MINAS	LAVALLEJA
	ELBIO JOSE	MARTINEZ PEREIRA	RUTA 39 TERM.DOBLE VIA SECC.POL.1ª	2677502-9	MALDONADO	MALDONADO
LAS SIERRAS S.R.L.	HEBERT LEONIDAS	LEQUERICA PEREIRA	AIGUA Y PUBLICA 8 S/N SECC.POL.1ª	2995758-9	MINAS	LAVALLEJA
L?URONIX S.A.	ANGEL NELSON	RAMIREZ	SECCIONAL POLICIAL 5ª	3672352-9	POLANCO	LAVALLEJA
?URO ESTEBAN CAL MOLINA	ARIEL	MENDINA AVILA	GRAL.FLORES 1686	3423572-2	MINAS	LAVALLEJA
METZEN Y SENA S.A.	JUAN ANGEL	GOMEZ ZIPITRIA	RUTA 5 KM.92 SECC.POL.9ª	3568418-6	CERRO PELADO	FLORIDA
	JOSE LUIS	SANCHEZ FERNANDEZ	PARQUE CITRAMA SOLAR 59	3585129-2	PANDO	CANELONES
PI.PI.DE.PI. SRL.	VENANCIO	RICHE MARTOS	RUTA 39 CANTERA DE BONILLA SECC.1ª	3963535-0	MALDONADO	MALDONADO
RUFO HNOS. S.R.L.	JUAN FRANCISCO	BUSTAMANTE	BO.ZEBALLOS SECC.POL.2ª	3268721-0	MINAS	LAVALLEJA
	CANDIANI	RUFO COCUZZO	CNO.CARRASCO 5315	858766-5	MONTEVIDEO	MONTEVIDEO
TRANSPORTE ZUBELDIA S.C.	MEDARDO	ZUBELDIA IRIARTE	LA PLATA SECC.POL.14ª	541664-9	MINAS	LAVALLEJA
VEALI S.A.	ROOSEVELT JACKSON	ALTEZ ACOSTA	CNO.CUARTEADOR 3281	1696949-8	MONTEVIDEO	MONTEVIDEO

TOTALES FINALES
CUENTA 29

FIN DE INFORME

FECHA 18 12 92

90

002 | 2 2038 / 8

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DPTO.I(INT)

1/10

Montevideo, 13 de Mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M N°24/92.-

A S U N T O : ENTREVISTA A ESTEBAN VALENTI.-

EVALUACION : A - 1

T E X T O :

Se adjunta entrevista realizada a ESTEBAN VALENTI y plano de su despacho.-

DISTRIBUCION :

ORIGINAL: BIOGRAFICO

COPIA : CAMPO MILITAR

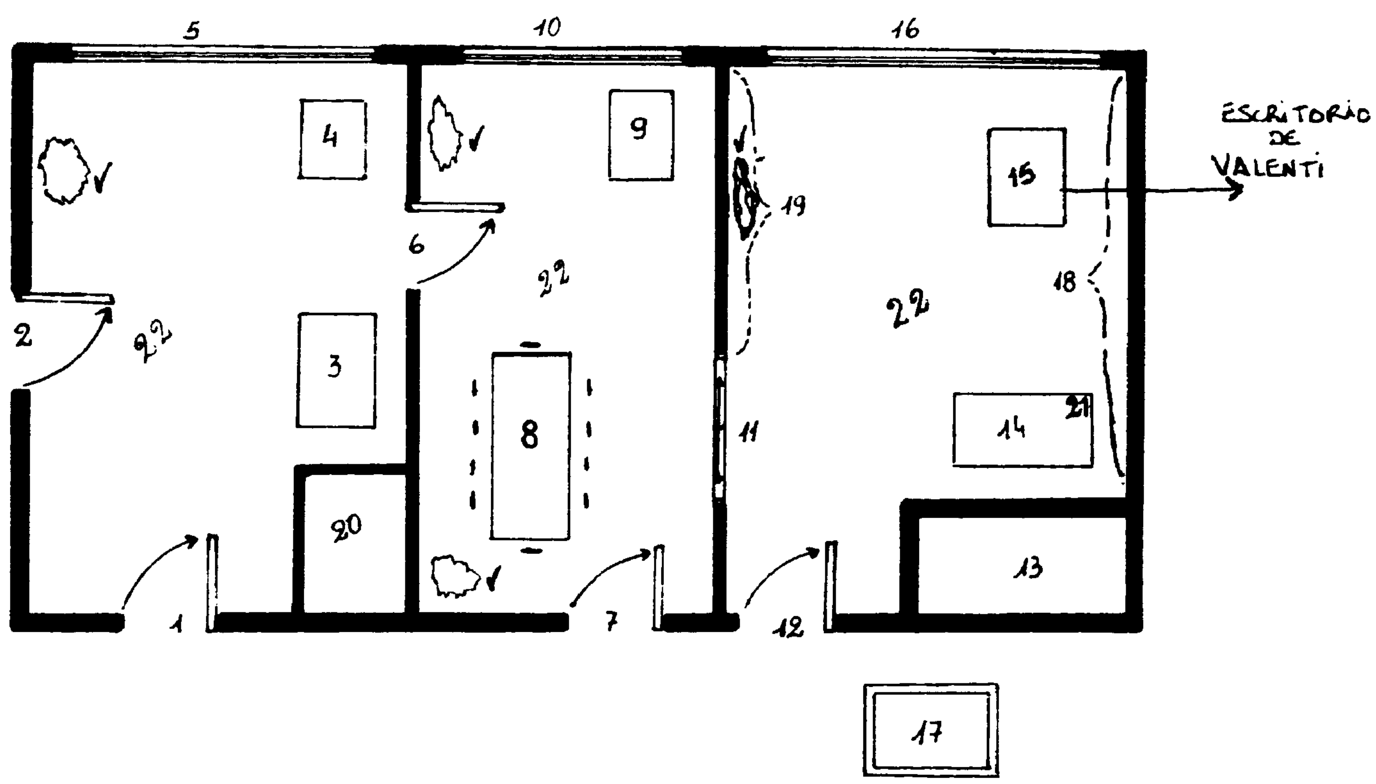
El Jefe de la Sección Biográfico

Tte. 1°

Norberto DEVINCENSI.

001/10

DETALLE DEL DESPACHO DE ESTEBAN VALENTI



REFERENCIAS :

1-2-6-7-12 = PUERTAS
11 = PUERTA CORREDIZA
3 = ESCRITORIO CON SECRETARIO Y COMPUTADORA, ETC.
4 = " (SIN COMP.)
5-10-16 = VENTANALES
8 = MESA CONFERENCIA
9 = ESCRITORIO
= PARED
14 = MESA CON F
15 = ESCRITORIO
17 = ASCENSOR
18 = PARED REVESTIDA VIDRIO O ESPEJO ESFUMADO
19 = "
20 = PARED
21 = TELEFONO
22 = MOQUETEADO
✓ = PLANTAS

3203820

Entrevista a Esteban Valenti

Pregunta: ¿Quién es Esteban Valenti? Casado, con hijos, a que se dedica?

E.V.: Tengo 44 años, nacido en Italia, pero soy ciudadano uruguayo, vivo en Uruguay hace ya mas de 30 años, 3 hijos, me dedico en primer lugar a la política, la pasión de mi vida, y después soy periodísta, empresario y todo amateur.

P.: [illegible]

E.V.: Ha cambiado mucho, y en realidad, desgraciada o felizmente hay conceptos muy diferentes. Luego de una reflexión crítica muy profunda que yo he hecho, que representa para mi, aunque creo que en el "imaginario colectivo" de la humanidad, [illegible]

El objetivo de un proyecto político que se transformó en un sistema social, económico y político, en una parte importante del planeta, cuya expresión mas clara era la Unión Soviética, que se proponía a través de la evolución del socialismo llegar al comunismo, ha fracasado.

Fracasó porque no solo ni principalmente porque (no estoy diciendo las causas); cuando digo que fracasó, me refiero no al fracaso político de haber dejado de gobernar el Partido Comunista, esa es la consecuencia, pero en realidad el fracaso escencial del [illegible]

[illegible]. Que eran los objetivos de una sociedad sin explotados y de una sociedad sin clases, una sociedad de libertad absoluta, donde el hombre no fuera, no estuviera supeditado a un Estado que lo oprime, a una burocracia que lo oprime. El resultado fue exactamente lo opuesto en muchos aspectos se interdesarrolló la burocracia, se interdesarrolló el control del Estado sobre todas las actividades del ciudadano y del individuo, desde el punto de vista económico, el Estado propietario de todos los ...... de producción, en lugar de ser un mecanismo asumido como de propiedad social, fue en realidad un mecanismo de enajenación y también un mecanismo de alienación del trabajo y que además generó al-

gunas formas de autoritarismo, muy graves, muy agudas generaron algunos de los principios básicos de los ideales de su esfuerzo.

Eso es lo que hay en la acepsión política, cultural de la inmensa mayoría de los hombres que representa el comunismo. ¿como tengo una tendencia, hago un esfuerzo a no construir un gheto para mí.... un cerco en el cual pueda protegerme de lo que sucede, yo asimilo quizás esos mismos conceptos sin embargo, también hay otra acepción, pero la acepción original, la palabra común,comuna que quiere decir que dió nacimiento a este gran movimiento, que mas allá del fracaso hay un gran ..., movió la historia de este siglo, y buena parte del siglo pasado. Yo te diría que en ese caso y refiriéndome a algunos de los valores escensiales más altruistas del hombre, por ejemplo, la fraternidad de los hombres, no basada solamente en un gesto de buena voluntad sino en un mecanismo social y económico que elimine la explotación del hombre por el hombre, te digo refiriéndome a la plena libertad, no como un mecanismo de estructuración de la convivencia de los hombres que eliminen el Estado y por lo tanto una sociedad de hombres cultos y libres, y creo que efectivamente esos grandes valores en la vida digamos del proyecto comunista, siguen siendo una gran aspiración del hombre, porque en realidad yo no creo que sean sustituibles por los valores de la actual sociedad dominante del planeta que es el capitalismo.

Esos valores, digamos,.... y además, es más digamos, creo que son un desarrollo de valores mejores, que también el capitalismo incorporó a la historia de la humanidad, en relación al feudalismo, el liberalismo, la ideología predominante de la burguesía triunfante en el siglo XVII-XVIII, a su vez incorporó un gran desarrollo de las ideas de la libertad del hombre, de las ideas del liberalismo político, [illegible] **yo creo**, [illegible], [illegible] **proyecto siguen teniendo un gran valor,** [illegible] **y una gran perspectiva.**

Creo que los caminos que hemos utilizado porque yo tambien

participe de ese proyecto ha fracasado y se impone una profunda revisión crítica de sus causas y de una cierta visión, que todo lo respondía, todo lo abarcaba, todo lo interpretaba no está también en la base de su fracaso.

P.: ¿Piensa Ud. participar en el próximo Congreso Extraordinario?

E.V.: [illegible] participa en el debate actual del PC, [illegible] la izquierda de la socied[illegible] valores que considero todavía tienen vigencia [illegible] la discusión y como punto de referencia [illegible] histórico

P.: Sobre su participación en el ESD, va a ser un nuevo grupo del F.A. ?

E.V.: [illegible] es una solución insólita para una situación insólita, no es un partido político, no se lo propone en una etapa de transición hacia una nueva forma de respuesta socialista, hacia nuevas soluciones. No tiene que ver con el PS, [illegible] referencia el PC, creo que es un esfuerzo , creo que hay muchos esfuerzos, en estos momentos no hay nadie que con un solo esfuerzo pueda resolver el problema que me parece mas importante internacionalmente . [illegible] importante está planteado, es que así [illegible] tiene por primera vez la posibili[illegible] el gobierno nacional.

Para poder, además de difrutar el gobierno nacional, conformar una república, [illegible] república, [illegible] que hoy participa en la misma porción [illegible] en el proyecto político, aunque participa en la sociedad. [illegible] [illegible] ces, [illegible] tantes, rupturas yo digo en el mejor sentido de la palabra, en el sentido de novedades de proyectos nuevos en muchos aspectos y el ESD es un proyecto mas, una propuesta mas, sin ningun objetivo de abogarse el nivel central de esas propuestas. Creo que en realidad, el centro de esas propuestas es la multiplicación de iniciativas de experiencias, y demás que encontrarán, y buscaremos no hablo de encontrar de manera espóntanea, para encontrar

los caminos de unirse, buscar formas de relación federativa, es un comienzo que recién comienza.

P.: ¿Según la prensa, usted era el"monedero"del PCU ? (Búsqueda-LR)

E.V.: Eso lo dijo una persona porque yo aportaba una buena cantidad de plata para el Partido.

Yo no le doy ninguana importancia. Yo daba lo que podía dar, como el que daba 500 1000 pesos o da lo que puede dar no me daba ningún mérito, ni ninguna responsabilidad, ni ninguna prioridad, ni potestad diferente a la del resto de la gente.

No creo que el PCU tuviera actitud de sociedad anónima. En el PCU cada uno valía lo que era, en ese sentido y valía por el cargo que tenía que importaba mucho, pero no creo que yo haya sido secretario de propaganda porque haya hecho importantes aportes financieros, sino por otras actividades y por otros esfuerzos.

Cuando trabajaba en CODARVI que era un empleado, ponía lo que podía, cuando era estudiante compraba con mi plata hojas para imprimir los volantes; y bueno, como ahora tengo mas plata, o tenía bastante mas plata, pagaba o tras cosas. El que lo dijo seguramente, lo dijo con un sentido de ofensa, pero dijo mal las cosas .

Además formaba parte de la línea política del PC, donde cada afiliado tenía que contribuir y siempre fui uno mas.

P.: ¿Que hay de cierto sobre el volante , VALENTI, DIAMANTES O PETROLEO?

E.V.: Creo que el que dice esto tiene una mentalidad represiva. Para ubicar ese tipo de cosas hay que siempre partir del principio del que tiene ideas diferentes es por razones o patológicas o por razones eticamente inconfesables, no porque uno solo tenga ideas diferentes.

Admitir que yo tenga que explicar mis ideas, en función de esas cosas que la mayoría son falsas, pero que por otro lado alguna de ellas sí fueron ciertas, no tendría que ocultarlas, si yo en lugar de comercializar con carnes o con granos, me ocupara de comerciar con petróleo, estaría

absolutamente contento.

CODARVI-dicen que soy accionista de CODARVI y la pobre CODARVI cerró hace cinco años por lo tanto, dificilmente yo pudiera ser accionista.

P.: ¿En cuanto a las Angoleñas?

E.V.: Eso es otra cosa, yo para hacer política no tengo porque explicar si tengo o no tengo, ese es un problema mío.
No voy a contesta a esa cosas.
Yo dije que soy empresario, empresa de importación y exportación .

P.: ¿Referente a si Sanseviero tiene el mando de la UJC?

E.V.: Que yo sepa E. Sanseviero era UJC y el UJC se autodisolvió hace seis o siete meses y R. Sanseviero salió hace bastante mas que eso.

P.: [illegible], podría integrarse a su grupo?

E.V.: Que yo sepa, él se ha distanciado del PCU, no la actitud que adòptará , el proyecto político que el tenga, por lo menos lo que he leído, no he visto ninguna decisión en ese sentido. Además este es un proyecto en transición no creo que todos los compañeros tengamos una misma comunidad de objetivos de ilusiones, de proyectos, de propuestas notorias, esta es una visión diferente aunque han quedado diferencias tácticas en cuanto a las actividades internas del Partido.
Nosotros hemos decidido salir del Partido y no participar en su discusión interna.

P.: ¿Como se mantienen Cuba y China?

E.V.: [illegible] sque-
[illegible].
[illegible]
[illegible] gía,
[illegible] ferente; y ni que hablar de China. China tiene un modelo económico donde las 3000 empresas más importantes, son mixtas, con capitales extranjeros, un modelo que no tiene nada que ver con la URSS, están buscando mantener el poder político y sin embargo un modelo económico bastante articulado y diferente al ...

En China ha dado bastante resultado esa política, yo también ... pienso que hay voluntad de buscar dentro del sistema socialista una estructura pluralista. Incluso ello que se mantienen buscan alternativas afueras.
El fracaso del socialismo es el fracaso económico , incapacidad de resolver el problema, y de ser superior al capitalismo y mas eficiente.
No puede haber una mejor distribución sino hay un sistema económicamente superior en su capacidad de distribución de bienes materiales y espiritualesen relación al capitalismo.
Cuba lo esta buscando, China tiene un modelo.
El proceso de Cuba empezó cuando comienza el tema de la perestroika, porque en realidad antes aplicaba el sistema soviético.
Una de las tragedias que existe, producto de la paralización del mercado es que durante 50 años no ha realizado nuevas experiencias, ni nuevos ensayos económicos y eso se paga, hoy no hay referencias.
No hay un proyecto de sociedad nueva sino un proyecto ecónomico, no solo para esos países sino también para la izquierda. Hay que asumir que la izquierda tiene un gran retraso en ese sentido, hay que hacer un gran esfuerzo para avanzar y buscar alternativas reales, posibles, exitosas. alternativas progresistas , no nos podemos enfrentar al neloliberalismo proponiéndo que quede todo como está.
Sería una de las formas mas rétoricas de contruir la Historia, nosotros nos proponemos sobrepasar el neoliberalismo con un proyecto progresista ,el desarrollo de cambio, tenemos detalles importantes y yo diriá fracaso importantes.

P.: ¿Que política aplicaría el PCU si ganara el FA en 1994?

E.V.: Yo no estoy mas en el PCU , hay que preguntarle a alguien .

P.: ¿Que piensa de lo sucedido a Perú?

E.V.: Creo que es una situación preocupante para todo el continente latinoaméricano, creo que es el resultado del fracaso estepitoso del neoliberalismo de América Latina, creo que junto a lo de Venezuela, aunque aparentemente tengan

características diferentes el de Venezuela es un grupo de militares que surgen por fracaso de la política neoliberal contra el Presidente y creo que no hay soluciones fuera del sistema democrático.

El caso del Perú es el Presidente que se transforma en dictador al estilo Bordaberry, para imponer hasta las últimas consecuensias el ajuste del sistema económico e incluso desmintiendo su propia campaña electoral, que fue contra la propuesta de Vargas Llosa del ajuste económico neoliberal.

[illegible] situación [illegible] grave, [illegible] el golpe de Estado y reclamar con respecto a DDHH cívicos y la Constitución, y creo que un retorno a la Constitución implica un enjuiciamiento a quien ha violado la Constitución.

Creo que el neòliberalismo es un debilitamiento serio de las bases democráticas de los países de América Latina.

En eso en polémica con las fuerzas neoliberales que dicen que es el único instrumento para asegurar la estabilidad económica y se está demostrando todo lo contrario.

P.: ¿Para terminar, una última reflexión , el volante que circulara esta lleno de ironías y supuestos; y yo pregunto, ¿[illegible] Valenti o nunca lo fue?

E.V.: [illegible]cuanto al proyecto fracasado [illegible], [illegible] en absoluto que esa visión del [illegible] solo para dominar, sino que [illegible] gobernar para resolver los [illegible], de la felicidad ni de la forma superior de convivència, ni de organización social de los mismos(los hombres).

En el otro aspecto , al contrario hoy, cuando mucha gente abandona, porque aquello ha fracasadoviene a buscar reivindicar los vàlores originales del socialismo ,buscar y luchar por ideas que para mi van asociadas indisolublemente a una forma de convivencia democrática a una forma de libertad, etc.

[illegible] parece que sigo luchando por aquellos principios originales con cambios muy profundos, no quiero encubrir

con un barniz esos cambios, muy profundos en las ideas, en la práctica, en la filosofía, en las relaciones entre los hombres. Sin embargo, yo creo que una idea revolucionaria es la que es capaz de adecuarse y transformarse en función de la dependencia que tiene la realidad.

Montevideo, 12 de mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M

REFERENTE: Leonel GONZALEZ GONZALEZ

En el día de la fecha se toma conocimiento de antecedentes de Leonel GONZALEZ GONZALEZ, los cuales son: Pasaporte Oficial Nro.02152, nacido en CIENFUEGOS- CUBA el 11 de Julio de 1953; estado civil casado; hijo de Leonel GONZALEZ y Obdulia GONZALEZ.-

El mencionado viajó a Buenos Aires el 6 de mayo de 1992 por vuelo AR 235 de Puente Aéreo.

El pedido de Visa a la Embajada Argentina fue formulado por nota Oficial de la Embajada de Cuba en Montevideo y lo presenta como miembro de la CTC Nacional Cubana.-

El sujeto luce en la realidad más delgado y joven que lo que aparece en la foto. Se presume que utilizaba algun tipo de protección debajo de sus ropas, como ser chaleco antibala.-

DISTRIBUCION:

ORIGINAL: SIDE

COPIA: SECCION ENLACE



01/01 92.03821

SECRETO

COPIA No. de — Copia 1 de —

s.p.

Montevideo, 07 de mayo de 1992.-

MEMORANDUM Nº 920173/C.I./92

REFERENTE: Leonel GONZALEZ GONZALEZ

TEXTO:

En el día de la fecha se toma conocimiento de antecedentes de Leonel GONZALEZ GONZALEZ, los cuales son: Pasaporte Oficial Nro. 02152, nacido en CIENFUEGOS - CUBA el 11 de Julio de 1953; estado Civil casado; hijo de Leonel GONZALEZ y Obdulia GONZALEZ.-

El mencionado viajó a Buenos Aires el 6 de mayo de 1992 por vuelo AR 235 de Puente Aereo, con visa por 72 horas.- El día 09 continúa viaje a Bolivia.-

El pedido de Visa a la Embajada Argentina fue formulado por nota Oficial de la Embajada de Cuba en Montevideo y lo presenta como miembro de la CTC Nacional Cubana.-

DISTRIBUCION: ORIGINAL: JEFE DEL DEPARTAMENTO III (OP)
COPIA 1 : ARCHIVO C.I.

SECRETO

001/1

9203822

ORIGINAL

9203823

Hoja 1 de 3
Copia -- de --

Montevideo, 12 de mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920185 /S.O.E.

I.- ASUNTO CONCENTRACION Y MARCHA CONVOCADA POR EL PIT-CNT

II.- REFERENCIA

III.- T E X T O:

A.- En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura de la concentración, marcha y posterior acto, convocado por el PIT-CNT con motivo del paro general de 36 hs., en rechazo a la pauta salarial del 35% y el proyecto de reforma de la Seguridad Social.

1.- A las 1300 hs. aproximadamente se concentraron frente al M.E.F. (Colonia y Paraguay) alrededor de 800 personas.
Siendo las 1345 hs. aproximadamente comienza la marcha tomando por Paraguay hasta Avda. del Libertador y por ésta hasta el Palacio Legislativo, arribando a este a las 1430 hs., agregándose allí unas 150 personas què los aguardaban en el lugar.

2.- Durante la concentración en el M.E.F. y marcha al Palacio Legislativo se detectaron los siguientes vehículos : 213.307 y 159.554 abriendo y cerrando la marcha respectivamente con alte parlantes.

3.- Se detectaron las siguientes banderas : AUTE - UNTMRA - FANCAP STIQ (trabajadores de BAO) - UNION FERROVIARIA (MSC) - COT (La Aurora) - AFUR (CSEU) - AEBU - SUNCA - SUA (Vestimenta) - CUTIP - ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES - COFE (PIT-CNT) - AFCGN (negra con letras blancas) - FUNSA - AODAMTOP - FUCVAM - FUS - FAU.

4.- En la marcha se pudo identificar a los siguientes dirigentes : Jorge SILVANO - Oscar GROBA - Oscar LOPEZ - Juan José BENTANCOUR - Carlos CURBELO - José PRATO - Juan Angel TOLEDO , entre otros dirigentes de la Mesa Representativa del PIT-CNT.

5.- Se detectó dispositivo de seguridad durante el trayecto por Avda. del Libertador (en los cruces) y posteriormente al llegar al Palacio Legislativo donde se pudieron apreciar entre 15 y 20 personas encargadas de cerrar el tránsito para permitir el paso de la columna.

000002

B.-

1.- A la hora 1345 dió comienzo el acto, utilizando como estrado la caja del camión Mat. 517.882 (Montevideo) el cual estaba orientado de forma que los oradores quedaran de espaldas a la Avda. Gral. Flores. Finalizando hora 1550.

2.- La parte oratoria estuvo a cargo de las siguientes personas :

Ademar FERNANDEZ - en representación de la Organización Nacional de Jubilados

Ernesto MURRO - titular de la terna designada por el PIT-CNT para integrar el B.P.S. y secretario general del Sindicato de la madera

Luis COLOTUZZO - Presidente de la organización Nacional de Jubilados y Pensionistas del Uruguay

Se destaca que el locutor hizo mención a que le fuera negado el acceso al Palacio Legislativo por parte de un funcionario policial, violando según sus palabras sus derechos al trabajo. Expresó además que una vez ingresado al Palacio trato de averiguar de quien había partido la órden de impedirle el paso no recibiendo respuesta.
Invitó además a concurrir el día jueves 14 del corriente al paraninfo de la Universidad donde se llevara a cabo un acto por la Seguridad Social, convocado por el PIT-CNT.

3.- Se detectaron las mismas banderas que en la marcha.

4.- Se detectaron los siguientes pasacalles :

- HOY AQUI HAY UNA COOPERATIVA, MAÑANA NO SABEMOS. NO A LA LEY DE REFORMA DE LA SEGURIDAD SOCIAL.
- TRABAJADORES DEL INAME PRESENTES. NO A LA VENTA DEL PAIS.POR TRABAJO, SALARIO, JUBILACION Y VIVIENDA - SUINM-COFE-PIT-CNT.
- NO A LA PRIVATIZACION POR 25% DE AUMENTO A LOS PUBLICOS - SINDICATO DEL INAME.
- ACOBAN PRESENTE
- AGREMIACION DE FUNCIONARIOS DE COOPERATIVAS DE CONSUMO
- FEDERACION DE OBREROS DE LA LANA

5.- Se encuentran presentes los mismos dirigentes que fueron detectados en la marcha.

6.- Al promediar el acto se hizo mención a la presencia..."de un importantísimo número de legisladores detrás de los jardines siguiendo el acto"...
Se pudo apreciar la asistencia de los siguientes legisladores :

- Senador Reinaldo GARGANO (P.S.)
- Diputado Thelman BORGES (PCU)
- Senador Danilo ASTORI (VA)
- Senador Mariano ARANA (VA)

9203823

Los antes mencionados se encontraban acompañados por Liber SEREGNI (no se detectó custodia).

7.- La concurrencia en su punto máximo alcanzó a las 1100 ó 1200 personas aproximadamente manteniéndose así hasta el final.

8.- No se detectaron agitadores.

9.- Se adjuntan volantes esparcidos en la marcha y el acto.

10.- No se registraron incidentes.

11.- La actitud de los concurrentes fue pacífica.

DISTRIBUCION : Original - Jefe Dpto.I
Copia 1 - Jefe Dpto.III (OP) - Archivo

RECLAMAMOS:

- 25% DE AUMENTO AL 1º DE MAYO
- PAGO DE LA CUOTA MUTUAL INTEGRA
- SALARIO VACACIONAL
- CONTRA LAS PRIVATIZACIONES
- VOTE EL 5 DE JULIO LA HOJA BLANCA

C.O.F.E. - PIT - CNT

FUNCIONARIOS PUBLICOS EN LUCHA CONTRA LA NUEVA REBAJA SALARIAL RESUELTA POR EL F.M.I.

✓ **EL GOBIERNO VIOLA LA LEY**

✓ **EL PARLAMENTO DEBE INTERVENIR**

005 920323

C.O.F.E. - PIT - CNT

Los trabajadores de la rama del Hormigon, grupo 38 ,estamos sin convenio salarial,sin evaluacion de tareas.
Queremos llegar a acuerdos salariales, pero no sobre la pauta del Gobierno: 35% anual, que es una rebaja salarial de los ya miserables sueldos de hoy. Por este motivo proponemos una asamblea general del gremio para discutir la plataforma del grupo y las medidas de lucha a encarar.
Con tal motivo llamamos a una reunion de delegados grave y urgente para resolver estos temas.
Invitamos a sintonizar la audicion del SUNCA el jueves 23 de abril para ampliar la informacion.
Mesa de delegados de la rama del Hormigon

920323

006

SUNCA PIT-CNT

AVISO A LA POBLACION

¿Sabía usted que la reforma de la Seguridad Social haría que 9.000 trabajadores cooperativistas aporten el doble a la Seguridad Social?

¡LOS TRABAJADORES COOPERATIVISTAS NO SOMOS PATRONES!

ESTA REFORMA
PROVOCARIA
EN EL PAIS:

MAS CIERRE DE FUENTES DE TRABAJO
MAS HAMBRE
MAS MISERIA
MAS MARGINACION PARA LA FAMILIA TRABAJADORA

FEDERACION DE COOPERATIVAS DE PRODUCCION DEL URUGUAY

PARO GENERAL

Lunes 11 de Mayo

CUIDADORES AS DE HOSPITAL

POR: - ***No contrato a más de 74 trabajadores***

- ***No pago del 20% por asistencia directa al menor***

- ***La estafa del Directorio por quita de los Beneficios Sociales*** (Asignaciones Fa[illegible] [illegible] Constituido)

S.U.I.N.M.

C.O.F.E.

PIT CNT

sindicato único del instituto nacional del menor

74 trabajadores, con seis años en el organismo,
no tenemos segura nuestra fuente de trabajo
Responsabilizamos al Directorio del INAME que
todavía no nos efectivizó el contrato

Los trabajadores/as de Hospital estamos en salas
con niños de alto riesgo y niños enfermos,
y cobramos sueldos de N$ 400.000

RECLAMAMOS:

- Contrato que asegure nuestra fuente de trabajo
- Pago del 20% por atención directa que, por ley, nos corresponde
- Que se nos devuelvan los beneficios sociales

¡ BASTA DE MANOSEOS !

S.U.I.N.M.
C.O.F.E.
PIT CNT

sindicato único
del instituto
nacional
del menor

MARTES 12 DE MAYO
HORA 14 Y 30

CONCENTRACION:PALACIO LEGISLATIVO

- ***CONTRA*** EL PROYECTO DE REFORMA JUBILATORIA
- ***PORQUE*** PELIGRA GRAVEMENTE EL PAGO DE LAS FUTURAS JUBILACIONES
- ***ADEMAS*** 200 MIL TRABAJADORES PERDERIAN SU DERECHO ADQUIRIDO A JUBILARSE
- ***CONVOCA:*** ORGANIZACION NACIONAL DE ASOCIACIONES DE JUBILADOS Y PENSIONISTAS DEL URUGUAY

RECUERDE:

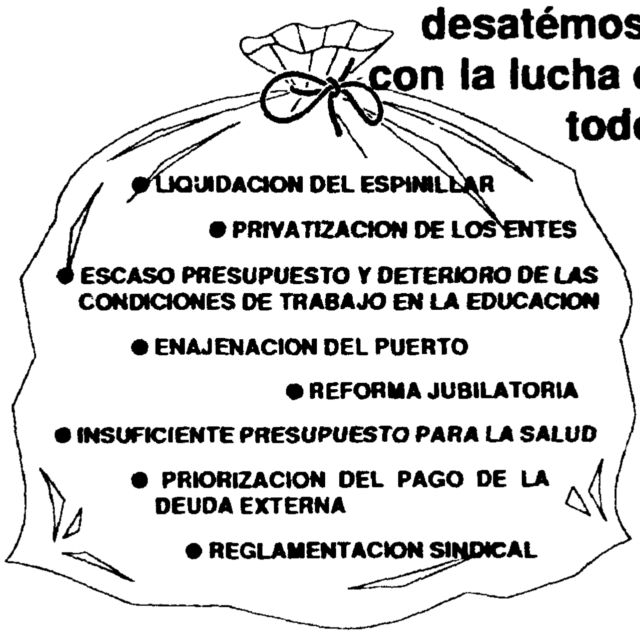
EL 6 DE SETIEMBRE SE REALIZARA LA ELECCION PARA DESIGNAR EL REPRESENTANTE EN EL DIRECTORIO DEL B.P.S.

APOYE:

A NUESTRO CANDIDATO
COMPAÑERO
LUIS ALBERTO COLOTUZZO

LA POLITICA ECONOMICA DE LA COINCIDENCIA ATO ESTA BOLSA

desatémosla con la lucha de todos



Los Maestros adherimos a la plataforma parando el miércoles 13, convocando a los padres a la movilización.

A LOS TRABAJADORES PRIVADOS Y DE LOS ENTES LOS ECHAN, LOS MAESTROS NOS VAMOS POR HAMBRE

✗ *Según el Ministro García Costa, no faltan maestros...*
Pero de los 30.000 maestros titulados, sólo 16.000 trabajan en Primaria.

✗ *Según el Ministro García Costa, el funcionamiento de las Escuelas es regular...*
Pero no hay maestros para hacer las suplencias que se generan y se habilita a los que trabajan, que lo hagan en doble turno (igual que en el época de la dictadura, cuando los destituidos eran miles).

✗ *Según el Ministro García Costa, todo marcha bien en los Institutos de Formación Docente...*
Pero el número de inscriptos se encuentra en los niveles más bajo de la historia; se reduce la carrera docente, para hacerla más atractiva y se estudia la posibilidad que estudiantes del último año trabajen de maestros.

El Poder Ejecutivo, Las Autoridades de la Enseñanza y El Parlamento son responsables que a causa del actual presupuesto de la enseñanza, el país se quede sin maestros que no esten capacitados.

AdeMU — ASOCIACION DE MAESTROS DEL URUGUAY — FUM - TEP CSEU PIT - CNT



UNIDAD
SALARIO
REFERENDUM

• POR LA DEFENSA DE LA OBRA PUBLICA

Paro General 36 horas

LOS TRABAJADORES DE OBRA
DEL M.T.O.P. PARAMOS EL DIA
MARTES 12 Hora 12

No venderé el rico patrimonio de los orientales al bajo precio de la necesidad.

José Artigas.

015 9203823

AODAMTOP - COFE - PIT-CNT.

- **Por la dignidad** de los trabajadores públicos de este país.
- **Salario:** ante esta nueva rebaja salarial (5% de aumento), denunciamos la responsabilidad del Poder Ejecutivo por someterse a las imposiciones del F.M.I.
- **Contra la Ley de Privatizaciones.** Defendemos el referéndum por la **soberanía del estado.**
- **Contra la Ley de Emergencia.** Declaramos anti-constitucional la Reforma de la Seguridad Social.
- **Por fuentes de trabajo** y contra la desocupación.

Saludamos la sacrificada marcha realizada por los trabajadores del interior superando los 500 km. iniciada por los compañeros de "El Espinillar" (Salto) a la que se sumaron trabajadores de todo el país.

FORO SOBRE

Seguridad Social

PARTICIPAN REPRESENTANTES DE:

- ✓ PARTIDOS POLITICOS
- ✓ CAMARA DE INDUSTRIAS
- ✓ ORGANIZACIONES DE JUBILADOS
- ✓ IGLESIA
- ✓ UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA

ORGANIZA Y CONVOCA: PIT-CNT.

JUEVES 14 HORA 18:30

PARANINFO DE LA UNIVERSIDAD

EL PUERTO ES LA PATRIA

Y ESTOS LEGISLADORES LO VENDIERON

G. AGUIRRE
ABREU
AMORIN L.
BATALLA
BOUZA
BRAUSE
CASSINA
CIGLIUTI
DE FUENTES
DE POSADAS
MONTERO
IRURTIA
JUDE
OLASCOAGA
PEREYRA
POZZOLO
RAFFO
RICALDONI
SANTORO
SILVEIRA Z.
SINGLET
URIOSTE
ZUMARAN
....
ALVAREZ V.
AMARO
AMORIN S.
ARRILLAGA
ATCHUGARRY

AYALA
BARRIOS A.
BERTACHI
BERTOLINI
BORJAS
BOSCH
CANTON
CAPUTI
CZARNIEVICH
CHAPPER
DE ROSA V.
DE CARLOS
DIAZ M.
FERRIZO
GARAT
HEBER F.
ALEM GARCIA
GARCIA PINTOS
GAVARONE
GUERRA C.
GUTIERREZ
HAEDO H.
HEBER
HIERRO L.
LATEULADE
LENZI
LOSADA
MACHIÑEÑA
MALLO
018

MARTINEZ H.
MELO S. M.
MOLINELLI
MOREIRA G.
MORELL
NIETO
PEREYRA
CRAVIOTTO
FAU
PIANA E.
PINTO
PIÑEYRUA
POZZOLO
PUIG
RODINO V.
RODRIGUEZ
RODRIGUEZ A.
MATILDE R. de G.R.
RUBIO
SEDARRI
SOSA A.
STIRLING
STORACE
SUAREZ L.
SUAREZ L.
TROBO
VAZQUEZ P.
VIDAL
ZORRILLA DE S.M.
PRIETO

RECUERDE

LOS TRABAJADORES

SEGUIMOS

LUCHANDO

POR NUESTROS

PUERTOS,

POR EL URUGUAY

POR NUESTRO TRABAJO

S.U.A.N.P. / PIT - CNT

A LOS PADRES, A LOS ESTUDIANTES, A TODA LA POBLACION

Con motivo del Paro de 36 horas, que los docentes de Educación Secundaria realizaremos con el conjunto de los trabajadores organizados en el PIT-CNT, queremos informar y alertar sobre situaciones críticas por las que atraviesa hoy la Enseñanza Media.

Recursos. Ante la cercanía de la Rendición de Cuentas, denunciamos una vez más las consecuencias graves de la escasa dotación de recursos para educación, producto de la actual orientación económica. 1) Locales insuficientes y en estado de deterioro en la mayoría de los casos. 2) Deficientes condiciones de higiene y salubridad. 3) Superpoblación de grupos, que afecta las posibilidades de aprendizaje. 4) Ausencia de suficiente material en laboratorios, bibliotecas y material didáctico en general, así como la imposibilidad de su actualización en relación a los avances tecnológicos. 5) Falta de personal administrativo y de servicio.

Se hace necesario reclamar a los poderes públicos que asuman su responsabilidad respecto de estos temas aumentando los recursos destinados a la educación.

Salario. Un docente por 20 horas de clase, que implican 40 o más horas de trabajo real para poder dictarlas (contando su preparación, corrección y

evaluación en general), no llega a cobrar más de 600.000 nuevos pesos al mes, en 1er. grado (la mayoría de los docentes). Esto lleva a la jubilación temprana de los docentes más experimentados, el multiempleo o la sobrecarga horaria (se dictan 40, 45 y más horas) para poder llegar a sobrevivir. Enfrentamos este año nuevamente el no pago de los salarios en condiciones normales a docentes interinos que ingresaron en marzo o aquellos que tienen más horas que el pasado año. A esto se suma el no pago de antigüedad a quienes lograron su efectividad vía concurso, que en algunos casos es de más de 15 años. Reclamamos: 1) Una Mesa de Negociación de un convenio salarial y laboral; 2) La obtención de un salario equivalente a la Canasta Familiar mínima.

Profesionalidad: Reclamamos el respeto a nuestra profesión con salarios acordes a las características de nuestro trabajo. Mejores condiciones laborales. Una política de concursos clara, ágil y que jerarquice la formación profesional. Reivindicamos nuestro derecho a participar en la toma de decisiones sobre los aspectos técnico pedagógicos de la educación.

Rechazamos el manejo político partidario de la educación.

Exigimos la regularización del pago de salarios a interinos y suplentes así como la antigüedad para los concursantes homologados.

Por la defensa del patrimonio nacional.

Contra el proyecto de reforma de la seguridad social.

Por mayores recursos, mejores salarios.

En defensa de la enseñanza pública

ADES CSEU PIT-CNT

ABRAZO FRATERNAL A CUBA SOCIALISTA para romper el bloqueo

HABLA FIDEL CASTRO

(el VIDEO que se debió ver en el P. Peñarol)

Informe de compañeros de 1º viaje de Solidaridad con Cuba

JUEVES 21 de MAYO • HORA 19:30
SINDICATO DE ARTES GRAFICAS - YAGUARON 1114 casi DURAZNO

COMITE de
DEFENSA de la
REVOLUCION CUBANA en URUGUAY

26 DE JULIO EN CUBA

Inscribete en el 2º Viaje de Solidaridad con Cuba

INFORMES: YAGUARON 1114. Jueves hora 20 (Reuniones Plenarias abiertas del CDR) Tel. 91 06 23

Alerta a tres millones de uruguayos

Trabajadoras y trabajadores, niños, jóvenes y ancianos.

Jubilados y pensionistas.

Enfermos, accidentados, lesionados y por enfermarse.

Socios, empresarios y cooperativistas.

Trabajadores rurales y domésticos, obreros de la construcción, zafrales y ambulantes, etc., etc., etc..

El gobierno quiere imponer de apuro y gravemente, con un proyecto principal y otros proyectos y decretos sobre "seguridad social", un sistema de inseguridad social, proponiendo:

1. Rebajar los montos de jubilaciones y pensiones y aumentar los años y las dificultades para obtener los beneficios de la seguridad social; obligando a trabajar casi hasta la muerte para tratar de cobrar algo más y poniendo más trabas a jubilaciones por enfermedad, accidente o incapacidad, etc.; eliminando la asignación familiar a miles de niños y perjudicando más a las mujeres trabajadores, encareciendo y dificultando la atención de salud a la población.
2. Hacemos responsables y culpables de la evasión patronal (pública y probada) que es responsabilidad:
   - del gobierno actual y anteriores
   - de las empresas evasoras (nos descuentan y no pagan al BPS, cobran en los precios de venta, las cargas sociales y no lo aportan en la mayoría de los casos
   - del actual (y anteriores) directorio del BPS que:
     - como administrador y cobrador es malo
     - como servicio público es peor por no escuchar las propuestas de sus propios trabajadores
     - no sabe por cuales trabajadores aportan las empresas
     - nunca ejecutó a ninguna empresa fraudulenta.
3. Crear un sistema inconstitucional de casi imposible jubilación para cientos de miles de trabajadores en base al aporte (cotización efectiva) que por la evasión no se hizo y por tanto, hacernos caer en una pensión a la vejez, rebajada en su monto y recién a los 70 años.

   La otra posibilidad es caer en un fondo inseguro e individualista de bajo monto y sin garantías para el trabajador.
4. aumentar las dificultades a los jóvenes para

conseguir trabajo, favorecer la ida del país de miles de uruguayos y perjudicar la eficiencia de las empresas, al obligar a trabajar casi hasta morirse a sus trabajadores.

5. impedir a los actuales jubilados (trabajadores de ayer), lograr en los próximos 3 años, justas mejoras
   - las votadas por el 85% de los uruguayos en 1989 de aumentar jubilaciones según salarios, con la pauta de rebaja brutal del 35%, con el 5% a públicos, con la caída del Salario mínimo nacional, con los desequilibrios producidos si no hay más Consejos de Salarios ni convenios legalizados;
   - las necesidades de mejorar a 500.0000 jubilados y pensionistas que cobran menos de N$ 400.000; de cobrar su justo aguinaldo como lo cobramos los trabajadores y de tener una buena atención de salud cuando más la necesitan.

6. dejarle en manos del gobierno, directa o indirectamente, decisiones principales por ejemplo·
   - montos jubilatorios por su iniciativa de cambiar la tasa de interés,
   - justificación años trabajados,
   - tiempo y monto del seguro de paro.

7. limitar atención de salud de cientos de miles de uruguayos al aumentar cuotas mutuales al liberarlas, aplicarles IVA a servicios médicos y rebajar 25% el pago de Disse a mutualistas.

8. obligarnos a trabajadores y jubilados a ser los únicos en financiar el seguro de paro y al mismo tiempo proponer la rebaja de aportes patronales a la seguridad social.

9. aumentar los precios y rebajar beneficios y servicios a toda la población, al eliminar exoneraciones imprescindibles a iglesias, cooperativas, clubes deportivos, mutualistas, gremios, comisiones escolares y vecinales, muchas radios del interior (además: pérdida de puestos de trabajo)

10. contratar una empresa extranjera (puede ser SONDA u otra) para resolver con ella la inseguridad social de 3 millones de uruguayos

11. continuar aumentando impuestos al trabajadores y la producción.

12 hacemos creer que hubo acuerdo con otros partidos políticos y grupos sociales, cuando cada día hay más rechazo en toda la sociedad, presentando el gobierno un proyecto peor que lo que nos dejó la dictadura hasta hoy

13. Queremos convencer que por haber votado casi 2 millones de uruguayos la reforma jubilatoria. enero/1989, hay crisis financiera cuando en verdad si el estado y los patrones pagaran lo que deben y el BPS administrara bien, habría superhabit y además propone dejar fuera del sistema a las cajas militar y policial que son las mas deficitarias y las que reciben mas asistencia del gobierno.

14. convencernos que:
    conviene vivir peor
    para morirse antes
    para tratar de cobrar algo
    y hacerle caso al Banco Mundial - BIRF cuando ordena "Los trabajadores tendrán que trabajar más años y recibirán jubilaciones menores ..."

Recomendaciones al gobierno uruguayo del Presidente del BIRF. Punto 38 - Año 1989.

Iniciativa nacional sobre Seguridad Social

El PIT-CNT rechaza el proyecto llamado de Seguridad Social a consideración del Parlamento con carácter de urgencia para tratar en solo 3 meses.

En función de la situación generada en el país, de la importancia del tema y de la necesidad de encontrar caminos amplios y nacionales de solución para una verdadera reforma de la Seguridad Social, realizamos esta propuesta abierta a la consideración de todos los sectores sociales y políticos del país.

Consideramos que la Seguridad Social es un problema para los 3 millones de uruguayos y que debe considerarse globalmente, no separándose la reforma jubilatoria de las prestaciones a trabajadores (Seguro de Paro, de Enfermedad, Asignación Familia, etc.) ni de la gestión y administración del BPS. Por lo mismo alertamos sobre el proyecto jubilatorio pero también sobre otros proyectos paralelos sobre el tema, así como algunos decretos ya vigentes.

PROPUESTA

A. Derogar el carácter de urgencia con el compromiso de buscar en un plazo de 9 meses, la posibilidad de elaborar un nuevo proyecto nacional global de Seguridad Social, considerando todo lo elaborado hasta el momento.

B. Durante este proceso de elaboración, proceder a:

- **Integrar el Directorio del Banco de Previsión Social con empresarios, jubilados y trabajadores, profundizando la mejora de su gestión.**
- **Integrar desde ya comisiones asesoras para cada área del BPS** y por cada centro departamental.
- **Comenzar la aplicación de las leyes** sobre registro obligatorio de empresas, contribuyentes y trabajadores, de refinanciación de deudas con el BPS (ambas aprobadas por unanimidad por el Parlamento), de modo de avanzar en el control y fiscalización, combatiendo la evasión, junto a otros mecanismos posibles.
- Estudiar seriamente las bases económicas y financieras de todo el sistema de Seguridad Social.

A los efectos de ir avanzando en esta iniciativa se ha resuelto:

Convocar un amplio foro sobre Seguridad Social en la Universidad de la República, invitando a organizaciones sociales, políticas, empresariales, Iglesia. Se realizará el jueves 14 de mayo a las 18.30 hs. en el Paraninfo de la Universidad.

Convocar una movilización conjunta de los trabajadores con los jubilados y otros sectores sociales en el Pcio. Legislativo, el 12 de mayo.

Jornadas en el interior del país.

Continuar con las reuniones y convocatorias ya iniciadas con organizaciones sociales, políticas, empresariales, etc.

Mesa Representativa del PIT-CNT
Aprobado por unanimidad 23/4/92.

Todo esto y mucho más puede pasar si nos quedamos quietos y mudos

El problema de la Seguridad Social
no son muchos jubilados
sino pocos trabajadores,
mucha evasión
y mala administración

Por una verdadera reforma para mejorar la seguridad social de 3 millones de uruguayos

No a los maquillajes
Aunque la mona se vista de seda,
mona se queda

PIT - CNT

9203823

IV INTERNACIONAL POSADISTA

Manifiesto del 1º de Mayo de 1992

- ✓ A los obreros y campesinos.
- ✓ A los trabajadores de los ex-Estados Obreros y la URSS.
- ✓ A la vanguardia revolucionaria, comunista, socialista, nacionalista antimperialista.
- ✓ A las masas de Cuba Estado obrero, de China, Vietnam, Corea del Norte, Mongolia.
- ✓ A Fidel Castro y la dirección revolucionaria cubana.
- ✓ A las masas explotadas del mundo.

22 DE ABRIL DE 1992

La historia desenvuelve el último tramo en el camino de la liberación humana, y con ella la naturaleza, el universo y el cosmos. El sinceramiento del proceso de la lucha de clases, en la via del triunfo del socialismo, califica y determina esta etapa. La reconstrucción de la dirección mundial de la revolución, ha comenzado. Se ha roto todo lo que oprime y reprime el ser humano. Se ha logrado, con el sinceramiento histórico, hundir la función de atraso y contención de una casta, la burocracia, usurpadora del primer Estado obrero: la URSS.

El capitalismo en su fase tanto superior como última: el imperialismo, no es ejemplo ni referente del proceso de progreso de la historia. La humanidad no ve ni siente en él un estímulo a formas armoniosas de vida.

LA CAIDA DE LA BUROCRACIA NO AFIRMA EL CAPITALISMO

Los progresos en la ciencia, el arte, la técnica, la medicina, el deporte, etc, no son obra del sistema capitalista, sino que la humanidad los asume como propios y fuera del sistema de propiedad privada, del estímulo material, de la acumulación explotadora. La humanidad siente que son logros de la inteligencia humana y como tal están unidos indisolublemente al progreso como género humano.

Por eso no se puede afirmar el sistema capitalista a pesar de la caída de la burocracia, a pesar de la debacle de gran parte de las direcciones que se hacían llamar "comunistas o socialistas". Por eso no existe un nuevo orden mundial imperialista, sino el Desorden mundial del sistema, estimulado por la excitación que en él produce la caída de las direcciones burocráticas de los Estados obreros degenerados; aunque sin poder aprovecharla, históricamente, para romper el progreso de la humanidad en la lucha por el socialismo.

La IV Internacional (trotskista-posadista) saluda en éste 1º d Mayo, en primer lugar:

Al proletariado soviético, a las masas trabajadoras de la URSS y los demás ex-Estados obreros, que están reorganizando la lucha por el socialismo a pesar y contra la corrupta burocracia contrarrevolucionaria, que intenta afirmar un golpe contrarrevolucionario en los Estados obreros y la URSS para volver al capitalismo.

Al proletariado de los países desarrollados del sistema capitalista que tienen que defender el derecho a la vida y al progreso en el estómago mismo del sistema capitalista.

A los miles de millones de obreros, campesinos, empleados, profesionales, militares, pequeños y medianos productores que, en los países del 3º Mundo, en la lucha por la dignidad humana y la vida, desarticulan los planes y objetivos del imperialismo e impiden la estabilización de la explotación capitalista.

A las masas de Irak, Libia, Líbano, palestinas, de Medio Oriente.

A las masas de los Estados obreros de **China, Vietnam, Corea del Norte, Mongolia, Angola.**

Y saludamos, finalmente, a las masas y dirección cubana, que están dando el ejemplo con su seguridad histórica en la defensa de su dignidad y lucha por el socialismo.

Nunca antes en la historia se había producido un acontecimiento tan profundamente contradictorio en el que, desaparece en la forma la primera experiencia de la humanidad en el camino al socialismo: el Estado obrero degenerado por la burocracia soviética con todas sus consecuencias; y al mismo tiempo, la humanidad se conmueve hasta sus cimientos, sin paralizarse, aterrorizarse o retroceder.

Este acontecimiento que hoy vivimos, es único en la historia de la humanidad, y confirma en la plenitud completa que "**El socialismo es una necesidad de la vida**", como dijo el camarada J. Posadas "**con todas sus consecuencias**".

(sigue en página 2)

Las consecuencias eran las direcciones burocráticas, corruptas que se apoyaban en el Estado obrero como una **sanguijuela para chuparle la sangre y vivir de él**; direcciones que exportaron su "modelo degenerado" de concepción de la vida, de la política, de un "socialismo real". Direcciones que en el mundo se apoyaron y vivieron de esa degeneración política y social. Como las que, decepcionadas, abandonan la lucha de clases como un elemento de progreso y motor de la historia para sumarse a la sociedad capitalista y encontrar que "sólo hay que mejorarla", más nunca cambiarla por un "socialismo que fracasó", según ellos.

Son las capas primarias de la revolución, que no viniendo del campo del marxismo científico ni del proletariado organizado, se construyeron en la concepción stalinista, burocrática y de aparato; y que hoy caen bajo el peso de su principal contradicción: el empuje del Estado obrero y la revolución socialista mundial sobre los cuales necesariamente se tuvieron que apoyar, pero que ya no lo soportaban más. Por el otro lado, las consecuencias revolucionarias de progreso regenerativo (en el caso de la URSS) que ello traía y las perspectivas y aspiraciones burguesas, capitalistas de ellos y que el Estado obrero no podía darles.

Allí están y en el camino quedaron los hijos de la burocracia que nunca soñaron con ser revolucionarios, socialistas o marxistas. Allí quedaron como los jóvenes de la Plaza de Tiennamen, como los "jóvenes perestroikos" que aspiran y quieren ser clase burguesa al interior de la estructura del Estado obrero soviético y que no pueden ser otra cosa que desclazados o simples monigotes para la burguesía capitalista. La perestroika se apoyó, en un inicio, en el principio correcto de "más socialismo", justificando con eso, ante las masas soviéticas, un cambio en la dirección correcta de la historia; es decir, el proceso regenerativo parcial de la URSS, que pasaba por los derechos democráticos de las masas.

En su lucha interburocrática, Gorbachov, utilizó todos los métodos para eliminar a sus viejos "amigos" del PCUS y del Estado obrero. Pero esta capa tecnoburocrática utilizó un proceso natural de progreso para desenvolver el intento final de desmantelar el Estado obrero. Allí estaba la justificación para poder desplazar primero a sus "pares" de la burocracia y ganarse una base de sustento político al interior de las masas. Y segundo, organizar la destrucción de la economía planificada, devolver la propiedad de la tierra, romper el funcionamiento de las empresas del Estado en la producción industrial, romper el monopolio del comercio exterior, la centralización del aparato financiero y la función planificadora del Estado.

Todo eso que permitió en los primeros 7 años de la revolución, con Lenin y Trotsky, los bolcheviques y los verdaderos soviets, al joven y asediado Estado obrero soviético romper el bloqueo mundial del sistema capitalista, aunque no impedir el desarrollo y posterior triunfo de la burocracia stalinista sobre la joven URSS.

EL TRIUNFO DE LA EXPERIENCIA HISTORICA DEL ESTADO OBRERO

La humanidad hoy, desenvuelve la lucha por reconstruir la dirección, partiendo de la conciencia comunista instalada. No se detiene en la caída final de las burocracias usurpadoras, sino que extiende su lucha por tirar abajo al sistema capitalista y con él a todo lo que oprime y reprime al ser humano.

Esos son los procesos de Asia, Africa y América Latina. Que también se dan al interior de Estados Unidos, de Europa, de la ex-URSS y demás Estados obrero. **No hay un avance o triunfo social, histórico del sistema capitalista. Como no hay tampoco, un sólo retroceso en la lucha de clases a nivel mundial.**

La experiencia que significó el primer Estado obrero de la historia sigue vigente en el mundo, en Cuba socialista, en los progresos de la dirección cubana y Fidel Castro, en la discusión sobre la necesidad de progreso del Estado obrero chino y su reafirmación en la perspectiva socialista, aún con las contradicciones de la dirección del Partido comunista chino en relación a los métodos y formas de desenvolver la economía. Y en los progresos de Corea del Norte y la firmeza en la perspectiva socialista de la humanidad, como Vietnam y Mongolia.

En la URSS, que formalmente ha desaparecido, sigue vigente y vivo en las masas soviéticas y en el 90% de su economía, las normas y formas del Estado obrero. Ni la contrarrevolucionaria burocracia de Gorbachov y Yeltsin, ha logrado destruir las estructuras; ni el sistema capitalista ha podido intervenir económicamente o se ha animado a hacerlo militarmente, porque siente que, el proletariado soviético aún no ha tomado formas concretas de intervenir en la defensa de la conquista histórica que es el Estado obrero.

La URSS se extendió al resto del mundo desde 1917 al 24, pero no encontró las bases históricas que le permitieran afirmarse en el mundo, en ese momento. La debilidad del proletariado organizado, las derrotas de la revolución alemana, húngara, etc, le permitieron al capitalismo ganar tiempo que, con Stalin, la burocracia y el "socialismo en un sólo país", se transformaron en plazo en la historia. Pero no pudieron eliminar las bases del progreso social inevitable que es el socialismo.

Después de la 2° guerra mundial crecieron los Estados obreros en Europa, con el apoyo del ejército soviético, al mismo tiempo que Stalin entregaba las revoluciones en Francia, Italia, Grecia. La burocracia conciliaba con el capitalismo, entregaba revoluciones y asesinaba a direcciones comunistas en Alemania, Polonia, Checoslovaquia, etc. Pero no pudo contener la extensión del Estado obrero soviético, aún en forma militar.

Hoy no ha podido hacer la contrarrevolución en forma estructural, ha hecho un crimen político con el objetivo de destruir la base de seguridad del proletariado y las masas de los Estados obreros y la URSS. Pero al no ser clase burguesa, capitalista, no tiene fuerza histórica propia. Entonces la crisis dentro de la ex-URSS se le vuelve contra, en los enfrentamientos y luchas étnicas, de nacionalidades y repúblicas independientes que son incapaces de sostenerse solas y dependen del funcionamiento centralizado de la ex-URSS. O en las crisis permanentes y luchas de sus "parlamentos" y gabinetes ministeriales donde están los mismos de ayer, con los

(sigue en página 3)

mismos intereses de casta, la misma estupidez y naturaleza histórica. Porque son una casta innecesaria al progreso de la historia, sin justificación de existencia con mentalidad burocrática y aspiraciones burguesas, que al capitalismo le costó 400 años crearla y sólo fue superior en el proceso concentrado de producción frente al feudalismo, pero que fracasó en el desarrollo social de la humanidad. La crisis actual del sistema capitalista es el referente histórico.

Las masas y el proletariado soviético, en este 1° de Mayo, están en un proceso de reorganización. La desaparición del PCUS, los soviets, los sindicatos de la vida de la población, es ahora un aliciente a la lucha por organizar el verdadero PCUS, sindicatos y soviets. Hoy se plantea volver a los 7 primeros años y ya están dándose pasos gigantes en ese sentido en la URSS.

Yeltsin como Gorbachov se apoyan en una necesidad objetiva de centralización de la estructura soviética existente. Por eso son los que defienden a la CEI, como antes a la Comunidad de Estados soberanos, que son formas regresivas del Estado obrero, pero que no lo disuelven en la estructura inmediata de funcionamiento. Tanto Yeltsin como Gorbachov -la rueda de repuesto y emergencia de la burocracia y del capitalismo- tienen un cordón umbilical con la estructura del Estado obrero.

El Estado obrero, organismo de transición, mostró su total vigencia y capacidad de desarrollo porque no sólo sobrevivió a 67 años de stalinismo y burocracia, sino que, su estructura social de progreso resiste a la contrarrevolución. Mantiene a pesar de Yeltsin y Cía, su fuerza histórica y encontrará la respuesta a la crisis de crecimiento en el proceso regenerativo, en la revolución política.

Ese es el camino objetivo, estructural de la URSS. Los actores actuales de la burocracia, sean de Georgia, de Moscú, etc, sólo representan una casta dirigente del ex- Estado obrero degenerado. No representan el progreso bajo ninguna forma, han quedado fuera de la historia porque no pueden cambiar su naturaleza; así como tampoco pueden ser clase burguesa y capitalista socialmente, a pesar de que lo sienten hasta lo más profundo de sus podridos huesos.

Como en 1917, las masas soviéticas, en alianza con los pueblos del mundo, sabrán conmover cielo y tierra en el progreso al socialismo.

LOS COMITES DE DEFENSA DE LA REVOLUCION CUBANA, LOS SINDICATOS, EL PARTIDO Y LA INTERNACIONAL COMUNISTA

En este 1° de Mayo la lucha de los pueblos del mundo por el progreso, se diversifica en los objetivos inmediatos. La defensa de las conquistas sindicales va acompañada de la defensa de la vida misma, de la naturaleza, del cosmos, de la existencia, que el sistema capitalista destruye permanentemente en el universo. Hoy defender la vida de cientos de millones de niños, de ancianos condenados a muerte por el sistema, no es sólo obra parcial de la vanguardia de las masas, sino tarea de toda la humanidad.

Ese frente objetivo que se desenvuelve desde los mismos centros imperialistas del sistema, lo asumen todas las fuerzas revolucionarias y progresistas. Va desde la defensa de la naturaleza, de los ríos, del campo y bosques, los mares y nieves, a las ciudades, barrios, calles.

Hay una conciencia global de la humanidad de preservar la vida. El capitalismo no sólo que no tiene interés real en "invertir" en ello porque no le da ganancia, sino que, estructuralmente no puede resolver problemas que son inherentes a una sociedad justa, armónica, sin diferencias sociales ni explotados.

En esta etapa de la historia que se ha abierto, las fuerzas de impulso, de progreso social, cultural, científico, revolucionarias, tienen que romper y terminar de hundir todo lo que oprime y reprime la humanidad.

Ahora salen los Fukuyama, agoreros del fin de la conciencia humana, que en base a la arena que tienen en el cerebro, descubren que vivimos la etapa del "fin de la historia". Se apoyan en Hegel y su idealismo, para intentar impedir el progreso científico de la filosofía que hicieron Marx y Engels y de su aplicación en la práctica y la teoría como un sólo camino de progreso con Lenin y el Partido bolchevique, con Trotsky y el proceso permanente de la revolución socialista, con J. Posadas y la unidad de pensamiento y acción en la realización política de que la humanidad está apta para el comunismo, porque ya es comprendido como "una necesidad de la vida".

Sindicato- Partido-Internacional Comunista son hoy una necesidad imprescindible para el progreso social e histórico de la humanidad. En este 1° de Mayo es la construcción de la dirección, en las tres formas orgánicas, la tarea de la vanguardia y de las direcciones honestas.

Todas las corrientes, partidos, dirigentes que abandonaron y abandonan la lucha por este objetivo, van al basurero de la historia. Las direcciones de los Partidos comunistas que se apoyaban en la URSS, el PCUS, en los aparatos de la burocracia, como aquéllos en Moscú, ahora descubren su pensamiento "perestroiko", socialdemócrata burgués. Defienden la democracia burguesa como una concepción de la existencia y un logro en sí mismo. Defienden el derecho a "morirse de hambre en libertad" y la división de la sociedad en clases, etc.

Desertan de un comunismo en el que nunca creyeron ni se preocuparon de aprender porque la vigencia del Estado obrero les solucionaba todo. Hoy tienen que arremangarse los pantalones y meterse en la lucha de clases y en la perspectiva revolucionaria, sin alianzas con la burguesía, como en Italia o en Brasil; y entonces desertan, abandonan la dignidad humana para refugiarse en el pozo negro del capitalismo. Pero las bases, las masas comunistas no, y reorganizan sus intrumentos, sindicatos y partidos.

En este 1° de Mayo, el sinceramiento de la historia, con la caída de todo lo que oprimía y reprimía la conciencia de la humanidad es salto y concreción dialéctica.

En América Latina se desenvuelven procesos que, dialécticamente unidos, muestran que con Cuba socialista a la cabeza, hay toda una recomposición y reorganización de las masas. Que esto se expresa en la crisis de la "democracia negra formal" del sistema capitalista. En que corrientes que vienen de la pequeño burguesía, de los militares nacionalistas antimperialistas, desenvuelves una crisis del sistema que ante las masas es

(sigue en página 4)

forma de progreso objetivo, sinceramiento también que permitirá la reorganización de los instrumentos de clase.

En toda América Latina se están reorganizando las Centrales Sindicales, los sindicatos y organizaciones de base como los COMITES DE DEFENSA DE LA REVOLUCION CUBANA (CDR), partiendo de la actual realidad histórica; sin las trabas burocráticas de antes ni los blandengues políticos que terminan "perestroikos" trasnochados sin representación social. (En la URSS eran los tecnócratas y la capa de funcionarios que suman 40 millones), y con el estímulo de la lucha mundial por el progreso. Como en Italia que se expresa en el éxito electoral de Refundación Comunista, en Grecia con la política del PC griego y el avance electoral de los socialistas, en Francia con el PCF y su independencia de clase frente al PS y la búsqueda de ser un polo mundial del progreso al socialismo. Y en España con la crisis de Izquierda Unida, los progresos al interior del PCE, como también de las corrientes de clase en el PSOE, en los sindicatos y Centrales que se enfrentan a la crisis de la modernización e integración de España en el MEC. En la vanguardia comunista yugoslava, que toma la iniciativa en la defensa del Estado obrero y propone el Frente Unico Balcánico con Grecia. En la lucha del pueblo líbico, en la dignidad de Irak, Siria, las masas palestinas, que en la lucha por su derecho nacional, impulsan el objetivo antimperialista en todo Medio Oriente. Y en una gran parte del pueblo israelí, que no se somete a la política sionista imperial, agente de los yanquis, de su gobierno.

En este 1º de Mayo saludamos a los que dentro de la ex- URSS organizan el Partido, los sindicatos, los soviets, el Konsomol de jóvenes comunistas. A los cuadros comunistas del Ejército rojo, que como en la economía centralizada, siguen siendo garante de la reconstrucción del Estado obrero.

Extendemos nuestro saludo comunista a la vanguardia proletaria de Polonia, Hungría, Checoslovaquia, Bulgaria, Rumania que a pesar de que las direcciones burocráticas entregaron los Estado obreros, hoy se están reorganizando y no dejan retroceder al sistema capitalista las conquistas del Estado obrero.

Saludamos en este 1º de Mayo al compañero Fidel Castro, al gobierno, Partido Comunista, a los Comités de Defensa de la revolución cubana (CDR) de Cuba, por la defensa incondicional, sin concesiones del socialismo y la perspectiva comunista de la humanidad. Por lo que ello significa en el proceso de progreso de la historia, de la seguridad de un pequeño (numéricamente) pueblo como el cubano, que asume con total naturalidad que **EL DERECHO AL PROGRESO DE CUBA ESTA LIGADO AL DE TODA LA HUMANIDAD.**

Saludamos a los camaradas de la IV Internacional (trotskista-posadista) que organizados en el instrumento que nos dejó nuestro maestro, desenvolvemos la función de "Bien público de la humanidad", para la construcción de la Internacional Comunista de masas, de los CDR, de los Partidos que encaren esta tarea sin concesiones, con la seguridad política y la alegría de progreso infinito de la humanidad. A los camaradas Posadistas cubanos que en la defensa incondicional del Estado obrero y su progreso socialista, expresan junto a Fidel Castro, las masas y el Partido comunista, el progreso de Cuba.

En esta tarea tenemos el apoyo de millones de comunistas posadistas en todo el mundo que no están organizados en nuestra Internacional, pero que como nosotros, Cuba y su gobierno socialista, el proletariado comunista en la URSS y los demás Estados obreros, comunistas griegos, franceses, italianos, portugueses, españoles, alemanes, rumanos, polacos, brasileros, peruanos, chilenos y argentinos, luchan concientemente por una sociedad sin clases, explotados ni explotadores.

Eso muestra, que como dijo J. Posadas, "la humanidad está apta para el socialismo". Que no es necesaria la función de mostrar lo criminal del sistema capitalista porque eso ya está instalado en la cabeza de la humanidad, sino cómo organizar la caída final del imperialismo y el capitalismo con los menores gastos sociales construyendo mundialmente la sociedad socialista.

Este es el mejor homenaje que hace la historia objetiva a los Mártires de Chicago. Ellos enarbolaron en su momento la decisión humana de progreso, de que la libertad está ligada al socialismo como la carne al hueso, que el progreso es colectivo; que la historia es colectiva, socialista y comunista.

Hemos entrado en una nueva etapa de la humanidad, que supera la anterior porque va eliminando todo lo que oprime y reprime la conciencia humana: capitalismo y burocracia.

Esta última ya cayó, ahora la tarea es enterrar al capitalismo y su cabeza mundial, el imperialismo.

VIVA EL PROLETARIADO SOVIETICO Y LA REORGANIZACION BOLCHEVIQUE.

VIVA EL FRENTE UNICO MUNDIAL ANTIMPERIALISTA.

VIVAN LOS PROGRESOS DE CHINA, VIETNAM, COREA ESTADO OBRERO.

VIVA LA SEGURIDAD HISTORICA SOCIALISTA DEL PUEBLO GOBIERNO REVOLUCIONARIO DE CUBA SOCIALISTA.

VIVAN NUESTROS MAESTROS MARX-ENGELS-LENIN-TROTSKY-POSADAS.

VIVA LA INTERNACIONAL COMUNISTA.

VIVA EL 1º DE MAYO Y LAS MASAS TRABAJADORAS DEL MUNDO.

22 de abril de 1992

JOEL HORACIO
por el Secretariado Internacional de la IV Internacional (trotskista-posadista)

GRECIA: Buró Europeo SILIS 109 B - ANO LIOSIA 13341 ATENAS
BRASIL: F.O. Caixa Postal 4544 - Brasilia, DF
URUGUAY: Daniel Muñoz 2287 Montevideo - tel: 49-4650
ARGENTINA: Matheu 76, (1082) Buenos Aires - Tel: 952-3623
FAX: 952-3623

Impreso en: Agencia Periodística CID, Av. de Mayo 666, Tel. 343-0886/1903/2364/2471/2814/3661, Buenos Aires, Argentina.

"EL SOCIALISMO ES UNA NECESIDAD DE LA ORGANIZACION DE LA VIDA"

SUPLEMENTO

J. Posadas

Frente Obrero

ORGANO DEL PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO - P.O.R
(Trotskista - Posadista) Co fundador del Frente Amplio
Abril de 1992 - D. Muñoz 2287 Montevideo - Uruguay

El levantamiento militar del 4 de febrero en Venezuela y el proceso ininterrumpido de la Revolución Latinoamericana

JOEL HORACIO — *9 de marzo de 1992*

Presentación

Ofrecemos a los lectores este documento del dirigente de la IV Internacional Posadista Joel Horacio para, a partir de su lectura, desenvolver sobre apoyo científico la comprensión del proceso revolucionario en A. Latina. El Golpe en Perú es una expresión contundente de la incapacidad de la burguesía latinoamericana para desarrollar mínimamente estos países. La base de la denominada inestabilidad institucional está en el atraso económico y la dependencia del imperialismo. El único país que se ha desarrollado en A. Latina ha sido Cuba, sobre la base de la estatización, la planificación de la economía y la intervención democrática revolucionaria de la población. El sistema capitalista, el imperialismo -Venezuela bajo una forma Perú de otra, junto al resto de los países- no pueden mostrar ningún ejemplo que de satisfacción al progreso de los pueblos. Cuando en Uruguay maduran las condiciones para un Gobierno del Frente Amplio apoyado en el movimiento obrero nucleado en el PIT - CNT, es necesario un análisis y una discusión a fondo de la experiencia del Gobierno de C.A. Pérez en Venezuela y de las repercusiones posteriores que ha tenido su política económica de sometimiento al imperialismo. Es por esta razón que la Redacción de FRENTE OBRERO publicada este suplemento de FRENTE OBRERO. 10 de abril de 1992.

El sistema capitalista en su conjunto tembló en todo el mundo y especialmente en Latinoamérica con el levantamiento militar del 4 de febrero en Venezuela.

El olfato de la clase explotadora sintió que detrás de la acción del llamado Movimiento Militar Bolivariano se expresaba una realidad explosiva y revolucionaria no sólo de las masas venezolana sino →

de toda Latinoamérica.

Si el intento de golpe triunfaba hubiera habido una guerra civil. Porque el imperialismo levantó en Fort North, Panamá, aviones y helicópteros que venían sobre Caracas. Ese fue el arreglo, por eso el golpe fracasó. Fracasó porque un sector importante del ejército dijo: «paren porque acá nos invaden».

Los carapintadas se quedaron en Argentina y muy lejos de lo que es un proceso vinculado a las masas. Los bolivarianos venezolanos, en cambio, hicieron llamadas al movimiento estudiantil, a los obreros.

El miedo pánico con que reaccionaron los gobiernos de Latinoamérica y del resto del mundo, no correspondía solo a una solidaridad «democrática» con el presidente Carlos Andrés Pérez, sino a una reacción objetiva de clase. Porque la crisis militar, el programa de una capa muy grande de militares jóvenes que no llegó a conocerse totalmente pero que estuvo en la proclama, no dejaba dudas del *sentido nacionalista* revolucionario y antimperialista del levantamiento militar. Que buscaba un frente popular con la población bajo un programa que no era liberal, neoliberal, ni capitalista de desarrollo. Esto espantó al imperialismo y a las burguesías del mundo.

Nada más alejado de la realidad que tildar al movimiento de la oficialidad joven de las Fuerzas Armadas venezolanas, de pinochetista. Por el contrario, éste expresa centralmente tres cosas: el fracaso del desarrollo capitalista, de la constitución de una burguesía nacional con intereses en el mercado interno y del país; la crisis de los sindicatos, de la CVT, la ausencia de decisión de los organismos de la clase obrera, de los partidos y movimientos de izquierda; y la situación mundial de disgregación de la burocracia soviética y del movimiento comunista mundial. Entonces, la necesidad de una salida busca y toma las cauces que en la etapa del 60 y 70 dieron origen a movimientos militares: El movimiento de Velazco Alvarado en Perú, Rodríguez Lara en Ecuador, J.J. Torres en Bolivia, Torrijos en Panamá, así como el gobierno de Cámpora en Argentina y Allende en Chile.

La situación histórica actual no es la misma de los años 60 y 70, por la crisis de crecimiento mundial de la lucha de clases que hace desaparecer al tapón de la historia que es la burocracia soviética. Al mismo tiempo que se desmorona el sistema capitalista -la corrupción en Japón, Estados Unidos, Italia- el «partero de la historia» como habló Marx del proletariado, aún no ha dado la nueva dirección mundial de la lucha por el socialismo.

EL GOBIERNO DE ANDRES PEREZ NO ES REACCIONARIO

El gobierno de Carlos A. Pérez con una trayectoria antimperialista democrática, surgió de un triunfo electoral de casi el 60% de votos. Fue producto de una reacción de las masas venezolanas ante el descalabro del anterior gobierno de Acción Democrática J. Lusinchi que continuó la política de su antecesor Luis Herrera Camping, Demócrata Cristiano (COPEI) y que significó una mayor pauperización de las masas y aumento de a corrupción. Pero CAP no representa a los sectores reaccionarios y proimperialistas, a una burguesía por otra parte «la más estúpida del mundo», como calificara a la venezolana, el camarada Posadas.

El primer gobierno de Pérez fue por el contrario el impulsor de la planificación de la economía, de elevar y centralizar el papel del estado venezolano, de un programa de nacionalización y desarrollo de la industria básica del país, de la zona del Sidor venezolano, complejo metalúrgico de transformación de metales etc. Que en base a la estatización del petróleo aseguró una política de planificación y desarrollo, donde el Estado llegó a tener una incidencia del 60% del PBI.

Una política nacionalista basada en una pragmático programa de base socialdemócrata que, terminando en el desarrollo de la burguesía nacional, se desenvolvía con una base política de masas populista y en la economía desarrollista del mercado interno afirmado en la intervención y planificación del Estado.

Por eso la política exterior de Carlos A. Pérez siempre se basó en una postura nacionalista antimperialista. He aquí la posición sobre América Latina, sobre Cuba, frente a las dictaduras y en acoger a miles de refugiados políticos. Incluso sobre los problemas limítrofes con Colombia y Guayana, en la OPEC, la ONU, etc.

El populismo de C.A. Pérez tiene su base en que para aplicar un plan económico independiente del imperialismo, se apoyó en los orígenes de su partido: Acción Democrática de R. Gallegos, de Bentancour, de bases políticas antimperialistas que pudieron desarrollarse en América Latina por la crisis de los Partidos comunistas, la política del stalinismo de la década del 30.

Apoyado también en la política de Haya de La Torre en Perú con la APRA, vertiente peruana de la Alianza Popular Indoamericana, que tuvo su origen en la revolución mexicana, en la lucha por la reforma estudiantil, en el impulso que dio la Revolución rusa. Tuvo efecto también, la crisis que planteó el stalinismo con los crímenes de la burocracia soviética, como la influencia de la *oposición de izquierda* y León Trotsky, como continuador político del Estado obrero soviético, sobre toda una capa de intelectuales y jóvenes dirigentes en América Latina. Es por estas consideraciones que tanto en México, Perú como Venezuela se desenvolvieron, al interior de estas direcciones de origen pequeño burgués e intelectuales, corrientes marxistas y trotskistas.

Es necesario esta pequeña y al vuelo reseña histórica de los orígenes del Partido Acción Democrática, como del mismo APRA y de C.A. Pérez, no sólo como parte de la objetividad política e histórica del análisis, sino para poder comprender el proceso. Porque ello explica a su vez el fracaso en las posibilidades burguesas capitalistas, tanto como las perspectivas históricas materiales de progreso de estas corrientes que, teniendo su estructura básica en la fuerza de la lucha de clases, en el marxismo, en el ejemplo y seguridad de la Revolución rusa del 17, del primer Estado obrero, fueron aplastadas sea por la política de la burocracia stalinista como por el desarrollo al interior, de corrientes socialdemócratas burguesas, de un capitalismo de estado bueno.

En Venezuela los frentes que incluían a marxistas, socialistas, comunistas, Acción Democrática, etc. tienen historia en el rótulo que la burguesía le puso a los últimos y que queda hasta hoy, porque el término ADECO incluída Acción Democrática comunista. Frentes que fueron en su base mismo más consecuentes por las bases en la formación de los sindicatos y la Central de Trabajadores de Venezuela, en la lucha contra la dictadura de Pérez Giménez, en el levantamiento popular del 2 de enero del 57 que ganó los derechos democráticos, pero no el derecho a una vida digna.

En la historia venezolana están los levantamientos armados de Carúpano, de Puerto Cabello, etc, movimientos nacionalistas antimperialistas de las FFAA, pero que no tenían en su estructura la experiencia política y una base de apoyo organizado en la población junto a otras condiciones históricas.

Hoy, el fin de las burocracias contrarrevolucionarias de los ex-Estados Obreros y la URSS, la desintegración del PCUS y parte de los Par-

tidos comunistas en el mundo, junto a los progresos del Estado obrero cubano, de China, Viet-Nam, al hecho de que en ninguna parte del mundo el sistema capitalista derrotó a las masas, aplastó social u económicamente a la perspectiva socialista de la humanidad, crea condiciones para estos intentos de salida a la crisis social, de disgregación de las relaciones humanas que hace el sistema capitalista.

La política exterior del gobierno venezolano de Pérez, especialmente su actitud frente a Cuba socialista, no representa los intereses del FMI ni del imperialismo yanqui. Por el contrario, fue en Guadalajara o Conzumel donde junto a México y Colombia, expresaron, aunque tibiamente, el apoyo inmenso a Cuba socialista por parte de las masas del mundo y de Latinoamérica. Y más recientemente en la abstención del voto contra Cuba en la Comisión de Derechos humanos de la ONU en Ginebra.

Esto que es una medida de independencia interesada frente al imperialismo y los centros del sistema capitalista, tiene su base esencial en la necesidad objetiva de la defensa de los intereses nacionales de la burguesía frente a la centralización monopólica imperialista, como en responder a una base social que apoya Cuba socialista y su ejemplo. A legitimizar, en última instancia, tanto la incapacidad político económica del plan burgués de desarrollo, como su sometimiento «contranatura» al origen político de masas de esos gobiernos, que es al Plan Brady, al FMI, al imperialismo.

Hay una incongruencia política donde la política exterior no representa necesariamente la política interior. Mientras se entrega al FMI y las trasnacionales la economía y las perspectivas de desarrollo del país, en la política exterior se enfrenta tales monopolios imperiales.

Son, con diferencias de tiempos pero en un mismo espacio histórico, las políticas de Fujimori en Perú, de Menem en Argentina, de Lacalle en Uruguay, de Aylwn en Chile y del mismo CAP. Surgen apoyados en grandes movimientos electorales de masas antimperialistas, nacionalistas revolucionarios. De freno a las derechas reaccionarias y pro-yanquis, que como en Perú liquidan al candidato del sistema Vargas Llosa, en base a un político desconocido, el Ing. agrícola Fujimori, que recoge la votación de Izquierda Unida, del APRA y todas las masas, pero que al asumir el gobierno, liquidan el programa original por una transacción con el FMI, los yanquis, etc.

Las políticas de shock no son patrimonio de CAP, ni de Fujimori, Menem, etc, sino producto de un estadio de la historia, en el cual, las burguesías nativas no tienen opción de desarrollo nacional. Como analizó el cda. Posadas, estas burguesías llegaron tarde al reparto mundial del trabajo y los beneficios nacionales del capitalismo. Por eso entregan, venden, enajenan por decenas de años la posibilidad de un desarrollo propio nacional, liquidando las empresas básicas y el propio proceso de industrialización en aras de migajas en el reparto mundial de las trasnacionales, el imperialismo y el FMI. Hasta la propia estructura de las FFAA depende cada vez más de la tecnología y el sostenimiento del imperialismo.

Sobre este proceso actual tomamos un acápite del texto «El desarrollo económico, la democracia y la lucha por el socialismo en A. Latina», 11 de marzo de 1979 de J. Posadas en el que dice *«América Latina en la vía capitalista no puede desarrollarse. La riqueza petrolera es una fuente de desenvolvimiento del país si hay política y programa adecuado. Bajo el sistema capitalista esto no se puede hacer. Si los beneficios del petróleo están a disposición del desarrollo privado, enriquece a unos cuantos, y estos sólo tienen interés en invertir en lo que les da ganancia la que está determinado por la concurrencia mundial del mercado capitalista.*

Esto significa que tiene que hacer mil concesiones para tener acceso al mercado mundial y poder ganar. El capitalista no tiene interés en el desarrollo del país mientras que si es el Estado el que lo hace, desenvuelve la tecnificación, la agricultura, un programa de producción agrícola de acuerdo a las necesidades del país. Un programa de construcción de casas, caminos, hospitales. Así el país se beneficia y desarrolla económica y socialmente. Y socialmente después es más importante que económicamente, porque la población adquiere inteligencia y ésta determina lo que de hacer».

La política de Acción Democrática, de CAP, en su origen buscó desarrollar esta fase a través de un Estado nacionalista y antimperialista.

Hoy, la posibilidad de un nacionalismo desenvuelto en los márgenes de la política y perspectivas burguesas, está históricamente liquidado. La crisis de crecimiento de la historia, el balance objetivo que hacemos de los 7 primeros años del triunfo de la Revolución rusa y del primer Estado obrero soviético, del posterior degeneramiento, del proceso dialéctico que significa la reconstrucción de la dirección de la humanidad, no deja margen para un nacionalismo burgués.

Por eso, todas las corrientes que desde la socialdemocracia o del campo abiertamente de la burguesía nacional, llegaron al gobierno o han representado en la etapa anterior, basados en la existencia de los Estados obreros y la URSS fundamentalmente, una perspectiva propia en la crisis del sistema capitalista, ahora quedan sin sostén histórico. El capitalismo sabe especula con esto.

EL BALANCE DE NICARAGUA, EL SALVADOR, CUBA ESTADO OBRERO Y VENEZUELA ES DE UNA UNIDAD HISTORICA: EL PROGRESO AL PROGRAMA SOCIALISTA

Las masas venezolanas se preguntan ¡cómo un país que tiene un ingreso en el orden de 18 mil millones de dólares, que tiene riquezas naturales, energéticas, mineras, marinas, etc. con una población de alrededor de 20 millones y 912 mil km2 de extensión, no se desarrolla!. Un país que hace algunos años importaba 37 millones de botellas de licores en los últimos meses de cada año o traía arbolitos de Navidad en avión desde las zonas nevadas de Canadá o Estados Unidos. Un país cuya moneda, el bolívar, estaba en una paridad de 4,30 por dólar, y con una deuda externa de más de 35 mil millones en gran parte pagada y refinanciada ahora, y llega a un dólar de 67 bolívares y con subas en el orden del 200 a 300% en el plan, leche, carne, transporte, producto de la política de shock de CAP.

Las masas venezolanas se preguntan «¿qué pasa con el real?» (dinero). Quién y cómo se lo llevan. Porque ha crecido la desocupación y el salario real bajó un 45% en 3 años. La crisis social, la delincuencia de arriba y abajo hacen insoportable la vida de la inmensa mayoría de la población.

Estas condiciones de vida no son producto del gobierno de CAP, pero sí de su política. Porque la política de someterse al FMI, al imperialismo con la venta del patrimonio nacional CATV (telefónica), etc., son parte central de las recetas del FMI y sus socios «nativos». Esta situación es afín con la de casi todos los gobiernos de América Latina.

Venezuela está planteando ya, desde el

Caracazo el 27 de febrero del 90, un proceso irreversible de levantamiento de las masas de América Latina, al mismo tiempo que la crisis de las direcciones clásicas sindicales y políticas para desenvolver una salida de progreso.

Los acuerdos de El Salvador, como la crisis permanente del gobierno de la Chamorro en Nicaragua, sostenida objetivamente por el sandinismo; los planteamientos en Panamá del presidente Gaviria de Colombia, donde reivindica el derecho de América Latina al desarrollo y desnuda al imperialismo y las trasnacionales en la falta de inversiones de riesgo en la «ayuda», denunciando que los acuerdos de paz, el cesar la política de los fusiles no es acompañada por la intervención para «el desarrollo» que él plantea como necesario e imprescindible; la crisis del PT en Brasil y la corriente burguesa y capitalista, liquidacionista del origen y real perspectivas históricas del Partido obrero basado en los sindicatos; la crisis política y el retroceso electoral del movimiento de C. Cárdenas en México, son parte del mismo proceso dialéctico que se desenvuelve en Venezuela. Crisis de direcciones porque tienen que resolver en el camino, la transformación de política y programa basados en la democracia burguesa a democracia socialista.

En Venezuela reaparecen los 500 intelectuales que analizara J. Posadas hace 15 años, ahora junto al Movimiento militar boliviariano, al escritor e historiador Usthiar Pietri, a sectores que desde el ex-presidente socialcristiano Caldera y otros, plantean la caída de CAP, el Referendum constitucional, el adelantamiento de las elecciones del 93. Pero no se plantea el análisis de dónde y porque fracasó el gobierno, de los orígenes de la deuda externa, de la política de entrega al FMI.

En toda Latinoamérica aparecen ahora los defensores de la democracia, pero de la formal, de la que sólo da derecho a morirse de hambre sin perspectivas ninguna de progreso. Sólo el derecho a quejarse y no muy alto porque molesta la privacidad de algunos pocos.

Lo fundamental para una capa de políticos que viene del campo de la socialdemocracia, de la burguesía y pequeño burguesía, es atacar la corrupción administrativa del Estado, de los negocios capitalistas.

Pero ellos aunque se planteen verdades, son sólo a medias y sin zapatos. No pueden caminar lejos. El problema de la corrupción, de la burocracia corrupta en el aparato del Estado de los partidos políticos burgueses, es inherente al funcionamiento del sistema capitalista.

No hay capitalismo bueno o malo, mejor o peor; y es muy simple analizar que la estructura interior de una sociedad de productores, con el capitalismo sufre la transformación regresiva a la de sociedad de consumidores. Y allí en ella, el que es más «vivo» (corrupto) se apropia del trabajo de los productores.

Japón, país que es la vidriera actual del sistema capitalista no sólo que tiene los más altos índices de corrupción administrativa de su Estado, sino que incluso están legalizadas las bandas de la mafia como Yakushy y otras, que dominan en gran parte de la economía japonessa. Y en Estados Unidos son las trasnacionales las que deciden, apoyan o cambian gobiernos. Asesinan a Kennedy o sacan a Bush mañana. Y en Italia asesinan a demócratas cristianos.

Por estas simples consideraciones y ejemplos actuales es que no hay problema de corrupción que no esté ligado al sistema capitalista. Sólo donde el proletariado, las masas trabajadoras, los productores organizados pueden decidir, desaparece el robo, la corrupción ,etc.

La crisis de la burocracia soviética y su desaparición

como soviética o llamada en aquel entonces a sí misma «comunista», es de la mismá calaña, porque utilizó el Estado obrero en beneficio de sus apetitos; vivió de él mientras no sintió que los cambios regenerativos interiores del Estado obrero la iban a liquidar en poco tiempo.

Porque la permanencia de la estructura orgánica, funcionando, del Estado obrero soviético que se venía regenerando (como previó Posadas), terminaba en corto tiempo con su usurpación histórica. Es decir, se acercaba rápidamente el proceso de revolución política previsto por León Trotsky.

La burocracia salió como en el campo de la burguesía con una retórica y discurso político aparentemente correcto y justo en el sentido histórico, para organizar la contrarrevolución y pasar de «Perestroika es más socialismo» a la economía de mercado y con una «democracia y sociedad justa». Se acostaron con la camiseta roja del comunismo y se levantaron con la amarilla de la contrarrevolución. Pero el interior del Estado obrero, de la corrupción generaliza de la burocracia, nada cambió, salvo el sinceramiento histórico y la furiosa lucha por los medios del poder económico.

Este proceso pesa inmensamente en la lucha revolucionaria de las masas de Latinoamérica, de Nicaragua, El Salvador, Cuba estado obrero y su dirección socialista, en los movimientos y partidos revolucionarios, en la crisis de las viejas direcciones comunistas y también en nuestra IV Internacional posadista. Pero ello no paraliza el proceso, no lo degenera ni desfigura sino que lo hace menos nítido en la estructura y liquida toda posibilidad lineal, no dialéctica.

La crisis del PT, del PDR, del Frente Amplio y el PC en Uruguay, de IU peruana, de UP Colombia, del PC venezolano, son parte de una necesaria reflexión al interior de las direcciones. **De ello, al crisis de Venezuela no es si se queda o se va CAP, sino que surge después del fracaso del modelo socialdemócrata sometido al FMI. Porque la crisis del gobierno venezolano es la de toda una capa de gobiernos surgidos en las mismas condiciones y que aplicaron las mismas recetas, programas y medidas económicas.** Que fracasaron por la resistencia y lucha de las masas que no se aplastaron ni se dejaron someter el reparto imperio - capitalista de la sociedad.

En Uruguay se van desenvolviendo las condiciones para un próximo gobierno del Frente Amplio, y ya no sólo en un Montevideo socialista, sino nacionalmente.

Pero para ello tiene que sacar conclusiones de las experiencias que en toda A. Latina han hecho las políticas socialdemócratas y burguesas nacionalistas. No hay salida nacionalista, sino antimperialista socialista, como la muestra la lucha de las masas cubanas y de la dirección revolucionaria, de los CDR, etc.

Analizar Venezuela sin éste contexto político y revolucionario y de Latinoamérica es querer «probar el budín», que decía Engels, sin la cuchara, a las dentelladas y llegar entonces a conclusiones tanto apresuradas como irreales. Es inventar salidas parciales cuando el proceso es global y por lo tanto dialéctico.

La crisis de Venezuela está siendo tomada por el sistema capitalista como un termómetro del proceso interior de las masas latinoaméricanas, del proceso ininterrumpido de la revolución. No hay detención de éste, aun cuando la parte subjetiva (la dirección) no aparece todavía con claridad meridiana. Es el Estado obrero cubano el que encabeza esta seguridad histórica necesaria con todas las mismas consecuencias de reconstrucción de su dirección para esta función.

Los militares bolivarianos expresan estas condiciones históricas y todas las consecuencias

pecualiares que en cada país toma las formas autóctonas. En Argentina, la crisis del movimiento sindical, de la CGT, de corrientes peronistas de izquierda y las que de la izquierda se van para el capitalismo.

Pero en toda Latinoamérica se desenvuelve a su vez, la lucha por las Centrales Unicas, por la unificación de los sindicatos, de las Federaciones, de los Encuentros como el Foro de San Pablo III que se realizará en Nicaragua, de los progresos de los sandinistas, de la reorganización política necesaria al proceso revolucionario de El Salvador y los acuerdos con el gobierno. Allí se plasma el fondo objetivo del movimiento militar bolivariano.

El fracaso de CAP, es de toda una capa de dirección del nacionalismo burgués y de la política socialdemocráta. Es de un Pérez que criticó a Alan García por enfrentar al imperialismo y buscar una salida de desarrollo del mercado interno y progresista exterior. Que dijo «yo no seré otro Alán García» y ahora se encuentra sin ninguna base social interior de apoyo. Sin apoyo de su propio Partido y con la soga al cuello por la política comprometida con el imperialismo y el FMI. Porque los mismos militares bolivarianos que ahora se levantan contra su política económica y la corrupción existentes, fueron su base en las FFAA en la etapa anterior.

El proceso los hace madurar en las conclusiones de los militares nacionalistas del 68 en A. Latina y en la experiencia del mayo francés. Pero ahora sobre conclusiones que no estaban en aquella etapa, de que sólo con el afirmamiento del programa socialista, del desarrollo basado en las masas del país, en la más amplia democracia socialista, en la organización de toda la población, del papel del Estado (no capitalista) sino en proceso de revolución socialista, es que se puede afirmar la unidad de A. Latina. En lucha por la constitución de la FEDERACION DE REPUBLICAS SOCIALISTAS DE AMERICA LATINA.

Esta etapa de la historia de la humanidad en la cual hemos entrado, nos permite ampliar esta discusión englobando a todos los sectores de la sociedad. La crisis del sistema engloba por igual a las capas medias y bajas de la sociedad: a los obreros, maestros, campesinos, militares y profesionales. El proceso ininterrumpido de la revolución nos abre las puertas de la discusión, de los frentes únicos, de los programas como de las tácticas y estrategias en la lucha por el progreso socialista en América Latina, uniéndolo a la lucha en ascenso de las masas norteaméricanas y de Europa, como de las masas soviéticas y de los ex Estados obreros de Europa, que ya están dando la batalla contra su dirección burocrática capitalista.

En este camino, los acontecimientos de Venezuela y sus perspectivas son de progreso, de progreso infinito. Porque las masas han mostrado que son capaces de ir en progreso y sin dañar los logros alcanzados, como son los derechos democráticos al costo de miles de vidas obreros, campesinos, estudiantes, militares antimperialistas, etc., que van imponiendo una salida sin concesiones en el proceso ininterrumpida de la revolución.

JOEL HORACIO

PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO (P.O.R)

(trotskista-posadista) FRENTE AMPLIO - 12 mayo 1992

Daniel Muñoz 2287 - teléfono 49-4650

APOYAMOS AL P. GENERAL! CONVOCAR AL CONGRESO del PUEBLO!

El PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO apoya el Paro General que comenzó este mediodía. Es una respuesta no sólo al Gobierno de Lacalle sino también al imperialismo que fabrica atentados dinamiteros mientras decenas de miles de trabajadores se reunían a lo largo de todo el país el pasado 1° de mayo. Uniendo su movilización a la defensa de Cuba socialista, entonando "La Internacional", soldando la perspectiva y la suerte del Gobierno Popular de Montevideo a la del movimiento obrero centralizado en el PIT CNT.

La virulencia de las masas negras, latinas, blancas, en EEUU le ha dado un inmenso golpe al imperialismo y valida mas que nunca la voluntad y la inteligencia de las masas cubanas: el reino de la opulencia es en realidad el de la opresión. Mientras Cuba vive y crece social, cultural y humanamente. Las huelgas de la clase obrera de Alemania, de España, las movilizaciones del clase obrera de la ex URSS, de Polonia, etc. son indicios del proceso de reorganizacion de la clase obrera en la construcción de su dirección revolucionaria.

Los posadistas - dentro de estos objetivos- saludamos y alentamos a los compañeros comunistas en su próximo Congreso para que sea una reunión de reafirmación de principios y programa revolucionario, de internacionalismo socialista, de defensa de la democracia proletaria (que es la dictadura del proletariado), de defensa de Cuba; y para soldar el frente de los partidos obreros, de las corrientes marxistas revolucionarias que proyecte al Gobierno de Montevideo en un Gobierno Popular nacional revolucionario basado en el movimiento obrero y el PIT CNT.

Es en este proceso marcado por el éxito del Gobierno del Frente Amplio en Montevideo y el peso y la autoridad social y moral que tienen los trabajadores organizados de Uruguay que busca golpear el crítico frente único capitalista como se expresa en la renuncia de V. Villegas y en la organización del "Polo progresista" del P. Nacional; sea a través de la rebaja de los salarios, el crecimiento de la desocupación, el descaecimiento de la salud pública y privada, la educación, la paralización del BHU, la falta de saneamiento, etc. El Gobierno del Sr. Lacalle busca seguir paso a paso las directivas del imperialismo. Por eso practicamente clausuran el Parlamento para resolver regresivamente la Seguridad Social. Las bombas y los "comunicados" emitidos por el Sr. Fasano están destinados no sólo a crear un clima de intimidación y justificador de represiones sino intimidar y enlodar a los militares democráticos y nacionalistas, enfrentando a las FFAA, como bloque que no es, a los derechos democráticos conquistados por la población. Por eso no basta la exigencia de esclarecimiento de la provocación que se está montando en Uruguay sino que es necesario que las organizaciones populares y la población toda intervengan para cortar de raiz con el sabotaje imperialista. Toda acción armada - venga de donde venga, haga quien la haga -, en estas circunstancias historicas, se pone al servicio del imperialismo sirviendo al objetivo de intentar cortar el proceso abierto hacia la instalación de un Gobierno Popular, democrático, antimperialista y socialista, basado en los sindicatos. Mientras Tabaré Vázquez va a los barrios y reúne a cientos de personas por semana en verdaderas asambleas de democracia popular, mientras el movimiento obrero convoca a decenas de miles en todo el país. no se necesita hacer ningún foro para saber donde se ocultan los provocadores.-

(sigue a la vuelta)

DOC. POCO LEGIBLE

El éxito conmovedor del primero de mayo -donde en Cuba y en Uruguay a diferentes niveles-, se organizaron los más elevados de América Latina y aún del mundo, el éxito de este mismo paro general deben impulsar la conclusión de que es necesario que el PIT-CNT de un paso adelante. Es necesario una resolución audaz que asegure el triunfo del REFERENDUM en julio. Es necesario pasar de la resistencia del paro y la huelga, a la OFENSIVA POLITICA. Hay que darle FORMA al Frente Unico Antimperialista objetivo que anda y arde en las calles. Hay que CONVOCAR A UN PARLAMENTO OBRERO Y POPULAR, a un CONGRESO DEL PUEBLO que una bajo la iniciativa de la clase obrera a las corrientes nacionalistas y antimperialistas- como el Polo progresista- , a los militares nacionalistas y antimperialistas, a los sectores de la burguesía independientes de la producción, también ejecutados ~~xxxxx~~ por el Mercosur de las trasnacionales. Porque se acortan los pasos y hay que preparar una salida política para que no la de la derecha. Porque, se sabe, no hay situación sin salida. Unir las fuerzas de progreso social es la necesidad más urgente. Solo el movimiento obrero y el PIT-CNT junto a los Partidos y corrientes marxistas, pueden tener hoy la confianza y la convicción de que la lucha por las transformaciones socialistas son una necesidad para la vida de nuestro pueblo y de todos los pueblos.

PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO(trotskista-posadista)

LEA FRENTE OBRERO ESCUCHE: los miercoles a la s 21 horas en Radio "FENIX" nuestro espacio radial.

VOZ PROLETARIA

CONOZCA nuestro LOCAL en Daniel MUÑOZ 2287. Tenemos a la venta los periodicos mencionados y los libros de la Internacional del dirigente Joel HORACIO titulados:

" IRAK, la guerra del golfo y el fin de la perestroika"
" CONCLUSIONES de la guerra del golfo, el progreso de la s masas arabes, Irak, la URSS, el nuevo orden imperialista y la conciencia socialista de la humanidad"
" EL FIN DEL PCUS Y LA BURO CRACIA SOVIETICA en la PERSPECTIVA SOCIALISTA DE LA HUMANIDAD"
" LA CAIDA DE LA BUROCRACIA y el proceso de RECONSTRUCCION de la DIRECCION SOVIETICA".

INVITAMOS: el JUEVES 21 de MAYO hora 19 y 30 en YAGUARON 1114 casi Durazno(Sindicato de Artes Graficas) primeros analisis y conclusiones de la EXPERIENCIA RECIENTE, en CUBA, en el primero de mayo y situación ACTUAL de CUBA. y con un VIDEO de Fidel Castro que no se quiso pasar en el acto de Solidaridad con Cuba en el Palacio Peñarol.

Doc. Poco LEGIBLE

Asociación Nacional de Jubilados ex-trabajadores del la Seguridad Social (BPS)

Abril 1992 - ANJETSS - PIT-CNT - ONAJPU

A LOS JUBILADOS Y PENSIONISTAS A LOS TRABAJADORES, A LA MUJER, A LA CIUDADANIA

Ante el proyecto de "reforma" de la Seguridad Social y nuevos hechos en el BPS.

DECLARAMOS:

1º) El absoluto rechazo a tal engendro redactado a espaldas de los trabajadores de ayer y de hoy, de la ciudadanía y de todas sus organizaciones sociales, en particular el PIT-CNT y la Organización Nacional de Jubilados y Pensionistas del Uruguay, eludiendo y negando la participación ciudadana, base de cualquier concertación en función social del país.

2º) El origen y bases de la proyectada "reforma" están dadas: a) por el sistema privado a cargo de financieras en Chile impuesto por la dictadura de Pinochet, al amparo de la bestial supresión de derechos constitucionales, humanos y gremiales del pueblo chileno. b) por las imposiciones de la banca internacional del F.M.I., B. Mundial, BID y BIRF acatadas por la dictadura pasada y gobiernos últimos de cada "carta de intenciones" de los préstamos otorgados.

3º) Dicho proyecto, aún no presentado al Parlamento, viola la Constitución de la República en sus artículos 4, 7, 67 y 195, al anularse el principio de soberanía legislativa ante imposiciones de la banca extranjera, la anulación de la protección de la vida y el trabajo, la garantía en jubilaciones, pensiones, retiros y subsidios adecuados y la previsión y seguridad social estatal a cargo del B.P.S.

4º) El principio de la pretendida "reforma" es la anulación del fundamento de nuestra actual Seguridad Social: **la solidaridad generacional a cargo del estado**, creando a cambio un sistema de Cuentas Personales, la rebaja en más del 50% los porcentajes jubilatorios, en la práctica el aumento de los años de trabajo en razón de que nadie podrá retirarse con el 44% el hombre y el 35% la mujer, anulándose el promedio de los tres últimos años por el promedio de todos los años de trabajo. Se elimina la Pensión a la vejez y se rebaja en monto y tiempo las pensiones por incapacidad o por viudez.
También se anula la función fiscal y controladora del BPS, pasándose a un sistema de aportación y responsabilidad individual y con una taza de interés móvil de acuerdo a la línea del F.M.I. y su aplicación por el gobierno de turno.

5º) Este retrógrado proyectado sistema se corresponde a una táctica gradualista por parte del gobierno, -en razón de no tener mayoría parlamentaria-, para el objetivo total, que es otro sistema jubilatorio privado, administrado por financieras de la gran banca extranjera, según la receta fondomonetarista apoyada por J. Batlle. El sistema actual estatal a cargo del BPS serviría una pensión universal mínima para la obligada afiliación al sistema financiero privado, creándose en esa área un fondo de 2.000 millones de dólares para fines especulativos y bajo los riesgos de las continuas quiebras fraudulentas de sistemas similares como son los de Estados Unidos, Chile y acá sus parientes dolosos del B. Comercial, Caja Obrera y Pan de Azúcar.

6º) **Denunciamos** que este intento de privatización extranjerizante de la Seguridad Social aún sin consideración parlamentaria, ya se está llevando adelante a través de una Consultora chilena del sistema privado, la Empresa SONDA representante de la multinacional DIGITAL, quien está programando la reestructura del BPS, en materia recaudadora con la creación de una Unidad autónoma con funcionarios privados, en la anulación del actual Centro de Procesamiento de Datos, y que al igual que en el Area de la Salud del BPS, junto con el estudio de la automatización del Interior y del pago de las altas pasividades, concentra y monopoliza -en aras de la Organización y Métodos- en poder del gran capital financiero a través de esta multinacional, con el uso de capacidades, ideas y logros de nuestros técnicos trabajadores del CEPRODA.

7º) **Exigimos** la fiscalización, regularización de la "evasión" de montepíos descontados al funcionario público y municipales del Interior por 750 millones de dólares y la evasión y apropiación indebida a cargo de los grandes empresarios por 300 millones de dólares que totalizan más de 1.000 millones de dólares. En dicha regularización se encuentra la natural financiación de todos los servicios y beneficios hoy tan bajos y cuestionados por el actual poder político, responsable de semejante delincuencia administradora quienes deben ser juzgados penalmente por el dolo de "apropiación indebida" de aportes descontados puntualmente a los trabajadores y con sus intereses generados en años en beneficio de grandes empresarios.

8º) **Desmentimos** el difundido "informe" del gobierno de que la Seguridad Social es financiada por ellos, y que su déficit es cubierto con emisión de dinero por el B. Central y es el corazón de la inflación al cual estos psicópatas dicen que hay que matar,. Mentiras, y más mentiras: **es el pueblo trabajador y consumidor que a través del montepío y el impuesto a los sueldos, jubilaciones y pensiones financia nuestra seguridad social** -a pesar de toda la evasión arriba detallada- especialmente en la caja Civil del sector Público y la S. Social el déficit de 100 millones de dólares se conjuga con el 5% del IVA. Los 1.750 millones de dólares del presupuesto del BPS es aportado por el pueblo con sangre y sudor, y la descomunal emisión de dinero por el B. Central es para pagar los intereses de la Deuda Externa, que sumaron 900 millones de dólares en 1991 ($ 2.000 diarios- $ 60.000 mensuales que pagó cada uruguayo).

9º) **Rechazamos** el carácter de ley de Urgencia del actual proyecto del P. Ejecutivo y proponemos si que **la seguridad social sea considerado asunto de interés nacional** por el Parlamento, los sindicatos y las organizaciones sociales para que toda la ciudadanía sea informada, participe, proponga y controle el Banco de Previsión Social defendiendo su principio de **solidaridad generacional estatal, de activos-jubilados-pensionistas**, la conquista de la **revaluación cuatrimestral constitucional** única en América Latina, lograda con el 80% de la ciudadanía en Nov. 1989; la participación en el Directorio del BPS de representantes de Jubilados-Pensionistas, trabajadores y empresarios, por plebiscito en 1966 y desconocido inconstitucionalmente durante 27 años.

10º) **Exigimos** que en aplicación del art. 8 de la Constitución se coloque en un mismo plano de igualdad al ciudadano civil, como al policial o militar. Se miente a la opinión Pública en cuanto a recursos, financiamiento y déficit del BPS ocultando la realidad de este en relación a las Cajas Militar y Policial. La verdad es esta:

Pasividades B.P.S.	Pasividades	Asistencia Estado 1990
Cajas Ind. y Comercio Escolar Civil y Rural	680.000 (92%)	$41.000 millones (38%)
Retirados Policiales y Militares Caja Policial (34 mil) Caja Militar (24 mil)	58.000 (8%)	$72.000 millones (62%)
Totales (100%)	738.000	$113.000 millones

Esas cifras demuestran que el gran peso para el Estado es la de las dos Cajas de Retirados Policiales y Militares, pero este Gobierno oculta y protege ese sector, y al igual que la dictadura de Pinochet en Chile, no las incluye en ninguna "reforma" de privatización extranjerizante.

PROPONEMOS:

A) *Anular toda modificación del actual sistema de s. Social, sea decreto del p. Ejecutivo o resoluciones del actual directorio, previo a la elección de los representantes de los jubilados y pensionistas -Cro. Luis Colotuzzo-, del Pit-Cnt y de los empresarios para conformar el directorio constitucional del BPS.*- En ese sentido acordar estos

sectores junto al Parlamento la anulación inmediata la intervención de la multinacional chilena yanqui, la SONDA-DIGITAL así como el préstamo del BID por 15 millones de dólares que impuso esa empresa para imponer sus sistemas en función de la liquidación de nuestra S. Social por orden del capital financiero internacional. Apoyamos a nuestros técnicos, a los trabajadores del CEPRODA, a nuestros Asesores uruguayos, como el Dr. De los Campos, servidores del país y no a sueldo o siervos de planes foráneos.

B) *Con los trabajadores del BPS, la ATSS, PIT-CNT, ONAJPU y ANJETSS programar y controlar la fiscalización de la recaudación para regularizar el millón de dólares de actual evasión, y poder financiar justos beneficios como el aguinaldo semestral, la cuota mutual base del seguro de salud y la prima por edad. Actualizar la asignación familiar, el subsidio por maternidad, el de enfermedad y el seguro de paro -extendiéndolo a 12 meses-, universalizando estos beneficios a todo activo o desocupado, del campo y la ciudad, a los servicios domésticos. Estudiar el derecho y la reducción a un máximo de las jubilaciones privilegiadas y de mas de un millón de pesos que son el 40% del monto total de las pasividades del país, a la par de elevar el mínimo de las pasividades.*

C) *Rechazar el 35% de inflación decretada por el gobierno con el f.M.I. -que sería el 50% de rebaja salarial y posterior mismo efecto en jubilaciones y pensiones a partir de la revaluación en mayo/92— coordinar la reivindicación de salarios, sueldos, jubilaciones y pensiones en base a la triplicación del salario mínimo nacional (declaración del PIT-CNT- 1.5.91) Con el reajuste cuatrimestral de acuerdo al verdadero aumento del costo de la vida, en base al estudio y control por parte de los sindicatos, independiente del estado y del gobierno.- Exigir la anulación del impuesto a las retribuciones, verdadero impuesto a la renta -único en el mundo- contra los trabajadores jubilados y pensionistas.*

D) *Desconocer con el apoyo vecinal popular toda ejecución de desalojo de su vivienda o pensionista, cuya pasividad constituya el principal ingreso del núcleo familiar. Denunciar, difundir esta barbarie social y sensibilizar a los medios de comunicación, a los gobiernos municipales, juntas departamentales y locales, al parlamento de una legislación justa al respecto.*

E) *Convocar a través de un llamamiento ciudadano, a un Congreso del Pueblo a través del PIT-CNT, COFE y Organización de Jubilados con todas las fuerzas sociales, cooperativistas, gremiales, del campo y la ciudad, políticas, parlamentarias, religiosas, militares y culturales del país por:*

* *La defensa de la Soberanía.*
* *Inmediata remoción del equipo económico por antinacional y antipopular ,del Ministro de Economía De Posadas y del Trabajo y S. Social Carbone.*
* *Resolver nacionalmente una opuesta programación económica social a través del Estado en función de la Nación, su soberanía. Su autodeterminación y su pueblo con una política impositiva basada en el impuesto a la renta, al patrimonio y a la intermediación financiera.*
* *Anulación del pago de los intereses de la Deuda Externa invirtiendo los 2,5 millones de dólares diarios que paga el Gobierno a la Banca Internacional -6.750 billones de pesos- para un plan de emergencia en mejora de la Seguridad Social, la Salud, la Enseñanza, la Vivienda por el Banco Hipotecario, con la participación del Parlamento, el PIT-CNT, la ONAJPU Y Fed. Cooperativas en el contralor de este nuevo recurso público.*

LA CIUDADANIA Y LOS JUBILADOS Y PENSIONISTAS DEBEN PARTICIPAR CONTRA LA CORRUPCION

Desde las miles de jubilaciones "truchas" falseadas en otorgamiento, como en montos indebidos mayores del millón de pesos gracias a la delincuencia corrupta al amparo del "favoritismo" del clientelismo bipartidista, a la última denuncia realizada por la Periodista -con mayúscula- María Urruzola del Semanario "BRECHA" por la cual se pone al descubierto la brutal e inhumana explotación de jóvenes uruguayas acá y en Italia, como eslabón esclavista de la trata de blancas, con la complicidad y soborno -30 mil dólares sólo a los jerarcas de la Interpol- denunciado y registrado por las autoridades italianas, nos significa un profundo sentido de responsabilidad, de reflexión hacia una conclusión de rebeldía y dignidad. Hoy Uruguay es considerado en los medios internacionales como la quinta plaza financiera en el lavado de los narco-dólares por montos que superan los 8.000 millones de dólares -similar a la totalidad de la deuda externa uruguaya-, con un blanqueado del 90% del oro de Brasil, justificado por el Pte. del Banco Central R. Díaz, que ha puesto a nuestro país en el primer exportador de oro a EE.UU.! con un régimen de zonas francas por las cuales se contrabandea desde armas a miles de pieles de especies en extinción en América Latina. En materia de transiciones automotriz en la mayor plaza de compra y venta de autos robados y comercializados con documentación "trucha", llegando al extremo de que también con documentación falsa jovencitas menores son vendidas al exterior, principalmente Europa en un régimen de esclavitud-droga-criminalidad.

Mientras el gran capital financiero se regodea en esta danza macabra, con el aval del gobierno que ha extendido el secreto bancario a los cambios -en donde principalmente se ejecuta el lavado de los narcodólares- en Suiza y en Brasil se ha anulado este recurso financiero, acá 20 mil uruguayos viven de la basura, 500 mil se han tenido que refugiar en el exterior para sobrevivir, 15 mil técnicos pagados por el pueblo sirven a las multinacionales y grandes países, el 50% de la población sin sanitaria ni agua corriente, con el transporte más lento y caro -sin contar el subsidio de la Intendencia de Montevideo- de A. Latina, al igual que la nafta potenciada con plomo -un cancerígeno prohibido en el mundo y la más cara del continente, cuyo 43% del precio va a pagar los intereses de la Deuda Externa,... y sería interminable el desastre informativo.

Pero lo importante es que nuestra civilidad, nuestra conciencia y dignidad debe llamar a gritar fuerte: BASTA! Nuestro pueblo, nuestro país no es eso. Eso es la vida de barbarie, de muerte del país, del sistema de ellos, de la clase gobernante, de los vende patrias, de los delincuentes de las finanzas, de los neo liberales caseros y foráneos. Los jubilados y Pensionistas llamamos a cambiar ésta indignidad, que las familias, barrios, gremio, pueblo, niños, mujeres, jóvenes, abuelos discutan, resuelvan y luchen por propuestas de cambio, por nuestro país de trabajo, ideas y amor humano. BASTA! Al igual que el llamado que ha hecho ANJETSS junto a la Unión Mujeres del Uruguay a defender nuestras jovencitas pobres, apoyamos a la Jta. Dptal. de Canelones que ha resuelto investigar las decenas de asesinatos en ese Dpto.

TOTAL EXITO EN LA PRIMERA ETAPA PRO-REFERENDUM

El jueves 26 la Comisión Nacional de Defensa Pro-Referéndum entregó 46.349 firmas obtenidas en la campaña inicial, procurando llegar a la impugnación parcial de la Ley de Empresas Públicas -en realidad un remate extranjerizante impuesto por los acreedores de la Deuda Externa- a la par que los trabajadores de PLUNA también presentaron más de 16 mil firmas por la impugnación total.

Como partícipes de esta propuesta democratizante de las grandes decisiones nacionales a partir de la iniciativa lanzada por el PIT-CNT con el apoyo del Intendente de Mdeo. y la de los senadores Zumarán(PN), y D Astori(FA), los diputados A. Tavarez(FCP), A. Silveira(PN) C. Pita(FA), Vaillant(MRB), D'Elía y Susana Dalmas por el PIT-CNT y SUTEL respectivamente, así como los Intendentes de C. Largo, R. Nin Novoa(MNR) y de Rocha, I. Correa Riet (Encuentro Wilsonista), nuestra gremial ANJETSS desde el 20.12.92 fecha del lanzamiento de esta iniciativa integró y participó en la labor hoy culminada con el reconocimiento de Corte Electoral de la validez del 92% de las adhesiones firmadas.

Saludamos la adhesión lograda en nuestra querida familia de Jubilados y Pensionistas que abre con enorme optimismo la próxima etapa que es la del 25% de los ciudadanos, para pasando los 570 mil votos voluntarios, permitirá si el Referendun a voto obligatorio por SI o NO a la derogación parcial o total -el doble voto no es excluyente- de la Ley de "Privatización Extranjerizante" y por una Reforma del Estado a favor de la participación ciudadana en su defensa, mejoramiento y control, que naturalmente incluirá la Seguridad Social y su Banco de Previsión Social.

ASAMBLEA ABIERTA A TODOS LOS JUBILADOS

1) Informe sobre Proyecto de "Reforma" y nuestra defensa, mejora y control de la Seguridad Social y del B.P.S.
2) Campaña por el aguinaldo semestral y la cuota mutual - Seguro de Salud
3) Aprorbación del Estatuto de A.N.J.E.T.S.S.
4) Asuntos Varios.

MARTES 7 DE ABRIL - HORA 18
F. CRESPO 1780 - LOCAL ATSS - PIT-CNT

ORIGINAL

Hoja 1 de 1
Copia – de –

Montevideo, 12 de mayo de 1992.

M E M O R A N D U M Nro. 920186 /S.O.E.

I.- ASUNTO : EVALUACION PARCIAL DEL PARO GENERAL DE 36 HORAS

II.- REFERENCIA

III.- T E X T O:

A.- En el día de la fecha dió comienzo el paro general de 36 horas convocado por el PIT-CNT en rechazo a la pauta salarial del 35% y al proyecto gubernamental de reforma de la seguridad social. En el período comprendido entre las 1300 y 1730 se realizó una evaluación parcial de la medida adoptada por la Central Obrera, obteniéndose la siguiente información:

- la actividad comercial se desarrolló en forma normal.
- el servicio de transporte tanto urbano, suburbano como interdepartamental funcionó en forma normal, pudiéndose apreciar / la reducción de unidades al final del período controlado al / mismo tiempo que se incrementaban los colectivos con destino EXPRESO. A pesar de lo mencionado anteriormente, no se detectaron aglomeraciones en las paradas habituales, terminales / así como desplazamiento de unidades con pasaje completo. Cabe destacar que la adhesión a la paralización, según fuera anunciada por la prensa, comenzaría a partir de las 1630 horas.
- la actividad de enseñanza primaria fue normal contrario a lo anunciado en primera instancia, donde se establecía la adhe-/sión del turno vespertino a la paralización.
- la actividad bancaria se desarrolló hasta las 1630 horas aproximadamente, momento en el que dejaron de atender las cajas al público.

B.- Según la convocatoria la medida comenzaba a las 1200 horas, sin embargo las actividades públicas y privadas se desarrollaron con normalidad estimándose que la escasa adhesión obedecería al cuestionamiento de la medida por parte de algunos gremios, convirtiéndose en realidad en un paro general de 24 hs. a nivel nacional.

IV.- DISTRIBUCION : Original - Jefe Dpto. I
Copia 1 - Jefe Dpto. III (OP) - Archivo

2

ARCHIVO 1/7

Montevideo, 05 de mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M

I.- ASUNTO: Acto 1º de Mayo "DIA DE LOS TRABAJADORES"

II.- REFERENCIA

III.- TEXTO

A.- ANTECEDENTES

La celebración del DIA DE LOS TRABAJADORES (viernes 1º/MAY), estuvo precedida por una serie de movilizaciones organizadas el día anterior de acuerdo a decisiones aprobadas por el PIT-CNT en la Mesa Representativa del 23/ABR, a efectos de recibir a la "MARCHA POR TRABAJO" integrada por aproximadamente 120 marchistas trabajadores de EL ESPINILLAR (en su mayoría), PAYLANA y cañeros de BELLA UNION. En la oportunidad llegaban a Montevideo, después de 20 días de haber iniciado en SALTO dicha medida, con el objetivo de sensibilizar a la opinión pública por el mantenimiento de las fuentes laborales y en contra de la privatización del ingenio azucarero. Para su apoyo, la central obrera aprobó la realización de dos actos, uno matutino y otro vespertino, con concentraciones y paros generales parciales de 10 a 13 horas y de 16 a 19 horas para que los gremios asistieran a dichos eventos.

Por la mañana del día 30/ABR, el acto fue convocado a las 10 horas en la intersección de Av. Agraciada y Freire. Los integrantes de la MARCHA POR TRABAJO fueron recibidos por una concurrencia estimada en 2000 personas, notándose la presencia de numerosos gremios, siendo de destacar el SUNCA con aproximadamente 500 trabajadores.

La parte oratoria (utilizando como estrado improvisado una camioneta) estuvo a cargo de Miguel Angel BRITOS (cura párroco de la Iglesia de la Aguada), Sergio MACEDO (PAYLANA) en representación de los "marchistas", Hugo DE MELLO (PS) por FANCAP y Oscar LOPEZ (PS) por el PIT-CNT.

En la tarde se convocó a un acto concentración a las 16.00 horas de las mismas características que el anterior, frente al MTSS (Ministerio de Trabajo y Seguridad Social), asistiendo los mismos gremios que en el acto matutino pero con una representación menor, estimando la concurrencia en 1200 personas; la oratoria estuvo a cargo de Sergio MACEDO (PAYLANA) por los marchistas y Jorge SILVANO (PC) por el PIT-CNT. Como resaltable cabe destacar la presencia del Intendente Dr. Tabaré VAZQUEZ (PS) recibido con ovacio-

nes y aplausos, quien les dio la bienvenida a Montevideo y su solidaridad con los reclamos planteados. A esta altura de los acontecimientos la "MARCHA POR TRABAJO", había cumplido su objetivo de sensibilizar a la opinión pública y la solidaridad del movimiento sindical, transformándose en protagonista del acto del 1º de Mayo en celebración por el DIA DE LOS TRABAJADORES. Sin embargo, existía cierta preocupación en la dirigencia sindical por los rumores que habían circulado y que asignaban a sectores "ULTRAS" la intención de generar incidentes durante la realización del mencionado evento. Algunos inconvenientes habían surgido durante la marcha de SALTO a MONTEVIDEO por las actividades de "copamiento" que quisieron llevar adelante sectores de militantes "ULTRAS".

Esta situación llevó a que la dirigencia sindical del MPP se entrevistara, previo al acto del 1º/MAY, con su pares de los otros sectores ideológicos del PIT-CNT, deslindando responsabilidades por los incidentes que pudieran surgir, señalando que el MPP no tenía organizada ninguna actividad de las que le acreditaban los rumores.

Por otra parte, la dirigencia del PIT-CNT, no se mostró muy optimista en su capacidad de convocatoria en el contexto de crisis de movilización que se ha puesto de manifiesto desde 1990 y la coincidencia del 1º/MAY con un día viernes, transformándose en un "fin de semana largo", que restaría asistencia al evento.

B.- ACTO CENTRAL

1.- ASPECTOS ORGANIZATIVOS

El acto central del 1º/MAY en conmemoración del DIA DE LOS TRABAJADORES fue programado para las 15.00 horas en la intersección de Av. del Libertador y Colonia, ubicándose un estrado con la consigna: "1º DE MAYO; POR URUGUAY SI, TRABAJO, SALARIO Y SEGURIDAD SOCIAL".

La convocatoria estableció ocho puntos de concentración (Plaza Lafone, Agraciada y General Flores, Explanada de la Universidad, Rivera y Soca, Millán y Castro, 8 de Octubre y Habana, Gral. Flores y L.A. de Herrera, Cruz de Carrasco) a partir de las 10.00 horas, desde donde saldrían las columnas de asistentes al acto. Es de destacar que el lugar que tuvo una mayor confluencia de público fue la Plaza Lafone, en donde se encontraban acampando los integrantes de la MARCHA POR TRABAJO y en donde se habían colocado equipos de amplificación con la trasmisión de CX44 RADIO PANAMERICANA que dio cobertura al acto desde la mañana, con entrevistas a la dirigencia sindical, a los "marchistas" y público en general, invitando a la asistencia.

Cabe señalar que el estado del tiempo se presentó bueno, una red de parlantes fue instalada por Avda. del Libertador por personal de AUTE hasta proximidades del Palacio Legislativo.

2.- CRONOGRAMA DE EVENTOS

-14.00 - Los gremios partieron desde los distintos puntos de concentración en dirección al acto, mientras se finalizaba con el armado del estrado.

-15.00 - Hora programada para iniciación del acto. Asistencia estimada en ese momento, 4000 personas. Comenzaron a ubicarse frente al estrado, en un área restringida, legisladores y autoridades del F.A., dirigentes sindicales, el rector de la Universidad Ing. Jorge BROVETO, el diputado colorado Armando DA SILVA TABAREZ y el ex-diputado Víctor VAILLANT. Por altavoces se leyeron telegramas y saludos de organizaciones y personalidades, entre los que se destacaron los intendentes, de Rocha Irineo RIET CORREA, de Cerro Largo Rodolfo NIN NOVOA, de Paysandú Jorge LARRAÑAGA y la diputada Matilde RODRIGUEZ (MNR).

-15.50 - Se anunció el arribo del Presidente del Frente Amplio Liber SEREGNI y del Intendente Tabaré VAZQUEZ los cuales fueron recibidos con aplausos.

-16.00 - Llegó la "MARCHA POR TRABAJO" de los trabajadores del ESPINILLAR, generándose algunos empujones y gritos cuando un grupo de militantes "troskistas" y "anarquistas" intentaron sobrepasar el cordón de seguridad instalado por el PIT-CNT, mientras daba comienzo la actuación de la murga "FALTA Y RESTO". La presencia del público se estima en 7000.

-16.15. - Himno Nacional (cassette).

-16.20 - Se invitó al estrado a los integrantes de la Mesa Representativa del PIT-CNT y a los dirigentes sindicales internacionales Fernando SERRANO (CIOSL/ORIT) y a Leonel GONZALEZ (integrante del Secretariado Ejecutivo de la Central de Trabajadores de Cuba).

-16.24 - Se convocó a un minuto de silencio por el reciente fallecimiento de tres dirigentes sindicales: Jorge DUARTE (ADEOM), Pancho ETCHEVERRIA (UNTMRA) y SAPIN (FOICA).

-16.25 - Hace uso de la palabra el dirigente cubano Leonel GONZALEZ quien saludó a los trabajadores uruguayos, planteó la situación de los trabajadores de Cuba ante el bloqueo económico de los EE.UU. y agradeció la solidaridad recibida.

-16.35 - En representación de FUCVAM, Gustavo GONZALEZ (PS), se dirige a los presentes proponiendo la necesidad de reactivar la INTERSOCIAL con todos los sectores sociales para enfrentar la actual situación.

El grupo de "anarquistas" y "troskistas" que protagonizaron los incidentes mencionados comenzaron a gritar estribillos contra la dirigencia sindical entre ellos: "MENTIROSOS"; "ESCUCHA, ESCUCHA, ARRIBA LOS QUE LUCHAN"; "LO QUE EXIGE LA BASE: UNA CENTRAL DE CLASE"; "BASTA YA DE DIALOGAR, A LA CALLE Y A LUCHAR". Los forcejeos seguían mientras el acto continuaba.

-16.40 - Tomó la palabra Hugo DE MELLO (PS-FANCAP) mientras continuaban los incidentes con el grupo de "anarquistas" y "troskistas". DE MELLO trasladó la oratoria a Richard DE LOS SANTOS (MPP-FANCAP, integrante de la "MARCHA"), quien manifestó el apoyo que recibió la "MARCHA POR TRABAJO" del PIT-CNT y su dirigencia arengando a consolidar la UNIDAD del movimiento sindical y la confianza en sus dirigentes. Posteriormente realizó un fuerte ataque dirigido a quienes estaban provocando incidentes afirmando: "no nos gustan los apóstoles de la resignación pero tampoco nos gustan los mesías de la irresponsabilidad"..."oportunistas, que sólo hacen planteos radicales un día y luego se van para casa, no siendo capaces de construir herramientas verdaderas" Luego de estas palabras el grupo de descontentos con la dirigencia sindical detuvo su accionar disidente.

-16.50 - Retomó la palabra Hugo DE MELLO (PS-FANCAP) para comenzar la lectura de la PROCLAMA en representación del PIT-CNT, poniendo énfasis en la UNIDAD del movimiento sindical. La segunda parte de la proclama fue leída por Carlos CURBELO (PC-AUTE).

-17.25 - Finaliza el acto mediante la ejecución de la MARCHA SOCIALISTA por parte de un grupo de músicos integrantes de la Banda Municipal y del SODRE, retirándose los asistentes sin registrarse incidentes.

3.- PRINCIPALES TEMAS CONSIDERADOS EN LA PROCLAMA

a.- SALARIOS - La política salarial fue duramente criticada por los aumentos anunciados en el sector público (5%) contra una inflación del 20% como también en el sector privado al no homologar los ajustes que sobrepasen la pauta de inflación del 35% cuando se estima una inflación superior al 50%, con la consiguiente pérdida del salario real.

b.- SEGURIDAD SOCIAL - Atacó el proyecto de Ley de Reforma de la Seguridad Social enviado al parlamento por el Poder Ejecutivo y en especial por la rotulación de URGENTE, dificultando el estudio profundo y adecuado, habilitando la posibilidad de ser aprobado por ausencias en las sesiones.

c.- VIVIENDA - Fustigó al B.H.U. por haberse transformado en banco comercial y financiero, habiendo un déficit habitacional de 100.000 viviendas. Reimpulsó la campaña de firmas de la COMISION NACIONAL DE VIVIENDAS a los efectos que el 2% del impuesto a las retribuciones personales sea destinado al Fondo Nacional de Vivienda.

d.- ENSEÑANZA - Criticó el sistema educativo por considerarlo dirigido políticamente con un presupuesto disminuído a la mitad de lo que era 25 años atrás y que motiva el desaliento en las carreras docentes, con la perspectiva de falta de maestros y profesores para el año 2000.

e.- SALUD - Estableció la necesidad de buscar mecanismos que amparen a los jubilados y a los desocupados, en su asistencia médica. Propuso la creación de un fondo para solventar las intervenciones quirúrgicas que sean imprescindibles realizar en el Exterior.

f.- MERCOSUR - Rechazó la apertura comercial con rebajas arancelarias y desprotección de la industria nacional que comprometen el futuro laboral y productivo de amplios sectores. Planteó la necesidad de un programa que regule las relaciones laborales en la Región y modifi-

caciones a la Ley de Seguro de Paro.

g.- CONVOCATORIA - "A todas las fuerzas sociales, a los sectores progresistas de todo signo, al pueblo en su conjunto a un gran encuentro y debate por soluciones".
"Estamos convencidos que la solución la encontraremos en la movilización popular para derrotar el proyecto neoliberal. ...en la concreción de un proyecto alternativo...".

h.- REFORMA DEL ESTADO - Realizó un llamado a desplegar una intensa campaña hacia la realización del plebiscito el próximo 5/JUL para derogar la Ley Nº 16.211 (Ley de Empresas Públicas).

i.- SOLIDARIDAD CON CUBA - Se anunció el inicio de una campaña de solidaridad con CUBA tras expresar el rechazo de los sindicatos al bloqueo económico a que está sometida.

IV.- CONCLUSIONES

A.- La asistencia al ACTO CENTRAL estimada en 7000 personas (medios de prensa han calculado: 20.000 ULTIMAS NOTICIAS, 40.000 EL OBSERVADOR y BUSQUEDA, 50.000 LA REPUBLICA) constituye un leve repunte con respecto a años anteriores (5000 en 1990 y 6000 en 1991).
Debemos considerar que si bien el estado del tiempo favoreció la asistencia, se produjeron circunstancias que restaron participación al evento entre las que se destaca: la coincidencia de la fecha (1º/MAY) con un viernes, transformándose en un "fin de semana largo", acentuado por los paros generales parciales del día anterior (jueves) con motivo de recibir la MARCHA POR TRABAJO; la falta de transporte y de actividades propagandísticas.

B.- La MARCHA POR TRABAJO fue evaluada positivamente por la dirigencia sindical, lo que se constituye como marco referencial de futuras movilizaciones con similares características para obtener el apoyo y sensibilizar a distintos sectores sociales, independientemente a las orientaciones ideológicas, con el objetivo de "acumular fuerzas" para la construcción del BLOQUE OPOSITOR ALTERNATIVO, contra la política del Gobierno (política económica, seguridad social, empresas públicas, vivienda, rebaja de aranceles, etc.).
A consecuencia de la MARCHA se pueden extraer las siguientes conclusiones:

1.- Constituyó un éxito para el MPP elevando la imagen de su dirigente Richard DE LOS SANTOS en un gremio como ANCAP considerado estratégico.

2.- Provocó un acercamiento de la "mayoría" de la dirigencia sindical del PIT-CNT que apoyaba una estrategia "dialoguista y negociadora" con la del MPP que propicia las "movilizaciones globalizantes" en forma permanente.

C.- Toda la dirigencia del movimiento sindical coincidió en la consolidación y fortalecimiento de la UNIDAD (cosa que estaba en duda a raíz de los desencuentros producidos por los dirigentes de las diferentes orientaciones ideológicas en los últimos meses para enfrentar la actual situación).

D.- Los anuncios salariales del gobierno para el sector público, la pauta anual del 35% para el sector privado (no homologando los convenios que superen dicha pauta), la reforma de la Seguridad Social, la convocatoria a referendum por la Ley de Empresas Públicas, el re-lanzamiento de la recolección de firmas por la vivienda, hacen prever un período con un notorio incremento en las movilizaciones y paros a partir de los próximos días que afectará las distintas actividades del país.

9203825

Nº. DOCUMENTO
TITULO: De la Rúa candidato a Senador por la UCR.
PIEZA: 150024
FECHA: 25/3/92
VINCULACION: 10033
11164
11304

Buenos Aires, miércoles 25 de marzo de 1992

De la Rúa será candidato cuando se llame a votar

Fernando de la Rúa parecía ayer un monje oriental, enseñando la virtud de la paciencia a sus seguidores y la del suspenso ante los periodistas. Unos y otros aguardaban su respuesta, después que el presidente Carlos Menem fijó la fecha del 28 de junio para las elecciones de senador en la Capital Federal.

Ayer en su despacho, De la Rúa recibió, entre otros, al alfonsinista Facundo Suárez Lastra y al entrerriano Sergio Montiel, quien le insistió en que aceptara la candidatura y le dijo que había que "nacionalizar la campaña" desde la Convención Nacional de la UCR, que aspira a presidir.

De la Rúa a todos les dijo que no definirá su postulación para aspirar a la senaduría hasta que aparezca el decreto de convocatoria a elecciones. Como vio semblantes defraudados, enfatizó: "Yo no quiero fecha, sino decreto porque es lo único que tiene efectos legales, cierra los padrones y evita que se siga haciendo pases de domicilios desde la provincia a la Capital Federal".

Luego se refirió entre sus correligionarios, quienes lo escuchaban como si ya fuera el candidato a senador, a los repetidos cambios de fecha que sufrieron los comicios legislativos del año pasado, cuando el Gobierno debió corregirla a partir del primer caso, porque caía en el Día de la Madre.

"Tantas veces ya se cambió la fecha que voy a esperar la publicación en el Boletín Oficial", exageró el líder de los radicales capitalinos, explicando que si bien Menem había dicho anteayer que las elecciones se realizarán el 28 de junio, "hay rumores de que los diputados justicialistas insistirán en el 5 de julio".

En su despacho se enteró De la Rúa de que había tomado fuerza nuevamente ayer la iniciativa justicialista de promover en forma simultánea con los comicios de senador, una consulta popular sobre la reforma constitucional.

"¿No ven?; es una típica manipulación electoral", comentó ante sus interlocutores, y al recordar el discurso del día anterior del jefe del Estado, donde habló de la mutación constitucional, dijo que éste no había afirmado nada sobre su posible reelección. "A veces no decir nada, es decir mucho, porque por lo pronto no se excluyó de la reelección", dedujo.

Mientras De la Rúa sigue rindiendo homenaje a la espera, uno de sus contrincantes, Rodolfo Terragno —el radical mejor ubicado en las encuestas, pero muy después de él— le reclamó el "urgente llamado a elecciones internas" frente a la decisión gubernamental [illegible] como fecha el 28 de junio.

A través de una carta le advirtió al jefe [illegible] partido que después del 28 de abril [illegible] podrían realizar comicios internos [illegible] to", porque la carta orgánica establece [illegible] días para realizarlas, por [illegible]

Según Terragno, [illegible] término, el [illegible] se a los comicios "lo que el [illegible] candidato "a dedo", es decir, [illegible] los afiliados, "lo cual es más [illegible] de la UCR".

Clarín consultó al vicepresidente de la [illegible] na, Rafael Pascual, quien dijo que [illegible] creto del PEN para que tenga efecto [illegible] electoral y que, en ese caso, la [illegible] nes internas para el 26 de abril. Dejó [illegible] eventual modificación de los plazos [illegible] orgánica, quedaría salvada por [illegible] decisión demorada del Gobierno.

CAMINO AL 28 [illegible]

[illegible]
Inicio de la exhibición de [illegible] padrones.

[illegible]
Reconocimiento de las alianzas [illegible]

[illegible]
Formación de la Junta Electoral.

[illegible]
Oficialización de los candidatos.

[illegible]
Padrón [illegible]

[illegible]

[illegible]

01-01

9203826

Nº. DOCUMENTO
TITULO Elección de senador por capital - No hay unidad por izquierda.
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE [illegible] 25/3/92
VINCULACIONES 10033
11164
11304

[illegible] ★ Buenos Aires, miércoles 25 de marzo de 1992

ELECCION DEL SENADOR POR CAPITAL

No hay unidad por izquierda

El viernes, antes de viajar a Europa, el cineasta Fernando "Pino" Solanas dio a conocer una declaración en la que prácticamente aceptará asumir la candidatura a senador, con la intención de representar a un amplio espectro de la disidencia peronista, otros sectores de izquierda, incluido el Partido Comunista, y agrupaciones, sindicatos y personalidades de la cultura.

Pese a que un comunicado de la Unidad Socialista advierte que antes de dialogar con alguna fuerza política para conformar un frente electoral los partidos Socialista Popular y Socialista Democrático eligirán a su candidato, los dirigentes de estos partidos hace ya tiempo que vienen negociando con los integrantes del Frente por la Democracia y la Justicia Social (Fredejuso) para presentar batalla en la Capital con un solo candidato del sector.

● "Chacho" Álvarez

Por el Fredejuso (alianza de peronistas disidentes, democracia popular e [illegible]) ya proclamó su candidatura el diputado Carlos "Chacho" Álvarez, pero al sólo efecto de unificar este frente y luego renunciar a la misma, para hacer efectiva la candidatura del socialista Alfredo Bravo, quien más allá de los [illegible] exclusivistas de la Unidad Socialista es un [illegible] ya instalado en este sector.

En este marco, que apuntaba a conseguir un candidato único de la izquierda para la elección del senador porteño, la aparición de Fernando "Pino" Solanas, se explica por dos motivos:

● El Partido Acuerdo Popular (Luis Brunati), el socialismo auténtico, el Modepa, el Partido Comunista, Intransigencia Popular (Miguel Monserrat) y un sector importante del peronismo disidente de la Capital, se pronunciaron por una "oposición frontal" al Gobierno, que no es ejercida —según ellos— por la Unidad Socialista.

● Estos partidos no aceptan lo que consideran una "pretensión hegemónica" de los socialistas, que en las últimas dos elecciones mostraron ser la fuerza más importante de este segmento político en la Capital.

Además hay sectores integrantes del Fredejuso que también están dispuestos a apoyar al cineasta Pino Solanas, entre ellos el Partido Humanista, el Movimiento 20 de Mayo y Concentración Popular (ex comunistas, de Eduardo Sigal).

Los que respaldan a Solanas [illegible] que también el Partido [illegible] y el sector del peronismo disidente que sigue el "Chacho" Álvarez [illegible] bien de parecer y [illegible] a este nuevo frente electoral, al que al parecer también se agregaría el Peronismo Verdadero [illegible] por Alberto [illegible].

01-01

9203827

Nº. DOCUMENTO ....

TITULO: Menem convoca a debatir la reforma constitucional.

PROC.: 150025

FECHA: 24-3-92

VINCULACIONES: 10033

11164

11302

La Nación

Menem convocó a deba...

01 | 01

9203828

A DOS DIAS DEL CONGRESO UNIFICADOR DE LA CGT EN PARQUE NORTE

Menem confirmó que el proyecto de obras sociales saldrá por consenso

El presidente Carlos Menem ratificó ayer que el proyecto para desregular el sistema de obras sociales sufrirá modificaciones al anunciar que esa iniciativa será consensuada "para evitar situaciones traumáticas". Mientras, la dirigencia sindical peronista ultima detalles de la reunificación gremial prevista para el jueves. Los sindicalistas confirmaron la presencia del Presidente en Parque Norte. Ayer hubo reuniones de varios sectores sindicales porque todavía hay discusiones sobre quiénes formarán la conducción colegiada de la nueva CGT. Uno de los encuentros fue de la oficialista CGT-San Martín.

Néstor Sieira



El mecánico Raúl Amín y el ferroviario José Pedraza en la reunión de ayer en SMATA. La discusión por los cargos en la nueva CGT es el tema de cabecera.

A dos días del congreso unificador de la **CGT** y cuando el grueso de la dirigencia sindical peronista negocia a todo vapor la próxima estructura de la central obrera, el presidente **Carlos Menem** confirmó ayer que el proyecto de ley para desregular el sistema de obras sociales **sufrirá modificaciones** en su contenido original, tal como anticipó **Clarín**

"El proyecto no se abandonó, pero **se lo está estudiando para consensuarlo y evitar así situaciones traumáticas en el seno de la comunidad**", envió Menem un mensaje tranquilizador a los caciques sindicales, atrincherados en un frente común de resistencia a la iniciativa que promocionaba hasta hace pocos días el ministro de Salud y Acción Social, **Julio César Aráoz** para reformar el sistema de salud.

Prueba del armisticio que parecen haber sellado por estas horas sindicalistas y Gobierno —tras un largo frente de tormentas—, llevó ayer a los integrantes de la **Comisión del Movimiento Obrero** a confirmar para pasado mañana **la presencia del presidente Menem en el complejo deportivo Parque Norte, escenario dispuesto para la reunificación del espectro gremial después de dos años de división.**

Junto a ese anuncio, la dirigencia sindical que ayer se reunió en la sede del SMATA (mecánicos) aprovechó para desmentir a coro que el congelamiento del proyecto de obras sociales implicaría la bendición sindical a la reelección presidencial, reforma de la Constitución mediante.

"No faltará quien nos acuse de firmar **un pacto negro con el Gobierno y que logramos doblarle el brazo al Presidente**", se atajaban de antemano los popes sindicales, ahora empeñados en propagar "nuestra vocación transformista" cuando el sistema de obras sociales salta sobre el tapete.

Con o sin forma de pacto, sin embargo, el Gobierno logró sellar una tregua —al menos momentánea— con el sindicalismo peronista. Para eso y en un clima de inhabitual reserva, ambas partes acordaron puntos comunes en las iniciativas que operaron como detonante del divorcio: los proyectos para reformar la ley sindical y la de paritarias "ya están cerrados", comentaba un vocero sindical las coincidencias que ahora comparten con Menem sobre esas reformas en danza y cuyos proyectos de ley anoche el Ministerio de Trabajo **envió al Presidente como paso previo a su traslado al Parlamento.**

Y aunque nadie lo reconoce en voz alta, la dirigencia gremial siente como una batalla ganada el cajón que le asignó el Gobierno a su proyecto de obras sociales. No hay más que recordar el derrotero de esa controvertida iniciativa: anunciada en enero con bombos y platillos, Menem exigió una sanción expeditiva para esa nueva norma.

Más tarde y ante los pataleos sindicales —después de una efímera aprobación inicial—, el Gobierno amenazó con el decretazo. "Ahora retrocedieron porque no pueden prescindir de nuestra experiencia sobre este tema", se jactaba un peso pesado de la cuasi **ex CGT San Martín**, quien no obstante alertaba sobre los cortocircuitos que podrían reverdercer si el Gobierno no modifica —como ya se ha acordado también— el sistema de recaudación de los aportes a las obras sociales, a través del **Sistema Unificado de la Seguridad Social (SUSS).**

"Rosca libre"

Lejos de derrochar entusiasmo por el reencuentro formal en un sola CGT, los caciques sindicales iniciaron ayer lo que promete ser —hasta el jueves— una maratónica sesión de reuniones **más para definir los cargos que el perfil que adquirirá la nueva central**

Aún flotan dudas en la geografía sindical: ¿Cuánto poder alcanzará la coalición entre ubaldinistas y barrionuevistas, minoritaria ante los grandes sindicatos?, ¿**Saúl Ubaldini** renunciará por fin a la escuálida **CGT Azopardo**?, ¿cuál es la consistencia de la alianza que sellaron los hombres de la CGT San Martín con los **independientes**?, ¿qué papel jugarán las organizaciones más pequeñas?

"Hasta el jueves estamos en tiempo de **rosca libre**, hay que negociar a cara descubierta y todos esos interrogantes que se plantean recién quedarán disipados en Parque Norte" proclamaba sin pudores una de las principales cabezas de la Comisión del Movimiento Obrero. Por cuerda separada, los gremios que responden a **Luis Barrionuevo** y Ubaldini hicieron una parada previa en el gremio gastronómico para discutir las propuestas que llevarían al SMATA.

En rigor, todos los sectores en juego quieren dejar impresas sus huellas en la declaración de principios de la nueva CGT, en la reforma del estatuto cegetista —que permitirá una conducción colegiada de 5 gremios— y, obviamente en la distribución de cargos. "Todos tendrán su lugar", prometía uno de los habitantes de la cúpula mayor, confiado en que las 40 sillas del próximo consejo directivo no dejarían a nadie de pie.

6

Nº DOCUMENTO ....

TITULO Menem anuncia que elecciones para Senador por Cap Fed. serán en Junio.

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE EMISION 24/3/92

VINCULACIONES 10033

11164

[illegible]

11304

LO ANUNCIO MENEM AL DAR DETALLES SOBRE LA REFORMA

El 28 de junio se...

El presidente Carlos Menem anunció ayer que las elecciones para elegir senador por la Capital Federal se realizarán el 28 de junio. El jefe del Estado dio ayer el puntapié inicial en pos de la reforma constitucional con un discurso donde trazó las grandes líneas de su credo reformista. El PJ se pronunciará hoy a favor de la convocatoria a una consulta popular no vinculante para modificar la Constitución Nacional. Rechazo del jefe del bloque de diputados radicales, Fernando de la Rúa.



El presidente Carlos Menem, acompañado del secretario para la Función Pública, Gustavo Béliz (izquierda) explica su posición ante el tema de la reforma constitucional.

El peronismo delibera y se pliega a una consulta popular

El plenario de consejeros nacionales del Partido Justicialista que se reunirá hoy se pronunciará a fa- [illegible] ...naron de ayer, dirigentes de diversos niveles, desde ministros hasta jefes partidarios distritales, trajinaron en reuniones preparatorias.

Anoche, en la nueva sede que el PJ posee en el barrio de Once, buena parte de la plana mayor consensuaba criterios para arribar hoy a una reunión prolija. La idea de la consulta no vinculante tiene por objetivo lograr apoyo por afuera de los partidos políticos —fundamentalmente de la expansión UCR— para, con las cifras en la mano, obligarlos a no quedarse afuera de la propuesta reformista.

La presencia de los ministros José Luis Manzano, Julio César Aráoz y Rodolfo Díaz, junto con el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, en las reuniones preparatorias de ayer, entregaba la certeza de que el envión reformista impulsado por el oficialismo estaba destinado a acelerar la marcha.

El Consejo Nacional acogerá la propuesta de la consulta sin fijar aún la fecha. La posibilidad de ha- [illegible] ...junio— parecía desdibujarse aunque primaba la idea de concretarla durante este año. De todas maneras, la oportunidad de la consulta parece ser una carta que el oficialismo prefiere guardarse bajo la manga.

El PJ no desestimará otros mecanismos para conseguir que se declare la necesidad de la reforma. Entre ellos no se renuncia a trabajar para conseguir los dos tercios en el Parlamento y en ese sentido se brindaron informes sobre ciertos sectores del radicalismo —como los que obedecen al gobernador de Río Negro, Horacio Massaccesi— que en público y en privado se manifiestan pro reformistas.

La idea en el plenario de hoy es no descartar ningún aporte sobre los caminos para modificar la Constitución y obtener del nuevo texto, la presa que más persiguen los menemistas: la reelección presidencial.

El intento de constit... [illegible] ...a por la reforma se ... reuniones de ayer por lo que [illegible] ...el titular [illegible] García, diputado [illegible] subsecretario de la [illegible] Carlos Corach. Por la tarde, Bauzá, había tratado el tema con diputados nacionales.

Además de las reuniones oficiales del PJ también debatieron quienes aspiran a representar el avance de una segunda línea partidaria. En un almuerzo de trabajo [illegible] ...Díaz, el [illegible] gía Luis Fred, la secretaria de Relaciones con la Comunidad, Claudia Bello, y la dirigente Virginia Franganillo almorzaron con un grupo de consejeros nacionales y flamantes diputados para llevar al seno del Consejo Nacional una propuesta de "abrir el protagonismo hacia la militancia". Este nuevo [illegible] ...Carlos Menem.

01-02

9203830

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 24 de marzo de 1992

CONSTITUCIONAL QUE PROMUEVE EL GOBIERNO

votará en la Capital

El presidente Carlos Menem anunció ayer que las elecciones para elegir senador nacional por la Capital Federal se realizarán el 28 de junio. Concluyó así la novela de suspenso sobre la fecha de ese comicio que el Gobierno visualiza como un test sobre la gestión [illegible].

El jefe del Estado terminó con la incógnita durante una exposición en la que bajó la bandera de largada para que se inicie el debate a favor de la reforma constitucional. En el auditorio del Consejo Profesional de Ciencias Económicas, Menem dijo que "no se deben tocar ni los conceptos dogmáticos (de la Constitución) y [illegible] normas operativas".

En tanto, Fernando de la Rúa [illegible] contra la fecha fijada para la elección del senador y la [illegible]: "[illegible] de [illegible] quincena de julio, lo que me previene a esperar el decreto", [illegible] el sí a su candidatura [illegible] a competir con [illegible] Forte. También [illegible] el discurso de Menem a favor de la reforma y dijo que la prioridad, hoy, es el problema social (véase reacción radical aparte).

Lo que estaba planteado como una reunión académica —la alocución presidencial estuvo precedida de exposiciones a cargo de constitucionalistas— se convirtió en un encuentro de alto voltaje político: respaldando el puntapié inicial reformista de Menem estaban los ministros de Interior, José Luis Manzano; de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella; de Trabajo, Rodolfo Díaz, y de Justicia, León Arslanian.

Menem propuso temas a debatir en torno de la reforma los que, dijo, no son "cerrados ni exclusivos"; entre ellos enumeró la eliminación de la elección indirecta de presidente, vice y senador por la Capital y la elección directa del intendente metropolitano.

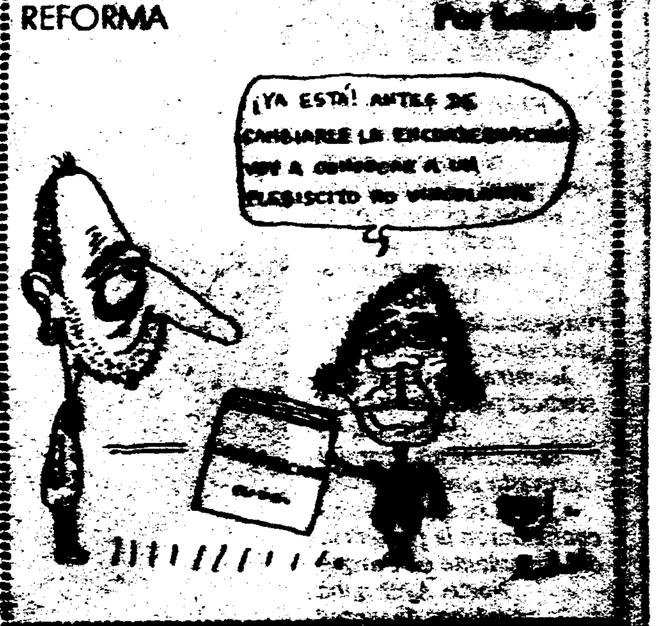
El Presidente se pronunció a favor de la modernización del Poder Legislativo, de la incorporación de un sistema de comisiones para agilizar futuras modificaciones de la Constitución y del establecimiento de mecanismos de consulta popular, como el plebiscito, para decidir temas cruciales.

También dijo que la protección del medio ambiente debiera reglamentarse desde la Constitución y [illegible]

Menem dijo que "el tema de la corrupción debemos encararlo a cara descubierta" y propuso que, como garantía constitucional, el delito de corrupción [illegible] al de traidores a la Patria.

En cuanto al trasfondo filosófico que prefiere sobre la reforma, el primer mandatario habló de "un nuevo pacto de convivencia donde confluya el espíritu liberal con el social" y levantó como principios claves de la reforma a la unidad nacional, la libre iniciativa y la justicia social.

Ni una sola palabra sobre la reelección salió ayer de boca del Presidente. Pero durante el debate previo hubo algún fuego cruzado. El diputado radical Raynaldo Vanossi se había manifestado en contra de la renovación del mandato presidencial, lo que llevó al intendente de Morón, Juan Carlos Rousselot, a preguntarle, desde el público, sobre su cambio de criterio desde las épocas de Raúl Alfonsín hasta hoy.



Vanossi respondió que "la experiencia dice que la prolongación en el poder ha perdido a los [illegible]" y [illegible] el tema y [illegible] lenguaje: "La [illegible] no es [illegible] —dijo—, es [illegible]".

El Presidente no había llegado a [illegible] para entonces [illegible] alocución [illegible] coctel con los [illegible] de Ciencias Económicas, mientras Manzano [illegible] hacia la reunión del Consejo Nacional del PJ, donde se afinaban criterios para la reunión [illegible] de hoy (véase aparte). El ministro de Trabajo Rodolfo Díaz llegaba justo para el brindis y decía que, de continuar la actual situación en el ferrocarril Roca, su privatización se concretaría en tiempo récord. Díaz soportó con una sonrisa la chanza de quien se le acercó para [illegible] le al oído: "Rodolfo, dejate de atomizar a los gremios".

Los profesionales de [illegible]

9203830

02-02

Nº DOCU...
TITULO: Menem insiste en reforma de la Constitución
P: 150025
FECHA: 23/3/92
VINCULACIONES: 10033
11164
11302

Menem insiste en la elección directa del Presidente

01/01

9203831

Nº DOCUMENTO ....
TITULO Gobierno acelera reforma constitucional.
PROCEDENCIA 150027
FECHA DE 23/3/92
VINCULACIONES 10033
11164
11302

EL GOBIERNO ACELERA ESTA SEMANA LA [illegible]

Preocupado, Menem dirigirá personalmente la reelección

Escribe
Edgar Mainhard

Carlos Menem asumirá a partir de hoy en su mayor operación política del año: la reforma constitucional y la reelección presidencial que no es otra cosa que su propio horizonte en el poder. Ya es sabido que Menem tiene pendiente un cambio de gabinete y algunos sospecharon que eso es lo que lo tenía absorto en los últimos tiempos. No necesariamente, Menem está pensando en algo que no dejará en las manos de José Luis Manzano ni de Eduardo Duhalde ni de su propio hermano, Eduardo Menem.

Tal cual es su estilo, el Presidente intentará que cada uno contribuya un poco a su estrategia: obtener antes de fin de año un compromiso del Congreso de que en 1993 se elegirán convencionales constituyentes junto a la renovación de la Cámara baja. Nada es más importante en lo íntimo de Menem.

• Temas

Hoy no hablará explícitamente de que pretende un segundo período. Se referirá a la necesidad de la reforma y a la urgencia por debatir una serie de temas. Dejó en boca de otros funcionarios —el procurador del Tesoro, Alberto García Lema, por ejemplo— exponer lo imprescindible de la posibilidad de la reelección. García Lema deslizará en el Consejo Profesional de Ciencias Económicas la dialéctica preferida del menemismo: si al día siguiente de los comicios de 1993 se sabe que Menem no tiene asegurada la reforma constitucional, no sólo ya le será imposible lograrla, sino que la interna que se desatará dentro del gobierno y de la oposición resultará formidable.

Por ahora, la rencilla doméstica se circunscribe a quién será el candidato a vicepresidente en 1995. Dado que el rol que la actual Constitución otorga al vicepresidente de la Nación es muy trascendente, la riña puede minimizarse.

El coloquio de hoy sobre la reforma fue organizado hasta en sus mínimos detalles por Gustavo Béliz, quien además preparó el discurso que leerá Menem y que busca sustento en conclusiones de cuando Raúl Alfonsín era presidente, como para convencer a la Unión Cívica Radical.

Por otra parte, Eduardo Bauzá está monitoreando el encuentro de mañana del Consejo Nacional del Partido Justicialista donde el tema único también es la reforma y cómo avanzar en la negociación dentro y fuera del oficialismo. Bauzá y Béliz reportan directamente a Carlos Menem, que es quien, en verdad, está detrás de la cuestión. Dentro del peronismo hay posiciones divididas acerca del plebiscito no vinculante que, de a poco, se transforma en la única prueba de fuerza posible desde el menemismo hacia la oposición que tiene controlado al gobierno en el Congreso. Se [illegible] necesidad de la reforma y, en Diputados, el menemismo en su conjunto no tiene esos dos tercios imprescindibles y como los 12 votos que por lo menos le restan son radicales, es bastante complicado obtenerlos a base de negociación.

Dentro del radicalismo hay un importante movimiento para lograr que la Convención Nacional partidaria prevista para este año otorgue mandato a los diputados de la UCR para avalar una reforma constitucional en 1995, o sea sin que Menem tenga chance alguna para soñar con la reelección. Y en el peronismo mismo hay disidencias sobre la línea de acción a seguir, toda vez que el propio Duhalde ya se manifestó en favor de que sea una cuestión a tratar cuando la Cámara baja esté modificada en 1993, lo cual en el menemismo íntimo provocó casi indignación.

El único presidente que logró reformar la Constitución [illegible]

[illegible]

01 | 01

9203832

Nº. DOCUMENTO

TITULO Menem reconoce a Fujimori como Pte del Perú.

PROCEDENCIA La Nación 150035

FECHA DE [illegible] 28-4-92

VINCULACIONES 10033

11164

11399

Perú 66817

Menem [illegible] reconoció a Fujimori

Para Argentina, Fujimori es el presidente del [illegible] hoy Carlos Menem, desconociendo así a [illegible] San Román, quien juró ayer como presidente ante los legisladores peruanos.

Menem, en declaraciones en Santa Rosa, aseguró que el gobierno argentino "trabaja para que en Perú se recupere la democracia perdida".

Argentina, que ordenó el regreso de su embajador en Lima, [illegible] la ruptura constitucional encabezada por Fujimori [illegible] como un "político improvisado".

Junto con [illegible] Unidos y Venezuela [illegible] dado por Fujimori con el apoyo de las fuerzas [illegible]

Doc. POCO LEGIBLE (OSCURO)

01-01

X

9203833

Nº DOCUMENTO:
TITULO: Situación de Cavallo luego del ingreso al Brady.
PROCEDENCIA: 150027
FECHA: 23/3/92
VINCULACIONES: 10033
11164
11302

Serían demasiado elevados los costos de alejarse

LLEGA EL BRADY, ¿SE VA CAVALLO?

AF 23/3/92

Escribe
Daniel Fernández Canedo

La teoría del "[illegible]" fue ganando adeptos. Día a día se suman empresarios, economistas, analistas y argentinos en general a especular, por lo menos, con la posibilidad de que Domingo Cavallo se aleje de su cargo una vez logrado el ingreso de la Argentina al plan Brady.

En ese momento, que en la práctica implica ni más ni menos que llegar a un acuerdo con los bancos acreedores (está muy próximo), el ministro habrá alcanzado una situación interesante para la marcha del plan. Tendrá el plan Brady y aún no habrá comenzado a afrontar los costos que ese compromiso implica. Estará dando a conocer una inflación de marzo del orden de 2% (mucho menor a los primeros pronósticos tras el aumento de la tasa del IVA a 18%) y lanzará una estimación inflacionaria para abril menor a 1 por ciento.

• **Refuerzo**

A ese contexto favorable se le deberá sumar que la economía argentina mantiene todavía un buen nivel de actividad y que no se vislumbra una recesión fuerte en el corto plazo.

Para varios analistas la teoría se reforzó el miércoles cuando el ministro Cavallo dijo que en algún momento del futuro, si es necesario, podría recurrir a un esquema de minidevaluaciones para corregir desfases en los precios relativos. Esa definición fue motivo de preocupación para los acérrimos seguidores de la convertibilidad (todos los pesos tienen respaldo dólar) con el tipo de cambio inamovible como forma de atar la inflación local a la internacional.

Por el otro lado, los menos ortodoxos de la convertibilidad sólo se limitaron a pensar que la jugada de Cavallo sólo era para imponer la idea de que no habrá una devaluación

01-09

9203834

Viene de Contratapa

Con el Brady, ¿se va Cavallo?

graade y, por consiguiente, para evitar las presiones de los empresarios, que a corto plazo aumentarán sus quejas por las dificultades para exportar que vislumbran.

Dentro de la teoría del "portazo" esa jugada de proponer minidevaluaciones para un futuro impreciso y no demasiado cercano no sería otra cosa que dejarle a su sucesor **la puerta abierta y el sendero marcado.**

Tiene estabilidad, buen nivel de actividad, el plan Brady en las puertas y propone cómo salir del dólar quieto y el grue- de los costos todavía no los ...menzó a pagar; con ese pa- ...ama y ambiciones políticas ...bastante comprensible que ...re fuerza la idea de que el ...nistro Cavallo en algún mo- ...to de los próximos 4 me- ...quiera abandonar su car- ...ra aspirar a la presiden- ...e la Nación.

• ...nto

...o si Cavallo se aleja po- ...r el ministro que logró ...dy pero no el que con- ...la estabilidad. Desde ya ...ir tendrá un costo ele- ...ue deberá medir muy ...i bien puede tener de- ... descansar del poder ...tiempo se duda mucho ... pueda.

...n enfrentamiento en- ...nistro y el presidente ...o le haría bien a nin- ...os dos, ellos lo saben ...llo se va dando un "portazo" podrá perder en imagen en el sentido de no querer afrontar lo difícil que puede resultar la etapa económica que se inicia en la Argentina.

Por el propio temperamento enérgico del ministro —del cual se queja habitualmente— demuestra que es un hombre que con tal de **avanzar y cerrar problemas concede bastante sin medir demasiado las consecuencias.** Por caso, vale recordar la disputa que mantuvo con el secretario de Programación Económica, porque Juan Llach no estaba dispuesto a comprometer frente al FMI un superávit fiscal mayor a los u$s 200 millones por mes y el ministro, de un plumazo, acordó conseguir u$s 250 millones por mes, un nivel muy difícil de lograr y menos aún si, como sucede con parte de las cuentas para el crédito de Facilidades Ampliadas del FMI, no se pueden computar alegremente los ingresos al Tesoro por las privatizaciones.

Evidentemente, Cavallo apuesta a que con el plan Brady habrá un fenomenal ingreso de capitales (en los últimos meses ya fue considerable) y con eso reactivar la economía de tal forma que la recaudación impositiva se multiplique sin problemas. Es una posibilidad, **pero lo cierto es que desde octubre (con excepción de enero cuando estacionalmente ingresan muchos más fondos a la Tesorería) la recaudación impositiva "real" no crece, está prácticamente estancada.** No es para preocuparse, pero sí para tener en cuenta y evitar las visiones voluntaristas sobre las posibilidades de la economía argentina en el corto plazo. Que hoy las privatizaciones están dinamizando muchos sectores es un dato importante y a tener en cuenta, pero atención que el plan Brady no es el fin sino el principio de la consolidación.

• **Idea**

En el país hoy existe la idea de que el plan Brady no puede fracasar ni generar problemas. Es similar a lo que ocurrió en los últimos días respecto de la licitación de las acciones telefónicas **sobre las cuales prácticamente nadie barajó otra posibilidad que la suba para el corto plazo.**

Hoy por hoy resulta impensable que Cavallo pueda dejar su cargo por más que sean sus deseos; hay demasiados temas pendientes y su prestigio sufriría mucho. Claro que con el enfrentamiento con el ministro de Defensa por el monopolio y las tarifas en los depósitos fiscales del aeropuerto de Ezeiza **jugó casi al límite de sus posibilidades políticas** por tratarse de un hombre muy cercano al Presidente y en un punto sensible para una parte de las Fuerzas Armadas.

Evidentemente ahora Cavallo, que ya en febrero llegó a poner su renuncia sobre la mesa y se dice que la habría presentado en otras oportunidades, está dispuesto a jugar más a fondo. Eso quiere decir, como lo señaló en la reunión del miércoles con los empresarios asociados a la Fundación Mediterránea, que en este esquema no puede haber aumento de salarios porque eso generaría inflación y atrasaría el dólar.

En realidad, cuando el ministro habló de una posible "minidevaluación" en algún momento del futuro empezó a debilitar la teoría del "portazo".

• **Reaseguro**

Conociéndolo a Cavallo es bastante posible que los estudios sobre un "crawling peg" anunciándolo con mucha anterioridad y por un período largo o el atar el peso a una "canasta de monedas" son temas que debe tener estudiados y pensados. Es probable que en los próximos meses, y si crece la idea de que puede modificarse la política cambiaria, la sociedad lo pague con una mayor tasa de interés, que será el reaseguro que se tomarán algunos inversores frente a las palabras del ministro. Para otros inversores, contrariamente, la decisión de Cavallo de destapar la minidevaluación ...

Nº. DOCUM...

TITULO Consejeros del PJ se autoconvocan por la reelección de Menem.

PROCEDE... 150024

FECHA ... 23/3/92

VINCULACI... 10033

11164

11304

Movilizarán a la segunda línea

Consejeros del PJ se autoconvocan por la reelección de Menem

Veinte consejeros nacionales del PJ se reunirán hoy al mediodía con dirigentes, funcionarios y legisladores peronistas para consensuar una posición común con miras a la reunión del Consejo Nacional justicialista que mañana abordará el tema de la reforma constitucional y la reelección del presidente Carlos Menem.

El grupo se propone movilizar a una segunda línea del partido, en una acción que definen como "no opuesta pero sí paralela a la actual conducción" que encabeza Roberto García. Además de pronunciarse por la reforma y la reelección el grupo se propone como correa de transmisión entre el Gobierno y las bases partidarias.

Entre los que hoy se reunirán en el Hotel de las Naciones se cuentan el ministro de Trabajo, Rodolfo Díaz; el gobernador de Jujuy, Roberto Domínguez; el vicegobernador de Misiones, Miguel Angel Alterach; el secretario de Energía, Luis Prol; la secretaria de Relaciones con la Comunidad, Claudia Bello; la titular del Consejo de la Mujer, Virginia Franganillo, y los diputados José Luis Gioja y Claudio Mendoza, entre otros, mientras que entre los consejeros nacionales estarán Alberto Conca —interventor del PJ en Catamarca— y Roberto Grabois.

♦ Defensa del modelo

El nuevo núcleo pondrá el acento en la necesidad de "defender el modelo menemista como un todo coherente, donde la estabilidad está relacionada con la política exterior y con la flexibilización laboral" y tiene entre sus planes trabajar también con una segunda línea de gremialistas, tarea que encarará el subsecretario de Trabajo Enrique Rodríguez.

No son los únicos que tratán de unificar criterios para el congreso justicialista. Hoy a las 17, el secretario General de la Presidencia, Eduardo Bauzá, recibirá en su despacho a los presidentes de bloques del PJ de senadores y de diputados, Eduardo Menem y Jorge Matzkin, otros legisladores y algunos gobernadores para avanzar en la definición de un discurso unificado y limar algunas diferencias de criterio del oficialismo sobre la reforma constitucional. Dos horas más tarde hará lo mismo la "mesa chica" del Consejo Nacional Justicialista.

Clarín 23/3/92

01-01

9203835

N°. DOCUMENTO ....
TITULO Proyecto de reforma a ley de obras sociales.
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE E 23/3/92
VINCULACIONES 10033
11164
11302

Buenos Aires, lunes 23 de marzo de 1992 ★ CLARIN

PARA EVITAR UN CONFLICTO GENERALIZADO CON LOS [illegible]

Congelan el proyecto de [illegible]

El Gobierno decidió enviar al "freezer" el proyecto de reformas a la ley de obras sociales. La medida se [illegible] para evitar una [illegible] política con los sindicatos, que resolvieron reunificarse para [illegible] iniciativa que apuntaba a reducir sustancialmente su poder político y económico. También [illegible] modificar el sistema de recaudación que les quitó a los dirigentes el control de los aportes [illegible] mecanismo busca neutralizar una eventual oposición sindical, que complicaría los planes para encolumnar al partido oficialista tras la reelección de [illegible]

EXCLUSIVO

El proyecto de reformas a la ley de obras sociales que hasta aquí impulsó el ministro de Salud y Acción Social, Julio César Aráoz, fue congelado por el Gobierno para evitar un conflicto generalizado con los sindicatos. La decisión no implica abandonar la iniciativa pero apunta a algo más que una postergación: se trata, también, de aceptar cambios profundos en su contenido para neutralizar así la protesta del sindicalismo peronista que decidió reunificarse en una CGT única para resistir la iniciativa oficial.

El Gobierno necesita en estas horas no romper lanzas con los gremios por dos razones fundamentales. Una es que esa eventual ruptura complicaría dentro del peronismo los esfuerzos menemistas para encolumnar al partido tras la reelección presidencial. No es un secreto que los gremios han perdido mucho poder político, pero aún conservan capacidad de presión y, sobre todo, pueden empujar con fuerza para hacer estallar dentro del oficialismo otras [illegible] de [illegible]. Y la otra razón es que una oposición frontal de los sindicatos, que incluya por ejemplo reclamos de mejoras salariales inmediatas, podría también en [illegible] las negociaciones del Gobierno con los acreedores internacionales.

♦ **Voluntad negociadora**

Acaso como una muestra de esta nueva voluntad negociadora, el Ministerio de Trabajo acordó con los sindicalistas [illegible] sustancialmente el [illegible] de Sistema Unico de Seguridad Social (SUSS). Este sistema, impuesto desde comienzos de año, [illegible] a los gremios el [illegible] los fondos sindicales para otorgárselo a la [illegible] laboral.

El SUSS y el proyecto de obras sociales [illegible] presentadas [illegible]

[illegible]

01-03

9203836

GREMIOS QUE OBSTACULICE LA REELECCION

obras sociales

única a todos los aportes patronales, **siga rigiendo pero con profundas modificaciones.** El sistema implica hasta ahora una concentración de la recaudación por parte del Estado, que luego la redistribuye a los gremios, pero evidenció **serias grietas** a poco de ser puesto en práctica: un alto porcentaje del dinero recaudado **no pudo ser distribuido a los gremios por no saberse a qué sindicatos correspondían los aportes**, y Trabajo decidió al fin repartir esas sumas **según lo que los gremios habían recaudado en los últimos seis meses** para evitar que quedaran "flotando" en los bancos.

De aquí en más la boleta del SUSS **será acompañada por otra, magnetizada,** que generará la información sobre **qué gremio hace el aporte**, algo que también **automatizará** su retorno a su obra social.

♦ **Una lucha política**

Menos técnica y más política fue la batalla sindical para que el proyecto de ley de Obras Sociales quedara encajonado. La "ley Giordano", motorizada por el ministro Aráoz, consiguió lo que ningún mediador había podido en más de dos años de división gremial: **abroquelar a sus dirigentes en pos de su rechazo.**

Los dirigentes gremiales le plantearon a los negociadores del Gobierno que su rol de aliados naturales tocaría a su fin si el proyecto salía aprobado del Parlamento.

El titular interino del PJ, **Roberto García**, fue el operador por excelencia de esta ardua recomposición de relaciones, mientras que por los gremialistas trajinaron **Carlos West Ocampo** (Sanidad), **Oscar Lescano** (Luz y Fuerza), **Armando Cavalieri** (Comercio), **José Pedraza** (Unión Ferroviaria), **Gerardo Martínez** (UOCRA) y **Andrés Rodríguez**.

Precisamente esa **plana mayor**, a la que deben agregarse los dirigentes de la UOM, la UTA, SMATA y los textiles, serán los que, a partir del congreso extraordinario del jueves, ocupen los principales espacios en la conducción de la CGT unificada. **Hoy, en la sede de los mecánicos, tendrá lugar, desde las 15, una reunión preparatoria**, con miras a consensuar el cuerpo colegiado de conducción que estará integrado por 40 miembros.

02-02

9203836

TITULO La UCR busca nuevo líder
PROCESO 150024
FECHA 22/3/92
VINCULACION 10033
11164
11304

ALFONSIN Y ANGELOZ YA ESTAN EN CAMPAÑA; DE LA RUA JUEGA SUS FICHAS EN CAPITAL

Clarín 22/3/92

La UCR, en busca de un nuevo líder

Para enfrentar el modelo del Gobierno, los radicales necesitan definir antes quién asumirá el liderazgo que dejó vacante Raúl Alfonsín tras su retiro de la Casa Rosada. El propio Alfonsín está anotado en esa carrera y compite abiertamente con Eduardo Angeloz, cada uno con propuestas claramente diferenciadas frente al gobierno de Carlos Menem. La elección del senador por la Capital, dentro de pocos meses, le ofrece un escenario especial a Fernando de la Rúa, el tercer aspirante al futuro liderazgo radical. En esta pelea, también cuenta una segunda línea de dirigentes con peso propio.

Las últimas definiciones políticas del ex presidente Raúl Alfonsín con relación a la crisis de identidad que padece su partido y su imposibilidad de generar una estrategia para enfrentar al modelo oficialista dejaron a flor de piel una patética realidad del radicalismo: la ausencia de un liderazgo excluyente opera como un factor paralizante para el principal partido de oposición.

Para tener un proyecto alternativo, el radicalismo necesita primero definir quién es su líder. Alguien que, como el propio Alfonsín entre 1982 y 1989, o durante casi tres décadas Ricardo Balbín, marque la línea a seguir por la estructura partidaria.

Al hablar el jueves pasado en Mataderos, lanzando virtualmente su Movimiento para la Democracia Social, Alfonsín buscó ponerle un ejemplo a esa debilidad de la UCR, cuando dijo que debe reconocerse la tarea del Comité Nacional que encabeza Mario Losada, pero advirtió que a la actual conducción la ayudan poco. "Se hace muy difícil dirigir un partido político cuando los que deben orientar, están desorientados y se contradicen entre sí", fue una de sus reflexiones autocríticas.

Alfonsín ahora quiere volver a ocupar ese vacío. En Mataderos anunció su decisión de hacer la valija y, como [illegible] una década, recorrer el país para instalar su nuevo proyecto.

Con la misma meta, Eduardo Angeloz ya está en campaña. Desembarcó hace tres semanas en la Capital Federal y en la provincia de Buenos Aires, como lo hará en todos los comienzos de mes. Desplegará su estrategia desde la Fundación Argentina y el Mundo (FUNAM), con el apoyo de dirigentes como Melchor Posse, Antonio Tróccoli y César García Puente, por el distrito bonaerense, y Juan Octavio Gauna, por el porteño.

Alfonsín quiere que su movimiento sea el aglutinante de todas las expresiones, dentro y fuera de la UCR, que rechazan a lo que describió como "la alianza más fuerte que se haya conformado en el país desde que existe el sufragio universal", en alusión al proyecto menemista.

Los aliados que pretende Alfonsín para esa empresa son, además de los radicales, "los trabajadores que quieren un sindicalismo moderno y fuerte, los que fueron condenados por políticas injustas a la miseria y a la marginalidad, los jóvenes que se sienten excluidos, los jubilados, los herederos del socialismo humano, democrático y ético, y el peronismo que se siente engañado por el oficialismo".

El gobernador de Córdoba, a su vez, quiere afirmar su perfil opositor al gobierno nacional pegando en sus costados más vulnerables: la dependencia política de la Corte, los decretazos, los números de la inflación, la falta de trasparencia en algunas privatizaciones. Pero juzga que el modelo menemista, con sus más y sus menos, va produciendo en la Argentina cambios irreversibles.

Los angelocistas ven que, al final del mandato de Menem, el electorado ya habrá asimilado una cultura de la estabilidad económica y que reclamará en el futuro transparencia, eficiencia, crecimiento y equidad social. De allí la imagen de "versión prolija del menemismo", de la que hablan los adversarios internos de Angeloz.

La respuesta del angelocismo no es menos fuerte. Para ellos, Alfonsín apuesta, con su proyecto de oposición frontal al contenido y las formas del modelo oficial, a un rotundo fracaso económico y social en el recodo final del mandato menemista.

Cerca de Angeloz dicen que la ambulancia alfonsinista espera recoger a todos los "heridos" de la experiencia menemista, convirtiendo al ex presidente en la nueva alternativa de poder. Pero agregan que, en el peor de los casos, serán muy pocos los que se suban a esa ambulancia, porque piensan que la memoria colectiva retendrá la etapa de la hiperinflación y de las asonadas carapintadas del gobierno radical, comparable —según ellos— con el recuerdo amargo de la derrota de Malvinas.

Sin embargo, con proyectos opuestos, Alfonsín y Angeloz coinciden en algo: los dos aspiran a instalar "un discurso común" que pueda llegar a todos los radicales y a otras geografías políticas, aunque estas no sean las mismas para uno y otro.

Así es como los dos están instalados en una confrontación por la conducción nacional del partido, que se dirimirá el año que viene, como antesala de la definición de la candidatura presidencial de 1995.

El escenario radical se completa con el compromiso que representan los comicios de senador por la Capital y la candidatura de Fernando de la Rúa, el otro presidenciable.

Está tomando cuerpo en la segunda línea de la UCR (ver aparte) la idea de aceptar el desafío que planteó el presidente Carlos Menem al darle un perfil nacionalizado a esa elección. Consistiría, de haber consenso, en responder con una campaña electoral también nacionalizada, que debe contar con el aval del conjunto del radicalismo.

La estrategia, concebida por las vertientes críticas y ortodoxas del alfonsinismo, apunta a convertir a la Convención Nacional del partido, que deliberará desde el 25 de abril próximo, en el eje de un gran debate político e ideológico para que alumbre el proyecto alternativo del gobierno menemista.

Esto pretende ser el fruto consensuado de todas las corrientes radicales, en un esfuerzo por alejar el fantasma de la fundalización, que los aleja de la [illegible] de poder.

El hueso más duro de roer para el éxito de esa empresa lo representa el angelocismo, cuyos principales dirigentes se oponen a que la Convención sea centro de un debate ideológico. Su argumento es que esa [illegible] del próximo mes debe ser exclusivamente "[illegible]vo", ya que en esa oportunidad deben asumir las nuevas autoridades, el presidente que reemplazará a su actual titular, Alfredo Orsomarso [illegible], y centenares de nuevos convencionales, surgidos de las elecciones internas del año pasado.

La postura de los seguidores de Angeloz ante la Convención también puede tener otra lectura: los [illegible] en ese foro partidario, no favorecen al gobernador [illegible]bés.

Tampoco será fácil, si se quiere nacionalizar la campaña de Capital, superar el recelo del [illegible] está lanzado a conformar su [illegible].

Pero el dilema de Alfonsín y Angeloz, y [illegible] De la Rúa, frente al proyecto de [illegible] se convierta el comicio en la Capital, es que [illegible] mucho depende del resultado de esa elección [illegible] mino radical hacia las presidenciales del '95 [illegible] pejado o [illegible].

[illegible]

Copyright [illegible]

El peso de los que vienen atrás

Más allá de los liderazgos fuertes que exhibe el radicalismo, existe una segunda línea del partido con la que hay que contar a la hora de dirimir las cuestiones de poder interno. Después del hundimiento y cuenta nueva que provocó la traumática salida del gobierno en el '89, estos son ahora sus principales referentes.

- **Federico Storani**: es la expresión del alfonsinismo crítico, con centro en el distrito bonaerense e influencia dispar en el interior del país. Propone un profundo debate en la próxima Convención de la UCR, para elaborar un proyecto alternativo al del menemismo.
- **Leopoldo Moreau**: lidera el sector mayoritario del Movimiento de Renovación y Cambio bonaerense. Es muy resistido por las otras corrientes de la UCR, pero controla la mayor cantidad de diputados provinciales y nacionales y cuenta con el mayor grupo de convencionales (39). Expresa al alfonsinismo ortodoxo y también impulsa que la Convención se expida sobre un proyecto que enfrente al modelo menemista.
- **Juan Manuel Casella**: preside el partido en Buenos Aires y lidera el sector minoritario del Movimiento de Renovación y Cambio. Cuenta con 10 delegados a la Convención y exhibe una posición equidistante frente a los planteos políticos de los tres líderes principales del partido.
- **Melchor Posse**: intendente de San Isidro, identificado con el angelocismo, fue la sorpresa en las elecciones internas del año pasado cuando obtuvo el 34 por ciento de los votos. Su línea —Recuperación Radical— tiene un [illegible] el Comité Nacional, [illegible] rense y cuenta con [illegible] nacionales, además de [illegible] vinciales y nacionales.
- **Sergio Montiel**: es un [illegible] pesado del partido, con [illegible] muy escuchado por todos [illegible] Encabeza la UCR de Entre Ríos [illegible] ta con una considerable [illegible] ser elegido presidente de la [illegible].
- **Jesús Rodríguez**: exponente del alfonsinismo crítico en la Capital [illegible] y alternativa interna frente a De la Rúa, que controla el poder partidario en el distrito. Su corriente [illegible] Centenario— tiene predicamento en la Juventud Radical y son muchas las afinidades políticas con la Corriente de Opinión Nacional de Storani.

01-01

92038837 X

Panorama político

El [illegible]

¿Por qué volvió el terrorismo a la Argentina? La pregunta está en boca de toda una sociedad todavía perpleja, que revivió el martes con una dosis de crueldad diabólica aquella historia trágica que comenzó a escribirse en los años 70 y que se estiró más de una década.

El interrogante permanece aún, en el poder y en el llano, huérfano de respuesta, pero mientras tanto han brotado síntomas vitales en el cuerpo social difíciles de pasar por alto. Indican [illegible] que se conserve intacto el repudio a la violencia como método de acción política.

La multitudinaria caravana callejera que se arrimó hasta las ruinas de la Embajada de Israel fue un testimonio en miniatura de un enorme sentimiento colectivo. Demostró además que no están rotas las amalgamas que han permitido siempre la convivencia de una comunidad heterogénea en su origen y conformación.

Esta vez la clase dirigente acompañó casi sin fisuras con un comportamiento ponderado, quebrado quizá solamente en los extremos del segmento político: los carapintadas, errando cuanto menos la oportunidad para plantear una polémica apoyada en argumentos lineales; la [illegible] del MAS [illegible] [illegible] de ambigüedad frente a uno de los episodios más sangrientos que ha conocido la Argentina.

La [illegible] de los hombres del Gobierno [illegible] [illegible] Carlos Menem [illegible]

El conflicto Árabe-israelí ha sido históricamente una referencia lejana para la política de nuestro país, pero [illegible]

[illegible]

La oposición radical [illegible] la Casa Rosada. [illegible] político con [illegible] que hubieran colocado en la picota algunas decisiones de las relaciones exteriores del gobierno menemista. Raúl Alfonsín, de paso, volvió a sentir de cerca el calor popular, quizá porque guardó un silencio imprudentemente fracturado muchas veces por él mismo, una vez que concluyó su gestión.

Para el conjunto de la sociedad, entonces, pero sobre todo para el gobierno de Carlos Menem, nada debería ser igual después del ataque criminal. Crecerá sin dudas la responsabilidad y se impondrá un adicional de reflexión sobre cada uno de los pasos que tengan que ver con la política doméstica e internacional.

Que la Argentina haya sido elegida para un ensayo del terrorismo indicaría la adquisición de un protagonismo inesperado y para el cual, a la luz de lo ocurrido, no parecería estar preparada.

Por eso no terminaron de comprenderse algunas de las tantas declaraciones del canciller Guido Di Tella. Explicó la irrupción terrorista con una supuesta "prestancia internacional" de la Argentina, y se jactó de que es mejor que pase algo "antes de ser ignorados".

Tampoco encajaron [illegible] contexto las palabras del presidente Menem, extrañado porque [illegible] receptores de un hecho [illegible] en el cual la Argentina no [illegible] nada que ver".

Es cierto: el conflicto Árabe-israelí ha sido históricamente una referencia lejana para la política de nuestro país, pero fueron precisamente algunas decisiones de este gobierno las que establecieron algún punto de contacto.

Todas estuvieron encuadradas al fin en una estrategia mayor: el alineamiento con los Estados Unidos y la inserción en un mundo occidental, que en verdad no abandonó ni siquiera en los momentos de historia más traumática.

No se trata de cuestionar en estas circunstancias la concepción global de la política exterior. Se tomaron resoluciones que sustentaron aquel alineamiento y que difícilmente puedan ser objetadas.

La reanudación de relaciones con Gran Bretaña implicó un acercamiento con el principal aliado de Washington [illegible]

[illegible]

[illegible] violencia y la [illegible] internacional.

El envío de las naves de guerra al Golfo [illegible] de los Estados Unidos y [illegible] con un principio tradicional de la política Argentina: [illegible] en conflictos [illegible]

El gobierno menemista eludió entonces un debate parlamentario que hubiera abierto las grifas a la sociedad, capaz de entender quizás ahora este fenómeno sangriento que se instaló el martes ante la Embajada de Israel.

Que quede claro: no puede ni debe haber una relación de causa-efecto entre el envío de naves al Golfo y la irrupción terrorista. En el mundo ocurrieron algunas cosas más importantes desde julio de 1989 que la llegada del menemismo al poder en la Argentina. La eliminación del conflicto Este-Oeste ha jugado también su influencia para que el terrorismo ya no se encuadre hoy dentro de regiones precisas.

Pero hubo una cuota de análisis superfluo cuando el Gobierno decidió acercarse a Oriente Medio. Recordemos: se insistió en que la Argentina no se involucraba en una guerra sino simplemente participaba de un blo-

[...]retorno del terrorismo



queo a Irak promovido por las Naciones Unidas.

Parecería ser que varios de los países árabes no han utilizado la misma vara para considerar la actitud argentina.

Se machacó con que una participación de bajo riesgo —por la ubicación alejada de las naves en el Golfo— podía producir elevados réditos políticos.

Veamos:

—Se pagó con la muerte de argentinos e israelíes una incursión inesperada del terrorismo islámico.

—Las relaciones con Irán parecen tensadas hasta límites riesgosos, sobre todo luego que el Gobierno decidió suspender la venta de tecnología nuclear por valor de 18 millones de dólares.

—El presidente Carlos Menem tiene obstruida una visita a Siria: el mandatario había recibido una felicitación expresa del líder **Hafez El Assad cuando** ganó las elecciones de **1989**. Ni siquiera su hermano pudo destrabar la situación: **Eduardo Menem debió anular un viaje a Damasco en febrero luego de sufrir un desaire político.**

Se citó también con frecuencia en aquel momento el caso del Brasil, que se incorporó a la Segunda Guerra Mundial en 1942 y conquistó la atención de Washington, para contraponerlo con la neutralidad argentina. **Pero el Brasil cambió aquella participación por una asistencia económica concreta que sirvió de despunte para su posterior desarrollo.**

El balance tiene, además, otro costado. **Menem** fue el primer mandatario argentino que visitó Israel en octubre y **revirtió en buena medida las prevenciones que tradicionalmente tuvo la comunidad judía hacia el peronismo.**

De todas formas no pareció existir en el Gobierno el olfato fino para mensurar los alcances reales de cada giro de las relaciones exteriores. **No parece idéntico modificar cuarenta votos en los organismos internacionales, como ocurrió en la ONU, donde todo se dirime con la voz y la palabra, que aspirar a hacer pata ancha en un terreno de conflicto surcado por aviones y misiles.**

Menem instruyó a sus ministros en la reunión de gabinete del jueves **para que desarticulen cualquier intento de vincular algunas de esas decisiones con el aterrizaje del terrorismo internacional en Buenos Aires.**

Ocurre que el Gobierno, frente al desconcierto que provocó el atentado, **no ha podido o no ha sabido articular una argumentación política que permita comprender por qué el atentado tuvo aquí un escenario de privilegio.**

Se arguyen algunas justificaciones que sirven más de forma que de contenido:

—La Argentina ha reconquistado una presencia internacional que la ubica como blanco posible.

—La comunidad judía en nuestro país es la cuarta en el mundo, detrás de la de los Estados Unidos, la ex URSS y por supuesto Israel.

—El impacto entonces sería elevado y el esfuerzo operativo mínimo: **La Argentina parece hoy una nación fácilmente vulnerable, producto de un relajamiento de los sistemas de seguridad,** comprensible después de los años de dictadura pero injustificable si se pretende integrar el club de socios de las naciones importantes.

La importancia de la colectividad judía es tan vieja que se remonta a un siglo. Y la fragilidad interna del país no fue menor durante la presidencia de Alfonsín. Pero **el atentado ocurrió aquí y en esta semana: debe haber algo más que fatalismo detrás del episodio.**

> La Argentina parece hoy una nación fácilmente vulnerable, producto de un relajamiento de los sistemas de seguridad, comprensible después de los años de dictadura pero injustificable si se pretende integrar el club de socios de las naciones importantes.

Un puñado de datos, además, radiografían aquella debilidad. Por caso, la presencia de solo tres **funcionarios** argentinos de inteligencia **diseminados** en todo el mundo. **O el ejército** diplomático en manos **de hombres** que en realidad gozan **más** que nada de un favor político.

La Cancillería ignoró en **estos días** que altos funcionarios de la **diplomacia** israelí mantenían **conciliábulos** **en el país. Hubo un vago conocimiento sobre la visita de Víctor [illegible], funcionario de asuntos exteriores [illegible] portavoz de la cumbre árabe-[illegible] de Madrid. Pero jamás se supo [illegible] y cuándo ingresó al país [illegible] Chile a través de [illegible].**

Los diarios informaron a la diplomacia que [illegible] estuvo acompañado por el jefe de los [illegible] territorios ocupados, [illegible]. Nadie se explica cómo llegó a la Argentina.

Las deficiencias y el [illegible] quedaron a cielo abierto cuando el propio Menem, después de los [illegible] natos ciegos, reclamó la ayuda de [illegible] expertos de la CIA, el [illegible] so de españoles que investigan ETA.

No hacía falta en verdad el [illegible] de terrorista para denunciar la [illegible] ricia de la inteligencia argentina. Ni para comprobar que la seguridad interior está acorde con las características reales del país.

Pero sonaría injusto cargar **las** tintas por un ataque que reconoce antecedentes sobre países de **mucho** mayor rigor. Basta refrescar la **matanza** de atletas israelíes en **Munich** en setiembre de 1972 o la **agresión** contra el cuartel general de **tropas norteamericanas y un puesto de comando francés en Beirut,** con casi 300 muertos, ocurrida en octubre de 1983.

Nadie sabe si la tragedia **servirá** para sosegar la lucha **interna en el** gobierno menemista. **O si será finalmente una excusa para** [illegible].

Eduardo van der Kooy

02-02

9203838

ARGENTINA FIRMARA UN ACUERDO CON VENEZUELA DE COOPERACION ECONOMICA

DEBERAN contemplarse los compromisos asumidos por Argentina en el Tratado de Asunción para crear el Mercosur

Argentina y Venezuela suscribirán en el próximo mes de mayo un nuevo acuerdo de complementación económica, hecho que se registrará en forma coincidente con la visita del Presidente argentino Carlos Menem a Caracas, según lo indicado a **LA MAÑANA** por fuentes de la ALADI.

De acuerdo con las informaciones proporcionadas, los Representantes Permanentes en la Asociación Latinoamericana de Integración de Argentina, Embajador Raúl Carignano y de Venezuela, Embajador Germán Laivet, han firmado una prórroga del acuerdo que oportunamente signaron ambos países y que está identificado como el N° 10.

Ese acuerdo se ha proyectado ampliarlo, por lo cual se vienen ajustando los términos de un nuevo documento, para sustituir el convenio que se ha prorrogado hasta el próximo 30 de abril.

Las mismas fuentes indicaron que Argentina deberá contemplar en esta negociación comercial con Argentina los compromisos asumidos con el Mercosur, por lo cual se estimó que se establecerán términos similares a los recientemente acordados por el vecino país con Chile.

Por lo tanto, se informó que el nuevo acuerdo de Complementación Económica entre Argentina y Venezuela dará inicio a un proceso de desgravación lineal y automático, a partir de una preferencia arancelaria del orden del 40%.

Sin embargo se explicó que ese proceso se detendrá en un 80%, ya que se entiende que no se puede completar una desgravación total.

En forma paralela se incluirán acuerdos en relación a la eliminación de barreras no arancelarias.

Paralelamente se informó que avanzan una serie de negociaciones comerciales entre Chile y Venezuela, no sólo para el establecimiento de un Acuerdo de Complementación Económica, sino también para firmar un convenio sobre protección de las inversiones, que incluirá acuerdos en relación a doble tributación.

Las fuentes de ALADI consultadas por **LA MAÑANA**, indicaron que en forma similar a anteriores acuerdos, se establecerán tres listas de productos. Una de ella contendrá la mayoría de los productos o mercaderías a comercializar entre los dos países con el beneficio de quedar totalmente liberados a partir del 1° de enero de 1996.

Otra lista de productos sería comprendida en una desgravación más lenta, cuyo proceso se pactará culminar en [illegible].

Además habrá otra lista de productos considerados sensibles, que ampliarán las excepciones del acuerdo, entre los que figurará el petróleo.

Se comentó asimismo que este acuerdo de complementación económica entre Chile y Venezuela contendrá un [illegible] especial para la [illegible] automotriz, con [illegible] ciones en relación a normas de origen y [illegible] tes.

01-01

9203839

Nº. DOCUMENTO ....

TITULO Perspectivas para aumentar relaciones económicas con Francia.

PROCEDE 150024

FECHA DE 21/3/92

VINCULACIONES 10033

11164

11399

Francia 65863

Nuevas perspectivas para aumentar relaciones económicas con Francia

La [illegible] 21/3 [illegible]

El embajador de Francia en la Argentina, Pierre Guidoni, estimó que el reciente viaje del presidente Carlos Menem le sirvió para que las más altas autoridades francesas pudieran debatir francamente con los funcionarios argentinos sobre temas en los que, como la ronda de negociaciones del GATT, mantienen diferentes posiciones.

Al disertar en el almuerzo que mensualmente organiza el Centro de Científicos y Técnicos Argentino-Francés, entidad que preside Héctor [illegible], el embajador francés consideró que es momento de "abrir una nueva etapa en las relaciones entre la Argentina y Francia", lo cual no significa que "no haya discrepancias, puesto que cada país tiene sus propios intereses".

En cuanto a las negociaciones multilaterales del GATT, Guidoni dijo que el gobierno del presidente Mitterrand expuso a las autoridades argentinas que la discusión no se centra "en el tema de los subsidios" sino en "acabar con las trabas al intercambio internacional de todo tipo -industrial, servicios, patentes y productos agrícolas".

[illegible]

01-01

9203840

Nº F...

TITULO: Acuerdo sobre compraventa de gas natural boliviano.

PROCED.: 150025

FECHA: 20/3/92

VINCULACIONES: 10033

11164

11399

Bolivia

La Nac. 20/3/92

Baja el precio del gas que Bolivia vende a la Argentina

LA PAZ (ANSA) – El canciller argentino, Guido Di Tella, [illegible] mañana a Santa Cruz de la Sierra, [illegible] kilómetros al este de aquí, para firmar un nuevo acuerdo sobre compraventa de gas natural boliviano a este país.

Versiones extraoficiales publicadas por periódicos locales afirman hoy que el nuevo precio del millar de pies cúbicos será de [illegible] centavos de dólar, una notable caída con respecto al precio actual, de [illegible] dólares, lo que reducirá en [illegible] millones de dólares los ingresos [illegible] que recibe [illegible].

Actualmente, el país recibe unos [illegible] millones de dólares por concepto de la venta de gas a la Argentina [illegible] del país. Con los nuevos precios, los ingresos serían inferiores a los [illegible] millones de dólares.

El actual contrato, vigente desde 1972, concluye en mayo próximo y establecía los precios [illegible]. A partir de la "desregulación" de los precios en el mercado argentino, los nuevos precios del gas serán muy inferiores.

[illegible]

01-01

4

9203841

Nº. DOCUMENTO

TITULO Menem ratifica política exterior luego de ataque a embajada israelí.

PROCEDENCIA /50023

FECHA DE F. 20/3/92

VINCULACIONES 10033

11164

11302

11399

Red informativa con EE.UU., Francia, Alemania, España y el Reino Unido

Menem: "Seguiré con mi política internacional"

A.F. 201

El trágico bombazo a la embajada israelí reinició el debate sobre la política exterior de Carlos Menem. Coincidiendo por primera vez en público la UCR y el MODIN (la oposición radical debería ir acostumbrándose a estas coincidencias con Aldo Rico) en que la elección de la Argentina como sitio del atentado fue consecuencia directa del envío de buques al Golfo Pérsico y del alineamiento proestadounidense en todas las latitudes, incluyendo Oriente Medio.

Si alguna vez tuvo dudas Menem desde que llegó a la Casa Rosada, ya no hay regreso ahora. En la madrugada de ayer insistió en que "ya no hay posibilidades de cambio del rumbo exterior".

Las definiciones de política internacional costaron caro a Menem. Cuando era candidato a presidente fue a Europa y prometió una negociación con el Reino Unido por Malvinas y no sólo lo criticó la Cancillería de Raúl Alfonsín sino hasta su hermano Eduardo Menem lo llamó y telefónicamente hizo conocer su desaprobación.

• **Malvinas**

También siendo candidato fue a Tierra del Fuego y habló de regresar a Malvinas con sangre, sudor y lágrimas y Eduardo Angeloz —su contrincante en 1989— lo utilizó para insistir en que Menem quería volver a la guerra por las islas.

Ya en esos días se mencionaron con insistencia las relaciones de simpatizantes del menemismo con Muammar Kadhafi o con Hafez Al Hassad o con Saddam Hussein. Pero otro sector del menemismo tenía vinculaciones con el gobierno de Pretoria y lo más conservador de Sudáfrica. Y también los había con diálogo con Israel. Esto fue propio del "movimientismo" de Menem. Llegado al gobierno y luego de una visita a la última cumbre del Movimiento de No Alineados antes de que comenzara el derrumbe del comunismo, Menem inició correcciones.

Ayer Guido Di Tella y José Luis Manzano se reunieron con un grupo de embajadores de países europeos y americanos. También estuvo Hugo Anzorreguí. El objetivo, más allá de actualizar la poca información disponible en el gobierno acerca de qué pasó con precisión en la embajada israelí, fue avanzar en una cuestión que puede consolidar la política exterior criticada por la oposición: la coordinación de una red informativa y de seguridad entre diversos países que más o menos piensan lo mismo sobre política internacional.

Estuvieron embajadores de seis países que fueron al Golfo Pérsico y que tienen posición tomada sobre los problemas de Oriente Medio: los Estados Unidos, España, Italia, Francia, Alemania y el Reino Unido. Además fueron invitados —dado el temor que existe en el área de que se repitan estos atentados— los embajadores de Chile, Brasil, Uruguay, Bolivia y Paraguay.

01 | 01

9203842

Nº. DOCU[illegible]

TITU[illegible] Diputados del PJ proponen instaurar pena de muerte.

PRO[illegible] 150025

FECHA [illegible] 20/3/92

VINCULACI[illegible] 10033

11164

11304

Diputados del PJ proponen instaurar la pena de muerte

[illegible]



[illegible]

X

01-01

9203843

T Menem propone a OEA intervenir directamente ante golpes de Estado.

P 150024

FECHA 17/3/92

VINCULACIONES 10033

11169

11399

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 17 de marzo de 1992

INTERVENCION DIRECTA ANTE GOLPES DE ESTADO

Menem reflotó su proyecto sobre la OEA

El presidente Carlos Menem reflotó ayer la propuesta argentina para que la Organización de Estados Americanos (OEA) intervenga en forma directa ante cualquier intento de quebrar el orden constitucional en los países de la región, y afirmó que "la democracia y la libertad deben ser preservadas con todas nuestras fuerzas".

La propuesta, que había sido mencionada por el canciller Guido Di Tella en oportunidad del golpe militar en Haití, fue reiterada anoche en forma implícita por el jefe del Estado durante un discurso que pronunció en el Congreso Nacional después de ser distinguido con una mención especial conmemorativa del descubrimiento de América.

Menem reivindicó entre las funciones del organismo interamericano la de "poner freno a esta forma de avance de hechos que no se compadecen con la forma de sentir y de pensar de nuestros pueblos", en alusión al reciente intento golpista en Venezuela.

El Presidente llegó al Palacio Legislativo minutos después de las 19 para participar del acto organizado por la comisión de la Cámara de Diputados designada para ejecutar los actos conmemorativos del llamado Encuentro de dos culturas al cumplirse 500 años de la llegada de los españoles a América.

Por la Argentina, la distinción recayó en el presidente Menem, quien recibió la plaqueta recordatoria de manos del titular de la Comisión Legislativa, el diputado justicialista Roberto [illegible].

También fueron distinguidos el arzobispo de Buenos Aires, cardenal Antonio Quarracino, el titular de la Asociación Indígena Argentina, [illegible] y el escritor Ernesto Sabato, quien no estuvo presente en el acto; recibió la mención en su nombre el profesor Javier Fernández.

01-01

9203844

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 18 de marzo de 1992

EVALUARA OTRA VEZ LA SEGURIDAD CONTRA ATAQUES TERRORISTAS EN EZEIZA

Hoy llega una comisión norteamericana

Hoy por la tarde llegarán a la Argentina los funcionarios de la FAA (Federal Aviation Administration) para **controlar nuevamente** el estado de seguridad del aeropuerto de Ezeiza y rever —eventualmente— la consideración de "inseguro", con que ese organismo paraestatal de los Estados Unidos calificó al aeropuerto internacional argentino.

Se considera que este viaje es en respuesta al pedido que le efectuara, este lunes, el ministro de Defensa, **Erman González**, para que la comisión controle nuevamente el estado de seguridad del Aeropuerto de Ezeiza.

Los funcionarios de la FAA **comenzarán a trabajar el jueves** y permanecerán en nuestro país hasta el próximo miércoles, **pero los resultados de la visita recién se conocerán a principios de abril.**

Hasta ayer, se sostenía a nivel oficial que **no existen** razones objetivas para la sanción aplicada y que la nueva inspección "seguramente" terminaría por levantar la medida de considerar a Ezeiza como "aeropuerto inseguro". Sin embargo, los ánimos eran diferentes hoy. La sanción aplicada a la Argentina corresponde a las disposiciones establecidas por la OACI (Organización de Aviación Civil Internacional) en lo concerniente a las **medidas de seguridad necesarias en caso de ataques terroristas.**

El atentado a la embajada de Israel (ver páginas 2 a 14) podría ser utilizado por la comisión de la FAA para ratificar la sanción de inseguridad, amparándose en un artículo de la OACI (ver recuadro) sobre la seguridad que ofrece el territorio de los Estados contratantes y no sólo sus aeropuertos. No obstante, **se descartaba** que ambos episodios tuvieran otra relación más que la trágica coincidencia con que se produjeron.

A pesar de que el Gobierno argentino y la Embajada norteamericana han decidido **bajar los decibeles de la polémica**, el ministro de Relaciones Exteriores, **Guido Di Tella**, dijo "que su cartera se encuentra a la espera de una nueva comunicación de la Secretaría de Transportes de los Estados Unidos, reconociendo las mejoras relativas a la seguridad del aeropuerto". El canciller argentino sostuvo que "la agencia federal ha **exagerado** su celo porque las mejoras se habían hecho (se siguen haciendo, **como lo comprobó Clarín ayer en Ezeiza**) y me parece **desproporcionada la medida adoptada**, que fue muy molesta".

El presidente Carlos Menem y el secretario de Turismo, Francisco Mayorga, se reunieron ayer para evaluar las consecuencias de la medida aplicada por la Secretaría de Transportes de los Estados Unidos de considerar al aeropuerto de Ezeiza como "**inseguro**". Del resultado de la reunión surgió la necesidad de agotar todas las instancias para revertir "**en forma inmediata**" la sanción.

Al retirarse de la residencia de Olivos, Mayorga sostuvo que analizó con el primer mandatario el impacto que tiene **el aviso que los Estados Unidos entregan a los viajeros alertándolos de las condiciones de nuestro aeropuerto**. Ante la consulta periodística respecto de esa comunicación aseguró: "Yo desconozco que los turistas que vienen hayan recibido ese informe". A pesar de estas declaraciones, **Clarín** tuvo acceso al aviso que American Airlines entrega a todos los que adquieren un pasaje hacia la Argentina. El texto básicamente dice: "El secretario de Transportes de los Estados Unidos ha determinado que el Aeropuerto Internacional de Ezeiza en Buenos Aires, Argentina, **no mantiene** un efectivo sistema de seguridad" y agrega un número telefónico.

"Es injusto que se califique de esa forma al Aeropuerto de Ezeiza" y, si bien reconoció que Ezeiza "**tiene deficiencias de otro tipo**", **remarcó que "cumple con la seguridad necesaria"**.

Liliana Franco

Qué controlarán

Los funcionarios de la FAA en esta nueva visita a Ezeiza controlarán, básicamente, el buen funcionamiento de los siguientes temas:

- Los **scanners** (detectores de metales) por donde pasan los bolsos de mano.
- Que el personal que tiene acceso a la pista tenga su credencial a la vista.
- Que exista vigilancia **permanente** de la Policía Aeronáutica Nacional.
- Que haya suficiente iluminación en la pista de aterrizaje, (para poder ver si alguna persona se introduce en ella).
- Que el acceso a la pista sea controlado.

Pero, más allá de que la FAA encontrase que todos estos puntos estuviesen en excelentes condiciones, la comisión se puede amparar en el artículo 3.1.4. del Anexo 17 de la OASI (Organización de Aviación Civil Internacional) que establece que "cada país evaluará constantemente el **grado de amenaza** que existe en su territorio, teniendo en cuenta la situación internacional y **ajustará** en consecuencia los aspectos pertinentes de su programa nacional de seguridad de aviación civil".

Clarín 23/3/92

PARA VERIFICAR LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD EN EL AEROPUERTO

Aguardan en Ezeiza a los técnicos norteamericanos

Para las próximas horas, el Gobierno espera la llegada de la misión norteamericana que fiscalizará el cumplimiento de las medidas de seguridad en el Aeropuerto de Ezeiza. Esta nueva inspección fue pedida por el Ministerio de Defensa. En Ezeiza, continúan aceleradamente los trabajos para construir un muro que aísle la pista del sector por donde transitan los visitantes.

El Gobierno espera para las próximas horas la llegada de los técnicos de la Federal Aviation Administration de los Estados Unidos (FAA), **encargados de realizar una nueva inspección en el Aeropuerto de Ezeiza,** donde en los primeros días de marzo detectaron **fallas de seguridad en las rampas de acceso.**

Originalmente la llegada de los expertos de la FAA estaba prevista para el jueves, pero el brutal atentado que demolió la Embajada de Israel postergó la visita de la comisión norteamericana.

La nueva inspección de la FAA en Ezeiza fue pedida al organismo norteamericano por el ministro de Defensa, **Antonio Erman González,** luego que el 13 de marzo, en un hecho inusual, la Embajada de los Estados Unidos hizo público un comunicado dado a conocer simultáneamente en Washington en el que el secretario de Transportes de los Estados Unidos, **Andrew H. Card,** denunció que **"el Aeropuerto Internacional de Ezeiza, en Buenos Aires, no mantiene medidas de seguridad efectivas."**

Ed O'Hara, vocero de la Secretaría de Transportes norteamericana, señaló luego expresamente que la denuncia no estaba vinculada **"con la seguridad de los aviones o de las operaciones en el aeropuerto sino con las medidas de seguridad en el aeropuerto ante eventuales ataques terroristas."**

El informe negativo sobre la seguridad en Ezeiza elevado por la FAA, y el posterior comunicado del secretario de Transportes de los Estados Unidos, se conocieron cuatro días antes del atentado contra la Embajada de Israel y en medio de una polémica pública entre los ministros de Economía y Defensa, **Domingo Cavallo y Antonio Erman González.**

Por orden del presidente **Carlos Menem** los ministros debieron aceptar una mediación del secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá,** para intentar zanjar sus diferencias por las tarifas aplicadas en los depósitos fiscales administrados por la empresa Edcadassa (cuyo capital mayoritario pertenece a la Fuerza Aérea) y por la privatización de las empresas encargadas de prestar los servicios aeroportuarios de rampa.

Mientras tanto y hasta que los expertos de la FAA lleven a cabo su nueva inspección, continúan febrilmente en Ezeiza las tareas de reparación y reacondicionamiento de las instalaciones, tendientes a mejorar las normas de seguridad objetadas con anterioridad. Las reparaciones incluyen la construcción de un muro de ciento cincuenta metros de largo que impedirá ver a las aeronaves desde el exterior de la pista de aterrizaje.

Otras deficiencias señaladas como críticas por el informe de la FAA, tales como la falta de un adecuado monitoreo de equipajes por pantalla, la falta de iluminación en áreas restringidas que podían permitir el paso de una persona sin ser advertida y la correcta identificación del personal de servicio en el aeropuerto fueron ya corregidos por las autoridades argentinas.

Para elaborar su informe negativo sobre la seguridad en las rampas de acceso del Aeropuerto de Ezeiza la FAA centró sus objeciones en seis puntos. Los técnicos hallaron que:

- Una puerta de cinta transportadora de equipajes estaba sin candados y sin personal de control.
- En tres oportunidades las puertas de vidrio que conducen a la pista de aterrizaje estaban abiertas y sin personal de control.
- Una de las puertas de la cinta transportadora de equipajes del mostrador de LAP (Líneas Aéreas Paraguayas) estaba cerrada pero sin candado y sin guardia de control. El más cercano se hallaba a quince metros, sin tener una visión clara de esa puerta.
- En otras tres oportunidades una puerta del segundo piso del edificio Terminale Internacional se hallaba abierta y sin control.
- Los técnicos de la FAA **lograron acceder a la p[...] de aterrizaje a través d[...] puerta número 10, [...] fueron detenidos dos [...] nutos después.**
- **Por último hicie[...] notar que uno de los gu[...] dias no se acercó a los t[...] nicos aun cuando uno [...] ellos no tenía credencia[...] la vista. Solo procedió a [...] terrogarlo cuando estos [...] acercaron a él.**

SABOTAJE Por Lan[...]



02-02

9203845

Los diputados continuarán discutiendo los nuevos impuestos. El peronismo presionará para que se aprueben

Sin Cavallo, se aprobaría hoy la reforma impositiva

Hoy sigue en Diputados la segunda parte del debate por la reforma tributaria pero con una novedad: **pese al reclamo radical, Domingo Cavallo no va a estar en discusión como lo había prometido**, luego de su exposición del miércoles pasado. El bloque del peronista **Jorge Matzkin aspira a sancionar el paquete hoy mismo**, cuya urgencia explica las justificaciones oficiales por la no presencia del ministro de Economía en el hemiciclo del recinto.

Horas antes de la sesión de hoy se sabrá a ciencia cierta la real posición del radicalismo. La oposición había reclamado que en el debate estuviera presente **Domingo Cavallo**. "**Si tenemos a Cavallo, vamos a seguir discutiendo y el proyecto no va a salir**", fundamentó el santafesino **Oscar Lamberto** la ausencia del ministro. Sin embargo, Lamberto ayer antes del almuerzo habló con el radical **Fernando De la Rúa**, jefe de la bancada. Trató de limar asperezas radicales ante un probable cuestionamiento a que Cavallo no seguirá en el debate. De la Rúa relativizó si el ministro está o no en el recinto y hasta anoche no tenía un resultado de su bloque sobre qué hacer hoy respecto a la reforma tributaria.

Lamberto confió que finalmente la UCR contribuirá al quórum y con ello se garantizará la media sanción del paquete. Al parecer el PJ abrochó con los diputados del interbloque provincial. Conforman un desdeñable grupo de casi 25 **diputados** y pesan a la hora de votar. Se confía que en el oficialismo no se repetirán las desinteligencias de la semana pasada, cuando 36 diputados se retiraron del recinto ignorando las intenciones de **Matzkin** de sacar esa misma noche la reforma.

La UCeDé es una incógnita. Como ha venido sucediendo en las últimas sesiones, seguramente los ucedeístas votarán divididos. Primará la libre conciencia, producto de la virulenta crisis interna que sufre la UCeDé entre quienes apoyan una postura aliancista al menemismo y aquellos que buscan preservar la identidad del partido. Sin embargo, el PJ ya tiene asegurados los votos de los provinciales y el apoyo de la UCeDé sólo puede ser interpretado como un aporte.

• Reunión

Pese a los argumentos de Lamberto sobre la ausencia de Cavallo —aunque aclaró que el ministro quiere presenciar y participar del debate de hoy— la idea que prevalece en la Casa de Gobierno es otra. Ante el aumento de los cuestionamientos de la UCR al gobierno, se cree **que ha llegado el momento de preservar a los ministros. Exponerse libremente a interpelaciones, cuando los diputados no han terminado de hilvanar una estrategia con el Ejecutivo resulta azarosa.**

Esa es la impresión que dejó una reunión nocturna del lunes pasado en el despacho del ministro **José Luis Manzano**. Los asiduos contactos de **Manzano** con grupos de diputados apuntan a homogeneizar el discurso oficial.

Un ejemplo que abona esa idea es que ayer el ministro de Defensa, **Antonio Erman González**, tenía que concurrir a la habitual reunión de los martes de los diputados peronistas. Se optó por postergar esa visita, sencillamente porque **Erman** y **Cavallo aún no saldaron sus cuitas por el caso Ezeiza y Edcadassa.** Los diputados y el mismo **Manzano** interpretan que el entredicho que protagonizaron los dos ministros puede traer otras y nuevas consecuencias. Y exponer a **Erman** ante las preguntas de los diputados, con infiltración de información, más las preguntas de la prensa, podría dejar en una situación incómoda al titular de Defensa. Cavallo no estaría en inmejorables condiciones. Ayer no era el día ideal para que los diputados recibieran a **Erman** —son varios los motivos: uno, el atentado de público conocimiento a la embajada israelí—, de quien se comentaba en los pasillos parlamentarios que habría presentado su renuncia y que fue rechazada por **Carlos Menem**.



Jorge Matzkin



Fernando De la Rúa

Cubrieron cargos en área económica

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, y el secretario de la Función Pública, Gustavo Béliz, presidieron ayer el acto de asunción de siete nuevos funcionarios públicos, surgidos de los concursos del Sistema Nacional de Profesión Administrativa (SINAPA) y que desarrollarán tareas en el Palacio de Hacienda.

Los funcionarios que asumieron en una breve ceremonia realizada en el Palacio de Hacienda, son Diego Guichón, como director nacional de Control de Gestión y Privatización de la Secretaría de Hidrocarburos y Minería; los licenciados Carlos Magariño y Blanca Conde, como director nacional de Comercio Exterior y como directora nacional de Comercio Interior, respectivamente.

Asumieron además Antonio Figueroa, como director nacional de Impuestos de la Secretaría de Ingresos Públicos, Hugo Cetrángolo, como director nacional de Producción Agropecuaria, Juan Cayetano Intelisano, como director general de Administración, y finalmente Alberto Guillermo Arolfo, como contador general de la Nación.

N° DOCUMENTO ....
TITULO Elecciones provinciales en Jujuy.
PROCESO 150025
FECHA DE 17/3/92
VINCULACIONES 10033
11164
11303

Sorprendió por los guarismos el triunfo del PJ en Palpalá

La Nación 17/3/92

[illegible] DE JUJUY.– "El [illegible] justifica [illegible] del [illegible]", decía [illegible] LA NACIÓN [illegible]

[illegible] que fue de un 11 por ciento mayor que en [illegible].

El tema de Zapla era considerado como un verdadero plebiscito, dado que el complejo pasará en poco tiempo más a manos privadas (ya está preadjudicado) y los datos provenientes de los [illegible] que se haría cargo del mismo no eran halagüeños, [illegible] por la reducción de personal que está prevista.

Por otra parte, la privatización generó críticas en cuanto al valor del establecimiento que para muchos supera los 300 millones de dólares y fue preadjudicado en 33 millones de la misma moneda.

[illegible] no sólo los ojos del peronismo, sino de la provincia y del país, observaban las elecciones de Palpalá como una suerte de test que tendría [illegible] el gobierno nacional y [illegible] el presidente Carlos [illegible]

[illegible] 27 [illegible] el 33,14 por [illegible] frente [illegible]

[illegible] del partido [illegible]

[illegible] a pesar de [illegible] que se eligieron en [illegible]

[illegible] el gobernador [illegible] [illegible], apuntando que "fue el triunfo del justicialismo sobre la alianza del alfonsinismo y el bussismo", en alusión [illegible]

[illegible] que el [illegible] en Jujuy y [illegible] en Palpalá [illegible]

Para [illegible] ley de [illegible] de candidatos.

Los otros partidos

[illegible] a los otros partidos [illegible] Movimiento Popular Jujeño [illegible], [illegible] 1680 [illegible] el 7,25 por ciento.

[illegible] le ganó a su rival [illegible] la interna palpaleña. [illegible] neras, en esta elección no estuvieron presentes los candidatos [illegible] que [illegible]

Elecciones [illegible]						
Frejupo	8270	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
UCR	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Mov. Pop. Jujeño	1720	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	1[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Fte. Cívico (UCR, Fza. Rep. y P. Federal)	–	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01-01

9203847

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 16 de marzo de 1992

GANO EN PALPALA, DONDE ESTAN LOS HORNOS DE ZAPLA

Triunfo del PJ en Jujuy

SAN SALVADOR DE JUJUY (Especial). — El candidato justicialista Rubén Daza se impuso ampliamente —con más del 60 por ciento de los votos— en las elecciones para intendente de la localidad de Palpalá, donde está enclavado el complejo siderúrgico Altos Hornos Zapla, a 15 kilómetros de la capital jujeña, que se encuentra en la etapa terminal del proceso de privatización.

Escrutadas 80 de las 104 mesas habilitadas, la alianza del justicialismo recibió 7.269 sufragios (64%); el Frente Cívico 2.664 (23%) y el Movimiento Popular Jujeño 837 (7%).

El Frejupe, según datos del comando electoral partidario, obtenía al avanzar el escrutinio, a las 22 de anoche, 4.575 votos, mientras que el Frente Cívico —la coalición entre la UCR, Fuerza Republicana, que orienta el general (R) Domingo Bussi, y Partido Federal— alcanzaba los 1.652 sufragios, el MPJ 500, el Partido Comunista 93 y el MAS 47.

Daza triunfó como postulante del Frente Justicialista Producción y Estabilidad (Frejupe), que concurrió a las urnas con 10 sublemas. Se trata de un ingeniero metalúrgico que venía desempeñándose como diputado provincial por el PJ. Su nominación fue respaldada por la mayoría de las diversas líneas menemistas en que se divide el peronismo local.

También contó con el respaldo del interventor del justicialismo jujeño, Néstor Ahuad, que un día antes de los comicios vaticinó su victoria. En esa ocasión fue consultado sobre si esas elecciones constituían un plebiscito a la política de privatización impulsada por el gobierno central, considerando que en Palpalá se encuentra Altos Hornos Zapla, y contestó: "Esta comunidad demostrará al país que en su conjunto el pueblo apoya esta política del presidente Menem".

Al escrutarse las primeras cinco mesas, el Frejupe se impuso con 428 votos contra 178 del Frente Cívico, que integraron la UCR, Fuerza Republicana y el Partido Federal.

Este solitario acto electoral se realizó ahora porque en Palpalá, en las elecciones provinciales del 27 de octubre pasado, fue elegido Ramón Daniele, pero el tribunal electoral no le otorgó el título al recibir una denuncia de que este estaba jubilado por invalidez física del 66 por ciento, por lo que el Concejo Deliberante convocó a nuevos comicios.

Palpalá es cabecera del departamento del mismo nombre, con 43.650 habitantes, donde estaban habilitados para sufragar 22.032 empadronados, para elegir intendente con mandato hasta el 10 de diciembre de 1995.

En las elecciones para gobernador y otros cargos electivos realizadas en Jujuy el 27 de octubre, también la alianza del justicialismo, que concurrió con varios sublemas, se impuso categóricamente sobre los otros partidos, pero la asunción del gobernador Roberto Domínguez pudo realizarse luego de un prolongado conflicto interno.

Otro de los postulantes justicialista, Guillermo Snopek, impugnó su victoria, que hizo suya, y llevó la queja hasta la Corte Suprema de Justicia de la Nación que, el 3 de diciembre pasado, una semana antes de la asunción de las autoridades, desestimó.

Buenos Aires, domingo 15 de marzo de 1992 ★ CLARIN

El presidente Carlos Menem descalificó el informe de la Secretaría de Transportes de los Estados Unidos que advirtió sobre fallas de seguridad en el aeropuerto de Ezeiza, ante eventuales ataques terroristas. Dijo que esa resolución era "una cuestión de neto corte político". Sin embargo también se refirió a un tema que interesa al gobierno norteamericano: los depósitos fiscales de Ezeiza. Sobre este tema dijo que "vamos hacia la desregulación total". La explotación de los depósitos enfrenta a los ministros Domingo Cavallo y Erman González. El Ministerio de Defensa consideró "desproporcionada" la posición norteamericana y dijo que en Ezeiza se cumplen las normas de seguridad (ver también páginas 4 y 5).

TRAS EL INFORME SOBRE FALLAS EN LA SEGURIDAD

Menem atribuyó la advertencia de

El presidente **Carlos Menem** dijo ayer que el informe del gobierno norteamericano, según el cual el aeropuerto de Ezeiza no reúne medidas eficientes de seguridad contra un eventual ataque terrorista, "es una cuestión de **neto corte político** y una **burda mentira**". Así lo consignaron en forma coincidente las agencias de noticias Télam y DyN.

La posición presidencial por un lado rechaza la apreciación de la Secretaría de Transportes de los Estados Unidos sobre falta de efectivas medidas antiterroristas en el aeropuerto; pero al mismo tiempo acepta implícitamente que se trata de **una nueva presión** del gobierno norteamericano —interesado en la desregulación de los depósitos fiscales de Ezeiza— al atribuirle **contenido político** a esa resolución técnica.

El Presidente pareció apuntar al corazón de esa **intencionalidad política** que atribuyó a la declaración del organismo norteamericano, al referirse expresamente a la cuestión de los depósitos fiscales de Ezeiza: dijo ayer que "**vamos hacia la desregulación total. En un tiempo más se va a posibilitar el acceso de todas las empresas que quieran trabajar en el aeropuerto de Ezeiza**".

Actualmente, la explotación del depósito fiscal está en manos de **Edcadassa**, una firma en la que la Fuerza Aérea tiene el 55 por ciento de las acciones y el 45 por ciento restante pertenece al grupo **Villalonga**, el mismo que reúne la amplia mayoría del paquete accionario de las empresas que explotan allí los servicios de rampa y free-shop. La norteamericana **Federal Express** intenta ingresar —hasta ahora sin éxito— en el negocio del depósito fiscal.

Por esta cuestión, en las últimas dos semanas se enfrentaron los ministros de Economía, **Domingo Cavallo**, y de Defensa, **Erman González**. El martes ambos se reunieron a instancias de Menem, en presencia del secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá**. La reunión fue escenario de una **muy dura discusión** entre ambos ministros (véase página 4).

El **embajador norteamericano, Terence Todman**, había expresado el **lunes**, ante Cavallo, el interés **norteamericano por** la desregulación y **desmonopolización del depósito fiscal**. El ministro de **Economía coincide** con esta postura y esta es la raíz de su enfrentamiento con el titular de Defensa en torno de este tema.

Esta semana, Menem dijo que **a él no lo presionaba nadie**, y **mencionó** entre **quienes no podían presionarlo al presidente George Bush** y al **embajador Todman**. Un día después, **Cavallo admitió** que algunos **funcionarios intermedios de la embajada norteamericana solían** anticipar presuntas presiones sobre el gobierno argentino, en afán de defender el interés de empresas estadounidenses.

El frontal rechazo del **presidente Menem** a la virtual sanción norteamericana y el comunicado del **Ministerio de Defensa** calificando de "**desproporcionada**" la decisión de la Secretaría de Transportes de Washington (véase página 5), pueden derivar en un **foco de tensión** en la relación bilateral.

Ayer, poco antes de ingresar al Hipódromo de San Isidro, en el marco de sus actividades del fin de semana (véase página 5), Menem respondió a **una pregunta** explícita sobre el comunicado de la Secretaría de Transportes de los Estados Unidos, que denunció el viernes **fallas** en el control de la seguridad de Ezeiza.

Paralelamente a esta **posición** pública, según una alta fuente oficial, Menem convocó para el **martes a una reunión de gabinete nacional**, a fin de analizar esta nueva faceta de la polémica suscitada entre los ministros de Economía y de Defensa por el monopolio en los depósitos fiscales de Ezeiza.

◆ **Reacción oficial**

Al ser consultado ayer por **Clarín**, el ministro de Defensa, Erman González, dijo que había **ordenado** a la Fuerza Aérea que invite **el lunes mismo** a los agentes

fines políticos a EE.UU. por Ezeiza

del organismo norteamericano a realizar **una nueva inspección**, para que comprueben las mejoras en el sistema de seguridad contra eventuales ataques terroristas. De ser así, el gobierno norteamericano podría levantar la orden a las compañías aéreas de informar por escrito a sus pasajeros que Ezeiza "no mantiene medidas de seguridad efectivas" en esa materia.

Pero otro costado de la **inevitable interpretación política** de la resolución del gobierno norteamericano lo ofreció el embajador **Todman** cuando llamó el viernes, apenas se conoció el comunicado, a González para manifestarle su "**sorpresa por la desproporción**" entre la sanción y las objeciones hechas por los técnicos, según afirmó el propio ministro a **Clarín**.

La llamada del diplomático también fue para aclarar que la virtual sanción "**no tiene vinculación**" con el caso de los depósitos fiscales, que se trata de un problema técnico, y que **estaba preocupado por que se interprete como una nueva presión**.

De acuerdo a otras fuentes oficiales consultadas por este diario, el mismo criterio sustentaba el ministro de Economía, quien cree que el comunicado se conoció "**en forma totalmente independiente**" de la discusión que tuvo con González por la desregulación y desmonopolización de Ezeiza.

Según estas fuentes, Cavallo tampoco considera que la decisión de la Secretaría de Transportes norteamericana sea una manifestación de apoyo político a su posición en la polémica con González.

Cavallo y Erman González se reunieron ayer por la mañana a solas, en el departamento del jefe de Economía, en la avenida del Libertador. El tema del encuentro —el primero después de la áspera reunión del martes en la Casa Rosada— fue la situación presupuestaria de las Fuerzas Armadas y el financiamiento del batallón de infantería del Ejército que el mes que viene viajará a la ex Yugoslavia para asegurar el cese del fuego en la guerra entre servios y croatas. Según fuentes oficiales, la cuestión del comunicado norteamericano por Ezeiza "**sólo se tocó tangencialmente**".





Presidente Menem y ministro González: las dos caras de la reacción oficial argentina ante la virtual sanción norteamericana a Ezeiza.

. DOCUMENTO

TULO Analisis sobre situación en EDCADASSA.

ROCEDENCIA 150029

CHA DE F[illegible] 15/3/92

NCULACIONES 10033

11164

11302



SINTESIS DE LA SEMANA

Piedras en el camino

I. — Ruido político

Domingo Cavallo tropezó con un par de piedras en los últimos días. En el filtro del Congreso quedó demorada buena parte de la reforma impositiva que imaginó el ministro, mientras que por otra parte mantuvo una sonada polémica con su par de Defensa, **Antonio Erman González**, por el manejo de los depósitos fiscales en los aeropuertos, de la que cosechó algunos frutos, pero no los que más le apetecían.

La discusión entre Cavallo y Erman González giró en torno de un tema que parece menor, pero que en realidad no lo es. **En la actualidad los depósitos fiscales de Ezeiza son manejados en exclusividad** por la empresa mixta Edcadassa, en la que participan capitales privados —Villalonga Furlong, con el 45%— y la Fuerza Aérea —con el 55% restante—, y depende de Defensa.

Cavallo arremetió contra esta empresa por lo que consideró **aumentos desmedidos en las tarifas que se cobran por estos servicios.** Defensa contraatacó argumentando lo contrario, es decir que las tarifas bajaron. En medios del Palacio de Hacienda no deja de despertar recelos y sospechas la forma enfática en que González defiende a esta empresa, según comentan en voz baja funcionarios de esta cartera.

Pero tampoco es fácil explicar la actitud del Palacio de Hacienda, ya que si bien el tema tiene su importancia, esta no es tanta como para despertar semejante batahola, si se considera que en el peor de los casos **la incidencia de las tarifas de los depósitos en el costo de las mercaderías importadas alcanza al 0,8%, de acuerdo con estudios del sector.**

Un elemento clave a tener en cuenta es que el manejo de estos depósitos está en la mira de intereses norteamericanos. El año pasado, en oportunidad de la visita que realizó al país el vicepresidente de los Estados Unidos, **Dan Quayle**, el influyente banquero **David Rockefeller** presentó al presidente **Menem** al máximo responsable de Federal Express, **John Smith**, quien manifestó interés por participar del negocio. Este pedido tuvo una respuesta favorable por parte de las autoridades nacionales.

En fuentes oficiales se comenta que el embajador norteamericano, **Terence Todman**, estuvo ocupándose del tema muy activamente. Esta circunstancia, de ser cierta, también lleva a reflexiones, ya que si bien se trata de un negocio que mueve unas decenas de millones de dólares por año, no es tan importante como para que el representante de la primera potencia mundial le dedique mayor atención, **a menos que existan otras razones de orden estratégico, en un punto clave del movimiento de todo tipo de mercaderías.**

Al margen de las especulaciones, está claro que existe un particular interés por parte del ministro Cavallo de estrechar su relación con los Estados Unidos, y más aún en momentos en que la influencia norteamericana es decisiva para ayudar a encauzar la renegociación de la deuda externa.

Así, cabría concluir que el principal interés del Palacio de Hacienda pasaba por el control de la desregulación de los aeropuertos y la privatización de Edcadassa. Resulta oportuno señalar que en el área de Defensa, además, se encuentran dos figuras capaces de discutirle a Cavallo su programa económico en el gabinete nacional, como son el ministro González y la interventora en SOMISA, **María Julia Alsogaray**. De ahí que haya fundamento para imaginar que esta avanzada de Cavallo tal vez apunte a un objetivo superior, **como es un mayor control de todas las privatizaciones de Defensa.**

Pero en el caso de los depósitos fiscales el presidente **Menem no le dio a Cavallo este "boccato di cardinale"**, ya que seguirá siendo Erman González quien moverá los hilos de la privatización. Pero también en el comunicado se muestra un logro para Cavallo, como es el traspaso a su esfera de la determinación de las tarifas de estos servicios.

El episodio Edcadassa tiene como telón de fondo una puja por dominar espacios de poder, disputa que podría resurgir, según se especula en medios oficiales, a partir del pedido de Defensa de mayores asignaciones para las tropas argentinas que se movilizarán a Yugoslavia y Oriente Medio.

En tanto, el reavivamiento de la polémica entre María Julia Alsogaray y el ministro de Economía por la gestión de la primera en la privatización de ENTel ratifica la impresión de no pocos empresarios en el sentido de que los problemas de corto plazo del plan Cavallo no son sino políticos, un terreno en el que el temperamental jefe del Palacio de Hacienda se mueve con manifiesta dificultad.

Y el tema tiene profundas implicancias económicas, toda vez que uno de los pilares de la reactivación económica es el reflujo de capitales que se registra al calor de la estabilidad política y económica.

II. — Freno en el Congreso

El proyecto de Cavallo de crear el impuesto al excedente primario de las empresas (IEPE) —una suerte de impuesto al valor agregado descontados los salarios—, que despertó generalizadas críticas, no pudo, al menos por ahora, pasar por el Congreso.

En realidad, esta iniciativa, junto con la de crear un impuesto a las ganancias distribuidas de las empresas, habría sufrido varias modificaciones que menguaron las cifras de recaudación esperadas. El proyecto también sufrió un duro golpe cuando la banca extranjera se opuso a la intención de gravar las obligaciones negociables, una actitud que, según deslizaron los banqueros, no contribuía a mejorar el humor de los directivos de las entidades en momentos en que se está llevando adelante la crucial renegociación de la deuda externa.

La postergación del tratamiento [illegible]

01/01

U

9203852

Nº DOCUM[illegible]
TITU[illegible] Propuesta para modificar aportes a partidos politicos.
P[illegible] 150025
FECHA DE [illegible] 15/3/92
VINCULACION[illegible] 10033
11164
11302

Propuesta oficial para modificar los aportes a los partidos políticos

La Nación 15/3/92

[illegible] es la del Gobierno por ciertos excesos cometidos con la franquicia telefónica por agrupaciones con escasa representatividad; la unidad elector será la figura sobre la que se hará el fondo partidario.

El Gobierno presentará a los partidos [illegible] un proyecto por el cual se modificará [illegible] Permanente [illegible] cada agrupación [illegible] como crea conveniente, tal como lo adelantó LA NACION el domingo último.

Los aportes gubernamentales a las agrupaciones se realizarán sobre la base de la "unidad elector", una figura jurídica destinada a lograr un [illegible] de asignaciones vinculadas con la representatividad de las agrupaciones. [illegible] del cociente de dividir [illegible] de dinero [illegible] por la [illegible] y la multiplicación de la cantidad de legisladores [illegible]

[illegible] por [illegible] del FPP a [illegible] de formación [illegible]

[illegible]

[illegible] al partido [illegible] que [illegible] en el momento de la elección. En caso de alianza se pagará al partido a cuyo bloque pertenezcan los legisladores que den derecho al aporte por cada banca [illegible].

Reformulación

El FPP se compone de aportes y franquicias. El proyecto que presentará el Gobierno está destinado a reformular el sistema de aportes, al [illegible] que el oficialismo está dispuesto a discutir con los partidos el tema de las franquicias formado por pasajes aéreos, abonos telefónicos y correspondencia.

Fuentes gubernamentales adelantaron a LA NACION que "existen cifras de gastos telefónicos que no se corresponden con la representatividad partidaria".

En ese sentido, datos suministrados para la Capital Federal por la [illegible] muestra que, por ejemplo, el Movimiento Patriótico de Liberación (Mopali) tiene un porcentual de gasto del 8,39 por ciento, en tanto que la UCR en igual período y para el mismo abono gastó el 2,32 por ciento.

La cuenta de gastos para el mismo periodo la encabeza Unión Popular con un 15,16 por ciento, seguido por el MID con un 13,63. El tercero en la lista es el Partido Intransigente con un 11,46 por ciento.

Franquicias para servicios telefónicos

Distrito: Capital Federal

Partido político	[illegible]	
Blanco de los Jubilados	594,31	0,23
Comunista	14.[illegible],13	5,[illegible]
Conf. Laborista	4.372,[illegible]	1,70
Conservador Popular	1.612,2[illegible]	[illegible]
C.F.I.	1.[illegible]	[illegible]
De la Democracia Social	[illegible]	[illegible]
Del Trabajo y del Pueblo	[illegible]	[illegible]
Demócrata Cristiano	[illegible]	[illegible]
Demócrata Progresista	[illegible]	[illegible]
Democ. Consens. de Centro	[illegible]	[illegible]
Federal	[illegible]	[illegible]
Fza. Republicana	[illegible]	[illegible]
Humanista	[illegible]	[illegible]
Intransigente	[illegible],12	11,4[illegible]
Justicialista	[illegible],45	1,[illegible]
Mov. 29 de Mayo	[illegible]72,65	0,77
Mov. Naz. Constitucional	[illegible]	[illegible]
MO. [illegible]	[illegible]	[illegible]
MO. LI. PO.	1.[illegible]	0,71
MO. PA. LI.	[illegible]	[illegible]
M. A. S.	[illegible]	11,[illegible]
M. I. D.	[illegible]	[illegible]
Obrero	[illegible]	[illegible]
Socialista	[illegible]	1,[illegible]
Socialista Auténtico	[illegible]	[illegible]
Socialista Democrático	[illegible]	[illegible]
Socialista Popular	[illegible]	[illegible]
Unión Popular	[illegible]	[illegible]
Ucedé	[illegible],27	0,11
U. C. R.	[illegible]	[illegible]
Verde [illegible]	[illegible]	[illegible]

01 - 01

9203851

Nº DOCUMENTO

TITULO: Proyecto de confederación de partidos centristas en elección para Senado por Cap. Fed.

P: 150024

FECHA: 15/3/92

VINCULACION: 10033
11164
11304

Buenos Aires, domingo 15 de marzo de 1992

LA DERECHA QUE NO APOYA A PORTO EN LA CAPITAL

Incógnitas frente a la polarización

Con la UCeDé a la cabeza, buena parte de la derecha porteña se encolumnó tras la candidatura a senador de Avelino Porto. Pero hay otras agrupaciones que aún no decidieron su camino. El MODIN de Aldo Rico irá con candidato propio: el ex teniente coronel de inteligencia Enrique Venturino. Otros piensan en la posibilidad de apoyar a los radicales o en sumarse al tren del oficialismo.

El proyecto de recrear una **confederación de partidos centristas**, esbozado a poco de concluir la última elección, se desplomó cual castillo de naipes apenas cruzó por el **horizonte la carrera hacia la senaduría porteña** que invade el año electoral.

La magra cosecha de votos y la dispersión obligó al amplio abanico de centroderecha de la Capital a poner sus barbas en remojo, pero la urgencia por definir la estrategia de 1992 borró de un plumazo los intentos para construir anchas cofradías y cada fuerza optó por **salvar su ropa** con los recursos a su alcance.

Los partidos conservadores, liberales, nacionalistas, desarrollistas y pragmáticos de la Capital van transitando diversos senderos, algunos de ellos antagónicos: desde los que se integraron a la alianza oficialista que postula a **Avelino Porto** hasta los que podrían apoyar al radicalismo si lleva a **Fernando de la Rúa**, pasando por el puñado que prepara el lanzamiento de un **candidato propio** y más de un **indeciso**.

Al menos todos coinciden en el **mismo temor**, el **de una polarización exagerada entre menemistas** y radicales que eclipse aún más el reducido espacio que supieron conseguir.

El **Movimiento por la Dignidad y la Independencia (MODIN)** de Aldo Rico es el más resuelto a plantarse frente a esas opciones. Alentados por encuestas e incremento de afiliaciones, los abanderados de Semana Santa aspiran a pelear el **tercer lugar** con el sector de centroizquierda. Sueñan con arañar no menos de tres electores y convertirse en **árbitros** de la compulsa.

Piensan en trocar el tímido debut porteño de 1991 (bajo el aséptico nombre de **Movimiento de Acción Popular** y perfil vecinalista) y desembarcar en los barrios porteños con un **agresivo discurso nacionalista**, opositor a la gestión del Gobierno.

♦ *Menú variado*

Entre los bussistas de **Fuerza Republicana** existen divergencias acerca de las ventajas de aliarse con el riquismo. **Ricardo Balestra** (25.000 votos en 1991) desestimó su candidatura para apostar a la presidencia de la Asociación Mundial de Derecho Internacional y sabe que la propuesta de candidatear a su ex compañero de lista, **Eduardo Conesa** (ex directivo del Banco Mundial), o al ex juez **Rafael Sarmiento** no seducirá fácilmente a eventuales socios ni a buena parte del electorado.

Dentro de ese espacio, el **Partido Nacionalista Constitucional** —que en el '91 prestó su personería a **Alberto González Arzac** de Peronismo Verdadero— amaga con lanzar una figura ajena al mundillo político (**"puede ser un periodista, un científico o un deportista"**, exageró su mentor **Alberto Asseff**) y el mentalista **Carlos Lacoste**, que convirtió su **Nueva Derecha** en el más recatado **Partido Republicano**, pretende debutar como primer elector, pero hasta el momento no consiguió un candidato de peso.

Los **autonomistas de José Romero Feris** no han decidido si finalmente harán su primera incursión en la Capital con nombre propio (el ex ucedeísta **Héctor Stracmann** será tentado con la candidatura) y su titular, **Osvaldo Cabral**, está evaluando la conveniencia de apoyar una postulación moderada de la UCR (**De la Rúa** o **Terragno**).

Guillermo Francos, concejal y titular del **Partido Federal**, comenzará a pulsar esta semana las condiciones de reflotar la **Confederación Federalista Independiente** para conseguir electores que avalen a De la Rúa.

En cambio, el **Partido Vecinalista** coquetea con menemistas y radicales. Según su titular, el ingeniero en computación **Carlos Núñez**, la novel agrupación se inclinará por aquel que levante como estandarte la elección directa del intendente

Si la incógnita por quienes se subirán al tren de la UCR permanece abierta, otros ya han dejado su huella digital en el vagón menemista. Es el caso del **MID**, amargado por el escaso eco alcanzado el año pasado con el teleposta **Ramón Baldassini**.

El antiguo compañero de fórmula de Francisco **Manrique**, **Rafael Martínez Raymonda**, debió guardarse los afiches de su candidatura cuando la **democracia progresista** ratificó el acuerdo enhebrado con el justicialismo el año pasado. No en vano su único concejal, **Otto Camaño**, se integró a la alianza grossista junto al demócrata **Roberto Azaretto**.

Autor de un reciente libro ("Ni década, ni infame") donde reivindica los gobiernos conservadores derrocados por el GOU en 1943, el edil del Partido Demócrata juega con cierta ventaja: el principal operador de Avelino Porto, Julio González Balcarce, pertenece a sus filas desde sus épocas juveniles. En 1982, junto al funcionario municipal **Federico Pinedo**, impulsaron a **Carlos Maslatón** para fundar la agrupación estudiantil UPAU, que curiosamente hizo furor en la Universidad de Buenos Aires aunque nunca colocó el pie en la de Belgrano, el bastión de Porto.

Marcelo Helfgot

9203859

01-01

Buenos Aires, sábado 14 de marzo de 1992 ★ CLARÍN

SE REFIERE A EVENTUALES ATAQUES TERRORISTAS

Ezeiza: Estados [illegible] falta de seguridad

Estados Unidos aumentó ayer la presión en la polémica desatada dentro del gobierno argentino por el control del aeropuerto de Ezeiza y que obligó al presidente Menem a reunir el lunes a los ministros Cavallo y González, enfrentados en una pública disputa. En una sorpresiva declaración, el secretario de Transporte estadounidense denunció fallas de seguridad en Ezeiza y ordenó a las compañías aéreas de su país que informen de esa situación por escrito a los pasajeros.

El gobierno de los Estados Unidos, a través de su secretario de Transporte, intervino [illegible] directa y sorpresivamente en la polémica desatada en torno del control del aeropuerto de Ezeiza.

En una declaración difundida anoche simultáneamente en Washington y Buenos Aires (véase aparte), el secretario de Transportes Andrew Card denunció que el Aeropuerto Internacional de Ezeiza "[illegible] medidas de seguridad efectivas".

El informe oficial norteamericano señala expresamente que esta observación no está vinculada con la seguridad de los aviones o la de las operaciones del aeropuerto, sino con las medidas de seguridad en la aviación civil ante eventuales ataques terroristas, según aclaró en Washington el vocero de la Secretaría de Transporte, Ed O'Hara.

Funcionarios de la Embajada norteamericana entregaron ayer una copia de esta resolución al ministro de Defensa, Erman González, poco antes de darla a difusión.

Esta semana, los ministros González y Domingo Cavallo se reunieron a instancias del presidente Carlos Menem para buscar un acuerdo a la abierta confrontación sobre la desregulación y desmonopolización de los depósitos fiscales en Ezeiza.

Aunque no lo admitió oficialmente, en esta controversia también participó el embajador norteamericano Terence Todman, quien a comienzos de la semana se reunió con Cavallo para hacerle saber, una vez más, su posición favorable a la participación de la empresa Federal Express en el negocio del depósito fiscal de Ezeiza.

Actualmente, ese depósito es explotado por la empresa Edcadassa, en la que la Fuerza Aérea Argentina tiene el 55 por ciento de las acciones. El 45 por ciento restante está en manos del mismo grupo económico (Villalonga), que tiene el paquete mayoritario en las otras dos empresas (Intercargo e Interbaires), que explotan los servicios de rampa y free shop.

Ayer, el comunicado de la Secretaría de Transportes de Estados Unidos mencionó que "el problema que todavía queda sin resolver es el control de acceso a la rampa que conduce a los aviones".

De tal manera, la postura asumida ayer por el gobierno norteamericano aparece como un respaldo político a la posición de Cavallo en su disputa con González y la Fuerza Aérea.

El embajador Todman se había referido a fines de [illegible] dijo que [illegible] y mencionó expresamente a Todman y al presidente George Bush entre quienes tenían esa imposibilidad.

Anoche, después de conocerse la resolución norteamericana, no hubo reacciones en el gobierno argentino. La Embajada de los Estados Unidos se limitó a difundir la declaración del secretario Card,

9203853

01 - 02

Y NO A LA OPERATIVIDAD AEREA

Unidos denuncia en el aeropuerto

traducida al español, sin agregar comentarios.

Imposiciones

La decisión norteamericana implica que las líneas aéreas comerciales de ese país que operen en Ezeiza deberán comunicar por escrito a sus pasajeros la falta de seguridad detectada por la Secretaría de Transporte antes de venderles los pasajes.

También, aclaró el vocero O'Hara en Washington, deberán colocarse carteles en los aeropuertos norteamericanos desde donde partan vuelos que lleguen a Buenos Aires informando sobre la situación.

Las objeciones se refieren a las medidas de prevención ante ataques con armas o explosivos y no a la capacidad técnica del aeropuerto para garantizar los despegues y aterrizajes.

Al argumentar su drástica decisión, el organismo oficial norteamericano dijo que el gobierno argentino no había atendido suficientemente, en noviembre, un pedido para que se multipliquen las medidas de seguridad, tal como lo dispone la Organización Internacional de Aviación Civil.

Recuerda, además, que a principios de este mes, técnicos estadounidenses realizaron una nueva inspección en Ezeiza, la cual reveló que las medidas de seguridad habían mejorado, pero no al nivel requerido.

La Secretaría de Transporte de los EE.UU. evalúa periódicamente la seguridad de los aeropuertos de otros países en base a un pacto internacional firmado en 1985.

Pese a denunciar las fallas en la seguridad de Ezeiza, la Secretaría de Transporte norteamericana aclaró que una vez que se aumente el número y la calidad de los controles levantará la orden dada ayer a las empresas aéreas de su país para que informen a los pasajeros sobre esta situación.

Erman negó versiones sobre su alejamiento

El ministro de Defensa Antonio Erman González aseguró que hay que "descartar totalmente" la versión de que podría renunciar "por cansancio", surgida después de su sonado enfrentamiento público con Domingo Cavallo alrededor de los depósitos fiscales del aeropuerto de Ezeiza.

"Mi renuncia —aclaró— la tiene en forma permanente el presidente Carlos Menem, pero por otras razones, para cuando él considere necesario un recambio de hombres".

Como las versiones le atribuían la intención de dejar el ministerio por un supuesto agotamiento sobre todo anímico, aseguró que "yo soy una persona que trabaja [illegible] años, mi vida [illegible] y [illegible] de [illegible] a mí [illegible] puede [illegible], al final anímico, sino todo lo contrario".

Reconoció, de todo modos, que las condiciones para su gestión no son fáciles, "porque estamos atravesando todos los problemas de una transformación que no se puede hacer de la noche a la mañana".

Y, en una evidente alusión a sus conflictos con Cavallo, explicó que "cada uno de nosotros tiene áreas muy definidas y muy sensibles".

Para González, "estas [illegible] de cansancio no [illegible] más que generar un clima no adecuado para [illegible] acción permanente, [illegible] apoyo, o por lo [illegible] comprensión, que [illegible]".

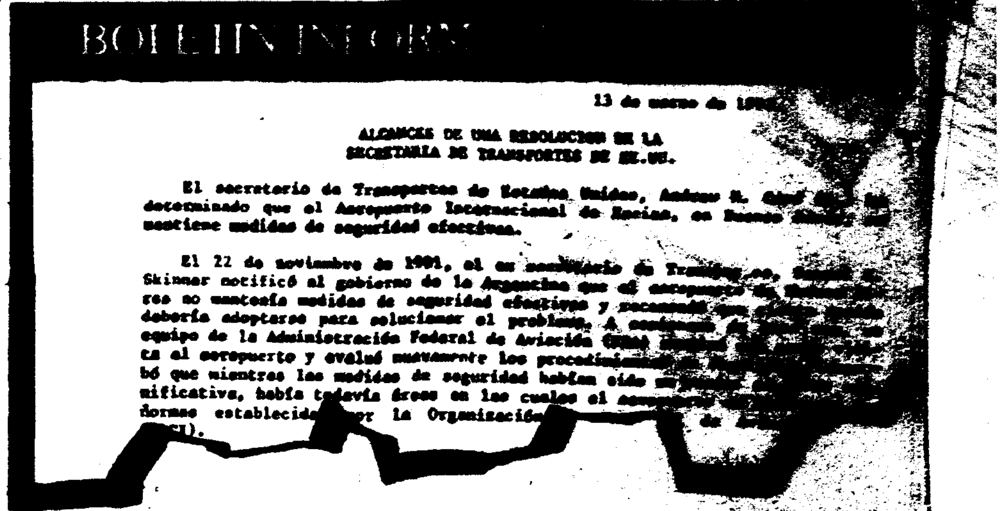
[illegible] última reflexión [illegible] dejar, de parte de [illegible] un síndrome ex[illegible] los más altos [illegible] del Gobierno: [illegible] a la relación [illegible] versiones de [illegible] los aluden y el juego de fuerzas en la interna del poder.

La etapa pública de la pelea entre González y Cavallo se inició, precisamente, cuando en lo que después se explicó como un error involuntario, el Ministerio de Economía repartió a la prensa fotocopias de una carta reservada del titular de la cartera a su colega de Defensa, sobre la controversia por el manejo de los depósitos de Ezeiza, redactada en términos inusitadamente duros.

En la empresa que tiene el monopolio del servicio, Edcadassa, tiene mayoría accionaria de la Fuerza Aérea, y Economía defiende la desmonopolización del área, además de la privatización de ese porcentaje de acciones.



González desmintió su renuncia.



BOLETIN INFORM[illegible]

13 de marzo de 19[illegible]

ALCANCES DE UNA RESOLUCION DE LA SECRETARIA DE TRANSPORTES DE EE.UU.

El secretario de Transportes de Estados Unidos, Andrew H. Card [illegible] ha determinado que el Aeropuerto Internacional de Ezeiza, en Buenos Aires, no mantiene medidas de seguridad efectivas.

El 22 de noviembre de 1991, el ex secretario de Transporte, [illegible] Skinner notificó al gobierno de la Argentina que el aeropuerto de [illegible]res no mantenía medidas de seguridad efectivas y recomendó [illegible] debería adoptarse para solucionar el problema. A comienzos de [illegible] equipo de la Administración Federal de Aviación (FAA) [illegible]ta al aeropuerto y evaluó nuevamente los procedimientos [illegible] bó que mientras las medidas de seguridad habían sido [illegible] nificativa, había todavía áreas en las cuales el [illegible] normas establecidas por la Organización [illegible] de [illegible] (OACI).

El problema está en las rampas

Este es el texto del comunicado difundido anoche por la embajada de los Estados Unidos:

"El secretario de Transporte de los Estados Unidos, Andrew H. Card (h) ha determinado que el Aeropuerto Internacional de Ezeiza, en Buenos Aires, no mantiene medidas de seguridad efectivas.

"El 22 de noviembre de 1991, el ex secretario de Transporte Samuel K. Skinner notificó al gobierno de la Argentina que el aeropuerto de Buenos Aires no mantenía medidas de seguridad efectivas y recomendó que cierta acción debería adoptarse para solucionar el problema. A comienzos de este mes, un equipo de la Administración Federal de Aviación (FAA) realizó una nueva visita al aeropuerto y evaluó nuevamente los procedimientos de seguridad. Comprobó que mientras las medidas de seguridad habían sido mejoradas en forma significativa, había todavía áreas en las cuales el aeropuerto no alcanzaba las normas establecidas por la Organización Internacional de Aviación Civil (OACI).

"En una carta a las autoridades de la Argentina, Card dijo que debido a su rápida respuesta a muchas de las recomendaciones, «su gobierno ha demostrado preocupación sobre la seguridad del aeropuerto». También expresó su deseo de continuar trabajando con el gobierno argentino para mejorar aún más la seguridad en el aeropuerto de Buenos Aires.

"El problema que queda todavía sin resolver es el control de acceso a la rampa que conduce a las aeronaves.

"La FAA verificará los esfuerzos que se hacen para mejorar los procedimientos de seguridad en el Aeropuerto de Ezeiza y el público será notificado cuando se alcancen las normas establecidas por la OACI.

"El informe de la FAA no está relacionado con la seguridad de los aviones o de los operadores del aeropuerto y se refiere exclusivamente al cumplimiento de las medidas de seguridad en las estaciones [illegible] por la OACI. [illegible] tomar estas [illegible] Secretaría de T[illegible] está [illegible] con los procedimientos requeridos por las [illegible] de los Estados Unidos. También tiene la [illegible] ción de informar al público sobre [illegible] al finalizar el [illegible] 90 días que [illegible] cuando el [illegible] Argentina fue [illegible]

"[illegible] claramente [illegible] que la [illegible] puede [illegible] [illegible] días [illegible] [illegible] que la [illegible] Ezeiza [illegible] efectivas".

02-2-92 9203853

Nº. DOCUMENTO ....

TITULO Candidatos de centroizquierda para elecciones de Senador por Cap. Fed.

P. [illegible] 150024

FECHA DE [illegible] 13/3/92

VINCULACIONES 10033

11164

11309

Tres nombres en danza por el centroizquierda

El [illegible] Fernando "[illegible] [illegible] decidir una [illegible] candidatura a senador [illegible] tiendo en el centroizquierda la [illegible] [illegible] [illegible] de [illegible]

De [illegible] [illegible] [illegible] en [illegible] de julio [illegible]

[illegible]

O[illegible], la Unidad Socialista [illegible] a Alfredo [illegible] que [illegible] contará con el apoyo del Frente por la Democracia Avanzada, una agrupación que [illegible] a intelectuales y [illegible] y que [illegible] con [illegible] y [illegible] [illegible].

Otro sector de intelec[illegible] del Frente [illegible] (Acuerdo [illegible], Partido Socialista [illegible] y [illegible] y el [illegible] (que integran el Partido Comunista, IDEPE y otros sectores) le [illegible] al [illegible] Fernando

"[illegible]" [illegible] Frente [illegible] [illegible]

01t01

9203854

Solanas, Bravo, Viñas y "Chacho" Álvarez, en la mira

La izquierda, tras el candidato que la aleje de la disolución

[illegible]

...con los proyectos de cada sector.

Entre estos últimos se ubican los de izquierda que, actualmente, buscan casi con desesperación salir del ostracismo y poder recuperar la solidez y la fuerza de otros tiempos.

Adiós hermano cruel

Luego de la ruptura de la Izquierda Unida, ocurrida el año último, los vaivenes entre polémicas y acusaciones se hicieron más notorias.

El sector más combatativo –el Movimiento al Socialismo (MAS)–, con un representante controvertido en el Congreso como Luis Zamora (MAS), ha marchado solo y se atribuye desde la disolución de la [illegible]

La tercera fuerza

[illegible]

Preparando los [illegible]

Según dirigentes de la izquierda, algunas agrupaciones como el PC, el FRAL y la Mayo habrían solicitado que una de las condiciones para que esta alianza se concrete es que "el candidato tenga los mismos puntos de encuentro con el sector y que no sea dirigente de ninguna de las agrupaciones integrantes".

Como en [illegible], pasa a la derecha y [illegible] –quizás el más interesado en la unión– hasta los [illegible] cada uno [illegible]: aspirar a imponer un candi- [illegible]

Javier [illegible]

01-01

9203855

La semana política

13/3/92 lo

La difícil armonía en épocas de c[illegible]

[illegible] de Adriano", de Marguerite Yourcenar.

Adriano, el emperador que en el relato define dónde y cómo hacer [illegible]

[illegible]

Si el emperador Adriano sabe [illegible] el presidente Menem conoce [illegible] y tiene una larga carrera política tras de sí.

Con esos elementos de juicio puede concluirse que es él quien tiene que concentrar el poder y [illegible]

Ninguna transformación -política, económica o ambas a la vez- se produce sin estos choques que perjudican, en lo inmediato, a todos. Pero que son inevitables

sica, -central, para no perder el control de la situación... mientras otros discuten, polemizan y, a través de los medios de comunicación, intentan imponer versiones en favor de su causa.

El orden natural

[illegible] el ministro Cavallo -que [illegible] del apoyo de todos dentro del Gobierno, dejó la sensación de que tenía razón- y González.

Es cierto que no logró todo lo que quería. Pero no es menos cierto que arremetió contra un íntimo amigo del Presidente -el ministro González- y no le fue tan mal.

Eduardo Bauzá -frente a la neutralidad formal de Carlos Menem- hizo de mediador. Reunió a ambos y consiguió cerrar momentáneamente el episodio, aunque dejando en pie una versión que nadie desmintió: el interés de la Drug Enforcement Agency (DEA) en el tema de los depósitos fiscales de Ezeiza.

De acuerdo con esa misma versión, ese tema se vincula con el lavado de narcodólares que se distribuyen en todo el mundo en billetes de bajas denominaciones, y



Uno para todos...

Si de presionar se trata, es difícil encontrar a alguien que no lo haga, porque hay intereses que se sienten afectados.

Todas las naciones -de un modo o de otro, y según sus posibilidades y su peso económico y político- intentan presionar. Debatir si Todman lo hizo o no en este caso es volver sobre un asunto ya un tanto conocido.

La cuestión no es sólo la presión sino que también es cómo se reacciona frente a esa presión.

[illegible] por ejemplo, recordaba que [illegible] le tocó conversar una y otra vez con los legisladores de los Estados Unidos para que no se cambiara la cuota norteamericana de compra de carne a la Argentina, o para que no se modificaran aranceles.

"¿No era ésa una manera de presionar? ¿No se la puede llamar así?", se pregunta hoy ese diplomático.

Pasar en limpio

Tal vez por eso generó cierta inquietud la extensa reunión que en la casa de Terence Todman - y no en la de Cavallo- sostuvieron el canciller argentino y el representante del gobierno norteamericano.

¿Se puede excluir la posibilidad de que se haya hablado de los depósitos fiscales de Ezeiza? No, por supuesto que no.

Es probable que la deuda externa haya estado presente en la

y Todman probablemente pasaron en limpio lo que quedó del incidente y se internaron en otros terrenos.

De inmediato, y sin que fuera consecuencia de la conversación con Todman, Cavallo comenzó a preparar su embestida contra María Julia Alsogaray.

Están de por medio algunas secuelas de la privatización de Entel -tarifas, por ejemplo- y la negociación que tuvo que encarar Cavallo por aumentos no autorizados o, según un funcionario, por pliegos poco claros.

Seguramente, en esta lista habría que agregar la telefonía celular, a la que algunas empresas norteamericanas aspiraban a tener acceso.

Carlos Menem volvió a hacer uso de gestos que refirmaron su autoridad. Le ordenó a sus colaboradores más inmediatos no dirimir las diferencias a través de los medios de comunicación.

Y espera encarar con más alivio una campaña política de largo aliento, con un primer paso que es la elección del senador por la Capital Federal.

Tres que son cuatro

Si la idea de que el partido impulse la reforma constitucional tuvo su origen en la reunión de Carlos Menem con Eduardo Menem, Eduardo Bauzá y Eduardo Duhalde, hay quienes dicen que de ningún modo eso significa realineamiento o algo parecido.

Una muy alta fuente del Go[illegible]

[illegible]

Con la elección del senador por la Capital Federal de por medio, [illegible]

Las [illegible] entre Carlos Menem, Eduardo Menem, Eduardo Duhalde y Eduardo

Se asegura que el Presidente quiere que la elección de senador por la Capital Federal se haga lo antes posible. Y lo antes posible es en la primera quincena de julio

Bauzá parecen haber servido para decidir que con la elección del senador, más la compleja elección de Corrientes, ya es bastante y no hay necesidad de agregarle un exceso de contenido político a un año en el que la economía necesita cierto margen de maniobra para consolidar la estabilidad.

... Estados Unidos aquí ... inclusive ...

... así como la reforma de la Constitución. Si la reforma de la ...

¿Por qué ... último? ...

02

9203856

Es probable, entonces, que los reclamos se concentren en el aspecto social, en aquellas tareas que con un Estado gigantesco o pequeño, forman parte de una prestación de servicios que la sociedad quiere ver realizada con eficiencia.

No es justamente esa la idea que prevaleció en el paro sorpresivo de un sector de los ferroviarios que derivó en graves incidentes, una más seria represión, para caer el problema en manos del ministro del Interior, José Luis Manzano.

[illegible]

Tales las previsiones que se hacían anteayer en la Casa de Gobierno, [illegible]

[illegible]

El dilema que se le presenta a la UCR es cómo oponerse a la reforma constitucional si durante los años de Alfonsín se insistió en ella hasta el cansancio.

"Los radicales, que nunca le tuvimos miedo a ninguna elección, ahora parece que le tenemos miedo a la reelección", afirmó Masaccesi.

"No podemos decir –sostuvo un dirigente de la UCR– que si Menem propone la reforma es porque quiere ser un *emperador*, pero cuando la proponía Alfonsín era *un estadista*.

Aquella reunión frustrada para unificar la posición con respecto a la reforma constitucional es una mala señal que envía el radicalismo. Para muchos observadores, con o sin el radicalismo, la reforma se va a llevar adelante.

De ello deducen que pueden producirse dos situaciones que no consideran favorables para la UCR.

Una, que se reedite una especie de *Unión Democrática* de fin de siglo. La otra, que el radicalismo no pueda ni siquiera dejar algún rastro –por su ausencia– en la reforma constitucional.

Y los más pesimistas hacen otro razonamiento. Sostienen que la política es acción, ya sea desde el gobierno o desde la oposición. [illegible] debe estar [illegible], todo día, a ocuparse de los problemas

Otra área que hoy aparece con varios conflictos es la del Ministerio de Justicia. El Gobierno juzga que hay una campaña de desprestigio contra el Poder Judicial

cotidianos, y si el radicalismo se excluye de influir en temas como la designación de la Corte Suprema o el perfeccionamiento de los controles al Estado, puede suceder que, sin desaparecer como partido, la alternativa [illegible] otra vertiente del justicialismo.

De los ministros

[illegible]

El ministro de Interior, José Luis Manzano, viajó [illegible] a Posadas con Alberto [illegible], quien aspira a ser senador por Santa Fe.

Manzano no parece dar con el tono adecuado como ministro del Interior y algunos le atribuyen haber puesto en marcha una operación política acaso excesivamente audaz: la de ser, eventualmente, el *operador político* de Cavallo.

Nadie ignora cómo podría caerle al Presidente semejante iniciativa. "Salvo que la suerte esté echada", dijo un legislador justicialista.

Pero tampoco hay motivo alguno para creer que Cavallo aceptaría esa situación.

El ministro de Economía es impetuoso; excesivamente impetuoso en ocasiones. Pero sabe distinguir entre el ímpetu y el precipicio político.

Atilio Cadorín

03-03

9203856

'Calificó de "burda mentira" la denuncia estadounidense sobre inseguridad en Ezeiza

Menem se enojó con los Estados Unidos

lo Rep.

* El interés verdadero de Washington está en controlar los depósitos fiscales del aeropuerto, según La Nación



Es una cuestión política, dijo el presidente.

El presidente Carlos Menem señaló como "burda mentira" una declaración oficial del gobierno norteamericano calificando como "inseguro" al Aeropuerto Internacional de Ezeiza. La terminal aérea más importante de la Argentina es objeto de controversias de intereses privados por el dominio de sus instalaciones, especialmente la Aduana.

■ Ello se reflejó la semana pasada en una durísima controversia entre los ministros de Economía, Domingo Cavallo, con el de Defensa, Antonio Erman González, y en el medio de este aquelarre, el siempre presente embajador de los EEUU, Terence Todman.

"Todman avanza porque se cede más de lo necesario", le dijo ayer a Página 12, el ministro de Defensa, blanqueando la triple intervención (él mismo, Cavallo y el embajador) sobre los controvertidos depósitos fiscales de Ezeiza, bajo el control de una empresa mixta, Edcadassa, integrada por la Fuerza Aérea y el grupo de Alfredo Yabran (transportes Villalonga), un nombre que excita los pensamientos sobre el uso del aeropuerto para el narcotráfico.

Es lo que piensa efectivamente como fondo de la cuestión, el conservador La Nación. "Nadie desmintió —dice— el interés de la DEA (Drugs Enforcement Agency) en el tema de los depósitos fiscales ... (porque) se la vincula con el lavado de narcodólares, que se distribuyen en todo el mundo en billetes de bajas denominaciones. Es esa una "preocupación de los EEUU", dice el diario con que el establishment se comunica con la sociedad y el poder.

Especial para
LA REPUBLICA
de nuestro
corresponsal
en Argentina
Sicardo
Gilberti



El viernes por la noche, la secretaría de Transportes de los EEUU difundió aquí y en Washington un comunicado donde denunció que en Ezeiza no había seguridad para los ciudadanos norteamericanos, por la ausencia de efectivas medidas antiterroristas. El comunicado oficial no se refería a los vuelos, sino a las rampas de acceso, un sector bajo el control de la Fuerza Aérea.

MENEM, ENOJADO

Es "una burda mentira, una cuestión de neto corte político", fue lo que dijo Menem al opinar sobre esa declaración oficial de los EEUU, en un clima de malestar por las "continuas presiones de la Embajada (norteamericana), según El Cronista.

Al adjudicarle intencionalidad política Menem confirmó, indirectamente, que a su juicio el tema central no era la seguridad, como argumentó la Secretaría de Transportes del gobierno de George Bush, sino el control de algunos servicios del aeropuerto. Eso es lo que enfrentó a Cavallo y Todman, por un lado, y a Erman González (con la Fuerza Aérea), por el otro. Clarín supone que "la denuncia de los EEUU, y la reacción de Menem, forman parte de una escalada que puede tensar la relación bilateral".

Un año atrás, ante un rush americano semejante (el tema era entonces el pedido de coimas de un allegado a Menem a un frigorífico estadounidense), hizo que el presidente expresara que "mayor corrupción había en el Departamento de Estado". "Rectificáte o nos caemos todos", le aconsejó entonces el líder del bloque de Diputados del oficialismo y actual titular de Interior, José Luis Manzano. Menem se rectificó.

Los observadores colocan la cuestión de Ezeiza en dos planos. Primero, "la seguridad" de la que habla el comunicado del gobierno de Washington, parece que se dirige al supuesto tráfico de misiles Cóndor II por el aeropuerto, pese a las promesas del gobierno argentino de impedir su venta a Irak, como estaba proyectado desde mediados de los años 80. El proyecto misilístico está teóricamente desactivado, pero hace pocos días el Financial Times escribió en Londres que el mismo sigue muy vivo.

Otro punto de fundamental interés norteamericano es la seguridad sobre el tráfico de drogas y de dinero proveniente del narcotráfico. En este último caso, [illegible] sidente, Amira Yoma, que con su marido Ibrahim Al Ibrahim (entonces asesor con gran poder en Ezeiza), traficaban, según el juicio en curso, dinero del narcotráfico, parece determinante.

LA FEDERAL EXPRESS

Desde diciembre de 1990, se conoce que el embajador Todman ha pedido para que se le desbroce el camino a la Federal Express Co. para participar del control de los depósitos fiscales de Ezeiza. El 55% de las acciones de la empresa está en manos de la Fuerza Aérea. La semana pasada el ministro González pactó con Cavallo, pero sin ningún entusiasmo, privatizar las acciones de los aviadores. Este acuerdo tuvo ribetes singulares: los ministros se agraviaron recíprocamente con lenguaje de carreros y González acusó a Cavallo de querer controlar el gobierno y supeditar la figura de Menem.

Normalmente cuando el que habla es el ministro de Defensa, se supone que interpreta literalmente al presidente Carlos Menem. Este siente que el ministro Cavallo busca ampliar sus poderes políticos y que puede actuar como un contrapeso irrefrenable para sus propósitos de reformar la Constitución.

Lo novedoso en este verdadero aquelarre es la participación abierta de Washington, por medio de la Secretaría de Transportes, en respaldo del ministro Cavallo. La cuestión será zanjada a la brevedad por expresa orden presidencial.

La semana pasada, Menem debió declarar: "A mí no me presiona nadie", para bajar el peso de los rumores sobre el papel de Todman, quien tuvo además una muy [illegible] y [illegible] con Cavallo. El ministro acusó a la [illegible] a "funcionarios [illegible]" de la Embajada de los EEUU [illegible] "[illegible]" [illegible] nes de Todman. Este debió [illegible] veces en los últimos días a [illegible] nada tiene que ver [illegible].

Los rumores de [illegible] y [illegible] ques en el gabinete [illegible] este fin de semana. [illegible] cada uno de los ministros [illegible] suya. ¿Hasta cuándo?

01-01

Nº DOCUMENTO

TITULO Perfil de Gustavo Figueroa, Subsecretario de Asuntos Institucionales

PROCEDENCIA 150024

FECHA 13/3/92

VINCULACIONES 10033

11169

11304

FICHA — Clarín 13/3/92

Con el olfato intacto



Gustavo Figueroa

A los 56 años el embajador [illegible] ra Gustavo Eduardo Figueroa, [illegible] te subsecretario de Asuntos Institucionales y Prensa, sigue teniendo [illegible] olfato político que exhibía [illegible] ingresó a la Cancillería en 19[illegible] [illegible] rango de agregado y vicecónsul y el título de licenciado en Relaciones Internacionales de la Universidad del Salvador.

El mismo que como jefe de gabinete del ex canciller Nicanor Costa Méndez le permitió tener fluida relación con la prensa nacional y extranjera durante la guerra por las Malvinas.

No le molesta que lo llamen diplomático "malvinero" por su actuación en ese período. Ni tampoco que le recuer[illegible] [illegible] alejado del ruido, [illegible] día en Noruega durante [illegible] Raúl Alfonsín.

No es de los [illegible] la hora de las [illegible] oficial sumariante [illegible] embajador en [illegible] [illegible] de droga y sexo.

Actualmente es director de América del Norte de la Cancillería, presidente de la Asociación del Cuerpo Permanente del Servicio Exterior de la Nación —el sindicato de los diplomáticos—, titular del Consejo Superior de Embajadores y miembro de la [illegible] gica Junta Calificadora de la cartera.

01-01

9203858

Isidoro Laso asume como titular de Secretaría de Asuntos Políticos y Proyectos del M.I.

FECHA 150024

VINCULACIONES 12/3/92

10033

11164

11302

[illegible] ★ Buenos Aires, jueves 12 de marzo de 1992

Asume el segundo de Interior

Esta tarde, el Salón de los Escudos del Ministerio del Interior se transformará en una virtual concentración de la dirigencia del peronismo bonaerense, con el gobernador Eduardo Duhalde a la cabeza. El elemento convocante es la asunción, a las 18, del primer titular de la flamante Secretaría de Asuntos Políticos y Proyectos del ministerio, Isidoro Laso, una circunstancia estrechamente ligada al estado de las luchas internas en el gobierno nacional.

Laso —diputado provincial en uso de licencia— es un viejo amigo y compañero de antiguas militancias de Manzano, pero también es un dirigente clave del sistema de poder regional de la Liga Peronista Bonaerense, la estructura de origen cafierista que comparte con la Liga Federal la base de sustentación política de la gobernación de Duhalde.

Su nueva secretaría, fruto de una reestructuración del organigrama del ministerio, asumirá de hecho las funciones de ámbito de operación política que antes estaban en manos de la difunta Secretaría de Interior, cuyo último titular fue el brazo derecho de Manzano, Juan Carlos Mazzón.

La designación de Laso parece significar un nuevo [illegible] en la [illegible] relación entre Manzano y Duhalde, justo en el momento en el que crecían versiones sobre una cierta marginación del ministro del círculo de mayor confianza política del presidente Carlos Menem.

La inicialmente reservada reunión del pasado lunes 2 —según esas versiones— circunscribían ese círculo íntimo a los "tres Eduardos". Esto es, el propio Duhalde, el secretario general de la Presidencia Eduardo Bauzá y el senador Eduardo Menem.

Para Duhalde, y el peronismo de la provincia de Buenos Aires, la designación de Laso implica una satisfacción a sus reiteradas exigencias de contar con mayor representatividad institucional en el primer escalón del gobierno nacional.

Además, cuando los bonaerenses juegan todo su peso para lograr mayor apoyo económico y político del gobierno nacional, la responsabilidad más específica de Laso será la de atender las relaciones entre la Nación y las provincias.

Para Manzano, en el esquema de la interna, Laso constituye un vértice de encuentro con la fuente de poder político que representa el aparato partidario e institucional bonaerense, justo cuando se supone que ya no es tan sólido y homogéneo el eje "colorado" del que participaba junto a Bauzá y Eduardo Menem.

01/01

9203859

Nº. DOCUMENTO ....

TITULO: Reunión de Menem con el Presidente Rodríguez de Paraguay.

PROCEDENCIA: 150015

FECHA DE [illegible]: 12/3/92

VINCULACIONES: 10033

11164

11399

Paraguay

La Mañana, 12/3/92





[illegible]

... dijo ayer a la prensa el Presidente ...

... detalles de qué otras actividades cumplirá en Buenos Aires.

El Canciller Alexis Frutos Vaesken dijo que los dos presidentes se reunirán para "ratificar la decisión de los respectivos gobiernos de construir un puente sobre el río ...

... de Electricidad (ANDE) ...

01/01

9203860

LAS EXPECTATIVAS OFICIALES ANTE EL NUEVO VIAJE DEL PRESIDENTE

Tras un golpe de impacto

Hijo del romance que el empresariado francés ha establecido con la desarticulación del patrimonio estatal de la Argentina, el viaje que iniciará mañana Carlos Menem a Francia —y a las comunidades europeas— tuvo en su gestación un signo económico casi excluyente. Pero en los últimos días tanto el canciller Guido Di Tella como el embajador francés Pierre Guidoni aquí se han preocupado, de cara a la opinión pública local, por construir también una dimensión política para la visita.

Esta comunidad de intenciones no implica que exista una única interpretación sobre los contenidos políticos de la agenda, pero sí sugiere que este contacto cumbre entre Francia y la Argentina fue construido con especial cuidado por las partes. Es que Menem se ilusiona con la posibilidad de dar un golpe de impacto personal en el gobernante socialista francés, al que siempre consideró un bastión de aliados del alfonsinismo y, en consecuencia, hostil a su propia figura.

Esa evaluación de la disposición francesa, y europea en general, siempre fue —como tantas otras del presente gobierno argentino— un tanto simplista. Los indicios sugieren que París efectivamente está dispuesto a abrirle a Menem el espacio que busca. Después que los capitales franceses realizaran inversiones de la dimensión hecha por empresas como Total en el área de petróleo y, aunque menor, por Telecom en comunicaciones y que otros hombres de negocios galos dirigieran miradas codiciosas hacia los activos de Gas del Estado y Obras Sanitarias, no parece quedar demasiado espacio para la indiferencia o la descortesía en el vínculo bilateral.

Di Tella, recordando su propia visita preparatoria del año pasado, aseguró a Clarín que el atractivo que la figura de Raúl Alfonsín ejerció durante los años iniciales de su gestión entre los socialistas franceses "se ha desvanecido" y que la predisposición hacia el actual gobierno de los argentinos "es francamente mucho mejor que la que yo esperaba cuando arribé a París".

Guidoni es apenas más cauto. El diplomático sugirió que la recepción que Francia brinde a Menem "dependerá mucho del propio presidente", pero acotando de inmediato: "Por lo que conozco de su calidez sé que no tendrá muchos problemas". Menem no limitará sus contactos al oficialismo: en París dialogará también con los opositores Raymond Barre, Jacques Chirac, Valery Giscard d'Estaing y con el socialista en el llano Laurent Fabius.

En más de un sentido, Menem tendrá en su escala inicial —la ciudad de Estrasburgo— una suerte de preestreno de su recepción francesa. En el Parlamento Europeo es el socialismo el bloque mayoritario entre sus 518 miembros, aunque sean en verdad los democristianos —gracias a la influencia creciente de la poderosa Alemania— los que conduzcan el espectáculo en el recinto.

El escaparate del Parlamento Europeo ejerció, en la década pasada tal fascinación sobre Alfonsín que, en un viaje desde Leningrado, no dudó desestimar las advertencias de sus pilotos y desafiar las malas condiciones climáticas para llegar a la cita en la que los legisladores le entregaron un galardón por su política de derechos humanos.

La prueba más acabada del deseo compartido de eludir problemas es el claro y tácito acuerdo al que arribaron las partes para reducir, durante el contacto, a su mínima expresión el espacio del contencioso más importante que tienen hoy las relaciones bilaterales: la terca resistencia francesa a aprobar la reducción de subsidios agrícolas europeos, que es el punto que mantiene en terapia intensiva a la agónica Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General sobre Comercio y Tarifas).

Di Tella confesó que "donde más insistiremos con el reclamo será en Estrasburgo y Bruselas (donde Menem visitará el Consejo de las Comunidades Europeas), porque allí es parte del ritual que se espera que cumplamos, pero en París es otra cosa. No estamos dispuestos a irritar sin beneficio a nuestros anfitriones franceses. En París el costo político del desacuerdo sería mucho mayor que en la CEE. Después de todo —agregó apelando a su vena realista—, si Francia cede en su posición será como consecuencia de las demandas norteamericanas y no de las argentinas".

En cuanto a la dimensión política el diplomático francés la imagina como una suerte de briefing recíproco en el más alto nivel: "Para el gobierno francés será útil escuchar la opinión argentina sobre la realidad latinoamericana y, de igual modo, para el presidente Menem será bueno incorporar el análisis francés sobre la realidad internacional y sobre este, entre comillas, nuevo orden internacional del que ahora tanto se habla".

En otras palabras, después de dos años de mirar hacia el norte de América casi en forma permanente, este viaje europeo puede muy bien ser el comienzo de una nueva etapa en la educación de Menem en las complejidades y diferencias que presenta ese primer mundo que tanto lo seduce.

Oscar Raúl Cardoso



01-01

9203861

Buenos Aires, domingo 8 de marzo de 1992 ★ CLARIN

LA INICIATIVA CUENTA CON EL AVAL DEL PRESIDENTE, INFORMO BAUZA

Convocan al PJ para respaldar la reforma y la reelección de Menem

El Partido Justicialista será el ámbito desde el que se impulsará la reforma constitucional y la reelección de Carlos Menem. El Consejo Nacional del PJ será convocado entre mañana y el martes para que se reúna el 24. El anuncio lo realizó el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, quien, previamente, y en vuelo hacia Mendoza, obtuvo el aval del Presidente para difundir la estrategia reformista del oficialismo.

El secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá**, anunció ayer en Mendoza que para el 24 de marzo **será convocado el Consejo Nacional del Partido Justicialista para impulsar desde ese ámbito la reforma constitucional y la reelección de Carlos Menem.** El anuncio es la culminación de un operativo político pergeñado por **los tres Eduardos —el mismo Bauzá, Duhalde y el senador Menem—** y que contó, en todo momento, **con el aval del jefe del Estado.**

En la mañana de ayer, en el avión presidencial Tango 02 que los trasladaba para participar de la Fiesta de la Vendimia, en Mendoza, Bauzá dialogó a solas con Carlos Menem y obtuvo la venia para que se encargara, por la tarde, de difundir la noticia: **el PJ hará punta para plantear a la sociedad la modificación de la Constitución y su prenda mayor, la posibilidad de que Menem pueda ser reelegido.**

En diálogo con **Clarín**, Bauzá informó que el titular en ejercicio del PJ, **Roberto García**, se encargará de cursar las citaciones a los consejeros nacionales entre mañana y pasado y dijo que "es posible que el Consejo nacional decida, a su vez, **convocar al congreso partidario para unificar criterios en todo el país**".

La idea de canalizar reforma y reelección a través del PJ había comenzado a barajarse el lunes, durante la comida que el Presidente mantuvo con Bauzá, Duhalde y su hermano senador, en el departamento de este último. Con encuestas en la mano que hablaban del buen momento de la imagen presidencial en la opinión pública, de respaldo al plan económico pese al índice inflacionario y de predisposición hacia la reforma, se concluyó que había llegado el momento **de bajar el tema hacia la sociedad de un modo explícito.**

El ámbito elegido para comenzar a motorizar formalmente la reforma resultó el PJ, ya que en la primera reunión del diálogo político el **Gobierno se había comprometido a no incluirla en el temario** y las insinuaciones que se realizaron en ese sentido **casi provocan la retirada de la UCR.**

♦ Los operadores

En la tarde ayer, Bauzá dialogó con **José Luis Manzano** y se acordó, precisamente, preservar al ministro del Interior del tema para, al menos por el momento, **separar las aguas entre reforma constitucional y diálogo político.**

Tras la reunión del lunes en la casa de Eduardo Menem se realizaron contactos con gobernadores y jefes de distrito justicialistas. Quienes operaron velozmente en el tema —el subsecretario general de la Presidencia, **Carlos Corach**, y los diputados nacionales César Arias, **Carlos Ruckauf, Luis "Quito" Martínez y Saturnino Aranda**, entre otros—, **no encontraron oposición a la iniciativa de que el PJ alzara rápidamente las banderas de la reforma y la reelección.**

El jueves, durante el asado que los diputados peronistas compartieron con el jefe del Estado en la sede del PJ, quienes trabajan sobre la iniciativa, con Bauzá a la cabeza, calentaron los oídos de otros legisladores, fundamentalmente de la provincia de Buenos Aires, y no se oyeron reparos.

Con este panorama, anteanoche Bauzá tuvo una reunión a solas con el titular del PJ, Roberto García, y acordaron el 24 de marzo para citar al Consejo Nacional y ponerse a trabajar por la reelección de Menem, acaso sin reparar en que en esa fecha se cumple otro aniversario del golpe de Estado que derrocó al tercer gobierno peronista. En la mañana de ayer y en el aire, Bauzá consiguió el "OK" definitivo del primer mandatario.

Bauzá dijo que la determinación se tomó "porque en distintos distritos se está avanzando en el tema, surgen propuestas, hay quienes hablan del Congreso, otros de consulta popular y es hora de fijar una posición de los peronistas y unificar el mensaje. Todavía no hablamos ni de tiempos ni de métodos para conseguir la reforma, sino que hemos optado por el partido para impulsarla."

♦ En Mendoza

El presidente Carlos Menem dijo ayer en Mendoza que la Argentina sigue creciendo, ponderó la estabilidad económica y admitió que "hay algunos inconvenientes lógicos. Las cosas no andan muy bien, pero tienen que andar mucho mejor".

El jefe del Estado participó en los actos centrales de la Fiesta de la Vendimia, la tradicional celebración que se realiza anualmente en la capital mendocina. Menem señaló que su gestión "cuenta con un fuerte repaldo de todos los organismos internacionales, donde la Argentina tuvo que concurrir a tratar de renegociar la deuda externa".

REFORMA — Por Landrú



Fecha confirmada

El secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá**, aprovechó su visita a Mendoza no solo para anunciar la convocatoria al PJ para apoyar la reelección de Carlos Menem (ver aparte). También confirmó que los comicios para elegir senador por la Capital "**están previstos para el mes de julio**", como adelantó Clarín. El presidente Carlos Menem dijo, en tanto, que el día preciso de la elección se decidirá esta semana.

El ministro del Interior, **José Luis Manzano**, quien también integró la comitiva que participó en los actos de la Fiesta de la Vendimia, coincidió con Bauzá: "El anuncio de la fecha de elección —dijo—, se concretará en los próximos días. Se van a cumplir los plazos previstos en la Constitución nacional".

♦ Congreso

El peronismo metropolitano convocó para el 20 de este mes a su congreso partidario para proclamar formalmente a **Avelino Porto** como candidato a senador nacional. Ese organismo partidario tendrá la misión de dictar una medida de excepción para determinar la suspensión de las elecciones internas.

Nº [illegible]

TITULO: Intención de voto para Senador.

PROCEDENCIA: 150035

FECHA: 8-3-92

VINCULACIONES: 10033

11164

11304

La Nación 8/3/92

Terragno no se retira y quiere internas

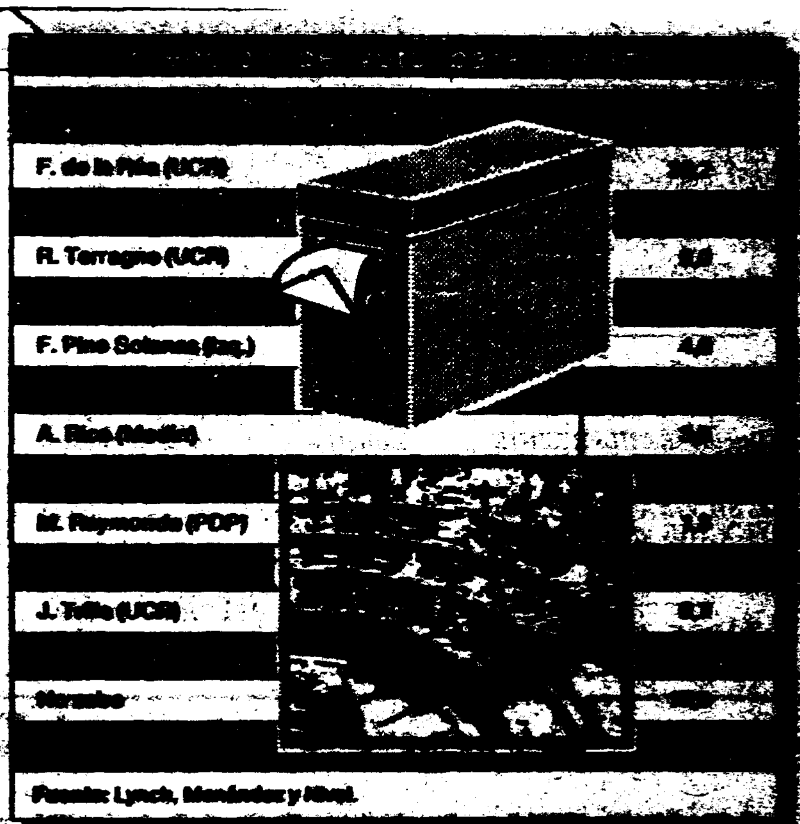
[illegible]

vara, habrían retirado sus apoyos a Terragno para brindárselos a De la Rúa.

Correrá los riesgos

"Tengo gran respeto por el doctor De la Rúa, valoro su capacidad y su honestidad. Si, finalmente, él decidiera presentar su precandidatura, y la mayoría radical le diera un mandato para disputar la senaduría, De la Rúa sería también mi candidato", manifestó Terragno.

"Cuando uno cree en sus ideas -siguió Terragno-, debe estar dispuesto a correr todos los riesgos. Yo no presenté mi precandidatura para negociarla. La presenté por que creo estar en codiciones de hacer, desde la banca, un servicio a mi partido y al país".



Clara ventaja radical [illegible]

[illegible]

"consolidando las posibilidades de De la Rúa".

Entre ellos, votarían por César Jaroslavsky el 3,7 % de los consultados y el 0,7 lo haría por Juan Trilla.

[illegible] Solanas, 25,2 %. [illegible] conjunto, no alcanzan el [illegible] imagen positiva.

El último puesto de [illegible] ocupa Rico, con el 15 %.

De la Rúa aún no decidió

GENERAL PICO (DYN).- El diputado Fernando de la Rúa acusó al presidente Carlos Menem de abandonar "su prescindencia" para "entrar directamente en la campaña electoral de Avelino Porto" y evitó, una vez más, definir si competirá por la banca de senador por la Capital.

Ante la insistencia periodística sobre su virtual candidatura, De la Rúa eludió una respuesta [illegible], al sostener que "las [illegible] no son individuales" y que el [illegible] calismo "no hará anuncios sobre el tema hasta tanto el Gobierno no decida la fecha" de los comicios.

01-01

Buenos Aires, domingo 8 de marzo de 1992 ★

UN PLAN DE LOS "TRES EDUARDOS" APUNTA A MENEMIZAR EL SENADO

Las bancas para los leales

Hay un operativo en marcha para "menemizar el Senado". Esta especie se echó a rodar luego de un secreto encuentro ocurrido el lunes entre el presidente de la Nación Carlos Menem y los tres Eduardos —Duhalde, Menem y Bauzá— en donde se habría realizado un analisis con el propósito de estudiar el nuevo mapa del Senado, luego del recambio de 15 bancas que se producirá en diciembre de este año.

Los protagonistas de esta reunión no abrieron la boca, aunque voceros cercanos admitieron que el Presidente y los tres Eduardos trataron este asunto el lunes, luego de la proclamación de Avelino Porto y en casa de Eduardo Menem.

Por lo que se sabe, el Gobierno está dispuesto a respaldar a quienes considera "sus amigos" en las respectivas provincias en donde se debe elegir al Senador. Las fuentes consultadas dicen que al poder no le preocupa la presencia de Antonio Cafiero y seguramente la de José Octavio Bordón en la Cámara alta, pero lo cierto es que se está haciendo un prolijo seguimiento de todas las situaciones provinciales:

• **Jujuy:** en esta provincia, curiosamente la Legislatura debe elegir a los dos senadores nacionales. Primero al remplazante de Carlos Snopek, muerto el año pasado en un accidente automovilístico, y también para ocupar la banca que deja Alfredo Benítez. Hasta ahora los diputados jujeños no pudieron ponerse de acuerdo. La estrategia del gobierno nacional, planteada por los tres Eduardos, es que elijan a los dos legisladores simultáneamente. Candidatos hay muchos: Bauzá y José Luis Manzano impulsan al diputado David Casas, un menemista de la primera hora, que tiene poco predicamento en la Legislatura provincial. Otro que tiene posibilidades es Carlos Daniel Snopek el hijo del caudillo fallecido.

• **Buenos Aires:** ya fue elegido por los legisladores bonaerenses para remplazar al radical Adolfo Gass, el ex gobernador Antonio Cafiero.

• **Mendoza:** todo parece indicar que el ex gobernador José Bordón será elegido para remplazar a la senadora radical Margarita Malharro de Torres, que finaliza su mandato en diciembre.

• **Entre Ríos:** hay una operación en marcha para que el ex diputado Augusto Alasino, menemista de la primera hora, sea consagrado senador en remplazo del radical Luis Brasesco. El jefe del peronismo entrerriano, Jorge Busti, dicen que dijo que no quiere ser senador. Los Eduardos y el propio Presidente verían con agrado que el "chocio" sea el senador, pero parece no opinar lo mismo el gobernador Mario Moine.

• **Salta:** un peronismo derrotado y en crisis como el salteño, es lógico que tenga un ramillete de candidatos: el ex ministro Julio Mera Figueroa, Armando Etchart, Alfredo Mussalem, Hernán Cornejo. Todos ellos juran fidelidad al menemismo por lo que en la Casa Rosada han preferido desensillar hasta que aclare.

• **Formosa:** todavía no se han barajado nombres para remplazar a Rogelio Nieves y el panorama, como en otros distritos, es conflictivo porque el peronismo está dividido.

• **La Pampa:** en esta provincia también se debe elegir a dos senadores. Uno para remplazar a Rubén Marín, que renunció a su banca para asumir la gobernación, y el otro para remplazar a Pedro Conchez. Uno de ellos sería el menemista Néstor Ahuad y el otro un allegado al renovador Rubén Marín.

• **Chaco:** es una de las provincias consideradas perdidas. En Gobierno estiman que no será peronista el que remplace al radical Luis León.

• **Catamarca:** también tiene pronóstico reservado. El problema en el Senado [illegible] abre aún un interrogante mayor. Si se logra neutralizar al saadismo, el senador podría ser el peronista Efraín Rosales. En caso contrario, una hipótesis que se maneja es la candidatura de Luis Barrionuevo, un aliado de Ramón Saadi.

• **San Juan:** el peronismo necesita de aliados para imponer a un hombre de su color. El que tiene más posibilidades para ocupar el lugar del bloquista Edgardo Pontanes, es el diputado menemista Luis "Quito" Martínez.

• **Capital:** aquí elige el pueblo y la opción es entre un radical (¿Fernando de la Rúa?) y el menemista Avelino Porto.

• **Santa Fe:** la senadora Liliana Gurdulich es número puesto para salir reelecta porque cuenta con la bendición expresa de Carlos Menem.

• **Neuquén:** obviamente a Elías Sapag lo remplazará otro hombre del Movimiento Popular Neuquino, probablemente su hermano y ex gobernador Felipe Sapag.

• **Misiones:** tampoco habrá sorpresas, el actual [illegible]

[illegible]

[illegible] *Cavallo-González* — La Nación 7/3/92

Edcadassa, una empresa que atrae muchas observaciones

[illegible]

No es aventurado suponer que fue uno de los últimos decretos que firmó Alfonsín, quien había entre-

[illegible] la Aeronáutica: Líneas Aéreas del Estado (LADE).

A medida que [illegible] los años de Alfonsín, las [illegible] fuerzas [illegible] a favor del poder político [illegible] del Ejército y de la Armada. Mientras que la fuerza terrestre [illegible] en levantamientos carapintadas y la Armada se negaba a entregar a Alfredo Astiz a los jueces que lo reclamaban, la Fuerza Aérea se constituía en un reaseguro del Gobierno.

Previsor, Crespo intuyó que el monopolio que detentaban no duraría, y que la tendencia privatizadora que se avizoraba algún día llegaría a sus dominios.

¿Por qué eligió a Villalonga Furlong [illegible], esto es, por con-

[illegible]

Ese oficial ya pasó a retiro, pero en el Edificio Cóndor [illegible] que no conseguirán los datos. Que están, pero "traspapelados en algún lugar".

Diego Pérez Andrade

Buenos Aires, domingo 15 de marzo de 1992

POLEMICA EN EL GOBIERNO

Los ministros González y Cavallo protagonizaron el martes en el despacho ... una durísima discusión en torno de los depósitos fiscales de Ezeiza. El ... sido convocado a pedido de Menem, para acercar posiciones ... Pero una vez frente a frente Cavallo y González cruzaron ... políticas y hasta algún insulto. Los dos dijeron que la actitud de ... perjudicaba a Menem y se acusaron de querer promover el fracaso ... gestiones. Si bien el comunicado posterior intentó mostrar una ... las diferencias se profundizaron y, si no salieron más a la luz, fue ... indicación del Presidente, en la reunión de gabinete del jueves.

CAVALLO Y GONZALEZ SE PELEARON DELANTE DE BAUZA; EL COMUNICADO HABLO DE UN AC...

Gritos a puertas cerradas

"Los ministros no acuerdan nada. Aquí el que dispone es el Presidente."

Eduardo Bauzá tragó saliva y volvió sobre sus pasos con los proyectos de comunicado que habían elaborado **Domingo Cavallo y Erman González** bajo el brazo. En esos textos tentativos, los titulares de Economía y Defensa señalaban que ambos habían **acordado** la manera de abrir una tregua en su dura pelea por los depósitos fiscales de Ezeiza.

Cumpliendo la orden del jefe, Bauzá cambió la redacción del comunicado y así el texto definitivo señaló que **el Presidente disponía** que Economía pasara a fijar las tarifas del depósito —a través de la Secretaría de Transporte— y que Defensa quedaría encargada de completar la privatización del sector.

El **visible enojo de Menem** por la pelea pública de los dos ministros llevó a Bauzá a convocar para el martes pasado en su despacho a Cavallo y González. Pero si de allí se esperaba un encuentro para acercar posiciones, la realidad se encargó de demostrar que el **enfrentamiento es más profundo** de lo que se imaginaba.

Delante de un azorado Bauzá, **Cavallo y González discutieron acaloradamente, llegaron a intercambiarse más de un insulto**, se acusaron mutuamente de **buscar el fracaso de la gestión** de su oponente y solo acordaron un tema: mostrar una precaria **imagen de paz** ante la opinión pública, para calmar la ira del Presidente.

Las cosas que se dijeron fueron **suficientemente graves**: Cavallo acusó a González de **defender intereses privados** y González replicó que Cavallo tiene una **actitud poco digna** hacia la Embajada de los Estados Unidos.

Fueron aún más lejos: Cavallo dijo que González **actuaba como representante de Edcadassa** (la empresa que explota el **depósito fiscal de Ezeiza**) **y del grupo económico que plantea Alfredo Yabrán. Esa acusación** provocó el **enojo del ministro de Defensa, quien con un** brusco **movimiento volcó sobre el cristal de la mesa su** pocillo **de café, al tiempo que replicaba diciendo que su** par **de Economía hablaba en nombre de Federal Express**, la empresa **norteamericana que quiere entrar en** el negocio de Ezeiza.

González le reprochó otra cosa a Cavallo: **"Esta es una maniobra para quedarte con el control de las privatizaciones del área de Defensa"**, dijo. **Ensayando argumentos políticos, el ministro de Defensa indicó que Cavallo montó una operación para desgastar a dos figuras del Gobierno de estrecho contacto con el presidente Menem: se refería a él mismo y a María Julia Alsogaray.**

Puso como prueba de esa actitud la difusión que Cavallo hizo de la carta que le envió, objetando los aumentos de tarifas que realizó Edcadassa en los depósitos de Ezeiza.

Y también insinuó que esa ofensiva de Cavallo estaba intentando distraer sus problemas por el alza de la inflación en enero y febrero.

Los ojos y palidez de Bauzá reflejaban su estupor por todo lo que escuchaba. Habló poco, pero en ese momento también **cuestionó el procedimiento de Cavallo de dar a** conocer la carta.

La reacción de Cavallo no se hizo esperar. Dijo que las actitudes de Erman González eran las que realmente perjudicaban al Presidente. **"Menem puede ser Salinas de Gortari o Carlos Andres Pérez"**, afirmó el jefe de Economía, y acusó que muchos funcionarios del Gobierno actúan como para que Menem se parezca al ahora cuestionado presidente de Venezuela y no al exitoso de México.

Casi atropellándose con sus propias palabras, Cavallo lanzó otro conjunto de objeciones que además de tocar a González involucraron a la secretaria de Medio Ambiente, **María Julia Alsogaray** (aliada del ministro de Defensa), en especial por sus últimas gestiones como liquidadora de ENTel. Entre otras lindezas, dijo que **la ingeniera boicotea el plan economico.**

En ese momento estaban ubicados en una punta de la mesa oval del despacho del **secretario general**, en el primer piso de la Casa Rosada. **Bauzá se ubicó en la cabecera; González a su derecha, de espaldas a los ventanales que dan a la explanada de la calle Rivadavia, y Cavallo a su izquierda, dando la espalda a la puerta que comunica** ese recinto con el despacho presidencial.

Hubo una sola vuelta de **café para las casi dos horas** de acalorada discusión. Los ministros prefirieron rechazar el convite de las tradicionales medialunas de la Casa Rosada, con las que Bauzá quizá pretendía endulzar el encuentro.

El jueves, al comenzar la reunión de gabinete, Menem dijo: **"Esta ha sido una semana muy dura. Yo les pido a los ministros que no repitan estos episodios de peleas públicas"**. Todos sabían a quiénes se dirigía, pero en el espeso silencio que siguió a esas palabras del Presidente, **Cavallo y González optaron prudentemente por no abrir la boca**, ni siquiera para acusar recibo del mensaje presidencial.



Informes y producción de Marcelo Bonelli y Liliana Franco.

A cara de perro

De hecho, la reunión del martes en el despacho de Bauzá no hizo sino **aumentar las diferencias** entre Cavallo y González, lo cual deriva en un delicado problema **porque** hace difícil la convivencia personal de ambos en el gabinete. Y los dos son considerados **"ministros estratégicos"** por Menem, quien ordenó a Bauzá que tras el

encuentro no debían quedar vencedores ni vencidos, al menos en la imagen ofrecida a la opinión pública.

Una muestra de la supervivencia del encono fue que, para redactar el comunicado de tres puntos, la gente de Economía y Defensa estuvo ocho horas discutiendo hasta los puntos y comas y no llegaron a un acuerdo final sobre el texto, que finalmente elaboró Bauzá.

Después del encuentro en la Secretaría General de la Presidencia, tanto Cavallo como González mantuvieron —en forma individual— contactos reservados con Menem, a quien le comunicaron que no están dispuestos a ceder en el enfrentamiento, aunque sí a evitar explosiones públicas de sus diferencias.

La actitud provocó el disgusto de Menem, quien les recomendó que bajaran la tensión y les dijo que los proyectos de transformación del Gobierno están por encima de las rencillas particulares de los miembros del gabinete.

La intervención de Menem

Para Menem, un motivo aparte de contrariedad fue que él mismo había gestado la reunión conciliadora que terminó con escaso éxito.

Diez días atrás, cuando el enfrentamiento entre Cavallo y González empezaba a levantar presión, se había fastidiado, sobre todo con el ministro de Economía, por la difusión de la carta con sus objeciones a Erman. El Presidente recibió las quejas de su comprovinciano y evitó hablar con Cavallo. El jefe de Economía, alertado de esa situación, trató de hablar con el Presidente apenas regresó de su viaje a México, pero Menem ya estaba en Mendoza, participando de la Fiesta de la Vendimia. Allí, el Presidente habló con Bauzá de la necesidad de moderar las posiciones y evitar que el internismo tiñera otra vez los días del Gobierno.

Bauzá entendió el mensaje y citó a los dos rivales para el martes a la mañana en su despacho. Allí hizo gala de paciencia para tratar de aplacar los topetazos de Cavallo y González, que solo se detuvieron cuando Toledo, el morocho ordenanza que atiende la Secretaría General, entró con su bandeja llevando tres cafés y otros tantos vasos de agua helada.

Solo después de una hora y media explosiva, los ánimos se calmaron un poco y los ministros quedaron en enviarle a Bauzá propuestas de texto para el comunicado oficial. En realidad, eso era todo lo que podían acordar. Bauzá recibió [illegible] textos [illegible] de cada ministerio y [illegible] el comunicado [illegible]

04 - 04

9203865

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Cifras opuestas de Economía y Defensa por EDCADASSA.
PROCESO: 150024
FECHA: 7/3/92
VINCULACION: 10033
11164
11302

CIFRAS OPUESTAS DE ECONOMIA Y DE DEFENSA

Clarín 7/3/92

Las cuentas no cierran

POLEMICA EN EL GOBIERNO

La polémica desatada entre el ministro de Economía, Domingo Cavallo, y el titular de Defensa, Erman González, no tiene solamente motivos económicos, pero es un puñado de cifras la que la ha precipitado: las de las nuevas tarifas en el depósito fiscal de la empresa Edcadassa.

Economía sostiene que el depósito fiscal produjo importantes aumentos cuando modificó su sistema tarifario: antes tomaba como base para el cobro el precio FOB de la mercadería y ahora, en cambio, se basa en el peso de la mercadería.

Defensa dice, por el contrario, que con el nuevo sistema los importadores se vieron beneficiados con descuentos de hasta el 45%.

La tarifa de Edcadassa fue modificada a causa del decreto de desregulación, cuyo artículo 28 dejó sin efecto el ingreso obligatorio de la mercadería al depósito fiscal.

Esta medida determinó que la Aduana negociase con Edcadassa el cobro de las tareas de manipulación, estibaje, custodia y entrega de la mercadería durante esas 24 horas donde el almacenaje pasó a ser sin cargo.

Antes, estos servicios estaban incluidos en la tarifa de depósito ya que la mercadería obligatoria permanecía allí un mínimo de 10 días.

Durante esas negociaciones fue la Aduana la que planteó a Edcadassa modificar la base de cálculo de la tarifa —cobrar sobre el valor peso y no sobre el precio FOB—, respondiendo a una vieja aspiración de los sectores vinculados con el comercio exterior.

Y Edcadassa accedió al pedido y modificó sus tarifas, que a fines de enero fueron enviadas a la Fuerza Aérea para su homologación.

La Fuerza Aérea es uno de los socios mayoritarios de la cuestionada empresa.

La negociación entre Edcadassa y la Aduana fue conducida por el ex subadministrador de Aduana Juan Carlos Bongiovanni, perteneciente al círculo de Cavallo.

[Economía denunció que Edcadassa ha]bía aprovechado el cambio tarifario propuesto por Bongiovanni para aumentar los valores.

La empresa rechazó la acusación, pero la Cámara de Comercio salió en auxilio de Economía.

A fines de enero, mientras Parino asumía en remplazo de Bongiovanni, la entidad envió una carta a Cavallo donde afirmó que, comparándolas con los anteriores valores, las nuevas tarifas significan un incremento de entre el 50 y el 100%.

El tema pasó entonces a manos de Pablo Rojo, el subsecretario de Desregulación, quien llegó a conclusiones aún más graves que las de los empresarios: según él, los incrementos encubiertos de Edcadassa eran superiores al 100%.

Acosada por esos informes, Defensa pidió en esos días a Edcadassa que analizara las polémicas tarifas y le presentase pruebas para refutar la embestida de Cavallo.

De Bongiovanni se dice que no es un improvisado en estos temas y como prueba se ofrece su profesión de despachante de aduana, a la que ahora volvió tras su paso por el Estado.

Quien lo remplazó fue otro cavallista, Gustavo Parino, cordobés y de la Fundación Mediterránea, que a poco de asumir convocó a Edcadassa para comunicarle los cuestionamientos a la nueva tarifa.

¿En qué consistían? En que la empresa ha[bía aprovechado...]

Destapen la olla

Acaso nada de esto hubiera alterado el pulso del Gobierno: las idas y vueltas solo eran conocidas por el puñado de funcionarios involucrados. Pero el lunes, en un reportaje radial, Cavallo comenzó a criticar las tarifas del depósito.

Y, dos días después, luego de la conferencia de prensa en que anunció el acuerdo con el FMI, se entregó a los periodistas una copia de la carta que el propio ministro le había enviado a González reclamando la anulación de la nueva tarifa.

Sin embargo, las diferencias entre Economía y Defensa no se limitan a las cifras retocadas: alcanzan también a la desregulación de estos servicios.

Para Cavallo, eso debe hacerse rápidamente. Para González hay que establecer previamente un marco regulatorio.

El jefe de Hacienda dice que los servicios de depósitos y de rampa son caros e ineficientes. Y González alega exactamente lo contrario.

Teóricamente ambos coinciden en la necesidad de desmonopolizar los servicios, pero para [illegible]

[illegible]

EL DESACUERDO POR LAS TARIFAS

REBAJAS -SEGUN DEFENSA-		[illegible]	
Empresa	%	[illegible]	[illegible]
Alpargatas	-22	474	[illegible]
Ciba-Geigy	-19	22	[illegible]
Equitel	-58	288	[illegible]
IBM	-29	63	[illegible]
Roemmers	-18	35	[illegible]
Reuters	-36	119	[illegible]
Royal House	-64	3	[illegible]

Nota: El descuento por efecto de la nueva tarifa es sin modificar los tiempos actuales de permanencia.

01/01

9203866

Nº. DOCUMENTO ....
TITULO Controversia entre Cavallo y Gonzalez por EDCADASSA.
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE : 7/3/92
VINCULACIONES 10033
11164
11302

EL PRESIDENTE DIJO QUE ES BUENO QUE LA

Menem reunirá a los desacuerdos

El presidente Menem se reunirá con los ministros González y Cavallo —actualmente en México— para dirimir el conflicto entre ambos en torno de la escala tarifaria y de la desmonopolización de los servicios de rampa y depósito a cargo de Edcadassa. Reservada visita del embajador Terence Todman a Olivos y nuevas críticas del titular de Defensa a su par de Economía.



Cavallo, González, Todman, Menem y Julió.

Una reunión reservada

"El presidente de la Nación, Dr. Carlos Menem, recibió hoy en la residencia de Olivos al embajador Terence Todman, con quien mantuvo una reunión protocolar en la que se intercambiaron impresiones acerca del excelente estado de las relaciones bilaterales entre ambos países", indica el comunicado oficial distribuido ayer por la Secretaría de Medios.

Lo cierto es que el encuentro entre Menem y Todman —anticipado ayer por Clarín— fue la más hermética de [illegible] y se realizó justo cuando la polémica entre el ministro Domingo Cavallo y Antonio Erman González por el monopolio de depósitos fiscales en Ezeiza está al rojo vivo.

Alimentaron además las suspicacias ciertos detalles que no se consignan en el comunicado:

• Se trata del primer encuentro a solas entre Menem y Todman desde que el embajador regresó de unas largas vacaciones. Cabe recordar que cuando Todman volvió a Buenos Aires, su primera aparición pública fue la visita que le hizo al ministro de Economía Domingo Cavallo.

• La reunión fue consignada en la agenda reservada del Presidente y no en la lista de audiencias públicas.

• La Cancillería no intervino para nada en la gestión del encuentro, ni estaba al tanto —según aseguraron algunos de sus funcionarios— de la cita o su temario.

• El embajador acudió a Olivos absolutamente solo, sin colaboradores ni otros funcionarios de la Embajada norteamericana.

• El Presidente tenía previsto viajar ayer a Chapadmalal, pero lo había suspendido para quedarse en Buenos Aires.

El protocolo indica —si es que la reunión fue "protocolar" como dice el comunicado— que en este tipo de audiencias no ha de faltar el canciller.

Una alta fuente oficial justificó la ausencia del canciller en la necesidad de que ambos tuvieran un encuentro personal "para actualizar la agenda bilateral e internacional".

Según el comunicado de tres párrafos emitido por Presidencia "el diplomático norteamericano felicitó al jefe de Estado argentino por la favorable evolución del proceso económico en nuestro país".

"Durante la conversación, Todman informó también al primer mandatario sobre algunos aspectos de la situación política en los Estados Unidos y acerca de los signos de recuperación económica en el país del Norte, luego de un período de recesión", concluye la información.

El titular de la Secretaría de Medios de Comunicación, Raúl Burzaco ya había desmentido que ambos hubieran siquiera tratado la polémica sobre el servicio de depósitos y rampas del aeropuerto de Ezeiza.

Pero pocos en el gobierno creen que Todman y Menem hayan dedicado demasiado tiempo a hablar de las "primarias". En cambio, muchos recordaban ayer que cada vez que se produjo un encuentro de esta naturaleza fue por temas que no alimentaron justamente "el excelente estado de las relaciones bilaterales". Por ejemplo, el "Swiftgate".

Para aventar aunque sea un poco tantas sospechas, un funcionario de Cancillería explicó muy tarde que el Presidente tiene previstas reuniones de este tipo con otros embajadores como los de Egipto y Turquía.

01 02

9203867

SOCIEDAD DEBATA SOBRE EL DINERO DEL ESTADO

Cavallo y a Erman por sobre Edcadassa

POLEMICA EN EL GOBIERNO

El presidente Carlos Menem aguardará el regreso del ministro de Economía, Domingo Cavallo, que se encuentra en México, para concretar una reunión junto con el titular de Defensa, Antonio Erman González, y dirimir el enfrentamiento entre los dos miembros de su gabinete, luego que el jefe de Hacienda cuestionara el nivel de tarifas y exigiera la desmonopolización de los servicios de depósitos fiscales y de rampa en Ezeiza.

En la mañana de ayer el jefe del Estado dijo que "la polémica o el entredicho suscitado entre los ministros Cavallo y Erman González es buena y le hace bien al país y a la democracia, porque la gente tiene que saber qué se hace con su dinero".

Menem prefirió no utilizar el término conflicto al referirse a la diferencia que sus ministros han ventilado en estos días públicamente y dijo que "son enfoques distintos sobre un mismo tema que, estoy seguro, cuando vuelva Cavallo de México y nos podamos reunir los tres, se va a [illegible]".

Los [illegible] entre ambos ministros comenzaron a [illegible] con mayor frecuencia y [illegible] desde que el [illegible], Cavallo, [illegible], distribuyó en una conferencia de prensa una nota dirigida a su colega González donde [illegible] la revisión de la [illegible] de los servicios de rampa y almacenamiento [illegible] para que otras empresas [illegible] en Ezeiza, además de la hoy monopólica Edcadassa.

El objetivo de Hacienda es reducir los costos de las exportaciones e importaciones que se realizan a través del aeropuerto internacional. Según los cálculos de Economía, las tarifas han registrado en los últimos tiempos un aumento de aproximadamente el 200 %.

Edcadassa es una sociedad anónima cuyo 55 % está en manos del Ministerio de Defensa, quien deriva la responsabilidad operativa en la Fuerza Aérea; el 45 % restante pertenece a la empresa privada Villalonga Furlong.

Con Cavallo en México, Erman González se propuso ocupar ayer el centro de la escena, amplificando en diversos medios periodísticos las declaraciones que en la víspera difundió Clarín. El titular de Defensa reiteró su impugnación a las cifras dadas a conocer por su colega de Economía. En tono admonitorio dijo: "Ya llegará el momento de analizar el tema de la empresa Edcadassa frente a frente, cada uno con nuestros datos, y si hay necesidad de tomar alguna decisión el Presidente lo hará". Luego, el ministro pareció morigerarse: "Estas diferencias instrumentales —dijo— no pueden provocar enfrentamientos internos".

González aclaró que "mal puedo estar yo en contra de la desregulación, si cuando asumí el 18 de diciembre de 1989 como ministro de Economía anuncié el principio de la desintervención del Estado".

Aún así, González pareció defender el actual sistema monopolizado por Edcadassa cuando agregó que "por las informaciones que manejamos, en Brasil, Roma y Alemania también se utiliza el sistema de depósito fiscal y paso obligatorio de la mercadería".

A fines del año pasado, González había anunciado desde los Estados Unidos la próxima privatización de las acciones que su cartera posee en Edcadassa, pero entonces de su boca no salió una sola palabra sobre la revisión del monopolio que la empresa puede mantener por veinte años, de acuerdo al contrato que fue suscripto durante el gobierno de Raúl Alfonsín.

♦ El interés norteamericano

Precisamente, la bandera con la que Cavallo invadió el miércoles el territorio de González fue la de la desmonopolización de los servicios de rampa y almacenamiento. Sobre esos servicios se conoce el interés de la compañía norteamericana Federal Express Corporation y también el deseo de los Estados Unidos de que se le otorgue a las empresas aéreas de ese país el derecho a construir sus propios depósitos o a contratar otros.

Ayer por la mañana, mientras el cortocircuito entre Cavallo y González ocupaba la atención pública, el embajador norteamericano Terence Todman visitaba al presidente Menem en Olivos (véase aparte) para mantener una entrevista reservada cuyo contenido fue informado, a través de voceros oficiales y oficiosos, con un exceso de generalidades.

Sin embargo, la indisimulable movilización de la Embajada norteamericana en torno del monopolio de Edcadassa en Ezeiza llevaba a conjeturar ayer, entre los funcionarios que siguieron de cerca el caso, que difícilmente Todman hubiera dejado de lado el tema en la charla confidencial.

♦ Otra vertiente

Con la polémica sobre la desregulación de los servicios de almacenamiento en Ezeiza instalada en la sociedad, el presidente Menem dio ayer inequívocas muestras de pretender laudar entre los ministros enfrentados. Pero el Ejecutivo tiene también en sus manos la posibilidad de transformarlo en un tema parlamentario si la disputa en el seno del gabinete no resulta, por razones políticas, fácil de desempatar.

En ese sentido, el titular de la Comisión Defensa de la Cámara de Diputados, Miguel Angel Toma, tiene ya redactado un proyecto que plantea un llamado a licitación nacional e internacional para generar la competencia en la prestación de esos servicios. El legislador, sin embargo, no está dispuesto a desempolvar tal proyecto en medio de la tormenta ministerial, salvo algún expreso pedido desde las alturas [illegible].

Ayer, desde el Ministerio de Economía se trataba vana y tardíamente de apagar el incendio. Una fuente salió a aclarar que Domingo Cavallo nunca tuvo el propósito de difundir a la prensa la carta de la discordia. "Fue un error de alguien que sacó fotocopias de más y las distribuyó a los periodistas; solo queríamos [illegible] días tranquilos y [illegible] abrochó la carta [illegible] error", se quiso aclarar. Pero ya el [illegible] había hecho demasiado ruido como para que bajaran los decibeles.

92-0386 7

02-92

N° DOCUMENTO
TITULO: Cambios en conducción del bloque de Diputados de la UCeDé.
PROCEDENCIA: 150024
FECHA DE: 7-3-92
VINCULACIONES: 10033
11164
11304

CAMBIOS EN LA CONDUCCION DEL BLOQUE DE DIPUTADOS DE LA UCEDE

FOTOCOP

Se fue Alsogaray y llegó Durañona

LA PELEA INTERNA LIBERAL

Alvaro Alsogaray:



Se alzó con la conducción del bloque **manu militari** y resolvió apoyar la candidatura de Avelino Porto sin consultar al partido.

Alberto Albamonte:



Para ocupar la vicepresidencia del bloque desplazó a de Durañona y Vedia, su adversario de siempre. Fracasó como componedor.

Francisco de Durañona y Vedia:



Había acordado con Alsogaray acceder a la vicepresidencia del bloque, pero a último momento Alsogaray prefirió a Albamonte.

Luis Fernando Herrera:



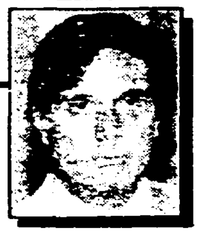
Alsogaray lo alentó para que lanzara la precandidatura a senador, aunque después resolvió apoyar a Porto. Quedó como secretario.

Federico Clérici:



Junto con Herrera posibilitó la designación de Alsogaray, a quien luego cuestionó ferozmente por el pacto con el justicialismo.

Federico Zamora:



Fue uno de los que con mayor fuerza se opuso a la conducción de Alsogaray y Albamonte. Fue electo vicepresidente del bloque.

01-01

Alvaro Alsogaray renunció a la presidencia de la bancada de la UCeDé, para evitar un desplazamiento anunciado. El legislador dijo que se va cansado de soportar los ataques contra sus persona y las peleas internas. Seis de los diez diputados que integran el bloque, designaron en su remplazo a De Durañona y Vedia, mientras que Federico Zamora y Luis Herrera serán vicepresidentes primero y segundo, respectivamente. En la práctica, el primero de ellos ejercerá la presidencia, porque Durañona cumple actualmente tareas como interventor en Corrientes. Alsogaray utilizó en su carta de renuncia un duro lenguaje: habló de "las maniobras, críticas e insultos echados a rodar públicamente en los últimos días por algunos legisladores" y dijo que fue acusado de "autoritario y faccioso". El fundador de la UCeDé terminó agregando: "De ahora en más, que hagan lo que quieran".

Alvaro Alsogaray renunció a la presidencia del bloque de diputados ucedeistas para evitar la virtual destitución que, inexorablemente, se insinuaba desde hace días. En su lugar fue designado **Francisco de Durañona y Vedia**, quien hasta que no abandone su cargo de interventor en Corrientes será remplazado por **Federico Zamora**.

Con el desplazamiento del fundador de la UCeDé, concluye en esa bancada una etapa de fuertes convulsiones internas. Pero es posible que la crisis continúe, ya que de los diez legisladores, cuatro no participaron de la votación y en consecuencia podrían no sentirse obligados a seguir las directrices de la conducción.

En una nota de tono amargo, Alsogaray resignó ayer sus funciones como titular del bloque y señaló que la única razón que lo mantuvo en el cargo fue la de contribuir a recomponer la imagen pública "fuertemente deteriorada por luchas intestinas entre los dirigentes y que se ventilaban sin pudor ante la opinión pública".

Luego agregó que esa razón dejó de existir y denunció que "las maniobras, críticas o insultos echados a rodar públicamente en los últimos días por parte de algunos legisladores, impedían recomponer la situación". Al final de la carta, el dirigente liberal alegó que había soportado todo sin responder para no dañar al partido. "Pero la copa está colmada y no tiene sentido que yo siga tolerando ese estado de cosas", sentenció.

No es necesaria una interpretación sagaz para establecer que la renuncia reconoce otras causas. Alsogaray cometió en los últimos tiempos tres errores de carácter imperdonable para la trajinada interna ucedeísta: se atrincheró como presidente del bloque sin contar con la mayoría absoluta, fue sinuoso con dos de los legisladores que lo ayudaron en esa instancia y pactó con el justicialismo metropolitano sin consultar a los cuerpos partidarios.

En febrero maniobró para conservar la presidencia del bloque con el apoyo de **Alberto Albamonte, José María Ibarbia, Federico Clérici** y **Luis Fernando Herrera**. Pero a la votación no asistieron **Jorge Aguado, Ignacio García Cuerva, José Juan Manny**, Durañona y Zamora. A comienzos de marzo, Alsogaray adhirió con bandera y banda a la candidatura a senador de **Avelino Porto** y suscribió un acuerdo programático de alcance nacional con el intendente **Carlos Grosso**.

De ese modo el fundador de la UCeDé perdió el apoyo de Clérici, de quien ya se sabe que insiste en mantener la independencia partidaria y también de Herrera, que había lanzado la precandidatura a senador.

Con la incorporación de Herrera, el grupo opositor tejió una estrategia para desalojar a la mesa directiva y colocar en la cúpula a De Durañona y Vedia. Las nuevas designaciones estaban previstas para pasado mañana, pero **Adelina de Viola** y **Jorge Pirra** advirtieron que el fin de semana podría ser propicio para el denominado **síndrome de Tortuguitas**, en el que más de una vez los Alsogaray lograron torcer tendencias adversas.

La reunión de ayer se hizo sin Alsogaray, quien prefirió refugiarse en su quinta de Tortuguitas. "**Fui acusado de autoritario, faccioso y llegaron a decir que no hay que dar por el chancho más de lo que el chancho vale**", se quejó con dolor. Y agregó: "De ahora en más que hagan lo que quieran, no estoy dispuesto a ser víctima de intrigas internas".

Ayer y luego de un debate de tres horas, los nueve legisladores acordaron hacer esfuerzos para lograr unidad de criterio y mantener la individualidad partidaria. Pero a la hora de votar se retiraron Albamonte e Ibarbia, quienes señalaron que no avalarían con su presencia una reunión donde "se violen los reglamentos de la Cámara y del bloque partidario"

9203868 X

T°: Polémica entre Mtros González y Cavallo por EDCADASSA.

F: 150024

FECHA: 6/3/92

VINCULACI...: 10033

11164

11302

EDCADASSA, DEPOSITOS FISCALES Y SERVICIO DE RAMPA

Polémica por un monopolio Erman González desautoriza

DISPUTA EN EL GOBIERNO

En una directa respuesta a la carta enviada por Cavallo, el ministro de Defensa, Antonio Erman González, en un reportaje exclusivo con Clarín, refutó con dureza al titular del Palacio de Hacienda. Dijo que los datos de la nota de Cavallo son "absolutamente arbitrarios". A pesar de la confrontación pública, el gabinete no trató ayer el tema. Para hoy está prevista una audiencia reservada entre Todman y el presidente Menem.

Una ríspida polémica estalló en forma sorpresiva entre Domingo Cavallo y su par de Defensa, Antonio Erman González. En la conferencia de prensa donde se anunció la posible concesión del crédito de facilidades extendidas por el FMI, el ministro de Economía dio a conocer una nota de inusual dureza dirigida a Defensa cuestionando el nivel de tarifas que cobra Edcadassa —cuya titularidad está en manos de esa cartera— y exigiendo la desmonopolización del servicio de depósito.

Antonio Erman González, en un reportaje exclusivo concedido a *Clarín*, sostuvo que los datos sobre tarifas que maneja Economía son arbitrarios y que no se puede aceptar que un planteo de ese tipo se conozca a través de los diarios antes que el ministro tome conocimiento del contenido de la nota.

El pedido de desmonopolización de los servicios de rampa y depósito fue pedido en varias ocasiones por empresas norteamericanas, interesadas en participar en el negocio. Hoy a las 10, el embajador de los Estados Unidos, Terence Todman, tiene fijada una audiencia con el presidente, Carlos Menem. Aunque no se conoce el temario de la entrevista, es posible que se vuelva a conversar sobre la participación de las empresas norteamericanas en el proceso de desregulación de la economía.

Los principales conceptos del ministro Antonio Erman González son los siguientes:

—¿Qué opina de la polémica que desató la carta que le envió el ministro Cavallo? ¿Cuándo la recibió?

—La carta la recibí ayer por la noche, alrededor de las 21.30. Tengo entendido que ese documento se entregó mucho antes, concretamente en la conferencia de prensa que brindó Cavallo.

—¿Usted se enteró después que los periodistas?

—Efectivamente, y ayer me interioricé más, especialmente por Clarín, que publica todo el contenido de la nota y un cuadro que está preparado y armado fuera de la razonabilidad del análisis tarifario.

—Economía sostiene que el nuevo sistema tarifario ha significado un importante incremento que llega hasta un 170% y le reclama a Defensa que anule estas tarifas. ¿Qué piensa hacer al respecto?

—Cuando se dicta el decreto de desregulación este ministerio toma las medidas pertinentes y, respondiendo a viejos reclamos de los importadores, se cambia la base de cálculo de la tarifa: en lugar de valor FOB de la mercadería se pasa a valor peso y días de permanencia. Pero, al mismo tiempo, se incorporó el despacho directo a plaza, que concede 24 horas de depósito sin cargo. La modificación estuvo avalada por la Secretaría de Transporte.

—¿Usted conocía el cuestionamiento de los importadores a las nuevas tarifas?

—La primera noticia la tengo por una carta que me envía la Cámara Argentina de Comercio.

—Pero la Cámara habla de un incremento entre el 50% al 100%, valores que son muy diferentes a los mencionados por Cavallo...

—Efectivamente, pienso que quienes le han proporcionado a Cavallo esos datos lo han dirigido, lo han condicionado para que dé unas cifras *totalmente* arbitrarias y sin base técnica y real. Pero, retomando el tema, cuando la Cámara de Comercio presenta su nota de reclamo sobre los aumentos, yo pedí a Edcadassa un estudio serio para ver si era verdad ese aumento. El estudio que hicieron me demostró todo lo contrario. De las estadísticas que confeccionó Edcadassa, surge que el nuevo sistema benefició a los importadores porque hay rebajas que oscilan entre 18% y 41%, según los casos.

—Lógicamente Edcadassa va a intentar demostrar que todo va bien...

—Pero las demostraciones deben basarse en la realidad y las de Edcadassa no son en base a supuestos. Este estudio analiza los volúmenes, las cargas importadas por cada una de las firmas, y llegan a esa conclusión. En cambio, el cuadro que adjunta el ministro Cavallo a su carta está hecho en base a supuestos y de imposible comparación. Puede ser que en algún caso, el cambio de valor FOB a valor peso puede haber encarecido el costo del depósito.

—A pesar de lo que usted dice, Cavallo le pide la anulación de la tarifa, ¿qué piensa hacer?

—Lo que vamos hacer es preguntarle a la Cámara de Comercio si les es más conveniente volver al sistema tarifario anterior o seguir con el actual. Lo que pretendo es que me contesten, con fundamentos, lo que reclaman.

—¿Lo que usted [illegible]

01-02

203869

...en Ezeiza: ...a Cavallo

...que no son válidos los ... del ministro C... base de cálculo y el c... demostrativo es ... arbitrario, ... no es c... y por si fuera p... esta última tarifa r... a los requerimientos de los importadores. Además, en su momento, la Aduana, juntamente con Edcadassa, respondiendo a los pedidos de los importadores, acordó la nueva tarifa.

—De la lectura de la carta de Cavallo surge la impresión de que Defensa estipuló la nueva tarifa... ¿Cómo se entiende esto?

—Hasta en eso hay un error. La resolución no la tomó el ministro de Defensa, sino el jefe de la Fuerza Aérea, que era el poseedor del 55% de las acciones de Edcadassa en ese momento.

—¿Por qué se ha generado tanta polémica sobre este tema?

—Para mí esto tampoco tiene una explicación clara por dos razones. En primer lugar: el procedimiento de dar a publicidad y antes que lo conociera el propio ministro de Defensa la nota; en segundo término: el basarse en un estudio que a todas luces es arbitrario y no comparable.

—¿Qué piensa hacer con el pedido de Cavallo?

—He tomado la decisión de volver a pedir un nuevo estudio sobre los efectos de la tarifa y contestar al ministro cada uno de los puntos, pero a través de un estudio documentado y fundado.

—También Cavallo le reclama que usted no ha avanzado en la desmonopolización y le adjunta numerosos reclamos, como asimismo le advierte que la empresa norteamericana Federal Express ha declarado su interés en poder instalar un depósito fiscal en Ezeiza. Concretamente, usted está durmiendo la desmonopolización.

—Yo no me duermo sobre ningún tema, lo que pasa es que es necesario analizar profundamente el tema. Existe un contrato de exclusividad a favor de Edcadassa firmado por el ex presidente Alfonsín. Cambiar unilateralmente las condiciones de este contrato puede traer consecuencias jurídicas y económicas para el Estado, por lo tanto es mi deber analizar bien este aspecto. Por otro lado, tanto el servicio de depósito como el de rampa son servicios semipúblicos, de manera que entregar esto a una empresa privada, o a varias, requiere un marco regulatorio indispensable donde el Estado no puede estar ausente para generar las condiciones de competitividad, equilibrio y equidad.

—También Cavallo sostiene que en casi todo el mundo los servicios de depósitos y rampa lo brindan numerosas empresas...

—Eso no es tan así, en Roma o Brasil, no es posible que cualquier ... tenga su depósito o brinden servicios de rampa.

—¿Usted está diciendo que Economía no ha estudiado seriamente todo este tema?

—Yo no califico. Sobre este tema, he ...

—Volviendo ... la de...



Antonio Erman González con Clarín, luego de un reportaje en el que descalificó los argumentos de la carta de Ca...

El puntapié inicial

La desmonopolización de los depósitos fiscales de la zona aduanera de Ezeiza que administra la empresa Edcadassa estaba incluida en lo que sería el segundo decreto de desregulación económica.

El Palacio de Hacienda venía trabajando sigilosamente sobre el tema y el ministro Domingo Cavallo delegó en el subsecretario de Desregulación, Pablo Rojo, la responsabilidad de llevar adelante el estudio del problema.

La difusión de la nota enviada por Cavallo a su par de Defensa, Antonio Erman González, deja al descubierto la intención del ministro de Economía de ... el control de todo aquello que pueda poner en peligro la salud del plan ... Aunque Cavallo ... que una modificación ... exclusiva de González.

Advertidos de eso, en el Ministerio de ... luego que la nota ... Pero Cavallo ... al ruedo ...

... días, algunos me... de reclamos en fa... del mantenimiento del monopolio.

... Las amenazas anónimas contra Pablo Rojo y su familia.

El titular de la cartera económica no encontró mejor momento y oportunidad de difundir la nota que minutos después de anunciar el acuerdo técnico con el Fondo Monetario Internacional. ... llamó la atención que en esa rueda con el periodismo para hablar de deuda externa, el ministro estuviera acompañado en la cabecera por Pablo Rojo.

Al término de esa conferencia de prensa y apremiado porque debía abordar un avión hacia México, Cavallo ordenó distribuir entre los periodistas varias copias de la nota que envió a González.

En la nota, Cavallo sugería a González la revisión de las escalas tarifarias y la autorización para que más de un operador pueda brindar esos servicios.

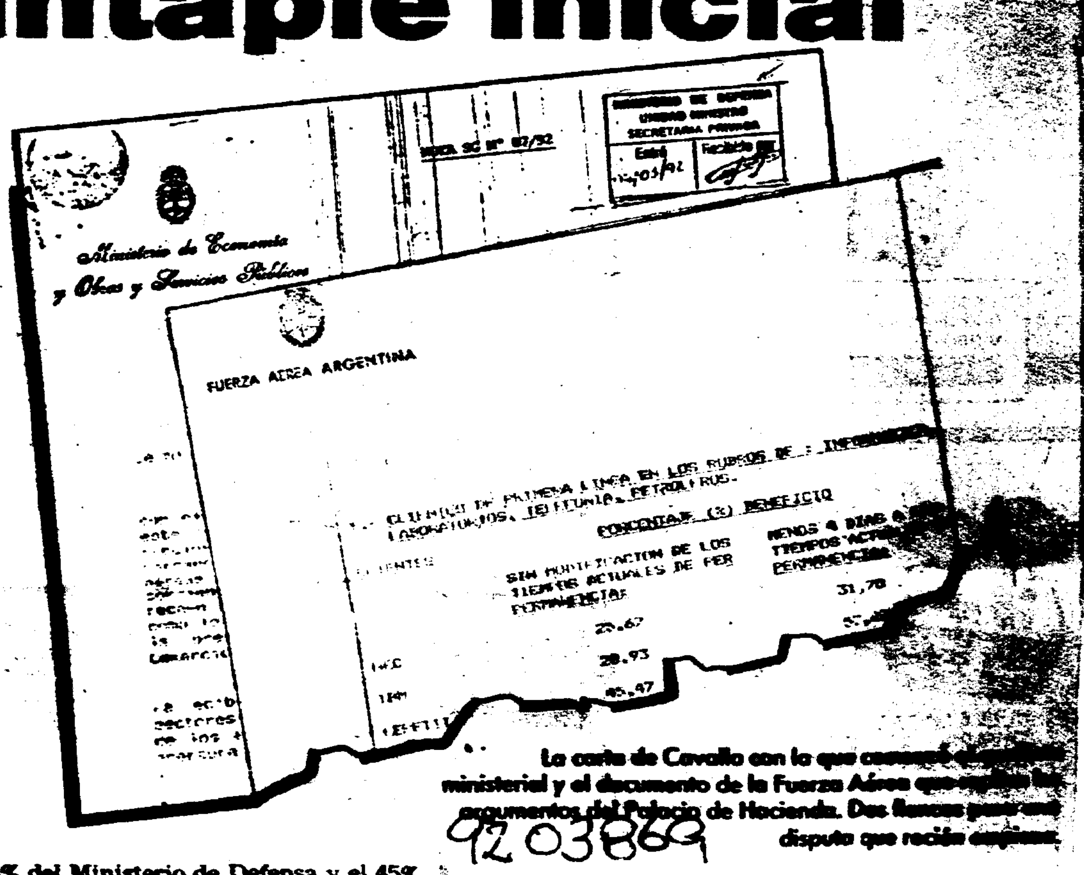
Pero al mismo tiempo, desde el Palacio de Hacienda se lanzaba otra señal: ... la participación accionaria que tiene Defensa en Edcadassa.

En la actualidad, el paquete accionario de Edcadassa está compuesto en un 55% del Ministerio de Defensa y el 45% restante del capital privado.

Según el Ministerio de Economía, la resolución Nº 1133/91 de Defensa cambió la metodología para calcular las tarifas. **Antes de esta resolución el valor tarifario se tomaba en función del precio FOB de la mercadería.** Por esta norma, ahora las tarifas que cobra la empresa Edcadassa se basan en función del peso de la mercadería despachada.

Es más, los técnicos del Palacio de Hacienda estimaron que el cambio de la base de cálculo tarifario implicaba reconocer aumentos de casi el 200% de un oferente monopólico.

Respaldado por el reclamo de algunas entidades empresarias vinculadas al comercio exterior que protestaron airadamente por el aumento de tarifas, Cavallo arremetió contra el monopolio de Ezeiza aun cuando sabía que estaba invadiendo "terreno ajeno" y dejando abierta una nueva interna en el gabinete.



Ministerio de Defensa — Secretaría Privada

Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos

FUERZA AEREA ARGENTINA

La carta de Cavallo con la que comenzó ... ministerial y el documento de la Fuerza Aérea que ... argumentos del Palacio de Hacienda. Dos fuentes ... disputa que recién empieza.

9203869

LA RAZON ★ Buenos Aires, viernes 6 de marzo de 1992

E. Duc.

EL MONOPOLIO DE LOS DEPOSITOS EN EZEIZA

El juego de las presiones

La difusión de la carta que Economía envió a Defensa solicitando que derogue la escala tarifaria de Edcadassa y disponga la desmonopolización de los depósitos fiscales de Ezeiza puso sobre el tapete una disputa que hasta ayer se desarrollaba entre los bastidores del poder.

La diferencia entre los ministros Cavallo y González parecían insinuar discrepancias profundas en el seno del gabinete, que se nutren de diferencias políticas y económicas.

Desde que el desborde del índice de precios comenzó a preocupar a los hombres del Gobierno, los funcionarios de Economía imaginaron diferentes alternativas que, sin tocar el tipo de cambio nominal, mejoraran la paridad efectiva para los exportadores.

Una de las posibilidades que plasmaron en los borradores del segundo decreto de desregulación fue reducir los costos operativos de las importaciones y exportaciones que se realizaran por Ezeiza.

Según sus propios números habían aumentado más del 100 por ciento después de la última reestructuración tarifaria acordada por Antonio Erman González. Ese cambio fue inducido por el primer decreto desregulador que impulsó el mecanismo de libre despacho a plaza de la mercadería importada, obviando los depósitos fiscales de Edcadassa. La decisión nunca llegó a implementarse.

La información proporcionada por Cavallo a la prensa fue considerada por Erman González, en un reportaje, como inexacta y si bien la disputa pública no fue analizada en la reunión de gabinete de ayer, sí será tratada en la del jueves, cuando Cavallo se encuentre en el país.

La importancia del tema está dada tanto por la trascendencia económica de la medida como por su peso político.

El 3 de junio, en un memo enviado al Gobierno por la Embajada de los Estados Unidos, Terence Todman propone la creación de un grupo de trabajo bilateral para analizar el monopolio en el servicio de operaciones terrestres en el Aeropuerto de Ezeiza. El texto del mismo decía lo siguiente:

■ Objetivo del grupo de trabajo: abolir el monopolio. Otorgarles a las empresas de transporte aéreo estadounidenses el derecho a manejar sus propios servicios de operaciones terrestres o contratar a otra compañía.

■ Otorgarles a las empresas de transporte aéreo estadounidenses el derecho a construir sus propios depósitos o contratar otros.



DISPUTA EN EL GOBIERNO

Pero el primer antecedente de las presiones se encuentra en la famosa carta que el embajador le hizo llegar al entonces ministro González y que dio lugar al "Swiftgate".

El séptimo punto de ese escrito, titulado Federal Express Corporation, señalaba que esa empresa "tiene intención de realizar una inversión de largo plazo pero encuentra imposible obtener el permiso para sus entregas puerta a puerta debido a una moratoria. Las disposiciones monopólicas en los aeropuertos, a su vez, impiden [illegible] presen[illegible]

Edc[illegible] un 55% [illegible] Furlong, a [illegible] existen[illegible] teamerican[illegible] y [illegible] local.

A fin de [illegible] los Estados [illegible] ciamiento [illegible] dustrial [illegible] anunció [illegible] Edcadassa [illegible] nada dijo de [illegible] que la empresa [illegible] to con la Fuerza Aérea y el gobierno [illegible]

01 | 01 . 920306

Buenos Aires, jueves 5 de marzo de 1992 ★ CLARIN

PUGNA POR DEPOSITOS FISCALES

Economía le terminar con

En una inusualmente severa carta al ministro de Defensa, Domingo Cavallo, pidió la derogación de todas las normas que protegen el monopolio de los depósitos fiscales, especialmente en el aeropuerto de Ezeiza, administrados por Edcadassa. La cartera que encabeza Antonio Erman González es propietaria del 55% del paquete accionario de esa empresa. En un detallado anexo a la carta, el titular de Economía aporta cifras comparativas para demostrar el encarecimiento reciente de las tarifas cobradas por Edcadassa.

El Ministerio de Economía reclamó a la cartera de Defensa que profundice la desregulación en los servicios de depósitos fiscales y de rampa en los aeropuertos, especialmente en el de Ezeiza. En una nota enviada por Domingo Cavallo a Antonio Erman González, a la que tuvo acceso Clarín, el titular del Palacio de Hacienda le solicitó anteayer a su par que promueva la derogación de las normas que establecen monopolios en los servicios de depósitos fiscales y de rampa, de manera tal que dichos servicios se presten en un marco de libre competencia y las tarifas se determinen en ese contexto.

El Ministerio de Defensa tiene bajo su órbita tres acciones a implementar en caso de acceder a la petición de Cavallo:

- Rever el tema tarifario implementado a fines del año pasado.
- Agilizar la licitación de las acciones que este organismo tiene en Edcadassa, Intercargo e Interbaires.
- Autorizar que más de un prestador pueda brindar estos servicios.

Como se recordará fue durante el gobierno de Raúl Alfonsín —a comienzos de 1989— cuando se otorgaron en forma exclusiva y por contratación directa a Edcadassa —empresa perteneciente al grupo Villalonga Furlong— los servicios del manejo del depósito fiscal en Ezeiza. En abril del 90, durante el gobierno actual, se le concedió al mismo grupo el manejo de los servicios de rampa (atención del avión en tierra) y del free-shop tanto en el Aeroparque Metropolitano como en Ezeiza, también por contratación directa.

Edcadassa está a cargo del depósito fiscal junto con el Ministerio de Defensa, qué tiene 55% de las ac-

01-02

9203871

...reclamó a Erman Gonzále[z] un monopolio en Ezeiza

COMPARACION DE TARIFAS DEL DEPOSITO FISCAL DE EZEIZA					
	Estadía en el depósito		Tarifas anteriores al 2/1/92. Valor Peso/mercadería	Nueva Tarifa	Incremento
Días	Peso Kg	Valor de la mercadería (u$s)	(u$s)	(u$s)	%
5	10	2.000	11,82	[illegible]	[illegible]
	100	5.000	46,86	[illegible]	[illegible]
	300	10.000	83,83	[illegible]	[illegible]
6	10	2.000	16,80	46	[illegible]
	100	5.000	74,86	142	[illegible]
	300	10.000	134,13	264	97
16	10	2.000	34,86	72	106
	100	5.000	140,55	[illegible]	71
	300	10.000	261	[illegible]	78
30	500	20.000	880	1.1[illegible]	37
	500	50.000	1.088	1.1[illegible]	37
	500	70.000	1.400	1.[illegible]	

Fuente: Ministerio de Economía

ciones, participación que se licitará próximamente. Este servicio contempla el almacenaje de la mercadería cuando arriba al aeropuerto. Antes del decreto de desregulación, es decir a fines del año pasado, la mercadería permanecía en el depósito el tiempo que la Aduana estimase necesario para liberarla a la plaza.

A partir del decreto de desregulación se estableció el despacho directo a plaza, que le permite al importador retirar la mercadería a las 24 horas de arribado el vuelo. La necesidad de almacenar la mercadería es únicamente para que Aduana verifique el despacho.

Por tal motivo, el ministro Cavallo en su misiva a Erman González le comunica que "ha impartido las instrucciones necesarias a la Administración Nacional de Aduanas para que implemente las medidas consecuentes", con el espíritu de permitir que varias empresas puedan brindar el servicio de depósito. Asimismo, le solicita al titular de Defensa que "amplíe el plazo de franquicia (depósito mínimo sin cargo de 24 a 48 horas), tal como ocurre en la mayoría de los aeropuertos del mundo". La información incluida en el anexo II indica que, por ejemplo, en Australia, Canadá, Francia, Alemania, Hong Kong y Miami las primeras 48 horas son sin cargo, en tanto que en la Argentina ese plazo se limita a 24 horas.

También esta comparación demuestra, según Economía, que en esas plazas las tarifas son menores a las de nuestro país.

La revisión de las tarifas es un pedido concreto de Cavallo a Erman González, a quien le solicita que "derogue la resolución 1133/91". Esta resolución modificó el sistema tarifario de Edcadassa, que anteriormente se basaba en el valor FOB de la mercadería, y luego se comenzó a calcular en función del peso de la mercadería.

Según Cavallo este cambio tarifario produjo importantes aumentos que alcanzarían, en algunos casos, a casi un 200% (véase cuadro). El ministro respalda su evaluación con la opinión de la Cámara Argentina de Comercio, que sostiene que el nuevo sistema tarifario ha incrementado las importaciones en el orden del 50% al 100%.

Con respecto a la desmonopolización de los servicios de Edcadassa y de Intercargo (servicios de rampa), el ministro de Economía adjunta los numerosos pedidos que vienen formulando en tal sentido desde 1989 la Asociación de Importadores y Exportadores de la República Argentina y la Junta de Representantes de Compañías Aéreas (Jurca).

Liliana Franco

02-02

9203871

Nº. DOCUMENTO

TITULO Panorama político – Situación del menemismo.

PROCED. 150024

FECHA 5/3/92

VINCULACIONES 10033

11164

11304

[illegible] Algo [illegible]

Sentados a la mesa tendida en el living del departamento de Eduardo Menem, en Belgrano, y mientras rendían honores al pollo y las empanadas árabes que tentaban desde las fuentes, los comensales no se queda[illegible] en una simple reunión social y, por el contrario, [illegible] a fondo la estrategia política del Gobierno para los tiempos que vienen.

En la noche del lunes, como en los viejos tiempos de la campaña presidencial, allí estaban Carlos Menem y "los tres Eduardos": Bauzá, Menem y Duhalde, tal vez la única célula original del menemismo químicamente puro. No es casual que ese cónclave se haya producido un par de horas después que, en el teatro Coliseo, el Presidente alumbrara la candidatura de Avelino Porto para la próxima elección del senador porteño.

Antes de llegar al café, los cuatro hombres del poder habían coincidido en la necesidad de buscar un nuevo liderazgo político para renovar el oxígeno de algunos temas que hacen a la forma y el fondo del [illegible] menemista, que necesita [illegible] que está en juego un [illegible] consenso para fortalecer el [illegible] mico-político [illegible]

Durante la cena, [illegible] varias veces a la [illegible] perfil que el Presidente [illegible] ner hacia adentro [illegible] "Hay que pasar el [illegible]". Traducido al lenguaje del [illegible] mortales, ese [illegible] continuar la [illegible] campaña, [illegible] gura de quienes [illegible] tan identificados con las [illegible] partidarias [illegible] ideológica de las [illegible] modelo.

Si aún es posible volver a [illegible] los mismos frutos que lo [illegible] a la Casa Rosada, tres años [illegible] aquellas [illegible] do a las gentes [illegible] de en el estribo del [illegible] todavía un [illegible] puestas. Pero [illegible] abierto [illegible]

01-02

9203872

pasa en el menemismo

definió cuál será el nuevo paso para relacionarse con la gente, por un lado, y con la dirigencia política, por otro.

Según ese esquema, el contacto con los hombres de carne y hueso que habitan la intemperie del llano se retomará con Menem y Duhalde subidos nuevamente en el menemóvil, tal como ocurrió el último fin de semana en Otamendi, cuando el Presidente y el gobernador aparecieron juntos en la fiesta provincial de la papa. El trato y las negociaciones con el Congreso, en tanto, serán centralizadas por los "dos Eduardos" (el senador Menem y el secretario general de la Presidencia, Bauzá), duchos en tejer acuerdos en todos los frentes.

También el difícil tema de la reforma constitucional mereció largos párrafos en esa cumbre del barrio de Belgrano. Todos los indicios llevan a pensar que los comensales coincidieron en que, por el momento, lo más recomendable es desensillar hasta que aclare y no seguir arrojando leña verde a una caldera que aún no levanta la presión necesaria para movilizar ese proyecto en la sociedad. Pero desensillar no significa desmotivar sino seguir tanteando el clima para acertar cuál es el mejor tiempo, el momento más oportuno, para volver a la carga.

Esa decisión se corresponde con el convencimiento, largamente planteado por Duhalde, de que el éxito del modelo es la llave que, automáticamente, abrirá las puertas de la reforma constitucional, incluyendo la posibilidad de que Menem quede habilitado para intentar la reelección, agregando otros cuatro años a su residencia en la Casa de los Presidentes.

Ese razonamiento tendrá dos referencias electorales decisivas. Una, la elección del senador por la Capital, dentro de tres meses. Otra, los comicios para renovar diputados nacionales el año próximo. Si el oficialismo logra consolidar en las urnas las bondades del proyecto menemista, la reelección estará a la vuelta de la esquina, según pregonan los hombres del Presidente. Pero además, el menemismo intentará por ese camino plantarse frente al radicalismo en una posición de fuerza superior cuando decida jugar a fondo la bandera de la reelección.

De esos temas, los invitados al encuentro saltaron a otras dos cuestiones que están íntimamente ligadas con la construcción de nuevos espacios para oxigenar al menemismo. Una de esas cuestiones es la de otorgar un papel protagónico en este proceso al Partido Justicialista, intentando que los cuadros partidarios se pliegen sin reticencias a la tarea de consolidar el modelo. Otra, es la futura integración del Senado, herramienta clave para aprobar las leyes que lleguen al Parlamento promovidas por la Casa Rosada.

A esta altura de los acontecimientos, y habida cuenta de los temas allí tratados, resulta claro que, o alguien se olvidó de invitar al cónclave al ministro político del Gobierno, o alguien dio la orden de que no pusieran en la mesa un plato para José Luis Manzano. Un dato, sin duda, para tener en cuenta.

"La relación con la gente se dará a través del menemóvil, mientras que la negociación con el Congreso quedará en manos de los dos Eduardos (Menem y Bauzá)."

"Manzano no tiene por qué sentirse relegado. Solo fue un encuentro de cuatro viejos amigos que se sentaron a hablar de política", dijo alguien que conoce a fondo el asunto. La ausencia del ministro parece dar por cierto un elemento nuevo en el poder: la nueva relación operativa del Presidente con Duhalde. Por añadidura, puede pensarse que de hecho Menem ha abierto otro frente, donde se diferencian los menemistas de la primera hora, de los llamados neomenemistas.

Manzano, junto a Eduardo Menem y Bauzá, integra la primera línea del grupo celeste en el Gobierno, pero llegó al campamento menemista después de la derrota de la renovación peronista, en las internas del 9 de julio de 1988. Contrariamente a lo que dice Duhalde, Manzano es un defensor a ultranza de la tesis que sostiene que la reforma constitucional, y la reelección en ella, llegará por medio de una negociación plena con la UCR, aunque comparte con el gobernador bonaerense el convencimiento de que solo el éxito del Plan Cavallo y la transformación del Estado harán posible la extensión del mandato presidencial.

Ya sea con Manzano o sin el ministro en el escenario, los celestes que más cerca están del Presidente —como Eduardo Menem y Bauzá— a estas horas han archivado el proyecto para convocar a un plebiscito no vinculante sobre la reforma constitucional. "Uno de los mayores problemas que tiene el Gobierno para avanzar seriamente en este tema son los oficialistas que tratan de ser más menemistas que Menem y quieren tener protagonismo a toda costa, sin que nadie aquí les haya dado un guiño para operar", confió algo irritado uno de los hombres del Presidente.

Esperando al senador

Mientras Fernando de la Rúa sigue deshojando su ya raleada margarita para tomar la decisión de si será o no candidato de la UCR —algo que sus correligionarios, comenzando por Eduardo Angeloz, dan por cierto—

[illegible]

Massaccesi ante la Legislatura volvió a dar su apoyo

Reelección: debate en Río Negro y Neuquén

Escribe
Hugo Morales

La reforma constitucional, incluida la reelección presidencial, se ha instalado firmemente en la polémica política de dos provincias patagónicas, una región que pese a no estar teñida de mayoría justicialista, no discorda —en definitiva— con los grandes objetivos del gobierno central. Por empezar, tanto **Horacio Massaccesi (Río Negro) como Jorge Sobisch (Neuquén) apoyan la postura reformista sin ninguna prescripción y ambos ejercen influencia sobre Carlos Maestro (Chubut) y José Estabillo (Tierra del Fuego).** En el medio se ubica un solitario peronista, **Néstor Kirchner**, de quien nadie duda que por sus relaciones umbilicales con **José Luis Manzano**, cumplirá verticalmente las instrucciones que emanen del Ministerio del Interior.

Massaccesi, quien dice honrar sus compromisos políticos con Carlos Menem, reiteró su apoyo a la reforma, pero esta vez, le dio jerarquía institucional. Aprovechó el marco regional que le otorgaba la apertura del período ordinario de sesiones de la Legislatura provincial y sin demasiadas sutilezas, se declaró reformista ante los diputados del PJ, UCR, Alianza Creer y Movimiento Popular, **porque está "absolutamente convencido de que el país debe ser reordenado institucionalmente, y lo estamos, porque en la actualidad ni siquiera funciona el esquema pensado por los constituyentes del '53"**. También tiró misiles para su propia interna, donde su posición de apoyo a **Menem** ha levantado polvareda, señalando que "el cuestionamiento a la reforma constitucional no puede ser por causas meramente formales".

- **Reservado**

Sin embargo, el rionegrino se cuidó de no incluir este polémico tema a nivel de gobierno y lo reserva para el partido ya que el próximo 21 de marzo será analizado exhaustivamente por la convención partidaria que se reuniá en El Bolsón. Al igual que durante la reciente reunión del Comité Provincia, nadie espera mayores modificaciones a la tesitura **reformista**, por la que ya **han acordado los principales barones del radicalismo rionegrino. Salvo algún aislado comité del interior con gravitación en San Carlos de Bariloche, ciudad en la que ejerce alguna influencia intelectual el expulsado ex ministro de Alfonsín, Julio Rajneri, el resto de la UCR provincial se alinea detrás de Massaccesi.**



Horacio Massaccesi

En cambio, donde la polémica amenaza con alcanzar ribetes rupturistas es en Neuquén. Allí las distintas posiciones son encarnadas, nada más, ni nada menos, que por **Jorge Sobisch y Elías Sapag a favor y Felipe Sapag en contra**, con el agravante de que —además de presentarse como una diferencia filosófica— adquiere importancia porque este año también está en juego la senaduría por Neuquén y depende quién vaya a la Casa de las Leyes, la controversia se convierte en un juego de alta política.

Precisamente el propio Felipe ha deslizado —que en el sutil lenguaje de la mecánica interna del MPN— puede entenderse como intención concreta, de ser el senador por Neuquén, un cargo que detenta Elías, quien ha manifestado hacia afuera que apoyará las intenciones de su hermano, si estas se mantienen en firme. Pero lo que no se dice es si este apoyo continuará en caso de que **Felipe** sea reelegido al frente del partido, con lo que la detención de los dos máximos cargos políticos no es bien vista por el sector ganador de la última interna y que a la postre llevó a **Jorge Sobisch** a la gobernación.

Pero aquí las aguas también se bifurcan porque los "**mapistas puros**" —línea interna que apoyó al mandatario— creen que quien reúne las condiciones de convertirse en un **Padre de la Patria** es el influyente ministro de Gobierno, **Osvaldo Pellín** —un hombre que cosecha aplausos y críticas por igual—, en tanto que los hijos de **Elías**, que se reparten una porción importante del poder provincial, muestran sus preferencias por el primogénito del actual patriarca del Senado, de nombre **Jorge**, quien maneja estratégicamente las relaciones del gobierno provincial con el nacional.

- **Alfileres**

Felipe tiene previsto —si no ha ocurrido ya— reunirse con **Sobisch** en busca de una unidad que todavía está prendida con alfiletes y en donde la reelección presidencial y la elección del senador, trascienden los marcos de la interna partidaria para incertarse en un marco político nacional, donde el gobierno central tampoco permanecerá impasible. **Sobisch y Elías** tienen un mejor diálogo que **Felipe y Salvatori con Menem** y resultan más confiables para los operadores presidenciales. **En Neuquén el PJ tiene 10 diputados en una Legislatura donde el MPN tiene 15 pero que se reparten entre Elías (6), Sobisch (4) y Felipe (5). Ante cualquier división interna pueden convertirse en los árbitros de la decisión final.**

En en resto de la Patagonia, el panorama es **similar**, porque si bien **Maestro —integra** el Comité Nacional— **no se ha mostrado con demasiado entusiasmo en su relación con Menem, cuenta con poco margen de acción por la difícil situación financiera de su provincia y porque tiene una Legislatura mayoritariamente opositora**, en la que el **peronismo ejerce claro dominio. Además, su excelente relación con Massaccesi, podría determinar al**guna alineación con el rionegrino, decidido a llevar el debate a las últimas instancias partidarias.

Estabillo, fue apoyado por **Sobisch** y como partido provincial —Movimiento Popular Fueguino— es coqueteado desde Balcarce 50, dando pie a la especulación de que el PJ podría acordar con los partidos provinciales y la UCeDé y dejar fuera de discusión a la UCR, un enroque en el que insiste **Massaccesi** para decir que "**su partido no puede quedar al margen de la historia**". La reforma constitucional y la reelección presidencial se han instalado fuertemente en la política patagónica e incidirá en las internas de los propios partidos.

01-01 9203873

Nº DOCUMENTO

TITULO: Crisis interna en la UCEDE

P... 150024

FECHA: 4/3/92

VINCULACI...: 10033

11164

11303

Enojos con el ingeniero

Los dirigentes de la UCeDé no soslayan que el partido se encuentra al borde de la desintegración, tras la decisión de Alvaro Alsogaray de sostener a Avelino Porto como candidato a senador por la Capital Federal. La crisis ya se insinuaba por otros motivos, pero se agravó cuando, el hasta ahora indiscutido líder liberal, comprometió el apoyo partidario a la postulación sin previa consulta a los cuerpos orgánicos.

El partido que alguna vez se atribuyó una misión alternativa, exhibe hoy claros signos de requebrajamiento. Veamos:

- Los diputados bonaerenses Federico Clérici, Federico Zamora y Francisco Durañona y Vedia, están preocupados por lo que consideran un proceso poco menos que irreversible y analizan la posibilidad de conformar una fuerza provincial.
- El diputado Luis Fernando Herrera no declina su postulación a senador y exige la convocatoria a elecciones internas para resolver la designación del candidato, la renovación de las autoridades de la junta directiva y de la convención metropolitana.
- La mitad de los diputados no aceptan que Alsogaray haya accedido manu militari a un nuevo período como titular del bloque.
- El bloque de concejales de la Capital también está quebrado en dos partes.

Jorge Aguado, Herrera y Alsogaray (respectivamente titulares del partido, convención nacional y bloque de diputados) habían acordado realizar consultas antes de adoptar alguna decisión de importancia. Pero Alsogaray sorprendió a los otros dos (Aguado se encontraba en los Estados Unidos) cuando resolvió apoyar por se la candidatura de Porto a instancias del presidente Carlos Menem y de su hija María Julia.

Mientras distribuye paños fríos entre los indignados dirigentes, Aguado insistirá en evitar la diáspora. Y como primera medida convocó a un plenario del Comité Nacional para el próximo sábado 28. Aguado reconoce que la decisión que comprometió al partido en el orden nacional causó un indisimulado desagrado, aunque destacan que muchos hubieran estado de acuerdo si el ingeniero hubiese guardado las formas.

Otros ucedeístas no son contemplativos y trinan porque Alsogaray declaró muy suelto de cuerpo, que a quien no le gustara la cuestión podía irse al radicalismo.

El acuerdo con el justicialismo contó al concejal Jorge Pirra como uno de los primeros impulsores. Sin embargo, en los tramos finales de la negociacion apareció Francisco Siracusano como operador de Alsogaray y se llevó los laureles. Siracusano, en quien el intendente Carlos Grosso reconoce cierto toque conservador característico de los '30, no tuvo problemas en declinar su precandidatura a [illegible] sación? Dice que fue a cambio de [illegible] Subterráneos y una compensación por [illegible] gastos de la campaña.

Clérici y [illegible] garay a [illegible] considera [illegible] opositor en [illegible] deja de [illegible] Dé bo[illegible] con vistas [illegible]

El [illegible] duro [illegible] sea [illegible] puede [illegible] cios [illegible] Pero el [illegible] tará el [illegible] la.

Los [illegible] zantes de la [illegible] servan que [illegible] mente la [illegible] antes de [illegible] Rúa". [illegible]

01/01

Nº DOCUMENTO ....

TITULO: Menem suspendió viaje a China y Hong Kong.

PROCESO: 150024

FECHA: 3/3/92

VINCULACIONES: 10033

11164

11302

11399

China 6372

MENEM SUSPENDIO EL VIAJE A CHINA

Clarín 3/3/92

Descanso presidencial

A partir de la semana próxima el presidente de la Nación, Carlos Menem, se tomaría una semana de descanso en un lugar aún no determinado, según revelaron ayer fuentes de Casa de Gobierno. Lo que está confirmado es que suspendió la gira que había proyectado por China y Hong Kong entre el 30 de marzo y el 7 de abril, aunque no se dieron a conocer los motivos de su decisión.

Por lo pronto, el jefe del Estado viajará mañana a Mar del Plata, en donde participará de una reunión de medios de comunicación, y el sábado irá a Mendoza para asistir al acto central de la Fiesta Nacional de la Vendimia.

El domingo estará en La Rioja, en su habitual visita privada, y el lunes regresará a la zona cuyana para presidir desde San Juan el inicio del ciclo lectivo.

Recién luego de este periplo, el primer mandatario iniciará una semana de descanso, aunque esto todavía no ha sido oficialmente confirmado. Según trascendió, el Presidente elegiría la zona [illegible], posiblemente [illegible] de los Andes, en donde su amigo, [illegible] posee la estancia [illegible].

Otras versiones no descartaron que [illegible].

El jefe del Estado había previsto visitar China y Hong Kong para asistir a un congreso internacional sobre turismo, pero desistió de hacerlo a último momento. Fuentes gubernamentales dijeron que, en realidad, ese viaje nunca había sido confirmado y atribuyeron su [illegible] a un "[illegible]" del secretario de Turismo, Francisco Mayorga.

01/01

9203875

Gracias a circunstancias particularmente propicias

Nuevos aires de cooperación entre la Argentina y Chile

Por Hernando Campos Menéndez
(Para LA NACION)

Las múltiples iniciativas de cooperación y asociación que se están produciendo entre empresarios argentinos y chilenos presentan un panorama muy promisorio, [illegible]

[illegible]

Antecedentes

[illegible]

CAMBIOS DEL PAQUETE IMPOSITIVO

- Quedan exceptuadas del IEPE y de IGDDC las cooperativas, los arrendamientos rurales y la venta de los productos primarios. Se aplicará el IVA a los fletes.
- Se podrán deducir en un 50% los stocks estacionales, de algunos productos agropecuarios, previo inventario al 31 de marzo de 1992.
- Se mantienen los aportes patronales por el lapso de un año y se los considerará a fin del ejercicio a cuenta del IEPE.
- La Nación y las provincias se ahorran los aportes patronales.
- La tasa general del IEPE será del 18% y su vigencia será de 10 años.
- El IEPE se liquidará mensualmente.
- Se determinó un mínimo no imponible de 3.090 pesos mensuales.
- Cuando no hubiere excedente se podrán acumular los importes no imponibles hasta un máximo de 36.000 pesos.
- El IEPE se podrá tomar como pago a cuenta del impuesto inmobiliario hasta el 1%. También se podrá deducir hasta el 1% de los ingresos brutos sobre la producción primaria, del 1,5% para la producción de bienes y del 2,5% para las demás actividades.
- Los bienes de capital continuarán amortizándose por el período que resta hasta su depreciación final.
- El 83% de la recaudación del IEPE está destinado al Sistema de Seguridad Social Nacional.
- El 10% irá con destino a las cajas de jubilación provinciales.
- El 5% estará destinado a atender necesidades básicas de los sectores más desprotegidos del Gran Buenos Aires.
- El 2% restante tendrá igual destino pero será repartido entre las 23 provincias restantes.
- A las provincias se les reconoce como deducción del IEPE el 1% de lo que se tribute por impuesto inmobiliario.
- La nación, las provincias y los municipios además de no tributar el IEPE se ahorran de pagar el aporte patronal, pero deben adherir al sistema en un lapso no mayor de 180 días para lo cual deberán derogar todos los impuestos que gravan la transferencia de gas y electricidad y la modificación de la tasa de seguridad e higiene del trabajo y la tasa del mantenimiento vial.
- Se admitirá la prueba en contrario para los casos de renta presunta, pero la carga de la prueba correrá por cuenta del contribuyente.
- Las obligaciones negociables ya emitidas quedan fuera del alcance de la reforma pero las ON nuvas deben tributar.
- La tasa general del IGDDC será del 30%.
- Estos importes mínimos podrán acumularse hasta alcanzar un máximo de 36.000 pesos a fin del ejercicio.
- Los que no llevan libros podrán liquidar el IGDDC anualmente mientras que aquellos que llevan libros lo harán mes a mes.
- También quedan exceptuados los sueldos de los diplomáticos y de los agentes consulares, de los funcionarios de los organismos internacionales, las instituciones religiosas, asociaciones, fundaciones, mutuales, asociaciones deportivas, las indemnizaciones por despido, las dietas de los legisladores y los salarios de todos los funcionarios con cargos electivos.
- Las sucursales de empresas en el exterior deberán llevar sus contabilidades por separado de sus casas matrices.
- No se considerarán ganancias distribuidas, dispuestas o consumidas a los retiros de utilidades realizados entre empresas de un mismo conjunto económico.
- Las donaciones quedan incluidas como ganancias distribuidas.
- Las ganancias originadas en el trabajo personal o que deriven de pensiones, jubilaciones o rentas vitalicias tendrán un mínimo no imponible de 2.000 pesos para los trabajadores solteros y de 2.500 pesos para los casados, más una adicional de 1.000 pesos por cada hijo.
- Quedan exceptuados del impuesto a las ganancias las transferencias de títulos, bonos y demás valores mobiliarios, sus rentas y sus intereses, las colocaciones financieras y la transferencia de inmuebles urbanos a título oneroso.
- Las ganancias se presumen distribuidas en un monto equivalente al 100% en los primeros 12 meses, al 75% en los segundos 12 meses y al 50% en los terceros 12 meses.
- Se podrá normalizar la situación tributaria por la exteriorización de la tenencia de moneda extranjera y bienes en el exterior, excepto aquellos que tienen una causa pendiente por un proceso impositivo.
- La moneda extranjera tendrá un plazo de cuatro años para ser transferida al país.
- Los demás bienes tendrán un plazo de cuatro años para ser declarados bajo juramento.
- Estos bienes deberán tributar un impuesto especial del 1% si se declaran en el primer año, 1,5% si se declaran en el segundo año, 2% si se declaran en el tercer año y del 3% si se declaran en el cuarto año.
- Además habrá un ingreso adicional mensual del 0,166% y del 0,332% para los que tributen el impuesto a los activos.
- Habrá un plazo de 60 días para declarar la tenencia de moneda extranjera en el país en tanto no supere los 500.000 dólares.
- En los casos en que por 2 veces se venda sin factura o comprobante se aplicarán clausuras de 3 a 10 días, sin perjuicio de la clausura por la primera falta.
- Se deroga el impuesto a los servicios financieros.
- Se faculta al PEN para disminuir las tasas de los impuestos a los sellos, a los débitos (cheque), IEPE, tasas judiciales, tasas por actuación del Tribunal Fiscal de la Nación.

01-03

LOS RADICALES SE FUERON

Tormenta [illegible] tributaria [illegible]

El proyecto de ley de reforma tri[illegible] ayer, en una sesión muy acalorada [illegible] de Hacienda y Previsión de la Cá[illegible] La iniciativa, a la que tuvo acceso [illegible] IEPE y modifica los impuestos a la[illegible] activos y a la ley de procedimiento [illegible] tratada en Diputados el [illegible] Gobierno, por sus compromisos con el [illegible] la ley esté sancionada antes del 1º de abril [illegible] UIA y oposición de otros secto[illegible]

Tras una tumultuosa y acalorada sesión conjunta de las comisiones de Presupuesto y Hacienda y de Previsión de la Cámara de Diputados se dio dictamen favorable al proyecto de ley de reforma impositiva.

Los legisladores justicialistas habían acordado previamente con el Gobierno dar un rápido tratamiento a esa iniciativa, en virtud de las urgencias fiscales de cara a un eventual acuerdo con el Fondo Monetario Internacional. La intención del Palacio de Hacienda es tener sancionada esta ley antes del 1º de abril.

Apenas iniciadas las deliberaciones se comenzaron a escuchar voces de protesta por parte de los legisladores de la Unión Cívica Radical. Las razones pasaban por la falta de legibilidad de las copias del proyecto que se iba a debatir. Copias confusas y borrosas fueron las que se hicieron circular entre los diputados.

Según los diputados peronistas, las de los radicales eran maniobras dilatorias que apuntaban a no discutir el proyecto. Lo cierto es que en medio de un trámite turbulento, los legisladores de la UCR se re[illegible]

[illegible]

aprobación de la reforma
comisión de Diputados

Procedimiento Tributario.

El proyecto incorpora el impuesto a los excedentes primarios de empresas (IEPE) con una tasa del 15% y cuya recaudación irá con destino a las siguientes áreas:

- 80% al Sistema Nacional de Seguridad Social.
- 10% a las cajas de jubilaciones provinciales.
- 5% a un fondo para atender necesidades sociales en el conurbano bonaerense.
- 5% a un fondo para atender necesidades sociales a prorratear entre las 23 provincias restantes del interior.

Con este impuesto, el Gobierno piensa recaudar unos 4.000 millones de dólares, con lo que a la provincia de Buenos Aires le corresponderían unos 300 millones de dólares. Este aporte al erario bonaerense se logró después de arduas negociaciones entre el gobernador Duhalde y el ministro Cavallo y por expresa orden del presidente de la República, Carlos Menem. Según trascendió, el jefe del Estado le había prometido hace un año una ayuda especial a Buenos Aires si Duhalde se presentaba como candidato a la gobernación.

La reforma tuvo finalmente el apoyo de la Unión Industrial Argentina, pero mantiene una férrea oposición en las cuatro entidades del agro, la Cámara Argentina de Comercio y el Consejo Argentino de la Industria (ver información en esta página).

El proyecto incluye una reforma integral al impuesto a las ganancias, a los activos y a ley de procedimiento tributario.

02

9203877

REFUERZAN EL ACTUAL IMPUESTO A LAS GANANCIAS

Cómo es el nuevo paquete

LA REFORMA TRIBUTARIA

Con la revalorización de ganancias, el equipo busca ahora cubrir el bache de ingresos que le dejó la postergación de dos capítulos clave de la reforma tributaria, como los proyectos del Impuesto al Excedente Primario de las Empresas (IEPE) y el Impuesto a las Ganancias Distribuidas, Dispuestas y Consumidas. Mientras tanto, frente al imprevisto giro de Cavallo, los diputados del oficialismo se quedaron desconcertados: se disponían a apoyar un proyecto que fue parcialmente retirado por el Gobierno. Frente a la rapidez de los acontecimientos, representantes de los sectores industrial y agropecuario coronaron de elogios el cambio impositivo resuelto por el Poder Ejecutivo.

Héctor Rago



Cavallo, Manzano y Adelina. Detrás varios diputados oficialistas. Todos con la preocupación dibujada en el rostro.

CRONOLOGIA DE UN DIA AGITADO

• 9: El presidente de la República, **Carlos Menem,** informó al periodismo que por decisión suya el Gobierno desistió de incluir el IEPE en la reforma tributaria, confirmando lo anticipado por **Clarín.**

• 9.30: Cavallo se reúne con su gabinete en el Palacio de Hacienda.

• 11: El ministro mantiene un encuentro con los secretarios de Ingresos Públicos, **Carlos Tacchi,** y de Programación Económica, **Juan José Llach,** con quienes define el paquete tributario.

• 12: Cavallo recibe al presidente de Iberia, **Miguel Aguilé,** para discutir el programa de inversiones y el pago de la deuda por la transferencia de Aerolíneas Argentinas.

• 14: Reunión en el Ministerio del Interior. Manzano y Cavallo explican a gobernadores y legisladores justicialista cómo va a quedar redactada la reforma. Allí se da a conocer un borrador de cómo sería el proyecto oficial.

• 15.30: El bloque de la Unión Cívica Radical define cuál sería la posición con la que bajaría al recinto.

• 17: El ministro de Economía mantiene una nueva reunión con Tacchi para delinear los últimos retoques al paquete.

• 17.55: Comienza a sesionar la Cámara de *Diputados, sin la presencia* del ministro Cavallo.

• 18.30: Cavallo llega al Congreso Nacional en medio de las protestas de un grupo de jubilados que hostigaron su ingreso. Comienza una larguísima exposición ante la Cámara de Diputados.

• 23: Se inicia el debate en la Cámara baja.

Recién a las 19.30 ingresó a la Cámara de Diputados el **proyecto de reforma fiscal** con el que el Poder Ejecutivo pretende remplazar el retiro (temporario) de los proyectos de **impuesto al excedente primario de las empresas (IEPE) y el impuesto a las ganancias distribuidas, dispuestas y consumidas.** Algunos de los puntos contenidos en el impuesto a las ganancias distribuidas, como la tasa única a las sociedades, se incorporó como reforma al impuesto a las ganancias.

Muchos empresarios aplaudieron la decisión de frenar la sanción del IEPE, por considerarlo un impuesto que **atenta contra empresas y actividades capital intensivas y exportadoras.** El sector agropecuario también manifestó su oposición cerrada al nuevo impuesto, ya que su estructura de activos resultaba particularmente castigada por la nueva gabela.

Sin embargo, la herramienta que lo sustituye es sumamente dura: un **incremento de la tasa única del impuesto a las ganancias,** para las sociedades, del 20 al 30 por ciento, y la **suspensión de la compensación de quebrantos** pendientes al 31 de marzo de 1992, por ejercicios cerrados hasta el 31 de marzo de 1991. Estos serán cancelados, a la tasa del 20 por ciento, mediante el mismo bono que se utilizó para deuda interna: el **BOCON, a 16 años de plazo.** Como consuelo, la Obligaciones Negociables quedan al margen del impuesto, tanto en cuanto al monto invertido como a los intereses que se perciban.

Los quebrantos pendientes alcanzan una **cifra muy voluminosa,** del orden de los 15.000 millones de dólares, por lo cual firmas que en este momento **están ganando dinero no pagarían impuesto a las ganancias durante muchos años.**

Anteriormente los quebrantos se **compensaban al 50%** y solo los del último ejercicio se pudieron descargar al **100%.** Con esto, se toma una medida similar a la que adoptó **Mario Brodersohn** en el gobierno radical, siendo muy criticado por la comunidad empresaria.

No quedó determinado **cuánto se va a recaudar con este paquete,** pero la cifra tendrá que ser cuantiosa, del orden [...] **3.000 o 4.000 millones de dólares.** Sup[...]niendo que fueran u$s 3.500 millones, i[...]plicaría un **incremento de 236% sobre** [...] recaudado en 1991, que fue de **1.044 mill[...]nes de dólares o de pesos.** En enero [...] 1992 se recaudaron 134 millones y en f[...]brero 159 millones, pero con esta reform[...] se alcanzaría una **media mensual de ca[...] 300 millones.**

La distribución de los fondos no figu[...] en los documentos enviados al Congres[...] pero la negociación política de Caval[...] con los gobernadores llevó a que la pr[...]vincia de Buenos Aires se pueda benef[...]ciar en el futuro con un 10% del mon[...] recaudado por la reforma. El restan[...] 90% se distribuirá de acuerdo con la l[...] de coparticipación.

Otra medida *significativa* es la **exte[...]sión del impuesto a los activos** y la apl[...]cación, tanto para ganancias **cuanto pa[...]** activos, del **principio de base mundi[...]** que ya se aplica al **impuesto a los bien[...] personales.** Hasta ahora tanto **las propi[...]dades cuanto las acciones y los depósi[...] de residentes en el país, ubicados en** [...] exterior, están exentos. **En lo sucesivo d[...]berán pagar cada uno de esos impuest[...]** terminando así con una **discrimina[...] contra quienes dejan su dinero dentro** [...] **las fronteras.** Esta cláusula debería [...] **centivar la repatriación de capitales,** [...] cluyendo una **notable ampliación** [...] **100.000 a 500.000 dólares) del blanqu[...]** para dinero extranjero no declarado d[...]tro del país. Por este concepto se esp[...] recaudar otros **200 millones de dólares.**

También el paquete incluye la **susp[...]sión de plazos de prescripción,** es de[...] los períodos que una vez transcurri[...] **inhiben a la DGI de investigar el orig[...]** de los fondos. A partir de esta medi[...] **quien siga evadiendo después del 1º** [...] **abril de 1992** se expone a ser investig[...] **varios años para atrás.**

En otro aspecto se extiende el I[...] **aplicándolo al transporte de cargas,** [...] medida que al principio había cont[...] **con la oposición del ministro Cavallo.**

AUN NO SE DECIDIO EL DESTINO DE JUAN CARLOS OLIMA

clarín 1/3/92

Con la aprobación de Menem, Petrella es nuevo vicecanciller

El embajador de carrera Fernando Enrique Petrella fue nombrado ayer oficialmente, tal como lo adelantó Clarín, como nuevo vicecanciller en remplazo del renunciante Juan Carlos Olima.

Como subsecretario adjunto para Asuntos Latinoamericanos fue confirmado el embajador Eduardo Iglesias y como subsecretario adjunto de Política Exterior fue designado el ministro Rogelio Pfirter, según informó la Cancillería en un comunicado.

Petrella, un abogado de 50 años de amplia trayectoria dentro del Servicio Exterior, fue elegido por el canciller entre otros candidatos como el mismo Iglesias, y el director de América del Norte, Gustavo Figueroa. El motivo principal de la elección fue que Di Tella lo consideró el "más permeable" a sus indicaciones de los tres candidatos.

El resto de la cúpula de la cartera continuará sin variantes según lo conversado ayer telefónicamente entre el canciller, Guido Di Tella —que se encontraba en Colonia— y el presidente, Carlos Menem.

De esta forma fueron confirmados en sus funciones los subsecretarios Técnico-Administrativo, Jorge Telerman; de Culto, Angel Centeno; y de Relaciones Económicas Internacionales, Alieto Guadagni, quien precisamente protagonizó el último entredicho con Olima que precipitó su alejamiento.

Guadagni resistió la pulseada en momentos que se apresta a recibir desde Economía al personal de Comercio Exterior. La cartera, cuando el pase se formalice, pasará a llamarse Ministerio de Relaciones Exteriores, Culto y Comercio Exterior.

Hasta ayer no se había decidido aún qué embajada en el exterior ocupará Olima, de acuerdo con lo pactado con Di Tella antes de su sorpresiva renuncia.

El remplazante de Petrella en sus anteriores funciones, Pfirter dejó vacante la estratégica Dirección de Seguridad Internacional, Asuntos Nucleares y Espaciales (DIGAN), que manejó —desde el punto de vista de la política exterior— el proyecto CII y las exportaciones de tecnología nuclear (ver páginas 8 y 10).

Los anteriores titulares de esa dirección, los embajadores Enrique Candioti y Vicente Espeche Gil se alejaron del área después de defender la posición tradicional de la Argentina respecto del misil CII y del Tratado de Tlatelolco sobre no proliferación nuclear en América latina. Candioti fue nombrado embajador en [illegible] y Espeche Gil [illegible] pasó a la Dirección de Europa Oriental.

Pfirter [illegible] en ese cargo a [illegible] por considerar [illegible] que "se [illegible] política exterior [illegible] menemista.

El problema es que los prejuicios que el canciller tiene sobre la DIGAN, como se la conoce en la jerga diplomática, [illegible] los diplomáticos [illegible] zados en estos [illegible] temas y lleva a [illegible] a funcionarios que [illegible] cen la [illegible] balística o nuclear.

También hubo otro reemplazo, pero [illegible]. El director de [illegible] Institucionales, el [illegible] Oscar Fatta, fue designado agregado de prensa en la embajada en España y su cargo será ocupado por el dirigente peronista [illegible] bés Teodoro Funes.

01/01

9203878

ORIGINAL

Hoja / de /
Copia - de -

PARTE DE VIGILANCIA NRO.01./S.O.E

I.- ASUNTO: OP. RECONQUISTA - ALFA

II.- PERIODO CUBIERTO: DESDE..111630MAY92.. HASTA..111900MAY92

III.- GASTOS EFECTUADOS:

IV.- MATERIALES EMPLEADOS: VW AMAZON 707.376

V.- PERSONAL INTERVINIENTE: LUCAS - OSCAR

VI.- T E X T O:

Hora 1630- Se concurre a la zona de Colonia y Julio Herrera y Obes a los efectos de confirmar la presencia de la SUJETO en el lugar de trabajo: SCANDINAVIAN AIRLINES SYSTEM, Colonia 981-Piso 5, Tel.915238. Se efectua reconocimiento / con resultados positivos.

Hora 1700- Se realiza reconocimiento del BLANCO de acuerdo a inforción anterior que la SUJETO reside en HIDALGOS 527, desconociéndose por el momento el número de apartamento.

Hora 1740- Se instala vigilancia en el lugar de trabajo de la SUJETO.-

Hora 1810- Sale la SUJETO de SAS, toma por Julio Herrera y Obes en dirección a la Av.18 de Julio. Por ésta hasta el Cambio GALES ubicado en Av.18 de Julio y Río Nagro. En el lugar realiza una operación cambiaria no pudiéndose precisar/ el tipo y monto de moneda.

Hora 1820- Sale del Cambio tomando por Av.18 de Julio en dirección a la Plaza de Independencia. Antes de llegar a Río Branco hace contacto con una pareja, aparentemente extranjeros, (NNM de 45 a 50 años, 1.75 mts. de estatura, lentes complexión gruesa, pelo cnoso-ondulado; NNF de 40 a 45/ años, 1.70 mts. de estatura, complexión gruesa, cabellos rubios). Los mismos portaban una valija de viajes de color violeta, un bolso negro y una caja de cartón.
Los tres continuan caminando hasta Río Branco para dirigirse por ésta hasta San José. Desde allí la SUJETO continúa sola, a pie, mientras la pareja permanece en el lugar referido anteriormente. Al llegar a Maldonado cambia de dirección hacia Julio Herrera y Obes ascendiendo al / vehículo FIAT (blanco) matrícula 213.813.

Hora 1835- Se pierde contacto con la SUJETO (se estima que ~~que~~ concurría a recoger a la pareja que la aguardaba en San José)

Hora 1850- Se efectúa C.15 luego de efectuarse un registro en la zona para detectar el vehículo, con resultados negativos.

OBSERVACIONES:
Consultada Policía de Tránsito, referente a la matrícula 213.813 (Montevideo), registra los siguientes datos:
PROP.: Flora PAPO ENJEL
DOM. : Hidalgos 527 Ap.702-Tel. 703224
M/M : FIAT 147 Año 81
OBS. : Consultada la guía telefónica en la misma dirección y teléfono no figura, MENENDEZ FARIÑA Jorge.

001/1

FECHA 16/03/93 INICIAL (RC)

ARCHIVO 1/2

0869201

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 07 de mayo de 1992.-

Of.SEINT (R) Nro.086/07/ V/92.-

As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

RESERVADO

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 17 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Navío (CG)

JORGE BERCIANOS

Jefe de la Secretaría de Inteligencia Naval

0869201 a 02.-

21/MAY/92
176

001 3

08692202

[illegible]	NOMBRES	[illegible]	[illegible]	CED.IDENT.	CRED.CIV	DOMICILIO
ESCOBAL LLANES 245181-2	SANDRA GABRIELA	010367	MDEO.	1.924.918-4	BVD 45432	HOCQUART 1894
FRANCIA	MABEL	050263				PATAGONIA 4079
GARCIA IACOBUSSI	NELLY FR	060629	MDEO.		BJB 12495	HOCQUART 1894
GOMEZ	GUALBERTO HUGO	220734	ROCHA		ATA 4746	J.F.BERRO [illegible]
GOMEZ VERA	GUALBERTO GUSTAVO	290372	MDEO.	1.863.136-6		J.F.BERRO [illegible]
IBARRA BARBOZA	BEATRIZ	T.T		1.670.778-7	BVB 35063	CNO. TOMKINSON [illegible]
PEREIRA	LITO	060929	T T		BNB 11209	CNO. TOMKINSON [illegible]
PEREIRA IBARRA	BEATRIZ MARINA					CNO. TOMKINSON [illegible]
PEREIRA IBARRA	HERIBERTO					CNO. TOMKINSON [illegible]
PEREIRA IBARRA	ROSANA					CNO. TOMKINSON [illegible]
PEREIRA IBARRA	LITO					CNO. TOMKINSON [illegible]
PEREIRA IBARRA	JOSELITO ALCIDES	010672	MDEO.	3.637.420-7		CNO. TOMKINSON [illegible]
SANTOS	JOSE RAMON	050234	C.L.		BJB 12496	HOCQUART 1894
SANTOS GARCIA 247792-0	GABRIEL RAMON FR	251166	MDEO.	1.937.423-2	BJB 18489	HOCQUART 1894
VALIENTE	ELIO	RIVERA				MIGUEL ARISTEGUI 440 RIVERA.
VALIENTE NUNEZ	JOSE ELIO	140768	RIV.	3.664.141-2	BTB 29551	PATAGONIA 4079
VERA BRAVO	MARIA TERESA	231031	MDEO.	1.013.250-2	AUA 11268	J.F.BERRO [illegible]

POCO LEGIBLE

920388

002/2

FECHA 17/6/92 INICIAL (Ah)

Procesado a Sistema DPK

OBSERVACIONES

ARCHIVO 1/2

0869201

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 07 de mayo de 1992.-

Of.SEINT (R) Nro.086/07/ V/92.-
As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

RESERVADO

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 17 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Navío (CG)

JORGE BERCIANOS
Jefe de la Secretaría de
Inteligencia Naval

0869201 a 02.-

21/MAY/92
176

001/2

9203883

0869202

APELLIDOS	NOMBRES	F.NAC.	CIUDAD	CED. IDENT.	CRED.CIV	DOMICILIO
ESCOBAL LLANES 245191.2	SANDRA GABRIELA	010367	MDEO.	1.924.918-4	BVD 45432	HOCQUART 1894
FRANCIA	MABEL	050263				PATAGONIA 4079
GARCIA IACOBUSSI	NELLY FR	060629	MDEO.		BJB 12495	HOCQUART 1894
GOMEZ	GUALBERTO HUGO	220734	ROCHA		ATA 4746	J.P.BERRO 1115
GOMEZ VERA	GUALBERTO GUSTAVO	290372	MDEO.	1.853.136-6		J.P.BERRO 1115
IBARRA BARBOZA	BEATRIZ	T.T		1.670.778-7	BVB 35063	CNO.TOMKINSON 5035
PEREIRA	LITO	060929	T.T		BNB 11209	CNO.TOMKINSON 5035
PEREIRA IBARRA	BEATRIZ MARINA					CNO.TOMKINSON 5035
PEREIRA IBARRA	HERIBERTO					CNO.TOMKINSON 5035
PEREIRA IBARRA	ROSANA					CNO.TOMKINSON 5035
PEREIRA IBARRA	LITO					CNO.TOMKINSON 5035
PEREIRA IBARRA	JOSELITO ALCIDES	010672	MDEO.	3.637.420-7		CNO.TOMKINSON 5035
SANTOS	JOSE RAMON	050234	C.L		BJB 12496	HOCQUART 1894
SANTOS GARCIA 247192-0	GABRIEL RAMON FR	251166	MDEO.	1.937.423-2	BJB 18489	HOCQUART 1894
VALIENTE	ELIO	RIVERA				MIGUEL ARISTEGUI 440 RIVERA
VALIENTE NUÑEZ	JOSE ELIO	140768	RIV.	3.664.141-2	BTB 29551	PATAGONIA 4079
VERA BRAVO	MARIA TERESA	231031	MDEO.	1.013.250-2	AUA 11268	J.P.BERRO 1115

POCO LEGIBLE

920388?

002/92

FECHA 17/6/92 INICIAL (Ah)

Procesado a Sistema ERK

OBSERVACIONES

SECRETO

1/2

C.G.E.-
Hoja 1 de 1.-
Copia No. [illegible]
D-II/EM/D.E.I.-
MONTEVIDEO.-
080800/MAY/992.-
HR - 043.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No. 043/D-2/992.-

I.- EVALUACION: A - 2.-

II.- RESPONDE A: Información existente en este Comando.-

III.- T E X T O: Se adjunta una hoja.-

IV.- SINTESIS: Omite.-

V.- ACCION TOMADA: Confección del presente Parte.-

VI.- DISTRIBUCION: ORIGINAL C.G.E.-
Copia ARCHIVO.-

FECHA 2/2/93 INICIAL (illegible)
Procesado - Sistema D°X
OBSERVACIONES

DIVISION DE EJERCITO I - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

El Jefe del Estado Mayor de la D.E.I.-
Coronel
MIGUEL RODRIGUEZ.-

GY/hr.-

13.5.92
SSD G
9203884

001/2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Secretaría de Defensa
Fecha de entrada 19 MAYO 1992
Pase a DIV. [illegible]
Nº 9203884

SECRETO

03406

- Se prevé que dada la situación de la industria frigorífica en el Dpto. de Canelones, se mantenga conflictividad en: Frigorifico URIES (en conflicto desde 18-12-91), Frigorifico BRINCOP (campamento frente a Planta Industrial), Frigorifico y Matadero Pando y Frigorifico IPSA.
La causa principal es la exportación de ganado en pie sin limitación.-

- El día 10 de Abril se emitió por Radio Cristal un llamado para los que se consideren Comunistas, para concurrir a la Plaza de Canelones el mismo día Hs. 1600. Esta invitación fue realizada por Alberto ALTESOR, en dicho acto se realizaría un homenaje a los Martires muertos en la lucha contra la Dictadura.
El mencionado acto no se llevó a cabo.-

- El día 08 de Abril fue asaltada la Armería "EL PUMA" en C.Pando, el mismo habria sido por una cifra multimillonaria.
Los propietarios de dicha Armería serían: Alfredo BORREANI y Alejandro BORREANI hijo del anterior, este último concurre el 10-Oct-91 a la charla sobre el Mercosur que dictó Danilo Astori en C.Pando.
Con fecha 12 de Abril se recuperó el armamento, el cual habría sido sustraído por delicuentes comunes.-

Se ha tomado conocimiento que el M.26.de.M. estaría realizando inversiones en el aserradero ubicado en Brio. Parque del Plata Km. 51 Ruta Interbalnearia.-

Se ha tomado conocimiento que la Agropecuaria "EL HORNERO" es propiedad de Bernardo OJEDA afiliado al P.C.U., integrante de la Sec. de Finanzas, esta persona integra el grupo de los 76 en Canelones.
La Agropecuaria se encuentra con dificultades económicas y quien aportaría fondos es Gladis HERNANDEZ De PATRON, domiciliada en Ruta 34 Km. 48.
Su esposo estaría en Colombia desde donde le remite dinero.-

En el Grp.A.A.A.1, el día 1 de Mayo aproximadamente a la Hs. 2130, el Puesto apostado en el Polvorín de la Unidad, que se encuentra distante 800 mts del cercado de seguridad, avista una sombra de un intruso, el cual por la oscuridad reinante (La Unidad tenía corte de corriente desde las 1900hs.) es avistada a escasos metros del Puesto en dirección al acceso del Polvorín, se le da la voz de alto y al continuar con su actitud se realiza disparo al aire ante el cual el presunto intruso se pierde en las sombras.
La Unidad adopta el Plan de Defensa y se dispone una patrulla, la que no ubica a nadie.
Las instalaciones del Polvorín no presentan signos de penetración por parte de intrusos.-

May 6 '92 10:59 0000 COMANDO.A.ADM. 354462 P. 1

SECRETO

C.A.A
E.M.C.
6 MAY. 92

PROCEDENCIA C. A. A.

DESTINATARIO Dpto. II del E.M.E.

FAX No. 2086/E/92.

ARCHIVO

HORA

TEXTO

Se adjunta P.E.I. No. 012/92 del S.M.A.

Cte. A. A.

EJERCITO NACIONAL — COMANDO DE APOYO ADMINISTRATIVO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de ... Defensa
DEPARTAMENTO ...
Fecha de Entrada 13 MAYO 1992
Pase a Inteligencia MILITAR
No. 9203885

(cc)

0014

25/5/92

13-5-92
SSD(I)
9203885

AUTENTICA
Por el Cte. A.A. y P/S/O.
El Jefe ... del C.A.A.
MAYOR ... A. TARAMASCO.

HORA	OPERADORES	TRANSMITIDO	HORA	OPERADORES

SECRETO

EJERCITO NACIONAL.-
S. M. A.-
M O N T E V I D E O
02-1000-MAYO-1992.-

P. E. I. Nº 012/92.-

I) EVALUACION:
A-1

II) RESPONDE A :
Información en poder de este Servicio.-

III) T E X T O :
Con motivo de la manifestación y acto llevado a cabo por el PIT-CNT el día 1º de mayo del presente año, esta oficina tomó conocimiento que en la Plaza "Lafone" en la zona del barrio "La Teja" se estaba recibiendo por parte de la "Intersocial de La Teja" a los trabajadores del Espinillar de ANCAP de Salto que venían en una marcha a pié para tomar parte de las movilizaciones previstas. Allí se pudo constatar a elementos del"Movimiento por la Tierra" repartir panfletos del gremio azucarero del Departamento de Artigas UTAA que se adjunta.

-Además se pudo apreciar una bandera color negro con letras en blanco que decía "ESPARTACO", y que repartían alimento y café a los llegados de la citada marcha, los cuales eran unos 8 NNN.-

-Posteriormente por la tarde ya en la manifestación que venía del Barrio "La Teja" y sobre la Avda. Brigadier Lavalleja, se pudo apreciar nuevamente al grupo de la citada bandera Espartaco gritando consignas de una "liga Espartaco" repartiendo panfletos mano a mano de "La voz de UTAA" y otro sin pié de imprenta que al final dice "No a la sucia política entreguista de la central"

-Posteriormente ya en el acto se ubicaron cerca del grupo del"P.T. y otras banderas negras "Anarquistas" y cuando un orador habló de el llamado"Movimiento intersocial" GUSTAVO GONZALEZ le gritaban a coro "mentiroso" .-

-Se adjuntan diferentes panfletos.-

IV)SINTESIS :
Comentarios sobre manifestación y acto del PIT-CNT del 1º de mayo y sobre un grupo autodenominado "Espartaco".-

V) DISTRIBUCION :
-Original y copia al C.A.H.-
-Copia archivo.-

Director General del S.M.A.
Coronel
[illegible] H. BURGUEÑO

SERVICIO DE MATERIAL Y ARMAMENTO · REPUBLICA O. DEL URUGUAY

0003855

LA VOZ DE UTAA

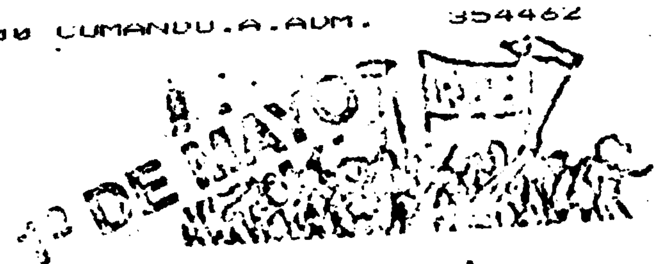
Abril 1992

Nuestra industria azucarera no escapa al problema que vive el resto de las industrias del país. La política del gobierno ataca a la producción con altas cargas fiscales, altos intereses del dinero y desprotección generalizada a la producción nacional. Esto traerá, en un corto plazo, la desaparición de productores y con ellos las fuentes de trabajo. Simultáneamente se plantea a nivel nacional la rebaja de los salarios y el desconocimiento de las conquistas sociales de los trabajadores. Para esta política no se duda en utilizar incluso la fuerza policial, como en los conflictos de FUNSA y el Puerto.

La industria azucarera desaparecerá sin que las dirigencias de las seudo "cooperativas" se pongan a esta política nefasta y destructora. Muy por el contrario. Se pliegan a ella y buscan solucionar los problemas descargando todo el peso de la crisis sobre los trabajadores y los pequeños productores. También son conscientes que ninguna alternativa es válida para Bella Unión en los plazos que se manejan, sin el respaldo económico y social que sólo la caña de azúcar puede brindár. Claros errores de administración a nivel de la zona y sus proyectos de diversificación marcan la actual situación de CALAGUA y CALVINOR.

Hoy en Bella Unión existe más de un 80 por ciento de desocupación. A esta situación se le suma la emigración de una familia por

DOC. POCO LEGIBLE



- No al Mercosur [illegible]
- No al pago de la deuda externa y sus intereses.
- No más despidos arbitrarios.
- No a la sucia política entreguista de la central.

Grupo "Espartaco"

Poco legible

920388 5

semana, desecun... la mentira que se le vendió a todo el país de "polo de desarrollo".

En el plano laboral, la dirección de la asociación de plantadores, denuncia desconocer el convenio de los trabajadores rurales y decreta la rebaja salarial. En el ingenio de CALNU se plantea negociar la rebaja del mismo.

Si partimos de la caña de azúcar como base principal de posibles alternativas para Bella Unión, la primer medida debe tender a la defensa de esta producción. Si el MerCoSur termina con la industria del azúcar Bella Unión-Belén-Constitución, serán parte del caos de este país. Las propuestas alternativas no deberán perder los objetivos sociales que pregonaban demanda de puestos de trabajo, estabilidad laboral, salarios justos para una vida decorosa.

Los trabajadores nucleados en UTAA queremos:

- Reconstruir la unidad de los trabajadores de la caña y coordinar las luchas futuras con los trabajadores de la agroindustria de la zona.
- Defender a cualquier precio la existencia de convenios.
- No a la rebaja salarial.
- Estabilidad laboral y bolsa de trabajo en la zona.
- Pleno respeto a la actividad sindical.
- No a la explotación de mujeres y niños menores en las plantaciones hortícolas.

Doc. POCO LEGIBLE

9203885

Of 4|4

CTEL"GRAL.FRUCTUOSO RIVERA" de Reg. C. 3.-
S - 2.-
R I V E R 2.-
271###ABR92.-
WZ-33.-/

PARTE ESPECIAL DE INFORMACIONES No.33/92.-

I.-EVALUACION: A - 1.-
II.-RESPONDE A: Información obtenida por esta Agencia.-
III.-T E X T O :

-El día 25 de los corrientes a la hora 17## se llevó a cabo en el Salón Parroquial de la Iglesia Santo Domingo de Guzman (Rivera Chico) un acto con la presencia de los integrantes / de la "COMISION NACIONAL DE DEFENSA DEL PATRIMONIO NACIONAL Y REFORMA DEL ESTADO", Diputados Guillermo ALVAREZ (PS), Gonzalo CARAMULA (PCU),Armando DA SILVA TABAREZ (FCP),Ex- Di-/ putado Víctor VAILLANT (MRO),y la representante del PIT-CNT Susana DALMAS (Presidente Nacional de SUTEL).-

Durante el desarrollo del mismo hicieron uso de la palabra / las personas mencionadas precedentemente y el Abogado Adan / Renee FAJARDO(CGI) quienes en sus alocuciones manifestaron su oposición a la privatización de organismos estatales.-

Asimismo fue constituída la "Comisión Departamental de De-/ fensa del Patrimonio Nacional y Reforma del Estado":

-Presidente:	Abogado	Adan Renee FAJARDO (CGI).-
-Victe- Pte:	Señor	José SANDIN ALVEZ(P.Nacional)
-Secretario:	Señora	Mirta Mabel DUARTE (Edil P.Colorado)
-Pro-Secretario:	Señor	Julio César FERNANDEZ (PS).-
-Tesorero:	Abogado:	Ruben Darío MACHADO (P.Colorado)
-Pro-Tesorero:	Señor	Roberto da SILVA (FCP).-
-Srio.Organización:	Abogado.	Eber D.MATEOS ROSA (PCU).-
-Pro-Srio.Org.	Veterinario.	Sergio BETTEGA (PCP)
-Vocales:	Señor	José Maria PEREZ RIOS (PS)
	"	Artigas HEREDIA (PCU)
	"	José Edison ZAGGIA(P.Colorado)
	"	Julio GARCIA (S/A)
	"	Juan Carlos ALMADA(S/A).-
	"	Jorge SMALDONE DUARTE(PCU)

-La Comisión Departamental se dedicará a una campaña finan-/ ciera(venta de logotipos para vehículos,solicitud de dona-/ ciones,etc.) para recaudar fondos que se volcarán a la / "JORNADA NACIONAL DE ADHESIONES AL REFERENDUM" a realizarse el día 05/07/92.-

Culminó a la hora 2### con la asistencia de aproximadamente 120 personas.-

S E C R E T O ..//

12-5-92
SSD/I
9203886
001/10

.../// IV.-SINTESIS.- -Acto realizado en el Salón Parroquial de la Iglesia Santo Domingo de Guzman por integrantes de la "COMISION NACIONAL DE DEFENSA DEL PATRIMONIO NACIONAL Y REFORMA DEL ESTADO".- ...

-Abogado Adan Renee FAJARDO (Se adjunta Ficha)
-José SANDIN ALVEZ (Se adjunta Ficha).-
-Mirta Mabel DUARTE (S/A).-
-Julio César FERNANDEZ(Se adjunta Ficha)
-Abogado Ruben Darío MACHADO (S/A).-
-Roberto DA SILVA (S/A).-
-Eber Olivio MATEOS ROSA (Ficha elevada por PEI.06/91)
-Sergio BETTEGA (Ficha elevada por PEI.18/91).-
-José Maria PEREZ RIOS (Ficha elevada por PEI.63/90).-
-Artigas HEREDIA (Ficha elevada por PEI.54/91).-
-José Edison ZAGGIA (Se adjunta Ficha).-
-Julio GARCIA (S/A).-
-Juan Carlos ALMADA (S/A).-
-Jorge SMALDONE DUARTE (Ficha elevada por PEI.63/90).-

V.-DISTRIBUCION:
3 Ej. a la D.C.I.-
1 Ej.Archivo S-2 RC3.-

VI.-ACCION TOMADA:-Confección del presente Parte.-

El Jefe Reg. C. 3.-
Tte.Cnel. Darling Colina.-

9203886

002

///...

12 01 93 A0

S

Nº FICHA. 89/92/

FICHA INDIVIDUAL:

APELLIDOS: FAJARDO PEREIRA NOMBRES: ADAN RENEE

FECHA NACIMIENTO: 16/05/32.- ALIAS:

DOMICILIOS: Sarandí 921.-

DATOS FILIATORIOS:

C I Nº 1.064.857-9 C C SERIE H.A.A. Nº 5878 REG FOTOG

ESTADO CIVIL: CASADO ESP ó CONC MARIA HAIDEE VIERA

PADRES: BENITO SANTOS Y ANTONIA

HERMANOS: JULIO-ANTONIA-ENRIQUE-BENITO-

HIJOS: -.JORGE WASHINGTON -ELIZABETH.-

OCUPACION: ABOGADO.-

ORGANIZACION: FRENTE AMPLIO-PARTIDO COLORADO.-

ACTIVIDADES DENTRO DE LA ORGANIZACION: DIRIGENTE.-

ACTIVIDADES A NIVEL SINDICAL Y/O ESTUDIANTIL:

OBSERVACIONES:

FOTOS

9203886

003

FECHA 12 - 01 - 93

Ao

S

A - 1.- NOV/971.-Actuó como 1er.Titular a la Cámara de Representantes por la lista 9988 y como 6to. Titular a la Cámara de Senadores por la lista 9988 del F.A.-

A - 1.- 23/04/71.-Figura en una nómina de convocantes al acto político del F.A. a realizarse en Sarandí y F. Carámbula.-

A - 1.- 1971.-En el período pre-electoral dirigió en Radio Internacional.dirigió Programas del Frente Amplio.-

A - 1.- NOV/989.-Fue candidato como 1er. titular a la Junta Departamental por la lista 989 del Partido Colorado (CBI).-

004

920 3988

Poco legible

FECHA 12 01 92 AO

SECRETO

011/92

APELLIDOS: SANDIN ALVEZ NOMBRES: JOSE

F. NACIMIENTO: ALIAS:

DOMICILIO: José Ma. Damborearena entre Rodó y Artigas.-

DATOS FILIATORIOS:

ESTADO CIVIL CASADO ESP. o CONC.:

OCUPACION: AMPREADO MUNICIPAL (SECCION TRANSITO).-

ORGANIZACION: PARTIDO NACIONAL

ACTIVIDADES DENTRO DE LA ORGANIZACION: MILITANTE

11

ACTIVIDADES A NIVEL SINDICAL Y ESTUDIANTIL: Presidente de ADEOMR (Asociación de Empleados y Obreros Municipales de Rivera).-

005

920 3886

FECHA 12 01 93 AO

RELACION DE ACTIVIDADES:

A - 1.- NOV/1984.-Frecuenta asiduamente el Comité de la Lista 14 P. Nacional (Coordinadora Cuaró) sito en Fernando Segarra 676.-

A - 1.- NOV/1984.-Envió una carta conjuntamente con Mario Daneil Pereira para el Abogado Fernando Araújo, el que dió publicidad de la misma en un programa radial del Partido cuyo título era "EL MIEDO".- Sandín y Pereira manifestaban en la carta que eran "Ferreiristas" pero que debido a su trabajo (Funcionarios Municipales) no se podían manifestar publicamente por miedo a represalias futuras.

A - 1.- 1991/992.-Presidente de la Comisión Directiva de ADEOMR (Asociación de Empleados y Obreros Municipales de Rivera).-

006

9203886

12 01 93 Ao

SECRETO

818/92/

FICHA INDIVIDUAL

APELLIDOS: FERNANDEZ DA SILVA — NOMBRES: JULIO CESAR.-

F. NACIMIENTO: 07/07/929.-

DOMICILIO: Atilio Paiva Olivera Nº.411.-

Por Firmante

C.I.: 11,880 — C.C. SERIE HAB Nº 12457 — REG. FOT:

ESTADO CIVIL: CASADO — ESPOSA/CONC.: NIDIA HERNANDEZ

PADRES: SATURNINO Y ELOISA

OCUPACION: PROFESOR HISTORIA.-

ORGANIZACION: PARTIDO SOCIALISTA F.A.-

ACTIVIDADES DENTRO DE LA ORGANIZACION: DIRIGENTE.-

ACTIVIDADES A NIVEL SINDICAL Y/O ESTUDIANTIL:

OBSERVACIONES:

007

9203888

FECHA 12 01 93 — Ao

SECRETO

SECRETO

RELACIÓN DE ACTIVIDADES:

A - 1.- NOV/1958.-Fue candidato como 1er. titular al Consejo Dptal. por la lista 90 y como 36to. titular a la Junta Departamental por la lista 90 y 190 Partido Socialista

A - 1.- NOV/1962.-Fue candidato como 1er. titular a la Junta Dptal. por la lista 4190 P/S.-

A - 1.- NOV/1971.-Fue candidato como 2do. titular a la Junta Dptal. por la lista 190 P.S. del Fernte Amplio.- Actuó como delegado de Mesa por las listas 90 y 190 P.S. (F.A) en los circuitos 1 y 2 de la serie HAA.-

A - 1.- NOV/1977.-Fue destituído de su cargo de Profesor de U.T.U.

A - 1.- NOV/1984.-Fue candidato como 3er. Suplente del 1er. titular a la I.M.R. por las listas 190, 1000, 1999 y 80001 del F.A.- Fue candidato como 1er. titular a la Junta Dptal. por la lista 190 P.S. (F.A).-Fue electo Edil.-

A - 1.- 04/05/85.- Fue restituído a su Cargo de Profesor en U.T.U.

A - 1.- NOV/1989.-Fue candidato como 1er. titular a la Cámara de Represenantes por la lista 90 y como 2do. titular a la Junta Dptal. por la lista 190 del P.S. (F.A.).-

008

9203886

FECHA 12 01 93 AO

SECRETO

Nº FICHA: 012/92

FICHA INDIVIDUAL:

APELLIDOS: ZAGIA CUNHA NOMBRES: JOSE EDISON

FECHA NACIMIENTO: ALIAS:

DOMICILIOS:

C I Nº 1.340.201-3 C C SERIE Nº REG. FOT:

OCUPACION: PERIODISTA (RADIO RECONQUISTA).-

ORGANIZACION: PARTIDO COLORADO

ACTIVIDADES DENTRO DE LA ORGANIZACION: MILITANTE.-

ACTIVIDADES A NIVEL SINDICAL Y/O ESTUDIANTIL:

OBSERVACIONES:

FOTOS

920 3886

009

FECHA 12 01 93 Ao

Procesado

...VACIONES

514005

ANOTACIONES

A - 1.- 07/NOV/985.- En un programa radial (Radio Reconquista) del Partido Comunista atacó en forma frontal al Gobierno Militar y en especial al Comandante en Jefe del Ejército, al Gral. Feola, al Gral. Bereis y manifestó su desconformidad con el presupuesto Militar; que estos se habían llevado toda la riqueza del País para los Bancos de Suiza y Banca Internacional.-
Que el Presidente de la República Dr. Julio Ma. Sanguineti era un Para-Militar.-

A - 1.- 26/11/89.- Fue candidato como 27mo. titular a la Junta Departamental por la lista 25 del Partido Colorado

FECHA 12 01 93 INICIAL Ao

010|40

920 388 6

RESERVADO

01/06
ARCHIVO

Hoja No. 1 de 1
Copia No. 1 de 1
D. E. - I I .-
C. SAN JOSE .-
061230MAY92 .-
J.D. 22.-

-PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.029/D-2/92.-/

I.-EVALUACION:-B - 2.-

II.-RESPONDE A:-Ampliación de mis Radios Cifrados Nos.877 y 879 de fecha 04MAY92.-

III.-T E X T O :

-El día 030400MAY92,se recibió en la Planta ANCAP.de C.DURAZNO,una llamada telefónica anónima(voz masculina),avisando que se había colocado un artefacto / explosivo en el Depósito No.4 de dicha Planta,el // cual haría explosión a la hora 1400 de ese mismo // día.-

-El Personal de ANCAP.dio cuenta de inmediato a la / Jefatura de Policía de DURAZNO,iniciando el Personal de ésta,conjuntamente con el Personal del Cuerpo de Bomberos local la búsqueda del mencionado artefacto.-

-La Jefatura de Policía de DURAZNO comunicó dicha novedad al Cdo.del Reg.C.Blde.No.2,ofreciendo éste su colaboración a dicha Jefatura de Policía.-

-A la H.1130 finalizó la mencionada búsqueda por parte del Personal Policial y de Bomberos,no encontrándose ningún artefacto explosivo,continuándose con la vigilancia del área por parte de la Policía.-

IV.-SINTESIS:-Fecha:-03MAY92.-
Organización:-Industrial.-
Nombre:-Planta ANCAP.de C.DURAZNO.-
Lugar:-C.DURAZNO.-
Resumen:-Llamada telefónica anónima comunicando colocación de artefacto explosivo en Planta ANCAP.de DURAZNO.-

V.-DISTRIBUCION:

-Ejemp.- 01 -Archivo.-
-Ejemp.- 02, 03 y 04.-Dpto.II.E.M.E.-

VI.-ACCION TOMADA:-Confección del presente Parte.-

Por el Cte.DE-II.y por su orden:
El Jefe del E. M. / DE-II.-
Coronel
Juan C. COUTURE.-

(cc)
21/5/92

13-5-92
SSD(E)
0203887

RESERVADO

01/06/07

SECRETO

Copia No.
EJERCITO NACIONAL
C.G.E. B.I.5.
M O N T E V I D E O
08 1500 MAY.92.-
WR/ewp.

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No. 009/B/92

I. **EVALUACION:** A-1.-

I. **RESPONDE A:** P.E.I. No. 0.,02/B-2/92 del Bn.I.Bldo.13.-

I. **T E X T O:** Se adjunta Documentacion de Referencia.-

IV. **ACCION TOMADA:** Confección del Presente Parte de Información.-

V. **DISTRIBUCION:**

Original..........Dpto.II E.M.E.
Copia 345.........Archivo B.I.5.
Copia 543.........C.A.A.

FECHA 18/2/93 INICIAL (illegible)
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

BRIGADA DE INFANTERIA No. 5

El Comandante de la B.I.Nro.5
Coronel: JUAN J. CORDOBA.-

13.5.92
SSD (I)
9203888

SECRETO

MINISTERIO ... NACIONAL
Fecha ... 19 MAYO 1992
Pase a Brig. Militar
No. de ... 9203888

001/2

SECRETO Copia Nº ______ DE ______.
B. I. 5. BN.I.BLDO.Nº.13.
MONTEVIDEO.
071145MAYO1992.
S- 2 MAG.

050592

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº.02/S-2/992.-

I - EVALUACION: A - 1.

II - RESPONDE A: Actividades sospechosas de personas en una finca, sita en Ing. Alberto Coubarrere Nº.4478, en zona Norte de la Unida

III - T E X T O : Se tomó conocimiento por parte del S.M.A., que en la finca de Ing. Alberto Coubarrere Nº.4478, se estaban realizando actividades sospechosas.
A partir del dia 26 Abril de 1992, se monta una vigilancia a la finca de referencia, destacandose las siguientes novedades:
En la finca vive habitualmente 1 NN.M, de unos 35 años, de 1,75 mts aproximadamente de estatura, complexión delgada, semicalvo., y esporadicamente se a visto a 3 o 4 NN.M, realizando tareas en un taller ubicado en la planta baja de l finca.
Se a visto a los [illegible] a misma observando con binoculos hacia las U[illegible] y adoptar medidas de seguridad para llegar y/o s[illegible] misma, para ello utilizan un taxi, un carro ti[illegible]o y una Mehari color gris, Matrícula de Monte[illegible] N[illegible].393, registrada en la I.M.M como propiedad de : Carmen Carolina CADENAS, domiciliada en Gral. Urquiza Nº.3226 de esta ciudad.
Generalmente los movimientos de personas, con entrada y salida de bultos se realiza entre las horas: 01.00 y 05.00.
Se ampliará.

FECHA 13/2/93 INICIAL (illegible)
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

IV - SINTESIS: Fecha de ocurrido lo informado: 26 de Abril de 1992.
Organizaciones involucradas: Se omite.
Lugar geográfico de los hechos: Ing.Alberto Coubarrere Nº. 4478.
Resumen de lo informado: El dia 26 de Abril de 1992, 4 NN. comenzarón a realizar tareas sospechosas en la finca sita en Ing. Alberto Coubarrere Nº. 4478.

V - ACCION TOMADA: Confección del presente parte.

VI - DISTRIBUCION: Original..........00..........B.I.5.-
Copia............01.........B.I.5.-
Copia.... ....02..........Archivo S-2 de la Unidad.

Saluda a usted atentamente.-
El Jefe del Bn.I.Bldo.Nº.13.-
Tte.Cnel. [illegible] ALVAREZ.-

BATALLON DE INFANTERIA BLINDADO Nº 13

002/2

SECRETO

0203888

SECRETO

ARCHIVO

D.___I.___I.
E.M.P.2DO.CIE.
MONTEVIDEO
061000/MAY/992.
(R V1

1/4

PARTE_ESPECIAL_DE_INFORMACION_NRO.206/EMP/992.

I . EVALUACION: A - 2.-

II . PROCEDENCIA: Información existente en este Estado Mayor Personal.

III . T_E_X_T_O:

SE ADJUNTAN (TRES HOJAS).-

IV . ACCION_TOMADA: Confección del presente PARTE.

V . DISTRIBUCION: ORIGINAL..........C.G.E.
1 COPIA............O.G.I.D.
1 COPIAS...........ARCHIVO.

DEL GEN
PARTES PERO
LE FIELES

Por el 2do. Comandante de la D.E.I. y por su orden.
EL J.E.M.P.2DO.CIE.D.E.I.
Tte.Cnel. ELNAR CASTIGLIONI.

CD/pn

El presente Parte se recibió por el R.E. 9203654 y fue distribuído a: BIOGRAFICO, MILITAR, SICOSOCIAL. Pase el mismo al Archivo.
El Jefe del Dpto. PI (Int)
Tte.Cnel.
CASELLA.

13.5.92
SSD (I)
9203889

00114

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 18 MAYO 1992
Pase a Archivo
Nº de 9203889

SECRETO

Montevideo,05 de Mayo de 1992.-

REFERENTE_A: Acto central del PIT-CNT del 01-MAYO

Día_30/4/92 - H.23.00: Se efectuó una recorrida por el lugar designado para los actos (Av.Del Libertador y Colonia) pudiéndose constatar que el tránsito ya ha sido cortado a la altura de la calle Mercedes por el Norte, y Colonia por el Sur.
También se constató la presencia de unos 10 individuos en clara actitud de vigilancia del sector delimitado para el acto.-

Día_1o./5/92 - H.04.00: En nueva recorrida se constató que la gente allí presente es la misma anteriormente mencionada.-
H.13.00: Finalizada la construcción del estrado se pudo definir que los intervinientes en toda la preparación pertenecen a distintos sectores frentistas, principalmente P.C.U. y M.L.N.-T.-
Respecto a la seguridad, más allá de que uno de sus responsables sea P.C.U., se estima que los integrantes hayan sido seleccionados por los sindicatos y no por una organización política determinada.-
Referente a este aspecto (Seg.) el desarrollo no fue tan organizado como el año anterior donde incluso se utilizaron equipos de radio.-
H.15.45: Con una concurrencia estimada entre 12.000 y 15.000 personas dió comienzo el acto con una introducción artística a cargo de la murga Falta y Resto.-
Entre los dirigentes presentes se cita a Líber SEREGNI, Tabaré VAZQUEZ, Danilo ASTORI, Juan José CROTTOGINI, Jaime PEREZ, BALIÑAS, LEZCANO, DA SILVA TABARES, ETC.-

- Después de unos 30' a cargo de la murga comenzó la parte oratoria con la palabra de Leonel_GONZALEZ de la Central de Trabajadores de Cuba, el cual planteó el problema cubano y dio gracias a la solidaridad del pueblo uruguayo la cual ha superado las expectativas pensadas.-

- Posteriormente le siguió Gustavo_GONZALEZ de la Intersocial.-
Cabe destacar que su oratoria estuvo interrumpida por protestas y gritos de rechazo a viva voz de parte de un sector de manifestantes de la UTAA, anarquistas, Convergencia Socialista y Grupo ESPARTACO (unos 50 aprox.).-

- Estos desplegaron pasacalles que lucían entre otros "POR UNA DIRIGENCIA SINDICAL CLASISTA" y coreaban slogans como "BASTA YA DE DIALOGAR, A LA CALLE Y A LUCHAR" - "MENTIROSOS, MENTIROSOS".-

- Incluso se produjeron algunos altercados entre el cordón de seguridad y los manifestantes. Este hecho tomó por sorpresa a los organizadores, pues contaban con que el grupo "del Espinillar" y sus simpatizantes ya habían sido "neutralizados" y no generarían inconvenientes.-

- Estas manifestaciones estuvieron rechazadas con el aplauso del público y las palabras de los oradores que respondieron a los

POCO LEGIBLE

manifestantes.-

- Entre otras cosas Hugo_DE_MELLO de F.ANCAP quien fue otro de los siguientes oradores dijo: "A aquellos que piden medidas radicales por un día, y que al otro se van para la casa; les decimos que no podrán dividirnos".-
Se destaca que éste fue el orador más fervoroso y que incluso parte de su alocución fue espontánea debido a los hechos mencionados.-

- Posteriormente hizo uso de la palabra el dirigente Richard_DE_LOS_SANTOS en representación de los trabajadores del Espinillar y FAYLANA.-
El mismo practicamente repitió las palabras vertidas en el acto del 30/4/92 en Agraciada y Freire al arribar los marchistas del Espinillar a Montevideo.-

- Además de explicar el problema suscitado con las Fábricas, a cuyos trabajadores representa, emitió críticas por un lado al Gobierno y por otro a trabajadores discrepantes llamándoles "Apóstoles del desánimo".

- Por último hizo uso de la palabra el dirigente de AUTE Carlos_CURBELO, quien entre otras cosas habló de salarios, seguridad social y de la ley de Empresas Públicas.-

- Al finalizar el acto, en este lugar no se produjo ningún tipo de incidentes con los manifestantes ya que éstos se fueron retirando en forma paulatina y ya sin corear ninguna consigna.-

- Cabe acotar que SEREGNI, ASTORI y CROTTOGINI se retiraron del acto en el auto Fiat Polonez 208.315 conducido por Hernan CASTRO RANUTTI (Seg.F.C.U.) quien además es propietario de dicho vehículo.-

- Los llevó hasta el local Central del F.A. sito en Colonia y Ejido.-

SEGURIDAD.

El dirigente sindical Jorge SILVANO solicitó al S.U.N.C.A. pocas horas antes del evento, que brindara la seguridad en las proximidades del palco. Ello derivó en una notoria falta de coordinación en el dispositivo, lo cual obligó a reiteradas improvisaciones en el transcurso de los incidentes protagonizados con la gente "del Espinillar".-
Durante el desarrollo del acto se constató la actuación de varios elementos del F.C.U. los cuales se movían entre el cordón de seguridad dispuesto por el PIT-CNT y el Estrado.-
Estos (los cuales sumaban 25 aprox.) se mantuvieron constantemente alerta debido a los incidentes de comienzos del acto.-

- Salvo 4 o 5 de ellos que usaba un brazalete azul el resto no usó ningún tipo de distintivo.-

POCO LEGIBLE

- Debido a la falta de organización en el cordon de seguridad se vió varias veces desplazado por el publico presente.

- Entre los elementos del P.C.U. que se encontraban presentes se identifico a:

Antonio	Ramón	DI CATTERINA	PAMPIN
Wilson	Ramón	ESPINOSA	PIMENTEL
Oscar		RORRA	SALDANHA
Ramón		EIROA	RODRIGUEZ
Hernán		CASTRO	BANUTTI

920 3889

004|4

SECRETO

SECRETO
D. E. I.
E.M.P.2DO.CTE.
MONTEVIDEO
061900/MAY/992.
CA 57

1/4

PARTE_ESPECIAL_DE_INFORMACION_NRO.207/EMP/992.

I . EVALUACION: A - 2.-

II . RESPONDE A: Información existente en este Estado Mayor Personal.

III . T_E_X_T_O:

SE ADJUNTAN 3 (TRES HOJAS).-

IV . ACCION_TOMADA: Confección del presente PARTE.

V . DISTRIBUCION: ORIGINAL..........C.G.E.

1 COPIA.............D.G.I.D.

1 COPIAS............ARCHIVO.

DOC. CON PARTES POCO LEGIBLES

Por el 2do. Comandante de la D.E.I y por su orden.

EL J.E.M.P.2DO.CTE.D.E.I.

Tte.Cnel.

ELMAR CASTIGLIONI.

El presente Parte se recibió por el R.E. 9203657 y fue distribuído a: BIOGRAFICO, SICOSOCIAL. Pase el mismo al ARCHIVO.

El Jefe del Dpto. I (Int)

Tte.Cnel.

CASSELLA.

13-5-92
SSD (I)
9203890

001/4

SECRETO

Montevideo, 06 de Mayo de 1992.

REFERENTE_A: Arribo de marcha del Espinillar a Montevideo.

Con motivo del arribo de los marchistas del Espinillar a la ciudad de Montevideo el 30-ABR-92 y ante la convocatoria a una concentración por parte del PIT-CNT, en Agraciada y Freire se establece que en dicha intersección se encontraba a modo de estrado la camioneta 515.060 con equipo de amplificación de la Empresa SELENIUN.

- La cantidad de gente allí presente oscilaba entre los 2.500 a 3.000 encontrándose obreros de gran cantidad de Empresas las cuales habían realizado un paro para asistir a dicho evento.

- También allí presentes se encontraban dirigentes del PIT-CNT de organizaciones frentistas y Nuevo Espacio.

- Entre ellos se destacan, Héctor LEZCANO (PDC), Lucas PITTALUGA, León LEV, Daniel BALDASSARI, Richard READ, FERNANDEZ HUIDOBRO, José BENTANCUR (Dirigente ANCAP), Jorge SILVANO, etc.

H. 10:35 - Arriba al lugar la marcha disponiéndose los marchistas alrededor del estrado.
Quien hace la introducción al acto (integrante del PIT-CNT y responsable de los equipos de amplificación) menciona que acompañando la marcha vinieron 14 ómnibus desde Constitución, Belén y Salto con los familiares y amigos de los marchistas.
Además menciona que recibieron muchos ofrecimientos de organizaciones sociales para alojar a los 600 entre marchistas y familiares.
Entre ellos están el Club Progreso, el Club Arbolito, Asociación Cristiana de Jóvenes de La TEJA, la Parroquia de La Teja, la Capilla Obrera de La Teja, CO.VI.TEA., el Sindicato de BAO y vecinos del Plan 40 Semanas de Conciliación y el Yi.
- A continuación de esto hace uso de la palabra en representación de la Iglesia, el Cura Miguel Angel BRITO de la iglesia de la Aguada quien compara esta marcha con la que hizo Artigas de Montevideo a el Ayuí.
- Expresa que en esta marcha está la dignidad de toda América Latina. Que en ella está representado el esfuerzo que hacen miles de jóvenes que se desplazan buscando trabajo, tanto hacia el interior del País como desde el interior a la Capital, y aquellos otros que hacen filas para irse al extranjero en busca de una oportunidad.
- Cuestiona que se piense darle trabajo a los hermanos

POCO LEGIBLE

9203890

002

de la ex-URSS que vengan al Uruguay, mientras no hay trabajo para los propios Uruguayos.

- También menciona que en la Cruz que viene en la marcha, está representando Cristo que marcha con ellos.
- Por último convoca a que todas las organizaciones Sociales luchen al lado de los marchistas para conseguir una sociedad más justa y cambiar las estructuras del País.

- Posteriormente hace uso de la palabra el obrero Sergio MATEO (marchista) del Sindicato de FAYLANA de Paysandú.
- Este detalla que la marcha está enmarcada dentro del Plan de Movilizaciones de la Central Obrera y la intención de trasmitir y hacer saber a la gente los problemas que están viviendo los trabajadores del Litoral del País.
- Manifiesta estar muy emocionado y alentado por el apoyo de la gente, que demuestra que todavía hay muchos dispuestos a la lucha contra el desánimo, contra el "no se puede".
- Ádemás agradece la colaboración de alimentos a lo largo de toda la marcha.
- Critica al Ministerio de Trabajo y Ministerio del Interior; a éste último porque les ha hecho filmaciones de sus movilizaciones en la Ciudad de Paysandú como forma de presión.
- Especifica que el conflicto de FAYLANA afecta a 700 personas en Paysandú y critica también a los políticos, incluso a aquellos que en determinado momento se acercaron a los trabajadores en conflicto y "luego de ver como venía la mano se han abierto".
- Emite duras críticas al MERCOSUR y a los empresarios que desde Punta del Este o viajando por Europa, hambrean a los trabajadores.
- También se queja de que los "rompe huelgas" que han tomado las empresas hacen horas extras en uso y abuso de las leyes de las empresas, con total impunidad.
- Resalta la idea de que las cosas se cambiarán haciendo este tipo de movilizaciones (marchas) y no hablando 10 horas como hacen algunos.
- No por ello descartan las negociaciones pero dice:"Son importantes las negociaciones, pero no cuando se negocia de rodillas, son importantes con la gente marchando".
- Hace otra crítica a aquellos que "dan riña desde afuera". "Eso no sirve; que primero se ganen el espacio adentro y luego entonces sí que hablen". "La lucha se da desde adentro".
- Para finalizar dice que para cambiar el País se van a necesitar muchas marchas, pero que por ahora se vuelven a su ciudad con esperanzas porque la gente ha apoyado.

- Continuando toma la palabra el Presidente de la filial de Espinillar de la Fed.ANCAP Richard DE LOS SANTOS.

POCO LEGIBLE

003 9203890

- Comienza expresando el problema al cual se enfrenta el "Espinillar". Narra toda la lucha que han venido desarrollando los trabajadores del Espinillar a través del tiempo.
- Manifiesta que es un gremio fuerte, que ha dado demostraciones de ello y que la dirigencia ha sido responsable.
- Hace especial incapié que para que las cosas funcionen es esencial que los obreros crean en la dirigencia y para que ello sea posible, es imprescindible que los dirigentes "se pongan a la cabeza" (arranca numerosos aplausos del público).
- Continúa expresando la necesidad de que el Espinillar se salve, de todas las cosas que dependen de él y hace un balance económico trágico de su hipotética venta.
- Para finalizar dice que hay que agotar los recursos para evitar que esto suceda y este marcha quiere ser una demostración de que se puede pelear. "Es una bofetada a los_apóstoles_de_la_resignacion", expresa.

- Por último hace uso de la palabra Oscar_LOPEZ, en representación del PIT-CNT.
- Hace un ligero balance de la marcha y emite duras criticas al Gobierno, como que "quieren destruir a la clase trabajadora".
- Bregó porque después de éste hay que seguir luchando con paros generales y más movilizaciones.
- Marca la necesidad de la Solidaridad y la unión para que las cosas caminen.
- Critica a los medios de prensa que han tratado de desvirtuar, desfigurar o desinformar, por Ej. queriendo hacer creer que esto era una marcha cañera.
- Para finalizar expresa que los trabajadores no tienen otra herramienta que la lucha y que ésta debe ser con unidad, única forma de poder derrotar a este Gobierno.

H. 11:30 - Se da por finalizado el acto, convocando para una concentración a la H. 16:00 frente al Ministerio de Trabajo.
- También se convoca a los fogones en la Plaza La Fone, lugar convenido para acampar los marchistas.

POCO LEGIBLE

004/4 920 3890

RESERVADO

Hoja No. 1 de 1
Copia Nº__ de
D E II
C. SAN JOSE
041200MAY92
A R - [illegible]

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro.027/D-2/92:

I.-**EVALUACION:** A - 2

II.-**RESPONDE A:**-Información recabada.-

III.-**T E X T O:** -El día martes 21 de Abril se llevó a cabo una reunión en la Sede de la Junta Departamental de C.TRINIDAD, organizada por la Intendencia Municipal de FLORES, a efectos de integrar la Comisión Departamental del MERCOSUR.
-En la oportunidad fueron electas 12 personas, cuyos nombres se detallan a continuación:

- **Presidente:** Antonio MARTINEZ ARREGUI (P.N. "PLP"), por Centro Comercial de Flores.-
- **Vice-Pte:** Armando CASTAINGDEBAT COLOMBO (P.N."H") por Cooperativa Unión Rural de Flores.
- **Secretario:** Oscar ESPINOSA (P.Col. -UCB) por TRANSA, (TRINIDAD-MADRID)
- **Pro-Scrio:** Ricardo LOPEZ SANDOVAL (P.Nal."MNR") en representación de los medios de comunicación.-
- **Tesorero:** Gerardo VERA (F.A.) por COFAC.-
- **Pro-Tesrero:** Edgardo MIGNOLO (P.Nal. "PLP") por Cooperativa "GRANJEROS DE FLORES".-
- **Coordinadores:**-Juan A.TEJERA MONTES DE OCA (P.Nal. "PLP")por la Intendencia Municipal.
  Cristina IRAZABAL de BAROFFIO (P.Nal. "PLP") por la Junta Departamental.-
  José Mª.CABALLERO (P.Col. "B.U.")por la Junta Departamental.-
- **Vocales:** Julio AROCENA (se desc.filiación)por Lanas "TRINIDAD" S.A.
  José P.MARCUINDEGUY (F.A. Ind.)por el // Plenario Intersindical de Flores.-
  Olga SILVA de RODRIGUEZ (F.A. "V.A." por la Enseñanza

Doc. Poco Legible

IV.-**SINTESIS:**
Fecha: . . . . .21 de Abril de 1992.
Lugar: . . . . .C.TRINIDAD
Organización: . . . . Omitidas-
Resúmen: . . . . .Integración Comisión Dptal.del MERCOSUR.-

.///

RESERVADO

17

SECRETO

1/2

C.G.E.

Hoja 1 de 1
Copia No.
D-II/EM/D.E.I.-
MONTEVIDEO.-
080800/MAY/992.-

HR - 044.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No. 044/D-2/992.-

I.- EVALUACION: A - 2.-

II.- RESPONDE A: Informaciones varias existente en este Comando.-

III.- T E X T O : Se adjunta u[illegible] h[illegible]a.-

IV.- SINTESIS: Se Omite.-

V.- ACCION TOMADA: Confección del presente Parte.-

VI.- DISTRIBUCION:

ORIGINAL.	C.G.E.-
Copia	ARCHIVO.-

El Jefe del Estado Mayor de la D.E.I.-
Coronel
MIGUEL RODRIGUEZ.-

DIVISION DE EJERCITO I - ESTADO MAYOR - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

GY/hr

13.5.92
SSD
9203892

301792

0012

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada: 19 MAYO 1992
Pase a: Bico Secreto
No. de Entrada: 9203892

SECRETO

01/06

La Fábrica TORINO S.A. ubicada en calle García de Zúñiga No. 3509 y Juan Acosta se encuentra en conflicto y ante la posibilidad de que el mismo abarque mucho tiempo, en caso de no llegar a un arreglo con la patronal, los operarios han montado una buena organización. Tienen una olla sindical en la finca ubicada en calle García de Zúñiga No. 3510, Ocupando el patio de la misma se instaló una carpa grande de color anaranjado.

Se puede apreciar que concurren alrededor de 50 personas en forma permanente.

Se detectó la presencia del sindicalista Nelson De MARIA.-

CC2|2

RESERVADO

Hoja 1 de 1
Copia No. 1
S - 2.-
Bn.Ing.Cbte.No.2.-
C.Florida.-
061330MAY992.-

1/1

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.006/992.-

I.-**EVALUACION**: A - 1.-

II.-**RESPONDE A**:-Información obtenida por esta Unidad.-

III.-**T E X T O**:-Durante las audiciones en las que aparecía el Sr. [illegible] LOPEZ, dueño de radio EM.CX.222 - LIBERTADOR, en el día 1° de Mayo -- 1992, mientras realizaba entrevistas con distintas personas sobre el hecho acontecido en la ciudad de Minas, con relación a la bomba que fuera puesta en un puente ferroviario cerca de dicha ciudad, recalcaba y dejaba entrever como que el grupo que se adjudicaba el hecho tambien era gente que sabía usar los explosivos, armarles, y que conocía dicho trabajo y que poca gente tiene acceso a este tipo de material para armar los explosivos y recalcaba el poder de la bomba.-

NOTA: Se está procurando obtener la grabación de una de las audiciones del día 1°/5/92 que fuera emitida aprox. a las 2036 Hs.(en lo cual mencionaba que podían haber sido militares).-

IV.-**ACCION TOMADA**:-Confección del presente Parte Especial de Información.

V.-**DISTRIBUCION**:
D.N.II..........................(1 Ej. Original).-
Dpto.2 C.G.E....................(1 Ej. Copia No.1).-
D.G.I.D.........................(1 Ej. Copia No.2).-
ARCHIVO.........................(1 Ej. Copia No.3).-

XXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EL JEFE DEL BN.ING.CBTE.No.2.-
TTE.CNEL.
[illegible] A. [illegible].-

BATALLON DE INGENIEROS DE COMBATE No 2 R.O.U.

BIOGRAFICO
Conocimiento
30/5/92

POCO LEGIBLE

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
Fecha 13-5-92
SSD I
920389

001/1

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 19 MAYO 1992
Pase a Biog. Militar
Nr. de 9203893

RESERVADO

Los checos pueden fabricar hasta 990 bombas atómicas

PRAGA. (EFE).- Las centrales nucleares checoslovacas cuentan con material radiactivo suficiente para fabricar 990 bombas atómicas, se afirma en un informe publicado ayer en Praga por la Comisión Checoslovaca para la Energía Atómica.

El documento añade que en Checoslovaquia funcionan en la actualidad ocho bloques nucleares que "acusan un alto y estable nivel de seguridad".

Asimismo, se recoge que el año pasado se produjeron en las plantas nucleares checoslovacas 327 accidentes, de los que, sin embargo, sólo siete fueron de carácter grave y clasificados con los grados "1" y "3" según la escala internacional de siete.

El futuro de la central atómica de "Jaslovske Bohunice", al oeste de Eslovaquia, con anticuados reactores soviéticos "VVER 440230", constituye el mayor problema para el programa nuclear de Checoslovaquia, se señala en el informe.

En esa central se encuentran 131 elementos combustibles radiactivos, deteriorados a causa de la avería que se produjo en esa planta en 1977, así como una considerable cantidad de líquidos radiactivos en recipientes cuyo estado técnico es prácticamente incontrolable.

OÍDOS SORDOS A LOS RECLAMOS

Por recomendación de varias inspecciones, entre ellas las realizadas por expertos de los consorcios alemán "Siemens" y estadounidense "Westinghouse", en esa central rige en la actualidad un "régimen especial de seguridad" que permitirá mantener las instalaciones en funcionamiento hasta 1995.

No obstante, expertos eslovacos estudian la posibilidad de someter la central a una reconstrucción general en 1995 y prolongar así el funcionamiento de los reactores hasta el año 2005, a pesar del rechazo de los ecologistas checoslovacos y del Gobierno de la vecina Austria que reclaman el cierre inmediato de la planta.

La Comisión Checoslovaca para la Energía Atómica advierte que "ese sería un proyecto sin precedentes, pues ninguno de los países del antiguo bloque soviético se ha atrevido hasta ahora a llevar a cabo tal reconstrucción".

Otro problema grave que afronta Checoslovaquia es, según el informe, el almacenamiento de combustible radiactivo quemado, pues el país no dispone de los correspondientes depósitos.

Hasta 1988, Checoslovaquia exportaba ese material a la desaparecida Unión Soviética, pero los precios que han fijado recientemente las naciones de la Comunidad de Estados Independientes (CEI) "son superiores a las posibilidades del país", constatan los expertos checoslovacos.

Por cuatro elementos combustibles quemados, que serían exportados próximamente a la CEI, Checoslovaquia se verá obligada a pagar 1,2 millones de dólares. ■

Elecciones en Austria.
El PAIS (100007)
25/4/92.
Austria (65201)
F. Pol. (11164)
6. Nac (11302)

Cuatro candidatos en pugna

Viena,
por Vivianne Schnitzer

Austria se prepara a elegir nuevo presidente mañana mientras intensifica su ofensiva internacional para ingresar en la Comunidad Europea (CE). Ese día se pondrá fin a la era de Kurt Waldheim como jefe de Estado, considerada casi como un bochorno nacional y que ha aislado al país durante seis años.

El ex secretario general de las Naciones Unidas entre 1971 y 1981 ganó las elecciones en 1986 con un 53 por ciento de los votos. En plena campaña electoral, fue acusado por el Congreso Judío Mundial, con sede en Nueva York, de haber estado implicado en crímenes de guerra perpetrados durante la II Guerra Mundial, cuando era oficial de la Wehrmacht (el ejército de la Alemania nazi) en los Balcanes. Las acusaciones, en lugar de arruinar su candidatura, convirtieron a Waldheim en el favorito del electorado. La política mostró su peor rostro luego al utilizarse argumentos antisemitas como instrumento político para ganar votos.

A pesar de que una comisión histórica internacional estableció la inocencia de Waldheim respecto a las acusaciones de haber tomado parte activamente en deportaciones y asesinatos, quedó claro que él mintió reiteradamente sobre su pasado.

Ahora, cuando la república alpina espera integrarse como miembro de pleno derecho en la Comunidad Europea, los austríacos necesitan olvidar su pasado y mostrar un presidente con un pasado político limpio, cualificación que poseen en mayor o menor medida los cuatro nuevos candidatos a la presidencia que serán elegidos el próximo domingo. Cuando los líderes políticos respiran con alivio por la partida de Waldheim, Hoerg Haider, líder del Partido Liberal (FPOE, derecha populista), representado con un 22 por ciento en el Parlamento Federal, dicta los temas de discusión y ha logrado un agresivo protagonismo en la campaña electoral, a pesar que él mismo no se presenta como candidato a la jefatura del Estado.

Se espera que el ganador sea el ex ministro de Transportes Rudolf Streicher quien, según un sondeo de Gallup, obtendrá un 33 por ciento de los votos en la primera vuelta. Streicher es un ingeniero con el pragmatismo propio de la nueva socialdemocracia austríaca, que no tiene mucho que ver con la del fallecido ex primer ministro Bruno Kreiski.

El contendiente más cercano a Streicher es Thomas Klestil, diplomático con 35 años de carrera de los cuales 25 los ha pasado fuera del país. Es el candidato del Partido Popular (OEVP, democristiano) y, según el sondeo antes citado, obtendrá los votos de un 26 por ciento del electorado, lo que probablemente hará necesaria una segunda vuelta en mayo, ya que nadie obtendrá la mayoría absoluta.

Ambos candidatos presentan un programa sin diferencias sustanciales. Sí a la Comunidad Europea y sí al asilo y una política más restrictiva de inmigración. La única mujer candidata a la presidencia, Heidi Schmidt, de 42 años, es la cara presentable del partido de Haider. El Partido Liberal sufrió una verdadera carnicería en los últimos meses después de que el "führer" expulsara u obligara a renunciar a todas las voces críticas.

Schmidt, que bajó la cabeza acogiéndose al nuevo orden, obtendrá entre un 13 por ciento a un 15 por ciento de los votos, según las últimas encuestas.

Robert Jungk, de 78 años, es el candidato por el Partido Verde Alternativo y obtendrá de un 5 por ciento a un 8 por ciento de los votos. Jungk, futurólogo y escritor, se ha convertido en el objeto de ataque del ultraderechista Haider.

01-01

9203898.

Nº DOCUMENTO
TITULO Los cuatro candidatos a la presidencia de Austria.
PROCEDENCIA CLARIN (1500024)
FECHA PROCEDENCIA 26/4/92.
VINCULACIONES Austria (65201)
F. Pol. (11104)
PP. PP. (11304)
G. Lizz (11302)

Austria: cuatro hombres para remplazar a Kurt Waldheim

FICHAJE

Casi seis millones de austriacos votarán hoy para elegir al sucesor del controvertido presidente Kurt Waldheim, acusado de haber deportado a casi medio millón de yugoslavos a campos de concentración de la Alemania nazi. Según los últimos sondeos, el socialdemócrata y ex ministro de Transporte Rudolf Streicher es el más firme candidato. En Austria, la [illegible] presidente es [illegible], la de representar al país en el exterior. La inserción de Austria en la Comunidad Europea es el tema crucial de estos comicios.

Klestil

Thomas Klestil, del Partido Popular (conservador), 59 años, se doctoró en la Facultad de Ciencias Económicas de Viena y es hoy diplomático. Trabajó en la misión austríaca ante la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), en París, y ocupó diversos puestos diplomáticos en los Estados Unidos: cónsul general en Los Angeles, representante permanente de Austria ante las Naciones Unidas, en Nueva York (1978-1982) y embajador de Austria en Washington (1982-1987).

Su lema es: "Por mi experiencia internacional conozco como casi nadie las oportunidades y los desafíos de la futura Europa."

Streicher

Rudolf Streicher, del Partido Socialdemócrata, 53 años, es ingeniero e industrial y fue presidente de Austria Metall. Desde 1986 hasta este año, en que dimitió para presentar su candidatura a la presidencia austríaca, fue ministro de Transporte del gobierno de coalición con el Partido Popular (conservador), que preside Frans Vranitsky.

Como titular de la cartera de Transporte, Streicher introdujo la obligatoriedad del catalizador en los automóviles e hizo de Austria el país más protector del medio ambiente en Europa junto con Suiza.

Coronó su labor con la firma, a finales de 1991, de un llamado "Tratado de tránsito" con la Comunidad Europea, que llevará a una reducción del 60 por ciento de los gases tóxicos en diez años en la zona de los Alpes haciendo primar el transporte ferroviario sobre el de carretera.

Su lema electoral es: "Mi objetivo es una Austria fuerte integrada en una fuerte Europa."

Schmidt

Heide Schmidt, del Partido Liberal (ultraconservador), aunque pertenece a su sector más liberal tiene 43 años. Nació en Kempten (Alemania) y estudió en Viena derecho y ciencias sociales y económicas. Trabajó durante algún tiempo en la oficina del "Ombudsman" (abogado del pueblo austríaco). En 1987 fue elegida para el Bundesrat (Consejo federal) y en 1990 se convirtió en tercera presidenta del National (Consejo Nacional o Congreso de Diputados).

Su lema es: "No quiero una función meramente representativa, sino defender los intereses de los ciudadanos, que no siempre coinciden con los del gobierno."

Jungk

Robert Jungk, propuesto por Los Verdes tiene 79 años. Nació en Berlín y estudió historia y filosofía en la ex capital alemana, en París y en Zurich. Fue desposeído, como judío, de la nacionalidad alemana por los nazis en 1934.

En sus libros se ha ocupado de los problemas éticos que plantea la ciencia pese a su aparente neutralidad. Ha escrito varios libros contra la bomba atómica, uno de ellos dedicado a Hiroshima. En 1964 fundó en Viena el Instituto de Futurología. En 1986 recibió en Estocolmo el llamado "Nobel" alternativo. Es el único que se ha opuesto abiertamente en la campaña al ingreso de Austria en la actual Comunidad Europea por sus implicaciones políticas y militares para la actual neutralidad austríaca.

Su frase preferida: "Nuestra patria hace tiempo que dejó de ser una isla de felicidad; la caracterizan los escándalos, la corrupción, la [illegible] medioambiental y las prebendas partidistas."

01-01

9203899

Nº [illegible]
TEMA: Elecciones en Austria.
FUENTE: Clarín (150024)
FECHA: 27/4/92
VINCULACIÓN: Austria (65201)
F. Pop (11164)
G. Nac (11302)
PP. PP (11304)

NINGUN CANDIDATO SACO MAYORIA

Habrá "ballottage" en Austria para elegir sucesor de Waldheim


Agencia AFP

VIENA, 26 (Reuter). — El [illegible] Rudolf Streicher se perfilaba hoy como más probable sucesor del controvertido presidente Kurt Waldheim, según proyecciones extraoficiales de las elecciones de hoy.

No logró, sin embargo, [illegible] por lo que ahora [illegible] segundo candidato más votado, [illegible] tido del Pueblo (OeVP), de tendencia [illegible] informó la televisión austríaca.

La proyección se basó en aproximadamente [illegible] ciento de los votos [illegible] ciudadanos estaban [illegible] habría [illegible]

[illegible]

En las últimas elecciones [illegible]

01-01

9203900.

DELEGADO DE LA INDUSTRIA CARNICA VIAJA AHORA HACIA ARABIA SAUDITA

CONTACTOS para afianzar la buena relación comercial con el segundo importador de carne ovina del país

Un representante de la industria frigorífica mantendrá importantes contactos en Arabia Saudita, país que es un destacado comprador de productos uruguayos y particularmente en el rubro de carne ovina. En el marco de una misión organizada por la Dirección de Comercio Exterior, integrará la delegación el director del frigorífico Cruz del Sur, Luis de Barbieri. Además de los contactos que mantendrá en aquel mercado en forma particular, el empresario concurre además llevando la representación de la Cámara de la Industria Frigorífica, entidad que reúne a un importante núcleo de la industrial del sector.

Cabe destacar que Arabia Saudita representa un mercado constante para la colocación de productos cárnicos nacionales, siendo el segundo mayor importador de carne ovina de nuestro país, detrás de la Comunidad Económica Europea. En forma especial es un gran consumidor de carcazas de cordero con hueso, mientras que en el rubro ovinos es un importante comprador de menudencias, como ser mondongos, rabos y otros tipos de estos subproductos

La oportunidad de mantener contactos directos con estos clientes en sus propio medio, representa no sólo la posibilidad de concretar algún otro tipo de negocios, sino también, y fundamentalmente, afianzar la buena corriente comercial existente.

Esta nueva misión de la industria cárnica, está marcando el desarrollo de una importante gestión comercial, que se suma a la reciente presencia de representantes de la Asociación de la Industria Frigorífica acompañando a la delegación presidencial que viajó a Europa e Israel, donde si bien no se concretaron negocios en particular, se mantuvieron contactos que permitan prever acciones futuras.

Precisamente en la oportunidad, surgió la confirmación de que Israel procedería a realizar próximamente una segunda licitación para la compra de carnes en la región. Ello aún demorará algunos meses, en principio se indicó que la misma se realizaría en junio próximo, pero estaría determinando que se mantendría un canal para la colocación de nuestras carnes.

En estos momentos se llevan procesadas poco más de la mitad de la partida de 11.000 toneladas adquiridas por Israel a comienzos de año. La faena con ese destino continuará en consecuencia, habiéndose interrumpido durante un par de días en algunos establecimientos por la ausencia de los especialistas que realizan el control de los cortes específicos que deben realizarse para el mercado israelí, quienes se reintegran en las próximas horas a la actividad, prosiguiéndose en consecuencia el procesamiento de las carnes.

En este nuevo llamado a precios, también participarán las industrias cárnicas de Argentina y Brasil, pero en sectores locales se adelantó que seguramente será de volúmenes inferiores a los que se están procesando ahora. Se indicó que en principio este [illegible] se había planteado a nivel de ampliación de los cupos ya otorgados a los distintos frigoríficos, pero los compradores de aquel [illegible] por hacer una licitación, a

MILES DE MANIFESTANTES DEL SINDICATO CREADO POR EL LIDER POLACO, EN LAS CALLES DE VARSOVIA

"Solidaridad", contra Lech Walesa

VARSOVIA, 24 (AP). — Decenas de miles de afiliados al sindicato Solidaridad marcharon hoy por las calles de la capital polaca en protesta por la política económica del gobierno de Lech Walesa, que ha elevado el costo de vida y el desempleo en Polonia.

Encabezada por el presidente del legendario sindicato Solidaridad (principal actor en el derrumbe del sistema comunista en Polonia), Marian Krzaklewski, la marcha se extendió por más de dos kilómetros. Diversas fuentes de información no se pusieron de acuerdo en cuanto al número de los participantes. Los más optimistas calcularon 70.000 manifestantes mientras que las autoridades polacas dieron una cifra total de 30.000. Sin embargo, todos coincidieron en que se trataba de la mayor demostración de protesta del sindicato independiente desde que su ex titular, [illegible] Walesa, asumió la presidencia de Polonia en octubre de 1990.

Según los organizadores, en la marcha participaron representantes de 250 empresas estatales y su objetivo era protestar por la actual política económica.

Durante la marcha los obreros protestaron también por los planes del gobierno para elevar el precio del combustible.

La demostración terminó ante el palacio del Belveder, residencia del presidente Walesa, quien salió del edificio para hablar con los obreros y asegurarles que no solo respaldaba sus demandas sino que también procuraría satisfacerlas.

Desde la asunción de Walesa, la introducción de la economía de mercado y la liberación de precios ha empujado a gran parte de la población al borde de la miseria. Según fuentes locales, el índice de desempleo —de 11 por ciento en la actualidad— podría duplicarse hacia fines de este año.

Nº. DOCUMENTO ....

TITULO Grave enfrentamiento entre el Pte Polaco, Walesa, y el Parlamento..

PROCEDENCIA Clarín (150024)

FECHA DE REFERENCIA 26/4/92.

VINCULACION Polonia (66861)

F. Pol (11164)

G. Nac (11302)

GRAVE ENFRENTAMIENTO ENTRE LECH WALESA Y EL GABINETE

Tambalea el gobierno de Polonia

La iniciativa de Lech Walesa para formar un gobierno de especialistas sin filiación partidaria encuentra fuerte resistencia en los partidos políticos polacos. El presidente deberá hacer frente a tres nuevas renuncias ministeriales, lo cual agudizará la crisis que padece la coalición gubernamental de siete partidos. Walesa propicia también una amplia alianza parlamentaria, pero las conversaciones efectuadas han terminado en un rotundo fracaso. Podría incorporarse al gabinete Tadeusz Mazowiecki, primer jefe del gobierno no comunista de la Polonia de posguerra.



Manifestantes del sindicato "Solidaridad" en las calles de Varsovia. A las protestas de los trabajadores —[illegible] rumbo económico—, Walesa suma ahora un grave enfrentamiento con tres de sus ministros.

VARSOVIA, 25 (EFE). — La desbandada de ministros que parece avecinarse en el gobierno polaco ha empujado a los observadores políticos a sostener que el Ejecutivo de **Polonia** no tiene más que **dos semanas de vida**.

La brecha quedó abierta con la dimisión del ministro sin cartera **Arthur Balazs**, representante de corrientes agrarias y el anuncio del ministro de Finanzas, **Andrzej Olechowski**, de seguir el mismo camino.

Olechowski anunció que dimitirá si el Parlamento modifica el presupuesto propuesto por el gobierno para 1992.

Está pendiente también la dimisión del ministro de Defensa, **Jan Parys**, exigida por el presidente de la República, **Lech Walesa**, por haberlo acusado de tratar de arrastrar al ejército a la lucha política.

Aunque el gobierno y su presidente quieren salvar a Parys, todo parece indicar que su salida del Ejecutivo es inevitable, porque **para Walesa se trata de un problema de prestigio**.

Incluso dentro de la coalición gubernamental, que integran siete partidos, ya se habla de la posibilidad de sustituir a Olszewski por otro político que pueda superar el conflicto entre el gobierno y el presidente de la República.

Olszewski perdió el viernes muchos puntos, cuando en la sesión plenaria del Congreso de los Diputados acusó a varias agrupaciones políticas de "jugar al estado de derecho".

El Congreso debatió el viernes el fallo del Tribunal Constitucional que declaró incompatible con la Constitución la ley aprobada el año pasado sobre la revalorización de las pensiones de jubilación, que despojó de sus derechos de percibir altas pensiones a más de un millón de personas.

La aprobación del fallo del Tribunal Constitucional significará un gasto adicional para el Presupuesto del Estado de 60 billones de zlotys (unos 4.600 millones de dólares) y su ruina total.

Muchos ministros de Olszewski han anunciado que en el caso de que el Parlamento acepte el fallo del Tribunal renunciarán a sus cargos independientemente de lo que decida el primer ministro Olszewski.

Entre los nombres que se citan en círculos parlamentarios como candidatos para la jefatura del gobierno figuran **Tadeusz Mazowiecki**, primer jefe de gobierno no comunista de la Polonia de posguerra; **Jerzy Eyssymontt**, jefe del actual equipo económico gubernamental, y el propio ministro de Finanzas, Andrzej Olechowski, que perteneció al Partido Comunista.

Por su parte, en declaraciones hechas a la prensa, el presidente Walesa formuló la idea de formar un gobierno de especialistas sin filiación política, a los que no se pueda acusar de defender los intereses de sus partidos antes que los del pueblo y la nación.

La idea de Walesa ha despertado una fuerte reacción negativa en todas las fuerzas políticas, que [illegible] gobierno de esas [illegible] ría, ante todo, del [illegible] blica, que trata [illegible] ampliar su influencia y [illegible]

Walesa declaró [illegible] nes que se acerca la [illegible] nuevo primer ministro y [illegible] coalición parlamentaria [illegible]

La creación de esa [illegible] la obra más difícil en [illegible] 29 partidos, como [illegible] semanas de negociaciones [illegible] bernamental, de siete partidos [illegible] que de tres agrupaciones que [illegible] zowiecki, que terminaron con [illegible] fracaso.

POCO LEGIBLE

01 01

9203903

ENTRADO: VR

CRUZADO: VR

El caso albanés

LAS recientes elecciones parlamentarias en Albania significaron un paso decisivo en el camino de aproximación al siglo y al continente europeo, que el pequeño país balcánico inició hace menos de un lustro. El Partido Democrático obtuvo el 70 por ciento de los votos y la mayoría absoluta —100 diputados— en la nueva Cámara Legislativa, desplazando definitivamente del poder a los comunistas "reformados" que aspiraban a seguir pilotando el proceso de transición.

El Partido Socialista, sucesor del Partido Comunista de Enver Hoxha, que había monopolizado el poder desde la finalización de la Segunda Guerra Mundial, obtuvo con esa denominación, adoptada hace dos años, el 20 por ciento de los votos y una veintena de diputados de los 140 que integrarán el Parlamento. Hace poco más de un año, en abril de 1991, los ex comunistas habían logrado el triunfo en las primeras elecciones libres del país, con el compromiso de formar un gobierno de coalición con los opositores y realizar una reforma amplia de las instituciones.

Esa reforma y la crisis de ingobernabilidad derivada de la pésima situación económica llevaron a estas nuevas elecciones, donde las proporciones se invirtieron. Los comunistas "reformados" habían contado en aquella primera consulta con el apoyo prudente y temeroso de las masas campesinas, que componen el 60 por ciento de una población de tres millones de habitantes.

Contrariando los esquemas del marxismo clásico, los habitantes de la campaña, más conservadores y pasivos, habían optado por el "mal conocido" en una versión que prometía cambios, mientras los habitantes de las ciudades —obreros, profesionales e intelectuales— se identificaron sin reservas con el Partido Democrático, que pregonaba el tránsito a la economía de mercado y la modernización integral del país.

Albania, en efecto, había permanecido, bajo la pomposa denominación de sistema socialista revolucionario, en la retaguardia de Europa. Su economía nunca superó las actividades agropecuarias como base productiva fundamental y el delirio ideológico de sus dirigentes, en la práctica tristes burócratas de miras muy cortas, la mantuvo en el aislamiento cultural y comercial casi absoluto.

Durante décadas, los dirigentes albaneses que habían transformado su primitivo alineamiento con la URSS en seguidismo maoísta y luego en un sectarismo propio y exclusivo, vivieron hasta un extremo exagerado y grotesco una de las contradicciones más características y dramáticas del siglo, es decir, la explicación ideologizada y mitificada de una práctica social y económica que corría por carriles diversos de las declamaciones doctrinarias.

Si en el caso de la Unión Soviética los especialistas de las mismas filas marxistas no han terminado en ponerse de acuerdo sobre la definición del régimen en extinción —"Estado obrero degenerado", "colectivismo burocrático", "capitalismo de Estado", etcétera—, en el caso albanés pocos eufemismos cabrían para aludir a la condición de país subdesarrollado dirigido por una camarilla de burócratas.

El camino ahora emprendido no será ciertamente de fiestas y flores sino simplemente el de la realidad contemporánea y sus desafíos, escamoteada por más de cuarenta años al amparo de las tensiones y los equilibrios de la guerra fría.

Lo ocurrido en Albania es pues también una lección útil para quienes en otras latitudes deben reconocer en el tejido de sus problemas la urdimbre de las estructuras, que merecen y exigen corrección y apuntalamiento, de los simples adornos y corrimientos casuales. La subsistencia de una economía primitiva y aislada no es compatible con la construcción o el afianzamiento de ningún sistema social o político que asegure bienestar, libertad y equidad a los componentes de una nación ni soberanía real a esta, en el terreno de las decisiones internacionales, para persistir y progresar en cooperación con las demás en un mundo cada vez más interrelacionado e intercomunicado.

Albania se suma al mundo libre

EN las elecciones parlamentarias que acaban de efectuarse en Albania las fuerzas democráticas de oposición han obtenido una holgada victoria. El hecho tiene una gran significación política, pues pone punto final a la prolongada y opresiva hegemonía del Partido Comunista.

Como se sabe, los albaneses estuvieron sometidos durante 45 años a un totalitarismo férreo, basado en el modelo stalinista más ortodoxo. En marzo de 1991 el gobierno comunista –ante la ola de cambios que empezaba a extenderse por la Europa marxista– decidió convocar al país a elecciones libres, una experiencia que los albaneses no vivían desde 1944. Los comicios se realizaron sin que se advirtieran irregularidades, pero el resultado fue decepcionante para las fuerzas democráticas, ya que el triunfo correspondió al oficialismo comunista, que obtuvo 165 bancas parlamentarias sobre un total de 250.

En los días que siguieron a esa primera experiencia electoral la situación económica del país experimentó un vuelco patético: creció abruptamente la miseria, vastos sectores se vieron acosados por el hambre y se desató la psicosis del éxodo: los barcos que se dirigían a Italia fueron asaltados por miles de albaneses deseosos de emigrar a ese país. El éxodo masivo se frustró por la firme negativa de Italia a aceptar una ola inmigratoria cuyas expectativas laborales resultaba imposible satisfacer.

El vuelco electoral que acaba de producirse es el resultado de esas turbulencias sociales. El Partido Democrático (PD), cuyo líder es el dirigente Sali Berisha, ha obtenido, de confirmarse las proyecciones de los observadores, entre el 82 y el 86 por ciento de los sufragios, lo que revela la magnitud del revés sufrido por el Movimiento Socialista, denominación adoptada por el oficialismo comunista en un vano y tardío intento de remozar su imagen.

El futuro Parlamento, en el cual el PD tendrá amplia mayoría, deberá decidir si revoca o no el mandato del actual presidente de la nación, el comunista Ramiz Alia, elegido en 1991 por un período de cinco años.

El futuro no se presenta fácil para las fuerzas democráticas, que heredan un país devastado y en plena conmoción social. Más allá de la preocupación que ese panorama suscita, corresponde celebrar este triunfo de la democracia en lo que hasta ayer fue el más obstinado baluarte del stalinismo. 01-01

Renunció el presidente albanés

Ramiz Alia, sucesor de Enver Hoxha, fue el último gobernante comunista de un país aislado de Europa durante décadas por un régimen stalinista.

TIRANA, Albania, 3 (AP).– El anuncio sobre la renuncia, difundido por la radio estatal en vísperas de la primera sesión de un nuevo Parlamento, eliminó el último obstáculo para que el Partido Democrático (anticomunista) asuma pleno control del gobierno en este empobrecido país.

No quedó en claro, de inmediato, a quién seleccionarían los demócratas en reemplazo de Alia, de 66 años.

En diciembre 1990, bajo presiones de protestas populares, Alia aflojó el dominio absoluto del poder que ejercía el Partido Comunista, y se formó el Partido Democrático, el primero de la oposición.

Alia fue sucesor del dictador stalinista Enver Hoxha, quien ejerció el poder hasta su fallecimiento en 1985.

Los comunistas ganaron las elecciones multipartidistas efectuadas hace un año, utilizando su mayoría parlamentaria para seleccionarlo a Alia como presidente, y en lo sucesivo fueron conocidos como Partido Socialista. Alia dejó la jefatura del partido al ser designado para la presidencia.

Pero los socialistas hallaron que el país resultaba ingobernable en las nuevas circunstancias, y los demócratas obtuvieron 92 de las 140 bancas en el nuevo Parlamento. Los socialistas recibieron sólo 38 escaños.

Declaración

En su declaración difundida hoy, Alia dijo que "hace un año acepté el cargo de presidente en nombre del bien de la patria, en nombre de la unidad del pueblo, del progreso político del país, y de la consolidación de la democracia. Por la misma razón ahora renuncio como presidente".

Luego de su triunfo electoral los demócratas dijeron que querían aprovechar su mayoría legislativa para lograr el alejamiento de Alia, a quien vinculaban con el largo pasado comunista de Albania.

A principios de enero, Alia sufrió un leve ataque cardíaco, [illegible] en un hospital dos horas, y reanudó su actividad política. No pareció que la decisión anunciada hoy estuviera relacionada con su estado de salud.

Albania atraviesa por circunstancias económicas desesperadas, al punto que los 3,2 millones de habitantes dependen casi exclusivamente de la ayuda extranjera para alimentarse.

La agricultura se debate en medio de un total desorden, la tasa de crímenes es sumamente elevada, y miles de albaneses ven a la inmigración como única esperanza.

Sali Berisha, del Partido Demócrata, nuevo Presidente albanés.
La Nación
5/4/92
Albania
F. Pol
G. Nac

Designan al nuevo presidente albanés

D-7

TIRANA, 4 (Reuter). – Sali Berisha, líder del Partido Demócrata que barrió el último vestigio del régimen comunista en las elecciones de febrero, será el primer presidente no comunista de la historia de Albania, informaron fuentes del partido.

Berisha, un cirujano de 47 años, sucederá a Ramiz Alia, quien presentó formalmente su dimisión al recientemente elegido Parlamento albanés.

El vocero demócrata Genc Pollo confirmó que Berisha había aceptado la nominación a ser el candidato del partido.

Los demócratas, que se alzaron con 92 de las 140 bancas parlamentarias en la votación de hace 15 días, nombraron como primer ministro al arqueólogo de 53 años Alexander Meksi.

Según la Constitución de Albania, corresponde al Parlamento la designación del presidente. Berisha debería ser nombrado el lunes en la primera sesión plena de la asamblea.

Alia, el sucesor designado por el dictador stalinista Enver Hoxha, anunció su dimisión el viernes, optando por la dimisión en lugar de afrontar la humillación de ser desalojado por el Parlamento entrante.

Berisha, frente a una breve sesión constituyente del primer Parlamento sin mayoría comunista desde el final de la Segunda Guerra Mundial, afirmó que los objetivos primordiales del organismo son el restablecimiento de la ley, el orden y la confianza del público.

01-01

9203907

01-01

Nº. DOCUMENTO

TITULO Asumió Pte. de Albania, SALI BERISHA.

PROCEDENCIA la Nación (150025)

FECHA 10/4/92.

VINCULACIONES Albania (65034)
F. Pol. (11164)
G. Nac. (11302)

Asumió el presidente de Albania

TIRANA, 9 (AP). [illegible]

01-01.

ENTRADO VR

CRUZADO VB

9203908.

Fábricas y minas abandonadas ... la economía local

Una Albania ... realiza elec...

- **El Partido Democrático, en ... alcanzaría la victoria**

Albania es hoy, día de las elecciones legislativas, ... fábricas están paralizadas, las minas abandonadas, ... permanente ausencia de productos, o destruidas p... se cosechó en otoño y nadie cree que se plante esta p... han sido saqueadas por sus propios miembros. Lo... son diarios, y la calefacción ya no existe en mucha... circulan sólo ocasionalmente, y los autobuses no p... neumáticos y otras piezas.

EL PAIS de Madrid

Tirana, por H. Tertsch, enviado especial

El Estado vive de los ingresos proporcionados por la venta de los suministros de la beneficencia internacional, protegidos y distribuidos por un ejército extranjero, el italiano. La policía, acobardada, se inhibe ante la ira social, el vandalismo y la delincuencia.

Más de 800 asesinatos sólo en enero entre una población menor que la de Madrid, la proliferación de salteadores de caminos fuera de las ciudades y de bandas de atra[...]dores dentro de ellas, demue[...] que la "anarquía y el caos" [...] hablan sin cesar dirigen[...] todos los partidos políticos [...]ante la campaña electoral d[...]aron de ser amenaza para convertirse en realidad.

Dos años después del comienzo del fin del último régimen estalinista de Europa, Albania es un país destrozado con el Estado en vías de disolución y un pueblo traumatizado por la represión, la ignorancia y la miseria.

Mañana, cerca de dos millones de adultos albaneses están convocados a las urnas en las primeras elecciones con posibilidades de acabar definitivamente con el poder de los comunistas que, bajo su nuevo nombre de Partido Socialista, gobiernan aún en Tirana y mantienen sus cargos en el aparato en todo el país.

El Partido Democrático, dirigido por el cardiólogo Sali Berisha, y principal grupo de la oposición, parece tener esta vez más cerca la victoria que en los pasados comicios hace un año, cuando sus avances en las ciudades no pudieron hacer frente al férreo control que seguía ostentando el aparato comunista sobre el electorado en el campo.

El líder de los ex comunistas Fatos Nano aún cree posible que su partido consiga una mayoría relativa que impida un gobierno sin su participación y evite así "la caza de brujas" que temen los funcionarios del implacable régimen que ahora se extingue. El presidente Ramiz Alia, el único máximo dirigente de un partido comunista europeo que se mantiene aún en el poder es el máximo interesado en que, gane quien gane en estos comicios en

Los primeros resultados s...

Tártaros vo... referéndum

- ***Yeltsin exhortó a votar por NO ... acceder al gobierno presionab... secesión de Tartaria y otras reg...***

Los habitantes de la República Autónoma de Tarta... y rica en petróleo, votaron ayer en un referéndum b... su independencia de Rusia, que Moscú teme pueda ... país.

Kazan, Rusia (UPI) por Gregory Gransden

El tribunal constitucional de Rusia declaró inconstitucional la votación y el Parlamento en Moscú de Rusia indicó que sería anulado -igual que la desaparecida Unión Soviética respondió a plebiscitos de independencia y declaraciones de soberanía hechos en repúblicas, incluida Rusia, antes de que la Unión Soviética fuera disuelta a finales del año pasado-.

El presidente ruso Boris Yeltsin instó a Tartaria a que cancele el plebiscito. Sin embargo, los nacionalistas dijeron en Kazan que Yeltsin declaró a las regiones autónomas de Rusia que pregunta: "¿Estaría de acuerdo con que la República de Tartaria sea un Estado soberano, sujeto a las leyes internacionales, y que edifique sus relaciones con la Federación Rusa y con otras repúblicas sobre la base de tratados igualitarios?"

Funcionarios en Kazan indicaron que más del 66% de los votantes potenciales ya habían depositado su voto a las 2.00 de la tarde y se espera que la concurrencia general sea del 75 por ciento. Los primeros resultados se darán a conocer hoy domingo.

Los líderes de Tartaria, muchos de los cuales provienen del gobierno comunista local durante la era soviética, aseguraron a Moscú que el referéndum no

Fábricas y minas abandonadas marcan la economía local

Una Albania en el CTI realiza elecciones

● El Partido Democrático, en la oposición, alcanzaría la victoria

Albania es hoy, día de las elecciones legislativas, un país presa del caos. Las fábricas están paralizadas, las minas abandonadas, las tiendas cerradas ante la permanente ausencia de productos, o destruidas por los asaltos. El campo no se cosechó en otoño y nadie cree que se plante esta pimavera. Las cooperativas han sido saqueadas por sus propios miembros. Los cortes de fluido eléctrico son diarios, y la calefacción ya no existe en muchas zonas del país. Los trenes circulan sólo ocasionalmente, y los autobuses no pueden hacerlo por falta de neumáticos y otras piezas.



Unos 50 mil manifestantes del Partido Democrático realizan el último acto electoral. (Telefoto de AFP)

EL PAIS de Madrid

Tirana, por H.Tertsch, enviado especial

El Estado vive de los ingresos proporcionados por la venta de los suministros de la beneficencia internacional, protegidos y distribuidos por un ejército extranjero, el italiano. La policía, acobardada, se inhibe ante la ira social, el vandalismo y la delincuencia.

Más de 800 asesinatos sólo en enero entre una población menor que la de Madrid, la proliferación de salteadores de caminos fuera de las ciudades y de bandas de atra[illegible]dores dentro de ellas, demue[illegible] que la "anarquía y el caos" [illegible] hablan sin cesar dirigen[illegible] todos los partidos políticos [illegible]ante la campaña electoral d[illegible]ron de ser amenaza para conve[illegible]rse en realidad.

Dos años después del comienzo del fin del último régimen estalinista de Europa, Albania [illegible] un país destrozado con el Estado en vías de disolución y un pueblo traumatizado por la represión, la ignorancia y la miseria.

Mañana, cerca de dos millones de adultos albaneses están convocados a las urnas en las primeras elecciones con posibilidades de acabar definitivamente con el poder de los comunistas que, bajo su nuevo nombre de Partido Socialista, gobiernan aún en Tirana y mantienen sus cargos en el aparato en todo el país.

El Partido Democrático, dirigido por el cardiólogo Sali Berisha, y principal grupo de la oposición, parece tener esta vez más cerca la victoria que en los pasados comicios hace un año, cuando sus avances en las ciudades no pudieron hacer frente al férreo control que seguía ostentando el aparato comunista sobre el electorado en el campo.

El líder de los ex comunistas Fatos Nano aún cree posible que su partido consiga una mayoría relativa que impida un gobierno sin su participación y evite así "la caza de brujas" que temen los funcionarios del implacable régimen que ahora se extingue. El presidente Ramiz Alia, el único máximo dirigente de un partido comunista europeo que se mantiene aún en el poder es el máximo interesado en que, gane quien gane en estos comicios en que no está en juego su puesto, triunfe una "línea de moderación" que no exija responsabilidades políticas y criminales a los líderes del régimen comunista.

El Partido Democrático cuenta con el abierto apoyo de Estados Unidos y las esperanzas de muchos albaneses de que la victoria de las fuerzas anticomunistas abrirá la espita de las ayudas económicas occidentales.

El ex comunista Partido Socialista, que en la defensa verbal de las "reformas económicas" y la "economía de libre mercado" ya no le va a la zaga a ninguna de las fuerzas democráticas, cuenta con el gran capital del miedo del antiguo aparato y de todas aquellas gentes, especialmente en el campo y en el sur del país, a quienes la democracia ha destruido las certezas ideológicas que hacían medianamente sufrible su miseria.

El líder de la oposición, Berisha, ha acusado al aparato comunista de retener suministros alimenticios y provocar al menos parte de los saqueos habidos en los últimos meses en numerosas ciudades para crear entre el electorado una asociación entre la democracia y la miseria y el caos.

Sin embargo, la situación general es de tal postración, necesidad y hambre real que las convulsiones sociales habidas y las ya anunciadas parecen estar fuera del control de toda fuerza política.

El presidente Alia intenta ahora jugar la carta de la unidad nacional y un gobierno de concentración ante una situación de emergencia que sin duda existe. Alia no tiene ningún reparo [illegible]

[illegible]

9203910

BIOGRAFICO (CC) Conocimiento 06/10/92

ORIGINAL 1/3

M E M O R A N D U M No.[illegible] 13.05.92

MINISTERIO DE [illegible] NACIONAL
Dirección General [illegible] Defensa
Fecha [illegible] 14 MAYO 1992
Pase: RIOGR. MILITAR.
Nº 9203910

I: ASUNTO: INFORMACION CENTRAL DEL MLN

II: REFERENCIA: 051-D-I

III: EVALUACION: B-2 001

IV: TEXTO: **INFORMACION CONCERNIENTE A REUNION DE RESPONSABLES POLITICOS DEL ZONAL III**

- Se tomó conocimiento que el día lunes 11 del corriente en horas de la noche se realizó la reunión de Responsables Político en el local del Zonal.

La misma tuvo muy baja concurrencia y en poco menos de dos horas se trataron rápidamente el tema del préstamo para la compra del local y el acto recientemente realizado por el MLN en conmemoración de la muerte de SENDIC. Con respecto al tema del local los solicitantes del préstamo entregaron a la dirección del Zonal fotocopias de sus documentos de identidad y acordaron reunirse nuevamente para fijar fecha a los efectos de concurrir a COFAC a presentar la documentación requerida por dicha Cooperativa.

Se supone que la obtención de dicho préstamo no demorará mucho.

Con respecto al acto realizado el día viernes 8 frente al Local Central, los concurrentes a dicha reunión realizaron diversos tipos de manifestaciones de conformidad y sastifacción.

INFORMACION CONCERNIENTE AL ACTO DELMLN REALIZADO EL VIERNES 8 CONMEMORANDO EL FALLECIMIENTO DE RAUL SENDIC

- Con respecto a dicho acto se tomó conocimiento que hubieron alrededor de unas 1500 o 2000 mil personas. El mismo abarcaba aproximadamente una media cuadra colmada de militantes.

Se comentó a nivel ZONAL que fue un logro del MLN el haber llevado tantos concurrentes ya que hoy por hoy la convocatoria a los actos de los movimientos de izquierda en cierta forma ha mermado y además la propaganda no había sido muy grande.

En resumen el acto conformó practicamente a todo el MLN. Lo más significativo fue el discurso de ELEUTERIO FERNANDEZ HUIDOBRO (MLN) que según se pudo saber, fue muy abierto y llegó a todos los sectores del movimiento.

Aparentemente se esperaba un discurso que llamara solamente a la UNIDAD, como se guardó manifiesto al principio del mismo. Pero sorprendió que además de este llamado a la UNIDAD, a toda la izquierda, y al FRENTE [illegible] [illegible] políticos, estuvo [illegible] según se [illegible]

[illegible]

En [illegible] respuesta surge [illegible]

DISTRIBUCION: ORIGINAL- SR. JEFE DEL DPTO. I

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
([illegible])

9203910

de que un [illegible] y [illegible] gestiones [illegible] las armas implica [illegible] se tomó conocimiento que ha sido [illegible] en varias oportunidades por [illegible] dirigentes como por ejemplo [illegible] (MLN) [illegible] importante hacer política" y que "[illegible] y [illegible] de preparación para el manejo de armas se aprendían en cortos períodos [illegible] aproximadamente una semana". Conjuntamente con esto surge [illegible] donde están en su poder y donde están, con lo cual se pudo [illegible] conjuntamente con las respuestas dadas por los dirigentes estos han expresado de que "las armas si no están se consiguen ya que hay organizaciones hermanas que [illegible] las envían enseguida". Se pudo saber que esas "organizaciones hermanas", podrían ser organizaciones extranjeras como ser [illegible] FPR, el MIR Chileno, [illegible], PALESTINOS, SENDERO LUMINOSO y los SANDINISTAS ya que con los Nicaragüenses hay muy buena relación, sin descartar las organizaciones nacionales que puedan hacer algún aporte como así también los [illegible].

INFORMACION CONCERNIENTE A UN ACCIDENTE DE TRANSITO

- Se tomó conocimiento que [illegible] que se realizó el Acto de Aniversario de la muerte de Sendic; las personas encargadas de realizar la amplificación y audio de dicho acto, fueron protagonistas de un accidente de tránsito. Los mismos atropellaron a un ciclista no pudiéndose saber en qué lugar y en que comisaría fueron detenidas las personas. Se pudo saber que integrantes del MLN asistieron a la Comisaría donde estaban detenidas estas personas, aduciendo que la amplificación era para un cumpleaños de 15, permitiendo de dicha Comisaría que retiraran los mencionados equipos y las personas quedaron en calidad de detenidos. Luego se pudo saber que todo quedó arreglado con unas botellas de whisky.

INFORMACION CONCERNIENTE A NNF "MIRIAM" INTEGRANTE DEL ZONAL I (M.L.N.(T))

- Se tomó conocimiento que la mencionada NNF "MIRIAM" sería encargada del FINANZAS del ZONAL I y trabajaría en ANTEL(?). La misma es de estatura baja, de cabellos rubios y tiene aproximadamente unos cuarenta años.

14/5/92
DPTO I
92305

003/3

9203910

9203911

ORIGINAL

ARCHIVO

Montevideo, 13 de mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920189 /S.O.E.

I.- ASUNTO : PARO GENERAL A NIVEL NACIONAL

II.- REFERENCIA

III.- T E X T O:

A.- En el día de la fecha se llevó a cabo el paro general a nivel nacional que fuera convocado por 36 hs. por parte del PIT-CNT en rechazo a la pauta salarial del 35% y al proyecto de reforma de la Seguridad Social y que diera comienzo en el día de ayer (Memorandum Nro. 920186).-

Durante la jornada se realizaron recorridas por distintas zonas y puntos neurálgicos, donde se desarrollan tanto la actividad pública como privada, a los efectos de evaluar la adhesión a la medida.-

(cc) 25/5/92

1.- Sector Público

Actividad	Adhesión	Ausentismo	Observaciones
BANCA	Total	90 %	- Caja de Jubilaciones con Guardia Gremial por el pago de Jubilaciones.El público que hoy no pudiera cobrar podía hacerlo en el día de mañana.-
ENTES AUTONOMOS	Total	80 %	- guardia gremial sin atención al público en ANTEL,el resto se hallaban cerrados.-
MINISTERIOS	Parcial	60%	- en su mayoría se realiza atención al público hasta las 1600 horas,retirándose el personal a partir de las 1700 horas.-
SALUD	Total	80%	- guardia gremial sin atención al público en policlínicas, sólo se atendían emergencias y pacientes de salas.
ENSEÑANZA	Total	100%	- centros de enseñanzas de las tres ramas,

Actividad	Adhesión	Ausentismo	Observaciones
			cerrados.-
I.M.M.	Total	90 %	- guardia policial habitual, observándose a las 1800 horas la salida del personal por los accesos del túnel sin embargo no se registró atención al público .-
REGISTRO CIVIL	Total	80 %	- guardia gremial atendiendo sólo anotaciones, no se efectuaron casamientos.-
CORTE ELECTORAL	Total	80 %	- guardia gremial sin atención al público.-
CORREO (D.N.C.)	Total	100 %	- cerrado

2.- SECTOR Privado

Actividad	Adhesión	Ausentismo	Observaciones
BANCA	Total	90 %	
SALUD	Parcial		- según se pudo constatar, algunas instituciones atendían sólo emergencias mientras otras realizaban la atención al público normalmente.-
TRANSPORTE			
- DEPARTAMENTAL			- el servicio de transporte tanto urbano como interdepartamental funcionó con unidades de emergencias observándose la reducción del servicio en horas de la tarde.-
CUTCSA	Parcial	60 %	
COME	Parcial	70 %	
COOPERATIVAS	Total	100 %	
- INTERDEPARTAMENTAL			
COPSA	Parcial	50 %	
CUTCSA	Parcial	60 %	
TURIL	Parcial		- el servicio fue reducido a tres frecuencias durante la jornada, restableciéndose a partir de las cero horas .-
COMERCIO	Parcial	30 %	- constatándose la mayor adhesión en las zonas de Paso Molino, Belvedere y

ORIGINAL
Hoja 3 de 3

Actividad	Adhesión	Ausentismo	Observaciones
			la Teja.En la Unión se resgistró la adhesión de algunos comercios recién en horas de la tarde.-
INDUSTRIA	Total	90 %	

Es de hacer notar que el transporte urbano fue suficiente para satisfacer el requerimiento de los usuarios hasta las 1700 hs. aproximadamente.A partir de este momento, al mismo tiempo que las unidades comenzaban a reducirse, se produjo la salida de público de sus lugares de trabajo lo cual ocasionó aglomeraciones en las paradas habituales y desplazamiento de unidades con pasaje completo sin detención en las mismas.-

Se destaca la presencia de guardias policiales en las terminales de omnibuses al igual que en algunos comercios de la Ciudad Vieja.-

B.- Referente a la adhesión al paro general en el interior del País,se ampliará oportunamente.-

IV.- DISTRIBUCION : Original - Jefe del Departamento I.
Copia 1 - Jefe del Departamento III (OP) - Archivo.

003|3

ARCHIVO 1/43

9203912

MEMORANDUM No. 920190 /R.E.I Fecha 14.05.92

I: ASUNTO: INFORMACION GENERAL

II: REFERENCIA: 720-P-II

III: EVALUACION:

IV: TEXTO:

- Se ha tomado conocimiento que FEDERICO FASSANO está buscando licitar, para hacerse cargo de la TV por cable.-

NOTA : Se adjunta la siguiente documentación:

* - Documentos elaborados por el Partido Colorado referente a "ANALISIS MUNICIPAL", "BOLETO URBANO", "ANALISIS DEL PRESUPUESTO QUINQUENAL DE LA IMM".
* - Propuesta del P.Colorado ,Lista 15, para ser tenidas en cuenta en el Plan quinquenal.-
* - Informa Dpto. de Hacienda sobre Presupuesto Municipal.-
* - Informe del Comité Ejecutivo Dptal (CED) del P.Colorado a la Convención Dptal de Montevideo referente a IMM.-
* - Informe sobre "TARIFAZO MUNICIPAL" - Edil M LINZO (P.Colorado).-
* - Informe del CED del P.Colorado sobre gestión Municipal.-

ccc 23/5/92

DOC. CON PARTES POCO LEGIBLES POR SER FOTOCOPIA

001/43

DISTRIBUCION: **ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I**

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(j-f)

4

002

14/5/92
DPTO I
82307

HOTELES CASINOS Y TURISMO

En este concepto la ausencia de políticas coherentes es manifiesta.
Desde un Shopping Center debajo del Hotel Casino Carrasco, la Feria del Auto usado, el Parque Hotel utilizado como establo en una Exposicíon de animales, hasta panaderías y carnicerías municipales, se ha oído todo tipo de incoherencia, lo que demuestra la permanente improvisación, la demagogia descarada y el afán de los diferentes grupúsculos que integran el Frente Amplio, por disputar al Gobierno Nacional los titulares sensacionalistas en la prensa.-

AMBULANTISMO

El tema del creciente Ambulantismo, no tiene otro responsable que la administración frenteamplista. Su crecimiento desmedido fue alentado, protegido y estimulado por el mismo Intendente Vázquez, que ahora con descaro califica de delincuentes a quienes antes llamaba trabajadores y lanza contra ellos una inédita REPRESION, después de haberles prometido no levantar un dedo en su contra.

La demagogia comunal no ha creado otra cosa que víctimas:

Los comerciantes establecidos que vieron mermar sus ventas, los empleados de las Casas de Comercio que vieron peligrar sus fuentes de trabajo y disminuir sus ingresos, los propios vendedores ambulantes a quienes se les crearon falsas espectativas - con falsas promesas - y hasta los propios Inspectores Municipales, quienes deben soportar los caprichos de un Intendente que ahora les ordena REPRIMIR una actividad que antes defendía con insistencia.-

LA PROMETIDA TRANSPARENCIA

Por otra parte existen hechos de muy dudosa transparencia, como por ejemplo la constatada "desaparición" de 27 camiones con 250.000 kilos de escombros (abril de 1990) cuya investigación aún se encuentra en curso, con graves omisiones del propio Director Gral. del Departamento de Obras.
Se ha constatado inclusive que el Secretario Personal del Dr. Vázquez, autorizó la entrega de Nichos en los Cementerios en una actitud de clientelismo que no tiene paragón en la Historia del Depto.
Sin embargo el Dr. Vázquez insiste en calificar de corruptos a los funcionarios municipales.

LA INTENDENCIA FRENTEAMPLISTA HA DEMOSTRADO LA MENTIRA DE SUS PROMESAS.
LA INTENDENCIA FRENTEAMPLISTA ESTA DESTRUYENDO EL ORDEN CIUDADANO COMO HA DESTRUIDO LA ADMINISTRACION DE TODAS LAS INSTITUCIONES EN LAS QUE HA TENIDO LA RESPONSABILIDAD DE CONDUCIR,....HOY EN DIA DESTRUYE LA CIUDAD Y LAS RELACIONES SOCIALES DE SUS HABITANTES.

Comité Ejecutivo Departamental del Partido Colorado, Montevideo.-

Montevideo, 13 de diciembre de 1991.-

VIVIENDA

En mayo de 1991, el Ministerio de Vivienda aprobó el Conve para la construcción de 400 viviendas como forma de reducir el déficit habitacional. Frente a otras Intendencias como la de Río Negro, que están terminando las viviendas - que eran de su responsabilidad - , la Intendencia de Montevideo apenas ha comenzado, a pesar que el Intendente las había comprometido para fines de este año.

Una vez más se demuestra en los hechos la incapacidad de administrar y hacer.

Hasta el momento la I.M.M. ha adjudicado 23 viviendas de las que sólo se han construído los cimientos, cuando lo que se había prometido era el TECHO.

POLITICAS SOCIALES

La andanada tributaria se pretende justificar frente a la población, llamando a la solidaridad social al enunciar - en una falsa oposición - que es preferible dar de comer a un niño, antes que tapar un bache. Ni lo uno ni lo otro . Y como muestra clara, no se han previsto recursos presupuestales para la compra de alimentos, en los primeros dos años de gestión , así como una total ausencia de políticas de atención alimentaria a los carenciados.

CENTROS COMUNALES ZONALES

Los C.C.Z. que comenzaran con disposiciones violatorias de la Constitución, modificadas luego de las denuncias efectuadas por nuestros representantes en la Junta Departamental, han sido absolutamente ineficaces para lograr el descongestionamiento administrativo y una mejor y más directa atención de los requerimientos vecinales.

En su gestión, estos Centros Comunales han demostrado ser verdaderos Comités de atención clientelística y aún así, no se ha dado adecuada respuesta a las solicitudes de los vecinos y comisiones barriales representativas.

Las abultadas cifras que se pagan por concepto de retribucioens a los jerarcas de estos C.C.Z. contradicen los compromisos efectuados con respecto a la disminución de los cargos de confianza y manifiestan una inusitada voracidad por aumentar la burocracia en beneficio de la coalición gobernante.

Aquello que el Frente Amplio en la oposición denunció sistemáticamente, desde su aparición en la política nacional, imputándolo a la conducta de los Partidos Tradicionales, está siendo descaradamente practicado por su propia acción en el gobierno Municipal. Todos estos dislates han frustrado las sanas expectativas de los vecinos que masivamente se niegan a participar en esta tarea montada con fines político-partidarios.

TRANSPORTE

En 22 meses de desgobierno frenteamplista, el boleto sufrió un incremento del 24% en términos reales y del 28% si se considera el subsidio que paga la sociedad, frente a una rebaja del 40% prometida en campaña electoral.

Entre 1985 y 1989, la administración del PARTIDO COLORADO logró una rebaja del boleto en términos reales - sin recurrir a ningún subsidio - , del 13,5%, demostrando con hechos y no palabras, quiénes están del lado de los trabajadores.

A esto se suma la ausencia y contradicción de las políticas y planes que como la falta de transparencia en la gestión y manejo de los números con que el Frente Amplio pretende justificar semejante dislate.

PRESUPUESTO

La administración Vázquez, incrementó la presión tributaria, a niveles desconocidos en la Historia del Depto. inventando los ajustes cuatrimestrales de los tributos y contradiciendo los planteos electoralistas del Frente Amplio.

De 85 millones de Dólares en 1989, el Presupuesto se ha incrementado a 146 millones de Dólares en 1991, lo que se suma a la situación nacional de empobrecimiento general.

Pero todavía es aún peor cuando se considera el destino que tiene este sacrificio que se le exige a la población: incremento de sueldos y funcionarios, cargos de confianza que se han duplicado, camapas publicitarias, viajes, viáticos, etc.
El gran ignorado es el ciudadano, el más agredido el que cumple.
Es esta la distribución prometida??
Se discutía en 1990 el importe del Superávit presupuestal municipal de Gobierno COLORADO. Hoy se constata el déficit de la pésima gestión. Al igual que se ha desfinanciado a la Universidad y al Hospital de Clínicas, la Administración Frenteamplista, destruye la sacrificada sanidad de las finanzas de la gestión de nuestro PARTIDO.

PRENSA Y PROPAGANDA

Se han multiplicado por 4 los gastos de prensa y propaganda en esta Intendencia, donde es más importante la imágen personalizada de la Institución, en el culto a la figura del Intendente, que la atención a las necesidades de la población.
El Intendente se ufana de que sus viajes al exterior no representan costos para la población, pero omite decir el de sus nutridas comitivas, cuyo peso recae sobre las espaldas de los angustiados ciudadanos.
Los gastos de pasajes al extranjero y suculentos viáticos se han multiplicado extraordinariamente en esta administración, que dice ser de todos y que exclusivamente privilegia a los incondicionales frenteamplistas.-

A LA CONVENCION DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO.-

El C.E.D. se dirige nuevamente a la Convención a efectos de actualizar sus anteriores Informes relacionados con la situación del Depto. de Montevideo.-

Más allá de los pronósticos que en fechas anteriores pudieron efectuarse con respecto a la gestión del Gobierno Frenteamplista, hoy podemos analizar las realidades y las tendencias que se marcan a casi dos años de haber asumido el Dr. Tabaré Vázquez

Lamentablemente para la población de nuestro Depto. casi todos los problemas que entonces pronosticábamos conjeturalmente han resultado ratificados en los hechos.

Sin demasiado riesgo, puede afirmarse en este momento que el municipio montevideano atraviesa una profunda crisis que lo afecta administrativamente comprometiendo el nivel y calidad de los servicios que presta. Todo ello surge apenas se considere el perfil de los gastos realizados y programados que priorizan las retribuciones personales y gastos de funcionamiento por encima de las inversiones que nuestro Depto. necesita.

Esta crisis se agrava al advertir que la administración Vázquez, ha desencadenado, desde el comienzo de su gestión, una inédita y feroz presión fiscal sobre el bolsillo de los contribuyentes montevideanos. Todo ello sumado a un cúmulo de contradicciones, errores y omisiones sucesivas, así como contravenciones al ordenamiento jurídico, demuestran inexcusablemente no sólo la falta de aptitud de este gobierno para cumplir con la responsabilidad que la ciudadanía le otorgó en los Comicios de 1989, sino el más descarado incumplimiento de las demagógicas propuestas que llevaron al poder al Dr. Vázquez.

Las prioridades presentadas en las Elecciones de 1989, fueron olvidadas. Las promesas más novedosas efectuadas con relación a temas tales como el abatimiento del costo del boleto, el proceso de descentralización , las políticas sociales, de limpieza, pavimento, alumbrado, cultura, etc., no fueron otra cosa que instrumentos de propaganda electoralista. Basta señalar algunos ejemplor concretos para fundamentar estas afirmaciones:

OBRAS Y SERVICIOS

La situación de deterioro general de la ciudad es evidente.
Tan evidente que hoy es más importante conocer la paternalidad de los ~~pozos~~ bachés que repararlos.
Ni siquiera el maš elemental mantenimiento de los pavimentos se realizan en las calles de Montevideo.
Las pocas obras ejecutadas son las que iniciara y programara el Partido Colorado.
Se emprenden costosas campañas publicitarias contra el cólera y no se atienden las necesidades de la población, si la situación no es más grave es gracias a que el criticado sistema privado de recolección de residuos ha mantenido a pesar de la tenaz oposición del Frente Amplio cuando se implantara.

[illegible]

Lo brindaron Scarone, Mesa, Nin, Vallarino

Dos consideraciones generales.-

El Departamento no ha hecho declaraciones porque los destinatarios del Presupuesto son los ediles y quiere reunirse con las 4 bancadas antes de dar datos. Ruegan no difundirlo.

También piden que se considere y apruebe lo antes posible, porque al haber aceptado el Tribunal de Cuentas utilizar el método de la indexación, esta será utilizada dividiendo en tercios el presupuesto y reajustando en el segundo. Esto sería a partir del 30 de abril, por lo que el Dpto. pide estudiar la posibilidad de que se apruebe los primeros días de mayo.

En lo relativo al presupuesto de la Junta se deja un renglón estimativo.

Primero aprobaremos el Ajuste Presupuestal del 90 y luego el Presupuesto Quinquenal.

LAS COMPARACIONES CON PRESUPUESTOS ANTERIORES NO SIRVEN, a menos que se traduzcan a valores fijos (dólares).

En unidades constantes, sin embargo, hay que tener en cuenta que se prevé para el 90 un valor mayor que el de 1989.

Razones: Durante el 89 el P. Colorado tuvo una actitud demagógica, porque aunque la inflación fue del 89%, incrementó la patente en 45% y los restantes tributos en un 49%.

Esto produjo una caída del 22% de la carga impositiva de la [illegible]
Por lo tanto ahora hay que recuperar ese 22%, porque la ciudadanía necesita obras. El FA propone justamente hacer obra social con impuestos más justos-combatiendo la morosidad

- -ordenando los impuestos y su recaudación
- -haciendo pagar a los que más tienen

El destino más gravitante del cobro de los impuestos:

A- SUBSIDIO TRANSPORTE - Lleva bastante dinero(unos 13 millones U$S)

Para el ordenamiento del transporte la IMM apoya a las empresas en la renovación de flota.

Siempre fue subsidiado: a través de los pases libres
de los boletos bonificados

Esta forma de subsidio era regresiva porque la pagaba la gente menos pudiente.

-> [illegible] y [illegible] en general

Ahora se paga con impuestos que gravan más a los más ricos
La IMM tambien subsidia a la leche, porque tambien lo considera de elemental justicia.
Antes el lt. leche le costaba a la IMM N$ 200 en planchada y la vendía N$ 170 en expendio.
Hoy N$ 232 en planchada y la vende igual N$ 170 en expendio.

B - OBRAS - Recolección de residuos
Alumbrado
Pavimento
Obras y Servicios es la cara visible de la IMM

La única forma de evitar la privatización es mejorar los recursos humanos (que no son idóneos) y los elementos materiales

Ahora se prepara el Presupuesto del 90 que es lo más urgente y es la 1ra. etapa del quinquenal.

Las tratativas con ADEOM se harán para el quinquenio, donde se reverán con los funcionarios las categorías y el bajo nivel de las remuneraciones.

INGRESOS - En este tema es importante el estado y la característica de la tributación municipal.

El 95% de la tributación municipal es DIRECTA. Esto es distinto del modelo que aplica el gobierno nacional.

Es la única que permite distribuir la capacidad de cada contribuyente.

Se cumple el principio de beneficio de dar servicio.

Ya se ha ganado una batalla importante al aprobar el Tribunal de Cuentas la indexación y sienta un precedente importante para las Comunas del Interior.

Otro de los objetivos de esta administración es ampliar la progresividad de la tributación inmobiliaria:sólo participaban en un 18% del presupuesto.Los aforos presentan un atraso significativo comparándolos con los valores del catastro nacional.

Lanza multiplicó por 5 los aforos, pero despues se restringieron en los años subsiguientes.

El FA resolvió ampliar en 15 tramos la progresividad.

La tasa menor será de 0.60 y la mayor 2%

Los aforos serán: zona I - x 2,5

" II - x 2

" III- x 1,10

Por el momento se mantienen las zonas y no se hace discriminación entre los distintos tipos de casa. Esto se piensa que estará pronto para 1991.

El impuesto domiciliario - también contarán con alguna progresividad:

zona I - 2%

zona II - 1,70

zona III - 1,10

En cuanto a la patente de rodados presenta como problema que los vehículos estaban tasados muy bajo. Cuando se actualizó al valor del mercado se constató este hecho porque en el 89 sólo se tomaron los valores del 88 y se multiplicaron x 1,45.

Como los rodados de c/10, 3 ó 4 no tienen chapa de Montevideo, se va a buscar bajar la tasa para mejorar el ingreso de chapas al Departamento.

La patente de rodados se fija según - AFORO

- PORCENTAJE SOBRE AFORO (ALICUOTA)

Este ingreso constituye el 80% de las entradas de la IMM.

La tasa bromatológica es indirecta, porque se traslada a los alimentos, por lo que su incremento será mucho menor.

Un tema problemático se va a suscitar porque se va a hacer una fuerte imposición a los taxímetros.

Son 2.200 vehículos con una gran concentración de propietarios que han creado un verdadero monopolio.

La adjudicación tradicional ha sido por sorteo y esto ha sido utilizado para vender ese número en montos que llegan a muchos miles de dólares.

La transferencia desde ahora se cobrará aproximadamente 4 millones de pesos, de tal manera que la IMM se convierte en socio de esa transferencia.

Los permisos sucesivos se multiplicaban a veces en más de 5 (hermanos, hijos, etc.), y por eso se grava para que se siga concentrando la tenencia de patentes en algunos pocos.
La IMM considera que este es un servicio público y hay necesidad de más taxis, por lo que licitará 80 chapas más.
Así mismo se aumenta significativamente el valor de la patente que pasa de los N$ 7.800 a 120.000 por año. Se considera que hay coches extremadamente costosos que no es posible que abonen tan poco.
Esto obliga también a que las unidades sean buenas.
En el caso de los remises se los incluye en el régimen general de patente de rodados. Solo serán exonerados por el propio Intendente.

El grado de morosidad en esta área de ingresos es de :
- domiciliarios - 5%
- patente rodado - 15%
- contribución inmobiliaria - 20%

La zona azul es mal fiscalizada.

EGRESOS

Existen 3 grupos:

SERVICIOS PERSONALES: En este rubro el objetivo es aumentar el salario real de los funcionarios.

El aumento en este año se hará por 2 vías:

una parcial - con el pago a los funcionarios que cumplen 8 horas de un aumento de 17%
- con menos horas a los que pasan a 6 horas

una global - de 4%

El ajuste de salarios se hará 3 veces por año.
En cada oportunidad se verá la recuperación por encima de la inflación
Se estima este año un 2% en cada reajuste 1990.
Para ello se atiene a la Ley de 1986 de Presupuesto Nacional donde se autoriza a "mantener y recuperar salario real de los funcionarios"
Se harán contrataciones para cubrir déficit de funcionarios .
Han habido bajas por vacantes pero por este año se van a cubrir en parte por la vía de contratación anual. Además se va a incentivar la jubilación y se pueden pagar los premios correspondientes.
Los concursos se instrumentarán de acuerdo al estudio que se hará con los propios funcionarios reviendo las categorías y los modos de ascenso
Se constata la falta de funcionarios calificados y los mandos medios constituyen el problema central.

- SERVICIOS NO PERSONALES

Son los gastos de funcionamiento.-

Obras y Servicios

-En esta área se ha encontrado una flota de camiones destruída (20 unidades en funcionamiento de 120). Se tienen que arreglar para que funcionen.

-Se pensó que era fácil suprimir los contratos existentes, pero no existían los elementos para sustituírlos. Por lo tanto es necesario construir una alternativa y esperar que esas contrataciones terminen.

-Otro gasto de funcionamiento grande que se incluye en este rubro es el subsidio del transporte.

-El plan de saneamiento terminó la primera etapa y ahora la I.M.M. tiene GASTOS DE MANTENIMIENTO. Esto conlleva aproximadamente 1.100 millones de pesos.

Higiene y Asistencia Social

Duplica los gastos:-más subsidio para la leche

-apoyo al mejoramiento del funcionamiento de las policlínicas

Descentralización

-Incremento de gastos e inversiones (de reparaciones y alquileres y materiales de escritorio). Van incluídos en Secretaría General).

Prensa

-Ahora aumenta porque antes el Partido Colorado repartía los gastos de prensa en los distintos departamentos.

INVERSIONES

-La más importante está en Obras y Servicios y en mantenimiento vial, 70% del total. En 2do. lugar está Planeamiento Urbano con 1.700 millones en proyectos de obras de emergencia de vivienda.

También la modernización del trabajo de la I.M.M. lleva su gasto en microcomputadores y software.

Otra consideración es que la economía mejorará notablemente cuando se pueda organizar el sistema de compra.

El dpto. Hoteles y Casinos ya ha duplicado las entradas

A los efectos del manejo del informe, se adelanta que el balance 89 es sumamente voluminoso.

1ra. hoja-cuadro de resultados

2da. hoja-estado de situación:-disponibilidades

-deudas

Con el superávit y para evitar futuros problemas se saldará la deuda de AEDET
ue desde 1962 el Partido Colorado en el gobierno comunal no liquidó. Hay un
cuerdo para saldarlo sin los intereses generados.

En el Presupuesto se discriminan los recursos propios de la I.M.M. y los
enos, por ejemplo aportes del BID.

Es bueno tener en cuenta que las transferencias del gobierno central a la
I.M.M. se deben desde hace dos años.-

013

9203912

JUNTA DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO

16 Junio

PROPUESTAS DEL PARTIDO COLORADO, LISTA 15, PARA SER TENIDAS EN CUENTA EN EL PLAN QUINQUENAL.

1) Extender la privatización de la recolección de residuos desde sus actuales límites, incluyendo el triángulo formado por las calles Bulevar Artigas, Bulevar J. Batlle y Ordoñez y la Rambla. Se entiende que tal medida brindará un servicio más eficiente a la población con menor costo.

2) Continuar hasta culminar el cercado total del Cementerio del Norte mediante nichos. Dicha obra se autofinancia por la venta de los mismos.

3) Agotar las gestiones necesarias ante el Gobierno Nacional, al efecto de concretar las obras de saneamiento II y además concretar mediante fondos propios y aportes del Gobierno Central, la construcción de saneamiento en las siguientes zonas: Segunda sección del Proyecto Casavalle; sistema de alcantarillado de las cuencas nacientes de los arroyos Chacarita y Canteras (Maroñas y Flor de Maroñas); Malvín Norte; ampliación del alcantarillado de la cuenca del arroyo Chacarita; Cerro Norte; Nuevo París; Peñarol y Ferrocarril; Pueblo Conciliación.

Realizar las obras complementarias de los Barrios: Colón, Lezica, Carrasco este.

4) Venta mediante licitación pública internacional de los Hoteles Municipales, por entender que dicha función no es municipal y además librarse de los déficits por ellos producidos. Se deja constancia que los Casinos continuarán en la órbita de la I.M.M., pues si bien, no cumplen una tarea extrictamente municipal han dado importantes ganancias en el correr de toda su historia.

014 0503312

5) Viviendas Municipales. Continuar con la política iniciada en el período anterior de venta de la totalidad de las mismas.
Escrituración de las viviendas ya vendidas: mientras no se resuelva el contencioso inter-orgánico entre la I.M.M. y el Registro de Traslaciones de Dominio, proponemos que el pago de los honorarios de las escrituras sea asumido por la I.M.M., dinero que se recuperará a corto plazo con el cobro del Tributo de la Contribución Inmobiliaria.

6) Venta de los Mercaditos Municipales (43), con preferencia a sus actuales concesionarios, y previa incorporación al régimen de Propiedad Horizontal. Mientras no se instrumente otro sistema más eficiente de entrega de la leche los expendios allí ubicados continuarán cumpliendo su tarea habitual en manos de la I.M.M.

7) Iluminación: inversión de U$S 5: por año, al efecto de conservar y extender durante el quienquenio de 44000 picos de luz actuales a 65000 sustituyendo la totalidad de las lámparas incandescentes por las de vapor de mercurio. Para ello se deberán utilizar además de los recursos materiales y humanos del Servicio de Alumbrado la contratación (incrementarla), de servicios privados.
Continuar con la instalación de alumbrado de seguridad en zona suburbana instalando un pico cada 50 metros.

8) Vialidad (obras imprescindibles, fuera de las que se deben realizar en la red vial de menor tránsito e importancia).

- Construcción (continuación) de la Avda. José Pedro Varela, desde Dámaso A. Larrañaga (ex Centenario), hasta Camino Maldonado (Ruta 8)
- Construcción de doble calzada del Bulevar José Batlle y Ordoñez entre las calles Cnel. Raíz y Avda. Garzón
- Construcción de la doble vía del Bulevar Artigas desde Uruguayana (accesos) hasta José Pedro Varela.
- Continuación de la ex Avda. Centenario, hoy Dámaso A. Larrañaga, hasta su culminación en la calle José María Guerra.

9) Programa de inspección de ómnibus y camiones que verefiquen sus condiciones de higiene, confort y sobre todo, seguridad.
Desarrollar en conjunto con otros organismos públicos y privados, unprograma de Seguridad en el Tránsito.
Realizar cursos de capacitación obligatoria y periódoca de los Inspectores de Tránsito, controlando su gestión.

10) Continuar con el proceso de desconcentración de cobranza y ampliar el sistema de cobranza por débito bancario.

11) Eliminación de aquellos tributos que generen costos mayores que lo que producen.

12) Estimular la contribución en la realización de obras por convenio con los vecinos (ej.: alumbrado público, instalación y cambio de lamparillas, poda, etc..)

13) Veredas: aumento de la reparación y construcción de veredas por parte de la I.M.M. con cargo a la Contribución Inmobiliaria.

14) Instalación de semáforos en 120 cruces y canalización en ubicaciones relevantes que conduzcan a la reducción de accidentes y evitar los congestionamientos.

15) Transformar la ciudad implica indispensablemente, un cambio de cultura por tanto:

- Se profundizará el acercamiento al público de los museos, de las bibliotecas públicas (involucrándolas en la vida barrial e incentivando su rol de difusores culturales) y de los zoológicos municipales acentuando su carácter docente-recreativo.
- Reestructurar el sistema de administración financiera, y de recursos humanos del Servicio de Teatros Municipales, flexibilizándolo y reafirmando a través de nuevos mecanismos de gestión, la consolidación creativa de la oferta teatral, apoyando la refacción y el reacondicionamiento de las Salas Teatrales Municipales, a fin de integrarlas a dicha oferta.
- Enfatizamos la urgente necesidad de optimizar las condiciones de seguridad en el Teatro Solís, imprescindibles para su conservación y funcionamiento.

Se deja constancia que lo solicitado para eventualmente ser tenido en cuenta es simplemente una visión genérica de los grandes temas municipales, lo cual no obsta propuestas posteriores a ser presentadas en la consideración del Presupuesto Quinquenal.

PARTIDO COLORADO

COMISION DE ANALISIS DE LA GESTION MUNICIPAL

Sub Comisión Presupuesto y Hacienda

Presupuesto Quinquenal
1990/1995

ANALISIS

COMISIÓN DE ANALISIS A LA GESTION MUNICIPAL

Sub Comisión Presupuesto y Hacienda

PRESUPUESTO QUINQUENAL 1990/1994

Se realizó un estudio en cuatro áreas:

a) Servicios Personales
b) Servicios No Personales (Funcionamiento)
c) Inversiones
d) Recursos

1) A pesar de llamarse presupuesto quinquenal, en lo que tiene que ver a estas áreas antedichas, los incrementos y variaciones en los valores, sólo se establecen para el año 1991.
2) El análisis se efectuó en situación macro, no entrando a cada uno de los Departamentos.
3) La comparación está realizada con relación al año 1990, Modificación Presupuestal presentada y en vigencia, por el Frente Amplio.

Servicios Personales

-El incremento real (valores constantes ya que ambos están a Diciembre de 1989), es del 20.28 por ciento. En nuevos pesos 7.403 millones, en dólares 9:196.273 (dólar de diciembre /89 tomado a N$ 805).

-No se debe olvidar que el presupuesto está indexado, o sea que este incremento real del 20.28% es adicional del que se establezca por la inflación, (Ejemplo: si la base es el 1º de enero de 1991 = 100, primero se adicionará un 20.28 = 120,28 y luego la inflación del año.

-Se le debe agregar, que dentro del 20.28%, existe una partida de N$ 2.923 millones (U$S 3:631.055) para una restructura de cargos. El 40% del incremento real, es para solventar esa partida)-

-En seis meses ingresaron 485 funcionarios nuevos.

-El total de cargos que presenta el presupuesto es de 12.613, pero no está aclarado cuantos de ellos corresponden a vacantes.

-El diciembre de 1989 había 12.541 y al 15 de febrero 12.501.

-El presupuesto no presenta un escalafón de sueldos, lo que hace imposible determinar con exactitud las variantes operadas en los programas. De todas forma, tomando cifras globales, llama la atención el incremento real del Departamento de Hacienda del 52% (nuevos beneficios a las oficinas recaudadoras) y del Departamento de Tránsito (mayor participación en las multas de tránsito e ingreso de un gran número de inspectores).

-Con relación a las remuneraciones se pueden establecer solo la de los cargos políticos, que fueron divulgadas por la prensa y de los Secretarios de los Centros Comunales Zonales:

A setiembre/90
- Intendente: 3.357.577
Dir.Grales: 1.918.537
Dir.Divis.: 1.534.937

Todos estos sueldos se ajustan cada seis meses de acuerdo al índice inflacionario del gobierno.

-Secretario CCZ a agosto/90 : 1.141.140.-

019

Servicios No Personales (Funcionamiento)

-El incremento real (valores constantes ya que ambos estan a valores de diciembre de 1989) es del 22.44 por ciento. En nuevos pesos 6.929 millones; en dólares 8:607.453 (el dolar a diciembre de 1989, tomado a N$ 805 por dólar).

-No se debe olvidar que el presupuesto esta indexado, y el ejemplo en Servicios Personales es válido para éste.

-Por Departamentos hay incrementos porcentuales significativos:

a) Secretaría General 101.05 % (se debe fundamentalmente a los trabajos de mejoras en las CCZ y en Publicidad 258%.

b) Hacienda 237.21% de incremento basado en la creación del catastro Municipal. Se prevé una partida de U$S 2:485 mil dólares. Además tecnificación, por medio de computadores, de la mayoría de las oficinas, además del Centro de Cómputos.

c) Higiene y Asistencia Social, 219,15%, el incremento se debe a la creación de un nuevo Plan Alimentario y también de mayor participación en las Policlínicas Municipales.

d) Jurídico con 120 %, compra de distintas partidas para mejoramiento ambiental del Departamento (productos textiles devestir y cueros, servicios contratados y otros materiales y suministros son lo que incrementan más).

-Dentro de los sub rubros hay dos que se estudiaron en particular para determinar su incremento: Publicidad y Viáticos, pasajes y otros traslados.

a) Publicidad:

Año				
Año 1989 -	N$ 398:3	= U$S 494.		
1990 -	N$ 711:9	= U$S 884	Incr. 79%	
1991 -	N$ 1007:7	= U$S1.251	" 41%	153%

El incremento entre el año 1991 y 1989 es del 153% en términos constantes, a esto se le debe agregar la variación por inflación, que en el año 90 estará sobre el 100% lo que hace que desde el cambio de mando, la publicidad se incremento dos veces y media.

b) Viaticos:

Año				
Año 1989 -	N$ 183:3	= U$S 227		
1990 -	" 435:1	= " 540	Incr. 137%	
1991 -	781:6	= " 970	Incr. 79%	327%

El incremento es del órden del 327% desde que asumió la nueva Administración, por lo que con inflación del 90, el valor quedará cuadruplicado.

Subsidio del boleto

Fue incorporado a los Servicios No Personales del Departamento de Tránsito y Transporte en el año 1990 por un total de N$ 10:626 - U$S 13:200.000, o sea a razón de 1:100.000 por mes. En el año 1991 se baja un 20% quedando en N$ 8:500 = U$S 10:559.. a razón de 879,917 mensuales. (valor dolar de diciembre 89 N$ 805

Inversiones

-El incremento real (valores constantes ya que ambos están a valores de diciembre de 1989) es del 76.30 por ciento. En nuevos pesos 13:790 millones, en dólares 17:130.000 (el dólar a diciembre de 1989, tomado a N$ 805 por dólar).

-No se debe olvidar que el presupuesto está indexado y los ejemplos de Servicios Personales y No Personales, son válidos para este.

-Por Departamento los incrmentos globales son:

- Secretaría 84 %
- Hacienda 177 %
- Administrativo 197%
- Obras 44 %
- Planeamiento 180 %
- Higiene 135 %
- Tránsito 216 %
- Jurídico 90%
- Cultura 362 %

A los efectos del estudio de cada uno de los Departamentos, se deberá entrar en conocimiento de los anexos de cada uno a los efectos de determinar los incrmentos en que rebros y de realizar un seguimiento.

Recursos

A los efectos de poder financiar los incrementos reales de las áreass antes reseñadas (Servicios Personales, No Personales e Inversiones) se debio realizar un ajuste de la recaudación (ingresos) a los efectos de mantener el equilibrio.

Las variaciones reales de los grandes tributos son:

	1990	1991	Incremento % real
Vehiculares	N$ 30:970	N$ 37:070	19,7
Territoriales	19:772	30:328	53,4
Domiciliarios	19:025	23:110	21,5
Comerciales	5:629	6:066	7,8
Prop. Municipal	638	760	10,8
Necrópolis	963	1:792	86,1
Casinos	1:988	[illegible]	23,3
Varios	11:603	16:031	39,4
Totales:	90:537	117:570	29,9
	U$S 112:466	:068	U$ 33:582

Los incrementos [illegible] alguna explicación un estudio superficial de cada uno de los [illegible] se puede establecer:

a) Vehiculares: Se [illegible] matriculación de 0K [illegible] el interior. [illegible] también [illegible] tivo [illegible] automotor. [illegible] incr[illegible] casi 7,8 millones de dólares en año sólo, parece una utopía.

b) Territoriales: Se pasa el incremento del 63% en término

Partes ilegibles

021 (A).

PARTES ILEGIBLES

9203812

Haciendo un estudio superficial de cada uno de los

para metros se puede establecer:

a) [illegible] (potente) . Se entiende [illegible] [illegible] [illegible] de [illegible] km. y [illegible] del interior. El aumento del -- también tiene incorporado el crecimiento vegetativo del parque automotor. De todas formas el incremento de casi 7.5 millones dólares en un año solo parece una utopía.

B) Terminales: se basa el incremento del 53% en términos reales

115 - 021 (3)

PARTES ILEGIBLES

920391 2

les del nuevo Catastro Municipal proyectado. También un convenio con Catastro Nacional para actualizar aforos de vivienda que no tienen las finales dadas. De todas formas los mas de 13 millones de dólares de incremento, se obtendrán, de un incremento sustancial, nuevamente, de la presión sobre la zona 1 de Montevideo. Hay que tener en cuenta, como ya lo expresamos en las otras áreas, que este valor de aumento es adicional a la inflación prevista del año. En el 91, se tomará el cuatrimestre set/dic 90 en la primer cuota, ener/abril en la segunda y mayo/ agosto, la tercera. O sea que será de 12 meses, no como ha sucedido en 1990 que se tomó solo la inflación de ocho meses. Esto siempre y cuando no aparezca una cuarta cuota sobre fines del año 91.

c) Comerciales:

El aumento el 22% se estima estará sobre la Tasa Bromatológica, que en definitiva, el productor lo vuelca al precio y el definitiva el que lo abona es el contribuyente.

d) Necrópolis:

Aparece con el mayor incremento real 36%. Se establece que el mismo surge de un plan de realizar en los Cementerios, más nichos. Si bien es un millón de dólares, deberá esperarse a los llamados a licitación para ver su concreción.

e) Varios:

También existe un incremento sustancial, 40%. Se debe a la política de inversión financiera, tantas veces objetada a la administración colorada. Esta nueva Administración la está realizando en mayor proporción al tener todos sus valores en banco a los efectos de generar intereses permanentes. No se rechaza la política, si la objeción realizada durante cinco años anteriores.

Alfredo C. Viscuso
Montevideo, octubre 1990

Poco Legible

Documento elaborado por el partido Colorado.

De: Alfredo O. Viscuso
A: Comité Ejecutivo Departamental de Montevideo
Análisis Municipal

Diciembre de 1991

Si de tener U$S 4,4 millones de superávit con recursos propios al cierre del ejercicio 1989, corroborado por el Tribunal de Cuentas y la propia Administración frentista, se pasa a un déficit de U$S 2,1, al cierre del ejercicio 1990, no se está hablando de ineptitud funcional, no sabemos que es hacer mal las cosas.

En diez meses y medio de administración actual trastocó una situación financiera saludable de la administración colorada, en una muy enferma que aún hoy, corridos un año más de gestión del balance anterior, no sabemos que consecuencias (aunque si las vislumbramos) para el cierre del presente ejercicio.

Para dar una idea de cabal señalemos que en el primer mensaje remitido a la Junta Departamental el 6 de abril de 1990 con motivo de la Modificación Presupuestal para ese año, la actual administración hacía hincapié, entre otros, en la necesidad de que "los vecinos sean no sólo partícipes sino controladores de la gestión del gobierno comunal".

También se señala de la "transparencia y cristalinidad" de la función. Todo esto fueron simples eslógans, nunca la realidad de allí que analizar la presentación del Balance y Ejecución Municipal de 1990, fue imposible por quienes desde afuera tuvimos acceso al mismo.

El Tribunal de Cuentas, con reiterados informes complementarios logró en principio su objetivo, pero reiterandoles en cada situación "que a los efectos de un estudio adecuado de asignaciones y recursos, en las próximas instancias presupustales, deberán expresarse las cifras en valores de la fecha del último ejercicio"

Esto quiere decir que al estar indexados los presupuestos de acuerdo a la Ley 15.903 art. 4º y 5º y la Ley 15.908, los balances deben ser presentados es base a "creditos originales", "modificaciones del ejercicio" y "asignación definitiva", items estos que no fueron cumplidos y solamente se presentaron el "autorizado" y el "realizado", obviando la aclaración por la indexación de los rubros. También se evadió la legislación al no presentar la indexación en forma uniforme, ya que los rubros fueron indexados a "gusto de consumidor", al menos por no tener conocimiento de la explicacion como se hizo.

PERFIL DE GASTO 1990

Para dar una idea de lo que se previó (a precios de diciembre de 1989) y finalmente lo que se concreto, (con la indexacion del propio año incluido), diremos que en Ingresos se recaudaron menos U$S 6.9 millones y por Egresos se gastaron más U$S 4,8 millones. Esto representa el déficit que señalamos al comienzo de U$S 2,1 millones con recursos propios, teniendo en

cuenta que el presupuesto debe y se presentó equilibrado.

Dentro de los gastos se debe acotar que en "Servicios Personales" se previeron U$S 45 millones, pero se pagaron U$S 67,6 millones (de un 37% previsto se pasó a un 47%). En "Servicios No Personales" (funcionamiento), incluido el subsidio al boleto, se previeron U$S 38,4 millones y se gastaron U$S 43,6 millones y en "Inversiones" se previeron U$S 22,3 millones y se realizaron U$S 21,[illegible] millones. Por su parte como recurso de "Hoteles" se previeron U$S 11,4 millones y se recaudaron tan solo U$S 5,5 millones.

COMPARATIVO 1989/1992

Año	Mod. Pal N$	Balance N$	Dólares	Increm. %	Increm. Acu. %
1989	50.166	[illegible].727	85:4		
1990	88.937	108.496	110:4	29,27	
1991	117.571		146:1	32,29	71,01
1992	130.934		162:7	11,36	90,44

El cuadro que antecede nos muestra el incremento real que ha tenido el presupuesto municipal en los últimos dos años. Tomando la base de 1989. El mismo se sitúa en un 90,4 por ciento (casi el doble de lo que cerró la anterior adminsitración).

La diferencia entre el balance del año 1989 y el del 1990 se debe explicar de la siguiente forma:

entre la estimación y el balance del año 1989 existe una diferencia de N$ 18.561, la misma puede ser considerada real, o sea lo que se produjo fue un incremento en la recaudación y una baja en los gastos.

Por su parte en 1990, la diferencia existente es de N$ 19.559, pero hay que tener en cuenta que la cifra de balance esta indexada por lo que si es llevada a valores constantes (decreciendo por la inflación de 1989 del 129%), queda en N$ 84.105, que si la comparamos a la cifra del presupuesto aparece una diferencia de N$ 4.832 (U$S 6,0 millones) de error en la estimación.

AÑO 1991

Con relación al año 1991, las cifras en nuestro poder hasta el mes de octubre, nos señalan una situación precaria en fondos. Pero recién se podrán observar, dado lo poco de trans parencia que son presentadas hasta la fecha, al final del ejercicio, o sea cuando se presente el balance del corriente año.

Como hecho sugestivo a estas apreciaciones se puede decir que existen dos pautas claves: la primera es la desafectación en los últimos días de una partida de N$ 2.5 millones, que en principio era para la compra de 20 camiones recolectores, a los efectos de volcarlo a servicios personales, mostrando que no hay disponibilidad, al menos presupuestal, para hacer frente al pago del próximo aguinaldo. La otra es que el pago a los jubi

lados del seguro de salud, este mes no se realizó y se les solicitó unos informes, con el solo motivo de atrasar en un mes el mismo en dichos beneficios, con lo que el atraso ya es de dos meses.

Montevideo, diciembre 11 de 1991.-

Variación Comparada de la Tarifa del Boleto Urbano de Pasajeros y el Indice de Precios al Consumidor (IPC).-

---

Tomando como referencia los datos del Boleto urbano único de pasajeros en Montevideo e el IPC en febrero de 1990, como corresponde para hacer un estudio coherente, se tiene N$ 190 para el boleto y 963,5 de coeficiente de IPC.- Dado que ya se conoce la inflación de noviembre (4.69%), lo que lleva el coeficiente de IPC para ese mes al valor de 3457,66 (siempre con base diciembre de 1985 = 100), se puede establecer la siguiente tabla comparativa, considerando sólo los meses de cambio de tarifa, para mayor brevedad:

AÑO	MES	BOLETO ÚNICO N$	IPC	INCREMENTOS SOBRE VALORES Febrero 1990 en %		INCREMENTO DEL BOLETO por encima del INCREMENTO de INFLACIÓN
				Boleto	IPC	
1990	Febrero	190	963.5	0.0	0.0	
	Junio	240	1300.2	26.3	34.9	
	Agosto	250	1450.0	31.6	50.5	
	Setiembre	300	1662.6	57.9	72.3	
	Octubre	350	1770.2	84.2	83.7	0,6%
	Diciembre	430	1964.8	126.3	103.9	21,6%
1991	Mayo	530	2584.9	178.9	168.3	6,3%
	Agosto	600	2990.0	215.8	210.3	2,6%
	Setiembre	650	3184.1	242.1	230.5	5.0%
	Noviembre	800	3457.7	321.1	258.9	24.0%

Es decir que en 22 meses de la Administración Frenteamplista, no sólo no se rebajó el 40% prometido en la tarifa del boleto (se realizó una disminución simbólica de 7,9% el 15 de febrero de 1990), sino que a partir del mes de octubre de 1990, TODAS las subas de tarifa del boleto superaron los incrementos de inflación, como se aprecia en el Cuadro anterior, destacándose: diciembre de 1990, casi 22% más de incremento que el IPC, luego incrementos del 2.6 al 6% y termina con el último aumento de noviembre de 1991, que supera en 24% el incremento de inflación.-

A todo esto, la Junta Departamental autorizó U$S13.000.000

025 POCO LEGIBLE 9203912

(trece millones de dólares) en 1990 y U$S 10.500.000 (diez millones y medio de dólares) en 1991 para subsidiar el boleto, no obstante lo cual hay claras muestras de un desborde tarifario, más allá de la capacidad adquisitiva del usuario.-

La otra cara de la moneda:

La Administración Colorada, de 1985 al 15 de febrero de 1990, sólo en seis meses y medio, entre julio de 1985 y febrero de 1986, tuvo tarifas por encima del IPC, y en módicos porcentajes del 1 al 6%.- O sea que el Partido Colorado sólo sobrepasó escasamente el incremento del IPC con su tarifa de boleto entre el 5º y el 11º mes de su mandato; luego, desde marzo de 1986 hasta el 15 de febrero de 1990, JAMAS se sobrepasó el IPC.-

Si en los 22 meses de Intendencia Frente-Amplista, ya en los últimos 14 meses, siete veces se superó el IPC con la tarifa del boleto, dos de ellas en más del 20%, incluyendo la última del 24%, con un cuantioso subsidio por medio, es el momento de pedir y exigir la total transparencia, tan mentada y nunca exhibida, en la distribución de los recursos votados por la Junta, como la distribución de los subsidios para el transporte, venta de cada tipo de boleto y el cálculo de la tarifa.- A pesar de los denodados esfuerzos de los ediles colorados, no ha sido posible obtener esta mínima información de contralor.-

Ing. Eduardo Schellenberg

VIVIENDA — Avy Fco SERÉ

La IMM firmó el convenio con el MVOTyMA el 7 de mayo de 1991, el cual fue ratificado por la JDM en el mes siguiente de junio.-
El convenio establecía que el Ministerio aportaba los fondos para construir 400 viviendas evolutivas y la Intendencia las ejecutaba en terrenos de su propiedad.- El destino de las mismas se dispuso que fuera para familias sin techo, con lanzamiento pendiente, etc. de acuerdo a un reglamento convenido con el Ministerio.-

Hasta el presente mes de diciembre, la IMM sólo adjudicó obras para 23 viviendas, en un predio por Molinos de Raffo de las cuales están recién en los cimientos.-
Respecto a las otras 377-, ha llamado a licitación para un 40% y faltando terrenos municipales para construir las restantes y los cuales deberían ser adquiridos por la IMM para cumplir con el convenio.-

Frente a las restantes intendencias del interior del país, es notorio el atraso de la IMM., algunas de las cuales, como Rivera o Río Negro están terminando de construir las viviendas correspondientes.-
Sólo hay retrasos menores en Canelones y Lavalleja, pero esas intendencias han tenido los varios conflictos gremiales que paralizaron las obras, en distintas oportunidades.-

Cabe destacar que el Intendente Dr Vázquez había anunciado a la Comisión de Vivienda de la Cámara de Representantes donde se hallaban presentes el Ministro de Vivienda y el Intendente de Paysandú que las obras se iniciarían en el mes de julio y terminarían a fin de año.-

"POCO LEGIBLE"

Montevideo, diciembre 1991

BOLETO URBANO
ANALISIS
Alfredo O. Viscuso

El precio del boleto del transporte capitalino fue, desde antes de los últimos comicios, tema de controversia entre los distintos candidatos a la Intendencia de Montevideo.
Cada uno presentó su "receta", aceptadas unas, rechazadas otras, polémicas la mayoría, pero en definitiva el pueblo se volcó por una de ellas: la del Dr. Tabaré Vázquez.
¿Qué proponía el hoy Intendente?, bajar el precio un 40%. Dicho así se publicitó y la "paradoja" golpeó una y otra vez los tímpanos de los montevideanos.
El tiempo ha pasado y como del "dicho al hecho hay un trecho" se fue haciendo realidad lo que se señaló de la rebaja, lo único que a la inversa.
El 40% no fue tan así, ya que en términos corrientes, en febrero de 1990 el boleto bajó solo N$ 15,oo (7,9%).
En el siguiente análisis realizado se comparan períodos similares de veinte (20) meses del gobierno colorado (feb. 85 - set. 86) y el frentista (feb. 90 - set. 91) a los efectos de demostrar, comparando el incremento real del precio, que la Administración colorada produjo una reducción de 24 puntos en su valor, mientras que la actual, lo aumentó en 4 puntos; con el aditivo muy especial que hoy existe un subsidio - que lo paga toda la población -activa o no, que no se registró en el anterior período.-
Para llegar a ésta conclusión tomamos dos variables : el incremento nominal del precio del boleto y el Indice de Precios al Consumo (IPC). (cuadro 1).

GOBIERNO PARTIDO COLORADO

Al asumir la Administración colorada del Dr. Lanza la Intendencia, el valor del boleto se fijó en $ 17.oo y al mes de setiembre del año siguiente - veinte meses después - el valor se situó en $ 33.oo, representando un aumento nominal del 94 por ciento.
A su vez el IPC, para el mismo periodo, tuvo un incremento positivo del 154 por ciento.
Ambas variables nos muestran que existen 60 puntos negativos (el precio varió mucho menos que la inflación) de diferencia entre ambas, o dicho en otros términos, una disminución porcentual del 23,6 por ciento.

GOBIERNO DEL FRENTE AMPLIO

Al asumir el gobierno frentista el precio del boleto estaba en $ 205.oo y se rebajó a $ 190.oo (-7,9%). Tomando este último valor, que rigió hasta el mes de junio de 1990, y comparando con el mes de setiembre de 1991 - veinte meses después -, el valor se situó en N$ 650.oo. El incremento nominal representó un 242 por ciento.
A su vez el Indice de Precios al Consumo (IPC) para el mismo período tuvo una variación porcentual positiva del 230 por ciento.
El aumento real nos muestra que existen 12 puntos positivos de diferencia entre ambas variables, o dicho en otros términos

un + 3.51 por ciento.

Si observamos el gráfico 1 podemos advertir que existe bastante similitud en los puntos de corte.
Ambas líneas tiene un inicio común, febrero (85) para la administración colorada y (90) para la frentista. Al comienzo hay una caída del incremento real en las dos situaciones, pero en julio del 85 , para la administración Lanza, hay un fuerte empuje - cinco meses después de asumir - que lleva hasta + 17 el incremento. En la del Dr. Vázquez, ese avance se da en noviembre del 90 y llega a la misma variación que la administración colorada (+ 17).

La desaceleración del partido colorado en el tema es muy clara. Luego de ese empuje, cae a niveles de -12% en noviembre de 1986 (21 meses después de asumir). Al mismo nivel cae el valor para el gobierno frentista en mayo de 1991 (15 meses después de asumir Vázquez). Ambos gobiernos, al mes siguiente, vuelven a tener un fuerte empuje (+ 2%), lo distinto que la administración colorada lo hace en diciembre 86 (22 meses después) y el gobierno frentista en setiembre 91 (16 meses después).

Seis meses de diferencia, en la compaginación gráfica se ve claramente - donde el partido colorado - sin subsidio insistimos - buscó mantener el precio siempre en el entorno del IPC. Si lo proyectamos hasta el final del período de gobierno, se verá que fue así, culminando en + 1%. Sobre la versión frentista, en la misma proyección, habrá que esperar hasta febrero de 1995.

La conclusión de este análisis sobre los veinte meses es que ambas administraciones (la colorada lo logró en buena parte) es llevar la variación del precio del boleto acompasando la inflación. Cosa correcta, pero existe una gran diferencia, enorme diríamos.

El partido colorado no señaló que iba a bajar el precio del boleto, ni que éste sería subsidiado y sin embargo lo mantuvo en niveles aceptables.

El frente indico una rebaja que no fué tal, necesitó de un subsidio para que no se le escapara el precio y pregona el mismo parámetro para mantener el valor, o sea medirlo con el IPC.

Dejo para el final (cuadro 2) el comparativo del precio con el dolar, tomados a precios corrientes. Allí vemos que el valor era de 0,23 centavos en febrero de 1990, al dejar la Administración el partido colorado y que a setiembre de este año, el valor es 0,28 centavos de dolar, un incremento porcentual del + 21,8% (U$S 0.05).

ULTIMO AUMENTO

No existe ninguna duda que el boleto urbano fijado por la administración frentista tuvo un incremento real en su valor. Salvo en el caso muy particular presentando por los técnicos actuales para mostrar la evolución, haciendo jugar un período de tiempo superior al que ellos comenzaron a ocupar (octubre 1989 último aumento en el periodo colorado cuando el boleto llegó a N$ 205) cuatro meses antes de ingresar a la

(Cuadro 1)

PRECIO DEL BOLETO
para un período de 20 meses
Comparativo

Concepto	Administracion Partido Colorado Febrero 85/Setiembre 86	Administración Frente Amplio Febrero 90/Setiembre 91
a) Incremento Nominal (precio boleto)	N$ 33 (set.86) / N$ 17 (feb.85) = 1.94	N$ 650 (set.91) / N$ 190 (feb.90) = 3.42
b) Incremento Inflación (IPC) Indice	44.556,6 (set.86) / 17.508,9 (feb.85) = 2.54	942.561,5 (Set.91) / 285.201,1 (feb.90) = 3,3
c) Incremento real a)/b)	1.94 / 2.54 = o,76	3.42 / 3.30 = 1.04
d) Desvío	0.76 / 1.04 = 36,8 %	

820 3912

(Cuadro 2)

PRECIO DEL BOLETO

A valor DOLAR (corriente)

a) Administración Partido Colorado — Boleto N$ 205 (febrero 90) / Dólar (.) N$ 881 (febrero 90) = U$S 0,23

b) Administración Frente Amplio — Boleto N$ 650 (setiembre 91) / Dólar (.) N$ 2289 (octubre 11/91) = U$S 0,28

(.) Interbancario

c) Desvío

$$\frac{0,23}{0,28} = 21,7\%$$

031

9203912

COMPARATIVO

INDICE DE LOS PRECIOS AL CONSUMO (IPC)

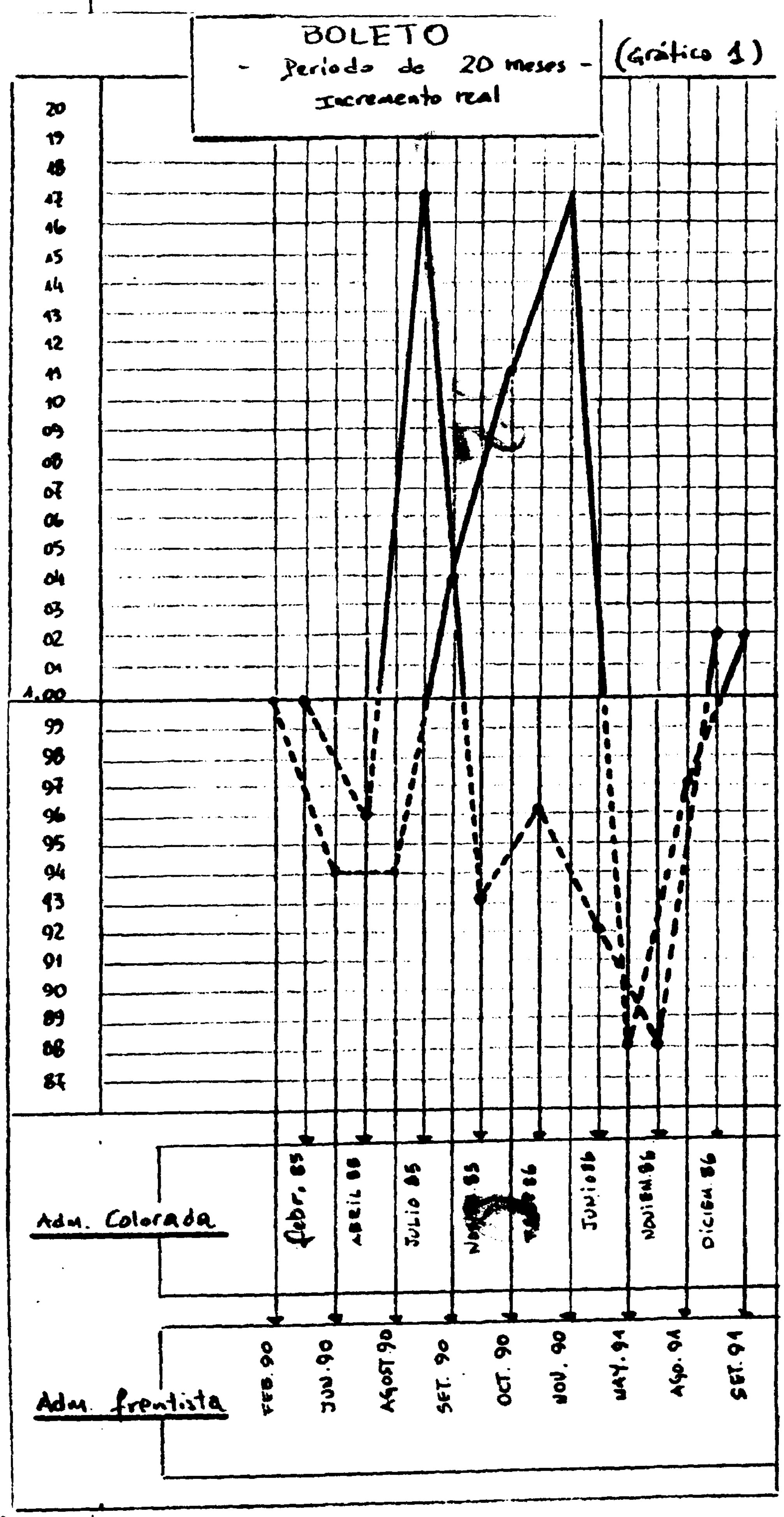
PRECIO DEL BOLETO URBANO

Concepto	IPC (indice)	BOLETO (precio) N$	Incremento	Incremento Real en %
Enero/90	901.60	205.00		
(1) 31/Noviembre/91	3.467.73	800.00		
Coeficiente	3.846.20	3.902.43		
Porcentaje de aumento	284.62	290.24	1,0196	1,97
Febrero/90	963,50	190,00		
(1) 31/Noviembre/91	3.467,73	800,00		
Coeficiente	3.599,10	4.210,53		
Porcentaje de aumento	259,91	321,05	1,2352	23,52
(2) 15/Febrero/90	932,50	190,00		
(1) 31/Noviembre/91	3.467,73	800,00		
Coeficiente	3.718,75	4.210,53		
Porcentaje de aumento	271,87	321,05	1,1809	18,09

NOTA: Ref.: (1) Inflación de noviembre. Estimado por la IMM.
(2) Inflación de febrero. Prorrateado los 6,86%, tomando 15 dias: representa 3,43%.

032

9203912


BOLETO
- Periodo de 20 meses -
Incremento real
(Gráfico 1)
Adm. Colorada
Adm. frentista
FEB. 90
JUN. 90
AGOST 90
SET. 90
OCT. 90
NOV. 90
MAY. 91
AGO. 91
SET. 91
ABRIL 85
JULIO 85
JUNIO 86
NOVIEM. 86
DICIEM. 86

92039 2

Montevideo, diciembre 11 de 1991.-

Variación Comparada de la Tarifa del Boleto Urbano de Pasajeros y el Indice de Precios al Consumidor (IPC).-

---

Tomando como referencia los datos del Boleto urbano único de pasajeros en Montevideo e el IPC en febrero de 1990, como corresponde para hacer un estudio coherente, se tiene N$ 190 para el boleto y 963.5 de coeficiente de IPC.- Dado que ya se conoce la inflación de noviembre (4.69%), lo que lleva el coeficiente de IPC para ese mes al valor de 3457,66 (siempre con base diciembre de 1985 = 100), se puede establecer la siguiente tabla comparativa, considerando sólo los meses de cambio de tarifa, para mayor brevedad:

AÑO	MES	BOLETO ÚNICO N$	IPC	INCREMENTOS SOBRE VALORES Febrero 1990 en %		INCREMENTO DEL BOLETO por encima del INCREMENTO de INFLACIÓN
				Boleto	IPC	
1990	Febrero	190	963.5	0.0	0.0	
	Junio	240	1300.2	26,3	34.9	
	Agosto	250	1450,0	31,6	50,5	
	Setiembre	300	1662,6	57,9	72,3	
	Octubre	350	1770,2	84,2	83.7	0,6%
	Diciembre	430	1964,8	126,3	103,9	21,6%
1991	Mayo	530	2584,9	178,9	168,3	6,3%
	Agosto	600	2990,0	215,8	210.3	2,6%
	Setiembre	650	3184,1	242,1	230,5	5,0%
	Noviembre	800	3457.7	321,1	258,9	24,0%

Es decir que en 22 meses de la Administración Frente-Amplista, no sólo no se rebajó el 40% prometido en la tarifa del boleto (se realizó una disminución simbólica de 7,9% el 15 de febrero de 1990), sino que a partir del mes de octubre de 1990, TODAS las subas de tarifa del boleto superaron los incrementos de inflación, como se aprecia en el Cuadro anterior, destacándose: diciembre de 1990, casi 22% más de incremento que el IPC, luego incrementos del 2.6 al 6% y termina con el último aumento de noviembre de 1991, que supera en 24% el incremento de inflación.-

A todo esto, la Junta Departamental autorizó U$S13.000.000

(trece millones de dólares) en 1990 y U$S 10.500.000 (diez millones y medio de dólares) en 1991 para subsidiar el boleto, no obstante lo cual hay claras muestras de un desborde tarifario, más allá de la capacidad adquisitiva del usuario.-

La otra cara de la moneda:

La Administración Colorada, de 1985 al 15 de febrero de 1990, sólo en seis meses y medio, entre julio de 1985 y febrero de 1986, tuvo tarifas por encima del IPC, y en módicos porcentajes del 1 al 6%.- O sea que el Partido Colorado sólo sobrepasó escasamente el incremento del IPC con su tarifa de boleto entre el 5º y el 11º mes de su mandato. Luego, desde marzo de 1986 hasta el 15 de febrero de 1990, JAMAS se sobrepasó el IPC.-

Si en los 22 meses de Intendencia Frente-Amplista, ya en los últimos 14 meses, siete veces se superó el IPC con la tarifa del boleto, dos de ellas en más del 20%, incluyendo la última del 24%, con un cuantioso subsidio por medio, es el momento de pedir y exigir la total transparencia, tan mentada y nunca exhibida, en la distribución de los recursos votados por la Junta, como la distribución de los subsidios para el transporte, venta de cada tipo de boleto y el cálculo de la tarifa.- A pesar de los denodados esfuerzos de los ediles colorados, no ha sido posible obtener esta mínima información de contralor.-

Ing. Eduardo Schellenberg

Gob. Colorado
Boleto -13,5% respecto a IPC

Boleto F.A.-
+ 24% (a N$ 190)
+ 12% (a N$ 205)

EL INESPERADO TARIFAZO MUNICIPAL

A principios de 1985, el fallecido Dr. Aquiles Lanza, recibió una Intendencia absolutamente fundida, con casi 2.000 nuevos nombramientos en un año, deudas con todo el mundo (particulares y diversos organismos del Estado) tras 20 meses de no pago, etc), sin haberse aumentado los tributos en forma demagógica en un solo peso durante 1984. Tal era el grado de desquicio administrativo y financiero, que la Junta Departamental de Montevideo, allá por marzo de 1985, aprobó el adelanto en el cobro de una cuota de la patente de rodados, para pagar sueldos, puesto que el dinero ni para eso alcanzaba, ~~mxxyx~~ (ni hablemos de fondos para realizar obras). En aquel momento, como la población recordará fue necesario, ajustar severamente los tributos municipales. El brutal déficit recibido así lo imponía.

En 1990, la situación es radicalmente distinta, se recibió la Intendencia con una caja de U$S 15.000.000.= y casi U$S 3.000.000.= de superávit del ejercicio 1989. Por estos días los actuales jerarcas municipales nos quieren hacer creer, que hay cuentas significativas a pagar del ejercicio anterior, como prolegómeno a un verdadero Masasaso Fiscal. ESTO NO ES CIERTO, salvo algún pequeño certificado de obras, no se dejaron deudas. Esto último así como el superávit de 1989, están reconocidos por el Balance que las actuales autoridades municipales remiteron a la Junta Departamental de Montevideo. Pero aún hay mucho más, todavia ni siquiera se gastó el famoso superávit de 1988 (al reves de lo que dice el actual director del depto de Hacienda en el Semanario "Alternativa Socialista" último) ya que por éstos días hemos recibido un proyecto para que se modifique el destino del saldo de aquel superávit de 1988, ~~pax~~(N$ 1.104. 683,331). Vale decir que recibieron una Intendencia supersaneada, con plata de 1988 y de 1989.

¿QUE OCURRIRA AHORA?

Obviamente los impuestos en cualquier organismo público que brinde servicios, siempre deben ser ajustados anualmente, puesto que si no, se descapitalizan y no podrían realizar obras ni aumentarle los sueldos a

sus funcionarios. El tema es el cuanto del aumento y el para que del mismo. Hoy recibimos un proyecto de Rendicion de Cuentas, en donde se pretende aumentar la presión fiscal en más de U$S 30.000.000.-, de los que se pagaba el año pasado, que saldrán de los bolsillos de los contribuyentes. Se ha creado un mecanismo, por el cual los impuestos municipales se reajustarán cada cuatro meses (de acuerdo al costo de vida) más un plus para "recuperar lo perdido en 1989, que al parecer, por haber sido un año electoral", según lo expresado alegremente por el Intendente (discurso de Plaza Lafone) y por su director de Hacienda (último número del semanario "Alternativa Socialista"). Al respecto dos consideraciones: La primera, el año pasado los tributos aumentaron un 47% promedio, patentes 45%, contribución inmobiliaria 49%, tasa general (impuesto de puerta) 49%, La inflación del año 1989, fue del orden de 89,2%. No se solicitaron más aumentos porque no fue necesario, Ese perverso argumento del "año electoral", sería válido, si se recibiera una Intendencia fundida o al menos deficitaria, muy por el contrario, el balance de 1989, fue superavitario y todavía no se gastó parte del superávit de 1988, según hemos demostrado. Lo segundo es que, como nadie sabe cual va a ser la inflación del corriente año (recordar que los aumentos serán IPC pasado mas un plus de "recuperacion"), nadie sabe cuanto pagará en el correr del año en curso. Sin embargo, por estudios primarios que hemos realizado, en este año 1990, en materia de contribución inmobiliaria en la Zona 1 (al abrirse las "franjas"), se aumentará en un casi 300% y en la zona 2 una suma no menor al 100%, y las patentes en una cifra no menor al 100% Este mecanismo de reajuste cuatrimestral en base a la inflación pasada, por supuesto que la conviene a la Intendencia, pero puede resultar diabólico para el vecino de Montevideo.

OTROS ASPECTOS

A la anterior administracion departamental colorada, se la criticó por parte del Frente Amplio, pues decian que el superávit de 1988, era inconstitucional, ahora que son gobierno, parece que no lo es, pues van a aprobar el remanente que queda del mismo y el producido en 1989.

Cuando se pretendió licitar hasta 100 chapas de taxi, cuyo producido se emplearia en obras del departamento de Tránsito, se puso el gri-

to en el Cielo, por parte, no sólo de los ediles del Frente Amplio, sino también por el Sindicato de taximetristas, que forma parte de la Federacion Obrera del Transporte, cuyo principal dirigente lo era el actual Director Gral. del departamento de Tránsito, Sr. Victor Rossi. Hoy se pretende licitar 80 chapas de taxis (dinero cuyo destino se desconoce), y nos gustaria sabér cual es la opinión actual de los Ediles frenteamplistas y del Sindicato de taximetristas. Ya sabemos que el Sr. Rossi, ha cambiado de opinión, puesto que de lo que estaba en contra antes, ahora esta de acuerdo. Se nos criticó por mantener una inversión importante en Letras del Tesoro (para que no se desvalorizará el dinero del superávit de 1988, mientras la Junta Departamental de Montevideo, no lo aprobara), hoy esa inversión financiera se mantiene y seguramente se acrecienta. Cuestiones de doble moral que le dicen, una cosa es ser oposición y otra cosa es ser gobierno.

Además el famoso subsidio al boleto (un verdadero barril sin fondo) se lleva un 35% de la totalidad del gasto de la I.M.M. y es casi equivalente a la totalidad de los gastos de funcionamiento del año ~~anterior~~.anterior. Hay alguna otra cosa increible, los viáticos del departamento de Cultura, de N$2.5000000.=, pasan a N$ 150.000.000.=, las transferencias de los taxis de menos de N$ 200.000.=, se van a N$ 4.800.000.=. Por otra parte, por mandato constitucional se deben presentar "presupuestos equilibrados", éste de 1990 es superavitario en más de ~~N$XXXX~~. U$S 1.300.000.=. Nos parece que éste será un año donde la I.M.M. (previo e innecesario ajuste fiscal) le sobrará mucha plata, pues es dificil confeccionar nuevos contratos de inversiones , cuyo trámite demora de cuatro a seis meses por lo menos. Todas las obras importantes, que el vecino de Montevideo, está viendo en la ciudad (arreglos de calles como Bvar. Artigas, Fernández Crespo, etc) son contratos del periodo anterior ya financiados por la anterior Administracion, No se ha licitado una sola obra de importancia en lo que va del nuevo gobierno departamental. Seguramente se piensa formar un "colchón financiero" para que colocado en Letras del Tesoro, pueda ser gastado, en los últimos años de gestión.

Cuan

Cuando el vecino vaya a pagar los tributos municipales (reajustados cada cuatro meses) y destape esta verdadera "caja de Pandora", seguramente comparará las promesas preelectorales con la realidad actual. DELO POR HECHO.

MARIO LINZO
Edil Partido Colorado

029

9203912

A continuación se procederá a dar lectura a un Informe del C.E.D. elaborado en base a trabajos realizados por los integrantes de la Comisión de Análisis a la Gestión Municipal .

I) SUPERÁVITS 1988 - 1989 .

A) Superávit Balance 1988.

Este surgió una vez realizado el Balance del (31 de marzo de 1989) , presentado a la Junta Deptal. de Montevideo el 30 de abril de 1989 y no hubiera existido de haberse ratificado gastos sobre las estimaciones presupuestales aprobadas por el Legislativo Comunal , dado el Déficit presupuestal que arrastraba la Comuna a 1987 de (N$ 2.261 millones) , ya que la entrega del Gobierno el 15 de Febrero de 1990 , se desea hacer con equilibrio presupuestal lo que de mantenerse el ritmo de gastos de los tres primeros años era imposible .

La razón del Superávit de casi 4 millones de N$, se debió a las sumas adicionales de los dos recursos más importantes del Municipio : Patente de Rodados y Contribución Inmobiliaria. Estas dos sumas (1.500 Millones de N$ de Patentes y 1.000 Millones de N$ de Contribuciones) , mejoraron los depósitos que la IMM tenía en los Bancos a plazo fijo y en Letras de Tesorería , lo que generó otro ingreso adicional financiero de casi otros 1.500 Millones de N$.

Con estos 4.000 Millones de N$, se pagaron unos 500 Millones de Obligaciones por importaciones hasta 1994, quedando el resto autorizado para ser utilizado en obras (unos 3.500 Millones de N$) , no llegándose a gastar en su totalidad .

Sin embargo , quedó un remanente de 1.040 Millones de N$, de cuyo destino final el Frente Amplio no ha dado razón .

B) Superávit de Caja al 15 de Febrero 1990.

En el Arqueo de Caja de la IMM del 14/2/90/ se estableció la existencia de un Saldo de Caja y Bancos de N$13:547.889,679 (13 Millones . 547 Mil . 889 con 679) , lo que evidenció desde una perspectiva de Caja , el Saneamiento financiero que se buscó como resultado final , de la Administración . Si bien parte de dichos fondos estaban contablemente comprometidos , con acreedores por Obras y Servicios , las cuentas respectivas , estaban al día y en proceso de pago , no existiendo ningún tipo de cuenta vencida , excepto la correspondiente al Banco de la República (BROU) , por la cuenta de la Ex AMDET de 1962 , la cual se iba a cancelar al contado por la anterior Administración , pero consultadas las nuevas Autoridades Mpales. del F.A. , por un gesto de -

cortesía del último Intendente colorado , contestaron que ellos la renegociarían , lo que llevó a que la Deuda se duplicara , no siendo responsabilidad del Partido Colorado la no cancelación de dicha deuda . Incluso se utilizó y aún se sigue haciendo , para hablar de Déficit contable este tema , cosa que ya se ha demostrado , carece de veracidad .

A fines de 1989 , se solicitó un Informe anticipado de Caja al 15 de Febrero de 1990 , contestándose que si bien era difícil realizar una estimación precisa , el Saldo sería inferior a N$ 6.000 Millones , por diversas sumas a abonar , (Sueldos , Funcionamiento , etc.) lo que hacía que los 13.000 Millones quedaran reducidos a algo más de 2.000 Millones , pero como el F.A. solicitó - y se aceptó - se procedió a adelnatar el pago de la Contribución para el 1ero. de Febrero de 1990 lo que hizo que se llegara a los 6.000 Millones que se habían previsto estimativamente , lo que deja claro que la Asministración saliente , nunca planteó un Saldo de Caja como el que surgió el 15 de Febrero de 1990 como objetivo para la entrega del Gobierno y que las Autoridades entrantes ya conocían con anticipación una proyección de Caja mucho mas conservadora .

Esta Caja , posibilitó que las Nuevas Autoridades de la IMM , autorizaran una politica de Subsidios , como el Boleto , o mejoras salariales por encima de todos los niveles reales , que no hubieran sido posibles , sin contar con efectivo suficiente en Caja .

C) Superávit período 1985 -1989 .

El balance 1989,registró un superavit para toda la gestión del Partido Colorado de N$ 2.095. millones cifra corroborada por el Tribunal de Cuentas en dictamen de abril de 1990.Cabe tener presente que debió revertir una situación deficitaria de los años 1983 84,de la gestión Paysée,haciendo frente a un período anterior de descontrol financiero y económico que significó recibir la I.M.M. con un deficit de 2 millones setecientos mil dólares.

Finalmente,cumplió con la Constitución y la población entregando una administración super-avitaria y con dinero suficiente como para emprender las obras que el tiempo no le permitió realizar.

II) SALUD y POLICLINICAS

Como anteriormente señalara esta Comisión Asesora cabe tener especialmente presente que tanto las metas como los objetivos planteados por la I.M.M. para el quinquenio 89-94,no difieren de los fijados por la administración anterior del Partido Colorado y en

definitiva solo continúan con las actividades iniciadas anteriormente aunque verbal y públicamente trate de ponerse énfasis en la materialización de políticas sociales que nunca se concretan.

En ese sentido corresponde establecer que nada se sabe respecto a la creación de un total de varias policlínicas en el transcurso del bienio 90-91 al igual que la promesa de creación de guarderías infantiles de acuerdo al programa trazado,de las cuales estaría funcionando sólo una en la actualidad.

Igualmente nada se ha realizado en cuanto a la reorganización de los Hogares Municipales ni se hicieron para mejorar la situación de la tercera edad.

Es decir que,como en otros aspectos,lejos de constatarse mejoras en la gestión se comprueba una situación de franco deterioro tales como la permanencia de basurales y aumento de los mismos incremento de aguas servidas en todo el departamento ante la pasividad de los Servicios Municipales competentes,todo lo cual contribuye a la eventual creación de focos de infección.

III) PLAN QUINQUENAL DE VIVIENDAS DE LA I.M.M.

El plan aprobado por la Junta Departamental de Montevideo el 25 de febrero de 1991 es solo una propuesta que éste gobierno departamental debe presentar ante el Ministerio de Vivienda,Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente,quedando pues pendiente una etapa posterior de ajuste de esta propuesta a los lineamientos que establezca el Plan Quinquenal de Vivienda que oportunamente apruebe el Poder Legislativo (Art.121 de la Ley N° 13728).

En otro orden cabe expresar que la I.M.M. está dispuesta a invertir en tierras y asesoramiento técnico 5 millones de U.R. previéndose la construcción de 12.125 viviendas a un costo estimado por la I.M.M. de 185 millones de dólares para el quinquenio,siendo que lo comprometido a través del Presupuesto Nacional para todo el país,alcanza a 120 millones de dólares,por lo que,será imposible cumplir con el plan previsto.

Asimismo en cuanto a la utilización de tierras y ante la notoria carencia de tierras municipales aptas,la I.M.M. propone usar Plazas y espacios vecinales desafectándolos de su uso público y barrial lo que en definitiva estaría hipotecando el futuro crecimiento y densificación deseable de esos barrios que se quedarían sin espacios produciéndose un impacto en cuanto a los aspectos paisajísticos y sociales.

Asimismo, el costo manejado por unidad alcanza a las 3.000 U.R. (aproximadamente 22.000 dólares) lo que se considera elevado y que de ir aumentando en forma permanente transformaría dichas viviendas en inaccesibles para el sector social que fueron pensadas.

Queda con esto demostrado la fácil demagogia que utiliza el gobierno del F.A. frente a la gente sin techo que ofrece miles de viviendas a costos millonarios en dólares que ya se sabe no está en condiciones de cumplir ni financiar. Para broche de oro ofrece usar plazas públicas para viviendas de las que no ocupe con feriantes.

IV) SITUACION DEL PERSONAL DEPENDIENTE DE LA I.M.M.

El tema de la situación, en cuanto al funcionariado municipal, se arrastra desde el inicio de esta nueva administración habiéndose ya denunciado por la propia gremial municipal A.D.E.O.M. en su publicación mensual, el clima de deterioro que se da entre la I.M.M. y sus jerarquías y el resto del funcionariado municipal, que fuera calificado por el propio gremio como de "extrema tención" o de "conflicto latente" lo que da por sí habla a las claras del clima reinante, acusándose incluso directamente a muchos jerarcas que ocupan cargos de confianza y asesores de la I.M.M., que vinieron de la calle es decir de afuera de la Comuna.

Desde el inicio de esta Administración, se han dado denuncias de traslados de funcionarios pertenecientes a Partidos tradicionales de las que se ha ocupado la prensa sin ser desmentidos en ningún momento, por lo que corresponderá de ahora en más otorgar el máximo apoyo y respaldo a todo el personal municipal y especialmente a aquellos que vengan siendo discriminados o perseguidos. Igualmente se ha denunciado públicamente la discriminación de la que vienen siendo objeto aquellos funcionarios de filiación colorada reconocida lo que preocupa a este Comité Ejecutivo Departamental y al Partido.

CONCLUSION

En definitiva fuera de la realización de algunos eventos tales como picnics, bailes de disfraces y otros divertimentos que le sirven a los actuales jerarcas de la I.M.M. como "cortina de humo" nada concreto se ha realizado en materia de obras y servicios que real y verdaderamente sirvan a la población.

Montevideo, 25 de mayo del 1991

0 3 | 43

0209512

N° DOCUMENTO ...
TÍTULO: Sectores privados uruguayos abrirían oficinas en Taiwan.
PROCEDENCIA: La Mañana (150015).
FECHA: 12/4/92
VINCULACIÓN: Taiwan (20234)
F. Económico (11161)
Sec. Comercial (11407)
Uruguay (10020)

Abrirían oficinas en Taiwán, pero de carácter privado

S[illegible]

En fuentes del gobierno uruguayo, según pudo saber LA MAÑANA, se consideró [illegible] esta situación, sin que ello revista el carácter de iniciativa oficial de la administración del Dr. Luis Alberto Lacalle.

De momento, no se ha producido mayor repercusión de la iniciativa privada que podría concretarse en algunos meses, según las versiones, aunque pudo saberse de voceros allegados al Gobierno de la República Popular China, que esa circunstancia, de mantenerse dentro de sus límites el acuerdo entre este país y Uruguay, no reviste por ahora preocupación alguna.

Como se recordará, al establecerse el acuerdo entre Uruguay y la República Popular China, cesaron los acuerdos que el Gobierno de nuestro país había mantenido por años con Taiwán, surgiendo ahora esta posibilidad, a nivel privado, del establecimiento de oficinas comerciales en este último país asiático.

Japón: aire a las empresas

* Reducción de la tasa de descuento oficial tras el plan de urgencia del gobierno; baja en la Bolsa y el yen se debilitó

La baja registrada ayer por la Bolsa de Tokio prueba la desconfianza de los medios financieros japoneses en las medidas de reactivación fiscales y monetarias tomadas esta semana por el gobierno. La recesión, en retraso con respecto a los otros grandes países industrializados, pero menos grave, no tocó fondo, según los medios de negocios, que no ven mejora antes de seis meses y calculan de aquí a esa época una nueva baja del costo del dinero.

Tokio (AFP)

■ Al volver a aflojar ayer miércoles las riendas del crédito, el Banco de Japón, en este primer día del año fiscal, apoyó el plan de urgencia del gobierno, el primero en cinco años, aprobado el martes para apoyar la actividad desfalleciente.

Para disminuir los costos de financiamiento de las firmas e impulsar la inversión, uno de los componentes esenciales del crecimiento nipón, la tasa de descuento oficial (a la que se financian los bancos entre ellos) fue bajada 0,75 punto y llevada a 3,75%, su nivel del cuarto trimestre de 1989. Jamás en 11 años el Banco Central había aflojado tanto las riendas del crédito para impulsar la máquina económica.

El martes, el gobierno había anunciado medidas fiscales que prevén gastar el 75% del presupuesto anual en el primer semestre del año fiscal 1992 para acelerar su eficacia a meses de elecciones importantes para el partido conservador, en el poder.

El plan de gobierno fue considerado demasiado modesto y la baja de las tasas de descuento demasiado tardía. Como resultado, ayer la bolsa se hundió y el yen se debilitó.

El índice Nikkei del mercado bajó casi 4% (3,95%), pasando debajo del nivel de 19.000 yens, por primera vez en más de cinco años, y cerró a 18.581,79 yens. El yen, menos atractivo con tasas de rendimiento más débiles, perdió terreno, forzando al banco a defenderlo en el mercado. Al cierre, el dólar valía 133,90 yens contra 133,05 de la víspera.

Recibidas sin sorpresa por el Kabuto-Cho y los patrones nipones, esas medidas procuran frenar el creciente pesimismo, estimaron las autoridades oficialmente menos inquietas, que señalan que la inflación está controlada, la desocupación no existe, los excedentes externos se encuentran en plena expansión y la paz social está asegurada.

El producto nacional bruto (PNB) se contrajo en el último trimestre de 1991 y, sorprendidas por una disminución más importante de lo previsto de la demanda interna, las firmas acumularon importantes existencias en los últimos meses.

La producción industrial baja y las empresas dejaron de inver-

* Esta tasa de referencia japonesa es la más baja de los grandes países industrializados.

El ministro nipón de Finanzas, Tsutomu Hata, se felicitó inmediatamente de esta decisión que calificó de "oportuna".

Esta iniciativa fue adoptada para "tener en cuenta la situación general de la economía, en particular de la debilidad actual de la actividad interior y de las recientes evoluciones de los precios, de la masa monetaria y de las tasas de interés de los mercados", indicó el banco central en un comunicado al término de una reunión extraordinaria de su comité de política monetaria.

TITULO: Baja la Bolsa de Tokio y debilita [illegible]
PROC.: La República (15.2023)
FECHA: 2/4/92
VINC.: Japón (66224) T. Económico (11161) Sector Financiero (11403)

Japón: aire a las empresas

* Reducción de la tasa de descuento oficial tras el plan de urgencia del gobierno; baja en la Bolsa y el yen se debilitó

La baja registrada ayer por la Bolsa de Tokio prueba la desconfianza de los medios financieros japoneses en las medidas de reactivación fiscales y monetarias tomadas esta semana por el gobierno. La recesión, en retraso con respecto a los otros grandes países industrializados, pero menos grave, no tocó fondo, según los medios de negocios, que no ven mejora antes de seis meses y calculan de aquí a esa época una nueva baja del costo del dinero.

Tokio (AFP)

■ Al volver a aflojar ayer miércoles las riendas del crédito, el Banco de Japón, [illegible] día del año fiscal, apoyó el plan de urgencia del gobierno, el primero en cinco años, aprobado el martes para apoyar la actividad desfalleciente.

Para disminuir los costos de financiamiento de las firmas e impulsar la inversión, uno de los componentes esenciales del crecimiento nipón, la tasa de descuento oficial (a la que se financian los bancos entre ellos) fue bajada 0,75 punto y llevada a 3,75%, su nivel del cuarto trimestre de 1989. Jamás en 11 años el Banco Central había aflojado tanto las riendas del crédito para impulsar la máquina económica.

El martes, el gobierno había anunciado medidas fiscales que prevén gastar el 75% del presupuesto anual en el primer semestre del año fiscal 1992 para acelerar su eficacia a meses de elecciones importantes para el partido conservador, en el poder.

El plan de gobierno fue considerado demasiado modesto y la baja de las tasas de descuento demasiado tardía. Como resultado, ayer la bolsa se hundió y el yen se debilitó.

El índice Nikkei del mercado bajó casi 4% (3,95%), pasando debajo del nivel de 19.000 yens, por primera vez en más de cinco años, y cerró a 18.581,79 yens. El yen, menos atractivo con tasas de rendimiento más débiles, perdió terreno, forzando al banco a defenderlo en el mercado. Al cierre, el dólar valía 133,90 yens contra 133,05 de la víspera.

Recibidas sin sorpresa por el Kabuto-Cho y los patrones nipones, estas medidas procuran frenar el creciente pesimismo, estimaron las autoridades oficialmente menos inquietas, que señalan que la inflación está contenida, la desocupación no existe, los excedentes externos se encuentran en plena expansión y la paz social está asegurada.

El producto nacional bruto (PNB) se contrajo en el último trimestre de 1991 y, sorprendidas por una disminución más importante de lo previsto de la demanda interna, las firmas acumularon importantes existencias en los últimos meses.

La producción industrial baja y las empresas dejaron de invertir. El sector financiero, afectado cada vez más por dos años de austeridad monetaria y de obligaciones internacionales en materia de solvencia, no logra cumplir su papel de fuente de crédito.

El Banco del Japón anunció ayer miércoles en la mañana en Tokio una reducción de su tasa de descuento oficial de 0,75 puntos a 3,75% con efecto inmediato.

Al día siguiente del anuncio hecho por el gobierno japonés de la adopción de medidas fiscales de urgencia, esta flexibilización de la política monetaria está destinada a insuflar aire a las empresas japonesas y a reactivar las inversiones.

Se trata de la cuarta baja de la tasa de descuento desde julio de 1991 cuando estaba a su nivel más alto, a 6%. *01-01

* Esta tasa de referencia japonesa es la más baja de los grandes países industrializados.

El ministro nipón de Finanzas, Tsutomu Hata, se felicitó inmediatamente de esta decisión que calificó de "oportuna".

Esta iniciativa fue adoptada para "tener en cuenta la situación general de la economía, en particular de la debilidad actual de la actividad interior y de las recientes evoluciones de los precios, de la masa monetaria y de las tasas de interés de los mercados", indicó el banco central en un comunicado al término de una reunión extraordinaria de su comité de política monetaria.

GIRO HISTORICO EN ECONOMIA JAPONESA AL CRECER LA CONFLICTIVIDAD LABORAL

LUEGO de un período de dos décadas resurgen los paros de trabajadores como expresión de descontento

TOKIO (Reuter) - Los paros en Japón han sido los más serios desde hace más de una década y patentizaron un descontento generalizado con los bajos aumentos salariales causados por la retracción de la economía.

Si las cosas se ponen mal, ello marcará un giro histórico luego de un período de 20 años durante el cual las relaciones laborales en Japón fueron la envidia del mundo industrializado.

"Si la economía se hunde en una recesión grave y son despedidos una gran cantidad de trabajadores, los sindicatos podrían adoptar medidas extremadamente radicales", advirtió el analista laboral Takeshi Fujimoto.

Los sindicatos que agrupan al personal de Japan Air Lines (JAL) dispararon la última salva, iniciando un paro de 24 horas, ayer, en demanda de mejoras salariales.

En marzo, en el primer paro importante en los transportes desde hace 11 años, aproximadamente 60.000 obreros de ferrocarriles privados abandonaron sus labores, paralizando el tráfico de gente que va desde las afueras al centro de las ciudades a trabajar durante varias horas y afectando a seis millones de personas en Tokio y Osaka.

Fue seguido por otra huelga realizada por tres sindicatos de la Empresa Ferroviaria Japonesa (JR) que afectó los servicios del famoso "tren bala" de alta velocidad en el oeste de Japón por primera vez en 13 años.

Aproximadamente 50.000 trabajadores portuarios se declararon en huelga parcial desde mediados de marzo. "Las relaciones entre los trabajadores y los empleadores se tornarán hostiles si el crecimiento económico y las ganancias empresarias disminuyen sensiblemente", estimó Hisanori Nishimura, director de la Confederación de Sindicatos Japoneses (Rengo), que tiene ocho millones de afiliados.

Antecedentes

Enconadas disputas entre trabajadores y empresas, incluyendo huelgas prolongadas, fueron comunes en la década de 1960 y comienzos del decenio de 1970 debido a la irritación de los trabajadores por los bajos salarios y deficientes niveles de vida.

Entonces Japón comenzó su período de acelerado crecimiento económico que condujo a mejores niveles de vida para casi todos los trabajadores y una declinación de la combatividad sindical. Un informe del Ministerio de Trabajo consignó que la tasa de afiliación sindical llegó a su cifra mínima de 24,5 por ciento, 12,4 millones de una fuerza laboral total de 50 millones, a fines de junio de 1991.

La proporción de gente sindicalizada ha declinado sostenidamente desde un máximo de 55,8 por ciento en 1959. Un nuevo golpe fue el colapso del comunismo en Europa oriental y la ex Unión Soviética.

"Los afiliados sindicales han abandonado la ideología izquierdista que culpaba a los patrones de explotar a los trabajadores", dijo Fujimoto.

"Los sindicatos actuales ya no son anticapitalistas y están casi completamente bajo el control de los gerentes", afirmó.

La mayoría de los trabajadores y sindicatos han desarrollado estrechas relaciones con sus patrones de [illegible] que las huelgas son escasas y [illegible]cuentemente sólo tienen [illegible] simbólico, concretándose, [illegible], durante fines de semana o [illegible] últimas horas de la noche.

Pero la última serie de huelgas [illegible] puesto nerviosos a los administradores de las empresas.

"No puedo descartar la posibilidad de que la reciente huelga ferroviaria tenga un efecto multiplicador sobre las relaciones laborales en otros sectores", dijo Chikara [illegible], director de la Federación Japonesa de Asociaciones de *Empleadores* (Nikkeiren).

"Una declinación adicional de la economía podría afectar las relaciones entre los trabajadores y las empresas, pero no veo que sea una posibilidad de concepción inmediata", aclaró. "Incluso si hay una depresión, los consumidores no la sentirán de inmediato ni con mucha gravedad, porque las tiendas podrán seguir llenas de alimentos y otras mercancías", agregó.

Si las condiciones laborales se deterioran, más gente podría afiliarse a los sindicatos, vaticinó Nishimura, de Rengo.

No. DOCUMENTO
TITULO: Guerras Santas lejos de desaparecer.
PROCEDENCIA: La Republica (15CC23)
FECHA: 29/4/92.
VINCULO: Rev. Islamico (11212)

Religión, opio, pueblos

Las guerras santas están aún lejos de desaparecer

(p-1)

Nicosia,
por Fabio Tana (ANSA)

Era la guerra santa por excelencia aquella que combatían los mujaidines islámicos afganos contra un poder ateo y comunista que, además, había sido favorecida por la ocupación de su país por una potencia extranjera.

Sin embargo, ahora que el Islam ha triunfado en Afganistan, no sólo continúan los combates en Kabul, sino que las guerras religiosas en el mundo no parecen todavía destinadas a terminar.

En el ambiente no se percibe ningún indicio de una tendencia que ponga en evidencia una disminución de las tensiones religiosas. Por el contrario, según la mayor parte de los observadores, las guerras santas están de actualidad, más que nunca, en diversas partes del mundo.

La lección de Afganistan, a lo sumo, parece confirmar que el fin del comunismo, lejos de significar el "fin de la historia", abre nuevos espacios a la fusión entre los enfrentamientos religiosos y los choques de sabor nacionalista o tribal.

Ayer, en Kabul, el poder pasó oficialmente a un comité islámico presidido por Sighbatullah Mojadidi, un profesor de teología exponente de aquella guerrilla islámica que hizo fracasar el sueño de Leonid Breznev de exportar el comunismo a Afganistán.

Aquellas fuerzas que, como el partido liderado por Gulbuddin Hekmatyar, se oponen con las armas a Mojadidi, no pueden reivindicar otras motivaciones ideales. Parecen, más bien, motivadas por rivalidades políticas y étnicas.

Rivalidades étnicas y religiosas, en realidad, coinciden frecuentemente.

Afganistán representa un caso atípico sólo porque ha conocido una neta diferenciación entre los dos aspectos. pero bien visto el tema —anotan fuentes diplomáticas occidentales— la unidad de los grupos que se inspiran en el Islam contra el poder comunista no existió jamás. Esa es la razón por la cual los mujaidines demoraron mas de dos años para conquistar Kabul, después de la partida de los soldados soviéticos.

El Islam es la principal fuente de fervor religioso capaz de traducirse en una violenta acción política. La Jihad, la guerra santa de la cual habla el Corán, constituye el pedestal doctrinario, aunque muchos doctores en leyes subrayan que la Jihad es ante todo un compromiso moral, antes que material.

El Islam, de todos modos, no es la única fuente de conflictos internos o internacionales, que tienen una caracterización religiosa.

En Medio Oriente, el conflicto árabe-israelí, un conflicto típicamente étnico, asume siempre más frecuentemente características religiosas. Las justificaciones de determinadas decisiones políticas por parte del gobierno de Jerusalem aluden con frecuencia a la Biblia, incluso mas allá de los condicionamientos de los denominados partidos religiosos.

Por otra parte, también entre los palestinos, los integralistas islámicos —reclutados sobre todo por el grupo Hamas— están asumiendo un creciente peso respecto a los grupos guerrilleros tradicionales reunidos en la OLP.

Estos, desde siempre, se ufanan de tener entre sus filas tanto a cristianos como a musulmanes. Su proyecto político, una vez derrotado Israel, es la creación de una Palestina laica. Pero si bien esos grupos satisfacen a la diplomacia internacional, parece en cambio en caída su popularidad entre los palestinos y los árabes, en general.

Líbano fue, durante 15 años, teatro de una sangrienta guerra religiosa.. La guerra ha terminado ahora sólo [illegible] impuesto su paz con la fuerza de las armas. [illegible] varias tensiones de orden religioso y es imposible [illegible] podría suceder si los sirios se retiran.

Siempre en el mundo árabe, una verdadera y [illegible] religión está en marcha en Sudan, entre los árabes [illegible] norte y los negros cristianos del sur.

En Irak, pese a que el presidente Saddam Hussein [illegible] devoción, los chiítas del sur están [illegible]

[illegible]

devidir el país.

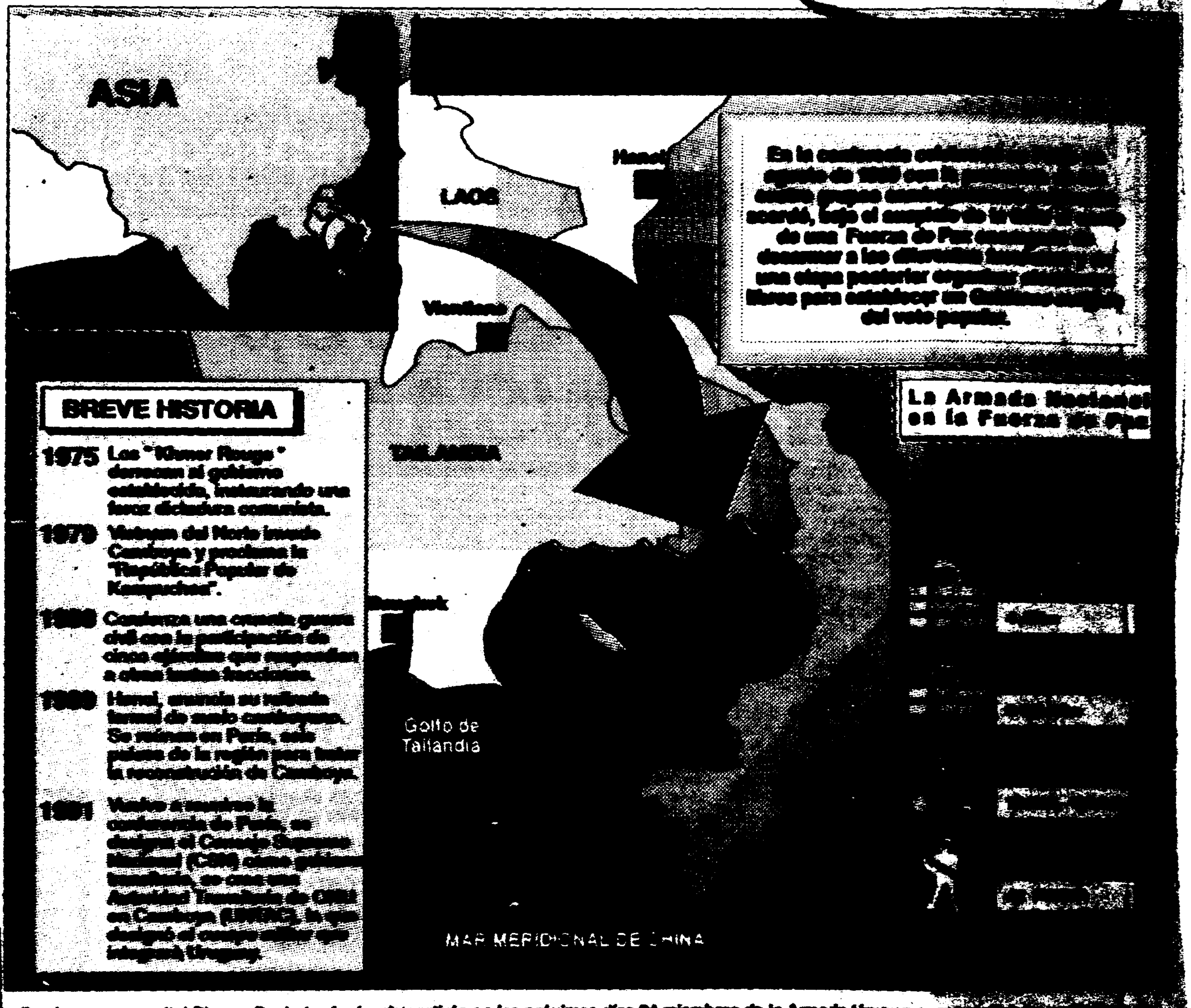
ENTRADO V.R.
CRUZADO V.R.

01-01 9203416

FECHA DE EDICION: 22/4/92.
VINCULACION: Camboya (11112)
F. Pol. Ext. (11164)
ONU (1257) 3.
Uruguay (10020)
F. Civil (11163)
Armada (11329)

EL PAIS — Miércoles 22 de Abril de 1992 INFORMACION

URUGUAY COMANDARIA LA FUERZA NAVAL DE LA ONU EN CAMBOYA



Camboya y su capital Phnom Penh, hacia donde partirán en los próximos días 64 miembros de la Armada Uruguaya, [illegible] fusileros navales. Comandarán la flota integrada por efectivos de Chile, Nueva Zelanda, Reino Unido [illegible]

* Es el Mayor Movimiento de las Naciones Unidas
* Supervisarán Desarme y Pacificación del País

Las Naciones Unidas confia[illegible] a la Armada [illegible] el Comando del Contingente Naval de las fuerzas de la organización en Camboya, en el marco del mayor movimiento [illegible] para la paz, encarado en la historia de la ONU. Por ese motivo, viajarán en breve hacia aquella nación asiática, que durante décadas fue desvastada por guerras externas y civiles, un importante contingente de oficiales, subalternos y fusileros navales uruguayos, para hacerse cargo de la fuerza [illegible] por el [illegible]

[illegible] mientras que el resto de la Fuerza, lo haría a mediados de mayo, con el fin de ejercer el Comando del sector naval que estará integrado por efectivos de la Marina de Guerra de Chile, Nueva Zelanda, Reino Unido, y las Filipinas.

Concretamente los integrantes de la Armada Nacional que irían hacia el sur de Asia son 4 Jefes, 6 Oficiales, 12 Sub-Oficiales y 42 integrantes del Cuerpo de Fusileros Navales (FUSNA).

LA DECISION

Durante las décadas del 70 y el 80 Camboya fue literalmente destrozada por una serie interminable de gueras internas (la toma del poder por los "Khmer Rouge") y externas (la invasión de los vietnamitas del Norte).

En un momento dado 5 ejércitos que respondían a otras tantas facciones estuvieron luchando en su territorio, hasta que en 1989, Hanoi decide el retiro de sus tropas del territorio camboyano, que en esos momentos se le conocía como Kampuchea.

A partir de ese momento comienza una activa acción de las Naciones Unidas, dirigidas por el propio Secretario General con el fin de lograr la reconstrucción del país, ubicando en una zona [illegible] para la paz mundial.

[illegible] en Camboya (UNTAC) que [illegible] a reorganizar el [illegible] país.

Las tareas más importantes de ésta, son la supervisión del cese del fuego, verificación de la retirada de las tropas extranjeras, supervisión de la suspensión del tráfico de armas, ubicación y confiscación de los depósitos de armamentos y supervisión del reagrupamiento, acantonamiento, desarme y desmovilización del 70% del total de las Fuerzas Armadas de cada una de las facciones en pugna.

Fue así que el Secretario General de la ONU se dirigió formalmente a todos los países miembros, solicitando su participación en lo que será la mayor fuerza de paz de la historia de la organización. De todos los estados que [illegible] su voluntad de [illegible], fueron oficialmente [illegible] a participar en la Misión [illegible] de Camboya: [illegible] Uruguay y la CEI.

EL PAPEL DE URUGUAY

El contingente total de [illegible] de las distintas naciones [illegible] por la ONU, es de 2[illegible] militares y técnicos, [illegible] y funcionarios civiles, siendo su acción principal [illegible] a la reconstrucción nacional y mejoramiento de las condiciones de vida de la población.

El componente militar fue inicialmente bosquejando como compuesto de Batallones de Infantería, 4 Unidades de Ingenieros, una Unidad Aérea, un Batallón Logístico, un Batallón Médico, una Unidad de Comunicaciones y una Unidad Naval. Para integrar esta última, como ya se indicara fueron convocados Chile, Nueva Zelanda, Reino Unido, Filipinas y Uruguay.

A nuestro país se le asignó el Comando del Contingente Naval de las Fuerzas de la ONU en Camboya.

Para integrar las fuerzas [illegible]

[illegible]

A los efectivos uruguayos, se [illegible] que serán [illegible] los propios efectivos [illegible] camboyanos, [illegible] se cumpla con las [illegible] de UNTAC.

El contingente de [illegible] miento, [illegible] vos del FUSNA, [illegible] funciones de [illegible] gares a ser asignados [illegible] de Uruguay, el componente naval estará integrado por [illegible] tres patrulleros [illegible] Chile, Nueva Zelanda y el Reino Unido.

Las Naciones Unidas se harán cargo de todos los gastos de traslado y mantenimiento de los efectivos de todos los países, durante la operación que durará aproximadamente un año y medio.

CRUZ [illegible] VR

45417

Envían 850 Efectivos Militares a Camboya Para la Tarea de Paz

El Poder Ejecutivo solicitó ayer al Parlamento autorización para el envío de 850 efectivos del Ejército y la Fuerza Aérea a Camboya por un plazo de 18 meses, integrando el contingente dispuesto por las Naciones Unidas con la finalidad de preservar la paz en ese convulsionado país.

En efecto, el Presidente de la República en acuerdo con los Ministros de Defensa Nacional, Relaciones Exteriores e Interior, elevó al Legislativo un mensaje y proyecto de Ley pidiendo la autorización correspondiente.

La parte expositiva del proyecto señala que las tropas uruguayas tendrán que desarrollar actividades relacionadas con el objetivo de pacificación propuesto "cumpliendo tareas de patrullaje, ocupación de Puestos de Observación, establecimiento y ocupación de Puestos de Control, conducción de operaciones de seguridad interna, reagrupamiento, acantonamiento y desmovilización de las fuerzas de las partes en conflicto, tareas de apoyo a la comunidad y otras que serán dispuestas por el Comandante en Jefe".

El material y armamento a trasladar "será el correspondiente al equipo individual del soldado y armas colectivas que son orgánicas de las distintas subunidades que componen el Batallón de Infantería. Asimismo, se transportarán los medios de comunicaciones, medios de transporte de tropa, tácticos y administrativos, transportes de ingenieros, equipamiento logístico y material sanitario".

Igualmente, el mensaje sostiene "dada la urgencia del tema sometido a vuestra consideración y en virtud de la premura con la que la Organización de las Naciones Unidas solicitó la colaboración referida, es que se efectuaron tratativas que recién se concretaron el pasado 24 del corriente".

El proyecto consta de un solo artículo que establece "autorízase la salida del país, a partir del 25 de mayo de 1992 del siguiente Personal: un Oficial Superior, cinco Jefes, cuarenta Oficiales Subalternos, ochocientos cuatro Personal Subalterno, por un período de dieciocho meses, a fin de prestar apoyo a la Autoridad Provisional de las Naciones Unidas en Camboya (UNTAC)".

COMUNICADO DE DEFENSA

Atento a las diversas versiones de prensa respecto al envío de medios de las FF.AA. uruguayas a Camboya, el Ministerio de Defensa Nacional hace saber a la población que:

1) A la fecha se encuentran en dicho país solamente dos (2) Jefes de la Armada Nacional.

2) Atento a la solicitud de la Organización de las Naciones Unidas para el envío a Camboya de un contingente de las FF.AA., integrado por el Ejército Nacional, la Armada Nacional y la Fuerza Aérea Uruguaya, el Poder Ejecutivo ha considerado atentamente la misma, dado el alto fin de preservar la paz en la zona que anima a la operación encarada por el organismo internacional.

3) Como consecuencia de ello, el Poder Ejecutivo ha enviado al Poder Legislativo dos proyectos de Ley, solicitando la autorización correspondiente para el envío de medios de las FF.AA. a Camboya para integrar la Fuerza de Paz de las Naciones Unidas, estando a la espera del tratamiento parlamentario pertinente.

4) El Ministerio de Defensa Nacional y la Armada Nacional, no han recibido información respecto a situaciones de riesgo en que pudiesen haberse visto involucrados los 2 señores Jefes de la Armada Nacional actualmente en Camboya.

ENVIARAN FUERZA DE PAZ

CONSTITUYE el más amplio y costoso despliegue de tropas en historia de las Naciones Unidas

NACIONES UNIDAS. (ANSA, EFE, IPS, Reuter y UPI).- El Consejo de Seguridad, con el voto unánime de sus 15 miembros, autorizó ayer el envío de 22.000 efectivos de paz a Camboya, el más amplio y costoso despliegue de fuerzas en la historia de la ONU.

Las Naciones Unidas propusieron enviar 15.900 militares, 3.600 policías y 2.400 civiles para gobernar virtualmente la nación del sudeste asiático, a un costo estimado en 1.900 millones de dólares.

Alrededor de 56.000 camboyanos van a participar en las elecciones libres, a realizarse en mayo de 1993.

"Esta operación nos proporciona una oportunidad histórica de restablecer la paz en Camboya y de contribuir al advenimiento de una nueva era en el sudeste de Asia y en las relaciones internacionales", dijo al Consejo el secretario general, Boutros Ghali.

La resolución formalmente lanza a la Autoridad Transitoria de la ONU en Camboya (UNTAC) a desarmar a los combatientes, a supervisar ministerios claves y fuerzas policiales, a repatriar a los refugiados y a organizar las elecciones en un esfuerzo por dar fin a décadas de guerra en Indochina.

Pide también a Ghali que despliegue las fuerzas de paz, incluyendo 15.900 efectivos militares lo antes posible.

Pero el dinero para la operación, un 30 por ciento del cual procede de los Estados Unidos, todavía no ha sido autorizado ni retirado a sus miembros, junto con un financiamiento inicial de 200 millones de dólares.

La resolución "insta enérgicamente" a las partes en Camboya, incluido el gobierno de Phnom Penh del Primer Ministro Hun Sen y las tres organizaciones guerrilleras que lo combatieron durante más de una década, a desmovilizar todas sus tropas y sus milicias, calculadas en cerca de 400.000 efectivos.

De acuerdo con el pacto de paz firmado en París el 23 de octubre, los combatientes que ahora acatan una frágil tregua, acordaron en una desmovilización del 70 por ciento; Hun Sen argumenta que puede quedar expuesto a los guerrilleros del Khmer Rojo, de difícil detección, si todas sus tropas son acantonadas.

Los Khmer Rojo han sido responsabilizados de la muerte de hasta un millón de personas cuando gobernaron a mediados de la década de los 70 antes de ser desalojados por Vietnam en 1979. ■

BAGDAD HABRIA DERRIBADO UN CAZA AGRESOR QUE ATACABA UN CAMPAMENTO DE MUJAIDINES

Irán bombardeó bases opositoras a su régimen en territorio de Irak

La agencia iraní IRNA confirmó ayer en Teherán que cazas iraníes bombardearon posiciones de la guerrilla de los Mujaidines del Pueblo, que opera en territorio iraquí, en respuesta a un ataque rebelde, el sábado, contra poblaciones de la región occidental del país. El gobierno iraquí protestó ante las Naciones Unidas ante la "agresión" y se atribuyó el derribamiento de un avión iraní. El aparato habría sido realmente derribado por la artillería mujaidín, según pudieron comprobar periodistas occidentales.

TEHERAN y NICOSIA (Reuter, AFP, AP y EFE). — Irak denunció hoy un ataque aéreo iraní contra posiciones de los Mujaidines del Pueblo —rebeldes al régimen de Teherán— en su territorio y afirmó haber derribado un caza iraní, en el incidente más grave entre los dos países desde el fin de la guerra que los enfrentó durante ocho años, en 1988.

La agencia iraní IRNA confirmó que la fuerza aérea iraní "bombardeó violentamente" una base mujaidín en represalia por "la agresión, el sábado" contra dos poblaciones de la región occidental del país, que causó "varios muertos y heridos", según informó.

El Ministerio de Relaciones Exteriores iraquí presentó una queja contra Irán ante las Naciones Unidas y la Liga Arabe pidiéndoles que adopten "medidas urgentes ante la agresión iraní".

Oficiales del Ejército de Liberación Nacional Mujaidín (ELNM) con asiento en Irak dijeron que una decena de cazas F-5 y F-4 Phantoms atacaron esta mañana la base de Ashraf, a unos 90 kilómetros de Bagdad y a igual distancia de la frontera con Irán, en seis ocasiones, en las que lanzaron bombas de racimo, dispararon misiles y bombardearon calles y vehículos.

El grupo rebelde iraní mostró a los periodistas extranjeros el cadáver de un mecánico víctima de los bombardeos y a siete guerrilleros heridos en el hospital de la base. También exhibieron los restos aún ardientes del caza derribado, con sus alas perforadas por las balas.

Contrariamente a la versión mujaidín, un funcionario de la cancillería iraní atribuyó a la artillería antiaérea iraquí el derribamiento del aparato iraní cuando —informó— ocho aviones caza F-4 atacaron blancos cerca de la ciudad de Khalos, a 70 kilómetros de la frontera.

El vocero iraquí no detalló los blancos alcanzados por los aviones iraníes ni informó sobre víctimas ni daños.

"Irak advierte al despiadado régimen iraní sobre las consecuencias de este osado acto de agresión y lo considera plenamente responsable por los graves resultados" indicó el portavoz.

Los líderes del movimiento rebelde iraní descartaron que el hecho de que el gobierno de Saddam Hussein se hubiera adjudicado el derribamiento del avión causara algún problema con las autoridades iraquíes, que les han permitido operar en su territorio desde 1986.

Los rebeldes mujaidines dijeron a la prensa que el piloto y el navegante del avión iraní fueron capturados después de eyectarse del aparato, que se estrelló contra el terraplén de un canal de irrigación a 15 kilómetros de la base de Ashraf.

"Los dos primeros aviones lanzaron dos bombas, luego sobrevolaron la base y retornaron. Nosotros les dimos cuando venían en picada", dijo uno de los guerrilleros que operan las baterías antiaéreas.

"Vimos que nuestros disparos de 23 milímetros pegaron en uno de ellos. Comenzó a incendiarse y se alejó antes de estrellarse fuera de la base", agregó. Los aviones provenían de bases aéreas próximas a las ciudades iraníes de Tabriz y Armadan, cercanas a la frontera con Irak.

Decenas de bombas racimo de fabricación estadounidense no detonadas fueron vistas desperdigadas alrededor de un centro de logística de la base, y disparos de cañón dejaron dos hileras de pequeños cráteres en el camino

Varios vehículos y edificios de los mujaidines fueron dañados por las esquirlas de las bombas, que cortaron el suministro eléctrico. No parecía que hubieran sido atacados blancos importantes.

Al igual que lo hizo la cancillería iraquí con una nota de protesta, el líder mujaidín Massoud Rajavi exhortó al secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Ghali, a que impusiera un inmediato embargo de armas y petróleo a Irán en represalia por el ataque.

Los mujaidines calificaron el bombardeo iraní como un acto de desesperación de Teherán para contrarrestar a la oposición y obtener el favor de los votantes de línea dura en las elecciones parlamentarias del próximo viernes.



Un soldado iraquí observa los destrozos causados por la aviación iraní [...] donde operan los mujaidines, opositores del régimen [...]

Triunfo del sector moderado en elecciones legislativas en Irán
Clarín (10024)
13/4/92
IRAN (10095)
F. POLITICO (11164)
G. NACIONAL (11302)

Triunfó el sector moderado en Irán

TEHERAN y LONDRES, 12 (AP, EFE y por **Sheherazade Daneshkhu, del Financial Times, especial para Clarín**). — Los resultados parciales de las elecciones legislativas celebradas el pasado viernes en Irán otorgaron un amplio respaldo a los candidatos que adhieren a la política del presidente de línea moderada **Hashemi Rafsanjani**, en desmedro de los radicalizados que se oponen a la apertura política y económica que impulsa el mandatario.

La integración final del **Majlis** (Parlamento) no se determinará hasta después que se lleve a cabo la segunda ronda electoral, pero se estima que los resultados conocidos hasta ahora no dejan dudas de que los partidarios de Rafsanjani controlarán el Parlamento.

Ningún candidato radical ha conseguido escaño en Teherán y según la agencia oficial Irna 29 de los 30 principales triunfadores en el distrito clave de la capital iraní integran la **Sociedad de Clérigos Combatientes**, cuyo guía espiritual es Rafsanjani.

La campaña proselitista que precedió a estas elecciones parlamentarias se ha visto caracterizada por un clima de hostilidad y denuncias de "juego sucio" por parte de los opositores del presidente Rafsanjani, que han amenazado en más de una oportunidad con realizar un boicot.

Los comicios le han dado al mandatario la oportunidad de quebrar la espina dorsal de los sectores más radicales en su último bastión importante, permitiéndole impulsar medidas tendientes a abrir el país al comercio y la inversión privada.

Todas las leyes de este país deben ser aprobadas por la cámara de 270 bancas de la república islámica, pero algunas de ellas han sido demoradas por los sectores más radicales, quienes están a favor de un control estatal de la economía. Se oponen también a los préstamos del extranjero y a la actual política exterior de apertura propuesta por los pragmáticos, que consideran esenciales a estas medidas para su propia supervivencia y para poner en pie la economía del país, devastada luego de la agotadora guerra contra Irak.

Pese a que Rafsanjani ha tenido éxito en general para aprobar leyes, los radicales utilizaron a la cámara como una plataforma pública para difundir su oposición a sus políticas. El último plan de desarrollo quinquenal de Irán fue demorado durante un año porque los radicales objetaban una cláusula que permitía la toma de préstamos en el extranjero.

♦ Polémica por los candidatos

Irán no cuenta con partidos políticos formales. En lugar de ello, los votantes eligen de una lista de candidatos, cada cuatro años. Este año, la polémica se ha centrado en el proceso de supervisión de los posibles candidatos. Cerca de 1.100 de ellos fueron excluidos de la lista original de más de 3.150.

El proceso de veto fue llevado a cabo por el Consejo de Guardianes, un cuerpo de 12 miembros integrado por clérigos y expertos legales, cuya función principal es confirmar que las leyes aprobadas por el Majlis se ajusten a la ley islámica.

Mehdi Karrubi, el radical vocero del Majlis, vio la lista el mes pasado y protestó por el hecho de que hayan sido los guardianes en lugar del ministerio del Interior —de tendencia radical— los que hayan tenido la última palabra.

"Pensamos tomar parte activa en las elecciones", señaló Karrubi en una entrevista concedida la semana pasada al diario radical **Salaam**. "Pero si el Consejo de Guardianes desea comenzar a hacer política y a interrumpir las elecciones con cancelaciones, es posible que entonces no tomemos parte".

El ayatollah **Alí Kamenei**, líder espiritual iraní e identificado con las posturas radicalizadas, durante las plegarias del viernes de la semana pasada lanzó una advertencia en contra de los "elementos dañinos" y de "aquellos que obstaculizan la labor de los funcionarios, los que no respetan la religiosidad en sus discursos, y los que hablan de determinada forma para captar votos. Esa gente no está capacitada para ingresar al Majlis. Deben ser identificados para que la gente no vote por ellos", señaló.

Las quejas de Karrubi por la exclusión de tantas "personalidades distinguidas" de la lista original de candidatos llevó al Consejo de Guardianes a volver a incluir a algunos.

La República
Lunes 13 de abril de 1992

Fracaso radical en Teherán y humillación por la derrota en los lugares santos

Victoria de los moderados en Irán

- ***Más de la mitad de los candidatos ya elegidos entrarán por primera vez en El Maljis***
- ***En la segunda vuelta, aún sin fecha, la victoria de los allegados al presidente Rafsanjani podría ampliarse***

Los moderados aliados al presidente iraní, Alí Akbar Hachemi-Rafsanjani, obtuvieron una neta victoria electoral en Irán, que les permitirá arrebatar la mayoría parlamentaria a los radicales, hasta ahora hegemónicos, según los resultados oficiales anunciados este domingo. La victoria de los pragmáticos de la República Islámica en los comicios del viernes parece asegurada a la luz de las informaciones oficiales sobre el escrutinio en Teherán y de los últimos resultados oficiales, que efectúan el recuento de votos para 220 de los 270 escaños del Parlamento, el Maljis.

Teherán (AFP)

En la capital, según los resultados del 14% de las mesas de voto, los allegados de Rafsanjani bajo la bandera de la Asociación del Clero Combatiente (ACC) obtendrían 29 de los 30 escaños en liza, dejando a los "duros" de la Asociación de Religiosos Combatientes (ARC) sólo uno.

Los diputados de la capital, según las tradiciones políticas de Irán, arrastran hacia su campo a los electos de provincias que, en su mayoría, se presentan a las elecciones como independientes. Así las cosas, el fracaso de los radicales en Teherán parece prefigurar su derrota a nivel nacional.

En Teherán, tres moderados declarados figuran entre las cuatros primeras plazas. Alí Akbar Musavi-Hoseini, un religioso moderado conocido por sus emisiones televisivas para familias y mujeres, llega en cabeza por delante de otro pragmático, Alí Akbar Abu-Torabi, ex prisionero de guerra en Irak. El ex ministro de Interior moderado Alí Akbar Nateg-Nuri figura en cuarto lugar.

Los dos jefes de la corriente radical, el presidente del Parlamento saliente, Mehdi Karubi, y el ex ministro de Interior, Alí Akbar Mojtachemi, se encuentran en la 36ª y la 40ª posición. Aunque tienen alguna posibilidad de salir elegidos, corren el riesgo de ser los únicos "duros" de la circunscripción de Teherán en el futuro Maljis.

Los resultados en varias decenas de circunscripciones de provincias dan la victoria a candidatos considerados cercanos a Rafsanjani, por lo que la mayoría moderada del futuro Parlamento es ya matemáticamente segura. En la segunda vuelta, cuya fecha todavía no fue fijada, la victoria podría ampliarse.

Más de la mitad de los candidatos ya elegidos entrarán por primera vez en el Maljis, sustituyendo a diputados de la vieja guardia, lo que va a cambiar la cara del Parlamento iraní.

Estas nuevas informaciones sobre el escrutinio constituyen un segundo revés para los duros, que el sábado ya habían sufrido con el anuncio de la caída de sus tradicionales bastiones de Qom y Kerman, lugar santo chiíta, en manos de los moderados.

Los resultados del domingo muestran una nueva humillación para los radicales en los lugares santos. En Machad, la mayor ciudad santa chiíta, el duro Hadi Jamenei, hermano del guía de la República Islámica, Alí Jamenei, se verá obligado a ir a una segunda vuelta en oposición difícil, mientras que una mujer, la médica Godsieh, se convirtió en la primera mujer parlamentaria iraní de provincias.

Por otra parte, ocho oponentes iraníes de la Asociación de Defensa de la Libertad y la Soberanía del Pueblo de Irán que se encontraban presos fueron graciados y puestos en libertad, indicaron este domingo fuentes autorizadas.

Entre ellos figura Abdolali Bazargan, hijo de Mehdi Bazargan, ex primer ministro de la República Islámica.

La médica Godsieh Alavi, 50 años, fue elegida diputada de Machhad (este de Irán), principal ciudad santa chiíta del país, convirtiéndose en la primera parlamentaria [illegible] en una provincia iraní.

La doctora Alavi fue la única, de los seis candidatos que se presentaban en Machhad, en salir electa el viernes en la primera vuelta de las elecciones legislativas. Los otros cinco candidatos irán a segunda vuelta.

Alavi es asimismo la primera mujer elegida de los 120 candidatos proclamados vencedores en la primera vuelta.

El Maljis (Parlamento) saliente cuenta con cuatro mujeres, todas ellas elegidas en Teherán. 56 mujeres eran candidatas a las elecciones del viernes. Otra de ellas, Fateneh Homayun Moghadam, enfrenta en posición favorable la segunda vuelta en Tabriz (este).



Los resultados en varias decenas de [illegible] a candidatos considerados cercanos al presidente iraní [illegible] mayoría moderada del futuro Parlamento es ya [illegible] (Foto de AFP).

EL PARLAMENTO IRANI NO PUDO REUNIRSE POR FALTA DE QUORUM

Teherán (AFP)

El Maljis (parlamento iraní) no pudo celebrar este domingo la sesión prevista al no estar presentes más que 180 de 270 diputados, se supo en Teherán de fuentes parlamentarias.

El Maljis estaba convocado a las 8.00 (03.30 GMT) para su primera sesión después del Año Nuevo [illegible]

El [illegible] concluye el 28 de mayo. [illegible] del Maljis había [illegible] asistencia de todos los diputados [illegible] primera sesión del año [illegible] ble".

Sassi Lamuri: "El gobierno controla las mezquitas"

Argel
por Ferrán Sales

■ Sassi Lamuri, de 52 años de edad, acaba de cumplir su primer mes al frente del Ministerio de Asuntos Religiosos, una de las carteras más polémicas y difíciles de Argelia.

Lamuri era hasta la fecha de su nombramiento un hombre prácticamente desconocido en medios políticos, con escasa o nula formación en el mundo de la alta administración, pero a quien el jefe del gobierno, Sid Ahmed Gozali, no se sabe por qué misteriosa razón, lo sacó del campo de la enseñanza. No le cabe ninguna duda de que el gobierno tiene "bajo control a las mezquitas".

En la enseñanza es donde sin duda Lamuri ha aprendido a ser tolerante y dialogante, hasta el punto de afirmar, sin pestañear, que Argelia no tendría ningún inconveniente en recibir la visita del papa Juan Pablo II. Sólo un arribista o un demente sería capaz de aceptar la dirección del Ministerio de Asuntos Religiosos en una Argelia sumida en un permanente desafío integrista, donde cada mezquita, cada púlpito y cada alminar corre a diario el riesgo de convertirse en una trinchera del movimiento radical Frente Islámico de Salvación (FIS).

Pero Sassi Lamuri, de 52 años, ministro desde el pasado 22 de febrero, no es ni una cosa ni la otra. Es simplemente un hombre llano y transparente, pero sobre todo casto.

Sobre Sassi Lamuri se saben muy pocas cosas. Quizá por ello alguien, junto a la biografía oficial, le colocó el día de su nombramiento unos supuestos y nunca probados vínculos con el FIS, cosa que ahora él desmiente con rotundidad.

El ministro, profesor de Filosofía y Psicología de la escuela normal, diplomado en Jurisprudencia Islámica, imán fuera de la escala, es padre de nueve hijos y miembro de la Asociación de Cultura y Beneficencia La Dawa.

— ¿Qué es lo que le preocupa a este Ministerio?

— Nuestra primera preocupación es la mezquita, porque es el centro de reunión espiritual. Pero además, al Ministerio le preocupa enseñar y extender el verdadero precepto islámico.

— Se lo preguntaré de otra manera. ¿Cuál fue el primer problema al que tuvo que enfrentarse cuando tomó posesión de su cargo?

— Cómo podía servir a la humanidad y a mi religión. Es decir, cómo resolver lo problemas de responsabilidad personal.

— Insisto. ¿Qué es lo que le dejó su predecesor por resolver en el interior de los cajones?

— Mire, yo estaba en el mundo de la filosofía, de Kant, de Spinoza. Descendí a otro mundo mucho más amargo y real. Hay que adaptarse. No quiero decir que me haya olvidado de la filosofía, ni mucho menos.

— Usted gana. Otro tema, ¿cuántas mezquitas controlan ustedes?

— Tenemos 9.613 mezquitas en todo el país, un 20 por ciento de las cuales no están controladas y carecen de imán.

— Pero los últimos datos facilitados por su Ministerio, antes de su llegada, aseguraban que faltaban en el país unos 5.000 imanes.

— Es cierto. Hemos solucionado ya algunos problemas.

— Se dice en Argelia que los imanes tienen una deficiente formación y que el Ministerio está reciclándolos.

— La mayoría de los imanes están ya formados. Este reciclaje sólo afecta a una minoría. La mayoría tiene un nivel que desconocen nuestro país. Si los periodistas estuvieran aquí no dirían esto de nosotros. Hay pequeños problemas, pero no podemos extenderlos al resto.

— Vamos a ver. ¿Quién controla las mezquitas?

—Le respondo con rotundidad: el Ministerio. Sin excepción.

—¿Y las plegarias?

— La plegaria es otra cosa. Es un acto individual y directo entre el individuo y Dios. Tenemos el control material, pero es imposible controlar las conciencias. Los individuos y los imanes, dentro del Islam, son libres.

— ¿Quién nombra a los imanes?

— Los imanes están reputados y nombrados por el Ministerio, de acuerdo con una serie de baremos, como su competencia o su capacidad. Luego, en cada 'wilaya' o provincia hay un director que controla al imán sobre todos sus aspectos, incluso personales, pero sin que en ningún momento se menoscabe su dignidad. Es un control distante y que no daña su honor.

— Y si todo está tan controlado, ¿cómo es que se producen en las plegarias discursos políticos?

— Es un fenómeno natural. De la misma manera que hubo sacerdotes comunistas en un momento dado en la Iglesia Católica. El imán puede pertenecer a un partido político. Es libre de hacerlo, pero no es tolerable que haga prueba de ello en el interior del templo.

— Escuchándole a usted parece como si no existieran problemas.

— Los hay. Es cierto que hay rivalidades y problemas, pero le aseguro que son mucho menores que los que existieron entre la Iglesia Católica y los protestantes.

— Su Ministerio no sólo tutela el mundo musulmán, también otras confesiones. ¿Cuáles son sus relaciones con ellas?

— Las ordenanzas de 1971 reconocen tres asociaciones religiosas: la católica, la protestante y la israelí. Las relaciones con éstas son muy cordiales.

— ¿Hasta qué punto Argelia podría recibir al Papa?

— No creo que Argelia tenga ningún inconveniente en recibir al papa Juan Pablo II.

— Los más caritativos dicen que usted ha estado vinculado al FIS.

— No pertenezco a ningún partido. U[illegible] partido quiere imponer su programa [illegible] sus puntos de vista por todos los medios. Yo prefiero ser como un ruiseñor, libre y cantar con alegría. No quiero est[illegible] dentro de una caja.

— Bueno, entonces dígame usted qué problemas tienen.

— Actualmente no conocemos problemas de ningún tipo. Bueno, los hay, pero son menores. Es decir, insignificantes. Quiero decir que todo es relativo.

— Desde fuera da la sensación de que hay aún un buen número de mezquitas controladas por el FIS.

— Deploramos esta visión que ha dado [la] prensa occidental. Es una prueba de [illegible]

Disolución de 400 ayuntamientos en poder del integrismo argelino

Liberarán a numerosos diputados y concejales islamitas detenidos

El gobierno argelino ha disuelto cerca de 400 ayuntamientos gobernados por el Frente Islámico de Salvación (FIS) tras las elecciones municipales del mes de junio de 1990, cuando el país inició el proceso de democratización. La decisión fue adoptada el pasado fin de semana por el gabinete de Sid Ahmed Gozali y hecha pública el domingo a última hora de la noche a través de una nota oficial leída en el telediario.

Rabat,
por Ferrán Sales

EL PAIS *de Madrid*
Exclusivo para LA REPUBLICA

■ La decisión afecta por ahora a 397 ayuntamientos de los 850 que controlaba el partido integrista, sobre un total de 1.541 existentes en todo el país. La medida se hace extensiva también a 14 asambleas provinciales, de las 32 detentadas por la tendencia islámica, sobre un total de las 48 en que se encuentra dividida Argelia. La disolución de las asambleas provinciales tiene escasa relevancia política, ya que se trata de órganos consultivos, sin ningún poder de decisión al estar el gobierno provincial, en manos del wali o gobernador designado directamente por el gobierno central de Argel.

Según el communicado del gobierno, el funcionamiento normal de estas instituciones ahora disueltas se encontraba "gravemente perturbado" por el "comportamiento deliberado de sus miembros que intentaban hacer fracasar la acción de los poderes públicos".

La nota oficial recalca que se ha tomado esta decisión basándose en las atribuciones emanadas del estado de excepción, decretado el pasado 8 de febrero, que tendrá vigencia en un año.

Los consistorios disueltos serán reemplazados por "comisiones ejecutivas" que tendrán las mismas prerrogativas, cuyas tareas serán desempeñadas por funcionarios de la administración. El gobierno excepcional de estas instituciones locales se mantendrá hasta la convocatoria de nuevas elecciones, que aún no han sido fijadas.

La decisión del gobierno no ha sorprendido en medios políticos, por cuanto venía siendo anunciada desde la dimisión del presidente Chadly Benyedid y formaba, junto con la recuperación de las mezquitas, uno de los ejes prioritarios del Alto Comité de Estado contra el integrismo.

La medida, sin embargo, ha sido contestada por determinados partidos políticos, entre ellos el comunista Partido de Vanguardia Socialista (PAGS), que reclamaba ayer el control del resto de los consistorios.

Al parecer, el gobierno no ha emprendido la disolución de los otros ayuntamientos en manos del FIS por carecer, por ahora, de argumentos jurídicos suficientes para hacerlo, y sólo podrá tomar esta decisión una vez el Tribunal Supremo dicte una sentencia definitiva sobre la ilegalización del partido.

La disolución de los entes locales y provinciales ha sido decidida en víspera de la fiesta del Ait, en la que numerosos integristas, entre ellos diputados y concejales del FIS, serán puestos en libertad.

Economía hundida y soberanía recortada: los libaneses conmemoran hoy el inicio de la guerra

El Líbano continúa siendo el país de las medidas a medias

Beirut (AFP)

■ Los libaneses conmemoran el lunes el inicio de la guerra, hace 17 años, el 13 de abril de 1975, en medio de una paz truncada por una soberanía cada vez más limitada que provocó la falta de confianza de los inversores en el futuro del país y el hundimiento de la economía.

Una coordinación sirio-norteamericana-saudita, había permitido alcanzar un acuerdo de paz en Taef, en setiembre de 1989, y —después de atravesar rápidamente las primeras etapas de pacificación— lograr la restauración del Estado, la disolución de las milicias y la entrada en vigor de las reformas constitucionales que establecieron un reparto igualitario del poder entre cristianos y musulmanes.

Pero una vez que se aplicaron exitosamente las primeras cláusulas del acuerdo de Taef, dos de los principales patrocinadores de la pacificación, Arabia Saudita y Estados Unidos, dejaron el terreno libre a Siria, que se ocupó sola del seguimiento del proceso de paz, indicaron los observadores.

Damasco firmó en mayo pasado con Beirut un tratado instaurando una "coordinación" total en materia de seguridad interior, de defensa y de política exterior, traducida en el alineamiento del Líbano detrás de Siria en el proceso de paz árabe-israelí.

Gracias a la luz verde de Siria, el ejército libanés pudo permitirse durante el verano (boreal) de 1991, desarmar los campamentos palestinos del sur del Líbano, eliminando uno de los principales factores de la guerra libanesa.

La coordinación exclusiva con Siria permitió instaurar la paz en el Líbano, pero no permitió poner en marcha una serie de cuestiones de la posguerra por carecer del financiamiento necesario.

La reconstrucción del centro de la ciudad de Beirut es todavía un proyecto, pese a los ambiciosos planes del Consejo para el Desarrollo y la Reconstrucción (CDR) integrados por allegados al millonario saudita Rafic Hariri.

El regreso de las personas desplazadas, estimadas en 500.000, la cuarta parte de la población, es tema de conferencias y debates, pero ninguna medida concreta fue adoptada al respecto.

Para numerosos observadores eso es una prueba de que la reconciliación nacional no concluyó y de que las secuelas de los enfrentamientos intercomunitarios no fueron totalmente borradas.

Otras dos cuestiones de alcance regional como la situación en el sur del Líbano y los rehenes, demuestran que el Líbano sigue siendo el país de las medidas a medias.

El gobierno libanés no obtuvo la disolución de la milicia del Hezbolah pro iraní, única formación [illegible] libanesa que [illegible] al acuerdo de Taef.

La cuestión de los rehenes tampoco fue concluida totalmente, [illegible] compromiso iraní y sirio, aún dos alemanes [illegible] cuyo [illegible] la [illegible] de las [illegible] de la Comunidad Económica [illegible] (CEE).

[illegible] el sentimiento de [illegible] no fue [illegible] posible [illegible] sirio y la [illegible] la presencia de [illegible]

Esas [illegible] el país de [illegible] bloquean las [illegible]

Según [illegible] [illegible] nal a su nivel más bajo.

9203927

ORIGINAL

Hoja / de /

Copia — de —

Montevideo, 14 de Mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M No. 920191 / S.C.E.

I - ASUNTO : COMUNIDAD JERUSALEM - ADOLFO ANTELO

II - REFERENCIA : Memorandum No. 92102

III - T E X T O :

- Ampliando lo informado en el Memorandum No. 920102 de fecha 5 de abril del corriente año, se adjunta al presente, video y cassette del programa "UN // DIA EN LA VIDA" emitido en el día de ayer por Canal 5 / en el cual fuera protagonista el mencionado sacerdote.-

28/3/93

IV - DISTRIBUCION: Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III(OP) - Archivo

El ejército chino hace las paces con Xiaoping

Pekín,
por Juan Jesús Aznárez

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

■ El ejército chino, cuyos jefes más conservadores destacaban en 1991 la gran potencia del fuego del marxismo-leninismo y citaban el pensamiento de Mao como el arma formidable de su arsenal, parece haber aceptado la inevitabilidad de la apertura económica diseñada por el anciano líder Deng Xiaoping. Generales, oficiales y comisarios militares intervienen estos días ante los 2.600 diputados de la Asamblea Nacional Popular para subrayar su apoyo al proceso y advertir que se abortará cualquier intentona involucionista.

Los cuadros militares participantes en los grupos de trabajo del Parlamento han modificado los anteriores planteamientos, que incidieron siempre en la preservación de la pureza ideológica del partido, para enumerar ahora como principales objetivos de las Fuerzas Armadas su profesionalización y la defensa de la reforma. El general Yang Baibing, secretario general de la Comisión Central Militar, hermano menor del presidente Yang Shangkun y máximo responsable del comisariado militar, aseguró a los diputados que el ejército actuará como "escolta del proceso" y combatirá el izquierdismo y los residuos del ideario maoísta. "Mantendremos alta la guardia contra la derecha, pero debemos concentrarnos en erradicar las influencias izquierdistas".

Los mismos mandos que informan a los diputados sobre el alistamiento militar con la apertura han reconocido, sin embargo, que es todavía importante el número de oficiales y soldados reacios a un proceso que ha cobrado inusitada fuerza en el sureste de China aplicando los mecanismos de mercado y el sistema que combatió por décadas el comunismo chino. Jefes de las tres armas se desplazaron recientemente a las zonas económicas espe[...] de Shenzen y Zhuhai para estudiar la s[...]ción y tranquilizar a los inversores extranjeros y administradores locales. "Regresamos impresionados y con el espíritu en alto después de haber visto aquel progreso", manifestaron los generales Zhu Dunfa y Gao Tianzheng. Comentaristas occidentales estiman que el explícito apoyo de la cúpula militar a la apertura "hará reflexionar a quienes hacen campaña en su contra en el seno del partido o en los cuarteles".

Los militares han insistido en el Parlamento en que uno de los objetivos de las Fuerzas Armadas es formar "un cuerpo de elite con características chinas", modernizar el armamento y reducir el número de efectivos. Una de las unidades en preparación, de equipo ligero y rápido despliegue, podrá tomar posiciones en cualquier parte de China en cuestión de horas. El ejército cuenta con 3,2 millones de hombres y con un arsenal tecnológicamente más atrasado que el de los países occidentales. El presupuesto estatal de defensa este año es de 6.800 millones de dólares.

Jiang Zemin mantuvo una audiencia con el emperador en el marco de su gira por Japón

"China no busca la hegemonía"

- **"Ningún país debe imponer su voluntad o modelo a otros"**
- **"Nosotros mantendremos como siempre nuestra política exterior de paz"**
- **"Asia avanza hacia la distensión y el desarrollo", afirmó el líder comunista**

El secretario general del Partido Comunista Chino, Jiang Zemin, subrayó ayer aquí las normas básicas para un nuevo orden internacional y advirtió que la hegemonía sigue siendo una seria realidad en las actuales relaciones internacionales. Jiang, quien llegó ayer aquí para realizar una visita de cinco días, dijo que las diferencias entre unos doscientos países y mil nacionalidades en el mundo han resultado en diversos sistemas sociales, valores, formas de vida, creencias religiosas y tradiciones culturales.



Jiang Zemin, secretario general del Partido Comunista. Ni una palabra de Japón sobre ayuda económica. (Telefoto de AFP)

Tokio (Xinhua)

■ "Ningún país debe imponer su voluntad o modelo a otros", dijo Jiang en la Corporación Japonesa de Difusión (NHK) ante una audiencia de dos mil quinientos representantes de los sectores político, económico y cultural.

Entre ellos estaban Yoshio Sakurauchi, presidente de la Cámara de Representantes, Takashi Mukaibo, presidente de la Sociedad Nipo-China, y Ryoichi Kawai, presidente de la Asociación Nipo-China de Economía y Comercio.

Jiang señaló que todos los países deben "esforzarse para promover su cooperación económica, científica y tecnológica, para establecer un mecanismo regional no exclusivo de cooperación económica y realizar consultas, coordinaciones y cooperaciones necesarias sobre la seguridad regional e importantes asuntos internacionales".

Pero lamentablemente, en el mundo de hoy, las políticas de hegemonía y fuerza "son aún una seria realidad en las actuales relaciones internacionales", anotó Jiang.

Reiteró que China, "un país grande y una firme fuerza para el mantenimiento de la paz mundial, mantendrá como siempre su independiente política exterior de paz".

China no busca la hegemonía [illegible] Jiang.

con el emperador.

"Ayer tuve una muy buena conversación con el premier Miyazawa y llegamos a un consenso sobre una amplia gama de asuntos de las relaciones bilaterales y cuestiones internacionales de interés mutuo", dijo Jiang.

"Con nuestros esfuerzos conjuntos, esta visita ayudará a promover las amistosas relaciones de cooperación entre los dos países en varios campos y ampliará la amistad tradicional entre los dos pueblos", anotó.

Durante la reunión, el emperador expresó también su agradecimiento por la invitación a visitar China que han recibido él y la emperatriz Michiko.

Entre los presentes en la recepción estuvieron el canciller chino, Qian Qichen, el director de la Oficina General del Comité Central del Partido Comunista Chino, Wen Jiabao, y el ministro de Relaciones Económicas y Comercio con el Exterior, Li Lanqing.

Por la parte japonesa estuvieron el príncipe heredero Naruhito, el príncipe Akishinonomiya y el premier Kiichi Miyazawa.

El líder del Partido Comunista Chino Jiang Zemin dijo hoy que en Asia se está registrando una relajación de la tensión política y un estable desarrollo económico.

"En contraste con la turbulencia e inestabilidad en algunas otras regiones, la situación en Asia, y en Asia oriental en particular, está avanzando hacia la distensión y la estabilidad", dijo Jiang al auditorio de dos mil quinientas personas en la Corporación Nipona de Radiodifusión.

Jiang exaltó la solución de los conflictos regionales como los de Camboya y Afganistán y la reconciliación y relajación de la tensión en la península coreana.

Jiang, quien llegó aquí el lunes en visita amistosa que durará cinco días, también aclamó la cooperación económica en Asia.

"Los países asiáticos han fortalecido su cooperación sobre la base de la igualdad y el beneficio mutuo mientras exploran formas de desarrollo adecuado a sus condiciones nacionales", dijo a los miembros de las organizaciones no gubernamentales.

Señaló que "Asia se encuentra ahora en un nuevo período histórico de relativa estabilidad política y de estable crecimiento económico".

Al referirse al rol de Asia en el mundo, el líder chino opinó que al acercarse el nuevo siglo, una estable y próspera Asia va a hacer grandes contribuciones a toda la humanidad.

China decidió firmar el Tratado de No Proliferación Nuclear. -
LA NACIÓN (Buenos Aires)
12/4/92

China (10151)
F. Militar (11163)
Material (11331)

China, contra la proliferación nuclear

LA República Popular China decidió, finalmente, firmar el Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP) y prometió cooperar internacionalmente con el fin de que estas armas no se difundan.

El alentador anuncio de la decisión de Pekín fue recibido por el primer ministro inglés, John Major, con ocasión de la visita que Qian Qichen, ministro de Relaciones Exteriores del gobierno chino realizó a Londres.

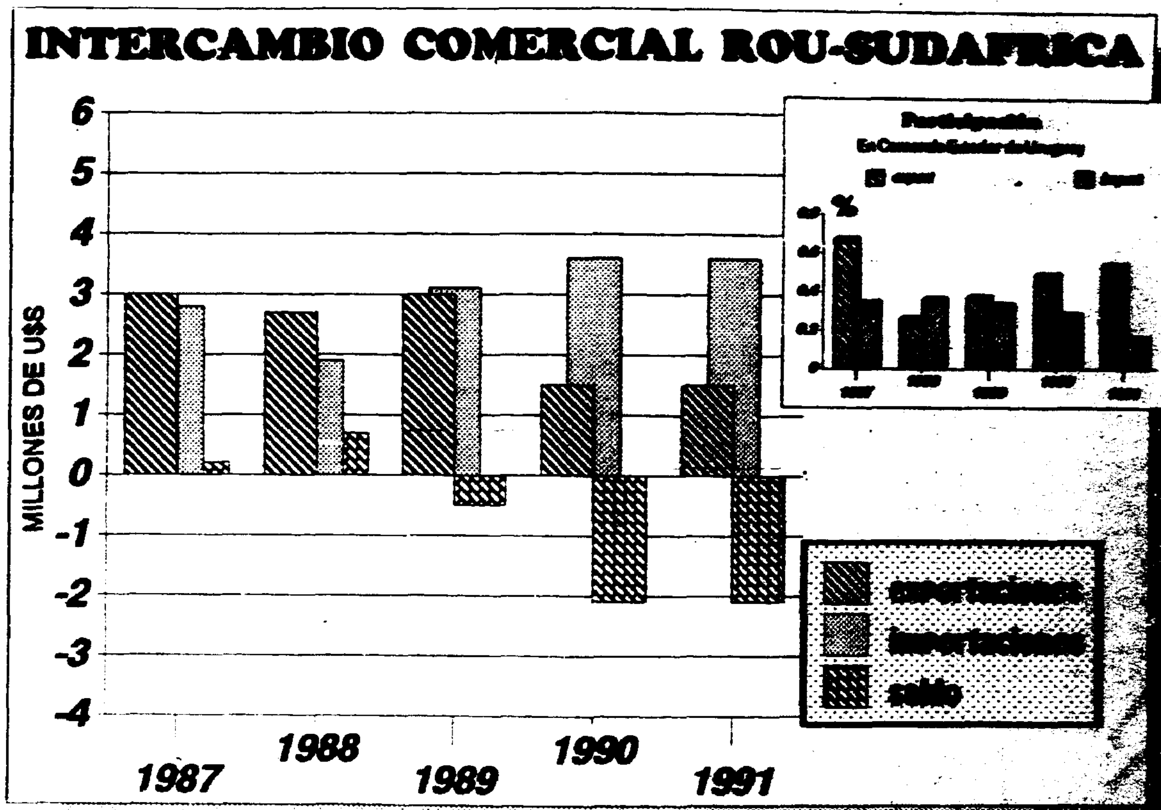
China es la última de las potencias nucleares que ha puesto su firma al tratado. Su prolongada renuencia a hacerlo había inspirado una justificada preocupación internacional, y había dado vuelo a las versiones de que Pekín se había comprometido en acuerdos de ayuda a países de menor desarrollo científico-tecnológico como Paquistán, Argelia o Irán, con sectores que alentaban ciertas expectativas belicistas.

En esta ocasión, el canciller chino desmintió formalmente ese supuesto. "China no aboga ni alienta ni interviene en la proliferación de armas nucleares", declaró el funcionario.

La demorada decisión china tiende un manto de alivio sobre las tensiones internacionales que, en materia de armamentos nucleares tienen fuentes de preocupación que no se pueden perder de vista, a pesar de ciertos gestos conciliatorios, como son las noticias que recurrentemente llegan de Corea del Norte, del Medio Oriente, de algunas naciones con capacidades tecnológicas intermedias e inclusive de la antigua Unión Soviética, donde el control del arsenal atómico no termina de definirse.

UNA MISION COMERCIAL OFICIAL Y PRIVADA IRA EN MAYO A SUDAFRICA

PROCURARAN establecer un convenio e incrementar el nivel de intercambio que ha descendido



Una misión comercial oficial y privada viajará a Sudáfrica a mediados de mayo, con la finalidad de incrementar el intercambio comercial con esa nación y a su vez procurar la posibilidad de establecer un convenio comercial, anunciaron a LA MAÑANA altas fuentes de la Dirección General de Comercio Exterior.

De acuerdo con las información proporcionada, "COEX y la Dirección General para Asuntos Económicos del Ministerio de Relaciones Exteriores se encuentran organizando, en colaboración con diversas entidades privadas de industriales y empresarios, una mision comercial a Sudáfrica".

Se explicó que "el propósito de la misma será intensificar el intercambio comercial con esa nación, que presenta en la actualidad perspectivas muy auspiciosas para la colocación de diversos productos por parte de nuestro país".

Al mismo tiempo, se acotó que "por tales circunstancias, ya unas diez èmpresas han expresado su particular interés de conformar la delegación de esta misión", que será encabezada por el Dr. Amílcar Vasconcellos (h), Subdirector General de Comercio Exterior.

POSIBLE CONVENIO

Como consecuencia de los eventuales avances que se registren en los contactos que se realizarán en Sudáfrica, no es descartable la posibilidad de establecer un convenio comercial entre ambos países.

Precisamente, se informó a LA MAÑANA que esta misión podría sentar las bases para un acuerdo más amplio, que conlleve el incremento del intercambio comercial y al mismo tiempo el fortalecimiento de las relaciones uruguayo-sudafricanas.

LOS PRODUCTOS

Cabe consignar que hasta el presente las exportaciones de Uruguay a Sudáfrica en su gran mayoría han comprendido cueros bovinos, tejidos de lana, trigo para siembra así como ágatas y cerámicas.

Por lo tanto, se comentó a LA MAÑANA en fuentes oficiales de la Dirección General de Comercio Exterior que "existen buenas posibilidades para la colocación de carnes, algunos productos agroindustriales, lácteos, etc.".

Las exportaciones de nuestro país a Sudáfrica alcanzaron a U$S 1.512.700 dólares en 1991, es decir que prácticamente disminuyeron un 50% con respecto a 1990, año en el cual las ventas de Uruguay a esa nación del continente africano alcanzaron U$S 2.909.900 dólares. Haciendo una análisis comparativo del comportamiento de las exportaciones uruguayas a Sudáfrica, se destacó que en 1985 se logró un monto de exportaciones de U$S 5.462.500, el cual fue disminuyendo en los años 1986, 1987 y 1988.

Entretanto, en 1989 se logró un mejoramiento de las exportaciones a Sudáfrica, pero el año pasado se verificó una brusca caída.

En relación a las [illegible] de nuestro país desde [illegible] cabe señalar que [illegible] compra de pescado en [illegible] enlatados de frutas, [illegible] confitería, [illegible] y [illegible] rales, entre otros [illegible].

Por todo lo [illegible] mencionado [illegible] carácter oficial y [illegible] comentado a LA [illegible] viste particular [illegible] efectos de [illegible] mejoramiento de las [illegible] a Sudáfrica y [illegible] establecimiento de [illegible] comercial, es decir de [illegible] mento que conlleve al [illegible] intercambio.

Cinco diputados blancos se aliaron con Mandela

Representación parlamentaria para el CNA

Ciudad del Cabo (ANSA)

■ Cinco diputados del Partido Democrático, la oposición blanca de izquierda en el Parlamento Tricameral reservado a los blancos, mestizos e indios, anunciaron su ingreso al Congreso Nacional Africano (CNA), permitiendo así al movimiento nacionalista negro contar, por primera vez, con una representación parlamentaria.

Pallo Jordán, portavoz del CNA, declaró en conferencia de prensa que "los cinco nuevos compañeros" representarán al CNA como grupo independiente hasta las próximas elecciones generales con sufragio universal.

El secretario del Partido Democrático, Zach de Beer, anunció por su parte la expulsión de los cinco diputados, pero afirmó que la medida "no perjudicará las óptimas relaciones establecidas con el CNA".

El secretario general del CNA expresó que no existen contradicciones entre las críticas del movimiento nacionalista al Parlamento Tricameral, del cual se encuentran excluidos los negros, y la presencia en el mismo de diputados blancos inscriptos en el CNA. "Ellos constituyen un grupo independiente", declaró Ramaphosa.

Uno de los cinco diputados, Dave Dalling, precisó que su rol será el de "independientes que apoyan al CNA".

La defección de los cinco diputados amenaza con acelerar el proceso de disgregación del Partido Democrático, dividido entre quienes apoyan al CNA, los que miran hacia el Partido Nacionalista del presidente Frederick De Klerk, y quienes desean preservar la unidad del partido como fuerza reformista independiente.

Divisiones análogas se producen en el Partido Conservador, opositor de extrema derecha. Algunos de sus diputados apoyan las negociaciones constitucionales con los negros y podrían alinearse a los nacionalistas.

El salto de cinco diputados democráticos al CNA representa el primer paso hacia el esperado realineamiento político, en vistas a las próximas elecciones generales, previstas para el año próximo.

El Partido Democrático, la menor de las tres fuerzas políticas blancas, podría perder las bancas en el Parlamento luego de las elecciones, de la que participarán más de 20 millones de votantes, en su mayoría negros.

La decisión de los cinco rebeldes podría representar un incentivo para sus colegas, ya que su inscripción en el CNA o en el Partido Nacionalista sería una forma de aumentar sus posibilidades electorales.

Mientras tanto ayer se informó que Chris Hani dimitió, hace tres meses, al cargo de jefe de Estado Mayor del Ala Militar del CNA, y fue sustituido provisoriamente por Siphiwe Nyanda.

El anuncio, realizado por el portavoz del movimiento, agregó que Hani presentó su dimisión debido a que fue elegido secretario general del Partido Comunista Sudafricano.

La marginación negra en los comicios mancha el referéndum sudafricano



Desmond Tutu

Derechos exclusivos en Uruguay

■ Dolor y decepción predominan entre los miembros de la mayoría negra sudafricana, en relación al referendum donde una minoría blanca decidió el futuro de la reforma en nuestro país.

Nos sentimos doloridos porque fue angustiante para nosotros, que representamos la mayoría, resultar marginados, una vez más, al nivel de objetos para los que las decisiones ya están tomadas. El impresionante avance de los últimos años -la liberación de Nelson Mandela y otros presos, el retorno de exiliados y el comienzo de las negociaciones constitucionales- constituyeron todos escalones para llegar al poder político de los negros. Esta vez retrocedimos hasta antes de 1990, excluidos en una circunstancia que afecta nuestras vidas en el sentido más íntimo. La derrota del presidente Frederick De Klerk era teóricamente posible y ello hubiera conllevado a una catástrofe, al dejar la nación en manos de una pequeña minoría.

Mucha gente esperó que nos pronunciáramos por el "Sí". La sensibilidad del oeste en este tema nos decepcionó. Al final, un sólo país, Dinamarca, condicionó el levantamiento de algunas sanciones a la suspención del ejercicio electoral racista. Esas actitudes refuerzan la idea africana de que el racismo aún persiste en occidente.

Nuestra respuesta a la consulta fue ambivalente. De Klerk presentó un hecho consumado, en el que no podíamos elegir. Quisimos esperar que nuestros compatriotas blancos mostraran el deseo de convivir armoniosamente con sus pares. El presidente declaró que existía cierta justicia en que la minoría cerraca el libro del apartheid que había abierto. Pero el mismo día uno podía ver la aritmética del apartheid aplicada al presupuesto nacional. El nivel de las pensiones para los pasivos dependía del color de un recipiente llamado piel.

De todas formas concedimos una validez a los conceptos del mandatario, básicamente en lo referido a algunas palabras, tales como las siguientes: "Y nos afligimos por el dolor y el sufrimiento que el apartheid les causó a nuestros hermanos sudafricanos, que no participaron en este referendum".

La real conciliación se materializará cuando ocurra un arrepentimiento sobre los errores del pasado y se perdonen a aquellos que arreglen sus faltas.

De Klerk recibió el apoyo que decía requerir. No hay razón para impedir la formación de un gobierno provisional [illegible] de este año, una nueva Constitución en junio de 1993, y, tan rápido como posible, la organización de elecciones nacionales verdaderamente democráticas. Pero no es necesario esperar hasta un gobierno representativo para resolver los problemas de los negros. Los cambios de los dos últimos años no son tangibles para la mayoría y los sectores políticos se encuentran presionados.

Para conquistar una atmósfera que favorezca el diálogo es necesario pasar por varias etapas en diferentes áreas. El déficit de vivienda es impresionante y la crisis del sector bastante inestable. La educación se ahoga. No podemos [illegible] los profesores de las escuelas blancas, como [illegible], cuando [illegible] en los colegios negros de manera [illegible]. El cuidado de la salud debe ser más accesible y el gobierno tiene que impulsar planes contra la pobreza. La [illegible] prioridad [illegible] la violencia que nos afecta. Aún los más escépticos aceptan [illegible] en los sectores de las fuerzas de seguridad que desean [illegible] las reformas.

¿Cómo podemos explicar que una erupción de violencia surja siempre cuando se vienen realizando diálogos? [illegible] fuerzas de policía resultaron eficientes. Ahora la gente [illegible] libremente y ocurren crímenes a la luz del día. Y se supone que la policía se volvió inepta.

Necesitamos urgentemente fuerzas del orden [illegible] y profesionales. De Klerk debe purgar sus grupos de seguridad, ya que todas sus iniciativas serían en vano si no termina con la [illegible], como si se tratara de crímenes entre blancos.

Es necesario que el mandatario [illegible] a los [illegible] negros que la agresividad [illegible].

Este hermoso país es [illegible] Andries Treurnicht, líder del Partido Conservador [illegible] blanche del nocturno [illegible] y cuando terminen con la agresividad. Es fundamental [illegible] en la nueva Sudáfrica podrán ser libres de expresar sus ideas [illegible] diferentes. Este país puede ser un modelo mundial por su [illegible] diversidad. De cultura, de lengua y de raza, [illegible] que estamos hechos para la [illegible].

(c) [illegible], New [illegible]

Cuatro candidatos a la presidencia

Cuatro candidatos, tres hombres y una mujer, se presentan en las elecciones del domingo para suceder a Kurt Waldheim.

Rudolf Streicher, del Partido Socialdemócrata, 53 años, ingeniero e industrial, ex presidente de Austria Metall, y desde 1986 hasta este año, en que dimitió para presentar su candidatura a la presidencia austríaca, ministro de Transportes.

Como titular de la cartera de Transportes, Streicher introdujo la obligatoriedad del catalizador en los automóviles e hizo de Austria el país más protector del medio ambiente en Europa junto con Suiza.

Coronó su labor con la firma, a finales de 1991, de un llamado Tratado de Tránsito con la Comunidad Europea, que llevará a una reducción del 60 por ciento de los gases tóxicos en diez años.

Lema electoral: "Mi objetivo es una Austria fuerte integrada en una fuerte Europa".

Thomas Klestil, del Partido Popular (conservador), 59 años, doctor por la Facultad de Ciencias Económicas de Viena y diplomático. Trabajó en la misión austríaca ante la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE), en París, y ocupó diversos puestos diplomáticos en Estados Unidos: cónsul general en Los Angeles, representante permanente de Austria ante las Naciones Unidas, en Nueva York (1978-1982) y embajador de Austria en Washington (1982-1987), para pasar a ocupar después el cargo de secretario general del Ministerio de Asuntos Exteriores.

Lema: "Por mi experiencia internacional conozco como casi nadie las oportunidades y los desafíos de la futura Europa".

Heide Schmidt, del Partido Liberal (ultraconservador, aunque pertenece a su sector más liberal), 43 años Nacida en Kempten (Alemania). Estudió en Viena Derecho y Ciencias Sociales y Económicas. Trabajó durante algún tiempo en la oficina del ombudsman (abogado del pueblo austríaco). En 1987 fue elegida para el Bundesrat (Consejo Federal) y en 1990 se convirtió en tercera presidenta del National (Consejo Nacional o Congreso de Diputados).

"No quiero una función meramente representativa, sino defender los intereses de los ciudadanos, que no del gobierno."

Robert Jungk, propuesto por Los Verdes, 79 años. Nacido en Berlín. Estudió en la ex capital alemana, en París y en Zurich, Historia y Filosofía. Fue desposeído, como judío, de la nacionalidad alemana por los nazis en 1934. Trabajó como corresponsal en Praga, Zurich y Londres. En 1950 se hizo ciudadano de Estados Unidos y a partir de 1968 enseñó en Berlín Occidental.

"Nuestra patria hace tiempo que dejó de ser una isla de felicidad: la caracterizan los escándalos, la corrupción, la contaminación medioambiental y las prebendas partidistas."

Nuevo revés del Partido Socialista

Una crucial semana para el gobierno del presidente Mitterrand

PARIS, 29 (AP, AFP, UPI, EFE, DPA y Reuter). — El Partido Socialista Francés (PSF) sufrió hoy un nuevo revés en la segunda vuelta de las elecciones cantonales, aunque menor que el que había experimentado en los comicios regionales del domingo de la semana pasada.

Según las cifras dadas a conocer por el Ministerio del Interior, los socialistas obtuvieron el 32,8 por ciento de los votos. El PSF perdió además algunos de sus bastiones tradicionales, como **Puy de Dome** y **Nord**, junto con otros departamentos de menor peso simbólico como **Gers**, **Dordoña** y **Drome**.

Por su parte, el neogaullismo representado por el **Reagrupamiento para la República (RPR)**, y sus aliados liberales de la **Unión para la Democracia Francesa (UDF)**, reunieron el 55,9 de los sufragios.

Los partidos menores, que en la primera ronda habían tenido un desempeño sobresaliente, exhibieron una significativa caída. Los ecologistas, sumadas las dos agrupaciones de esta tendencia, sacaron apenas el 2,62 por ciento, el **Frente Nacional (FN)**, el 2,37 por ciento, y los comunistas el cuatro por ciento.

Estos cambios son en gran medida producto de las diferencias en el régimen de la segunda vuelta, en la que se imponen los candidatos que obtienen la mayoría simple. No obstante, esta diferencia parece no haber beneficiado sino en pequeña medida a los socialistas, que esperaban atraer masivamente los votos de los comunistas y ecologistas.

Por su parte, el FN, agrupación ultraderechista y racista que no logró establecer alianzas con los conservadores de la UDF y del RPR, cayó estrepitosamente en casi todos los distritos donde enfrentó a los candidatos de esos partidos.

Pese a ello, si se consideran los resultados de la primera vuelta, se advierte que los dos partidos verdes y el Frente de Jean Marie Le Pen ... electorado, lo que significa una alteración radical del mapa político francés.

Unos 18 millones de franceses fueron convocados a votar para elegir a la mitad de los representantes de los cantones en los consejos generales. Los otros ya fueron designados en el primer turno. La participación, que fue del 47 por ciento, bajó diez puntos respecto de la de la semana anterior.

Dos encuestas de opinión publicadas hoy muestran que el 61 por ciento de la ciudadanía opina que los comicios parlamentarios que deben hacerse en mayo de 1993 tendrían que ser anticipados a este año, mientras la oposición exige la disolución inmediata de la Asamblea Nacional.

♦ Reconocimiento

El secretario general del PSF, **Laurent Fabius**, reconoció la derrota del oficialismo y sostuvo que "tenemos que extraer de inmediato consecuencias de este retroceso".

La declaración de Fabius se vincula con la situación política que se planteó en las últimas semanas en Francia y que el diario **Le Journal du Dimanche** definió hoy como "la hora de la verdad para el presidente **François Mitterrand**".

Seis integrantes del gabinete participaron en estos comicios y cinco de ellos lograron imponerse. La primera ministra **Edith Cresson** ganó el distrito de **Chatellerault**, del que es oriunda, en una consulta reñida. También pasaron la prueba favorablemente en sus respectivos distritos los ministros de Economía, **Pierre Beregovoy**, de Educación, **Lionel Jospin**, de Comercio, **Francois Doubin** y el secretario de Estado para Asuntos Marítimos, **Jacques Mellick**.

Por el contrario, el ministro de Asuntos Sociales, **Jean Louis Bianco**, quien durante mucho tiempo se desempeñó como ... derrotado en **Provenza** por el candidato derechista.



La primera ministra y alcalde de Chatellerault logró conservar su cargo ministerial tras una reñida segunda vuelta en su circunscripción. Para ella se inicia una difícil semana.

La consulta de hoy cerró una semana de tormenta política debida a la renuncia del ministro de la Función Pública, **Jean-Pierre Soisson**, quien prefirió dimitir cuando la jefa de gobierno lo emplazó a someterse a una nueva consulta ante la sospecha de que había resultado elegido el domingo anterior con el apoyo del lepenismo. Lo mismo ocurrió con el titular de Comunicaciones, **Jean-Marie Rausch**.

♦ Reestructuración

La prensa francesa coincidió en sus ediciones de hoy en que sea cual fuere el resultado de los comicios, Mitterrand tendrá que llevar a cabo una drástica reestructuración de su gabinete.

Por el contrario, los comentaristas no opinan del mismo modo sobre cuáles serán las características del recambio en el elenco ministerial. Mientras algunos sostienen que el presidente mantendrá a Cresson, otros opinan que será desplazada.

Entre los posibles sucesores de la primera ministra se mencionan a Beregovoy, Bianco —cuyas posibilidades quedaron mermadas con su derrota de hoy—, el ministro de Cultura, **Jack Lang**, el presidente de la Corte Constitucional, **Robert Badinter**, y el titular del Consejo Ejecutivo de la Comunidad Europea, **Jacques Delors**.

[illegible] BEREGOVOY PRIMER MINISTRO Y [illegible] SUSTITUYE A E. CRESSON

PARIS, 2 (AP). — El ministro de finanzas Pierre Beregovoy, que abandonó los estudios secundarios y llegó a la cumbre de la élite política francesa, fue designado hoy como primer ministro en un intento de revertir la crisis que afecta al gobierno socialista del presidente François Mitterrand.

Beregovoy reemplazó a Edith Cresson, que renunció luego de un turbulento período de 10 meses que tuvo su momento más difícil en una demoledora derrota de los socialistas en las elecciones locales y regionales de los dos últimos domingos.

"No prometo una solución mágica o milagrosa", dijo el nuevo ministro, [illegible] ante legisladores socialistas luego de su designación por Mitterrand.

Pero les dio seguridades de que la primera prioridad de su gobierno será la reducción de la tasa casi récord del 9,9% del desempleo, cuya alza continua ha puesto en dificultades a sucesivos gobiernos socialistas.

Beregovoy designó un nuevo gabinete que mantiene en sus cargos a muchas de las personalidades que colaboraron con Cresson.

[illegible]



El nuevo primer ministro de Francia, Pierre Baragovoy, que reemplaza en el cargo a Edith Cresson. (Laserfoto de la [illegible]

01-01

9203939

P.C.: Jiang Zemin Por Japón.

Gira del Secretario Gral. del [illegible] Repub. (150023)

8/4/92

Jiang Zemin mantuvo una audiencia con el emperador en el marco de su gira por Japón

"China no busca la hegemonía"

- ***"Ningún país debe imponer su voluntad o modelo a otros"***
- ***"Nosotros mantendremos como siempre nuestra política exterior de paz"***
- ***"Asia avanza hacia la distensión y el desarrollo", afirmó el líder comunista***

El secretario general del Partido Comunista Chino, Jiang Zemin, subrayó ayer aquí las normas básicas para un nuevo orden internacional y advirtió que la hegemonía sigue siendo una seria realidad en las actuales relaciones internacionales. Jiang, quien llegó ayer aquí para realizar una visita de cinco días, dijo que las diferencias entre unos doscientos países y mil nacionalidades en el mundo han resultado en diversos sistemas sociales, valores, formas de vida, creencias religiosas y tradiciones culturales.



Jiang Zemin, secretario general del Partido Comunista. Ni una palabra de Japón sobre ayuda económica. (Telefoto de AFP)

Tokio (Xinhua)

■ "Ningún país debe imponer su voluntad o modelo a otros", dijo Jiang en la Corporación Japonesa de Difusión (NHK) ante una audiencia de dos mil quinientos representantes de los sectores político, económico y cultural.

Entre ellos estaban Yoshio Sakurauchi, presidente de la Cámara de Representantes, Takashi Mukaibo, presidente de la Sociedad Nipo-China, y Ryoichi Kawai, presidente de la Asociación Nipo-China de Economía y Comercio.

Jiang señaló que todos los países deben "esforzarse para promover su cooperación económica, científica y tecnológica, para establecer un mecanismo regional no exclusivo de cooperación económica y realizar consultas, coordinaciones y cooperaciones necesarias sobre la seguridad regional e importantes asuntos internacionales".

Pero lamentablemente, en el mundo de hoy, las políticas de hegemonía y fuerza "son aún una seria realidad en las actuales relaciones internacionales", anotó Jiang.

Reiteró que China, "un país grande y una firme fuerza para el mantenimiento de la paz mundial, man- [illegible]

China no busca la hegemonía [illegible] Jiang.

con el emperador.

"Ayer tuve una muy buena conversación con el premier Miyazawa y llegamos a un consenso sobre una amplia gama de asuntos de las relaciones bilaterales y cuestiones internacionales de interés mutuo", dijo Jiang.

"Con nuestros esfuerzos conjuntos, esta visita ayudará a promover las amistosas relaciones de cooperación entre los dos países en varios campos y ampliará la amistad tradicional entre los dos pueblos", anotó.

Durante la reunión, el emperador expresó también su agradecimiento por la invitación a visitar China que han recibido él y la emperatriz Michiko.

Entre los presentes en la recepción estuvieron el canciller chino, Qian Qichen, el director de la Oficina General del Comité Central del Partido Comunista Chino, Wen Jiabao, y el ministro de Relaciones Económicas y Comercio con el Exterior, Li Lanqing.

Por la parte japonesa estuvieron el príncipe heredero Naruhito, el príncipe Akishinonomiya y el premier Kiichi Miyazawa.

El líder del Partido Comunista Chino Jiang Zemin dijo hoy que en Asia se está registrando una relajación de la tensión política y un estable desarrollo económico.

"En contraste con la turbulencia e inestabilidad en algunas otras regiones, la situación en Asia, y en Asia oriental en particular, está avanzando hacia la distensión y la estabilidad", dijo Jiang al auditorio de dos mil quinientas personas en la Corporación Nipona de Radiodifusión.

Jiang exaltó la solución de los conflictos regionales como los de Camboya y Afganistán y la reconciliación y relajación de la tensión en la península coreana.

Jiang, quien llegó aquí el lunes en visita amistosa que durará cinco días, también aclamó la cooperación económica en Asia.

"Los países asiáticos han fortalecido su cooperación sobre la base de la igualdad y el beneficio mutuo mientras exploran formas de desarrollo adecuado a sus condiciones nacionales", dijo a los miembros de las organizaciones no gubernamentales.

Señaló que "Asia se encuentra ahora en un nuevo período histórico de relativa estabilidad política y de estable crecimiento económico".

Al referirse al rol de Asia en el mundo, el líder chino opinó que al acercarse el nuevo siglo, una estable y próspera Asia va a hacer grandes contribuciones a toda la humanidad.

El secretario general del Partido Comunista Chino, Jiang Zemin mantuvo una audiencia con el emperador Akihito, a quien le reiteró la invitación para visitar China.

El líder chino fue recibido en la misma sala del Palacio Imperial donde en 1978 el entonces emperador Hirohito recibió al entonces viceprimer ministro Deng Xiaoping, expresándole un vivo arrepentimiento por la invasión nipona durante la última guerra.

El lunes, Jiang conversó durante tres horas con el premier Kiichi Miyazawa, a quien le solicitó una intensificación de los intercambios comerciales y de las inversiones en respaldo de las reformas económicas chinas.

El emperador japonés Akihito se reunió aquí con el secretario general del Partido Comunista Chino, Jiang Zemin, en el Palacio Imperial y luego ofreció una recepción en su honor.

"Japón y China han tenido prolongados contactos en la historia y Japón está profundamente influido por China en su cultura. Estoy seguro de que la visita del secretario general Jiang, promoverá el entendimiento mutuo entre los dos pueblos y las amistosas relaciones entre los dos países", dijo Akihito.

Jiang señaló que se sentía muy complacido por el hecho de reunir

02-02

9203932

China decidió firmar el Tratado de No Proliferación Nuclear.
La Nación
10/4/92
China (10151)
F. Militar (11163)
Material (11331)

China, contra la proliferación nuclear

LA República Popular China decidió, finalmente, firmar el Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP) y prometió cooperar internacionalmente con el fin de que estas armas no se difundan.

El alentador anuncio de la decisión de Pekín fue recibido por el primer ministro inglés, John Major, con ocasión de la visita que Qian Qichen, ministro de Relaciones Exteriores del gobierno chino realizó a Londres.

China es la última de las potencias nucleares que ha puesto su firma al tratado. Su prolongada renuencia a hacerlo había inspirado una justificada preocupación internacional, y había dado vuelo a las versiones de que Pekín se había comprometido en acuerdos de ayuda a países de menor desarrollo científico-tecnológico como Paquistán, Argelia o Irán, con sectores que alentaban ciertas expectativas belicistas.

En esta ocasión, el canciller chino desmintió formalmente ese supuesto. "China no aboga ni alienta ni interviene en la proliferación de armas nucleares", declaró el funcionario.

La demorada decisión china tiende un manto de alivio sobre las tensiones internacionales que, en materia de armamentos nucleares tienen fuentes de preocupación que no se pueden perder de vista, a pesar de ciertos gestos conciliatorios, como son las noticias que recurrentemente llegan de Corea del Norte, del Medio Oriente, de algunas naciones con capacidades tecnológicas intermedias e inclusive de la antigua Unión Soviética, donde el control del arsenal atómico no termina de definirse.

DOCUMENTO Misión comercial privada de Uruguay irá a Sudáfrica. La Mañana (150015) 14/4/92. Sudáfrica (10162) F. Ec. (11161) Sec. Comercial (11407) Uruguay (10020)

UNA MISION COMERCIAL OFICIAL Y PRIVADA IRA EN MAYO A SUDAFRICA

PROCURARAN establecer un convenio e incrementar el nivel de intercambio que ha descendido

Una misión comercial oficial y privada viajará a Sudáfrica a mediados de mayo, con la finalidad de incrementar el intercambio comercial con esa nación y a su vez procurar la posibilidad de establecer un convenio comercial, anunciaron a LA MAÑANA altas fuentes de la Dirección General de Comercio Exterior.

De acuerdo con las información proporcionada, "COEX y la Dirección General para Asuntos Económicos del Ministerio de Relaciones Exteriores se encuentran organizando, en colaboración con diversas entidades privadas de industriales y empresarios, una misión comercial a Sudáfrica".

Se explicó que "el propósito de la misma será intensificar el intercambio comercial con esa nación, que presenta en la actualidad perspectivas muy auspiciosas para la colocación de diversos productos por parte de nuestro país".

Al mismo tiempo, se acotó que "por tales circunstancias, ya unas diez empresas han expresado su particular interés de conformar la delegación de esta misión", que será encabezada por el Dr. Amílcar Vasconcellos (h), Subdirector General de Comercio Exterior.

POSIBLE CONVENIO

Como consecuencia de los eventuales avances que se registren en los contactos que se realizarán en Sudáfrica, no es descartable la posibilidad de establecer un convenio comercial entre ambos países.

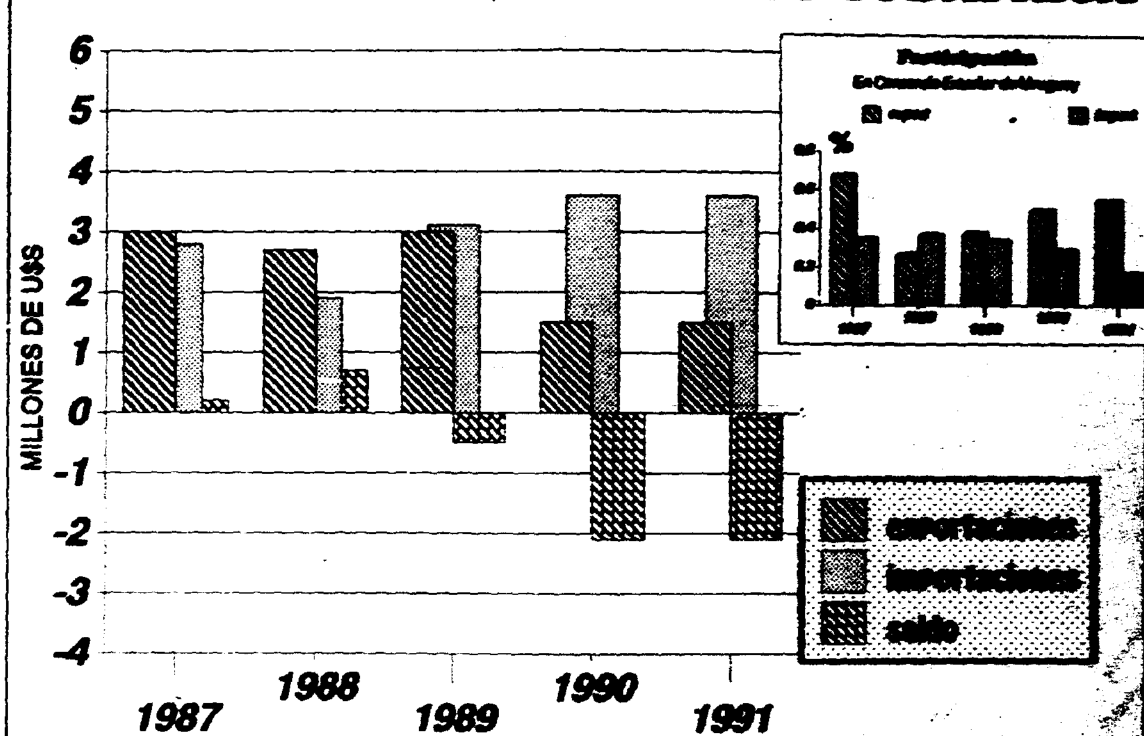
Precisamente, se informó a LA MAÑANA que esta misión podria sentar las bases para un acuerdo más amplio, que conlleve el incremento del intercambio comercial y al mismo tiempo el fortalecimiento de las relaciones uruguayo-sudafricanas.

LOS PRODUCTOS

Cabe consignar que hasta el presente las exportaciones de Uruguay a Sudáfrica en su gran mayoria han comprendido cueros bovinos, tejidos de lana, trigo para siembra asi como ágatas y cerámicas.

Por lo tanto, se comentó a LA MAÑANA en fuentes oficiales de la Dirección General de Comercio Exterior que "existen buenas posibilidades para la colocación de carnes, algunos productos agroindustriales, lácteos, etc.".

INTERCAMBIO COMERCIAL ROU-SUDAFRICA



Las exportaciones de nuestro país a Sudáfrica alcanzaron a U$S 1.512.700 dólares en 1991, es decir que prácticamente disminuyeron un 50% con respecto a 1990, año en el cual las ventas de Uruguay a esa nación del continente africano alcanzaron U$S 2.909.900 dólares.

Haciendo una análisis comparativo del comportamiento de las exportaciones uruguayas a Sudáfrica, se destacó que en 1985 se logró un monto de exportaciones de U$S 5.462.500, el cual fue disminuyendo en los años 1986, 1987 y 1988.

Entretanto, en 1989 se logró un mejoramiento de las exportaciones a Sudáfrica, pero el año pasado se verificó una brusca caida.

En relación a las importaciones de nuestro país desde Sudáfrica, cabe señalar que [illegible] compra de pescado en [illegible], enlatados de frutas, [illegible] confitería, [illegible] y [illegible] tales, entre otros productos.

Por todo lo [illegible] mencionada misión [illegible] carácter oficial y [illegible] comentando a LA [illegible] viste particular [illegible] efectos de procurar [illegible] mejoramiento de las [illegible] a Sudáfrica y por [illegible] establecimiento de [illegible] comercial, es decir de un [illegible] miento que conlleve el [illegible] intercambio.

TITU: 5 diputados blancos de la izquierda anunciaron su ingreso al C.N.A.
PROC: La República (15EC23)
FECH: 22/4/92
VIÑ: Sudáfrica (10162)
F. Pol (11164)
PP. PP (11304)

Cinco diputados blancos se aliaron con Mandela

Representación parlamentaria para el CNA

Ciudad del Cabo (ANSA)

■ Cinco diputados del Partido Democrático, la oposición blanca de izquierda en el Parlamento Tricameral reservado a los blancos, mestizos e indios, anunciaron su ingreso al Congreso Nacional Africano (CNA), permitiendo así al movimiento nacionalista negro contar, por primera vez, con una representación parlamentaria.

Pallo Jordán, portavoz del CNA, declaró en conferencia de prensa que "los cinco nuevos compañeros" representarían al CNA como grupo independiente hasta las próximas elecciones generales con sufragio universal.

El secretario del Partido Democrático, Zach de Beer, anunció por su parte la expulsión de los cinco diputados, pero afirmó que la medida "no perjudicará las óptimas relaciones establecidas con el CNA".

El secretario general del CNA expresó que no existen contradicciones entre las críticas del movimiento nacionalista al Parlamento Tricameral, del cual se encuentran excluidos los negros, y la presencia en el mismo de diputados blancos inscriptos en el CNA. "Ellos constituyen un grupo independiente", declaró Ramaphosa.

Uno de los cinco diputados, Dave Dalling, precisó que su rol será el de "independientes que apoyan al CNA".

La defección de los cinco diputados amenaza con acelerar el proceso de disgregación del Partido Democrático, dividido entre quienes apoyan al CNA, los que miran hacia el Partido Nacionalista del presidente Frederick De Klerk, y quienes desean preservar la unidad del partido como fuerza reformista independiente.

Divisiones análogas se producen en el Partido Conservador, opositor de extrema derecha. Algunos de sus diputados apoyan las negociaciones constitucionales con los negros y podrían alinearse a los nacionalistas.

El salto de cinco diputados democráticos al CNA representa el primer paso hacia el esperado realineamiento político, en vistas a las próximas elecciones generales, previstas para el año próximo.

El Partido Democrático, la menor de las tres fuerzas políticas blancas, podría perder las bancas en el Parlamento luego de las elecciones, de la que participarán más de 20 millones de votantes, en su mayoría negros.

La decisión de los cinco rebeldes podría representar un incentivo para sus colegas, ya que su inscripción en el CNA o en el Partido Nacionalista supón una forma de aumentar sus posibilidades electorales.

Mientras tanto ayer se informó que Chris Hani dimitió, hace tres meses, al cargo de jefe de Estado Mayor del Ala Militar del CNA, y fue sustituido provisoriamente por Siphiwe Nyanda.

El anuncio, realizado por el portavoz del movimiento, agregó que Hani presentó su dimisión debido a que fue elegido secretario general del Partido Comunista Sudafricano.

ENT: VB
CRUZ: VA

9203935

01-01

La marginación negra en los comicios mancha el referéndum sudafricano



Desmond Tutu

Derechos exclusivos en Uruguay

■ Dolor y decepción predominan entre los miembros de la mayoría negra sudafricana, en relación al referendum donde una minoría blanca decidió el futuro de la reforma en nuestro país.

Nos sentimos doloridos porque fue angustiante para nosotros, que representamos la mayoría, resultar marginados, una vez más, al nivel de objetos para los que las decisiones ya están tomadas. El impresionante avance de los últimos años -la liberación de Nelson Mandela y otros presos, el retorno de exiliados y el comienzo de las negociaciones constitucionales- constituyeron todos escalones para llegar al poder político de los negros. Esta vez retrocedimos hasta antes de 1990, excluídos en una circunstancia que afecta nuestras vidas en el sentido más íntimo. La derrota del presidente Frederick De Klerk era teóricamente posible y ello hubiera conllevado a una catástrofe, al dejar la nación en manos de una pequeña minoría.

Mucha gente esperó que nos pronunciáramos por el "Sí". La sensibilidad del oeste en este tema nos decepcionó. Al final, un sólo país, Dinamarca, condicionó el levantamiento de algunas sanciones a la suspención del ejercicio electoral racista. Esas actitudes refuerzan la idea africana de que el racismo aún persiste en occidente.

Nuestra respuesta a la consulta fue ambivalente. De Klerk presentó un hecho consumado, en el que no podíamos elegir. Quisimos esperar que nuestros compatriotas blancos mostrasen el deseo de convivir armoniosamente con sus pares. El presidente declaró que existía cierta justicia en que la minoría cerrara el libro del apartheid que había abierto. Pero el mismo día uno podía ver la aritmética del apartheid aplicada al presupuesto nacional. El nivel de las pensiones para los pasivos dependía del color de un recipiente llamado piel.

De todas formas concedimos una validez a los conceptos del mandatario, básicamente en lo referido a algunas palabras, tales como las siguientes: "Y nos afligimos por el dolor y el sufrimiento que el apartheid les causó a nuestros hermanos sudafricanos, que no participaron en este referendum".

La real conciliación se materializará cuando ocurra un arrepentimiento sobre los errores del pasado y se perdonen a aquellos que arreglen sus faltas.

De Klerk recibió el apoyo que decía requerir. No hay razón para impedir la formación de un gobierno provisional a mediados de este año, una nueva Constitución en junio de 1993, y, tan rápido como posible, la organización de elecciones nacionales verdaderamente democráticas. Pero no es necesario esperar hasta un gobierno representativo para resolver los problemas de los negros. Los cambios de los dos últimos años no son tangibles para la mayoría y los sectores políticos se encuentran presionados.

Para conquistar una atmósfera que favorezca el diálogo será necesario pasar por varias etapas en diferentes áreas. El déficit de vivienda es impresionante y la crisis del sector bastante [illegible]. La educación se ahoga. No podemos permitirnos reducir los profesores de las escuelas blancas, como [illegible], cuando son necesarios en los colegios negros de manera urgente. El cuidado de la salud debe ser más accesible y el gobierno tiene que impulsar planes contra la pobreza. La máxima prioridad es terminar con la [illegible] violencia que nos afecta. Aún los más escépticos aceptan su presencia en los sectores de las fuerzas de seguridad que desean terminar con las reformas.

¿Cómo podemos explicar que una erupción de violencia surje siempre cuando se vienen realizando diálogos? Hasta 1990 nuestras fuerzas de policía resultaron eficientes. Ahora la gente puede [illegible] libremente y ocurren crímenes a la luz del día. Y se supone que la policía se volvió inepta.

Necesitamos urgentemente fuerzas del orden neutras y profesionales. De Klerk debe purgar sus grupos de seguridad, ya que todas sus iniciativas serían en vano si no terminan con las [illegible], como si se tratara de crímenes entre blancos.

Es necesario que el mandatario demuestre a los [illegible] negros que la agresividad no es [illegible].

Este [illegible] país es [illegible] Andries Treurnicht, líder del Partido Conservador [illegible] blanche del [illegible] Movimiento de Resistencia [illegible] y cuando terminen con la agresividad. Es fundamental [illegible] en la nueva Sudáfrica podrán ser libres de expresar sus ideas [illegible] [illegible]vimos. Este país puede ser un modelo mundial por su [illegible] diversidad. De cultura, de lengua y de raza, [illegible] que [illegible] muestra que estamos hechos para la independencia y la [illegible].

Cuatro candidatos a la presidencia

Cuatro candidatos, tres hombres y una mujer, se presentan en las elecciones del domingo para suceder a Kurt Waldheim.

Rudolf Streicher, del Partido Socialdemócrata, 53 años, ingeniero e industrial, ex presidente de Austria Metall, y desde 1986 hasta este año, en que dimitió para presentar su candidatura a la presidencia austríaca, ministro de Transportes.

Como titular de la cartera de Transportes, Streicher introdujo la obligatoriedad del catalizador en los automóviles e hizo de Austria el país más protector del medio ambiente en Europa junto con Suiza.

Coronó su labor con la firma, a finales de 1991, de un llamado Tratado de Tránsito con la Comunidad Europea, que llevará a una reducción del 60 por ciento de los gases tóxicos en diez años.

Lema electoral: "Mi objetivo es una Austria fuerte integrada en una fuerte Europa".

Thomas Klestil, del Partido Popular (conservador), 59 años, doctor por la Facultad de Ciencias Económicas de Viena y diplomático. Trabajó en la misión austríaca ante la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE), en París, y ocupó diversos puestos diplomáticos en Estados Unidos: cónsul general en Los Angeles, representante permanente de Austria ante las Naciones Unidas, en Nueva York (1978-1982) y embajador de Austria en Washington (1982-1987), para pasar a ocupar después el cargo de secretario general del Ministerio de Asuntos Exteriores.

Lema: "Por mi experiencia internacional conozco como casi nadie las oportunidades y los desafíos de la futura Europa".

Heide Schmidt, del Partido Liberal (ultraconservador, aunque pertenece a su sector más liberal), 43 años. Nacida en Kempten (Alemania). Estudió en Viena Derecho y Ciencias Sociales y Económicas. Trabajó durante algún tiempo en la oficina del ombudsman (abogado del pueblo austríaco). En 1987 fue elegida para el Bundesrat (Consejo Federal) y en 1990 se convirtió en tercera presidenta del National (Consejo Nacional o Congreso de Diputados).

"No quiero una función meramente representativa, sino defender los intereses de los ciudadanos, que no del gobierno."

Robert Jungk, propuesto por Los Verdes, 79 años. Nacido en Berlín. Estudió en la ex capital alemana, en París y en Zurich, Historia y Filosofía. Fue desposeído, como judío, de la nacionalidad alemana por los nazis en 1934. Trabajó como corresponsal en Praga, Zurich y Londres. En 1950 se hizo ciudadano de Estados Unidos y a partir de 1968 enseñó en Berlín Occidental.

"Nuestra patria hace tiempo que dejó de ser una isla de felicidad: la caracterizan los escándalos, la corrupción, la contaminación medioambiental y las prebendas partidistas."

Nuevo revés del Partido Socialista

Una crucial semana para el gobierno del presidente Mitterrand

PARIS, 29 (AP, AFP, UPI, EFE, DPA y Reuter). — El Partido Socialista Francés (**PSF**) sufrió hoy un nuevo revés en la segunda vuelta de las elecciones cantonales, aunque menor que el que había experimentado en los comicios regionales del domingo de la semana pasada.

Según las cifras dadas a conocer por el Ministerio del Interior, los socialistas obtuvieron el 32,8 por ciento de los votos. El PSF perdió además algunos de sus bastiones tradicionales, como **Puy de Dome** y **Nord**, junto con otros departamentos de menor peso simbólico como **Gers**, **Dordoña** y **Drome**.

Por su parte, el neogaullismo representado por el **Reagrupamiento para la República (RPR)**, y sus aliados liberales de la **Unión para la Democracia Francesa (UDF)**, reunieron el 55,9 de los sufragios.

Los partidos menores, que en la primera ronda habían tenido un desempeño sobresaliente, exhibieron una significativa caída. Los ecologistas, sumadas las dos agrupaciones de esta tendencia, sacaron apenas el 2,62 por ciento, el **Frente Nacional (FN)**, el 2,37 por ciento, y los comunistas el cuatro por ciento.

Estos cambios son en gran medida producto de las diferencias en el régimen de la segunda vuelta, en la que se imponen los candidatos que obtienen la mayoría simple. No obstante, esta diferencia parece no haber beneficiado sino en pequeña medida a los socialistas, que esperaban atraer masivamente los votos de los comunistas y ecologistas.

Por su parte, el FN, agrupación ultraderechista y racista que no logró establecer alianzas con los conservadores de la UDF y del RPR, cayó estrepitosamente en casi todos los distritos donde enfrentó a los candidatos de esos partidos.

Pese a ello, si se consideran los resultados de la primera vuelta, se advierte que los dos partidos verdes y el Frente de Je-

electorado, lo que significa una alteración radical del mapa político francés.

Unos 18 millones de franceses fueron convocados a votar para elegir a la mitad de los representantes de los cantones en los consejos generales. Los otros ya fueron designados en el primer turno. La participación, que fue del 47 por ciento, bajó diez puntos respecto de la de la semana anterior.

Dos encuestas de opinión publicadas hoy muestran que el 61 por ciento de la ciudadanía opina que los comicios parlamentarios que deben hacerse en mayo de 1993 tendrían que ser anticipados a este año, mientras la oposición exige la disolución inmediata de la Asamblea Nacional.

♦ Reconocimiento

El secretario general del PSF, **Laurent Fabius**, reconoció la derrota del oficialismo y sostuvo que "tenemos que extraer de inmediato consecuencias de este retroceso".

La declaración de Fabius se vincula con la situación política que se planteó en las últimas semanas en Francia y que el diario **Le Journal du Dimanche** definió hoy como "la hora de la verdad para el presidente **François Mitterrand**".

Seis integrantes del gabinete participaron en estos comicios y cinco de ellos lograron imponerse. La primera ministra **Edith Cresson** ganó el distrito de **Chatellerault**, del que es oriunda, en una consulta reñida. También pasaron la prueba favorablemente en sus respectivos distritos los ministros de Economía, **Pierre Beregovoy**, de Educación, **Lionel Jospin**, de Comercio, **Francois Doubin** y el secretario de Estado para Asuntos Marítimos, **Jacques Mellick**.

Por el contrario, el ministro de Asuntos Sociales, **Jean Louis Bianco**, quien durante mucho tiempo se desempeñó como

Agencia AP



La primera ministra y alcalde de Chatellerault logró conservar su cargo ministerial tras una reñida segunda vuelta en su circunscripción. Para ella se inicia una difícil semana.

tado en **Provenza** por el candidato derechista.

La consulta de hoy cerró una semana de tormenta política debida a la renuncia del ministro de la Función Pública, **Jean-Pierre Soisson**, quien prefirió dimitir cuando la jefa de gobierno lo emplazó a someterse a una nueva consulta ante la sospecha de que había resultado elegido el domingo anterior con el apoyo del lepenismo. Lo mismo ocurrió con el titular de Comunicaciones, **Jean-Marie Rausch**.

♦ Reestructuración

La prensa francesa coincidió en sus ediciones de hoy en que sea cual fuere el resultado de los comicios, Mitterrand tendrá que llevar a cabo una drástica reestructuración de su gabinete.

Por el contrario, los comentaristas no opinan del mismo modo sobre cuáles serán las características del recambio en el elenco ministerial. Mientras algunos sostienen que el presidente mantendrá a Cresson, otros opinan que será desplazada.

Entre los posibles sucesores de la primera ministra se mencionan a Beregovoy, Bianco —cuyas posibilidades quedaron mermadas con su derrota de hoy—, el ministro de Cultura, **Jack Lang**, el presidente de la Corte Constitucional, **Robert Badinter**, y el titular del Consejo Ejecutivo de la Comunidad Europea, **Jacques Delors**.

Nº. DOCUMENTO
TITULO Pierre Beregovoy sustituye a E. Cresson como Primer Ministro
PRENSA País (10003)
FECHA 3/4/92
VINCUL Francia (65463)
F. Pol (11104)
G. Nac (11302)

(FICHAJE)

BEREGOVOY PRIMER MINISTRO FRANCIA SUSTITUYE A E. CRESSON

PARIS, 2 (AP). — El ministro de finanzas Pierre Beregovoy, que [illegible] secundarios y llegó a la cumbre de la [illegible] política francesa, fue designado hoy como primer ministro en un intento de [illegible] que afecta al gobierno socialista del presidente François Mitterrand.

Beregovoy reemplazó a Edith Cresson, que renunció luego de un [illegible] meses que [illegible] derrota de los socialistas en las elecciones locales y regionales de los dos últimos domingos.

"No [illegible]", dijo el [illegible] políticas económicas [illegible] ante legisladores socialistas luego de su designación por Mitterrand.

Pero les dio seguridades de que la primera prioridad de su [illegible] [illegible] sivos gobiernos socialistas.

Beregovoy designó un [illegible] con Cresson.

El [illegible]

[illegible]



El nuevo primer ministro de Francia, Pierre Baragovoy, que reemplaza en el cargo a Edith Cresson. (Laserfoto de la AP)

01-01

TRADO VI ... 00
...ZADO VI ... 00

9203939

SECRETO

D. E. I..
E.M.P.2DO.CTE.-
111300/MAY/992.-

MEMORANDUM DE ANTECEDENTES NRO.2659/92.-

I . EVALUACION: Omitida

II . RESPONDE A: SOL. DE ANTEC. NRO. 09/92.-

III . T E X T O: SE ADJUNTA 1 (UNA) HOJA.-

IV . ACCION TOMADA: Confección del presente MEMORANDUM.

V . DISTRIBUCION:

ORIGINAL...........DGID.-

COPIA Nro.1........ARCHIVO.

POR EL 2DO. COMANDANTE DE LA D.E.I.

EL J.E.M.P.2DO.CTE.D.E.I.

Tte.Cnel. ELMAR CASTIGLIONI.

E.M.P. 2do. Cte. D.E.I. JEFE República O. del Uruguay

10/6/92 - Conocimiento Sec. 2 ... SGDO.

14 ... 1992 SDI - I 9203940

... 001 2

MINISTERIO ... Dirección ... Fecha de entrada 19 MAY 1992 ... 9203940

SECRETO

REFERENTE_A: PEREIRA, MANUELITO
SE_REGISTRA: PEREIRA RODRIGUEZ, MANUEL
DATOS : F.NAC. 13/3/79, HIJO DE: MARIA ISABEL RODRIGUEZ CABRERA Y GUSTAVO PEREIRA TERRA.
ANOTACIONES: 20//85: EXILIADOS; INGRESO EN LA FECHA AL PAIS CONJUNTAMENTE CON SU HERMANA MARIA LUIS PEREIRA RODRIGUEZ Y SUS PADRES, PROCEDENTES DE SANTIAGO (CHILE(, SUS PADRES REGISTRAN ANTECEDENTES EN LA D.I.I.

N O T A : SE DEJA CONSTANCIA QUE PESE A LA SIMILITUD DE NOMBRES Y APELLIDOS PUEDE NO TRATARSE DE LAS MISMAS PERSONAS SOLICITADAS.-

002/2

La última gran apuesta



Agencia AP

Nadie, seguramente ni él mismo, podía imaginar que ese mecánico armador de cejas tupidas, sonrisa fácil y hablar suave llegaría alguna vez a ocupar el cargo de primer ministro de Francia. Lo cierto es que Pierre Beregovoy —el hasta ahora "superministro" de Economía, Industria, Comercio Exterior y Presupuesto, de 66 años e hijo de inmigrantes ucranianos— fue el elegido por el presidente François Mitterrand para remplazar a la cuestionada Edith Cresson al frente del gobierno galo.

Su foja de servicios es catalogada como impecable en los círculos políticos parisinos: ex trabajador ferroviario y administrador de la empresa estatal de gas, su ingreso a la función pública se produjo en 1981, cuando su viejo amigo Mitterrand lo designó como primer secretario general de la presidencia socialista. Al poco tiempo llegó al Ministerio de Asuntos Sociales, donde logró transformar el déficit financiero del sistema de seguridad social en un gran superávit.

La primera ocasión en que "Bere", como lo llaman sus amigos, ocupó la jefatura de la cartera económica fue en 1984, durante la gestión de Laurent Fabius como premier.

Desde allí siguió construyendo una imagen de "socialismo de buena administración", según se lo califica. Su política económica rigurosa, en la búsqueda de la reducción de la inflación, fue continuada por su sucesor, el conservador Edouard Balladur, luego que otro revés electoral socialista en las legislativas de 1986 encumbraron a Jacques Chirac como primer ministro.

La reelección de Mitterrand como presidente, en 1988, marcó el regreso de Beregovoy a la jefatura económica de la administración, que por entonces lideraba Michel Rocard. Permaneció en el cargo pese a que la designación de Cresson al frente del gobierno, el año pasado, barrió con buena parte de los miembros del gabinete.

Sin embargo, los críticos apuntaron que esos resultados fueron obtenidos a un alto costo social, ruidosamente patentizado en las múltiples huelgas y manifestaciones de médicos, ferroviarios, empleados públicos y granjeros.

Su relación con Cresson alcanzó un grado de deterioro difícil de recomponer. Las acusaciones mutuas sobre la responsabilidad de la actual situación económica —uno de los factores más influyentes en el fracaso electoral socialista— hizo que la primera ministra pidiera en vano la cabeza del jefe económico a Mitterrand.

Beregovoy no tendrá siquiera tiempo para considerar su cargo de premier como un regalo, pues de inmediato caerá sobre él una lluvia de problemas, empezando por la desocupación y la ola de conflictos sociales, que se agudizarán con la falta de apoyo de los sectores más tradicionalistas del socialismo a su gestión y la inminencia de nuevas elecciones legislativas, previstas para el año próximo.

Su designación, vista con sumo agrado por banqueros y financistas, implica una arriesgada apuesta de Mitterrand en favor del principal hacedor de los logros económicos pero también de las gruesas grietas sociales del país, por las que se desbarrancaron los votos y las ilusiones de los franceses.

Javier Calvo

TITU: La renuncia de Edith Cresson en Francia
PRO: Clarín
FE: 3/4/92

La caída del "pequeño soldado"

La poco sorpresiva renuncia de la primera ministra **Edith Cresson**, concretada ayer, **puso fin a la luna de miel más breve en la reciente historia política de Francia:** asumió el 15 de mayo del año pasado con un fuerte respaldo, pero su popularidad quedó dramáticamente reducida a solo el 19 por ciento en víspera de la aplastante derrota sufrida por el socialismo en las elecciones regionales y locales del mes pasado.

La primera jefa de gobierno que tuvo Francia fue designada por **Francois Mitterrand** ocho meses después de renunciar como ministra de **Asuntos Europeos**, para poner de manifiesto sus discrepancias con el tibio europeísmo y la política económica no intervencionista de **Michel Rocard**, a quien precisamente remplazó.

Presentada por Mitterrand como abanderada de un nuevo protagonismo de Francia en la unificación europea, Cresson anunció dos grandes objetivos: **impulsar el intervencionismo estatal para promover la industria nacional** y **tomar medidas proteccionistas para enfrentar el creciente expansionismo económico japonés.** Su programa incluyó también la reducción del desempleo, que era entonces del 7 por ciento, y el fomento de la justicia social, dos metas cuya simple mención sedujo a una ancha franja del electorado francés.

El optimismo de Mitterrand resultó contagioso y **Miss Peugeot** (irónica alusión al alto cargo que desempeña en esa empresa su esposo Jacques) fue recibida como una versión progresista de **Margaret Thatcher**. Había mostrado una inclaudicable energía y un indiscutible talento político desde 1965, cuando acompañó a Mitterrand en su primera -y frustrada- postulación presidencial. A la estrecha relación que a partir de entonces se anudó entre ambos aludía permanentemente Mitterrand cuando se refiría a ella como "**mi pequeño soldado**".

Pragmática, acusada con frecuencia de ver el blanco y el negro en la política sin distinguir los matices del gris, casi siempre cáustica, habituada a los desplantes y con una sonrisa que más de uno consideró impertinente, Cresson (58 años, dos hijas, dos nietos, nacida **Edith Campion**) había tenido antes de quedar al frente del gobierno una importante trayectoria: estuvo sucesivamente al frente de los Ministerios de Agricultura (en el primer gabinete de Mitterrand, tras su victoria en 1981), **Comercio Exterior** (donde inició sus batallas contra las importaciones japonesas) y Asuntos Europeos (tras la segunda victoria de Mitterrand, en 1988).

Japón se convirtió en blanco de sus ataques dos meses después de asumir como jefa de gobierno. Definió a ese país como "**el enemigo**", la acusó de haberse lanzado "a la conquista económica del mundo" y de actuar con "deslealtad" y cometió el desliz de definir a los japoneses como "**hormigas amarillas**".

Más o menos en forma simultánea, efectuó imprudentes comentarios sobre las costumbres sexuales de los ingleses y arriesgó la hipótesis de que los anglosajones tienen una marcada tendencia hacia la homosexualidad. Como antes el japonés, también el gobierno británico puso el grito en el cielo: el gobierno de Mitterrand, alarmado por sus imprudencias, la llamó a silencio y el secretario del Partido Socialista, **Laurent Fabius**, inició contra ella una activa campaña.

Es seguro que, en otro contexto, esos episodios hubieran resultado simples anécdotas. Pero seis meses después de la asunción de Cresson, la crisis económica y social se había acentuado. Esa crisis no le era enteramente atribuible, pero no pudo evitar que su imagen se deteriorara a pasos agigantados, hasta alcanzar peligrosos niveles de impopularidad.

Básicamente, las razones de su caída fueron tres: el aumento del desempleo, que llegó a ser del 10 por ciento; la reiteración de los choques [illegible] base se encuentra una vigente [illegible] riero del sistema de seguridad social, que [illegible] resolver mediante un fuerte aumento de las [illegible] nes salariales. En los últimos días, pese a todo, Cresson trató de presentar batalla, pero ya era tarde. [illegible] antes de que su alejamiento se concretara, era evidente que la carrera del "pequeño soldado", al menos en este gobierno, había llegado a su fin.

Carlos [illegible]

VR

01-01 9203942

R E S E R V A D O

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

ESTADO MAYOR PERSONAL (NARCOTRAFICO)

S U M A R I O   D E   I N F O R M A C I O N

Período: Del 15AGO91 al 30AGO91

T E M A R I O

R E S E R V A D O

I.- EXTERIOR

A.- ESTADOS UNIDOS

- El sub jefe de la Oficina de Lavado de Dinero del Departamento de Justicia de EE.UU. , HARRY HARBIN, declaró que su país no está satisfecho con las medidas financieras y cambiarias adoptadas en AMERICA LATINA para combatir el lavado de dinero. "Todos los paises sudamericanos precisan la eliminación del secreto bancario; corresponde legislar explicitamente el lavado de dinero y penalizarlo".

B.- ARGENTINA

1.- La Justicia y el Banco Central profundizaron la investigación sobre el tráfico ilegal de divisas y lavado de narcodólares en la plaza financiera local. La lista inicial de 227 que estaba en observación, se amplió a 700 operaciones. Tres companías de origen uruguayo estarían relacionadas con el caso, siendo ellas: Consultameris Capital, Inmobiliaria Atlantis y Sudameris Capital Mark.

2.- El Presidente de la Comisión de Juicio Político de la Cámara de Diputados, MARCOS DI CAPRIO, denunció que existe un enorme desorden en el expediente por lavado de narcodólares llevado por la Jueza MARIA SERVINI DE CUBRIA. La Jueza, procesada por violar secretos de sumario y abuso de autoridad, ha sido difinitivamente apartada de las investigaciones del caso YOMA, quedando la causa ahora en manos de la Jueza AMELIA BERRAZ DE VIDAL.

3.- MELVIN LEVITSKY, Secretario de Estado Adjunto para Asuntos Internacionales del Departamento de Estado de los EE.UU. visitó Buenos Aires con el objeto de reunirse con los dos Ministros, de Defensa e Interior, con el Canciller y con ALBERTO LESTELLE. Segun LESTELLE esta visita "significa un reconocimiento internacional que no se brinda a otros paises del continente".

Se habría tratado en esta reunión la instrumentación de una red de informática entre ambos paises, cooperación de la DEA y del Departamento de Estado, así como colaboración de estos organismos para la creación del Servicio Federal contra el Narcotráfico.

RESERVADO

- El Ministro MANZANO se reunió con LEVITSKY para estudiar mecanismos de cooperación entre ambos gobiernos en materia de prevención y represión de los delitos del narcotráfico, en especial el tráfico de precursores químicos y lavado de dólares.

4. - ARGENTINA y GRAN BRETAÑA firmaron ayer en Buenos Aires un Convenio de cooperación judicial contra el narcotráfico que incluye el levantamiento de los secretos tributarios y bancario en investigaciones de lavado de dinero de la droga. El convenio se basa en un proyecto elaborado por la cancillería argentina, entre cuyas fuentes se incluyó la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas, de 1988.

C.- BRASIL

1.- La Cámara de diputados suspendió la inmunidad parlamentaria al diputado Jabes Rabello quién se encuentra involucrado con el tráfico de drogas. Al mismo tiempo continúan las investigaciones en torno a otros diputados y autoridades del Estado de Rondonia.

2.- Por lo menos 40 traficantes bolivianos han sido capturados en el último mes por policias brasileños que desarrollan un espectacular procedimiento en el Estado de Rondonia.

3.- La concentración de fuerzas policiales en la frontera de Rondonia y BOLIVIA desvió el tráfico para Mato Grosso. Según la policía federal hay una puerta abierta a los traficantes,- pudiendo ese Estado transformarse en una Rondonia del mañana.

4.- BRASIL recibirá una ayuda de 2,2 millones de dólares de los EE.UU. destinada a la lucha antidroga, según anunció MELVIN LEVITSKY, y 3 millones y 1/2 para el ejercicio fiscal 1992.

5.- El Ministro de Relaciones Exteriores expresó que "su país no necesita la presencia de militares norteamericanos para combatir el narcotráfico, a diferencia de sus vecinos andinos".

6.- La policía federal capturó en Fortaleza el mayor cargamento de cocaína hasta ahora encontrado en el país: 646 Kg. en un camión procedente de Cuiabá (la droga venía de Cali y sería embarcada a EE.UU.)

7.- Seis pequeñas refinerías de cocaína fueron descubiertas por la policía federal en Corumbá (frontera con BOLIVIA). Tenian una capacidad de producción de 30 Kg. de cocaína diaria. Los traficantes serían bolivianos y todo indica que existen más refinerías en virtud de ser Corumbá el principal abastecedor de éter y acetona para los laboratorios bolivianos.

D.- COLOMBIA

- La policía colombiana destruyó en la región de Río Negro (Sudeste del Departamento de Huila) más de 1.000 hectáreas de cultivo de amapola, base para la elaboración de heroína. La Organización Subversiva FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias Colombianas) tienen su base en esa región y sería la encargada de financiar todas las actividades de comercialización . Cabe destacar que 1 kg. de heroína tendría un costo en EE.UU. de U$S 150.000.

E.- MEXICO

- La Dirección Federal Antidrogas señala que MEXICO continua siendo la principal vía de acceso para el grueso de estupefacientes que se comercializa en EE.UU. proveniente de COLOMBIA, PERU, BOLIVIA, VENEZUELA y ECUADOR.

- Cinco aviones colombianos y uno mexicano fueron capturados por la policía de MEXICO con cuatro toneladas de cocaína. La droga llevaba por destino EE.UU. y procedían de Sudamérica.

II.- URUGUAY

1.- Nuestro país firmó un acuerdo con EE.UU. el 14 de agosto próximo pasado denominado "Convenio de Cooperación en el Area de la Educación Preventiva y el Combate a la Producción, Procesamiento, Tráfico y Consumo ilícito de Estupefacientes asi como actividades conexas."

Este acuerdo se firma en el marco del Acuerdo General de Cooperación Técnica entre nuestro país y el de EE.UU. suscripto el 23 de marzo de 1956.

- Por la parte uruguaya se designa como órgano ejecutor del convenio a la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas y por parte de EE.UU. a la Embajada de ese país.

- Por el presente convenio y por el año fiscal 1991 - nuestro país recibirá:

- Costos operativos - U$S 20.000
- Costos de Mercaderías - U$S 10.000 (Para Educación y Prevención)
- Costos de Mercaderías - U$S 45.000 (Para - Aplicación de Ley)

TOTAL - U$S 75.000

2.- Funcionarios fiscales de la Central del Banco Sudameris de Paris, se encuentran en Montevideo inspeccionando las actuaciones de la sucursal uruguaya así como la de Buenos Aires. El motivo se vincula con las operaciones jurídico policiales llevadas a cabo en ARGENTINA por el Juez BIONDI, en relación con presuntas maniobras de lavado de dólares . Autoridades del Banco Central han manifestado desconocer que existan gestiones de la Justicia argentina relacionadas con documentos incautados en la filial argentina Banco Sudameris que pudieran pertenecer a dicho organismo.

- Jerarcas del Banco Sudameris aseguraron que esta entidad en nuestro país es totalmente ajena a las contingencias que afronta el Banco en la República Argentina.

3.- Fueron detenidos en la frontera Rivera-Livramento, por parte de la policía de Brasil, tres individuos, uno de ellos uruguayo, con 3 kg. de cocaína, quienes pertenecían a una red que opera en BRASIL , ARGENTINA y URUGUAY.

4.- Se firmó en Londres un acuerdo jurídico entre nuestro país y GRAN BRETAÑA similar al firmado anteriormente con EE.UU.

5.- La Brigada de Narcóticos detuvo en el Aeropuerto Internacional de Carrasco, a dos personas de nacionalidad boliviana con 2 kg. de cocaína, la cual iba a ser enviada a Murcia y Torremolinos.

6.- La Brigada de Narcóticos detuvo a siete ciudadanos bolivianos que traficaban cada uno alrededor de 60 cápsulas (de 7 a 12 gr. c/u) en sus aparatos digestivos. Los narcotraficantes ("mulas") procedían de Santa Cruz de la Sierra y debían transportar la droga hasta ESPAÑA.

III.- CONCLUSIONES

- ESTADOS UNIDOS viene impulsando activamente la lucha antidroga en AMERICA ya sea por medio de declaraciones y/o conferencias de personalidades públicas, como mediante el apoyo económico a los paises más afectados.

- El denominado "Yomagate" en ARGENTINA en el período ha sufrido un enlentecimiento en cuanto a las actuaciones, lo que se debería tanto a razones políticas como judiciales.

- Una nueva droga dura , la heroína,podría introducirse masivamente en AMERICA proximamente al confirmarse la existencia de grandes plantaciones de amapola. Este hecho se ve agravado al encontrarse fuerzas subversivas apoyando esta actividad con la finalidad de obtener fondos.

- En el período se ha notado un creciente incremento de detenciones de traficantes bolivianos particularmente en el Area del Cono Sur lo que se puede interpretar como la búsqueda de bocas de salida hacia EUROPA y EE.UU. por parte de los narcotraficantes.

- Algunos procedimientos realizados en nuestro país por la DNII reflejan el incremento del tráfico de la cocaína por nuestro país.

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

ESTADO MAYOR PERSONAL (NARCOTRAFICO)

MEMORANDUM Nº01/91

ACTUALIZACION DE LA SITUACION DEL NARCOTRAFICO AL 15 DE JULIO DE 1991.

CONTENIDO

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE PROCEDENCIA
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

ESTADO MAYOR PERSONAL (NARCOTRAFICO)

MEMORANDUM Nº01/91

ACTUALIZACION DE LA SITUACION DEL NARCOTRAFICO AL 15 DE JULIO DE 1991.

CONTENIDO

S E C R E T O

01/08

9203944

I- INTRODUCCION

La reciente rendición de los Jefes sobrevivientes del Cartel de Medellín ante las autoridades colombianas ha cerrado una etapa dentro de ese país que fuera iniciada por el ex- Presidente VIRGILIO BARCO en agosto de 1989 cuando, a continuación del asesinato del candidato presidencial CARLOS GALAN, diera inicio a una guerra frontal contra el narcotráfico. En este período de dos años, sin embargo, la situación del narcotráfico a nivel continental ha experimentado cambios sustanciales que hoy afectan a esta región del Sur y, consecuentemente, a nuestro país. El propósito de este Memorándum es proveer una apreciación actualizada de la situación, a la luz de dichos cambios y los factores que los promovieron.

II- LA SITUACION A NIVEL CONTINENTAL

- Se ha producido una desconcentración de las actividades de producción de cocaína, lavado de activos y rutas de tráfico hacia el Sur y Este de Sudamérica. Esta desconcentración ha sido forzada por los siguientes hechos:

- la lucha frontal desarrollada contra el narcotráfico en COLOMBIA.

- los controles más estrictos impuestos por los EE.UU en sus fronteras.

- el derrocamiento del Gral. NORIEGA en PANAMA y los mayores controles financieros que se vienen implementando en algunos de los tradicionales "paraísos financieros" del CARIBE (como consecuencia del "Cónclave de Aruba").

- el apoyo de la mafia italiana a los narcotraficantes bolivianos. (Según INTERPOL, con la finalidad de quebrar la hegemonía de los narcotraficantes colombianos en la producción y distribución de cocaína, la mafia italiana ha venido dando apoyo a los traficantes bolivianos para establecer modernos laboratorios de producción de cocaína y distribuir el producto a EUROPA).

La saturación del mercado estadounidense y la avidez o demanda de cocaína hallada en EUROPA, con las consiguientes diferencias de

precios de dicho producto (unido en cierta manera a la intervención de la mafia italiana), han provocado que los narcotraficantes hayan comenzado a mirar hacia ese Continente con creciente interés.

Como consecuencia de lo expuesto, la situación actual puede resumirse en los siguientes términos:

-Si bien los EE.UU continúa siendo el principal consumidor mundial de cocaína, EUROPA aparece como un mercado en rápida y creciente expansión para dicha sustancia.

-COLOMBIA permanece todavía como principal productor mundial de cocaína, y PERU como primer productor mundial de coca.

-BOLIVIA es el segundo productor mundial de coca, pero ha surgido como segundo productor mundial de cocaína.

-Tanto ARGENTINA como BRASIL se han convertido en importantes "puentes" o "bocas de salida" para la cocaína enviada con destino a EUROPA y los EE.UU. (la cocaína viene entrando en ambos países a través de las respectivas fronteras comunes- SALTA y JUJUY en el caso de ARGENTINA y RONDONIA y MATO GROSSO en el caso de BRASIL- y sale por los puertos aéreos y marítimos de BUENOS AIRES y SAN PABLO).

-ARGENTINA y BRASIL, también, vienen registrando preocupantes índices de tráfico interno de cocaína, así como serios indicios de actividades de producción en su fase de "implantación". (En el Norte argentino se han descubierto cantidades importantes de hoja de coca y de pasta base, así como tres laboratorios clandestinos, en este período. En cuanto a BRASIL, hace tiempo ya que el Jefe de la Policía Federal había expresado que "solo en el Estado de SAN PABLO", se calculaba que "existían no menos de 40 laboratorios clandestinos para la elaboración de cocaína").

-El Cono Sur americano, y especialmente ARGENTINA y URUGUAY, vendría siendo utilizado para algunas de las fases o etapas del proceso de lavado de dinero del narcotráfico.

Ante esta situación, los países mencionados han venido adoptando distintas medidas, que en algunos casos pueden calificarse como "drásticas".

-<u>COLOMBIA</u>. La acción directa iniciada por VIRGILIO BARCO en agosto de 1989 fue continuada por el Presidente CESAR GAVIRIA, aunque con una política diferente. Esta última ubicó como objetivo prioritario la "pacificación" de COLOMBIA y tuvo un hito trascendente con la rendición de los Jefes del Cartel de Medellín.

-<u>BOLIVIA</u>. Se ha comenzado el entrenamiento de dos Batallones de Infantería de su ejército regular para combatir el narcotráfico, pese a la fuerte resistencia interna que esta medida está provocando. Durante el fin de semana del 28 al 30 de junio, por otra parte, se llevó a cabo la mayor ofensiva contra la droga de los últimos tiempos. Esta tuvo lugar en SANTA ANA DE YACUMA y sus resultados fueron relativos (se confiscaron bienes y medios del narcotráfico, se logró restablecer el imperio de la ley en la región, pero falló en capturar a quien aparece como "nuevo zar de la droga en latinoamérica" -RAUL RIVERO VILLAVICENCIO- y otros importantes narcotraficantes).

-<u>BRASIL</u>. El Jefe de la Policía Federal ha anunciado que próximamente se realizará un "gran operativo sorpresa" en toda la zona limítrofe con BOLIVIA. Una Comisión Parlamentaria de Investigación de Narcotráfico, por otra parte, viene implementando una sustancial y radical reforma a la ley "antitóxicos" vigente desde 1976. Entre las modificaciones propuestas se incluyen:

-ampliar a 6 meses el plazo de detención para investigación de personas relacionadas con el narcotráfico (actualmente es de diez días).

-definición de la cantidad de drogas que calificará y distinguirá al "consumidor" y al "traficante".

-incluír la confiscación de bienes de los narcotraficantes.

-<u>ARGENTINA</u>.La lucha contra el narcotráfico viene siendo uno de los pilares más reiteradamente enfatizados por el discurso político del Presidente MENEM y sus colaboradores más allegados, encontrando amplio eco en la prensa de ese país. El Gobierno ha dispuesto el empleo de medios de las FF.AA. (principalmente logísticos y de algunos servicios), como apoyo a las fuerzas de seguridad

y la Banca ha emitido orientaciones a sus asociados para prevenir y combatir el lavado de dólares.

III- LA SITUACION EN URUGUAY

Un informe oficial redactado hace tres años establecía que nuestro país se encontraba "en los umbrales de lo que podía definirse como una epidemia de consumo", agregando que si bien la situación no era grave (en comparación con otros países), la misma no debía ser desatendida. Dicha situación no ha tenido una variación significativa hasta el presente, aunque debe destacarse:

-no existen datos sobre la cantidad real de connacionales que consumen drogas ilícitas dentro de nuestro país (los datos existentes son parciales, y son los que surgen de los procedimientos realizados en la órbita del Ministerio del Interior).

-los datos parciales muestran que se viene manteniendo una tendencia creciente al consumo de drogas ilícitas (en primer lugar, marihuana; en segundo, cocaína y anfetaminas; en tercero los inhalantes; y, por último, otras sustancias).(Anexo "A").

La principal norma antidroga es el Decreto-ley Nº14.294, el cual ha sido criticado reiteradamente por defectos y falta de flexibilidad para enfrentar las situaciones actuales, sin que hasta el momento le hayan sido introducidas modificaciones o incorporaciones.

En virtud de lo expuesto, y dado que URUGUAY no es un productor de drogas ilícitas de origen natural o sintético, la nueva situación externa presenta las siguientes amenazas para nuestro país:

-probabilidad más concreta de que nuestros puertos aéreos y puertos y zonas fluviales y marítimas constituyan "puentes" para las rutas de tráfico de cocaína hacia EUROPA y EE.UU.

-empleo de las bondades y credibilidad de nuestro sistema financiero para alguna de las etapas o fases del proceso de lavado de activos del narcotráfico (los casos de RAUL VIVAS y PUENTE PATIÑO son indicios tangibles de las posibilidades en tal sentido).

- incremento dentro de nuestras fronteras del tráfico interno de cocaína y, consecuentemente, del consumo de drogas llamadas "duras".

Hasta el presente, URUGUAY ha priorizado la educación preventiva en su política nacional contra la droga y ha adoptado una serie de medidas que pueden contribuir a neutralizar dichas amenazas:

- al máximo nivel de Gobierno se han concretado varios acuerdos y convenios bilaterales y multilaterales, destacándose entre los últimos el "Tratado de Asistencia Jurídica Mutua en Asuntos Penales con el Gobierno de los EE.UU." y uno de similares características que próximamente se firmará con GRAN BRETAÑA.

- la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico ilícito y Uso Abusivo de Drogas culminó con la primera etapa del Plan Binacional URUGUAY-ARGENTINA de Educación Preventiva, patrocinado por la CICAD (O.E.A.) y con fondos del BID; y viene elaborando un proyecto para la creación de un Banco Regional de Datos para la subregión.

- el Banco Central del Uruguay difundió "Recomendaciones" para las empresas de intermediación financiera, casas de cambio, etc, que brindan orientaciones para detectar y prevenir actividades de lavado de dinero; y emitió la Circular 1387, en la cual ordena a las entidades financieras identificar a las personas que efectúen operaciones por importes superiores a 10.000 dolares.

- los organismos de seguridad vienen trabajando coordinadamente entre sí, así como con sus pares de los países limítrofes y otros países.

IV - CONCLUSIONES

- El éxito logrado en la lucha contra el narcotráfico al producirse la rendición de los Jefes del Cartel de Medellín en COLOMBIA, hasta el momento aparece relativizado por los siguientes hechos:

- dicha actitud no ha sido imitada por los Jefes de

otros carteles colombianos.

- el desplazamiento de actividades hacia otros países del continente, y particularmente, hacia nuestra región.

- El desplazamiento de actividades hacia esta región expone a nuestro país a una amenaza mayor de un incremento del tráfico interno de cocaína y el consumo de drogas "duras"; así como de ser utilizado como "puente" tanto para el traslado de cocaína hacia EUROPA y EE.UU., como para el lavado de activos.

ANEXO "A"

DETENCIONES REALIZADAS

	1989	1990	1991*
DETENIDOS	607	862	596
REMITIDOS	154	134	81
INTERNADOS	166	257	128
LIBERTADES	287	471	387

* Hasta Junio 1991 inclusive.

DROGAS UTILIZADAS (EN PORCENTAJE)

	1989	1990	1991*
MARIHUANA	61	56	51
COCAINA	24	35	39
ANFETAMINAS	8	3	6
INHALANTES	4	2	2
OTROS	3	4	2

* Hasta Junio 1991 inclusive.

El precio de una moneda fuerte

Un austero trabajador matinal



Premier Beregovoy: la prioridad es el desempleo. A la nueva conducción francesa le espera una gigantesca tarea. (Telefoto de AFP)

París (AFP)

■ Beregovoy, que ocupaba hasta este jueves la cartera de Economía y Finanzas, está considerado como un austero trabajador matinal, gran conocedor de sus expedientes y consciente de sus capacidades, pero también capaz de reírse de sí mismo, de su corta estatura y de su proverbial mesura.

Autodidacta de la política, Beregovoy, 66 años, nacido en Normandía (norte de Francia) pero de origen ucranio, fue obrero ajustador, ferroviario y empleado del gas y militó en la Resistencia y en dos sindicatos de signo socialista.

En la década de los '50, llegó a dirigir una filial de la empresa nacional Gas de Francia (GDF). En la de los '60 trabajó en la dirección del pequeño Partido Socialista Unificado (PSU, extrema izquierda) con el ahora también socialista y ex primer ministro Michel Rocard.

Tras el ingreso de una parte del PSU en el PS de Mitterrand, pronto se convirtió en hombre de confianza del actual presidente, que lo nombró secretario general del Elíseo en 1981, ministro de Asuntos Sociales en 1982 y ministro de Economía y Finanzas en 1988.

Empeñado en conciliar pragmatismo y fidelidad a su compromiso, reconoce que "aprendió mucho" del difunto Pierre Mendes-France, que fuera jefe del gobierno francés durante la IV República, en 1954, y que sigue siendo una referencia obligada para los socialistas.

Obstinado en el logro de sus objetivos, Beregovoy aplicó una política de rigor contra la inflación, convirtiéndose poco a poco en símbolo de una línea económica que permite a Francia disponer de unas finanzas saneadas, una moneda fuerte y una inflación reducida, pero al precio de un desempleo que afecta a 2,8 millones de trabajadores (10% de la población activa).

En cambio, la misma política de austeridad valió a la Bolsa de París horas triunfales y un mayor margen de autonomía a las empresas nacionalizadas.

El nombramiento de Beregovoy puso fin a varios días de suspenso político y de intensas consultas y negociaciones. Ahora su misión será hacer frente a los retos de las elecciones legislativas del próximo año y de la apertura del gran mercado europeo, en enero de 1993.

Tít.: Pierre Beregovoy, nuevo Primer Min francés: currículum
F.: País (150001)
FE.: 5/4/92
VINC.: Francia (05963)
F. Político (11164)
E. Nacional (11302)

NUEVO PRIMER MINISTRO FRANCES

Ministro francés de Finanzas Pierre Beregovoy reemplaza en el cargo de primer ministro a Edith Cresson



Nació: 23 de diciembre de 1925 Deville-les-Rouen, Normandía

[illegible]: Se convierte en ferroviario

[illegible]: Se casa y posteriormente es padre de un hijo y dos hijas

máximo cargo ejecutivo 27 años más tarde

[illegible]: Miembro fundador de pequeña facción socialista

François Mitterrand

1982: Promovido a ministro de Asuntos Sociales

Economía

[illegible]: Vuelve a nombrar ministro de Finanzas y Economía

participan en empresas estatales

1992: Designado primer ministro en reemplazo de Edith Cresson

Clas.: VR

01-01

9203946.

9/7/92

Se enfrenta al momento más crítico de la historia del Partido Conservador

Major a punto de perder el equilibrio

Londres (ANSA), por Darío Castello

John Major, el hijo de un pobre equilibrista de circo que llegó al mando del gobierno británico, se enfrenta ahora al momento más crítico de la historia del Partido Conservador, que puede llevarlo a perder el poder hegemónico ejercido durante trece años.

Ex ministro de Finanzas de Gran Bretaña, Major es hijo de una familia pobre del peligroso barrio de Brixton, famoso en las crónicas policiales por los enfrentamientos entre inmigrantes y el hampa local.

Hijo de un equilibrista de circo, el futuro premier británico fue descalificado en un examen para convertirse en chofer de ómnibus por su escasa habilidad en la matemática, pero su tesón lo hizo estudiar en las noches, mientras trabajaba -a los 16 años- como electricista, y así logró el diploma en el liceo de Brixton, con el cual encontró trabajo en un banco.

Su carrera política empezó en los años '70, cuando el que sería el preferido de Margaret Thatcher se convirtió en consejero comunal de una municipalidad londinense. Su perseverancia lo llevó a luchar por un lugar en la Cámara de los Comunes, puesto que logró sólo en 1979, cuando obtuvo un escaño y consiguió atraer la atención de la entonces mujer más potente de Inglaterra: Margaret Thatcher.

La protección de la "Dama de Hierro" le valió una rápida ascensión en los peldaños del mundo político de Londres que le reservó en 1972 el puesto de subsecretario en el 1982, primeramente en Servicios Sociales y posteriormente en la Sanidad, para terminar en el Tesoro.

En 1989 Major reemplazó -siempre con el beneplácito de Margaret Thatcher- a sir Geoffrey Howe, ministro de Exteriores.

Pero la Cancillería no era el ámbito en que Major se movería mejor, y un [illegible] en la Conferencia del Commonwealth le valió la salida del Ministerio de Exteriores que la señora Thatcher suplió rápidamente con el cargo en la cartera de Economía y Finanzas.

En esta cartera Major se desenvolvió con habilidad, y junto a su colega de [illegible] Douglas Hurd, logró convencer a su protectora de hacer entrar la libra [illegible] (acuerdo monetario europeo), en vistas a un "super ecu" que [illegible] la moneda única europea a la cual hasta el momento Gran Bretaña se oponía.

La obstinación de la Thatcher en cuanto a la imposición de la Poll Tax -un impuesto largamente resistido por gran parte de la población- le valió -según muchos observadores- la caída del poder, y en elecciones internas del 1990 la Dama de Hierro debió resignar once años de dominación absoluta en manos de su protegido John Major.

El delfín ratificó la negativa anteriormente sostenida por la Thatcher de adoptar una moneda única europea: "La imposición de una moneda única es inaceptable para nuestro gobierno", dijo el premier y líder conservador el 29 de noviembre de 1990 ante la Cámara de los Comunes.

Según los observadores, en esa oportunidad la señora Thatcher, sentada por primera vez entre los diputados sin cartera del Parlamento, esbozó una de las pocas sonrisas de su vida.

La cuestión de la Poll Tax desató las críticas de la oposición laborista, que no tardaría en abrir una moción de desconfianza contra el gobierno.

Una de las primeras declaraciones del premier Major, sin embargo, fue dedicada a la controversia británico-argentina sobre las islas Malvinas: en un mensaje navideño el jefe del gobierno británico, saludó a los kelpers de las islas con palabras de [illegible] patriotismo en las cuales comparó el intento de [illegible] argentino de las Malvinas con la [illegible] invasión de Kuwait de parte de Saddam Hussein.

[illegible] al gobierno de Buenos Aires, que sin embargo fue [illegible] pública del entonces ministro de Exteriores Domingo [illegible].

Durante la Guerra del Golfo, Major se mostró intransigente y fiel a la política de Estados Unidos, con visitas a Estados Unidos y la reafirmación de la necesidad de aplicar hasta el fondo las sanciones de la ONU contra Irak.

"Nada de concesiones. La retirada parcial de las tropas iraquíes del Kuwait no basta", dijo el 21 de diciembre de 1990, poco antes de que la impresionante ofensiva aliada desbaratara los sueños imperialistas del líder de Bagdad.

Major, que según los observadores intentaba recuperar el puesto de privilegio que Gran Bretaña había tenido en la agenda norteamericana durante la gestión de Reagan, y que había sido desplazado por Alemania, mantuvo varias reuniones con George Bush en las cuales sin embargo no logró distraer lo suficiente la atencion de Estados Unidos de las nuevas posibilidades del abierto este europeo.

En tanto, la economía británica se desmoronaba a ojos vista, y la famosa Poll Tax causaba estragos en la opinión pública respecto de la gestión conservadora.

El 7 de febrero de 1991 el Ejército Republicano Irlandés (IRA) perpetró un atentado explosivo contra el jefe del gobierno británico mientras se presidía una reunión del gabinete de guerra. El grupo extremista declaró que el atentado había sido planeado cuando aún la señora Thatcher presidía el gobierno

A los clamores del atentado se unió una importante derrota electoral en un bastión de los conservadores: Ribble Valley, al norte de Inglaterra.

Los resultados de elecciones suplementarias en este distrito -marzo del 1991- dieron la primera señal de alarma para el partido en el poder, que recién entonces pudo medir las desastrosas consecuencias del famoso impuesto aplicado por la Thatcher y sostenido por Major.

Sin embargo, el líder conservador mantuvo su impasibilidad y se declaró seguro de los resultados favorables de una eventual elección general que aún no presentía tan cercana.

La oposición laborista -encabezada por Neil Kinnock- presentó a fines de marzo del año pasado una moción de desconfianza contra el gobierno de Major por su incapacidad de abolir la Poll Tax, a la cual el premier respondió con una promesa de inminente reducción de la inflación.

Major anunció la inmediata reducción de la Poll Tax en espera de medidas más radicales, mientras la oposición y su mismo ex ministro de Finanzas Nigel Lawson se lanzaron contra su gobierno por su incapacidad de administrar el poder.

La verdadera crisis empezó con el ataque del grupo de Bruges, presidido por la señora Thatcher, que acusó a Major de haber dudado en la política por adoptar frente al conflicto del Golfo.

En la oportunidad, según este grupo, Major no debería haber adherido al cese del fuego decidido por Washington, ya que así permitió la matanza de los kurdos de parte del régimen de Saddam Hussein.

Margaret Thatcher, por su parte, declaró no haber formado parte del grupo que redactó esta acusación, la cual sin embargo produjo no pocas grietas en la gestión de Major. En setiembre de 1991 Major es el primer jefe de gobierno occidental que visita la URSS después del intento de golpe ultraderechista de agosto, y después viaja a Pekín.

Pero las disensiones dentro del gobierno continúan, y la recesión económica -la más larga que sufre Gran Bretaña desde los años '30- siembra el descontento en la población.

Las presiones opositoras y el resquebrajamiento en el partido en el poder inducen a Major a anunciar elecciones anticipadas para el 9 de abril.

La noticia de la disolución del Parlamento -Cámara de los Comunes británica, lanzada por Major el 11 de marzo, dio el vía libre a una desenfrenada campaña electoral en la cual los laboristas parecen recuperar minuto a minuto todo el terreno perdido en trece años de poder conservador.

Las elecciones del 9 de abril serán el desafío más grande para John Major y para todo el frente conservador, para el cual esta vez parece haber llegado la hora de compartir el poder con los tradicionales adversarios laboristas.

DOC. POCO LEGIBLE

Ganó el conservadorismo con una mayoría absoluta

LONDRES, 9 (ANSA, EFE, DPA, AFP, y Reuter). — El **Partido Conservador** del primer ministro **John Major** logró la mayoría absoluta de las bancas en la Cámara de los Comunes en las elecciones celebradas hoy en el **Reino Unido**. Las proyecciones efectuadas sobre los resultados oficiales de 520 de las 651 circunscripciones electorales daban esta madrugada 330 escaños a los conservadores, 274 a los laboristas, 21 a los demócratas liberales, 5 al Partido Nacional Escocés y 21 a otros grupos menores. Para lograr la mayoría absoluta se necesitan más de 326 bancas.

El primer ministro John Major obtuvo de este modo una victoria histórica ya que nunca, desde comienzos de siglo, un partido logró cuatro mandatos consecutivos.

Los conservadores recuperaron el poder en 1979 con Margaret Thatcher y su victoria de hoy constituye una inmensa sorpresa, sobre todo porque Gran Bretaña vive la mayor recesión desde hace 40 años, con más de dos millones y medio de desocupados.

Para los laboristas de Neil Kinnock los resultados son especialmente decepcionantes ya que todos los sondeos, salvo uno, los daban como ganadores.

Las primeras proyecciones, efectuadas inmediatamente después del cierre de los comicios por la emisora BBC de Londres y la empresa encuestadora ITN, daban a los conservadores una ventaja considerable. De todos modos, todavía a dos horas del cierre de las mesas, no había coincidencia sobre la posibilidad de que alcanzaran la mayoría absoluta.

El escrutinio oficial tardó en coincidir con esta tendencia del electorado. Escrutadas las primeras 45 circunscripciones los laboristas tenían una ventaja de 31 escaños contra 12. La ventaja laborista se acentuó (63 a 39) al escrutarse las primeras 100 circunscripciones, pero posteriormente las cifras comenzaron a aproximarse: 158 a 133 (300 circunscripciones), 170 a 140 (320) y 200 a 188 (400).

Los resultados oficiales y las proyecciones coincidieron por primera vez al escrutarse 500 circunscripciones: entonces los conservadores lograban 240 escaños contra 236 de los laboristas. Al darse las cifras de 5[illegible]0 circuitos los conservadores habían ampliado la ventaja: 260 escaños contra 243. Las proyecciones sobre estas cifras dan a los conservadores 330 escaños y 274 a los laboristas.

Estas proyecciones coinciden con las últimas estimaciones de las cadenas de televisión y empresas encuestadoras. La BBC estimaba en 327 el número de bancas que obtendrían los conservadores, la ITN les otorgaba 32[illegible] y la Sky [illegible].

El Partido Laborista, pese a su nueva derrota, habría aumentado en forma considerable su caudal de votos, y los 274 escaños ya obtenidos al escrutarse 520 circuitos, le permiten aumentar su bancada respecto al Parlamento anterior, donde tenía 229.

Poco después del cierre de los comicios, dirigentes del Partido Conservador definieron los resultados como una victoria del gobierno.

Los laboristas, por su parte, se aferraron a los primeros partes oficiales y el dirigente **Tony Blair** sostuvo que los primeros resultados reflejaban el "espíritu de cambio" de los británicos. "El Partido Conservador ha perdido su mandato para gobernar", agregó.

El encargado de economía del partido, **John Smith**, afirmó por su parte que los conservadores no podrían mantener su mandato hasta la apertura del Parlamento, el próximo 6 de mayo.



El cuadro compara las últimas proyecciones conocidas anoche de las elecciones parlamentarias realizadas ayer en Gran Bretaña, con los resultados de la contienda anterior efectuada en 1987. La mayoría absoluta se logra con 326 escaños.

Triunfo amplio de los Conservadores en Inglaterra
Clarín (130824)
10/4/92

Un triunfo histórico

Tras un deslucido período preelectoral, el principal motivo de inquietud de los británicos, al volcarse hoy a las urnas para elegir un nuevo Parlamento, parecía ser la posibilidad de que ninguno de los dos partidos principales —Conservador o Laborista— lograra captar la mayoría absoluta en las urnas, [illegible] la puerta a la [illegible] política.

Ese temor, [illegible] proyecciones [illegible] sultó [illegible] [illegible] cuarto [illegible] tivo.

La flamante victoria [illegible] piración y orgullo de los [illegible] solo 19 días alcanzarán el récord de permanencia en el gobierno en el siglo XX —12 años, 11 meses y 20 días— establecido por un gobierno conservador que fue vencido por los laboristas en 1964.

Según los análisis más tempranos, los "tories" deben agradecer su repunte de último momento —los sondeos anteriores a la votación no preveían que obtuviesen la mayoría absoluta— a un cambio de opinión de [illegible] del Partido Liberal [illegible] Ashdown, por miedo a un triunfo laborista.

Los pronósticos [illegible] [illegible] final del recuento, el laborista John Smith [illegible] que le sería difícil a los conservadores mantenerse en el poder hasta la apertura de sesiones del Parlamento [illegible] de mayo.

[illegible] previos a la votación señalaban que, de obtener un resultado [illegible], aun sin mayoría absoluta en el Parlamento, Major comenzaría [illegible] [illegible] por ciento [illegible]

Se especulaba además con una alianza [illegible] para brindar su apoyo a alguno de los dos partidos mayoritarios [illegible] [illegible] laborista Neil [illegible]

[illegible] rales, lo que puede esperarse de este segundo período de gobierno de Major incluye: una ampliación de la propiedad privada, reformas para hacer más eficientes los servicios estatales de salud y educación —ítem cruciales en la agenda electoral británica—, e impuestos bajos.

En política exterior, se desalentarían nuevos compromisos sobre la unión europea, rechazando muy especialmente cualquier cambio que resulte lesivo para la soberanía británica.

El temor de los sajones a la inestabilidad se vio reflejado hoy en un inédito comentario editorial del Financial Times —el más respetado diario de finanzas británico, de posturas políticas tradicionalmente conservadoras— que exhortaba a sus lectores a votar por el laborismo.

El periódico explicó la iniciativa advirtiendo del peligro del "anquilosamiento del poder" si los conservadores se mantienen en el gobierno por un nuevo período.

El Times consideró que resultaría más perjudicial un conservadorismo debilitado que un laborismo fortalecido.

Por otro lado, una victoria laborista [illegible] fantasmas para la City financiera londinense, y [illegible] se esperaba [illegible] procederían a un incremento de los tipos de interés sobre los [illegible] bancarios e hipotecarios. [illegible] los impuestos para financiar mejores servicios sociales, y quizás el peor espectro era que la coyuntura económica obligara a una devaluación de la libra esterlina.

Estas inquietudes tuvieron también su reflejo en la prensa. El diario popular The Sun —cuya circulación es de 4 millones de ejemplares diarios— expresó de esta manera su preferencia por los "tories": "Si (Neil) Kinnock gana hoy, el último en abandonar el país por favor que apague la luz".

La revista británica The Economist adoptó una postura menos partidista, y quizás más visionaria, en su análisis preelectoral. Censuró a todos los partidos, pero especialmente a los dos mayoritarios, por no ponerse a la altura del desafío que plantea el crecimiento británico.

"Todos hablan de la recesión, aunque ésta probablemente ya se haya terminado, con lo cual ignoran las lecciones del pasado y del futuro. El resultado es que muy pocos británicos entienden lo que hay que hacer para crear una tierra de oportunidades, ni que hablar de gloria", afirma la revista.

"El quid de esta creación yace en la economía, y la elección de creador comienza con la elección entre conservadores y laboristas", concluye.

Fabiana Pandevila [illegible]

01-01

9203949.

Euforia conservadora

La euforia conservadora por el triunfo del primer ministro John *Major* y el logro de la mayoría absoluta parlamentaria en las elecciones generales realizadas el jueves se vio empañada por dos atentados del Ejército Republicano Irlandés (IRA) en el corazón financiero de Londres. El primero mató a 2 personas e hirió a 80. El segundo ocurrió tres horas después. Al evaluar el resultado de los comicios, *Major* se manifestó sorprendido por la magnitud de su triunfo. El líder laborista Neil Kinnock, quien sufrió una humillante derrota, anunciará el lunes cuál será su futuro político.

Agencia Reuter



El primer ministro británico, cuyo partido conservador triunfó en las elecciones parlamentarias, saluda a sus partidarios al salir ayer del 10 de Downing Street.

LONDRES, 10 (AFP, Reuter y EFE). — **John Major** volvió este viernes al 10 de Downing Street, residencia del primer ministro británico, ostensiblemente sorprendido por la magnitud de su propia victoria en las elecciones del jueves, en las que obtuvo resultados similares a los de **Margaret Thatcher** hace cinco años.

En la Bolsa de Londres, al promediar la sesión, en un signo de euforia los valores se dispararon tras la victoria absoluta e inesperada de los conservadores en momentos en que el país atraviesa la más larga recesión económica desde hace 50 años.

A las 11.45 GMT, el índice **Footsie de los cien principales valores** tuvo un salto de 135 puntos (5,5 por ciento) a 2.570,9. Mientras que el índice **Footsie selectivo de 30 valores** subió 108,3 puntos a 1.994,0 puntos.

El líder laborista **Neil Kinnock** se reunió hoy con sus correligionarios para **examinar la humillante** derrota sufrida contra todo pronóstico. En un comunicado Kinnock anunció que hablará de su futuro personal el lunes, lo que en círculos bien informados fue interpretado como un presagio de su dimisión. (Véase aparte.)

Los cómputos finales por la totalidad de 651 bancas en la Cámara de los Comunes dieron a los conserva- [illegible]

EN LA CUNA DEL LIBERALISMO

Impacto de un modelo duro

Puede debatirse si la victoria conservadora en las elecciones generales británicas de ayer debe leerse como un gesto de aprobación para el primer ministro John Major o más bien como una mueca de desconfianza para los desorientados laboristas. Pero, visto en términos del impacto internacional de los resultados, el mensaje es claro y contundente: el rumbo liberal que se impone en la mayor parte del mundo continúa virtualmente indisputado en su lugar de origen.

El resultado de las elecciones británicas tiene otra faceta de interés para el mundo europeo, e indirectamente para el mundo entero.

Las elecciones celebradas recientemente en **Italia, Alemania y Francia** fueron tres eslabones en una nueva y curiosa tendencia: partidos entronizados en el poder desde hace largo tiempo resultaron **desplazados por agrupaciones menores.**

Para alivio del presidente norteamericano **George Bush**, quien en noviembre enfrentará también el insobornable juicio de las urnas, Major sentó un precedente en favor del poder de permanencia. No solo conquistó un cuarto mandato consecutivo para su partido: lo logró en medio de una tremebunda recesión.

Las implicancias para Europa tienen además una arista regional: en junio próximo, Gran Bretaña **asume** la presidencia rotativa de la Comunidad Económica Europea (CEE). *Las políticas conservadoras de Major tendrán* por lo tanto un **impacto multiplicado**, ya que —con el giro a la derecha evidenciado en varias elecciones, y su propio mandato fortalecido por la reelección de aprovechar al máximo su liderazgo.

Tampoco puede soslayarse la trascendencia de la derrota laborista. El intento de Neil Kinnock de diseñar un nuevo perfil para el principal partido opositor no pasó de la adopción mecánica de muletillas conservadoras, y de una sobriedad de topo dirigida a esfumar los fantasmas de su pasado "rojo".

Los medios de prensa se burlaban de los esfuerzos de Kinnock, destacando la **"expresión ministerial"** que en todo momento ostentaba el candidato desde su limusina negra.

Lo único que logró este pretendido **aggiornamento** fue confundir a los tradicionales seguidores del partido, al postularse como una **versión "soft" del conservadorismo**, con poco atractivo propio.

Algunos cambios estéticos en el programa laborista: **"nacionalización"** pasó a llamarse **"participación social"**; se mantuvo la oposición a los armamentos nucleares, pero el reclamo por la destrucción de los stocks de armas desapareció discretamente de la agenda; algunos de los planes privatistas de los conservadores —que en el pasado fueron motivo de furibundo repudio— repentinamente se volvieron aceptables.

La euforia de la Bolsa y la "City" financiera londinense ante el triunfo conservador refleja el profundo temor que despertaba entre los británicos la perspectiva de entregar el manejo de su atribulada economía a un partido con tan pocas credenciales en esa área. Tan profundo, que muchos ni osaron votar a los liberales demócratas, para garantizar la estabilidad tan cara al espíritu británico.

Fabiana Fondevila

y crisis en el laborismo

RESULTADOS FINALES OFICIALES

Partido	Escaños	Ganan	Pierden	% de votos
Conservadores	336	–	40	42,3
Laboristas	271	42	–	34,7
Liberales demócratas	20	–	2	18
Otros	24	2	–	4,9

Participación electoral: 77,8 por ciento.

dedicará a sacar a Gran Bretaña de la recesión.

"Ahora contamos con una mayoría categórica. Estaré vigente por todo un período parlamentario, y comenzaremos a trabajar de inmediato", dijo.

"¡Qué bueno que es estar de nuevo en funciones!", declaró, antes de abocarse a la tarea de designar un nuevo gabinete.

La victoria brindó a Major la posibilidad de salir de su antigua postura, eclipsada por la figura de Thatcher, su antecesora, y formar su propio gobierno.

"Major emerge de esto con su autoridad notablemente reafirmada. Hoy [illegible] formar un nuevo gobierno a su entero gusto con absoluta autoridad", señaló el ministro Michael Portillo en una entrevista televisiva.

Durante sus 16 meses de mandato Major abandonó la política más agresiva de Thatcher, eliminó un impuesto altamente impopular y transformó la belicosa postura de la ex primera ministra hacia la Comunidad Europea en un estilo de [illegible] tradicional.

Al asumir el primer ministro heredó el gabinete prácticamente intacto de su predecesora y se vio obligado por su [illegible] y por presiones [illegible] mantener gran parte del programa de sus turbulentos once años en el poder.

Margaret Thatcher, que volvía de una gira por los Estados Unidos, afirmó que el resultado de la votación era una victoria de los británicos "que rechazaron el socialismo".

Los círculos económicos y financieros del Reino Unido coincidieron en afirmar hoy que la victoria de John Major es una "muy buena noticia" y que supone el "mejor resultado posible para el país y para la economía".

Este optimismo es compartido, entre otros, por expertos como John Shepperd, jefe del gabinete de estudios del Banco SG Warburg, quien señaló que los resultados de estas elecciones aportarán una mayor confianza a los consumidores.

La "City" londinense (centro financiero) temía que un eventual gobierno laborista arbitrara medidas de control sobre su funcionamiento.

El renovado primer ministro [illegible]

02-02

9203950

Major: hacia una "sociedad sin clases"

LONDRES, 11 (Reuter). — El primer ministro británico, **John Major**, reveló hoy la integración de su nuevo gabinete, en el que combina experiencia con caras nuevas para llevar a cabo su proyecto de una "sociedad sin clases".

Major, cuyo **Partido Conservador** desafió las predicciones de los expertos y una profunda recesión y ganó un cuarto periodo consecutivo de gobierno en las elecciones generales que se realizaron el jueves, mantuvo a **Douglas Hurd** en la Cancillería y a **Norman Lamont** al frente del Ministerio de Finanzas.

También puso a **Michael Heseltine**, quien habría sido su principal contrincante en la carrera por la jefatura del partido de haber perdido las elecciones, al frente de un Departamento de Industria y Comercio más amplio.

Major instaló a ministros jóvenes en áreas tan importantes como Salud y Educación, en las que la gestión conservadora fue blanco del ataque laborista durante la campaña electoral.

Virginia Bottomley, de 44 años, fue promovida al Ministerio de Salud para supervisar la realización de polémicas reformas que inyectarían capitales privados al Servicio Nacional de Salud estatal.

John Patten, de 46 años, hasta ahora funcionario del Ministerio del Interior, se convirtió en ministro de Educación. Muchos padres y maestros británicos se habían sentido confundidos ante las reformas de la última década sobre el número de exámenes y la concentración de la educación en las materias básicas.

Major, quien había recibido críticas por no incluir ninguna mujer en su primer gabinete cuando sucedió a Margaret Thatcher hace 18 meses, agregó a **Gillian Shephard**, de 41 años, hasta ahora funcionaria del Ministerio de Finanzas, como ministro de Empleo.

Remplazó a **Tom King** al frente del Ministerio de Defensa por **Malcom Rifkind**, que había estado a cargo del área de Transporte.

Solo cuatro ministros salieron del gabinete, entre ellos el presidente del Partido Conservador, **Chris Patten**, que perdió su banca parlamentaria en las elecciones.

Major no aprovechó la oportunidad [illegible] romper con la era de Thatcher. Había afirmado [illegible] continuaría con su legado en cuanto a la economía de libre mercado, pero prometió que habría un nuevo estilo destinado a unir lo que la ex primer ministra había [illegible]

"Soy el primer ministro de [illegible] para todos, para los que me votaron y los q[illegible] algo que no voy a olvidar nunca [illegible] al número 10 de la calle Downing [illegible]

Un alto funcionario declaró [illegible] el gabinete de John Major. Es la [illegible] que tiene de poner su propio sello [illegible] ra vez había tenido algunas limit[illegible]

"Es un equipo de la década [illegible] en un corazón eficiente y experimen[illegible]

El cargo de ministro del Int[illegible] Clarke, que había estado en la [illegible] reformas que había introducido [illegible] cuando integraba el gabinete [illegible] gobierno de Thatcher.

Sucedió a **Kenneth Baker**, [illegible] sobrevivientes del Partido Co[illegible] blanco de las críticas debido a [illegible] ciales, a las fugas que hubo en [illegible] de la delincuencia en los [illegible]

D-1

fichaje

★ Buenos Aires, martes 14 de abril de 1992

CRISIS EN EL LABORISMO BRITANICO

Kinnock resignó su liderazgo

LONDRES, 13 (Reuter). — **Neil Kinnock** renunció hoy como líder del Partido Laborista británico, acusando a diarios derechistas de haberlo privado de la victoria contra el gobierno conservador en la elección de la semana pasada.

Kinnock, quien se convirtió en jefe de la oposición en 1983, dijo a los periodistas que concretará su dimisión tan pronto los laboristas puedan elegir a un nuevo conductor, lo que, según se estima, podría ocurrir a fines de junio.

El segundo de Kinnock, **Roy Hattersley**, también dimitiría después de haber perdido los laboristas su cuarta elección consecutiva frente a los conservadores, la segunda derrota teniendo a Kinnock, de 50 años de edad e hijo de un minero del carbón, como caudillo.

Kinnock, con su esposa, Glenys, maestra de escuela, y colaboradores a punto de prorrumpir en llanto, explicó que había decidido renunciar por el bien del partido e instó a sus correligionarios a escoger prontamente un nuevo jefe.

Exhortó hoy a los simpatizantes laboristas a hacer caso omiso de la cobertura periodística británica de la elección interna que la agrupación debe sostener para remplazarlo y que ya está siendo presentada como un proceso que puede escindir al partido.

"Solo tengo un consejo para el movimiento laborista a todos los niveles: **haced caso omiso y no creáis a la prensa y los noticieros cuando informan sobre estos acontecimientos**", manifestó.

Se estima que el martes anunciará su candidatura a suceder a Kinnock el portavoz en materia de Finanzas **John Smith**, de 53 años, un sagaz pragmático escocés.

También es probable que el intelectual del partido y vocero en cuestiones ambientales **Bryan Gould**, nacido hace 53 años en Nueva Zelanda, presente su candidatura, indicaron fuentes del partido.

Dirigentes sindicales, que aún financian a los laboristas y ejercen influencia en el partido, a pesar de la forma como dejó de lado gran parte de su anterior ideología decididamente izquierdista, se alinean tras Smith, lo que resta posibilidades de triunfo a Gould.

Kinnock indicó que seguirá en el Parlamento y espera seguir integrando el comité ejecutivo nacional que gobierna el partido. Se estima que el comité se reunirá el martes para determinar el cronograma para que un colegio electoral especial designe al nuevo dirigente máximo.

Los laboristas quedaron traumatizados la semana pasada cuando el gobierno conservador, contra todos los pronósticos y vaticinios de los analistas, logró mayoría absoluta en el Parlamento.

Los conservadores ejercen el poder desde que **Margaret Thatcher** desplazó al último gobierno laborista en 1979. Hay dudas entre los políticos en cuanto a si los actualmente gobernantes podrán algún día ser desplazados a su vez a menos que los laboristas forjen un pacto con un partido opositor más pequeño, los demócratas liberales.

Kinnock indicó que habrá mucho tiempo para estudiar las razones de la nueva derrota laborista.

"No pido excusas y no expreso amargura cuando digo que la prensa que apoya a los conservadores permitió que el partido tory (conservadores) volviera a vencer cuando el Partido Conservador no podría haber obtenido una victoria por sí solo sobre la base de su gestión, su programa y su carácter", destacó Kinnock.

El diario británico de mayor circulación, **The Sun**, que imprime 3,6 millones de ejemplares, respaldó decididamente a los conservadores con un titular que el día de la elección decía: "**Si Kinnock gana hoy, el último que se vaya de Gran Bretaña, por favor que apague la luz**".

El **Daily Mail** y el **Daily Express** también respaldaron al partido de gobierno pero otro periódico de gran circulación, el **Daily Mirror**, hizo campaña abierta por los laboristas.

Hattersley indicó recientemente que siete diarios de circulación nacional con una tirada total combinada de 10 millones de ejemplares apoyan a los conservadores, mientras que dos, con una circulación de 3,5 millones, respaldan a los laboristas.

Kinnock no dio a entender que suponga que tiene alguna responsabilidad personal por la última derrota.

Afirmó que el gobierno conservador del primer ministro **John Major** "no podrá reparar las injusticias de la sociedad británica".

"Lo que me apena es que millones, particularmente los que no tienen fuerza para defenderse, sufrirán debido a la elección de otro gobierno conservador", declaró.

El líder laborista pasará a la historia como el artífice de la renovación del movimiento

Renunció Kinnock: "Tuve mala prensa"

● ***La dimisión entrará en vigor cuando se elija al sustituto, proponiendo él mismo la segunda mitad de junio para hacerlo***

El presidente del Partido Laborista Neil Kinnock anunció ayer su renuncia después de la derrota de su partido en las elecciones generales la semana pasada ante los conservadores en el gobierno. El anuncio de Kinnock, cuatro días después de la victoria de los conservadores, abrió el camino para una contienda dentro del Partido Laborista, que no ha controlado el poder desde 1979. "No buscaré una reelección como presidente del Partido Laborista", dijo Kinnock en una conferencia de prensa.

Londres (UPI)

El Kinnock, quien llevó a su partido a dos derrotas electorales desde que se convirtió en su presidente en 1983, dijo que se debe elegir un nuevo jefe de partido tan pronto como sea posible.

"Con el fin de asegurar que el nuevo liderazgo sea elegido sin retraso, propondré mañana (hoy) ante el comité ejecutivo nacional especial que las elecciones sean tan pronto como lo permita el organismo".

Kinnock, quien seguirá siendo miembro del Parlamento, dijo que las elecciones se realizarán la segunda quincena de junio.

El vocero del Tesoro del partido, John Smith, y el del medio ambiente, Brian Gould, tienen la tarea de buscar al próximo candidato para presidir el partido.

Kinnock dijo que su asistente, Roy Hattersley, también renuncia.

Kinnock, de 50 años, fue designado para reformar el partido laborista después su derrota desastrosa de 1983 ante la ex primera ministra Margaret Thatcher mediante la eliminación de sus opositores radicales.



Pocos líderes políticos mostraron una transformación radical como Neil Kinnock. Será difícil para él encontrar un cargo importante. La tradición quiere que los dimisionarios o depuestos pasen a la historia. (Telefoto de AFP)

En las elecciones del jueves, Major se consolidó como la opción favorita de los electores para primer ministro en los próximos cinco años. Major, de 49 años, reemplazó en noviembre de 1990 a Margaret Thatcher después de una lucha por el poder dentro del partido.

El partido conservador obtuvo una inesperada mayoría parlamentaria con 336 escaños, mientras que el Partido Laborista obtuvo 271 escaños en la casa de los comunes, de 651.

La victoria concedió a los conservadores otro cuarto período en el poder, un lapso jamás igualado desde la era napoleónica.

El líder del Partido Laborista británico (PL), Neil Kinnock, anunció ayer su renuncia, después de la cuarta derrota consecutiva del PL en las elecciones británicas, culpando de su último fracaso al apoyo masivo de la prensa pro Tory al Partido Conservador (PC).

Al anunciar su renuncia en su oficina de la Cámara de los Comunes, Kinnock acusó a la prensa favorable a los conservadores de "mala información y desinformación", que a su entender llevó al partido a una victoria que no hubiera logrado "gracias a sus logros, su programa o su carácter".

Hace apenas una semana, Kinnock, de 50 años, se mostraba confiado en que el PL pondría fin a los 13 años de gobierno Tory, pero los conservadores volvieron al poder aunque con una mayoría reducida.

Fue la cuarta elección consecutiva ganada por el PC y la segunda vez que Kinnock, quien tomó el control del partido en 1983, llevó a los laboristas a la derrota.

John Smith, el vocero económico de 53 años, se encuentra en primer lugar de la lista para reemplazarlo en el liderazgo del partido, aunque algunas figuras importantes del mismo se quejaron de que son objeto de presiones para escoger a Smith antes de estudiar la causa profunda de su pérdida.

Kinnock afirmó que desea que la elección de los líderes tenga lugar lo antes posible, proponiendo la segunda mitad de junio para hacerlo. Agregó que su renuncia y la de su adjunto, Roy Hattersley, entrará en vigor luego de la elección de un nuevo líder y de su vice.

Luego, en un violento ataque contra la prensa, sostuvo que "no presentó ni buscó excusas y no expresó amargura cuando digo que la prensa que apoya a los conservadores permitió que el Partido Tory ganase nuevamente cuando el Partido Conservador no podría haber logrado la victoria por sí mismo sobre la base de sus logros, su programa o su carácter".

Se refirió específicamente al tabloide de venta masiva Sun, al Daily Express y al Daily Mail. El jueves pasado, día de las elecciones, el Sun, que vende unos 3.5 millones de ejemplares diarios, publicó editoriales contra Kinnock en primera página.

Junto a un fotomontaje de la cabeza de Kinnock dentro de un bombillo, decía: "Si Kinnock gana hoy, que la última persona que salga de Gran Bretaña apague la luz".

La "Dama de Hierro" reapareció ayer en el ruedo político negando representatividad al premier John Major. Un puesto de diarios londinense (derecha), muestra un sugestivo título: "Furia en los 'tories'".





El canciller británico, Douglas Hurd, salió ayer en defensa del primer ministro John Major, quien fue objeto de duras críticas por parte de su antecesora, Margaret Thatcher, en un artículo publicado por la revista norteamericana "Newsweek". A la afirmación de Thatcher de que no existe un "majorismo" que haya remplazado al "thatcherismo", Hurd respondió que el propio primer ministro ha descartado la existencia de una orientación política que difiera de la anterior. Las declaraciones de Thatcher causaron una aguda polémica en Londres, pero no preocuparon a los dirigentes conservadores.

Thatcher vuelve a la carga

La ex primera ministra británica Margaret Thatcher volvió ayer a causar revuelo en Londres, al publicar la revista norteamericana Newsweek declaraciones suyas fuertemente críticas hacia su sucesor en el cargo, John Major.

En sus declaraciones al semanario, la "Dama de Hierro" descartó que el "thatcherismo" —que llegó con ella al poder en 1979 y dominó la política británica por más de una década— haya cedido su lugar al "majorismo". Pero sus afirmaciones fueron aún más lejos: rechazó la idea de que, luego de su histórico triunfo electoral, Major "solo responda a sí mismo".

Thatcher subrayó la idea al sostener que el actual primer ministro heredó los logros acumulados por ella durante sus once años en el gobierno, que "cambiaron fundamentalmente a Gran Bretaña".

Las declaraciones de Margaret Thatcher pueden parecer extrañas a la luz de su activa participación en la campaña conservadora, que culminó el 9 de este mes con la nueva elección de Major como primer ministro.

Pero no lo es tanto si se tiene en cuenta que las mismas están dirigidas, no sólo contra Major, sino también contra su principal enemigo: Michael Heseltine. Flamante ministro de Industria y Comercio, Heseltine es el principal responsable del ocaso político de la ex primera ministra.

Fueron los cuestionamientos de Heseltine al liderazgo político de Thatcher los que determinaron su renuente alejamiento del cargo en noviembre de 1990.

En el artículo publicado por Newsweek, Thatcher fue especialmente enfática en sus advertencias contra el intervencionismo estatal y contra la creencia de que el gobierno puede guiar el curso de la actividad industrial. Destacó también que "el thatcherismo vivirá" porque "tuvo el coraje de restaurar los grandes principios y llevarlos a la práctica".

El secretario privado de Heseltine, William Powell, fue uno de los pocos en formular comentarios: las declaraciones de Thatcher "apestan a triunfalismo", opinó.

El ministro de Asuntos Exteriores británico, Douglas Hurd, fue bastante más circunspecto. Se limitó a señalar que el mismo Major ya ha afirmado que no existe algo llamado "majorismo".

Hurd subrayó que "el señor Major está imprimiendo su propio sello al futuro curso del gobierno", pero se mostró enfático al agregar que "la señora Thatcher desempeñó un papel fundamental en la campaña electoral, y seguirá desempeñando un papel fundamental en la vida futura del gobierno".

Ni Major ni Thatcher hicieron comentarios acerca de la polémica desatada al salir Newsweek a la venta.

♦ **Psicosis**

El biógrafo de Thatcher, Hugo Young, opinó que la ex primera ministra no se ha logrado reponer de la "traición" de noviembre de 1990, cuando fue virtualmente obligada a renunciar al cargo por su propio partido y remplazada por Major.

"Aún está sumida en una profunda psicosis", dijo Young, aclarando que Thatcher no tolera que se la considere una figura "pasada de moda", y que esa frustración es la que impulsa su ensañamiento con Major, su victorioso remplazante.

Los aún numerosos admiradores de la "Dama de Hierro" se mostraron preocupados por las [illegible] repercusiones que tendrían las declaraciones [illegible] propia reputación.

La preocupación se extendió [illegible] vadores en general, que se [illegible] para no fomentar divisiones [illegible]

Pero aún estimando que Thatcher [illegible] presando sus controvertidas opiniones en el [illegible] altos funcionarios del gobierno parecían [illegible] pados por los [illegible] que "Major ha [illegible] imponer su visión al gobierno [illegible] este dure.

No obstante, el diario británico [illegible] señala hoy en su comentario [illegible] ciones de Thatcher causaron [illegible] cialmente porque "no fueron extraídas de [illegible] vista" sino escritas por ella en un artículo [illegible]

[illegible]

Aún sin comprender los motivos de su derrota

El laborismo británico, vapuleado en las urnas, busca nuevo líder

Sam Ward fue el único en predecir los resultados de las elecciones británicas. Ward, un pastelero dueño de un frecuentado comercio de Manchester, confeccionó dulces con los colores distintivos de los dos grandes partidos británicos —conservadores y laboristas— y a diario anotó sus ventas. Comprobó que los conservadores eran más golosos, o que contrariamente a todas las predicciones, ganarían las elecciones.

Ni las grandes empresas encuestadoras, ni los laboristas, ni siquiera los propios conservadores previeron que los "tories" ganarían las elecciones con una mayoría absoluta.

El líder laborista Neil Kinnock estaba seguro que sería el nuevo morador de 10 Downing Street. Los sondeos le aseguraban que su partido volvería al poder, perdido en 1979, cuando ganó Margaret Thatcher. Kinnock asumió la jefatura del "labour" en 1983, en pleno thatcherismo, y logró remodelar al partido, desistiendo de todo izquierdismo agresivo y dándole un semblante socialdemócrata moderno.

Kinnock logró convencer a sus correligionarios de que era necesario renunciar a todo dogmatismo y a propuestas tan ineficaces como la de un desarme unilateral, retirada de la Comunidad Económica Europea, o la nacionalización sistemática de las grandes empresas. Asimismo, logró reducir la influencia de los sindicatos en el partido, y excluir al ala ultraizquierdista, acusada de pertenecer al movimiento trotskista Militant.

El abandono de la tradición izquierdista del laborismo llevó a que los analistas políticos dijeran que había "vendido su alma al diablo por su sed de poder". No obstante, el laborismo deberá estar otros cinco años en la selva política.

Los laboristas tenían la convicción de que su campaña era más atractiva que el deslucido llamamiento de un gobierno conservador exhausto luego de trece años en el poder, y consideraba que su mensaje de justicia social tenía todas las posibilidades de ganar.

Si embargo, pese a los 18 meses de recesión, desempleo, y del escándalo que representa un gran número de personas que carece de vivienda y duerme en las calles, los votantes británicos no castigaron a los conservadores.

Los tories de John Major obtuvieron 336 escaños de los 651 de la Cámara de los Comunes, lo que les otorga una mayoría absoluta de 10 diputados. Los laboristas, por su parte, se alzaron con 271 bancas, en tanto los demócratas liberales de Paddy Ashdown —que tenía la esperanza de oficiar como fiel de balanza en un nuevo parlamento sin mayoría absoluta— lograron 20 diputados.

El liderazgo y los cambios que Kinnock pudo imponer en su partido lograron sacar al labour de un profundo pozo. Ahora, tras la derrota electoral, Kinnock renunciará al liderazgo. Permanecerá a la cabeza solo hasta que se elijan nuevas autoridades, probablemente en junio.

Ken Livingstone, integrante del ala izquierda del labour, opinó que su partido había sido derrotado porque había perdido contacto con las capas medias de la sociedad al abandonar su tradición socialista.

Muchos analistas consideran que las elecciones internas a celebrarse en el laborismo podrían llevar a una escisión del partido.

Por ahora los candidatos serían el portavoz en materia de finanzas, John Smith, un sagaz pragmático escocés de 53 años y el neocelandés Brian Gould, también de 53 años, vocero en cuestiones ambientales del laborismo.

Muchas figuras importantes del partido se han quejado de ser objeto de presiones para escoger a Smith como sucesor de Kinnock antes de estudiar profundamente la causa de su pérdida.

En estos últimos años Kinnock fue el alma y la voz del laborismo. Su alejamiento del liderazgo del partido podría desencadenar luchas intestinas por el control del mismo, y tal vez resurjan los viejos vicios que prácticamente lo llevaron a la desintegración antes de que Kinnock tomara las riendas y lo encaminara en una nueva senda. (En base a información de nuestras agencias).

La ONU impuso al régimen de Kadafi un bloqueo aéreo y militar por terrorismo

El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas estaría en condiciones de utilizar la fuerza militar si el régimen libio de Muamar Kadafi no cumple con las resoluciones, tal como ocurrió con Saddam Hussein luego de las sanciones impuestas en 1990 que desembocaron en la guerra del Golfo. El Consejo aprobó ayer un embargo aéreo y militar contra Libia, acusada de participar en dos atentados contra aviones comerciales. Kadafi pidió ayer a los jefes de Estado árabes que abandonen la ONU

Agencia Reuter



NACIONES UNIDAS, 31 (EFE, ANSA, Reuter, AP y AFP). — El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas aprobó hoy un embargo aéreo y militar y sanciones diplomáticas contra Libia por negarse a entregar a los presuntos culpables de los atentados terroristas que sufrieron dos aviones comerciales en Escocia, en 1988, y en Níger (Africa), en 1989.

Las sanciones entrarán en vigencia a partir del 15 de abril y se producen 5 meses después que Libia fue acusada de estar implicada en las acciones terroristas contra el avión de Pan Am en Lockerbie (Escocia), en diciembre de 1988, que produjo 270 muertos. También se responsabilizó al régimen encabezado por el coronel Muamar Kadafi por el atentado contra el avión de la empresa francesa UTA, en Níger, en el que murieron 170 personas.

La resolución 748, adoptada por 10 votos a favor y cinco abstenciones, prohíbe los vuelos comerciales desde y hacia Libia, a menos de que se trate de un viaje con fines humanitarios, para lo cual deberá contar con la autorización de una comisión especial. Prohíbe también que se le preste servicio técnico y mantenimiento a las aeronaves de bandera libia y que las compañías internacionales sobrevuelen su espacio aéreo.

En el artículo cinco, el texto establece el embargo sobre toda venta de armamentos y el retiro de los consejeros militares con sede en Trípoli, capital del país, al tiempo que solicita que no se entreguen licencias para fabricar cualquier tipo de armas de guerra.

Además pidió al gobierno libio que se comprometa a "cesar de manera definitiva toda forma de acción terrorista y toda asistencia a grupos que promuevan el terrorismo. Estas medidas, dijo el Consejo, "deben traducirse en actos concretos", cuya validez será evaluada por la comisión especial.

Por último solicitó a los países miembros de la ONU que reduzcan de "manera significativa" las representaciones diplomáticas libias en el extranjero y restrinjan el desplazamiento de los diplomáticos autorizados a quedarse, con excepción de quienes trabajen para los organismos internacionales.

La votación, que contó con el apoyo de Francia, Gran Bretaña, Rusia y los Estados Unidos como miembros permanentes del Consejo de Seguridad (el otro, China, se abstuvo), se produjo horas despues que el gobierno británico asegurara que Libia estaba impidiendo la salida del país a los extranjeros, lo que fue negado por el régimen de Kadafi.

Libia es el quinto estado miembro de las Naciones Unidas, desde su creación en 1945, que es sometido a un embargo dispuesto por el Consejo de Seguridad, por no haber acatado alguna de sus decisiones. El Consejo es el único que puede revocar el embargo con el voto afirmativo de 9 de sus 15 miembros. Sudáfrica, Irak, Yugoslavia y Somalía fueron sometidos a distintos [illegible] desde el económico, al militar.

Las sanciones entrañan la amenaza [illegible] fuerza militar en caso de que el régimen [illegible] cumpla con ellas. Las sanciones [illegible] de Irak, encabezado por Saddam Hussein, en 1990 y que desembocaron en la guerra [illegible] invasión iraquí a Kuwait, abren un [illegible] de los pasos que seguirá el Consejo de Seg[illegible] de que el líder libio decida no acatar la [illegible]

Poco antes de conocerse las sanciones [illegible] un mensaje a los jefes de Estado de los [illegible] el cual les pidió que se retiren de la ONU [illegible] sancionado. En la carta, publicada por [illegible] poli, aseguraba que su gobierno nunca [illegible] que sean juzgados los seis acusados por [illegible]

El líder libio pide hablar con B[illegible]

EL CAIRO, 31 (EFE, Reuter y UPI). — El líder libio, Muamar Kadafi, ofreció hoy reunirse en los Estados Unidos con el presidente norteamericano, George Bush, para discutir sobre el atentado contra un avión de Pan Am, que se estrelló cerca de Lockerbie, Escocia, en un intento por evitar la implementación de las sanciones comerciales y diplomáticas dispuestas por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (véase crónica).

"Estoy dispuesto a ir a los EE.UU. y reunirme con Bush para explicarle la posición de mi país con respecto al atentado", dijo Kadafi en declaraciones al diario Al-Ittihad. Agregó que tenía en su poder "un informe objetivo preparado por ex agentes de la Agencia Central de Inteligencia (CIA) que absuelve claramente a Libia de cualquier responsabilidad en el accidente del avión".

En la entrevista, el líder libio señaló que está preparado para entregar ese informe al presidente norteamericano, al tiempo que negó que su país haya fabricado armas nucleares. "Libia no pretende cometer una estupidez al invertir sus ingresos en la fabricación de armas atómicas. Al contrario, nuestras divisas son utilizadas para el desarrollo agrícola y la lucha contra el desierto", agregó.

Las declaraciones del líder libio fueron vistas como un intento por frenar las sanciones diplomáticas que el Consejo impuso a su país. Los miembros del organismo tenían programado reunirse el lunes, pero la reunión fue postergada por 24 horas atendiendo un pedido del presidente de Egipto, Hosni Mubarak.

La disposición [illegible] dafi de viajar a [illegible] EE.UU. [illegible] ciente pro[illegible] las consecu[illegible] micas y [illegible] embargo [illegible] ra Libia. [illegible] nes [illegible] ricanos [illegible] Trípoli [illegible] agentes de [illegible] libios fueron [illegible] por colocar [illegible] en una discoteca [illegible] lín frecuentada por [illegible] dados estadounidenses.

Los 21 [illegible] de la Liga [illegible] maron hoy que [illegible] fracasado en su [illegible] para mediar en el conflicto que enfrenta [illegible] bia con las potencias occidentales. "Libia [illegible] firme en su determinación de no entregar a los seis acusados", señaló el diplomático.

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

ESTADO MAYOR PERSONAL (NARCOTRAFICO)

MEMORANDUM N°02/91

INVESTIGACIONES POR ACTIVIDADES DE NARCOTRAFICO EN LA REPUBLICA ARGENTINA.

CONTENIDO

I. INTRODUCCION

La opinión pública argentina y sus altos círculos oficiales vienen siendo conmovidos por las revelaciones sobre narcocorrupción que involucran a funcionarios jerárquicos de la administración anterior y actual, incluyendo a varios familiares políticos del Presidente MENEM y personas de su amistad. Las investigaciones que están realizando (ADUANA DE EZEIZA y "YOMAGATE") señalan a URUGUAY como plaza para una de las fases del lavado de narcodólares. este Memorándum tiene como propósito ofrecer una síntesis de las revelaciones hechas hasta el presente, particularmente en lo que tiene que ver con nuestro país. Cabe destacar que las investigaciones no han finalizado, y que dichas revelaciones por el momento constituyen "presunciones".

II. ADUANA DE EZEIZA

1. Orígen de la Investigación

El 13/12/90 muere el ex-Director de Aduanas Brig. (R) Rodolfo Echegoyen en circunstancia calificada como suicidio. Sus hijos denuncian que Echegoyen fue asesinado porque investigaba irregularidades en la Aduana de Ezeiza, que incluían actividades de narcotráfico, motivando la reapertura de la causa y una investigación sobre dicha Aduana que cubrió el segundo semestre de 1988.

2. Resultados de la Investigación

Se constataron varias y diversas irregularidades que motivaron la inmediata detención del Interventor de Aduanas , durante el gobierno de Alfonsín, Juan Carlos Delconte, y el desglose de las actuaciones: una parte a la Justicia Penal Económica y, todo lo relativo al narcotráfico, a cargo del Juez Federal Alberto Piotti. También está haciendo investigaciones el Vicepresidente de la Comisión de Legislación Penal de la Cámara de Diputados, el Dr. Franco Caviglia. La posible existencia de un "holding" de empresas mixtas y privadas bajo el control de una persona, han levantado sospechas del montaje de un "circuito perfecto" para actividades del narcotráfico y, particularmente, en lo atinente -

al lavado de narcodólares. No obstante, en las inspecciones realizadas no se halló ni drogas ni dinero.

3. El "holding" de Empresas

En efecto, se atribuye al ciudadano argentino Alfredo Enrique Nallib Yabrán tener el control, entre otras, de las siguientes empresas:

- OCASA. Permisaria de ENCOTEL para transporte de documentación bancaria y caudales, y todos los servicios pre-post aéreos para ENCOTEL en todo el país. Tiene filiales en Perú, Brasil y EE.UU.

- INTERCARGO. Empresa mixta con la Fuerza Aérea Argentina (FAA), para el servicio de rampas de EZEIZA.

- EDCADASSA. Empresa mixta con la FAA, que tiene a su cargo los depósitos fiscales de la Aduana de Ezeiza. (40% FAA,60% Privado)

- TRANSBANK. Empresa subsidiaria de JUNCADELLA, cuyo accionista mayoritario es el CITIBANK, dedicada al transporte de documentación bancaria y caudales.

4. El Circuito de los Narcodólares

El efectivo obtenido en la venta de drogas es tranportado de los EE.UU. a la Argentina por OCASA. En Ezeiza, INTERCARGO recibe esos bultos y van a depósito en EDCADASSA de donde son retirados y transportados por TRANSBANK. Una parte de ese dinero sería posteriormente remitido al URUGUAY.

III. "YOMAGATE"

1. Orígen de la Investigación

Las revelaciones hechas en España por el narcotraficante "arrepentido" Andrés Ignacio Cruz Iglesias (a) "Andy", motivaron la apertura de una causa en Buenos Aires a cargo de la Juez Federal María Servini de Cubría. Las imputaciones de ANDY fueron:

- MARIO ANELLO (amigo del hijo del Pte. MENEM): Jefe de la red internacional dedicada al tráfico de cocaína y lavado de narcodólares.

- RAMON PUENTES (detenido en Maldonado): Encargado de las Finanzas y blanqueo de dinero.

- MARIO CASERTA (Secretario de Estado para Asuntos Hídricos y amigo personal del Pte. MENEM): Reclutador de los YOMA como - "correo" para transporte de dólares de los EE.UU. a Buenos Aires.

- AMIRA YOMA(Directora de Audiencias del Pte. MENEM y cuñada del mismo): "Correo".

- KARIM YOMA (Ex-Secretario de Asuntos Especiales del Ministerio de Relaciones Exteriores y cuñado de MENEM): "Correo".

IBRAHIM AL IBRAHIM (Asesor de Aduanas del Aeropuerto de EZEIZA y ex-esposo de AMIRA YOMA): Autorizaba la entrada de maletas con dinero, sin control aduanero.

-ANDRES CRUZ IGLESIAS: Blanqueo de dinero en España.

2. Resultados de la Investigación

- Mario Caserta e Ibrahim al Ibrahim son procesados. Amira Yoma solicita licencia a su cargo y Karim Yoma renuncia . Mario Anello desaparece.

- Durante la Feria Menor del mes de julio, aparece un nuevo testigo en Buenos Aires, Khalil Dib, quien provoca un "aceleramiento" en la causa: Amira Yoma renuncia a su cargo y es procesada. se estima que se aproximan definiciones trascendentes.

3. Circuito de los Narcodólares

En la entrevista concedida a CAMBIO 16 (España), Cruz Iglesias dice que en el sistema seguido para blanquear dinero se "completaba un ciclo": "el dinero salía de Europa y Estados Unidos a Buenos Aires en metálico y de allí se transfería en coches a Uruguay". (En Anexo 1 se adjunta texto completo de la parte de la entrevista referida a Uruguay).

IV CONCLUSIONES

Las hipótesis tejidas en torno al caso de la Aduana de Ezeiza y las declaraciones de CRUZ IGLESIAS, no permiten descartar el empleo de nuestro sistema financiero para lavado de dinero del narcotráfico por parte de ambas presuntas redes.

S E C R E T O

ANEXO I

DECLARACIONES DE CRUZ IGLESIAS A LA REVISTA CAMBIO 16 SOBRE URUGUAY

- ¿Por qué utilizaban Uruguay como centro de operaciones?
- Uruguay es un paraíso bancario como Gran Caimán, las Bahamas, las Bermudas, las Antillas holandesas (Aruba y Curaçao). El Gobierno de Uruguay da muchas facilidades para que entren capitales extranjeros. Una forma fácil de introducirlo es metiéndolo en sobres amarillos dentro de las maletas. Cuando los ven en la aduana se les dice que son documentos bancarios y los agentes hacen la vista gorda. En la actualidad, Uruguay vive de la entrada de capital extranjero.
- ¿Por lo que se ve esto era algo común?
- En Argentina, no sólo los grupos que mueven el dinero de la droga y del "blanqueo", también las familias que viven de su sueldo, guardan sus ahorros en Uruguay porque saben que es un lugar más seguro. A un hermano de Menem también lo cogieron sacando dinero a Uruguay para "blanquearlo". Esto es cosa común en todos los argentinos.
- ¿Uruguay es hoy día el mejor paraíso para blanquear dinero?
- Es el único país que queda, porque Panamá es como si no existiera. Caimán y las Bahamas se quemaron. Las islas holandesas, hasta cierto punto, todavía quedan : cada vez es más difícil "blanquear" allí el dinero. El único sitio donde uno puede llegar a un banco con una maleta de dinero y no te ponen problemas es Uruguay.
- ¿Cuál es el sistema que seguían ustedes para "blanquear. el dinero?
- Completábamos el ciclo. El dinero salía de Europa y Estados Unidos a Buenos Aires en metálico y de allí se transfería en coches a Uruguay. Sobre ésto, además de lo que yo informé, la Policía ya ha obtenido muchos datos.
- ¿Tenían algunos bancos preferidos para operar?
- Todas las operaciones se operaban a través de bancos uruguayos. Teníamos prohibido ingresar dinero en bancos de Argentina. En una ocasión, Puentes tuvo un problema de 200.000 dólares en Buenos Aires al aplicarle una Ley que le retuvo el dinero y sólo podía sacar del país intereses de su cuenta. A partir de ese incidente todo el dinero fue para Uruguay.
- ¿Abrieron alguna cuenta u operaron a través de bancos españoles?
- Sólo trabajamos con sucursales de bancos españoles de Uruguay, pero de éste tema ahora no puedo hablar para no perjudicar la investigación.

Violentos ataques contra varias embajadas occidentales en Trípoli



En una imagen de la televisión de Trípoli se observa a una multitud de libios que protesta frente a una embajada occidental no identificada; la sede diplomática de Venezuela sufrió los daños más graves.

TRIPOLI y CARACAS, 2 (Reuter, AFP y AP). — La crisis que enfrenta a Libia con Occidente alcanzó hoy un nuevo pico de tensión cuando turbas airadas destruyeron la embajada de Venezuela en Trípoli y provocaron numerosos daños en las sedes diplomáticas de Rusia y Austria.

Venezuela, que circunstancialmente presidió la reunión del martes en la que se votó a favor de la aplicación de sanciones contra Libia, convocó hoy a una reunión urgente del Consejo de Seguridad de la ONU en la que se condenó los ataques a las misiones diplomáticas (véase aparte).

El presidente estadounidense, George Bush, quien junto a su par británico fue el principal mentor de las sanciones contra Libia, expresó su repudio al atentado (véase aparte).

Las Naciones Unidas decidieron la aplicación de un bloqueo aéreo, militar y diplomático contra Trípoli a partir del 15 de abril, a menos que ese país entregue a Occidente a dos individuos acusados de atentar contra el avión de Pan Am que cayó sobre Lockerbie, Escocia, en 1988.

Diplomáticos occidentales informaron hoy que una serie de manifestaciones callejeras contra las sanciones realizadas esta mañana en la capital libia degeneraron en ataques contra varias embajadas de los gobiernos que aprobaron las medidas.

La agencia noticiosa libia JANA no identificó las sedes diplomáticas dañadas pero indicó que docenas de personas resultaron lesionadas en los enfrentamientos que se produjeron con policías antidisturbios.

"Las masas de manifestantes comenzaron a incendiar los edificios de estas embajadas y consulados. Pero la policía antimotines los impidió [illegible]. Docenas de heridos fueron hospitalizados", indicó JANA.

No hubo confirmación de fuentes independientes de que hubiera habido heridos en las acciones de protesta.

Según informó el embajador venezolano en Libia, Miguel Raidi, cerca de 300 manifestantes escalaron hoy por la mañana un muro y derribaron una puerta en los jardines de la embajada venezolana. Luego lanzaron bombas de gasolina contra el edificio principal. Los muebles, legajos, máquinas de télex y hasta las plantas del jardín fueron destruidos, dijo Raidi.

El primer secretario de la legación, Paulino Paredes, indicó que cuando concurrió al Ministerio de Asuntos Exteriores libio para denunciar el ataque le dijeron: "No es nada, solo una manifestación pacífica". Agregó que resultaron infructuosos los intentos por lograr que algún funcionario libio se trasladara a la sede diplomática para comprobar los desmanes.

Venezuela dio hoy a Libia un plazo de 48 horas para que explique las causas de los incidentes, y ordenó a sus representantes que regresen de inmediato a Caracas.

Al ser consultado sobre la posibilidad de una ruptura de relaciones el canciller Humberto Calderón Berti dijo a los periodistas: "Vamos a esperar la respuesta del gobierno libio".

Unos 200 manifestantes lanzaron gas lacrimógeno contra la embajada rusa y quemaron vehículos, indicaron fuentes diplomáticas. Un portavoz en Viena señaló que la Embajada de Austria en Trípoli fue dañada por una lluvia de piedras que rompió las ventanas del edificio.

También se informó de manifestaciones pacíficas frente a las embajadas de Italia, Bélgica y Francia.

El gobierno del coronel Muammar Kadafi generalmente controla las manifestaciones y otros actos públicos, por lo cual parecía probable que las protestas de hoy fueran respaldadas por las autoridades.

JANA informó que Kadafi exhortó a la población a "actuar con moderación y salvaguardar la seguridad de las embajadas extranjeras y su personal".

Un diplomático acreditado en Trípoli indicó que los manifestantes eran en su mayoría estudiantes primarios y secundarios que pertenecían a los Congresos Básicos Populares, organizaciones populares que movilizan el apoyo a Kadafi.

Poco después de iniciarse los incidentes, las líneas telefónicas y de télex de numerosas embajadas quedaron paralizadas, y según fuentes diplomáticas es casi imposible comunicarse con otros países.

En los últimos días se habían registrado retrasos en la concesión de visados de salida para los ciudadanos extranjeros, indispensables para abandonar Libia.

Los ataques contra embajadas han sido una característica de las dos décadas de régimen radical acaudillado por Kadafi, desde que derrocó al pro occidental rey Idris, en 1969. La embajada estadounidense fue saqueada en 1979, la misión francesa fue incendiada en 1980 y la jordana fue [illegible] en 1984.

Libia resiste desde hace cuatro meses la demanda de los Estados Unidos y Gran Bretaña de que sean entregados los dos sospechosos del atentado de Lockerbie, a fin de que sean juzgados en Occidente, pero ha formulado una serie de ofrecimientos de cooperación que no alcanzaron a satisfacer los requerimientos occidentales.

La resolución 748 fue aprobada por diez votos a favor (los Estados Unidos, Rusia, Francia, Gran Bretaña, Austria, Bélgica, Venezuela, Hungría, Ecuador y Japón), ninguno en contra y cinco abstenciones (China, Cabo Verde, India, Marruecos y Zimbabwe).

DOCUMENTO ....
TITULO EL "CRACK"
PROCEDENCIA ESMADE (NARCOTRAFICO)
FECHA DE PROCEDENCIA 31/10/91
VINCULACIONES 11176
11692
11354
11363
30021

ENTRADO
CRUZADO

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

ESTADO MAYOR PERSONAL (NARCOTRAFICO)

~~[illegible] 1991~~

MEMORANDUM N°04/91

EL "CRACK"

CONTENIDO

SECRETO

I.- INTRODUCCION

Este Memorándum tiene por finalidad proveer una breve reseña informativa sobre el "crack" - peligrosa droga ilícita de extendido consumo en los EE.UU. y otros países de nuestro continente, sobre la cual no existe mucha información a nivel de opinión pública de nuestro país.

II.- ANTECEDENTES

1. El "crack" surgió en las calles del Bronx neoyorquino hacia mediados de la década de los años 80, como producto de la creciente demanda por una forma más simple de cocaína que se pudiera fumar. La facilidad de su elaboración y obtención, su precio sensiblemente menor y sus rápidos y potentes efectos psicotrópicos, hizo que la nueva droga se extendiera rápidamente a otras grandes ciudades estadounidenses.

2. Hacia fines de la mencionada década, el crack se había convertido en una de las amenazas más peligrosas para la sociedad norteamericana en todos sus niveles. Así lo indicaba el Pte. BUSH en su mensaje a la nación, en setiembre de 1989, al delinear su estrategia antidrogas para los siguientes cinco años: "el crack es el problema más serio de la actualidad. Días atrás la DEA (Drugs Enforcement Agency) descubrió el crack frente a la Casa Blanca. Esa sustancia, que tiene un aspecto inocente de caramelo, está transformando las ciudades en zonas de combate y está matando a nuestros niños". También lo indica el hecho de que el crack motivó el procesamiento en enero de 1990 del entonces Alcalde de Washington D.C., MARION BARRY, luego de que se acumularan pruebas en su contra por fumar crack en un hotel de la capital estadounidense. Se estima que actualmente ascienden a un millón los estadounidenses atrapados por esta droga.

3. En nuestro país el crack es prácticamente desconocido, pero viene siendo producido y tiene un consumo limitado en BOLIVIA, COLOMBIA y PERU. Sin embargo, también se produce en BRASIL y se viene detectando un creciente consumo a niveles populares en los Estados de San Pablo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina y Paraná.

SECRETO

C2

9203959

III.- PRINCIPALES CARACTERISTICAS DEL "CRACK"

1. Si bien existen varias formas de elaboración, el crack puede definirse de dos maneras:

- en algunos casos, es el producto de procesar el clorhidrato de cocaína con bicarbonato de sodio y agua destilada sometida a una temperatura determinada.

- en otros casos, se obtiene a partir de la pasta base de cocaína (producto anterior a la cocaína en su proceso de obtención, con alto contenido de éter y ácido sulfúrico, que causa verdaderos estragos en las células cerebrales de sus consumidores). Este es el caso del BRASIL, donde el crack se conoce con el nombre de "pitilho o crack tupiniquim".

2. Por su forma de elaboración - ya sea empleando el producto de menor refinación (pasta base) o estirando la cocaína con bicarbonato de sodio y agua - el crack es de fácil obtención y tiene un precio sensiblemente menor (una dosis de crack llega a costar hasta 20 veces menos que una de cocaína).

3. La forma más común de consumo es fumar cigarrillos de crack mezclado con tabaco o marihuana. También puede consumirse por inhalación. En este caso, el crack se deposita en recipientes con agua que se calienta, aspirándose el vapor producido.

4. Esta sustancia produce un efecto psicotrópico entre 10 y 20 veces más potente que la cocaína. Dicho efecto se manifiesta en menos de 10 segundos y tiene una duración de 5 a 10 minutos (la cocaína demora 8 minutos en hacer efecto).

5. Entre los síntomas que pueden distinguir a un consumidor de crack figuran:

- fuertes dolores de cabeza
- accesos epileptoides
- pérdida de visión
- dificultades en el habla
- sudores
- temblores
- vómitos

- pasaje de un fuerte estado de euforia a una profunda de-- presión
- congestión frecuente de las vías respiratorias
- convulsiones

6. El crack produce una intensa dependencia en apenas 6 sema-- nas (la cocaína lleva 6 meses para viciar al consumidor) y según - investigaciones realizadas por la Sociedad Norteamericana de Micro biología de Atlanta (Georgia); la Escuela de Medicina de la Univer sidad de Minnesota y el Centro Médico de la Universidad de Califor nia (San Francisco), entre las graves alteraciones que produce a - la salud de sus consumidores figuran:

- accidentes cardiovasculares
- ataques y hemorragias cerebrales
- súbitos episodios de temor incontrolable
- aceleración del desarrollo del virus del SIDA
- pérdida de memoria
- paranoia y en algunos casos deseos de suicidio
- desinterés sexual
- comportamiento violento (en los EE.UU., el crack es la causa subyacente en un alto porcentaje de los crímenes ocurridos en las grandes ciudades).

IV.- CONCLUSIONES

1. El crack es una droga de creciente consumo debido a su fácil obtención, su precio sensiblemente menor al de otras drogas y sus rápidos y potentes efectos psicotrópicos.

2. Su consumo ya está muy extendido en los EE.UU. y viene im- plantándose en algunos países sudamericanos, principalmente BRASIL.

3. El crack no constituye un problema inmediato para nuestra sociedad, pero los factores reseñados sugieren que constituye una amenaza que no debe ser descuidada, sobre todo porque hoy su in-- greso e implantación en nuestro medio es mucho más factible, par- ticularmente considerando la cercanía de nuestra próxima tempora- da estival.

A este panorama es al que se enfrenta Libia

MADRID. (EFE).- La resolución 748 del Consejo de Seguridad de la ONU, que entra hoy en vigor, impone un embargo aéreo y militar y sanciones diplomáticas contra Libia, tras su negativa a entregar a los seis presuntos culpables de los atentados contra un avión estadounidense y otro francés.

La resolución 748 entrará en vigor a las 04.00 gmt del miércoles (medianoche en Nueva York).

Las sanciones, que prevén también la reducción en número y categoría de los representantes diplomáticos libios en el extranjero, cuyos movimientos serán reducidos, se adoptaron el pasado 31 de marzo de acuerdo con el Capítulo VII de la Carta de la ONU y sobre la base de que es indispensable reprimir los actos de terrorismo para mantener la paz y la seguridad internacionales.

Las medidas permanecerán vigentes mientras el Consejo de Seguridad no decida que Libia ha cumplido plenamente con la resolución 731, que exige la entrega de los seis acusados por los actos de terrorismo contra un avión de Pan American en 1988, y contra otro de UTA en 1989, que causaron la muerte de 441 personas.

El Consejo decidió que "el Gobierno de Libia debe comprometerse definitivamente a poner fin a todas las formas de acción terrorista y a toda la asistencia a grupos terroristas y ha de demostrar lo antes posible, mediante actos concretos, su renuncia al terrorismo".

De acuerdo con la resolución aprobada, todos los estados deberán:

-Denegar el permiso para despegar, aterrizar o sobrevolar su territorio a cualquier aeronave con destino a Libia o que proceda de ese país, a menos que el vuelo haya sido aprobado por razones humanitarias.

-Prohibir que se suministre cualquier aeronave o componentes para aeronaves a Libia, se presten servicios técnicos y de mantenimiento a los aparatos libios, se certifique la aptitud de los aviones libios, se paguen reclamaciones en virtud de contratos de seguro vigentes y se concierten nuevos seguros directos para las aeronaves libias.

-Prohibir que se proporcionen a Libia armas y material conexo de todo tipo, incluidas la venta o la transferencia de armamento y municiones, vehículos y equipo militares, equipo de policía paramilitar y piezas para lo que antecede, así como que se proporcione equipo o suministros y que se concedan licencias para la fabricación o el mantenimiento de lo que antecede.

-Prohibir que, por conducto de sus ciudadanos o desde su territorio, se preste a Libia asesoramiento técnico, asistencia o capacitación alguna en relación con el suministro, la fabricación, el mantenimiento o la utilización de los artículos mencionados.

-Retirar todos sus funcionarios o agentes que se encuentren en Libia para asesorar a las autoridades de ese país sobre cuestiones militares.

-Reducir considerablemente el número y el nivel del personal de las misiones diplomáticas y las puestos consulares de Libia, y restringir o controlar el movimiento dentro de su territorio de todo el personal libio que permanezca en él.

-Impedir el funcionamiento de todas las oficinas de las líneas aéreas libias.

-Tomar todas las medidas apropiadas para denegar la entrada o expulsar a los ciudadanos de Libia a quienes se haya denegado la entrada en otros Estados o se haya expulsado de otros países a causa de su participación en actividades de terrorismo.

La resolución advierte que todos los Estados deberán cumplir las sanciones a Libia no obstante los derechos u obligaciones de acuerdos, contratos, licencias o permisos otorgados antes del 15 de abril, y pide que informen al Secretario General de la ONU, Butros Gali, de la puesta en práctica y cumplimiento de las medidas.

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

ESTADO MAYOR PERSONAL (NARCOTRAFICO)

211130NOVIEMBRE1991

MEMORANDUM Nº 05/91

APRECIACION DE SITUACION DEL NARCOTRAFICO EN COLOMBIA

CONTENIDO

I. INTRODUCCION

Este Memorándum tiene por objeto ofrecer en forma muy breve un informe sobre la situación del narcotráfico en COLOMBIA.

II. ANTECEDENTES

1. El narcotráfico en COLOMBIA se inició en los años 60 con el cultivo y exportación de marihuana, actividades que comenzaron a ser sustituidas hacia 1978 por la producción y exportación de cocaína, principalmente a los EE.UU., en base a la planta de coca cultivada en PERU y BOLIVIA. La rápida expansión de este fenómeno convirtió a nuestro continente en la región del mundo más afectada por el tráfico de drogas.

2. Varios "carteles" colombianos se abocaron a dicha actividad, cuya capacidad de producción creció aceleradamente: 15 toneladas anuales en 1978, 198 en 1980 y 454 en 1988. Los principales fueron los de "Medellín" y "Cali", que llegaron a controlar el 60 y 20 por ciento respectivamente del comercio mundial de cocaína. En tercer lugar se ubicaron las autodenominadas "Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - FARC".

- El Cartel de Medellín apeló desde temprano a la violencia armada para lograr sus propósitos, formando y armando un grupo que últimamente se había dado a conocer con el nombre de "Los Extraditables". Así surgió lo que se dió en llamar "narcoterrorismo".

- El Cartel de Cali, en cambio, priorizó métodos más sutiles como el soborno, la infiltración, etc.. Igual poseía un grupo armado, pero orientado principalmente a dirimir sus disputas con el Cartel de Medellín y otros carteles rivales.

- Las FARC, por otro lado, encontraron en esta actividad una excelente fuente de ingresos, ya sea en efectivo o en armas y equipo, para su actividad revolucionaria. Su participación en este campo, entonces, se encuadró dentro de lo que se ha denominado "narcosubversión".

3. El gobierno colombiano nunca dejó de luchar contra este fla-

gelo, recurriendo incluso al empleo de sus FF.AA.,como cuando erradicó los plantíos de marihuana hacia fines de los años 70 (temprano antecedente de lo que se ha dado en llamar erróneamente "militarizacion de la lucha antidrogas"). Los esfuerzos operativos de los últimos años asestaron severos golpes en la estructura de los carteles, capturando, abatiendo, encarcelando o extraditando a componentes claves, al igual que a miles de delincuentes menores vinculados a esas actividades (entre 1987 y 1990 se capturaron más de 17 mil delincuentes dedicados al narcotráfico y al narcoterrorismo).

Nota: La economía más desarrollada de COLOMBIA permite que su Gobierno enfrente con más firmeza que PERU y BOLIVIA al narcotráfico, ya que la incidencia de esta actividad en su economía legal está en el orden del 5% del PBI (contra el 11% que representa para los otros dos países).

4. Entre los meses de agosto de 1989 y 1990 se produjeron momentos decisivos de esa lucha, convirtiéndose en factores determinantes de la situación actual:

- El asesinato de LUIS CARLOS GALAN el 18/8/89 fue el detonador de una situación que llevó al ex-Presidente VIRGILIO BARCO a iniciar una "guerra total" contra el narcotráfico. En contrapartida, seis días después el Cartel de Medellín declaró "formalmente" la guerra al gobierno, políticos, periodistas y jueces (24/8/89). COLOMBIA entró en una situación de violencia interna poco conocida en los últimos tiempos. Después de algunos éxitos gubernamentales (como el abatimiento del "jefe militar" del Cartel de Medellín), la confrontación entró en un estancamiento, sin que un bando pudiera imponerse al otro, pese al gran despliegue de fuerzas gubernamentales, y sin que cesara la violencia.

- En febrero de 1990 tuvo lugar la "Cumbre de Cartagena", que reunió a los EE.UU., COLOMBIA, PERU y BOLIVIA, con el propósito de encontrar soluciones efectivas a su problemática. Dichos países reafirmaron su "voluntad de lucha integral contra el tráfico de estupefacientes", y llegaron a un acuerdo plasmado en la "Declaración" que se emitió al concluir la reunión. Pero según expresó el Presidente colombiano en julio ppdo., "po-

co se ha avanzado en la solidaridad" propuesta en esa reunión - ("el mandatario colombiano precisó que en esa propuesta se inclu yeron tratos preferenciales comerciales que no se han cumplido y que en el caso de COLOMBIA, nunca podrá compensar las enormes - pérdidas en su leal batalla contra el narcotráfico").

- En las elecciones generales del 27/05/90 triunfó CESAR - GAVIRIA TRUJILLO. Este fijó como su principal objetivo político "la pacificación" del país. Al asumir su mandato, el 7 de agosto, anunció cambios en la política antidrogas.

Nota: Unos días antes, el 27 de julio, los Extraditables habían anunciado sorpresivamente una tregua unilateral.

III. LA NUEVA POLITICA ANTIDROGAS

5. Basado en que "la extradición, siendo ciertamente un instrumento útil, no podría continuar como el único o el principal instrumento de la lucha contra el crimen organizado y el narcotráfico", una de las primeras medidas de fondo del nuevo gobierno - fue diseñar un mecanismo mediante el cual se crean incentivos de reducción de penas y aplicación discrecional de la extradición - para quienes de manera voluntaria decidan entregarse a los jueces, confesar sus delitos y cooperar con la Justicia (Decreto 2047).

6. Para que ese mecanismo y la aplicación corriente de la Justicia penal tengan éxito, era "necesario sustraer la investigación y la labor de los Jueces de cualquier tipo de intimidación, amenaza o desviación" (con el asesinato entre 1980 y 1989 de un Ministro de Justicia, 50 jueces y 250 funcionarios judiciales, los narcotraficantes habían virtualmente neutralizado el sistema judicial colombiano). Para ello, se expidió el llamado "Estatuto para la - Defensa de la Justicia" y sus Decretos complementarios, que recogen un conjunto de fundamentales innovaciones jurídicas:

- en primer lugar, se creó un sistema acusatorio atenuado al trasladar la responsabilidad de la investigación de los jueces a las entidades con funciones de policía judicial.

- además, se creó el sistema de los "jueces sin rostro" o - "invisibles", que aisla al Juez y a los testigos de presiones y - riesgos.

7. Finalmente, en este marco de "fortalecimiento de la Justicia", en febrero ppdo., los EE.UU. y COLOMBIA firmaron un acuerdo que permite la colaboración judicial de manera expedita y eficiente, para superar las trabas que los mecanismos tradicionales le imponían al intercambio entre los sistemas judiciales de ambos países. Según ha expresado el Presidente GAVIRIA, "el alentador resultado de este esfuerzo bilateral con los EE.UU. nos ha llevado al convencimiento que es importante y urgente iniciar negociaciones similares con otros países que han sido o estén siendo afectados por el tráfico de drogas".

Nota: En su visita a Brasil en setiembre ppdo. los presidentes COLLOR y GAVIRIA firmaron acuerdos para combatir el narcotráfico, entre los cuales se encuentra uno de cooperación judicial.

8. En otro orden de cosas, cabe destacar que en la "IX Conferencia Internacional para el Control de Drogas", celebrada en abril ppdo. en Cartagena, GAVIRIA propuso la idea de crear un "Centro de Coordinación e Información Regional para Operaciones contra el Narcotráfico". Reiteró asimismo la necesidad de una mayor coordinación entre los distintos programas gubernamentales en diferentes países, y aseguró que su país continuará enfrentando con firmeza al narcotráfico".

Nota: El presidente GAVIRIA definió el acuerdo complementario de cooperación judicial firmado con Brasil, como "el primer paso para la creación de una oficina regional del combate al narcotráfico".

IV. RESULTADOS Y SITUACION ACTUAL

9. La nueva política posibilitó el descabezamiento del Cartel de Medellín y dar fin, por el momento, a las actividades de los "Extraditables". Así, se logró disminuir la participación de dicho cartel en el tráfico de cocaína, y se hizo un aporte sustancial a la pacificación de Colombia.

10. No ha logrado, empero, una disminución significativa en la producción de drogas en ese país, ni ha significado por el momento un aporte sustancial para la disminución del narcotráfico en el continente.

- en primer término, porque el Cartel de Medellín ha visto

disminuir su producción, pero no la ha cesado (el mismo se estaría reagrupando en torno a nuevos jefes).

- segundo; porque ninguna figura clave del Cartel de Cali, ni de otros carteles menores, han seguido los pasos dados por los jefes del Cartel de Medellín.

- tercero; porque los golpes asestados contra el Cartel de Medellín han dejado puertas abiertas para la expansión del Cartel de Cali (se estima que actualmente cada uno maneja respectivamente el 40% del tráfico mundial de cocaína).

- cuarto; porque la producción de cocaína se esta viendo nuevamente alentada por el surgimiento de nuevos y promisorios mercados en Europa y Japón.

- quinto; porque hace un tiempo, que las actividades de producción venían siendo desconcentradas hacia otros países donde el combate al narcotráfico no era tan intenso (hoy se produce cocaína en Bolivia, Perú y, seguramente también, en Brasil y Argentina).

11. Por otro lado, es necesario esperar la culminación de los procesos iniciados con la entrega voluntaria de los jefes del Cartel de Medellín, para apreciar más acabadamente el resultado de las medidas diseñadas por el gobierno de GAVIRIA.

12. Mientras todo esto ocurre, una nueva amenaza se cierne sobre Colombia: el cultivo de la amapola **opiácea** y la producción de heroína. En efecto, ante el éxito en la guerra que libran las autoridades del llamado "Triángulo de Oro" en Birmania, Laos y Tailandia, los narcotraficantes colombianos podrían invertir ahora en cultivos de amapola "para diversificar" la línea de "productos" que ofrecen en los mercados internacionales. Por lo pronto, entre el 5 y el 13 de agosto ppdo., la policía antinarcóticos halló y destruyó casi dos mil hectáreas de cultivos de estas amapolas en diversas zonas del occidente colombiano (en el marco de la Operación "Centenario VII", cuyo objetivo es intentar atajar la naciente industria del opio). Varios factores alientan a la apertura de esta nueva actividad:

- la merma en el abastecimiento de heroína debido al mencionado éxito de las autoridades en el Triángulo de Oro.

- el hecho que, en Colombia, una hectárea de maíz o de frijol deja al campesino un rendimiento de 1500 dólares anuales, una de coca 7.500 (el cultivo de la coca en Colombia representa el - 11% de la producción mundial de esa planta), y una de amapola - 25.000 dólares.

- la producción de heroína requiere laboratorios mucho más pequeños, haciéndolos más difícil de advertir que los de cocaína.

- para convertir el látex en heroína, no se necesitan grandes cantidades de precursores químicos, ni un tráfico en volúmenes llamativos, como sucede con la cocaína.

- en los EE.UU. , donde un quilo de heroína cuesta 150.000 dólares (contra 25.000 de la cocaína), existe algo más de medio millón de adictos; y se piensa que los heroinómanos crecerán sensiblemente en todo el mundo (porque el creciente consumo mundial de cocaína - un estimulante nervioso - demandaría inevitablemente en cierto momento, la necesidad de drogas de efecto contrario, como la heroína);

V. CONCLUSIONES

Los hechos reseñado permiten concluir:

- la política adoptada por el Presidente GAVIRIA contra la droga ha permitido una sustancial reducción del narcoterrorismo en su país.

- dicha política parece no haber tenido efectos similares en cuanto al narcotráfico, ni en Colombia, ni en el continente, aunque puede ser temprano aún para apreciar efectos concretos.

- seguramente el Presidente GAVIRIA continuará combatiendo al narcotráfico con firmeza, aunque demandará mayor colaboración de los restantes países afectados por el problema.

- en ese marco cabe expresar, entre otras medidas, la búsqueda de acuerdos de cooperación judicial.

67 07 920396 1

Nº DOCUMENTO ....

TITULO: Comenzó el bloqueo a Libia impuesto por las Naciones Unidas.-

PROCEDENCIA: Ambito Financiero (150027)

FECHA: 16/4/92

VINCULACION: LIBIA (66333)
F. Pol (11164)
C. I (11400)
ONU (12573)

Comenzó férreo bloqueo a Libia

Madrid (EFE) — Con vuelos rechazados, expulsiones de diplomáticos libios en países occidentales y amenazas de medidas similares por parte de Trípoli transcurrió ayer el primer día de las sanciones decretadas contra Libia por las Naciones Unidas.



Muammar Kadhafi

Libia expulsará a funcionarios de naciones occidentales, según aseguró la agencia oficial JANA, después de que diversos países hicieran lo mismo con diplomáticos libios acreditados en su territorio y rechazaran los vuelos que procedentes de Trípoli intentaron cubrir normalmente sus rutas.

Cumplían así el embargo aéreo y militar y las sanciones diplomáticas decretadas por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas en su Resolución 748.

Aunque los países árabes habían puesto de manifiesto previamente su escasa satisfacción por las medidas de la ONU contra Libia, tanto esos estados como los occidentales las han puesto en práctica a partir de ayer.

Los aviones de la "Libyan Arab Airlines" que despegaron ayer del aeropuerto de Trípoli en dirección a El Cairo y Zurich fueron obligados a regresar, al denegarles Egipto e Italia permiso para sobrevolar su territorio.

No obstante, funcionarios de esa compañía aseguraron que los vuelos han funcionado normalmente, pero añadieron que se ha prohibido la venta de billetes a ciudadanos de los países que llevan a cabo el embargo.

La Comunidad Europea (CE) había acordado previamente llevar a cabo expulsiones de algunos diplomáticos libios, que varían según el número de los funcionarios de ese país acreditados en cada estado miembro.

Japón también ha anunciado medidas similares y solicitará a un diplomático libio que abandone su territorio, mientras que medidas similares han anunciado Checoslovaquia, que hará lo propio con ocho funcionarios, y Suecia, con cinco.

EGIPTO Y TUNEZ IMPIDIERON ATERRIZAJES EN EL PRIMER DIA DEL BLOQUEO IMPUESTO POR LA O[illegible]

Aviones de guerra italianos intercep[illegible] un vuelo comercial libio que iba a Zu[illegible]

TRIPOLI y ROMA, 15 (ANSA, Reuter y EFE). — Aviones de guerra italianos interceptaron hoy a un Boeing 727 libio con destino a Zurich, que desafió el embargo aéreo implantado por la ONU. A otras dos aeronaves libias se les impidió también aterrizar en El Cairo y en Túnez.

En el primer día de cumplimiento de las sanciones impuestas por la ONU, un total de 26 diplomáticos libios acreditados en diferentes países han recibido la notificación de su expulsión, al tiempo que Trípoli anunció "medidas de reciprocidad".

La portavoz del Departamento de Estado norteamericano, Margaret Tutwiler, anunció que los Estados Unidos harán entrar en vigencia las sanciones aplicadas por la ONU a Libia solo a partir de mañana y recién desde entonces hará saber al Consejo de Seguridad sobre violaciones a la medida "para tomar posibles acciones".

Otro alto funcionario del Departamento de Estado afirmó que tres de los doce diplomáticos libios acreditados en la ONU deberán salir de Nueva York en un plazo de diez días, en el marco de las sanciones contra Trípoli.

El Consejo de Seguridad ordenó la aplicación de sanciones contra Libia al considerar que ese país no ha cumplido la resolución 731, en la que se le pide la extradición de los dos presuntos culpables del atentado, en 1988, contra un avión de la línea aérea Pan Am cuando sobrevolaba Lockerbie, Escocia, en el que murieron 270 personas.

Igualmente se solicita la cooperación libia para esclarecer el atentado contra un avión de la compañía francesa UTA en Níger en 1989, que costó la vida a 171 personas y del que París culpa a cuatro agentes secretos libios.

Libia desafió hoy el embargo aéreo implantado por la ONU y despachó vuelos de pasajeros a El Cairo, Zurich y Túnez, pese a advertencias de que no se permitiría su aterrizaje.

Fuentes del aeropuerto de Trípoli dijeron que los vuelos, que despegaron horas después de que entrara en vigencia el paquete de sanciones implantadas por la ONU, tuvieron que regresar todos al punto de partida.

"Nuestros vuelos locales e internacionales se cumplirán con normalidad", dijo a primera hora de hoy el director general de la aerolínea libia, Saleh Sirjani.

Dos cazabombarderos italianos despegaron desde una base de Sicilia para impedir que un avión libio entrase en el espacio aéreo italiano, informó en Roma el Estado Mayor de la Aeronáutica italiana.

A las 11.30 hora local (9.30 GMT) un Boeing 727 de las Líneas Aéreas Libias, que se dirigía desde Trípoli a Zurich (Suiza) y que debía sobrevolar el espacio aéreo italiano, fue avisado desde la torre de control de Malta que la zona italiana estaba cerrada al tráfico de aviones libios.

Quince minutos antes, por orden de la Defensa Aérea Nacional Italiana, dos cazabombarderos F-14 despegaron de una base de Sicilia (sur de Italia) con el objetivo de impedir que el avión de Libyan Arab Airlines entrase en Italia.

Tres minutos más tarde, según el comunicado de la Aeronáutica Italiana, los dos cazas ya habían despegado, aunque no tuvieron que intervenir, ya que el avión libio modificó su ruta.

El Boeing 727 recibió la advertencia de las autoridades de Malta cuando se encontraba a 14 kilómetros del archipiélago mediterráneo y a 28 kilómetros del espacio aéreo italiano.

En las primeras horas de vigencia de las sanciones diplomáticas contra Trípoli, un total de 26 funcionarios libios han sido expulsados de sus misiones en el extranjero.

Italia ha solicitado a seis diplomáticos del país magrebí que abandonen su territorio en los próximos cuatro días. Francia anunció que expulsará a seis de los veinte representantes libios en su país.

Medidas similares han adoptado Bélgica, que expulsará a tres funcionarios; Holanda, que expulsará a un diplomático; Checoslovaquia, a ocho; Dinamarca a uno y Japón a uno.

En los países árabes, las reacciones han sido desiguales. Mientras Túnez y Egipto, ambos fronte[illegible]

con Libia, [illegible]

18/1/92

Libia (66233)
F. Político (11164)
Org. Internacionales (11400)
Brasil (10046)
Hungría (66170)
España (10072)

KADAFI LLAMA A LOS MUSULMANES A LUCHAR CONTRA OCCIDENTE

Libia expulsó a diplomáticos del Brasil, Hungría y España

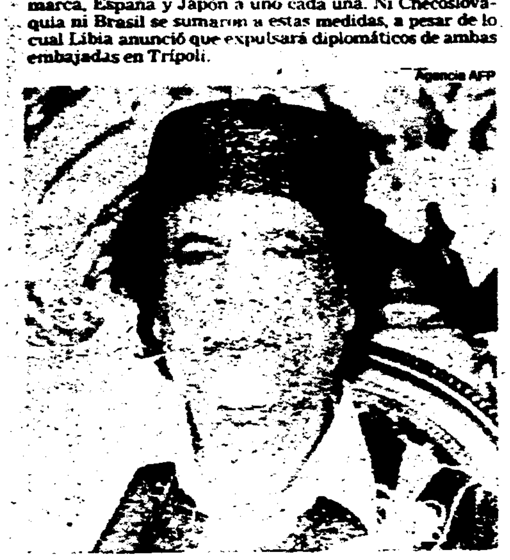
El abogado de los dos libios acusados de atentar contra un avión de Pan-Am aseguró ayer que están dispuestos a entregarse a Gran Bretaña o los Estados Unidos si se les garantiza un juicio imparcial. Trípoli anunció la expulsión de diplomáticos de otros tres países. El número dos del gobierno libio lanzó un llamado a los árabes y musulmanes para que tomen represalias contra "los nuevos cruzados" occidentales.

TRIPOLI, 17 (Reuter, AFP y ANSA). — El gobierno libio anunció hoy que expulsará a un **número indeterminado de diplomáticos de España, Brasil y Hungría**, como represalia por medidas similares contra Libia tomadas por varios países occidentales. El miércoles Trípoli había informado que, "en un marco de reciprocidad", debían dejar el país diplomáticos de **Francia, Italia, Alemania, Suecia, Bélgica, Checoslovaquia y Japón.**

El Consejo de Seguridad de la ONU dispuso una serie de sanciones contra Libia a partir del miércoles pasado, cuando venció el plazo para que el gobierno de **Muamar Kadafi** entregara a dos hombres acusados de participar en el atentado contra un avión de Pan-Am, que cayó en **Escocia** matando a 270 personas.

Francia anunció entonces que había resuelto expulsar a seis diplomáticos libios, Italia a otros seis, Suecia a cinco, Bélgica a tres, Alemania a dos y Holanda, Dinamarca, España y Japón a uno cada una. Ni Checoslovaquia ni Brasil se sumaron a estas medidas, a pesar de lo cual Libia anunció que expulsará diplomáticos de ambas embajadas en Trípoli.

Agencia AFP



Las sanciones contra Libia incluyen la reducción de las representaciones diplomáticas de ese país en el exterior, así como un bloqueo económico y aéreo y una veda total para la venta de armas. Las sanciones **no incluyen el boicot al petróleo libio**, que representa el 90 por ciento de los ingresos del país. El crudo libio es vital **para Occidente**, sobre todo para Italia y otros países del Mediterráneo.

La agencia oficial **Jana** no informó sobre el momento en que se concretarán las expulsiones de los diplomáticos occidentales. También se abstuvo de determinar cuántos serán los funcionarios extranjeros que deberán abandonar el territorio libio, aunque en forma extraoficial trascendió que la nómina ya elaborada por el gobierno de Kadafi incluye a un español, un brasileño y un danés.

El número dos del gobierno libio, **Abdel Salam Jallud**, participó anoche en una reunión política efectuada en Trípoli y pidió a "árabes y musulmanes" que tomen represalias contra los "nuevos cruzados" occidentales. "La nueva campaña imperialista que ciertos estados occidentales llevan a cabo contra Libia es una cruzada de odio contra los musulmanes y el Islam", señaló.

Jallud dijo que "el llamado nuevo orden mundial" se creó para agredir a los árabes. "Nosotros elegimos el camino del honor y la dignidad y las masas árabes deberían tomar la decisión de castigar a las fuerzas imperialistas", agregó.

El gobierno de Kadafi busca mientras tanto la forma de eludir el embargo internacional, estableciendo desde hoy un vínculo marítimo cotidiano entre Trípoli y **La Valetta**, capital de **Malta**. Un "hovecraft" de alta velocidad se sumó al tráfico regular marítimo entre los dos países. Se anunció al mismo tiempo que serán reforzados los vínculos marítimos con **Egipto, Túnez, Argelia, Marruecos y Grecia**, tanto para el transporte de pasajeros como de mercaderías.

Túnez y Egipto, por donde transita lo esencial del tráfico terrestre con Libia, parecen decididos a atenuar las consecuencias del embargo de la ONU. El aeropuerto tunecino de la isla de **Jerba** tiene ahora una actividad inusitada y el egipcio de **Sidi Barrani** ha sido preparado para recibir aviones civiles, incluyendo los de gran volumen.

La resolución de la ONU sobre las sanciones incluye también un pedido para que Libia colabore en las investigaciones sobre el atentado en 1989 contra un avión de la empresa francesa UTA, que cayó en territorio de Níger provocando la muerte de 171 personas.

Dos hombres clave

ROMA, 17 (ANSA). — Los dos libios acusados de haber atentado contra el avión que estalló en vuelo sobre Lockerbie están dispuestos a **entregarse voluntariamente** para ser juzgados en un tribunal en Gran Bretaña o los Estados Unidos, dijo hoy su abogado **Ibrahim Lagwell**.

El gobierno de Trípoli se negó hasta ahora a forzar a ambos ciudadanos a entregarse, lo que llevó a los Estados Unidos y a Gran Bretaña a impulsar en la ONU sanciones contra Libia, que entraron en vigencia el miércoles.

Los dos acusados, **Abdel Baset Alí Mohamed Al-Megrahi y Al-Amin Khalifa Fhimah**, quieren ante todo que se les garantice un juicio **justo e imparcial**.

Su abogado cree que las autoridades libias **no se opondrán a una decisión voluntaria de sus clientes**, quienes "**sienten que son inocentes y aceptarían un juicio en el lugar que les dé garantías**".

Sobre qué tipo de garantías piden los dos acusados, **Ibrahim Lagwell** precisó que en primer lugar quieren ser juzgados por autoridades judiciales y no **por los servicios de inteligencia extranjeros**.

ENTRADO V.R.
CRUZ

01-01

9203964

Siria exhorta al mundo árabe a apoyar a Libia.
Unión (130074)

20/1/92
Libia (66333)
Siria (67190)
M.O. (10195)
F. Pol (11164)
RR. II (11399)

Llamado de Siria al mundo árabe

DAMASCO, 19 (ANSA). — Siria emprendió hoy una ofensiva diplomática destinada a sumar las fuerzas del mundo árabe en contra del embargo impuesto a Libia por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

El presidente sirio, Hafez Assad, llegó hoy a Riad, primera etapa de un viaje que proseguirá en Kuwait y Bahrein, donde comenzó su misión encaminada a recoger el consenso del mundo árabe para formar una fuerza común capaz de enfrentarse al frente occidental.

Según fuentes locales, mañana partirá desde Damasco rumbo a Trípoli el primer vuelo de la aviación siria que romperá el bloque impuesto por la ONU sobre la capital norteafricana.

Damasco ha sido —junto a Egipto— el líder árabe del frente antiiraquí que durante la guerra del Golfo colaboró con los aliados de los Estados Unidos contra las fuerzas de Bagdad.

En recientes discursos, Assad atacó con dureza a los Estados Unidos, a los cuales acusó de obstaculizar el rearme árabe, mientras por otra parte facilita a Israel el mantenimiento y refuerzo de su enorme potencial bélico nuclear.

En el marco de las consultas interárabes, el canciller egipcio, Amr Moussa, encontró hoy en El Cairo al delegado permanente de Libia ante la Liga Árabe, Ali Triki, mientras el ministro libio de Justicia, Ibrahim Mohamed Bakkar, llegó a la capital egipcia por vía terrestre, después de atravesar la frontera por la parte de Salloum.

El representante libio —primer funcionario de alto rango que atraviesa la frontera egipcio-libia desde la imposición del embargo de la ONU— participará en las labores de la 65 Conferencia de la Asociación Mundial del Derecho Internacional, prevista para mañana en El Cairo, y que durará hasta el día 26.

La cuestión del bloqueo impuesto a Libia por el Consejo de Seguridad de la ONU desde el miércoles pasado será discutida durante la próxima reunión de cancilleres árabes prevista para el 28 en El Cairo, informaron fuentes de la Cancillería cairota.

Por su parte Líbano —aliado de Siria— informó que había suspendido el primer vuelo a Trípoli de su compañía aérea, y que el vuelo de Beirut a Túnez no realizará su habitual escala en la capital libia.

El embargo aéreo —que entró en vigor el 15 a las 4.00 GMT— fue decidido por el Consejo de Seguridad a raíz de la negativa de la cúpula libia de entregar a la justicia internacional a dos ciudadanos acusados de haber participado en el atentado de Lockerbie.

01 - 01

9203965.

Trípoli expulsa a diplomáticos

TRIPOLI, 19 (Reuter). — Libia ordenó formalmente la expulsión de diplomáticos extranjeros, como respuesta a medidas similares tomadas por otros países, en el marco del enfrentamiento con los Estados Unidos por atentados contra dos aviones.

Funcionarios y diplomáticos libios señalaron que la Cancillería había convocado el sábado por la noche a los jefes de las misiones extranjeras para anunciarles los nombres y cargos de los diplomáticos que deberían abandonar el país.

"En un marco de reciprocidad y luego que algunos países redujeran el número de diplomáticos libios, se informó a las misiones extranjeras que sus miembros deberían salir (de Libia) simultáneamente con la salida de los diplomáticos libios de sus respectivos países", declaró un funcionario del Ministerio de Relaciones Exteriores.

El número de los diplomáticos a los que se ordenó abandonar Libia es el mismo que el de enviados libios a los que se indicó que debían salir.

Bélgica, Brasil, Checoslovaquia, Francia, Alemania, Hungría, Italia, Japón, España y Suecia habían decidido expulsar algunos diplomáticos libios, según lo disponen las sanciones de la ONU que entraron en vigor el miércoles.

El Consejo de Seguridad de la ONU exige que Libia entregue a dos sospechosos de haber colocado una bomba en un avión de Pan An que cayó en Locherbie, Escocia, en 1988.

También pide que Libia colabore con la investigación que lleva a cabo Francia por el caso de la explosión que provocó la caída de un avión de UTA en Niger en 1989.

Los dos atentados dejaron un saldo de 441 muertos.

Los funcionarios libios guardaron silencio desde que entró en vigor el paquete de sanciones del Consejo de Seguridad, que comprende un embargo aéreo, la suspensión de la venta de armas y la reducción del personal diplomático.

La exportación de petróleo, el principal recurso económico de Libia, no se vio afectada por las sanciones de la ONU.

Dado que las sanciones fueron impuestas según lo establecido en la Carta de la ONU, podrían tomarse nuevas medidas en el caso de que Libia persista en su posición.

Durante un discurso que pronunció el viernes ante ocho políticos de Africa del Norte y dirigente sindicales, el mandatario libio, Muamar Kadafi aseguró que las leyes de su país le prohibían entregar a los dos sospechosos para que se los juzgara en Occidente.

DOCUMENTO 9203967
TITULO
PROCEDENCIA 6-5-92.
FECHA DE ...
VINCULACIONES 67390
11164
11304
11161
11165
11163
13065

ENTRADO
CRUZADO HCL

001/64

9203967

SECRETO

EJERCITO NACIONAL
COMANDO GENERAL DEL EJERCITO
ESTADO MAYOR DEL EJERCITO
DEPARTAMENTO II(INT) DEL EME
M O N T E V I D E O
06 - 0800 - MAYO - 992

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro. 03/92.

I.- EVALUACION:

II.- RESPONDE A: Información proporcionada por el Señor Agregado Militar, Naval y Aeronáutico a la Embajada del Uruguay en Venezuela.

III.- T E X T O:

- Adjunto al presente se remite transcripción del Parte Periódico de Información Nro. 03/92 manuscrito, remitido por el Agremil en Venezuela.

IV.- DISTRIBUCION:

1.- D.G.I.D.
2.- Archivo.

DOC EN PARTE POCO LEGIBLES POR SER FOTOCOPIAS

V.- ACCION TOMADA:

- Confección del presente Parte.

El Jefe del Departamento II del E.M.E.
Coronel
GILBERTO VAZQUEZ.

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO DEPARTAMENTO II INTELIGENCIA REPUBLICA O. DEL URUGUAY

SECRETO

9203967.

SECRETO

EJERCITO NACIONAL
COMANDO GENERAL DEL EJERCITO
ESTADO MAYOR DEL EJERCITO
DEPARTAMENTO II (INT) DEL EME
M O N T E V I D E O
[illegible] MAYO - [illegible]992

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro. 03/92.

I.- **EVALUACION:**

II.- **RESPONDE A:** Información proporcionada por el Señor Agregado Militar, Naval y Aeronáutico a la Embajada del Uruguay en Venezuela.

III.- **T E X T O:**

- Adjunto al presente se remite transcripción del Parte Periódico de Información Nro. 03/92 manuscrito, remitido por el Agremil en Venezuela.

IV.- **DISTRIBUCION:**

1.- D.G.I.D.
2.- Archivo.

V.- **ACCION TOMADA:**

- Confección del presente Parte.

El Jefe del Departamento II del E.MEE.
Coronel
GILBERTO VAZQUEZ.

SECRETO 03

9203967

EMBAJADA DEL URUGUAY
VENEZUELA

PARTE PERIODICO DE INFORMACION Nro. 03/92.

PERIODO COMPRENDIDO: 07 AL 31-MAR-92.

I.- FACTOR POLITICO.

A.- POLITICA INTERNACIONAL VENEZOLANA.

1.- El Embajador de Venezuela en la ONU, Diego ASSIA, preside el Consejo de Seguridad por el mes de marzo.

2.- Finalizó la cumbre anti-drogas en EE.UU.A (San Antonio, Texas), donde participaron Ecuador, Bolivia, Perú, Colombia, Venezuela, México y EE.UU.

3.- EE.UU. y Venezuela firmaron en el Ministerio de RR.EE. dos acuerdos de cooperación antinarcóticos.

4.- Embajador de EE.UU.A., Michael Skol, manifestó que el alzamiento militar del 04-FEB tomó por sorpresa a su país, no habiendo necesidad de pensar más allá de los hechos.

5.- Misión Económica Venezolana se encuentra en EE.UU.A., habiendo recibido el apoyo del Congreso Norteamericano y de la Cámara de Representantes.

6.- El Embajador de EE.UU. y el representante ante la O.E.A., Luigi Einaldi, concurrieron al Palacio de Miraflores a saludar al Presidente Carlos Andrés Pérez; expresándole la solidaridad y el apoyo a la constitucionalidad democrática venezolana.

7.- El citado representante de EE.UU. ante la O.E.A. dictó una Conferencia en el Instituto de Altos Estudios de la Defensa Nacional sobre el papel actual de la O.E.A.. Su exposición dio lugar a una ocasión del auditorio que se manifestó en ruido de llaveros.

8.- El Sub-Secretario de Estado norteamericano para América Latina, calificó como ridícula la posibilidad de que Luigi Einaldi, dejara abierta la insinuación de una intervención en Venezuela.

9.- El nuevo Canciller de Venezuela, Humberto Calderón Besti (COPEI) hizo una serie de declaraciones, sobre el diferendo con Colombia, respecto al Golfo de Venezuela.

10.- El Gobierno de Colombia solicito "el texto oficial" de las declaraciones efectuadas por el nuevo Ministro de RR.EE. de Venezuela, sobre el Golfo de Venezuela.

11.- El Gobierno reiteró sus derechos sobre el Golfo (áreas marítimas y submarítimas que le corresponden en proporción a las costos que tiene el país sobre el citado Golfo. El Ministro de RR.EE. de Colombia cuestionó declaraciones de Calderón Besti.-

12.- Profesora y Asesora de la Comisión Negociadora considera inoportuno seguir dicutiendo públicamente sobre el Golfo de Venezuela.

13.- Comisión Presidencial para la delimitación de Areas Marinas y Sub-marinas con Colombia, presentó un detallado informe del Ministro de RR.EE.

14.- Ministra de RR.EE. de Colombia, reiteró derechos sobre el Golfo y su Gobierno confía en que serán reconocidos mediante un acuerdo bilateral definitivo.

15.- El Ministro de RR.EE. de Venezuela aseguró que no se está pensando acudir a la Corte Internacional de La Haya, para dirimir el diferendo con Colombia.

16.- S.I.P. condenó a los gobiernos de Cuba, Haití y Venezuela por violaciones a la libertad de expresión.

17.- El Presidente Carlos Andrés Pérez inauguró el XV Congreso Mundial de la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (CIOLS).

18.- El XV Congreso Mundial de la CIOLS adoptó una resolución sobre Cuba, ante las reiteradas violaciones de derechos humanos y sindicales.

19.- Cancilleres del Grupo de Río iniciaron en la ciudad de Buenos Aires deliberaciones, preocupados por las amenazas contra las democracias latinoamericanas.

04 9203967.

20.- Países del Grupo de Río acordaron ofensiva conjunta contra el terrorismo, en respuesta al atentado en la Embajada de Israel en Argentina.

21.- Estudio secreto preparado para el Congreso Norteamericano en AGO-75, revela que EE.UU. tenía planes para tomar por la fuerza yacimientos petrolíferos de Venezuela, Arabia Saudita, Kuwait, Nigeria y Libia.

22.- Presidente del Partido Popular Español, José María Aznar, llegó a Venezuela invitado por COPEI.

23.- Programa BOLIVAR modernizará el aparato productivo del país. El objetivo del programa es favorecer la interrelación de los industriales de América Latina y el Caribe.

B.- POLITICA INTERNA.

1.- Declaraciones del Escritor Arturo Uslar Pietri.

a.- Se sumó al planteamiento del ex-Presidente Rafael Caldera de renuncia del Presidente Carlos Andrés Pérez.

b.- Luego de hacer un análisis histórico de las democracias que han perecido por la violencia, manifiesta que los venezolanos no solamente están lejos de haber creado una República Democrática - representativa y eficiente, sino que se encuentran al borde de jugar de nuevo el destino nacional a la violencia.

2.- Declaraciones del Presidente Carlos Andrés Pérez:

a.- En respuesta a la exigencia de renuncia de su cargo, anunció que cumpliría con el pueblo que lo eligió y con la responsabilidad constitucional.

b.- Con motivo del inicio de las sesiones del Congreso de la República, pronunció un discurso donde expuso el programa tendiente a superar la crisis que atraviesa Venezuela.

c.- Al poner en posesión del cargo a los nuevos Ministros de RR.Int. RR.EE. Fomento, Justicia, Fondo Inversiones, Familia, Cobre y Procurador de la Republica, destacó que el cambio parcial del Consejo de Ministros obedece al compromiso del 05-MAR-92.

d.- En reunión con el CEN de AD y ante un planteamiento de este Comité, se negó a modificar su política económica, prometiendo profundizar medidas de contenido social.

e.- Durante la realización de una gira por el Estado Cojedes, aseguró que las recomendaciones y visiones de los asesores internacionales coinciden con el planteo del Consejo Consultivo.

f.- Publicación del Diario "El Espectador" de Bogotá sobre un reportaje - realizado ante los rumores de una nueva tentativa de Golpe de Estado.

3.- Consejo Consultivo de la Pdcia. Rpca. entregó su segundo informe de sugerencias, dando por concluídas sus funciones.

4.- Consejo Consultivo de la Pcia.Rpca. entregó a la directiva delCongreso el informe de sugerencias de las medidas que se deben tomar para superar la crisis actual.

5.- Declaraciones del Fiscal General dela Rpca.:

a.- Reunidos con los miembros del Consejo Consultivo manifestó que las fórmulas propuestas como salida a la crisis, son proposiciones complementarias y no excluyentes.

b.- Comunicó a los periodistas que había ordenado una investigación a fondo para determinar responsabilidades, en los hechos de violencia del 10 de marzo.

c.- Presentación al Congreso nacional, del informe anual correspondiente a 1991.

d.- Reunido con el ex-Magistrado del Consejo de la Judicatura, le requirió una continua colaboración.

6.- Declaraciones de integrantes de Partidos Políticos:

a.- A.D.

(1) Secretario General en Caracas culpó al Edil del MAS de los disturbios producidos el 10 de marzo.

(2) C.E.N. ampliado analizó efectos de las protestas realizadas durante la noche del"caceroleo" del 10 de marzo, concluyendo que se debe solicitar al Presidente de la Rca., rectificaciones reales y actuación de mayor concordancia con el Partido.

(3) Jefe de fracción parlamentaria acusa a Diputado de Causa R de participar en la marcha del 10 de marzo, portando un arma de guerra.

(4) PresidenteHumberto Selli consideró que adelantarel proceso electoral sería un salto al vacío.

(5) C.E.N. evaluó críticas hechas al Senador David Morales Bello, que presumiblemente obstaculizara su designación como Presidente del Congreso Nacional.

(6) A.D. propuso un documento para responder a la campaña que acusa a David Morales Bello de dirigir"una rosca o tribu judicial".

(7) Senador David Morales Bello solicitó al Consejo de la Adjudicatura que investigue denuncia del Fiscal General, sobre la acusación de manejar una "tribu judicial".

(8) Secretario General en Caracas manifestó que su partido irá a la calle para contrarrestar acciones desestabilizadoras de grupos vinculados a la ultra-izquierda.

(9) Diputados Luis Raul Matos Azocar y Cristóbal Hernández quedaron suspendidos de sus derechos partidistas en A.D.

b.- COPEI.

(1) Ex-Presidente Rafael Calderas propuso en comisión bicameral de reforma de la Constitución que el preside, disposición transitoria que los integrantes de los poderes públicos cesen al entrar en vigencia la reforma.

(2) Miembros del comité nacional de COPEI discrepan contra la decisión de ir al gobierno y responsabilizan a la mayoría del Comité Nacional.

(3) Presidente y Secretario General entregaron documento del Comité Nacional, para impulsar reforma general de la constitución.

c.- MAS.

(1) Diputado Italter Márquez presentó denuncia ante comisión interamericana de Derechos Humanos sobre presuntos asesinatos de dos Sub-Tenientes del Ejército, luego de entregarse a las fuerzas leales al gobierno, en la madrugada del 04-FEB.

(2) Comité Ejecutivo planteó necesidad de buscar una salida democrática a la crisis y propone opciones.

(3) Presidente expresó que el planteamiento del indulto a los golpistas tiene sentido dentro del actual cuadro político.

(4) Diputado Enrique OCHOA ANTICH propuso que el poder constituyente solicite la renuncia del Presidente de la Rca. y convoque a elecciones presidenciales anticipadas.

(5) Dirección Nacional apoya convocatoria de una Asablea constituyente y no acepta formar parte del gobierno.

d.- MEP.

(1) Presentó propuestas al Consejo Consultivo relacionadas al Consejo de Reformas para enfrentar la crisis.

e.- Causa R.

(1) Diputado Pablo Medina expresó que anda armado para proteger su vida de las bandas armadas de AD.

7.- Familiares de militares detenidos en el Cuartel San Carlos expresaron ante la Fiscalía General de la República, temores sobre integridad física del grupo de Oficiales.

8.- Diputado Gustavo Torre Beiseñio (COPEI) presidió comisión de Cámara de Diputados que informó al Presidente de la Rca. la instalación de las Cámaras legislativas, pronunciando un discurso.

9.- Senador Enrique TEJERA (AD), en representación de la Cámara de Senadores, expuso el aporte que puede hacer el Congreso dentro de sus atribuciones - consensuales y legislativas.

10.- Tribunal Superior de Salvaguarda solicitó a la CSJ extradiciones de persona involucradas en compra de Jeeps que fueron usados por AD para su campaña electoral.

11.- Ctes. responsables del intento de Golpe de Estado designaron un "Comité coordinar de la Defensa de los procesados militares".

12.- Declaraciones del Ministro de la Defensa:

a.- Agradeciendo palabras de aliento de representantes de la Conferencia Episcopal venezolana.

b.- Las FF.AA. rechazarían de forma categórica una intromisión o intervención de un ente o país extranjero, en el caso de que algún grupo sea militar, o civil, llegue al poder por la fuerza.

c.- Destacó la necesidad de "redondear" el poder en Venezuela, dada su excesivas concentraciones en sectores privilegiados.

d.- La crisis en Venezuela se debe a falta de representatividad de su sistema político, manifestó en entrevista del diario mejicano "El Nacional".

e.- En respuesta a informaciones aportadas por un periodista televisivo, manifestó que los procesados militares detenidos en el Cuartel San Carlos han violado sus obligaciones militares al ofrecer declaraciones de caracter político.

13.- Magistrados del Consejo de Judicatura dispusieron remoción de 61 jueces a nivel nacional.

14.- Gobernador del Estado Sucre, Eduardo Morales Gil (AD) declaró que se deben llevar a los golpistas y sus partidarios al escenario democrático y pluralista.

15.- Declaraciones del periodista José Vicente RANGEL

a.- Entrevistado por la revista "Punto Final" de Santiago de Chile, analiza la situación del país, causas del intento de Golpe de Estado y otros factores de actualidad.

b.- En respuesta al Ministro de Defensa aclara que la información sobre un movimiento conflictivo en la Armada, la obtuvo de una fuente digna de todo crédito.

16.- Comisión Bicameral revisora de la Constitución aprobó el Referendum, el Consejo de la Magistratura, la figura del Primer Ministro y la no reelección de los ex-Presidentes, sin que afecte a los actuales reelegibles.

17.- Fundación "Venezolanos Todos" dirigió una carta abierta al Presidente de la República, Legisladores e integrantes de las Direcciones Nacionales de los Partidos Políticos, haciendo una serie de planteamientos.

18.- Cámara de Diputados aprobó por 100 votos contra 99, un voto de censura al Ministro de Agricultura y Cría, Toxathan Coles.

19.- Cámaras Legislativas admitieron por unanimidad el Proyecto de Reforma Constitucional, decidiéndose que la Cámara de Diputados será la que inicie las discusiones.

20.- Informe de Comisión Bicameral consta de 70 artículos, cuyo contenido podría ser transformado o eliminado durante los debates.

21.- Ultima encuesta Mescanálisis revela decadencia de AD como Partido Político, COPEI y MAS, también muestran tendencia a la baja. FF.AA. es la isntitución que garantiza más confianza con el 40%, mientras que el Presidente de la República tiene un 6%.

C.- CONCLUSIONES.

II.- FACTOR SOCIO-ECONOMICO.

A.- ANALISIS SOCIAL.

1.- Continúan los graves problemas carcelarios del país:

a.- Cinco reclusos fueron heridos en el Internado Judicial de Basinas, al intervenir la Guardia Nacional.

b.- Seis muertos y veinticuatro heridos fue el saldo registrado en el centro Penitenciario Nacional de Valencia (Cárcel de Toruyito).

2.- La C.G.T. (Central General de Trabajadores) se reunió durante dos días para analizar el discurso presidencial del 05 de marzo.

3.- Conferencia Episcopal Venezolana expuso posición de la Iglesia sobre lo que calificaron como "desajuste político".

4.- Decomisos de Drogas en diferentes Estados del país.

a.- G.N. decomisó 6[illegible] kgs. de cocaína en el Estado Tachira.
b.- Jefe del Comando Regional Nro. 1 de la G.N. comunicó decomisos por 118 kgs. (Tachira)

5.- Violentos disturbios y protestas en diferentes ciudades del país.

a.- 25 heridos fue el saldo que dejó en enfrentamiento en el intento de realización del Cabildo Abierto en la Plaza Bolívar, el 10 de marzo.

b.- 8 muertos durante la realización del "cacerolazo" el 10 de marzo.

c.- Manzana donde viven los padres del Cte. CHAVEZ en la ciudad de Barinas, fue el centro de las protestas en la noche del "cacerolazo".

d.- 24 heridos y más de 30 detenidos a nivel nacional fue el resultado de los disturbios ocurridos el 19 de marzo.

e.- Disturbios en la ciudad de los Teques, Maracaibo y Merida.

f.- Agitadores infiltrados entre Universitarios y liceales, colaboraron en la destrucción y saqueos de comercios y supermercados, en la ciudad de Cumaná.

g.- Violentos enfrentamientos en la ciudad de Valencia, con resultados de 18 estudiantes y 4 policías heridos.

6.- Mezcla de heroína y cocaína causó la muerte de 21 personas, residentes en el barrio 23 de Enero, habiendo 50 personas hospitalizadas, algunas en estado de suma gravedad.

7.- 90% de heroína y 10% de cocaína es la composición de la mezcla; esos fueron los resultados del laboratorio aumentando a 23 muertos y 112 intoxicados.

8.- Heroína descomisada recientemente, en el estado Tachira, tiene mucha similitud con la encontrada en el barrio 23 de Enero.

9.- UCV.

a.- Rector se muestra excéptico ante las medidas anunciadas por el Presidente de la Rca. para superar la crisis.

b.- Delegación de estudiantes universitarios fue recibida por el escritor Arturo Uslar Pietri.

c.- 5 Universidades cuyas autoridades son elegidas por los miembros de sus comunidades: UCV y Universidades de Zulia, los Andes, Carabobo y de Oriente.

d.- Sociologos de la UCV afirmaron que en Venezuela surgió una nueva opinión pública y un proceso social inédito, con soluciones también inéditas.

10.- Tasa nacional de analfabetismo es del 8.42% con 1.037.846 analfabetos en población de 15 años y más.

C8 9203967.

B.- ANALISIS ECONOMICO .

1.- PDVSA obtubo ingreso global de U$S 22.300 millones en 1991.

2.- Presidente del BID anunció otorgamiento de cooperación técnica no reembolsable por U$S 4.200.000.

C.- CONCLUSIONES.

III.- FACTOR MILITAR.

A.- ASALTO AL REGIMIENTO DE ALISTADOS "GENERALISIMO FRANCISCO DE MIRANDA".

1.- Teniente Raul Alvarez Bracamonte, acompañado de 4 NN sometió a la Guardia de prevención del Regimiento de referencia el 01 de marzo, sustrayendo 40 FAL y sub-ametralladoras y municiones 7.62 y 9mm. El citado Oficial había prestado servicios en el mencionado Regimiento hasta el 28-FEB-92.

2.- C/A. José Rafael Huizi Clavier, vocero del Ministerio de la Defensa, amplió declaraciones primarias, manifestando que la hipótesis oficial es que la sustración de armas la llevó a cabó para entregarla al grupo que organizó el alzamiento militar del 04-FEB-92.

B.- ATACADA BASE FLUVIAL DE CIUDAD BOLIVAR.

1.- C/A Huizi Clavier informó sobre el ataque a la citada base, por parte de 3 NN lanzando un coctel molotov que provocó el incendio de una camioneta militar.

C.- BRIGADA DE LA DISIP Y EL EJERCITO RECUPERARON GRAN PARTE DEL ARMAMENTO CAPTURADO POR LOS INSURGENTES EL 04-FEB-92.

1.- El 80% del armamento capturado por los militares insurgentes el 04-FEB-92 han sido recuperados, en los operativos conjuntos realizados en el Estado Zulia.

D.- DECLARACIONES DEL C.G.E.

1.- Manifestó que el Ejército Venezolano, forjador de libertades, sigue firme en la defensa de la democracia. A su juicio a ninguna fuerza, a ningún sector del país le dolió más que al Ejército, la acción de ese pequeño grupo empeñado en trasgredir los mejores valores de este Ejército.

2.- Lanzó una convocatoria dirigida al "verdadero Soldado"; unión, lealtad y confianza inquebrantables para seguir siendo los auténticos paladines de la patria y de sus instituciones democráticas.

E.- DECLARACIONES DEL MINISTRO DE LA DEFENSA.

1.- Al ser entrevistado sobre la estabilidad del Ejército, constestó que se encuentra reorganizándose, después de lo sucedido el 04-FEB-92; en una forma muy activa y muy seria.

2.- Asumió el sobreseimiento, por decisión del Presidente de la República, de la causa a 57 militares y 8 civiles detenidos luego del intento de golpe de estado del 04-FEB-92; porque quedó claramente demostrado que no tienen vinculaciones estrechas con la acción subversiva.

F.- DECLARACIONES DE CTES. DETENIDOS EN EL CUARTEL SAN CARLOS.

1.- El Tte. Cnel. Arias Cardenas entrevistado por el diario "EL NACIONAL" contestó que eran muchos los Oficiales honestos en el país y por honesto, porque había que defender el país con una "democracia bolivariana de integración", está detenido.

2.- En carta hecha a llegar al diario El Nacional desde el Cuartel San Carlos, los Comandantes CHAVES FRIAS, ORTIZ CONTRERAS, ARIAS CONTRERAS, URDANETA, Y ACOSTA hicieron un violento ataque al Presidente Carlos Andrés Pérez "no pretendimos nunca hacer un héroe del saltimbanqui que ha dirigido la tragedia política nacional".

3.- El Comandante CHAVEZ, hablando a través de sus Abogados, se dirigió al Juez militar que entiende en la causa, precisando que no existen las condiciones mínimas requeridas para un proceso en el que se respeten los derechos humanos las garantías constitucionales y los lapsos legales.

4.- El Tte. Cnel. CHAVES FRIAS, entrevistado por el diario "EL PAIS" de Madrid manifestó que Venezuela sufrirá otro enfrentamiento sangriento si se inflige algún daño a los golpistas que intentaron derrocar al gobierno el mes pasado.

5.- El Cte. CHAVES FRIAS en una improvisada rueda de prensa, desde el Cuartel San Carlos, desmintió la versión sobre una supuesta pelea entre él y el resto de sus compañeros y atribuyó tal información a una campaña de desprestigio contra el MMB.

6.- En documento hecho llegar al diario "EL GLOBO", los detenidos en el Cuartel San Carlos, hacen un exhaustivo análisis del problema del Golfo de Venezuela y exigen la paralización de todas las negociaciones con Colombia durante el resto del período del Presidente Carlos Andrés Pérez.

G.- HECHOS PROTAGONIZADOS POR EL CTE. CHAVES FRIAS.

1.- Sorpresivamente apareció levantando los brazos y colocándose la boina roja en inmediaciones de la garita, pronunciando arenga a los presentes; hubo reaccion del 2do. Comandante del Cuartel San Carlos acompañado de 30 PM, tratando de someterlo al Cte. y Subalternos acompañantes. El Comandante CHAVES derribó de un puñetazo al C/F (Segundo Cte.), siendo posteriormente sometidos.

H.- PROMOCION SIMON BOLIVAR 1975 Y LOS ACONTECIMIENTO DEL 04-FEB-

1.- El Cnel.(R) Alejandro Amaral Rodriguez, quien tuvo activa participación en el trámite de designación de la promoción, a la cual pertenecen los Ttes. Cnles. Chavez Frias, Ortíz Contreras, Urdaneta Hernández y Acosta Chirinos, entre otros; manifestó que "la promoción de 75 Alféreces fueron sometidos a una doctrina bolivariana-militar ciudadana".

Y.- DECLARACIONES DEL GRAL. DE DIV.(EJ) (R) CARLOS SANTIAGO RAMIREZ.

1.- En su intervención en un foro de la Universidad de Carabobo, para examinar el 27-FEB-89 y el 04-FEB-92, hace una crítica violenta al Presidente Carlos Andrés Pérez y a los integrantes de su gobierno. Critica a las FF.AA. por su participación el 27-FEB-89 y hace una apología de los intervinientes en el intento de golpe de estado del 04-FEB.

J.- DECLARACIONES DEL PRESIDENTE DE IORFAN, GENERAL DIVISION (EJ)(R) JACOBO YEPEZ DAZA.

1.- Hablando a nombre de los militares retirados manifestó que el Presidente Carlos Andrés Pérez no puede ser el dirigente para encabezar la salida de la crisis ya que ha sido el factor determinante de la situación actual.

2.- Hace mención a las hipótesis que podrían marcar la dirección del nuevo papel de las FF.AA.

K.- COMUNICADO DE LOS OFICIALES RETIRADOS DE LAS FF.AA. A LA OPINION PUBLICA NACIONAL.

1.- Previa exposición de motivos, hacen un pronunciamiento de cinco puntos.

L.- CAMBIAN NOMBRES A BNS. IMPLICADOS Y ELIMINAN BOINAS ROJAS.

1.- El C..G.E. dispuso el cambio de nombres a 15 de las 17 Unidades protagonistas del levantamiento del 04-FEB y 2 fueron desincorporadas del Ejército, derogando asimismo eluso de la boina color rojo.

LL.- SARGENTO AFECTADO POR UNA REPENTINA CRISIS EMOCIONAL DIO MUERTE A TIROS A UN CNEL. Y TTE. CNEL. Y DOS ESPOSAS DE SARGENTOS.

1.- Comisión dispuesta al domicilio de un Sgto. para tranquilizarlo, por haber sufrido una crisis emocional fue recibida a tiros por éste; matando a un Cnel. un Tte. Cnel. y dos esposas de Sargentos.-

M.- INFORMACION: FUERZAS ARMADAS, M.D., EJERCITO, ARMADA Y GUARDIA NACIONAL.

1.- Imágen noticia de las FF.AA.: Anexos: Nro. [illegible], [illegible] y [illegible].

2.- Ministerio de la Defensa: Anexos Nros. 27, [illegible] y [illegible].

3.- Centinela: Organo Informativo del Ejército: Anexos Nros. 30, 31, 32 y 33.

4.- Bitácora de la Armada: Anexos Nros. 34, 35, 36.

5.- Guardia Nacional: El Honor es su divisa: Anexos Nros. 37, 38, 39, 40, 41,

N.- CONCLUSIONES.

//

9203967

ANEXO N° 2 AL FACTOR MILITAR

SECRETO

EL NACIONAL 03 MAR 92

El domingo a la una de la madrugada, el teniente Raúl Jesús Alvarez Bracamonte, entró sin ningún problema al Fuerte Tiuna. Acompañado de tres personas vestidas de civil, luego de identificarse, traspasó la alcabala y cruzó a la derecha, para llegar al Regimiento de Abastecimiento.

Sometió a cinco guardias militares para sustraer, 40 ametralladoras y fusiles, además de municiones. Con el lote de armas subió a una camioneta Bronco, negra con techo blanco, y arrancó. Todavía no la encuentran.

Alvarez Bracamonte es oficial de Caballería, paracaidista y con cursos de operaciones especiales y de [illegible]. Hasta el pasado viernes sirvió en el Fuerte Tiuna. A partir del lunes iniciaría sus labores militares en otra instalación.

La hipótesis oficial es que Alvarez Bracamonte sustrajo esas armas para hacerlas disponibles al grupo que organizó el alzamiento militar del 4 de febrero. Eso es lo que dejó entrever en sus declaraciones el contralmirante José Rafael Huizi Clavier, director de la Secretaría del Ministerio de la Defensa.

–¿Cuál sería el motivo de Alvarez para sustraer las ametralladoras y los fusiles?

–Se investiga una presunta vinculación con el Movimiento Bolivariano. Actualmente, estamos buscando el lote de armas con allanamientos y otros [illegible]. Las regiones más vigiladas son Caracas y Valencia.

Esa medianoche, Alvarez entró al Fuerte Tiuna con la excusa de recoger su ropa y otras pertenencias. Los guardias hasta lo saludaron "Buenas noches, mi teniente...".

–¿No les sorprendieron que entrara con cuatro sujetos más?

–No, porque los acompañantes pudieron haber sido los que lo ayudarían a cargar sus pertenencias.

Alvarez Bracamonte portaba sus armas reglamentarias pero, en otras [illegible] ocasiones, se las dirigía a ellos. Sin embargo, se supone que los guardias también estaban armados y que un solo hombre no puede con cinco militares.

–¿Los civiles también estaban armados?

–No poseo información técnica de las armas, ni es que las tenían los civiles.

–El delito de sustracción se cometió a la una de la madrugada, pero, ¿a qué hora se dio la voz de alarma?

–No sabemos la hora exacta pero fue en cuanto se recuperaron los cinco guardias sometidos por Alvarez Bracamonte, expresó Huizi.

El teniente contó con suficiente tiempo extra para obtener una buena ventaja y evitar que lo encontraran. Los cinco guardias militares son investigados actualmente.

–¿Qué le espera a Alvarez Bracamonte?

–Sufrir un juicio de sustracción de armas de las Fuerzas Armadas. Alvarez Bracamonte se valió del hecho de ser conocido en el Fuerte Tiuna.

Tensión militar

El mismo domingo fue acuartelado todo el personal militar. Urgentemente convocaron a quienes disfrutaban de permiso por carnaval e incluso, el personal civil que trabaja para el Ministerio de la Defensa.

Las medidas de seguridad fueron reforzadas, explica Huizi Clavier, en todas las instalaciones militares, no sólo en el Fuerte Tiuna.

–Se reforzó la seguridad por lo ocurrido el domingo en la madrugada y por los rumores desestabilizadores.

–¿Cómo se garantiza que no vuelvan a robar armamento?

–Con las medidas de seguridad que han sido implementadas.

En el Fuerte Tiuna, hay guardias militares en todas las entradas y en el Paseo Los Próceres, a nivel de las gradas desde donde se observan los desfiles que conmemoran las fechas patrias. Ningún carro sale sin que se le revise la maleta y a los ciudadanos, incluyendo los pequeños, se les exige identificación.

También los oficiales son sometidos a la medida. Un coronel que conducía un Sierra 300, cumplió con lo ordenado.

Los soldados que custodian las entradas al Fuerte Tiuna lucen tensos. El contralmirante lo atribuye a la situación irregular.

–Las Fuerzas Armadas se encuentran en estado de alerta pero no están divididas a raíz del alzamiento del 4 de febrero. Nosotros representamos garantía de seguridad constitucional y de paz social, asegura Huizi Clavier.

Tropa de baja

Una tropa completa fue dada de baja, al ser detenida por los acontecimientos del 4 de febrero y posteriormente liberada.

–Se licenció a la tropa del contingente [illegible] de abril 90. Lo único que se hizo fue adelantar la licencia, que sería entregada el 15 de marzo de 1992.

–¿Y los militares liberados?

–Continúan sirviendo, sea en su antiguo comando o en otro.

–¿Por qué se trasladó al teniente Alvarez Bracamonte a otra instalación? ¿Estaba implicado en el fallido alzamiento?

–No estaba relacionado con el 4 de febrero. Se trasladó justamente con el fin de llenar plazas vacantes.

SECRETO

12

9203967

920396 7

"EL NACIONAL" 15 MAR 92

Ministro de Defensa anuncia reorganización del Ejército

El general Fernando Ochoa Antich y los miembros del Alto Mando Militar se entrevistaron ayer con el presidente Carlos Andrés Pérez para hacer una evaluación de la situación nacional

JESUS EDUARDO BRANDO

El ministro de la Defensa y demás integrantes del Alto Mando Militar se reunieron ayer, en Miraflores, en un desayuno de trabajo con el presidente Carlos Andrés Pérez en [illegible] en la [illegible] se trató, entre otras cosas, la reorganización del Ejército y [illegible] de los [illegible] de bienestar social y [illegible] [illegible]

[illegible]

lida de Palacio, sobre las ocho de la mañana. No hubo mayores comentarios. Sin embargo, fuentes vinculadas al sector castrense confiaron a El Nacional que en dicha oportunidad también se conversó sobre rumores que están circulando en medios políticos y militares sobre el peligro de un contragolpe auspiciado por sectores calificados de extrema derecha.

Ello se maneja con suma cautela pues se sabe que se mencionan nombres de alta importancia. Por lo demás, vimos cartuchos percutados, en La Casona y en la Base Miranda, con el grabado "04/02/92, Día de la Dignidad del Soldado Venezolano". Obviamente este tópico no fue abordado abiertamente por las autoridades militares con los periodistas, pero [illegible] ambiente.

—¿Y qué [illegible] esta situación [illegible]?

—El Presidente tuvo la gentileza de invitarnos al Alto Mando de las Fuerzas Armadas a un desayuno de trabajo, en donde estuvimos analizando los diferentes programas de desarrollo que tienen las FAN a objeto de darle un mayor impulso con el fin de resolver los problemas internos de las Fuerzas Armadas con la mayor rapidez posible.

—¿Cuál es la situación del país?

—Yo le he dicho en varias oportunidades y deseo de nuevo llevarle a todo el pueblo venezolano una palabra de serenidad y de tranquilidad con la absoluta certeza de que en las Fuerzas Armadas se ha ido normalizando la situación interna y cada día nos encontramos más unidos, prestándole el servicio que siempre le hemos prestado, de estabilidad institucional y de garantía de paz en la República.

—¿Y en cuanto a la estabilidad del Ejército?

—El Ejército se encuentra reorganizándose después del problema que todos conocemos, en una forma muy activa y muy seria, su comandante, el general Rangel, ha hecho una evaluación muy comedida de la situación y está buscándole diferentes alternativas para lograr que el Ejército lo más rápidamente posible obtenga la operatividad que siempre ha tenido.

—¿Hay planes especiales?

—Estuvimos revisando dos planes fundamentalmente, el plan de bienestar social de las FAN, que como ustedes saben, ya se está aplicando y el plan de desarrollo de las FAN, que al ser introducido dentro de [illegible] al Congreso de la República [illegible] objeto de que se apruebe [illegible] programa para lograr un [illegible] por varios años [illegible]

13

920396 7

de una nueva intentona golpista

El general Fernando Ochoa Antich informó sobre la apertura de una investigación de la justicia militar por excesos policiales que presuntamente causaron la muerte de oficiales golpistas el día de la asonada

Coincidió con el vicealmirante Germán Rodríguez Citraro en el sentido de que la intentona del 4-F debe estimular la búsqueda de una sociedad más justa

WILFER PULGARIN

El Presidente de la República, Carlos Andrés Pérez, decidió sobreseer la causa a 57 militares y 8 civiles que fueron detenidos luego del fallido intento de golpe de Estado del 4 de febrero.

Según información del titular del Ministerio de la Defensa, Fernando Ochoa Antich, esta decisión se tomó porque quedó claramente demostrado que los afectados "no tienen vinculaciones estrechas con la acción subversiva del 4F". Agregó que la actuación que ellos tuvieron en el transcurso de los sucesos se produjo "en cumplimiento de órdenes militares, pero en ningún momento tuvieron que ver con la conspiración en sí".

Ochoa Antich anunció que próximamente se les sobreseerá la causa a otro grupo de oficiales.

La medida favorece a los subtenientes Miguel Martínez Morales, Carlos Tovar Alfaro, Luis Roberto Arreaza, Oscar Cabello Lozano, [illegible] Baute [illegible], Osvaldo Aquino [illegible], Luis [illegible] Bermúdez, [illegible] Sevilla, [illegible] Carvajal, [illegible] Delgado, Juan Valero [illegible], Ricardo Torres [illegible], Juan [illegible] Martínez, Luis Levapa Adrián, [illegible] Ramírez, [illegible] Ala[illegible], Edwin [illegible], [illegible] Pelnol, [illegible], Fernando Pérez [illegible] Ochoa, Héctor Parra Yarza, Eduardo Escalante Pérez, Rubén del Corral Sáez, Yul Camargo Figueroa, Julio Barrios Torres y José Moreno Oliva.



Ochoa Antich: El cacerolazo demuestra que el pueblo ha madurado

A los sargentos técnicos de tercera Rafael Santander Morales, Jesús Herrera Mercado, José Gregorio Ramos Parra, Marlon Medina Guzmán, Ronald Rangel Acosta, Darío Berrios Lenin y Pedro Millán Machado.

Los sargentos técnicos de segunda Wilmer Villareal Godoy, Javier Terán Gutiérrez, Argenis Barreto Flores, Aureliano Carrasquel Rondón y José García Estrada, además del sargento de primera Segundo Montilla Bernardino.

Los sargentos segundos Antonio Lugo Ismael, Saúl Porras Medina, Jorge Luis García, Richard Acosta Agurado, José Gregorio [illegible] y Carlos Márquez Ruiz. Los [illegible] primeros Angel Meléndez Arias, [illegible] Lobato, Eroy Cárdenas [illegible], Julio Alberto [illegible], Humberto José Vásquez, Héctor [illegible].

Los civiles a quienes se les terminó la investigación son Víctor [illegible] Gualberto Martínez Prado, Adrián Parra Ramírez, Raúl Miranda Borges, Hirán Parra Ramírez, Wilfredo Bermúdez, Celio Benítez Valera y José Rodríguez Bolívar.

INVESTIGAR MUERTE DE OFICIALES EL 4-F

Por otra parte, el titular de la Defensa declaró que en relación con la muerte de oficiales golpistas el 4 de febrero, atribuida a supuestos excesos policiales, pese a que las FAN no han confirmado la veracidad de estos rumores se ordenó la averiguación sumarial correspondiente por parte del Juez I de Primera Instancia Permanente de Caracas, Mayor (Av) Adalberto Contreras Correa.

Dijo también que luego de una inspección de las FAN a través de la institución competente, se revisó la dotación de armas de los organismos policiales y de seguridad del Estado (PTJ, Disip, PM), luego de lo cual se determinó que ellos poseen armamento que corresponde únicamente a sus funciones reglamentarias. Con esta respuesta descartó rumores según los cuales estos organismos han decomisado armas de guerra que no han sido devueltas a las Fuerzas Armadas.

En la misma onda del desmetido, Ochoa Antich dijo que los órganos de inteligencia de las FAN no tienen indicio de la existencia de supuestos grupos armados de partido político alguno ni de ningún sector legalmente constituido de la sociedad civil.

Más adelante negó categóricamente que se hubiera puesto en manos de civiles algún tipo de armamento.

SOCIEDAD MAS JUSTA

Al [illegible] de las [illegible] Ochoa Antich coincidió con el Contralor General de las FAN, Germán Rodríguez [illegible], quien declaró que los sucesos del 4-F deben propiciar una sociedad más justa.

—[illegible] sociedad más justa, sino que [illegible] convencido, al igual que las FAN, de que Venezuela requiere un proceso de profunda transformación de su sociedad, pero la mayoría de las Fuerzas Armadas, al igual que el pueblo, está convencida de que la profunda transformación tiene que ocurrir no solamente en los procedimientos sino también en los hombres y debe realizarse preservando la paz de la República.

Consultado sobre la posibilidad de un nuevo intento golpista, el ministro descartó el hecho argumentando que el grupo que lo encabezó el 4-F lo hizo por razones ideológicas, pero que en total no lo conformaban más de 80 oficiales.

Acerca de las simpatías que han despertado los insurrectos indicó que los deseos de cambio en el país se venían canalizando institucionalmente, como en el caso de la elección de gobernadores y alcaldes. "Lamentablemente esos cambios no parecen suficientes y eso ha generado un marco de cierta simpatía con el movimiento del 4-F, simpatía que sin duda vendrá disminuyendo cuando se observe que existen otras formas más seguras de transformar a la sociedad venezolana".

Estimó que el "cacerolazo" fue una expresión cívica, "una protesta y una clara demostración del grado de civismo y madurez que tiene el pueblo venezolano".

Explicó que el presunto exceso en la retención del teniente coronel (r) del Ejército, Pirela Romero, se debió a que se presentó una situación difícil con la insurrección, lo cual pudo conducir a limitaciones en la utilización de los derechos procesales de los detenidos.

—Pero deseo recordar -apuntó- que este derecho se encuentra limitado por la suspensión de garantías existente en este momento en el país.

Cuando se le reiteró que había quienes pensaban que no hay razón para que esto ocurriera, respondió que debe haber mucho respeto entre las distintas instituciones del poder público. "Cuando algún [illegible] del poder no [illegible] [illegible] estabilidad de las instituciones en Venezuela".

"EL NACIONAL" 05 MAR 92

Francisco Arias Cárdenas

Venezuela asume papel de vanguardia

Texto y fotos LAURA SANCHEZ

Es parco, lacónico, metódico. Este andino, quien casi desvió su ruta militar por la sacerdocia, preparación que le enseñó a combatir cualquier acto de deshonestidad.

El más antiguo del grupo de Comandantes pertenecientes al Movimiento Bolivariano, egresó de la Academia Militar en el año 74, un año antes que el resto de sus compañeros.

"Pancho" Arias, como se le llama familiarmente, fiel a sus principios religiosos y enarbolando el honor como divisa, tiene en su curriculum de lealtad a la patria, haber denunciado a una empresa israelí, cuando estaba instalado en la base del Grupo de Artillería Misilística Monagas en Maracaibo; por ofrecerle 20 millones de dólares para que firmara un contrato aprobando la compra de unos misiles que no habían pasado la prueba de relación peso-potencia.

"Somos muchos los oficiales honestos de este país", dice para iniciar este diálogo—tour, por todas las instalaciones de los 50 metros aproximados, del primer piso del Cuartel San Carlos que recorren, amigos, familiares, músicos, periodistas y los rebeldes del 4 de febrero.

—¿Y por honesto está usted hoy aquí?

—Exactamente, porque había que defender este país con una democracia bolivariana de integración, de unión por el ideal común de participación colectiva.

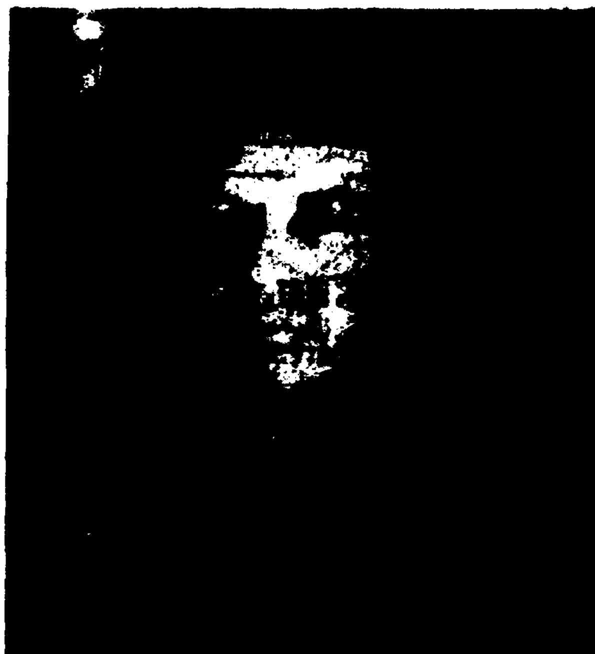
—¿Con qué objetivo concreto el 4 de febrero?

—El objetivo militar concreto, no era otro que capturar el Presidente de la República y tomar el poder.

—Pero les falló el objetivo.

—Claro, pero a partir del cuatro, la fuerza del pueblo ha comenzado a apoyar el objetivo militar con su actitud, al pedir cambios urgentes en la dirigencia nacional y al más corto plazo. La misma respuesta internacional ha cuestionado al Presidente y su política. Además a partir de este momento, en el país esta ocurriendo lo que es ya una necesidad; tenemos que integrarnos a esa lucha armónica por estar en el tiempo histórico. No podemos quedarnos atrás, el tiempo histórico nos reclama cambios, en momentos que son un hecho, el derrumbe del comunismo práctico de la Europa del Este, la Unión Soviética y la caída de las dictaduras latinoamericanas.

Este hombre, reflejo de alguien que reclama urgencia, de firmes criterios en cuanto a la responsabilidad de estar en el tiempo con la premura que obligan las circunstancias, la lucha por reconquistar la dignidad del pueblo, comenzando por corregir, en principio la actual política económica. Es el mismo militar, Teniente Coronel Francisco Javier Arias Cárdenas, nacido en San Cristóbal el 20 de noviembre de 1950, casado con Gladys Fuenmayor de Arias, profesora de la Universidad del Zulia, que se involucra en la lucha del país con temple de mujer. Padres de dos pecosos niños, hermanos venezolanos que llevan [illegible] besos a su papá y agregan que no se explican "por qué lo tienen ahí encerrado".



Francisco Arias Cárdenas

Se le considera, como dijera su profesor de Geopolítica y Estrategia el Coronel (R) Carlos Enrique Quintero Gamboa, con hoja militar intachable, como la de sus otros compañeros. Trabajó en La Grita, en Paramacay, y en otras guarniciones. Hizo postgrado en geopolítica, con altas calificaciones. Trabajó en la División de Inteligencia Militar; de ahí pasó a Maracay, hasta colocarse en la base misilística de Maracaibo, donde es querido y reconocido como un gran estratega.

—Estuvo usted a punto de convertirse con motivo del 4 de febrero en el Gobernador del Estado Zulia. La intentona fracasó, ¿qué reflexión tiene este momento entre rejas?

—Que los momentos y las circunstancias han cambiado totalmente, la ubicación espacial es otra. Venezuela a partir del 4 y de la respuesta de la gente asume un papel de vanguardia hacia la valoración y comienza a tener voz propia.

El mesurado y cerebral Comandante Arias Cárdenas, aquel andinito, hijo de Jorge Ramón Arias, el muchacho consentido de Isolita del Carmen Cárdenas de Arias, sentencia que "por ahora", se ha alcanzado un sentido de lucha distinto, con un criterio distinto de temporalidad.

"La Biblia lo dice, el que quiera oír, que oiga; el que quiera ver, que vea... porque ya se oye el descontento".

"EL NACIONAL" 10 MAR 92

No intentamos nunca hacer un héroe del saltimbanqui más triste que ha dirigido la tragedia política nacional. Sólo quisimos atraparlo y entregarlo al pueblo para que un juzgado de conciencia le juzgara por el crimen del país. El nos entrega a sus policías asesinos y nosotros lo entregaríamos al pueblo ¿Quién es demócrata y quién tirano?

JESUS EDUARDO BRANDO

"No pretendimos nunca hacer un héroe deel saltimbanqui más triste que ha dirigido la tragedia política nacional. Pretendimos, y pretendemos, un verdadero salto a la democracia y la participación creativa, original, libre. Esto solo puede asustar a los vivianes, a los parásitos del actual teatro democrático, no al heróico pueblo venezolano ni a sus verdaderos intelectuales", afirman en carta hecha llegar a El Nacional desde el cuartel San Carlos, los comandantes Yoel Acosta, Hugo Chávez, Jesús Ortiz Contreras, Francisco Arias y Jesús Urdaneta Hernández.

En dicho documento señalan que: "Luego de los heróicos combates del Ejército del pueblo de Venezuela por la dignidad, la verdadera democracia y la participación en su destino, desde nuestros calabozos dignificantes y enaltecedores, preferidos al vasallaje de nuestros hermanos para afirmar allí nuestra estabilidad militar y participación en el asqueroso festín, hediondo a dolor y pobreza de la mayoría nacional", afirmamos:

1) Combatimos con valor y dignidad, buscando capturar nuestros objetivos con el mínimo de destrucción a nuestro riesgo físico.

2) Mostramos que "sí se puede", que la decisión de integrarse en un ideal y lanzarse al futuro con riesgo de la vida tiene un valor humano que ignoran politiqueros como el diputado que competía en lenguaje obsceno con Herminio.

3) No pretendimos nunca hacer un héroe del saltimbanqui que ha dirigido la tragedia política nacional. Sólo pretendimos atraparlo y entregarle al pueblo para que un juzgado de conciencia le juzgara por el crimen del país. El nos entrega a sus policías asesinos y nosotros lo entregaríamos al pueblo. ¿Quién es demócrata y quién es tirano?.

4) Pretendimos y pretendemos un verdadero salto a la democracia y la participación creativa, original, libre. Esto sólo puede asustar a los vivianes, a los parásitos del actual teatro democrático, no al heróico pueblo venezolano y a sus verdaderos intelectuales.

5) La propaganda oficial y la de los seguidores de que somos "golpistas y dictadores", citando nuestro desfase de cara al golpe en la Unión Soviética no tiene sino el asidero de la inautenticidad y la incapacidad para ver las inmensas potencialidades creadoras de nuestro pueblo. Allí el pueblo repudió al Ejército Rojo. Aquí los traidores y las fuerzas del estado viejo y represivo despertaron al Ejército del Pueblo.

Quedan las mejores jornadas: las del pueblo al que mostramos luz y camino. El que no haya visos de rectificación en el Gobierno es muestra de su odio y desprecio al pueblo. Aguardamos que las mentes, los corazones y la acción integrada de Venezuela rompa nuestros barrotes para luchar por la vida mejor, o por lo menos que lo intentemos todos. Ya [illegible] nuestro esfuerzo en la ruta de los soñadores y de los amantes [illegible] y dulces de la más bella y [illegible] doncella: Venezuela.

El comandante Hugo Chávez Frías

"No aceptamos la farsa de un juicio"

Estamos convencidos de haber cumplido con un sagrado deber frente al pueblo para rescatar la vigencia de la Constitución, mancillada por las clases dirigentes del país, agrega uno de los cabecillas golpistas del 4-F en documento enviado al juez militar II de Caracas

J.R.D.

"No existen las condiciones mínimas requeridas para un proceso en el que se respeten los derechos humanos, las garantías constitucionales y los lapsos legales respectivos", dijo ayer, a través de sus abogados, el teniente coronel del Ejército Hugo Chávez Frías, uno de los cabecillas del frustrado golpe de Estado del 4 de febrero.

Hablando en nombre de los demás militares detenidos, el comandante Chávez se dirigió al juez militar II permanente de Caracas, coronel (Ej.) Ramón E. Moreno Natera, a fin de que éste sepa que los detenidos militares no están dispuestos a aceptar sean impuestos de los autos de detención, porque ello equivaldría a cohonestar el desarrollo de un juicio contrario a los principios jurídicos.

A Chávez Frías le sirvieron de intermediarios los abogados Luis Alberto Peña, Carlos Fermín Castillo y Javier Elechinguerra Naranjo, integrantes del comité coordinador de la defensa.

Según Chávez Frías, hay necesidad de denunciar las condiciones que rodean el juicio, cuya instrucción ha correspondido al Tribunal II Militar Permanente de Caracas.

–Hay violaciones a la Constitución y leyes de la república que atentan contra la unidad del proceso y vulneran derechos concernientes a la defensa, a nuestra dignidad de profesionales de armas, al debido ambiente de los sitios de reclusión, a la comunicación con nuestros familiares, al respeto que estos merecen en su vida privada y, en fin, a las garantías que nos corresponden conforme al ordenamiento jurídico nacional en nuestra condición de venezolanos para un enjuiciamiento que, aunque sabemos no atenderá en su fondo a una correcta aplicación de la justicia por las obvias presiones que desde el poder sobre el mismo se ejercen y se seguirán ejerciendo, debe estar sujeto, como cuestión primordial, al respeto a los derechos humanos y revestidos en la forma con el cumplimiento de las normas procedimentales pertinentes.

Afirma Chávez Frías que se ha transgredido el artículo 68 de la Constitución, por lo menos en cuanto al impedimento a los abogados de tener comunicación permanente con los detenidos, y de allí que fuera necesario acudir a los tribunales mediante un recurso de amparo. Por otro lado, incomodidades, pérdida de tiempo, obstrucción a la misión de la defensa, una situación todavía no superada en algunos sitios de reclusión.

Igualmente, cuando se produce la comunicación de lo detenidos con los abogados, se colocan y mantienen guardias a su alrededor, lo que vulnera la naturaleza privada de las conversaciones entre los abogados y los procesados. Hacer antesala y esperar durante mucho tiempo para la comunicación.

Se ha vulnerado también el derecho a comunicarse telefónicamente con los familiares, y hasta se suspendió el servicio ubicado en los calabozos. Se ha impedido por varios días las visitas de los familiares de los detenidos.

Se han violado tratados internacionales sobre derechos humanos, y he aquí ejemplos: impedir el acceso de las autoridades de velar por el respeto a los derechos humanos, a los sitios de reclusión, con el añadido de que tales autoridades han sido objeto de un trato indebido.

–Los sitios de reclusión no reúnen las condiciones mínimas necesarias que permitan a los detenidos, por lo menos permanecer privados de su libertad, con el debido respeto a su condición humana. Un buen ejemplo es el de las instalaciones de la Policía Militar, donde las condiciones sanitarias son inaceptables, pues los detenidos están expuestos a contraer enfermedades debido a la existencia numerosa de diversos insectos, y algo más grave: en tales instalaciones sólo ha habido la disposición de un sanitario para las necesidades corporales de los detenidos, llegándose al inaudito extremo de que los excrementos han vertido por las cañerías e inundado los dormitorios. Se ha impedido a los detenidos las visitas íntimas de sus cónyuges, o sea el derecho a cámara reservada según los principios jurídicos que rige la materia.

En otra parte de su denuncia a Chávez afirma que se pretende quebrantar la moral y unidad del grupo de detenidos, así como de sus familiares, cuya procedencia se presume sea de los organismos de seguridad del Estado, en el sentido de crear con presiones psicológicas un clima de tensión en cuanto a posibles atentados contra sus vidas y hablándose de eventuales rescates o fugas, lo que sería una justificación para masacres, así como también se propagan intenciones de suicidios que nunca han pasado ni pasarán por sus mentes.

–En conclusiones, no existen las condiciones mínimas requeridas para un proceso en el que se respeten los derechos humanos, las garantías constitucionales y los lapsos legales respectivos; no se puede aceptar que seamos impuestos de los autos de detención ni que nombremos defensores provisorios porque ello equivaldría a cohonestar el desarrollo de un juicio contrariamente a principios jurídicos, que se deben respetar en cualquier juzgamiento y mucho más en el que se nos ha iniciado, cuya repercusión es honda en la conciencia colectiva y en la historia del país y en el que imperan las consideraciones de orden político por encima de las de orden jurídico. Finalmente, lo decidido no constituye ningún acto de rebeldía ni de resistencia a ultranza para afrontar nuestras responsabilidades, pero no estamos dispuestos a aceptar pasivamente que se nos imponga la gran farsa representada por la caricatura de un juicio. En caso de que se desarrolle nuestro enjuiciamiento, el mismo no puede estar, en sus términos y condiciones, sometido a imposiciones [illegible] res del poder con violación de la Constitución y leyes de la República, [illegible] señalar que estamos convencidos de haber cumplido con el deber frente al pueblo venezolano para rescatar la vigencia de la Constitución que impunemente ha sido mancillada por la clase dirigentes del país.

SECRETO

Los comandantes Chávez y Arias a "El País"

La protesta popular crece y podría llegar a explotar

Arturo Uslar Pietri, Luis Raúl Matos Azócar, Juan José Delpino y Monseñor Mario Moronta, entre otros, iban a ser llamados para integrar la Junta de Gobierno, a Rafael Caldera ni se menciona, Según Chávez.

Arias Cárdenas dijo que pretendían cumplir los compromisos internacionales de Venezuela. "No había peligro para las inversiones extranjeras. La carta con el FMI es irritante porque no se puede hipotecar la soberanía económica de su país. Revisaríamos estos compromisos con el Fondo para orientarlos en beneficio del pueblo"

MADRID (REUTER/EFE) — Venezuela sufrirá otro enfrentamiento sangriento si se inflige algún daño a los golpistas que intentaron derrocar al gobierno el mes pasado, dijo el teniente coronel Hugo Chávez, cabecilla de los rebeldes, en una entrevista publicada ayer por el diario El País.

La entrevista fue realizada por el corresponsal del periódico en Caracas, en los calabozos militares del cuartel San Carlos donde se encuentran varios implicados en el intento de golpe de Estado.

"Estamos preparados para reaccionar con fuego. Las armas están en manos del pueblo y ahora sí será una sublevación cívico-militar", declaró Chávez en la entrevista en el Cuartel San Carlos.

El líder de la rebelión es uno de los 90 oficiales del Ejército, encarcelados en espera de juicio por su participación en el levantamiento militar del 4 de febrero para derrocar al Presidente Carlos Andrés Pérez.

Chávez se transformó en una figura popular en Venezuela y fue aclamado por miles de manifestantes que el 10 de marzo coreaban su nombre en una ruidosa protesta.

El oficial dijo que el Ejército está dividido, pero que los líderes de la sublevación contaban con el 80 por ciento del apoyo entre los 43.000 efectivos de la fuerza. Y agregó que el robo de una pequeña cantidad de armas del Fuerte Tiuna el 29 de febrero, había sido perpetrado por un teniente que pertenece al movimiento golpista.

Los líderes del alzamiento, reunidos en el autodenominado Movimiento Bolivariano, aludieron a la corrupción policial y la pobreza causadas por la política económica de austeridad, como motivo de la sublevación.

Chávez, de 37 años, admitió: "La esperanza de que la población se sumara a la sublevación durante el desarrollo del golpe no se cumplió porque el plan no llegó a concretarse con la parte civil, aunque sectores civiles sí sabían de nuestras intenciones", afirma Hugo Chávez, líder de los golpistas.

El escritor Uslar Pietri, el dirigente de Acción Democrática (AD), Luis Raúl Matos Azocar, el sindicalista Juan José Delpino y el Obispo auxiliar de Caracas, Mario Moronta, entre otras personas, iban a ser llamados para integrar la Junta de Gobierno si hubiese triunfado el golpe, según Chávez.

Uslar Pietri había advertido previamente sobre el peligro de un golpe y desde entonces se cuenta entre los que han reclamado la renuncia de Pérez.

Chávez dijo que los rebeldes habían logrado el 90 por ciento de sus objetivos cuando decidieron rendirse.

"Teníamos la esperanza de que la población se sumara a la sublevación durante el desarrollo del golpe. Sólo en Valencia hubo reacción de los estudiantes [illegible].

Otro líder de los golpistas entrevistado por El País, el teniente coronel Francisco Arias Cárdenas, dijo que está creciendo la protesta popular en Venezuela y podría llegar a explotar.

"La expectativa de una guerra civil está muy cercana si no hay negociación con el Presidente Pérez", explicó.

COMPROMISOS CON EL FMI IBAN A SER REVISADOS

En un discurso pronunciado en Madrid, el martes, el canciller venezolano Humberto Calderón Berti dijo que la situación política y militar está mejorando y que la presión para que Pérez renuncie se está reduciendo.

Arias Cárdenas dijo a El País que los rebeldes pretendían que se cumpliese con los compromisos internacionales de Venezuela.

"No había peligro para las inversiones extranjeras. Ibamos a seguir las reglas del juego y mantener los compromisos internacionales contraídos", señaló.

Arias, quien mantuvo arrestado en su domicilio al gobernador del estado Zulia, Oswaldo Alvarez Paz, durante el golpe, dijo no obstante que revisarían los acuerdos pactados con el Fondo Monetario Internacional.

"Ibamos a seguir las reglas del juego y mantener los compromisos internacionales contraídos. Creemos en la negociación. La carta con el FMI es irritante porque no se puede hipotecar la soberanía económica de un país. Revisaríamos estos compromisos con el Fondo para orientarlos en beneficio del pueblo", añade Arias Cárdenas.

También señaló que el Presidente Pérez se había visto sorprendido por la decisión de los rebeldes de deponer las armas.

"Desde la óptica de Pérez, pensábamos que, si triunfábamos, iba a venir una invasión de los marines norteamericanos [illegible]. Pero si íbamos a ser derrotados por las fuerzas [illegible], entonces vendrían combates sangrientos y nosotros les rompimos esos dos esquemas", concluyó.

A CALDERA NI [illegible]

A la pregunta sobre la posible [illegible] del ex presidente [illegible] Rafael Caldera, que defendió a los rebeldes el día de la asonada, en la Junta de Gobierno, Chávez [illegible] mencionó.

Sin embargo, Carlos Díaz [illegible] de los golpistas arrestado en el cuartel San Carlos, menciona a Rafael Caldera entre los candidatos civiles con los que se contaba.

Por su parte, el teniente coronel Francisco Javier Arias Cárdenas [illegible] "nosotros íbamos a convocar a [illegible] progresistas, vinieran de la izquierda o de la derecha".

Hugo Chávez no cree que un tribunal militar condene a los golpistas a 30 años de prisión; asimismo añade que "si el Gobierno atenta contra uno de [illegible] [illegible] realizaremos una ofensiva para derrocar al Gobierno de Carlos Andrés Pérez a la fuerza. Las armas están en manos del pueblo y ahora sí será una sublevación armada cívico-militar".

Para Arias Cárdenas, la expectativa de una guerra civil está muy cercana si no hay una negociación con el Presidente Pérez. "Siendo él egoísta, [illegible] tante, y todavía puede hacer ese sacrificio para dar una imagen generosa si concede una amnistía [illegible] de a matar después", añade.

Respecto a las decisiones adoptadas por Carlos Andrés Pérez y el equipo de Gabinete a raíz del golpe, Chávez afirma que "el Presidente venezolano sólo [illegible] medidas coyunturales y el [illegible] de ministros significó una [illegible]. Pérez tiene dos caras: una ante el país y otra ante el Fondo Monetario Internacional (FMI)".

SECRETO

18

9203967

ANEXO Nº 14 AL [illegible]

SECRETO

EL GLOBO 28 MAR 93

En un extenso documento, hecho llegar a la redacción de El Globo, los tenientes coroneles, capitanes y demás integrantes del denominado Movimiento Bolivariano-200, hacen un exhaustivo análisis del problema del Golfo de Venezuela, entre nuestro país y Colombia, que reproducimos en su totalidad:

Nosotros, Tenientes Coroneles, Hugo Rafael Chávez Frías, Jesús Miguel Ortiz Contreras, Francisco Javier Arias Cárdenas, Jesús Urdaneta Hernández, Joel Acosta Chirinos; Mayores, Carlos Torres Numberg, Carlos Díaz Reyes, Pedro Alastre López; Capitanes, Ronald Blanco La Cruz, Antonio Suárez Rojas, Gerardo Márquez y todos los demás integrantes del Movimiento Bolivariano (MBR 200), en nuestra condición de ciudadanos y soldados venezolanos, exigimos la paralización de todas las negociaciones con Colombia durante el resto del período del Presidente Carlos Andrés Pérez, por no contar éste con el respaldo y la confianza de la Nación, ni con la legitimidad necesaria para representarla y comprometerla en temas que atañen los más altos y sagrados intereses de la Patria.

Asimismo, exigimos la renuncia de todos y cada uno de los miembros de la Comisión Presidencial para la Delimitación de las Areas Marinas y Submarinas con la República de Colombia y otros Temas, Senadores Pompeyo Márquez, Hilarión Cardozo y Reinaldo Leandro Mora. (Dirigentes de los partidos MAS, Copei y AD, respectivamente). También exigimos la renuncia de todos y cada uno de los miembros de la Comisión Presidencial para Asuntos Fronterizos, (COPAF), presidida por el Senador Ramón J. Velásquez y además integrada por el Senador Pompeyo Márquez (quien es miembro de ambas Comisiones), y los doctores Guillermo Colmenares Finol, Teófana Camargo, Omar Baralt, Valmore Acevedo Amaya, Fernando Chumaceiro, Alberto Lizarralde, Elías Castro, Andrés Duarte Vivas y Contralmirante, José Velasco Collazos, quienes en su gran mayoría fungen simultáneamente como coordinadores o asesores de áreas dentro de la Comisión Presidencial para Delimitación de las Areas Marinas y Submarinas con la República de Colombia y otros Temas, por tratarse de personas que en forma deliberada y en algunos casos, tal vez, inconscientemente, han participado en un proceso de ocultamiento y engaño a la Nación, de los contenidos verdaderos de temas y objetivos que se persiguen en las vitales negociaciones que se adelantan con Colombia.

Por esta razón, alertamos a la opinión pública sobre los siguientes hechos, con el fin de evitar daños irreparables a la República y para impedir que intereses personales y grupales, de tipo circunstancial, puedan afectar las relaciones fraternales de respeto y consideración que nos deben unir al pueblo colombiano:

Con respecto al Golfo de Venezuela

1.- Las declaraciones hechas por el Canciller Humberto Calderón Berti, el pasado 10 de marzo, han traído como consecuencia respuestas amenazantes e inaceptables de los voceros de la oligarquía colombiana, así como también presiones intolerables del Gobierno de Colombia.

Amenazas y presiones que se expresan en los siguientes puntos:

a) Califican de "absurda" la designación del doctor Calderón Berti como Canciller de la República de Venezuela, pronostican que durará poco en el cargo y tachan de "infames" sus declaraciones. Lo que además de denotar temor ante la expresión de un sentimiento nacional, constituye otra injerencia inaceptable en nuestra política interna, a lo que parecen haberse acostumbrado durante este Gobierno. Basta recordar otro hecho igualmente insólito, como lo fue el papel jugado por la entonces Embajadora de Colombia, Noemí Sanín de Rubio, en la redacción del Decreto 1911, con efectos en la República de Venezuela, protestado y recurrido por ilegalidad por el Fiscal General, doctor Ramón Escovar Salom, recurso sobre el cual aún no se ha querido pronunciar la Corte Suprema de Justicia, cuestionada por ilegitimidad en amplios sectores del país.

b) La voluntad de presionar hasta extremos intolerables a Venezuela, lo cual manifiestan a través de uno de los voceros más calificados de la oligarquía colombiana, el ex canciller Rodrigo Lloreda Caicedo, quien el el Programa Treinta Minutos afirmó que **"si Colombia quiere defender sus derechos en el Golfo de Venezuela debe prever los riesgos que implica acudir al Tratado de 1939 y prepararse desde el punto de vista del equilibrio militar, porque no se [illegible] será la respuesta de [illegible] la**

2.- Estas amenazas directas y desembozadas del Gobierno y de la dirigencia colombiana, jamás habrían sido posibles sin la conjunción de los factores puestos en acción por este gobierno y que se señalan seguidamente. Por lo demás unos hechos bien conocidos, cuando no auspiciados o consentidos por los negociadores y por los entonces Ministros Enrique Tejera París y Reinaldo Figueredo Planchart, y apoyados por la indiferencia del ex Ministro de la Defensa Vicealmirante Héctor R. Jurado Toro y del Alto Mando Militar, lo que explica el interés de éstos en confundir, desinformar y acallar a la opinión pública nacional, [illegible] a los intereses políticos y [illegible] que ellos representan.

a) Colombia puede amenazarnos con llevar a instancias de terceros la delimitación pendiente en el Golfo de Venezuela, gracias a que el Presidente Carlos Andrés Pérez y sus asesores procuraron allanarle el camino a ese fin, desde el momento mismo de su toma de posesión del Gobierno de Venezuela. Con ese objetivo no vaciló, el día 3 de febrero de 1989, a pocas horas de recibir la investidura presidencial, en dar los pasos necesarios para reactivar la Comisión Permanente de Conciliación prevista en el Tratado de 1939. Decisión que justificó impúdicamente al mes de los acontecimientos trágicos del 27 de febrero, en el discurso que pronunció en Ureña el 28 de marzo, en el que señaló que el reconstituir la Comisión de Conciliación obedecía a: "... un mandato que sale del fondo de nuestras naciones, que es expresión de nuestros padres fundadores, de Simón Bolívar, que nos lleva a este convenio de validez internacional...". Una afirmación que hace a sabiendas que, desde 1967, Colombia aspiraba aplicar el Tratado de 1939 al Golfo de Venezuela, cosa que no resultaba posible por la inoperatividad durante hacía 40 años de la Comisión de Conciliación y que la llevó en 1987 a amenazarnos con las armas, mediante el envío de la corbeta "CALDAS" a aguas ubicadas al sur del [illegible].

b) A este hecho se añade, el 6 de marzo de 1990, el Acta de San Pedro Alejandrino, elaborada por los Altos Comisionados Isidro Morales Paúl, hoy Presidente del Consejo Supremo Electoral, y Rafael Pizani. Un Acta firmada sacrílegamente en [illegible] donde murió el Libertador Simón Bolívar y en la cual se previó por adelantado el fracaso de las negociaciones bilaterales en el Golfo de Venezuela y el consiguiente recurso a instancia de terceros, así como la entrega a Colombia de territorio venezolano, delimitado y demarcado, al ordenar la búsqueda de "soluciones equitativas" para problemas, tales como el corrimiento de hitos fronterizos hacia el interior del territorio venezolano.

c) La postura antipatriótica del Presidente Carlos Andrés Pérez, que agrava sin remedio la pérdida de la legitimidad de su gobierno y provoca la consiguiente reacción nacional, corresponde a una ideología personal que lo impulsa a violar en todo momento la Constitución Nacional, la misma que juró cumplir y defender. Pone en entredicho la Independencia, la Integridad Territorial y la Soberanía de Venezuela, así como los Principios de No Intervención y Respeto a la Autodeterminación de los Pueblos, que siempre han regido nuestras relaciones con los demás países de este continente. Esto lo concretó al:

Proponer que en nombre de la democracia, tropas venezolanas entraran a sangre y fuego en la República de Haití, masacrando al pueblo de Petion. Actitud antibolivariana donde se asignaba a nuestros soldados el papel de integrantes de una fuerza de invasión multinacional, creada sobre la base de la Resolución 1080 de la OEA, aprobada en Santiago de Chile en junio del año pasado y que presentó y motorizó su Canciller Armando Durán Aché. Propuesta de invasión que fracasó a pesar de las presiones del Presidente sobre los demás miembros de la OEA, y a la cual nos habríamos negado como venezolanos y bolivarianos.

Propuso en su discurso ante el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, del 31 de enero de este año, que se asigne un mayor papel a la Corte Internacional de La Haya y se mediatice la soberanía de los Estados en beneficio de la supranacionalidad y del logro pleno del Nuevo Orden Mundial propiciado por el Presidente George Bush.

Propició por todos los medios que los embajadores de los Estados Unidos acreditados ante Venezuela y la OEA, Michael Skol y Luigi Einaudi, nos amenacen con un destino semejante al querido por el Presidente Pérez para Haití, en el caso de que llegare a darse una reacción nacional en su contra y a través de su lobby de prensa norteamericano logró que el New York Times apoye la creación de una fuerza de invasión contra Venezuela.

SECRETO

19

2039 67

ANEXO 14 A - AL ... SECRETO

"EL GLOBO" 28 MAR 92

Con respecto a la Integración fronteriza

1.- Simultáneamente y escudándose en el Golfo de Venezuela, que concentra la atención patriótica de los venezolanos, la Comisión Presidencial para los Asuntos Fronterizos (COPAF), reanudó y aceleró las negociaciones con Colombia después del Movimiento Bolivariano del 4 de febrero de 1992. Tal y como afirma en sus declaraciones dadas el pasado 19 de febrero el doctor Omar Baralt Méndez, miembro de esa Comisión, y quien llegó a aseverar la posibilidad de que se formalicen acuerdos de integración antes de resolver el tema de la delimitación en el Golfo de Venezuela.

La razón para esta prisa debe buscarse en las presiones del Embajador Rodrigo Pardo, en torno a las bondades de esta pseudo-integración, refrendadas por el Presidente de Colombia, César Gaviria Trujillo, al referirse a la polémica en torno al Golfo de Venezuela, el pasado 12 de febrero. "... Nosotros esperamos que estas diferencias **no vayan a entorpecer lo más importante en nuestras relaciones con Venezuela: el proceso de integración, los acuerdos que se desprenden del Acta de San Pedro Alejandrino, que han producido buenos frutos** y que van a permitir la integración de las dos economías...".

2.- Con esta afirmación, el Presidente Gaviria llama la atención hacia una situación que afecta gravemente el futuro de nuestro país, que pasa desapercibida para la mayoría de los venezolanos que creen que lo más importante y lo único que se negocia es la integración económica y por tanto no comprenden las implicaciones que se derivan de las declaraciones de Omar Baralt:

a) La Comisión Presidencial para los Asuntos Fronterizos ha asumido la responsabilidad por la entrega de las armas de negociación política con que cuenta Venezuela, para defender sus **intereses vitales** en el Golfo de Venezuela y en la correcta demarcación de las fronteras y para proteger los recursos hidráulicos ubicados en las cuencas hidrográficas internacionales, como demostramos en seguida:

b) Bajo el manto de una falsa integración económica, encubren que el auténtico objetivo de esta Comisión es permitirle a Colombia la satisfacción total de todos sus intereses vitales sin la justa contraprestación para Venezuela, con el otorgamiento de concesiones inconstitucionales o resolviéndole problemas gravísimos que sólo Venezuela puede solventar, tales como los siguientes, entre otros:

La creación solapada de "Condominios" sobre el territorio venezolano, dando satisfacción a una vieja aspiración del Presidente Pérez que no pudo cumplir en su primer gobierno por el temor a la reacción patriótica del país, que ahora encubre bajo la forma de **áreas y ciudades binacionales.** Una modalidad desconocida en todos los procesos de integración, incluida la Comunidad Económica Europea, **ya que compartir la soberanía,** o lo que es lo mismo, establecer "Condominios" sobre suelo patrio es contrario a la Constitución de todos los países.

Solucionarles el gravísimo problema de incomunicación geográfica que aqueja la mayor parte del territorio colombiano, para lo cual la Comisión venezolana ofrece construir, financiar y otorgar el uso de puertos dentro del Lago de Maracaibo y en aguas interiores del Golfo de Venezuela, carreteras, autopistas y ferrocarriles.

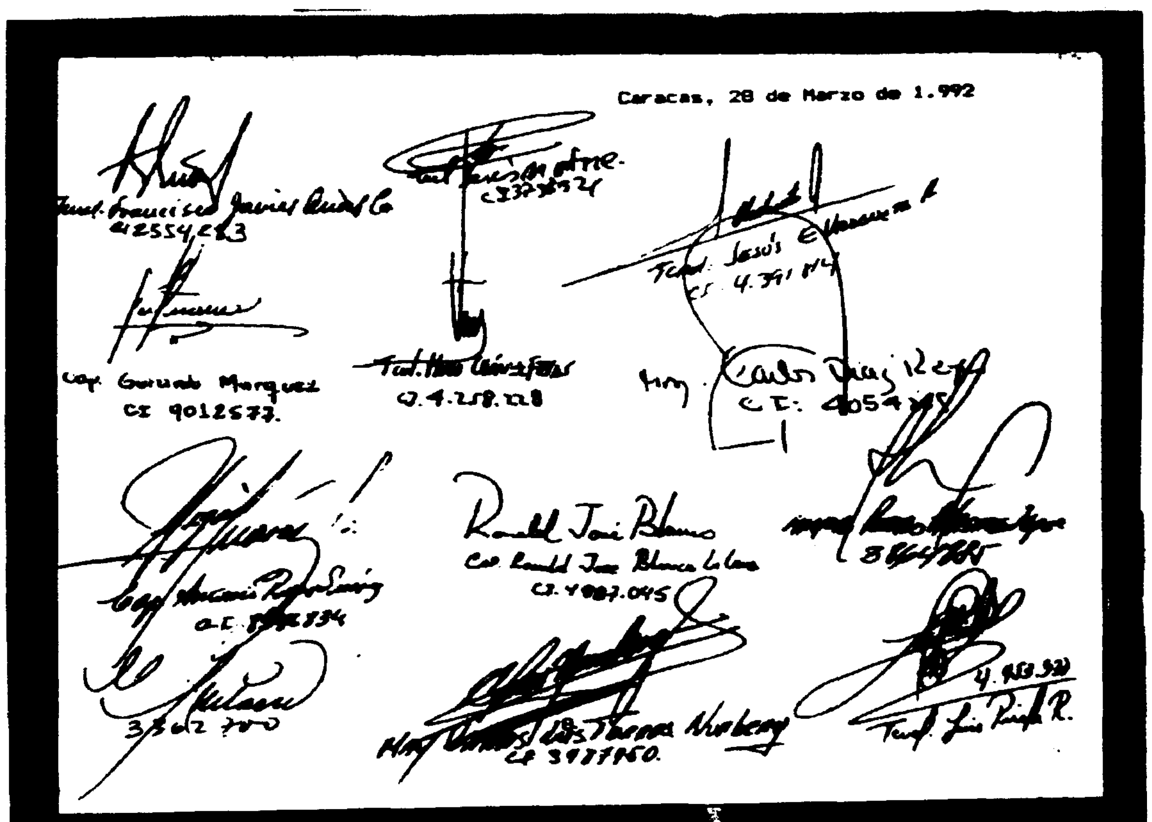
Solucionarles los problemas de daños ambientales y pérdidas económicas, causadas por las voladuras constantes de los oleoductos colombianos. Asumiendo en forma exclusiva los riesgos, costos y daños que conlleva otorgarles acceso a los oleoductos en suelo patrio.

Solucionarles el problema del déficit de energía eléctrica, vendiéndoles electricidad producida en instalaciones integramente construidas y financiadas por el Estado venezolano, a precios cinco veces menores del que se cobra a los venezolanos que viven en la frontera, etc.

El conjunto de hechos descrito y las circunstancias que lo rodean que configuran el delito de **"Traición a la Patria"** por parte del Comandante en Jefe de las FAN, apuntan a la existencia de nuevos y jugosos contratos de la corrupción. Pues, no podemos comprender ni aceptar que mientras el pueblo venezolano sufre hambre y sed de justicia económica, social, política, legal y moral, el Presidente señale como de primera prioridad para la integración proceder a efectuar los estudios de electrificación y navegación de los raudales de Atures y Maipures.

Como Soldados Bolivarianos llamamos a la Nación Venezolana para que rechace que un gobierno afectado en su legitimidad, según reconoció el propio Presidente Carlos Andrés Pérez en su alocución del 12 de marzo de 1992, consume una traición a los intereses más sagrados de Venezuela, cuyo maligno efecto sea enfrent[ar] ... [pue]blos hermanos, gobernados ambos por oligarquías corruptas.

Caracas, 28 de marzo de 1992



SECRETO

9203967

"EL NACIONAL" 10 MAR 92

OFICIALES RETIRADOS DE LAS FUERZAS ARMADAS A LA OPINION PUBLICA NACIONAL

Nos dirigimos nuevamente a la opinión pública con el objeto de ratificar el deseo de unirnos al sentimiento nacional, que espera un cambio profundo para devolver al país la credibilidad, la confianza, la fe, la esperanza y la moral, perdidas como consecuencia de la errónea interpretación que los últimos gobiernos han hecho de la democracia venezolana.

Los postulados de nuestra Suprema Ley han venido siendo sistemáticamente violados en forma manifiesta y permanente, y es un deber ineludible de todo venezolano mantener la vigencia de nuestra Constitución.

Vemos con profunda inquietud, cómo diversas ramas del Poder Público demuestran un alto grado de inconsistencia para reaccionar, que las colocan ante nuestros compatriotas como poco idóneas para canalizar la intranquilidad, las angustias y las aspiraciones del pueblo para conducir acertadamente los destinos de la República.

El Presidente de la República en su discurso continúa creyendo e insiste en hacerle ver a la colectividad, que la gravedad de la crisis es consecuencia de lo que él llama "bochornosos sucesos del 4 de febrero", cuando ella tiene antecedentes de raigambres mucho más profundas y, al afirmar que es él "el dirigente para encabezar la salida de la crisis", olvida que mal puede, quien ha sido factor determinante de la situación actual, convertirse a su vez en su propio salvador.

En consecuencia, hacemos el pronunciamiento siguiente:

1. No nos amedrenta el abuso de poder aplicado en la detención del General de División JACOBO YEPEZ DAZA, por un organismo de seguridad del Estado diferente a los propios de las Fuerzas Armadas. Ratificamos el contenido de nuestro pronunciamiento hecho del conocimiento público el día 7 de febrero próximo pasado, y consideramos desafortunadas las expresiones de algunos políticos, con las cuales pretendieron descalificar a los Oficiales firmantes del referido documento.
2. El pueblo venezolano es testigo de los desvelos de las Fuerzas Armadas Nacionales en el mantenimiento y consolidación del régimen constitucional. Sin embargo, la crisis generalizada que ha venido padeciendo nuestra patria durante los últimos años, hizo eclosión en los sucesos del 27 de febrero '89 y 4 de febrero '92, poniendo de manifiesto el resentimiento de un pueblo que ha visto frustradas sus aspiraciones por una vida digna. Por todo ello, expresamos nuestra solidaridad con ilustres instituciones y esclarecidas personalidades de la vida nacional en sus ideas de renovar y reestructurar el Poder Judicial, reformar la Constitución, convocar a un Referéndum y a una Constituyente, siempre y cuando los miembros de esta última no sean los mismos del actual Congreso.
3. También son motivo de rechazo las actitudes y decisiones incoherentes en materia de política exterior, que ha venido adoptando el gobierno nacional y que lesionan gravemente la soberanía e integridad de nuestro patrimonio territorial, como por ejemplo, la complicidad del gobierno nacional en la injerencia de organismos económicos y políticos internacionales, que dictan pautas al Estado venezolano y se inmiscuyen en aspectos fundamentales de nuestra soberanía, así como la proposición de instalar y operar por parte de potencias extranjeras equipos de radar y telecomunicaciones, cuando esta acción está íntimamente vinculada a una estrategia diseñada para la conversión de nuestras Fuerzas Armadas Nacionales en una institución meramente policial. En este sentido, nos preocupa profundamente la decisión de desactivar unidades, cambiar su denominación, eliminar los uniformes de algunas unidades de combate y de apoyo del Ejército, e incinerar las boinas rojas de los paracaidistas.
4. Hacemos un llamado a nuestros compañeros de armas en servicio activo, para que multipliquen sus esfuerzos en aras del mantenimiento de la unidad, la moral, la disciplina y el espíritu de cuerpo, bases fundamentales para la existencia de nuestra Institución Armada, garante de los postulados establecidos en la Constitución y en las leyes.
5. Una vez más, sentimos que un grupo de jóvenes Oficiales, llenos de ideales y de sueños, que compartimos, hayan expuesto sus vidas y sus carreras para prestarle un servicio a la República, que abrió los cauces de la participación ciudadana, al hacer saber a la dirigencia nacional que habían perdido la legitimidad imprescindible para continuar dirigiendo a nuestra sociedad, como fue reconocido por el propio Presidente de la República.

Caracas, 10 de marzo de 1992

CNEL. LUIS ENRIQUE SUCRE
CNEL. JUAN TINEO ARISMENDI
CNEL. EDGAR R. PEREZ FIGUEROA
GRAL. BGDA. LUIS HERNANDEZ CAMPOS
CNEL. EZEQUIEL ZAMORA CONDE
CNEL. FRANCISCO JOSE RABON IZTURRIAGA
TCNEL. MARIANO CONTRERAS SOSA
CNEL. ALIRIO ARREAZA MARRERO
MAYOR DARIO ABREU ESCOBAR
TCNEL. PEDRO FELIPE BRACHO HENRIQUEZ
TTE. NAV. RICARDO ANTONIO MARTINEZ PERNIA
CNEL. ASCEL SALVATIERRA
CNEL. LUIS A. PEÑA
GRAL. DIV. ENRIQUE PRIETO SILVA
GRAL. BGDA. CESAR GUSTAVO SALAS PAREDES
TTE. FGTA. LUIS O. MORA GONZALEZ
CNEL. CESAR SANCHEZ LEON
MAYOR JOSE ISABEL GUTIERREZ
CAP. NAV. GUILLERMO GOMEZ MUÑOZ
CNEL. AGUSTIN EZQUIVEL
CAP. FGTA. ANTONIO LAVA SANCHEZ
TCNEL. ANTONIO J. CEDEÑO ZERPA
TCNEL. PEDRO CELESTINO QUIARO
TCNEL. CARLOS NIETO QUINTERO
GRAL. DIV. LUIS ENRIQUE RANGEL BOURGOIN
GRAL. DIV. RAFAEL MARIN GRANADILLO
GRAL. DIV. ANDRES MEDINA TORCAT
GRAL. DIV. RAFAEL VALE HUERTA
GRAL. DIV. FERNAN REYES ZUMETA
GRAL. DIV. EDGAR HERNANDEZ ORTEGA
GRAL. DIV. ADOLFO JOSE TOVAR SALAS
GRAL. DIV. JOSE A. OLAVARRIA JIMENEZ
GRAL. DIV. JUAN JOSE BEIRUTTI ELJURI
GRAL. BGDA. OTTO GERARDO KREUBEL PALAVICINI
GRAL. BGDA. HUGO ADONAY CHIRINOS ROMERO
GRAL. BGDA. ARTURO RIVERA FERNANDEZ
GRAL. BGDA. ALVARO BRACHO RIOS
GRAL. BGDA. ROMULO FERNANDEZ
GRAL. BGDA. JESUS E. FERRER REYES
[illegible]

C.A. LUIS R. LUCES MORALES
GRAL. BGDA. PAULINO MASIA BADILLO
GRAL. BGDA. TEODORO T. DIAZ ZAVALA
CONTRALMIR. JESUS A. TABORDA ROMERO
GRAL. BGDA. VICTOR LOPEZ GUERRERO
CNEL. EMILIO AREVALO BRAASH
CNEL. MANUEL G. CODECIDO NUÑEZ
CNEL. ANTONIO GOMEZ GONZALEZ
CAP. NAV. LUIS ARMANDO RIVERO CORDERO
CNEL. CONSTANTINO LUIS WEIR MURZI
CNEL. MARIO FAJARDO LOBATO
CNEL. EDUARDO PIÑANGO OCHOA
CNEL. LUIS ALBERTO HERICE G.
CNEL. LUIS MEDINA COLINA
CNEL. OSWALDO VALLADARES TORRES
CNEL. LUIS CAÑIZALES MONTILLA
CNEL. LEONARDO INFANTE HERNANDEZ RIVERO
CNEL. OWEN R. JOHN JARAMILLO
CNEL. ANTONIO JOSE VARELA
CNEL. LUCIANO MUJICA HERNANDEZ
CNEL. JESUS MANUEL VALERO RIVAS
CNEL. JOSE HUMBERTO RAMIREZ MENDEZ
CNEL. RAMON MEDINA RODRIGUEZ
CNEL. CAPRACIO RODRIGUEZ GUTIERREZ
CNEL. BLAS ANTONIO DABOIN MAZZEI
CNEL. OMAR JOSE YANEZ RODRIGUEZ
CNEL. PABLO BONILLA H.
CNEL. CIRILO JOSE DENIS RUIZ
CNEL. EDUARDO F. MONSERRAT P.
CAP. NAV. CARLOS BACALAO LARA
CNEL. VIDAL MONTIEL MAESTRE
CNEL. ORLANDO S. TORREALBA JIMENEZ
CAP. NAV. CARLOS A. GONZALEZ
CNEL. ALBERTO PADILLA C.
CNEL. BRAULIO MARTINEZ ZERPA
CNEL. ANDRES GIL CARRASQUERO
CNEL. AGUI[illegible]
CNEL. [illegible]
CNEL. ALIRIO MIGUEL [illegible]
CNEL. FELIX A. [illegible]
[illegible]

CNEL. AQUILES LOPEZ S.
CNEL. PEDRO J. VIDAL BERMUDEZ
CNEL. MIGUEL OCANTO BOTARO
CNEL. JESUS RODRIGUEZ CEDEÑO
CNEL. JOSE TOMAS FUENMAYOR
CNEL. JOSE INES MACHIN MARTINEZ
GRAL. BGDA. CARLOS UGARTE MARTINEZ
GRAL. DIV. LEONARDO GOMEZ MUÑOZ
GRAL. BGDA. JUAN A. DELGADO ONTIVEROS
GRAL. BGDA. RUMMEL MEDINA ROJAS
GRAL. BGDA. NICOLAS EMIGDIO TESORERO
GRAL. BGDA. RAUL LEONARDO CEPEDA
GRAL. BGDA. EVELIO GILMOND BAEZ
GRAL. BGDA. CONRADO PALAVICINI FREITES
GRAL. BGDA. HUMBERTO VIVAS GONZALEZ
GRAL. BGDA. RAMON ROVERO ZAMBRANO
GRAL. BGDA. FRANCISCO LEON D'ALESSANDRO
GRAL. BGDA. ALFREDO ARAQUE ROJAS
GRAL. BGDA. HUGO MONTES DE OCA
GRAL. BGDA. ALBERTO LEON VILLAMIZAR
GRAL. BGDA. JOSE DOMINGO YEPEZ
CNEL. MARTIN EARLE SISO DELGADO
CNEL. ENRIQUE CAFRONI
CNEL. WITREMUNDO HERNANDEZ NAVAS
CNEL. LUIS A. RIVERO ANZOLA
CNEL. JOSE AMAYA HEVIA
CNEL. FRANCISCO GOMEZ COVA
CNEL. TOMAS PIMENTEL D'ALTA
CNEL. ALIRIO ARREAZA MARRERO
CNEL. LORENZO LEON ARCAY
C. ALMIRANTE AUGUSTO BRITO ASCANIO
CAP. NAV. ALCIDES MALAVE CARMONA
CAP. FGTA. LUIS ROJAS BENAVIDES
CAP. CBTA. LUIS BALIACHE GAÑOTA
CNEL. JOSE LINARES CONTRERAS
CNEL. RAFAEL MARIA LACHICA M.
CNEL. GERARDO RAMON COLLO CHAVEZ
CNEL. MAXIMO MERCHAN CEDEÑO
[illegible]

TCNEL. RAFAEL PASTOR PEREZ MATHEUS
TCNEL. PEDRO CELESTINO QUIARO
TCNEL. GONZALO DOMINGUEZ GARCIA
CAP. CBTA. ELY RAMON LUZARDO RINCON
MAYOR PABLO E. SUAREZ ROMERO
CAP. RICARDO GARCIA
MAYOR RAFAEL MARCELO PACHECO GARCIA
MAYOR CARLOS JOSE TAMAYO P.
MAYOR ALFONSO LEON CALLES AREVALO
MAYOR DAVID E. GARCIA [illegible]
MAYOR LUIS PANTOJA
MAYOR ELIO MENDEZ CASTILLO
CAP. CBTA. VICTOR HUGO MORALES
TTE. NAV. HEBERT LOPEZ VALLADARES
CAP. LUIS JOSE VELASCO
CAP. BENIGNO HIDALGO RAMIREZ
CAP. PEDRO NOLASCO FERNANDEZ
TTE. RUBEN OLIVEROS ENACAN
STTE. ELONIS LOPEZ CUBRA
TTE. NAV. FELIPE SANTIAGO TESTAMARK
CAP. VIRGILIO ROJAS LOPEZ
CAP. JOSE ANTONIO CARRERO MARQUINA
CAP. VICTOR PIÑANGO TORO
STTE. JOSE VELASCO ANGARITA
TTE. OSCAR PEREZ AREVALO
TTE. FGTA. LUIS RAFAEL CORREA JARA
TTE. [illegible] CASTILLO
TTE. [illegible] MARTINEZ [illegible]
MAYOR [illegible]
CAP. NAV. EDUARDO E. OVALLES C.
CNEL. EFRAIN RAMON BRADY
CNEL. LUIS CERRUTI STOLZE
CAP. NAV. OSWALDO PONCE PONCE
CNEL. RODOLFO LOPEZ MENDEZ OLMETA
CNEL. RAFAEL S. MALAVE
CAP. NAV. JESUS PARRA GUINAND
CNEL. VICENTE ANTONIO MARONELLI PADRON
CNEL. GONZALO [illegible]
CNEL. MANUEL ANTONIO [illegible]
CNEL. [illegible]
CNEL. OTTO [illegible]
CNEL. TITTO [illegible]
CNEL. [illegible]
CNEL. ALI [illegible]
[illegible]

CNEL. LUIS A. ROMERO
CNEL. HECTOR DAZA CONTRERAS
CNEL. ENRIQUE MEDINA RUBIO
CAP. NAV. BERNARDO JURADO TORO
CAP. NAV. JUAN JOSE ZAMBRANO MARCANO
CNEL. FERMIN AVILA BIGOTT
CNEL. OTTO RAMON PIERRE TAPIA
CNEL. OSCAR GIOMAR MARQUEZ GIMENEZ
CNEL. CESAR OLIVEROS JIMENEZ
CNEL. JOSE ORTEGA OCHOA
CNEL. MIGUEL BELFORT YIBIRIN
CNEL. HELIMENAS GONZALEZ SILVA
CNEL. SILVIO ADARMES PEREZ
CNEL. HUMBERTO REVILLA
TCNEL. DARIO ENRIQUE LOZANO
TCNEL. JUAN ELEAZAR CHACIN
TCNEL. RIGOBERTO BORTA RIVERO
TCNEL. JOSE LORENZO RISSO APONTE
TCNEL. ARMANDO MALAVE MORENO
CAP. FGTA. OSWALDO PAZ HERNANDEZ
TCNEL. GONZALO RAMON DOMINGUEZ GARCIA
TCNEL. CARLOS PAREDES FERNANDEZ
GRAL. DIV. MAXIMILIANO HERNANDEZ VASQUEZ
GRAL. DIV. JACOBO YEPEZ DAZA
TTE. EDGAR DAVID SANCHEZ
TTE. FELIPE ORELLANA LOPEZ
TCNEL. ADALBERTO PACHECO
TCNEL. VICTOR PACHECO GARCIA
TCNEL. JUAN DE DIOS MONCADA VIDAL
TCNEL. HUGO ARAQUE
TCNEL. DARIO PONCE RAIDI
CAP. RAUL GOMEZ
TTE. NAV. HILDEMARO RAMIREZ ZAMBRANO
MAYOR OSWALDO GRACIANI F.
MAYOR RAFAEL TERAN BARROETA
MAYOR EDGARD DUHAMEL [illegible]
MAYOR [illegible]
[illegible]

SECRETO

"EL GLOBO" 20 MAR 92

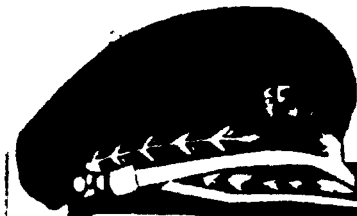
El comandante general del Ejército, Pedro Remigio Rangel Rojas, ordenó el cambio de nombre de 15 de las unidades militares que participaron en la asonada de febrero y la desincoporación de dos batallones de cazadores

De acuerdo a un documento oficial "no clasificado", firmado por el Comandante General del Ejército, Pedro Remigio Rangel Rojas y fechado el pasado día 5, el total de unidades y batallones que conformaron la asonada del pasado martes 4 de febrero fueron más de 17.

A quince de estas unidades y batallones que protagonizaron el levantamiento les fue cambiado el nombre y dos de ellas fueron desincorporadas del Ejército.

[De] la misma manera, la comandancia general del Ejército decidió derogar el uso de la boina color rojo en todas las unidades pertenecientes al Ejército, lo que incluiría al Regimiento Guardia de Honor, General de División Fernando Rodríguez del Toro.

Del texto emanado de la Comandancia General del Ejército, se desprende que fueron más de 17 las unidades, cuando el general Rangel Rojas dice que se hace imperativo el cambio de nombres, "por lo menos en aquellas unidades cuya participación es de entero dominio público".



República de Venezuela Ministerio de la Defensa
Ejército
Dirección de Personal Departamento de Oficiales y SOPC. Sección de Oficiales

Nº	Unidad Desactivada	Unidad Activada
01	[illegible] ...LIMA [illegible] ...TOLOMÉ SALOM	[illegible]
[illegible]	[illegible] ...TA CNEL [illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible] BTA [illegible] JUAN JOSE [illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
06	BTN. DE ING. CONSTRUCCION Y MANTTO. CNEL. JUAN VILLAR	BTN. ING [illegible]
07	REG. DE ING. CONSTRUCCION Y MANTTO. CNEL. AGUSTIN CODAZZI	REG. DE ING. CONSTRUCCION [illegible] Y MANTTO. GR. ALEJ[illegible]
08	BTN. DE APOYO DE SERVICIOS GR. JOSE L. ABREU DE LIMA	BTN. ING. CONSTRUCCION Y MANTTO. CNEL. FELIP[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible] FRANCISCO [illegible]
10	3?? GRUPO DE CAB. MOTORIZADA GR. JUAN PABLO AYALA	[illegible]
11	304 GRUPO DE ART. DEF. ANTIAEREA GR. JOSE FELIX RIBAS	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
13	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible] CNEL. [illegible]	112 [illegible] MECANIZADO CNEL. [illegible]
[illegible]	[illegible] ANTITANQUE GR. [illegible]	[illegible]

Las ordenes de [Ra]ngel Rojas

En una "forma de mensaje conjunto", no clasificado y con el numero 52-000-00000.1519, el general de división Rangel Rojas ordena la distribución EJ-"A", del siguiente comunicado:

"En mi condición de comandante general del Ejército notifícole que dado el alto grado de sensibilidad social despertado por los acontecimientos del 03 y 04 de febrero 92, este comando estimó pertinente y necesario sustituir el nombre del héroe epónimo que identifica las unidades involucradas en las acciones que trataron de interrumpir el orden institucional.

No se trata de una mera sustitución formal, ni prejuzga en ningún caso sobre las virtudes de tales héroes, no obedece asimismo a una confrontación con otros héroes de nuestra historia libertaria ya que, por el contrario, aquellos fueron ofendidos en su memoria por la comisión de un hecho violatorio de los principios por los cuales lucharon y murieron.

Es evidente que las unidades directa y públicamente involucradas, están afectadas por un estigma difícil de superar y estos suelen anidarse en el ánimo colectivo y hasta pueden convertirse en recordatorios permanentes de hechos y acciones lesivas al quehacer del Ejército frente a la nación.

El cambio propuesto se impone, por lo menos, a aquelias unidades cuya participación es de entero dominio público, pudiéndo reconsiderar en el futuro aquellas otras en las cuales la acción de sublevación militar no afectó integramente la unidad.

Fuera boinas rojas

De manera extraoficial se había informado periodísticamente sobre la decisión de eliminar las boinas rojas de los cuerpos del Ejército, pero ahora se conoce directamente el documento de fecha 12 de febrero que así lo ordena.

El oficio no clasificado Nº 52-201-00020/2254, firmado por el general de brigada Humberto Betancourt Contreras, director de personal del Ejército y dirigido al Fuerte Tiuna dice:

"Cumpliendo instrucciones CGE (Comandante General del Ejército), comunicole a partir de la presente fecha queda derogado el uso de la boina color rojo en las unidades pertenecientes al Ejército.

SECRETO

22

9203967

MINISTERIO
DE LA DEFENSA

Director: Coronel (Ej) Juan Antonio Pérez Castillo
Coordinación y Redacción: Lic. Greeny Marrero

Gerencia en defensa

Hoy en el Teatro del Despacho de la Defensa se clausura el seminario Gerencia de Recursos Humanos, instalado el pasado 11 de marzo por el general de división (Ej) Fernando Ochoa Antich, ministro de la Defensa y el doctor Freddy Rojas Parra, presidente de Fedecámaras.

Un calificado y numeroso grupo de oficiales superiores de las Fuerzas Armadas participó en este evento, organizado por la Fundación Educación e Industria del Consejo Venezolano de la Industria (Fundei) y la Comisión de Calidad del Consejo Venezolano de la Industria, en la continuación de un convenio firmado entre el Ministerio de la Defensa y Fedecámaras.

Al acto de inauguración asistieron también el general de división (Ej) Sergio Gerónimo Salvatierra, director general del despacho de la Defensa, el doctor Leonid Rosenthal, presidente de Fundei y el coronel (Ej) Pedro Jesús Serrano Zapata, director de Relaciones Institucionales del Ministerio de la Defensa y oficial de enlace con Fedecámaras.

Reconocidos expositores ofrecieron a los asistentes en estos tres días de seminario, importantes aportes. La gerencia de los recursos humanos en Venezuela estuvo a cargo de la doctora Elena Granell (IESA), el doctor Héctor Riquezes (INCE) y el doctor Tomás Páez (FIM-Productividad). El tema de la Planificación de los recursos humanos fue desglosado magistralmente por los doctores Luis Pellicer (Pdvsa), Leopoldo López Gil (Fundayacucho) y Luis Superlano (Fundei). Los doctores Rosa Urbano (Venepal), Miguel González (Intevep) y la licenciada Yasmina Reina (OCP) tocaron el área de reclutamiento y selección de personal.

El desarrollo y formación de recursos humanos, estuvo a cargo del ingeniero Hans Neumann (Corimon), la doctora Ivette Lapote (Banco de Venezuela), el doctor Oscar Celli (Fundamental), doctor Guillermo Rodríguez Matos (Sivensa), doctor Ramón Hernández y el licenciado Rafael Pizani (Cepet).

Tanto el ministro de la Defensa como el presidente de Fedecámaras coincidieron en sus palabras de instalación, en la importancia que tiene este convenio suscrito entre el sector empresarial y el Ministerio de la Defensa. La realización de estos seminarios, incorpora cada vez más a las Fuerzas Armadas a los conceptos sobre calidad total y recursos humanos que se vienen manejando en el mundo empresarial de hoy.

Este es el tercer seminario que se lleva a cabo. Están previstos otros cursos conexos que abarcarán no sólo a los oficiales, sino también a los suboficiales, personal civil de las Fuerzas Armadas y soldados de las guarniciones de las principales ciudades del país.

El buque escuela a la gran regata Colón 92

El pasado lunes 09 de marzo el buque escuela Simón Bolívar de la Armada venezolana, zarpó del muelle naval de La Guaira, para iniciar su décimo primer crucero de instrucción.

Cádiz recibirá a la nave, recinto de formación y adiestramiento de nuestros hombres de mar, donde participará en la gran regata internacional Colón 92.

De allí partirá con destino a Tenerife, Puerto Rico, Norfolk, Boston, Saint Kitts y La Orchila, desde donde arribará finalmente a La Guaira, el 12 de agosto del presente año.

Este embajador de buena voluntad y paz surca los mares del mundo bajo el mando del capitán de navío, William González, jefe de la Misión.

///

El voluntariado en San Cristóbal

Las Damas Voluntarias del Hospital Militar Dr. Carlos Arvelo, ubicado en Caracas, viajaron a la ciudad de San Cristóabl con el fin de fundar el voluntariado en el hospital Capitán (Av) Guillermo Hernández, ubicado en esa región andina.

Este grupo de damas cumple una importante labor a nivel nacional a través de donativos, visitas y apoyo a los diferentes centros médicoasistenciales. El voluntariado se ha convertido en una institución modelo en nuestro país.

Un grupo de 55 damas activas conforma las Damas Voluntarias del Hospital Militar Dr. Carlos Arvelo y con la fundación de esa organización en San Cristóbal los hospitales, no sólo el militar, recibirán apoyo de estas abnegadas y humanitarias trabajadoras.

SECRETO

MINISTERIO DE LA DEFENSA

Director: Coronel (Ej) Juan Antonio Castillo
Coordinación y Redacción: Lic. Greeny Marrero Díaz

¡Presentes! en el alistamiento

El INCE-Militar ofrece al joven alistado una excelente oportunidad de capacitación [illegible] en el [illegible] mundo laboral de hoy. Esta es sólo una de las alternativas que brinda el Servicio Militar Obligatorio. (Foto: José Luis Barreto R.)

El proceso de alistamiento militar para conformar el contingente abril 1992, se llevará a cabo a partir del 20 del mes antes mencionado, hasta el 05 de mayo del año en curso.

La convocatoria para los jóvenes venezolanos en edad elegibles para cumplir con el Servicio Militar Obligatorio, la realizó el general de brigada (Ej) José Ramón Salas Mendoza, director general sectorial de Alistamiento.

El proceso de alistamiento se inicia luego de los procedimientos de revisión de documentos a cargo de las jefaturas pertenecientes a las gobernaciones de estado. Los jóvenes elegibles pasan a las circunscripciones militares donde reciben un adiestramiento básico por un período de tres meses, luego del cual son trasladados a las diferentes dependencias militares del país.

Al ingresar al Servicio Militar Obligatorio, el joven alistado cuenta con una gran cantidad de alternativas de capacitación para participar en el desarrollo socioeconómico de la nación.

Durante el servicio militar, los muchachos tienen la posibilidad de culminar sus estudios de educación media en diversos institutos de las Fuerzas Armadas.

Además, los soldados que ya tengan el título de bachiller tienen la posibilidad de ingresar a los diferentes institutos de Formación de Oficiales de las FAN, siempre y cuando cumplan con los requisitos exigidos en la fase de selección de aspirantes.

También en el área militar, los jóvenes alistados pueden hacer carrera como suboficial profesional de carrera o tropa profesional, recibiendo los beneficios que brinda la institución castrense a sus integrantes: Ipsfa, Hospital Militar, etcétera.

El INCE-Militar se presenta como una alternativa para el aprendizaje de oficios muy importantes en el campo de trabajo actualmente. Tecnología automotriz, latonería y pintura, barbería, mecanografía, enfermería, computación, contabilidad, entre otros, son las posibilidades que el INCE-Militar brinda a los alistados.

Los jóvenes que cumplen con su Servicio Militar Obligatorio reciben la debida asistencia médica, social y psicológica integral así como un régimen de alimentación adecuado.

El muchacho que cumple con su deber ciudadano, establecido en la Constitución Nacional, de defender y resguardar nuestra patria, obtiene al mismo tiempo grandes beneficios para su desempeño en la vida militar y posteriormente en la civil.

Lo mejor en comunicaciones

La Escuela de Comunicaciones y Electrónica de las Fuerzas Armadas Nacionales (Escoelfa), inició su período de inscripciones, el cual se extenderá hasta el mes de mayo del año en curso.

Esta institución de enseñanza de las comunicaciones militares, dirigida actualmente por el capitán de navío Alfredo Antonio Sánchez-Vegas Pérez, cuenta con avanzados laboratorios, catalogados como los mejores de América Latina en materia de comunicación. Entre estos laboratorios se encuentran los novedosos centros de procesamientos digital y de fibra óptica, inaugurados recientemente.

Los alumnos de la Escoelfa, tienen la posibilidad de obtener al mismo tiempo el título de Técnico Superior —en cualquiera de las especialidades: Computación, Transmisión y Radiocomunicación— avalados por el Iupfan, y el grado de sargento técnico de tercera para continuar con la carrera militar, como suboficial profesional de las Fuerzas Armadas.

Durante los tres años de estudios, el joven recibe, además de la mejor instrucción por parte de profesores reconocidos y de amplia trayectoria en el área de las comunicaciones, asistencia médica, deportiva y cultural para completar la formación integral del alumnado.

La Escuela de Comunicaciones y Electrónica de las Fuerzas Armadas, es realmente una gran alternativa para los jóvenes bachilleres que desean ingresar a la vida militar como profesional de carrera, así como ofrece importantes oportunidades para desempeñarse, luego de 3 años en las FAN, en la vida civil, en un área vital para el desarrollo del país.

SECRETO

29 SECRETO

24 ABR

MINISTERIO
DE LA DEFENSA

Director: Coronel (Ej.) Juan Antonio Pérez Castillo
Coordinación y Redacción: Lic. Greeny Marrero Díaz

El director general con los futuros líderes militares

En reciente visita institucional a la Escuela Básica de las Fuerzas Armadas Nacionales, en Maracay, el general de división (Ej.) Sergio Gerónimo Salvatierra, director general del Ministerio de la Defensa, dirigió una cordial salutación a los jóvenes integrantes del Cuerpo de Cadetes.

El general Salvatierra abundó en su alocución a los futuros oficiales de la institución militar, en la importancia de definir una conciencia clara y sólida respecto de los valores éticos e institucionales, que en definitiva conforman la personalidad y verticalidad del profesional de las armas.

Además de los elementos doctrinales en que debe sustentarse su estructura conceptual, el oficial de las Fuerzas Armadas ha de robustecer su mente y su espíritu con los ingredientes fundamentales de la carrera militar, como son el patriotismo, la disciplina, la lealtad, la honestidad, la subordinación y la obediencia, la cultura, el respeto y la defensa de los valores esenciales de la Constitución Nacional y de los gobiernos legítimos, con raíz en la soberanía nacional.

El general Salvatierra en esta visita institucional a la Escuela Básica de las Fuerzas Armadas, fue portavoz de un estimulante saludo del ministro de la Defensa, general de división (Ej.) Fernando Ochoa Antich, quien en función del cargo se ha interesado por el progresivo desarrollo y adelanto de ese importante instituto de formación profesional, fragua del liderazgo de la organización militar.

****

La Historia Militar y el Descubrimiento

Ayer jueves, en el Teatro del Círculo de las Fuerzas Armadas, se llevó a cabo la conferencia titulada "Descubrimiento, Encuentro o Revelación de América" organizada por la Sociedad Divulgadora de la Historia Militar de Venezuela.

En el evento, el doctor Ramón González Paredes, segundo vicepresidente de la Sociedad Divulgadora de la Historia Militar, disertó acerca de este extraordinario acontecimiento histórico hispanoamericano, en su medio milenio.

****

El ministro visita guarniciones

El ministro de la Defensa, general de división (Ej.) Fernando Ochoa Antich, como parte de su programa de visitas a las guarniciones del país, viajó a la ciudad de Maturín donde se reunió con todo el personal acantonado en la zona.

El ministro Ochoa Antich fue recibido por el gobernador del Estado Monagas, Guillermo Call, y por el comandante de la Guarnición de Monagas y comandante de la Brigada de Cazadores José Antonio Páez, general de brigada (Ej.) José Lugo Martínez.

El titular de Defensa llevó el mensaje institucional a todos los soldados que cumplen su servicio en este estado del oriente del país, así como a los de todas las ciudades visitadas durante su gestión. Explicó que a través de estas visitas "se busca abrir los canales de diálogo entre las diferentes guarniciones militares, para que los oficiales puedan plantear los problemas e inquietudes en la forma más clara y directa posible".

El ministro Ochoa visitó ya a las guarniciones del Zulia, Aragua, Carabobo y visitó todas las unidades de la Guarnición del Distrito Federal y Estado Miranda.

Beneficios a través del Ipsfa

Una nueva escala de créditos hipotecarios estableció el Instituto de Previsión Social de las Fuerzas Armadas para el personal militar profesional:

Grado	Monto préstamo propuesto
Oficiales	
G/D	2.400.000,00
G/B	2.200.000,00
Cnel.	1.900.000,00
Tcnel.	1.600.000,00
May.	1.400.000,00
Cap.	1.200.000,00
Tte.	1.000.000,00
Stte.	900.000,00
Suboficiales	
Mtr.	1.400.000,00
Mtm.	1.300.000,00
MT/1°	1.200.000,00
MT/2°	1.100.000,00
MT/3°	1.000.000,00
ST/1°	900.000,0(
ST/2°	800.000,0(
ST/3°	700.000,0(
Tropa profesional	
S/S	750.000,0(
Say.	730.000,0(
SM/1°	690.000,0(
SM/2°	660.000,0(
SM/3°	620.000,0(
S/1°	600.000,0(
S/2°	570.000,0(

El Grupo Latino ofertó viviendas económicas al Ipsfa en las ciudades de Maracay, Guarenas y Puerto La Cruz las cuales podrán adquirirse a través del programa de Créditos Hipotecarios antes mencionado.

SECRETO

920396

SUEVO Nº 23 ... SECRETO

IMAGEN DE LAS FUERZAS ARMADAS NOTICIA

Cuando mal nos acostumbramos a hacer un balance de lo positivo y negativo de nuestra labor, nos espera lo peor: repetir los errores, agravándolos

Importantes donativos entrega Fundaejer a personal del Ejército

La Fundación de Damas del Ejército (Fundaejer), cumpliendo una vez más con su loable programa de bienestar social, entregó el pasado miércoles 26 de febrero ayudas sociales en beneficio del personal que labora en la institución.

En acto presidido por la socióloga Migdalia Durand de Rangel, presidenta de Fundaejer, acompañada de su junta directiva, hizo entrega de importantes donativos, entre los cuales cabe resaltar ayudas económicas al personal civil y militar para garantizar sus estudios en universidades privadas del país; así mismo hizo entregas de cunas al personal de tropa y empleados civiles de la Fuerza.

Una de las preocupaciones de las integrantes de la Fundación es lograr el bienestar tanto social como económico del personal que trabaja en el Ejército; por eso, día a día realizan importantes esfuerzos para aliviar en algún modo las necesidades que hoy afectan al personal de nuestra institución.

Zarpó el Buque Escuela de la Armada Venezolana Simón Bolívar rumbo a la regata internacional Colón 92

El pasado 9 de marzo zarpó el Buque Escuela Simón Bolívar, embajador de la Armada Venezolana, en su décimo primer crucero de instrucción al exterior para cadetes de cuarto año de la Escuela Naval de Venezuela, en donde participarán en la Gran Regata Internacional Colón 92.

En el muelle naval de La Guaira ajustó sus velas para partir hacia Madeira, Lisboa, y estar presente en abril en Cádiz cuando arranque la Gran Regata Internacional y culminará el 10 de junio del presente año, luego irá a Puerto Rico, Norfolk, New York, Boston, Saint Kitts y La Orchila para estar de regreso el 12 de agosto en el puerto de La Guaira.

El jefe de la misión y comandante del Buque Escuela es el capitán de navío William González, quien viajará a bordo de la embarcación con los demás oficiales, suboficiales, sargentos y personal de Marinería perteneciente a la tripulación. Los cadetes invitados integrantes de cada una de las Fuerzas (Ejército, Aviación, Guardia Nacional y Escuela Náutica) también acompañarán a los tripulantes. Por su parte, nuestros cadetes se unirán a la carrera de embarcaciones a bordo del Simón Bolívar, que junto a otros buques navegarán en conserva hasta Tenerife y Puerto Rico y de allí partirán a Norfolk y seguirán su ruta establecida. Hasta ahora se han cursado invitaciones a los cadetes de los países de las dos últimas. Según el comandante del Buque Escuela venezolano, capitán de navío González, "de acuerdo al itinerario el lunes 9 zarpó y antes de inicia[illegible] regata tocaremos algunos puertos, tales como Hamilton, Islas Bermudas, luego pasaremos a Islas Azores y Lisboa. Esta última y Génova son dos puertos de encuentro de los veleros de los países participantes y de este nos dirigiremos a Cádiz, lugar señalado para el inicio del evento".

Al detallar la travesía describió: "En Tenerife haremos un toque técnico que durará tres días para partir rumbo a Puerto Rico, donde el Gobierno de esta isla nos tiene preparado un programa especial y está previsto un desfile de todos los buques participantes. Los buques se clasificarán en clase A, B y C de acuerdo al porte, por ejemplo el Simón Bolívar es de clase A y los más pequeños B y C. En dicho evento intervendrán Colombia, México, Uruguay, Chile, Argentina, Ecuador, Venezuela, Italia, Portugal, Alemania, Estados Unidos de Norteamérica, India y probablemente Rusia. Dijo además el capitán de navío González que cada país podrá enviar las embarcaciones que desee pero por regla general cada una tiene su nave escuela. Igualmente informó que el objetivo principal del crucero que finalizará el próximo 12 de agosto es la preparación que debe tener todo oficial de la Marina y que está contemplado en el pénsum de estudios de los cadetes de cuarto año.

Explicó que la Gran Regata Colón 92, está siendo auspiciada por el Gobierno español en estrecha colaboración con otros gobiernos del área del Caribe, incluyendo Estados Unidos, esto le da mayor relevancia internacional y gran colorido, ya que en Nueva York y en Boston habrá una concentración de buques desfilando en las aguas de esas ciudades. En lo que respecta a la figuración de nuestro velero Simón Bolívar expresó[illegible] en las oportunidades que ha participado, por ejemplo en 1982 obtuvo el segundo lugar y ha tenido destacadísimas actuaciones como en la travesía de Puerto Rico a Bermudas donde logró el primer lugar y el tercero desde esta última isla a Halifax (Canadá). Es de hacer notar, que en dicha travesía los cadetes adquirirán los conocimientos del mar y se familiarizarán con los procedimientos utilizados para el manejo de este tipo de buques a vela y propulsión a motor.

Fuerzas de paz venezolanas viajaron a El Salva[dor]

Un total de 33 oficiales del Ejército, Armada, Aviación y la Guardia Nacional viajaron recientemente hacia El Salvador a bordo de un Hércules C-340 del Grupo Aéreo de Transporte Número 6 de la Fuerza Aérea Venezolana, con la noble misión de cooperar en el establecimiento de la paz en esta convulsionada región del continente americano.

El citado personal contribuirá con el proceso de pacificación que actualmente se lleva a cabo en Centroamérica. La delegación de la Fuerza Aérea Venezolana está integrada por los tenientes coroneles José Carrasquero Cabrera, Félix Alberto Pacheco, Benito Matheus Pérez y los mayores Julio Marcano Castro y José Orlando Mendoza.

Grupo Bael cumplió 14 años

El pasado mes de febrero el Grupo de Policía Aérea de la Base Aérea El Libertador (Grupobael), cumplió 14 años de su creación. La citada unidad de la Fuerza Aérea Venezolana tiene la importante misión de resguardar la integridad física del recurso humano y los sistemas de armas alojados en Bael.

Personal militar de la Fuerza Aérea Venezo[lana] se entrena en simulador de vuelo

Un grupo de oficiales y suboficiales de la Fuerza Aérea Venezolana, adscritos al Grupo Aéreo de Transporte Número 6 se encuentra actualmente en la ciudad de Miami, Estados Unidos, realizando un curso en el simulador de vuelo del avión Boeing 707 Tanquero, aeronave reabastecedora de combustible en el aire.

Los citados estudios tendrán una duración de tres semanas y tienen como objetivo preparar las tripulaciones aéreas que operarán con un mayor nivel de destreza el mencionado sistema de arma.

SECRETO

26

9203967.

"EL UNIVERSAL" 19 MAR 92

IMAGEN NOTICIA DE LAS FUERZAS ARMADAS

Visita de integrantes de la Fiscalía a la Armada

El director general de la Fiscalía de la República, doctor Antonio José Herrera acompañado por el director de servicios jurídicos, doctor *Raúl Domínguez*, realizaron una visita de cortesía a la máxima sede naval, donde se entrevistaron con el comandante general de la Armada, vicealmirante Ignacio Peña Cimarro. Al conversar con el doctor Herrera en la relación al propósito de su visita respondió: "Esta es una reunión de trabajo, la cual hacemos con frecuencia y el país debe acostumbrarse a estos encuentros como algo natural, ya que es una prueba concreta de que las instituciones funcionan. Además, la Fiscalía General de la República y los fiscales del Ministerio Público tenemos magníficas relaciones con la Armada, y creemos que esta fuerza juega un papel muy importante en la preservación de los intereses territoriales del país.

Igualmente destacó la labor que realizan ambas instituciones *en el área ambiental*, lo que facilitó, por ejemplo, el saneamiento del Parque Nacional Mochima; y el interés que tienen tanto la Fiscalía con la Armada por el trabajo contra el narcotráfico. Hemos trabajado conjuntamente con el Comando de Guardacostas en las funciones policiales, que son las que en la práctica realiza la Armada, en materia de narcotráfico y en las funciones de preservación del ambiente marino. Por su parte, el vicealmirante Peña Cimarro manifestó: "Nos interesa mucho la visita del doctor Herrera, no sólo por los nexos de amistad que hemos establecido desde hace mucho tiempo, sino también por el carácter que tiene la Fiscalía en relación a las actividades que ahí efectúan, en especial la protección a la ciudadanía y *hacer respetar las leyes*".

"Debemos conversar sobre muchos temas, porque actualmente existe una gran dinámica en cuanto a los aspectos legales del país, los que antes pasaba inadvertidos y se requiere de estas reuniones para ir perfeccionando los mecanismos, a fin que funcionen lo mejor posible".

Ex comandante de la Armada visita sede naval

El Comandante General de la Armada VA. Ignacio Peña Cimarro se reunió con el VA Jesús Carbonell Izquierdo, ex comandante general de la Armada y ex ministro de la Defensa, para conversar sobre temas inherentes a la fuerza. Al distinguido oficial visitante le fue ofrecido un almuerzo el cual departió con el comandante naval de personal VA. *José Guillermo* Gil Rojas, el comandante naval de operaciones VA. Julián Mauco Quintana, el jefe de Estado mayor general de la Armada CA. Héctor Pacheco Moreno y el comandante naval de logística CA. Rafael Pérez Arismendi.

Al entrevistarlo el VA. Carbonell Izquierdo expresó: "Vine a la Armada atendiendo una gentil invitación de su comandante con el fin de conocer las nuevas políticas de las instituciones".

"Me siento orgulloso de estar aquí, ya que para un marino esta es y seguirá siendo siempre su casa". Luego envió un saludo a todos los hombres que forman parte de la fuerza "espero que sigan trabajando por el bien de nuestra Armada".

Por su parte, el VA Peña Cimarro manifestó: Estoy muy complacido por la asistencia del ex comandante general, un hombre muy recordado y querido dentro de nuestra institución por su excelente trayectoria dentro de la misma, y quien además ha sabido llegar muy dignamente a su situación de retiro.

El VA. Carbonell Izquierdo ha ocupado importantes cargos en su carrera, entre ellos el de comandante general de la Armada del 67 al 69; jefe del Estado mayor de las Fuerzas 69-70; Inspector General de las Fuerzas 70-71 y Ministro de Defensa 71-72.

El club de tropas informa

En las instalaciones del Club de Tropas Profesionales del Ejército (Fuerte Tiuna), ha sido activado un punto de recepción y entrega de "lavandería", el cual satisfacerá al personal de sus afiliados a un costo por debajo del mercado actual, los días de recepción y entrega están establecidos en el siguiente horario: de lunes a viernes de 8 am a 12 m y de 2 a 6 pm y los sábados de 8 am a 2 pm. Con este nuevo servicio el "Club de Tropas Profesionales del Ejército el cual está bajo la dirección del Tcnel. (Ej) Néstor Rafael Morales Ramos mejora el bienestar de la tropa profesional". Integrantes del "Glorioso Ejército Venezolano Forjador de Libertades".

IMAGEN NOTICIA DE LAS FUERZAS ARMADAS

Inicio del Curso Básico en la Escuela de Ingeniería Militar General de Brigada "Francisco Jacot"

El pasado 23 de marzo se dio inicio al curso básico de Ingeniería Número 34 para oficiales, cadetes y alumnos del centro de capacitación de oficiales (C.E.C.A.O.), en la Escuela de Ingeniería Militar General de Brigada "Francisco Jacot". Este curso está integrado por oficiales del Ejército, cadetes de la Academia Militar de Venezuela y alumnos del Centro de Capacitación de Oficiales y tendrá una duración de 2 meses. La inducción de los alumnos estuvo a cargo del ciudadano coronel Rafael María Estrada Díaz, director del Instituto, acompañado del teniente coronel Pablo José León Rojas, subdirector y demás oficiales y suboficiales de planta.

La dirección de la escuela de Ingeniería Militar, en nombre de todo el personal militar que la conforma dio la más cordial bienvenida al personal de alumnos deseándoles éxitos en la superación de esta etapa de su carrera militar.

Encuentro deportivo

En el Club de Tropas Profesionales del Ejército el teniente coronel Néstor Rafael Morales Ramos director del Club de Tropas Profesionales del Ejército inauguró el encuentro deportivo de bolas criollas, el cual se llevó a efecto el domingo 22 de marzo en la cancha de dicho instituto, los equipos participantes de este popular deporte fueron el Club de Mersifrica y los cabezones de Macarao, este último que representó el "Club de Tropas Profesionales del Ejército", y los cuales pusieron en alto al instituto obteniendo la victoria de dicho encuentro; cabe destacar la valiosa actuación del SM/3ª Miguel Guzmán, el cual la junta directiva del club le desea muchas felicidades a su grupo familiar, señora Leydys Korellys de Guzmán por el bautizo de su hijo Miguel Guzmán Dunior.

Destacada participación del Ejército en recientes eventos deportivos

El Ejército venezolano, "forjador de Libertadores", ha tenido una destacada participación en los últimos eventos deportivos donde ha intervenido, dando muestra, una vez más de las excelentes condiciones físicas de sus participantes uno de los más rotundos éxitos del deporte militar fue el campeonato de Boxeo Doble "A" José Félix Ribas", celebrado el mes pasado en la ciudad de La Victoria para conmemorar el "Día de la Juventud", donde tuvo una gloriosa actuación; también cabe destacar el importante triunfo obtenido por el equipo que lo representó en el béisbol, el cual se impuso ante la selección de Fetramilud, en su encuentro amistoso celebrado el pasado 15 de marzo en La Guaira, que además de propinar cuatro sendos jonrones, contó con la brillante actuación del subteniente William González, quien disparó dos de estos incogibles. Simultáneamente se inauguró en la explanada bolivariana en el Fuerte Tiuna el XXXVII Campeonato de Fútbol Amateur de la Liga Tiuna donde participaron trece equipos del Distrito Federal y el del Ejército allí también. La representación deportiva militar se lució al golear 6 a 1 al equipo "300 Fútbol Club" el deportista más destacado de este campeonato resultó ser el sargento segundo Gustavo Alexis Durán al disparar dos emocionantes goles.

Por otra parte la selección de lucha de la Fuerza viajó a San Fernando de Apure con el fin de participar en el campeonato deportivo "Inter Fuerzas 1992", que se llevó a cabo en dicha ciudad del 20 al 22 de marzo del presente año, allí podrá demostrar sus grandes condiciones, el sargento segundo Antonio García, medallista en los pasados juegos Panamericanos, Habana 91, y preseleccionado para representar los colores patrios en las próximas olimpíadas "Barcelona 92", al igual que otro gran luchador venezolano que defenderá los colores del Ejército, el distinguido Paulo Cacique, perteneciente a la selección nacional y preseleccionado para los Juegos Olímpicos.

Asimismo la representación boxística viajará este próximo fin de semana a Cumaná donde se medirá con las selecciones de Nueva Esparta y Sucre. El pueblo sucrense ha dado manifestaciones de alegría por la presencia de este aguerrido equipo del Ejército quienes por su triunfo reciente en el torneo "José Félix Ribas" está en la cima de la popularidad. Por cierto que en esta oportunidad uno de los más destacados participantes el sargento primero José Guzmán no asistirá a este intercambio por encontrarse representando a Venezuela en un torneo preolímpico que se está llevando a cabo en estos momentos en la ciudad de Mendoza en la República de Argentina y podemos resaltar que este joven, ejemplo para el deporte venezolano, ganó su primera presea frente al púgil representante de Uruguay.

Comandante General de la Fuerza Aérea Venezolana regresó de Colombia

El general de división Eutimio José Fuguett Borregales, comandante general de la Aviación, regresó el pasado jueves de un viaje que realizó a Colombia acompañado del general de brigada Otto García Rivara, comandante de la Defensa Aérea.

La visita del titular de la Fuerza Aérea Venezolana al vecino país obedeció a una invitación formulada por su homólogo colombiano Manuel Jaime Forero Quiñones, cuando este último visitó nuestro país en diciembre pasado para asistir a los actos conmemorativos del 71° aniversario de la creación de la Fuerza Aérea Venezolana

Durante su estada en la nación colombiana, el general Fuguett Borregales y el general García Rivara sostuvieron entrevistas con el ministro de la Defensa de ese país y con otras personalidades del acontecer nacional de la hermana república. Asimismo visitaron instalaciones de la Fuerza Aérea de Colombia y otras unidades militares.

Arribó al muelle de La Guaira el patrul[lero] Guardacostas ARV "Alcatraz" (PG-3[2])

En nombre de la Armada deseo agradecer al gobierno de Estados Unidos de Norteamérica por habernos cedido esta unidad que significa para nosotros un fortalecimiento del poder naval en el Comando de Guardacostas, ya que con ello estaremos incrementando la lucha contra ese flagelo que cada día hace más daño a nivel mundial y no es otra que la droga y el narcotráfico. Estas palabras forman parte del discurso que pronunciará el comandante naval de operaciones VA Julián Mauco Quintana durante el recibimiento del nuevo patrullero de guardacostas ARV "Alcatraz" (PG-32), al muelle naval de La Guaira.

Señaló además en la medida que permanezcamos más tiempo en el mar en labores de patrullaje, le estaremos negando la oportunidad de hacer uso indiscriminado de los espacios marítimos y fluviales. Tengan ustedes la plena seguridad de que esta unidad tendrá un rol principal en la lucha contra el narcotráfico. A partir de este momento el personal del PG-32 se está integrando en pleno a las actividades de Guardacostas de la Armada venezolana donde cumplirán misiones enmarcadas en el importantísimo rol de salvaguarda ligado íntimamente a la Ley Orgánica de las Fuerzas Armadas, Ley Penal de las Fuerzas Armadas, Ley Penal del Ambiente, Ley de Pesca, Ley de Navegación y la Ley de Sustancias Estupefacientes y Sicotrópicas, entre otras.

Asistieron a este acto además del comandante naval de operaciones el comandante de guardacostas, el embajador de Estados Unidos de Norteamérica y los agregados de ese país, el alcalde y el prefecto del Municipio Vargas, el obispo de la diócesis de La Guaira, el comandante de Infantería de Marina, el director de la Escuela Naval de Venezuela, oficiales superiores, subalternos, suboficiales, profesionales de carreras, sargentos, tropas e invitados especiales.

Al concluir la ceremonia de recibimiento conversamos con el comandante de Guardacostas C.A. Jesús Enrique Briceño García, quien manifestó que este tipo de embarcación va a coadyuvar a la materialización en todas las secciones de guardacostas, especialmente en partes preventivas de la seguridad marítima y en la parte correctiva en búsqueda y rescate, así como la aplicación de la ley en el mar. Nosotros estamos muy interesados en cubrir ciertas áreas estratégicas y colocar unidades de estas asignadas a nuestras estaciones principales para que así puedan combatir los problemas del terrible narcotráfico y el contrabando y piratería que existen actualmente en nuestras aguas.

Por su parte, el excelentísimo embajador de Estados Unidos expresó el fin de estas donaciones es un símbolo, un hecho de las cooperaciones entre los dos países contra el narcotráfico y es muy importante para nosotros que el comando de guardacostas venezolanos tenga estas unidades. Otro hecho relevante es que hoy se inicia en San Antonio, Texas, la cumbre contra la droga, y en cierto sentido hemos inaugurado la cumbre acá en Venezuela con la llegada del patrullero Guardacostas ARV "Alcatraz" (PG-32).

23 MAR 92

CENTINELA

ORGANO INFORMATIVO DEL EJERCITO

Visita Institucional Ministro de Relaciones Interiores en el Comando General del Ejército



El comandante general del Ejército, general de división Pedro Remigio Rangel Rojas, recibió en su despacho el martes 24, al señor Luis Piñerúa Ordaz, ministro de Relaciones Interiores, quien dispensó una visita de cortesía, acompañado del general de brigada (Ej) Humberto Hernández Grisanti, director general sectorial de Administración del Ministerio de Relaciones Interiores.

La permanencia del ilustre funcionario en este comando produjo una amena e interesante conversación entre el ministro y los asistentes a la reunión, donde hubo intercambio de ideas y se trataron temas de gran interés y actualidad que inciden positivamente en el desarrollo de las instituciones que ellos representan.

El ministro Piñerúa Ordaz, manifestó al comandante general, lo siguiente: "Ha sido oportunidad magnífica para conocer de viva voz la compenetración de la Fuerza con la institucionalidad democrática y su definitiva disposición para la defensa del Estado de derecho".

40 becas para el Ejército venezolano otorga Fundayacucho el presente año

Cuarenta becas de estudio otorgará Fundayacucho a la Comandancia General del Ejército durante el presente año, para el perfeccionamiento y capacitación del personal militar de la Fuerza, mediante convenio suscrito el 25 de marzo en la sede de este comando general.

La firma del convenio estuvo a cargo del general de división Pedro Remigio Rangel Rojas, en representación de la Comandancia General del Ejército, y el economista Leopoldo López Gil, presidente de la Fundación Gran Mariscal de Ayacucho.

Entre las cláusulas acordadas cabe destacar la contribución de Fundayacucho al otorgar estas 40 becas, para preparar y capacitar al personal militar en lo que se refiere a la gerencia del Ejército.

Los niveles a los cuales va dirigido el presente programa son: Técnico Superior, Licenciatura y Maestría, así como también cursos de perfeccionamiento de corta duración.

Esta iniciativa surge gracias al empuje que el comando general ha dado a las políticas de mejoramiento, capacitación y bienestar social del personal militar y civil integrante de esta institución. El acto contó con la asistencia del alto mando de la Fuerza y personalidades representativas de Fundayacucho.

Del Programa de Conferencias de Fundaejer "Visión geopolítica de Venezuela e inteligencia estratégica"

La Fundación de Damas del Ejército (Fundaejer), atendiendo a sus planes para 1992, ha desarrollado un ambicioso programa de preparación y mejoramiento del personal que labora en esta institución, y por tal motivo organizó el curso "Esposa del Oficial", correspondiente al Módulo IX del programa denominado "Seguridad y Defensa", efectuado en el Salón Queseras del Medio de la comandancia general de la Fuerza, los días 24 y 25 del presente mes.

En este acto, que estuvo presidido por la socióloga Migdalia Durand de Rangel, presidenta de Fundaejer, y su junta directiva, se dictó la interesante conferencia "Visión geopolítica de Venezuela e inteligencia estratégica", a cargo del general de brigada José Gregorio González y la licenciada Giovanna de Michelle.

Los objetivos de la charla fueron dar a conocer la finalidad y alcances de la inteligencia estratégica, como coadyuvante en la consecución de los intereses nacionales.

Resultó masiva la concurrencia al acto, por la importancia y gran actualidad del tema tratado, a la vez que tuvo la significación de ofrecer conocimientos sobre esta área particular, a un grupo tan distinguido de invitadas.

CENTINELA

ORGANO INFORMATIVO DEL EJERCITO

Joven panameño se hace Oficial del Ejército venezolano



En acto celebrado en la sede de la Comandancia General del Ejército, el 16 del presente mes, se ascendió al grado de subteniente al alférez Orlando Caballero, quien nació en Panamá, naturalizado venezolano y cursó sus estudios en la Academia Militar de Venezuela. Dicho acto estuvo presidido por el comandante general del Ejército, general de división Pedro Remigio Rangel Rojas y el Alto Mando Militar de la Fuerza.

El subteniente Orlando Caballero, integrante de la promoción "General de Brigada Daniel Florencio O'Leary", prometió a Dios y a la República, en presencia de la Bandera, defender la patria y sus instituciones. Así lo expresó en la toma de juramento del cual fue objeto al ser investido como oficial del Ejército venezolano.

El general Rangel Rojas se dirigió a los presentes e hizo un reconocimiento al subteniente Orlando Caballero, quien habiendo nacido en tierras hermanas, prometió defender la cuna de Bolívar "hasta perder la vida". Este joven oficial se convierte en ejemplo digno de ser imitado por las generaciones futuras por su abnegación, espíritu de superación y amor a la carrera de

Fundaejer adelanta proyectos para creación y mejoramiento de preescolares



La Fundación de Damas del Ejército (Fundaejer), presidida por la sociólogo Migdalia Durand de Rangel, efectuó una reunión de trabajo con la finalidad de coordinar los apoyos requeridos para adelantar el proyecto de creación y mejoramiento de los preescolares a nivel nacional, destinados al uso de los hijos del personal profesional militar y civil que labora en el Ejército. Esta importante iniciativa de Fundaejer coadyuvaría al mejoramiento de los programas de Bienestar Social que viene implementando la Fuerza; y al cual se [illegible] el apoyo decidido de los comités de damas de las diferentes guarniciones del interior del país.

Inaugurado servicio de odontolgía en la sede de la Comandancia General del Ejér

En la Comandancia General del Ejército el general de división Pedro Remigio Rangel Rojas, acompañado de los generales de división del Alto Mando del Ejército, el pasado lunes 16 inauguró el Servicio de Odontología el cual viene a representar el logro de un importante objetivo dentro de los planes de bienestar social contemplado en su política de comando y que prestará beneficio al personal militar y civil que labora en nuestra sede. El acto contó con la bendición del coronel (a) presbítero Julio Barillas Araujo, capellán del Ejército. Este importante servicio será atendido por la doctora Shirla Malavé Ruiz, quien ejercerá funciones como odontóloga, teniendo como asistente a la ST/2da. Moraima Rivero Cok.

Los tratamientos clínico-odontológicos que este servicio está en capacidad de ofrecer, incluyen el examen clínico, profilaxis dental, radiografías dentales, endodoncias simples, urgencias odontológicas, operatoria dental (obturaciones con amalgamas y resinas), tratamientos de conducto y prótesis (coronas y puentes). Todo completamente gratuito para el personal civil y militar.

CENTINELA

ORGANO INFORMATIVO DEL EJERCITO

Ince Militar: una oportunidad para capacitarte profesionalmente en el Ejército

"Con un total de 27 cursos programados para el primer semestre de este año 1992, el Ince Militar capacitará a más de 400 alumnos, en su gran mayoria militares, en las áreas más importantes", así lo afirma el teniente coronel (Ej) Luis Eduardo Varela Contreras, jefe del Centro Polivalente del Ince Militar No. 1 (Cepoin).

El Ince Militar bajo la gerencia del general de Brigada (Ej) Julio César Arratia, es uno de los mejores institutos del país para la capacitación y adiestramiento del personal de tropa alistada, en diversos oficios o especialización.

Los cursos que en la actualidad se están dictando en el Ince Militar en el Centro Polivalente del Fuerte Tiuna y en diferentes guarniciones del país son: mecánica automotriz, latonería y pintura, refrigeración comercial y aire acondicionado, carpintería de bancos y puertas, barbería, auxiliar de contabilidad, contabilidad superior, dibujo arquitectónico, mecanografía, lectura e interpretación de planos, tornero mecánico, auxiliar de topografía, corte y costura, albañilería, entre otros.

La oportunidad es propicia para felicitar al Ince en ocasión de haber celebrado dicha institución, el pasado 11 de marzo, un año más de fructífera existencia en pro de la capacitación de los recursos humanos que contribuirán al mejoramiento y desarrollo de nuestra Venezuela.

Efemérides del Pabellón Nacional en el Ejército

El Ejército conmemoró la efemérides del Pabellón Nacional, con diversos actos institucionales en las diferentes guarniciones y plazas fuertes del país. Además de la tradicional izada y arriada del tricolor patrio, los actos incluyeron alocuciones referidas a su evolución histórica, contribuyendo así a mantener viva la admiración y respeto hacia uno de los símbolos patrios más importantes de nuestra identidad nacional. En la gráfica un grupo de cadetes de la Academia Militar de Venezuela y Efofac, hacen honor en el desfile realizado en el Fuerte Tiuna.

Importante donativo entrega Fundaejer al hospital "Dr. Vicente Salias Sanojo" del Fuerte Tiuna

La Fundación de Damas del Ejército (Fundaejer), cumpliendo una vez más con el programa de bienestar social, preparado para este año 1992, hizo entrega de un importante donativo al Hospital Militar "Dr. Vicente Salias Sanojo", el pasado 11 de los corrientes, en visita realizada a ese centro asistencial.

Este donativo consistió en útiles personales para los soldados recluidos en ese importante centro asistencial, así como también, dotación de revistas, papeleras, ganchos de ropa, y uno muy significativo consistente en toldos para los ventanales de la Sala de Hospitalización, con la finalidad de brindar sombra a aquellos pacientes que se encuentran recluidos en la misma.

En el acto estuvo presente la socióloga Migdalia Durand de Rangel, presidenta de Fundaejer, acompañada de las damas integrantes de su Junta Directiva, quien dirigió unas palabras de salutación a los soldados hospitalizados, gesto que fue reconocido y agradecido por los jóvenes convalecientes.

Mensaje del Comandante General del Ejército en el Día del Médico

—Preservemos con las glorias de Vargas, la salud del Soldado Venezolano—

El médico está entre los profesionales que a través de toda la historia de la patria, han puesto su corazón y su mente más cerca de su gente. Así permanecieron durante los cruentos años de la campaña emancipadora, y ayer como hoy, su sola presencia, siempre querida aunque a veces incomprendida en sus infortunios y sacrificios, es motivo de esperanza y de seguridad, cuando no el inicio mismo de la curación y la salud.

Como integrantes del Ejército, asimilados o en su digna condición civil, nuestros valiosos galenos contribuyen a traducir el gran deber constitucional de dar salud, para preservar, bajo los auspicios del eminente patriota José María Vargas, patrono civil de la medicina venezolana, la integridad del primer recurso de la nación y de la fuerza, el hombre. Y es en nombre de todos los oficiales generales, superiores, subalternos, suboficiales profesionales de carrera, cadetes, tropa profesional, alumnos, clases, soldados y trabajadores civiles, que deseo resaltar su dedicación al ejercicio de las ciencias médicas en nuestra institución, conjugando con equilibrio y armonía los conocimientos y experiencias de la técnica clínica y la sabiduría humana, unidas e inseparables; ejercitando las virtudes y normas morales como discípulos de Hipócrates y los postulados del profesional militar, orientados mediante criterios de honestidad, justicia y absoluta dignidiad, al bienestar social.

En este memorable 10 de marzo, Día del Médico venezolano, propicio para la gratitud y la exaltación de sus méritos, envío mis felicitaciones al gremio médico; y de manera particular a mis compañeros de armas y demás profesionales al servicio del Ejército, los exhorto de manera cordial para que sigan siendo, como hasta el presente, pilares de nuestra noble institución, por la fuerza moral de sus ideales, de su vocación y de su inquebrantable decisión de ser útiles a la humanidad y a la patria.

Caracas, 10 de marzo de 1992

Pedro Remigio Rangel Rojas
General de División
Comandante General del Ejército

CENTINELA
ORGANO INFORMATIVO DEL EJERCITO

Reinaugurado servicio de lavandería del Fuerte Tiuna

El Comandante General del Ejército, general de división Pedro Remigio Rangel Rojas, reinauguró el pasado viernes 6 el servicio de lavandería del Fuerte Tiuna, recientemente reconstruido y remodelado por el Servicio de Ingeniería de la fuerza con recursos propios de la institución.

Dicha lavandería tiene capacidad para procesar 1.500 piezas diarias y cuenta con un personal especialmente adiestrado formado por 20 soldados y 9 empleados civiles, dirigidos por el mayor (Ej) Antonio Pellegrino Malfisi, jefe de Operaciones del referido servicio.

Este servicio de lavandería cuenta con una importante infraestuctura y maquinarias, entre ellas 22 planchas industriales, 4 secadoras, 7 lavadoras con capacidad para 300 piezas cada una, 3 máquinas de coser industriales, y 3 calderas, totalmente recuperadas y reconstruidas por el Comando del Ejército. Dicha lavandería beneficiará a la población militar acantonada en el Fuerte Tiuna, que ve satisfecha una necesidad primordial, gracias a la política de mejoramiento de bienestar del personal que viene desarrollando el Comando General del Ejército.

Culminaron exitosamente II Jornadas de Planificación

Con todo éxito culminaron las II Jornadas de Planificación realizadas en la Comandancia General del Ejército durante los días 5 y 6 de marzo pasado, evento conducido por la Dirección de Planificación de la Fuerza, y cuya clausura estuvo a cargo del general de brigada Carlos Alberto González Marcial, director de Planificación del Ejército.

En el marco del evento calificados expositores en la Teoría de la Planificación se dieron cita para realizar esta importante actividad, participando representantes del Instituto Venezolano de Planificación (Iveplan), Iesa, Cendes, así como otras destacadas instituciones que integran el proceso de la Planificación en Venezuela.

El acto reunió a un grupo de profesionales civiles y militares, quienes recibieron diversidad de informaciones estimulando en ellos los procesos analíticos y de reflexión relacionados con la Planificación y sus más resaltantes disciplinas.

La realización de estas jornadas sirvió para destacar la importancia de realizar estos esfuerzos, orientados a incrementar el nivel de conocimientos de nuestro personal técnico. Todos estos aspectos materializan metas concretas de la gestión actual del Comando General del Ejército.

En la Universidad Santa María

Distinguido del Ejárcito venezolano es cursante del último año de Derecho

"El país y el Ejército necesitan personal preparado, con amplia capacidad de dirección, encaminado al fortalecimiento y crecimiento de la institución castrense", quien así se expresa es Julio César Jaimes Berutti, distinguido del Ejército y cursante del último año de Derecho en la Universidad Santa María.

Este joven venezolano se alistó en las filas castrenses faltándole solamente un año para concluir sus estudios de abogacía. El distinguido Julio César Jaimes Berutti, plaza de la Compañía de Apoyo y Servicio de la Escuela Técnica de la Fuerza, se siente sumamente entusiasmado y orgulloso del camino recorrido y asegura que el Ejército venezolano brinda la posibilidad de adelantar estudios a aquellos soldados con deseos de superación.

"Al culminar mis estudios de Derecho" -asevera Jaimes Berutti- "mis aspiraciones inmediatas son formar parte de esta organización a través de la asimilación; el querer ser militar y servir a la patria exige constancia, esfuerzo y dedicación, elementos que yo afino cada día más para el logro de mis metas, ya que me identifico plenamente con el lema de la Escuela Técnica del Ejército: **Saber más para servir mejor**".

Noti-ráfagasNoti-ráfagas***Noti-ráfagas***

Con motivo de la conmemoración del Día Internacional de la Mujer, hoy domingo 08 de marzo, el Comando General del Ejército y la Fundación de Damas del Ejército (Fundaejer) hacen llegar a todo el personal profesional, militar y civil femenino de la fuerza, las más expresivas palabras de reconocimiento por la encomiable labor que día a día realizan en favor de nuestra institución ennobleciendo con su trabajo productivo y creador el engrandecimiento de nuestra patria. ***De igual manera y con motivo de conmemorarse el próximo 10 de marzo el Día del Médico, el comando general del Ejército felicita efusivamente a todos los profesionales de la Medicina, y muy especialmente a aquellos que laboran en esta fuerza, exaltando la abnegada labor desempeñada en beneficio de nuestro personal en los hospitales militares y servicios médicos de las diferentes guarniciones del país. ***LA FUNDACION DE DAMAS DEL EJERCITO, (Fundaejer) extiende una cordial invitación a las señoras esposas del personal militar profesional de la fuerza a participar en el Foro titulado La adolescencia y cómo manejarla, el mismo se realizará el día 12 de marzo en el salón Queseras del Medio, ubicado en el 1er. piso de la Comandancia General, a partir de las 2:30 pm. ***Asimismo, Fundaejer invita a participar en el curso de computación para jóvenes, el cual será impartido desde el 16 hasta el 20 de marzo, en horario comprendido entre las 3:00 y 5:00 pm, cupo limitado

¡..Hay que volver a Carabobo..!

"...El hombre de honor no tiene más patria que aquella en que se protegen los derechos de los ciudadanos y se respeta el carácter sagrado de la humanidad..."

Simón Bolívar

SECRETO

BITACORA DE LA ARMADA

Director: CN. Félix A. Corrales Morales
Jefe de Infor. y Medios: CF. Julio Cordero Fornerino
Coordinación y Redacción: Lic. Miriam Alviarez de Marcano

ARRIBO EL PATRULLERO GUARDACOSTAS ARV. "ALCATRAZ" (PG-32) AL MUELLE NAVAL DE LA GUAIRA

Durante un acto oficial efectuado en la rada del Muelle Naval, arribó al puerto de La Guaira el Patrullero Guardacostas ARV. "ALCATRAZ" (PG-32), unidad cedida por el gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica a nuestro país. La ceremonia estuvo presidida por el Vicealmirante Julián Mancó Quintana Comandante Naval de Operaciones, contando además con la presencia de las autoridades civiles y militares involucradas en dicha donación.

El Comandante Mancó Quintana, resaltó en sus palabras el agradecimiento de la institución naval hacia el gobierno estadounidense, procediendo a destacar que "a partir de este momento el personal del PG-32 se está integrando en pleno a las actividades de Guardacostas de la Armada de Venezuela, donde cumplirán misiones enmarcadas en el importantísimo rol de salvaguarda ligado íntimamente a la Ley Orgánica de las Fuerzas Armadas, Ley Penal de las Fuerzas Armadas, Ley Penal del Ambiente, Ley de Pesca, Ley de Navegación y la Ley de Sustancias Estupefacientes y Psicotrópicas, entre otras.

Al concluir la ceremonia de recibimiento conversamos con el Comandante de Guardacostas Contralmirante Jesús Briceño García quien manifestó que este tipo de embarcación va a coadyuvar a la materialización en todas las secciones de guardacostas, especialmente en la parte preventiva de la seguridad marítima y en la parte correctiva en búsqueda y rescate, así como la aplicación de la Ley en el mar. Nosotros estamos muy interesados en cubrir ciertas áreas estratégicas y colocar unidades de éstas asignadas a nuestras estaciones principales para que así puedan combatir los problemas del terrible narcotráfico, el contrabando y la piratería que existen actualmente en nuestras aguas".

ACCIONES DE GUARDACOSTAS EN LOS ROQUES

El Comando de Guardacostas en su afán de servir a la comunidad marítima nacional, realizó varias acciones por la seguridad en la mar, entre ellas, la inspección a yates y veleros en Los Roques durante la visita a esta isla del Remolcador ARV. "Fernando Gómez" (RP-21), mientras permanecía en el área de Los Roques, recibió el reporte de la demora de una embarcación pesquera de nombre "MELOSO" con un tripulante a bordo que salió en faena de pesca y estaba retardada para su hora de arribo. El ARV. "Fernando Gómez" zarpó con el fin de coordinar y efectuar las labores de rescate de la pesquera extraviada, la cual fue encontrada y remolcada por la lancha "Reveca" después de dos días de búsqueda.

EX MINISTRO DE LA DEFENSA Y EX COMANDANTE GENERAL NOS VISITA

El Vicealmirante Jesús Carbonell Izquierdo ex Ministro de la Defensa y ex Comandante General de la Armada, efectuó una visita de cortesía al Comando General de la Armada, donde se reunió con el Comandante General Vicealmirante Ignacio Peña Cimarro y los integrantes del Alto Mando Naval, con el fin de conversar acerca de temas inherentes a la Fuerza. Al entrevistarlo el ex Comandante Carbonell Izquierdo expresó: "Vine a la Armada atendiendo una gentil invitación de su Comandante y conocer las nuevas políticas de la institución". –Me siento orgulloso de estar aquí ya que para un marino esta es y seguirá siendo siempre su casa". Luego envió un saludo a todos los hombres que forman parte de la Fuerza. "Espero que sigan trabajando por el bien de nuestra Armada".

INTEGRANTES DE LA FISCALIA EN LA ARMADA

El Director General de la Fiscalía de la República Doctor Antonio José Herrera acompañado por el Director de Servicios Jurídicos Doctor Raúl Dominguez, realizaron una visita de cortesía a la máxima sede naval, donde se entrevistaron con el Comandante General de la Armada Vicealmirante Ignacio Peña Cimarro.

Al conversar con el Doctor Herrera en relación al propósito de su visita respondió: "Esta es una reunión de trabajo la cual hacemos con frecuencia y el país debe acostumbrarse a estos encuentros como algo natural, ya que es una prueba concreta de que las instituciones funcionan. Además, la Fiscalía General de la República y los Fiscales del Ministerio Público tenemos magníficas relaciones con la Armada, y creemos que esta Fuerza juega un papel muy importante en la preservación de los intereses territoriales del país".

SECRETO 9203967

SECRETO

BITACORA DE LA ARMADA

Director: CN. Félix A. Corrales Morales
Jefe de Infor. y Medios: CF. Julio Cordero Fornerino
Coordinación y Redacción: Lic. Miriam Alviarez de Marcano

RUMBO A LA REGATA COLON 92

El Buque Escuela ARV. "SIMON BOLIVAR" (BE-11) partió desde el puerto de La Guaira, el pasado lunes 9, su destino Madeira, Lisboa y estar presentes el 29 de abril en Cádiz, cuando arranca la Gran Regata Internacional que culminará el 10 de junio del presente año. Luego irá a Tenerife, Puerto Rico, Norfolk, New York, Boston, Saint Kitts y La Orchila para regresar el 12 de agosto en el puerto de La Guaira.

El jefe de la misión Capitán de Navío William González en compañía de la tripulación recibió a bordo a los oficiales Almirantes integrantes del Alto Mando Naval, al Jefe de Educación de la Armada y al Director de la Escuela Naval de Venezuela presididos por el Vicealmirante Ignacio Peña Cimarro, Comandante General de la Armada.

El acto de despedida contempló la invocación por parte del Capellán del Centro de Adiestramiento Naval, entrega del Estandarte de la Armada al Comandante del BE-11 y luego las palabras del Vicealmirante Ignacio Peña Cimarro. La Marcha Epica de las Fuerzas Navales fue interpretada por todos los presentes. Finalizando la ceremonia con el desembarco de las autoridades para dar la Orden de Rol de Maniobras y Zarpe.

GUARDACOSTAS EN LOS PREPARATIVOS DEL PRIMER CONGRESO NACIONAL DE LA INDUSTRIA PESQUERA

En el Parque Central tuvo lugar la segunda reunión preparatoria del Primer Congreso Nacional de la Industria Pesquera que se realizará en Caracas durante el mes de octubre. Dicho evento fue presidido por el Licenciado Francisco Herrera Terán, Director General Sectorial de Pesca y Acuicultura del Ministerio de Agricultura y Cría. Los asistentes a la mencionada asamblea concretaron los siguientes puntos: Creación de dos comités, uno encargado de logística y otro de la planificación. No obstante se estableció que deberían realizarse cuatro ponencias por día, durante tres días. Igualmente se previó la participación del sector público y privado e invitar a ponentes especializados con la problemática de pesca e identificación de la seguridad de los intereses marítimos a nivel internacional y que se difunda el evento, esta última propuesta por el Comandante de Guardacostas Contralmirante Luis Briceño García. Entre las conclusiones se determinó que es importante la presencia y participación directa de la Armada con el personal especializado en la realización de este Congreso. Se sugirió que la Armada expusiera el tema "El Poder Marítimo en Venezuela y el Control de la Pesca en la Zona Económica Exclusiva".

Desde el punto de vista geoestratégico, la Armada puede controlar sus fronteras marinas a través de la participación del sector pesquero integrado a las actividades de vigilancia e información.

"LA ARMADA HORIZONTE SIN LIMITES"

LA ARMADA EN REUNION DE PROTECCION INTEGRAL DE PDVSA

Oficiales de Guardacostas de la Armada asistieron a una reunión de trabajo en la División de Protección Integral de Petróleos de Venezuela S.A. con el fin de coordinar esfuerzos en la búsqueda de una reacción en apoyo inmediato ante la presencia de una contingencia por derrame de hidrocarburos y sustancias tóxicas en el medio ambiente marino, lacustre y fluvial de la República.

En dicha reunión se trataron los siguientes puntos: la necesidad de adiestramiento para el personal de las FAN; instrumentación de una nueva área en los planes de contingencia en la Zona Económica Exclusiva, la importancia de una mayor coordinación y apoyo logístico en el traslado de materiales hacia el sitio de desastre, estar preparado para casos de solicitud de apoyo internacional a países del Caribe, trazar estrategias para la implantación de cursos sobre derrames de hidrocarburos con los Guardacostas de otras naciones. Igualmente se determinó que se deben elaborar nuevos planes de trabajo para dar respuesta a una situación de emergencia por derrame de hidrocarburos en los espacios acuáticos de la República lo cual es evidentemente necesario debido a nuestra condición de país productor y exportador de petróleo.

BITACORA DE LA ARMADA

Director: CN. Félix A. Corrales Morales
Jefe de Infor. y Medios: CF. Julio Cordero Fornerino
Coordinación y Redacción: Lic. Miriam Alviarez de Marcano

"EDUCAR PARA LA MAR ES TAREA DE LA ARMADA"

COMANDO DE GUARDACOSTAS APOYA A LOS RADIOAFICIONADOS EN "ISLA DE AVES"

La Asociación de Radioaficionados de Venezuela y el Grupo Venezuela DX Club realizaron la reunión quinquenal en Isla de Aves a 260 millas de costa venezolana. Un total de 17 radioaficionados instalaron siete estaciones de radio en la isla con el propósito de comunicarse con todas las estaciones del mundo. La razón por la cual escogieron a Isla de Aves para esta actividad, es la de hacer notar que esta pertenece a Venezuela y así mismo recordar la soberanía venezolana ante el mundo.

Durante cuatro días permanecieron en la isla, con el apoyo del Comando de Guardacostas de la Armada, los radioaficionados lograron transmitir sus mensajes a un promedio de 37.800 estaciones de radioaficionados en el mundo. Las transmisiones se realizaron en alta frecuencia en el modo Single Side Band y CW siendo la clave que correspondió a "Isla de Aves" la YXOAI.

Por sus características, Isla de Aves es muy codiciada por el mundo de la radioafición para transmitir sus mensajes, ocupando lugares privilegiados en esta fascinante especialidad, la cual juega un papel significativo en las comunicaciones.

INAUGURAN SEMINARIO "EL PODER NAVAL VENEZOLANO" EN LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA NAVAL

[illegible] Superior de Guerra Naval realizó el seminario "El Poder Naval Vene-[illegible] con el fin de analizar la concepción, capacidades y limitaciones del poder [illegible] Estado venezolano en la actualidad y evaluar las alternativas de desarrollo [illegible] a mediano y largo plazo.

El evento tuvo lugar en la Sala de Conferencias "VA. Lino de Clemente" de esa institución y se encontraban presentes representantes del Comando Naval de Operaciones, del Estado Mayor General de la Armada, del Comando de la Escuadra y oficiales superiores, profesores de la facultad y los cursantes del Vigésimo Séptimo Curso de Comando y Estado Mayor.

Las palabras de bienvenida estuvieron a cargo del Contralmirante Raúl Bustamante Pulido, Director de la Escuela Superior de Guerra Naval, quien se refirió a los objetivos de este seminario que se realiza dentro de la programación del Vigésimo Séptimo Curso de Estado Mayor Naval, señalando, entre otras cosas, lo siguiente: "Nos corresponde revisar lo que específicamente se refiere al componente militar del poder naval, es decir, la Armada representada hoy por cuatro [illegible] de suprema importancia: el calificador Estado Mayor de la Armada y los tres ejecutores de máximo nivel el Comando Naval de Logística.

De ellos -agregó- escucharemos y revisaremos en conjunto sus ponencias sobre la concepción estratégica naval venezolana y la organización y doctrinas; la capacidad operacional y el despliegue estratégico, los recursos humanos y la capacidad logística, finalmente con los aportes del resto de la audiencia conformaremos un documento que de alguna manera contribuya con los que tienen sobre sus hombros la responsabilidad de la conducción de la fuerza.

Posteriormente, el Director de Organización y Potencial Humano del Estado Mayor de la Armada dio inicio a las conferencias.

ANEXO Nº 34 AL PARTE MIL SECRETO



Una visita de cortesía a la Comandancia General de la Guardia Nacional dispensaron los directivos de la Organización Cisneros, encabezados por el ingeniero José Antonio Ríos, vicepresidente Corporativo en Veneuela; el doctor José Rafael Revenga, vicepresidente de Estrategia; el ingeniero Carlos Bardasano, director general y vicepresidente de la organización, y Jorge Piedra, vicepresidente Corporativo de Relaciones Institucionales. El comandante general de la Fuerza, general de división (GN) Fredis Ventura Maya Cardona, acompañado del Alto Mando, los recibió en su despacho y dialogaron sobre diversos temas de carácter nacional.

El general Maya Cardona aprovechó este encuentro para agradecer la valiosa colaboración que esta organización, a través de su medio de comunicación (Venevisión), presta a la Guardia Nacional en la difusión veraz y oportuna de hechos noticiosos que se originan dentro de la fuerza.

Reunión de trabajo FAC–Min-Educación

Una reunión de trabajo entre representantes del Ministerio de Educación y oficiales de la Fuerza se efectuó con el objeto de establecer el Plan de Entrenamiento dirigido a guardias nacionales indígenas, egresados recientemente de la institución, con la finalidad de formarlos como facilitadores en el proceso de alfabetización de indígenas en zonas fronterizas como son Santa Elena de Uairén, Tucupita y Puerto Ayacucho.

A la reunión asistieron la licenciada Alida Serrano de Luna, directora de Educación de Adultos del Ministerio de Educación, y la profesora Nelli Mosquera, de la División de Educación no Formal; los tenientes coroneles (GN) Naudis Cuicas Suárez, de la Dirección de Seguridad Social, y José Uriana, jefe del Departamento de Asuntos Indígenas FAC; así como los oficiales jefes del mencionado departamento en los diferentes comandos regionales de la institución.

Cabe destacar que el próximo 11 y 12 de marzo se tiene previsto realizar talleres para la formación de estos alfabetizadores en Santa Elena de Uairén, Tucupita y Puerto Ayacucho.

En la Efofac conferencia "Ley Penal del Ambiente"

Continuando con el Ciclo de Conferencias programadas por la División Académica de la Efofac sobre los Servicios Administrativos e Institucionales que cumple la Guardia Nacional de Venezuela en el territorio nacional, para conocimiento e interés de los cadetes que se preparan en el Alma Mater, se dictó una Conferencia en el teatro Vicente Salias sobre "La Ley Penal del Ambiente", fueron expositores: el teniente coronel (GN) Alonso Matheus Suárez, ingeniero forestal, jefe del Departamento de Fauna Silvestre y Acuática; teniente coronel (GN) Jesús Omar Osto Vivas, ingeniero forestal y jefe del Departamento Forestal y el MTM (GN) abogado, Orlando Figueroa, asesor legal, quienes de una manera clara destacaron, entre otras cosas, la relación de las sanciones que contempla la ley, las normas técnicas que deben cumplirse previamente para su eficiente aplicación y las medidas preventivas que establece la ley.

Reina de la Guardia Nacional

La Dirección de Información y Relaciones Públicas de las FAC informa que están abiertas las inscripciones para participar en el certamen para elegir la Reina de la Guardia Nacional de Venezuela.

Las candidatas deben reunir los siguientes requisitos: Ser hija o hermana de oficial, soltera y no menor de 15 años ni mayor de 21. Para mejor información dirigirse a esta comandancia general, Dirección de Información y Relaciones Públicas, callejón Sanabria, El Paraíso. Teléfonos: 483.2489, 483.4533 y 283.4604.

Pensamiento del Libertador

"... Mi nombre pertenece a la historia: ella será la que me hace justicia...".

Simón Bolívar

Extracto de la Carta dirigida al Abate de Pradt. El 22 de julio de 1829

SECRETO

9203967

SECRETO



Junta Permanente de Evaluación

El general de división (GN) Fredis Ventura Maya Cardona, comandante general de la Guardia Nacional, presidió el acto en el cual se entregó a los señores oficiales presidentes de las Juntas de Apreciación designados, el material contentivo de los resultados obtenidos por la Junta Permanente de Evaluación, en el proceso seguido para evaluar al personal de oficiales y suboficiales profesionales de carrera de la Fuerza, que reúnen los requisitos establecidos para su ascenso al grado inmediato superior.

El acto se llevó a efecto en el Salón de Usos Múltiples de la comandancia general y contó con la asistencia de los señores oficiales integrantes del Alto Mando institucional, el general de brigada (GN) Euro Luis Rincón Viloria, presidente de la Junta Permanente de Evaluación FAC; oficiales generales y superiores, presidentes de las juntas de apreciación de ascenso.

Durante su intervención, el general Maya Cardona, señaló entre otras cosas: ..."Toda institución se fundamenta en las disposiciones legales que les son propias, las cuales deben ser conocidas ampliamente por los individuos que la integran para garantizar un estrecho compromiso entre éstos y la organización. Con el fin de contribuir al mejor logro de la misión asignada, se ha podido observar que el mejor procedimiento para la diferenciación cualitativa y cuantitativa del mérito de los candidatos para el ascenso, se corresponde con el fortalecimiento de un sistema de evaluación integral, continuo y permanente, fundamentado principalmente en la calificación de servicios, cursos, estudios académicos, trabajos de valor institucional y otras informaciones relativas a la vida militar y privada. Igualmente, se establece el adecuado procedimiento para la acreditación de la antigüedad y el estado anímico de los entes encargados del proceso de selección, como un aporte a la pulcritud de los resultados".

En el Estado Barinas
Operativo MARNR - FAC, de vigilancia y control de la baba

Recientemente, se llevó a cabo un operativo conjunto MARNR-FAC, de vigilancia y control del programa de aprovechamiento comercial de la especie baba (caimán crocodilus), en jurisdicción del Distrito Arismendi, del Estado Barinas, con la participación del licenciado Salvador Boher, director de vigilancia de Profauna-MARNR y el mayor (GN) José Miguel Marcano Spósito, jefe del Departamento de Fauna Silvestre y Acuática de la Jefatura del Servicio de Guardería Ambiental y de los RNR., de las FAC, a cargo del ciudadano general de brigada (GN) Alfredo Espinoza Flores.

Durante el desarrollo del operativo en cuestión, se inspeccionaron los diferentes fundos y hatos solicitantes de licencias para el aprovechamiento de la baba e igualmente se efectuaron patrullajes terrestres y fluviales y se contó con la colaboración del comando de apoyo aéreo de la Guardia Nacional para efectuar patrullajes aéreos en toda la jurisdicción del distrito, controlando que el aprovechamiento de tan codiciada especie se ajustara al articulado de la resolución MARNR, N° 79, de fecha 14 de junio de 1990 y N° 139, de fecha 13 de diciembre de 1991.

La ejecución de dichas actividades corroboran aún más la permanente disposición de la Guardia Nacional por lograr mayor efectividad de las funciones asignadas por imperativo legal, coadyuvando además a proyectar nuestra imagen institucional como órgano exclusivo de Guardería Ambiental, avalado por la comunidad y por los entes gubernamentales y no gubernamentales a los cuales les proporcionamos apoyo irrestricto en la consecución de los objetivos trazados.

El Sistema de Ahorro Voluntario (S.A.V.O.) en la Guardia Nacional

Es un moderno y dinámico sistema de ahorro, diseñado especialmente para atender las necesidades de los asociados de la Caja de Ahorros y Bienestar Social de las FAC, (Cabisofac), a objeto de proporcionarles un mecanismo que les permita invertir parte de sus ingresos, de manera segura, sin pérdida de tiempo y sin tener que movilizarse: generándole intereses similares a los ofrecidos por los bancos más sólidos del país y que a su vez, puedan obtener préstamos en forma inmediata, a una tasa mucho más baja que las establecidas por las demás instituciones financieras existentes.

Durante el segundo semestre de 1991, se realizaron importantes modificaciones, tales como: incremento de los montos de los préstamos inmediatos, los cuales fueron establecidos en el 50% del sueldo básico. Otorgamiento de préstamos inmediatos todos los días hábiles de la semana. Incremento de las tasas pasivas de interés (a pagar a los ahorristas), resultando en la forma siguiente: De Bs. 1.000 a 2.000, 10%; de 2.001 a 5.000, 15%; de 5.001 a 20.000, 17%; de Bs. 20.001 a 50.000, 18%; de Bs. 50.001 a 100.000, 20%; de Bs. 100.001 a 200.000, 22%; de Bs. 200.001 a 500.000, 24%; más de Bs. 500.001, 26%.

Durante el año 1991, se otorgaron 7.447 préstamos inmediatos por Bs. 28.788.256 y se realizaron 24.606 retiros de ahorros por Bs. 57.474.061.

Pensamiento del Libertador

"...me vería como un hombre indigno, si no fuere capaz de asegurar lo que no estoy cierto de cumplir...".

Simón Bolívar

SECRETO

37

9203967

SECRETO



Director general de la Guardia Civil Española

El señor Luis Roldón Ibáñez, director general de la Guardia Civil Española, dispensó una visita a la sede de la Comandancia General, en la que fue recibido por el general de división (GN) Fredis Ventura Maya Cardona, comandante general, acompañado del alto mando institucional.

El objetivo principal de la visita de don Roldán Ibáñez a la Cogefac, fue el de estrechar las relaciones que mantiene la institución que él representa y la Guardia Nacional de Venezuela.

En la sala de usos múltiples de la Cogefac, al distinguido visitante le fue ofrecida una exposición por parte del general de brigada (GN) José Salazar Heredia, director de Planificación de Operaciones Militares, sobre las funciones militares de la fuerza y el apoyo al sector civil de la administración pública; seguidamente, el general de brigada (GN) Orlando Hernández Villegas, jefe de los Servicios Contra el Tráfico de Drogas, disertó acerca de la responsabilidad de la Guardia Nacional en la lucha contra el flagelo de la droga.

Visitó el Comando de Vigilancia Costera delegación de la Armada de EUA

Recientemente dispensó una visita al Comando de Vigilancia Costera de la Guardia Nacional, con sede en La Guaira, una delegación del Comando de Buques Especiales Nº 26 de la Armada de Estados Unidos. La representación integrada por el capitán de corbeta (USN) Stevel Siegel, comandante de la Unidad de Buques Especiales Nº 26, teniente (USN) Ross Thomas, teniente (USN) Hans Walsh y maestre principal Héctor Morales, fueron recibidos por el ciudadano general de brigada (GN) Vicente A.; Velásquez Figueroa, jefe del Comando de Vigilancia Costera de la Guardia Nacional; coronel (GN) Landys Castillo Sánchez, jefe del Estado Mayor; coronel (GN) César A. Vera Lozada, segundo comandante de la Jefatura de los Servicios contra el Tráfico de la Droga, y demás oficiales miembros del estado mayor. Durante su permanencia en la sede del Comando se le suministró información sobre las diferentes actividdes que ejecuta dicha unidad, tales como guardería de pesca, resguardo nacional y narcotráfico, asimismo coordinar operaciones y entrenamiento conjunto en las áreas fluviales, lacustres y ribereñas; también efectuaron un recorrido por las instalaciones de la unidad, donde los distinguidos visitantes se mostraron altamente complacidos por la extraordinaria organización y capacidad operacional del Comando de Vigilancia Costera de la Guardia Nacional; antes de retirarse formularon una cordial invitación al ciudadano general de brigada (GN) Vicente A Velásquez Figueroa y demás oficiales integrantes de estado mayor, para una visita a la sede de la Unidad de Buques Especiales Nº 26 (SBU-26) ubicada en Rodman Panamá.

Pensamiento del Liberador

"... Los hombres de luces y honrados son los que debieran fijar la opinión pública. El talento sin probidad es un azote".

Simón Bolíva

El servicio de fronteras de la Guardia Nacional

Desde su creación, la Guardia Nacional de Venezuela ha tenido en el Servicio de Fronteras, uno de los bastiones más importantes de su quehacer institucional. De allí, que atendiendo a los lineamientos del Ejecutivo Nacional en materia de vigilancia y seguridad fronteriza, ha venido creando destacamentos y puestos en toda la extensión de nuestros límites con los paises vecinos, para evitar las penetraciones ilegales de extranjeros, la explotación clandestina de nuestros recursos y en general combatir todo tipo de delitos que allí se puedan generar. Ese carácter relevante atribuido al resguardo fronterizo, condujo al comando general de Fuerza a crear en junio de 1985, una dirección de fronteras, actualmente Jefatura del Servicio de Fronteras, dependiente del Comando de Operaciones, con la finalidad de programar, coordinar y supervisar las actividades de las unidades operativas en el campo de la vigilancia, seguridad y desarrollo fronterizo.

Hoy por hoy la Jefatura del Servicio de Fronteras está a cargo de un general de brigada y cuenta con un grupo de oficiales especialistas en la materia, que de manera entusiasta se dedican a elaborar programas y proyectos concretos dirigidos a hacer más efectiva la labor de la Guardia Nacional en esos remotos lugares. Dentro de su organización cuenta con un departamento de asuntos indígenas que se ocupa de la protección, asistencia y desarrollo de las comunidades indígenas, especialmente las ubicadas en los sectores de fronteras. También dispone de un departamento de control de extranjeros, que es el encargado de controlar y evaluar las migraciones en las zonas fronterizas y trabaja en estrecha coordinación con la DIEX y el Ministerio de Relaciones Exteriores. Por otra parte, la situación de cada frente o sector fronterizo, es llevada día a día por un especialista que se ocupa de mantener informado al comando superior y recomendar las acciones a que haya lugar. En síntesis, el servicio de fronteras es otra de las entidades especializadas de la Guardia Nacional que dan carácter y consistencia a las actuaciones de la Fuerza.

SECRETO 9203967



Senador Pedro Pablo Aguilar en la Cogefac

El presidente de la Comisión Permanente de Agricultura y Política Agraria de la Cámara del Senado, doctor Pedro Pablo Aguilar, dispensó una visita a la sede de la Comandancia de la Guardia Nacional. A su llegada fue recibido por el comandante general, general de División Fredis Ventura Maya Cardona, acompañado de los oficiales generales integrantes del Alto Mando de la Fuerza; el general de Brigada (GN) Alfredo Espinoza Flores, jefe del Servicio de Guardería del Ambiente y de los Recursos Naturales Renovables y el coronel (GN) Landys Castillo, jefe del Estado Mayor del Comando de Vigilancia Costera.

Durante su permanencia en nuestra institución, intercambió opiniones con el general Maya Cardona, sobre diversos tópicos, en especial la labor que viene realizando la Guardia Nacional en los diversos servicios institucionales.

Entrega de vehículos

El general de Brigada (GN) Domingo Antonio Lara, jefe del Comando Logístico de la Guardia Nacional, presidió el acto de entrega de vehículos rústicos y microbús, a las unidades y puestos fronterizos de la Fuerza, acompañado por el coronel (GN) Argenis Jaspe Gamboa, jefe del Servicio de Transporte, oficiales superiores, subalternos, suboficiales profesionales de carrera y guardias nacionales.

Al hacer entrega de estas unidades automotoras, el general Lara, manifestó: ..."La Guardia Nacional de Venezuela, está viviendo un momento importante dentro del devenir histórico del país, y es la idea del comandante general, general de División (GN) Fredis Ventura Maya Cardona, que estas unidades vayan a fortalecer el espíritu de trabajo y servicio de aquellos puestos". Cabe destacar que la distribución de estos vehículos, se realizó mediante un plan que obedece a la prioridad de cada comando.

En el Estado Táchira entrega de viviendas

Recientemente, fueron inauguradas en el Estado Táchira, un total de 15 viviendas correspondientes al Programa Nacional de Autoconstrucción desarrollado por la Caja de Ahorros y Bienestar Social de las Fuerzas Armadas de Cooperación (Cabisofac), mediante recursos del Area de Asistencia I de la Ley de Política Habitacional previstos en el Convenio Inavi-Cabisofac 1991.

Las casas, de aproximadamente 72 metros cuadrados de construcción, con 3 habitaciones, 1 baño, cocina y sala-comedor fueron edificadas en terrenos aportados por los beneficiarios que en igual número, recibieron felizmente las llaves, testimoniándose así, este importante logro, que pone de manifiesto la preocupación del ciudadano comandante general de la Guardia Nacional, general de división (GN) Fredis Ventura Maya Cardona y de Cabisofac, para contribuir al bienestar social del personal de la Fuerza. El acto se realizó en la sede del Comando Regional Nº 1, en San Cristóbal y fue presidido por el general de brigada (GN) Luis Guillermo Fuentes Serra, presidente de Cabisofac, contando con la asistencia del general de brigada (GN) Félix Loreto González, jefe de esa gran unidad; del teniente coronel (GN) Benjamín Hernández Montilla, gerente de vivienda; autoridades regionales, oficiales superiores, subalternos, suboficiales profesionales de carrera, guardias nacionales y familiares de los adjudicatarios.

Reina de la Guardia Nacional

La Dirección de Información y Relaciones Públicas de las FF.AA.C, informa que están abiertas las inscripciones para participar en el certamen para elegir la Reina de la Guardia Nacional de Venezuela.

Las candidatas deben reunir los siguientes requisitos: ser hija, hermana, sobrina o prima de oficial, soltera y no menor de 15 años ni mayor de 21, para mejor información dirigirse a esta Comandancia General, Dirección de Información y Relaciones Públicas, Callejón Sanabria, El Paraíso. Teléfonos: 483.2489 - 483.4533 - 483.4604.

Pensamiento del Libertador

"... yo no puedo vivir bajo el peso de la ignominia que me agobia...".

Simón Bolívar

SECRETO



Director: Coronel (GN) Ramón Rafael Hermoso Boscán
Coordinación: Lic. Ilse Velásquez (C.N.P. 3075)
Lic. Elsa García (C.N.P. 2036)

Presidente de las empresas Mendoza en la Cogefac

Dentro del propósito que se ha fijado el comandante general de la Guardia Nacional, general de división (GN) Fredis Ventura Maya Cardona, de estrechar los vínculos con los diferentes sectores de la vida nacional, recientemente el doctor Eugenio Mendoza, presidente de las Empresas Mendoza, visitó la Comandancia General de la Fuerza; fue recibido por el general Maya Cardona, los señores oficiales: general de brigada (GN) Rafael Augusto Vera Ruiz, jefe del Comando de Personal de la Fuerza, y el general de brigada (GN) Dumas Meza Meza, director de Presupuesto y Asesoría Económica.

Durante su estada intercambió opiniones con el general Maya Cardona acerca de diversos temas de actualidad, en especial la relación entre la empresa privada y la Fuerza, e igualmente establecer mecanismos de cooperación y coordinación.

Reunión del Consejo de Vigilancia de Cabisofac

El comandante general de la Guardia Nacioal, general de división (GN) Fredis Ventura Maya Cardona, presidió la reunión del Consejo de Vigilancia de la Caja de Ahorros y Bienestar Social de las Fuerzas Armadas de Cooperación (Cabisofac). Al acto asistieron los integrantes del alto mando institucional: el general de brigada (GN) Luis Guillermo Fuentes Serra, presidente de Cabisofac, y oficiales superiores miembros de la junta de gerentes.

Este Comité de Vigilancia tiene varias atribuciones entre las que destacan: conocer los informes periódicos o eventos presentados por el comisario; ordenar auditorías e inspecciones, presentar a la asamblea general el informe de la situación económica financiera y de administración de la asociación; Velar por el estricto cumplimiento de los estatutos; Ley General de Asociaciones Cooperativas y sus Reglamentos; Contratación de obras, empréstitos e inversiones financieras y convocar la asamblea general.

Cabe destacar que el Consejo de Vigilancia lo conforman 4 miembros con sus respectivos suplentes; lo preside el general Maya Cardona y lo integran como vicepresidente el inspector general de la Fuerza, general de división (GN) José Francisco Re[illegible] Reyes; como vocal el jefe del Comando de Personal, general de brigada (GN) Ra[illegible] Augusto Vera Ruiz, y comisario, el coronel (GN) Samuel Pernía Morgado.

En Puerto Ayacucho
[illegible]stalado Taller sobre Estrategias Metodológicas de Alfabetización

Rec[illegible]emente se realizó en Puerto Ayacucho un taller sobre "Estrategias Metodológicas de Alfabetización", dirigido a entrenar a un grupo de guardias nacionales indígenas del Destacamento Nº 61, y quienes se incorporarán al programa de alfabetización que se desarrolla en la zona indígena del Territorio Federal Amazonas. Al acto de instalación asistieron el teniente coronel (GN) José Uriana Pocaterra, jefe del Departamento de Asuntos Indígenas de la Guardia Nacional; el mayor (GN) Reinaldo Barboza Torres, jefe del Departamentos de Asuntos Indígenas del Destacamento Nº 61; el teniente (GN) Héctor Morante, comandante del pelotón de Guardias Nacionales Indígenas del Destacamento Nº 61; el profesor Olger David Reina, jefe de la zona edu[illegible]a del Territorio Federal Amazonas; el jefe de la sección de Educación de Adu[illegible], profesor Edgar Torrealba, y los supervisores de la zona educativa, licenciado Gu[illegible]o Guevara y profesora Nelly Mosquera.

Durante el acto de instalación, el teniente coronel (GN) Uriana Pocaterra señaló la importancia que tiene para la población indígena el desarrollo de planes y programas de alfabetización y la acción que a partir de ahora cumplirá la Guardia Nacional apoyando esta acción educativa. Asimismo, el jefe de la zona educativa, profesor Olger David Reina, destacó la participación de la Guardia Nacional en los planes y programas de alfabetización desarrolladas en las zonas, complementándose ahora con su incorporación específica a la zonas indígenas. Por su parte la profesora Nelly Mosquera, representante del Ministerio de Educación, agradeció el apoyo de la institución que permitió la ejecución del taller; exhortó al grupo de guardias nacionales a incorporarse efectivamente al desarrollo del programa de alfabetización. Destacó la iniciativa de la Guardia Nacional a participar en el desarrollo de acciones de alfabetización para atender a la población indígena del país y como representante del Ministerio de Educación ofreció el apoyo técnico que se requiere para hacerle el seguimiento a objeto de mejorar la calidad del proceso alfabetizador.

Cabe destacar que durante el taller [illegible] actividades de alfabetización [illegible] didáctica de la lecto-escritura, [illegible] modelo la lengua Jivi.

SECRETO 9203967

ANEXO Nº 9 AL FACTOR: SOCIO-ECONÓMICO

La familia Chávez fue el centro de la protesta en Barinas

Vamos con Zamora por los caminos del pueblo, dice una nota enviada por el comandante de la intentona a los universitarios

BARINAS (Exclusivo, César Alvarez) — La manzana donde está ubicada la residencia de los padres del comandante Hugo Chávez, fue el escenario de la protesta que protagonizaron los barineses entre la noche del 10 y la madrugada del 11 de Marzo, al punto que el padre del militar, el profesor Hugo de Los Reyes Chávez, pronunció un improvisado discurso para agradecer, según dijo, la solidaridad de ese estado y del país con los jefes de la movilización armada del 4 de Febrero.

La policía uniformada acordonó, apertrechados suficientemente, todos los sitios aledaños donde ocurría la manifestación, para prevenir cualquier incidente, según se dijo.

De los sucesos, tal vez los más intensos que se hayan podido vivir en cualquier entidad la noche del 10 de marzo, porque en Barinas está la familia del comandante Chávez, no se reportaron incidentes que hubieran podido originar malestar mayor.

La gente protestó, cantó el himno nacional, dijeron vivas a Chávez, gritaron consignas por la Constituyente y hasta pidieron la renuncia inmediata del presidente, su gabinete, la Corte Suprema de Justicia y hasta de los parlamentarios al Congreso y las legislaturas. Sin embargo, no trascendieron los hechos, que fueron considerados por las autoridades como enmarcados en los límites de lo permisible.

CARTA DE CHAVEZ

El comandante Hugo Chávez hizo llegar una nota a Barinas, firmada desde el Cuartel San Carlos, donde está recluido, en la que se dirige en estos términos a los universitarios de la Unellez:

"A los gloriosos estudiantes de la Unellez, solidarios hasta siempre con el canto de Ezequiel Zamora.

Ya reventó la tormenta y vamos con Zamora por los caminos del pueblo".





El padre del comandante Chávez, profesor Hugo de los Reyes Chávez, en una improvisada intervención durante los sucesos de Barinas/ Foto CESAR ALVAREZ

La policía rodea la cuadra donde ocurrieron los acontecimientos de Barinas / Foto CESAR ALVAREZ

41

Los estudiantes se lanzaron a las calles de la capital mirandina en protesta por la huelga del transporte que paralizó la ciudad en demanda de un nuevo aumento de las tarifas de los pasajes en las rutas urbanas

Encapuchados incendiaron un camión frente al rectorado de la Universidad del Zulia y en Mérida se protagonizaron enfrentamientos entre policías y manifestantes

LOS TEQUES (Especial Oscar Méndez Castro).— Una batalla campal entre estudiantes y policías se produjo en la capital mirandina, cuando los estudiantes se lanzaron a manifestar en protesta por la huelga de los transportistas que están reclamando un nuevo aumento de las tarifas de los pasajes en las rutas urbanas.

Grupos estudiantiles del Liceo Francisco de Miranda a partir de las nueve de la mañana paralizaron el tránsito automotor por la céntrica avenida Bolívar, en la cual colocaron barricadas con escombros de algunas obras de construcción que están realizando frente a ese centro de enseñanza y además incendiaron cauchos, por lo que varios piquetes policiales se hicieron presentes para dispersar a los manifestantes lanzando bombas lacrimógenbas, mientras que los estudiantes hacían lo mismo con piedras y botellas.

Los uniformados persiguieron a los manifestantes y penetraron hasta los patios del centro educativo, pero los estudiantes se refugiaron en las aulas donde evadieron la persecución policial.

Los estudiantes por su parte se percataron de la presencia de uno de los agentes policiales vestido de civil que intentó pasar desapercibido, por lo que lo sometieron y le propinaron una golpiza hasta que fue protegido por un fotógrafo y rescatado por un piquete de policías.

Tres profesores del Liceo Francisco de Miranda se acercaron al redactor para protestar la presencia policial dentro del recinto educativo, lo fue hecho del conocimiento del teniente coronel Alirio López Medina, segundo comandante de la PEM, quien señaló que las garantías están suspendidas y habían entrado para salvar a un agente que se encontraba en poder de los manifestantes.

Después de una pequeña tregua los estudiantes protestaron de nuevo pasadas las dos de la tarde, interrumpiendo de nuevo el tránsito de vehículos por la avenida Bolívar, pero en esta oportunidad uno de los manifestantes recibió una pedrada en la cabeza por lo que fue recluido de urgencia en el hospital Policlínico de esta ciudad.

En las últimas horas de la tarde, el paro se mantenía y los usuarios del transporte se valían de los medios de las rutas extraurbanas para movilizarse.

Mientras esta batalla campal se registraba en las calles de la ciudad, en la sede de la Alcaldía se protagonizaba una candente reunión en la que participaban representantes del sindicato de transportistas, de las asociaciones de vecinos, la Municipalidad y del MTC que asistieron con el carácter de observadores.

Los vecinos enardecidos por la medida del paro adoptada por los transportistas se congregaron a las puertas de la alcaldía gritando consignas y un "no" rotundo al aumento de los pasajes urbanos en la ciudad de Los Teques.

"Si el alcalde Raúl Pagés nos traiciona permitiendo un aumento de pasajes, tomaremos el Concejo y las calles de Los Teques", manifestaron los usuarios y directivos de las asociaciones de vecinos, al protestar la paralización del transporte por parte de los trabajadores del volante.

Simón Ladera, presidente del Sindicato Profesional del Transporte y sus Similares en el estado Miranda, inicialmente se negó a aceptar un acuerdo de la Cámara Municipal mediante el cual se difería para el próximo viernes 3 de abril, la revisión de las tarifas; pero después de la candente reunión decidió firmar.

Los transportistas por su parte manifestaron que mantendrán su petición de ocho bolívares para las rutas cortas y diez para las largas, añadiendo que los repuestos se han encarecido y en Los Teques se cobran las tarifas más baratas del país.

Allanada la Universidad de Oriente

Violentos disturbios en Cumaná

La ciudad estuvo paralizada todo el día

Universitarios y liceístas, entre quienes se infiltraron agitadores, causaron grandes destrozos en diversos comercios y saquearon un supermercado

La fuerza pública fue desbordada por los manifestantes, que se lanzaron a la calle por quinto día consecutivo y el Gobierno del estado apeló a la Guardia Nacional para restablecer el orden

En los enfrentamientos con la policía resultaron lesionadas varias personas

Las autoridades informaron que habían practicado numerosas detenciones

CUMANA, marzo 25 (Especial, Víctor Moreno) — Las protestas estudiantiles se acentuaron hoy en esta ciudad, después de cinco días continuos de disturbios que han causado cuestiosos daños a la propiedad privada y la suspensión indefinida de las actividades docentes.

El principal centro privado de abastecimiento de alimentos de la capital sucrense, denominado Pryca, fue destruido. Sus vidrieras fueron destrozadas a pedradas por los manifestantes que intentaron saquearlo, pero gracias a una malla de alambres y a la pronta intervención de la Guardia Nacional, desistieron de sus propósitos.

Sucesos similares ocurrieron en otros sitios de la ciudad, especialmente en la avenida Miranda, donde un supermercado fue saqueado por estudiantes e infiltrados. Lo mismo sucedió con los establecimientos comerciales ubicados en la avenida Bermúdez, cuyas vidrieras fueron rotas por los manifestantes.

Pareciese que las manifestaciones no fueran a concluir en la ciudad de Cumaná. De uno u otro confín de esta capital, surgen brotes de protestas con quemas de neumáticos e interrupción de las vías con cuantos objetos encuentran a su paso, mientras que otros se dedican a lanzar piedras contra unidades autobuseras y contra los servidores públicos.

El gobierno del Estado Sucre se vio ayer en la imperiosa necesidad de lanzar a la calle a los efectivos de las Fuerzas Armadas de Cooperación, por cuanto se hacía incontenible la protesta de los estudiantes de la Universidad de Oriente y de los diferentes liceos.

Las protestas han cobrado tal fuerza, que el comando unificado se vio en la necesidad de utilizar un helicóptero de las FAC para lanzar desde el aire gases lacrimógenos para dispersar a los manifestantes.

Efectivos de las Fuerzas Armadas de

Insiste rector de la UCV

El Presidente debe renunciar

El rector de la Universidad Central de Venezuela, Luis Fuenmayor Toro, se muestra escéptico ante las medidas anunciadas por el Presidente de la República para superar la crisis en el país, y asegura que su discurso fue un gran maquillaje al deteriorado sistema político.

"Nada dijo sobre las garantías constitucionales, ni sobre el pago de la deuda externa ni de sus gigantescos intereses que se comen un tercio de nuestro presupuesto", dijo.

"Nada mencionó sobre el aumento de salarios y devolución de la capacidad adquisitiva de la población, tampoco sobre un control de cambio que evite la salida continua de divisas y sobre un control de precios para evitar la especulación y la miseria".

Sin embargo, reconoce como positivo el que no se continúe incrementando el precio de la gasolina y de las tarifas eléctricas.

Fuenmayor reflexionó sobre las palabras del Presidente referidas a la insurgencia militar del 4 de febrero: "CAP aseguró que si los militares hubiesen triunfado no se habría podido instrumentar medidas como las prometidas, pero eso es una falacia porque es claro que lo que discutimos hoy ha sido posible, entre otras cosas, por el levantamiento de un sector de las FFAA. Las medidas del presidente son, quiérase o no, beneficios de la insurrección y del apoyo popular que ésta ha recibido".

-Creo -continuó- que las medidas no constituyen una salida real a la crisis, que la corrupción es uno de los problemas de Venezuela (no el único y ni siquiera el primero) y que lo primero es exigir un cambio drástico en la conducción económica del país.

Fuenmayor considera que es "imprescindible la renuncia del presidente y de los miembros del Congreso Nacional, de la Corte Suprema de Justicia y del poder judicial".

La propuesta de Fuenmayor es la conformación de un gobierno de emergencia nacional, con participación de todo el espectro de la sociedad venezolana.

Dentro del cuadro de identificación con algunos planteamientos que están en el tapete, antes y después del fallido golpe, el rector de la UCV pide la liberación inmediata de los militares insurrectos y su retorno a las FFAA en puestos de comando originales, extradición de los corruptos y expropiación de sus bienes; y se muestra de acuerdo con acciones populares dirigidas a lograr la desincorporación del presidente al cargo.

-En lo personal estoy de acuerdo con la jornada del 10 de marzo, puntualizó, porque el pueblo ya se ha expresado.

ANEXO Nº 7 AL FACTOR SECRETO Político.

Conferencia a oficiales del Ejército venezolano

Si se produce un golpe la OEA actuará de inmediato

Advierte embajador de Estados Unidos ante el organismo internacional

"En mi país nos dimos cuenta, después de Nicaragua, que los gobiernos extremistas de izquierda habían surgido de gobiernos extremistas de derecha", dijo

Desmintió que Estados Unidos esté tratando de minimizar los ejércitos de América Latina. "Aunque en Centroamérica las fuerzas armadas de esos países fueron demasiado grandes". "Es hora de buscar nuevos equilibrios", señaló

El embajador de Estados Unidos ante la OEA, Luigi Einaudi, recordó a un auditorio de coroneles, capitanes y tenientes del curso superior de defensa Nro. 21 en el Instituto de Altos Estudios de la Defensa Nacional, la resolución 1000, a partir de la cual la Organización de Estados Americanos establece un mecanismo automático de solidaridad entre sus miembros, al producirse una interrupción irregular o súbita de un gobierno democrático.

Al ahondar sobre los procesos de democratización que ha vivido el continente, hizo hincapié en que América Latina había cambiado sustancialmente en estos últimos diez años después de haber vivido por un lado revoluciones democráticas y por el otro la liderización de sus economías, a pesar de la crisis de la deuda.

Hizo mención a la iniciativa Bush y comentó que ésta no hubiera sido posible cuando todavía había dictaduras en América Latina. "Ahora el continente está organizado de forma democrática y se aproxima una segunda revolución: el abandono de gobiernos centralizados y la apertura a la iniciativa privada".

Dijo que en Estados Unidos también hay un nacionalismo acentuado que lleva a la población a criticar al presidente Bush por no dedicarle suficiente tiempo a los problemas internos, pero que a pesar de ello Estados Unidos criticaba el nacionalismo del Tercer Mundo.

Después hizo alusión a la pacificación en Centroamérica como un resultado del fin de la guerra fría, de un proceso de cansancio político y estancamiento revolucionario. Todo esto hizo que se descartaran las alternativas de fuerza".



Luigui Einaudi, embajador de Estados Unidos ante la OEA

Einaudi se preguntó sobre el futuro que se esperaba para América latina, a lo cual respondió que después del 4 de febrero ya no sabía exactamente qué decir. Dijo que exigía mucha preocupación en el exterior. "Si aquí se produce una interrupción se originarían reacciones inmediatas más allá de las relaciones Estados Unidos-América Latina". Por lo cual afirmó que el futuro va más allá de la relación entre los dos paises.

"Si ocurriera, yo que he dedicado toda mi vida a mejorar las relaciones Estados Unidos América Latina, tendria que rehacer todo de nuevo".

Trajo a colación la fórmula que hasta ahora habia tenido Estados Unidos para América Latina: evitar una segunda Cuba. Pero reconoció que después de Nicaragua se habían dado cuenta que los gobiernos extremistas de izquierda habían surgido de gobiernos extremistas de derecha.

"La democracia con todas sus imperfecciones garantiza una mayor unidad, aunque a veces se nos acuse de querer exportar nuestro modelo".

Hizo además un análisis del proceso electoral interno norteamericano y de las tendencias existentes en los partidos republicanos y demócratas, así como del peligro que se fortalecieran las tendencias aislacionistas a pesar de que las fuerzas proteccionistas dentro del partido republicano habían sido derrotadas.

Finalmente en respuesta a algunas pregunta por parte del auditorio, Einaudi dijo que Estados Unidos está abandonando el tradicional excepticismo sobre la integración de América Latina. Desmintió que su país esté tratando de minimizar los ejércitos de América Latina, aunque en Centroamérica las Fuerzas Armadas de esos países fueran demasiado grandes. "Es hora de buscar nuevos equilibrios".

Planteó la necesidad de unir la Junta Interamericana de Defensa a la OEA como comisión asesora y no como una junta independiente de los gobiernos, pero que seguiría funcionando como un mecanismo de formación, enlace y comunicación. Hizo votos para que Venezuela continúe siendo el eje promisorio entre la relaciones Estados Unidos América Latina.

Canciller Humberto Calderón Berti

Durante 500 años el Golfo ha sido nuestro

El Golfo de Venezuela ha sido nuestro durante 500 años, constituye un área vital para nuestro país y es el corazón mismo de nosotros, expresó el ministro de Relaciones Exteriores, Humberto Calderón Berti, en la sede de la Cancillería.

Pasada la 1:00 pm, el nuevo canciller de Venezuela recibió el Despacho de manos del ministro saliente Armando Durán.

Para Humberto Calderón Berti, en estos momentos de crisis su objetivo fundamental es contribuir a la estabilidad del sistema, la defensa de la Constitución y las leyes de la República, con la finalidad de que la democracia venezolana funcione.

"Pero que sea eficiente y honrada, lo demás vendrá por añadidura", agregó el canciller Calderón Berti, quien explicó algunas de las perspectivas que tendrá su gestión a corto plazo.

Recordó que la Cancillería es un instrumento de la política internacional venezolana que conduce el presidente de la República, pero que "en todo caso tiene que estar orientada a la defensa de nuestros intereses territoriales, económicos y de toda índole".

Considera el ministro de Relaciones Exteriores que es importante que Venezuela sepa aprovechar su elemento fundamental: el petróleo.

—La idea es convertirlo -dice Calderón- en un instrumento de negociación internacional, no sólo en el plano estrictamente económico, que ya lo ha sido, sino en el terreno de la política internacional.

Estima que con ello también se fortalecen las exportaciones no tradicionales de nuestros productos, y que hasta el momento no hemos sido del todo efectivos.

Para el canciller Calderón Berti existen cuestiones maestras de la política internacional, donde resalta el proceso de democratización de América Latina.

—Deben continuarse los esfuerzos para que América Latina pueda estabilizar sus sistemas de gobierno democrático en aquellos países donde ya los tiene, y para que se produzcan las aperturas en aquellas otras naciones donde todavía no existe este tipo de sistema.

Dentro de este marco de prioridades, el titular del MRE precisa la importancia que tiene nuestra contribución al proceso de pacificación centroamericana.

"Se trata de un área próxima a Venezuela y lo que allí ocurra tiene innegables efectos sobre nosotros. De allí que es importante que podamos utilizar nuestras capacidades para adelantar gestiones adicionales a las que ya se hacen", explicó.

Anunció Calderón los programas de vinculación que el Ministerio de Relaciones Exteriores piensa establecer con diversos sectores de la vida nacional.

—La política internacional -argumentó Calderón- la dirige el jefe del Estado, pero debe reflejar el sentir de todo el país. Y ese país está representado por gente de experiencia como los representantes de la CARE, centros de investigación, académicos, y los institutos superiores de estudios de las Fuerzas Armadas, donde se hacen magníficos trabajos de investigación que deben ser tomados en consideración.

Apertura democrática en Cuba

El rumbo de nuestras relaciones con Cuba y Estados Unidos fue también tema de análisis en este primer encuentro del ministro Calderón Berti con los representantes de la prensa.

—Con respecto a Cuba -dijo- nosotros auspiciamos un proceso de democratización, como en todas partes del mundo. Vemos con simpatía eso y ojalá puedan darse algunos elementos que produzcan internamente ese proceso de democratización. Y, sobre todo, que sea el pueblo cubano el que resuelva su futuro.

En relación a Estados Unidos, un país con el que, según el canciller Calderón, tenemos unas excelentes relaciones desde el punto de vista político, económico y comercial, el objetivo es mantenerlas.

—No debemos olvidar que nuestro flujo fundamental de comercio internacional es precisamente hacia EUA. Somos exportadores de petróleo y ello significa el 90% de las exportaciones. Y buena parte de las mismas va precisamente hacia el mercado norteamericano.

Recuerda Calderón Berti que Venezuela constituye, no sólo para EUA sino para todos los países con los que mantiene relaciones comerciales petroleras, una fuente segura y confiable de suministros.

—No ha habido interrupciones de suministros petroleros venezolanos en ningún momento de su historia. Y eso es importante para todos los países de la región, Centroamérica y el Caribe, con quienes mantenemos los programas de cooperación, y para el resto de nuestros clientes, dijo.

A propósito de la culminación de la guerra fría y los cambios profundos que se han originado en la ex Unión Soviética, el ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela precisa que se está imponiendo el concepto de las integraciones regionales y subregionales.

Asimismo, Calderón fue consultado sobre las recientes declaraciones del embajador de Venezuela en EUA, Simón Alberto Consalvi, quien dijo que "sería ingenuo pensar que los sucesos del 4 de febrero no afectaron la credibilidad internacional venezolana".

Comenzó diciendo que la credibilidad en Venezuela no se había perdido por los sucesos del 4 de febrero. "La credibilidad se ha perdido por la actitud que han tenido muchos de los dirigentes venezolanos en el transcurso de los años. El 4 de febrero fue la explosión de una situación que se venía acumulando", afirmó.

Recordó que había venido planteando, en forma pública, una serie de actitudes inconvenientes al buen funcionamiento de la democracia. "Pienso que tanta credibilidad pierde Venezuela con los acontecimientos del 4 de febrero como se pierde con una democracia ineficiente que no funcione en forma adecuada", aseguró.

Embajadas más eficaces

Sobre las deficiencias que tendría nuestro aparato de política exterior, y que ha impedido constituirlo en un frente más dinámico y de proyección mundial, el canciller Calderón Berti estima que lo primero que hay que tener es conciencia de lo que somos en el concierto internacional.

—Venezuela es un país modesto -aseguró- de una dimensión discreta. Yo creo que el rol internacional que nosotros debemos desempeñar debe ser acorde con esa realidad.

Cree que con conciencia de lo que somos y no pensando que somos el centro del Universo, considera que podremos contribuir mucho más a la defensa de los intereses de Venezuela.

Sobre la posibilidad de llevar a cabo una "política exterior más barata", ahorrándole al país divisas en la ejecución de la estrategia y en la implementación de los programas de cooperación, Calderón Berti expresó que coincidía en buena parte con lo afirmado en ese sentido.

—La proliferación -dijo- de misiones diplomáticas de Venezuela en todas partes del mundo me parece que no es lo más conveniente. Sería preferible poder tener menos representaciones pero más eficaces de las que actualmente tenemos.

En cuanto a los programas de cooperación, destacó que no se podía actuar con irresponsabilidad, al pensar que todos ellos se efectuaban dentro de un espíritu de querer regalar.

—Considero que el programa de cooperación -aseguró- más importante que tiene Venezuela, es el Pacto de San José, y el mismo ha sido positivo para el país. Y los resultados están a la vista, ya que el proceso democratizador en Centroamérica y la búsqueda de la paz en algunos países, en cierta forma se han debido al apuntalamiento que en momentos de grandes dificultades estos programas han significado.

Pero partiendo del hecho de que la realidad venezolana y centroamericana es distinta, el canciller señaló que ese "programa hay que ir ajustándolo en el tiempo para que responda más a nuestra realidad política y económica".

El Golfo: corazón de Venezuela

Para Humberto Calderón Berti un gobierno de unidad nacional es aquel que refleja el sentir de muchos segmentos de la sociedad venezolana. "Y no necesariamente es, como ha sido expresado esta mañana por el propio presidente de la República, un gobierno de coalición partidista", aseguró.

—El país -dijo- no está en la búsqueda y en la aspiración de un gobierno de coalición partidista. No hay duda que los partidos también están afectados por la crisis. Por ello, dentro de los cambios que hay que producir en Venezuela, un segmento que está obligado a reflexionar y cambiar profundamente es el mundo político.

En cuanto a las relaciones con Colombia, el titular de la Cancillería dijo que tenía que adentrarse en el estudio de temas específicos.

—Pero lo que es evidente -enfatizó- es que el Golfo de Venezuela ha sido nuestro durante 500 años. Constituye un área vital para nuestro país, es el corazón mismo de nosotros y ese es el punto de partida para cualquier iniciativa que pueda producirse con respecto a los problemas que están planteados en el Golfo.

Finalmente se le preguntó al ministro Calderón sus apreciaciones sobre esa especie de "diplomacia paralela" que venía funcionando en Miraflores, específicamente en el Ministerio de la Secretaría de la Presidencia.

Al respecto, se le recordó que eran muchas las observaciones de que esto le habría restado importancia a la ya disminuida actividad de la Cancillería venezolana.

"El órgano natural para instrumentar la política internacional de la República es la Cancillería. Cualquier otra iniciativa de diversa naturaleza lo que hace es dispersar los esfuerzos y confundir a los interlocutores que tenemos", advirtió.

A su juicio y a manera de conclusión, la Cancillería debe ser el instrumento fundamental de la conducción de la política internacional de la República.

SECRETO

"No es el momento para, políticamente, tocar el asunto de la delimitación en el Golfo de Venezuela, porque es un tema altamente sensible, como quedó demostrado el 4 de febrero, del cual fue detonante".

Esta es la expresión de Elsa Cardozo de Da Silva, asesora de la Comisión Negociadora de Asuntos Limítrofes, quien a su vez señala que si nos atenemos al Acta de San Pedro Alejandrino, "las relaciones con Colombia son incongelables, se debe buscar una forma de suspensión temporal de las conversaciones, pero no congelar".

La opinión de Elsa Cardozo es compartida por muchos de los internacionalistas del país.

Ya Pompeyo Márquez, presidente de dicha Comisión, manifestó que resulta una impertinencia el debate público sobre el Golfo.

Pedro Nikken, también miembro de la Comisión y quien fuese vicecanciller es del parecer de no echar más leña al fuego.

Considera Nikken "una irresponsabilidad" el continuar con la discusión pública sobre el diferendo, en momentos en que la situación política exige otro tratamiento.

Calderón fue oportuno

-Para mi resulta harto difícil emitir opinión de fondo sobre el asunto, por mi posición de asesora de la Comisión, dice la profesora de la Universidad Central de Venezuela, Elsa Cardozo de Da Silva.

No obstante se suelta y dice que las palabras del Presidente Pérez, antes de la asonada del 4 de febrero, fueron realmente imprudentes, y que las de Humberto Calderon Berti, inaugurándose como Canciller, absolutamente oportunas porque sirvieron para calmar los ánimos internos.

Sostiene Elsa Cardozo, que en cuanto a la relación bilateral debe ser Colombia la que muestre el primer gesto, "hasta ahora han estado atizando el fuego" y el primer paso de buena voluntad debe emerger de allá.

Considera la asesora de la Comisión Negociadora que los colombianos cada vez presionan más y más y que más tarde o más temprano, las partes tendrán que sentarse a negociar, y de no ser así habrá que preparar los papeles para recurrir a instancias internacionales.

-Recordemos que luego del infortunado manejo de la situación, que se hizo hace diez años en Caraballeda, se reinició la discusión sobre las cuencas hidrográficas, sobre las vaguadas de ríos, la sedimentación de éstos, que hace que se muevan las líneas fronterizas.

Ello, a todo trance, resulta más importante que una discusión estrictamente sobre el Golfo.

Discusiones incongelables

-Las relaciones con Colombia -afirma la profesora Cardozo- son incongelables y ello no significa una actitud entreguista, sino que tiene que ver con el resguardo de materias muy importantes, que incluyen hasta las migraciones, el narcotráfico, la demarcación limítrofe, la calidad del agua que no viene de Colombia, que cada vez es peor.

Señala la investigadora que el tema mismo del Golfo es más delicado y que no resultaría sensato seguir dando declaraciones a diestra siniestra sobre el mismo.

Recuerda Elsa Cardozo los antecedentes que han caldeado la situación, la misma incursión del caldas en nuestras aguas territoriales, el inoportuno decreto 1911 del Presidente Pérez en el que se favorece a los nacionales colombianos y sus hijos para adquirir la nacionalidad venezolana, la renuncia de la asesora Isabel Römer de Bacalao, el informe Sanín, la relación que se le atribuye a ésta con el Presidente Pérez. Todo aconsejaría no seguir en este momento con las negociaciones.

-Debe buscarse una fórmula para lograr una paralización temporal de las negociaciones, sin dejar de atender todo lo demás, con todo el sentido común que el momento exige.

Hay que buscar una suspensión temporal de las conversaciones porque las mismas no tienen legitimidad ni nadie va a aprobar nada. Tanto es así -dice- que el propio Presidente Pérez no tocó para nada la materia en su discurso anual.

Insiste Elsa Cardozo que no va a ser posible "congelar", como propuso el ex presidente Herrera, las negociaciones, porque el Acta de San Pedro Alejandrino no concreta el poder llevar a cabo una acción de esa índole.

Es partidaria también de anular la posibilidad de que los colombianos nos lleven al terreno de una comisión conciliadora. Hay que excluir el arbitraje y las acciones jurídicas, porque ello no conviene a Venezuela.

Retoma el tema Elsa Cardozo y asegura que se debe ser prudente al hablar sobre el golfo, por el impacto que ello produce fuera del país y se queja de la falta de voceros gubernamen-

Como señalamos antes, para la Cardozo no fueron inoportunas las declaraciones de Humberto Calderon Berti, cuando dijo que el Golfo de Venezuela es de Venezuela desde hace 500 años porque ello sirvió para calmar tensiones internas, además que está claro que nosotros "no estamos negociando el Golfo".

En cuanto a Colombia, dijo que hay poca comprensión en ese país sobre la situación por la cual está atravesando Venezuela y que, como han sostenido otros investigadores, tanto en nuestro país como en el vecino hay instigadores de oficio que tienen cabida o acceso a los medios de comunicación, que lo único que hacen es manifestar su sentido antivenezolanista o anticolombianista, exacerbando con ello a la masa en general.

-El problema más grave -recalca- es que se dejen de atender los asuntos prioritarios, como es el orden público fronterizo, lo de las cuencas y vaguadas. Si no se le presta atención ello se agravará. No es posible que cuando se paralizan las conversaciones sobre el Golfo se paralice lo demás.

Sostiene que debe llegarse a acuerdo ecológicos, porque el problema de las cuencas afecta al desarrollo de Venezuela.

-A ellos les importa menos que se paralicen estas iniciativas, porque no les afecta el que por ejemplo, cada vez que la guerrilla ataca en Cabo Limón nuestras aguas son contaminadas con petróleo.

En cuanto a los recientes acuerdos fronterizos que entraron en vigencia a principios de año, Elsa Cardozo de Da Silva dice que estos no se paralizarán por cuanto se encuentran dentro del marco del pacto Andino.

Para finalizar, muestra su acuerdo con Alfredo Tor[illegible] Hardy, quien al hablar sobre el tema del Golfo, dice que éste es "centro de gravedad entre ambos países".

-Los colombianos hablan de "desgolfización" -termina la profesora Cardozo- para ello es un eufemismo, porque no es verdad que en las conversaciones no interfiera lo del Golfo.

SEC

3203967.

47

Acordó Comisión de Delimitación en reunión con canciller

Seguirán conversaciones con Colombia

Continuar las conversaciones bilater[illegible], tomando en consideración la nueva situación que prevalece en el marco colombo-venezolano, fue la conclusión a la que llegaron los miembros de la Comisión Presidencial para la Delimitación de Areas Marinas y Submarinas con Colombia, quienes ayer presentaron un detallado informe al canciller Calderón Berti.

Durante algunas horas, el despacho del ministro de Relaciones Exteriores sirvió para que Reinaldo Leandro Mora, Hilarión Cardozo, Pompeyo Márquez y Leandro Area, secretario ejecutivo; así como Ramón J. Velásquez, presidente de la Comisión de Asuntos Fronterizos, analizaran el entorno bilateral, basándose en una imprescindible realidad que no es otra que el diálogo bilateral.

—La conclusión es muy sencilla -afirmó Pompeyo Márquez-, hay

"Y teniendo presentes la globalidad con la cual comenzaron las negociaciones en su nueva etapa", informó Pompeyo Márquez a la salida del MRE

Pedro Antonuccio

menzaron las negociaciones en esta nueva etapa.

A manera didáctica, Márquez recordó una vez más que con Colombia no se discute exclusivamente los asuntos referidos a la delimitación de áreas marinas y submarinas, sino que se está avanzando en una serie de temas relacionados con cuencas hidrográficas, migraciones, navegación de los ríos, demarcación y densificación de hitos, entre otros.

—Acaba de culminar una jornada muy importante del equipo técnico que trabaja en la demarcación y densificación de hitos. Durante ocho días se recorrió la frontera fluvial, cerca del Arauca, señaló el comisionado Márquez.

Se trata de una programación que debe concluir en el segundo semestre de 1993 y viene desde el sur hacia el norte.

Igualmente, el canciller Calderón fue informado sobre los avances alcanzados en materia de cuencas. Aquí, el éxito para Pompeyo Márquez ha sido el haber podido derrumbar el secreto militar y conocer lo que sucede en las fuentes originarias de nuestras principales cuencas.

Advirtió que no se trata de conversaciones que se hacen contra reloj, y en ese sentido las comisiones de Colombia y Venezuela establecerán contactos próximamente.

Se le consultó a Pompeyo Márquez si alguno de los dos países podría ir a un arbitraje, partiendo de los fundamentos contemplados en el Acta de San Pedro Alejandrino.

En este sentido, dijo que no. "Y no solo eso, sino que las conversaciones no están interrumpidas. En el punto 7, del modus operandi, se establec[illegible] explicación", agregó.

Si las negociaciones no culmi[illegible]ren [illegible] de [illegible] acud[illegible] un procedimiento de solución pa[illegible]ca no [illegible], a fin de lograr acuerdo [illegible] y definitivo sobre delimitación de áreas marinas y s[illegible]marinas entre los dos países. Las [illegible]gociaciones podrán continuar a[illegible] cuando las partes, de común acu[illegible]do, acudan a un procedimiento compulsivo [illegible] en el A[illegible] de San Pedro Alejandrino.

—Es completamente claro y ex[illegible]cito. Aquí está dicho todo y en [illegible] sentido es especulación cuanto [illegible] haga, concluyó Márquez, quien r[illegible]ficó que la única salida que tie[illegible] Venezuela ahora y a futuro es ev[illegible] tensiones con Colombia.

Considera que la confrontac[illegible] sólo favorece a los "perros de la g[illegible]rra". "Problemas y conflictos tie[illegible] que ir a la mesa de negociacion[illegible]" culminó.

SEC[illegible]

Contempla tomar por la fuerza los campos petroleros

Revelan plan norteamericano para invadir a [illegible]el[illegible]

NUEVA YORK, marzo 26 (DPA) — Un estudio secreto preparado para el Congreso norteamericano en agosto de 1975 da cuenta de que Estados Unidos tiene planes para tomarse por la fuerza los yacimientos petrolíferos de Venezuela, revela hoy la Informa[illegible] Project for Africa/Glasnost Subscription Information Service, una organización de investigaciones políticas con sede en Washington.

El estudio, titulado Los campos petroleros como objetivos militares, examina las ventajas y desventajas de emprender operaciones militares contra varios países productores de petróleo, como Venezuela, Arabia Saudí, Kuwait, Nigeria y Libia.

De acuerdo con Information Project, el informe fue preparado por el Servicio de Investigaciones del Congreso y presentado a la Comisión de Relaciones Exteriores de la Cámara de Representantes el 21 de agosto de 1975, poco después del embargo petrolero declarado por la OPEP.

Según Information Project for Africa, de las varias opciones que se examinan en el estudio las más factibles son las de invadir a Venezuela o Nigeria, ya que, entre otras cosas, ninguno de esos dos países podría ofrecer más que resistencia simbólica a una invasión estadounidense.

Por otra parte, dice Information Project, el estudio considera que los países [illegible] ma[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] Es[illegible] [illegible] qu[illegible] [illegible] p[illegible] [illegible] milit[illegible] cambio, [illegible] no de la [illegible] Venezuela y [illegible] ría, no [illegible] a [illegible] n [illegible] para [illegible] de [illegible]

SECRETO

CAP a El Espectador de Bogotá

No serán perdonados ni indultados cabecillas de la asonada de febrero

BOGOTA, marzo 26 (AP). — El presidente de Venezuela, Carlos Andrés Pérez, declaró que no es posible una nueva sublevación militar y admitió que quienes intentaron derrocarlo el pasado cuatro de febrero no serán perdonados ni indultados.

En una información que publica hoy el diario El Espectador, al ser interrogado sobre los rumores de una nueva tentativa de golpe de Estado, Pérez manifestó:

"Eso no tenemos qué pensarlo. Se ha demostrado que éso no es posible en Venezuela porque nuestras Fuerzas Armadas mostraron su voluntad institucional. Ya terminó el tiempo de los regímenes militares en América Latina y además, las grandes naciones no están interesadas en aceptar movimientos de esta naturaleza. Esa es una situación desahuciada por la política mundial de nuestro tiempo".

El mandatario aseguró que el perdón para quienes intentaron derrocarlo "no está en el ánimo del país sino en el de quienes tienen interés en seguir manteniendo un estado de tensión" en Venezuela.

Pérez reiteró, de acuerdo con el diario, que tampoco proyecta renunciar a su cargo. "Eso sería un absurdo. Significa que yo no estoy cumpliendo con mis deberes y he demostrado que soy un líder que sabe cumplir con ellos y además, tengo la voluntad y la confianza de una porción mayoritaria de mi país".

"Es falso que el apoyo popular al presidente haya caído a niveles tan críticos en que se me sitúa. Desde luego que ha habido un desarreglo del Gobierno, pero más de 50 por ciento (de los venezolanos) esperan que sea el Presidente de la República quien reestructure esta situación y este desbalance tan grande", agregó.

50

9203967

Consejo Consultivo recomienda prudenci: ante endeudamientos

Entregó su segundo informe de sugerencias, muchas de las cuales serán anunciadas hoy por el Presidente e... su mensaje al Congreso; entre las cuales destaca ampliar la estabilización a otros productos y servicios, dar asistencia a la agricultura y revisar la reforma comercial para proteger los factores productivos más débiles



Pedro Palma: estabilización no es congelación

PAOLA BADARACCO
El Globo
Fot Giorgio Lombardi

Con la presentación de su segundo informe al Presidente de la República, el Consejo Consultivo dio por concluidas sus funciones ayer, cuando se pronunció recomendando prudencia en la política de endeudamiento, lo cual implica reformas importantes en la Ley de Crédito Público, planificación financiera y del endeudamiento de la industria petrolera.

La vocera en esta oportunidad fue Ruth de Krivoy, quien explicó que hicieron un planteamiento global en el sector agrícola, donde se recomienda asistencia técnica, protección de la competencia desleal y vialidad.

Además, expresó las formulaciones que recibieron de la comunidad, señalando que buscan primordialmente ética, equidad y participación.

Estos tres principios están contenidos en el informe y Krivoy señaló que el primero se necesita para el rescate de los valores morales, el saneamiento del Poder Judicial, la lucha contra la corrupción y malversación de fondos.

"Equidad porque es justo transmitir a la sociedad los beneficios de un progreso económico, que incuestionablemente ha habido en el país".

Y participación, porque hay que reabrir los canales de comunicación entre la sociedad, sus líderes y organizaciones.

Ruth de Krivoy manifestó que encontró una sociedad con grandes deseos de participar y se debe dar la oportunidad que lo hagan de una manera organizada y civilizada.

A su juicio la receptividad del Presidente fue excelente y ahora sólo queda reunirse con el Gabinete, la directiva del Congreso y los partidos para presentarles los planteamientos.

Las recomendaciones de este segundo informe serán presentadas hoy por el presidente Pérez durante su tercer mensaje al Congreso.

Estabilización no es congelación

Igualmente, el economista Pedro Palma señaló que la misióndel Consejo Consultivo ha concluido, pero aprovechó la oportunidad para aclarar que estabilización no es símil de congelación de precios.

"La congelación significa que los precios no pueden variar bajo ninguna circunstancia, durante un lapso determinado.

La estabilización consiste en que haya acuerdo, un convenimiento entre todas las partes actuantes, particularmente Gobierno, empresarios y sindicatos, para establecer precios en correlación con la evolución que tengan los costos de producción".

En consecuencia, añadió, no puede hablarse de congelación, sino estabilización de precios, como una de las medidas recomendadas al Presidente.

Asimismo, Palma enfatizó que en ningún momento ha estado planteado establecer nuevas políticas económicas o hacer correctivo a las ya existentes.

"Se trata de una serie de sugerencias en muchas materias, social, educativa, sanitaria y económica, para enfrentar la situación crítica y de emergencia que se vive actualmente en el país.

El economista manifestó complacencia ante algunos anuncios de la prensa en los cuales se habla de arreglos o convenios a que se llegaron con el sector empresarial.

-En una serie de productos se llegó a una estabilización en la forma convenida entre el Gobierno y los industriales, tal y como se sugirió en el primer informe del Consejo.

Ampliar estabilización de precios

Para Domingo F. Maza Zavala, es fundamental ampliar la estabilización de precios a otros productos indispensables en la dieta popular, así como en otros servicios públicos y no únicamente en la electricidad.

Además considera que se debe revisar la reforma comercial, para proteger los factores productivos más débiles, como la agricultura y la pequeña y mediana industria.

"En el segundo informe reafirmamos estas recomendaciones del primero y completamos otras de tipo económico, para evitar el desmantelamiento del aparato productivo del país".

Preciso que aconsejan renunciar al mecanismo de la devaluación del bolívar, como un medio de hacerse de recursos fiscales, una política tendiente a la estabilización del tipo de cambio para evitar presiones inflacionarias de ese lado y también para las tasas de interés, que deben ser preferenciales para el sector agrícola, la microempresa y la vivienda.

Aseguró Maza Zavala que el Consejo acoge los planteamientos realizados por el sector agrícola, en el sentido que los productores deben participar directamente en la formación y el seguimiento de las políticas públicas que les afectan.

A pesar de los cambios en el Ejecutivo que hizo el presidente Pérez, dijo que todavía está abierto el camino para la conformación de un Gabinete de unidad nacional, tal y como lo recomendó el Consejo de manera enfática en el primer informe.

Maza Zavala no quiso decir que está satisfecho, simplemente reseñó que han aportado algo a la solución de emergencia y que todavía hay un ancho camino para las reformas y modificación de políticas. "Pero seguramente habrá oportunidades para otros consejos u organismos que puedan hacerlo".

En cuanto a la solicitud de Copei, en el sentido que los miembros del Consejo aceptarán integrar el Gabinete, subrayó que por unanimidad todos acordaron no formar parte del gobierno y no tener cargo público, cesando las funciones al entregar el informe final al Presidente, cuestión que hicieron ayer.

Medidas concretas

Pedro Rincón Gutiérrez también aportó información, asegurando que en el informe se contemplan medidas concretas en el campo social, sistema de salud y educación.

A su modo de ver, este segundo documento es mucho más completo que el primero pedido por el Presidente para el plan de emergencia.

"Este contiene una serie de medidas mucho más amplias y detalladas y que comprenden nuevos aspectos".

SECRETO

El ex magistrado del Consejo de la Judicatura, Jesús Petit Da Costa, se entrevistó con el fiscal general Ramón Escovar Salom, a quien advirtió que se convertirá en su sombra hasta que presente el informe sobre las tribus judiciales y sus integrantes, mientras que Escovar Salom le hizo similar "amenaza", en el sentido de que le requerirá una continua colaboración.

Petit, tal como anunció en declaraciones suministradas a El Universal, acudió a la Fiscalía, a cuyo titular le aportó información confidencial en torno al funcionamiento e integración de las tribus.

—No se puede seguir hablando de tribus sin especificar quiénes las integran porque ya el país está cansado de que se digan cosas y no se haga nada, expresó Petit.

[illegible] están todos los que son...

Dijo que en las listas sobre los integrantes de la tribu de David, "no están todos los que son ni son todos los que están" y se reservó la opinión suministrada al Fiscal porque se trata de una conversación confidencial. Por tal motivo no dio nombres.

Reiteró que cree que hay dos tribus, la de David y el cartel de Damasco, una en materia penal y la otra en mercantil y civil.

—Si como afirma AD no existen esas tribus, entonces no existe ninguna, porque hablando de tribus, lo estamos haciendo de las más conocidas y famosas.

Le preguntaron si el cartel de Damasco estaría conformado por simpatizantes de AD.

—No sólo de AD. No es un problema de sectarizar el punto, porque no se trata de que las cosas se conviertan, simplemente, en un instrumento político contra AD. Se trata de que todas las personas ho[illegible]as deben unirse y lograr la erradicación de la corrupción.

—¿Es posible luego de que el CEN de AD dio total respaldo al senador Morales Bello?

—Es posible, porque esto no tiene que llevarse a las instancias políticas sino, por ejemplo, a la Comisión de Justicia, o a la opinión pública porque no podemos luchar contra los clanes políticos, donde ellos tienen mayoría, en el terreno suyo; tenemos que luchar en el terreno de la opinión pública... como abogado y ex magistrado estoy cansado de que se hable de la misma tontería y no se llegue a nada. Vamos a llegar a algo. Vamos a desenmascarar esto. Vamos a quitarle la careta a un gentío y salir de este problema para pasar otra cosa.

—Usted mencionó dos tribus, pero se han mencionado otras dos: la de Pedro Miguel Reyes y la petite tribu.

—Que también se les investigue y el que tenga algo que aportar sobre eso que lo haga, porque, precisamente, como alguien me ha involucrado en el punto, estoy más interesado que nadie en que se aclare. Es más, lo he convertido en una bandera personal.

Seré la sombra del Fiscal

—¿Usted y el Fiscal integrarían un frente anti[illegible]?

—Estoy dispuesto a formarlo, a que la lucha llegue al final. En la comunicación le digo al doctor Escovar Salom que me va a perdonar, pero a partir de ahora voy a ser su sombra en esto porque lo voy a asediar y a cada momento le recordaré públicamente la obligación de que llegue a una conclusión en cuanto a revelarle al país cuáles son las tribus judiciales.

Sobre las complicidades que han permitido el funcionamiento de estos grupos, indicó que "eso es propio del sistema y éste ha llegado a donde ha llegado, que nadie cree en nadie, porque todo el mundo sabe que funcionan tribus o mafias en cada campo y nadie le pone fin. Todo el mundo sabe cómo se practica la corrupción y nadie le pone fin. Llega un momento en que el pueblo dice que todo es farsa, una mentira, que hay unas reformas que se hacen para no reformar nada y seguiremos, como dijo el Presidente en un momento y parece ser que se le ha olvidado, con delitos sin delincuentes.

¿Qué cubre el respaldo del CEN?

Escovar Salom afirmó que no tiene nada personal contra Morales Bello, quien votó por él y posteriormente le consultó sobre un funcionario que "tuve que quitar".

El senador Morales Bello está molesto, aparentemente, porque ha perdido influencia o no tiene la que querría tener. Yo he tenido que llevarle la contraria —y tengo pruebas escritas— en algunos asuntos cuando él era presidente del Congreso.

Calificó de grave el uso del nombre del presidente de la República para vincularlo con este asunto, cuando no guardan ninguna relación y afirmó que tiene excelentes relaciones con el Presidente.

—El quiere fomentar una situación que ha sido superada entre el presidente de la República y yo. Quiere avivar eso, no sé con qué intenciones, si es utilizar el nombre del Presidente para escudarse en él. Está ocurriendo también con el partido AD, no creo que ésta sea función del Comité Ejecutivo Nacional de AD, darle respaldo al senador Morales Bello, ¿en qué sentido le está dando este respaldo? ¿Qué cubre ese respaldo? ¿Su actividad profesional o su actividad política? ¿Tiene derecho el CEN de AD a comprometerse en esto? ¿Es acaso tribunal de la República? El senador Morales Bello debe defenderse solo, si es que tiene que defenderse.

Anatomía y fisiología de las tribus

—En cuanto a lo dicho por el doctor Petit, hay dos aspectos, lo que se podría llamar la anatomía de las tribus y el otro, la fisiología de las tribus; primero la armazón, osamenta que puedan tener, y luego cómo funcionan. Después habrá que establecer las responsabilidades penales que pudieran haber, lo que es competencia de los jueces. Pero, como ha dicho el doctor Petit, no sólo es asunto de controversia judicial, es un problema moral. Se le está olvidando a algunos leguleyos y a algunos [illegible] que hay problemas morales muy importantes en el país y uno de ellos es esclarecer el papel de las interferencias ilegítimas y gangsteriles en el Poder Judicial. Eso hay que determinarlo en términos morales y políticos. Me parece una buena idea que yo presente un informe al organismo que corresponda.

—No es tan difícil. No es un trabajo esotérico. Es complejo, pero absolutamente posible. Hay, por ejemplo, en los tribunales civiles y mercantiles una serie de hechos que tienen que determinarse, como la frecuencia con que son nombrados síndicos en algunas quiebras determinados abogados. Es un punto muy sencillo, de censo. La [illegible] de la actividad de ciertos escritorios [illegible], no es una cosa filosófica que amerite consultar a los filósofos griegos.

—Las actuaciones de la Fiscalía se están viendo: Acusé al senador Gilberto y hay auto de detención en su contra; me opuse a que fuera electo [illegible] Morales Bello como presidente del Senado y una serie de personas [illegible] ron de acuerdo y el hecho [illegible] que el senador Morales Bello no fue electo presidente del Senado. Me opuse a que el antiguo magistrado Moreno Guacarán continuara en la Corte y ha pedido su jubilación. Ha debido hacerlo hace mucho tiempo para que le economizara al país un trauma innecesario. Esto no es un problema personal con Moreno Guacarán. Es puramente institucional.

Atento a escogencia de magistrados

Sobre las demás solicitudes de jubilación de magistrados de la Corte, comentó que puede facilitar las decisiones que tome el Congreso.

—Estudio esto con mucha atención porque como Fiscal General [illegible]

[illegible]

9203967.

52

AD y Copei responsabilizan al MAS

Acción Democrática y Copei coincidieron en responsabilizar de los disturbios de ayer en Caracas al vicepresidente del Concejo *Municipal*, *Darío Vivas* y solicitarán un voto de censura de la Cámara edilicia y su destitución.

El secretario general de AD en Caracas, Johan Perozo y edil por AD sostuvo, que el único responsable de los disturbios fue el edil masista Darío Vivas "quien dirigió a la turba que agredió a varias dirigentes del partido en la plaza Bolívar cuando éstas regresaban de una misa en la Catedral de Caracas".

Explicó el dirigente adeco, que la jornada o sesión solemne se celebraría en el Cabildo caraqueño con motivo del Día Internacional de la Mujer, cuya oradora de orden sería Isabel de Carmona, pero que cuando regresaban de la Catedral fueron agredidos física y verbalmente por la gente de Vivas.

"Esto motivó a que varios dirigentes juveniles del partido intervinieran para defender a las compañeras y algunos de ellos resultaron heridos", precisó Perozo.

Entre los heridos está José Millán, quien resultó agredido con una cabilla y con una lesión de gravedad en uno de los ojos. "En esta agresión participó Marcos Torres electo en las planchas de Copei. Este es uno de los dirigentes juveniles de La Vega. También está herido Richard García, quien sufrió fractura de la muñeca y con seis puntos de sutura".

Anunció el dirigente que recaban las pruebas suficientes para llevarlas a los organismos jurisdiccionales para iniciar las investigaciones del caso.

Negó, por otra parte, que AD haya sacado a la calle bandas armadas y prueba de ello es que muchos de sus dirigentes fueron agredidos. Calificó al MAS de ser instrumento de la ultraizquierda y le hizo un llamado para que corrija esa situación.

Paulina deplora decisión de Fermín

Asimismo, Paulina Gamus, tercera vicepresidenta de AD, indicó que deploraba la actitud asumida por el alcalde Claudio Fermín de suspender, mediante el amedrentamiento, el acto programado por el *Día Internacional de la Mujer*. Agregó, que es un grupo muy reducido de saboteadores quienes están en contra de la democracia. Negó además, que su partido haya autorizado la acción de bandas armadas y responsabilizó al MAS de actuar de una manera subversiva.

Ramos Allup también desmiente

El jefe de la fracción parlamentaria de AD, Henry Ramos Allup, también desmintió que AD haya actuado con bandas armadas, pues si lo hubiera hecho el cuento sería otro, aseguró.

Finalmente, el secretario general de la fracción parlamentaria de Copei, Generoso Mazzoca, aseguró que ellos pedirán la destitución del edil Darío Vivas y un voto de censura de la Cámara Municipal por la responsabilidad de este concejal en los hechos de violencia. También apuntó que algunos ediles copeyanos serán sancionados por su participación en los hechos.

SEC[illegible]TO

[illegible] 21 MAR 92

Pablo Medina, de Causa R

Ando armado para protegerme de las bandas de AD



[illegible] colocarla en un lugar m[illegible]

El diputado de la Causa R, Pablo Medina, expresó ayer que anda armado para proteger su vida ante las amenazas recibidas de las bandas armadas de AD, y aseguró que el jueves al sacar una pistola durante la protesta en Petare sólo pretendía colocarla en un lugar más seguro, ya que tenía informaciones de que la policía intentaría quitársela.

—Yo como diputado tengo derecho a portar arma. Ayer le habían dado orden a la policía de desarmarme, yo tenía la pistola detrás y la traté de poner hacia delante, y en ese momento es que toman la imagen que dan a conocer.

—¿Cómo supo que la policía trataría de desarmarlo?

—Porque hubo gente que obtuvo la información y me lo dijo. Yo ando armado porque hay una orden de las bandas armadas de golpear tanto a Aristóbulo Istúriz como a mí, por eso tengo un arma, para proteger mi vida.

—¿El hecho de sacar el arma no fue para repeler la acción policial?

—En lo absoluto, porque en ese momento lo que había era perdigones, gases, agua.

—¿Entonces, por qué se ha destacado tanto la situación cuando Pablo Medina saca el arma?

—Esa es la manipulación del Canal 8, que en lugar de ser el canal del Estado pareciera ser del Gobierno.

A su juicio lo que resulta inocultable, a pesar de la manipulación, es el descontento del pueblo, y la respuesta violenta del Gobierno ante la protesta.

—Esta es una situación absurda, porque mientras el presidente de la República convoca a actos públicos como el de Guatire y a marchas el día de su alocución ante el Congreso, se le niega al pueblo su derecho a la protesta.

—¿La Causa R no tiene temor de que esta situación sea usada para [illegible] ¿[illegible]?

—[illegible]

[illegible]

54

9203967

Prepara documento

AD acusa a Copei de tener cinco "tribus" judiciales

Los presuntos caciques de esas "tribus" serían: José Melich Orsini, Pedro Miguel Reyes, Allan Brewer Carías, Jesús Petit Da Costa y Gonzalo Rodríguez Corro

Acción Democrática [illegible] un documento para responder a la campaña que pretende –dicen voceros del partido– hacer creer ante la opinión pública que David Morales Bello dirige una especie de rosca o tribu judicial.

Se maneja la tesis de mostrar al país que las tribus se encuentran identificadas con otra organización política. Además de los nombres que se mencionaron en la reunión del CEN del lunes, José Melich Orsini, Pedro Miguel Reyes y Alan Randolph Brewer Carías, como presuntos caciques de tribus vinculadas a Copei, se manejan los nombres de Jesús Petit Da Costa y de Gonzalo Rodríguez Corro.

En el partido [illegible] la lista de candidatos a formar parte de la Corte Suprema de Justicia, que [illegible] José Melich Orsini. Los señalamientos surgen porque Melich Orsini maneja intereses multimillonarios a través de su grupo en los tribunales del país.

Recuerden que Allan Randolph Brewer Carías fue el abogado que defendió a los que construyeron el famoso edificio conocido como el "monstruo de Los Palos Grandes", caso que ganó el bufete de ese abogado, a pesar de todas las gestiones y acciones que la comunidad hizo ante los organismos competentes.

AD alega que se quiere hacer creer ante la opinión pública que el partido controla el Poder Judicial, cuando eso no es cierto. En fuentes adecas sostienen que son estas cinco tribus mencionadas las que mandan en los tribunales del país.

Para la próxima semana [illegible] conocer los integrantes de esas cinco tribus. El vocero, quien pidió mantenerse anónimo, aseguró que el partido quiere las reformas judiciales.

Malestar en AD

Según fuentes consultadas, la luna de miel entre el partido y el Gobierno podría estar llegando a su fin, debido a que en AD no ven con buenos ojos la posible designación de [illegible] para la presidencia de [illegible] de Venezuela.

También consideran [illegible] dencias ubicadas en el CEN [illegible] hace muy cuesta [illegible] Gabinete Económico, [illegible] que durante tres años el partido ha cuestionado a los ideólogos del programa económico.

A pesar de esto, hoy AD espera ganar por un cerrado margen este debate, que de llegar a perderlo significaría simplemente una sanción política para el Gobierno y una derrota para el partido.

SEC



Solicitará David Morales Bello

Investigación contra el Fiscal por simulación de hecho punible

También pide que el Consejo de la Judicatura determine todo lo [illegible] a las famosas "tribus"

Acusa a la gente de Causa R, y concretamente a Pablo Medina, de [illegible] como "marionetas" de Ramón Escovar Salom en lo de la denuncia sobre [illegible] de una "tribu" que dirigiría Morales Bello

Carmen Carrillo

David Morales Bello solicita ante el Consejo de la Judicatura que investigue las denuncias de Ramón Escovar Salom, fiscal general de la República, quien acusaría al senador por Bolívar de [illegible]ejar una especie de tribu judicial.

El ex presidente del Congreso ofrece la entrevista en su oficina del edificio Pajaritos. Cuatro estandartes, cada uno identificado con una de las Fuerzas Armadas, Ejército, Marina, Aviación y Guardia Nacional, prácticamente invaden toda la sala.

El miembro del CEN hoy se ve mucho mejor que hace algunos días. Y es que siente según expresa que el origen de la campaña de Escovar Salom contra él, tiene una fuente de megalomanía y de odios.

"El CEN decidió el pasado lunes por unanimidad respaldarme en vista de las acusaciones en cuanto a que yo manejaría una tribu en el Poder Judicial. Nunca se dijo en ese comunicado que R[illegible]n Escovar Salom estaba detrás de la acción pero él seguramente con[illegible] como una bomba la autoría de esa campaña y asume la decisión como algo contra él".

Insiste Morales Bello que el fiscal está desviando el poder que le confiere su investidura para aprovecharse políticamente y así realizar el gran sueño frustrado de su vida, como es el de llegar a la Presidencia de la República.

"El no tiene elementos ciertos que pueda exhibir a ningún nivel que yo manejo un grupo para desviar la correcta administración de Justicia".

Se equivocó de blanco

Se defiende explicando que Escovar Salom se equivocó de blanco y "creyó que al atacarme a mí, podría hacer creer ante la opinión pública que él era un funcionario rendidor", dice.

"El es un fiscal omisivo que se vale del trabajo de los demás y en el caso específico del Ministerio Público no ha hecho absolutamente nada".

Cita el ejemplo de la lucha contra las drogas. En otros países el fiscal o quien haga las veces, asume riesgos para entablar la lucha contra las drogas, agrega.

"En cambio Escovar Salom aparece todos los días en los medios de comunicación tratando de ganar dividendos políticos pero ignorando la lucha contra las drogas y al final tenemos el fiscal más pantallero que ha habido en la historia del país".

Le parece sospechoso que cada vez que personas particulares han asumido el riesgo de incorporarse en la lucha [illegible] las drogas, el fiscal [illegible] mutis por el foro.

La carta de Brito Puerta

Dice que la carta que Ramón Escovar Salom le mostró a los medios de comunicación el martes, en la que David Morales Bello hace referencia a Horacio Brito Puerta, haciendo constar que éste es un funcionario que trabaja en la lucha contra las drogas, al conocer el fiscal que yo daba fe de eso, lo destituyó, acota.

También se refiere a la otra carta que mostró Escovar Salom ante los medios de comunicación donde "yo hice elogiosos comentarios hacia él. Quiero aclarar que eso ocurrió cuando a él lo designaron ministro de Relaciones Exteriores".

Posteriormente el hoy fiscal fue destituido por Carlos Andrés Pérez y el doctor Escovar decidió irrumpir contra el gobierno del que venía de formar parte.

Menciona un incidente que ocurrió en el teatro de la Escuela Militar donde él y Escovar eran oradores. "Yo allí le reclamé su inconsecuencia y su deslealtad para con ese gobierno del que yo no fui ni policía de punto y eso fue el inicio de una diferencia que se profundizó en la medida en que me enteré de actitudes y expresiones de él, que lo exhibían como una persona movida por el odio".

El hoy fiscal -acota- no hizo sino quebrar esas expresiones elogiosas que [illegible] había tenido hacia él, a propósito de su designación como ministro de Relaciones Exteriores, en el primer gobierno de Pérez.

Las marionetas del fiscal

Pero Morales Bello va todavía más lejos con las acusaciones que hace no sólo contra el fiscal sino contra los que él ha llamado las "marionetas" de Escovar Salom.

"Voy a solicitar simulación de hecho punible contra el fiscal general porque él junto a unas marionetas ha orquestado una campaña de denuncias en mi contra".

Denuncia que el jefe del Ministerio Público ha puesto a la gente de la Causa R y específicamente a Pablo Medina a [illegible] hay una tribu judicial que dirigía Morales Bello y a que ante la Fiscalía se soliciten averiguaciones para que Escovar Salom pueda intervenir.

"Aseguran [illegible] marionetas que yo estaba en connivencia con Mauro Yánez Pinnella, director de la PTJ, para tratar asuntos concernientes a ese cuerpo y al manejo administrativo del mismo cuando eso es [illegible]".

Agrega que "tratan de vincularme al juez Antonio Figuera Medina, quien casualmente fue alumno mío en 1962, de la materia de Enjuiciamiento Criminal, pero a quien no [illegible]".

Pero Pablo Medina -sostiene- ha dicho que Figuera viajaría mucho a Miami y que valiéndose de su condición traería armas al país, por supuesto de contrabando, y que serían vendidas a las FAN a través de Carlos Rodríguez Citraro, hermano del actual contralor de la Fuerza.

"Según ellos eso no ha podido ser descubierto porque la juez que lleva el caso, Belkis Zamora, es la esposa del actual jefe de la Corte Marcial, Ubaldo López Barrios y que estos señores han cometido todos estos tropelías porque son integrantes de mi tribu".

Espera Morales Bello que así como Figuera aclaró ante la opinión pública que no tiene relación con Morales Bello, lo hagan la juez Zamora y el señor Carlos Rodríguez Citraro. A éstos dos -dice- no tengo el honor de conocer, a pesar de lo que dice el diputado de la Causa R.

[illegible]

9203967

56

"EL UNIVERSAL" 13 MAR 92

El "cacerolazo" ahondó diferencias entre los socialcristianos

Miembros del Comité Nacional de Copei se rebelan contra decisión de ir al Gobierno

Carlos Navarro, Donald Ramírez y Julio César Moreno responsabilizan a la mayoría del Comité Nacional de Copei por el costo político que implicará para ese partido el haber aceptado dos ministerios, y le acusan de colocarse de espaldas al país y a la militancia

Vladimir Villegas Poljak

En Copei la decisión de participar en el gobierno de Carlos Andrés Pérez sigue trayendo cola, y el masivo "cacerolazo" del pasado martes hizo recrudecer la inconformidad de diversos dirigentes nacionales del partido verde, quienes públicamente manifiestan su rechazo a que esa organización aparezca ante el país como corresponsable de la actual gestión gubernamental.

Carlos Navarro, secretario general del Frente de Trabajadores Copeyanos, e integrante del Comité Nacional de Copei, dijo que con la decisión de participar en el Gobierno la dirigencia verde se colocó a espaldas del sentimiento de las bases y de los cuadros medios socialcristianos.

"Un referéndum en vivo dio el país anoche. Lo único en lo que coincide el país para hablar de unidad nacional es en la protesta popular, civil y democrática. Los diversos sectores sociales se unieron en una sola voz para protestar al presidente Pérez. Desconocer esa realidad es tener una mala lectura de la crisis del país. No asumir de inmediato una nueva visión del problema por parte de Copei sería contribuir a agravar la crisis de la democracia".

Expresó el dirigente copeyano que Copei no puede acompañar los errores del Gobierno. "Estamos sufriendo, y así lo he dicho de una anemia instrumental. Nos colocan para que definamos el animal, que dicen que ladra, tiene cuatro patas, dos orejas y un rabo, y luego el Comité Nacional decide que es una guacamaya. Estamos decidiendo contra la realidad y contra el papel que debe desempeñar Copei. El mejor favor que podemos hacerle a la democracia es ser verdaderamente un partido de oposición".

En su opinión, era inocente pensar que el nombramiento del nuevo gabinete, donde participan dos copeyanos, iba a detener el "cacerolazo". Afirmó Navarro que "nosotros no sacamos ningún beneficio de nuestra participación en el gobierno, porque la incorporacion de dos copeyanos no resolverán los problemas del país. Y si lo que se buscaba era un cálculo burocrático hasta en eso nos equivocamos".

—¿Cómo ve ahora el liderazgo de Rafael Caldera con respecto a la posición que está asumiendo Copei?

-Todos los que conducimos una organizacin estamos obligados a ver la realidad con objetividad. Hacer lo contrario sería un error. Es indiscutible el liderazgo del presidente Caldera, es inocultable que la interpretación que ha hecho del país y de los cambios a seguir coinciden en un altísimo grado con las expectativas del pueblo venezolano. Caldera ha ido consolidando progresivamente su liderazgo. No se le puede dar la espalda a esa realidad ni como copeyanos ni como venezolanos.

—¿Se sienten acompañados por Caldera en este momento?

—El ex presidente Caldera ha acompañado al FTC en sus luchas sociales, sindicales y económicas. La interpretación que él ha hecho sobre el papel que juegan los trabajadores del país ha coincidido con nosotros plenamente. El ha sido solidario con nosotros, y en este momento que vive el país y vive el partido eso es muy importante.

—¿El país vería mejor si la posición de Copei fuese la que está asumiendo actualmente Caldera?

—Cuando se consulta la opinión popular sobre la posición de su líderes y el presidente Caldera aparece con un altísimo respaldo, evidentemente ello indica que el país apoya su actitud. Es hora de que el Comité Nacional consulte a la dirigencia regional. Si hubiésemos consultado a la dirigencia copeyana en todo el país, o al Directorio Nacional Ampliado, la decisión de participar en el gobierno habría sido rechazada.

—¿Entonces el Comité Nacional se colocó de espaldas a lo que siente la dirigencia media y la militancia?

—Sí.

Dager protesta

Otro que rechaza la participación copeyana en el gobierno es Douglas Dager, miembro del Comité Nacional, y pieza del "eduardismo".

En su opinión, "la incorporación de los compañeros Calderón Berti y Moreno León al Gabinete en paso [illegible] modifica la situa[ción] de debilidad y desprestigio del gobierno [de] Pérez; y por el contrario debilita y malpo[ne a] Copei con un pueblo enfurecido que hoy [más] que nunca quiere cambios radicales y no [más] de lo mismo".

Expresó Dáger que se le está imponien[do a] Copei un sacrificio inútil, y que se le caus[a un] daño irreparable al [illegible] del papel de a[lter]nativa de oposición, "que es muchísimo [más] útil para salvar la democracia que ocupar puestos en el Gabinete, que sólo servirán [para] aplicar y apoyar [illegible] políticas que h[asta] ayer adversábamos".

Lamentó que súbitamente se desvanezc[a la] alternativa política y electoral en la cua[l se] había convertido Copei, y rechazó que el [Co]mité Nacional decidiera ocupar cargos mi[nis]teriales sin imponer ninguna condición pr[evia] sobre materias fundamentales como pol[ítica] exterior, gasto público, política agrícola, de[uda] externa e interna, tratamiento de las manif[esta]ciones populares y libertad de expresión.

Luego de pronunciarse por "una fuerte [sacu]vida de mata, desde la Presidencia de la R[epú]blica hasta el Congreso y el Poder Judi[cial], advirtió que la decisión copeyana de i[r al] Gobierno "nos costará caro".

Directorio Nacional ya

Otro miembro del Comité Nacional, J[ulio] César Moreno León, solicitó la convocat[oria] de un Directorio Nacional de urgencia [para] analizar la decision de ir al gobierno.

"En Copei se han tomado decisiones fu[nda]mentales que marcarán inevitablemente la [his]toria del partido, su destino y el destino [del] país, sin que para ello se haya tomado [en] cuenta la opinión de la dirigencia que ha[brá de] asumir las consecuencias".

Dijo que los copeyanos de base se pregun[tan] hoy si su partido es de oposición o de gobie[rno]. Advirtió que Copei no puede perderse co[mo] alternativa "y me temo que por el camino [que] nos llevan vamos camino a extraviar el pre[sen]te y perder el futuro".

"Mientras Rafael Caldera crece en la e[spe]ranza popular la mayoría del Comité Naci[onal] lo ignora o lo combate... Copei no pu[ede] convertirse en asiento del anti calderismo, [ig]norando sus propuestas o su palabra, o bus[can]do fórmulas y arreglos, mientras Caldera bu[sca] afanosamente una salida democrática que [sal]ve al sistema y lo inserte en las esperanzas [del] pueblo".

54

SECRETO

"EL UNIVERSAL" 12 MAR 92

El presidente del partido socialcristiano Copei y su secretario general, doctores Hilarión Cardozo y Eduardo Fernández, respectivamente, entregaron anoche a los medios un documento que fue aprobado por unanimidad por el Comité Nacional, el cual se transcribe a continuación:

"El Comité Nacional propone un Acuerdo Nacional para impulsar de inmediato una reforma general de la Constitución, de acuerdo con el artículo 246, que incorpore a la Carta Fundamental por lo menos las siguientes materias:

1. La reducción del período constitucional del presidente de la República, el Congreso y de la Corte Suprema de Justicia.
2. El referéndum como mecanismo de participación directa del pueblo.
3. La Asamblea Constituyente como mecanismo de reforma constitucional.
4. La creación del primer ministro como flexibilización del sistema presidencialista.
5. La reforma del Poder Judicial.

El Comité Nacional advierte que esta reforma, si bien es necesaria para superar la crisis, no es suficiente. Debe el Ejecutivo tomar de inmediato las medidas económico-sociales y políticas, de lucha contra la corrupción y de reforma administrativa, necesarias para satisfacer las exigencias del pueblo.

Debe también el Congreso aprobar urgentemente las leyes que deben crear el marco jurídico de la acción eficiente del Poder Judicial y del Poder Ejecutivo, así como ejercer estrictamente el control parlamentario para reforzar e impulsar las mejoras y medidas que hemos señalado".

SECRETO

EL DIARIO DE CARACAS 02 MAR 92

Están siendo violados derechos humanos de los golpistas detenidos

Disips masacraron a rebeldes heridos el 4-F

MARCO TULIO SOCORRO M.

Testigos presenciales aseguran que al menos dos subtenientes del ejército se entregaron heridos a las fuerzas leales y aparecieron luego muertos, con más de veinte perforaciones de bala. En la matanza participó una mujer rubia, de la policía secreta. El parlamentario masista Walter Márquez, quien presentó la denuncia ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, asegura que en los próximos días se revelarán otros casos de soldados asesinados en condiciones similares

Durante los sucesos del pasado 4 de febrero agentes de la Disip masacraron a dos subtenientes del ejército y a un número no determinado de soldados sublevados, a pesar de que éstos ya se habían rendido y presentaban heridas recibidas en el intercambio de disparos que se produjo en el intento de toma de la residencia presidencial La Casona.

El diputado masista tachirense Walter Márquez hizo pública la denuncia ayer, sustentándose en las versiones que le suministraron los capitanes del ejército Miguel Eduardo Ramírez y Gerardo Márquez, testigos presenciales del crimen, quienes presuntamente comandaban parte de las fuerzas insurgentes.

En compañía de Rafael Terán Barroeta, abogado de uno de los militares detenidos, el diputado Márquez presentó el caso ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, a cuya secretaria, Edith Márquez, le entregó el legajo de pruebas correspondientes y "suficientes documentos, a solicitud de los familiares de las víctimas".

De acuerdo con lo atestiguado por los capitanes Ramírez y Márquez, en la madrugada del cuatro de febrero los subtenientes Alberto Carregal Cruz y Fernando Carrera Landaeta se entregaron, heridos, pero con probabilidades de sobrevivir, a las fuerzas leales que custodiaban la residencia del Presidente de la República. Sin embargo, ambos aparecieron muertos al día siguiente, con más de veinte perforaciones de bala en sus cuerpos.

El testimonio indica que la masacre se cometió en la plazoleta que está en la entrada de La Casona, y que en ella habrían participado agentes de la Disip, e incluso una mujer rubia en uniforme de combate, adscrita a la policía secreta del Gobierno.

Márquez informó que en los próximos días se concretarán otras denuncias sobre el asesinato de varios soldados sublevados heridos que fueron acribillados después de haberse entregado incondicionalmente. El parlamentario recordó que la Convención de Ginebra, de la cual Venezuela es signataria, ordena el respeto a la integridad física y el derecho a la vida de los prisioneros de guerra, más aún si éstos están heridos.

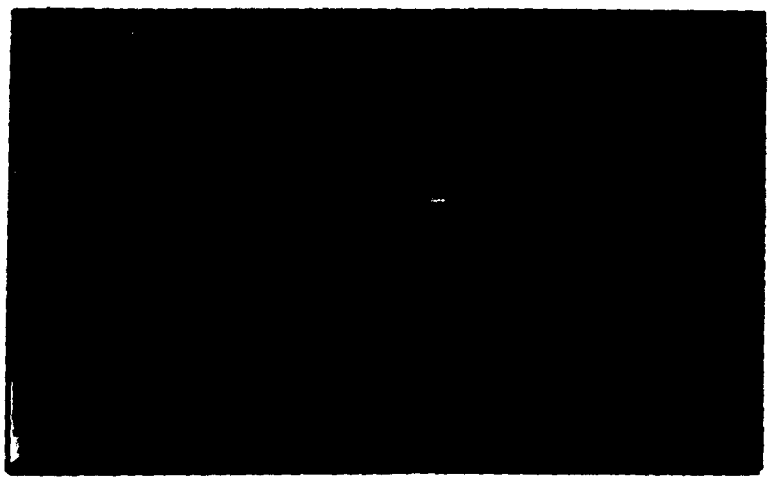
Violan derechos humanos de los detenidos

Con respecto a la situación de los militares detenidos a causa de su presunta participación en la asonada golpista, Walter Márquez denunció también violaciones a los derechos humanos consagrados internacionalmente.

"Se están violando todas las normas procesales correspondientes, en aprovechamiento de las garantías suspendidas lo cual coloca a los indiciados en situación de débiles jurídicos frente al imperio de la justicia militar, que es eminentemente política, presidencial y jerárquica, puesto que obedece más a los dictados del superior que a los derechos del procesado", dijo el parlamentario.

Las anormalidades contra los indiciados –a los que no se puede llamar procesados aún, según Márquez– comienzan por el hecho de que a casi un mes de los sucesos, todavía no se les ha definido su situación procesal, e incluso, a aquellos quienes les fue dictado auto de detención, no se les ha impuesto del mismo, por lo que no se ha iniciado legalmente el proceso militar. "Son detenidos con juicio paralizado", agregó el denunciante.

Márquez avisó que insistirá en las averiguaciones de estas irregularidades "para establecer responsabilidades y asegurar el pleno respeto y acatamiento de los preceptos fundamentales contenidos en la Constitución Nacional y la Carta de los Derechos Humanos, tratado internacional al cual está adscrita Venezuela, por lo cual el Gobierno debe respetarlo".



Walter Márquez: La justicia militar obedece más a los dictados del superior que a los derechos del procesado

59

9203967

SECRETO

Teodoro Petkoff

Indulto a los golpistas sería una salida política

Advierte que no se puede condenar a los militares insurrectos cuando los corruptos andan libres por las calles de Caracas

LUIS R. GARCIA

El planteamiento del indulto a los golpistas tiene sentido dentro del actual cuadro político, expresó ayer Teodoro Petkoff al ser consultado sobre esa propuesta formulada por el parlamentario independiente Reinaldo Cervini.

—Ese planteamiento tiene sentido dentro del actual cuadro político. En definitiva, en el momento en que se está planteando la renuncia del Presidente de la República, el alzamiento de los militares aparece mucho más claramente como una expresión y parte de una gran crisis política que vive el país. Ese alzamiento no fue delito común, sino que fue un acto político. Por eso es que yo creo pertinente que ese planteamiento es viable porque ello podría abrir caminos hacia una solución democrática y no traumática— dijo Petkoff.

Advirtió el dirigente masista que su opinión en torno a esta materia es de corte estrictamente personal, por cuanto la dirección nacional del MAS nada ha tratado al respecto.

—Dentro de ese cuadro de crisis política, el indulto a lo militares podría formar parte de la solución del conjunto de la crisis. No tendría por que verse como un elemento contrapuesto. Claro, en este momento es obvio que se podría argumentar que hubo una ruptura de la juridicidad militar, podría decirse que las heridas están muy frescas, pero el problema no se puede examinar sobre la base de criterios jurídicos, este es un problema político, vinculado a una grave crisis política.

MILITARES PRESOS Y CORRUPTOS LIBRES

¿Soportaría el país que mientras se mantiene en prisión a los militares que supuestamente buscaban una salida a la crisis política signada por la corrupción, se indulte de toda culpa a los corruptos culpables y confesos?

—Ese argumento adquiere hoy —expresa Petkoff— mayor fuerza habida cuenta de que la irritación que expresa el pueblo, es la impunidad de que gozan los corruptos. Celebrarle un juicio a los militares ahora, mientras que el Presidente de la República no ha sido capaz de pedir la extradición de Blanca Ibáñez, como se lo pedimos, y Jaime Lusinchi se pasea por las calles de Caracas todavía libre y habiendo estado al borde que la Corte Suprema de Justicia lo enjuiciara, es fácil entender que las dos cosas juntas es algo verdaderamente incompatible, por un lado la impunidad de los corruptos y por otro la condena de los militares alzados. Pero repito, la situación de los militares alzados debe inscribirse dentro del cuadro de la crisis política que vive el país y tratarlo políticamente, no jurídicamente.

60

9203967.

SECRETO

"EL DIARIO DE CARACAS 09 MAR 92"

El Movimiento Electoral del Pueblo, presentó el pasado sábado un conjunto de propuestas al Consejo Consultivo de la Presidencia de la República atinentes al proceso de reformas que se piensa llevar adelante como una manera de enfrentar la crisis.

Entre las mencionadas propuestas destacan el apoyo a la conformación de una Asamblea Constituyente, sobre lo cual el MEP, ya presentó sugerencias concretas por ante la Comisión Bicameral del Congreso de la República.

Ratifica el MEP su tradicional y reiterada tesis del derecho al voto y al ejercicio de funciones públicas, para los miembros de la Fuerzas Armadas, incluyendo su participación en la Asamblea Constituyente.

Asimismo, plantean un juicio público y democrático, total y absolutamente imparcial, completamente apegado a la Constitución y demás leyes, con todas las garantías de un estado de derecho, con respecto a su integración física y a sus derechos humanos para los procesados militares implicados en la intentona golpista del pasado 4 de febrero.

También congelación de precios para el pan, granos, sardinas, café, azúcar; en las tarifas de servicios públicos, medicamentos genéricos. Solicitan revisión de las deudas externas con los países del Tercer Mundo.

9203967.

61

SECRET

Amparo en favor de los detenidos por la rebelión del 4 de febrero

Los presos se amotinaron para protestar por la suspensión de la visita

Los familiares de los militares rebeldes detenidos en el Cuartel San Carlos por su participación en el alzamiento del 4 de febrero, expresaron ante la Fiscalía General de la República serios temores sobre la integridad física del grupo de oficiales, al tiempo que denunciaron la medida tomada por las autoridades de la cárcel el pasado sábado de prohibir las visitas e impedirles todo tipo de comunicación con el exterior.

Gladys de Arias, la esposa del teniente coronel Francisco Javier Arias Cárdenas, quien dirigió la rebelión en Maracaibo, explicó que la medida se originó el sábado al final de la tarde cuando una comisión del Ministerio de la Defensa visitara la cárcel. Luego de la visita, los oficiales detenidos habrían provocado un especie de motín, durante el cual quemaron cobijas y colchones.

La prohibición de las visitas aparentemente está relacionada con las declaraciones que los oficiales rebeldes ofrecieron a diversos medios de comunicación, lo cual constituiría una violación al Reglamento de Procesados Militares. Sin embargo de acuerdo con la esposa de Arias Cárdenas la medida es injusta, ya que en cada visita los familiares son revisados cuidadosamente. "A nosotros nos pasan a un cuarto con unas mujeres policías que nos tocan y revisan todo el cuerpo. Nosotros demostramos que no llevamos grabadores porque somos los más interesados en la seguridad de nuestros esposos".

En relación a los temores sobre la integridad física de los detenidos, Gladys de Arias explicó que ese temor se debe a que "están vinculando el Movimiento Bolivariano con los sucesos que están pasando ahora. ¿Por qué las barricadas en los alrededores del cuartel, por qué han reforzado la guardia? ¿Qué está pasando allí adentro, por qué no quieren dar ningún tipo de información, por qué la incomunicación? Eso no sucedió ni siquiera después del 4 de febrero. ¿Qué fue a hacer la comisión de MinDefensa que provocó que después los oficiales quemaran colchones y cobijas? Los están provocando, el día de las cacerolas les iban a echar gases en las celdas".



La misa frente al Panteón Nacional fue impedida por la PM. (Foto Biebel)



La policía impidió la misa por las víctimas

En la mañana de ayer los familiares de los militares rebeldes habían previsto la realización de una misa frente al Panteón Nacional, como homenaje a quienes murieron durante los sucesos.

Sin embargo la Policía Metropolitana y la Guardia Nacional rodeó el sector e impidió el acto religioso. Sin embargo el grupo se reunió a cierta distancia donde los sacerdotes Joel Castro, vicario de derechos humanos de Caracas, y José Rafael Arias, oficiaron un responso u oración fúnebre por el descanso de las víctimas.

Posteriormente los familiares arrojaron claveles rojos hacia el Panteón Nacional, como un homenaje tanto al Libertador como a los que murieron durante el alzamiento.

Cuando terminó el acto el grupo realizó una marcha hasta la Fiscalía General, donde la PM actuó para impedirles el paso. El diálogo permitió que pudieran llegar minutos después al Ministerio Público.

Allí fueron atendidos por el director general de la Fiscalía, Antonio José Herrera, el fiscal [illegible], [illegible] y la abogada de la dirección de derechos humanos, Evelyn [illegible], quienes prometieron la intervención del Ministerio Público.

De igual modo informaron que los abogados de los militares habían solicitado ante el Juzgado 37º Penal, a cargo de Luis Guillermo [illegible] López, un recurso de amparo constitucional, ya que consideran que se está violando el derecho a la defensa y a no estar incomunicados.

El temor por la vida de los militares detenidos fue mayor en la tarde cuando se conoció una carta de Arias Cárdenas en la que afirmaba: "urge la presencia de Ramón Escovar Salom hoy aquí". El mismo comandante rebelde prometió hacer público hoy en el Congreso un documento que será entregado a [illegible] su esposa.

[illegible]

El mensaje de Arias Cárdenas para sus hijos

El teniente coronel Arias Cárdenas, ante la imposibilidad de recibir la visita de sus hijos Jesus Javier, de 12 años y Javiela, de 10, les hizo llegar un mensaje manuscrito. El texto dice: "Estoy bien y tranquilo. Los amo y quiero que jueguen y disfruten de todo. Que no [illegible] ni tengan más de lo necesario. Las cosas que hace papá son importantes, significan juntar la palabra con lo que se hace. Sean auténticos, estudien y no discutan con los demás las cosas que dicen de papá, porque ustedes me conocen muy bien y saben quién soy. Arriesguen la vida por los otros. Nos veremos pronto. Además [illegible] mos mucho y eso es suficiente. Papá".

9203967

SEC[illegible]

27 MAR 92

El Tribunal Superior de Salvaguarda solicitó a la Corte Suprema de Justicia la extradición de Blanca Ibáñez, ex secretaria privada de la Presidencia; José Angel Ciliberto, ex ministro de Relaciones Interiores; Jorge Mogna, Iván Lugo Arias, Oswaldo Azar, Omar Nicolás Camero y Eleazar González Briceño.

Todos ellos están procesados por el caso de los jeeps y la Sala Penal de la CSJ les confirmó el auto de detención que decretara el TSS.

La información fue suministrada por el presidente del Tribunal de Salvaguarda, magistrado Vicente Villavicencio.

–El artículo [illegible] del Código de Enjuiciamiento Criminal señala que cuando se comete un delito de los que merecen extradición, según los tratados internacionales, el tribunal competente de primera instancia que tenga noticia cierta de donde se halla el enjuiciado, dirigirá, concluida la etapa sumarial del juicio, [illegible] solicitud con copia de los recaudos, a la Corte Suprema de Justicia. Nosotros en base a este artículo, solicitamos tramitar la extradición en el caso conocido como el de los jeeps.

Los poderes los delataron

–Para obtener noticia cierta de que estaban en país extranjero tuvimos como base, no la información de la DIEX ni de los consulados, [illegible] los poderes que ellos otorgaron para su defensa privada en los Estados Unidos, en Miami y Key Biscayne, y en Nueva York, el de la doctora Blanca Ibáñez; y el de Eleazar González Briceño, fue otorgado en Cúcuta, Colombia. En base a eso tuvimos la conformación que prevé la ley para que se procediera a solicitar el trámite de la extradición.

–Aunque otorgaran poderes en esas ciudades, podrían ya no estar allí.

–Es que eso sería cuestión de un trámite posterior. Nosotros tenemos noticia cierta de que están en un país extranjero; ahora; la Sala Penal tiene que estudiar, de acuerdo con los tratados internacionales con Estados Unidos y con el país vecino, si procede la extradición por los delitos por los cuales están juzgados aquí. Hay que ser muy claro en que esta expectativa que estamos creando es una expectativa que tiene una regulación legal, y que va a tener un resultado, de acuerdo a lo que digan los tratados internacionales. No nos corresponde a nosotros como Tribunal de Salvaguarda determinar si es procedente la extradición o no. Esa es una facultad que, conforme con el artículo 42 de la Ley de la Corte, le corresponde a la Sala Penal de la Corte, el solicitar la extradición.

–Si la Corte decide solicitarla, el Poder Ejecutivo tendrá que ejecutar la decisión y tramitar la extradición, de acuerdo con los gobiernos respectivos.

–¿Eso es a través del Ministerio de Justicia y la Cancillería?

–Después que se decida, por parte de la Sala Penal, corresponde al Poder Ejecutivo a través de Justicia o del de Relaciones Exteriores.

–¿Este es el primer paso?

–Sí, es el primer paso.

–La Corte, en el caso de los jeeps, les pidió que se pronunciaran sobre otras personas.

–Estamos trabajando ya y prontamente nos vamos a pronunciar. Eso se ha sustanciado, se ha tenido que hacer algunas pruebas que señaló la Corte, pero insisto en que si no nos dan recursos trabajaremos lento, porque no se puede trabajar alzada e intrucción directa.

Antes de la alocución presidencial

El ponente es el magistrado Rafael Quintero Moreno. La solicitud de extradición está firmada por los tres integrantes del tribunal.

Indicó Villavicencio que el TSS se reunió en plenaria el jueves, a las 10 de la mañana, y acordó pedir la extradición. Por la magistrada Edith Cabello, participó su suplente, Eduardo Verde Esteves.

–Quiero señalar que esto fue antes de la alocución presidencial para que no vaya a haber ninguna interpretación política en esta decisión.

El auto del TSS acuerda remitir a la CSJ copia certificada de las decisiones de ese tribunal y de la Sala Penal de la Corte relativas a los autos de detención; copia certificada de los documentos mediante los cuales los enjuiciados designan a sus defensores y que fueron otorgados en Miami, Key Biscayne, Nueva York y Cúcuta; y copia certificada del auto que ordena concluir el sumario, de fecha 25 de junio del 91, y del que acuerda pedir la extradición.

Los delitos

Sobre el ex ministro Ciliberto y el ex director de administración del MRI, Jorge Mogna Salazar, pesa auto de detención por peculado [illegible] propio; al empresario Omar Nicolás Camero Zamora, por aprovechamiento fraudulento de fondos públicos; al radiodifusor Iván Lugo Arias, Oswaldo Azar Túnez y el ex gobernador de Trujillo, Eleazar González Briceño, por [illegible] de bienes públicos; y a [illegible] privada del ex presidente Jaime Lusinchi, Blanca Ibáñez –[illegible] su esposa– por tráfico de influencias.

La sentencia de la Corte

Estos autos de detención fueron confirmados por la Sala Penal de la CSJ que ordenó al TSS [illegible] sobre María Eugenia [illegible], Marisol Sgambatti de [illegible], [illegible]nando Rodríguez Alvarez y [illegible] Rodríguez Fernández.

En su sentencia, la Corte indicó que se distrajeron fondos del MRI para la compra de 65 rústicos que pasaron a formar parte del patrimonio particular de personas naturales o jurídicas; que en principio fueron entregadas a Constructora El Paso y que su director Omar Camero [illegible] varios traspasos mediante [illegible] lados de venta y arrendamiento; algunos fueron llevados a Miraflores y se le entregaron a personas seleccionadas.

Precisa que el monto utilizado para la adquisición de los rústicos fue de 12 millones 380 mil bolívares.

Próxima semana nombran ponente

La solicitud de extradición ya fue recibida en la secretaría de la Sala Penal. La próxima semana se dará cuenta en sala y se designará ponente para que elabore el proyecto de sentencia acerca de si procede o no la extradición.

En caso de que la decisión sea procedente, se dirigirían al Ejecutivo que deberá actuar conforme a los tratados internacionales que estén vigentes con los países en que se encuentren los enjuiciados en ausencia, quienes para evitar la extradición podrían trasladarse a países con los que Venezuela no haya suscrito ese tipo de tratados.

63

9203967.

SECRETO

"EL DIARIO" 07MAR92

Más de 90 abogados integran el equipo defensor

Designado comité de defensa de los golpistas

Los cinco comandantes responsables de la asonada del martes 4 de febrero, anunciaron ayer formalmente la constitución de un "Comité coordinador de la defensa de los procesados militares", a la vez que denunciaron "la maniobra" gubernamental de tratar de vincularlos con movimientos de la ultraizquierda, aún vigentes en el país.

La información fue dada a conocer en rueda de prensa, por los responsables de dicho comité, los abogados Carlos Fermín, Luis Alberto Peña (coronel retirado) y Javier Elicheguerra Naranjo, quienes tendrán la responsabilidad de coordinar a 90 juristas que han manifestado su intención de participar en el proceso y de manera gratuita.

Los declarantes en cuestión leyeron a los periodistas la autorización delegada por los comandantes a ellos, para fungir de voceros "únicos" ante los medios de comunicación, del grupo de abogados que asumirá la defensa de los 106 procesados militares.

Así mismo, dieron lectura a la designación del Comité precitado. Ambos documentos están firmados por los tenientes coroneles Hugo Chávez, Francisco Arias Cárdenas, Jesús Ortiz Contreras, Jesús Urdaneta Hernández y Joel Acosta Chirinos.

Los abogados Peña, Elicheguerra y Fermín expusieron siete puntos básicos para participar en la defensa de los procesados:

1. Gratuidad de la defensa.
2. Probidad y honestidad demostrada.
3. Sometimiento a la coordinación nombrada por los comandantes.
4. Internacionalización de la defensa.
5. Establecer identidad entre procesados y defensores.
6. Aprovechar el apoyo de los diversos Institutos de Derecho Penal de las Universidades y de los juristas especialistas que se han ofrecido también gratuitamente.
7. Velar por la protección de la vida de los procesados y salirle al paso a la planificación de una presunta fuga que tendría como objetivo, masacrar a los implicados en el 4-F.

Ante el documento firmado sólo por los comandantes, surgió la pregunta de si el resto de los procesados estaban de acuerdo con tales procedimientos, a lo que los integrantes del Comité manifestaron que habían sido consultados y que cada uno tendría oportunidad de escoger su propio abogado, entre los 90 inscritos hasta ahora, y que a través de ellos participarían en la coordinadora.

Sobre la internacionalización del proceso, los abogad[illegible] indicaron que ello se hacía [illegible] cesario, por las diversas vio[illegible]ciones que se vienen presenta[illegible]do en el proceso y para ve[illegible] por la seguridad y respeto [illegible] los derechos humanos de [illegible] procesados.

Dijeron además que el ju[illegible] tendría que tomar derrote[illegible] distintos, una vez que la Con[illegible]tución, en su artículo 250 est[illegible]blece el derecho a rebeli[illegible] cuando la misma Carta Mag[illegible] es violada, como ha venido oc[illegible]rriendo hasta ahora.

Para finalizar y ante las pr[illegible]guntas periodísticas, dijer[illegible] que la defensa estudiaba la p[illegible]sibilidad de la inhibición o rec[illegible]sación del Presidente de la R[illegible]pública en el proceso, con[illegible] funcionario de justicia milit[illegible] que es, y las medidas que se d[illegible]berían adoptar para suplir [illegible] necesaria participación en el ju[illegible]cio.

064/64 9203967

ARCHIVO

M. D. N.
D. G. I. D.
DPTO. I.
MONTEVIDEO.
141500MAY992

M E M O R A N D U M N°027

E V A L : OMITIDA

REFERENTE A : ORGANIZACION TERRORISTA HEZBOLLAH

RESPONDE : INFORMACION PROPORCIONADA POR AGENCIA ESTADOUNIDENSE

DISTRIBUCION: ORIGINAL- ARCHIVO
COPIA - CAMPO MILITAR.

Tte. 1°
Norberto Devincensi

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DPTO. INTERIOR

001/7

HEZBOLLAH: EL MODUS OPERANDI DE LA RED TERRORISTA

HEZBOLLAH, LA ORGANIZACION TERRORISTA MAS CRUEL Y SANGUINARIA DE ORIENTE MEDIO EN LA ACTUALIDAD, GOZA DEL PLENO RESPALDO DE IRAN Y GANA ADEPTOS EN TODO EL MUNDO INCLUYENDO LA AMERICA LATINA. CREEMOS QUE EL RECIENTE ATENTADO DE BUENOS AIRES EN EL QUE SE DETONO UNA POTENTE BOMBA COLOCADA DENTRO DE UN AUTOMOVIL ES EL PRESAGIO DE UN PROGRAMA DE ACTOS TERRORISTAS QUE HAN DE LLEVARSE A CABO TANTO EN EL LIBANO COMO EN EL MUNDO ENTERO.

IDEOLOGIA

HEZBOLLAH ES UN GRUPO CHIITA MILITANTE, FUNDAMENTALISTA Y PRO-IRAN CUYA LABOR CONSISTE EN LUCHAR POR ESTABLECER UNA REPUBLICA ISLAMICA EN EL LIBANO A LA VEZ QUE TRATA DE ANULAR TODA INFLUENCIA EXTRANJERA EN ESTA PARTE DEL MUNDO.

S E C R E T

EL GRUPO HEZBOLLAH ENTRO EN ESCENA EN LA DECADA DE LOS 80 DESPUES DEL TRIUNFO DE LA REVOLUCION IRANI AL INTENTAR EL GOBIERNO DE TEHERAN EXPORTAR LA REVOLUCION AL LIBANO. IRAN LOGRO MOVILIZAR LA POBLACION CHIITA QUE CONSTITUYE UNA MAYORIA MARGINADA EN EL LIBANO, QUE SE ENCUENTRA BAJO EL DOMINIO DE LOS CRISTIANOS.

HEZBOLLAH HA LLEVADO A CABO ATAQUES SUICIDAS, SECUESTROS DE AVIONES COMERCIALES, RAPTOS Y ATAQUES A MANO ARMADA CONTRA INSTALACIONES DE ISRAEL Y DE OTROS PAISES DE OCCIDENTE, ASI COMO DE LOS PAISES ARABES MODERADOS. ENTRE SUS GOLPES MAS AUDACES SE CUENTAN LOS ATAQUES CONTRA LA EMBAJADA DE LOS ESTADOS UNIDOS Y EL CUARTEL DE LA INFANTERIA DE MARINA EN EL LIBANO, EL SECUESTRO DE UN AVION ESTADOUNIDENSE Y OTRO KUWAITI EN LOS ANOS 1985 Y 1988, ASI COMO EL SECUESTRO EN EL LIBANO DE VARIOS CIUDADANOS OCCIDENTALES.

ORGANIZACION POLITICA Y PARAMILITAR

HEZBOLLAH HA LLEGADO A SER UNA ORGANIZACION COMPLEJA CON FUNCIONES TERRORISTAS, POLITICAS Y PARAMILITARES; TIENE VARIOS MILES DE MIEMBROS EN EL LIBANO Y EN EL EXTRANJERO. TIENE UNA ESTRUCTURA POLITICO-MILITAR BIEN DESARROLLADA PERO LA IDENTIDAD DE SU JERARQUIA SE MANTIENE EN SECRETO.

EL CONSEJO DE GOBIERNO EJERCE EL CONTROL DE HEZBOLLAH Y DETERMINA EL PROGRAMA POLITICO-MILITAR EN COORDINACION CON TEHERAN. HASAN NASRALLAH, UN CARISMATICO LIDER RADICAL QUE HA PARTICIPADO EN VARIAS OPERACIONES TERRORISTAS, ENCABEZA EL CONSEJO EN LA ACTUALIDAD Y OCUPA EL PUESTO DE SECRETARIO GENERAL. HEMOS DE SUPONER QUE BAJO SU LIDERAZGO SE LLEVARA A CABO UNA SERIE DE GOLPES TERRORISTAS.

HEZBOLLAH TIENE LA UNICA MILICIA TODAVIA BAJO ARMAS DEL LIBANO Y EN EL SUR DEL PAIS CONTINUA SU CAMPANA MILITAR EN CONTRA DE LOS ISRAELIES. SE CALCULA QUE HEZBOLLAH TIENE DE DOS MIL A TRES MIL MILICIANOS ACTIVOS Y VARIOS MILES MAS EN RESERVA.

OCULTADAS BAJO VARIAS CAPAS BUROCRATICAS SE ENCUENTRAN LAS LLAMADAS ORGANIZACIONES DE SEGURIDAD QUE CREEMOS SON LAS QUE SE

ENCARGAN DE LLEVAR A CABO LOS GOLPES TERRORISTAS.

EL GRUPO TERRORISTA DE MAYOR EXPERIENCIA Y CAPACIDAD ES LA ORGANIZACION JIHAD ISLAMICA, ENCABEZADA POR IMAD MUGHNIYAH. ESTA ORGANIZACION HA LLEVADO A CABO LOS GOLPES TERRORISTAS MAS ESPECTACULARES DE HEZBOLLAH Y HA RECLAMADO LA RESPONSABILIDAD DEL RECIENTE ATENTADO DE BUENOS AIRES.

RESPALDO IRANI

SIN LA AYUDA PRESTADA POR IRAN, HEZBOLLAH NO SE HABRIA CONSTITUIDO EN UNA ORGANIZACION TERRORISTA INTERNACIONAL. LA GUARDIA REVOLUCIONARIA ISLAMICA ENTRENA AL PERSONAL DEL HEZBOLLAH EN EL MANEJO DE ARMAS Y EXPLOSIVOS Y EN EL USO DE COMUNICACIONES CLANDESTINAS. TAMBIEN CREEMOS QUE TEHERAN ENTREGA VARIOS MILLONES DE DOLARES AL HEZBOLLAH CADA ANO, QUE PROBABLEMENTE INCLUYE COMPENSACION POR LA PUESTA EN LIBERTAD DE REHENES.

FUERA DEL LIBANO, LOS CONSULADOS Y EMBAJADAS IRANIES PRESTAN APOYO LOGISTICO A HEZBOLLAH DE MODO RUTINARIO. USAN LA VALIJA DIPLOMATICA PARA TRANSPORTAR DINERO, ARMAS Y DOCUMENTACION FALSA PARA EL USO DE HEZBOLLAH.

INFRAESTRUCTURA TERRORISTA INTERNACIONAL

HEZBOLLAH MANTIENE GRUPOS TERRORISTAS EN TODO EL MUNDO, DOTANDOLOS CON ARMAS Y EXPLOSIVOS PARA GARANTIZAR SU CAPACIDAD DE ACCION CON MUY POCO AVISO. MANTIENE UNA INFRAESTRUCTURA TERRORISTA DE ENVERGADURA EN ORIENTE MEDIO, EUROPA Y AFRICA OCCIDENTAL. DEPOSITOS DE ARMAS DE HEZBOLLAH SE HAN DESCUBIERTO EN MEJICO, ESPANA, CHIPRE Y COSTA DE MARFIL. DURANTE EL ANO EN CURSO, HEZBOLLAH HA MANDADO VARIAS DELEGACIONES AL SUDAN, DONDE PARECE QUE SE ESTA ORGANIZANDO UN GRUPO DE HEZBOLLAH.

EL RECIENTE ATENTADO DE BUENOS AIRES, QUE APARTE DE SER LA PRIMERA OPERACION DE HEZBOLLAH EN EL EXTRANJERO DESDE EL ANO 1988 FUE LA PRIMERA DE TODOS LOS TIEMPOS EN LA AMERICA LATINA, NOS HACE CREER QUE HEZBOLLAH YA TIENE UN GRUPO ORGANIZADO EN LA ARGENTINA O EN UNO DE LOS ESTADOS CONTIGUOS YA QUE HEZBOLLAH CASI SIEMPRE SE ORGANIZA ANTES DE LANZAR UN ATAQUE.

EL ESTUDIO DE LA HISTORIA DE LOS ALIJOS DE ARMAS Y OPERACIONES TERRORISTAS DE HEZBOLLAH REVELA UN MODUS OPERANDI QUE CONCEDE MUCHA IMPORTANCIA A LA PLANIFICACION A LARGO PLAZO Y A LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD QUE HAN DE TOMARSE CUANDO SE ESTABLECE UN GRUPO FUERA DEL LIBANO.

LA ORGANIZACION DEL NUEVO GRUPO EMPIEZA CON LA LLEGADA DEL FUTURO JEFE DE GRUPO AL PAIS SELECCIONADO. ESTE INDIVIDUO SUELE SER UN AGENTE EXPERIMENTADO DEL HEZBOLLAH; CON FRECUENCIA ES DE NACIONALIDAD LIBANESA. SUELE TENER GRAN EXPERIENCIA EN LAS OPERACIONES PARAMILITARES Y ES CONFIABLE TANTO RELIGIOSA COMO IDEOLOGICAMENTE. PIDE ASILO POLITICO Y SE HACE PASAR POR ESTUDIANTE, USANDO VARIOS NOMBRES Y APELLIDOS. A MENUDO CUENTA CON LA AYUDA DE FAMILIARES QUE PUEDEN O NO ESTAR ENTERADOS DE SUS LAZOS TERRORISTAS.

EL RECLUTAMIENTO

EL FUTURO JEFE DE GRUPO EMPIEZA LA TAREA DE IDENTIFICAR Y EVALUAR A POSIBLES RECLUTAS A LA VEZ QUE BUSCA ARRAIGARSE EN LA COMUNIDAD LOCAL. SUELE BUSCARSE UN TRABAJO, NORMALMENTE COMO OBRERO NO CUALIFICADO, CON EL FIN DE DISIMULAR SUS VERDADERAS ACTIVIDADES. POR EJEMPLO, PUEDE BUSCARSE TRABAJO EN UN RESTAURANTE FRECUENTADO POR MUSULMANES Y LO SUFICIENTEMENTE CENTRICO PARA SERVIR DE LUGAR DE REUNION. ES CORRIENTE QUE SE CASE CON UNA MUJER INDIGENA PARA LOGRAR LA CIUDADANIA. ENCONTRARA SUS RECLUTAS EN LAS MEZQUITAS LOCALES, LAS UNIVERSIDADES, LOS CENTROS CULTURALES IRANIES Y LAS ORGANIZACIONES CHIITAS.

EL FUTURO JEFE BASA SU SELECCION DE RECLUTAS EN LOS FACTORES DE SEGURIDAD Y UTILIDAD. LOS RECLUTAS HAN DE SATISFACER EXIGENCIAS RELIGIOSAS Y POSEER HABILIDADES QUE EL GRUPO NECESITARA. POR EJEMPLO: EL CANDIDATO PUEDE TENER ACCESO A CIERTA INSTALACION DE INTERES AL GRUPO, PUEDE SER DUENO DE UN NEGOCIO QUE FACILITA EL CONTRABANDO DE ARMAS O PUEDE HABLAR EL IDIOMA O DIALECTO LOCAL. SE SUELE DAR PREFERENCIA A LOS MUSULMANES NO LIBANESES CON EL FIN DE EVITAR ATRAER LA ATENCION DE LAS FUERZAS LOCALES DE SEGURIDAD. HEZBOLLAH SIGUE SIENDO UNA ORGANIZACION CHIITA PERO RECIENTEMENTE HA TRATADO DE REALZAR SU ATRACTIVO

DENTRO DEL ISLAM Y PUEDE HASTA INTENTAR ATRAER A MIEMBROS DEL GRUPO ISLAMICO DE LOS SUNITAS.

FUNCION DE LOS GRUPOS LOCALES

LOS GRUPOS LOCALES PRESTAN VALIOSO Y HASTA CRITICO APOYO LOGISTICO A LAS OPERACIONES DE ULTRAMAR DE HEZBOLLAH. IDENTIFICAN Y MANTIENEN LUGARES SEGUROS DE REUNION Y PROVEEN DOCUMENTACION FALSA, ARMAS Y EXPLOSIVOS. HEZBOLLAH CASI SIEMPRE FORMA UN GRUPO LOCAL ANTES DE LANZAR UN ATAQUE. PUEDE QUE EL GRUPO ESTE AÑOS ESPERANDO LA ORDEN DE ATAQUE PERO RECIBE ENVIOS DE ARMAS Y EXPLOSIVOS PARA GARANTIZAR SU CAPACIDAD OFENSIVA Y ASI PODER INICIAR OPERACIONES CON MUY POCO AVISO PREVIO. ALGUNOS GRUPOS EXISTEN SOLAMENTE PARA DAR APOYO LOGISTICO A OPERACIONES EN OTROS PAISES. POR EJEMPLO: GRUPOS DE HEZBOLLAH SITUADOS EN AFRICA OCCIDENTAL SE HAN DEDICADO AL CONTRABANDO DE ARMAS Y EXPLOSIVOS PARA OPERACIONES QUE HABIAN DE EFECTUARSE EN EUROPA.

LOS GRUPOS SE MANTIENEN GRACIAS AL CONTRABANDO FACILITADO MUCHAS VECES POR LA EMBAJADA IRANI LOCAL. LOS NEGOCIOS LOCALES QUE PERTENECEN A PERSONAS QUE SIMPATIZAN CON HEZBOLLAH, TALES COMO RESTAURANTES Y COMERCIOS QUE IMPORTAN O EXPORTAN MERCANCIAS, PASAN ARMAS Y EXPLOSIVOS DE CONTRABANDO, FACILITAN EL LAVADO DE DINERO Y PROVEEN LUGARES SEGUROS PARA REUNIONES. A MENUDO SE ESCONDEN ARMAS Y EXPLOSIVOS EN ENVIOS DE PRODUCTOS ALIMENTICIOS; POR EJEMPLO, EN VALENCIA, ESPAÑA, EN 1989 SE DESCUBRIERON 195 KILOS DE TNT Y C-4 OCULTADOS EN UN CARGAMENTO DE MERMELADA. A MENUDO HEZBOLLAH COACCIONA A COMERCIANTES LIBANESES DE AFRICA OCCIDENTAL PARA QUE APORTEN DINERO PARA LOS GASTOS DE LA ORGANIZACION.

PRONOSTICO

SE PREVEN MAS OPERACIONES DE HEZBOLLAH EN LA AMERICA LATINA. AL REFORZARSE LA ORGANIZACION DENTRO DE LA AMERICA LATINA, ES PROBABLE QUE LOGRE REPETIR EL EXITO CONSEGUIDO CON EL COCHE-BOMBA DE BUENOS AIRES.

EL ATENTADO DE BUENOS AIRES VENGO EN PARTE EL ASESINATO POR TEL AVIV DEL LIDER DE HEZBOLLAH, MUSAVI, PERO HEZBOLLAH CONSIDERA

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL ARCHIVO DPTO.I(INT)

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Montevideo, 14 de Mayo de 1992.-

MEMORANDUM 25/92

ASUNTO: DELGADO SAN MARTIN DE VAZQUEZ, María Auxiliadora

EVALUACION : A - 1

TEXTO : Referente a María Auxiliadora DELGADO SAN MARTIN de VAZQUEZ (C/A 047943-6) :

Esposa del Dr. TABARE VAZQUEZ (I.M.M.)

C.C. Serie BVA N°15891

DOM.: Avda.Agraciada 2988

Tte. 1° NORBERTO DEVINCENSI

DPTO. I PROC. 15/5/92

ARCHIVO

M. D. N.
D. G. I. D.
DPTO. I.
MONTEVIDEO.
141500MAY992

M E M O R A N D U M N°027

E V A L : OMITIDA

REFERENTE A : ORGANIZACION TERRORISTA HEZBOLLAH

RESPONDE : INFORMACION PROPORCIONADA POR AGENCIA ESTADOUNIDENSE

DISTRIBUCION: ORIGINAL- ARCHIVO
COPIA - CAMPO MILITAR.

Tte.1°
Norberto Devincensi

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DPTO. INTERIOR

001/7

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
14 AGO 1992
ARCHIVO MILITAR
92 3958

[illegible]

HEZBOLLAH: EL MODUS OPERANDI DE LA RED TERRORISTA

HEZBOLLAH, LA ORGANIZACION TERRORISTA MAS CRUEL Y SANGUINARIA DE ORIENTE MEDIO EN LA ACTUALIDAD, GOZA DEL PLENO RESPALDO DE IRAN Y GANA ADEPTOS EN TODO EL MUNDO INCLUYENDO LA AMERICA LATINA. CREEMOS QUE EL RECIENTE ATENTADO DE BUENOS AIRES EN EL CUAL SE DETONO UNA POTENTE BOMBA COLOCADA DENTRO DE UN AUTOMOVIL ES EL PRESAGIO DE UN PROGRAMA DE ACTOS TERRORISTAS QUE HAN DE LLEVARSE A CABO TANTO EN EL LIBANO COMO EN EL MUNDO ENTERO.

IDEOLOGIA

HEZBOLLAH ES UN GRUPO CHIITA MILITANTE, FUNDAMENTALISTA Y PRO-IRAN CUYA LABOR CONSISTE EN LUCHAR POR ESTABLECER UNA REPUBLICA ISLAMICA EN EL LIBANO A LA VEZ QUE TRATA DE ANULAR TODA INFLUENCIA EXTRANJERA EN ESTA PARTE DEL MUNDO.

EL GRUPO HEZBOLLAH ENTRO EN ESCENA EN LA DECADA DE LOS 80 DESPUES DEL TRIUNFO DE LA REVOLUCION IRANI AL INTENTAR EL GOBIERNO DE TEHERAN EXPORTAR LA REVOLUCION AL LIBANO. IRAN LOGRO MOVILIZAR LA POBLACION CHIITA QUE CONSTITUYE UNA MAYORIA MARGINADA EN EL LIBANO, QUE SE ENCUENTRA BAJO EL DOMINIO DE LOS CRISTIANOS.

HEZBOLLAH HA LLEVADO A CABO ATAQUES SUICIDAS, SECUESTROS DE AVIONES COMERCIALES, RAPTOS Y ATAQUES A MANO ARMADA CONTRA INSTALACIONES DE ISRAEL Y DE OTROS PAISES DE OCCIDENTE, ASI COMO DE LOS PAISES ARABES MODERADOS. ENTRE SUS GOLPES MAS AUDACES SE CUENTAN LOS ATAQUES CONTRA LA EMBAJADA DE LOS ESTADOS UNIDOS Y EL CUARTEL DE LA INFANTERIA DE MARINA EN EL LIBANO, EL SECUESTRO DE UN AVION ESTADOUNIDENSE Y OTRO KUWAITI EN LOS AÑOS 1985 Y 1988, ASI COMO EL SECUESTRO EN EL LIBANO DE VARIOS CIUDADANOS OCCIDENTALES.

ORGANIZACION POLITICA Y PARAMILITAR

HEZBOLLAH HA LLEGADO A SER UNA ORGANIZACION COMPLEJA CON FUNCIONES TERRORISTAS, POLITICAS Y PARAMILITARES; TIENE VARIOS MILES DE MIEMBROS EN EL LIBANO Y EN EL EXTRANJERO. TIENE UNA ESTRUCTURA POLITICO-MILITAR BIEN DESARROLLADA PERO LA IDENTIDAD DE SU JERARQUIA SE MANTIENE EN SECRETO.

EL CONSEJO DE GOBIERNO EJERCE EL CONTROL DE HEZBOLLAH Y DETERMINA EL PROGRAMA POLITICO-MILITAR EN COORDINACION CON TEHERAN. HASAN NASRALLAH, UN CARISMATICO LIDER RADICAL QUE HA PARTICIPADO EN VARIAS OPERACIONES TERRORISTAS, ENCABEZA EL CONSEJO EN LA ACTUALIDAD Y OCUPA EL PUESTO DE SECRETARIO GENERAL. HEMOS DE SUPONER QUE BAJO SU LIDERAZGO SE LLEVARA A CABO UNA SERIE DE GOLPES TERRORISTAS.

HEZBOLLAH TIENE LA UNICA MILICIA TODAVIA BAJO ARMAS DEL LIBANO Y EN EL SUR DEL PAIS CONTINUA SU CAMPANA MILITAR EN CONTRA DE LOS ISRAELIES. SE CALCULA QUE HEZBOLLAH TIENE DE DOS MIL A TRES MIL MILICIANOS ACTIVOS Y VARIOS MILES MAS EN RESERVA.

OCULTADAS BAJO VARIAS CAPAS BUROCRATICAS SE ENCUENTRAN LAS LLAMADAS ORGANIZACIONES DE SEGURIDAD QUE CREEMOS SON LAS QUE SE

ENCARGAN DE LLEVAR A CABO LOS GOLPES TERRORISTAS.

EL GRUPO TERRORISTA DE MAYOR EXPERIENCIA Y CAPACIDAD ES LA ORGANIZACION JIHAD ISLAMICA, ENCABEZADA POR IMAD MUGHNIYAH. ESTA ORGANIZACION HA LLEVADO A CABO LOS GOLPES TERRORISTAS MAS ESPECTACULARES DE HEZBOLLAH Y HA RECLAMADO LA RESPONSABILIDAD DEL RECIENTE ATENTADO DE BUENOS AIRES.

RESPALDO IRANI

SIN LA AYUDA PRESTADA POR IRAN, HEZBOLLAH NO SE HABRIA CONSTITUIDO EN UNA ORGANIZACION TERRORISTA INTERNACIONAL. LA GUARDIA REVOLUCIONARIA ISLAMICA ENTRENA AL PERSONAL DEL HEZBOLLAH EN EL MANEJO DE ARMAS Y EXPLOSIVOS Y EN EL USO DE COMUNICACIONES CLANDESTINAS. TAMBIEN CREEMOS QUE TEHERAN ENTREGA VARIOS MILLONES DE DOLARES AL HEZBOLLAH CADA ANO, QUE PROBABLEMENTE INCLUYE COMPENSACION POR LA PUESTA EN LIBERTAD DE REHENES.

FUERA DEL LIBANO, LOS CONSULADOS Y EMBAJADAS IRANIES PRESTAN APOYO LOGISTICO A HEZBOLLAH DE MODO RUTINARIO. USAN LA VALIJA DIPLOMATICA PARA TRANSPORTAR DINERO, ARMAS Y DOCUMENTACION FALSA PARA EL USO DE HEZBOLLAH.

INFRAESTRUCTURA TERRORISTA INTERNACIONAL

HEZBOLLAH MANTIENE GRUPOS TERRORISTAS EN TODO EL MUNDO, DOTANDOLOS CON ARMAS Y EXPLOSIVOS PARA GARANTIZAR SU CAPACIDAD DE ACCION CON MUY POCO AVISO. MANTIENE UNA INFRAESTRUCTURA TERRORISTA DE ENVERGADURA EN ORIENTE MEDIO, EUROPA Y AFRICA OCCIDENTAL. DEPOSITOS DE ARMAS DE HEZBOLLAH SE HAN DESCUBIERTO EN MEJICO, ESPANA, CHIPRE Y COSTA DE MARFIL. DURANTE EL ANO EN CURSO, HEZBOLLAH HA MANDADO VARIAS DELEGACIONES AL SUDAN, DONDE PARECE QUE SE ESTA ORGANIZANDO UN GRUPO DE HEZBOLLAH.

EL RECIENTE ATENTADO DE BUENOS AIRES, QUE APARTE DE SER LA PRIMERA OPERACION DE HEZBOLLAH EN EL EXTRANJERO DESDE EL ANO 1988 FUE LA PRIMERA DE TODOS LOS TIEMPOS EN LA AMERICA LATINA, NOS HACE CREER QUE HEZBOLLAH YA TIENE UN GRUPO ORGANIZADO EN LA ARGENTINA O EN UNO DE LOS ESTADOS CONTIGUOS YA QUE HEZBOLLAH CASI SIEMPRE SE ORGANIZA ANTES DE LANZAR UN ATAQUE.

EL ESTUDIO DE LA HISTORIA DE LOS ALIJOS DE ARMAS Y OPERACIONES TERRORISTAS DE HEZBOLLAH REVELA UN MODUS OPERANDI QUE CONCEDE MUCHA IMPORTANCIA A LA PLANIFICACION A LARGO PLAZO Y A LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD QUE HAN DE TOMARSE CUANDO SE ESTABLECE UN GRUPO FUERA DEL LIBANO.

LA ORGANIZACION DEL NUEVO GRUPO EMPIEZA CON LA LLEGADA DEL FUTURO JEFE DE GRUPO AL PAIS SELECCIONADO. ESTE INDIVIDUO SUELE SER UN AGENTE EXPERIMENTADO DEL HEZBOLLAH; CON FRECUENCIA ES DE NACIONALIDAD LIBANESA. SUELE TENER GRAN EXPERIENCIA EN LAS OPERACIONES PARAMILITARES Y ES CONFIABLE TANTO RELIGIOSA COMO IDEOLOGICAMENTE. PIDE ASILO POLITICO Y SE HACE PASAR POR ASTUDIANTE, USANDO VARIOS NOMBRES Y APELLIDOS. A MENUDO CUENTA CON LA AYUDA DE FAMILIARES QUE PUEDEN O NO ESTAR ENTERADOS DE SUS LABORES TERRORISTAS.

EL RECLUTAMIENTO

EL FUTURO JEFE DE GRUPO EMPIEZA LA TAREA DE IDENTIFICAR Y EVALUAR A POSIBLES RECLUTAS A LA VEZ QUE BUSCA ARRAIGARSE EN LA COMUNIDAD LOCAL. SUELE BUSCARSE UN TRABAJO, NORMALMENTE COMO OBRERO NO CUALIFICADO, CON EL FIN DE DISIMULAR SUS VERDADERAS ACTIVIDADES. POR EJEMPLO, PUEDE BUSCARSE TRABAJO EN UN RESTAURANTE FRECUENTADO POR MUSULMANES Y LO SUFICIENTEMENTE CENTRICO PARA SERVIR DE LUGAR DE REUNION. ES CORRIENTE QUE SE CASE CON UNA MUJER INDIGENA PARA LOGRAR LA CIUDADANIA. ENCONTRARA SUS RECLUTAS EN LAS MEZQUITAS LOCALES, LAS UNIVERSIDADES, LOS CENTROS CULTURALES IRANIES Y LAS ORGANIZACIONES CHIITAS.

EL FUTURO JEFE BASA SU SELECCION DE RECLUTAS EN LOS FACTORES DE SEGURIDAD Y UTILIDAD. LOS RECLUTAS HAN DE SATISFACER EXIGENCIAS RELIGIOSAS Y POSEER HABILIDADES QUE EL GRUPO NECESITARA. POR EJEMPLO: EL CANDIDATO PUEDE TENER ACCESO A CIERTA INSTALACION DE INTERES AL GRUPO, PUEDE SER DUENO DE UN NEGOCIO QUE FACILITA EL CONTRABANDO DE ARMAS O PUEDE HABLAR EL IDIOMA O DIALECTO LOCAL. SE SUELE DAR PREFERENCIA A LOS MUSULMANES NO LIBANESES CON EL FIN DE EVITAR ATRAER LA ATENCION DE LAS FUERZAS LOCALES DE SEGURIDAD. HEZBOLLAH SIGUE SIENDO UNA ORGANIZACION CHIITA PERO RECIENTEMENTE HA TRATADO DE REALZAR SU ATRACTIVO

DENTRO DEL ISLAM Y PUEDE HASTA INTENTAR ATRAER A MIEMBROS DEL GRUPO ISLAMICO DE LOS SUNITAS.

FUNCIONES DE LOS GRUPOS LOCALES

LOS GRUPOS LOCALES PRESTAN VALIOSO Y HASTA CRITICO APOYO LOGISTICO A LAS OPERACIONES DE ULTRAMAR DE HEZBOLLAH. IDENTIFICAN Y MANTIENEN LUGARES SEGUROS DE REUNION Y PROVEEN DOCUMENTACION FALSA, ARMAS Y EXPLOSIVOS. HEZBOLLAH CASI SIEMPRE FORMA UN GRUPO LOCAL ANTES DE LANZAR UN ATAQUE. PUEDE QUE EL GRUPO ESTE AÑOS ESPERANDO LA ORDEN DE ATAQUE PERO RECIBE ENVIOS DE ARMAS Y EXPLOSIVOS PARA GARANTIZAR SU CAPACIDAD OFENSIVA Y ASI PODER INICIAR OPERACIONES CON MUY POCO AVISO PREVIO. ALGUNOS GRUPOS EXISTEN SOLAMENTE PARA DAR APOYO LOGISTICO A OPERACIONES EN OTROS PAISES. POR EJEMPLO: GRUPOS DE HEZBOLLAH SITUADOS EN AFRICA OCCIDENTAL SI HAN DEDICADO AL CONTRABANDO DE ARMAS Y EXPLOSITOS PARA OPERACIONES QUE HABIAN DE EFECTUARSE EN EUROPA.

LOS GRUPOS SE MANTIENEN GRACIAS AL CONTRABANDO FACILITADO MUCHAS VECES POR LA EMBAJADA IRANI LOCAL. LOS NEGOCIOS LOCALES QUE PERTENECEN A PERSONAS QUE SIMPATIZAN CON HEZBOLLAH, TALES COMO RESTAURANTES Y COMERCIOS QUE IMPORTAN O EXPORTAN MERCANCIAS, PASAN ARMAS Y EXPLOSIVOS DE CONTRABANDO, FACILITAN EL LAVADO DE DINERO Y PROVEEN LUGARES SEGUROS PARA REUNIONES. A MENUDO SE ESCONDEN ARMAS Y EXPLOSIVOS EN ENVIOS DE PRODUCTOS ALIMENTICIOS; POR EJEMPLO, EN VALENCIA, ESPAÑA, EN 1989 SE DESCUBRIERON 195 KILOS DE TNT Y C-4 OCULTADOS EN UN CARGAMENTO DE MERMELADA. A MENUDO HEZBOLLAH COACCIONA A COMERCIANTES LIBANESES DE AFRICA OCCIDENTAL PARA QUE APORTEN DINERO PARA LOS GASTOS DE LA ORGANIZACION.

PRONOSTICO

SE PREVEN MAS OPERACIONES DE HEZBOLLAH EN LA AMERICA LATINA. AL REFORZARSE LA ORGANIZACION DENTRO DE LA AMERICA LATINA, ES PROBABLE QUE LOGRE REPETIR EL EXITO CONSEGUIDO CON EL COCHE-BOMBA DE BUENOS AIRES.

EL ATENTADO DE BUENOS AIRES VENGO EN PARTE EL ASESINATO POR TEL AVIV DEL LIDER DE HEZBOLLAH, MUSAVI, PERO HEZBOLLAH CONSIDERA

IGUALMENTE RESPONSABLE A LOS ESTADOS UNIDOS Y PREPARA OTROS ATENTADOS VENGATIVOS.

LAS ESTRICTAS MEDIDAS DE SEGURIDAD EN EFECTO EN LAS INSTALACIONES OFICIALES OCCIDENTALES DE EUROPA Y MEDIO ORIENTE Y LA AGITACION POLITICA DE AFRICA OCCIDENTAL OBLIGARAN A HEZBOLLAH A ENCONTRAR OTROS LUGARES PARA LLEVAR A CABO SUS ATAQUES TERRORISTAS.

EL GRAN NUMERO DE MUSULMANES QUE SE ENCUENTRAN EN LA AMERICA LATINA COMBINADO CON EL GRAN NUMERO DE INSTALACIONES OCCIDENTALES E ISRAELIES Y LAS FUERZAS DE SEGURIDAD SIN EXPERIENCIA EN LA LUCHA CON HEZBOLLAH CONVIERTEN EN LA AMERICA LATINA EN LUGAR IDEAL PARA QUE HEZBOLLAH ORGANICE NUEVOS GRUPOS Y LANCE NUEVOS ATAQUES TERRORISTAS. 007/7 5203368

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL ARCHIVO DPTO.I(INT)

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Montevideo, 14 de Mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M 25/92

A S U N T O: DELGADO SAN MARTIN DE VAZQUEZ, María Auxiliadora

EVALUACION : A - 1

T E X T O : Referente a María Auxiliadora DELGADO SAN MARTIN de VAZQUEZ (C/A 047943-6) :

Esposa del Dr. TABARE VAZQUEZ (I.M.M.)

C.C. Serie BVA N°15891

DOM.: Avda.Agraciada 2988

Tte. 1° NORBERTO DEMICHELI

DPTO. I PROC. 15/5/92

9203970

JR.POL.LAVALLEJA.
CIUDAD DE MINAS.-
-INVESTIGACIONES-
U.DE INFORMACION
Ø115/Ø5/1992-[illegible].
SAS -gcgp-

PARTE DE INFORMACION

I-EVALUACION: A-1.-

II-RESPONDE A: Explosión sentida por habitantes de esta ciudad en la medianoche pasada en [illegible] comprendida entre Cerro Del Negro y Paso Del Amor.- - -

III-T E X T O : Siendo la hora 01.30 se recibió llamado telefónico en Seccional 1[illegible] a que se había sentido// una importante explosión (en horas de la mañana de hoy se pudo comprobar que dicha explosión / fué sentida en varias zonas de la ciudad,Centro, Barrio Delicias,Barrio Las Pitas y Barrio Estación como asimismo Paraje Verdún).

A la hora ØØ.33 sale de Seccional 1ra. el/ Señor Sub Comisario Justo Gonzalez con personal con la finalidad de establecer el origen,regresando a la hora Ø1.2Ø con la novedad de que en / Barrio Jardín fué informado por el Señor Walter LLORENTE,vecino del lugar que a consecuencia de la explosión se le rompieron unos vidrios de // una ventana.

Siendo la hora Ø8.3Ø mediante orden del Señor Jefe de Día Comisario Inspector Alexis Cuñas Rosano,personal de Seccional 14ta.a cargo/ del Señor Oficial Principal Agusto Araújo efectúa relevamiento de zona Cerro Verdún,Cerro del Negro,Montes de Diano y Paso Del Amor,donde el Agente Ramón Fernández del Personal de Investigaciones enteró al Señor Oficial antes mencionado de que personal Militar había localizado el lugar de la explosión,en cabecera oeste del puente sobre vía férrea en arroyo San Francisco información comunicada a la hora 12.15 aproximadamente.

Consultado el Señor Capitán Grasso del Ba-
../

001|6

DOC. POCO LEGIBLE

tallón de Inf.Nro.11,quien manifiesta,que siendo la hora ØØ.15 sintió una explosión por lo que / efectuó una recorrida por toda la Unidad,comprobando que no era de origen interno,disponiéndose de una Patrulla interna y otra externa,tomando / conocimiento esta última por intermedio de vecinos,que en Barrio Jardín y Paso Del Amor,se produjo la rotura de vidrios.-

Se estableció enlace con Jefatura,Grupo de// Artilleros,División de Ejército,Ancap(Polvorín), Cantera de Cemento Portland Artigas,habiendo informado el Sereno de Guardia que reventó una cubierta de un carguero con cal. Se dispusieron varias Patrullas,dando como resultado que una de / ellas descubriera en la mañana de hoy,que la explosión se localizó en la cabecera oeste del // puente Ferroviario sobre arroyo San Francisco.-

IV-ACCION TOMADA: Siendo la hora 12.1Ø concurre al lugar Sub Jefe de Policía,Inspector Principal Raúl Benítez Cuches,Inspector de Policía,Inspector Mayor Hugo/ Galtieri Núñez,Director de Seguridad Comisario/ Inspector Nelson Tomás Oxley Larrosa,Jefe de Día Comisario Inspector Alexis Casas Romano,Comando de Seccional 14ta,Comando de Oficina de Investigaciones y personal de Policía Técnica,realizándose un relevamiento fotoplanimétrico de la escena según indicios encontrados recogiéndose muestras de sangre encontradas en forma de salpicas las que por su morfología fueron desprendidas / por un elemento en movimiento en dirección a la Estación de Afe.Es de destacar que dichas manchas comienzan a aparecer desde un punto central del puente donde se presume que una máquina de Afe / haya arrollado un animal(posiblemente gato)no / obstante,las muestras recogidas fueron enviadas a la D.N.P.T. para que por intermedio de su Departamento de Laboratorio determine si es humana o// animal.-

V - ANEXO: Se adjunta informe Pericial.-

VI - DISTRIBUCION: Señor Jefe de Policía..................1 -ej.-

002

9203979

JEFATURA DE POLICIA
DE LAVALLEJA.-.-.-.-
Oficina de Policía Técnica

OFICIO Nº 042/992.-hetl.-.-.-.-
REF.: Inspección y relevamiento Fotoplanimétrico de escena-PUENTE AFE-sobre Aº San Francisco-se remite.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

Minas, 1º de mayo de 1992.-

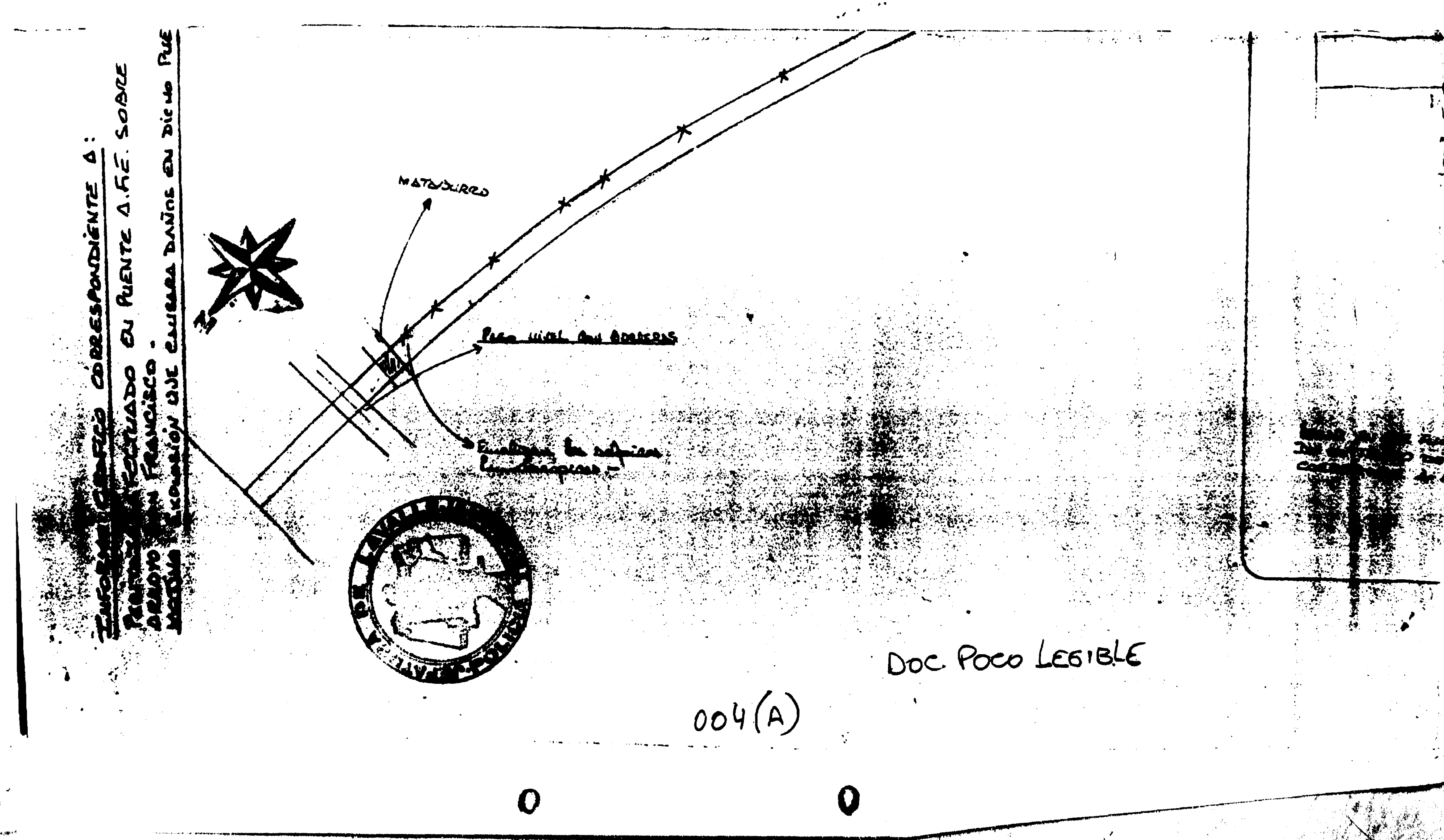
SEÑOR JEFE DE POLICIA DE LAVALLEJA .-

Por intermedio del presente, cúmplese informar a Usted / que siendo la hora 12:10 del día de la fecha se solicitaron / la presencia de esta Policía Técnica, dado que en el puente // sobre el Arroyo San Francisco construído para el pasaje de // Trenes de AFE, efectivos del Ejército habían ubicado una zona/ en donde presumiblemente había estallado un artefacto explosivo provocando en el mismo daños en su estructura ferrea y de hormigón; es así que el suscrito, Cabo Brígido Telleche y Agente Hugo Alvarez se trasladaron hasta el lugar procediéndo/ allí a realizar un relevamiento fotoplanimétrico, en el cual / se ilustra el puente, cabezal del mismo, partes afectadas, y / se ubica sobre un costado del cabezal la zona en donde se encontraban dos elementos de plástico gris, que fueran levanta-/ dos por los efectivos militares que actuaron en una primera / instancia, los que se documentaron fotograficamente junto a una regla centimetrada para su mejor apreciación.-

Cabe agregar que sobre el puente y a una distancia de/ mts. 61,50 fué encontrado una zona sobre un riel que según versiones recogidas con un vecino de la zona, sería donde una máquina de Afe arrolló a un gato de su propiedad, provocándole / amputación de su cola, la cual se encontró debajo del puente,/ pero es de destacar que luego de ésto se encontraron salpi-// cas macroscópicas desprendidas por un elemento en movimiento que por su morfología corresponde afirmar que el mismo se dirigía hacia la Estación Afe, perdiéndose el rastro al llegar al paso nivel con barreras que corresponde a calle continuación/ de Avda. Ugolini.-

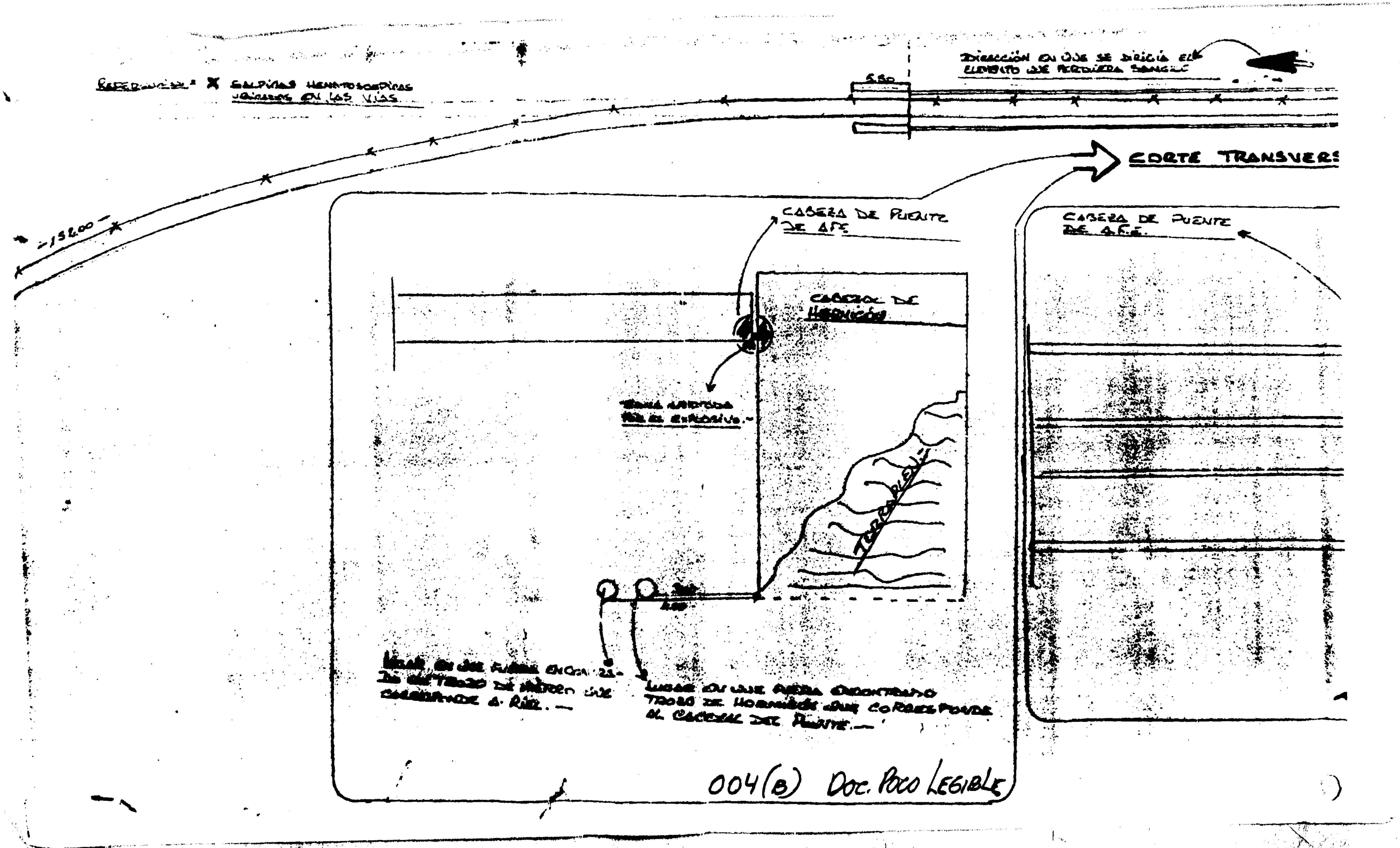
El cabezal del puente que fuera afectado por la explo-/ sión es el orientado al Oeste, todo lo que se documentó foto-

...///

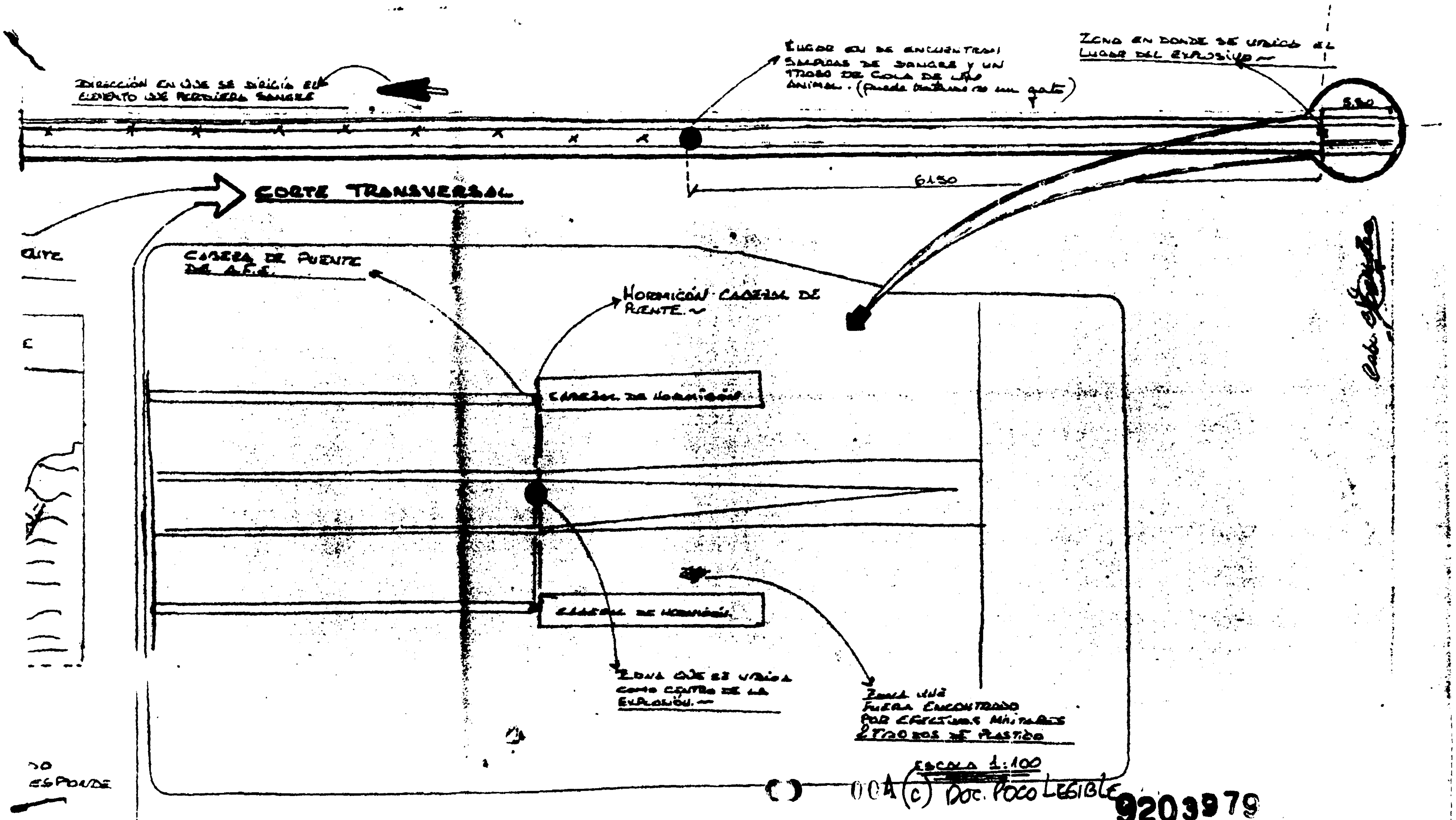


DOC POCO LEGIBLE

004(A)



CORTE TRANSVERS
CABEZA DE PUENTE DE A.F.E.
CABEZAL DE HORMIGÓN
CABEZA DE PUENTE DE A.F.E.
004(B) Doc. Poco Legible



Dirección en que se dirigía el elemento que perdiera sangre
Lugar en que se encontraron salpicaduras de sangre y un trozo de cola de un animal. (puede tratarse de un gato)
Zona en donde se ubicó el lugar del explosivo
6150
Corte Transversal
Cabeza de Puente de A.F.E.
Hormigón cabezal de puente
Cabezal de hormigón
Cabezal de hormigón
Zona que se ubicó como centro de la explosión
Zona que fuera encontrado por efectivos militares 2 trozos de plástico
Escala 1:100

RESERVADO

EJERCITO NACIONAL
E. M. E.
DEPARTAMENTO E-II
CA. C.INF.
M O N T E V I D E O
01.3000 MAY.1992.
DR.eb

MEMORANDUM No.012|SO|992:

I.-EVALUACION: A-1

II.-ASUNTO:-Detonación de Artefacto Explosivo en un puente ferroviario de la Ciudad de Minas.

III.-T E X T O: -A la hora 1700 del día de la fecha un Equipo de esta Agencia se hizo presente en el lugar constatando lo siguiente:

1.-Que la explosión se produjo a la hora 0030 en el puente ferroviario ubicado en el "Paso del Amor" sobre el Arroyo San Francisco a aproximadamente 500 mts. de la Estación Minas.

2.-El artefacto fué colocado en la cabecera Oeste del mencionado puente en un espacio de aproximadamente tres mts.de largo,40 cms. de ancho y 40 cms.de profundidad;situado entre un muro de mampostería y una viga de hierro.

3.-El lugar de la explosión fue localizado por Personal del Bn.I.11 afectado a esta tarea aproximadamente a la hora 1200

4.-Los daños constatados fueron los siguientes:

a.-Rotura de parte de la mampostería de la cabecera del puente la cual no reviste gravedad.

b.-Rotura y doblamiento de una viga de hierro del puente (hierro doble T).

c.-Desprendimiento de un trozo de la base de uno de los rieles.

5.-El tramo de la vía férrea donde se encuentra el puente solamente es usado por los maquinistas de AFE que vienen con la locomotora a dormir a la Estación cuando realizan traslados fundamentalmente de cemento y otros materiales desde las canteras de la zona,razón por la cual carece totalmente de importancia.

6.-El explosivo,por información del Jefe del Equipo RAT (SMA), no fue atacado razón por la cual no produjo daños de importancia,acentuando el efecto ruido.Cabe destacar asimismo que en horas posteriores a la explosión aún se sentía un fuerte olor a pólvora.

7.-En el lugar se tomaron fotografías las que se adjunta.

B.-Posteriormente se concurre a la Jefatura de Policía de Lavalleja entrevistándose al Comisario Inspector Alexis CASAS quién manifiesta desconocer el origen del artefacto,así como quienes lo colocaron.El mismo hace entrega de una copia de las actuaciones policiales llevadas a cabo. Es de destacar que en el lugar se hicieron presentes el Sr.Ministro del Interior,Personal Sup.de la D.N.II., D.N.P.T.y un Equipo RAT del S.M.A.

C.-A la hora 2130 aproximadamente se recibe una llamada en el Bn.I.11 del propietario de CX-43 Radio Lavalleja quién informa que uno de sus Operadores recibió una llamada telefónica anónima diciendo lo siguiente:"Tenes papel y lápiz en la mano anotá.EL COMANDO EN OPERACIONES JUAN ANTONIO LAVALLEJA COMUNICA QUE LA EXPLOSION EN MINAS ES EL COMIENZO DEL FIN DE LA OLIGARQUIA BLANCA.EL PUEBLO ENDEUDADO Y LA IGUALA ARTESANA SE PAGAN CON LA SANGRE DE LOS SDOS,EN CAMBOYA."

Posteriormente a la hora 2210 el Propietario de la Radio informa que recibió una llamada del corresponsal del Diario El País en Minas a efectos de comprobar si le habían pasado algun mensaje,debido a que el Diario en cuestión recibió una llamada comunicando textualmente el mismo....

///....

RVADO

III....mensaje y que además la voz anónima mencionó que ya lo habían pasado a Radio Lavalleja.

IV.-ACCION TOMADA: La confección del presente Memorandum.

V.-DISTRIBUCION: Original y Copia No.1 - pto.E-II del E.M.E.
Copias Nos.2 y 3 - Archivo.

Por el Jefe de la 2a. Cía.Inf. de Ejército.

[illegible]

DANIEL RODRIGUEZ

006/6

Fundamentalistas islámicos y su relación con Afganistán
Clarín (15.00.4)
4/1/92

Fundamentalistas islámicos

IMPORTANTE

Por Sharon Herbaugh

PESHAWAR, Paquistán (AP).– Como tantos jóvenes mercenarios que participaron en la guerra de Afganistán, Mohammed Akbar Ali espera la apertura de otro frente de batalla para continuar su lucha en favor del islamismo.

En 1987, Akbar y sus compañeros de clase de una escuela religiosa se incorporaron voluntariamente a las filas de la "guerra santa" contra la ocupación soviética en Afganistán.

"Esos eran días felices", dijo recientemente el guerrillero egipcio de 20 años, mientras limpiaba un fusil Kalashnikov de fabricación soviética capturado en un ataque.

Ante el inminente final negociado de la guerra de Afganistán, muchos de los jóvenes combatientes sueñan ahora con llevar sus luchas a otros campos de batalla, desde Argelia hasta la China occidental.

Durante los trece últimos años, grupos radicales clandestinos enviaron a millares de jóvenes musulmanes a Afganistán. En el refugio de sus agrestes montañas, los jóvenes fueron adiestrados en la guerra de guerrillas y el sabotaje, y aprendieron a manejar modernos armamentos.

Los jóvenes provenían de Argelia, Arabia Saudita, Kuwait, Túnez, Yemen, Libia, Irak, Sudán, Egipto y la margen occidental ocupada del Jordán. Había conversos reclutados en Birmania, China, Japón y Filipinas, así como en las repúblicas centroasiáticas de la ex Unión Soviética.

Sin perder de vista su objetivo político, los guerrilleros islámicos ganaron varias importantes batallas contra el gobierno pro soviético instalado en Kabul, y fueron considerados durante largo tiempo como la mejor esperanza para expulsar al ejército soviético de Afganistán.

Ese objetivo fue alcanzado en febrero de 1989.

No obstante, ante la perspectiva inminente de negociaciones para poner fin a la guerra, muchos de los jóvenes combatientes islámicos consideran que han perdido la guerra porque no lograron su propósito de establecer un gobierno fundamentalista islámico en Afganistán, que habría servido de base para una revolución de los 800 millones de musulmanes distribuidos en diversos países.

Fuentes guerrilleras y diplomáticas calculan que entre 10.000 y 20.000 mercenarios musulmanes han sido entrenados en Afganistán. Unos 2000, según esos cálculos, estarían congregados en Peshawar.

> **Diversas organizaciones clandestinas recaudaron millones de dólares en las mezquitas del mundo árabe para la guerra santa afgana, según fuentes diplomáticas y guerrilleras**

Los mercenarios han sido acusados de asesinar a sus rivales, ejecutar sumariamente a los soldados soviéticos y afganos que se les rendían y capturar a mujeres afganas para utilizarlas como esclavas.

Diplomáticos del Medio Oriente dijeron que la mayor parte de los mercenarios serían considerados riesgosos para la seguridad de sus países de procedencia, y posiblemente encarcelados en ellos.

Diversas organizaciones clandestinas recaudaron millones de dólares en las mezquitas del mundo árabe para la guerra santa afgana, según fuentes diplomáticas y guerrilleras.

La mayor parte de esas recaudaciones fueron transferidas a bancos del Golfo Pérsico o a agencias privadas que operan en Peshawar. Aunque los Estados Unidos y Arabia Saudita suspendieron la ayuda a los guerrilleros islámicos el 1° de enero último, algunos [illegible] sus envíos de dinero.

Si bien la ayuda es [illegible] los 300 a 500 millones de [illegible] que aportaban [illegible] la causa los Estados Unidos y Arabia Saudita, los fondos [illegible] significativos.

Una fuente dijo que [illegible] mandad Internacional [illegible] mana envió recientemente [illegible] millones a los fundamentalistas para que socavasen el [illegible] ayuda de las Naciones [illegible] para una paz negociada en Afganistán.

Los ciudadanos [illegible] entrenados en los [illegible] afganos "podrían [illegible] tra las fuerzas de [illegible] sus propios países [illegible] obstáculos en su objetivo de instaurar un sistema [illegible] responda a sus concepciones", [illegible] Azimuddin Ahmed, un [illegible] tual que ha advertido [illegible] la posibilidad de que se instale un régimen extremista en Afganistán.

"Ya están tratando de conseguir tal cosa", agregó.

Las autoridades argelinas atribuyen a los jóvenes regresados de Afganistán los ataques desatados en noviembre contra puestos fronterizos de ese país y los incidentes de Argel en que perecieron varios policías.

En el occidente de China, militantes musulmanes armados con equipos de los guerrilleros afganos exigen al presente "libertad para el Turquestán oriental".

En el territorio de la extinta Unión Soviética, se envían ejemplares del Corán acompañados de armas a Uzbekistán, Tajikistán y Turkmenistán, repúblicas todas vecinas de Afganistán que han declarado su independencia.

El ex presidente de Afganistán, Najibula, ahora destituido, dijo en una entrevista reciente que si los fundamentalistas islámicos ganan el poder en Kabul, su país podría convertirse en centro del terrorismo mundial.

"Si esto ocurre, Occidente tendría que volver a la época de las Cruzadas", declaró el funcionario.

(c) LA NACION

03/02

920398 2.

Fue destituido el Pte afgano, Mohamed Najibullah.
La Nación (150029)
18/4/92.
Afganistán (10021)
F. Pol. (11104)
6. Nac (11302)

De carnicero de Kabul a marioneta de Moscú

KABUL, 17 (AP). – El presidente afgano, Mohamed Najibullah, destituido de sus cargos ayer tras intentar huir del país, era un comunista convencido que nunca logró borrar su pasado de agente de la policía política, que le valió los apodos de "carnicero de Kabul" y "marioneta de Moscú".

El ex policía político de 45 años, conocido como "el buey", hizo todo lo posible para forjarse una imagen de hombre de paz, pero su personalidad siempre quedó marcada por su pasaje por los servicios secretos (Jad) durante los primeros [illegible] de la revolución dirigida por el Ejército Rojo.

Tras acceder [illegible] Partido Democrático [illegible] (PDPA, comunista) [illegible] presidencia del país, [illegible] Najibullah renegó de sus [illegible] ciones comunistas y se [illegible] de socialdemócrata, al [illegible] perestroika que imperaba por entonces en Moscú.

El ascenso de Najibullah, perteneciente a la etnia pashtú, se inició tras el golpe de Estado comunista de 1978, pero no fue un camino de rosas e incluyó un semiexilio como embajador en Teherán a consecuencia de las disensiones entre los comunistas de la corriente Jalq, nacionalista, y la Parcham, internacionalista, urbana e intelectual, a la que pertenecía.

Un año después de la invasión soviética [illegible], asumió la dirección de la policía secreta y en sus [illegible] años de ejercicio la transformó en una organización eficiente y temida.

Los jefes de la rebelión mujaidín lo acusan de haber ordenado la ejecución de cientos de opositores al régimen y de haber [illegible] con sus [illegible] y musculosas manos a varios rebeldes. Najibullah rechaza estas acusaciones y compara su pasado al del presidente George Bush como jefe de la CIA.

La protección de Mikhail Gorbachov fue determinante para que Najibullah accediera al poder en mayo de [1986], en uno de los momentos críticos de la guerra civil. En 1987 lanzó su política de "integración nacional", con una oferta fracasada de negociación con los mujaidines.

No obstante, sentó a su régimen en la mesa de negociaciones de las Naciones Unidas, que concluyó en febrero de [1989] con la retirada de más de 100.000 soldados soviéticos tras diez años de combates.

Cuando todos los observadores lo consideraban un cadáver [illegible], Najibullah supo evitar [illegible] miento y [illegible] una tentativa [illegible] rigido por su ministro de Defensa Shah Nawas Tana.

Después de transformar el Partido Comunista en Partido de la Patria, prometer el multipartidismo y proclamar a Afganistán [illegible], la "guerra santa" de los rebeldes obtuvo considerables avances tácticos que mostraban la fragilidad de su postura debida a la extinción del sistema de bloqueos.

En septiembre de 1991, Washington y Moscú dieron el golpe de gracia a Najibullah al anunciar que suspendían los suministros de armas a sus respectivos aliados afganos.

En marzo pasado, anunció que dimitiría de todos sus cargos en cuanto las partes en conflicto se pusieran de acuerdo sobre la fórmula de un gobierno interino, pero la resistencia islámica siguió pidiendo su "rendición".

01-01

9203983

Cayó el presidente afgano; la guerrilla cerca la capital

Diálogo: la coalición de generales del ejército y líderes opositores moderados que asumió el poder abrió un diálogo para buscar una salida pacífica.

KABUL, Afganistán, 17 (AP). – Las fuerzas del gobierno atacaron entre anoche y el amanecer de hoy con intenso fuego de artillería y cohetes a las guerrillas fundamentalistas que avanzaban sobre el flanco sur de esta capital al día siguiente de que el presidente Najibullah fue despojado del poder.

Dos grupos rebeldes amenazaban con atacar Kabul, a pesar de los pedidos internacionales de que se ejerciera moderación luego del alejamiento de Najibullah.

Una coalición de generales del ejército y líderes opositores moderados asumió ayer el poder de manos del presidente, luego de que éste trató de huir del país.

Soldados fuertemente armados patrullaban hoy las calles de esta ciudad de 1,5 millón de habitantes, mientras miles de afganos residentes en campamentos de refugiados instalados en la vecina Paquistán escuchaban ansiosamente sus radios, para enterarse de la situación de su patria.

La destitución de Najibullah, que fue instalado por la Unión Soviética en 1986, siguió a una intensa campaña de los guerrilleros, que han logrado avanzar hasta unos 60 kilómetros de Kabul.

La guerra civil de Afganistán, que estalló hace 13 años, causó más de dos millones de muertos y obligó a más de cinco millones de afganos a dejar su país.

El jefe de la facción guerrillera Hezb-e-Islami, Gulbudin Hekmatyar, amenazó con atacar la capital a menos que el ejército y lo que queda del anterior gobierno se rindan, dijo su vocero.

"No tomaremos parte en ninguna coalición de gobierno. La única respuesta es que el ejército se rinda a los mujahiddines", dijo Kuribar.

Washington y Moscú, que apoyaron respectivamente a los guerrilleros anticomunistas y al gobierno afgano, coincidieron en sus exhortaciones a los rebeldes a que ejerzan moderación.

El Departamento de Estado norteamericano dijo en un mensaje divulgado por la vocero Margaret Tutwiler que de continuar su lucha los rebeldes habría caos.

La cancillería rusa exhortó a todos los bandos de Afganistán a adherir a un plan de paz presentado por la UN, que contempla un gobierno interino neutral y elecciones posteriores.

El enviado especial de la UN aquí, Benon Sevan, trata de persuadir al gobierno de que permita que Najibullah deje el país, dijeron fuentes políticas allegadas.

Pero el ejército y varios dirigentes políticos reclaman el arresto y enjuiciamiento de Najibullah, quien ha sido acusado de haber torturado y matado a miles de adversarios políticos.

Diálogo

NUEVA DELHI, 17 (ANSA).- El nuevo gobierno afgano que destituyó al presidente Najibullah realizó una primera e histórica reunión con los rebeldes que combatieron durante los últimos 14 años, una señal de apertura hacia un proceso negociador que permita una salida pacífica al país.

Esta es la primera vez, desde que comenzó el conflicto, que el gobierno afgano anuncia oficialmente haber entablado un diálogo con la guerrilla, mientras hoy en Nueva York se informó que el presidente depuesto se refugió en la sede de la UN en Kabul.

La era pos-Najibullah se inició con el histórico diálogo entre el canciller afgano Abdul Wakil y el líder rebelde Ahmed Shah Masud.

En 14 años de combates, Masud se ganó la reputación de ser el más temerario y eficiente de los comandantes de los rebeldes afganos.

Ocupación soviética

Durante los nueve años de ocupación soviética, iniciada en 1979, combatió contra los regulares y los soviéticos en siete furiosas batallas en su valle natal de Panjsher, ganándose el sobrenombre, entre los rebeldes, de "León de Panjsher".

Además, Masud demostró también excelentes condiciones de administrador, instaurando cierta prosperidad.

Según revelaciones hechas por el responsable de la agencia mujahiddin a la agencia Nueva China, en Islamabad, citando fuentes fidedignas de Kabul, el vicepresidente de Afganistán, Farid Mazdac, asumió provisionalmente la presidencia del país.

Mazdac pertenece al partido Watan y es uno de los cuatro vicepresidentes que asumieron el poder después del intento de fuga de Najibullah.

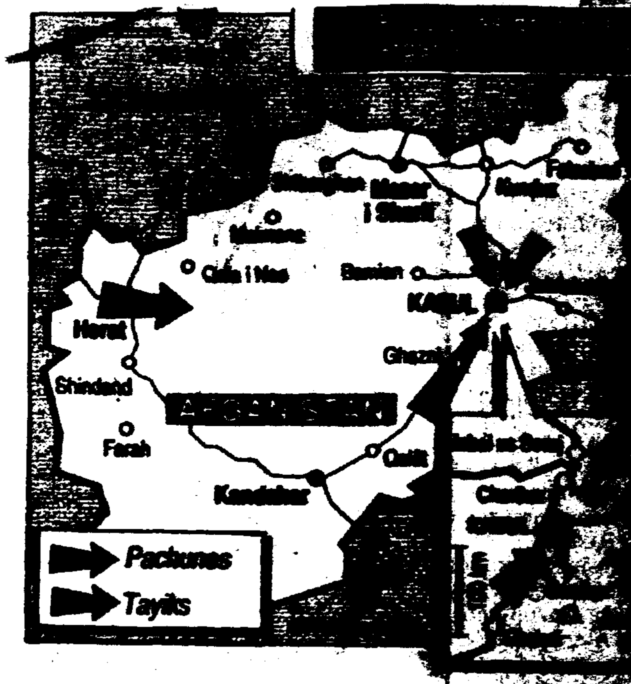
El nuevo [illegible] guir la [illegible] ción [illegible] gen el [illegible] Unidas [illegible] mité de [illegible] ciones [illegible] hasta [illegible]

El nuevo [illegible] llamado al [illegible] mado y a los [illegible] "muerte [illegible] para [illegible] Afganistán [illegible]

"[illegible] ya no [illegible] mino hacia [illegible] destaca [illegible] un [illegible] hermanos [illegible]

Respecto [illegible] el presidente [illegible] ciones Unidas [illegible] Nueva York [illegible] en la [illegible]

El [illegible] tía, Benon [illegible] rie de [illegible] nuevos [illegible] teró su [illegible] preocupación [illegible] vales de la [illegible] al país y [illegible] guna de [illegible] contrarrestar [illegible]



Varias facciones de la resistencia [illegible] ciones en torno de Kabul. Las [illegible] versos grupos que lucharon contra [illegible] de aumentar la violencia por razones [illegible]

UN NUEVO GOBIERNO PROVISIONAL INTENTA NEGOCIAR CON LA GUERRILLA

Incertidumbre en Afganistán tras la destitución del presidente Najibullah

Las Naciones Unidas confirmaron en Nueva York que el derrocado presidente afgano Najibullah se había refugiado en la sede de esa organización, en Kabul. Los enfrentados líderes guerrilleros rebeldes amenazaron, separadamente, con invadir la capital afgana y hacerse cargo del poder. El nuevo gobierno, encabezado por Farid Ahmad Mazdak, antiguo colaborador de Najibullah e integrado por otros tres líderes del partido oficialista, ha tratado, con éxito moderado, de negociar con la guerrilla.

KABUL, 17 (AP, ANSA y EFE). — Una confusa situación surgió en Afganistán tras el derrocamiento del presidente **Mohamed Najibullah**, el jueves. La incertidumbre en torno de su paradero y las amenazas de acciones violentas contra el nuevo gobierno afgano de parte de grupos rivales de la resistencia, **complicaban los esfuerzos de paz de las Naciones Unidas**, cuyo enviado especial, **Benon Sevan**, subrayó la necesidad de un inmediato acuerdo que permita la sucesión de Najibullah por un gobierno de transición, aceptado por las partes.

Najibullah, de 45 años, que gobernó Afganistán con el respaldo de Moscú desde 1987, **fue destituido ayer cuando intentaba huir del país y simultáneamente fue despojado de todos los cargos que ostentaba en el oficialista Partido Democrático Popular de Afganistán (PDPA). *El golpe intestino derivó en la integración de un gobierno encabezado por Farid Ahmad Mazdak, segundo del líder derrocado en la cúpula partidaria, quien es acompañado por otros tres vicepresidentes.***

Pero la nueva situación **no ha sido aceptada** por los principales grupos guerrilleros rebeldes afganos, que sostuvieron por años una sangrienta lucha con las tropas del ejército, a las órdenes de Najibullah y de los otros líderes partidarios.

El principal jefe de la resistencia afgana, **Gulbuddin Hekmaytar**, amenazó esta noche **con tomar el poder por asalto**, en el caso de que se llegara "inmediatamente" a un acuerdo entre los diferentes grupos de resistencia en torno de la formación de un eventual consejo de transición. Hekmaytar es líder del grupo guerrillero de etnia "pashtun" —la mayoría en el país— y aseguró que si no se da respuesta a sus pedidos **ordenará a sus comandantes, que se encuentran con sus milicias alrededor de la capital, que tomen el poder.**

Ayer, tras la destitución de Najibullah, el gobierno de transición realizó una histórica reunión con algunos de los líderes rebeldes que combatieron contra el gobierno en los últimos catorce años. El canciller afgano **Abdul Wakil** se reunió con el líder rebelde **Ahmed Sha Masud** a las puertas de Kabul. Masud, a quien se llama El león de Panjshir, una de las prominentes figuras de la guerrilla, comanda el movimiento rebelde de etnia "tadjik" y sus milicias también se dirigen hacia la capital.

Analistas y observadores coincidían en la posibilidad de **cruentos enfrentamientos entre los dos rebeldes**, separados por ideología e historia, que poseían, como único punto en común, su feroz oposición al régimen comunista de Najibullah.

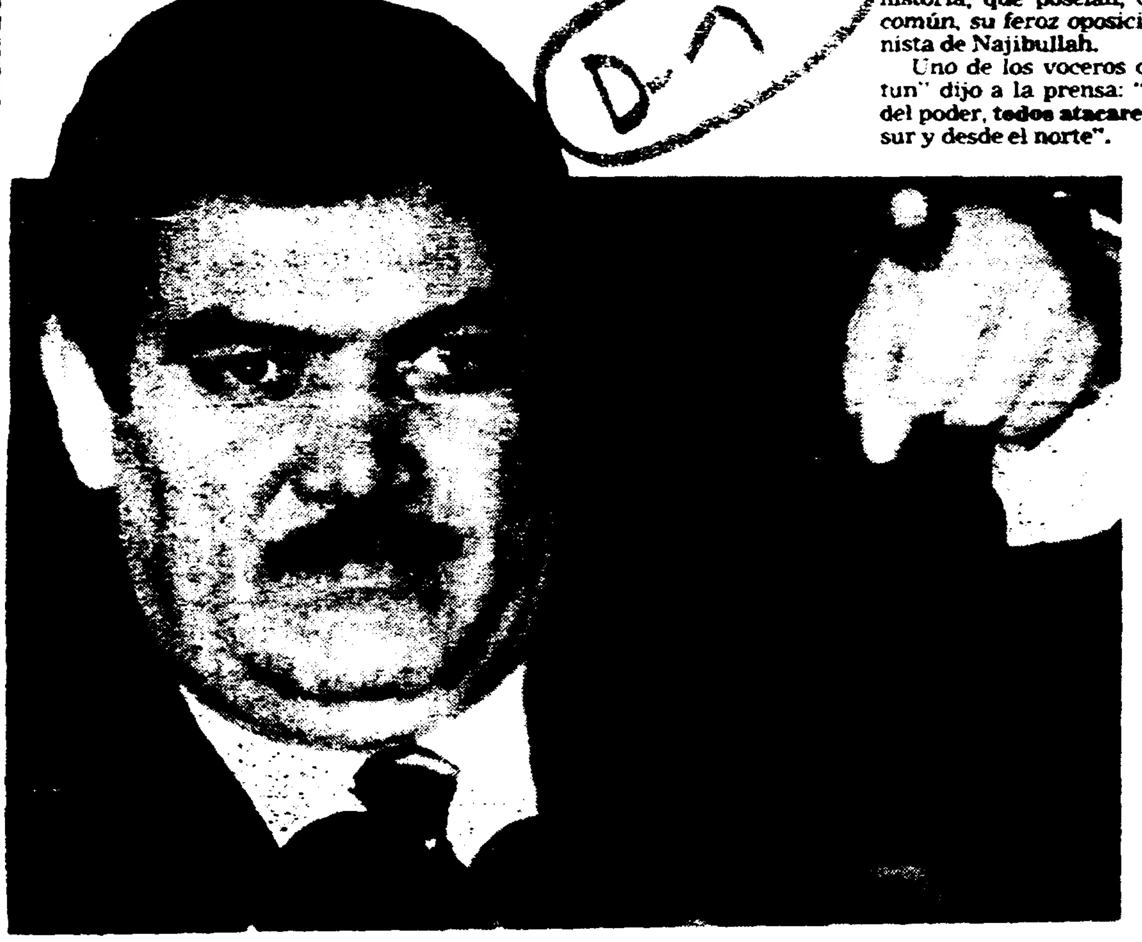
Uno de los voceros del jefe rebelde "pashtun" dijo a la prensa: "Si Masud se apodera del poder, **todos atacaremos a Kabul**, desde el sur y desde el norte".

Precisamente el canciller **Abdul Wakil, protagonista de** la primera **reunión con los rebeldes en lo que** denominó **la "era post-Najibullah"**, fue quien informó **a la prensa sobre los alcances** del golpe y la **destitución del presidente**, el jueves, aun **cuando en esa instancia *no dio precisiones sobre su paradero.*** Wakil dijo que el mandatario **había sido** capturado mientras intentaba **huir del país y** que su ministro del Interior, **general Gulam Faruk Yacubi**, se había suicidado.

Respecto de la suerte corrida **por Najibullah, sobre quien distintas versiones lo daban por muerto o aseguraban que había logrado** escapar con rumbo a Moscú, **las Naciones Unidas confirmaron esta noche en Nueva York que se había asilado en la sede de la ONU en Kabul.** El enviado **especial de ese foro, Benon Savan, mantuvo una serie de urgentes reuniones con las nuevas autoridades afganas y reiteró ante ellos el plan de paz de la ONU, elaborado ante la amenaza guerrillera de partición del país y de una eventual fusión con algunas de las ex repúblicas soviéticas centro-asiáticas.**

En ninguna parte fue tan dolorosa la intervención extranjera de la ex URSS como en Afganistán, donde al menos 10.000 soldados soviéticos murieron en una desesperanzada guerra de desgaste de nueve años en defensa del gobierno comunista de Kabul contra la amenaza de los mujaidines rebeldes.

En setiembre de 1991, Washington y Moscú dieron un virtual golpe de gracia al tambaleante régimen de Najibullah al anunciar que suspendían los suministros de armas a sus respectivos aliados.



Mohamed Najibullah, el destituido presidente de Afganistán.

"El carnicero"

El ex presidente afgano Mohamed Najibullah, destituido este jueves tras intentar huir de Kabul, era un viejo "aparatchik" comunista especialmente impopular en su país: nunca pudo hacer olvidar su pasado como agente de la temida policía política (Jad), creada tras la instauración en 1978 de un régimen títere de la hoy disuelta URSS.

Apodado indistintamente "El buey" o "El carnicero de Kabul", Najibullah (45 años, casado, **una hija) hizo todo lo posible por forjarse una imagen de hombre de paz, pero no pudo hacerse creíble a sus compatriotas ni lograr la pacificación del país. En 1988 dio su apoyo a la "perestroika" y se definió como "socialdemócrata" en un esfuerzo desesperado —e infructuoso— por conservar el poder.**

El ascenso político de Najibullah *se inició* tras el golpe de 1978, manipulado desde Moscú, que precedió a la invasión de las tropas soviéticas. Se había unido al Partido Democrático Popular de Afganistán (PDPA, comunista) desde su fundación en 1965, cuando estudiaba medicina en la Universidad de Kabul. Detenido en dos oportunidades llegó a recibirse de ginecólogo, pero nunca ejerció.

Su camino hacia el poder no estuvo precisamente alfombrado de rosas. Incluyó fundamentalmente un semi exilio como embajador en Teherán, a raíz de las graves divergencias entre los comunistas de la corriente Jalq (Pueblo), nacionalista y de base obrera, y la Parcham (Bandera), intelectual y pequeño burguesa, a la que él pertenecía.

Un año después de la invasión soviética en 1979, Najibullah asumió la dirección de la policía secreta y durante los cinco años que estuvo al frente de la misma la transformó en una organización eficiente y temida. Los líderes de la rebelión mujaidín *lo acusaron* reiteradamente de haber ordenado la ejecución de cientos de opositores y de matar con sus propias, enormes manos, a numerosos detenidos.

En esta época, Najibullah (textualmente, "amigo de Dios") comenzó a hacerse llamar Mohamed. En realidad su nombre es **Najib Ahmadzai, nacido en una** aldea próxima a la frontera con **Pakistán, donde su** padre era un acaudalado **comerciante. La región, la** aldea y Najibullah **pertenecen a la gran etnía de los pashtunes**, que controla la vida política **y económica del país desde hace 250 años.**

El apoyo de **Mijail Gorbachev *fue decisivo* para** que Najibullah accediera **al poder en 1986, y casi de** inmediato se vio obligado **a negociar en las Naciones** Unidas con la atomizada, **pero poderosa, guerrilla islámica**. La consecuencia **fue** la retirada **de más de** 100.000 soldados **soviéticos**, tras una **década de intervención militar**.

Desde entonces Najibullah **era considerado un cadáver político**. Pudo todavía **aferrarse al poder durante** un par de años, **pero el** colapso del **comunismo** precipitó un desenlace **que se había vuelto inevitab'—**

Cronología

La caída del régimen de Mohamed Najibullah se produjo cuando los rebeldes mantienen completamente cercada la capital, después de catorce años de guerra civil. Los principales acontecimientos del conflicto afgano desde el derrocamiento del rey **Zaher Shah** son los siguientes:

1973 — El 17 de julio el antiguo primer ministro Mohamed Daud derroca a su primo, el rey Zaher Shah, y proclama una república tras dos siglos de monarquía.

1978 — El presidente Daud muere en un golpe de Estado y el Partido Democrático Popular de Afganistán (PDPA, comunista) toma el poder. La Unión Soviética es el primer país en reconocer la nueva República Democrática de Afganistán, Nur Mohamed Taraki es nombrado presidente del Consejo Revolucionario.

1979 — El 16 de setiembre el primer ministro Hafizulá Amin da un nuevo golpe de Estado en el que muere Taraki y el 27 de diciembre tropas soviéticas invaden Afganistán. Babrak Karmal se hace con el poder. Comienza la resistencia activa contra el gobierno y las fuerzas soviéticas de ocupación.

1980 — El Consejo de Seguridad de la ONU condena la acción soviética. Se crea en Pakistán la Alianza Islámica, que reúne a cinco grupos rebeldes, los cuales comienzan a recibir ayuda de los EE.UU., Egipto y Arabia Saudita.

1986 — El 4 de mayo Karmal dimite y llega al poder el anterior jefe de los servicios secretos, Mohamed Najibullah.

1987 — Najibullah es elegido presidente por un periodo de siete años. El 30 de diciembre se registra en Jost la mayor batalla desde el comienzo de la guerra civil.

1989 — El 15 de febrero las tropas soviéticas completan su retirada y una semana después la Asamblea ("Shura") de los "mujaidines" o guerrilleros afganos elige como presidente al moderado Sibgatulá Moyadidi.

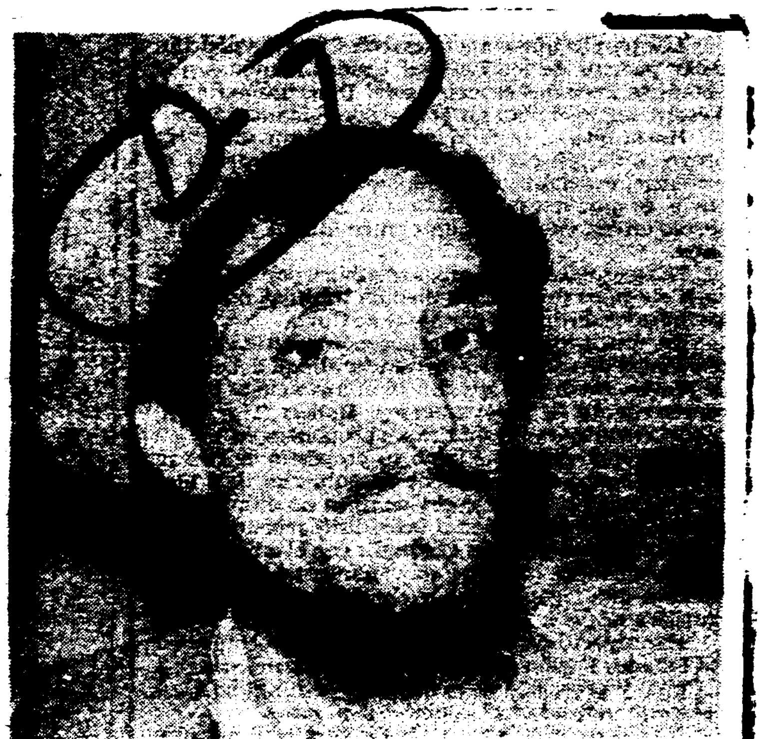
1990 — El general Shah Nauaz Tanai intenta un golpe de Estado. El PDPA pasa a llamarse Watan (Patria) para distanciarse de su pasado marxista.

1991 — Los rebeldes toman Jost, importante ciudad-guarnición. El 13 de setiembre los Estados Unidos y la ex URSS anuncian el fin de su ayuda a las partes en conflicto.

D-1

Rebeldes afganos pretenden instaurar en Kabul gobierno islámico
Clarín
19/4/92
Afganistán (10021)
F. Mil (11163)
Subversión (11140)
F. Pol (11161)
G. Nac. (11302)
Rev. Islámica (11212)

El comandante Ahmed Shah Massud, [illegible] poder [illegible] con el gobierno provisional.



Dos jefes rebeldes al acecho de una nación

PESHAWAR, 18 (AFP). — Los dos principales jefes de la guerrilla afgana, Ahmed Sha Massud y Gulbuddin Hekmatyar, afirman que su objetivo es instaurar un gobierno islámico en Kabul, pero se detestan y se combaten desde la época de la ocupación soviética de Afganistán.

Ante la descomposición del poder en Kabul, Masshud (líder del Jamiat-e-Islami)y Hekmatyar (del Hezb-e-Islami), que se presentan en este momento como los protagonistas imprescindibles del futuro de Afganistán, han concentrado sus fuerzas alrededor de Kabul, buscando colocarse en una mejor relación de fuerzas en esta disputa.

Ambos líderes sunnitas, de unos 40 años, tienen una astucia política fuera de lo común, y dominan la resistencia afgana desde hace varios años.

Sus mujaidines han chocado en varias ocasiones por el control de tal o cual región, y Massud no vaciló en hacer ahorcar a comandantes del Hezb, acusados de haber matado en 1989 a algunos de sus compañeros más próximos.

Hekmatyar, cuya base habitual es Pakistán, ejerce una influencia considerable sobre los rebeldes de la mayoría étnica pashtun, del sur y este de Afganistán. El territorio de Massud, de la minoría tadjik, de lengua persa, se extiende al norte y oeste del país.

Su amigo y aliado, Ismael Jan conquistó la estratégica ciudad de Herat, cerca de Irán, el jueves. El comandante Massud es sin embargo más popular en las ciudades, principalmente en Kabul. Permaneció en el país tras la invasión soviética en 1979, salvo breves viajes a Pakistán en 1990, después de la evacuación del ex Ejército Rojo.

El derrocado presidente Mohamed Najibullah propuso secretamente el Ministerio de Defensa a Massud, tras la retirada soviética, pero el comandante tadjik lo rechazó siempre. "Kabul recibirá a los mujaidines victoriosos", afirmó.

Hekmatyar intentó un golpe de Estado en marzo de 1990, en coordinación con el ex ministro de Defensa, Shah Nawaz Tanai, pero fracasó. Sus enemigos insisten que siempre trató de "dividir a la resistencia".

Hekmatyar y Massud estudiaron en Kabul y militan en organizaciones islámicas desde fines de los años 60.

Ahora, mientras que Massud parece estar en posición de fuerza y que sus contactos se multiplican con el ejército, el Jamiat teme que Hekmatyar intente robarle su victoria en un baño de sangre fratricida en Kabul.

Se teme un baño de sangre en Kabul

19/4 Exc.

Cerca: la capital afgana está sitiada por grupos guerrilleros rivales; uno de ellos rechaza cualquier acuerdo con el nuevo gobierno.



Ahmed Masud

KABUL, Afganistán, 18 (AP). – Un dirigente insurgente que negocia con el gobierno ordenó a sus combatientes que cerquen hoy la capital afgana, Kabul, para protegerla de grupos guerrilleros rivales, manifestó un vocero.

La salida del poder del presidente comunista Najibullah, tras varias victorias insurgentes al cabo de casi 14 años de guerra civil, incrementó los temores de que haya un baño de sangre en la capital entre facciones guerrilleras rivales.

Los Estados Unidos y otros países que respaldaron a los insurgentes musulmanes en su lucha contra el gobierno comunista de Kabul pidieron a los guerrilleros que busquen una solución pacífica.

La guerra civil causó dos millones de muertos y dejó sin hogar a más de 5 millones de personas.

Esta noche no fueron escuchados disparos en la capital. Balas trazadoras y explosiones resonaron durante la noche en las montañas vecinas cuando el gobierno atacó a los guerrilleros.

Radio Kabul anunció, por otra parte, que el vicepresidente afgano, Abdul Rahim Hatef, fue designado presidente provisional.

Najibullah entregó el jueves el poder a una coalición de generales, dirigentes civiles e insurgentes, entre ellos representantes del comandante guerrillero Ahmed Shah Masud, un moderado que ejerce gran influencia entre los alzados en armas. Las Naciones Unidas manifestaron que negocian la salida de Najibullah del país. El dictador, puesto en el poder por los comunistas soviéticos, pasó a la clandestinidad.

Masud ordenó hoy a sus combatientes y soldados que abandonen sus bases norteñas y cerquen Kabul, manifestó un vocero.

Masud y su grupo insurgente Jamiat-i-Islami intentan evitar que las bandas guerrilleras rivales asalten la ciudad, explicó el vocero Abdul Rahim.

Masud dialogó ayer con el gobierno. Su grupo manifestó hoy que llegó a varios acuerdos con milicianos desmovilizados y soldados del Ejército y que controla ahora las provincias de Herat, que bordea Irán y Kanduz, cerca de la antigua Unión Soviética.

El dirigente guerrillero Gulbuddin Hakmatyar, del grupo Hezb-i-Islami, dio ayer un ultimátum al gobierno y al ejército para que se rindan o de lo contrario serían atacados.

El vocero de Hezb-i-Islami en Paquistán, Saeed Qurihar, manifestó hoy que miles de combatientes se encuentran a las puertas de la zona meridional de Kabul, mientras varias columnas de tanques avanzan desde el Norte, Oeste y Este hacia la ciudad.

La UN negoció la creación de un gobierno interino neutral que gobernaría hasta la realización de elecciones.

Los Estados Unidos, Paquistán e Irán, que armaron y ayudaron a los guerrilleros durante más de una década, les pidieron que actúen con moderación. Moscú, que respaldó al gobierno de Kabul, pidió igualmente a todas las partes que respeten el plan de la UN.

Dirigentes gubernamentales y funcionarios del partido asistieron al funeral de Ghulam Farouq Farouq Yaqubi, ex director de la Policía Secreta.

El gobierno manifestó que Yaqubi se suicidó el jueves, horas después de que Najibullah intentara abandonar el país. Sin embargo, aumentaron las conjeturas de que Yaqubi fue asesinado debido a su lealtad a Najibullah y porque conocía los secretos de la brutalidad comunista durante sus años en el poder.

Dos mujaidines irreconciliables

PESHAWAR, Paquistán, 18 (AFP). – Los dos principales jefes de la guerrilla afgana, Ahmed Shah Masud y Gulbuddin Hekmatyar, afirman querer instaurar un gobierno islámico en Kabul, pero se detestan y se combaten desde la época de la ocupación soviética de Afganistán.

Ante la descomposición del poder en Kabul, Masud, del Jamiat-i-Islami, y Hekmatyar, del Hezb-e-Islami –que se presentan en este momento como los protagonistas imprescindibles del futuro Afganistán– han concentrado sus efectivos alrededor de Kabul, buscando colocarse en una mejor relación de fuerzas en esta disputa.

Ambos líderes [illegible], de unos 40 años, tienen una astucia política fuera de lo común, y dominan la resistencia afgana desde hace varios años.

Sus mujaidines han chocado en varias ocasiones por el control de tal o cual región, y Masud no vaciló en hacer ahorcar a comandantes del Hezb, acusados de haber matado en 1989 a algunos de sus compañeros más próximos.

Hekmatyar, cuya base habitual es Paquistán, ejerce una influencia considerable sobre los rebeldes pashtunes del sur y este de Afganistán. El territorio de Masud, de la minoría tayik de lengua persa, se extiende al norte y oeste del país.

Su amigo y aliado, Ismael Jan, entró en la ciudad de Herat, cerca de Irán, el jueves. El comandante Masud es, sin embargo, más popular en las ciudades, principalmente en Kabul. Permaneció siempre en el país, tras la invasión soviética, en 1979, salvo breves viajes a Paquistán en 1990, después de la evacuación del Ejército rojo.

Estratega militar, Ahmed Shah Masud fue llamado "El león de Panjshir", cuando expulsó de su ciudad natal, a principios de la década de 1980, a los soldados soviéticos. Desde entonces, organizó su propio ejército, y controla vastos territorios en todas las provincias septentrionales del país.

El derrocado presidente Mohammed Najibullah propuso secretamente el Ministerio de Defensa a Masud, tras la retirada soviética, pero el comandante tayik lo rechazó siempre. "Kabul recibirá a los mujaidines victoriosos", afirmó.

Hekmatyar intentó un golpe de Estado en marzo de [illegible], en coordinación con el ex ministro de Defensa, Shah [illegible], pero fracasó. Sus [illegible] en que siempre [illegible] a la resistencia".

Hekmatyar y Masud estudiaron en Kabul y militaron en organizaciones islámicas desde fines de los años sesenta.

Ahora, mientras que Masud parece estar en posición de fuerza y que sus [illegible] se multiplican con el ejército, el Jamiat teme que Hekmatyar intente robarle su victoria en un baño de sangre [illegible] en Kabul.

Se teme un baño de sangre en Kab[ul]

Cerca: la capital afgana está sitiada por grupos guerrilleros rivales; uno de ellos rechaza cualquier acuerdo con el nuevo gobierno.



Ahmed Masud

KABUL, Afganistán, 18 (AP). – Un dirigente insurgente que negocia con el gobierno ordenó a sus combatientes que cerquen hoy la capital afgana, Kabul, para protegerla de grupos guerrilleros rivales, manifestó un vocero.

La salida del poder del presidente comunista Najibullah, tras varias victorias insurgentes al cabo de casi 14 años de guerra civil, incrementó los temores de que haya un baño de sangre en la capital entre facciones guerrilleras rivales.

Los Estados Unidos y otros países que respaldaron a los insurgentes musulmanes en su lucha contra el gobierno comunista de Kabul pidieron a los guerrilleros que busquen una solución pacífica.

La guerra civil causó dos millones de muertos y dejó sin hogar a más de 5 millones de personas.

Esta noche no fueron escuchados disparos en la capital. Balas trazadoras y explosiones resonaron durante la noche en las montañas vecinas cuando el gobierno atacó a los guerrilleros.

Radio Kabul anunció, por otra parte, que el vicepresidente afgano, Abdul Rahim Hatef, fue designado presidente provisional.

Najibullah entregó el jueves el poder a una coalición de generales, dirigentes civiles e insurgentes, entre ellos representantes del comandante guerrillero Ahmed Shah Masud, un moderado que ejerce gran influencia entre los alzados en armas. Las Naciones Unidas manifestaron que negocian la salida de Najibullah del país. El dictador, puesto en el poder por los comunistas soviéticos, pasó a la clandestinidad.

Masud ordenó hoy a sus combatientes y soldados que abandonen sus bases norteñas y cerquen Kabul, manifestó un vocero.

Masud y su grupo insurgente Jamiat-i-Islami intentan evitar que las bandas guerrilleras rivales asalten la ciudad, explicó el vocero Abdul Rahim.

Masud dialogó ayer con el gobierno. Su grupo manifestó hoy que llegó a varios acuerdos con milicianos desmovilizados y soldados del Ejército y que controla ahora las provincias de Herat, que bordea Irán y Kanduz, cerca de la antigua Unión Soviética.

El dirigente guerrillero Gulbuddin Hekmatyar, del grupo Hezb-i-Islami, dio ayer un ultimátum al gobierno y al ejército para que se rindan o de lo contrario serían atacados.

El vocero de Hezb-i-Islami [illegible] quistán, Saeed Qurihar, [illegible] hoy que miles de combatientes [illegible] encuentran a las puertas de [illegible] meridional de Kabul, mientras [illegible] rias columnas de tanques [illegible] desde el Norte, Oeste y [illegible] la ciudad.

La UN negoció la creación de un gobierno interino neutral que gobernaría hasta la [illegible] elecciones.

Los Estados Unidos, Paquistán [illegible] Irán, que armaron y ayudaron [illegible] guerrilleros durante más de [illegible] cada, les pidieron que [illegible] moderación. Moscú, que [illegible] gobierno de Kabul, pidió [illegible] mente a todas las partes que [illegible] ten el plan de la UN.

Dirigentes gubernamentales [illegible] funcionarios del partido [illegible] al funeral de Ghulam [illegible] ronq Yaqubi, ex director [illegible] cia Secreta.

El gobierno manifestó [illegible] qubi se suicidó el jueves [illegible] pués de que Najibullah [illegible] abandonar el país. Sin [illegible] mentaron las conjeturas [illegible] qubi fue asesinado [illegible] tad a Najibullah y [illegible] los secretos de la brutalidad [illegible] nista durante sus años en el [illegible]

Dos mujaidines irreconciliables

PESHAWAR, Paquistán, 18 (AFP). – Los dos principales jefes de la guerrilla afgana, Ahmed Shah Masud y Gulbuddin Hekmatyar, afirman querer instaurar un gobierno islámico en Kabul, pero se detestan y se combaten desde la época de la ocupación soviética de Afganistán.

Ante la descomposición del poder en Kabul, Masud, del Jamiat-i-Islami, y Hekmatyar, del Hezb-e-Islami –que se presentan en este momento como los protagonistas imprescindibles del futuro Afganistán– han concentrado sus efectivos alrededor de Kabul, buscando colocarse en una mejor relación de fuerzas en esta disputa.

Ambos líderes sunnitas, de unos 40 años, tienen una astucia política fuera de lo común, y dominan la resistencia afgana desde hace varios años.

Sus mujaidines han chocado en varias ocasiones por el control de tal o cual región, y Masud no vaciló en hacer ahorcar a comandantes del Hezb, acusados de haber matado en 1989 a algunos de sus compañeros más próximos.

Hekmatyar, cuya base habitual es Paquistán, ejerce una influencia considerable sobre los rebeldes pashtunes del sur y este de Afganistán. El territorio de Masud, de la minoría tayik de lengua persa, se extiende al norte y oeste del país.

Su amigo y aliado, Ismael Jan, entró en la ciudad de Herat, cerca de Irán, el jueves. El comandante Masud es, sin embargo, más popular en las ciudades, principalmente en Kabul. Permaneció siempre en el país, tras la invasión soviética, en 1979, salvo breves viajes a Paquistán en 1990, después de la evacuación del Ejército rojo.

Estratega militar, Ahmed Shah Masud fue llamado "El león de Panjshir", cuando expulsó de su ciudad natal, a principios de la década de 1980, a los soldados soviéticos. Desde entonces, organizó su propio ejército, y controla vastos territorios en todas las provincias septentrionales del país.

El derrocado presidente Mohammed Najibullah propuso secretamente el Ministerio de Defensa a Masud, tras la retirada soviética, pero el comandante tayik lo rechazó siempre. "Kab[illegible] los mujaidines v[illegible]

Hekmatyar [illegible] Estado en [illegible] nación con el [illegible] fensa, Shah [illegible] casó. Sus [illegible] siempre [illegible] tencia".

Hekmatyar y Masud [illegible] en Kabul y [illegible] ciones islámicas desde [illegible] años sesenta.

Ahora, mientras que [illegible] rece estar en posición [illegible] que sus [illegible] con el ejército, el J[illegible] Hekmatyar [illegible] teria en un baño de [illegible] cida en Kabul.

920398.7

Abdul Rahim Hatif nuevo presidente afgano (interino)
La Nación (150025)
20/4/92

Nuevo presidente afgano

KABUL, [illegible] (AP).– Un dirigente no c[illegible] asumió hoy interinamente el cargo del destituido presidente Najibulá, pero un poderoso jefe rebelde dijo que su coalición de guerrilleros, soldados y comandantes milicianos se prepara para instalar a sus propios representantes en cargos remanentes del gobierno.

El presidente interino Abdul Rahim Hatif asumió hoy el poder, como lo anunció anoche la emisora estatal Radio Kabul, mientras Najibulá, que cedió su cargo el jueves, continúa oculto.

La destitución de Najibulá, tras una serie de victorias de los rebeldes que lucharon 14 años contra el régimen comunista, hizo temer en esta capital un sangriento choque en gran escala entre fuerzas guerrilleras rivales.

La lucha civil ya ha dejado unos dos millones de muertos, y obligó a más de cinco millones de afganos a refugiarse en países vecinos.

Hatif era uno de los cuatro vicepresidentes en el gobierno de Najibulá, pero nunca integró el partido en el poder y no estuvo vinculado con su tiránico pasado. Fuentes diplomáticas coincidieron en que esperaban que esta designación prepare el terreno para conversaciones a fondo entre el gobierno y los mujahidin (guerrilleros santos islámicos).

Guerrilla afgana establece consejo para tomar el poder.
Clarín (15002-4)
20/4/92
Afganistán (10021)

La guerrilla afgana establece un Consejo para tomar el poder

Guerrilleros afganos capturaron ayer la estratégica ciudad oriental de Jalabad y mantenían sitiada a Kabul, la capital de Afganistán. Los principales grupos rebeldes llegaron a un acuerdo general para formar un Consejo Interino para gobernar el país. La ONU evacuó a gran parte de su personal.

KABUL, 19 (Por Mark Fineman de Los Angeles Times especial para Clarín). — Líderes guerrilleros musulmanes hoy acordaron formar un Consejo Interino para sustituir al depuesto presidente afgano Najibullah, mientras comandantes rebeldes y jefes militares del gobierno suscribieron una nueva alianza para poner fin a la guerra civil. "Hay un amplio consenso entre las partes para el traspaso pacífico y ordenado del poder por las autoridades de Kabul a un consejo mujaidín", dijo un vocero de la guerrilla.

Los rebeldes islámicos moderados que llegaron a un acuerdo con la actual coalición de gobierno, integrada por políticos y generales, ocuparon este fin de semana posiciones junto a los efectivos del ejército regular, mientras Kabul se preparaba para un ataque de los insurgentes fundamentalistas liderados por Gulbuddin Hekmatyar, que podría hacer caer al país en otra guerra civil.

Hekmatyar rechazó cualquier posibilidad de acuerdo con el gobierno provisional y amenazó con lanzar el ataque final a Kabul. Sus tropas controlan las afueras del sur de Kabul.

El espectáculo de los rebeldes mujaidines armados, con sus largas barbas y turbantes, tomando posiciones junto a los soldados del ejército afgano, a los que combatieron durante tantos años, fue una de las visiones más surrealistas de las que se tenga memoria.

La presencia en Kabul de los mujaidines también es el resultado de un hecho igualmente increíble: el histórico encuentro entre el canciller Abdul Wakil y el líder rebelde islámico Ahmad Sah Masud, en el cuartel central de este ubicado en Charikar, norte del país. Masud despreció desde siempre a figuras como Wakil, quien fue uno de los protagonistas principales en el gobierno del presidente Najibullah desde que este se hizo cargo del poder —durante la ocupación soviética en 1986— hasta que se convirtió en uno de los instigadores del golpe que derrocó el jueves a Najibullah.

Guerrilleros capturaron hoy la importante ciudad oriental de Jalabad, luego de años de asaltos infructuosos. Ayer, uno de los últimos bastiones importantes del régimen, la estratégica ciudad de Herat, cerca de la frontera iraní, fue invadida por una alianza de fuerzas rebeldes y milicias que habían sido leales en otro tiempo a Najibullah. Los efectivos del ejército regular en Herat abandonaron aparentemente su cuartel, medida que dejó tan solo a dos ciudades importantes en manos de quienes apoyan a la frágil coalición que hoy controla Kabul.

♦ **Sensación de pánico**

Los intercambios esporádicos de disparos de armas de fuego y el sinnúmero de atemorizantes rumores diseminaron la sensación de pánico en Kabul, que se encuentra en estado de conmoción desde la destitución de Najibullah, el jueves pasado.

Los centros de compras fueron cerrados. La población se refugió en sus hogares. El dólar dejó de comercializarse en el flexible mercado de Kabul y los cerca de 650 extranjeros que aún permanecen en esta capital comenzaron a prepararse para lo peor.

Las Naciones Unidas evacuaron a 30 integrantes de su personal, en el único vuelo de línea que abandonó Kabul este sábado. En tanto que el cuerpo diplomático se reunió para elaborar medidas de emergencia tendientes a implementar una evacuación masiva en caso de que los rebeldes fundamentalistas —que según se cree estarían avanzando hacia la capital desde el sur— ingresen en la ciudad y se desaten enfrentamientos callejeros.

Wakil trató de tranquilizar a la población y le restó crédito a la posibilidad de un asalto contra Kabul.

Haciendo las veces de vocero de los líderes de la coalición que intentan evitar la anarquía y un vacío de poder, Wakil lanzó un llamado al líder rebelde fundamentalista Gulbuddin Hekmatyar, quien abandonó la ciudad fronteriza de Peshawar, el sábado, para sumarse a sus hombres en la provincia de Logar, al sur de Kabul.

Wakil urgió a Hekmatyar a dialogar en lugar de combatir, al tiempo que prometió que cualquier intento de parte de las fuerzas de Hekmatyar de invadir la capital sería castigado "con un golpe contundente y adecuado".

Wakil había hecho declaraciones a su regreso de las conversaciones que mantuvo con Masud, e insistido que la coalición de gobierno aún apoyaba en forma "urgente y sincera" los esfuerzos del enviado especial de las Naciones Unidas, Benon Sevan, para conformar un consejo gobernante de compromiso.

Aquel encuentro fue el primer contacto directo conocido entre un integrante de la línea dura del ex régimen de Najibullah y un miembro de la violenta conducción mujaidín.

01-01

9203989

Nº. DOCUMENTO

TITULO Pte interino de Afganistán Abdul Rahim Hatif.

PROCEDENCIA CIDEM (50024)

FECHA 22/4/92.

VINCULACIONES Afganistán (10021)

F. Pte (11164)

6. Nac (11302)

LA RIVALIDAD ENTRE LAS FACCIONES GUERRILLERAS LES IMPIDE ACCEDER AL GOBIERNO

Kabul ofrece el poder a los rebeldes

KABUL, 21 (Reuter, EFE y AFP). — El presidente interino de Afganistán, Abdul Rahim Hatif, quien reemplazó el pasado jueves al líder comunista Mohamed Najibullah, anunció hoy que su gobierno está dispuesto a entregar el poder a la guerrilla musulmana que rodea la capital.

Hatif, un político no comunista, afirmó que las fuerzas rebeldes deberán acordar entre ellas qué tipo de gobierno van a instaurar.

Sin embargo, en momentos en que se están zanjando las diferencias que durante catorce años de guerra civil separaron al gobierno comunista de los mujaidines islámicos, las divisiones existentes entre los grupos rebeldes constituyen el principal obstáculo para la paz.

Las distintas organizaciones mujaidines que se reunieron hoy en Pakistán por tercer día consecutivo acordaron la formación de una coalición de 20 miembros que asumirá el poder, pero siguen estancadas respecto de la persona que la encabezará.

La pugna por el poder entre los dos principales líderes de los mujaidines [illegible] comandante de [illegible] etnia tayika, y [illegible] de 43) puede prolongar [illegible] uno de los países más [illegible]

Un día después [illegible] quien informó a los [illegible] [illegible] el [illegible] [illegible] la fo[illegible]

Según [illegible] litar sobre la [illegible] deserciones del ejérc[illegible]

La [illegible] producirse el [illegible] de Najibullah, la [illegible] de [illegible] excepto la capital [illegible]

La [illegible] un gobierno interi[illegible] transición de entre [illegible] celebrar elecciones. [illegible] Comunista, ahora [illegible] sejo interino de pers[illegible]

En un mensaje [illegible] ANA, recibida en Is[illegible] no piensa participar [illegible] sud, su acérrimo ene[illegible]

Hekmatyar, [illegible] considerado habitu[illegible] cal, lo acusó de "[illegible] del país". Hekmatya[illegible] formar una coalició[illegible] sobrevivir".

Más de dos mill[illegible] unos cinco millones [illegible] medio de la guerra [illegible] nacionalistas y el r[illegible] ticos.

En su primera [illegible] presidente interino [illegible] que ocupó la vicep[illegible] Najibullah, dijo que [illegible] terminar si el ex P[illegible]

9203990

ENTRADO

CRUZ DO

Tres años después de la retirada soviética el régimen de Kabul se desplomó

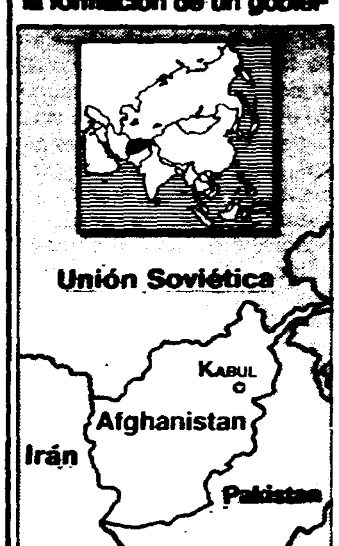
La resistencia afgana triunfante no logra salvar sus diferencias y establecer un nuevo gobierno

Cuando en 1989 las tropas soviéticas —tras 10 años de ocupación— completaron su retirada de Afganistán, todos pensaron que el presidente afgano Mohamed Najibullah se transformaría en un cadáver político. No fue así, y pese a que Washington insistía que su caída sería cuestión de días, a lo sumo meses, hubo que esperar tres años para que el régimen comunista de este país asiático se desplomara.

El pasado jueves 16 Najibullah —que había asumido el poder con el respaldo de Moscú en 1987— fue derrocado tras un golpe intestino y despojado de todos los cargos que ostentaba en el oficialista Partido Democrático Popular de Afganistán. El martes 21, el presidente provisional Abdul Rahim Hatif declaró que su gobierno estaba dispuesto a entregar sus poderes a un consejo de personalidades neutrales o a un gobierno interino de mujaidines —resistencia afgana— manteniendo la promesa del depuesto Najibullah de pasar todos sus poderes a un nuevo gobierno en el marco del plan de paz, auspiciado por la ONU.

El gobierno afgano está quebrado, y minuto a minuto sufre deserciones. Hay pocos signos de autoridad militar, y los mujaidines mantienen completamente cercada la capital, Kabul. Hora tras hora, los 1,5 millones de habitantes de esta ciudad esperan que este vacío en el gobierno sea llenado, pero no tienen idea qué es lo que vendrá.

El nuevo hombre fuerte de Afganistán, el mujaidín Ahmed Sha Massud, comandante del poderoso partido Jamiat e Islami, y conocido como el "león de Panshir", permanece en su cuartel general de Jabal os Siraj, 60 quilómetros al norte de Kabul con un amplio apoyo para formar un gobierno en Kabul, y agregó que posiblemente en los próximos días lleguen algunos líderes mujaidines que están fuera del país —en Teherán y en Peshawar, Pakistán— para discutir la formación de un gobierno interino. Sevan exhortó asimismo, a todos los afganos a que se abstengan de emprender cualquier acción imprudente que ponga en peligro la consolidación de la paz tras 14 años de guerra que dejó "casi dos millones de muertos".



Sevan explicó que hay dos posibilidades: una es un consejo de transición de neutrales y otra es un gobierno de mayoría.

La tarea de la negociación entre mujaidines no será fácil. El "león de Panshir" exige la dirección del próximo consejo de transición. Jamiat e Islami es la principal fuerza de la resistencia, y controla en la actualidad prácticamente todo el norte de Afganistán. Massud se opone a toda alienza de gobierno con los comunistas y al monopolio del poder transitorio por una sola fuerza de la resistencia, aún cuando fuere la suya propia, según expresó en una declaración, también firmada por otros líderes de facciones guerrilleras. Jamiat e Islami "dispone de enormes fuerzas militares, incluidos los aviones de la recientemente caída base aérea de Bahram, y puede tomar la capital y formar gobierno cuando quiera, pero prefiere integrar con las otras guerrillas un consejo de gobierno al que el régimen afgano trasmita el poder", dijo Massud en la declaración.

El tratamiento que será reservado por el futuro poder mujaidín a quienes estuvieron implicados en el funcionamiento del régimen comunista de Kabul es una de las grandes incógnitas del proceso de paz iniciado en Afganistán.

A Najibullah —quien desea asilarse en la India— no se lo ha dejado partir de Kabul, al ser bloqueado el aeropuerto, pese a los pedidos de Sevan, quien expresó el lunes por la noche que la partida del ex presidente "forma parte del proceso de paz". Asimismo, las palabras de Massud de que "el perdón es mejor que la venganza" no bastaron para cambiar la situación.

(En base a información de "The Guardian" y de nuestras agencias AFP y DPA)

Pero la resistencia afgana está compuesta por varias facciones con claras diferencias étnicas y religiosas, y la discordia, cada vez más patente tras el retiro del enemigo común soviético, tiene poco arreglo. Hay chiítas y sunitas, pathans y otros grupos étnicos, pero las diferencias más irreconciliables están entre los moderados, que apoyan el regreso del rey Zahir Shah (derrocado en 1978, que se encuentra en Roma) y los fundamentalistas como Gulbuddin Hekmatyar, líder islámico radical.

El representante especial de la ONU, Benon Sevan, afirmó el lunes que los mujaidines cuentan

02-02

9203891

SE TEME UN CHOQUE ENTRE LOS REBELDES

Afganistán: sin disparar un solo tiro, las guerrillas se adueñaron de Kabul

El legendario líder guerrillero Ahmed Shah Massud fue designado ayer ministro de Defensa, tras la ocupación de Kabul por parte de los victoriosos "mujaidines". La capital afgana, que se encontraba sitiada desde hace diez días, cayó sin lucha. Sigue existiendo la amenaza de que se produzcan choques entre los fundamentalistas radicales y los moderados, que por el momento parecen controlar la situación. Otro líder guerrillero radical Gulbuddin Hekmatyar, se negaría a integrar el consejo interino que gobernará durante los dos próximos meses.



Mujaidines armados ocupan ayer el palacio presidencial de Kabul: ya no quedan vestigios del régimen comunista.

KABUL, [illegible] (Reuter y EFE). — Los mujaidines de diversas guerrillas entrecruzadas por alianzas y rivalidades, se desplegaron hoy en Kabul en menos de dos horas, sin entrar en combate, pero disparando salvas de victoria, con el beneplácito desde Islamabad (Paquistán) del secretario general de la ONU, Butros Ghali.

Al final de la tarde, el grupo Jamiat Islami, del comandante Ahmed Shah Massud —designado interinamente como ministro de Defensa— controlaba los principales puntos estratégicos, incluidos el palacio presidencial y los ministerios de Defensa y Relaciones Exteriores, así como el Banco Central.

Un alto dirigente de Jamiat, Mohamed Ayub, declaró triunfalmente que Massud había asumido el control de Kabul y que las fuerzas de su rival, el líder del Hezb Islami, Gulbuddin Hekmatyar, solo controlaban el Ministerio del Interior con la colaboración de los "comunistas".

Los chiitas [illegible] del Harakat, por su parte, se instalaron en el [illegible]. Según diplomáticos en Kabul, la capital es objeto de un reparto entre los diferentes grupos aliados o adversarios, coincidiendo con su implantación étnica por barrios.

Al caer la noche, había desaparecido el temor de que la carrera de los diferentes grupos "mujaidines" por el control de posiciones estratégicas desembocara en un baño de sangre. Pero los gobiernos occidentales y la ONU siguen considerando que los acuerdos [illegible] lleros son muy [illegible] y que la lucha [illegible] en cualquier [illegible].

Según diplomáticos occidentales [illegible] sus embajadas, los [illegible] de guardia [illegible] tos visiblemente [illegible].

El [illegible] de la [illegible] cuando los [illegible] por el sur, [illegible] aprisionados [illegible] tales.

Los [illegible]

Hekmatyar declaró en una rueda de prensa retransmitida a Peshawar (Pakistán) que los mujaidines se habían apoderado de Kabul y que la guerra había terminado. La posición de Hekmatyar es poco clara, ya que hoy trascendió que se negaría a integrar el consejo interno de 51 miembros que debe gobernar el país durante los dos meses próximos.

El líder radical añadió que la capital se encontraba "totalmente bajo control de los mujaidines, apoyados por los soldados del ejército regular que comenzaban a izar la bandera verde del Islam."

El Jamiat, desde Peshawar, aseguró que "Hekmatyar no controla Kabul" y que se encuentra en Logar, contrariamente a sus afirmaciones de que se halla en su base de la capital afgana.

En Islamabad, el secretario general de la ONU acogió favorablemente la formación de un consejo de transición de los mujaidines que asumirá el poder en Kabul, durante los dos próximos meses.

Según el Jamiat, el presidente del consejo de transición, Sibghatulah Mojadedi, nombrado el viernes tras un acuerdo entre numerosas facciones mujaidines, confió el control de Kabul al comandante Massud tras darle la orden de entrar en la capital.

EL EJERCITO AFGANO RESPALDA AL GRUPO LIDERADO POR AHMED MASSUD

Tras cruentos combates en K[illegible] guerrilla moderada consolida su po[illegible]

El nuevo consejo de gobierno mujaidín formado en Pakistán postergó ayer su viaje a Afganistán tras los duros combates entre facciones islámicas que siguieron a la toma de Kabul. Los combatientes de Ahmed Massud, de la agrupación moderada Jamiat Islami retomaron el control del palacio de gobierno, que había caído en la mañana de ayer en manos de los radicales de Hezbi-Islami, y parecen dominar la situación con el imprevisto apoyo del ejército del antiguo régimen comunista. Nuevo llamado de la ONU para que cesen las hostilidades.

KABUL, 26 (Reuter, AFP, AP y EFE). — Tras sostener hoy una dura lucha por el control del palacio de gobierno, combatientes musulmanes liderados por el ahora ministro interino de Defensa, Ahmed Shah Massud, dominaron a sus rivales integristas y obtuvieron un importante respaldo de las fuerzas armadas del antiguo régimen comunista.

El proyectado regreso a Kabul del nuevo consejo de gobierno mujaidín fue pospuesto hoy en Peshawar, Pakistán, mientras las fuerzas guerrilleras musulmanas luchaban entre sí por la supremacía tras adueñarse ayer de la capital afgana.

El secretario general de las Naciones Unidas, Butros Galli, hizo un llamamiento para el cese de las hostilidades entre las facciones mujaidines. "Ahora es el momento para la tolerancia y el perdón" en Afganistán, dijo Galli en un comunicado entregado a la prensa antes de abandonar Pakistán rumbo a Irán, donde proseguirá su misión de paz.

La alianza mujaidín moderada encabezada por el grupo Jamiat Islami de Massud repelió ataques de las fuerzas radicales del Hezbi-Islami del comandante Gulbuddin Hekmatyar. Tanques del ejército del antiguo régimen se unieron por primera vez a las filas de Massud para disputar la explanada de Bala Hissar, un antiguo emplazamiento que domina los accesos a Kabul desde el sur, donde se produjeron los más fuertes enfrentamientos.

Fuentes diplomáticas dijeron que la fuerza aérea también se alió a Massud. Aviones dispararon contra los accesos a Kabul para impedir el ingreso de los fundamentalistas de Hekmatyar y éstos contestaron con cohetes y fuego de por lo menos una batería antiaérea.

Los residentes de la capital afgana habían anticipado una lucha por el control de Kabul entre la nueva coalición gobernante y los hombres de Hekmatyar, tras una jornada tensa el sábado, cuando ambas fuerzas se desplegaron en menos de dos horas sin entrar en combate.

Los combatientes de Hekmatyar, de la etnia pashtun del sur de Afganistán, fueron doblegados hoy en su ataque al palacio de Gobierno y en la colina de [illegible] Maran, que controla el aeropuerto y en el noroeste de la capital, donde aún intentan retener sus posiciones, en ambas márgenes del río Kabul.

La lucha por el amplio complejo de edificios de la sede de gobierno comenzó cuando los integristas bloquearon una de las calles [illegible] la mañana. Las fuerzas de [illegible] complejo, pero fueron [illegible] lucha se extendió a [illegible]

En ese momento los [illegible] sede del Ministerio de [illegible] frente al palacio de gobierno [illegible] con los hombres de Massud.

Una confusa calma [illegible] afgana a medida que se [illegible] Jamiat Islami. Pero [illegible] vez desde que los mujaidines [illegible] dos semanas.

Los combates [illegible] callejeras por la [illegible] del régimen de [illegible] aire y una virtual [illegible] innumerables balas [illegible]

Pero la euforia del [illegible] ta se apagó hacia la [illegible] va del Hezbe de [illegible] mado por la [illegible]

Un avión de [illegible] paquistaní que iba a [illegible] de gobierno no despegó [illegible] indicaron fuentes [illegible]

El plan original [illegible] miembros [illegible] de [illegible] bul, pero Hekmatyar [illegible] quier avión que [illegible] Kabul.

Massud fue [illegible] seguridad de seis [illegible] reunidos en Peshawar [illegible] ridad en Kabul [illegible] Hekmatyar de [illegible]

Aunque el grupo [illegible] mera etapa del [illegible] cuenta con [illegible] [illegible] tiempo", añadió.

Desde siempre le gustaron los mapas, la ciencia y mandar

El "León de Panshir": el estratega más brillante

París (AFP)

El comandante Ahmed Sha Masud, el "León del Panshir", cuyas fuerzas marcharon el sábado sobre Kabul, se perfila como el hombre clave de Afganistán, el árbitro que contribuirá a definir más que cualquier otro líder mujaidín el futuro de ese país de Asia Central.

En medio de las profundas divisiones entre los mujaidines, Masud, comandante del Jamiat, el grupo más fuerte de la guerrilla, se ha revelado no sólo como el estratega militar más brillante de la resistencia, sino que ha comprendido, mejor que cualquier otro de los jefes rebeldes, que los afganos son fundamentalmente hostiles a cualquier poder central.

Y quizás la mayor fuerza del jefe tadjik, que descendió de las montañas para atacar Kabul, tomada este sábado por varios de los grupos rebeldes, radica en la comprensión de este hecho: que en Afganistán —cuya unificación se logró sólo a mediados del siglo XVIII—, el verdadero poder está en manos de los jefes de una aldea o valle. Cosa insólita en un país tan grande.

Principalmente fue la presión de las fuerzas lideradas por Masud sobre Kabul lo que aceleró la caída del presidente Najibulá, que se refugió en los locales acabados de construir de la ONU en Kabul, a los tres años de la salida de Afganistán del Ejército rojo.

Najibulá nunca terminó de entender la arraigada desconfianza hacia un gobierno central por parte de los afganos, que consideraban incluso al rey Zaher Chah —quien fue derrocado después de 40 años en el poder por un golpe de Estado procomunista— simplemente como el delegado "electo" por una asamblea tribal (chura).

Mientras que el comandante Masud, que ganó su nombre de "León del Panshir", combatiendo contra el Ejército rojo en su valle de donde es oriundo parece, según observadores de la situación afgana, haber entendido que el poder debe ser descentralizado.

Creó, además de su ejército, una administración civil, una justicia, estructuras destinadas a proteger a la población civil, a mejorar su vida cotidiana. Creó, en suma, un embrión de poder, que podría quizá servir como modelo para el futuro Afganistán. A los 20 años Masud, hijo de un coronel durante el reinado de Zaher, lideró su primera insurrección. Ahora, a los 40, tuvo la intuición de pactar con una personalidad importante del régimen de Najibulá, Rashid Dostom, y se ganó a sus filas a fuerzas del ejército, entrando el sábado a Kabul, sede tradicional del poder.

Masud ha considerado siempre la guerra como un medio, y no como un fin. Le gustaban los mapas, la ciencia (incluso se inscribió en el politécnico en Kabul) y le gustó siempre mandar. Pero, en contraste con los demás mujaidines, en todas las localidades que tomó, desde 1986, se preocupó siempre por garantizar la seguridad de la población, separando a la policía de sus propias fuerzas, según fuentes concordantes, retomadas esta semana por la prensa europea y norteamericana.

Según el diario Le Monde, su "moderación" podría tener algo que ver con sus estudios en el liceo francés de Kabul, donde se habría "despertado a la modernidad". Nunca ha descuidado su imagen de guerrillero delgado, soñador, y mantuvo siempre bien cuidada su barba, incluso en la montaña. Masud considera el Islam —la religión de la inmensa mayoría de la población afgana— como el elemento que puede unificar a este país dividido en tantas etnias.

Nº DOCUMENTO
TITULO S. Modjadidi, Pte del Consejo interino mujaidín Afgano.
La República (150023)
29/4/92
Afganistán (10021)
F. Pol (11164)
G. Gas (11302)

Modjadidi fue uno de los jefes de la lucha anticomunista

Un líder espiritual con escaso respaldo popular

D-7

Islamabad (AFP)

■ Ex profesor de teología de la Universidad de Kabul, Sibghatolá Modjadidi, presidente del Consejo interino mujaidín de 51 miembros, designado en reemplazo del régimen comunista, es apreciado por su moderación en los medios occidentales de Pakistán, donde estuvo 13 años en exilio, pero carece de base electoral.

Siempre ha estado en conflicto con el líder mujaidín fundamentalista Gulbudin Hekmatyar, quien no reconoce su autoridad política.

Los partidarios del Hez-e-Islami recuerdan con insistencia en privado que Modjadidi dirigió una "minúscula fracción poco representativa" del país. Justo antes de su llegada el martes a Kabul por carretera, Modjadidi había pedido a Hekmatyer "arrepentirse y excusarse" por su "aventurerismo militar" y lo acusó de ser responsable del derramamiento de sangre en Kabul.

El exilio marcó la vida de este pashtun sunita de 65 años de barba blanca que ya había sido electo presidente de un "gobierno interino" de la resistencia afgana en Pakistán tras el retiro militar soviético de Afganistán en febrero de 1989.

Hekmatyer fue su ministro de Relaciones Exteriores, pero seis meses después renunció y denunció la "ineficacia y la falta de confianza" que inspiraba ese gobierno.

Jefe del Jabha Nijat-e-Milli (Frente de Liberación Nacional), una pequeña organización con poco respaldo popular, Modjadidi encarna la corriente tradicionalista de la guerrilla afgana contraria a la fundamentalista del Hez y del Jamiat.

Modjadidi respaldó en una época a los monarquistas partidarios del retorno al poder del ex rey Zaher Shah. Descendiente de una vieja familia de sufis (que tienen una concepción mística del Islam) instalada en Kabul a finales del siglo XIX, Modjadidi goza sin embargo de una cierta autoridad espiritual y religiosa.

Estudió en la célebre Universidad Al Azhar de El Cairo. Tras regresar a Kabul para dedicarse a la enseñanza entró en la oposición islámica y fue arrestado en 1959. Luego se fue al exilio en Dinamarca, donde fue imán de la Mezquita de Copenhague.

Varios miembros de su familia fueron ejecutados por el régimen comunista de Taraki en 1979, antes de la intervención soviética en Afganistán. Fue uno de los líderes de la lucha anticomunista en Afganistán y durante su exilio en Peshawar apareció muchas veces como un candidato de consenso [illegible] múltiples facciones muyahidines.

No tiene sin embargo el respaldo de un partido organizado, que [illegible] a [illegible] manipulaciones de unos y otros, [illegible] las observaciones [illegible].

CRUZ [illegible]

9203995

La mala suerte de los estados tapones

Afganistán: Ideado para evitar una impensable frontera anglo-rusa

CRONOLOGIA

1839-1842: Primera guerra angloafgana, la cual Inglaterra perdió, afirmando la posición de Sost Mohamed Shah de ligera tendencia pro rusa. Este rey fomentó las rebeliones antibritánicas.

1878-1880: Se produce la segunda guerra angloafgana y la dinastía Durrani es depuesta, mientras parte de su territorio pasa a ser gobernado por un emir británico. Más tarde los ingleses dan a Afganistán territorios lindantes con China, lo que lo convierte en estado-tapón, evitando que rusos e ingleses compartieran una frontera.

1919: Afganistán se libera del "protectorado" inglés, luego de una guerra de cuatro meses. Asume el gobierno entonces el líder de la independencia Amanullah Khab.

1929: El presidente Khab es derrocado por el clan Mhamoedzai (descendientes de la dinastía destronada en 1879).

1931: La Constitución reconoce el poder de los jefes locales y crea un sistema que no fue impugnado hasta 1953.

1963: El primer ministro Mohamed Daúd Khan es obligado a dimitir. El había nacionalizado servicios, creado sistemas de riego, escuelas y caminos, con la ayuda financiera de EEUU.

1965: El Partido Popular Democrático organizó las primeras manifestaciones antimonárquicas, mientras el rey Zahir Shah y los "notables" discutían una nueva Constitución.

1973: Una fracción separada del Partido Popular Democrático derroca al rey Zahir Shah y lleva a Mohamed Daúd a la presidencia. Entonces se proclama la República, pero el gobierno de Daúd se basa sobre todo en la naciente burguesía, la burocracia e inclusive en la aristocracia.

1977: El líder del [illegible] Popular Democrático, Mir [illegible]ber Khyber, es asesinado. Como consecuencia, los militares organizados por el Parcham deponen a Daúd. Este es sustituido por Nur Mohamed Taraki, dirigente del PPD, hasta entonces en prisión.

1979: El embajador norteamericano en Kabul es secuestrado y asesinado, lo cual provoca que EEUU retire su ayuda económica y califique al gobierno de prosoviético. En este período se suceden veinticinco gabinetes. Aunque el primer ministro, Amin, resiste varios complots resulta al final fusilado, siendo sustituido por Babrak Karmal, instalado por las tropas soviéticas, que en diciembre invaden el país.

1986: Las fuerzas combinadas afgano-soviéticas capturan la mayor base opositora, cerca de la frontera con Pakistán. Karmal solicita ser relevado en su cargo. Este cambio en la cúpula junto a la iniciativa del líder soviético Mijaíl Gorbachov sobre desarme, producen un cambio en la perspectiva del país.

1987: El nuevo secretario general del PPD, Najibullah, respaldado por la URSS, anuncia el cese del fuego unilateral, acompañado de garantías para los jefes opositores que quisieran negociar.

1988: Se realizan las primeras elecciones con voto secreto para renovar la Loya Jirgah (Asamblea Nacional). Se firma en Ginebra un acuerdo afgano-pakistaní, con garantía de EEUU y de la URSS. En él se disponía el retiro de las tropas soviéticas, que comenzó a realizarse después de un mes.

1989: Con la culminación del retiro de las tropas soviéticas se predecía la caída del presidente Najibullah, lo que no aconteció.

1990: Las fuerzas guerrilleras, apoyadas por los EEUU, no aceptaron el acuerdo de Ginebra y continuaron la lucha contra el gobierno de Kabul asistido por la URSS. En marzo el ministro de Defensa intentó dar un golpe de Estado, el cual falló. Los combatientes del Jamiat-e-Islami anunciaron su incorporación a la ley de amnistía, pero transformaron la ceremonia en una emboscada en la que mataron a los jefes militares de Kabul.

1992: Jueves 16 de abril, el presidente Najibullah es derrocado.

¿Se halla descabezada?

Por Rolando Riviere

(Corresponsal de LA NACION en Europa

Cautela: la detención de los máximos jefes de la ETA fue tomada sin triunfalismos por las autoridades españolas; se especula en torno de las figuras que tomarán el mando de la organización separatista vasca y sobre sus futuras acciones.

MADRID.– Cautela es la voz de orden en el gobierno español. Sin restar méritos a lo que probablemente sea uno de los golpes más duros asestados a la cúspide de la banda terrorista ETA, tanto el presidente del gobierno, Felipe González, como su ministro del Interior, José Luis Corcuera, coinciden en la excelencia del operativo concretado ayer por la policía francesa y en la contemporánea necesidad de evitar todo triunfalismo excesivo.

No hay por qué confundir realismo con pesimismo y pensar que la detención de los dirigentes etarras encabezados por Francisco Múgica Garmendia, alias "Pakito" y no "Artapalo", que es la designación del colectivo dirigente terrorista usado a veces como firma de sus comunicados, habrá puesto en movimiento el mismo proceso sucesorio que llevó a Múgica Garmendia a su cargo.

Posibilidad de atentado

Algunos especialistas consultados por este corresponsal consideran que en estos momentos Múgica Garmendia ya tiene reemplazante y que no debe desecharse la posibilidad de un atentado inminente como demostración de que la ETA no está vencida.

Múgica Garmendia, "Paquito", es un dirigente de *inferior* calibre a Domingo Iturbe Abasolo, alias "Txomin" (muerto en 1987 en Argelia en un accidente de automóvil) quizá el último con dotes de líder político que ha tenido la ETA. Lejos igualmente de la capacidad intelectual de otro de los arrestados; José Luis Alvarez Santacristina, "Txelis", el ideólogo, el "capo" detenido por los franceses no es insustituible y su fama se apoya más en su calidad de antiguo fugitivo y su capacidad decisoria que en otras cualidades.

Hoy se especulaba con la posibilidad de que Antxon Etxebeste, deportado a Santo Domingo, viajara a Europa para entablar un diálogo de paz con el gobierno español.

El ministro Corcuera desestimó tajantemente la versión: "No hagan ustedes caso, por favor. No confundan a nadie. El día que Antxon salga, si tiene algo que ver el gobierno español respecto del dominicano, será para venir a España y ponerlo a disposición de los jueces". Antxon pertenece al ala más dialogante, si puede utilizarse el término con esta gente del conjunto etarra.

Otros pistoleros pueden ocupar la vacante dejada por Francisco Múgica Garmendia. Se hacen nombres: Ignacio Bilbao Beascoechea, alias Iñaki de Lemona; Julián Achurra Egurola ("Pototo"); Faustino Estanislao Villanueva ("Chapu"); Miguel Angel Apalategui ("Apala") o Iñaki García Arregui ("Iñaki de Rentería").

Divisiones internas

Las divisiones dentro de la ETA son un hecho. Los últimos asesinatos acentuaron las divergencias en el seno de la organización, cuyo declive es notorio. Este es el mejor momento (y el más arriesgado) para actuar. Sin negociar con delincuentes, como decía esta madrugada el ex ministro de Justicia, diputado y miembro de la dirección del PSOE, Enrique Múgica Herzog.

Pero el problema ETA tiene connotaciones sociales inquietantes. Anoche y hoy se han producido manifestaciones (pequeñas, pero manifestaciones al fin) en varios puntos del país vasco protestando por la operación cumplida ayer en Francia y por la detención de los dirigentes terroristas.

Harri Batasuna, el partido político pro ETA, es otro de los factores de distorsión dentro de las instituciones españolas. Esta mañana, los concejales de esa agrupación en San Sebastián decidieron boicotear la salida del "tour de France" desde esa ciudad, el próximo 4 de julio. Detrás de estas actitudes está un viejo precedente que une a los sectores ultranacionalistas vascos: la decisión adoptada por la primera asamblea de la ETA, en 1962, que declaraba como objetivo la independencia.

Por si fuera poco, el conflicto suscitado por José Ramón Treviño, arcipreste de Irún, que dio refugio en su parroquia a dos asesinos etarras y que se encuentra actualmente en la cárcel, involucra de alguna manera a parte del clero vasco en la empresa terrorista.

El obispo de San Sebastián, José María Setién, confirmó que el vicario general de la diócesis de Guipúzcoa sabía de los actos de Treviño, aunque afirmando que su gesto "no debe atribuirse a una voluntad de prestar colaboración a la ETA". Algo similar diría Corcuera: "No se debe extrapolar a la Iglesia vasca la actitud de uno de sus sacerdotes; no sería justo, ni cierto, ni inteligente".

En estos momentos hay una intensa actividad judicial para preparar los documentos necesarios para la extradición de los terroristas detenidos en Francia. Se cree que el trámite será rápido y es probable que las autoridades francesas lo faciliten. Múgica Garmendia es responsable de múltiples asesinatos en España y no en territorio francés, donde arriesga una pena máxima de diez años por asociación ilícita.

Un último interrogante que nos planteaba José Manuel Sánchez, del Sindicato Unico de Policía, es dónde ha lavado la ETA el dinero obtenido por la extorsión. Sin fondos, no hay terrorismo posible. Agregaba una reflexión amarga: "No sé si en lugar de él (refiriéndose a Múgica Garmendia) no puede venir otro más virulento". Erquicia, de Herri Batasuna, ha proclamado que otros jóvenes vascos ocuparán el lugar para continuar la lucha.

Primer ataque de ETA tras arresto de sus cabecillas.
Clarín (150024)
1/4/92
España (10072)
F. Militar (1103
Acciones Subv. (11418)
Grupos Subv. (11339)

Primer ataque de la ETA tras el arresto de sus cabecillas

MADRID y BAYONA (Francia), 31 (Reuter, EFE y AFP). — El ministro del Interior de España, **José Luis Corcuera**, atribuyó a la organización separatista vasca **ETA** el envío por correo de un paquete bomba que estalló hoy en Madrid e hirió gravemente a un coronel retirado.

El atentado es la primera acción terrorista de la ETA conocida tras la captura, el domingo en Francia, de su principal dirigente, **Francisco Múgica Garmendia, "Artapalo"**, y de otros dos miembros de la dirección etarra. Sin embargo, la policía no ha podido confirmar si el explosivo fue enviado antes o después de la operación en Bidart, en el sudoeste francés, aunque admitió que la forma de operar lleva el sello de la ETA.

Centenares de personas manifestaron esta noche en ciudades del País Vasco en protesta por la detención de los máximos dirigentes de la organización separatista.

Se registraron algunos incidentes en Portugalete, provincia vasca de Vizcaya, cuando manifestantes incendiaron un ómnibus de la compañía municipal de transportes y en Pamplona, Navarra, donde fueron levantadas barricadas en el centro de la ciudad.

Voceros del Ministerio del Interior dijeron en Madrid que el coronel retirado del Ejército del Aire, **Joaquín Vasco**, víctima del atentado etarra, sufrió la amputación de tres dedos de su mano derecha y otras lesiones graves, pero que no hacen peligrar su vida.

El militar salvó su vida al sospechar del contenido de un envío postal, que simulaba ser una cinta de video, y abrirlo en el balcón de su domicilio.

Fuentes del gobierno civil de Granada informaron asimismo que el jefe de la organización guerrillera marxista Grupos de Resistencia Antifascista Primero de Octubre (GRAPO), **Fernando Silva Sande**, huyó hoy de la prisión de Granada donde cumplía penas por asesinatos y atentados.

El líder de la organización, que operó principalmente durante la transición española, tras la muerte de Francisco Franco, escapó durante la noche por un agujero de 30 centímetros de diámetro abierto en el muro de su celda.

001/01

9203998

Agazapada bajo el hueco de la escalera, la cúpula de la ETA se entregó sin ofrecer resistencia

"¡Bingo, ministro! Están todos"

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

La dirección suprema de ETA cayó sin gloria. Los policías de la unidad de elite encargados de tomar la villa de Bidart, en la costa vasco frances[a] encontraron a Francisco Múgica Garmendia y al resto del colectivo "Artapalo" agazapados en una gatera bajo las escaleras, un habitáculo cuyo destino eran los baldes, las escobas y otros útiles de limpieza. Los tres llevaban pistola pero renunciaron al dudoso honor de utilizarlas. Ni la policía francesa ni la española sabían lo que iban a encontrar, sólo estaban seguros de que era importante. Por eso, Luis Roldán, el director de la Guardia Civil, descolgó el teléfono nada más saber los nombres y le cantó al ministro del Interior español, José Luis Corcuera. "¡Bingo, ministr[o]! Están todos".

por Victorino Ruiz de Azúa
y Jesús Duva

■ Veinte minutos antes de la siete de la tarde del domingo, 29 de marzo, los policías franceses cerraban casi cuatro meses de pesquisas, dudas, confirmaciones, reflexiones y cruce de datos de sus colegas españoles. Un antiguo preso francés condujo involuntariamente hasta un dirigente y éste a los demás, con la colaboración presumible de un carterista y la más segura de un cartero. La oposición feroz de José Luis Urrusolo Sistiaga a su jefe, Pakito, también ayudó. La cúpula había decidido, según el Ministerio del Interior, afrontar el "problema" Urrusolo y se reunía para tomar decisiones.

Cuando se dio la orden de asalto y los agentes de Raid se lanzaron sobre la casa, con el rostro oculto por los pasamontañas, Luis Roldán y el coronel Enrique Rodríguez Galindo, pegados al teléfono en el acuartelamiento de la Guardia Civil de Inchaurrondo, en San Sebastián, sólo sabían que dentro de la villa de tres plantas "Etxe Maitia" estaba José Luis Alvarez Santacristina, que había una reunión y que los interlocutores del primero eran peces gordos. Media docena de guardiaciviles controlaban sobre el terreno los accesos y pudieron apreciar las medidas de seguridad en torno a uno de los visitantes. Concluyeron que mandaba en ETA aún más que Txelis.

La caza empezó a fines del año pasado. La Guardia Civil decidió insistir en Phillipe Lasalle Astiz, un agente comercial nacido hace 41 años en París y residente desde 1964 en el País Vasco francés. Lasalle había sido detenido en 1987 y acusado de complicidad en el transporte de un cargamento de explosivos para ETA. Tras cumplir unos meses de cárcel regresó a la libertad. En 1989 habría atraído la curiosidad policial, pero sin éxito.

Se concluyó que Lasalla estaba "quemado". ETA no echaría mano de él porque era conocido de la policía. Pero la rutina, a veces, obra milagros. Muchos meses después, Lasalle es sometido de nuevo a vigilancia y ahora con éxito. Tanta insistencia fue debida a una recomendación de Joel Cathalá, el comisario de la Policía del Aire y Fronteras que dirigió la lucha contra ETA en el sur de Francia hasta mediados de 1990.

Antes de que este cuerpo fuera sustituido por la Policía Judicial y Cathalá trasladado al aeropuerto de Orly, en París, regaló a sus amigos españoles un consejo: "Este Lasalle es más importante de lo que parece". El vendedor trabajaba en San Juan de Luz y no guardaba medidas especiales de seguridad pese a que los agentes de información temieron que pudiera intuir más ojos de los habituales posados sobre su persona.

Lasalle mantiene algunos contactos que se consideran interesantes. Se ve en ocasiones con el diputado de HB por Vizcaya y miembro de la Mesa Nacional de la coalición Jon Idígoras y con una persona de San Sebastián, aún no detenida, sospechosa de pertenecer a un "comando" de "bajo nivel" en Guipuzcoa. La esposa de Idígoras está exiliada al otro lado de la frontera. El diputado acude a visitarla prácticamente todos los fines de semana.

Para Idígoras, que considera a Lasalle "un amigo de hace muchos años", es "ridículo intentar hacer un escándalo de unos saludos cruzados en la calle, es una tomadura de pelo al ciudadano". La amistad se remonta, explica, a la época en que Lasalle acogió en su casa de Ascain a Xabier Galdeano, periodista de Egin, sospechoso para la policía de colaborar con ETA y asesinado por los GALK en Beyona en marzo de 1985. Los investigadores interpretan los encuentros de Lasalle e Idígoras como la confirmación de que merece la pena seguirle los pasos al primero.

Semanas después ya no tienen dudas. Una foto de alguien con quien Lasalle mantiene contactos en la zona de San Juan de Luzy Bayona depara la primera gran sorpresa. Si a aquel hombre de la foto se le quitan unos años y unos quilos y se le añaden un poco de pelo y una barba, se trata, sin lugar a dudas, de José Luis Alvarez Santacristina, "Txelis". Es febrero y se pisa ya terreno firme.

Existe la convicción de que Txelis, desde su huida de San Sebastián en los primeros años ochenta, es uno de los cerebros de ETA, el que pone la letra a la música de las metralletas y el amosal. Licenciado en filosofía por Zorroaga (San Sebastián) y en filología vasca y francesa por la Sorbona, gracias a becas del Gobierno de Vitoria, resulta que vive a poco más de una decena de quilómetros de la frontera de Bidasoa, en Guethary, una antigua aldea de pescadores reconvertida al negocio turístico.

La casa está a nombre de Dolores Ramírez, una secretaria nacida en Granja de Torrehermosa (Badajoz), nacionalizada francesa, divorciada y madre de tres hijos. Alvarez Santacristina acude regularmente a un piso de Bayona. Luego se sabría que le sirve de oficina política. Hay detalles que llaman la atención a los agentes españoles, emboscados en coches y furgonetas y disfrazados de mil formas para no infudir sospechas. Txelis se desplaza en un ciclomotor y no se quita el casco ni cuando entra en un comercio. En ocasiones se introduce con el ciclomotor por caminos sin salida para comprobar que no es seguido.

"Esta historia empieza a coger 'color'", transmiten los agentes de información a sus jefes. Txelis es un hilo más grueso que Lasalle. Pese a sus elementales precauciones, la vigilancia durante semanas permite conocer encuentros, citas y reuniones. La cúpula del Ministerio del Interior revisa sobre la marcha sus ideas sobre el personaje.

Alvarez Santacristina no es sólo la cabeza pensante en la sombra, el traductor al euskera del filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein y el autor de un manual de filosofía en la misma lengua. Una relativa confianza en su libertad de movimientos y el hecho de que no aparezca como responsable de "comandos operativos" ni de atentados le permiten actuar en nombre de Múgica Garmendia, "Pakito", ante los activistas, dar órdenes, acudir a citas a las que el otro no quiere arriesgarse.

La operación deriva de un calculado desafío a la paciencia. "Cuando la Guardia Civil somete a alguien a vigilancia no hace falta explicar más", relatan fuentes del instituto armado. Sobre el terreno se escruta y anota cada detalle, cada entrada y salida, cada casa frecuentada o visitada, cada cita aunque parezca informal. Se observan las costumbres, los horarios, los gustos y hasta los gestos. La información cruza la frontera y se examina sobre las mesas, se filtra, se analiza, se somete al microscopio antes de llegar a conclusiones.

Así, no es extraño que los agentes pudieran concluir que la oportunidad de llenar las redes eran las reuniones de Txelis cada dos semanas en casas desconocidas, y, por tanto, seguras para la organización, siempre en sábado o domingo, cuando la vigilancia policial se relaja. Dos semanas antes de la toma de la villa de Bidart, a mediados de marzo, toda la información acopiada está en manos de la policía francesa.

Txelis se dirige a una lujosa villa de arquitectura clásica vascofrancesa, en el límite de Arcangues con Arbonne, dos pueblecitos separados del mar por la autopista a Bayona. El primero recibe cada domingo una peregrinación de varios centenares de admiradores del cantante Luis Mariano, enterrado en el cementerio local. Al chalé de muros blancos, contrafuertes de piedra y carpintería en madera pintada de rojo, se llega por un camino vecinal mal asfaltado y salpicado de mansiones veraniegas. Los setos protegen un amplio jardín con piscina. Un cobertizo acoge los coches. Los propietarios, Antoine Martin Harispe, de 75 años, y su esposa, Drisy Wincler, de origen húngaro, figuran entre los respetables matrimonios entrados en años que han ido a buscar junto al golfo de Vizcaya la paz, los paisajes y la gastronomía.

Los informadores confirman que allí entra Txelis y que se reúne con alguien importante. Los responsables de Interior franceses y Roger Bosle, el superpolicía encargado por París de combatir junto a la frontera española primero a los GAL y luego a ETA, están de acuerdo en actuar. Los peces están en la pecera y



Los responsables de la lucha antiterrorista exhiben una cierta inquietud. Varios días después del gran golpe, la logística permanece en la sombra. No se han descubierto depósitos de armas ni de explosivos ni se ha llegado al dinero. (Telefoto de AFP)

sólo falta cogerlos. Roldán viaja a San Sebastián para seguir las operaciones en caliente.

No se sabía quiénes discutían dentro del chalé. A última hora, el gobierno de Madrid tiró del freno de mano y pidió al de París: "Suspendan todo. No queremos que se nos escape alguno. Hay que disponer un cerco impenetrable". En contra de las versiones iniciales, un responsable de la lucha antiterrorista conocedor de la Operación Broma-Queso, como se la denominó en clave, asegura que el asalto se pospuso simplemente porque el dispositivo no ofrecía todas las garantías.

"No es que faltara alguien que esperábamos. Con excepción de Txelis, ignorábamos quién había dentro. Recordamos que en octubre de 1987, en un caserío de Saint Pee sur Nivelle, José Ternera y quizás Pakito buscaron el horizonte descolgándose por la ventana de atrás mientras uno de los ayudantes salía disparando. No podíamos correr el mismo riesgo". José Antonio Urrutikoetxea, "José Ternera", no pudo ser detenido hasta pasados más de dos años, el 11 de enero de 1989. Múgica Garmendia, hasta hace siete días.

La orden de repliegue del 15 de marzo hizo apretar los dientes a los responsables de Interior y a los guardiaciviles que aguardaban el final de un largo túnel. Una semana después, a centenares de quilómetros, intervinieron la policía, el carterista y el cartero en una rápida sucesión de acontecimientos. El hallazgo por la policía de Tarragona de la infraestructura del "comando itinerante" puso en fuga el 21 de marzo a su jefe, José Luis Urrusolo Sistiaga. En un "piso franco" de Valencia se encuentra un verdadero arsenal de papel, incluido el extenso chivatazo por escrito de Idoia López Riaño a la cúpula de ETA con las ácidas críticas de Urrusolo.

Además de los papeles de Valencia, Urrusolo deja en su escapada un tesoro. Pierde o le roban un carné de notas. La policía no descarta la pérdida accidental, con los nervios de la huida, pero está convencida de que son los dedos hábiles de un "chorizo" los que le aligeran de peso y le privan de la agenda, quizá después de haberla dejado en un coche. Siguiendo una norma "profesional", el carterista se queda con el dinero, o descubre que no lo hay, y abandona la documentación en un buzón de Correos de Sant Vicenc dels Horts (Barcelona).

El cartero también ignoraba que la agenda tenía anotaciones valiosas. Una dirección de un piso en Zaragoza y el teléfono de su propietario. La visita policial confirma que es otro refugio de ETA. Pero el verdadero tesoro es un número de teléfono del País Vasco francés. Una comprobación urgente descubre que pertenece a un caserío frecuentado por Txelis. "Urrusolo dirige el 'comando' más mortífero de ETA en los últimos dos años. Su presencia en Cataluña le convierte en el pilar de la estrategia contra los acontecimientos del '92. Por lo tanto, debe llevar encima un teléfono de contacto con la dirección suprema de ETA, con Pakito, para emergencias" razonan los investigadores.

El número de teléfono no conduce directamente a la villa de Bidart, pero confirma el acercamiento de la Operación Broma-Queso al corazón de ETA. Ya no puede haber errores, piensan los responsables de Castellana 5, sede del Ministerio del Interior. Roldán vuelve a San Sebastián el sábado 28. José Luis Corcuera y sus colaboradores pasan los días de descanso esperando una sola noticia, todos la misma.

Txelis confirma la rutina y conduce a los guardias, sin saberlo, hasta una villa de paredes blancas, con tres plantas y arquitectura funcional, en una urbanización aislada de Bidart. Un camino sin salida lleva al porche principal y luego rodea la vivienda hasta una puerta trasera. Es imposible llegar sin ser visto desde la casa, con amplias cristaleras tintadas de color caramelo, y a la inversa: un solo observador bien situado controla los dos accesos.

Media docena de vigilantes van confirmando que, además de Txelis, entran otros tres sospechosos, uno de ellos en motocicleta. La alerta se desencadena y los franceses despliegan sus efectivos de la unidad especial Investigación, Acción, Intervención y Disuasión (Raid). Los guardiaciviles retroceden a la segunda línea y aguardan la culminación de su trabajo.

El chalé de Mathieu Tuyá, un profesor de autoescuela, y su esposa, Bernardette Marot, monitora de gimnasia, está a medio quilómetro del aeropuerto de Biarritz, rodeado de pinos. Bajo el cobertizo donde hay aparcados dos Peugeot 205 y una motocicleta, hay un calendario de Seaska (la agrupación de "ikastolas", escuelas en lengua vasca, del norte de los Pirineos y un grabado en madera conmemorativo del Gudari Eguna, Día del Soldado Vasco) firmado por KAS, la Coordinadora Abertzale Socialista.

Los policías franceses y los guardiaciviles están demasiado lejos para apreciar estos detalles. Estudian palmo a palmo los alrededores. Los "loros" escupen por las antenas información y reciben instrucciones sin cesar. Desde los "walki-talkis", las novedades saltan a Bayona y a San Sebastián, y de allí, a las respectivas capitales. En torno a las cinco de la tarde, Madrid y París están ya de acuerdo. Como 14 días antes, no saben quién acompaña a Txelis, pero tienen la certeza de que el objetivo está "muy caliente, casi quema". La orden obliga a todos a contener la respiración, como temiendo que el más leve susurro pueda alertar a los huéspedes.

El asalto dura segundos. Manuel Rodríguez, un ciudadano francés de 57 años nacido en San Sebastián, trata de obstaculizar desde el jardín la irrupción policial, pero es expulsado sin dificultad. Los "hombres araña" del Raid, metralleta en mano, corren enmascarados por los pasillos y las habitaciones. Hay un momento de desconcierto. Ni Txelis ni los demás aparecen, aunque el rastro está fresco. Hay papeles a medio romper en la sala acristalada de la segunda planta.

Los tres guipuzcoanos que integran la cúpula no tardan en ser captu[rados]. Pakito, de 38 años, nacido en Ordizia, [el] hombre más poderoso de ETA; [José] María Arregui Erostarbe, "Fitipaldi", de 46 años, de Oñati, el cerebro de los mortíferos coches bomba, y el intelectual Alvarez Santacristina, de 37 años, nacido en San Sebastián, se habían escondido en un cuarto oscuro construido aprovechando el vano de la escalera, en la planta baja.

En la precipitación, Fitipaldi se cayó por la escalera y se hizo daño [en] una rodilla. Pese a que los tres llevaba[n] pistola, se entregaron sin que se es[cu]chara un solo disparo. Por fortuna p[ara] los hombres del Raid, entre los dirigen[t]es de la organización terrorista la [consigna ante la deten]ción de la "pipa" frente a la poli[cía] francesa consiste en asegurar una a[cu]sación de posesión ilícita de arma[s y] retrasar la extradición.

Paralelamente, unidades de la Po[li]cía Judicial irrumpían en domicilios [de] presuntos colaboradores de la direcc[ión] de ETA y en el Hotel Pyrinées, e[n la] carretera entre Guethary y Bayona. [Su] gerente, Michael Lapatie, quedó [en] libertad en pocas horas por falta [de] pruebas. Los investigadores están c[on]vencidos, no obstante, de que el estab[le]cimiento servía de punto de encuent[ro y] refugio habitual para los "comand[os" en] retirada hacia el interior de Franc[ia o] para los que esperaban cruzar la fron[tera] y entrar en acción en España.

De los ordenadores incautados ha[sta] el momento, sólo ofrece interés el de[co]misado en el piso que Txelis utiliz[aba] como oficina en Bayona. Catorce [dis]quetes magnéticos y multitud de pa[peles] les ofrecen el equivalente a 20.[000] páginas de información, con tod[a la] estrategia de ETA para el '92, la list[a de] empresarios que pagan el "impu[esto] revolucionario", los últimos comunic[a]dos, apuntes de contabilidad inte[rna,] planes para futuros atentados, "rev[ela]ciones importantísimas" sobre las r[ela]ciones entre ETA, KAS y HB e indic[ios] de que Txelis inspiraba desde la som[bra] la línea editorial del diario Egin, se[gún] quienes han comenzado a estudiar[los]. La información no ha sido ordenad[a ni] analizada, si bien la Guardia Civi[l ha] descubierto ya que ETA pretende c[on]seguir dinamita ante las dificulta[des] crecientes para disponer de nit[rato] amónico, componente básico del [amo]sal.

La salida a la luz de Antoine Ma[rtin] Harispe confirma una vieja teoría d[e la] policía española, cuyo fundament[o se] desconoce. Pakityo, según esta hip[óte]sis antigua con aire de leyenda, [estaría] protegido por un millonario francés. [Al] margen de las coincidencias, la uni[dad] de la policía francesa encargada [de] desentrañar las finanzas de ETA [ha] comenzado a estudiar a fondo el ori[gen] de la fortuna del propietario de la [man]sión Txantxangorri.

Martin Harispe tiene negocios r[ela]cionados con la industria del cine, [una] docena de pisos en París e inversio[nes] en bolsa, que pueden haber jugad[o un] papel relevante durante años en el b[lan]queo de dinero de los secuestros [y el] llamado "impuesto revolucionario". [La] policía indaga también la posibilidad [de] que algunas de sus propiedades inm[obi]liarias hayan servido de refugio a [la] segunda línea de dirección y coordi[na]ción de la organización terrorista e[n la] capital francesa.

Los responsables de la lucha an[titer]rorista tampoco ocultan una ci[erta] inquietud. Una semana después del [gran] golpe, la logística permanece e[n la] sombra. No se han descubierto dep[ósi]tos de armas ni de explosivos ni se [ha] llegado al dinero. "Cambiará al [mando] a Txelis o a Fitipaldi por c[ual]quiera de estas cosas", confiesa un[o de] los máximos expertos en los últi[mos] años en combatir a ETA. La fras[e] refleja decepción, sino impacien[cia]. Los investigadores de uno y otro lad[o de] la frontera están convencidos de [que] sólo es cuestión de tiempo.

Mientras, Corcuera advierte [que] ETA aún intentará matar (más aún [para] demostrar que todavía existe des[pués] del duro golpe encajado) los inquili[nos] del palacete de Castellana 5, aun[que] con lupa la cuestión sucesoria y [se] interrogan sobre los efectos del lu[...] que ha permitido decapitar, en exp[re]sión del ya ex ministro del Inte[rior] francés Philippe Marchand, la orga[nización] del emblema etarra.

Y se preguntan también dónde [se] encuentra Urrusolo, tras 14 días [de] huida desde Sant Vicenc dels Ho[rts.] Cuando el jefe del "comando itiner[ante]" entre en contacto con la orga[niza]ción en suelo francés (si es que no l[o ha] hecho ya) llevará en el "activo" [una] mortífera carrera, y en el pasivo, [el] haber quemado los papeles de la di[rec]ción y haber perdido hasta la carter[a].

CLARIN ★ Buenos Aires, sábado 14 de marzo de 1992

MAÑANA HABRA COMICIOS EN CATALUÑA

D-1

Primer "test" electoral para el independentismo catalán

Los separatistas catalanes se han convertido por primera vez en una alternativa electoral creíble y jugarán sus chances mañana en elecciones regionales, donde se descuenta que se impondrá —por cuarta vez— el presidente nacionalista Jordi Pujol. Cataluña tiene una extensión territorial mayor que la de Bélgica, Holanda o Suiza, y una cultura propia que se remonta a más de un milenio. En 1931, durante el efímero gobierno republicano de Madrid, Cataluña se proclamó república independiente. Ahora, la izquierda republicana liderada por Angel Colom está protagonizando un resurgimiento del separatismo.

BARCELONA, 13 (Reuter). — En Cataluña, probablemente la más próspera de las 17 comunidades autónomas de España, comienzan a soplar vientos independentistas, aunque todavía sin la fuerza suficiente como para que en las inminentes elecciones regionales puedan desplazar a la actual coalición centrista.

Un paladín de esa tendencia es Angel Colom, cuyo mensaje radicalizado está ganando terreno a pesar de que los comentaristas y observadores no le conceden posibilidad de victoria en los comicios del domingo.

Además de alquilar un helicóptero para recorrer la región en todas direcciones, Colom también reclama el voto de sus conciudadanos en las discotecas y transformó el programa de televisión que difunde su agrupación en un boletín noticioso de ficción. En una de esas ediciones se mostró a Colom como jefe de Estado de la República Catalana mientras recibía a los embajadores de Escocia y España.

Las últimas encuestas indican que su partido Izquierda Republicana (ERC) es visto por los catalanes como el adalid de una opción separatista con posibilidades de triunfo, aunque no tenga chances de imponerse en los inminentes comicios.

"Independencia es el estado político que pertenece a los catalanes", dijo Colom durante una breve pausa de su agotadora campaña proselitista.

"Cataluña está dispuesta a recuperar el lugar que le corresponde en Europa. Ya estamos listos para construir una república", agregó.

A pesar de la opinión optimista de Colom, todo indica que la consulta popular culminará con una cuarta victoria consecutiva del presidente nacionalista Jordi Pujol, que sería escoltado por los socialistas en una virtual reedición del resultado de los últimos comicios, en 1988.

Pero si se confirma la tendencia insinuada por los sondeos de opinión, la ERC puede conquistar hasta 10 de los 135 escaños del parlamento regional. En 1988, Colom y sus seguidores se adjudicaron seis curules, de las que solo les quedan tres ante la deserción de la mitad de la bancada.

Los analistas estiman que el 17 por ciento del electorado catalán dará su respaldo a Pujol y su coalición centrista Convergencia y Unión (CYU), que ya viene ejerciendo la Generalitat (gobierno de Cataluña) desde hace 12 años con una política enérgicamente nacionalista que para muchos españoles resulta "sin parangón".

Cataluña, en el nordeste de España, tiene una superficie mayor que la de Suiza, Holanda o Bélgica. Cuenta con un idioma y una cultura propia cuyos orígenes se remontan a más de un milenio.

Las aspiraciones nacionalistas fueron reprimidas y el ejercicio de su idioma en público pasó a la clandestinidad de los hogares durante la dictadura que ejerció Francisco Franco.

Cataluña se autoproclamó república independiente en 1931, durante la efímera vida del segundo gobierno republicano en Madrid. Desde la restauración de la democracia, en 1975, no dejó jamás de poner de relieve sus diferencias con el resto de la península ibérica.

Pujol, un ex banquero, conoció las cárceles de la dictadura franquista por su profesión de fe nacionalista. El actual presidente de la Generalitat quiere una mayor autonomía en el campo de la seguridad y la cultura. Sin embargo, considera que la postura francamente secesionista de Colom "solo sirve para discutir un tema agotado".

Pujol desarrolló una campaña proselitista sin mayores estridencias, limitándose a exhortar a los electores a reinstalar al mismo equipo de gobierno —encabezado por él— por otros cuatro años.

Pero algunos miem[...] del oficialismo n[...] tranquilos después que su mayoría en el parlamento regional quedó reducida a un solo escaño en 1988, cuando cerca del 40 por ciento de los electores catalanes se abstuvo de concurrir a las urnas.

Como las encuestas vaticinan un creciente abstencionismo, la Generalitat invirtió 125 millones de pesetas (1,25 millones de dólares) nada más que para exhortar a los catalanes a no quedarse en sus hogares el día de los comicios.

A nivel nacional, la mayoría de los catalanes respaldó al Partido Socialista Obrero Español (PSOE) del primer ministro Felipe González, en los últimos comicios. Pero el Socialismo Catalán (PSC) no pudo encontrar todavía la fórmula ganadora.

El líder socialista, Raimon Obiols, se propuso limitar la pompa de la campaña proselitista y presenta al PSC como una agrupación honesta, laboriosa, efectiva, defensora del medio ambiente y dispuesta a sacar a Cataluña de la "ambigüedad, indefinición y parálisis" que atribuye al gobierno de Pujol.

REPORTAJE AL MINISTRO DEL INTERIOR ESPAÑOL, JOSE LUIS CORCUERA

"El terrorismo en España sigue vigente"

*El ministro del Interior español, José Luis Corcuera, llegó ayer a Buenos Aires para la firma de un convenio de colaboración en materia policial y de cooperación en técnicas electorales con la cartera política argentina. En un diálogo exclusivo con **Clarín** defendió a rajatabla la actual política económica del gobierno presidido por Felipe González, a pesar de las amenazas de una huelga general sindical. Además, aseguró que, pese al descabezamiento de la ETA, el terrorismo sigue vigente en su país. Para Corcuera, la unidad europea es un camino insoslayable para el futuro de España.*

Daniel Rodríguez



Corcuero pueblo v... está deci... o terminc... con la violencia

D-7

Se considera "básicamente un sindicalista", y destaca su procedencia como electricista y después secretario general de los obreros metalúrgicos de la provincia vasca de Guipúzcoa. En el último año (lleva tres y medio al frente de la cartera política española) José Luis Corcuera cobró notoriedad como impulsor de una polémica ley de seguridad ciudadana que todos identifican con su apellido. Su experiencia en las filas sindicales y su procedencia vasca le dan un peso particular a sus definiciones en terrenos como el del terrorismo de ETA o lo que se perfila como una muy probable huelga general a convocar por las dos mayores centrales obreras peninsulares. Del diálogo mantenido ayer en Buenos Aires con **Clarín** se extractan aquí los párrafos más significativos.

> "El hecho de que se haya tenido un éxito policial con el descabezamiento de la cúpula de la ETA es sin duda importante, pero no conviene caer en una euforia sin sentido. El terrorismo sigue vigente en España."

—Se dice que el gobierno de Madrid, y especialmente su cartera, vivieron una suerte de euforia tras la reciente detención de la cúpula de ETA en Francia. Sin embargo, la organización terrorista vasca ha demostrado ya otras veces su capacidad de volver a golpear con toda su fuerza. ¿Cómo evalúa la actual posición del Estado español frente al fenómeno terrorista?

—Creo que la satisfacción plena por las noticias llegadas desde Francia me duró cinco minutos. Después volví a la preocupación. El hecho de que se haya tenido un éxito policial con el descabezamiento de la cúpula de ETA es sin duda importante, pero no conviene de ninguna forma contribuir a una euforia sin sentido. El terrorismo sigue vigente. Sabemos que todavía pueden golpear a la sociedad. Hay sí, mayor confianza en la eficacia de las fuerzas de seguridad del Estado para combatir a ETA. Y sobre todo está la voluntad del pueblo vasco de acabar definitivamente con la violencia. A excepción de Herri Batasuna, todos los partidos políticos vascos ya llevan años diciendo "basta de asesinato", y eso suena cada vez más fuerte. Yo no tengo duda de que España superará este fenómeno.

—Durante años se habló de cierta "permisividad" hacia las actividades de ETA del otro lado de los Pirineos. ¿Hubo un cambio de actitud de Francia en ese terreno?

—Bueno, es cierto que hay diferencias con respecto a lo que ocurría, por ejemplo, en 1978. Pero ya llevamos varios años en los que la voluntad política de Francia para erradicar de su territorio a quienes cometen atentados en España es visible. En ese tiempo hubo un perfeccionamiento de los métodos policiales conjuntos que posibilitaron estas operaciones tangibles.

—¿Ese éxito policial acalló las voces que desde la oficialidad de las fuerzas armadas habían expresado malestar con el gobierno por su supuesta ineficacia en la lucha antiterrorista?

—Parece que algunos supieron de eso. Yo no conozco ese malestar militar y creo que no ha existido. Lo cual no desmiente en absoluto que efectivamente haya preocupación en todos los sectores de la sociedad. También entre los que forman parte de las fuerzas armadas. Pero esa preocupación no supone que se haya detectado malestar en el sentido que a veces se quiere dar a esa palabra en España, donde la historia de un régimen sin libertad está tan próxima.

—El gobierno afronta actualmente una amenaza que desde hacía años no se cernía en forma tan abierta. ¿Hay una huelga sindical general en puerta?

—Bueno, es cierto que los discursos de algunos líderes sindicales son realmente incendiarios. Por lo menos por el calor que despiden. Se habla de un otoño "caliente" que supone una resistencia sindical a las medidas que el gobierno tiene que ir adoptando porque está en juego el bienestar de los ciudadanos en España. Nosotros tenemos que converger con las economías del conjunto de Europa, y esto supone, ni más ni menos, jugarnos el futuro de España, para que podamos estar entre los países más adelantados y las sociedades más justas y más redistributivas de todo nuestro continente.

—¿La unificación con Europa les está resultando demasiado traumática?

—El plan de convergencia presentado por el gobierno supone un esfuerzo al conjunto del país, empezando por la propia administración del Estado. No se puede sostener que el gobierno esté "palanqueando" pérdidas del poder adquisitivo del salario.

—Baja inflación y recorte del gasto público aparecen entre las condiciones esenciales para la Convergencia, pero la propia Unión General de Trabajadores (UGT) —ligada al gobernante Partido Socialista Obrero Español— critica las recetas elegidas. El reciente decreto que recorta los alcances del seguro de desempleo, por ejemplo, ha generado airadas protestas.

> "Los discursos de algunos líderes sindicales son realmente incendiarios. Se habla de un 'otoño caliente' que supone una resistencia sindical a las medidas que el gobierno tiene que ir adoptando porque está en juego el bienestar de España."

—El PSOE entiende la necesidad de abrir cauces de diálogo con los sindicatos. Pero hay que dejar en claro que la aportación del Estado al sistema de desempleo va a crecer por encima del diez por ciento. Pasa que cuando un sistema contributivo como este genera déficit alarmantes existen dos posibilidades: o se aumentan las cuotas o se encuentran procedimientos para ajustar los gastos a los ingresos compatibles con un plan de Convergencia como el que está obligado a llevar España.

—Una huelga general con amplia repercusión podría derivar en un alejamiento de Felipe González de la presidencia del gobierno?

—Yo creo que no. Después de la huelga general del 14 de diciembre de 1988, que tuvo amplísima convocatoria, los españoles fueron a unas elecciones generales y le volvieron a dar la mayoría al PSOE, ratificando su apoyo a Felipe. Esto no se puede medir en términos electorales.

Norberto Zeppo

Nº DOCUMENTO ....
TITULO: España: Equiparan minorías étnicas a los católicos
PROCEDENCIA: El País (150007)
FECHA DE PROCEDENCIA: 29/4/92.
VINCULACIONES: España (10072)
E. Sociedad (11165)
Población (11325)

Equiparan Minorías a los Católicos

MADRID, 28 (EFE). — Judíos, musulmanes y protestantes españoles estarán a partir de hoy equiparados a los católicos en todas las cuestiones administrativas y legales, por primera vez en 500 años de historia de España.

El ministro español de Justicia, Tomás de la Quadra, firmó hoy en Madrid acuerdos de cooperación con los representantes de la confesión evangélica, que cuenta con unos 300.000 miembros, la musulmana, con 200.000, y la hebrea, con 20.000.

De la Quadra destacó "la trascendencia real y no simbólica de la firma de los acuerdos, que se suman a los ya vigentes con la Iglesia Católica, para que la libertad religiosa sea una realidad en un Estado para el que todos los creyentes son iguales e igualmente libres".

Además de equiparar las minorías religiosas de "notorio arraigo" con la religión mayoritaria en España, los acuerdos respetan las peculiaridades de cada uno de esos grupos hasta donde lo permitan los principios de igualdad de todos los ciudadanos.

Entre otros puntos, los acuerdos establecen un régimen de igualdad entre católicos, judíos, protestantes y musulmanes en el estatuto de ministros y lugares de culto, asistencia religiosa en Fuerzas Armadas y centros públicos sanitarios, penitenciarios y, en general, asistenciales, enseñanza religiosa en centros docentes públicos concertados y régimen fiscal más beneficioso.

"Estos acuerdos dan la vuelta a cuantas páginas de intolerancia se han registrado en nuestra historia. España, que ha sido suelo y cauce de diversidad de culturas y civilizaciones, reafirma así su voluntad de encarar el porvenir como plataforma de pluralismo efectivo, tolerancia y apertura", subrayó el ministro.

Los representantes religiosos se refirieron también a los ocho siglos de convivencia en suelo español de las tres grandes religiones monoteístas —Islam, Judaísmo y Catolicismo— que concluyeron en 1492 con la expulsión de los judíos y la persecución y posterior éxodo de los musulmanes.

Samuel Toledano, secretario general de la Federación de Comunidades Israelitas, recordó que hace sólo un mes los Reyes de España estuvieron en la Sinagoga de Madrid en un acto de reencuentro y reconciliación con los judíos.

01/01 9204002

VEINTICINCO MILLONES DE PERSONAS DISPERSADAS EN SEIS PAISES

Atrapado entre los territorios de Turquía, Irak, Irán, Siria y Georgia y Armenia de la ex URSS, el pueblo kurdo representa una fuente de conflicto permanente. Sus características más notorias son el tribalismo y una constante inestabilidad. Vive asentado sobre un "mar de petróleo", de allí su importancia estratégica y la consecuente represión a sus deseos de liberación y unificación en un solo Estado.

EL DRAMA KURDO

La decisión alemana de suspender su voluminosa asistencia militar a Turquía, que en la última década superó los 3.000 millones de dólares, no sólo planteó una inédita crisis diplomática entre dos aliados de la OTAN sino que dio un espectacular espaldarazo a la lucha del pueblo kurdo, que intenta alcanzar una amplia autonomía en el norte de Irak y constituir un estado independiente en el sudeste de la península anatólica.

La crisis turco-germana se produjo luego de que el gobierno del presidente Turgut Ozal —curiosamente, un kurdo— ordenara una represión a la población civil de la zona mayoritariamente kurda que el ministro alemán de Relaciones Exteriores, Hans-Dietrich Genscher, criticó por su brutalidad. La inmediata acusación alemana de que Turquía violó los derechos humanos y los derechos de las minorías muestra que, como nunca ocurriera antes, la situación internacional ampara hoy las legítimas aspiraciones nacionales del pueblo kurdo.

Los kurdos constituyen una nación que nunca pudo constituir un Estado. Son 25 millones de personas que se distribuyen entre Turquía (15 millones), Irán (5 millones), Irak (3 millones y medio), Siria (un millón) y las ex repúblicas soviéticas de Georgia y Armenia (500.000). Esta dispersión ha sido uno de los mayores obstáculos en su conmovedora lucha por la independencia, que se inició en 1804 —cuando se produjo la primera rebelión contra los turcos— y que con esporádicas interrupciones ha seguido hasta nuestros días.

La dispersión ha sido uno de los mayores obstáculos en su conmovedora lucha por la independencia

Otra razón del fracaso del independentismo kurdo se encuentra en la falta de cohesión de sus luchas, que tradicionalmente se focalizó en un solo país y que en estos momentos desarrollan por cuerdas separadas los autonomistas (en Irak e Irán) y los separatistas (en Turquía, donde el objetivo es crear un Kurdistán independiente).

Hay todavía una tercera razón. Los kurdos constituyen en esos tres países un detonante que los gobiernos de Turquía, Irán e Irak han activado según sus ocasionales intereses y sus propios dirigentes han mostrado una especial falta de habilidad para saber aprovechar las circunstancias externas. De hecho, han sido cómplices de la desgracia de su pueblo más que forjadores de un destino común.

Llamados kardu por los antiguos asirios, gortuj por los armenios y carduci por los griegos, los kurdos se atribuyen un [illegible]sado epónimo (Kurd) y se consideran a sí mismos como descendientes de los medos. En realidad se trata de un pueblo extremadamente mezclado, con una base indoeuropea a la que se agregaron en el curso de los siglos elementos árabes y turcos. Musulmanes sunnitas y unidos por un lenguaje común, ocupan históricamente el vasto territorio de 50[illegible]000 kilómetros cuadrados que separa [illegible] meseta armenia de las planicies mesopotámicas.

Los factores que históricamente han impedido una simbiosis entre los kurdos y los pueblos donde viven (turcos, árabes, persas) tienen su origen en un par de elementos que les son comunes : una peculiar estructura social y política, cuyos rasgos dominantes son el tribalismo y la extrema inestabilidad.

La actual "cuestión kurda" es un fenómeno emergente del desmantelamiento del Imperio Otomano, en 1918. Sensibilizados por la espantosa matanza de 700.000 kurdos a manos de los turcos durante la Gran Guerra, los firmantes del Tratado de Sevres consagraron en 1920 un Estado kurdo independiente, que sin embargo nunca cristalizó. A partir de este fracaso, las rebeliones kurdas se convirtieron en una constante (1936 en Turquía, 1940 en Irak, 1948 en Irán). En el norte de este último país los kurdos crearon el 23 de enero de 1946 la república de Mahabad, contando para ello con el decisivo apoyo de la ex URSS, pero la experiencia fue efímera y se frustró un año después.

Es un hecho habitual que ante cada sublevación kurda, Turquía, Irán e Irak afirmen recurrentemente que su integridad territorial se encuentra amenazada. Olvidan decir que además se encuentran amenazados buena parte de sus ingresos, ya que el Kurdistán flota literalmente sobre un mar de petróleo. Sin embargo, en sus viejas luchas por la hegemonía regional, ninguno de esos países ha vacilado en utilizar el "comodín" kurdo como elemento desestabilizador.

De las tres grandes comunidades kurdas, la iraní es la que se mantiene más calma. En 1979 el Partido Democrático Kurdo encabezó una extensa rebelión contra el gobierno del ayatollah Ruhollah Khomeini, que fue aplastada. Sin embargo los kurdos gozan actualmente de una autonomía relativa y ello parece suficiente para que los guerreros "peshmergas" (literalmente, "los que se enfrentan a la muerte") se mantengan inactivos en las montañas del norte del país.

Los kurdos están especialmente marginados en Turquía: no son reconocidos como pueblo y no pueden hablar su idioma

En Irak, por el contrario, los "peshmergas" prolongan una sublevación que de hecho se inició en 1966. Cuatro años después del comienzo de la rebelión, el Partido Democrático del Kurdistán, liderado por Mustafá Barzani, arrancó al gobierno la firma de un tratado que consagraba una amplia autonomía para los cuatro distritos kurdos de Irak, reconocía el uso del idioma kurdo y se comprometía a salvaguardar su identidad cultural.

Ese tratado, sin embargo, se convirtió rápidamente en letra muerta y en 1972 Barzani optó por establecer una virtual alianza con el cha Reza Pahlevi, que desde entonces le dio todo tipo de ayuda. Pero en 1975 el cha suscribió con Irak un tratado sobre el Chatt el-Arab y dejó las manos libres a Bagdad para aplastar la rebelión kurda.

Una segunda etapa se inició en setiembre de 1988, cuando Massud Barzani, hijo del desaparecido Mustafá y como él líder del poderoso Partido Democrático del Kurdistán, aprovechó la guerra entre Irak e Irán para lanzar un masivo ataque sobre Kirkuk, riquísima ciudad petrolera que estaba siendo aceleradamente arabizada. El fin de la revuelta fue horrible: más de 5.000 civiles kurdos fueron muertos con armas químicas y otros 70.000 debieron refugiarse en Turquía. Pero en 1991 Barzani y Jalil Talabani, líder de la Unión Patriótica Kurda, aprovecharon el colapso de Saddam Hussein en la guerra del Golfo y lanzaron una gran ofensiva en el norte del país.



El Kurdistán alberga a 25 millones de habitantes distribuidos en 500.000 kilómetros cuadrados que [illegible] pertenecen a Turquía, Irán, Irak, Siria y la CEI. Nunca pudo [illegible] estado propio, aunque desde 1804 luchan por obtener su independencia [illegible] al menos una amplia autonomía.

Infografía / CLARIN

El momento para el ataque fue mal elegido. Notoriamente debilitado, el ejército iraquí ya no representaba una amenaza para los países vecinos pero —como los hechos lo demostraron— se encontraba perfectamente capacitado para controlar la situación interna. La represión consiguiente provocó una desesperada huida de dos millones de civiles kurdos hacia Irán y Turquía, pero este país se negó a recibir a los refugiados y Saddam, presionado por los Estados Unidos, debió admitir su regreso a zonas que no están bajo control efectivo de su gobierno. De este modo, y por primera vez desde 1918, los kurdos recibieron lo que siempre han pedido desesperadamente: algún tipo de garantías de la comunidad internacional.

Si los kurdos de Irak confían en estas garantías para presionar a Saddam y lograr una amplia autonomía, los de Turquía optaron por [illegible] va insurrección que [illegible] en 1984. Aunque se trata de [illegible] sa minoría, los kurdos están [illegible] mente marginados en Turquía: no pueden hablar su idioma, no son reconocidos como pueblo (se les llama "turcos montañeses") y tienen un nivel de [illegible] considerablemente inferior al de los otros habitantes del país. Al [illegible] semanas atrás el estudio [illegible] de la cuestión kurda —una [illegible] posición de la Comunidad Europea— [illegible] legislador [illegible]: "Los que [illegible] no son de [illegible] derecho: el de ser servidores". Otro [illegible] do famoso, el realizador cinematográfico Ylmaz Guney, aludió a esa [illegible] de marginación en su notable [illegible] camino).

La sublevación está dirigida por el Partido Kurdo de los Trabajadores (PKK), que se define [illegible] ninista y que tiene [illegible] Líbano oriental [illegible] dullah Ocalan. [illegible] muchas veces terrorista [illegible] año pasado y tomado [illegible] dimensión insospechada: cuenta [illegible] con un fuerte respaldo en el sudeste de la península anatólica y ha llegado a convertirse en una verdadera amenaza para el gobierno de Ankara.

Como ocurre habitualmente, la represión turca se extendió estos últimos días más allá de la frontera con Irak. El ejército de Ankara invocó una vez más el "derecho de persecución" que en 1984 le acordó Saddam Hussein para que ejerciera su propia justicia en territorio iraquí. Ese tratado caducó en 1988 y nunca fue renovado, pero no hay duda que Bagdad aprueba toda acción que debilite el movimiento nacional kurdo en su conjunto. Más allá de sus diferencias, a veces abismales, en este punto la coincidencia de Teherán, Ankara y [illegible] dad sigue siendo total.

Carlos [illegible]

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 27 de abril de 1992 INTERN

Arabes e israelíes reanudan hoy en Washington el difícil diálogo de paz

WASHINGTON, 26 (EFE). — Arabes e israelíes reanudarán mañana, en **Washington**, sus difíciles conversaciones bilaterales para la paz que, después de esa quinta ronda en la capital estadounidense, se trasladarán a **Roma**.

Los negociadores sirios, libaneses, jordanos, palestinos e israelíes volverán a la sede del **Departamento de Estado** norteamericano para la continuación del diálogo, que comenzó a fines de año con la histórica conferencia de paz de **Madrid**.

Las precedentes rondas de negociaciones no permitieron realizar grandes progresos en las cuestiones de fondo, especialmente el futuro de los territorios palestinos ocupados por Israel, aunque los obstáculos de procedimiento —que paralizaron la primera ronda en Washington en diciembre— fueron parcialmente superados.

En la cuarta ronda de conversaciones, en marzo, israelíes y palestinos intercambiaron planes respecto al proceso de autonomía de Cisjordania y Gaza, pero sus respectivas propuestas demostraban la visión radicalmente diferente que tienen unos y otros para el futuro de esos territorios.

Israel rechazó entonces una propuesta palestina para establecer un régimen provisional de autonomía en Cisjordania y Gaza, por considerar que ese plan constituía "las bases para un Estado".

Antes de viajar a Washington para la quinta ronda, la portavoz palestina, **Hanán Ashrawi**, declaró que su delegación exigirá en las conversaciones que comienzan el lunes la celebración de elecciones generales entre los dos millones de habitantes de los territorios ocupados.

Fuentes israelíes indicaron, por su parte, que los delegados judíos tienen previsto ofrecer a los palestinos "elecciones municipales", como parte de un proceso gradual hacia la autonomía.

Las negociaciones entre israelíes y palestinos no son las únicas en estancarse en las divergencias.

Los sirios y el equipo de representantes judíos que negocia con ellos siguen bloqueados por problemas de interpretación de la resolución 242 del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, que establece la retirada de Israel de los territorios ocupados a cambio de fronteras seguras.

En vísperas de celebrarse la quinta ronda de negociaciones, el presidente sirio, **Hafez Assad**, dijo el sábado que lo único que puede aportar la paz a Oriente Medio es la retirada de Israel de los territorios ocupados.

El pasado miércoles, el primer ministro israelí, **Yitzhak Shamir**, declaró por su parte que Israel no se desprenderá jamás de los territorios ocupados de Cisjordania y Gaza, lo que fue considerado por los analistas como un abierto desafío a las delegaciones árabes antes del comienzo de la quinta ronda.

Doc. Poco LEGIBLE

01/01

9204004

Nº. DOCUMENTO

TITULO Israel ofrece elecciones comunales a los palestinos.

PROCE[illegible] CLARIN (1590221)

FE[illegible] 28/4/92.

VI[illegible] M.O. (10195)

F. Pol. (11164)

RR. II. (11398)

Israel (10107)

Conf. Paz [illegible] (11552)

DIALOGO DE PAZ

Israel ofrece elecciones comunales a los palestinos

D.7

WASHINGTON, 27 (Reuter). — Israel propuso hoy formalmente la realización de elecciones municipales entre los palestinos de los territorios ocupados en la apertura de la [illegible] de conversaciones sobre Oriente Medio, que se realiza en Washington.

Siria, por su parte, [illegible] la restricción de viaje que pesa sobre la comunidad judía.

Las partes se acercaron esta vez a la mesa de negociaciones dispuestas a abordar [illegible] el tema, a diferencia de las reuniones previas donde se enredaron en cuestiones de procedimiento.

Las cinco partes involucradas —Israel, Siria, Jordania, Líbano y los palestinos— también bajaron el volumen de la retórica en sus informes a la prensa.

"[illegible] presentamos hoy [illegible] sugerencias concretas, de las cuales la más destacada es la propuesta de realizar elecciones municipales piloto en los territorios ocupados (de Cisjordania y la franja de Gaza)", declaró el viceministro israelí Benjamín Netanyahu.

Netanyahu rehusó dar detalles sobre la propuesta presentada en una reunión de tres horas y media con los negociadores palestinos, pero señaló que constituyen "el experimento democrático de mayor escala en el mundo árabe".

Por su parte, la portavoz palestina Hanan Ashrawi comentó que su delegación quiere estudiar [illegible] israelí, [illegible] en principio [illegible] que las elecciones no deberían ser sólo municipales sino también para formar una legislatura que tenga autoridad sobre las fuerzas de ocupación israelíes.

"Estamos dispuestos a aceptar las elecciones municipales una vez que hayamos votado por una autoridad nacional palestina", explicó.

La propuesta israelí ayudó a dar el puntapié inicial de la quinta ronda de conversaciones de paz para el Oriente Medio comenzadas en octubre en Madrid.

"Tienen que seguir adelante y esperamos que lo hagan en esta ronda", señaló el secretario de Estado adjunto Edward Djerejian el domingo por la noche.

Fuentes israelíes dijeron hoy que el secretario de Estado norteamericano [illegible] James Baker [illegible] inesperadamente al canciller israelí David Levy [illegible] reunión el martes. Levy está en [illegible] donde tenía un discurso programado [illegible] había planeado [illegible] visita a Washington.

Tres rondas en Washington, todas ellas marcadas por andanadas de acusaciones mutuas, mostraron algunos progresos en cuanto al procedimiento, pero ningún avance sustancial.

En su arribo al Departamento de Estado para la reunión de hoy, las delegaciones parecían revelar una posición algo más flexible.

"Todos tenemos que el resultado de esta ronda no difiera del de las anteriores. Pero [illegible] esperamos [illegible] que si todas las delegaciones se hicieron presentes, eso significa que intentan cumplir su tarea", indicó el jefe de negociadores sirio Mowafak al-Allaf.

Su par israelí, Yosef Ben Aharon, declaró: "Vinimos dispuestos a lograr algún progreso hacia ese objetivo que es el más importante para nosotros, la paz".

En una señal de buena voluntad, Siria levantó algunas medidas discriminatorias contra los 4.500 integrantes de la comunidad judía de su territorio, según informó a los Estados Unidos.

"Estamos muy complacidos de haber obtenido una confirmación oficial del gobierno sirio del levantamiento de las restricciones discriminatorias sobre movimientos y disposición de la propiedad para la comunidad siria judía", expresó la portavoz del Departamento de Estado Margaret Tutwiler.

Negociadores israelíes habían reclamado repetidamente una mejora en las condiciones de vida de los sirios judíos.

Tutwiler dijo que todos los miembros de la comunidad judía serán tratados en adelante como otros ciudadanos sirios en materia de viajes al exterior. Anteriormente, los judíos que querían salir del país debían dejar al menos un familiar directo dentro del territorio y depositar hasta 1.000 dólares por persona.

La ronda actual, que finalizará la semana próxima, será posiblemente la última antes de la elección nacional del 23 de junio en Israel. La próxima etapa se desarrollará en Roma.

DOC. POCO LEGIBLE

ENTRADO V.R.

CRUZADO V.R.

01/01

9204005

Partido Laborista israelí renueva sus integrantes

Jerusalén (AFP)

El Partido Laborista Israelí cambia su imagen para las elecciones legislativas de junio, y aunque conserva a sus dirigentes de siempre, Isaac Rabin y Shimon Peres, presenta una lista renovada, que incluye un número importante de judíos orientales y de "palomas".

Las "primarias" del Partido Laborista, primeras de esta índole en Israel, han puesto en primer plano una serie de dirigentes que tienen actualmente cuarenta años de edad, mientras que una parte de la vieja guardia quedó situada en la retaguardia.

De acuerdo a los resultados de 90% de los votos, 15 de los 40 primeros candidatos del partido a las legislativas son recién llegados que nunca han sido electos al Parlamento.

Entre los diez primeros, sólo Rabin y Peres han ocupado carteras en diversos gabinetes y el ex número uno laborista, que tiene 70 años de edad, recibió 90% de los votos, obteniendo el segundo lugar de la lista tras el "halcón" Isaac Rabin, al cual la dirección del partido designó como jefe de la formación el 19 de febrero.

La sorpresa la creó la llegada al tercer lugar del joven diputado Avraham Burg, de 37 años, considerado como una "paloma" del partido, pues es favorable a las negociaciones con la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) y partidario de una retirada territorial de Cisjordania y de la Franja de Gaza.

Burg causó sensación en noviembre, al forzar al congreso del Partido Laborista a votar una moción separando "la religión y el Estado".

"El resultado de las primarias constituye un voto de confianza para un grupo de jóvenes que tiene el valor de defender sus opiniones y no teme decir claramente su mensaje a la población", declaró Burg a la prensa israelí.

Tras Peres y Burg se sitúan Benyamín Ben Eliezer, Ora Namir, Haim Ramon, Israel Kessar (jefe de la central sindical Histadrut), David Libai, Meir Chetrit y Nissim Zwilli.

Entre los nuevos candidatos se destaca la hija del ex ministro israelí de Defensa, Moshe Dayan, la escritora Yael Dayan, a la cual se considera como "paloma". Las palomas representan entre 30 y 40% de la lista y hay 11 "judíos orientales" entre los cuarenta elegibles.

En la primaria celebrada el martes, participaron 106.511 miembros del Partido Laborista, lo cual representa el 70% de sus miembros activos.

Con esta primaria, cuyos resultados definitivos sólo serán conocidos en la noche del miércoles, el partido ha designado a sus candidatos para las legislativas del 23 de junio.

En las elecciones de noviembre de 1984, el Partido Laborista obtuvo 39 escaños de los 120 que componen la Asamblea.

920406.

LIDER SINDICAL ISRAELI HABLA SOBRE SINDICALISMO LIBRE

BUENOS AIRES (Especial para EL PAIS). — Grisha Elroi, de 35 años de edad, nuevo director del Departamento de Relaciones Exteriores de la Histadrut (Confederación General de Trabajadores de Israel) estuvo en la capital argentina por 72 horas y cumplió una intensa agenda que comprendió entrevistas con el Ministro de Trabajo de la República Argentina, líderes sindicales, líderes de la comunidad judía argentina y periodistas.

En una conversación exclusiva para nuestro diario, Elroi, nacido en Siberia y educado en Alemania y en Israel, nos narró sus impresiones sobre la imbrtante conferencia internacional de la CIOSL (Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres) en Caracas, a la cual asistió antes de su visita a la Argentina, en compañía del representante de la Histadrut para América Latina, Igal Szir. Elroi comenzó señalando que en los últimos años se produjeron cambios dramáticos en el sindicalismo mundial como resultado del derrumbe de la otrora poderosa Federación Sindical Mundial comunista. Hay una serie de organizaciones obreras que han solicitado su afiliación, por lo que la CIOSL ha experimentado un crecimiento sin precedentes. Además, hay una atmósfera de franqueza y de disposición a abordar temas espinosos que no existía antes. Por ejemplo, en la resolución sobre el Medio Oriente se condenó el terror y, particularmente, en forma muy enérgica, el atentado contra la embajada israelí en la Argentina y al mismo tiempo se solicitó a Israel que congele el establecimiento de asentamientos en las zonas ocupadas, lo que no es nuevo. Pero lo que sí es nuevo es que se condenó en forma clara y explícita a los países que no permiten la creación de sindicatos, entre los cuales Irán, Irak, Siria y Arabia Saudita. Hubo una condena muy enérgica a Irak por sus maniobras de ocultamiento de armas y una censura igualmente categórica a Kuwait por no cumplir con sus promesas de democratización.

En Caracas, señaló Elroi, se trataron fundamentalmente dos temas: la democracia y el sindicalismo y la ecología y el sindicalismo. Ambos problemas tienen dimensión universal y afectan a los obreros en todas partes. Por supuesto, se hizo hincapié en que no alcanza con la democracia formal y que es necesario luchar por la justicia social y la división equitativa de los ingresos. Al mismo tiempo, se insistió en la necesidad de democratizar al mundo entero y a terminar con una situación en la cual las democracias son integrantes de una especie de club exclusivo. Pero es claro que, sin sindicatos libres, la democracia no podrá arraigarse.

Interrogado acerca de la labor específica de la Histadrut en el campo internacional, el dirigente israelí, que es graduado en Sociología en la Universidad de Tel Aviv, señaló que la Histadrut tiene una larga tradición de colaboración con la CIOSL y, actualmente, tiene representantes que colaboran en sus programas regionales en México y en Singapur, además de formar parte de su consejo ejecutivo. La central sindical israelí tiene tres oficinas de representación en Buenos Aires, Bruselas y Nueva York y agregados laborales en las representaciones diplomáticas israelíes en Washington y en Bonn.

Pero la tarea de mayor relieve realizada por la Central Sindical israelí, es la educativa. La Histadrut cuenta con tres Institutos de Educación Sindical: el Afro-Asiático, el Latinoamericano y el destinado a los países de Europa Oriental. Mientras los dos primeros ya actúan desde hace más de treinta años y en conjunto pasaron por ellos más de 45.000 becarios, el tercero es de formación reciente. Pero su crecimiento es muy rápido porque en los países de la CEI y de Europa Oriental existe una gran avidez por conocer el modelo de la Histadrut, que une la función sindical a la participación dinámica en la vida económica, social y cultural del país.

Por último, recalcó el dirigente israelí el hondo compromiso de la Histadrut con el proceso de paz en el Medio Oriente. En un mundo con crecientes procesos de regionalización, hay muchos problemas que ningún país puede solucionar por separado. En el Medio Oriente tendremos que ponernos de acuerdo sobre temas tales como los refugiados, el agua, la energía, la utilización de las materias primas y la ecología. Pero para todo ello la paz es imprescindible.

Israel: David Levy retiró su denuncia

El Likud, que gobierna desde hace 15 años en Israel, mantiene desde ayer sus posibilidades para las elecciones de junio venidero, al desistir el "abanderado" de los sefaradíes (judíos orientales), David Levy, ministro de Relaciones Exteriores, de la renuncia a su cargo. La fórmula de compromiso adoptada por Levy con el primer ministro Yitzhak Shamir está orientada a neutralizar el avance de los laboristas. Levy había anticipado el domingo último que renunciaría ayer.

JERUSALEN, 5 (EFE, ANSA y Reuter). — El ministro israelí de Asuntos Exteriores, **David Levy**, ha decidido finalmente seguir en el gobierno del primer ministro **Yitzhak Shamir** y **retirar su dimisión** que había anunciado para hoy.

Llegamos a un acuerdo que me satisface plenamente, declaró Levy a los periodistas después de reunirse unos minutos a solas con Shamir mientras los demás ministros de Estado los esperaban para comenzar la habitual reunión dominical del gabinete nacional.

La dimisión del ministro de Exteriores, suponía hoy la prensa local, hubiese podido causar una escisión del bloque nacionalista **Likud** a menos de tres meses de las elecciones parlamentarias, que se celebrarán el próximo 23 de junio.

Según el acuerdo firmado esta mañana, Shamir, en contra de su voluntad, ha tenido que reconocer la existencia de una facción identificada con Levy en el Comité Central del Likud.

Shamir además se comprometió a nombrar ministro a un exponente de la corriente de Levy y a incluir otros representantes de este sector en las instituciones del partido y de la agencia hebraica, así como en las comisiones de la Knesset (Parlamento).

Algunos observadores consideran sin embargo que las aguas no se calmaron del todo en el partido mayoritario. El ministro de defensa **Moshe Arens**, según refirió radio Jerusalén, se mostró "muy crítico" por el acuerdo entre Shamir y Levy y acusó al canciller de "extorsión".

Levy, por su parte, afirmó que "nadie nos ha regalado nada" y que "no hubo ni vencedores ni vencidos".

El ministro reiteró que "será necesario trabajar muy duro para cicatrizar las heridas que se abrieron en nuestro movimiento", pero aseguró luego que "en la batalla contra el líder laborista Yitzhak Rabin estaremos todos unidos".

El primer ministro había descrito esta semana como **"una broma"** la dimisión del titular de Exteriores.

Allegados de Levy, entre ellos varios alcaldes de ciudades en desarrollo, le aconsejaron hoy, antes del acuerdo, la formación de un nuevo partido político. **"Sin duda ganaría muchos escaños en las elecciones de junio"**, dijo uno de ellos, **David Amar**.

El jefe de la diplomacia israelí, también viceprimer ministro de Gobierno, no llegó a presentar su carta de dimisión, como señaló esta mañana que lo haría, y se abstuvo de dar detalles sobre el acuerdo que firmó con Shamir.

Hasta esta mañana, Levy había rechazado los ofrecimientos que le hicieron emisarios del jefe del gobierno para evitar que hiciese efectiva la dimisión a menos de tres meses de las cruciales elecciones parlamentarias contra el laborismo.

De esos comicios, en los que Shamir tendrá que medirse con el líder laborista **Yitzhak Rabin**, dependerá el futuro del proceso de paz en Oriente Medio conforme a una iniciativa norteamericana de la cual Levy es el principal abogado en el Likud.

La crisis estalló hace menos de una semana a raíz de la negativa del primer ministro israelí a reconocer a Levy como líder de una facción "dentro" de su bloque Likud, y mayor representación a sus seguidores en organismos del partido y del Estado.

"Desde este momento la crisis quedó a nuestras espaldas, y trabajaremos juntos" con Shamir, agregó **esta mañana Levy** antes de comenzar la reunión a puerta cerrada del Consejo de Ministros.

El enfrentamiento, que comenzó con la lucha por el poder dentro del Likud, despertó esta semana viejos resentimientos de carácter étnico entre las comunidades judías de origen oriental, como Levy, nacido hace 54 años en Rabat, Marruecos, contra Shamir y sus allegados de origen europeo (ashkenazi).

(150024) 6/4/92

01/01

CRUZ ... VR.

92E4C08

ISRAEL ANTE UN NUEVO DESAFIO

CUENTASE que Golda Meir gustaba decir que los judíos anduvieron errantes por el desierto durante cuarenta años, pero que, cuando finalmente se radicaron en un lugar, lo hicieron en el único de todo el Medio Oriente donde no hay petróleo.

Sin embargo, esa falencia no fue impedimento para desarrollar el país y llevarlo a ocupar un sitial de avanzada en muy diversos campos de la ciencia fundamental y aplicada.

Llegado a ese nivel, se enfrenta con un fenómeno singularísimo del cual puede derivarse un nuevo y formidable impulso de progreso o una situación explosiva de imprevisibles proyecciones.

En efecto, la descomposición inicial de la URSS y su posterior desaparición, abrió las puertas a la emigración judía en forma masiva.

Se calcula que en el período 1990-94, un millón de ex soviéticos de origen hebreo, se dirigirá a Israel. Tal aflud incrementará la fuerza de trabajo israelí en un 25%, modificará su composición demográfica, creará problemas de absorción, no sólo laboral, sino incluso, lingüística, y alejará o eliminará la preocupación por el mayor índice de crecimiento poblacional de los árabes que viven en su territorio.

PERO implicará más alimentos, más vestimenta, más viviendas, más servicios de salud, más infraestructura educativa y más de todo.

Como contrapartida, Israel recibirá un caudal sin precedentes de talentos: se estima que el 40% de esos inmigrantes estará constituido por ingenieros, arquitectos, médicos, investigadores, etc., es decir, por recursos humanos altamente especializados que supera, en mucho, al porcentaje existente en Israel y, aún, en Estados Unidos.

(La otra cara de esta situación la representa el desmedido vaciamiento de talentos de la ex URSS, una verdadera fuga de cerebros de su potencial científico y tecnológico).

Ahora bien, esa migración exige considerables inversiones —que no se limitan a los 10 mil millones de dólares cuyo aval solicita Jerusalén a Washington para asentar a los que lleguen— y una revisión radical de toda la problemática nacional. Quizá la impulse a una mayor estatización y, posiblemente, a un cambio en el espectro político.

TODO ello configura serios riesgos, probablemente tantos como no ha debido enfrentar el país en toda su historia reciente. No son riesgos que involucren la existencia de Israel —como sucedió en las guerras contra el mundo árabe— pero sí riesgos de supervivencia para la sociedad israelí tal cual es hoy en día. La vuelta a la inflación salvaje no es el de menor entidad, con la consiguiente tensión social.

Para atender a este flujo masivo de inmigrantes, necesitará de la ayuda exterior, pues carece de recursos suficientes para asimilarlos.

Pero, entonces —como escribe Joel Bainerman, desde Jerusalén— esta dependencia de los capitales del exterior, beneficiosa a corto plazo, ¿no perjudicará la competitividad del país en el futuro impulsándolo a gastar más allá de sus posibilidades? ¿No se distorsionará su economía al contemplar lo doméstico en detrimento de su desarrollo?

No existe ningún antecedente mundial que pueda servir de guía a los israelíes para solucionar la grave cuestión de insertar a un millón de personas en un cuerpo social de 4 millones, en un plazo reducido y perentorio.

LA realidad más aproximada es la de Alemania: tiene que incorporar a su sistema, probadamente eficiente, 17 millones de connacionales procedentes de la ex RDA. Pero estos últimos tienen todo lo necesario para vivir: sólo se trata de mejorar sus condiciones de vida y de adaptarlas a las exigencias propias de una sociedad basada en la iniciativa privada. Tienen viviendas, implementación industrial (aunque obsoleta), servicios y [illegible]. Los ex soviéticos que emigran a Israel, al contrario, tendrán que empezar por aprender hebreo y alojarse en tiendas de campaña.

LA decisión israelí de acoger a parte de la diáspora ex soviética —a todos cuantos quieran dar ese paso— no obedece a [illegible] que significará [illegible] sino a un imperativo moral que, para su [illegible], sigue siendo inmutable: se basa en la convicción de que todos los judíos del mundo son sus hermanos ([illegible] propios sin distinción alguna, en cuanto pisan su suelo) y que es su deber insoslayable ayudarlos.

Lo demostraron así cuando se hicieron cargo de trasladar —primero, clandestinamente y luego legalmente— a miles de judíos etíopes desde la [illegible] y [illegible] Abisinia hasta su país. No repararon con la rémora que les significaría absorber a gente iletrada (muchos no conocían ni siquiera la luz eléctrica), gente del cuarto mundo, [illegible], desnutridos, pero que [illegible] a la tradición judía.

¿Qué tiene de extraño, entonces, que Israel quiera recibir a la [illegible] de la ex URSS, formada en [illegible] capacitados y afanosos de vivir en libertad en un país que reconocen como suyo?

NO obstante las ímprobas dificultades que habrá de superar antes de que su asimilación se complete, Israel pondrá en juego toda su capacidad e inteligencia para alcanzar esa meta y, sin duda, la logrará. Es un desafío que vigorizará su identidad nacional.

TECNICOS ISRAELIES ASESORARAN A PRODUCTORES DEL AGRO EN CANELONES

EL Intendente Dr. Andújar hizo una evaluación de su gira reciente por Europa

CANELONES (Por Miguel Angel Vignola).- A su regreso de su viaje por varios países de Europa, el Intendente de Canelones, Dr. José Andújar, destacó como muy positiva su visita a Israel, donde participó de una conferencia con Intendentes de Europa, Estados Unidos, Africa y América Central. Destacó Andújar que fue muy interesante escuchar la experiencia de todos ellos sobre temas generales, como por ejemplo dónde se adquieren los recursos para las intendencias y en qué se administran.



Intendente Dr. José Andújar.

"Nos impresionó -dijo el Intendente- en la recorrida que hicimos por Israel, la tecnología que emplean en los establecimientos agropecuarios. La cantidad de su producción era realmente admirable en una tierra roja y con piedras, no como la nuestra".

"Todo lo que hace esto posible, es el riego, todos los establecimientos lo tienen, ese sistema es casi en un 80% por microgoteo".

¿Cómo puede un productor nuestro acceder a ese riego?

"Un predio de 5 has., para producir en cantidad, necesita tener agua y llegar al riego y tenemos dos problemas: la tecnología del riego y la financiación del mismo, eso lo planteamos en la conferencia, incluso al Embajador de Israel: cómo podía nuestro productor acceder a ese tipo de cosas".

"Ya tenemos comprometida la presencia de técnicos en Canelones, para asesorar a nuestros productores, el técnico que desarrolló el tema del micro gotero es uruguayo. Otro de los temas que debemos considerar es que nuestros productores tienen que acostumbrarse a trabajar en predios techados, aprovechando la temperatura para evitar accidentes climáticos, eso sería una gran solución para Canelones actuando en predios pequeños".

"En los próximos días -dice Andújar- inauguramos en la zona de Pache, Ruta 81 km 5 un pozo manantial conjuntamente con el Ministerio de Agricultura y Pesca, realizado por una maquinaria que vino desde los Estados Unidos. Ese productor estará en la avanzada dentro de muy pocos años. Y estos pozos serán aumentados en cuanto se pueda".

En otro orden de cosas, señaló Andújar su deseo de respaldar a los productores que quieran tener agua de la represa del Canelón Grande, que la denominó como "predios que deben se administrados por la Intendencia Municipal, porque no se puede administrar de lejos de donde están las cosas."

¿Qué planes hay para los minifundios de Canelones?

Conjuntamente con el Ministerio de Agricultura y Pesca se realizan estudios de la zona, regionalizándola, para que los ingenieros agrónomos que tienen como misión visitar al productor, como si fuera un médico de domicilio, para conocer sus necesidades y hablar de reconversión del punto de vista de la producción. Sigue siendo la gran salida el agua y que los cultivos se hagan en invernáculos.

"La intifada kurda"

● El ejército guerrillero suma unos diez mil hombres que operan desde bases dentro del territorio iraquí

Los soldados llegaron al alba precedidos por helicópteros que revoloteaban sobre el laberinto de callejones desiertos. Pero al igual que los reflectores de los tanques que se lanzaron simultáneamente sobre este bastión de la guerrilla separatista kurda hace seis días, los francotiradores aerotransportados habían perdido todo propósito estratégico. Sencillamente ya había amanecido. Como de costumbre, los peshmerga del Partido Kurdo de los Trabajadores (conocido por sus siglas en kurdo: PKK) se habían desvanecido con la noche.



"El problema kurdo no es el resultado de errores de ningún gobierno turco, sino producto de un conflicto histórico entre la ideología que domina en Turquía y la aspiración nacionalista de los kurdos", afirma un columnista. (Telefoto de AFP)

por Juan Carlos Gumucio

■ Las balas disparadas por el Ejército turco mientras tomaba control de Cizre el pasado jueves, hirieron en consecuencia a tres civiles. Según informes de la oficina de Derechos Humanos en el sureste turco, uno de ellos, un muchacho de 13 años llamado Nihat Celason, murió en su casa más tarde. Su cadáver, con el pecho desgarrado por un proyectil de ametralladora pesada, tuvo que ser sepultado temporalmente en el jardín de la casa. El toque de queda va en serio.

Un oficial de aspecto sombrío se encargó de recordárselo a los periodistas encerrados en el hotel Kadooglu de Cizre. En la entrada, el militar pegó un cartel con la orden de no asomarse ni a las ventanas. Sin pronunciar una sola palabra, el oficial levantó la mano y su índice subrayó la última línea. "Por vuestra propia seguridad", decía. Había algo de macabro en el gesto. A pasos del hotel, en una pared de cemento, todavía están incrustados fragmentos del cuero cabelludo de Izzet Keezer, un fotógrafo del diario turco Sabah al que una bala le destrozó el cráneo durante un confuso tiroteo hace cinco días. Sus colegas y varios testigos acusan al Ejército. La bandera blanca que empuñaba el periodista no le sirvió de nada.

Una semana después de que el tradicional festival de la primavera que se celebra con el advenimiento del Año Nuevo (Nouruz) se convirtiera en otro episodio sangriento en la larga historia de la lucha entre los kurdos y el gobierno de Turquía, Ankara está descubriendo no sólo que los riesgos de su política en el sureste del país son cada cada día más grandes, sino que sus enemigos están más organizados que nunca. Al menos 60 personas, la mayoría civiles kurdos, perecieron en las refriegas registradas en Cizre, Nusaybin, Sirnak y otros pueblos dentro del llamado triángulo de Boltan, cerca de las fronteras con Irak y Siria.

Kurdos y turcos se acusaron mutuamente de provocar el derramamiento de sangre, pero existe más de un indicio serio de que el gobierno pudo evitar la violencia y no lo hizo. La sutileza y el tacto no son precisamente virtudes de los gobiernos turcos que sucesivamente han venido negando la identidad cultural y los derechos políticos de los diez millones de kurdos que viven en Turquía. La más reciente prueba de ello causó víctimas inocentes y provocó un serio seísmo político en Ankara que ahora el gobierno del primer ministro Suleiman Demirel está arduamente tratando de parar.

Los enfrentamientos de hace una semana no sorprendieron a nadie y no sólo porque el propio PKK había anunciado con reiteración su famosa "ofensiva de la primavera". En varios pueblos del sureste, mientras millares de kurdos se concentraban en plazas, calles y cementerios para celebrar el Nouruz con canciones, danzas y ritos autóctonos, helicópteros de la policía los bombardearon con octavillas.

Lo primero que se quemó, pues, en las tradicionales fogatas fueron las hojas de papel que caían del cielo. Innecesariamente, las octavillas decían que el Nouruz en realidad no era una fiesta kurda sino turca, porque marcaba el inicio del duodécimo mes del calendario turco. En otras palabras, el gobierno estaba acusando a los kurdos de haber secuestrado una milenaria "tradición turca". En algunos casos, las viejas tonadillas kurdas se ahogaron en la potencia de marchas militares turcas desde los altavoces de coches policiales. Para colmo, durante el funeral de un kurdo en Esmirna, un grupo de policías se lanzó a la carga sobre los dolientes a gritos de "¡Abajo los derechos humanos!" y "¡Convertiremos Esmirna en cementerio de comunistas!".

Estos episodios fueron una afrenta a la comunidad kurda a la que el Estado moderno creado por Ataturk la Turquía, que ansía entrar en la CE, sigue prohibiendo hasta el uso de su idioma. Mientras las octavillas caían del cielo y los músicos turcos se desgañitaban en tan absurda provocación, sobre las cabezas de los kurdos acorralados por unidades bien armadas de la policía comenzaron a flamear banderas del porscrito PKK. En medio de las consignas y los vivas a Abdula Apo Ocalan tronaron entonces los disparos que produjeron los primeros muertos de la primavera.

Se perfila a todas luces como un prólogo sangriento de la nueva campaña del temible Ocalan. Irónicamente, es la errática política gubernamental la que actúa como impulso de los aliados más valiosos del PKK.

La ineficiencia oficial, la política de discriminación y sobre todo la represión y la falta de pruebas de que Turquía quiera, como lo dice, reconocer las aspiraciones kurdas, están entregando munición a Ocalan y sus numerosos seguidores. El PKK necesita mártires y el Ejército los está produciendo con una diligencia cuya magnitud sólo es comparable a la de la negligencia del gobierno frente a las demandas de respeto a los derechos humanos del empobrecido sureste turco.

Lo que es aún más peligroso para el gobierno de Demirel: entre Ankara y los soldados que asedian las aldeas kurdas existe un golfo que se va ensanchando por una falta de coordinación que la oposición está aprovechando para atacar al gabinete. Como era de esperar en el bizantino mundo de la política turca, políticos y columnistas pro-gubernamentales ya han comenzado a sugerir que la crisis del sureste es parte clave de un oscuro complot para derrocar al gobierno de coalición formado por Demirel hace cuatro meses.

"El PKK se ha convertido en un instrumento secreto en esta guerra", escribió esta semana Ismet G. Ismet. "Fuera cual fuera su estrategia, este movimiento está a punto de ser utilizado en una gran guerra de explotación. Los civiles a los que el PKK está encarrilando a la guerra no son sólo peones de la guerrilla sino de algunos círculos del poder que tienen un objetivo en mente: deshacerse del gobierno de coalición".

Las sugerencias están, por supuesto, dirigidas al Partido Patria del presidente Turgut Ozal, cuya enemistad con Demirel es abierta. Empeñada en proyectar el problema kurdo como una herencia de la política de Ozal, la maquinaria del gobierno no deja pasar una sola oportunidad para recordar que el presidente, en uno de sus discursos más controvertidos, prometió el año pasado que arrasaría con la guerrilla kurda fuera cual fuera el costo político y humano de esa operación.

Hoy, el gobierno de Demirel le acusa de haber inflamado irresponsablemente las susceptibilidades kurdas exacerbando la desconfianza, que a ve-ces linda con el terror, dentro de ese sector hacia el Ejecutivo. Pero hay otros factores y uno de los que ha contribuido a aumentar el miedo y el odio al gobierno ha sido la supuesta proliferación de escuadrones de la muerte, que, según denuncias de organismos de derechos humanos, actúan al amparo de la Policía y el Ejército.

"Los escuadrones existen y están cada día más activos", dice Fevzi Veznadaroglu, un abogado que dirige un organismo defensor de los derechos humanos en Diyarbakir. Según estadísticas de su oficina, en los primeros tres meses de este año se han registrado 39 asesinatos de figuras kurdas frente a los 60 casos del año pasado. "Las cosas van a empeorar porque el gobierno va a seguir matando gente", dice.

Ese pronóstico coincide plenamente con la visión que el propio Abdula Apo Ocalan tiene del conflicto en el futuro inmediato. Para el líder del PKK, la guerra ha sido declarada y ya está en marcha con un ejército guerrillero de 10.000 combatientes.

"Nos hemos estado preparando durante los últimos 20 años", dijo en una entrevista publicada esta semana por el diario Millyet. "A partir de hoy cada día será como Nouruz".

Los guerrilleros operan desde bases dentro del territorio iraquí que la aviación turca bombardea a discreción provocando más bajas civiles que militares. La extraordinaria movilidad de los guerrilleros por las montañas y [illegible] del Kurdistán turco-iraquí [illegible] poco que pueden hacer [illegible] dores más sofisticados.

Por otra parte, Ankara [illegible] pensar dos veces antes de [illegible] menaza de golpear a las bases de entrenamiento que el PKK mantiene en el valle libanés de la Bekaa, territorio que está bajo control de Siria [illegible] existe una importante [illegible].

Lo menos que Demirel [illegible] el lujo de hacer en las actuales circunstancias es provocar una [illegible] con Damasco. En un [illegible] generar repercusiones en la C[illegible] Europea, Alemania suspendió [illegible] na pasada la venta de armas a [illegible].

Demirel que, fiel a la tradición [illegible] todavía prefiere recurrir a [illegible] feminismos y referencias [illegible] do habla de que los kurdos "[illegible] dad del sureste" es uno de [illegible] tes, ha roto prácticamente [illegible] afirmar públicamente que [illegible] reconocer "la realidad kurda" [illegible] juicio de un importante [illegible] cos, el gobierno tiene que [illegible] para contrarrestar el apoyo popular ganado por el PKK a [illegible] todos sanguinarios.

"El problema kurdo no es el resultado de errores de ningún gobierno turco. Es más bien producto de un conflicto histórico entre la ideología que domina en Turquía desde la mitad de la década de los veinte y la aspiración nacionalista de los kurdos", dice el columnista [illegible] Corabatir. "Casi todos los gobiernos turcos, guiados por la ideología nacionalista del Estado turco, han recurrido a la violencia o han ignorado a los kurdos en el sentido económico y social".

A menos que el gobierno turco se empeñe en seguir perdiendo amigos, va a tener que revisar su enfoque del problema kurdo. Continuar [illegible] al Ejército en este caso parte de la Alianza Atlántica, pero manteniendo la misma inmovilidad política de sus predecesores.



"Nos hemos preparado durante los últimos 20 años", afirma Abdula Apo Ocalan, líder de la rebelión kurda. (Telefoto de AFP)

Bagdad aceptó destruir centro nuclear

8/1/92

Irak (10094)
F. Militar (11103)
Material (11331)

BAGDAD, 7 (Reuter, AP y AFP). — El gobierno de Irak cedió hoy ante las exigencias de las Naciones Unidas y aceptó la destrucción de equipos y edificio destinados a la producción de armas nucleares.

Dimitri Perricos, experto en armas del Organismo Internacional de Energía Atómica (OIEA), que por disposición de la ONU inspecciona el programa nuclear del régimen presidido por Saddam Hussein, anunció que las autoridades iraquíes habían aceptado la eliminación del complejo de al-Atheer, ubicado unos 40 kilómetros al sur de Bagdad.

La aceptación de esa exigencia planteada por el Consejo de Seguridad de la ONU "es un paso importante para demorar cualquier otro intento por resucitar el programa (de producción bélica nuclear)" sostuvo el especialista.

La tarea que el griego Perricos inició este martes en Bagdad ya era considerada anticipadamente como la primera prueba realmente fuerte sobre la disposición de Irak a cumplir con las condiciones planteadas por la ONU.

Los expertos de la OIEA están convencidos de que el equipamiento de al-Atheer fue diseñado para el desarrollo de procesos únicamente necesarios en un programa orientado hacia fines bélicos. Hasta hoy, el régimen de Saddam no había dado ninguna respuesta clara a las órdenes de destrucción de determinadas instalaciones del complejo nuclear cercano a Bagdad.

Perricos aclaró que la destrucción de al-Atheer "no implica la eliminación de todo el programa" nuclear iraquí, dado que "hay otras áreas que podrían estar trabajando (en esa misma dirección belicista) sobre las que tenemos que aclarar" la verdadera situación. El especialista dijo que todavía faltan elementos como para "estar tranquilos o convencidos de que no habrá prosecusión del plan".

01-01

9204012.

Nº DOCUMENTO
TITULO CIA afirma que Saddam Hussein puede recomponer su arsenal.-
PROCEDENCIA El País (130007)
FECHA 26/4/92,
MATERIAS Irak (10094)
F. Civil (11163)
Material (11331)
EE UU (65890)
Org. de Intel. (11337)

TIME (D-1)

El Ojo Avizor de La CIA Cambia de Enfoque en un Mundo Muy Misterioso

■ El director de la CIA, Robert Gates, afirma que Saddam Hussein tiene ocultos dos centenares de Scuds y puede recomponer su arsenal para la guerra biológica. También revela que la CIA puede hacer un gran aporte de información y evaluación económica.

WASHINGTON D.C.— Luego de la caída del marxismo-leninismo en Europa, el panorama tuvo radical cambio para los servicios de inteligencia de Occidente, entre los que se destaca la Agencia Central de Inteligencia (CIA) de Estados Unidos. Pero, el director de esta agencia, *Robert Gates, sostiene que "vemos un* mundo en el que hay muchos más misterios". Gates habló en estos términos sobre los Scuds que todavía tiene ocultos Saddam Hussein, las nuevas metas del KGB (el servicio de espionaje ruso) y la revelación de los archivos sobre el asesinato de John F. Kennedy.

—Usted ha realizado una serie de cambios en los procedimientos de la CIA. Por ejemplo, quiere que haya más disenso en el momento de analizar los elementos de inteligencia. ¿Por qué?

—Cada uno de los grandes errores de inteligencia cometidos en las dos últimas décadas y hasta en los últimos cuarenta años fueron consecuencia de que el análisis *de los datos* estuvo *inclinado* a aceptar el criterio convencional. El problema no ha surgido porque no haya habido disenso entre los distintos servicios. El problema se presentó cuando todos los servicios se afiliaron a un enfoque que era equivocado. Un ejemplo fue haber llegado a la conclusión (antes de la invasión a Kuwait en 1990) que *Saddam Hussein* dedicaría varios años a la reconstrucción de su país, luego de la guerra con Irán, y que no estaría interesado en conquistar otros territorios. *El hecho es que vemos que el mundo tiene más misterios*, en lugar de tener menos. Parece imperioso que debamos cambiar nuestro enfoque al realizar cálculos de inteligencia, mediante la inclusión *de juicios sobre posibles* alternativas. Debemos ayudar a quienes tra- entre pocos meses y dos años. Creemos que están cerca, quizás muy cerca, de tener capacidad operativa con armas nucleares.

FACTOR HUMANO ES LA CLAVE

—Usted recibió un duro castigo durante las sesiones en el Senado para aprobar su designación como Director de la CIA. Se le acusó de que las evaluaciones de inteligencia estaban politizadas cuando usted era Subdirector de la CIA.

—Había problemas de comunicación entre jefes y analistas, especialmente en cuanto a jefes que *explicaban a los analistas* los cambios que ocurren en un producto, entre lo que es el enfoque personal de un individuo y el enfoque institucional de la CIA. Quiero un enfoque diferente, en el cual las actividades no sean cuestionadas y realmente pueda haber discusión y transacción en temas de sensibilidad política.

—Usted propone concentrarse más en el factor humano de la inteligencia.

—Muchas de nuestras nuevas exigencias sólo pueden ser satisfechas por el factor humano en la labor de inteligencia. Nuestro principal problema al evaluar el progreso del programa nuclear de Irak fue que tuvimos que defender principalmente de los *medios técnicos para la tarea de* inteligencia. Por eso subestimamos. Esto es válido para diversas áreas: narcóticos, terrorismo, entre otras. Pero, sabemos que el factor humano en la tarea de inteligencia es muy difícil en términos de incorporación de agentes, mantenernos en contacto con ellos y asegurar que su *información es válida.*

—¿Por qué piensa establecer una

zan las políticas a penetrar en los problemas con su pensamiento, además de aportarles nuestro juicio. Por ejemplo, no hay manera de saber el curso que seguirá el proceso de reformas en Rusia y cuáles serán los resultados.

—El general Norman Schwarzkopf se quejó con acritud ante el Parlamento sobre la mala calidad de la inteligencia durante la Guerra del Golfo Pérsico.

—Hubo éxitos muy importantes en el campo de la inteligencia durante la Operación Tormenta en el Desierto. Fue la información de inteligencia la que hizo que las bombas inteligentes realmente fueran inteligentes. Fue la información de inteligencia la que hizo posible controlar los efectos de las sanciones. Fue la inteligencia la que aseguró que los Comandantes militares tuvieran preciso conocimiento de la ubicación de las 42 divisiones del Ejército de Irak, y qué tipo de armas y equipos tenían evitando de esa manera las sorpresas tecnológicas.

—Pero, los servicios de inteligencia fracasaron al tratar de establecer la magnitud de las amenazas nuclear y química de Irak.

—Los servicios de inteligencia hicieron un buen trabajo identificando la existencia de los programas nuclear y biológico. Los servicios no tuvieron información en cuanto a la escala y ritmo, por ejemplo, del programa nuclear.

—Hubo un error por amplio margen.

—Fue de un margen significativo. Y, ello está admitido. Sabíamos que Saddam Hussein tenía un programa de desarrollo de armas nucleares y en qué etapa se encontraba el esfuerzo de uso del uranio centrifugado. Pero, omitimos el desarrollo de otros aspectos.

SIGUE AMENAZA BIOLOGICA

—¿Cómo evoluciona la amenaza iraquí?

—Creemos que tiene ocultos unos doscientos misiles Scud. Fue descubierta suficiente parte de su programa nuclear y por tanto calculamos que le llevaría varios años reanudar y lograr significativo avance en este rubro. Pero, su programa de armas biológicas podría ser reconstituido en semanas.

—¿Qué pasaría si Saddam fuera derrocado?

—Dependería de la naturaleza del régimen. Es evidente que un sucesor no sería tan fuerte y no tendría veinte años para edificar un régimen basado en la intimidación y el terror. El propio Saddam ya no es tan fuerte como al comienzo de la guerra. Tiene muchos problemas que crecen, en lugar de achicarse.

—¿Qué pasa en Irán?

—Irán está decidido a recuperar su antigua estatura como el poder principal del Golfo Pérsico. Los iraníes están gastando dos mil millones de dólares por año en armas muy sofisticadas, que incluyen desde aviones Mig—29 y bombarderos Su—24, hasta dos submarinos de ataque de la Clase Kilo. Todas estas armas son rusas. Tienen un programa primitivo de armas químicas y sospechamos que podrían contar con un programa más completo de armas químicas. Los iraníes continúan sus actividades terroristas. Sabemos que en las últimas semanas enviaron grandes cantidades de armas a Hizbollah.

—A menudo, usted hace referencia a la amenaza de Corea del Norte.

—El punto clave es nuclear y cuánto plutonio hayan logrado separar del combustible especial del reactor. No lo sabemos. Pero, una vez que tengan el plutonio, pueden desarrollar un arma en un período

suerte de red de televisión por cable para hacer llegar los informes de inteligencia a los jerarcas clave del gobierno?

—Hemos gastado decenas de miles de millones de dólares para crear sistemas técnicos de recolección que aseguren el retorno de información sobre una base de tiempo real. Pero, en Washington seguimos aplicando un enfoque del Siglo XIX para distribuir la información. La retenemos toda una noche para presentarla recién al día siguiente a quienes toman las decisiones y trazan las políticas. No podemos competir con la CNN y no tenemos intención de hacerlo. Pero, quiero establecer un sistema que nos permita suministrar información actualizada a lo largo del día, a quienes definen las políticas.

UN ESPIONAJE PROHIBIDO

—En su política de apertura de la CIA, ¿piensa quitar el rótulo de confidencial a los viejos archivos?

—He creado una nueva organización para eliminar la prohibición con un sentido histórico, incorporando expertos que tengan una perspectiva histórica y menos una actitud de decir "¿cómo podemos proteger cada línea del archivo?"

—¿Por ejemplo?

—He encomendado que se quite el rótulo de confidencial a todas las estimaciones de inteligencia sobre la Unión Soviética que tienen más de diez años de antigüedad. También prestaremos especial atención a los documentos sobre el asesinato de John F. Kennedy, la Bahía de Cochinos, la crisis de los misiles de Cuba y los acontecimientos registrados en Irán a comienzos de la década de los años Cincuenta.

—Hay crecientes presiones para que la CIA realice espionaje de empresas comerciales extranjeras, para contrarrestar el espionaje industrial de que somos objeto. ¿Se está considerando esa actividad?

—No haremos espionaje comercial. Y, punto. Pero, podemos ser muy útiles en la recolección de información en materia económica, mediante la identificación de gobierno que incurren en prácticas desleales, de aquellos que violan los acuerdos, tanto bilaterales como multilaterales, con Estados Unidos, o si están en connivencia con intereses empresariales en sus países para perjudicar a Estados Unidos. Estamos siguiendo con atención los desarrollos de la alta tecnología en el mundo que pueden tener repercusiones en la seguridad nacional, como son los casos de computadoras, telecomunicaciones y nuevos materiales. La contrainteligencia también significa controlar a las organizaciones de inteligencia de gobiernos extranjeros que están centradas en las actividades empresariales estadounidenses.

—¿Recoger secretos tecnológicos no es bastante parecido a lo que hace el KGB?

—El KGB puede haber desaparecido, pero continúa el interés del servicio de inteligencia de Rusia en la tecnología de Occidente. Advertimos la existencia de operaciones y de intentos de reclutar informantes. Sus recursos están reducidos, pero ahora están más concentrados en un área que antes. En efecto, hemos notado que el GRU —el servicio de inteligencia militar de Rusia— tiene una actitud más agresiva en cuanto a la obtención de secretos tecnológicos.

—¿Otras Repúblicas de la ex-Unión Soviética también comenzaron a espiar?

—No hemos advertido que lo haga ninguna otra.

Nº [illegible]
TITULO: Enfrentamientos en Bosnia [illegible]
ORIGEN: París (15000?)
FECHA: 7/4/92
VINCULO: [illegible]

Bosnia: Sangrientos Choques; Renunció el Premier; CE Reconoció Independencia

BELGRADO, 6 (ANSA). — Sarajevo, capital de la república ex yugoslava de Bosnia Herzegovina, vivió hoy una [illegible] jornada de sangrientos choques entre milicianos serbios y la policía bosnia (fiel al gobierno musulmán) durante los cuales murieron al menos 14 personas.

Al mismo tiempo, el presidente Alija Izetbegovic, anunció hoy la renuncia del premier Jure Pelivan (croata) y el llamado a elecciones legislativas anticipadas.

Por su parte, la Comunidad Europea anunció en Luxemburgo el reconocimiento de la independencia de la república ex yugoslava, y trascendió que hacia mayo sería reconocida Macedonia, culminando así, casi definitivamente, el proceso de desintegración de la Federación.

Al caer la noche sobre la ciudad, es difícil establecer la situación real en Sarajevo. El presidente anunció la dimisión del primer ministro Pelivan así como la convocación de elecciones legislativas anticipadas, informó la radio oficial.

El gobierno bosnio decidió asimismo la instauración de un toque de queda en la capital, que habría sido decidido de acuerdo con los líderes de serbios y croatas, según la misma fuente.

Pero las autoridades parecen haber perdido el control de la situación: por un lado los milicianos serbios y la policía bosnia (fiel al gobierno musulmán) prosiguen sus tiroteos callejeros, y la multitud agolpada durante toda la jornada frente al Parlamento proclamó un "Comité de Salvación Nacional", para detener la violencia interétnica.

Unas 20 mil personas se reunieron desde las primeras horas de la mañana frente al Palacio Legislativo, manifestando a favor de la paz y pidiendo la renuncia del gobierno y la convocación de elecciones anticipadas.

Durante la tarde, francotiradores serbios apostados en el techo del hotel "Holiday Inn", frente a la plaza del Parlamento, abrieron el fuego contra la multitud, matando por lo menos a dos manifestantes.

Los enfrentamientos entre milicianos serbios y fuerzas policiales bosnias prosiguieron durante toda la jornada, especialmente en el barrio de Bascarsija (de mayoría musulmana) donde el fuego de las armas automáticas se sumó al fragor de los cañones federales que bombardeaban la capital desde las colinas cercanas.

El ejército federal, controlado por Serbia, y las milicias irregulares serbias controlan, asimismo, el aeropuerto de Sarajevo y habrían minado varios caminos de acceso a la ciudad.

Las comunicaciones con la capital bosnia están parcialmente interrumpidas.

Mientras tanto, en Luxemburgo, la cumbre de cancilleres de los doce países de la CE decidió hoy el reconocimiento de Bosnia Herzegovina, tercera república secesionista de la federación yugoslava luego de Eslovenia y Croacia.

En cuanto a Macedonia, que también pidió el reconocimiento europeo a los "Doce", ha postergado toda decisión a causa de la posición de Grecia, que teme una posible [illegible] de [illegible] [illegible] de [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] a entender que la decisión podría tomarse en [illegible].

ENTRADO: [illegible]
CRUZ: [illegible]

9204014

EE.UU. Y LA CEE SANCIONARIAN A BELGRADO

Recrudece la guerra civil en Bosnia: Serbia bombardea a Sarajevo

En la reunión que mantendrán hoy en Washington el presidente George Bush y las máximas autoridades de la Comunidad Europea, podrían aplicarse sanciones contra el gobierno serbio. Sarajevo, la capital de Bosnia, fue sometida a un intenso bombardeo envolviendo a esa república en una guerra civil. En Belgrado, el presidente serbio Slobodan Milosevic acusó al gobierno norteamericano de estar trabajando para sus propios objetivos políticos.

Agencia Reuter



SARAJEVO, Bosnia-Herzegovina, 21 (Reuter, AP y AFP). — En un intento extremo por detener los fuertes combates con morteros y cañones que han estallado **hoy en Sarajevo** y otras ciudades de **Bosnia-Herzegovina**, los máximos dirigentes de los Estados Unidos y de la Comunidad Europea están discutiendo una serie de sanciones contra Serbia, que podrían llegar incluso a **una ruptura de las relaciones diplomáticas**.

El jefe del servicio médico de emergencia en Sarajevo, la capital de Bosnia, **Ferid Haradzic**, dijo que 21 heridos fueron llevados hoy a un hospital. Agregó que varios cadáveres y otros heridos yacen en las calles.

El centro de televisión fue alcanzado por impactos por primera vez en los peores episodios de lucha en Sarajevo desde hace varios días, mientras que duelos de artillería y ametralladoras estallaban al norte de Bosnia, sumergida en una guerra civil.

La televisión, que sigue emitiendo, está cerca del cuartel general de la Forpronu (Fuerza de Protección de las Naciones Unidas) en "**zona serbia**".

El vocero de la Forpronu, **Fred Eckhard**, reiteró que los cascos azules seguirán en Sarajevo "**mientras la violencia no se dirija contra ellos**".

Bosnia-Herzegovina, con más de 4 millones de habitantes **fue la última república de Yugoslavia que optó por la independencia en un plebiscito realizado a fines de marzo**, medida a la que se opuso enérgicamente Serbia.

La minoría serbia, que integra el 20 por ciento de la población de Sarajevo, desea que la ciudad sea la capital de una república serbia dentro de Bosnia.

Más de 200 personas han resultado muertas y otras 1.100 desaparecieron luego de seis semanas de lucha entre serbios, musulmanes y croatas.

Desde que comenzaron los combates, unos 200.000 bosnios huyeron de sus hogares y unos 18.000 llegaron ayer a **Gorazde**, el último reducto musulmán en el oriente de Bosnia. En esta ciudad, la multitud asaltó varios vehículos de la Comunidad Europea y del Alto Comisionado de la ONU para los Refugiados, que habían traído harina, pan y otros alimentos.

En la sede de la Comunidad Europea (CE) en Bruselas trascendió que la actitud que tomarán el gobierno norteamericano y la CE podría ser decidida durante los coloquios que el presidente **George Bush** y su secretario de Estado, **James Baker**, mantendrán mañana en la Casa Blanca con el presidente de turno de la CE, el portugués **Aníbal Cavaco Silva**, y con el responsable del ejecutivo comunitario, **Jacques Delors**.

"Está bastante claro... que las autoridades militares y civiles de Serbia tienen la mayor parte de la responsabilidad por la violencia en Bosnia-Herzegovina", manifestó el lunes el portavoz del Departamento de Estado norteamericano, **Richard Boucher**.

En Belgrado, el presidente serbio **Slobodan Milosevic**, rechazó hoy las críticas estadounidenses como **pronunciamientos sin fundamento** y a su vez acusó a Washington de estar tratando de lograr sus propios objetivos políticos en Yugoslavia.

Serbia no alberga pretensiones territoriales contra otros y desde el mismo comienzo ha estado en favor de resolver en forma pacífica y legal la crisis yugoslava, afirmó la presidencia serbia en un comunicado luego de que Milosevic se **reunió con Ralph Johnson, subsecretario de Estado norteamericano.**

"Por lo tanto Serbia no puede [illegible] intentos por alcanzar objetivos [illegible] por medio de la presión y de la [illegible]ción de la propia voluntad", agregó.

El firme pronunciamiento de Serbia [illegible] la renovada participación de irregulares serbios en la lucha en Bosnia [illegible] aún más las esperanzas de paz, dijeron [illegible] diplomáticos.

Las gestiones diplomáticas [illegible] das de los Estados Unidos y la CE constituyen la presión más fuerte hasta el [illegible] mento sobre Serbia para que ponga fin a su intervención en el conflicto [illegible] aunque se estima que la ruptura de relaciones diplomáticas no será una [illegible] inmediata.

Entrevista con el escritor yugoslavo Milovan Djilas

"Si la guerra se prolonga se extenderá a toda la reg[illegible]

Hermann Tertsch,
Belgrado

El legendario líder partisano, escritor y disidente yugoslavo Milovan Djilas solicita presiones masivas de la comunidad internacional sobre Serbia, el Ejército federal y Croacia para poner fin a una guerra que, según dijo, amenaza con extenderse por todos los Balcanes. "Si la guerra en Bosnia-Herzegovina se prolonga, se extenderá al Sanchak y a Kosovo, a Macedonia y a Albania. Arderían los Balcanes enteros, y Bulgaria no podría ser neutral", declaró Djilas a El País en su domicilio de Belgrado, donde, a sus 81 años, vive, rodeado de libros y recuerdos, el último sobreviviente de la dirección de la guerrilla comunista que fundó la Yugoslavia federal y socialista. Una afección de cataratas le ha arrebatado mucha vista, pero Djilas mantiene su célebre lucidez que le convirtió en mano derecha de Tito en la guerra y en el enfrentamiento con Stalin, y después en el primer gran disidente que, desde el seno del movimiento comunista, condenó con su libro "La nueva clase" las perversiones del sistema que acabarían con su colapso.

Djilas considera que hay muchos culpables de la destrucción de la Yugoslavia que el ayudó decisivamente a crear, pero que el principal responsable es el régimen serbio de Slobodan Milosevic. "Los serbios hablan mucho de Yugoslavia, pero hicieron todo por destruirla. Tienen más responsabilidad porque constituyen el mayor pueblo y porque rechazaron todas las propuestas que se hicieron para salvarla, como la confederación y la federación asimétrica con diversos grados de integración. Ellos comenzaron con el boicoteo a Eslovenia. Ellos destruyeron al gobierno de Ante Markovic".

Djilas expresó su esperanza en que las presiones internacionales apaciguen al menos la guerra, ya que está convencido de que "Milosevic y el Ejército son las claves, así como el presidente croata Franjo Tudjman, en menor medida. Es una pura comedia que Milosevic asegure que no hay fuerzas paramilitares de Servia combatiendo en Bosnia. Esas unidades están bajo control del Ejército y de Milosevic".

Djilas, uno de los máximos responsables de la guerra partisana en Bosnia desde 1941 a 1945, aseguró que existen muchas similitudes entre aquella y esta contienda, aunque "entonces estábamos los comunistas para reprimir las luchas nacionalistas" y "aún no se ha llegado a las matanzas en masa que hubo entonces" entre croatas, serbios y musulmanes. Sin embargo, entiende el protagonismo de los grupos de irregulares: "Estás unidades paramilitares son importantes para sembrar el terror, un terror digamos inoficial".

Djilas señaló que estos voluntarios, por otra parte, compensan las dificultades de reclutamiento del Ejército en Serbia. "El Ejército, que ya es totalmente serbio, no tiene fuerza.

Sólo ha estado bombardeando ciudades, no ha combatido. Aterroriza y destruye ciudades. Pero imagínese que siga la guerra, que los croatas reciban aviones y que los musulmanes se organicen. Este Ejército no puede ganar la guerra en Bosnia. Al menos le sería muy, muy difícil. Además tiene el problema de Kosovo, provincia serbia de mayoría albanesa, que aún no se ha levantado, yo creo que por influencia norteamericana. Pero tiene atada allí gran parte de las tropas que no puede desplegar en Bosnia. Bajo presión internacional, Serbia tendrá que dar derechos y algún tipo de solución a Kosovo, que hoy es un Estado policial dirigido por una burocracia corrupta".

Djilas fue el encargado por Tito de establecer las fronteras entre las repúblicas yugoslavas en la federación, límites que hoy se quiere modificar por la fuerza. "Muchos me preguntan al respecto y yo digo que estas fronteras son justas, lo eran en Yugoslavia y lo serán en una Europa unida y democrática".

Djilas considera que la política del gobierno serbio se basa en el control territorial. "La idea de Milosevic y el ministro de Defensa Blagoje Adzic es una primera etapa con la creación de Estados serbios en Bosnia y Croacia, y después ya veremos. También Tudjman quiere dividir Bosnia". Djilas considera un grave problema el que Serbia y Croacia no hayan hecho una transición democrática y que, por tanto, tengan hoy "regímenes autoritarios con algunos elementos democráticos. Las estructuras económicas siguen siendo en general las mismas que bajo el comunismo.

La pluralidad existe en mayor grado en Serbia, ya que los croatas se vieron agredidos y se unieron como una piña. Aquí hay disenso, y lo habrá en Croacia cuando haya paz".

Djilas [illegible] dad de Yugoslavia [illegible] los [illegible] federación el día 27. [illegible] via ya no existe.

No puede [illegible] Croacia o Serbia. [illegible] han puesto este [illegible] intento por [illegible] de la política de Serbia [illegible] tienen sus dudas de que [illegible] de Milosevic. "La [illegible] internacional [illegible] este Estado, [illegible] sur de 'Yugoslavia'".

[illegible]
El País [illegible]

Nº. DOCUMENTO

TITULO Serbia y Montenegro proclamaron una nueva Yugoslavia, reconocida por Grecia y China.

PROCEDENCIA Clarín (Argentina)

FECHA DE EMISIÓN 28/IV/92.

VINCULACIONES Yugoslavia (67477)
Serbia (102215)
Montenegro (102217)
F. Pol. (1164)
RR. II (11349)
Grecia (66080)
China (20151)

EL NUEVO PAIS FORMADO POR SERBIA Y MONTENEGRO FUE RECONOCIDO POR CHINA Y GRECIA

Proclamaron una nueva Yugoslavia

Intensos bombardeos se registraron ayer en la ciudad de Sarajevo poco después que la presidencia de Bosnia-Herzegovina ordenara al ejército federal abandonar la república. Serbia y Montenegro proclamaron la creación de una nueva Yugoslavia. Las dos únicas repúblicas que [illegible] la nueva nación deberán afrontar aún mayores problemas que las cuatro que se separaron de la antigua Federación Yugoslava. Eslovenia, Croacia, Macedonia y Bosnia-Herzegovina ya son independientes.



Partidarios de la creación de una nueva Yugoslavia manifiestan ayer frente al Parlamento de Belgrado

BELGRADO, 27 (Reuter y ANSA). — Serbia y Montenegro proclamaron hoy la creación de una nueva Yugoslavia con los restos de un Estado de 73 años desintegrado por meses de conflictos entre sus grupos étnicos.

"Proclamo a la República Federal de Yugoslavia", dijo Bogdana Levarkov, líder de la Cámara Federal del Parlamento, anunciando la creación del nuevo Estado, después de que los legisladores ratificaran una nueva Constitución.

Seguidamente, en un mástil que se encuentra frente a la sede del Parlamento, en pleno centro de Belgrado, fue arriada la vieja bandera azul, rojo y blanco de Yugoslavia, izándose en su remplazo una enseña similar, en la que solo falta la estrella roja en la zona central.

China fue el primer país en confirmar que continuara sus relaciones con Yugoslavia.

Pero la ceremonia no contó con la adhesión de los Estados Unidos y 11 de los 12 estados miembro de la Comunidad Europea (CE).

Estos países acusan a Serbia de agresión contra las vecinas Bosnia-Herzegovina y Croacia, que se separaron de la federación establecida en 1918 y redefinida como Estado comunista después de la Segunda Guerra Mundial.

Los Estados Unidos advirtieron que las relaciones recíprocas dependerán de la actitud de Belgrado respecto a la integridad de las otras repúblicas. "Nuestras relaciones estarán determinadas por la posición que Nueva Yugoslavia mantendrá respecto a la integridad territorial de las otras repúblicas y de los derechos de las minorías étnicas", declaró la vocero del Departamento de Estado Margaret Tutwiler.

Grecia fue el único Estado de la CE que envió un representante diplomático a la proclamación de la nueva Yugoslavia. Atenas bloqueó el reconocimiento de otra ex república yugoslava, Macedonia, por parte de la comunidad, sosteniendo que alberga reclamos territoriales en su contra y pidiendo que cambie su nombre.

Diplomáticos occidentales en Belgrado dijeron que es improbable un rápido reconocimiento general de la nueva república y que Serbia no será el heredero legal inmediato de la banca en los organismos internacionales ni de las posesiones en el extranjero de la antigua Yugoslavia.

A pesar de ello, un coro entonó el tradicional himno yugoslavo "Oid eslavos" luego que los diputados rechazaron por 73 votos a uno con tres abstenciones la propuesta de elaborar una nueva Constitución.

El territorio del nuevo Estado es el de Serbia y Montenegro, lo que otorga un reconocimiento implícito a Eslovenia, Croacia, Bosnia-Herzegovina y Macedonia, las otras integrantes de la vieja federación.

Las cuatro han declarado su independencia, y solo Macedonia aguarda aún el reconocimiento de la comunidad internacional.

La nueva Yugoslavia abarca 102.000 kilómetros cuadrados, cerca de dos quintos del territorio total de la antigua Yugoslavia, y tiene 10,5 millones de habitantes.

Serbia y Montenegro, un pequeño pero leal aliado, fueron las únicas dos repúblicas que reeligieron a sus líderes comunistas en las elecciones de hace dos años.

Ambas repúblicas han resistido las acciones separatistas de las demás y proveyeron la mayor parte de las tropas del ejército yugoslavo que participó en conflictos que mataron a más de 6.000 personas en Croacia y a cerca de 300 en Bosnia.

Pero luego aceleraron sus medidas hacia la creación de un nuevo Estado y ahora reclaman la posición de Yugoslavia en organismos internacionales como las Naciones Unidas, después que los Estados Unidos amenazaron con hacer de Serbia "un paria internacional" a causa de su intervención en Bosnia.

La Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa (CSCE) se reunirá posiblemente el miércoles para considerar alguna acción contra Belgrado, y no descarta su expulsión.

"La dramática situación política aceleró la adopción de la Constitución", dijo Aleksandar Bakocevic, el líder del Parlamento serbio.

Risto Vukcevic, quien encabeza el Parlamento montenegrino, expresó: "La Constitución no solo representa la base para establecer el nuevo Estado, sino que también contribuye a la solución pacífica de la grave crisis yugoslava".

Los choques continuaron en Bosnia y Croacia, a pesar de un apaciguamiento de la violencia debido a treguas negociadas por la CE.

El ejército yugoslavo afirmó que dos de sus soldados murieron en escaramuzas en las afueras de la capital de Bosnia, de Sarajevo.

LOS RESTOS DE UN ESTADO

Tras la proclamación ayer por parte de Serbia y Montenegro de la nueva República Federal de Yugoslavia, llega a su fin un Estado –la antigua Yugoslavia– que sucumbió luego de 73 años a los conflictos étnicos. Eslovenia, Croacia y Bosnia-Herzegovina son independientes y fueron reconocidas por la comunidad internacional. Macedonia aguarda aún su reconocimiento. Kosovo y Vojvodina son provincias autónomas. La nueva república abarca 102.000 kilómetros cuadrados (dos quintos del antiguo territorio) y tiene 10,5 millones de habitantes



REDUCCIÓN = POCO LEGIBLE

ENTRADO
CP: 7 DU

01-01

9204017.

Nº. DOCUMENTO
TITULO Se reducirá el ejército Federal en Yugoslavia.
PROCEDENCIA La Mañana (15005)
FECHA 28/4/92.
VOCES Yugoslavia (87477)
F. Militar (11163)
Ejército (11328)

Ejército Federal se reducirá a Yugoslavia

BELGRADO. (EFE).- La Presidencia de Yugoslavia, país reducido formalmente a Serbia y Montenegro, ha ordenado que el Estado Mayor prepare un plan de repliegue de las fuerzas armadas yugoslavas sobre el territorio del nuevo Estado.

Con dicha decisión, según se afirma en un comunicado, se sobreentiende que los ciudadanos de la federación serbio-montenegrina que forman parte del ejército yugoslavo deben retirarse de las ex repúblicas yugoslavas de Bosnia-Herzegovina y Croacia.

Algunos observadores consideran que esta decisión se debe a las presiones de la Comunidad Europea y Estados Unidos para que Serbia y el ejército yugoslavo, ya totalmente serbio, pongan fin a lo que calificaron de agresión contra Bosnia.

La retirada se refiere sólo a los efectivos provenientes de Serbia y Montenegro, ya que, según la Presidencia, el 80 por ciento de los soldados federales que se encuentran en Bosnia son ciudadanos de dicha república.

La Presidencia yugoslava decidió que el Ministro federal de Defensa continúe negociando con las autoridades bosnias sobre el futuro estatuto del ejército en Bosnia, en la que tienen lugar enfrentamientos entre fuerzas serbio-federales y las musulmano-croatas.

NO LA RECONOCEN EE.UU. NI LA CE

Fue constituida la mini Yugoslavia

Una "miniYugoslavia" emergió ayer, entre el insuficiente reconocimiento de Rusia, China, Grecia, Canadá, países latinoamericanos (incluida la Argentina) e integrantes del Movimiento de Países No Alineados, pero sin la anuencia de Estados Unidos ni de la mayoría de la Comunidad Europea, que querrían que el nuevo Estado se comprometa previamente a cesar sus operaciones en el territorio de la república de Bosnia-Herzegovina (donde se ha proclamado una especie de república serbia) y tienen dudas sobre el hecho de que la miniYusgolavia herede automáticamente los derechos y atribuciones de la antigua federación. Los integrantes de la nueva "República Federal Yugoslava" son los estados de Serbia y Montenegro, después de las secesiones de Croacia, Eslovenia, Bosnia-Herzegovina y Macedonia. La miniYugoslavia, en lo que podría representar un paso hacia el cumplimiento de las condiciones de Estados Unidos y la CE, anunció ayer el repliegue a sus confines de todas las unidades del ejército federal desplegadas en el territorio de la antigua federación, pero al mismo tiempo continuaba el fuego en Bosnia-Herzegovina y se abría una nueva sesión negociadora sobre el tema en Lisboa.

La proclamación de la "RFY" estuvo plagada de ironías, algunas voluntarias y otras dictadas por la situación. Los croatas hablaron inmediatamente de la nueva Yugoslavia como "Serbio-eslavia" (ya que la estructura creada reúne a las dos repúblicas de mayoría étnica serbia), y el diario *Politika* de Belgrado editorializó: "No se sabe qué estamos ha-[illegible]do, si enterrando la vieja Yugoslavi[illegible] o bautizando una nueva". La ceremonia se realizó con un modesto vino de honor en los mismos salones de la Asamblea que vio nacer, primero a la Yugoslavia monárquica, en 1919, más tarde a la comunista y ahora a esta versión miniaturizada. El festejo incluyó salchichas serbias, vino mont[illegible]egrino y huevos de Pascua, ya que [illegible] fue lunes de Pascua para los serb[illegible]s ortodoxos. El personaje más pintoresco del encuentro era el ultranacionalista Vojislav Seselj, qué se negaba a hablar con periodistas de la CE y que a una pregunta de un periodista kuwaití respondió: "Ustedes mejor tendrían que haber seguido con Irak". Zoran Djindjic, un opositor serbio, comentó ácidamente: "Hemos logrado un record mundial, la elaboración de una [illegible]onstitución en sólo diez días".

El [illegible]yor obstáculo para el reconocimiento de la RFY es la violencia en Bosnia, donde el 44 por ciento de la población es musulmana, el 31 por ciento serbia y el 17 por ciento croata, pero donde la República Serbia proclamada aspira al 60 por ciento del territorio. Ocurre que la RFY, mientras tanto, se "resigna" a 10 millones de habitantes y 102.173 kilómetros cuadrados, contra más del doble de la antigua federación.

EL LEGADO DE LOS BALCANES Y EL NACIONALISMO LOCAL

La península balcánica en el sudeste de Europa es una de las zonas más étnica, lingüística y religiosamente complejas del mundo. A través de su historia, debido a su posición geográfica, sufrió los trastornos de invasiones del Asia Menor a Europa y viceversa.

Los eslavos —un pueblo indoeuropeo originario del este y centro de Europa— habían comenzado a cruzar el Danubio hacia los Balcanes para el siglo sexto DC. En el siglo séptimo, ataques combinados de los eslavos y los proto-búlgaros —un pueblo de origen turco de la zona entre los Urales y el Volga que llegaron a través de las estepas del norte del Mar Caspio— llevaron a la fundación del primer estado búlgaro en el año 68[illegible] [illegible] año 864, bajo la dirección de su líder Boris, los pr[illegible]ugaros se convirtieron en masa al cristianismo, y ello les [illegible] a unirse con los eslavos —que ya habían sido converti[illegible] Para fines del siglo noveno ya constituían un único pueblo [illegible]blaba un idioma de base eslava.

A partir del siglo décimo gitanos originarios del norte de la India comenzaron a llegar a la región. En el siglo séptimo, los eslavos se establecieron en la zona norte de la actual Yugoslavia. Los croatas establecieron un estado independiente que duró hasta el año 1102, cuando fueron primero incorporados al Reino de Hungría y más tarde al Imperio Austro-Húngaro en expansión —que incluía a los eslovenos— que llegó a dominar a Europa centro-oriental. Los territorios de los Hapsburgo comprendían a la actual Eslovenia, Croacia, Vojvodina y, a partir de 1878, Bosnia-Herzegovina. La costa dálmata de Croacia —en su mayor parte geográficamente separada del interior por montañas infranqueables— mantiene hasta la actualidad una fuerte influencia veneciana, claramente visible en su arquitectura.

A fines del siglo trece, los serbios —otro pueblo eslavo— establecieron su hegemonía sobre gran parte de los Balcanes; y en 1282, el Rey Milutin tomó Skopje del Imperio Bizantino y abrió el camino para la penetración serbia de Macedonia. La desunión de los Balcanes permitió a los turcos otomanos —un pueblo asiático que había gradualmente erosionado al enfermo Imperio Bizantino— invadir la península desde Asia Menor a través de Macedonia y el valle de Maritsa en el siglo catorce. La gradual conquista otomana de los Balcanes y la caída de Constantinopla en 1453 significó el fin del Imperio Bizantino. Gran número de serbios fueron desde Kosovo al norte para escapar a la dominación otomana y se establecieron en las fronteras del Reino de Hungría, en la actual Vojvodina.

El dominio otomano habría de durar casi cinco siglos en gran parte de la península balcánica. Sin embargo, a pesar de haber llegado casi hasta Viena en su momento y buscando amenazar a Europa Occidental, el Imperio Otomano comenzó a declinar. Para comienzos del siglo diecinueve, estaba en un estado de decadencia, con su economía estancada, la una vez eficiente burocracia ganada por la corrupción y el ejército desmoralizado. Simultáneamente, y en parte debido a esta degeneración, hubo un despertar de los pueblos balcánicos —ayudados por la intervención y el interés de las grandes potencias, en especial Rusia y Austria-Hungría.

El despertar nacional que vio al poder otomano comenzar a desmoronarse en los Balcanes para mediados del siglo diecinueve con el establecimiento del estado servio (al norte alrededor de Belgrado) y el estado griego (al sur alrededor de Atenas) a menudo dio lugar a hostilidad entre los pueblos anteriormente sojuzgados a los otomanos. Esta hostilidad alcanzó el cenit en la lucha por Macedonia al comienzo del siglo veinte.

El Imperio Otomano fue, hasta el último cuarto del siglo diecinueve y primera parte del siglo veinte, un imperio teocrático cuya población estaba dividida no lingüística sino religiosamente y la religión ha sido tradicionalmente uno de los principales factores de diferenciación entre los distintos grupos. El concepto de nación tal como lo postula la ideología del nacionalismo llegó tarde a los Balcanes y a Turquía.

Luego de la invasión otomana, la iglesia búlgara independiente y el concomitante sistema educativo fueron puestos bajo el control de la Iglesia Griega Ortodoxa y el Patriarca Griego en Estambul. Así, se puede decir que, hasta el despertar nacional búlgaro del siglo diecinueve, los búlgaros se enfrentaron con una amenaza de asimilación de los griegos —que controlaban los servicios religiosos y la educación, ambos en griego— tan grande como de los turcos otomanos. Esto se ve reflejado en un antiguo proverbio búlgaro: "Que Dios nos salve del búlgaro que se transforma en griego, así como del gitano que se transforma en turco".

La experiencia de los croatas católicos y los eslovenos (así como de los serbios de Vojvodina) del Imperio Hapsburgo, fue muy distinta. La frontera entre los dos imperios rivales fue fuertemente fortificada del lado Hapsburgo con guarniciones en los pueblos. En las revoluciones de 1848 que se desataron en el Imperio Hapsburgo las autoridades utilizaron a los croatas y a los serbios para ayudar a aplastar los intentos húngaros de independencia. Sin embargo, el efímero intento de la década de 1850 de homogeneizar el cada vez más desvencijado imperio sobre una base alemana fue un fracaso abyecto, y las autoridades se vieron forzadas a llegar a un compromiso con los húngaros, que resultó en la "Ausgleich" (compensación) de 1867.

La segunda mitad del siglo diecinueve vio al imperio sufrir cada vez más a causa de los conflictos internos, dado que —bajo la creciente influencia del nacionalismo— los varios grupos étnicos compitieron entre sí y con los dos centros por sus derechos nacionales. La inhabilidad del Imperio Hapsburgo de tratar con sus minorías —en especial los serbios— fue un factor importante en la creciente tensión con el nuevo estado de Serbia y una de las causas de la Primera Guerra Mundial: la chispa inicial fue el asesinato del Archiduque Francisco Ferdinando por parte de un serbio en Sarajevo. Su nombre era Gabriel Princip.

HOUGH POULTON

(El autor de este artículo, escribió el libro "Los Balcanes: minorías y Estados en conflicto")

Estado serbio-montenegrino

La proclamación de la nueva República Federal Yugoslava, formada por Serbia y Montenegro, sanciona definitivamente la desaparición del anterior estado multinacional que con el nombre de Yugoslavia intentó ser mantenido antes y después de la Segunda Guerra Mundial. Primero lo fue por la monarquía unitaria y unificante de los serbios Karageorgevich y luego por la república socialista y federativa que acaudilló Tito.

En ninguna de las dos versiones se logró plasmar un auténtico Estado fusionado. La propuesta del mariscal guerrillero reconoció formal y minuciosamente las diversidades nacionales y el derecho de las minorías, pero en la práctica subsistieron las diferencias acumuladas por siglos, tanto en lo cultural cuanto en lo económico. Por ello, tras su muerte se inició un proceso de disolución que el estallido del bloque comunista y el fin de la URSS terminaron por acelerar y llevar a su lógica consecuencia.

Durante 1991 los principales constituyentes del Estado federativo fueron declarando su voluntad separatista, a comenzar decididamente por Eslovenia y Croacia. Bosnia-Herzegovina y Macedonia lo hicieron con mayor cautela. Serbia, acompañada por el pequeño Montenegro, trató de rechazar en todo momento el desmembramiento y en nombre de una Yugoslavia cada vez menos real actuó militarmente.

Ello fue posible porque la mayor parte de la oficialidad del ejército federal era serbia y, tras el alejamiento de croatas y eslovenos, el cuerpo pudo seguir operando con los colores del viejo Estado mientras se convertía en los hechos en la milicia serbia. Así combatió durante meses en los territorios de Croacia, donde habitan consistentes minorías serbias, hasta que la mediación de las Naciones Unidas logró el todavía provisional cese de hostilidades.

No pudo hacerlo, empero, con Bosnia-Herzegovina, donde la minoría serbia rechaza la declaración de independencia que comparten los croatas y los musulmanes de esta república, que luego de las primeras vacilaciones también terminó por proclamar su separación de Yugoslavia. Hace pocos días la Comunidad Económica Europea y los Estados Unidos le dieron reconocimiento oficial, como habían hecho en enero con Eslovenia y Croacia. Los enfrentamientos, empero, aún prosiguen y la mediación de la UN, también requerida en este caso, está todavía en una etapa inicial.

Macedonia, que intenta recorrer igualmente el camino hacia la independencia, tropieza con una dificultad que refleja la complejísima historia de los Balcanes. A pesar de autoafirmarse como eslavos que adoptaron esa denominación por haberse instalado en un territorio que siglos atrás había pertenecido al reino helénico del mismo nombre, Grecia, miembro de la Comunidad Europea, se opone a que lo utilice, pues así se llama una de sus provincias. Los otros países europeos están redoblando las gestiones mediadoras para que tal oposición sea retirada y Macedonia pueda ser reconocida sin lastimar a las autoridades de Atenas.

En este estado de cosas, a Serbia no le quedaba más espacio para insistir en la permanencia de la extinta federación y definirse como su auténtico representante. Después que la población de Montenegro ratificó en un plebiscito su deseo de permanecer unida a los serbios en un Estado común, se dieron los pasos formales para constituir esta nueva Yugoslavia federada, con una población de 10,5 millones de habitantes sobre un territorio de 102.000 kilómetros cuadrados.

La continuidad con la anterior Yugoslavia es, sin embargo, puramente nominal. Para todos, el Estado recién conformado es serbio (los montenegrinos son vistos como una rama del mismo grupo étnico), y así se lo están haciendo saber. Tanto europeos como norteamericanos comunicaron por distintos medios que no podrá haber reconocimiento si la nueva unidad estatal no cumple con los mismos requisitos que antes se habían exigido a las otras repúblicas ex yugoslavas, es decir, el respeto a las minorías, el pluralismo político y la ratificación de las fronteras existentes.

Este último punto es el más controvertido en el caso presente, pues las autoridades de Belgrado han apoyado hasta ahora las reclamaciones territoriales de todas las minorías serbias que habitan en las restantes repúblicas. Un cambio de actitud es imprescindible para coexistir con los vecinos europeos, y el primer paso para dar es el retiro del ejército ex federal de las zonas de Bosnia donde todavía sigue operando.

Al proclamar la creación de la república federada, los serbios reconocieron implícitamente la independencia de los otros ex integrantes de Yugoslavia, y esto ya era inevitable. Queda ahora por cumplir con los requisitos antes mencionados y así se abrirá para el área balcánica la perspectiva de un nuevo equilibrio político basado en la existencia de estados nacionales libremente asumidos por sus poblaciones.

En el propio interior de la nueva Yugoslavia serbio-montenegrina anidan acechanzas en ese sentido. La región autónoma de Kosovo está habitada mayoritariamente por albaneses y en la de Voivodina existe una fuerte minoría húngara. Estos son temas que también se deberá encarar con criterio constructivo y pacífico para poder echarse a andar con seguridad por los nuevos derroteros de la Europa posguerra fría.

Italia ante el voto m[illegible]

Se abre una semana clave en Europa: hoy y ma[illegible] Italia elige un nuevo Parlamento en [illegible] instaurado por la mafia. Los alemanes ta[illegible] dos estados considerados estratégicos ([illegible] jueves, el Partido Conservador británico [illegible] sostenido avance de los laboristas (véa[illegible] comicios italianos son considerados como los m[illegible] de la posguerra: las urnas revelarán si pod[illegible] sistema tradicional de coaliciones hegem[illegible] Democracia Cristiana, en el poder desde [illegible] reformar la Constitución para instaurar un [illegible] presidencialista. Perfiles de los cuatro protagonistas prin[illegible] de esta [illegible]



Acaso el dato más revelador del grado que ha alcanzado la atávica inestabilidad institucional italiana lo haya deslizado esta semana el presidente **Francesco Cossiga**. Convertido desde hace dos años en el más implacable crítico del sistema "partidocrático", como él lo llama, el jefe de Estado sugirió que votará por su ex partido, el demócrata cristiano, con un argumento sólido: "Me preocupa mucho —dijo— el riesgo de ingobernabilidad en Italia".

Que Cossiga advierta en forma críptica sobre los peligros de despedazar aquello que se ha dedicado a romper a golpes de pico es cuanto menos contradictorio, pero describe como ninguna otra cosa lo que está en juego en las elecciones generales, consideradas las más significativas de la posguerra.

Hoy ha desaparecido de Italia el fantasma comunista, la "bete noire" que justificó todas las imperfecciones del sistema de coalición que dominó las últimas tres décadas. Pero el miedo siempre fue un instrumento político en la Península y ha vuelto a ser echado al viento.

El despertar autonomista del norte, el crecimiento de la actividad mafiosa en Sicilia y Nápoles, la multiplicación de formaciones opositoras y el saneamiento financiero comprometido con la Europa comunitaria convirtieron a los comicios en un referéndum sobre la continuidad o no del modelo.

Las encuestas revelaron a los partidos de la "maggioranza" —democristianos y socialistas más los menores socialdemócratas y liberales, en ese orden— que la coalición que sostienen sobrevivirá a las elecciones. Pero aún les ocultan con qué grado de debilidad.

La posibilidad de que la alianza cuatripartita reco[illegible]ja menos del 50 por [illegible] de las [illegible] [illegible]

FRANCESCO COSSIGA

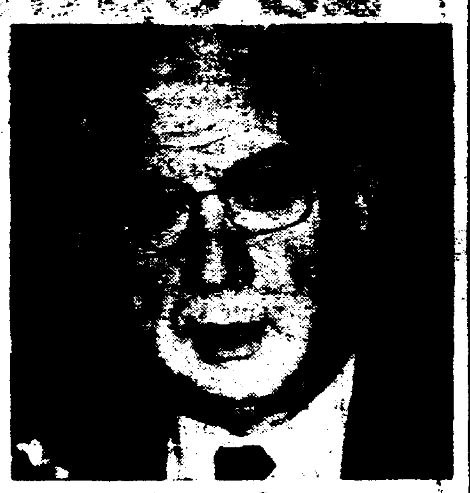
Un petardista

El presidente italiano, **Francesco Cossiga**, en un país donde el jefe de Estado tiene una función casi exclusivamente simbólica y que fue apodado por los medios de difusión "el sardo mudo" por su reserva lindante con la timidez, repentinamente se empeñó en sacar de las casillas a la dirigencia partidaria peninsular.

Cossiga, que en julio dejará la presidencia para convertirse en senador vitalicio, después de ser elegido casi unánimemente en 1985 por los parlamentarios que le dieron su voto por considerarlo una de las figuras menos polémicas y más discretas del espectro político, hoy deben soportar que el presidente los acuse de mafiosos, zombies y corruptos.

En efecto, el jefe de Estado se hizo vocero de los que cuestionan el régimen parlamentario que rige en Italia. Cossiga aduce además que es indispensable acabar con la "partidocracia", que a su juicio tuvo una razón de ser cuando el mundo estaba dividido en bloques.

Antes de la caída del Muro de Berlín, destaca, la Cortina de Hierro dividía también a Italia, donde uno de los partidos comunistas más inteligentes de Europa tenía un inmenso caudal electoral. La democracia cristiana —partido en el que siempre militó Cossiga y con el que hace poco rompió— tuvo que hacer concesiones al **PCI** e incurrir en toda clase de maniobras para mantener su hegemonía. "Ahora —dice— el país tiene que salir de este sistema que lo sofoca".



Francesco Cossiga

El giro de Cossiga se registró cuando el primer ministro, **Giulio Andreotti**, quien aspira a sucederlo, lo acusó de haber pertenecido a **Gladio**, una organización creada con el aval de la CIA a principios de la década del 50 para combatir a los soviéticos con acciones de guerrilla en caso de que el **Ejército Rojo** invadiera Europa oriental.

Esta denuncia llevó a Cossiga a pensar que la DC lo había abandonado y quería desplazarlo del poder. Fue entonces que se convirtió en esa suerte de solitario francotirador empeñado en disparar desde el Palacio del Quirinal contra toda la clase política italiana.

GIULIO ANDREOTTI

Bajo sospecha

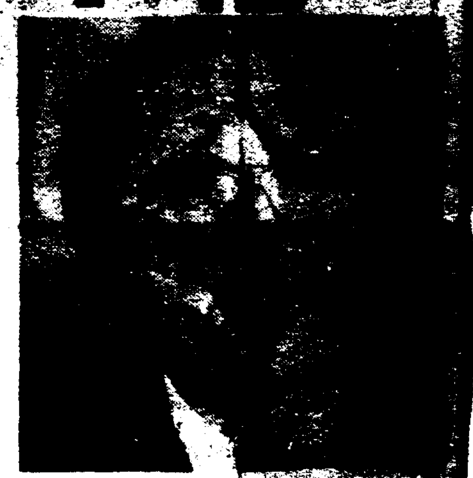
Giulio Andreotti, siete veces primer ministro de Italia y [illegible] democristiano [illegible] de su agrupación, llega a estas elecciones en medio de un fuerte cuestionamiento de la DC y del sistema de partidos en general.

El jefe de gobierno en los últimos meses fue protagonista central o se vio envuelto en algunos de los episodios que contribuyeron al recrudecimiento de las críticas contra el parlamentarismo, los ataques contra los partidos o el surgimiento de agrupaciones nuevas de las tendencias más variadas, pero coincidentes en la crítica del régimen tradicional.

En abril de 1991 el primer ministro, que a los 72 años es apodado por sus amigos el "inoxidable", logró constituir su séptimo gobierno sobre la base del **pentapartido**. Dos semanas antes, una desavenencia con los socialistas de **Bettino Craxi** había hecho naufragar su sexto mandato.

Pero su gestión no fue afortunada y el plan de ajuste con el que pretendió remediar la crisis económica por la que atraviesa la Península le atrajo la oposición de los sindicatos, al tiempo que dificultaba la integración italiana en la **Comunidad Europea**. Los choques entre el primer ministro y el presidente **Francesco Cossiga** también conspiraron contra la estabilidad de la alianza gobernante.

Andreotti nació en Roma el 14 de enero de 1919. Se recibió de abogado en la universidad de la capital italiana y



Giulio A[illegible]

fue presidente de la Federación de Estudiantes Católicos.

Miembro de la A[illegible] yente elegida en ju[illegible] signado subsecretar[illegible] nistro **Alcide De G**[illegible], cargo e[illegible] que se mantuvo has[illegible].

En 1954 fue nom[illegible] Interior de [illegible] de ese momento oc[illegible] teras. Fue primer m[illegible] vez en 1972, pero re[illegible] después para encab[illegible] nete en alianza co[illegible] socialdemócratas. [illegible] tercer gabinete [illegible] de los comunistas.

... crítico en 45 años

QUE ESTA EN JUEGO

Las elecciones generales de hoy y mañana en Italia son las más importantes desde el fin de la Segunda Guerra Mundial. Están en juego temas clave:

- ✓ La supervivencia del sistema que lleva al poder a coaliciones formadas por los partidos mayoritarios o una reforma constitucional que sirva para reforzar el papel presidencial.
- ✓ La inserción de Italia entre los países más desarrollados del mundo, tras una [illegible] crisis económica.
- ✓ El intento de poner fin a la corrupción que campea en todos los estamentos del gobierno.
- ✓ La decisión de eliminar a las mafias como factor de poder tras las bambalinas, especialmente en el sur.
- ✓ Los comicios darán la pauta de cuánto peso tienen hoy las ascendentes ligas políticas separatistas y los grupos políticos menores, como los ecologistas.

Infografía/CLARIN

tianos que la presunta voluntad antisistema que se le atribuye a La Malfa.

♦ **¿Supergobierno?**

Como ya había hecho el primer ministro **Giulio Andreotti** en un reciente y espinoso debate parlamentario sobre el servicio militar optativo, el presidente **Cossiga** abrió los brazos de la coalición al ex comunista **Partido Democrático de la Izquierda (PDI)** de **Achille Occhetto**.

"No hay ningún motivo para excluir al PDI del próximo Poder Ejecutivo", dijo el titular del Palacio Quirinale al bendecir una política de "**unidad y solidaridad**" contra los "**sfascistis**" (destructores, un término muy próximo a fascistis, fascistas, que acuñó **Arnaldo Forlani**, secretario general democristiano).

♦ **La peor elección**

Ochetto, preparado para la peor elección de la que fue durante años la segunda fuerza política del país —se estima que caerá en un diez por ciento su caudal electoral— ha dado señales de aprobación a la invitación de participar de un "supergobierno", como ya se menciona en Italia.

Pero para tal propósito todavía parece renuente el Partido Socialista, que ha asumido una posición irreductible: el asiento del **Palacio Chigi** —que acaba de dejar Andreotti— corresponderá a **Bettino Craxi**, respetando la histórica alternancia entre democristianos y socialistas.

Craxi concentró sus esfuerzos en torno a **Milán**, donde la autonomista **Liga Lombarda**, del senador **Umberto Bossi**, prevalece y amenaza con convertirse en la cuarta fuerza en el plano nacional.

El Parlamento italiano, que quedará conformado mañana, deberá consagrar un nuevo gobierno y, en junio, un nuevo presidente de la república. Será difícil que esto ocurra sin un previo acuerdo sobre la reconstrucción de un Estado, que todos reclaman, en torno a un nuevo pacto constitucional que contemple un refuerzo de la figura del presidente.

Walter Curia

El peso de la mafia

Como nunca en la historia electoral italiana, el *voto contra la mafia* y la corrupción enquistada en el sur profundo domina la crucial elección de un país casi formalmente quebrado en dos: la caliente geografía de un sur pobre y subdesarrollado dispuesto a votar por los partidos tradicionales —infiltrados por las diversas formas mafiosas— y un norte próspero e industrializado que rechaza las viejas fórmulas.

Por de pronto, la mafia se ha puesto al ataque, lanzando **una obvia campaña de intimidación** en el territorio ancestralmente controlado por **la mafia siciliana, la camorra napolitana y la ndrangheta calabresa**: al asesinato de **Salvo Lima, un diputado ante el Parlamento Europeo y hombre clave en la región de la Democracia Cristiana, abatido hace un mes en un suburbio de Palermo, inauguró esta ofensiva** que tuvo otros puntos salientes en una serie de atentados con bombas contra comités partidarios en la región.

El mapa de las preferencias electorales de la mafia ha sido ya prolijamente delineado. En el mismo umbral de los comicios, las autoridades descubrieron miles de fichas electorales adulteradas en el sur con apoyo a los candidatos locales de los partidos que integran la coalición de gobierno (demócratas cristianos, socialistas, socialdemócratas y liberales). Con este acelerado operativo contra el voto mafioso, las autoridades pretendieron certificar lo incuestionable: **la conexión entre las grandes organizaciones criminales de Italia, que actúan desde hace casi un siglo, con prominentes políticos en el poder central y que actúan activamente entre bastidores.**

Catapultada por el descrédito de las instituciones tras la Segunda Guerra Mundial, la mafia, que fue originalmente una plaga limitada a un sector geográfico con centro en Sicilia, **se convirtió en una colosal y formidable multinacional del delito**, con redes en toda la península. Las organizaciones mafiosas se transformaron **en un factor de poder** y su avance en las últimas cuatro décadas fue prácticamente incontenible.

Nacida como una simple banda fuera de la ley, la organización mafiosa se convirtió en el mayor fenómeno criminal del mundo contemporáneo, custodiada y defendida **por una tradición cultural que está inmersa en el medio social en el que actuó hasta ahora.** El fundamento de su poder parte de las inocultables convivencias e interdependencias de la mafia **con los partidos, con el poder político, con el poder económico-financiero y bancario**, con ciertas organizaciones religiosas y también con la internacionalización de su propio poder basado en una **complicidad entre temerosa y voluntaria.**

Ante semejante panorama, el gobierno italiano impulsó desde hace tres años un programa de emergencia nacional antimafioso, poniendo en funcionamiento una serie de organismos y superorganismos para intentar combatirla en todos los frentes. [illegible] (DIA), un cuerpo con dos mil efectivos superespecializados con una estructura similar a la del FBI norteamericano.

El virtual estado de guerra total acentuó viejas fórmulas mafiosas. El asesinato de Lima, sospechado de connivencia mafiosa, pareció así un ajuste de cuentas, pero significó un grave deterioro para la democracia cristiana y sobre todo para **Giulio Andreotti** cuyo soporte en la zona era precisamente el eurodiputado ultimado.

Lima fue acusado también de ser uno de los protagonistas del Tercer Nivel, la zona ambigua e [illegible] donde se combinan los encuentros entre políticos y mafiosos en el llamado Comité de Negocios. Su asesinato tuvo el claro sello mafioso.

El ministro que se ocupa de los temas del sur, **Calogero Mannino**, afirmó hace unos días que el crimen de Lima había sido "un tiro en la nuca". La ratificación no tardó demasiado: el lunes, la mafia hizo volar una de las oficinas de Mannino en Sicilia.

Esto fue como para que nadie dude sobre lo que está en juego.

Jorge G[illegible]

BETTINO CRAXI

El statu quo

La apuesta para estas elecciones del jefe del Partido Socialista Italiano (PSI), Bettino Craxi, es conseguir formar una alianza de socialistas, demócrata cristianos, socialdemócratas y liberales, semejante al "pentapartido" que proporcionó a Italia el período de estabilidad que le permitió transformarse en una de las cinco principales potencias económicas mundiales.

El 4 de agosto de 1983, tras un acuerdo "extraoficial" con la Democracia Cristiana, Craxi se convirtió en el primer jefe de gobierno socialista de la Península. La coalición se mantuvo hasta el 27 de junio de 1986 (1.060 días), logrando el récord de duración de un gabinete en la historia de la República Italiana.



Bettino Craxi

A mediados de 1986 se produjo una ruptura entre el líder socialista y la DC, cuyo secretario general era **Ciriaco de Mita**, vinculada con la tentativa de Craxi de afirmarse en **Sicilia**, bastión electoral demócrata cristiano. El PSI pidió entonces un voto de confianza al Parlamento y fue derrotado.

Después de un mes de intensas negociaciones, los líderes del "pentapartido" llegaron a un acuerdo en virtud del cual la alianza se mantendría, mientras socialistas y demócrata cristianos se alternarían en la jefatura de gobierno.

No obstante, la fórmula no prosperó **debido que Craxi, poco antes que llegara** el momento de transferir el poder a sus socios de la DC, opinó que el acuerdo era "excesivo" y, el 3 de marzo de 1987, presentó su renuncia al presidente **Francesco Cossiga**.

Bettino Craxi nació en Milán el 24 de febrero de 1934. A los 18 años se inscribió en la universidad y, al mismo tiempo, se afilió al Partido Socialista.

En 1956 ocupó su primer cargo en el gobierno y en 1968 fue elegido diputado por **Milán-Pavía**.

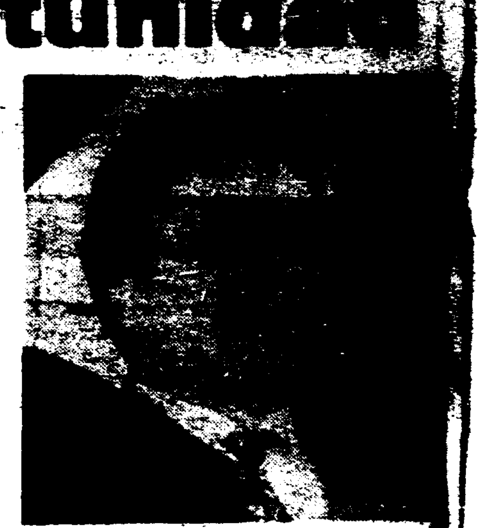
En 1976 fue designado secretario general del PSI, cargo en el que sucedió a **Francesco de Martino**. Fue reelegido en 1978 y en 1981.

Craxi está casado y tiene dos hijos. Es considerado un dirigente eficaz, intuitivo y simpático, pero con poco carisma.

ACHILLE OCHETTO

La oportunidad

El secretario general del Partido Democrático de la Izquierda (PDI), Achille Occhetto, enfrenta en estas elecciones el arduo dilema de mantener la mayor cantidad de los votos que tuvo el desaparecido Partido Comunista Italiano (PCI), a partir del cual se formó la nueva agrupación y, al mismo tiempo, impedir que el derrumbe de la Unión Soviética la perjudique. Además, estas elecciones pueden brindar una oportunidad importante a su partido: lograr un espacio dentro de la coalición gobernante.



Achille Ochetto

Occhetto vivió su hora más gloriosa el 11 de octubre de 1990 cuando, después de un año de librar una dura batalla personal en el seno del PCI, logró que el nombre del partido comunista más grande de **Europa** fuera cambiado por el actual y la tradicional divisa de la agrupación, la hoz y el martillo, remplazada por una encina, el árbol de la libertad que sirvió de símbolo a la Revolución Francesa.

El secretario general accedió a ese cargo en junio de 1988. A los 52 años, era un dirigente joven comparado con la mayoría de la cúpula partidaria, especialmente con el enfermizo **Alessandro Natta**, a quien remplazó.

Por aquel entonces Occhetto era un admirador del secretario general del **Partido Comunista de la Unión Soviética, Mijail Gorbachov**, y se proponía impulsar dentro del PCI la perestroika y la glasnost.

Axel, como se conoce familiarmente a Occhetto, participó activamente en las revueltas estudiantiles de 1968. Uno de sus hijos se llama **Malcolm**, por el militante negro estadounidense **Malcolm X** y otro **Emiliano**, en homenaje a **Emiliano Zapata**.

Considerado un dirigente algo "difícil" por la burocracia partidaria desde que en 1956 se opuso a la intervención soviética en **Hungría**, esta lo "exilió", designándolo secretario del PCI en Sicilia.

Pero el joven dirigente ganó una banca de diputado y, al mismo tiempo, se convirtió en protegido del secretario general **Enrico Berlinguer**, quien apoyó su ascenso en las filas partidarias.

La coalición de gobierno mantuvo la mayoría parlamentaria en Italia

Los agrupaciones de la protesta, como La Rete siciliana, las Ligas Lombardas y el Partido Republicano, vieron ayer significativamente incrementado su caudal electoral, mientras que los partidos de la coalición gobernante experimentaron un retroceso espectacular, al igual que el Partido Democrático de Izquierda (ex Comunista). Pese a ello, la coalición que encabeza el demócrata cristiano Giulio Andreotti logró retener una magra mayoría en la Cámara de Diputados, que le permitirá formar gobierno. Por el contrario, el "Tetrapartido" no logró sobrepasar el umbral del 50 por ciento en el Senado. Aumentó el abstencionismo en relación con los comicios parlamentarios de 1987.

Agencia AP



Agencia AP



ELECCIONES EN EUROPA

Alessandra Mussolini, nieta del dictador (izq.) Arriba: el recuento de votos de la segunda jornada de ayer.

ROMA, 6 (EFE). — La caída histórica de la **Democracia Cristiana**, el espectacular avance de la derechista **Liga Lombarda** y el hundimiento de los ex comunistas trastrocaron ayer, lunes, el mapa político italiano, **pese a que la coalición en el poder parece haber mantenido la mayoría absoluta en la Cámara de Diputados.**

En un primer estudio de los resultados, por el momento basados en proyecciones de la empresa de sondeos Doxa, los italianos han **dado un voto de castigo al gobierno**, pero tampoco han premiado a la oposición con la suficiente fuerza como para que sea alternativa.

Las proyecciones definitivas en número de escaños de Doxa para la televisión estatal **RAI** han creado confusión en los medios políticos y periodísticos al desprenderse de ellas que la coalición mantiene la mayoría absoluta en la Cámara de Diputados.

En esta proyección sobre escaños, Doxa informó que la coalición obtiene un total de 329 diputados, trece escaños por encima de la mayoría absoluta de la Cámara de 630 legisladores, si bien lejos de los cómodos 356 de los que disponía en el anterior Parlamento.

La coalición está formada por democristianos, que obtienen 202 diputados, socialistas (91), socialdemócratas (18) y liberales (18), según los datos de Doxa.

En porcentaje de votos, la coalición obtiene el 48,7 por ciento, según los datos definitivos del sondeo de Doxa, efectuado en 600 colegios electorales sobre un total de 88.654.

"En contra de lo que se venía repitiendo, la coalición mantiene la mayoría en la Cámara, aunque por un puñado de votos", informó el noticiero de la primera cadena de la red estatal RAI.

Los partidos políticos también habían hecho sus valoraciones sobre los datos de Doxa que aludían a la pérdida de la mayoría absoluta por parte de la coalición, y hasta el líder socialista **Bettino Craxi** aseguró que "la mayoría ya no existe".

En el Senado, la coalición se queda, con 154, a cuatro escaños de la mayoría absoluta, que es de 158 legisladores, siempre según los datos definitivos de Doxa. Antes disponía de 164 escaños.

A la vista de los datos de Doxa sobre el número de escaños, el secretario general de la **Democracia Cristiana, Arnaldo Forlani**, que incluso había señalado que estaba "preparado para dimitir", dijo posteriormente que era necesario volver a partir del "tetrapartido" para "valorar cómo se puede proceder".

"Si no salen los números, veremos cómo ir adelante. Estas indicaciones (de partir del «tetrapartido») siguen válidas, ahora es necesario llevarlas también a los datos numéricos", afirmó Forlani.

Mientras se esperan los datos oficiales, el hecho es que la **DC** ha registrado el peor resultado de su historia, no superando por primera vez el 30 por ciento, mientras su principal socio de la coalición, el **Partido Socialista**, con el 12,3 por ciento, ha perdido en torno al 2 por ciento de votos, según los datos de Doxa.

En total, **DC** y **PSI** han perdido alrededor del 6 o 7 por ciento de votos y 35 escaños, un retroceso que modifica el mapa político del país, ya que aunque la coalición argumente que mantiene la [illegible] ría absoluta en escaños nunca [illegible] bernar sin tener en cuenta la [illegible] cambio manifestada por el [illegible].

"Ha sido un terremoto. No [illegible] na mayoría", dijo el presidente [illegible] líder de su corriente de izquierda, [illegible] De Mita, ex primer ministro.

"La nomenclatura ha sido [illegible] ha sido despedida", declaró [illegible] fari, director del influyente [illegible] pública.

La DC ha sufrido la [illegible] producido La Rete, del ex alcalde [illegible] lermo y ex democristiano [illegible] do, que ha obtenido 12 escaños, [illegible] la lista de los referendos del [illegible] tante democristiano [illegible], [illegible] este no colocará a ningún [illegible] Cámara de Diputados, y el [illegible] tacular de la derechista Liga [illegible] la triunfadora de estos comicios.

La Liga, arrebatando votos en [illegible] a la DC y a los socialistas, ha [illegible] 0,5 por ciento de 1987 al 8,8 por [illegible] un escaño a 55, con un mensaje [illegible] feroz a los partidos tradicionales, [illegible] que acusó de todos los males del [illegible] corrupción, las mafias y el déficit [illegible].

El Partido Republicano ha recogido [illegible] frutos de haber abandonado la coalición en abril de 1991, al obtener un 4,7 [illegible] ciento, un uno por ciento más que en [illegible], y pasar de 21 a 25 escaños.

Otro de los grandes derrotados de estas elecciones es **Achille Occhetto**, [illegible] del cambio que condujo a la [illegible] del **Partido Comunista Italiano** y a [illegible] conversión en el **Partido Democrático de la Izquierda (PDS).**

RESULTADOS DEFINITIVOS

Partido	Elec. 92 %	Escaños	Elec. 87 %	Escaños	Difer. escaños
Democracia Cristiana	29,2	202	34,3	234	−32
Partido Socialista	13,5	91	14,3	94	− 3
Partido Socialdemócrata	3,0	18	3,0	17	+ 1
Partido Liberal	3,0	18	2,1	11	+ 7
Partido Republicano	4,5	26	3,7	21	+ 5
Partido Democrático de Izquierda (ex Comunista)	15,9	103	26,6	177	−74
Refundación Comunista	5,4	33	—		+33
Movimiento Social Italiano-Derecha Nacional	5,5	34	5,9	35	− 1
Verdes	2,9	16	2,5	13	+ 3
Liga Nord (Liga Lombarda)	8,8	56	0,5	1	+55
Otras ligas	1,5	9	—		+ 9
Liga Pannella (Lista Marco Pannella)	1,3	7	—		+ 7
La Rete (La Red, de L. Orlando)	2,0	12	—		+12
Lista Referendum	0,8	—	—		—
Otros	2,7	5	7,1	27	−22

Hundimiento de los ex Comunistas

CAIDA HISTORICA DE DEMOCRACIA CRISTIANA EN ITALIA, PESE A MAYORIA DE LA COALICION

ROMA, 6 (EFE).— La caída histórica de la Democracia Cristiana, el espectacular avance de la derechista Liga Lombarda y el hundimiento de los ex comunistas trastocaron hoy, lunes, el mapa político italiano, pese a que la coalición en el poder parece haber mantenido la mayoría absoluta en la Cámara de Diputados.

En un primer estudio de los resultados, por el momento basados en proyecciones de la empresa de sondeos "Doxa", los italianos han dado un voto de castigo al gobierno, pero tampoco han premiado a la oposición con la suficiente fuerza para que sea alternativa.

Las proyecciones definitivas en número de escaños de "Doxa" para la televisión estatal RAI han creado confusión en los medios políticos y periodísticos al desprenderse de ellas que la coalición mantiene la mayoría absoluta en la Cámara de Diputados.

En esta proyección sobre escaños, "Doxa" informó de que la coalición obtiene un total de 329 diputados, trece escaños por encima de la mayoría absoluta de la Cámara de 630 legisladores, si bien lejos de los cómodos 366 de los que disponía en el anterior Parlamento.

La coalición está formada por democristianos, que obtienen 202 diputados, socialistas (91), socialdemócratas (18) y liberales (18), según los datos de "Doxa".

En porcentaje de votos, la coalición obtiene el 46,7 por ciento, según los datos definitivos del sondeo de "Doxa" efectuado en 600 colegios electorales sobre un total de 86.684.

"En contra de lo que se venía repitiendo, la coalición mantiene la mayoría en la Cámara, aunque por un puñado de votos", informó el telediario de la primera cadena de la red estatal RAI.

Los partidos políticos también habían hecho sus valoraciones sobre los datos de "Doxa" que aludían a la pérdida de la mayoría absoluta por parte de la coalición, y hasta el líder socialista Bettino Craxi aseguró que "la mayoría ya no existe".

En el Senado, la coalición se queda con 164, a cuatro escaños de la mayoría absoluta, [illegible] 164 [illegible]

[illegible]

adelante. Estas indicaciones (de partir del "tetrapartido") siguen válidas, ahora es necesario llevarlas también a los datos numéricos", afirmó Forlani.

Mientras se esperan los datos oficiales, el hecho es que la DC ha registrado el peor resultado de su historia, no superando por primera vez el 30 por ciento, mientras su principal socio de la coalición, el Partido Socialista, con el 12,3 por ciento, ha perdido en torno al 2 por ciento de votos, según los datos de "Doxa".

En total, DC y PSI han perdido en torno al 6 o 7 por ciento de votos y 35 escaños, un retroceso que modifica el mapa político del país, ya que aunque la coalición argumente que mantiene la mayoría absoluta en escaños nunca podrá gobernar sin tener en cuenta la voluntad de cambio manifestada por el electorado.

"Ha sido un terremoto. No hay ninguna mayoría", dijo el presidente de la DC y líder de su corriente de izquierda Ciriaco De Mita, ex primer ministro.

"La nomenclatura ha sido derrotada y ha sido despedida", declaró Eugenio Scalfari, director del influyente diario "La República".

La DC ha sufrido la sangría que le ha producido La Rete, del ex alcalde de Palermo y ex democristiano Leoluca Orlando, que ha obtenido 12 escaños, así como la lista de los referendos del todavía militante democristiano Mario Segni, aunque esto no colocará a ningún legislador en la Cámara de Diputados y el avance espectacular de la derechista Liga Lombarda, la triunfadora de estos comicios.

La Liga, arrebatando votos en el Norte a DC y a los socialistas, ha subido del 0,5 por ciento de 1987 al 8,5 por ciento y de un escaño a 55, con un mensaje de críticas feroz a los partidos tradicionales, a los que acusa de todos los males del país: la corrupción, las mafias y el [illegible] público.

"Somos los únicos que hemos sido capaces de derrotar a la DC", dijo su líder, Umberto Bossi.

[illegible]



Disminuye influencia Democracia Cristiana ... elecciones
Nación
8/4/92
Italia (10208)
F. Pol (11164)
PP. PP (11304)

(D-7)

Italia: hora de repensar

Por Rolando Rivière
(Corresponsal de LA NACION en Europa)

ROMA, 7. – Quince partidos de signos diferentes han obtenido bancas parlamentarias. La Democracia Cristiana, si bien en franco declive sigue siendo (como repite su secretario, Arnaldo Forlani) la primera fuerza electoral; Bettino Craxi (Partido Socialista) continúa con aspiración al Palazzo Chigi (presidencia del gobierno), a pesar de no disponer del sostén de sufragios que aguardaba; la Liga Lombarda de Umberto Bossi ha logrado un éxito notable y domina Milán y el Norte, de donde llega prácticamente la mitad de los ingresos del país. Con su carga de xenofobia y rechazo a la inmigración del Tercer Mundo, la liga es el acontecimiento de estas elecciones. El comunismo, dividido, ocupa un segundo puesto inconsistente, pero segundo, luego de la DC.

Repensar es una palabra italiana. Es lo que se está haciendo ahora. Porque si la mayoría tradicional del cuadripartido ha sido derrotada, en sustancia, gracias al sistema electoral, como subraya correctamente Gianfranco Piazzesi (Corriere della Sera, el gran matutino milanés) dispondrá de mayoría absoluta en el Parlamento.

En el largo día de ayer escuchamos a diferentes líderes políticos. Muchos planteaban una alternativa, contemplada por la Constitución: hacer gobierno cuanto antes prescindiendo de la praxis tradicional de consulta con los partidos políticos y someterlo a la aprobación legislativa. Sería una absoluta novedad. Habitualmente la "torta" del poder se dividía entre los que integrarían la coalición en el gabinete. No sólo ministerios sino direcciones generales y altos cargos del Estado eran distribuidos según la fuerza evidenciada por los grupos políticos en las urnas, excluyendo la extrema izquierda. Era el método para mantener cierta cohesión entre los vencedores de ópticas opuestas. ¿Puede dejarse a un lado este método para satisfacer los deseos tácitos del descontento popular frente a la partidocracia italiana?

Las leyes de Maastricht

La alianza de cinco partidos se rompió el año pasado cuando los republicanos de Giorgio La Malfa la abandonaron. Ese gesto les ha hecho ganar votos. ¿Compartirían una nueva coalición? Muy difícil, si se inspira en el viejo mecanismo que parece haberse quebrado, por el momento. La Malfa se ha adelantado a decir "no".

Con la Europa unida para 1993 esta vez Italia no puede darse el lujo de moverse con excesiva lentitud. Maastricht dicta sus leyes. Además, un simple vistazo a los resultados indica que el centrismo, con la DC a la cabeza, ha prevalecido como opción ciudadana. Inclusive el pequeño Partido Liberal ha ganado votos. Por otra parte los grupos opositores, desde la izquierda comunista al neofascismo del Movimiento Social no encarnan una alternativa factible de gobierno.

Francesco Cossiga ha viajado a los Estados Unidos. Nunca un jefe de Estado italiano se metió tanto en política y antes de partir ha conversado con ese ejemplo de sensatez que es Giovanni Spadolini, presidente del Senado. ¿Spadolini primer ministro? ¿Spadolini como el gran negociador en este panorama insólito, sin precedentes desde el comienzo de la República? ¿El presidente Cossiga dictará la solución?

Se sabe más aquello que no puede ser que lo posible. No puede recurrirse al gobierno "balneare", al gobierno para las vacaciones. Tampoco evitar su designación perdiendo tiempo en polémicas bizantinas. Reforma de la ley electoral para evitar la atomización del electorado; lucha contra la criminalidad organizada (mafias); recuperación económica y del empleo. Todas prioridades que exigen ante todo un gobierno para Italia pero también para la CE. Como sea, pero un gobierno. Porque si se quiere avanzar hacia una fase constituyente (como recuerda Il Messaggero hoy) es preciso una mayoría que gobierne. El ingenio político italiano es capaz de recomponer su apolillado "puzzle" y presentarlo a la CE y al mundo con una siempre cautivadora sonrisa, aunque por debajo lluevan los golpes. Italia no es solamente la clase política.

BUSQUEDA ■ Jueves 9 de abril de 1992 ■ Pág. 40

La coalición gobernante conserva una escasa mayoría

Italia: retroceso democristiano, severo traspié de los ex comunistas y aparición fulgurante de grupos de extrema derecha

Los italianos votaron este fin de semana pasado y eligieron su 51°. gobierno desde el fin de la Segunda Guerra Mundial. La Democracia Cristiana, principal fuerza política italiana, sufrió un severo revés, al obtener menos de un 30 % de los sufragios, el peor resultado de su historia. En tanto, la ultraderecha nacionalista registró un auge espectacular, logrando casi un 14 % entre todas las ligas y listas de candidatos independientes.

No obstante, la coalición de cuatro partidos —Partido Demócrata Cristiano, Partido Socialista, Partido Social Demócrata y Partido Liberal—que gobierna Italia, logró una escasa mayoría en ambas cámaras del Congreso en estos comicios generales, por lo que seguirán al frente de la administración. Los observadores estiman que el democristiano Giulio Andreotti seguiría encabezando el gobierno, aunque por poco tiempo, porque pasaría a ser el presidente cuando culmine el mandato de Francesco Cossiga. El líder socialista Bettino Craxi pasaría entonces a ocupar la jefatura del gobierno.

La coalición del gobierno italiano obtuvo 163 bancas en el Senado (315 en total) y 331 curules en la Cámara Baja (un total de 630).



Bettino Craxi

Los democristianos sufrieron un muy importante retroceso con respecto a las elecciones celebradas en 1987, aunque no dejaron de ser la primera fuerza política italiana al lograr un 29,7 % de los votos. En efecto, en estos comicios lograron 206 diputados (20 menos que en el '87) y 107 senadores, 18 menos que en los comicios de hace cinco años, cuando se adjudicaron 125 bancas.

Los otros partidos de la coalición no sufrieron el revés de los democristianos, aunque los socialdemócratas no se desempeñaron demasiado bien: lograron 16 diputados, uno menos que en el '87 y 3 senadores frente a los 5 que habían obtenido en los comicios anteriores. En tanto, los socialistas lograron 92 diputados, 2 menos que en el '87, y 49 senadores, 13 más que en las pasadas elecciones; mientras que los liberales obtuvieron 17 diputados, 6 más que en el '87, e incrementaron en una sus bancas senaturiales, logrando el ingreso de 4 senadores.

Los ex comunistas del Partido Democrático de la Izquierda, la segunda fuerza política del país, encabezada por Achille Ochetto, también sufrió un severo traspié, al registrar tan solo un 16,1 % frente al 26,6 % que los comunistas habían logrado en el '87. Los comunistas tradicionales cosecharon un importante 5,5 %.

Siguiendo la tendencia que se viene dando en toda Europa, los que lograron una excelente votación fueron los grupos de extrema derecha (ver **Búsqueda** 633, página 40). En efecto, la Liga Lombarda del senador Umberto Bossi cosechó un 8,7 % de los votos, cuando hace tan solo cinco años atrás había obtenido un 0,5 %. Ahora tiene 25 senadores y 55 diputados. Las otras ligas regionales y listas de candidatos independientes, totalizaron más de un 5 % de los sufragios.

"Los partidos políticos de Roma son unos ladrones. ¡Viva la Liga Lombarda! ¡Viva el Norte libre!". Estas consignas fueron reiteradas por Bossi durante la campaña, al denunciar la "explotación" del Norte industrial italiano, y predicar en favor de una revuelta.

Las estrellas porno Moana Pozzi e Ilona Staller, más conocida como la Cicciolina, no alegrarán con sus encantos al Congreso, ya que ambas sufrieron severas derrotas. Sin embargo, Alessandra Mussolini, de 29 años y nieta del "Duce", obtuvo 27 mil votos preferenciales, por lo que ingresará al Parlamento. Alessandra es estudiante de medicina y ex actriz, es sobrina de Sofía Loren y pertenece al Partido Socialista Italiano neofascista. (En base a información de AFP y DPA).

1/1.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL — DPTO.I(INT)

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA — ARCHIVO

Montevideo, 14 de Mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M N°26/92

A S U N T O : LEWIS DAVID ROSTAN GAUTIER (C/A: PCR,MIR)

EVALUACION : A - 2

T E X T O : Referente a: Lewis David ROSTAN GAUTIER

TRABAJA: Como vendedor de publicidad para el diario La República.

Casado con: Susana Nahír CAZABAN MARTINEZ

Escribana

Funcionaria del Palacio Legislativo

Sección "Asesoría Notarial" (turno vespertino).

AMBOS DE DOMICILIAN EN: Juan Paullier 1629

Telef.: 41.61.74

DISTRIBUCION : ORIGINAL: BIOGRAFICO

COPIA : C.MILITAR

El Jefe de la Sección Biográfico

Tte. 1°

Norberto DEVINCENSI.

01 07 92

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección G. ... de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha ... 15 MAYO 1992
Pasa a BIOGRAFICO-MILITAR
Nr. 9204027

... 001/1

Nº … 920223
TITU… G-7 y G-24 Se reúnen en Washington
PROC… 150023
FECHA… 27/4/92
VINCULACI… G-7
G-24

Inquietud de los subdesarrollados por ayuda a Rusia

G-7 y G-24: reuniones paralelas en Washington

Washington (AFP)

■ Los ministros de Finanzas y gobernadores de los bancos centrales del Grupo de los siete grandes países industrializados (G7), se reunieron el domingo para confirmar su voluntad política de ayudar a Rusia a superar la crisis después que el representante ruso afirmara que Moscú no se desviará del camino de las reformas.

[illegible]

"Todos estamos de acuerdo en expresar una voluntad política clara de solidaridad con Rusia y otras repúblicas de la antigua Unión Soviética", subrayó una fuente francesa autorizada.

El G-7 (Estados Unidos, Japón, Alemania, Francia, Gran Bretaña, Italia y Canadá) [illegible]

[illegible]

Los ministros de Finanzas de los 24 [illegible] (G24) se reunieron el domingo en Washington [illegible]

[illegible]

270492

Nº DOCU

TITU

PRF

FECH 21/4/92

VINCULACI

Sindicatos cristianos invitan a formar frente de trabajadores

■ La Central Latinoamericana de Trabajadores (CLAT) emitió un llamamiento dirigido a todas las organizaciones de trabajadores existentes en América Latina y el Caribe proponiendo la constitución y puesta en marcha de "un Frente Latinoamericano de Trabajadores, que respetando la pluralidad de entidades existentes, sin exclusiones de ningún tipo, sin hegemonismos o monopolios de nadie, se constituya en un instrumento aquí y ahora indispensable para el diálogo, la convergencia y la unidad de acción en función de los intereses y necesidades comunes a todos los trabajadores".

El llamamiento de la CLAT insiste "en la necesidad y urgencia de sumar esfuerzos y acciones comunes para preservar la continuidad de la libertad y de los procesos democratizadores en toda la región, sobre todo a partir de los graves intentos militares producidos el 4 de febrero en Venezuela y que constituye una alerta roja para todos los demócratas auténticos, señalando que es necesario reactivar el mismo protagonismo activo y enérgico que los trabajadores organizados tuvieron contra las dictaduras en la década pasada".

La CLAT enfatiza el papel del "Movimiento de los Trabajadores para definir el tipo de democracia que más se debe ajustar a las grandes necesidades humanas, sociales y económicas que pesan dramáticamente sobre la mayoría de los latinoamericanos y que se debe fundamentar en sólidos e irrenunciables imperativos de justicia social, de solidaridad y de efectiva participación popular, y al mismo tiempo en una lucha sin cuartel contra la corrupción, la mentira y la especulación que, gozando de total impunidad, son los factores de máxima desestabilización de los todavía frágiles procesos democratizadores".

Uno de los objetivos centrales de este Frente Latinoamericano de Trabajadores, según la CLAT, es para preparar y lanzar a fondo una ofensiva socio-política y ético-cultural del mundo del trabajo contra la arremetida neoliberal que está imponiendo en todas partes su capitalismo salvaje y agravando en términos explosivos e ingobernables la pobreza crítica, la miseria y la exclusión social, y para elaborar y establecer en comunidad de pensamiento y de acción con otros actores de la sociedad civil y de la sociedad política programas alternativos globales, a fin de superar las actuales políticas y tesis neoliberales, apuntando a un desarrollo integral e integrado que responda más directamente a las necesidades fundamentales de la gente y al desarrollo interno de todas las grandes potencialidades que tiene la region.

Junto con el Frente Latinoamericano de Trabajadores, la CLAT propone la constitución de un Foro Permanente de los Trabajadores como centro de diálogo y de elaboración de respuestas y propuestas comunes tendientes a definir el tipo de integración y de comunidad latinoamericana que conviene a la clase trabajadora e influir activamente en su realización plena.

Para dialogar sobre estas iniciativas y poner en común criterios y orientaciones prácticas, la CLAT propone la realización de un Encuentro Unitario y Solidario en un plazo de tiempo relativamente corto, para responder a los grandes desafíos y urgencias del momento latinoamericano actual.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCESO 150023

FECHA 11/4/92

VINCULACION Ciosl

Stria. Gral. 20014

Secretario general de la Ciosl exige participación popular

CARACAS, (AFP)

En latinoamérica no hay democracia sino "votocracia" ya que democracia significa que existe una verdadera participación popular y no es eso lo que sucede en la región, dijo este martes en Caracas el secretario electo de la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (Ciosl), el italiano Enzo Friso, a reunirse con periodistas.

"Las declaraciones de observadores que viajan a los países latinoamericanos cuando hay procesos electorales deberían regresar entre elecciones para constatar si existe participación popular en las decisiones del gobierno y condicionar la ayuda exterior al respeto de los derechos humanos" indicó Friso.

El recién electo secretario de la Ciosl ejemplificó sus palabras con el caso de Brasil, donde dijo constantemente se violan los derechos e incluso la vida de los trabajadores.

Entre esas violaciones, señaló la explotación laboral de niños y mujeres, que calificó de "vergüenza para la civilización" al tiempo que señalaba como "exabrupto" que se hablara de tanto de transferencia de tecnología cuando la "mala democracia" mantenía a millones en el analfabetismo.

Para afrontar tales inequidades, Friso propone extender el espíritu de lucha entre los trabajadores, "porque sus conquistas sólo se han dado tras siglos de pelea".

"Hay que darle herramientas a los trabajadores, es decir, hay que acostumbrarlos a luchar porque ese es un mecanismo insustituible...

Organizaciones como La Ciosl no son una caja de seguridad sino una ayuda solidaria", estimó el dirigente.

Además de fomentar el espíritu combativo de los trabajadores, Friso hizo hincapié en la importancia de desarrollar proyectos socioeconómicos de efecto multiplicador que ayuden a compensar las consecuencias del desempleo, "una de las principales causas del debilitamiento de los sindicatos".

NOVI

3247

ARCHIVO

RESERVADO

EJERCITO NACIONAL
C.G.E. E.M.E.
DEPARTAMENTO II (INT)
M O N T E V I D E O.-
130900 - MAY - 1992.-

-PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No. 176/B/BIO/992.-

I.- EVALUACION: -Omitida.

II.- RESPONDE A: -P.I. No.10/92 de la D.G.I.D..-

III.- T E X T O : -Referente a los ciudadanos mencionados en el Pedido de referencia se informa que no registran antecedentes en este Departamento.-

01

IV.- DISTRIBUCION:

D.G.I.D.	Ejemplar No. 01
ARCHIVO	Ejemplar No. 02

V.- ACCION TOMADA: -Confección del presente Parte.-

El Jefe del Departamento II (Int) del E.M.E.
Coronel
GILBERTO V. VAZQUEZ.

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO — DEPARTAMENTO II — INTELIGENCIA — REPUBLICA O. DEL URUGUAY

ED/np

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 20 MAYO 1992
Pase Archivo - Antecedente
Nº de 9204031

001/1

15/5/92
SDI
Nº de identificación 9204031

RESERVADO

Nº [illegible]
TIT: [illegible]
P. [illegible] 150023
FE [illegible] 9/4/92
VI [illegible]

En junio realizarán encuentro gremial en Córdoba

Sindicatos del caucho de la región coordinarán medidas conjuntas

"Los trabajadores estamos dispuestos a discutir las condiciones para mantener los puestos de trabajo y a consensuar los pasos necesarios para viabilizar el crecimiento de la industria en cada uno de los países, pero nos opondremos a que la reestructuración se realice a costa del deterioro del nivel de vida de los trabajadores", se lee en el punto cuatro de la declaración final conocida tras el lanzamiento en Buenos Aires del Frente Latinoamericano de Trabajadores del Neumático.

En el referido encuentro participaron representantes de la Unión de Obreros, Empleados y Supervisores de Funsa, organización de nuestro país que se constituyó en uno de los fundadores del organismo de coordinación gremial de carácter supranacional.

La declaración indica entre otros puntos que "en la industria del neumático se está procesando una profunda reestructuración, marcada por un creciente predominio de las grandes empresas trasnacionales y un acentuamiento de las condiciones de explotación de los trabajadores, con el desconocimiento de sus derechos sindicales y un aumento de la desocupación".

"Pocas grandes empresas aumentan su control de los mercados regionales basándose en la reducción de los costos salariales y de los puestos de trabajo, apoyándose en las políticas neoliberales de los gobiernos de la región".

"Los abusivos despidos producidos en las distintas fábricas fueron firmemente resistidos por los trabajadores con importantes y largas luchas sindicales", agrega el documento.

"Ellos se originaron al exigir las empresas mayores niveles de productividad, desconociendo los convenios colectivos existentes y no respetando las normas básicas de procesar las diferencias mediante el diálogo entre las partes".

"Los trabajadores estamos dispuestos a discutir las condiciones para mantener los puestos de trabajo y a consensuar los pasos necesarios para viabilizar el crecimiento de la industria en cada uno de los países, pero nos opondremos a que la reestructuración se realice a costa del deterioro del nivel de vida de los trabajadores", afirman.

Con el objetivo de coordinar la movilización y la solidaridad entre los gremios, se constituyó entonces el referido frente, el que realizará [illegible] los días 19, 20 y 21 de junio en la localidad de Villa [illegible], en la provincia de Córdoba.

Por Uruguay participaron en el lanzamiento del frente sindical Luis Romero y Miguel Angel Acosta, mientras que por el Sindicato Unico de Trabajadores del [illegible] Jorge C[illegible] y Pedro W[illegible] [illegible] Sindicato de G[illegible] [illegible] D[illegible] [illegible] [illegible]

Nº DOCUM[...] 920-233
TITUL[...] Informe del ORIT
PER[...]
FECHA 5/4/92
VINCUL[...] CIOSL — ORIT

EL portavoz de la Organización Regional Interamericana de Trabajadores advirtió sobre el incremento de la pobreza

MEXICO. (EFE).- Las políticas neoliberales adoptadas en algunos países de América latina amenazan a las democracias de la región por los males que han generado, dijo ayer el portavoz de la Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT), el peruano Manuel Ñique.

Esas políticas han tenido los mismos resultados en los países de la región: mayor pobreza, incremento del desempleo por los ajustes estructurales y la reducción de los gastos sociales destinados a la atención médica y la vivienda, señaló Ñique.

La organización "ve con mucha preocupación esa situación", dijo Ñique, al especificar que la ORIT, a la que se afilian las principales centrales sindicales del continente americano y que agrupa a unos 40 millones de trabajadores en América y el Caribe, a excepción de Cuba.

Los modelos neoliberales adoptados en la mayoría de las naciones de América Latina, como Venezuela, Colombia, Bolivia, Chile y Argentina, han generado pobreza e inconformidad, que pueden causar una ruptura en cadena de los sistemas democráticos de América latina, agregó Ñique.

Los índices de pobreza en los países latinoamericanos "hablan de las repercusiones" de esos programas económicos, señaló Nique.

Manifestó que según cifras de la Comisión Económica para América latina y el Caribe (CEPAL), existen en la región 270 millones de personas que viven por debajo de la línea de la pobreza y que la cifra aumentará a 300 millones a fines de siglo.

"Es bastante aleccionadora" la situación en Venezuela, donde hubo un intento de golpe de Estado a principios de febrero pasado y continúan las protestas generalizadas contra la política económica del gobierno de ese país, dijo Ñique.

Los gobiernos latinoamericanos con modelos neoliberales deben entender "que hay que modificar ciertas políticas que han generado mayor pobreza, desempleo y otros males de sobra conocidos", indicó.

Cumbre sindical

Ñique dijo que la ORIT, presidida por el panameño Luis Anderson, participará en la cumbre sindical que organizará la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (CIOSL) que se efectuará del 23 al 25 de mayo próximo en Sao Paulo, Brasil.

Agregó que en esa cumbre sindical se preparará un documento sobre los trabajadores y la ecología que será presentado a la Cumbre de la Tierra, que se efectuará en junio en Río de Janeiro bajo los auspicios de las Naciones Unidas.

Según Ñique, la CIOSL, con sede en Ginebra y a la que está afiliada la ORIT, representa a 110 millones de trabajadores en 130 países afiliados.

El portavoz del ORIT dijo que se prevé que el número de trabajadores de la CIOSL se incremente con el surgimiento de los nuevos países que integraban a la ahora desaparecida Unión Soviética.

Nº. DOCUMENTO [illegible]

TITULO XII Congreso de la CIOSL en Caracas

PROCEDENCIA [illegible]

FECHA DE 26/3/92

VINCULACIÓN [illegible]

CIOSL [illegible]

ORIT

Un italiano es el nuevo secretario general 260392

Finalizó el congreso de la Ciosl en Caracas; se integraron sindicatos de países del Este

Caracas (AFP, ANSA)

■ El XI Congreso de la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (Ciosl) [illegible] en Caracas con la elección de un nuevo secretario general [illegible]

[illegible]

GATT [illegible]

[illegible]

FicHADO

Doc. Poco LEGIBLE

Nº.
TIT. XV Congreso Internacional [illegible]
P. La República 15 [illegible] 23
FE. 23-3-92
VI. [illegible]
12660

La Ciols condena el racismo y cualquier discriminación

[illegible]

La Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (Ciosl) aprobó hoy en Venezuela, Día Internacional Contra el Racismo en el mundo, una declaración en la que condena toda discriminación "en la sociedad en general y en el ámbito laboral en particular".

En el marco de su XV Congreso Internacional, que se realiza [illegible] desde el 17 hasta el día 24, la Confederación exigió a sus afiliados [illegible] las demandas a los dirigentes del mundo para que [illegible] de xenofobia y racismo que atentan contra la democracia.

El presidente del Comité de Resoluciones del Congreso, [illegible] expresó que las crecientes manifestaciones de discriminación en el mundo exigen un compromiso de los trabajadores para [illegible] "se adhieran a los términos de la Carta Internacional de los Derechos Humanos".

[illegible]

SACAR DATOS.

2303 92

XV Congreso de la CIOSL en Caracas
La República 150023
18.3.92
Centrales Sindicales
CIOSL 12660
ORIT
PIT-CNT - Uruguay

La República — Miércoles 18 de marzo de 1992

Comenzó ayer el 15 Congreso de la Ciosl

El PIT- CNT rechazará todo tipo de intervención en Cuba

El [illegible] a la [illegible] de Cuba [illegible] con su pueblo, así como [illegible] el bloqueo [illegible] y toda forma de injerencia en sus asuntos internos, son los puntos principales de la exposición que el representante del PIT-CNT, Luis Romero, [illegible] Congreso de la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres. A la reunión que se celebra en Caracas, el PIT-CNT asiste como observador ya que este no es filial de la mencionada central mundial. En declaraciones a LA REPÚBLICA, antes de partir del país, Romero anunció que en Caracas presentará la posición oficial de la central uruguaya al respecto, y que ya fuera presentada con anterioridad en un encuentro tambien organizado por la Ciosl en Panamá en 1990. La Ciosl y su regional para América, la ORIT (Organización Regional Interamericana de los Trabajadores) tiene previsto enviar una misión a Cuba a los efectos de entrevistarse con los [illegible] y solicitar a las autoridades isleñas permitan la actividad de sindicatos independientes.

Tiempo atrás algunas agencias cablegráficas informaron de la creación de un sindicato independiente en la isla, pero la posición del PIT-CNT, expresada por su secretario de relaciones internacionales, Oscar Groba, fue de apoyo total a la Central de Trabajadores de Cuba, CTC. Está previsto que para el 1° de Mayo de [illegible] un representante de la central isleña, al tiempo que se anunciará el comienzo de una campaña financiera en solidaridad con Cuba, instrumentada por el PIT-CNT.

La Federación Internacional de Periodistas reclama transformar el sistema jurídico

Caracas (AFP)

La transformación del sistema jurídico internacional para garantizar los derechos humanos de los trabajadores de la prensa será la propuesta central de la Federación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (Ciosl) que se inaugura este martes en Caracas.

"La realidad ha dado prioridad a los derechos humanos, porque sólo en 1991, 80 periodistas fueron asesinados en el mundo por ejercer su profesión y en la última década más de 400 murieron por las mismas razones en Latinoamérica", dijo a los periodistas el secretario general de la FIP, Ridan White.

White destacó que la indefensión en la que se encuentran los periodistas hace indispensable la creación de un marco legal para preservar los derechos humanos, además de la libertad de expresión y el derecho a la información, que son elementos básicos para la existencia de una cultura democrática de los medios de comunicación.

Para el dirigente de la FIP, esta semana del congreso de la Ciosl constituye una oportunidad histórica para establecer acciones concretas que pongan fin a la matanza de periodistas.

"En el caso de Venezuela, esto es muy importante por los efectos que puede tener la mudanza de los cárteles colombianos de la droga sobre la actividad de los periodistas y el ejercicio de acciones de intimidación sobre ellos", indicó White.

Insistió en la necesidad de centrar atención en el debate de la censura por medio de la violencia y la intimidación para diseñar acciones concretas que defiendan la democracia.

En el tema de la censura, White se refirió a la situación de Venezuela a raíz de la asonada militar del 4 de febrero pasado, cuando el gobierno impuso censores en los periódicos y confiscó ediciones de diarios y revistas.

La censura se levantó luego de una reunión del Bloque de Prensa Venezolano con el presidente Carlos Andrés Pérez en la que ambas partes hicieron un acuerdo que implicaba la autocensura.

"Aceptamos las explicaciones del presidente Pérez de que todo fue producto de una equivocación que no volverá a suceder, pero no aceptamos que los dueños de los medios hagan pactos de caballeros en torno a la censura y mucho menos que los periodistas tengan las tijeras en la cabeza", dijo White.

En cuanto a la situación de los periodistas a nivel mundial, la FIP sostiene que en la actualidad se observa una tendencia regresiva en las legislaciones laborales que afectan gravemente los derechos sindicales, en especial los que corresponden a la estabilidad, jornada de trabajo y derechos salariales.

La FIP es una organización mundial que agrupa a 67 sindicatos de periodistas con más de 200.000 afiliados.

Hoy comienza congreso mundial de la Ciosl

El presidente venezolano, Carlos Andrés Pérez inaugurará hoy el XV Congreso Mundial de la Confederación Internacional de Organizaciones de Sindicatos Libres (Ciosl), que se prolongará hasta el 24 de marzo próximo, informó desde Caracas la agencia ANSA.

Mil seiscientos delegados de 122 países de los cinco continentes, que representan 200 organizaciones sindicales, además de las agencias especializadas de las Naciones Unidas y organismos multilaterales en materia económica, protección ambiental y seguridad social, debatirán sobre sindicalismo, democracia y derechos humanos.

En la víspera, se reunió aquí el comité ejecutivo de la ORIT, regional para América de la Ciosl para discutir sobre los derechos humanos y sindicales en la región.

Concluyeron en que la OEA, la ONU y la OIT deberían denunciar al gobierno de facto de Haití no sólo por burlar la democracia, sino por impedir la libertad sindical en ese país caribeño, lo que ha debilitado al movimiento de trabajadores.

En cuanto a Cuba se denunció la brutal represión contra sindicalistas y defensores de los derechos humanos, aunque se destacó la creación reciente del primer sindicato libre cubano, cuyo reconocimiento legal les es negado por las autoridades.

La ORIT y la Ciosl tienen prevista una misión a Cuba para tomar contacto con los trabajadores y solicitar a las autoridades de La Habana permitan el funcionamiento legal de los sindicatos.

Jesús Urbieta, presidente del comité organizador del XV congreso de la Ciosl en Caracas, adelantó a ANSA que durante el mismo se adoptarán resoluciones en el plano económico, político y social, además de renovarse las autoridades, dándose por sentado la elección del dirigente italiano Enzo Friso como nuevo secretario general de la Ciosl, la máxima organización mundial de trabajadores.

LR 170392 //

La Ciosl reúne a más de 150 centrales obreras

Caracas (AFP)

El 15 Congreso de la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (Ciosl) se realizará en Caracas del 17 al 21 de este mes, confirmaron sus organizadores, con la participación de [illegible] de casi 140 países. 1400 delegados

Los problemas del Ambiente y de la Democracia [illegible] temas del evento. De la discusión sobre el [illegible] se llevarán a la Conferencia Mundial sobre el Medio Ambiente, [illegible] las Naciones Unidas y que se realizará a mediados de año en Río de Janeiro, Brasil, bajo la consigna de "salvar el planeta".

El tema de la democracia [illegible] de golpe de Estado el pasado 4 de febrero.

La asonada fracasó [illegible]

El tema de la democracia será relevante [illegible] a un congreso de la Ciosl [illegible] La Ciosl ha sido la que [illegible]

[illegible]

130392

Carlos Andrés Pérez inauguró ayer el XV Congreso Mundial de la Ciosl

Caracas (ANSA, UPI, AFP)

■ El presidente venezolano Carlos Andrés Pérez, instaló aquí el XV Congreso Mundial de la Ciosl, con la exhortación a 204 representantes sindicales de 108 países de los cinco continentes, a corregir las desigualdades existentes entre los trabajadores de países industrializados y en vías de desarrollo.



Luis Romero, representante del PIT-CNT en el encuentro de la Ciosl.

En presencia del secretario general de la Ciosl, John Vanderveken y del director general de la OIT, Michel Hansenne, Carlos Andrés Pérez dijo que la realización de este congreso "es un estímulo y expresiva demostración de la confianza del movimiento sindical en la solidez de la democracia venezolana". Observó que democracia y sindicalismo son términos que se acompañan, y los resultados concretos se vieron en los países de Europa del este, destacándose hoy la presencia en la Ciosl de sindicatos de las "recién emancipadas dictaduras de Europa".

"Venezuela, con 34 años de democracia, en medio de gobiernos transitorios en la región, tiene un récord envidiado por muchos, pero amargamente resentido por unos pocos, como se demostró el 4 de febrero", dijo el secretario general de la Ciosl, John Vanderveken.

El principal dirigente sindical venezolano, Antonio Ríos, quien en los últimos tiempos ha enfrentado serias acusaciones de corrupción, dijo que el movimiento obrero de su país "está listo para defender la democracia". Sin embargo, el día del intento de golpe contra Pérez, y durante las semanas siguientes, los dirigentes sindicales venezolanos se mantuvieron notablemente silenciosos, el 4 de febrero no hubo intento alguno por parte de los sindicatos de lanzarse a las calles a respaldar al gobierno contra la intentona de los militares ultranacionalistas.

En general, el movimiento sindical venezolano ha sido acusado de corrupción y de falta de legitimidad, al ser escogidos la mayoría de sus dirigentes "a dedo" por los "cogollos" (grupos de poder) de las organizaciones, en especial dentro de otrora poderosa confederación de trabajadores de Venezuela, sacudida también en el pasado por un gigantesco fraude en un banco de propiedad sindical.

CUBANOS RECHAZAN INTERVENCIONISMO

Los cubanos rechazamos el intervencionismo de cualquier clase, tanto como el modelo sindical tradicional que se ha querido imponer en Cuba, que disciplina a los trabajadores pero no los representa, dijo este miércoles en Caracas, Oscar Alvarez, sindicalista de la Unión General de Trabajadores Cubanos, una organización creada en el exilio en 1991. Alvarez indicó que la Constitución cubana prohíbe las libertades esenciales pero advirtió que veía con preocupación el surgimiento de "criaturas de la nueva nomenclatura", como la Fundación Cubano-Americana, "que buscan la aprobación de proyectos económicos sociales de un capitalismo salvaje que acabarían con las conquistas de Cuba de hace más de tres décadas, que sí existen".

FICHADO

190392.

(1F)

...ra el sindicalista de Funsa, Luis Romero, hay que terminar con las influencias partidarias

"El movimiento sindical está padeciendo de las confusiones que viven los partidos de izquierda"

Los que se negaron a cambiar los ...tutos en el congreso del PIT-CNT, los que menos los respetan", afirmó A REPUBLICA, el principal diri...e de la Unión de Obreros, Emplea... y Supervisores de Funsa y secreta... de relaciones laborales del PIT-...T, Luis Romero. Los estatutos de la ...ral, las influencias político-partida... las relaciones con la Confedera... Internacional de Organizaciones ...icales Libres y la posición del sin...lismo con respecto a Cuba, estuvie... entre los temas de conversación.

por Pablo Silva

—¿Cuál es la situación actual en el ...licto de Funsa?

—Este conflicto ha entrado en una ...a crucial. Estamos en el tiempo de ...definiciones. Creemos que hemos ...zado mucho en las propuestas que ...an ido conformando, aunque restan ...nas cosas que son importantes defi... fundamentalmente en lo que tiene ...ver con la prórroga de cuatro meses ...eguro de paro, que el Ministerio de ...bajo se ha comprometido a otorgar a ...trabajadores que están en esta situa...

...o hablamos de victorias, como ...poco lo hacemos de derrotas. Habla... de hechos: una fábrica paralizada ...nte todo este tiempo, administrati... industrial y económicamente, donde ...ún compañero ha entrado a carne... Cuando se han traído rompehuel... éstos han sido expulsados. Y en ...io de estos, más de 60, días de ...ga, hemos ganado algunas batallas ...icas que consideramos importan... A las que quizás alguien no les dé ...r ahora —porque no le conviene— ...o tienen un valor enorme. Cada cosa ... salió de Funsa, salió porque tuvo ... ser acordada con el sindicato.

—Pero el gremio está desgastado.

—Tiene un enorme desgaste. Se ... de una huelga muy dura, muy ...pleja. No son sólo estos días de ...lización total, se arrastran desde ..., teniendo que enfrentar no sola...te a la empresa y muchas veces al ...io Poder Ejecutivo, sino también a ...pañeros que con su famoso campa...to han actuado en una forma muy ...vocada con nosotros.

...ero indudablemente hemos podido ...ener esta lucha gracias a la enorme ...laridad y credibilidad que este gre... ha tenido. A pesar de las infamias ... se han dicho, de las pintadas en las ...des, de las volanteadas y del intento ...ivisión, en el conjunto de los sindi...s de este país y de las organizacio... sociales y populares, este gremio ha tenido una credibilidad importante. ...cias a esa credibilidad y esa solida...d, hemos podido sobrellevar estos ...entos.

"...O FUE UN CONFLICTO ...LADO"

—Hay quienes plantean que el ...-CNT ha hecho poco o nada por ... conflicto, desde vuestro punto de ..., ¿eso es así?

—No. De ninguna manera. Nosotros ...emos ido a pedirle al PIT-CNT que ...ze tales o cuáles acciones. No le ...mos estar reclamando, porque tie...na enorme cantidad de problemas, ... haga cosas solamente porque el ...rio de Funsa está en conflicto.

...n todos estos días no hemos recla...o nada al PIT-CNT. Hemos sí infor...o permanentemente de la situación. ... participado compañeros de la cen... en nuestras negociaciones. El PIT-...T adelantó un paro general de 24 ..., que fue extraordinario, en repu... a las agresiones frente a la planta ...strial. Somos conscientes de todo ... no hemos ido al PIT-CNT a decirle ...no le vamos a decir— que es culpa... del acierto o el fracaso de lo que pase ...

—Tradicionalmente se medía la ...laridad en función de la cantidad ...aros, ¿eso ha cambiado?



"Soy partidario de Cuba". (Foto de Washington Rodríguez)

—No debemos ser esquemáticos y suponer que para ser solidarios debemos hacer la mayor cantidad posible de paros. En 60 y tantos días podíamos haber hecho una enorme cantidad de paros, pero y con eso, ¿qué hubiéramos conseguido?. Y si no solucionamos los problemas con todos los paros, ¿qué hacemos? El sindicalismo de este país tiene un límite de acción que hay que dosificarlo para contemplar todas las situaciones y que las medidas que desarrollemos contemplen la mayor medida de trabajadores y obtengan las mejores soluciones. No podemos estar disparando tiros para todos lados, debemos dispararа el tiro justo, en el momento necesario, fundamental, para dar en el blanco.

—¿Esta huelga no es un conflicto aislado?

—No, claro que no. Nunca lo entendimos así, jamás. Entendemos que este es un conflicto político, porque la fórmula laboral no es difícil, pero está enraizado en la política que lleva a cabo la Cámara de Industrias contra el propio Poder Ejecutivo, en la búsqueda de beneficios para los industriales de este país. Para solucionar sus problemas usan a los trabajadores de rehenes. Eso es así, le guste o no al presidente de la Cámara de Industrias. Nosotros estamos seguros que Funsa está siendo presionada para que no acepte algunos lineamientos que podrían facilitar la solución de este problema y quien la está presionando es la Cámara de Industrias.

En este país ha llegado el momento de que el Poder Ejecutivo y las distintas cámaras empresariales de este país, entienden que ha llegado el momento de ajustar cuentas con el movimiento sindical. Para llevar adelante su proyecto socioeconómico precisan que las organizaciones sindicales actúen de otra forma o tengan una debilidad tal que les permita a ellos llevar adelante sus planes.

—¿El PIT-CNT está preparado para eso?

—Preparado tendría que estar si todos de una vez por todas entendemos que la pelea en este momento se da por ese lado. Hay compañeros que entienden que todavía ese momento no llegó. Yo no sé cuáles son las cosas que precisan para entender que esta es una pelea que sobrepasa incluso los límites de la mera acción sindical. Es mucho más amplia.

Aquí hay una política económica que afecta al enorme conjunto de la sociedad, a los jubilados y pensionistas, al pequeño y mediano comerciante, al pequeño y mediano industrial y productor rural. Por eso va más allá de lo sindical y reivindicativo.

El PIT-CNT está haciendo los máximos esfuerzos para prepararse para enfrentar esta situación. Para culminar ese esfuerzo y tener una respuesta debemos ir canalizando los aportes que hacemos cada uno desde nuestros distintos enfoques políticos, filosóficos e ideológicos.

"HAY QUE CAMBIAR LOS ESTATUTOS"

—Pero no es un secreto para nadie que las distintas visiones críticas al interior del sindicalismo no coinciden en las propuestas

—Todos sabemos que dentro del Secretariado Ejecutivo y en la Mesa Representativa, no todo el mundo dice amén a las cosas. Es bueno que sea así. Ahora bien, cuando no decimos amén lo decimos porque lo que están proponiendo lo estamos analizando desde el punto de vista sindical o partidario. Esa es una cosa que debemos resolver.

Pero si lo que estamos planteando es mostrarnos discrepantes para marcar perfiles, para decir que los otros son blandos, que no entienden el país, y una serie de adjetivos que lo único que hacen es ayudar a dividir y no a unir, entonces habrá que partir de presupuestos diferentes para ver cómo resolvemos estos temas.

—¿Que hay que cambiar en el PIT-CNT?

—En primer lugar los estatutos. Que no se cambiaron porque mucha gente no los leyó y porque se guió por opiniones.

Yo me pregunto, ¿el PIT-CNT es el organismo que nuclea a los trabajadores y debe luchar por defender sus intereses o al PIT-CNT lo están usando para otra cosa? Si todos entendemos que es el nucleamiento de sindicatos y federaciones de todo el país y que de allí deben partir las propuestas de los trabajadores en aras de los intereses de éstos, estamos todos de acuerdo.

Lamentablemente hay compañeros que no quieren que seamos una central, porque para eso hay que cambiar los estatutos y como éstos no se quieren cambiar, seguimos siendo lo que somos. Eso también da posibilidades de que cada uno haga lo que quiera. Incluso estos estatutos que tenemos hoy, los que han hecho que no se puedan cambiar en el último congreso, son los que menos los respetan.

—¿Se terminaron las influencias partidarias en el movimiento sindical?

—Yo creo que no debe haberlas. No soy apolítico, sigo simpatizando siempre con el PVP y lo voy a votar, porque hay compañeros que considero que son realmente extraordinarios. Pienso políticamente, no milito partidariamente, porque entiendo que mi tiempo me parece más útil desarrollarlo en el sindicato.

Los sindicatos deben ser independientes del Estado, de las empresas y de los partidos políticos, tampoco debemos soportar la presión de los partidos políticos. Porque una cosa es ser independiente de los partidos, y otra es que el partido esté presionando permanentemente sobre el sindicato, porque esto es una forma de querer tener atado a un sindicato a esa organización política.

Tampoco debemos admitir la presión de ningún partido político, por más dirigentes que éste tenga en la dirección del sindicato. El gremio tiene un papel específico en la sociedad y la mejor forma de ayudar al conjunto de la sociedad es cumplir ese papel racionalmente.

Lamentablemente muchas veces el movimiento sindical paga las confusiones, las divisiones y los problemas que fundamentalmente los partidos de izquierda tienen en este país. Los problemas en partidos de izquierda se están reflejando en las organizaciones sindicales. Eso es así porque no hemos sabido dividir los papeles. Lo hemos vivido en el Secretariado Ejecutivo y en la Mesa Representativa.

"SOY PARTIDARIO DE CUBA"

—[illegible] de las relaciones internacionales del PIT-CNT, usted va a participar en el congreso mundial de la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres.

—He sido nombrado por la unanimidad del Secretariado Ejecutivo para participar como observador en el congreso de la CIOSL, que se realizará en Caracas a partir del 15 del corriente. En la oportunidad se considerará el tema de los derechos humanos y posteriormente se debatirá sobre Cuba.

En estos momentos se está preparando un documento con la posición oficial del PIT-CNT sobre Cuba.

—Tradicionalmente las relaciones entre el sindicalismo uruguayo y la CIOSL no fueron buenas, aunque ahora se estaría operando un acercamiento, ¿qué cambió, el PIT-CNT, la CIOSL o ambos?

—Son cosas que no vienen de ahora, arrancan desde la época de la dictadura. Hay que hacer una diferenciación, pues las críticas han sido fundamentalmente a nivel latinoamericano, con la ORIT, o la AFL-CIO (la central sindical de los Estados Unidos). Pero no olvidemos que durante el período de la dictadura, [illegible] organizaciones pertenecientes a la CIOSL y de ésta en su conjunto, llegó mucha ayuda solidaria a este país. Mucha ayuda recibieron los exiliados, que fueron para Europa a través de organizaciones sindicales pertenecientes a la CIOSL.

No debemos olvidar que a pesar de no ser afiliados, y de llevarnos muy mal, la CIOSL [illegible] PIT-CNT y [illegible] ayudó mucho al PIT cuando éste surgió.

Lo que tenemos que diferenciar son los objetivos que tenemos cada uno y hacia dónde apuntamos.

—Pero en el congreso se tratará el tema Cuba, un punto donde la CIOSL y el PIT-CNT no tienen la misma posición.

— Nosotros allí vamos a llevar la posición oficial de la central sobre el tema. Llevaremos un documento con nuestra posición. Podrá gustar o no, pero es nuestra posición. No compartimos lo que se le está haciendo —ya no al gobierno— sino al pueblo de Cuba. Además no me gusta que los Estados Unidos digan "salta violeta" y todo el mundo salta. Eso da una imagen que merece pena, la lastima.

Yo soy partidario de Cuba en todo sentido. He estado cuatro meses allí, he convivido con su pueblo, me merece el máximo de los respetos.

Si el pueblo cubano entiende que está siguiendo el camino correcto, pues entonces hay que soportarlo. Lo que no comparto es que participemos de un bloqueo que es criminal. Porque no va dirigido a Fidel, va dirigido contra el pueblo cubano. Porque es éste quien fundamentalmente se siente afectado. ¿Qué dignidad moral, qué ética tienen aquéllos que para combatir a Fidel Castro utilizan como rehén al pueblo cubano, no dejando que se importe combustible, alimentos, bloqueándolos desde todo punto de vista y llevando a ese pueblo a la situación a la que se lo está llevando?

—También hay gente de izquierda que tiene sus reservas con el gobierno cubano.

—Yo siento pena por esa gente también. Leo sobre la cantidad de desocupados que hay en Cuba con un bloqueo de más de treinta años y es insignificante: en una población de once millones de habitantes hay equis cantidad de desocupados. Pero, ¿y en este país? Las mismas voces que expresan su discrepancia con el gobierno cubano y que apoyan el bloqueo, ¿qué dicen de la falta de libertad sindical en nuestro país? Si entienden que el ejemplo de libertad y democracia es éste, donde todos los días hay gente que se va de este país. Donde la gente se escapa de la miseria de este país para ir a vivir de la miseria que hay en Brasil y la Argentina.

—Pero en Cuba los sindicatos no pueden hacer huelgas.

—No hacen huelgas porque tienen la posibilidad de planificar toda la actividad económica a partir de ellos mismos, y porque toda la planificación se hace teniendo como primera base el presupuesto de los sindicatos. Son los propios trabajadores de Cuba los que dicen que se puede o no se puede hacer.

Eso es así y el que no lo dice es porque no ha estado en Cuba o quiere callarse la boca.

Eso de la izquierda que le pregunten a los trabajadores del sindicato de la vestimenta si tiene libertades sindicales, y que pregunten por qué la mayoría de los propietarios de empresas de ese sector, que actualmente pertenecen a [illegible] y [illegible] por este gobierno, son los que hacen que en ese gremio, a pesar del esfuerzo de los militantes sindicales, no haya libertades gremiales. //

REDUCCIÓN: POCO LEGIBLE

ORIGINAL

ARCHIVO 1/2

Hoja / de /
Copia - de -
m.s.

Montevideo, 14 de mayo de 1992.-

MEMORANDUM Nro. 920192 /S.O.E.

I.- ASUNTO FORO POR EL PROYECTO DE REFORMA DE LA SEGURIDAD SOCIAL

II.- REFERENCIA

III.- TEXTO:

- En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura del Foro organizado por el PIT-CNT y la Comisión de Jubilados y Pensionistas del Uruguay, referente al Proyecto de Reforma de la Seguridad Social.

El acto se llevó a cabo en el Paraninfo de la Universidad, reuniendo alrededor de 100 personas en su mayoría adultos mayores de 50 años y algunos jóvenes.

Siendo las 1845 hs. aproximadamente dió comienzo contando con la participación de legisladores y dirigentes, quienes hicieron uso de la palabra en el siguiente órden : Diputado Luis HIERRO LOPEZ (P.Col.-Foro Batllista); Diputado Guillermo CHIFFLET (F.A.-P.S.); Diputado Arturo HEBER (P.N.-Herrerismo); Diputado Daniel DIAZ MAYNARD (N.E.-C.G.P.); un técnico de la Cátedra de Derecho y profesor de Ciencias Sociales en representación de la Universidad; un representante de la Iglesia Católica; Ernesto MURRO (PIT-CNT) y finalmente Luis COLOTUZZO (Comisión de Jubilados y Pensionistas del Uruguay).

Cabe destacar que al finalizar solicitó la palabra el Diputado Arturo HEBER para efectuar algunas puntualizaciónes a las exposiciones de los restantes foristas. Posteriormente se dió lugar a la palabra del Diputado Alejandro ATCHUGARRY (P.Col.-Batllismo Radical) quien se hizo presente a último momento y manifestó haber sido mal informado respecto a la hora de inicio.

Cada expositor contó con un espacio de 15 minutos aproximadamente para expresar la opinión de su sector en torno al referido proyecto, destacándose que con excepción del Diputado HEBER el resto demostró oposición al proyecto. Entre los conceptos fundamentales expresados por la oposición se destacan :

- no conveniencia del tratamiento del mencionado proyecto como ley de urgencia.
- no universalidad por excluir a los Ministerios de Defensa e Interior.

El acto finalizó a las 2130 hs. aproximadamente.

Se adjunta Declaración de la Asociación de Jubilados de la Seguridad Social (A.P.S.) que fuera distribuido a la salida del Paraninfo de la Universidad.

IV.- DISTRIBUCION : Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III (OP) - Archivo

001/2

920 4037

15/5/92
Dptoc
92311

Asociación de Jubilados ex - Trabajadores de la Seguridad Social (B.P.S.)
ANJETSS - ONAJYPU - PIT-CNT

Fernández Crespo 1780 - Tel. 49 76 06
Montevideo - Uruguay

DECLARACION DE LA ASOCIACION DE JUBILADOS DE LA SEGURIDAD SOCIAL (B.P.S.)

Ante la falta de mayoría parlamentaria para el proyecto del P.Ejecutivo sobre "Reforma" de la Seguridad Social.

RATIFICAMOS:

A) El público rechazo a un proyecto impuesto y acatado de la banca internacional en violación a nuestra soberanía nacional y justicia social, en los artículos 4,7,8,67 y 195 de la Constitución.

B) Nuestra irrestricta defensa del principio de SOLIDARIDAD INTERGENERACIONAL A CARGO DEL ESTADO generado y financiado por el trabajo nacional.

C) La anulación del carácter de urgencia de dicho proyecto de ley,y sí declarar LA SEGURIDAD SOCIAL ASUNTO DE INTERES NACIONAL abriendo una discusión pública por parte del Parlamento y todas las organizaciones sociales del país(trabajadores públicos y privados,jubilados,pensionistas,empresarios,cooperativistas,militares,policías,Universidad,Iglesias,etc)

PROPONEMOS:

1ro.- Defensa de la aplicación del ajuste cuatrimestral(art.67) de acuerdo al verdadero auamento del costo de la vida.

2do.- Aguinaldo semestral- Seguro de Salud en base a la Cuota mutual- Prima por Edad. - ANULACION DEL IMPUESTO A LAS PASIVIDADES Y SUELDOS.

3ro.- Actualización de la Asignación Familiar,Seguros de Maternidad, de Enfermedad y el de Paro extendido a 12 meses, para todos los trabajadores públicos y privados de la ciudad y el campo.

4to.- Desconocer el 35% de pauta anual decretado con el FMI,así como este último ajuste y un ridículo Salario mínimo nacional fijado en $253.000.

5to.- UNIFICAR EL COMUN DERECHO POR SALARIOS,SUELDOS,JUBILACIONES Y PENSIONES EN BASE A LA TRIPLICACION DEL SMN, Y LA REAL EVALUACION DEL AUMENTO DEL COSTO DE VIDA BIMESTRAL EN TODOS LOS BENEFICIOS CON LA PARTICIPACION DE ONAJPU,PIT-CNT,COFE,FUCVAM Y UNIVERSIDAD JUNTO A LOS TECNICOS DE LA DIRECCION DE ESTADISTICAS Y CENSOS.

6to.- Racionalización de los recursos del B.P.S.-despilfarrados por el clientelismo bipartidista con millones de dólares en Jubilaciones y pensiones "truchas",renovación de autos del Directorio,Vales de Nafta,cuenta de ANTEL por llamadas al exterior,gastos suntuarios,cajas chicas,envíos de sobres de DISSE,afiliaciones multiples de empresass fantasmas,etc.

7mo.- Regularizacion de la actual evasión: a)por parte del gobierno que no vierte al BPS los montepíos del funcionariado público y de los municipales del Interior, por 750 millones de dólares. b) de grandes empresarios privados por 300 millones de dólares. APLICACION EN AMBAS RESPONSABILIDADES DEL CODIGO PENAL POR APROPIACION INDEBIDA.

8vo.- UTILIZACION DE LOS RECURSOS QUE DEVENGAN DEL NO PAGO DE LOS INTERESES DE LA DEUDA EXTERNA -2,5 millones de dólares diarios($7.500 millones)! EN UN 30% PARA LA SEGURIDAD SOCIAL Y EL 70% RESTANTE PARA LA SALUD, VIVIENDA Y ENSEÑANZA. IGUAL CRITERIO PARA LOS 600 MILLONES DE DOLARES QUE CORRESPONDEN AL ESTADO POR EL 50% DEL TESORO DEL PRECIADO.

9no.- Para el logro de tan justa causa es necesario la participación y control del Parlamento y el PIT-CNT,ONAJPU,COFE,ATSS,FUCVAM, a la par de un NUEVO DIRECTORIO CONSTITUCIONAL BASADO EN LOS REPRESENTANTES DE LOS TRABAJADORES,JUBILADOS,PENSIONISTAS Y EMPRESARIOS, JUNTO A LA REMOCION INMEDIATA DEL EQUIPO ECONOMICO.DE LOS MINISTROS DE POSADAS Y CARBONE.

9204038

ARCHIVO ORIGINAL

1/2

M E M O R A N D U M No. 920193 ..../ R.e.I/FECHA: 15.05.92

I. ASUNTO: [illegible]

II. REFERENCIA: [illegible]

III. EVALUACION: [illegible]

IV. TEXTO:

CIUDAD DE RIVERA

- Se ha tenido conocimiento que ELEUTERIO FERNANDEZ HUIDOBRO ([illegible]) habría viajado a la Ciudad de Rivera el día Domingo 3 de Mayo ([illegible]).

BALNEARIO SALINAS

- Se ha tenido conocimiento que ELEUTERIO FERNANDEZ HUIDOBRO ([illegible]) se estaría [illegible] fines de semana en el Balneario [illegible] en una finca, propiedad de su [illegible].

000002

(cc) 21/5/92

001/2

DISTRIBUCION: ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DPTO.I

IDENTIFICACION DEL AGENTE

([illegible].Z.)

9204038

002/2

9204039

ORIGINAL

ARCHIVO

No. ..../[illegible]/FECHA. [illegible]

1/2

I. ASUNTO: [illegible]

II. REFERENCIA: [illegible]

III. EVALUACION: [illegible]

IV. T E X T O:

HUELGA GENERAL POR TIEMPO INDETERMINADO

- Se ha tenido conocimiento, a través de una fuente informal [illegible] JORGE [illegible] ([illegible]) [illegible] militantes de la Ultra Izquierda que integran diferentes [illegible] o sindicatos [illegible] reunidos en el local de la [illegible], para instrumentar [illegible] de la Central Obrera una huelga general.

El inconveniente [illegible] persona [illegible], si se llevase tal acción a cabo, es que el Pr. [illegible] se convierta en un "FUJIMORI" o las FF.AA. tomen el control del [illegible], en cualquiera de las dos situaciones ellos [illegible] que tendrán que continuar hasta las últimas consecuencias.

PARO POR 48 HORAS

- Se ha tenido conocimiento que se está [illegible] un paro por 48 horas [illegible] fin de [illegible] que están llevando adelante tal medida sería TRANSPORTE, [illegible] y [illegible] ([illegible] no estaría "muy conveniente" de tal acción, debido a que tiene un convenio vigente hasta fin del 92).

ULTRA IZQUIERDA

- Se ha tenido conocimiento que se estaría comentando a nivel [illegible] que [illegible] F. FERNANDEZ HUIDOBRO ([illegible]) [illegible] "[illegible]". [illegible] insurgentes [illegible] UTC [illegible] tomar medidas más radicales en [illegible] de reivindicaciones laborales [illegible] "[illegible]" [illegible]

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
[illegible]
Fecha de Entrega 19 MAYO 1992
Pasa a: [illegible]
No. de [illegible] 9204039

cc 21/5/92

001/2

9204039

002/2

Señales contradictorias desde el poder respecto al Mercosur

"En 1996 no va a existir propiamente el Mercosur", aseguró Javier de Haedo

* "Habrá sido una gran idea para el país" porque la economía será más abierta

■ El Mercosur es una "gran excusa nacional para hacer cosas que el espíritu conservador de los uruguayos no permitiría" aseguró el economista Javier de Haedo, ex subsecretario de Economía y Finanzas, asesor del presidente Lacalle. Agregó que "en 1996 no va a existir propiamente el Mercosur" pero se "habrán hecho cambios estructurales por lo que habrá sido una gran idea para el país". Tales declaraciones fueron realizadas días después que el propio Lacalle debiera rectificar palabras suyas en España que ponían en duda la concreción del proyecto. "El Mercosur no es todo" afirmó el director de la Comisión Sectorial, Jorge Sienra, en un reciente panel, uno de los tantos que trataban justamente sobre el Mercado Común del Sur.

El economista Javier De Haedo replanteó las señales contradictorias que surgen desde el poder respecto a la viabilidad del Mercosur, a pocos días de que el presidente Luis Alberto Lacalle rectificara sus propias afirmaciones realizadas en España y que arrojaban dudas sobre su concreción. De Haedo dijo que "en 1996 no va a existir propiamente el Mercosur".

"Si llegado el 96 no hay Mercosur, y creo que propiamente no va a haberlo porque no existirá arancel externo común y coordinación de políticas macroeconómicas, tendremos una economía más abierta al mundo y se habrán hecho cambios estructurales por lo que habrá sido una gran idea para el país", dijo ayer el economista y ex subsecretario de Economía.

El ingreso de Uruguay al Mercado Común, que fue considerado uno de los principales objetivos del gobierno nacionalista, y la "única vía de desarrollo" para Uruguay según el ingeniero Carlos Cat, fue calificado por De Haedo como una "gran excusa nacional para hacer cosas que el espíritu conservador de los uruguayos no permitiría".

Por su parte el ministro de Ganadería y Agricultura, Alvaro Ramos afirmó días atrás a LA REPUBLICA que el Mercosur "no será un jardín de rosas ni un camino asfaltado, sino muy empedrado". Consultado respecto a la política de subsidios agrícolas llevada a cabo por el gobierno brasileño, Ramos justificó que "Brasil era mucho peor antes, porque tenía barreras no arancelarias muy fuertes que todos vivimos y ahora vamos a tener arancel cero". Justamente el arancel, fue objeto del análisis de De Haedo.

"El Mercosur está actualmente en vigencia" si bien aún no comenzó a operar una rebaja arancelaria total, sostuvo De Haedo, quien recordó que el proyecto nació como un acuerdo bilateral entre Argentina y Brasil al cual luego se sumaron Uruguay y Paraguay.

En este marco surgió, en medios productivos al inicio de la propuesta, el temor de que Argentina pudiera poco a poco, sustituir los productos uruguayos que son importados por Brasil. Es un "temor razonable", indicó De Haedo.

Lacalle dijo el 5 de abril al diario español ABC que "el Uruguay tiene que prepararse para el mundo, porque haya Mercosur o no, sus fuerzas productivas, su ecuación productiva tiene que cambiar". A pesar que antes de viajar a España y a su regreso, Lacalle pidió que "no le pongan piedras" al Mercosur y defendió efusivamente la idea, en las declaraciones al ABC fue él quien presentó dudas sobre la integración, tal vez desde su fuero más íntimo.

Sobre el futuro del mercado común, De Haedo señaló en declaraciones a "En vivo y en directo" de CX8 Radio Sarandí, que si Chile no entraba en la propuesta, "esto podía ser una prueba de que el Mercosur no era tan exitoso y si se concreta su incorporación, va a ser la prueba del nueve para el planteo".

No obstante, estuvo de acuerdo en que nuestro país debía estar en el mercado común, el cual establece como una condición fundamental, un "arancel cero" y ninguna limitación al intercambio de bienes y factores productivos. Asimismo, se debe fijar un arancel externo común y debe existir una "cierta" coordinación entre las macroeconomías de los distintos países.

LIBRE COMERCIO

Respecto al libre comercio de mercaderías, existe un cronograma para efectivizar esta reducción de aranceles entre los cuatro países, disminución expresada como un "margen de preferencia" sobre el arancel externo del país. De esta forma, si el arancel externo uruguayo hacia el resto del mundo es del 30% y se concedía un margen de preferencia del 50% —la mitad— el arancel entre los países miembro del Mercosur debía ser de 15%.

Este cronograma marca bajas semestrales arancelarias y por consiguiente se da un aumento del margen de preferencia de cada uno de los integrantes del acuerdo económico, tomándose como referencia para esta reducción el arancel externo fijado para cada uno de esos bienes.

En cuanto a la rebaja fijada gubernamentalmente el pasado 1º de abril, De Haedo explicó que era "conveniente" ya que si, por ejemplo, el arancel hacia el resto del mundo está fijado en 30%, con un margen de preferencia del 50% con Argentina, Brasil y Paraguay el porcentaje será de un 15%.

"GRADUALISMO EXTREMO"

Uruguay presentó una lista de excepciones a este régimen que alcanza a 960 productos, obteniendo la lista más alta de todos los estados miembro, lista definida por De Haedo como "vergonzante". A su vez, esto generó un "gradualismo muy extremo" a la entrada de nuestro país al Mercosur. Estimó que este capítulo de la libre comercialización es uno de los que se va a cumplir "con más éxito".

En lo relativo a un arancel externo común "va a ser muy difícil el acuerdo", puntualizó el economista, quien resaltó que esta dificultad se va a dar "especialmente con Brasil".

Por otra parte, respecto a la coordinación de las políticas macroeconómicas, el economista citó los [illegible] existentes en los cuatro países donde Brasil tiene un [illegible] mensual, nuestro país en torno al 50% para este año, Argentina con 30% anual y Paraguay con un índice entre el 35 y el [illegible].

Para nuestro país, el Mercosur es una "gran excusa nacional para hacer cosas que el espíritu conservador de los uruguayos no permitiría".

PLANTEARON ABRIR CON MERCOSUR LICITACIONES DE LOS CUATRO PAISES

ARGENTINA formuló propuesta; anunció su disposición en sus llamados de precios, pero desea reciprocidad

Argentina planteó indirectamente que todas las empresas de los países del MERCOSUR puedan participar de las licitaciones nacionales oficiales de los cuatro países, según adelantaron a LA MAÑANA fuentes diplomáticas al tiempo de destacar esta propuesta como "un avance significativo" y "un pronunciamiento político de características muy interesantes, reafirmativo de la voluntad de profundizar la integración".

Según las informaciones proporcionadas a LA MAÑANA, en el marco de las últimas instancias negociadoras del MERCOSUR, particularmente a nivel del denominado Grupo Mercado Común, la representación argentina efectuó una serie de propuestas.

PROPUESTA

Entre ellas se destacó que se presentó a la consideración de los restantes países, es decir Brasil, Paraguay y Uruguay, una propuesta concreta por la cual el Gobierno argentino estableció estar dispuesto a abrir su sistema de licitaciones públicas al MERCOSUR.

Nuestros informantes explicaron que Argentina está dispuesta a que todas las licitaciones nacionales financiadas por el Estado posibiliten la participación de empresas de Uruguay, Brasil y Paraguay.

La propuesta implica el establecimiento de un trato nacional a las empresas de los Estados Parte del MERCOSUR.

RECIPROCIDAD

Sin embargo, esta disposición argentina tinen una especie de condicionamiento, dado por la reciprocidad.

De allí que nuestros informantes indicaron que en forma indirecta ha quedado planteado que todas las empresas de los países miembros del MERCOSUR puedan intervenir en cada una de las licitaciones públicas nacionales.

Es decir, que Argentina está abierta a la participación de empresas uruguayas, paraguayas y brasileñas en sus licitaciones nacionales que financie el Estado argentino, pero pretende igual tratamiento para las que [illegible] Brasil, Uruguay o Paraguay.

Nuestros informantes [illegible] que no se han adoptado [illegible] luciones en tal sentido [illegible] simplemente las representaciones de los restantes socios del MERCOSUR de Argentina [illegible] debida nota de esta propuesta [illegible]

CORREOS

Paralelamente, al [illegible] otros de los planteamientos [illegible] realizado la Argentina [illegible] proceso de integración [illegible] mencionó la temática del [illegible] namiento del servicio de Correos [illegible]

El vecino país pretende [illegible] formalice una [illegible] zada en la materia con [illegible] eventual acuerdo [illegible] teria de Correos y [illegible] diferentes problemas que [illegible] visualizarse en la actualidad [illegible]

Función de Uruguay en el Mercosur es resaltada desde Brasil por asesor

RIO de Janeiro. (ANSA).- La excepcional ubicación geográfica, infraestructura adecuada, mano de obra especializada, estímulos a inversiones extranjeras, sistema financiero abierto y excelente potencial agroindustrial, son las características de Uruguay que podrán acelerar la integración de los países del Mercosur.

En el artículo publicado por "Gazeta Mercantil", Carlos María Montero, asesor del cónsul de Uruguay en San Pablo, resaltó los aspectos positivos, tanto estructurales, económicos y culturales de ese país, en el marco de la integración con Argentina, Brasil y Paraguay, socios en el Mercado Común del Cono Sur.

A pesar de ser el país más pequeño del Mercosur, Montero destacó la privilegiada ubicación geográfica de Uruguay en la región, lo cual -afirmó- favorece enormemente el comercio regional.

"En el proceso de integración iniciado por Argentina y Brasil, Uruguay no sólo no podía quedar al margen, sino que ahora es sede del organismo ejecutivo, el Grupo Mercado Común, y los subgrupos de trabajo" del Mercosur, afirmó Montero.

"Uruguay está situado en la boca de las cuencas fluviales y navegables de los tres grandes ríos de la región: el Paraná, el Paraguay y el Uruguay", agregó.

Asimismo, destacó la geografía plana de Uruguay, como elemento fundamental para la ampliación y uso de las ferrovías y carreteras de ese país, en el marco de un sistema regional de transportes.

Montero también resaltó el sistema financiero abierto de Uruguay, exento de impuestos, sin restricciones al ingreso y salida de capital externo y cambio libre.

Todos estos elementos positivos, junto al potencial agroindustrial y la mano de obra especializada y los planteles técnicos universitarios, hacen de Uruguay "no apenas una buena opción económica, sino también una manera eficaz y correcta de acelerar la integración regional", concluyó.

En panel de Fondad el expositor brasileño pronosticó rebelión de agricultores de su país por invasión de productos argentinos

"Vocación suicida y coraje inaudito" es lo que lleva a los uruguayos hacia el Mercosur, advirtió Schilling

*** Juan Manuel Rodríguez (Uruguay): El no entrar era perder el 30 o 40% de mercado**

El escritor brasileño Paulo Schilling manifestó ante los asistentes al panel organizado por Fondad - Uruguay que existen serias dudas sobre que el proceso de Mercosur se pueda dar en tiempo y forma, tal como está establecido. Consideró que "los uruguayos tienen una vocación suicida y coraje inaudito" por integrarse en estas condiciones. Asimismo anunció que las industrias brasileñas siderúrgica y automotriz arrasarían a Argentina y que lo contrario sucedería con los productos agrícolas. A raíz de esto último, [illegible] rebelión de los agricultores brasileños. El panel que contó con [illegible] los cuatro países del Mercosur estuvo integrado también por el [illegible] uruguayo Juan Manuel Rodríguez quien aseguró que el no entrar al [illegible] Común hubiera significado para Uruguay "perder el 30 o 40% de [illegible] porque no aparecen mercados alternativos a los de la región".

por César Barrios

■ Las perspectivas económicas y sociales de los países integrantes del Mercosur fueron analizadas en un reciente foro organizado por la Fondad, fundación holandesa que nuclea en nuestro país al Ciedur, Claeh, Cui y Peies.

Representantes de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay expusieron la situación de los diferentes países de la región y las expectativas que la población de los mismos tienen frente a la integración.

Para el economista argentino Claudio Lozano será necesario a nivel regional la implementación de una "política seria, la cual regule el precio y la cantidad de bienes hacia los asalariados", asegurándose que se practique una política común en lo referente al tema de la deuda externa.

Por otra parte para el escritor brasileño Paulo Schilling, existen serias dudas sobre que el proceso del Mercosur se pueda dar en tiempo y forma, tal como está establecido. Dijo ante los presentes en el foro, que "la burguesía brasileña y argentina no están interesadas en que se dé el Mercosur. Para Brasil la integración representa muy poco, porque sólo el 6% de las exportaciones están destinadas a los mercados que integran el tratado". En cuanto a las consecuencias que se darán entre los diferentes países, aseguró que las industrias brasileñas, en lo siderúrgico y automotriz, van a arrasar con la industria argentina y en Brasil los productos agrícolas serán exterminados por los argentinos, asegurando que si "se mantiene el proceso del Mercosur, en los estados agrícolas de Brasil se producirá una rebelión de los productores, que podrá tener consecuencias nefastas".

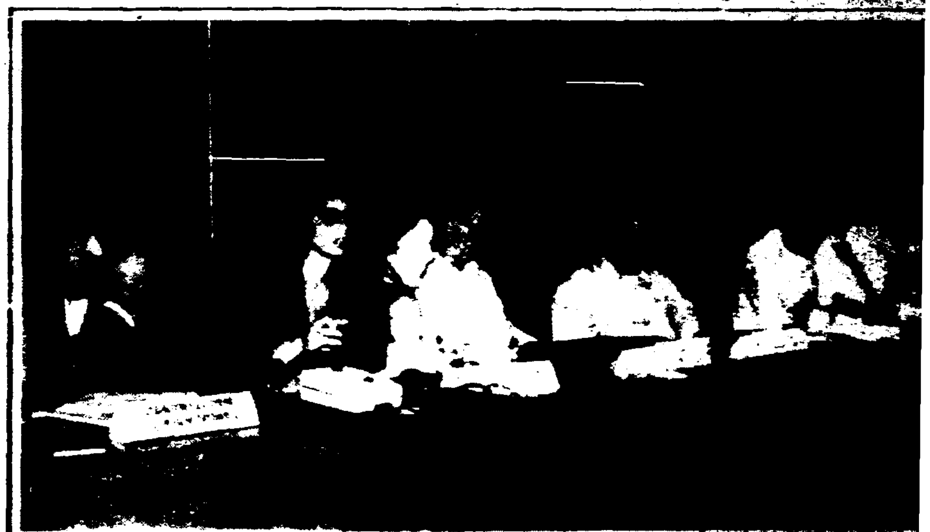
Para Schilling la nivelación de los salarios regionales será hacia abajo, ya que Brasil tiene el 75% de la mano de obra de la región y su salario mínimo se encuentra en los 50 dólares. Por otra parte, señaló que el superávit fiscal que se está dando en algunos países de la región debería dedicarse a fomentar la industria y no al pago de intereses de la deuda externa. La banca pública debería de apoyar la reconstrucción del sector productivo a través de créditos dirigidos, y en los procesos existentes en los países que integran el Mercosur, "se pretende que la banca pública desaparezca, pasando a dirigir el sector de préstamos del sector privado, quien lo puede orientar (al crédito) hacia donde desee".

Igualmente Paulo Schilling realizó una aseveración que sorprendió al auditorio, al manifestar que "los uruguayos tienen una vocación suicida y coraje inaudito" por integrar en las condiciones planteadas el Mercosur. (Precisamente sobre este tema y otras consideraciones, en el correr de la presente semana LA REPUBLICA publicará un reportaje exclusivo al señor Schilling).

La situación del Paraguay frente a la integración es de expectativa, contemplándose los riesgos que puede tener una integración de este tipo en un país de economía informal.

Como ya es sabido el contrabando representa para Paraguay una de sus principales entradas de divisas, según lo aseguró el doctor Jorge Rolón Luna, integrante del centro de investigaciones sociales BASE, que tiene su sede central en Asunción.

Para Rolón, los políticos de su país tendrían que haber trabajado más en las bases del tratado, ya que Paraguay es el país más subdesarrollado y tiene una economía totalmente informal. Señaló que "el Mercosur se presentó ante los paraguayos como una circunstancia inevitable, se dijo que estar fuera de él sería una verdadera catástrofe, no siendo esto así".



Mesa que presidió el panel y debate organizado por Fondad - Uruguay sobre el tema [illegible] es posible ?

Por Uruguay expusieron Gustavo Arce, César Failache, Fabio Villalobos y Juan Manuel Rodríguez, este último en representación de Fondad. El economista Rodríguez dijo que "el momento que vive el país es de suma gravedad y esto parece que no lo ve el gobierno. Si no se hacen los estudios necesarios, al retirar el proteccionismo a las empresas y desaparecer los precios de referencia se producirá una quiebra masiva, que perjudicará a toda la sociedad". Agregó que los movimientos sindicales uruguayos, paraguayos o brasileños tienen un mismo sentir, aunque lamentablemente las delegaciones sindicales argentinas han respaldado el planteo de los gobiernos neoliberales". Enfatizó que "no es en el marco de que la opción es socialismo o Mercosur, libertad o Mercosur. La opción es si Uruguay integra un mercado común que Argentina y Brasil decidieron constituir. La opción de nuestro país si no entraba era perder el 30 o 40% de su mercado, porque no aparecen mercados alternativos a los de la región". Rodríguez manifestó el agradecimiento a los trabajadores de los otros países [illegible] nos dan una mano y [illegible] decimos que [illegible] [illegible] dependientes". [illegible] mista uruguayo [illegible] Asunción es un [illegible] social o laboral, [illegible] que la opción de [illegible] él "es [illegible]".

En este foro [illegible] sentes también el [illegible] la Comisión Sectorial [illegible] sur, señor Jorge [illegible] gado del PIT-CNT al [illegible] sectorial, la señora C[illegible] González y el representante [illegible] Cámara de Industrias d[illegible] guay, señor Roberto Bet[illegible]

CONTROLES ADUANEROS DEL MERCOSUR ESTARAN INTEGRADOS A FIN DE AÑO

***A**RGENTINA, Brasil, Paraguay y Uruguay acordaron otro importante avance en el proceso para el mercado común*

Como una muestra más de la voluntad política existente en acelerar el proceso de integración del Mercosur, se anunció a LA MAÑANA que los cuatro países se han autoimpuesto la meta de integrar sus controles aduaneros y que exista un pleno funcionamiento de los mismos a partir del próximo 1° de enero de 1993.

Fuentes diplomáticas recordaron que los negociadores de Uruguay, Argentina, Paraguay y Brasil que tienen en análisis los temas aduaneros, oportunamente recomendaron implementar el control integrado de frontera, por ejemplo en los puntos habilitados para el transporte internacional. La propuesta correspondiente fue considerada por el Grupo Mercado Común y se aprobaron tales propósitos.

NUEVAS ACCIONES

Ahora, como consecuencia de los avances registrados en las últimas negociaciones, los cuatro países a través de sus principales representantes en el Grupo Mercado Común, establecieron una meta que fue calificada de más ambiciosa y que fuentes diplomáticas la atribuyeron a una muestra más de la voluntad política que se viene reafirmando para avanzar en todos los aspectos de la integración entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

En tal sentido, se informó que se ha resuelto que la totalidad de los controles integrados en las fronteras, ya sea los que están implementados en la actualidad o los que se encuentran en vías de instrumentarse, se encuentren en un pleno funcionamiento para el próximo 1° de enero de 1993.

PASOS FRONTERIZOS

En forma paralela, y dentro de esta unificación y coordinación de controles fronterizos, se adelantó a LA MAÑANA que se ha dispuesto la instalación de nuevos controles integrados.

Se ha dispuesto concretar los mismos en las localidades de Paso de los Libres - Uruguayana, en Punta Pora y Pedro Juan Caballero, en Clorinda - Puerto Falcón, en Puerto Iguazú - Foz de Iguazú, y en Foz de Iguazú - Ciudad del Este.

Las mismas fuentes [illegible] cual informaron LA MAÑANA, que los cuatro países del Mercosur [illegible] dispuesto elaborar una propuesta [illegible] año para el establecimiento del [illegible] cel externo común, por lo cual [illegible] aspecto más el cimiento [illegible] fronterizos, implicarán [illegible] consideración en el Mercosur.

NORMAS TECNICAS

Asimismo, se indicó que se [illegible] dispuesto crear un Comité de [illegible] malización, que tendrá como [illegible] de el dirigir y a su vez [illegible] todas las actividades [illegible] las normas técnicas que [illegible] dentro del Mercosur.

Este Comité llevará un registro [illegible] esas normas, y verificará [illegible] cumplimiento de las mismas.

DUDAS EN EL MERCOSUR

Brasil, en el banquillo

En las últimas semanas, el gobierno del Brasil adoptó un conjunto de medidas económicas que han colocado en una dura encrucijada al Mercosur (Mercado Común del Cono Sur).

Básicamente, las autoridades del Brasil aprobaron dos nuevos paquetes de promoción a las exportaciones y de estímulo a la producción agrícola, que desubican y hacen trastabillar el comercio interregional.

Tanto la Argentina como Uruguay se ven directamente perjudicados por los incentivos fiscales y tarifarios brasileños a la producción rural. Porque es sabido que el Brasil importa una buena proporción de productos primarios y de alimentos de sus socios del Mercosur. Al mismo tiempo, los estímulos crediticios y fiscales a las exportaciones recientes tornan mucho más agresiva la competencia brasileña.

El asunto ha caído como una bomba en Uruguay. En el gobierno, en Montevideo, algunos ministros se preguntaron si convenía a la Banda Oriental permanecer en el Mercosur dada la dimensión y el peso de las medidas del gobierno de Fernando Collor de Mello.

Lo primero que ha llamado la atención es que el Brasil ha adoptado estos criterios económicos cuando —expresamente está escrito en los textos del acuerdo— son contrarios al espíritu del Tratado. Este marco legal inhibe a los gobiernos a impulsar la producción a través de prácticas de subsidio.

Lo segundo es que el Brasil no ha consultado previamente a sus socios regionales. Todo fue adoptado de una forma unilateral.

La integración económica supone una política monetaria, impositiva, aduanera, cambiaria, laboral, etc., común de los integrantes. Si eso no es posible surge la inestabilidad y la integración queda guardada en un cajón. No es la primera vez que el Brasil se mueve por su cuenta y riesgo, sin mirar a los costados. En noviembre devaluó en forma considerable y aprobó créditos subsidiados para su área rural por 2.700 millones de dólares. La devaluación del cruzeiro, entonces, alteró por completo los flujos comerciales en la región sur del continente. La devaluación significa que las exportaciones del Brasil son más baratas y, por ende, son más caras las importaciones de los países vecinos. El equilibrio comercial, existente al momento de la firma del Tratado del Mercosur, en Asunción, en marzo de 1991, quedó en noviembre siguiente deteriorado, en



Collor de Mello. Indignación en el Mercosur por los políticos económicos del Brasil.

beneficio de una sola de las partes, de uno solo de los firmantes.

Ya son muy comentadas las grandes asimetrías entre los socios del Mercosur, de las que el Brasil emerge con grandes ventajas, por contar con un aparato productivo más desarrollado, en especial a nivel manufacturero.

Los "paquetes" brasileños, evidentemente, ensanchan estas asimetrías, no por medio de una mejora productiva propia, sino a través de alicientes y de subsidios, es decir por una decisión de política económica.

¿Es el Brasil el "malo" de la película?

Sería poco criterioso no reconocer que también la Argentina adoptó decisiones económicas unilaterales, tanto de orden general cuanto específicas. Por ejemplo, la Argentina firmó algunos tratados internacionales otorgándoles a terceros países tratamientos especiales, desventajosos para las otras naciones del Mercosur.

Están en marcha proyectos impositivos, previsionales, laborales, que no son simétricos a los [illegible] países. Finalmente, la Argentina tiene firm[illegible] venio por el que el Brasil se compromete a [illegible] volumen mínimo anual de trigo, [illegible] millones de toneladas, sin reciprocidad [illegible] gentina de otros productos brasileños.

Sería ingenuo creer que la for[illegible] do común va a ser una tarea [illegible] Precisamente por eso llama la a[illegible] del Mercosur hayan establecid[illegible] reducciones arancelarias [illegible] arancel cero en diciembre de [illegible] gún organismo que procure [illegible] adopte decisiones en función de [illegible]

Tampoco hay un [illegible] zar las políticas [illegible] das, cuando es [illegible] mún con políticas [illegible] disímiles. En declaraciones [illegible] Brasil en Buenos Aires [illegible] Economía de la región no [illegible] económicas y casi no tienen [illegible] ser cierta, revela que cada país [illegible] propio hacia el [illegible]

Desde que se inició la [illegible] leña, en 1986, el comercio [illegible] cremento. Pero sus fluctuaciones [illegible] cas. En algunos años, el [illegible] en otros años se invirtió y la [illegible] saldos positivos.

Ahora, se estima que [illegible] lograr superávit del [illegible] dólares. ¿Por qué estos [illegible] los flujos comerciales [illegible] de cambio [illegible] a las tarifas. [illegible] los precios [illegible] vilidad la exportación [illegible] [illegible] impulsada por [illegible] (por el cronograma [illegible] bién por la [illegible] la exportación, más la [illegible] fluctuante en el vecino país [illegible]

920 4045

Nº 9204046

FECHA 02.04.92

Mercosur logra su primer acuerdo, sobre siderurgia

BUENOS AIRES (Reuter) - Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, los integrantes del MERCOSUR, concluyeron hoy aquí una reunión técnica de tres días en la que, entre otros puntos, acordaron fijar reglas comunes para las inversiones extranjeras y afianzar las relaciones con la Comunidad Europea.

Técnicos y funcionarios de las cancillerías y de los ministerios de Economía de las naciones del grupo ratificaron un acuerdo siderúrgico firmado en febrero por empresarios privados de esos países en Río de Janeiro.

El acuerdo, que entró en vigencia hoy, es el primer convenio sectorial firmado entre los integrantes del Mercado Común del Cono Sur (MERCOSUR), que cubren el 70 por ciento de la producción siderúrgica de Latinoamérica.

El jueves se cumplió un año de la firma del acuerdo de Asunción por el cual los cuatro países se comprometieron a reducir gradualmente los aranceles aduaneros entre ellos hasta llegar a cero el 1° de enero de 1995, cuando el acuerdo comenzará a funcionar como mercado común regional. Por otra parte, la delegación brasileña explicó detalladamente a los funcionarios de Argentina, Uruguay y Paraguay el paquete de medidas económicas anunciado en febrero por Brasil, que incluye 4.000 millones de dólares en créditos para incentivar el comercio exterior e incrementar la cosecha de granos.

Ese programa preocupó a los socios brasileños del organismo regional, particularmente Argentina y Uruguay, ya que más del 60 por ciento de las exportaciones de estos países a Brasil está integrado por productos alimenticios, dijeron fuentes del encuentro.

"La delegación de Brasil informó a través de representantes de economía en detalle los documentos que incluían la política de comercio exterior agrícola", dijo Rubens Barbosa, jefe de la delegación brasileña. Agregó en declaraciones a Reuter que "explicamos dudas e informaciones no precisas e informamos que estamos en línea con el MERCOSUR y el GATT (Acuerdo General de Tarifas y Aranceles)".

Pero el subsecretario de economía de Argentina, Alejandro Mayoral, advirtió que "pueden haber elementos dentro del programa de financiamiento de Brasil que deben ser [illegible]" y citó entre otros temas de [illegible] la eventual existencia de tasas reducidas para préstamos a los productores en [illegible] país.

Los presidentes, ministros de economía y cancilleres de las naciones del MERCOSUR se reunirán el 26 y 27 de junio en Mendoza, 1.200 kilómetros al oeste de Buenos Aires, para afianzar las relaciones entre los miembros del tratado, se anunció después de la reunión.

El próximo encuentro a nivel de técnicos y funcionarios del MERCOSUR se realizará en Buenos Aires el 22 de mayo, reunión en la que podría ratificarse un acuerdo similar al siderúrgico pero en el campo de la petroquímica.

Mayoral dijo al respecto que "el acuerdo petroquímico entre los sectores privados está muy avanzado y probablemente lo ratifiquemos dentro de un mes". ■

92-4047
5ª Reunión de Países del Mercosur en Bs As
150023
FECHA 31-3-92
VINCULA
- Mercosur
- Economía
- Argentina
- Rech/Encuentros

Quinta Reunión de Países del Mercosur en Buenos Aires

Procuran mecanismos específicos para impedir subsidios en exportaciones de terceros países

por Isidoro Gilbert

■ Funcionarios de alto nivel participan de la V Reunión de los Países del Mercosur, que comenzó en la víspera aquí, cuatro días después de cumplirse el primer aniversario del Tratado de Asunción que dio bases jurídicas al proceso de integración económica de Argentina, Uruguay, Brasil y Paraguay.

Expertos de los ministerios de Economía, de Planificación y de las cancillerías de los cuatro países abordan hasta mañana una agenda de 18 puntos, entre los que se destacan la aplicación de los mecanismos específicos para impedir los subsidios de las exportaciones de terceros países. Se debate por ello un programa de abolición de las prácticas desleales de comercio.

La agenda incluye la oposición uruguaya al paquete de promoción agrícola subsidiada que anunció el presidente Collor de Mello en Yaguarón.

Los participantes acordaron legalizar el reciente acuerdo, de integración siderúrgica resuelto por el sector privado de los cuatro países en su reunión de San Pablo.

Las normas técnicas para la armonización de las relaciones económicas con Japón y los países del Mercado Común Europeo y las inversiones norteamericanas en el Mercosur, comenzaron a ser tratadas por los expertos.

Al abrir las deliberaciones, el secretario de Relaciones Internacionales de Argentina, Alieto Guadagni, subrayó que sin estímulos competitivos la idea del Mercosur "carecerá de atractivos".

Los expertos pasan revista a lo acontecido desde la firma por los presidentes del acuerdo en Asunción el 26 de marzo de 1991. Quedan aspectos para pulir en el convenio de integración comercial, que son los que se debaten en la reunión que tiene lugar en el Palacio San Martín.

Argentina y Brasil son los pioneros y los que más ventajas tienen sobre sus otros dos socios por su mayor desarrollo relativo. De todos modos, el Mercosur hizo que el comercio entre los cuatro socios aumentara en un 45% en su año de vida, pasando 4.320 millones de dólares a 6.264 millones de dólares.

Pero para Uruguay, las últimas cifras del comercio regional no contribuyen a aumentar el optimismo. El saldo del intercambio con sus otros tres partenaires arrojó en el pasado enero un déficit de 36 millones de dólares, que confirmó la tendencia negativa registrada en 1991.

Argentina, en cambio, mantiene un superávit comercial con sus otros tres socios. Pero la reducción escalonada de aranceles prevista por los acuerdos de Asunción motivó que su superávit comercial con Brasil se redujera de los U$S 700 millones de 1990 a 100 millones de dólares el año pasado.

Los últimos datos oficiales (ocho meses de 1991), revelan que Argentina logró un superávit comercial de 56,1 millones de dólares con Uruguay y de 80,9 millones con Paraguay.

Para los paraguayos "cuanto menor sea el arancel común (el tema más conflictivo del período de transición) mucho mejor, porque Paraguay debe abrirse al mundo", declaró el viceministro de Industria y Comercio, Martín Burt, para quien el Mercosur es favorable a su país. Sin embargo el Centro de Importadores del Paraguay ha asumido la posición más dura en relación al arancel común y pidió que su país se retire del emprendimiento integrador.

Una encuesta de la consultora Price Waterhouse reveló que el 36% de las 550 grandes compañías brasileñas que operan en la región quieren aumentar sus negocios en el Mercosur, lo que revelaría que los temores de los brasileños sobre el proceso integrador se van atenuando.

La alta inflación brasileña preocupa a los expertos reunidos en Buenos Aires, así como el retraso de Brasil a la apertura económica y, además, porque aplica políticas internas de producción que molestan a sus socios. También abordan la posibilidad de admitir en la región el funcionamiento de algunas zonas francas.

cifras 1991

31/03/92

924047

Grupo Andino invitó al diálogo a los 4 países

EL Presidente de la Comisión del Acuerdo de Cartagena, Juan Manuel Santos, dirigió una comunicación a los Presidentes de los cuatro países que conforman el Mercosur, con la finalidad de iniciar discusiones con el denominado Grupo Andino, comentaron a LA MAÑANA fuentes diplomáticas.

La misiva procura, entonces, crear un nexo e intenta ampliar las relaciones recíprocas entre los dos procesos integracionistas y tiende a la progresiva formación de un espacio económico más amplio en la región, de acuerdo con lo consignado por las mismas fuentes.

Se agregó que aún no se ha decidido dónde tendrá lugar la primera reunión del Mercosur y el Grupo Andino, que conforman Bolivia, Perú, Colombia, Ecuador y Venezuela.

El Grupo Andino ha resuelto a partir del próximo 1° de enero de 1993 la eliminación de los incentivos a las exportaciones y listas de excepciones con una progresiva reducción, entre otros importantes aspectos para incentivar el intercambio comercial.

Mercosur: armonización de reglas

La armonización de reglas para la protección de inversiones, las prácticas desleales del comercio (subsidios), y el "trato nacional" a empresas constructoras en licitaciones de cualesquiera de los países que integran el Mercosur, son algunos de los temas que, durante hoy y mañana, tratará el Grupo Mercado Común (órgano ejecutivo del Mercosur) que se reúne en Buenos Aires.

• Con Japón

La amplia agenda, que contiene 18 ítem, incluye la presentación formal del Grupo a Japón (con EE.UU. ya existe un acuerdo 4 + 1, y se está negociando algo similar con la Comunidad Europea). También se analizarán zonas de procesamiento de exportación y zonas francas, así como el tema de marcas y patentes, entre otros.

De los aspectos importantes de la reunión, surge la explicación que deberá dar Brasil a los 3 restantes miembros, sobre su reciente paquete de medidas para Comercio Exterior y para la Agricultura, donde se analizará la existencia o no de subsidios.

Argentina observa atentamente esta evolución debido a la importancia del comercio entre ambas naciones que, prácticamente se triplicó desde el '85 a la fecha, al pasar de u$s 1016 a alrededor de u$s 3060 el año pasado.

Sin embargo, desde 1989 cambió el signo de la balanza, lo que podría volver a ocurrir durante el '92 cuando se pronostica un saldo favorable a Brasil que puede rondar los u$s 300 millones, básicamente, por el incremento de sus ventas a la Argentina.

*De todos modos, lo que se destaca es el incremento global del comercio entre ambas naciones que deberá mantener la tendencia en la medida que se vayan corrigiendo las asimetrías. En tal sentido, el secretario de Relaciones Internacionales de la Cancillería, **Alieto Guadagni**, señaló que "la integración sin condiciones de competencia no es interesante, sin embargo, dijo, la experiencia enseña que la propia dinámica integradora suele precipitar la adopción de medidas liberalizadoras de los mercados nacionales", que es lo que ya habría comenzado a suceder dentro del contexto del Mercosur.*

BALANZA COMERCIAL BRASIL-ARGENTINA

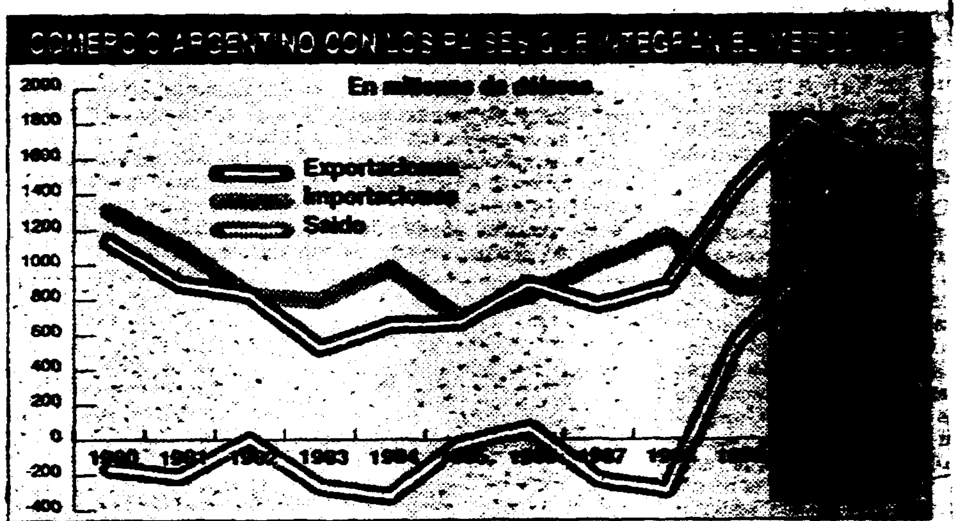
Año	Total	Export. Brasil	Import. Brasil	Saldo
1985	1.016	547	469	+ 79
1986	1.419	682	737	— 55
1987	1.412	832	588	+ 252
1988	1.686	979	707	+ 272
1989	1.969	722	1.247	—525
1990	2.033	645	1.388	—743
1991	3.060	1.476	1.585	—109
1992*	3.500	1.900	1.600	+ 300

*Estimado.

UN ANIVERSARIO CON DUDAS Y SIN HOMENAJES

El primer año del Mercosur

[illegible], el primer aniversario del Mercosur se cumplió el jueves pasado, [illegible] las dudas entre los empresarios sobre la perspectiva de [illegible]. Los [illegible] el Brasil, que no logra controlar la inflación, y la Argentina [illegible] [illegible]adas, y los industriales locales quedan a la zaga. Mientras tanto, el Uruguay confiesa sus temores a los dos colosos.



Fuente: INDEC

El Mercosur apagó una velita el pasado jueves. Pero nadie festejó su primer cumpleaños. Nació con el Tratado de Asunción firmado por los presidentes Carlos Menem, Fernando Collor de Mello, Alberto Lacalle y Andrés Rodríguez. Sin embargo, las disparidades entre sus socios más grandes, Brasil y Argentina —uno con tasas superlativas de inflación y el otro consolidando la estabilidad— fueron un motivo para el olvido. Pese a que los empresarios de ambos países no hacen más que multiplicar negocios: el comercio entre Brasilia y Buenos Aires llegó al pico de 2.700 millones de dólares en 1991. Y fue prácticamente equilibrado: Buenos Aires le vendió a Brasil por 1.400 millones y su vecino lo hizo por 1.300 millones.

Otro motivo para pasar la fecha por alto fue el "pacote" que acaba de lanzar Brasil para promocionar sus exportaciones: 4.000 millones de dólares en créditos blandos. Todo sea por obtener una cosecha de 80 millones de toneladas de granos, 10 más que la actual. Pero es un tiro por elevación sobre la Argentina y Uruguay: más del 60% de la exportación de estos países a Brasil está integrada por productos alimenticios.

Hay, sin embargo, mucho como para recordar con cariño al Mercosur: el acuerdo para la integración en el caso del acero, que baja aranceles y elimina trabas en el comercio, es solo un ejemplo.

El Mercosur inicia su segundo año con laureles: el comercio entre los cuatro países miembros (la Argentina, Uruguay, Brasil y Paraguay) creció el 45%: pasó de 4.330 millones de dólares en 1990 a 6.264 millones en 1991.

Este mercado comenzó a gatear el último junio con una poda del 47% en los aranceles de importación. El primero de enero se puso de pie: la rebaja alcanza —siempre para los productos de los socios— al 54%. Y cada seis meses habrá 7 puntos menos de aranceles. La meta es llegar el primero de enero de 1995 a un único arancel externo común, es decir cero. Y a la aplicación de políticas macroeconómicas comunes.

¿Será posible? Sus socios menores lo observan cada vez con mayores recelos. Dijeron los exportadores uruguayos: "Los gigantes del Mercosur no rebajan sus aranceles. Nosotros, que tenemos el complejo de petisos, sí lo hacemos", [illegible] a la agencia española EFE Carlos Lecueder, presidente de la Unión de Exportadores.

Pero las exportaciones de Montevideo hacia Buenos Aires crecieron el 57,5%, pasando de 18,1 millones de dólares a 28,5 millones. El problema es que también lo hicieron las importaciones, que aumentaron de 40,8 a 53,8 millones de dólares.

Del lado argentino se hace hincapié en las distintas asimetrías. Resumió Elvio Baldinelli, director de la Escuela de Exportación del Banco de Boston:

- Costo salarial: sobre una [illegible] presas se [illegible] gran [illegible] so del [illegible] la hora se paga [illegible] res en la Argentina [illegible] Brasil [illegible].
- Se debe [illegible] la [illegible] ciones con [illegible] [illegible] y [illegible] tratar de [illegible] [illegible]. Según el [illegible] la [illegible] 60% en [illegible] 30 y el [illegible] tina.

Pero lo que [illegible] cabeza de los [illegible] cómo se [illegible] cambio [illegible]. [illegible] cuestión que [illegible] solucion[illegible] más sólida y [illegible] miembros de la [illegible] dad Económica [illegible]. Para obtener un tipo de cambio similar, [illegible] Baldinelli, lo [illegible] colocar un techo a las [illegible] valuaciones para que los socios no lo [illegible] como les venga en gana.

Nada que celebrar: a un año del Tratado de Asunción el hecho pasó inadvertido en Uruguay

por Ricardo Díaz Lledó

Sin mayores muestras de celebrar el primer aniversario de la firma del Tratado de Asunción transcurrió ayer la jornada del 26 de marzo en Uruguay. Ni a nivel oficial ni en lo privado se recordó mayormente la fecha considerada "de histórica" un año atrás, opacada por los hechos coyunturales que está viviendo el país en los últimos días.

En horas que los industriales reclaman no aplicar la rebaja arancelaria unilateral decidida por el Poder Ejecutivo, y el sector agropecuario ve azorado cómo Brasil desconoce el espíritu del acuerdo del Mercosur, la fecha pasó inadvertida y hasta en algunos lugares no fue considerada con el ánimo de festejar o conmemorar. En horas en que los trabajadores son advertidos oficialmente de que perderán poder adquisitivo con una pauta salarial del 35% de aumento para los próximos doce meses, parece ensombrecerse lenta pero paulatinamente el horizonte de los uruguayos. A un año de la vigencia del Tratado de Asunción firmado por los presidentes de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, los avances en los diferentes subgrupos parecerían ser firmes, aunque sin mayores concresiones en políticas macroeconómicas, arancelarias, o de otra índole.

Las dificultades a nivel uruguayo parecen darse en el ámbito doméstico y lo cierto es que poco parece haberse hecho en cuanto a las transformaciones necesarias para poder ser competitivos en el camino a un mercado regional.

A un año de haber comenzado el camino al Mercosur, poco se ha hecho en materia de rebajar las tarifas de los combustibles, que llevan consigo una fuerte carga impositiva. Poco se ha avanzado en la reconversión industrial tan promocionada desde esferas del gobierno y lo poco hecho, parece estar más en manos de esfuerzos puntuales y netamente particulares. La inflación se continúa proyectando alta (60%). El nivel de desempleo comenzó a mostrar otra tendencia, ascendente, en el último registro. Las tarifas públicas continúan siendo altas. La balanza comercial acentúa su déficit. Y los jóvenes uruguayos nos demuestran su indiferencia, cuando no preparan sus papeles para emigrar, descreídos de esta oportunidad que se le pintó un año atrás.

Si bien con estos datos poco positivos, según el Parlamento el Mercosur continúa siendo el único camino posible hacia el futuro, donde naufragar o no, es el gran dilema de la sociedad uruguaya toda. A un año del entonces calificado como hecho histórico regional más importante del siglo que transitamos, las grandes expectativas se desvanecen por las pocas realidades en lo estrictamente interno. El Mercosur, ayer, no fue recordado. Ese silencio, más bien parece haberlo vestido de gris y con malos presagios respecto a la pompa con se puso en marcha la idea.

Nº [illegible] 92C4C52

TIT[illegible] Diferencias entre el Tratado y el Acuerdo de Compl. [illegible]

P[illegible] La Mañana [illegible]

FE[illegible] 25-3-92

VI[illegible] - Mercosur 12781

- ALADI

Tratado de Asunción y Acuerdo en ALADI tienen diferencias

EL Tratado de Asunción firmado el 26 de marzo de 1991 por los Gobiernos de Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay se terminó convirtiendo en el Acuerdo de Complementación Económica Nº 18 de la ALADI.

La transformación correspondiente se completó el 21 de enero pasado cuando los cuatro Gobiernos pudieron incorporar al protocolo del acuerdo las listas de excepciones [illegible] al 31 de diciembre de 1991 y las notas complementarias que incluyeron la nómina de restricciones [illegible].

El Tratado de Asunción entró en vigencia el 29 de noviembre de 1991 y el 6 de diciembre [illegible] los representantes de los cuatro países en la ALADI presentaron un Acuerdo de Complementación Económica.

Tal tramitación se tuvo que encarar porque los cuatro países son miembros del Acuerdo General sobre Comercio y Aranceles más conocido con la sigla de GATT y para evitar que los demás miembros de la ALADI pudieran usufructuar, en su propio beneficio, las preferencias otorgadas sin pagar por ello.

LAS DIFERENCIAS

El Acuerdo de Complementación Económica Nº 18, modificó algunas disposiciones del Tratado de Asunción, [illegible] en materia de adhesión. También se verificaron cambios en las listas de excepciones, [illegible] Argentina, 220 productos; Brasil [illegible] 324; Paraguay [illegible] y Uruguay [illegible].

Por consiguiente el Tratado de Asunción y el Acuerdo de Complementación Económica Nº 18 no son instrumentos jurídicos similares.

Difieren, por ejemplo, en el [illegible] y también en las restricciones no arancelarias.

Precisamente este tema fue motivo de las demoras en la firma del Acuerdo de Complementación Económica Nº18.

Según fuentes de la ALADI, si se comparan esas restricciones, se constata que Argentina de unas 40 denunció 11, Brasil de más de 80 recibió finalmente la presentación de 30, la lista de Paraguay [illegible] 34 y sólo 8, la correspondiente a Uruguay.

Además el Tratado de Asunción cuenta con un Régimen de [illegible] de [illegible] en el denominado ACE 18.

920382

92C4052

SERIA DEL 20% EL NIVEL GENERAL DEL ARANCEL EXTERNO COMUN DEL MERCOSUR

EL Embajador Néstor Cosentino habló de la postura de Uruguay, que es compartida por la Argentina

El arancel externo común del Mercosur se podrá situar en alrededor del 20%, con algunos niveles superiores en sectores específicos, según lo señalado por el Embajador de Uruguay ante la ALADI, Néstor Cosentino.

El diplomático uruguayo comentó que Uruguay pretende que el arancel sea lo más bajo posible, acotando que Argentina comparte esa posición y si bien Brasil no se pronunció, es de imaginarse que aspira a un nivel superior.

El Embajador Néstor Cosentino, al ser entrevistado en forma exclusiva por LA MAÑANA, comentó que "observa con optimismo el actual proceso de integración".

Agregó que "las circunstancias que se están dando actualmente no se habían dado antes por diferentes razones" y añadió que las mismas "son auspiciosas para el proceso de integración tanto a nivel regional, es decir de todos los países de la ALADI, como en el Mercosur".

"El proceso de integración está marchando con un ímpetu y un impulso que antes nunca se había dado", enfatizó Cosentino.

Por consiguiente se reiteró "optimista en torno a que los objetivos que se han trazado ahora se van a cumplir", es decir "en relación a la formación de un mercado común regional oportunamente y en forma previa la formación de mercados subregionales, como es el caso del Mercosur, del Pacto Andino y del llamado grupo de los tres que conforman Colombia, Venezuela y México.

En consecuencia no dudó en expresar que "estos tres grupos en el marco del Tratado de Montevideo de la ALADI van a lograr una convergencia que formará por fin ese mercado común latinoamericano, que es el objetivo desde 1980 de la ALADI".

Las diferencias

Consultado sobre las diferencias del Acuerdo de Complementación Económica Nº 18, con el cual se inscribió el Mercosur en la ALADI y el Tratado de Asunción, Cosentino expresó que "ello no crea inconvenientes y tampoco representa ningún riesgo".

Sin embargo consideró oportuno aclarar que el Tratado de Asunción para la creación del Mercosur está realizado, concebido y amparado en el Tratado de Montevideo de 1980 que creó la ALADI.

Por lo expresado, el diplomático uruguayo sostuvo que "el Mercosur, como otros acuerdos regionales, lo que hace es acelerar los procesos de integración".

Acotó que esa integración no tiene plazo en el Tratado de Montevideo y en ello existen diferencias con respecto al Mercosur, que tiene un plazo establecido en 1995.

Excepciones

En relación a las variantes practicadas en las listas de excepciones del Acuerdo de Complementación Económica inscripto en la ALADI por los países del Mercosur y lo establecido en el Tratado de Asunción, el Embajador de Uruguay en la mencionada asociación entendió conveniente recordar que "las excepciones, en realidad, tienen como origen las listas de la PAR.

Es decir las que se establecieron cuando se firmó el acuerdo que creó las preferencias arancelarias regionales, conocido como PAR.

"Allí cada uno de los países reservó cada uno los sectores más sensibles de sus producciones, presentando ello en forma de lista, mencionando los productos sobre



los cuales no se aplicaba la rebaja de esa preferencia arancelaria" explicó Cosentino.

Por lo tanto recordó que "cuando se establece el Mercosur los cuatro países que lo componen tomaron como base esas listas presentadas en la PAR y se comprometieron a reducirlas en el término de cuatro años, tal cual se expreso en el Tratado de Asunción".

Los avances

Paralelamente, entrando en otros aspectos, el Embajador uruguayo ante la ALADI no consideró que existan atrasos en el proceso de integración.

Señaló que los subgrupos de trabajo están trabajando de acuerdo con el cronograma trazado.

Sin embargo dijo que hay dos temas en los cuales si no se adelantó mucho, pero también es difícil poder avanzar, como es el caso de los temas macroeconómicos y la coordinación de las políticas económicas, así en torno al arancel externo común.

Los niveles

Precisamente sobre este último aspecto, el Embajador Cosentino señaló que Uruguay "pretende o propone que ese arancel sea lo más bajo posible". Dijo que "Argentina lo acompaña" en esa postura y que se piensa que "Paraguay también".

"El problema está un poco en Brasil, que pensamos que por razones todavía relacionadas con los problemas que está enfrentando su economía, no se ha pronunciado", manifestó Cosentino.

"Se puede imaginar sin embargo que Brasil preferiría que el arancel externo común sea un poco más alto de lo que pretenden los otros tres socios del Mercosur", enfatizó el diplomático.

Pese a lo indicado, dijo: "Pero supongo que se va a llegar a algo de un entorno del 20% y probablemente se hagan diferencias de pronto en algunos sectores específicos, los que tendrían un arancel un poco mayor. Pero de esto todavía no se ha podido concretar nada".

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 22 de marzo de 1992

Amenaza a las exportaciones argentinas



Brasil anunció un amplio paquete de subsidios agrícolas para autoabastecerse de alimentos, lo cual pone en peligro los avances del Mercosur y afecta directamente a exportaciones de Argentina por 1.000 millones de dólares anuales. Aliето Guadagni, de la cancillería argentina opinó que los tratados del *Mercosur* inhiben los subsidios, el embajador del Brasil, Francisco Thompson-Flores, sostuvo que no existe coordinación económica entre los países. Fuerte crítica de los industriales de la alimentación.

A dos semanas de haber aprobado un amplio paquete fiscal y crediticio de promoción a la exportación, el gobierno del Brasil lanzó un "pacote" (paquete) agrícola-alimenticio basado también en amplios créditos blandos —por 4.000 millones de dólares— y subsidios tarifarios e impositivos. **"Es una vergüenza que el Brasil importe alimentos"**, sostuvo el presidente del vecino país, **Fernando Collor de Mello**, al anunciar las medidas.

La decisión brasileña es un tiro por elevación sobre la Argentina y sobre el Uruguay, porque más del **60% de la exportación de estos países hacia el Brasil *está compuesta de productos alimenticios*.** El mandatario brasileño declaró que los subsidios tienen el propósito de alcanzar en 1992/93 una producción de **80 millones de toneladas de granos, 10 millones de toneladas más que la cosecha anterior.**

No cabe la menor duda de que tanto los incentivos agrícolas como los estímulos a las exportaciones distorsionan todo el proceso de integración regional, el llamado Mercosur (Mercado Común del Cono Sur), porque el propósito deliberado es cerrar las puertas a la importación de los productos en los que el Brasil tiene desventajas comparativas y favorecer el avance de sus manufacturas en los mercados externos.



"El Mercosur inhibe a los países la adopción de subsidios", sostuvo Alieto Guadagni.

Las medidas

"No admitiré que se importen alimentos y productos cuando el Brasil tiene esta enorme extensión de tierra y trabajadores dignos para dirigirla... Habrá que encontrar los recursos donde sea necesario".

La frase de Collor de Mello fue el preámbulo para el anuncio de veintisiete medidas, entre las cuales están:

- La exención del pago del Impuesto sobre Circulación de Mercaderías y Servicios (ICMS) —el equivalente al IVA— para los alimentos de la canasta básica.
- La reducción del ICMS para el resto de los alimentos del 13 al 7 %.
- Premios a los contratos EGF (Empréstitos del Gobierno Federal). Si el precio del mercado estuviese por debajo del precio mínimo establecido, el gobierno compensará los eventuales perjuicios. El programa EGF se estableció en 6 billones de cruceiros, unos 4.000 millones de dólares, con un adicional de 300.000 millones de cruceiros.
- *Liberación de 300.000 millones de cruzados* (200 millones de dólares) a través del BNDES (equivalente al BANADE) para créditos para la compra de máquinas.
- Subsidio al consumo de energía eléctrica, con la reducción del 80% de la tarifa nocturna para las actividades agrícolas.
- Inclusión en ZPE (zona de procesamiento de exportación) de la soja y aceite, *lo que permite* que sean exportados sin el pago de impuestos.
- Los créditos agrícolas tendrán una tasa de interés máxima del 9% anual. Financiamiento del 100% de la producción, hasta 180 días.

Euforia

Lógicamente las medidas fueron respaldadas por los productores e industriales alimentarios del vecino país. Anticipándose a las críticas, casi al unísono declararon que no faltarán quienes señalen que **"el gobierno recurrió a 'subsidios' para fomentar la agricultura, como si fuese una práctica siniestra desconocida en los grandes países desarrollados.** Pero las quejas y cuestionamientos tendrán cada vez menos sentido a medida que el país eleve su producción agrícola, de manera de satisfacer las necesidades básicas del mercado interno, ayudando a controlar la inflación, dejar de importar ciertos alimentos y tener excedentes para su colocación en el mercado externo".

Impacto

El 65% de las exportaciones argentinas al Brasil están compuestas de productos primarios y manufacturas agropecuarias, que representaron, el año pasado, ventas por unos 10.000 millones de dólares. Indudablemente la meta brasileña de autoabastecerse en materia alimenticia significaría automáticamente la pérdida para la Argentina del importante mercado del vecino país.

Los empresarios argentinos vinculados con la industria alimentaria reaccionaron críticamente (véase nota aparte). También **Marcio Orlandi**, responsable de la divisi[ón] Mercosur de Anders[en] Consulting de Brasil, [en] conversación con Cla[rín] señaló que las medi[das] anunciadas por Collo[r de] Mello tienen "efect[os de] alto riesgo para el Mer[co]sur porque pueden imp[ul]sar la agroindustria bra[si]leña, principalmente en [el] centro-oeste, e impac[tar] en el propio mercado [in]ternacional". Marcio [Or]landi agregó que "el si[ste]ma puede viabilizar, [tam]bién, el cultivo de [...] disminuyendo las comp[ras] brasileñas". Finalmen[te]

(Continúa en la PAGINA SIGUIENTE)

EXPORTACIONES ARGENTINAS A BRASIL

Primeros nueve meses de 1991 (en millones de dólares)

PRODUCTOS AMENAZADOS POR LOS SUBSIDIOS BRASILEÑOS	
PRODUCTOS PRIMARIOS	[illegible]
MANUFACTURAS DE ORIGEN AGROPECUARIO	241,1
MANUFACTURAS DE ORIGEN INDUSTRIAL	362,9
COMBUSTIBLES Y ENERGIA	17,8
TOTAL	1.080,8

Fuente: INDEC

Infografía/CLARIN

9204053
Exportaciones del Mercosur ante subsidios
Clarín 24 brasileros
22-3-92
– Mercosur
– F. ECONOM
– ARGENTINA

"Poco Legible"

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 22 de marzo de 1992



Amenaza a las exportaciones argentinas

Brasil anunció un amplio paquete de subsidios agrícolas para autoabastecerse de alimentoa, lo cual pone en peligro los avances del Mercosur y afecta directamente a exportaciones de Argentina por 1.000 millones de dólares anuales. Allieto Guadagni, de la cancillería argentina opinó que los tratados del Mercosur inhiben los subsidios, el embajador del Brasil, Francisco Thompson-Flores, sostuvo que no existe coordinación económica entre los países. Fuerte crítica de los industriales de la alimentación.

A dos semanas de haber aprobado un amplio paquete fiscal y crediticio de promoción a la exportación, el gobierno del Brasil lanzó un "pacote" (paquete) agrícola-alimenticio basado también en amplios créditos blandos —por 4.000 millones de dólares— y subsidios tarifarios e impositivos. "Es una vergüenza que el Brasil importe alimentos", sostuvo el presidente del vecino país, Fernando Collor de Mello, al anunciar las medidas.

La decisión brasileña es un tiro por elevación sobre la Argentina y sobre el Uruguay, porque más del 60% de la exportación de estos países hacia el Brasil está compuesta de productos alimenticios. El mandatario brasileño declaró que los subsidios tienen el propósito de alcanzar en 1992/93 una producción de 80 millones de toneladas de granos, 10 millones de toneladas más que la cosecha anterior.

No cabe la menor duda de que tanto los incentivos agrícolas como los estímulos a las exportaciones distorsionan todo el proceso de integración regional, al llamado Mercosur (Mercado Común del Cono Sur), porque el propósito deliberado es cerrar las puertas a la importación de los productos en los que el Brasil tiene desventajas comparativas y favorecer el avance de sus manufacturas en los mercados externos.



"El Mercosur inhibe a los países la adopción de subsidios", sostuvo Allieto Guadagni.

Las medidas

"No admitiré que se importen alimentos y productos cuando el Brasil tiene esta enorme extensión de tierra y trabajadores dignos para dirigirla... Habrá que encontrar los recursos donde sea necesario".

La frase de Collor de Mello fue el preámbulo para el anuncio de veintisiete medidas, entre las cuales están:

- La exención del pago del Impuesto sobre Circulación de Mercaderías y Servicios (ICMS) —el equivalente al IVA— para los alimentos de la canasta básica.
- La reducción del ICMS para el resto de los alimentos del 13 al 7 %.
- Premios a los contratos EGF (Empréstitos del Gobierno Federal). Si el precio del mercado estuviese por debajo del precio mínimo establecido, el gobierno compensará los eventuales perjuicios. El programa EGF se estableció en 6 billones de cruceiros, unos 4.000 millones de dólares, con un adicional de 300.000 millones de cruceiros.
- Liberación de 300.000 millones de cruzados (200 millones de dólares) a través del BNDES (equivalente al BANADE) para créditos para la compra de máquinas.
- Subsidio al consumo de energía eléctrica, con la reducción del 80% de la tarifa nocturna para las actividades agrícolas.
- Inclusión en ZPE (zona de procesamiento de exportación) de la soja y aceite, lo que permite que sean exportados sin el pago de impuestos.
- Los créditos agrícolas tendrán una tasa de interés máxima del 9% anual. Financiamiento del 100% de la producción, hasta 180 días.

Euforia

Lógicamente las medidas fueron respaldadas por los productores e industriales alimentarios del vecino país. Anticipándose a las críticas, casi al unísono declararon que no faltarán quienes señalen que "el gobierno recurrió a 'subsidios' para fomentar la agricultura, como si fuese una práctica siniestra desconocida en los grandes países desarrollados. Pero las quejas y cuestionamientos tendrán cada vez menos sentido a medida que el país eleve su producción agrícola, de manera de satisfacer las necesidades básicas del mercado interno, ayudando a controlar la inflación, dejar de importar ciertos alimentos y tener excedentes para su colocación en el mercado externo".

Impacto

El 65% de las exportaciones argentinas al Brasil están compuestas de productos primarios y manufacturas agropecuarias, que representaron, el año pasado, ventas por unos 10.000 millones de dólares. Indudablemente la meta brasileña de autoabastecerse en materia alimenticia significaría automáticamente la pérdida para la Argentina del importante mercado del vecino país.

Los empresarios argentinos vinculados con la industria alimentaria reaccionaron críticamente (véase nota aparte). También Marcio Orlandi, responsable de la división Mercosur de Andersen Consulting de Brasil, en conversación con Clarín señaló que las medidas anunciadas por Collor de Mello tienen "efectos de alto riesgo para el Mercosur porque pueden impulsar la agroindustria brasileña, principalmente en el centro-oeste, e impactar en el propio mercado internacional". Marcio Orlandi agregó que "el sistema puede viabilizar, también, el cultivo de trigo, disminuyendo las compras brasileñas". Finalmente,

(Continúa en la PAGINA SIGUIENTE)

EXPORTACIONES ARGENTINAS A BRASIL

Primeros nueve meses de 1991 (en millones de dólares)

PRODUCTOS AMENAZADOS POR LOS SUBSIDIOS BRASILEÑOS	
PRODUCTOS PRIMARIOS	[illegible]
MANUFACTURAS DE ORIGEN AGROPECUARIO	[illegible]
MANUFACTURAS DE ORIGEN INDUSTRIAL	362,9
COMBUSTIBLES Y ENERGIA	17,8
TOTAL	1.080,8

Fuente: INDEC

Infografía/CLARIN

9204053

EL PAIS — Viernes 20 de Marzo de 1992

El Gobernador de San Pablo dio Firme Apoyo a Mercado Regional

* 50 Empresarios Brasileños Realizan Contactos
* No Habrá Negocios Concretos, Sólo Aproximación



El Gobernador de San Pablo, Luiz Antonio Fleury Filho estuvo ayer en ALADI y en la Cámara de Industrias, junto con 50 empresarios de la poderosa ciudad industrial

En su primer encuentro con los empresarios uruguayos, el gobernador del Estado de San Pablo, Dr. Luiz Antonio Fleury Filho, anunció que el poderoso Banco del Estado de San Pablo (BANESPA) abrirá una agencia en Montevideo "como muestra de nuestro interés en profundizar las relaciones comerciales entre Uruguay y San Pablo encuadradas en el MERCOSUR. Afirmó que existe enorme interés en impulsar el MERCOSUR y señaló que el arancel externo común, tarifa de protección de los cuatro miembros de acuerdo respecto a la producción extramercado, debe preferenciar las posibilidades internas de los cuatro, pero no debe desproteger un productor nacional menos eficiente para proteger a uno regional igualmente no competitivo.

El nivel del AEC es un tema de discusión en el ámbito del MERCOSUR donde Brasil propone una alta tarifa para evitar el ingreso de bienes competitivos a su producción, mientras que los restantes países, especialmente Uruguay y Paraguay, son partidarios de un nivel bajo para no caer en el abastecimiento casi monopólico de Brasil en rubros importantes.

UN PRIMER CONTACTO

La presencia del gobernador del Estado de San Pablo en esta oportunidad responde a una invitación del presidente de la República, Luis A. Lacalle y es la primera de carácter oficial que un gobernador paulista realiza al país.

Fleury Filho vino acompañado de 50 empresarios representantes de la poderosa industria estadual, los que ayer mismo comenzaron a establecer contactos directos con sus colegas uruguayos para visualizar posibilidades de [illegible], asociación, inversiones o cualquier vínculo que se considere viable.

El propio gobernador Fleury Filho aclaró que en esta oportunidad no deben esperarse resultados inmediatos, sino que se trata de establecer un vínculo que posibilite negocios en el futuro.

APOYO AL EMPRESARIO

Dirigiéndose a los miembros de la Cámara de Industrias del Uruguay, donde fue recibido ayer al mediodía, y a los empresarios presentes, Fleury Filho dijo que siempre estuvo convencido "que el desarrollo económico es lo que efectivamente permite realizar justicia social" y de que ese desarrollo "sólo es viable mediante el libre juego de las fuerzas económicas a través de la acción de los empresarios, los grandes agentes del progreso".

Agregó que los esfuerzos gubernamentales en el plano interno y externo deben estar, por encima de todo, dirigidos a crear oportunidades para que se pueda desarrollar todo el potencial de las clases productoras de un país.

Más adelante, expuso que se estaba discutiendo en el ámbito del Foro Paulista de Desarrollo, las implicancias del MERCOSUR a fin de orientar la acción de gobierno estadual, junto con los empresarios y a las autoridades federales de Brasil. "En el sentido no de maximizar los beneficios que ciertamente vendrán de la integración subregional, sino también en el sentido de minimizar los inconvenientes, también inevitables, en un proceso de esta naturaleza".

BENEFICIOS COMPARTIDOS

Fleury Filho expresó que sabía del "enorme y natural interés que el MERCOSUR despierta en el Uruguay para cuyas empresas se abrirá, en condiciones preferenciales, un inmenso mercado varias veces mayor que el mercado regional. En San Pablo también, empresarios y gobierno, estamos persuadidos de que mucho de positivo podrá resultar de la conformación del MERCOSUR para el conjunto de la economía brasileña y en general, para el conjunto de la economía [illegible]. Por eso nos [illegible] que el proceso [illegible] de forma [illegible]".

Luego de referirse a la época de la ALALC y de la ALADI en materia de organismos de integración, Fleury Filho dijo que esas experiencias han dedicado qué se puede hacer y qué no; tampoco puede perderse tanta información recogida en tantos años, señaló.

Dijo que el MERCOSUR "es una nueva y difícil tentativa de integración mucho más ambiciosa que la anterior" que se pretende realizar "en un plazo más corto y en condiciones económicas menos favorables".

"No podemos permitirnos nuevas frustraciones. Tenemos que empeñarnos en viabilizar el MERCOSUR", afirmó. "En ese sentido, es fundamental que las empresas argentinas, brasileñas, uruguayas y paraguayas, fragilizadas por el ambiente macroeconómico en que vienen operando, [illegible] todas a un tiempo de los mecanismos de salvaguardia [illegible] [illegible]", afirmó.

ARANCEL EXTERNO COMUN

Respecto a uno de los puntos de controversia entre la posición brasileña y la [illegible] los países del MERCOSUR, fundamentalmente los de economía más pequeña: el Arancel Externo Común, el gobernador paulista dijo que "es fundamental que no perdamos [illegible] de vista que una de las motivaciones básicas del MERCOSUR es, a un mismo tiempo, una inserción mundial más competitiva de las economías de los cuatro países. Esto significa, por un lado, el imperativo de la conformación de una tarifa externa común [illegible] a terceros [illegible] [illegible] de efectivamente preservar la posibilidad de un tratamiento preferencial entre los cuatro países [illegible] [illegible] de los procesos de integración [illegible] [illegible]", opinó.

Nº. DOCUMENTO: 9204055

TITULO: [illegible]

PR: 15cc07

FECHA: 18/3/92

VINCULACION: [illegible] 24

Redactan Proyecto Definitivo

REBAJAR TARIFAS AEREAS EN LA REGION

La reducción de las tarifas aéreas regionales, en donde sobresalen exageradamente los precios de los pasajes entre Uruguay y Argentina, es uno de los principales desafíos que plantea la integración de los cuatro países signatarios del Mercado Común del Sur.

La preocupación de los Presidentes de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay que acordaron recientemente en Brasilia "avanzar en la desregulación del transporte para reducir sustancialmente sus costos y estimular e incentivar la inversión privada", se trasladó en la reciente reunión de las líneas aéreas del MERCOSUR en Buenos Aires.

En la oportunidad, sobrevoló la conciencia aeronáutica colectiva, el convencimiento general de los participantes acerca del elevado nivel que exhiben las tarifas entre los países de la región, traba de magnitud que limita el desarrollo turístico regional y las posibilidades de expansión del turismo internacional.

La recomendación de que se cree una tarifa que involucre a los países integrantes del MERCOSUR, resultó quizás la resolución más trascendente que abre las puertas al reclamado "Visite el MERCOSUR", o como se prefiere ahora, "MERCOSUR Air Pass".

Se ha sugerido la utilización de hasta dos puntos en cada territorio, independientemente del punto de ingreso y hasta un máximo de seis cupones de vuelo.

En la actualidad cuesta U$S 95 el pasaje de ida y vuelta entre Montevideo y Buenos Aires, U$S 160 Buenos Aires-Punta del Este, U$S 196 Montevideo-Asunción; U$S 201 Montevideo-Porto Alegre, U$S 388 Montevideo-San Pablo, y U$S 454 Montevideo-Río de Janeiro.

Con estas tarifas, ¿cómo se puede pretender un turismo masivo de europeos o norteamericanos hacia la región?

Es imposible pensar en un descubrimiento turístico del MERCOSUR, a pesar de lo cual Brasil exhibe un panorama más alentador con precios y beneficios atractivos.

Por ejemplo, un pasaje interno entre Río de Janeiro y Porto Alegre, ida y vuelta, cuesta por la noche U$S 200, precio equivalente a la tarifa Río de Janeiro-Bahía.

Argentina, por su parte, tiene en vigor para turistas procedentes del exterior una cuponera denominada "Visite Argentina". Cuatro ciudades se pueden visitar por U$S 358, seis por U$S 408 y ocho por U$S 458.

Básicamente la tendencia regional debería tener como objetivo considerar doméstico el tráfico aéreo entre Uruguay, Argentina, Brasil y Paraguay.

En un próximo futuro, MERCOSUR debería constituirse en una unidad de aviación, con todos sus derechos dentro de la región para los viajes aéreos entre países reservados a las empresas aéreas respectivas, y puntos seleccionados para que las compañías norteamericanas y europeas puedan operar desde y hacia los Estados Unidos y la Comunidad europea.

El paso aéreo regional, al considerarse doméstico el tráfico entre los países del área, [illegible] con [illegible] entendidos conceptos de soberanía que lo único que han hecho es [illegible] la [illegible], [illegible] la inversión privada y alejando empresas como las que tuvo otrora el país. Nos referimos, concretamente, a los [illegible].

Próximamente en Buenos Aires, un grupo de trabajo integrado por delegados de Aerolíneas Argentinas, Pluna, Varig y Líneas Aéreas Paraguayas, redactará el proyecto final y lo someterá a consideración de las empresas aéreas de la región.

Simplificar y homogeneizar dentro del MERCOSUR los procedimientos de control migratorio de embarque y desembarque, constituyó también un punto de interés que consideraron directamente las líneas de bandera reunidas en Punta del Este.

Las recomendaciones fueron más allá todavía, con el señalado interés de simplificar y unificar procedimientos.

Con relación a los trámites aduaneros se propuso, lisa y llanamente la implementación de canales rojo y verde como ocurre en los países más adelantados.

En los tiempos que corren, se ha transformado en lesiva la exhaustiva revisación de equipajes, a pesar de las decisiones de los gobiernos, desoídas y desobedecidas en la práctica.

Se propugna igualmente eliminar la exigencia actual del manifiesto de carga, sustituyéndolo por una carta de porte legalmente aceptable y compatible con el procesamiento electrónico de datos.

También se promueve el despacho acelerado de las mercaderías de exportación mediante la simplificación de la documentación y reducción de las inspecciones.

El Mercado Común del Sur está ya a la vuelta de la esquina y, como se ve, en cuestiones del transporte aéreo está todo por dilucidar.

La desunión que caracterizó desde sus orígenes la actividad aérea regional, no puede subsanarse de un día para otro por más que corran con ritmo de vértigo los plazos de la integración. No obstante se considera positiva la preocupación de las autoridades turísticas de la región, acompañadas hoy por las compañías aéreas de los cuatro países, tendientes a la superación de los escollos.

El circuito turístico del sur, a pesar de la reticencia oficial, parece estar centrado en las Cataratas del Iguazú.

Desde allí surgiría la posibilidad del Uruguay para el turista procedente de los Estados Unidos y de la Comunidad. Se trata, justamente, del punto común de fronteras de tres de los cuatro países, sitio propicio para construir, en los años 2000, el gran aeropuerto de la América del Sur.

RICARDO GARZO[illegible]

POCO LEGIBLE - REDUCCIÓN.

9204055

La República — Martes 10 de marzo de 1992

EXCLUSIVO

Procuran colocar paquetes regionales en el mercado norteamericano

Agencias de viajes del Mercosur iniciaron estrategia común para desarrollar industria turística regional

Asociaciones empresariales de viajes de los cuatro países miembros del Mercosur junto a las chilenas, acordaron en Buenos Aires la creación de un polo turístico común para acelerar el desarrollo de esta industria. El proyecto prevé la presentación a nivel mundial de un paquete común y por tal motivo viajará a Estados Unidos una comisión designada en la reunión. Por otra parte, el representante uruguayo Federico Gambardella, en declaraciones exclusivas para LA REPUBLICA, informó que se procura eliminar barreras a nivel regional para permitir un turismo más fluido.

Por Isidoro Gilbert

Dirigentes de asociaciones empresarias de viajes de los países del Mercosur, se reunieron aquí para coordinar acciones en procura de la integración turística en el plano privado.

Participaron de la reunión de un día, la Asociación Brasileña de Viajes (ABAV), la Asociación Paraguaya de Agencias de Viajes (Asatur), la Asociación Argentina de Agencias de Viajes (Aaavyt) y la Asociación Uruguaya de Agencias de Viajes (Audavi). En calidad de observadora estuvo una delegación de la Asociación Chilena de Agencias de Viajes (Achet).

El titular de la entidad uruguaya, Federico Gambardella, declaró a LA REPUBLICA que en las deliberaciones se abordaron, entre otros temas, los problemas que aún traban al turismo regional, como el uso de las tarjetas de viaje cuya eliminación propician siguiendo el ejemplo del puente aéreo entre Argentina y Uruguay.

Asimismo se pedirá a las autoridades la eliminación de trabas en los trámites de viajes para los menores de edad, así como en la circulación de buses y automóviles entre los países del Mercosur.

Gambardella citó el ejemplo de los problemas que debieron afrontar turistas uruguayos de viaje a la ciudad argentina de San Carlos de Bariloche.

Uno de los asuntos que demandó mayor atención, fue la incorporación de la "oferta turística" o "Workshop", común para todos los países integrantes del Mercosur, para ser promocionada en los EEUU y en Europa.

Una comisión adhoc viajará próximamente a ciudades norteamericanas con suficiente oferta de viajeros, para interesar a los promotores de turismo en esta nueva opción que les ofrece el sector privado en la materia de los países del Mercosur.

El mes próximo, en Santiago de Chile, las entidades turísticas privadas de los países del Mercosur y de Chile, volverán a reunirse aprovechando la realización simultánea en Valdivia, de un congreso internacional.

Un acta final fue refrendada anoche con los puntos básicos que las asociaciones turísticas privadas demandarán a los poderes políticos de los países miembros del Mercosur, para que se adopten las medidas que permitan la creación de un polo turístico común que acelere el desarrollo de una de las industrias que, como el turismo, constituye una de las fuentes de ingreso de divisas y de creación de puestos de trabajo más importantes para la mayoría de los países.

Investigador de Ciesu sostiene que Uruguay y Paraguay afrontan el Mercosur con claras dificultades

Técnico uruguayo advierte sobre integración de Argentina y Brasil independiente del Mercosur

El Mercosur no ha dejado sin efecto el Tratado de Integración Argentino-Brasileño de 1988, y veintitrés protocolos comerciales ya integran comercialmente a ambos países. Esta circunstancia anotada por el sociólogo Diego E. Piñeiro, de Ciesu, podría interpretarse "como que la diplomacia argentina y brasileña se reserva el derecho de proseguir sus negociaciones con independencia de Uruguay y Paraguay".

■ En el mes de noviembre de 1985, los presidentes de Argentina y de Brasil firmaron la Declaración de Iguazú, que pone en marcha el proceso de integración entre ambas naciones. Sobre la base del sistema democrático vigente y con el fin explícito de consolidarlo, se dejan de lado viejas rivalidades y aspiraciones hegemónicas para iniciar un proceso de acercamiento de las economías y las sociedades de ambos países.

Recién al año siguiente, Uruguay será invitado a asociarse al proceso, en virtud "de los acuerdos de cooperación e integración económica que Uruguay ya ha suscrito con Argentina y con Brasil". Los acuerdos referidos son: el Convenio Uruguayo-Argentino de Complementación Económica (Cauce) y el Protocolo de Expansión Comercial (PEC), convenios bilaterales que Uruguay negoció con Argentina y con Brasil respectivamente. Mediante estos acuerdos negociados a mediados de la década del '70 y en especial a partir de reformulaciones que se efectúan a partir de mediados de la década siguiente, el comercio uruguayo con los países vecinos se incrementa notablemente. Ambos tratados permitieron además corregir déficit estructurales en el intercambio comercial de Uruguay con ambos países, resultando en el equilibrio y aun en el superávit de los saldos globales de intercambio.

Durante los años de 1986 y 1987 Brasil y Argentina firman una serie de veintitrés protocolos de distinta naturaleza y alcance, la mayoría de ellos de carácter bilateral y en los cuales se van afirmando las bases para la integración de ambos países. Uruguay sólo logra en 1988 comenzar a incorporarse al proceso de integración mediante la firma de la Decisión Tripartita No. 1, el Acta de Alborada, firmada en Brasilia por los tres presidentes, que sería a juicio de un participante muy próximo a estos procesos "el documento fundacional de la integración".

Sin embargo, en los meses siguientes, Brasil y Argentina avanzan rápidamente en el proceso de integración, negociando bilateralmente y con la exclusión de Uruguay "un tratado general de integración con el propósito de profundizar y ampliar el proceso, institucionalizarlo mediante un instrumento jurídico internacional, sistematizar el programa en marcha y establecer un mercado común bilateral". En noviembre de 1988 se firma el Tratado de Integración, Cooperación y Desarrollo, ratificado por los congresos respectivos en el mes de agosto del año siguiente. Este tratado contiene cláusulas que inhiben la incorporación de nuevos socios al mismo hasta después de cinco años de su puesta en vigencia, y sólo por la voluntad de sus miembros. Esto ocurre a pesar de los intentos de la diplomacia uruguaya por obtener cláusulas de incorporación diferentes que posibilitasen la entrada futura de Uruguay.

A mediados de 1990, los recientemente elegidos presidentes, Menem y Collor de Mello, acuerdan acelerar el proceso de integración reduciendo de diez a cinco años el establecimiento del mercado común previsto en el Tratado de Integración, Cooperación y Desarrollo, fijando para el 1o. de enero de 1995 la entrada en funcionamiento de un sistema generalizado de arancel cero entre los países y la eliminación de todas las barreras pararancelarias para todo el universo de productos, previendo acuerdos especiales para ciertos sectores sensibles o de interés particular de cada país.

Ante este hecho consumado, la diplomacia uruguaya inicia una ofensiva para tratar de incorporarse al proceso de integración. En una reunión de cancilleres en agosto de 1990 en Brasilia, Uruguay solicita formalmente su incorporación al proceso, siendo el pedido registrado positivamente por los cancilleres y ministros de Economía allí presentes, e invitando además a Paraguay a sumarse al proceso de integración. Las negociaciones posteriores fueron confluyendo hacia la concreción de lo que se dio en llamar el Mercado Común del Sur (Mercosur), cuya culminación fue la firma del Tratado de Asunción entre los presidentes de los cuatro países, en marzo de 1991. Sin embargo, es preciso resaltar que el Mercosur coexiste con el Tratado de Integración argentino-brasileño de 1988, cuyas negociaciones de carácter bilateral continúan su curso. Es decir, que los dos países mayores no renunciaron a dicho proceso de integración, ni invitaron a los otros dos países menores a sumarse a él, sino que la solución encontrada fue la creación de un nuevo tratado que reuniese a los cuatro países. Esta inédita situación duplica esfuerzos, pero también puede ser visto como que la diplomacia argentina y la brasileña se reservaron el derecho de proseguir sus negociaciones con independencia de lo que pudiese ocurrir en una negociación posiblemente más compleja entre cuatro países.

El Tratado de Asunción es un tratado marco que contiene enunciados generales de tipo programático, orientaciones de tipo político, pero sin precisar las modalidades específicas que se adoptarán para llevar a cabo el proceso de integración. El Tratado tiende a la conformación de un mercado común en la región a través de pasos graduales que se deberán definir en los próximos años a través de las negociaciones cuatripartitas. El Tratado "establece un programa de liberación comercial, la coordinación de políticas macroeconómicas y un arancel externo común, así como otros instrumentos para la regulación del comercio". Para el proceso de integración comercial, el Tratado se extiende, especificando un cronograma de reducciones arancelarias que debería concluir con un arancel cero para todos los productos el 1o. de enero de 1995. Este programa de desgravaciones contiene una lista de excepciones para cada país (que en el caso de Uruguay son 960). Sin embargo, deberán ser retiradas de la lista anualmente una proporción de productos de tal manera de que estas excepciones desaparezcan para el 31 de diciembre de 1995.

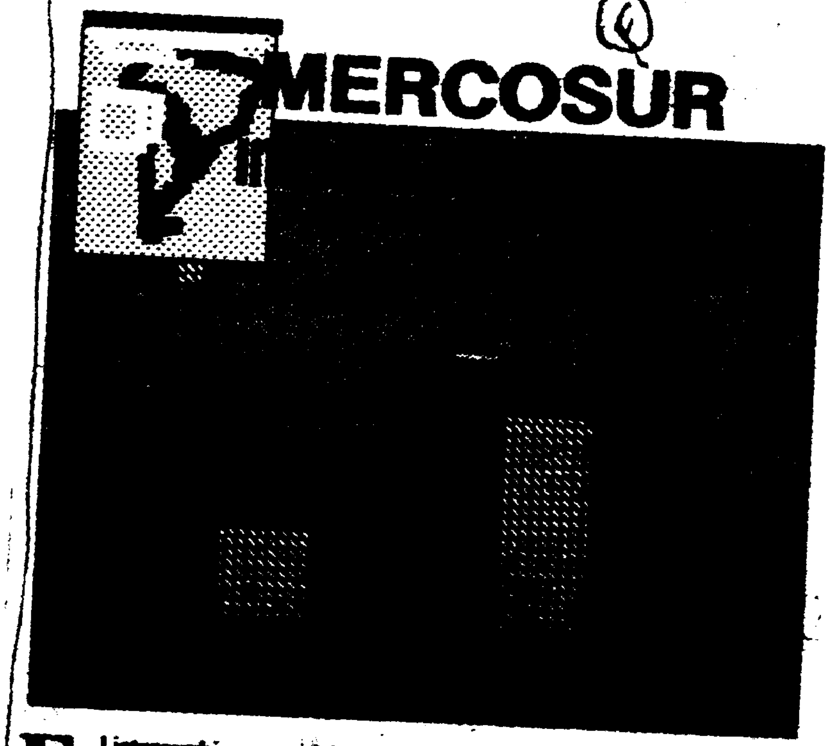
Es evidente la importancia del proceso de integración regional iniciado por el Tratado de Asunción para un país como Uruguay, en que el 35% de su comercio exterior se realiza con los países vecinos. Pero además, si el Mercosur es algo más que un acuerdo de liberación comercial y se confluye realmente al objetivo, que es el establecimiento de una comunidad económica, las transformaciones que ocurrirán en nuestro país, de naturaleza no sólo económica y comercial, sino también en los ámbitos social, político y cultural, serán inmensos. La sociedad uruguaya lo ha captado muy bien, tal vez mejor que la de los países vecinos, los cambios que se avecinan. [illegible] la [illegible] que está más preocupada y más informada, y posiblemente más conmocionada por este tema.

920 4RSC
Intercambio comercial de la Región
PROCEDENCIA 15.0007
FECHA DE PROCEDENCIA 210292
VINCULACIONES – Mercosur - 12771
– E. ECONOM.

UII

Intercambio subió 40%

(4)



El intercambio comercial de la región subió un 40% y más de la mitad de lo negociado correspondió a acuerdos bilaterales o mecanismos previstos en el marco de ALADI.

Incremento en importaciones

El incremento registrado en 1991 debe atribuirse principalmente al auge [illegible] que mantuvo los países integrantes del tratado. Argentina encabezó este fenómeno con una suba del 51% en lo regional; lo destacable es que el país del futuro Mercosur al que más aumentó su demanda fue a Uruguay, la variación favorable ascendió a 123%.

Uruguay tuvo un importante crecimiento en importaciones, la variación marcó un 23% en el 91. Paraguay acompañó este proceso con el 25% de variación positiva en los insumos que compró a la región, finalmente Brasil muestra las cifras de la recesión y apenas un 7% más que en 1990 compró a la zona del tratado de Asunción.

Las exportaciones acompañaron, aunque en menor medida, el aumento del intercambio comercial, el aumento porcentual alcanzó 11 puntos de superación con respecto al año anterior.

21/2/92

01-01 9204058

Mercosur y la hidrovía

Soja y otros granos, son quizá los factores más importantes para el éxito real de la actualización del proyecto fluvial Paraguay-Paraná. Por lógica debemos sumarle a éste, la existencia de puertos ágiles, aptos, confiables y de bajo costo operativo en cuestiones de servicio. Aún más, se hará necesario compatibilizar el estatuto jurídico que regirá a aquella con el existente, desde 1973 respecto al Río de la Pta, suscrito por Argentina y Uruguay.

La hidrovía Paraguay-Paraná, analizada desde el ángulo estrictamente geográfico, permanecerá enclaustrada o mediterránea, si no compatibiliza su Estatuto con el Río de la Plata, que representa la auténtica y única vía de enlace con el Atlántico.

SOJA Y ALGODON

El centro neurálgico de la producción de soja y algodón, se sitúa en el gran espacio comprendido por tierras del oeste brasileño, departamento de Santa Cruz de la Sierra, Paraguay y Mesopotamia argentina. Los "horizontes económicos" van superando límites y fronteras políticas. El nuevo y promisorio proceso de integración del Mercosur conduce a tal destino. Hay que mentalizarse en cuanto a que los análisis geopolíticos y geoeconómicos deben ser examinados en función de realidades, intereses y funciones regionales, mediante un nuevo lenguaje. "Geopolítica —señala Leslie Hepple— sirve como un término paraguas, que encapsula la interacción de temas globales y regionales con estructuras económicas y locales".

OLACYR DE MORAES: "EL REY DE LA SOJA" EN BRASIL

En Río Grande del Sur, Olacyr de Moraes, con 110.000 hectáreas plantadas de soja, amplía su frontera agrícola en la provincia de Santa Cruz de la Sierra, donde cerca de la frontera política de Bolivia-Brasil, compró, en una etapa, más de 7.000 hectáreas para nuevas inversiones. Moraes considera haber encontrado en ellas, un nuevo paraíso para las inversiones agrícolas destinadas a la exportación: impuesto cero, tierras fértiles y fletes más baratos. El acuerdo se realizó luego de las conversaciones entre el presidente de Bolivia doctor Paz Zamora y Moraes en agosto de 1990.

Las primeras plantaciones de cierta cultura de la soja, respondió con un 80% mayor de productividad que las plantaciones de Moraes en tierras brasileñas.

ADEMAS DE SOJA, CHOCOLATE

La zona platense de Bolivia, está ofreciendo otras grandes posibilidades de producción.

El ex diputado Adhemar de Barros, empresario además dedicado a exportar sus chocolates "Lacta", también ha comprado tierras en el departamento de Santa Cruz, instalando una fábrica (2 millones de dólares) para exportar a mercados internacionales su producto, desde Bolivia.

A la par que brasileños, están invirtiendo en Bolivia empresarios peruanos, argentinos y norteamericanos. En 1991, las inversiones de este tipo superaron los 800 millones de dólares.

Paralelamente las exportaciones bolivianas, además de subir un 65%, se fueron diversificando con rapidez. Como punto de referencia, en 1990 Bolivia vendió una lista de 97 productos, recordando que por una centuria su pauta de exportaciones se restringía, casi exclusivamente, a estaño, zinc y petróleo. Causa mayor impacto, recordar que en 1985, este país sufría el séptimo índice de inflación en la historia de la humanidad: 23.700%. Actualmente la inflación está prácticamente estabilizada desde 1986.

EL ORIENTE BOLIVIANO Y LA HIDROVIA

Cuando se comenzó a perfilar el Mercosur, aunque en base a las pautas establecidas anteriormente por Argentina y Brasil, no alcanzamos a comprender por qué Bolivia no había sido invitada a participar. Se determinó como obstáculo que ese país era parte de otro sistema de integración latinoamericano. Una contradicción en el discurso integracionista: hablamos de América Latina como mercado común, y vamos mutilando piezas claves de unificación.

En este caso particular, Bolivia se presenta como actor en una obra de infraestructura fluvial importante y por otro, su frontera económica no integra el Mercosur, considerando que el área del oriente boliviano, está "volcada" a la Cuenca del Plata y que significa alrededor de un 70% del valor de producción del país. El centro floreciente boliviano es Santa Cruz de la Sierra. Proyectos agropecuarios e industriales; construcciones civiles (carreteras, puentes) codiciados por empresas brasileñas como el grupo Silva, Odebrecht, Mendes Junior, manejan cifras de inversión hasta 1993 de 762 millones de dólares. Osvaldo Monasterio —el mayor ganadero de Santa Cruz— señala que en "Bolivia hay espacio para todos", anunciando una inversión de 6 millones de dólares en un frigorífico para exportar carne al mundo entero. El yugoslavo (?) Silvio Marinkovic refina óleo de soja para la exportación, facturando en 1991: 8 millones de dólares.

Sostenemos que en economía no existen "milagros". Todo es producto de un buen analizar y resolver. En el caso boliviano, cuando el país llegaba en 1985 al fin de un túnel sin salida, la administración Paz Estenssoro acabó con el subsidio a la mineralización del estaño, liberó totalmente el mercado de cambio, simplificó la cobranza de impuestos y decretó una moratoria de la deuda externa, colaborando en esta política económica el economista de Harvard Jeffrey Sachs.

El segundo tiempo se produjo con la actual administración Paz Zamora. Aprovechando la estabilidad heredada, dictó una nueva "Ley de Inversiones" que sedujo a capitales extranjeros.

Al desnacionalizar el subsuelo y la exploración de petróleo (Ley de Minería), admitió la creación de capitales mixtos de empresas bolivianas con Texaco, Shell y Esso, para explotar petróleo en diversas áreas del país. Luchó contra el narcotráfico que "gobernaba" Bolivia, proponiendo Paz Zamora una solución diplomática: cambio de coca por desarrollo. Al reducir las plantaciones en un 80% (el resto para fines medicinales), obtuvo a "fondo perdido" en 1990, 120 millones de dólares además de programas de cooperación de Europa y EEUU.

Por último, firmó un acuerdo por el cual Bolivia tiene taxación cero en las exportaciones de cualquier producto, con excepción de caña y soja. De Europa, Bolivia obtuvo en 1991 una cooperación económica y social de 200 millones de dólares, además de exportar con impuesto cero.

No puede marginarse en esta positiva evolución la actitud política del ex presidente Banzer que en "acuerdo patriótico" facilitó en la segunda ronda asumir la presidencia a Paz Zamora, asegurando la estabilidad política de Bolivia, que tenía acostumbrada a América Latina a más golpes de Estado que suma de años de vida democrática.

Carta de Canela ameniza críticas aos países ricos

□ Consenso antecipa final da reunião. Presidentes do Cone Sul reivindicam novas linhas de crédito para combater efeitos da poluição na região

Os presidentes dos quatro países que integram o Cone Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e o ministro de Relações Exteriores do Chile, Enrique Silva Cimma, assinaram ontem às 17h o documento de Canela, que unifica o discurso da região com relação aos problemas ambientais e fortalece a posição conjunta que o Cone Sul deverá defender na Conferência das Nações Unidas (Rio-92), em junho próximo. Com isso, o Encontro de Canela, encerrado ontem, cumpriu sua função primordial. O Cone Sul chegará à reunião preparatória da Rio-92, programada para o dia 2 de abril, em Nova Iorque, com várias reivindicações e exigências, ainda que tenha preferido evitar as acusações frontais aos países do Primeiro Mundo. De qualquer maneira, o documento divulgado pelos quatro presidentes e pelo chanceler chileno atribui a responsabilidade quase exclusiva de dois dos principais problemas ecológicos mundiais - o efeito estufa e a destruição da camada de ozônio - aos países ricos.

O documento tem 11 páginas, e está dividido em duas partes: a Declaração de Canela, onde os presidentes insistem na abertura de novas linhas de crédito para os países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que reafirmam sua disposição em criar mecanismos capazes de promover o desenvolvimento econômico sem que isso prejudique o meio ambiente; e as posições conjuntas que pretendem defender na Conferência do Rio-92. Ao todo, são dez os temas abordados: proteção da atmosfera; diversidade biológica; degradação dos solos e desertificação; florestas; recursos hídricos; meio marinho; resíduos tóxicos; assentamentos humanos; recursos financeiros e fortalecimento institucional.

ATMOSFERA — No documento conjunto, os presidentes salientam que é preciso estabilizar a concentração atmosférica de gases de efeito estufa. Para tanto, sugerem o controle, a limitação e a redução das emissões desses gases mediante acordo internacional, com base em parâmetros que assegurem o aumento da oferta de energia nos países em desenvolvimento.

Os presidentes retificaram a proposta de que deve haver uma maior cooperação dos países em desenvolvimento.

COOPERAÇÃO — Ainda que não critique claramente, a posição dos países mais ricos — que têm adotado uma postura cautelosa noque se refere à ajuda econômica — o documento deixa bastante claro a importância de uma postura mais ágil por parte daqueles países. "A comunidade internacional compreendeu que a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais não se opõem ao progresso material e ao desenvolvimento econômico. Ao contrário, são conceitos complementares porque não é possível manter a produção de bens se não se protegem os recursos naturais". Com isso, o documento não deixa de endereçar aos países mais desenvolvidos um recado direito: existe uma grande disposição de equilibrar as frentes de desenvolvimento com uma política de controle ambiental rígida. Mas, para que isso ocorra, são necessários financiamentos capazes de dotar esses países de tecnologia mais avançada.

OBJETIVIDADE — Para o presidente Fernando Collor o documento é muito objetivo, podendo mesmo ser considerado histórico, uma vez que servirá para nortear a voz comum da América Latina em junho próximo. Enquanto saía do Salão, atropelado pela imprensa, o presidente Collor afirmou que o documento trata do assunto desde a sua origem, não limitando-se apenas aos efeitos nefastos da devastação ambiental. O presidente Collor custou a deixar o salão envolvido por um batalhão de seguranças que impediram a imprensa de aproximar-se. Conforme o secretário de imprensa da Presidência, Cláudio Humberto, o presidente e comitiva deverão sair de Canela hoje, às 12h05min direto de Canoas. De lá, ele segue para Brasília. Ontem, Collor participou de um jantar de encerramento no Hotel Continental, oferecido pelo governador Alceu Collares.

CHUVA ÁCIDA — Já o governador Collares garantiu após a cerimônia de assinatura do Documento de Canela que assumiu o compromisso de agilizar o monitoramento que está sendo feito na área de Candiota II para comprovar a existência ou não da chuva ácida naquela região. "É muito importante que tenhamos logo esse resultado, porque só com ele é que poderemos saber se as denúncias procedem", comentou Collares. O governador aproveitou o encontro, para falar do interesse do Rio Grande do Sul em ter um gasoduto ligado àquele país. Para isso, "pedi sinal verde ao presidente Menem", revelou.

Não foi pouca a confusão criada entre a assinatura do Documento de Canela pelos presidentes e a entrega de cópia do material à imprensa. Depois da assinatura, as portas foram abertas e os jornalistas puderam cobrir o encerramento do ato. A confusão ficou por conta de umas cópias que estavam sobre as cadeiras e mesas. Sem saber que aquele não era o documento final — já que os presidentes fizeram algumas correções — alguns jornalistas chegaram a passar por fax o documento para seus jornais. Mais tarde, foi avisado que seria entregue um outro, com a redação final já corrigida.

Entre as alterações, a introdução de dois novos pontos. O que trata dos efeitos nocivos sobre a camada de ozônio e da poluição transfronteiriça do ar; e o relacionado à criação de uma legislação unificada tratando de crimes ambientais. Itens que, provavelmente, tenham sido sugeridos pelo Uruguai, considerando que foi o único país a não trazer uma proposta por escrito. Durante toda a semana, o ministro de Relações Exteriores do Uruguai, Héctor Gros Espiell, defendeu esses dois pontos em entrevistas à imprensa.



Cerco: *Collor demorou a deixar o salão devido ao assédio da imprensa*

Uma declaração que unifica o discurso do Cone Sul

Esta é a íntegra da "Declaração de Canela dos Presidentes dos países do Cone Sul com vistas à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento":

1. A crise ambiental ameaça a sobrevivência na Terra. Vivemos em um ecossistema cujo equilíbrio é essencial para toda a humanidade. A proteção do meio ambiente e a conservação racional dos recursos naturais exigem o firme compromisso de todos os Estados do mundo para a realização de um esforço coordenado que assegure às gerações futuras a subsistência das condições que tornam possível a vida em nosso planeta.

2. Assumimos integralmente essa responsabilidade comum, conscientes de que a participação para sua realização é diferenciada, porque são distintas tanto a contribuição para a geração dos problemas ambientais como a disponibilidade de recursos financeiros e tecnológicos. O esforço que deverão realizar os países em desenvolvimento requer recursos financeiros novos, adicionais, contínuos e em condições especialmente favoráveis e a transferência de tecnologia ambientalmente saudável nas condições mais convenientes, de acordo com as diferentes capacidades dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento.

3. O desenvolvimento deve estar no centro das ações destinadas a reverter o processo de degradação do meio ambiente. Tais ações devem enfrentar não apenas os sintomas mas fundamentalmente as causas dos problemas. Para atingir plenamente seus objetivos, os programas ambientais multilaterais têm de definir adequadamente as responsabilidades, respeitar as soberanias nacionais no quadro do Direito Internacional e tornar realidade uma interdependência que garanta benefícios equitativos às partes.

4. Convencidos da necessidade de agir conjuntamente, é estéril limitar-se a atribuir responsabilidades pelos danos causados ao meio ambiente no passado, sem recolher das experiências vividas uma lição exemplar. É imprescindível acordar imediatamente fórmulas solidárias que impeçam a reiteração de condutas depredatórias, banam para sempre as atitudes egoístas e displicentes, e assegurem que os projetos mantenham avaliações adequadas do seu impacto ambiental.

5. A comunidade internacional compreendeu que a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais não se opõem ao progresso material e ao desenvolvimento econômico. Ao contrário, são conceitos complementares ~~porque não é possível~~ manter a produção de bens se não se protegem os recursos naturais. É necessário um sistema renovado de cooperação internacional para que a um planeta ambientalmente sadio corresponda um mundo social e economicamente justo. É imprescindível um crescimento qualitativo, um desenvolvimento sustentável que satisfaça as necessidades das gerações atuais sem comprometer as opções das futuras. O esforço da comunidade internacional deve visar, não à recriminação, mas à adoção de meios para o desenvolvimento sustentável.

6. Reafirmamos a importância da educação e da formação de uma consciência e de uma responsabilidade públicas no que se refere a todos os problemas do meio ambiente. A participação da comunidade, das forças vivas da sociedade, da juventude, das organizações não-governamentais e dos meios de comunicação social deve ser incentivada a fim de aumentar o conhecimento e a prática de padrões de conduta ambientalmente saudáveis.

7. O fortalecimento das infra-estruturas científicas e tecnológicas nos países em desenvolvimento, e a cooperação dos países desenvolvidos para difundir e transferir tecnologias que sejam ambientalmente as mais saudáveis, modernas e adequadas, são parte essencial desta tarefa solidária para a defesa e proteção do meio ambiente.

8. Os entendimentos para atingir os objetivos propostos requerem também a elaboração, o desenvolvimento progressivo e a gradual codificação do direito internacional ambiental. Além das leis que cada Estado aprove, será necessário acordar e aperfeiçoar instrumentos jurídicos internacionais que contemplem a integridade dos recursos, os recursos pertencentes a mais de um Estado e as inter-relações dos atos que os afetem. Esses instrumentos internacionais também devem incluir, entre outros dispositivos, os que permitam estabelecer sistemas de observação ambiental e de cooperação permanente diante das alterações climáticas, da deterioração da camada de ozônio, dos desgastes naturais e outros riscos ambientais. A Conferência do Rio deve decidir a elaboração de uma Convenção codificadora do Direito Internacional Ambiental, que estipule os princípios, determine os deveres dos Estados, das pessoas físicas e jurídicas, defina a responsabilidade internacional nesse contexto e estabeleça a maneira de tornar efetiva essa responsabilidade, para condenar as condutas ambientalmente ilícitas.

9. Consideramos que a economia de mercado dispõe de mecanismos que, eficientemente empregados, podem estimular condutas ambientais racionais e desestimular aquelas que a pesquisa científica qualifique como nocivas. No entanto, as forças de mercado, por si sós, não são suficientes para estabelecer o desenvolvimento sustentável. As transações comerciais devem incluir os custos ambientais causados nas etapas produtivas sem transferi-los a gerações futuras. Reafirmamos nosso repúdio à manutenção de sistemas de subsídios que não só desvirtuam a produção e deformam as condições do mercado, mas também tendem a validar práticas depredatórias dos recursos naturais.

10. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento tem a mais alta prioridade. A Conferência do Rio é uma oportunidade histórica, única e que não podemos perder, para iniciar uma nova etapa de cooperação internacional que se traduza na intensificação da transferência de recursos financeiros e de tecnologia. Unidos aos demais países da América Latina e do Caribe, com os quais adotamos, em março de 1991, a Plataforma de Tlatelolco, procuraremos assentar no Rio de Janeiro as bases sólidas de um acordo internacional que conduza todos os Estados, sem exceção, ao desenvolvimento sustentável e à ação conjunta para a defesa do meio ambiente.

11. Afirmamos nossa vontade de manter contato permanente entre nossos Governos sobre meio ambiente e desenvolvimento, antes e depois da Conferência do Rio e, pelos meios mais adequados, para organizar e conduzir nossa atuação comum na matéria. Em particular, nesses contatos será analisada a viabilidade técnica e econômica de estabelecer, com o apoio dos organismos internacionais pertinentes, uma rede regional de observação do ozônio estratosférico, que permita acompanhar, com a precisão necessária, as alterações produzidas na camada de ozônio.

12. A Reunião de Canela dos Presidentes dos Países do Cone Sul e a Reunião de Manaus dos Presidentes dos Países Amazônicos, ambas realizadas a convite do Governo do Brasil, demonstram claramente a vontade política dos países da América do Sul de estabelecer posições comuns para o êxito da Conferência do Rio.

Canela, 20 de fevereiro de 1992.

As exigências e reivindicações da região

Junto com a Declaração de Canela, os quatro presidentes e o chanceler chileno divulgaram também uma **Posição Conjunta dos Países do Cone Sul para a Rio-92**. O documento tem sete páginas e dez itens, e nele os países da região atribuem ao Primeiro Mundo a responsabilidade por dois dos principais problemas ecológicos mundiais: o efeito estufa e a destruição da camada de ozônio. Ao mesmo tempo, reivindicam novas linhas de crédito para que os países em desenvolvimento possam "cumprir com sua obrigação de proteger o meio ambiente". A seguir um resumo da **Posição Conjunta**.

I. Proteção da Atmosfera

1. Assinatura de um acordo internacional que estabilize a concentração atmosférica de gases de efeito estufa.
2. Os principais responsáveis pelo efeito estufa são os países desenvolvidos.
3. Os países desenvolvidos devem tomar medidas para reverter a deteriorização da camada de ozônio.
4. Adoção de medidas que promovam o uso mais racional de combustíveis fósseis.

II. Diversidade Biológica

1. Promover a conservação e uso racional da diversidade biológica.
2. Reconhecer os direitos patrimoniais dos países sobre seus recursos naturais, sobre os quais exercem sua soberania nacional.
3. Reconhecer a existência de uma relação intrínseca entre diversidade biológica e biotecnologia, à qual todos os países devem ter acesso.
4. A biotecnologia deve ser aplicada na conservação e utilização do germoplasma para uso agrícola.

III. Degradação dos Solos e Desertificação

1. Adoção de medidas urgentes para prevenção e reversão do processo de degradação dos solos e de desertificação.
2. Formulação de uma estratégia do uso da terra em função de sua configuração ambiental e seu potencial de desenvolvimento.

IV. Florestas

1. O aproveitamento econômico dos recursos florestais é um direito soberano dos Estados e pode e deve ser compatibilizado com a proteção do meio ambiente.
2. As políticas florestais devem levar em conta que a floresta é habitat de populações humanas, que dela dependem para seu sustento.

V. Recursos Hídricos

1. A gestão racional dos recursos hídricos é fundamental para a conservação dos ecossistemas e a promoção do desenvolvimento humano.
2. A gestão integrada dos recursos hídricos é essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável.

VI. O Meio Marinho

1. A saúde dos oceanos deve ser preocupação constante da comunidade internacional.
2. As atividades pesqueiras devem ser realizadas de acordo com práticas sustentáveis e ecologicamente compatíveis com a utilização racional dos recursos hidrobiológicos.

VII. Resíduos Tóxicos e Perigosos

1. O controle do movimento transfronteiriço de resíduos tóxicos deve ser legislado pela Convenção de Basiléia (que em breve entrará em vigor).
2. Proibição total do depósito de resíduos perigosos, tóxicos e radioativos nos oceanos.
3. Os estados envolvidos na exportação de resíduos perigosos devem assumir a gestão ambientalmente saudável de tais resíduos.
4. Os resíduos devem ser depositados ou eliminados de maneira ambientalmente saudável o mais próximo possível do local de sua produção.

VIII. Assentamentos Humanos

1. Prioridade para os problemas relacionados com os serviços básicos (abastecimento de água potável, manejo de resíduos domésticos e industriais, habitação, segurança urbana, energia, transporte e educação).
2. Cooperação internacional para eliminação da pobreza.
3. Maior atenção aos assentamentos rurais.

IX. Recursos Financeiros e Comércio Internacional

1. Os recursos atualmente utilizados para promover o protecionismo devem ser destinados a políticas mais compatíveis com o desenvolvimento sustentável.
2. As normas de proteção ambiental não devem se transformar em práticas discriminatórias ou barreiras comerciais dissimuladas.
3. São necessários novos fluxos de recursos financeiros para que os países em desenvolvimento possam cumprir sua obrigação de proteger o meio ambiente.
4. As fontes de financiamento existentes, inclusive a **Global Environment Facility**, são inadequadas e limitadas para o cumprimento dos compromissos sobre meio ambiente.

X. Fortalecimento Institucional

1. É fundamental conjugar as políticas e planos econômicos com as estratégias de proteção ao meio ambiente.
2. As ações de natureza econômica e ambiental devem refletir-se tanto no nível dos países quanto no plano das organizações internacionais.
3. As Nações Unidas devem possuir mecanismos mais eficientes e fortes para cumprir as decisões referentes ao desenvolvimento sustentável que resultarão da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
4. O planejamento e a execução das ações programáticas das Nações Unidas devem ser feitos com a plena participação dos países em desenvolvimento.



Carlos Menem (e) e Andrés Rodrigues



Luiz Alberto Lacalle (e) e o ministro Enrique Cimma

Participam da cobertura do encontro dos presidentes do Cone Sul, em Canela, os repórteres Eliana Ferrari Dutra e Hamilton Almeida, e os fotógrafos Fernando Gomes e Valdir Friolin

Nº. D[illegible]
TIT[illegible]
P[illegible]
FEC: 23/2/92
VINCU[illegible]

Presidentes del cono Sur

"[illegible]acciones comerciales [illegible]ben incluir costos ambientales"

Los [illegible] de Brasil, Fernando Collor de Mello; de Argentina, Carlos Menem; de Paraguay, Andrés Rodríguez y de nuestro país, Luis Alberto Lacalle, el canciller de Chile, Enrique Silva Cimma suscribieron, el jueves la "declaración de Canela", en la que se establece una serie de acciones conjuntas sobre medio ambiente y una posición común de cara a la cumbre mundial Eco-92.

La declaración, que recoge la iniciativa [illegible] de emprender negociaciones para la elaboración de una convención internacional que establezca penas [illegible] para quienes agredan el medio [illegible] establece como objetivo el desarrollo progresivo y la paulatina codificación del Derecho Internacional Ambiental. De acuerdo con el documento presidencial aprobado, "el desarrollo debe situarse en el centro de las acciones destinadas a revertir el proceso de degradación del medio ambiente", debiendo estas acciones "encarar no solo los síntomas, sino fundamentalmente las causas de estos problemas".

Según los presidentes del cono Sur americano, "la economía de mercado dispone de mecanismos que, eficientemente empleados, pueden estimular conductas ambientales racionales y desalentar aquellas que la investigación científica califique como nocivas", aunque admiten que "las fuerzas del mercado, por sí solas, no son suficientes para el establecimiento del desarrollo sustentable. Las transacciones comerciales deben incluir los costos ambientales causados en las etapas productivas sin transferirlos a generaciones futuras".

El documento, que [illegible]á a los países signatarios en las [illegible]iaciones previas a la conferencia de [illegible]ío, establece también que la reunión realizada el jueves en Canela y la celebrada en Manaos por los presidentes de los países amazónicos "atestiguan claramente la voluntad política de los países de América del Sur de establecer posiciones comunes para el éxito" de la cumbre de junio en al ciudad carioca.

De acuerdo con una resolución adoptada en Canela, los ministros de Salud Pública de Argentina, Brasil, Chile, Bolivia, Paraguay, Perú y Uruguay, se reunirán urgentemente en Buenos Aires, para establecer una acción conjunta contra la epidemia de cólera.

"POCO LEGIBLE"

Reclamos de las Asambleas Técnico Docentes

Exhortó a que "se respeten las decisiones de las Asambleas Técnico Docentes (ATD) y que se espere a lo que estas resuelvan", uno de los miembros de la Sala de Docentes de Ciencias de la Educación del Instituto Normal de Montevideo al ser consultado por GUIA.

La Sala, convocada por la dirección e inspección del área para ser informada sobre la marcha de los trabajos vinculados a la reforma curricular, ocasión en la que le fue solicitada su participación en la elaboración de los programas, había formulado una declaración de rechazo a los planteos formulados por las jerarquías. "No están claros los aspectos técnicos referidos a la eventual experiencia piloto a proyectarse por el CODICEN", se dice, añadiéndose que "las ATD de los Institutos de Formación Docente de todo el país han sentado posición sobre aspectos medulares del proyecto y esas observaciones no han sido tenidas en cuenta" (ver GUIA 730).

Monopolio es incompatible con Mercosur

6/2/92

Por Hermann R. Lelo [illegible]

Nuevamente comenzamos con las discusiones bizantinas. ¿Están o no están vigentes los monopolios estatales luego de la firma del Tratado de Asunción, constitutivo del MERCOSUR?

Curiosamente, los mismos que entre bomb[illegible]platillos, con solemnes y acaran[illegible]s palabras de "integración", "hermandad latinoamericana", "un sueño hecho realidad", y que con lágrimas en los ojos y la imagen de Artigas en su corazón alzaron su mano para votar la ratificación del Tratado, hoy son los que se preguntan qué es lo que hicieron.

Pues bien, esto es lo que unos firmaron y otros ratificaron:

"Los Estados Parte deciden constituir un Mercado Común, que deberá estar conformado al 31 de Diciembre de 1994, el que se denominará "Mercado Común del Sur" (Mercosur).

"Este Mercado común implica:

La libre circulación de bienes, servicios y factores productivos entre los países, a través, entre otros, de la eliminación de los derechos aduaneros y restricciones no arancelarias a la circulación de mercaderías y de cualquier otra medi[illegible]equivalente". (...)

"L[illegible] coordinación de políticas macroeconómicas y sectoriales entre los Estados Parte: de comercio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetaria, cambiaria y de capitales, de servicios, aduanera, de transportes y comunicaciones y otras que se acuerden, a fin de asegurar condiciones adecuadas de competencia entre los Estados Parte;

"El compromiso de los Estados Parte de armonizar sus legislaciones en las áreas pertinentes, para lograr el fortalecimientos del proceso de integración".

Este es el texto parcial del artículo primero del Tratado, ratificado por ley 16.196 de 22 de Julio de 1991.

A partir de estos textos pueden inmediatamente hacerse dos afirmaciones:

1.- Es absolutamente incompatible la existencia de un monopolio con la "libre circulación". Por definición, el monopolio implica una ausencia de libertad. Precisamente por ello es que la Constitución de la República prevé en su artículo 85 nral. 17 que es competencia de la Asamblea General "conceder monopolios, requiriéndose para ello dos tercios de votos del total de componentes de cada Cámara. Para instituirlos en favor del Estado o los Gobiernos Departamentales, se requerirá la mayoría absoluta de votos del total de componentes de cada Cámara".

2.- El Estado uruguayo se obligó a tomar todas las medidas necesarias para hacer realidad la libre circulación. Obviamente, ello implica la supresión de todos los monopolios.

El único problema es saber si ya están derogados, o por el contrario, se requiere una ley especial para ello.

Pero vayamos por partes.

En primer lugar, el problema se circunscribe únicamente a la fecha de derogación de los monopolios: esto es, si ya están derogados, o si se derogarán antes del 31 de diciembre de 1994. Más allá de esta fecha no hay problema, puesto que al lograr plena vigencia la libre circulación, los monopolios automáticamente (si ya no lo hicieron antes) quedarán sin efecto.

En consecuencia, sea ahora, ya, o para el 31/12/94 en el Uruguay no existirán monopolios.

Pensar de otra manera implica necesariamente o estrellarse contra los clarísimos enunciados del tratado o que el Estado uruguayo viole ese tratado, lo que no sería nada cómodo para ningún funcionario oriental en Brasilia o Buenos Aires... Pero éste es otro tema.

Ah! Si pudiera saberse que al presentar a la ratificación el tratado, el gobierno supiera perfectamente que ello implicaba de un plumazo deshacer toda una estructura estatal, este gobierno merece -a no dudarlo- la calificación de genial agudeza política, pues realmente estamos ante un golpe maestro.

Nada menos que lograr que el Parlamento, SIN DISCUSION, EN UNA UNICA LEY, SIN DARSE CUENTA votara entre aplausos la revolución de todo el sistema de la economía pública nacional que durante más de sesenta años tuviera el Uruguay, (un tema tabú, absolutamente intocable, como meter las manos en un hormiguero...), es algo digno de un Bonaparte,... o de un Batlle y Ordóñez.

Pero queda una duda de si realmente ALGUIEN sabía qué estaba haciendo..., o también la duda de si el Dr. Lacalle no ha superado a su legendario abuelo...

En fin, ello, ahora, es para interés de los historiadores. Las cartas están echadas, y hay que seguir el juego.

Así circunscripto, queda entonces únicamente saber si ya lo han hecho o será después (y antes del 31/12/94) que desaparecerán los viejos monopolios uruguayos, cosa que es absolutamente secundaria frente al hecho cierto, expreso, positivo, de su efectiva supresión y con ello de un modelo de Estado.

En el fondo, desde un punto de vista estrictamente jurídico, la solución es dudosa, y existen argumentos a favor de ambas interpretaciones. No obstante, y evitando disquisiciones que interesarían solamente a los especialistas, y teniendo en cuenta que los tratados son fuente de derecho administrativo, considero que ya se encuentran derogados de pleno derecho los monopolios estatales, pero con un plazo: el 31 de diciembre de 1994. Ello es así por cuanto ésa es la fecha de la plena vigencia ("deberá estar conformado", dice el acápite del artículo 1º) del Mercosur. En consecuencia, no es necesario el dictado de ninguna ley para ello, puesto que el texto del tratado es lo suficientemente claro; pero la plenitud de los efectos, esto es, la desaparición en los hechos de los monopolios, se producirá el último día de 1994.

Los efectos, muy sencillos. En todos estos campos económicos, el [illegible] BRASILEÑOS Y ARGENTINOS: alcoholes y combustibles (ANCAP), suministro de energía eléctrica (UTE), producción y distribución de gas por cañería (Cía. del Gas), seguros (BSE), [illegible] sobre bienes de terceros de títulos, bonos y obligaciones hipotecarias (BHU), faena de lobos marinos y pesca en lagunas fiscales, servicios portuarios (ANP), teléfonos (ANTEL), transporte ferroviario (AFE), etc. Ello, como es obvio, implica -por ejemplo- que PETROBRÁS u otra pueda vender su propia nafta en sus propias estaciones de servicio y con los precios que desee, en todo el territorio nacional. También, que cualquier banco brasileño pueda emitir títulos hipotecarios sobre bienes de orientales; también que sean brasileños quienes puedan pescar en las lagunas fiscales, faenar lobos marinos, instalar destilerías de caña, etc. También que cualquier empresa brasileña o argentina venda seguros libremente (todo tipo de seguros), etc.

Y hay más consecuencias: es innecesario todo el actual debate sobre la reforma del puerto de Montevideo, ya que desde 1995, la ANP no tendrá monopolio alguno... También se terminaron las restricciones en materia de aeronavegación: el monopolio de los servicios aéreos internos, actualmente a favor de empresas nacionales (públicas o privadas) previsto en el artículo [illegible] del Código Aeronáutico también ha dejado de existir.

La actitud que el Estado asuma será decisiva. Queríamos integración: tenemos integración. Queda entonces el campo abierto a la profusa serie de actuaciones administrativas que se necesitan tendientes a hacer posible esa integración, y a paliar sus efectos negativos en el corto plazo.

Lo que ya no puede caber es la bizantina discusión sobre los monopolios, puesto que ellos están siendo inhumados. Si se los quiere mantener existe un único camino: repudiar el Tratado de Asunción. [illegible]

Dr. Hermann R. [illegible]
Prof. Adjunto de [illegible]

9204061

urante cinco días se corrió el riesgo que todo país del mundo se acogiese a rebaja arancelaria

iravísima imprevisión en Tratado del Mercosur obligó a los países socios a ingresarlo a Aladi

No se previó la cláusula 24 del GATT

■ La no entrada en vigencia de la uja arancelaria acordada en el Trata le Asunción se debió a una gravísima revisión de los países signatarios al ener en cuenta la cláusula 24 del GATT y durante cinco días que estuvo en vigencia —antes de ingresarlo como acuerdo parcial en la Aladi— los cuatro países corrieron el riesgo de que cualquier estado del mundo se acogiera a la rebaja arancelaria, revelaron a LA REPUBLICA calificados voceros diplomáticos del Mercosur.

Fuentes diplomáticas altamente calificadas de los países signatarios del Tratado de Asunción, revelaron a LA REPUBLICA que, "si nosotros hubiéramos hecho este acuerdo cuatripartito y nada más, como nosotros somos parte del GATT y en el GATT hay una cláusula, la número 24 que habla de la nación más favorecida, dice esa cláusula internacional que todas las concesiones que usted le dé a otro país, se las debe dar al mundo. Pero hay una cláusula del GATT que establece posibilidades para los países subdesarrollados, esto es un 'waiter' que lo tiene Aladi. Entonces, tuvimos que transformar el acuerdo de Asunción en un acuerdo de alcance parcial, inscribirlo en Aladi, así ningún país del mundo nos lo puede pedir porque Aladi tiene un 'waiter', tiene un perdón", señaló nuestro informante.

"Inclusive más, esto no se puede decir, pero corrimos riesgo cinco días de que se nos presentara cualquier país del mundo y nos dijera 'quiero las concesiones'. Corrimos riesgo porque había algunas pequeñas diferencias que las estuvimos negociando hasta el viernes a la tarde entre los países signatarios del Mercosur para inscribirlo en Aladi. Porque ahora nos enfrentamos a que usted particular acuda a la Corte Suprema de Uruguay y se va a encontrar con dos leyes, porque el Tratado de Asunción es ley y el Tratado de Montevideo es ley, entonces hemos hecho que sean casi similares. Lo que pasa es que también tuvimos un problema al inscribirlo en Aladi, porque nosotros queremos que pase un tiempo, consolidar el Mercosur, y cuando usted inscribe un acuerdo en Aladi queda abierto a que todos los países de Aladi se presenten y digan que quieren ser socios. Tuvimos que agregar una cláusula por la cual cualquiera puede entrar pero le va a costar un tiempo más. Sí esta abierto a Chile, cuando lo desee lo puede hacer. Los que pertenecen a otros grupos subregionales también pueden entrar, porque el Tratado de Montevideo no deja que se les impida la entrada. Ese tiempo más fue aclarado por la fuente, diciendo que "en realidad es necesario el consenso de los países partes y la reforma del Tratado de Asunción, que requiere aprobación por los parlamentos de los países".

INTERNACIONAL SOCIALISTA

Prioridad: América Latina

La Internacional Socialista (IS) celebró en Santiago de Chile -los días 26 y 27 de noviembre- una reunión de su Consejo, a invitación del Partido Radical de aquel país.

La situación de América Latina y el Caribe fue uno de los principales temas de debate, junto a la difícil transición en Europa oriental y las negociaciones de paz en el Medio Oriente. El tema ambiental también fue tratado, quedando definida la posición que la IS defenderá en la conferencia de 1992 en Río de Janeiro.

Al encuentro asistieron, entre otras personalidades, el dirigente italiano Bettino Craxi, el gobernador de Río de Janeiro Leonel Brizola, el ex vicepremier de España Alfonso Guerra, la diputada y ex ministra de medio ambiente de Suecia Birgitta Dahl, el dirigente dominicano Francisco Peña Gómez, el ex presidente argentino Raúl Alfonsín y el senador uruguayo Hugo Batalla. Aylwin pronunció un discurso de bienvenida a los dirigentes visitantes resaltando la importancia de la IS en el mundo actual y el papel que junto a su propia corriente ideológica, la democracia cristiana, desempeñó en la reconstrucción de la Europa de post guerra. "Ambas tienen por base el humanismo", afirmó el jefe de estado chileno.

Por su parte Leonel Brizola, que fue el otro orador de la solemnidad en su condición de vicepresidente de la IS, le rindió un emocionado homenaje a Salvador Allende, resaltando su alto idealismo y relatando algunas de las muestras de solidaridad que de él habían recibido los exiliados brasileños y él personalmente.

Entre las resoluciones adoptadas sobre América Latina, el Consejo de la IS se pronunció sobre las negociaciones de paz de El Salvador, expresando su apoyo a la Comisión para la consolidación de la paz (Copaz), afirmando que "aún quedan graves problemas por resolver para pacificar, democratizar, humanizar y desmilitarizar a la sociedad salvadoreña" y rindió homenaje a los dos líderes históricos del Movimiento Nacional Revolucionario (MNR), Héctor Oquelí y Guillermo Ungo.

En su resolución sobre el medio ambiente, "Una responsabilidad para todos", la IS adoptó por unanimidad el informe que había sido aprobado en la reunión de Río de Janeiro. En él, la IS reconoce que "es imposible para los países en desarrollo el pago de su deuda externa. De otra forma, esos países continuarían exportando sus propias divisas, proceso que les impide retomar el desarrollo". Y también reconoce que un desarrollo ambientalmente sano exige tecnología limpia, "que debiera ser proporcionada a los países en desarrollo sobre base no comercial y nuevas reglas de juego en el comercio internacional, que deberían tomar en consideración el valor real de las materias primas". Finalmente, la IS reconoce que "es necesario para los países en desarrollo no ser forzados a cancelar patentes ni *royalties* de productos que fueron obtenidos a partir de sus propias riquezas naturales".



De esta forma, la social democracia, que controla varios gobiernos de Europa, hizo suyos varios postulados de países del Sur en el debate previo a la Conferencia de Medio Ambiente y Desarrollo que se realizará en Río en junio de 1992.

Desde el Islam, con furor

Alarma en Occidente por el pulso de Libia a la ONU, los enfrentamientos entre palestinos y el auge de Irán

JULIO ALGAÑARAZ

NO se debe repetir aquella historia de 1984, cuando el coronel libio Muamar el Gadafi respondió a los bombardeos norteamericanos sobre Trípoli lanzando un misil contra la isla italiana de Lampedusa. Por un pelo el artefacto no destruyó un centro de observación de la OTAN. Entonces los italianos no quisieron tenerlo en cuenta porque no había pasado nada y Libia es un óptimo socio comercial. Pero ahora, un continuo tráfico terrestre, naval y aéreo agita el sur del país africano ante el inminente vencimiento del ultimátum del 15 de abril acordado por el Consejo de Seguridad de la ONU, que prevé un bloqueo comercial y militar a Libia.

Italia es el país occidental más expuesto a las represalias del coronel si la prueba de fuerza deriva en un choque bélico dentro de unos meses. A la base de la OTAN de Comiso (Sicilia), que albergó los euromisiles Crucero con ojivas nucleares recientemente destruidos, ha llegado una batería de misiles antimisiles Patriot.

Oficialmente están destinados a una casual maniobra en las costas sicilianas organizada por la OTAN entre el 6 y el 20 de mayo, para contrarrestar un ataque desde el sur de un enemigo hipotético. En realidad es una movilización bélica para demostrar al líder libio que el garrote del nuevo orden internacional está listo.

A más tardar el día 15, Gadafi debería entregar a los dos agentes de sus servicios secretos que Gran Bretaña y EE UU *señalan como responsables* del atentado que el 21 de diciembre de 1988 abatió el avión de la compañía aérea Pan Am sobre Lockerbie (Escocia), matando a 270 personas.

Gadafi intenta evitar una humillación y la posibilidad de que los agentes confiesen la implicación de su Gobierno en el atentado, lo que agravaría aún más la situación para el régimen de Trípoli. Pero el escarmiento que el dirigente iraquí, Sadam Husein, sufrió el año pasado en el Golfo y el que George Bush, presidente de EE UU, esté decidido a llegar hasta las últimas consecuencias son datos a tener en cuenta para un político astuto como Gadafi. El coronel aceptó, a fines de la semana pasada, el llamamiento a la prudencia del líder egipcio, Hosni Mubarak, y se puso en manos de los dos diplomáticos más brillantes de El Cairo.



Gadafi necesita no aparecer humillado.



Manifestación de integristas islámicos. El

El ex ministro de Relaciones Exteriores egipcio, Esmat Abdel Meguid, es ahora el secretario general de la Liga Arabe. Una vez que Mubarak consiguió el sí de Gadafi, Meguid escribió a su compatriota Butros Ghali, secretario general de la ONU, confirmándole que Libia aceptaba entregar a los agentes. Escenario: Túnez, con la presencia de representantes de los 21 países de la Liga Arabe y de funcionarios de la ONU.

A cambio, Meguid pidió a Ghali que retrase la aplicación de las sanciones para que Gadafi pueda decir que no ha cedido a la amenaza del garrote norteamericano forrado con la bandera azul de la ONU. La semana que precede al vencimiento del ultimátum ha adquirido así un toque de suspenso.

Sin embargo, si el coronel vuelve a negarse a entregar a los acusados, las bombas norteamericanas, por ahora, no volverán a caer sobre Libia. La decisión del Consejo de Seguridad establece que si después del 15 de abril los dos agentes no han sido extraditados a EEUU o a Gran Bretaña, Libia sufrirá el aislamiento internacional.



Sadam se libró de un segundo castigo.

Francia se ha unido a la operación contra Gadafi porque también tiene una cuenta pendiente con el coronel: París está seguro de que fueron manos libias —tal vez las mismas de la catástrofe de Lockerbie— las que colocaron la bomba que hizo caer sobre Níger un avión francés de pasajeros el 19 de setiembre de 1989. Mu-



El fundamentalismo en el norte de Africa preocupa, sobre todo, a los diplomáticos europeos.



Arafat se enfrenta a disensiones en la OLP.

rieron 170 personas. Según los servicios secretos franceses, Gadafi se vengó con el atentado de la derrota que habían sufrido sus fuerzas en la guerra civil del Chad a manos de las facciones apoyadas por Francia.

Catorce meses después de concluir la guerra del Golfo, los frentes de tormenta en el norte de Africa, Oriente Medio y la zona del Golfo preocupan a los europeos. Si es cierto que Bush ha decidido acabar con las aventuras políticas de Sadam y Gadafi, los diplomáticos europeos ven las cosas de forma distinta. Los vientos del integrismo islámico soplan cada vez más fuerte en el norte de Africa a partir de la situación en Argelia. Gadafi contó a un periodista occidental que un grupo de integristas le pidió que asumiera el papel de Califa para marchar contra Occidente y recuperar, en primer lugar, la España perdida en el siglo XV.

La situación se hace cada vez más precaria. Lo demostró el aterrizaje forzoso del avión en que viajaba desde Sudán a Libia el líder de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yaser Arafat. En las cancillerías europeas todos respiraron más tranquilos al saber que Arafat se había salvado, pero pasarán semanas hasta que se pueda establecer hasta dónde el incidente ha perjudicado o beneficiado al líder palestino.

En los últimos meses, ha crecido la contestación contra Arafat en Al Fatah, grupo que domina el 65 por ciento de la OLP. Además, Arafat debe responder por el apoyo a Sadam durante la crisis del Golfo y que los palestinos están pagando de forma trágica. Expulsados de los estados del golfo Pérsico, los países árabes les han cortado las fuentes de financiación. Y dentro de Al Fatah emergen grupos que piden cuentas a Arafat sobre cómo se emplea el tesoro de la OLP.

Se calcula que el jefe de la organización maneja personalmente el mecanismo económico-financiero de un *holding* de 5.000 millones de dólares que controla empresas y la ayuda a los refugiados palestinos en todo el mundo. Si Arafat hubiera muerto, se hubiera desatado una guerra entre sus herederos por el poder.

Además de luchar contra la intransigencia del Gobierno conservador israelí, la OLP debe hacer frente al movimiento integrista Hammas, que cosecha muchos simpatizantes en los territorios ocupados y contrarresta cada día más el poder de la OLP.

NI GADAFI NI SADAM. La situación es delicada también en el escenario del Golfo. Sadam ha detenido el garrote estadounidense a pocos centímetros del golpe fatal al aceptar la destrucción de los Scud y del centro nuclear de Atheer. Pero Bush necesita más. Quiere librarse de Sadam y de Gadafi lo antes posible y los safaris bélicos podrían resultarle muy útiles en la campaña electoral. Las encuestas indican que son los personajes más odiados por el norteamericano medio.

Manos a la obra. Irak fue acusado de no respetar el acuerdo de cese del fuego con la ONU por haber hecho atravesar el paralelo 36 a baterías de misiles antiaéreos Sam-2 y Sam-3 y por haber hecho levantar vuelo a aviones militares. Inútil la explicación de Bagdad: fueron medidas defensivas tras el ataque de aviones iraníes contra las bases de los opositores al régimen de Teherán. El incidente entre Irán e Irak ha sido muy grave. Se trata del primer choque militar entre los dos países desde que concluyó su guerra en 1988.

Para los estrategas militares occidentales, Irán es hoy una preocupación más importante que Sadam o Gadafi. Según la CIA, los ayatolás alimentan el régimen de Sudán, que alberga bases de extremistas musulmanes y de grupos terroristas. Esta actividad hace temer un enfrentamiento entre Sudán y Egipto, que se siente amenazado. La *lunga manus* de Irán está detrás del atentado a la embajada israelí en Buenos Aires el pasado 17 de marzo, según creen los servicios secretos occidentales.

Peor aún, Irán se convierte en el punto de referencia de las repúblicas islámicas ex soviéticas y está desarrollando un ambicioso programa nuclear para fabricar la bomba atómica, que convertiría al país en la superpotencia del mundo islámico. ■

La República — Lunes 20 de abril de 1992 — (Y) — El Mundo

Siria busca aunar fuerzas del mundo árabe en contra del embargo

Nuevos elementos en el atentado de Lockerbie

● *Según Time habría sido obra de un narcotraficante sirio* ● *Eliahu Ben Elissar, parlamentario israelí, afirmó que además de Libia, Siria y la organización palestina de Ahmed Jibril estarían implicados*

El atentado de 1988 contra un avión de la Pan Am en Lockerbie (Escocia) podría ser obra de un sirio que quería suprimir a seis agentes de la CIA que viajaban a bordo, afirma la revista Time, en la edición que pondrá en venta hoy exculpando tácitamente a los dos libios cuya extradición reclama la ONU.

Nueva York (AFP)

■ El semanario asegura que llegó a sus manos un informe del FBI en Alemania, en el cual se precisa que Monzer Al Jasar, un narcotraficante sirio, pudo haber sido el encargado de colocar la bomba en el Boeing 747 que se aprestaba a despegar de Frankfort y que estalló cuando sobrevolaba Lockerbie (Escocia), matando a 270 personas.

En esa época, Al Jasar cooperaba tanto con la agencia norteamericana de Lucha contra la Droga (DER) como con la rama del Frente de Liberación Popular para Palestina (FPLP) liderada por Hamed Jibril, asegura el rotativo, que llega a esas conclusiones tras cuatro meses de investigaciones.

Al Jasar, escribe Time, tenía un arreglo con la DEA, que le dejaba introducir droga en Estados Unidos a cambio de su colaboración para obtener la liberación de seis rehenes estadounidenses en Líbano.

Pero un equipo de seis agentes de la CIA, conducido por el coronel Charles McKee, llegó a estar al tanto del asunto, juzgándolo enojoso, y regresaba a Washington para presentar un informe al respecto.

En ese momento entra en escena Jibril, que se proponía vengar el disparo del "USS Vincennes" que derribó en aguas del Golfo un airbus iranio, en 1988.

El dirigente palestino solicita la colaboración de Al Jasar que, al saber en peligro sus actividades de narcotraficante, propuso hacer saltar el vuelo 103 de la Pan Am, en el que viajaba el equipo del coronel McKee.

No sólo Libia, sino también Siria, y la organización palestina de Ahmed Jibril, están implicadas en el atentado contra el avión de la Pan Am que en 1988 explotó sobre Lockerbie (Escocia), provocando la muerte de 270 personas.

Esta tesis, ya planteada varias veces en el pasado por portavoces israelíes, fue reiterada ayer por Eliahu Ben Elissar, presidente de la comisión parlamentaria de asuntos exteriores y defensa de Israel.

"Nosotros seguimos pensando que estos tres elementos están implicados en el atentado", dijo Ben Elissar, comentando las informaciones aparecidas en el semanario Time, según las cuales el autor material del atentado fue un traficante de drogas sirio, con el fin de eliminar a agentes de la CIA que viajaban en el aparato de la Pan Am.

En cambio, Ben Elisser expresó reserva sobre la credibilidad del informante de Time, el israelí Yuval Aviv. "Nosotros lo conocemos bien —dijo— nunca fue agente del Mossad y tampoco es una buena fuente".

La posibilidad de que a bordo del avión hubiera agentes de la CIA fue planteada ya en diciembre de 1988 por un diario israelí, The Nation, según el cual entre los pasajeros se hallaban John La Riviere, "jefe de la oficina de Beirut de la CIA", y dos agentes de rango inferior, Mafio Anon y Daniel O'Connor, acreditados en las embajadas de Estados Unidos en Beirut y Túnez. "Eran estos tres —escribía entonces el diario— el real objetivo de los terroristas".

Sobre la real paternidad del atentado, The Nation agregaba que los servicios secretos sirios se valieron de informaciones provenientes de la KGB y de la asistencia técnica del "Frente Popular para la Liberación de Palestina-Comando General de Ahmed Jibril.

OFENSIVA DIPLOMATICA SIRIA

Siria emprendió una ofensiva diplomática destinada a aunar las fuerzas del mundo árabe en contra del embargo impuesto a Libia por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

Trípoli, por su parte, anunció que invitará a salir del país a un gran número de diplomáticos occidentales en respuesta a una ánaloga medida adoptada por los Estados miembro del Consejo de Seguridad.

El presidente sirio, Hafez El Assad, llegó ayer a Riad, primera etapa de un viaje que proseguirá en Al Kuwait y Bahrein— donde comenzó su misión encaminada a recoger el consenso del mundo árabe para formar una fuerza común capaz de enfrentarse al frente occidental.

Según fuentes locales, hoy partirá desde Damasco rumbo a Trípoli el primer vuelo de la aviación siria que romperá el bloqueo impuesto por la ONU sobre la capital norteafricana.

Damasco ha sido —junto a Egipto— el líder árabe del frente anti-iraquí que durante la guerra del Golfo colaboró con los aliados de Estados Unidos contra las fuerzas de Bagdad.

En recientes discursos, Assad atacó con dureza a Estados Unidos, al cual acusó de obstaculizar el rearme árabe, mientras por otra parte facilita a Israel el mantenimiento y refuerzo de su enorme potencial bélico nuclear.

En el marco de las consultas interárabes, el canciller egipcio, Amr Moussa, encontró ayer en El Cairo al delegado permanente de Libia ante la Liga Arabe, Ali Triki, mientras el ministro libio de Justicia, Ibrahim Mohamed Bakkar, llegó a la capital egipcia vía tierra, después de atravesar la frontera por la parte de Salloum.

Bakkar declaró que la posición de su país respecto a la cuestión de los sospechosos del atentado de Lockerbie seguía siendo la misma, y [illegible] Trípoli había decidido [illegible] so de diplomáticos de ciertos [illegible] extranjeros en respuesta a [illegible] medidas tomadas por estos países [illegible] con los diplomáticos libios.

El representante libio —[illegible] cionario de alto rango que [illegible] frontera egipcio-libia desde la [illegible] ción del embargo de la ONU— [illegible] pará en las labores de la 65 C[illegible] de la Asociación Mundial [illegible] Internacional prevista para hoy en El Cairo, y que durará hasta el [illegible]

La cuestión del bloqueo [illegible] Libia por el Consejo de Seguridad de la ONU desde el miércoles pasado [illegible] discutida durante la próxima [illegible] ministros de Exteriores árabes [illegible] para el 28 en El Cairo, informaron [illegible] tes de la cancillería egipcia.

Por su parte Líbano —[illegible] Siria— informó que había [illegible] primer vuelo a Trípoli de [illegible] aérea, y que el vuelo de Beirut a [illegible] no realizará su habitual escala en [illegible] capital libia.

002(B)

Nº. DOCUM...
TITULO ...
PROC...
FECHA ... 16/4/92
VINCULACI... ONU 12573
... Libia 66333

Libia quedó sitiada por las sanciones de la UN

[illegible] decenas de países prohibieron el vuelo de aviones libios en sus espacios aéreos y ordenaron la salida de diplomáticos de Trípoli.

TRIPOLI, 15 (AP).– Numerosos países prohibieron el vuelo de aviones libios sobre sus territorios y ordenaron la expulsión de diplomáticos libios, en un ajuste del lazo alrededor del país árabe para presionarlo a entregar a dos sospechosos de sabotear con explosivos un avión norteamericano de pasajeros.

Las sanciones fueron aprobadas por las Naciones Unidas, pero una desafiante Libia trató de soslayarlas con el envío de sus aviones a vuelo. Las naves fueron obligadas a retornar y, en un caso, por aparatos de guerra.

Libia dijo que se dispone a adoptar medidas de represalia con la expulsión de diplomáticos y anunció que no venderá boletos de vuelo a ciudadanos de los países que han adoptado las sanciones.

Israel, que también adhirió inmediatamente a la resolución, pidió a la comunidad internacional que se extiendan las sanciones a otros países que "sostienen el terrorismo" y medidas punitivas para las naciones que no respeten el embargo.

Muchos países, incluidos Egipto, Túnez y Corea del Sur, cerraron su espacio aéreo a los aparatos de la línea aérea libia, en aplicación de las sanciones.

Túnez, que es miembro de la UN, había "lamentado" la adopción de la resolución 748 que prevé el embargo aéreo y militar contra Libia, pero subrayó su respeto tradicional a "la ley y a la legalidad internacional", que implica, entre otras cosas, la aplicación de las resoluciones.

Libia, efectivamente puso a prueba hoy la efectividad del embargo decretado por la UN al enviar sus vuelos normales con pasaje a El Cairo, Zurich y Túnez, a despecho de las advertencias sobre que no se les permitiría aterrizar.

Vuelos normales

El director de la Libian Arab Airlines había anunciado en las primeras horas de la mañana que "todos los vuelos eran normales" y que sólo no estaban a disposición de ciudadanos de aquellos países que le habían cerrado su espacio aéreo.

Los italianos, británicos, alemanes, austríacos, húngaros, griegos, egipcios y tunecinos figuran en una lista de ciudadanos "boicoteados" colocada en las oficinas de la compañía aérea.

El único país que levantó su voz contra la entrada en vigor de las sanciones contra Libia, es Siria, que a través de la emisora oficial de Damasco afirmó que "atacando a Libia, Occidente presiona sobre la situación en el mundo árabe hasta el límite del estallido".

En su comentario, la emisora de Damasco dijo que "las capitales de Occidente no prestaron la mínima atención a los esfuerzos cumplidos por la nación árabe en el intento de encontrar una solución justa, ni tuvieron en cuenta la promesa de colaboración hecha por los árabes en nombre de su hermana Libia".

Nº. DOCUM

TITULO

PROC. 150024

FECH 3/4/92

VINCUL. ONU 12543

RESERVADO

2.-

Otra condena de la ONU

NACIONES UNIDAS, 2 (Reuter). — El Consejo de Seguridad de la ONU condenó hoy los ataques contra embajadas occidentales en Trípoli y exigió al gobierno libio que impida la violencia.

El Consejo, reunido en sesión de emergencia, emitió un severo comunicado, luego que manifestantes libios atacaron embajadas de algunos de sus países miembros que votaron a favor de sanciones contra el gobierno de Trípoli.

Libia se negó a entregar a dos sospechosos de haber participado en el atentado contra el avión de PanAm destruido sobre Lockerbie, Escocia, en 1988.

El principal blanco de los ataques fue la Embajada de Venezuela, que resultó totalmente destruida. El embajador de Venezuela ante la ONU, Diego Arria, presidía el Consejo de Seguridad, cuando las sanciones fueron aprobadas.

"El Consejo de Seguridad condena enérgicamente los ataques violentos y la destrucción de la sede de la Embajada de Venezuela producidos hoy", dice el comunicado.

El Consejo dijo que Libia deberá indemnizar a Venezuela y adoptar "todas las medidas necesarias" para asegurar que no haya nuevos ataques contra sedes o personal diplomático "por actos de violencia o terrorismo".

Venezuela cedió la presidencia el miércoles a Zimbabwe, representado por el embajador Mumbengeghi, quien leyó hoy el comunicado.

El Consejo aludió indirectamente a un ofrecimiento oral de excusas del embajador libio ante la ONU, Ali Ahmed Elhouderi a Arria, en el que expresó que la violencia no estaba dirigida contra Venezuela sino que fue una reacción contra la resolución.

"Cualquier sugerencia de que esos actos de violencia no estuvieron dirigidos contra el gobierno de Venezuela sino que fue una reacción contra la resolución 748 es extremadamente seria y totalmente inaceptable", dijo el Consejo.

El Consejo exigió a Libia que entregue a dos sospechosos, acusados de haber colocado una bomba en el vuelo 103 en Pan Am, que estalló sobre Lockerbie, Escocia, en el que murieron 270 personas.

Cortez 03.04.92

"Doble moral"

MADRID.- Occidente teme que las sanciones contra Libia afecten a la seguridad de sus ciudadanos en ese país, mientras que el mundo árabe denuncia lo que considera "doble moral" de la ONU, según las resoluciones les afecten a uno de ellos o a Israel. La resolución 748 del consejo de Seguridad, aprobada anoche, prevé el embargo aéreo y militar y sanciones diplomáticas contra Libia por su presunta implicación en dos actos terroristas, a partir del próximo 15 de abril. Seis libios, [illegible] que se suponen agentes del servicio del Coronel Muammar Gadafi, están acusados de los atentados contra sendos aviones, americano de Pan Am y francés de UTA, que en 1988 y 1989, respectivamente, costaron 441 muertos. El Ministro Británico de Asuntos Exteriores, Douglas Hurd, afirmó ayer que el líder de la revolución libia deberá cumplir con la citada resolución, que le exige la entrega de los presuntos responsables de los atentados. El Gobierno de Londres ya había expresado anoche su preocupación por la actitud de las autoridades de Trípoli de negar el visado de salida de Libia a ciudadanos británicos que, al igual que los de otras nacionalidades, apenas podrán conseguirlo para abandonar el país por vía terrestre en dirección a los vecinos Túnez o Egipto.

Por su parte, Rusia anunció ayer la suspensión de vuelos de Aeroflot a Libia y la retirada de todos sus asesores militares antes del próximo 15 de abril, además de la reducción del personal de su embajada en Trípoli, así y como exige la resolución de la ONU.

En relación con este asunto, el Vaticano ha [illegible]

[illegible]

Argelia ha expresado su "[illegible]" por esta resolución y anunció, a través del Ministerio de Asuntos Exteriores, que continuará sus contactos con los países miembros de Unión del Magreb Árabe (del que forma parte Libia).

Recuerda que la resolución del Consejo de Seguridad de la ONU no fue votada por los países de África ni de Asia lo que confirma, en su opinión, la existencia de una política de "dos pesos y dos medidas".

En Marruecos, su Ministro de Exteriores, Abdelatif Filali, afirmó que "no existe justificación" para la sanciones por lo que su país se había abstenido en la votación en la ONU, pero evitó defender explícitamente a Libia.

Los estados del Golfo Pérsico no han reaccionado por el momento a la decisión adoptada por el Consejo de Seguridad de la ONU contra Libia.

El régimen de Trípoli, por su parte, acusó ayer al Consejo de Seguridad por "servir de instrumento a Estados Unidos para aprobar las resoluciones injustas" que ese país desea, y aseguró que ello supone el "principio del fin" de la organización internacional.

En un comunicado difundido por la agencia de noticias libia JANA, Libia asegura además que Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia "libran una cruzada religiosa contra los árabes y los musulmanes" para desmembrarlos y favorecer de esa manera a Israel.

La República
Jueves 2 de abril de 1992

Pone en duda la legalidad de la resolución adoptada por la ONU

Libia contraataca

*** *Le imponen embargo aéreo y militar***

Libia puso en duda, el miércoles, la "legalidad jurídica y objetiva" de la resolución por la que el Consejo de Seguridad de la ONU dispuso el embargo aéreo y militar de ese país a partir del 15 de abril.

Nicosia (AFP)

■ Según un comunicado de la cancillería libia difundido por la agencia libia JANA, recibido en Nicosia, "el quórum necesario para la votación de esta resolución no había sido logrado", ya que "Rusia no ha concluido los trámites necesarios para su incorporación legal al Consejo de Seguridad".

Además, "los países que se abstuvieron (China, Marruecos, Cabo Verde, India y Zimbabwe) representan las tres cuartas partes de la población mundial", según dicho comunicado.

En consecuencia, "la votación no se hizo con el quórum necesario en los planos jurídico y objetivo", agrega el comunicado libio.

El Consejo de Seguridad había aprobado el martes la resolución 748, presentada por Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia, que prevé sanciones contra Libia por no cumplir lo requerido en la resolución 731 de enero pasado.

Esa primera resolución instaba a Trípoli a colaborar en la investigación de los atentados de 1988 contra un Boeing de la aerolínea norteamericana Pan Am que volaba sobre Lockerbie (Escocia) y de 1989 contra un DC-10 de la compañía francesa UTA que sobrevolaba Niger. Los dos atentados causaron 440 muertos.

El embargo militar prohíbe que se proporcione a Libia armas y material militar de todo tipo.

El personal diplomático libio presente en las capitales deberá reducirse considerablemente y se limitarán los movimientos de las personas autorizadas a permanecer, al tiempo que las oficinas de las Líneas Aéreas Arabes Libias serán clausuradas.

El paquete de sanciones contra Libia será mantenido hasta que el Consejo de Seguridad —que examinará su vigencia cada 120 días o antes si la situación lo exige—, determine según sus propios criterios que el gobierno de Trípoli se ha plegado a sus exigencias.

Además de la extradición de los presuntos autores del atentado de Lockerbie, Trípoli deberá permitir que otros cuatro libios —declarados sospechosos por la justicia francesa, de estar involucrados en un atentado cometido el 19 de setiembre de 1989 contra un avión de la aerolínea francesa UTA— sean interrogados por las autoridades de Francia.

En cuanto a la resolución votada el martes, la cancillería libia dijo que "constituye una afrenta para los árabes y los musulmanes. Además, la obstinación de los tres países (Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia) en conseguir que fuera adoptada durante el mes de Ramadán es un insulto para el Islam y pone de manifiesto el rencor que sienten hacia él".

El comunicado acusa a esos tres países de "lanzar una nueva cruzada contra árabes y musulmanes, sin duda alguna para desarmarlos y favorecer al enemigo sionista y permitirle dominar totalmente la región".

Por su parte, la Liga Arabe, en un comunicado difundido este miércoles en El Cairo, "deplora" la resolución del Consejo de Seguridad que impone sanciones a Libia y llama a "encontrar una solución jurídica" a la crisis.

En dicho texto, que fue leído ante los periodistas por el secretario general de la Liga, Esmat Abdel Meguid, la organización panárabe subraya "la flexibilidad y la razón" que, según ella, mostró Libia ante "las iniciativas destinadas a llegar a una solución de la crisis dentro del marco de la legalidad internacional."

Ante eventuales represalias

"Recurrir a la fuerza implica colonialismo"

Nicosia (AFP)

■ Libia criticó ayer las declaraciones occidentales sobre eventuales represalias militares contra su territorio, estimando, según un vocero oficial, que esas afirmaciones "reflejan un espíritu colonialista y un enfoque anacrónico".

"El sistema de recurrir a la fuerza y a las amenazas es anacrónico y refleja un espíritu colonialista y una alianza racista contra el pueblo árabe libio, que no amenaza a la paz ni a la seguridad mundiales", declaró un vocero del ministerio libio de Relaciones Exteriores, citado por la agencia oficial libia JANA recibida en Nicosia.

Según JANA, este portavoz respondía a las declaraciones del secretario del Foreign Office (ministro de Relaciones Exteriores Británico), Douglas Hurd, y a las afirmaciones del representante de Estados Unidos ante la ONU, Thomas Pickering, que no descartaban la posibilidad de una intervención militar occidental contra Libia y estimaban que la resolución 748 votada el martes por el Consejo de Seguridad contaba con el respaldo de la opinión internacional.

La resolución 748 del Consejo de Seguridad de la ONU prevé la instauración de sanciones diplomáticas, militares y aéreas contra Libia, acusada de apoyar al terrorismo, a partir del próximo 15 de abril.

De acuerdo con el vocero libio, la resolución 748 "no gozará del apoyo de la opinión internacional, ya que Asia, Africa, el mundo árabe y uno de los miembros permanentes del Consejo de Seguridad (China) no la aprobaron".

Ayer se realizaron manifestaciones en Libia, en señal de protesta contra las sanciones adoptadas la víspera por el Consejo de Seguridad de la ONU contra Trípoli, agregó JANA.

"Las masas salieron en las diversas aglomeraciones de Libia para expresar su cólera y proclamar su rechazo a la injusta resolución adoptada por la Alianza Atlántica y preparada por Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia", afirmó JANA, sin

D-1

EL CERCO

La ONU impuso al régimen de Kadafi un bloqueo aéreo y militar por terrorismo

El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas estaría en condiciones de utilizar la fuerza militar si el régimen libio de Muamar Kadafi no cumple con las resoluciones, tal como ocurrió con Saddam Hussein luego de las sanciones impuestas en 1990 que desembocaron en la guerra del Golfo. El Consejo aprobó ayer un embargo aéreo y militar contra Libia, acusada de participar en dos atentados contra aviones comerciales. Kadafi pidió ayer a los jefes de Estado árabes que abandonen la ONU



Agencia Reuter

El embajador británico ante la ONU, Sir David Hannay (izquierda), y su similar estadounidense, Thomas Pickering, votan ayer las sanciones contra Trípoli.

NACIONES UNIDAS, 31 (EFE, ANSA, Reuter, AP AFP). — El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas aprobó hoy un embargo aéreo y militar y sanciones diplomáticas contra Libia por negarse a entregar a los presuntos culpables de los atentados terroristas que sufrieron dos aviones comerciales en Escocia, en 1988, y en Níger (Africa), en 1989.

Las sanciones entrarán en vigencia a partir del 15 de abril y se producen 5 meses después que Libia fue acusada de estar implicada en las acciones terroristas contra un avión de Pan Am en Lockerbie (Escocia), en diciembre de 1988, que produjo 270 muertos. También se responsabilizó al régimen encabezado por el coronel Muamar Kadafi por el atentado contra el avión de la empresa francesa UTA, en Níger, en el que murieron 170 personas.

La resolución 748, adoptada por 10 votos a favor y cinco abstenciones, prohíbe los vuelos comerciales desde y hacia Libia, a menos de que se trate de un viaje con fines humanitarios, para lo cual deberá contar con la autorización de una comisión especial. Prohíbe también que se le preste servicio técnico y mantenimiento a las aeronaves de bandera libia y que las compañías internacionales sobrevuelen su espacio aéreo.

En el artículo cinco, el texto establece el embargo sobre toda venta de armamentos y el retiro de los consejeros militares con sede en Trípoli, capital del país, al tiempo que solicita que no se entreguen licencias para fabricar cualquier tipo de armas de guerra.

Además pidió al gobierno libio que se comprometa a cesar de manera definitiva toda forma de acción terrorista y toda asistencia a grupos que promuevan el terrorismo. Estas medidas, dijo el Consejo, "deben traducirse en actos concretos", cuya validez será evaluada por la comisión especial.

Por último solicitó a los países miembros de la ONU que reduzcan de "manera significativa" las representaciones diplomáticas libias en el extranjero y restrinjan el desplazamiento de los diplomáticos autorizados a quedarse, con excepción de quienes trabajen para los organismos internacionales.

La votación, que contó con el apoyo de Francia, Gran Bretaña, Rusia y los Estados Unidos como miembros permanentes del Consejo de Seguridad (el otro, China, se abstuvo), se produjo horas despues que el gobierno británico asegurara que Libia estaba impidiendo la salida del país a los extranjeros, lo que fue negado por el régimen de Kadafi.

Libia es el quinto estado miembro de las Naciones Unidas, desde su creación en 1945, que es sometido a un embargo dispuesto por el Consejo de Seguridad, por no haber acatado alguna de sus decisiones. El Consejo es el único que puede revocar el embargo con el voto afirmativo de 9 de sus 15 miembros. Sudáfrica, Irak, Yugoslavia y Somalía fueron sometidos a distintos tipos de embargo, desde el económico, al militar.

Las sanciones entrañan la amenaza del uso de la fuerza militar en caso de que el régimen de Kadafi no cumpla con ellas. Las sanciones impuestas al gobierno de Irak, encabezado por Saddam Hussein, en agosto de 1990 y que desembocaron en la guerra del Golfo tras la invasión iraquí a Kuwait, abren un interrogante acerca de los pasos que seguirá el Consejo de Seguridad en caso de que el líder libio decida no acatar la resolución.

Poco antes de conocerse las sanciones, Kadafi envió un mensaje a los jefes de Estado de los países árabes en el cual les pidió que se retiren de la ONU si su país era sancionado. En la carta, publicada por un diario de Trípoli, aseguraba que su gobierno nunca se había negado a que sean juzgados los seis acusados por los atentados.

El líder libio pide hablar con Bush

EL CAIRO, 31 (EFE, Reuter y UPI). — El líder libio, Muamar Kadafi, ofreció hoy reunirse en los Estados Unidos con el presidente norteamericano, George Bush, para discutir sobre el atentado contra un avión de Pan Am, que se estrelló cerca de Lockerbie, Escocia, en un intento por evitar la implementación de las sanciones comerciales y diplomáticas dispuestas por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (véase crónica).

"Estoy dispuesto a ir a los EE.UU. y reunirme con Bush para explicarle la posición de mi país con respecto al atentado", dijo Kadafi en declaraciones al diario Al-Ittihad. Agregó que tenía en su poder "un informe objetivo preparado por ex agentes de la Agencia Central de Inteligencia (CIA) que absuelve claramente a Libia de cualquier responsabilidad en el accidente del avión".

En la entrevista, el líder libio señaló que está preparado para entregar ese informe al presidente norteamericano, al tiempo que negó que su país haya fabricado armas nucleares. "Libia no pretende cometer una estupidez al invertir sus ingresos en la fabricación de armas atómicas. Al contrario, nuestras divisas son utilizadas para el desarrollo agrícola y la lucha contra el desierto", agregó.

Las declaraciones del líder libio fueron vistas como un intento por frenar las sanciones diplomáticas que el Consejo impuso a su país. Los miembros del organismo tenían programado reunirse el lunes, pero la reunión fue postergada por 24 horas atendiendo un pedido del presidente de Egipto, Hosni Mubarak.

La disposición de Kadafi de viajar a los EE.UU. refleja la creciente procupación por las consecuencias económicas y militares que el embargo puede tener para Libia. En 1986, aviones militares norteamericanos bombardearon Trípoli después que agentes de inteligencia libios fueran acusados por colocar una bomba en una discoteca de Berlín frecuentada por soldados estadounidenses.

Los 21 países miembro de la Liga Arabe informaron hoy que habían fracasado en su intento para mediar en el conflicto que envuelve a Libia con las potencias occidentales. "Libia sigue firme en su determinación de no entregar a los seis acusados", señaló el diplomático.

TEMA: Resolución del Consejo de Seguridad ante actitud Libia
FUENTE: Clarín 150024
FECHA DE: 1-4-92
VINCULACION: ONU 12573
Consejo de Seguridad 12574
Libia 66333

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 1º de abril de 1992

SOBRE LIBIA

¿Ante otro Saddam?

El nuevo orden mundial que el presidente norteamericano George Bush intentó imponer luego de la guerra del Golfo parece desvanecerse de manera acelerada en los últimos días ante la intransigencia de tres gobiernos clave en Oriente Medio.

El gobierno libio mantiene un creciente enfrentamiento con el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. El líder iraquí Saddam Hussein se muestra cada vez menos dispuesto a acceder a las presiones internacionales que lo obligan a deshacerse de sus armas de destrucción masiva, e Irán ha lanzado esta semana una violenta proclama anti israelí.

Las sanciones impuestas ayer a Libia en la sede de las Naciones Unidas, y la intransigencia de las partes en esta escalada que por ahora se mantiene en el terreno diplomático, recuerda los días previos al inicio de la crisis del Golfo en agosto de 1990. En su relación con Occidente, el líder libio, Muammar Kadafi, podría haber comenzado a recorrer peligrosamente la senda de Saddam.

Con el objetivo de mostrar una posición más moderada frente al mundo árabe, Kadafi cortó oficialmente hace tres meses sus relaciones con el terrorismo internacional, al que apoyaba desde que asumió el poder, hace 22 años.

Pocos días más tarde el gobierno norteamericano abrió una ofensiva de fuertes presiones en la ONU destinada a legitimar una nueva concertación internacional, esta vez para doblegar al líder libio. El 21 de enero fue aprobada la resolución 731, por la que se insta a Libia a entregar a los sospechosos por los atentados contra un avión de Pan Am en Lockerbie, Escocia, en 1988, y contra un avión francés en 1989, que causaron un total de 441 muertes.

Libia anunció que entregaría a los sospechosos pero a la Liga Arabe y con el compromiso de que no serían transferidos a los Estados Unidos o Gran Bretaña.

Los Estados Unidos, que bombardearon varios objetivos libios en 1986 en represalia por el apoyo de Kadafi al terrorismo, indicaron hace varias semanas que no descartan la opción militar para presionar al líder libio.

A unos dos mil kilómetros de Libia, un año después de finalizada la última guerra encarada por los Estados Unidos, la situación en el golfo Pérsico continúa sin resolverse. Irak mantiene intacto gran parte de su poderío armamentista, e Irán ha retomado la semana pasada la retórica bélica

El líder iraní, ayatollah Alí Khamenei, pidió a los palestinos durante la oración del viernes que ataquen los objetivos israelíes en todo el mundo.

Esta convocatoria, diez días después de la destrucción de la Embajada de Israel en Buenos Aires, constituye una nueva declaración de guerra con el mundo como escenario.

Bush enfrenta estas batallas inconclusas en su intento por imponer un nuevo orden mundial, el mismo año en que aspira a renovar su mandato, y en momentos en que la población norteamericana reclama del presidente mayor atención a los problemas internos.

Libia, Irak e Irán son tres países estratégicos por su ubicación, su poderío militar, sus reservas petroleras y su influencia en el mundo árabe y musulmán, por lo cual el gobierno norteamericano avanza en la riesgosa tarea de combatir a estos enemigos sin alterar el delicado equilibrio de fuerzas en la región.

Hasta la caída del cha, Irán era el pilar de la seguridad norteamericana en la región del Golfo.

Cuando el régimen islámico antinorteamericano que derribó al cha debió enfrentar la guerra desatada por Irak en 1980, los Estados Unidos optaron de hecho por apoyar a Bagdad —y contribuyeron a la consolidación militar iraquí—

La guerra que empujó al ejército iraquí dentro de sus fronteras no culminó con el desalojo del régimen. "Saddam Hussein conserva su empleo. ¿Y usted?", dice una calcomanía electoral norteamericana en doble referencia a esa guerra que quedó inconclusa y una recesión económica que agobia a los estadounidenses.

La estrategia de Bush parece apuntar a no destruir totalmente el poderío militar iraquí, la única fuerza en la región del Golfo que puede contener a Irán, pero al mismo tiempo impedir que Bagdad siga siendo una suerte de superpotencia regional con capacidad nuclear.

Algunos especialistas afirman que Bagdad posee ya un reactor para fabricar plutonio del tipo utilizado en bombas.

En su tándem habitual con las Naciones Unidas el gobierno norteamericano ha dado un ultimátum a Saddam: o cumple acabadamente con la resolución del cese del fuego firmada tras la guerra del Golfo o se atiene a las consecuencias.

El jefe de la Casa Blanca no ha revelado detalladamente su receta para el nuevo orden mundial. Seguramente en ese plan Irak e Irán continúan siendo una piedra de tropiezo. Pero Kadafi es ahora la obsesión de Bush.

Rubén Guillemí

Clarín 150024
1º-4-92

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCE 15005
FECHA DE 1/4/92
VINCULACION ONU 12573

El líder libio pide a los árabes abandonar ONU

TRIPOLI. (EFE).- El supremo dirigente libio, Coronel Muammar Gadafi, envió ayer un mensaje a los jefes de Estado árabes en la que les pide que se retiren de la ONU si se prueba que Estados Unidos y Gran Bretaña están "desviándose de su carta fundacional".

En la carta, que ha sido publicada por el diario de Trípoli "Al Nusiyún" ("Los Productores"), Gadafi pedía implícitamente el apoyo árabe contra las sanciones que estudiaba el Consejo de Seguridad de la ONU ante la presunta participación libia en atentados terroristas, con centenares de víctimas.

Gadafi afirma en la misiva que Libia "nunca se negó" a que sean juzgados los seis agentes secretos libios presuntos autores de los atentados contra un avión comercial estadounidense, en 1988, y otro francés, en 1989, con un total de 441 muertos.

Se debe, no obstante, probar su culpabilidad, señala el "guía de la revolución libia", y luego serían juzgados "por un tribunal libio, neutral, mixto o internacional".

Hay en marcha, afirma Gadafi, una "gran operación de falseamiento y desviación del contenido de la carta fundacional de la ONU" con respecto a ese asunto, y los países árabes "deberían retirarse de esa organización y dejarla tan muerta, y vacía de contenido como quedó la Sociedad de Naciones" al comenzar la Segunda Guerra Mundial.

El mensaje de Gadafi es otro de los intentos del régimen libio por romper el aislamiento internacional en que se encuentra tras el fracaso de la mediación emprendida por la Liga Arabe la pasada semana en el asunto de los atentados, estimaron fuentes diplomáticas.

Trípoli sólo encuentra apoyo en Iraq, Irán, Sudán y Corea del Norte, mientras que Egipto y Siria, por motivos diversos, no declaran públicamente su desacuerdo con el régimen libio, deseosos de encontrar algún tipo de mediación que evite un conflicto en la zona.



China Popular votó a favor del bloqueo a Libia.

EL REGIMEN DE GADAFI EN CAPILLA

• El Consejo de Seguridad de la ONU aprobó el bloque[illegible]

NACIONES UNIDAS. (EFE).- El Consejo de Seguridad de la ONU aprobó ayer sanciones económicas, militares y diplomáticas contra Libia, por la negativa de Muammar Gadafi a entregar a Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia a los sospechosos de dos atentados aéreos que se cobraron 441 vidas.

Las sanciones, que entrarán en vigor el próximo 15 de abril, prohíben todo el tráfico aéreo con Libia y las ventas de aviones y repuestos a ese país; establecen un embargo a todos los suministros militares, y la reducción del rango y número de diplomáticos de las Embajadas y Consulados libios en el extranjero.

La resolución, presentada por los tres países, fue adoptada por un escaso margen, por 10 votos a favor, ninguno en contra y cinco abstenciones (China, Cabo Verde, India, Marruecos y Zimbabwe).

Se necesitan nueve votos a favor y ningún veto de los cinco miembros permanentes (EE.UU., Gran Bretaña, Francia, Rusia y China) para adoptar una resolución.

Tras la votación, la mayoría de los miembros del Consejo instaron a Libia a aprovechar la "pausa" de aquí al 15 de abril para cumplir las citadas órdenes y prevenir así la aplicación de las sanciones.

Pero la resolución 748 adoptada ayer no sólo exige la entrega de los presuntos autores de los atentados sino que también ordena al Gobierno de Muammar Gadafi que se comprometa a cesar todo apoyo al terrorismo y a demostrar "con acciones concretas" su renuncia a acciones de ese tipo.

● Esta segunda exigencia puede ser aprovechada por Estados Unidos y Gran Bretaña, por ejemplo, para mantener indefinidamente las sanciones a Muammar Gadafi.

EE.UU., Gran Bretaña y Francia pidieron estas medidas de castigo por la negativa de Libia a entregarles, como ordenó el Consejo en enero pasado en su resolución 731, a un total de seis sospechosos de los atentados contra los aviones de Pan Am y UTA, que se cobraron 441 vidas en 1988 y 1989.

Los Embajadores de los tres países sostuvieron que las sanciones son "comedidas", "selectivas" y "adecuadas" al delito, ya que afectan a tres áreas -armas, aviación civil y personal de las misiones diplomáticas libias- que, como dijo el representante francés, Jean-Bernard Mérimée, "pueden utilizarse para apoyar el terrorismo internacional".

Con esta resolución, dijo su colega norteamericano Thomas Pickering, la comunidad internacional envía "dos mensajes claros": que no tolerará las amenazas a la paz y seguridad internacional representadas por Libia, y que está preparada para tomar "acciones políticas concertadas" contra el terrorismo patrocinado por los estados, como en el caso libio.

El Consejo adoptó la resolución, pese a la advertencia de Trípoli de que ello "allanará el camino" para un nuevo ataque militar a Libia, como el perpetrado por Estados Unidos en 1986 en represalia por su presunto apoyo al terrorismo.

Alí Ahmed Elhouderi, Embajador libio ante la ONU, también advirtió antes de la votación que la adopción de las sanciones, que "va en contra" de la Carta de la ONU, el derecho internacional y los "principios morales", socavaría la credibilidad de la ONU, creando así un peligroso precedente.

También desmintió las acusaciones británicas de que Libia ha impedido desde hace una semana la salida de su territorio de ciudadanos europeos.

Elhouderi acusó a EE.UU., Gran Bretaña y Francia de haber rechazado, "p[illegible] venganza", todos los ofrecimientos de cooperación de su país para cumplir la resolución 731, así como todos los intentos de los países árabes para hallar una solución pacífica a esa disputa "legal", que Trípoli ha llevado ante el Tribunal Internacional de La Haya.

Para los tres países, las sanciones son "el comienzo de medidas ulteriores" como "un asedio económico y una agresión militar" contra Libia, sostuvo Elhouderi.

La resolución de sanciones fue adoptada bajo el capítulo VII de la Carta de la ONU, que permite al Consejo tomar todas las medidas que juzgue necesarias, incluida la fuerza, para hacer cumplir sus órdenes.

Ese mismo capítulo fue invocado para el embargo económico y la autorización de la guerra contra Iraq por su invasión de Kuwait en agosto de 1990.

La votación se produjo tras una serie de gestiones infructuosas de la Liga Arabe y tras las repetidas indecisiones de Libia sobre la posible entrega a ese organismo de los dos sospechosos del atentado contra el avión de Pan Am, que estalló sobre la localidad escocesa de Lockerbie en 1988, matando a 270 personas.

Hace una semana, Libia anunció que estaba dispuesta a entregarlos, y dos días después, renegó de esa promesa, diciendo que nada haría hasta que el Tribunal Internacional de La Haya se pronuncie sobre el caso, lo que puede tardar años.

Los países que se abstuvieron denunciaron como precipitada la acción del Consejo, diciendo que no se han agotado los medios pacíficos para resolver la disputa. Zimbabwe afirmó que la resolución ha creado una "crisis política" dentro del Consejo, cuya fiabilidad, dijo, ha quedado en entredicho.



El hemiciclo del Consejo de Seguridad de la ONU en plena faena de Gadafi

Embargo aéreo y militar a partir del 15 de abril fue decretado por la ONU

ONU puso a Libia contra la pared

● El gobierno libio fue emplazado a abandonar todas las formas de acción terrorista

He aquí el texto de la resolución 748 adoptada ayer por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas por diez votos a favor y cinco abstenciones, que decreta un embargo aéreo y militar contra Libia a partir del próximo 15 de abril (fragmentos principales):



Duras restricciones desde el Consejo de Seguridad para el régimen de Khadafi. (Telefoto de AFP)

Nueva York (AFP)

■ El Consejo de Seguridad, reafirmando su Resolución 731 del 21 de enero de 1992,(...) actuando con arreglo al capítulo VII de la Carta de las Naciones Unidas;

1. Decide que el gobierno de Libia ha de cumplir ahora, sin ninguna nueva demora, el párrafo 3 de la Resolución 731 (...)

2. Decide también que el gobierno de Libia ha de comprometerse definitivamente a poner fin a todas las formas de acción terrorista y a toda la asistencia a grupos terroristas y ha de demostrar prontamente, mediante actos concretos, su renuncia al terrorismo.

3. Decide que el 15 de abril de 1992 todos los estados adoptarán las medidas que se indican a continuación, que se aplicarán hasta que el Consejo de Seguridad resuelva que el gobierno de Libia ha dado cumplimiento a los párrafos 1 y 2 supra.

4. Decide que todos los estados deberán:

A) Denegar el permiso para despegar de su territorio, aterrizar en su territorio o sobrevolar su territorio a cualquier aeronave que esté destinada a aterrizar en el territorio de Libia o haya despegado del territorio de Libia, a menos que el vuelo de que se trate haya sido aprobado por razón de necesidades humanitarias importantes por el Comité establecido en el párrafo 9 infra.

B) Prohibir que, por conducto de sus nacionales o desde su territorio, se suministren cualesquiera aeronaves o componentes de aeronaves a Libia, se presten servicios técnicos y de mantenimiento a aeronaves o componentes de aeronaves de Libia, se certifique la aeronavegabilidad de aeronaves libias, se paguen nuevas reclamaciones en virtud de contratos de seguro vigentes y se concierten nuevos seguros directos de aeronaves libias.

5. Decide también que todos los estados deberán:

A) Prohibir que, por sus nacionales o desde su territorio, se proporcionen a Libia armas y material conexo de todo tipo, incluidas la venta o la transferencia de armas y municiones, vehículos y equipo militares, equipo de policía paramilitar y piezas de repuesto para lo que antecede, así como que se proporcione cualquier tipo de equipo o suministros y que se concedan licencias para la fabricación o el mantenimiento de lo que antecede.

B) Prohibir que, por conducto de sus binacionales o desde su territorio, se preste a Libia asesoramiento técnico, asistencia o capacitación algunos, en relación con el suministro, la fabricación, el mantenimiento o la utilización de los artículos mencionados en el inciso A) supra.

C) Retirar todos sus funcionarios o agentes que se encuentren en Libia para asesorar a las autoridades libias sobre cuestiones militares.

6. Decide asimismo que todos los estados deberán:

A) Reducir considerablemente el número y el nivel del personal de las misiones diplomáticas y los puestos consulares de Libia y restringir o controlar el movimiento dentro de su territorio de todo el personal libio que permanezca en éste. En el caso de las misiones de Libia ante las organizaciones internacionales, el país anfitrión podrá, si lo estima necesario, consultar a la organización respectiva sobre las medidas necesarias para la aplicación del presente inciso.

B) Impedir el funcionamiento de todas las oficinas de las Líneas Aéreas Arabes Libias.

C) Tomar todas las medidas apropiadas para denegar la entrada o expulsar a los nacionales de Libia a quienes se haya denegado la entrada en otros estados o se haya expulsado de otros estados a causa de su participación en actividades de terrorismo,

7. Exhorta a todos los estados, incluidos los estados no miembros de las Naciones Unidas, y a todas las organizaciones internacionales a que actúen estrictamente de conformidad con lo dispuesto en la presente resolución, no obstante la existencia de cualesquiera derechos u obligaciones conferidas o impuestos por cualquier acuerdo internacional o cualquier contrato concertados antes del 15 de abril de 1992 o por cualquier licencia o permiso otorgados antes de esa fecha.

8. Pide a todos los estados que informen al Secretario General, antes del 15 de mayo de 19..., sobre las medidas que hayan adoptado para cumplir las obligaciones enunciadas en los párrafos 3 a 7 supra

9. Decide establecer, de conformidad con el artículo 28 de su reglamento provisional, un Comité del Consejo de Seguridad compuesto por todos los miembros del Consejo para que desempeñe las funciones siguientes e informe sobre su labor al Consejo, con sus observaciones y recomendaciones:

A) Examinar los informes presentados en cumplimiento del párrafo 8 supra.

B) Solicitar de todos los estados más información sobre las medidas que hayan tomado para la aplicación efectiva de las medidas impuestas por los párrafos 3 a 7 supra.

C) Examinar cualquier ir...mación puesta en su conocimiento por los estados sobre las violaciones de las medidas impuestas por los párrafos 3 a 7 supra y, en ese contexto, formular recomendaciones al Consejo sobre los medios de aumentar la eficacia de esas medidas.

D) Recomendar las medidas apropiadas en respuesta a las violaciones de las medidas impuestas en virtud de los párrafos 3 a 7 supra y proporcionar regularmente información al secretario General para su distribución general a los est... los miembros,

E) Estudiar cualquier solicitud presentada por los estados para que se aprueben vuelos por razón de necesidades humanitarias importantes de conformidad con el párrafo 4 supra, y tomar prontamente una decisión al respecto,

F) Prestar especial atención a cualesquiera comunicaciones transmitidas de conformidad con el artículo 50 de la Carta de las Naciones Unidas por cualesquiera [illegible] dos que se enfrenten con problemas económicos especiales como consecuencia de la aplicación de las medidas impuestas por los párrafos 3 a 7 supra.

10. Exhorta a todos estados a que cooperen plenamene con el Comité en el desempeño de sus funciones, incluso proporcionando la información que pueda pedir el Comité en cumplimiento de la presente resolución.

Presionan a China para que apoye las sanciones de la ONU

Nueva York (IPS)

Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia lanzaron presiones sobre China a para que no vete la resolución presentada por los tres ante el Consejo de Seguridad de la ONU, tendiente a la imposición de sanciones contra Libia.

El jueves, los tres países occidentales presentaron una propuesta para sancionar a Libia, ante su incumplimiento de una resolución anterior del Consejo que la obligaba a extraditar a dos de sus ciudadanos acusados por un atentado aéreo.

Pekín recibió una advertencia de Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia de que podría perder el trato preferencial para sus exportaciones en los respectivos mercados si al menos no se abstiene ante la resolución, según públicó este sábado el diario New York Times.

Al momento, China posee un excedente comercial de 13 mil millones de dólares con Estados Unidos.

Mientras tanto, los promotores de la resolución buscan el apoyo del resto de los miembros del Consejo de Seguridad.

Además de China, se prevé la oposición o abstención de Marruecos, Zimbabwe y posiblemente India.

En noviembre, los dos ciudadanos libios acusados por Washington y Londres como agentes de Inteligencia y responsables de haber colocado una bomba en 1988 en un auto de la aerolínea "Pan American".

El vuelo estalló sobre la localidad escocesa de Lockerbie y causó la muerte de 270 personas, Washington y Londres han insistido en que los sospechosos sean extraditados a su territorio para ser procesados.

En enero, el Consejo de Seguridad demandó a Libia responder ante la solicitud de extradición.

Trípoli apeló la semana pasada a la Corte Internacional de Justicia de La Haya que se anticipara a las acciones del Consejo y argumentó estar preparada para enjuiciar a todos los sospechosos en Libia.

Según el gobierno de Muammar Kaddafi, el Consejo de Seguridad no posee jurisdicción en el caso, al menos hasta que Libia concluya con sus propios procedimientos y la Corte de La Haya de un veredicto.

Dicha Corte inició el jueves la batalla legal respecto a la posibilidad de la extradicción de los sospechosos.

La pregunta clave para el tribunal es si Libia tiene derecho a enjuiciar a sus ciudadanos o debe extraditarlos a Gran Bretaña y Estados Unidos.

Sin embargo, los representantes de Gran Bretaña, Francia y Estados Unidos ante el Consejo rechazaron explícitamente el mandato de la Corte de La Haya.

EE. UU. busca algo más que una condena para los terroristas libios

Khadafy: fuentes diplomáticas occidentales revelaron que el verdadero objetivo es conocer el papel de Khadafy en el terrorismo mundial.

NACIONES UNIDAS, 27 (EFE).– Con el proyecto de sanciones a Libia, Estados Unidos y Gran Bretaña buscan algo más que la entrega, para juzgarlos, de los sospechosos del atentado contra el avión de Pan Am.

"Las implicancias son mucho más amplias", comentaron hoy fuentes diplomáticas occidentales en Naciones Unidas.

Los dos países quieren interrogar a los dos sospechosos fuera de Libia, confiados en que revelarán muchas cosas sobre el presunto papel del gobierno de Muammar Khadafy en el terrorismo mundial. Por esa misma razón, el líder libio no quiere extraditarlos, opinaron las fuentes.

En esta estrategia más amplia parece enmarcarse un controvertido párrafo sobre terrorismo incluido en el proyecto inicial de sanciones, presentado por los Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia, que se negocia hoy en consultas bilaterales con vistas a su adopción el próximo lunes por el Consejo de Seguridad de la UN.

El proyecto prevé un embargo aéreo y militar y sanciones diplomáticas a Libia, que, según las últimas propuestas, entrarían en vigor hacia el 15 de abril, dando así a los países unas dos semanas para aplicarlas, en lugar de ser inmediatas como inicialmente propusieron los tres patrocinadores.



Khadafy

Si bien los tres decidieron mostrarse flexibles en esa enmienda, el texto inicial decía que las sanciones a Libia se mantendrían hasta que el Consejo decidiera que Trípoli ha demostrado con "acciones concretas" su renuncia al terrorismo.

La otra condición es que el gobierno libio cumpla la resolución 731 de enero último: entregar a los tres países a seis sospechosos por los atentados a los aviones de Pan Am y UTA, en los que murieron 441 personas, cooperar con la investigación y pagar indemnizaciones por las pérdidas humanas y materiales.

Lo que preocupa a los Países No Alineados es que, amparándose en el párrafo sobre terrorismo, los EE. UU. y Gran Bretaña, por ejemplo, se nieguen a levantar las sanciones aunque los seis sospechosos hayan sido entregados.

Por ejemplo, podrían exigir a Libia la indentificación de todos los terroristas a los que presuntamente ha adiestrado, armado y apoyado, desde el grupo palestino de Abu Nidal hasta el IRA irlandés, pasando por un sinfín de otras organizaciones terroristas.

Ello equivaldría a una sentencia de por vida contra el régimen de Khadafy, que en la mente de los observadores recuerda el caso de Irak.

A[...]iones de EE. UU.

EL CAIRO, 27 (ANSA). – Estados Unidos acusó hoy a Libia de querer ganar tiempo e intentar oponer a la Corte Internacional de Justicia de La Haya el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, mientras parece cada vez menos factible una mediación por parte de la Liga Arabe.

La Corte de La Haya escuchó hoy al representante de los Estados Unidos, Edwin Williamson, asesor legal del Departamento de Estado, quien manifestó que, contrariamente a lo que sostiene Libia, en el caso Lockerbie no existe una disputa entre Washington y Trípoli o entre Norte y Sur. "No hemos actuado unilateralmente, sino a través de una respuesta colectiva en el ámbito del Consejo de Seguridad", dijo, y agregó que las víctimas del atentado pertenecían a 26 países y la resolución 731 fue aprobada por unanimidad.

Williamson había dicho ayer a los periodistas que el procedimiento ante la Corte de La Haya iniciado por Trípoli es sólo "una pérdida de tiempo", dado que las decisiones de la Corte no son vinculantes y es el Consejo de Seguridad el que deberá tomar la decisión definitiva.

FECH
VINCUL

Libia ante la Corte de La Haya
La República 150023
27.3.92
Libia 66333
ONU 12573

La República — Viernes 27 de marzo de 1992

Calificó de chantaje y agresión cualquier amenaza de sanciones

Libia negó ante La Haya toda responsabilidad en Lockerbie

✱ *Sostuvo que tiene derecho a juzgar a sus propios ciudadanos y que puede hacerlo con equidad*

Libia negó ayer ante el Tribunal Internacional de Justicia de La Haya, reunido a petición suya, cualquier responsabilidad directa o indirecta en el atentado que, en diciembre de 1988, destrozó un avión de Pan Am cuando sobrevolaba la localidad escocesa de Lockerbie, causando la muerte de 271 personas. Trípoli se esforzó en demostrar el carácter estrictamente legal del contencioso que mantiene con Estados Unidos y el Reino Unido acerca de su negativa a entregar a los dos agentes libios sospechosos de haber instalado una bomba en el aparato.



Mientras para hoy viernes está prevista la intervención de EE[illegible] la Paz de La Haya, las informaciones continúan siendo contra[illegible] las intenciones del gobierno del coronel Khadafi en relación a los dos sospechosos a la Liga Arabe. (Telefoto de AFP)

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

La Haya,
por Isabel Ferrer

■ Al mismo tiempo calificó de chantaje y agresión "cualquier amenaza de sanciones internacionales", y pidió a la corte de la adopción de medidas que impidan a británicos y estadounidenses mantener su presión "en perjuicio de los derechos libios".

La audiencia comenzó con la retirada del presidente del tribunal, el británico Robert Jennings, que delegó funciones en su vicepresidente, el japonés Shigeru Oda. Con tal gesto, Jennings quiso evitar cualquier sospecha de parcialidad durante una vista en la que está implicado el Reino Unido. A continuación, Mohamed Sharaf Edin Alfartari, embajador libio en Bruselas, trató de convencer al tribunal de que su país no tiene obligación alguna de entregar a los dos sospechosos. Tanto él como los tres asesores legales (un británico y dos belgas) designados por Trípoli para acudir a La Haya se acogieron para ello a la Convención de Montreal de 1971, sobre actos ilegales cometidos contra la seguridad de la aviación civil.

Con dicho texto en la mano, Libia sostiene que tiene derecho a juzgar a sus propios ciudadanos también en este caso y que puede hacerlo con equidad. Jean Salmón, uno de sus consejeros, puso incluso un ejemplo cercano a España para rechazar las acusaciones de falta de independencia del Poder Judicial libio efectuadas por Washington y Londres. "Imaginemos el hipotético caso de dos ciudadanos vascos de nacionalidad francesa que fueran detenidos en Francia por atentados perpetrados en España. Esta última podría pedir su extradición por considerar que los tribunales galos no serán imparciales ante un delito cometido por franceses", afirmó.

Alan Rodger, fiscal general adjunto de Escocia, le recordaría que Abdel Baset Ali al Megrahi y Lamen Jalifa Fima actuaron en 1988 a las órdenes del servicio secreto libio. "Una organización difícil de separar del regimen del coronel Gaddafi, y que ha penetrado también en los tribunales del país. Y lo que es más grave, la Convención de Montreal aquí invocada no sirve para definir el lugar donde será juzgado un delincuente, sino para promover el control legal de sus infracciones".

Las irreconciliables posturas jurídicas mostradas ayer por Libia y el Reino Unido alcanzaron también la competencia del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas en materia de terrorismo. Para Trípoli, la ONU no puede adoptar decisiones legales y vinculantes en estos casos por tratarse de una organización política. El Reino Unido sostiene, por el contrario, que Libia solo desea evitar a cualquier precio la aplicación de dichas resoluciones. "Con esta separación entre política y leyes ha evitado siempre adherirse a declaraciones contra el terrorismo internacional. En el caso de Lockerbie, sin embargo, ha cambiado ya de opinión demasiadas veces acerca de la extradición de los sospechosos con la excusa de buscar una solución pacífica y vinculante desde el punto de vista legal", afirmó Alan Rodger.

El Tribunal Internacional de Justicia de La Haya dispone de tiempo ilimitado para elaborar una resolución final sobre el caso Lockerbie. Entre los 12 asuntos que analiza ahora aparece otro incidente aéreo ocurrido en 3 de julio de 1988 y que enfrenta a Irán y Estados Unidos. Ese día, en aguas del golfo Pérsico, el buque norteamericano Vincennes destruyó una avión civil iraní al tomarlo por un aparato enemigo. Para hoy, viernes, esta prevista la intervención de Estados Unidos en el Palacio de la Paz de La Haya.

Por otra parte, siguen las informaciones contradictorias sobre las intenciones del Gobierno libio en relación a los dos sospechosos. Fuentes de El Cairo citadas por la agencia Reuter aseguran que la Liga Arabe renunció a convencer el régimen de Trípoli de entregarle los dos hombres como solución transaccional. Según la agencia británica, el ministro egipcio de Asuntos Exteriores aseguró que no esperaba nuevas acciones de la comisión especial creada por la Liga Arabe para intentar resolver la crisis.

GADAFI SE CONVIERTE EN

LAS condiciones que puso para entregar a los agentes acusados de terrorismo son calificados de "burla", para irritación de importante burócrata

NACIONES UNIDAS. (EFE).- Las condiciones puestas por Libia para entregar a la Liga Arabe a dos agentes de ese país, acusados en occidente de atentar contra un avión de Pam Am, han sido calificadas de "burla" por el Presidente del Consejo de Seguridad de la ONU, el venezolano Diego Arria.

En declaraciones a EFE, Arria advirtió que se va a acelerar el proceso para la adopción de sanciones contra Libia, ya que la actitud de Trípoli se va a interpretar "como lo que fue: un intento de ganar tiempo por medio de tácticas dilatorias".

Según informaciones fechadas en El Cairo, Muamar Gadafi dijo a la delegación ministerial de la Liga Arabe que le visitó el martes, que sólo entregaría a los dos sospechosos del atentado contra un avión de Pan Am, en el que murieron 270 personas, si no eran transferidos posteriormente a Estados Unidos o Gran Bretaña, porque ello "dañaría la soberanía de Libia".

Gadafi también dijo, según los mismos informes, que Libia debe esperar el veredicto del Tribunal Internacional de La Haya antes de poder entregar a la Liba Arabe a los dos sospechosos, a los que EE.UU. y Gran Bretaña pretenden juzgar.

Arria dijo a EFE que las condiciones libias son una "burla", ya que el Embajador libio ante la ONU, Ali Ahmed Elhouderi, le había asegurado el pasado lunes que su Gobierno había tomado la decisión "inmodificable" de entregar a los dos sospechosos "incondicionalmente" a la Liga Arabe.

El Embajador libio le indicó también, según Arria, que entendía "perfectamente" que los dos serían entregados luego a EE.UU. o Gran Bretaña.

El Presidente del Consejo dijo que se mostró escéptico ante el anuncio verbal de su colega libio, al que exigió una confirmación oficial escrita, que no ha llegado.

Ayer de tarde, el Consejo de Seguridad celebrará consultas sobre el Sáhara Occidental y no se descarta que discuta el proyecto de sanciones a Libia, con vistas a pronunciarse antes de que termine la semana.

EE.UU., Gran Bretaña y Francia pidieron, la semana pasada, un embargo aéreo y militar, y sanciones diplomáticas contra Libia por su negativa a entregarles a seis presuntos implicados en los atentados contra los aviones de Pan Am y UTA, que costaron la vida a 441 personas, entre ambos, en 1988 y 1989.



Nº
TÍTULO: Actitud Libia ante mandato de ONU
PROC.: La Habana 150015
FECHA: 26-3-92
VINCULACIÓN: ONU 12573
Libia 66333

Extraditará a responsables del atentado de Lockerbie

Finalizó la crisis entre Libia y la ONU

Nueva York,
Naciones Unidas (AFP)

[illegible] la diplomacia árabe y el secretario general de la ONU, Boutros Boutros Ghali, convencieron a Libia para que extradite a los dos ciudadanos libios responsables del atentado de Lockerbie (270 muertos), poniendo fin a la crisis que enfrentó a Trípoli y al Consejo de Seguridad.

El embajador de Libia ante la ONU, Alí Ahmed Al Houdary había anunciado el lunes que su gobierno había resuelto entregar a la Liga Arabe a los libios sospechosos -para las justicias norteamericana y británica- de haber perpetrado el atentado contra un avión de Pan Am en 1988, al sobrevolar Lockerbie (Escocia), causand la muerte de sus 270 pasajeros.

La Liga Arabe se comprometió a entregar a los dos libios a Boutros Ghali, quien -según fuentes diplomáticas- los entregará a la justicia británica.

El pasado 21 de enero, el Consejo de Seguridad exigió en una resolución adoptada unánimemente por sus quince miembros, que Libia colabore "inmediata y plenamente" con las investigaciones referidas a ese atentado y a otro perpetrado contra la compañía francesa UTA en 1989, provocando la muerte de 170 pasajeros.

Estados Unidos, Francia y Gran Bretaña habían presentado la iniciativa de esa resolución, que constituyó una novedad en la historia de la ONU, pues nunca antes el Consejo de Seguridad había adoptado decisiones tendientes a apoyar el sistema judicial de uno de sus miembros.

En un primer momento, Trípoli se opuso a tal resolución argumentando un principio de derecho internacional, según el cual un país no extradita a sus ciudadanos, y luego respondió parcialmente aceptando colaborar con la justicia francesa, que contrariamente a los de Estados Unidos y Gran Bretaña no había solicitado la extradición de presuntos autores del atentado contra el avión de UTA.

Respondiendo a una iniciativa de Libia, la Unión del Magreb Arabe (Argelia, Libia, Marruecos, Mauritania y Túnez) Egipto y Siria se reunieron el domingo en El Cairo y aprovecharon el encuentro para convencer a Libia de extraditar a los sospechosos, evitándole un embargo aéreo y militar.

Estos países conformaron un comité integrado por sus ministros de Relaciones Exteriores, quienes tienen previsto viajar a Trípoli y luego reunirse con Boutros Ghali.

Una vez que los dos libios sean entregados a la Liga Arabe, Francia, Estados Unidos y Gran Bretaña deberán renunciar a su solicitud al Consejo de Seguridad de imponer sanciones a Libia.

Igual suerte deberá correr la queja libia presentada ante la Corte Internacional de Justicia contra esos tres países occidentales.

"Las sanciones contra Libia agravarían la tensión"

China es la voz discrepante en el Consejo de Seguridad



El canciller chino, Qian Qichen: China es favorable a una investigación de los hechos. (Telefoto de AFP)

Pekín (ANSA)

China se opone a la resolución propuesta ante el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas de instaurar un embargo aéreo y militar contra Libia, para convencer a este país a entregar a cuatro de sus ciudadanos, sospechosos de haber perpetrado atentados terroristas contra aviones civiles occidentales.

Lo afirmó ayer en Pekín el canciller chino Qian Qichen, durante una conferencia de prensa al margen de la sesión anual de la Asamblea Popular (Parlamento) chino. China es uno de los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad ONU, disponiendo por lo tanto de derecho de veto sobre las decisiones del órgano.

La resolución acerca de un eventual embargo contra Libia es patrocinada por otros tres miembros permanentes del Consejo de Seguridad (Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia), cuyas autoridades judiciales han emitido mandatos de captura o comparición contra los cuatro ciudadanos libios.

Según estas instancias judiciales, los cuatro libios, vinculados a los servicios secretos de Trípoli, habrían participado en la organización del atentado contra un avión de Pan Am en Lockerbie (Escocia) en 1988 y otro avión de la UTA en Niger en 1989, en los que murieron un total de más de 400 personas.

El canciller chino afirmó ayer que su país "se opone y se ha siempre opuesto a toda forma de terrorismo", pero que las sanciones propuestas contra Libia en el Consejo de Seguridad, lejos de solucionar el problema "podrían sólo agravar la tensión".

El gobierno de Pekín, explicó Qian Qichen, es favorable a una investigación judicial de los hechos, confiada a las Naciones Unidas y a los gobiernos interesados, en base a las normas del derecho internacional, para permitir las máximas garantías en la encuesta judicial y el castigo efectivo de los culpables.

N° [illegible]

TÍTULO: Postura Árabe anti [illegible], [illegible] contra Libia

FECHA: 22.3.92

VÍNCULO: [illegible] 12573

Libia 66333

Rechazo de [illegible] Liga Árabe [illegible] las sanciones contra L[illegible]

[illegible] CAIRO [illegible] de la Liga [illegible] las [illegible] Naciones Unidas [illegible] [illegible]

[illegible] ción de [illegible] grebí.

Egipto comunicó [illegible] Unidos que no [illegible] posición de [illegible] contra Libia [illegible] de un [illegible] en este [illegible]

En este [illegible]

[illegible]

"[illegible] la [illegible] sospechosos [illegible] implicados en la [illegible] avión [illegible] y [illegible] caso de condena, [illegible] libio, un tribunal mixto o la Corte Internacional".

Nº. DOCUM

TITULO: Conflicto entre Libia / EE.UU.

PROCED: Clarín 150024

FECHA: 20-3-92

VINCULACI: EE.UU. 12573 Libia 66333

EE.UU. prepara sanciones a Libia

WASHINGTON, 19 (Reuter, AP, AFP, EFE y ANSA). — Los Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia impulsarán ante el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas la imposición de un embargo aéreo contra Libia, anunció hoy el Departamento de Estado al tiempo que urgía a los ciudadanos norteamericanos residentes en ese país a abandonarlo.

También el gobierno de París recomendó a los ciudadanos franceses que salgan del territorio libio; de prosperar la iniciativa en el organismo internacional, pensada como castigo a Trípoli por su falta de colaboración en las investigaciones sobre un atentado terrorista, los vuelos desde y hacia Libia quedarían totalmente interrumpidos. Las posibles presiones de las autoridades libias contra los residentes occidentales podrían colocarlos a estos, una vez en vigencia las sanciones, en una difícil situación.

La vocera del Departamento de Estado, Margaret Tutwiler, dijo al hacer el anuncio que el gobierno del coronel Muammar Kadafi había ignorado una resolución de la ONU que el 21 de enero le reclamó una "respuesta plena y eficaz" a los pedidos de Washington y Londres para que entregue a dos agentes libios buscados por su presunta participación en el atentado contra un avión de Pan Am, sobre la localidad escocesa de Lockerbie, en diciembre de 1988, que causó la muerte de 270 personas.

La portavoz dijo que, aunque no hay todavía plena certeza sobre la aplicación de las sanciones, "no podemos predecir la respuesta de Libia", por lo que recomendó enérgicamente a los ciudadanos norteamericanos que viven en ese país, calculados entre 500 y 1.000, que lo abandonen en forma inmediata.

Similar recomendación emitió el gobierno de París, que también pretende interrogar a cuatro agentes libios sospechados de haber participado en la voladura de un avión de la compañía UTA, en Níger, en setiembre de 1989, que causó la muerte de 171 personas.

A la par de una ofensiva diplomática encarada ante toda la comunidad árabe de naciones, el régimen de Kadafi dispuso la designación de un nuevo juez en la causa que investiga a los dos agentes presuntamente involucrados en el atentado de Lockerbie, en un intento por evitar la aplicación de sanciones.

El primer ministro libio, Abu Zeid Omar Durda, viajó hoy a Egipto en busca de apoyo contra las sanciones. La ofensiva también incluyó la convocatoria a una reunión urgente de la Liga Arabe.

Libia, bloqueo y crisis

LIBIA está haciendo frente al bloqueo aéreo y militar dispuesto por las Naciones Unidas al mismo tiempo que su población efectúa un obligado balance de los veintitrés años del régimen encabezado por Muamar Kadafi. Las dificultades se entrecruzan, pero los problemas derivados del aislamiento impuesto desde el exterior, han agravado situaciones crónicas que ya en los últimos tiempos habían tomado incremento por propia gravitación de los factores internos.

Como en tantos otros esquemas de acción y reacción que se inscribían en la lógica del emblocamiento, la posguerra fría quitó sentido y sostén a muchos de los juegos de posición que por años distinguieron al líder libio. Mucho más al descubierto y sin amortiguación posible quedó la siempre discutida pero nunca probadamente desmentida relación del régimen de Trípoli con distintas variantes del terrorismo internacional.

El actual embargo de la ONU fue adoptado ante la negativa libia de conceder la extradición de dos sospechosos de haber participado en el atentado del vuelo 103 de Pan Am sobre Lockerbie, en Escocia, que dejó un saldo de 270 muertos. El Consejo de Seguridad del organismo internacional había sugerido que los dos imputados enfrenten juicio en los Estados Unidos o Gran Bretaña, y el gobierno libio, tras muchas evasivas y ofrecimientos que luego difería o anulaba, como el de consignar los acusados a otro país árabe, rechazó toda posibilidad de negociación aceptable.

Esto llevó a las sanciones que ahora limitan el tráfico con el exterior, mientras que la renuencia siria en sumarse al bloque no pasó del terreno de la retórica. Las consecuencias se comienzan a sentir en actividades cotidianas con lentitud, pero, como dijimos, su efecto realza aspectos críticos que la mayoría de los libios percibía y padecía desde hace tiempo.

Lejos ya de la posibilidad de acometer las operaciones que otrora lo llevaron a desestabilizar países africanos o influir sobre la política exterior de algunos miembros de la Liga Arabe, el régimen "revolucionario y socialista" de la Jamahiriya, replegado sobre sí mismo, presenta, como otros procesos similares del mundo subdesarrollado, las flagrantes contradicciones entre las proclamas voluntaristas, el comportamiento agresivo y belicista y la realidad económico-social menguada y trastabillante.

La inflación es incesante, los estantes de los supermercados oficiales están vacíos y junto a la ruina del sector productivo estatal surgen, como contracara tradicionalista, los abirragados negocios privados, de estilo levantino, pero que hoy contienen las apreciadas mercancías industriales de Occidente, en especial aparatos electrónicos. Por ellos, la juventud libia escucha los mismos ritmos que sus congéneres de la otra orilla del Mediterráneo y tanto ellos como los adultos se abalanzan sobre los videos llegados más o menos ilegalmente del exterior, conteniendo, por ejemplo, las aventuras de Rambo, mientras la televisión local trasmite aburridos mensajes ideológicos, sepultando la auténtica cultura local. Los que tienen antenas parabólicas ven directamente las programaciones televisivas de Italia, Francia o Gran Bretaña, según lo relató en estos días un corresponsal de **Le Monde**.

Ese mismo periodista afirmó que la economía libia funciona en dos velocidades: un sector estatal tan enorme como ineficaz y un sector privado dinámico y en pleno crecimiento. Muchos libios se preguntan ya hasta cuándo podrá mantenerse la coexistencia entre uno y otro sin desembocar en fórmulas nuevas de gestión política y económica de la sociedad.

Las ricas reservas petrolíferas de Libia se habían conjugado con el aprovechamiento de las tensiones de la guerra fría para que Kadafi realizara sus peligrosos malabarismos mesiánicos. No empleó las primeras para desarrollar el país y el tiempo de las segundas ha terminado definitivamente. Más allá del bloqueo, pues, Libia enfrenta hoy la dura verdad de un presente que exige abandonar los ardides del pasado y afrontar el porvenir con racionalidad, prudencia y sentido de los límites.

ONU busca urgentemente reemplazante

Renuncia relator de ONU para los derechos humanos en Cuba

La Habana (PL), por Miguel Lozano

La renuncia del relator especial para Cuba de la Comisión de Derechos Humanos crea una situación problemática a Washington, que ejerce presiones para tratar de llenar ese vacío, dijo ayer un alto funcionario cubano.

El vicecanciller Raúl Roa expresó en declaraciones a Prensa Latina que tras la dimisión del colombiano Rafael Rivas Posada, Estados Unidos busca a alguien dispuesto a apoyar el trabajo sucio anticubano en la Comisión de Ginebra.

Al respecto, medios diplomáticos en La Habana consideran difícil que Washington encuentre una personalidad del prestigio que esa función supone y esté dispuesta a jugar el dudoso papel al que aspira Estados Unidos.

Interrogado sobre las posibles causas de la dimisión, Roa consideró que se debió a las dificultades encontradas por Rivas Posada tras su designación. Aunque no ha sido tan explícito públicamente a la hora de referirse a los problemas lo ha hecho en conversaciones privadas, apuntó.

El vicecanciller cubano expresó que el relator especial aceptó haber recibido críticas de todas las partes, con lo cual quiso decir que Estados Unidos quedó insatisfecho del informe unilateral presentado en Ginebra y recibió críticas de las delegaciones latinoamericanas y de algunas occidentales.

Ese documento fue tomado como base para adoptar una resolución presentada por Washington que pidió al presidente de la Comisión de Derechos Humanos nombrar relator especial para Cuba al propio Rivas Posada, hasta entonces representante del secretario general de la ONU.

El informe, que debió ser una exposición objetiva de los hechos, [illegible], precisó Roa, [illegible] las afirmaciones de los enemigos conocidos de la revolución cubana.

Adelantó que Cuba no aceptó por principio al relator especial y se negó a cooperar con él, como lo hará con cualquier otro designado.

Roa, quien encabezó la delegación cubana en la Comisión de Derechos Humanos de Ginebra, precisó que, en su opinión, el nombramiento de un relator es una figura aplicable a países con un cuadro persistente de violaciones flagrantes y masivas.

En su criterio la designación en el caso de [illegible] discriminatorio, resultado de una venganza política de Estados Unidos.

Ahora la renuncia de Rivas Posada, quien la presentó al jefe de la oficina de la ONU en Ginebra, Antoine Blanca, creó un vacío, incluso de carácter técnico jurídico, opinó el funcionario cubano.

De acuerdo con la resolución, expresó Roa, [illegible] designar un relator especial [illegible] al representante especial del secretario general de la ONU, Rafael Rivas Posada y ya ese [illegible].

El vicecanciller cubano recordó [illegible] parte de la misión de la Comisión de Derechos Humanos que visitó Cuba en setiembre de 1988, [illegible] quien, incluyendo [illegible] y [illegible] revolucionarios y [illegible] manifestó en su informe.

Dada la posición de [illegible] Rivas Posada sabía que no [illegible] parte del gobierno de Cuba [illegible] en la Comisión de Ginebra y el Consejo Económico Social de Naciones Unidas.

El relator de [illegible] que no habría cooperación alguna, como no la habrá con cualquier otro designado, si es que pueden designar un relator especial, aseguró Roa.

ENTRE 160 NACIONES ARGENTINA OCUPA, POR SU DESARROLLO, EL PUESTO NUMERO 43

Para la ONU crece en forma alarmante la brecha entre países ricos y pobres

El Informe sobre Desarrollo Humano 1992, elaborado por el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, marca, como punto fundamental, el modo "alarmante" en que creció la brecha entre los países ricos y pobres en los últimos 30 años. Según el informe, la Argentina sigue siendo considerada uno de los países "con desarrollo humano alto". Este concepto mide el progreso en términos de ingresos, educación y esperanza de vida. En este sentido, ocupa el puesto 43 de una lista de 160 países. El trabajo fue realizado por un equipo de economistas, a cargo del ex ministro de Hacienda de Paquistán, Mahbub ul Haq. Allí se dice que las diferencias entre el Norte y el Sur son abismales en todos los órdenes. Como ejemplo, señala que en el Sur hay 9 científicos cada 1.000 personas, y en el Norte, 81.

El 20 por ciento de las personas más ricas de la población mundial recibe el 82,7 por ciento de los ingresos totales del mundo, mientras que el 20 por ciento de los más pobres solo recibe el 1,4 por ciento, dice el **Informe sobre Desarrollo Humano 1992**, elaborado por el **Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo**

En este informe la Argentina ha sido nuevamente considerada uno de los países con desarrollo humano alto, un concepto que mide el progreso en términos de ingresos, educación y esperanza de vida. Pero, según la misma fuente, **ha perdido posiciones: en 1990 ocupaba el 32° lugar y actualmente, como en 1991, es el número 43 en una lista de 160 países.**

El trabajo fue presentado ayer en el Salón Blanco de la Casa de Gobierno por el presidente **Carlos Menem** y el administrador asociado del PNUD, **Luis María Gómez**, en un acto en el que también participaron altos funcionarios del Gobierno. **El informe pretende advertir sobre el modo "alarmante" en que creció la brecha entre los países ricos y pobres en los últimos 30 años.**

Desde 1990 el PNUD presenta un informe anual sobre los avances registrados en el bienestar de la población mundial. En esa época catorce naciones separaban a la Argentina del nivel medio; en el '91 eran diez, y ahora esa diferencia se redujo a cuatro. **Países como Singapur, Trinidad y Tobago y la República de Corea, que en 1990 aparecían con un nivel de desarrollo humano más bajo que nuestro país, ahora lo superan.**

El trabajo, realizado por un equipo de economistas dirigido por **Mahbub ul Haq**, ex ministro de Hacienda de Paquistán y asesor del PNUD, indica que el acceso restringido a los mercados financieros, comerciales y laborales del mundo cuesta a los países en desarrollo y a sus poblaciones 500.000 millones de dólares anuales, una suma diez veces superior a lo que reciben en ayuda externa.

Este problema, según el Informe sobre Desarrollo Humano 1992, quedaría parcialmente resuelto **si los países ricos levantaran las restricciones de la inmigración de trabajadores extranjeros.** Los países en desarrollo podrían obtener de este modo por lo menos 250.000 millones de dólares anuales. Calculan que los controles de inmigración tienen ese costo.

"Resulta irónico que mientras los mercados nacionales tienden a abrirse aún a costos sociales que, aunque transitorios, no dejan de ser dolorosos, los mercados internacionales siguen siendo restrictivos", dijo Luis María Gómez, administrador adjunto del PNUD.

Otro problema que identifica el informe es que las naciones pobres participan en calidad de socios desiguales, aun donde los mercados funcionan libremente. Por caso mencionan el conocido tema de la deuda externa: "Durante los años 80, cuando los países industrializados estaban pagando tasas de interés del 4 por ciento, los países en desarrollo pagaban efectivamente 17%.

Las diferencias entre el Norte y el Sur son abismales en todos los órdenes. Por ejemplo, en el plano energético se indica que **los países ricos poseen la cuarta parte de la población mundial, pero consumen el 70 por ciento de la energía mundial, el 75 por ciento de los metales, el 85 por ciento de la madera y el 60 por ciento de los alimentos.**

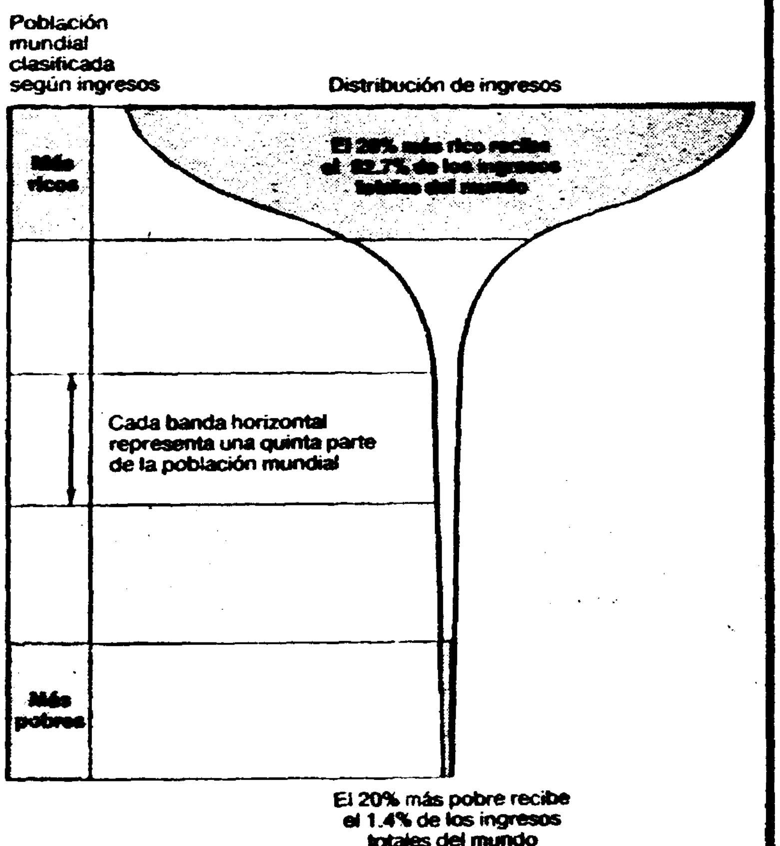
Con todo, el subdesarrollo tiene algunos avances para mostrar: la esperanza media de vida es actualmente de 63 años, 17 más que en 1960, y la tasa de alfabetización de adultos ha aumentado en más de un tercio desde 1970. Pero la brecha más grande se encuentra en la educación especializada, se dice en el estudio que respalda toda información con datos. La matrícula escolar terciaria es de solo 8 por ciento en el Sur, y del 37 en el Norte. **En el Sur hay 9 científicos cada 1.000 personas; en el Norte, 81. Y solo el 20 por ciento de los computadores están en el Sur.**

Pero la pobreza, se advierte, no necesita pasaportes: puede atravesar las fronteras en forma de migración, deterioro del medio ambiente, estupefacientes, enfermedades e inestabilidad política. En este contexto la ayuda no solo es insuficiente: también se distribuye mal. "Solo el 27 por ciento llega a los 10 países que tienen el 72 por ciento de las personas más pobres del mundo", afirman. Los países con alto nivel de gastos en armas reciben el doble de ayuda de los que gastan menos. "La gran tajada es para los compradores de armas", dicen desde el PNUD.

Gabriel Giubellino

La diferencia entre países ricos y pobres es cada vez más marcada. Lo mismo ocurre entre el Norte y el [illegible]

LOS MAS RICOS Y LOS MAS POBRES



El 20% más rico de la población mundial recibe el 82,7% de los ingresos totales del mundo, mientras que el 20% más pobre tan solo recibe el 1,4%. El crecimiento económico mundial casi nunca se filtra hacia abajo. La siguiente es la distribución de los ingresos mundiales por quintiles:

Población mundial	Ingresos mundiales
20% más rico	82,7%
Segundo 20%	11,7%
Tercer 20%	2,3%
Cuarto 20%	1,9%
20% más pobre	1,4%

Fuente: Desarrollo Humano '92 (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo)

Nueva condena de la ONU a Israel por reprimir palestinos

NUEVA YORK, 4 (AP, AFP, EFE y Reuter). — El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas condenó hoy la represión israelí del miércoles pasado en Rafah, en la ocupada Franja de Gaza, que causó por lo menos cuatro muertos y decenas de heridos entre sus habitantes palestinos.

En una declaración leída en nombre de los 15 miembros del Consejo de Seguridad, su presidente y embajador de Zimbabwe, [illegible], expresó la "profunda preocupación" del Consejo ante el agravamiento de la situación en la Franja de Gaza y sobre todo en Rafah, "donde varios palestinos fueron muertos y muchos otros heridos".

"Los miembros del Consejo de Seguridad condenan esos actos violentos" de Rafah y "piden un máximo de moderación para poner fin a la violencia", agrega el texto.

Los principales dirigentes israelíes no [illegible] comentarios hoy sobre la declaración, que [illegible] tivamente suave comparada con las [illegible] vertidas en [illegible] en los territorios ocupados, tales [illegible] dos palestinos en enero de este año o la [illegible] palestinos en el Monte del Templo [illegible] de 1990.

En su declaración, el presidente del Consejo recordó a Israel que está obligado a cumplir todos los puntos de la Cuarta Convención de Ginebra (1949) sobre la protección de civiles en tiempo de guerra, y a respetar también las resoluciones de la ONU.

Las declaraciones del Consejo de Seguridad no tienen alcance obligatorio en la ley internacional, como sí suelen tenerlo sus resoluciones, que deben ser aprobadas por unanimidad.

Marruecos propuso ayer una [illegible] que condenaba a las fuerzas de seguridad [illegible] la represión, y demandaba que "Israel deje de [illegible] tar palestinos".

Estados Unidos rechazó ese lenguaje, y [illegible] una breve declaración que reproducía en [illegible] rales la formulada por el secretario general, [illegible] Ghali, al lamentar las diversas muertes y heridos, y pedía contención para no perjudicar la conferencia de paz de Oriente Medio, que se reanuda en Washington a fines de este mes.

Luego de leída la declaración —que fue [illegible] esta madrugada—, el observador [illegible] Organización para la Liberación de Palestina [illegible] en las Naciones Unidas, [illegible], [illegible] texto es "algo positivo", pero [illegible]

La OLP no aceptó la versión oficial [illegible] de víctimas en Rafah y [illegible] que [illegible] menos 10 muertos y 50 heridos.

Israel destacó que [illegible], el C[illegible] tomó en cuenta que los soldados [illegible] defensa propia, al ser [illegible] rios.

También [illegible] y [illegible] ONU [illegible] [illegible] de 50 heridos.

Nº. DOCUMENTO 92-4667
TITULO
PROCESO 150025
FECHA 5/4/92
VINCULACION ONU 12573 → 15658

Primer contingente de la UN en Croacia

[illegible]A, Croacia, 4 (Reuter). – El [illegible] contingente de tropas de [illegible] de las Naciones Unidas desembarcó hoy en Croacia, [illegible] de nuevos combates [illegible] en [illegible] sin [illegible] tiene precedentes en el continente europeo.

Centenares de soldados franceses, en el primero de 12 batallones de infantería que separarán a bandos en pugna de serbios y croatas, se desplazaron en el puerto adriático de Rijeka y descargaron topadoras y blindados.

Unos 14.000 efectivos de la UN preservarán la paz en tres regiones croatas en poder de serbios.

La radio croata informó que hubo ataques de artillería contra pueblos al este de la república.

Los conflictos también se propagaron a Bosnia-Herzegovina, una céntrica república donde musulmanes y sus aliados croatas quieren la independencia, pero muchos serbios se oponen a ello.

En Rijeka, los 1200 infantes franceses y [illegible] que arribaron constituyen la vanguardia del cuerpo principal, que estará en el país para fines de abril.

L. Nación 050492

92-4068

Nº. 9204669

TITU...

PROC...

FECHA 23/4/92

VINCULACI... ONU 12573

ONU quiere ampliar misión uruguaya

EL ofrecimiento hecho por vía diplomática, mediante el cual la Organización de Naciones Unidas (ONU), planteó a Uruguay la posibilidad de enviar 850 hombres del Batallón de Infantería a territorio Camboyano, incluye también una ampliación de la misión que la Marina uruguaya viene desarrollando en la zona.

Según lo informado a LA MAÑANA por altos voceros castrenses vinculados al Ministerio de Defensa Nacional, la ONU manifestó su interés de que la misión de la Marina uruguaya que actualmente controla el territorio asiático al mando de los dos jefes, los Capitanes de Fragata, Dodino y Torres, fuera ampliada en el número de marinos y jerarcas.

Con respecto al financiamiento de la misión, que durará en un principio un año y medio, los gastos correrán por cuenta de las Naciones Unidas, que además de destinar viáticos de acuerdo a las jerarquías, aportarán un monto de 30 dólares por hombre para mantenimiento de equipos.

De acuerdo a lo manifestado por la misma fuente informativa, los interesados a participar de la misión pueden presentarse espontáneamente. Esta posibilidad está abierta para personal superior, ya que los subalternos, recibirán la orden. A su vez, todo el contingente que viaje deberá someterse y aprobar, las condiciones [illegible] por una serie de exámenes tendientes a comprobar la capacidad psicológica y física de los participantes.

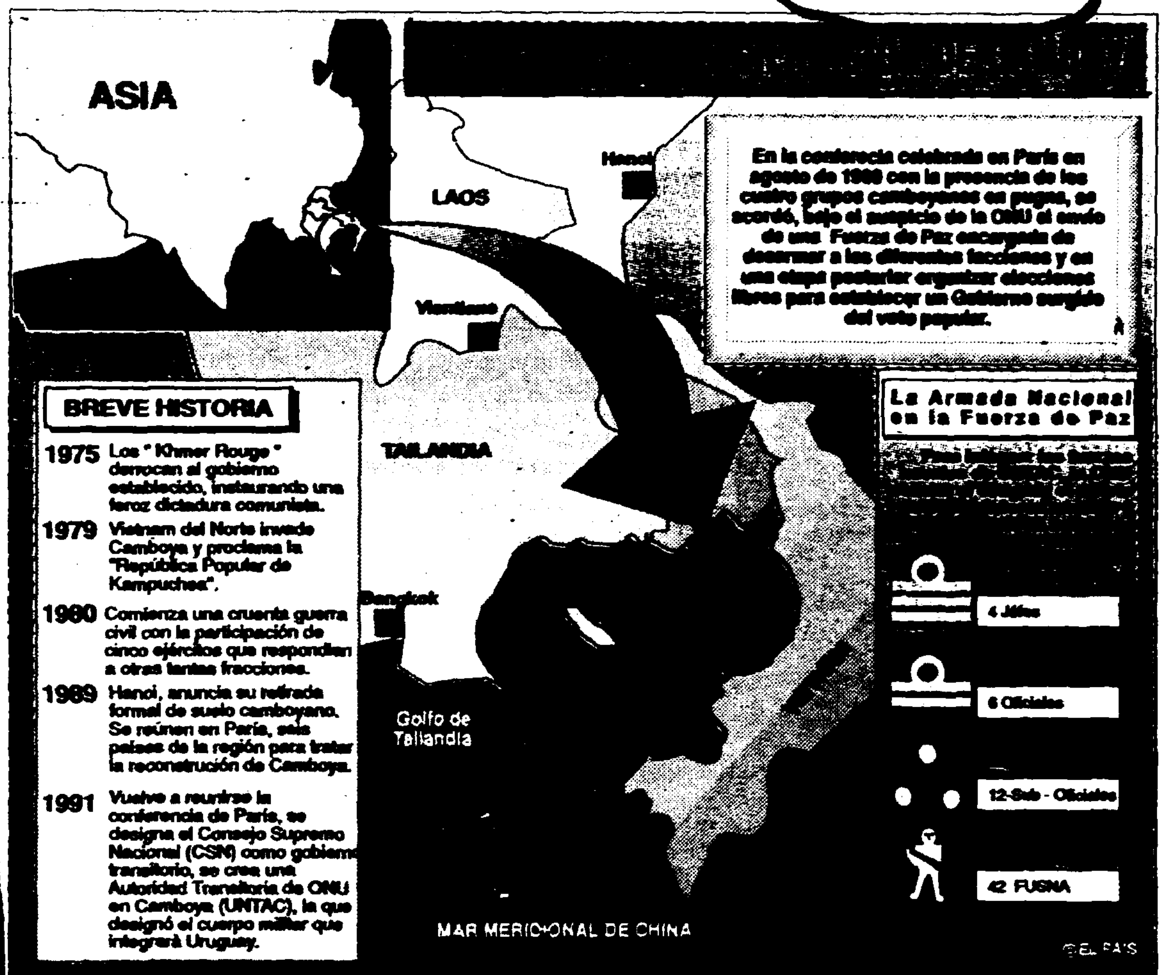
Los test que se incluirán, el psicológico, el físico, de inteligencia, etc., buscan asegurar la integridad del combatiente que deberá enfrentarse no solamente con un clima y geografía diferente, sino a una tensión desgastante que plantea la zona de control. "Es sin duda una experiencia tremenda, que por sus condiciones, requiere la fortaleza de los individuos para que no resulte traumática. Recordemos que es mucho tiempo que uno va a estar alejado de la familia y de su realidad", sostuvo el vocero consultado.

Por su parte los mandos superiores dejarán [illegible] finalmente el [illegible] como uno de los requisitos primordiales para acceder a la misión.

01-02

EL PAIS — Miércoles 22 de Abril de 1992 INFORMACION

URUGUAY COMANDARIA LA FUERZA NAVAL DE LA ONU EN CAMBOYA



Camboya y su capital Phnom Penh, hacia donde partirán en los próximos días 64 miembros de la Armada Uruguaya, entre oficiales y efectivos de fusileros navales. Comandarán la flota integrada por efectivos de Chile, Nueva Zelanda, Reino Unido y Filipinas.

* Es el Mayor Movimiento de las Naciones Unidas
* Supervisarán Desarme y Pacificación del País

Las Naciones Unidas confia[illegible] a la Armada [illegible], el Comando del Contingente Naval de las fuerzas de la Organización en Camboya, en el marco del mayor movimiento castrense para la paz, encarado en la historia de la ONU. Por esa razón, viajaría en breve hacia aquella nación asiática, que durante décadas fue devastada por guerras externas y civiles, un importante contingente de oficiales, suboficiales y fusileros navales uruguayos, para hacerse cargo de la tarea encomendada por el Secretario General del máximo órgano internacional.

El primer grupo de marinos uruguayos saldría hacia la capital camboyana en los próximos días, mientras que el resto de la Fuerza, lo haría a mediados de mayo, con el fin de ejercer el Comando del sector naval que estará integrado por efectivos de la Marina de Guerra de Chile, Nueva Zelanda, Reino Unido, y las Filipinas.

Concretamente los integrantes de la Armada Nacional que irían hacia el sur de Asia son 4 Jefes, 6 Oficiales, 12 Sub-Oficiales y 42 integrantes del Cuerpo de Fusileros Navales (FUSNA).

LA DECISION

Durante las décadas del 70 y el 80 Camboya fue literalmente destrozada por una serie interminable de gueras internas (la toma del poder por los "Khmer Rouge") y externas (la invasión de los vietnamitas del Norte).

En un momento dado 5 ejércitos que respondían a otras tantas facciones estuvieron luchando en su territorio, hasta que en 1989, Hanoi decide el retiro de sus tropas del territorio camboyano, que en esos momentos se le conocía como Kampuchea.

A partir de ese momento comienza una activa acción de las Naciones Unidas, dirigidas por el propio Secretario General con el fin de lograr la reconstrucción del país, ubicado en una zona estratégica para la paz mundial.

Es así que entre otras cosas se crea una autoridad transitoria de ONU en Camboya (UNTAC) que comenzó a reorganizar el destruido país.

Las tareas más importantes de ésta, son la supervisión del cese del fuego, verificación de la retirada de las tropas extranjeras, supervisión de la suspensión del tráfico de armas, ubicación y confiscación de los depósitos de armamentos y supervisión del reagrupamiento, acantonamiento, desarme y desmovilización del 70% del total de las Fuerzas Armadas de cada una de las facciones en pugna.

Fue así que el Secretario General de la ONU se dirigió formalmente a todos los países miembros, solicitando su participación en lo que será la mayor fuerza de paz de la historia de la organización. De todos los estados que contestaron su voluntad de hacerlo, fueron oficialmente requeridos a participar en la Misión Avanzada de Cambodia: Alemania, Argelia, Argentina, Australia, [illegible], Canadá, China, EE.UU., Francia, [illegible], India, Indonesia, Irlanda, Malasia, Nueva Zelanda, Pakistán, Polonia, [illegible], Senegal, Túnez, Uruguay y la CEI.

EL PAPEL DE URUGUAY

El contingente total de hombres de las distintas naciones citadas por la ONU, es de 22.000 entre militares y técnicos, administradores y funcionarios civiles, siendo su acción principal dirigida a la reconstrucción nacional y mejoramiento de las condiciones de vida de la población.

El componente militar fue inicialmente bosquejado como compuesto de batallones de infantería, 4 Unidades de Ingenieros, una Unidad Aérea, un Batallón Logístico, un [illegible], una Unidad de Comunicaciones y una Unidad Naval. Para integrar esta unidad, como ya se indicara fueron convocados Chile, Nueva Zelanda, Reino Unido, Filipinas y Uruguay.

A nuestro país se le asignó el Comando del Contingente Naval de las Fuerzas de la ONU en Camboya.

Para integrar las fuerzas navales de UNTAC, las Naciones Unidas solicitaron a Uruguay el aporte de observadores navales y de un pelotón de Infantería de Marina para acantonamiento.

La función de los observadores, que sería ejercida por 4 Jefes, 6 Oficiales y 12 Sub-Oficiales, es supervisar el cumplimiento por las partes, de los acuerdos de cese al fuego, desarme y desmovilización en Unidades, Bases Fluviales y Oceánicas de la Marina de Camboya.

A los efectivos uruguayos, se aclaró en fuentes enteradas, no corresponde la realización de las tareas, que serán cumplidas por los propios efectivos regulares camboyanos, sino observar que se cumple con las disposiciones de UNTAC.

El contingente de acantonamiento, compuesto por 42 efectivos del FUSNA, tendrá asignadas funciones de guarnición, en lugares a ser asignados. Además de Uruguay, el componente Naval estará integrado por otros tres pelotones pertenecientes a Chile, Nueva Zelanda y el Reino Unido.

Las Naciones Unidas se hacen cargo de todos los gastos de traslado y mantenimiento de los efectivos de todos los países, durante la operación que durará aproximadamente un año y medio.

Doc. Poco LEGIBLE

Cascos azules en Camboya

Phnom Penh (UPI)

■ Cerca de 230 soldados cascos azules indonesios llegaron a Phnom como el primer contingente de los aproximadamente 17.000 soldados de las Fuerzas de Paz de las Naciones Unidas asignados para supervisar el fin de dos décadas de guerra en Camboya.

Unos 80 indonesios llegaron ayer en aviones y otros en un convoy de vehículos militares al puerto de Kompong Som, 232 quilómetros al sur de la capital, dijo el embajador indonesio Taufik [illegible].

Agregó que los soldados son parte de las fuerzas indonesias de 850 hombres que llegaron el miércoles a Kompong Som en un buque del ejército indonesio.

"La totalidad de las fuerzas indonesias llegarán mañana 14 de marzo", dijo el embajador.

Los soldados, portando rifles de asalto de fabricación belga, vestían uniformes de camuflage y los cascos azules de las fuerzas de la Organización de las Naciones Unidas.

Los soldados son el primer contingente asignado por la autoridad de transición de la ONU en Camboya.

F

130392

La REP.

13/3/92

Sociedad latinoamericana busca equidad económica



Garth Rosenthal, director de Cepal.

Santiago (UPI)

■ La Comisión Económica para América Latina y el Caribe de las Naciones Unidas culminó la impresión de un extenso documento que establece que la democratización del continente aumenta la presión social por mayor equidad y participación en los procesos políticos y de desarrollo.

El documento, de 254 páginas, será entregado por la Cepal a la vigésimo cuarta reunión ministerial sobre el tema que se celebrará en Santiago entre los días 8 y 15 de abril.

La presentación del documento dice que "esta propuesta está orientada a superar la pobreza y acelerar el desarrollo en la región y se presenta en momentos en que los problemas sociales han llegado en algunos lugares a situaciones de extrema gravedad".

La Cepal sostiene que "la consolidación de los regímenes pluralistas y participativos acrecentarán la demanda de equidad en la región (...) el diálogo y la búsqueda de consensos, ejes fundamentales de la democratización, son medios para resolver conflictos sin comprometer el cumplimiento de los requisitos de estabilidad y credibilidad".

De acuerdo a las cifras que maneja la Comisión, los problemas se agravaron porque en la década de 1980 los salarios reales disminuyeron bruscamente al igual que el ingreso de los trabajadores por su cuenta, mientras las ganancias de las empresas se mantuvieron y "en algunos casos se elevaron".

El informe de la Cepal aboga por crear canales institucionales para enfrentar la cesantía en el campo y la creciente marginalización de quienes emigran a los grandes centros urbanos en un continente donde la población agraria disminuye con rapidez.

En 1990 había en la región 38 ciudades con más de un millón de habitantes y cinco capitales con más de cinco millones de vecinos. En estos núcleos urbanos vivían en total más de 66 millones de seres humanos. Frente a esto la Cepal estima que la descentralización y el fortalecimiento de los municipios pueden ayudar en la solución de los llamados "problemas de pequeña escala". Destaca al respecto las nuevas leyes en ese sentido dictadas en países de régimen federal como Brasil y Venezuela o en Estados unitarios como Bolivia, Colombia, Guatemala, Perú y Chile.

El informe de la Cepal trata temas sobre el progreso técnico, empleo productivo, inversión en recursos humanos, los cambios institucionales y la estabilización económica.

310392

Irak aceptó la destrucción de sus plantas misilísticas

Preparados: el general Colin Powell, el más alto funcionario militar norteamericano, había asegurado que las fuerzas armadas volverían a atacar a Irak si era necesario.

NACIONES UNIDAS, 20 (Reuter). – Irak consintió en destruir el equipo relacionado con los misiles Scud, quedando así sin efecto las medidas coercitivas que iba a tomar el Consejo de Seguridad, informó hoy la UN.

Las autoridades de Bagdad se negaron a desmantelar el equipo a fines de febrero último dando lugar a una advertencia de "graves consecuencias", por parte del consejo si no cumplía con esa condición.

El cambio de posición de Irak estaba contenido en una carta dirigida a Rolf Ekeus, director de la comisión especial de la UN que supervisa el desmantelamiento de las armas de destrucción masiva de Bagdad. Le fue entregada por el embajador de Irak ante la UN, Abdul Amir al Anbari.

Ekeus dijo en una conferencia de prensa: "Ahora estamos convencidos de que tenemos garantías de que los iraquíes se disponen a terminar con las armas destructivas: a diferencia de antes".

También dijo que había recibido "informaciones nuevas e importantes" sobre misiles balísticos y armas químicas de Irak, incluyendo el reclamo de que cientos de misiles previamente no declarados habían sido destruidos por los iraquíes el último verano.

Dijo que esto debía ser verificado por el equipo que llega a Bagdad mañana.

Este equipo, afirmó también que empezaría a supervisar la destrucción del equipo relacionado con los misiles.

Ekeus manifestó que Irak también había acordado con una exigencia de antigua data del Consejo de Seguridad en el sentido de "una revelación definitiva y completa" de sus programas de armas, y que esto se estaba evaluando.

Amenazas de los EE. UU.

El llamativo acatamiento de Irak a las exigencias del consejo, que Ekeus denominó "un cambio de política", se produjo en momentos en que los Estados Unidos incrementaban sus amenazas de la semana pasada de efectuar ataques aéreos contra objetivos militares iraquíes si hacía falta para que se cumplieran las exigencias del Consejo de Seguridad.

Ayer, Washington envió aviones de combate desde las bases alemanas para reforzar a los buques del Golfo Pérsico así como las bases de Arabia Saudita y Turquía, y el Departamento de Defensa reveló que había elaborado una lista de posibles objetivos.

La semana última, Irak envió una nutrida delegación a Nueva York, encabezada por el viceprimer ministro, Tarek Aziz, que la denominó "una misión de buena voluntad" mientras el consejo le advertía que cumpliera de inmediato todas las condiciones para el cese del fuego que dio fin a la Guerra del Golfo.

Ekeus dijo que se creía que Irak había tenido 800 misiles balísticos de los cuales originalmente declaró sólo 62, y dijo que habían sido destruidos.

En la nueva carta, Ekeus dijo que se había declarado "una cantidad considerable" de misiles adicionales, pero se negó a manifestar cuál era la cifra exacta.

Se sabe que Irak disparó alrededor de 80 misiles contra Arabia Saudita e Israel durante la guerra del Golfo, pero la incertidumbre rodea la cantidad empleada durante la guerra de ocho años entre Irak e Irán, que terminó en 1988.



Inocencia perdida: niños de Bagdad juegan a la guerra

Declaraciones de Powell

WASHINGTON, 20 (Reuter). – Previamente al cambio de posición de Irak, el general Colin Powell, el más alto funcionario militar norteamericano, había dicho que las fuerzas armadas de los Estados Unidos estaban preparadas para volver a atacar a Irak si resultaba necesario para obligar a Saddam Hussein a cumplir con las condiciones de cese del fuego de la Guerra del Golfo.

"Si es necesario, las [illegible] madas de los Estados Unidos [illegible] en condiciones de cumplir [illegible] ber", dijo Powell, jefe [illegible] Mayor Conjunto, cuando [illegible] monio ante la Comisión de Fuerzas Armadas del Senado.

Powell hizo una [illegible] bre temas de estrategia [illegible] de que el Washington Post [illegible] información atribuida a "[illegible] rios" no identificados que [illegible] que él se oponía al uso de las fuerzas como medio de persuadir a Irak de que cumpliera con las ordenes de la UN sobre la destrucción de [illegible] de exterminio masivo.

EN EL GOLFO

Irak trata de evitar otro ataque militar

Bagdad se aviene a eliminar las instalaciones de misiles Scud y su fabricación, como exige la ONU. Nueva amenaza de John Major

WASHINGTON, LONDRES y NACIONES UNIDAS, 20 (EFE, AP, ANSA y Reuter). — Irak accedió hoy a destruir todo el equipamiento relacionado con los misiles Scud y comunicó esa decisión a las Naciones Unidas, en lo que se interpreta como un gesto de último momento destinado a conjurar un nuevo ataque militar por parte de los Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia.

Las autoridades de Bagdad habían rehusado deshacerse de ese material bélico a fines del mes pasado y recibieron por parte del Consejo de Seguridad del organismo mundial una advertencia de que afrontaba "serias consecuencias" —que podía incluir una nueva acción armada— en caso de no acatar la resolución.

Fuentes del Pentágono revelaron ayer que los Estados Unidos tienen planeada una nueva ofensiva aérea contra Bagdad si el gobierno de Saddam Hussein se rehúsa a cooperar.

El primer ministro británico, John Major, dijo en una entrevista publicada hoy por el diario londinense The Times que Gran Bretaña no dudará en participar de una acción militar contra Irak si fuera necesario, "incluso durante la actual campaña electoral" británica.

La decisión del gobierno de Bagdad de desmantelar su infraestructura industrial [illegible] les se conoció a través de una [illegible] Rolf Ekeus, director de la comisión especial de la ONU encargada de neutralizar el potencial bélico no convencional del país árabe.

[illegible]

Al-Anbari dijo que el enviado iraquí expresó ayer "la disposición de Irak a hacer una revelación plena, final y completa de sus programas, que era lo que la comisión había estado buscando todo este tiempo".

Mañana partirá a Bagdad un equipo de expertos de la ONU para comprobar si las palabras se cumplen en los hechos.

En la entrevista publicada hoy por The Times, el primer ministro británico destacó que el líder iraquí, Saddam Hussein, "todavía tiene la capacidad para fabricar armas nucleares, y deberá poner fin a ese poder".

"Las Naciones Unidas lo pidió, y nosotros, los británicos, los estadounidenses y los franceses aseguraremos que Saddam no siga adelante con ello", agregó Major.

Revelaciones

Mientras los Estados Unidos incrementan su presión contra Irak para que desmantele su arsenal de destrucción masiva, aparecieron hoy nuevos indicios del apoyo prestado por Washington al régimen de Saddam Hussein antes de la invasión de Kuwait.

El diario The New York Times informó en su primera página de hoy que el gobierno estadounidense encubrió [illegible] de Irak en un fraude bancario [illegible] de Georgia) para no dañar sus [illegible]

[illegible]

El dilema kurdo

BAGDAD, 20 (Reuter). — El gobierno de Irak advirtió hoy a los rebeldes kurdos en la víspera de su año nuevo que no pueden depender eternamente de la protección occidental y que en definitiva no tendrán otra opción que negociar con el presidente Saddam Hussein.

Voceros diplomáticos dijeron que la protección occidental y la vigilancia establecida por la comunidad internacional desalentaron cualquier ofensiva del ejército iraquí sobre los territorios controlados por los kurdos, pero también puntualizaron que sus dirigentes tienen plena conciencia de que podrían ser aplastados en pocos días.

Una nota editorial que apareció en la primera plana del diario Al-Thawra, del gobernante Partido Baas, sostuvo que los dirigentes rebeldes pretenden utilizar a Kurdistán como un trampolín para destruir a Irak.

"La historia demuestra que las ambiciones de nuestro pueblo kurdo no pueden pasar a través de las puertas de la traición y de la dependencia de potencias foráneas [illegible] bajo el [illegible]".

Una fuerza aliada [illegible] estadounidenses avanzó [illegible] norte de Irak para proteger a los kurdos [illegible] la rebelión [illegible]

Irak anunció que no renunciará a la construcción de armas nucleares

La OTAN se reunió ayer con carácter urgente en Bruselas y expresó su preocupación por la renuencia iraquí a destruir sus arsenales. El presidente Bush dijo que están abiertas todas las opciones para obligar a Bagdad a cumplir con sus obligaciones. El viceprimer ministro iraquí Tarek Aziz sostuvo que su país no renunciará al derecho de construir armas de destrucción masiva.

Agencia AP



Tarek Aziz, viceprimer ministro iraquí: "No renunciaremos".

Agencia Reuter



Presidente George Bush: "Todas las opciones siguen abiertas".

NUEVA YORK, 16 (Por **R. Jeffrey Smith** y **Trevor Rowe**, de **The Washington Post**, especial para **Clarín**). — El viceprimer ministro iraquí **Tarek Aziz** declaró que si bien su gobierno pretende cooperar con las **Naciones Unidas** en la eliminación de las **armas de destrucción masiva** existentes en Irak, **Bagdad** no renunciará al derecho de convertirse en el futuro en una **importante potencia nuclear** y de construir todo tipo de armamento.

Al ser entrevistado este fin de semana en Nueva York, antes de regresar a Irak, Aziz se negó a garantizar que los equipos de la ONU, encargados de supervisar las actividades de su país y destruir su capacidad bélica, **continuarán realizando su labor libres de todo obstáculo**. Y agregó que los trabajos de la ONU serán analizados "caso por caso".

Sus declaraciones fueron difundidas luego que las Naciones Unidas volvieron a acusar a Irak, la semana pasada, **de no cumplir con los pedidos para que elimine su capacidad para fabricar misiles y armas químicas, biológicas y nucleares**. Y luego de una seguidilla de declaraciones lanzadas por funcionarios británicos y norteamericanos, **que no descartaron la posibilidad de volver a recurrir a la fuerza para eliminar todos los predios iraquíes de fabricación de armamentos** (véase aparte). Por su parte, el gobierno iraquí dijo querer preservar y modificar sus equipos para acordarles un uso civil.

Aziz no dio ninguna señal de que Bagdad se atenga a la demanda del **Consejo de Seguridad** de la ONU para una **aceptación incondicional** de las resoluciones 707 y 715, referidas a las condiciones del cese del fuego de la guerra del Golfo.

Estas resoluciones —de un alcance sin precedentes— autorizan a la Comisión Especial de la ONU en Irak **a ordenar la destrucción de cualquier centro de armamentos iraquí que se designe; a realizar búsquedas de materiales prohibidos en cualquier punto del país; y a llevar adelante una supervisión exhaustiva, a largo plazo, sobre todas las actividades científicas y militares que se realicen en Irak.** Bagdad ya ha calificado a estas demandas como una **violacion inaceptable a su soberanía nacional.**

♦ Un balance optimista

La semana pasada, el viceprimer ministro iraquí no pudo conseguir el apoyo de ninguno de los miembros del Consejo de Seguridad para lograr que se aplique alguna **excepción** a estos requerimientos, o para flexibilizar el bloqueo económico mundial que pesa contra Irak **—sus dos objetivos primordiales de la visita de seis días que hizo a los EE.UU.—**. De todos modos, Aziz hizo un balance **optimista** sobre su gestión y declaró que los integrantes del Consejo de Seguridad, con excepción de **Gran Bretaña** y los EE.UU., comprendían ahora mucho mejor la posición iraquí, "lo cual nos permite a todos mantener una relación más fructífera".

Aziz intentó asimismo resaltar que tanto los funcionarios del Consejo de Seguridad como los de la Comisión Especial tienen "opiniones diferentes" sobre las resoluciones, incluyendo una visión más comprensiva frente a Irak que la que está dispuesta a admitir **Washington. Funcionarios** estadounidenses, sin **embargo**, expresaron su satisfacción **por la declaración unánime y contundente del Consejo** de Seguridad, difundida **el jueves, en la** que se señalaba que "el **gobierno de Irak** aún no ha cumplido **en forma total e incondicional** con sus **obligaciones", y que** Bagdad "debe hacerlo de **inmediato**, tomando todas las acciones **que sean pertinentes** a este respecto".

El vicepremier iraquí, **que fue entrevistado** durante 20 minutos **en la elegante** residencia en **Manhattan del embajador** iraquí ante la ONU **Abdul Amir Anbari**, dijo haber tomado con **seriedad las informaciones** de la prensa **norteamericana sobre** una campaña **encubierta de 30 millones** de dólares **para desestabilizar al gobierno del presidente Saddam Hussein.**

Con todo, le restó **importancia a este** intento por considerar **que trabaja en él** "gente sin ninguna influencia" **que se reúne "en Riad (Arabia Saudita) y en hoteles de cinco estrellas de las capitales de Oriente Medio para obtener fondos de manos de potencias extranjeras".**

La agencia de noticias **Reuter informó** que según un artículo **aparecido en el Sunday Telegraph de Londres, la CIA (Agencia Central de Inteligencia) está inundando a Irak con dinares (la moneda iraquí) falsos para perjudicar la economía nacional.** Consultado **al respecto, el** vocero de la CIA en **Washington, Peter Earnest**, se negó a hacer **declaraciones.**

♦ El año que viene, en el mismo lugar...

Aziz indicó que su gobierno **no contaba** con ninguna certeza **de que esta supuesta** campaña encubierta **de los EE.UU. se hubiera** extendido por Irak. **"El año que viene, nos encontraremos en el mismo lugar en donde estamos hoy", aseguró, en** relación al actual gobierno **iraquí.**

Preguntado si el gobierno **de Bagdad** estaba dispuesto a a **renunciar a las armas** de destrucción masiva **como manera** de tranquilizar a la ONU **sobre sus intenciones**, Aziz precisó: "El Consejo de Seguridad no nos pide que hagamos **ese tipo de** comentarios. Lo que se **nos pide es que** cumplamos con las cláusulas **del Consejo**, que es algo diferente."

"Cuando uno no puede hacer algo físicamente se trata de una concesión tácita. No es necesario hacer esa clase de declaraciones. Sería algo humillante para la dignidad tanto del pueblo como del gobierno iraquí", agregó.

Al ser presionado e **interrogado si no** renunciaria de todos **modos, y en forma** categórica, a las aspiraciones **iraquíes de** armas nucleares, químicas **o biológicas**, señaló: "No, pero puedo decir **que estamos** dispuestos a cumplir **con la resolución** que pide la eliminación **de esa clase de** armas. Ni un centímetro más **que esto."**

Aziz hizo referencia **luego al punto de** que las demandas que se le **impusieron a** Bagdad no deben ser más **severas que las** aplicadas a otras naciones **—a pesar de la** invasión a Kuwait en **agosto de 1990—: "¿Por que no le preguntan al resto de los países de la región? ¿Qué pasa con Israel, o con Irán? ¿Y los otros? Que digan ellos también cuáles son sus intenciones."**

Irak no renunciará a su poderío militar y al mismo tiempo "colaborará" con la ONU

El doble juego de Saddam

● ***Los hombres de Bush trabajan en un plan que prevé el uso de los fondos iraquíes, congelados en EEUU, para financiar los operativos de desarme, según el Wall Street Journal***

El vicepremier iraquí, Tarek Aziz, fue explícito: Irak no renunciará a su "derecho" a ser una importante potencia militar. El funcionario iraquí insistió sobre este concepto en el curso de una entrevista en el Washington Post, pero al mismo tiempo indicó que su gobierno está dispuesto a "colaborar" con la ONU para la aplicación de las resoluciones relativas a la posguerra del golfo.



Saddam: equilibrismo diplomático. (Telefoto de AFP)

Washington (ANSA, UPI)

■ A juicio del diario de Washington, las declaraciones de Aziz no reducen para nada el riesgo de una intervención de los aliados contra Irak, que en las últimas semanas resistió progresivamente a los esfuerzos con los que los expertos de la ONU tratan de desmantelar *todas* las industrias empleables en construcción de armas químicas, biológicas, nucleares y misilísticas. El vicepremier se negó a asegurar si los expertos de la ONU podrán continuar en su actividad sin nuevos impedimentos, y se limitó a prometer una cooperación "caso por caso". En misión en Nueva York para consultas con el Consejo de Seguridad de la ONU, que concluyeron sin resultados concretos, Aziz desdeñó los presuntos intentos norteamericanos de derrocar a Saddam Hussein financiando movimientos de oposición: "el próximo año estaremos aún en el mismo puesto", afirmó. Según trascendió, el presidente George Bush aún no tomó una decisión definitiva sobre la oportunidad para una nueva acción de fuerza contra Hussein. En la Casa Blanca se excluye una acción unilateral, pero el Pentágono preparó "planes cautelares" para dar a los expertos de la ONU empeñados en Irak "una escolta armada".

Según el Wall Street Journal, los hombres de Bush trabajan ahora en un plan que prevé el uso de los fondos iraquíes congelados en Estados Unidos -cerca de 1.500 millones de dólares- para el financiamiento de las operaciones con los que la ONU trata de desarmar a Bagdad. Sería otro modo de ejercer presiones sobre el régimen de Saddam Hussein.

Al tiempo que Iraq negaba versiones de que sus tropas se enfrentasen a rebeldes que buscan derrocar al presidente Saddam Hussein, el viceprimer ministro Tarek Aziz regresaba a Bagdad tras fracasar en su intento de que el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas levante las sanciones contra su país. Aziz llegó el domingo en la noche a Amman procedente de Nueva York, donde pidió al Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas que se levanten las sanciones contra Irak.

La agencia de noticias iraquí dijo en un despacho captado ayer en Beirut que Aziz se reunió con funcionarios jordanos antes de proseguir viaje a Bagdad.

La agencia dijo que durante su viaje a Nueva York Aziz trató en vano de convencer a la comunidad internacional de que suspenda las sanciones impuestas a Irak a raíz de la guerra del Golfo Pérsico. Las sanciones "causan graves penurias a la población iraquí", dijo la agencia.

Irak negó el domingo que sus soldados estén atacando a rebeldes que combaten nuevamente para derrocar a Saddam y calificó los informes como "engañosa propaganda iraní".

El ministro de defensa, general Ali Hassan al Meguid, en un comunicado transmitido por Radio Bagdad, describió los informes iraníes como "infundados y falsos". Irán se enfrascó en una prolongada guerra con el país vecino entre 1980 y 1988, y muchos iraquíes opositores han huido a Irán. Los iraníes informaron que el ejército de Saddam está atacando a rebeldes kurdos en el norte de Irak y a musulmanes chiitas en el sur.

"El ejército iraquí no tiene planes de avanzar hacia las áreas del norte, al Kurdistán", indicó Meguid, negando también que hayan estallado fuertes enfrentamientos en el sur. "Estas aseveraciones no son más que propaganda iraní absolutamente infundada y engañosa".

Dos pueblos chiitas del sur de Irak, Toveileh y Omoolmahbi, fueron bombardeados en los últimos días por las tropas del gobierno de Saddam Hussein, que provocaron numerosos muertos, entre ellos mujeres y niños, dijeron en Teherán fuentes de la oposición chiita iraquí refugiada en Irán. Según las fuentes, los bombardeos buscarían atacar las numerosas bases de la guerrilla chiita que lucha contra Saddam Hussein que se encuentran en esa zona pantanosa entre ambos países.

Bush: las opciones continúan abiertas

MILWAUKEE, NUEVA YORK y RIAD, 16 (AP, EFE, DPA, ANSA y Reuter). — El presidente norteamericano George Bush reiteró hoy que "están abiertas todas las opciones" para obligar a Irak a desmantelar sus armamentos de destrucción masiva, de conformidad con las resoluciones de las Naciones Unidas en base a las cuales se acordó una tregua en la guerra del Golfo.

"Insistimos con todos los medios a nuestro alcance en que Irak debe atenerse a las resoluciones de la ONU", manifestó el mandatario estadounidense, quien agregó que "no voy a discutir las posibilidades de acción, ya que ninguna de ellas fue eliminada".

Bush, quien realiza una gira proselitista por Wisconsin, destacó que Washington se mantiene en contacto con sus aliados y recalcó que "estamos decididos a que Irak cumpla con lo que dijo que haría".

Mientras tanto, la Organización del Tratado del Atlántico Norte expresó hoy en Bruselas, donde se reunió con carácter urgente, su profunda preocupación por las declaraciones formuladas al diario estadounidense The Washington Post por el viceprimer ministro iraquí Tarek Aziz, quien dijo que Bagdad no tiene intenciones de renunciar al derecho a construir armas de destrucción masiva.

Con respecto a la entrada al Golfo del portaaviones América, que lleva a bordo 85 cazabombarderos de última generación, el gobernante norteamericano se negó a efectuar interpretaciones.

Voceros de la Armada sostuvieron que los movimientos de la poderosa nave eran rutinarios, pero el viernes fuentes del gobierno norteamericano aseguraron que constituía una medida preventiva e, inclusive, anticiparon que el portaaviones y sus escoltas podrían lanzar ataques "quirúrgicos" contra las instalaciones nucleares iraquíes.

La cadena de televisión CNN fue más lejos y aseguró que el Pentágono elaboró una lista minuciosa de los blancos militares que atacaría en territorio iraquí con bombas y misiles de Crucero en caso de que la Casa Blanca resuelva reanudar las hostilidades.

Estados Unidos desplazó otras unidades a la región, como el buque de desembarco Okinawa, que se encuentra fondeado en Dubai. En el Mar Rojo operan numerosos destructores y fragatas cuya misión por el momento es hacer cumplir las sanciones comerciales que la ONU impuso a Irak después de que este país invadió Kuwait el 2 de agosto de 1990.

Las naciones árabes que limitan con Irak también comenzaron a mostrarse partidarias de una demostración de fuerza estadounidense contra el régimen del presidente Saddam Hussein.

El diario saudita Al-Yaum, que refleja los puntos de vista de las autoridades de Riad, indicó que "Saddam no conoce otro idioma que el de las amenazas, la confrontación y la fuerza". También en el reino, el periódico Okaz, sostuvo que "la posibilidad de la opción militar es ahora más fuerte que nunca".

Observadores diplomáticos de la región opinaron que los países del Golfo esperan que Saddam termine por aceptar las resoluciones de la ONU y agregan que, en caso de que el mandatario iraquí se negara a hacerlo, verían con buenos ojos alguna acción militar norteamericana, pero de ninguna manera estarían dispuestos a comprometer sus propias fuerzas, como lo hicieron durante el conflicto de 1991.

Mientras tanto, en París, el presidente François Mitterrand y el rey jordano Hussein, quienes mantuvieron conversaciones, dijeron que la situación en el Golfo es "preocupante" y agregaron que esto es consecuencia de la actitud dilatoria de las autoridades de Bagdad en lo que respecta al cumplimiento de sus obligaciones con la ONU.

Crece el dispositivo bélico de Occidente en el Golfo

MANAMA, 15 (AFP). – La llegada al Golfo Pérsico del portaaviones América es una prueba de la voluntad norteamericana y occidental de actuar contra Irak si no coopera rápidamente con la UN en la eliminación de [illegible].

Según fuentes diplomáticas, el América, que franqueó el sábado el estrecho de Gibraltar para adentrarse en el Golfo, es la pieza clave en el refuerzo del dispositivo naval aliado presente en la región desde la derrota de Irak en la Guerra del Golfo, en febrero de 1991.

Más de 25 buques de guerra norteamericanos, británicos y franceses están preparados para una eventual operación contra objetivos iraquíes. Todo dependerá del resultado de una nueva misión de expertos nucleares de la UN en Irak, prevista para fines del corriente mes.

La [illegible], según las mismas fuentes diplomáticas, en un [illegible] [illegible]. De ahí la necesidad de acercar al América, que transporta 80 [illegible], a sus objetivos [illegible].

La movilización de fuerzas aeronavales se explica por la convicción de los expertos de la UN de que Irak sigue ocultando lo esencial de su potencial nuclear. "Al comparar nuestras informaciones –declaró uno de ellos– llegamos a la conclusión de que Bagdad quiere ganar tiempo a toda costa y que sus ingenieros se sustraigan a la supervisión internacional".

Las conclusiones de la nueva misión prevista para fines del actual, estimó un diplomático, serán "determinantes" para una eventual acción militar occidental, ya que eso sería, precisamente, "uno o varios emplazamientos nucleares".

La relativa cooperación de Irak en materia de otras armas de destrucción masiva o de largo alcance [illegible], según las fuentes, el deseo de "controlar" lo que parece prioritario: el potencial nuclear que la UN aún no logró descubrir.

En las últimas semanas, los expertos destruyeron casi todos los cohetes químicos [illegible] en un emplazamiento cercano a Bagdad. Un nuevo equipo de especialistas en balística llegará el 21 del corriente mes a la capital iraquí.

Según David Kay, secretario general del Uranium Institute de Londres, que dirigió varias misiones de inspección en Irak, los iraquíes, "muy astutos" y "mentirosos [illegible]" pueden "esconder aún muchas cosas".

La voluntad de cooperación de Bagdad, reiterada la semana última por el viceprimer ministro, Tareq Aziz, ante el Consejo de Seguridad, será rápidamente puesta a prueba por las próximas misiones de la UN, resumió el sábado el Gulf Daily News, de Bahrein.

Hoy, el equipo de observadores de la UN desenterró 40 misiles con carga química ocultos en el desierto.

Ayer, el canciller alemán, Hans Dietrich Genscher, dijo que el Consejo de Seguridad debe tomar medidas más duras contra Irak, debido a que Saddam Hussein sigue tratando de ocultar armas de destrucción masiva, y que su país apoyará todas las medidas de la UN en ese sentido.

Acusación a [illegible]

BAGDAD, 15 [illegible]. – El [illegible] ministro de Irak [illegible] a Bagdad y [illegible] en Kuwait [illegible].

El [illegible] Bagdad [illegible] Irak que [illegible] a un [illegible] Bagdad.

[illegible]

[illegible] constituirse en [illegible] de aviones civiles y buques de [illegible] iraquíes.

"Logramos [illegible] del inicio de la [illegible] y 22 [illegible] el [illegible].

Irak [illegible] aviones [illegible] mejores [illegible] de combate [illegible] enero y [illegible] dieron.

EL PAIS — Viernes 13 de Marzo de 1992

"Debe Emprender Acciones Inmediatas"

CONSEJO DE SEGURIDAD SENTENCIO QUE REGIMEN IRAQUI TODAVIA NO CUMPLIO

NACIONES UNIDAS, 12 (Reuter).— Irak dijo hoy al Consejo de Seguridad que está cumpliendo con las resoluciones de la paz del Golfo que requieren que revele su industria militar, pero la ONU dijo que no es así y reclamó una inmediata y completa aceptación de sus resoluciones.

Una breve declaración dada a conocer tras dos días de reuniones para oír las explicaciones del viceprimer ministro iraquí Tarek Aziz, dice: "En la óptica del Consejo de Seguridad, el gobierno de Irak todavía no cumplió total e incondicionalmente con esas obligaciones, debe hacerlo y debe emprender inmediatamente acción apropiada al respecto".

"Espera que la buena voluntad expresada por el viceprimer ministro de Irak sea respaldada por los hechos", agrega.

La declaración fue leída por el presidente del Consejo, el venezolano Diego Arria, después de que Aziz respondiera las preguntas que se le hicieron en la sesión del miércoles.

Aziz dijo que todas las armas prohibidas fueron destruidas y que Irak está listo para efectivizar una revelación completa de sus programas armamentísticos y de sus instalaciones abarcadas por las resoluciones del Consejo, y para ingresar en conversaciones técnicas con funcionarios de la ONU.

Pero insistió en que los equipos de la ONU deberían destruir solamente maquinaria utilizada para producir armas prohibidas según las condiciones de la paz, no materiales que podrían transformarse para uso pacífico.

El último de una serie de roces en torno a los equipos de investigación de la ONU fue hace dos semanas cuando Bagdad se negó a eliminar máquinas utilizadas con fines no bélicos.

El funcionario manifestó que Irak hizo todo lo posible por cumplir con los términos del cese del fuego e insistió el miércoles en que su patria es un estado orgulloso, llevado casi hasta ponerse de rodillas por fuertes bombardeos y un embargo comercial destinado a forzarlo a retroceder a una "era preindustrial".

Aziz enfatizó la necesidad de respetar la soberanía de Irak y su integridad territorial, negó las persecuciones a los kurdos y a los chiitas y se ofreció a reanudar conversaciones con las Naciones Unidas sobre limitadas ventas de petróleo.

Sin embargo, dijo que éstas no deberían estar reguladas por una determinación del Consejo, como la de setiembre que permitía la venta de 1.600 millones de dólares para permitir la compra de suministros humanitarios por Irak, pero con la condición de que la tercera parte se destinase al pago de reparaciones de guerra.

En lugar de ello Aziz propuso que Bagdad venda petróleo a los miembros del Consejo de Seguridad, incluyendo a los Estados Unidos, Japón, India, y la ex Unión Soviética, como se hacía antes de la guerra.

Irak compraría a su vez en estos países medicinas y alimentos, exentos del estricto bloqueo impuesto tras la invasión a Kuwait en 1990, para que puedan tener garantías de que las sanciones no están siendo violadas.

Nº DO[illegible]
TITU[illegible] Condena a Irak por [illegible]
PROCEDE[illegible] [illegible] 150025 [illegible]
FECHA DE[illegible] 6-3-92
VINCULACI[illegible] [illegible] 12573
[illegible] DDHH

Derechos humanos: la UN condenó a Irak

GINEBRA, 5 (EFE). – La Comisión de Derechos Humanos de la UN condenó hoy al gobierno de Irak "por graves y masivas violaciones de los derechos humanos" [illegible]

[illegible]

"No existen detenidos políticos en Irak, sino presos comunes. No hubo [illegible]

[illegible] durante la guerra", dijo Al-Douri.

[illegible]

F

060392

EL organismo dio plazo a Bagdad hasta el 9 de marzo, advirtiendo que tomará represalias

NACIONES UNIDAS. (ANSA, EFE, Reuter y UPI).- La tensión entre la Organización de las Naciones Unidas y el Gobierno iraquí se ha dado nuevamente ante la negativa de Bagdad de aceptar las órdenes del organismo internacional referentes al desmantelamiento de sus instalaciones de armado de misiles balísticos, y la ONU amenazó con represalias que podrían llevar a una nueva acción militar.

La situación se agravó ayer cuando los expertos de la ONU, que llegaron a Bahrein procedentes de Bagdad, informaron del hallazgo, en sus inspecciones por sorpresa, de sistemas no declarados por los iraquíes.

Así lo indicaron fuentes del organismo internacional, que no quisieron dar más precisiones porque se aguarda un informe completo de la misión.

El grupo, encabezado por el británico Christopher Holland, abandonó Bagdad y llegó a Bahrein ayer, sin poder cumplir parte de su misión, debido a la negativa iraquí.

El Consejo de Seguridad de la ONU, enfurecido y harto por los continuos desafíos de Bagdad, dio el viernes de noche al Presidente Saddam Hussein hasta el 9 de marzo próximo para cumplir incondicionalmente sus resoluciones, especialmente las relativas a la eliminación de arsenales de destrucción masiva, incluidos los misiles balísticos de más de 150 kilómetros de alcance.

"Graves consecuencias"

El Consejo advirtió a Iraq, por segunda vez en diez días, que afronta "graves consecuencias" si persiste en su desafío.

Si bien no precisó qué medidas podrían tomarse, fuentes diplomáticas dijeron que las opciones van desde un endurecimiento de las sanciones económicas, en vigor desde la invasión iraquí de Kuwait en agosto de 1990, hasta un ataque militar contra centros iraquíes de producción de material prohibido.

Las fuentes subrayaron que la opción militar no sería la primera, ya que hay que "guardar la artillería pesada" como último recurso.

Iraq rechazó la destrucción de equipos relacionados con los misiles balísticos, que debía supervisar la misión de la ONU esta semana, alegando que esos sistemas e instalaciones pueden reconvertirse para fines civiles o para la producción de misiles de alcance permitido.

El Consejo, que tachó de inaceptable la actitud iraquí y dijo que las resoluciones del organismo no son negociables, afirmó que las decisiones sobre los equipos a destruir son de la exclusiva incumbencia de la comisión especial de la ONU encargada del desarme iraquí.

La misión de los expertos que abandonaron Bagdad ayer incluía, además de la destrucción de ciertos equipos, la identificación de instalaciones o sistemas a destruir e inspecciones por sorpresa a ciertos lugares.

En esas inspecciones, dijeron las fuentes, encontraron equipos cuya existencia no había declarado Iraq.

Rolf Ekeus, presidente de la comisión especial de la ONU, decidió retirar a la misión de Iraq porque no tenía sentido que permaneciera allí tras la negativa iraquí.

Plan contra Hussein

En tanto, el presidente del Consejo Supremo de la Revolución Islámica de Irao, Mohamed Baker Al Hakim, afirmó que la oposición iraquí preparó durante sus reuniones celebradas el pasado 22 de febrero en Arabia Saudí un plan para derrocar al Presidente Hussein.

INTERNACIONAL

Duro Ataque a ex Aliados Comunis

CUBA NO A
NO ADMIT

LA HABANA, 4 (Reuter). — Cuba rechazó un voto de censura de las Naciones Unidas a sus antecedentes sobre derechos humanos y dijo que no accederá a un llamado para cooperar con un investigador especial de la ONU asignado a la isla.

El gobierno y los medios de información estatales cubanos atacaron también duramente a ex aliados comunistas y países latinoamericanos que votaron el martes a favor de una moción contra Cuba, promovida por Estados Unidos, en la Comisión de Derechos Humanos de la ONU en Ginebra.

La comisión, de 53 miembros, aprobó la resolución que criticó fuertemente los antecedentes sobre derechos humanos de Cuba por 23 votos contra ocho, con 21 abstenciones y una ausencia.

La resolución también llamó a Cuba a cooperar con un investigador especial de la ONU, nombrado hace un año para estudiar los presuntos abusos de derechos humanos en la isla, pero a quien le fue prohibido visitar La Habana.

"Nuestro país, nuestra delegación rechazó (la resolución) de manera terminante y advirtió que como la del año pasado, no será cumplida para nada", dijo a la estatal Radio Habana Cuba el vicecanciller Raúl Roa Kuri, representante cubano ante la comisión.

El gobierno comunista de Cuba condenó la votación en un comunicado, calificándola como un resultado de "presiones, maniobras y chantajes" de Washington.

"Estados Unidos compró votos por una parte y por la otra ejerció sus conocidas y brutales amenazas de represalias económicas contra los estados miembros de la comisión", dijo el documento.

Citando el gran número de abstenciones, principalmente de países del Tercer Mundo, agregó que la votación fue en los hechos una "victoria pírrica" para Washington y una "victoria moral" para Cuba.

Tanto el gobierno como la prensa estatal reservaron sus más virulentas críticas para cuatro ex aliados comunistas de Cuba —Rusia, Checoslovaquia, Hungría y Bulgaria— y para cuatro países latinoamericanos —Argentina, Costa Rica, Chile y Uruguay— que votaron contra la isla.

El comunicado del gobierno atacó a los cuatro ex aliados cubanos como "los nuevos alineados del imperialismo" y dijo que estuvieron "evidentemente ansiosos por hacer méritos y obtener favores en Occidente".

La estatal Radio Rebelde dijo en un comentario propio que los votos de Rusia, Checoslovaquia, Hungría y Bulgaria fueron un "nuevo, triste y vergonzoso" acontecimiento.

La Habana ha estado particularmente molesta por la posición adoptada por Rusia, que ahora ocupa el lugar ante la ONU que dejó la ex Unión Soviética, el más estrecho aliado y principal proveedor económico de Cuba durante tres décadas.

Refiriéndose a Argentina, Radio Rebelde dijo que su voto contra Cuba no constituía sorpresa.

"Sumido en una corrupción interna de los altos círculos del poder, que reivindica con creces a Alí Baba y los 40 Ladrones, el gobierno argentino no omite esfuerzos para ganarse el favor de Washington, y en honor de la verdad, lo está logrando", dijo la emisora.

Sin embargo, las autoridades cubanas expresaron sorpresa y disgusto por el apoyo de Chile y Uruguay a la resolución respaldada por Washington.

"En Chile y Uruguay en cambio, por respeto al menos a los asesinados por sendas dictaduras militares, a los torturados, a las familias que buscan a sus familiares desaparecidos, al menos por eso pudieran haber tenido una actitud más consecuente", dijo Radio Rebelde.

040392

Rusia Apoyó la Censura; Cinco Latinoamericanos se Abstuvieron

NACIONES UNIDAS CONDENO A CUBA POR GRAVE VIOLACION DE DERECHOS Y LAS LIBERTADES

GINEBRA, 3 (EFE y Reuter).— La Comisión de Derechos Humanos de la ONU, condenó hoy a Cuba por violación grave de las libertades fundamentales, tal como solicitaron EE.UU. y otros 48 países en el proyecto de resolución que se votaba.

La condena de Cuba, que como ya ocurrió el pasado año incluye el nombramiento de un relator especial para la vigilancia del respeto a los derechos fundamentales del hombre, fue fruto de una votación nominal entre los miembros de la Comisión, que resultó con 23 votos a favor, entre ellos el de Rusia, ocho en contra y 21 abstenciones.

De los países latinoamericanos con derecho a voto en la Comisión, Chile, Uruguay, Argentina y Costa Rica apoyaron con su voto el proyecto condenatorio presentado por EE.UU. con el patrocinio de la mayor parte de los países occidentales, mientras que Brasil, Venezuela, México, Perú y Colombia se abstuvieron.

A pesar de los esfuerzos de la diplomacia cubana, que sólo pudo asegurarse el voto a su favor de Angola, Libia, Irán, Irak, China, Ghana y Siria, la Comisión de Derechos Humanos de la ONU adoptó una resolución en la que se muestra "decepcionada" por la falta de cooperación de La Habana y "alarmada" por las violaciones a los derechos humanos que allí parecen producirse.

PRISION Y HOSTIGAMIENTO

De ellas, la resolución recogió en su texto "la prisión, el hostigamiento y los ataques con intervención oficial contra los defensores de un cambio pacífico, así como por la reciente ejecución por un pelotón de fusilamiento de una persona, tras un juicio que suscitó dudas en cuanto a sus garantías y a pesar de los llamamientos de clemencia efectuados en todo el mundo".

Asimismo, la Comisión se mostró "profundamente preocupada ante los muchos informes no contradichos sobre las continuas violaciones a los derechos humanos ocurridas en Cuba en esferas tales como la libertad individual, administración de justicia, circulación, religión, expresión y prensa, reunión y asociación, así como educación y libertad de conciencia".

El máximo foro mundial de vigilancia de los derechos humanos pidió al Gobierno de Cuba en esta resolución "que respete las normas universalmente reconocidas de los derechos humanos y libertades fundamentales y fomente su ejercicio y disfrute", que "ponga fin a todas estas violaciones" y coopere con el relator especial en el ejercicio de su mandato.

CUBA NO RESPETARA

El jefe de la delegación de Cuba ante la Comisión y viceministro de Asuntos Exteriores, Raúl Roa, dijo minutos antes de la votación que "ninguno de los países patrocinadores del proyecto de resolución, especialmente EE.UU., Alemania o el Reino Unido, tienen autoridad moral para condenar la revolución cubana".

"Cuba no respetará ni una sola imposición que recoja una resolución que nace de la venganza política de EE.UU. contra mi país y tampoco el nombramiento de un relator especial, porque éste sólo puede efectuarse cuando se producen violaciones sistemáticas de las libertades fundamentales", subrayó.

Roa mencionó los logros en materia de sanidad y educación alcanzados en Cuba, "que pocos países del hemisferio sur lograron nunca" para añadir luego que a pesar de rechazar la resolución, su Gobierno está dispuesto a colaborar, "como ya hace, con la ONU y su secretario general, Butros Gali".

RECHAZAN ELECCIONES

Cuba rechazó hoy un llamado del presidente George Bush para que realice elecciones libres y dijo que no estaba mendigando vínculos normales con Estados Unidos ni por ayuda económica de amigos de Washington.

El diario oficial del Partido Comunista, Granma, desestimó en un cáustico editorial el llamado hecho por Bush como un descarado proselitismo electoral del presidente estadounidense.

"Cualquiera se da cuenta de los apuros en que se encuentra el Gran Mariscal del Golfo Pérsico", dijo Granma refiriéndose a los recientes resultados desalentadores en la campaña de Bush para su reelección.

El editorial ridiculizó su declaración, publicada como un artículo de opinión en la edición del jueves del diario Miami Herald, de que Estados Unidos no establecerían relaciones normales con Cuba a menos de que se eligiera en la isla un gobierno democrático.

"¿Para quién es ese mensaje?. ¿Quén le ha pedido al señor Bush esa limosna?... Tal petición no se le ocurre en Cuba no a los grupúsculos contrarrevolucionarios cuya defensa Bush asume casi con ternura", dijo Granma.

Granma acusó al presidente estadounidense de asumir el papel de "oráculo" y "gurú" del fin del comunismo en Cuba.

Agregó que más de 30 años de hostilidad estadounidense hacia Cuba habían ayudado a alcanzar precisamente lo opuesto de lo que Washington buscaba.

"Cuba es el país más independiente del planeta", dijo Granma. El diario también menospreció la afirmación de Bush de que Washington había perdido a sus amigos y aliados que no ofrecieran ayuda o comercio preferencial a Cuba, que sufre una severa escasez económica debido al colapso de sus vínculos comerciales con la ex Unión Soviética.

02/02

La Resolución Aprobada en la ONU Para el fin de Guerra del Golfo

NUEVA YORK, 3 (ANSA).— Texto integral de la resolución aprobada hoy por el Consejo de Seguridad de la ONU con las condiciones para el fin de la guerra del Golfo:

"El Consejo de Seguridad, reclamando y reafirmando sus resoluciones número 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 669, 670, 674, 677 y 678 de 1990, reclamando las obligaciones de los estados miembros en base al artículo 25 de la carta de la ONU.

Reclamando el artículo 9 de la resolución número 661 concerniente a la asistencia al gobierno de Kuwait y el artículo 3 de esta resolución concerniente a la provisión para estrictos fines médicos y, en circunstancias humanitarias, alimentarias, tomando nota de las cartas del Ministro de Exteriores de Irak que confirman la disponibilidad iraquí a cumplir en todo las resoluciones mencionadas antes y su intención de liberar inmeditamente los prisioneros de guerra, tomando nota de la suspensión de las operaciones bélicas ofensivas por parte de las fuerzas de Kuwait y de parte de los Estados que cooperan con Kuwait en base a la resolución número 678, teniendo presente la necesidad de asegurarse de las intenciones pacíficas de Irak y el objetivo de la resolución 678 que es el de restaurar la paz internacional y la seguridad en la región.

Subrayando la importancia del hecho que Irak tome las medidas necesarias para permitir un cese definitivo de las hostilidades.

Afirmando el compromiso de todos los estados miembros por la independencia, la soberanía y la integridad territorial de Irak y de Kuwait, y notando la intención expresada por los estados miembros que cooperan en base al artículo 2 de la resolución número 678 del Consejo de Seguridad de poner fin a su presencia militar en Irak lo más rápido posible, compatiblemente con el alcance de los objetivos de la misma resolución.

Actuando sobre la base del capítulo VII de la carta,

1) Afirma que las doce resoluciones mencionadas arriba continúan teniendo pleno valor y eficacia.

2) Pide que Irak dé actuación práctica a su aceptación de las doce resoluciones mencionadas arriba y, en particular, que Irak:

A) Renuncie inmediatamente a sus acciones tendientes a la anexión de Kuwait.

B) Acepte el principio de su responsabilidad en base al Derecho Internacional por toda pérdida o daño sufrido por Kuwait y por países terceros, por sus ciudadanos y empresas luego de la invasión y la ilegal ocupación de Kuwait por parte de Irak.

C) Libere inmediatamente bajo los auspicios del Comité Internacioal de la Cruz Roja, de las instituciones de Cruz Roja y de la Medialuna Roja todos los ciudadanos kuwaitíes y de países terceros detenidos en Irak y restituya los restos de todo Kuwait o ciudadano de países terceros muerto en detención.

D) Comience inmediatamente a restituir los bienes de Kuwait secuestrados por Irak, completando la operación en el más breve plazo posible.

3) Pide además que Irak:

A) Cese las acciones hostiles o provocatorias por parte de sus fuerzas contra todos los Estados miembros, incluido los ataques misilísticos y los vuelos por parte de aviones de combate.

B) Designe a los comandantes militares que se encontrarán con sus contrapartes de las fuerzas de Kuwait y de los Estados miembros que cooperan con Kuwait en base a la resolución número 678, al fin de acordar lo más rápido posible los aspectos militares de su cese de las hostilidades.

c) Permita el inmediato ingreso acceso y la liberación de todos los prisioneros de guerra bajo los auspicios del Comité Internacional de Cruz Roja y restituya los retos de todo militar muerto de las fuerzas de Kuwait y de los estados miembros que cooperan con Kuwait en base a la resolución número 678.

D) Suministre todas las informaciones y la asistencia para la identificación de la minas iraquíes, de las trampas y de los otros explosivos así como de todas las armas y materiales químicos y bacteriológicos en territorio de Kuwait en las regiones de Irak donde estén temporariamente presentes las fuerzas de los Estados Miembros que cooperan con Kuwait en base a la resolución número 678 y en la aguas y sus adyacencias.

4) Recuerda a Irak que durante el periodo necesario para el cumplimiento de los artículos 2 y 3 arriba indicados, sigue en vigor el dispositivo del artículo 2 de la resolución número 678.

5) da la bienvenida a la decisión de Kuwait y de los estados miembros que cooperan con Kuwait sobre la base de la resolución número 678 de proveer acceso y dar inmediatamente comienzo a la liberación de los prisioneros de guerra iraquíes según lo pedido por las cláusulas de la Tercera Convención de Ginebra de 1949, bajo los auspicios del Comité Internacional de la Cruz Roja.

6) Pide a todos los estados miembros y a las Naciones Unidas, organizaciones especializadas y a otras organizaciones internacionales del sistema de la ONU adoptar todas las acciones apropiadas para cooperar con el gobierno y el pueblo de Kuwait en la reconstrucción de su país.

7) Decide que Irak debe notificar al Secretario General y al Consejo de Seguridad cuando haya cumplido todas las acciones pedidas arriba.

8. Decide que para garantizar un rápido fin de las hostilidades, el Consejo de Seguridad continúe siguiendo activamente el problema".

11

El ambicioso proyecto terminó siendo un espejo de la guerra fría

El sueño de la ONU se transformó en tribuna de las causas perdidas

EL PAIS de Madrid

● [illegible] conquistar los fines iniciales de "preservar del flagelo de la guerra" y "reafirmar los derechos del hombre"

Al [illegible] del 26 de junio de 1945 nació uno de los grandes sueños de la humanidad. En los albores de la segunda posguerra, representantes de 51 países se reunieron en el Veterans Memorial Hall de San Francisco (Estados Unidos) para dar a luz lo que entonces se percibía como el más ambicioso proyecto universal: la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

por Antonio Caño

[illegible] Los años [illegible] Alemania [illegible] la vulnerabilidad [illegible] de convivencia.

En [illegible] valoraba la libertad [illegible], y en el que dos [illegible] como símbolos de [illegible] opuestas.

El [illegible] la Carta Fundacional [illegible]: "Nosotros, los pueblos de las Naciones Unidas, resueltos a [illegible] generaciones venideras del flagelo de la guerra, a reafirmar [illegible] fundamentales [illegible] condiciones bajo las cuales [illegible] la justicia, [illegible], a unir nuestras [illegible] de la paz y la seguridad [illegible] decidido aunar nuestros esfuerzos para realizar estos designios".

Este documento entró en vigor el 24 de octubre del mismo 1945 y enseguida chocó con la realidad de la disputa entre Estados Unidos y la Unión Soviética, del reparto del mundo en zonas de influencia, de la marginación de los países pequeños.

ESPEJO DE LA GUERRA FRÍA

A pesar de sus ambiciosas perspectivas, el proyecto concebido en San Francisco no tardó en caer en un prolongado letargo. Burocracia, falta de consecuencia, falta de fe de sus propios inspiradores: el mundo se olvidó de la ONU.

Durante mucho tiempo, la organización no fue más que la tribuna de las causas perdidas y el espejo de la guerra fría. En los años sesenta, en la sede de la organización, Nikita Kruschov trataba de imponer su punto de vista a zapatazos, y, en los setenta, Yaser Arafat advertía que llevaba una rama de olivo en una mano y un fusil en la otra.

Entre crisis y guerras, han tenido que pasar 46 años para que la ONU tenga su gran oportunidad de desarrollar un papel fundamental en la misión para la que fue creada. Incluso los más críticos tienen que admitir hoy que los veloces acontecimientos internacionales ofrecen las mejores circunstancias para que la ONU deje de ser un instrumento de la lucha entre las superpotencias para convertirse en la verdadera conciencia moral de la humanidad. En el final del siglo XX, el mundo ha empezado a ser un hogar común en el que las Naciones Unidas pueden empezar a actuar como verdadero árbitro imparcial y respetado.

Fue en 1988, mientras comenzaba la desintegración del muro de Berlín, cuando las Naciones Unidas empezaron a mostrar el rostro de lo que puede ser en el futuro. Desde entonces hasta la fecha, la ONU ha participado en siete misiones de paz, sin contar su involucración en Yugoslavia, mientras que en los 40 años anteriores sólo había intervenido 13 veces como fuerza pacificadora. Fue el empeño de la ONU, bajo la dirección de su anterior secretario general, el peruano Javier Pérez de Cuéllar, lo que produjo, por ejemplo, la resolución que terminó con ocho años de guerra entre Irán e Irak. No fue casual el hecho de que en 1988 las fuerzas de la ONU ganasen el Premio Nobel de la Paz.

Quedan muchos conflictos en el mundo en los que las Naciones Unidas tienen algo que decir hoy. Por citar sólo algunos, hay que recordar que subsisten focos de crisis en varios países del este de Europa (Yugoslavia, Rumania y Bulgaria), las repúblicas ex soviéticas, Oriente próximo, Irlanda del norte, Sudáfrica y otras naciones de ese continente. El dilema de la ONU es la diversidad de los conflictos con los que tiene que lidiar a diario. Muchos de ellos están motivados por problemas étnicos o diferencias relacionadas con tradiciones nacionales. No pocos observadores creen que los nacionalismos serán el factor principal de desestabilización en la próxima década.

"Existen una necesidad alarmante de que la ONU tenga un nuevo papel como árbitro porque las naciones en las que existen conflictos étnicos son incapaces de resolverlos entre los mismo grupos enfrentados", afirma Konstantin Kalenda, profesor de la Rice University de Houston.

... Pero no todas las crisis se manifiestan directa e inmediatamente de forma violenta. Hay cuestiones más complicadas que, al igual que las guerras, entrañan amenazas graves para la paz y la justicia, que la ONU debe perseguir. El drama de los refugiados, las catástrofes naturales, el tráfico de armas, las guerras económicas, la marginación de las minorías y los problemas ecológicos, son aspectos en los que tendría que concentrarse la atención de la organización en el futuro inmediato.

Para hacer frente a todos estos nuevos retos, la ONU tendrá que dotarse de los recursos y la estructura necesarios. Ahí está el talón de Aquiles de lo que muchos consideran un organismo parásito plagado de funcionarios bien vestidos y con mejores sueldos. Es ahí donde tendrá que demostrarse si el 98 por ciento de la población mundial, hoy representada en las Naciones Unidas, tiene verdadero interés en resucitar el sueño de San Francisco.

Las cifras actuales no permiten ser muy optimistas. Casi todos los miembros de la organización son morosos en sus contribuciones. Estados Unidos, anfitrión de la sede de la ONU en Nueva York, capitanea la lista de deudores. Washington, que ha hallado en la ONU un aliado para establecer el nuevo orden mundial preconizado pr el presidente George Bush y que corre con el 25 por ciento del presupuesto de la organización, debe más de 500 millones de dólares a la misma. En octubre pasado, 31 países no habían depositado todavía los 550 millones que corresponden a sus pagos.

Políticamente, muchas naciones siguen viendo todavía a la ONU con recelo, y prefieren mantenerla al margen de las grandes crisis. Así ha ocurrido con la Conferencia de Madrid sobre Oriente Próximo y con la organización de la ayuda internacional para la ex Unión Soviética.

Las recetas para extraer a la ONU de su crisis económica van desde el aumento de las cuotas hasta la autorización para que reciba créditos bancarios lo que sí parece caer en terreno común es la creencia de que muchas cosas tendrían que reformarse dentro de la organización para que nadie pueda obstaculizar la misión para la que fue creada. En primer lugar, los expertos mencionan la necesidad de poner al día las atribuciones del secretario general, el máximo cargo de las Naciones Unidas. Un asiento que por primera vez corresponde a un hombre con credenciales tan complicadas como la realidad actual misma. Butros Ghali es egipcio (africano y árabe), cristiano de un país musulmán y está casado con una judía.

La opinión sobre la misión del secretario general está dividida entre los países desarrollados, que quieren en el puesto a un diplomático conciliador, y el Tercer Mundo, que pretende que la persona que ocupe el cargo actúe, en la década que comienza, con mayor independencia y agresividad de lo que han hecho sus predecesores. La elección de Ghali parece satisfacer más a los primeros, pero abre una vía de esperanza para los segundos.

Pero no es sólo un problema de personas. Varios países, entre ellos España y algunas otras naciones europeas, creen que es necesaria una redefinición de la labor de la ONU, el nuevo consenso internacional para respaldar su misión en el futuro.

"En su momento, el nuevo papel de las Naciones Unidas podría ser formalizado en un acuerdo [illegible] que inaugure una nueva era de cooperación de las relaciones internacionales. Ese acuerdo dejaría la soberanía de los Estados intacta, pero serviría [illegible] frente a problemas que, como [illegible] ha demostrado, no pueden solucionarse con los actuales instrumentos de la organización", opina Kalenda.

Esa redefinición se hace [illegible] que nunca en el caso del Consejo de Seguridad, el verdadero [illegible] de la ONU, donde uno de los [illegible] derecho a veto, la URSS, ha dejado de existir como entidad y ha [illegible] por Rusia. ¿Se aumenta el número de países con derecho a veto o se [illegible] una vez esa forma de discriminación? ¿Se incorporan al organismo Alemania o Japón? Preguntas que cobran más actualidad que nunca en una sociedad internacional que sufre cambios radicales.

Es difícil trazar el perfil de una nueva ONU en medio de tantos intereses encontrados como conviven en su interior. Dentro de uno de los organismos de las Naciones Unidas se refleja cada año, sin embargo, un panorama muy sencillo del mundo en el que los ciudadanos de mañana quisieran vivir. Cada año, miles de niños de Ghana, de Bolivia, de la India o de Noruega dibujan en las tarjetas de la Unicef el mundo de sus sueños: el mundo en el que no existan las guerras, el hambre ni la injusticia. Un mundo a cuya creación pueden contribuir unas siglas mágicas: ONU.

Camdessus elogió a Colombia y criticó a Brasil por las desigualdades en la distribución de ingreso

El FMI y el Banco Mundial piden inversiones y mayor apertura de mercados para promover a América Latina

● **Extremos de pobreza fueron denunciados por director del Banco Mundial**

El director ejecutivo del Fondo Monetario Internacional, Michel Camdessus, dijo que América Latina importa como una "gran oportunidad" para los inversores. Simultáneamente, otros funcionarios de organismos internacionales y dirigentes europeos, manifestaron su interés sobre la región. LA REPUBLICA ofrece hoy a sus lectores una síntesis de estas opiniones para intentar revelar una "fotografía" del momento que vive América Latina en la cambiante realidad económica internacional.



Camdessus: América es "una gran oportunidad"

Cartagena, Génova y Bonn (AFP, ANSA)

Una invitación a los empresarios internacionales a invertir en América Latina lanzó desde Cartagena, el director del Fondo Monetario Internacional (FMI), Michel Camdessus.

Durante una rueda de prensa en el marco de la octava Unctad que delibera este balneario del Caribe, Camdessus reconoció que los países latinoamericanos "son ahora una gran oportunidad".

Dijo, por ejemplo, que Colombia con un modelo económico digno de imitar por otras naciones en vías de desarrollo, puede resultar un buen país para traer capitales que contribuyan rápidamente al progreso.

"Los inversionistas internacionales deben visitar a los países latinoamericanos y dimensionar las enormes oportunidades que cada uno de ellos les ofrece", dijo Camdessus, quien, sin embargo, tuvo críticas al proceso económico de Brasil.

"Brasil es un país que tiene una de las peores distribuciones del ingreso en el mundo", afirmó para sostener que de esa manera resulta casi imposible darle un verdadero apoyo.

"¿Como puede darse ayuda a un gobierno como el de Brasil que no hace nada para abordar el problema de la mala distribución del ingreso?", se preguntó el director del FMI, anotando que por ahora el asunto no parece tener una respuesta clara y sincera.

PIDEN ESFUERZOS EN FAVOR DE PAISES EN DESARROLLO

El director del Banco Mundial, Attila Karaosmanoglu pidió a los países industrializados esfuerzos suplementarios a favor de los países en desarrollo, ayer en Cartagena, Colombia, en su intervención ante la octava sesión de la Conferencia de las Naciones Unidas de Comercio y Desarrollo (Cnucyd VIII).

Subrayando que "mil millones de personas viven todavía en condiciones de pobreza abyecta", el financista pidió a los países industrializados que mejoren el acceso de los países en desarrollo a sus mercados, que los ayuden "en la gestión del riesgo de los precios de los productos básicos utilizando los instrumentos del mercado privado", y que aumenten "las corrientes de la ayuda oficial del desarrollo en favor de los países que siguen estrategias de desarrollo apropiadas".

"Es de lamentar que la asistencia para fines de desarrollo que prestan muchos países importantes, represente una proporción de su PNB reducida, estancada o incluso en disminución", dijo.

ABRIR MERCADO EUROPEO

La Comunidad Europea debe abrir sus mercados a los bienes que América Latina produce hoy y no a los que exportará dentro de cincuenta años, dijo el canciller italiano, Gianni De Michelis, que reclamó una rápida conclusión de las negociaciones comerciales de la Ronda Uruguay.

El ministro de Relaciones Exteriores participó en la primera jornada de un simposio organizado por el Partido Democrático de la Izquierda (ex comunista) sobre el diálogo entre América Latina y La CEE.

"América Latina debe ser la prioridad para Europa, que no puede regalar espacios a Estados Unidos en el continente", destacó el canciller, que durante el último semestre del año pasado fue el presidente de turno de la CEE.

De Michelis dijo que el Este va a estar "cada día más englobado" en Europa occidental, mientras que las relaciones con la cuenca sur del Mediterráneo tienen un papel clave, pero al mismo tiempo son muy problemáticas.

"El diálogo entre América Latina y la CEE debe ser uno de los pilares del nuevo orden multipolar", subrayó.

Al explicar este concepto, De Michelis dijo que "por primera vez en la historia, el mundo se está dejando atrás la contraposición de fuerzas, y marcha hacia un equilibrio con reglas y principios comunes, mientras se va apoyando más en la integración de varias regiones mundiales".

En su amplia exposición el canciller dijo que la fallida intentona golpista en Venezuela "demuestra lo difícil que es el camino" hacia el desarrollo en América Latina y la envergadura de los problemas sociales que siguen abiertos.

BANCO MUNDIAL Y ECOLOGIA

El Partido Socialdemócrata alemán (SPD) exigió la renuncia del director del departamento de política económica del Banco Mundial, Lawrence Summers, por proponer la exportación de residuos tóxicos de las naciones industrializadas al Tercer Mundo.

El portavoz de política de cooperación económica del grupo parlamentario del SPD, Ingomar Hauchler, calificó de "cinismo" la actitud de Summers, quien además propuso en un memorando interno, el traslado de industrias de producción particularmente nocivas para el ambiente hacia los países en vías de desarrollo de América Latina, Africa y Asia.

Hauchler exigió al gobierno del canciller democristiano Helmut Kohl que dé instrucciones al representante alemán en el Banco Mundial para demandar la dimisión inmediata de este importante directivo de ese organismo internacional.

"Es inaceptable que, pocos meses antes de la denominada 'cumbre de la tierra' en Río de Janeiro, un destacado miembro directivo del Banco Mundial trate de una manera cínica, los problemas globales del ambiente", sentenció el parlamentario.

En el pasado, el Banco Mundial ha financiado numerosos proyectos que han afectado el ambiente en el Tercer Mundo no se puede permitir seguir otorgando trabajo a un miembro directivo, que propone "tesis inaceptables", subrayó Hauchler.

Agregó que si Summers permanece en su cargo confirmaría que no es posible tomar en serio las recientes afirmaciones políticas sobre la defensa ambiental del Banco Mundial.

Nº DOCUMENTO 9204076
TITULO Brasil aspira un lugar en el Consejo de Seguridad de la ONU
PROCEDENCIA 1506/15
FECHA DE PROCEDENCIA 130292
VINCULACIONES ONU = 12573
Brasil 20046

13/2/92

Aspiran a un lugar de privilegio en la ONU

(F)

RIO DE JANEIRO. (EFE).- Brasil inició una campaña diplomática para conseguir un lugar en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, después que Argentina anunciase que no aspiraría a él, informó ayer el diario "Gazeta Mercantil".

A fines de enero, el Embajador brasileño en Venezuela, Renato Prado, fue encargado de visitar los países del Caribe para pedir apoyo a la candidatura de Brasil.

"La elección será difícil", dijo el Canciller de Brasil, Francisco Rezek, que anunció que la candidatura se hará efectiva en setiembre, durante la próxima asamblea anual de la ONU.

Aunque Honduras también pretende ingresar en el Consejo de Seguridad, el Gobierno brasileño espera conseguir apoyo para que Brasil sea candidato único de las naciones latinoamericanas, dice "Gazeta Mercantil".

En caso de ser elegido, Brasil ocuparía una de las dos plazas de América latina en el Consejo en los próximos dos años en sustitución de Ecuador.

Brasil también aspira a que América latina tenga una representación permanente, aun sin poder de veto, por lo que es partidario de modificar la Carta de las Naciones Unidas.

La Carta de la ONU establece que el Consejo de Seguridad tiene como miembros permanentes y con poder de veto a China, [illegible] Unidos, Rusia y Gran Bretaña. Otros diez miembros [illegible] representan a todas las regiones del mundo, sin poder de veto.

Rezek dijo que esa composición del Consejo de Seguridad, que privilegia a las naciones vencedoras de la Segunda Guerra Mundial, debe ser modificada para adecuarla a la actual realidad internacional.

4(?) 400 26 75

Nº DOCUMENTO ....

TITULO ....

P... ....

FECHA DE ... 010292

VINCULACIONES ....

Collor solicitó se considere integración de Consejo de ONU

NACIONES UNIDAS, [illegible]. El Presidente de Brasil, Fernando Collor, pidió al Consejo de Seguridad de la ONU, [illegible] ayer por primera vez en la cumbre que [illegible] la composición del organismo.

La solicitud de Collor, en una carta al presidente de la cumbre y Primer Ministro británico, John Major, [illegible]

La composición actual del organismo ejecutivo de la ONU es anacrónica, ya que refleja la relación de fuerzas al término de la Segunda Guerra Mundial, en 1945.

Los cinco miembros permanentes del Consejo, con derecho de veto, son Estados Unidos, [illegible] a la extinta [illegible], China, Francia y Gran Bretaña.

Los otros diez miembros del Consejo se turnan, con mandatos de dos años, entre todos los países de la ONU.

Revitalización

Entre las propuestas para cambiar la composición del Consejo, y además de la citada antes, [illegible] la de dar a Japón y Alemania escaños permanentes, por ser potencias económicas y políticas, y la de fundir los escaños de Gran Bretaña y Francia en uno que ocuparía la Comunidad Europea.

Sin embargo, no se espera de este cumbre que conduzca a alterar la composición del Consejo, por ser un [illegible].

En su carta, Collor [illegible] paz y la seguridad [illegible] tales.

El Presidente de Argentina, Carlos Menem, también [illegible] una carta a John Major [illegible] que señala que la [illegible] más clara [illegible] voluntad [illegible] fortalecer los [illegible] establecidos por las naciones para garantizar la paz y la seguridad internacionales.

Menem espera que la reunión ratifique "los valores más estimados de la humanidad" y reitere que el respeto de los derechos humanos es una norma básica de la convivencia internacional y que el compromiso para la solución pacífica de todos los conflictos es un "principio que cuenta [illegible] definitiva adhesión [illegible]

1/2/92

La República | Lunes 10 de febrero de 1992 | El Mundo 31

A los 5 actuales sugiere incorporar a Japón, Alemania, India, Brasil y Nigeria

Boutros Ghali propone un Consejo de Seguridad de 10 miembros para la ONU

- ***Necesario aggiornamento de una organización cuya composición cupular no corresponde a las actuales circunstancias***
- ***El flamante secretario general busca una nueva imagen de Naciones Unidas para celebrar el 50 aniversario en 1995***

El nuevo secretario general de Naciones Unidas, Boutros Ghali, quiere reformar de aquí a 1995 el Consejo de Seguridad de la ONU y elevar de cinco a diez el número de países miembros del Consejo Permanente de Seguridad, admitiendo en su seno a Alemania, Japón, India, Brasil y Nigeria, afirma el semanario alemán **Der Spiegel** en su edición que debe aparecer el lunes.

Bonn (AFP)

■ Esos cinco países -de los cuales dos figuran entre las tres primeras potencias económicas mundiales y los tres restantes son gigantes en vías de desarrollo-, se agregarían a los cinco actuales: Estados Unidos, Rusia, China, Francia y Gran Bretaña.

Los miembros permanentes tienen un derecho de veto, contrariamente a los demás diez miembros que ocupan un escaño por rotación.

Un portavoz alemán del Ministerio de Asuntos Exteriores indicó el domingo que el gobierno de Bonn no está al tanto de dicho proyecto.

Der Spiegel no cita fuentes precisas, pero el semanario es conocido por la calidad de sus informaciones.

Señala que Boutros Ghali desea presentar una nueva cara de la ONU en ocasión del 50 aniversario de esta organización mundial en 1995.

El canciller Helmut Kohl y su ministro de Asuntos Exteriores Hans Dietrich Genscher repiten a menudo que desde la unificación de Alemania en octubre de 1990 la cuestión de un escaño permanente para los alemanes no está al orden del día.

"Me siento muy bien representado en el Consejo de Seguridad por nuestros amigos. No hay ningún motivo para cambiar", señaló al respecto Kohl, el viernes en una entrevista concedida a los diarios económicos **Handelsblatt** (alemán) y **Wall Street Journal** (estadounidense).

Pero, según **Der Spiegel**, los diplomáticos alemanes preparan discretamente el terreno para que Alemania tenga en la ONU un rango que corresponda al peso económico y político que posee.

Interrogado por el diario general **Anzeiger** de Bonn, el canciller japonés Michio Watanabe afirmó por su lado que Japón no quiere adoptar ninguna iniciativa al respecto. "Para Japón es importante esperar que esta discusión entre los países miembros madure" señala en una entrevista que debe aparecer el lunes.

Añadió sin embargo que Alemania es "naturalmente" un candidato a un escaño, debido a su poderío económico y a la dimensión de su contribución internacional".

EEUU, Rusia, Gran Bretaña y Francia oficializaron el pacto que reconoce límites a la soberanía nacional

El nuevo orden tiene su gendarme

● Li Peng aceptó finalmente el texto, y a cambio, Occidente es cada vez más proclive a olvidar Tien An Men

Estados Unidos, Rusia y la otras potencias del Consejo de Seguridad de la ONU, proclamaron ayer su decisión de constituirse en garantes del orden poscomunista, aun a costa de inmiscuirse en asuntos internos de otros países. El compromiso de "hacer frente a las amenazas a la paz y a rechazar las agresiones" fue asumido con una solemne declaración conjunta y reiterado por casi todos los 15 jefes de Estado y de gobierno que participaron en la reunión cumbre del Consejo de Seguridad.

■ Coincidieron con las posiciones de los presidentes norteamericano, George Bush, y ruso, Boris Yeltsin, el francés François Miterrand y el premier británico, John Major.

El secretario general de la ONU, Boutros Ghali, reconoció con ellos que existen límites a la soberanía nacional y "su abuso puede comprometer los derechos del hombre y poner en peligro la paz del mundo".

El primer ministro japonés, Kiichi Miyazawa, asintió, aun subrayando que el Consejo de Seguridad debe "adecuarse a la realidad de los tiempos nuevos". Es decir, dar a su país un puesto entre los miembros permanentes.

China, que durante la preparación de la cumbre había presentado alguna resistencia respecto al tema de los derechos del hombre, aceptó finalmente un texto que había sido suavizado.

El primer ministro Li Peng no dejó escapar la ocasión para reiniciar el diálogo con un Occidente siempre más propenso a olvidar la masacre de Tian An Men. Miles de estudiantes chinos y tibetanos que protestaban contra él, delante del Palacio de Vidrio, sólo lograron llamar la atención sobre su discurso conciliador, transmitido en directo por la televisión, y sobre su posterior reunión con George Bush.

El presidente norteamericano, por su parte, encontró el jueves y ayer el tiempo necesario para recibir a todos los otros jefes de gobierno, incluido Yeltsin, con quien se reunirá mañana en Camp David.

Con todos ellos analizó el tema del terrorismo y desde la tribuna del Consejo de Seguridad dejó en claro que EEUU pretende desempeñar a cabalidad su rol de gendarme del mundo.

Bush rindió homenaje a las "revoluciones que han barrido los viejos regímenes, desde Managua hasta Moscú", pero sostuvo que la tarea no está completa. Citó a Irak y Libia entre los países que deben ser convencidos a respetar las reglas.

"Aquellos que violaron las leyes internacionales —dijo— deben saber que irán al encuentro de graves consecuencias".

Bush desafió a Rusia, a la que en un momento de distracción llamó todavía "URSS", a eliminar las armas químicas. "Aquellos que producen armas de destrucción de masa —añadió— deben ser inducidos a usar su energía con fines pacíficos".

En esta cumbre, que se ponía como objetivo la estabilidad, Boris Yeltsin era el centro de atención, como jefe de un sistema todavía inestable y potencialmente explosivo.

El líder ruso prometió afrontar, de inmediato, el problema de los científicos nucleares desocupados. "Rusia —dijo— es plenamente consciente de sus responsabilidades y está adoptando medidas para dar seguridad social a esos científicos".



El nuevo orden parece ser, por lo menos, tan aburrido como el otro. Quizá haya que ir pensando en cosas realmente nuevas.

Inmediatamente después, relanzó su propuesta de que la tecnología rusa se una a la norteamericana para completar un "escudo estelar", cuyo proyecto había sido el principal motivo de contraste entre Mijaíl Gorbachov y Ronald Reagan. Ahora, dijo Yeltsin, el estudio antimisilístico debería proteger al mundo entero.

Entre los quince miembros del Consejo de Seguridad faltaban los presidentes de Hungría, Arpad Goncz, y de Zimbabwe, Robert Mugabe, representados sólo por sus ministros de Relaciones Exteriores.

Había también lugar para algún país pequeño y se notaba la ausencia de un gigante, Alemania, que no renunciará fácilmente a su lugar en el nuevo orden.

Nº DOCUMENTO

TITULO Cumbre del Consejo de Seguridad, se vislumbre posible. Conclusión en su seno.

PROCEDENCIA Ø 150007

FECHA DE PROCEDENCIA 060292

VINCULACIONES ONU 12573

Consejo de Seguridad: 12574

ONU sin Nuevas Respuestas Ante "Nuevas Realidades"

NACIONES UNIDAS 3 (EFE).– A juzgar por los comentarios posteriores, la primera "cumbre" del Consejo de Seguridad en los 47 años de historia de la ONU parece haber dejado más preguntas [illegible]

[illegible]

EE.UU. tiene asignada la cuarta parte del presupuesto regular, Japón el 12.45 por ciento [illegible] Alemania el 8.93 por ciento [illegible] el 5.02 por ciento; Francia el 6.0 por ciento; y China el 0.77 por ciento.

Desde luego, el privilegio de ser miembro permanente, lo que implica derecho a veto, no les fue impuesto por razón de sus contribuciones, sino porque lo reclamaron las cinco potencias victoriosas de la II Guerra Mundial [illegible]

[illegible]

El presidente de Venezuela, Carlos Andrés Pérez, que fue el que más claramente planteó que las circunstancias que justificaban el veto "han sido en gran medida superadas por la historia".

4/2/92

Nº DE DOCUMENTO: [illegible]
TITULO: Confrontación EEUU-RPCH por DDHH. y venta de tecnología nuclear
PROCEDENCIA: 150007
FECHA DE PROCEDENCIA: 020292
VINCULACIONES: ONU 17573
EEUU 65890
R.P.CH. 10151

EL PAIS — Domingo 2 de Febrero de 1992

Para el País Asiático "una Distorsión de la Realidad"

[illegible] A CHINA POR [illegible] LOS DD.HH.

NACIONES UNIDAS, 1º (AP). — El presidente [illegible] China públicamente por su [illegible] humanos pero trató de persua- [illegible] chinos de [illegible] limitar sus exportacio- [illegible].

[illegible] la reunión de 20 minutos [illegible] aquí por Bush con el primer ministros [illegible] los dos líderes [illegible] a una [illegible] del Consejo de Seguridad de la ONU diseña- [illegible] a través del mundo.

El Departamento de [illegible], en un informe anual [illegible] derechos [illegible] publicado ayer, acusó a [illegible] de una amplia [illegible] de abusos, incluso tortu- [illegible] y maltrato a presuntos crimi- [illegible].

El secretario de Estado James A. Baker, a quien [illegible] una versión [illegible] con Li, la des- [illegible].

[illegible] gobierno [illegible] derechos humanos es insuficien- [illegible] significativa", [illegible].

[illegible] el Consejo de Seguridad, Li dijo [illegible] por las [illegible] otros países y que "en esencia, el asunto de los derechos humanos queda dentro de la soberanía del país".

"Eso no es aceptable [illegible] nuestras normas", dijo Baker a los periodistas.

Tras la reprimenda, Bush trató de convencer a los chinos a que aceptaran limitar sus exportaciones de tecnología nuclear, incluso a Siria, con una oferta de permitir a comprar satélites y computadoras norteamericanas si se avienen.

Bush dijo a Li que respalda el ingreso de China y Taiwan en el Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT).

Y dijo que las sanciones que proscriben la venta de computadoras y piezas de satélites de Estados Unidos a China serían suspendidas si China se adhiere a los tratados para contener la diseminación de tecnologías nucleares, según Baker.

El gobierno norteamericano ha estado tratando de impedir que China venda cohetes a Siria.

CHINA RESPONDE

China criticó el informe anual de Estados Unidos sobre derechos humanos, llamándolo "un comentario inapropiado" y una distorsión de la realidad.

El informe del Departamento de Estado norteamericano emitido ayer cubre 160 países pero se concentró en China estuvo por debajo del internacionalmente aceptado y mencionó una amplia serie de violaciones a los derechos humanos, incluyendo la tortura, la represión religiosa y el maltrato a criminales.

Una declaración de la Cancillería leída en el noticiero nacional de televisión dijo que el informe "distorsiona y ataca la situación interna de China en nombre de los derechos humanos".

Agregó que el informe es "un comentario inapropiado" y una "interferencia en los asuntos internos de China".

"El gobierno chino y el pueblo chino no pueden aceptar esta práctica", agregó el comunicado.

"Desde el establecimiento de la República Popular China y en especial durante la reforma de los últimos 10 años, el pueblo chino ha disfrutado de una amplia democracia y derechos", sostuvo.

"Este es un hecho que no puede ser negado por ninguna distorsión o difamación", agregó.

La declaración dijo que un "documento blanco" de China sobre derechos humanos emitido el año pasado "dio una sistemática y detallada exposición de los logros de China para la protección y la perfección de los derechos humanos".

PARTES POCO LEGIBLES

Cumbre de ONU, 02 92
25 0007
FECHA DE [illegible] 020292
VINCULACIONES ONU-12573

Cumbre de ONU: Se Esperan los Frutos Después del Exito

NACIONES UNIDAS, 1 (EFE) — La cuestión del desarme, el control de armas y la no proliferación fue la más debatida a la hora de confeccionar la declaración final y una preocupación que surgió en los discursos pronunciados en la primera cumbre del Consejo de Seguridad de la ONU, celebrada el viernes en Nueva York.

El primer ministro británico, John Mayor, que convocó y presidió la cumbre, consideró este asunto como "fundamental" para fortalecer la paz y la seguridad del mundo.

La primera cumbre del Consejo fue un éxito porque todo salió bien, los discursos, las reuniones bilaterales, el almuerzo de los participantes invitados por el nuevo secretario general de la ONU, Butros Gali, y la declaración final, pero ahora habrá que esperar resultados concretos.

No hubo incidentes, excepto los gritos lejanos de los sobrevivientes de Tiananmen y otros disidentes chinos que protestaban contra la presencia del primer ministro, Li Peng, que advirtió que su régimen no tolerará interferencias [illegible] en cuestiones [illegible], en particular sobre los derechos humanos.

No hubo [illegible] en las [illegible] de los trece jefes de Gobierno y los dos ministros de Asuntos Exteriores, el de Hungría, Geza Heszensky, por estar enfermo su presidente, y el de Zimbabwe, [illegible] Shamuyarira, porque falleció la esposa de Robert Mugabe.

La principal [illegible] no se produjo curiosamente en la sala del Consejo, sino cuando Pavel Voshchanov, portavoz del presidente ruso, Boris Yeltsin, declaró que todas las armas nucleares tácticas de la antigua URSS han sido concentradas en Rusia, excepto las que están en buques en el mar Negro, y que las estratégicas están "[illegible]", lo que luego desmintió el propio Yeltsin.

Hasta última hora se dudó de que la India aceptara la crítica implícita a los países que no han [illegible] al Tratado de No Proliferación Nuclear, [illegible] en definitiva accedió a la [illegible]. El primer ministro, Narasimha Rao, planteó en su discurso un "tratamiento global" de esta cuestión, para que también las potencias atómicas renuncien a esas armas en vez de limitarse a prohibirlas para los demás.

La única oferta concreta de un Gobierno para colaborar en las operaciones de mantenimiento de paz de la ONU, que esta cumbre tenía el propósito anunciado de fortalecer, fue la del presidente francés, Francois Mitterrand, que dijo que su país está dispuesto a facilitar en 48 horas 1.000 efectivos que puedan ser desplegados por el organismo mundial dónde sean necesarios.

Mitterrand, que improvisó su discurso y habló con elocuencia sobre problemas muy del agrado del Tercer Mundo, como la necesidad de un desarrollo global para combatir la pobreza, respaldó la propuesta Cumbre Económica y Social que promueve [illegible] Chile.

Esta iniciativa fue también [illegible] por el presidente de Ecuador, Rodrigo Borja Cevallos, que afirmó que "el desarrollo humano es el asunto más importante de nuestro tiempo", y abogó porque se destinen al bienestar humano los cuantiosos recursos que consumían los gastos militares durante la guerra fría.

Algunos roces [illegible] de los miembros permanentes del Consejo pudieron notarse cuando el presidente venezolano, Carlos Andrés Pérez, indicó que era hora de revisar el privilegio del veto y crear un régimen democrático y de [illegible] en la ONU.

El primer ministro japonés, Kiichi Miyazawa, expuso la demanda nipona de que debe reestructurarse el Consejo de Seguridad de forma que refleje adecuadamente las realidades del mundo actual y no las de 1945, cuando se fundó la ONU tras la Segunda Guerra Mundial.

El presidente de EE.UU., George Bush, [illegible] a la necesidad de [illegible] en la ONU, [illegible] los [illegible] para [illegible] con [illegible] de personal y [illegible] el apoyo de [illegible] y fortalecimiento del Consejo de Seguridad.

2/2/92

04

1/2/92

Qué será la ONU tras la guerra fría

NUEVA YORK, 31 (Reuter y Serge Marti, de Le Monde, especial para Clarín). — Por primera vez en la historia de la Organización de las Naciones Unidas, quince líderes mundiales se reunieron hoy, en la sede de esa institución, para redefinir el nuevo rol de esa entidad internacional en la era posterior a la guerra fría.

El encuentro, que se considera apuntalará el prestigio del nuevo secretario general de la ONU, Butros Ghali, de Egipto (quien asumió el cargo el 1° de enero), tiene como objetivo promover a las Naciones Unidas como organismo clave en un mundo de rápidos cambios y en el que, la antigua tensión Este-Oeste, dejó de tener sentido.

Por primer vez desde su creación en 1945, los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad (que ostentan el poder de veto) —China, Francia, Estados Unidos, Gran Bretaña y Rusia— se reunieron con los diez no permanentes —Austria, Bélgica, Cabo Verde, Ecuador, Hungría, India, Japón, Marruecos, Venezuela y Zimbabwe— para conversar, a nivel de jefes de Estado, cuestiones relacionadas con la seguridad mundial, la preservación de la paz y el desarme.

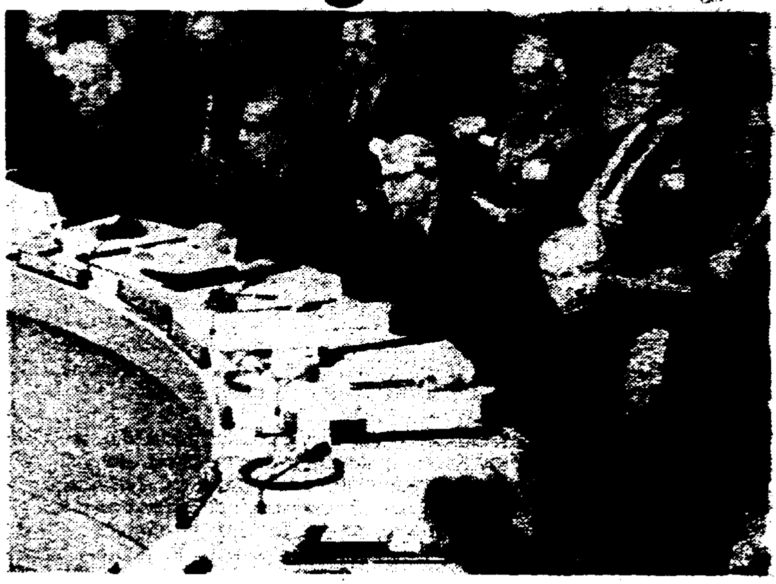
El primer ministro británico John Major, cuyo país ejerce la presidencia rotativa del Consejo, subrayó que deberá encarar la ONU en ese sentido. "El primer punto que tenemos frente a nosotros es el nuevo rol de la ONU, es decir qué es lo que realmente puede hacer para establecer la paz".

El embajador británico y presidente del Consejo, sir David Hannay, recordó en su discurso inaugural el desmantelamiento del "apartheid" en Sudáfrica y la recuperación de la soberanía de Kuwait, sin dejar de hacer una mención a las víctimas inocentes de la población iraquí.

En la declaración se mencionó el pedido de los países miembros al nuevo secretario general de la ONU para que prepare un informe (que deberá estar listo antes del 1° de julio) en que constará la forma de localizar las fuentes de posibles conflictos y el modo de prevenirlos.

A pesar de las conversaciones acerca de la modernización de la ONU, el temario no mencionó la reforma de la composición del Consejo. Hubo, sin embargo, críticas abiertas al privilegio de los miembros permanentes y su derecho al veto, considerado por los delegados de los países no permanentes como una herencia anacrónica de la época de la guerra fría.

El Japón, que este año ocupa una de las bancas no permanentes, fue una de las naciones que solicitó la ampliación de la cantidad de miembros permanentes con derecho a veto, argumentando que el status de vencidos de la Segunda Guerra Mundial está [illegible].



Los líderes de los quince naciones miembros del Consejo de Seguridad de la ONU, ayer en su reunión cumbre.

BUTROS GHALI, SECRETARIO GENERAL DE LA ONU

(F) 240192

"Me siento lleno de esperanzas, fe y entusiasmo, pero no puedo prometer un mundo utópico, como el contemplado por el pensador islámico Al Farabi; yo soy un optimista, pero vinculado al realismo. Estoy convencido de que no hay desarrollo sin democracia y que no hay democracia sin desarrollo. Pero no debemos ver en la democracia una posición mágica que cura todos los males. Y tampoco la democracia debe devorar sus instituciones y degenerar en conflictos étnicos..."

El serio erudito que, con sus gafas puestas, dijo esto, no era otro que Butros Ghali, el delegado egipcio unánimemente electo por el Consejo de Seguridad como sexto Secretario General de la ONU y confirmado por aclamación el 3 de diciembre de 1991 por la Asamblea General de ese organismo. Este no fue un pequeño éxito. Los Estados Unidos, los europeos, China y la (entonces) Unión Soviética convinieron en elegir a un árabe, que, al mismo tiempo, es un "hijo de Africa". Ni siquiera Israel se opuso.

El nuevo Secretario General está bien familiarizado con la ONU. Durante décadas como diplomático, ministro de Relaciones Exteriores y Diputado Primer ministro, Butros Ghali se ha entrevistado con la mayoría de los líderes mundiales y ha sido recibido por el jefe del protocolo de la ONU, Aly Seymour (un egipcio cuyo padre fuera otrora jefe del protocolo del rey Faruk) y por el presidente de la Asamblea General, Samir S. Shihabi, de Arabia Saudita. Butros Ghali es el primer Secretario General que habla árabe, el sexto idioma oficial de la ONU, después del inglés, el francés, el español, el ruso y el chino. Y, por supuesto, habla con fluidez el francés y también el inglés.

El Secretario General saliente, Javier Pérez de Cuéllar, encomió "la notable destreza, el coraje y pragmatismo" de su sucesor. Diplomáticos africanos y asiáticos han señalado que "pertenece al linaje intelectual y espiritual afroasiático que, como el río Nilo, siempre ha fluido, indómito".

Sus amigos íntimos lo llaman Pierre (Pedro en francés; Butros significa Pedro), recordando su vida como estudiante en la Sorbona. Algunos africanos hubieran preferido a un africano negro —su rival era Bernard Chidzero, ministro de Finanzas de Zimbabwe— y algunos musulmanes recordaron que Butros Ghali practica la religión cristiana copta y está "demasiado cerca de Europa". También hubo escépticos que mencionaron su edad, 69, observando que en más de la mitad de los países miembros de la ONU, la edad media de la población es de menos de 25 años. Butros Ghali destacó que él sería "un Secretario General de un solo período (cinco años)".

En los últimos tres años, Javier Pérez de Cuéllar tuvo éxito como mediador de enconados conflictos y, desde que terminó la Guerra Fría, una nueva era ha comenzado para la comunidad mundial. Pero la ONU necesita desesperadamente reestructuración, reducción de la burocracia, preparación para más pacificación, y poner fin a problemas financieros que han puesto a la organización mundial al borde de la bancarrota. Más de cien estados miembros no pagan sus contribuciones regularmente. El monto no pagado del presupuesto asciende a un total de U$S 524.000.000 y las contribuciones no pagadas ascienden a U$S 463.500.000 correspondientes a las operaciones de pacificación.

Es obvio que la ONU tendrá que organizar más operaciones pacificadoras. En los últimos tres años se iniciaron nueve misiones pacificadoras, en tanto que en los 43 años anteriores sólo se llevaron a cabo 13. Tal vez Butros Ghali sea capaz de realizar un proyecto a largo plazo, sugerido por algunos expertos de la ONU, para disponer de un tipo de "tropas de despliegue rápido", que puedan ser enviadas en casos de urgencia a los lugares que caigan en la anarquía, como la Somalia actual.

Otro problema que pudiera resolverse en los próximos cinco años es el cambio en la composición del Consejo de Seguridad. Cada vez son más los expertos que creen que el Consejo debe ser fortalecido mediante el reconocimiento de la verdadera importancia de algunos estados como Japón, Alemania y la India, que pudieran ser miembros permanentes, tal vez sin derecho al veto, de ese "club exclusivo", en vez de elegir periódicamente a miembros que en realidad crean un "Consejo inseguro", como Cuba y Yemen. Pero un plan para cambiar la composición del Consejo implicaría un cambio de la Carta de la ONU, a lo que pudieran oponerse los actuales miembros permanentes y otros países.

Butros Ghali fue, otrora, arquitecto de la devolución de Sinaí por Israel. Acompañó al Presidente Anwar Sadat a Jerusalén, fue jefe de negociaciones de los acuerdos de Camp David y ayudó a organizar la misión de paz enviada por la ONU a Sinaí. Después, recorrió América Latina, pidiendo la contribución latinoamericana a la pacificación de Sinaí.

Este corresponsal tuvo entonces la oportunidad de entrevistar a Butros Ghali en El Cairo. En el Ministerio de Relaciones Exteriores de Egipto, hermosamente decorado, sus asesores explicaron que el Ministro de Relaciones Exteriores era un eminente abogado, profesor de leyes de la Universidad de El Cairo y también escritor y periodista: fue él quien creó una sección especial del diario "Al Ahram" (Las Pirámides). Las fuerzas de paz cuidan las áreas de Sinaí cercanas al Golfo de Akaba y Sharm al Shaikh, de gran importancia estratégica, y aseguran también la navegación israelí a través del Estrecho de Tirana.

Butros Ghali ha recorrido dos veces América Latina, visitando Argentina, Uruguay, Colombia y Venezuela. "Yo sé que en Argentina, grandes comunidades árabes y judías han convivido en paz y han trabajado en armonía", dijo. "Hay estadistas latinoamericanos de origen árabe; yo hablé, para citar un ejemplo, con el entonces Presidente de Colombia, Julio César Turbay Ayala. Pero, ¿por qué no hay una iniciativa latinoamericana sobre el Cercano Oriente?", preguntó. Y subrayó la importancia del comercio entre Egipto y América Latina, señalando que Egipto compra trigo argentino y carne uruguaya, pagando con petróleo; y que cuenta con la cooperación de la Argentina para construir cinco reactores atómicos en Egipto, con fines pacíficos.

Butros Ghali vaticinó que Egipto pronto se acercaría a los países árabes. En realidad, El Cairo nunca rompió relaciones con el mundo árabe que se opuso a "Camp David", las "oficinas" de Egipto continuaron su labor en todas partes.

Egipto tiene de nuevo un papel principal entre los árabes y un hijo que es ahora el servidor civil número uno del mundo. Continuando la buena labor de Pérez de Cuéllar, promoverá la paz y el mundo será mejor para fines de este siglo.

JUAN FERCSEY

Prensa ? Firma

4

Nº. DOCUMENTO [illegible]
TITULO Deuda Argentina con ONU y su estado de afluencia de divisas al país
PROCEDENCIA 150023-150007
FECHA DE PROCEDENCIA 190192
VINCULACIONES ONU 19573
Argentina 20033

EL PAIS — Domingo 19 de Enero de 1992

RECIO COMO DEU[...] EJERCER DERECH[...]

BUENOS AIRES, 18 (AP y DYN). —Por primera vez en su historia, la Argentina apareció en la lista pública de países en mora de pago de aportes a las Naciones Unidas y perderá su derecho a [illegible] por los próximos dos años.

La deuda acumulada de Argentina suma 27 millones de dólares, reveló el embajador argentino ante la ONU, Jorge Vázquez, en declaraciones difundidas por el matutino "Clarín".

Para recuperar temporariamente su voto, el país deberá abonar inmediatamente 2,7 millones de [illegible] con la Carta de la ONU.

Según Vázquez, la partida presupuestaria para saldar la deuda fue aprobada hace tres meses por el presidente Carlos Menem y el ministro de Economía, Domingo Cavallo, pero fue demorada por "funcionarios de menor rango que creen que la patria termina en el borde de sus escritorios". Vázquez no identificó a esos funcionarios.

La primera consecuencia práctica de la sanción se producirá el 4 de febrero, en la elección de los nuevos miembros del Comité de la Mujer: la delegación argentina no podrá respaldar a su candidata, la senadora Liliana Gurdulich de Correa, miembro del partido gobernante.

RECEPCION DE CAPITALES

La Argentina que está sufriendo por la falta de ingresos de capitales extranjeros para poner en marcha su capacidad productiva ociosa, se encuentra entre las diez naciones del mundo en desarrollo que concentran la mayor afluencia de dinero desde los países industrializados.

La información fue suministrada por la publicación "Reforma económica hoy" del Centro Internacional para la Empresa Privada, de los Estados Unidos, en base a datos del centro de las Naciones Unidas sobre las empresas transnacionales.

De acuerdo con esa fuente en 1989 la Argentina recibió el 3,7 por ciento del total de inversiones extranjeras, realizadas por las compañías transnacionales en naciones en desarrollo, aventajando solamente a Colombia —que obtuvo el 3,1 por ciento— entre las diez naciones más favorecidas por esos aportes.

En América Latina quienes más interés despertaron entre los inversores transnacionales fueron el Brasil y México, con el 8,7 y el 8,3 por ciento, respectivamente, del total pero la lista es encabezada por dos naciones asiáticas, China y Singapur, quienes obtuvieron el 11,3 por ciento cada una.

Naciones que, desde el punto de vista del argentino medio, no deberían despertar mayor interés entre los inversores, como Egipto, Tailandia y Malasia, aventajan a la Argentina en la lista de dinero ingresado.

En 1989 el total de capital [illegible] Comunidad Económica, Estados Unidos y el Japón, [illegible] industrializados.

[illegible]

Asia y el Pacífico [illegible] el 9,2 por ciento [illegible]

Según la información [illegible] del 12,3 al [illegible] por ciento.

01-02

Bochorno para Di Tella: es canciller de un país incluido en el lote de naciones del cuarto mundo

Argentina, morosa, no puede votar en la ONU

La nueva política internacional argentina de considerarse potencia del primer mundo, sufrió una humillación cuando el nombre del país apareció en una lista de deudores de las Naciones Unidas, junto a países como Burkina Faso, Haití, Sierra Leona y Gambia. La declaración de país moroso, impedirá a Argentina participar de las votaciones de la organización mundial.

Es el segundo revés en pocas semanas que debe afrontar en relación con la ONU el canciller Guido Di Tella. Semanas atrás, Argentina se vio obligada a desistir de presentar su candidatura al Consejo de Seguridad, al haber advertido que no encontraría los votos necesarios tanto en la región como en el resto de los países del Tercer Mundo.

Especial para LA REPUBLICA



El abrupto retiro de Argentina del Grupo de Países No Alineados, en función de emparentarse con las grandes potencias, ha sido la causa primordial de la caída de la tradicional autoridad internacional de Argentina entre los estados medios y pobres. La sanción calificándola como morosa, no puede ser sentida por el canciller Di Tella sino como una vergüenza. Los allegados al ministro sostienen que los fondos adeudados, unos 27 millones de dólares, ya habían sido aprobados por el presidente Carlos Menem y por el ministro de Economía, Domingo Cavallo y que fueron las trabas burocráticas las que han llevado a esta odiosa situación que seguramente será reparada las próximas semanas.

Las viscisitudes que ha debido vivir el canciller estos días no son envidiables. Amén de tener que contener al plantel profesional por los crecientes pedidos del presidente para que se designen a sus amigos políticos, Di Tella ha tenido que volver a salir a dar explicaciones sobre el hasta hace poco representante en Chile, el embajador Oscar Spinoza Mello.

Spinoza Mello, conocido por sus amigos como el "hooligan", no es un hombre vulgar, aunque haya hecho cosas muy vulgares. Educado en Suiza, el diplomático de marras no dejó de dejar su propia estela en cuanto destino diplomático le tocó actuar.

Spinosa Mello fue requerido en 1986 por la policía italiana por "hurto calificado", después que dejó su cargo de cónsul en Venecia. Del bochorno fue salvado por Menem quien le pidió a Raúl Alfonsín un nuevo destino: Arabia Saudita. Riad, no era para el actual primer magistrado una simple reparación para su amigo "hooligan". Allí nació Gaith Pharaon con quien Spinoza Mello compartió su pupilo en Suiza. Semejante contacto no podía ser desperdiciado por Menem, claro que antes que el BCCI fuera conocido como el gran lavador mundial del dinero del narcotráfico, pro ya una institución crediticia fundamental.

El nombre de Spinoza Mello volvió a un primer plano estos días por una denuncia del líder de la Unión Democrática Independiente (UDI), el chileno Julio Ditborn, quien lo acusó de extorsión. Según la revista de Santiago Análisis, el ex embajador argentino organizaba con su mujer fiestas negras y había filmado al político chileno sin ropas bailando con su cónyuge. Más tarde, le envió la copia por intermedio de un tercero, con una nota explicativa.

El diario íntimo de la esposa (ahora ex) de Spinoza, hace las delicias de los servicios de inteligencia chilenos. Prolijamente, allí asentó cuanta seducción pudo provocar en políticos de fuste del vecino país. Dos meses atrás, Spinoza —que estos días recala en Punta del Este y todos los días platica sobre lo que pasa en el mundo en El Grecco—, sufrió un sumario policial y el inicio de un proceso por perseguir por la Recoleta a una mujer que desaforada gritaba "me quiere matar".

No es la única desdicha de Di Tella, un diplomático argentino provocó días atrás una trifulca en el aeropuerto de Managua y en Panamá, un cónsul argentino es acusado de corrupción. El canciller, al revisar el expediente de Spinoza, se informó, asombrado, que también sus superiores le hicieron un sumario muy duro en sus destinos en Dublín y en Moscú.

Ahora, sin el respaldo de Menem, el díscolo diplomático (o ex, porque está en marcha su expulsión de las filas del Palacio San Martín) cavila entre callar y esperar tiempos mejores o relatar, porque por mucho tiempo tuvo el respaldo irrestricto del actual mandatario argentino.

La República — Jueves 2 de enero de 1992 — El Mundo

El diplomático peruano cedió oficialmente la secretaría de la ONU al egipcio Boutros Galhi

Pérez de Cuéllar: "Ahora soy un hombre libre"

Su sucesor sustituirá con cuatro o cinco vicesecretarios la treintena de altos funcionarios que acompañaban al ex secretario

El diplomático peruano Javier Pérez de Cuéllar de 71 años de edad, abandonó la sede de la ONU en la noche del martes, pocos minutos antes de que acabara su segundo mandato quinquenal de secretario general. En las últimas 24 horas, Pérez de Cuéllar contribuyó a la firma de un acuerdo de paz en El Salvador, pero no pudo realizar su propósito de ceder el cargo sin que ruede un sólo rehén occidental en Líbano.

Naciones Unidas (AFP, ANSA)

■ Después de una última noche de trabajo, mientras fuera miles de personas bailaban en las calles de Nueva York para recibir el nuevo año, el secretario general saliente de la ONU, el peruano Javier Pérez de Cuellar, cedió oficialmente ayer a su s[illegible]r, el egipcio Boutros G[illegible], un lugar incómodo que le procuró durante su mandato consensos y polémicas.

"Ahora soy un hombre libre, me siento ligero como una pluma, declaró Pérez de Cuéllar, cuando salió al alba del Palacio de Vidrio apenas terminada una extenuante sesión nocturna que dio vida a un cese del fuego definitivo en El Salvador.

Diez años hace que las grandes potencias y los países del Tercer Mundo se pusieron de acuerdo, después de fatigosos tratos, para elegirlo como jefe de una organización paralizada por las rivalidades *entre* EEUU y la Unión Soviética, donde legiones de funcionarios muy bien pagados producían sobre los grandes problemas de la humanidad ponderables informes destinados en gran parte a quedar convertidos en letra muerta.

Ayer después de tantos años de inmovilismo, la ONU aparece envuelta por una imprevista fiebre de actividad. En el Palacio de Vidrio se trabaja por la noche y los domingos, la tarde de Navidad y la de San Silvestre.

"Hay que sentirse satisfecho si se tiene en cuenta lo poco que había hecho la ONU hasta ahora en sus 45 años de vida", dijo sonriente el embajador estadounidense, Thomas Pickering.

Pérez de Cuellar puede mostrar éxitos diplomáticos en Camboya y en Namibia, un papel de primer plano para negociar el retiro de las tropas soviéticas de Afganistán y en el cese de las hostilidades entre Irán e Irak, logró asegurar con un enviado la liberación de todos los rehenes occidentales.

Para la opinión pública mun[illegible]dial, sin embargo, la imagen de la ONU cambió con la Guerra del Golfo. En el Palacio de Vidrio se dictaron las condiciones que los ejércitos de los EEUU y de sus aliados pusieron a Irak.

"Antes —recuerda un consejero de Cuéllar— se contaban anécdotas sobre la incapacidad del Consejo de Seguridad para tomar decisión alguna, entre las amenazas de veto de EEUU y la entonces Unión Soviética".

"Pero la ex URSS perdió un rol y algunos se preguntaron si las tropas estadounidenses se convertían en brazo de la ONU en el Golfo o si, por el contrario, la ONU dio sólo la cobertura con la cual EEUU logró enviar tropas", hizo notar. En realidad, de Cuéllar había comenzado a realizar un fructífero trabajo en el Golfo mucho tiempo antes: en 1987 la resolución 598 del Consejo de Seguridad ponía las bases del cese del fuego entre Irak e Irán, que sería proclamado un año después, y abriría la puerta a la solución del problema de los rehenes en El Líbano. Ahora, este aristocrático peruano de 71 años, que de pequeño soñaba con convertirse en pianista, sale de escena y su sucesor Ghali ya anunció una serie de reformas a realizar en los primeros dos meses de mandato. Ghali sustituirá con cuatro o cinco vicesecretarios la treintena de altos funcionarios que formaban parte de la corte de Cuéllar. Cortará las ramas secas de la administración, pero se comprometerá a lograr créditos por 1.000 millones de dólares, mitad de los cuales será pedida a EEUU, principal soporte del nuevo y decisivo rol de la ONU.

"De Cuéllar —comenta el embajador británico David Hannay— fue elegido en 1981, cuando nadie esperaba grandes cosas de él.

Ahora, quizás, se espera mucho de Ghali, se piensa que la ONU lo puede todo".

El trabajo a realizar es todavía mucho, [illegible] Medio Oriente, [illegible] la propia ONU [illegible] región, sin que la [illegible] haya tomado parte [illegible] que comenzó en Madrid.



"Me siento ligero como una pluma" afirmó el ex [illegible] a la salida del Palacio de Vidrio, tras concluirse el [illegible] Salvador (Telefoto de AFP).

Una herencia de dos rehenes

Beirut (AFP)

■ El diplomático peruano Javier Pérez de Cuéllar concluyó el martes a medianoche su segundo mandato de secretario general de las Naciones Unidas sin conseguir liberar a los dos últimos rehenes occidentales en Líbano, los alemanes Heinrich St[illegible]übig y Thomas Kemptner.

A las 02H00 del miércoles (24H00), ningún comunicado de los secuestradores había sido recibido en Beirut, pese a que tanto la ONU como Damasco y Teherán consideraban probable que Strübig y Kemptner fueran liberados el 31 de diciembre, dando paso a la deseada normalización de relaciones de Siria e Irán con Estados Unidos, que aún los mantiene en la lista negra de países implicados en actividades terroristas.

En los últimos días, el gobierno alemán intensificó gestiones ante diversas instancias, sobre todo sirias e iranias, pero sin resultado.

La organización secuestradora, Mujaidín por la Libertad, condiciona la liberación de sus dos rehenes a la amnistía de los hermanos Abbas y Mohamed Hamade, libaneses chiítas condenados y encarcelados en Alemania por delitos terroristas, pero Bonn sigue negándose a aceptar el "canje".

El sábado, la llegada a Beirut de un emisario de Teherán que todavía no ha regresado a su país reforzó la esperanza de que, a pesar de todo, los dos alemanes recobrarían la libertad antes de fin de año a cambio de "garantías de clemencia" con los hermanos Hamade.

Uno de ellos, Abbas, fue condenado a 15 años de prisión y el otro, Mohamad, a cadena perpetua. Según fuentes libanesas, los Mujaidín por la libertad son una "emanación" del clan Hamade.

En los últimos cuatro meses de mandato, Pérez de Cuéllar había bregado hasta conseguir la liberación de nueve rehenes norteamericanos y británicos e incluso la devolución de los cadáveres de dos estadounidenses asesinados por sus secuestradores. Tras su partida, la [illegible]ión definitiva del problema será más ardua y en todo caso más len[illegible] [illegible]rmían los analistas.

Según las mismas fuentes libanesas, el propio ex secretario general podría hacerse cargo del caso y sustituir en Beirut a su emisario Giandoménico Picco.

En principio, Pérez de Cuéllar se propone tomar dos semanas de merecidas vacaciones en las islas Bahamas, pero a mediados de enero es probable que se decida a terminar como emisario el fructífero trabajo por los rehenes que realizó como secretario general

01/01

El mayor desafío para Boutros Galhi: el caos financiero

La ONU de limpieza a partir de mañana

Nueva York (ANSA)

¿Logrará el nuevo secretario general de la ONU superar los grandes desafíos del siglo 21?

A los que dudan, el diplomático egipcio de 69 años les responde con una limpieza del aparato burocrático de la organización internacional.

Según cuanto escribió ayer el New York Times, el neo secretario general estima efectuar, dentro de los primeros sesenta días de su mandato, una reforma drástica de la administración.

En efecto, pondrá en marcha un plan elaborado en los últimos meses por un grupo de 20 países, encabezados por Estados Unidos, que prevé la eliminación de gran parte de los casi 30 "feudos" burocráticos dirigidos por altos funcionarios en los pisos superiores del Palacio de Vidrio. Actualmente, éstos son responsables de distintos sectores, que van desde el control de los armamentos a la extracción de minerales del fondo de los océanos. Deberían ser sustituidos por no más de cuatro o cinco subsecretarios generales, que llevarían adelante a la organización dejando libre a Ghali para ocuparse de la paz y de la diplomacia.

Otra novedad, también ésta muy cara al sentimiento norteamericano, será la de confiar a la ONU un papel dinámico en la democratización del tercer mundo: debería organizar y controlar las elecciones en las democracias más jóvenes.

Ghali también debería designar un nuevo coordinador de la ayuda humanitaria, con poderes sin precedentes para intervenir en situaciones de emergencia en el mundo. Organizará además el esfuerzo más ambicioso y jamás encarado por la ONU, para legislar a favor del ambiente: una conferencia internacional programada para el verano próximo en Río de Janeiro. Además de los compromisos de organización y burocráticos, Ghali toma las riendas mientras la ONU está por iniciar nuevas y riesgosas operaciones de paz en Yugoslavia, en el Sahara Occidental y en Camboya. Desde 1988, la organización inició nueve operaciones de este tipo, respecto a las 13 realizadas en sus anteriores 43 años. En cuanto a las tensiones regionales, Ghali tendría la intención de pedir al Consejo de Seguridad que se ocupe de la guerra civil en Somalia, siempre según el New York Times.

Ghali trabajará con un consejo menos litigioso que en el pasado, cuando muchas decisiones eran bloqueadas por los "votos cruzados" de las superpotencias. Será también un consejo más dispuesto a colaborar con los Estados Unidos y con los otros países occidentales, con la salida —por rotación— de Cuba y Yemen, que serán sustituidos el primero de enero por Venezuela y Japón.

Pero todos los proyectos para hacer más eficiente y más activa a la organización terminarán en la nada si Ghali no llega a poner en orden las finanzas de la ONU: de los 166 países miembros, 102 están en deuda con el pago de sus cuotas, cuando el deudor más grande sigue siendo Washington, que debe todavía 344 millones de dólares a las cajas regulares y otros 140 millones de dólares por las operaciones de paz.

Los expertos reconocen la experiencia y la comunidad diplomática de Ghali, aunque algunos, como el ex subsecretario general Brian Urquhart se preguntan si tendrá "el pulso y la actitud autoritaria" para superar el más grande de los desafíos: el de tomar las oportunidades que se presentan a la ONU para forjar un nuevo sistema internacional, para sustituir con él a la actual configuración creada por la guerra fría.

Atentado con…
ONU en Bag…

Miércoles 27 de noviembre de 1991 — La República

Uruguay fue elegido miembro del Comité contra la Tortura de las Naciones Unidas

Ginebra (AFP)

■ Argentina y Uruguay fueron elegidos miembros del Comité de Estados Contra la Tortura de las Naciones Unidas, mientras que el representante de China fue rechazado, indicaron este martes los participantes en la votación.

Los estados occidentales bloquearon la elección del chino Wu Han, no a causa de su personalidad, sino por la situación de los derechos humanos en China, se indicó de fuentes diplomáticas.

La hoja de vida de Wu Han señala que este ex director de prisiones durante y después de la revolución cultural "desempeñó como criminólogo, un papel importante en la definición del derecho penal y en la aplicación de penas", se indicó.

El Comité Contra la Tortura, una emanación de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, está encargado de hacer aplicar la convención contra la tortura que entró en vigencia en 1987 y a la que adhirieron 63 estados.

China protestó estimando que era anormal que el grupo asiático no esté representado. Cinco de los diez expertos del comité debían ser reelegidos. Los miembros presentados por China y Argelia no obtuvieron mayoría. Por el contrario los de Argentina, Uruguay, Canadá y Túnez fueron elegidos o reelegidos.

Normas internacionales sobre Comercio Exterior pide la OEA

SANTIAGO de Chile. (EFE). Empresarios y delegados gubernamentales de América solicitaron normas internacionales "uniformes y no discriminatorias" sobre comercio exterior y medio ambiente, en una reunión sobre esta materia que concluyó en Santiago bajo los auspicios de la OEA.

Durante dos días, delegados de los 34 países miembros del sistema interamericano debatieron las implicaciones del medio ambiente en el comercio exterior y en el desarrollo sostenido y llegaron a la conclusión de que deben fijarse normas multilaterales para regular la relación entre estos apectos.

El presidente de la Comisión de Medio Ambiente de la Organización de Estados Americanos (OEA) y anfitrión de la reunión, Heraldo Muñoz, dijo que la cita se organizó con el objeto de llenar un vacío, ya que el tema del comercio exterior no figura en el programa principal de la próxima "cumbre" de medio ambiente de Río de Janeiro.

Las resoluciones de la primera reunión de este tipo realizada por la OEA serán llevadas a la "Cumbre de la Tierra", que comenzará el 1 de junio en Río de Janeiro y sobre cuyos resultados hubo un cauteloso optimismo en la mayoría de los delegados reunidos en Santiago.

Muñoz, que es además el Embajador chileno ante la OEA, destacó que cada vez son más crecientes los intentos de imponer a las exportaciones, especialmente agrícolas, de los países en desarrollo, las llamadas "barreras verdes", que en muchos casos esconden afanes proteccionistas.

El funcionario agregó que las restricciones afectan especialmente a Chile y a otros países del continente cuyo crecimiento económico depende de la ampliación del comercio exterior.

"Creo que esta reunión tiene un balance importante, interesante, y de ella se han derivado criterios para establecer normas internacionales uniformes, no discriminatorias", precisó. "Estas normas permitirán a los países desarrollados aportar su experiencia y su tecnología y que se le otorgue a los países en desarrollo el tiempo suficiente para que incorporen a los precios de sus exportaciones los reales costos ambientales", subrayó.

Muñoz insistió en que las normas multilaterales impedirían que los países, de manera unilateral y de acuerdo a su potencia, sean los que impongan determinadas barreras a las exportaciones, "a veces de manera ilegítima e injustificada. Aparece entonces como una conclusión compartida la de elaborar una normativa internacional que nos permita al mismo tiempo proteger el medio ambiente y por esta expandir las exportaciones y desarrollar el libre comercio", agregó el Embajador Muñoz.

Los reunidos subrayaron la urgencia con que deben abordarse estos planteamientos, ante los acuerdos de libre comercio que están planeando algunos países de la región, sobre todo con Estados Unidos, desde donde han surgido, según se dijo, varios intentos de establecer las temidas "barreras verdes".

El Ministro chileno de Economía, Carlos Ominami, al intervenir en el pleno, llamó la atención sobre lo que denominó "los malos usos" del problema ecológico. Ominami señaló que existen muestras claras de que se trata de utilizar la preocupación ambiental con fines proteccionistas e incluso de dependencia tecnológica. Esta situación fue calificada de "inaceptable" por el Ministro, que llamó a resistir con fuerza los malos usos de la dimensión ecológica. ■

OEA CORROBORA CON EXITO DESARME EN CENTROAMERICA

Sí lo confirmó a LA MAÑANA Marco Tulio Boasso, representante uruguayo en Nicaragua

Con el propósito de controlar y verificar que los acuerdos firmados entre los cinco Mandatarios centroamericanos -tendientes a lograr una paz duradera en esa región que desde hace muchos años es centro de conflictos-, se cumpla sin alteraciones, la Organización de Estados Americanos (OEA) ha conformado una Comisión Internacional de Apoyo y Verificación (CIAV) que desde 1989 viene funcionando con gran éxito.

LA MAÑANA dialogó con Marco Tulio Boasso, un uruguayo de 29 años que es Consultor de la CIAV-OEA en Nicaragua.

"A partir del 7 de agosto de 1989, oportunidad en que en la ciudad de Tela en la República de Honduras, los cinco Mandatarios de los países centroamericanos, firmaron el "Plan de Tela", con el objeto de lograr la pacificación de la región, la CIAV-OEA tiene la tarea de comprobar que se están cumpliendo los acuerdos firmados entre la resistencia nicaragüense y el Gobierno de la República de Nicaragua. Trabajamos en Nicaragua porque esa es una zona realmente conflictiva y es el corazón de Centroamérica", explica Boasso.

El "Plan de Tela" tiene por objeto la pacificación de la región sobre la base del establecimiento de una paz "firme y duradera" que ampare la vigencia de los derechos internacionales y los derechos humanos.

A partir de la instrumentación de la CIAV-OEA, como organismo encargado de la ejecución y del cumplimiento del mandato de Tela, se inicia un proceso de desmovilización voluntaria de los combatientes de la resistencia nicaragüense así como la reubicación de los repatriados de Centroamérica.

"Eso es el inicio de un proceso de desmovilización que arranca un 8 de junio de 1990 y termina oficialmente 2 meses después" explica Boasso y agrega:

"Luego se realizan tareas de verificación de todos los acuerdos y todos los derechos políticos y civiles que el Gobierno de Nicaragua había otorgado a la resistencia nicaragüense. Claro que algunos de esos acuerdos se cumplieron y otros no".

"NEGOCIADORES PROFESIONALES"

La tarea de un Consultor es efectuar la verificación del cumplimiento de las partes, mediar, negociar, acercar a los distintos grupos, evitando enfrentamientos y previniendo situaciones de riesgo que pueden accionar "verdaderas masacres".

"Las situaciones de riesgo son muchas pero para entender esa realidad debemos remontarnos a 150 años de la historia nicaragüense: desde entonces la gente arregla sus diferencias de opinión a traves de los fusiles", cuenta Boasso, para quien un Consultor desarrolla la tarea de un "negociador profesional".

En ese sentido el entrevistado consideró que la misión ha sido un éxito, "ya que ha propiciado las condiciones para que las partes se sienten a dialogar y negociar sin armas de por medio. Y eso es muy difícil, porque un nicaragüense vive una guerra familiar durante años, porque quien tiene enfrente posiblemente mató a su padre o a algún familiar lo que dificulta bastante la instancia del diálogo", dijo Boasso.

PROYECTOS DE DESARROLLO

La CIAV-OEA ha instrumentado proyectos de desarrollo, que son planes alternativos para la reinserción de aquellos combatientes que dejan las armas.

"Esto es muy importante, asegura Boasso, porque quien abandona el fusil y no tiene alternativa de ningún tipo en el mercado laboral, es una persona que regresa a las armas".

Según lo explicado por el representante uruguayo en Nicaragua, la base social de la "contra" está netamente entre los campesinos y es un movimiento que en sus orígenes surge espontáneamente, ya que "si bien existió una intervención norteamericana, el movimiento de la contra no fue una creación de Norteamérica, fue más bien una realidad que la CIA o el Departamento de Estado aprovechó y por supuesto abasteció y dio armas".

Partiendo entonces de la base de que la "contra" es un movimiento "espontáneo, popular y campesino", las alternativas brindadas por la CIAV-OEA se basan en programas agrícolas, entregas de semillas y de instrumentos de labranza, cría y mejora de ganados y plantíos.

"Sería muy difícil intentar que ellos se adaptaran a los territorios urbanos", reflexionó Boasso.

FAMILIARES

"En estos momentos la CIAV-OEA no atiende solamente a los 22 mil combatientes que dejaron las armas sino que también ayuda a sus familiares, que ascienden a 103 mil personas", afirma Boasso.

Entre las cosas que la Comisión brinda se encuentran, además de recursos en materiales, ropa, utensilios de cocina, etc., recursos de tipo técnico.

"Se está realizando un programa de apoyo a la autoconstrucción de viviendas, que incluye básicamente el trabajo de cuadrillas de desmovilizados que con el asesoramiento técnico de la OEA, levantan sus propias casas y las de sus compañeros. Llevamos en ejecución 2.000 viviendas", afirmó el entrevistado.

Pero la OEA no actúa sola, ya que muchas veces depende de que el Gobierno de Nicaragua cumpla lo pactado. Por ejemplo, en cuanto a entrega de tierras para la construcción de viviendas de los desmovilizados, y entonces "al no hacerlo comienza de nuevo la guerra".

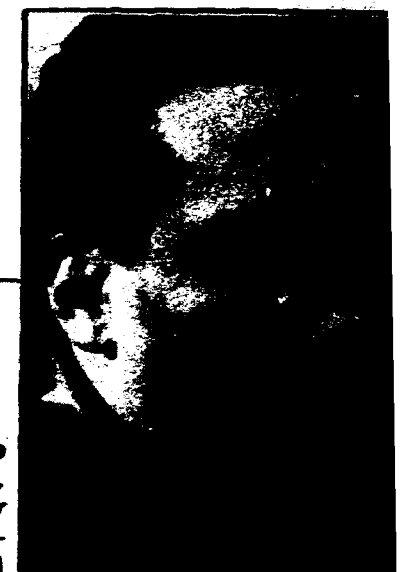
"Por eso existe un proceso insalvable de guerra permanente, donde el que sufre más es el campesino, porque llegan los insurgentes y le comen la comida, le destrozan las cosechas y entonces esto a su vez genera un estallido social que nunca tiene solución si el Gobierno no comienza a cumplir los acuerdos", señala Boasso.

CULTURA CIVICA

"La cultura cívica que existe en Uruguay en Nicaragua está suplantada por una cultura de la guerra", dice Boasso y especifica:

"Es muy difícil tratar con esta gente, es muy difícil convencerla del incumplimiento voluntario del Gobierno, difícil explicar las trabas democráticas y entonces al producirse la primera dilación es interpretada como una traición. Es cuando ocurre un nuevo levantamiento y de vuelta a las armas".

En este momento se está produciendo un nuevo proceso de desarme, y hasta la fecha son 24.000 los combatientes que han dejado las armas, pero aún quedan muchos que aún tienen su fusil.



Marco Tulio Boasso, Consultor de la CIAV-OEA

500.000 FUSILES

En 1986 fueron distribuidos 500.000 fusiles en manos de los civiles y a esta altura según los cálculos de Boasso, se deben haber quemado unos 60.000 lo que indica que las cifras están aún muy volcadas hacia el lado de los fusiles en manos de los civiles.

"Próximamente se realizará un nuevo desarme, porque es imposible pensar en tiempos de paz en Nicaragua, habiendo tantos fusiles en manos de civiles", asegura Boasso.

REFERENCIA

Este proceso de paz que se ha comenzado a vivir en Nicaragua, es desde la óptica de Boasso, referencia para aquellas otras guerrillas que en la actualidad "gracias a la coyuntura externa de la caída del bloque soviético, comienzan a desmovilizarse".

"Es un hecho histórico que un organismo como la OEA que no tenía la costumbre, logre una desmovilización voluntaria de una guerrilla, ofreciendo una alternativa y pacificando la región", dijo Boasso agregando que ahora que Nicaragua "bajó los decibeles, se puede prever sin equívocos, que la región centroamericana va a dejar de ser zona de conflictos".

En cuanto a lo que es una desmovilización y el seguimiento que hay que darle a los acuerdos y los derechos, nadie tiene más experiencia que esta pequeña misión", afirmó Boasso.

LA MISION [illegible]

Esta misión que [illegible] [illegible] en Nicaragua [illegible] conformada por un [illegible] de personas [illegible] [illegible] de Marco Tulio [illegible] quien además es [illegible] del Programa de [illegible] Verificación de la [illegible] Coordinador [illegible] Misión y [illegible] to de la OEA en [illegible] es el Dr. Santiago [illegible]

"Cabe destacar que [illegible] misión tiene [illegible] muy bajo [illegible] 10%", [illegible]

"En este [illegible] el Gobierno [illegible] OEA han [illegible] voluntad [illegible]

"Luego de [illegible]

Por [illegible] [illegible] se pudo evitar", [illegible] Boasso.

PERU: TODOS LOS SECTORES POLITICOS RELIGIOSOS VEN POSITIVO EL PAPEL

SEGUN *el Canciller uruguayo Gros Espiell, el papel de la organización es visto como "garantía ineludible de los derechos humanos"*

"Tenemos plena conciencia de que es la primera vez que un proceso de retorno a la democracia y de elaboración de un texto constitucional será hecho con supervisión y control internacional", dijo el comandante en jefe de la Marina peruana al Canciller Gros Espiell la semana pasada en Lima.

Todos los protagonistas del proceso político peruano consultados por la Misión Gros vieron positivamente el papel de la Organización de Estados Americanos en su propósito de relevar la situación planteada a partir del golpe de Estado institucional del 5 de abril, para impulsar el retorno a la institucionalidad y legitimidad democrática.

Esto incluye a partidos políticos, sindicatos, grupos empresariales, iglesia, fuerzas armadas, los señores Fujimori y San Román. *"Para ellos, la participación de la OEA es un elemento claramente esencial en el proceso de retorno a la legitimidad constitucional y democrácfica en el menor plazo posible"*.

Uno de los resultados intangibles de la Misión Gros es en este contexto haber comprobado que el organismo interamericano tiene un papel creciente en situaciones de crisis como la planteada.

DERECHOS HUMANOS

El rol de la OEA es además visto *"como un elemento ineludible, imprescindible, para que no se produzcan violaciones de los derechos humanos"*.

El golpe de Estado institucional fue dado sin muertos ni detenidos, con los dirigentes políticos caminando por la calle y con la prensa actuando en libertad, luego de dos días iniciales de restricciones, en lo que Gros califica de *"una situación muy atípica"*. Pero el Canciller uruguayo, pese a señalar que *"hoy evidentemente no se están violando derechos humanos"* a raíz del golpe de Estado institucional, puntualizó que *"no hay garantías jurídicas de que no se violen y nada asegura que no se vayan a violar"*.

"Evidentemente la OEA de hoy no es la de ayer". La resolución 1080 de Santiago (de junio de [illegible]



Ministro de Relaciones Exteriores, Héctor Gros Espiell.

hington de enviar la actual misión ad hoc a Perú y dio el marco procesal y conceptual para la labor cumplida en relación al quiebre institucional de Haití.

PRUDENCIA

Este peso distinto del organismo se da, a criterio del Canciller uruguayo *"en una situación novedosa y delicada, que hay que manejar, aunque a alguno no le haya gustado la palabra, con gran prudencia"*.

"Sigo pensando que la prudencia es el más importante de los valores políticos, y no hay prudencia imprudente. Por el contrario, hay imprudencias imprudentes e insalvables que comprometen los fines", dijo en alusión a críticas públicas hechas en Uruguay en los últimos días a su gestión.

Esa presencia de la OEA en los asuntos peruanos *"es una situación nueva, aceptada por todos los sectores peruanos, que además piden ansiosamente que se mantenga, y que no supone la violación del principio de no intervención ni el de libre determinación del pueblo"*.

Gros recalcó que ambos principios están estrechamente unidos: *"No se puede hoy hablar del principio de no intervención si no se tiene una idea clara de lo que es el principio de libre determinación. Y, a la inversa, cualquier interferencia ilegítima es violatoria del principio de libre determinación"*.

UNANIMIDAD

El Canciller uruguayo recordó con orgullo que la resolución de la OEA que determinó la misión a Lima entre el martes y el viernes que él presidió, fue aprobada por 31 votos y la lógica abstención de Perú. *"No hubo una diferencia, ningún matiz, ninguna fundamentación de voto; se marcó una absoluta unanimidad sobre cómo encarar la solución del caso peruano desde el punto de vista internacional"*.

"Y entre todos esos países, más los países del resto de la comunidad internacional, no se registró un solo caso -recalcó- de ruptura de relaciones diplomáticas. Ni uno solo", dijo en alusión al reclamo en ese sentido hecho por el Senador del Foro Batllista, América Ricaldoni.

"Sólo hubo un caso de suspensión de relaciones diplomáticas -añadió Gros en relación a Venezuela, sin nombrarla- *que ha traído además un problema interno tremendo, porque el principal partido de oposición, que integra el gobierno a través justamente del Canciller, sostiene que deberían haberse mantenido las relaciones diplomáticas"*.

"Como es obvio (esto) no significa aplauso ni aprobación de una situación, sino mantenimiento de canales para actuar y poder seguir la evolución de los sucesos", consideró.

"Esta es la primera vez, que yo recuerde, que la comunidad internacional efectúa una acción monolítica", especificó.

GARRAFAL

"Alguien, sin ningún conocimiento de los hechos, dijo además que Argentina y Brasil había actuado en forma distinta a Uruguay. Solamente un descono-

01-13

9204086

SOCIALES Y DE LA OEA

Canciller Gros Espiell: "No hay democracia sin Derechos Humanos"



cimiento garrafal (de los hechos) permite esa afirmación".

Gros dijo que el Embajador argentino, Víctor Licandro, estaba de vacaciones en la Argentina cuando los hechos del 5 de abril *"y regresará en los próximos días a Lima. Y el Presidente (Carlos) Menem hizo ayer -por el viernes- la declaración expresa y formal de que Argentina continuaba manteniendo relaciones sin ninguna alteración con el Perú. Lo mismo respecto de Brasil, que especificó que continúa manteniendo relaciones inalterables con Perú".*

"No digamos ya -añadió- el caso de México, que no aplica el instituto del reconocimiento o no en virtud de la Doctrina Estrada, sino que se limita a mantener o retirar sus agentes diplomáticos.

Y un país de tan intachable trayectoria democrática como Costa Rica, para poner un ejemplo, ha hecho una declaración expresa a través de su Canciller, de que mantiene sin alteración alguna sus relaciones diplomáticas. De modo tal que ésta es una cuestión absolutamente unánime, en función de usar la diplomacia y la política internacional para lograr objetivos. El objetivo es el retorno al sistema internacional y a la democracia".

Uruguay no aplica en sus relaciones internacionales la Doctrina Estrada, que considera legítimo un gobierno que controla su territorio. En cambio, señaló Gros, *"siempre ha usado, en una forma pragmática y empírica o el reconocimiento o el no reconocimiento, o el mantenimiento o no de agentes diplomáticos".*

DECANTAMIENTO

Se ha ido así *"decantando la solución actual, que es que si no se hace nada, es que se continúan las relaciones diplomáticas sin alteración. Y hay formas de reconocimiento implícito, como es el envío de una nota acusando recibo de otra nota, o simplemente que el embajador permanezca en sus funciones normales".*

El embajador uruguayo en Lima es el ex Secretario de la Presidencia durante el Gobierno de Julio María Sanguinetti, el doctor Miguel Semino, quien continúa sin novedad al frente de la representación diplomática allí.

El lenguaje diplomático está cargado de sutilezas, señaló Gros.

"Todo esto es tan delicado que, por ejemplo, por el hecho de que el Embajador colombiano en Lima asistiera a expreso título personal a la toma de posesión del llamado Presidente legítimo, señor San Román, fue inmediatamente llamado a Bogotá y retirado de su cargo". ■

"Hay que combatir la ruptura del orden institucional"

EN el discurso pronunciado por el Canciller uruguayo en el marco de la reunión de la OEA en torno al tema peruano, Gros expresó que "ninguna razón de hecho, ninguna situación por grave que sea, justifica la ruptura del orden constitucional". "También, recuerda Gros, repudié especialmente la teoría del estado de necesidad, como justificación de los golpes de Estado o como quiebra del sistema institucional, pero existe una gran dificultad, viéndolo desde el exterior, de tener en cuenta todos los elementos que gravitan en la destrucción de una situación".

En referencia a declaraciones del Senador Carlos Julio Pereyra, líder del Movimiento Nacional de Rocha, en las que expresa que el golpe frustrado de Venezuela del pasado cuatro de febrero y el reciente golpe en Perú son "fórmulas para solucionar problemas políticos institucionales", Gros afirmó que en el caso de Venezuela se pudo saber que el golpe "iba más allá de una sustitución momentánea para salir de una crisis sino que implicaba una concepción autoritaria y absolutista del poder".

"Lo que sí parece cierto, y hay que combatir, continuó, es la posibilidad de difusión de una ideología que plantea que para salir de una crisis hay que recurrir a la ruptura del orden jurídico, que si el Parlamento es lento, hay que sacarlo, que si no nos gusta una sentencia de inconstitucionalidad, hay que sacar a la Suprema Corte, eso es un absurdo repudiable y es incompatible con la madurez democrática y con la democracia misma".

DISCREPANCIAS

Con respecto al surgimiento entre diferentes sectores políticos nacionales, que motivados por la resolución de la OEA en torno al caso Perú, han planteado la pregunta de si la política exterior está dejando de ser una política de Estado o por el contrario existe alguna alternativa que reunifique los caminos dadas las discrepancias existentes, Gros Espiell dijo:

"Creo que han habido reacciones resultantes de no manejar la totalidad de la información, por ejemplo no se ha manejado bien el hecho de la unanimidad democrática de América, no se ha manejado bien porque no se conoció en Montevideo porque nadie publicó mi discurso en la OEA, que prácticamente dice todo lo que dicen los que criticaron la decisión de la reunión de cancilleres. Así que creo que son simplemente matices de apreciación y no hubo decisión de partidos políticos".

Con respecto a la Doctrina Betancour, el entrevistado recalcó que el Uruguay jamás la aplicó y además "nunca cuando el partido colorado estuvo en el poder rompió relaciones diplomáticas por una razón de quiebre del sistema democrático. Así que creo que son palabras muy sanas y bien inspiradas pero surgidas en la improvisación del momento, incluso en declaraciones del diputado Fau, el mismo en una frase dijo que no justificarían siquiera un llamado a sala al Ministro de Relaciones Exteriores. Esto hace que para mí sea bien claro que esta posición uruguaya unifica la posición del país y le da una tónica realmente democrática dentro de la sensatez y el realismo."

El principismo realista debe ser el principal objetivo de la política exterior y que no sólo no afecta la verdadera política exterior nacional o de Estado, sino que la reafirma, aseguró Gros y agregó:

"Si a través de esta política conseguimos con una fórmula eficaz y operativa la vuelta rápida del Perú a un constitucionalidad legítima, ¿qué sería más importante, haber dicho un discurso con una palabra de un tonito más o menos fuerte o haber hecho posible que el pueblo peruano viva en democracia? "

Finalmente, en torno a la ida del Canciller a la Cámara de Diputados el próximo martes, Gros afirmó su optimismo para lograr el consenso.

"Creo que será la base de un necesario diálogo y que conociendo los hechos habrá una reafirmación de la posición uruguaya basada en la democracia, en el realismo, en el principismo y en la necesidad de lograr resultados, en este caso, lograr una solidaridad latinoamericana total".

" Se hizo lo único que se podía hacer por un país democrático, constitucional, amante de la paz y amante de la solidaridad como es el Uruguay", concluyó el Ministro de Relaciones Exteriores, Héctor Gros Espiell. ■

26 04 92

Para Baena, ningún miembro de la OEA reconoció Presidente a San Ramón

SEVILLA. (EFE).- Ningún miembro de la Organización de Estados Americanos (OEA) ha expresado la intención de reconocer a Máximo San Román como Presidente peruano, afirmó ayer el Secretario general de ese organismo, el brasileño Jono Baena Soares.

San Román fue proclamado el pasado martes por el disuelto Congreso "Presidente constitucional del país", tras el reciente golpe de Estado institucional encabezado por el Presidente Alberto Fujimori.

El Secretario general de la OEA, integrante del Sistema Interamericano (SI), asistió hoy al día de honor de esa organización multilateral en la Exposición Universal de Sevilla (sur de España).

Baena Soares, que llegó el jueves a Sevilla procedente de Lima, integra junto al Canciller uruguayo, Héctor Gros Espiell. la misión enviada por la OEA a Perú para elaborar un informe sobre la situación del país.

El Secretario general afirmó en rueda de prensa que este viaje "ha sido de mucha utilidad" y que "se ha hecho un gran esfuerzo para dialogar con todos aquellos que tenían algo que decir".

Sin embargo, declinó proporcionar más datos porque "aún queda pendiente otro viaje a Perú" y hay que "redactar las conclusiones iniciales, que serán presentadas a la Asamblea Permanente de la OEA".

"Considero que dar evaluaciones ahora es prematuro, aunque debo decir que la OEA ha sido muy bien recibida por la sociedad peruana", concluyó.

APOYO DE FF.AA. A RESTAURAC

* Altos Mandos lo Afirmaron Ante Misión de la OEA
* Estiman Medidas de Fujimori Como Transitorias
* Gros Calificó de Exitosa Esta Primera Gestión

LIMA, Perú, (por Carlos Pauletti). — Las Fuerzas Armadas del Perú expresaron ayer a la misión de la Organización de Estados Americanos su total respaldo a un regreso del país a la democracia, a la vez de aclarar que su apoyo a las medidas tomadas por el presidente Alberto Fujimori no se refiere a esta persona sino al país.

Los Dres. Gros y Baena se entrevistaron con el presidente del Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas, Gral. de Ejército Nicolás de Bari Hermoza, el comandante en Jefe de la Armada, Alm. Alfredo Arnaiz, y el comandante en Jefe de la Fuerza Aérea, Gral. Armando Velarde.

Durante la reunión, los altos militares habrían señalado el apoyo al golpe de Estado de Fujimori no solamente por un problema de disciplina, sino porque, en su opinión, en caso que no hubiera cambios "**el país se disolvía**".

Los jerarcas castrenses, representantes de uno de los principales soportes del gobierno de facto, indicaron también que debían introducirse profundas reformas para que, en democracia, sea posible combatir lo que definieron como los cuatro grandes flagelos que afectan al Perú: el terrorismo, el narcotráfico, la pobreza crítica y la corrupción.

De acuerdo con las informaciones trascendidas, los militares habrían, asimismo, señalado cierta prescindencia respecto de persona o personas que condujeran este proceso, indicando que no les interesa nada más que el país. En tal sentido, sostuvieron que respaldan la redemocratización del Perú y se preocuparon en explicar que la actual situación de facto es circunstancial, y que su objetivo es contribuir a la recuperación de la legitimidad democrática.

La misión se reunió también con el denominado presidente Constitucional, Máximo San Román, quien fuera designado en ese cargo por el disuelto Parlamento, y ha comenzado a tomar una serie de medidas hasta ahora más simbólicas que otra cosa, debido a que Fujimori controla toda la estructura estatal.

REITERAN RECLAMOS

Durante este encuentro, volvió a emerger la posición de los partidos políticos en cuanto a que constituye primer punto de cualquier retorno democrático la renuncia del Primer Mandatario de ascendencia japonesa. Posteriormente, el Gobierno Constitucional tomaría todos los recaudos para concretar reformas en la Constitución, Poder Ejecutivo, Poder Legislativo y Poder Judicial, convocar después a un referéndum ratificatorio y elecciones generales.

Los contactos se extendieron también a personalidades políticas independientes, cerrándose esta primera etapa con una reunión pedida por el ministro de Relaciones Exteriores incaico, Augusto Blacker Miller. El mismo planteó el interés de su gobierno por saber la evaluación que hacían Gros y Baena de los contactos sostenidos, lo cual le fue trasmitido.

Desde PERU

por
CARLOS PAULETTI
Enviado Especial



Sobre ello, cabe informar que la misión presentará un completo informe ante el Consejo Permanente de la O.E.A. que se reunirá el 1° de mayo, y al día siguiente regresará a esta capital para abordar la segunda etapa de gestiones. En esa oportunidad se sumarán los Cancilleres de Argentina, Canadá y Honduras, invitados por Gros Espiell, y es intención plantear entonces fórmulas concretas para el lanzamiento de un diálogo entre las partes.

Para el Ministro uruguayo, quien preside esta delegación por decisión de la reunión ad-hoc de Cancilleres del organismo interamericano, la primera etapa de las gestiones ha sido un éxito, aunque, subrayó, "**es el primer paso de un largo y complicado proceso**".

"**Hemos ganado una batalla pero no la guerra**" enfatizó, indicando que se ha podido establecer claramente las posiciones de todos los sectores políticos y sociales. La próxima instancia "**será informar al Consejo Permanente de la O.E.A. el 1° de mayo, y de inmediato, regresaremos para entrar en la parte de definir posibilidades concretas para el diálogo entre los peruanos**".

El Dr. Héctor Gros Espiell calificó de triunfo el resultado de las gestiones hasta el momento, aunque destacó que el diálogo, a cuya consecución ha sido encomendada la misión, parece hoy difícil de lograr.

ALGUNAS COINCIDENCIAS

No obstante, adelantó que de las posiciones expresadas por los diferentes sectores pudo extraerse un consenso respecto a lo imprescindible de reformar la Constitución, "**y todos coinciden en que debe transitarse el camino a la democracia. Una democracia que permita combatir el terrorismo, el narcotráfico, la pobreza y la corrupción que, según se nos ha denunciado, afecta a todos los Poderes del Estado, inclusive al Ejecutivo**".

Consultado en torno al diálogo propuesto por el presidente Fujimori, el Canciller uruguayo expresó que es un elemento a tener en cuenta, el cual es mejorable y perfectible partiendo de la base que esta situación de facto es provisoria. Empero, el jerarca dijo que el plazo de 1 año para la democratización es bastante extenso y recordó que el objetivo de la O.E.A. consiste en establecer conversaciones sin excluidos.

"**Nuestra misión tiene una meta muy clara**", afirmó, "**encontrar un camino hacia la democratización sin violar los principios de no intervención y autodeterminación de los pueblos, tal como lo marca la resolución de la reunión de Cancilleres celebrada días pasados en Washington**".

El entrevistado informó que todos los actores de la situación peruana "**reconocieron el papel fundamental de la O.E.A. en estas instancias y señalaron que debido a la intervención del organismo, no se registran hoy violaciones masivas y flagrantes de los Derechos Humanos en el Perú**".

El Ministro precisó que después de la segunda etapa de esta misión se cumplirá entre el 2 y 5 de mayo, la misma deberá presentar un completo informe sobre sus resultados ante la reunión de Cancilleres que retomará sus sesiones entre el 17 y el 18 del mes próximo en Bahamas. La misma se celebrará en el marco de la Asamblea de la O.E.A.

En esa ocasión, y con hechos concretos o no en la mano, los Ministtros de Relaciones Exteriores podrán tener un panorama completo y actuar en consecuencia.

El Dr. Gros Espiell emprendió anoche el regreso hacia Montevideo, previéndose su arribo al Aeropuerto Internacional de Carrasco para las 17:30 horas de esta tarde. El secretario general Baena Soares partió ayer por la tarde hacia Washington y lo propio hizo el embajador de Uruguay ante la O.E.A., Dr. Didier Opertti en horas de la noche.



Entrevistó a representantes de partidos políticos, sindicatos, eclesiásticos y de prensa

Culminó la misión de la OEA en Perú

● *El canciller uruguayo Gros Espiell dijo que es optimista tras "intensos y fructíferos contactos"* ● *Una nueva misión llegará el 2 de mayo con una propuesta* ● *Renunció el embajador de Fujimori ante la OEA*

240492

Lima (UPI)

■ La misión de la Organización de los Estados Americanos concluyó ayer su labor de tres días en el Perú, con el fin de buscar una pronta solución a la crisis política de la nación andina.

Los delegados de la OEA tenían previsto reunirse ayer con Máximo San Román, quien presentó su juramento el martes como presidente "legítimo", por decisión del Congreso que el presidente Alberto Fujimori disolvió el 5 de abril.

La misión, presidida por el canciller uruguayo Héctor Gros, y de la cual forma parte el secretario general de la OEA, João Baena Soares, acudirá a la residencia de San Román.

GROS ESPIELL FUE OPTIMISTA

El canciller uruguayo, Héctor Gros Espiell, que preside la delegación enviada a Lima por la Organización de los Estados Americanos, afirmó ayer que está "optimista" respecto a lograr un rápido retorno de Perú al sistema democrático.

Gros dijo que mantuvo "contactos intensos y fructíferos" con dirigentes de todos los partidos políticos peruanos en los últimos dos días y que obtuvo de ellos "información indispensable" para cumplir con los objetivos prefijados por el organismo interamericano.

El diplomático exhortó a la comunidad internacional a sostener una actitud de "ponderación y mesura" al analizar la situación institucional peruana y ratificó su posición de "respetar el principio de no intervención y libre determinación" de los pueblos.

"Lo fundamental es no pronunciar palabras estridentes sino lograr resultados positivos", dijo el canciller en declaraciones realizadas en Lima a una emisora de radio en Montevideo.

Gros, un abogado especializado en derecho internacional y ex juez de la Corte Internacional de Justicia de La Haya, eludió dar una respuesta directa al ser requerido sobre a cuál de los dos presidentes que cohabitan hoy en Perú reconoce la OEA como legítimo.

"Obviamente no podemos pronunciarnos sobre este punto, porque [illegible] las metas de nuestra misión y comprometería la posibilidad de un resultado efectivo", añadió Gros.

Fuentes diplomáticas señalaron que el cronograma anunciado por Fujimori para lograr en forma paulatina el retorno a la legalidad constitucional es uno de los claves que manejan los enviados de la OEA [illegible].

[illegible] la [illegible] fue [illegible] suspender [illegible] greso, y [illegible] a los [illegible] con el [illegible] titución.

El plan del [illegible] prevé la realización [illegible] legislativas para el [illegible] 1993.

Analistas diplomáticos [illegible] ron que Gros y el secretario [illegible] de la OEA, el brasileño João Baena Soares, [illegible] organismo en Perú, [illegible] elemento de [illegible] el obtener un [illegible] cronograma [illegible] ri.

La modificación de [illegible] ría ser compartida por los [illegible] de oposición, a pesar de que ya adelantaron su negativa al plan propuesto por Fujimori.

Nº. D...

TITU...

PROC... 15OC 24

FECH... 22/4/92

VINCULACI...

La OEA despliega sus "buenos oficios"

LIMA, 21 (Reuter, EFE y AFP).— El secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), **Joao Baena Soares** y el canciller uruguayo, **Héctor Gross Espiell**, se encontraban reunidos esta noche con el presidente, **Alberto Fujimori**, completando la primera jornada de su visita de tres días a Perú, destinada a encontrar una salida institucional a la crisis abierta tras el autogolpe de Estado del 5 de abril.

Antes de la llegada de la misión de la OEA al Palacio Pizarro, sede del gobierno, la policía reprimió duramente a grupos antagónicos de manifestantes que se enfrentaron a golpes frente al hotel Sheraton de esta capital, donde se aloja la misión mediadora de la OEA, en el primer tumulto callejero de proporciones desde la quiebra del orden institucional.

El enfrentamiento se produjo horas después de que el vicepresidente primero, Máximo San Román, prestó juramento ante el Congreso disuelto como "presidente constitucional" en desafío al régimen de Fujimori y en momentos en que Baena y Gross Espiell se hallaban reunidos con dirigentes del Partido Popular Cristiano.

El tumulto, reprimido con gases y chorros de agua, se extendió hasta las puertas del hotel, separado por una amplia explanada de la avenida Paseo de la República, donde se refugiaron manifestantes contrarios al gobierno.

Los contactos emprendidos por la misión de la OEA "**son una prueba de fuego bastante difícil porque actuaremos sobre realidades y no sobre hipótesis**", dijo hoy Gross Espiell en su primer contacto con la prensa. El diplomático aclaró que su tarea "es más de buenos oficios que [illegible]" y que, aparte de dialogar con todos los sectores, busca [illegible] para que en el [illegible] se logre la plena legitimidad institucional.

"Dejaremos bien en claro cuál es el objetivo de la OEA, cuál es el sentido de la resolución (adoptada en Washington para propiciar el restablecimiento del orden constitucional) y los principios de defensa de la democracia y de respeto irrestricto al derecho de no intervención", explicó.

El canciller uruguayo adelantó que el plan de trabajo de la organización tiene dos etapas: una primera de índole informativa, que es la que están llevando adelante desde hoy, y una segunda que contempla una nueva visita del secretario general y de tres cancilleres americanos, que se realizará en breve.

Nº. D[illegible]
TITU[illegible]
PROC[illegible]
FECH[illegible]
VINCULACI[illegible]

15UC24
22/4/92

220492

La OEA despliega sus "buenos oficios"

LIMA, 21 (Reuter, EFE y AFP). — El secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), **Joao Baena Soares** y el canciller uruguayo, **Héctor Gross Espiell**, se encontraban reunidos esta noche con el presidente, **Alberto Fujimori**, completando la primera jornada de su visita de tres días a Perú, destinada a encontrar una salida institucional a la crisis abierta tras el autogolpe de Estado del 5 de abril.

Antes de la llegada de la misión de la OEA al *Palacio Pizarro*, sede del gobierno, la policía reprimió duramente a grupos antagónicos de manifestantes que se enfrentaron a golpes frente al hotel Sheraton de esta capital, donde se aloja la misión mediadora de la OEA, en el primer tumulto callejero de proporciones desde la quiebra del orden institucional.

El enfrentamiento se produjo horas después de que el vicepresidente primero, **Máximo San Román**, prestó juramento ante el Congreso disuelto como "presidente constitucional" en desafío al régimen de Fujimori y en momentos en que Baena y Gross Espiell se hallaban reunidos con dirigentes del Partido Popular Cristiano.

El tumulto, reprimido con gases y chorros de agua, se extendió hasta las puertas del hotel, separado por una amplia explanada de la avenida Paseo de la República, donde se refugiaron manifestantes contrarios al gobierno.

Los contactos emprendidos por la misión de la OEA "**son una prueba de fuego bastante difícil porque actuaremos sobre realidades y no sobre hipótesis**", dijo hoy Gross Espiell en su primer contacto con la prensa. El diplomático aclaró que su tarea "es más de buenos oficios que [illegible]dora", y que, aparte de dialogar con todos los sectores, buscará [illegible] para que en el más breve [illegible] se logre la plena legitimidad institucional.

"Dejaremos [illegible] en claro cuál es el objetivo de la OEA, cuál es el sentido de la resolución (adoptada en Washington [illegible] para propiciar el restablecimiento del orden constitucional) y los principios de defensa de la democracia y de respeto irrestricto al derecho de no intervención", explicó.

El canciller uruguayo adelantó que el plan de trabajo de la organización tiene dos etapas: una primera de índole informativa, que es la que están llevando adelante desde hoy, y una segunda que contempla una nueva visita del secretario general y de tres cancilleres americanos, que se realizará en breve.

[illegible] reunión con la misión [illegible] distintos sectores soci[illegible] e institucionales. Los [illegible] ron con el represen[illegible] por la Paz, Francisco [illegible] presidente de la [illegible] Televisión, [illegible] los dirigentes de la [illegible] Derechos Humanos [illegible] Comisión [illegible] García Sayán [illegible]

FUJIMORI PIDIO JUZGAR AL EX PRESIDENTE POR TENENCIA DE ARMAS

La OEA exige que se aclare la situación de Alan García

LIMA, 15 (EFE, Reuter y AP). — El secretario general de la **Organización de Estados Americanos (OEA)**, **Joao Baena Soares**, pidió hoy al gobierno peruano una **"urgente"** explicación sobre la situación "seria y preocupante" del ex presidente **Alan García**, que permanece oculto desde el 5 de este mes.

Poco antes de que se difundiera el mensaje del secretario de la OEA, el presidente **Alberto Fujimori** autorizó el inicio de acciones judiciales contra Alan García y su ex ministro del Interior, **Agustín Mantilla**, por posesión ilegal de armas de fuego.

En su mensaje, dirigido al canciller peruano **Augusto Blaker**, Baena Soares subraya que fue la esposa del ex presidente, Pilar Nores, quien le informó que fuerzas del Ejército "ingresaron violentamente"en su domicilio el día del autogolpe de Alberto Fujimori. Desde entonces García se encuentra en la clandestinidad, posiblemente en algún lugar de Lima.

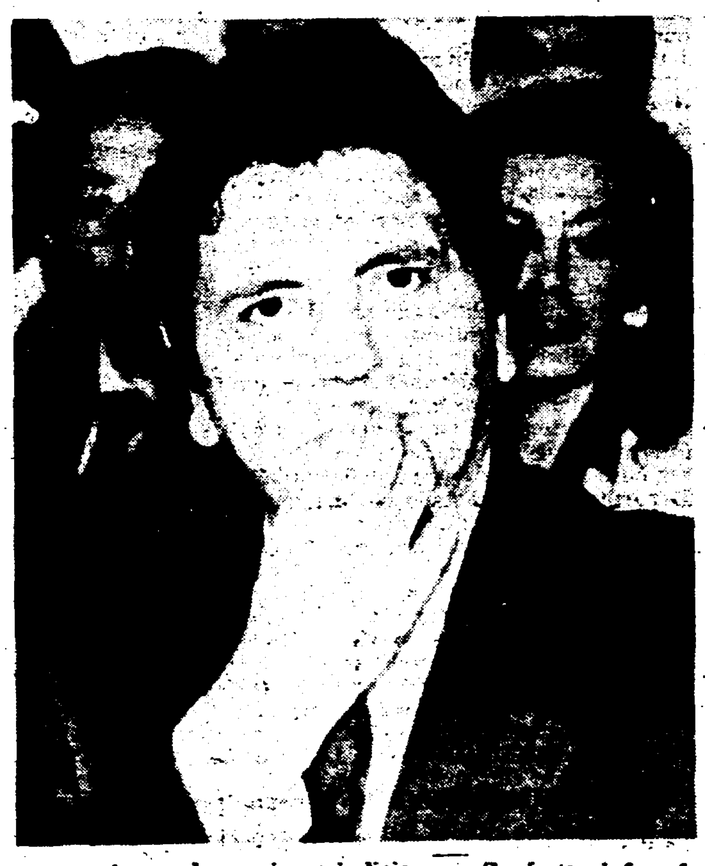
En su mensaje, el secretario de la OEA pide que la esposa de García pide que se garantice el derecho a la vida del ex presidente y reclama **"un compromiso escrito y público del gobierno de que no continuará su acción persecutoria y atentatoria contra su vida"**. Baena Soares pide una "urgente respuesta" ante esta situación, que define como "seria y preocupante".

Alan García, que gobernó entre 1985 y 1990, fue absuelto el año pasado por el Poder Judicial de las acusaciones de enriquecimiento ilícito. Anteriormente el Congreso le había suspendido la inmunidad parlamentaria, tras acusarlo de enriquecerse indebidamente con 400.000 dólares en 17 años de función pública.

Los cargos que ahora caen sobre el ex presidente son de otra índole: como máximo representante del **Partido Aprista Peruano (PAP)** se le acusa por la comisión del delito de **"posesión, tenencia y uso ilegal de armas de fuego"**.

La autorización de Fujimori para que comiencen las acciones judiciales contra García, actual secretario general del Partido Aprista, fue publicada hoy en el diario oficialista **El Peruano**. El texto destaca que el objetivo principal de la medida es "sancionar drásticamente todos los casos de corrupción e inmoralidad cometidos en la administración pública".

Días después del autogolpe de Fujimori, el ministro del Interior, **Juan Briones**, dijo a la prensa que se habían encontrado en el domicilio de Mantilla y en la sede del PAP "un arsenal de armas de largo alcance, municiones y explosivos de uso militar".



Ex presidente Alan García: Fujimori pidió a la Justicia que lo investigue por posesión de armas.

Según se informó días atrás, la mayor parte de las armas se encontraron en el domicilio de Mantilla, a quien se acusa de haber participado en un grupo paramilitar llamado **Comando Rodrigo Franco**, nombre de un militante aprista asesinado por guerrilleros de **Sendero Luminoso**.

El Partido Aprista, en una declaración divulgada hoy, negó cualquier vinculación con un grupo paramilitar. El diputado aprista **Jorge del Castillo**, abogado de García, dijo por su parte que el comienzo del proceso es una **"insolencia"**, ya que el ex presidente nunca tuvo las armas supuestamente decomisadas.

Nº. DOCUM
TITULAR
PROC.
FECHA 150023 14/4/92
VINCULACI

140492

Explicaciones de Perú fueron inútiles: OEA votó la condena

WASHINGTON. (EFE).- Los Cancilleres de la Organización de Estados Americanos (OEA), con diferentes matices, rechazaron ayer, unánimemente, el golpe de Estado institucional que dio, el domingo 5, el Presidente de Perú, Alberto Fujimori.

Durante más de cinco horas, los ministros de Relaciones Exteriores de los 34 países miembro de la OEA, reunidos en su sede de Washington, escucharon hasta 23 turnos de palabra para manifestarse sobre la crisis en Perú.

La ronda de intervenciones empezó con el propio Canciller peruano, Augusto Blacker, quien justificó las medidas adoptadas por Fujimori de disolver el Parlamento y suspender las garantías constitucionales.

Estados Unidos y Canadá, representados por el Secretario de Estado, James Baker, y por la Ministra de Relaciones Exteriores, Bárbara McDougall, respectivamente, fueron los dos únicos países que defendieron o propusieron medidas concretas contra el golpe.

El Gobierno estadounidense decidió, el lunes 6, suspender toda ayuda no humanitaria a Perú y revisar la ya aprobada, mientras que Canadá pidió a la OEA que prepare un "programa de sanciones" en el caso de que Perú no retorne a la democracia.

Baker, que dijo que "ninguna nación merece y necesita más apoyo que Perú", fue tajante a la hora de condenar el llamado "golpe institucional" y dijo que "no se puede destruir la democracia para intentar salvarla".

Si la situación actual persiste -añadió Baker- "es imposible nuestra solidaridad, nuestra cooperación y nuestra asistencia".

Los representantes de los países latinoamericanos usaron diferentes verbos -desde deplorar hasta condenar- para coincidir, por fin, en su rechazo al golpe en Perú.

Entre los sudamericanos, quienes emplearon términos más contundentes fueron Venezuela y Argentina, cuyos Cancilleres, Humberto Calderón y Guido Di Tella, respectivamente, no ocultaron que querían "ir más allá" en el rechazo a la ruptura del sistema democrático.

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 14 de abril de 1992 INTERNA

DURA ACUSACION DE JAMES BAKER

"La democracia fue destruida"

WASHINGTON, 13 (AFP, AP, ANSA y EFE). — El secretario de Estado norteamericano, **James Baker**, dijo hoy que el presidente peruano **Alberto Fujimori "destruyó la democracia con el pretexto de salvarla"**.

Sus declaraciones, formuladas antes de asistir a la reunión de cancilleres de los países miembros de la **Organización de Estados Americanos** (OEA), se interpretaron como un **endurecimiento de la postura de Washington respecto del autogolpe que el mandatario peruano encabezó hace ocho días**.

Paralelamente el subsecretario de Estado para Asuntos Interamericanos, **Bernard Aronson**, en una reunión con el canciller del actual gobierno cívico-militar peruano que preside Fujimori, **Augusto Blacker Miller**, reafirmó el principio estadounidense en el sentido de que "las posibilidades de la ayuda norteamericana a Perú quedarán seriamente afectadas hasta que se recupere la democracia".

♦ Solo un pretexto

Baker dijo comprender que el Perú afronta graves problemas económicos y de seguridad, pero enfatizó que de ninguna manera esas dificultades pueden ser causales de iniciativas como el autogolpe de Fujimori: "No se destruye la democracia a fin de salvarla. De hecho, lo sucedido allí (en el Perú) es que la democracia fue destruida con el pretexto de salvarla", sostuvo.

La administración presidida por **George Bush** ya anunció la semana pasada la **suspensión de la ayuda económica y militar a Perú**. El jefe de la Casa Blanca subrayó que "no vamos a quedarnos con los brazos cruzados, (puesto que) queremos que la democracia sea restaurada".

Pero analistas políticos norteamericanos han señalado insistentemente que la condena de la administración Bush se ha acentuado en su aspecto declamatorio, pero en cambio no ha tenido un correlato de similar firmeza a la hora de ejercer presiones, por ejemplo, en el terreno diplomático internacional.

♦ Doble mensaje

El influyente **The New York Times** afirmó en un artículo firmado hoy por **Leslie H. Gelb que en la intimidad de la Casa Blanca la idea de Fujimori de "legitimar" el autogolpe con un plebiscito no es completamente rechazada**.

"Aunque no es lo ideal, esta fórmula de **golpe democrático con plebiscito** podría ser la **única manera de conservar legitimidad** y **de sentar las bases para levantar una democracia auténtica en el futuro**", sostuvo Gelb.

De acuerdo con el analista, Washington seguirá censurando públicamente a Fujimori, pero "en privado lo instará a que trate de obtener un mandato (popular), mediante un referendo realmente libre, sobre una serie de reformas constitucionales fundamentales".

El análisis **apunta a que** "en un mundo lleno de dirigentes democráticos terriblemente vulnerables" se hace necesario **"atemperar la pureza (de los principios) con el pragmatismo"**.

LOS CANCILLERES AMERICANOS EVITARON RECLAMAR SANCIONES ECONOMICAS

La OEA deploró el autogolpe y enviará una delegación para presionar a Fujimori

WASHINGTON, 13 (Enviado especial, Daniel Santoro). — Una delegación de la Organización de Estados Americanos (OEA), encabezada por su secretario general, **João Baena Soares** viajará en los próximos días a Lima para intentar la difícil tarea de restablecer el diálogo entre el gobierno de facto del presidente **Alberto Fujimori** y el clandestino Parlamento, que se encuentran duramente enfrentados desde el autogolpe del domingo de la semana pasada.

Los cancilleres americanos evitaron puntillosamente pronunciarse en favor de sanciones económicas contra Perú.

La decisión fue adoptada ayer luego de una maratónica reunión de urgencia de los 34 cancilleres de los países miembros de ese organismo hemisférico, entre ellos el norteamericano **James Baker III**, en lo que se aprobó una resolución, que también "deplora profundamente" el autogolpe de Fujimori y pide el envío de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDDH) al Perú, tal como lo adelantó Clarín el domingo.

Las resoluciones de la OEA se tomaron horas después de que, en la madrugada del lunes, el Perú fue suspendido del Grupo de Río hasta tanto no se restablezcan las instituciones democráticas. La medida fue adoptada por consenso después de 8 horas de negociaciones —con cena de por medio en el hotel Ritz— del canciller Guido Di Tella y sus otros 9 colegas de ese foro.

El canciller de México, **Fernando Solana**, intentó sin éxito que no se difundiera la decisión —anunciada eufemísticamente como "no participación"— pero logró retrasarla como para que Fujimori la presentara como una decisión de su gobierno de retirarse y no como una virtual sanción.

Desde Washington, el vicepresidente peruano **Máximo San Román** afirmó a una radio peruana que "Alberto Fujimori ha dejado de ser presidente porque ha faltado su juramento de respetar la Constitución".

Un grupo de parlamentarios espera a San Román en Lima para designarlo presidente de Perú.

El resultado de la gestión de buenos oficios de Baena Soares deberá ser comunicado a la reunión de cancilleres, que se mantiene abierta, a fines del mes que viene, durante la asamblea anual del organismo, que se realizará en Bahamas.

El texto de la resolución que faculta a Baena Soares a hacer ese viaje se negoció intensamente en los pasillos del hermoso edificio central de la OEA, mientras hablaron 23 de los 34 cancilleres que habían pedido la palabra. Así se observó al embajador argentino ante ese organismo, **Hernán Patiño Mayer**, ir y venir nerviosamente con la copia de la resolución al Salón de las Américas, donde deliberaban los cancilleres, para hacer consultas de último momento con Di Tella.

La negociación se suscitó entre un proyecto presentado por **Costa Rica** "con el consenso del Grupo del Caribe y de América Central", al que tuvo acceso Clarín, y otro del Grupo de Río. Las diferencias eran fundamentalmente de forma.

La reunión de cancilleres por el tema Perú fue accidentada desde el principio. A primera hora de la mañana no pudieron empezar a deliberar aunque había dos delegaciones peruanas. Una del gobierno de facto y otra del Parlamento que actúa en la clandestinidad.

La Argentina quiso que los legisladores, encabezados por el vicepresidente primero del Perú, **Máximo San Román**, hablaran desde su banca, pero ante la cerrada negativa de México y sus aliados aceptó que San Román expusiera en una reunión a puertas cerradas antes del encuentro formal. San Román afirmó que el Congreso había aprobado "el 90 por ciento" de los proyectos de Fujimori, para disparar contra uno de los argumentos centrales del golpe de mano. "Creo que la cosa no fue tan peluda, ni pelada", dijo Di Tella con ironía al referirse a esa polémica.

La reunión abierta la inició el canciller peruano, **Augusto Blacker Miller**, con un discurso de 26 páginas que solo interrumpió para limpiar sus lentes estilo "yuppie".

Su discurso solo fue aplaudido por un canciller caribeño y su delegación. El resto de la sala permaneció en silencio con un gesto de desaprobación.

En cambio todos los oídos y aplausos mayoritarios fueron para el secretario de Estado James Baker III, que por primera vez en muchos años asistió a una reunión de la OEA.

Baker advirtió que si Fujimori "sigue el camino del autoritarismo no será posible seguir la cooperación (véase página 23) con su país, en el marco de un duro discurso, que quizás haya sido consecuencia del editorial de ayer del influyente diario **The New York Times**, que criticó al gobierno por tener un doble discurso frente a la crisis peruana.

Seis turnos después habló Di Tella, quien antes de afirmar que las palabras de su colega peruano le habían "recordado mucho al discurso de las dictaduras militares", advirtió que "la separación entre democracia real y formal a los argentinos nos costó muchísimo", en alusión a la violación de los derechos humanos. Sin embargo, también dijo:

- "La liberación de los presos políticos, la eliminación de la censura y la aceptación de un viaje de la CIDH son gestos positivos en el camino hacia la normalización democrática, pero no son suficientes."
- El gobierno peruano debe analizar el cronograma electoral que anunció "con la oposición parlamentaria, incluso la más encarnizada", en alusión al APRA, que lidera el ex presidente **Alan García**.
- El Perú puede iniciar "el difícil camino hacia el retorno democrático o deslizarse hacia una dictadura militar lisa y llana".

Después de quedarse en la sala de deliberaciones para escuchar a su colega mexicano, quien defendió implícitamente el autogolpe, Di Tella dio una conferencia de prensa en el salón San Martín, junto a la senadora **Alicia Saadi**, quien se encontraba en esta capital por un seminario sobre los derechos de la mujer y fue sumada a la delegación argentina.

Como conclusión del resultado de la reunión de la OEA respondió con un dicho: **"Si se le pisa la cola al gato, grita. Si no grita, no es gato"**. Es decir que los gobiernos democráticos de América latina, por lo menos, terminaron deplorando aquí el autogolpe.

Daniel Santoro

LA OEA DECIDE HOY SU POSICION FRENTE AL GOBIERNO DE FUJIMORI

Argentina propuso la suspensión de Perú como miembro del Grupo de

Los cancilleres americanos podrían recomendar hoy al secretario general de la OEA, Joao Baena Soares, que viaje urgentemente a Lima para fijar con el presidente peruano, Alberto Fujimori, las fechas ciertas para la plena restauración del orden constitucional en Perú. La Argentina propuso ayer la separación de Perú del Grupo Río hasta que retorne a la democracia. Intensa actividad del canciller Guido Di Tella para presionar a los países indecisos por una posición más dura.

Clarín EN WASHINGTON

WASHINGTON, 12 (Enviado especial). — La Argentina propuso formalmente anoche **la suspensión de Perú como miembro del Grupo de Río** hasta que se restituyan todas las instituciones democráticas en ese país, tal como lo había adelantado **Clarín** la semana pasada.

Al cierre de esta edición el canciller Guido Di Tella mantenía una maratónica negociación con sus otros colegas de ese foro, con excepción del peruano **Augusto Blacker Miller**, para lograr consenso sobre la iniciativa que en el lenguaje diplomático se instrumentaría como **"no participación"** de Perú para suavizar semánticamente la sanción.

Los cancilleres del Grupo de Río deliberaron anoche a puertas cerradas en el salón Bolívar de la OEA para escuchar primero una defensa de Blacker Miller del autogolpe del presidente Alberto Fujimori, que a criterio del diplomático, fue la expresión de la **"democracia real sobre la democracia formal"**. No pocos vieron en esa frase elementos del discurso de las dictaduras militares que asolaron a América latina en la década del 70.

Blacker Miller adelantó que su gobierno invitará hoy en la reunión de urgencia de cancilleres de la Organización de Estados Americanos (OEA) a la Comisión de Derechos Humanos (CDH) a inspeccionar su país. Se trata de la misma que visitó a la Argentina en 1979 cuando el país vivía un baño de sangre provocado por el Proceso.

En otro intento para evitar una condena en la asamblea de hoy, también dijo que igual trámite se realizará para el secretario general de la OEA, el brasileño Joao Baena Soares, pero se negó a asumir cualquier tipo de compromisos en cuanto a la fecha en que se llamará a elecciones. Es más, estimó que solo **"no tardará un año en confeccionar los padrones"**, según revelaron a **Clarín** altas fuentes diplomáticas.

Pero la clave de la negociación de anoche estaba en la iniciativa de la suspensión. Si no se aceptaba por consenso la idea, la delegación argentina estaba dispuesta a someterla a votación. La ruptura del sistema de consenso que funciona en el grupo desde su creación en 1986 lo haría explotar como las flores blancas de los "cherry blossom" (cerezos) con el inicio de la primavera, que esta semana hizo florecer a Washington.

En el marco de una intensa tarea de "lobbie" Blacker Miller mantuvo, antes del encuentro del Grupo de Río, **una reunión a solas** con Di Tella para pedir **comprensión** y el retiro de las propuestas de suspensión y de condena

Minutos después en la casa de ladrillos a la vista de Patiño entró el vicepresidente primero en la clandestinidad del Perú, **Máximo San Román, y otros tres legisladores opositores. Dieron la visión inversa a la de Blacker Miller de lo que pasa en el Perú y se fueron con una amplia sonrisa.**

Di Tella se comprometió a que hoy hablen ante la reunión de cancilleres de la OEA como "miembros de la delegación argentina" en un hecho inédito en la historia reciente de ese foro. El recurso es el único que tienen los legisladores de la oposición para hablar ante este organismo hemisférico, donde solo están representados los gobiernos que representan a sus 34 países miembros.

El canciller peruano pidió expresamente que la OEA no escuche a los parlamentarios, que en Lima deliberan en la clandestinidad por la disolución del Congreso dispuesta por Fujimori. El ofrecimiento argentino seguramente **deteriorará aún más** las relaciones entre Lima y **Buenos Aires.**

Después de las reuniones bilaterales con Blacker Miller y los opositores, Di Tella se trasladó a la sede de la OEA, **donde comenzó la primera parte de las deliberaciones del Grupo de Río.**

La Argentina [illegible] a los "halcones" y [illegible] representada por su canciller Fernando Solana, a las "palomas". La fórmula que podría salvar al Grupo de Río de una crisis de imprevisibles consecuencias era la de decidir "la no

EL AUTOGOL

EL ORGANISMO CONTINENTAL FUE CONVOCADO PARA MAÑANA EN WASHINGTON

Decisiva reunión de la OEA para discutir qué tipo de sanciones aplicará al Perú

Divididos en "duros" y "blandos", y con dudas por parte de Estados Unidos —que como hipótesis máxima podría proponer un corte radical en la ayuda económica a Lima—, la Organización de los Estados Americanos (OEA) iniciará mañana lunes en Washington una reunión extraordinaria a nivel de cancilleres para intentar el logro de una posición común frente al autogolpe peruano. Ayer hubo febriles reuniones, paralelas a las que también mantiene en la capital norteamericana el "Grupo de Río". Temor generalizado a un fracaso similar a lo ocurrido frente al golpe de octubre pasado en Haití. Reseña de las posiciones, país por país.

ESTADOS UNIDOS

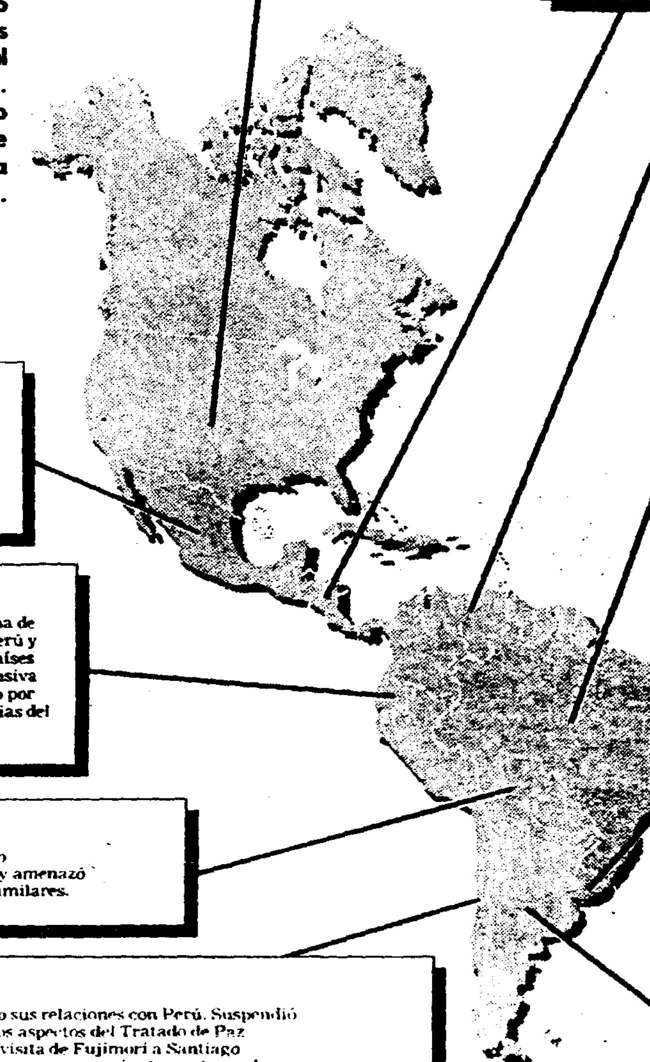
El presidente George Bush ordenó la suspensión de toda ayuda al Perú, a excepción de la humanitaria. Washington proyecta también la suspensión de los programas de asistencia, incluidos los destinados a la lucha antidrogas.

CENTROAMERICA

Los cancilleres de Centroamérica se reunieron el viernes en Guatemala para adoptar una posición común frente a la crisis peruana, que recién será conocida mañana. Se descuenta que será una respuesta moderada.

VENEZUELA

Con el antecedente del reciente intento de golpe militar en su contra, el presidente venezolano Carlos Andrés Pérez afirmó que "la decisión de Fujimori causará más daño que beneficio a Perú". Sin embargo Pérez declinó anticipar si apoyará medidas de presión económica y política.



MEXICO

Frente a la crisis peruana, el gobierno mexicano ha apelado a su tradicional postura de no intervenir en las cuestiones internas de otros países.

BRASIL

El gobierno brasileño tuvo en principio una reacción severa que suavizó días más tarde. Mañana la posición brasileña tendrá en cuenta el principio de no injerencia en los asuntos internos de otros países, y se limitará a analizar las relaciones entre la democracia y los problemas socioeconómicos en América latina.

ECUADOR

El gobierno del presidente Rodrigo Borja acaba de solucionar un viejo problema de límites con Perú y propicia un proceso de integración entre los países andinos. Es partidario de una actitud comprensiva hacia el gobierno de facto peruano, presionado por una "agobiante" deuda externa y las "injusticias del comercio mundial".

URUGUAY

Uruguay y México son los más tenaces defensores del principio de no intervención en los asuntos internos de otros países. Será el canciller uruguayo, Héctor Gross Espiell, quien presidirá mañana la reunión de cancilleres en Washington. "Será muy importante escuchar a Perú —dijo el jueves— para fundar un diálogo fecundo" con el objetivo de restablecer la democracia en el país andino.

BOLIVIA

El presidente boliviano Jaime Paz Zamora sólo "lamentó" la actitud del presidente Fujimori, y amenazó al Parlamento de su país con tomar medidas similares.

ARGENTINA

El gobierno argentino asumió una dura posición frente al golpe peruano. Llamó al embajador en Perú y fue abierta la Embajada para quienes deseen solicitar asilo político. Argentina propicia la suspensión de Perú como miembro del Grupo de Río hasta tanto se restablezca el orden institucional. Ante la tibia reacción de los otros países, el gobierno argentino comenzó a moderar su actitud dentro de la OEA.

CHILE

El gobierno chileno virtualmente ha congelado sus relaciones con Perú. Suspendió las negociaciones sobre la aplicación de algunos aspectos del Tratado de Paz chileno-peruano de 1929 y dejó en suspenso la visita de Fujimori a Santiago proyectada para agosto próximo. Presentaría una propuesta juntamente con la Argentina.

N° ...
T ...
P ...
FE.H.
VINCUL...

15oo24
12/4/92

ENTINA LIDERA LAS POSICIONES DURAS Y MEXICO LAS MAS MODERADAS

Se teme un fracaso como en Haití

Clarín EN WASHINGTON



WASHINGTON, 11 (Enviado especial). — La mbra del reciente fracaso en el intento de reponer la mocracia en Haití **obsesiona** a los diplomáticos que eparan aquí la reunión de urgencia de mañana de cancilleres de la Organización de Estados America-s (OEA), que definirá qué medidas se tomarán frenal autogolpe del Perú.

Por eso muchos de los países miembros del foro, tre ellos la Argentina, están dispuestos a **sacrificar** posibilidad de emitir una dura condena contra la titud del presidente **Alberto Fujimori** en el altar de "eficiencia". Esto sería sin resignar una reafirmaón de los principios democráticos y el reclamo de una ena libertad política en el Perú.

Un grupo de embajadores latinoamericanos acretados ante la OEA mantuvo ayer reservadas consuls y reuniones, a pesar del día primaveral que tuvo ta capital, sobre el que consideran un instrumento ficiente" para lograr eventualmente un rápido remo de Lima al estado de derecho: **enviar una delegaón para tratar de mediar entre el gobierno de Fujiori y la oposición, que se mantiene en la clandestinid.**

La idea es facultar al secretario general de la OEA, **ão Baena Soares**, y "a no más de dos o tres cancilles" para encarar esa delicada tarea. Se pensó en una legación reducida para evitar que surja el mismo chazo que sufrió el multitudinario grupo que en tiembre del año pasado viajó a Puerto Príncipe con n objetivo parecido, revelaron a **Clarín** fuentes diplomáticas seguras.

El primer test a que se someterá la iniciativa tenrá lugar hoy cuando se reúnan los cancilleres del rupo de los Ocho, para tratar de definir **una posición omún** antes de la cumbre de la OEA. En medios iplomáticos trascendió que el canciller **Guido Di Tea**, que llegó esta mañana, está dispuesto a promover na declaración de reprobación de la alteración del rden constitucional en el Perú, aunque su colega meicano **Fernando Solana** continúe bloqueando el counicado con el argumento del principio de no interención. Si el comunicado se somete a votación y no se prueba por consenso, tal como se hizo con otros teas, ese foro integrado por once países latinoamericaos seguramente **sufrirá una crisis**.

Las mayores expectativas están centradas sobre la eunión de la OEA, cuya decisión, dijo el viernes el residente **George Bush**, será acompañada por su país ncluso en el caso hipotético de sanciones económicas.

Bush adelantó el viernes a los presidentes de la Argentina, **Carlos Menem**, y de Venezuela, **Carlos Andrés Pérez** en sendas conversaciones telefónicas, su decisión de ejercer "algunas presiones" sobre el gobierno de Fujimori para que reestablezca el orden constitucional.

Pese a las diferencias, los "halcones" —liderados por la Argentina— y las "palomas" de la OEA —encabezadas por México— lograron consenso sobre los siguientes puntos:

- Reclamar la plena libertad política y el respeto de los derechos humanos.
- Pedir el cese de los arrestos domiciliarios que sufren legisladores y dirigentes políticos.
- Solicitar precisiones sobre el cronograma electoral que Fujimori anunció el martes. La Argentina va más allá de este punto y desea que **se reduzca "notablemente"** el plazo de 18 meses que se autofijó el **régimen** peruano para llamar a elecciones legislativas.

En un intervalo de las múltiples reuniones que tienen lugar aquí, el embajador argentino ante la OEA, **Hernán Patiño Mayer** —que luce una tupida barba además de su clásica pipa—, dijo a **Clarín**: "Opino en forma personal que la OEA **debe ser absolutamente categórica** ante esto que es una violación al orden constitucional democrático.

"Pero hay que buscar mayores niveles de eficiencia en la toma de medidas para colaborar en la restitución de ese orden, y sobre estas medidas los cancilleres tienen **sus manos absolutamente libres**", agregó.

Hay un compromiso: lograr que esta vez el mecanismo de defensa de la democracia en América latina de la OEA, conocido como **Declaración de Santiago de Chile** no falle como hasta ahora en el caso Haití, y **no convalide** el mecanismo de los autogolpes.

Daniel Santoro

"POCO LEGIBLE"

El Grupo de Río "deploró" el golpe en reunión de cancilleres en Quito

"Los ministros de Relaciones Exteriores del Grupo de Río, luego de urgentes, intensas y amplias consultas, resuelven hacer saber su más profunda preocupación y deplorar los acontecimientos producidos en Perú que afectan la plena vigencia de los mecanismos institucionales de la democracia representativa en la región", dice la declaración emitida por el citado grupo y cuyo texto fue divulgado en Quito por la cancillería ecuatoriana.

"Teniendo presente los principios esenciales que hacen al fortalecimiento de la democracia, los derechos humanos y el respeto a las libertades individuales, así como aquellos que hacen al derecho internacional y la no intervención en los asuntos internos de los estados, el Grupo de Río reitera su compromiso permanente con la consolidación de las instituciones de la democracia y los representantes del pueblo legítimamente elegidos en América Latina y El Caribe", añade el documento.

DECLARACION VENEZOLANA

"El gobierno nacional expresa su más profunda preocupación ante la crisis institucional que vive la hermana República del Perú, donde, actuando al margen de la Constitución, se ha consumado un golpe de Estado con la participacion del Presidente de la República.

El gobierno nacional considera que es su deber dejar claro ante la opinión pública nacional e internacional su decisión de rechazo inequívoco a cualquier fórmula que pretenda sustituir el estado de derecho por situaciones de hecho ajenas a la legalidad constitucional".

DECLARACION BRASILEÑA

"El gobierno brasileño recibió con profunda preocupación las noticias procedentes de Lima, según las cuales el presidente Alberto Fujimori disolvió el Parlamento, suspendió la Constitución y transfirió al Gabinete Ministerial las funciones legislativas.

Fiel a los principios que fundamentan la solidaridad de los Estados Americanos, el gobierno brasileño reafirma su compromiso irrenunciable con la democracia representativa y con la plena vigencia del estado de derecho".

DECLARACION ARGENTINA

"Con relación a la situación planteada en la República del Perú, el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Argentina, deplora profundamente los hechos ocurridos y hace un llamamiento a las más altas autoridades de ese país para que restablezcan prontamente la plena vigencia de las instituciones democráticas.

En el marco bilateral, la cancillería ha llamado a su embajador en Perú para que informe sobre los acontecimientos producidos en esa nación hermana y permanecerá en el país hasta nueva decisión".

DECLARACION COLOMBIANA

"El gobierno de Colombia expresa su preocupación por los hechos acontecidos en la noche de ayer (por el domingo) en el Perú, en donde el proceso constitucional fue alterado. Formula votos por la pacífica solución de la crisis, la liberación de los congresistas y de los dirigentes políticos detenidos y el restablecimiento de la libertad de expresión, dentro del marco legal interno del país".

9204088
Reunión del G. Río en Bs. As.
150023
30.3.92
G. Río 12764

EL NUEVO PAPEL PARA LAS FUERZAS ARMADAS

Otro manual militar

La búsqueda de cómo transmitir al campo militar las consecuencias del llamado nuevo orden internacional genera situaciones complicadas en el continente, donde el gobierno argentino busca articular su liderazgo a través de la concreción de una fuerza militar interamericana.

Desde que el nuevo sistema argentino de alianzas externas hiciera su gran debut hace poco más de un año en la guerra del golfo Pérsico, el Gobierno cree haber hallado una **mina de oro político** en las posibilidades que el así llamado **nuevo orden internacional** ofrecería a sus militares. Esto originó una veloz sucesión de iniciativas que como se demostró una vez más, la semana pasada durante la reunión del Grupo Río en esta capital, está arrojando el indeseado corolario de una dosis considerable de confusión.

En ese encuentro de las delegaciones latinoamericanas dos iniciativas de Buenos Aires se fundieron en una única línea argumental, lo que parece haber resultado en **una situación contraproducente para ambas**. Los datos básicos de este cuadro son los siguientes:

● La Argentina promovió en el seno del mecanismo informal del Grupo Río un proyecto de resolución que, de ser aprobado por la próxima asamblea de la Organización de Estados Americanos, **redefiniría en forma radical** el rol de la Junta Interamericana de Defensa (JID) con sede en Washington.

● Al inaugurar las deliberaciones, el presidente **Carlos Menem** aprovechó la ocasión para abogar otra vez en favor de su idea de conformar —bajo la sombrilla política y jurídica de la OEA— una **fuerza militar interamericana** para la que imagina una jurisdicción tan amplia que abarcaría desde la que poseen los **cascos azules** en las Naciones Unidas **hasta la de constituir un mecanismo multilateral de seguridad para la estabilidad democrática continental**, pasando por la lucha contra el narcotráfico.

Esta iniciativa que la Argentina impulsa desde que, el año pasado, el derrocamiento en Haití del gobierno democrático de **Jean Baptiste Aristide** desató en América la primera crisis de legitimidad institucional de la década no ha logrado construir nada siquiera remotamente parecido a un consenso. En verdad, despertó recelos porque su contenido intervencionista se fundamenta en una **revisión del concepto clásico de soberanía** que la mayoría de los países latinoamericanos no parecen preparados para compartir.

Algunas diplomacias, como la brasileña, están dando además señales de cansancio frente a cierta dualidad de la Cancillería argentina, que promueve retóricamente la concertación de políticas y luego hace que los gobiernos latinoamericanos se notifiquen por los diarios de decisiones como la de enviar naves de guerra al golfo Pérsico.

La JID, creada en 1942, **es un remanente en crisis de los esquemas de seguridad hemisféricos de la Segunda Guerra Mundial** —cuando había que mantener a América libre de toda influencia de las potencias del Eje— y, luego, de la guerra fría.

El proyecto en cuestión es sencillo en las formas. Habla de **"precisar el vínculo jurídico-institucional"** entre los dos organismos y le asigna a la JID un rol de **"asesoramiento"** que prestará a la OEA, **solo a pedido de esta última**. Uno de sus redactores, el embajador **Hernán Patiño Mayer**, asegura que de lo que en verdad se trata es de **"devolver a la OEA la conducción política de la JID"**.

El proyecto referido a la JID no surca el mismo sendero de vallas políticas que yace por delante de la iniciativa de la fuerza militar interamericana. Esta última parece habitar aún, y a pesar del año transcurrido desde su concepción, en el reino de la **improvisación**. Hay algunos datos que respaldan esta evaluación.

● La idea está inspirada en la exitosa experiencia que tuvieron los Estados Unidos en la crisis del Golfo y en el modo en que, con el advenimiento de la posguerra *fría*, algunos mecanismos adormecidos de la carta de las Naciones Unidas cobraron vida. **La OEA es un escenario distinto** por completo cuya carta reconoce explícitamente la exclusividad de las facultades del Consejo de Seguridad de la ONU para mantener o restablecer el orden internacional mediante el uso de la fuerza.

● La posición argentina ignora —además de las obvias diferencias que existen en América latina sobre el presupuesto de la soberanía— **algunos datos elementales de la realidad continental. México, por citar un ejemplo, tiene incorporada a su Constitución una prohibición taxativa de desplegar sus fuerzas armadas fuera del territorio nacional.**

● Como el denominado **nuevo orden internacional** está lejos de haber sido definido en todos sus alcances, la propuesta argentina corre el riesgo permanente de quedar desactualizada. Algo de esto sucedió con el problema de la lucha contra el narcotráfico.

La semana pasada también visitó Buenos Aires el general norteamericano **George Joulwan**, jefe del Comando Sur de su país. El militar sorprendió aquí a sus interlocutores al exponer los nuevos lineamientos políticos del Pentágono para combatir la droga: **no empleo de fuerzas militares, virtual suspensión de toda ayuda económica no reintegrable y reducción del margen de negociación con el poder político.**

Oscar Raúl Cardoso

300392
9204088

MEXICO SE OPUSO A LA CONDENA

280392

Diferencias por Cuba

Las conversaciones entre los cancilleres del Grupo Río tuvieron momentos de clima enrarecido, cuando se analizó la situación de los derechos humanos en Cuba. Cuando Di Tella propuso tratar el tema, Fernando Solana le lanzó una pregunta directa: "¿Y por qué no tratamos también la situación de los derechos humanos en Argelia?".

"¿Y por qué no tratamos **también la situación de los derechos humanos en Argelia?**", preguntó con cierta **ironía** el canciller mexicano **Fernando Solana** para bloquear un intento de su colega **Guido Di Tella** de analizar los problemas en esa materia que se registran en Cuba.

El comentario de Solana abrió un largo silencio en las deliberaciones de los cancilleres del Grupo Río, que se desarrollaron en un hotel céntrico. Solo se rompió cuando el representante argentino propuso, entonces, reiterar textualmente los párrafos referidos a Cuba de la declaración conjunta de la V cumbre de presidentes del foro, que deliberó en diciembre en Cartagena de Indias, Colombia.

Solanas respondió que no era necesario volver a difundir lo que habían dicho los jefes de Estado, luego de largas discusiones. El clima volvió a enrarecerse.

Cuando parecía que se iba a caer en un choque más duro, Di Tella lanzó la idea de incluir el párrafo que finalmente se aceptó (véase crónica central) que recuerda la posición de los presidentes, pero no la reproduce. **Otra vez más el Grupo Río no pidió elecciones ni condenó la supuesta violación a los derechos humanos en Cuba, las dos posiciones de máxima de la Argentina.**

La anécdota refleja en forma contundente que los países miembros del Grupo Río siguen manteniendo profundas diferencias en torno de Cuba y, en cierta medida, de Haití.

Pero la diplomacia argentina luego que fracasó en ocultar su intento de crear una fuerza interamericana para restaurar la democracia en Haití, aprovechó la presencia de once cancilleres para hacer sondeos por una de sus nuevas iniciativas.

Se trata de proponer en la asamblea general de la Organización de Estados Americanos (OEA), que se realizará en mayo en Bahamas, que la Junta Interamericana de Defensa (JID) quede legalmente subordinada a ese organismo hemisférico, revelaron a Clarín fuentes diplomáticas.

El embajador argentino ante la OEA, **Hernán Patiño Mayer**, vino expresamente desde Washington a Buenos Aires para hacer "lobbie" a favor de la iniciativa. Esto explica las declaraciones del presidente **Carlos Menem** del jueves favorables a crear "un consejo de seguridad para la OEA como el de las Naciones Unidas".

La JID, que fue constituida en la década del cuarenta a instancias de Washington para pelear primero contra Alemania y el Japón durante la Segunda Guerra Mundial y luego contra el comunismo en el período de la guerra fría, reúne a la mitad de las fuerzas armadas de los países miembros, pero solo depende [illegible] de la OEA. También sirvió para coordinar golpes de Estado en América latina —que se hicieron con un guiño de los Estados Unidos—. Y a la luz de la nueva situación internacional perdió su razón de ser.

Por eso la diplomacia argentina quiere buscarle nuevas funciones como, según se desprende de las palabras de Menem, la creación de fuerzas interamericanas para defender la democracia en la región.

Daniel Santoro

FINALIZO EL ENCUENTRO DEL GRUPO RIO

Firman un acuerdo contra el terrorismo

Los once países miembros del llamado Grupo Río acordaron ayer intercambiar información entre sus servicios de inteligencia para cooperar en la lucha contra el terrorismo internacional, luego de dos días de herméticas deliberaciones.

El canciller Guido Di Tella, que actuó como vocero de sus colegas en una conferencia de prensa realizada al término de la reunión, hizo ese anuncio y dio a conocer una declaración del foro que expresa el "más firme y unánime repudio al terrorismo, provenga de donde provenga". Esta posición se refiere explícitamente a la bomba que voló la Embajada de Israel la semana pasada.

El terrorismo es "un medio inaceptable de expresión política y un factor que conspira contra la paz y la estabilidad del mundo", señala el breve comunicado dado a conocer en forma separada del documento conjunto de 9 páginas que sintetiza la posición del foro en los otros temas tratados en el encuentro.

La unanimidad lograda en torno de la condena del atentado no pudo exhibirse en otros de los temas tratados por los cancilleres sobre todo aquellos que se refieren a las situaciones de Cuba y Haití (ver nota aparte).

El documento comienza reiterando el "más enérgico y categórico repudio" contra el intento de golpe de Estado en Venezuela del 4 de febrero pasado y el apoyo al gobierno y los otros sectores democráticos venezolanos.

Las dificultades políticas, económicas y sociales que sufren los países latinoamericanos "no pueden convertirse en pretexto para que, invocándose valores nacionales u otras motivaciones, se pretenda transgredir el ordenamiento jurídico institucional", señala en un mensaje implícito dirigido al Movimiento Bolivariano Revolucionario que lidera el teniente coronel Hugo Chávez, uno de los golpistas detenidos.

Sobre la situación en Haití, los cancilleres manifestaron su "profunda preocupación" por la falta de cumplimiento de los recientes acuerdos firmados entre el derrocado presidente democrático Bertrand Aristide y los parlamentarios haitianos en Washington. Los militares se siguen negando a aceptar el retorno de Aristide, a pesar del bloqueo económico acordado por los países miembros de la Organización de Estados Americanos (OEA).

Como premio para un eventual regreso a la democracia del país más pobre de América latina, señalaron que una vez que se normalice la situación institucional el Grupo Río impulsará acciones de apoyo a la crítica economía de Haití.

La situación en Cuba solo pudo expresarse en un solo párrafo por las diferencias existentes en el seno del foro. México encabeza el sector que se opone férreamente a opinar sobre la situación cubana en defensa del principio de no intervención y la Argentina, a los que pretenden pedir la convocatoria a elecciones en la isla.

"Los ministros, ante los acontecimientos ocurridos en la República de Cuba con posterioridad a la declaración presidencial de Cartagena en diciembre de 1991, reiteraron los términos de la misma", señala.

Llamó la atención que la declaración indicara que para la próxima reunión de cancilleres no habrá que esperar necesariamente una declaración conjunta. La idea sería evitar interminables discusiones y dejar ese instrumento para los presidentes.

Precisamente, en la reunión se avanzó en la preparación de la XI cumbre presidencial del Mecanismo Permanente de Consulta y Concertación Política —verdadero nombre del Grupo Río— que se realizará a fin de año en la Argentina.

Los cancilleres también analizaron el estancamiento de la ronda Uruguay del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT), la situación social de América latina, el problema del medio ambiente, la lucha contra el narcotráfico, el control de armamentos, y la Iniciativa para las Américas, entre otros temas.

Los cancilleres repudiaron los golpes de Estado y se solidarizaron con Venezuela y Haití

El Grupo de Río rechazó la creación de fuerza militar continental propuesta por Argentina

● ***Gros Espiell: La democracia "no se lleva en la punta de las bayonetas, sino en la voluntad de los pueblos"***

Los cancilleres del Grupo de Río que deliberaron en Buenos Aires por dos días expresaron su "más firme y categórico rechazo a cualquier intento que pretenda subvertir el orden institucional de los países de la zona".

Subrayaron a la vez que "son las propias instituciones democráticas las que deben proveer los mecanismos para superar, en democracia, las eventuales dificultades de orden político, económico o social" que surjan en los países latinoamericanos.

En un documento de 12 puntos con más de 2.200 palabras, los cancilleres puntualizaron de ese modo la forma de enfrentar potenciales golpes de Estados, el fantasma que volvió a la política de los países latinoamericanos y obviaron tomar partido por los proyectos sobre la integración de una fuerza militar multilateral para que actúe como "brazo armado de la democracia". En este sentido, la diplomacia argentina sufrió un nuevo traspié.

Un papel de trabajo hecho circular por Argentina y de hecho reconocido por el canciller Guido Di Tella, insistió en la formación del contingente militar.

El canciller mencionó el tema al proponer "fortalecer los mecanismos" de defensa de la democracia en el continente.

El canciller uruguayo, Héctor Gros Espiell, sostuvo que la democracia "no se lleva en la punta de las bayonetas sino en la voluntad de los pueblos", rechazando así la intervención militar de la OEA. "Nos oponemos tajantemente al uso de las fuerzas militares multinacionales para prevenir eventuales golpes de Estado o restablecer la democracia allí donde fue usurpada.

Hay que ser inflexibles en el respecto al principio de no intervención", dijo Gross Espiell a la prensa.

El canciller de Chile, Raúl Silva Cimma, comentó igual rechazo y LA REPUBLICA conoció que la propuesta de Carlos Menem encontró serias resistencias para ser elevada como punto oficial de la agenda. En este contexto los representantes de los 13 países integrantes del Grupo, reiteraron su repudio al intento de golpe de Estado en Venezuela, el 4 de febrero pasado. También expresaron su "profunda preocupación" por la situación en Haití y formularon un llamamiento "para que se cumplan en forma inmediata" las resoluciones pertinentes de la OEA.

La situación cubana, una obsesión de la política exterior argentina, tuvo en esta oportunidad un perfil muy bajo, incluso de parte del país anfitrión, y en el documento final los ministros, reiteraron, sobre el asunto, la declaración de Cartagena, firmadas por los presidentes del Grupo de Río en diciembre del año pasado.

Asimismo los ministros expresaron su "satisfacción por el decisivo avance del proceso de pacificación, diálogo y reconciliación en Centroamérica", y piden apoyo económico a la comunidad mundial.

No hubo consenso para reincoporar a Panamá al Grupo de Río como lo pidió Colombia, según supo LA REPUBLICA.

Los ministros emitieron un documento por separado de repudio al terrorismo y su determinación "a seguir apoyando los esfuerzos internacionales para poner fin a este flagelo".

DIALOGO CON LAS COMUNIDADES EUROPEAS

Los cancilleres reiteraron la importancia que conceden a la Segunda Reunión Ministerial institucionalizada entre la Comunidad Europea y el Grupo de Río a celebrarse en Santiago de Chile a fin de mes.

"Será una oportunidad para profundizar el tema del comercio entre las dos regiones en forma tal que la creación del Mercado Unico Europeo permita avanzar en un mejor tratamiento que el actual para las exportaciones provenientes de América Latina y el Caribe".

NARCOTICOS

Los ministros se pronunciaron por la cooperación en la lucha contra el narcotráfico y tomaron especial nota de la Declaración de San Antonio, suscripta por varios países del Grupo de Río. Reiteraron "la necesidad de emprender un desarrollo alternativo como solución al cultivo de coca para usos ilícitos" y no dieron cabida a propuestas del presidente argentino para utilizar a las FFAA en la

Contradictorias versiones acerca de postura de Gros sobre fuerza antisubversiva

La creación (o no) de una fuerza militar multilateral latinoamericana, planteada en el entorno de la Conferencia de Cancilleres de los países del Grupo de Río de Janeiro, dominó ayer el escenario político en las dos capitales del Plata, suscitando además versiones encontradas.

El tema fue promovido inicialmente por el presidente argentino Carlos Saúl Menem, dos días después que The New York Times reclamara en su editorial la formación de una fuerza militar de estas características, sol disant para combatir la subversión y los golpes de Estado y preservar la democracia.

MENEM POR LA INTERVENCION MULTILATERAL

El tema comenzó a girar en torno a la mesa de deliberaciones del Hotel Alvear de la capital porteña a partir del discurso inaugural del presidente argentino. Este puso énfasis en el golpe de Estado en Haití y en el intento subversivo del 4 de febrero en Venezuela, para proponer medidas colectivas de corte militar y un nuevo papel en ese sentido de la OEA, la cual debería contar incluso —según comentó después— con un Consejo de Seguridad, al estilo de la ONU, para intervenir en la prevención o condena de golpes militares en la región.

América Latina", afirmando que "la democracia no se lleva en la punta de las bayonetas, sino en la voluntad de los pueblos".

Es sugestivo que esta posición mereciera el apoyo, no sólo del canciller chileno Enrique Silva Cimma, —reciente visitante del Uruguay— sino incluso de su homólogo venezolano, Humberto Calderón.

VERSION CONTRADICTORIA

En ese cuadro, nos sorprendió recibir en la tarde de ayer un comunicado de la cancillería de nuestro país, fechado a primera hora de la tarde en Buenos Aires (donde se encontraba el canciller) que afirma categóricamente que "el tema de la creación de una fuerza militar multilateral, como mecanismo de defensa de la democracia, no estuvo planteado en los debates de la reunión de cancilleres del Grupo de Río (realizada) en el Hotel Alvear de esta capital".

Agrega que el canciller Gros Espiell, consultado sobre el tema, declaró a la prensa argentina que "Uruguay ha mantenido una posición muy clara... en defensa de la no intervención y la autodeterminación de los pueblos. Por ello nos hemos opuesto —en otros foros regionales— a la idea de creación de una fuerza multilateral". A renglón seguido, el comunicado oficial reitera que

Sábado 28 de marzo de 1992 La República

Los cancilleres repudiaron los golpes de Estado y se solidarizaron con Venezuela y Haití

El Grupo de Río rechazó la creación de fuerza militar continental propuesta por Argentina

● ***Gros Espiell: La democracia "no se lleva en la punta de las bayonetas, sino en la voluntad de los pueblos"***

Los cancilleres del Grupo de Río que deliberaron en Buenos Aires por dos días expresaron su "más firme y categórico rechazo a cualquier intento que pretenda subvertir el orden institucional de los países de la zona".

■ Subrayaron a la vez que "son las propias instituciones democráticas las que deben proveer los mecanismos para superar, en democracia, las eventuales dificultades de orden político, económico o social" que surjan en los países latinoamericanos.

En un documento de 12 puntos con más de 2.200 palabras, los cancilleres puntualizaron de ese modo la forma de enfrentar potenciales golpes de Estados, el fantasma que volvió a la política de los países latinoamericanos y obviaron tomar partido por los proyectos sobre la integración de una fuerza militar multilateral para que actúe como "brazo armado de la democracia". En este sentido, la diplomacia argentina sufrió un nuevo traspié.

Un papel de trabajo hecho circular por Argentina y de hecho reconocido por el canciller Guido Di Tella, insistió en la formación del contingente militar.

El canciller mencionó el tema al proponer "fortalecer los mecanismos" de defensa de la democracia en el continente.

El canciller uruguayo, Héctor Gros Espiell, sostuvo que la democracia "no se lleva en la punta de las bayonetas sino en la voluntad de los pueblos", rechazando así la intervención militar de la OEA. "Nos oponemos tajantemente al uso de las fuerzas militares multinacionales para prevenir eventuales golpes de Estado o restablecer la democracia allí donde fue usurpada.

Hay que ser inflexibles en el respecto al principio de no intervención", dijo Gross Espiell a la prensa.

El canciller de Chile, Raúl Silva Cimma, comentó igual rechazo y LA REPUBLICA conoció que la propuesta de Carlos Menem encontró serias resistencias para ser elevada como punto oficial de la agenda. En ese contexto los representantes de los 13 países integrantes del Grupo, reiteraron su repudio al intento de golpe de Estado en Venezuela, el 4 de febrero pasado. También expresaron su "profunda preocupación" por la situación en Haití y formularon un llamamiento "para que se cumplan en forma inmediata" las resoluciones pertinentes de la OEA.

La situación cubana, una obsesión de la política exterior argentina, tuvo en esta oportunidad un perfil muy bajo, incluso de parte del país anfitrión, y en el documento final los ministros, reiteraron, sobre el asunto, la declaración de Cartagena, firmadas por los presidentes del Grupo de Río en diciembre del año pasado.

Asimismo los ministros expresaron su "satisfacción por el decisivo avance del proceso de pacificación, diálogo y reconciliación en Centroamérica", y piden apoyo económico a la comunidad mundial.

No hubo consenso para reincoporar a Panamá al Grupo de Río como lo pidió Colombia, según supo LA REPUBLICA.

Los ministros emitieron un documento por separado de repudio al terrorismo y su determinación "a seguir apoyando los esfuerzos internacionales para poner fin a este flagelo".

DIALOGO CON LAS COMUNIDADES EUROPEAS

Los cancilleres reiteraron la importancia que conceden a la Segunda Reunión Ministerial institucionalizada entre la Comunidad Europea y el Grupo de Río a celebrarse en Santiago de Chile a fin de mes.

"Será una oportunidad para profundizar el tema del comercio entre las dos regiones en forma tal que la creación del Mercado Unico Europeo permita avanzar en un mejor tratamiento que el actual para las exportaciones provenientes de América Latina y el Caribe".

NARCOTICOS

Los ministros se pronunciaron por la cooperación en la lucha contra el narcotráfico y tomaron especial nota de la Declaración de San Antonio, suscripta por varios países del Grupo de Río. Reiteraron "la necesidad de emprender un desarrollo alternativo como solución al cultivo de coca para usos ilícitos" y no dieron cabida a propuestas del presidente argentino para utilizar a las FFAA en la

Contradictorias versiones acerca de postura de Gros sobre fuerza antisubversiva

■ La creación (o no) de una fuerza militar multilateral latinoamericana, planteada en el entorno de la Conferencia de Cancilleres de los países del Grupo de Río de Janeiro, dominó ayer el escenario político en las dos capitales del Plata, suscitando además versiones encontradas.

El tema fue promovido inicialmente por el presidente argentino Carlos Saúl Menem, dos días después que The New York Times reclamara en su editorial la formación de una fuerza militar de estas características, sol disant para combatir la subversión y los golpes de Estado y preservar la democracia.

MENEM POR LA INTERVENCION MULTILATERAL

El tema comenzó a girar en torno a la mesa de deliberaciones del Hotel Alvear de la capital porteña a partir del discurso inaugural del presidente argentino. Este puso énfasis en el golpe de Estado en Haití y en el intento subversivo del 4 de febrero en Venezuela, para proponer medidas colectivas de corte militar y un nuevo papel en ese sentido de la OEA, la cual debería contar incluso —según comentó después— con un Consejo de Seguridad, al estilo de la ONU, para intervenir en la prevención o condena de golpes militares en la región.

La prensa argentina informa que Menem "relacionó la generalización del modelo de ajuste y apertura económica, la integración regional y las expectativas generadas por el Plan Brady y la Iniciativa para las Américas de George Bush, como la complementación de una acción política común".

RECHAZO TAJANTE

La misma fuente señala que la toma de posición del presidente argentino recogió un rechazo considerable.

Las versiones de prensa de la vecina orilla destacan que el canciller uruguayo Héctor Gros Espiell, dejó en claro que su país "se opone tajantemente al uso de fuerzas militares multinacionales para prevenir eventuales golpes de Estado en América Latina", añadiendo que "la democracia no se lleva en la punta de las bayonetas, sino en la voluntad de los pueblos".

Es sugestivo que esta posición mereciera el apoyo, no sólo del canciller chileno Enrique Silva Cimma, —reciente visitante del Uruguay— sino incluso de su homólogo venezolano, Humberto Calderón.

VERSION CONTRADICTORIA

En ese cuadro, nos sorprendió recibir en la tarde de ayer un comunicado de la cancillería de nuestro país, fechado a primera hora de la tarde en Buenos Aires (donde se encontraba el canciller) que afirma categóricamente que "el tema de la creación de una fuerza militar multilateral, como mecanismo de defensa de la democracia, no estuvo planteado en los debates de la reunión de cancilleres del Grupo de Río (realizada) en el Hotel Alvear de esta capital".

Agrega que el canciller Gros Espiell, consultado sobre el tema, declaró a la prensa argentina que "Uruguay ha mantenido una posición muy clara... en defensa de la no intervención y la autodeterminación de los pueblos. Por ello nos hemos opuesto —en otros foros regionales— a la idea de creación de una fuerza multilateral". A renglón seguido, el comunicado oficial reitera que en la reunión de Buenos Aires epilogada ayer "el tema a que se alude no estuvo en la mesa de negociaciones ni formal ni informalmente, por lo que el debate a que se alude, no se registró".

¿UN PAPEL DE TRABAJO?

Una clave para explicar la [illegible] en la mesa de [illegible] porteña en la capital [illegible], al informar que "un papel de trabajo hecho circular por la Argentina... insistió en la formación del contingente militar", que también se denominó "el brazo armado de la democracia". Es indudable que el discurso inaugural de Menem conduce lógicamente a este planteo.

Nº ...
TIT...
P...
FE...
VINCUL...

150015
28/3/92

Los cancilleres del Grupo de Río no debatieron la creación de una fuerza militar multilateral para la defensa de la democracia y el combate del terrorismo, en la reunión que finalizó ayer en Buenos Aires.

La posibilidad de que los cancilleres discutieran esa propuesta se manejaba sobre todo en medios periodísticos, a partir del discurso inaugural pronunciado por el Presidente argentino Carlos Ménem. Incluso el matutino Clarín, de ayer, especulaba con que la propuesta de Ménem parecía "haberse convertido en (uno de) los temas fundamentales de la agenda abierta de la reunión".

"En esta ocasión el tema no estuvo en la mesa de negociaciones, ni formal ni informalmente", puntualizó el canciller uruguayo Héctor Gros Espiell. "Uruguay ha mantenido una posición muy clara en este tema, en defensa de la no intervención y la autodeterminación de los pueblos. Por ello nos hemos opuesto en otros foros regionales a la idea de la creación de una fuerza multilateral".

En su lugar, la reunión exhortó a impulsar medidas tendientes a consolidar la democracia en la región y expresó su rechazo a "cualquier intento que pretenda subvertir el orden institucional de los países de la región, cuyos gobiernos son el resultado de la voluntad popular expresada legítimamente".

La declaración final manifestó también "su más enérgico y categórico repudio" al intento de golpe de estado producido en Venezuela el pasado 4 de febrero, así como su apoyo "a los esfuerzos que el gobierno constitucional y otros poderes públicos, organizaciones y sectores representativos del pueblo venezolano, realizan para superar dentro del orden de sus instituciones democráticas las dificultades internas por las que atraviesa el país".

Los cancilleres llamaron a que se dé inmediato cumplimiento a las resoluciones adoptadas por la Organización de Estados Americanos respecto a Haití, y ratificaron la declaración formulada por los presidentes del Grupo de Río sobre la situación de Cuba durante la reunión de Cartagena, en diciembre pasado.

Los cancilleres se manifestaron preocupados por el impacto social de las estrategias de ajuste económico. Destacaron "los profundos cambios que se están operando en los campos económico, comercial y financiero, conduciendo a la modernización" de las economías regionales, en particular las medidas relativas a la reducción del déficit fiscal, la desregulación y la apertura comercial.

Expresaron, al respecto, la importancia de "fortalecer la cooperación social" y acordaron "intercambiar experiencias en materia de programas de bienestar", así como "contemplar el tema en su diálogo con otros grupos o mecanismos regionales".

DERECHOS HUMANOS, ECOLOGIA.

La reunión también expresó su esperanza de que la Conferencia Mundial de Medio Ambiente y Desarrollo, Eco/92, a realizarse en Río de Janeiro en junio, "establezca compromisos efectivos por parte de los países desarrollados en materia de transferencia de tecnología y recursos a los países en vías de desarrollo".

Reconoció "la importancia de los pasos dados por algunos países de la región respecto del Tratado de Tlatelolco", que prohíbe la proliferación de armas nucleares.

Por otra parte, la reunión hizo suya una iniciativa de la delegación uruguaya por la que se expresa que la Conferencia Mundial de Derechos Humanos a celebrarse en 1993 deberá tener "un carácter universal", y en ella América latina deberá jugar "un papel acorde con su histórico aporte" en el tema.

A efectos de "mantener el nivel de informalidad característico del Grupo de Río", los cancilleres acordaron que en las próximas reuniones no se emitirán comunicados de prensa, "salvo en ocasiones que así lo requieran especialmente".

La reunión, en la que participaron los cancilleres de Argentina, Brasil, Bolivia, Colombia, Chile, Ecuador, México, Paraguay, Perú, Venezuela y Uruguay, además de los delegados como observadores de Honduras (en representación de América Central) y Jamaica (en representación del Caribe) tuvo escaso eco en la prensa argentina, opacada por las denuncias sobre un falso diputado cuya presencia en sala permitió votar la privatización del gas...

Nº. D

TITU

PRO 15xx25

FECH 27/3/92

VINCUL

¿Consejo de Seguridad en la OEA?

Menem propuso al Grupo Río crear un organismo igual al de la ONU, contra las amenazas a la democracia

Las amenazas contra la institucionalidad democrática en América latina, y la posibilidad de articular una respuesta común a las expresiones del terrorismo internacional en el continente parecen haberse convertido en los puntos fundamentales de la "agenda abierta" de la reunión de cancilleres de los países del Grupo de Río, que inauguró el presidente Carlos Menem y que termina hoy en el hotel Alvear.

Fue el propio Menem quien, en su discurso de inauguración, en algunos casos con alusiones directas y en otros de manera más eufemística, puso al golpe de Estado en Haití y a las amenazas de golpe en Venezuela en el centro de las deliberaciones.

Llamó a frenar los "intentos patológicos" contra la democracia en el continente, "para afirmar categóricamente que no debe haber retrocesos sino que, por el contrario, toda América deberá gozar de la democracia y la libertad".

Después, relacionó la generalización del modelo de ajuste y apertura económica, la integración regional y las expectativas generadas por el Plan Brady y la Iniciativa para las Américas de George Bush como la complementación de esa "acción política" común a favor de la democracia.

La posición argentina en la reunión, que informó el discurso presidencial, plantea el fortalecimiento de las facultades de la Organización de Estados Americanos, OEA —"debería tener un Consejo de Seguridad, como la ONU", comentaría después [illegible]—, para intervenir en la prevención o condena de golpes militares en la región.

Pero esa posición —que había tenido su expresión más extrema cuando el país propuso una intervención militar en Haití tras el golpe— sigue despertando reservas [illegible] en los demás [illegible] del Grupo.

El canciller uruguayo Héctor Gros Espiell, por ejemplo, pese a apoyar entusiastamente una coordinación regional de la lucha contra el terrorismo, dejó en claro que su país "se opone [illegible] al uso de fuerzas militares [illegible]

[illegible] de en América [illegible] democracia no se [illegible] tas, sino en la [illegible] [illegible] hicieron [illegible] de posición. [illegible] Cuba. [illegible]

El presidente argentino inauguró la reunión de cancilleres del Grupo de Río

Menem presentó indirectamente una propuesta de "fuerza militar común"

El gobernante convocó a crear "una nueva y gloriosa nación: la nación latinoamericana"

Por nuestro corresponsal en Buenos Aires, Isidoro Gilbert

El presidente Carlos Menem abogó ayer por la integración de la "gran nación latinoamericana" al abrir las deliberaciones de dos días de los cancilleres del Grupo de Río, pero no incluyó en su discurso la propuesta que Argentina impulsa sobre la implementación de una fuerza militar interamericana que acuda como resguardo de los gobiernos democráticos electos pero amenazados por una nueva ola militarista.

El primer mandatario voló alrededor de esa idea cuando dijo que "debemos poner freno a avances o intentos patológicos contrarios a la profunda vocación democrática de nuestros pueblos, que no se compadecen con nuestros pensamientos o sentimientos".

Menem sostuvo que surge "una nueva y gloriosa nación", tomando un verso del Himno Nacional argentino, al referirse al proceso de integración económica y destacando que sus premisas en esa dirección son: la paz, la democracia, la justicia, la integración, los derechos humanos y el desarrollo. Mucho se ha avanzado —dijo— desde 1989, cuando deliberaron en conjunto los ministros de Economía y de Planeamiento de la región.

Si bien la agenda quedó abierta, el temario previo al seguimiento de los asuntos analizados en la cumbre presidencial del grupo en diciembre último en Cartagena de Indias, Colombia.

Argentina, que ejerce la secretaría pro témpore del organismo, hizo circular un documento sobre sus ideas acerca de la necesidad de implementar medios de disuasión para enfrentar al "fundamentalismo militar" que surge como novedad hemisférica, especialmente luego de los sucesos venezolanos. Una fuente de la Cancillería argentina dijo a LA REPUBLICA: "Sabemos que una fuerza multilateral hoy no tiene consenso, pero nosotros insistiremos argumentando su necesidad en el futuro. Es una idea latinoamericana que no fue pedida por los norteamericanos, que tampoco la perturbaría, ya que en esa materia, ahora, desean tener un bajo perfil".

El jefe del Comando Sur, general George Joulwan, declaró aquí no saber nada sobre la integración de una fuerza militar hemisférica (o latinoamericana) pero la misma "sería una decisión a nivel político, entre los gobiernos de la región y de la OEA". En oportunidad del golpe militar en Haití, fue Argentina la que había planteado en ese foro la posible creación de una fuerza interamericana que interviniera en casos de interrupción democrática.

Esa presentación, reconocen hoy los funcionarios argentinos, fue "precipitada"; la fuente consultada señaló que ahora los pasos diplomáticos alrededor del asunto "ejército común" deben ser una resultante del proceso de integración económica y política del Mercosur. Una idea echada a rodar tiempo atrás presumía que funcionaría un Estado Mayor Conjunto en Montevideo.

El general Joulwan le dijo a los militares argentinos que su país no quiere militarizar la lucha contra los carteles de la droga, excepto en el plano logístico, pero Menem ayer [illegible] la participación de las FF.AA. en la represión del [illegible]mo, si "ello es necesario".

Entre los temas incluidos en las conversaciones de los cancilleres de once países, [illegible] el [illegible], se destacó el [illegible] Embajada de Israel en la capital argentina, [illegible] como el [illegible] del terrorismo y cómo abordarlo en conjunto. La [illegible]lización de la OEA y la lucha contra el narcotráfico son también temas de atención.

Los cancilleres participantes fueron los de Argentina, [illegible], Colombia, Chile, Ecuador, Honduras, México, Paraguay, Perú, Uruguay, Venezuela. Brasil estuvo representado por su vicecanciller y a los [illegible] caribeños los [illegible] embajador de [illegible]. [illegible] lugar en el hotel Alvear, en el barrio de La Recoleta.

El Grupo de Río [illegible] a fines de mayo en Santiago un encuentro con los países de la CEE, y una posición de consenso fue comenzada a tratar ayer.

Anoche Menem agasajó a los cancilleres en la residencia oficial de Olivos. El encuentro se clausura al mediodía de hoy.

Nº
TITULO
PROCED. La Habana 15
FECHA 21-3-91
VINCULACION 12764

GRUPO DE RIO INICIO REUNION EN ARGENTINA

CANCILLERES de once países de América latina y el Caribe analizan cómo frenar el terrorismo en la región

BUENOS AIRES. (EFE).- Los Cancilleres de los once países latinoamericanos miembros del Grupo de Río iniciaron ayer en Buenos Aires el debate de medidas conjuntas en defensa de la democracia y para combatir el terrorismo en la región.

En lo previo esta discusión estuvo pautada por la propuesta que concretó luego el Presidente argentino, Carlos Saúl Menem, de crear una fuerza militar continental para contener al terrorismo, iniciativa rechazada fundamentalmente por el Ministro uruguayo Héctor Gros Espiell.

Fuentes diplomáticas señalaron que las deliberaciones desembocarán en la próxima creación de algún tipo de sistema para el intercambio de información sobre las acciones de grupos terroristas en la región.

La mayoría de los Cancilleres del Grupo de Río considera poco prudente que la OEA organice una fuerza militar para intervenir en defensa de la democracia en América latina, como lo propuso Argentina y EE.UU., agregaron las fuentes.

Las decisiones del Grupo de Río (Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Bolivia, México, Perú, Paraguay, Venezuela y Uruguay) son aplicadas en las reuniones de la Organización de Estados Americanas (OEA) como posición común de América latina.

Las posiciones

El Presidente argentino, Carlos Menem, sostuvo hoy que la OEA debe asumir un papel "más importante" en defensa de la libertad y la democracia en Latinoamérica.

"Es insoportable e intolerable que se atente contra la libertad de los pueblos, que se sacrifican para mantener a unas Fuerzas Armadas que tienen la obligación de defender esos principios", subrayó en alusión a la situación en Venezuela.

El Canciller uruguayo, Héctor Gros Espiell, mantuvo que la democracia "no se lleva en la punta de las bayonetas sino en la voluntad de los pueblos" y rechazó tajantemente la intervención militar de la OEA.

Chile consideró, por su parte, que "la democracia se defiende por sí misma", según declaró el Canciller de ese país, Enrique Silva Cimma, quien comprometió su respaldo "a toda acción pacífica" en defensa de las libertades públicas. ■

Menem: preservar las democracias


Carlos Saúl Menem, Presidente de la República Argentina

BUENOS AIRES.(EFE).- El Presidente argentino, Carlos Menem, exhortó ayer a las naciones de América latina a "frenar los avances o intentos patológicos contrarios a la profunda vocación democrática" de los pueblos de la región.

"La democracia y la libertad deben ser preservadas con todas nuestras fuerzas. Debemos consolidarlas, darles plena vigencia, sin margen alguno para su quiebra institucional", dijo Menem al inaugurar la reunión de Cancilleres del Grupo Río, en el que están representados doce países latinoamericanos y uno del Caribe.

El Presidente argentino pronunció un breve discurso en un hotel de Buenos Aires ante las delegaciones diplomáticas y sostuvo que los principales objetivos de la región son "la paz, la democracia, la justicia, el desarrollo, la integración y los derechos humanos".

La ceremonia inaugural de la reunión de Cancilleres del Grupo Río se realizó en medio de estrictas medidas de seguridad, reforzadas tras el el atentado en el que el 17 de marzo pasado fue destruida la Embajada de Israel en Buenos Aires, donde murieron 28 personas.

El discurso de Menem fue escuchado por los Cancilleres de Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Bolivia, México, Perú, Paraguay, Venezuela y Uruguay, miembros del Grupo, además de Honduras, por Centroamérica, y Jamaica, por el Caribe, que se encontraban en calidad de observadores.

Menem recalcó que el Grupo Río, tanto en Latinoamérica como en su función de representante de la región frente al resto de los protagonistas del sistema mundial, es "el mejor mecanismo o instrumento político" para la búsqueda de los objetivos comunes de los países miembro.

El Jefe del Estado argentino resaltó que América latina ha "trabajado mucho" en los últimos años en el camino hacia "la liberalización y apertura de las economías, posición concretada frente al proteccionismo del mundo industrializado y avances sustanciales en la negociación de las deudas exteriores".

También habló de las mejoras en el proceso de integración regional, la preservación de la paz y la seguridad a través de mecanismos propios del continente, lucha contra el narcotráfico y desarrollo y modernización tecnológica en la región.

Sin embargo, consideró que los avances en la integración "aún no son suficientes", ya que, en su opinión "la democracia y la libertad deben ser preservadas con todas nuestras fuerzas. Debemos poner freno a avances o intentos patológicos contrarios a la profunda vocación democrática de nuestros pueblos que no se compadecen con nuestros pensamientos o sentimientos".

"No debe haber retrocesos", advirtió. "Por el contrario, toda América deberá gozar plenamente de la democracia y la libertad, valores esenciales del ser humano". ■

08



Gros enfrentó iniciativa de creación de fuerza militar continental

BUENOS AIRES.(EFE).- Uruguay "se opone tajantemente al uso de fuerzas militares multinacionales para prevenir eventuales golpes de Estado en América latina o restablecer la democracia allí donde haya sido usurpada", destacó ayer el Canciller uruguayo, Héctor Gros Espiell en la reunión del Grupo de Río en Buenos Aires.

Gros explicó que Uruguay propone la creación de una organización regional para erradicar el terrorismo internacional que se ha instalado en América latina.

"Latinoamérica ha sido atacada por conflictos que no son suyos, por lo que tenemos que unirnos para impedir nuevos ataques", señaló, en alusión al atentado contra la Embajada de Israel en Buenos Aires, el pasado día 17, que causó 28 muertos y 252 heridos y se atribuye a grupos integristas musulmanes.

El Gobierno de Montevideo quiere que los países de América latina "no sólo coordinen sus acciones contra el terrorismo sino que se organicen para prevenir las causas que motivan ese flagelo", explicó Gros Espiell.

"La democracia no se lleva en la punta de las bayonetas sino en la voluntad de los pueblos", enfatizó el Canciller uruguayo.

"Hay que ser inflexibles en el respeto al principio de no intervención en los asuntos internos de los países", agregó.

La posición de Uruguay se contrapone a la propuesta de Argentina para que la Organización de Estados Americanos (OEA) cree una fuerza de intervención militar para defender la democracia en la región.

Héctor Gros Espiell negó haber mantenido "un entredicho" con el Ministro argentino del Interior, José Luis Manzano, por cuestiones relacionadas a la lucha contra el narcotráfico.

"Las cartas que nos cruzamos con Manzano deberían ser publicadas, porque son verdaderos mensajes de amor", puntualizó.

A finales de febrero último, Gros Espiell rechazó en duros términos una declaración atribuida a Manzano según la cual Uruguay era uno de los puntos donde se lava dinero del narcotráfico.

La reacción de Gros Espiell motivó que el Ministro argentino desmintiera las declaraciones que se le atribuían. ■

Chile respaldó posición de Uruguay en el tema

BUENOS AIRES. (EFE). El Canciller de Chile, Enrique Silva Cimma, dijo ayer que su país "apoya todo mecanismo de acción pacífica" para defender la democracia en América latina, uno de los asuntos que debate el Grupo de Río en Buenos Aires.

"La democracia se defiende a sí misma", respondió Silva Cimma cuando se le pidió su opinión sobre la eventual creación de una fuerza multinacional de intervención militar de la OEA para preservar la democracia en la región, impulsada por Argentina y EE.UU.

Silva Cimma aludió, sin nombrarlas, a las sanciones económicas y políticas aplicadas por la Organización de Estados Americanos (OEA) al régimen militar que desplazó al Presidente de Haití, Jean Bertrand Aristide.

El Canciller chileno opinó también que "es esencial" que los países latinoamericanos "hagan todo lo que sea necesario para combatir al terrorismo internacional".

Ambas cuestiones forman parte de las deliberaciones que iniciaron hoy en Buenos Aires los Cancilleres de los once países miembros del Grupo de Río (Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Bolivia, México, Perú, Paraguay, Venezuela y Uruguay).

El Canciller de Honduras y la Embajadora de Jamaica en Buenos Aires asisten a las deliberaciones como "observadores" en representación de Centroamérica y los países del Caribe, respectivamente.

Silva Cimma aseguró que "está completamente superado y es cosa del pasado" el altercado diplomático con Ecuador, cuyas autoridades declararon "persona no grata" al jefe del Ejército chileno y ex Presidente Augusto Pinochet durante una visita que el militar hizo a ese país.

El jefe de la diplomacia chilena señaló que las relaciones con Argentina "son excelentes y un verdadero ejemplo de lo que es el poder de la negociación", en alusión a los acuerdos de integración económica firmados por los gobiernos de Buenos Aires y Santiago.

Argentina y Chile estuvieron a punto de ir a la guerra por un conflicto de límites en el austral canal del Beagle, en 1978, cuando ambos países eran gobernados por regímenes militares. ■

09

150023
25/2/92

El N.Y. Times tiene un plan para crear una fuerza militar interamericana

Nueva York (UPI)

■ El influyente periódico estadounidense The New York Times propuso en un editorial la creación de una fuerza militar interamericana "para proteger" a las democracias de la región que se vean amenazadas por golpes militares, y se refirió a los recientes casos de Haití y Venezuela.

"Elementos derechistas respaldados por los militares han frustrado ahora un plan internacional de paz para Haití, obligando a la Organización de Estados Americanos, a contemplar medidas más fuertes para restaurar el gobierno democrático, en Venezuela, los militares nacionalistas desafían la democracia, y las guerrillas de Sendero Luminoso aterrorizan a Perú", dice el periódico.

"Ha llegado la hora de crear una nueva fuerza militar interamericana que podría intervenir para proteger a los gobiernos democráticos de caer en manos de terroristas armados", opina The New York Times.

El diario señala que "la gran mayoría de los haitianos estuvo a favor de los esfuerzos de la OEA para restaurar al derrocado presidente Jean Bertrand Aristide. Pero una minoría armada de soldados y matones políticos intimidó a suficientes legisladores como para bloquear la aprobación final (del Plan)".

950392

Nº. DE DOC.: 9204089
TITULO: Ex-Repúblicas asiáticas son aceptadas en el Consejo de Cooperación de la OTAN del Atlántico Norte
P: 150007
FECHA: 110392
VINCULACIONES: - OTAN 12637
- CEI 507283
- CCAN
- CSCE

La Organización Acoge a ex Soviéticos en Consejo de Cooperación

NAGORNO-KARABAJ DOMINA REUNION DE OTAN: LA CAPITAL DEL ENCLAVE BAJO BOMBARDEOS

BRUSELAS, 10 (Reuter y EFE).— La OTAN dio hoy la bienvenida a ex repúblicas soviéticas a un consejo de cooperación entre Oriente y Occidente y anunció un nuevo esfuerzo para poner fin al conflicto entre dos de ellas, Armenia y Azerbaiyán, en torno a Nagorno-Karabaj.

El consejo con su cifra de miembros elevada a 35, resolvió en una reunión de ministros de Relaciones Exteriores y Cooperación en Europa (CSCE) intervenga para tratar de resolver la disputa cada vez más violenta por el enclave.

Turquía, que comparte fronteras con Armenia, advirtió que la lucha por Nagorno-Karabaj podría desembocar en una guerra declarada con posibilidades de propagarse y destacó que Armenia debería abandonar toda pretensión sobre el territorio.

Los ministros pidieron a las dos repúblicas del Cáucaso enfrentadas que encuentren una solución pacífica al conflicto de Nagorno-Karabaj —ubicada dentro de Azerbaiyán pero habilitada en su mayoría por armenios— que ha cobrado unas 2.000 vidas en los últimos cuatro años.

"Destacamos la necesidad de que las partes adopten acciones concretas tendientes a escapar al ciclo de la violencia", manifestó en conferencia de prensa el Secretario de Estado norteamericano James Baker luego de una sesión de un día del Consejo de Cooperación del Atlántico Norte (CCAN).

Por su parte, Armenia dice que no alienta reivindicaciones territoriales sobre el enclave, pero insiste en la autodeterminación de los habitantes de la zona.

En su discurso ante la reunión, Baker advirtió que, si continúa la violencia, "No habrá vencedores". "No hay gloria en dejar viudas y huérfanos para construir las sociedades democráticas y con economía de mercado que debe ser la máxima prioridad", indicó.

El Secretario General de la OTAN Manfred Woerner manifestó que el consejo había [illegible] una propuesta [illegible] de que la CSCE, que el mes pasado envió una misión de estudio a Nagorno-Karabaj, [illegible] orientados a resolver la explosiva disputa.

Importantes funcionarios de la [illegible] reunión [illegible]

[illegible]

dencia rotativa de la CSCE, un foro de 48 naciones para debatir cuestiones que tienen que ver con la seguridad y los derechos humanos que, al igual que el CCAN, incluye a todas las ex repúblicas soviéticas, excepto Georgia.

"No debemos permitir que los malignos fantasmas del nacionalismo se apoderen del corazón y la mente del puebo", dijo el ministro alemán de Relaciones Exteriores Hans-Dietrich Genscher a los periodistas.

BOMBARDEOS CONTRA LA CAPITAL

Las fuerzas azerbaiyanas reanudaron los bombardeos masivos con misiles "Grand" (granizo) contra Stepanakert (capital de Nagorno Karabaj) que causaron "numerosas víctimas", informaron a EFE fuentes oficiales armenias.

Los bombardeos comenzaron a las 16.00 hora local (12.00 GMT) y "numerosas víctimas" y grandes destrucciones, añadieron las fuentes.

Stepanakert, bombardeada con estos misiles en varias ocasiones durante las últimas semanas, se encuentra ya destruida en más del 70 por ciento y la mayoría de sus 60.000 habitantes se ha visto obligada a refugiarse en aldeas próximas.

Las fuentes agregaron que en las últimas horas los azerbaiyanos enviaron a la localidad de Shusha, único punto de población azerbaiyana en el enclave, un centenar de camiones, con los que se comenzó la evacuación de mujeres y niños.

Según la parte armenia, ello significa que se "prepara un gran ataque".

Las baterías de los misiles "Grad", considerados de exterminio masivo porque destruyen grandes áreas y con los que se ataca Stepanakert, están instaladas en Shisha. Ambas localidades están separadas por menos de una docena de kilómetros.

Esta mañana, también se lanzaron misiles "Grad" contra la población de Shosh, en la región de Askerán, que produjeron "muchos daños y víctimas", todavía sin precisar.

Durante todo el día, se [illegible] en las [illegible]



[illegible]

01-01

9204089

INFORME ESPECIAL Miniestados se forman en el este por el renacimiento del nacionalismo

La reagrupación de países en Europa

- ***La CEE y la OTAN aumentarán el número de miembros***
- ***Desaparecieron el Pacto de Varsovia y el Comecon para la economía en el este***

Roma (NA)

■ Todo comenzó el 3 de octubre de 1990 con la reunificación de Alemania. Uno más uno esta vez no sumó dos, aunque sí un nuevo (y viejo) gran uno. Ahora, el proceso de disgregación en Europa oriental desconcertó las cifras de las entidades estatales y de las grandes organizaciones europeas, provocando un verdadero "baile" de números.

El dato central indica que se han engrosado las cifras al aumentar el número de estados independientes; pero, mientras en el este el proceso -iniciado tras el fin del comunismo y el renacimiento de nacionalismo- es centrífugo, de fragmentación, en el oeste -dependiendo de las diferencias entre las numerosas entidades estatales- tiende a ser centrípeto, en aumento, gracias a la fascinación que la CE y la OTAN ejercitan sobre el ex mundo comunista.

En el este ya no existe la Unión Soviética, sustituida por once repúblicas que constituyeron la Mancomunidad de Estados Independientes (MEI), más Georgia y los tres Estados Bálticos, que no forman parte de la nueva organización. Tampoco existe Yugoslavia, que ha perdido a las repúblicas de Eslovenia y Croacia.

No existen siquiera las dos organizaciones que englobaron a los países de Europa oriental, el Pacto de Varsovia para la defensa y el Comecon para la economía. En cambio, podría rápidamente aumentar el número de miembros de la CE y quizá también el de la OTAN, mientras ya lo ha hecho el de los países de la Conferencia para la Seguridad y la Cooperación en Europa (CSCE) y del Consejo de Europa.

El siguiente es el detalle de este "baile" de cifras en Europa:

Ex URSS: fue sustituida por 15 repúblicas independientes, de las cuales cuatro, Georgia, Estonia, Letonia y Lituania, no forman parte de la MEI. Aunque el complejo desarrollo de los nacionalismos podría dar nacimiento a otros "miniestados" independientes.

Yugoslavia: los estados reconocidos por gran parte de la comunidad internacional suman tres, Eslovenia, Croacia y aquel que permaneció fiel a la ex Yugoslavia, encabezado por Serbia. Pero Bosnia Herzegovina pidió también el reconocimiento de su independencia. Podría entonces desmembrarse en al menos cinco estados independientes.

Pacto de Varsovia y Comecon: comprendían siete países comunistas europeos, URSS, República Democrática Alemana, Polonia, Checoslovaquia, Hungría, Bulgaria y Rumania. Ya no existen más.

CEE: los actuales doce miembros podrían transformarse en un par de años en catorce, con el ingreso de Austria y Suecia, que ya pidieron su adhesión. El Consejo Europeo de Maastricht aprobó un proceso de ingreso rápido. A ellos podría agregarse Finlandia, que debería decidir su ingreso [illegible] próximos meses. Otros candidatos son Turquía, Chipre y Malta, aunque con menores posibilidades de un rápido acogimiento.

Pero no parece remota una estructura comunitaria que comprenda a toda Europa, como dijo el presidente de la Comisión, Jacques Delors. En este caso, calcular el número de estados miembro se hace más complicado.



Las fronteras del Viejo Mundo se modifican rápidamente.

Proyectando una CEE "omnicomprensiva", se tendría el siguiente panorama: los doce, más los siete de la Asociación Europea de Libre Cambio (EFTA), Turquía, Chipre y Malta, los quince de la ex URSS, y los cinco de la ex Yugoslavia, Polonia, Checoslovaquia, Hungría, Bulgaria, Rumania y Albania y los miniestados de San Marino y El Vaticano. En suma, una organización de 50 estados.

OTAN: los interesados en la Alianza Atlántica suman 16, aunque manifestaron su interés Polonia, Checoslovaquia, Hungría y Rusia. Podría entonces transformarse en una organización de veinte miembros y modificar así su estructura o quizá sobreponerse a la CSCE o a la UEO con el aumento de nueve a diez est[illegible] con Grecia.

[illegible] el "baile" de las cifras, tras la reunificación de Alemania, fue constante. El número de países miembro pasó de 35 a 34 luego de la reunificación alemana. Después, con el ingreso de Albania, Estonia, Letonia y Lituania, alcanzó los 38.

Exceptuando a la ex URSS, pero sumando las otras 12 repúblicas ex soviéticas, se llega a 49. Si se agrega el actual proceso de disgregación de Yugoslavia, con tres nuevas repúblicas, suman 52 y con Macedonia y Bosnia, 54.

Consejo de Europa: con el ingreso de Polonia, Hungría y Checoslovaquia el número actual de 26 miembros podría crecer rápidamente.

El Rompecabezas de la Seguridad Después de los Cambios Políticos Atribula a Todos los Estrategas

BRUSELAS. — Todo parece muy claro y ordenado. Occidente está tratando de erigir un nuevo orden para Europa que asegurará la paz y la estabilidad en el mundo posterior a la Guerra Fría.

Pero la realidad de lo que algunos funcionarios han dado en llamar "una nueva arquitectura de seguridad que se extiende desde Vancouver hasta Vladivostok" está resultando más bien confusa y enredada.

¿Quién está a cargo, si es que hay alguien, y cómo encajan entre sí todos los planes diferentes?

El interrogante no es simplemente del tipo que suelen plantearse los teóricos en política. Con la guerra presente en Yugoslavia y tensiones étnicas y nacionalistas agudizándose en un continente cada vez más fracturado, muchos se hallan preocupados por la posibilidad de que una nueva agresión en Europa no encuentre respuesta adecuada.

Los principales protagonistas son la OTAN, la Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa (CSCE) y la Comunidad Europea (CE).

Algunos diplomáticos señalan que todos ellos están comenzando a dar signos de agotamiento bajo el peso de constantes y nuevas demandas a sus recursos y a su capacidad para adaptarse a cambios monumentales como el colapso de la Unión Soviética.

"Piezas vitales del rompecabezas que forma el Nuevo Orden Europeo aún no han sido talladas", comentó Loic Bouvard, vicepresidente de la Asamblea Nacional de Francia, hablando ante una reciente conferencia internacional sobre seguridad, celebrada en Bruselas.

El Secretario General de la OTAN Manfred Woerner dijo a la conferencia que los diversos organismos relacionados con la seguridad no están trabajando aún adecuadamente y en forma coordinada, por lo que no aprovechan sus ventajas para solucionar crisis.

NO QUIERE OTROS MIEMBROS

La Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) tiene el poderío militar que podría ser necesario para implantar el imperio del derecho en Europa. Pero la alianza de 16 naciones está limitada a defender su propio territorio y no quiere recibir a nuevos miembros.

A su vez, la Comunidad Europea tiene vasta experiencia en asuntos económicos y comerciales pero sólo recientemente adquirió una mayor preeminencia en el campo político. No tiene fuerzas armadas.

La CSCE, un foro sobre derechos humanos y cuestiones de seguridad, tiene la virtud de incluir a todos los países europeos y de América del Norte –48 según el último recuento, en comparación con 35 hace sólo dos años.

Pero no tiene mandato real para actuar, por ejemplo con fuerzas de mantenimiento de la paz, y opera básicamente por consenso.

Existe un arduo debate acerca de si debe recibir nuevos poderes en una reunión de sus miembros que se celebrará en Helsinki este mes.

Con la mira puesta en afianzar la seguridad europea, Woerner, de la OTAN, sugirió recientemente que la alianza occidental ponga su experiencia militar e incluso tropas a disposición de misiones, ordenadas por la CSCE.

Su objetivo es crear una serie de "instituciones interconectadas" que se complementen mutuamente en lugar de competir entre sí. Pero los críticos aducen que ya se observan señales de confusión.

La Comunidad Europea está pensando en asumir un papel defensivo más independiente respecto de la alianza OTAN acaudillada por Estados Unidos, una posibilidad que ha causado cierta ansiedad en Washington.

La OTAN, preocupada por la posibilidad de que pueda ser descartada como un dinosaurio de la Guerra Fría tras el colapso del Pacto de Varsovia, también se halla enfrascada en la búsqueda de nuevas misiones y cometidos.

La alianza está ayudando a organizar el puente aéreo de ayuda a la ex Unión Soviética y ha establecido un "consejo de cooperación" con participación de ministros de Relaciones Exteriores de todos sus ex adversarios para discutir cuestiones de seguridad. También se contemplan reuniones similares de ministros de Defensa.

¿QUE LES DARIA LA OTAN?

El principal propósito de crear este nuevo foro tiene que ver con la intención de disuadir a países como Polonia y Hungría que desean incorporarse a la OTAN. La alianza recela de intervenir en conflictos lejanos y teme que ampliar su cantidad de integrantes pueda debilitar el potencial interno y la cohesión de la OTAN.

Según algunos diplomáticos de la OTAN, el problema ahora es que el nuevo "consejo de cooperación" amenaza despojar a la CSCE de cualquier significación aun al incluir a todas las potencias militares más importantes de Europa.

"La mayoría de los europeos orientales consideran cualquier forma de vínculo con la OTAN como mucho más importante que la CSCE", dijo un importante funcionario de la alianza. "Si hay problemas, ellos confían en nuestra ayuda", piensan.

¿Pero, podrían lograr algo de la OTAN?

El nuevo "consejo de cooperación" se basa en una ambigüedad deliberada. Woerner y otros [illegible] se niegan a decir qué podría hacer la OTAN [illegible] conflicto entre ex miembros del Pacto de [illegible].

"No queremos ofrecer garantías de seguridad, pero no podemos ser vistos como [illegible]. Por lo tanto, hemos dejado deliberadamente la cuestión [illegible]", señaló otro diplomático.

El resultado de toda esta ambigüedad y confusión ha sido que las Naciones Unidas –en lugar de una [illegible] ción europea– debieran encargarse de [illegible] fuerza de mantenimiento de la paz para [illegible].

"La cuestión [illegible] [illegible] instituciones [illegible] zar su pleno potencial de [illegible] y [illegible] conflictos en una era de turbulencia posterior a la Guerra Fría", agregó.

OTAN DISPUESTA A FINIQUITAR EL CONFLICTO DE ARMENIA Y AZERBAIYAN

CONSEJO de cooperación entre Oriente y Occidente realizará el gran esfuerzo por alcanzar normalidad en la zona

BRUSELAS (ANSA, EFE, IPS, Reuter y UPI).- La OTAN dio ayer la bienvenida a ex repúblicas soviéticas a un consejo de cooperación entre Oriente y Occidente y anunció un nuevo esfuerzo para poner fin al conflicto entre dos de ellas, Armenia y Azerbaiyán, en torno a Nagorno-Karabaj.

El consejo, con su cifra de miembros elevada a 35, resolvió en una reunión de Ministros de Relaciones Exteriores celebrada en Bruselas que la Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa (CSCE) intervenga para tratar de resolver la disputa cada vez más violenta por el enclave.

Turquía, que comparte fronteras con Armenia, advirtió que la lucha por Nagorno-Karabaj podría desembocar en una guerra declarada con posibilidades de propagarse y destacó que Armenia debería abandonar toda pretensión sobre el territorio.

Los Ministros pidieron a las dos repúblicas del Cáucaso enfrentadas que encuentren una solución pacífica al conflicto de Nagorno-Karabaj - ubicada dentro de Azerbaiyán pero habitada en su mayoría por armenios- que ha cobrado unas 2.000 vidas en los últimos cuatro años.

"Destacamos la necesidad de que las partes adopten acciones concretas tendientes a escapar al ciclo de la violencia", manifestó en conferencia de prensa el Secretario de Estado norteamericano James Baker luego de una sesión de un día del Consejo de Cooperación del Atlántico Norte (CCAN).

Por su parte, Armenia dice que no alienta reivindicaciones territoriales sobre el enclave, pero insiste en la autodeterminación de los habitantes de la zona.

En su discurso ante la reunión, Baker advirtió que, si continúa la violencia, "No habrá vencedores". "No hay gloria en dejar viudas y huérfanos para construir las sociedades democráticas y con economía de mercado que debe ser la máxima prioridad", indicó.

El Secretario General de la OTAN Manfred Woerner manifestó que el consejo había aceptado una propuesta alemana de que la CSCE, que el mes pasado envió una misión de estudio a Nagorno-Karabaj, renueve los esfuerzos orientados a resolver la explosiva disputa.

Importantes funcionarios de la CSCE se reunirán hoy en Praga para discutir el conflicto y el Ministro checoslovaco de Relaciones Exteriores Jiri Dienstbier accedió a intervenir personalmente, reveló Woerner en conferencia de prensa.

El conflicto, que la OTAN teme pueda propagarse y crear agitación en la ex Unión Soviética, dominó las deliberaciones de ayer del CCAN. El comité fue lanzado por la alianza occidental en diciembre pasado para afianzar los vínculos con sus ex adversarios del Pacto de Varsovia.

Además de los 11 miembros de la Comunidad de Estados Independientes (CEI) aceptados ayer, el consejo agrupa a los 16 miembros de la OTAN, cinco estados europeo orientales y los tres del Báltico.

... para la NATO

090192

Por Richard Nixon

WASHINGTON (Los Angeles Times Syndicate). – Con el desmoronamiento de la Unión Soviética, el razonamiento tradicional sobre el papel de los Estados Unidos en Europa ha recibido un golpe mortal.

En 1971, la enmienda Mansfield –destinada a reducir a la mitad la presencia militar de los norteamericanos en Europa– fue rechazada por un solo voto en el Senado. Es nada más que una cuestión de tiempo el que sea sometido al Congreso un nuevo proyecto Mansfield para la retirada total.

Algunos sectores de la izquierda norteamericana sostienen que deberíamos dedicar más atención ahora a los problemas internos y que nuestra victoria en la Guerra Fría nos permite desentendernos de los antiguos compromisos. Otros, de la derecha norteamericana, argumentan que una Europa plenamente recuperada de la Segunda Guerra Mundial no ha de necesitar de la ayuda de los Estados Unidos y puede pagarse la factura de su propia defensa. Muchos europeos, cansados de los ejercicios de vuelo a baja altura de los equipos de la NATO y agotados por 40 años de riesgos en política internacional, sólo quieren que los norteamericanos hagan sus maletas y se vayan.

Estrategia europea

Todos esos argumentos son objetables. En primer lugar, dos guerras mundiales han demostrado el peligro que representa para los Estados Unidos el desentenderse de los acontecimientos en Europa. Si hubiésemos estado comprometidos con Europa más bien que encerrados en nuestro aislamiento después de la Primera Guerra Mundial tal vez habríamos podido inclinar el equilibrio de fuerzas en perjuicio de los agresores, quizás evitándose, sin combatir, la Segunda Guerra Mundial.

A pesar del eclipse de la guerra fría, los Estados Unidos tienen importantes intereses políticos y económicos en Europa. Nuestro compromiso con Europa no se funda en la filantropía sino en el interés. El papel de los Estados Unidos en la NATO no es esencial sólo por sus reales alcances, sino porque nos brinda una posición indirecta para la dilucidación de asuntos tales como la crisis del Golfo Pérsico y las disputas comerciales. Sin una presencia militar en Europa, no tendríamos voz en Europa.

Considerada en una perspectiva histórica, Europa ha sido un lugar menos estable que el Medio Oriente. La rígida estabilidad de una Europa dividida en los dos campos de la guerra fría ha sido la excepción en un continente azotado durante siglos por guerras e inestabilidad. Con el fin de la guerra fría, Europa no se verá empujada a una guerra fratricida, pero la posibilidad de conflictos y enfrentamientos armados persistirá e inclusive aumentará. La guerra civil en Yugoslavia es una prueba de ello.

Es sorprendente que el retorno de la guerra abierta en Europa no haya hecho sonar la alarma en cada una de las capitales europeas. La mezcla de numerosos grupos étnicos y la infinidad de los que reivindican jurisdicción territorial por todo el continente originan interminables posibilidades de conflicto y sobre todo en momentos en que se dilucidan las relaciones entre las nuevas repúblicas independientes de la ex Unión Soviética.

Nos concierne profundamente la necesidad de impedir el estallido de conflictos armados en Europa. Si abandonamos nuestro papel principal en Europa, quedaríamos relegados a la posición de actores de segunda fila, eliminándonos completamente de toda gravitación significativa

Expansionismo ruso

Y en segundo lugar, aunque sea de mayor trascendecia aún, los europeos necesitan todavía relaciones de seguridad con los Estados Unidos. Las dos razones principales para la creación de la NATO hace 44 años fueron disuadir la agresión soviética y asegurar para los alemanes un hogar tranquilo. Esas dos razones son todavía valederas hoy.

Mientras que la amenaza de agresión por parte de una Unión Soviética cada vez más democrática es mínima ahora, la idea de que cuatro siglos de tradición expansionista rusa y soviética hayan de evaporarse instantáneamente puede ser confortable, pero no es cuestión de contar con ello. Moscú dispone aún de millares de ojivas nucleares estratégicas apuntadas contra los Estados Unidos, el más poderoso ejército convencional de Europa y una moderna marina de guerra. Rusia es una gran potencia mundial y los rusos son un pueblo orgulloso. No deberíamos creer automáticamente que una Rusia democrática va a ser un gatito mimoso.

Europa necesita una estructura de seguridad. Una NATO con un importante papel decisorio de los Estados Unidos ha desempeñado una función indispensable no solamente como escudo de Europa occidental durante la guerra fría, sino también como un ejemplo para las naciones de Europa oriental y para la Unión Soviética. Actualmente no existe una estructura alternativa de seguridad. Hasta que no se haya puesto a prueba un sustituto viable, cometeríamos un error irrevocable desmantelando la NATO o desentendiéndonos de la NATO. En momentos de generalizada inestabilidad en Europa oriental y en la Unión Soviética, deberíamos estar considerando la manera de preservar la NATO en vez de estar [illegible] la forma de eliminarla.

Babel europea

Argumentan algunos observadores que un superestado a partir de 1992 puede unificar la cacofonía de los puntos de vista europeos y hablar con una voz que los represente a todos. Pero esa solución es ya una utopía. Concretas diferencias nacionales sobre política, no pequeñas disputas parroquiales sobre procedimiento, han mantenido divididos a los europeos. Y continuarán así.

En la crisis del Golfo Pérsico nuestros aliados europeos se dispersaron como una bandada de perdices. Sólo unos pocos, especialmente Gran Bretaña y Francia, combatieron a nuestro lado en los desiertos de Kuwait. Pero la mayoría, particularmente Alemania, escondieron la cabeza en la arena.

En la crisis interna de Yugoslavia, los mediadores de la Comunidad Europea no estuvieron a la altura de su responsabilidad. Durante las fases iniciales del conflicto, las posiciones europeas se divorciaron en cuanto a si debían apoyar al gobierno central y comunista serbio o a las repúblicas democráticas secesionistas de Eslovenia y Croacia. La Comunidad envió equipos con la misión de actuar como observadores del cese del fuego, pero no utilizaron su solvencia política y económica para imponer una resolución pacífica basada en la democrática autodeterminación.

En su primera actuación de importancia política del período de la posguerra fría, Europa lo está haciendo muy mal. La tarea esencial para los Estados Unidos estriba en no apartarse graciosamente de la NATO, sino en adaptarse inteligentemente a la NATO.

Nº DOCUMENTO 9204093
TITULO [illegible]
PROCEDENCIA 150095
FECHA DE RECEPCION 090192
VINCULACIONES OTAN 12637
NCI

A

01-02

9204093

Dos opciones

En la confusión del debate público, dos opciones han empezado a tomar forma. La primera –la opción de la NATO– preconiza una continuación del compromiso norteamericano para una mayor presencia de fuerzas en Europa. Mientras que los efectivos militares de los Estados Unidos en Europa se reducirían sustancialmente, lo esencial de nuestro papel en la Alianza y en el seno del comando militar conjunto permanecería sin cambios.

La segunda –la opción de la Comunidad Europea– trata de desarrollar una estructura de seguridad predominantemente europea, aunque con una continuada participación norteamericana. Finalmente, nuestros aliados se reunirán detrás de la última. Por más que ellos comprendan la necesidad de nuestra garantía nuclear –y acepten el voto de los Estados Unidos en las decisiones de la seguridad europea–, han de objetar una política norteamericana que apoya la unidad política de Europa, pero exige una relación de seguridad en la que Washington retiene su papel dominante.

Nuestra posición debe ser la de dar la bienvenida a una mayor confianza en sí misma por parte de Europa occidental.

Eso no quiere decir que debamos retirar todas nuestras fuerzas terrestres de Europa. Lo que quiere decir es que nuestro [illegible] debería consistir en un dispositivo convencional y nuclear mucho más reducido que hasta ahora, pero de magnitud suficiente para crear el vínculo esencial de seguridad mutua y preservar la infraestructura militar para una eventual intervención norteamericana que pudiera ser necesaria en caso de crisis.

Las fuerzas en Europa son igualmente indispensables para hacer frente a contingencias en cualquier otra parte, inclusive el conflicto del Golfo Pérsico. La NATO tampoco debería suspender sus ejercicios conjuntos, si bien su naturaleza y escenario han de tener en cuenta los factores susceptibles de alterar la vida civil. Las maniobras militares no solamente corrigen posibles fallas en los planes de contingencia sino que perfeccionan nuestra capacidad para trabajar juntos en eventuales teatros de acción fuera de Europa, tales como el Golfo Pérsico.

Más allá de Europa

Al mismo tiempo que la NATO se adapta a la nueva Europa deberá asimismo expandir su proyección. En Europa no sólo debería empeñarse en la defensa común, sino influir en la solución razonable de conflictos tales como la guerra civil en Yugoslavia. Debe poner sus miras también más allá de Europa. En nuestros días, como quedó demostrado en el Golfo Pérsico, los desafíos a los intereses occidentales pueden surgir a una distancia de medio mundo.

Por ejemplo, un esfuerzo para cortar los vitales abastecimientos de petróleo a Europa occidental constituye una amenaza tan grave a la seguridad de las naciones de la NATO como un ataque militar contra uno de sus miembros. En tanto que la defensa europea debe continuar siendo la misión esencial de la NATO, la cooperación de seguridad denominada "out of area" tiene que convertirse en su filo cortante.

A menos que adoptemos esta política, el pueblo norteamericano –cuyo compromiso con la NATO ha dependido de la percepción de una amenaza soviética– optará inevitablemente por desentenderse de Europa a medida que en la alianza se habla cada vez más de Moscú no ya como un adversario, sino como un "socio en la seguridad".

Al mismo tiempo que cooperamos ya en crisis distantes, nuestras soluciones tienden a ser ad hoc. Para mejorar la capacidad de la NATO de hacer frente a conflictos "out of area" tenemos que avanzar en tres campos.

En primer lugar, los miembros europeos de la NATO deberían constituir una fuerza de intervención rápida que pudiera entrar en acción, según las circunstancias, en forma independiente o bajo un comando conjunto con fuerzas similares de los Estados Unidos.

Coordinación

En segundo lugar, los Estados Unidos deben dar la bienvenida al activismo europeo en regiones del mundo subdesarrollado en las que su experiencia histórica es mayor que la nuestra. [illegible] que nuestro superior poderío militar nos confiera una superior sabiduría política. Además, debido a que la próxima crisis probablemente tendrá lugar en el mundo subdesarrollado, los Estados Unidos [illegible] bases [illegible] Europa [illegible] NATO. Nuestra [illegible] mita el uso de [illegible] parte de [illegible] tranjeras, [illegible] más flexibles [illegible] tar un mayor [illegible] en zonas [illegible] ficientemente [illegible]

Y tercero, la NATO [illegible] desarrollar mejores [illegible] para un tratamiento [illegible] nado de las crisis, [illegible] mancomunadamente [illegible] bros de la Alianza [illegible] contrales [illegible] económicos [illegible] poderío que [illegible] versario puede [illegible] de ignorar. Además, si los aliados occidentales [illegible] un curso de acción [illegible] Consejo de Seguridad [illegible] ciones [illegible] teccnia [illegible]

La NATO [illegible] su estructura [illegible] más rígida. [illegible] de una mayor [illegible] estar en [illegible] frente no sólo [illegible] cias militares, [illegible] políticas.

Ello no significa que los Estados Unidos o Europa occidental deban [illegible] estricto sobre las [illegible] Cada cual [illegible] el [illegible] Pero [illegible] arribar a políticas comunes [illegible] los conflictos "out of area" siempre que sea posible, así como equipar a la alianza con los instrumentos militares, económicos y políticos necesarios para llevarlas adelante.

A diferencia de otras alianzas, que se han disuelto al desvanecerse la amenaza de un enemigo común, una NATO renovada puede sobrevivir a la prueba de la victoria.

(Traducción de Jorge Ortiz [illegible])

(Continúa mañana)

02-02

[illegible]

La OTAN debe jugar un papel más vasto para aumentar la seguridad en el mundo



Manfred Woerner(*)

Derechos exclusivos en Uruguay

Bruselas

Un nuevo orden mundial solo puede basarse en la estrecha cooperación de los tres principales centros de poder: Norteamérica, Europa y Japón. Pero estos centros no pueden llevar solos la carga. Necesitan el apoyo de sus aliados y amigos.

La exitosa coalición en la crisis del Golfo, así como la iniciativa internacional por proveer auxilio humanitario a los nuevos Estados independientes en lo que fuera la Unión Soviética, son claros ejemplos del espíritu de cooperación necesario para enfrentarse a retos futuros.

Sin embargo, el principal, si no el único, eje de estabilidad real que existe actualmente es la sociedad transatlántica que firmemente relaciona a Norteamérica con Europa. Por ello los Estados de Europa Central y del Este han acudido a la OTAN en su búsqueda de estabilidad y seguridad.

La Alianza del Atlántico adquirirá importancia porque tendrá que jugar un crucial papel en proyectar estabilidad hacia el Este.

Otras grandes organizaciones internacionales —incluyendo a las Naciones Unidas, la Comunidad Europea y el Consejo para la Seguridad y Cooperación en Europa— tendrán que jugar un decisivo papel en la construcción de zonas regionales y estructuras globales de paz y estabilidad.

Sin embargo, es importante observar que las instituciones mencionadas antes no son capaces de enfrentarse solas a los nuevos retos. Por ello, nuestra tarea es desarrollar un sistema de instituciones interrelacionadas que [illegible] se refuercen y se complementen. Nuestro deseo es [illegible] una comunidad [illegible] de paz y estabilidad que alcance a los Estados Unidos, Canadá, todos los países de Europa del Este y Oeste y los nuevos Estados independientes del territorio de lo que fuera la Unión Soviética.

[illegible] la Comunidad Europea, la OTAN y el CSCE. Juntos, formarían el marco institucional de este orden de paz [illegible]. El CSCE serviría como principal foro [illegible] [illegible] política y económica de Europa, y la OTAN [illegible] el principal pilar de estabilidad y seguridad.

El papel de la Alianza del Atlántico ha llegado a ser más importante todavía con la disolución del Pacto de Varsovia y el colapso de la Unión Soviética. Tenemos que trabajar por evitar la confrontación entre los estados rivales de Europa Central y del Este.

No podemos darnos el lujo de dejar que los Estados recién independientes se las arreglen solos. Por ello hemos transformado nuestra alianza no solo cambiando su estrategia y fortaleciendo su pilar europeo, sino también extendiendo sus relaciones diplomáticas, su amistad y cooperación a nuestros anteriores adversarios.

En este contexto hemos establecido el Consejo de Cooperación del Atlántico Norte (NACC) y hemos decidido extender la membresía o status de observador a todos los Estados recién independientes que hay en el territorio de lo que fuera la Unión Soviética.

Más allá de esto, la OTAN actualmente está trabajando muy duro por reforzar sus nexos con las principales instituciones de estabilidad internacional. Estamos contemplando nuevas ideas. En mi opinión, por ejemplo, la OTAN podría contribuir su infraestructura y comunicaciones, y probablemente aún rápidas fuerzas de reacción para las operaciones de paz ordenadas por el CSCE o la ONU.

Sería peligroso, si no tonto, ver a cualquiera de estas organizaciones como rival o competidora. Deben complementarse entre sí.

El futuro de la humanidad no está en el concepto de naciones Estado rivales, sino en la cooperación internacional.

(*) Manfred Woerner es Secretario General de la OTAN y ex ministro alemán de la Defensa. El Consejo para la Seguridad y Cooperación en Europa [illegible] [illegible] fuerzas de paz de la OTAN [illegible] por acabar con la disputa entre Armenia y Azerbaiján sobre el enclave de Nagorno Karabaj.

LOS VINCULOS DE EUROPA CON AMERICA DEL NORTE ESTAN AHORA EN DEBATE

Desacuerdo sobre el futuro de la OTAN

El secretario general de la OTAN, Manfred Woerner, viene promoviendo la creación de una "comunidad euroatlántica" que incluya a los Estados Unidos, Canadá, toda Europa y los países independientes surgidos del derrumbe soviético. En un artículo que Clarín reproduce en forma exclusiva, Woerner insiste en el papel clave que la OTAN seguirá jugando. Pero en estos momentos hay fuertes tensiones en la Alianza Atlántica, cuya magnitud puede afectar la futura relación entre Europa y los Estados Unidos. Lo que está en la base de esas tensiones es la creciente convicción europea de que ya no hay razón para que las tropas norteamericanas permanezcan en el continente.



General John Galvin, jefe de las fuerzas de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN).

BRUSELAS, 25 (Reuter). — Detrás de la fachada de unidad, firmeza e identidad de propósitos luego del fin de la **Guerra Fría** que presenta la **OTAN**, están aflorando potentes tensiones que podrían hacer desmoronar la alianza de 16 naciones.

La OTAN se halla dominada por un **enérgico debate acerca de si debe avanzar más allá de la simple defensa de sus naciones miembros y brindar protección militar a sus ex enemigos de Europa oriental.**

Pero funcionarios y diplomáticos dicen que recientemente surgió un problema aún más grave. Los vínculos que unen a Europa con **América del Norte** —la razón misma de existir que tiene la OTAN— están siendo exigidos al máximo, amenazando la cohesión del pacto.

La recesión económica, cambios geopolíticos y fricciones comerciales están afectando la relación. Podría resultar difícil reparar el daño, ahora que no hay una amenaza militar inmediata que mantenga juntos a los aliados europeos y norteamericanos.

La ilustración más dramática hasta el momento se produjo cuando **Canadá** anunció, el mes pasado, **que retiraba todas las tropas que aún quedaban en Europa después de 1994.**

Esto motivó una inusual expresión de preocupación del secretario general de la OTAN, **Manfred Woerner**. La presencia militar de Canadá es pequeña, pero tiene un enorme valor simbólico y **la OTAN solicitará a Ottawa que reconsidere su decisión.**

El comandante supremo aliado en Europa de la OTAN, general **John Galvin**, exhortó a los aliados europeos a ratificar claramente si siguen identificados con la idea de la permanencia del lazo transatlántico.

En un reciente testimonio ante el Senado norteamericano expuso asimismo por qué convendría a los intereses estadounidenses mantener tropas en Europa.

"El papel de liderazgo estadounidense en la OTAN se basa en la presencia de nuestras fuerzas militares en Europa: la capacidad de los **Estados Unidos** de influir sobre los acontecimientos en Europa deriva de nuestro compromiso visible y continuado con la alianza", manifestó Galvin.

Un importante diplomático de la OTAN dijo que "no caben dudas de que hay una creciente polémica, los Estados Unidos y Canadá están alejándose de los aliados europeos".

"Durante la **Guerra Fría también había** *tensiones*, pero entonces todos se ceñían al objetivo cardinal que nos hacía sepultar las diferencias... Ahora tenemos un debate acerca de hasta dónde debemos avanzar más allá de nuestro papel tradicional y también hay una polémica sobre nuestra cohesión interna. Las tensiones son enormes", destacó.

Los Estados Unidos y Canadá piensan que algunos europeos quieren reducir el papel de la OTAN apelando para ello a la insistencia en que el bloque no asuma una responsabilidad militar más amplia. Esto debilita el apoyo a la alianza en lo interno, lo que, a su vez, afianza la noción en Europa de que América del Norte quiere distanciarse.

Washington es tal vez el que está más ansioso de que la OTAN asuma nuevas responsabilidades. Pero ha encontrado firme oposición en varias naciones europeas temerosas de que esto les acarree dificultades y las suma en conflictos ajenos. Esos países preferirían que la **Comunidad Europea** (CE) asuma un papel defensivo, independiente de la OTAN.

Recientes intentos de los Estados Unidos por utilizar a la OTAN como organismo coordinador para suministrar ayuda a la ex **Unión Soviética** se frustraron. La mayor parte de la asistencia es actualmente coordinada y entregada por la Comunidad Europea y sus naciones miembro. Algunos países de la CE piensan que Washington simplemente está buscando la forma de mantener la posición fuerte que tuvo en Europa desde la **Segunda Guerra Mundial.**

Un importante funcionario de la OTAN señaló recientemente que, a su entender, la alianza deberá asumir una responsabilidad más directa por el mantenimiento de la libertad y la democracia en un continente europeo cada vez más turbulento y fragmentado.

El subsecretario general, Michel [illegible], al hablar en Londres, vinculó esto con la [illegible] de la salud de los lazos transatlánticos. "Si [illegible] cuestión, no solo pondremos en peligro [illegible] de la alianza ante nuestros propios públicos sino que socavaríamos el apoyo en los Estados Unidos", subrayó.

Francia, que recela del liderazgo estadounidense en la OTAN y quiere que haya defensas europeas independientes, dice que no hay una necesidad real de que las tropas norteamericanas sigan en el continente.

Algunas naciones de la CE coinciden con Francia en el sentido de que la Comunidad Europea, en su avance hacia la unión económica y política, debe asumir ahora responsabilidades en cuanto a su defensa.

Pero otros aliados, particularmente Gran Bretaña, estiman que la presencia militar norteamericana jamás fue simplemente un expediente para equilibrar el poderío militar soviético, siempre amenazante.

"Hubo dos guerras mundiales en este siglo que comenzaron en Europa y los norteamericanos tuvieron que acudir dos veces para liquidarlas. Juegan el papel de mediadores, de socios con una perspectiva diferente", dijo otro diplomático de la alianza.



Manfred Woerner, secretario general de la OTAN: "Los países de Europa oriental deben integrar una comunidad euroatlántica".

Hay que ampliar la base de la Alianza

Por Manfred Woerner

BRUSELAS, 25 (De **New Perspectives Quarterly**, distribuido por **Los Angeles Times Syndicate**, especial para **Clarín**). — Un nuevo orden mundial sólo puede basarse **en una estrecha cooperación entre los tres grandes centros de poder: Estados Unidos, Europa y Japón.** Pero estos no podrán cargar solos con todo el peso: **necesitan, imperiosamente, el apoyo de aliados y amigos.**

La exitosa coalición que se organizó durante la crisis del golfo Pérsico, así como la iniciativa internacional para ofrecer ayuda humanitaria a los nuevos estados independientes de la ex **Unión Soviética**, son claros ejemplos del espíritu de cooperación que se necesita para **enfrentar los futuros desafíos.**

Sin embargo, el principal —si no el único— **eje de verdadera estabilidad que existe en estos momentos es la sociedad transatlántica que vincula con firmeza a los Estados Unidos con Europa. Por ello es que todos los estados de Europa oriental y central se han volcado a la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) en su búsqueda de estabilidad y seguridad.**

No hay duda de que la Alianza tendrá que jugar un papel crucial para poder proyectar esa estabilidad al Este de Europa. Otras grandes organizaciones internacionales —incluyendo a las **Naciones Unidas**, la **Comunidad Económica Europea** y el **Consejo de Seguridad y Cooperación Europea** (CSCE)— también tendrán que jugar un papel **decisivo** para poder establecer estructuras mundiales de paz.

Sin embargo, es importante destacar que esas organizaciones **no son capaces de enfrentar por sí solas** los nuevos desafíos que se plantean. Por consiguiente, nuestra tarea consistirá en crear un sistema de instituciones asociadas que se refuercen y complementen unas a otras. Nuestro deseo es promover una **comunidad "euroatlántica" de paz y estabilidad** que comprenda a los Estados Unidos, Canadá, la totalidad de las naciones de Europa y los nuevos estados independientes surgidos en el territorio de la ex URSS.

Esta comunidad se basaría primordialmente **en tres pilares:** la Comunidad Económica Europea, la OTAN y el Consejo de Seguridad y Cooperación para Europa (CSCE). Juntos, conformarían el marco institucional para este orden de paz "euroatlántico". El CSCE funcionaría como el principal foro "euroatlántico"; la CEE seguiría actuando como el organismo central de unión económica y política europea; y la OTAN continuaría siendo el pilar número uno de estabilidad y seguridad.

Luego de la disolución del **Pacto de Varsovia** y del colapso de la URSS, el papel de la alianza se ha vuelto aun más importante. Debemos trabajar para evitar una confrontación entre estados rivales, en Europa central y oriental.

No podemos darnos el lujo de que los nuevos estados independientes se defiendan solos. Por ello es que hemos transformado nuestra alianza, modificando no solo su estrategia y fortaleciendo su pilar europeo, sino expandiendo los contactos diplomáticos y las consultas y cooperación con nuestros antiguos adversarios.

Es dentro de este contexto que hemos creado el Consejo de Cooperación del Atlántico Norte (CCAN) y que hemos decidido otorgar el status de "observador" a todos los nuevos países independientes que formaban parte de la ex URSS.

Al margen de todo ello, la OTAN está trabajando activamente para fortalecer sus vínculos con las principales organizaciones de estabilidad internacional. Estamos estudiando nuevas ideas. En mi opinión, la OTAN podría —por ejemplo— ofrecer su infraestructura y sus sistemas de comunicación y hasta suministrar, quizá, fuerzas de reacción rápida para el CSCE o para las operaciones de las fuerzas de paz de la ONU.

Sería peligroso, si no poco inteligente, ver a alguna de estas organizaciones como rivales o competidoras. Deben complementarse. El futuro de la humanidad no descansa en el concepto de naciones rivales, sino en el de la cooperación internacional.

Manfred Woerner es el actual secretario general de la OTAN. Fue ministro de Defensa de la ex Alemania occidental.

Nº. [illegible] 9204.096

TITU[illegible] [illegible]

P[illegible] 150024

FECH[illegible] 18/4/92

VINCUL[illegible] OTAN 12637

[illegible] la NATO

[illegible]

01-01

9204096

Nº. DOCUM. 9204097
TITULO [illegible]
PROC. 150023
FECHA 2/4/92
VINCULACI... OTAN 12037

El aliado clave: EEUU y Gran Bretaña apoyan a Turquía

La OTAN dividida por el conflicto germano-turco

Bruselas,
por Félix Monteira

La ceremonia de la cooperación militar pacífica acordada ayer en Bruselas entre los ministros de Defensa de la OTAN y los de los antiguos adversarios del este se vio enturbiada por el conflicto turco-alemán. Las divisiones entre los aliados quedaron patentes por el apoyo de EEUU y Gran Bretaña a Turquía, un aliado al que consideran clave en el nuevo mapa geoestratégico. La OTAN se ve también comprometida porque las ventas de tanques alemanes fueron realizadas dentro del marco de cooperación aliada, pero en lugar de servir de defensa frente a terceros países se utilizaron contra la minoría kurda.

El secretario de Defensa norteamericano, Richard Cheney, afirmó que "éste no es un tema de EEUU, pero hemos discutido la situación con nuestros amigos turcos. (...) Estamos convencidos —añadió— que el Partido de los Trabajadores Kurdos es una organización terrorista que ha cometido actos terribles y sangrientos, y EEUU apoya los esfuerzos del gobierno de Turquía para reducir los efectos de este conflicto sobre la población civil".

Fuentes oficiales del Departamento de Defensa reconocieron la entrega a las autoridades turcas de fotos tomadas por satélite con el fin de ayudarles a localizar los enclaves atacados.

"No era un tema de discusión y no interesaba a nuestros socios del este", manifestó el secretario general de la OTAN, Manfred Woerner, visiblemente molesto por el tema de los kurdos, antes protegidos por la coalición occidental, y que ahora puede volverse contra la alianza atlántica. La anécdota de la reunión la protagonizó Nevzat Ayaz, ministro de Defensa de Turquía, quien en su intervención "lamentó" la dimisión de su colega alemán, Gerhard Stoltenberg.

"Todo el mundo está sorprendido de que el conflicto haya ido tan lejos", comentó un diplomático español, pero "se trata del doble problema de Turquía". Por un lado, "es nuestro adelantado en una región en que la situación es muy difícil, y por otro no se puede permitir estos desmanes a un aliado que aspira a ser miembro de la UEO".

El ministro español Julián García Vargas dijo que "la marcha de Stoltenberg nos priva de un excelente ministro". Reconoció, sin embargo, que existen unas reglas internas en la OTAN sobre las ventas de armas y su uso, pero "no hay decisión de pedir cuentas a Turquía".

Los directores políticos de los Doce preparaban ayer, a iniciativa de la presidencia portuguesa, un comunicado de condena a Turquía, exigido por Alemania y que el Consejo de Ministros de Exteriores de la CE debe discutir el próximo lunes en Luxemburgo. El Reino Unido, alineado con la tesis norteamericana, se opone.

Clyde Kull, embajador de Estonia, formuló sus quejas contra la presencia de tropas de la ex URSS y reclamó ayuda para proteger sus fronteras. Denunció la venta incontrolada de armas a través del mercado negro montada por tropas soviéticas.

020492

01-01

9204097

La defensa europea tiene un precio: el abandono del mito de la independencia nacional

La NATO, la Unión de Europa

Por Anne-Marie Le Gloannec (*)

PARIS (L'Express). – La Europa de la defensa está en gestación. En Maastricht, los días 9 y 10 de diciembre, los Doce se dotaron de los medios institucionales para ello, confiando a la unión política la atribución de definir una política exterior y de seguridad común y delegando en la U.E.O. el arbitrio de una futura defensa europea.

En cuanto a los medios armados, François Mitterrand y Helmut Kohl inventaron las premisas el 14 de octubre pasado: un "núcleo francoalemán, abierto a otros europeos. Ciertamente, los Doce no visualizan una defensa común sino a largo plazo. Y, con respecto a un ejército europeo -siquiera embrionario- está aún por definir: amplitud y composición, objetivo y misiones, vínculos políticos y materiales con la NATO, única, hasta ahora, en la defensa de Europa. Empero, por tímidos que sean, estos progresos tienen su importancia.

Cambio de actitud

Hace ya más de un año que Helmut Kohl y François Mitterrand conjuraron a los europeos a asumir su defensa... sin ir más allá su pensamiento. Se hubiera podido temer, antes de la propuesta franco-alemana del 14 de octubre, que el francés se atrinchere en el verbo por miedo a sabotear la independencia nacional. Y hace seis meses también, los norteamericanos declaraban la guerra contra toda veleidad de defensa europea y, hasta el otoño, británicos y holandeses libraban un combate de retaguardia, vituperando lo que entonces se denominaba, púdicamente, la "identidad de defensa europea". ¿Qué ha tenido que suceder para que se opere ese cambio en los espíritus?

Por lo que a Francia concierne, se ha impuesto una triple evidencia. En primer lugar, mientras que el factor nuclear se desvaloriza, disminuyen las fuerzas convencionales francesas por reiteradas razones de peculio. La Guerra del Golfo demostró el valor y la fragilidad de fuerzas poco numerosas, desprovistas de medios logísticos y de fuentes de información propias.

Segunda evidencia: las tropas norteamericanas se retiran de Europa. Hostiles a la gravitación política de los Estados Unidos, los franceses podrían felicitarse de ello, pero al mismo tiempo temer que se "renacionalicen" las políticas de defensa, especialmente la alemana.

Tercera evidencia, finalmente: la Europa comunitaria de la cual François Mitterrand ha hecho su caballo de batalla, esa Europa, tiene un precio: el abandono del mito de la independencia nacional. En tanto el presidente apelara con sus votos a una defensa europea sin esbozar un gesto, daba la impresión de pretender al mismo tiempo la mantequilla y el dinero de la mantequilla, una ambigüedad insostenible a la larga.

Por su parte, los alemanes hacen inventario. La NATO les resulta indispensable, única póliza de seguros actualmente en vigencia. Pero les parece demasiado tímida en sus reformas y en cierto modo demasiado estorbo, ya que ejerce un monopolio en Europa. La construcción de una defensa europea; por otra parte, ofrece a los alemanes determinadas ventajas: la unión implica, por ejemplo, la unidad política de la que el canciller Kohl se considera [illegible] gado o [illegible], la de [illegible] el obstáculo constitucional que prohíbe el envío de tropas alemanas fuera de la zona de la NATO (1).



PARIS.- El príncipe Carlos de Gran Bretaña y el presidente [illegible] Mitterrand revistan una formación militar frente al Arco de [illegible] aniversario del fin de la Primera Guerra Mundial

Occidental y los Doce

Por último, en la dimensión franco-alemana, el núcleo binacional y, con el tiempo, la defensa europea acercan a Francia respecto de Alemania y por ende de... la NATO. En efecto, la decisión del 14 de octubre de [illegible] condujo al mantenimiento del otro lado del Rin de las tropas francesas, cuya retirada había sido anunciada por el presidente de la República en julio de 1990. Por otra parte, la constitución de una fuerza europea no se llevará a efecto más que bajo la égida de la Alianza Atlántica.

¿De dónde saldrán las unidades europeas y cómo operarán? Reducidas y reestructuradas en el crisol de la unificación, las tropas alemanas serán pronto asignadas en su totalidad a la NATO. En cuanto a los medios –cualesquiera sean las misiones definidas–, la Organización del Atlántico Norte deberá proveerlos en su mayor parte. Francia, a la hora del Golfo, tuvo bastantes dificultades para despachar sus soldados a la escena del conflicto. Y la Bundeswehr, encargada de defender durante cuarenta años el frente centroeuropeo, no tiene ni los instrumentos ni la preparación necesarios para un despliegue radicalmente diferente.

Un cuerpo franco-alemán o multinacional neutralizará ese contratiempo. Una fuerza europea más importante dependerá en gran medida de la buena voluntad de los norteamericanos en términos logísticos. ¿Temerían éstos verse arrastrados a guerras que no desearan? ¿Harían uso, en suma, de una facultad de veto?

El gobierno alemán quiere creer que no será así. Los Estados Unidos tienen, en efecto, necesidad de Europa; por una parte, para conservar la NATO, instrumento político del nuevo orden europeo y brazo militar del nuevo orden mundial. Y, por otra, para asegurar el relevo de la Alianza, disminuida andando el tiempo por la reducción de la presencia norteamericana e incapaz de actuar hoy en Yugoslavia y mañana, quizás, en Europa Oriental.

En la conferencia cumbre de Copenhague, en junio último, y, más todavía en la de Roma, en noviembre, la NATO –y por tanto la administración norteamericana– ha reconocido a las instituciones europeas competencia en materia de defensa. No ha sido necesario más que eso para que Gran Bretaña se incline, también, del lado de Europa y admita, de acuerdo con Italia, lo razonable de una defensa, es cierto, más atlántica de lo que hubiesen querido Francia y Alemania, pero europea sin embargo.

Las querellas teológicas se agotan. Comienza la era de las alianzas múltiples y de la interdependencia. (c) La Nación

(Traducción de Jorge [illegible])

(*Investigadora del [illegible], autora de "La nación [illegible]" [illegible], 1990.

(1) Jurídicamente, la ley fundamental no prohíbe tal cosa. [illegible] prohíben las guerras de [illegible] obstáculo reside, de hecho, en [illegible] interpretación política que se ha [illegible] puesto a la mayoría. (N. de la A.)

02-02 93[illegible]18

Situación de la prensa en América

AUNQUE la gran mayoría de los países de América vive bajo el signo de la democracia, no puede decirse que la libertad de prensa esté consolidada en el continente. A esa paradójica conclusión arribó la reciente asamblea semestral de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), efectuada en Santo Domingo, República Dominicana.

La entidad considera que la prensa independiente americana está sufriendo los embates de una marea que procura erosionarla y que ese lamentable fenómeno se está produciendo, con inquietante frecuencia, en países regidos por gobiernos elegidos democráticamente.

Un caso que preocupa a la SIP es el que se ha planteado en la provincia de Río Negro, en la Argentina, donde la Legislatura tiene a consideración un proyecto de ley sobre comunicación social que contiene numerosas normas violatorias de la libertad de prensa. La asamblea reunida en Santo Domingo decidió solicitar "enfáticamente" al órgano legislativo rionegrino que no otorgue curso favorable a esa iniciativa, a través de la cual se pretende imponer en la provincia, en materia informativa, un régimen legal autoritario, incompatible con la letra y el espíritu de la Constitución Nacional. La asamblea resolvió encomendar al director de LA NACION el seguimiento y la redacción de un informe acerca de la [illegible] generada por ese cuestionado proyecto.

Un tema al que se concedió especial atención es el de las restricciones impuestas a la prensa en Venezuela tras el intento de golpe de Estado del 4 de febrero último. Luego de reiterar su condena a las [illegible] de la libertad de prensa adoptadas por el gobierno de Caracas, la entidad representativa del periodismo continental acordó crear una comisión especial que tendrá a su cargo el [illegible] permanente de la situación venezolana. Asimismo, denunció la [illegible], en ese país, de acciones oficiales tendientes a influir en el contenido informativo de algunos medios a través del envío de [illegible] gubernamentales a los periódicos, así como ciertas [illegible] judiciales dirigidas a justificar los allanamientos y las [illegible] de los diarios o las confiscaciones de sus ediciones.

Según la SIP, la libertad de prensa sufre amenazas, por distintos conceptos, en Paraguay, Brasil, Costa Rica, Bolivia y Perú. Inclusive en los Estados Unidos, a pesar de la amplia libertad de que tradicionalmente ha gozado la prensa norteamericana, se advierte una creciente tendencia a exigir que los periodistas revelen las fuentes de sus informaciones ante los tribunales de Justicia. La asamblea reunida en Santo Domingo ha dispuesto que una comisión especial de la entidad se traslade a Miami para investigar los ataques y las amenazas de boicot sufridos por dos conocidos periódicos de esa ciudad.

En Colombia, si bien los ataques del narcotráfico contra la prensa parecen haber cedido en forma significativa, el periodismo independiente sigue sometido a presiones y, por otra parte, la nueva Constitución de ese país deja abiertas varias puertas para la imposición de restricciones a la labor informativa. Conceptos tan amplios e imprecisos como "el derecho a la rectificación en condiciones de equidad" y "el derecho a la honra", presentes en el texto constitucional, representan una amenaza, pues pueden llegar a ser invocados como excusas para la introducción, por vía legal, de formas encubiertas de censura.

Respecto de la Argentina, el informe presentado en la asamblea de la SIP señala que la libertad de prensa ha continuado afianzándose, "con algunos hechos favorables y otros desfavorables". Entre los aspectos *favorables* se menciona el hecho de que "la prensa ha profundizado su lucha contra la corrupción y alertado a la opinión pública mediante el ejercicio del periodismo de investigación". También, la afirmación del presidente Carlos Saúl Menem de que su gobierno no [illegible] ninguna reglamentación de la actividad periodística, ni propiciará ninguna forma de colegiación de los hombres de prensa. Entre los aspectos desfavorables, se destacan, entre otros, el ya mencionado proyecto de Río Negro, las [illegible] querellas judiciales contra periodistas por el presunto delito de desacato y las discriminaciones efectuadas por la agencia [illegible] en la distribución de la [illegible] oficial, [illegible] [illegible] de la prensa han [illegible].

Por supuesto, la SIP reiteró una vez más su firme condena a la situación [illegible] en Cuba y Haití, [illegible] en los que [illegible] la más mínima posibilidad de [illegible] con libertad. La entidad acusó [illegible] al presidente Fidel Castro "enemigo [illegible] de la libertad de expresión en el [illegible]" e [illegible] un proceso de democratización [illegible] la completa restauración de las [illegible] de la prensa libre. Respecto de Haití, [illegible] condenar la continuada negativa de su gobierno de facto a permitir el regreso de la libertad de prensa, [illegible] sobre el clima generalizado de [illegible], violencia y temor a que están sometidos los habitantes de ese país y, de manera especial, los hombres de prensa.

Las conclusiones de la reunión de Santo Domingo están contenidas en un documento que advierte severamente sobre los retrocesos que se están produciendo en materia de libertad de expresión y que insta a la prensa a mantener una conducta que proporcione seguridades a la opinión pública de que su mejor defensor es la prensa libre y de que los ciudadanos no tienen mejor forma de participar en el mecanismo democrático que estar informados de todo lo que hacen sus delegados en el poder.

Nº. DOCUMENTO

TITULO Reunión del SIP en Santo Domingo

FUENTE LN 15/...

FECHA DE PUBLICACION 100392

VINCULACIONES SIP

LA NACION 10-03-92

El presidente dominicano inauguró la reunión de la SIP

SANTO DOMINGO, 10 (UPI).– El presidente dominicano, Joaquín Balaguer, inauguró hoy las sesiones de la reunión de la junta de directores de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) afirmando que comparte los mismos principios en favor de la libertad de expresión.

Las sesiones, que concluirán mañana con informes y recomendaciones relativas a la situación de la libertad de prensa en el continente, son encabezadas por el presidente de la SIP, James McClatchy, de McClatchy Newspapers, Sacramento, California, Estados Unidos.

La SIP congrega a unas 1200 publicaciones de toda América y este año celebra medio siglo de su fundación.

Balaguer en su discurso recordó que es la cuarta vez que se dirige a una asamblea de la asociación y que comparte totalmente sus principios.

El gobernante, que tiene 85 años, está completando su sexto período presidencial.

Balaguer destacó el avance de los medios de comunicación electrónicos en las últimas décadas, pero expresó que muchas personas consideran que "lo que aparece en los diarios es la valedera". Destacó, asimismo, el enorme poder del periodismo en el mundo como orientador de la opinión pública.

El presidente de la SIP también rindió un informe sobre lo transcurrido en la organización desde que asumió la conducción en octubre último. La SIP tendrá otra asamblea en Madrid en septiembre próximo coincidiendo con la celebración de los cinco siglos del descubrimiento de América.

También la asamblea de hoy escuchó un informe sobre la preparación de la conferencia de junio en Río de Janeiro sobre el medio ambiente, presentado por Peter Thacher, asesor principal de esa reunión. Thacher dijo que se espera firmar en Río de Janeiro un compromiso político mundial para la defensa de los recursos naturales y evitar la contaminación en todos los campos.

McClatchy en su informe dijo que la SIP había tenido éxito en Venezuela donde el gobierno aplicó la censura de prensa "por desear que el pueblo no se informara de lo que ocurría en esa nación". La SIP fue una de las entidades que enérgicamente condenó la censura en mensajes al presidente Carlos Andrés Pérez.

También recordó con satisfacción la reciente liberación de Cristian Edwards en Chile tras haber estado secuestrado este ejecutivo de El Mercurio, durante cinco meses.

McClatchy señaló que en Estados Unidos hay un creciente problema creado por entidades oficiales que presionan a los periodistas a revelar las fuentes de información. El Senado tiene a consideración en Washington una propuesta en tal sentido que el editor norteamericano la consideró violatoria de la primera enmienda de la Constitución de los Estados Unidos.

También explicó que a su juicio ninguno de los gobiernos que ponían en peligro la libertad de expresión en el [illegible] y [illegible] de los pueblos latinoamericanos.

Balaguer destacó hoy la libertad [illegible] el [illegible].

Balaguer declaró que la libertad que disfrutan los pueblos es producto del papel que juegan los medios de comunicación.

Balaguer dijo que gracias al desarrollo de los medios electrónicos de comunicación millones de personas analfabetas pueden informarse de los acontecimientos que se registran en todo el mundo.

[illegible] campesinos analfabetas, que viven en los más apartados rincones de estos países, pueden estar enterados de las más importantes noticias.

Tan enterados como los que tienen acceso a las academias, a las universidades.

Ello es fruto del tremendo avance de la radio y la televisión.

Asimismo, Balaguer hizo hincapié que "la prensa es la que gobierna el mundo de nuestros días".

"La prensa, radial, de televisión y escrita, es pues la que gobierna el mundo de nuestros días", proclamó Balaguer en su improvisado discurso ante la reunión de la SIP.

Balaguer destacó, además, los sentimientos democráticos enarbolados por los medios de comunicación.

Preocupan a la SIP nuevas leyes que restringen el ejercicio periodístico

SANTO DOMINGO, 8 (AP).– Nueva legislación aprobada, o bajo consideración de los gobiernos de Paraguay, Colombia, Bolivia, Brasil y los Estados Unidos, ha creado cierta preocupación en la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) por su efecto en el libre ejercicio de la prensa, se adelantó hoy aquí.

La organización inició en un hotel de Santo Domingo su reunión semianual, bajo la presidencia de James McClatchy, y espera en el transcurso de sus tres días de sesiones escuchar informes específicos sobre la situación de la prensa en el hemisferio.

Eduardo Ulibarri, presidente de la comisión de libertad de prensa e información de la SIP, dijo que la situación surgida en Venezuela con los medios de comunicación, y en particular la censura impuesta por el gobierno de Carlos Andrés Pérez luego del fallido golpe militar, es objeto también de preocupación de la SIP.

El director del diario La Nación de Costa Rica dijo que hay casos similares en Bolivia, Brasil y Estados Unidos, donde ahora en los tribunales de justicia se han hecho exigencias para que reporteros revelen la fuente de información, "y eso es otro aspecto que nos preocupa".

En cuanto a casos particulares que son objeto de mucha preocupación para la SIP, Ulibarri mencionó los casos de Cuba y Haití.

"Realmente los casos más dramáticos son Cuba, Haití y la situación en Venezuela, que también preocupa tanto por el intento de golpe como por denuncias previas de aparentes agresiones del gobierno a los medios", dijo.

Reiteró, sin embargo, que la preocupación mayor de la SIP en estos momentos es la aprobación de una serie de leyes en varios países de América latina, incluso de normas constitucionales, que de una forma u otra limitan el ejercicio de la prensa.

Sobre Venezuela, en particular, Ulibarri mencionó la protesta enviada el pasado 10 de febrero por la SIP al presidente Pérez, después de haber recibido informes de la situación de la prensa en ese país.

"La censura, el secuestro de publicaciones, el asedio contra periodistas y medios y los impedimentos para que éstos se impriman y circulen, constituyen una violación flagrante y directa de la libertad de prensa", decía en una de sus partes la protesta de la SIP enviada al presidente venezolano.

La SIP, además, tiene preocupación en estos momentos por la creciente represión que se observa en Cuba, "donde la inflexibilidad de Fidel Castro ha reducido a su mínima expresión las pocas posibilidades existentes para el ejercicio de la libre de prensa".

Un informe preliminar ante la SIP sobre la situación de la prensa en Cuba agrega que, además de la inexistencia de una prensa libre, se persigue y se asedia a cualquier ciudadano que exprese sus opiniones o brinde informaciones a los corresponsales en el país.

La SIP considera, además, informes sobre amenazas, agresiones y asesinatos de periodistas en Colombia.

Con relación a Haití, se refiere a la situación de la prensa como una de las más trágicas, "donde hay muy pocas esperanzas de libertad de prensa".

Entre otros informes, la comisión de libertad de prensa de la SIP recibió hoy también un informe sobre la libertad de prensa en Puerto Rico, en el que Carlos Castañeda, del diario El Nuevo Día, da cuenta de varios casos en los que el gobierno y los tribunales han intentado obstruir la labor de los periodistas.

Destaca Castañeda en su informe la situación producida en Puerto Rico con la imposición, el 15 de abril de 1991, de una orden del gobernador Rafael Hernández Colón que limita el acceso del público y la prensa a documentos oficiales.

03 92 4 3

La SIP instó a rechazar el proyecto de comunicación social en Río Negro

SANTO DOMINGO, 11 (UPI). – La Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) solicitó hoy enfáticamente a la Legislatura de la provincia argentina de Río Negro que rechace un proyecto de comunicación social, porque a su juicio "vulnera la libertad de prensa".

Pero sostuvo que "con ciertos hechos favorables y otros desfavorables, ha continuado afianzada la libertad de prensa" en la Argentina.

En una resolución, la SIP señaló que un proyecto de ley de comunicación social, aprobado en primera vuelta por la Legislatura de Río Negro "importa sancionar una ley autoritaria, contraria al espíritu y la letra de la Constitución de la Nación Argentina".

Señaló que esta ley crea un organismo de dirección que podrá determinar en parte el contenido, forma y premios para ciertos medios periodísticos, y opinó que constituye "una tentativa autoritaria de poner aquéllos al servicio del gobierno de turno".

Por lo tanto, la SIP resolvió: "Solicitar enfáticamente a la actual Legislatura de la provincia de Río Negro que no dé curso favorable en segunda vuelta al mencionado proyecto que vulnera la libertad de prensa".

En su informe sobre la Argentina, la SIP mencionó como hechos favorables en el país que "la prensa ha profundizado su lucha contra la corrupción y alertado a la opinión pública mediante el ejercicio del periodismo de investigación".

También señaló que la Corte Suprema, con los votos positivos de los jueces Rodolfo Barra y Carlos Fayt, y sin entrar en la cuestión de fondo el resto de sus ocasionales componentes, planteado por el señor Jorge Vago contra las Ediciones La Urraca S.A.–, aplicó el llamado "test Sullivan", utilizado por primera vez en el caso «New York contra Sullivan» por la Corte Suprema de los Estados Unidos en 1964.

"La prensa nacional y sus organizaciones reconocieron la importancia de tal decisión que –se dijo– «separa dos épocas en cuanto a la forma de concebir la responsabilidad» de la prensa cuando se trata de la pretendida injuria a personas públicas", agregó.

Recordó que el presidente Carlos Menem declaró que su gobierno no habrá de patrocinar ninguna reglamentación de la actividad periodística, incluida la colegiación de los hombres de prensa.

Como hechos negativos, la SIP mencionó la condena por desacato al director del diario El Litoral, de Santa Fe, dictada por un tribunal de primera instancia y en una denuncia por corrupción, y la acción de exaltados de una fracción política que intentó ingresar por la fuerza en la sede del diario El Liberal, de Santiago del Estero.

La SIP dijo que podría afectar la libertad de prensa "la sustitución del monopolio estatal por otros privados en las comunicaciones".

También condenó "la acción de la agencia oficial de noticias Télam, por lo discriminatoria en la distribución y pago de la publicidad oficial, seguramente con fines de influir en el contenido del mensaje de los diarios argentinos".

"Tal forma de actuación conspira contra la libertad de prensa y su nuevo titular, Pedro García, ha manifestado su voluntad de estudiar y reparar este tipo de acción", dijo la SIP.

Agregó que "en este marco se inscribe la prohibición de publicidad oficial contra el diario Página 12".

Dijo que como consecuencia de la denuncia y la condena de ADEPA (Asociación de Editores Periodísticos Argentinos), renunció a su cargo el presidente de Télam. La publicidad fue restablecida después.

Recordó que, paralelamente, varios funcionarios del gobierno de Menem iniciaron querella contra el periodista Horacio Verbitsky, por el presunto delito de desacato. Verbitsky, columnista del diario Página 12, escribió el libro "Robo para la corona", donde describe el proceso por el cual el Gobierno amplió de cinco a nueve los miembros de la

Designación para el seguimiento del caso

SANTO DOMINGO, 11 (UPI).– La Junta de Directores de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), cuyas deliberaciones concluyeron hoy en esta ciudad, encomendó al director de LA NACION, doctor Bartolomé Mitre, el seguimiento e informe ulterior a la entidad sobre el proyecto de ley de promoción de las comunicaciones sociales aprobado, en primera vuelta, por la Legislatura de la provincia de Río Negro, en la Argentina.

La cuestión fue considerada por los miembros de la Junta de Directores de la SIP como un grave caso que vulnera la libertad de prensa en ese país.

En tal sentido, la asamblea de directores resolvió dirigirse a la Legislatura rionegrina para que rechace la iniciativa.



Bartolomé Mitre

SACAR FOTOCOPIA PARA (F)

La SIP examina la situación del periodismo venezolano

SANTO DOMINGO, 9 (UPI).- La situación política en Venezuela fue calificada hoy como "muy difícil" y no se excluyó la posibilidad de otro intento de golpe militar al examinar la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) el panorama de ese país y las restricciones impuestas a la prensa.

Unos 150 directores de diarios del continente asisten a las sesiones de medio año de la SIP, cuya inauguración oficial se efectuará mañana con un discurso del presidente Joaquín Balaguer.

Miguel Henrique Otero, de El Nacional, de Caracas, brindó un crítico informe sobre el país al señalar "que la libertad de expresión está atravesando uno de sus momentos más críticos".

La censura de prensa impuesta por el gobierno de Caracas tras el fracasado intento de golpe militar del 4 de febrero, incautación de ejemplares, detención y hostigamiento de periodistas, fue denunciada en la asamblea.

"Amparado en la suspensión de garantías, el gobierno de Carlos Andrés Pérez revivió viejas prácticas de censura superadas hace más de 30 años, cuando vivimos la última dictadura en Venezuela", dijo el representante de El Nacional.

Mientras exibía fotografías de un censor gubernamental eliminando informaciones de El Nacional, Otero pidió a la SIP que "mantenga la vista puesta en la Venezuela «democrática» de Carlos Andrés Pérez, la Venezuela que comienza a ver cercenado su derecho a la libre información".

El informe de Otero formó parte de un panel sobre Venezuela integrado, además, por Rafael Poleo, del diario El Nuevo País, de Caracas, y Roberto Fabricio, de Sun Sentinel, de Fort Lauderdale, Florida.

Poleo dijo que la situación política es de "extrema inestabilidad" y no descartó la posibilidad de un nuevo intento de golpe militar, encabezado por los oficiales medios, y el apoyo popular que tuvo el frustrado movimiento del mes pasado, también anunció que mañana habrá en Venezuela una marcha popular de cacerolas vacías pidiendo la renuncia de Pérez.

Fabricio expresó que a él no le cabe ninguna duda de que la censura de prensa fue ordenada por el propio presidente Pérez. Se discutieron luego las denuncias de corrupción en el régimen venezolano y buena parte de la sesión fue dedicada a detallar hostilidades contra la prensa en esa nación. Otero dijo que las fórmulas de ajuste del Fondo Monetario Internacional podrían ser una de las fuentes de la situación por la que vive el país.

En el Perú

La sesión de hoy fue abierta con un informe sobre el Perú.

Con relación a ese país, Alejandro Miró Quesada, de El Comercio, de Lima, dijo que "se mantiene el libre ejercicio de la profesión periodística, así como la plural circulación de diarios y revistas".

Apuntó, sin embargo, que otro periodista fue asesinado, con lo cual suman 31 los muertos en 12 años. La última víctima fue el corresponsal del diario Expreso en Ayacucho, Cirilo Ore, asesinado por Sendero Luminoso.

Otros trabajadores de prensa han sido amenazados de muerte y aún la justicia no ha dictado sentencia en el asesinato del periodista Hugo Bastias en 1989, aparentemente causado por dos efectivos militares.

Miró Quesada también señaló que una comisión especial del Código de Abogados estudió el Código Penal solicitando nuevas reformas.

En una de sus recomendaciones, la comisión de abogados pide la derogación de un artículo del nuevo Código Penal. El Parlamento derogó ese artículo, pero el presidente no ha aprobado la derogación. Otro artículo cuestionado se refiere a las sanciones contra quien mantenga archivos que contengan datos sobre convicciones políticas y religiosas. Se considera que el periodismo debe mantener archivos para su tarea de investigación.

La libertad de prensa en la Argentina

SANTO DOMINGO, 9 (UPI).- En la Argentina, con ciertos hechos favorables y otros desfavorables, ha continuado afianzándose la libertad de prensa, afirmó en su informe a la asamblea el representante de ese país y director de El Diario de Paraná, doctor Luis Etchevehere.

El Dr. Etchevehere, quien es también presidente de la Asociación de Entidades Periodísticas Argentinas (ADEPA), señaló, entre los hechos favorables, que el periodismo ha profundizado su lucha contra la corrupción y alertado a la opinión pública mediante el ejercicio del periodismo de investigación.

Por otra parte, Jorge Prim, del diario Página 12, se refirió a la prohibición, por parte del secretario de Medios de Comunicación del Estado, de la publicación de la publicidad oficial en ese periódico.

Señaló, además, que como consecuencia de la denuncia y la condena de ADEPA había renunciado a su cargo el presidente de la agencia oficial de noticias Télam. Prim aludió también a la condena de un periodista de ese medio por desacato.

Las deliberaciones de la reunión semianual de la SIP finalizarán pasado mañana.



05-05

920405

9204100

Fracaso del GATT alienta surgimiento de bloques

Washington (AFP)

■ El estancamiento de las negociaciones de la Ronda Uruguay del Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT) está creando una situación peligrosa que alienta el surgimiento de bloques regionales, advirtió el ministro chileno de Haciendas, Alejandro Foxley, presidente del influyente Comité de Desarrollo que orienta las políticas del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial.

El panel, integrado por 22 ministros de países ricos y pobres, se reunió en Washington en el marco de las reuniones de primavera de los dos institutos de Bretton Woods, para examinar una agenda que incluye sólo dos temas: comercio y medio ambiente.

Foxley dijo que los países pobres habían puesto sus esperanzas en una conclusión exitosa de la Ronda Uruguay, para reducir las barreras comerciales y el proteccionismo de los países industriales en una forma que correspondiera a la apertura unilateral que han adelantado los países en desarrollo en busca de un mayor crecimiento económico.

La actual situación de estancamiento "es muy peligrosa" porque alimenta un sentimiento de "fatiga de negociaciones" comparable al de la "fatiga de la deuda" que demoró la superación del problema de la deuda externa del Tercer Mundo, estimó el ministro.

"Fracamente, estamos muy decepcionados" del escaso progreso logrado en la Ronda Uruguay, dijo Foxley.

El ministro resaltó particularmente la resistencia de los países ricos a poner fin de la subsidios, y señaló al respecto que los fondos destinados a ello suman 250.000 millones de dólares, en contraste con sólo 50.000 millones asignados para ayuda al desarrollo.

Si el GATT fracasa con la Ronda Uruguay, el mundo se encamina hacia bloques comerciales, y América Latina tendrá que fortalecer sus propios acuerdos en la materia, opinó el presidente del Comité de Desarrollo.

Indicó por otra parte que el tema del medio ambiente ya no concierne sólo a las elites, pues afecta mayormente a los pobres a través de la contaminación de las fuentes de agua, la erosión del suelo y los riesgos generales de salud.

Según un informe reciente del Banco Mundial, para alimentar esperanzas de éxito en el combate a la degeneración del medio ambiente, todos los países de mundo tendrían que dedicar recursos equivalentes a un dos por ciento de su Producto Interno Bruto (PIB), lo que está fuera de las posibilidades de los países pobres.

9204100

Persisten los obstáculos en las conversaciones del GATT

Kitashiobara, Japón (UPI)

Funcionarios de Estados Unidos, Japón, la Comunidad Europea y Canadá abordaron ayer las bloqueadas conversaciones sobre comercio mundial del acuerdo general sobre aranceles y comercio, pero no lograron encontrar un camino común para superar los obstáculos de la Ronda Uruguay.

La representante comercial estadounidense Carla Hills, el vicepresidente de la comisión de la Comunidad Europea Frans Andriessen, el ministro canadiense de Comercio Internacional, Michael Wilson y el ministro japonés de Comercio e Industria Internacional Kozo Watanabe, tienen programado reanudar hoy su vigésimo primera conferencia comercial anual.

"Las naciones del mundo están observando esta conferencia para ver si podemos aclarar el camino para una solución pronta de las negociaciones", dijo Watanabe, anfitrión de la reunión realizada en el centro turístico japonés de Kitashiobara, en la prefectura norteña de Fukushima.

Ya que las sesiones no son negociaciones formales, Andriessen dijo que los funcionarios comerciales solo podían "dar un mejor clima" a las conversaciones oficiales del Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT).

Los cuatro funcionarios debatieron sobre la actual situación de las negociaciones del GATT y sobre lo que podría hacerse para llevar a feliz término la Ronda Uruguay, dijo un funcionario japonés.

"Creemos que esta reunión cuadrilateral debe ayudar a las relaciones", dijo Watanabe a sus colegas, "debemos cooperar para formar un orden comercial internacional efectivo, a pesar de nuestras posiciones diferentes".

La Ronda Uruguay comenzó en 1986 como un intento de los 108 miembros del GATT para estimular los sistemas de comercio en el mundo. Desde entonces, la Ronda ha estado plagada de disputas sobre el comercio de productos agrícolas, entre otras cosas porque Estados Unidos y la Comunidad Europea chocan en sus políticas de subsidio a la agricultura.

Japón se opone firmemente a la proposición del GATT que remplazaría todas las barreras con aranceles fáciles de supervisar con la intención de reducirlos gradualmente hasta que sean completamente eliminados.

26/04/92

9204100

Nº.
TIT.
P.
FE.
VINC.

150015
24/4/92
GATT
12599

"Ronda": se acortan diferencias

WASHINGTON (Reuter) - Estados Unidos y la Comunidad Europea están ponderando nuevas propuestas tendientes a poner fin a sus diferencias sobre la reducción de subsidios agrícolas, luego de una reunión clave en la Casa Blanca entre el presidente George Bush y destacados funcionarios de la CE.

"Ningún tema de nuestra agenda es más crucial que las negociaciones comerciales de la Ronda Uruguay. Estamos decididos a lograr un pronto acuerdo", declaró Bush tras la entrevista celebrada el miércoles.

Las dos partes no lograron progresos decisivos en las conversaciones estancadas desde hace tiempo, que se iniciaron en Punta del Este (Uruguay) en 1986, pero un funcionario estadounidense manifestó; "Creemos que hemos logrado ciertos avances".

Washington y Bruselas intercambiaron nuevas propuestas sobre subsidios agrícolas, el principal escollo en el esfuerzo de 108 naciones por modernizar el Acuerdo General sobre Comercio y Aranceles (GATT) y un funcionario de la CE dijo que las propuestas serán estudiadas a fondo.

El Secretario de Estado Adjunto Thomas Niles indicó posteriormente que las cuestiones comerciales fueron el foco principal de las conversaciones de Bush con el primer ministro portugués Anibal Cavaco Silva, actual presidente de la CE, y Jacques Delors, presidente de la Comisión Ejecutiva de la CE.

"Hubo un deseo mutuo de abocarse a esto y resolver todos los puntos pendientes lo más pronto posible", dijo Niles.

Bush manifestó que las dos partes concretaron un intenso intercambio de opiniones, agregando; "Estamos absolutamente convencidos de que los dirigentes de la CE están decididos a llegar a un pronto acuerdo. Espero que sepan que yo también lo estoy".

Delors señaló en conferencia de prensa que el problema real en la agricultura sigue siendo el de lograr un equilibrio a fin de compensar a la CE por sus reducciones en la protección agrícola mediante el incremento de aranceles aduaneros en otras áreas.

"Este es el verdadero problema para mi", indicó.

Washington, que se opone al intento de lograr un equilibrio, quiere reducciones substanciales en los subsidios a las exportaciones agrícolas que paga Bruselas, pagos a sus agricultores y el fin de algunas de las restricciones a sus importaciones que distorsionan los precios de los productos primarios en todo el mundo.

Estados Unidos también reduciría sus subsidios. Es respaldado por otras naciones importantes agroexportadoras, como Argentina, Australia y Canadá, así como por muchas naciones en vías de desarrollo que dicen que sus alimentos no subsidiados no pueden competir en el mercado mundial contra los subsidiados de la CE.

Delors señaló que la CE desearía que las cuestiones agrícolas se resuelvan para fines de junio, antes de la reunión cumbre que el Grupo de los Siete celebrará en julio en Munich. Cuatro de los siete países del grupo son miembros de la CE. Pero el funcionario norteamericano aclaró que no se fijó ningún nuevo plazo.

240492

9204100

EUROPA Y EE.UU. BUSCAN ACORTAR LAS DIFERENCIAS

WASHINGTON, 23 (Reuter).— Estados Unidos y la Comunidad Europea están ponderando nuevas propuestas tendientes a poner fin a sus diferencias sobre la reducción de subsidios agrícolas, luego de una reunión clave en la Casa Blanca entre el presidente George Bush y destacados funcionarios de la CE.

"Ningún tema de nuestra agenda es más crucial que las negociaciones comerciales de la Ronda Uruguay. Estamos decididos a lograr un pronto acuerdo", declaró Bush tras la entrevista celebrada el miércoles.

Indicó que las reformas al comercio incentivarán el crecimiento económico en los Estados Unidos y el mundo entero y crearían nuevas fuentes de trabajo.

Las dos partes no lograron progresos decisivos en las conversaciones estancadas desde hace tiempo, que se iniciaron en Punta del Este (Uruguay) en 1986, pero un funcionario estadounidense manifestó: "Creemos que hemos logrado ciertos avances".

Washington y Bruselas intercambiaron nuevas propuestas sobre subsidios agrícolas, el principal escollo en el esfuerzo de 108 naciones por modernizar el Acuerdo General sobre Comercio y Aranceles (GATT) y un funcionario de la CE dijo que las propuestas serán estudiadas a fondo.

El secretario de Estado Adjunto Thomas Niles indicó posteriormente que las cuestiones comerciales fueron el foco principal de las conversaciones de Bush con el primer ministro portugués Aníbal Cavaco Silva, actual presidente de la CE, y Jacques Delors, presidente de la Comisión Ejecutiva de la CE.

"Hubo un deseo mutuo de abocarse a esto y resolver todos los puntos pendientes lo más pronto posible", dijo Niles.

El intercambio de nuevas propuestas agrícolas representa un paso adelante en el esfuerzo por reformar el GATT, que también procura reducir aranceles, poner fin a las cuotas sobre importaciones de textiles y fortalecer las protecciones de patentes y derechos de propiedad intelectual.

Bush manifestó que las dos partes concretaron un intenso intercambio de opiniones, agregando: "Estamos absolutamente convencidos de que los dirigentes de la CE están decididos a llegar a un pronto acuerdo. Espero que sepan que yo también lo estoy".

REUNION EN JAPON

TOKIO, 23 (EFE).— Ministros de comercio y altos cargos de la Comunidad Europea (CE), EE.UU., Canadá y Japón se reunirán este fin de semana en Japón para tratar de desbloquear la Ronda Uruguay del Acuerdo General sobre Comercio y Aduanas (GATT) antes de la próxima cumbre de este organismo en julio.

La representante de comercio de Estados Unidos Carla Hills, el vicepresidente de la CE, Frans Andriessen, el ministro canadiense de comercio internacional, Michael Wilson, y su colega japonés, Kozo Watanabe, discutirán entre el 24 y 26 de este mes en Fukushima los preparativos para concluir la conferencia del GATT.

Por otra parte, Japón ha sido duramente criticado por no abrir su mercado al arroz al exterior y sigue negándose a aceptar la introducción de aranceles para comenzar la importación de este cereal.

FRACASO AGRAVARA RECESION

BRUSELAS, 23 (AP).— Un alto funcionario de la CE dijo hoy que si fracasan las actuales negociaciones del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT) para concertar un acuerdo global de comercio, el resultado sería una guerra comercial trasatlántica y una recesión mundial.

"Es simplemente increíble que un desacuerdo en torno a la agricultura pueda poner en peligro" el acuerdo comercial, dijo el comisionado comercial de la Comunidad Europea, Sir León Brittan.

Una copia de su discurso, preparado para su lectura en una conferencia de San Francisco, fue divulgada por su oficina de Bruselas.

El funcionario aludió a una disputa sobre reducciones en los subsidios agrícolas de la CE, que ha impedido a más de un centenar de países concluir las conversaciones comenzadas en 1986 en Uruguay, con el propósito de liberalizar el comercio mundial. La conclusión de la "ronda Uruguay" estaba fijada inicialmente para fines del año pasado.

Si bien el funcionario no propuso fórmulas para superar el estancamiento, advirtió sobre las graves consecuencias de un fracaso de las conversaciones del GATT.

Sin avances culminó la cumbre de EEUU y la CEE sobre el GATT

Las diferencias entre Estados Unidos y la Comunidad Europea (CE) sobre subsidios agrícolas dentro de la ronda Uruguay de negociaciones comerciales no lograron reducirse en la cumbre,de acuerdo con un informe de IPS.

El presidente norteamericano, Geoge Bush, el de la Comisión Europea, Jacques Delors, y el primer ministro Aníbal Cavaco Silva de Portugal, el país que ocupa la presidencia semestral de la CE, emergieron de un encuentro en la Casa Blanca, con tan solo el compromiso de "continuar el proceso" de diálogo.

La ronda busca conseguir el mayor convenio de libre comercio de la historia dentro del marco del acuerdo general sobre aranceles y comercio (GATT), pero los seis años de conversaciones no han tenido éxito a causa de la resistencia europea a reducir sus subsidios a la producción y exportación agrícola.

"Me parece que si queremos mantener o recuperar el impulso, debemos fijar una fecha límite", sostuvo Delors. "Si en las semanas venideras es posible alcanzar un acuerdo final sobre la posición común (agrícola), será posible relanzar la discusión en Ginebra sobre todos los temas".

Por su parte, Bush insistió en que no hay asunto "más crucial" para las relaciones entre Europa y Estados Unidos que la ronda Uruguay, y Cavaco Silva describió el encuentro en Washington como "muy fructífero", aunque admitió que las negociaciones "están en un punto muerto".

Tanto Delors como el mandatario estadounidense, además, aseguraron que ambos bandos presentaron "nuevas ideas" para resolver el desacuerdo agrícola, pero no revelaron cuáles son las últimas propuestas.

En todo caso, los analistas comerciales consideran que la falta de avances del miércoles torna difícil un consenso antes de la cumbre del Grupo de los Siete países más industrializados (G-7) en la ciudad germana de Munich en julio.

Thomas Niles, secretario de Estado adjunto para Asuntos Europeos y Canadienses, reconoció a la prensa tras el encuentro en la Casa Blanca que, aunque aspira a que se llegue a una transacción durante los próximos dos o tres meses, también prevé que la ronda sea elemento clave de la agenda del G-7 en Munich.

"No terminamos más alejados al final de la reunión (en Washington) de lo que estábamos antes de entrar en ella", admitió también Niles en un diagnóstico sobre el cónclave de los tres funcionarios. Si se lograra un pacto entre Estados Unidos y la CF sobre agricultura, sostuvo Niles en un eco de lo dicho por Delors, los demás temas tratados en la ronda Uruguay "probablemente se resolverían bastante [illegible]".

23.04.92

9204100

GATT: signos positivos siguen ausentes

LM 18/4/92

LOS esfuerzos para romper el estancamiento en que se encuentran las negociaciones en el seno del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT) no han dado aún resultados positivos, de acuerdo con las informaciones proporcionadas por fuentes diplomáticas.

El Director General del GATT, Arthur Dunkel, se reunió el pasado jueves en Lisboa con el jefe del Gobierno luso, Aníbal Cavaco Silva, y con el Ministro de Comercio, Fernando Barbosa Faria de Oliveira, con quienes analizó la actual situación de las negociaciones del GATT.

La entrevista con Cavaco Silva tuvo lugar una semana antes de que el Primer Ministro luso, en calidad de Presidente del Consejo Europeo, y el titular de la Comisión Europea, Jacques Delors, viajen a América del Norte.

NUEVA INSTANCIA

En Washington ambos celebrarán conversaciones sobre las negociaciones del GATT con el Presidente estadounidense, George Bush, y posteriormente lo harán en Ottawa con el Primer Ministro de Canadá, Brian Mulroney.

El "Diario de Noticias" de Lisboa informó que tanto Dunkel como Faria de Oliveira estiman que tras la reunión en Washington se pueda desbloquear finalmente el proceso de negociaciones en el GATT.

Las actuales negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT están estancadas debido a las diferencias existentes entre la Comunidad Europea (CE) y Estados Unidos, especialmente sobre la reducción de los subsidios a las exportaciones de productos agrícolas.

ANTECEDENTES

La Ronda Uruguay para liberalizar el comercio mundial comenzó en nuestro país, en la ciudad balnearia de Punta del Este en 1986 y debía haber concluido a comienzos del año pasado.

Arthur Dunkel había propuesto llegar a un acuerdo antes de mediados de abril, pero las divergencias entre Estados Unidos y la Comunidad Europea han hecho que ese plazo se extienda hasta finales de este mes.

El Director General del GATT hizo al comienzo de esta semana un llamamiento a las grandes potencias comerciales para que se alcance un consenso.

0204100

Japón, USA y CEE contra "Ronda"

WASHINGTON. (EFE). Estados Unidos, la Comunidad Europea y Japón son los principales responsables del persistente fracaso de la Ronda Uruguay, afirmó ayer el presidente del Comité Interino del Fondo Monetario Internacional (FMI), el español Carlos Solchaga. Esta situación, según el Ministro español de Hacienda, pone al FMI en una situación incómoda con los países en desarrollo.

En una conferencia de prensa ofrecida tras la reunión del Comité Interino, Solchaga afirmó que en las negociaciones comerciales de la Ronda Uruguay, que deberían haber concluido en diciembre de 1990, "la principal dificultad sigue pendiente".

Solchaga, a quien acompañaba el director gerente del FMI, Michel Camdessus, afirmó que, pese a las esperanzas de terminar la Ronda Uruguay de negociaciones comerciales en 1991 que se abrigaban hace seis meses en la Asamblea Anual conjunta del FMI y el Banco Mundial, en Bangkok, "los obstáculos siguen existiendo".

"Este año no ha sido muy propicio" para las negociaciones de la Ronda Uruguay del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio GATT), "pero no quiero decir con esto que debamos culpar a una u otra de las partes participantes, independientemente o no de que haya campañas electorales en marcha", dijo el Ministro español de Economía, Carlos Solchaga, en velada referencia a EE.UU.

Sin embargo, "hay que hacer notar que la responsabilidad no está igualmente compartida entre los diferentes miembros del GATT", indicó Solchaga y agregó que "la dificultad, para ser franco, recae fundamentalmente en Estados Unidos, la Comunidad Europea y Japón. Puesto que son los miembros más poderosos del GATT, deberían ser ellos los primeros responsables en llegar a algún acuerdo con respecto a las cuestiones que siguen pendientes", añadió.

"Les hemos estado pidiendo que emprendan programas de ajuste, acepten la idea de que el proteccionismo no es beneficioso para ellos mismos, que orienten sus políticas económicas más hacia el mercado, que internacionalicen sus economías, que realicen sacrificios muy importantes y esfuerzos denonados para resolver sus problemas internos", dijo el presidente del Comité Interno.

"Y ahora -agregó- descubren que los países industriales no están tan ansiosos de aceptar la apertura de sus propios mercados para las exportaciones que provienen de los países en desarrollo. Existe una contradicción importante que se manifiesta en este fracaso de llegar a un acuerdo en la Ronda Uruguay y que tropieza con la filosofía básica del FMI", dijo Solchaga, quien se mostró seguro de que con un acuerdo en el seno del GATT "todos, incluidos los principales países industriales, van a salir ganando".

En declaraciones ofrecidas, Solchaga dijo que España, pese a compartir la postura de la CE, espera que los países europeos tengan "la flexibilidad suficiente como para comprender que necesitamos llegar a un acuerdo en la Ronda Uruguay que permita un más fácil acceso a los mercados europeos y a todos los demás países industrializados, de los bienes producidos, agrícolas sobre todo, por países menos desarrollados". ■

Nº DOCUM
TITULO
PROC [illegible]
FECHA D 8/4/92
VINCULACI

Dura Reacción de EE.UU. a Planteo de Japón y CEE: Ataque a los Demócratas

SANTO DOMINGO, República Dominicana (por Carlos Pauletti).— Estados Unidos reaccionó ayer a los planteos efectuados por Japón y Europa, quienes reclamaron una mayor cuota de poder dentro del Banco Interamericano de Desarrollo, señalando que, tan importante como la Reposición de Recursos y el incremento en los porcentajes de voto en el Directorio es la definición previa de las prioridades bajo las cuales el organismo trabajará en esta década.

La respuesta norteamericana llegó por boca del subsecretario de los Estados Unidos, David Mulford, quien pronunció un discurso ante la Asamblea de gobernadores diciendo que su país está favorablemente dispuesto al aumento de capital, tanto en los fondos ordinarios como del Fondo para Operaciones Especiales que provee recursos concesionales.

Mulford, en una alocución plena de mensajes indirectos, expresó luego "quiero ser claro en cuanto a que creemos que los desafíos de la próxima reposición de recursos son diferentes de aquellos que establecimos con la VII Reposición", y enfatizó en que "el BID está bien ubicado para tomar el liderazgo en la ayuda a transformar el crecimiento económico en verdaderas oportunidades para la mayoría".

"Mientras las reformas económicas orientadas al mercado deben permanecer como la máxima prioridad" añadió, "el Banco debe considerar también cómo puede continuar apoyando las reformas para el crecimiento sostenido y, al mismo tiempo, atender [illegible] temas sociales [illegible] que [illegible], éste es el desafío para el Banco Interamericano de Desarrollo en los años '90'".

Sobre el punto, el Subsecretario del Tesoro del país que es el mayor accionista en el organismo interamericano, explicó que no podía ofrecer una lista completa de sugerencias pero

(Continúa en la página 11)

080492

9204100

Dura Reacción de EE.UU. al Planteo de Japón y CEE; Ataque a los Demócratas

(Viene de página 10)

sería conveniente iniciar rápidamente consultas políticas para determinar los programas del BID durante esta década.

En alusión indirecta a los reclamos japoneses y europeos, el jerarca estadounidense subrayó "esto es, lejos, más importante que el establecimiento del volumen de la VIII Reposición y constituye una base mucho más sana, que simplemente apuntar a mantener los flujos positivos de fondo hacia todos los países indefinidamente".

Fundamentando su posición, el Dr. Mulford quien por su poder es llamado "Ministro Internacional de Economía" acotó "realmente, el volumen y forma de la reposición estará fuertemente influenciado por la conclusión a que lleguemos en el proceso de discusiones y planeamiento. Más aún, sugeriría que estas conversaciones tengan en algún momento nivel ministerial, así que una debida amplia atención a las consideraciones políticas cuando construyamos el plan para la capitalización".

Seguidamente, expresó que, a despecho de su crítica importancia, los programas específicos de alivio a la pobreza no son por sí mismos suficientes para mejorar las perspectivas de largo plazo, ni tampoco los proyectos masivos de obras públicas que crean trabajo pero no cambian el sistema hacen la diferencia.

"Lo que es necesario" puntualizó con energía "es una aproximación políticamente más sensitiva e integral que mejore las perspectivas para que las reformas estructurales puedan permear hacia todos los niveles, creando las bases para el crecimiento y estabilidad".

EXPANDIR HORIZONTES

Anteriormente, el Subsecretario del Tesoro había destacado especialmente "debemos expandir nuestro horizonte para ver más allá de las políticas puramente económicas. Los ciudadanos deben sentir cada día que el crecimiento está creando nuevas oportunidades —nuevas oportunidades de las cuales todos pueden beneficiarse porque es equitativo—. Esto es tan esencial para el crecimiento económico como para asegurar la estabilidad política. Si la democracia está para prosperar, el crecimiento debe traducirse en un mejor futuro".

En la misma dirección, Mulford manifestó como fundamental "una amplia participación en todos los aspectos del proceso económico y político de un país" y que "los gobiernos deben ganar la confianza de sus pueblos de que los procesos políticos y económicos serán transparentes, beneficiosos y justos. Mucho depende de la protección básica de los derechos —derechos tales como el gobierno de la ley y el respeto por la propiedad individual que muchos de nosotros tomamos como garantidos".

"Los sistemas judiciales deben ser efectivos" agregó enseguida "las regulaciones deben ser delineadas para proteger más que para excluir y disponible un amplio acceso a los mercados financieros y de crédito. El desarrollo de capital humano y las necesidades básicas de salud deben tratarse en el marco de las nuevas políticas económicas. A menos que estas tareas institucionales básicas sean consideradas, los legítimos esfuerzos de los ciudadanos por participar en la vida política y económica de sus países podrían frustrarse".

En otro momento, el Subsecretario señaló que su país ha estado buscando un consenso más firme entre las naciones industrializadas para el crecimiento mundial y destacó el lento crecimiento de la economía estadounidense, así como el enlentecimiento de ambas, las economías japonesa y alemana. Por ello anunció que en la próxima cumbre del Grupo de los Siete, Estados Unidos presionará por la aplicación de políticas de crecimiento e insistirá en la liberalización del comercio mundial.

Dentro de un amplio párrafo dedicado a la Iniciativa para las Américas, Mulford aprovechó —en el marco del año electoral norteamericano— para atacar a los congresistas demócratas por el rechazo a aprobar U$S 100 millones para el Fondo Multilateral de Inversiones.

Seguramente pensando en las repercusiones que podrían tener en el voto hispano —crecientemente importante en la definición electoral— enfatizó "desafortunadamente, la Iniciativa para las Américas ha sido puesta en medio de la política de partidos. Nuestros esfuerzos por asegurar esta legislación tan urgentemente necesaria para América Latina han sido hasta ahora frustrados. Los congresistas demócratas han estado rehusándose a avanzar en muchas de las prioridades del presidente Bush, en este caso a expensas de América Latina y El Caribe".

■ LA POLITICA DE SUBSIDIOS

—[illegible] ha firmado con varios [illegible] latinoamericanos [illegible] de Amistad y Cooperación. Todo ello puede ayudar a [illegible] economías latinoamericanas, pero mientras persista una política de subsidios, proteccionista en Europa, el progreso y el desarrollo en nuestros países será muy difícil, porque no va a haber donde colocar esos productos que se van a incrementar con la reconversión y la propia ayuda que España va a dar. ¿Se va a hacer algo ante la Comunidad para evitar esa política proteccionista?

—FELIPE GONZALEZ: Creo que la reflexión es correcta, en parte. Debo empezar por hacer una cierta defensa de Europa. A pesar del proteccionismo europeo, Europa es el espacio económico más abierto que existe en el mundo. A pesar de las normas proteccionistas en política agrícola común y otras. Segunda observación y creo que es la segunda vez que la comento con el presidente Lacalle, desde 1987 hasta 1991, durante lo que llamamos el "primer paquete Delors" la Comunidad Europea ha perdido cinco puntos de participación en el comercio agroalimentario internacional. Cinco puntos, ha pasado de veinticinco a veinte por ciento. Y advierto que esos cinco puntos no han pasado en cuanto a la participación del comercio internacional a ninguno de los países que llamamos terceros, en esa especie de pelea comercial EE.UU.-Comunidad Europea, cuatro puntos se los quedó Estados Unidos casi, Canadá y Australia el resto. La Comunidad Europea va a seguir haciendo una política presupuestaria de ajuste y de disminución de los niveles de protección y de los niveles de ayuda. Lo tiene que hacer paulatinamente porque hay intereses muy serios de agricultores europeos en juego. Por tanto, les digo, la Comunidad Europea va a seguir perdiendo participación en el comercio internacional agroalimentario a lo largo de esta década. Esa es la contribución de la Comunidad Europea, pero que haya un incremento de la participación de países como Uruguay o Argentina, para citar los más próximos y vecinos, tienen que cambiar también las reglas de juego algunos otros países, que no aparecen en el banquillo de los acusados en la Ronda Uruguay. Y que sin embargo se han quedado con los cinco puntos del comercio internacional que ha perdido la Comunidad. Así es como podemos trabajar con eficacia. En el caso de Uruguay sugiero que se hagan muy pragmáticos. Hay un acuerdo de tercera generación con la Comunidad, con ese acuerdo quizás se puedan estudiar algunos segmentos de mercado, que sirvan para una economía como la uruguaya, que tiene una dimensión como el país, relativamente reducida. Y que sirvan sustancialmente para mejorar su participación. Temo mucho que incluso si tuviera éxito la Ronda Uruguay nos encontráramos con una situación de pérdida por parte de la Comunidad Económica Europea y no aprovechamiento por parte de los países que lo necesitan, habiendo hecho el proceso de ajuste al que se refería antes el presidente Lacalle. Lo que le puedo decir, en cierta defensa de la Comunidad, que es un espacio comercial muy abierto, que tiene que seguir reduciendo el proteccionismo, pero que por una experiencia vivida en los últimos años, perdemos la participación y no la aprovecha Uruguay y Argentina.

■ RONDA URUGUAY-EE.UU.

—Usted señaló ayer que en su último viaje a Washington había hablado de la Ronda Uruguay del GATT. ¿Podría decirnos algo de la discusión?

—FELIPE GONZALEZ: Creo que la posición de que todavía se está produciendo es una posición relativamente alejada, no admite tener demasiada esperanza. Creo que el Presidente de la Comisión de la CEE, Delors, se traslada esta semana a Washington. Después habrá una reunión en Suiza, el veinti[illegible] de abril. Por lo tanto estamos a muy pocos días de saber si es posible de llegar a un cierto acuerdo equilibrado, la Comunidad Económica Europea tiene una posición definida en materia de política agrícola común, no hemos sabido negociar, lo digo porque parece que el gran obstáculo para que haya un acuerdo es la agricultura, pero el peso de lo que puede ser la negociación de la agricultura en el GATT es menor de la liberalización de los servicios, como lo es la economía de los países muy desarrollados. Por lo tanto nosotros pretendemos un acuerdo equilibrado, por eso decía antes que Europa tiene una zona muy abierta desde el punto de vista comercial, probablemente debería haber puesto énfasis en la negociación de aquellos aspectos en los que Europa les permite la penetración, digamos que no hay ningún problema para que un banquero estadounidense haga una penetración financiera en Europa, como quiera. De hecho la hacen. Pero en el sentido inverso es bastante más complicada. Y en los sectores de servicios es muy complicado penetrar en los EE.UU. Hay que llegar a un acuerdo equilibrado, por el momento ha aparecido Europa en el banquillo de los acusados por proteccionismo agrícola, aunque no represente mucho desde el punto de vista global de la negociación. Por tanto ¿qué expectativas hay? Esa es la reflexión que hemos hecho en EE.UU. El gobierno de Washington negocia en el sector agrícola con extraordinaria comodidad, con los gobiernos confederados. Y son los Estados que forman los EE.UU. Nadie le puede reprochar que se den créditos al 2% de interés y a 20 años para comprar maquinaria agrícola; y yo sé que hay algunos agricultores de la parte de Uruguay. Es como si a uno le regalan los tractores. Esa es la mejor subvención que un 15 o un 20% de ayuda a la exportación. Pero sin embargo eso no se discute en el GATT, porque eso lo hace California u Ohio, quien sea y no EE.UU. Pero también lo debemos tener en cuenta, porque esa es la razón de por qué, si nosotros hemos bajado un 5% en el comercio internacional no lo han aprovechado Uruguay o Argentina.

CLAMAN VICTORIA TRAS DISPUTA DE LA COMUNIDAD EUROPEA POR EL GATT

COINCIDEN en seguir adelante, pues la demora sería nefasta

BRUSELAS, (Reuter) - Francia y Alemania coinciden en que hay que seguir adelante sin perder impulso en las negociaciones para dinamizar el comercio mundial, ya que cualquier demora puede ser nefasta.

El ministro de Comercio alemán Juergen Moellemann, advirtió a sus colegas, en una reunión de ministros de Agricultura y de Comercio; "Cualquier nueva demora en las negociaciones en este momento... podría incrementar el agudo peligro del fracaso". Moellemann dijo que su llamada a la acción goza del respaldo del canciller Helmut Kohl.

Posteriormente, Francia declaró haber tenido éxito al lograr enmiendas a un documento que la Comunidad Europea (CE) debería haber presentado ante el Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT) el 1 de marzo.

EJE FRANCO-GERMANO ESTA VIVO Y BIEN

El ministro de Agricultura francés Louis Mermaz dijo; "No capitulamos, y no capitularemos. El eje franco-germano está vivo y bien".

El ministro de Comercio francés Dominique Strauss Kahn señaló que la rapidez es esencial para el éxito de las negociaciones.

"Cuanto más esperemos, será más difícil para los Estados Unidos", dijo, en referencia a las elecciones presidenciales norteamericanas. Hasta ahora, Francia ha sostenido que sería mejor diferir las negociaciones hasta después de la votación.

CONVERSACIONES YA SE PROLONGARON 1 AÑO

Las conversaciones de GATT ya se prolongaron un año más allá de lo programado inicialmente. El éxito de la negociación es considerado uno de los pocos caminos para sacar a la economía mundial de su estancamiento actual.

La disputa surgió en torno a si la CE debía enviar al GATT sus puntos de partida para un posible acuerdo, que resuma la situación actual teniendo en cuenta los gravámenes discriminados por producto básico.

ACORDARON DEVOLVER EL TEXTO AL COMITE

Francia sostiene que incluso facilitar los datos históricos como base para el acuerdo con el GATT sería un paso previo a la aceptación íntegra del proyecto presentado por Arthur Dunkel, director general del GATT.

Los ministros acordaron devolver el texto de más de 400 páginas al comité de política comercial de la CE, dijo un funcionario de la Comisión.

Italia, España, Bélgica, Grecia, Luxemburgo, Dinamarca, Irlanda y por supuesto Francia apoyaron esta medida. Un funcionario de la comisión, el ejecutivo de la CE, dijo que espera que el comité compuesto por representantes de los países miembros apruebe algunas enmiendas para enviar el documento durante esta semana, manteniendo así la marcha del proceso.

Mermaz dijo que ahora no es un problema de cuotas para las exportaciones subsidiadas, uno de los temas más acaloradamente discutidos.

CIFRAS NO PUEDEN DEFINIRSE AUN

Pero el funcionario dijo que el documento de la CE incluiría compromisos de limitar las exportaciones en términos tanto de monto como de volumen, aunque no dio cifras. Las cifras concretas no podrán definirse mientras no exista un acuerdo con los Estados Unidos, dijo. Los negociadores esperan sostener una nueva sesión bilateral el 10 y 11 de marzo en Londres o Washington.

Tras la reunión de los funcionarios europeos, los ministros de Agricultura sostendrían otra reunión para continuar el trabajo en torno a la reforma de la Política Agraria Común (PAC), que también podría contribuir favorablemente al resultado del GATT.

9204101
Internacional Socialista
La Nación 15a25

140392
Internacional Socialista 12748
Italia 10104
Francia 65963
Suecia 67226
Israel 10107
Gran Bretaña 10080
España 10072

La Internacional Socialista trata incierto futuro de la izquierda
La Nación 14/03/92

Por Rolando Rivière
(Corresponsal de LA NACION en Europa)

MADRID, 13. – Entre hoy y mañana la presidencia de la Internacional Socialista analizará las perspectivas de futuro de la socialdemocracia (pensar que no hace mucho decirle socialdemócrata a un socialista era denostar todos sus ismos) luego del estrepitoso derrumbe de los regímenes comunistas.

Pierre Mauroy, Bettino Craxi, el sueco Ingvar Carlsson, Shimon Peres, Jacques Delors, el presidente de la IS, Willy Brandt, es decir las figuras más representativas del socialismo occidental, conversarían, con Felipe González como anfitrión, la búsqueda de algo más que una respuesta homogénea a una ideología que exhibe herrumbres y lagunas. También, quizá, la sucesión no contemplada de Willy Brandt (78 años) al frente de la Internacional.

Si el comunismo era en su proyecto publicitario el socialismo más la electricidad, la socialdemocracia tendrá que sumar el libre mercado y la informática a su incierto porvenir.

La escisión entre socialismo y comunismo se produjo en la década siguiente a la declaración de guerra de 1914 y tuvo carácter definitivo cuando en 1921 una nueva Internacional Socialista encaró al comunismo dirigido desde Moscú.

Los hermanos (por parte del padre Marx; madres había muchas) se debatieron en un marasmo continuo que el colapso de la socialdemocracia alemana en 1933, entonces el más poderoso de los socialismos europeos, prolongó al vacío. Como dice Jacques Droz, "los militantes jamás supieron definir los caminos de una democracia popular de la que el ejemplo hubiera sido libre".

Buena parte de los socialistas franceses, españoles, alemanes e italianos siguen considerándose "marxistas" en un sentido histórico aunque [illegible] apelar a una palabra de connotaciones ajenas y discutibles en el mundo político actual. Algunos más a la izquierda, otros centristas y hasta neoliberales se mantienen unidos por atracciones de poder e intereses electorales. ¿Encontrarán un nexo común, en estas dos horas de conversaciones, que pueda convertirse en oferta válida para el ciudadano que vota por una buena administración antes que por ideologías?

Europa asistirá a diversos procesos electorales. Desde las regionales francesas (que ya costaron a Edith Cresson, primera ministra, con Laurent Fabius, primer secretario del socialismo francés) hasta las legislativas británicas e italianas. Precisamente en los comicios de Italia 6 de abril veremos los restos que quedan del comunismo reciclado de Achille Occhetto (Partido democrático de la izquierda) [illegible]

[illegible]

01-03

9204101

Willy Brandt se despidió de la Internacional Socialista

Por Rolando Riviere

(Corresponsal de LA NACION en Europa)

MADRID, 14.- Tiempo de recambio. Por ahora en la presidencia de la Internacional Socialista Pierre Mauroy reemplazará en el congreso de mediados de septiembre, en Berlín, al viejo luchador Willy Brandt, que fue, entre otras cosas, alcalde del sector occidental de la capital alemana cuando Moscú concretó el bloqueo histórico, salvado gracias a un no menos histórico y eficaz puente aéreo hecho por los aliados.

Tiempo también de nostalgias. La cita en Madrid se convirtió en evocación de otras épocas y saludo conmovido de sus pares a quien presidió la IS durante dieciséis años.

Conferencia de prensa Felipe González-Willy Brandt. Los 28 presidentes del "presidium" de la IS dejaron al anfitrión español la tarea del adiós. El ex canciller alemán es para el presidente del gobierno español el símbolo del socialismo democrático y encarna los valores de justicia, libertad y solidaridad. "Encarna esos valores -dijo González- y como a veces digo en círculos más privados, todos se resumen en uno: encarna una hombría de bien que probablemente trasciende como valor la frontera de cualquier país y de cualquier [illegible] por más internacional que sea."

Willy Brandt deja su cargo a Mauroy y en el congreso de septiembre, debido en parte a estos adioses inexplicablemente conmovidos, se verá cuál es el futuro del socialismo democrático. Felipe González lo vislumbra prometedor y rico en éxitos no sólo en la Europa ex comunista, sino en Africa y en América latina.

"Las políticas de liberalización de la economía -dijo el presidente del gobierno español-, y no digo las políticas neoliberales sino de liberalización de la economía, exigen el acompañamiento de políticas de dirección social. Y esto, sea cual fuere la orientación en que miren, forma parte de la esencia del socialismo democrático y de las necesidades que sienten los pueblos."

Willy Brandt, todavía presidente de la IS, habló de la posibilidad de enviar una comisión de la IS a Nagorno-Karabagh. Para González es necesaria la estabilización del Este, pero también de América latina y de Africa "para que Europa no se convierta en una isla de prosperidad en un océano turbulento".

"El socialismo democrático en un mundo de cambio", "slogan" que dominó esta cumbre del adiós a Brandt, será el mismo para el congreso del 15, 16 y 17 de septiembre en Berlín. Para entonces las sucesivas elecciones que se producirán en el continente entre fines de este mes y comienzos del próximo darán a la neoizquierda pautas de trabajo.

El socialismo en estado puro ya no existe. Para los más maximalistas, "descafeinado" o "light"; para los menos ortodoxos, es el resultado de una evolución casi "darwiniana". En pleno proceso de adaptación a la realidad ha cohabitado en Francia con las derechas; convive hace tiempo en Italia en coaliciones infinitas y, si el curso del tiempo no da giros inesperados, probablemente lleve a los socialistas españoles a compartir responsabilidades de gobierno con nacionalistas catalanes y vascos. "Un mundo de cambio", en efecto, que exigirá a los congresistas de Berlín una dosis de imaginación creadora.

Pierre Mauroy podría presidir la Internacional Socialista

Madrid (AFP)

El ex primer ministro y dirigente socialista francés, Pierre Mauroy fue designado como candidato a la presidencia de la Internacional Socialista (IS) por el comité directivo ("Presidium") de esa organización, anunció oficialmente ayer en Madrid su actual presidente, Willy Brandt.

La elección de Mauroy podría tener lugar durante el congreso que la IS llevará a cabo en Berlín entre el 15 y el 17 de setiembre próximos. Al término de la reunión del "presidium" de la IS, que se desarrolló el viernes y sábado en la capital española, Mauroy estimó que su designación a la presidencia constituye "el reconocimiento al esfuerzo de los socialistas franceses y la consideración de la emergencia de los latinos en el seno del movimiento socialista, es decir los socialistas franceses, españoles, italianos, y más allá, de América Latina y de África". El ex primer ministro francés, consideró que la IS "se convirtió bajo la presidencia de Brandt en una gran organización universal, cuya idea central es la socialdemocracia".

Internacional Socialista:

El salto para el nuevo equilibrio

Cuando el mundo derriba dogmas y murallas, cuando Europa del este sepulta el comunismo y paralelamente se consolida a nivel planetario la arremetida conservadora de comienzos de los 80, para la social democracia internacional llegó la hora de dar el salto y revitalizar propuestas.

Aceptar el desafío y construir la esperanza es la difícil epopeya que tiene por delante la Internacional Socialista (IS), que cumplió 102 años de vida en un contexto internacional que le ha puesto ante el imperativo estratégico de recoger el reto, recuperar el protagonismo y cambiar la agenda internacional o, sucumbir.

Esta reflexión y esta urgencia estarán presentes en la próxima reunión que el foro político socialdemócrata sostendrá en Santiago de Chile, entre el 26 y 27 de noviembre, cita en la que se espera la presencia del presidente del organismo, el excanciller alemán Willy Brandt (pese a su delicada salud) y de cientos de delegados de casi 70 países del mundo.

Aunque para los pesimistas ya pasó la hora de los socialistas democráticos, para otros la nueva realidad de la economía de mercado redimensiona y relanza la propuesta socialdemócrata en contraposición ideológica al neoliberalismo. Una propuesta que opta por una economía libre pero con equidad y que se compromete a luchar por la justicia social, la eliminación de la pobreza, la disminución de las diferencias entre el Norte y el Sur y por poner la innovación tecnológica al servicio del hombre.



Willy Brandt: el viejo líder social demócrata

Las demandas en estos momentos de varios partidos latinoamericanos por entrar a la IS, muestran, según sus dirigentes, que el movimiento está llegando a las postrimerías del siglo "vivo, vigente y bullente".

Quizá sea el más importante que hace antesala el Partido Socialista chileno, cuyo nuevo presidente, Ricardo Núñez, dijo a *Visión* que el movimiento jugará un rol crucial en la definición del nuevo orden internacional. Núñez agregó que este papel pasa "por anticipar propuestas que pongan los temas de la equidad, en el manejo económico y político de los asuntos internacionales".

"La IS debe ser, por el papel que le ha tocado desempeñar en el pasado, un actor muy importante a la hora de generar soluciones pacíficas frente a los desbordes nacionalistas y mecanismos de contrapeso económico y político frente al poder de la única potencia militar que es Estados Unidos", subrayó.

Según Núñez, otro tema prioritario es el de la pobreza, que califica como una de las mayores amenazas a la paz y la seguridad de los países de la región latinoamericana.

TRAS LA SEGUNDA REFORMA

En momentos en que la ética de la solidaridad y cooperación internacional ha sido reemplazada por la del comercio entre iguales, donde sólo cuentan las ventajas competitivas, la readecuación de la IS a los nuevos tiempos a lo que se puede llamar su segunda reforma, nos remite a los años 70, cuando sufre uno de los cambios más importantes y significativos que la llevan a dominar el escenario político mundial.

En la que según los politólogos, constituye su "época de oro", la IS logra desmontar los últimos reductos del autoritarismo en Europa, concretamente en Grecia, España y Portugal, sienta las bases del diálogo por la paz, la unidad europea, la cooperación internacional y da un salto histórico abandonando el

Partidos Miembros en América

Barbados: Partido Laborista, PL
Brasil: Partido Democrático Trabalhista, PDT
Canadá: Nuevo Partido Demócrata, NDP/NPD
Costa Rica: Partido Liberación Nacional
Curaçao: Movementu Antiyas Nobo, MAN
Chile: Partido Radical, PR
Ecuador: Izquierda Democrática, ID
El Salvador: Movimiento Nacional Revolucionario, MNR
Estados Unidos: Socialistas Democráticos de América, DSA; Social Demócrata de América, SDUSA
Guatemala: Partido Socialista Democrático, PSD
Jamaica: Partido Nacional del Pueblo, PNP
Paraguay: Partido Revolucionario Febrerista, PRF
Rep. Dominicana: Partido Revolucionario Dominicano, PRD
Venezuela: Acción Democrática, AD

Partidos Consultivos en América

Aruba: Movimiento Electoral del Pueblo, MEP
Bolivia: Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR
Guyana: Alianza del Pueblo Trabajador, WPA
Haití: Partido Socialista Progresista Revolucionario Haitiano, PANAPRA
Perú: Partido Aprista Peruano, PAP
Puerto Rico: Partido Independentista Puertorriqueño, PIP
Santa Lucía: Partido Laborista Progresista, PLP
San Vicente y las Granadinas: Partido Laborista, SVG
Venezuela: Movimiento Electoral del Pueblo, MEP

ARCHIVO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

1/11

S U M A R I O   D E   I N F O R M A C I O N

Período: del 04MAY92 al 15MAY92

T E M A R I O

I. AMERICA DEL SUR

A. ARGENTINA

1. FACTOR POLITICO

COPIA Nº 74

RELEVO DE EMBAJADOR NORTEAMERICANO

El Gobierno norteamericano confirmó el relevo de su Embajador en BUENOS AIRES, TERENCE TODMAN, quién dejaría la sede diplomática en el mes de julio. El sucesor será WILLIAM WALKER, quién actualmente es embajador ante el Gobierno de EL SALVADOR. Este cambio está de acuerdo con una disposición de la Casa Blanca que señala que sus embajadores presten servicio por un lapso de tres años. Se destaca que WILLIAM WALKER es un funcionario de carrera del Departamento de Estado con una larga actuación en AMERICA LATINA, donde prestó servicios en BRASIL, PERU, BOLIVIA y HONDURAS. Durante los años 1967 y 1968 estuvo a cargo de la división de temas argentinos del Departamento de Estado (Cancillería). Además fue Subsecretario Adjunto de Estado para Asuntos Latinoamericanos en la última etapa de la Administración REAGAN. Durante su gestión en EL SALVADOR, tuvo activa participación en el reciente acuerdo de pacificación entre el Gobierno y la guerrilla.

2. ANALISIS Y CONCLUSIONES

- Habída cuenta del protagonismo político que TERENCE TODMAN adquirió en su gestión en la ARGENTINA, su relevo no parece ser un cambio de rutina.

- No existen informaciones que permitan evaluar cabalmente el significado político del relevo. Sin embargo, indicios emanados de las personalidades y antecedentes del subrogado y del subrogante, además de una serie de hechos políticos, económicos y sociales y militares, que conforman el panorama actual de AMERICA LATINA, permiten plantear, al menos dos posibles hipótesis:

* El relevo pudo haber sido la culminación de una serie de desencuentros entre el embajador TODMAN y autoridades del Gobierno argentino.

* La situación que están viviendo algunos países del continente, como PERU y VENEZUELA y la posibilidad de que este fenómeno se

B.- BRASIL

1.- FACTOR POLITICO

a.- GOBIERNO

- ITAMAR FRANCO DECIDE DEJAR EL P.R.N.

El Vice Presidente de la República, ITAMAR FRANCO, decidió alejarse del PARTIDO DE LA RECONSTRUCCION NACIONAL (partido de Gobierno)por no haber influido en la reforma ministerial realizada a fines de marzo pasado.

Según sus propias expresiones la decisión fue tomada porque "sus acciones y palabras desentonan respecto de lo que piensa el partido" y para no crear más problemas consideró conveniente alejarse.

Son varios los partidos que están interesados en atraerlo a sus filas, el PARTIDO DEMOCRATA TRABALHISTA es el que tiene mayores posibilidades lo sigue el PARTIDO DEL MOVIMIENTO DEMOCRATICO BRASILEÑO del cual fue fundador e integró hasta 1987, los partidos de la SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEÑA y del FRENTE LIBERAL no tienen ninguna posibilidad.

El Presidente nacional del partido, DANIEL TOURINHO, considera el alejamiento una pérdida irreparable para el mismo y espera que la decisión no influya en otros parlamentarios.

- VIAJE DE ALCEU COLLARES A ASIA Y EE.UU.

El Gobernador de RIO GRANDE DEL SUR, ALCEU COLLARES junto a los Secretarios Estaduales de Asuntos Internacionales y Desarrollo Económico y líderes empresariales riograndenses realizaron recientemente una gira de 17 días por ESTADOS UNIDOS, JAPON, TAIWAN y HONG - KONG.

El objetivo de la gira es lograr inversiones extranjeras para el Estado y promover la economía del mismo en el contexto del MERCOSUR.

En ESTADOS UNIDOS mantuvieron encuentros con representantes del B.I.D. y en JAPON y TAIWAN con integrantes de *JETRO y CETRA* (agencias de negocios externos de dichos países) y con la FEDERACION JAPONESA DE ORGANIZACIONES ECONOMICAS, la que aglutina a 939 corporaciones y 122 asociaciones económicas.

RESERVADO

ARCHIVO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

SUMARIO DE INFORMACION

Período: del 04MAY92 al 15MAY92

TEMARIO

I.- AMERICA DEL SUR

A.- ARGENTINA

B.- BRASIL

C.- BOLIVIA

d.- PERU

II.- EUROPA OCCIDENTAL

A.- REPUBLICA FEDERAL ALEMANA

001/11

I. AMERICA DEL SUR

A. ARGENTINA

1. FACTOR POLITICO

RELEVO DE EMBAJADOR NORTEAMERICANO

El Gobierno norteamericano confirmó el relevo de su Embajador en BUENOS AIRES, TERENCE TODMAN, quién dejaría la sede diplomática en el mes de julio. El sucesor será WILLIAM WALKER, quién actualmente es embajador ante el Gobierno de EL SALVADOR. Este cambio está de acuerdo con una disposición de la Casa Blanca que señala que sus embajadores presten servicio por un lapso de tres años. Se destaca que WILLIAM WALKER es un funcionario de carrera del Departamento de Estado con una larga actuación en AMERICA LATINA, donde prestó servicios en BRASIL, PERU, BOLIVIA y HONDURAS. Durante los años 1967 y 1968 estuvo a cargo de la división de temas argentinos del Departamento de Estado (Cancillería). Además fue Subsecretario Adjunto de Estado para Asuntos Latinoamericanos en la última etapa de la Administración REAGAN. Durante su gestión en EL SALVADOR, tuvo activa participación en el reciente acuerdo de pacificación entre el Gobierno y la guerrilla.

2. ANALISIS Y CONCLUSIONES

- Habída cuenta del protagonismo político que TERENCE TODMAN adquirió en su gestión en la ARGENTINA, su relevo no parece ser un cambio de rutina.

- No existen informaciones que permitan evaluar cabalmente el significado político del relevo. Sin embargo, indicios emanados de las personalidades y antecedentes del subrogado y del subrogante, además de una serie de hechos políticos, económicos y sociales y militares, que conforman el panorama actual de AMERICA LATINA, permiten plantear, al menos dos posibles hipótesis:

* El relevo pudo haber sido la culminación de una serie de desencuentros entre el embajador TODMAN y autoridades del Gobierno argentino.

* La situación que están viviendo algunos países del continente, como PERU y VENEZUELA y la posibilidad de que este fenómeno se

extienda hacia otras naciones de la región, harían explicable que - se designe en la ARGENTINA a un embajador habituado a desarrollar - su actividad en ámbitos caracterizados por la inestabilidad política y la crisis y con un gran poder de negociación.

B.- BRASIL

1.- FACTOR POLITICO

a.- GOBIERNO

- ITAMAR FRANCO DECIDE DEJAR EL P.R.N.

El Vice Presidente de la República, ITAMAR FRANCO, decidió alejarse del PARTIDO DE LA RECONSTRUCCION NACIONAL (partido de Gobierno)por no haber influido en la re-forma ministerial realizada a fines de marzo pasado.

Según sus propias expresiones la decisión fue tomada porque "sus acciones y palabras desentonan respecto de lo que piensa el partido" y para no crear más problemas consideró conveniente alejarse.

Son varios los partidos que están interesados en atraerlo a sus filas, el PARTIDO DEMOCRATA TRABALHISTA es el que tiene mayores posibilidades lo sigue el PARTIDO DEL MOVIMIENTO DEMOCRATICO BRASILEÑO del cual fue fundador e integró hasta 1987, los partidos de la SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEÑA y del FRENTE LIBERAL no tienen ninguna posibilidad.

El Presidente nacional del partido, DANIEL TOURINHO, considera el alejamiento una pérdida irreparable para el mismo y espera que la decisión no influya en otros parlamentarios.

- VIAJE DE ALCEU COLLARES A ASIA Y EE.UU.

El Gobernador de RIO GRANDE DEL SUR, ALCEU COLLARES junto a los Secretarios Estaduales de Asuntos Internacionales y Desarrollo Económico y líderes empresariales riograndenses realizaron recientemente una gira de 17 días por ESTADOS UNIDOS, JAPON, TAIWAN y HONG - KONG.

El objetivo de la gira es lograr inversiones extranjeras para el Estado y promover la economía del mismo en el contexto del MERCOSUR.

En ESTADOS UNIDOS mantuvieron encuentros con representantes del B.I.D. y en JAPON y TAIWAN con integrantes de JETRO y CETRA (agencias de negocios externos de dichos países) y con la FEDERACION JAPONESA DE ORGANIZACIONES ECONOMICAS, la que aglutina a 939 corporaciones y 122 asociaciones económicas.

2.- FACTOR SICOSOCIAL

- CONFLICTOS SOCIALES

- SAQUEOS A SUPERMERCADOS EN RIO DE JANEIRO Y SAN PABLO

Desde el pasado día 7,habitantes de zonas marginales de RIO DE JANEIRO y SAN PABLO están saqueando comercios en dichas ciudades. Hasta el momento son 33 los establecimientos afectados. La última ola de saqueos fue en abril de 1990, después de la adopción por parte del Pte. COLLOR de un drástico plan de ajuste económico y afectó a 20 locales.

Los propietarios de los comercios de dichas ciudades han solicitado la intervención del Ejéricto para frenar los asaltos, hecho que el Ejecutivo Nacional está de acuerdo en brindar.

El Gobernador de RIO DE JANEIRO, LEONEL BRIZOLA rechazó la ayuda de la Policía Federal para hacer frente al problema y ordenó reforzar la Policía Militar para vigilar los centros comerciales.

El Ministro de Ejército atribuyó el problema suscitado, fundamentalmente en RIO DE JANEIRO, a la falta de esfuerzo del Gobierno Estadual para combatir la criminalidad.

3.- CONCLUSIONES

- La separación de ITAMAR FRANCO del PARTIDO DE LA RECONSTRUCCION NACIONAL era previsible, dada la tirantez y discrepancias existentes entre él y el Pte. COLLOR.
La inclusión de FRANCO en la dupla con COLLOR en las elecciones de 1989 garantizaba una buena votación de MINAS GERAIS, Estado natal del Vice Presidente, además de captar políticos del PARTIDO DEL MOVIMIENTO DEMOCRATICO BRASILEÑO ligados a su persona, por lo que puede entenderse que después de haber salido vencedora la misma, COLLOR relegase a FRANCO, siendo escasas las oportunidades en que actúó públicamente, destacándose el hecho de que no participó en ninguna decisión de envergadura adoptada por el Gobierno.

El interés de diferentes partidos políticos

por su concurso podría estar relacionado con las elecciones de 1994 y la influencia de FRANCO en su estado natal, dado que existen serias posibilidades de que pueda ser el próximo gobernador del Estado.

- El viaje del gobernador riograndense, ALCEU COLLARES a ESTADOS UNIDOS y fundamentalmente a JAPON, TAIWAN y HONG KONG tiene suma importancia económica y social, no sólo para el Estado sino para el país en general, dado que RIO GRANDE DEL SUR podría transformarse en la plataforma de unión entre los países asiáticos y BRASIL y por ende del MERCOSUR, en caso de que el objetivo de la gira se cumpla.

- La ola de saqueos que nuevamente está asolando a RIO DE JANEIRO y SAN PABLO es consecuencia directa de la situación de recesión que se vive en el país, (los bajos salarios; altos costos de la vivienda, alimentos, artículos de primera necesidad, etc.) tal como aconteció en otros países de la región, caso de ARGENTINA.

006

C.- BOLIVIA

1.- FACTOR MILITAR

RENUNCIAN JEFES MILITARES

Renunciaron a sus cargos, el Comandante en Jefe de las FF.AA., General ALEJANDRO CAMPONOVO y el Comandante de la Armada, Almirante ROLANDO HERRERA. Ambos militares fueron acusados de "corrupción" por la Comisión de Defensa de la Cámara de Diputados, cuerpo donde tiene mayoría la coalisión de gobierno. La acusación se refiere concretamente, a la venta ilegal de una propiedad militar perteneciente a la Corporación de Desarrollo de las FF.AA. (COFADENA). La propiedad es una campo ganadero de 49.000 hectáreas, ubicado en el departamento del BENI al norte del país, que fue vendido al Coronel de Aviación NORBERTO SALOMON. Anteriormente, por la misma causa, habían sido enjuiciados varios militares de alta graduación.

2.- ANALISIS Y CONCLUSIONES

Si bien las denuncias de corrupción en filas militares, no constituyen una novedad en un país donde el narcotráfico tiene una intensa actividad, en esta oportunidad el hecho reviste una importante proyección política, como consecuencia de la jerarquía de los acusados y la importancia de sus cargos.

Por otra parte, estos hechos refuerzan los argumentos de sectores militares contestatarios, que han denunciado una supuesta corrupción en los Altos Mandos militares.

D.- PERU

1.- FACTOR MILITAR

MOTIN DE SENDERO LUMINOSO

Fuerzas de seguridad controlaron dos pabellones del penal limeño "MIGUEL CASTRO CASTRO", donde están recluídos guerrilleros de SENDERO LUMINOSO. En este sector de la cárcel los senderistas habían formado, desde hace 5 años, lo que denominaban su "trinchera más luminosa", realizando actividades de instrucción guerrillera, que incluía desfiles dentro del penal. En los pabellones 4-B (mujeres) y 1-A (hombres), los guerrilleros habían organizado una verdadera "zona liberada", donde tanto policías como jueces sólo podían entrar con la autorización de los senderistas. Ante la decisión del gobierno de trasladar a otras cárceles a las 183 reclusas, los senderistas se amotinaron para resistir la medida. Finalmente, después de dos días de enfrentamiento, las fuerzas policiales tomaron por asalto el sector del penal donde estaban alojados un total de 619 senderistas y 164 guerrilleros del Movimiento Revolucionario TUPAC AMARU, con un saldo de 28 senderistas y 2 policías muertos y mas de 100 subversivos heridos. Entre los guerrilleros muertos figuran por lo menos 5 altos dirigentes de SENDERO LUMINOSO. Paralelamente el gobierno anunció la aplicación de cadena perpetua a los senderistas responsables de crímenes y podría plebiscitar la pena de muerte.

2.- ANALISIS Y CONCLUSIONES

La decisión del gobierno de tomar por asalto el penal CASTRO CASTRO, se inscribe dentro del propósito del presidente FUJIMORI de enfrentar frontalmente a la subversión.

La permisividad que ha quedado de manifiesto en el penal puede atribuirse a la corrupción de las autoridades policiales, a la falta de apoyo del Poder Judicial y al nivel de infiltración de SENDERO LUMINOSO en filas de la policía, ya que muchas de las armas con las cuales resistieron dentro del penal, fueron vendidas por los propios funcionarios.

El operativo policial, con numerosas víctimas, se realizó sin costo político aparente. En el frente interno, las encuestas determinaron un aumento de la popularidad del presidente FUJIMORI y en el frente externo ni los gobiernos ni los organismos defensores de

los derechos humanos, han emitido declaraciones condenatorias.

Se considera que en lo sucesivo, las fuerzas policiales y militares incrementarán sus acciones contra las organizaciones subversivas, no descartándose algún operativo importante en las zonas de AYACUCHO y ALTO HUALLAGA. Esta hipótesis se fundamenta en el hecho de que el gobierno tiene que atacar los puntos neurálgicos, donde SENDERO LUMINOSO tiene su mayor influencia a los efectos de buscar una mayor repercusión militar y política de su campaña anti-subversiva. No es descartable además, que se realicen nuevos operativos contra los barrios marginales de LIMA y las principales universidades del país, centros de reclutamiento de SENDERO LUMINOSO.

II.- EUROPA OCCIDENTAL

A.- REPUBLICA FEDERAL ALEMANA (R.F.A.)

1.- FACTOR SICO-SOCIAL

74

- HUELGAS MASIVAS EN TODA ALEMANIA

- Los trabajadores del sector público llevaron a cabo durante más de diez días, lo que se considera como la peor huelga en más de dos décadas, por discrepancias en torno a los aumentos salariales. Los sindicatos piden un 9,5% frente a un 4,8% ofrecido inicialmente por el Gobierno. Finalmente los dirigentes obreros y las patronales llegaron a un acuerdo que contempla un incremento de un 5,4% sobre los sueldos básicos y bonificaciones adicionales escalonadas según los ingresos que perciben los trabajadores. En primera instancia los funcionarios públicos cesaron las movilizaciones y abrieron un compás de espera mientras se determina, a través del voto de todos los trabajadores del sector, si los mismos aceptan el arreglo. Por su parte, los obreros metalúrgicos también han amenazado con iniciar una huelga por tiempo indeterminado, en protesta por el 3,3% de aumento ofrecido por la patronal del sector, la que se rehúsa a mejorar la oferta. El Canciller HELMUT KOHL acusó a los dirigentes sindicales de no "estar a la altura" de su responsabilidad en cuanto a ayudar a financiar la unidad alemana.

2.- ANALISIS Y CONCLUSIONES

- Una vez pasada la "euforia" inicial por la reunificación de las dos ALEMANIAS, en el momento actual se constata cada vez con mayor evidencia, que dicho proceso implica problemas mucho más complicados de lo en principio se preveía, para superar el creciente desnivel económico entre el ex-sector oriental, visiblemente rezagado y el occidental. El descontento con el Gobierno del Canciller HELMUT KOHL es prácticamente general. Para los alemanes del Oeste los del Este son considerados como un lastre, mientras que para los habitantes de la ex-R.D.A. el abatimiento del desempleo y el mejoramiento de las condiciones de vida en general, continúan siendo según su criterio solamente promesas. En la ex-ALEMANIA DEL ESTE la precaria economía subsiste gracias a los subsidios de BONN, los empresarios occidentales no tienen interés en hacer ninguna inversión en una -

región donde toda la infraestructura se encuentra en un estado deplorable. Por toda la situación anteriormente mencionada se está produciendo un permanente flujo de alemanes orientales hacia la parte próspera de ALEMANIA con las consecuencias que esto ha traído aparejado, por ejemplo un aumento de un 7,5% en los impuestos por un perído de un año. Además del desempleo y de la precaria tecnología, producto de décadas de comunismo, otro de los tantos problemas que afectan a los alemanes de la ex-R.D.A. es la disolución del COMECON (Consejo de Asistencia Mutua del ex-bloque soviético). La ex-U.R.S.S., que era el principal "cliente" de las empresas de EUROPA ORIENTAL, ha dejado de cumplir ese rol con la desaparición del rublo como medio generalizado de cambio. Las actuales huelgas constituyen un severo contratiempo para el Gobierno de KOHL, ya enfrentado a una oposición que se sigue negando a iniciar conversaciones sobre la forma de hacer frente al elevado costo de la unificación alemana. El impacto de las huelgas en el sector público podría ser considerado como "leve" frente a las gravísimas repercusiones que tendría en la economía del país, una paralización prolongada en la industria pesada.

ARCHIVO

M. D. N.
D.G.I.D.
DPTO. II (EXT)
191200MAY92

M E M O R A N D U M N° 11/92

COPIA N° 74

ASUNTO: APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA DE VENEZUELA

TEXTO:

I. INTRODUCCION

El presente documento tiene por objetivo, presentar una actualización de la situación general en VENEZUELA, después del intento de golpe militar del 4 de febrero próximo pasado.

II. FACTOR POLITICO

1. POLITICA INTERNACIONAL

El presidente CARLOS ANDRES PEREZ, tanto en su gobierno anterior (1979-84), como en el actual período, ha procurado mantener cierto nivel de protagonismo a nivel internacional.

En general el gobierno venezolano ha estado en una línea coincidente con EE.UU. en los organismos internacionales, principalmente dentro de la O.E.A.. Esta coincidencia no es tal en el caso de CUBA, ya que el presidente PEREZ ha impulsado la reinserción de dicho país en el sistema interamericano.

En el caso de HAITI, el presidente PEREZ es de los que ha respaldado con mayor énfasis al ex presidente ARISTIDE, adoptando un protagonismo de primera línea para su restitución.

Con respecto a la situación en PERU, VENEZUELA fue el primero y hasta el momento único país que suspendió las relaciones con el gobierno del presidente FUJIMORI.

VENEZUELA mantiene litigios fronterizos con GUYANA, por la región del ESEQUIBO y con COLOMBIA por la soberanía del golfo de VENEZUELA.

La región del ESEQUIBO es un extenso territorio de GUYANA, de 159.000 km. cuadrados, que constituyen el 75% de la superficie total de ese país. VENEZUELA reclama ese territorio argumentando que fue arrebatado por la fuerza por GRAN BRETAÑA en el siglo XIX. En el mes de abril de 1981 ambos países acordaron buscar una solución

pacífica al problema limítrofe. En 1983, ambas naciones recurrieron a la O.N.U. y en 1985 se reanudaron las conversaciones directas entre las partes, pero las mismas quedaron estancadas.

En lo referente al Golfo de VENEZUELA, la delimitación de áreas marinas y submarinas ha originado un diferendo con COLOMBIA que ya dura más de 30 años. Esta situación ha provocado momentos de gran tensión como en el mes de agosto de 1987 cuando ambos países estuvieron al borde del enfrentamiento bélico. Finalmente en el año 1989, se creó una comisión mixta, para la solución del diferendo - que aún no ha sido solucionado.

2.- POLITICA INTERNA

El Presidente CARLOS ANDRES PEREZ, perteneciente al Partido ACCION DEMOCRATICA de tendencia social-demócrata, asumió el 2 de febrero de 1989, por un período constitucional de 5 años.

El Poder Legislativo es bicameral (49 Senadores y 201 Diputados), distribuyéndose la mayoría de las bancas entre los tres principales partidos políticos del país. El Gobierno no cuenta con la mayoría en el Congreso, lo que ha dificultado su gestión.

El Presidente PEREZ gobernó con un gabinete de su propio partido, hasta que después del intento de golpe militar, y tras reestructurar tres veces el gabinete, designó tres ministros de la oposición, a los efectos de buscar un Gobierno de consenso. Paralelamente, por presiones de su própio partido, el Mandatario designó un Consejo Consultivo, con dirigentes independientes, que asesorará sobre temas políticos y económicos.

El deterioro político del Presidente PEREZ, agudizado después del 4 de febrero, ha determinado que prácticamente todos los sectores políticos y sociales estén presionando para que renuncie antes de la finalización de su mandato. Inclusive el propio Consejo Consultivo, ha sugerido que se organice un referendum sobre reformas a la Constitución. Esto implicaría la renuncia de todos - los representantes de los poderes del Estado, incluyendo la del Presidente.

III. FACTOR ECONOMICO

El auge económico de VENEZUELA de la década del 70, cuando se cuadruplicaron los ingresos por la venta de petróleo, comenzó a declinar lentamente, como consecuencia de las oscilaciones internacionales del precio del crudo.

VENEZUELA obtiene entre el 70 y 80% de los recursos fiscales, de la renta petrolera. Cada vez que el barril de petróleo desciende en el mercado internacional un dólar, el Estado venezolano deja de percibir alrededor de 700 millones de dólares al año. Todo el Estado depende de esta renta, ya que ----

las municipalidades cobran solamente por sus servicios.

Esta situación pone en evidencia el grado de dependencia de la producción petrolera. A los efectos de aumentar la producción de crudo, VENEZUELA mantiene negociaciones con EE.UU. para modernizar sus instalaciones, con el propósito de producir 5 millones de barriles diarios.

Esta situación comenzó a erosionar rápidamente la economía del país, que acumuló una deuda externa de 33.000 millones de dólares. Para hacer frente a esta situación el gobierno instrumentó una política de ajuste económico, que implicó continuos aumentos de los productos de primera necesidad y del combustible, asumiendo importantes compromisos con el Fondo Monetario Internacional. Estas medidas se tomaron a un costo social considerable al punto que, de acuerdo con algunas encuestas, el 80% de los venezolanos vive en la más absoluta pobreza.

Después del intento de golpe militar, el presidente PEREZ anunció algunos cambios en la economía, tendientes a paliar el creciente descontento social. De todas maneras el ministro de Planificación RICARDO HAUSSMAN manifestó que se mantendrá la orientación de la política económica, seguramente para no poner en peligro los acuerdos con el F.M.I. que suponen una ayuda de 5.245 millones de dólares para apoyar el programa de ajuste.

IV.- <u>FACTOR SICOSOCIAL</u>

Como consecuencia del descreimiento en los Poderes Públicos, la evidencia de una corrupción generalizada, el clima de inseguridad, y la aguda crisis económica, la agitación social en el país es permanente. Este descontento se refleja en manifestaciones callejeras, protestas estudiantiles, efrentamientos con la policía con saldos de muertos y heridos y por continuas huelgas, como la de la semana anterior que afectó a los sectores público y privado. Esta situación conforma un panorama de creciente inestabilidad, que puede provocar algún estallido social de importancia.

La principal Central Obrera del país es la Confederación de Trabajadores de VENEZUELA (C.T.V.), que ha organizado las principales medidas de protesta.

V.- FACTOR MILITAR

Las FF.AA. venezolanas tienen una notable incidencia en la vida política del país.

Si bien la Constitución establece que las FF.AA. son "apolíticas, obedientes y no deliberantes", las opiniones de contenido político de altos jefes militares son contínuas. En referencia a los sucesos del 4 de febrero, el ex-ministro de Defensa y ex-Jefe del Estado Mayor del Ejército, General CARLOS SANTIAGO RAMIREZ, manifestó que el intento de golpe era "un paso al frente en el camino de la reconquista de la dignidad". El General RAMIREZ advirtió que "una importante fuerza militar se opone al Gobierno y está dispuesta a acabar con los vicios del sistema democrático venezolano y producir el gran acercamiento entre el pueblo y los militares".

El Ministro de Defensa, General FERNANDO OCHOA ANTICH, a menudo ejerce como delegado de las FF.AA. y no como integrante del gabinete ministerial. En su última intervención pública expresó lo siguiente "el país y las FF.AA., tienen que elegir entre una profunda transformación social y política en medio de la paz, o hacerlo en medio de la violencia. Si la dirigencia nacional niega la posibilidad de ese cambio, habrá violencia". Refiriéndose a los poderes del Estado, el militar puntualizó que "el Poder Judicial está politizado y es incapaz de impartir justicia en forma ecuánime. El Legislativo no tiene suficiente representatividad y el Ejecutivo es ineficiente e incapaz de dar buenos servicios y afrontar una buena administración pública". Estas afirmaciones implican un explícito cuestionamiento a las autoridades nacionales, no habiendo existido ningún pronunciamiento por parte del poder político.

Otro tema de preocupación en esferas militares es el problema de la corrupción. En el mes de abril, una Corte Marcial ordenó la detención del Agregado Militar ante las Naciones Unidas, Gral. de Aviación JUAN TADEO ARRAIZ y del Cnel. de la Guardia Nacional EDMUNDO GONZALEZ BOGARIN. Ambos militares están acusados de corrupción económica en un contrato para un Servicio de Comunicaciones para la Armada. Estos hechos se suman a otros anteriores de la misma naturaleza, que involucraron a oficiales de alta graduación. Sobre este particular es importante destacar que el

ex-Comandante General del Ejército, Gral. CARLOS JULIO PEÑALOSA, manifestó que "la corrupción está entre nosotros, llegando incluso a ser un peligro para la propia seguridad del Estado".

Otro elemento a tener en cuenta dentro del factor es la existencia de un eventual quiebre de la verticalidad, ya que el movimiento de oficiales de Mandos Medios, que intentó el golpe militar del 4 de febrero, mantiene su voluntad de forzar una salida militar para la crisis del país.

VI.- ANALISIS Y CONCLUSIONES

- La política exterior del Presidente PEREZ apunta a buscar protágonismo en el ambito regional. VENEZUELA mantiene litigios fronterizos con COLOMBIA y GUYANA, que por el momento no parecen tener solución.

- La situación política interna se caracteriza por su aguda inestabilidad . El Presidente PEREZ enfrenta una creciente oposición política, inclusive dentro de su sector, existiendo presiones para que renuncie.

- En el aspecto económico, el país está pasando por un momento de crisis y el Gobierno ha instrumentado una política de ajustes, con una repercución social negativa.

- Las tensiones sociales se han agudizado, existiendo un clima de intranquilidad general y un latente peligro de estallido social.

- El sector militar, se encuentra dividido en relación a su posición frente al Gobierno, persistiendo el peligro de nuevos pronunciamientos militares.

A N E X O "A L F A"

CARACTERISTICAS GENERALES

- Superficie: 916.500 km. cuadrados.
- Población: 19.735.000 habitantes (1990).
- Deuda externa: 33.000 millones de dólares.
- Exportaciones: 12.935 millones de dólares (1989) (petróleo y derivados, aluminio, acero, hierro, oro).
- Importaciones: 7.145 millones de dólares (1989) (maquinarias, equipos de transporte, alimentos, manufacturas).
- Principales compradores: Estados Unidos, Alemania, Canadá.
- Principales proveedores: Estados Unidos, Alemania, Japón.
- Inflación: 31% (1991)
- PIB per cápita: 1.800 dólares anuales (1989)
- Desempleo: 12,9% (abierto) y entre 30 y 40% (desempleo y subempleo).

RESERVADO

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO. II (EXT)
150800MAY92
XX

MEMORANDUM Nº 12/92 Nº 74

ASUNTO: APRECIACION DE SITUACION DEL FACTOR POLITICO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DE BRASIL

TEXTO:

I.- INTRODUCCION

A diferencia dela política interna del país, la cual ha sufrido varios cambios durante la Administración COLLOR, la política internacional es reconocida por su coherencia y permanencia en el tiempo.

II.- POLITICA INTERNACIONAL

A.- INTRODUCCION

El esfuerzo del Gobierno está puesto en mejorar la imagen del país y conseguir el apoyo de organismos internacionales financieros. Para ello está actuando en varias direcciones: procura mejorar sus relaciones con ESTADOS UNIDOS, participa en el MERCOSUR y sigue una política de acercamiento con otros países.

B.- ESTADOS UNIDOS

En general, BRASIL ha actuado alineado con los ESTADOS UNIDOS. En décadas pasadas se suscitaron fricciones entre ambos países las que se vienen subsanando a través de una serie de medidas adoptadas por COLLOR desde octubre pasado (apertura del mercado a la industria de la informática, firma de un nuevo acuerdo tecnológico con EE.UU., " tratado de paz nuclear" firmado con ARGENTINA,etc.)

C.- MERCOSUR

A pesar de que el Gobierno Federal considera importante la existencia del MERCOSUR, ciertas normas recientemente editadas podrían obstaculizar dicho proyecto (Programas de incentivo a las exportaciones y a la producción agrícola).

A nivel estadual, los estados sureños y fundamentalmente RIO GRANDE DEL SUR son los más interesados en dicho mercado; SAN PABLO ha mostrado un interés relativo y los estados norteños no han dado señales visibles de darle importancia.

D.- ACERCAMIENTO CON OTROS PAISES

Los recientes viajes de COLLOR a ITALIA y de otras personalidades de gobierno a ORIENTE, así como los previstos a la COMUNIDAD DE ESTADOS INDEPENDIENTES, PORTUGAL, URUGUAY,etc. están enmarcados dentro del esquema de ampliación de mercados fijado por el Gobierno cuando asumió en marzo de 1990.

III.- POLITICA INTERNA

A.- INTRODUCCION

El Presidente COLLOR tiene su atención orientada en dos sentidos: el primero, lograr la aprobación de su "Programa de Metas" para sacar al país de la crisis socioeconómica en que está inmersa y el segundo, la creación de un nuevo partido político,el PSOL (PARTIDO SOCIAL LIBERAL), con el cual que se presentará en las próximas elecciones de 1994. El PSOL tendrá cierta semejanza con el PARTIDO SOCIALISTA ESPAÑOL (PSOE).

B.- GOBIERNO

La actual Administración está signada por: un fuerte descenso de la popularidad del Pte. COLLOR; reducida base parlamentaria del Gobierno; fuertes discrepancias entre el Presidente y su Vice-Presidente, ITAMAR FRANCO; un Gabinete Ministerial recientemente reestructurado, integrado totalmente por profesionales de reconocida autoridad y la exposición pública de los casos de corrupción (aún sin solucionar) de ex integrantes del Gobierno.

C.- PARTIDOS POLITICOS

El amplio espectro de partidos políticos existente se verá reducido si se aprueba la nueva ley orgánica de los partidos y la ley electoral, que están en estudio en el Congreso; los partidos menores dejarían de existir.

No existe homogeneidad dentro de los bloques opositor y oficialista, primando cada vez más las individualidades.

En otro plano, los partidos políticos están reeditando antiguas alianzas con un cometido netamente local, sin connotaciones ideológicas o políticas decisivas para presentarse en las elecciones municipales de octubre próximo. También se están preparando para enfrentarse en unas futuras elecciones con un sistema parlamentario de Gobierno.

IV.- CONCLUSIONES

En el plano internacional, COLLOR realiza esfuerzos por mejorar la imagen del país en el exterior, habiendo tenido algunos éxitos relativos; especialmente con los ESTADOS UNIDOS.

El MERCOSUR despierta cierto interés oficial, pero no parece ser aún una meta tan prioritaria como aquellas relativas a las relaciones con EE.UU. y otras naciones.

La situación interna está marcada por un deterioro progresivo de la imágen del actual Gobierno, una inquietante inestabilidad en el plano institucional y un revisionismo por parte de los partidos políticos respecto a sus programas de acción y cartas orgánicas ante un posible triunfo del Parlamentarismo como sistema de gobierno en el plebiscito nacional de abril del próximo año.

003/3

Instrumentista.

LISTA 9592
"UNIFICACION Y PROGRESO"

1/3

PRESIDENTA: Mª del Rosario Arocena

VICEPRESIDENTA: Margarita Anselmi

SECRETARIA: Graciela Rodriguez Pesce

1er Suplente: Yanette Navarro
2do Suplente: Erci Barrios

PROSECRETARIA: Anabell Carrión

1er Suplente: Blanca Silvera
2do Suplente: Mª Luisa Illich

TESORERA: Eva Raquel Fernandez

1er Suplente: Norma Mazzeo
2do Suplente: Jacinta Pereira

PROTESORERA: Antonia Barboza

1er Suplente: Silvia Durán
2do Suplente: Matilde Pradines

1ª VOCAL: Alneris Perrone

1er Suplente: Dominga Carvalho
2do Suplente: Yolanda Elias (Durazno)

2ª VOCAL: Carina Tuja

1er Suplente: Mónica Ramos
2do Suplente: Betty Carvajal (San José)

3er VOCAL: Lila Vila (San José)

1er Suplente: Gladys Colombo
2do Suplente: Susana Pigola

001/3

Instrumentada

LISTA 9592

COMISION FISCAL

PRESIDENTA: Nélida Trujillo

1er Suplente: Miriam Viola
2do Suplente: Mabel Diaz

2da INTEGRANTE: Beatriz Gagnon

1er Suplente: Hilda Lopez de Aguirre
2do Suplente: Ogarita Gonzalez (Mercedes)

3er INTEGRANTE: Ana Mª Iriarte

1er Suplente: Carmen Cole
2do Suplente: Rosa Warren

920410 6

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL DEPARTAMENTO I (INT)

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Montevideo,26 de Mayo de 1992

MEMORANDUM N°36/92

EVAL : A-1

TEXTO : Lista que se presenta a las elecciones de S.I.Q.U.

(Sociedad de Instrumentistas Quirurgicas del Uruguay).

EL JEFE DE BIOGRAFICO

Tte.1°

DPTO. I INTERIOR

Norberto Devincensi

003/3

920 4106

1/7

PARTE_ESPECIAL_DE_INFORMACION_NRO.208/EMP/992.

I . EVALUACION: B - 2.-

II . RESPONDE_A: Información existente en este Estado Mayor Personal.

III . T_E_X_T_O

SE ADJUNTA 1(UNA) HOJA.-

SS
07/7/92

IV . ACCION_TOMADA: Confección del presente PARTE.

V . DISTRIBUCION: ORIGINAL..............D-II/C.G.E.

1 COPIA..............D.G.I.D.

1 COPIA..............ARCHIVO.

Por el 2do.-Comandante de la D.F.I. y por su orden.

EL J.E.M.P.2DO.CTE.D.F.I.

Tte.Cnel.

ELMAR CASTIGLIONI.-

CD/rs

9204109

001/7

[illegible], [illegible] de mayo de 1992.-

Se adjunta al presente el Estado de Situación Patrimonial del gremio A.[illegible]E.U.M. al 31-DIC-91.

Cabe acotar que por informaciones recabadas por esta Agencia las disminuciones señaladas con asteriscos serían gastos efectuados por los dirigentes para su usufructo personal.

002

9204109

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES
CON PERSONERIA JURIDICA
FILIAL DE LA FEDERACION DE ASOCIACIONES DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES DEL URUGUAY Y PIT-CNT
SEDE PROPIA: CANELONES 1330 TELEFS. 92 07 97 - 91 92 73 - 91 92 74 / FAX: 91 92 72 - MONTEVIDEO

ESTADO DE SITUACION PATRIMONIAL AL 31/12/91

1- ACTIVO

1.1 - ACTIVO CORRIENTE

1.1.1- DISPONIBILIDADES
Caja m/n............N$ 3:569.458-
Caja m/e............" 2:145.408-
Banco m/n cta.cte..." (1:570.616)-
Banco m/e caja ah..." 38:360.572- N$ 42:504.822-
1.1.2- CREDITOS
Cuotas soc.a cobrar.N$ 61:183.047-
Deudores varios....." 3:832.258-
Pagos adelantados..." 2:480.000- N$ 67:495.305-
1.1.3- BIENES DE CAMBIO
Reyes...............N$ 20:000.000-
Otros bienes. ......" 593.620- N$ 20:593.620-

TOTAL ACTIVO CORRIENTE.........................N$ 130:593.747-

1.2 - ACTIVO NO CORRIENTE
1.2.1- BIENES DE USO
Inmueble...........N$ 212:333.278-
Amort.ac.inmueble..." (16:986.664)- N$ 195:346.614-
Muebles,utiles,inst." 67:689.326-
Amort.ac.M.U.I......" (16:021.710)- N$ 51:667.616-

TOTAL ACTIVO NO CORRIENTE.....................N$ 247:014.230-

TOTAL ACTIVO..N$ 377:607.977-

2- PASIVO

2.1- PASIVO CORRIENTE
2.1.1- DEUDAS COMERCIALES
Proov., As.carg.soc.N$ 17:440.367-
2.1.2- DEUDAS FINANCIERAS
Bco.Cta.cheques dif.N$ 1:310.000-

TOTAL PASIVO CORRIENTE............N$ 18:750.367-

TOTAL PASIVO.................................N$ 18:750.367-

3- PATRIMONIO
Patrimonio social...N$ 79:954.015-
Fdo.rev.ac.fijo....." 215:596.262-
Res.ejercicio......." 63:307.333-

TOTAL PATRIMONIO..............................N$ 358:857.610-

TOTAL PASIVO Y PATRIMONIO.....................................N$ 377:607.977-

Héctor Melo
Sec.de Finanzas

Fernando Martinez
Tesorero

2204105

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES

CON PERSONERIA JURIDICA

FILIAL DE LA FEDERACION DE ASOCIACIONES DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES DEL URUGUAY Y PIT-CNT

SEDE PROPIA: CANELONES 1330 TELEFS. 92 07 97 - 91 92 73 - 91 92 74 / FAX: 91 92 72 - MONTEVIDEO

ESTADO DE AUMENTOS Y DISMINUCIONES PATRIMONIALES

Ejercicio del 1.1.91 al 31.12.91

AUMENTOS

I.M.M. Cuotas sociales....	N$	427:794.057-
Cuotas individuales.......	"	433.430-
Donaciones................	"	10.000-
Intereses.................	"	2.326-
Otros ingresos............	"	1:042.665-

TOTAL AUMENTOS.............................N$ 429:282.478-

DISMINUCIONES

	Sec.Finanzas.............	N$	79:522.850-
	" Organización..........	"	44:006.416-
	" Prensa y Radio........	"	67:214.602-
	" Propaganda............	"	839.378-
	" Local y Fomento.......	"	9:198.360-
	" Cultura...............	"	25:491.366-
	Deportes..................	"	2:789.900-
*	Sec.Relaciones............	"	42:652.602-
*	" Asuntos Sociales......	"	1:944.082-
*	Turismo Social............	"	9:229.285-
	Reyes.....................	"	29:688.888-
*	Comida....................	"	16:069.286-
	Amortizaciones............	"	8:983.714-
	Elecciones................	"	7:458.951-
*	Pic-Nic...................	"	4:160.433-
	Seg.Laboral...............	"	430.220-
	Asambleas.................	"	2:660.401-
	Gastos jubilados..........	"	1:611.218-
	Banco de sangre...........	"	239.580-
*	Jornadas especiales.......	"	10:059.940-
*	Viajes exterior...........	"	784.000-
*	Gastos varios.............	"	939.673-

TOTAL DISMINUCIONES........................N$ 365:975.145-

RESULTADO NETO DEL EJERCICIO...............N$ 63:307.333-

4109

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES

CON PERSONERIA JURIDICA

FILIAL DE LA FEDERACION DE ASOCIACIONES DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES DEL URUGUAY Y PIT-CNT

SEDE PROPIA: CANELONES 1330 TELEFS. 92 07 97 - 91 92 73 - 91 92 74 / FAX: 91 92 72 - MONTEVIDEO

DEUDAS COMERCIALES

Proveedores y acreedores por cargas sociales

B.P.S (dic. y 1/2 aguinaldo)	N$	1:271.576-
Envios doc. y encomiendas	"	1:744.700-
Jueces campeonatos futbol	"	470.000-
Gastos Reves	"	1:619.550-
SIPRO (recortes periodisticos)	"	322.000-
Sueldo abogado	"	496.758-
Impresión "El Municipal"	"	3:280.000-
PIT-CNT (cuota diciembre)	"	1:502.300-
Arreglo azotea	"	300.000-
O.S.E	"	62.900-
Diarios	"	637.100-
*Transporte	"	782.280-
*Boletos y taxis	"	63.520-
Electro Sistemas	"	16.520-
ANTEL	"	342.930-
Cia. del Gas	"	98.950-
Corporacion Grafica (impresos vs.)	"	402.600-
FNM	"	3:670.983-
IMM (impuestos)	"	14.100-
El Heraldo Publicidad	"	341.600-

TOTAL DEUDAS .... N$ 17:440.367-

CREDITOS

Deudores varios

FNM	N$	3:632.258-
*-Préstamo funcionaria	"	200.000-

TOTAL DEUDORES .... N$ 3:832.258-

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES
CON PERSONERIA JURIDICA
FILIAL DE LA FEDERACION DE ASOCIACIONES DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES DEL URUGUAY Y PIT-CNT
SEDE PROPIA: CANELONES 1330 TELEFS. 92 07 97 - 91 92 73 - 91 92 74 / FAX: 91 92 72 - MONTEVIDEO

ANEXO: INFORME DOLARES

Saldo inicial al 1.1.91........................U$S 12.044.43-

Ingresos U$S
Compra U$S............U$S 17.800.00-
*Turismo Social........ " 4.074.00-
Intereses............. " 378.29-
Devoluciones.......... " 2.500,00-
Otros ingresos........ " 450,00-

TOTAL INGRESOS................................U$S 25.202.29-

Egresos U$S
*Turismo Social........U$S 1.970.00-
*Préstamos............. " 700.00-
*Seña auto............. " 1.000,00-
Dif.compra fax......... " 477,00-
*Viajes al ext......... " 700,00-
FNM aportes............ " 2.400.00-
Venta U$S.............. " 13.234,00-

TOTAL EGRESOS................................(U$S 20.481,00)-

SALDO FINAL AL 31.12.91.......................U$S 16.765,72-

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES
CON PERSONERIA JURIDICA
FILIAL DE LA FEDERACION DE ASOCIACIONES DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES DEL URUGUAY Y PIT-CNT
SEDE PROPIA: CANELONES 1330 TELEFS. 92 07 97 - 91 92 73 - 91 92 74 / FAX: 91 92 72 - MONTEVIDEO

NOTA A LOS ESTADOS CONTABLES

1- Los estados contables han sido confeccionados siguiendo el principio de lo devengado.

2- La cuenta Caja m/e (Caja en moneda extranjera) representa el saldo en caja de U$S 888,00. La cuenta Banco m/e caja ah. (Banco moneda extranjera caja de ahorros) representa el saldo en BROU de la cuenta en dólares Nº 808.024 con U$S 15.877,72. La cuenta Banco m/n cta.cte.(Banco moneda nacional cuenta corriente) presenta un saldo acreedor debido a que se encontraba en trámite bancario el traspaso de fondos desde la cuenta Banco m/e caja de ahorros con motivo de la fiesta de Reyes.-

3- Los activos y pasivos en moneda extranjera han sido ajustados al tipo de cambio de cierre (comprador interbancario billete) N$ 2.416 por cada dolar.-

4- Bienes de cambio representa el total de bienes (juguetes) comprados para la fiesta de Reyes. En otros bienes se contabiliza el lavarropas no adjudicado en la Rifa Pro Local del año 1987. Este bien fue revaluado segun el IPM (Indice de Precios Mayoristas).

5- El inmueble fue revaluado segun el IPM al 31.12.91, y amortizado al 2% anual, siguiendo los criterios aprobados por Consejo Ejecutivo.-

6- Muebles, utiles e instalaciones se revaluan de acuerdo al IPM y se amortizan al 10 % anual. El criterio utilizado es no revaluar ni amortizar en el año de adquisición.-

7- Se anexa a la presente, el detalle de las deudas comerciales y de los deudores varios. En deudas comerciales, el total de FNM corresponde a nuestra cuota mensual de afiliación y en deudores varios, FNM corresponde a la deuda que tiene dicha Federación con ADEOM al 31.12.91.-

8- La cuenta cheques diferidos corresponde al cheque emitido para el pago de deuda a Delta Impresora.-

9- La cuenta pagos adelantados corresponde a la seña entregada a la empresa FIANCAR S.A. por la compra del auto (N$ 2:450.000) y N$ 30.000 entregados como adelanto de cuotas enero y febrero a Coordinadora de Jubilados.-

10- En disminuciones patrimoniales el rubro Sec.Cultura representa en su totalidad la compra de libros.-

11- Como anexo adjuntamos los movimientos en dolares a efectos de mostrar las variaciones en moneda extranjera.-

ARCHIVO

1/2

[illegible].130.-

Montevideo, 13 de Mayo de 1992.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

[illegible]D.OBRERA DEL TRANSPORTE: Se viene cumpliendo el paro de 36 horas previsto por el PIT-CNT, estando trabajando con servicios de Emergencia, la Empresa Cutcsa y las Cooperativas. Los taxis se encuentran trabajando con guardia gremial.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: Se adhirió al paro de 36 horas, estando previsto para el día 22/V/ a la hora 17.00 una Asamblea del gremio en el local sindical para tratar un nuevo plan de movilizaciones.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: En el día de ayer a partir de la hora 12.00' se comenzaron a concentrar en diversos puntos de la Capital los integrantes de los gremios que se adhirieron a la movilización // dispuesta por la Central Obrera. A la hora 13.30' se realizó frente al Ministerio de Economía y Finanzas un acto con parte oratoria con la asistencia de unas [illegible] personas, las que cortaron el tránsito de la Avda. del Libertador y Paraguay. Los oradores intervinientes se refirieron en términos generales a la situación que atraviesa el país, a la reforma de la Seguridad Social, etc. exhortando a los presentes a concurrir al 14/V/ al Paraninfo de la Universidad, donde a partir de la hora 18.30' se efectuará un foro sobre Seguridad Social. Se destaca el / despliegue de pancartas alusivas y banderas identificatorias / de los gremios. Posteriormente a la hora 14.00' se realiza / una manifestación por la Avda. del Libertador hasta el Palacio Legislativo, concentrándose en el lado norte unas [illegible] las cuales eran observadas por varios integrantes de la bancada del F.A., una vez finalizado el acto los integrantes se retiraron en distintas direcciones en forma pacífica.-

FEDERACION [illegible] DEL TRANSPORTE

[illegible]: Las diversas líneas del transporte comenzaron los paros a partir de la hora 16.30', teniendo previsto para la fecha un servicio de emergencia hasta la hora 20.00' aproximadamente.-

[illegible].U.A.T.[illegible]-TAXIMETROS: Trabajan con guardia gremial, recibiendo solo los llamados en las casetas de radio.-

BANCA OFICIAL-PRIVADA: En la fecha no abrirán sus puertas.-

2)- INFORMACION ESTATAL

MINISTERIO DE SALUD PUBLICA: Sus funcionarios se adhirieron al paro a partir de la hora 12.00', concurriendo a los actos // programados por el PIT-CNT., atendiendo con guardia gremial.-

ASOC. DE FUNC. DE U.T.U.: Prosigue el paro iniciado a partir de la hora 00.00' del 11/V/ que finalizará a las 24.00' del / 13/V/92.-

BANCO DE [illegible]: Se mantiene la atención en las cajas.-

ASOC. DE FUNC. JUDICIALES: Participaron de la concentraciones previstas en el día de ayer.-

ASOC. DE [illegible] DEL URUGUAY: En la fecha paralizan sus actividades por 24 horas.-

ASOC. DE ESTUDIANTES DE SECUNDARIA: En el día de ayer concurrieron a las movilizaciones previstas por el [illegible].-

Poco legible

001/2

..//
ASOC. U.T.E.: se plegó a las movilizaciones previstas por el PIT.CNT., manteniendo guardias gremiales. Por otra parte está prevista para el 16/V/ una reunión del Congreso Nacional deDelegados.-
[illegible]: continúan con la realización de paros y asambleas, habiéndose adherido a las movilizaciones dispuestas por el PIT.CNT.-
M.S.C.U.A.: [illegible] propuso a la Mesa Representativa del // PIT.CNT para el 14/V/ a la hora 18.00' en el local de la Central Obrera una "Huelga de Hambre" por parte de los principales dirigentes gremiales del sector Público.-
MINISTERIO DE [illegible] Y [illegible]: Sus funcionarios se retiraron a partir de la hora 15.30', adoptando similar actitud los funcionarios del Ministerio de Transporte y Obras Públicas.-

//

POCO LEGIBLE

ARCHIVO

1/1.

P.111.-

//

Montevideo, 14 de Mayo de 1992.-

//

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T.: El 22/V/ a la s 17.00 horas en el local del gremio se realizará una asamblea para tratar un nuevo plan de movilizaciones del gremio.-

SIND. UNICO DEL AUTOMOVIL CON TAXIMETRO Y TELEFONISTA: El paro de los Taximetros finaliza en el día de la fecha a la hora 06.00.-

//

2)- INFORMACION ESTATAL

M.S.C.E.A.: Se propuso a la Mesa Representativa del PIT-CNT que en el día de la fecha a la hora 18.00 en el local de la Central Obrera se realice una Huelga de Hambre por parte de los principales dirigentes gremiales de Salud Pública.-

A.U.T.E.: Se prevee para el día 16/V/ una reunión del Congreso Nacional de Delegados y para el día 6/VI/ se efectuará una Asamblea General en lugar y hora a confirmar.-

S.U.A.N.P: Continuan realizando paros y Asambleas los que estaban postergados e informados sobre la perdida del indice de salarios.-

MINISTERIO DE EDUCACION Y CULTURA

S.U.I.N.A.: La plataforma reivindicativa de este sindicato es: No contratar a más de 74 trabajadores;-No pago de asistencia directa al menor;-quita de los beneficios sociales, todo esto referido a los cuidadores.-

//

AMPLIACION DE SECTOR PRIVADO

COORDINADORA DE JUBILADOS: Esta prevista para el día de la fecha a la hora 18.30 una con Tedencia en el Paraninfo de la Universidad donde se invita a quienes quieran participar, a los efectos de intercambiar ideas sobre el Proyecto de Reforma de la Seguridad Social.-

U.N.T.M.R.A.: Se realizó en el local de este sindicato una charla sindical donde concurrió personal de la Empresa Nibo Plast principalmente.-

//

CONSTANCIA

En la noche del día 13/V/ una camioneta ocupada por 4 NN recorrieron diversas partes de la capital arrojando volantes con la siguiente leyenda: "SR. VECINO NO COMPRE EN LOS COMERCIOS QUE ESTAN ABIERTOS".-

//

//////////////////////

////////////////////

//////////////////

/////////

001 | 1

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Montevideo, 20 de mayo de 1992.-

1/6

T.I. Nro. 063/92.- SEÑOR SUB-DIRECTOR EXTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Cumpleme elevar a usted Solicitud de Informes recibido por el Agregado de la República de Chile en -- nuestro país.

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

Coronel

J. Luis P. Aranco

20/6/92

SUB-DR-EXTERIOR

9204113

SEÑOR SUB-DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Acorde a lo expresado precedentemente remito a usted el presente a los fines que estime pertinente.

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.

Coronel

Jorge Pedragosa

20/7/92

Montevideo, 25 de mayo de 1992.-

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I (Interior):

Remito a usted el material adjunto a los efectos de su estudio e informe de la posibilidad - de cumplir con lo solicitado.-

El Sub-Director de Interior de la D.G.I.D.

Coronel

26 MAYO 1992

9204113

Montevideo, 27 de mayo de 1992

SEÑOR SUB-DIRECTOR DE INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

9204113

001(A)/6

Adjunto elevo a Usted borrador de posible contestación AGRE.MIL. CHILE.

Saluda a Usted atentamente,

El Jefe del Dpto. I (Int.)

Tte.Cnel.

Tomás Cassella

9204113

001 (B)

SECRETO

EMBAJADA DE CHILE
AGREGADURIA MILITAR
URUGUAY

EJEMPLAR No 2/2 /HOJA No 1/2 /

A.M.UG.(S) No 2610/13. /

EJTO. R.O.U.

OBJ. : Solicita Antecedentes de Subversión y Narcotráfico.

REF. : OF. DINE. (S) No 2610/05/ 462 S.D. de 31 de DIC.91.

MONTEVIDEO, 12 MAR. 1992

DEL AGREGADO MILITAR A LA EMBAJADA DE CHILE EN URUGUAY

AL JEFE DEL DEPARTAMENTO II. E.M.E. R.O.U.

1.- Por documento de "Referencia", el Director de Inteligencia del Ejército de Chile, dispone a los Agregados Militares, la conveniencia de solicitar la cooperación de los Jefes de Deptos II. o Directores de la función de los diferentes Ejércitos sobre antecedentes que tengan relación con la Subversión y el Narcotráfico.

2.- Los problemas citados constituyen las dos mayores causas que pueden poner en peligro la Institucionalidad de los Países,y puede que tengan relación y apoyo entre las Naciones del Mundo y en especial a nivel Sud-americano.

3.- Consecuentemente se solicita a US., si lo tiene a bién remitir a esta Agregaduría, hasta los 30 de cada mes, aspectos que dicen relación con los problemas citados precedentemente, considerando en cada oportunidad aquellas materias que se tengan antecedentes,conforme a los siguientes puntos.

- Grupos Subversivos que operan en el País
- Ubicación donde operan los grupos Subversivos.
- Fuerza total y por grupos Subversivos
- Tipo de Armamento con que cuentan
- Estructura Organizacional de los grupos

//..

9204113

002

SECRETO

EMBAJADA DE CHILE
AGREGADURIA MILITAR
URUGUAY

EJEMPLAR No 2/2 /HOJA No 1/2 /
A.M.UG.(S) No 2610/13. /

EJTO. R.O.U.

OBJ. : Solicita Antecedentes de Subversión y Narcotráfico.

REF. : OF. DINE. (S) No 2610/05/ 462 S.D. de 31 de DIC.91.

MONTEVIDEO, 12 MAR. 1992

DEL AGREGADO MILITAR A LA EMBAJADA DE CHILE EN URUGUAY

AL JEFE DEL DEPARTAMENTO II. E.M.E. R.O.U.

1.- Por documento de "Referencia", el Director de Inteligencia del Ejército de Chile, dispone a los Agregados Militares, la conveniencia de solicitar la cooperación de los Jefes de Deptos II. o Directores de la función de los diferentes Ejércitos sobre antecedentes que tengan relación con la Subversión y el Narcotráfico.

2.- Los problemas citados constituyen las dos mayores causas que pueden poner en peligro la Institucionalidad de los Países, y puede que tengan relación y apoyo entre las Naciones del Mundo y en especial a nivel Sud-americano.

3.- Consecuentemente se solicita a US., si lo tiene a bién remitir a esta Agregaduría, hasta los 30 de cada mes, aspectos que dicen relación con los problemas citados precedentemente, considerando en cada oportunidad aquellas materias que se tengan antecedentes, conforme a los siguientes puntos.

[illegible] Grupos Subversivos que operan en el País
[illegible] Ubicación donde operan los grupos Subversivos.
[illegible] Fuerza total y por grupos Subversivos
[illegible] Tipo de Armamento con que cuentan
[illegible] Estructura Organizacional de los grupos

//..

9204113

[illegible] 002

SECRETO

EJEMPLAR No 2/2 / HOJA No 2/2 /

- Identificación de los mandos por grupos subversivos.
- Relación con grupos de Narcotraficantes.
- Variaciones de empleo tradicional de la guerrilla.
- Modalidades empleadas en atentados a SS.UU.PP. e Instalaciones en general.
- Forma de empleo de armas en las situaciones descritas en los dos puntos precedentes.
- Bombas explosivas no tradicionales utilizadas
- Identificación de mandos e integrantes de grupos.
- Rasgos personales y características físicas de los mandos.
- Nivel educacional de los mandos.
- Tiempo de combate de los mandos.
- Acciones más destacadas en las cuales han participado (Mandos).
- Grupo Subversivo más destacado.
- Grado de cohesión de los subversivos a los mandos.
- Diferencia de posiciones entre los mandos.
- Apoyo logístico con que cuentas y procedencia.
- Organizaciones Internacionales que financian los grupos, con nombres de " Ss" si los hubiera.
- Armas incautadas en el mes.
- Principales acciones terroristas registradas en el mes.
- Bajas producidas por ambos lados.

4.- Se hace presente a US., que de requerir información de aspectos citados u otros, que tengan relación con Chile, se haga saber, a fin de solicitarlos y remitirlos con oportunidad , o hacerlo saber a la Dirección de Inteligencia, a fin que se efectúe la entrega al Agregado MIlitar de Uruguay ante la Embajada Uruguaya en Chile.

5.- Su conocimiento y fines.

Saluda a US.,

EMBAJADA DE CHILE MONTEVIDEO - URUGUAY Agregado Militar

ALEJANDRO MARTIN JUNEMANN
Coronel
Agregado Militar

9204113

DISTRIBUCION:
1. JEFE DEPTO II.ROU.
2.-A.M.UG. Archivo

003

Montevideo, 27 de Mayo de 1992

El enemigo (al cual también podríamos denominar BLANCO de inteligencia del CM), está constituído por todas las organizaciones que pretenden tomar el poder para instalar en el país un régimen socialista y en última instancia una sociedad con ausencia de Estado.

Concretamente se incluye dentro de dichas Organizaciones Revolucionarias (OO.RR.) a las de ideología: marxista, leninista, trotskista, castrista.

La coalición de izquierda hoy en día vive una situación que se podría catalogar como de aglutinamiento, con gran énfasis de crecimiento, donde la mayoría de las corrientes políticas dentro de ese Frente Amplio (F.A.) buscan afianzar futuras alianzas con sus adyacentes más cercanos.

Este aglutinamiento considerado conforma 3 polos principales y un gran espacio intermedio

1 - La izquierda Tradicional (clásica ortodoxa).

    Polo de atracción PCU y en torno a él los integrantes del sublema Democracia Avanzada.

2 - La Izquierda Combativa (ultra, radical, extrema).

3 - El espacio rotulado como indefinidos.

    Se destaca al Partido Socialista del Uruguay (PSU) liderando un autodenominado "espacio socialista".

Como consecuencia de esos cambios ideológicos que han modificado las tácticas y estrategias dentro del F.A., se ha formado un cuarto espacio, autodenominado "izquierda renovadora".

El segundo polo, o sea la izquierda combativa (de intención revolucionaria), dentro de la cual se aglutinan organizaciones de diversas ideologías, las que sustentan una postura revolucionaria distinta a la perseguida por el PCU. Se caracteriza en general por el énfasis en el esfuerzo de masas (en lo social y principalmente sindical) a través de acciones directas; por una abierta confrontación con el régimen actual y por último por el hecho de perseguir un modelo de revolución.

Siendo nacionalista y supuestamente independiente de la linea de Moscú, cambiando todos los tipos de lucha, no excluyendo la lucha armada.

El grupo principal de este sector de la izquierda es el Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros (MLN-T), en cuya esfera de influencia actúan de una y otra forma los demás

A partir de 1985 con el advenimiento de la Democracia las organizaciones revolucionarias operan en la legalidad, encuadradas en las distintas organizaciones politicas de izquierda, dedicadas fundamentalmente al trabajo de masas y a la estructura de sus cuadros.

En la faz politica tanto el MLN como el M26M y el PVP cuentan con representación parlamentaria.

Existe información referente a contactos realizados por dirigentes de organizaciones subversivas nacionales con grupos guerrilleros que operan en América del Sur, de los cuales se ha confirmado que son y han sido apoyadas por narcotraficantes. Asimismo es importante la vinculación que existe entre el MLN-T y el MIR.

Se ha confirmado contactos realizados por el MLN-T y una célula ETARRA a la cual el MIR también habria apoyado.

Dentro de los dirigentes de los Movimientos Revolucionarios hay elementos que han tenido experiencia de combate (Angola, Nicaragua, etc.), otros han recibido instrucción militar en el exterior y la gran mayoria (dirigencia histórica) cuenta con la experiencia de la lucha armada en nuestro pais.

El grupo subversivo más destacado es el MLN-T no destacándose el accionar de grupos del M.R.O., Anarcos y|o Trotskistas (con un menor número de combatientes).

A través de las organizaciones no gubernamentales, digitadas por la izquierda, han recibido apoyo financiero de fundaciones extranjeras (alemanas, suecas, etc.).

Dentro del pais y en el exterior han desarrollado una estructura financiera en base a comercios (supermercados, editoras de cine, fonográficas, prensa, etc.).

ORGANIZACION DEL MLN-T

Siguiendo los criterios del Centralismo Democrático, el MLN cuenta con distintos organismos ordenados jerárquicamente:

- Organos de dirección y control central -con ingerencia en todo el MLN-T: Convención Nacional, Comité Central, Comité Ejecutivo, Comisión de Asuntos Internos, Comisiones y Mesas Centrales.
- Organos de dirección intermedia: Regionales, Zonales, Sub Zonas.
- Organismos de base -Grupos de Base.

Cuenta con una Estructura Territorial, siendo la real y la que utiliza como referencia organizativa.

Existen 3 regionales: Regional Exterior, Regional Interior y Regional Montevideo.

Esta Dirección se pone a su total disposición a los efectos de ampliar la información de referencia o cualquier otra que sea de interés de su similar chilena.

EXTERIOR DE LA D.G...

...elevar a usted Solic...
...egado de la República...

...usted atentamente
Departamento II (Exterior)
D. Aranco

...NTERIOR DE LA D.G.I.D.:

...o expresado precedentemente remito ... los fines que estime pertinente.

...ted atentamente
El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.
Coronel
... Pedragosa

Montevideo, 25 de mayo de 1992.-

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I (Interior):

Remito a usted el material adjunto a los efectos de su estudio e informe de la posibilidad - de cumplir con lo solicitado.-

El Sub-Director de Interior de la D.G.I.D.
Coronel

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... Defensa
Fecha de ... 1992
Pasa a SUB-DIRECCION
Nº. de Orden 9204113

Montevideo, 27 de mayo de 1992

SEÑOR SUB-DIRECTOR DE INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

01-06
03

9204113

9204113

Luiz Antonio Fleury Filho, Gobernador y penalista

Estará arribando hoy a nuestro país al frente de una muy importante delegación de empresarios brasileños, el Gobernador del Estado de San Pablo, Luiz Antonio Fleury Filho.

Nacido el 30 de marzo de 1949 en San José do Rio Preto, está casado con Nair Passos Fleury y tiene tres hijos. Es profesor de Derecho Penal y Jefe del Departamento de Dirección Penal y Medicina Legal de las Facultades Metropolitanas Unidas. Realizó innumerables conferencias en todo Brasil sobre temas del área penal. Participó a su vez en debates en la Universidad de Illinois. Tiene varios trabajos publicados destacándose "La Reforma Penal y o Jurídica" y el "Sistema de Penas y sus aplicaciones".

Es a su vez 1er. Vicepresidente de la Asociación Paulista del Ministerio Público (1980/1982), 1er. Vice-Presidente de la Confederación Nacional del Ministerio Público (1982/84, 1984/1986), Presidente de la Confederación Nacional del Ministerio Público (1983/1985, 1985/1987), Miembro de la Comisión de elaboración del Anteproyecto de la Ley orgánica del Ministerio Público del Estado de San Pablo, Secretario de la seguridad Pública del Gobierno del Estado de San Pablo en el período marzo 1987 - marzo 1990.

Gobernador electo del Estado de San Pablo, en el 2° turno de las elecciones, con el 43,8 por ciento de los votos. Tomó posesión del cargo de Gobernador del Estado de San Pablo el 15 de marzo de 1991.

EN ALADI

La presencia del Gobernador del Estado de San Pablo en el país es propicia para que hoy a las 18.00 horas, en la sede permanente de la ALADI, se dé un acontecimiento que revestirá la más alta importancia al permitirle tomar contacto con la institucionalmente histórica Casa de la integración continental.

El Comité de Representantes celebrará una sesión extraordinaria para dar la bienvenida al Gobernador paulista, cuya comitiva oficial estará integrada por: el Embajador del Brasil ante el Gobierno del Uruguay, Jorge Carlos Ribeiro, el Secretario de Ciencia, Tecnología y Desenvolvimiento Económico del Estado de San Pablo, Luiz Carlos Delben Leite, el Asesor Especial del Gobernador para Asuntos Internacionales, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, el Coordinador del Grupo Temático de Promoción y Exportación, Embajador Paulo Nogueira Batista, el Cónsul General Ejecutivo del Fórum Paulista de Desenvolvimiento, Roberto Muller Filho y el Presidente de NOSSA CAIXA, Marilio Macedo.

El Estado de San Pablo es el centro provincional de la economía brasileña, siendo la ciudad de San Pablo la sede del Parlamento Latinoamericano, del Memorial de América Latina y de la Universidad de San Pablo, que cuenta con distintos proyectos de estudio sobre temas integracionistas.

El Doctor Luiz Antonio Fleury Filho se desempeña como Gobernador del Estado de San Pablo desde marzo de 1991. Anteriormente fue Secretario de Seguridad Pública del Gobierno estadual y Presidente de la Confederación Nacional del Ministerio Público en San Pablo. Ha actuado asimismo como Profesor de Derecho Penal y Medicina Legal y publicado varios trabajos sobre dichas materias. ■

INSTRUMENTO 9264/115
TEMA Tratado de Tlatelolco
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE PROCEDENCIA 24/03/92
VINCULACIONES Tratado de Tlatelolco
Desarme 11293

El tratado se firmó en México en 1967

El Tratado de Tlatelolco fue firmado en México en 1967 por 14 países latinoamericanos, entre ellos la Argentina, con el fin de declarar a la región como una zona libre de armas nucleares.

Pero la Argentina se negó durante 25 años a ratificarlo porque consideró que sus mecanismos de control ponían en peligro sus secretos industriales, como el método por difusión gaseosa para el enriquecimiento de uranio logrado en la planta de Pilcaniyeu, Río Negro.

Actualmente el Tratado tiene vigencia en 23 países latinoamericanos y sólo resta que lo ratifiquen la Argentina, el Brasil y Cuba para su plena vigencia.

La semana pasada el presidente norteamericano, George Bush, urgió explícitamente desde México —país depositario del tratado— a la Argentina y al Brasil a que "completen la etapas necesarias" para su entrada en vigencia.

01/01 920115

050592

PACTO ANDINO ENTRA EN CRISIS

- **Las diferentes estrategias que aplican los gobiernos de los países miembro y la inestabilidad económica atenta contra la integración**

ARACAS. (EFE y Reuter).- El oyecto de integración del Pacto adino sufre la mayor crisis de los timos años debido a las diferen- estrategias que aplican los biernos de los cinco países embro y a su inestabilidad polia, coinciden los expertos.

La crisis fue puesta de majesto tras la suspensión indefila de la reunión de la Junta del uerdo de Cartagena (JUNAC), ximo órgano del Pacto Andino, vista para el pasado miércoles.

Las razones aducidas por los erentes gobiernos para la susısión de la reunión fueron las ıximas elecciones en Ecuador y cambios ministeriales en Perú, o los expertos señalan otras sas que han puesto en vilo los ;s mismos del Pacto Andino.

Los elementos comunes de cul-ı, estructura económica y sis-ıa político que impulsaron el ado primero de enero a Bolivia, ombia, Ecuador, Perú y Veuela a crear una zona de libre ıercio, como primer paso a un cado común regional, se han lto contra ellos mismos, explica enezolano José Luis Santoro, idente de la Confederación lina de la Pequeña Empresa.

INESTABILIDAD

La actual crisis evidencia que la gración andina sigue de-liendo peligrosamente de la ıilidad política de nuestros ernos, un elemento muy ıble en Latinoamérica", dice oro, que también es Presidente Federación de Industriales de zuela (FEDEINDUSTRIA).

ro lo peor de esta crisis del ecto de integración andina, añade Santoro, es que mientras persista la tradicional inestabilidad política en la región la inversión privada seguirá siendo marginal "porque se mantiene la convicción de que las reglas del juego pueden cambiar en cualquier momento".

La reunión de la JUNAC había sido solicitada con carácter de urgencia por el Gobierno de Venezuela tras la decisión del Presidente peruano, Alberto Fujimori, de suspender el esquema de preferencias arancelarias acordado por Perú con sus restantes socios andinos.

Fujimori justificó la decisión con el argumento de que al mercado peruano le perjudica la apertura comercial andina, lo que hirió de muerte a la anhelada integración de los cinco países.

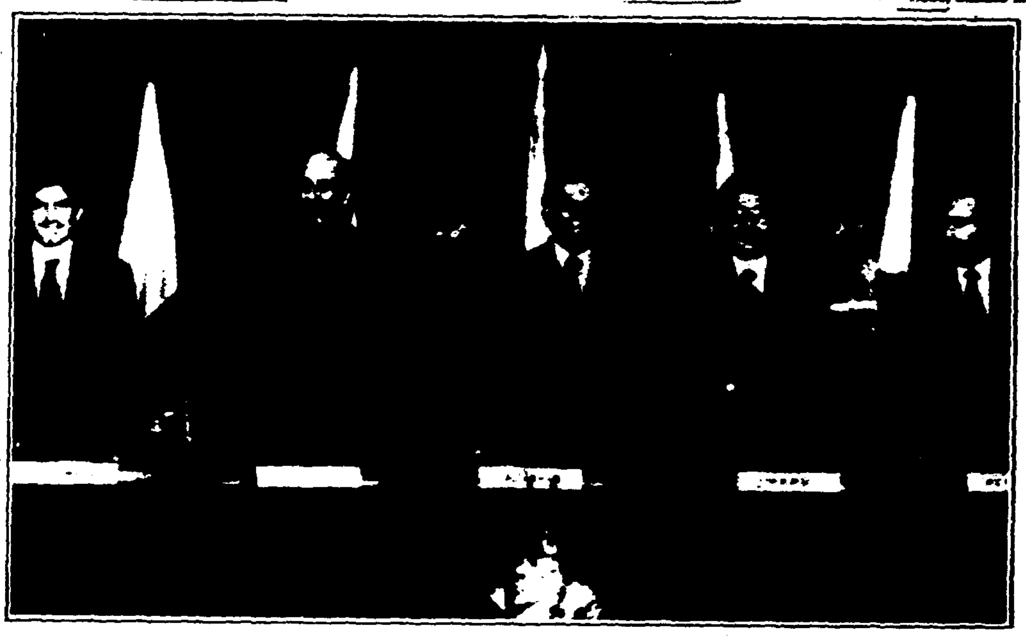
El debilitamiento de los sistemas democráticos en Latinoamérica, evidenciada en la decisión de Fujimori de disolver el Congreso de su país, las políticas económicas dispares y la incapacidad misma de los políticos para aplicar sus propias decisiones son otros elementos que arrojan interrogantes sobre el futuro del Pacto Andino.

La integración regional se enfrió aún más a partir del pasado 15 de abril, cuando Venezuela suspendió unilateralmente sus relaciones diplomáticas con Perú, una decisión del Presidente venezolano, Carlos Andrés Pérez, cuestionada tanto dentro como fuera de Venezuela.

El Gobierno venezolano anunció que continúa las gestiones para lograr una nueva reunión de la JUNAC que estudie la decisión peruana de suspender el sistema de preferencias arancelarias, medida que afectó a las exportaciones de Venezuela a Perú.

Para el Gobierno de Caracas, la decisión peruana es "sorprendente" por ser Perú uno de los países del Pacto Andino que más se benefició del programa de liberalización arancelaria, ya que en 1991 aumentó sus exportaciones a sus socios del área en un 15 por ciento, dijo Miguel Rodríguez, Presidente del Instituto venezolano de Comercio Exterior (ICE).

Aún más preocupante para el futuro del Pacto Andino es que la decisión de Fujimori "no tiene justificación legal", según las normas vigentes de la JUNAC y no se ampara en la cláusula de salvaguardia andina destinada a atender los problemas de sectores específicos, añadió Rodríguez. ■



La integración andina como todo intento de integración en Latinoamérica, sigue dependiendo "peligrosamente de la estabilidad política de nuestros gobiernos"

"Poco Legible"

DOCUMENTO Reunión de la Junta del Acuerdo de Cartagena
150023
5/5/92
Pacto Andino 11205

01-01

92 04116

Nº. DOCU
TITU
PR
FECH 11/4/92
VINCULACI

Grupo Andino congela negociación

SANTAFE DE BOGOTA. (EFE).- Colombia y Venezuela acordaron aplazar las negociaciones para un Arancel Externo Común de los paises del Grupo Andino, a la espera de que se resuelva la crisis institucional de Perú, confirmó ayer el Ministro colombiano de Comercio Exterior, Juan Manuel Santos.

No se trata de congelar el comercio andino ni de condicionar los acuerdos que ya se han logrado, sino de dar un tiempo para que se resuelva la situación política de ese país y se pronuncien los organismos multilaterales para poder seguir negociando, explicó el Ministro Santos.

Además de Perú, Colombia y Venezuela, el Grupo Andino está integrado por Bolivia y Ecuador, y las cinco naciones están comprometidas en un proceso de integración que implica una zona de libre comercio y que se ha demorado por las discrepancias que hay sobre el Arancel Externo Común (AEC).

Para discutir ese y otros temas, estaba prevista una reunión de la Comisión del Acuerdo de Cartagena para el próximo 22 de abril en Lima, pero fue cancelada por los mismos motivos.

El Ministro Santos recalcó que la decisión de Colombia y Venezuela no significa que se detenga el flujo comercial andino, pues no trata de una sanción económica contra el vecino país, sino simplemente de aplazar una negociación.

9204117

Pacto Andino

Hacia el gran mercado

Santa Fe de Bogotá

Las cinco naciones miembros del Pacto Subregional Andino son hoy ejemplo mundial al haberse convertido en el primer movimiento integracionista del continente americano y a su vez en vaso comunicante para la creación en el año 2000 del gran mercado latinoamericano. Transcurrieron 22 años desde que se suscribió su creación hasta el primero de enero pasado en que entraron simultáneamente en vigencia la zona de libre comercio y también la unión aduanera para Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela.

Ahora se realiza el tránsito libre de los productos de la subregión sin que sean considerados de contrabando, como ocurría anteriormente, cuando los mismos pueblos se encargaron de hacer la "integración" a su manera, según los precios fueran más favorables a uno u otro lado de la frontera. El mercado andino abarca a menos de 100 millones de habitantes ubicados en cinco millones de kilómetros cuadrados con un producto bruto anual de por lo menos 120.000 millones de dólares. Ese es el gran país que nació después de unos tormentosos amores que por momentos separaron a sus padres, hasta llevarlos hace dos años a la conciliación definitiva.

De los progenitores sólo vive el ex presidente colombiano Carlos Lleras Restrepo, fallecieron el chileno Eduardo Frei y el venezolano Raúl Leoni. A la suscripción del Acuerdo de Cartagena, que rige el Pacto Andino, asistieron los representantes presidenciales de Ecuador y Perú. Años más tarde, durante el régimen del general Augusto Pinochet, se retiró Chile.

NO POCOS PROBLEMAS

No fueron pocos los momentos difíciles del Pacto Andino, al que Venezuela se adhirió formalmente años más tarde durante el gobierno del presidente Rafael Caldera. Hasta no hace muchos meses era considerado como un organismo más de la burocracia internacional, pero llegó la decisión política de los cinco jefes de estado para salvarlo y se establecieron las reuniones presidenciales cada seis meses para superar los problemas que los técnicos no podían solucionar. Así quedaron atrás las crisis e incertidumbres en las que se movía este acuerdo integracionista.

Pero no todo será color de rosa, porque los ajustes en las políticas sociales y económicas también traerán sacrificios para la gente, porque ahora cada una de las naciones dejará de recibir decenas de millones de dólares por concepto de los aranceles, no serán pocas las fábricas que quebrarán al desaparecer el proteccionismo aduanero que les había permitido subsistir sin competencia en calidad y precios. Un ejemplo es el gobierno colombiano, que dejará de recibir en el primer año 357 millones de dólares; tendrá que buscar esos recursos, posiblemente, en nuevos impuestos internos.



Pero al mismo tiempo la expansión del mercado será notablemente más alta que en los dos últimos años, cuando comenzaron a darse los primeros pasos y se registró un crecimiento en 1989 del 10 por ciento y en 1990 del 24 por ciento, calculándose nuevos avances para el futuro. Los empresarios, en su mayoría, parece que también han abandonado el miedo a la competencia y en cambio ven un panorama con multitud de oportunidades de negocios asociados en el marco andino o simplemente con capitales nacionales. Sin embargo, las nuevas situaciones que se presentan exigen una visión más amplia hacia el futuro, por lo que se inició ya un proceso de armonización gradual y progresiva de las políticas económicas, el aumento de la fluidez en la circulación de bienes, capitales, servicios y personas.

La meta del Grupo Andino es mucho más ambiciosa que la propuesta por el presidente estadounidense George Bush con la Iniciativa de las Américas, porque los pasos de gigante que da lo llevarán hacia el mercado común y canal comunicante con los organismos integracionistas continentales como los compuestos por las cuatro naciones del Mercado del Cono Sur (Mercosur), los cinco centroamericanos y los 13 que conforman el organismo económico del Caribe (Caricom).

POLITICAS DE COMERCIO EXTERIOR

La anticipación del establecimiento de la unión aduanera deja como meta inmediata la armonización de políticas económicas, en especial las de comercio exterior, lo que no será fácil de lograr pues requiere acercamientos y coordinaciones de las políticas de desarrollo social y económico, incluyendo un tipo de cambio igual para todos frente al dólar, tasas de interés similares, eliminación de franquicias arancelarias, libre circulación de personas sin visas y de los flujos de capitales mediante la eliminación de restricciones a la inversión extranjera.

Ahora antes de 1995 se calcula que estará totalmente consolidado el Mercado Común Andino. ■

Alberto Rojas-Morales

01-01 92/04/18 4

Controversias en Honduras sobre Internacional Conservadora

TEGUCIGALPA. (EFE).- La iniciativa de crear una asociación de partidos conservadores de Iberoamérica, que impulsa el líder de la oposición española, José María Aznar, generó una controversia ayer en círculos políticos hondureños, en vísperas de su visita a este país centroamericano.

Aznar tiene previsto llegar hoy a la capital hondureña, procedente de Nicaragua, para cumplir una agenda que incluye citas con el Presidente Rafael Callejas, el Canciller Mario Carías Zapata y dirigentes políticos conservadores.

El presidente del Partido Popular (PP), el principal de la oposición en España, promueve en su actual gira el proyecto de crear el capítulo iberoamericano de la Unión Demócratica Internacional (conocida como Internacional Conservadora).

"Nosotros apoyamos esa idea, sobre todo ahora que los muros ideológicos se han derribado y el mundo impulsa la integración", dijo a EFE el presidente del Partido Nacional, gubernamental, Celín Discua.

El Partido Nacional será anfitrión de Aznar y tiene prevista una reunión de su comité central con el político español para conocer el proyecto que impulsa, "y darle nuestro apoyo total", dijo Discua.

Los conservadores hondureños promueven también una iniciativa similar, pero constreñida a Centroamérica, tomando en cuenta que los partidos de esa tendencia están en el poder en todos los países del istmo.

"Los dos proyectos encajan, y surgen en la coyuntura precisa cuando necesitamos impulsar los programas de transformación en la esfera económica y social", apuntó Discua.

En contraste, el presidente del Partido Demócrata Cristiano de Honduras, Ignacio Osorio, comentó que la iniciativa de Aznar "busca crear la alianza política de los neoliberales".

"Los conservadores tratan de formar instancias comunes para no perder sus privilegios y ganar espacio para alcanzar mayores cuotas de poder", subrayó Osorio.

En Honduras todos los partidos políticos legales, conservadores, liberales, democratacristianos, se encuentran inscritos en organismos internacionales afines; de igual forma, el PINU presentó una solicitud de adhesión ante la Internacional Socialista.

Aznar permanecerá 24 horas en Honduras, en el que ya estuvo a fines de la década pasada, cuando aún no era presidente del PP, y durante su estadía mantendrá un diálogo con la colonia española residente en esta nación centroamericana. ■

Internacional conservadora en marcha

GUATEMALA. (EFE).- El [illegible] presidente del Partido Po-pular de España (PP, oposición), José María Aznar, llegará hoy a Guatemala para proponer a líderes de partidos conservadores de este país la creación de un partido iberoamericano de esa tendencia.

En su segunda gira oficial por Iberoamérica, Aznar llegará a Guatemala después de haber visitado Venezuela y Costa Rica, y de aquí partirá hacia Nicaragua y Honduras.

Durante su estancia de tres días en Guatemala, tiene previsto entrevistarse con el presidente del país, Jorge Serrano, y con el vicepresidente, Gustavo Espina.

También se reunirá con los secretarios general y privado de la Presidencia, Manuel Conde y Guillermo González, respectivamente, y con el presidente del Congreso, Edmont Mulet.

Conde dijo a EFE que Aznar tratará con Serrano diferentes aspectos de cooperación, así como un acercamiento al proceso político guatemalteco, sin olvidar la iniciativa de crear una Internacional Conservadora Iberoaméricana.

Aznar se reunirá, además, con los principales líderes de la oposición guatemalteca, los ex candidatos presidenciales Jorge Carpio, de la Unión del Centro Nacional (UNC), [illegible] Cabrera, de la Democracia Cristiana (DC).

El dirigente conservador español también será recibido por el Procurador de los Derechos Humanos, Ramiro de León Carpio; el ministro de Defensa, general José Domingo García, y dirigentes empresariales.

Aznar, de 38 años, llegará a Guatemala acompañado por su esposa, responsables del área internacional del Partido Popular español y periodistas de medios de comunicación de España.

El sábado ofrecerá una conferencia de prensa en un hotel de la capital guatemalteca, para dar a conocer los resultados de sus reuniones en este país.

Nº DOCU...
TITU...
P... La Mañana 150015
F... 2-4-92.
VI...

PROPONEN CREAR EN CENTROAMERICA UNA INTERNACIONAL CONSERVADORA

LOS conservadores europeos han salido a reclutar partidos hermanos en América latina para crear un "espacio común" de la derecha continental

SAN JOSE.- Varios dirigentes de partidos conservadores centroamericanos se han mostrado interesados en la propuesta del Presidente del derechista Partido Popular (PP) español, José María Aznar, de crear un "espacio común" para esa ideología en Iberoamérica.

El Presidente del Partido Nacional Conservador de Nicaragua (PNC), José Castillo Osejo, comentó que hay condiciones para crear una internacional conservadora iberoamericana, como propone el jefe del principal partido de la oposición española, que ayer comenzó en Costa Rica una gira por cuatro países de Centroamérica.

Osejo observó, sin embargo, que se deberá limitar esa organización a partidos conservadores, porque si se aceptan movimientos de otras tendencias, como los democristianos, se correrá el peligro de una división posterior.

El PNC es uno de los cuatro partidos de Nicaragua denominados oficialmente conservadores, todos afiliados a la coalición que en 1990 llevó a la Presidencia a Violeta Chamorro, la Unión Nacional Opositora (UNO), que sigue con este nombre aunque está en el Gobierno.

El partido de Osejo está afiliado a la Unión Democrática Internacional (UDI) y a la Unión Democrática Hispanolusoamericana (UDHLA), ambas agrupaciones de derecha y centro-derecha.

El Presidente del Congreso de Guatemala, Edmond Mulet, del principal partido de oposición de su país, la Unión del Centro Nacional (UCN), se mostró interesado también en escuchar la propuesta de Aznar.

La posible creación de la organización conservadora iberoamericana "será una de las cosas que tendremos que hablar en nuestra reunión del próximo viernes', dijo Mulet, tras advertir que no conoce aún bien esa propuesta.

"Aznar es uno de los principales dirigentes políticos de España y será muy interesante dialogar sobre su país y el nuestro", agregó el presidente del Parlamento de Guatemala.

Por su lado, el portavoz del Gobierno de Guatemala, Gonzalo Asturias, declaró que el Presidente de ese país, Jorge Serrano, conoce personalmente a Aznar, con cuyo partido mantiene "excelentes relaciones".

El Gobierno conservador guatemalteco está encabezado por el partido de Serrano, el Movimiento de Acción Solidaria (MAS).

En Honduras, Aznar tendrá sus principales contactos con dirigentes de otro grupo conservador, el Partido Nacional (PN), al que pertenece el Presidente del país, Rafael Callejas.

El PN está afiliado a la Unión Internacional de Partidos Conservadores, a la que también pertenece el PP de Aznar.

El principal partido de oposición de Honduras, el Liberal, también de derecha, está igualmente afiliado ya a la Internacional Liberal.

Aznar llegó ayer a San José, procedente de Venezuela, para entrevistarse con el Presidente de Costa Rica, Rafael Calderón, del Partido de Unidad Socialcristiana (PUSC).

Histeria antieslava se gana calles chechenas

MOSCU. (EFE).- El Presidente de Chechenia, Dzhojar Dudayev, ha decretado el control sobre las tropas de la Comunidad de Estados Independientes (CEI) desplegadas en su república, informó ayer la agencia "Nega".

Dudayev dio esta orden después del intento de asonada protagonizado por la oposición armada, que tomó durante varias horas la televisión de Grozni, la capital, en un violento enfrentamiento en el que hubo muertos y heridos.

El decreto de Dudayev se produce después de las acusaciones que él mismo vertió, de que el mando de las fuerzas de la CEI estaba del lado de los opositores.

Diputados chechenos acusaron ayer en intervenciones en la cámara a las fuerzas armadas de la CEI de "preparar una intervención en territorio checheno".

En la frontera chechena con el Daguestán y Rusia se han detectado concentraciones anormales de tropas, según estos diputados.

Ayer, se supo que una división destacada en Osetia del Norte y helicópteros en Georgia habían sido puestos en estado de alerta.

Además más de 200 blindados fueron concentrados en la localidad de Burunnoi, en territorio checheno.

En los enfrentamientos del martes murieron cuatro guardias nacionales fieles a Dudayev, un anciano que fue asesinado por los asaltantes a la televisión y tres milicianos de la oposición, según dijo Lema Chavayev, portavoz de la presidencia.

La situación estaba en calma ayer al cierre de edición en Grozni, aunque miles de personas siguen concentradas en el centro de la ciudad en apoyo de la independencia de Chechenia y en contra de la oposición que "quiere someternos de nuevo al yugo ruso".

El Parlamento checheno, que anteayer decretó el estado de emergencia y concendió poderes extraordinarios a Dudayev, aprobó ayer una resolución en la que acusa a los círculos "reaccionarios de Rusia" de provocar el conflicto en la república chechena con ayuda de la oposición local. ■

03-03 920411

D/3.

3247

SECRETO

COPIA N°. 5

ARCHIVO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
040700/MAY/1992
(i)

1/3

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 10 /92

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DEL DPTO. II(INF) E.M.E.

COPIA 2: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 4: SR. 2do.COMANDANTE DE LA D.E. I.

COPIA 5: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

08 MAYO 1992

11 MAYO 1992

EL SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D. G. I. D.

Coronel

Héctor H. Lluis

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... Defensa
Fecha de Entrada: 12 MAYO 1992
Pase a: antecedentes
N°. de Orden: 9204120

8/5/92

001/13

SECRETO

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

DEPARTAMENTO NRO.III.lrr.

Montevideo, 11 de mayo de 1992.-

SEÑOR DIRECTOR:

Informo a Usted, que las personas Gabriela Lilián GONZALEZ HERNANDEZ, y Otros, carecen de antecedentes penales en ésta.

Saluda a Usted atentamente.

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO NRO.III.

COMISARIO:

LUIS E[illegible]DO URRUTIA DIAZ

Montevideo, 12 MAYO 1992

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia

EL SUB DIRECTOR NACIONAL DE LA D.N.I.I.

Insp. Mayor

Jésus PONTE

DIS[illegible]

ESTA INFORMACION ES A[illegible] PARA U[illegible] EXCLUSIVO Y E[illegible] GIDO [illegible] AUTORIDAD QUE [illegible] TA Y NO SE LE DARA VISTA O [illegible] LA PARTE INTERESADA

002

9204120

- GONZALEZ HERNANDEZ Gabriela Lilián
  C.I. N°4.008.984-2
  C.C. RBD N°19320
- GONZALEZ FAGUNDEZ Nelson
  C.I. N° 4.051.309-1
  C.C. TFD N° 16.386
- HERNANDEZ BLANCO Gladys Luz
  C.I. N° 2.574.404-7
  C.C. TFD N° 19593 (Traslado RAA N°5614)
- MORALES RODRIGUEZ Gabriel Enrique
  C.I. N°1.874.012-1
  C.C. BNA N°51.311
- RODRIGUEZ BOSCHI Maurilia Cristina
  C.I. N° 1.044.949-6
  C.C. ABA N° 3566
- MORALES RODRIGUEZ Fernando Sebastían
  C.I. N° 3.658.771-7
- RODRIGUEZ Juan Enrique
  C.I. N°1.000.834-5
  C.C. BMA N°15.924
- FAGET TORICEZ Silvana
  C.I. N°2.832.628-2
  C.C. CMD N°11.051
- FAGET NAVARRO Cesar Augusto
  C.I. N° 603.880-3
  C.C. CMD N°8623
- TORICEZ DE ARMAS Blanca Irene
  C.I. N°969.372-1
  C.C. CMD N°1885
- FAGET TORICEZ Moyra Cristina
  C.I. N°2.007.498-4
  C.C. APB N°10.111
- FAGET TORICEZ Oscar Diego
  C.I. N°2.542.181-1
  C.C. CMD N° 11.055
- FAGET TORICEZ Fernando Aquiles
  C.I. N° 3.434.354-7
- GONZALEZ PUGLIA Luis Andrés
  C.I. N°2.910.950-8
  C.C. CMD N°11.728
- RIENZI BERGALLI Humberto

COMUNIDAD EUROPEA INTENSIFICA LOS CONTROLES BANCARIOS

07-04-92

BRUSELAS, 7 (AP).— La Comunidad Europea (CE) adoptó nuevos reglamentos para acentuar los controles en los bancos que integran grupos multinacionales, informó hoy la Comisión de la CE.

Las nuevas normas de supervisión consolidada llenan una brecha en las leyes bancarias de la CE, puesta de relieve el año pasado por la liquidación del Banco de Comercio y Crédito Internacional (BCCI), acusado de fraude.

El BCCI eludió las previas normas de supervisión de la CE, que sólo abarcaban las operaciones de grupos encabezados por un banco. Las actividades del BCCI eran dirigidas por una compleja y secreta trama de compañías de valores en cartera de distintos países, lo que no permitía determinar con claridad cuáles eran las autoridades supervisoras.

Los inspectores nacionales informarán a los otros sobre la situación financiera de la parte del grupo multinacional que le concierne para trazar un panorama general de la solvencia del conjunto.

La comisión de la CE indicó que continuaría examinando nuevas medidas pero no dio detalles.

En mayo debe proponer un sistema de garantía de depósitos que le daría a los depositantes un nivel mínimo de protección en los casos de quiebra del banco.

Nº 92C4122
TI CEE reconoce a Bosnia
P 150015
FECH 7/4/92
VINCUL CEE 12640
Bosnia 10216

CEE reconoce a Bosnia

070492

LUXEMBURGO. (EFE).- La Comunidad Europea (CE) decidió ayer reconocer a Bosnia-Herzegovina a partir del 7 de abril y levantar las sanciones económicas decretadas contra Serbia, si esta república cumple las condiciones impuestas por los "Doce".

El presidente de la Conferencia de Paz sobre Yugoslavia, Lord Carrington, aconsejó a los "Doce" el reconocimiento de Bosnia, a pesar de que consideró "caótica" la situación en Sarajevo (capital bosnia).

01-01

1204122

Nº D... 9204123
TITULO Cooperación Uruguay CEE
P... 15007
FECHA 25/3/92
VINCULACI... CEE 12640
Uruguay 10020

ACUERDO DE COOPERACION URUGUAY Y CEE

BRUSELAS, 24 (ANSA).— Uruguay y la CEE firmaron hoy en Bruselas un acuerdo para la cooperación en los sectores fitosanitario, veterinario y de higiene alimentaria.

Por Uruguay firmó el acuerdo el embajador José María Araneo y por la Comunidad Europea Ray Mac Scherry, responsable de Agricultura en la Comisión, el Poder Ejecutivo de la CEE.

En el aspecto fitosanitario, el acuerdo prevé una colaboración en los ámbitos técnico y normativo, mediante acciones de control y de lucha contra los organismos nocivos, en particular contra el chancro, bacterismo de los citrus y la mosca de la fruta.

En el marco de este acuerdo, se crearán centros de estaciones de cuarentena, y se instrumentará la informatización de los servicios y la formación de personal.

Se prevé además una colaboración en otros sectores como la agricultura biológica y la certificación de plantas y semillas.

La cooperación en los sectores veterinario y de higiene alimentaria comprenderá, entre otros, los rubros Producción de Alimentos, Residuos Biológicos, [illegible] de la Carne, [illegible] de Productos y Normalización de los Alimentos, y la introducción de nuevas técnicas de inspección.

En materia de salud y protección de los animales, el acuerdo prevé cooperación contra la fiebre aftosa, patología de las abejas y [illegible] bovina y para la armonización regional de la legislación veterinaria de Brasil, Uruguay, Argentina, Chile y Paraguay.

Según el acuerdo, la CEE participará, mediante los fondos existentes al efecto, en los gastos que podría ocasionar la aplicación del convenio.

01 - 01

9204123

Analizan hiperinflación de la violencia en la región

SANTIAGO DE CHILE. (ANSA, EFE y UPI).- América latina se ha acostumbrado a las cifras de varios dígitos cuando se habla de violencia que, más allá de lo político, se ha transformado en un fenómeno cultural y estructural en la región, según un estudio de la Comisión Sudamericana de Paz (CSP).

"Homicidios comunes, terrorismo, narcotráfico, asesinato de niños y escuadrones de la muerte se mezclan en una cuenta horrorosa que ha transformado a la región en una geografía de la muerte", dijo Santiago Escobar, autor del trabajo y director académico del organismo subregional sudamericano.

En Colombia muere una persona cada 22 minutos por un hecho violento; en Perú, los índices de violencia política superan tres veces a los del Líbano y en Brasil, en cinco meses, fueron asesinados más de 400 niños de la calle, según el autor.

El mayor porcentaje de muertes violentas en la región corresponde a jóvenes de entre 15 y 35 años, en su gran mayoría hombres, destaca el trabajo de la Comisión de Paz, que llama la atención especialmente sobre la situación de los niños.

Según Escobar, en estos momentos en América latina "es peligroso ser niño" y recuerda que en Brasil 15 millones de menores viven en las calles expuestos a ser asesinados frente a una sociedad impasible que ya ni siquiera se asombra.

En Perú, proliferan los "pirañas" o niños de la calle y en ese país se han multiplicado las denuncias sobre tráfico de órganos de menores y casos de esclavitud infantil.

Según el experto, en este contexto a nadie puede extrañar entonces que la "violentología" sea ya una especialización en las ciencias sociales de la región, tan útil como la antropología, la geografía o la estadística a la hora de interpretar los hechos sociales.

"Se trata de una violencia que se ha independizado de ideologías y se ha instalado como un recurso doméstico, abundante y barato para resolver conflictos y carencias", plantea el estudio.

9204125

FECHA 02-04-92

Ministros del Cono Sur contra el narcotráfico

LOS ministros del Interior del Cono Sur firmaron en Buenos Aires una serie de acuerdos en relación a la migración, tránsito y control de personas, y lucha contra el narcotráfico y delincuencia organizada, en el marco de la reunión celebrada los pasados 30 y 31 en la capital argentina.

En el encuentro, donde participaron jerarcas de Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Paraguay, Perú y Uruguay, se consideró que "sólo por la acción concertada de los gobiernos democráticamente elegidos de la región será posible ofrecer una adecuada respuesta preventiva y represiva ante modalidades delictivas trasnacionales, que constituyen un flagelo para sociedades que desean vivir con seguridad en libertad", según quedó establecido en los considerandos de las resoluciones firmadas.

MIGRACION

"Considerando la situación irregular de miles de inmigrantes originarios de los países de la región, los gobiernos manifiestan su voluntad política de regularizar la situación de personas que se encuentran en esa condición", se estableció al término del encuentro. También se destacó el valor de la amnistía que en este sentido dictó Argentina, y la reciprocidad manifestada por las máximas autoridades de Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay, así como varios convenios bilaterales en el continente.

Respecto a la circulación de personas, "se propende a la eliminación de visas de turismo entre los países de la región, incorporar controles únicos en las áreas comunes y establecer documentos nacionales únicos en cada uno de los países", así como el establecimiento de un banco de datos y una red de información para la mejor identificación de los viajeros.

NARCOTRAFICO

El adecuado combate del narcotráfico y la "delincuencia organizada" ocupó un lugar de destaque en las consideraciones de los titulares de secretarías del Interior del Cono Sur, y se asumieron varias resoluciones en este sentido.

La uniformización de las disposicions legales penales y procesales, tipificando las nuevas formas adoptadas por la "delincuencia organizada y terrorista de la región" aparece como el primer punto de los acuerdos, así como la reformulación del delito de la reincidencia, de modo de poder incorporar los antecedentes en otros países para cualquier proceso en curso a la instrucción penal graduación de la pena a aplicar.

Otro de los aspectos considerados básicos fue la agilización de los trámites de extradición, "teniendo en cuenta la importancia de este instituto del derecho internacional para una rápida y efectiva respuesta frente a la delincuencia organizada y terrorista".

Asimismo se asumió la tarea de información entre los países signatarios de estos acuerdos y la unificación de disposiciones registrales, "especialmente en materia de automotores", tal como quedó establecido.

Varias de estas consideraciones fueron incluidas en el capítulo correspondiente al "Tráfico y Control de Estupefacientes", que incluye además la "pronta aplicación de los reglamentos modelo para control de precursores químicos y lavado de dinero elaborados por la CICAD".

No se desconoció, por otra parte, la necesidad de "fortalecer los planes de desarrollo alternativos en los países productores, aumentando los recursos necesarios sobre la base del principio de las responsabilidades compartidas", propendiendo simultáneamente a la multiplicación de los programas de asistencia bi o multilaterales en la lucha contra el narcotráfico, exhortando a los gobiernos a "fortalecer e incrementar su participación en los programas regionales" contra este mal.

9204125

NRO. DOCUMENTO
TITULO
PROC. 150023
FECHA 1/4/92
VINCULACION

Buenos Aires, por nuestro corresponsal Isidoro Gilbert

■ Con un llamado a "la acción concertada" para prevenir y reprimir el terrorismo y el narcotráfico concluyó la reunión de dos días de los ministros del Interior y representantes de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Ecuador, Paraguay, Perú y Uruguay.

La creación de bancos de datos y de una red de información, sobre "individualización de personas que se desplazan" por los países sudamericanos, aparece como un embrión de colaboración colectiva en la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo.

El documento final no es tan explícito, pero los observadores que siguieron atentamente el cónclave señalan que los ministros reunidos avanzaron en la coordinación a nivel policial, fuerzas de seguridad e inteligencia. Respecto a acuerdos regionales al nivel militar, el ministro del Interior argentino, José Luis Manzano, lo negó terminantemente. "Eso lo deben decidir los ministros de Defensa", señaló.

"Sólo la acción concertada de los gobiernos democráticamente elegidos de la región hará posible ofrecer una adecuada respuesta preventiva y represiva de las modalidades delictivas transnacionales", destaca el documento final.

Para enfrentar a "la delincuencia organizada y terrorista", se recomendó a los gobiernos "propender a la uniformidad de las disposiciones legales y procesales", así como reformular "el instituto de la reincidencia en materia penal, tendiente a considerar los antecedentes por delitos cometidos en otros países de la región, como salidos a los efectos de la instrucción del proceso penal y graduación de la penal".

Ese es el sentido del llamado "delito regional" donde además se buscará agilizar los trámites de extradición, reforzar el intercambio de información, unificar los registros sobre automotores.

Los ministros resolvieron hacer suyas las recomendaciones de la Comisión Internacional Contra el Abuso de Drogas (CIAD), realizada recientemente en Punta del Este, sobre el lavado de dinero. Ese encuentro propuso la eliminación del secreto cambiario, de las cuentas numeradas y la identificación de los depositantes.

Los ministros reconocieron "especialmente" la significación y el alcance de la amnistía que en los primeros días de mayo dictará el gobierno argentino, alcanzando entre 400 y 500 mil personas que residen ilegalmente en la Argentina, según anticipó Manzano. Los representantes del Uruguay, Paraguay, Chile y Bolivia, anunciaron que sus gobiernos adoptarán medidas de reciprocidad en la materia. Brasil y Bolivia ya la han dispuesto y están en vigencia convenios entre Ecuador y Chile y entre Ecuador y Colombia, encaminados hacia la misma dirección.

Los ministros recomendaron "eliminar las visas de turismo" para facilitar el tránsito de personas y el proceso de integración económica. El Banco de Datos propuesto será un seguro, dice el documento final. En el cónclave se intercambiaron informaciones sobre grupos de acción directa y el reciente atentado contra la Embajada de Israel en Buenos Aires.

1.04.92

920425

FECHA 31/3/92

VINCULACI...

La República — Martes 31 de marzo de 1992 — La Política

Juan Andrés Ramírez sostuvo en la cumbre de Buenos Aires que no hay subversión en Uruguay

Ministros del Interior de Sudamérica eval[illegible] en forma reservada posibles focos terroris[illegible]

● *El argentino José Luis Manzano propuso crear la figura de "delito regional" para el narcotráfico*

La propuesta de coordinación policial y de inteligencia para combatir el terrorismo estuvo en el centro de atención del encuentro de ministros del Interior de Sudamérica que comenzó ayer en Buenos Aires. Se intercambiaron informes sobre grupos de acción directa y se abordó la modificación procesal de los casos de narcotráfico, buscando incorporar la figura del "delito regional". El ministro argentino José Luis Manzano anticipó una amnistía para inmigrantes ilegales.

Argentina, por nuestro corresponsal Isidoro Gilbert

■ Argentina insistió ayer en lograr una coordinación operativa de las fuerzas de seguridad para combatir al terrorismo, en el marco de la segunda ronda de dos días del encuentro de ministros del Interior sudamericanos que inauguró aquí en la Casa Rosada el titular de la cartera política, Jose Luis Manzano.

Este declaró que la Argentina propone articular algún tipo de "seguridad conjunta contra el terrorismo" de los servicios de inteligencia y seguridad, y eventualmente con el apoyo "logístico" de las Fuerzas Armadas. "No confundir. Se trata de coordinar Inteligencia y Policía. Por ahora no hay condiciones para hablar de coordinación militar", aportó una calificada fuente a LA REPUBLICA.

La semana pasada, en la reunión del Grupo de Río que se realizó en esta ciudad, la Argentina reiteró —informalmente, no en el temario— su vieja idea de institucionalizar dentro de la OEA la Junta Interamericana de Defensa. Dicho de otro modo, conformar una fuerza multilateral, teóricamente para enfrentar a uniformados golpistas, al terrorismo y al narcoterrorismo. La propuesta fue obviada en ese encuentro, pero la cancillería argentina fue muy criticada por varios diarios, especialmente por Clarín, por motorizarla.

Los ministros actualizaron informes sobre la actividad de fuerzas políticas que supuestamente tendrían grupos de acción directa, dijeron fuentes confiables a este diario. Recientemente, el Consejo Nacional de Seguridad, que preside Manzano, discutió un informe sobre el Frente Patriótico Manuel Rodríguez y sus vínculos sudamericanos.

El ministro peruano hizo un informe más dramático, habida cuenta del accionar de varios grupos guerrilleros en ese país.

El viceministro del Interior de Chile destacó que en su país actualmente hay alrededor de un centenar de militantes de organizaciones armadas, pero que están bajo control, dijeron las fuentes a LA REPUBLICA. La delegación uruguaya subrayó que hoy no hay vestigios visibles de actividad "subversiva" y que importa más a las autoridades el aumento de la violencia delictiva, afirmaron las fuentes.

Otras cuestiones que comenzaron a ser analizadas por los ministros están vinculadas con la política de migraciones, la delincuencia y el tráfico y control de estupefacientes.

El encuentro es la continuación del que los ministros del Interior sudamericanos realizaron en Santiago de Chile, en diciembre de 1991, acicateados por el atentado que en principio se adjudica a la Jihad Islámica contra la Embajada de Israel ocurrido el 17 de marzo pasado.

En este sentido la reunión permite a sus participantes intercambiar información y elaborar estrategias conjuntas, si se acuerda ese criterio.

Manzano anunció que en abril el gobierno dictará una amnistía automática para legalizar inmigrantes irregulares que se encuentran en el país y tengan residencia acreditada antes del 31 de agosto de 1991.

Además de Manzano, participan los ministros del Interior de Uruguay, Juan Andrés Ramírez; de Perú, general de División Juan Briones Dávila; de Bolivia, Carlos Saavedra Bruno; de Ecuador, César Verduga; y los viceministros de Chile, Brasil y Paraguay.

Respecto al tema migratorio, los ministros buscan [illegible] conjuntos sobre el [illegible] dentes ilegales [illegible] las tentativas para [illegible] común de documentación [illegible]

En cuanto a la [illegible] tivo del encuentro es "[illegible] ma de cooperación [illegible] intercambio de información [illegible] países sobre [illegible] grupos terroristas", [illegible] nicado del Ministerio del Interior.

Los ministros [illegible] ción procesal en los [illegible] fico, a efectos de [illegible] "delito regional", [illegible] acordar la [illegible] tivos de control en [illegible] sudamericanos.

También Manzano [illegible] hasta dónde [illegible] sobre el atentado a la [illegible] Israel. Una investigación [illegible] de Israel y la CIA, [illegible] de inteligencia [illegible].

9204125

UNA AMENAZA QUE AHORA ES TOMADA EN SERIO

El fantasma de Sendero

Luego del autogolpe, el presidente Alberto Fujimori puso en un millón de dólares el precio por la cabeza de Abimael Guzmán, el "Comandante Gonzalo", líder de Sendero Luminoso, y en 50.000 dólares la recompensa por cualquier información sobre su paradero. El enviado de Clarín en Perú constató que la delación cuesta muy cara y que hasta los jueces ruegan no tener que vérselas con un senderista detenido: el grupo guerrillero maoísta no perdona a los delatores.

Clarín EN LIMA

LIMA, 25 (Enviado especial). — **Alberto Fujimori**, afirman algunos de sus laderos, está hoy íntimamente convencido de que si logra colocar el guante policial o militar alrededor del cuello del **Comandante Gonzalo**, el inasible líder de la organización guerrillera **Sendero Luminoso**, la mayor parte de los problemas que enfrenta en el mundo su gobierno desaparecerán como acto de prestidigitación.

Pero el golpe de Estado del 5 de abril no modificó nada sustancial en la naturaleza de una captura que sigue siendo un acto de magia en la mente de muchos peruanos.

Desde la medianoche del fujimorazo, el presidente duplicó la recompensa que pesa sobre la cabeza del jefe senderista (ahora es de un millón de dólares) y también el botín (u$s 50.000) por aportar información que conduzca hasta el recóndito paradero del doctor **Abimael Guzmán**, el académico de mirada intensa devenido mesías del terremoto social latinoamericano y "de una nueva aurora continental".

Pero la delación cuesta; es más cara que el platino en el mundo senderista. La semana pasada, en uno de los asentamientos humanos de las afueras de la capital, a los que los peruanos denominan con el elegante eufemismo de *pueblos jóvenes*, un grupo de acción directa de la organización secuestró a un taxista sospechado de colaborar con las fuerzas de seguridad.

El grupo llevó al infeliz hasta un descampado y lo fusiló. Luego introdujo el cadáver nuevamente en el vehículo y procedió a volarlo con una dosis generosa de explosivo plástico. La naturaleza inapelable de testimonios como este no pasa inadvertida para nadie; menos aun para los propios militares y policías y para los jueces, muchos de los cuales rezan en silencio para que ningún senderista apresado aterrice en su sede judicial.

Los "senderólogos" —una especialización antes exótica que está comenzando a crecer, también en los círculos académicos del mundo desarrollado— generaron un consenso instantáneo según el cual el golpe de Fujimori solo podrá empeorar el calamitoso estado de la lucha contra Sendero que es —junto con la corrupción y el narcotráfico— uno de los pilares del trípode argumental sobre el cual el presidente quiere asentar la lógica de su quiebra institucional.

"Fujimori sacrificó el valor más caro en la lucha contra Sendero, el de la legitimidad", afirmó a **Clarín Gustavo Gorriti Ellenbogen**, el autor de "Sendero-Historia de la Guerra Milenaria en el Perú" y quizá el más respetado de los senderólogos peruanos.

Los senderólogos se han vuelto cautos: entre 1982 y 1986 la mayoría vaticinó una y otra vez la inminente derrota y desaparición de Sendero. Pero el fundamentalismo maoísta no solo ha sobrevivido con la apelación a los valores esencialmente campesinos de su mensaje dando muestras de arraigo en las comunidades indígenas peruanas, sino que el número de adherentes (entre 15.000 y 25.000 según los cálculos) y de efectivos en armas (entre 7.000 y 10.000) ha crecido considerablemente aun cuando los números resulten de escasa relevancia formal si se los compara con los 23 millones de habitantes con que cuenta el país.

El factor nuevo es la creciente vinculación extorsiva de Sendero con el campesinado que, en las alturas difícilmente accesibles del Perú, cultiva coca, y con los narcotraficantes, que transforman la hoja en el veneno internacional de la cocaína. No hay evidencias de que SL participe de este comercio, pero la venta de "garantías de seguridad" le proporcionan —según Gorriti Ellenbogen— entre diez y doce millones de dólares anuales. En este terreno, SL está librando una segunda lucha sórdida con las fuerzas armadas y policiales: ambos reclaman el derecho de recolectar el narcotributo.

La opinión de Gorriti Ellenbogen es compartida por los políticos de la oposición. "El golpe de Fujimori solo tiene dos ganadores: primero, **Guzmán, que legitima la rebelión de su grupo alzado en armas**, y después, **Alan García** (ex presidente y máximo dirigente del APRA), que adquiere un protagonismo increíble", aseguró **Máximo San Román**, el hombre que disputa la legitimidad a Fujimori.

En verdad, desde ese primer domingo de abril, las cosas no parecen haber tomado, en la perspectiva, un rumbo mejor para el gobierno. Sendero respondió al golpe de Estado cometiendo un atentado por día durante la primera semana.

Además de la tragedia y la sangre que produjeron, estas acciones revelaron que la organización puede haber penetrado el cinturón de pobreza extrema que rodea a Lima con más eficiencia de la que la inteligencia militar y policial había registrado. La teoría del cerco sobre la capital —mezcla de información y vaga paranoia colectiva—, que ha venido consolidándose en los últimos años, reci[illegible]

[illegible]

[illegible]
TITULO [illegible]
P[illegible]
FECHA DE EDICION 22/4/92
VINCULACIONES

El poder de Sendero no ha disminuido, según el Pentágono

220492

Washington (AFP)

El Sendero Luminoso, la última organización terrorista que en América Latina amenaza al ejército y las estructuras del Estado, está tan arraigada en Perú que lograría sobrevivir incluso a la muerte de su líder, Abimael Guzmán, estiman especialistas norteamericanos.

En un informe efectuado por la organización Rand para el Pentágono y el Departamento de Estado, Sendero no está perdiendo ninguna de sus cuatro batallas: 1) por el control de las zonas de emergencia, 2) por el control de la producción de la coca en el Valle del Alto Huallaga, 3) por la penetración en las áreas rurales que todavía no están bajo control militar y 4) por las ciudades.

Sendero Luminoso ha probado ser resistente y paciente, y ni siquiera la captura o muerte de Abimael Guzmán será suficiente para derrotarlo, agrega el informe Rand. Como mártir o leyenda, Guzmán seguirá siendo por mucho tiempo una fuerza y un ejemplo para quienes lo sucedan, estima el análisis.

Su fuerza actual es estimada por Estados Unidos en unos 25.000 efectivos, de los cuales tres a cinco mil combatientes "a tiempo completo", el doble en "milicianos", y el resto en otros "cuadros". Estudiosos peruanos creen sin embargo que Sendero puede movilizar de 40 a 60 mil elementos.

Hasta ahora los servicios de inteligencia peruanos no han logrado penetrar la cadena de mando de Sendero Luminoso, mientras el grupo ha penetrado en cambio tanto a las Fuerzas Armadas como a la policía, según informes coincidentes de fuentes peruanas y [illegible].

Ex profesor de filosofía, Abimael Guzmán es llamado por sus seguidores "presidente Gonzalo" y considerado "la cuarta espada del marxismo" (después de Marx, Engels y Mao).

[illegible]

[illegible]

[illegible]

En realidad, la tercera parte de las 183 provincias peruanas y la mitad de la población viven en "zonas de emergencia", bajo autoridad militar, a causa de las actividades de Sendero Luminoso, según la organización Rand.

En las elecciones municipales de [illegible] Sendero impidió que se presentaran candidatos en [illegible] ciudades, y las comicios fueron anulados en 220 de las [illegible] jurisdicciones, ya por falta de candidatos, [illegible] inmediatamente tras haber sido elegidos, o porque se depositaron insuficientes votos.

Sendero cobra "impuestos" en las carreteras, a los vendedores ambulantes, y a los narcotraficantes que sacan la pasta de coca en avionetas del Valle del Alto Huallaga. En esta última zona, el ejército sólo esporádicamente disputa la autoridad de Sendero Luminoso.

02 - 02

9204126

"NO LLEGAN CAPITALES" A AMERICA LATINA Y EL PBI SIGUE "ESTANCADO"

EL Ec. Leonardo Bleger analizó el proceso de integración y la situación de la región

"La experiencia muestra que en gunos países pese a haberse al- unzado *niveles* de estabilidad onsiderables, los capitales del ex- rior no llegan y el producto ontinúa estancado", señaló el conomista argentino Leonardo leger del *Instituto* Movilizador de ondos Cooperativos en las con- usiones de un análisis sobre la Situación Económica de América atina".

Este estudio se *inicia advirtiendo* e "los países de América latina ontinúan afrontando severos ocesos de ajuste como con- cuencia del gravoso endeu- umiento externo y de los pro- undos desequilibrios macroeco- ómicos que atravesaron estos aíses en la década del 80".

Además Bleger consideró que también pesan en la *crisis* actual s *profundas* distorsiones estruc- urales que han caracterizado a la gión".

Entre estos aspectos destaca "el ermanente drenaje de recursos al terior, las deficiencias de la tructura industrial, la concen- ación de la propiedad de la tierra su ineficiente explotación, el terioro en los términos del in- rcambio, las carencias de su fraestructura y las profundas esigualdades en la distribución de s ingresos, entre otros".

ROGRAMAS

Leonardo Bleger sostiene que la mayoría de los países de la gión están encarando programas estabilización y de reformas tructurales enmarcados en los ocesos de refinanciación de las bligaciones externas con los or- anismos financieros internacio- ales y la banca acreedora".

Asimismo, comentó que "estos ogramas, con diferencias de ma- ces, se caracterizan por un mayor fasis en la actividad exportado- , la apertura comercial con el terior, el ajuste fiscal, la mayor stricción monetaria, la liberali- ción de la actividad financiera, s privatizaciones de empresas iblicas y la desregulación de la tividad económica".

"Los diferentes países, sin em- rgo, atraviesan etapas muy dis- ntas en la implementación de tos programas", indicó el eco- omista argentino al tiempo de precar que "algunos han alcan- do resultados en la reducción gnificativa de la tasa de inflación están consolidando las reformas tructurales" y "otros conservan sas de inflación muy elevadas y tán en una etapa inicial en la strumentación de las reformas".

ISTEMA FINANCIERO

El Ec. Leonardo Bleger, en rela- ón al sistema financiero, consi- ra que "en la mayor parte de los stemas se están llevando a cabo ofundas modificaciones como arte de los programas de estabi- ación y reformas".

Al mismo tiempo identifica los principales elementos que caracte- rizan esas reformas financieras, que se aplican con diferente inten- sidad y matices en cada país de la región.

Puntualizando aludió a "la *apertura de los sistemas financie- ros nacionales* al mercado fi- nanciero mundial", precisando que "en muchos casos la instaura- ción de un mercado libre de cambios es la base para lograr esta mayor conexión con el exterior".

También refirió a "la desregu- *lación* en *materia* de tasas de *interés,* cupos de crédito y orien- tación de los préstamos"; a la "mayor flexibilidad para la parti- cipación de bancos y agentes fi- nancieros del exterior en los mer- cados locales"; a la "*privatización* de las entidades financieras públi- cas o recortes a su actividad"; a las "mayores exigencias de capital y supervisión más estricta sobre las entidades financieras"; y la "nueva normativa y medidas fis- cales tendientes a desarrollar los mercados de capitales".

ALGUNAS CIFRAS

En dicho estudio Bleger señala que "la *capitalización* del *mercado* de valores en América latina ha pasado de 40.000 millones de dó- lares en 1980 a 74.000 millones de dólares a fin de 1990".

"Un fenómeno más reciente, posibilitado por las refinanciacio- nes globales de la deuda, es la colocación de bonos gubernamen- tales y privados en el mercado internacional", agrega el econo- mista argentino.

Destaca además que "el desa- rrollo de los mercados de valores se concentra *casi* exclusivamente en las economías más desarrolladas de la región, siendo casi inexistentes en las economías más pequeñas".

LA INTEGRACION

Paralelamente, refiere en parti- cular al proceso de integración en América latina, observando "un fuerte impulso" y citando como muestra de ello "la proliferación de acuerdos".

Menciona entonces "diversas combinaciones de países que apuntan a una significativa y rá- pida liberación del intercambio mutuo".

Considera también que "existen importantes obstáculos a superar" e identifica características comunes en los acuerdos de integración.

Entre esas características co- munes, refiere:

a)Los acuerdos se celebran entre unos pocos países geográficamente cercanos que ya tienen vincu- laciones comerciales relativamente fuertes. La excepción son algunos acuerdos celebrados por Argenti- na, Chile y México.

Estas agrupaciones no nece- sariamente coinciden con las su- bregiones preexistentes.

b) Los acuerdos prevén merca- dos comunes o zonas de libre comercio en plazos relativamente breves y programados.

c) Estas iniciativas coinciden con una tendencia general hacia la apertura de las economías y por lo tanto los acuerdos de *integración* prevén la *inserción conjunta* en regiones *más* amplias o en el *mercado* mundial.

d) Como los procesos de inte- gración coexisten con los progra- mas de estabilización y reforma estructural el objetivo de estos acuerdos es *ofrecer mayores* atrac- tivos a la *inversión* extranjera, *ofreciendo* mercados más amplios sin trabar la exportación a otros mercados.

UNA HERRAMIENTA

Luego alude a las ventajas de la integración económica, que cata- loga como "una *herramienta muy importante* para el desarrollo la- tinoamericano", citando "la con- formación de mercados más am- plios", "la complementación productiva y acuerdos sectoriales", "una mayor capacidad de ne- gociación con otros países o bloques de países", y la "posibi- lidad de concentrar y *coordinar* recursos en la *investigación* y apli- *cación* científica y tecnológica".

RIESGOS

No obstante lo anteriormente indicado, *Bleger estima* que "en la presente situación económica y social de América latina el proceso de integración tiene sus dificulta- des y sus riesgos".

"En *primer* lugar aparece como primera gran dificultad para la integración", según el economista argentino, "la coordinación de las políticas macroeconómicas, dados los desequilibrios que *presentan* los diferentes países (inflación, re- cesión, endeudamiento, etc.).

En cuanto a los riesgos, sostiene que "dado que el proceso de integración se enmarca en un de- terminado modelo de reformas estructurales, puede concluirse que este proceso beneficiaría funda- mentalmente a las empresas transnacionales y grupos monopó- licos locales".



Ec. Leonardo Bleger

CONCLUSIONES

Finalmente, dentro del capítulos de notas finales, a modo de con- clusión de este estudio de la situa- ción de *América* latina, este eco- nomista argentino reitera la exis- tencia de "un período de cambios" y considera que "algunos países han alcanzado logros en el control del proceso inflacionario y ciertos países han *exhibido* tasas de cre- *cimiento* considerables en relación a la declinación que caracterizó a la década del 80".

"Los países que han crecido han recibido un flujo considerable de capitales del exterior. Los orga- nismos financieros internacionales exhiben el caso de estos países como los modelos a imitar por el resto de las naciones de la región. Sin embargo consideramos que hay aspectos sobre los cuales debemos reflexionar", expresa Bleger en esas notas finales.

Seguidamente, sostiene: "En primer lugar, como lo asevera la Comisión Económica para Amé- rica Latina (CEPAL) los progra- mas que se aplican en esos países se asientan sobre desigualdades de ingreso aún más amplias que las del pasado, una mayor precariedad del empleo, una mayor estrechez fiscal que afecta al gasto social y un menor campo de maniobra de la política económica.

En segundo lugar, ya hemos señalado los interrogantes que existen sobre la posibilidad de que algunos aspectos esenciales para estos modelos puedan mantenerse en el tiempo. Nos referimos parti- cularmente al ingreso de capitales del exterior y al ajuste fiscal.

Finalmente, cabe reflexionar si estos modelos que se exhiben como exitosos pueden ser aplicados con resultados similares en países más pequeños con menor disponibili- dad de recursos". ■

Datos revelan profundo estancamiento

DURANTE *1991* el *nivel* de actividad del conjunto de América latina se incrementó un 3%, lo cual permitió un ligero crecimiento del PBI por habitante del 0,9%, luego de cuatro años consecutivos de descenso en este indicador", sostiene el informe del Economista argentino Leonardo Bleger.

"El PBI por habitante del año 1991 es un 10% inferior al del año 1981, poniendo de manifiesto la profundidad del estancamiento productivo".

Bleger indica además que "en 1991 el PBI por habitante ha crecido a tasas muy modestas en la mayoría de los países" y cita a Argentina, Chile, Panamá y Ve- nezuela como los países donde "el incremento resultó superior al 3%".

Por consiguiente refiere a que "en 12 casos el PBI por habitante registró un declinación".

INFLACION

Paralelamente, comenta que "la región registró una mejora signi- ficativa en la disminución de la tasa de inflación, si bien aún en la mayoría de los países las presiones inflacionarias siguen siendo muy intensas".

Señala que "en 1991 los precios aumentaron un 20% en promedio en toda América latina, mientras que en los dos años anteriores los registros rondaron el 1.200% anual".

"En estos casos las disparidades son muy marcadas".

Al mismo tiempo sostiene que "aunque la tendencia general apunta a seguir reduciendo los índices inflacionarios, algunas economías siguen presentando ta- sas de inflación muy altas".

OCUPACION

Este análisis del mencionado economista argentino agrega que "el moderado crecimiento no contribuyó a reducir el desempleo, ya que las tasas de desocupación no registraron cambios significati- vos".

"Los últimos datos disponibles para 16 países de América latina indican un desempleo abierto con un promedio del 8%".

Destaca Bleger que "aun en aquellos países que registran tasas de crecimiento elevadas, como Chile y Venezuela, las elevadas tasas de desempleo abierto siguen incrementándose".

SALARIOS

En relación a los salarios, se alude a una evolución dispar de los salarios reales y se sostiene que las remuneraciones medias reales vi- gentes en 1991 resultaron un 25% inferior a las de 1980.

"Este dato pone de manifiesto el impacto de los programas de ajuste sobre los sectores asalariados", reflexiona el autor de este análisis económico de América latina. ■

Doc. POCO LEGIBLE

9204127

América abre su economía al mundo

La VIII Conferencia de ministros y jefes de Planificación de América Latina se reunió en Madrid para potenciar su presencia en la economía internacional

NESTOR NORMA
Fotos: SILVIA RUBIN

IBEROAMERICA parece que marcha segura por el camino de la esperanza, es decir, el de su saneamiento económico y la cooperación con sus vecinos y con Europa. Ese camino pasó la última semana de marzo por Madrid, donde se reunió la VIII Conferencia de ministros y jefes de Planificación de América Latina y el Caribe. Fue inaugurada por el Rey don Juan Carlos con palabras de aliento a la «profunda transformación económica y política» que está llevando a cabo Iberoamérica.

De gran interés por el nivel de los participantes y por su papel como foro interministerial, esta conferencia eligió España como sede en la primera reunión que realiza fuera de la zona. A través de ella fue posible tomar el pulso a las delegaciones respecto a sus políticas de desarrollo de cara a la próxima reunión iberoamericana de jefes de Estado en Madrid el próximo mes de junio.

El ministro de Economía español, Carlos Solchaga, que intervino en la sesión inaugural y en la clausura, después de reconocer el fortalecimiento de las instituciones democráticas y el proceso de reajuste estructural emprendido por Iberoamérica, dijo que el apoyo financiero de España para ampliar sus relaciones con la región era de 4.500 millones de dólares en créditos disponibles. «Los recursos se complementan con una dotación del Fondo Quinto Centenario, con lo cual se puede lograr un aporte adicional de 7.500 millones de dólares», agregó Solchaga.

En la esfera tecnológica, España está cooperando con Iberoamérica con proyectos como el CYTED D que, dirigido a empresas del área, tiene como finalidad apoyar la innovación y el desarrollo del sector tecnológico.

El ministro español solicitó la ayuda de la Comunidad Europea (CE) para afianzar el proceso iberoamericano, ya que las «favorables perspectivas de desarrollo constituyen un atractivo para la extensión de las relaciones recíprocas, más allá de la iniciativa meramente asistencial reservada a los países desfavorecidos».

REVOLUCION SILENCIOSA. El comisario de la Comisión Europea, Abel Matutes, utilizó una expresión del secretario general del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Manuel Iglesias, al afirmar que en América Latina se está realizando una auténtica «revolución silenciosa en el plano de las ideas y de la gestión económica».

Tras señalar la evolución política e institucional del subcontinente americano, Matutes manifestó que en lo económico se dejaba atrás «la estrategia de sustitución desenfrenada de las importaciones, sin consideración alguna a precios y costes, para pasar a una inserción competitiva en la economía internacional».

Matutes recordó que si bien «la confrontación Este-Oeste ha pasado a la historia, el eje Norte-Sur, con sus desequilibrios tecnológicos y económicos, subsiste». «El Norte industrializado —enfatizó—, crecientemente integrado y cohesionado, no puede despreocuparse del Sur».

La Comunidad Europea está desarrollando negociaciones político-económicas con gran parte de los países iberoamericanos, después de haber comenzado en el Caribe, en el marco de las negociaciones de Lomé, tratado preferencial que abarca a las antiguas colonias europeas.

Para analizar los vínculos con la Europa comunitaria es necesario entender primero la inserción mundial de Iberoamérica en las líneas trazadas por los flujos de importación y exportación a lo largo de los años. Desde 1950, las líneas que corresponden al comercio mundial con Latinoamérica han perdido tono. Los bienes que salen de la región se enfrentan a mercados que se estrechan cada vez más, mientras que los que llegan, sea en cantidad o en composición, no siempre se ajustan a las necesidades prioritarias del desarrollo.

Además, las relaciones de precios entre unos y otros siguen mostrando la orientación a la baja de los términos de intercambio. Pese a que Iberoamérica participa poco en la balanza comercial europea, es imprescindible considerar este aspecto por ser indicador de la calidad de los vínculos interregionales.

El volumen de comercio entre España e Iberoamérica creció contínuamente en el periodo comprendido entre 1965 y 1990, presentando balances comerciales con superávit a favor de esta región. Así, el impacto del ingreso de España en la CE no significa un desplazamiento del comercio con Iberoamérica, sino un cambio de ritmo del intercambio español que se acelera más respecto al Mercado Unico Europeo.



Solchaga (izquierda), Sánchez y el embajador argentino Lolhé.



De izquierda a derecha: Carlos Solchaga, los reyes de España y el ministro de Planificación portugués en la ceremonia de inauguración.

En exportaciones, la tendencia de reducción de la participación relativa de América Latina en el comercio español fue más fuerte en la década 1975-85, mientras que las importaciones se siguen incrementando hasta 1985. A raíz de la integración en la CE, las importaciones españolas (bienes de capital ligados a la inversión directa europea) crecen en tal magnitud que hacen que la participación latinoamericana se reduzca del 11,4 por ciento al 4,4 a pesar de que en valores absolutos estas importaciones crezcan.

En el área de cooperación, la Comisión Europea renegociará acuerdos con Brasil, América Central y el Pacto Andino, a la vez que establecerá nuevas delegaciones en Bogotá y Guatemala.

Abel Matutes señaló que el diálogo de la Comunidad Europea con Iberoamerica era cada vez más fluido, y como ejemplo recordó la reciente reunión con los ministros de Asuntos Exteriores centroamericanos y los de Colombia, Venezuela y México. Y la que se hará dentro de unos meses en Santiago de Chile con los cancilleres del Grupo de Río.

El ministro de Planteamiento y Presupuesto de Uruguay, Carlos Cat, manifestó que a partir de la creación del mercado regional que integra a su país con Argentina, Brasil y Paraguay, denominado Mercosur, la «relación futura con Europa no puede ser la misma que nos unió en el pasado». «El Gobierno uruguayo —añadió— enfoca las relaciones entre los países del Mercosur y la Comunidad Europea sobre la base de la igualdad y del trato no discriminatorio».

En este sentido, Cat señaló su preocupación por la política común sostenida por la Comunidad Económica que, «a nuestro entender, constituye una derogación del principio de la competencia internacional». «Esperamos —remarcó— que en las negociaciones de la Ronda de Uruguay del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT) se logre el consenso necesario para establecer la vigencia del mencionado principio y, de esta manera, se permita a países como Uruguay que hagan uso de las ventajas comparativas que poseen».

El viceministro de Economía argentino, Carlos Sánchez, solicitó que en áreas de interés prioritario para los países en desarrollo, como textiles y agricultura, la CE debería eliminar subsidios y practicar la liberalización del comercio.

«Es evidente que estas cuestiones deben resolverse en el GATT. Hoy más que nunca podemos evocar a Raúl Prebisch cuando clamaba: 'Comercio más que ayuda'. Esta es una paradoja de la historia económica, pero también el nudo de la cuestión en debate, no sólo en este foro, sino también en el GATT. Aquí encontramos una trama de contradicciones que, de no resolverse, irá enrareciendo la atmósfera del sistema internacional con el recrudecimiento de los bloques de integración convertidos en fortalezas proteccionistas», concluyó el representante argentino. ■

«ESPAÑA apoyará a América Latina con 4.500 millones de dólares en créditos disponibles», aseguró el ministro de Economía español

N.º 1.063 6-4-92

CLARIN 16/03/92

No hay un solo Primer Mundo

Por Daniel García Delgado

Hace unas semanas **Clarín** registró una de las polémicas más reveladoras del conflicto político mundial. El primer ministro japonés **Kiichi Miyazawa** explicó las causas de los actuales problemas económicos de los Estados Unidos derivados de "la carencia de una ética del trabajo" en los obreros norteamericanos.

Del otro lado está la reciente ofensiva norteamericana para introducir sus productos y exigir reciprocidad en la apertura de parte del Japón. Pero, ¿qué tiene que ver este debate que prenuncia una guerra comercial entre estos países con la Argentina y su aspiración de insertarse en el Primer Mundo? ¿Acaso no corremos el riesgo de estar comprando un modelo económico-cultural en declinación?

Se trata de un debate inédito entre dos países centrales que ya no está basado en la contraposición de las virtudes de sistemas globales y antitéticos, como capitalismo, fascismo o socialismo, sino **variantes del mismo sistema capitalista**. Tampoco es el cuestionamiento del modelo de libre mercado o de economía mixta sino de una contraposición en términos culturales: ¿management caro o barato? ¿Altos pagos a los accionistas o preocupación por la producción y excelencia? Ello revela que **dentro del mundo capitalista hoy hegemónico existen varios modelos económico-culturales en competencia**. Pero no dos en realidad, sino tres: el **norteamericano**, el **japonés** y el **alemán**.

a) Compromiso orgánico y productividad: es el modelo **japonés** y muestra un compromiso financiero con la producción. De hecho los grandes bancos están asociados a los grupos productivos principales y el Estado tiene intervención en la investigación, que es organizada conjuntamente para las grandes compañías. El management es austero y paternalista, hay una ética productiva y de excelencia. Los sueldos son bajos pero hay un compromiso de por vida de la empresa con los trabajadores y de estos con la empresa. Hay una alta dedicación al trabajo, al punto que los empresarios tienen que obligarlos a tomar vacaciones.

b) Concertación y equilibrio social: el otro modelo en alza es el **alemán**. Curiosamente es un capitalismo que paga muy bien a sus obreros y a la vez es el de menor número de horas trabajadas al año (1.500). Es un modelo de alta productividad y concertador entre capital-trabajo, y experiencia de compromiso del sindicalismo con la producción a través de la cogestión dentro de un modelo que goza de alto consenso social. Se trata de un **capitalismo ético** (economía social de mercado) **con equilibrios sociales**, ya que no se observa ni excesiva riqueza ni excesiva pobreza, si bien una parte importante de su mano de obra es de origen extranjero, lo que le da una débil y discriminada inserción social.

El modelo está basado en equidades fiscales y distributivas, cambios incrementales y un sistema meritocrático que empieza desde el colegio primario pero donde nadie piensa en modificar su situación de la noche a la mañana.

c) Competencia y búsqueda del "top": por último el modelo **norteamericano**, que estaría en crisis por recesión y menor productividad. Es un modelo [illegible] do en la alta competitividad e [illegible] sajón, es contractual, fundado en la [illegible] del trabajo que contribuyó decisivamente a su [illegible] de posguerra. Pero en los últimos quince años se ha desarrollado un estilo cultural distinto: el [illegible]miento de graduados hacia Wall Street, el surgimiento del yuppie y una cultura del hedonismo. Es un capitalismo más financiero y especulativo que productivo y que ha producido un quiebre con el "american way of life" (estilo de vida norteamericano) [illegible] amplios sectores.

Se trata de un capitalismo que [illegible] las desigualdades sociales, donde hay cada vez [illegible] za, criminalidad urbana, [illegible] de la clase media y droga. Un modelo [illegible] promueve el rápido acceso a la riqueza.

Contradicciones [illegible]

¿Qué puede enseñarnos esta [illegible] lógica, gerencial, una lucha no [illegible] ca entre los "estados de [illegible] zan a los "welfare states" —estados [illegible] posguerra? Dos cosas: que no [illegible] económico y monetario influyen [illegible] y productividad de una nación. Que también [illegible] los aspectos culturales, los valores [illegible] integración social y el sentido de la vida para los individuos. Y que la Argentina, [illegible] al alineamiento político con los Estados Unidos, también lo está haciendo por un modelo [illegible]tural. Y de estas comprobaciones surgen algunos interrogantes.

Primero: ¿es conveniente "comprar" el modelo [illegible] declinación de alto consumo, [illegible] grueso y a la vez de alta marginación y [illegible] El bajo estilo concertador actual del Gobierno, [illegible] escaso compromiso de la empresa con la [illegible] de los trabajadores con el producto, [illegible] equilibrio social, no parecen asegurar el [illegible] la productividad y competitividad deseadas.

En realidad no se trata de copiar los modelos [illegible] sino de lograr adaptaciones creativas [illegible] que somos (nuestra historia, formación, [illegible] las alternativas y desafíos que presenta el [illegible] actual.

Segundo: ¿la propuesta de integración al [illegible] sur no requiere algún tipo de afirmación [illegible] latinoamericana más que una "norteameri[illegible]ción" tan estrecha? Es decir, la constitución [illegible] polo común económico-comercial y financiero [illegible] co parece requerir un fortalecimiento [illegible] identidad cultural, una afirmación [illegible] de una asimilación al [illegible]

Tercero: ¿es [illegible] consumismo [illegible] La importancia de valores [illegible] nalidad instrumental y la [illegible] desafíos importantes para [illegible] la cultura dejada al [illegible] gresión, la promoción de "yo [illegible] tuya" implican una fuerte ruptura [illegible] lo cultural anterior más igualitario [illegible]

Por último, el conflicto entre [illegible] y norteamericanos y la emergencia del [illegible] mán muestran las contradicciones [illegible] del capitalismo postindustrial y abren un debate que debe incorporarse al de la actual transformación del Estado e intento de ingreso al Primer Mundo. En todo caso este debate no es menos importante que la lucha por la inflación, el retraso cambiario o la reelección presidencial.

POSITIVA INTEGRACION REGIONAL; LO NEGATIVO: INCREMENTO DE LA PROBREZA

7/3/92

INFORME de ALDHU señala "problemas que ponen en riesgo la paz social y la democracia en toda ld América Latina"

La Asociación Latinoamericana para los Derechos Humanos (ALDHU) elevó un informe sobre "La situación de los Derechos Humanos en América Latina durante 1991", donde señala aspectos negativos en lo referente a la integración y aspectos negativos en lo que tiene que ver con la profundización de la pobreza en la región.

Transcribimos a continuación los pasajes más relevantes del citado informe.

Contexto regional

"Durante el año 91, la región intensificó sus esfuerzos políticos por concluir los procesos de solución pacífica de sus conflictos, especialmente en América Central. Asimismo, intentó el ajuste de sus economías para resolver la crisis en que se ha debatido en los últimos años..."

"... El año 91 consolidó un nuevo espíritu de relación directa e integración regional muy positivos, de cuya profundización y resultados, que podremos valorar en los próximos años, depende el futuro de la Región".

Los problemas

"A pesar de los avances descritos, la Región enfrenta serios problemas, que ponen en riesgo la paz social y la democracia, e impiden la efectiva vigencia de los derechos humanos."

La pobreza

"Las políticas de ajuste económico aplicadas por los gobiernos para hacer frente a la crisis, han priorizado las cuentas financieras sobre las cuentas sociales. Si bien con ellas han obtenido importantes resultados (y a veces hasta espectaculares) en cuanto a disminución de las tasas de inflación, la reforma del aparato del Estado, la contracción de los déficits fiscales y el saneamiento de las cuentas públicas, ello no ha redundado en beneficio de los más desposeídos.

De hecho, en 1991, se incrementó en la Región el número de pobres un 3% en relación a 1990, lo que significa la incorporación de 18 millones de personas a los ya existentes. Tenemos, pues, 200 millones de personas a quienes les es negado el ejercicio de sus derechos económicos, sociales y culturales consagrados tanto en instrumentos internacionales como en la mayoría de las constituciones nacionales de los países del continente.

En aras del ajuste económico, se han sacrificado las inversiones en salud, educación y asistencia. Ello ha provocado la disminución de hasta un 40% del número de camas en los hospitales, la supresión de los servicios de asistencia sanitaria rural, la suspensión de abastecimiento de medicinas y fármacos en los centros hospitalarios y la creciente privatización de la salud. Durante 1991, aumentaron las muertes por enfermedades prevenibles en un 16%, afectando especialmente a los niños.

Se ha incrementado la deserción escolar temprana, se ha deteriorado la calidad de la educación pública, se ha estancado la construcción y mantenimiento de las escuelas, especialmente rurales, han disminuido proporcionalmente las plazas para maestros de enseñanza primaria. Se ha producido un creciente déficit de oferta de capacitación técnico-laboral para jóvenes y la elitización de la Educación Superior.

Por otro lado, la falta de programas de obras públicas y sociales han hecho retroceder las concentraciones urbanas emergentes, constitutivas de los cinturones de pobreza, a niveles de tugurización absolutos, con sus consecuencias de hacinamiento, insalubridad, proliferación de enfermedades y marginalización de sus habitantes.

Paradojalmente, aumentó la concentración de riqueza, ensanchándose la brecha que separa a los pobres y los ricos en la Región".

Descreimiento

"La creciente crisis económica, con sus consecuencias de empobrecimiento y marginalización social, ha provocado en la población un sentimiento de frustración y descreimiento en la democracia.

La dirigencia política aparece imposibilitada de ofrecer soluciones viables y creíbles para hacer frente a los problemas que aquejan a vastos sectores de la población.

Existe una creciente y generalizada conciencia latinoamericana que ve al Estado como un Ente ineficiente, burocrático y muchas veces corrupto.

Es preocupante la extensión del clientelismo como forma de relacionamiento político entre los candidatos a dignidades públicas y los electores, debilitándose el juego democrático y el rol programático y propositivo que debe tener el vínculo entre la clase política y la sociedad, reduciendo esta relación a términos exclusivamente de oferta electorera; dando paso al ascentamiento de la demagogia y al populismo como expresiones supremas del quehacer político.

Al descreimiento que señalamos, contribuyen también la crisis de alguna de las instituciones fundamentales del Estado, como la Administración de Justicia; o la incapacidad de éste de cumplir funciones que le son propias (garantizar la seguridad ciudadana).

En la mayoría de nuestros países tenemos una Justicia lenta e ineficiente, con procesos dilatados y formalistas, que en los hechos no cumple con su cometido de solucionar en tiempo y forma los conflictos.

Los sectores marginalizados no tienen acceso a los mecanismos, recursos e instancias judiciales; no se observa el principio de la gratuidad ni la celeridad imprescindible para no constituirse en una forma de denegación de justicia.

Esta desconfianza en la administración de justicia y la crisis policial, conjugadas con la crisis económica y social, son algunas de las causas que han llevado a una creciente privatización de la seguridad ciudadana".

El Movimiento Sindical

Durante 1991 se desarrolló casi en todos los países de la Región, y concomitante con los ajustes económicos, una severa crisis del Movimiento Sindical.

En efecto, las movilizaciones huelgas, paros y jornadas de protesta convocadas por las direcciones gremiales carecieron de convocatoria y de respuesta social; manifestándose crecientemente ineficaces como forma de evitar o impedir la aplicación de medidas perjudiciales para los trabajadores.

La falta de espacios de concentración, de propuestas de diálogo o acuerdos entre los distintos actores de la producción en la mayoría de los países de la región, ha distanciado a la dirigencia sindical de la empresarial, impidiendo el surgimiento de fórmulas concertadas para enfrentar la crisis y los ajustes en un marco de solidaridad.

Esta situación puede agravarse con la implementación efectiva de los procesos de integración regional iniciados, por cuanto la armonización de las legislaciones laborales tenderá a rebajar las plataformas de derechos adquiridos por los trabajadores"...

Preocupaciones pendientes

El derecho a la vida y la Pena de Muerte.- El derecho a la vida y la seguridad personal siguen siendo constantemente vulnerados en la región (asesinatos por razones políticas, detenciones arbitrarias, ejecuciones extrajudiciales, etc.), por lo que consideramos urgente construir una cultura a favor de la vida humana para elevar la conciencia de su valor entre quienes detentan el poder o ejercen la violencia.

La vigencia de la pena de muerte en casi todos los países del Caribe y en algunos de América Latina, constituye un resabio medieval tremendamente condenable.

La inseguridad de los periodistas y trabajadores de la Comunicación.- El periodismo sigue siendo la profesión de más alto riesgo en el continente. Durante 1991 fueron más de 120 los trabajadores de la comunicación que cayeron víctimas de actos de violencia. Sigue siendo urgente la creación de una legislación interamericana de protección al ejercicio del periodismo, sobre todo en situaciones de conflicto. ■

Situación en Uruguay

Luis Alberto Lacalle tomó posesión como Presidente en marzo de 1990. En este tiempo, Uruguay suscribió el Segundo Protocolo Facultativo del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos y el Protocolo de la Convención Americana sobre Derechos Humanos relativo a la abolición de la Pena de Muerte, que pese al tiempo transcurrido, aún no han sido ratificados.

Durante 1991, doce personas perdieron la vida mientras estaban privadas de libertad en establecimientos estatales (dos de ellos menores de edad). La causa mayoritaria de dichas muertes, según lo informado por las autoridades, fue el suicidio por ahorcamiento, lo que al decir de algunos organismos de Derechos Humanos como el SERPAJ, da cuenta del maltrato al que son sometidos los detenidos, que los mueve a preferir la muerte antes que seguir soportándolo.

Corresponde señalar, sin embargo, que en todos los casos se efectuaron las investigaciones administrativas correspondientes (algunas de las cuales culminaron con la aplicación de sanciones que llegaron hasta el cese de los funcionarios involucrados) y se remitieron los antecedentes a la Justicia Penal.

Con el fin de mejorar el funcionamiento del Sistema Penal, el Gobierno uruguayo ha tomado dos medidas importantes: la remisión al Parlamento de un Proyecto de Código de Procedimiento Penal que agilitará los procedimientos dotándolos de mayores garantías para el imputado y que pone la ejecución de la pena bajo control jurisdiccional; y la implementación de Cursos de Derechos Humanos para los distintos actores del sistema, que está realizando el Ministerio de Relaciones Exteriores a través de su Sección de Derechos Humanos, en el marco de un convenio de Cooperación Técnica suscrito con el Centro de Derechos Humanos de Naciones Unidas. ■

CUBA

Durante 1991 se produjeron más de 70 detenciones de opositores políticos al gobierno. Aunque muchos de ellos han sido excarcelados, a finales de año al menos 8 de ellos cumplían penas de prisión. Entre ellos, Aurea Feria Cano, Jesús Contreras, Tania Díaz Castro, Pablo Pupo Sánchez, Alfredo Martínez Lara y Esteban González.

Los procesos penales en Cuba, especialmente aquellos que obedecen a razones políticas, no se ajustan a las normas internacionales que regulan el debido proceso, y persiste la aplicación de la pena de muerte.

A finales de año fueron detenidos por la Policía de Seguridad del Estado varios dirigentes de la Concertación Democrática Cubana. Entre ellos, Bienvenida Calcalo, Joel Dueñas, Arturo Ganica y Miguel Granda. ■



De izquierda a derecha, el Dr. Gonzalo Sicara, representante de ALDHU en nuestro pai s, y Juan de Dios Parra, Secretario General del organismo

Latinoamérica, a la caza de dólares

Por Luis Chávez Carrillo

Con una fuga de capitales acumulada a finales de 1991 de 181.213 millones de dólares, los gobiernos de los países latinoamericanos y del Caribe quieren atrapar el puñado de dólares de los que desean invertir y hacer negocios en esta región.

Por supuesto que nadie espera milagros. Ni que desesperados jefes de estado vendan parte de su territorio patrio ni que como Lee A. Iacocca hagan avisos en la televisión anunciando el nuevo carro deportivo de la Chrysler para persuadir del "mercado atractivo", el "valor y la pujanza de las economías latinoamericanas". Acaso incrementarán sus viajes al extranjero, intensificarán las misiones comerciales especiales y contratarán agentes y compañías de relaciones públicas extranjeras para la promoción, haciendo de ese modo a un lado a los diplomáticos que los representan en el exterior.

Porque resulta paradójico para los gobiernos y sus economías que cuando la mayoría ha seguido al pie de la letra recomendaciones de las instituciones internacionales privadas y públicas, y *sugerencias* de algunos mandatarios de gobiernos industrializados para que se rehagan programas y planes económicos y cuando ya empiezan a aparecer y a dar frutos los ajustes —a costa de los gastos sociales y a la baja del poder adquisitivo de los salarios— encuentran que el dinero externo no llegará fácilmente y se canalizará a los que en realidad han demostrado firmeza en la recuperación y modernización de la economía.

También el continuo proceso de reformas en América Latina coincide con un periodo de cierta incertidumbre en la economía mundial, dice el último informe del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), presidido por el economista uruguayo Enrique Iglesias. Además, aseguran que con el menor ritmo de crecimiento de algunos de los principales países industrializados puede aminorar las posibilidades de éxito de los actuales esfuerzos de América Latina por desarrollar exportaciones no tradicionales.

Según Marcelo Selowsky, jefe de la oficina regional de América Latina y el Caribe del Banco Mundial, para muchos países en desarrollo que experimentan estancamiento económico y una fuerte carga de deuda, la empresa primera y principal es recuperar un crecimiento sostenible. Para ello es necesario encontrar la combinación idónea de políticas internas y financiamiento externo, con el objeto de: a) reducir la inestabilidad macroeconómica, que se manifiesta en fuerte inflación y tipos de interés reales elevados e inestables; b) restablecer el crecimiento permitiendo al mismo tiempo un aumento moderado del consumo *per cápita* a fin de que el ajuste puede sostenerse, y c) reducir la carga de la deuda externa, que limita el financiamiento externo voluntario y actúa a modo de impuesto a la inversión.



Rosenthal: escasa entrada de capitales

En América Latina ya son cada vez menos los países que registran procesos de hiperinflación pero mantienen alta carga de la deuda. Según cifras de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL), esta región transfirió recursos netos al exterior por 275 mil millones de dólares de 1991, un monto equivalente al 62 por ciento de la deuda externa de 426 mil millones de dólares. (El Banco Mundial (BM), en su reciente informe sobre el débito en América Latina, registra una cifra de 429.174 en 1991 contra 431.091 en 1990).

En un breve documento que el secretario ejecutivo de la CEPAL, Gert Rosenthal, entregó a los presidentes latinoamericanos del Grupo de Río en la Quinta cumbre en Cartagena de Indias, Colombia, indicó que aquellos recursos fueron en su mayor parte extraídos de los presupuestos fiscales u obtenidos a través del impuesto que significa la inflación. En estas circunstancias, el manejo de la política fiscal se ha tornado particularmente difícil. A finales de la década pasada, los ingresos fiscales de un importante conjunto de países de la región han excedido sólo en siete por ciento, en términos reales, a los de 1980, mientras que el gasto público total se expandió casi un 20 por ciento.

Entra 1992 con algunos signos negativos del producto por habitante de América Latina, inferior en un nueve por ciento al de 1980, el mismo que se registró en 1977. Señala Rosenthal que a lo largo de la década pasada y hasta 1991, la casi totalidad de los países latinoamericanos sufrió, al menos, cinco años de recesión o dos de estancamiento de la actividad

económica por habitante, lo que forma parte de síndromes externos y fiscales, aceleración inflacionaria, ajustes severos y muchas veces efímeros, deterioro del empleo y de los salarios reales y, en definitiva, "aumento de las situaciones de pobreza, ya graves desde antes".

A todo lo anterior se agrega el deterioro de los términos de intercambio y la enorme magnitud de la transferencia neta de recursos financieros al exterior, debido al peso de la deuda y a la escasa entrada de capitales, que han reducido la capacidad por habitante para importar, manteniéndola durante la mayor parte de la década a un nivel casi 40 por ciento


Reuter

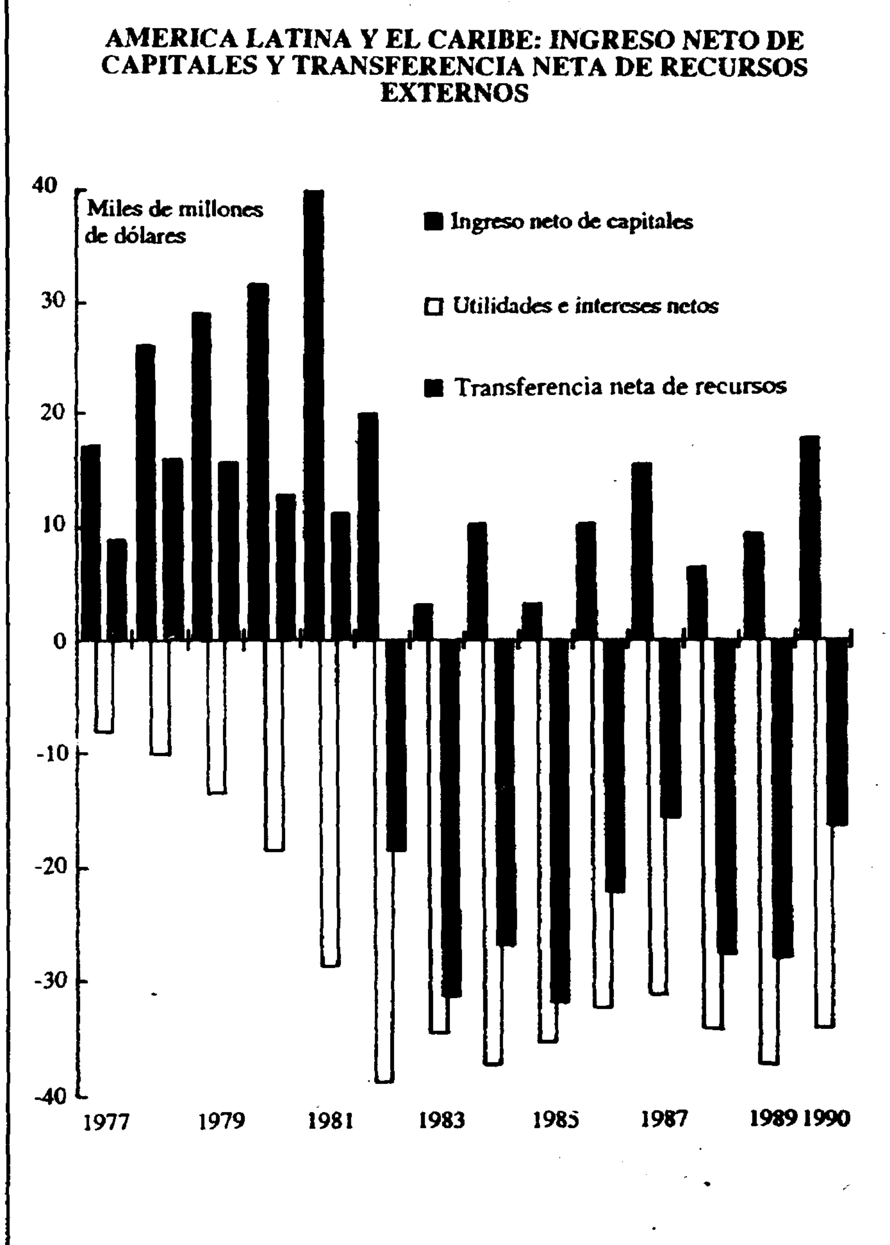
"Un sereno optimismo" : Enrique Iglesias

inferior al alcanzado en 1980; el año pasado apenas se recuperaron los niveles de 1975.

Tal vez lo más significativo y relevante para el optimismo sean los flujos de capitales privados voluntarios que llegan a algunos países de la región. Argentina, Brasil, Colombia, Chile, México y Venezuela figuran entre las 20 naciones en desarrollo que captaron más capitales externos. Estos flujos implican repatriaciones de capital y, a veces, dice la CEPAL, inversión extranjera directa (en parte vinculada a la privatización de empresas públicas). Y también se observan cambios perceptibles en el grado de confianza con el que los agentes económicos perciben el futuro y la dirección, permanencia y eficacia de la política económica regional.

En la búsqueda de la orientación exportadora, manifiesta Rosenthal, los países de América Latina han mostrado clara tendencia hacia una mayor apertura comercial. Se han desmantelado a paso rápido muchas de las barreras que se aplicaban a las importaciones. Esa tendencia es consecuente con las nuevas modalidades de producción, distribución y comercialización de bienes y servicios a nivel mundial, con la trasnacionalización de los mercados financieros y con el carácter fronterizo de actores y factores en el proceso productivo.

Todo eso ha llevado a expresar al presidente del BID que se dan muestras de "un sereno optimismo" para países de la región. "Hay una nueva Latinoamérica, pero los problemas no están solucio- ▶



Fuente: CEPAL, sobre la base de cifras del Fondo Monetario Internacional

nados; la pobreza y la distribución del ingreso no deben ser ignorados ni postergados por mucho tiempo más", advirtió Iglesias a más de 400 empresarios y funcionarios gubernamentales hace unas semanas. El también ex canciller uruguayo calificó el panorama mundial de "recesivo y pesimista" y se lamentó no poder atender las peticiones para aumentar financiamientos. El BID cuenta con un capital de repuesto desde 1989 del orden de los 22.500 millones de dólares y probablemente en febrero se constituya el Fondo Multilateral de Inversiones por un total de 1.500 millones de dólares, aseguró a *Visión* Abayuba Morey, uno de los principales asesores del equipo de Enrique Iglesias.

En la búsqueda de capitales, con lupa y a plena luz del sol, los delegados gubernamentales o los jefes de estado desean que sus contrapartes extranjeros les ayuden a promover las inversiones. Al menos a corto plazo cinco naciones de la región —Argentina, Costa Rica, Chile, México y Venezuela— en lugar de préstamos demandan que las instituciones crediticias de los países industrializados —principalmente Estados Unidos, Canadá, Japón y la Comunidad Europea— financien proyectos. Pero directores de esas instituciones aún tienen fresca la memoria de las pérdidas millonarias que registraron en las reestructuraciones de las deudas externas. "Primero que los gobiernos den confianza a sus propios capitalistas para invertir, que otorguen más facilidades a los que tienen guardado el dinero (golondrino) para entonces convencernos", comentó a *Visión* un empresario japonés.



Represas: no esperar la formalización del Tratado

Del total, el 80 por ciento de la inversión al extranjero se está canalizando hacia América Latina, dijo Riorden Roett,

PRINCIPALES [illegible] AMÉRICA LATINA

	1991	1992	1993	199[illegible]	1995	2000
Crecimiento real **(porcentajes)**						
Producto interno bruto	3,6	4,1	[illegible]	[illegible]	4,4	4,9
Consumo total	2,5	[illegible]	[illegible]	[illegible]	4,1	4,9
Inversión total	9,1	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	5,9
Exportaciones de bienes y servicios	4,8	3,9	4,9	[illegible]	5,0	5,3
Importaciones de bienes y servicios	6,7	7,4	7,1	[illegible]	6,6	6,9
Balanza de Pagos **(Millones de dólares)**						
Balanza de bienes y servicios	24.185	17.147	[illegible]	13.599	12.133	-3.220
Expor. de bienes y servicios	157.319	163.830	[illegible]	194.285	213.099	341.926
Impor. de bienes y servicios	133.134	146.683	[illegible]	180.686	200.966	345.146
Remesas de utilidades	6.356	7.608	8.881	9.121	[illegible]	13.300
Pagos de int. y otros ingresos de capital	35.632	38.145	39.976	39.977	40.376	38.404
Transf. netas	4.795	5.147	5.557	6.004	6.405	8.999
Cuenta corriente	-4.768	-14.154	-19.407	-19.023	-20.770	-32.633
Inversión extranjera directa	9.260	9.279	[illegible]	10.830	12.229	21.947
Inversión de cartera	1.126	1.226	[illegible]	1.451	1.579	2.460
Retorno de capitales latinoamericanos en el exterior	650	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	10.201
Cambio en las reservas (- = incremento)	-8.480	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-6.146
Brecha neta de empréstitos	2.213	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	3.939
Partidas informativas						
Deuda externa total	411.428	417.457	[illegible]	[illegible]	[illegible]	461.211
Reducción de la deuda	4.750	[illegible]	[illegible]	0	0	0
Fuga acumulada de capitales	181.213	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	238.801
Monto de inversión extranjera	109.189	118.468	[illegible]	[illegible]	151.129	239.139

Fuente: BID

9204131

Países de América Latina que han recibido las mayores inversiones directas
(En millones de dólares)

	1981/90	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Argentina	7.337	574	-19	1.147	1.028	2.036	2.352
Brasil	16.287	320	1.255	2.969	1.267	1.340	1.600
Colombia	5.129	674	319	203	576	501	301
Chile	1.154	60	105	125	269	595	2.215
México	18.864	1.523	3.246	2.594	3.037	2.632	4.239
Venezuela	1.403	16	21	89	213	451	757

Las estadísticas del Banco Mundial registraron en 1991 capitales de inversión directa por 24.810 millones de dólares. Los países que generaron esas inversiones fueron Estados Unidos (31 por ciento); Japón (25 por ciento); Reino Unido (16 por ciento); Alemania (6 por ciento); y Francia (5 por ciento).



Un año de crecimiento económico, espera el presidente Menem



director del Centro Interamericano de Estudios de la Universidad John Hopkins. Los países de Europa del Este necesitan generar más condiciones y confianza, aseguró Roett, y con la Iniciativa para las Américas se fomentará el comercio desde Alaska hasta Sudamérica.

Ya iniciado este 1992, después de los brindis y buenos deseos, la mayor parte de los gobiernos latinoamericanos, según los reportes de los corresponsales de *Visión*, aseguran que este año será mejor que el anterior. Expresamente se recogieron los comentarios de Argentina, Brasil, Colombia, Costa Rica, Chile, Ecuador, México y Venezuela. Desde Carlos Saúl Menem, presidente de Argentina, hasta un representante de la oposición, Federico Sorati, coinciden en su apreciación: "perspectivas positivas para la Argentina, un año de crecimiento económico".

Sólo el diputado radical ex ministro de Economía, Jesús Rodríguez, advirtió que hay que ser cautelosos y no caer en el triunfalismo. Lo anterior le pasó al presidente del Brasil, Fernando Collor de Mello, quien afirmó que este año sería de perspectivas "extraordinarias y halagüeñas". Afirmó que los economistas "no consiguen ver que la inflación está cayendo, el paso de la llegada al primer mundo es apenas una cuestión de meses". Triste realidad de un mandatario que escoge semanalmente sus enemigos políticos, dependiendo del color con que se vistan las críticas, después de un desastroso año en la economía que desdice, con cifras reales y argumentos de peso, la euforia presidencial. El presidente se acababa de entrevistar con Michel Camdessus, director del Fondo Monetario Internacional, quien aseguró que "ahora sí el Brasil entra con un programa de ajuste serio".

En Costa Rica, Jorge Guardia, presidente del Banco Central, manifestó que la economía crecerá entre un tres y 3,5 por ciento. Ecuador tiene puestas sus esperanzas en la zona de libre comercio andina que dará un gran impulso al intercambio comercial entre los socios del Pacto Andino (Bolivia, Perú, Ecuador, Colombia y Venezuela). El presi-▸

dente de Colombia, César Gaviria, espera para los próximos años que la tasa anual de crecimiento del producto interno bruto llegue entre el seis y ocho por ciento, casi el doble al del obtenido en los últimos años. En Venezuela la ministra de Fomento, Imelda Cisneros, dijo que el reto más importante para el gobierno es lograr un mayor control sobre la inflación y comparte las demandas de acelerar el proceso de privatización de las empresas estatales, modernización de las aduanas. En Chile el ministro de Hacienda, Alejandro Foxley, señaló que persistirá en una senda de crecimiento estable, en torno al cinco por ciento y de ninguna manera cederá frente a la impaciencia de quienes desean apurar el tranco sobre la base del puro voluntarismo. El sector empresarial chileno espera que el crecimiento no bajará del seis por ciento, y la inflación será menor al 18 por ciento.

Y en México, Carlos Eduardo Represas, presidente del Centro de Estudios Económicos del Sector Privado (CEESP), manifestó que el entorno para las empresas mexicanas presentará retos difíciles en este 1992. La competencia, tanto internacional como la que representan las importaciones, será cada vez más aguda. En adición, aseguró Represas, algunos costos de insumos no podrán compensarse vía alzas de precios, por lo que deberá neutralizarse a través de mayores esfuerzos de productividad y eficiencia. "Si deseamos enfrentar con éxito la integración de la economía mexicana al bloque comercial norteamericano, tenemos que actuar desde ahora en el seno de nuestras empresas y no esperar a la formalización del Tratado (de Libre Comercio)".

En general todos los países dispusieron reglamentos especiales para la repatriación de capitales. Destacan principalmente Colombia, donde llegó un amplio flujo de dólares que aumentó a niveles nunca antes conocidos, al incrementarse las tasas nacionales de intereses, lo que permitió el ingreso de los llamados capitales especulativos que buscan ganar altas sumas por intermedio de los préstamos, igualmente al declararse libre la transacción en dólares. Esto contribuyó al mayor incremento de dólares hasta el punto de que el gobierno se vio obligado a hacer dos revaluaciones del peso y dejar la cotización oficial del dólar.

América Latina, aún con falta de estímulos por parte de la economía internacional y el peso de la deuda, ha asimilado el costo social del ajuste que ya tiene la plataforma desde la cual está en mejores condiciones. La esperanza no muere. ■

Fuga de capitales: síntoma de mala administración

La fuga de capitales es difícil de definir, pero algunos autores manifiestan que el concepto se refiere a los capitales que salen de un país debido a la percepción de que el riesgo en él es excepcionalmente grande.

También se ha definido, según el Banco Mundial (BM), a la parte de los activos externos cuya renta de inversión no aparece en las estadísticas de la balanza de pagos. Y se le aplica a todas las salidas de capital, por cuanto entrañan cierta pérdida para la economía nacional.

La fuga de capital se puede aplicar, según esto, a los activos externos adquiridos por residentes o a las salidas de capital a corto plazo del sector privado no bancario (capitales itinerantes).

La partida de errores y omisiones de la balanza de pagos suele incluirse en estas mediciones, por cuanto se parte de la hipótesis de que una gran proporción de la fuga de capitales consiste en transacciones ilegales que sólo aparecen en esta partida.

Según el Banco Mundial el alcance de la fuga de capitales ha variado mucho. Se ha estimado que entre 1980 y 1984 fue de alrededor de 16 mil millones ó 17 mil millones de dólares en el caso de la Argentina, de 40 mil millones en el de México y de 27 mil millones en el de Venezuela. En algunos años, la fuga de dinero en Argentina y Venezuela equivalió al 50 por ciento del ahorro de esos países. En el Brasil ha sido relativamente reducida, pero parece haber aumentado a finales del decenio de 1980.

Es ante todo, según los estudiosos, un síntoma de mala administración macroeconómica agravada, en muchos casos, por inestabilidad política. Cuando los inversionistas se deciden entre invertir en activos financieros internos, instrumentos de apertura frente a la inflación (como la compra de bienes de consumo duraderos o de terrenos) y activos en el exterior, lo hacen teniendo en cuenta la tasa de inflación y de interés internas, las tasas de interés externas y la prevista de desvalorización de la moneda.

Si los inversionistas temen que la moneda nacional se va a desvalorizar transfieren sus fondos al exterior para evitar pérdidas de capital. De igual modo, las tasas de inflación elevada y una política financiera represiva que mantenga las tasas de interés reales a un nivel excepcionalmente bajo, inducen a los residentes a efectuar inversiones en el extranjero o a acumular reservas.

Dado que la fuga de capitales por lo general ocurre en épocas en que disminuyen las corrientes de capital externo, impone una onerosa carga a la economía, dice el BM. Como síntoma de la mala administración macroeconómica, también aumenta la inestabilidad interna, tanto desde un punto de vista financiero (porque las salidas de capitales itinerantes pueden obstaculizar el logro de objetivos internos), como político (porque reduce la legitimidad políticas de los esfuerzos por pagar los servicios de la deuda externa).

También afecta el crecimiento interno al promover la salida del ahorro del país. La base imponible se contrae, lo cual reduce los ingresos públicos y transfiere una mayor proporción de la carga a los grupos de bajos ingresos. Así mismo contribuye a agravar el problema del endeudamiento al aumentar el costo del crédito (cuanto mayor es el monto obtenido en préstamo) y reducir los recursos disponibles para amortizar la deuda.

Para evitar la fuga de capitales, dicen los funcionarios del BM, es necesario restablecer la confianza en la economía y las autoridades mediante la reanudación del crecimiento y la adopción de políticas viables a largo plazo. Desgraciadamente, aseguran, "es mucho más fácil perder la confianza en un gobierno que recuperarla".

Primera zona de libre comercio

Las cinco naciones que conforman el mercado subregional andino, con casi 95 millones de habitantes, se convirtieron el pasado 1 de enero en la primera zona de libre comercio y de arancel externo común.

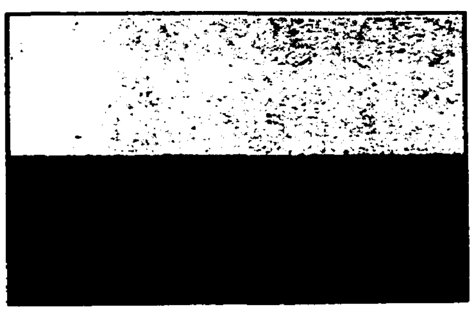
Los cinco países y sus datos básicos, de acuerdo con las estadísticas de la Junta del Acuerdo de Cartagena, son:

Bolivia



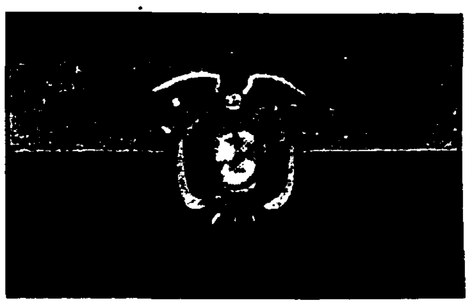
Capital: Sucre. Sede del Gobierno: La Paz. Habitantes: 7,3 millones. Población económicamente activa: 2,3 millones. Producto interno bruto: 2,8 por ciento. Producto agropecuario: 2,0 por ciento. Producto manufacturero: 5,7 por ciento. Formación bruta de capital fijo: bajó en 4,3 por ciento. PIB por habitante: 751 dólares por año. Exportaciones al mundo: 923 millones de dólares. Importaciones CIF del mundo: 716 millones de dólares. Exportaciones al Grupo Andino: 600 millones. Reservas internacionales: 132 millones de dólares. Deuda externa total: 4.200 millones de dólares. Deuda pública externa: 3.700 millones de dólares. Inflación: 18 por ciento. Desempleo: 7 por ciento.

Colombia



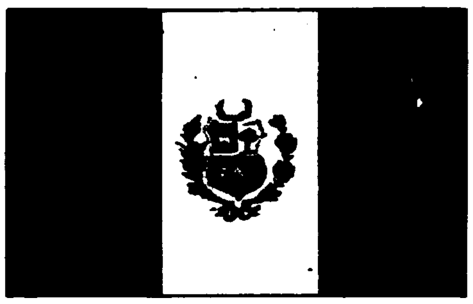
Capital: Santa Fe de Bogotá. Habitantes: 32,9 millones. Población económicamente activa: 11,9 millones. Producto interno bruto: 3 por ciento. Producto bruto agropecuario: 6 por ciento. PIB por habitante: 1.368 dólares anuales. Exportaciones al mundo: 8.740 millones de dólares. Importaciones CIF del mundo: 5.588 millones. Exportaciones al Grupo Andino: 373 millones de dólares. Inversiones extranjeras: 3.500 millones de dólares. Reservas extranjeras: 7.701 millones de dólares. Deuda pública externa: 13.655 millones. Inflación: 32,3 por ciento. Desempleo: 10,2 por ciento.

Ecuador



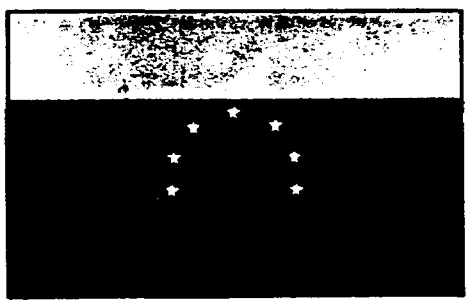
Capital: Quito. Habitantes: 10,5 millones. Población económicamente activa: 3,3 millones de personas. Producto interno bruto: 2,3 por ciento. Producto bruto agropecuario: 3,8 por ciento. PIB por habitante: 1.018 dólares al año. Exportaciones al mundo: 1.862 millones de dólares. Exportaciones al Grupo Andino: 189 millones de dólares. Reservas internacionales: 603 millones de dólares. Deuda externa total: 10.298 millones. Deuda pública externa: 9.638 millones. Inflación: 48,9 por ciento. Desempleo: 8,9 por ciento.

Perú



Capital: Lima. Habitantes: 21,5 millones. Población económicamente activa: 7,6 millones. Producto interno bruto: menos 4,9 por ciento. Producto bruto agropecuario: menos 8,6 por ciento. PIB por habitante: 1.198 dólares al año. Exportaciones al mundo: 3.276 millones de dólares. Importaciones CIF del mundo: 2.733 millones de dólares. Inversiones extranjeras: 1.291 millones de dólares. Reservas internacionales: 531 millones de dólares. Deuda externa: 18.301 millones de dólares. Deuda pública externa: 14.348 millones de dólares. Inflación 1990: 7.657,8 por ciento. Desempleo: 11,5 por ciento.

Venezuela



Capital: Caracas. Habitantes: 19,7 millones. Población económicamente activa: 6,5 millones. Producto interno bruto: 5,3 por ciento. Producto bruto agropecuario: menos 0,3 por ciento. PIB por habitante: 3.043 dólares al año. Exportaciones al mundo: 17.444 millones de dólares. Importaciones CIF del mundo: 7.288 millones de dólares. Exportaciones al Grupo Andino: 426 millones de dólares. Inversión extranjera: 3.578 millones de dólares. Reservas internacionales: 11.842 millones de dólares. Deuda externa total: 31.000 millones de dólares. Deuda pública externa: 27.302 millones de dólares. Inflación: 36,5 por ciento. Desempleo: 10 por ciento.

SECRETO

COPIA Nº. 5

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
110900/MAY/1992
(i)

1/3

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 11 /92

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DEL DPTO. II(INF) E.M.E.

COPIA 2: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 4: SR. 2do.COMANDANTE DE LA D.E. I.

COPIA 5: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

ANTECEDENTES

EL SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D. G. I. D.

Coronel
Hector H. Lluis

13 MAYO 1992

13/5/92

SIN ANTECEDENTES PENALES

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ...
Fecha de Entrada 12 MAYO 1992
Pase a Antecedentes - Dpto III
Nº. de Orden 9204133

SECRETO

001/3

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO Nro.3. wis.

Montevideo, 14 de mayo de 1992.

SEÑOR DIRECTOR :

Informo a Usted, que las personas Waldir Israel DA ROSA PIREZ y otros, carecen de antecedentes penales en ésta.

Saluda a Usted atentamente.
EL JEFE DEL DEPARTAMENTO Nro.3.

COMISARIO:
LUIS EDUARDO URRUTIA DIAZ.

Ministerio del Interior - Dirección Nacional de Información e Inteligencia - Departamento 3

Montevideo, 15 MAY 1992

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia.

EL SUB DIRECTOR NACIONAL DE LA D.N.I.I.
Insp. Mayor:
Jésus PONTE.-

Ministerio del Interior - Dirección Nacional de Información e Inteligencia

920 41 33

002

Montevideo, 11 de Mayo de 1992.

- DA ROSA PIREZ Waldir Israel
  C.I. N°2.850.231-9
  C.C. CMG N°911

- PIREZ RECUERO Celsa

- GON[illegible]EZ FLEITAS OL[illegible]a María
  C.I. [illegible]1.318.2[illegible]7-7
  C.C. BCA N°95.394

- SILVA DE LOS SANTOS Hugo Andrés
  C.I. N° 3.639.963-9
  C.C. CME N°7999

- DE LOS SANTOS BENITEZ María Elena
  C.I. N°2.526.917-8

- BENITEZ Claudio
  (Menor de Edad)

- SILVA DE LOS SANTOS Ana Laura
  (Menor de Edad)

- SANCHEZ GARCIA Fabián
  C.I. N° 1.719.791-1
  C.C. BVC N°1298

- SANCHEZ LUZ Roberto
  C.I. N°973.258-3
  C.C. BAA N°18.487

- GARCIA SUAREZ María Cristina
  C.I. N°1.145.684-6
  C.C. BVB N°21.321

- SANCHEZ GARCIA Andrea
  C.I. N°1.875.114-0

- ZNIDARIC BAUMAN María Amalia
  C.I. N°587.055

003/3

9204133

América Latina enfrenta los desafíos energéticos

Gabriel Sánchez Sierra *

Durante la reciente reunión de ministros de la Organización Latinoamericana de Energía (OLADE), realizada en Caracas, el presidente de Venezuela, Carlos Andrés Pérez, sintetizó con extraordinaria claridad los graves problemas que impiden la eficiencia energética de América Latina y el Caribe, vale decir, la abultada deuda externa, la falta de financiamiento para emprender los necesarios cambios estructurales y estratégicos que demanda el sector energético regional y el problema que crea la transferencia tecnológica.

El estadista exhortó a los países de la región a enfrentar unidos los problemas energéticos y destacó la acción de OLADE como promotor y catalizador de iniciativas en el campo de la cooperación energética entre los 26 países miembros del organismo, cuya acción se sustenta y estimula en los avances que están logrando los distintos grupos de integración latinoamericana.

Con alto sentido integracionista, los ministros de Energía de la región analizaron en Caracas los principales problemas del sector energético, así como los temas "Eficiencia energética: una estrategia para el desarrollo sustentable" e "Informe de la matriz energética de América Latina y el Caribe: transición hacia el siglo XXI", que será presentado a los presidentes del Grupo de Río en Cartagena, Colombia, ahora en este mes de diciembre.

La XXII reunión de ministros de Energía aprobó la "Declaración OLADE-Caracas 1991", documento trascendental por su contenido estratégico para el desarrollo energético-económico de América Latina y el Caribe, por el cual se acordó promover la seguridad del abastecimiento y la cooperación energética intrarregional, mediante un fuerte impulso a la eficiencia energética; una mayor seguridad del abastecimiento petrolero; el impulso al desarrollo de mercados nacionales y subregionales de gas natural; la recuperación económica del subsector eléctrico de los países; la ampliación del comercio intrarregional de carbón y el fortalecimiento de la cooperación en el sector de la energía.

Del mismo modo, la Declaración ratifica los planteamientos de la Plataforma de Tlatelolco sobre Medio Ambiente y Desarrollo y los expresados en las declaraciones de Brasilia y Caracas, al tiempo que recomienda a los países miembros de OLADE algunos puntos para el diseño de una posición común a presentarse, en junio de 1992, en la Conferencia de Río de Janeiro sobre Medio Ambiente y Desarrollo, entre los que destacan:

* Los países de la región tienen el derecho soberano a explotar sus recursos energéticos.

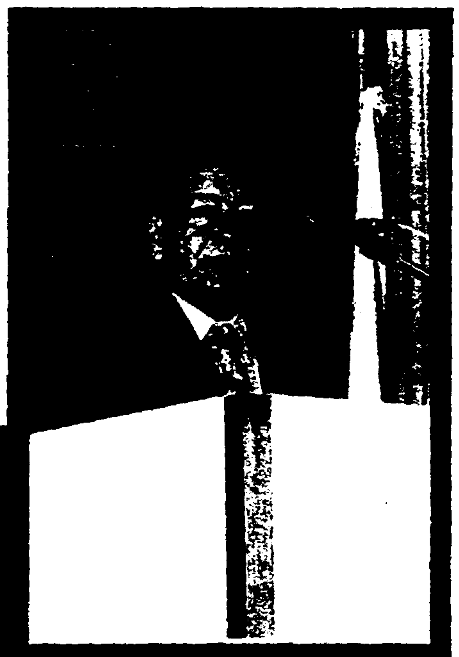
* La incidencia de la región en los problemas ambientales globales es un poco reducida.

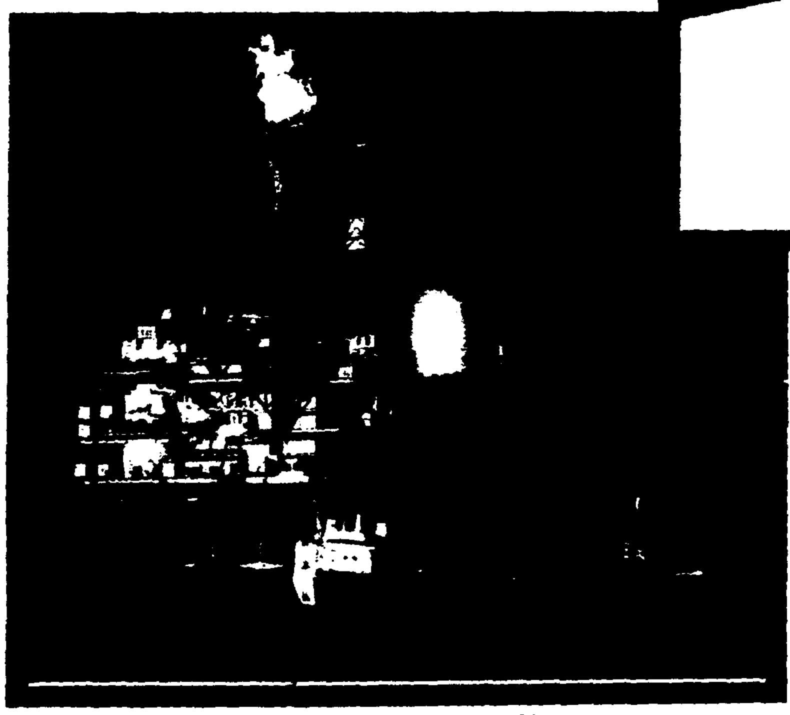
* La problemática ambiental de América Latina y el Caribe se vincula principalmente a la falta de desarrollo.

* El requerimiento de recursos financieros y transferencia tecnológica dentro de un entorno de cooperación internacional que tome en cuenta los intereses regionales.

Estos sustanciales acuerdos de la cita ministerial afirman lo señalado por el ministro de Energía y Minas de Venezuela y presidente de la reunión, Celestino Armas, respecto a que OLADE "se ha ido consolidando como una efectiva herramienta de apoyo técnico calificado para las cada vez más frecuentes y más ambiciosas iniciativas energéticas puestas en marcha por los jefes de estado de Latinoamérica y el Caribe". ■

*** Secretario Ejecutivo de OLADE**





El ministro venezolano, Celestino Armas, presidió la cita energética

EL PAIS — Martes 21 de Abril de 1992

Inauguran hoy Reunión Internacional de Cooperativas de Ahorro y Crédito

La Banca Cooperativa Pro[illegible] Canalizar Inversión Europ[illegible]

La posibilidad de canalizar la inversión europea que ya mira con interés hacia el MERCOSUR, así como delinear cuál será la realidad de las entidades financieras en el marco de la integración regional, serán objetivos de primer orden del encuentro de Bancos cooperativos de Latinoamérica y Europa que se inaugura hoy en Montevideo. El Cr. Ricardo Stirling, presidente de ACAC, una de las cooperativas de ahorro y crédito organizadoras del evento, explicó a EL PAIS sus características. Abordó además una serie de temas de vital interés sobre el futuro de esas instituciones.

A la apertura de la reunión del Comité Regional Bancario de la Alianza Cooperativa Internacional, que se extenderá hasta el próximo jueves en la sala de conferencias del Banco Central, concurrirá el presidente Luis A. Lacalle.

Stirling señaló que a este encuentro, primero de su tipo a nivel internacional, asisten representantes de entidades de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Perú, así como directivos de la poderosa banca cooperativa europea.

INTERES DE INVERSIONISTAS

"Esta reunión se presenta, indicó, como una inmejorable oportunidad para concretar negocios y proyectos de cooperación entre latinoamericanos y europeos".

"A nivel regional se va fortaleciendo la integración de la banca cooperativa y en lo nacional, demuestra la capacidad de participación de las entidades uruguayas".

Según afirmó Stirling, los inversionistas europeos ya observan con marcado interés las posibilidades que abrirá el proceso de integración. Las cooperativas de intermediación financiera buscan un lugar como canalizadoras de esa inversión.

POSIBLE BANCO REGIONAL

Los efectos que el MERCOSUR tendrá sobre la realidad de las instituciones financieras de la región, será otro de los temas a tratar.

"El encuentro permitirá que se comience a analizar el tema, un aspecto de la integración que hasta el momento no se ha tratado a fondo".

Stirling afirmó que Montevideo se presenta en inmejorables condiciones para constituirse en la plaza financiera del MERCOSUR y adelantó que a nivel cooperativo se esboza la idea de crear un Banco Cooperativo Regional.

Refiriéndose en particular a la gestión de ACAC informó que el Banco Central y la Corporación Nacional para el Desarrollo "han confiado en ACAC como institución capaz e idónea para canalizar fondos del BID y del Banco Mundial, para el fomento de actividades de desarrollo económico".

En el caso del Banco Central se trata de préstamos dirigidos a la actividad agropecuaria con fondos del BM. El programa del BID contempla líneas de crédito para micro y pequeñas empresas.

EL DESARROLLO COOPERATIVO

EL PAIS le consultó también sobre la situación actual y perspectivas de las cooperativas de intermediación financiera de nuestro país.

"El mismo hecho de que este primer encuentro internacional tenga lugar en Montevideo demuestra que las cooperativas uruguayas de ahorro y crédito están llamadas a emprendimientos de real significación".

En el caso de ACAC afirmó que el cierre del ejercicio 1991 marcó un crecimiento del 45% de su patrimonio en términos reales (descontada la inflación).

La cooperativa, con sede central en Paysandú, cuenta con 70 mil socios y 22 sucursales distribuidas en localidades que van desde Bella Unión a Maldonado.

"Este evento, agregó, coincide con la apertura de la tercera sucursal de ACAC en Montevideo que estará ubicada en 18 de Julio y Magallanes".

"La cooperativa, que cuenta con el triple contralor del Banco Central, una auditoría externa y de su propia comisión fiscal, se maneja en su gestión con criterios empresariales".

"A sus usuarios, señaló, brinda prácticamente todos los servicios bancarios como ser cuenta corriente, ahorro, préstamos, tarjeta de créditos, negocios rurales, etc".

PODRAN OPERAR CON CHEQUES

Actualmente se manejan varios proyectos que tienen por objeto brindar a las cooperativas elementos que les permitan continuar su expansión.

En el Parlamento se encuentra a estudio una propuesta del Poder Ejecutivo que reforma la Ley 15.322 sobre entidades de intermediación financiera y que marcaría importantes avances al respecto.

"El proyecto, informó, "prevé el acceso de las cooperativas al uso del cheque. Ello representa un logro importantísimo ya que reconoce la realidad en el manejo actual de las cuentas corrientes por parte de nuestras empresas".

Paralelamente las cooperativas piensan impulsar reformas que les permitan asumir con mejores instrumentos los desafíos de integración.

"Existe la intención de poder incorporar al texto legal la posibilidad de que los Bancos se puedan constituir no sólo como sociedades anónimas sino también como cooperativas. Asimismo se procura que las cooperativas puedan realizar operaciones con no-asociados, hecho por demás justificado cuando se está a las puertas de la integración regional".

REFORMA JUBILATORIA NO AFECTA

EL PAIS consultó también sobre la repercusión que la eliminación de exoneraciones de aportes patronales al BPS, incluida en el proyecto de reforma jubilatoria, tendrá sobre las cooperativas de intermediación financiera.

"Vale la pena dejar bien en claro, afirmó Stirling, que las cooperativas de ahorro y crédito no están actualmente exoneradas de ningún tributo a la seguridad social y siempre han aportado en pie de igualdad con cualquier empresa del ámbito privado".

"Los cambios que se proponen, por tanto, no afectan para nada la situación económica, financiera y patrimonial de ACAC. Nuestra empresa se ha caracterizado por una administración sensata y transparente en un mercado financiero altamente competitivo", indicó, poniendo como ejemplo los mencionados acuerdos con el Banco Central y la Corporación para el Desarrollo para canalizar créditos internacionales.

150023

29/4/92

12602

Miércoles 29 de abril de 1992 La República

El FMI sufre fuerte crisis de capital

Washington (AFP)

El director general del Fondo Monetario Internacional, Michel Camdessus, se declaró ayer "optimista" sobre las posibilidades de llegar a un aumento de capital del organismo, advirtiendo al mismo tiempo que el fondo podría interrumpir sus actividades si sus recursos no son aumentados rápidamente. "Soy optimista (. . .) estoy convencido" que los países miembros "terminarán por aprobar ese aumento de capital porque son razonables" y saben que esa medida es esencial para asegurar el mantenimiento del papel del fondo, afirmó su director general en conferencia de prensa.

Si el aumento de las cuotas no se hace "durante los muy próximos meses, tendremos un problema (. . .) y habrá que ir, sea hacia una reducción, sea a la interrupción pura y simple de nuestras actividades", advirtió sin embargo.

"Ahora estamos justo en equilibrio" y "sabemos que durante los seis meses que vienen, pedidos muy, muy importantes, tendrán que ser satisfechos", principalmente la ayuda a los países de la ex Unión Soviética, explicó.

El aumento del 50% del capital del fondo había sido decidido en 1990 pero sigue bloqueado por el congreso norteamericano, que tiene que ratificarlo. Estados Unidos es el primer accionista del fondo.

01-01 9204136

Nº DOCUM...

TITULO ...

PROCEDE...

FE...

VINC...

28/4/92

Una Jornada Memorable

CON EL IN... EX URS...

220492

WASHINGTON, 27 (EFE). — El Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial vivieron hoy lunes una de sus jornadas más memorables con el ingreso de Rusia y de la mayoría de las repúblicas de la desaparecida URSS, que los convierte en organismos universales.

Los 156 gobernadores del FMI admitieron a catorce de las quince repúblicas, mientras que en el BM lograron la admisión trece de las quince, según los comunicados oficiales dados a conocer durante la reunión semestral de ambos organismos multilaterales.

Armenia, Bielorrusia, Estonia, Georgia, Kazajistán, Kirguizistán, Letonia, Lituania, Moldavia, Rusia, Tayikistán, Turkmenistán, Ucrania y Uzbekistán consiguieron su ingreso en el FMI, mientras que Azerbaiyán aguardará hasta el 4 de mayo próximo.

Por su parte, en el BM, sólo Azerbaiyán y Turkmenistán deberán esperar hasta el 4 y 15 de mayo, respectivamente, para obtener el voto de aprobación de los gobernadores de los países miembros del Banco.

Las peticiones de esas repúblicas se basaron en su proceso de reformas y la desesperada necesidad de financiación para atender sus necesidades perentorias y transformación de estructuras.

Desde su fundación en julio de 1944 y hasta hace unos pocos años, el FMI y el BM fueron blanco permanente de las críticas de los dirigentes de la Unión Soviética, que los tildaban como "instrumentos del capitalismo explotador".

Durante la reunión del Comité Interino que atiende semestralmente los temas de la financiación dentro del FMI y el Banco Mundial, se dio una casi unánime bienvenida a los nuevos miembros de pleno derecho de la institución multilateral.

A las 18 GMT de hoy concluyó el plazo para que los 156 gobernadores de las naciones miembros del FMI y BM votasen en relación a la petición de Moscú y de las otras repúblicas de la antigua URSS.

Tres horas después, en comunicados separados, el FMI y el BM anunciaron la incorporación de los nuevos miembros de pleno derecho.

El francés Michel Camdessus, director gerente del FMI, calificó como "una oportunidad histórica" la participación activa de las repúblicas de la antigua URSS.

El norteamericano Lewis Preston, presidente del BM, declaró que ahora el Banco "está cerca de la meta de convertirse en una institución global, dedicada a la reducción de la pobreza y la expansión de oportunidades para todos los ciudadanos de nuestras naciones miembros".

En los comunicados difundidos el domingo por separado por el "Grupo de los Siete" (G-7) países más industrializados del mundo y el "Grupo de los 24" (G-24) países en vías de desarrollo de Latinoamérica, Asia y África, se dio la bienvenida a los nuevos miembros.

Sin embargo, las naciones en desarrollo no dejaron de expresar su preocupación por la inclusión de las naciones de la extinta URSS en la corriente de países que demandan recursos para su desarrollo.

01-04. 9204137

150015
FECHA DE [illegible] 28/4/92
VINCULACIONES

HISTORICO INGRESO DE LAS ANTIGUAS REPUBLICAS SOVIETICAS AL FMI Y BM

DE esta forma se pone fin a casi 50 años de aislamiento de la comunidad financiera

Washington (EFE).- El Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM) vivieron ayer, una jornada histórica con la incorporación de las antiguas repúblicas de la Unión Soviética como miembros de dichos organismos.

Con este ingreso, las repúblicas de la joven Comunidad de Estados Independientes (CEI) y las bálticas pondrán fin a casi 50 años de aislamiento de la comunidad financiera internacional, de la que se automarginó la URSS al crearse estas instituciones en los acuerdos de Bretton Woods, en 1946.

"Creo que podemos felicitarnos de que hoy tengamos aprobada, y espero que con un respaldo prácticamente unánime, la entrada en el Fondo Monetario Internacional y en el Banco Mundial" de estas repúblicas, declaró Carlos Solchaga, Ministro español de Economía y presidente del Comité Interino del FMI, que se reunió en esta capital.

Según Solchaga, la única república de la desaparecida Unión Soviética que no entrará aún en estos organismos será Azerbaiyán, que lo hará dentro de una semana debido a problemas administrativos.

Este ingreso en el FMI y el BM, en el caso de algunos de los nuevos miembros, supone el comienzo de un largo proceso para poder acceder a la financiación que tanto requieren de estos organismos, y en el caso de otros, como Rusia, un paso más, ya que según el FMI, ya tienen avanzados sus programas económicos y se espera que en unos meses puedan ser aprobados.

"A partir de ahora será preciso que esta condición de miembros se convierta en algo práctico, lo que significa seguir estudiando muy seriamente cual es la situación de todas estas economías y ayudarles mediante la asistencia técnica que puedan prestar el FMI y el BM a la preparación de planes y programas de ajuste estructural y de transición al mercado", dijo Solchaga.

El presidente del Comité Interino agregó que "naturalmente, cuando estos países reúnan las condiciones necesarias, se prestará la financiación suficiente para resolver sus problemas de balanza de pagos, los de convertibilidad de monedas, en la medida que existan, y los del mantenimiento de la apertura de estas economías y su *integración dentro de la mundial*".

Los ministros de Economía de los países industrializados que integran el Grupo de los Siete (G-7) acordaron, tras reunirse en Washington con el viceprimer ministro ruso, Yegor Gaydar, apoyar los esfuerzos de Rusia por transformar su economía a un sistema de mercado con una asistencia de 24.000 millones de dólares, vinculado a que el FMI apruebe su programa económico.

Se espera que Alemania, Canadá, Francia, Estados Unidos, Gran Bretaña, Italia y Japón, que integran el G-7, se comprometan a aportar una cantidad similar para ayudar al resto de las repúblicas de la extinta URSS en sus programas de reformas.

Se calcula que los países resultantes del desmembramiento de la URSS puedan obtener unos 45.000 millones de dólares de préstamos del FMI y el BM para su proceso de reformas gracias a su ingreso en estas instituciones, a las que hace apenas unos años Moscú calificaba de "instrumentos del capitalismo explotador".

La incorporación de estos países a las instituciones de Bretton Woods se ha convertido en la "cuestión estrella" de la actual reunión semestral del FMI y el BM, y se esperaba que en la asamblea del Comité Interino de ayer, a la que asistirá Gaydar, se anuncie oficialmente la aceptación de los nuevos miembros.

Tanto los directivos del FMI como del BM han expresado la necesidad de aprovechar el momento histórico actual para ayudar a las antiguas repúblicas de la URSS a integrarse en el sistema financiero internacional y evitar que fracasen en estos esfuerzos.

28.04.92

920437

Rusia y casi todas las repúblicas fueron admitidas por el FMI y el Banco Mundial

Con un pie en la economía mundial

* **Todas las ayudas están condicionadas a la implantación de una economía de mercado; numerosas incógnitas: ¿Podrá Yeltsin marchar aceleradamente hacia el capitalismo? ¿Occidente logrará reunir todos los recursos necesarios?**

La Junta de Gobernadores del Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial aprobaron ayer en esta capital la integración de Rusia y casi todas las repúblicas de la ex Unión Soviética a su seno, marcando el ingreso formal de las mismas al sistema económico mundial. Azarbaiyán fue el único país que no se integró al FMI, y esa República junto con Turkmenistán no fueron recibidas en el Banco Mundial. Sin embargo las razones para su exclusión fueron estrictamente de carácter teórico y se espera su incorporación la próxima semana.

Washington (IPS)

■ El Fondo Monetario Internacional tiene desde ayer 14 miembros más a pleno título: Rusia y las otras trece ex repúblicas soviéticas.

El Consejo de Gobernadores del FMI votó a favor de la membresía de los estados independientes nacidos de las cenizas del imperio soviético.

El FMI perfeccionará para el 4 de mayo la adhesión de la única república que por motivos de procedimiento no se incluyó en la votación de ayer, Azerbaiyán.

La resolución aprobada ayer —precisa una nota del Fondo— se refiere al monto de las cuotas iniciales (que varían entre el 3 por ciento de Rusia al 0,03 por ciento de Estonia y Turkmenistán), los medios a través de los cuales los nuevos miembros son llamados a contribuir con los recursos de la institución, y las condiciones de la membresía.

Las suscripciones deberán ser hechas en un plazo de seis meses para el 22,7 por ciento del total en Derechos Especiales de Giro o divisas elegidas por el FMI, y en moneda nacional de cada una de las repúblicas por el resto.

Los nuevos miembros obtendrán un incremento del 50 por ciento en las respectivas cuotas (en la práctica las "acciones" en el capital del FMI que determinan el poder de voto del país y los recursos financieros a los cuales puede acceder) cuando el aumento decidido hace varios meses por el Fondo resulte operativo.

También el Banco Mundial, simultáneamente con el FMI, acogió ayer en su seno a las 13 ex repúblicas de la URSS. En los próximos días se incorporarán las dos restantes, Turkmenistán y Azerbaiyán.

El gran cisma este-oeste se cerró definitivamente: 75 años después de la revolución de octubre, Rusia y las otras repúblicas de la ex URSS, fueron recibidas con los brazos abiertos en el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, a quienes durante la guerra fría

Stalin y los otros "zares rojos" denunciaron sin tregua como instrumentos del capitalismo salvaje.

Los estados surgidos de las cenizas de la URSS ingresaron a las instituciones que nacieron de los acuerdos de Bretton Woods en 1944 con el sombrero en la mano, y Occidente parece decidido a ser generoso.

El domingo por la noche, al cabo de una cumbre de 11 horas del Grupo de los Siete (G7), los ministros de Finanzas de Estados Unidos, Japón, Alemania, Francia, Italia, Gran Bretaña y Canadá, se comprometieron solemnemente en un ambicioso plan de salvataje.

El paquete de ayudas prometido es de 24 mil millones de dólares para 1992 (entre 11 mil y 12 mil para créditos a las exportaciones, 4 a 5 mil millones en préstamos del FMI y el BM, 2 mil de restructuración de deuda", y 6 millones para estabilizar el rublo), y debería tratarse sólo de una primera cuota de un colosal "plan Marshall" para todo el quinquenio.

Todas las ayudas están condicionadas a que el presidente ruso, Boris Yeltsin, no ceje en su empeño de implantar en Rusia una economía de mercado.

El FMI y el BM, que realizan sus sesiones primaverales, apuntalarán a Rusia y las otras catorce repúblicas en base a una "receta" explicada el domingo por los ministros del G7 al vicepremier ruso, Yegor Gaidar, arquitecto de las reformas económicas del gobierno Yeltsin, al que recibieron el domingo.

El G7 advirtió a Gaidar que Rusia no tiene "alternativas productivas" al pasaje al capitalismo, y debe hacerlo a través de "enérgicas y globales reformas macroeconómicas y estructurales", reduciendo el déficit de presupuesto, limitando el rol del gobierno, frenando el crecimiento monetario, creando una nueva legislación, y privatizando con energía.

Por su parte, Gaidar dijo a los ministros que el gobierno ruso se propone proceder, y sus interlocutores al parecer le creyeron, porque según ellos tiene las ideas claras.

Sin embargo, muchas son aún las incógnitas en juego, pese a la importancia histórica de la confluencia del ex bastión del socialismo real, con la economía internacional.

Una de las incógnitas [illegible] se refiere a la fortaleza del gobierno Yeltsin: ¿logrará el sucesor de [illegible] Gorbachov marchar aceleradamente hacia el capitalismo, [illegible] ya empobrecido y [illegible] medicinas siquiera?

9204137

El G-7, el FMI y Bush anunciaron su apoyo a las reformas económicas de Yeltsin

Todos ayudan a Rusia

* El G-7 supeditó sus 24 mil millones de dólares a la aprobación parlamentaria del plan económico

El grupo de los siete principales países industrializados (G-7) se puso de acuerdo para preparar un plan de ayuda a Rusia que permita darle ya este año una ayuda financiera de 24.000 millones de dólares, anunció ayer el secretario de Estado de Finanzas de Alemania, Horst Koehler, en conferencia de prensa. El G-7 está formado por EEUU, Japón, Alemania, Francia, Gran Bretaña, Italia y Canadá.



Rusia vuelve a jugar un papel central en el concierto europeo y mundial; de las ayudas de hoy dependerán los posicionamientos de mañana. (Dibujo de Gustavo Serrano)

Bonn (AFP)

■ El secretario de Estado alemán dijo que esa ayuda está condicionada a que a principios de este mes el Parlamento ruso apruebe una importante reforma económica presentada por el presidente Boris Yeltsin.

"Queremos mostrar claramente que occidente está dispuesto a ayudar.

Nosotros ofrecemos nuestro apoyo político", dijo el secretario, que reconoció que los 7 temían que el Parlamento rechace las reformas debido al precio demasiado alto que tendrá que pagar la población.

El plan prevé que este mismo mes Rusia adhiera al Fondo Monetario Internacional (FMI). El mes próximo, con el fondo, estará preparado en forma definitiva el programa de ajuste económico. Después, en junio, se empezará a enviar la ayuda financiera. Finalmente, hacia el tercer trimestre del año, el G7 creará un fondo de estabilización del rublo.

El debate en el Parlamento ruso empezará el lunes pero la fecha de votación todavía no está prevista. La reforma, que prevé el desmantelamiento total de las estructuras de la economía planificada, es objeto de enérgicas críticas de parte de los parlamentarios y de las autoridades locales.

Según una estimación de los periodistas parlamentarios rusos, un tercio de los diputados son favorables a la política actual de Yeltsin y un 45%, hostiles. Los otros todavía no están decididos.

"La población rusa tendrá que soportar los mayores sacrificios y tendrá que ajustarse un poco más el cinturón", dijo Koehler.

El programa del G7 está por ahora limitado a Rusia. Es el país más avanzado", explicó Koehler. Subrayó que el G7 hacía presión sobre Ucrania y otras repúblicas de la CEI para que tomen el mismo camino.

ANUNCIOS DE BUSH

El presidente norteamericano, George Bush, anunció ayer un programa de ayuda de su país a la ex Unión Soviética que integra el plan de asistencia global dado a conocer por el G7 y cuyos principales puntos son los siguientes:

—Participación del 25% en el fondo de estabilización del rublo, equivalente a 1.500 millones de dólares sobre un total de 6.000 millones. El dinero de EEUU está destinado a un programa del Fondo Monetario Internacional (FMI) denominado Acuerdos Generales de Empréstitos, que no debe ser autorizado por el congreso. La administración solicita al congreso la autorización de participación en los fondos de estabilización (para Rusia y eventualmente otras repúblicas) por un valor de 3.000 millones de dólares.

—Aumento (ya previsto de 12.000 millones de dólares de la cuota norteamericana al FMI, que deberá aportar una ayuda para la estabilización de las balanzas de pagos de las nuevas repúblicas, una vez que éstas hayan adherido a esta organización internacional.

LA NEGOCIACION DE LA DEUDA

El Fondo Monetario millones de dólares

Por unanimidad, el directorio del FMI aprobó ayer un préstamo especial que será utilizado por la Argentina para renegociar la deuda con los bancos acreedores. Pero, para obtener el visto bueno el Gobierno se comprometió a cumplir un severo ajuste. Mientras tanto, el comité de bancos reclamó en su contrapropuesta un pago al contado de u$s 900 millones a cambio de una quita del 35%.

EL PRESTAMO DEL FMI A LA ARGENTINA (en millones de u$s)

1.	Monto básico	2.745
2.	Aporte especial (augmentation)	458
3.	Reserva acumulada del stand-by (set aside)	200
4.	Tercer trimestre del stand-by	200
5.	Total de desembolsos entre 1992 y 1994	3.603
6.	Recursos para garantías por reducción de deuda (enhancements)	1.040
7.	Desembolsos previstos para 1992	1.843

Fuente: Carta de Intención al FMI

El Fondo Monetario Internacional **concedió formalmente** a la Argentina un préstamo de facilidades extendidas (EFF) por **2.945 millones de dólares**, a tres años de plazo.

El directorio del FMI aprobó la carta de intención y el memorando de entendimiento enviados por la Argentina el 4 de marzo, luego de dilatadas negociaciones y numerosos viajes de funcionarios argentinos a los Estados Unidos.

El préstamo está compuesto de la siguiente manera:

- **2.745 millones de dólares por el préstamo básico.**
- **200 millones de dólares por el desembolso de la última cuota del "stand-by" vigente.**
- A requerimiento de la Argentina el FMI liberará otros 200 millones de dólares correspondientes a un fondo denominado **"set aside"**, una reserva constituida con una porción de los desembolsos ya realizados del "stand-by" concedido el año pasado.

Además, el préstamo **podrá ser aumentado en un monto equivalente al 30% de la cuota que la Argentina tiene depositado como socio del FMI.** Este aporte es de **458 millones de dólares**, pero esta suma sólo será desembolsada cuando la Argentina acuerde la reducción de su deuda externa con los bancos acreedores.

La negociación con la banca privada está todavía en proceso de negociación y la Argentina debe ahora responder a la nueva contrapropuesta entregada ayer por los acreedores, que incluye un pedido de pago de unos 900 millones de dólares al contado, en concepto de cancelación de una parte de intereses atrasados (véanse páginas 20 y 21).

El acuerdo con el FMI muestra una pequeña diferencia entre lo solicitado por la Argentina y lo otorgado por el directorio del FMI. Esa mínima discrepancia está basada en la cotización de los Derechos Especiales de Giro (DEG), moneda en la cual se realizan este tipo de operaciones. El DEG al 3 de febrero cotizaba a 1,372 dólar, mientras que ayer cotizó en 1,370 dólar.

Esta es la primera vez que la Argentina accede a un préstamo de facilidades extendidas, el cual contribuirá a resolver en el corto plazo su crisis de balance de pagos, iniciada hace casi una década y agravada desde 1988 cuando cesó de remesar dólares a los bancos acreedores.

Este acuerdo con el FMI permite a la Argentina hacerse de una masa de recursos que le servirán para negociar en mejor posición un programa de reducción de su deuda. Desde el punto de vista político, **el apoyo brindado por el FMI significa que la Argentina está en los umbrales para ingresar al Plan Brady.**

Tres años bajo la lupa

La Argentina, después de 35 años de una tormentosa relación con el FMI —es el país que más extenso historial tiene de **incumplimientos de compromisos** contraídos con el organismo— accede por primera vez al **"Extended Fund Facilities"** (EFF) o crédito de facilidades ampliadas. El director del FMI para la Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay, Perú y Uruguay, **Alejandro Vegh Villegas**, lo definió como un **acuerdo estructural a tres años.**

El secretario de Programación Económica, **Juan Llach**, admitió, sin embargo, que este acuerdo tiene **monitoreos estrictos cada tres meses** aunque los desembolsos del Fondo son **cada seis meses.** Es decir que no se trata, como algunas interpretaciones apresuradas lo daban a entender, de una especie de jubileo donde el Fondo se **desentiende y solo viene a ver lo que pasa al final del trienio.**

Más bien, todo lo contrario. La supervisión de los **organismos financieros internacionales —el FMI, el Banco Mundial** y últimamente también el **BID**— es permanente y se extiende a **todos los recovecos de la administración pública.** Incluso está llegando a **nivel provincial**, para no hablar de las **empresas del Estado que son una realidad en extinción.**

En ese sentido, el EFF tiene puntos en común con el clásico "stand by" a un año, que incluye inspecciones y desembolsos trimestrales, pero también se emparenta con los **préstamos estructurales del Banco Mundial**, sobre la base de los cuales el Gobierno está encarando la **reforma global del sector público.** El EFF equivale a **tres "stand by" anuales sumados**, no solo por su duración sino también por su monto, **3.000 millones de dólares**, mientras los "stand by" son por **1.000 a 1.200 millones.**

♦ Empalme problemático

De hecho el **empalme** entre el **"stand by"** vigente, aprobado en **julio del año pasado**, y estas facilidades extendidas requirió una **compleja operación.** Se obtuvo el aval del Fondo a los números del **primer y segundo trimestre del "stand by"** (es decir, el segundo semestre de 1991.) Ese apoyo fue **gestionado y obtenido personalmente** por Cavallo ante el titular del **Fondo Michel Camdessus. A los técnicos más ortodoxos del Fondo no les agradaba que se hubiesen incluido algunos fondos de privatizaciones en el superávit fiscal**, pero ese inconveniente fue sorteado.

A partir de enero de 1992 se empezó a negociar con los bancos **la entrada en el Plan Brady** y el aval del Fondo llega en el **momento oportuno**, pero no fue conseguido sin esfuerzo. Implicó tener que **aceptar un incremento del superávit fiscal de 200 a 270 millones por mes.**

♦ Complicaciones

En este primer trimestre dos cosas complicaron las metas previstas: en primer lugar, una inflación minorista más alta que la esperada, motorizada principalmente por los **servicios y los alimentos.** La explicación oficial reconoce que en parte esta mayor inflación está **motivada por una mayor presión impositiva** (incremento del IVA y nuevo régimen de facturación). De ser así, **no se repetiría.**

En segundo término, los **vaivenes que sufrió la reforma impositiva**, donde se presentó el **IEPE**, después se postergó por tres meses, pero finalmente fue sustituido, temporalmente, por otra reforma que para las arcas fiscales implica **más ventajas**: el aumento del impuesto a las ganancias con la **limitación del cómputo de quebrantos.**

Estos dos factores, **inflación e impuestos**, no ponen hasta ahora en peligro al programa, siempre que se eviten las **indexaciones persistentes**, sobre todo en la **masa salarial.** En este aspecto el compromiso argentino ante el Fondo es estricto: **mantener la masa salarial del sector público** (e indicativamente, también la del sector privado) **constante en términos reales**, sin descartar reacomodamientos internos, es decir, **jerarquizaciones que deberán ser compensadas** por retiros voluntarios y de los otros. A las provincias se les da un **enérgico tirón de orejas**, para que se sumen al gran **ajuste nacional.**

Todo este panorama **complicó sobremanera al FMI, que le dio luz verde a las "facilidades extendidas". Con esto, se completa un juego de ajustes bien armado, donde la Argentina deberá jugar no solamente en los próximos tres años sino hasta fin de siglo.** Esto, si no surgen **imprevistos que tiren abajo la estantería.**

Pablo Kandel

acordó 2.945 a la Argentina

El entendimiento alcanzado con el FMI obliga a la Argentina a llevar adelante un duro programa de ajuste fiscal donde, entre otras cosas, se prevé lo siguiente:

- Alcanzar un superávit primario, sin privatizaciones, de unos 3.000 millones de dólares en 1992, 3.400 millones de dólares en 1993 y 3.600 millones de dólares en 1994.
- La inversión pública crecerá del 2% al 3,6% del PBI.
- El ahorro interno aumentará del 10,4% al 11,4% y la inversión privada del 9,5% al 13,8%.
- Se espera una reducción en la tasa de inflación (precios combinados) del 7% anual para 1992 hasta llegar al 4% anual en 1994.
- Las exportaciones subirán el 6% por año.
- La economía crecerá a un ritmo del 5% anual promedio.
- La entrada de capitales privados aumentarán en unos 800 millones de dólares.
- Las privatizaciones originarán en 1992 unos 1.900 millones de dólares.

El préstamo es a 3 años de plazo y habrá monitoreos o auditorías trimestrales. Luego vendrán los desembolsos una vez que sea verificado el cumplimiento de los compromisos.

El directorio del FMI aprobó el préstamo para la Argentina en la misma jornada en que trató los ingresos de Rusia, Estonia, Letonia y Lituania a la comunidad financiera internacional.

Guillermo Zocalli, representante argentino ante ese organismo, señaló que no hubo votos en contra y que se registró un muy buen clima para la Argentina.

Tanto el director gerente del FMI, **Michel Camdessus**, como el gobierno de los Estados Unidos trabajaron intensamente para que la Argentina pueda acceder a una solución a su problema de endeudamiento externo.

Inclusive la administración Bush está influyendo para que los bancos acreedores cierren rápidamente un acuerdo de reducción de la deuda con la Argentina.

Una vez que el país alcance un arreglo con la banca internacional podrá acceder a unos fondos denominados "enhancements", recursos que libera el FMI destinados a garantizar las operaciones de reducción de la deuda y que rondarán los 1.000 millones de dólares.

De igual manera, la Argentina está negociando con el Banco Mundial, el Banco Interamericano de Desarrollo y el gobierno japonés aportes que ayuden a conformar una masa de recursos para financiar un eventual acuerdo con la banca acreedora. Se estima que cada uno de los tres aportantes destinará entre 600 y 800 millones de dólares.

Infografía CLARIN

METAS FISCALES PROMETIDAS AL FMI
(en millones de dolares)



Superávit primario	1992	1993	1994
Con privatización	4867	3747	3603
Sin privatización	3007	3397	3603
Resultado global del sector público	971	-246	-738

Fuente: Carta de Intención al FMI

02-02-

9204138

Según admitió Michel Camdessus en Tokio

El FMI podría afrontar una crisis de recursos financieros

[illegible] la falta de fondos se produciría a fin de año si el Congreso norteamericano no aprueba un aumento del aporte de los Estados Unidos

TOKIO, 9 (Reuter). – El Fondo Monetario Internacional (FMI) podría verse en [illegible] Congreso de los Estados Unidos [illegible] FMI, Michel Camdessus.

"Por el momento no nos hemos quedado sin dinero, pero [illegible] año podríamos estar en problemas", dijo Camdessus en conferencia de prensa.

Indicó que [illegible] Washington [illegible] en la contribución [illegible] se siente seriamente preocupado por el hecho de que el Congreso [illegible]

El FMI ha [illegible]

[illegible]

Camdessus, quien llegó a Japón el domingo en su primera visita en [illegible]

[illegible]

TINA CON EL FMI

Los compromisos más importantes

Los principales compromisos que asumió la Argentina con el Fondo Monetario Internacional desde ahora hasta 1994 son los siguientes:

- *El peso seguirá vinculado al dólar de EE.UU. **al tipo de cambio de un peso por dólar.***
- *El objetivo de la política fiscal será la **generación de un superávit primario que alcance un promedio de u$s 3300 millones por año** en el período 1992/1994.*
- *El programa monetario para 1992 proyecta un aumento del dinero, en sentido amplio, **de 9% del PBI en el último trimestre de 1991 a 9,9% en el último trimestre de 1992.** Si se incluyen los depósitos en moneda extranjera aumentará de 14 a 16% del PBI.*
- *Se prevé que el **volumen de las exportaciones crecerá 6% al año.***
- *Se prevé que **la entrada neta de capital privado aumentará de u$s 3100 millones en 1991 a u$s 3000 millones anuales en el período 1992-1994** (repatriación de capitales).*
- *Se prevé que aumenten las reservas netas en u$s 881 millones, teniendo en cuenta los desembolsos proyectados de organismos internacionales y la emisión de nuevos bonos (no relacionados con el plan Brady).*
- *La **implementación** de la reforma impositiva y previsional se consideran como **punto estructural del programa económico a tres años.** El gobierno pondrá en marcha dichas reformas a más tardar el 30 de junio de 1992 (impuestos) y el 31 de diciembre de 1992 (sistema previsional). La sanción por parte del Congreso de la reforma impositiva se espera **"para mediados de año".***
- *Antes del final de 1992, el **gobierno venderá participaciones mayoritarias en prácticamente todas las empresas del sector público,** incluidas **Segba** (julio), transporte y distribución de **Gas del Estado** (noviembre), **Elma y Somisa** (setiembre), **Agua y Energía e Hidronor** (setiembre). **Administración General de Puertos arrendará seis puertos y transferirá el resto a las provincias.***
- *El programa de privatización ha significado hasta la fecha una **reducción de 42.415 puestos de trabajo,** incluidos 28.300 retiros voluntarios, y se espera que dé lugar a una **nueva reducción de 103.000 puestos de trabajo en 1992 y de 45.000 en 1993.***
- *En 1991 el **Ministerio de Defensa dio de baja** alrededor de **8000 de sus 50.000 funcionarios, y dará de baja a 9000 más durante 1992.** Se esperan **nuevas reducciones del número de efectivos de las Fuerzas Armadas,** y se prevé que en 1992 concluya el proceso de privatización de 30 de las 33 empresas públicas controladas por el Ministerio de Defensa.*
- *Para principios de 1992 se **suprimirán más de 5000 de los 30.000 puestos de trabajo en los bancos oficiales.** Esto supondrá el cierre de muchas sucursales del Banco Nación o la fusión de las mismas con provinciales.*
- *Se espera que el **fortalecimiento de las finanzas públicas permita una reducción del encaje legal durante el programa (1992/1994) en forma compatible con la consecución de las metas en materia de inflación y balanza de pagos.***
- *Se prevé que **se destine el 2 por ciento del PBI para** atender los pagos de la deuda externa e **interna** proveniente del superávit primario, sin contar los ingresos por privatizaciones.*
- *Dicho porcentaje será aplicable durante este año y los dos subsiguientes, **desde enero de 1992 hasta marzo de 1995.***
- *Entre las metas fiscales descriptas se encuentra un*

Cont. en pág. 4

Secretaría General

ALADI
Asociación Latinoamericana de Integración
Associação Latino-Americana de Integração

ANTEPROYECTO DE ACUERDO SOBRE TRANSPORTE MARITIMO

ALADI/SEC/dt 219.2
24 de enero de 1992

RESTRINGIDO

Conforme a lo señalado en el documento "Cooperación Regional en Transporte Marítimo" (ALADI/SEC/dt 219.1), la Secretaría General ha preparado un Anteproyecto de Acuerdo sobre Transporte Marítimo que recoge, a su juicio, los principales elementos para una acción concertada sobre la materia a nivel regional. En su preparación se han tenido en cuenta los cambios que se han registrado en las políticas de marina mercante de varios países miembros y los acuerdos suscritos por algunos de ellos, en especial la Decisión 288 del Acuerdo de Cartagena que establece la libertad de acceso a la carga originada y destinada entre sus respectivos países y por el Grupo de los Tres, integrado por Colombia, México y Venezuela, que adoptó similar decisión.

Los fundamentos de estas nuevas políticas se sustentan en los procesos de apertura económica que se están verificando en la región y, como consecuencia de ello, en la exposición del aparato productivo nacional a la competencia internacional. En este contexto, el transporte marítimo, que en términos generales absorbe aproximadamente el 90 por ciento del comercio exterior de la región y el 85 por ciento del comercio intrarregional, no podía quedar marginado de estos cambios dada su significativa importancia en los flujos del intercambio.

En una economía internacional crecientemente transnacionalizada y altamente competitiva, los costos del transporte, y de los servicios conexos, tienen una participación relevante en las posibilidades de colocar producciones nacionales en los mercados externos y de reducir los costos de las importaciones que, en muchos casos, son insumos para la producción de bienes destinados a la exportación. Paralelamente, la apertura económica, que facilita una mayor competencia en la oferta de bienes y servicios disponibles en un determinado mercado, debe inducir a una mayor competitividad y eficiencia de esa oferta, beneficiando de esta forma al consumidor y coadyuvando a una mayor eficiencia económica y social de cada país.

Teniendo en consideración estos aspectos la Secretaría General ha preparado el Anteproyecto antes referido, a fin de que sea analizado en la Segunda Reunión de Expertos Gubernamentales en Transporte Marítimo, prevista para los días 16, 17 y 18 de marzo del corriente año en la sede de la Asociación. El análisis de los principales elementos contenidos en el Anteproyecto se encuentra resumido en el documento "Cooperación Regional en Transporte Marítimo". No obstante, cabe destacar los siguientes aspectos:

1. Se postula la libertad de acceso a la carga, entre los países signatarios y entre éstos y terceros países, bajo la aplicación del principio de reciprocidad efectiva que garantice una mutua y equitativa concesión de derechos.

2. Se postula la eliminación de las restricciones de carácter administrativo, fiscal, operativo y laboral que distorsionen las condiciones de competencia y pongan en desventaja a los armadores de un país frente a otro o de la región frente a terceros.

3. Se promueve la adopción de mecanismos que equiparen las condiciones de competencia de las empresas navieras de los países signatarios, teniendo en cuenta las imperantes en el mercado internacional.

4. Se promueve la prestación de los servicios de transporte marítimo y la constitución de empresas navieras sólidas y competitivas que ofrezcan condiciones de seguridad y estabilidad al comercio exterior de la región.

5. Se privilegia la relación entre usuarios, armadores y autoridades gubernamentales como un medio idóneo para mejorar los servicios de transporte adecuándolos a las exigencias, actuales y potenciales, del intercambio de los paises signatarios.

6. Se establecen requisitos mínimos para operar como empresa naviera regional, facilitando la constitución de empresas multinacionales y la participación de capital extranjero. Asimismo, se promueve toda forma de acuerdo, convenio, consorcio o conferencia de fletes que permita mejorar la oferta de servicios a los usuarios y racionalizar las operaciones de transporte.

7. Se acuerda establecer normas y procedimientos comunes para evitar la competencia desleal, producto de prácticas comerciales desleales, restrictivas o discriminatorias.

8. Se establece la posibilidad de crear un Registro Regional de Naves, si fuera necesario, para facilitar la acción de los países signatarios y sus empresas o para enfrentar mejor la competencia internacional.

9. Se crea una Comisión encargada de administrar el Acuerdo, que estará integrada por los titulares de los organismos nacionales competentes en la materia, con amplias facultades para asegurar su correcta aplicación y promover el establecimiento de una política regional común sobre transporte maritimo.

Finalmente, la Secretaria considera que la cooperación y concertación en materia de transporte marítimo a nivel regional, contribuirá a mejorar la posición relativa del sector en el contexto internacional y a establecer condiciones de escala adecuadas para favorecer su modernización tecnológica. Asimismo, considera que los trabajos que se estan desarrollando a través de esquemas subregionales como el Acuerdo de Cartagena o el Grupo de los Tres, o mecanismos sectoriales como las Reuniones de Ministros de Transporte, Comunicaciones y Obras Públicas de Sudamérica, son congruentes con los

propósitos que orientan la acción de la Asociación en este campo y complementarios en los esfuerzos por mejorar la infraestructura y los servicios de transporte de la región y, de esta forma, favorecer una mejor inserción de sus economías en el mercado mundial.

ANTEPROYECTO DE ACUERDO SOBRE TRANSPORTE MARITIMO

Los Plenipotenciarios de la República de ....
....
....
....
acreditados por sus respectivos Gobiernos según poderes, otorgados en buena y debida forma, depositados oportunamente en la Secretaría de la Asociación.

CONSCIENTES Que el transporte marítimo constituye el medio más importante para el intercambio de mercancías entre sus respectivos países y con terceros.

CONVENCIDOS Que es indispensable promover el desarrollo de la marina mercante regional, mediante la adopción de políticas, mecanismos e instrumentos eficaces que coadyuven al desarrollo y expansión del comercio exterior de la región y aumenten la eficiencia y competitividad de los servicios de transporte marítimo.

ATENTOS A la evolución de las políticas navieras de los principales interlocutores comerciales de los paises miembros de la Asociación y a los cambios estructurales que se vienen produciendo al interior del sector en el contexto internacional.

CONVIENEN En celebrar, al amparo del Tratado de Montevideo 1980, un Acuerdo sobre Transporte Marítimo con la finalidad de promover en forma conjunta el desarrollo de los servicios de transporte entre sus respectivos países y con terceros y el fortalecimiento de la capacidad operativa de la marina mercante de los países signatarios, en el contexto internacional.

CAPITULO I

Objeto del Acuerdo

Artículo 1.- El presente Acuerdo tiene por objeto promover la prestación de servicios de transporte marítimo en condiciones de eficiencia y competitividad internacionales y se aplica al transporte de carga entre los países signatarios y, entre éstos y terceros países.

Artículo 2.- Queda excluido de las disposiciones de este Acuerdo el transporte de graneles.

Artículo 3.- El presente Acuerdo no comprende el tráfico nacional de cabotaje y ninguna de sus disposiciones podrán interpretarse como restricciones al derecho de los países signatarios de establecer las regulaciones que estimen apropiadas.

A estos efectos, se entenderá por cabotaje nacional el transporte que se realiza entre puertos de un mismo país conforme a su legislación.

24   3260/41

CAPITULO II

Libertad de acceso a la carga

Artículo 4.- Los paises signatarios acuerdan establecer libertad de acceso a la carga originada y destinada entre sus respectivos territorios, transportada por empresas navieras establecidas conforme a su legislación y a las disposiciones contenidas en el artículo 22 del presente Acuerdo.

Artículo 5.- Los armadores de los países signatarios tendrán acceso a la carga en igualdad de derechos, tratamientos y demás condiciones establecidas en este Acuerdo.

Cada país otorgará a las naves operadas por las empresas nacionales de los demás países signatarios y a su carga, el mismo tratamiento operativo que otorgan a sus naves y cargamentos.

Artículo 6.- Los países signatarios adoptarán las medidas y disposiciones que sean necesarias para eliminar, en los tráficos entre sus respectivos territorios:

a) Las restricciones para el fletamento de naves por los armadores nacionales;

b) Las asignaciones de rutas; y,

c) Los sistemas de fijación o autorización de fletes por las autoridades correspondientes, los que se reemplazarán por simples registros de tarifas que serán puestas a disposición de los usuarios.

Articulo 7.- Los armadores de países no signatarios tendrán acceso a los tráficos entre los países signatarios, teniendo en cuenta los convenios o acuerdos internacionales suscritos o aceptados por éstos y la aplicación estricta del principio de reciprocidad efectiva.

Artículo 8.- Los paises signatarios permitirán, a partir del 1o. de enero de 1994, el libre acceso al transporte marítimo internacional de las mercancías de importación y exportación, de acuerdo a las disposiciones contenidas en el presente Acuerdo y a las que se establezcan especificamente dentro de su marco normativo.

Artículo 9.- La libertad de acceso establecida en el artículo anterior, se efectuará en estricta aplicación del principio de la reciprocidad efectiva, tal como se define en el Capítulo III del presente Acuerdo.

3204141

CAPITULO III

Reciprocidad efectiva

Artículo 10.- A los efectos del presente Acuerdo, se entiende por reciprocidad efectiva la mutua y equitativa concesión de derechos de acceso a las cargas que genera un determinado tráfico.

Artículo 11.- El libre acceso al transporte marítimo internacional, a que se refiere el artículo 8 de este Acuerdo, estará sujeto a que los países o comunidades con los que se establecen tráficos marítimos no apliquen reservas de carga u otras medidas de carácter restrictivo que impidan o dificulten el libre acceso a sus cargas por parte de las empresas navieras de los países signatarios.

Artículo 12.- Las restricciones que establezca un país o grupo de países a las naves de los países signatarios, se reflejarán automáticamente y en la misma proporción o condiciones, en el derecho de acceso que los países signatarios conceden a las naves de esos países.

CAPITULO IV

Prestación de servicios de transporte

Artículo 13.- Las empresas navieras de los países signatarios deberán prestar servicios de transporte eficientes y competitivos internacionalmente, adecuados a los requerimientos del comercio exterior de dichos países.

Artículo 14.- Las autoridades correspondientes de los países signatarios establecerán mecanismos y procedimientos adecuados para la realización de consultas entre armadores y usuarios a fin de garantizar la satisfacción de sus respectivos intereses y dar seguridad y estabilidad al intercambio comercial entre sus países y con terceros.

Artículo 15.- Las empresas navieras podrán participar en acuerdos, convenios, consorcios y conferencias de fletes que regulen y racionalicen los servicios de transporte marítimo y ofrezcan al usuario condiciones adecuadas y competitivas para el transporte de la carga.

Artículo 16.- Las empresas navieras deberán registrar, ante la autoridad correspondiente de cada país, las tarifas aplicables al transporte de la mercancía que se trate señalando las condiciones que rijan según el tipo y características de la carga.

Las rebajas, recargos o cualquier otro elemento que altere el valor final del transporte, deberán ser registradas de manera específica, conjuntamente con las tarifas, y ofrecidas a todos los usuarios que se encuentren en las mismas circunstancias o cumplan las mismas condiciones.

Artículo 17.- Además de las tarifas señaladas en el artículo 16, los países signatarios exigirán, entre otros que establezca su respectiva legislación, para el registro de las empresas navieras y conocimiento de los usuarios, la siguiente información:

a) Puertos entre los cuales efectuará el servicio;

b) Frecuencias e itinerarios; y,

c) Naves disponibles para prestar el servicio y tipo de carga a transportar.

CAPITULO V

Condiciones de competencia

Artículo 18.- Los países signatarios adoptarán, mediante un Protocolo Adicional al presente Acuerdo, las normas y procedimientos comunes para prevenir y evitar la competencia desleal en la prestación de los servicios de transporte marítimo.

En dicho Protocolo se tipificarán las prácticas comerciales desleales, restrictivas o discriminatorias y se establecerán las sanciones a que haya lugar en cada caso.

Artículo 19.- Los países signatarios adoptarán, de común acuerdo, las medidas necesarias para eliminar las restricciones de carácter fiscal, operativo, laboral u otras que afecten la eficiencia y competitividad de sus empresas navieras, en el contexto internacional. Entre otras, se incluirán:

a) La declaratoria de libertad de rutas y permisos de operación;

b) La eliminación de restricciones sobre fletamentos, adquisición y arrendamiento financiero de naves;

c) La eliminación de permisos previos para la construcción y reparación de naves;

d) La concesión de créditos o de garantías de créditos a largo plazo para la compra de naves adecuadas a las exigencias actuales y potenciales de su comercio exterior;

e) La participación de capital extranjero en las empresas navieras nacionales;

f) La prestación de servicios conjuntos y otras formas asociativas que tiendan a la racionalización de los servicios y al mejor aprovechamiento de la oferta regional de transporte marítimo; y.

g) Las demás que sean necesarias para equiparar a las empresas navieras de la región a las condiciones imperantes en el mercado internacional.

Artículo 20.- Los países signatarios adoptarán, de común acuerdo, las disposiciones necesarias para simplificar y armonizar los procedimientos, trámites y documentos exigibles para las operaciones de transporte de mercancías, especialmente las de carácter aduanero, migratorio y de sanidad.

CAPITULO VI

Registro Regional de Naves

Artículo 21.- Los paises signatarios establecerán, si fuera el caso, un Registro Regional de Naves que otorgue las condiciones necesarias de competitividad internacional a sus empresas navieras y tenga en cuenta, entre otros, requisitos mínimos de seguridad y empleo de tripulantes de sus respectivos países.

Asimismo, se establecerá dicho Registro si fuera conveniente a los intereses de los países signatarios en el marco de sus relaciones económicas internacionales.

CAPITULO VII

Empresa Naviera Regional

Artículo 22.- A los efectos del presente Acuerdo se considerará como empresa naviera regional a las empresas nacionales de los países signatarios, reconocidas como tales de conformidad con sus respectivas legislaciones, y que reúnan los siguientes requisitos mínimos:

a) Que si fuere persona natural o física, sea de nacionalidad del respectivo país y tenga en el mismo su domicilio principal;

b) Que si fuere una sociedad de personas o sociedad de capitales esté constituida según la legislación de uno de los paises signatarios, la mayoría de su capital sea de propiedad de personas de nacionalidad del mismo, tenga en él su sede real y efectiva y que sean del mismo país la mayoría de sus directores;

c) Que si fuere una sociedad de capitales, el capital pertenezca en su mayoría a personas físicas o naturales o personas jurídicas nacionales de dos o más países signatarios, la sociedad esté constituida conforme a las leyes de alguno de dichos paises, tenga en alguno de ellos su domicilio principal y sede real y efectiva, y sean nacionales de dichos paises la mayoría de los directores;

d) Que cuando entre los socios de tales sociedades exista a su vez sociedad, éstas deberán cumplir con lo establecido en el inciso c);

e) Las empresas navieras regionales deberán ser reconocidas como tales por la autoridad competente del país donde tengan su domicilio principal y sede real y efectiva; y,

9304141

08

f) Las empresas navieras regionales deberán ser propietarias de por lo menos una nave de bandera de los países signatarios.

Artículo 23.- Las empresas navieras regionales, podrán utilizar en la prestación de sus servicios naves propias o bajo contrato de arrendamiento o fletamento.

CAPITULO VIII

Administración del Acuerdo

Artículo 24.- Los países signatarios designarán los organismos nacionales competentes para la aplicación del presente Acuerdo. Los titulares o sus representantes debidamente acreditados constituirán la Comisión Administradora del Acuerdo.

La Comisión se reunirá anualmente para evaluar los resultados de la aplicación del presente Acuerdo. Asimismo, se reunirá cuando cualquiera de los paises signatarios lo solicite invocando alguna de sus atribuciones.

Los paises comunicarán a la Secretaría General los nombres de las autoridades y organismos a que se refiere este artículo. La Secretaria General pondrá en conocimiento de los demás paises dicha comunicación.

Artículo 25.- La Comisión Administradora del Acuerdo tendrá las siguientes facultades y atribuciones:

a) Estudiar y proponer la adopción de medidas que faciliten el cumplimiento de los objetivos y disposiciones del presente Acuerdo;

b) Vigilar la aplicación de las disposiciones del Acuerdo y resolver los problemas que se presenten en su implementación;

c) Promover el establecimiento de una política común de transporte marítimo;

d) Llevar un registro de las empresas navieras y naves de los paises signatarios;

e) Estudiar y proponer normas y procedimientos para prevenir y evitar la competencia desleal y otras prácticas restrictivas y discriminatorias en la prestación de servicios de transporte marítimo;

f) Organizar un sistema estadístico armonizado sobre los flujos del intercambio comercial;

g) Estimular la cooperación entre los paises signatarios y sus empresas para promover el desarrollo de la marina mercante regional; y,

9204141

h) Las demás que se deriven de disposiciones expresas del presente Acuerdo o de sus objetivos.

Artículo 26.- Los compromisos derivados de las reuniones, cuando corresponda, serán formalizados mediante la suscripción de Protocolos Adicionales o Modificatorios al presente Acuerdo.

CAPITULO IX

Vigencia y duración

Artículo 27.- El presente Acuerdo entrará en vigencia a partir de su puesta en vigor administrativo por los países signatarios y adherentes y tendrá una duración de cinco años, prorrogables automáticamente por períodos iguales.

Las disposiciones contenidas en este Acuerdo regirán exclusivamente para los países signatarios y adherentes a partir de su puesta en vigor administrativo.

CAPITULO X

Adhesión

Artículo 28.- El presente Acuerdo estará abierto a la adhesión, mediante negociación, de los países miembros de la Asociación.

La adhesión se formalizará una vez que se hayan negociado los términos de la misma entre los países signatarios y el país solicitante, mediante la suscripción de un Protocolo Adicional al presente Acuerdo.

CAPITULO XI

Denuncia

Artículo 29.- Cualquier país signatario podrá denunciar el presente Acuerdo transcurridos dos años de su vigencia. Al efecto, notificará su decisión con sesenta días de anticipación, depositando el instrumento respectivo en la Secretaría General de la ALADI, quien informará de la denuncia a los demás países signatarios. Transcurridos treinta días de formalizada la denuncia, cesarán automáticamente para el país denunciante los derechos y obligaciones contraidas en virtud del Acuerdo.

CAPITULO XII

Disposiciones generales

Artículo 30.- La Comisión Administradora del Acuerdo aprobará su reglamento y dictará las disposiciones que considere necesarias para su funcionamiento.

Artículo 31.- La Secretaría General de la Asociación actuará como Secretaría de la Comisión.

Artículo 32.- Ninguna de las disposiciones del presente Acuerdo impide la aplicación de lo dispuesto en el artículo 50 del Tratado de Montevideo 1980.

Artículo 33.- A los fines previstos en el artículo 24, los países signatarios designan como organismos nacionales competentes los siguientes:

....
....
....

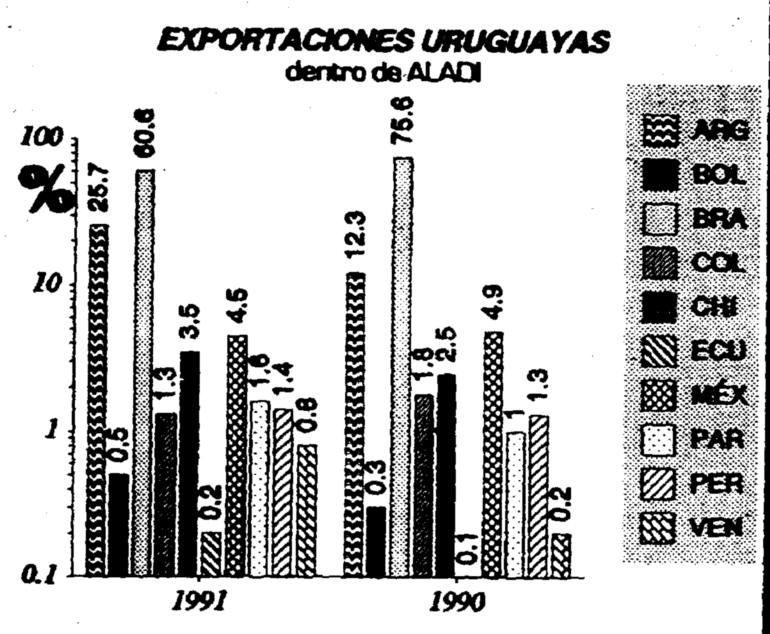
Artículo 34.- La Secretaría General de la Asociación Latinoamericana de Integración será depositaria del presente Acuerdo y enviará copias del mismo, debidamente autenticadas a los Gobiernos de los países signatarios y adherentes.

EN FE DE LO CUAL, los respectivos Plenipotenciarios suscriben el presente Acuerdo en la ciudad de Montevideo, a los ...... días del mes de ..... de mil novecientos noventa y dos, en un original en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente válidos.

11-11- 9204141

BRASIL FUE EL MAYOR COMPRADOR DE URUGUAY EN LA REGION DURANTE 1991

SEGUN informe de ALADI el total ascendió a U$S 383,9 millones; de todas formas inferior a 1990 cuando había llegado a U$S 506 millones



A U$S 383.9 millones, ascendieron las exportaciones de Uruguay a Brasil en 1991, cifra que lo sitúa por amplio margen como el mayor comprador de Uruguay en la región, según las últimas cifras publicadas por ALADI.

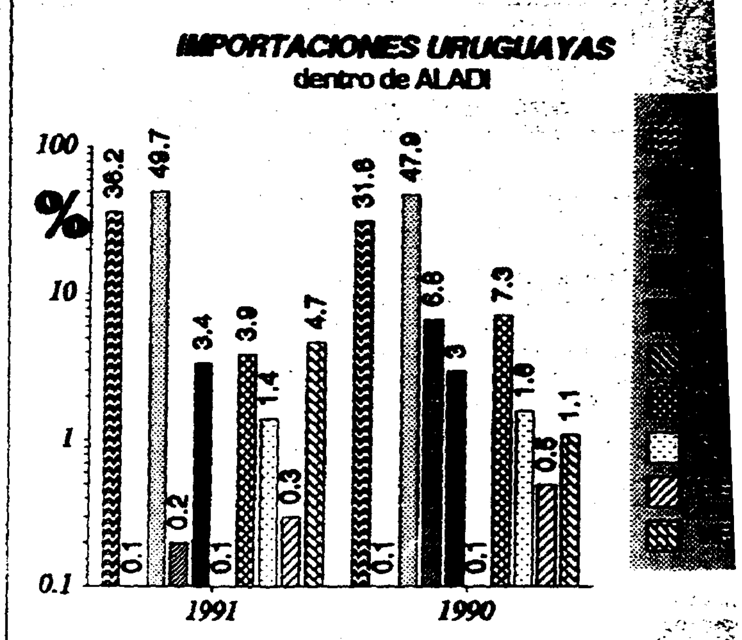
Esta cifra marca una reducción significativa de lo exportado, dado que en 1990 la cifra a los U$S 506 millones, el descenso generalizado de las exportaciones no alcanzó al flujo hacia la Argentina, en el 91 se exportó por U$S 163 millones, cuando en 1990 la cifra alcanzó los 82 millones.

Los porcentajes de nuestros dos mayores compradores en el marco de ALADI, variaron en los últimos ejercicios, en 1990 las exportaciones hacia el Brasil significaron el 75,6% del total, mientras que las compras Argentinas eran el 12.3%, en cambio en el 91, el porcentaje de exportaciones hacia el vecino del norte correspondió al 60.6% del total, mientras que hacia la Argentina el porcentaje subió a 25.7% de lo exportado en el marco de la ALADI.

Importaciones

Las importaciones, siguen su tendencia de crecimiento también en el marco de ALADI, y Brasil y Argentina, son nuestros principales vendedores. De U$S 329 millones en el 90, pasamos a importar por U$S 372 millones en el 91, desde el Brasil y de U$S 219 millones en 1990, pasamos a importar por concepto de U$S 271 millones, el pasado año desde Argentina.

El 49%, de todas la importaciones de la región fueron desde Brasil y el 36% desde la Argentina en el eje[illegible] cio 91, cierto crecimiento se regi[illegible] en las importaciones desde Venez[illegible] de ser el 1.1% de las realizadas e[illegible] región en el 90, pasaron a el 4.[illegible] en el pasado año.



Las cifras confirman la total [illegible]pendencia en la región del come[illegible] con nuestros dos vecinos y próxi[illegible] socios en el Mercado Común.

Asumió nuevo embajador de México ante la Aladi

■ El embajador Ignacio Villaseñor es desde ayer el nuevo representante permanente de los Estados Unidos Mexicanos ante la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi).

En el curso de la sesión extraordinaria que efectuó el Comité de Representantes este mediodía para recibirlo, el diplomático mexicano destacó "la integración es un hecho que se está dando cotidianamente entre los pueblos latinoamericanos a través de las expresiones de la cultura, el arte, la música y la literatura".

"En el umbral de lo que se vislumbra como un proceso sostenido de recuperación económica -reiteró el embajador Villaseñor- América Latina enfrenta los renovados retos del desarrollo y de la integración regional, mediante la profunda reestructuración del sistema productivo, la apertura comercial y la progresiva y más intensa vinculación con la economía internacional, la crisis regional está cediendo el paso a un amplio proceso de reformas económicas y sociales en la gran mayoría de los países latinoamericanos".

"En el panorama actual de la integración destacan los avances vigorosos y rápidos en la consolidación y perfeccionamiento de los acuerdos subregionales, hecho que refleja el ritmo de la reforma económica, la apertura comercial y la determinación a incorporarse a la economía global".

"Debemos, sin embargo -continuó diciendo- pensar que la integración podrá mantener su ritmo ascendente bajo el impulso exclusivo de la desgravación arancelaria y la eliminación de obstáculos al comercio sin una eficaz armonización de las políticas económicas".

"Para mi país es éste un reto que queremos acometer brazo con brazo al lado de nuestros socios en Aladi. Están vigentes las propuestas hechas por el presidente Salinas de Gortari, como vigente es también el reto y el imperativo de trabajar unidos en su consecución".

Al concluir sus palabras, el embajador Villaseñor ratificó "nuestra labor en el Comité de Representantes necesariamente tiene que reflejar con fidelidad y mediante acciones y resultados concretos la decisión política de llevar a feliz término el proceso de integración de la economía regional".

TRAYECTORIA DEL EMBAJADOR VILLASEÑOR

El nuevo jefe de la misión de México ante la Aladi es diplomático de carrera, habiéndose desempeñado como director general de Organismos Regionales, director en jefe de Asuntos Políticos, coordinador general de Asuntos Bilaterales y embajador ante el gobierno de Ecuador.

El embajador Villaseñor también representa a su país ante el gobierno de la República Oriental del Uruguay.

Nº DOCUM...
TITULO: Nuevo Representante permanente Mexicano ante Aladi
PROCEDENCIA: La Mañana 15x15
FECHA DE RECEPCION: 190292
VINCULACIONES: ALADI 12633
Mexico 10131

ALADI: asumió Ignacio Villaseñor

El Embajador Ignacio Villaseñor es, desde ayer, el nuevo Representante Permanente de los Estados Unidos Mexicanos ante la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI).

En el curso de la sesión extraordinaria que efectuó el Comité de Representantes en el mediodía de la víspera para recibirlo, el diplomático mexicano destacó que "la integración es un hecho que se está dando cotidianamente entre los pueblos latinoamericanos a través de las expresiones de la cultura, el arte, la música y la literatura".

"En el umbral de lo que se vislumbra como un proceso sostenido de recuperación económica" reiteró el Embajador Villaseñor, "América latina enfrenta los renovados retos del desarrollo y de la integración regional, mediante la profunda reestructuración del sistema productivo, la apertura comercial y la progresiva y más intensa vinculación con la economía internacional, la crisis regional está cediendo el paso de un amplio proceso de reformas económicas y sociales en la gran mayoría de los países latinoamericanos".

"En el panorama actual de la integración destacan los avances vigorosos y rápidos en la consolidación y perfeccionamiento de los Acuerdos Subregionales, hecho que refleja el ritmo de la reforma económica, la apertura comercial y la determinación a incorporarse a la economía global".

"Debemos, sin embargo -continuó diciendo- pensar que la integración podrá mantener su ritmo ascendente bajo el impulso exclusivo de la desgravación arancelaria y la eliminación de obstáculos al comercio sin una eficaz armonización de las políticas económicas".

"Para mi país es este un reto que queremos acometer brazo con brazo al lado de nuestros socios en ALADI, están vigentes las propuestas hechas por el Presidente Salinas de Gortari como vigente es también el reto y el imperativo de trabajar unidos en su consecución".

Al concluir sus palabras, el Embajador Villaseñor ratificó "nuestra labor en el Comité de Representantes necesariamente tiene que reflejar con fidelidad y mediante acciones y resultados concretos la decisión política de llevar a feliz término el proceso de integración de la economía regional".

La Mañana 19/2/92

FICHAR

02-02

9204143

Expertos gubernamentales se reunirán el 16 de marzo 19-2-92

Aladi: segunda reunión de transporte marítimo

Los días 16, 17 y 18 del próximo mes de marzo, se inaugurará en la sede de la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi) en esta capital, la Segunda Reunión de Expertos Gubernamentales en Transporte Marítimo, con la presencia de funcionarios de los países miembros de la asociación, con representantes de las organizaciones de cúpula de usuarios y armadores, en calidad de observadores, y con integrantes de Cepal, Junac y Caltram.

En esa ocasión se analizará un anteproyecto de acuerdo sobre transporte marítimo destinado a establecer una base mínima de concertación y armonización sustancial en dicho campo.

Los cambios estructurales que se están produciendo al interior del sector y los cambios en las políticas sectoriales que están adoptando los países de la región ofrecen una ocasión propicia para analizar en profundidad este servicio.

En este sentido se considerarán los requerimientos de la actividad naviera regional y las posibilidades y ventajas de una acción conjunta, que facilitaría las [illegible] para contar con servicios de transporte marítimo [illegible] actuales del comercio exterior, el fortalecimiento de la marina mercante regional y una participación equitativa en los tráficos extrarregionales de transporte marítimo, la progresiva integración de sus bases de carga y la incorporación de modernas tecnologías.

[illegible] ello es conveniente establecer un marco de cooperación que fomente la [illegible] de diversos tipos de mecanismos de asociación entre empresas que [illegible] economías de escala, la participación conjunta en consorcios

La Secretaría General de la Aladi ha preparado un Anteproyecto de Acuerdo sobre Transporte Marítimo que recoge los principales elementos para una acción concertada sobre la materia a nivel regional. En su preparación se han tenido en cuenta los cambios que se han registrado en las políticas de marina mercante de varios países miembros y los acuerdos suscritos por algunos de ellos, en especial la Decisión 288 del Acuerdo de Cartagena que establece la libertad de acceso a la carga originada y destinada entre sus respectivos países y por el Grupo de los Tres, integrado por Colombia, México y Venezuela, que adoptó similar decisión.

Los fundamentos de estas nuevas políticas se sustentan en los procesos de apertura económica que se están verificando en la región y, como consecuencia de ello, en la exposición del aparato productivo nacional a la competencia internacional. En este contexto, el transporte marítimo, que en términos generales absorbe aproximadamente el 90 por ciento del comercio exterior de la región y el 85 por ciento del comercio intrarregional, no podía quedar marginado de estos cambios dada su significativa importancia en los flujos del intercambio.

La Secretaría General de la Aladi considera que la cooperación y concertación en materia de transporte marítimo a nivel regional, contribuirá a mejorar la posición relativa del sector en el contexto internacional y a establecer condiciones de escala adecuadas para favorecer su modernización tecnológica.

Nuevo embajador de Perú ante Aladi

El embajador Juan Alvarez Vita es desde ayer el nuevo representante permanente de Perú ante la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi).

En el curso de la sesión extraordinaria que efectuó el Comité de Representantes ayer al mediodía para recibirlo, el diplomático peruano destacó "los principios clásicos en los que se basa el sistema internacional hace mucho que han entrado en crisis y en medio de ese mar encrespado los esfuerzos que demanda el constituir los pilares en que debería reposar el mundo contemporáneo, requieren, para su cabal efectividad, de un esfuerzo propio de colosos, de un esfuerzo que debe estar en permanente adaptación y que necesariamente debe abarcar todas las gamas del quehacer humano".

"Muchas veces se dice en el Comité de Representantes que se debe terminar con la retórica" afirmó el diplomático peruano. "Pienso que ello es un imperativo que tardará en hacerse realidad. El condenarla con frases más retóricas aún, ha sido siempre el denominador común de discursos vertidos en ocasiones como ésta o al término de visitas de personalidades. Pero de nada servirá atacarla sin haber eliminado las causas que la originan, que están, sin lugar a dudas, en la ineficiencia de nuestros esfuerzos por integrarnos".

Expresó en su análisis que "en la actual coyuntura latinoamericana, integración y desarrollo son conceptos indesligables y ambos han trascendido el marco nacional. Es oportuno aquí rescatar una idea-fuerza, que emerge como una comprobación al cabo de varias décadas de esfuerzos, la mayoría de ellos con resultados insuficientes o postergables para la magnitud del empeño invertido. La integración debe ser una función del desarrollo económico y social, del bienestar de cada uno de todos los países de la región. En tal sentido, la experiencia aconseja que los mandatos políticos y las propuestas que traduzcan nuestra capacidad creadora sean factibles y estén plenamente sintonizadas como nuestras necesidades y posibilidades. Solamente así se hablará el mismo lenguaje y se avanzará al encuentro de definiciones y proyectos de interés comunitario".

Dijo que a la "luz de las aceleradas transformaciones que se están produciendo en la región y el continente", el embajador Alvarez Vita expresó "que en un criterio práctico para encarar dicho horizonte podría contemplar, entre otras, las siguientes áreas de actuación:

Los entendimientos bilaterales o plurilaterales en que los países miembros están empeñados deben, dentro de la flexibilidad de los instrumentos con que contamos en la Aladi, modernizarse añadiéndoles componentes que son hoy prioritarios como inversiones, complementación y servicios. Diversos países miembros han dado buenos y recientes ejemplos en este campo.

La Aladi tiene que anticiparse a los hechos políticos y proyectar su contribución en un lapso relativamente previsible, proponiendo normas comunes a todos los estados partes, conforme a los mandatos que nos han sido señalados. Se trata, en consecuencia, de darle forma y sustancia a una suerte de nueva doctrina y derecho regional de la integración".

El nuevo jefe de misión afirmó que "una auténtica integración requiere del desarrollo. Este debe estar enmarcado hacia una meta que nos permita alcanzar una verdadera justicia social que no esté limitada o condicionada por frontera alguna, sea ésta natural o política, y que permita su aplicación en la dimensión que la integración exige".

Continuó manifestando que "está plenamente convencido del importantísimo papel que le toca jugar a la integración como uno de los medios más importantes de hacer efectivo el derecho al desarrollo del que son titulares todos los individuos y, también, de manera colectiva, los pueblos del mundo. El desarrollo es la consecuencia natural de la dignidad del ser humano y la existencia de paz y de justicia no podrían hacerse nunca realidad sin el desarrollo ascendente del hombre tanto en su dimensión física como espiritual".

Finalmente enfatizó su convicción de que la tarea de la integración compete a todos y no sólo a las estructuras del Estado o de las organizaciones internacionales. Afirmar lo contrario equivale a negar que el Sol amanece todos los días. No obstante, esta negativa o, por mejor explicarlo, carencia de participación, es no solo un hecho real sino que entre muchos otros factores es la causa de que lamentablemente exista un permanente desnivel, un divorcio consentido, entre las hermosas declaraciones ya promulgadas, los principios contenidos en las constituciones de algunos estados modernos, los enunciados contenidos en los tratados de integración, por un lado, y la realidad de todos los días. Es ahí donde la Aladi tiene, a su juicio, un campo que debe afrontar haciendo uso de las cada vez más amplias facultades que se le confiere.

TRAYECTORIA DEL EMBAJADOR ALVAREZ VITA

El nuevo jefe de la representación de Perú ante Aladi es diplomático de carrera, habiéndose desempeñado como director de Asuntos Sociales y Derechos Humanos del Ministerio de Relaciones Exteriores, director del gabinete de la cancillería y embajador en el Servicio Diplomático de la República.

Informe del BID: Latinoamérica Sorprende con Avance Económico

SANTO DOMINGO, República Dominicana (Por Carlos Pauletti).– América Latina y El Caribe mostraron durante 1991 "sorprendentes avances en el crecimiento económico" a pesar que hubo de afrontar factores externos adversos. Asimismo, si la economía mundial muestra signos de recuperación, es de esperar un mejor desempeño de los países latinoamericanos durante 1992 con el fortalecimiento de la recuperación de sus economías. Lo anterior fue establecido tanto en el informe anual sobre la economía latinoamericana emitido por el Banco Interamericano de Desarrollo como en el transcurso de la XXXIII Asamblea Anual de Gobernadores, celebrada en esta capital.

El informe destaca que algunas naciones consiguieron "notables resultados" en la retoma del crecimiento económico, mencionando entre ellas a Argentina, Chile, México, Panamá y Venezuela. También, subrayó que prácticamente todos los países avanzaron significativamente en el restablecimiento de los equilibrios macroeconómicos y en la aplicación de reformas estructurales.

No obstante los progresos señalados, el informe recuerda con desaliento que "la producción per capita promedio en la región se encuentra ahora en el nivel alcanzado hace una década y media". En consecuencia, "la mayoría de los países tienen graves problemas sociales que derivan de altos índices de subempleo, ingresos per capita deprimidos y niveles de servicios sociales que no se han mantenido a la par de las crecientes necesidades de la población".

En ese sentido, se destacó que casi todas las naciones "han renovado su compromiso de restablecer tasas adecuadas de crecimiento económico sostenible, de redoblar su lucha contra la pobreza y de fortalecer los servicios sociales".

La desaceleración económica en los países desarrollados y la caída en los precios de la producción latinoamericana fueron definidos como los principales obstáculos para el crecimiento durante el año pasado.

Un hecho remarcable, en opinión del BID, ha sido el importante aumento en las entradas netas de capital en la región latinoamericana, revirtiéndose un proceso negativo que llevaba ya años.

Igualmente, a medida que se elevaron los índices de inversión y producción se elevó la demanda de importaciones, lo cual permitió la recuperación de niveles tradicionales y reponer inventarios tras mucho tiempo de estancamiento y declinación.

En materia de inflación, sostiene el documento, aquellos países que aplicaron políticas de estabilización y ajuste registraron los mejores desempeños.

"Prácticamente en toda la región se adoptaron medidas para llevar a cabo reformas de política económica dirigidas a mejorar la competitividad internacional" apunta en otro párrafo, para reconocer a continuación "en algunos países más que en otros, las condiciones políticas y sociales dificultaron la aplicación de tales reformas".

"Los países que han estabilizado sus economías" prosigue "y están más avanzados en la ejecución de reformas estructurales destinadas a fortalecer al sector privado, a crear una administración pública reducida y más eficiente, y a disminuir el proteccionismo y los controles arbitrarios en general han logrado restablecer tasas adecuadas de crecimiento económico per capita".

DEUDA Y PLAN BRADY

Uruguay fue el cuarto país de la región que concretó un acuerdo con sus acreedores de la banca privada internacional para reducir su deuda externa y servicio, ingresando al denominado Plan Brady.

La reducción alcanzada, tal como expresa el informe anual del Banco Interamericano, fue del 46 por ciento en valores actuales lo que representa un 21 por ciento de disminución en el total de la deuda externa pendiente.

Asimismo, durante el año 91, el monto de la deuda regional se redujo levemente en términos nominales en virtud de que la conversión de la misma compensó el mayor endeudamiento asociado con nuevos flujos crediticios y modificaciones en los tipos de cambio.

en este campo, los avances en la reducción del peso de la deuda externa fueron interrumpidos durante el año anterior por la desaceleración del comercio mundial y el aumento en los pagos por servicios de la deuda regional.

Un elemento que los observadores destacaron al analizar la situación de América Latina fue que en 1991 continuó el incremento en la inversión extranjera directa hacia numerosos países. Los motivos citados han sido el progreso en la estabilización de las economías, la liberalización del comercio, reestructura y privatización de empresas públicas y mayor transparencia y estabilidad en las regulaciones que afectan la inversión.

Precisamente, y volviendo al análisis de la economía regional presentado por el BID, se ha señalado que "los esfuerzos por estimular la inversión privada y el crecimiento económico han provocado una mayor conciencia respecto a la necesidad de liberalizar el comercio y los regímenes de inversión".

"Esta estrategia condujo" añade "ha tenido como efecto un acelerado ritmo de acuerdos entre socios comerciales hemisféricos dentro de una nueva definición de la integración económica. Los países no sólo se están comprometiendo a efectuar un libre intercambio de productos y servicios con sus socios, sino también a mantener niveles sin precedentes de [illegible] más allá de sus fronteras [illegible] al ritmo y alcance del [illegible] económico deseado, [illegible] de forma conjunta una mayor competitividad en el mercado mundial".

Por último, y como un ejemplo de tal [illegible], el mismo destacó [illegible] que "en marzo (1991) Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay firmaron un [illegible] acuerdo que establecía el MERCOSUR, en [illegible] creará para 1994 un [illegible] común pleno. El [illegible] [illegible] liberalizar el comercio [illegible] [illegible] de [illegible] [illegible] de [illegible], así como la [illegible] económicas, [illegible] perspectivas de [illegible]".

EL PAIS en Santo Domingo
Por nuestro Enviado Especial CARLOS PAULETTI



I N T E R N A C I O N A L

Reunión del BID dominada por futuro del banco e impacto del golpe en Perú

El futuro del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y el impacto del golpe de estado institucional en Perú centraron la 33ª Asamblea de Gobernadores de dicha entidad, que concluyó el miércoles, en Santo Domingo. En los plenos se debatió la ampliación del capital del banco para garantizar la cartera crediticia y sus objetivos, aspectos que deben ser presentados como iniciativas concretas en setiembre.

El deseo de las naciones miembros del BID proveedoras de fondos de tener más acceso a las decisiones del directorio del banco quedó patente al considerarse la ampliación del capital, en un techo propuesto de 40.000 millones de dólares. El presidente del BID, Enrique Iglesias, afirmó que aún no hay cantidades definidas sobre dicho aumento y previó que se desatará un debate entre las naciones Norte-Norte, que son las proveedoras de capital.

España, Alemania y Japón, desean más protagonismo en el BID, acorde con el volumen de sus aportaciones, pero eso implica que Estados Unidos (con 34% del poder de voto) y los países latinoamericanos reduzcan su participación.

El subsecretario estadounidense del Tesoro, David Mulford, declaró que con la última ampliación se buscó un objetivo claro: ayudar a Latinoamérica a afrontar los retos de la crisis de la década de los ochenta y los programas de ajuste, mientras que ahora los objetivos son otros.

Bolivia pidió que el BID aumente su cartera del Fondo de Operaciones Especiales para garantizar la concesión de préstamos en condiciones concesionales (bajos intereses).

El ministro español de Industria, Claudio Aranzadi, no ocultó su preocupación por los saldos negativos para los países beneficiarios de los créditos y abogó por el fortalecimiento de dicha cartera.

En lo que sí hubo coincidencia es en el objetivo de mantener y garantizar el liderazgo del BID como institución financiera en Latinoamérica.

Por otro lado, cuando la 33ª Asamblea se aprestaba a comenzar sus trabajos en Santo Domingo, tuvo lugar el golpe de estado dado por el presidente peruano, Alberto Fujimori, lo que conmovió a las delegaciones.

En círculos próximos a la reunión del BID se sintió que Perú puede quedar nuevamente aislada del contexto financiero internacional.

Mulford anunció que EE.UU. suspendió la ayuda e informó que se opondrá en los organismos multilaterales de financiación a que se faciliten fondos a Fujimori, en tanto no se retorne a la vida constitucional y democrática en Perú.

TASAS Y ORO

FECHA	PRIME RATE (12 MESES)	LIBOR	ORO
04-91	9,00	6,18	357,75
05-91	8,50	6,18	361,50
06-91	8,50	6,56	369,40
07-91	8,50	6,31	363,50
08-91	8,50	5,69	348,00
09.91	8,00	5,62	356,50
10.91	8,00	5,25	357,80
11.91	7,50	4,94	366,50
12.91	6,50	4,18	352,20
01.92	6,50	4,25	355,10
02.92	6,50	4.37	352,00
03.92	6,50	4,50	342,40

INDICES INTERNACIONALES

	VALOR AL 10/4/92
DOW JONES (ESTADOS UNIDOS)	3.255,37
NIKKEI (JAPON)	17.858,66
DAX (FRANCFORT)	1.736,07
FINANCIAL TIMES (INGLATERRA)	2.001,10

COTIZACION EN N. YORK CONTRA DOLAR

	LUNES	MARTES	MIERC.	JUEVES	VIERNES
DM*	1.6250	1.6225	1.6260	1.6170	163.80
FS*	1.4925	1.4898	1.4850	1.4850	150,80
¥*	132.8700	133.0000	132.6000	132.0000	132.95
£**	1.7485	1.7510	1.7500	1.7640	1.7660
Lira	1.227,2500	1.224,2500	1.227,5000	1.221,0000	1.233,00
Pta.	103.4200	103.0200	103.2200	102.4200	102,88

*COTIZACION DE 1 US$ **COTIZACION DE 1 £ EN US$

DIVISAS EN PRINCIPALES MERCADOS

Al 10.4.92	£	FS	DM	Y	US$
LONDRES (£)	-	0,3800	0,3500	0,0043	0,5724
ZURICH (FS)	2,6221	-	1,6270	0,0113	1,5005
FRANCFORT (DM)	2,8580	1,0893	-	0,0123	1,6340
TOKIO (Y)	230,7400	88,3314	81,1491	-	132,25
N. YORK (US$)	1,7440	0,6700	0,6100	0,0076	-

DOLARES EN LATINOAMERICA

MONEDA/PAIS	COTIZ. OFICIAL COMPRA	VENTA
Pesos (Argentina)	0,9900	0,9920
Cruzeiros (Brasil)	2.152,35	2.152,45
Colones (C.Rica)	132,45	133,72
Pesos (Chile)		378,23
Colones (El Salvador)	8,17	8,23
Quetzales (Guatemala)	5,03	5,06
Lempiras (Honduras)		5,40
Pesos (México)	3.051,20	3.116,60
Córdobas (Nicaragua)		5,00
Balboas (Panamá)		1,00
Guaranies (Paraguay)	1.434,00	1.444,00
Nuevo Sol (Perú)	1,02	1,03
Bolivares (Venezuela)	65,05	65,10
Bolivianos (Bolivia)	3,80	3,81
Pesos (Colombia)	-	646,50
Sucres (Ecuador)	1.350,00	1.380,00

EVOLUCION DEL E.C.U. (EN US$)

VALOR AL 10/4/92	VARIACION (%) EN LA SEMANA	ULT. 30 DIAS	DESDE 31/12/91	ULT. 12 MESES
1.25	-0,44	2.06	-6.61	1.91

ORO EN LOS PRINCIPALES MERCADOS

PLAZA	VALOR AL 10/4/92	VARIACIONES (%) EN LA SEMANA	ULT. 30 DIAS	DESDE 31/12/91	ULT. 12 MESES
Londres	341.40	0.06	-1.76	-3.07	-5.74
Zurich	342.20	0.35	-1.55	-3.28	-5.80
New York	340.95	0.01	-1.83	-3.33	-5.34

EVOLUCION PRIME RATE Y LIBOR

TIPO	VALOR AL 10/4/92	VARIACION% EN LA SEMANA	ULT. 30 DIAS	DESDE 31/12/91	ULT. 12 MESES
PRIME	6,50	0,00	0,00	0,00	-2,50
LIBOR	4,19	-0,31	-0,38	0,01	-2,05

Pretenden equilibrar sus relaciones con Estados Unidos dentro de la institución

Europa y Japón buscan aumentar sus cuotas de poder en el BID

Santo Domingo (TPS)

Consencidos de que sus aportes de capital deben verse compensados con un mayor poder de decisión, Europa y Japón se muestran decididos a aumentar su influencia política en el Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Los delegados del mundo industrializado dejaron entrever su intención de modificar las cuotas de poder en la institución durante la Trigésima Tercera Asamblea de Gobernadores, iniciado en la capital de República Dominicana el lunes y que concluye hoy.

Un alto funcionario del BID, quien pidió no ser identificado, dijo a los periodistas que la decisión de Japón y Europa abrirá un importante debate en los próximos meses, pero negó que signifique la apertura de una "lucha norte-sur".

"Yo creo que debe hablarse más bien de una confrontación norte-norte, porque Japón y Europa pretenden equilibrar sus relaciones con Estados Unidos dentro de la institución", precisó.

Los 17 países extrarregionales ocupan en la actualidad dos de las 12 sillas en la Junta de directores de la institución.

Según los informes, América Latina posee 53 por ciento del poder accionario, Estados Unidos 34 por ciento, Japón ocho por ciento y el resto se reparte entre los demás socios extrarregionales.

Japón manifestó que continuará su política de respaldo al BID pero advirtió durante la Asamblea que a su gobierno "le resulta esencial obtener derechos de voto que reflejan mejor el volumen de nuestros aportes".

El gobernador japonés ante la Asamblea, Makoto Utsumi, precisó que las negociaciones para definir las nuevas estructuras de decisión de la institución, deben realizarse en el marco de las negociaciones para la octava reposición de capital, que se inician hoy.

Alemania coincidió con la demanda japonesa, en el sentido de que los socios extrarregionales deben tener una mayor participación en el capital de la institución.

La gobernadora de Alemania, Michaela Geiger, dijo que la participación de los socios extrarregionales del Banco debe guardar una relación con "su importancia económica, su presencia en la región y su función como proveedores de fondos".

En una declaración contundente de su posición, Holanda manifestó que "la asignación de acciones que se acordó en los años '50 ya no es representativa de la situación actual".

El director de Cooperación Para el Desarrollo Multilateral de Holanda, Ian de Jong, dijo ante la Asamblea de Gobernadores que "tanto Europa como el Japón han establecido relaciones especiales con el continente".

Esta expansión, que abarcan el comercio, la inversión y la asistencia, deberían reflejarse mejor, "para beneficio mutuo", en la estructura de capital del BID, agregó De Jong.

"Me parece un amacronismo que los 17 países extrarregionales, como se los llama, cuenten en conjunto con sólo una quinta parte de las acciones de Estados Unidos", precisó el funcionario.

España sostuvo también que es necesario revisar el papel de los socios extrarregionales del BID, con el propósito de que se exprese mejor su condición de organismo multilateral.

"Ello debería reflejarse en nuestra presencia en el directorio y el personal del Banco, siempre que se asegure la idoneidad de los candidatos", dijo el ministro de Industria español, Claudio Aranzadi.

Italia se pronunció también a favor de que la estructura del BID refleje los aportes de capital de sus socios.

El gobernador italiano ante la Asamblea, Lamberto Dini, dijo que a los socios fuera de la región se les debe conceder "un papel más prominente dentro del BID".

El representante italiano puntualizó que la negociación para reordenar las cuotas de poder debe producirse en los próximos meses, en coincidencia con las conversaciones que se realizarán para definir el monto de la octava reposición de capital.

Suecia manifestó, por su parte, que el BID debe "funcionar con un espíritu genuino de multilateralismo", para expresar mejor su condición de organismo que canaliza recursos de unos países hacia otros.

"Ha llegado el momento de examinar cómo se podría reflejar de una manera más apropiada el compromiso que tan frecuentemente han expresado los países extrarregionales al contribuir al desarrollo de América Latina", dijo Alf Samuel Soon, representante de Suecia.

080492

BATALLA POR CONTROLAR

Europa y Japón por un Lado, y EE.UU. con América Latina por el Otro, Pugnan por la Supremacía

SANTO DOMINGO, República Dominicana (Por Carlos Paulotti). — Apenas lanzada la nueva negociación para la VIII Reposición de fondos y en el comienzo mismo de la XXXIII Asamblea Anual de Gobernadores del BID, se desató ya una especie de batalla por ciertas porciones de poder entre Japón y los países europeos por un lado y los Estados Unidos y América Latina por otro.

En la sesión inaugural, celebrada en el espléndido Teatro Nacional de la República Dominicana, el saliente presidente del Comité de la Asamblea y representante japonés Makoto Utsumi, dijo que su país ha resuelto confirmar su participación en el Fondo Multilateral de Inversiones de la Iniciativa para las Américas con U$S 500 millones. Ello, obviamente contrastó con la reciente negativa del Congreso norteamericano a aprobar los primeros U$S 100 millones para el mismo fondo. De igual modo, el delegado nipón declaró que su Gobierno había decidido incrementar su participación en el denominado Fondo Japonés que administra el BID en 20.000 millones de yenes así como financiar un Fondo especial de becas para graduados que también instrumentará por parte del Banco Interamericano de Desarrollo.

Más tarde, los representantes de Alemania, Italia y otros países europeos anunciaron que están dispuestos a negociar el aumento de capital del organismo siempre y cuando haya una reforma en la distribución de los porcentajes de voto, esto es si acceden tanto individualmente como en conjunto a mayores cuotas de poder.

La Jefa de la delegación de Alemania fue quizás la más clara al respecto diciendo que por parte de su país habrá VIII Reposiciones de recursos únicamente si hay aumento en su porcentaje de voto en el Directorio Ejecutivo.

La representación japonesa, mientras tanto, dejó saber su opinión coincidente ratificando una vieja aspiración fundamentada en que éste ha sido el país que más ha incrementado su participación en la provisión de fondos tanto para el BID como en operaciones de cofinanciamiento y el establecimiento de Fondos Especiales.

Un observador definió lo sucedido señalando "pasa lo mismo que en esos partidos de fútbol en que un equipo que se siente fuerte acomete sobre su adversario rápidamente apenas puesta en juego la pelota".

Las negociaciones apuntan a lograr una reposición de fondos —de hecho una capitalización— del BID por U$S 48 mil millones para el período 1994-1997, lo que permitiría aplicar un programa de créditos por más de U$S 7 mil millones durante ese lapso de 4 años.

La intención es lograr que, en los próximos meses, el Comité de la Asamblea efectúe una reunión extraordinaria en Washington para tratar la VIII Reposición de Fondos, intentando que el tema pueda quedar lo suficientemente avanzado para una resolución durante la próxima reunión anual de Gobernadores.

CEREMONIA INAUGURAL

La ceremonia inaugural de esta Asamblea de Gobernadores contó con la presencia de los Presidentes de la República Dominicana, Dr. Joaquín Balaguer, El Salvador, Dr. Alfredo Cristiani, el vicepresidente de Panamá Guillermo Ford y numerosas personalidades internacionales.



Joaquín Balaguer, presidente de la República Dominicana, estuvo presente en la ceremonia inaugural.

El titular del Banco Interamericano, el Cr. Enrique Iglesias, señaló en su discurso de apertura que preocupa en América Latina la lenta recuperación de las economías desarrolladas, especialmente de los países del Grupo de los 7 y que nuestra región necesita más que nunca en estos momentos que la economía internacional "no le juegue una mala pasada".

Con ello enfatizó en la necesidad del continuado apoyo a los procesos de reforma económica recordando que "no existen soluciones en el desorden, la inflación y la demagogia populista".

Luego de indicar que en el tratamiento del problema del desarrollo debe imponerse mayor pragmatismo, sugirió que la región puede aprender de experiencias ya vividas para razonar que el crecimiento económico es compatible con la equidad, que no puede haber crecimiento a largo plazo sin una sociedad y políticas estables.

Al abordar el tema de la pobreza, que definió como prioridad en las políticas del Banco, Iglesias expresó que la misma no es un fenómeno nuevo calificándola de "herencia histórica". No obstante, reconoció que el problema se agudizó en la década del 80 y se profundizó a comienzos de los 90.

En tal sentido, expresó que su solución es no solamente un requisito ético sino económico porque América Latina no podrá desarrollarse sin un cambio social que implique reformas educativas que significan un elemento clave para su inserción en el mundo competitivo.

Sobre lo anterior, añadió que el tema social no podrá resolverse tampoco sin crecimiento económico y que ello tiene que provenir de un consenso político en la cúpula de los países. Como consecuencia, en opinión del jerarca, hay que sanear las cuentas estatales para que el Estado pueda tener capacidad de intervención y esto no podrá hacerse con Estados deficitarios y quebrados.

Posteriormente, identificó como un tema de vital resolución la integración social en la región diciendo que allí habrá una respuesta de fondo. Para su consecución, dijo que será necesario expandir la base empresarial de las naciones con generación mayor de empleos a través de la micro, pequeña y mediana empresa. Mencionando experiencias ya realizadas, afirmó que el BID pudo con créditos por U$S 240 millones ayudar a 500.000 empresarios en el subcontinente.

Un segundo elemento que consideró trascendente es la formación de recursos humanos relacionándolo con las reformas educativas. Aquí reservó un papel para el sector privado e informó como desalentador que los obreros latinoamericanos sólo pueden reservar 5 semanas de su vida en promedio a la capacitación y preparación.

El Cr. Iglesias comprometió los esfuerzos del Banco Interamericano para responder a estos desafíos y dijo que en el último año la institución había superado la meta de préstamos llegando a U$S 400 millones, señalando que quizás ha llegado el momento para, manteniendo una relación de colaboración, desvincular el otorgamiento de préstamos sectoriales de lo que haga el Banco Mundial.

De cara al futuro, planteó que el organismo reafirma su compromiso con los objetivos sociales y buscará con los respectivos Gobiernos la aplicación de soluciones innovadoras, reclamando enseguida el aumento de los recursos para préstamos concesionales. Estos son los destinados a los sectores de mayor pobreza.

Como complemento, manifestó que la acción del Banco apuntará a fortalecer la inversión tanto pública como privada, la renovación tecnológica, a mejorar los recursos concesionales y a dotar de un aumento de capital a la Corporación Interamericana de Inversiones.

EL PODER EN EL BID

Preocupación por la Refinanciación de Deuda Interna

Tasas de Interés más Altas en Créditos Internacionales a Empresas Uruguayas

SANTO DOMINGO, República Dominicana, (por Carlos Pauletti). — La preocupación porque la Ley de Refinanciación de la Deuda Interna constituya un obstáculo para la instrumentación del crédito multisectorial para la reconversión industrial, fue planteada al Ministro de Economía durante los contactos que sostuviera con jerarcas de organismos internacionales y la banca privada.

De acuerdo con lo trascendido, la operación con el BID que oscilará entre U$S 100 millones y U$ 200 millones e involucrará un monto similar que financiará el Japón, se instrumentará a través del sistema financiero uruguayo incluyendo tanto a la banca oficial como la privada.

En ese sentido, los operadores privados manifiestan su preocupación de cara al futuro, en tanto sí participan como agentes distribuidores del préstamo y no tienen garantías legales para los cobros ello podría acarrearles perjuicios.

El problema no se plantea, según se informó, para el Banco Interamericano y el gobierno japonés en virtud de que el financiamiento cuenta con garantía del Estado uruguayo y es éste quien asume los compromisos de riesgo.

Igualmente, en los contactos se manejó la posibilidad que, como consecuencia de la aprobación de esa Ley, los bancos optarían también por cobrar una tasa mayor de interés y esa diferencia volcarla en un fondo de garantías a fin de evitar que posibles pérdidas por créditos no pagos no afecten su desempeño.

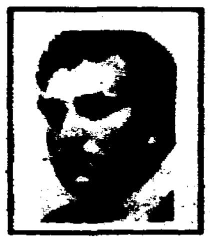
En otro orden de cosas, el ministro de Posadas se reunión ayer con el subsecretario del Tesoro de los Estados Unidos, David Mulford, con quien dialogó sobre la situación económica regional y nacional confirmándose que el jerarca norteamericano visitará Uruguay a invitación del presidente Lacalle entre setiembre y octubre próximos.

Mulford fue un hombre clave en la negociación que permitiera el ingreso de Uruguay al Plan Brady a través de la cual se alcanzó la reducción de la deuda externa, cuyos documentos fueron signados en Montevideo en enero de 1991.

Otra reunión sostenida por el titular de Economía fue con el director para América Latina del Fondo Monetario Internacional, Sterie Beza en horas de la mañana. Durante la misma se pasó revista a las negociaciones que se celebrarán en Montevideo con una misión del organismo aunque, como es obvio, no hubo pronunciamientos concretos. De todos modos, se habría producido un intercambio de "mensajes" sobre pautas positivas.

EL PAIS en Santo Domingo

Por nuestro Enviado Especial
CARLOS PAULETTI

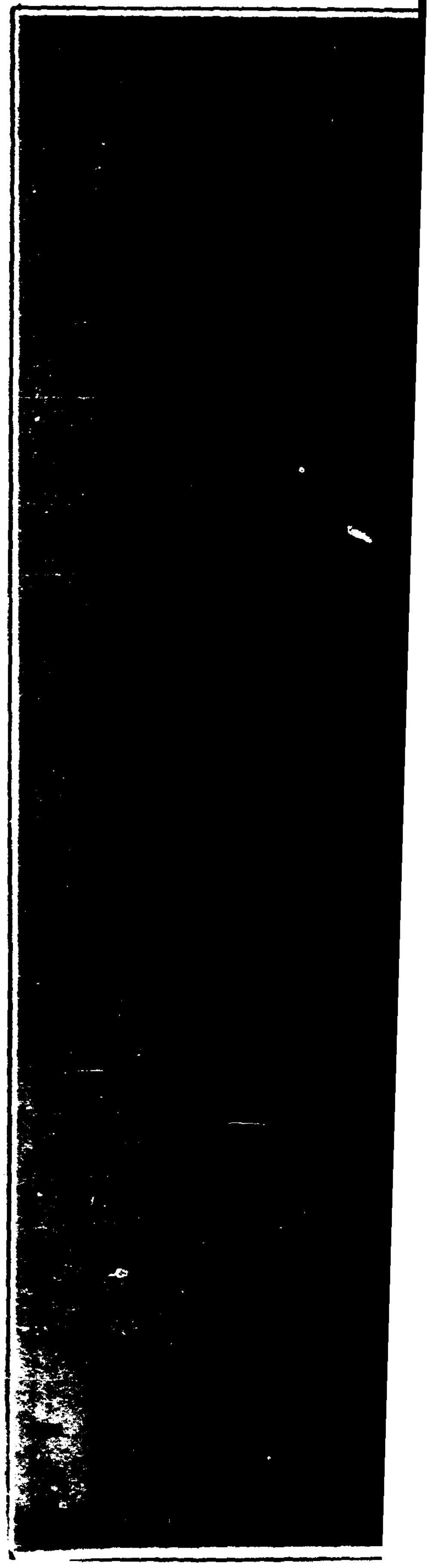


03-03 9204/98

UNA AMPLIA GAMA DE SECTORES HAN APOYADO LOS PRESTAMOS DEL BID

CAPITAL amortizado ascendió a U$S 51.000: y el acumulado se elevó a los 39.000 millones de dólares





El capital amortizado del Banco Interamericano de Desarrollo asciende a U$S 51.000 millones.

Los préstamos del Banco en 1991 alcanzaron a U$S 5.400 millones, con lo cual el total acumulado se elevó a cerca de U$S 52.000 millones.

Los desembolsos efectuados en 1991 alcanzaron a más de U$S 3.100 millones, con lo que el total acumulado se elevó a U$S 39.000 millones.

Las operaciones de cooperación técnica aprobadas en 1991 (tanto no reembolsables como de recuperación contingente) ascendieron a U$S 140 millones, llevando el total acumulado a más de U$S 921 millones.

Los préstamos acumulados del Banco, de cerca de U$S 52.000 millones, han sido complementados con fondos de contrapartida por un valor aproximado a los U$S 94.000 millones, para la ejecución de proyectos cuyo costo total asciende a U$S 146.000 millones.

Actividades por sector

* Agricultura y pesca: 473 préstamos por U$S 10.400 millones han contribuido a financiar proyectos por un costo total de U$S 23.900 millones.

* Energía: 253 préstamos que suman U$S 13.100 millones han contribuido a financiar proyectos por un costo total de U$S 49.800 millones.

* Industria y minería: se aprobaron 258 préstamos por un total de U$S 6.300 millones para proyectos cuyos costos totalizan U$S 28.300 millones.

* Transporte y comunicación. 46 préstamos por un total de U$S 6.800 millones han financiado proyectos por un total de U$S 14.600.

* Salud pública y ambiental: con 250 préstamos por un monto de U$S 5000 se han ejecutado proyectos por un costo total combinado de U$S 10.500.

Además de éstos que son los principales proyectos financiados por la entidad crediticia en 1991, hay otros en materia de desarrollo urbano, financiamiento para exportaciones, turismo y microempresas y otros, por montos similares. ■

BID DA A URUGUAY ESTE AÑO U$S 250: A U$S 350:

* El Primero Para Viviendas, en Julio por U$S 48:000.000

* En Setiembre de 100 a 200 Millones Para la Reconversión

SANTO DOMINGO, República Dominicana (por Carlos Pauletti). — El Banco Interamericano de Desarrollo aprobará créditos para Uruguay por entre U$S 250 millones y U$S 350 millones durante 1992 comenzando por el préstamo para la construcción de viviendas por U$S 48 millones previsto para el mes de julio.

Asimismo, en setiembre se aprobaría el denominado Multisectorial para reconversión industrial y productiva por entre U$S 100 millones y U$S 200 millones (a ello se agrega un monto similar provisto por el Gobierno de Japón), y durante el tercer trimestre saldrían dos créditos más. Uno, para el desarrollo de la enseñanza técnica por U$S 45 millones y el otro destinado a mejorar el clima de la inversión privada por U$S 50 millones.

En relación con la Corporación Interamericana de Inversiones, la misma considera una operación por U$S 3,5 millones para la reestructura, capitalización y modernización de una importante industria textil que da trabajo a centenares de personas.

De igual modo, la Corporación participará con U$S 3 millones a U$S 3,5 millones en un Fondo destinado a financiar la inversión privada a largo plazo.

Un tercer proyecto será analizado próximamente y se trata de la producción, industrialización y exportación de cerdos, iniciativa generadora de una importante cantidad de puestos de trabajo cuya inversión total llegaría a U$S 20 millones. En este caso, la participación de la CII —puede concretarse tanto por vía de créditos como con integración de capital accionario— no está definida en cuanto a monto.

Estas son las principales operaciones abordadas durante el encuentro sostenido por las máximas autoridades del Banco Interamericano y la Corporación Interamericana con la delegación uruguaya que encabeza el ministro de Economía y Finanzas, Dr. Ignacio de Posadas.

Del mismo, surgió la agenda de créditos para lo que queda del año 1992 y comenzó a hablarse de los proyectos para el año entrante, definiéndose en este sentido cuáles son las máximas prioridades del Gobierno y dentro de las cuales ocupa primerísimo lugar la reconversión industrial y productiva.

INTENSAS GESTIONES Y CONTACTOS

En el ámbito de la XXXIII Asamblea Anual de Gobernadores del Banco Interamericano, cuyo comienzo formal está previsto para esta semana, prácticamente todas las delegaciones de países latinoamericanos aprovecharon el fin de semana para sostener numerosos contactos tanto con autoridades del organismo como bilaterales y multilaterales, [illegible] de interés mutuo.

En ello se inscribió la reunión [illegible] así como otras celebradas por los delegados [illegible] con personalidades y jerarcas de otros países y organismos internacionales. Precisamente, para hoy está



Cr. Enrique Iglesias

prevista la primera conversación entre el ministro de Posadas y el director de la División América Latina del Fondo Monetario Internacional, Sterie Beza, encuentro que se realiza en medio de las negociaciones para la aplicación de un programa económico de 18 meses de duración.

El Ministro uruguayo tiene previsto hablar ante la Asamblea mañana martes en hora matutina y en su agenda se han incluido varias gestiones adicionales que concretará antes de su partida hacia Uruguay, mañana por la tarde.

En lo regional, existe indisimulada expectativa por el inminente anuncio de un acuerdo entre Argentina y los Bancos comerciales para la refinanciación de la deuda externa de ese país en el marco del Plan Brady. En ese sentido, aparentemente se habrían producido numerosos diálogos entre el [illegible] ministro de Economía, Domingo Cavallo, con banqueros y especialmente uno con el subsecretario del Tesoro de los Estados Unidos, David Mulford.

El Comité de la Asamblea se reunió por su parte ayer para preparar los temas de [illegible] y sobre ello hubo acuerdo en iniciar [illegible] para concretar la [illegible] del BID que permita aumentar el programa de créditos anuales a más de U$S 7 mil millones.

DESVINCULAR BID DEL BANCO MUNDIAL

Durante las deliberaciones se planteó reiteradamente la necesidad de desvincular la concesión de préstamos sectoriales de lo que haga o no el Banco Mundial, y se requirió el apoyo de la asesoría legal del BID para que el Directorio pueda formalmente acceder a la propuesta.

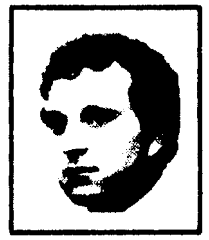
Debe recordarse que Uruguay es uno de los países con problemas porque el Banco Mundial habría comunicado su decisión de condicionar la aprobación de cualquier préstamo y los desembolsos de otros ya pactados, a un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional. Esto último, de algún modo, impedía al BID aprobar créditos sectoriales y entre éstos se encuentra el que se destinará a la reconversión industrial por el ingreso al MERCOSUR.

El tono de esta XXXIII Asamblea del Banco Interamericano estará dado por los reiterados llamados a combatir la pobreza en América Latina, elemento considerado clave a resolver para que los programas de ajuste pueden seguir teniendo vigencia y dar los resultados esperados.

Sobre el mismo se expresaron ayer varios Gobernadores durante sucesivos encuentros del Presidente del organismo, el Cr. Enrique Iglesias, con los jefes de las 44 delegaciones de otros tantos países miembros. El tema ha sido incluido entre los que se abordarán y saldría una resolución determinando que el BID asista especialmente a los países que decidan adoptar políticas concretas de lucha contra la pobreza.

EL PAIS en Santo Domingo

Por nuestro Enviado Especial **CARLOS PAULETTI**



El BID Restableció Liderazgo en los Créditos a América Latina y el Caribe

El Banco Interamericano de Desarrollo recuperó su liderazgo entre las instituciones multilaterales de crédito a América Latina y el Caribe en 1991 al aprobar un récord de 5.419 millones de dólares en 77 préstamos para desarrollo económico y social, un incremento de 40 por ciento por sobre los 3.881 millones de dólares en 45 préstamos autorizados durante 1990.

Los créditos del Banco aumentaron cuando se renueva el crecimiento económico en muchos países latinoamericanos, según el Informe Anual 1991 del BID. El informe fue presentado hoy a la Asamblea de Gobernadores del Banco, que realiza su Reunión Anual entre el 6 y el 8 de abril en Santo Domingo, capital de la República Dominicana.

Los préstamos aprobados por el BID en 1991 ayudan a financiar proyectos con inversiones totales de 9.643 millones de dólares. Los desembolsos del Banco subieron en 1991 a un récord de 3.151 millones de 2.507 millones en 1990.

La fuerte demanda latinoamericana de crédito prepara el terreno para las próximas discusiones sobre el Octavo Aumento General de Recursos del BID para el período 1994-97. El Séptimo Aumento, por 26.500 millones de dólares, aprobado en 1989, hizo posible una meta de 22.500 millones de dólares en préstamos en 1990-93. El Banco espera aprobar 6.300 millones de dólares en 1992 y 7.100 millones en 1993.

En 1991, el Banco continuó apoyando las reformas económicas en América Latina y el Caribe con 1.985 millones de dólares en préstamos sectoriales. Cuatro de los créditos de desembolso rápido apoyan reformas del régimen de inversiones a fin de crear un entorno favorable al desarrollo de la empresa privada. Estas fueron las primeras operaciones del BID en el marco de la Empresa para las Américas, lanzada en 1990.

Por vez primera, el Banco autorizó el uso de una porción de un préstamo sectorial para la reducción de la deuda externa de un país, el Uruguay.

El Banco fortaleció su apoyo a la mejora de las condiciones de vida de la región aprobando 988 millones de dólares en préstamos para proyectos en sectores tales como salud, educación, agua potable y saneamiento. También dio apoyo a los grupos de bajos ingresos con financiamientos para microempresas que en 1991 subieron a un nivel récord de 70,8 millones de dólares, incluyendo 45 millones de dólares en préstamos.

El BID autorizó créditos por un total de 696 millones de dólares para proyectos de energía, 678 millones de dólares para transportes y comunicaciones, 570 millones de dólares para agricultura y pesca, 267 millones de dólares para preinversión, 102 millones de dólares para industria y minería, y 88 millones de dólares para financiamiento de exportaciones.

Además de sus préstamos, y a menudo junto con ellos, el Banco aprobó 140 millones de dólares en operaciones de cooperación técnica. Estos financiamientos no reembolsables o de recuperación contingente ayudan a preparar proyectos de desarrollo nacionales y regionales y a mejorar la eficiencia del sector público.

Para financiar sus operaciones, el BID obtuvo en los mercados mundiales un récord de 3.649 millones de dólares en empréstitos. El Banco movilizó recursos adicionales para los proyectos que financia a través de un expandido programa de cofinanciamiento.

F
FECHA 19-3-92
VINCUL BID 12641
Argentina 10033

Apoyo: Cavallo firmó un acuerdo con una misión del organismo por el cual se asegura la asistencia financiera para los próximos doce meses; también se presentaron proyectos para préstamos durante 1993

El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) otorgará créditos a la Argentina por un monto superior a los 1100 millones de dólares en los próximos doce meses.

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, y el [illegible] [illegible] [illegible]

También [illegible] [illegible] millones de dólares, según [illegible].

[illegible]

El [illegible] [illegible] el BID [illegible] millones de dólares.

01-01 9204.151

Nº DOCUMENTO ....

TITULO Inauguraron una oficina de DDHH en FIP

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE ... 910322

VINCULACI... Federación Int. de Periodistas = 508054

Inauguraron oficina de DDHH para periodistas

■ Una oficina de derechos humanos dedicada a los profesionales de la prensa abrirá el próximo 24 de marzo en Lima la Federación Internacional de Periodistas, informó este viernes la representación de la FIP en Caracas.

La FIP, que agrupa a 300.000 periodistas de 54 países, considera "crítica" la situación de los derechos humanos de los trabajadores de la prensa en Perú, donde 39 periodistas fueron asesinados en los últimos diez años.

Seis murieron en un solo semestre de 1991 y otros dos "perecieron en circunstancias extrañas", en lo que va de 1992.

La oficina que abrirá la FIP en Lima procurará "mejorar las condiciones actuales, evitar las violaciones y proporcionar apoyo permanente a los periodistas peruanos" en materia de derechos humanos.

FICHAR

El presidente del sindicato noruego de periodistas, Alf Skjeseth, y el oficial de la FIP para América Latina, Stein Ove Gunnerud, inaugurarán la oficina limeña.

01-01 9204152

El Parlatino tendrá sede propia

SAO PAULO. (EFE).- Una torre cilíndrica de cinco pisos situada en la ciudad brasileña de Sao Paulo será, desde setiembre próximo, la sede del Parlamento Latinoamericano creado hace 28 años y actualmente constituido por congresistas de 22 países.

Las obras comenzaron hace un año en el terreno del Memorial de América latina y fueron proyectadas por Oscar Niemeyer, el arquitecto brasileño que diseñó Brasilia hace 30 años.

El proyecto prevé un edificio revestido de vidrio negro que contará con un área de 6.500 metros cuadrados, sala de plenario, centro de convenciones y un auditorio para 500 personas.

La arquitectura de Niemeyer, que se ha caracterizado por el poco uso del verde, estará rodeada por un paisaje tropical que incluye 400 palmeras.

El Parlamento Latinoamericano se constituye con delegados electos por los congresos de 22 países y tiene el objetivo de promover la democracia y la integración regional.

Creado en 1964 la institución tuvo en los siguientes 13 años un papel casi nulo pues, en ese periodo, prácticamente todos los países latinoamericanos estaban dirigidos por regímenes militares.

"Hubo una época en la que el Parlamento tenía cuatro o cinco miembros", recordó el Director Ejecutivo de la institución, el ex Senador brasileño Marcondes Gadelha.

El foro recibió nuevo impulso en 1987, tras el fin del militarismo en muchos países de la región, y Sao Paulo ofreció espacio e infraestructura para que tuviese una sede permanente.

"La sede dará una idea física del poder de la institución", dijo el ex Gobernador paulista Franco Montoro, uno de los impulsores del proyecto.

Los políticos brasileños reconocen que aún falta recorrer un trecho bastante largo para conseguir que el Parlamento Latinoamericano funcione como un organismo tan efectivo como el europeo.

"No es fácil obtener consensos. Hay un camino que recorrer. La primera idea de unidad europea nació en 1948 en un continente destrozado por la guerra", recordó Gadelha.

El Parlamento está integrado actualmente por legisladores de Antillas Holandesas, Argentina, Aruba, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Surinam, Uruguay y Venezuela. ■

Martes 17 de marzo de 1992 La República

Cada artículo publicado, cada carta enviada a los gobiernos violadores de la libertad de prensa tiene gran importancia, asegura

Amnistía Internacional lanzó una campaña contra las persecuciones a los periodistas

*** A quienes publican críticas en muchos países se les acusa de "difundir información falsa" o de "sedición" y se les persigue penalmente**

■ Preocupada por las persecuciones de que son objeto en muchos países los periodistas, la organización de defensa de los derechos humanos Amnistía Internacional está desarrollando una campaña de sensibilización sobre el tema, buscando influenciar a los gobiernos que violan la libertad de prensa y de informar.

En países de todo el mundo se dan casos de periodistas que, por intentar denunciar las violaciones de derechos humanos, se han convertido ellos mismos en víctimas. A algunos los han matado en el acto, otros han sido silenciados por medio de la prisión o por amenazas de encarcelamiento, denuncia Amnistía. Asimismo, escritores, novelistas y poetas cuyo trabajo es considerado crítico hacia las autoridades, se arriesgan a la detención, encarcelamiento, tortura y en algunos casos, la muerte.

Según esta organización, muchos de estos periodistas y escritores son presos de conciencia, encarcelados a causa de su actividad profesional o por ejercitar su derecho a la libertad de expresión.

En muchos países, periodistas que son simpatizantes de partidos políticos u organizaciones prohibidas, o que trabajan para publicaciones que siguen su línea, también han sido objeto de violaciones de derechos humanos.

Algunos países presentan cargos penales contra quienes publican críticas reales o implícitas contra las autoridades. Entre los cargos de que se les acusa se encuentran "mostrar desprecio", "difundir información falsa" y "sedición".

Los derechos a la libertad de expresión, asociación y libertad de conciencia están recogidos en la Declaración Universal de los Derechos Humanos y, en forma jurídica, en el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos (PIDCP). Este pacto ha sido ratificado por muchos países en los que se dan casos de periodistas víctimas de violaciones de derechos humanos. Los gobiernos que niegan los derechos civiles y políticos a periodistas, se burlan de la ley internacional y a menudo, de sus propias constituciones.

La lucha en favor de los derechos humanos depende en gran medida de la libre circulación de información y con frecuencia, por lo tanto, del coraje y el compromiso de periodistas y escritores.

Aquellos que se convierten en víctimas de violaciones de derechos humanos a causa de sus esfuerzos por denunciar violaciones perpetradas por los gobiernos, merecen todo el apoyo del movimiento internacional en favor de los derechos humanos. Es por ello que Amnistía Internacional está realizando una campaña mundial con el objetivo de que la opinión pública se sensibilice ante esta situación y haga lo que esté a su alcance para mejorarla.

La experiencia recogida por la organización en sus más de treinta años de trabajo en el campo de los DDHH le permiten afirmar que los gobiernos no suelen ser indiferentes a la presión de la opinión pública mundial. Cada artículo publicado, cada carta enviada, cada acción y por supuesto, también cada omisión pueden hacer la diferencia, señalan, destacando la gran utilidad de los llamamientos emitidos por organizaciones y personalidades de la misma profesión de la de los que sufren la violación de sus derechos.

61 periodistas muertos y 324 encarcelados en 1991

■ El año pasado 61 periodistas fueron asesinados en 17 países, lo que representa la cifra más alta registrada desde que el Comité de Protección de Periodistas comenzó a llevar estadísticas que revelaron un aumento dramático desde 1990, señaló hoy un informe, informó UPI.

El comité emitió su reporte anual cinco días después de que Manuel de Dios, ex editor del periódico de Nueva York, El Diario, editado en español, fue asesinado por un hombre armado en un restaurante de Queens después de una larga carrera de lucha contra los carteles de la droga en Colombia, fue el primer periodista asesinado en 1992 en Estados Unidos. La directora ejecutiva del Comité de Protección de Periodistas, Anne Nelson, dijo que la cifra de 1991 incluye 56 asesinatos comprobados y cinco periodistas desaparecidos que se presume que están muertos.

El informe recoge un total de 1,264 ataques contra periodistas y empleados de los medios de comunicación en 100 países.

La señora Nelson dijo que el aumento de 29 asesinatos con respecto a un total de 32 en 1990 se atribuye al "resurgimiento de las aspiraciones nacionalistas y las tensiones étnicas" que acompañaron al fin de la gran rivalidad entre los soviéticos y Occidente.

"Los periodistas no sólo están expuestos a los riesgos de los tiroteos en estos conflictos, sino que también sufren porque son erróneamente considerados como partisanos", dijo.

Yugoslavia fue el lugar más sangriento para los periodistas ya que su guerra civil cobró por lo menos 19 vidas, otros dos están desaparecidos y se piensa que murieron, lo cual lleva la cifra a 21 en el conflicto.

En la guerra civil en Yugoslavia murieron más periodistas que durante el mismo período en cualquier otra guera de la época moderna, dijo la señora Nelson. Otros países con cifras de periodistas muertos registradas, son Colombia con 10, Perú con 6, India 5, Irak con 4, y Haití y Azerbaiyán, con tres cada uno.

Sólo un periodista fue asesinado en Estados Unidos en relación con sus deberes laborales. El 15 de marzo de 1991 fue asesinado Fritz Dor, un locutor de programas de radio para haitianos en las estaciones de radio de Miami, Florida, después de haber recibido amenazas de muerte.

Además de los asesinatos, 324 periodistas fueron detenidos, 164 amenazados, 156 atacados físicamente, 151 atacados a través de tribunales, y 42 fueron expulsados de los países donde estaban trabajando, señaló el informe.

Coordinadora Regional, de "Amnistía" en Uruguay

El martes pasado se llevó a cabo una conferencia de prensa en IELSUR con motivo del arribo a Uruguay de la Coordinadora Regional de "Amnistía Internacional", Sylvia Beales.

Beales primero visitó Colombia, y desde Uruguay se dirigirá a Argentina y Chile. Durante su estadía en Montevideo —que se prolongará hasta el martes 22— se interiorizará de la acción de los ocho grupos de trabajo de "Amnistía" que existen en el país.

La actividad de los grupos se basa en la investigación detallada de las denuncias y violaciones de derechos humanos; recogiendo y analizando informaciones de diversas fuentes, las que incluyen periódicos y revistas, boletines gubernamentales, informes de abogados y de organizaciones con fines humanitarios, así como cartas de presos y sus familiares.

Cada grupo trabaja en favor de los presos detenidos en países distintos al suyo, y no se espera que ningún miembro facilite información sobre acontecimientos de su propio país, dijo Beales.

Canaliza su acción a través de publicaciones de informes, "cartas de presión" a los gobiernos, y utiliza la técnica de campañas sobre distintos temas (por ejemplo torturas) con el objetivo de "informar y de concientizar al público".

Amnistía Internacional es una organización a escala mundial, que trabaja sobre la base de las normas universales de derechos humanos proclamados por la comunidad internacional. El centro de sus actividades lo constituye la búsqueda de la libertad de los prisioneros a causa de sus convicciones, color, sexo, origen étnico, idioma o religión, que no han recurrido a la violencia ("presos de conciencia"). También propugna la expedición de juicios rápidos y justos a todos los presos políticos que han aplicado la violencia en pos de sus ideas.

Se opone además, a la pena de muerte y la tortura, a todo trato cruel, inhumano y degradante impuesto a cualquier preso.

Sylvia Beales agregó que Amnistía Internacional no persigue fines políticos, y que no apoya ni se opone a ningún gobierno, ni tampoco a las ideas de los presos que busca proteger, sino que vela por la salvaguardia de los derechos humanos implicados en cada caso.

Amnistía Internacional —agregó— no recibe fondos de ninguna institución y de ningún gobierno, contando únicamente con donaciones y las cuotas y contribuciones regulares de sus miembros, "porque la independencia económica es tan vital como la independencia política".

[illegible] 14

[illegible] Uruguay [illegible] apoyo a "Amnistía Internacional"

Un [illegible] de uruguayos pro[illegible] la instalación en el país de [illegible] de apoyo a "Amnistía In[illegible]" (AI), organización dedicada a la defensa y promoción de los derechos humanos.

Sylvia Beales, responsable de AI para América Latina, dijo a Búsqueda que en los grupos toman parte personas de todos los sectores sociales y políticos que habían solicitado colaborar con esa organización cuya central está en Londres.

"Por razones obvias era muy difícil ser miembro de AI en Uruguay. Pero desde el año pasado, Lon[illegible] recibió cartas de numerosos uruguayos interesados en for[illegible] grupos", dijo Beales quien [illegible]ñaló que el propósito de su [illegible]sita a Uruguay es el de darles una formación orgánica.

Señaló que la tarea de esos grupos será la de apoyar las campañas internacionales que promueve AI pero no pueden recoger denuncias [illegible] hechos ocurridos en el propio país. "De esa forma se evita manejar información tergiversada", precisó.

"Amnistía Internacional", fundada en 1961 por el abogado británico Peter Berenson, cuenta actualmente con 500 mil simpatizantes en 160 países, incluidos algunos del bloque socialista, dijo Beales.

Sus propósitos son los de exigir la liberación de los "presos de conciencia", abolir las torturas y exigir juicios justos y rápidos a los presos por cuestiones políticas.

"Amnistía Internacional", ámbito en el que se denunciaron violaciones a los derechos humanos durante el régimen militar considera que hoy la situación en el país es buena habiendo expresado al Presidente Julio Sanguinetti su satisfacción por la liberación de los presos políticos dictada a fines de marzo.

POCO LEGIBLE

03

9204154

Amnistía Internacional iniciará en junio acciones para instalarse en el Uruguay

9.5.85

La organización defensora de los derechos humanos, Amnistía Internacional, iniciará en junio de junio las acciones tendientes a la instalación de la entidad en Montevideo, dijo a Búsqueda su delegado para Argentina y Uruguay, el francés François Richard.

Richard —que permaneció en Montevideo durante 48 horas la semana pasada— anunció que en esa oportunidad se realizará un primer encuentro de simpatizantes de AI en Uruguay.

El funcionario de la institución —de carácter privado— reconoció que "todo parece indicar que en Uruguay ya no se violan más los derechos humanos", por lo que consideró que la tarea de las personas que trabajen en Montevideo en el futuro "estará dirigida fundamentalmente a presionar a aquellos gobiernos que no respetan esos derechos".

Richard dijo haber mantenido durante su permanencia en el país diversos contactos con "personas interesadas en vincularse a la organización", así como con el Servicio Ecuménico de Reintegración (SER), que agrupa a católicos, protestantes, médicos y sicólogos.

Refiriéndose a las acusaciones que el gobierno militar uruguayo realizó a AI, tildándola de institución "comunista", Richard aseguró que "tenemos el mismo tipo de críticas de parte de gobiernos comunistas que acusan a Amnistía de ser una organización anti-soviética".

"La agencia de noticias rusa TASS dice que somos una organización sionista y desde dentro de Israel nos dicen que somos una institución que ataca a ese país", señaló.

El delegado francés aclaró que "Amnistía no pretende ser una organización de defensa de todos los derechos humanos. Se limita a tres derechos fundamentales para ser más eficaz: la liberación de los presos de conciencia, la realización de juicios expeditos e imparciales para todos los presos políticos y la oposición sin excepciones a la imposición de la pena de muerte y a la tortura".

Richard sostuvo que "Amnistía no toma posición sobre si es bueno o no que un grupo guerrillero tome el camino de la lucha armada", pero advirtió que "por ejemplo en el caso de Perú, la organización denuncia que Sendero Luminoso tortura y ejecuta personas, y se opone a esas acciones".

Sin embargo, puntualizó que "Amnistía dedica su trabajo sobre todo a las violaciones cometidas por las fuerzas dependientes de los gobiernos".

Hizo hincapié más adelante en que "puede ingresar a la organización cualquier persona que esté de acuerdo con sus principios" y consignó que "evidentemente hay algunas ideologías como por ejemplo el nazismo, que están en desacuerdo con esos principios básicos". ¿Comunismo?

Añadió que "queremos trabajar de igual manera sobre la Unión Soviética como sobre Estados Unidos", y "para esto, lo más seguro es tener miembros inclinados hacia ambos países, de manera de garantizar el equilibrio y la imparcialidad de la organización".

POCO LEGIBLE

04

9204154

Amnistía Internacional en Uruguay

Amnistía Internacional, (AI) institución de larga trayectoria en defensa de los derechos humanos, acaba de formar nuevos grupos de trabajo, ahora con base en Uruguay.

Para interiorizarnos del funcionamiento, organización y proyecciones de estos grupos en nuestro país, **La Semana de EL DIA** entrevistó a Francois Richard, encargado de la organización de grupos de difusión de la institución.

El Sr. Richard, expresa que Amnistía Internacional, enfoca solamente un aspecto de los derechos humanos, el que concierne a la privación de la libertad y por tanto no apoya ni se opone a ningún gobierno o sistema político, sus actividades se concentran estrictamente en los presos. Esa actividad consiste en buscar la liberación de los presos de conciencia, denominados también de opinión. Es decir fundamentalmente la libertad de aquellas personas que han sido detenidas por el mero hecho de emitir su opinión. Esa acción se ejerce a favor de los presos de cualquier parte del mundo donde haya personas encarceladas a causa de sus convicciones, sin distinción de color, sexo, origen étnico, idioma o religión, que no hayan recurrido a la violencia o abogado por ella.

Dijo Richard más adelante que AI se opone sin excepción a la imposición de la pena de muerte, a la tortura, y a toda pena o trato cruel, inhumano o degradante impuesto a cualquier categoría de presos.

Amnistía Internacional nació en 1961 a raíz de un artículo publicado por un periodista inglés en "The Observer" bajo el título de "Los presos olvidados" que pedía la liberación de un grupo de jóvenes que habían sido encarcelados en Portugal, durante la dictadura por el motivo de hacer "un brindis por la libertad". Esa nota periodística tuvo tal repercusión que recibió de inmediato más de mil adhesiones, que constituyeron el comienzo de la organización.

COMO FUNCIONA A.I.

En la actualidad la organización tiene más de 500.000 miembros, suscriptores y simpatizantes que comprenden unos 5.000 grupos en casi 160 países y territorios y está abierta a todas las personas que compartan sus fines.

Su funcionamiento es independiente a todo gobierno, no forma parte de ningún grupo político ni intenta patrocinar actividades en conjunto con otros grupos u organizaciones.

Agrega el señor Richard que al llevar a la práctica su cometido no apoya, ni se opone a las opiniones de los presos cuyos derechos busca proteger, solamente le preocupa la defensa de los derechos humanos implicados en cada caso, al margen de la ideología del gobierno o las convicciones de las víctimas.

Cuando A.I. se entera de la existencia de detenciones por motivos políticos o de personas que se encuentran amenazadas de ser torturadas o ejecutadas se concentra primero en obtener información sobre los hechos. Esa información es recogida y procesada por el Secretariado Internacional, y puede consistir en informaciones procedentes de diversas fuentes, que incluyen gobiernos, organizaciones locales, medios de comunicación oficiales y no oficiales y observadores independientes. Envía a su vez misiones de investigación para observar procesos o entrevistar funcionarios gubernamentales. No descarta ninguna información ni ninguna fuente a los efectos de formar un cuadro lo más completo posible.

Se hace una distinción entre hechos y denuncias y se analizan detenidamente para corroborar su credibilidad con el objeto de proteger la imparcialidad de la investigación.

—Esa posición de imparcialidad, tan difícil de mantener les causa algunos problemas.

—Ya lo creo, para algunos países somos agentes del comunismo internacional, para otros agentes de otras tendencias, pero la única forma de poder llevar adelante nuestro cometido es manteniendo la imparcialidad.

—Ello lleva directamente a la cuestión económica. ¿Cómo se financia Amnistía Internacional?

—A.I. depende directamente de contribuciones regulares y donativos de sus miembros y simpatizantes. Esa independencia económica es vital. Las reglas para aceptación de donativos son muy estrictas y aseguran que ninguna donación limitará la libertad de acción de A.I. No se reciben fondos estatales para su presupuesto, sí se aceptan contribuciones humanitarias en favor de los presos, pero solamente con la condición de que sea la organización quien las administre.

Las donaciones no pueden exceder del 5% de los gastos necesarios para el funcionamiento del grupo, es decir del presupuesto de funcionamiento de ese grupo. Existen también contribuciones voluntarias que van de 10 a 15 dólares anuales.

—¿Cómo se ejerce la acción en casos de presos o desaparecidos?

—Se realiza una acción de presión sobre los gobiernos, en forma rápida y eficaz, mediante télex de los 5000 grupos, se reclama ante los gobiernos y se asiste a la familia en forma moral y material. Hay una acción de difusión, de publicidad, hacia la opinión pública con lo que se ha logrado salvar muchas vidas y evitar torturas.

—¿Cómo se llega a Amnistía Internacional?

—En Uruguay mediante el Correo Central a Casilla 6651, y directamente al Secretariado Internacional a "1 Easton London WC1 X8 DJ (Reino Unido) Cables, Amnesty London WC1 / Teléfono, (1) 843 1771 Telex: 28502

L.N.

Poco LEGIBLE

05

9204154

500576

DOES AMNESTY INTERNATIONAL LEAN TO THE LEFT?

Amnesty International is damaging its credibility by its choice of individuals to serve in responsible positions. For example, in 1978 it chose an Australian Communist, Derek Roebuck, to head the Department of Research in London.

The U.S.A branch of Amnesty was looking for a new executive director this past summer. The Rev. Dr. William Wipfler was chosen to head the Search Committee. He is mission director for the National Council of Churches for Latin America and the Caribbean. The prestigious liberal magazine, the New Republic, describes the activities and attitudes of Dr. Wipfler thus:

> *"Dr. Wipfler attacked the brutal policies of Latin Americn dictatorships. Good for him. But when it comes to 'progressive' regimes, Dr. Wipfler's stern visage assumes a blander mien. When he and seven of his NCC colleagues visited Cuba in March 1977, they concluded that reports of human rights violations in Cuba had been 'exaggerated'. 'There is considerable misinformation in the U.S. about human rights in Cuba,' said Dr. Wipfler. What made him so sure? Well, he had talked to 'many [Cuban] government officials and church leaders.' For all this, Dr. Wipfler received the Letelier-Moffit prize, which the Institute for Policy Studies, the 'progressive' think tank, annually awards to 'those worthy individuals...dedicated to the struggle for human rights in the U.S. and the third world.' Like Dr. Wipfler, IPS tends to overlook the fact that there is also a struggle for human rights in the second, or Soviet, world (of which Cuba, despite its pretensions, is a part). Amnesty knows better." (December 2, 1981, page 8)*

To be fully effective in its efforts to free "prisoners of conscience", Amnesty must be unbiased and be seen to be unbiased.

9204154

Nº DOCUM

TITULO

PROC 15067

FECHA 27/4/92

VINCULACION OPEP 12636

OPEP NO ALTERARA PRODUCCION

VIENA, 24 (AP).— Las naciones de la OPEP acordaron hoy mantener sin variaciones su nivel máximo de extracción hasta fines de junio, y rechazaron la demanda iraní de que fuera reducida de inmediato la cuota conjunta diaria.

El ministro de Energía y Minas de Indonesia, Kartasasmita Ginandjar, dijo que no habrá cambios en la cuota máxima de la Organización de Países Exportadores de Petróleo de 22,98 millones de barriles diarios.

Los ministros de las 13 naciones del cartel adoptaron la decisión tras una reunión de cuatro horas en un lujoso hotel de Viena.

Antes de la reunión, la mayoría de los ministros dijo que eran partidarios de mantener al mismo nivel la cuota productora conjunta en mayo y junio.

Irán había exigido una reducción inmediata de la producción de un millón de barriles diarios. Su ministro de Energía, Gholamreza Aqazadeh, dijo que el grupo no tiene otra alternativa si quiere elevar los precios. Los ministros acordaron en febrero reducir la producción para evitar un colapso de los precios en el segundo trimestre del año. La demanda del crudo generalmente baja en ese trimestre.

Los analistas estimaron que el cartel redujo su extracción a unos 23,5 millones de barriles diarios. Arabia Saudí, la mayor exportadora de crudo del mundo, redujo su producción al menos en 500.000 barriles diarios, a unos 8 millones diarios, según especialistas del ramo.

Recientemente los precios se afianzaron, en parte por temor a un embargo internacional contra Libia por su negativa a entregar presuntos terroristas.

El precio promedio de la OPEP fue la semana pasada de 17,83 dólares por barril, aunque sigue siendo inferior a los 21 dólares el barril, el precio de referencia buscado por la OPEP.

Libia extrae unos 1.4 millones de barriles diarios, y exporta su mayor parte a Europa.

La oficina ejecutiva de la OPEP pronosticó que la demanda del crudo del cartel será de 22,7 millones de barriles diarios, y exporta su mayor parte a Europa.

La oficina ejecutiva de la OPEP pronosticó que la demanda del crudo del cartel será de 22,7 millones de barriles diarios este trimestre, y de 23,8 millones diarios en el tercer trimestre del año, dijeron fuentes allegadas.

Irán fue criticado privadamente por algunos miembros del cartel por no reducir su producción en este trimestre.

340499

9204155

01-01

La Iglesia Católica aparece preocupada ante una nueva era en medios de comunicación

El Vaticano busca "comunicadores"

* La "Aetatis Novae" analiza en 35 páginas el impacto de las nuevas tecnologías

La formación de "comunicadores" especialistas en relaciones públicas que divulguen la misión de la Iglesia, así como la existencia de medios de comunicación independientes equilibrados, es alentada en un documento difundido el martes por la Santa Sede. El documento de 35 páginas:titulado "Aetatis Novae" -Con la llegada de una nueva era- , presentado a la prensa, fue elaborado por el pontificio Consejo para las Comunicaciones Sociales.

Ciudad del Vaticano (AFP)

■ La nueva "Instrucción pastoral" analiza la rápida evolución de los medios de comunicación en los últimos veinte años.

Dirigido a todas las iglesias nacionales, el texto advierte que "no hay lugar en el que no se haga sentir el impacto de los medios de comunicación sobre las actitudes religiosas y morales, los sistemas políticos y sociales, la educación".

La aparición de "nuevas tecnologías de telecomunicación entre las que figuran los satélites, la televisión por cable, las fibras ópticas, los videocasetes, los discos compactos, la concepción de imágenes por ordenador y otras técnicas digitales e informáticas" han dado origen a "nuevos lenguajes" que la Iglesia debe utilizar para propagar su misión.

Con la celebración del V Centenario de la Evangelización de América y la llegada del tercer milenio, la nueva pastoral no sólo se actualiza sino que también propone una serie de "directrices" que ayuden a cada conferencia episcopal y a cada diócesis a elaborar un "plan pastoral completo sobre las comunicaciones".

El plan debe incluir la creación de "oficinas de relaciones públicas dotadas de recursos humanos y materiales suficientes para hacer posible una verdadera comunicación entre la Iglesia y el conjunto de la comunidad".

Igualmente aconseja la producción de "publicaciones y programas de radio, televisión y video de calidad excelente, de manera que se hagan visibles el mensaje del Evangelio y la misión de la Iglesia".

El plan sugiere además la promoción de "premios y otros medios de reconocimiento que animen y apoyen a los profesionales de los medios de comunicación". El documento señala que "el cambio que hoy se ha producido en las comunicaciones supone, más que una simple revolución técnica, la completa transformación de aquello a través de lo cual la humanidad capta el mundo que le rodea y que la percepción verifica y expresa". Al examinar la situación de los medios de comunicación en el mundo, en particular de los países en vías de desarrollo, el documento denuncia, "el mal uso del servicio público", que puede llevar a la "manipulación ideológica y política", así como "la comercialización no reglamentada y la privatización de la difusión tiene profundas consecuencias". Según los responsables del pontificio consejo, "los motivos del beneficio y los intereses de los anunciantes ejercen una influencia anormal" sobre el contenido de los medios de comunicación por lo que "se prefiere la popularidad a la calidad y uno se alinea en el mínimo común denominador", a la vez que crean "necesidades y modelos artificiales de consumo". El documento critica a las empresas de comunicaciones que revisten un carácter cada vez más "multinacional" y ejercen "presiones comerciales más allá de las fronteras nacionales con perjuicio para ciertos públicos y su cultura". El derecho a la información y a la comunicación es otro tema importante de la instrucción, que "requiere esfuerzos nacionales e internacionales" para "otorgar a los pobres y a los menos pudientes el acceso a la información para su desarrollo individual y social". La Iglesia, dice el texto, rechaza "el dominio de los medios de comunicación por parte de grupos de presión" e insiste en el respeto del derecho y en particular el acceso, ya que "el derecho a la comunicación forma parte del derecho a la libertad religiosa, el cual no debería estar limitado a la [illegible]".

Avanza la legislación que apunta a blanquear cultos, sectas y movimientos

La mayoría de los movimientos religiosos no católicos inscriptos en el Registro Nacional de Cultos han dado su consentimiento global para una nueva ley que regule la actividad y que, en la práctica, significará un respaldo a las actividades auténticamente religiosas y un blanqueo de grupos y sectas.

Luego de una ronda de consultas, la Secretaría de Culto, a cargo de Angel M. Centeno, trata de compatibilizar el anteproyecto con las posiciones de cada uno de los cultos.

Centeno sostiene que la respuesta a la consulta oficial es altamente favorable. Esta opinión es compartida tanto por los evangelistas como por otras creencias, por ejemplo la Congregación Ortodoxa de Religiones Africanas y Amerindias (Coara), que tiene en su estructura ramas umbandistas.

Justamente los evangelistas –particularmente los pentecostales– y los umbandas son los movimientos que presentan mayor crecimiento.

El año pasado, los primeros registraron legalmente en la Secretaría de Culto 45 iglesias, en tanto que los umbandas legalizaron 15 templos.

Blanqueo de sectas

El nuevo proyecto en discusión atiende a producir un blanqueo de cultos, movimientos y sectas.

"Apunta a que se inscriban en el Registro Nacional de Cultos los grupos verdaderamente religiosos".

Tal es la apreciación que hace del anteproyecto el doctor Centeno, quien confía "que aquellos que no lo sean no se van a inscribir".

Esta opinión también es compartida por la directora ejecutiva de Coara, señora Carmen de Poggi, quien es Iyalorisá de Yemojá, sacerdotisa de los cultos africanos tradicionales.

Conformidad umbandista

Poggi comentó a LA NACION que la congregación presentó total conformidad al anteproyecto. Estimó que la nueva norma ayudará a organizar el culto africano y amerindio en la Argentina ya que tan sólo tiene una década en el país y que en los últimos años ha crecido irregularmente.

Explicó que en el país hay cerca de 300 templos umbandas anotados en el registro de cultos y ajustados a todas las normas legales.

Actividades clandestinas

La sacerdotisa, por otra parte, alertó acerca del peligro que se ha generado en la sociedad argentina, que afecta seriamente a los integrantes de Coara. Se trata de "la existencia de 3000 templos clandestinos bajo la denominación de umbandistas, parte de los cuales encubren actividades marginales o que sirven de fachada para determinados tipos de delitos".

En esta línea de pensamiento los directivos de Coara sostienen que en el anteproyecto advierten "un resguardo frente a esas desviaciones e interpretan que se tiende a que haya una protección del aspecto auténticamente religioso".

Preocupación aventada

Según el secretario de Culto, tras la ronda de consultas que acaba de concluir quedó aventada la preocupación de las iglesias tradicionales de que una inscripción no obligatoria podría hacer pulular nuevas sectas.

"En realidad será todo lo contrario, la norma generará un recorte", puntualizó Centeno.

En la actualidad se ha comenzado a analizar las opiniones de unas 60 instituciones, entre las que se cuentan las federaciones evangélicas, confederaciones y grupos pentecostales.

Exigencias y derechos

El nuevo proyecto, según Centeno, al tiempo que asegura el ejercicio de la libertad religiosa elimina sanciones a las instituciones que opten por no anotarse.

En razón de la legislación en vigor, el Estado tiene la obligación de inscribir en el Registro Nacional de Cultos a las asociaciones religiosas no católicas, y éstas, a su vez para poder actuar están obligadas registrarse.

La nueva norma contiene para la inscripción de los movimientos religiosos diferentes del culto católico las siguientes exigencias:

- Deberán acreditar su presencia efectiva en tres jurisdicciones; informar acerca de datos identificatorios, régimen de funcionamiento y órganos representativos; principios religiosos, libros sagrados o fuentes más importantes de doctrina, estructura mundial y número de adherentes y fieles.
- Deberán explicar sus principales ritos o celebraciones y finalmente la estructura ministerial y forma de incorporación en la iglesia o comunidad religiosa.
- Los cultos que se registren obtendrán derechos adicionales, como el de celebrar acuerdos de cooperación con el Estado y obtención en forma automática del reconocimiento de la personaría jurídica.
- La inscripción otorgará, entre otros beneficios, el derecho a obtener la eximición del servicio militar para los ministros y seminaristas, exenciones y beneficios de tipo impositivo y el derecho de brindar enseñanza religiosa en las escuelas públicas.

Grupos religiosos inscriptos en la Argentina*

Cultos	Año 1991	Total general
Evangelistas	45	1.800
Testigos de Jehová	–	1
Judíos	–	351
Budistas	–	6
Espiritistas	–	195
[illegible]	–	70
* Las cifras son provisionales	61	2.698



Cuestionamientos

En general los movimientos religiosos no católicos han coincidido en señalar que el proyecto es un avance sobre la legislación actual, aunque realizan objeciones.

En cuanto a la creación del consejo consultivo de asuntos religiosos previsto, los críticos sostienen que el texto debería contener mayores precisiones y claridad tanto en las funciones y composición como en los objetivos.

Otro aspecto que recibió objeciones es la exigencia del reconocimiento en tres jurisdicciones para la inscripción en el registo de cultos.

Por lo general las religiones no católicas muestran cierto recelo por la exigencia de proporcionar datos acerca de las características del culto.

La cuestión ha sido ya tratada por el secretario de Culto y los respectivos dirigentes. En definitiva parece predominar el entendimiento de que la inscripción es con fines estadísticos y de información y no con el objetivo de control o supervisión espiritual.

De allí que se considere que el proyecto, con sus mayores exigencias para la inscripción, venga a preservar a aquellas asociaciones verdaderamente religiosas.

Juan Carlos Insiarte

Preocupa el auge de movimientos y sectas religiosas

Crecimiento: en la última década se ha producido una proliferación inusitada de movimientos caracterizados por un particular ejercicio de la religiosidad popular y en muchos casos de sectas con ritos lindantes con la brujería y la adivinación.

Si bien en el Vaticano se considera que América latina es el continente de la esperanza, en razón de que está habitado por el 43 por ciento de los católicos del mundo y es el destino de 800 obispos, en los medios eclesiásticos no se disimula la gran preocupación que existe por un proceso de captación de la gente o de trasvasamiento de fieles hacia otros cultos, ante una verdadera explosión de sectas y nuevas agrupaciones religiosas.

El índice de crecimiento de estos grupos tiene parámetros preocupantes, tanto para los católicos romanos, como para los ortodoxos y los cristianos evangélicos, entre los que se cuentan las iglesias históricas derivadas de la reforma, los bautistas y otras expresiones confesionales que están arraigadas en la comunidad con estructuras normalizadas y legales (ver cuadro).

En nuestro país las confesiones no católicas tienen la obligatoriedad de inscribirse en el registro de cultos para poder actuar como tales. Sin embargo, existe una proporción bastante considerable que actúa en la clandestinidad. Tal es el caso de los templos de ritos afrobrasileños.

La Congregación Ortodoxa de Religiones Africanas y Amerindias (Coara) tiene inscriptos 300 templos, pero según refirió recientemente a La Nación la sacerdotisa Iyalorisá de Yemojá, existen otros 3000 clandestinos bajo la denominación de umbanda, parte de los cuales encubren actividades marginales o que sirven de fachada para otros fines.

Tres mil cultos

Según un informe de la Fundación SPES (Servicio Para el Esclarecimiento en Sectas), con sede en Riobamba 1227, que preside el licenciado en psicología José María Baamonde, hasta fines de 1991 se inscribieron en el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto casi 3000 movimientos religiosos distintos.

El promedio de inscripciones en el período 1981 a 1990 fue de 185 movimientos por año. Lo curioso es que de esos casi 3000 movimientos, tan sólo una minoría correspondió a religiones clásicas o tradicionales.

La Fundación SPES sostiene que existen sectas que se inscribieron en la Inspección General de Justicia, bajo la pantalla de asociaciones civiles o fundaciones o en el Ministerio de Educación, bajo la fachada de institutos, centros educativos o escuelas, como una forma de eludir su presencia en el plano religioso.

El licenciado Baamonde sostiene que SPES no impugna las distintas creencias religiosas, pero sí la práctica cuando contraviene una norma legal vigente.

En tal sentido, la Fundación ha hecho público que existen sectas que incurren en prácticas como contrabando, consumo y tráfico de drogas, prostitución, corrupción de menores, explotación económica de sus miembros, reducción a la esclavitud, estafas y fraudes fiscales. Los efectos, señala, son la desintegración de centenares de familias de nuestro país porque uno de sus miembros fue captado.

Evangelistas y umbandas

El mayor índice de crecimiento de los movimientos religiosos inscriptos legalmente en el registro de cultos proviene de los evangelistas y los umbandas.

El amplio espectro evangélico alcanza a unas 1800 agrupaciones diferentes, cifra que representaría el 59 por ciento de las inscripciones totales. La mayoría corresponde a la corriente pentecostal.

Justamente es el pentecostalismo uno de los generadores de la explosión de los movimientos religiosos en la Argentina y en América latina. Y puede asegurarse que la resultante es una gran confusión originada en la convivencia de movimientos religiosos auténticos con otros pseudorreligiosos. Entre ambos existe una zona gris por ahora difícil de develar.

Principios doctrinarios

Para el presidente del comité de Asuntos Especiales de la Confederación Evangélica Pentecostal, pastor Mario Bertolini, esta corriente –que nació a principios de siglo en los Estados Unidos–, basa su doctrina en el suceso bíblico en el que el Espíritu Santo descendió sobre los apóstoles, quienes fueron elegidos para salvar a los hombres, 50 días después de la Resurrección, el día de Pentecostés. San Pedro, por ejemplo, que era analfabeto, pudo convertirse en un impecable predicador.

Bertolini sostiene que el pentecostalismo influye en el 80 por ciento de la población cristiana no católica romana de América latina y su prédica se basa solamente en la Biblia.

Los propios pentecostalistas proclaman un crecimiento constante en los últimos cinco años y calculan ser el 6% de la población.

Para explicar esta afirmación refieren que el pastor Héctor Giménez, del ministerio Ondas de Amor y Paz, se ha constituido en la obra más grande manifiesta y se habla de una congregación de 200.000 personas.

Por otra parte, al pastor Ricardo Cabrera, de Mensaje de Esperanza Viva, con actuación en el interior del país, se le adjudica una membresía de 60.000 personas. Finalmente a Omar Cabrera, de Visión de Futuro, con actuación en Santa Fe y con varios templos en otras provincias, contaría con 80.000 adeptos.

personas.

Razones del crecimiento

El pastor Bertolini, quien alertó acerca del "peligro de los milagreros", explicó que el hombre actualmente tiene mayores inquietudes espirituales y por ello se acerca a Dios.

Pero también –dijo– tiene mayores necesidades de todo tipo. Ante una perspectiva de desaliento, la búsqueda se establece en hallar un Dios pragmático, más que místico.

"Los pentecostales hacen una presentación de un Dios personal, sin intermediarios, para que la persona tome contacto con él a través de su fe", asegura Bertolini.

Factores captación

En tanto, el psicólogo Baamonde, menciona entre los factores de especial incidencia en la captación de adeptos a los nuevos movimientos y sectas:

- Hallarse en estado de crisis, insatisfacción o inestabilidad emocional o afectiva
- Descontento con la sociedad y sus normas
- Inmadurez e identidad no consolidada
- Insatisfacción con las religiones tradicionales
- Estar en una situación familiar conflictiva y con falta de comunicación
- Problemas de comunicación a nivel personal
- Necesidad de aumentar la autoestima

Lo cierto es que la realidad religiosa de América latina y de la Argentina ha planteado tanto para la Iglesia Católica cuanto para las otras religiones cristianas y evangélicas un serio desafío. Acaso esta explosión de sectas y de nuevos movimientos religiosos venga a significar asomarse en el alma de los creyentes para tratar de hallar en el fondo de sus vivencias más íntimas la vivencia religiosa. Un verdadero trabajo que en definitiva vendrá a dilucidar las actitudes particulares en la búsqueda de fe.

Juan Carlos Iusiag

Organización de los movimientos cristianos evange[licos en la Argentina]



- Confederación Evangélica Pentecostal.

- Asambleas de Dios (origen sueco).
- Alianza Cristiana Pentecostal y Misionera.
- Asamblea Cristiana (origen italiano).
- Iglesia del Evangelio Cuadrangular (origen norteamericano - California)
- Iglesia Evangélica Pentecostal.
- Iglesia de Dios (origen EE. UU.) - La Iglesia de Dios (Argentina).
- Iglesia Pentecostal de la Santidad (origen EE. UU.).
- Iglesia Cristiana Bíblica (origen Italia).
- Iglesia Pentecostal Argentina.
- Iglesia Bíblica Abierta (origen Chile).
- Iglesia Pentecostal de Argentina (origen Chile).
- Unión Asambleas de Dios (origen Canadá y EE. UU.).
- La Iglesia de Dios.
- Ondas de Amor y Paz.
- Mensaje de Esperanza Viva.
- Visión de Futuro.
- Federación de Iglesias Pentecostales Argentinas (FIPA).

- Son congregaciones [au]tónomas.
- En las ciudades [...] consejos pastorales.
- Preparación en insti[tutos] bíblicos.
- Practican la sanidad [...] vina y el bautismo [...] Espíritu Santo.
- Algunas están co[nsti]tuidas en presbiterios
- Interviene en la doctri[na]



- Federación Argentina de Iglesias Evangélicas (Faie).



- Metodistas
- Presbiteriana
- Menonita
- Reformados
- Luteranos
- Calvinistas
- Congregacionalistas
- Discípulos de Cristo.
- Valdenses.
- La Iglesia de Dios.
- Iglesia Cristiana Bíblica.
- Iglesia Pentecostal del Calvario.
- Iglesia Pentecostal Argentina.



- Agrupa a las iglesias [his]tóricas reformadas y a[l]gunas pentecostales.

- Federación de Entidades Cristianas Evangélicas Argentinas (Fecea).

- Iglesias Cristianas Evangélicas (Hermanos Libres).



- Pertenece exclusiva[mente] a los Herman[os] Libres.
- Son congregaciones [au]tónomas.
- No tienen autoridad [...] las gobierna: son [...]
- Doctrinariamente [...]
- Actividad en el [...] educativo.

Un sintético esquema de cultos tradicionales y de otros nuevos de arraigo en la comunidad

Los dos principales bloques de Europa crean el espacio económico más poderoso

PORTO, Portugal (Reuter).- Los dos principales bloques comerciales de Europa Occidental se vincu- ayer para formar el mercado más grande y más poderoso …ndo.

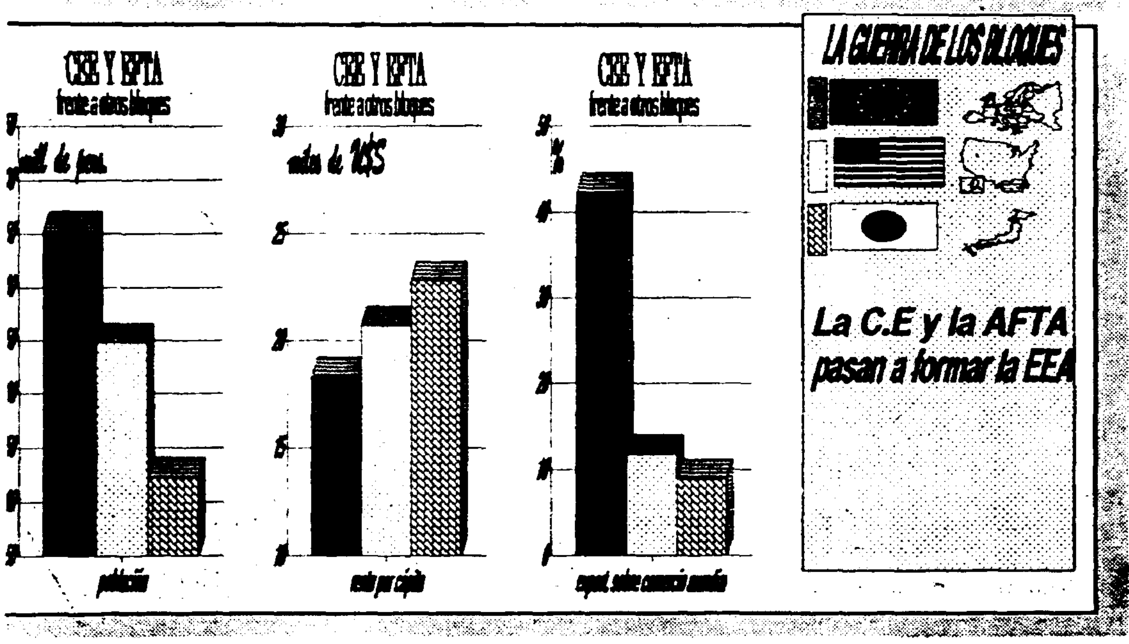
Ministros de Relaciones Exteriores de la Comunidad Europea y la Asociación Europea de Libre Comercio (EFTA) firmaron un tratado que unifica a sus 19 estados miembro y 380 millones de habitantes, en una nueva zona Económica Europea (EEA).

El Ministro de Relaciones Exteriores portugués Joao de Deus Pinheiro, que habló en nombre de la CE, dijo que la nueva agrupación "representa el 40 por ciento del comercio mundial, con el propósito de crear un bloque económico más importante en el mundo".

El Primer Ministro portugués Aníbal Cavaco Silva subrayó el papel jugado por la EEA en vincular las democracias establecidas en Europa.

"En una Europa cuya historia ha sido marcada con conflictos fratricidas... estamos edificando una vasta zona de libertad en la cual caen las barreras que dividen a los ciudadanos", dijo.

NUEVO ESPACIO ECONOMICO



Tratado

Portugal, que perteneció a la EFTA por 25 años hasta que se incorporó a la CE en 1986, es el actual Presidente de la Comunidad.

El tratado de la EEA de 10.000 páginas, que permitirá la libertad de desplazamiento de bienes, trabajos, servicios y capitales entre los estados miembro, fue firmado en la sala de estilo árabe del mercado de valores del Siglo XIX, en la ciudad de Oporto en el norte de Portugal.

Comenzará a regir el 1° de enero de 1993, cuando la CE levante las últimas de sus propias barreras aduaneras internas.

Pero algunos diplomáticos señalaron que las demoras por complicaciones legales que hubo y la necesidad de realizar un referendo en Suiza para la aprobación del tratado, puede impedir que los parlamentos de los 19 estados lo ratifiquen a tiempo.

Por muchos países de la AELC, como Suecia, Finlandia y Austria que ya solicitaron su ingreso para incorporarse a la CE, la EFTA representó una escala a mitad de camino, antes de incorporarse plenamente a la Comunidad.

Suiza y Noruega también consideran solicitar su ingreso a la CE. Solo Islandia y la pequeña Liechtenstein no están interesados.

Pinheiro reconoció la naturaleza transitoria de la EEA y Jaues Delors, Presidente de la Comisión ejecutiva de la CE, dijo por su parte que el tratado de la EEA era "el primer paso hacia la construcción de una gran Europa".

040592

POCO LEGIBLE

926,158

El Opus Dei sale a la luz

Por Alan Riding

ROMA (The New York Times). - Para una organización religiosa con una legendaria propensión a mantenerse en secreto, parece apropiado que tan sólo el número de una calle -el 73- identifique el imponente edificio en Viale Bruno Buozzi, a unos dos kilómetros del Vaticano, como la sede del Opus Dei.

Si se hace caso omiso de los cargos efectuados por sectores liberales de la Iglesia Católica Romana en el sentido de que utiliza métodos propios de una sociedad secreta, el movimiento conservador, regido por sacerdotes pero integrado principalmente por laicos, ha descubierto a través de las últimas seis décadas que la discreción verdaderamente genera resultados favorables.

Mientras la Iglesia Católica ve disminuir significativamente el número de individuos que, por vocación religiosa, aspiran a ordenarse de cura o monja, el Opus Dei sigue extendiéndose a punto tal que hoy, con 75.000 miembros en 47 países, es tres veces más numeroso que la Sociedad de Jesús, la mayor orden religiosa tradicional.

Ahora, discretamente alentado por Juan Pablo II, quien ve con simpatía la ortodoxia teológica del movimiento, el Opus Dei, cuyo nombre en latín significa "la Obra de Dios", comienza a mostrarse más abiertamente con la confianza plena de que ha consolidado su posición dentro de la Iglesia.

"Antes esas personas negaban que pertenecían al *Opus Dei*, pero ahora admiten que son miembros de esa organización", afirmó un sacerdote español que ha vivido durante mucho tiempo en Roma. "Incluso -agregó- hablan públicamente en favor [illegible] para demostrar [illegible] que ocultar." [illegible]

muerte del fundador, el español José María Escrivá de Balaguer, cuando el Opus Dei fue reconocido por el Vaticano como una prelatura personal, un *status* que otorga a su Prelado, actualmente monseñor Alvaro del Portillo, una autoridad directa sobre los miembros.

Desde entonces, el Opus Dei gradualmente se hizo más visible. Aunque solamente 1357 de sus miembros son curas, cuenta ahora con 10 obispos, 6 de los cuales fueron nombrados por el actual Papa. Muchos de sus miembros son también influyentes dentro de la Curia Romana, incluyendo a Joaquín Navarro-Valls, laico español que oficia de vocero del Papa.

Paralelamente, inspirado por el acento que ha puesto Juan Pablo II -un viajero incansable- en la evangelización del Tercer Mundo, el movimiento, que sigue siendo más fuerte en España, se ha establecido también en varios países africanos y asiáticos y sigue extendiéndose en América latina donde trabajan 9 de sus 10 obispos. Monseñor del Portillo visitó Africa tres veces este año.

"Nuestro objetivo no ha cambiado -señaló Giuseppe Corigliano, director de información del Opus Dei, en Roma-. Es estrictamente religioso y espiritual, para demostrar que los laicos en su vida común y corriente también pueden alcanzar la santidad y que la gente no tiene que abandonar el mundo para llevar una vida religiosa."

Modelo aparte

Los miembros del Opus Dei están divididos en *numerarios*, que aceptan [illegible] votos de castidad y [illegible]



Monseñor José María Escrivá de Balaguer, fundador del Opus Dei

mayoría de ellos trabaja en el campo civil, si bien entrega todo o parte de su ingreso al movimiento.

"Nuestro modelo ejemplar no es [illegible] o un período en particular [illegible]

Con unos 3000 miembros en los Estados Unidos, el Opus Dei tiene ahora varios curas que trabajan en la [illegible] de Nueva York.

Sin embargo, [illegible] ahora más [illegible] del Opus [illegible] para desechar [illegible] entre los [illegible] incluso moderados de la [illegible]

[illegible] acerca del movimiento [illegible], un jesuita español se persignó histriónicamente antes de repetir la crítica tradicional contra el Opus Dei: su presunta obsesión con el poder político y económico.

"El Opus Dei sostiene que es enteramente un movimiento espiritual -indicó el cura español-. Pero -prosiguió- eso no es cierto. Así de simple. Procura insertar a sus miembros en posiciones influyentes dentro de la sociedad y, desde esas posiciones, consultan permanentemente con la conducción del Opus Dei para saber cómo deben proceder."

Mayor gravitación

Su alcance político fue advertido por primera vez bajo el régimen de Franco, cuando 10 de sus miembros ocuparon en distintos momentos puestos en el gabinete español.

Actualmente, con un gobierno socialista en Madrid, su poder político ha menguado allí, pero muchos de sus 25.000 miembros españoles todavía ocupan puestos claves en la economía, las finanzas, el periodismo y las universidades.

En todas partes, el Opus Dei asigna una gran importancia a la educación, no sólo como instrumento para fortalecer la fe católica entre los jóvenes sino como una manera de seleccionar jóvenes brillantes para incorporarlos con la esperanza de que alcanzarán niveles de influencia en sus profesiones.

El elevado nivel de cultura y educación de sus miembros rodea al Opus Dei de una atmósfera propia de una organización elitista.

Las denuncias de algunos padres [illegible] miento. La [illegible]

perdido un hijo!- es natural, pero después de un tiempo los padres comienzan a ver las cosas de otra manera", manifestó Corigliano.

Un aspecto clave del movimiento sigue siendo su severa disciplina interna. "El Opus Dei se basa en un modelo jerárquico de la sociedad y practica una forma de control del pensamiento", puede leerse en "People of God", un nuevo libro de Penny Lernoux, especialista en la Iglesia Católica que murió el mes pasado.

"También exhibe -agrega el texto- las características de un culto, incluyendo la adoración de su fundador, conocido como el Padre, y una automortificación violenta por parte de sus miembros."

Pero los ataques contra el Opus Dei son considerados por sus miembros como la prueba de que el movimiento tiene una causa justa. "Si hubiera numerosas y nuevas vocaciones franciscanas, también se producirían reacciones", advirtió Corigliano mientras conducía a un visitante hacia la bóveda, en la sede del movimiento, donde los restos del Padre yacen bajo una oscura lápida de mármol.

"El proselitismo siempre es resistido", agregó.

La verdadera prueba de la fuerza del Opus Dei dentro de la Iglesia, sin embargo, aún está por demostrarse.

En 1981, su fundador, monseñor Escrivá, fue propuesto para la beatificación como paso previo para ser declarado santo.

Sin embargo, los opositores del [illegible]

Nº
TITU
PE
FECH
VINCUL

Martes 21 de abril de 1992 La Repúbl

[illegible]el único sacerdote católico de toda la historia de la Iglesia que solicitó un

[illegible]n tiempo récord el fundador del Op[illegible] habrá de ser santificado: sería

● ***Sin embargo, su verdadero nombre es José María Escribá Albás, pero él decidió modificarlo e introdujo curiosas variantes: cambió la "b" de Escribá por la "v", dejándolo como Escrivá, dejó de lado el apellido de la madre, Albás, y adoptó uno de tono señorial: de Balaguer. También reformó el nombre de pila: quitó la mayúscula a María y la dejó adosada a José. De allí en más, sería Josemaría. Sus detractores afirman que tales cambios buscaban singularidad***



Josemaría Escrivá de Balaguer fotografiado el 14 de noviembre de 197[illegible] Lloma, Valencia (España).

Los más de 20 mil folios de su causa de beatificación han dado un retrato de Josemaría Escrivá de Balaguer que ha llevado a la Iglesia a hacerle beato. Pero éste no es el único retrato que existe del fundador del Opus Dei, cuyo verdadero nombre fue José María Escribá Albás. Irónicamente, es la propia España la que cuestiona duramente esta iniciativa. La pasión de los españoles ha aflorado nuevamente, y se han dividido radicalmente las opiniones. No faltan quienes recuerdan que si a Escriv(b)á se le "hace santo", él habrá cumplido su sueño más caro. Y traen a presente una vieja afirmación suya: "Papas y cardenales hay muchos -solía decir-, pero fundador del Opus Dei, sólo hay uno". El fundador, como muchos le llamaban en España en medio de la apasionada disputa, tiene una singular condición: es el único sacerdote católico de toda la historia de la Iglesia que solicitó un título nobiliario.

■ Pocos temas han dividido las pasiones de los españoles en los últimos tiempos. Pero la estela dejada por el fundador de la Obra de Dios, o en latín, Opus Dei, ha despertado la vieja pasión que tres lustros de democracia parecían haber dejado atrás. Muerto poco tiempo antes que el Generalísimo, José María Escribá Albás, o como se le conoce hoy, 'Josemaría' Escribá de Balaguer, no alcanzó a palpar la democracia en su país. Pero ello no fue obstáculo para que el fundador del Opus Dei no estuviera siempre vinculado al poder. Es más, según sus detractores, siempre tuvo un especial instinto para estar junto al poder. Volvió a Madrid de la mano de Franco, y visitó Chile en 1974, pese al aislamiento internacional. Y según dos periodistas chilenos, Jaime Rojas y Franz Vanderschueren, en una conferencia de prensa en la que se habló "sobre la sangre esparcida en el país", el futuro santo afirmó: "Yo os digo que aquella sangre es necesaria...".

LOS PRIMEROS AÑOS DE JOSE MARIA ESCRIBA ALBAS

Según sus partidarios, desde niño el fundador de la Obra conoció el dolor. Y sus biógrafos cuentan, a partir de una historia narrada por él mismo, hasta donde llegaba su vocación de sufrimiento en los siguientes términos:

"En las fechas más destacadas de mi vida, el Señor ha querido mandarme alguna contrariedad. Hasta el día de mi primera comunión, al peinarme el peluquero, me hizo una quemadura con la tenacilla...".

De allí, en un libro de la editorial Rialp, afín al Opus Dei, François Gondrand, valora así el episodio de las tenacillas: "Fueron los primeros contactos con la contrariedad, con el dolor, con el sufrimiento, primeros encuentros con la Cruz".

Sin embargo, estas contrariedades parecen extremadamente menores si se las compara con las que vivía su padre [illegible] esos mismos días. La tienda de paños [illegible] don José Escribá tenía en Barbastro quebró. La familia se fue a Logroño, y el jefe de familia hubo de buscar trabajo como dependiente. Según algunos historiadores, y no desmentido por nadie, la salida de la familia de la ciudad de Barbastro "tuvo más de huida que de mudanza: abandonaron el pueblo por la noche, para esquivar a los acreedores". Este mismo episodio lo cuenta el mismísimo escritor Luis Carandell, uno de sus biógrafos menos tendenciosos. Su libro *Vida y milagros de Escribá de Balaguer* no mereció ni un solo desmentido.

Fue precisamente en Logroño en donde Escribá de Balaguer tuvo su primera experiencia mística. Un día de diciembre, cuando caminaba por la calle Ancha, vio sobre la nieve las huellas de un fraile. Advirtió que se trataba de una señal celestial. Ese día supo, antes que nadie, que su destino era ser un santo: Dios le había escogido a él, precisamente a él, para una misión. El mismo así lo ha dicho: "El señor quería algo de *mí*, algo que no sabía lo que era. Se valía de sucesos y detalles ordinarios, aparentemente inocentes, para meter en mi alma esa inquietud divina...".

Pero los signos divinos y los presagios habrían de continuar durante toda la vida. Los de esa época lo llevarían al seminario de Zaragoza, donde ingresaría un 28 de setiembre de 1920.

Con la maleta ya hecha, un pedido suyo hecho con mucha fuerza al Señor había sido recibido: su madre estaba embarazada, un hermano varón habría de ocupar el lugar que él dejaba en la familia.

Pero de aquí en *más* comienzan las diferencias notorias entre quienes le amaron y le odiaron, y entre quienes con pasión estudiaron su vida y quienes lo hicieron con rigurosidad.

Por esa época ya comenzaba a imponerse lo que sus biógrafos llaman "penitencias generosas", pero para otros allí comenzó su doble vida.

Sobre su peripecia vital hay dos versiones diferentes: una, que está a punto de llevarlo a los altares, que la escriben "sus hijos", miembros y simpatizantes del Opus Dei, *que* suelen tener como fuente principal su propia versión de los hechos. Otra, la de aquellos que consideran "escandalosa" su beatificación. La suelen propiciar los hermanos separados del Opus, quienes, aún admitiendo que era un buen hombre, dudan de que fuera un santo.

Los biógrafos afines lo describen como un estudiante excepcional, de gran talento. Los otros aseguran que era del *montón, tirando a mediocre*. Todos coinciden, eso sí, de que era un hombre muy limpio, con una preocupación extrema por el aseo y la apariencia personal contrastaba con el descuido de otros seminaristas, de peor presencia y torpe aliño indumentario.

Esa cualidad suya le valió motes muy duros, como el de "Rosa mística".

EL NOMBRE ORIGINAL

Por esos días todavía usaba su *nombre original*: José María Escribá Albás. Luego introdujo curiosas modificaciones: cambió la 'b' de Escribá por la 'v', dejándolo como Escrivá, dejó de lado el apellido de la madre, Albás, y adoptó uno de tono señorial: de Balaguer. *Pero no se detuvo ahí.* También reformó el nombre de pila: quitó la mayúscula a María y la dejó adosada a José. De allí en más, sería Josémaría. Sus detractores afirman que *tales* cambios buscaban *singularidad*.

Dicen que "cabría buscar afán de grandeza, impropio de un santo" en el artificial ennoblecimiento del apellido. Pero él tenía sus razones que el Vaticano, *años después, ha dado por buenas*: no quería que lo confundieran con tanto Escribá a secas como 'hay por ahí'.

Pero el cambio de nombre propio resulta aún más afortunado para Escribá Albás, ahora ya Escrivá de Balaguer. Según sus detractores, consciente ya de que llegaría a los altares, y la Orden tendría santo propio, preparó las cosas para ser el primer "San Josemaría" de la historia. Entre los 126 13 mil santos que los católicos tienen como ejemplo a imitar, hay muchísimos Josés, y abundantes Marías. Pero Josemaría no hay tantos; ninguno.

CAUDILLOS Y TROPAS

Escrivá de Balaguer, así el nombre de aquí en más, estaba convencido de que existían en el mundo hay dos tipos de gentes: los 'caudillos' y las 'clases de tropas'.

Aquel hombre pulcro pensaba que el estudio era el mejor camino para enaltecer al ser humano. *Sus biógrafos afirman* que se matriculó en derecho, pero las opiniones acerca de la feliz culminación de la carrera universitaria son contradictorias.

Las biografías autorizadas no han dejado lugar a dudas: la finalizó en Madrid, con la lectura de una tesis doctoral el 18 de diciembre de 19[illegible] la que logró obtener un [illegible] Pero los más críticos del fundador [illegible] Obra se preguntan: ¿[illegible] ma?

Investigaciones periodísticas [illegible] tóricas señalan que no figura [illegible] ma entre las reliquias del [illegible] pesar del notorio interés de [illegible] tes del Opus Dei por conservar [illegible] sus pertenencias: la pila donde [illegible] tizaron, que él mismo la [illegible] hace 40 años, la Virgen del [illegible] acompañó en sus estudios [illegible] que oficiaba [illegible] banco en que [illegible] conserva.

Sin embargo, en el Ministerio [illegible] Educación y Ciencia español [illegible] que de "1930 a esta parte no [illegible] constancia de ningún [illegible] tario con ese nombre".

EL 2 DE OCTUBRE DE 1928, [illegible] CLAVE

El segundo día de octubre de 1[illegible] cuando ya había logrado dar el [illegible] Madrid, supo al fin para qué lo [illegible] elegido Dios. Más exactamente, [illegible] decir de sus palabras, 'lo vió', que [illegible]

9204160

La República
Martes 21 de abril de 1992

nobiliario. En 1968 consiguió el título de Marqués de Peralta

Dei, Josemaría Escrivá de Balaguer, primer santo de nombre Josemaría

Así se reza la "oración para la devoción privada"

■ Con esta "oración para devoción privada", los "hijos" de la Obra se dirigen a Dios para pedir por la glorificación de Josemaría Escrivá de Balaguer. La oración religiosa que "de conformidad con los decretos del Papa Urbano VIII, declaramos con esta Hoja informativa en nada se pretende prevenir el juicio de la Autoridad eclesiástica, y que la oración no tiene finalidad alguna de culto público", dice así:

"Oh Dios, que concediste a tu siervo Josemaría, sacerdote, gracias innumerables, escogiéndole como instrumento fidelísimo para fundar el Opus Dei, camino de santificación en el trabajo profesional y en el cumplimiento de los deberes ordinarios del cristiano: haz que yo sepa también convertir todos los momentos y circunstancias de mi vida en ocasión de amarte, y de servir con alegría y con sencillez a la Iglesia, al Romano Pontífice y a las almas, iluminando los caminos de la tierra con la luminaria de la fe y del amor; dígnate glorificar a tu siervo Josemaría, y concédeme por su intercesión el favor que te pido ... (pídase). Así sea". Padrenuestro, Avemaría, Gloria.

verbo que también prefieren utilizar sus hijos. La visión tuvo lugar en un convento de Cuatro Caminos, mientras sonaban las campanas de la Iglesia de Nuestra Señora de los Angeles. Una de aquellas campanas, hoy convertida en reliquia de alta significación religiosa, continúa sonando en el santuario de Torreciudad. Dios le pidió que dedicara su vida a difundir un mensaje: "Santificar el trabajo, santificarse en el trabajo y santificar a los demás con el trabajo".

Si bien la idea es de vieja data -veinte siglos atrás la predicaban los evangelistas-, aportaba ahora una novedad: se haría bajo el mando directo de Escrivá de Balaguer. La tarea, que emprendió con gran coraje y decisión, la asumió cuando solo contaba con 26 años.

Convencido de que era un elegido de Dios, Escrivá empezó con entusiasmo su empresa.

Durante los primeros años de la República, se conformó con dar charlas en casa de su madre. Fuera de ella, los tiros, los asesinatos de curas y la quema de conventos le confirmaban la necesidad de seguir adelante con su emprendimiento.

Pero tuvo que esperar 11 años, hasta que el generalísimo Francisco Franco ganó la guerra, para que la empresa levantara vuelo y la Obra empezara a mostrar los beneficios de tanto esfuerzo.

EL ESFUERZO Y LA ESPERA

A no más de 20 miembros llegaba el grupo en los años 30, pero ya tenía nombre: Opus Dei.

Escrivá adoptó el nombre del padre Poveda, que ya había usado la denominación 'Obra'. El añadido 'de Dios' le creó problemas: su confesor de aquellos días, el jesuita Valentín Sánchez Ruiz lo encontró pretencioso y recomendó que lo cambiara. Pero Escrivá confiaba en su designio: Dios estaba con él. Así fue que decidió cambiar de confesor y no de nombre.

De no haber sido por el esfuerzo, el tesón y el empeño de Escrivá, la historia pudo haber sido una más de tantas: la de un cura de provincias que intenta una gran tarea, pero que queda en el intento.

Trabajó durante algún tiempo 'por cuenta ajena' en una academia de la calle San Bernardo, antes de abrir su propio negocio: una academia primero, y una residencia de estudiantes después.

La Guerra Civil entorpeció grandemente sus planes, pero el triunfo de los militares le permitió cambiar radicalmente su suerte.

"UN FRANQUISTA CONVENCIDO"

Uno de los debates que hoy resucita su beatificación es el relativo a sus inclinaciones políticas.

Para el secretario del Consejo de Estado y durante muchos años máximo responsable del Opus Dei en España, Antonio Pérez, "era un franquista convencido". "Una criatura del Movimiento Nacional", ha dicho de él el historiador Antonio Tovar. "Un hombre de su tiempo, más bien monárquico", han coincidido en señalar quienes le han estudiado a fondo.

Los portavoces del Opus Dei insisten en su versión oficial: "Era apolítico. No hablaba nunca de política".

A las graves acusaciones sobre presuntas simpatías hacia Hitler, Alvaro del Portillo ha sentenciado: "Era enemigo de todos los totalitarismos".

Sin embargo, este debate parece estéril ante algunos elementos de la realidad incontrastable: el fundador del Opus Dei mantuvo un compromiso serio, profundo y duradero con un régimen totalitario, el del general Francisco Franco, presidente de España y jefe de los ejércitos "por la gracia de Dios".

Fue bajo la gracia de ese régimen como su obra alzó el vuelo, en fluido contacto con algunas de sus castas dominantes: una derecha católica, tradicional, dura y revanchista.

AÑO DE 1938, Y LA ALIANZA CON LOS GOLPISTAS

Fue en el año 1938 cuando Josémaría Escrivá de Balaguer abandonó el Madrid republicano para cambiar de bando y aproximarse a los alzados contra la Constitución.

Las circunstancias políticas aconsejaban la huida: habrían sido asesinados 6 mil curas y frailes.

Su viaje hacia el encuentro con los alzados fue junto a universitarios de familias tradicionales, que comulgaban con el espíritu de la cruzada. Algunos de sus condiscípulos habían colaborado en la intentona golpista de 1932. Todos estaban dispuestos a dar la vida por erradicar el peligro "rojo", tan dañino para sus patrimonios y su religión.

Tras cruzar las fronteras con Francia por los Pirineos, y una berve estadía por Francia, se dirige a Burgos, capital de la "España nacional", donde Franco tenía instalado su cuartel general.

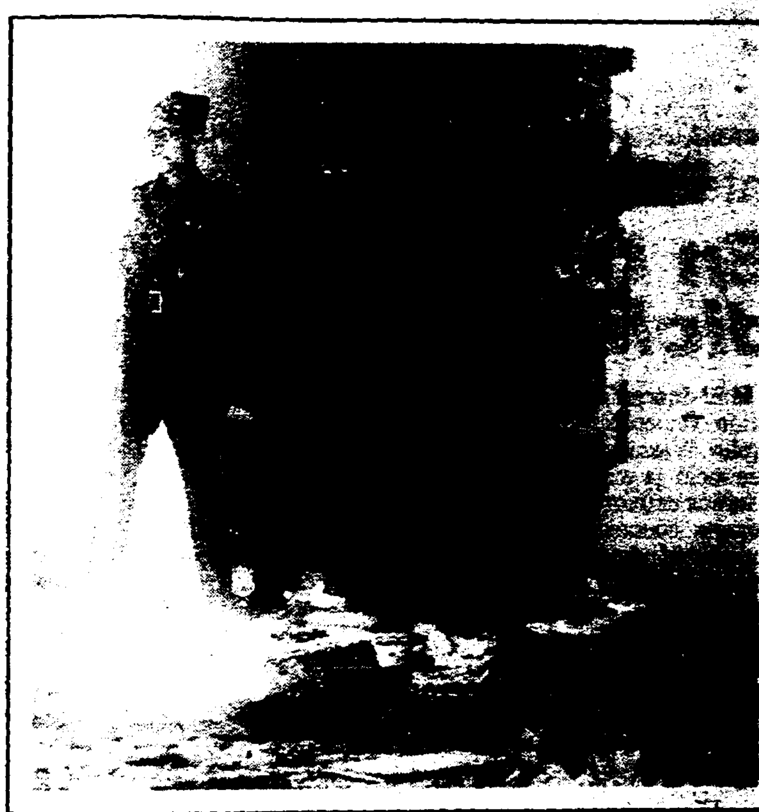
Aquella guerra, como él mismo lo señalara, era la suya: en varias ocasiones visitó el frente de batalla. Y cuando las tropas del ejército franquista entraron a Madrid el 28 de marzo de 1939, también llegó él a bordo de un camión militar.

En su obra Camino, publicada en ese mismo año 1939, y luciendo la leyenda apasionada "Año de la Victoria", Escrivá realizó las siguientes reflexiones:

"La guerra tiene una [illegible] natural -me dices- (...) Es el [illegible] máximo del camino fácil. [illegible] mos, al final, que amarla, como [illegible] gioso debe amar a sus disciplinas.

"El fervor patriótico [illegible] hombres a hacer [illegible] una milicia. No [illegible] tiene también milicias y [illegible] a su servicio".

La polémica [illegible] de Escrivá hacia Hitler [illegible] opiniones, pero hay [illegible] table: todos los [illegible] del O[illegible] ofrecieron voluntarios [illegible] sión Azul, a pelear al lado [illegible] contra la Unión Soviética.



Junto a un oficial del franquismo, tras volver a Madrid con las tropas [illegible] del general Francisco Franco, ya en ese momento aliado con el poder.

Abren logia masónica

LONDRES. (EFE).- Por primera vez en su historia la masonería inglesa está dispuesta a que sus reuniones sean conocidas por el gran público, al cumplirse este año el 275 aniversario de la creación de la Gran Logia de Inglaterra, informó dicha logia.

Con tal motivo, los medios de comunicación y un grupo escogido de mujeres podrán asistir a la reunión masónica que se celebrará el próximo mes de junio en Londres, anunció la logia.

En la misma reunión también se conmemorará el vigésimo quinto aniversario del nombramiento del duque de Kent, primo de la reina Isabel II, como "Gran Maestro" de la Gran Logia de Inglaterra, fundada en 1717.

logia, Michael Higham, está convencido de que la política de "puertas abiertas" que se aplicará en dicha reunión favorecerá el cambio de opinión de los ciudadanos que consideran la masonería como algo "oscuro".

La Gran Logia de Inglaterra espera la asistencia de más de 10.000 masones al acto central conmemorativo de su 275 aniversario, que tendrá lugar en el estadio londinense de Earls Court el próximo 10 de junio.

Por primera vez la masonería abre sus puertas a la prensa y permite recorrer

"Somos un grupo de hombres que pugnan por que principios democráticos, defendiéndolos en caso de

La Masonería se define como una asociación universal, científica, filosófica y progresista que agrupa a todos los seres humanos que se sienten unidos por el vínculo de la solidaridad, resultante de los principios de amor a la humanidad y a la verdad. En ello, no difieren sustancialmente con los preceptos de todas las religiones, pero declaran expresamente que en sus reuniones, nunca se habla ni de religión ni de política, por la razón de mantener la debida unidad. Proclaman enfáticamente que trabajan en todo el mundo para difundir y afirmar el liberalismo, en todas sus formas, contribuyendo con su esfuerzo, al mejoramiento de la Humanidad.

por Francisco González Hernández

■ Al penetrar por primera vez en la historia de la Masonería en el Uruguay, al Gran Templo de Oriente, sede de la Gran Logia, cumplimos con una larga aspiración que teníamos como periodistas de correr los espesos velos de una sociedad cerrada, que viene desde los tiempos de Salomón y del constructor del Templo, el arquitecto, o maestro, Hiram-Hiram.

Masón deriva de la lengua francesa antigua y quiere decir albañil, o constructor, y la logia, era el lugar donde se guardaban las herramientas, los planos y donde se discutían las técnicas constructivas, por tanto secretas y transmitidas oralmente de generación en generación. De allí parte entonces, toda la antigua tradición hermética que llega hasta nuestros días, y que ha tenido, como es lógico, una serie de transformaciones, derivaciones en ritos esotéricos iniciáticos, de los que no se habló porque así había sido acordado tácitamente en lo previo, por quien concertó la entrevista con el Gran Maestro de la Logia en el Uruguay.

Tampoco se permitió sacar fotos de las personas que muy amablemente nos recibieron y conversaron con nosotros en forma muy amplia.

En la Masonería la actividad se centra en la búsqueda de la verdad y, la exaltación de la razón, explicó el actual Gran Maestre Pedro Retamoso

MASONES ILUSTRES

Luego de penetrar en una pequeña sala de recibo -donde la austeridad es lo dominante, y el silencio impera- el Gran Maestre, único que se identificó, concurrió a recibirnos y a hacernos pasar al "Salón de las Voces Recuperadas". El capitán de navío, (r), Pedro Retamoso, electo recientemente, es una personalidad amable, sociable, casi lo contrario del austero militar que nos imaginamos. Con su período quedó inaugurado lo que en lo previo LA REPUBLICA había anunciado: un período de apertura y aggiornamento.

En efecto, nos dice Retamoso, la finalidad expresa de este acto, histórico por lo que significa la presencia de un medio de prensa en la Sede Masónica, es la de abrir al público la verdad interna. "No somos una sociedad secreta que mata gallinas y hace sacrificios", dice jocosamente el Gran Maestre, "sino un grupo de hombres que pugnan por que las instituciones del país se basen siempre en los principios democráticos, defendiéndolos en caso de peligro".

Situados en el centro del Salón de las Voces Recuperadas, un perfecto círculo rematado por una cúpula rodeada por 33 ventanas, que simbolizan los mismos grados de la masonería del Rito Escocés, las voces más tenues se oyen con toda claridad y resuenan en ecos prolongados que asombran. "Todo esto fue reconstruido por el Hermano arquitecto Villamajó, y en verdad no conocemos las técnicas que hacen esta maravilla, la de las voces" nos dice Retamoso.

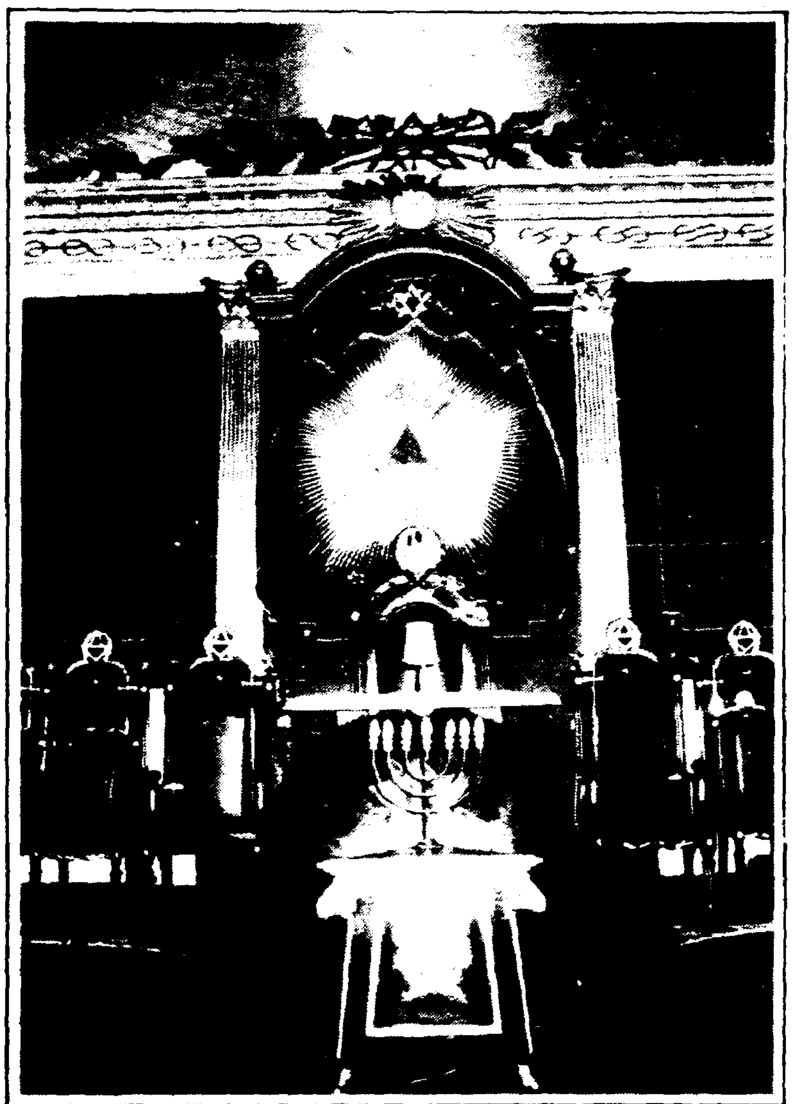
Pasando al Gran Hall que da lugar a la Sala de Ceremonias, fotos de todos los Grandes Maestres, con su atuendo ritual, cuelgan de las paredes y mármoles con frases de Garibaldi, y toda la Simbología ritual de la Orden.

Allí se advierten nombres de personas de diversas actividades en la vida del país. Pero en cuanto a la publicación de los nombres, "sólo de los que son historia", nos señala muy discretamente el Gran Maestre, y cumplimos con lo previamente convenido, respetando esa discreción.

Leandro Gómez, Oribe, Prudencio Ellauri, Pedro Figari, Presbítero Luis de la Peña, Brig. Enrique Martínez, Gral. Eugenio Garzón, Eduardo Acevedo, Duvimioso Terra, Andrés Lamas, Fermín Ferreira, Manuel Herrera y Obes, Pedro Visca, Santiago Vázquez, Gabriel Pereira", "y en realidad usted puede citar los nombres que figuran en el nomenclátor de casi todas las calles de Pocitos", nos dice sonriéndose otro de los miembros de la Directiva que nos acompaña en el recorrido por la Logia.

DISCRECION Y NO HERMETISMO

El C/N Pedro Retamoso, muy afablemente nos recusa cuando decimos



Cerrando la "U" de sillas se halla una especie de trono frente al cual una lámpara de siete luces indica la concesión de la palabra a los miembros participantes según su grado en la Orden.

que la Masonería es una sociedad hermética y expresa que "existe sí una tradicional discreción, que impide a todos los miembros divulgar, popularizándolos, los asuntos a estudio dentro de la Masonería, motivos de trabajo, signos y emblemas cuya alta significación simbólica, no puede ser revelada sino por la iniciación". Los signos a que se refiere, "permiten a los Hermanos reconocerse entre sí y ayudarse en toda la superficie de la tierra para fines nobles".

Pueden verse hornacinas donde medallas, símbolos, banderines, y ornamentos, enmarcadas por luces y guardadas del polvo por vitrinas, muestran la historia de la Orden Masónica; y documentos con firmas como las de Garibaldi y su hijo, y banderas que corresponden a otras Logias nacionales.

"En la masonería, la actividad se centra en la búsqueda de la Verdad, la exaltación de la Razón, el elogio y la práctica de la Virtud, y el deber de participar libremente en la expresión de la Soberanía", nos confiesa Retamoso. Y nos muestran una pequeña estatua de mármol desbastado que representa a un hombre. "Esta obra, realizada por un ilustre Hermano, Ramos Paz -lógicamente desaparecido ya, porque de no ser así se hubiera guardado el nombre-, que representa el Hombre que se busca a sí mismo, y a sus virtudes, despojándose de todos los defectos", nos apunta uno de los ambables interlocutores.

URUGUAY ES PIONERO EN LA MASONERIA Y CREADOR DE MASONERIA INTERAMERICANA

Una Gran Logia debe recibir el reconocimiento de otra similar para constituirse en dispensadora de reconocimientos a las logias nacionales y para poder tener actividad plena en el ámbito mundial. Retamoso nos confirma este extremo y nos dice que en el año 1856, Brasil otorgó la "Carta Patente". Pero, a su vez, al año siguiente, fue nuestro país el que extendió el reconocimiento a la Argentina y al Paraguay. Esto no es todo, sino que corresponde a nuestro país" el mérito de haber sido gestor de la Masonería Interamericana. "Hoy día tenemos 58 Grandes Logias en América Latina y ello fue posible a partir de la fundación lograda en Montevideo, en la conferencia de la Masonería realizada en el año 1947". Estas conferencia, según nos explica Retamoso, se realizan cada 3 años y en ellas los temas son mantenidos en "la más absoluta reserva", y elude aclarar nada al respecto, demostrando ser un hábil declarante, como se lo señalamos en forma expresa, y con ello provocamos la hilaridad de todos sus demás compañeros.

Pero en tanto esto sucedía, nuestro compañero Washington Rodríguez, no cejaba en tomar fotos de todo cuanto tenía a mano, sin que nadie le hiciera observación de ningún tipo, con lo que obtuvimos el valioso material gráfico que ofrecemos en esta nota.

EL PRIMER INICIADO URUGUAYO

La preciosa tradición que guardan los archivos de la Masonería, "hoy en plena recuperación y ordenamiento que demanda un enorme trabajo", indica que el Primer Iniciado, fue Miguel Furriol. Lo fue en el Regimiento Irlandés Nº 47, durante las invasiones inglesas. "Se guardan muy lindos recuerdos de los desfiles de las tropas inglesas por las calles del Montevideo antiguo", nos dice Retamoso.

"Y ha quedado muy claro que las tropas invasoras trajeron cosas y costumbres, que guardamos como verdaderas reliquias de nuestro pasado", señala El Gran Maestre.

Hoy día hay en todo el país 54 Logias, considerándose la Nº 1, la Logia Asilo de la Virtud.

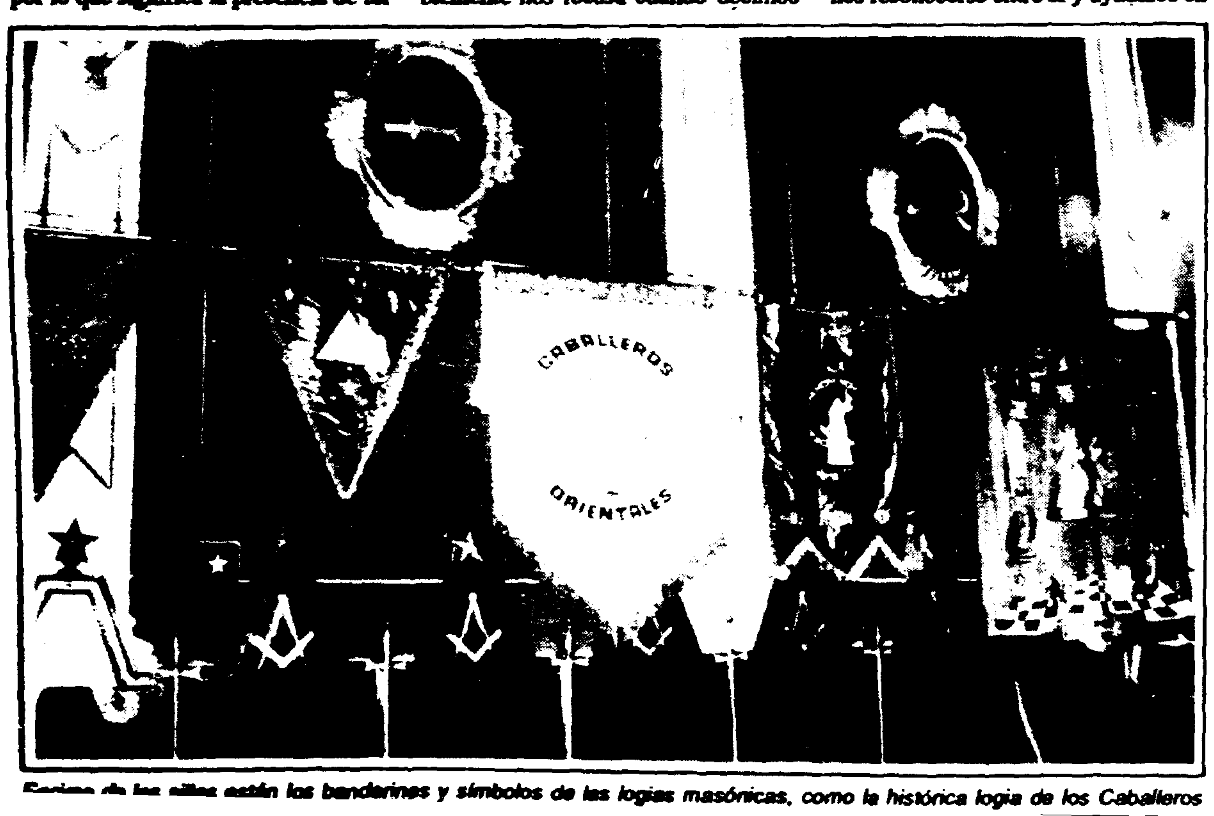
ARTIGAS PUDO SER MASON

Ante la revelación de que los grandes nombres de los Jefes revolucionarios de la Independencia, los pensadores del momento y la mayoría de los políticos, fueron masones, inquirimos si había constancia de que el Prócer José Artigas hubiera sido masón.

Nos dice Retamoso, y lo confirman todos los demás miembros presentes, que "en verdad no hay historia de ello. Pero sus pensamientos sí lo son -afirman todos-. Eran masones, sí, Félix de Azara, el Presbítero Larrañaga y otros de los ilustres secretarios de Artigas". Quedó flotando en el ambiente, por lo menos según nuestra impresión, la casi seguridad que algo debe haber en los archivos secretos de la Masonería del Uruguay que así lo indique, y entendemos que sería una forma de enriquecer el conocimiento general de la figura de Artigas, a veces olvidada, y darlo a la luz para las generaciones futuras.

EL GRAN TEMPLO

La entrada a la Logia principal estuvo en mitad del recorrido que realizamos en la visita a la Sede de la Masonería del Uruguay. Un enorme salón flanqueado por imponentes sillones tipo inglés, de alto respaldo ornado con molduras y tapizado de terciopelo rojo, teniendo en la parte posterior una espada con empuñadura de bronce en cruz, y encima de cada una de ellas, los pabellones y banderines de las diversas logias que tienen allí su asiento. Bordeando la puerta de acceso, dos grandes columnas que simbolizan "las Columnas del Templo de Salomón", en cada una de cuyas bases nos muestran y explican su simbología, se apoyan dos piedras", una rústica que representa al hombre con todos sus defectos, y la otra pulida, en forma de dado, que significa al hombre alcanzando la casi perfección



Encima de las sillas están los banderines y símbolos de las logias masónicas, como la histórica logia de los Caballeros

y fotografiar el interior de su sede principal

las instituciones del país se basen siempre peligro", afirmó el Gran Maestre Pedro Ret

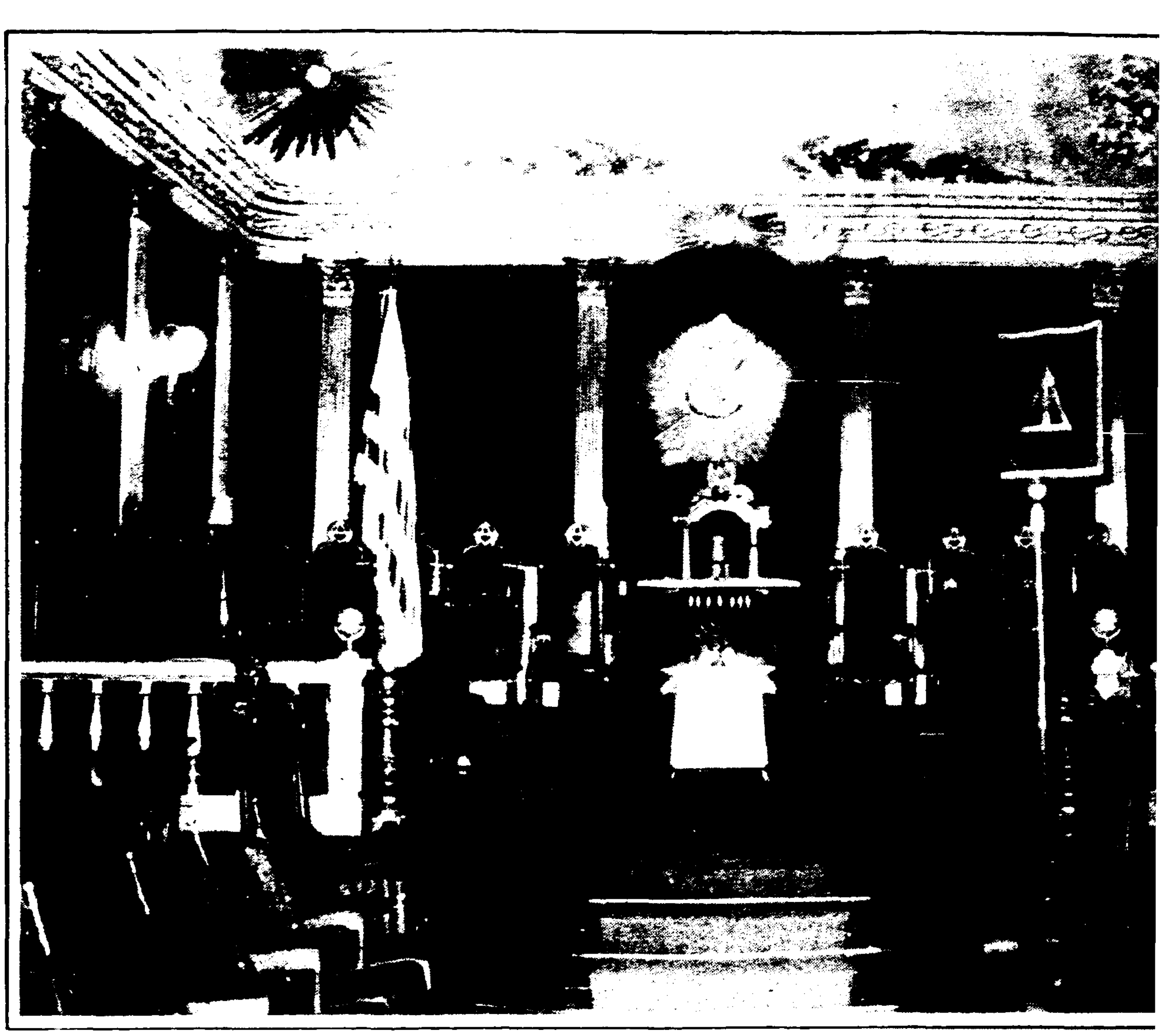
por el libre ejercicio de las virtudes que nosotros los masones practicamos en el servicio al ideario que nos guía y al hombre y a la sociedad que integramos", afirman unos y otros de los integrantes de la Directiva que nos acompañan.

El cielo raso, pintado con estrellas y signos del Zodíaco, de color celeste, representa el Universo.

Cerrando la "U" de sillas, colocadas como en escalones contra la pared, frente a la puerta de acceso, hay como un trono frente al cual una lámpara de siete luces, como la Menorah de las celebraciones judías, indica la concesión de la palabra a los miembros participantes, según su Grado en la Orden. Pero las explicaciones sobre las ceremonias y rituales, quedan apenas en intento, porque no nos son dadas y preferimos guardar el compromiso de no profundizar en estas indagaciones.

En el piso, baldosas de 15 X 15, en blanco y negro" muestran simbólicamente lo malo y lo bueno, la luz y la oscuridad, la bipolaridad global del mundo y del ser humano", explica Retamoso.

Sobre el "ara" o altar, la Biblia abierta concreta en forma fehaciente la procedencia de la Orden que, según los historiadores conocidos, como ya dijimos, tiene su nacimiento con Salomón, a la vez que confirma la voluntad de los Hermanos en el cumplimiento de la Palabra.



Un enorme salón flanqueado por imponentes sillas de tipo inglés de alto respaldo ornado con molduras y tapizado de terciopelo roja, empuñadura de bronce en cruz sirve de lugar de reuniones.

OTRAS LOGIAS EN EL INTERIOR

Si bien no fueron muy explícitos sobre la enumeración de las Logias existentes en el resto del país, Retamoso nos indica que a partir de que todos los Constituyentes de 1830 eran masones, la práctica y la formación de las logias masónicas en todo el Uruguay, se fueron extendiendo. Nos citó que en Artigas funciona la Logia Osiris la de Santa Rosa de Lima en Tacuarembó y en Salto, la logia Hirán. Esta logia, como ninguna otra en el país, mantiene una Escuela benéfica, la Escuela Unión Julio Bastos, que atiende a niños de escasos recursos.

"No hay datos que permitan confirmar que Artigas fue masón, pero todos sus pensamientos lo son"

"La Masonería ha acompañado toda la vida del país, desde las revoluciones", nos dice Retamoso, que confirma que esta actividad se entronca en la Revolución Francesa con las simbólicas palabras de "Libetad - Igualdad - Fraternidad", que enmarcan el triángulo inaugural que ostenta el pórtico de entrada de la vieja casona de la calle Duvimioso Terra y Ana Monterroso de Lavalleja, sede de la Gran Logia del Uruguay.

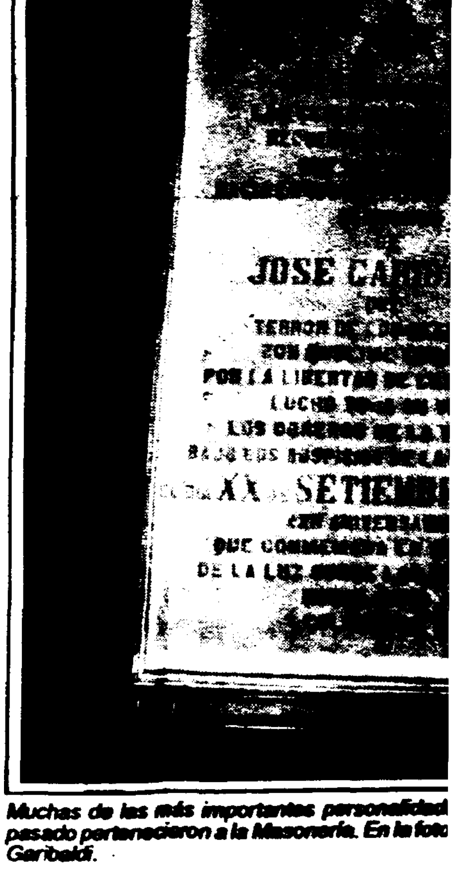
"No tenemos un pensamiento monolítico, ni nos consideramos conservadores", afirma Retamoso al responder a un requerimiento concreto sobre las continuadas reformas que en nuestra sociedad y en el mundo se operan vertiginosamente.

"Y por ello nos abrimos hoy para mostrarnos como somos en realidad: hombres unidos en fraternidad para la Unión y la Armonía, que no satisface el pequeño interés partidista o particular, sino el superior general del país y de la Humanidad".

Un órgano ubicado al lado de uno de los salones despierta la curiosidad sobre el tipo de música que allí se ejecuta. "Hoy es la música de Mozart la que nos envuelve -confía con sonrisas El Gran Maestre- pero también Beethoven y Haydn, porque todos ellos también eran



Una vista de conjunto del gran salón de reuniones. El Gran Maestre explica que el cielo raso pintado con estrellas y signos del zodíaco, de color celeste, representa el Universo, y que las baldosas en blanco y negro muestran simbólicamente lo malo y lo bueno, la luz y la oscuridad, la bipolaridad global del mundo y el ser humano.



Muchas de las más importantes personalidad pasado pertenecieron a la Masonería. En la foto Garibaldi.

Jueves 23 de abril de 1992 **La República**

Mientras la investigación en Italia por quiebra del banco

Castiglioni dice una carpeta del

El inspector retirado, Víctor Castiglioni, ex director de Inteligencia de la Policía, quien condujo un allanamiento a la casa de Licio Gelli en 1981, reveló a LA REPUBLICA detalles de la única investigación a la que fue sometido el principal de la logia secreta Propaganda Dos en Uruguay. Cuando la investigación judicial en Italia - luego de procesar a Gelli a más de 18 años de prisión - giró ayer hacia el Vaticano, Castiglioni reveló que en la casa del gran maestro de la P-2 había una carpeta del pequeño Estado. En otra se archivaban originales de las fichas de inscripción a la P-2 de altos funcionarios del gobierno y de las Fuerzas Armadas italianas. Las vinculaciones con José López Rega y Juan Perón y su confesión de que nunca supo por qué las autoridades uruguayas de la época detuvieron la investigación, figuran en los siguientes tramos de un extenso reportaje con el otrora "hombre fuerte" de la policía uruguaya.

—¿Cómo es que usted decide hacer el allanamiento a la casa de Gelli? ¿Por qué razón?

—Hay dos causas. La primera era la abundante información cablegráfica llegada a nuestro país sobre las actividades de la logia P-2 y Licio Gelli en Italia. En esas informaciones se decía que, en opinión de las autoridades italianas, las actividades de esta logia ponían en peligro la seguridad del Estado italiano. Luego, podíamos deducir que acá en el Uruguay la presencia de Gelli, quien tenía residencia legal no permanente, también podía, de alguna manera, perjudicar al gobierno uruguayo. Concomitantemente, recibo una comunicación de Interpol- Uruguay con un pedido de captura internacional, librado por la Secretaría General de Interpol con respecto a Licio Gelli. El informe llegó a la Dirección Nacional de Información e Inteligencia porque nosotros controlábamos el puerto y el aeropuerto. En base a esos dos hechos me presento ante el señor ministro del Interior que era en esa época el general (Yamandú) Trinidad, ahora fallecido, le planteo el caso y le sugiero la conveniencia de realizar un allanamiento en la dirección que, en esa información, se daba como domicilio de Gelli acá en Montevideo. Y así fue que realicé el allanamiento en la calle Ferrari (en Carrasco). En esa oportunidad fui acompañado por dos oficiales de la DNI. Gelli padre no estaba y supongo que tampoco se encontraba en el Uruguay. Estaba, en cambio, su hijo Mauricio y la esposa. En medio de una prolija búsqueda se encontraron dos lugares ocultos. Uno de ellos era un cofre empotrado en una pared de la biblioteca, detrás de un cuadro, en el que se encontraon 3 o 4 alhajas que para nosotros no tenían ningún valor del punto de vista de la investigación que estábamos realizando. En cambio encontramos en una habitación pequeña contigua al dormitorio de Gelli —que evidentemente cumplía las funciones de vestidor y cuya puerta había sido muy hábilmente disimulada con una lambrís que cubría todas las paredes del dormitorio— alrededor de 500 carpetas con documentación. Inmediatamente informé de esta novedad al ministro quien me dio la orden de fotocopiarlas y devolverlas a Gelli hijo. Este trabajo de fotocopiado se hizo en la DNI. Realizamos varios viajes con valijas llenas de material en compañía del propio Gelli (h) o de alguno de sus dos abogados que lo estaban asistiendo en ese momento. Así fue como fotocopiamos todo el material. Eran unas 15.000 hojas de fotocopia que se encarpetaron y se entregaron lacradas y selladas en la Jefatura de Policía de Montevideo. Después nunca más supe el destino que se le había dado a esas carpetas y tampoco tuve, nunca más, injerencia en el caso. Un mes después de eso fui trasladado al Ministerio del Interior y durante mucho tiempo me desinteresé del tema hasta que un día, estando ya en retiro, a fines del '85 o principios del '86, leí en la prensa —creo que en un diario de izquierda— una información que era muy grave e incluso lesiva para mí, porque se recogía alguna información que andaba por ahí de que se habrían pago 5 millones de dólares para conseguir esa documentación incautada a Licio Gelli. El Ministerio del Interior de esa época, a través del doctor Baroffio, informó a la prensa que se había dispuesto realizar una investigación sobre el tema, sobre el lugar de la localización actual de esa documentación y que la investigación se le había encargado al entonces director de la DNI. Durante una semana intenté infructuosamente comunicarme con ese colega y me eludió sistemáticamente porque yo pensé que él muy poco iba a poder informar de ese tema porque el procedimiento lo había hecho yo y quería tener la oportunidad de decir cómo habían sido las cosas. Después de esa semana, nuevamente aparece el doctor Baroffio ante la prensa, muy suelto de cuerpo, diciendo una falsedad muy grande: que la investigación se había "topeado", que se había entorpecido, por el fallecimiento de dos generales, el general Trinidad y el general (Amaury) Prantl. El general Prantl había pasado a retiro 2 o 3 años antes de estos acontecimientos y por lo tanto nada, absolutamente nada, había tenido que ver con ellos. Además le expresé al doctor Baroffio que había otras personas que podían aportar información porque yo, en verdad, no se las entregué al general Trinidad sino que las entregué en la Jefatura de Policía de Montevideo. Debido a esa información, que se había entregado una suma muy importante en dólares para obtener las carpetas, le solicité al doctor Baroffio que se me formara Tribunal de Honor para que, por esa vía, se aclararan en forma fehaciente todos los detalles de este procedimiento. El doctor Baroffio me dijo que de ninguna manera se me iba a formar Tribunal de Honor porque ellos conocían perfectamente todo lo que había pasado y que no estaba afectada mi conducta.

—¿Cuántas carpetas incautó usted en la casa de Gelli?

—El número de las carpetas no sé; sí sé que había un índice de las carpetas que alcanzaba entre las 400 y 500. Junto al número de la carpeta había un nombre, un distintivo del contenido de las carpetas.

— Había alguna información, incluso manejada por nuestro corresponsal, de que algunas de esas carpetas contenían el nombre de militares del proceso...

—No. En las carpetas que vi no había absolutamente nada de eso. Ni de militares uruguayos ni de personalidades del gobierno uruguayo. Pero, como Gelli era un hombre que fundamentalmente fungía, acá en nuestro país, como diplomático argentino, ya que había sido acreditado como agregado cultural en la Embajada argentina en Italia, es posible que en esa calidad hubiera tenido algún contacto. Pero en las carpetas no encontré nada sobre eso.

— Sobre Perón...

—Sí, sí. Sobre Argentina había abundante documentación. No puedo dar muchos detalles pero, por ejemplo, había una correspondencia fluida con López Rega, con el almirante Massera, con Villone, creo que también con Suárez Mason. Ahí, Gelli hacía gala de una influencia notoria, sugiriendo, incluso, algunos destinos...

—Ahora, el hecho de que usted dice que no había militares uruguayos, no quiere decir que en la parte que usted no alcanzó a revisar puedan haber estado mencionados...

—Tuve la oportunidad de ojear las carpetas nada más. Pero le repito que no encontré nada vinculado a las actividades de Gelli en el Uruguay, salvo la propiedad de dos o tres empresas inmobiliarias. De una de ellas recuerdo el nombre, Cachorro S.A., una estancia en Florida y nada más. Lo que puede ocurrir también es que muchas de sus actividades se realizaran a través de su testaferro que era Ortolani. Al cual nosotros no llegamos ni nunca lo molestamos.

— ¿Nunca hubo un procedimiento referido a Ortolani?

—No, no había razón para ello. No había ningún cargo contra él ni ninguna sospecha.

— No lo vinculaban con Gelli...

—Sí, lo vinculaban. Pero lo que pasa es que Gelli, acá, no había cometido ninguna acción delictuosa. Lo único que había era el pedido de captura de Gelli.

—En el contenido de las carpetas, ¿había documentación que relacionaba a la logia P-2 con altas autoridades de gobierno italiano? Concretamente el acta de adhesión de estas personas a la logia.

— Había algunos formularios que me llamaron la atención porque mencionaban a algunas personas, [illegible] políticos, no recuerdo el nombre de ninguno... Después, reflexionando, creo que pueden haber sido formularios de adhesión a la logia. Esas no eran copias sino originales.

— Si usted hubiese encontrado alguna carpeta que vinculase a militares uruguayos con Gelli, ¿qué podría haber hecho?

— Yo estaba sometido a disciplina. Lo primero que hubiera hecho era informar a mis superiores...

- Que también eran militares...

—Sí, podían no haber sido. En algún momento el ministro del Interior no era militar... el subsecretario era civil...

—¿Usted entregó las carpetas directamente a Trinidad?

—No. Yo las entregué en la Jefatura de Policía de Montevi-

Ambrosiano giró hacia el Papa, revelan a LA REPUBLICA detalles del poder de la logia P-2

que Gelli tenía en Uruguay Vaticano entre otras 500

deo.

—¿Directamente al jefe de Policía?

—Yo, la orden que recibí fue de depositarlas en una habitación especial de Jefatura, de acceso reservado. Ni las entregué yo: las llevó un comisario y allí se depositaron

—¿Qué pasó con la investigación?

—No lo sé. Eso se escapó de mis manos...

—En las carpetas ¿figuraba el nombre de Juan Pablo II?

—No, no lo recuerdo. Le diría que no, casi con toda seguridad

—¿Y del Vaticano?

—Es probable. Es probable que hubiera una carpeta con el nombre Vaticano (...).

—La carpeta referida al Banco Ambrosiano ¿era muy voluminosa?

—Sí, sí lo era. Yo no la leí enteramente porque se requería un dominio del idioma italiano que yo no tengo...

—¿Qué tipo de información contenía? Financiera, política...

—Recuerdo algo referido a la compra de unos diarios (empresas periodísticas) pero, en mi opinión, yo estoy acostumbrado a manejar legajos de Inteligencia, no era propiamente una información clasificada. Era correspondencia que él mantenía con distintas personas...

—¿Había información referida a Calvi?

—Es probable que hubiera una carpeta con el nombre Calvi...

—¿Se mencionaba a Paul Marcinkus?

—No. Es probable que estuviera mencionado en la carpeta "Vaticano". Pero mire que había carpetas cuya información era nada. Había una titulada C.I.A que no contenía nada... Había una carta muy curiosa de López Rega, después de haber huido de la Argentina y se encontraba en la clandestinidad por el mundo, en la que le llamaba "caro hermano" y le imploraba, uno se imagina poco menos que en llanto, ayuda. Necesitaba documentos falsos y dinero y no sé qué otra clase de apoyo...

—¿Usted habló con Gelli?

—Personalmente no. Hablé por teléfono poco después de que se incautara la documentación... También se comunicó conmigo el primer secretario de la Embajada italiana quien se interesó por el asunto de una manera muy correcta... el señor Alabastro. Me dijo que la captura de Gelli estaba sin efecto pero yo le dije que a mí no me había llegado nada de eso..

—Después de ese contacto telefónico ¿nunca más volvió a hablar con Gelli?

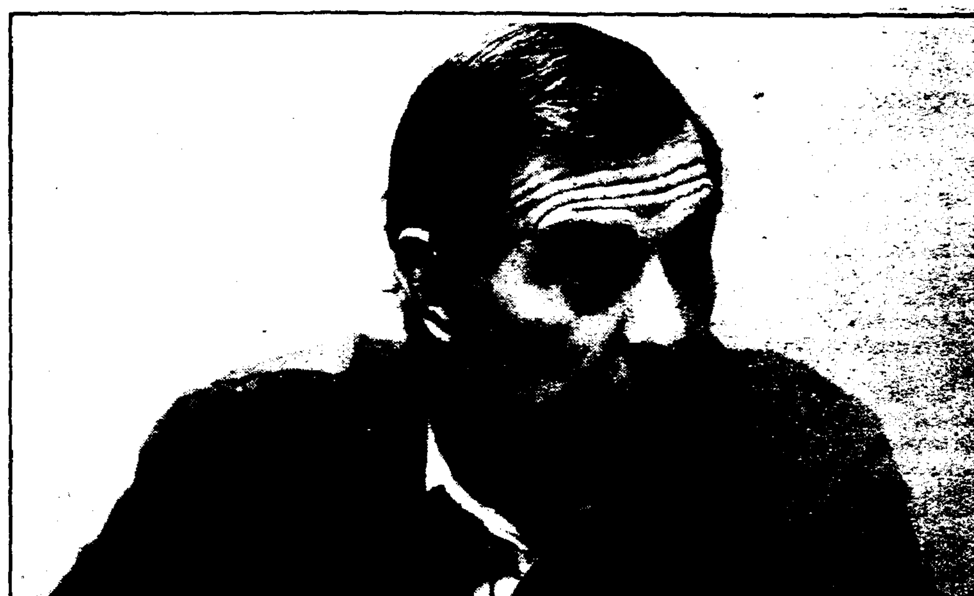
—No. Nunca más, tampoco con el hijo

—A usted le consta que Gelli después haya retornado a Uruguay

—Nosotros teníamos una lista con las entradas y salidas de él del Uruguay. Después yo no supe más nada...

—¿Por qué se para la investigación?

—No lo sé, en absoluto. Esa misma pregunta me la hago yo...



Inspector retirado Víctor Castiglioni se ha convertido, 10 años después, en [illegible] directamente vinculado a la investigación sobre Gelli en Uruguay, que [illegible] [illegible] gación. Hoy se pregunta por qué los militares detuvieron la investigación.

62

9204162

CONDENAS POR BANCO AMBROSIANO ABREN PISTA DE LA LOGIA P-2

E traía de apoyos financieros a gobiernos militares

ROMA. (EFE).- Tina Anselmi, ex presidenta de la Comisión Parlamentaria que decretó la ilegalidad de la Logia Masónica P2 de Licio Gelli, declaró el jueves que la condena de los procesados por la quiebra del Viejo Banco Ambrosiano ayudará a develar puntos oscuros de la financiación de regímenes militares en Sudamérica.

La ex diputada democristiana afirmó que "es difícil todavía hoy asegurar que el núcleo vital del "crack' fraudulento del Viejo Ambrosiano se vincula directamente con el de la P2, pero sí se puede decir que ambos fueron de la mano, y que la pista para terminar de aclarar uno y otro no se detiene en Italia sino que llega hasta Sudamérica".

Según Tina Anselmi, "el dinero del Ambrosiano de Roberto Calvi tuvo importantes destinatarios en Sudamérica", donde sirvió para financiar a los regímenes militares que dominaron la región desde comienzos de la década de los años setenta hasta la mitad de los años ochenta.

El Tribunal de primera instancia de Milán acogió el jueves, después de una semana de deliberaciones, la tesis del fiscal Pier Luigi dell'Osso, y condenó a penas que varían de 5 a 19 años de cárcel a los 33 procesados por la quiebra fraudulenta de la que fuera la mayor institución italiana de crédito privado, el Viejo Banco Ambrosiano (VBA) presidido por Roberto Calvi, asesinado en Londres en junio de 1982.

El proceso se desarrolló a lo largo de 199 audiencias que comenzaron el 29 de mayo de 1990.

Licio Gelli, acusado en todos los procesos celebrados en Italia para esclarecer los atentados terroristas de matriz fascista que asolaron al país entre finales de los años setenta y mediados de los ochenta (entre ellos el de la estación ferroviaria de Bolonia, que el 2 de agosto de 1980 causó 85 muertos y 200 heridos), consiguió hasta ahora no responder a la Justicia.

Ello fue debido a que la extradición que concedieron las autoridades suizas sólo contemplaba el proceso que acaba de concluir en Milán.

El ex Maestro Venerable de la Logia Masónica Propaganda 2 ha sido condenado por el Tribunal milanés de primera instancia a 18 años y 6 meses de cárcel, como "beneficiario" de las operaciones financieras ilícitas del VBA.

Gelli, que había sido detenido y encarcelado en Ginebra, consiguió huir de la cárcel de Champ Dollón en 1983, un día antes de que comenzara la vista de su proceso; dos años más tarde se entregó a las autoridades suizas, después de que sus abogados se aseguraran de que no sería entregado a la justicia italiana.

Italia consiguió la extradición pero sólo a cambio de que no fuera juzgado por los actos de terrorismo y [illegible] sistema democrático, sino solamente por su [illegible] con Roberto Calvi.

La conexión entre el VBA de Calvi, el Instituto para las Obras de Religión (IOR, Banco Vaticano), entonces presidido por monseñor Paul Marcinkus, y la P2 de Gelli, [illegible] la Comisión Parlamentaria presidida por [illegible] investigó las actividades de la Logia Masónica, [illegible] afiliados se hizo pública en uno de los mayores [illegible] políticos que se vivieron en Italia.

El "escándalo P2" costó a la Democracia Cristiana [illegible] de la presidencia del Gobierno por primera vez [illegible] la República: en marzo de 1981, Arnaldo Forlani, [illegible] presidente del Consejo (y hoy secretario general de la [illegible]) admitió haber ocultado al Parlamento, durante tres meses, la lista que probaba la vinculación de los vértices de la [illegible] política, económica, de servicios secretos y social del país con la logia de Gelli.

Forlani cedió el Gobierno a Giovanni Spadolini, entonces secretario general del Partido Republicano y hoy presidente del Senado, que formó un Consejo de Ministros con el objetivo de realizar un "saneamiento moral" del país.

La Comisión presidida por Tina Anselmi se [illegible] período, y consiguió establecer -después que se [illegible] segundo archivo, con una segunda lista de afiliados, [illegible] las casas que Gelli poseía en Uruguay- las relaciones [illegible] banco que fuera de Calvi y diversas instituciones [illegible] de crédito establecidas en América latina [illegible] países del Cono Sur y en islas del Caribe [illegible] fiscales").

"El Viejo Ambrosiano y el "Corriere della Sera" [illegible] milanés entonces "infiltrado" por la P2 a [illegible] administrador delegado, Bruno Tassan Din, hoy [illegible] el Tribunal de Milán a 14 años de cárcel) son los dos [illegible] sobre los que trabajó la Comisión parlamentaria", dijo Tina Anselmi.

Añadió que "apenas tuvimos en las manos las listas de la P2 comprendimos que éstas eran las dos pistas que teníamos que seguir para desentrañar la historia" más complicada "de la vida republicana del país".

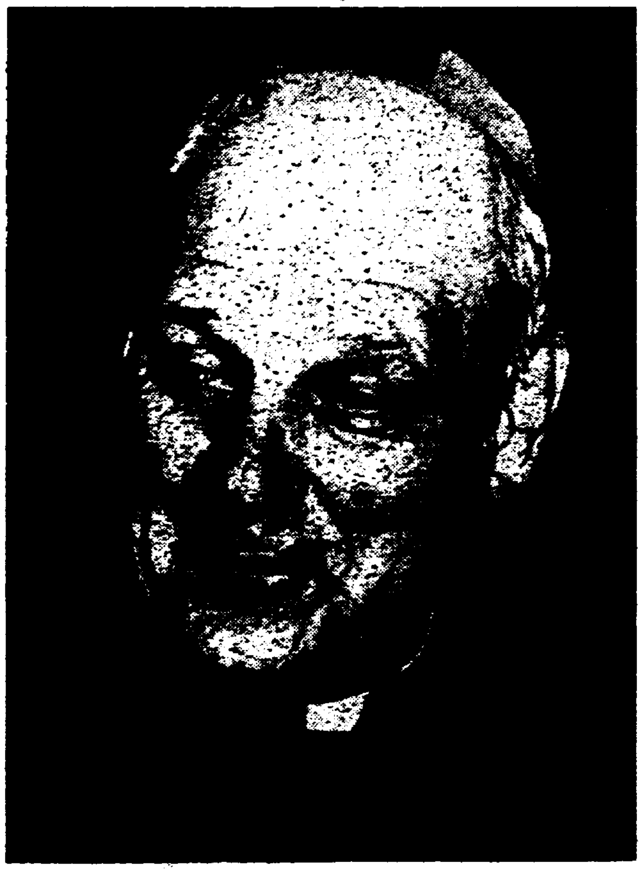
La ex diputada democristiana agregó que "fue evidente, de inmediato, la naturaleza política e internacional de ambas pistas".

Los 33 condenados, entre ellos Umberto Ortolani (mano derecha de Gelli, 19 años de cárcel), todo el Consejo de Administración del VBA -incluyendo a Carlo De Benedetti, hoy presidente de la "Olivetti" y entonces vicepresidente durante dos meses del banco de Calvi, y a Giuseppe Ciarrapico, presidente de las aguas "Fiuggi", pero sobre todo amigo personal del presidente del Gobierno, Giulio Andreotti, apelaron la sentencia.

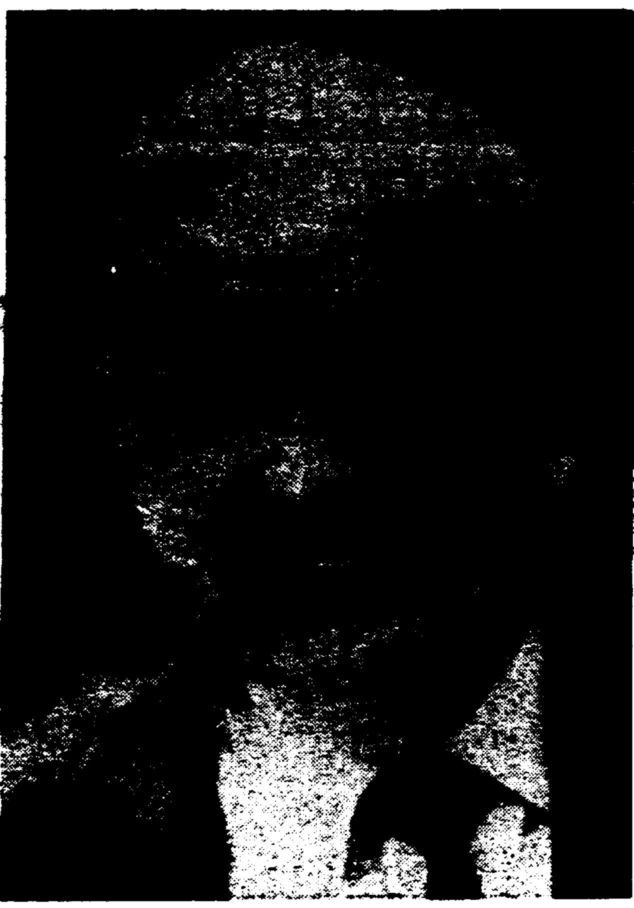
Ninguna de las penas fijadas por el Tribunal de Milán será efectiva hasta que no se celebre la apelación.

A UNA DECADA DEL ESCANDALO QUE INVOLUCRO AL VATICANO Y A LA LOGIA MASONICA "P-2"

Resurge el caso del Banco Ambrosiano: dictan prisión al presidente de Olivetti



Monseñor Paul Marcinkus: el ex hombre fuerte de las finanzas vaticanas.



Licio Gelli: fundador y líder de la Logia Masónica "P-2".

El presidente del grupo Olivetti, Carlo De Benedetti, fue condenado a seis años y cuatro meses de prisión por una corte de Milán que lo halló involucrado en una estafa vinculada con la mayor quiebra bancaria de Italia, la del Viejo Banco Ambrosiano (VBA). Los medios económicos italianos expresaron desconcierto ante este pronunciamiento contra De Benedetti, quien renunció como vicepresidente del VBA pocos meses antes de su quiebra. Desde el inicio del proceso, en 1990, los jueces de Milán dictaron 33 sentencias contra funcionarios y hombres de negocios conectados con la quiebra del banco, que dejó deudas del orden de los 1.000 millones de dólares.

MILAN, 17 (ANSA, AFP, EFE y Reuter). — La condena del industrial italiano Carlo De Benedetti a seis años y cuatro meses de prisión por un tribunal de Milán en relación con la quiebra del Banco Ambrosiano de Roberto Calvi —la más grande y escandalosa quiebra en la historia de Italia— suscitó desconcierto hoy entre la clase económica italiana.

"No hay nada que no volvería a hacer, aparte, tal vez, de entrar en el Banco Ambrosiano", declaró De Benedetti, presidente del grupo Olivetti, al comentar la sentencia de los jueces de Milán durante una conferencia de prensa.

De Benedetti, 57 años, es también presidente y mayor accionista del grupo editorial L'Espresso, que publica una cadena de diarios y revistas, entre ellos el matutino La Repubblica, uno de los más difundidos del país.

Para el industrial de la informática italiana, "fue un error haber entrado en el banco desde el punto de vista empresarial". Pero consideró "sorprendente" la condena a seis años y cuatro meses de prisión, que fue inmediatamente apelada por sus abogados.

De Benedetti no corre el riesgo de ir a la cárcel a menos que la condena sea mantenida tanto por la Corte de Apelaciones como por la Corte Suprema. Ese proceso probablemente demandará varios años, según dijeron fiscales que participan en el caso.

"No he perdido la serenidad", reiteró De Benedetti, "ya que tengo la convicción de haber actuado correctamente, con transparencia y determinación."

[illegible] ... país— [illegible] ... cionario y renunciar en enero de 1982.

El banco cerró sus puertas en agosto de ese año, con deudas de 1.000 millones de dólares.

El empresario aseguró en la conferencia de prensa que no era cierto que había cobrado una diferencia de 25 millones de dólares cuando renunció al cargo de vicepresidente.

Insistió en que ni él ni sus empresas ganaron "una sola lira" con su entrada al Banco Ambrosiano. "Cuando llegué —a fines de 1981— invertí 60 millones de dólares, y cuando debí irme recuperé 67 millones de dólares", afirmó.

De Benedetti, quien dijo haber recibido la solidaridad de empresarios y personalidades de Italia, Francia, España y el Brasil, dijo además que "en todo momento cumplí con mi deber y denuncié la existencia de irregularidades, pero no pude llevar a cabo mi tarea porque me encontré frente a un muro de goma".

"Se trata de una sentencia incomprensible", agregó el abogado del empresario, [illegible], al subrayar que no existen "hechos [illegible]" contra su cliente, quien fue el [illegible] denunciar públicamente las irregularidades [illegible] la gestión del presidente del banco, Roberto Calvi. Calvi fue encontrado ahorcado sobre un puente de Londres en 1982.

Fue justamente la quiebra y el [illegible] de más de 1.000 millones de dólares [illegible] el desmoronamiento de uno de los [illegible] y más poderosos bancos de Italia en 1982 lo que llevó a los jueces de Milán a decretar 33 sentencias de condena a hombres de negocios, funcionarios bancarios y [illegible] personajes de la vida financiera italiana.

Es el caso del jefe de la Logia Masónica Propaganda 2 (P2), Licio Gelli, y su asesor Umberto Ortolani, quienes fueron condenados a penas muy severas que van de 18 a 19 años de cárcel cada uno por bancarrota y fraude.

♦ **Concesiones**

El proceso se desarrolló a lo largo de [illegible] audiencias que comenzaron el 29 de [illegible].

Licio Gelli, acusado en todos los procesos realizados en Italia para esclarecer los atentados terroristas de matriz fascista que [illegible] el país entre finales de los años setenta y [illegible] de los ochenta —entre ellos el de la estación ferroviaria de Bolonia, que el 2 de agosto de 1980 causó 85 muertos y 200 heridos—, [illegible] hasta ahora escaparle a la Justicia.

Esto se debe a que la extradición que [illegible] dieron las autoridades [illegible] [illegible]

[illegible] la vista de su [illegible] tarde se entregó a las autoridades [illegible] pués de que sus abogados se [illegible] no sería entregado a la Justicia italiana.

Italia consiguió finalmente su extradición, pero sólo a cambio de que no fuera juzgado por los actos de terrorismo y desestabilización del sistema democrático, sino únicamente por su vinculación con Roberto Calvi.

La conexión entre el Banco Ambrosiano de Calvi, el Instituto para las Obras de Religión (IOR, Banca Vaticana), entonces presidido por el monseñor Paul Marcinkus, y la P2 [illegible] fue establecida por la Comisión Parlamentaria presidida por Tina Anselmi, que investigó las actividades de la Logia Masónica, cuya lista de afiliados se hizo pública en uno de los mayores escándalos políticos que se vivieron en Italia.

04-04

9204163

MEMORANDUM INTERNO No.028/92

Montevideo, 8 de Mayo de 1992.-

ACTO EN LOCAL CENTRAL POR ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE RAUL SENDIC

Unico Orador: Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO.

"Bueno Cros. vaya nuestro saludo en primer lugar a los cros. integrantes de otras organizaciones politicas hermanas que están aquí presentes, en segundo lugar a los cros. que no pueden estar en este acto, también a los que nos están escuchando por la radio y no han podido venir y muy en especial a los cros. que en este momento están en lucha, también a todos Uds.

Hace ya tres años y unos poquitos dias, un poco antes de que muriera Raúl nos sucedió una cosa muy amarga, muy triste, pero también muy cargada de significado, nosotros en aquel entonces eramos directores de Mate Amargo sabiamos bien la enfermedad de Raúl, éramos de los pocos que sabiamos, ello no habia cobrado estado público transcurrian aquellos meses iniciales de 1989, todos Uds. y muchos más estábamos en la calle militando por el Referéndum que se aproximaba que era inminente ya estaba fijada la fecha de aquel Referéndum contra la impunidad y nuestros cros. médicos que habia tratado como un problema politico y un problema humano la enfermedad de Raúl, entre otras cosas habian dicho que el dia que Raúl tuviera dificultades para hablar más de las que ya tenia normalmente por su herida de bala, el dia que tuviera dificultades serias ese dia nos íbamos a enterar de ese sintoma y ese sintoma implicaba que la enfermedad de Raúl habia llegado a su punto culminante y Raúl estaba con las horas contadas, nosotros nos comunicábamos con él por teléfono normalmente durante aquellos dias y un dia aciago, no nos pudo atender y Xenia nos dijo desde Paris que Raúl tenia dificultades para hablar, sabiamos entonces que la sentencia de muerte estaba definitivamente dictada, y le pedimos por que faltaban pocos dias para el referéndum y sentiamos que esa nueva muerte ese nuevo cro. que iba a caer pocos dias antes que se definiera por si o por no la impunidad de los responsables, iba a caer y aquella muerte no iba a golpear sobre la impunidad de los culpables no iba a poder ser fuertemente acreditada a favor de la lucha del pueblo, y entonces le dijimos a Raúl por que nos estaba escuchando,

si nos permitía comunicarle a la opinión pública su estado de salud, nosotros con Raúl estábamos acostumbrados a hablar de forma muy dura en momentos muy duros por que si fuera con otra persona esta conversación hubiera sido de dos grandes insensibilidades, pero pasamos juntos momentos muy duros y estamos acostumbrados a hablar con crudeza de nuestra propia vida y de nuestra propia muerte.
Cros. nosotros estábamos preguntando a Raúl y él lo sabía , si podíamos utilizar su muerte, ¡entiendan bien cros.!, utilizar su muerte, para que la opinión pública conociera una nueva caída un nuevo mártir a pocas horas de que los brigadistas que juntaban votos a esa altura contra la ley de impunidad terminaran su faena; para que esa noticia sirviera para retemplar los ánimos y golpeara contra el corazón de los responsables de tanta desgracia.
Y Raúl que tenía muchas dificultades para hablar, pidió el teléfono y me dijo que yo hiciera lo que quisiera, que sí, y nos despedimos hasta siempre; después salió el parte médico en Mate Amargo y nuestra columna refiriéndonos a ese tema, como si fuera un símbolo todo esto de todo lo que pasó, pasó el 16 de abril del 89' perdimos dando una gran batalla, en la que él de ese modo también participó, y quizo participar, y pocos días después se murió, y lo trajimos y aquí lo velamos yo les cuento esto que es amargo, no me gustaría empezar todos los discursos de esta manera porque para nosotros los Tupamaros, el 22 de diciembre de todos los años, desde que cayó Carlos Flores y poco después Mario Robaina, se fue transformando a lo largo de esta cantidad de años en el día del cro. caído.
El 8 de Octubre, y esto tampoco lo decretó nadie lo decretó la vida, se fue transformando para todos los tupamaros no en el día de los caídos verdad , el día de Pando, del Che Guevara, de la muerte de cros. muy jóvenes, es para nosotros como el día de la generosidad militante, el día de la entrega total que no es sólo la de la vida si no la de la pureza en las ideas por causa justas y causas populares, no es para nosotros verdad el día de los cros. caídos, tiene otro significado para nosotros el día 8 de octubre.
Y bien cros. el 28 de abril también sin que nadie lo hubiera decretado no es para nosotros el día de los caídos aunque ese día murió un cro. el más grande de todos nosotros , no es tampoco el día

de la generosidad de los que luchan con pureza, si no que es desde hace 3 anos el dia de los que luchan, el dia de los que están en combate, y yo digo por que milagro de las cosas es que suceden estos fenómenos ,verdad, del sentimiento del corazón y también de la razón, si un dia nadie luchara en este pais Raúl se quedaria sin homenaje aunque tuviera mil estatuas en bronce en este pais aunque se hubiera hecho la revolución, si ese dia no lucharan, también él no tendria un homenaje (aplausos).

Y si tuviera mil estatuas de bronce estoy seguro que nosotros saldriamos a derribar esas estatuas de bronce, porque serian un pésimo homenaje a Sendic, (aplausos), hace pocos dias el 1º de Mayo resonó, vino resonando desde allá, desde aquellos pagos que fueron de él una consigna "Arriba los que luchan", y resonó fuerte en el corazón de la Patria, me faltó saludar en este acto que fue previsto para antes del 1º de Mayo saludar unos dia después a ese hermoso 1º de Mayo de lucha ,de combate, de grandeza y a los actos de lucha que hubo ese 1º de Mayo, un 1º de Mayo sin cordones frente a la División de Ejército I, como desde hace mucho tiempo, sin cordones frente a las Comisarias y con un minuto de silencio que nunca se hizo frente a la Seccional 11 en un acto de grandeza frente a los mártires del Partido Comunista. (aplausos)

Dice "El Observador Económico" en un análisis del 1º de Mayo, un análisis desde la derecha que ese dia volvieron a flamear las banderas de Raúl Sendic, hago un breve paréntesis, Uds. saben que en ese 1º de Mayo habia flameando una enorme bandera de la UTAA, lo que Uds. no saben es que esa bandera la hizo un compañero para ese acto que puso de su bolsillo los 330.000 pesos que le costó, que se la estamos debiendo, que ahora van a salir unos compañeros a pedir unos vintenes aquí para pagar esa bandera y les pido que colaboran y lo que no sabe "El Observador Económico" es que caeriamos en el chiquitismo si nosotros nos jactaramos o alguien se jactara de que esa, aunque es muy importante era la bandera de Raúl que flameaba, no!!, la verdad (.....) de los que se vinieron caminando 500 km, la verdad (....)es el trabajo anónimo de todos Uds. y de muchos partidos politicos y organizaciones de la izquierda que trabajaron anónimamente para construir esta jornada de combate

y de lucha vaya pues nuestro saludo a las jornadas de trabajo del pasado y vengan las convocatorias del combate y de lucha para que este sea un buen homenaje a Raúl, tenemos por delante a poco plazo ya la enorme batalla del referéndun contra la ley de Empresas Públicas, contra la ley del patrimonio nacional y a esa tenemos que convocarnos, militantemente tenemos que acompañar a los compañeros jubilados que se aprestan a librar una batalla contra la ley que modifica toda la seguridad social. Acompañar a los ocupantes de vivienda que están luchando las div ersas ocupaciones que se registran en el país, a los Empleados Públicos que se aprestan a luchar contra este nefasto 5%, a todos los trabajadores que se aprestan a luchar por el 35% en todo el año, al próximo paro de 36 horas, y también convocarnos al acto del M.P.P. del 22 de Mayo próximo y convocarlos al acto del que el Partido por la Victoria del Pueblo le hace a sus mártires en el Casa Central. (aplausos).

Tenemos que convocarnos a las tareas de lucha, para hacerle un verdadero homenaje a Raúl, de ahí proviene la verdadera consigna de este acto, y creo que pude lograr explicársela en este acto cro., Raúl vive en tú lucha, discutimos mucho esta consigna, no quisimos poner "vive en nuestra lucha", "ni en la lucha," no! vive en tú lucha,para que todo cro. fuera del MLN o no, leyendo esa consigna se sintiera directamente interpelado por las horas que estamos viviendo (...) por tanto escepticismo y a veces por tanto cinismo incluso en filas de izquierda exige esa interpelación personal, los cros. vivirán en tu lucha cro!!. (aplausos).

Todo lo demás son palabras muertas incluso cuando se le hace el homenaje a los cros. que han caídos pero este acto estaba previsto para el 29 y la lluvia no quiso que fuera así y las líneas de esta oratoria que les estoy diciendo estaban previstas para una semana antes y este discurso que está aquí lo tuve que cambiar todo, ¿por qué?, porque estamos viviendo horas de vértigo, de una velocidad enorme en el transcurso de los acontecimientos y acontecimientos de tremenda importancia; reflexionen si no, cuantas cosas pasaron desde el 29 de abril hasta el 1º de mayo, hasta hoy.

Y cuando tuve que cambiar el discurso me dí cuenta de que tenemos todos que cobrar conciencia que tienen los acontecimientos,cuidado

con tener remoras en las neuronas, cuidado!! con quedarnos paralizados con viejos esquemas, con viejas ideas, con discursos preparados para una semana, porque en una semanaen este país se están produciendo acontecimientos de sumísima importancia y todos que tenemos que estar prontos a reflexionarlos y a decidirlos rápidamente y son acontecimientos graves que nos exigen mucha grandeza además de mucha perspicacia y además de mucha inteligencia en el análisis grandeza cros. es una cosa que desde hace un tiempo a esta parte está faltando incluso en el seno de la izquierda y a veces incluso en el propio seno de nuestra propia organización, no chiquitismo y no a la vecindad, grandeza!! y hagámonos todos un exámen de conciencia porque también éste es un buen homenaje a Raúl, para analizar para saber si alguna vez no hemos caído todos o cada uno en actos de mezquindad, en actos de sectarismos, en actos de dogmatismos y no nos ha faltado grandeza, la grandeza que vamos a necesitar mucho cros. porque hoy lo que está en juego en este país y de lo que no es todavía cabalmente conciente la población, es la soberanía nacional, lo que está en juego es la Patria toda, lo que está en juego es el destino de todos los orientales, de la Patria de su historia, de su pasado, de sus costumbres, faltan palabras, falta elocuencia para tratar de trasladar la gravedad de esta encrucijada y de este desafío, la entera del país que se produce por el entreguismo mismo y concreto en manos del extranjero en manos del imperialismo y la entrega del país que se produce por la miseria de su pueblo porque el país es el pueblo, es la gente no es una abstracción la entrega del país que se produce por la miseria de la gente.
"Búsqueda" del otro día de (...) publica un balance de la ejecución presupuestal con cifras oficiales del año pasado, y cros. esto es una inversión, es el gasto de funcionamiento y ahí vemos que el Poder Legislativo ha gastado el 2,02 %, la Presidencia de la República el 1,24 % , la Defensa Nacional y el Ministerio del Interior el 20 %, ¿pero saben cuanto gastó el instituto del menor en un país donde hay tanto niño desamparado en estas mismas calles donde estamos haciendo este acto? el 1,80 %, y ¿saben cuánto se gastó en vivienda el Ministerio de Vivienda en este país donde la gente está saliendo a ocupar espontáneamente para hacerse un

rancho o montar una carpa, donde un alquiler está por arriba de los 700.000 nuevos pesos? gastó el 0,15 %, esto es entreguismo cros. es entregar a la miseria a la Patria, al mismo tiempo que se entrega a la Patria, en sus partes más ricas para afuera, privatizar es sinónimo de extranjerizar, entregar al país a manos de la banca extranjera y sus secretos, esa banca privada que hoy es la única que hay en el país, entrega a los jubilados de hoy y a los jubilados de mañana, porque así lo exige ese primer ministro que es el Fondo Monetario Internacional, que es primer ministro en muy pocos países en los de esta zona nada más, porque ese FMI no puede ingerirse en los asuntos económicos internos de ningún país capitalista porque no lo dejan entrar, pero acá sí, y decide la política salarial el 5 %, para los públicos, el 35 %, para los privados, la extranjerización de las Empresas Públicas, la liquidación de la seguridad social, la extranjerizacón a través del pago de la deuda externa, de la venta de la tierra cada vez más creciente, también a través de esos dos mecanismos que son el Mercosur y el Cuatro más Uno, denunciados casi exclusivamente en la izquierda por el M.P.P., sólo cuando denunciamos que se están comprando un burro que cagaba plata, y se rieron de nosotros, y hoy no sólo hasta el gobierno está reflexionando sino dense cuenta está descubriendo que sí que aquel burro que cagaba monedas lo único que caga es caca,es mierda, perdón! o el Cuatro más uno aquel del Jardín de las Rosas aquel también denunciado casi inútilmente por nosotros, en este marco casi toda reivindicación social cros, es política no hay casi nada por lo que se pueda hacer o se pueda luchar, que no se transforme en una reivindicación política inmediatamente aunque quién la levante sea una organización social, una familia o una persona, porque el gran problema de este país es la política económica del extranjero llevada a la práctica por el gobierno y entonces cros. si el problema es la soberanía nacional, aquí se requiere unidad nacional, en este momento no se está hablando de unidad nacional pero vamos a aclarar bien, que entendemos nosotros por unidad nacional, unidad nacional, pero no sopas bobas ni tampoco ollas podridas.Raúl junto a nosotros levantó hace tiempo la bandera del Frente Grande y por ahí se está hablando y se habla muchísimo

entorno a la política de alianzas desde el F.A. y nosotros que levantamos la bandera del Frente Grande que sentimos la necesidad de una unidad nacional entre quienes defienden la soberanía y quieren defenderla no nos negamos a las políticas de alianzas las propusimos pero teniendo en claro tres cosas y bien claritas en primer lugar los objetivos y las metas, unidad, alianza, para todos, y es en la discusión de ese punto donde a veces hemos tenido discrepancias y diferencias con otros cros. y en segundo lugar llevar adelante la política de alianzas sin perder iniciativa, peleando la iniciativa y tomando la iniciativa, y este tema también a dado lugar a discrepancias cuando también muchas veces el Frente Amplio ha perdido la iniciativa en materia de política de alianzas y se ha dejado arrastrar por otro, y en tercer lugar hay momentos y no es que nosotros digamos que no es momento, al contrario, nosotros entendemos que este es el momento y que mucho antes era el momento justamente nosotros no queremos políticas de alianzas para el 95' o 94' queremos hoy, para luchar por la vivienda, para luchar por los jubilados, para luchar por el salario de los trabajadores, por la soberanía popular, ¿por qué para el 94' o 95'? (aplausos).

El programa, la iniciativa y el momento, unidad internacional cros. unidad internacional entre comillas, porque la unidad con otros partidos y cros de América Latina en esta hora donde el neoliberalismo y el imperialismo campea por nuestros países pobres, es (....) y ahí está el Foro de San Pablo y ahí está ese tremendo herror que hasta ahora venimos cometiendo los Frente Amplistas por culpa de un solo voto que veta la falta de línea internacional del F.A. y su ausencia en el Foro de San Pablo cuando es tan importante y la política revolucionaria de carácter nacional (aplausos).

Soberanía y ahora que está de moda el problema de la corrupción, el capitalismo como sistema ha sido siempre un sistema corrupto no es novedad, pero aún dentro hay relajos con orden y relajos más allá y todos sabemos que a lo largo de América Latina y también en nuestro país la corrupción está tallando alto y mucho más alto de lo que es norma, ¿y cuál es la causa?¿es que los capitalistas uruguayos, el pueblo uruguayo se ha vuelto de la noche a la mañana se hizo más corrupto por que sí? No! la causa es la ideología impe-

rante en la factura la que nos quieren trasladar através de los grandes medios, através de los grandes foros, através de las sesudas académicas exposiciones, el neoliberalismo esa ideología del fin de las ideología de la des regulación, la ideología de que no haya reglas, que se basa en el éxito individual, económico, el éxito medido en plata, en pesos, y la ideología se cagó en la sopa, eso trincado como la panacea como la religión, como el pugma, esa ideología que predica por la TV para vender un refresco "hacela tuya", que significa hacela tuya en varios sentidos, ¿que puede darle (...) a la ideología si no es la corrupción cros?, por que si a mí me preguntan casi como una religión, como un dogma, como una cosa que está super bien, que incluso hasta la solidaridad y el bienestar de los pueblos se mide por el éxito individual de sus integrantes medido en términos económicos y si yo me lo creo y lo quiero poner en práctica, que otra cosa va a pasar que no sea la corrupción campeando a lo largo y a lo ancho, pero muy en especial campeando en las filas del gobierno, máxime cuando del extranjero vienen las coimas para comprar la extranjerización de las empresas públicas acá hay políticos baratos y ellos tienen mucha plata (aplausos).
Y una forma de la corrupción de las menores es la mezquindad, el chiquitismo cros. que aveces nos contagia cros. en la mezquindad, la superficialidad en los análisis hasta aveces la irresponsabilidad una especie de bataclanaje teórico, un queridísimo cro. de la izquierda vino hace poco a decirnos a todos que había logrado el permiso para que el F.A. fuera gobierno, y nos dijo y es un gran teórico y ha pasado por la universidad, que además nos quedáramos tranquilos porque en el Departamento de Estado le habian dicho que en América Latina no iba a haber más golpes, y esto incluso lo (....) unos días antes del golpe de Fuji Mori haciéndonos pasar vergüenza a todos los frenteamplistas que estábamos allí y ahora tenemos, Haití Perú, Venezuela, los movimientos militares en Bolivia, en Argentina, el crecimiento de Rico y Seneldin, aquí al lado cruzando el charco, los movimientos militares en Brasil, tenemos también la amenaza contra Cuba, y la amenaza cumplida y perpetrada a Panamá y tenemos desórdenes cros. que paradojalmente hasta ayer era la zona de América

más convulsionada y más insurreccionada y el Departamento de Estado se daba el lujo de decirle a un cro. que se quedara tranquilo que no iban a haber más golpes de estado, pero ahora tenemos también (...) de moda en éste país desde que pintaba ese discurso precioso para hacer la revolución caminando por un lecho de rosas conciliando, concertando, dialogando, los cambios iban a ser posibles el modelo sueco se iba a poder implantar en el Uruguay afiliándose a la 2º Internacional él mismo y los teóricos de esto reconocen ya que la social-democracia aquí no camina nosotros lo hemos dicho en otros discursos, tratándonos de parecernos a Suecia, a lo único que nos pareceremos será a Haití, por que eso no tiene aplicación en América Latina porque hay crudas realidades porque está el viejo (...) de la historia trabajando y frente a esta superficialidad teórica aparecen las crudas realidades golpeando nuestras puertas (aplausos) pero aparecen también cros. muchas veces el chiquitismo radical el que va a arreglar todo colocándose siempre más a la izquierda de, el que no se propone ganar, ni prosperar, ni avanzar, sino lo que se propone es colocarse a la izquierda de a ver si le roba unos militantes al P.V.P, si le saca unos militantes al M.L.N, o al P.S. o al sindicato tal, eso es chiquitismo cros.(aplausos)frente a los problemas que tenemos por delante, están en ese chiquitismo nuestro querido sectarismo, nuestra querida soberbia, porque cuando nos consideramos muchas veces porque estuvimos presos o porque estuvimos en cierto camino de muchos sacrificios los mejores los más puros, los impolutos, los que sabemos más que nadie, eso también es chiquitismo, es superficialidad y es una especie de bataclanaje histórico, (aplausos) tenemos por delante tareas enormes cros., el país va a dar nuevamente un ejemplo en América Latina, seamos concientes de ello, en los demás países el proceso extranjerizador se ha producido sin pena ni gloria salvo en Brasil donde hubo resistencias populares, en los demás algunos casi hasta a veces(....) por decreto en Argentina han ido entregando la soberanía en manos de capitales extranjeros este va a ser el único país de América Latina en que el pueblo usando un instrumento constitucional va a obligar como ayer en el tema de la impunidad de los militares

a los sectores que tienen el sartén por el mango que sea el veredicto de las urnas y la lucha popular de carácter directo de democracia directa la que defina la derogación o no de la ley extranjerizante, eso es lo que nos jugamos nada más ni nada menos dentro de un mes o más y esa es la batalla que toda América Latina va a estar observando.

El Movimiento de Participación Popular está convocando a un acto para el 22 de Mayo, el MPP, ese formidable instrumento de combate del pueblo uruguayo que demostró en estas jornadas previas al 1º de Mayo, y el 1º de Mayo toda su potencialidad militante, está convocando un acto para el 22 bajo una consigna "Para ganar luchar" podía haber mil consignas para un acto, pero eligió esa "para ganar luchar"; en primer lugar porque la gente en este país está cansada de perder, en segundo lugar el único camino para ganar es luchar y no hay que mentirle a la gente pero también en tercer lugar hay que luchar pero no para ser usados sino que hay que luchar para ganar y en esta batalla del referéndum cuando hay tanta quietud a un mes y medio y pocos días nosotros tenemos la tremenda duda de saber si todos los que están en esto tienen ganas de ganar, esta es la oportunidad de votar contra el gobierno de juntar en un acto toda esa protesta popular, larvada, llena de esceptisismo cros. muchas veces llena de impotencia y que puede derivar, inclusive, hacia la corrupción y el cinismo; está generalizada en el país, unificar esa protesta, conducirla, canalizarla, (...) de voto, de (...) contra el gobierno, porque además la cosa no depende de otro depende de uno mismo cuando ponga el huevito en la urna, esta es una oportunidad de unir a una, varias luchas y de dar un ejemplo a otros cros. en América Latina, pero es bravísimo cros.!, tenemos que tener claro que es bravísimo, tenemos que juntar 600.000 voluntades que vayan a votar el mismo día dentro de apenas un mes y medio y unos poquitos días, es una tarea bravísima, es una tarea que debe comenzar ya, que no entendemos cómo se ha demorado tanto, no entendemos la pasividad de las otras fuerzas; porque es dificilísima cros. no va a ser una batalla fácil, en este vértigo de acontecimientos hay que tomar decisiones muy difíciles.

Yo les voy a omitir la historia porque todos la conocen de las dos

opciones de derogación de la ley la total y la parcial, sólo les voy a recordar que el MPP al cual nos sentimos orgullosos de pertenecer y hago un paréntesis, les voy a contar que hace pocas horas el MPP tomó una resolución sencillita, cuando hay un acto de una fuerza integrante del M.P.P. todos los demás suspenden sus actividades y van al acto sea de quién sea del PGP, PVP, MLN, MPP, el MPP resolvió desde el principio acompañar las dos alternativas en el entendido científicamente fundado, consultado con cros, especialistas, que podía firmar por los dos, votar por los dos, y salvo una violación fragante de la libertad de sufragio yconstitución no iba a haber problema y nosotros así lo dijimos y así lo aclaramos, es más desde el principio quedó claro que si en algún momento la iniciativa por la derogación total que fue presentada posteriormente a la otra, perjudicaba a la parcial retirábamos nuestra campaña por que nosotros somos abanderados de la unidad, porque son otros los que hablan de división,por que son otros los que hacen reuniones secretas para enfrentar a ciertos compañeros, porque son otros los que dicen que si prosperan se retiran de la lucha, porque son otros que dicen yo,... (aplausos).

Y que sucedió en éstos días cros. que sorpresivamente se produjo la estafa de la Corte Electoral, la resolución es el que super poder del Estado decidió que el que vote por una no vota por otra, porque el gobierno tiene miedo y quiere dividir los votos que quieren derogar la ley.

La Corte, que tiene aquellos nefastos precedentes de la época de la Ley de Impunidad, ¿uds. se acuerdan? la que los partidos tradicionales no quisieron que hubierna un solo delegado del F.A. y esta corte electoral que sienta este peligrosísimo precedente en la pureza del sufragio en los puntos más sensibles de la democracia incluso cuando es una democracia-burguesa. Y entonces había dos alternativas cros., por supuesto que ahora vamos a apoyar todos los recursos contra esa corte, pero no nos vamos a hacer ilusiones, pero vamos hacer todas las denuncias como ahora lo estamos haciendo en este acto, había dos problemas frente a la estafa retirarnos de la batalla, de toda la batalla no aceptar jugar con esas pésimas leyes de juego, ellos ya empiezan a querer ganar el partido en la

liga, incluso antes de jugarlo nosotros decidimos seguir en carrera, darles este changüi, y le dijimos que entendemos que la importancia de esta batalla, todo lo que nos estamos jugando y que no es ni va a ser la única, y en segundo lu gar tomada la decisión no quedaba a nuestro juicio más alternativa que volcar todo el esfuerzo lo más pronto posible porque falta poco en apoyo de la moción o de la iniciativa que conjunta más voluntades y que tiene más posibilidades de derrotar al gobierno cumpliendo además las promesas y los compromisos públicos que nosotros hicimos durante nuestra campaña para no desmentir con nuestros hechos cuando nos gusta cumplir o no nos gusta cumlir con nuestras palabras; lo otro que es peligroso es mantener las discusión por más tiempo este también es el objetivo del gobierno en redarnos ahora en una discusión sobre esto mientras van pasando las horas y los dias, y les reitero cros. para ganar luchar porque entre otras cosas caben dudas de que todos quieran luchar para ganar, aveces pensamos que hay muchos que piensan luchar para otras cosas, para otros objetivos, unos por izquierda, otros para ver si te sacan un militante, otros por derecha, para crear un movimiento politico que no apunta al referéndun, sino que apunta a algo en el '96, '97 ó más allá. Lo que está en juego es muy serio y se está acabando el tiempo de la frivolidad. Está en juego la soberania nacional y hay que luchar para ganar y no hay otro camino que luchar. El otro problema es el de las bombas, que obligó a cambiar este discurso; "En las venas abiertas de América Latina", dice Galeano, "fue secreta la matanza de la miseria de América Latina. Cada año estallan silenciosamente, sin estrépito alguno, 3 bombas de Hiroshima sobre estos pueblos que tienen la costumbre de sufrir con los dientes apretados . Esta violencia no aparente pero real va en aumento. Sus crimenes no se difunden en la crónica roja sino en las estadisticas de la FAO".

En este momento en que el pais está tan preocupado por algunas bombas, lo mejor me pareció fue comenzar este capitulo con Galeano y las otras bombas a las que hace referencia, las que estallan en silencio desde la niñez de América Latina, todos los dias.

Aqui volvemos otra vez al problema del chiquitismo, de la frivolidad y superficialidad de los gruesos errores de análisis.

El otro dia se hizo la unidad nacional contra 2 bombas, en 15'. Tanto los que entregan al pais como los que no lo quieren entregar hicieron para la TV el show de la unidad nacional en 15' y hasta parece, piensan convocar a las masas (por 2 bombas), a las masas que no llaman nunca, que no convocan nunca, e ir juntos al desfile militar del 18 de Mayo. Y siguen tirando bombas. Nosotros no vimos eso, ni siquiera el show, el 22 de Diciembre de 1986, cuando no tiraron bombas, pero las FF.AA. como institución, se desacataron en pleno y obligaron a votar la Ley de Impunidad. No vimos la misma unidad nacional. Y allí lo que estaba en juego era aclarar crímenes, buscar cros. y niños que hoy permanecen secuestrados. Algo muchos más grave que una bomba en un riel de ferrocarril o en una oficina de la ciudad vieja. No hubo unidad. Por el contrario. Hubo división y bien grande. Le votaron la Ley y durante 2 años y meses militaron activamente muchos de los que ahora se sentaban ahí, porque ahora tienen miedo de que las bombas le peguen a ellos. No les vimos haciendo unidad nacional, sino peleando a favor de los militares. En 1989 también recuerden a estos que ahora hacen la unidad nacional con nosotros, cuando decían que si ganaba Tabaré Vázquez íbamos a instalar un Muro de Berlín en Montevideo, y que estos, estos, estos, creaban esa desestabilización en época electoral y le daban púa a los militares contra nosotros. No los vimos haciendo la unidad nacional. Cuando le pusieron la bomba a Cores no los vimos que se reunían en el Edificio Libertad a hacer unidad nacional. Incluso hasta cuando Millor, y miren bien, porque nobleza obliga a reconocer cuando el adversario político acierta, les fue tirando arriba de la mesa ahí en el parlamento, unas tras otras las verdades de a puño de la corrupción y de todos los desórdenes del Banco Comercial, que involucrara a gente del gobierno, no le vimos hacer unidad, no le vimos reaccionar. Muy por el contrario. Salvo los cros. del F.A. y algunos más, escucharon y se mataron de la risa de toda esa demencia de corrupción que todo el país sabía. Pero es más. Cuando Brito y Adourian confiesan públicamente que en sus conversaciones privadas, entre otras cosas intercambiavan información acerca de cómo los Servicios de Inteligencia que responden a Brito , vigilaban al movimiento sindical, no hubo una reacción de unidad nacional para aclarar esa violación de la constitución. No vimos tampoco esa reacción enérgica y airada cuando la Corte Electoral produjo la estafa a la que nos referimos anteriormente, dás pasados. Y liquidar el Espinillar demagógicamente,

es una bomba mucho más grave contra el pueblo y contra la gente. Aceptar las normas del F.M.I. hambreando a nuestro pueblo es más grave. No es que nosotros estemos en contra de la unidad nacional, que quede bien claro. Hacemos comparaciones de reacciones que hemos vivido y hemos visto, para sacar conclusiones y enseñanzas. Pero claro. Como ahora parece que alguna de esas bombas apuntan contra ellos, entonces los que crearon la criatura se arrepienten de haberlo hecho y se alarman y quieren que nosostros les demos una mano también. Esto también es poco serio y hasta tragicómico. Si a mí Millor me invita a hacer la unidad nacional para defender al fútbol uruguayo atacado del exterior, le creo y voy con Millor. Pero si me invita a defender a las instituciones democráticas y hacer una unidad nacional, es poco serio. Si Pacheco me invita a hacer una unidad nacional contra el cólera, le creo, pero si me invita a hacerla para defender la libertad y la democracia, es poco serio. A los que votaron la impunidad y nos criticaron en todas las esquinas porque teníamos los ojos en la nuca, ahora les brotó un sarampión y les salieron ojos en la nuca, en la espalda y en otros lugares, y hacen la unidad nacional porque les pusieron dos bombas. Que Medina, solidarizándose con Sanguinetti, me invite a una unidad nacional para defender la libertad y la democracia contra esas bombas, haciéndose el sota como si él no supiera quién las puso, es poco serio.

El punto dos de la declaración conjunta del Edificio Libertad habla - y esto parece un sarcasmo, una broma- de "nuestra indeclinable confianza en los instrumentos de convivencia pacífica que habilita el sistema democrático y que permiten derimir las diferencias de opinión en la consulta a la ciudadanía a través del sufragio y en el libre ejercicio de las instituciones republicanas". Esto dicho así, pocas horas después de que la Corte Electoral se manda una brutal estafa, es poco serio.

Y luego, al salir de la reunión ésa el Ministro del Interior, que es el encargado de nuestra seguridad personal, declara que los que pusieron esas bombas pueden ser gente de izquierda. Quisiéramos una aclaración porque si el Minsitro dice esto, o se está haciendo el sota o es un inepto, y no está capacitado para ser ministro de nada.

Todo esto es consecuencia de la inoperancia política y acrecienta la falta de fe de la gente en el sistema político. ¿Cómo no se dan cuenta de que los militares ven esa falta de fe y quieren que se canalice para su río revuelto?

es una bomba mucho más grave contra el pueblo y contra la gente. Aceptar las normas del F.M.I. hambreando a nuestro pueblo es más grave. No es que nosotros estemos en contra de la unidad nacional, que quede bien claro. Hacemos comparaciones de reacciones que hemos vivido y hemos visto, para sacar conclusiones y enseñanzas. Pero claro. Como ahora parece que alguna de esas bombas apuntan contra ellos, entonces los que crearon la criatura se arrepienten de haberlo hecho y se alarman y quieren que nosostros les demos una mano también. Esto también es poco serio y hasta tragicómico. Si a mi Millor me invita a hacer la unidad nacional para defender al fútbol uruguayo atacado del exterior, le creo y voy con Millor. Pero si me invita a defender a las instituciones democráticas y hacer una unidad nacional, es poco serio. Si Pacheco me invita a hacer una unidad nacional contra el cólera, le creo, pero si me invita a hacerla para defender la libertad y la democracia, es poco serio. A los que votaron la impunidad y nos criticaron en todas las esquinas porque teníamos los ojos en la nuca, ahora les brotó un sarampión y les salieron ojos en la nuca, en la espalda y en otros lugares, y hacen la unidad nacional porque les pusieron dos bombas. Que Medina, solidarizándose con Sanguinetti, me invite a una unidad nacional para defender la libertad y la democracia contra esas bombas, haciéndose el sota como si él no supiera quién las puso, es poco serio.

El punto dos de la declaración conjunta del Edificio Libertad habla - y esto parece un sarcasmo, una broma- de "nuestra indeclinable confianza en los instrumentos de convivencia pacífica que habilita el sistema democrático y que permiten derimir las diferencias de opinión en la consulta a la ciudadanía a través del sufragio y en el libre ejercicio de las instituciones republicanas". Esto dicho así, pocas horas después de que la Corte Electoral se manda una brutal estafa, es poco serio.

Y luego, al salir de la reunión ésa el Ministro del Interior, que es el encargado de nuestra seguridad personal, declara que los que pusieron esas bombas pueden ser gente de izquierda. Quisiéramos una aclaración porque si el Minsitro dice esto, o se está haciendo el sota o es un inepto, y no está capacitado para ser ministro de nada.

Todo esto es consecuencia de la inoperancia política y acrecienta la falta de fe de la gente en el sistema político. ¿Cómo no se dan cuenta de que los militares ven esa falta de fe y quieren que se canalice para su río revuelto?

Todos saben quién fue, todos saben lo que está pasando en América Latina. Todos saben además a qué se debe, y en lugar de buscar soluciones, de reunirse y hacer una unidad nacional para buscar soluciones de fondo, gritan ¡nostálgicos! y sacan una declaración contra la gelinita, como si el problema fuera la gelinita. Se morfan el programa, no dicen nada del programa que levantaron los que pusieron las bombas. Como si no supieran que es más explosivo ese programa que la gelinita. Ese programa sobre el cual nadie se ha expedido, y entendemos que hay que definirse.

Nuestro camino no es el de las bombas, nuestro camino es el de las marchas de los cañeros, el de la lucha por el referéndum, apoyar a los jubilados, estar junto a los trabajadores, estar en el MPP. Eso con relación al método. Y con relación al programa, lo de la corrupción es verdad, y hay que decir que es verdad. Lo de la entrega de la soberanía nacional es verdad. Lo del empobrecimiento del pueblo es verdad. Y las bombas se están poniendo en nombre de esas cosas. Entonces se condena la gelinita, pero ¿y sobre el programa qué se dice? ¿Qué dice Lacalle? "No, son nostálgicos". Y todo esto genera la pérdida de fe de la gente en el sistema político y en la democracia. Y entonces vienen los que la quieren aprovechar, y todo el sistema político en vez de dar respuestas de fondo, es mezquino, chiquito, superficial e irresponsable.

Había consensos por la izquierda... Ahora aparecen disensos por la derecha. Pero abajo, entre la gente, se va gestando un enorme ¡Basta! ¡No va más! Que si no se canaliza va a canalizarse por cualquier lado y de forma monstruosa.

Porque además esa ridícula unidad nacional lo que nos está proponiendo es la guerra civil, ella es la que acepta el camino de las bombas. Manda a repudiar y al morfarse lo referente a las cuestiones de fondo manda a que otros militares y otros policías, si es que los hay, repriman a los militares y policías que están poniendo bombas. Se solidariza con unos en contra de otros y nos pide a nosotros que participemos mañana tal vez en esa guerra. Que salgan a pelear ellos...

Porque además ¿en quién nos invitan a confiar? ¿En Medina? ¿En qué general vamos a confiar? ¿En qué comisario? ¿En quién? Cuando seamos soldados en esa guerra en defensa de los que quieren entregar el país, de Lacalle... ¿quién nos va a comandar? Es superficial, es irrisorio, es una falta de responsabilidad. Ese camino nosotros no lo queremos. Queremos soluciones de fondo, aquella vieja consigna levantada en horas muy trágicas,

Todos saben quién fue, todos saben lo que está pasando en América Latina. Todos saben además a qué se debe, y en lugar de buscar soluciones, de reunirse y hacer una unidad nacional para buscar soluciones de fondo, gritan ¡nostálgicos! y sacan una declaración contra la gelinita, como si el problema fuera la gelinita. Se morfan el programa, no dicen nada del programa que levantaron los que pusieron las bombas. Como si no supieran que es más explosivo ese programa que la gelinita. Ese programa sobre el cual nadie se ha expedido, y entendemos que hay que definirse.

Nuestro camino no es el de las bombas, nuestro camino es el de las marchas de los cañeros, el de la lucha por el referéndum, apoyar a los jubilados, estar junto a los trabajadores, estar en el MPP. Eso con relación al método. Y con relación al programa, lo de la corrupción es verdad, y hay que decir que es verdad. Lo de la entrega de la soberanía nacional es verdad. Lo del empobrecimiento del pueblo es verdad. Y las bombas se están poniendo en nombre de esas cosas. Entonces se condena la gelinita, pero ¿y sobre el programa qué se dice? ¿Qué dice Lacalle? "No, son nostálgicos". Y todo esto genera la pérdida de fe de la gente en el sistema político y en la democracia. Y entonces vienen los que la quieren aprovechar, y todo el sistema político en vez de dar respuestas de fondo, es mezquino, chiquito, superficial e irresponsable.

Había consensos por la izquierda... Ahora aparecen disensos por la derecha. Pero abajo, entre la gente, se va gestando un enorme ¡Basta! ¡No va más! Que si no se canaliza va a canalizarse por cualquier lado y de forma monstruosa.

Porque además esa ridícula unidad nacional lo que nos está proponiendo es la guerra civil, ella es la que acepta el camino de las bombas. Manda a repudiar y al morfarse lo referente a las cuestiones de fondo manda a que otros militares y otros policías, si es que los hay, repriman a los militares y policías que están poniendo bombas. Se solidariza con unos en contra de otros y nos pide a nosotros que participemos mañana tal vez en esa guerra. Que salgan a pelear ellos...

Porque además ¿en quién nos invitan a confiar? ¿En Medina? ¿En qué general vamos a confiar? ¿En qué comisario? ¿En quién? Cuando seamos soldados en esa guerra en defensa de los que quieren entregar el país, de Lacalle... ¿quién nos va a comandar? Es superficial, es irrisorio, es una falta de responsabilidad. Ese camino nosotros no lo queremos. Queremos soluciones de fondo, aquella vieja consigna levantada en horas muy trágicas,

"Paz para los cambios -ojo, no paz por la paz- y cambios para que pueda haber paz".

Aquí hay una moraleja, cros. La bomba de estos militares, que deben estar escuchando, tuvo una virtud: fue un campanazo que nos llamó a la madurez y a la reflexión. ¡Para que haya paz tiene que haber cambios! Se acabó el discurso ligth, no va más, se terminó.

Otra moraleja es que los militares también, incluso los que puedan sentirse interpretados por estos que pelean, que dicen pelear contra la corrupción... Ellos también crearon la criatura, ellos también masacraron cros. para que hubiera entreguismo, corrupción y todo lo demás...

Pero en ese programa hay, especialmente para nosotros, un título que nos llenó de interrogantes. Puede ser un error de Fasano, porque por ahí dice -y pedimos que nos lo aclaren- que uno de los problemas más grandes que tienen con Sanguinetti es que liberó a los tupamaros. Entonces estamos dentro del programa, cros. Y ahí... bueno. Además, todos sabemos que para ciertas mentalidades no muy exquisitas en los análisis, "tupamaros" puede abarcar a todo el Frente Amplio, puede abarcar, como abarcó, incluso a los liberales burgueses. ¡Es grave este punto del programa! Y entonces nosotros, -a fuer de leales, incluso con nuestros adversarios enemigos- si esto implica una declaración de guerra quisiéramos que nos lo aclararan para saberlo.

Si en esta guerra una de las cosas que está en juego es nuestra libertad que nos lo aclaren, porque entonces nos surgen una cantidad de interrogantes: ¿debemos mañana mismo empezar a fabricar documentos falsos, berretines? ¿Debemos comenzar a dar cursos de autodefensa en los locales partidarios y sindicales, y en las plazas públicas, en lugar de hacer actos políticos? ¿Debemos enseñar el manejo de los explosivos, qué son los proyectiles, qué efectos producen? ¿Debemos convocar a nuestros cros., lo que militan orgánicamente y los que no, y que saben de armas y de combate, para que le empiecen a enseñar al pueblo cómo defender su libertad? Queremos que nos lo aclaren pública o privadamente, no importa, porque puede ser un error de Fassano.

Volvamos a Raúl para terminar. El 28 de abril hubo un homenaje a Raúl en el cual estuvimos, hermosísimo homenaje. Cuando salíamos por esta misma calle, caminando con Mujica se nos acercó una mujer, nos dio un beso y Pepe me dijo: "¿Sabés quién es esta botija? La que hizo la primera bandera de los tupamaros, la que llevamos a Pando".

Yo no la conocía porque la compartimentación todavía existe en el MLN, y ella incluso dijo "no me quemes Pepe". Hoy comenzamos hablando también de una bandera, y los cros. acá me dicen: "Ñato, agradecé públicamente que gracias a la colaboración de los cros. se llegó a juntar para la bandera".

Si comenzamos este discurso hablando de una bandera, lo quería terminar hablando también de una anécdota que también es simbólica. La primera bandera de los tupamaros fue una bandera de guerra, de combate, hecha por una mujer anónima de nuestro pueblo, una cra. de tantas miles como las que tuvimos y tenemos.

Dice Jorge Batlle que se terminó el espacio para el gradualismo y pide un shock fuerte de capitalismo, con bastantes lágrimas y bien salvaje. Lo que él no sabe es que para lo que no hay más espacio en este país es para la corrupción. No va quedando más espacio para la pobreza, para la entrega de la soberanía nacional. No va quedando mucho más espacio -y que lo sepan ellos- para la enorme paciencia de nuestro pueblo, que se va agotando. No queda tampoco más espacio para los fuegos artificiales, para los canyengues publicitarios, para la fatuidad de las maniobras políticas con grandes ensayos publicitarios y muchas luces de colores que abajo no contienen nada. No queda mucho espacio ya porque la historia está llamando a nuestras puertas, no queda espacio para los cálculos políticos rastreros, porque la gente hace mucho que aprendió, porque Raúl se lo enseñó, a bordar banderas de lucha, de guerra, de combate, y porque solo queda una salida: que la patria sea para todos, porque sino, no habrá patria ni siquiera.

(COPIA PARA ... 3543) **RESERVADO**

Hoja No. 1 de 1
Copia No. Original
D. E. IV. D - II
Ruta - 8 Kmt. 115
071145 - MAY - 992

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No.43/992.-

I.-EVALUACION: A - 1.-

II.-RESPONDE A: P.E.I.No.23/992 del B.I.10.-

III.-T E X T O :

-Los días 21,22 y 23 de abril de 1992 desde la hora 1930 hasta la hora 2030 en la Casa del F.A. de C.TREINTA Y TRES se recibieron inscripciones para participar en un concurso para disputar becas para ocupar 7 cargos en el Palacio Legislativo asignados al F.A.-

En este horario no fue detectada la concurrencia de ningún ciudadano y es de destacar que el día 22 estuvo cerrada la Casa del F.A.-

En declaraciones a la prensa local,radial y televisiva, Guillermo Raúl SANGUINETTI USERA (F.A. - V.A.) se auto nombró como nuevo presidente del F.A. local en sustitución de Justo José DE CASTRO PITA (F.A. - P.S.) dentro del régimen de precedencia del F.A. informado en mi P.E.I.No.65/991.-

Asimismo informo a usted que a raiz de declaraciones en la prensa local se tomó conocimiento que el día 24 de Abril en horas de la tarde visitó C.TREINTA Y TRES el Senador Danilo ASTORI refiriéndose sobre las pautas salariales para los funcionarios publicos. El mencionado Senador después de haber sido entrevistado por la prensa continuó su viaje a C.RIO BRANCO donde iba a realizar una conferencia sobre el MERCOSUR.-

IV.-SINTESIS:

Fecha: 21,22 y 23-MAY-992.-

Organización: Frente Amplio.-

Nombre: Guillermo Raul SANGUINETTI USERA,Justo José DE CASTRO PITA y Danilo ASTORI.-

Lugar: C.TREINTA Y TRES.-

Resúmen: Llamado a inscripciones por parte del F.A. para ocupar cargos en el Palacio Legislativo y visita del Senador Danilo ASTORI.-

V.-ACCION TOMADA:

Confección del presente Parte.-

VI.-DISTRIBUCION:

Original ...... Cte.J.E.-
Copia No.1 .... Archivo.-

El Comandante División Ejército IV.-
General
DANIEL ... GARCIA.-

RESERVADO

(SOPLE PAPEL ... 3543)

FECHA 3 ... 92 ... GY

Hoja No. 1 de 1

Copia No. ORIGINAL

D. E. IV. D - II

Ruta - 8 Kmt. 115

081130 - MAY - 992

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No.50/992.-

I.-EVALUACION: A - 1.-

II.-RESPONDE A: P.E.I.No.24/992 del Bn.I.11.-

III.-TEXTO:

-El día 01 de Mayo a la hora 1100 aproximadamente se realizo en Plaza Libertad, Callejón Vidal y Fuentes de C.MINAS, el acto programado por la M.I.L. (Mesa Intersindical de Lavalleja) y el PIT-CNT.-

Concurrieron al acto unas 100 personas aproximadamente, identificándose a:

- Verónica LOPEZ (F.A.) quien dió lectura a las adhesiones, que fueron del P.C.U., F.A., Pancartas de Compañía Obreras Empresa SALUS, OCEANICA y Bandera del SUNCA.-
- Rufino PELUA (M26M) fué el orador donde se refirió a los temas de: Privatizaciones, Salarios, Jubilaciones, Ley de Empresas Públicas, Viviendas, Enseñanza y Fuentes de trabajo.-

Actuó en dicho acto la POLIMURGA del Barrio La Rambla de C.MINAS.-

IV.-SINTESIS:

Fecha: 01-MAY-992.-

Organización: Mesa Intersindical de Lavalleja y PIT - CNT.-

Nombres: Verónica LOPEZ y Rufino PELUA.-

Lugar: C.MINAS.-

Resúmen: Acto 1ro. de Mayo en Plaza Libertad de C.MINAS.-

V.-ACCION TOMADA:

Confección del presente Parte.-

VI.-DISTRIBUCION:

Original .... Cte.D.E.-

Copia No.1 ...... Archivo.-

El Comandante División Ejército IV:=

GENERAL

DANIEL L. GARCIA.-

DIVISION EJERCITO IV REPUBLICA O. del URUGUAY

EJC/rst

ENTRADA ... MATRICULA Nº ... Fecha ... Hora 1120

001/1

Poco legible

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
12 MAYO 1992
Pase Bioq. Sicosocial. Militar
Nº de Orden 9204169

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
20-5-92
SSD(G)
Nº. de ... 9204169

RESERVADO

16/5/92 8:57 0000 COMANDO.A.ADM. 354462

SECRETO

06

C.A.A 1/2
E.M.C.
16 May 92

PROCEDENCIA C.A.A.

DESTINATARIO Dptc.II E.M.E.

FAX No. 2096/E/92.-

HORA 08:06

TEXTO

Se adjunta P.E.I. 014/92 del S.M. A.

Cte.A.A.

EJERCITO NACIONAL

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 22 MAYO 1992
Biog. Emilio Müller
9204170

04/03/93

M.E. Dpto. II (Secc. Adm.)
Fecha 18 May 92 Hora 1300

001/2

AUTENTICA
Por el Cte.A.A. y P/O.-
El Jefe de Estado Mayor.-
Coronel
Gustavo A. TARAMASCO.-

20-5-92
SSD(I)
9204170

REC. EST | HORA | OPERADORES | TR | HORA | OPERADORES

SECRETO

SECRETO

EJERCITO NACIONAL.-
S. M. A.-
MONTEVIDEO
07-1100-MAYO-1992.-

P. E. I. Nº 014/92.-

I) EVALUACION :
A-1

II) RESPONDE A :
Información en poder de este Servicio.-

III) TEXTO :
Con motivo de los acuerdos que efectúa el Intendente de Montevideo con sus Directores de áreas, se efectuó el último de los mismos en el Barrio Municipal el día lunes 04 de mayo a la hora 19.00.
La misma se efectuó en el Club Municipal en la calle Los Angeles con la presencia del Intendente.
-La bienvenida la dió en nombre de las comisiones barriales el ciudadano OSVALDO WALTER PEREZ, domiciliado en Antillas 5344.
-Entre los miembros de las comisiones habló una NNF en representación de la Policlínica de AMULP invitando a los vecinos a concurrir a la Policlínica de la calle Campiñas esq. Los Angeles.
Que poseen una Policlínica ambulante (ómnibus) para la atención pediátrica, ginecológica, y bucal, por lo tanto visitarán a las familias del barrio para invitarlos a tratarse con sus médicos.-
-Se notó la presencia de niños del Grupo SCOUT VANGUARDIA con sede en la calle Los Angeles y Paraiba (cuyos líderes son de los PIONEROS J.ARTIGAS).-
-Varios vecinos fundamentalmente solicitaron más locomoción para la zona, luz, etc.-

IV) SINTESIS :
Comentario sobre visita de la cúpula de la I.M.M. al Barrio Municipal (Area 9 de Febrero).-

V) DISTRIBUCION :
Original y copia al C.A.A.-
Copia archivo.-

El Director General del S.M.A.-
Coronel
GRAVEN H. BURGUEÑO

E.M.E. Dpto. II (Secc. Adm.)
Fecha 13/V/92 Hora 1300

Servicio de Material y Armamento — República O. del Uruguay

AMULP
Area
Vanguardia

921534

POCO LEGIBLE

002|2

9204170

9204171.

ARCHIVO

MEMORANDUM No. 920197/REI - FECHA 20.05.92

ASUNTO : INFORMACION GENERAL
EVALUACION : B-6
REFERENCIA : 550-K-I
TEXTO :

- Se ha tomado conocimiento que en "corrillos"parlamentarios practicamente no se comenta nada acerca de los últimos acontecimientos (Comando Lavalleja - - Guardia de Artigas) desconociéndose si es por negligencia o dejadez de los políticos.-
- Asimismo se comenta que el tema de haber realizado los operativos de la ETA, si bien le sirvió al Gobierno para "tapar" un poco los últimos acontecimientos, habría habido presión por parte de SANGUINETTI a su gente en la Policía, para que eso aconteciera, ya que si bien aparecería como "víctima" de la situación,su imagen se estaba desgastando publicamente con las cosas que se estaban diciendo delmismo.-
- JUAN RAUL FERREIRA (P.Nacional) se encuentra en ESTADOS UNIDOS ,realizando una gira.-

001/2

920 41 72

MEMORANDUM No. 920198/REI - FECHA 20.05.92

1/2

ASUNTO
EVALUACION:
REFERENCIA:
TEXTO :

INFORMACION GENERAL DEL MLN
B-2
951-B-I

ICO
06/10/92

REUNION DEL GB-6

- Se ha tomado conocimiento que el día viernes 15.MAY. se realizó una reunión del GB No. 6. A la misma asis - tió la MLN, MIRTA, integrante de la Dirección Zonal en repressentación de ésta. La presencia de MIRTA se ha - bría debido basicamente a dos razones,una fue la de tra tar el tema, en forma superficial del referendum sobre la privatización de empresas públicas y la otra razón habría sido la de controlar el desarrollo de la reunión de este GB a los efectos de corroborar de que realmente el responsable político, sea el fiel representante de todas las expresiones del grupo. Esto se debería a que en varias oportunidades este ha tomado determinadas ac titudes o decisiones en las reuniones de losRR.PP. y ha manifestado que está totalmente apoyado por el GB al cual pertenece.-

Con respecto al primer tema, basicamente lo único que se trató fue el trabajo que viene realizando la Comi - sión de Notables, que se reuniera con este fin.Al pare cer estos se reunieron ya envarias oportunidades en el local de AEBU. En esta última reunión se dió lectura a un documento haciendo una exposición un representante de cada Partido Político que integra la Comisión: ZU MARAN (P.Nacional), VAILLANT (P.Colorado) ,SEREGNI (FA). Al parecer según habríamanfiestado MIRTA (MLN) el pró- ximo viernes 22 el MPP, llevará a cabo un acto por el Referendum con el cual a su vez realizará la apertura de la campaña política .

Una vez tratados estos dos temas, se inició una discu- sión por el local delZonal 3 yla Radio CX 44. Con res- pecto a esto se puede establecer que hay militantes a los cuales les dolería perder tanto el local del Zonal como la radio,así como hay otros que no les interesa perder el local delZonal, peromucho les preocupa la po- sibilidad que puedan llegar a perder la Radio.

De acuerdo a lo manifestado por los MLN, OMAR ALANIZ y MANERA LLUVERAS, durante una charla informal entre am- bos, comentanban sin dar mayor trascendencia a la exis tencia de los posibles Comando Lavalleja y Artigas. Creen que el Cdo. Lavalleja no existiría, que sería u- na fantasía,pero sí sería cierta la existencia del Cdo. Artigas. Y comentaban que de ser esto cierto "no sabían

que va a pasar o que es lo que puede pasar en un futuro a este respecto".

INFORMACION DE CARACTER FINANCIERO DEL MLN

- El MLN tiene una deuda total de aproximadamente unos U$S 160 mil. Aparentemente esta incluiría desde las pérdidas que originan las empresas comerciales:como ser los diarios,la radio, los cheques sin fondo,los préstamos que han recibido muchas veces para comprar papel para los diarios,los préstamos que han tenido que pedir muchas veces no pueden cubrir con la plata que recaudan y la queles llega por fuera delMovimiento.

Hasta hace uno o dos meses atrás la radio arrojaba una pérdida mensual de aproximadamente unos 8mil dólares y que hoy según los últimos comentarios realizados en las reuniones zonales, esta pérdida ascendería alrededor de U$S 15 mil.-

(SUPLE PAPEL [illegible] SEGUN OIGE 3543)

Hoja No. 1 de 1
Copia No. ORIGINAL
ARCHIVO
D. E. IV.- D - II
Ruta - 8 Kmt.115
111215 - MAY - 992

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No.51/992.-

I.-EVALUACION: A - 1.-

II.-RESPONDE A: Información existente en este Comando.-

III.-T E X T O :

ALERTA SOBRE COLOCACION BOMBAS

-El día 061400-MAY-992, fué recibida en la Jefatura Policía de Rocha, una llamada telefónica, donde informa que se habría colocado una Bomba en el B.P.S. y Canal 9 de dicha Ciudad.-

-Asimismo el día 08-MAY-992, se alertó nuevamente a la mencionada Jefatura de una posible Bomba colocada en la Escuela No.7 "Gral.Artigas" de C.ROCHA.-

-Realizados los peritajes correspondientes, ambos arrojaron resultados negativos.-

IV.-SINTESIS:

Fecha: 06 y 08-MAY-992.-

Organización:

Nombres: . - . - .

Lugar: C.ROCHA.-

Resúmen: Llamadas telefónicas a Jefatura Policía C.Rocha alertando sobre posibles colocaciones de Bombas.-

V.-ACCION TOMADA:

Confección del presente Parte.-

VI.-DISTRIBUCION:

Original .... Cte.J.E.-
Copia No.1 ...... Archivo.-

El Comandante División Ejército IV.-
GENERAL
DANIEL E. GARCIA.-

/EJC/rst/

DIVISION EJERCITO IV - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

E.M.E. Dpto. II (Secc. Adm.)
ENTRADA 7101
MATRICULA Nº
Fecha 15 MAY 92 Hora 1120

Concluyente
26/6/97

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 22 MAY 1992
Pasa a Dicc. Militar
Nº. de Orden 9204173

001/1

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
20-5-92
SSD
9204173

9204173

SECRETO
(SUPLE PAPEL NUMERADO SEGUN OIGE 3543)

Hoja No. 1 de
Copia No Original de 10
D. E. IV D - II
R - 8 Kmt.115
111000 -MAY- 92

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) No.44/992.

I.-EVALUACION: A - 2

II.-RESPONDE A: P.E.I. No.13/92 del Bn.Ing.C.4

III.-T E X T O :

-El 08-ABR-92 se presentó al Bn.Ing.C.4 el Ciudadano Jorge Alejandro LARROSA VAZQUEZ, como Aspirante a Ingreso, el cual fuera rechazado por tener anotaciones negativas.

SE REGISTRA A:

.Jorge Alejandro LARROSA VAZQUEZ

.Fecha de Nacimiento: 15-JUL-973 - Dpto.de LAVALLEJA

.Cédula de Identidad: No.3.779.043-8

.Credencial Cívica : Serie DAA No. 47.724

.Domicilio: Bo.Maldonado Nuevo

.Hijo de : Baudilio y de Lidia Isabel

ANOTACIONES:

.Asiduo concurrente a reuniones y manifestaciones Frenteamplistas.

.Integró la Comisión Juvenil del Bo.Maldonado Nuevo donde la mayoría de sus integrantes son izquierdistas.

.Activo militante del Frente Amplio.

IV.-DISTRIBUCION:

-Original .... Cte.J.E.

-Copia No.1 .... ARCHIVO

-Dist. "B" (menos Bn.Ing.C.4).

El Comandante División Ejército IV

GENERAL

DANIEL ... GARCIA

EJC/jcab/

E.M.C. Dpto. II (Secc. Adm.)
ENTRADA 21/04
MATRICULA Nº
Fecha 15/MAY/92 - Hora 1130

FECHA 08 07 92 INICIAL RE

001/1

OBSERVACIONES

SECRETO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... de Defensa
Fecha de Entrada 22 MAYO 1992
Biográfico - F. Amplio
Nº 9204174

20 5 92
SSD (E)
9204174

RESERVADO

06

ARCHIVO

Hoja No. 1 de 1
Copia No. 3 de 3
D. E. - I I .-
C. SAN JOSE .-
121230MAY92 .-
J.O. 28 .-

1/1

-PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.036/D-2/92.-/

I.-**EVALUACION**:-B - 2 .-

II.-**RESPONDE A**:-Información recabada.-

III.-**T E X T O** :

-El día viernes 08MAY92,se tomó conocimiento de la posible colocación de un artefacto explosivo en / el Liceo Departamental de SAN JOSE "Dr.Alfonso Espínola".-Una llamada telefónica anónima recibida en la Jefatura de Policía de SAN JOSE a la H.2000 mencionaba que el referido artefacto explosivo sería accionado a la H.2200 del mismo día.-

-Concurrieron al Liceo Dptal.personal de la Policía y del Cuerpo de Bomberos,procediendo a revisar las instalaciones del mismo,finalizada la // búsqueda arrojó resultados negativos.-

-Cabe destacar que la voz de la persona que realizó la llamada anónima correspondería a una persona mayor.-Tampoco fue desalojado el local del Liceo,ya que su Directora Profesora Aída GARCIA de GONZALEZ(C/A.) entendió que no sería necesario.-

-Al momento,no se conoce el autor de la mencionada llamada,ni tampoco hay sospechosos.-

IV.-**SINTESIS**:-Fecha:-08MAY92.-
-Organización:- . -
-Nombre:- . -
-Lugar:-C.SAN JOSE.-
-Resumen:-Amenaza de bomba en Liceo Dptal.de SAN JOSE.-

V.-**DISTRIBUCION**:
-Ejemp.- 01 -Archivo.-
-Ejemp.- 02, 03 y 04.-Dpto.II.E.M.E.-

VI.-**ACCION TOMADA**:-Confección del presente Parte.-

Por el Cte.DE-II.y por su orden:
El Jefe del E. M. / DE-II.-
Coronel
Juan C. COUTURE.-

DIVISION DE EJERCITO II - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

3 8 92 (SF)

MINISTERIO ...
Dirección ...
Fecha 22 MAYO 1992
Pasa a Bioq. Militar
No. de 9204175

001/1

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha de Entrada 20-5-92
Pasa a SSD (I)
No. de 9204175
9204175

RESERVADO

RESERVADO

ARCHIVO

Hoja No. 1 de 1
Copia No. 3 de 3
D. E. - I I .-
C. SAN JOSE .-
121230MAY92 .-
J.O. 28 .-

-PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.036/D-2/92.-/

I.-EVALUACION:-B - 2 .-

II.-RESPONDE A:-Información recabada.-

III.-T E X T O :

-El día viernes 08MAY92,se tomó conocimiento de la posible colocación de un artefacto explosivo en / el Liceo Departamental de SAN JOSE "Dr.Alfonso Espínola".-Una llamada telefónica anónima recibida en la Jefatura de Policía de SAN JOSE a la H.2000 mencionaba que el referido artefacto explosivo sería accionado a la H.2200 del mismo día.-

-Concurrieron al Liceo Dptal.personal de la Policía y del Cuerpo de Bomberos,procediendo a revisar las instalaciones del mismo,finalizada la // búsqueda arrojó resultados negativos.-

-Cabe destacar que la voz de la persona que realizó la llamada parece corresponderle a una persona mayor.-Tampoco fue desalojado el local del Liceo,ya que su Directora Profesora Aída GARCIA de GONZALEZ(C/A.) entendió que no sería necesario.-

-Al momento,no se conoce el autor de la mencionada llamada,ni tampoco hay sospechosos.-

IV.-SINTESIS:-Fecha:-08MAY92.-
-Organización:- . -
-Nombre:- . -
-Lugar:-C.SAN JOSE.-
-Resumen:-Amenaza de bomba en Liceo Dptal.de SAN JOSE.-

V.-DISTRIBUCION:
-Ejemp.- 01 -Archivo.-
-Ejemp.- 02, 03 y 04.-Dpto.II.E.M.E.-

VI.-ACCION TOMADA:-Confección del presente Parte.-

Por el Cte.DE-II.y por su orden:
El Jefe del E. M. / DE-II.-
Coronel
Juan C. COUTURE.-

DIVISION DE EJERCITO II - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 12 MAYO 1992
Pasa a Bioq. Militar
Nº. de 9204175

FECHA 3 8 92 INICIAL (SF)

001/1

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha de Entrada 20-5-92
Pasa a SSD (I)
Nº de 9204175
9204175

RESERVADO

RESERVADO

Hoja No. 1 de 1
Copia No. 3
D. E. - I I .-
C. SAN JOSE .-
111000MAY92 .-
[illegible] 27 .-

-PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.035/D-2/92.-/

I.-EVALUACION:-B - 2 .-

II.-[illegible]:-[illegible].-

III.-T E X T O :

-Durante las audiciones en las que aparecía como locutor [illegible] LOPEZ(C/A), dueño de la Radio CX-222 F.M. "LIBERTADOR", el día 01MAY92, mientras realizaba entrevistas a distintas personas sobre el hecho acontecido en la Ciudad de [illegible] en relación a la bomba que fuera puesta en un puente [illegible]viario cerca de dicha ciudad, recalcaba y dejaba entrever como que el Grupo Comando que se adjudicó el hecho, era gente que sabía // utilizar los explosivos.-

-En una de las audiciones que fuera emitida el 012030 MAY92 y en uno de los pasajes de la misma LOPEZ manifestó que podrían haber sido militares los autores // del hecho de referencia.-

IV.-[illegible]:-Fecha:-01MAY92.-
-Origen/Medio:-Prensa Oral(Radio F.M.) CX-222 LIBERTADOR
-Nombre:-Silvio Cesareo LOPEZ.-(C/A).-
-Lugar:-C. FLORIDA.-
-[illegible]:-Intención de un locutor de radio de hacer entrever a la opinión pública que los autores de los atentados con bomba que se perpetraron últimamente habrían sido realizados por militares.-

V.-[illegible]:
-Ejemp.- 01 -Archivo.-
-Ejemp.- 02, 03 y 04.-Dpto.II.[illegible].-

VI.-[illegible]:-Confección del presente parte.-

[illegible] -II.[illegible] su orden:
[illegible] D-II.-

DIVISION DE EJERCITO - REPUBLICA O. DEL URUGUAY -

[illegible].-

001/1

RESERVADO

9204176

ARCHIVO

P.133.-

Montevideo, 16 de Mayo de 1992.-

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA TEXTIL

C.C.T: El 22/V/ a las 17.00 horas se realizará una Asamblea en el local del gremio.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

SINDICATO AUTONOMO D L OMNIBUS: Existe la posibilidad de que se comience a trabajar a reglamento.-

//

2)- **INFORMACION ESTATAL**

ASOC.[illegible]: Está prevista para el día de la fecha la reunión del Plenario Nacional de Delegados y para el día 6/VI/ una Asamblea General.-

M.S.C.E.: La Mesa reunida el 14/V/ resolvió efectuar medidas distorsionantes el día 20/V/con una "sentada" en 18 de Julio a la altura de Minas a partir de la hora 11.00 con volanteadas, con una duración de una hora. Para el 26/V/realizar un Campamento frente al Palacio Legislativo, todo el día al ser interpelados los Ministros de Economía y de Trabajo.-

S.U.A.N.P: Continúan realizando asambleas informativas y paros programados, en contra de la pérdida del salario.-

I.N.A.M.E: Las cuidadoras se encuentran realizando paro general por tiempo indeterminado, al no concederle el Directorio una entrevista. El gremio solicitó ayuda al PIT-CNT para concretar la entrevista para el 26/V/. En el día de ayer realizaron una movilización, estando prevista para el 18/V/a las 13.00 una asamblea solamente de Cuidadores de Hospital y a las 14.00 una Asamblea de todo el gremio.-

CORREOS: En el día de ayer a las 08.30 se realizó una Asamblea en el local de AEBU. El motivo de la misma fué el no cumplimiento del acuerdo por parte del Ministerio de Educación y Cultura y de la Dirección Nacional de Correos para poner fin a la huelga que afectó al servicio de distribución.-

//

ARCHIVO

-134-

Montevideo, 17 de Mayo de 1992.-

//

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: Está prevista para el día 22/V/ a las 17.00 una Asamblea en el local del gremio, donde se tratará el nuevo plan de movilizaciones.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA: El 19/V/a la hora 11.59, se [illegible] la última salida de las unidades a los efectos de realizar una asamblea del gremio en el local sindical.-

SINDICATO AUTONOMO DEL OMNIBUS: Existe la posibilidad de que este sindicato [illegible] trabajo a reglamento.-

FED. URUGUAYA DE LA SALUD: El día 21/V/ realizarán un paro de 07.00 a 14.00 realizando a la hora 09.00 una Asamblea general en el [illegible] Sudamérica para tratar el tema [illegible].-

//

2)- INFORMACION ESTATAL

ASOC.U.T.E: El Congreso Nacional de Delegados reunido en el día de ayer resolvió: No realizar horas extras-no trabajar en la [illegible] a los funcionarios del interior del país a no venir a colaborar en la reparación de dichas [illegible]-Repartir volantes la próxima semana contra la rebaja salarial. Para el 20/V/se prevee la realización de un paro de 10.30 a 13.00 con concentración en el Palacio de la [illegible] para marchar posteriormente hasta 18 de Julio para participar de la "[illegible]" programada por la M.S.C.E.A. Preparar y efectuar propaganda para el campamento a instalarse frente al Palacio Legislativo en el momento en que sean [illegible] interpelados el Ministro de Economía y Finanzas y el Ministro de [illegible]. Para el día 5/V/ realizar una Asamblea con la participación del [illegible] del país.-

CORREOS: En la Asamblea realizada se resolvió, dar una tregua de 10 días al Minis. de Cultura y reunirse con este y el PIT-CNT el día 26/V/ Se resolvió además llamar a una Asamblea para el día 25/V/en el marco de un paro parcial a partir de las 09.00 donde adoptaran nuevas medidas de lucha.-

SINDICATO DEL INAME: Los cuidadores de Hospital realizaron sin consultar al gremio una movilización el día 15/V/; dada esta actitud se resolvió por parte de la dirección del gremio realizar una Asamblea el 18/V/a las 13.00 solamente de cuidadores del hospital y a las 14.00 de todo el gremio.-

S.U.A.N.P: En reunión del Cté Ejecutivo realizada el 14/V/ se resolvió adherirse al plan de movilizaciones propuestas por la MSCRA para [illegible] 20/V/.-

//

///////////////////////// ///////////////////// //////////////

ARCHIVO

P.136.-

Montevideo, 19 de Mayo de 1992.-

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: Está prevista para el día 22/V/ a las 17.00 una Asamblea en el local sindical, para tratar el nuevo plan de movilizaciones.-

CONSTRUCCION

EMPRESA TARMAIN: Avda Sarmiento y L.Franzini; Desde el día 6/V/ se encuentra ocupada por 40 obreros.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA: En el día de la fecha a partir de la hora 11.29 se realizará la ultima salida, con realización de una Asamblea a la hora 13.00 en el local de la F.O.T., no previendose reintegro, normalizandose el servicio con la salida de los nocturnos.-

FED. URUGUAYA DE LA SALUD: Los agremiados a la salud privada preveen para el día 21/V/ la realización de una Asamblea a la hora 09.00 en el Palc. Sudamérica, en el marco de un paro de 07.00 a 14.00 horas por temas salarios principalmente.-

//

2)- **SECTOR PUBLICO**

ASOCIACION UTE: Se prevee para el día de mañana un paro de 10.30 a 13.00 con una concentración en el Plgo. de La Luz con posterior marcha hacia la Avda. 18 de Julio para participar de la "Sentada" programada por la MSCRA; preparar y ejecutar la propaganda para el campamento a instalarse frente al Palc. Legislativo para cuando sean interpelados los Ministros de Economía y Trabajo para el día 5/VI/ realizando además una Asamblea con la participación del interior del país.-

DIRECCION NACIONAL DE CORREOS: En Asamblea realizada el 15/V/ se resolvió dar una espera de 10 días al Ministerio de Cultura y reunirse con este el 26/V/ no repartiendo en ese lapso los "Impresos". Además se resolvió realizar una Asamblea el 25/V/ en el marco de un paro parcial a partir de la hora 09.00, donde se adoptaran nuevas medidas de lucha.-

I.N.A.M.E: Reunidos en asamblea el 18/V/ el gremio del SUINE resolvió; Brindar total apoyo a los cuidadores del hospital. Realizar una Asamblea general el 20/V/ a la hora 18.00 en el local sindical. Realizar además en el día de hoy en horas de la mañana una reunión con el Directorio.-

M.S.C.R.A: Está prevista para el día de mañana a partir de la hora 11.00 una "Sentada" en la Avda. 18 de Julio y Minas por espacio de una hora con volanteada, aprobandose además la realización de un campamento para el día 26/V/ frente al Palc. Legislativo, el día que serán interpelados los Ministros de Economía y Trabajo.-

FED. ANCAP: Está prevista para el día de mañana un paro de 10.30 a 12.30 para concurrir a la "Sentada" programada por la MSCRA.-

COORD. DE LA ENSEÑANZA: Fueron invitados por el PIT-CNT a la reunión con la MSCRA a realizarse el 19/V/ a las 18.00 en la sede del PIT-CNT donde se decidiría la participación en las movilizaciones para el día 20/V/.-

S.U.A.N.P: Se adhiere al plan de movilizaciones previstas para el día de mañana por la MSCRA.-

ASOS. FUN. JUDICIALES: En el día de mañana paran en el horario de 15.00 a 17.00 para concentrarse en la Plza. Constitución y realizar una marcha por la Ciudad Vieja. En el mismo horario pararan en el Interior del país concentrandose en las Plazas locales. El 22/V/ detendran sus tareas entre las 14.00 y las 17.00 manifestando desde la Ciudad Vieja hasta la Pza. Cagancha, donde realizarán lo que denominaron una "Asamblea Pública".-

//

001|1

20-5-92
SSD(I)
9204180

9204180

1/1 -

Se autorizó al SODRE a usar fondos por U$S 20 millones

SESIONO el Senado de la República dando aprobación a todos los puntos del orden del día, entre los cuales una autorización para que ANEP y SODRE hagan uso de recursos provenientes de préstamos por U$S 20 millones y U$S 2 millones respectivamente, otorgados a través de la Empresa española FOCOEX para financiar compra de equipamiento básico.

En otro orden, se aprobó la regulación de expedición de tarjetas de buzo, un acuerdo para la Promoción y Protección de las inversiones entre el Gobierno de la República y el de Canadá y un Proyecto de resolución elevado por la Comisión de Ciencia y Tecnología relacionado con una invitación cursada por el Centro de las Naciones Unidas para la Ciencia y la Tecnología para el Desarrollo.

Fundación "Wilson Ferreira Aldunate"

Fuera del Orden del Día y por mociones para su consideración como asunto de urgencia fueron aprobados la creación de dicha Fundación sin fines de lucro y con la finalidad de propender el desarrollo cultural y científico, así como la designación con el nombre del desaparecido hombre público y a varias entidades de enseñanza oficial y la autorización al Poder Ejecutivo, con carácter transitorio, para mantener en sus cargos diplomáticos a cinco integrantes de ese Cuerpo, más allá de los cinco años reglamentarios, en vez de a tres funcionarios como ocurría hasta el presente.

Aprueban dos venias

El Cuerpo pasó luego a sesión secreta para la consideración de dos venias. Al retornarse al régimen público, se anunció la concesión de la autorización para que el Dr. Juan José Real sea designado Embajador Extraordinario y Plenipotenciario ante la Confederación Helvética y para que el Dr. Daniel Pancevolte sea investido como Fiscal Letrado Departamental. ■

La Mañana 17/oct/91

001/1

Nº DOCUMENTO ....

TITULO Posición y situación actual e histórica del NOAL

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE PROCEDENCIA ....

VINCULACIONES .... [illegible]

Ministros de los no Alineados Juzgan Vital su Movimiento

LARNACA, Chipre, 3 (Reuter).— Ministros de Relaciones Exteriores de los No Alineados dijeron que su movimiento es vital para los intereses de sus miembros a pesar del fin de la Guerra Fría.

Los ministros dijeron que el diálogo, no la confrontación, con los países desarrollados es el único medio de alcanzar un "Nuevo Orden Mundial".

"Los países en vías de desarrollo no tienen otro escudo que el movimiento de los alineados para el diálogo con el norte", dijo a la prensa el canciller sirio Farouk al-Shara tras la apertura de la reunión de ministros en la sede chipriota.

Veinte ministros de relaciones exteriores se contaban entre las delegaciones de 54 países que se sumaron en los días de la reunión para esbozar el papel del movimiento en un mundo con una sola superpotencia, los Estados Unidos.

El ministro argelino Lakhdar Ibrahimi dijo que la dominación del Nuevo Orden Mundial por parte de Washington y sus aliados occidentales no puede ser negada. "Es visible a simple vista... Su superioridad es un hecho", dijo a la prensa.

El movimiento de los no alineados fue fundado en la década de 1950, en el [illegible] de [illegible] entre Washington y Moscú, como una [illegible] [illegible] en su mayor parte por países del tercer mundo que no querían alinearse con ninguna de las superpotencias.

Muchos de los 101 miembros [illegible] luchas de independencia contra las [illegible] occidentales para [illegible] que apoyaron ya en Estados Unidos, ya en la Unión Soviética, para su supervivencia económica y política. El desmoronamiento del bloque oriental intensificó la competencia en busca de ayuda.

"Estos países que alguna vez realizaron una modesta contribución a los programas de ayuda del tercer mundo no son en sí competidores por la ayuda de [illegible] que la proveen", dijo el ministro chipriota George Iacovou.

El canciller de Indonesia Ali Alatas, que asumirá la presidencia de los No Alineados reemplazando a Yugoslavia en setiembre, dijo que el grupo tiene que actuar rápidamente para influir en los eventos mundiales.

"Deberíamos aprovechar esta oportunidad para tener una tempestuosa sesión... para asegurarnos de que el movimiento siga siendo no sólo relevante sino también efectivo para influir en la forma de los desarrollos mundiales", dijo Alatas en el discurso de apertura de la conferencia.

El movimiento se mantuvo a un lado durante la crisis del Golfo y la desintegración de la Unión Soviética. Carece de un liderazgo [illegible] tras la guerra civil en Yugoslavia.

01-09 1209183

Henry Kissinger

Derechos exclusivos en Uruguay

"Los días en que EEUU era la principal fuente de inversión mundial han terminado".

Redefinición de la seguridad nacional

* ¿Es posible dominar un futuro en que las presiones electorales conviertan cada problema en un caso especial?

El presidente Bush ha definido el nuevo orden mundial que vio emergiendo de las cenizas de la Guerra Fría como "un orden en que ninguna nación deba renunciar en lo más mínimo a su soberanía; un orden caracterizado por el gobierno de la ley más que resultado de la fuerza; el acuerdo cooperativo de las naciones más que la anarquía, el derramamiento de sangre y una inaceptable ceguera en los derechos humanos".

Woodrow Wilson proclamó más o menos los mismos principios en 1918. Insistió en que los estándares de egoísmo nacional "que alguna vez gobernaran el Consejo de las Naciones" fueran reemplazados por "un nuevo orden en que las únicas preguntas sean: '¿Es justo? ¿Es correcto? ¿Es por el interés de la humanidad?'".

Con pocas excepciones, todos los líderes nortemericanos desde Wilson han compartido la propensión a renunciar al interés nacional como su motivo. Pero, ¿es una política exterior desinteresada verdaderamente prerrequisito para el liderazgo mundial? ¿No existe el peligro de que otras sociedades puedan percibir estas pretensiones como un subterfugio para la impredictibilidad o como un cheque en blanco para sus caprichos? No necesitamos una política exterior desinteresada sino una definición de los intereses nacionales que comande el consenso doméstico acomodando los intereses de otras sociedades.

El presidente es demasiado modesto cuando dice que su éxito en el Golfo se debió a la doctrina de la seguridad colectiva: "sus miembros fijaron una meta, la liberación de Kuwait y diseñaron un valiente y unificado método de lograrla". De hecho, lo que determinó la meta fue el liderazgo de los Estados Unidos, sin el cual la ONU sin duda se habría congelado. Lo que logró el apoyo colectivo fue la probabilidad de que en su ausencia Norteamérica actuara por sí misma. En otras palabras, algunas de las decisiones colectivas tuvieron por propósito detener a los Estados Unidos, o al menos ganar una mayor influencia sobre nuestras acciones.

Cualquier pensamiento serio sobre el orden mundial debe comenzar de la premisa de que las experiencias históricas de los países producen diferentes enfoques a la política exterior, como la geografía y los recursos. Por ello es que la doctrina de la seguridad colectiva es irrelevante a todos menos los más increíbles retos al orden internacional. Las asunciones genuinas de la seguridad colectiva -que las naciones perciben cada amenaza de la misma manera y que están preparadas a correr riesgos idénticos- simplemente no se aplican en la mayoría de las situaciones previsibles.

Irónicamente, la victoria de Norteamérica en la Guerra Fría ha producido un mundo contrario a la reciente experiencia norteamericana. Durante la Guerra Fría, las democracias industriales dependieron de la protección norteamericana y, durante casi dos décadas, del capital norteamericano. El conflicto ideológico prestó plausibilidad al gusto norteamericano por las cruzadas. Pero la dependencia de nuestros aliados ha declinado: por ello, estarán menos y menos dispuestos a subordinar sus juicios automáticamente al de Washington.

Cualesquiera que sean las declaraciones formales sobre la unidad aliada en la OTAN y en otras conferencias, la ausencia de una avasalladora amenaza mundial a la seguridad limitará el rango de casos a los que se aplica la unidad. Europa y Japón en particular desarrollarán crecientemente capacidades autónomas para la defensa.

Similarmente, los días en que Norteamérica era la principal fuente de inversión mundial han terminado. Claramente muchos países dependen del mercado norteamericano. Sin embargo, en un mundo que busca el libre comercio bajo nuestro tutelaje, el acceso al mercado no es un elemento de negociación particularmente efectivo.

Por todas estas razones, la amplia percepción de que la guerra del Golfo certifica a Norteamérica como la última superpotencia pasa por alto la verdadera importancia de este conflicto. La guerra señaló el glorioso ocaso del mundo de la Guerra Fría, no un nuevo amanecer para un período de dominio norteamericano. Norteamérica sigue siendo militarmente la nación más fuerte, pero la accesibilidad de la tecnología y la reducción presupuestal militar la convierten en un valor en declive. Y nunca *más* debemos librar una guerra con dinero de otra gente; Norteamérica no puede ser la mercenaria del nuevo orden mundial; debe utilizar sus propios recursos para beneficio de sus propios intereses; sus aliados deben correr los mismos riegos si están dispuestos a ayudar. La vitalidad económica será un elemento tan importante del poder nacional como la fuerza militar. El poder será la relacion de las fuerzas políticas, militares y económicas. Como resultado, nuevos centros de poder están emergiendo en Asia y en Europa.

El nuevo sistema internacional será marcado por una aparente contradicción: por un lado la fragmentación, por el otro la creciente globalización. Al nivel de las relaciones entre estados, el nuevo orden será más parecido al sistema de Estados europeos del siglo XVIII y XIX que a los rígidos patrones de la Guerra Fría. Se caracterizará por seis grandes Estados -los Estados Unidos, Europa, China, Japón, lo que emerja de la Unión Soviética y probablemente la India- así como una multiplicidad de países más pequeños. Para Norteamérica, reconciliar valores en cierta medida diferentes y experiencias históricas *muy diferentes* entre países de más o menos igual fuerza será una novel experiencia y un enfoque totalmente nuevo tanto al aislacionismo del siglo pasado como a la hegemonía práctica durante la Guerra Fría. Al mismo tiempo, con el colapso del mundo de dos potencias, las relaciones internacionales han llegado a ser verdadera*mente globales por primera vez* en la historia. Aún más importante, un nuevo conjunto de cuestiones ha surgido para resolverse sobre una base mundial, como la proliferación nuclear, el medio ambiente, las comunicaciones instantáneas y la interdependencia económica. Dentro de este rango de problemas, las expectativas y experiencias norteamericanas son altamente relevantes.

La labor de construir un nuevo sistema internacional se complicará por el hecho de que la experiencia histórica de otros jugadores clave se parece muy poco a cómo Norteamérica ha visto el problema del orden mundial.

Desde el Tratado de Westfalia en 1648, Europa ha basado sus diversos acuerdos sobre el concepto del *equilibrio del poder*. Esto se debe a que Europa ha sido la única región en el mundo que opera un sistema multiestatal. Todos los demás importantes países contemporáneos dominaron sus esferas. Solo en Europa existían estados de aproximadamente la misma fuerza buscando sobrevivir mediante una consciente manipulación de un equilibrio ajustado periódicamente a los cambios en el balance percibido. Pero este enfoque nunca ha sido apoyado por Norteamérica y ni siquiera ha sido apropiadamente comprendido. Los presidentes y los líderes de opinión han condenado el equilibrio del poder al punto de que es difícil encontrar un libro de texto norteamericano en que no se le anteceda con un adjetivo peyorativo.

En cuanto a Rusia, su enfoque a la política exterior ha sido esquizofrénico. Geográficamente parte de Europa tanto como de Asia, históricamente ha sido parte del equilibiro de poder europeo y al mismo tiempo creó un imperio que le convirtió en la *principal amenaza* de este balance. Dividida entre una obsesiva inseguridad y un celo proselitista, entre los *requisitos de Europa* y las tentaciones de Asia, el Imperio Ruso siempre tuvo un papel dentro del equilibrio europeo pero nunca ha sido emocionalmente parte de él. Invadida dos veces en el período moderno, no ha podido aprender la lección de que la conquista resta sustancia tanto al amo como al súbdito. Por el contrario, desde el Congreso de Viena, el Imperio Ruso colocó sus fuerzas militares en tierras extranjeras *más* que ningún otro país y nunca ha dudado en subordinar el bienestar de sus políglotas habitantes con su obsesiva tendencia a imponer la unidad.

Los analistas externos tienden a explicar el expansionismo de Rusia por un sentimiento de inseguridad. Pocos, si acaso alguno, escritores rusos lo han hecho así; han justificado la tendencia expansionista rusa con una vocación mesiánica. La Rusia en marcha rara vez mostró conciencia alguna de límites; la Rusia derrotada tendió a retirarse en un profundo resentimiento. Por la mayor parte de su historia, Rusia ha sido una causa en busca de una oportunidad.

Tampoco China ha tenido experiencia alguna en el manejo de un orden internacional. Más precisamente, *su* definición del orden se refiere sólo a aquellas porciones del mundo que la cultura china pudo alcanzar y trans*formar*. "Por *miles de años* el Imperio" Chino unió su propio mundo bajo un gobierno. El concepto de igualdad soberana de los estados no llegó a China hasta el siglo XIX y entonces en manos de las potencias imperiales de Occidente, una experiencia difícilmente conductiva a la emergencia de un concepto del orden *mundial*. Antes de entonces, China no tuvo un vecino que cuestionara su preeminencia, ni se imaginó que pudiera existir un estado tal en parte alguna. La política exterior consistía en jugar la distancia en contra de los bárbaros cercanos. Pero esto era para manejar las emergencias, no un sistema operativo día con día.



"La guerra del Golfo señaló el glorioso ocaso del mundo de la guerra fría, no un nuevo amanecer para un período de dominio estadounidense" (Telefoto de AFP)

Japón, también, se retiró de todo contacto con el mundo exterior. Por 500 años antes de que fuera abierto a la fuerza por el Comodoro Perry en 1854, Japón ni siquiera se dignaba a balancear a los bárbaros entre sí o inventar una relacion tributaria como los chinos. Cerrado al mundo exterior, se enorgullecía en su singularidad, gratificada su tradición militar en la guerra civil y apoyada su estructura interna en la convicción de que su original cultura era impermeable a la influencia del exterior, superior a ella, al final, la derrotaría más que absorberla. Un país con un pasado tan orgulloso no subordinará para siempre su política exterior a un concepto de seguridad diseñado a miles de quilómetros de distancia. Probablemente los '90 vean una crecientemente asertiva política exterior japonesa y una aceleración de su sutil e incansable rearme diseñado para recuperar el control de su propio destino.

Y en cuanto a India, ahora la emergente potencia en el Sur del Asia, su política exterior es en muchas maneras el último vestigio de los días del imperialismo europeo mezclado con la tradición de una antigua cultura. Antes de la llegada de los británicos, el subcontiente no había sido gobernado como una unidad política durante milenios. La colonización británica procedió con relativamente pocas fuerzas militares porque al principio la población local los consideró el remplazo de un conjunto de conquistadores por otro. Pero, habiendo establecido el gobierno unificado, el Imperio Británico se vio mermado por los mismos valores del gobierno popular y del nacionalismo cultural que había importado a la India. Además de la democracia, la nación hindú que se liberó a sí misma retuvo el afinado sentido del dominio que hace que insista en la preeminencia de todos los territorios controlados desde Nueva Delhi en el clímax del gobierno británico.

En un mundo de participantes con fondos tan dramática*mente distintos*, las premisas básicas de la seguridad colectiva simplemente no pueden funcionar. Los principales países no pueden percibir igualmente las amenazas, ni estar dispuestos a correr los mismos riesgos aún cuando las percepciones ocasionalmente coincidan. Si la seguridad mundial colectiva se busca demasiado literalmente, las instituciones regionales como la OTAN se marchitarán gradualmente y se creará un punto bajo el cual pudieran aparecer presiones locales y aun agresiones y una vez más atraer a Norteamérica a su vértice.

Tampoco es la ley internacional una concluyente guía a la acción. Por supuesto, las violaciones a ella son un factor de consideración. Pero si buscamos resistir todas las violaciones de la ley internacional mediante la fuerza norteamericana, acabaremos con nuestros recursos físicos y psicológicos. Actuamos en la guerra del Golfo por principio, principalmente por la importancia del petróleo para el interés nacional norteamericano.

La creencia popular norteamericana depende de la ansiada extensión de la democracia para resolver los problemas del orden internacional. Seguramente la tradición norteamericana nos llevará siempre al lado de quienes luchan por la libertad y la dignidad humana. Pero estas luchas probablemente sean tan prolongadas como varíen las concepciones de la democracia en las diversas culturas. En cualquier caso, no es evidente que la extensión de la democracia produzca automáticamente un conducto pacífico. La Primera Guerra Mundial fue recibida con entusiasmo por los electorados que disfrutaban de un sufragio masculino universal. En el período actual, si los pueblos de Serbia y Croacia, por ejemplo, tuvieran un plebiscito, casi seguramente endosarían la guerra civil.

Intentar hacer que el mundo se conforma a las expectativas de Norteamérica es un riesgo de sobreextensión; buscar retirarse es abdicación. Pero nuestro debate doméstico, repitiéndose como lo hace el familiar conflicto de los '20 entre el utopismo wilsoniano y el aislacionismo, amenaza *confinar* a Norteamérica a estos extremos. En realidad, los extremos representan dos lados de la misma moneda: un grupo mantiene que, con la derrota del comunismo, no tenemos un interés restante en el *mundo*; el otro equipara nuestro interés nacional con los derechos humanos, asegurando que la extensión de la democracia resolverá todos los problemas internacionales.

Ambos enfoques tienen probabilidades de fracasar. Lo que necesitamos es algo que nunca hemos hecho: definir las distinciones entre lo esencial y lo deseable; entre lo que es posible y lo que va más allá de nuestras capacidades. La redefinición de la seguridad nacional que implica esto debe llevar a un concepto del interés nacional diferente del del mundo de dos potencias de la Guerra Fría -más discriminante en su propósito, menos cataclísmico en su estrategia y, sobre todo, más regional por diseño. Cualquier otro enfoque atraerá la progresiva irrelevancia para finales de esta década, que comenzó con la ilusión de que Norteamérica era la única superpotencia restante.

Hay, sin embargo, un rango completo de temas que nunca han sido objeto de acuerdos globales para los cuales las expectativas históricas de Norteamérica son altamente relevantes. Es la nueva agenda de la población, la ecología y la proliferación nuclear. La población del mundo ha crecido de 1.000 millones en 1850 a 6.000 millones para el siglo XXI. Esta vasta población genera necesidades antes inimaginables de crecimiento económico y corre al mismo tiempo grandes riesgos del cataclismo inherente a la tecnología nuclear. Ambos problemas son tan carentes de precedentes, tan complejos y tan globales en sus implicaciones que el orden internacional comienza a converger en un reto para el gobierno doméstico. ¿Tendrán los líderes que dedicar tanta energía a lograr el apoyo de sus vastas poblaciones que les reste demasiado poca para el levantamiento de una paz estable? ¿Es posible dominar un futuro en que las presiones electorales conviertan cada problema en un caso especial? ¿Podrán las sociedades de tan diversos orígenes culturales definir siquiera los problemas genuinamente globales de manera compatible?

Claramente, estamos al principio de un proceso que requerirá décadas para generar respuestas. Pero es importante comprender que estas respuestas no pueden ser mejores que las preguntas que nos hagamos.

9204186

Viernes 10 de enero de 1992

Notas

Aprovechar la oportunidad (V y última nota)

El equilibrio de fuerzas es la mejor po[...]

Por Richard Nixon

WASHINGTON (Los Angeles Times Syndicate). – El Medio Oriente plantea uno de los más grandes desafíos a la política exterior de los Estados Unidos para el siglo XXI. Al desvanecerse la guerra fría, las rivalidades tradicionales congeladas durante 45 años han comenzado a romper su inmovilidad. En una región en la que virtualmente cada vecino es en el mejor de los casos un rival y en el peor un enemigo, la inestabilidad potencial plantea una grave amenaza a nuestros intereses. En dos zonas de conflictos claves –el Golfo Pérsico y la disputa árabe-israelí– la necesidad de acción por parte de los Estados Unidos se ha tornado urgente [...] extremo.

A raíz de la victoria [...] Golfo Pérsico han [...] la seguridad fáciles para [...] Estados Unidos [...] una política eficiente [...] consolidar la seguridad en el [...], tendría que entender que la complejidad inherente a las posiciones políticas en el mundo musulmán frustrarían probablemente las soluciones globales.



EL CAIRO. – Deliberaciones de representantes de la coalición antiiraquí después [...] presidente egipcio, Hosni Mubarak (centro), recibe a los cancilleres árabes. [...] Sabah al-Ahmed al-Sabah, de Kuwait; Farouk al-Shara, de Siria; jeque Mohammed [...] de Bahrain, y el príncipe Saud al-Faisal, de Arabia Saudita

Tres ilusiones

Nuestra política tendrá que evitar ante todo tres ilusiones fatales: la ilusión de un esquema de seguridad general. Muchos académicos sostienen que el Medio Oriente necesita un pacto de seguridad. Algunos quieren comprometer a las Naciones Unidas, mientras que otros pretenden crear una organización estructurada a semejanza de la NATO o del Consejo de Europa CSCE (*). Pero la ausencia de regímenes estables en los países claves, la escasez de valores compartidos y la falta de una conciencia de la amenaza común tornan inconsistente la actual fascinación con los sistemas globales de seguridad para el Golfo Pérsico.

Una organización de ese carácter –que inevitablemente otorgaría poderes de veto sobre toda acción colectiva a cada uno de sus miembros– entraría en cortocircuito cuando los conflictos locales e inclusive las amenazas internas sobrepasaran su capacidad de arbitrio. En el mundo musulmán las estructuras de seguridad sirven a veces como útiles foros de discusión, pero las soluciones prácticas solamente se obtienen a través de acuerdos pragmáticos concertados en el nivel bilateral.

La ilusión de la limitación de armamentos en la región. Hay cuatro razones por las cuales las propuestas sobre control de armas convencionales no son aconsejables ni viables. En primer lugar, una moratoria en la venta de armas impediría a todos los Estados de la región –tanto amigos como hostiles– equiparse con los medios necesarios para atender a su legítima defensa. Segunda, desde el momento en que la mayor parte de los países del Medio Oriente hace frente a múltiples amenazas potenciales de distinta naturaleza, ninguna receta mágica puede sustituir los tratados internacionales ni delegar en un cartel la tarea de determinar el nivel adecuado de armamentos para cada Estado.

Tercera: los incentivos económicos para los exportadores de armas –no solamente la Unión Soviética sino también las potencias de segundo orden como China, Brasil y Corea del Norte– pronto conducirían a evasiones o violaciones de las limitaciones estipuladas. Cuarta: la limitación de armas convencionales, sobre todo si es impuesta en la región por potencias extrañas, probablemente tendría el efecto perverso de incitar a los países a desarrollar armas de destrucción en masa como fuerza de compensación.

Equilibrio de fuerzas

En vez de un enfoque global, los Estados Unidos deberían perseguir una política de control selectivo de armamentos destinada a restringir el envío de armas a Estados como Siria e Irak, que representan una amenaza para sus vecinos. La venta de armas a potencias defensivas, tales como Israel y Arabia Saudita, más que debilitar fortalece la seguridad regional. El mantenimiento del equilibrio de fuerzas sigue siendo el mejor expediente para la seguridad del Medio Oriente, y la venta de armas representa un instrumento indispensable para la preservación de ese equilibrio.

La ilusión de la redistribución de la riqueza regional. Tan pronto como enmudecieron los cañones en la guerra del Golfo Pérsico, los hacedores de política occidentales comenzaron a clamar por esquemas de reparto de riquezas concebidos para transferir miles de millones de dólares de los Estados petroleros árabes a las naciones árabes más pobres.

El problema de los ricos contra los pobres en el mundo árabe tiene menos que ver con la distribución de la renta petrolera que con la pobreza general de la región. Arabia Saudita y los Estados del Golfo parecen ricos sólo a causa de lo exiguo de su población combinada de 20 millones. La noción de que esos Estados tienen infinitas reservas de dinero se basa en la imagen de los príncipes árabes del jet-set y no en la realidad de su significante pero no ilimitada riqueza. Todo el PBN de Arabia Saudita –102.000 millones de dólares– representa menos de lo que el gobierno de los Estados Unidos gasta para el rubro salud en un solo año.

Aun cuando todas las regalías petroleras fueran repartidas entre todos los árabes el ingreso per cápita llegaría [...] comparado con [...] Europa [...]

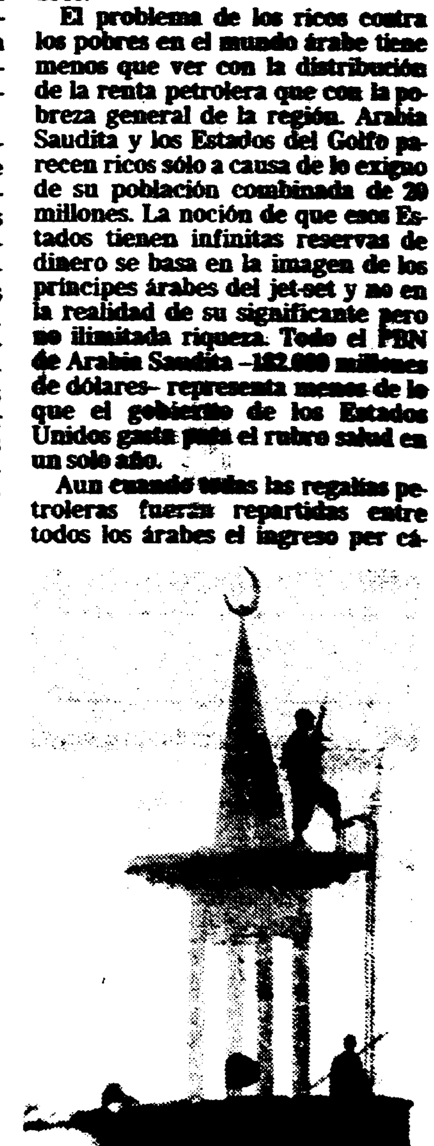
La [...] pobres en [...] en el [...] mercado [...] que [...] al [...] ficencia [...]

Petróleo e Israel

No existe [...] para los [...] el Golfo [...] dan [...] lugar [...] contra [...] del G[...] Teni[...] Pérsico [...] servas [...] probada[...] como la [...] ción de [...] nificativo [...] años– no [...] que [...] región.

Nuestros [...] distos en el Medio [...] leo e Israel– no han si[...] teramente compatib[...] parte, nuestro comp[...] rael ha representado [...] en términos de nue[...] petróleo del Golfo Pé[...] de mercado libre, con [...] el embargo petrolero [...] los árabes, en 1973.

Por otro lado, nu[...] ciones acerca de la [...] Arabia Saudita y lo[...] Golfo han complicado [...] nuestras relaciones [...] Mientras que la desti[...] aviones AWAC de ale[...] a los sauditas en 1982 [...] pera controversia co[...] rios de Israel en el C[...]



Centinelas en una mezquita

9204186

ara el Medio Oriente

ventas de armas –juntamente con otras formas extraoficiales de cooperación en asuntos de seguridad– se revelaron indispensables durante la Operación Escudo del Desierto.

Nuestros intereses demandan un difícil cálculo geopolítico: tenemos que asegurar la supervivencia de Israel y colaborar con los Estados árabes moderados para fortalecer la seguridad en el Golfo Pérsico. El conflicto árabe-israelí representa un obstáculo central. Durante 44 años ambos bandos han invertido infinitos recursos en armas para destruirse mutuamente antes que en proyectos económicos para mejorar la situación de sus ciudadanos.

Una solución basada en territorio por paz redundaría más que nada en beneficio de los intereses tanto de los Estados Unidos como de Israel. Si Israel retiene los territorios ocupados va a corromper su causa moral. Uno de los fundadores del Estado de Israel y líder al que John Foster Dulles describió una vez como "profeta del Antiguo Testamento", David Ben-Gurion, señaló acertadamente que los "extremistas" que promueven la absorción de las tierras árabes van a privar a Israel de su misión: "Si se afinca con la suya Israel no será ni judío ni democrático. Los árabes nos superarían en número y será necesario recurrir a medidas represivas antidemocráticas para mantenerlos bajo control".

Aunque los más de cuatro millones de israelíes y más de un millón aproximadamente de judíos emigrados de la Unión Soviética superarán a los dos millones de árabes en Israel y en los territorios ocupados, es un factor de peligrosa inestabilidad mantener cautivos a los árabes. Si Israel anexa esas tierras su problema de seguridad se va a convertir en un problema nacional, tan difícil de manejar como los que existen en esos Estados multinacionales tales como Irak y la ex Unión Soviética.

Israel se convertiría inevitablemente en un Estado-guarnición binacional, corrompiendo en consecuencia el espíritu de la nación judía con menoscabo también de los propósitos morales en que se funda el compromiso de los Estados Unidos con la supervivencia de Israel.

Ahora o nunca

Paradójicamente, los actuales dirigentes israelíes [illegible] rehúsan buscar la paz en momentos en que las circunstancias para llegar a un acuerdo son las mejores que se han dado en los 44 años de la existencia de Israel como nación:

• Irak, aplastado por la guerra, aislado del mundo árabe y agobiado por deudas y reparaciones, no está ya en condiciones de plantear una amenaza de ofensiva militar convencional a Israel.

• La OLP, [illegible] alineamiento con [illegible] y apartada de sus antiguos recursos de crédito, como Arabia Saudita, ha perdido su ascendiente ante muchos palestinos, así como entre sus partidarios del exterior.

• Siria, económicamente [illegible] y en bancarrota financiera, no puede hacerse [illegible] –después de la Guerra del Golfo– de que su [illegible] de fabricación soviética haya de prevalecer contra Israel.

• Jordania, oprimida entre las dos amenazas del extremismo político y el colapso económico, no representa amenaza alguna para Israel y anhela un acuerdo que pudiera restablecer sus relaciones con Occidente después de haber apoyado a Irak en la Guerra del Golfo.

• Egipto, el único Estado árabe que firmó un tratado de paz con Israel y la principal potencia árabe moderada, ha recompuesto su posición como líder del mundo árabe.

• En vista de la afluencia en masa de emigrados soviéticos a Israel –que llegan ahora al ritmo de 30.000 por mes– los dirigentes árabes saben que ésta será su última oportunidad de evitar la anexión por parte de Israel de los territorios a través de nuevos asentamientos.

• Moscú, [illegible] la metrópoli como para desempeñar su papel tradicional de sostenedor de los procesos de paz, sabe de tener otra opción que [illegible] cualquiera que sea el curso que adopten los Estados Unidos.

Horizonte sombrío

El puño fuerte de Israel se debilitará ineluctablemente con el tiempo. [illegible] israelí, la OLP [illegible] imagen. [illegible] fuentes de apoyo [illegible] del Golfo. [illegible] ex Unión Soviética [illegible] tar la histórica [illegible] de poner el pie en el Medio Oriente.

A medida que aumente la estadística de muertes en la represión de la insurrección palestina el deterioro de la posición [illegible] Israel en el exterior [illegible]. El pueblo de Israel [illegible] se [illegible] taría un mini-Estado [illegible] los territorios ocupados– [illegible] darse cuenta de que el statu quo se ha tornado intolerable.

Israel debe negociar ahora, cuando es más fuerte [illegible], antes que aguardar a que la fuerza incrementada de éstos lo obligue a hacerlo. La esencia de la condición del estadista de éxito reside en concertar un acuerdo en el momento más favorable. Para Israel ese momento ha llegado.

(c) LA NACION

(Traducción de Jorge Ortiz Barili)

(*) Iniciales del Consejo de Seguridad de la Comunidad Europea (N. del T.)

82041888

OFICIAL
ARCHIVO

Hoja 1 de 2
Copia - de -
m.s.
Montevideo, 20 de mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920199 /S.O.E.

I.- ASUNTO MOVILIZACION DE FUNCIONARIOS PUBLICOS

II.- REFERENCIA

III.- T E X T O:

A.- En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura de la concentración convocada por gremiales de funcionarios públicos en rechazo al aumento del 5% y en demanda de un cambio en la orientación salarial del gobierno.

1.- Siendo aproximadamente las 11 hs. (hora de la convocatoria) en la intersección de la Av. 18 de Julio y Fernández Crespo, se concentraron alrededor de 200 personas. Al finalizar la movilización se estima que la concurrencia era entre 250 a 300 personas, en su mayoría hombres (80%) cuyas edades oscilaban entre 25 a 50 años, notándose la presencia de mujeres y algunos menores.

2.- La movilización fue dirigida por los propios integrantes de los distintos gremios que se hicieron presente, invitando al público que transitaba en las inmediaciones a participar de una marcha hacia Av. 18 de Julio y Ejido. Las distintas agremiaciones arribaron al lugar en camiones desde diferentes puntos de la ciudad. Una vez iniciada la marcha a pie por 18 de Julio, la columna de camiones (aproximadamente 10) acompañó la manifestación hasta el punto de dispersión. Durante la misma se observó una adecuada organización, a pesar que en el lugar donde finalizó algunos participantes deseaban continuar manifestando, lo que generó discusiones entre sí y demoró la dispersión.

3.- Se detectaron las siguientes banderas gremiales :
FANCAP - AUTE - UNION FERROVIARIA - SUANP - SINDICATO UNICO DE TELECOMUNICACIONES (SUTEL) - SINDICATO DEL GAS.

4.- Se observaron los siguientes pasacalles :
- RESISTIR LA PRIVATIZACION DEL GAS, POR TRABAJO Y SALARIO DIGNO PIT-CNT
- NO A LA REBAJA SALARIAL
- LUCHAMOS CONTRA LA PRIVATIZACION - SINDICATO DEL GAS.

5.- La actitud de la concurrencia durante la marcha fue pacífica.

6.- No se detectaron agitadores ni dispositivo de seguridad, pudiéndose observar elementos de control y organización encargados de cerrar el tránsito de las calles transversales a la Av. 18 de Julio.

21/5/92
DPTO I
92334

7.- Se realizó volanteada en el lugar de la concentración y durante la marcha (se adjuntan volantes).

8.- La concentración se llevó a cabo de acuerdo a la hora programada, finalizando a las 1230 hs. aproximadamente frente a la I.M.M.

9.- Entre la concurrencia se identificó a los siguientes dirigentes :
- José D'ELIA (Presidente del PIT-CNT)
- Luis IGUINI (Dirigente de COFE)
- Jorge SILVANO (Secretario de Organización del PIT-CNT)
- Ruben VILLAVERDE (Secretario General de FFCSE)
- Oscar LOPEZ (SUANP)
- Lirio RODRIGUEZ (SUNCA)
- Juan José BENTANCOR (FANCAP-Presidente de la M.S.C.)

B.- Durante la movilización no se registraron incidentes entre los manifestantes, apreciándose en cambio, malestar generalizado entre el público transeúnte que a la hora de la misma se desplazaba en el centro de la ciudad. Cabe destacar que el tránsito vehicular fue sensiblemente afectado en todo el radio céntrico provocando embotellamiento de varias arterias.
Se adjuntan tomas fotográficas.

IV.- DISTRIBUCION : Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III (OP) - Archivo

SI LA U.T.E. ES MAS EFICIENTE

TENEMOS DERECHO A VIVIR MEJOR

No es posible la eficiencia si nos rebajan el salario

Si se cumplen los anuncios del Gobierno de rebajarnos el salario, en U.T.E. tendremos el salario más bajo de la historia en el momento de mayor venta de energía

A[illegible]TE - 00 1 920 4 1 8 [illegible]T - CNT

POR URUGUAY "SI"

5 DE JULIO

TAREA DE TODOS PARA QUE EL PUEBLO DECIDA

005 9204188

AUTE/PIT - CNT

EL 5 DE JULIO
TODOS A VOTAR
POR EL PAIS

RESISTIR LAS PRIVATIZACIONES

SINDICATO DEL GAS M.S.C.
PIT CNT

AJUSTE DE N$ 800
POR DIA = ROBO

TODOS A LUCHAR !!

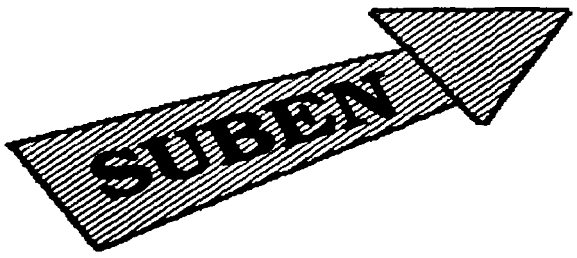
SINDICATO DEL GAS M.S.C.
PIT - CNT

NO

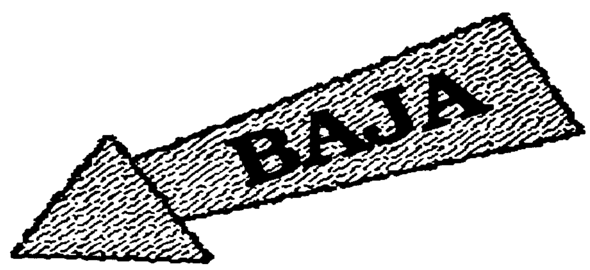
A LA REBAJA SALARIAL

MESA
SINDICAL
COORDINADORA
PIT - CNT

MIENTRAS LAS TARIFAS



NUESTRO SALARIO



LOS TRABAJADORES PUBLICOS NO ACEPTAMOS UNA POLITICA SALARIAL QUE NOS CONDENA A LAS CONDICIONES ANTINACIONALES Y ANTIPOPULARES DEL F.M.I.

PIT/CNT MSC







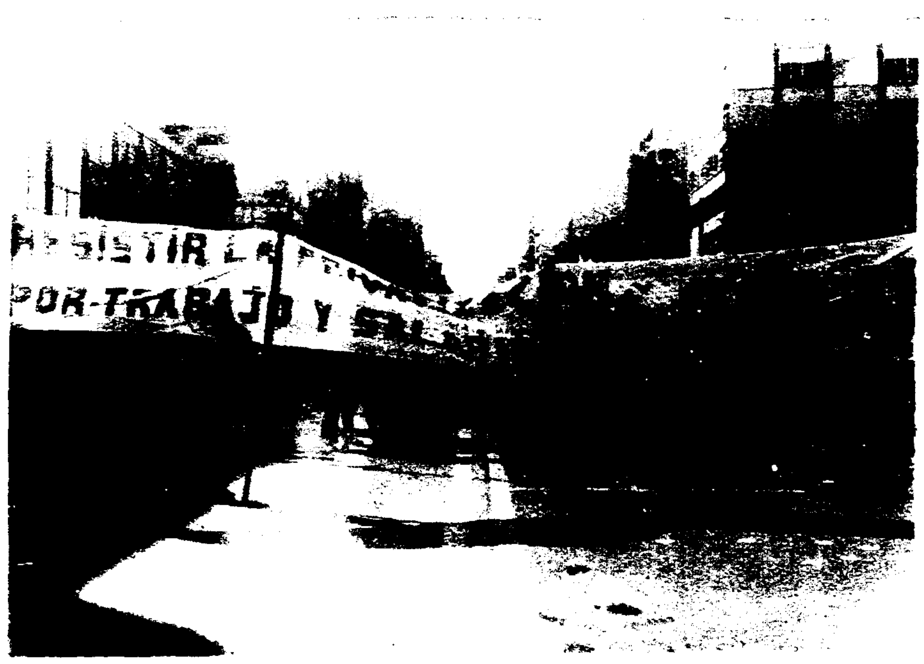












011/11

204188

9204189

ARCHIVO ORIGINAL

1/5

Hoja 1 de 2
Copia - de -
m.s.

Montevideo, 20 de mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920201 /S.O.E.

I.- ASUNTO MOVILIZACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES

II.- REFERENCIA

III.- T E X T O:

A.- En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura de la movilización convocada por la Asociación de Funcionarios Judiciales en rechazo de los últimos aumentos otorgados.

1.- La concentración se realizó en Plaza Matriz reuniendo a la hora de la convocatoria, unas 200 personas. Se estima que se encontraban presentes igual cantidad de mujeres como hombres, no detectándose menores ni niños.

2.- Las edades oscilaban entre 20 a 45 años aproximadamente.

3.- La movilización fue dirigida desde un vehículo con equipo de amplificación, matrícula 523.395 (móvil de publicidad contratado). De éste se dieron directivas para organizar e iniciar la marcha por la ciudad vieja.

4.- Se detectaron las siguientes banderas gremiales :
- ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES
- ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA CONTADURIA GENERAL DE LA NACION
- ACDAMTCP

5.- Se detectáron los siguientes pasacalles :
- EN LA PATRIA DE ARTIGAS LA SOBERANIA NO SE VENDE, DIGALE SI AL REFERENDUM, LOS OBREROS DEL MTCP - COFE PIT-CNT (anclado en la Plaza Matriz).
- LOS OBREROS DEL MTCP NO ACEPTAMOS MAS SALARIOS DE HAMBRE PARA NUESTRAS FAMILIAS, AODAMTCP - COFE PIT-CNT (anclado en la Plaza Matriz).
- POR UNA POLITICA ECONOMICA AL SERVICIO DEL PUEBLO Y NO AL F.M.I., NO A LOS SALARIOS DE HAMBRE, A LAS PRIVATIZACIONES? A LA REFORMA DEL BPS - JUDICIALES (abriendo la marcha).

6.- La concurrencia fue pacífica tanto en la concentración como durante la marcha.

7.- No se detectó la presencia de agitadores. Durante la marcha se observaron alrededor de diez elementos que se encargaban de la organización de la marcha y el control del tránsito.

8.- Se efectuó volanteada durante el recorrido de la marcha, pudiéndose apreciar la entrega de los mismos volantes al público transeúnte.

100 25/5/92

001|5

9.- La marcha se inició a las 1545 hs. aproximadamente, lanzán dose petardos para llamar la atención de los concurrentes.
La misma se desplazó desde la plaza Matriz recorriendo varias calles de la Ciudad Vieja para finalizar en el mismo lugar dispersán dose pacíficamente, siendo las 1630 hs. aproximadamente.
Se destaca que durante la marcha, la movilización se detuvo frente al Correo donde hizo uso de la palabra un dirigente del Sindicato Postal (el mismo no fue identificado).

B.- Es de hacer notar que la realización de la marcha estaba prevista por los funcionarios Judiciales, siendo la convocatoria para la concentración en la Plaza Matriz realizada por los trabajadores de la Administración Central en su conjunto, en el momento de iniciarse la marcha lo hicieron todos los gremios presentes.

IV.- DISTRIBUCION : Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III (OP) - Archivo

LOS FUNCIONARIOS PUBLICOS LUCHAMOS:

1- Por el 25% de aumento al 1º de mayo, no a los miserables 35.000 y 25.000 propuestos.
2- Por el pago de la Cuota Mutual Integra
3- Por el Salario Vacacional
4- Contra las privatizaciones
5- Por la seguridad social al servicio del pueblo

JUDICIALES - COFE - PIT-CNT

9204189

ARCHIVO ORIGINAL 1/5

Hoja 1 de 2
Copia - de -
m.s.
Montevideo, 20 de mayo de 1992.-

M E M O R A N D U M Nro. 920201 /S.O.E.

I.- ASUNTO MOVILIZACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES

II.- REFERENCIA

III.- T E X T O:

A.- En el día de la fecha se concurre a realizar la cobertura de la movilización convocada por la Asociación de Funcionarios Judiciales en rechazo de los últimos aumentos otorgados.

1.- La concentración se realizó en Plaza Matriz reuniendo a la hora de la convocatoria, unas 200 personas. Se estima que se encontraban presentes igual cantidad de mujeres como hombres, no detectándose menores ni niños.

2.- Las edades oscilaban entre 20 a 45 años aproximadamente.

3.- La movilización fue dirigida desde un vehículo con equipo de amplificación, matrícula 523.395 (móvil de publicidad contratado). De éste se dieron directivas para organizar e iniciar la marcha por la ciudad vieja.

4.- Se detectaron las siguientes banderas gremiales :
- ASOCIACION DE FUNCIONARIOS JUDICIALES
- ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA CONTADURIA GENERAL DE LA NACION
- ACDAMTCP

5.- Se detectáron los siguientes pasacalles :
- EN LA PATRIA DE ARTIGAS LA SOBERANIA NO SE VENDE, DIGALE SI AL REFERENDUM, LOS OBREROS DEL MTCP - COFE PIT-CNT (anclado en la Plaza Matriz).
- LOS OBREROS DEL MTCP NO ACEPTAMOS MAS SALARIOS DE HAMBRE PARA NUESTRAS FAMILIAS, ACDAMTCP - COFE PIT-CNT (anclado en la Plaza Matriz).
- POR UNA POLITICA ECONOMICA AL SERVICIO DEL PUEBLO Y NO AL F.M.I., NO A LOS SALARIOS DE HAMBRE, A LAS PRIVATIZACIONES, A LA REFORMA DEL BPS - JUDICIALES (abriendo la marcha).

6.- La concurrencia fue pacífica tanto en la concentración como durante la marcha.

7.- No se detectó la presencia de agitadores. Durante la marcha se observaron alrededor de diez elementos que se encargaban de la organización de la marcha y el control del tránsito.

8.- Se efectuó volanteada durante el recorrido de la marcha, pudiéndose apreciar la entrega de los mismos volantes al público transeúnte.

100 25/5/92

001|5

ORIGINAL

9.- La marcha se inició a las 1545 hs. aproximadamente, lanzándose petardos para llamar la atención de los concurrentes.
La misma se desplazó desde la plaza Matriz recorriendo varias calles de la Ciudad Vieja para finalizar en el mismo lugar dispersándose pacíficamente, siendo las 1630 hs. aproximadamente.
Se destaca que durante la marcha, la movilización se detuvo frente al Correo donde hizo uso de la palabra un dirigente del Sindicato Postal (el mismo no fue identificado).

B.- Es de hacer notar que la realización de la marcha estaba prevista por los funcionarios Judiciales, siendo la convocatoria para la concentración en la Plaza Matriz realizada por los trabajadores de la Administración Central en su conjunto, en el momento de iniciarse la marcha lo hicieron todos los gremios presentes.

IV.- DISTRIBUCION : Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III (OP) - Archivo

LOS FUNCIONARIOS PUBLICOS LUCHAMOS:

1- Por el 25% de aumento al 1º de mayo, no a los miserables 35.000 y 25.000 propuestos.
2- Por el pago de la Cuota Mutual Integra
3- Por el Salario Vacacional
4- Contra las privatizaciones
5- Por la seguridad social al servicio del pueblo

JUDICIALES - COFE - PIT-CNT

Un país con:
Trabajo, salario digno, vivienda,
salud, jubilaciones
Se construye con dignidad,
y **NO** con la Entrega el Extranjero

BUFANO, RUBEN:

ANTECENTES:

AÑO 82: EN LA FECHA ESTE ORGANISMO TOMO CONOCIMIENTO QUE MARTINEZ LUIS ALBERTO Y EL CAUSANTE, DETENIDOS EN GINEBRA, SUIZA, ACUSADOS DE SECUESTRO EXTORSIVO, HABRIAN SIDO ENTREVISTADOS EN PRISION POR NELIDA AGUILAR DE ZUMSTEIN, REPRESENTANTE EN ESA CIUDAD DE LA FEDERACION INTERNACIONAL DE DERECHOS HUMANOS, CONSIDERADA COMO UNA ENTIDAD DE FRENTE DEL PARTIDO COMUNISTA DE LA UNION SOVIETICA.

LA SUMSTEIN, ADEMAS ES UNA DESTACADA ACTIVISTA DE DERECHOS HUMANOS CON FRECUENTES CONTACTOS CON REPRESENTANTES DE ORGANIZACIONES DE SOLIDARIDAD ARGENTINAS QUE SE TRASLADAN A SUIZA PARA TESTIMONIAR ANTE EL GRUPO DE TRABAJO SOBRE DESAPARICIONES FORZADAS E INVOLUNTARIAS O PRESIONAR DURANTE LAS REUNIONES DE LA COMISION DE DERECHOS HUMANOS DE LAS NN.UU.

LA ENTREVISTA ENTRE MARTINEZ, EL CAUSANTE Y AGUILAR DE SUMSTEIN, SE HABRIA REALIZADO EN OCT/NOV81, DURADO VARIAS HORAS Y DURANTE ELLA, LOS CIUDADANOS ARGENTINOS, HABRIAN ENTREGADO A LA REPRESENTANTE DE LA FIDH, PRUEBAS DE HABERSE DESEMPEÑADO COMO CUSTODIAS DE OFICIALES SUPERIORES Y HABER PARTICIPADO EN "OPERACIONES ESPECIALES", AFIRMANDO ASIMISMO POSEER DOCUMENTACION COMPROMETEDORA PARA EL GOBIERNO DE LAS FF.AA. ES MUY PROBABLE QUE LA ZUMSTEIN, CON TODO ESE MATERIAL, PRESENTE UN "CASO" ANTE LA COMISION DE DERECHOS HUMANOS DE LAS NN.UU.

30NOV83: EN LA PAGINA 6 DEL DIARIO "LA NACION", DEL DIA DE LA FECHA, SE PUBLICO UNA NOTA, PROCEDENTE DE ZURICH, QUE DA CUENTA DE LO SIGUIENTE:
"TRES ARGENTINOS FUERON CONDENADOS POR UN TRIBUNAL LOCAL A 4 AÑOS Y 9 MESES DE CARCEL Y DOS ARGENTINAS A 2 AÑOS Y MEDIO DE PRISION, POR SU PARTICIPACION EN EL SECUESTRO EN BS. AS., EN 1981, DE UN EMPRESARIO URUGUAYO"
"LOS CINCO FUERON PROCESADOS AQUI, DESPUES DE QUE LA SUPREMA CORTE DE JUSTICIA RECHAZO EN MARZO UN PEDIDO DE EXTRADITACION A LA ARGENTINA, POR CONSIDERAR QUE EL GOBIERNO MILITAR DE ESE PAIS NO PODIA GARANTIZAR UN PROCESO IMPARCIAL

POR EL SECUESTRO DEL BANQUERO URUGUAYO CARLOS DAVID KOLDOBSKY"
"EN LA AUDIENCIA DE LA CAUSA, LUIS ALBERTO MARTINEZ, EX POLICIA EN LA ARGENTINA, DIJO AL TRIBUNAL QUE PARTICIPO EN NUMEROSOS ASESINATOS DE PRESOS POLITICOS ARGENTINOS, INCLUSO DECENAS DE ELLOS QUE FUERON ARROJADOS AL MAR DESDE AVIONES".
"MARTINEZ, MENCIONO LOS CRIMENES AL DECLARAR QUE PLANEABA UTILIZAR SU PARTE DE UN RESCATE DE U$S 1.500.00 POR UN SECUESTRO PARA EMIGRAR DE LA ARGENTINA E INICIAR UNA NUEVA VIDA EN LOS EE.UU. SIN EMBARGO, EL PRESIDENTE DEL TRIBUNAL CALIFICO A LOS ACUSADOS COMO "TURISTAS CRIMINALES", MOVIDOS PURAMENTE POR SU CODICIA"
"TANTO MARTINEZ, RUBEN OSVALDO BUFANO (AGENTE DE SEGURIDAD) Y LEANDRO ANGEL SANCHEZ (EMPRESARIO) FUERON CONDENADOS A UNA PENA INFERIOR EN TRES MESES A LA MAXIMA PARA ESOS CASOS ESTABLECIDA POR LA LEY. LAS MUJERES FUERON IDENTIFICADAS COMO LAS ESPOSAS DE MARTINEZ Y SANCHEZ RESPECTIVAMENTE".
"LOS 5 ACUSADOS FUERON DETENIDOS EL 12 DE MARZO DE 1981 EN GINEBRA-SUIZA, DONDE PLANEABAN COBRAR EL RESCATE TRASFERIDO A UN BANCO SUIZO POR FAMILIARES DEL SECUESTRADO"
"MARTINEZ EXPRESO QUE FUE ASIGNADO A ARRESTOS Y ASESINATOS DE MIEMBROS DE GRUPOS OPOSITORES. SOSTUVO QUE PARTICIPO EN TRES VUELOS EN QUE EN TOTAL FUERON ARROJADOS AL MAR 150 PRISIONEROS".
"SIEMPRE HABIA GRAN CONFUSION EN ESAS OPERACIONES, SEÑALO. EN UNA OCASION, POR ERROR, FUERON TAMBIEN ARROJADOS AL MAR TRES SARGENTOS DEL EJERCITO ARGENTINO".
"LA FISCALIA INDICO QUE EL TESTIMONIO FUE IDENTICO A DECLARACIONES QUE MARTINEZ AFECTUO INMEDIATAMENTE DESPUES DE SU DETENCION Y PARECIA PRINCIPALMENTE DESTINADO A LOGAR PROTECCION DE LA EXTRADICION".

IANANTUONI, JULIO JORGE:

NACIONALIDAD: ARGENTINO
FECHA DE NAC.: 1947
DOMICILIO: YERBAL Nº 2805, PISO 7º - DPTO. "23" CAP. FED.

13NOV74: EN LA FECHA Y EN CIRCUNSTANCIAS EN QUE EL COMISARIO JOSE MIGUEL CALDERON, TITULAR DE LA CRIA. DE GRAL. RODRIGUEZ VIAJABA EN COMPAÑIA DEL SUB-INSPECTOR NORBERTO PACCE, AL LLEGAR A LA INTERSECCION DE LA RUTA 202 Y ACCESO OESTE, OBSERVO EN ACTITUD SOSPECHOSA A TRES PERSONAS DEL SEXO MASCULINO QUE SE HALLABAN EN EL INTERIOR DE UN FORD FALCON. CHAPA C-498.550, MOTIVO POR EL CUAL LOS FUNCIONARIOS POLICIALES LES INTERCEPTARON EL PASO Y PROCEDIERON A IDENTIFICAR A LOS OCUPANTES, QUIENES RESULTARON SER: EL CAUSANTE, NICOLAS ALFREDO ORLANDO Y CARLOS ALEJO RONCO. AL CAUSANTE SE LE SECUESTRO UNA PISTOLA MARCA "BERETA", Nº 34.211, CAL. 7,65 MM CON SU RESPECTIVO CARGADOR Y PROYECTILES Y UNA CREDENCIAL EXPEDIDA POR EL MINISTERIO DE DEFENSA, VIRTUALMENTE APOCRIFA, QUIEN MANIFESTO SER MILITAR RETIRADO.

ACTO SEGUIDO SE ESTABLECE QUE EN EL INTERIOR DEL BAUL DEL CITADO VEHICULO SE HALLABA JORGE OSCAR MINUTO, QUIEN MOMENTOS ANTES HABIA SIDO SECUESTRADO EN LA ZONA DE CABALLITO (CAP. FED.) EN LAS CALLES PUEYRREDON Y FRANKLIN. ASIMISMO DEL BAUL SE SECUESTRO, INYECTABLE "AMPLIATIL"; IDEM "VALIUM" 10 MGS., 10 JERINGAS HIPODERMICAS Y CINTA ADHESIVA. LOS NOMBRADOS EN PRIMER TERMINO FUERON TRASLADADOS EN CALIDAD DE DETENIDOS A LA COMISARIA DE MORENO, DONDE MANIFESTARON PERTENECER AL PERONISMO ORTODOXO, RESPETUOSOS DE LA VERTICALIDAD Y QUE HACE UNA SEMANA A LA FECHA PROCEDIERON A CREAR UNA ORGANIZACION QUE DENOMINARON "FRENTE ANTICOMUNISTA NACIONAL JUSTICIALISTA" (F.A.N.J.), COMO UN DESPRENDIMIENTO DEL "C.N.U.".
POR OTRA PARTE EXPRESARON QUE MINUTO, PERTENECE A LA AGRUPACION "MONTONEROS".
EL AUTOMOVIL UTILIZADO POR LOS SECUESTRADORES LO SUSTRAJERON EN JURISDICCION DE LA CRIA. 11 DE LA POLICIA FEDERAL Y PERTENECE A MANUEL MANGOLIA.
EL CAUSANTE REGISTRA LOS SIGUIENTES ANTECEDENTES: EN LA ACTUALIDAD SE HALLA EN SITUACION DE DISPONIBILIDAD EN EL EJERCITO ARGENTINO CON EL GRADO DE TTE. 1ro., HABIENDO CUMPLIDO UNA CONDENA EN EL PENAL DE MAGDALENA CON INTERVENCION DE LA JUSTICIA MILITAR.

12MAR74: LA POLICIA, FORMOSA Y TUCUMAN SOLICITAN SU CAPTURA POR "PRIVACION ILEGITIMA DE LIBERTAD".

18JUL74: IDEM ANTERIOR.

MARTINEZ, LUIS ALBERTO:

NACIONALIDAD: ARGENTINA
FECHA DE NACIMIENTO: 05DIC39
C.I.: 4.736.365
ESTADO CIVIL: CASADO
DOMICILIO: MENDOZA 4535, CAP. FED.
PROFESION: EX-AGENTE DE LA POLICIA FEDERAL. DISIDENTE DE LA MISMA. INGRESO 09MAY63

ANTECEDENTES: IDEM BUFANO, RUBEN.

MONTEVIDEO, 18 DE MAYO DE 1992

ASUNTO: SENDERO LUMINOSO

Se encontraría desarrollando una superestructura logística y operativa en ARGENTINA denominada "SUGAR" (Secciones Urbanas de Grupos Armados Revolucionarios).

SUGAR estaría conformado por elementos dirigentes de SENDERO LUMINOSO y activistas de MTP (Movimiento Todos por la Patria), GAR (Grupo Armado Revolucionario),de agrupaciones de ultraizquierda de menor cuantía y de delincuentes comunes captados y remunerados para la acción directa.

El SUGAR estaría preparando la instalación de una base de operaciones en la zona limítrofe de MISIONES y BRASIL para operar sobre este último. Contaría con apoyo logístico y humano de los Tupamaros uruguayos que aportarían campos de adiestramiento en el sudoeste de la frontera uruguayo-brasileña, especialmente en las costas del rio URUGUAY.

SUGAR estaría instalando también bases en las zonas de gran densidad poblacional y con grandes bolsones de pobreza localizadas en la provincia de BUENOS AIRES.

La intención hasta ahora detectada es que SUGAR pretenden operar sobre BRASIl por considerarlo el país con mayores posibilidades de rebrotes subversivos y de mayor densidad de población en estados marginales de pobreza y su intrusión se haria desde BOLIVIA y desde los puntos fronterizos señalados.

ARCHIVO 1/6

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MONTEVIDEO,21 DE MAYO DE 1992.-

T.I. Nro.064/92.- SEÑOR SUB-DIRECTOR EXTERIOR DE LA D.G.I.D.

Adjunto remito a usted los documentos Nros.9204191 y 9204192 recibidos de una agencia a los efectos que estime pertinentes.-

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

Coronel

Luis P. Aranco

CCO 04/06/92

SEÑOR SUB-DIRECTOR DE INTERIOR DE LA D.G.I.D.

Remito a usted los documentos remitidos por el Departamento II, a los efectos que estime pertinentes.-

Saluda a usted atentamente

El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.

Coronel (Av.)

Jorge Pedragosa

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 25 MAYO 1992
Pase a Brig. Militar
Nº. de 9204193

Montevideo, 22 de mayo de 1992.-

SEÑRO JEFE DEL DEPARTAMENTO I (INT):

A los efectos de su consideración y posterior confección de los E.E.I. necesarios para accionar al Departamento III (OP), DGID, y E-II.-

Saluda a usted atentamente
El Sub-Director de Interior de la DGID
Coronel
LIUIS

Se confeccionó P.I. 15/92 para el E-2 y DPTO.III/DGID.-

9204193

002

BUFANO, RUBEN:

ANTECENTES:

AÑO 82: EN LA FECHA ESTE ORGANISMO TOMO CONOCIMIENTO QUE MARTINEZ LUIS ALBERTO Y EL CAUSANTE, DETENIDOS EN GINEBRA, SUIZA, ACUSADOS DE SECUESTRO EXTORSIVO, HABRIAN SIDO ENTREVISTADOS EN PRISION POR NELIDA AGUILAR DE ZUMSTEIN, REPRESENTANTE EN ESA CIUDAD DE LA FEDERACION INTERNACIONAL DE DERECHOS HUMANOS, CONSIDERADA COMO UNA ENTIDAD DE FRENTE DEL PARTIDO COMUNISTA DE LA UNION SOVIETICA.

LA SUMSTEIN, ADEMAS ES UNA DESTACADA ACTIVISTA DE DERECHOS HUMANOS CON FRECUENTES CONTACTOS CON REPRESENTANTES DE ORGANIZACIONES DE SOLIDARIDAD ARGENTINAS QUE SE TRASLADAN A SUIZA PARA TESTIMONIAR ANTE EL GRUPO DE TRABAJO SOBRE DESAPARICIONES FORZADAS E INVOLUNTARIAS O PRESIONAR DURANTE LAS REUNIONES DE LA COMISION DE DERECHOS HUMANOS DE LAS NN.UU.

LA ENTREVISTA ENTRE MARTINEZ, EL CAUSANTE Y AGUILAR DE SUMSTEIN, SE HABRIA REALIZADO EN OCT/NOV81, DURADO VARIAS HORAS Y DURANTE ELLA, LOS CIUDADANOS ARGENTINOS, HABRIAN ENTREGADO A LA REPRESENTANTE DE LA FIDH, PRUEBAS DE HABERSE DESEMPEÑADO COMO CUSTODIAS DE OFICIALES SUPERIORES Y HABER PARTICIPADO EN "OPERACIONES ESPECIALES", AFIRMANDO ASIMISMO POSEER DOCUMENTACION COMPROMETEDORA PARA EL GOBIERNO DE LAS FF.AA. ES MUY PROBABLE QUE LA ZUMSTEIN, CON TODO ESE MATERIAL, PRESENTE UN "CASO" ANTE LA COMISION DE DERECHOS HUMANOS DE LAS NN.UU.

30NOV83: EN LA PAGINA 6 DEL DIARIO "LA NACION", DEL DIA DE LA FECHA, SE PUBLICO UNA NOTA, PROCEDENTE DE ZURICH, QUE DA CUENTA DE LO SIGUIENTE:
"TRES ARGENTINOS FUERON CONDENADOS POR UN TRIBUNAL LOCAL A 4 AÑOS Y 9 MESES DE CARCEL Y DOS ARGENTINAS A 2 AÑOS Y MEDIO DE PRISION, POR SU PARTICIPACION EN EL SECUESTRO EN BS. AS., EN 1981, DE UN EMPRESARIO URUGUAYO"
"LOS CINCO FUERON PROCESADOS AQUI, DESPUES DE QUE LA SUPREMA CORTE DE JUSTICIA RECHAZO EN MARZO UN PEDIDO DE EXTRADITACION A LA ARGENTINA, POR CONSIDERAR QUE EL GOBIERNO MILITAR DE ESE PAIS NO PODIA GARANTIZAR UN PROCESO IMPARCIAL

POR EL SECUESTRO DEL BANQUERO URUGUAYO CARLOS DAVID KOLDOBSKY"
"EN LA AUDIENCIA DE LA CAUSA, LUIS ALBERTO MARTINEZ, EX POLICIA EN LA ARGENTINA, DIJO AL TRIBUNAL QUE PARTICIPO EN NUMEROSOS ASESINATOS DE PRESOS POLITICOS ARGENTINOS, INCLUSO DECENAS DE ELLOS QUE FUERON ARROJADOS AL MAR DESDE AVIONES".
"MARTINEZ, MENCIONO LOS CRIMENES AL DECLARAR QUE PLANEABA UTILIZAR SU PARTE DE UN RESCATE DE U$S 1.500.00 POR UN SECUESTRO PARA EMIGRAR DE LA ARGENTINA E INICIAR UNA NUEVA VIDA EN LOS EE.UU. SIN EMBARGO, EL PRESIDENTE DEL TRIBUNAL CALIFICO A LOS ACUSADOS COMO "TURISTAS CRIMINALES", MOVIDOS PURAMENTE POR SU CODICIA"
"TANTO MARTINEZ, <u>RUBEN OSVALDO BUFANO</u> (AGENTE DE SEGURIDAD) Y LEANDRO ANGEL SANCHEZ (EMPRESARIO) FUERON CONDENADOS A UNA PENA INFERIOR EN TRES MESES A LA MAXIMA PARA ESOS CASOS ESTABLECIDA POR LA LEY. LAS MUJERES FUERON IDENTIFICADAS COMO LAS ESPOSAS DE MARTINEZ Y SANCHEZ RESPECTIVAMENTE".
"LOS 5 ACUSADOS FUERON DETENIDOS EL 12 DE MARZO DE 1981 EN GINEBRA-SUIZA, DONDE PLANEABAN COBRAR EL RESCATE TRASFERIDO A UN BANCO SUIZO POR FAMILIARES DEL SECUESTRADO"
"MARTINEZ EXPRESO QUE FUE ASIGNADO A ARRESTOS Y ASESINATOS DE MIEMBROS DE GRUPOS OPOSITORES. SOSTUVO QUE PARTICIPO EN TRES VUELOS EN QUE EN TOTAL FUERON ARROJADOS AL MAR 150 PRISIONEROS".
"SIEMPRE HABIA GRAN CONFUSION EN ESAS OPERACIONES, SEÑALO. EN UNA OCASION, POR ERROR, FUERON TAMBIEN ARROJADOS AL MAR TRES SARGENTOS DEL EJERCITO ARGENTINO".
"LA FISCALIA INDICO QUE EL TESTIMONIO FUE IDENTICO A DECLARACIONES QUE MARTINEZ AFECTUO INMEDIATAMENTE DESPUES DE SU DETENCION Y PARECIA PRINCIPALMENTE DESTINADO A LOGAR PROTECCION DE LA EXTRADICION".

<u>IANANTUONI, JULIO JORGE:</u>

NACIONALIDAD: ARGENTINO
FECHA DE NAC.: 1947
DOMICILIO: YERBAL Nº 2805, PISO 7º - DPTO. "23" CAP. FED.

<u>13NOV74</u>: EN LA FECHA Y EN CIRCUNSTANCIAS EN QUE EL COMISARIO JOSE MIGUEL CALDERON, TITULAR DE LA CRIA. DE GRAL. RODRIGUEZ VIAJABA EN COMPAÑIA DEL SUB-INSPECTOR NORBERTO PACCE, AL LLEGAR A LA INTERSECCION DE LA RUTA 202 Y ACCESO OESTE, OBSERVO EN ACTITUD SOSPECHOSA A TRES PERSONAS DEL SEXO MASCULINO QUE SE HALLABAN EN EL INTERIOR DE UN FORD FALCON. CHAPA C-498.550, MOTIVO POR EL CUAL LOS FUNCIONARIOS POLICIALES LES INTERCEPTARON EL PASO Y PROCEDIERON A IDENTIFICAR A LOS OCUPANTES, QUIENES RESULTARON SER: EL CAUSANTE, NICOLAS ALFREDO ORLANDO Y CARLOS ALEJO RONCO. AL CAUSANTE SE LE SECUESTRO UNA PISTOLA MARCA "BERETA", Nº 34.211, CAL. 7,65 MM CON SU RESPECTIVO CARGADOR Y PROYECTILES Y UNA CREDENCIAL EXPEDIDA POR EL MINISTERIO DE DEFENSA, VIRTUALMENTE APOCRIFA, QUIEN MANIFESTO SER MILITAR RETIRADO.

ACTO SEGUIDO SE ESTABLECE QUE EN EL INTERIOR DEL BAUL DEL CITADO VEHICULO SE HALLABA JORGE OSCAR MINUTO, QUIEN MOMENTOS ANTES HABIA SIDO SECUESTRADO EN LA ZONA DE CABALLITO (CAP. FED.) EN LAS CALLES PUEYRREDON Y FRANKLIN. ASIMISMO DEL BAUL SE SECUESTRO, INYECTABLE "AMPLIATIL"; IDEM "VALIUM" 10 MGS., 10 JERINGAS HIPODERMICAS Y CINTA ADHESIVA. LOS NOMBRADOS EN PRIMER TERMINO FUERON TRASLADADOS EN CALIDAD DE DETENIDOS A LA COMISARIA DE MORENO, DONDE MANIFESTARON PERTENECER AL PERONISMO ORTODOXO, RESPETUOSOS DE LA VERTICALIDAD Y QUE HACE UNA SEMANA A LA FECHA PROCEDIERON A CREAR UNA ORGANIZACION QUE DENOMINARON "FRENTE ANTICOMUNISTA NACIONAL JUSTICIALISTA" (F.A.N.J.), COMO UN DESPRENDIMIENTO DEL "C.N.U.".
POR OTRA PARTE EXPRESARON QUE MINUTO, PERTENECE A LA AGRUPACION "MONTONEROS".
EL AUTOMOVIL UTILIZADO POR LOS SECUESTRADORES LO SUSTRAJERON EN JURISDICCION DE LA CRIA. 11 DE LA POLICIA FEDERAL Y PERTENECE A MANUEL MANGOLIA.
EL CAUSANTE REGISTRA LOS SIGUIENTES ANTECEDENTES: EN LA ACTUALIDAD SE HALLA EN SITUACION DE DISPONIBILIDAD EN EL EJERCITO ARGENTINO CON EL GRADO DE TTE. 1ro., HABIENDO CUMPLIDO UNA CONDENA EN EL PENAL DE MAGDALENA CON INTERVENCION DE LA JUSTICIA MILITAR.

12MAR74: LA POLICIA, FORMOSA Y TUCUMAN SOLICITAN SU CAPTURA POR "PRIVACION ILEGITIMA DE LIBERTAD".

18JUL74: IDEM ANTERIOR.

MARTINEZ, LUIS ALBERTO:

NACIONALIDAD: ARGENTINA
FECHA DE NACIMIENTO: 05DIC39
C.I.: 4.736.365
ESTADO CIVIL: CASADO
DOMICILIO: MENDOZA 4535, CAP. FED.
PROFESION: EX-AGENTE DE LA POLICIA FEDERAL. DISIDENTE DE LA MISMA. INGRESO 09MAY63

ANTECEDENTES: IDEM BUFANO, RUBEN.

MONTEVIDEO, 18 DE MAYO DE 1992

ASUNTO: SENDERO LUMINOSO

Se encontraría desarrollando una superestructura logística y operativa en ARGENTINA denominada "SUGAR" (Secciones Urbanas de Grupos Armados Revolucionarios).

SUGAR estaría conformado por elementos dirigentes de SENDERO LUMINOSO y activistas de MTP (Movimiento Todos por la Patria), GAR (Grupo Armado Revolucionario),de agrupaciones de ultraizquierda de menor cuantía y de delincuentes comunes captados y remunerados para la acción directa.

El SUGAR estaría preparando la instalación de una base de operaciones en la zona limítrofe de MISIONES y BRASIL para operar sobre este último. Contaría con apoyo logístico y humano de los Tupamaros uruguayos que aportarían campos de adiestramiento en el sudoeste de la frontera uruguayo-brasileña, especialmente en las costas del rio URUGUAY.

SUGAR estaría instalando también bases en las zonas de gran densidad poblacional y con grandes bolsones de pobreza localizadas en la provincia de BUENOS AIRES.

La intención hasta ahora detectada es que SUGAR pretenden operar sobre BRASIl por considerarlo el país con mayores posibilidades de rebrotes subversivos y de mayor densidad de población en estados marginales de pobreza y su intrusión se haría desde BOLIVIA y desde los puntos fronterizos señalados.

006/6

9204192

Montevideo,21 de mayo de 1992.-

MEMORANDUM N°14/92

1. La Dirección Nacional de Información e Inteligencia (D.N.I.I.), con la cooperación en información de autoridades españolas, investiga - desde hace más de un año la presencia y actividades en Uruguay de - integrantes de la organización terrorista ETA.

2. Los terroristas realizan distintas inversiones en nuestro país y -- mantenían contactos con cuatro organizaciones de la izquierda radical uruguaya: Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros (MLN-T), Federación Anarquísta del Uruguay (F.A.U.), Movimiento 26 de Marzo (26 M) y Partido por la Victoria del Pueblo (PVP).

3. El 15 de mayo se realizaron operativos policiales que resultaron en la detención de 26 mayores y dos menores de 14 y 17 años.Sometidos a la Justicia, 15 de los mayores fueron procesados por delitos relacionados con la falsificación de documentos.

4. Dado que las investigaciones continuan, no es posible brindar más información por el momento.

5. NOMINA DE DETENIDOS: PROCESADOS

- Amaya ARAQUISTAIN UNAMUNO, española, 36 años
  (nombre falso: Fermina IJURCO ICOA)
- Miguel IBAÑEZ OTEIZA, español, 37 años
- Jesús María LARIZ IRIONDO, español,40 años
- Gastón María GIANNERO TORRAN, oriental, 28 años
- Ramón Angel HERNANDEZ GABIOLA, español, 42 años
- María Rosario DELGADO IRIONDO, española,34 años
  (nombre falso:Aburtsane DELGADO IRIONDO)
- Cándido OSTOLAZA IZAGUIRRE, español, 41 años
- Jesús Javier GOITIA UNZURRUNZAGA, español,38 años
  (nombre falso:Jesús María GOITIA UNZURRUNZAGA)
- María Lourdes ZORRUZUA ELBERDIN, española,36 años
  (nombre falso: Isabel ECHEVERRIA MENDIZABAL)
- José ARREGUI GOICOCHEA, español, 48 años
- Pedro María GOMEZ LOPEZ, español, 36 años
  (nombre falso: Juan Francisco GOMEZ LOPEZ)
- Mónica Elisa DIAZ DOMINGUEZ, oriental, 19 años
  (procesada sin prisión).

01|02 920419

- Luis María LIZARRALDE IZAGUIRRE, español,36 años
- Juan José URRUTIA PIA, español, 27 años
  (nombre falso: Agustín IRIBERRY JUANTORENA)
- Lourdes GARAYALDE SALSAMENDI, española, 31 años
  (nombre falso: Milenmaite ARIZALA ZABALETA

6. NOMINA DE DETENIDOS NO PROCESADOS

- Juan SARASOLA ARBILDI, español 55 años
- María del Carmen ASSANDRI EZQUERRA, oriental 31 años
- Héctor Eduardo LOPEZ VIÑOLES, oriental, 54 años
- Sergio Aram BEDROSSIAN KOUYOUMDJIAN, oriental 27 años
- Ana María MARIEZCURRENA HERANDORENA, española 41 años
- Artzai OSTOLAZA ZORROZUA, español, 14 años
- Haritz OSTOLAZA ZORROZUA, español, 17 años
- Francisco Javier LEGUINA AZTORQUIZA, español 24 años
- Yolanda AYUZO MEDINA, española, 33 años
- Cristina CASTELLON AYUZO, española, 26 años

ANEXO "ALFA"

- Un etarra de nombre Sixto GOMEZ se traslada por Punta del Este en auto matriculado en la República Argentina.(Se desconoce si es nombre verdadero)
- Un etarra de nombre Xavier GOMEZ(se desconoce si es nombre verdadero) mantiene relaciones con el MLN-T a través de Oscar SUAREZ MOYANO (a) " Quico", perteneciente al MLN.
- Xavier GOMEZ, Oscar SUAREZ y un NN masculino de la ETA, de nombre alias "Jesús" (posiblemente Juan LARIZ, según relación de pasajeros), viajaron a Buenos Aires el 12/Nov./91.-

03-03 9204/94

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DPTO.I

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Montevideo 21 de Mayo de 1992

M E M O R A N D U M Nº 31/92

EVAL : A-2

REFERENTE A : SUAREZ MOYANO OSCAR

TEXTO : -Se registra que el mencionado tiene el teléfono 49.66.11.

-Consultada Guía telefónica inversa,el mismo corresponde a CERIANI Graciela (Esposa del causante) YARO 1067.

-SUAREZ MOYANO Oscar,no vive en esa dirección,si su señora e hijos el causante se encuentra vivendo separado de CERIANI Graciela.

El Jefe del Dpto.I(INT)

TTE.CNEL.

Tomás Cassella

22/5/92

(PS)

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

Fecha 21 MAYO 1992

Nº 2041-95

001|1

M.D.N.

D.G.I.D.

DPTO. I.

MONTEVIDEO
211020MAY92

(FE)

M E M O R A N D U M N°029/992

ASUNTO: INFORMACION OBTENIDA

REFERENTE: MAÑANA FERRARA, Horacio Eduardo

EVALUACION: A-1.

T E X T O : - Se ha tomado conocimiento que dicha persona trabaja en la Agencia de Quinielas N°32, que cursa 7mo. año de Medicina y que en el transcurso del presente año solicitó ingreso en la Jefatura de Policía de Montevideo.

- Se han obtenido además los siguientes datos filiatorios:
  - C.I.: 1.626.803-6
  - C.C.: BPA 15.512
  - Domicilio: Cabildantes N°3544
  - Hijo de: Carlos (F) y Helena Mercedes
  - Fec. de Nac.: 01.09.963 (Mdeo.)

El Jefe del Departamento I (Int.) D.G.I.D.

Tte.Cnel.

Tomas Cassella

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 21 MAYO 1992
N° 9204196

001/1

ARCHIVO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL DPTO.I

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Montevideo,21 de Mayo de 1992

M E M O R A N D U M Nº30/92

EVAL : A-1

REFERENTE A : TRIAS GIL JUAN ALFREDO (C/A)

C.I.-1.285550-6

C.C.- ALB 10034

Hijo de Aladino y Olga

F.N.- 08/01/953 (Lavalleja)

DOM.- Chimborazo y Gral.Flores Senda 10 Apto.20 (1986)

REG.FOT. Serie D 578831/1986

EL JEFE DEL DPTO.I (INT)

Tte.Cnel.

Tomás Cassella

22/5/92

(PS)

001/1

920419 7

920 4198

8

1/2

MEMORANDUM Nro. 920200/REI/FECHA: 20.MAY,92

I - ASUNTO: INFORMACION GENERAL DEL MLN

II - EVALUACION: B-2

III - REFERENCIA: 951-B-I

IV - TEXTO : OCUPACION DE TIERRAS EN EL BALNEARIO SOLYMAR

- Se tomó conocimiento que el día sábado 16 de mayo se concretó la ocupación de terreno a la cual anteriormente se había informado. La misma estaría ubicada entre las calles Varela entre Márquez Castro y Venezuela, a la altura del km 24. del Bal. Solymar Presumiblemente como ya se había informado con anterioridad dichos terrenos podrían pertenecer a la Curia de Canelones o muy presumiblemente a un NNM de nacionalidad argentino que podría haberlos adquirido aproximadamente en el año 55 y del cual hasta la fecha nada se ha podido saber.

Las familias que realizaron la ocupación fueron alrededor de unas 14 y si no ocurren inconvenientes Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO (a) "EL ÑATO" (MLN), tiene "pensado" traer 125 familias de Cerro Norte.

Dicha ocupación está integrada por 9 o 10 carpas y entre los ocupantes los militantes mas conocidos serían: NNM PABLO (que trabaja en el Puerto y vive en el Complejo Habitacional EUSKALERRIA), LUJAN (a)"LULU", NNM HEBER perteneciente al G.B.6, dos NN de unos 24 o 25 años que vive en SOLYMAR, un NNM perteneciente al CC del PVP, es de complexión gruesa, morocho oscuro, alto y era propietario de una verdulería ubicada en Jaime Cibils y Urquiza, un NNM que trabaja en la Carpintería RAICES de propiedad de Julio MARENALES (MLN) el mismo tiene el cabello rubio; una NNF de complexión gruesa ques es de Paysandú y está permanentemente en el lugar de la ocupación por no tener vivienda y por último tenemos a la hija de E. FERNANDEZ HUIDOBRO (MLN).

Referente a la NNF LUJAN (a) "LULU" se tomó conocimiento que la misma estaría separada del esposo y que ANTELO no sería su apellido, ya que sería el apellido del esposo. La misma continúa militando en el G.B. 13 y atiende la cantina del MLN Central.

Sobre el NNM de unos 24 o 25 años participante de dicha ocupación se tomó conocimiento que posiblemente viva en SOLYMAR NORTE o MEDANOS DE SOLYMAR, por las inmediaciones del LICEO de dicha ZONA. Esta persona es él que les dá apoyo y además conoce el ambiente y a los vecinos.

Se tomó conocimiento que E. FERNANDEZ HUIDOBRO (MLN) y su Sra, asisten casi a diario a visitar dicha ocupación.

También recibieron el apoyo de una NNF que milita o trabaja para el SERSOC y se encuentra a dos cuadras del lugar.

SERSOC es una organización que brinda asesoramiento para la Sanidad, sicológico y jurídico, a las personas que estuvieron detenidas.

Se tomó conocimiento que los militantes de la mencionada ocupación fueron víctima de un robo ; les cortaron una carpa por el lado de atrás y les sustrajeron dos mochilas y N$ 25 mil. Actualmente se están realizando los correspondientes trámites para la legalización de la ocupación.

9204199

MEMORANDUM ..920204................/..R.e.I........../FECHA: 21.05.92 1/2

I.ASUNTO: A.N.P

II.REFERENCIA: 837-I-II

III.EVALUACION:

IV. TEXTO:

Se ha tomado conocimiento que eldía 25 del corriente mes, a la hora 11 ,se llevará a cabo en el Garage del Edificio sede de la A.N.P,una Asamblea General,en la cuál se tratará la realización de un paro general (se ampliará).

(55)

001/2

DISTRIBUCION: ORIGINAL: SEÑOR JEFE DEL DPTO.I

IDENTIFICACION DEL AGENTE

(a.z)

002/2 9204199

9204200

1/2

SOLICITUD DE ANTECEDENTES AL A.G.I.I. DPTO.III(

Nro.. .026........

Montevideo, .21...de .MAYO./1992

SEÑOR JEFE DE A.G.I.I.:

Por la presente solicito a Usted antecedentes de las siguientes personas.

- Rulber FUMEIRO CACHO (PCU)

SOLICITO POR: Cap César BERTERRECHE

OPERACION . R.e.I.

EL JEFE DEL DPTO.III(OP)

TTE.CNEL.

Carlos Berdiño

001/2

9204200

M.D.N.
D.G.I.D.
SUB-DCCION
221900MAY92

SOLICITUD DE ANTECEDENTES Nro 026/92

SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I (INT):

Remito a usted a los efectos de que se tramite lo solicitado precedentemente.-

Saluda a usted atentamente
El Sub-Director de Interior de la DGID
Coronel
LUIS

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL · SUB DIRECTOR · República O. de Uruguay

002/2

9204200

6 892 44

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1241
(PG)

ACTA DE CIERRE DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION: (ORGANISMO) DIRECCION GENERAL DE INFORMA CION DE DEFENSA.

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 28 de Julio de 1993.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTE AL AÑO 1992.-

o

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. NRO. 9204200

(REF. A.: SOLICITUD DE ANTECENTES Nro. 026/92

OPERARIO/S: Sdo. 1ra.G.Pose.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 x

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el cierre del acta, se da por finalizada la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este Rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación
S.O.M.
Juan Carlos Martínez

El Jefe del AGII de la D.G.I.D.
Cnel.
Walter A. Mesa.

FIN

ROLLO

1241

ANEXO
ROLLO
1241

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

A C T A   D E   A P E R T U R A

ANEXO AL ROLLO N° 1241 (SJ)

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 04 de Agosto de 1993.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE VUELVE A MICROFILMAR: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1992.- R.E.NROS.9203165, 9203581, 9203937, 9203968, 9204102 Y 9204171.-

IDENTIFICACION DE PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.NRO.9203165 REF. A: PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro.059/MIR/992 DEL E.M.E.-Fs.001/27.-

OPERARIO/S: Sdo.1ra.Sandra López.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: ///////////////////

PREPARACION DOCUMENTAL: /////////////

CONTROL: Personal del A.G.I.I.-

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del Acta, se procede a la iniciación de la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación
S.O.M. Juan Carlos Martínez

El Jefe del AGII de la DGID
Cnel. [illegible] Mesa.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL — DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA — A.G.I.I. — República O. del Uruguay

Documentos D.G.I.D.
Año 1992

EJERCITO NACIONAL.
E. M. E.
DEPARTAMENTO E-II.
CA. C/INF.
231130 -ABR- 1992.

ARCHIVO

1/27

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº. 059/MIR/992.

I.- EVALUACION: B-1

II.- RESPONDE A: M26M. Información proporcionada por Abel.

III.- TEXTO:

-Se eleva Carta Semanal del Movimiento 26 de Marzo correspondiente al período 30 de Marzo al 6 de Abril de 1992 y del 6 de Abril al 12 de Abril de 1992.

IV.- ACCION TOMADA: La confección del presente parte.

V.- DISTRIBUCION: Original — J. Dpto. E-II del E.M.E.
Copia Nº.2 — Archivo.

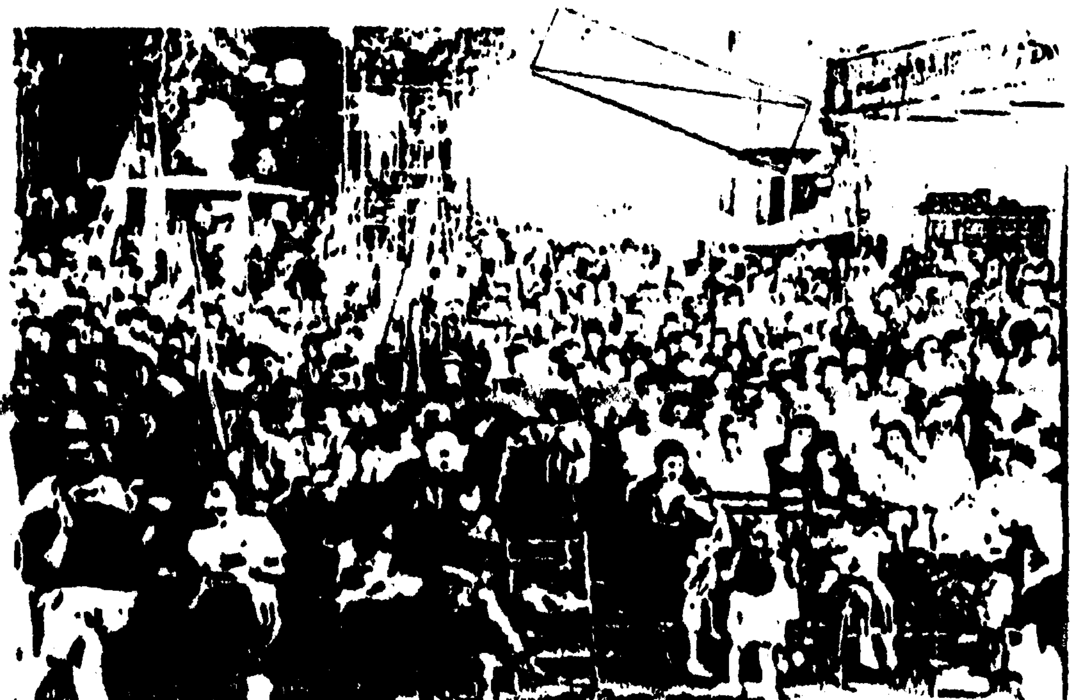
El Jefe de la Ca. C/Inf. de Ejército.
Tte.Cnel. EDGARDO DI CUNHA.

ESTE DOC. TIENE PARTES ILEGIBLES, POR SER FOTOCOPIA

001 | 27

CARTA *

DEL 5 DE ABRIL AL 12 DE ABRIL DE 1992



"Lo más preciado que posee el hombre es la vida. Se le otorga una sola vez, y hay que vivirla de forma que no se sienta un dolor torturante por los años pasados en vano, para que no queme la vergüenza por el ayer vil y mezquino, y para que al morir se pueda exclamar: ¡toda la vida y todas las fuerzas han sido entregadas a lo más hermoso del mundo, a la lucha por la liberación de la humanidad! Y hay que apresurarse a vivir. Pues una enfermedad estúpida o cualquier casualidad trágica pueden cortar el hilo de la existencia".

Nikolai Ostrovski

[illegible] DE LA SEMANA

Esta semana correspondió el acto Aniversario y por consiguiente, la mayor parte de los esfuerzos estuvieron dirigidos, precisamente a la preparación de esta actividad central.

El balance de la actividad fue altamente positivo, teniendo en cuenta el momento actual y los escasos recursos que se emplearon. Es sabido que no hay organización política de izquierda en este momento que se atreva a realizar un acto en la calle. [illegible] nivel de movilización es objetivamente bajo. [illegible] la semana anterior recordábamos que un acto [illegible] por el Referendum donde estaría Aston [illegible] juntar más que 2[illegible] personas. Que debido a [illegible] dificultades económicas por las que atravesamos [illegible] imposible disponer de recursos para trasladar compañeros del interior. A pesar de estas razones se tuvo una concurrencia numerosa y muy importante para el momento que se vive.

De la misma manera que recibimos la presencia de otras fuerzas frenteamplistas tales como Guillermo Álvarez, Diputado por el Partido Socialista, [illegible] [illegible], CUF: Sergio Previtale, Pregón; Enrique [illegible] [illegible]: Rossi, MRO: FIDEL, Movimiento Socialista, etc. Posiblemente lo más destacado corresponda a la fuerte presencia obrera y de sindicalistas. A muchos militantes intermedios del Partido Comunista y [illegible] jóvenes del MPP, especialmente del MLN.

Estuvo en el estrado, el dirigente de la Central de Trabajadores de Melo, también estuvo Félix González. Se contó con la presencia de trabajadores de FUNSA, Clínicas: el presidente de Conaprole, el Sud [illegible], AFUR, FOICA, ATSS, 4 trabajadores de Cerámicas del Sur de Libertad, SAG y trabajadores de [illegible] Lacase y del hotel 5 estrellas. Un acto combativo, con un discurso vivido por todos los presentes y muy aplaudido. Una actividad realmente importante que finalizó con un baile en la calle y la presencia artística de varios conjuntos e intérpretes. Al mismo tiempo que se realizaba la actividad política, los daneses entretenían a los niños con un espectáculo artístico, de excelente nivel que han preparado y lo han brindado en varios lugares del país

También fueron oradores en esta oportunidad, dos representantes de los obreros, uno correspondiente a la textil OSAMI y un trabajador del 5 estrellas. Contamos en esta oportunidad con varios ómnibus gratis que nos brindó la empresa CUTCSA.

Los compañeros del Chuy se costearon como agrupación un transporte, otro tanto hicieron los cros. de Libertad, mientras que se envió un ómnibus hasta Rivera y Tacuarembó, que trasladó cros. de ambas agrupaciones. En cuanto a las finanzas podemos decir que el acto se autofinanció y si no hubiera sido por la rotura del ómnibus, podríamos haber ganado algún dinero. En total se vendieron 2 millones en la cantina con lo que obtuvimos una ganancia de [illegible] millón; por venta de ropa usada se hicieron 300 mil pesos, por concepto de materiales y libros, 100 mil, tortas fritas 80 mil y de venta de gorros, hicieron los cros. de Colón, 40 mil.

Compañeros y amigos de la organización, festejamos un nuevo aniversario como corresponde, con la confianza y la alegría de estar avanzando y creciendo junto al pueblo, forjando la nueva alternativa popular. Debemos destacar la presencia de la cra. Nelsa, todo un signo de dignidad y firmeza, un ejemplo que nos ilumina y nos compromete cada día más con la lucha.

También en el correr de la semana, la organización continuó con las actividades fundamentales en relación al trabajo de cada uno de los frentes. En esta etapa donde le asignamos a partir de las reuniones de fin de año, principalísima importancia al trabajo de los barrios, interior y trabajadores, muchas de las actividades se dirigieron hacia esos sectores.

El cro. Eduardo visitó Canelones, acompañado por nuestro cro. y Edil por ese departamento De Giovanángelo. Una serie de visitas a gremios y trabajadores en conflicto, entrevistas de prensa y una charla final en el local de la organización fueron el eje central de esta visita. Trabajadores de Alur (metalúrgicos), construcción, Frigorífico Amegilo: Municipales conversaron y expusieron la problemática actual de esa ciudad: donde en este momento hay más de mil obreros parados por situaciones de conflictos o despidos. Durante la actividad en el local, la presencia de los jóvenes fue lo más destacado, de la misma manera que sorprendió al cro. de la DN la estima con que se le considera a nuestro cro. Edil por parte de los trabajadores y jóvenes de esa ciudad. Esto nos dice una vez más la importancia que tiene para la organización contar con hombres públicos y sobre todo de conducta y actitud revolucionaria.

Pero esta semana también hubieron entrevistas con otros trabajadores en conflicto, que demuestran el acierto de nuestra organización en priorizar la atención y dedicación principal de nuestro esfuerzo hacia los trabajadores y los barrios. Primero nos visitaron varias veces los obreros de Paylana —en conflicto— quienes almorzaron repetidas veces en nuestro comedor central. Participamos en una asamblea del sindicato del hotel 5 estrellas, donde los obreros nos solicitaron que hiciéramos uso de la palabra y luego, enviaron una carta de agradecimiento por la solidaridad recibida por parte del 26 como saludo al Aniversario. Y por último, recibimos en central, una delegación del sindicato de ALPASA Agromercado, que están en huelga. Esta gente nos aclaró que pertenecían a distintos partidos del FA, pero que todo el mundo había coincidido que para encontrar respaldo a su lucha de manera concreta e inmediata, buscaran a la gente del 26. Muchos de ellos conocen a nuestros compañeros de los supermercados, donde evidentemente nuestros cros. han realizado su trabajo político en medio de las tareas económicas. Estamos en el camino correcto, la vinculación con la gente, ser servidores del pueblo. Un día una maestra se viene desde Cerro Pelado, a buscar leche en polvo para un liceo de campaña porque una señora de Florida le dijo: "esto te lo pueden resolver los muchachos del 26"; esta semana los trabajadores de un gran almacén, vienen buscando apoyo aclarando que ellos son de otros partidos, pero han coincidido que para su lucha, es el 26 quien les puede dar respaldo. Allí están los pobladores de los barrios 19 de Abril, 12 de Diciembre, o las cooperativas del Cerro, o ahora los Bulevares de Montevideo, donde el cro. Eduardo acaba de tener una muy buena reunión con vecinos del barrio. Esta es la tarea, por ahí vamos creciendo y nos vamos encontrando con la gente que queremos caminar juntos, por donde queremos crecer y pelear. Con los trabajadores, con los pobres y humildes, con el pueblo.

Los cros. de Italia, enviaron hace un buen tiempo una nueva consola para la radio, la cual ya está instalada, para alegría y mejoramiento de la emisora. Cuanto vale este aporte, por supuesto que no los dólares que salió comprarla, que sin duda son varios; vale el esfuerzo y vale el estímulo que llega a los cros. y no cros. que trabajan allí y que ven de esta manera que nos empezamos a preocupar por mejorar cada vez más la transmisión y la parte técnica de la emisora.

El cro. Walter de cultura estuvo en Porto Alegre donde los cros. de aquella agrupación sostienen una muy buena actividad a través del Instituto [illegible], organismo cultural similar a nuestra casa Uruguay-Suecia. Diferentes cursos en este instituto permiten ingresar importantes cifras de dinero recaudadas mediante la inscripción y cuotas mensuales de los alumnos. Durante este mes, ingresaron 700 dólares las cuales se comparten con el cuerpo de profesores que trabajan en dicho instituto. Esta actividad nos relaciona y nos prestigia enormemente en dicha ciudad, dando la oportunidad de trabajo a varios profesores En relación a la cultura, se está imprimiendo la nueva revista cultural y está previsto que el próximo martes siete de abril, la misma sea presentada en la Galería del Correo Viejo. Este es un nuevo esfuerzo en la tarea creativa de los cros. de cultura y de nuestra imprenta. Semana a semana el cro. Héctor se ha estado reuniendo con no menos de 15 personas, todas ellas no pertenecientes a nuestra organización, quienes están plenamente identificados con este esfuerzo. Vemos esta experiencia como altamente positiva, pues nos permite avanzar por terrenos donde antes nos era imposible, contribuir a nuestros objetivos a partir de la colaboración y trabajo de otras personas, que no necesariamente pertenecen al 26; esto nos da mayores fuerzas que las propias, nos permite influir y crecer también. La revista será un nuevo éxito que lo veremos echar vuelo la próxima semana cuando se presente por primera vez al público.

Recibimos también esta semana, mil dólares enviados por cros. de Italia; que bien vienen en estos momentos y que nos permiten solucionar montones de problemas. Finanzas terminó de pagar esta semana el campo de San José; este ha sido otro esfuerzo importante y un gran estímulo para los cros. de finanzas ya que los recursos en su totalidad, fueron logrados por el esfuerzo de los cros. de los super, la Tasca y demás. Este campo, de 100 cuadras como se recordará se adquirió con la entrega de diez mil dólares y el resto, o sea otros diez mil, en cuotas mensuales. En principio, se solicitó un préstamo de diez mil a la familia de un cro. el cual ya se devolvió y posteriormente se pagaron las cuotas mensuales. Al pago de esta última cuota, el fisco nos tasó este campo que nos costó 20 mil dólares, en más de 112 millones de pesos, es decir, unos 40 mil dólares. Esta semana vendimos 50 toneladas de leña, treinta de las cuales fue en una licitación, y las otras 20 a particulares. Tal volumen nos exige la existencia de una cuadrilla de monteroses, además de nuestro esfuerzo de fin de semana. Estamos terminando la construcción de manera de poder instalar un casero permanente y durante el correr del año, comenzar a llevar algunos animales a este establecimiento. Otro de los buenos logros de la organización de los últimos tiempos, y el estímulo del esfuerzo de los cros. de finanzas que han hecho posible que la organización cuente hoy con esta nueva fuente de recursos.

Pioneros realizó dos bailes, uno en el local central y el otro en La Teja. También vimos a muchos Pioneros jóvenes trabajando alegremente para el acto central. Corresponde señalar que el sector de trabajadores participó activamente repartiendo invitaciones y haciendo pegatinas para este aniversario, en gran medida el éxito de la asistencia de delegaciones al acto se debió a su trabajo y esfuerzo. Durante el correr de la semana continuaron los arreglos y el esfuerzo de los cros. de la imprenta por convertirla en un fuerte polo de desarrollo y crecimiento de la organización.

A las pinturas de la semana anterior se le sumó el arreglo del "Ferro", vieja máquina que sigue prestando tantos servicios a la organización; posiblemente si hubiéramos tenido que pagar a mecánicos de afuera los arreglos, hubiéramos tenido que invertir no menos de mil quinientos a dos mil dólares, sin embargo todos los trabajos se realizaron con nuestros cros. del taller de la imprenta y otros cros. de la agrupación.

Hemos tenido ofertas para trabajar todo el año en la confección de bolsas para supermercados. El esfuerzo de los cros. de la imprenta sigue dando buenos ingresos estos siempre están en aumento y sin duda, cuanto tengamos la posibilidad de invertir deberemos mirar hacia ese sector que es tan altamente eficiente. Allí nos reunimos esta semana para evaluar la marcha del semanario y la posibilidad de continuar introduciendo mejoras con el fin de superarnos. Hoy el semanario está en su nivel más alto en la

historia de nuestro esfuerzo de prensa partidaria.

Nos visitó en Libertad, el Obispo de San José, José Galimberti; el mismo estuvo por espacio de dos horas recorriendo las instalaciones de la chacra y conversando con nuestros cros. acerca de los fines y propositos de nuestro trabajo. Otra muestra del crecimiento y del avance de la organización en esta etapa.

ACTIVIDADES PRINCIPALES DEL MES DE ABRIL

Durante el mes de abril, tendrán lugar una serie de actividades impulsadas por los distintos frentes y sectores de trabajo. Las que aquí reseñamos son las principales y de las que hemos tenido conocimiento hasta el dia de hoy, nos se descarte las que se puedan agregar o existan sin que las conozcamos. El conocerlas por adelantado, nos permite impulsarlas y contribuir a su éxito.

JUEVES 9:

Inauguración de la Revista Cultural, IMAGEN. Esta actividad constara de dos partes. Por la mañana, una conferencia para la prensa en la Tasca del Buno y por la tarde, una presentación más amplia para cros., amigos e intelectuales en la Galeria del Correo Viejo.

SABADO 4:

Acto aniversario en la ciudad de Durazno

SABADO 11:

Acto aniversario en la ciudad de Buenos Aires.

10;11;12 de ABRIL:

Curso politico en Montevideo. Participarán entre 20 y 25 cros. pertenecientes a todos los frentes y sectores de trabajo.

17;18;19 de ABRIL:

Curso politico similar al anterior, para un nuevo grupo de compañeros.

13;14;15 de ABRIL:

Encuentro de Jovenes Guias de Pioneros en Playa Pascual.

16; al 19 de ABRIL:

Seminario de FALCON (Alcones) en la ciudad de Buenos Aires, donde participaran cros. de Pioneros.

25 y 26 de ABRIL:

Encuentro con gente que quedó vinculada a Pioneros en actividades de campamentos y Olimpiadas.

17; 18 de ABRIL:

Festival de la canción del Chuy.

MIERCOLES 22 DE ABRIL:

Fiesta aniversario de AMULP. Esta programado en la Plaza del Entrevero

Durante este mes:

Aparición de la Revista Paloma, organo propagandistico de la Asociación de Mujeres.

Durante el MES DE ABRIL:

Inauguración del Policlinico del Chuy con la presencia de las mujeres del Center Parti, organizacion que facilitó los recursos para este policlinico.

24;25;26 de ABRIL:

Encuentro cultural, debate politico sobre los 500 años, desempleo, Mercosur, marginación y participación. Organizado por los jóvenes con participacion del movimiento estudiantil.

24 y 25 de ABRIL:

Encuentro de trabajadores, invitando a compañeros del interior y de Montevideo.

DURANTE EL MES DE ABRIL:

Se editara un nuevo Cuaderno del 26.

Es conveniente recordar, que casi todas estas actividades significan una preparación previa. Un buen nivel de organizacion interno y de trabajo hacia afuera. Significa pensar en varias cosas a la vez; por un lado obtención de recursos, invitaciones y trabajo de propaganda. Se debe trabajar con los medios de prensa, varios dias antes. Tener prontos los afiches, las invitaciones, así como los aspectos centrales de "discursos" folletos y materiales en general. Estas actividades merecen que cada vez se piense más en relación de que para qué las hacemos. ¿A quién le queremos llegar? ¿Con qué le queremos llegar? ¿De qué manera le vamos a llegar?. Se trata no de repetir lo de todos los años anteriores, se trata de tener imaginación, creatividad, de superarnos. Tenemos que preparar con tiempo y con dedicación todos estos actos, de manera de cumplir los objetivos previstos tan conversados durante las reuniones de fin de año. Hoy tenemos condiciones exelentes para nuestro trabajo hacia afuera. Esto no quiere decir que no debamos trabajar con mayor impulso y más esfuerzo por superar nuestra actividad concienteç. Abril será un mes de mucho trabajo y de grandes actividades, contamos con poco tiempo, es importante pensar de qué manera conseguiremos más exito en las tareas centrales de este mes. A cada uno de los frentes de trabajo le corresponde dedicarle tiempo y planificación a sus actividades.

EL COMPAÑERO MIGUEL

Hace unos años, cuando la organización desarrollaba su infraestructura economica en Brasil, necesitó de cros. y allí de un dia para el otro partieron para Río Airton, Noeli y sus hijos y Miguel con Nelba. Ahora tenemos la desgracia de perder a este compañero al cual todos apreciabamos y queriamos tanto. Miguel fallecio victima de un accidente carretero, mientras manejaba una camioneta, el destino decidió que se le atravesara un camión y le quitara la vida. Mientras tanto, la organización toda lo mantendrá en esa memoria colectiva como compañero y revolucionario que seguirá siendo para todos nosotros. A su valiente compañera y a las dos hijitas la seguridad de que siempre estaremos a su lado y que Miguel entra en la historia del 26 de Marzo y del pueblo uruguayo.

ACTIVIDAD INTERNACIONAL EL DOMINGO 29

Aprovechando la presencia de delegaciones extranjeras, el domingo 29 pasado se realizó una actividad politica en el local de la Casa Cultural con la presencia del Gral. Victor Licandro, del cro. Gusmán Díaz y de los cros. representantes de los distintos frentes de trabajo. En primer lugar, el Gral. Licandro se refirió al tema militar en América Latina y en segundo lugar, el cro. Gusman desarrollo el tema del Mercosur. Luego los representantes extranjeros hicieron numerosas preguntas, lo que llevó la reunión a un clima de interes altisimo. Estuvieron presentes representantes del PC argentino, del Partido Intransigente, del grupo Propuesta Politica de los Trabajadores, del Movimiento Patria Libre de Paraguay, del PC do B de Brasil, de la Liga por los Derechos y Liberacion de los Pueblos de Italia.

NUESTRO PROPIO PERIODO ESPECIAL

En una etapa tan positiva, de tantas concreciones y avances; cuando más nos consolidamos como organización y más presencia tenemos en el panorama politico; en medio de tantas realizaciones ciertos retrasos en el panorama económico nos preocupan y nos dificultan mayores logros. Cierto es que han habido grandes avances tambien en el frente de las finanzas y que los distintos sectores han hecho esfuerzos por lograr autofinanciarse. Pero nada es posible hacer contra el incremento natural de los gastos que acompañan al crecimiento politico.

Producimos más y gastamos más, esa es nuestra realidad actual. Podremos superar este fenomeno solamente con un gran avance en lo económico. Dedicando tiempo, esfuerzo y nuevas y mayores inversiones económicas en lo inmediato. Es imperioso instrumentar nuevas politicas economicas que nos den "aire" y nos liberen de las ataduras que la realidad económica hoy nos impone. Podriamos avanzar más rapido, podriamos obtener nuevos logros, dispondriamos de mayor tiempo util para el trabajo politico y social, si no tuviéramos que dedicarle una buena parte de nuestro tiempo a los "problemas económicos", o aquellos que resultan derivados de ellos. Nos parece necesario a esta altura hacer algunos comentarios en relación a ciertas dificultades más comunes en relación a la situación económica. Estas se expresan en una gran preocupación generalizada en cuanto una situación que se pensaba como transitoria, se extiende en el tiempo y parece como definitiva. En una organización donde una cantidad importante de familias están dedicadas a tiempo completo y reciben una ayuda económica más que limitada, los retrasos, la entrega parcelada, termina generando tensiones y perjuicios importantes. Influye tanto en el ánimo, las relaciones y el espíritu del conjunto a cual a las tensiones y problemáticas generales, se suma esta otra humana y razonable. Este nos parece ser el mayor problema y la mayor responsabilidad que hoy tenemos en relación a las dificultades económicas.

Otra problemática importante se nos crea en relación a los compromisos contraídos con proveedores, inmobiliarias y garantias, muchas de las cuales son también cros. o familiares de cros. Muchos alquileres vencidos, juicios o desalojos cercanos [illegible], y amenazas de todo tipo bombardean a nuestros cros. de finanzas. Un buen número de iniciativas y planes quedan por el camino o encuentran respuestas negativas por parte de los cros. de finanzas y son generadoras también de más tensiones y disconformidades. Somos todos concientes que en medio de las condiciones favorables actuales; si tuvieramos un poco de dinero para esto o lo otro, avanzariamos mucho más. A veces parece increíble que no exista dinero para tal o cual cosa y la protesta se generaliza. Compañeros, si hay un momento donde debemos actuar con calma y ser comprensibles es este. Si hay un momento donde debemos confiar en la capacidad de la organización de encontrar los caminos tambien en lo económico, es este. No existe otra politica que no sea la de tratar de cumplir con todos los compromisos contraídos semana a semana, mes a mes. Tanto para con los compañeros como para con aquellos que nos han dado seriedad [illegible] frente a los demás. Nos consta que los cros. de finanzas hacen lo posible y lo imposible, que deben manejarse con los recursos que vamos logrando [illegible] haciendolos estirar lo más y mejor posible. [illegible] de la seguridad que los ingresos son distribuidos [illegible] medio de estas necesidades de manera similar [illegible]. Todos estamos interesados y consagrados a resolver de manera definitiva el problema económico. Lo lograremos de esto no hay dudas, podrá llevarnos más o menos tiempo pero encontraremos la manera de resolver el tema de los recursos. No será facil y nos demandará su tiempo, porque debemos pasar de un determinado regimen a otro nuevo pero más temprano que tarde estaremos dando solución como se ha hecho en otras épocas, cada vez que fue necesario conseguir más y nuevos recursos.

NUEVOS PLANES ECONOMICOS

Ya estamos en camino a nuevos planes económicos. Algunos de ellos todavía están en borrador, otros ya han sido puestos en marcha. En todos estos planes deberemos tener paciencia y como se dice vulgarmente: "pagar derecho de piso". En cuanto a las finanzas profesionales, ha llegado la hora de pasar de tener cinco supermercados a tratar de concretar más en uno superior, más grande y de mayor rendimiento económico. Panadería, restaurante, será necesario lograr un salto en la calidad del trabajo y rendimiento. Deberemos desarrollar al más alto nivel posible las tareas de importación, exportación a partir de nuestras propias necesidades actuales. Tenemos que "modernizar", un poco la imprenta que trabaja con maquinaria perteneciente a 30 y 50 años atrás, que debe doblar a mano cada hoja del periódico y de cada trabajo que realiza para afuera. Deberemos lograr los recursos necesarios para explotar debidamente con carácter empresarial las cien hectáreas de tierra inmejorable que tenemos en Libertad. Trabajaremos en turismo, instalaremos nuevos negocios, diversificaremos nuestra producción y las tareas productivas. Aumentaremos los ingresos por concepto de tareas partidarias, se dedicará más tiempo a la producción de recursos, etc. A pesar de la realidad actual, el 26 de Marzo es un ejemplo para las demás organizaciones y lo seguirá siendo. Ahora demostremos una vez más la capacidad de superarnos y de seguir desarrollando una política de autosuficiencia económica. Como siempre el esfuerzo, la inteligencia, los planes y el trabajo saldrá de las manos y las espaldas de todos los compañeros.

NUEVOS PROYECTOS SOCIALES Y PRODUCTIVOS

En esta realidad hemos tenido que invertir, no pocos recursos en inversiones y proyectos políticos sociales. No tanto ahora, pero sí hace algún tiempo estas inversiones fueron motivo y todavía pueden serlo, de discusión e incomprensión. Es entendible cuando la organización atraviesa por un período de austeridad económica y de dificultades financieras. Tanto inversiones, como desarrollo de los proyectos sociales y productivos no han sido en vano. Una organización que tiene futuro no puede descuidar las inversiones si no quiere comerse ese futuro. Concientemente de los esfuerzos que tenemos que realizar hoy es que necesitamos por un lado, invertir necesariamente en proyectos productivos que nos garanticen la subsistencia y el desarrollo futuro. En cuanto al cumplimiento de los proyectos sociales ocurre otro tanto. El policlínico de Tacuarembó, el del Chuy, la compra del terreno para la construcción del inmueble del Chuy, el Centro Lourdes de Bella Unión así como la compra de varios centros más, nos garantizan nuevos apoyos económicos para el futuro. Nuestra organización está prestigiada como una organización seria, que cumple con lo que promete, que lleva adelante los acuerdos y que no es un "fantasma" como otras organizaciones.

Este año mismo han venido representantes de organismos internacionales que los cros. han recibido en distintos lugares, algunos a controlar nuestros trabajos políticos-sociales otros a realizar evaluaciones conjuntas y el resultado en todos los casos ha sido siempre altamente positivo. Ni los organismos internacionales ni nosotros mismos, podemos sentirnos en deuda o en falta. Lo decimos en relación a lo que son nuestras medidas, si lo hiciéramos en relación al resto de la gente que tiene proyectos, ahí todavía las distancias serían mayores. Han venido a observar proyectos a nuestro país donde no solo no han encontrado al proyecto, a veces no han ubicado ni a la gente del proyecto, pero ese es otro lío. Nosotros continuaremos en el camino correcto de cumplir con lo acordado y de esa manera, tener las puertas abiertas como hasta ahora. Recientemente nos visitó una delegación de un organismo internacional y luego de los controles y evaluaciones correspondientes, se acordó que este organismo respaldaría un nuevo proyecto por un monto importante de dólares

VENTA DEL TERRENO DE DURAZNO

Lamentablemente deberemos vender el terreno de Durazno (tablada). La situación económica actual así nos lo exige. La alegría que fue un terreno que adquirimos en un precio y hoy le estaremos ganando la suma de treinta mil dólares. Con parte de este dinero, pensamos salir de las urgencias actuales, donde debemos varios alquileres, terminaremos de pagar la casa de Mercedes y a la vez, realizaremos nuevas inversiones inmobiliarias.

COMPRA DEL TERRENO Y CASA DE LA TEJA

El quince de mayo se ce[illegible] la compra definitiva del terreno de La Teja. para la construcción de viviendas para cros. de la organización. En ese sentido, tenemos varios proyectos presentados en Europa, pero mientras no salgan, trataremos de resolver con los medios disponibles ya que es una necesidad de las sentidas por los compañeros. El segundo pago se realizará el 30 de junio y a partir de la fecha, podremos tomar posesión de la casa y de los tres solares para comenzar la construcción de las primeras viviendas.

EL OMNIBUS POLICLINICO

Otro gran éxito se está teniendo con el trabajo de los cros. junto a médicos de la IMM en el ómnibus policlínico por los barrios de Montevideo. Aquí se juntan los esfuerzos de los cros. de Italia, la solidaridad internacional que hicieron posible tener hoy el policlínico, la lucha que costó para sacarlo del puerto, el convenio con la IMM y el esfuerzo de los cros. de la organización. Tres veces por semana a partir del convenio y una cuarta vez, atendido por cuenta de los CASA la zona de la Aguada, el policlínico movil viene cumpliendo un trabajo de asistencia odontológica y medica con gran éxito. Todos estos adelantos significan estímulos importantes para todos los compañeros a pesar del período especial que nos toca vivir. En este mismo momento, estamos terminando la construcción del policlínico del Chuy, el cual inauguraremos en este mes, terminamos la construcción del campo de San José, vendimos 50 mil kilogramos de leña; inauguraremos una nueva revista, celebramos nuestro aniversario, tenemos el policlínico recorriendo los barrios, cada día más presencia política, mayor incidencia entre los trabajadores, estamos logrando los objetivos planteados. Estamos formando la alternativa popular.

INFORME DE AMULP

CL Nro. 8:

Se hizo una jornada de arreglo del local. Se pintaron mesitas y bancos, las paredes hasta la mitad. Se arregló el frente. El 8 de abril se hace una charla en el Centro Lourdes a las 17:30. La da la pediatra de la policlínica de la IMM de la zona. Las cras. ofrecieron el garage del centro al CCZ para que puedan funcionar distintos talleres (plástica, etc.) que el CCZ tiene planteados.

CL Nro. 1:

Recibieron donaciones del Fondo de Empleados del Banco Sudameris: 20 k fideos. 5 lt aceite; 6 k azúcar; 9 k arroz; 3 de lentejas: 2 de conserva El miércoles pasado actuó el circo danés. Participaron 70 niños (CL 1; 5 y 9) A partir del 30/3 el cerro tiene 25 niños.

CL Nro.3:

Se formó una comision de padres. El viernes 3 se hace reunión [illegible] padres. 11 de abril, feria de [illegible]s. En abril comie[illegible]n a participar los niños del CL en el taller de expresión del CCZ.

CL Nro. 4:

Tuvieron donación de hojas de dibujo y verduras. Están haciendo una rifa para el 10 de abril

CL Nro. 14:

Hicieron una jornada de pintura y arreglo del Centro. Se pintó todo el frente. Consiguieron pintura donada para el resto de la casa. Se hizo pedido de material escolar al Club de Golf. Se entregaron las fichas de los niños al INDA para la donación de alimentos secos.

CL Nro. 17:

Recibieron la visita del cura de la iglesia Santa Trinidad, que les ofreció enviar a alguien para cortar el pasto del fondo. Se contacto un grupo de mujeres de Jardines del Hipódromo.

CL Nro. 19:

Hicieron la semana pasada, un paseo a Gruta del Lourdes. Visitaron al cura párroco, se le pidió la donación de materiales para el Centro.

En estos dos Centros —17 y 19— están participando las españolas Mancarmen y Nico, con las que se está impulsando el trabajo de mejorar ambos Centros.

CANTIDAD DE NIÑOS EN LOS CL DE MDEO:

CL 1: 35: Nro.3: 23; Nro.5: 22; Nro.8: 20; Nro. 9: 28; Nro. 17: 16; Nro. 18: 17; Nro. 19: 12.—

EN EL INTERIOR:

Chuy: 20; Pdú: 16; Libertad: 16; Tbo: 29; B. Unión 8; Toledo: 10; San José de Carrasco: 15; N. Helvesia 15 niños.

El martes 24 se hizo en la casa de AMULP la despedida a Hans Heiss, con participación de cras. de los centros y de sectores del 26.

ACTO ANIVERSARIO:

Hicimos una feria de pulgas. Se entregaron a central N$ 41.000

Las cras. de Colón imprimieron viseras con el logo, se recaudaron en el acto N$ 41.000 y se entregaron a finanzas las que quedaron por vender.

Se vendieron 182 tortas fritas (recaudamos N$ 91.000).

Nos entrevistamos con un grupo de Mujeres Manos Unidas —de barrio de Jardines del Hipódromo) que habían visitado al CL de Bella Italia. Desde el 91 organizan un merendero y tienen trabajo colectivo en manualidades, pero sin continuidad. Nos pidieron ayuda para organizarse y superar las dificultades que tienen. Van a empezar a participar en nuestros cursos mensuales de Educación para Preescolares.

El viernes 27 se hizo el curso de Ed. Preescolar Participaron cras. de Libertad, Nueva Helvecia. Toledo, S. J. de Carrasco, CL nros. 1; 5; 8; 17 y 19.

Hoy a las 16:30 tenemos una entrevista en CX 30 en el programa de Juan Graña. Enviamos una carta de solidaridad a Madres de Plaza de Mayo por la condena a 5 meses de prisión de su Presidenta.

CL Nueva Helvesia: Los daneses actuaron con el circo. Se hizo una actividad en la calle con 60 niños y 40 adultos. Se logró una muy buena colaboración de los vecinos en la preparación de la actividad, se consiguieron colchones prestados para los daneses. Es de las actividades más grandes que se ha hecho en ese lugar.

La casa de la cultura, y el taller de video, presentaron el martes 31, en una sala de la IMM, un video realizado en coproducción con el grupo "Cine Documento", que dirige Alberto Miller, un hombre que fuera pionero del cine documental en nuestro país. Asistieron unas 120 personas, asociaciones de la Cultura Negra, vecinales, docentes del barrio y vecinos en general. Para organizar esta actividad, contamos con el total apoyo del CCZ 1. Ahora siguen

una serie de proyecciones callejeras. La primera sera el sábado 11 de abril en la Plaza Carlos Gardel, a las 19 horas.

ZONAL MAURICE BISHOP DE LA TEJA, ha estado acompañando en todo su conflicto a Resiplast, fábrica perteneciente a la química.

También estuvimos con los cros. de la Dirección del Sindicato BAO Osorio y CArusiago a los que una cra. del semanario charló con ellos sobre la actualidad y futuro funcionamiento de dicha fábrica. El jueves 12, Pioneros José Artigas Palacio Nro. 9 concurrió a la Asociación Cristiana de Jóvenes de La Teja para integrarse a la comisión de Administración y Mantenimiento del Parque Tejano junto a otras organizaciones sociales de la zona ya que dicho parque ha pasado a ser del barrio.

También en dicha reunión se fijó la fecha de iniciación de un campeonato de fútbol y manchado en el cual participará el Palacio Nro. 9, en categoría varones en fútbol y manchado en niñas.

El jueves 19 se realizó la primera actividad de Pioneros y la ASC de J de la Teja en conjunto, realizando una charla sobre el Alcoholismo en la sociedad, con presencia de 30 jóvenes y mayores. El sábado 21, se realizó un baile infantil, organizado por la comisión de finanzas del Palacio Nro 9, en la ACJ de la Teja con la concurrencia de alrededor de 80 niños del barrio, algunos acompañados por sus padres. Con ésta se inicia la integración de Pioneros a las actividades sociales de La Teja.

Doc con partes ilegibles



009 9203166

[illegible] marzo de 1992 La República

El dirigente Fernando Vázquez reafirmó el perfil independiente de la izquierda: "Más vale andar solo que mal acompañado"

El 26M fustigó a "renovadores" del FA: "Cuando se tiene vergüenza se milita"

- Recordó que su sector votó contra el Mercosur y dijo a quienes lo apoyan, que "es de sabios rectificar rumbos"
- "Hablar hoy a los jóvenes de Lenin y del Che es una falta de respeto saludable a los híbridos ideológicos generadores de frustraciones", aseguró

Fernando Vázquez, dirigente del Movimiento 26 de Marzo, realizó el pasado sábado un discurso crítico. Todas sus palabras tuvieron destinatario, por lo menos para los iniciados en la interna del Frente Amplio. Lo que sigue es un resumen de sus palabras, brindadas con motivo de los festejos del 21 aniversario de esa organización.

[illegible]

EL 26M SE COMPROMETE CON EL REFERENDUM

[illegible]

LA REESTRUCTURA DEL FA Y LOS QUE MILITAN

[illegible]



Doc. con partes ilegibles

010

AMULP: La solidaridad internacional



Grupo de jóvenes danesas recientemente llegadas como cooperantes de AMULP, en febrero, captadas en su llegada al aeropuerto de Carrasco.



Un número importante de niños son atendidos a diario en la guardería que funciona en el Centro Lourdes Pintos Nro. 4 de Paysandú.

EL TELEGRAFO
Paysandú, lunes 23 de marzo de 1992

En estos momentos en que la cultura materialista e individualista parece dominar al mundo, ¿hay cabida para la solidaridad? Esta puede ser una de las interrogantes que tal vez un día Ud. se puede haber planteado. La respuesta, sin duda, debe buscarse a nuestro alrededor, en ejemplos, en hechos y acciones. Y aunque no abundan, sí los hay.

Estuvieron en nuestra casa periodística las Sras. María del Carmen Borras, coordinadora de AMULP (Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos), Juana Ruiz (por el Centro Lourdes Pintos de Paysandú) y el Prof. Dieiger Martus, danés, integrante de un equipo de pedagogos perteneciente a la organización "Colaboración entre Pueblos".

El Prof. Martus, quien en otra ocasión ya estuvo durante cinco meses en nuestro país, estará en Paysandú durante un mes y es el coordinador de un grupo de jóvenes danesas (algunas aún no han finalizado el bachillerato), que durante este lapso se integrarán a nuestra sociedad, colaborando en la atención de guarderías del Centro Lourdes Pintos.

Es importante destacar que estas jóvenes desempeñarán sus tareas en forma absolutamente honoraria y que incluso han debido trabajar para costearse sus respectivos pasajes para llegar hasta este rincón del globo [illegible]queo.

Destacaba Martus que "Colaboración entre Pueblos es una organización semi estatal, que lleva a cabo una serie de programas y experiencias profesionales coordinadas por el gobierno danés, y que vincula a 15 profesionales de distintas nacionalidades, que operan en distintos países.

El objetivo principal de estas experiencias que se vienen realizando no sólo en Latinoamérica sino también en la India y en África, es profundizar el conocimiento de la realidad de los países del Tercer Mundo y a la vez colaborar ayudando a diversos organismos no gubernamentales de esos países.

En este momento —decía Martus—, en distintos países europeos se ha generado la tendencia de cerrar las puertas no sólo a la emigración, sino de rechazar a los no europeos, en una especie de racismo o discriminación".

El programa de Cooperación entre Pueblos apunta a una defensa del Tercer Mundo, a conocer su [illegible]dad y a la participación a través del trabajo solidario, en el marco de este trabajo de intercambio de solidaridad internacional".

La coordinadora de AMUL para el interior, destacaba el agradecimiento de esta asociación para con el gobierno danés y su equipo de profesionales y colaboradores de los cuales reciben un permanente apoyo, que en definitiva es un importante granito de arena para la tarea de cada día en las dieciocho guarderías, que a partir de 1985 funcionan en los Centros Lourdes de todo el país.

"Sabemos que las mujeres tenemos mucho para dar, una enorme fuerza que debemos aportar y creemos que es nuestro deber y nuestro derecho, intervenir activamente en país que diariamente construimos.

Con ese objetivo nos organizamos en 1983. Firmemente convencidas de que unidas y organizadas podíamos ir planteando respuestas concretas a los problemas que tenemos, uniendo nuestra lucha a las reivindicaciones más justas de nuestro pueblo. La solidaridad es uno de nuestros principios, sobre esa base nos relacionamos con mujeres de nuestro país y de todo el mundo, apoyándolas y recibiendo su apoyo, intercambiando experiencias".

Por su parte, la Sra. Juana Ruiz del Centro Lourdes de Paysandú, quiere agradecer por este medio a todos aquellos que hicieron posible la fiesta realizada en Plaza [illegible] el sábado 14 del corriente. Informa además que la guardería comedor del Centro Lourdes Madrid Nro. 4 recibe inscripciones para niños de dos a cinco años, en su sede de Uruguay 1020 de 8 a 18 horas.

JUEVES 8 DE ABRIL DE 1993

Preocupación en sectores del Frente por actitudes del PS

por Gerardo Bleier
de la redacción de *El Observador*

"El Partido Socialista inicia contactos fuera del Frente Amplio y asume un rol protagónico por encima de la dirección de la coalición cuando pocas horas antes Tabaré Vazquez había dado un ejemplo de frenteamplismo" en su respuesta a "los coqueteos de Julio María Sanguinetti" manifestó ayer, ofuscado, un calificado dirigente frentista que solicitó el anonimato.

Las expresiones de ese dirigente coinciden con "una cierta preocupación" expuesta en varios sectores [illegible] de la coalición, por lo que, insisten, "se parece demasiado a una intención hegemónica".

En el día de ayer, el senador José Germán Araújo planteó directamente el tema a la dirección socialista en el contexto de una reunión bilateral entre la Corriente de Unidad Frenteamplista y el PS.

Dirigentes consultados en las últimas horas por *El Observador*, criticaron declaraciones recientes de Luis Mardones, integrante del Ejecutivo del PS que, al comentar la ronda de contactos con todos los sectores de la coalición y con fuerzas políticas ajenas al Frente Amplio, sostuvo que las entrevistas formaban parte de las primeras conversaciones para construir "un gobierno de mayorías nacionales".

El debate sobre "cultura de gobierno y las alianzas programáticas" divide al Frente Amplio, como ya adelantó *El Observador*, y constituye un punto de permanente polarización, aunque esos lineamientos ya fueron aprobados en un congreso el año pasado.

Dirigentes del MLN y el 26 de Marzo han cuestionado permanentemente en los dos últimos meses, lo que consideran una "excesiva *flexibilización del programa* frentista" con el objeto de facilitar alianzas con sectores de los partidos tradicionales.

En ese contexto ha tenido lugar además, en los últimos días, una fuerte controversia respecto al referéndum contra la ley de empresas públicas que la coalición en forma mayoritaria decidió impugnar parcialmente para facilitar alianzas con dirigentes afines al "Polo Progresista" y sectores colorados.

El Movimiento de Participación Popular y el 26 de Marzo respaldaron ese referéndum, pero al mismo tiempo pusieron todas sus fuerzas para apoyar el que promovió el [s]indicato de PLUNA propulsando la impugnación total de la ley.

En un discurso durante un acto de celebración de su 21° aniversario, el dirigente Fernando Vazquez del 26 de Marzo aseguró la semana pasada que "más vale andar sólo que mal acompañado" y tras admitir la necesidad de que el Frente Amplio adquiera una cultura de gobierno añadió que la misma debía alcanzarce "avanzando con la gente por la izquierda, y no por el centro".

El diputado socialista Guillermo Alvarez por su parte, volvió a insistir ayer en que el Partido Socialista "no tiene ningún afán de protagonismo ni [intenta] aparecer como una fuerza hegemónica sino todo lo contrario" y adelantó que en las reuniones bilaterales con los demás grupos frentistas plantearán el tema para "esclarecerlo definitivamente". ■

E. RUBIO: O SE ROMPE CON EL FMI O SE TERMINA COMO LACALLE

El dirigente del 26 de Marzo afirmó que "el FA no ha cambiado en absoluto, ha profundizado su propuesta"



Eduardo Rubio, delegado del 26 de Marzo ante la Mesa Política del FA.

"O rompemos con el FMI y el imperialismo o se terminará, [illegible] país, con lo que ha sido la política del doctor Lacalle", afirmó Eduardo Rubio, dirigente del Movimiento 26 de Marzo (26M). Esta organización, que hoy cumple 21 años de existencia, realizará un acto público en la calle [illegible] y Paraguay [illegible] el próximo sábado, a las 19 horas. [illegible] reactivar la militancia del Frente Amplio. Rubio [illegible] con LA MAÑANA [illegible] la posición de ese sector [illegible] la realidad nacional [illegible] interna de la coalición de [illegible].

—La militancia del FA debe [illegible] actualmente en los niveles [illegible], lejos de su historia, contradiciendo el crecimiento que la coalición tiene en las encuestas. ¿Cómo analizan ustedes ese fenómeno?

Para nosotros esto refleja un fenómeno que no es contradictorio: el crecimiento se debe a muchas cosas, empezando por la política de este Gobierno, que genera un descontento y una necesidad de cambio. En esa situación, el FA aparece como la única fuerza real de cambio. Al mismo tiempo, el FA es Gobierno en Montevideo. La derecha esperó mucho tiempo con que en esta situación llegaría el caos y el desastre, pero más allá de que hay que mejorar muchas cosas, la izquierda está demostrando que Gobierna, y que puede hacerlo con la gente.

El tema de la militancia tiene otras múltiples causas. No podemos concebir una actividad social que mantenga una línea recta ascendente, siempre hay vaivenes, no siempre la gente está igualmente motivada para participar en la vida política. A nivel mundial, por otro lado, hubo crisis en la izquierda que afectó a amplios sectores en el país, generando en muchos compañeros descreimiento, y la derecha apuesta a eso. Han surgido, incluso desde el seno [illegible] fuerzas populares, ideas que dejan de lado la movilización y participación de la gente como uno de los pilares fundamentales de la acción política.

—Da la sensación que el FA lo está dejando.

No todo el Frente Amplio. Tal vez hay compañeros que sí opinan que ha terminado el tiempo de la militancia; se teoriza sobre la potencia y el papel de los medios de comunicación como sustituto de la acción de la militancia organizada. Es real que la sociedad y la propaganda del sistema, en general, apuntan a desmovilizar, a separar a la gente, a hacerla cada vez más individualista, así como la propia crisis económica, que hace que la gente tenga que trabajar 14 horas por día; todo eso tiende a restar a la gente de la participación.

Ante eso, tenemos que responder, crear los canales, habilitar los mayores campos de participación organizada y consciente de la gente. Para el 26M éste es el gran desafío, porque no concebimos los grandes cambios sin ello.

—Pero se percibe que el FA está en camino a transformarse en un partido de opinión.

Existen esas señales. A veces hay opiniones [illegible] [illegible] dentro del FA [illegible] tución de la realidad [illegible] a plantear esa perspectiva. Nosotros y creemos que la inmensa mayoría de los frenteamplistas no lo vemos así, y creemos que, en todo caso, la situación que vivimos debemos superarla [illegible].

El FA está abocado ahora a su reestructura. En esta etapa primaria se han escuchado críticas muy duras al funcionamiento de la Mesa Política. ¿Es ineficiente? ¿Cuáles las posibilidades de incrementar la presencia de la coalición?

El FA tiene problemas de funcionamiento. En una organización tan compleja, con una estructura de base tan grande no es extraño que existan estos problemas. De ninguna manera pensamos, no obstante, que sea ineficiente la política a la Mesa Política, y no nos a que se trate de un órgano muy numeroso. Cuando se toma en forma de decisiones es porque hay diferencias políticas, y eso siempre van a existir, tenga la Mesa 7, 9 o 15 miembros.

"NO HAY CAMINO DEL MEDIO"

En este país, sumido en una crisis profunda, con un pueblo pauperizado, el camino del medio no tiene cabida: o se está con la oligarquía y el imperialismo, o se está con el pueblo. Hoy hay dos únicos proyectos: está el proyecto popular, que defiende el FA, y el de la derecha, encarnado por el doctor Lacalle y la Coincidencia. Y en el medio hay matices, que no pueden cristalizar porque no tienen fuerzas propias para establecer el camino del medio.

Aquí o rompemos con el Fondo Monetario y el imperialismo, y buscamos un desarrollo independiente con justicia social, o cualquier otra política terminará, antes o después, en lo que ha sido la política del doctor Lacalle. La experiencia socialdemócrata en América latina tiene hoy en Venezuela sus ejemplos [illegible].

—El FA aparece con posibilidades muy ciertas de ganar las elecciones de 1994. Ante los cambios del mundo, ¿hay una modificación en el discurso de los planteos del FA?

De ninguna manera los cambios en el mundo llevan a una revisión de nuestras posturas respecto al imperialismo. La lucha del FA es esencialmente antiimperialista, y eso está en las bases políticas del Frente.

A partir de que el comunismo cayó en parte del planeta, ¿han cambiado las condiciones de vida en el capitalismo?; por el contrario, se han agravado, al hacerse por la depredación. Esto no significa que tengamos una posición hostil ante un país cualquiera que sea. Un Gobierno del FA debe apostar a mantener relaciones respetuosas e igualitarias con todo el mundo, y si el Gobierno de EE.UU. no se nos quiere imponer con presiones económicas o militares, no tenemos ningún problema.

—Pero también mencionó la ruptura con el FMI.

Por supuesto que hablamos de eso, y de la ruptura de toda relación de dependencia. El FMI nos ha sometido a la más cruel dependencia a través de sus cartas de intención, sus préstamos (que más que eso son robos), determinan nuestras políticas, como cuándo privatizar, que impulsa el [illegible] ¿Es posible [illegible] este país sin romper con el FMI?

PROFUNDIZACIÓN

Los cambios acelerados en el mundo han llevado a la izquierda a replantearse muchas cosas. También el FA ha modificado su discurso, su forma de presentarse a la ciudadanía. ¿Esto es para el 26M una "rebaja" en la propuesta del FA? Por otra parte, ¿cómo inciden estos elementos en el 26 de Marzo?

El II Congreso del FA reafirmó plenamente el contenido histórico de su propuesta y de sus bases programáticas, en el entendido de que nos pretendíamos, ni que no incorporamos los avances técnicos y científicos, sino a definiciones fundamentales, como oligarquía, dependencia del imperialismo. La situación, lejos de modificarse, se ha agudizado, y el FA es una fuerza de clase, antioligárquica, antioligárquica y antiimperialista.

En este sentido el FA no ha [illegible] profundizado su propuesta, porque hoy estamos más convencidos que nunca que si queremos cambiar la estructura del país tenemos que romper radicalmente lo que ha sido hasta ahora la política dominante. Yo diría que los cambios en el mundo nos ponen ante el desafío mayor de profundizar en esto.

Hay planteos que surgen, diferentes ópticas, la necesidad de ser creíbles, de mostrar una cultura de Gobierno... Nosotros comprendemos que hoy se tiene una responsabilidad mucho mayor por el peso que tiene. Ante esto, creemos que el FA debe profundizar en sus conceptos, y si se debe ser creíble ante alguien, es justamente ante el pueblo, no conseguiremos credibilidad ante él por ser creíbles ante los políticos de derecha ni los representantes del imperialismo.

Reafirmando lo que son ideas fundamentales y fundacionales, también el 26M cambió, hemos sido aprendiendo hasta transformarnos en una fuerza que hoy se reconoce con presencia nacional, en el campo de lo social, en el terreno político, vinculándola más a las necesidades de la gente. Hoy estamos viviendo una etapa [illegible] nos apostando al FA en su conjunto, involucrándose, no como una gran fuerza.

Los cambios en el mundo no nos afectaron, nos llevaron a sentirnos más aún en nuestras ideas originales.

Relacionamiento con la IMM

"HAY una esfera que corresponde al Gobierno departamental, pero hay otra parte de este juego que le corresponde a la organización política el planteado, y el FA tuvo, en un primer momento, una idea errónea en cuanto a la necesidad de separar absolutamente lo que es Gobierno departamental de la organización política, con el argumento de la no [illegible], expresó Rubio, agregando que "creemos que no hay ninguna fuerza política que haya priorizado menos un Gobierno que el FA.

En referencia a los vínculos entre la coalición de izquierdas y el Gobierno municipal de Montevideo, el delegado del 26M a la Mesa Política del FA señaló: "Hay un programa planteado, hay un Gobierno popular que tenemos que defender, y para eso precisamos una organización afinada, funcionando en todo el [illegible], que activemos, con propuestas, para reactivar esa [illegible] del FA. Y además al futuro, pensando en Gobierno nacional del FA, ya no nos vamos a proponer iluminar la calle o impulsar la descentralización, sino cambiar este país, modificar su estructura económica, vamos a tener que afectar intereses económicos muy poderosos. ¿Cómo hacemos eso sin una organización política muy consolidada, comprometida con el programa, de las transformaciones, que pueda defender en cada caso lo que será una presión permanente de la derecha y los medios de comunicación que invertirán en manos del FA, sin una militancia que todos los días defiende los intereses del FA?"

—Del análisis que hace sobre la relación FA-IMM, ¿está diciendo que la estructura política "se quedó" en lo que debió haber sido su acompañamiento al Gobierno departamental?

—No tengo dudas. Creo que fue uno de los déficits que el Congreso constató, y por eso decidió impulsar una Agrupación de Gobierno Departamental.

—¿Hoy el FA está pensando políticamente en el Gobierno de Montevideo, está cargando las baterías hacia eso?

Se han dado pasos en ese sentido. Creemos que son los primeros, y que hay que intensificar mucho más la actividad de los frenteamplistas en relación con el Gobierno departamental. Hoy estamos lejos de los niveles que debíamos tener.

Doc. con partes ilegibles

Aniversario del 26 de Marzo

El Movimiento 26 de Marzo del Frente Amplio celebrará mañana su 21º aniversario proponiéndose pasar a ser una organización de masas, según confirmó a *El Observador* el dirigente del sector Fernando Vázquez.

El 26 de Marzo es un movimiento surgido tras una división del MLN -tupamaros- y en los años del régimen militar actuó fundamentalmente en el exterior estructurando una organización de muy pocos militantes pero poderosos recursos económicos.

Durante la administración Sanguinetti, el 26 de Marzo fue admitido como miembro pleno de la coalición y en los últimos años ha incrementado su peso político, sobre la base de una posición política de defensa radical del programa con la cual surgió el Frente Amplio en 1971. Por primera vez en su historia, el 26 de Marzo, marcó respaldo electoral en la última encuesta de Equipos Consultores publicada por *El Observador*. Según el sondeo, el 2% de los simpatizantes frentistas se identifica con esa organización. El acto se realizará frente al local central del 26 de Marzo en Durazno y Paraguay a partir de la hora 19.

Sábado 28 de Marzo de 1992

El Movimiento 26 de Marzo conmemora hoy sus 21 años de existencia con un acto

EL Movimiento 26 de Marzo celebrará hoy su 21 aniversario. El acto tendrá lugar a las 19 horas en la calle Durazno esquina Paraguay, frente al local central del Movimiento.

La oratoria estará a cargo de Fernando Vázquez, miembro de la dirección nacional y se contará con la presencia de varias delegaciones de gremios de trabajadores en conflicto que han sido invitados a intervenir en la oratoria.

El acto culminará con una parte cultural, para la que se anuncian varios conjuntos de carnaval que han obtenido primeros premios y representantes del canto popular.

Asimismo, han confirmado su presencia diversas delegaciones representantes de partidos políticos de América latina.

En el marco de la celebración del 21 Aniversario del Movimiento 26 de Marzo, y aprovechando la presencia de dichas delegaciones extranjeras, mañana se llevará a cabo un encuentro para intercambiar puntos de vista sobre temas de interés común, como "procesos de integración, la lucha antiimperialista, la solidaridad con la Revolución Cubana".

Mañana el sector festeja su 21er aniversario

Rubio (26M): "Si el FA pierde su perfil, no será gobierno"

El dirigente del 26 de Marzo Eduardo Rubio, advirtió que el Frente Amplio debe cuidarse de no perder su perfil histórico porque, en caso de hacerlo, corre el riesgo de dejar de crecer y ver alejada la posibilidad de ser gobierno.

"El Frente tiene que afirmar un perfil claramente opositor y retomar el contenido histórico, levantando una alternativa auténticamente popular".

Admitió que ante la posibilidad clara de que la coalición de izquierda sea gobierno en el 94 "hay diferentes opiniones de cómo se debe encarar esta realidad" pero precisó que el 26 de Marzo —que festeja su 21 aniversario el sábado venidero en el cruce de Durazno y Paraguay— opina que "se deben reafirmar los principios históricos del Frente Amplio y levantar una propuesta claramente popular, antioligárquica y antiimperialista que ofrezca a la población cambios reales y profundos que nos permitan salir de esta situación y abrir un nuevo panorama para el futuro del país".

Dijo que "el Frente viene creciendo porque la población está haciendo conciencia de que la oferta política de los partidos tradicionales está llevando al Uruguay a una situación cada día mas grave y nos está viendo como una fuerza de cambio".

"Si ante la perspectiva de seguir avanzando el Frente Amplio desdibuja su perfil, lejos de crecer vamos a perder, porque la gente quiere una respuesta clara y radical de cambio", concluyó.

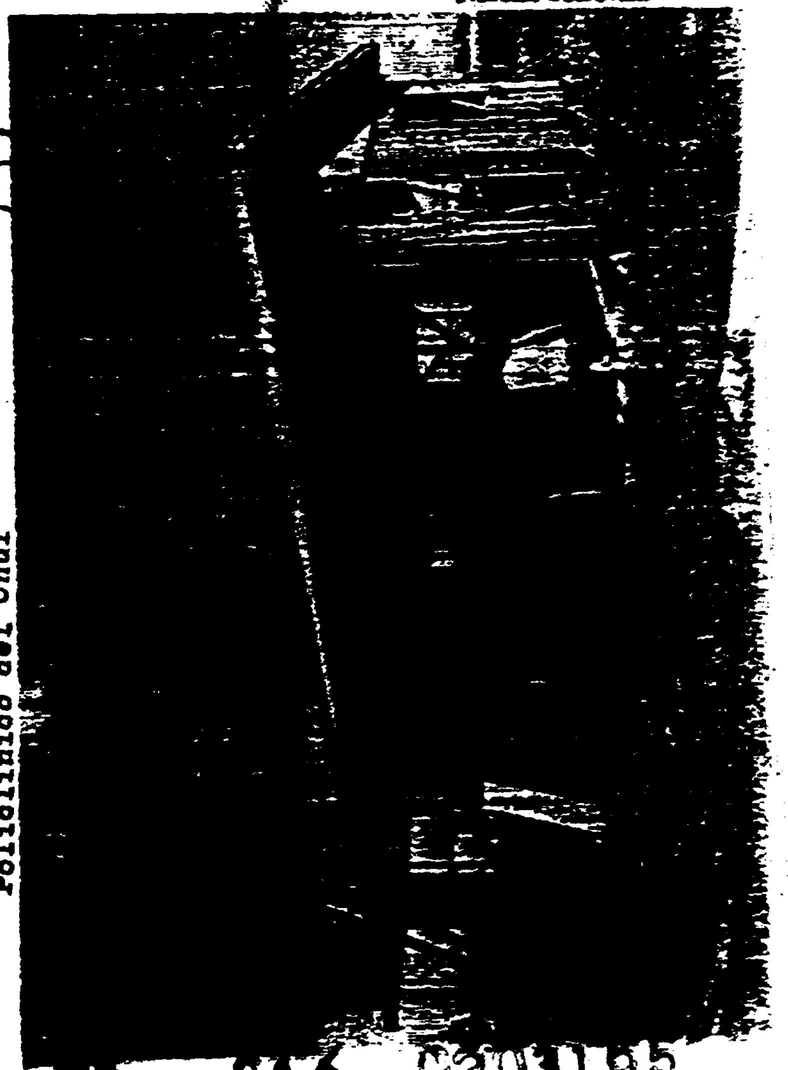
La República — Viernes 27 de marzo de 1992

015

9203165

"Lo más preciado que posee el hombre es la vida. Se le otorga una sola vez, y hay que vivirla de forma que no se sienta un dolor torturante por los años pasados en vano, para que no queme la vergüenza por el ayer vil y mezquino, y para que al morir se pueda exclamar: ¡toda la vida y todas las fuerzas han sido entregadas a lo más hermoso del mundo, a la lucha por la liberación de la humanidad! Y hay que apresurarse a vivir. Pues una enfermedad estúpida o cualquier casualidad trágica pueden cortar el hilo de la existencia".

Nikolai Ostrovski



Policlinico del Chui

MONTEVIDEO, 30 de Marzo al 6 de Abril de 1992.-

INFORME CORRESPONDIENTE A LA GIRA DE AMULP DEL 13 AL 14 DE FEBRERO

Lugares: Cebollatí, Lascano; Rocha y Maldonado. Compañeras: Paty, Claudia, Yolanda, Mariucha.

CEBOLLATI:

Visitamos el Hospital. Charlamos con la asistente social mandará material para la Paloma sobre salud bucal y partos. Quedó como colaboradora. Nos relató la desastroza situación sanitaria de la zona. También visitamos otras familias entre las que se encuentra una maestra rural que contó la situación de las niñas adolescentes en la Escuela, las maestras rurales, la locomoción, etc. y también quedó como colaboradora de Paloma y nos enviará material sobre estos temas.

LASCANO:

Visitamos unas 5 familias entre ellas una trabajadora del BPS (es del PS) y está dispuesta a colaborar con AMULP; también la cra. Yolanda Rivero que está muy entusiasmada con la AMULP nos acompañó a la Radio y a un salón comunal de una cooperativa de vivienda (MEVIR) quedó como encargada del trabajo de AMULP en Lascano. Planificó y realizó actividades con motivo del 8 de Marzo, contactando gente y difundiendo la labor de AMULP

En radio CW 159, regional de Lascano, nos hicieron una entrevista de 15 minutos, y a su vez nos recibió su directora —la mujer del ex Intendente Puñales— que ofreció la radio ...

En este lugar, tenemos muchas posibilidades de un trabajo continuo en diversos aspectos; se planificaron charlas, pasajes de videos, etc. Las cras. del Chuy continúan la atención de la zona.

SAN CARLOS:

Visitamos una cra. que participó en AMULP en Montevideo y continuará su trabajo nuevamente.

ROCHA:

Se visitaron varias familias. En Bienestar Social, estuvimos con la secretaria que nos dio los datos estadísticos de todo el Chuy —datos extraídos de una encuesta en la que participaron las compañeras, junto a la Universidad y la Intendencia de Rocha—. Un material muy valioso para todo nuestro trabajo, son datos de todo tipo —población, salud, alimentación, vivienda, educación, etc.— A su vez, esta mujer tiene una audición radial los sábados a la que podremos asistir en la próxima gira.

En Radio Fortaleza nos hicieron un reportaje de 15 minutos sobre AMULP-Chuy, Casa del Chuy y el Día Internacional de la Mujer. La reportera nos había contactado antes por SOEPA (sindicato de la pesca), pues querían poner una guardería y pedían asesoramiento de AMULP. En próximas giras debemos continuar los contactos con las mujeres de SOEPA, tenemos varios nombres para continuar el intercambio.

MALDONADO:

No estaban los contactos a visitar, pero de todas formas salimos en la radio CW 51 en dos programas. Uno en directo de 15 minutos y también en el informativo; ellos mismos nos dieron otros contactos con la prensa, sobre programas más afines a nuestras actividades en distintos horarios.

RESULTADOS DE LA GIRA:

En primer lugar, consolidamos parte del grupo de trabajo que está saliendo al interior. Se lograron nuevas relaciones con familias, instituciones, medios de prensa, y en todos los lugares dimos a conocer el trabajo de AMULP; esto le dio más impulso al silencioso trabajo que vienen desarrollando las compañeras del Este, desde el Chuy, a donde los distintos pueblos y ciudades en este frente de trabajo. En definitiva, difundimos y crecimos un poco más.—

017

Doc. con partes ilegibles

9203165

Un policlínico para el pueblo

Batoví

018

Doc. poco Legible

9203165

Visitantes suizas elogian labor de AMULP

Una delegación compuesta por la coordinadora de la Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos (AMULP), María Carmen Borrás, dos cooperantes suizas, Christine Meyerhans y Carine Thollier, e Inés Riccio visitaron el Centro Lourdes "Ilona" y el policlínico que se construye en Tacuarembó además del merendero de Tambores, en el marco de asistencia y cooperación con las subsedes del interior.

Christine y Carine son dos jóvenes suizas oriundas de Ginebra, que pertenecen a una organización no gubernamental (...) que apoya técnica y financieramente proyectos de AMULP. El motivo de la presencia en nuestro país de estas dos chicas (Carine es la tercera vez que viene a Uruguay, en tanto que Christine lo hace por primera vez) es el de recorrer los distintos lugares donde la Asociación desarrolla tareas, al tiempo que realizan una evaluación de las obras planificadas.

Carine, que domina el español, explicó que el trabajo que realiza AMULP es muy significativo, ya que el mismo está principalmente dirigido a la población infantil [illegible] principalmente en las áreas de salud y alimentación, sin descuidar para nada el aspecto educativo y cultural. Dijo que este tipo de iniciativas surgidas en países latinoamericanos son muy bien vistas en su país, Suiza, despertando en sus compatriotas sumo interés en el impulso de las mismas. Recordó que lo primero que le sorprendió al visitar Uruguay y contemplar las tareas que se desarrollan en los Centros Lourdes fue la "participación del pueblo" ya que las personas que se mueven y llevan adelante una guardería son fieles representantes de [illegible] más [illegible] uruguaya.

Por su parte Christine es la primera vez que viene al Uruguay; a través de la traducción efectuada por su compañera, explicó que hace poco más de un año que integra la organización suiza que brinda asesoramiento a AMULP y que [illegible] insistió pudo realizar este viaje pues "tenía gran interés de ver un trabajo del que tenía tan buenas referencias", al tiempo que expresó su conformidad y sorpresa por lo visto lo que le da "más ganas de seguir en el impulsando proyecto". "Ahora será más fácil explicar a mis compatriotas por qué se debe colaborar con Uruguay", aseguró.

Carine dijo que al principio era dificultoso conseguir fondos para colaborar con las obras de Centros Lourdes y los Centros Asistenciales, ya que en su país -como en toda Europa- "se sabe más de la situación de Etiopía, por ejemplo, que de las necesidades de los países latinoamericanos". Entonces la tarea de explicar dónde estaba Uruguay, cuáles eran las dificultades que debían enfrentar sus pobladores y cuáles son sus necesidades fue una tarea paciente y perseverante que con el tiempo fue afianzándose y logrando resultados sumamente positivos. "Es que esta obra es una necesidad del Uruguay", remarcó al [illegible] que explicaba que en su país el nivel de vida es tal que prácticamente no se pasan necesidades, pero no se conforman con ello y en vez de aspirar a más, la intención es que aquellos que tienen carencias puedan llegar un día a vivir de la misma forma que se vive en Suiza, en una muestra más que significativa de un noble sentimiento de solidaridad.

Por su parte, Carmen Borrás dio sus impresiones de la visita al Merendero que funciona en Tambores, diciendo que se retira muy conforme con la marcha del mismo. En este merendero se atiende a 32 niños brindándoles alimentación, y que se piensa extender el horario de atención a los mismos a fin de brindarles también actividades recreativas y juegos. Dijo también que se lleva una muy buena impresión del avance de las obras de acondicionamiento del nuevo local para el Policlínico, que contará con dos salas para atención médica, una para atención odontológica, una sala para farmacia y una recepción, que en principio entraría a funcionar a partir del próximo mes de febrero (ver BATOVI Nº 163).

Margot Rodríguez, representante de AMULP e incansable trabajadora por el Centro Lourdes Nº 11 de Tacuarembó, dijo que las obras van avanzando a paso lento pero firme y que se llegará perfectamente a la fecha establecida por la fundación alemana que financió la compra del inmueble y su posterior acondicionamiento; de todas maneras, recordó, "aun se necesita el apoyo de nuestro pueblo" pues esta obra estará al alcance y al servicio de todos, sin excepciones.

Doc. poco Legible

9203165

[illegible] de marzo se inaugura policlínico médico-odontológico

[illegible] años de funcionamiento en [illegible] CASA Centro [illegible] AMULP [illegible] que cuenta con [illegible] atención médica [illegible] una completa [illegible] sala de espera y baño.

[illegible] la salud es un deber y [illegible], desde 1986 la Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos (AMULP) [illegible] a trabajo y solidaridad, [illegible] el funcionamiento de varios [illegible] médico-odontológicos -la mayoría [illegible] en el sur del país- que cuentan [illegible] principalmente en el área [illegible].

El [illegible] de Tacuarembó (CASA Nº [illegible]) [illegible] en agosto de 1990, en el local del Centro Lourdes "Ilona", pero el poco espacio [illegible] óptimo funcionamiento [illegible] aunque cumplió con su [illegible] ya que quienes necesitaban algún tipo de atención eran recibidos en los consultorios particulares de los médicos y odontólogos que colaboran con el proyecto.

En el nuevo local dialogamos con Luis Alberto Gandolfo, que tenía a su cargo la [illegible] y del policlínico, a quien [illegible] en su tarea de [illegible] de [illegible] que la realización del inmueble [illegible] posible por el aporte solidario de una fundación médica alemana (ver Batoví Nº 163), que se interesó grandemente por el proyecto elaborado por AMULP.

Gandolfo explicaba que la actual situación socioeconómica de nuestro país lleva a que cada vez sea mayor el número de habitantes que se ven imposibilitados de acceder al sistema de salud, por lo que proyectos como el que impulsa AMULP se torna aún más importante pues se basa en la solidaridad de profesionales y de organizaciones internacionales que se preocupan por el bienestar humano. Subrayó que los servicios que brinda el policlínico están dirigidos a la población en general, pudiendo acceder a ellos mediante el pago de una cuota mensual de N$ 2.500, que los acredita como adherentes, exigiéndose únicamente tener al día el Carné de Asistencia de Salud Pública.

Las doctoras Mirta dos Santos (médico) y Tamara Pasturino (odontóloga) ya comprometieron [illegible] de atención [illegible] que igualmente se sumarán más [illegible] desde el inicio han estado [illegible] solidariamente con este proyecto, entre ellos los doctores Silva Serna, Saturno Carrera, Santiago de los Santos, Aurea Torrano, Sheila Ríos, Cleber Vilar, Ofelia López, Mary Fragoso y las psicólogas Ida Silveira y Selma Menéndez.

Luis Gandolfo agregó que además de quedar habilitada la atención desde el próximo lunes, se comenzará con una etapa de charlas tendientes a la educación sobre medicina preventiva, dictadas por profesionales y dirigidas al público en general, buscando mayor profundidad de conocimientos sobre un área social a la que muchos no tienen acceso por diferentes circunstancias.

Destacó que no se busca competir con centros de asistencia ni con farmacias, ya que la función de este policlínico es colaborar con la operación de brinda Salud Pública, incluso mediante el aporte de medicamentos que muchas veces no posee el Hospital local y que las farmacias de los CASA pueden conseguir recurriendo a los organismos extranjeros que [illegible].

Se mostró sumamente optimista en cuanto a la respuesta que se recibirá en la población, ya que en estos dos años de existencia del policlínico -pese a la poca difusión de su función- se ha brindado atención a muchos pobladores de la ciudad, principalmente a familiares de los más de 30 niños que actualmente concurren al Centro Lourdes (guardería), quienes avalan la calidad del servicio.

Gandolfo aseguró que esto no queda en la instalación en un local propio, sino que se seguirá trabajando y mucho -"el premio por nuestro trabajo es más trabajo", acotó Margot Rodríguez incansable impulsora de las tareas de AMULP- para que la población de Tacuarembó tenga la mejor cobertura sanitaria posible: próximamente se contará con un equipo de Rayos X que se sumará a la completa equipación instrumental con que cuenta ese policlínico médico-odontológico, además de la colaboración de más profesionales y de mucha gente, ya que afirmó su convicción de que el ciudadano uruguayo tiene muy arraigado su sentimiento de solidaridad.

VERANO DE LOS NIÑOS



Los días [illegible] de febrero se realizarán los campamentos de verano, en la colonia Paraná Guazú de Playa Pascual.

Los mismos son organizados por los grupos de Pioneros José Artigas de Rincón de la Bolsa y Libertad.

En dicho campamento está previsto que las actividades a llevarse a cabo serán variadas, desde fogones, juegos de playa, bailes, convivencia, etc., etc.

Todos aquellos que estén interesados en participar tienen tiempo de inscribirse hasta el 1º de febrero en Palacio Nº 5, Yaro y Zapicán, Ruta 1 Km. 24.500.

Doc con partes legibles

9203165

Preparan actos para el Día Internacional de la Mujer

Con motivo de celebrarse el próximo 8 de marzo el DIA INTERNACIONAL DE LA MUJER, la filial Tacuarembó de la Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos (AMULP) está tratando de organizar una serie de actos a fin de conmemorar la fecha.

En tal sentido convoca a organizaciones de mujeres, integrantes de Comisiones de Barrios, trabajadoras, jubiladas, amas de casa, y por ende a todas las mujeres de Tacuarembó para reuniones que se realizan todos los viernes a partir de las 20 horas en Dr. Ivo Ferreira Nº 242.

Inauguración de Policlínico

En el marco de festejos del DIA INTERNACIONAL DE LA MUJER, el [illegible] de marzo a las 19 horas A.M.U.L.P. Tacuarembó inaugura su Policlínico Médico Odontológico, que cuenta con dos salas para atención médica, una sala para odontología, [illegible] completa farmacia y una sala de recepción, cuyos servicios están al alcance de toda la población.

El acto de inauguración contará con la presencia de dirigentes nacionales de la Asociación y autoridades departamentales, desarrollándose en la sede misma del policlínico en calle 25 de Agosto Nº [illegible] casi J.P. Varela.

Doc. con partes ilegibles

9203165

Domingo 15 de marzo de 1992 La República

Marcha por 18



El lunes 9 la marcha convocada por AMULP, UMU, Comisión de Mujeres del PIT-CNT, organizaciones sindicales y sociales recorrió 18 de Julio desde la explanada municipal hasta Plaza Libertad. Vivienda, trabajo, salud, guarderías, basta de violencias, fueron algunas de las reivindicaciones más transitadas por nuestra principal avenida. En las aceras, [illegible] ocasionales transeúntes miraban: algunos con simpatía; en general, todos con menos sorpresa.



Las mujeres que portaban las [illegible] exigiendo guarderías eran muy [illegible] Alguien comentó: "Está bien [illegible] empiecen ahora, así tal vez para [illegible] ellas tengan hijos..."

Doc. con partes ilegibles

9203165

ATIENDE NIÑOS DE 2 A 6 AÑOS Y FUNCIONA EN LA CALLE VIACABA DESDE HACE 6 AÑOS

Una visita al Centro Lourdes Nº 1

MYRIAM MARCONA

En La calle Viacaba 1733, entre Grecia y Chile, se encuentra actualmente el local de este centro que funciona ininterrumpidamente desde hace ya seis años.

Pertenece a la Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos (AMULP), y fue el primero en fundarse de los siete que existen en Montevideo.

Las actividades que desarrollan son diversas, pero es básicamente una guardería comedor, que atiende niños de dos a seis años en el horario de 8 a 16.

Su creación y funcionamiento están pensados para dar respuesta a las necesidades de las familias del barrio, pues "cada vez es mayor la cantidad de mujeres que estamos muchas horas fuera de la casa", nos dice Patricia Vazquez, una de las personas encargadas de la atención de los niños.

El máximo de niños que admiten es alrededor de 35. Actualmente están abiertas las inscripciones. Funcionan todo el año, salvo los últimos



Patricia Vásques, una de las encargadas del Centro Lourdes Nº 1, junto a algunos de los chicos que asisten al mismo.

15 días de diciembre. La cuota por el horario completo es de N$ 22.000. Este importe no cubre ni siquiera la comida del niño durante una semana. El centro se mantiene con el esfuerzo de vecinos y padres vinculados a la institución, quienes le dedican unas horas de trabajo mensuales, por ejemplo colaboran en la higiene del local, organizan festivales, etc. Las tres personas a cargo del mismo pertenecen a AMULP y desarrollan su labor honorariamente. Aparte de la ya mencionada, colabora con la atención de los niños Marta Silva y la encargada de la cocina es Evangelina Bertolini, más conocida en el barrio como "Chicha". Reciben además ayuda de organizaciones internacionales, tanto en materiales como en personas que viajan hasta nuestro país para ofrecer horas de trabajo.

Por lo general, los niños que asisten hacen horario completo, salvo aquellos que luego del almuerzo van a jardinera.

El menú es planificado por una dietista.

OTRAS ACTIVIDADES QUE DESARROLLA EL CENTRO Nº 1

Charlas de interés para la familia impartidas por una doctora todos los penúltimos días de cada mes.

Gimnasia para mujeres a partir de mediados de marzo. Las inscripciones están abiertas, y la cuota será de alrededor de N$ 10.000 mensuales.

Tienen además planificado elaborar dulce de leche y envasar pulpa de tomates, en principio para consumo interno del centro, pero con la perspectiva de incrementar la producción para poder comercializarlo como forma de autofinanciación.

Para culminar cerramos esta nota con palabras textuales de Patricia: "Además de dar alimentación y educación adecuada a niños cuyas madres trabajan muchas horas fuera del hogar, somos una institución que lleva adelante actividades culturales, charlas, talleres, etc. En ellas puede participar todo el barrio. Por eso hacemos un llamado a todas aquellas mujeres que tengan inquietudes y que quieran participar, haciendo su aporte, que sin duda será de gran valor. Las puertas de nuestra casa están abiertas".

Agrega que el local ofrece muchas posibilidades, pues es espacioso y confortable, cosa que hemos constatado, y hace saber por este medio a otras instituciones, que está disponible para actividades de tipo cultural.



Niños de entre dos a seis años reciben una atención por demás completa en la institución de la calle Viacaba





Ellas llegaron en un camión, justo a tiempo para sumarse a la concentración que arrancaba la marcha. "De Libertad venimos", aclararon con orgullo.



Antes de la marcha, integrantes de la Comisión Organizadora se reunieron con la Comisión de la Condición de la Mujer de la Cámara de Diputados. Intercambiaron ideas acerca de los proyectos a estudio y la urgencia de elevarlos a votación.

LA SEMANA DE TURISMO, EL 26 PONE UN STAND EN LA CRIOLLA DEL ROOSVEL

LOS COMPAÑEROS QUE QUIERAN DAR UNA MANO PARA ATENDERLO, ANOTARSE CON DELIA EN FINANZAS

PLENARIO MENSUAL DEL 26 DE MARZO

DOMINGO 26 DE ABRIL, 10 HORAS

HABRA FERIA DE PULGAS PARA LOS COMPAÑEROS, CON ROPA DE INVIERNO A PRECIOS ESPECIALES !!!



V.I. LENIN — C. MARX — F. ENGELS

DOCUMENTO

TITULO XI Periodo de Sesiones de CICAD en Punta del Este.

PROCEDENCIA La Mañana (Rec Prensa)

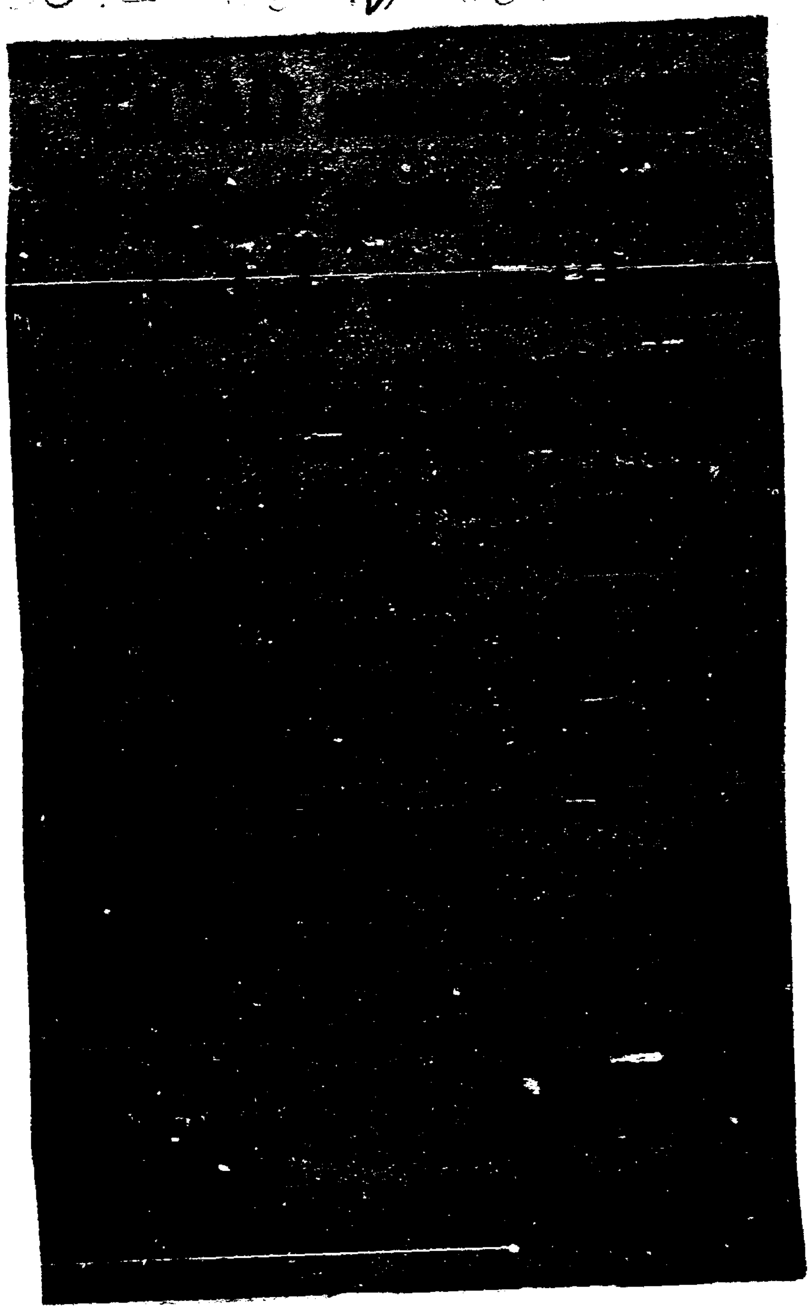
FECHA 27/3/92

ENTRADO

CRUZADO

VINCULACIÓN

11672 [illegible] 66403 11350 11668 11005 11421 11349



[illegible] 12

9203581

COMISION INTERAMERICANA APROBO REGLAMENTO CONTRA LAVADO DE DINERO

LA resolución de la CICAD será sometida ahora a consideración de la Asamblea General de la OEA

En la sesión de ayer, correspondiente al XI Período Ordinario de Sesiones de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD) que viene cumpliéndose en Punta del Este, fue aprobado el texto del reglamento-modelo sobre delitos de lavado de activos vinculados al tráfico ilícito de drogas.

El referido reglamento será ahora sometido a consideración de la Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA), de la cual CICAD forma parte, para su eventual adopción por parte de los Estados miembros del organismo regional.

El reglamento-modelo, que puede servir de guía para orientar la legislación de los países que lo adopten, agrupa, define y tipifica las conductas punibles en relación a los delitos conocidos como "lavado" de bienes provenientes del tráfico ilícito de drogas. Incluye, además, varios capítulos atinentes a las instituciones financieras y sus responsabilidades.

CARACTERISTICAS

Consta de diecinueve artículos. El primero está consagrado a definiciones (bienes, decomiso, embargo preventivo, instrumentos, personas, productos, tráfico ilícito). El 2 se refiere a los delitos de lavado (quién o quiénes incurren en los mismos). El 3 atañe a las competencias para la investigación y enjuiciamiento. El 4 se refiere a las medidas cautelares sobre los bienes, productos o instrumentos. El 5 se ocupa de los decomisos de bienes, productos o instrumentos. El 6 se ocupa de la situación de los terceros de buena fe (cuyos derechos se tutelan). El 7 se refiere al destino de los bienes, productos o instrumentos decomisados. El 8 concierne a bienes, productos o instrumentos de delitos cometidos en el extranjero.

Los artículos 9 al 17 y el 19 se refieren a las instituciones financieras en distintos aspectos. El 9 define l que debe entenderse por instituciones y actividades financieras. El 10 se refiere a la identificación de los clientes y al mantenimiento de registros. El 11 a la disponibilidad de los registros a efectos de información que recaben las autoridades financieras deberán registrar y notificar las transacciones financieras sospechosas. El 14 especifica las responsabilidades de las instituciones financieras, y el 15 a los programas de cumplimiento obligatorio por parte de las referidas instituciones.

Después del artículo 16, que incluye disposiciones a cumplir por parte de otros obligados, el 17 se refiere a las obligaciones de las autoridades competentes, el 18 a la cooperación internacional y el 19, y final, al secreto o reserva bancaria, que "no serán impedimento" para cumplir con las disposiciones del reglamento cuando la información sea solicitada o compartida por tribunal o autoridad competente. (más información en pág. 4) ■

DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA La Mañana
FECHA DE PUBLICACION 11/3/92
ENTRADO

ELEVAN PROYECTO PARA TIPIFICAR EL DELITO "LAVADO DE DINERO"

LO anunció el Canciller Gros Espiell al inaugurar en Punta del Este cumbre interamericana sobre drogas



[illegible]

PUNTA DEL ESTE. (Especial para LA MAÑANA). Con la presencia del Presidente Luis Alberto Lacalle se realizó ayer en este balneario el acto inaugural del XI Período Ordinario de Sesiones de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas. En nombre de nuestro país, el Canciller Héctor Gros Espiell anunció el próximo envío al Parlamento de un proyecto de ley sobre drogas que tipificará expresamente el delito conocido como "lavado de dinero" y recordó que, como hasta el presente, Uruguay quiere ser un actor de primera fila en la lucha contra la drogadicción, el narcotráfico y el lavado de activos provenientes del mismo.

Uno de los temas principales que figuran en la agenda del presente período de deliberaciones es precisamente la consideración de un Reglamento Modelo sobre lavado de activos relacionados con el tráfico ilícito de drogas, que fue elaborado a lo largo de más de 18 meses de trabajo por un grupo de expertos de trece países, entre los que figuró Uruguay mediante la presencia y participación de los doctores Augusto Durán Martínez y Alvaro Ezcurra.

ACTO INAUGURAL

Tal como estaba previsto, próximo a la hora once de la mañana se produjo el arribo al Hotel San Rafael, sede de la reunión, del Presidente Lacalle. Pocos minutos después daba comienzo el acto inaugural, haciendo uso de la palabra en primer término el Presidente de CICAD, Lic. Jorge Carrillo Olea, cuyo mandato concluyó en esta ocasión. Carrillo destacó en breves trazos algunos de los aspectos salientes de la labor desarrollada por el organismo interamericano, haciendo especial referencia al reglamento modelo sobre el lavado de activos, uno de los puntos de mayor trascendencia de las presentes deliberaciones.

A continuación el Secretario Ejecutivo de CICAD, Irving Tragen dio lectura a un mensaje enviado por el Secretario General de la Organización de Estados Americanos -OEA-, Joao Baena Soares. Este recordó la importancia de los trabajos desarrollados por CICAD en cumplimiento de mandatos expresos emanados de la OEA, organismo del que precisamente surgió la institución.

En el texto enviado por Baena Soares, éste menciona con mayor destaque los trabajos referidos al reglamento sobre lavado de activos, el estudio sobre la vinculación del tráfico de armas con el narcotráfico y las etapas que se van cumpliendo del denominado Plan de Ixtapa de lucha contra la droga en el hemisferio.

MENSAJE DE GROS

La jornada inaugural se cerró con las palabras pronunciadas por el Ministro de Relaciones Exteriores de nuestro país.

Después de dar la bienvenida a los delegados y expresar que Uruguay se honra por ser la sede elegida para las deliberaciones, el Canciller recordó la importante labor cumplida hasta el presente por CICAD, organismo surgido de una resolución de la Asamblea General de la OEA en 1986.

Señaló como hitos en la acción de CICAD el Programa de Acción de Ixtapa, el programa de Quito -este último referido a la educación integral preventiva contra el uso indebido de drogas- y la elaboración del reglamento modelo sobre precursores químicos y otras sustancias utilizadas para la elaboración de drogas.

Destacó que en la presente reunión se discutirá el proyecto de reglamento modelo sobre lavado de activos y dijo al respecto que "la delegación uruguaya buscará enérgicamente su aprobación" por parte de CICAD.

Agregó Gros Espiell que resultaba pertinente formular algunas consideraciones. En algunos países se cultiva materia prima para elaborar drogas; en otros se fabrican los productos químicos necesarios para producirla; otros son países de tránsito, en otros se blanquean capitales y otros son centro de consumo. "La importancia del consumo es esencial; sin consumo y la consiguiente demanda, el problema de la droga dejaría de existir", señaló.

Luego recordó que "en un tiempo la comunidad internacional vivió el espectáculo de los reproches mutuos, lo que provocó una parálisis en la lucha contra la droga. Hoy la perspectiva cambió. Se asume que la responsabilidad es de todos. A todos afecta el problema. Todos deben esforzarse en combatir el narcotráfico en forma simultánea".

ACCION CONSTANTE

"Dado el carácter transnacional del fenómeno se debe comprometer en el combate de la droga al mayor número de países", afirmó más adelante.

Recordó a continuación lo actuado en los últimos años por Uruguay en temas atinentes a la droga, tales como los convenios de asistencia jurídica mutua con Estados Unidos y España, que datan de 1991; el proyecto de ley tendiente a aprobar la Convención de Viena de Estupefacientes de 1988; el Tratado con el Reino Unido similar a los suscritos con EE.UU. y España pero circunscrito a delitos de narcotráfico y otras medidas.

En la parte medular de su discurso, el jefe de la diplomacia uruguaya anunció que "próximamente el Poder Ejecutivo remitirá al Parlamento [illegible] de ley [illegible]

[illegible] Uruguay" [illegible] tra la droga y [illegible] ilícitos [illegible] constituyen [illegible]no".

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA La Mañana

FECHA 11/3/92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Durán Martínez presidirá CICAD

PUNTA DEL ESTE, (Especial para LA MAÑANA). El doctor Augusto Durán Martínez, Prosecretario de la Presidencia, resultó electo Presidente de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas -CICAD- en el transcurso de la reunión inaugural del Undécimo Período Ordinario de Sesiones del organismo, que se celebra desde ayer en los salones del Hotel San Rafael.

El nuevo Presidente, cuyo mandato se prolongará durante un año de acuerdo a los estatutos de la CICAD, es el actual Secretario de la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas.

La CICAD deliberará hasta el viernes próximo en este balneario, en cumplimiento de una nutrida agenda en la que figuran, entre otros temas, la presentación de un reglamento modelo sobre el lavado de activos vinculado al tráfico ilícito de drogas, un estudio sobre el contrabando de armas y explosivos vinculados con el narcotráfico, el desarrollo de un proyecto sobre cooperación judicial interamericana y medidas tendientes a adoptar un reglamento sobre control de precursores y sustancias químicas utilizados en la producción de drogas.

En las deliberaciones de Punta del Este participan delegaciones de los 22 países miembros de CICAD: Antigua y Barbuda, Argentina, Bahamas, Bolivia, Brasil, Canadá, Colombia, Costa Rica, Chile, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Jamaica, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela. Los países integrantes de la OEA que no forman parte de CICAD tienen derecho a participar con voz en las sesiones de la comisión.

04

920358A

DOCUMENTO

TITULO

Ambito Financiero

12/3/92

ENTRADO

CRUZADO

Se endurece Lacalle contra el lavado de narcodólares

[illegible] —[illegible] que puede [illegible] "lavado" de dinero procedente del narcotráfico, es una medida que espera sea seguida por otras naciones iberoamericanas.

El ministro de Relaciones Exteriores de Uruguay, Héctor Gros Espiell, anunció esta decisión ante los representantes de 22 [illegible] que [illegible] el [illegible] reunión de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD).

[illegible] Espiell aseguró que "Uruguay es un actor que quiere ser de primera fila en la lucha contra la droga, el narcotráfico y el lavado de dinero, con apego al derecho y al estado de derecho que es consustancial con su ser".

• **Desinformación**

El canciller uruguayo añadió que "la desinformación malintencionada no ha apartado ni apartará a Uruguay de su inflexible conducta en la lucha contra la droga".

Gros Espiell respondió de esta manera a las acusaciones que aseguraban que en centros financieros uruguayos se practica el "lavado" de dinero de la droga que pasa por Argentina.



Héctor Gros Espiell

El hecho de que Uruguay sea una plaza financiera libre supone que no existan limitaciones ni controles a la entrada o salida de capitales, sea cual fuere su volumen.

• **Garantías**

"Además, está garantizado el secreto bancario; la repatriación de beneficios y dividendos es libre; no existen impuestos sobre dividendos, beneficios [illegible] de los [illegible] co sobre los [illegible] tal.

Ante esta libertad [illegible] en el movimiento de [illegible] operaciones financieras [illegible] guay es el [illegible] refugio de los capitales [illegible] naciones vecinas, [illegible] de Argentina.

• [illegible]

Hace seis años, al [illegible] se la posición de [illegible] nes de dinero en la [illegible] ciones de [illegible] licano uruguayo [illegible] [illegible] entre los [illegible] tes de [illegible]

[illegible] ron que [illegible] gistrado casos [illegible] sonas que no han [illegible] con grandes [illegible] efectivo.

La [illegible] tes sobre los [illegible] [illegible] que [illegible] Estados [illegible] [illegible]

[illegible] Como [illegible]

En [illegible] CICAD [illegible]

[illegible] elaborarán los expertos en esta reunión se presentarán a los respectivos gobiernos para que decidan si los incluyen en las legislaciones sobre la materia, así como a los organismos especializados de las Naciones Unidas.

En su intervención, Gros Espiell dijo que "en unos países se cultiva la materia prima de la droga, en otros se fabrican los productos químicos para elaborarla, otros son países de tránsito, en otros se blanquean capitales y, finalmente, otros son centros de consumo".

05

9203581

El País
12/3/92

COMO LUCHA URUGUAY CONTRA EL NARCOTRAFICO

Se Realizan Trabajos Coordinados con Brasil; la Estrategia Abarca También Alcohol y Tabaquismo

06

9203581

DOCUMENTO

TITULO

El País
12/3/92

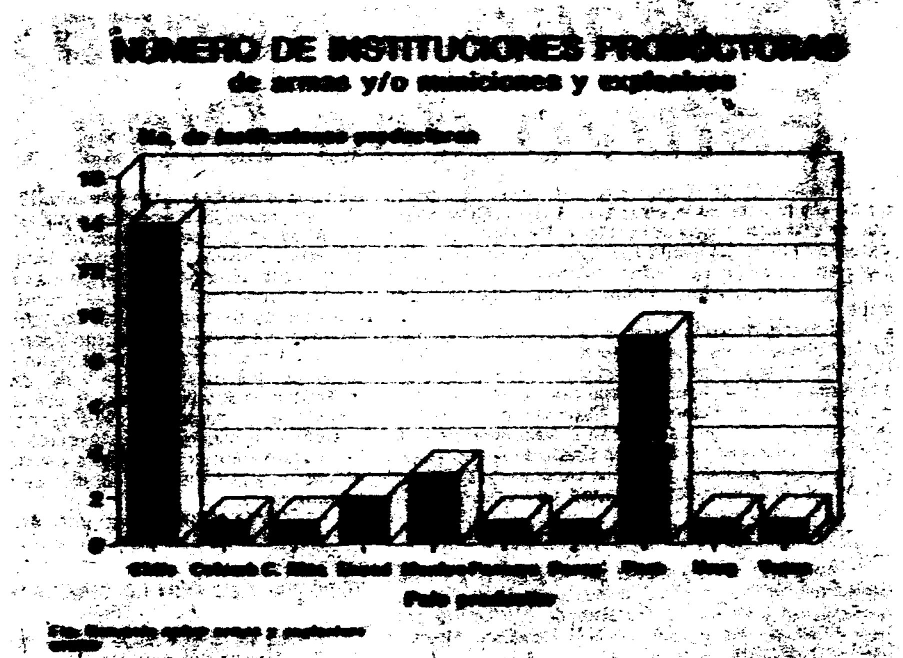
Decisión de CICAD en Punta del Este

Medidas Contra Tráfico de Armas y Explosivos

La Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), que está celebrando su [illegible] período de sesiones en Punta del Este, acordó recomendar a la OEA la convocatoria de un Grupo de Expertos que elaborará un reglamento modelo para el control del tráfico de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico en la región hemisférica.

En la jornada de hoy CICAD realizó las tercera y cuarta sesiones de trabajo, en el transcurso de las cuales los representantes de los 22 Estados miembros, así como los observadores permanentes, [illegible] la situación actual del problema de las drogas en el [illegible]. Las deliberaciones de CICAD se prolongarán hasta el próximo viernes por la tarde.

[illegible]



[illegible]

9203581

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA La Mañana

F... 12/3/92

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO



0 S

9203584

N° DOCUMENTO

TITULO

La Mañana
13/3/92

CRUZADO

Cancillería desmiente que haya habl[illegible] referencia uruguaya a Ministro argen[illegible]

UN calificado portavoz del Ministerio de Relaciones Exteriores [illegible] algunas versiones periodísticas que circularon en medios de prensa argentinos y que indicaban que el Canciller uruguayo, Héctor Gros Espiell, había aludido al Ministro del Interior de Argentina, José Luis Manzano, por supuestas declaraciones formuladas en Madrid, en relación al lavado de dólares en el Uruguay.

"En ningún momento el Canciller Gros, ni en su discurso inaugurando la sesión anual de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas, ni en declaraciones a la prensa, se refirió a persona, entidad o país alguno", subrayó el portavoz, que agregó que Gros no realizó comentario alguno sobre declaraciones de Manzano.

Es más, añadió que *"frente a una pregunta genérica sobre denuncias de que en Uruguay se practica el lavado de dólares, el Canciller respondió globalmente, en forma negativa, sin referencias de índole puntual a ningún país o persona"*.

Gros, tanto en su discurso como en declaraciones a la prensa, desdramatizó la cuestión del lavado de dólares en Uruguay al señalar que esta práctica [illegible] se verifica en todos los países y que nadie está libre del flagelo.

A su vez, explicó que, en relación al Uruguay, existe *"desinformación, mala fe, posiblemente envidia a otros elementos"* que no calificó, subrayando que en Uruguay el combate a [illegible]

[illegible]

09

9203581

La Mañana
14/3/92.

APROBARON 22 PAISES MEDIDAS CONTRA EL NARCOTRAFICO Y LA DROGADICCION

TAMBIEN se creó un reglamento modelo sobre narcodólares

Con la aprobación de diversas medidas para la lucha contra el narcotráfico y la drogadicción, que serán sometidas a consideración de la OEA, culminó ayer en Punta del Este el XI Período de sesiones de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD).

En el acto de clausura del encuentro interamericano, en el que participaron representantes de los [illegible] países miembro, más un grupo de observadores de organismos internacionales especializados, hicieron uso de la palabra el Secretario Ejecutivo de CICAD, Irving Tragen, y el Presidente, Dr. Augusto Durán Martínez. El primero reseñó los trabajos realizados y el segundo destacó como aspectos sobresalientes la aprobación de un reglamento sobre lavado de dólares provenientes del narcotráfico y los avances producidos para [illegible] otro reglamento de este tipo, referido al contrabando de armas y explosivos vinculado a la droga.

Un total cercano al centenar de delegados participaron en las deliberaciones, en las que tienen voz y voto los Estados miembros de CICAD, que son Antigua y Barbuda, Argentina, las Bahamas, Bolivia, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, [illegible], El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Jamaica, [illegible], Nicaragua, Panamá, [illegible], Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela. [illegible] de Alemania, [illegible] e Italia, que tienen [illegible] observadores permanentes ante el organismo, y también observadores de organismos tales como el BID, INTERPOL y el Programa de las Naciones Unidas para el Control de Drogas (UNDCP).

PRINCIPALES ACUERDOS ADOPTADOS

Entre los acuerdos aprobados [en] la reunión de Punta del Este [fig]uran el reglamento-modelo [so]bre lavado de narcodólares -que [ah]ora será sometido a consideración de la OEA en pleno en su [pr]óxima Asamblea General, a [rea]lizarse en mayo- que se busca [qu]e sea adoptado en los distintos [pa]íses miembros del sistema [inter]americano; la próxima con[voc]atoria de un grupo de expertos [enc]argados de redactar un modelo [de] legislación para el control del [trá]fico de armas relacionado con [la] droga; un informe sobre el [estu]dio actual de este último pro[ble]ma en la región interamericana; los avances producidos durante 1991 en la aplicación del Programa de Quito sobre medidas educativas de prevención del abuso de drogas; medidas sobre movilización comunitaria en la lucha contra la drogadicción y disposiciones sobre el funcionamiento de bancos de datos e información sobre drogas.

En Punta del Este, CICAD eligió como Presidente del organismo por el próximo año al Dr. Augusto Durán Martínez, Prosecretario de la Presidencia de la República, y para ocupar la Vicepresidencia a la representante de Costa Rica, Mónica Nágel Berger, Viceministra de Justicia.■



En la foto, el acto de clausura de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas.

Drogas: "Ahora es preciso encarar el consumo"

EL Dr. Augusto Durán Martínez, Presidente de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD) dio ayer por clausurado el XI Período de sesiones del organismo, que se desarrolló en Punta del Este, abogando por el fortalecimiento de la entidad. Expresó que CICAD es el organismo de mayor representatividad en la lucha contra la droga a nivel continental.

Destacó como temas principales de los [illegible] en las deliberaciones del Hotel San Rafael la aprobación del reglamento-modelo sobre lavado de activos relacionados con el narcotráfico y el estudio del contrabando de armas y explosivos vinculado a ese delito.

RESPETAR NORMAS DE DERECHO

Refiriéndose al narcotráfico, expresó el Dr. Durán Martínez que *"es un enemigo poderoso, sumamente difícil de vencer, pero tenemos las armas necesarias para combatirlo"*. Pero la lucha debe encararse dentro de marcos jurídicos y de respeto por las normas sobre derechos humanos, porque de lo contrario -agregó- *"podremos ganar alguna batalla, pero perderemos irremediablemente la guerra al arrasar, entre otras cosas, con el Estado de derecho"*.

Durán Martínez es Prosecretario de la Presidencia de la República y Secretario de la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas de Uruguay. Fue electo para desempeñarse durante un período en la Presidencia del organismo interamericano de lucha contra las drogas al comienzo del período de sesiones que se cerró ayer en Punta del Este.

AHORA, EL PROBLEMA DEL CONSUMO

En relación con el reglamento-modelo sobre lavado de activos, Durán Martínez destacó en su discurso de clausura que *"no solamente permitirá un avance en el derecho positivo de los Estados que lo adopten"*, sino también *"una unificación en la legislación del continente americano"*. En cuanto al estudio sobre el contrabando de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico, señaló que se trata de una labor de gran originalidad y, probablemente, *"el primer intento de regulación"* de tal fenómeno.

CICAD ya ha elaborado reglamentos en áreas muy importantes vinculadas al problema de la droga, recordó el orador. *"Ahora es preciso (...) encarar el consumo, piedra fundamental de este gran edificio del mal"* que es la producción y comercialización de drogas ilícitas.

COORDINACION DE ESFUERZOS

Las etapas críticas del proceso de producción y consumo de drogas se desenvuelven, en mayor o menor grado, en todos los países, señaló más adelante. Por ello, es necesario coordinar esfuerzos entre todos los países, ya que todos resultan afectados. CICAD es el organismo más representativo a nivel continental, ya que está integrado por veintidós Estados miembro. *"Es, por esa razón, el único organismo que puede comprender el problema en su total dimensión"*.

Señaló los méritos de organismos regionales o subregionales en la lucha contra la droga, pero consideró conveniente que coordinen sus líneas de acción con la CICAD.

"Sabemos que el [illegible] dispone de mucho dinero, [illegible] más que el que nosotros [illegible]mos", agregó. Pero [illegible] luchan contra las drogas [illegible] por un imperativo [illegible] y [illegible] vocación de servicio que [illegible] pensar en derrotarlo e [illegible] inclinar la balanza a [nuestro] *favor"*.■

920358A

[illegible]UEGO DE LA REUNION DE CICAD EN P. DEL ESTE

Se fo[illegible] Amér[illegible] cont[illegible]



[illegible] del trabajo de CICAD

Las tres Américas dieron [illegible] pasos importantes en Punta del Este con vistas a coordinar políticas de lucha contra el flagelo de la droga en todos sus frentes. Es lo que se desprende de la reunión celebrada en nuestro principal balneario por la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), una organización integrante de la OEA que agrupa a veintidós países hemisféricos. La resolución más importante: un reglamento que busca solución al problema del "lavado" de narcodólares.

PUNTA DEL ESTE volvió hace quince días a ser centro de atención internacional a partir del encuentro de la CICAD, correspondiente al primer período ordinario de sesiones de este organismo durante el año que corre. Estuvieron presentes delegados de veintiuno de los países miembros (sólo faltó Antigua y Barbuda), que deliberaron en torno a un vasto temario. La principal conclusión que puede extraerse es que CICAD, que acaba de cumplir cinco años de actividad, ha entrado en lo que puede llamarse su mayoría de edad como dependencia especializada de OEA y que, de ahora en adelante, la lucha contra las diversas aristas que presenta el narcotráfico y sus derivaciones será cada día más coordinada a nivel hemisférico.

Un poco de historia

CICAD nació de una resolución adoptada por la Asamblea General de la OEA, el máximo cuerpo de la organización [illegible]

[illegible]

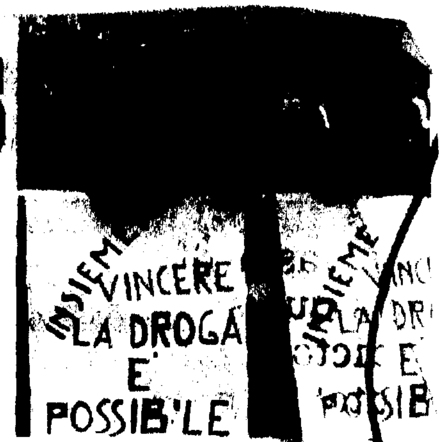
[illegible]

Al presente, los miembros de CICAD son Antigua y Barbuda; Argentina; Las Bahamas; Bolivia; Brasil; Canadá; Chile; Colombia; Costa Rica; Ecuador; El Salvador; Estados Unidos; Guatemala; Jamaica; México; Nicaragua; Panamá; Paraguay; Perú; República Dominicana; Uruguay y Venezuela, es decir, salvo alguna excepción [illegible], la [illegible] de los países de la OEA. Aun los que no son miembros de CICAD [illegible] observadores, al igual que otras naciones [illegible] (Alemania, Francia, Italia) y organismos internacionales tales como el Programa de la ONU para el Control de Drogas (UNDCP), el BID, Interpol y otros. En la reunión de Punta del Este deliberaron más de 100 delegados de los Estados miembros. CICAD es "el organismo más representativo en lo que atañe a la lucha contra las drogas a nivel continental", [illegible] Durán Martínez, quien presidió la CICAD hasta [illegible] "y por esa razón el único organismo que puede [illegible] el problema en su total dimensión". En un discurso de clausura del encuentro, Durán Martínez señaló la necesidad de fortalecer CICAD y de llevar a cabo la lucha contra la droga dentro de marcos jurídicos y respeto por los derechos humanos.

CICAD no se ocupa de la coordinación de acciones represivas a nivel policial o militar, orientando su desempeño hacia campos tales como la educación preventiva, la salud, el intercambio de información actualizada, la cooperación a nivel judicial y, muy especialmente, la elaboración de reglamentos-tipo sobre diversos temas que pueden servir de base a una legislación regional más homogénea. Un banco de datos [illegible]

LUEGO DE LA REUNION DE CICAD EN P. DEL ESTE

Se fortalece en las Américas la lucha contra las drogas



Las madres contra la droga, en Italia



Campañas educativas y sanitarias forman parte del trabajo de CICAD

Las tres Américas dieron varios pasos importantes en Punta del Este con vistas a coordinar políticas de lucha contra el flagelo de la droga en todos sus frentes. Es lo que se desprende de la reunión celebrada en nuestro principal balneario por la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), una organización integrante de la OEA que agrupa a veintidós países hemisféricos. La resolución [illegible]

donde están representados todos los Estados americanos desde Argentina hasta Canadá. El origen de la entidad estuvo en la percepción compartida de los miembros de la OEA de que era necesario crear una instancia de consulta y coordinación para hacer más efectivo el combate contra el flagelo del narcotráfico. Antes de nacer CICAD, todos los países tenían en funcionamiento una u otra forma de cuerpos, directivas o juntas encargadas de la tarea, pero con muy distintos medios y en forma inconexa, más allá de la elemental cooperación que las naciones acordaban darse entre sí.

Existía, paralelamente, un concepto bastante extendido de que mientras algunos países resultaban afectados por una u otra forma del "problema de la droga" (como centros productores, transformadores, consumidores o "lavadores"), otros permanecían ajenos y aparte de la cuestión. Pero pudo comprobarse que la expansión y magnitud del fenómeno del narcotráfico y todo lo que trae aparejado ya no dejaba inmune a ningún país y que todos, de una forma u otra, resultaban victimizados. Enfrascarse en polémicas y realizar esfuerzos individuales aislados resultaba contraproducente, cuando no directamente negativo, para una acción eficaz de cara al problema. A partir de esta comprobación surgieron las condiciones dadas para el surgimiento de CICAD que, en este sentido, consiste en el agrupamiento de las entidades [illegible] en cada uno de los Estados miembros de llevar adelante [illegible]



Búsqueda de droga, en Colombia

11 (B)

central en la sede de CICAD (en la OEA, en Washington) se complementa con la acción de centros regionales de información, uno de los cuales habrá de operar desde Montevideo. La información estadística precisa y fresca es sustento esencial de cualquier política que procure diseñarse en las diversas esferas de acción preventiva contra la extensión del uso indebido de drogas o sustancias psicotrópicas. *"Primero hay [illegible] el problema y después resolverlo"*, dijo uno de los [illegible] del Este.

CICAD entiende que el fenómeno merece consideración especial.

En otras esferas, los países miembros coordinan e intercambian información sobre campañas preventivas, informativas y publicitarias en torno a un tema cada día más acuciante. En pocos años el organismo ha ido adquiriendo mayor importancia dentro del sistema interamericano corporizado en la OEA. Su importancia crecerá, sin duda, en el futuro. [illegible]

EL PAIS
29-3-92.

Los reglamentos-tipo

[illegible] de un reglamento [illegible] o tipo para su [illegible] adopción por parte de los países se inicia con la [illegible] —que debe aprobar la Asamblea General de OEA— de un grupo de expertos, que deliberan en torno al [illegible], elaboran un texto final que se somete a aprobación del pleno de CICAD y luego se eleva a la OEA. Si ésta lo adopta, [illegible] luego su aprobación en cada uno de los países. Es un proceso que suele llevar su tiempo. Hasta el presente se han [illegible] dos de estos reglamentos. El primero se refiere a [illegible] y productos químicos utilizados para la transformación de la materia prima en droga colocable a nivel [illegible] (ejemplo típico: conversión de la hoja de coca en cocaína). El reglamento define cuáles son los productos utilizados para el [illegible] en la materia prima y establece [illegible] sobre el control de su tráfico.

En Punta del Este CICAD aprobó el reglamento-tipo sobre lavado de activos provenientes del narcotráfico —lo que suele denominarse "*lavado de narcodólares*"— y de [illegible] al margen de la ley. El reglamento define las actividades que conforman dicho "lavado" y establece las responsabilidades de bancos, casas bancarias y otras entidades financieras, tales como casas de cambio, en cuanto a registro, control e información a las autoridades sobre transacciones [illegible], previendo diversas penas para los infractores. [illegible], sin duda, como lo [illegible] muchos de los participantes de la reunión de Punta del Este, la principal [illegible] aprobada. Se espera que en la reunión de mayo próximo de la Asamblea General, la OEA le dé su visto bueno para ser sometido a consideración de los países miembros.

Finalmente, se dispuso convocar a otro grupo de expertos para elaborar otro reglamento, referido al contrabando de armas y explosivos vinculado con el narcotráfico. [illegible] la existencia de una relación cada día más estrecha entre la violencia, el narcotráfico y el terrorismo y



El problema de la droga desde el punto de vista de los números

12/12

9203581

Gira del Secretario Gral. del P.C. Chino Jiang Zemin por Japón.
La Repub. (150023)
8/4/92

Jiang Zemin mantuvo una audiencia con el emperador en el marco de su gira por Japón

"China no busca la hegemonía"

- *"Ningún país debe imponer su voluntad o modelo a otros"*
- *"Nosotros mantendremos como siempre nuestra política exterior de paz"*
- *"Asia avanza hacia la distensión y el desarrollo", afirmó el líder comunista*

El secretario general del Partido Comunista Chino, Jiang Zemin, subrayó ayer aquí las normas básicas para un nuevo orden internacional y advirtió que la hegemonía sigue siendo una seria realidad en las actuales relaciones internacionales. Jiang, quien llegó ayer aquí para realizar una visita de cinco días, dijo que las diferencias entre unos doscientos países y mil nacionalidades en el mundo han resultado en diversos sistemas sociales, valores, formas de vida, creencias religiosas y tradiciones culturales.



Jiang Zemin, secretario general del Partido Comunista. Ni una palabra de Japón sobre ayuda económica. (Telefoto de AFP)

Tokio (Xinhua)

"Ningún país debe imponer su voluntad o modelo a otros", dijo Jiang en la Corporación Japonesa de Difusión (NHK) ante una audiencia de dos mil quinientos representantes de los sectores político, económico y cultural.

Entre ellos estaban Yoshio Sakurauchi, presidente de la Cámara de Representantes, Takashi Mukaibo, presidente de la Sociedad Nipo-China, y Ryoichi Kawai, presidente de la Asociación Nipo-China de Economía y Comercio.

Jiang señaló que todos los países deben "esforzarse para promover su cooperación económica, científica y tecnológica, para establecer un mecanismo regional no exclusivo de cooperación económica y realizar consultas, coordinaciones y cooperaciones necesarias sobre la seguridad regional e importantes asuntos internacionales".

Pero [illegible], en el mundo de hoy, las políticas de hegemonía y fuerza "son aún una seria realidad en las actuales relaciones internacionales", anotó Jiang.

[illegible] que China, "un país grande [illegible] fuerza para el [illegible] [illegible]

Jiang [illegible]

con el emperador.

"Ayer tuve una muy buena conversación con el premier Miyazawa y llegamos a un consenso sobre una amplia gama de asuntos de las relaciones bilaterales y cuestiones internacionales de interés mutuo", dijo Jiang.

"Con nuestros esfuerzos conjuntos, esta visita ayudará a promover las amistosas relaciones de cooperación entre los dos países en varios campos y ampliará la amistad tradicional entre los dos pueblos", anotó.

Durante la reunión, el emperador expresó también su agradecimiento por la invitación a visitar China que han recibido él y la emperatriz Michiko.

Entre los presentes en la recepción estuvieron el canciller chino, Qian Qichen, el director de la Oficina General del Comité Central del Partido Comunista Chino, Wen [illegible] [illegible] Exterior, Li Lanqing.

Por la parte japonesa estuvieron el príncipe heredero Naruhito, el príncipe Akishinonomiya y el premier Kiichi Miyazawa.

El líder del Partido Comunista Chino Jiang Zemin dijo hoy que en Asia se está registrando una relajación de la tensión política y un estable desarrollo económico.

"En contraste con la turbulencia e inestabilidad en algunas otras regiones, la situación en Asia, y en Asia oriental en particular, está avanzando hacia la distensión y la estabilidad", dijo Jiang al auditorio de dos mil quinientas personas en la Corporación Nipona de Radiodifusión.

Jiang exaltó la solución de los conflictos regionales como los de Camboya y Afganistán y la reconciliación y relajación de la tensión en la península coreana.

Jiang, quien llegó aquí el lunes en visita amistosa que durará cinco días, también aclamó la cooperación económica en Asia.

"Los países asiáticos han fortalecido su cooperación sobre la base de la igualdad y el beneficio mutuo mientras exploran formas de desarrollo adecuado a sus condiciones nacionales", dijo a los miembros de las organizaciones no gubernamentales.

Señaló que "Asia se encuentra ahora en un nuevo período histórico de relativa estabilidad política y de estable crecimiento económico".

Al referirse al rol de Asia en el mundo, el líder chino opinó que al acercarse el nuevo siglo, una [illegible] y próspera Asia va a hacer grandes contribuciones a toda la humanidad.

01-02

9203932

El secretario general del Partido Comunista Chino, Jiang Zemin mantuvo una audiencia con el emperador Akihito, a quien le reiteró la invitación para visitar China.

El [illegible] en la misma sala del Palacio Imperial donde en 1978 el entonces emperador Hirohito recibió al entonces viceprimer ministro Deng Xiaoping, expresándole un vivo arrepentimiento por la invasión nipona durante la última guerra.

El lunes, Jiang conversó durante tres horas con el premier Kiichi Miyazawa, a quien le solicitó una intensificación de los intercambios comerciales y de las inversiones en respaldo de las reformas económicas chinas.

El emperador japonés Akihito se reunió aquí con el secretario general del Partido Comunista Chino, Jiang Zemin, en el Palacio Imperial y luego ofreció una recepción en su honor.

"Japón y China han tenido [illegible] intercambios [illegible] y Japón está [illegible] influido por China [illegible]. Estoy seguro de que la visita del secretario general Jiang, promoverá el entendimiento mutuo entre los dos pueblos y [illegible] los dos países", dijo Akihito.

Jiang señaló que se [illegible] complacido por el hecho de [illegible]

02-02

9203932

ARCHIVO

M. D. N.
D. G. I. D.
DPTO. I.
MONTEVIDEO.
141500MAY992

M E M O R A N D U M N°027

E V A L : OMITIDA

REFERENTE A : ORGANIZACION TERRORISTA HEZBOLLAH

RESPONDE : INFORMACION PROPORCIONADA POR AGENCIA ESTADOUNIDENSE

DISTRIBUCION: ORIGINAL- ARCHIVO
COPIA - CAMPO MILITAR.

Tte.1º
Norberto Devincensi

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DPTO. INTERIOR

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ... de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha ... 14 MAYO 1992
Pasa ... ARCHIVO MILITAR
Nº ... 92 3968

001/7

HEZBOLLAH: EL MODUS OPERANDI DE LA RED TERRORISTA

HEZBOLLAH, LA ORGANIZACION TERRORISTA MAS CRUEL Y SANGUINARIA DE ORIENTE MEDIO EN LA ACTUALIDAD, GOZA DEL PLENO RESPALDO DE IRAN Y GANA ADEPTOS EN TODO EL MUNDO INCLUYENDO LA AMERICA LATINA. CREEMOS QUE EL RECIENTE ATENTADO DE BUENOS AIRES EN EL QUE SE DETONO UNA POTENTE BOMBA COLOCADA DENTRO DE UN AUTOMOVIL ES EL PRESAGIO DE UN PROGRAMA DE ACTOS TERRORISTAS QUE HAN DE LLEVARSE A CABO TANTO EN EL LIBANO COMO EN EL MUNDO ENTERO.

IDEOLOGIA

HEZBOLLAH ES UN GRUPO CHIITA MILITANTE, FUNDAMENTALISTA Y PRO-IRAN CUYA LABOR CONSISTE EN LUCHAR POR ESTABLECER UNA REPUBLICA ISLAMICA EN EL LIBANO A LA VEZ QUE TRATA DE ANULAR TODA INFLUENCIA EXTRANJERA EN ESTA PARTE DEL MUNDO.

EL GRUPO HEZBOLLAH ENTRO EN ESCENA EN LA DECADA DE LOS 80 DESPUES DEL TRIUNFO DE LA REVOLUCION IRANI AL INTENTAR EL GOBIERNO DE TEHERAN EXPORTAR LA REVOLUCION AL LIBANO. IRAN LOGRO MOVILIZAR LA POBLACION CHIITA QUE CONSTITUYE UNA MAYORIA MARGINADA EN EL LIBANO, QUE SE ENCUENTRA BAJO EL DOMINIO DE LOS CRISTIANOS.

HEZBOLLAH HA LLEVADO A CABO ATAQUES SUICIDAS, SECUESTROS DE AVIONES COMERCIALES, RAPTOS Y ATAQUES A MANO ARMADA CONTRA INSTALACIONES DE ISRAEL Y DE OTROS PAISES DE OCCIDENTE, ASI COMO DE LOS PAISES ARABES MODERADOS. ENTRE SUS GOLPES MAS AUDACES SE CUENTAN LOS ATAQUES CONTRA LA EMBAJADA DE LOS ESTADOS UNIDOS Y EL CUARTEL DE LA INFANTERIA DE MARINA EN EL LIBANO, EL SECUESTRO DE UN AVION ESTADOUNIDENSE Y OTRO KUWAITI EN LOS AÑOS 1985 Y 1988, ASI COMO EL SECUESTRO EN EL LIBANO DE VARIOS CIUDADANOS OCCIDENTALES.

ORGANIZACION POLITICA Y PARAMILITAR.

HEZBOLLAH HA LLEGADO A SER UNA ORGANIZACION COMPLEJA CON FUNCIONES TERRORISTAS, POLITICAS Y PARAMILITARES; TIENE VARIOS MILES DE MIEMBROS EN EL LIBANO Y EN EL EXTRANJERO. TIENE UNA ESTRUCTURA POLITICO-MILITAR BIEN DESARROLLADA PERO LA IDENTIDAD DE SU JERARQUIA SE MANTIENE EN SECRETO.

EL CONSEJO DE GOBIERNO EJERCE EL CONTROL DE HEZBOLLAH Y DETERMINA EL PROGRAMA POLITICO-MILITAR EN COORDINACION CON TEHERAN. HASAN NASRALLAH, UN CARISMATICO LIDER RADICAL QUE HA PARTICIPADO EN VARIAS OPERACIONES TERRORISTAS, ENCABEZA EL CONSEJO EN LA ACTUALIDAD Y OCUPA EL PUESTO DE SECRETARIO GENERAL. HEMOS DE SUPONER QUE BAJO SU LIDERAZGO SE LLEVARA A CABO UNA SERIE DE GOLPES TERRORISTAS.

HEZBOLLAH TIENE LA UNICA MILICIA TODAVIA BAJO ARMAS DEL LIBANO Y EN EL SUR DEL PAIS CONTINUA SU CAMPANA MILITAR EN CONTRA DE LOS ISRAELIES. SE CALCULA QUE HEZBOLLAH TIENE DE DOS MIL A TRES MIL MILICIANOS ACTIVOS Y VARIOS MILES MAS EN RESERVA.

OCULTADAS BAJO VARIAS CAPAS BUROCRATICAS SE ENCUENTRAN LAS LLAMADAS ORGANIZACIONES DE SEGURIDAD QUE CREEMOS SON LAS QUE SE

ENCARGAN DE LLEVAR A CABO LOS GOLPES TERRORISTAS.

EL GRUPO TERRORISTA DE MAYOR EXPERIENCIA Y CAPACIDAD ES LA ORGANIZACION JIHAD ISLAMICA, ENCABEZADA POR IMAD MUGHNIYAH. ESTA ORGANIZACION HA LLEVADO A CABO LOS GOLPES TERRORISTAS MAS ESPECTACULARES DE HEZBOLLAH Y HA RECLAMADO LA RESPONSABILIDAD DEL RECIENTE ATENTADO DE BUENOS AIRES.

RESPALDO IRANI

SIN LA AYUDA PRESTADA POR IRAN, HEZBOLLAH NO SE HABRIA CONSTITUIDO EN UNA ORGANIZACION TERRORISTA INTERNACIONAL. LA GUARDIA REVOLUCIONARIA ISLAMICA ENTRENA AL PERSONAL DEL HEZBOLLAH EN EL MANEJO DE ARMAS Y EXPLOSIVOS Y EN EL USO DE COMUNICACIONES CLANDESTINAS. TAMBIEN CREEMOS QUE TEHERAN ENTREGA VARIOS MILLONES DE DOLARES AL HEZBOLLAH CADA ANO, QUE PROBABLEMENTE INCLUYE COMPENSACION POR LA PUESTA EN LIBERTAD DE REHENES.

FUERA DEL LIBANO, LOS CONSULADOS Y EMBAJADAS IRANIES PRESTAN APOYO LOGISTICO A HEZBOLLAH DE MODO RUTINARIO. USAN LA VALIJA DIPLOMATICA PARA TRANSPORTAR DINERO, ARMAS Y DOCUMENTACION FALSA PARA EL USO DE HEZBOLLAH.

INFRAESTRUCTURA TERRORISTA INTERNACIONAL

HEZBOLLAH MANTIENE GRUPOS TERRORISTAS EN TODO EL MUNDO, DOTANDOLOS CON ARMAS Y EXPLOSIVOS PARA GARANTIZAR SU CAPACIDAD DE ACCION CON MUY POCO AVISO. MANTIENE UNA INFRAESTRUCTURA TERRORISTA DE ENVERGADURA EN ORIENTE MEDIO, EUROPA Y AFRICA OCCIDENTAL. DEPOSITOS DE ARMAS DE HEZBOLLAH SE HAN DESCUBIERTO EN MEJICO, ESPANA, CHIPRE Y COSTA DE MARFIL. DURANTE EL ANO EN CURSO, HEZBOLLAH HA MANDADO VARIAS DELEGACIONES AL SUDAN, DONDE PARECE QUE SE ESTA ORGANIZANDO UN GRUPO DE HEZBOLLAH.

EL RECIENTE ATENTADO DE BUENOS AIRES, QUE APARTE DE SER LA PRIMERA OPERACION DE HEZBOLLAH EN EL EXTRANJERO DESDE EL ANO 1983 FUE LA PRIMERA DE TODOS LOS TIEMPOS EN LA AMERICA LATINA, NOS HACE CREER QUE HEZBOLLAH YA TIENE UN GRUPO ORGANIZADO EN LA ARGENTINA O EN UNO DE LOS ESTADOS CONTIGUOS YA QUE HEZBOLLAH CASI SIEMPRE SE ORGANIZA ANTES DE LANZAR UN ATAQUE.

EL ESTUDIO DE LA HISTORIA DE LOS ALIJOS DE ARMAS Y OPERACIONES TERRORISTAS DE HEZBOLLAH REVELA UN MODUS OPERANDI QUE CONCEDE MUCHA IMPORTANCIA A LA PLANIFICACION A LARGO PLAZO Y A LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD QUE HAN DE TOMARSE CUANDO SE ESTABLECE UN GRUPO FUERA DEL LIBANO.

LA ORGANIZACION DEL NUEVO GRUPO EMPIEZA CON LA LLEGADA DEL FUTURO JEFE DE GRUPO AL PAIS SELECCIONADO. ESTE INDIVIDUO SUELE SER UN AGENTE EXPERIMENTADO DEL HEZBOLLAH; CON FRECUENCIA ES DE NACIONALIDAD LIBANESA. SUELE TENER GRAN EXPERIENCIA EN LAS OPERACIONES PARAMILITARES Y ES CONFIABLE TANTO RELIGIOSA COMO IDEOLOGICAMENTE. PIDE ASILO POLITICO Y SE HACE PASAR POR ESTUDIANTE, USANDO VARIOS NOMBRES Y APELLIDOS. A MENUDO CUENTA CON LA AYUDA DE FAMILIARES QUE PUEDEN O NO ESTAR ENTERADOS DE SUS LAZOS TERRORISTAS.

EL RECLUTAMIENTO

EL FUTURO JEFE DE GRUPO EMPIEZA LA TAREA DE IDENTIFICAR Y EVALUAR A POSIBLES RECLUTAS A LA VEZ QUE BUSCA ARRAIGARSE EN LA COMUNIDAD LOCAL. SUELE BUSCARSE UN TRABAJO, NORMALMENTE COMO OBRERO NO CUALIFICADO, CON EL FIN DE DISIMULAR SUS VERDADERAS ACTIVIDADES. POR EJEMPLO, PUEDE BUSCARSE TRABAJO EN UN RESTAURANTE FRECUENTADO POR MUSULMANES Y LO SUFICIENTEMENTE CENTRICO PARA SERVIR DE LUGAR DE REUNION. ES CORRIENTE QUE SE CASE CON UNA MUJER INDIGENA PARA LOGRAR LA CIUDADANIA. ENCONTRARA SUS RECLUTAS EN LAS MEZQUITAS LOCALES, LAS UNIVERSIDADES, LOS CENTROS CULTURALES IRANIES Y LAS ORGANIZACIONES CHIITAS.

EL FUTURO JEFE BASA SU SELECCION DE RECLUTAS EN LOS FACTORES DE SEGURIDAD Y UTILIDAD. LOS RECLUTAS HAN DE SATISFACER EXIGENCIAS RELIGIOSAS Y POSEER HABILIDADES QUE EL GRUPO NECESITARA. POR EJEMPLO: EL CANDIDATO PUEDE TENER ACCESO A CIERTA INSTALACION DE INTERES AL GRUPO, PUEDE SER DUENO DE UN NEGOCIO QUE FACILITA EL CONTRABANDO DE ARMAS O PUEDE HABLAR EL IDIOMA O DIALECTO LOCAL. SE SUELE DAR PREFERENCIA A LOS MUSULMANES NO LIBANESES CON EL FIN DE EVITAR ATRAER LA ATENCION DE LAS FUERZAS LOCALES DE SEGURIDAD. HEZBOLLAH SIGUE SIENDO UNA ORGANIZACION CHIITA PERO RECIENTEMENTE HA TRATADO DE REALZAR SU ATRACTIVO

DENTRO DEL ISLAM Y PUEDE HASTA INTENTAR ATRAER A MIEMBROS DEL GRUPO ISLAMICO DE LOS SUNITAS.

FUNCIONES DE LOS GRUPOS LOCALES

LOS GRUPOS LOCALES PRESTAN VALIOSO Y HASTA CRITICO APOYO LOGISTICO A LAS OPERACIONES DE ULTRAMAR DE HEZBOLLAH. IDENTIFICAN Y MANTIENEN LUGARES SEGUROS DE REUNION Y PROVEEN DOCUMENTACION FALSA, ARMAS Y EXPLOSIVOS. HEZBOLLAH CASI SIEMPRE FORMA UN GRUPO LOCAL ANTES DE LANZAR UN ATAQUE. PUEDE QUE EL GRUPO ESTE ANOS ESPERANDO LA ORDEN DE ATAQUE PERO RECIBE ENVIOS DE ARMAS Y EXPLOSIVOS PARA GARANTIZAR SU CAPACIDAD OFENSIVA Y ASI PODER INICIAR OPERACIONES CON MUY POCO AVISO PREVIO. ALGUNOS GRUPOS EXISTEN SOLAMENTE PARA DAR APOYO LOGISTICO A OPERACIONES EN OTROS PAISES. POR EJEMPLO: GRUPOS DE HEZBOLLAH SITUADOS EN AFRICA OCCIDENTAL SE HAN DEDICADO AL CONTRABANDO DE ARMAS Y EXPLOSIVOS PARA OPERACIONES QUE HABIAN DE EFECTUARSE EN EUROPA.

LOS GRUPOS SE MANTIENEN GRACIAS AL CONTRABANDO FACILITADO MUCHAS VECES POR LA EMBAJADA IRANI LOCAL. LOS NEGOCIOS LOCALES QUE PERTENECEN A PERSONAS QUE SIMPATIZAN CON HEZBOLLAH, TALES COMO RESTAURANTES Y COMERCIOS QUE IMPORTAN O EXPORTAN MERCANCIAS, PASAN ARMAS Y EXPLOSIVOS DE CONTRABANDO, FACILITAN EL LAVADO DE DINERO Y PROVEEN LUGARES SEGUROS PARA REUNIONES. A MENUDO SE ESCONDEN ARMAS Y EXPLOSIVOS EN ENVIOS DE PRODUCTOS ALIMENTICIOS; POR EJEMPLO, EN VALENCIA, ESPANA, EN 1989 SE DESCUBRIERON 195 KILOS DE TNT Y C-4 OCULTADOS EN UN CARGAMENTO DE MERMELADA. A MENUDO HEZBOLLAH COACCIONA A COMERCIANTES LIBANESES DE AFRICA OCCIDENTAL PARA QUE APORTEN DINERO PARA LOS GASTOS DE LA ORGANIZACION.

PRONOSTICO

SE PREVEN MAS OPERACIONES DE HEZBOLLAH EN LA AMERICA LATINA. AL REFORZARSE LA ORGANIZACION DENTRO DE LA AMERICA LATINA, ES PROBABLE QUE LOGRE REPETIR EL EXITO CONSEGUIDO CON EL COCHE-BOMBA DE BUENOS AIRES.

EL ATENTADO DE BUENOS AIRES VENGO EN PARTE EL ASESINATO POR TEL AVIV DEL LIDER DE HEZBOLLAH, MUSAVI, PERO HEZBOLLAH CONSIDERA

IGUALMENTE RESPONSABLE A LOS ESTADOS UNIDOS Y PREPARA OTROS ATENTADOS VENGATIVOS.

LAS ESTRICTAS MEDIDAS DE SEGURIDAD EN EFECTO EN LAS INSTALACIONES OFICIALES OCCIDENTALES DE EUROPA Y MEDIO ORIENTE Y LA AGITACION POLITICA DE AFRICA OCCIDENTAL OBLIGARAN A HEZBOLLAH A ENCONTRAR OTROS LUGARES PARA LLEVAR A CABO SUS ATAQUES TERRORISTAS.

EL GRAN NUMERO DE MUSULMANES QUE SE ENCUENTRAN EN LA AMERICA LATINA COMBINADO CON EL GRAN NUMERO DE INSTALACIONES OCCIDENTALES E ISRAELIES Y LAS FUERZAS DE SEGURIDAD SIN EXPERIENCIA EN LA LUCHA CON HEZBOLLAH CONVIERTEN EN LA AMERICA LATINA EN LUGAR IDEAL PARA QUE HEZBOLLAH ORGANICE NUEVOS GRUPOS Y LANCE NUEVOS ATAQUES TERRORISTAS.

0077 9203968

Internacional Socialista:

El salto para el nuevo equilibrio

Cuando el mundo derriba dogmas y murallas, cuando Europa del este sepulta el comunismo y paralelamente se consolida a nivel planetario la arremetida conservadora de comienzos de los 80, para la social democracia internacional llegó la hora de dar el salto y revitalizar propuestas.

Aceptar el desafío y construir la esperanza es la difícil epopeya que tiene por delante la Internacional Socialista (IS), que cumplió 102 años de vida en un contexto internacional que le ha puesto ante el imperativo estratégico de recoger el reto, recuperar el protagonismo y cambiar la agenda internacional o, sucumbir.

Esta reflexión y esta urgencia estarán presentes en la próxima reunión que el foro político socialdemócrata sostendrá en Santiago de Chile, entre el 26 y 27 de noviembre, cita en la que se espera la presencia del presidente del organismo, el excanciller alemán Willy Brandt (pese a su delicada salud) y de cientos de delegados de casi 70 países del mundo.

Aunque para los pesimistas ya pasó la hora de los socialistas democráticos, para otros la nueva realidad de la economía de mercado redimensiona y relanza la propuesta socialdemócrata en contraposición ideológica al neoliberalismo. Una propuesta que opta por una economía



Willy Brandt: el viejo líder social demócrata

libre pero con equidad y que se compromete a luchar por la justicia social, la eliminación de la pobreza, la disminución de las diferencias entre el Norte y el Sur y por poner la innovación tecnológica al servicio del hombre.

Las demandas en estos momentos de varios partidos latinoamericanos por entrar a la IS, muestran, según sus dirigentes, que el movimiento está llegando a las postrimerías del siglo "vivo, vigente y bullente".

Quizá sea el más importante que hace antesala el Partido Socialista chileno, cuyo nuevo presidente, Ricardo Núñez, dijo a *Visión* que el movimiento jugará un rol crucial en la definición del nuevo orden internacional. Núñez agregó que este papel pasa "por anticipar propuestas que pongan los temas de la equidad, en el manejo económico y político de los asuntos internacionales".

"La IS debe ser, por el papel que le ha tocado desempeñar en el pasado, un actor muy importante a la hora de generar soluciones pacíficas frente a los desbordes nacionalistas y mecanismos de contrapeso económico y político frente al poder de la única potencia militar que es Estados Unidos", subrayó.

Según Núñez, otro tema prioritario es el de la pobreza, que califica como una de las mayores amenazas a la paz y la seguridad de los países de la región latinoamericana.

TRAS LA SEGUNDA REFORMA

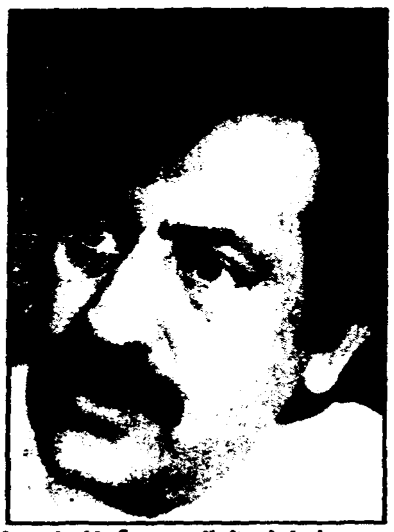
En momentos en que la ética de la solidaridad y cooperación internacional ha sido reemplazada por la del comercio entre iguales, donde sólo cuentan las ventajas competitivas, la readecuación de la IS a los nuevos tiempos a lo que se puede llamar su segunda reforma, nos remite a los años 70, cuando sufre uno de los cambios más importantes y significativos que la llevan a dominar el escenario político mundial.

En la que según los politólogos, constituye su "época de oro", la IS logra desmontar los últimos reductos del autoritarismo en Europa, concretamente en Grecia, España y Portugal, sienta las bases del diálogo por la paz, la unidad europea, la cooperación internacional y da un salto histórico abandonando el

rígido eurocentrismo y se abre al Tercer Mundo, favoreciendo, comprendiendo y apoyando los temas de los países en desarrollo, lo que le permitió desplegar una acción más equilibrante en el plano internacional, según consigna la historiografía del movimiento.

De esta manera la IS pudo jugar un importante papel en el fortalecimiento de la democracia en otras regiones, fundamentalmente en América Latina, donde tras ser una fuerza política vilipendiada en la década de los 60, en los años 80 se constituye en uno de los sostenes del proceso de pacificación y negociación democrática en Centroamérica y en un modelo político viable que colabora en el desmontaje de las estructuras autoritarias en el Cono Sur.

"Hoy, a comienzos de los 90, cuando



Ricardo Nuñez: solicitud de ingreso

en América Latina hay 187 millones de personas que viven en condiciones de pobreza, la agenda de la IS recobra vigencia y su perfil, desdibujado por los cambios en Europa y la ofensiva neoliberal, se va tornando más nítido", comentó un dirigente del Partido Radical de Chile, anfitrión de la próxima cita.

Según analistas políticos consultados por *Visión*, hay temas de la modernidad y de la coyuntura que no pueden soslayarse y de cuyo tratamiento depende que la IS se proyecte con éxito al siglo XXI. Entre éstos mencionan la innovación tecnológica, el desarrollo ecológicamente sustentable, la promoción de la solidaridad, una mayor transparencia del comercio internacional para evitar prácticas proteccionistas, el narcotráfico, respuestas pacíficas a los nacionalismos desbocados, atender los procesos migratorios transfronteras y la desactivación de los conflictos regionales. ■

Matilde Wolter

Por Anselmo Sule Candia *



Perspectivas y desafíos de la Internacional

No resulta para nada aventurado afirmar que la reunión de la Internacional Socialista (IS) a realizarse en Chile a fines de noviembre tiene lugar en la encrucijada más prometedora y, al mismo tiempo, desafiante de toda la historia de esta organización.

El derrumbe del llamado "socialismo real" ha reformulado hasta sus cimientos el orden internacional, la crisis del "marxismo-leninismo" ha hecho lo propio en el mapamundi doctrinario, el desgranamiento del movimiento comunista internacional ha terminado con un tipo de correlación de fuerzas políticas mundiales que marcó toda una época.

Algunos, particularmente los círculos más ortodoxos del neoliberalismo trasnacional, sacan de todo esto cuentas exageradamente alegres. El asunto no es, por cierto, tan simple. Ahí siguen los dos tercios de la humanidad con sus millones de pobres, de analfabetos, de niños muertos por desnutrición antes de cumplir su primer año de vida, de diezmados por enfermedades que podrían estar erradicados del planeta si para ello se destinaran pequeños porcentajes de los todavía descomunales gastos militares. El fantasma de la guerra no ha desaparecido, sino que se ha ido transformando en esa mancha de violencia étnica que se expande amenazadora por latitudes donde habitan sociedades que creíamos consolidadas. Al mismo tiempo, el valor de la convivencia pacífica entre los pueblos, la conciencia del carácter absoluto que tiene el respeto y la defensa irrestricta de los derechos humanos, así como la convicción de que la democracia es el único camino y el hábitat natural para el logro de la justicia social, de la libertad humana y el desarrollo económico con equidad, se van convirtiendo en una suerte de cultura universal de los nuevos tiempos.

La IS, que tanto ha hecho por abrirle paso a esta cultura, queda, tras la crisis del comunismo y la consiguiente arremetida neoliberal, entre la esperanza y el desafío. Fortalecida como promesa viable y tangible para los pueblos que siguen mirando anhelantes hacia horizontes de libertad con justicia social. Pero, al mismo tiempo, fuertemente interpelada por un neoliberalismo que ha tratado de convencernos acerca de las bondades del mercado como asignador exclusivo y absoluto de recursos.

Puesta en esta encrucijada, la Internacional Socialista no tiene más alternativa que renovar su proyecto. Aunar toda su bien ganada experiencia tanto en el gobierno de muchos estados como en su accionar de movimiento político para dar, en las nuevas condiciones, el salto de elaboración que sus propuestas requieren en la búsqueda de un orden internacional justo; de un pensamiento económico que, evaluando los nuevos roles del mercado y del estado, descubra ecuaciones que permitan trasladar las razonables preocupaciones por el mantenimiento de los equilibrios macroeconómicos al campo de la solidaridad humana; en fin, concebir nuevas formas de hacer política en estos tiempos en que muchos actores sociales se articulan de un modo distinto a lo que tradicionalmente estábamos acostumbrados.

En estas condiciones, no será un mero detalle el que la próxima reunión tenga lugar en Chile: país en transición a la democracia, en el que la dictadura aplicó un proyecto de refundación y modernización capitalista sobre la base de un modelo neoliberal que nos dejó buenos equilibrios macroeconómicos, pero también cinco millones y medio de pobres; y en donde, últimamente, más partidos políticos han resuelto solicitar su ingreso a la IS.

* Abogado y senador chileno. Fue vicepresidente de la Internacional Socialista. Actual vicepresidente de la Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina y el Caribe (COPPPAL). Le fue concedida, por mérito, la nacionalidad uruguaya.

9204171.

SECRETO ARCHIVO

MEMORANDUM No. 920197/REI - FECHA 20.05.92

ASUNTO	:	INFORMACION GENERAL
EVALUACION	:	B-6
REFERENCIA	:	550-K-I
TEXTO	:	

- Se ha tomado conocimiento que en "corrillos"parlamentarios practicamente no se comenta nada acerca de los últimos acontecimientos (Comando Lavalleja - - Guardia de Artigas) desconociéndose si es por negligencia o dejadez de los políticos.-
- Asimismo se comenta que el tema de haber realizado los operativos de la ETA, si bien le sirvió al Gobierno para "tapar" un poco los últimos acontecimientos, habría habido presión por parte de SANGUINETTI a su gente en la Policía, para que eso aconteciera, ya que si bien aparecería como "víctima" de la situación,su imagen se estaba desgastándo públicamente con las cosas que se estaban diciendo delmismo.-
- JUAN RAUL FERREIRA (P. Nacional) se encuentra en ESTADOS UNIDOS ,realizando una gira.-

001/2

20 MAYO 1992

SOEP-MILITAR-POLITICO.

9204171

DISTRIBUCION: ORIGINAL - SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

IDENTIFICACION DEL AGENTE
(j-f)

002/2

9204171

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV.MICROFILMACION

ACTA DE CIERRE

ANEXO AL ROLLO: 1241 (SJ)

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 04 de agosto de 1993.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE MICROFILMO: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1992.-

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.NRO.9204171 Fs.001/2

REF. A: MEMORANDUM Nro.920197/REI/DE FECHA 20.5.92.-

OPERARIO/S: Sdo.1a.S.López.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el Cierre del Acta, se da por finalizada la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M. Juan Carlos Martínez

El Jefe del A.G.I.I. de la D.G.I.D.

Coronel Walter A. Mesa

FIN ANEXO ROLLO

1241